5ª EDIÇÃO 2022

WANDER GARCIA, ANA PAULA DOMPIERI
E RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

COMO PASSAR

CONCURSOS DA DIPLOMACIA E CHANCELARIA

1ª FASE

QUESTÕES COMENTADAS 1.800

860 QUESTÕES IMPRESSAS
986 QUESTÕES ON-LINE

CAPÍTULOS ON-LINE

Professores Altamente Especializados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

EDITORA FOCO

SUMÁRIO

1. Língua Portuguesa

Eloy Gustavo de Souza e Fernanda Franco

Texto para as próximas duas questões

O que é o que é?

1 Se recebo um presente dado com carinho por pessoa
de quem não gosto — como se chama o que sinto? Uma
pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da
4 gente — como se chama essa mágoa e esse rancor? Estar
ocupado, e de repente parar por ter sido tomado por uma
desocupação beata, milagrosa, sorridente e idiota — como se
7 chama o que se sentiu? O único modo de chamar é perguntar:
como se chama? Até hoje só consegui nomear com a própria
pergunta. Qual é o nome? e é este o nome.

Clarice Lispector. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 199.

(Diplomacia 2009) Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Em "Se recebo um presente" (*l*.1), a substituição do conectivo por Caso seria sintaticamente correta e dispensaria alterações formais.

(2) Nos trechos "— como se chama o que sinto? " (*l*.2) e "— como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4), o emprego do travessão equivale gramaticalmente ao de vírgula.

(3) Nos segmentos "— como se chama o que sinto?" (*l*.2) e "e que não gosta mais da gente" (*l*.3-4), os pronomes relativos exercem a mesma função sintática.

(4) O referente dos pronomes demonstrativos "essa" e "esse", em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4) é "Uma pessoa" (*l*.2-3).

1: Errado (Análise sintática – conjunção) A substituição proposta do conectivo implica alteração da flexão do verbo para o presente do subjuntivo: **Original:** Se recebo um presente...e **Alterada:** Caso receba um presente...;

2: Certo (Pontuação) Em ambos os casos os travessões estão separando orações. No primeiro caso, separa-se uma condicional da sua principal; no segundo, elas são coordenadas, embora se possa perceber que há implicitamente uma estrutura semelhante à do primeiro caso;

3: Errado (Análise sintática – função sintática do relativo) No primeiro caso, o relativo tem como antecedente o demonstrativo "o" e exerce a função de objeto direto da forma verbal "sinto". No segundo caso, o relativo tem como antecedente o substantivo "pessoa" e exerce a função de sujeito da forma verbal "gosta";

4: Errado (Coesão) O referente dos dois demonstrativos não se encontra num termo no texto, ele é uma situação expressa pelas orações adjetivas anteriores e os seus referentes: "pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da gente".

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação a aspectos gramaticais e aos sentidos do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) É gramaticalmente correto flexionar no plural a forma verbal em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4), tendo como resultado como se chamam (...).

(2) Em "de repente parar por ter sido tomado por uma desocupação" (*l*.5-6), a preposição "por" introduz termo com valor causal, na primeira ocorrência, e o agente da passiva, na segunda.

(3) O trecho final — "Qual é o nome? e é este o nome." (*l*.9) — resume a tese de que a propriedade da linguagem de denominar é limitada.

(4) No título do texto, as duas ocorrências da forma verbal "é" são sintaticamente equivalentes.

1: Certo (Concordância verbal) O sujeito do verbo em questão é composto e seu primeiro núcleo é singular: portanto, pode-se empregar tanto a concordância atrativa quanto a gramatical, ou seja, o verbo pode ficar no singular ou no plural;

2: Certo (Análise sintática – oração reduzida) A primeira preposição "por" introduz uma oração reduzida que traz o motivo da ação de parar expresso na oração principal; a segunda subordina o termo "desocupação" à locução verbal de voz passiva "ter sido tomado" na qual expressa o valor semântico de agente;

3: Certo (Interpretação) "Qual é o nome? e é este o nome" significa que, para aquilo que não se possui nome, nós o "nomeamos" com sua descrição, descrição que apareceria na pergunta sobre o seu nome;

4: Errado (Interpretação - Análise sintática) Na sua primeira ocorrência, a forma verbal "é" deve ser classificada como de ligação e, na segunda, como intransitiva (no sentido de "existir"). O título do texto é equivalente a "O que é o (aquilo) que é (existe)?" e faz referência ao assunto do texto: a inexistência de nomes (o que é) para muitas situações e sentimentos (aquilo que existe).

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

Canção do Ver (fragmento)

1 Por viver muitos anos
dentro do mato
Moda ave
4 O menino pegou
um olhar de pássaro –
Contraiu visão fontana.
7 Por forma que ele enxergava
as coisas
Por igual
10 como os pássaros enxergam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
13 Pedra não era ainda a palavra pedra. E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
Podiam ficar em qualquer posição.
16 Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
19 E, se quisesse caber em uma abelha, era só abrir a
[palavra abelha e entrar dentro dela.
Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros. **Poemas rupestres**.
Rio de Janeiro: Record, 2004.

(Diplomacia 2009) A respeito do vocabulário do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

(A) "Moda" (*v*.3) significa conjunto de opiniões, gostos e apreciações críticas, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos, aceitos por determinado grupo humano em um dado momento histórico.

(B) O sentido do vocábulo "Contraiu" (*v*.6) restringe as possibilidades semânticas de "pegou" (*v*.4).

(C) Na expressão "visão fontana" (*v*.6), o vocábulo sublinhado, adjetivo derivado de **fonte**, foi metaforicamente empregado com sentido de originário, gerador, causal, seminal.

(D) Em "As palavras eram livres de gramáticas" (*v*.14), o vocábulo sublinhado alude a regras gramaticais.

(E) O vocábulo "posição" (*v*.15) refere-se à sintaxe, entendida como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase.

A: Errado (Interpretação) A definição de 'moda' presente na alternativa está correta: contudo, essa palavra foi empregada metaforicamente no texto de forma que o seu sentido adquirido difere do usual. Ela deve ser entendida em combinação com o substantivo 'ave' que lhe serve de adjetivo, ou seja, ela indica os modos que o menino adquiriu decorrente do seu isolamento: ele passou a se comportar como uma ave (moda ave);
B: Certo (Interpretação) O verbo "pegar" é bastante polissêmico, na passagem em questão poderia significar, por exemplo, "flagrar": "o menino flagrou um olhar de pássaro", ou seja, percebeu que uma ave olhava para ele. A ocorrência do verbo "contrair", contudo, torna claro o sentido do verso pretendido pelo poeta e, consequentemente, o valor com que foi empregado o verbo "pegar": "o menino passou a olhar as coisas como uma ave olharia", ou seja, contraiu a visão de uma ave;
C: Certo (Interpretação) A interpretação do sentido de 'fontana' na alternativa é plausível, uma vez que descreve como se dá o olhar do menino sobre as coisas – ele as vê de um modo original, como se as observasse pela primeira vez;
D: Certo (Interpretação) Uma vez que a 'visão pássaro' dotou o menino de uma liberdade na língua que lhe permitiu eliminar o significante ou subverter o significado consensual dos signos linguísticos, podemos supor que essa mesma potência poderia subverter as regras gramaticais;
E: Certo (Interpretação) A possibilidade de as palavras ficarem em qualquer posição pode ser interpretada como uma daquelas liberdades que a linguagem do menino adquiriu e que a livrou das regras gramaticais, ou seja, nesse caso a de não seguir os impositivos da chamada sintaxe de colocação.

GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em "Por viver muitos anos/dentro do mato" (v.1-2) e "ele enxergava/as coisas/Por igual" (v.7-9), a preposição "Por", nas duas ocorrências, introduz uma circunstância de modo nos períodos em que se insere.

(2) No trecho "era só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela" (v.19-20), verifica-se redundância de efeito estilístico.

(3) As ideias expressas nos versos de 17 a 19 ilustram o sentido de "inaugurar" (v.16).

(4) O verso final — "Como se fosse infância da língua" — equivale semanticamente a: Como se fosse reinvenção da língua.

1: Errado (Análise sintática) Na primeira ocorrência, a preposição "por" introduz circunstância de causa, devendo inclusive a oração ser classificada como adverbial causal: o fato de ter habitado durante muito tempo o mato é a causa de sua visão peculiar das coisas. Na segunda ocorrência, a preposição introduz circunstância de modo;
2: Certo (Figura de Linguagem) A redundância encontra-se no emprego da locução prepositiva "dentro de" com o complemento do verbo "entrar";
3: Certo (Interpretação) O olhar pássaro referido no texto leva a uma percepção livre dos objetos, de modo que se lhes pode atribuir livremente características, ainda que absurdas. Isso é o ato de inaugurar, e algumas das suas possibilidades são as que vêm arroladas nos versos 17, 18 e 19;
4: Errado (Interpretação) A infância da língua seria o momento da invenção (não o da reinvenção como está na questão), ou seja, o momento em que o homem pela primeira vez passou a estabelecer signos linguísticos para designar sua realidade.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas três questões

A diferença na linguagem

1 “Para os 1 gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na
arte da escrita, o que se vê ainda pelo uso que fazem dos
acentos, muitos dos quais fazem alguma distinção ou evitam
4 algum equívoco para os olhos mas não para os ouvidos.”
Neste texto Rousseau nos sugere que, para ler bem, é preciso
prestar ouvidos à voz original, adivinhar as diferenças de
7 acento que a articulam e que se tornaram imperceptíveis no
espaço homogêneo da escrita. Na leitura, o olho treinado do
Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido
10 atento à melodia que dá vida aos signos: estar surdo à
modulação da voz significa estar cego às modalidades do
sentido. Na oposição que o texto faz entre a arte de falar e a
13 arte de escrever, podemos encontrar não apenas as razões da
desqualificação da concepção gramatical da linguagem, mas
também a indicação do estatuto que Rousseau confere à
16 linguagem. O que é importante notar aqui é que a oposição
entre falar e escrever não se funda mais na oposição entre
presença e *ausência*: não é a ausência do sujeito falante que
19 desqualifica a escrita, mas a atonia ou a homogeneidade dos
signos visuais. Se a essência da linguagem escapa à
Gramática, é porque esta desdobra a linguagem num elemento
22 essencialmente homogêneo.

Bento Prado Jr. **A retórica de Rousseau**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 129-130.

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias do texto 3, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Segundo o texto, na fala, a altura e a intensidade da voz contribuem, no entender de Rousseau, para as possibilidades de sentido.

(2) A palavra “acentos” (*l*.3) refere-se a sinais gráficos, ao passo que “acento” (*l*.7) designa qualidades como inflexão ou modulação.

(3) O autor do texto afirma que Rousseau valoriza o caráter melódico da palavra falada, mas considera que a palavra escrita é mais apta a desvendar as sutilezas do sentido.

(4) Ao caracterizar como “treinado” (*l*.8) o olho do “Gramático” ou do “Lógico”, o autor dá a entender que estes consideram a leitura como decodificação mecânica.

1: Certo (Interpretação) A altura e a intensidade da voz são elementos que entram na pronúncia das palavras, e, segundo Rousseau, essa dimensão sonora do texto escrito deve ser recuperado pelo leitor, pois ele é um elemento que confere significado;

2: Certo (Interpretação) O trecho em que ocorre a palavra “acentos” trata da representação gráfica dos sons da fala, portanto trata-se de notações gráficas. Já, no momento em que aparece a palavra “acento”, está-se tratando de uma percepção auditiva de um texto durante a sua leitura, quer dizer, deve-se ler procurando perceber como o texto seria pronunciado O “acento” aqui, portanto, seria um dos elementos da pronúncia;

3: Errado (Interpretação) Segundo o texto, deve-se ler procurando reproduzir o modo pelo qual o texto seria pronunciado, pois a pronúncia é responsável pela criação de sentido;

4: Certo (Interpretação) Ao dizer que o “olho treinado do Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido atento à melodia que dá vida aos signos”, o autor sugere que a leitura feita por esses especialistas, ainda que dotada de método e técnica, é insuficiente, o que poderíamos caracterizar como “decodificação mecânica”.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, extraído da obra **A retórica de Rousseau**, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) No período inicial do texto, há três orações subordinadas adjetivas com sentido restritivo.

(2) Seria correto empregar, no texto, vírgula antes da conjunção “mas” (*l*.4) e depois da locução adverbial “Neste texto” (*l*.5).

(3) No trecho “e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita” (*l*.7-8), seria admissível, de acordo com o padrão escrito da língua portuguesa, a colocação do pronome “se” após a forma verbal “tornaram”.

(4) O emprego das aspas, no trecho inicial do texto, indica a voz do autor de A retórica de Rousseau.

1: Certo pelo Gabarito oficial (Análise sintática) O Gabaritoestá errado, pois há cinco orações adjetivas restritivas: “Para os gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na arte da escrita, o (1)que se vê ainda pelo uso (2)que *fazem* dos *acentos*, muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* não para os ouvidos.” **Nota:** na terceira oração adjetiva, o relativo “os quais” foi empregado com valor partitivo. Independentemente desse valor partitivo, as orações coordenadas alternativa e adversativa que se seguem à terceira subordinam-se também como adjetivas ao indefinido “muitos”. Essa estruturação de subordinadas que se coordenam entre si chama-se equipolência, e é comum que nelas o conector subordinativo (no caso,

o pronome relativo) seja expresso apenas na primeira oração, ficando em zeugma nas demais: muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou (muitos dos quais) evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* (muitos dos quais) não (evitam) para os ouvidos.";
2: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de separar uma oração coordenada adversativa com verbo elíptico. No segundo, um adjunto adverbial invertido;
3: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, deve-se empregar próclise;
4: Errado (Pontuação) Segundo informação do texto, o trecho em questão é uma citação de Rousseau;
E o autor de A Retórica de Rousseau é Bento Prado Júnior.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E / Gabaritonosso: 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

(A) O uso recorrente de vocábulos pertencentes aos campos semânticos da visão e da audição prejudica a coerência e a coesão do texto.

(B) Em suas duas ocorrências, a forma verbal "fazem" (*l.*2 e l.3) concorda com sujeitos distintos.

(C) Os operadores "não apenas" (*l.*13) e "mas também" (*l.*14- 15) possibilitam ao autor a apresentação de dois argumentos mutuamente excludentes.

(D) Na linha 16, a expressão "é que" é expletiva.

(E) É a mesma a justificativa para o uso de inicial maiúscula em "Gramático" (*l.*9) e em Gramática (*l.*21)

A: Errado (Coesão) Ao contrário do que foi afirmado, a recorrência desses vocábulos garantem a coesão e a coerência do texto, pois este defende a tese da necessidade de uma leitura (visão) que leve em conta o aspecto da pronúncia (audição) para que se possa estabelecer o seu preciso sentido;
B: Certo (Análise sintática) Na primeira ocorrência, o sujeito é oculto "os gramáticos"; na segunda, é o relativo "os quais" que tem com referente "muitos (dos acentos)";
C: Errado (Análise sintática - conector) Os operadores em questão estabelecem entre os argumentos uma adição enfática;
D: Errado (Partícula de Realce) A expressão "é que" não é expletiva, por desempenhar na frase função de conector e, consequentemente, não poder ser suprimida. Trata-se de verbo de ligação e conjunção integrante;
E: Errado (Interpretação) O emprego de "Gramático" e "Lógico" com letra maiúscula e artigo definido visa a se fazer uma referência genérica a esses especialistas: não se trata de um gramático ou lógico específicos, mas de especialistas em abstrato. Já, em "Gramática", trata-se do emprego de maiúscula para nomes de áreas do conhecimento.

GABARITO "B"

Texto para as próximas duas questões

1 Em **Emílio**, Rousseau constrói a temporalidade da vida
de Emílio como uma ficção, jamais se teria proposto a aplicá-la.
O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado
4 para existir. Trata-se de um artifício lógico-dedutivo para
meditar sobre a educação e as orientações do ensino. Emílio
é alegoria para reflexão sobre o ato de educar as crianças.
7 Emílio, que não é filho, tampouco é aluno... É um construto
teórico e um suporte operatório para a análise conceitual do
ato educativo.
10 Se o discípulo não se separa do mestre desde o
nascimento até a maturidade, pode-se supor que o "criador"
do Emílio tenha pretendido que o relato da trajetória de vida
13 do ser individual correspondesse a uma reconstituição das
etapas trilhadas pela espécie humana em direção à civilização.
Emílio, ao nascer, é o homem do estado de natureza; o Emílio
16 bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador
— é o homem civil, que vive em uma sociedade corrompida,
mas que, a despeito disso, pode ser considerado apto para
19 fundar o legítimo contrato social. O traçado de educação de
Emílio propõe-se ao educador como metáfora para reflexão,
uma meditação sobre a arte de formar os homens. Com a
22 mesma estrutura hipotético-dedutiva que orientara seus
escritos políticos, Rousseau constrói seu educando — um
discípulo que não é e que não pretende ser empírico, mas que
25 tem sua própria temporalidade inscrita na narrativa dos seus
primeiros 25 anos de vida em educação.

Carlota Boto. **O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauniano**. *In*: José Oscar de Almeida Marques (Org.). **Verdades e mentiras. 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau**. Ijuí–RS: Unijuí, 2005, p. 379-84 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias do texto e aos seus aspectos textuais, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Existe consenso a respeito da ideia de que o "menino Emílio" (*l*.3) foi construído pelo filósofo francês, na obra Emílio, com propósito de orientação psicológica.

(2) Ao analisar a narrativa de Rousseau, a autora emprega, reiteradas vezes, o presente histórico — em vez dos tempos verbais pretéritos —, para imprimir assertividade à sua argumentação.

(3) A repetição de palavras e o uso de paráfrases contribuem para estabelecer a coesão do texto.

(4) A diversidade de temas no trecho "Trata-se ... ato educativo." (*l*.4-9) compromete a coerência do texto.

1: Errado (Interpretação) O propósito é de orientação pedagógica;
2: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O uso do presente do indicativo pelo perfeito do indicativo ocorre em geral em narrativas de fatos já ocorridos, para conferir um maior realce à narração – é o chamado presente histórico. Desse uso consagrado, podemos estender, por se tratar de um texto dissertativo, que a finalidade da autora seria a de "imprimir maior assertividade à sua argumentação";
3: Certo (Coesão) Como exemplo de repetição de palavras, podemos citar "Emílio" que aparece nove vezes no texto. Com relação às paráfrases, trata-se da repetição da mesma ideia – a de que Emílio é um artifício teórico – por formas diferentes;
4: Errado (Interpretação) No trecho em questão, há três frases, sendo as duas últimas paráfrases da primeira, ou seja, os temas são os mesmos.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação aos aspectos morfossintáticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Haveria prejuízo para o sentido original do texto se, no trecho "O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado para existir" (*l*.3-4), os termos grifados fossem substituídos pela conjunção coordenativa nem.

(2) Caso o trecho "Emílio, que não é filho, tampouco é aluno..." (*l*.7) fosse alterado para: Emílio não é filho nem aluno, o período ganharia em concisão, estaria coerente com a informação original do texto, mas teria diminuído seu efeito retórico.

(3) Se fossem retirados os travessões do trecho "o Emílio bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador — é o homem civil" (*l*.15-17), deveria ser empregada uma vírgula antes do pronome "que" e outra após "educador", para que o sentido original do texto não fosse prejudicado.

(4) O enunciado "que vive em uma sociedade corrompida" (*l*.17) tem, no período em que se insere, sentido explicativo.

1: Errado (Análise sintática - conector) Nesse caso, as expressões "e não" e "nem" são equivalentes: coordenam aditivamente orações negativas;
2: Certo (Análise sintática - conector) A alteração proposta reduziria para uma oração absoluta um período composto misto, o que de fato aumentaria a concisão. O sentido seria mantido, mas a ênfase se perderia com a substituição da oração adjetiva (Emílio, que não é filho) por simples adjunto adnominal (Emílio não é filho) e a eliminação do termo "tampouco";
3: Certo (Pontuação) Os travessões isolam uma oração adjetiva, conferindo-lhe valor explicativo. Caso sejam retirados, devem ser substituídos por vírgulas, para que o sentido do texto não seja prejudicado;
4: Certo (Análise sintática) O fato de a oração vir isolada por vírgula mostra a intenção do autor de conferir a essa oração adjetiva um valor explicativo, ou seja, todos os homens civis vivem em sociedades corrompidas.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C

Textos para as próximas seis questões

Texto I

1 Em sucessivos relatórios do ministro da Fazenda em
meados da década de 1880, aludia-se ao fato de várias
assembleias provinciais estabelecerem impostos sobre a
4 exportação, uma parte da receita dos quais podiam reter,
e também sobre a importação, o que era expressamente
vedado pela Constituição. Sob pressão de associações
7 comerciais e dos delegados regionais da Fazenda,
diversas assembleias foram forçadas a votar a supressão
desses impostos. O Visconde Paranaguá, em seu relatório
10 para 1883, informava que apenas Pernambuco, Bahia e
Maranhão ainda resistiam. A questão da repartição dos
impostos e das competências de cada ente federativo
13 parece, portanto, mais antiga que a própria República.

Gustavo H. B. Franco (organização, introdução e comentários).
A economia em **Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 59 (com adaptações).

Texto II

Impostos inconstitucionais...

1 Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos
inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo, eu é que,
ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais
4 gordos, não os conheci imediatamente. Conheci-os pela voz, *vox
clamantis in deserto*. Disseram-me que tinham chegado no último
paquete. O mais velho acrescentou até que agora hão de repetir
7 com regularidade estas viagens à corte.
— A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu
ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das
10 probabilidades. Uma chegadinha à corte, de quando em quando,
não faz mal a ninguém, exceto...
— Exceto...?
13 — Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos
íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há
coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for.
16 Falei de um modo geral e abstrato. (...)
— São todos inconstitucionais?
— Todos.
19 — Vamos aqui para calçada. E agora, que tencionam
fazer?
— Agora temos de ir ao imperador, mas confesso, meu
22 amigo, receamos perder tempo. Você conhece a velha máxima que
diz que a história não se repete?
— Creio que sim.
25 — Ora bem, é o nosso caso. Receamos que o imperador,
ao dar conosco, fique aborrecido de ver as mesmas caras e, por
outro lado, como a história não se repete... Você, se fosse
28 imperador, que é que faria?
— Eu, se fosse imperador? Isso agora é mais complicado.
Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o
31 primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata,
faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.
— Os adjetivos?
34 — Vocês não calculam como os adjetivos corrompem
tudo, ou quase tudo; e, quando não corrompem, aborrecem a
gente, pela repetição que fazemos da mais ínfima galanteria.
37 Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.
— Mas que temos nós outros com isso?
— Tudo; vocês como simples impostos são excelentes,
40 gorduchos e corados, cheios de vida. O que os corrompe e faz
definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um
decreto todos os adjetivos de Estado, resolvia de golpe esta velha
43 questão, e cumpria esta máxima que é tudo o que tenho colhido da
história e da política, que aí dou por dois vinténs a todos os que
governam o mundo: os adjetivos passam, e os substantivos ficam.

Machado de Assis. *In*: **Gazeta de notícias** (1881–1900). Balas de Estalo. Rio de Janeiro, 16/5/1885.

(Diplomacia 2009) Com relação ao texto 5 e ao texto 6, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No texto 5, narrativa de cunho histórico acerca de tema da economia brasileira, o autor emprega predominantemente linguagem referencial e objetiva.

(2) O emprego de "portanto", na linha 13 do texto 5, permite que se afirme que os fatos narrados acerca dos impostos fundamentam a conclusão do autor de que os problemas relativos a esse assunto precederam o regime republicano.

(3) Caso, no texto 5, o pronome "própria" (*l*.13) fosse substituído por **mesma**, seria mantido o sentido da frase, embora se prejudicasse a ênfase dada, no texto, ao termo "República" (*l*.13).

(4) Embora pertençam a diferentes gêneros e adotem registros distintos, os textos 5 e 6 versam sobre temática comum.

1: Certo (Funções da Linguagem) O relato de fatos de importância histórica permite classificar o texto como uma narrativa de cunho histórico, e o emprego de uma linguagem denotativa e impessoal igualmente pode ser chamada de referencial e objetiva;
2: Certo (Análise sintática) O emprego da conjunção "portanto" estabelece uma conclusão acerca do que se apresentou antes;
3: Errado (Emprego de Pronomes) Os pronomes demonstrativos "mesmo" e "próprio" são empregados para reforçar o termo a que se ligam e possuem o mesmo valor, portanto a troca não prejudicaria a ênfase;
4: Certo (Interpretação) Ambos os textos tratam da disputa fiscal entre províncias e corte.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2009) Acerca das ideias e dos sentidos do texto 6, assim como de suas estruturas linguísticas e organização textual, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor valeu-se do discurso indireto livre, que consiste em dar voz e atribuir características e sentimentos humanos a seres inanimados.

(2) O narrador recorreu à função metalinguística da linguagem para formular, ao final da crônica, sua máxima, carregada de arbitrariedade.

(3) O trecho "Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo." (*l*.30-31) produz efeito humorístico, por sua incongruência interna e por desviar-se do "caso de que se trata" (*l*.31).

(4) A frase "vox clamantis in deserto" (*l*.4-5) está em itálico, porque remete o interlocutor ao respectivo texto-fonte e faz parte da memória coletiva nacional.

1: Errado (Tipos de discurso e Figuras de linguagem) Há dois erros nesta alternativa. O primeiro é a definição apresentada de discurso indireto livre; na verdade, essa definição se aplica à figura de linguagem denominada personificação ou prosopopeia. O segundo é que, em todo o texto, não há discurso indireto livre; no primeiro parágrafo há dois trechos de discurso indireto ("que tinham chegado no último paquete" e "que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte"), e todo o restante do texto está em discurso direto;
2: Certo (Funções da linguagem) A máxima "os adjetivos passam, os substantivos ficam" se constrói por meio da função metalinguística por empregar termos gramaticais, e é arbitrária por simplificar de forma inaceitável uma questão complexa: a do litígio sobre a legalidade da cobrança de impostos;
3: Certo (Interpretação) A incongruência interna é a de um imperador ser o maior cético do seu tempo, pois, ao exercer o papel de chefe de estado, se esperaria dele que não apenas defendesse os valores da sociedade que representa, mas ainda que os encarnasse. O assunto tratado é o da legitimidade dos impostos, portanto, ao tecer considerações sobre ser imperador e decidir a questão por meio da supressão do adjetivo, o narrador está propondo a substituição do debate sobre a legalidade pela ação arbitrária do executivo. Essa ação é caracterizada como contumaz prática do poder, ou seja, da questão da legitimidade dos impostos passa-se à da legitimidade das formas de se exercer o poder;
4: Errado (Emprego de itálico) Pode-se justificar o itálico da frase, por ela estar escrita em latim. Além disso, ela constitui uma passagem dos evangelhos que fala de São João Batista, pertence, portanto, à memória coletiva cristã.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Assinale a opção que apresenta a correta equivalência de sentido entre o vocábulo ou o segmento sublinhado, empregado no texto 6, e a acepção que o segue.

(A) "ao voltar uma esquina" (*l*.1) — prosseguir por um novo rumo ou direção

(B) "no último paquete" (*l*.5-6) — conjunto de medidas relacionadas a um tema

(C) "é querer perscrutar" (*l*.13) — dar atenção a

(D) "ao dar conosco" (*l*.26) — presentear-nos

(E) "resolvia de golpe" (*l*.42) — violentamente

A: Certo (Vocabulário) O ato de "se voltar uma esquina" equivale ao de "se dobrar uma esquina", ou seja, significa mudar de direção para que se continue no mesmo quarteirão;
B: Errado (Vocabulário) Paquete e um tipo de embarcação náutica: portanto, o sentido é que os dois últimos impostos (personificação) vieram de Pernambuco no último navio;
C: Errado (Vocabulário) "investigar minuciosamente";
D: Errado (Vocabulário) "nos encontrar";
E: Errado (Vocabulário) "imediatamente"

GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Com base no texto 6, assinale a opção em que a supressão da palavra ou expressão sublinhada provoca erro gramatical.

(A) "eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci" (*l*.2-4).

(B) "Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for." (*l*.14-15).

(C) "Você, se fosse imperador, que é que faria?" (*l*.27-28).

(D) "Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular" (*l*.31-32).

(E) "Mas que temos nós outros com isso?" (*l*.38).

A: Errado (Partícula de realce) A estrutura "é que" não desempenha papel sintático na frase e pode ser retirada sem prejuízo de sentido, apenas com perda da ênfase do sujeito (eu);
B: Errado (Emprego de palavras) Uma vez que a indicação da ausência de "coisa" está indicada pela negação no verbo "haver", a colocação do indefinido "nenhuma" apenas enfatiza a ausência, e sua eliminação não acarreta alteração de sentido;
C: Errado (Partícula de realce) O trecho "que é que" equivale no contexto em que aparece a um pronome interrogativo (que) reforçado por uma partícula de realce (é que). Embora apenas a partícula de realce seja dispensável, a retirada do trecho proposto mantém a gramaticalidade e o sentido original, porque o "que" restante passa a valer como pronome interrogativo;
D: Certo (Análise sintática) O trecho "de que" corresponde a uma preposição e um pronome relativo. A retirada do primeiro implicaria uma transgressão de regência e a do segundo uma desestruturação

da frase, já que não há a possibilidade desse relativo ser empregado elipticamente nesse caso;
E: Errado (Emprego de palavras) O trecho "nós outros" é o sujeito do verbo "ter", que, por estar conjugado, dispensaria para fins de sentido a explicitação do sujeito.
GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) Em cada uma das opções abaixo reproduz-se um trecho dos textos 5 ou 6, com mudança na colocação de uma palavra, que aparece sublinhada. Assinale a opção em que a mudança **não** altera o sentido do trecho original.

(A) O Visconde Paranaguá, em seu relatório para 1883, informava que Pernambuco, Bahia e Maranhão apenas ainda resistiam. (texto 5, *l*. 9-11)
(B) A questão da repartição dos impostos e das competências de cada ente federativo,portanto, parece mais antiga que a própria República. (texto 5, *l*. 11-13)
(C) Até o mais velho acrescentou que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte. (texto 6, *l*. 6-7)
(D) Temos de ir ao imperador, mas confesso agora, meu amigo, receamos perder tempo. (texto 6, *l*. 21-22)
(E) (...) que dou por dois vinténs a todos os que aí governam o mundo: (texto 6, *l*. 44-45)

A: Errado (Palavra denotativa) A palavra denotativa "apenas" traz a ideia de "exclusão" e se liga a um determinado termo de acordo com a posição que ocupa. Na frase original, ela se refere aos três estados citados, dando a entender que nenhum outro resistia. Na frase modificada, ela passa a se ligar ao verbo "resistir", o que sugere que os três estados citados não faziam nada além de resistir;
B: Certo (Análise sintática - conector) As conjunções conclusivas podem ocorrer fora da sua posição típica – no início da oração de que fazem parte –, sem que isso acarrete alteração de sentido;
C: Errado (Palavra denotativa) A palavra denotativa "até" se liga a um determinado termo de acordo com a posição que ocupa. Na frase original, ela se refere ao que o velho acrescentou, de modo a reforçar a ideia da presença dos impostos inconstitucionais de Pernambuco na capital. Na frase modificada, ela passa a se ligar ao termo "o mais velho", o que sugere que não seria esperado que ele acrescentasse algo;
D: Errado (Análise sintática) A mudança da colocação do advérbio de uma oração para outra faz com que ele se desvincule de um termo da primeira (temos de ir) e passe a se referir a algum da segunda (confesso);
E: Errado (Análise sintática) A mudança da colocação do advérbio de uma oração para outra faz com que ele se desvincule de um termo da primeira (dou) e passe a se referir a algum da segunda (governam).
GABARITO "B"

(Diplomacia 2009) Acerca das ideias dos textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Nos textos 1, 2 e 6, evidencia-se, de formas diferentes, a plena capacidade da linguagem de refletir a realidade, por meio da denominação.
(2) Os textos 2 e 3 apresentam pontos de vista coincidentes com relação à gramática da língua.
(3) O tema dos textos 2 e 4 é o mesmo: a linguagem infantil.
(4) O texto 5 ensejou a elaboração do texto 6.

1: Errado (Interpretação) O texto 1 é o que mais se opõe ao que está no enunciado, uma vez que afirma a inexistência de palavras para dar conta de todas as situações possíveis;
2: Errado (Interpretação) No texto 2, a Gramática é apresentada como um limitador para apreensão do mundo. No texto 3, é vista como limitada na interpretação do sentido, por não levar em conta os elementos semantizantes da pronúncia;
3: Errado (Interpretação) O tema do texto 2 é uma percepção do mundo livre dos condicionamentos semânticos que a aquisição de uma determinada língua traz. Já o texto três tem como foco a discussão da natureza do livro *Emílio* de Rousseau;
4: Errado (Interpretação) Há um problema cronológico que impede tal inferência. Embora o texto 5 não venha com sua data de publicação expressa, é possível pela referência no final à República dizer que ele é posterior a 1889. Já o texto 6 tem sua data de publicação indicada: 1885. Portanto, sendo o texto 5 posterior ao 6, aquele não poderia ter ensejado a elaboração deste.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Texto para as próximas quatro questões

As primeiras cartas

O importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora. Avô Mariano

1 Escapo-me dali, me apressando entre os atalhos. Quando reentro em casa não encontro vivalma. Todos foram para o caminho da areia assistir à desgraça, consolando Ultímio. De soslaio, parece-me ouvir um ruído. Entro na sala fúnebre e nada vejo, senão o aquietado corpo do velho Mariano. Lá está o desfinado, entre flores e velas. Subo para o quarto. De novo, sobre a
4 cabeceira, uma outra carta. A tremência em minhas mãos não me ajuda a ler:
Estas cartas, Mariano, não são escritos. São falas. Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute. Você não veio a esta Ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento.
7 *Para colocar o nosso mundo no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão morrendo não por doença, mas por desmérito do viver.*
É por isso que visitará estas cartas e encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher, com
10 *suas caligrafias. Como se diz aqui: feridas da boca se curam com a própria saliva. Esse é o serviço que vamos cumprir aqui, você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura. Para salvarmos Luar-do-Chão, o lugar onde ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos.*
13 *Comece em seu pai, Fulano Malta. Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai. Entre no seu coração, entenda aquela rezinguice dele, amoleça os medos dele. Ponha um novo entendimento em seu velho pai. Às vezes, seu pai lhe tem raiva? Pois lhe digo: aquilo não é raiva, é medo. Lhe explico: você despontou-se, saiu da Ilha, atravessou a fronteira do mundo. Os lugares*

16 *são bons e ai de quem não tenha o seu, congênito e natural. Mas os lugares nos aprisionam, são raízes que amarram a vontade da asa.*
A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende
19 *ao chão. E você saltou essa fronteira. Se afastou não em distância, mas se alonjou da nossa existência.*
Antes, seu pai estava bem consigo mesmo, aceitava o tamanho que você lhe dava. Desde a sua partida ele se tornou num estranho, alheio e distante. Seu velhote passou a destratá-lo? Pois ele se defende de si mesmo. Você, Mariano, lhe lembra
22 *que ele ficou, deste lado do rio, amansado, sem brilho de viver nem lustro de sonhar.*

Mia Couto. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 64-5.

(Diplomacia 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, de acordo com o texto.

(1) Assim que voltou a Luar-do-Chão para o funeral do pai, ao reentrar na casa, Mariano deparou com os mortos.

(2) Mariano encontrou cartas, que mais pareciam relatos e comentários orais do que mensagens escritas, e cuja leitura lhe causou assombro.

(3) Quando voltou para a Ilha, Mariano percebeu que a saudade do pai havia-se transformado em tristeza e desapontamento.

(4) Na Ilha de Luar-do-Chão, a prisão psicológica vivenciada pelos habitantes os tornava impotentes para dali saírem, por medo do desconhecido.

1: Errado (Interpretação) Extrapolação: há a informação de que ele se deparou apenas com um morto, o velho Mariano;
2) Anulado (Interpretação);
3: Errado (Interpretação) Extrapolação: em nenhum momento do texto, é dito que Mariano ou seu pai tenham sentido saudade do que quer que seja;
4: Certo (Interpretação) O seguinte trecho comprova a veracidade da afirmação: *A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende ao chão.*

Gabarito 1E, 2Anulada, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) A propósito dos componentes semântico e estilístico do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A epígrafe do texto estrutura-se em um jogo de palavras.

(2) No texto, a oposição ou contraste como estratégia argumentativa pode ser exemplificada em vários enunciados, entre eles: *"Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida."* (*l*.7) e *"encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher"* (*l*.9).

(3) O sentido do trecho *"feridas da boca se curam com a própria saliva"* (*l*.10) equivale ao do clássico provérbio Amor com amor se paga.

(4) É exemplo de paralelismo sintático o estilo de construção do trecho "você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura" (*l*.11).

1: Certo (Gêneros Textuais) Jogo de palavras é uma reescrita de um texto, empregando-se parcialmente as palavras originais, mas, em geral, de forma a se alterar o sentido. No caso, o segundo verso retoma o primeiro por meio de um jogo de palavras;
2: Certo (Figuras de linguagem) Podem-se apontar pelo menos as seguintes antíteses nos trechos presentes na questão: morto x vida // folha escrita x vazio;
3: Errado (Interpretação) O provérbio "amor com amor se paga" pode ser interpretado como uma retribuição igualitária do sentimento amoroso. Já o trecho "feridas da boca se curam com a própria saliva", como um fato ou uma recomendação de que aquele que sofre um mal irá resolvê-lo com seus próprios recursos. Em outras palavras, o primeiro se constrói com a ideia de reciprocidade e o segundo com a de reflexibilidade;
4: Certo (Paralelismo) Há três coordenações de termos sintaticamente equivalentes: 1ª de pronomes pessoais, 2ª de locuções e 3ª e mais significativa de orações de mesma estrutura sintática: pronome pessoal como sujeito, verbo "dar" e um substantivo com artigo como objeto direto.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) A propósito da sintaxe de regência do português do Brasil, comparativamente à variedade encontrada no texto do moçambicano Mia Couto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) Em "*comparecer perante um funeral*" (*l*.6), a preposição a substitui corretamente a que foi empregada.

(2) Em "*Comece em seu pai, Fulano Malta*" (*l*.13), o emprego do verbo transitivo indireto obedece à prescrição gramatical brasileira.

(3) No trecho *"ele se tornou num estranho, alheio e distante"* (*l*.20-21), a regência do verbo tornar corresponde à que é prescrita no português do Brasil.

(4) Para adequar o trecho "*lhe lembra que ele ficou*" (*l*.21-22) à prescrição gramatical brasileira, seria necessário acrescentar a preposição de antes da conjunção "que".

1: Certo (Regência Verbal) Abaixo a descrição parcial desse verbo como aparece no Dicionário de Regência Verbal de Celso Pedro Luft:
a) aparecer, apresentar-se em local determinado.
VI: *O funcionário tem comparecido.*
VTI, a/em: *O funcionário tem comparecido à repartição/na repartição.*
b) Ir a juízo, por si ou por seu procurador, perante magistrado ou autoridade judicial a que foi intimado; apresentar-se a autoridade (judicial), prestar contas.
VTI, a/em/ante/perante: *É intimado a comparecer perante o Tribunal para responder por crimes;*
2: Errado (Regência Verbal) A proposta feita ao leitor da carta é que ele salve a família. O verbo **começar**, portanto, é um auxiliar cujo principal, que é transitivo direto, e complemento, que é OD, estão em elipse: "comece a salvar a família (ou "os familiares") em seu pai". O termo "em seu pai" deve ser classificado como adjunto adverbial de ordem;
3: Errado pelo gabarito oficial. (Análise sintática) O gabarito está errado, pois essa regência está registrada nos dicionários de regência de Celso Pedro Luft e de Francisco Fernandes;
4: Errado (Regência Verbal) O verbo **lembrar** está empregado no sentido de **trazer à lembrança** e rege dois complementos. A oração iniciada pela conjunção **que** não pode receber preposição por exercer a função de objeto direto.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E / Gabarito nosso: 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) As opções a seguir descrevem marca(s) linguística(s) contida(s) no texto. Assinale a opção em que a(s) marca(s) apontada(s) **não** corresponde(m) a traço(s) de oralidade do texto.

(A) Emprego do vocativo “Mariano” e uso do pronome você, para construir o discurso direto.

(B) Flexibilidade na colocação de pronomes átonos, como em “Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute” (*l*.5) e “Lhe explico” (*l*.15).

(C) O emprego do vocábulo “Pois” como marcador discursivo no trecho “Pois lhe digo” (*l*.14-15).

(D) Ocorrência de interrogações em discurso direto, como em “Às vezes, seu pai lhe tem raiva?” (*l*.14) ou “Seu velhote passou a destratá-lo?” (*l*.21).

(E) Não-contração da preposição “de” com o pronome “ele”, que é sujeito de infinitivo, conforme ocorre em “Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai” (*l*.13).

A: Certo (Tipos de Discurso) A carta representa a fala de uma personagem e, por ter sido transcrita no texto, sem reelaboração do narrador, corresponde a uma fala em discurso direto. A presença de **vocativo** e do pronome **você** caracterizam um diálogo e são, portanto, podem ser traços de oralidade;
B: Certo (Colocação pronominal) Iniciarem-se orações com pronome oblíquo átono constitui marca de oralidade, por ser essa uma colocação informal;
C: Certo (Marcador Discursivo) Marcadores discursivos são palavras invariáveis que são provenientes de várias classes e que assumem uma determinada função semântica de interação entre falantes num determinado contexto. A palavra “pois” como conjunção poderia assumir três valores: conjunção coordenativa explicativa, coordenativa conclusiva ou subordinativa causal. No contexto em questão, ela vale, contudo, como um marcador discursivo que indica que o emissor vai retificar um pensamento do seu interlocutor. Como marcam interação entre interlocutores, eles são marcas de oralidade;
D: Certo (Tipos de Discurso) As interrogações são em geral marcas de interlocução. No caso das selecionadas, há a presença de pronomes de terceira pessoa com valor de segunda, o que assegura a presença da interlocução, traço de oralidade;
E: Errado (Preposicionamento do sujeito) O fato descrito – a não contração de preposição com sujeito de infinitivo – é um preceito da norma culta pouco comum na oralidade.
GABARITO “E”

Texto para as próximas quatro questões.

1 Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais a uma fazenda bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernâni, pobres
4 arquitetos profissionais, achem que não.
Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve ser habitável porém inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se
7 devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos. Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe.
10 Quando acaso descerem ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas; e como crianças são animais levianos, é preciso que se intriguem um pouco, tenham uma certa perspectiva histórica, meditem que, por mais incrível e extraordinário que pareça, as pessoas grandes também já foram crianças, a sua avó já foi a bailes, e outras coisas instrutivas que são um pouco
13 tristes mas hão de restaurar, a seus olhos, a dignidade corrompida das pessoas adultas.
Convém que as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo do escuro, ou de aranhas--caranguejeiras,
será o grande medo do Tempo, esse bicho que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras
16 os sapatos da criança, sua roupinha, sua atiradeira, seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a própria criança.
O único perigo é que o porão faça da criança, no futuro, um romancista introvertido, o que se pode evitar desmoralizando periodicamente o porão com uma limpeza parcial para nele armazenar gêneros ou utensílios ou mais facilmente tijolo, por
19 exemplo; ou percorrendo-o com uma lanterna elétrica bem possante que transformará hienas em ratos e cadafalsos em guarda--louças.
Ao construir o porão deve o arquiteto obter um certo grau de umidade, mas providenciar para que a porta de uma das
22 entradas seja bem fácil de arrombar, porque um porão não tem a menor utilidade se não supomos que dentro dele possa estar escondido um ladrão assassino, ou um cachorro raivoso, ou ainda anarquistas búlgaros de passagem por esta cidade.
Um porão supõe um alçapão aberto na sala de jantar. Sobre a tampa desse alçapão deve estar um móvel pesado, que fique
25 exposto ao sol ao menos duas horas por dia, de tal modo que à noite estale com tanto gosto que do quarto das crianças dê a impressão exata de que o alçapão está sendo aberto, ou o terrível meliante já esteja no interior da casa.

Rubem Braga. **Um pé de milho**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 129-31 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos sintático--semânticos do texto.

(1) No segundo parágrafo, tanto o emprego da palavra “cemitério” (*l*.7) quanto a comparação entre o porão e o “subconsciente dos vivos” (*l*.8) evidenciam que o sentido produzido, nesse trecho do texto, é o de fim completo das coisas.

(2) Na linha 10, a substituição do vocábulo "acaso" por **caso** prejudicaria o sentido do período, mas a substituição do mesmo vocábulo por **porventura** manteria a coerência textual do trecho.

(3) Conclui-se da leitura do texto que nenhuma criança que more em casa sem porão se transformará em um romancista introvertido.

(4) Depreende-se do texto que moralizar o porão significa mantê-lo razoavelmente limpo e iluminado.

1: Errado (Interpretação) Um cemitério e o subconsciente não se prestariam a representar metaforicamente o fim completo das coisas, pois elas continuam a existir ainda que no estado precário de restos mortais ou de existência aquém da consciência. No texto, eles representam a guarda de objetos sem utilidade num local em que acabem sendo esquecidos. Eles, contudo, estão lá preservados e podem ser redescobertos e, com isso, o tempo a que pertenceram pode ser evocado;
2: Certo (Vocabulário) Os advérbios "acaso" e "porventura" são sinônimos e conferem fortuidade às ações a que se relacionam. Já a o termo "caso" prejudicaria a estruturação sintática por tender a ser interpretado como conjunção num contexto em que já há a presença de outra: quando;
3: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola o texto: este dá a entender que o porão é um elemento possível de transformação de uma criança num romancista introvertido (5º parágrafo), mas não que o porão seja indispensável para que isso ocorra;
4: Errado (Interpretação) Pelo que consta no texto, a limpeza e a iluminação desmoralizam o porão (5º parágrafo), entendido isso como a retirada do seu poder de impressionar a imaginação da criança e causar-lhe medo.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) No terceiro parágrafo, nas expressões "a sua avó" (*l*.12) e "a seus olhos" (*l*.13), os pronomes possessivos remetem ao referente "pessoas grandes" (*l*.12).

(2) Na linha 17, o termo "um romancista introvertido" exerce função sintática de predicativo do objeto "da criança".

(3) Em "a menor utilidade" (*l*.22), o emprego do adjetivo no grau superlativo estabelece comparação entre as três possíveis utilidades supostas para um porão.

(4) Caso o acento grave de "à noite" (*l*.25) seja suprimido, a coesão e a coerência textuais do período em que se insere essa expressão serão prejudicadas.

1: Errado (Coesão) O referente dos possessivos é "crianças";
2: Certo (Análise sintática - predicativo) O verbo "faça" é, no contexto em que aparece, transitivo predicativo, ou seja, além do objeto (ser que sofreu transformação: criança) pede também um predicativo desse objeto (estado transformado do ser: um romancista introvertido);
3: Errado (Flexão de Grau do Adjetivo) As três suposições citadas constituem condições necessárias para que o porão seja útil, e não a indicação de sua utilidade. O superlativo, portanto, expressa enfaticamente a ausência de utilidade, caso aquelas três suposições não sejam possíveis. Além disso, não há comparação entre essas suposições;
4: Certo (Crase) A supressão da crase alteraria a função sintática do termo que de adjunto adverbial de tempo passaria a ser o sujeito do verbo "estalar". A coesão estaria, portanto, prejudicada, já que se perderia o valor anafórico que a elipse do sujeito possui de retomada do termo "móvel pesado". A coerência, igualmente, seria prejudicada de modo que ou o texto passaria a ser incoerente, ou teria que ser interpretado metaforicamente, mas ainda assim se distanciando do sentido pretendido pelo emissor.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) Acerca da organização, da linguagem e dos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Em "incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco" (*l*.2), o vocábulo sublinhado pode ser corretamente substituído por **inclusive**.

(2) Em "Nada sei dessas coisas" (*l*.2-3), "entendo alguma coisa de arquitetura urbana" (*l*.3), "a primeira coisa a respeito de uma casa" (*l*.5), "cemitério das coisas" (*l*.7) e "coisas instrutivas" (*l*.12), a palavra "coisas" (ou seu singular "coisa") está empregada com o mesmo sentido.

(3) O recurso a processos de formação de palavras derivadas pode ser exemplificado em "habitável porém inabitado" (*l*.6).

(4) O sentido de *posição inferior*, em "sob os pés da família" (*l*.7-8) e "subconsciente" (*l*.8), é expresso, respectivamente, por meio do uso de uma preposição e de um prefixo.

1: Errado (Coesão) Embora a substituição proposta preserve o sentido, ela gera um problema de coesão: a repetição de palavras, pelo fato de os termos "incluindo" e "inclusive" serem cognatos;
2: Errado (Vocabulário) Nada sei dessas coisas = Nada sei desse assunto/dos requisitos essenciais de uma fazenda lírica. // entendo alguma coisa de arquitetura urbana = tenho alguns rudimentos de arquitetura urbana // a primeira coisa a respeito de uma casa = o elemento mais essencial a respeito de uma casa // cemitério das coisas = cemitério dos objetos // coisas instrutivas = fatos instrutivos;
3: Certo (Formação de palavras) Para reforçar de forma sucinta o paradoxo da condição de se ter num porão boas condições para a ocupação, mas não se ter ninguém ocupando, empregaram-se duas palavras cognatas que, pelo concurso de afixos, geraram o paradoxo: habitável = derivação sufixal // inabitado = derivação imprópria seguida de prefixal;
4: Certo (Estrutura de palavras) Ambos, de fato, possuem sentido de posição inferior e possuem classificação gramatical diferente: sob = preposição (forma livre) // sub = prefixo (forma presa).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) A crônica de Rubem Braga

(A) parafraseia as páginas de Ciro dos Anjos.

(B) contém recomendações arquitetônicas dignas de profissionais.

(C) exige que toda casa tenha um porão que vá da frente aos fundos do terreno.

(D) confere ao porão grande relevância para as crianças.

(E) define o porão como um espaço de horror e repulsa infantil.

A: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: o texto de Ciro dos Anjos serve apenas de mote ao de Rubem Braga;
B: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: as apreciações sobre arquitetura são de caráter poético e psicológico;
C: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: o porão deve ir da frente ao fundo da casa, não do terreno;
D: Certo (Interpretação) O porão no texto cumpre um papel relevante no imaginário da criança, seja como meio que permite que ela reflita sobre a vida pregressa de seus parentes, seja como elemento que lhe serve de percepção e consequente temor, ainda que não de todo consciente, da passagem do tempo;
E: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: de acordo com o texto, as crianças devem sentir "um certo medo"; além disso ele dá a entender que elas o visitariam, portanto o porão deve causar mais fascínio do que repulsa.

GABARITO "D"

Texto para as próximas seis questões.

Origem das culturas

1 O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua por causa da namorada comum, que devia chamar-se Marlene. O duelo durou vinte minutos e cinquenta pessoas assistiram. A dificuldade total foi reconstituir o delito, porque tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz as espontâneas e numerosas
4 testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. Como começara e como findara a luta foi impossível apurar. E todos tinham assistido...
Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando
7 ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da narrativa. Imagine-se há milênios...
A visão do homem pré-histórico padece dessas dificuldades. Reerguer as cidades em ruínas sem a orientação do plano
10 anterior. Paisagens de intermitências que antes eram continuidades lógicas.
Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense. A velha divisão de Thomsen (Chistian Jungensen Thomsen, 1788-1865) data de 1835; estudando o Homem pelas indústrias iniciais
13 — Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida, Idade dos Metais —, fixa a origem insofismável das culturas.
Creio que do ponto de vista didático o nascimento da cultura humana iniciou-se com os vestígios materiais da indústria lítica, enfrentando pela inteligência o complexo atordoador da natureza hostil e virgem. Articulá-la com o esforço animal, na
16 plenitude do instinto defensivo, é apenas um exercício intelectual em favor da ditadura biológica. Essa exaltação do orgânico em detrimento do social reduz a tenacidade do esforço humano, em centenas e centenas de séculos, ao humilhante plano da causalidade ou do fatalismo, inaceitáveis ambos. Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo
19 primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*, porque justamente o tipo menos biologicamente resistente foi o escolhido para a vitória fisiológica de todas as forças brutas, bestiais e telúricas, ensinar-nos da aprendizagem pela observação zoológica jamais provará por que o Rei da Criação, senhor das técnicas, não conseguiu a perfeição maquinal das
22 formigas, das abelhas e dos castores. E continua tendo problemas de organização e de acomodação no meio dos semelhantes, inquietos e desconfiados.
Creio que a cultura nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato. Diante da premência da fome, frio e
25 desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica improvisada pela urgência vital.

Luís da Câmara Cascudo. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. 2.ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983, p. 65-6 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) De acordo com as ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Por não estarem sujeitas a testemunhos divergentes, as narrativas de episódios longínquos do passado são mais fiáveis que as de eventos mais recentes.

(2) Os estudos de Thomsen, que datam da primeira metade do século XIX, dedicam-se às culturas do início da Revolução Industrial.

(3) A explicação meramente biológica dos primórdios da cultura humana não faz jus ao engenho humano.

(4) O termo “o Rei da Criação” (*l*.21) refere-se a um ente divino.

1: Errado (Interpretação) Contradição: se o texto afirma que a memória tem um efeito transfigurador sobre os fatos vividos, o que comprometeria sua fiabilidade, que dirá daqueles que são transmitidos por gerações e, portanto, sofrem o efeito da memória daqueles que os vivenciaram e dos que dele tomam contato por documentos ou relatos;
2: Errado (Interpretação) Troca de informação: os estudos de Thomsen dedicam-se a fatos pertencentes à Pré-História;
3: Certo (Interpretação) Segundo o autor, a cultura humana é produto da sua inteligência e, ainda que nos primórdios esta tenha se empenhado a dar conta do desafio representado por uma natureza hostil e virgem (causa biológica), a gênese da cultura humana não pode ser explicada apenas como resultante do instinto defensivo animal;
4: Errado (Interpretação) Troca de informação: o termo refere-se ao ser humano.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Acerca dos sentidos e dos elementos de coesão e de referenciação presentes no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O substantivo “duelo” (*l*.2) resume, com certa dose de ironia, o episódio narrado no primeiro período do texto.

(2) O termo “Esse processo transfigurador da memória” (*l*.6) está empregado em referência a um vocábulo específico dos dois últimos períodos do primeiro parágrafo do texto.

(3) O termo “dessas dificuldades” (*l*.9) sumaria os efeitos da transfiguração da memória descritos no parágrafo anterior.

(4) O termo “Essa exaltação do orgânico em detrimento do social” (*l*.16-17) retoma e amplia a idéia de “um exercício intelectual em favor da ditadura biológica” (*l*.16).

1: Certo (Figuras de linguagem) Empregar-se o termo duelo – que pode significar um combate ordenado de cavaleiros por questões de honra – para designar uma briga de rua de motivação reles revela de fato uma ironia;
2: Errado (Coesão) O termo refere-se ao fato de as testemunhas terem prestado depoimentos inteiramente contraditórios;
3: Certo (Coesão) O termo “dessas dificuldades” refere-se aos elementos presentes nas cinco orações adjetivas reduzidas de gerúndio que indicam no que consiste o processo transfigurador da memória: “desajustando”, “confundido”, “antecipando ou postergando”, “perturbando”;
4: Certo (Coesão) A exaltação do orgânico é justamente a perspectiva de maior relevância do aspecto biológico na criação e desenvolvimento da cultura, pois esse aspecto considera a cultura um desdobramento da busca de defesa do homem no ambiente hostil da natureza.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Acerca dos aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A complementação da forma verbal "assistiram" (*l*.2) pelo pronome pessoal **o**, na modalidade **no**, manteria a correção gramatical do período.

(2) No período "Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da narrativa" (*l*.6-8), o núcleo do predicado da oração principal é um verbo empregado sem complemento.

(3) Na oração "Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*" (*l*.18-19), o adjetivo "contemporânea" modifica o substantivo "explicação".

(4) O fragmento "Diante da premência da fome, frio e desabrigo" (*l*.24-25) pode, sem que se contrarie a prescrição gramatical, ser reescrito da seguinte forma: *Diante da premência da fome, do frio e do desabrigo*.

1: Errado (Regência verbal) O verbo "assistir" no sentido de "ver" e "presenciar" rege objeto indireto com preposição "a". Ele, contudo, não aceita emprego de oblíquo átono como objeto (lhe), portanto, se se quiser explicitar o complemento do verbo, empregando-se pronome pessoal, obter-se-á a seguinte forma: assistiram a ele;
2: Certo (Análise sintática) Sendo a oração principal "Esse processo transfigurador da memória, (...) interfere como autodefesa inconsciente e instintiva...", o núcleo do seu predicado é a forma verbal "interfere" cujo objeto está elíptico;
3: Errado (Análise sintática) O adjetivo "contemporânea" é um adjunto adnominal do substantivo "doutrina";
4: Certo (Paralelismo) Todos os três elementos ligam-se ao substantivo "premência" por meio da preposição "de". Na frase original, essa preposição se encontra em zeugma nos dois últimos termos; na reescrita, ela foi explicitada.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) Com relação à organização, à linguagem e aos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor vale-se da narrativa, na introdução do texto, para captar a atenção do leitor, conduzir-lhe o raciocínio e ilustrar a ideia a ser desenvolvida.

(2) O autor emprega linguagem precisa em "Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense" (*l*.11) e "processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*" (*l*.19).

(3) No quinto parágrafo, o autor constrói, para a forma verbal "reduz" (*l*.17), um complemento verbal composto: "a tenacidade do esforço humano" (*l*.17) e "em centenas e centenas de séculos" (*l*.17).

(4) Para evitar a estrutura oracional e tornar o texto mais conciso, o autor recorreu ao processo de derivação de palavras em "nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato" (*l*.24).

1: Certo (Interpretação) A narrativa consiste num elenco de fatos encadeados de modo a se ter um começo e um fim, ou seja, é um texto no qual se conta uma história. No caso, temos a narração da luta do soldado com o marinheiro;
2: Certo (Interpretação) A presença de termos técnicos caracteriza a linguagem como precisa;
3: Errado (Análise sintática) O verbo **reduz** é transitivo direto e indireto e possui, portanto, dois objetos: um direto - " a tenacidade do esforço humano, em centenas e centenas de séculos" e outro indireto - "ao humilhante plano da causalidade ou do fatalismo". O termo "em centenas e centenas de séculos" é um adjunto adnominal do substantivo "esforço";
4: Errado (Análise sintática) O processo que nomeia a junção de radicais ou palavras numa única palavra é a composição. A derivação nomeia, basicamente, processos de junção de afixos a radicais ou a palavras.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Cada uma das opções subsequentes reproduz períodos do texto, aos quais se acrescentaram uma ou mais vírgulas, que aparecem negritadas e sublinhadas, seguindo-se uma justificativa. Assinale a opção em que é **improcedente** a justificativa apresentada para o acréscimo da(s) vírgula(s).

(A) O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua**,** por causa da namorada comum, que devia chamar-se Marlene. **Justificativa**: a vírgula separa adjuntos adverbiais que expressam noções diferentes.

(B) O duelo durou vinte minutos**,** e cinquenta pessoas assistiram. **Justificativa**: a vírgula separa orações coordenadas que, unidas pela conjunção "e", têm sujeitos diferentes.

(C) A dificuldade total foi reconstituir o delito, porque**,** tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz**,** as espontâneas e numerosas testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. **Justificativa**: as vírgulas isolam o adjunto adverbial antecipado.

(D) Como começara e como findara a luta**,** foi impossível apurar. **Justificativa**: a vírgula isola oração subordinada adverbial antecipada.

(E) Diante da premência da fome, frio e desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica**,** improvisada pela urgência vital. **Justificativa**: a vírgula indica elipse do verbo.

A alternativa "D" está errada (Pontuação). Trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta justaposta que tem como termo subordinante o verbo "apurar". A virgulação se explica pelo fato de ela estar deslocada para o início do período, figura de colocação chamada prolepse.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2008) Considerando os sentidos do texto, assinale a opção em que o vocábulo em negrito é sinônimo contextual do termo transcrito.

(A) "padece" (*l*.9) — **prescinde**
(B) "lítica" (*l*.15) — **pétrea**
(C) "tenacidade" (*l*.17) — **desvario**
(D) "telúricas" (*l*.20) — **ferozes**
(E) "maquinal" (*l*.21) — **mecânica**

A: Errado (Vocabulário) padece = sofre / prescinde = não necessita;
B: Errado (Adequação Vocabular) Embora "lítico" e "pétreo" possam ser sinônimos, equivalentes à locução adjetiva "de pedra", o emprego de lítico é mais adequado pelo fato de se estar tratando de períodos da Pré-história que possuem esse radical nos seus nomes: Paleolítico e Neolítico;

C: Errado (Vocabulário) tenacidade = resistência / desvario = loucura;
D: Errado (Vocabulário) telúricas = que se origina da Terra ou do solo / ferozes = bravios;
E: Certo (Adequação vocabular) Ambos os termos enaltecem a perfeição das formigas, conferindo-lhe a ideia de precisão.
Gabarito "E"

Texto para as próximas quatro questões.

1 Há algo que une técnicos e humanistas. Ambos se
crêem marcados por um fator distintivo, inerente a seus
cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do
4 trabalhador manual ou mecânico. Gramsci percebe nessa
crença um ranço ideológico da divisão do trabalho:
"Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e
7 degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um
mínimo de atividade intelectual criadora.
Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer, mas
10 nem todos os homens têm na sociedade a função de
intelectuais. Não se pode separar o *Homo faber do Homo
sapiens*."
13 O que distingue, portanto, a figura pública do homem
da palavra é a rede peculiar de funções que os intelectuais
costumam desempenhar no complexo das relações sociais.
16 À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico,
restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o
humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão
19 fechando em suas *pseudototalidades*. O seu conhecimento
político decairá. E o sistema, contentando-se com alguns
profissionais mais à mão, alijará dos centros de decisão a
22 maior parte dos intelectuais.
Um Gramsci puramente historicista talvez não pudesse
dizer mais nada. Os fatos têm a sua razão, os intelectuais são
25 o que são, e ponto-final. Mas Gramsci foi um pensador
revolucionário. Por isso, via uma possibilidade de projeto no
intelectual moderno, que sucederia, nesse caso, o apóstolo e
28 o reformador de outrora.

Alfredo Bosi. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Ática, 1988, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Com base no texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Segundo Gramsci, quanto mais complexa for a relação social, mais tênue será a distinção entre *Homo faber e Homo sapiens*.

(2) De acordo com o Gramsci historicista, as funções desempenhadas pelos intelectuais na sociedade distinguem-nos dos trabalhadores manuais tanto quanto o dom da inteligência.

(3) A especialização pode comprometer a competência política tanto dos intelectuais quanto dos técnicos.

(4) Na atividade intelectual, a competência política é mais relevante que a competência técnica do profissional.

1: Errado (Interpretação) O aumento da complexidade da relação social pressupõe um aumento da especialização profissional, o que tenderia a separar aqueles que se dedicam a atividades intelectuais daqueles que exercem trabalhos manuais ou mecânicos;
2: Errado (Interpretação) Segundo Gramsci, o dom da inteligência não é exclusivo dos intelectuais ou técnicos (1º parágrafo);
3: Certo (Interpretação) A afirmação pode ser validada pela seguinte passagem: "À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão fechando em suas pseudototalidades. O seu conhecimento político decairá.";
4: Errado (Interpretação) Em nenhuma parte do texto são estabelecidos graus comparativos de relevância para essas duas competências, o que se defende é a importância do conhecimento político.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Em cada um dos itens abaixo é apresentada, em relação a trechos do texto, uma alternativa de colocação pronominal. Com base na prescrição gramatical, julgue (C ou E) cada proposta apresentada.

(1) "que os apartaria" (*l*.3) / **que apartá-los-ia**

(2) "Ambos se crêem marcados" (*l*.1-2) / **Ambos crêem-se marcados**

(3) 'Não se pode separar' (*l*.11) / **Não pode-se separar**

(4) "um e outro se irão fechando" (*l*.18-19) / **um e outro irão-se fechando**

1: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, emprega-se próclise;
2: Certo (Colocação pronominal) Questão problemática: embora a palavra "ambos" não apareça como fator de próclise em diversos autores, ela é assim descrita na "Nova Gramática do Português contemporâneo" de Celso Cunha e Lindley Cintra, que constava da bibliografia recomendada pelo concurso;
3: Errado (Colocação pronominal) Em locuções verbais com palavra atrativa, não se deve colocar o oblíquo enclítico ao auxiliar. Há, portanto, duas possibilidades: "Não se pode separar" e "Não pode separar-se";
4: Errado (Colocação pronominal) Há dois motivos que impedem a ênclise: 1º "um e outro" é uma locução pronominal indefinida, que é fator de próclise. 2º Ainda que não houvesse fator de próclise, no lugar da ênclise, deveria ter sido empregada a mesóclise, pois a forma verbal "irão" está no futuro do presente.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Acerca de aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A inserção do fragmento **que é** imediatamente antes da expressão "inerente a seus cérebros" (*l*.2-3), apesar de atender a preceito gramatical, não resultaria em estrutura mais adequada estilisticamente que a original, se considerado o contexto do período.

(2) O emprego de acento gráfico na forma verbal "crêem" (*l*.2) atende à mesma regra que determina a acentuação gráfica das seguintes formas verbais flexionadas no plural: têm, vêem, vêm e dêem.

(3) O período "Todos os (...) de intelectuais" (*l*.9-11) poderia, sem que se alterasse seu sentido original, ser corretamente reescrito da seguinte forma: Pode-se dizer que, apesar de não exercer sempre, na sociedade, a função de intelectual, todo o ser humano é intelectual.

(4) A forma verbal "apartaria" (*l*.3) está flexionada no futuro do pretérito porque denota uma ação que compõe uma hipótese, uma suposição.

1: Certo (Análise sintática) A substituição proposta transformaria o adjunto adnominal "inerentes a seus cérebros" em uma oração adjetiva restritiva. Embora gramaticalmente possível, tal troca é desnecessária, pois a escolha pelo emprego de adjunto adnominal deixa o trecho mais conciso;
2: Errado (Acentuação gráfica) A regra que determinava a acentuação das formas "crêem", 'vêem" e "dêem" é diferente da que ainda determina a acentuação das formas "têm" e "vêm". As formas verbais "crer", "dar", "ler" e "ver" – mnemonicamente designadas por credelevê – e suas formas derivadas eram acentuadas na terceira pessoa do plural – "crêem", "dêem", "lêem" e "vêem" –, o recente acordo ortográfico extinguiu esse acento. Os verbos "ter" e "vir" e formas derivadas recebem acento diferencial na terceira pessoa do plural do presente do indicativo para distingui-las das formas plurais: ele tem, ele contém, ele vem, ele convém // eles têm, eles contêm, eles vêm, eles convêm;
3: Errado (Emprego dos pronomes) O trecho "todo o ser humano" refere-se à totalidade dos seres humanos;
Deveria, portanto, ser escrita da seguinte maneira: "todo ser humano";
4: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O verbo "apartaria" expressa uma condição que se constitui numa crença que será questionada no texto, daí o emprego do futuro do pretérito do indicativo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que a relação lógica estabelecida no período traduz, de forma coerente, ideia apresentada no texto.

(A) Porquanto técnicos e intelectuais creiam serem marcados por um fator distintivo, há algo que os discrimina.

(B) Quando técnicos e intelectuais se isolam, há comprometimento de seu conhecimento político.

(C) À proporção que o trabalho manual se torna menos mecânico, mais degradado ele se torna.

(D) O sistema estabelecido afasta de tal forma parte dos intelectuais da tomada de decisão, que se restringe a recrutar somente técnicos mais disponíveis.

(E) Embora fosse um historicista, Gramsci admitiu a possibilidade de projeto no intelectual moderno, que superaria a prevalência do técnico na sociedade.

A alternativa "B" está certa (Interpretação) O trecho que prova que a alternativa B é a correta é o seguinte: "À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, *um e outro se irão fechando* em suas pseudototalidades. *O seu conhecimento político decairá.*"

Gabarito "B"

(Diplomacia 2007) Entre as opções a seguir, que formam em seu conjunto um texto, assinale a que **não** apresenta erro de pontuação.

(A) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia seriam filosofia de não-filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura.

(B) Ora, tanto os técnicos, quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois, é nos pólos isolados da estrutura ou do sujeito, que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter, próprio da política em face da economia.

(C) Paradoxalmente, esse modo de pensar Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico.

(D) Para Gramsci, a vontade é, não só a condição de existência da política mas, um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce.

(E) O intelectual que ignora o tecido de vínculo e violência com que se amarram as classes sociais não poderá atingir o limiar da "consciência da necessidade", que é, por sua vez, condição para que se produza uma vontade de agir sobre as estruturas. É preciso que ele se encaminhe para uma teoria rigorosa, sem a qual os seus ímpetos de demolir estruturas poderão ser truncados pela tecnologia míope ou diluídos pelo humanismo retórico.

Trechos adaptados de Alfredo Bosi. *Op. cit.*, p. 243-4.

A: Errado (Pontuação) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia(1) seriam

filosofia de não-filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria(2), via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura. (1): falta a vírgula que isolaria a expressão de exemplificação. (2): falta a vírgula que isolaria a expressão adverbial;
B: Errado (Pontuação) Ora, tanto os técnicos,(1) quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois,(2) é nos polos isolados da estrutura ou do sujeito,(3) que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter,(4) próprio da política em face da economia.
(1): separa indevidamente os núcleos do sujeito composto coordenado pela estrutura "tanto...quanto". (2) e (3): isola indevidamente o objeto indireto, separando, inclusive, o termo "é" do "que", os quais constituem uma partícula de realce. (4): separa indevidamente o adjunto adnominal do seu núcleo, gerando um sentido não desejado;
C: Errado (Pontuação) Paradoxalmente, esse modo de pensar(1) Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce(2) que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal(3) a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico. (1): falta a vírgula que isolaria o objeto pleonástico invertido. (2): falta a vírgula que tornaria, como é desejável, a oração adjetiva restritiva em explicativa. (3): falta a vírgula que com a anterior isolaria o predicativo do objeto;
D: Errado (Pontuação) Para Gramsci, a vontade é,(1) não só a condição de existência da política mas,(2) um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce. (1): separa indevidamente o predicativo do verbo de ligação. (2): separa os núcleos do predicativo coordenados pela estrutura "não só...mas";
E: Certo.
GABARITO "E"

Texto para as próximas três questões.

1 Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a
sociedade indiana em mais de 2.000 castas, os 60 anos dos
ideais liberais de Gandhi e os 10 anos da legalização do
4 casamento entre castas revelam-se impotentes para
transformar a organização hierárquica da sociedade. Em
confronto direto com o costume milenar, o governo da Índia
7 oferece uma recompensa de R$ 2.400 para homens e mulheres
de diferentes grupos sociais que formalizem sua união.
O dinheiro equivale ao dobro da renda per capita
10 anual do país. O governo justifica que a medida é um passo
para a reacomodação das desigualdades. Para grande parte da
sociedade, é um passo no escuro.
13 O governo — que já enfrenta protesto contra cotas em
universidades — vê-se, agora, diante de um desafio maior.
O esquema está sob ataque de todos os lados. Os
16 conservadores alegam que a medida é gatilho para o caos
social. Os liberais sustentam que poucos vão receber a oferta
porque o dinheiro vai desaparecer no bolso de autoridades
19 corruptas.
Indianos de castas mais baixas dizem que rejeitariam
a recompensa, pois perderiam o acesso preferencial às
22 universidades, garantido pelas já controversas cotas. Hoje, o
governo oferece 22,5% das vagas aos intocáveis, os últimos
na hierarquia hindu, mas pretende aumentá-las para 50%.
25 "Sei que esta não é a única maneira de pôr um fim à
discriminação, mas é preciso começar de algum lugar",
defende a ministra da Justiça Social. Para a socióloga Radhika
28 Chopra, a oferta é uma forma de sinalizar que esses
casamentos não devem ser condenados. "Com a medida, o
governo apoia os indivíduos que transgrediram barreiras
31 sociais e mostra que podem funcionar como exemplos",
acrescenta a socióloga.

Jornal do Brasil, 17/12/2006 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) No que se refere a funções da linguagem, predomina, no texto, a função

(A) fática, visto que o autor do texto busca, de forma sutil, convencer os leitores dos benefícios do projeto que visa incentivar o casamento entre pessoas pertencentes a castas diferentes.

(B) metalinguística, haja vista o foco em aspectos intertextuais, como demonstram as diversas vozes que acompanham a informação divulgada.
(C) emotiva, dado que são as falas das autoridades entrevistadas que direcionam a forma como as informações são apresentadas.
(D) conativa, visto que as opiniões expressas estão devidamente referenciadas, não havendo, portanto, perda de objetividade na transmissão das informações.
(E) referencial, dado que a ênfase recai nas informações a respeito de determinado assunto.

A alternativa certa é a “E” (Funções da linguagem) Sendo um texto de reportagem típico – impessoal, com linguagem objetiva –, tem-se o predomínio da função referencial.
GABARITO “E”

(Diplomacia 2007) Com base no texto, assinale a opção correta.

(A) Na Índia, a recompensa estabelecida para casamentos entre pessoas pertencentes a castas diferentes é abonada pelos intelectuais hindus, especialmente pelos sociólogos.
(B) Algumas pessoas indianas de castas mais baixas não se casam com as de castas mais altas para não perderem direito de acesso automático à universidade.
(C) Apesar de, na Índia, a organização social em castas ter ruído há mais de uma década, os comportamentos sociais pouco se alteraram.
(D) O tema principal que se depreende da notícia veiculada é a dificuldade de superação de valores sociais em sociedade marcadamente tradicionalista e rigorosamente hierarquizada.
(E) É correto concluir do texto que a recompensa estabelecida na Índia para casamentos entre indivíduos pertencentes a castas diferentes é um benefício que não contempla casamentos realizados anteriormente à vigência da lei.

A: Errado (Interpretação) É dito no texto que o “esquema está sob ataque de todos os lados”;
B: Errado (Interpretação) O texto dá a entender que é a aceitação da recompensa que leva à perda do acesso preferencial (não “automático”) à universidade;
C: Errado (Interpretação) Não é dito no texto que a organização social em castas ruiu, mas sim que os casamentos entre castas foram permitidos há dez anos. A leitura do texto também não permite afirmar que os comportamentos sociais pouco se alteraram;
D): correto;
E: Errado (Interpretação) A recompensa destina-se não aos que casaram, mas aos que formalizarem sua união; pode, portanto, ser entregue aos que anteriormente casados decidam formalizá-la.
GABARITO “D”

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que a reescrita de segmentos do texto, em registro formal da linguagem e baseada exclusivamente nas informações apresentadas, **não** imprimiria precisão ao texto original.

(A) “Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a sociedade indiana” (*l*.1-2) / **Em face da tradição hindu, que dividiu há 2.500 anos atrás, a sociedade indiana**.
(B) “oferece uma recompensa de R$ 2.400” (*l*.7) / **assegura recompensa correspondente a 2.400 reais**.
(C) “para homens e mulheres de diferentes grupos sociais que formalizem sua união” (*l*.7-8) / **a homens e mulheres que formalizem sua união com pessoa pertencente a casta distinta da sua**.
(D) “O esquema está sob ataque de todos os lados” (*l*.15) / **A medida enfrenta opositores de todos os lados**.
(E) “os últimos na hierarquia hindu” (*l*.23-24) / **os pertencentes à mais baixa casta na hierarquia hindu**.

A alternativa errada é o item “A” (Vício de linguagem) A alteração padece de um pleonasmo vicioso: o emprego do verbo “haver”, indicador de tempo transcorrido, com o termo “atrás”. Além disso, o emprego do presente na frase original enfatiza que a divisão de castas continua forte até hoje.
GABARITO “A”

Texto para as próximas três questões

As três almas do poeta

1 Ênio, poeta latino do século II a. C., falava três
línguas: o grego, que ele tinha aprendido por ser, na época, a
língua de cultura dominante no sul da Itália; o latim, em que
4 escreveu suas obras; e o osco (uma língua aparentada com o
latim), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa.
O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com
7 as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o
osco, nas regiões rurais. E Ênio, que sabia as três, costumava
dizer que tinha “três almas”.
10 É curioso observar que ele exprimiu com isso uma
coisa muito importante relativa ao conhecimento de uma
língua: não se trata simplesmente de “uma outra maneira de
13 dizer as coisas” (table em vez de mesa, te quiero em vez de
eu te amo), mas de outra maneira de entender, de conceber,
talvez mesmo de sentir o mundo.
16 A ideia de que a diferença entre as línguas se resume

em maneiras distintas de se referir aos objetos do mundo
natural pode ser chamada a "teoria ingênua" da relação entre
19 a língua e a realidade. E, como a maior parte das teorias
ingênuas, é, ao mesmo tempo, simples, evidente e incorreta
(não é óbvio que o Sol nasce no leste? Mas não é o Sol que
22 nasce, é a terra que gira).
Examinemos um exemplo, quanto ao significado das
palavras nas línguas. Temos, em português, a palavra dedo,
25 que nos parece muito concreta; Diríamos que é simplesmente
o nome que damos, em nossa língua, a um objeto que nos é
dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma
28 parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de
designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras
para "dedo": finger e toe, que não são a mesma coisa. Um
31 finger é um dedo da mão, e um toe é um dedo do pé; para nós
são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes.
Esse é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam
34 diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra
portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma
coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua
37 a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma
definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo
das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores
40 também é bastante ilustrativo disso.
Falar uma língua é, portanto, ver o mundo de certa
maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a
43 43 capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes.
Talvez fosse isso que o velho Ênio estivesse tentando dizer,
quando afirmou que tinha três almas.

Mário A. Perini. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.**
São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 41-52 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Acerca de fatos linguísticos do primeiro parágrafo do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Na oração "por ser, na época, a língua de cultura dominante no sul da Itália" (*l*.2-3), pode-se substituir "de" por **da** sem prejuízo para o sentido original do texto.

(2) No primeiro parágrafo, há mais de um aposto.

(3) Há, no primeiro parágrafo, quatro orações subordinadas de natureza explicativa.

(4) No trecho "O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o osco, nas regiões rurais" (*l*.6-8), utiliza-se uma forma de elipse, por meio da qual se evitam repetições.

1: Errado (Emprego do artigo) Sem artigo, "dominante" refere-se a "língua de cultura", ou seja, há uma língua de cultura que domina na região. Com o artigo, "dominante" refere-se a "cultura", ou seja, uma língua que pertence à cultura dominante na região;
2: Certo (Análise sintática) Há 3 apostos: 1 "poeta latino do século II a. C. / 2 "o grego (...), o latim (...) e o osco" / 3 "uma língua aparentada com o latim";
3: Certo (Análise sintática) o grego, que ele tinha aprendido / o latim, em que escreveu suas obras / o osco (...), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa. / E Ênio, que sabia as três.
4: Certo (Figuras de linguagem) Trata-se da zeugma (elipse de um termo que já ocorreu antes) da conjunção integrante "que" e da locução verbal "fosse usado" : O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; que o grego fosse usado nas grandes cidades;
E que o osco fosse usado nas regiões rurais.
Gabarito1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Julgue (C ou E) os próximos itens com relação aos sentidos do texto.

(1) Depreende-se do texto que há dúvidas quanto aos lugares e às circunstâncias em que cada uma das três línguas mencionadas era usada por seus falantes.

(2) Segundo o autor do texto, a definição das coisas precede a designação delas por meio de signos linguísticos.

(3) A "teoria ingênua" da relação entre a língua e a realidade pressupõe que as línguas recortem a realidade, ou seja, categorizem-na, da mesma maneira.

(4) O autor do texto alude ao fato de o poeta latino afirmar que tinha três almas — por falar três línguas — para comprovar que o domínio de língua estrangeira compromete a autenticidade do indivíduo.

1: Certo (Interpretação) O caráter duvidoso se constrói pelo emprego das orações indicativas de circunstância ou lugar como predicativas da oração "o mais provável é";

2: Certo (Interpretação) Comprova-se essa afirmação com o seguinte trecho: "Agora podemos ver que a palavra portuguesa **dedo** não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira.";
3: Certo (Interpretação) A categorização da mesma maneira diz respeito ao fato de palavras de idiomas diferentes que nomeiam um mesmo referente conferirem a ele o mesmo significado, tese que será refutada ao longo do texto;
4: Errado (Interpretação) Segundo o texto, o domínio de línguas estrangeiras amplia o conhecimento do mundo.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando a articulação de elementos textuais, bem como aspectos semânticos e morfossintáticos do texto.

(1) O vocábulo "simplesmente" é empregado com o mesmo sentido nas linhas 12, 25 e 35 do texto.

(2) No trecho "mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo" (*l*.14-15), observa-se a ocorrência de um único termo como complemento de três verbos.

(3) A posposição de "certa" na expressão "certa maneira" (*l*.37) prejudicaria a coerência do texto.

(4) A substituição de "Tanto é assim que" (*l*.37) por **Tanto que** prejudicaria o sentido do período em que tal expressão se insere.

1: Certo (Vocabulário) Nas três ocorrências, o vocábulo "simplesmente" equivale ao termo "apenas", sendo, portanto, palavra denotativa de exclusão;
2: Certo (Análise sintática) Trata-se do termo "o mundo" que, por coesão por elipse, é o complemento de três verbos: "mas de outra maneira de entender *o mundo*, de conceber *o mundo*, talvez mesmo de sentir *o mundo*";
3: Certo (Emprego de Pronomes) A palavra "certo", quando empregada como adjunto adnominal, muda de sentido e de classe gramatical de acordo com a posição em relação ao substantivo: antes dele, é um pronome indefinido e indica que o conhecimento da "maneira" mencionada não é preciso; após ele, é um adjetivo e indica que se trata da "maneira" correta;
4: Errado pelo gabarito oficial (Análise sintática - conectores) Questão polêmica: embora não seja registrado o termo "tanto é assim que", as expressões "tanto que" e "tanto assim que" são indicadas no dicionário *Houaiss* e em *Othon M. Garcia* como sinônimas, e o sentido indicado para elas no dicionário – *a prova disso é que* – cabe no trecho em questão:
"Agora podemos ver que a palavra portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. *Tanto é assim que / A prova disso é que* o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores também é bastante ilustrativo disso."
Se o sentido é igual, podemos supor, então, que o acréscimo do "é" seria uma questão de ênfase: desse modo, "prejudicar o sentido" (como está no enunciado) não seria "alterar o sentido" mas, no caso, "diminuir a sua força".

Gabarito Nosso: 1C, 2C, 3C, 4Anulada
Gabarito Oficial 1C, 2C, 3C, 4E /

Texto para as próximas três questões.

1 A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio.
No caso da África, antes do século XVII, é particularmente
válido o definir-se a história como o adivinhar do passado.
4 Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo
Islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a
escrita e nos deixaram alguns poucos documentos — poucos,
7 muitas vezes tardios e também contaminados por lendas —,
sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal
arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a
10 partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde,
os portugueses e outros europeus, bem como o que nos
chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros.
13 Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que
fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita,
o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa
16 que ele frequente a narrativa e nela se imiscua, é porque é
também importante contar, ao lado do que se julga ter
realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e
19 os fatos que se vestiram de imaginário, porque se
incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por
isso, o marcam, definem e distinguem. Oraniã, Xangô,
22 Tsoede, Cibinda Ilunga aparecem como personagens neste
livro de história porque pertencem iniludivelmente à realidade
dos iorubas, dos nupês, e dos lundas e quiocos. Eles estão
25 aqui como Enéias e sua viagem de Tróia ao Lácio, e como
Réia Sílvia, a loba, Rômulo e Remo, nos compêndios sobre
História romana, cujos autores os sabem mitos, mas não
28 ignoram que fecundaram um destino.

Alberto da Costa e Silva. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.** 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 3-4.

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos do texto acima, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O vocábulo "abstraídas" (*l.*4) pode ser substituído por **consideradas conjuntamente**, sem que se altere o sentido do período.

(2) A palavra "húmus" está empregada, na primeira oração do texto, com o sentido de **praga**. Do desdobramento dessa metáfora advém a ideia de que os documentos históricos africanos são "contaminados por lendas" (*l.*7).

(3) Na linha 16, "se imiscua", forma verbal no modo subjuntivo, tem o sentido de **se intrometa**.

(4) A palavra "iniludivelmente" (*l.*23) significa, no texto, **indubitavelmente**.

1: Errado (Vocabulário) No contexto em questão, o termo "abstraídas" significa "com exceção de";
2: Errado (Interpretação) A leitura total do texto permite concluir que os relatos fantasiosos também cumprem um papel no trabalho historiográfico. Isso fica claro com o seguinte trecho: "é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem.". A palavra "húmus", metáfora de imaginação, não pode ser, portanto, entendida pejorativamente como "praga", é sinônimo de "fertilizante" e equivale, denotativamente, a "algo favorável à atividade historiográfica";
3: Certo (Flexão verbal e Vocabulário) A forma "se imiscua" é o presente do subjuntivo do verbo "imiscuir-se" e, entre os seus sentidos, está o de "intrometer-se";
4: Certo (Vocabulário) Embora o sentido original das expressões "iniludivelmente" e "indubitavelmente" seja "de modo não iludível" e "de modo não duvidoso", a primeira toma o sentido da segunda, no contexto em que aparecem, passando ambas a serem sinônimos contextuais.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Com base, exclusivamente, no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O autor do texto procura transmitir a seguinte mensagem: o historiador deve ignorar as narrativas mitológicas em benefício da objetividade e da precisão de suas pesquisas.

(2) A historiografia referente à África de antes do século XVII vale-se de fontes como crônicas orais autóctones e relatos de viajantes provenientes de outros continentes.

(3) Na alusão a "textos em que se profetiza às avessas" (*l.*13), o autor refere-se à transcrição de mitos transmitidos oralmente pelos povos negros.

(4) Conclui-se do texto que "Tsoede" e "Cibinda Ilunga", citados na linha 22, são importantes figuras históricas pertencentes, respectivamente, aos povos lunda e quioco.

1: Errado (Interpretação) Ao contrário disso, é proposta a inclusão das lendas como material historiográfico;
2: Certo (Interpretação) O seguinte trecho comprova a afirmação feita na questão: "sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus (relatos de viajantes provenientes de outros continentes), (crônicas orais autóctones) bem como o que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros". Nota: caso a afirmação contivesse, após a forma "vale-se", um termo de exclusão como "apenas", isso a tornaria errada, pois o texto registra a existência de áreas africanas em que há documentos escritos anteriores ao século XVII;
3: Errado (Interpretação) A alusão é sobre os textos historiográficos: a forma "profetizar às avessas" significa estudar (profetizar) o passado (às avessas: o passado no lugar do futuro);
4: Errado (Interpretação) Ao dizer que tais figuras estavam lá como "Enéias" (personagem mítico presente na Ilíada e na Eneida) na sua viagem, fica claro o caráter mítico de tais figuras.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 3, a supressão simultânea dos artigos definidos que antecedem "definir-se" e "adivinhar" não prejudicaria a correção gramatical do período.

(2) O complemento da forma verbal "sabemos" (*l.*8) tem mais de um núcleo.

(3) A expressão "neste livro de história" (*l.*22-23) designa o livro do qual se extraiu o texto.

(4) Nas linhas 27 e 28, as orações em que se inserem as formas verbais "ignoram" e "fecundaram" têm o mesmo sujeito.

1: Errado (Emprego de artigo) A retirada dos artigos implicaria a retirada também da preposição "de" regida pelo substantivo "adivinhar", pois, como ele voltaria a ser verbo, o seu complemento passaria de nominal a verbal e, sendo um objeto direto, não seria mais regido por preposição;
2: Certo (Análise sintática) Seu complemento possui três núcleos constituídos por pronomes demonstrativos seguidos por orações adjetivas: "**sabemos** apenas *o* que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, *o* que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus, bem como *o* que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros;
3: Certo (Emprego de pronomes) Trata-se de função dêitica: o pronome "este" indica o livro de que faz parte o trecho;
4: Errado (Análise sintática - coesão) O sujeito de ambos é oculto. No caso de "ignoram", trata-se de "cujos autores", que está em zeugma para se evitar a repetição; no caso de "fecundaram", são as figuras míticas africanas.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas três questões.

1 A maior contribuição da América Latina para a cultura
ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade
e pureza*: esses dois conceitos perdem o contorno exato do seu
4 significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade
cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos
latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz.
7 A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização
ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e
destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os
10 europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de
que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão
estrangeira nem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento
13 e inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição,
seu produto seria mera cópia — silêncio —, uma cópia muitas
vezes fora de moda. Sua geografia deve ser uma geografia de
16 assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de
falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao
desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda
19 fila, é, no entanto, preciso que assinale sua diferença, marque sua
presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria
a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco
22 sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder
conquistador.

* Em artigo de significativo título, **Sol da Meia-Noite**, Oswald de Andrade percebia, por detrás da Alemanha nazista, os valores de unidade e pureza e, no seu estilo típico, comentava com rara felicidade: "A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot* do futuro. Precisa mulatizar-se." (**Ponta de Lança**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 62.)

Silviano Santiago. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 18-9 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A substituição da expressão "à medida que" (*l*.5) por **na medida que** não implicaria prejuízo para o conteúdo semântico ou a correção gramatical do texto.

(2) Na linha 6, a partícula "se" que antecede a forma verbal "afirma" é índice de indeterminação do sujeito.

(3) O emprego de itálico em *"paraíso"* (*l*.12) realça o sentido objetivo desse vocábulo.

(4) Nos termos "seu produto" (*l*.14) e "Sua geografia" (*l*.15), os pronomes possessivos remetem ao mesmo referente.

1: Errado (Análise sintática - conectores) A locução "na medida que" não é aceita pela norma. Há duas locuções conjuntivas muito parecidas, mas de emprego distinto: - **à medida que**: à proporção que / - **na medida em que**: porque;

2: Errado (Funções do "se") O "se" pode ser classificado como PIV (parte integrante do verbo), se se considerar o verbo "afirmar" como pronominal "afirmar-se"; ou, em caso contrário, como partícula apassivadora;

3: Errado (Vocabulário) A palavra "paraíso" é empregada no sentido metafórico de lugar aprazível;

4: Certo (Coesão) Eles referem-se à América Latina.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2007) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Depreende-se do texto que a tradição cultural do Ocidente valoriza positivamente os conceitos de "unidade" e "pureza".

(2) No período "Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência" (*l*.15-17), a palavra "geografia" deve ser entendida como estudo do espaço físico, pois se relaciona com a ideia de "lugar no mapa da civilização ocidental" (*l*.7-8).

(3) O termo "o eco sonoro" (*l*.21-22) retoma a ideia anteriormente expressa em "mera cópia" (*l*.14).

(4) O trecho citado na nota do texto revela que Oswald de Andrade considerava benéfica a miscigenação.

1: Certo (Interpretação) Como foi dito que a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental foi a destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza, subentende-se que tais conceitos eram valorizados pelo Ocidente;

2: Errado (Interpretação) Tanto "geografia" quanto "lugar no mapa da civilização ocidental" dizem respeito ao papel que cabe a América Latina desempenhar para as nações ocidentais, e não ao seu espaço físico;

3: Certo (Interpretação) Os termos "eco sonoro" e "mera cópia" são

metáforas que se referem à recepção passiva, não transfiguradora, dos elementos que os europeus exportam para o Novo Mundo;
4: Certo (Interpretação) Ao afirmar que a Alemanha nazista precisa mulatizar-se, ele revela não apenas a valorização da miscigenação, mas um repúdio ao conceito de pureza e superioridade raciais.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Assinale a opção que corresponde a interpretação correta do texto.

(A) A verdadeira vocação da cultura latino-americana é a de reencontrar a inocência que prevalecia antes da invasão estrangeira.
(B) A produção cultural da América Latina, dado o seu alto nível, assemelha-se progressivamente à da Europa, tornando-se impossível a distinção entre uma e outra.
(C) A cultura da América Latina deve ser impermeável aos valores da cultura dominante.
(D) Ao incorporar elementos da cultura europeia, a América Latina os altera e os transfigura.
(E) A assimilação dos elementos da cultura dominante deve implicar a reação contra a pureza indígena latino-americana.

A: Errado (Interpretação) O texto afirma que isso é impossível: "(...)a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira nem reencontrar sua condição de *paraíso*, de isolamento e inocência(...)";
B: Errado (Interpretação) Ao contrário, por ser diferente da europeia, a produção cultural latino-americana tem interesse para os europeus;
C: Errado (Interpretação) Ao contrário, ela deve recebê-la e transfigurá-la;
D: Certo (Interpretação) Pode-se constatar isso na seguinte passagem: "A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo";
E: Errado (Interpretação) Se há proposta de transfiguração da influência europeia em moldes próprios, não se pode criticar qualquer tipo de valorização do que é autóctone, até por ser isso uma medida de defesa contra uma força muito maior. Além disso, em nenhum momento do texto se menciona "pureza indígena".

GABARITO "D"

Texto para as próximas três questões.

1 Desde o primeiro contato Jadon admitiu a precariedade
das suas relações com os companheiros de refeitório. E a
atitude de permanente alheamento que assumiam na sua
4 presença, ele a recebeu como possível advertência à conduta
que deveria manter no seio daquela comunidade. Sem
manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam,
7 conjecturava se eles não acabariam por se tornar mais
expansivos.
Era-lhe penoso, entretanto, encontrá-los sempre na
10 mesma posição, a aparentar indiferença pela comida que lhes
serviam e por tudo que se passava ao redor. Enquanto Jadon
almoçava, permaneciam quietos, os braços caídos, os olhos
13 baixos. Ao jantar, lá estavam nos mesmos lugares, diante das
compridas mesas espalhadas pelo salão. Assentavam-se em
grupos de vinte, deixando livres as cabeceiras. Menos uma,
16 justamente a da mesa central, onde ficava um velho alto e
pálido. Este, a exemplo dos demais, nada comia, mantendo-se
numa postura de rígida abstração, como a exigir que
19 respeitassem o seu recolhimento. Malgrado a sua recusa em se
alimentar, silenciosos criados substituíam continuamente os
pratos ainda cheios.
22 A princípio Jadon espreitava-os discretamente, na
esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre
si. Logo verificou a inutilidade do seu propósito: jamais
25 desviavam os olhos da toalha e prosseguiam com os lábios
cerrados. Experimentou o recurso de dirigir-se bruscamente aos
vizinhos, e desapontou-se por não conseguir despertar-lhes a
28 atenção. Mantinham-se impassíveis, mesmo quando as frases
eram ásperas ou acompanhadas de gritos.
Após essa experiência, seguiu-se um período em que
31 Jadon desistiu de penetrar na intimidade daqueles cavalheiros
taciturnos que, apesar de manifestarem evidente desinteresse
pelos alimentos, apresentavam-se saudáveis e tranquilos. Esta

34 observação seria o suficiente para convencê-lo de que os
comensais evitavam comer somente durante a sua permanência
no recinto. Por certo aguardavam sua saída para se atirarem
37 avidamente às especialidades da casa. Nesse momento talvez se
estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam
desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser
40 bastante desagradável para todos.

Murilo Rubião. **O convidado: contos**. São Paulo: Ática, 1988, p. 89-90 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A relação entre Jadon e seus companheiros de refeitório era de mútua indiferença.

(2) Ao longo da narrativa, percebem-se mudanças na atitude de um dos personagens.

(3) No trecho reproduzido, o narrador revela as conjecturas de Jadon, mas não as dos demais personagens.

(4) O silêncio no refeitório foi mantido durante o período a que corresponde o relato.

1: Errado (Interpretação) Jadon se intriga com a aparente atitude de indiferença de seus companheiros.
2: Certo (Interpretação) A atitude de Jadon frente à impassibilidade de seus companheiros de refeitório passa por três fases: observação dissimulada, tentativa de estabelecer contato e desistência de entender o comportamento deles;
3: Certo (Interpretação) Em nenhum momento nos é dado saber o que pensam os acompanhantes de Jadon;
4: Errado (Interpretação) Jadon gritou no refeitório, quando tentava estabelecer contato com os outros.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Entre as opções abaixo, que reproduzem períodos do texto com a pontuação alterada, assinale a que apresenta **erro** de emprego da vírgula, segundo a norma gramatical.

(A) Desde o primeiro contato, Jadon admitiu a precariedade das suas relações com os companheiros de refeitório.

(B) Nesse momento, talvez se estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser bastante desagradável para todos.

(C) A princípio, Jadon espreitava-os discretamente, na esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre si.

(D) Sem manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam, conjecturava se eles não acabariam, por se tornar mais expansivos.

(E) Por certo, aguardaram sua saída para se atirarem, avidamente, às especialidades da casa.

A alternativa "D" está errada (Pontuação) A segunda vírgula separa equivocadamente uma locução verbal: "acabariam por se tornar".

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que o vocábulo em negrito **não** é sinônimo contextual do termo transcrito.

(A) "constrangiam" (*l.*6) – **compeliam**

(B) "Malgrado" (*l.*19) – **Inconveniente**

(C) "espreitava" (*l.*22) – **espiava**

(D) "taciturnos" (*l.*32) – **calados**

(E) "desprimorosas" (*l.*39) – **indelicadas**

A alternativa "B" está errada (Vocabulário) O termo "malgrado" foi empregado como preposição com valor concessivo e não pode ser substituído pelo adjetivo "inconveniente".

GABARITO "B"

Texto para as próximas cinco questões.

Cujas Canções

1 É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos
cartões de visitas. No tempo das guerras cisplatinas até ficou
famoso alguém que assim se apresentava: "José Maria da
4 Conceição — tenente dos Colorados".
Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns
títulos da generosidade de seus conterrâneos. Se pusesse todos
7 eles, seria pedante; Escolher um só seria indelicadeza para
com os outros proponentes.
Quanto a mim, sempre fui de opinião que bastava o
10 nome da pessoa, sem a vaidade de títulos secundários. Mas eis
que a minha camareira fez-me cair em tentação. Dá-se o caso
que saiu a edição do meu livro *Canções*, ilustrado por Noêmia
13 e que, ao ser noticiado por Nilo Tapecoara no *Bric-à-brac da
vida*, este o publicou com o meu retrato em duas colunas e,
abaixo do mesmo, uma notícia que assim principiava, com a

16 primeira linha impressa em letras maiúsculas: MÁRIO QUINTANA, CUJAS CANÇÕES etc. etc...
Ora, na manhã daquele dia, ao servir-me o café na
19 cama, sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia: "Cujas canções, hein, cujas canções!"
22 O seu maior respeito era devido, sem dúvida, à misteriosa palavra "cujas".

Mario Quintana. **Poesia completa**. Rio deJaneiro: Nova Aguilar, 2005, p. 959.

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos a análises de fatos linguísticos do texto.

(1) O emprego da vírgula após "No tempo das guerras cisplatinas" (*l*.2) seria justificado pela prescrição gramatical e estaria adequado ao ritmo do período.

(2) Os deslocamentos de termos da oração em "até ficou famoso alguém" (*l*.2-3) e em "que assim se apresentava" (*l*.3) contribuem para realçar a atitude do personagem mencionado na frase.

(3) O emprego de "Ora", no início do segundo parágrafo, sugere raciocínio silogístico, que se apoia, no texto, em premissas seguidas de prova e em conclusão irônica.

(4) Os termos "quem" (*l*.5), "mim" (*l*.9) e "hóspede" (*l*.20) estão empregados em referência a pessoas diferentes.

1: Certo (Pontuação) Trata-se da virgulação de um longo adjunto adverbial invertido;
2: Certo (Análise sintática) Na primeira oração, ocorre a posposição do sujeito (alguém) para o fim da oração; na segunda , o predicativo (assim) está anteposto ao verbo;
3: Certo (Interpretação) **Premissa maior:** É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos cartões de visitas. **Prova da premissa maior:** No tempo das guerras cisplatinas até ficou famoso alguém que assim se apresentava: "José Maria da Conceição — tenente dos Colorados. **Premissa menor:** Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns títulos da generosidade de seus conterrâneos. **Conclusão irônica:** Se pusesse todos eles, seria pedante;
Escolher um só seria indelicadeza para com os outros proponentes. 4: Errado (Coesão) Todos se referem ao autor do texto.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006) Com base no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Depreende-se do texto que a palavra "cujas" junto ao nome de Mario Quintana foi entendida pela camareira no sentido empregado no texto que ela lera.

(2) O tratamento "sia" (*l*.19) remonta à época do descobrimento do Brasil.

(3) A forma "sia" (*l*.19) é redução de *sinhá*, vocábulo sinônimo de *sinhara* — proveniente de *senhora*.

(4) Em "sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia" (*l*.19-20), deveria haver vírgula depois de "orgulho" e antes de "e", em decorrência do sentido explicativo da oração introduzida pelo "que".

1: Errado (Interpretação) Pelo texto, fica claro que a admiração sentida pela camareira provém do desconhecimento da palavra "cujas", já que ela cita um trecho em que esta palavra, por estar sem referente, está destituída de sentido;
2: Errado (Etimologia) Sabendo-se que a forma "sinhá", da qual se originou a forma "sia", constitui o tratamento dado pelos escravos à senhora, conclui-se que esse vocábulo não poderia existir no Brasil na época do descobrimento, pois a escravidão foi implementada posteriormente;
3: Certo (Etimologia) Segundo o Dicionário Houaiss: **sia** *B mesmo que sinhá* / **sinhá** (1877) *B infrm* forma de tratamento com que os escravos designavam a senhora ou patroa; siá, sá, sinha e sinhara;
4: Errado (Pontuação) A oração adjetiva tem claro valor restritivo (não "explicativo" como está na afirmação), pois o orgulho sentido pela camareira poderia ter diversas origens, portanto a oração especifica esse orgulho.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006) Considerando os sentidos e aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O mal-entendido narrado na conclusão do texto sugere uma visão irônica quanto à importância dos títulos.

(2) Na locução "eis que" (*l*.10-11), a palavra "eis" perde não só o traço semântico de imprevisão, ou de ocorrência súbita, mas também sua equivalência com a forma *veja*.

(3) O pronome "este" (*l*.14) refere-se a seu antecedente, o "*Bric-à-brac da vida*".

(4) Na linha 14, a proximidade imediata entre "com o meu retrato" e "em duas colunas" gera ambiguidade quanto a haver um ou dois retratos do autor.

1: Certo (Análise sintática) A tentação quanto à importância dos títulos que o autor diz sentir devido à admiração da empregada revela-se uma ironia, quando se percebe que ela se equivocara e sua admiração provinha do desconhecimento de uma palavra, e não da compreensão do mérito apontado no artigo;
2: Errado (Palavra demonstrativa) A imprevisão decorre do fato de o autor do texto, que se declarara contra a vaidade dos títulos agregados aos nomes, ter se mostrado sensível à admiração de sua camareira por um deles. *Mas eis/veja que a minha camareira fez-me cair em tentação;*
3: Errado pelo Gabaritooficial (Coesão) Questão polêmica que mereceria ser anulada. O emprego do termo "este" com valor anafórico pode sugerir que há pelo menos dois elementos que poderiam servir de sujeito do verbo "publicou", fato que reforça uma outra suposição: a de que o termo *Bric-à-brac da vida* seja o nome de uma publicação, ou mesmo, uma forma irônica para se referir a um tipo de publicação. Isso pode levar a uma leitura que fica clara com o seguinte exemplo: *ao ser noticiado por Nilo Tapecoara na revista X, esta o publicou com o meu retrato em duas colunas* (o "esta" pode ser anafórico tanto de "revista" quanto de Nilo Tapecoara);
4: Certo (Análise sintática) O termo "em duas colunas", pela posição em que se encontra, tanto pode ser um adjunto adverbial do verbo "publicou" – o texto está em duas colunas – quanto um adjunto adnominal de "retrato" – o retrato está em duas colunas.

Gabaritonosso: 1C, 2E, 3Anulada, 4C

GabaritoOficial 1C, 2E, 3E, 4C /

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção correta acerca do segundo parágrafo do texto.

(A) No segundo período desse parágrafo, o emprego do ponto-e-vírgula assinala a omissão do verbo.

(B) Para se atender ao rigor gramatical no que respeita ao paralelismo sintático entre as estruturas separadas pelo ponto-e-vírgula, uma opção correta seria substituir "escolher um só seria indelicadeza" (*l*.7) por **se escolhesse um só, seria indelicado**.

(C) Deveria haver vírgula depois da oração "escolher um só" (*l*.7) pela mesma razão que sustenta a presença de vírgula depois de "Se pusesse todos eles" (*l*.6-7).

(D) Depreende-se do trecho em questão que, para a indicação de títulos em cartões de visita, uma das alternativas citadas é melhor que a outra.

(E) A palavra "generosidade" (*l*.6) pode ser substituída por **indulgência**, sem que o sentido da frase se altere.

A questão foi anulada por haver mais de uma alternativa correta. A: Errado (Pontuação) O ponto-e-vírgula separa orações coordenadas;
B: Certo (Paralelismo) As orações coordenadas passariam a ter parcialmente a mesma estrutura sintática: condicional (conjunção + VTD + OD) + principal (VL + PS). Nota: teríamos assim o paralelismo sintático, embora não o rítmico, pois a semelhança é parcial;
C: Errado (Virgulação) O segmento "escolher um só" é sujeito do verbo "seria", portanto não pode haver vírgula entre eles;
D: Errado (Interpretação) Ambas as alternativas são igualmente refutadas, ainda que por motivos diferentes. Se pusesse todos eles, seria pedante; Escolher um só seria indelicadeza para com os outros proponentes;
E: Certo (Vocabulário) Podem ser sinônimos contextuais.

GabaritoAnulada

Texto para as próximas quatro questões.

Como e por que sou escritor, sem deixar de ser um tanto sociólogo

1 O que principalmente sou? Creio que escritor. Escritor
literário. O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista
social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor.
4 Se bom ou mau escritor é outro assunto.
Como tentativa de oferecer, a esse respeito, um
depoimento ou uma confissão de possível interesse
7 sociológico, procurarei fixar aqui algumas das orientações que
considero essenciais à afirmação de um escritor como
escritor, e que se baseiam até certo ponto na minha própria
10 experiência. Sobre elas, por outro lado, se apoia minha
esperança de ser escritor, sem ser, exatamente, beletrista.
Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem
13 de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de
rotina. A sociologia da atividade de escritor está ainda por
fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente
16 tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das
chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios
ou de artes. Ele é um pouco de tudo isso sem pertencer mais
19 especificamente a nenhum desses grupos profissionais. É
inseguro. Sabe-se de companhias de seguros que têm
segurado por altas somas mãos de pianistas. Mas não, mãos
22 de escritor.

Gilberto Freire. **Como e por que sou e não sou sociólogo**. Brasília: EDUnB, 1968, p. 165 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A inversão sintática observada em "O que principalmente sou?" (*l*.1) condiz com a estrutura gramatical interrogativa e apresenta-se como legítimo recurso de ênfase.

(2) Por meio da expressão "Escritor literário." (*l*.1-2), o autor critica os escritores que não se dedicam à literatura.

(3) A palavra "ancilares" (*l*.3) significa **próximas**, enquanto "beletrista" (*l*.11) equivale a **especialista em redação**.

(4) Em "sem ser, exatamente, beletrista" (*l*.11), o vocábulo sublinhado tem sentido de **sobretudo**.

1: Certo (Análise sintática) A anteposição do pronome ou advérbio interrogativo é comum nas frases interrogativas e serve para realçá-las;
2: Errado (Interpretação) A expressão serve apenas para diferenciá-lo daqueles que se dedicam à escrita apenas como um veículo da especialidade que possuem;
3: Errado (Vocabulário) ancilar = auxiliar, acessório // beletrista = criador de obras literárias;
4: Errado (Vocabulário) O vocábulo "sobretudo" daria a entender que ele refuta totalmente a condição de beletrista. O emprego de "exatamente", ao contrário, dá a ideia de que ele, em certa medida, pode ser considerado um beletrista.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Com base, exclusivamente, nas informações contidas no texto, assinale a opção correta.

(A) O escritor, como tal, não é diferente de outros homens.
(B) A vida de aventuras é essencial para haver êxito na produção literária.
(C) O escritor está sujeito à insegurança da liberdade, sendo, portanto, um profissional liberal.
(D) Embora difícil, é desejável traçar uma sociologia da atividade do escritor.
(E) Na prática do escritor, a rotina de trabalho é irrelevante.

A: Errado (Interpretação) O seguinte trecho mostra o equívoco da afirmação feita na questão: *É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
B: Errado (Interpretação) Atividade de aventura no texto deve ser entendida como uma atividade que foge muitas vezes ao regular e metódico: *Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de rotina;*
C: Errado (Interpretação) O seguinte trecho mostra o equívoco da afirmação feita na questão: *É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
D: Certo (Interpretação) O seguinte trecho mostra que a afirmação feita na questão está correta: *A sociologia da atividade de escritor está ainda por fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
E: Errado (Interpretação) O fato de se afirmar que se trata de uma atividade mais de aventura do que de rotina deixa implícito que há sim uma rotina.
GABARITO “D”

(Diplomacia – 2006) Valendo-se exclusivamente das informações contidas no texto, considere a menção ao fato de que, ao contrário das mãos dos escritores, as mãos dos pianistas têm sido objeto de seguro e julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O texto alude às qualidades artísticas das atividades do pianista e do escritor.
(2) O autor valoriza o pianista, mais dependente de suas mãos do que o escritor, já que este pode recorrer ao texto ditado.
(3) Na opinião do autor, os pianistas deveriam ser impedidos de fazer seguro, por contrato, das mãos.
(4) Enquanto o pianista usa as duas mãos, o escritor usa uma só, o que explica as altas somas pelas quais aquelas são seguradas.

1: Certo (Interpretação) Quando compara o escritor ao pianista, está levando em conta um aspecto diferente nos dois tipos de artistas: é certo que o pianista saudável consiga executar bem sua arte, mas não é certo que um escritor consiga sempre escrever algo de grande valor ou de sucesso;
2: Errado (Interpretação) O autor apenas expressa as especificidades dos dois artistas sem demonstrar preferência por nenhum;
3: Errado (Interpretação) O autor relata um fato relacionado aos pianistas, mas não expressa julgamento sobre ele;
4: Errado (Interpretação) O seguro das mãos de um pianista se justifica pelo fato de que uma lesão nelas poderia impedi-lo de exercer seu ofício, e não pelo fato de ele usar as duas mãos em vez de uma.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) No terceiro parágrafo do texto, o autor afirma que a atividade de escritor nada tem de burocrática; Com isso, quer significar que ela se distingue por ser

(A) não-administrativa.
(B) de natureza privada.
(C) desprovida de regras sistemáticas.
(D) pouco eficiente.
(E) dotada de base sociológica.

A alternativa “C” está certa (Interpretação) A burocracia é quase sempre associada a procedimentos repetitivos e normatizados.
GABARITO “C”

Texto para as próximas três questões.

Contos de vigário

1 Passam-se tempos sem que ouçamos falar em contos
de vigário. Muito bem. Tornamo-nos otimistas, imaginamos
que, se a reportagem não menciona esses espantosos casos de
4 tolice combinada com safadeza, certamente os homens
ficaram sabidos e melhoraram.
Pensamos assim e devemos estar em erro.
7 Provavelmente esse negócio continua a florescer, mas as
vítimas têm vergonha de queixar-se e confessar que são
idiotas. Raras vezes um cidadão se resolve a afrontar o
10 ridículo, e vai à polícia declarar que, não obstante ser parvo,
teve a intenção de embrulhar o seu semelhante.
O que ele faz depois de logrado é meter-se em casa,
13 arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de
cama, procedimento que todos nós adotamos quando, em
consequência de um disparate volumoso, nos sentimos
16 inferiores ao resto da humanidade. Convenientemente curado,
cicatrizado, esquecida a fraqueza, o sujeito levanta-se e
adquire consistência para realizar nova tolice. E assim por
19 diante, até a hora da tolice máxima, em que ninguém reincide
porque isto é impossível.

Graciliano Ramos. **Linhas tortas: obra póstuma**. 11.a ed.
Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1984. p. 154.

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção em que o sinônimo proposto corresponde à acepção com que o termo foi empregado no texto.

(A) "combinada" (*l*.4) — organizada
(B) "afrontar" (*l*.9) — ofender
(C) "declarar" (*l*.10) — desvendar
(D) "embrulhar" (*l*.11) — tapear
(E) "logrado" (*l*.12) — alcançado

A alternativa "D" está certa (Vocabulário) O termo "embrulhar" é bastante utilizado com o sentido de tapear.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O autor considera que existe má-fé no comportamento da vítima do conto-do-vigário.
(2) Depreende-se do texto que os contos-do-vigário não são abordados pela imprensa por serem assunto tabu.
(3) Na linha 10, a substituição de "não obstante" por **além de** não acarretaria alteração no sentido da frase.
(4) O vocábulo "procedimento" (*l*.14) resume, de forma irônica, a sequência de ações descritas nas orações que o precedem no período.

1: Certo (Interpretação) A vítima é iludida pela perspectiva de um lucro ou benefício indevido sobre aquele que se valerá disso para enganá-la;
2: Errado (Interpretação) A imprensa não trata desses casos, porque as vítimas não se manifestam, por estarem com vergonha;
3: Errado (Análise sintática - conector) O termo "não obstante" tem valor concessivo; o "além de", de inclusão;
4: Certo (Figura de linguagem) A ironia reside no emprego da palavra "procedimento" – palavra que está muito associada à ideia de técnica, método – para designar um conjunto de atos decorrentes de um descontrole emocional.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2006) Quanto à descrição gramatical de elementos do texto, assinale a opção correta.

(A) A forma verbal "Passam-se" (*l*.1) está no plural para atender à regra gramatical de concordância com o sujeito da oração.
(B) Em "Tornamo-nos" (*l*.2), a supressão do **s** é prescrita para se evitar o efeito de eco.
(C) O verbo "queixar-se" (*l*.8), utilizado no texto como verbo pronominal, conjuga-se facultativamente sem o pronome.
(D) Em "nos sentimos inferiores ao resto da humanidade" (*l*.15-16), houve transgressão dos requisitos gramaticais para a colocação pronominal.
(E) Em "levanta-se" (*l*.17), a partícula "se" indica a indeterminação do sujeito.

A: Certo (Análise sintática) O sujeito é o termo que está após o verbo (os tempos). O pronome "se" é nesse caso partícula de realce;
B: Errado (Emprego dos pronomes) Trata-se de uma adaptação fonética: o emprego enclítico do pronome oblíquo átono de primeira pessoa do plural (nos) em verbos também na primeira pessoa do plural leva sempre à supressão dos "s" da desinência "mos";
C: Errado (Verbo) Uma das características do verbo pronominal é a obrigatoriedade da presença do pronome oblíquo átono que o acompanha;
D: Errado (Colocação pronominal) A próclise se justifica por ser uma oração subordinada;
E: Errado (Funções do "se") O pronome "se" pode ser classificado como parte integrante do verbo (PIV), caso se considere o verbo "levantar-se" como pronominal; ou como objeto direto reflexivo.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os itens abaixo, com base no padrão gramatical e estilístico da modalidade escrita da língua portuguesa culta.

(1) O pesquisador cumpriu suas metas rigorosamente dentro do prazo e do orçamento e, portanto, honrou uma vez mais sua própria autobiografia.
(2) Os resultados da pesquisa foram divulgados através de relatório impresso e boletim eletrônico, que rapidamente disseminaram-se na comunidade científica, da qual uma maior consciência das questões de pesquisa se tornou cada vez mais evidenciada.
(3) Antes de mais nada, é preciso aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos as qualidades textuais do relatório, que inclusive contêm a indicação de planos futuros de aproveitamento comercial dos produtos.
(4) Em que pese o bom andamento da pesquisa, contudo, essa comissão sugere a manutenção da mesma equipe, não obstante, a contratação de estagiários, conforme carta com pedido em anexo.

1: Errado (Vícios de linguagem) Pleonasmo vicioso: sua própria autobiografia;
2: Errado (Conector) A locução prepositiva "através de" tem valor espacial, deve ser substituída por "por meio de". (Vícios de linguagem) O distanciamento da oração adjetiva gera ambiguidade: o que se disseminou? Os resultados da pesquisa ou o relatório impresso e o boletim eletrônico? (Colocação pronominal) Deve ser empregada a próclise em "disseminaram-se", por se tratar de uma oração subordinada e por haver palavra atrativa de pronome. (Regência) Para que a adjetiva final passe a ter algum sentido, deve-se substitui a preposição "de" do relativo por "em": na qual;
3: Errado (Estilística) O emprego desnecessário de dois infinitivos pessoais gera eco: *aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos.* (Concordância - Acentuação) O verbo "contêm" está no plural, mas deveria estar no singular para concordar com o antecedente do relativo "que" (relatório);
4: Errado (Estilística) Texto incoerente.
(Análise sintática - conector) Emprego equivocado da locução conjuntiva "em que pese", pois ela deve ser utilizada com valor concessivo: "em que pese (apesar de) um possível prejuízo do bom andamento do trabalho". (Pontuação) O termo "não obstante" refere-se à contratação de estagiários, portanto não deveria haver vírgula.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Texto para as próximas cinco questões.

1 A história do Brasil, nos três primeiros séculos, está
intimamente ligada à da expansão comercial e colonial
europeia na Época Moderna. Parte integrante do império
4 ultramarino português, o Brasil-colônia refletiu, em todo o
largo período de sua formação colonial, os problemas e os
mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial
7 lusitana. Por outro lado, a história da expansão ultramarina e
da exploração colonial portuguesa desenrola-se no amplo
quadro da competição entre as várias potências, em busca do
10 equilíbrio europeu; Dessa forma, é na história do sistema geral
de colonização europeia moderna que devemos procurar o
esquema de determinações no interior do qual se processou a
13 organização da vida econômica e social do Brasil na primeira
fase de sua história e se encaminharam os problemas políticos
de que esta região foi o teatro.

Fernando A. Novais. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 45.

(Diplomacia – 2006) Com relação a aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No trecho "ligada à da expansão comercial e colonial europeia" (*l*.2-3), o acento grave indica crase de preposição e pronome, o qual substitui "história".

(2) O emprego do artigo "o", no trecho "em todo o largo período de sua formação colonial" (*l*.4-5), reflete opção estilística do autor, visto que o artigo poderia ser eliminado, sem prejuízo para o sentido da frase.

(3) A substituição de "no interior do qual" (*l*.12) por **em cujo interior** seria justificada pela prescrição gramatical.

(4) O pronome "que" (*l*.15) tem como antecedente "os problemas políticos" (*l*.14).

1: Certo (Crase) Trata-se da crase da preposição exigida pelo termo "ligada" com pronome demonstrativo "a" que retoma o termo "história": "ligada à (história) da expansão comercial e colonial europeia";
2: Errado (Emprego de pronomes) O sentido muda: todo + artigo = por inteiro // todo (sem artigo) = qualquer;
3: Certo (Análise sintática – emprego do relativo) O relativo "cujo(a)(s)" pode ser empregado quando houver valor de posse: "esquema de determinações em cujo interior" = "no interior desse esquema de determinações";
4: Certo (Coesão) Transformando-se os termos abaixo sublinhados (o suposto antecedente e a oração adjetiva) em um período simples, prova-se que o primeiro termo é de fato o antecedente do relativo.
se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro // esta região foi o teatro daqueles problemas políticos

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Situação das Fronteiras quando da Independência

Diante do vai-e-volta das relações luso-hispânicas, o Brasil independente herdou de Portugal todas as suas questões de limites; Com a agravante de que, enquanto Portugal teve que lidar apenas com a Espanha e a França, agora era necessário encetar negociações com a França, a Holanda e a Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto o Chile, muitas das quais pretendiam confinar, simultaneamente, com o novo Império, nas mesmas regiões.

Mauro Pereira de Mello. **A questão dos limites entre os estados do Acre e de Rondônia (aspectos históricos e formação do território).** *In:* **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, (52), n.º 4.

(Diplomacia – 2006) A respeito dos vocábulos empregados no texto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O adjetivo "hispânico", embora seja empregado corriqueiramente como sinônimo de **espanhol**, equivale originalmente a **ibérico**.

(2) O verbo "encetar", no texto, está empregado na acepção de **instigar**, **encorajar**, **impelir**.

(3) No texto, o vocábulo "agravante" é um termo adjetivo, marcado pela terminação típica dessa classe de palavras (-nte).

(4) O verbo **confinar** tem a mesma significação no texto e na frase seguinte: **De acordo com o mapa da época, via-se que vários reinos confinavam**.

1: Certo (Vocabulário) "Hispânia" era o nome dado pelos romanos à península Ibérica;
2: Errado (Vocabulário) encetar: dar início a, principiar, começar;
3: Errado (Formação de palavras) A palavra agravante está empregada como substantivo por derivação imprópria, como mostra a anteposição do artigo: "*com a agravante de...*";
4: Certo (Vocabulário) "confinar" pode ser entendido nos dois contextos como "fazer fronteira"._

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

Texto para as próximas cinco questões.

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em
luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na
organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem
dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação
mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o
aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um
monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do
africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao
mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) No primeiro parágrafo, a antecipação das causas e das explicações é um recurso de ênfase que reforça a afirmação final do autor.

(2) O pronome "lhe", na oração "que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária" (*l*.2-3), funciona como objeto indireto usado com sentido possessivo.

(3) No trecho "Insulado (...) à terra" (*l*.1-4), observa-se perfeito paralelismo sintático.

(4) Pode-se substituir "por bem dizer" (*l*.4-5) pela expressão **por assim dizer**, sem causar prejuízo ao sentido do período.

1: Certo (Análise sintática) O predicativo invertido no trecho tem valor circunstancial de causa ou explicação, o que pode ser comprovado pela possibilidade de ser transformado em orações causais pelo acréscimo de "por" e verbo no infinitivo: *por estar insulado / por estar em luta aberta com o meio / por ser nômade ou mal fixo à terra;*
2: Certo (Análise sintática) O pronome "lhe" desempenha o papel do possessivo "seu":
que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária
que parece haver estampado na sua organização e no seu temperamento a sua rudeza extraordinária"
3: Errado (Paralelismo) A coordenação das três características atribuídas ao sertanejo (1ª insulado deste modo no país; 2ª em luta aberta com o meio; 3ª nômade ou mal fixo à terra), embora apresentem alguma semelhança, estão longe de caracterizarem um perfeito paralelismo sintático. Entre as diferenças de estruturação, pode-se citar o fato de que as duas primeiras característica têm subordinadas a si orações adjetivas, o que não ocorre na terceira; 4)Errado (Vocabulário) "por assim dizer": dizer com eufemismo ou por aproximação // "por bem dizer": dizer com precisão.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Ainda com relação ao texto, assinale a opção correta.

(A) No primeiro parágrafo, a escolha lexical reflete uma visão do mundo que atribui influência determinante do meio sobre o homem.

(B) Em "a sua rudeza extraordinária" (*l*.3), o referente de "sua" é o termo "o sertanejo" (*l*.4).

(C) Em "se afeiçoar a situação mais alta" (*l*.5-6), é opcional a omissão do acento grave indicativo de crase.

(D) Os adjetivos contidos no período "É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas." (*l*.11-13), conforme classificação da gramática tradicional, são termos essenciais das orações a que pertencem.

(E) Na referência à "fusão de estádios emocionais distintos" (*l*.14), nota-se um problema de coesão textual, porque os sentidos dos vocábulos "fusão" e "estádios" não se explicam pelo que os antecede.

A: Certo (Vocabulário) Segue uma transcrição do primeiro parágrafo cujos termos em negrito comprovam a afirmativa feita na questão: **Insulado** deste modo no país, que o não conhece, em **luta aberta com o meio**, que lhe **parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária**, nômade ou mal fixo à terra, sertanejo não tem, por bem dizer, ainda **capacidade orgânica** para se afeiçoar a situação mais alta;
B: Errado (Coesão) O referente de "sua" é o termo "o meio";
C: Errado (Crase) Embora a colocação da crase seja possível, ela não é opcional, pois ela alteraria o sentido: a ideia de "situação mais alta" passaria do genérico para uma "situação mais alta específica";
D Errado (Análise sintática) Os cinco adjetivos presentes exercem a função de adjunto adnominal, são, portanto, termos acessórios da oração: "É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas".
Funções Sintáticas segundo a NGB
(Nomenclatura Gramatical Brasileira)

Termos Essenciais Sujeito Predicado - predicação verbal - predicativo	**Termos Integrantes** Complementos Verbais - Objeto Direto - Objeto Indireto Complemento Nominal Agente da Passiva
Termos Acessórios Adjunto Adnominal Adjunto Adverbial Aposto	**Termo à Parte** Vocativo

E: Errado (Coesão) O termo "fusão de estádios emocionais distintos" diz respeito à mistura de dois estágios de religiosidade: o monoteísmo com as crenças africanas e indígenas.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos a aspectos semânticos de termos presentes no texto.

(1) "Insulado" (*l*.1) integra o campo semântico de **ilha**.

(2) O prefixo **extra-**, nos vocábulos "extraordinária" (*l*.3) e "extravagante" (*l*.10), tem efeito de superlativo.

(3) Os termos "monoteísmo" (*l*.9), "misticismo" (*l*.9) e "fetichismo" (*l*.10) constituem exemplos do uso do sufixo **-ismo**, que se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.

(4) Na forma verbal "revelaria" (*l*.14), a terminação **-ria** exprime ideia de hipótese ou possibilidade.

1: Certo (Estrutura de palavras) O termo provém do latim "*insula*", que significa ilha;
2: Errado (Estrutura de palavras) Nos dois casos, o prefixo tem valor de "fora de". Em "extraordinário", designa algo que foge daquilo que seria normal;
Em "extravagante", o que está fora de uso;
3: Certo (Estrutura de palavras) Pode-se atribuir às palavras o sentido de movimento ou prática religiosos;
4: Certo (Emprego de tempos e modos verbais) A ideia de possibilidade está no fato de a revelação depender de que se faça uma análise das superstições: *(se se fizesse) uma análise destas, (ela) revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.*_

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C

Texto para as próximas quatro questões.

Religião mestiça (cont.)

1 A sua [do sertanejo] religião é como ele — mestiça.
Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de
que surge, [o sertanejo] sumaria-lhes identicamente as
4 qualidades morais. É um índice da vida de três povos. E suas
crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de
tendências distintas. É desnecessário descrevê-las. As lendas
7 arrepiadoras do caapora travesso e maldoso, atravessando
célere, montado em caititu arisco, as chapadas desertas, nas
noites misteriosas de luares claros; os sacis diabólicos, de
10 barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário,
nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os
lobisomens e mulas sem cabeça noctívagos; todos os
13 mal-assombramentos, todas as tentações do maldito ou do
diabo — esse trágico emissário dos rancores celestes em
comissão na terra; as rezas dirigidas a S. Campeiro,
16 canonizado *in partibus*[1], ao qual se acendem velas pelos
campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos;
as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para amassar
19 e vender sezões; todas as visualidades, todas as aparições
fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos;
e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas
22 as manifestações completas de religiosidade indefinida são
explicáveis.

[1]*In partibus infidelium* [Lat.]. 1.Nos países ocupados pelos infiéis. 2.Diz-se do bispo cujo título é meramente honorífico. 3. Por extensão. Não efetivo, nominal. In: Ferreira, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. *Idem, ibidem*.

(Diplomacia – 2006) Considerando, exclusivamente, as informações contidas no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A "religião mestiça" do sertanejo emergiu da mescla de crenças próprias dos três povos que o constituíram.

(2) A convivência de manifestações religiosas heterogêneas explica-se pela "aproximação violenta de tendências distintas" (*l*.5-6).

(3) A afirmação "É desnecessário descrevê-las." (*l*.6) deve ser entendida literalmente.

(4) "S. Campeiro" (*l*.15) é a denominação atribuída pelo Vaticano ao **santo do campo, da escuridão e das coisas perdidas**.

1: Certo (Interpretação) Além da contribuição negra e indígena, citadas claramente no texto, podemos perceber a branca pela menção ao monoteísmo;
2: Certo (Interpretação) Segundo o texto é dessa "aproximação violenta de crenças distintas" que surgem as crenças singulares do sertanejo, que são um fruto do sincretismo;
3: Errado (Figuras de linguagem) Se se entendesse literalmente, haveria contradição, pois o autor em seguida passa a descrevê-las;
4: Errado (Figura de linguagem) A menção à canonização é irônica, trata-se de uma crendice popular.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Referentemente a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção **incorreta**.

(A) A gramática normativa desautoriza a colocação pronominal enclítica em “sumaria-lhes” (*l*.3), recomendando a forma **sumar-lhes-ia**.

(B) O vocábulo “caapora” (*l*.7) é variante do vocábulo caipora, de origem tupi.

(C) Estão dicionarizadas as grafias com hífen de **mula-sem-cabeça** e “mal-assobramentos” (*l*.13), mas “*lobisomens*” (*l*.12) se escreve, obrigatoriamente, sem hífen.

(D) Em uma de suas ocorrências no texto, o itálico é meio de realce de expressão latina.

(E) A reiteração da conjunção “e” (*l*.21) imprime continuidade e fluidez ao texto, sugerindo movimentos ininterruptos ou rápidos.

A opção errada é a “A” (Colocação pronominal) A forma “sumaria” corresponde ao presente do indicativo e, portanto, não aceita mesóclise.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2006) A propósito da significação de palavras no texto, assinale a associação correta.

(A) “célere” (*l*.8) — perverso

(B) “aziagas” (*l*.11) — aflitivas

(C) “noctívagos” (*l*.12) — noctíferos

(D) “cabalísticas” (*l*.18) — misteriosas

(E) “sezões” (*l*.19) — colheitas

A: Errado (Vocabulário) célere: rápido;
B: Errado (Vocabulário) aziaga: azarentas;
C: Errado (Vocabulário) noctívagos: quem tem hábitos noturnos; noctíferos: quem ou o que traz a noite;
D: Certo (Vocabulário);
E: Errado (Vocabulário) sezões: forças, vigores.

GABARITO “D”

Texto I – para as próximas duas questões

Que outras lições poderia eu receber de um português que viveu no século XVI, que compôs as rimas e as glórias, os naufrágios e desencantos pátrios de Os Lusíadas, que foi um gênio poético absoluto, o maior de nossa literatura por muito que isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se proclamou como o Super – Camões dela? Nenhuma lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição que eu fosse capaz de aprender, salvo as mais simples que me poderia ser oferecida pelo homem Luis Vaz de Camões na sua extrema humanidade, por exemplo, a humildade orgulhosa de um autor que vai chamando a todas as portas à procura de quem esteja disposto a publicar – lhe o livro escreveu, sofreu por isso o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a indiferença desdenhosa de rei e da sua companhia de poderosos, o escárnio com que, desde sempre, o mundo tem recebido a visita dos poetas, dos visionários e dos loucos.

Ao menos uma vez na vida, todos os autores tiveram ou terão de ser Luís de Camões, mesmo se não escreveram as redondilhas entre fidalgos da corte e censores do Santo Ofício, entre os amores de antanho e as desilusões da velhice prematura, entre a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no palco da peça de teatro chamada: Que Farei com Este Livro?, em cujo final ecoa uma outra pergunta, aquela que nunca saberemos se alguma vez chegará a ter resposta suficiente: “ Que farei com este livro?”

José Saramago. **Discurso por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura**. Estocolmo, 1998 (com adaptações.)

(Diplomacia – 2005) No discurso de José Saramago, a obra **Os Lusíadas** seu autor, Luís de Camões, são mencionados com admiração e reverência. Julgue (C ou E) os itens a seguir, com base no texto I.

(1) O trecho “as rimas e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de Os Lusíadas” (*l*.2 – 4) refere – se a episódios do período das grandes navegações portuguesas.

(2) José Saramago alude a Fernando Pessoa como o “Super – Camões” (*l*. 7) relativizando o sentido do predicado “ um gênio poético absoluto”

(3) O trecho “que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço” (l . 29 – 30) caracteriza – se pelo emprego dos recursos da redundância e do eufemismo.

(4) Pelo que se depreende o texto, José Saramago examinou a obra camoniana no drama Que **Farei com Este Livro?** Representado no palco do paço português.

1: Certo pelo Gabaritooficial (Interpretação) Questão problemática: na enumeração destacada, indiscutivelmente, três termos fazem referências a episódios das grandes navegações: glórias, naufrágios e desencantos; o termo “rima”, contudo, faz referência à atividade artística de Camões: fazer versos;
2: Errado (Interpretação) O autor cita o epíteto de Super-Camões, que Fernando Pessoa dava a si mesmo, para contestá-lo, portanto o caráter “absoluto” atribuído antes ao gênio poético de Camões é ratificado;
3: Certo (Figuras de linguagem) O emprego em conjunto das expressões “não”, “nunca” e “mais” caracterizam a redundância de efeito estilístico. O emprego da expressão “perturbar os sentidos” em vez de “seduzir” caracteriza o eufemismo;
4: Errado (Interpretação) Pelo texto, percebemos que a peça tratará da vida do poeta e não de sua obra. Além disso, não é especificado qual é o teatro em cujo palco se representará a peça.

GabaritoNosso: 1E, 2E, 3C, 4E

GabaritoOficial 1C, 2E, 3C, 4E /

(Diplomacia – 2005) Quanto a descrição gramatical de elementos do texto I, assinale a opção correta.

(A) Em “por muito que isso pese a Fernando Pessoa” (*l*. 5 – 6), a forma “pese” remete a peso e está empregada como verbo transitivo direto.

(B) É opcional a regência como transitivo ou transitivo indireto do verbo chamar com o sentido empregado em “ que vai chamando a todas as portas ” (*l*. 12 – 13).

(C) O emprego da conjunção alternativa em “todos os autores tiveram ou terão de ser Luís Camões” (*l*. 20 – 21) implica alusão a fases do fenômeno temporal.

(D) Os vocábulos “redondilhas” (*l*. 22) e “antanho” (l . 24) estão em desuso no português contemporâneo.

(E) No último parágrafo a menção a Luís de Camões está construída por meio de paralelismo sintático introduzido pela forma “foi a este”.

A: Errado (Analise sintática) A forma "**pese**" remete a "desgoste" e está empregada como verbo transitivo indireto, sendo "a Fernando Pessoa" seu complemento - objeto indireto;
B: Errado (Analise sintática) No contexto em que aparece, o verbo "chamar" foi empregado como intransitivo: que (pronome relativo empregado como sujeito) vai chamando (locução verbal intransitiva) a todas as portas (adjunto adverbial de lugar);
C: Errado (Interpretação) Esta alternativa poderia ser escolhida como a certa, não fosse a maior correção da alternativa E. Podemos contestá-la, argumentando que a conjunção alude à inevitabilidade da condição que todo escritor terá que enfrentar: a luta para que sua obra seja publicada;
D: Errado (Vocabulário Ainda que se possa afirmar isso do termo "antanho" (antigamente), no caso de "redondilha" (versos pentassílabos ou heptassílabos), trata-se de um termo técnico de versificação ainda utilizado pelos que estudam, mesmo no ensino médio, a poesia do Humanismo e do Classicismo português;
E: Certo (Paralelismo) Pelo esquema abaixo, pode-se perceber a repetição das seguintes estruturas sintáticas: foi + a + este + substantivo + adjetivo ou locução adjetiva + oração adjetiva
1) foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer,
2) foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma,
3) foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço

GABARITO "E"

Texto II

O Estado – nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil – colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além – mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau – Brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou – se a primeira vítima: o pau – Brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ana Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção incorreta a respeito do texto II.

(A) Caso fosse omitida a vírgula logo após "mercantis" (*l.* 3), o texto não sofreria prejuízo do ponto de vista estritamente sintático, mas a informação expressa no trecho de ocorrência da vírgula ficaria prejudicada do ponto de vista histórico.

(B) Se acatado o rigor gramatical, os adjetivos "portuguesa" (*l.* 4) e espanhola (*l.* 5) deveriam estar flexionados no plural.

(C) Contribuiria para precisão da informação expressa no segundo período do texto a seguinte reescritura do texto "ou de produtos (...) lucro" (*l.* 6 – 8): ou de outros produtos de alto valor comercial que pudessem ser, também, transacionados com muito lucro nos mercados europeus.

(D) Há elementos no texto, em especial, o emprego do advérbio "ironicamente" (*l.* 13) e da expressão "a primeira vítima"(*l.* 14), que permitem a interferência de que o Brasil, desde que se tornou Estado – Nação, assim como o produto de que se originou seu nome, pode ser percebido como vítima de seu saque.

(E) No período situado nas linhas de 8 a 12, há uma comparação subjacente que enaltece os "diversos povos indígenas nômades e seminômades" (*l.* 11 – 12) e que está marcada linguisticamente pelo contraste de "[recursos naturais] manejados" (*l.* 11) com "alvo do saque aos recursos naturais" (*l.* 10 – 11), expressão atribuída aos europeus.

A: Certo (Pontuação) A vírgula após o termo "mercantis" confere à oração adjetiva que lhe segue um valor explicativo. Embora, com a omissão da vírgula, o texto continue gramaticalmente correto, o sentido sofreria alteração: na frase original, afirma-se que toda a burguesia mercantil estava aliada à monarquia; na alterada, afirma-se que apenas uma parte se aliaria;
B: Errado (Concordância Nominal) Como existe apenas uma monarquia portuguesa e uma espanhola, ou se pluraliza o substantivo, como foi feito; ou se empregam demonstrativos que retomem o substantivo: *"aliadas à monarquia, sobretudo a portuguesa e a espanhola"*. **Nota:** A pluralização dos adjetivos proposta na questão não é incorreta gramaticalmente, mas gera o sentido incoerente de se haver mais de uma monarquia espanhola e mais de uma portuguesa;
C: Certo (Análise sintática) A alteração da ordem do termo "de alto valor comercial" e a inclusão dos termos "outros" e "também" deixam claro que a oração adjetiva presente no trecho se refere apenas ao substantivo "produtos";
D: Certo (Interpretação) O termo "ironicamente" revela que o comércio do produto que viria dar nome ao país foi feito dentro dos princípios da expansão mercantil-colonial europeia, ou seja, destinava-se a enriquecer a metrópole em detrimento da colônia. A expressão "vítima" dada ao pau-brasil expressa metaforicamente que o seu comércio além de ter sido feito em prejuízo para o país levou ao esgotamento desse bem natural. O ordinal "primeiro", por outro lado, sugere que à exploração desse bem seguiram outras. Essas interpretações aliadas à afirmação inicial de que o Estado-nação brasileiro tem suas raízes nesse estado de coisas e ao conhecimento do papel que a ele coube no comércio internacional permitem afirmar que o Brasil, como nação independente, foi também alvo de saque;
E Certo (Interpretação) Em tempos de consciência ecológica e busca do chamado "desenvolvimento sustentável, a ideia de manejo de recursos naturais em oposição a saque ganha uma conotação laudatória ao tipo de interação dos índios com a natureza.

GABARITO "B"

Texto III

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou-se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava-se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar-se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Com base no texto III, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Atenderia às exigências linguísticas puristas a alteração na linha 4, de "causando" por: o que causou.

(2) A concordância verbal em "comprovou-se" (*l.* 5) atende regra segundo a qual, em construções com posposição de sujeito composto, é obrigatória a concordância do verbo com o primeiro núcleo do sujeito.

(3) Considerando os elementos de coesão textual, verifica-se que a expressão "ao espetáculo" (*l.* 5) tem como referência "Exposição Universal de Paris" (*l.* 3 – 4).

(4) O emprego das aspas em "autárquica" e "pura" (*l.* 14 – 15) indica que a atribuição de sentido às duas palavras não deve ser exatamente a corrente, a usual.

1: Certo (Análise sintática) Os gramáticos mais conservadores condenam o emprego de orações adjetivas reduzidas de gerúndio como um estrangeirismo;
2: Errado (Concordância verbal) A posposição de um verbo a um sujeito composto permite que ele concorde com a totalidade dos núcleos do sujeito ou com o núcleo mais próximo;
3: Errado (Coesão) O referente é a iluminação das 5 mil lâmpadas;
4: Certo (Figuras de linguagem) A atribuição das palavras "autárquica" e "pura" à arte deixa claro que se trata de emprego metafórico.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto IV

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, ás condições dominantes em 1914;

De 1924-28ª 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929;

De 1932-33 a 19393, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Com relações ao texto IV, assinale a opção incorreta

(A) O texto é composto por apenas um longo período. Para se atender ao estilo da escrita contemporânea – textos com períodos curtos – e à prescrição gramatical, esse período poderia ser transformado em quatro. Para tal, bastaria substituir o sinal de dois-pontos (*l.*2) por ponto e fazer corresponder, com os devidos ajustes nas letras maiúsculas, um período a cada uma das "três grandes fatias".

(B) A forma como as datas estão dispostas demonstra que o período a que o texto se refere é delimitado por uma perspectiva científica, e não meramente cronológica. Nesse contexto, a oração adjetiva "que se segui à Grande Guerra" (*l.*1) poderia, sem perda da precisão histórica, ser substituída pela expressão pós-Grande Guerra.

(C) A elipse na oração ao longo segmento oracional "quando todos os países europeus procuraram" (*l.* 3-4).

(D) Há redundância em "os resquícios deixados pela guerra" (*l.* 4), o que permite a alteração para os resquícios da guerra.

(E) O paralelismo sintático seria observado com mais rigor gramatical caso se substituísse "com o grande surto de prosperidade" (*l.*7) por: quando se assistiu ao grande surto de prosperidade.

A opção errada é a "A" (Análise sintática) As alterações propostas não bastariam para a obtenção de quatro períodos. Seria necessária a inclusão de verbos para a configuração de orações principais nas três últimas frases. Abaixo está a transcrição da reescrita tal como proposta na alternativa, os termos sublinhados são as orações subordinadas. Note-se que os trechos não sublinhados a que elas se ligam não possuem verbo.
O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias.
De 1919 a 1924–28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914.
De 1924–28 a 1931–33, com o grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929.
De 1932–33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

GABARITO "A"

Texto V – para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz. Milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; E centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In:* Avelar e A. O. Cintra (org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção em que, na reescrita do segundo período do texto (*l.* 2-8), mantém-se a informação original e a correção gramatical.

(A) Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência.

(B) Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência.

(C) Era composta por latifúndios, voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno - feijão, arroz, milho - e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros minerados já em fase de decadência.

(D) Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência.

(E) Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

A alternativa "C" não possui erro, as demais são transcritas abaixo e o sublinhado indica os erros de pontuação: A) Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência;
B) Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência;
D) Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência;
E) Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2005) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que dizem respeito ao período: "Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo" (*l.* 18-20).

(1) Nesse contexto, a conjugação "Mas" tem a função de estabelecer relação de coordenação entre as duas orações do período.

(2) Esse período é composto por duas orações justapostas que mantêm entre si relação de dependência semântica e sintática, exercendo a segunda oração a função de predicativo da primeira.

(3) O advérbio "também", por acrescentar uma circunstancia ao verbo, não poderia ser retirado da frase, sob pena de provocar prejuízo à estrutura de base da oração.

(4) O período permanecera perfeitamente em conformidade com os padrões da escrita culta se "baseado" for substituído por: que se baseava.

1: Errado (Análise sintática) A conjunção estabelece coordenação entre a frase em que ela aparece e a frase anterior;
2: Errado (Análise sintática) As orações são justapostas (sem conector), e a segunda ("era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo") é subordinada adverbial causal;
3: Errado (Palavra denotativa) A ausência do termo "também" causa alteração semântica, mas não prejudica a estruturação sintática;
4: Certo (Análise sintática) A alteração consiste no desenvolvimento da oração adjetiva.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

Texto VI – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção correta com relação a aspectos linguísticos do texto VI.

(A) Nas linhas 2 e 3, atenderia à prescrição gramatical a escolha da seguinte regência verbal: culminaram nos atos de força.

(B) Entre as expressões "Com efeito" (*l.* 6) e "Nessa conjuntura" (*l.* 14), encontra-se uma explicitação dos acontecimentos que constituem o tópico inicial do texto.

(C) Em "à obtenção" (*l.* 16), o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

(D) Nas linhas 20 e 21, os parênteses sinalizam uma retificação.

(E) Sem que ocorra erro de pontuação, a vírgula que aparece logo após "e" (*l.* 22) pode ser deslocada para imediatamente antes dessa conjugação.

A: Certo (Regência verbal) O verbo "culminar" rege objeto indireto com as preposições "em" ou "com";
B: Errado (Interpretação) Os acontecimentos (modernização da era Vargas e da era JK) são anteriores aos acontecimentos presentes no tópico inicial do texto (crises da primeira metade da década de 60);
C: Errado (Crase) A retirada da crase seria possível pela retirada do artigo, isso implicaria uma alteração de sentido;
D: Errado (Interpretação) Eles constituem um aposto enumerativo do termo "novas posições", são, portanto, a explicitação de um termo genérico;
E: Errado (Pontuação) A vírgula junto com a que lhe segue marcam a intercalação de um adjunto adverbial ("ante a acentuada radicalização interna") numa oração coordenada sindética aditiva, portanto a primeira vírgula deve estar após o conector.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2005) No primeiro período do texto VI: "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930" (*l.* 1- 6), a locução sublinhada estabelece entre frases uma relação lógica de

(A) causa
(B) concessão
(C) condição
(D) conformidade
(E) consequência

A alternativa "C" é a certa (Análise sintática) O valor condicional da locução conjuntiva "sem que" fica claro quando a substituímos por uma conjunção com esse valor, como "caso": "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos caso não se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930".

GABARITO "C"

Texto VII – texto para as próximas três questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar - um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições -, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se;

E, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Analisando a relação entre as informações veiculadas pelo texto VII e a articulação dos elementos textuais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 15, o enunciado causal que antecede e em que se sustenta a afirmação "a vida social individualiza-se" é insuficiente para justificar o paradoxo "social/individual", o que, considerando-se as ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo, gera incoerência na linha argumentativa do texto.

(2) No trecho "do qual lhe vêm solicitadas e ordens precisas de ações condicionadas" (*l.* 20-21), há uma sucessão de vocábulos do campo semântico de determinação, o que é produtivo para a defesa do autor de seu ponto de vista determinista da política mundial, confirmado no apelo romântico às "paixões humanas" (*l.* 22) ao caracterizar "lugar" (*l.* 19).

(3) Predomina, no texto, a função referencial da linguagem e verifica-se, também, a utilização pontual da linguagem em sua função poética, como recurso para expressar o conceito de "lugar" por meio da metáfora "o teatro insubstituível das paixões humanas" (*l.* 21-22)

(4) A forma verbal prevalente no texto é o presente do indicativo, o que equivale a dizer que o texto se compõe de enunciados categóricos, os quais produzem o tom de certeza na abordagem do tema.

1: Errado (Interpretação) A ideia do exercício de uma ação própria é um dos fatores que permite que, em meio ao fator coercitivo da vida social sobre seus integrantes, irrompa um espaço para a individualidade;
2: Errado (Interpretação) No texto, a ideia expressa pelo termo "paixões humanas" se opõe como um fator arbitrário e imprevisível ao determinismo, de modo a atenuá-lo como móbil das ações humanas;
3: Certo (Funções da linguagem) A função referencial é a centrada no referente, pede clareza e impessoalidade, tem como exemplo típico o texto ensaístico. A função poética e marcada pelo emprego de recursos expressivos – como a metáfora –, que dão ao texto valor estético;
4: Certo (Emprego dos tempos verbais) O presente do indicativo, entre outros valores, expressa processos vistos como verdadeiros, como nas formulações científicas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2005) Considerando as ideias e as estruturas morfossintáticas do texto VII, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) No primeiro período do texto, a noção de oposição é produzida, via semântica, pelo emprego de duas antíteses: "localidade"/"globalidade" e "opõe"/confunde"

(2) Atenderiam aos princípios de coesão e ás prescrições gramaticais as duas seguintes alterações do primeiro período do texto: A localidade e a globalidade confundem-se. Opõe-se e confundem-se também a localidade à globalização.

(3) As considerações iniciais do autor a respeito da essência e da existência do mundo (*l.* 2-5) encontram seu correlato, no sistema linguístico, na distinção semântica do par verbal ser/estar.

(4) É possível estabelecer uma analogia entre "tempos externos das escalas superiores" (*l.* 7-8) e sincronia e, entre "eixo dos tempos internos" (*l.* 8) e diacronia.

1: Certo (Interpretação) A oposição entre "localidade" e "globalidade" se faz pelo valor já presente nos termos. A de "opõe" e "confunde" fica clara quando se percebe o sentido que este último termo tem no texto: identifica, integra;

2: Errado (Concordância) A primeira reescrita confere um valor de reciprocidade que não está de todo claro no trecho original; a segunda apresenta solecismo de concordância: o verbo "confundem-se" deveria estar no singular já que o sujeito é o termo "localidade";
3: Certo (Interpretação) A essência define aquilo que se é, independentemente da aparência. Já a existência pode casualmente mascarar a essência com estados que, por não serem essenciais, não são imutáveis;
4: Errado (Emprego dos tempos verbais) A sincronia corresponde ao enfoque das ações e estados num tempo determinado; a diacronia trata das suas modificações ao longo do tempo.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, a respeito das ideias e das estruturas lexicais, morfossintáticas e semânticas do texto VII.

(1) O conteúdo desse excerto resume-se em conceituar e explanar a localidade como uma manifestação próxima, cotidiana, pragmática da globalidade.

(2) A coexistência tem lugar no "mundo", e não, no "lugar".

(3) A expressão "nosso Próximo" (*l.* 5-6) exerce a mesma função sintática que o trecho entre travessões nas linhas 12 e 13.

4( ) No texto, dois campos semânticos confrontam-se: de um lado: "localidade" / "existência" / "eixo da coexistência" / "cooperação";

DO OUTRO: "GLOBALIDADE" / "ESSÊNCIA" / "EIXO DOS TEMPOS INTERNOS" / "CONFLITOS".

1: Certo (Interpretação) Os seguintes trechos comprovam a afirmação: "A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela."; "O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo...";
2: Errado (Interpretação) O seguinte trecho desmente a afirmação: "No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências...";
3: Certo (Análise sintática) Ambos são apostos;
4: Errado (Coesão) O eixo dos tempos internos é o eixo da coexistência, ele se opõe ao eixo das sucessões.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

Texto VIII – para as próximas três questões

circum-lóquio

(pur troppo non allegro)

sobre o neoliberalismo terceiro mundista

7.

1 o neoliberalismo
sonha um admirável
mundo fixo
4 de argentários e multinacionais
terratenentes terrapotentes
coronéis políticos
7 milenaristas (cooptados) do
perpétuo
status quo:
10 um mundo prive
palácio de cristal
à prova de balas:
13 bunker blau
durando para sempre – festa
estática
16 (ainda que sustente sobre
fictas
palafitas
19 e estas sobre uma lata
de lixo)

Haroldo de Campos. **Poema inédito**. In: Folha de S. Paulo. 12/6/1998

(Diplomacia – 2005) Haroldo de Campos lançou, em 1956, o movimento nacional e internacional de Poesia Concreta. Julgue (C ou E) os itens a seguir, considerando o contexto histórico, cultural e temático do poema acima (texto VIII)

(1) O poeta, carioca que ainda vive em sua cidade natal, lançou o movimento concretista com o irmão Humberto de Campos e com o artista plástico Décio Pignatari.

(2) A Poesia Concreta foi o movimento literário que acendeu a consciência plástica da linguagem poética da linguagem poética, nas dimensões sonora e visual.

(3) A expressão "admirável mundo fixo" (v. 2 e 3) remete a conhecida obra do escritor inglês Aldous Huxley.

(4) A temática do poema é a apologia ao neoliberalismo, programa econômico globalizante identificado a partir da década de 80 do século passado.

1: Errado (Literatura) Os três principais mentores e poetas do movimento concretista na literatura foram os irmãos Campos (Haroldo e Augusto) e Décio Pignatari. Todos os três paulistas e fundadores na cidade de São Paulo da revista Noigrandes, órgão de difusão das ideias do movimento;
2: Certo (Literatura) A Poesia Concreta passou a se valer, por exemplo, da disposição das palavras no texto, a qual passou de simples meio de transmissão do texto poético para possuir ela própria significado e valor estético;
3: Certo (Literatura) Trata-se da obra Brave New World, em português Admirável Mundo Novo, romance que narra um futuro em que a ciência e a técnica se desenvolveram a ponto de criarem uma sociedade "perfeita". Nela, os seus cidadãos, pelo condicionamento bio-psicológico, desempenham satisfeitos funções pré-determinadas, não havendo espaço para a livre escolha ou crítica;
4: Errado (Interpretação) A temática do poema é a crítica ao neoliberalismo, por associá-lo a práticas de exploração econômica (argentário, coronéis políticos) e a miséria dela decorrente (palafitas, lata de lixo).

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005) Com base na analise do vocabulário da estrofe transcrita no texto VIII, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A estrofe esquematiza-se da seguinte maneira:

(2) O autor utiliza os seguintes estrangeirismos: "terrapotentes", status quo", "bunker blau" e fictas", que deveriam ter sido obrigatoriamente escritos em itálico.

(3) Nos versos 2 e 3, "sonha um admirável / mundo fixo", a posição dos adjetivos que modificam o substantivo "mundo" é evidência de que a ordem das palavras na oração diz respeito à sintaxe e também à semântica. Caso se alterasse a ordem (sonha um mundo / admirável fixo), haveria significativa mudança de sentido.

(4) A composição por justaposição, como processo de formação de palavras, prevalece no texto, tendo como exemplos: "neoliberal", "multinacionais", "terratenentes" e "terrapotentes".

1: Certo pelo Gabaritooficial (Interpretação) Ainda que a esquematização proposta descreva a estrofe até o décimo quinto verso, os cinco últimos, que estão entre parênteses, não apenas fazem parte desta estrofe, como ainda encerram o reverso do "admirável mundo fixo" - a miséria que o sustenta. Contribuem, portanto, de forma imprescindível para o sentido da estrofe e não podem ser desconsiderados num esquema dela, a não ser que se informe que esta é parcial. Seria melhor que a questão tivesse sido anulada ou o Gabaritoalterado para ERRADO;
2: Errado (Formação de palavras) O adjetivo "fictas" é um termo da língua portuguesa e "terrapotentes" é um neologismo;
3: Certo (Análise sintática) Na colocação original, o adjetivo "admirável" qualifica o conjunto formado por "mundo fixo": "um mundo fixo que é admirável". Na alteração proposta, o adjetivo "fixo" passa a qualificar o conjunto formado por "mundo admirável": "um mundo admirável que é fixo";
4: Certo (Formação de palavras) Embora possam ser confundidos com prefixos, os termos "multi" e "neo" são radicais.

Gabarito nosso: 1E, 2E, 3C, 4C

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C /

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção incorreta quanto à descrição gramatical.

(A) O verbo sonhar, além da regência expressa no verbo 2, tem emprego também, conforme prescrição gramatical, como intransitivo e transitivo indireto.

(B) O uso dos dois-pontos depois de "status quo" (v. 9) tem a função de introduzir uma explicação.

(C) Nos cinco últimos versos, os parênteses assinalam isolamento sintático e semântico.

(D) A locução conjuntiva "ainda que" (v. 16) tem o mesmo sentido de posto que.

(E) A fragilidade das bases do mundo neoliberal é reforçada pelo adjetivo "fictas" (v. 17), que significa falsas.

A: Certo (Regência) VI: Eu sonhei muito ontem. // VTI: Eu sonhei com um mundo novo;
B: Certo (Análise sintática) Eles introduzem um aposto do explicativo que pode ter como fundamental tanto o termo "um admirável mundo fixo" quanto "o perpétuo status quo", pois ambas as atribuições são coerentes com o sentido do poema;
C: Errado (Análise sintática) O trecho se constitui de uma oração adverbial concessiva subordinada à oração anterior, portanto não há isolamento sintático. A relação semântica entre o trecho em questão com o resto do texto é de oposição, trata-se da contrapartida do mundo de luxo e conforto a que tem acesso uma parcela privilegiada da população;
D: Certo (Análise sintática - conector) Ambas as locuções conjuntivas têm valor concessivo;
E: Certo (Vocabulário) Segundo o dicionário Houaiss, "ficto" tem como primeiro grupo de significado: "em que há simulação; falso, inventado, simulado".

GABARITO "C"

Texto I

Para entender a atual e multifacetada crise cultural, precisamos adotar uma perspectiva extremamente ampla e analisar a situação no contexto da evolução cultural humana. Os historiadores estão longe de elaborar uma teoria abrangente da dinâmica cultural, mas parece que todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração.

Segundo os antigos filósofos chineses, todas as manifestações da realidade são geradas pela integração dinâmica entre dois pólos de força: o yin e o yang. Heráclito, na Grécia antiga, comparou a ordem do mundo a "um fogo eternamente vivo que se acende e a apaga conforme a medida". Empédocles atribuiu as mudanças no universo ao afluxo e refluxo de duas forças complementares, a que chamou amor e ódio.

Entre os mais notáveis, mesmo que mais hipotéticos, estudos dessas curvas de ascensão e queda de civilizações, cumpre-nos citar a importante obra A Study of History, se Arnold Toynbee. Os padrões culturais descritos por Toynbee parecem-se ajustar muito bem à nossa situação atual. Ao observarmos a natureza dos nossos desafios, podemos reconhecer a confluência de diversas transições.

A primeira transição, e talvez a mais profunda, segundo esse autor, deve-se ao lento, relutante, mas inevitável declínio do patriarcado. A periodicidade associada ao patriarcado é de, pelo menos, três mil anos, e são mínimas as informações de que dispomos acerca das eras pré-patriarcais. Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante. Ele tem influenciado nossas ideias mais básicas acerca da natureza humana e da nossa relação com o universo – a natureza do homem e a relação "dele" com o universo, na linguagem patriarcal. O patriarcado era o único sistema que, até a data recente, não tinha sido abertamente desafiado em toda a história documentada e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis da natureza; na verdade, eram, usualmente, apresentadas como tais. Hoje, porém, a desintegração do patriarcado tornou-se evidente. O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais dos tempos atuais e terá profundo efeito sobre a futura evolução humana.

A segunda transição, que terá profundo impacto sobre nossa vida, nos é imposta pelo declínio da era do combustível fóssil. Os combustíveis fósseis têm sido as principais fontes de energia da moderna era industrial e, quando se esgotarem, essa era chegará ao fim. Esta década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para uma era solar, acionada por energia renovável oriunda do sol;

Essa mudança envolverá transformações radicais nos atuais sistemas econômicos e políticos.

A terceira transição também está relacionada com valores culturais. Envolve o que hoje é frequentemente chamado de "mudança de paradigma" – uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam determinada visão da realidade. Esse paradigma compreende certo número de ideias e valores que diferem nitidamente dos da Idade Média, valores que estiveram associados, na cultura ocidental, à revolução científica, ao Iluminismo e à Revolução Industrial. Nesse paradigma, incluem-se a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento e a concepção de que a vida em sociedade é uma luta competitiva pela existência. Nas décadas mais recentes, concluiu-se que todas essas ideias e valores necessitam de uma revisão radical.

De acordo com nossa ampla perspectiva da evolução cultural, a atual mudança de paradigma faz parte de um processo mais vasto, de uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontada ao longo de toda a civilização ocidental e na maioria das outras culturas.

Fritjof Capra. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982, p.24-9 (com adaptações)

(Diplomacia – 2004) Julgue os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos gramaticais do texto I.

(1) A expressão "a atual e multifacetada crise cultural" (linha 1), embora imprecisa, tem cada um de seus vocábulos explicitados por meio do desenvolvimento das seguintes ideias: existe uma crise cultural nos dias atuais e essa crise (degradação de valores éticos) é "multifacetada" por se estender a raças diferentes e diferentes ecossistemas.

(2) A relação lógica entre os dois primeiros parágrafos pode ser descrita assim: no segundo parágrafo, enuncia-se a idéia da existência de forças geradoras que, como apontam pensadores de outras épocas, foram responsáveis pelas mudanças cíclicas, elencadas no primeiro parágrafo.

(3) Os dados e os argumentos apresentados pelo autor asseguram a objetividade do discurso, incisivo e científico. No entanto, para se eliminarem os traços de subjetividade, seriam necessárias as seguintes alterações: retirada de "parece que" (linha 3) e troca de "parecem ajustar-se" (linha 10) por **ajustam-se**.

(4) As "transições" apontadas por Toynbee organizam-se diacronicamente de tal forma que são excludentes, e efetivamente ocorreram na ordem em que foram apresentadas.

(5) A regra de acentuação gráfica ilustrada em "pólos" (linha 6) não diz respeito à terminação da palavra, o que também ocorre com os vocábulos **pôr** (verbo) e **às** (substantivo).

(6) Na linha 6, observa-se que a palavra "ordem" não recebeu acento gráfico, assim como seu plural também não o receberia. Isso ocorre porque as palavras paroxítonas terminadas em –em/ens não se acentuam, regra da qual a palavra **hífens** é exceção.

(7) As reescrituras de "a que chamou" (linhas 7 e 8) e de "de que dispomos" (linha 13) como, respectivamente, **que chamou de** e **que dispomos** estão ambas de acordo com a modalidade escrita padrão da língua portuguesa e preservam o sentido original do texto.

(8) Na linha 9, a ligação estabelecida entre os adjetivos "notáveis" e "hipotéticos" manter-se-ia coerente com o texto, assim como seria mantida a correção gramatical da frase, caso se substituísse "mesmo que" por **embora** ou **posto que**.

(9) No período "Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante" (linha 14), não se contrariaria o sentido original do texto, se a expressão grifada fosse substituída por **hegemônico**.

(10) Na linha 16, o pronome "que" exerce a mesma função sintática do termo que o antecede: predicativo do sujeito.

(11) Os pronomes relativos "que" (linha 16) e "cujas" (linha 17) têm como elemento antecedente a mesma expressão nominal.

(12) O pronome "tais" (linha 18), sem referência própria, tem seu sentido atribuído pelo termo antecedente "universalmente aceitas" (linha 17).

(13) A oração "que terá profundo impacto sobre nossa visa" (linha 21) poderia estar entre parênteses ou entre travessões, mas não sem as vírgulas, porque, neste caso, assumiria um caráter explicativo, o que acarretaria incoerência textual.

(14) Os vocábulos "dos" e "da" (linha 27) provêm ambos da contração da preposição **de** com outro vocábulo: em "dos", com um pronome demonstrativo e, em "da", com um artigo definido.

(15) Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto, se o último parágrafo for reescrito do seguinte modo: Nessa ampla perspectiva de evolução cultural, cuja mudança do atual paradigma, percebe-se um processo mais vasto, com uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontado ao longo de toda a civilização ocidental e da maioria das outras culturas.

1: Errado (Interpretação) Embora se possa entender que o adjetivo "multifacetada" aplicado à mencionada crise cultural possa significar que ela atinja muitas comunidades diferentes em diferentes países, não se pode utilizar no lugar da ideia de "comunidades" termos como "raças" ou "etnias";

2: Certo (Interpretação) Os pensadores e as forças geradoras por eles citadas são os antigos filósofos chineses e o yin e yan; Heráclito e o fogo eternamente vivo;

Empédocles e o amor e o ódio. Essas forças explicam os processos cíclicos de gênese, nascimento, colapso e desintegração;

3: Errado (Interpretação) A presença do verbo "parecer" nas duas ocorrências revela que a afirmação feita carece de plena certeza. Isso, contudo, não constitui marca de subjetividade, pois essa incerteza não é atribuída apenas ao autor do texto, mas generalizada. A subjetividade ocorreria caso houvesse a presença do oblíquo "me" como objeto indireto: "parece-me que";

4: Errado (Interpretação) A primeira transição, declínio do patriarcado, embora antiga, continua ainda ocorrendo. A segunda transição, declínio da era do combustível fóssil, ainda não começou. A terceira, mudança de paradigma, é bastante recente, se comparada à primeira, mas ambas ainda estão ocorrendo;

5: Certo (Acentuação Gráfica) A 14ª e 15ª regras de acentuação gráfica do Formulário Ortográfico de 1943 determina que esses três vocábulos - "pólos", "pôr", "ás" - recebam acento para diferenciá-los de outras palavras homógrafas. **Nota:** pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que passará a vigorar plenamente a partir de 1º de janeiro de 2013, das três palavras, apenas "ás" conservará o acento;

6: Errado (Acentuação Gráfica) As paroxítonas terminadas em "n" são acentuadas, mas as terminadas em "ens" não o são: hífen/hifens, pólen/polens, gérmen/germens, etc.;

7: Errado (Regência) A retirada da preposição na oração adjetiva "a que chamou" mantém a correção e o sentido, pois o verbo "chamar", que rege o relativo, pode ser empregado como transitivo direto ou indireto no sentido de "nomear". No segundo caso, a retirada da preposição mantém a correção gramatical, mas altera o sentido. O verbo "dispor" com o sentido com que foi empregado no texto, "ter a posse de", é transitivo indireto e pede a preposição "de";

8: Certo (Análise sintática) A conjunção "embora" e as locuções conjuntivas "mesmo que" e "posto que" apresentam o mesmo valor: concessão. **Nota:** o emprego da locução "posto que", como causal ou explicativa, no lugar de porque, constitui desvio de norma;

9: Certo (Interpretação) Os termos "preponderante" e "hegemônico" são sinônimos;

10: Errado (Análise sintática) O relativo "que" exerce a função de sujeito da locução verbal "tinha sido desafiado" e tem, como antecedente, o termo "o único sistema", que exerce a função de predicativo do sujeito "o patriarcado";

11: Certo (Coesão) Ambos os relativos são anafóricos do termo "o único sistema";

12: Errado (Coesão) O termo "tais" é anafórico de "leis da natureza";

13: Errado (Pontuação) A oração "que terá profundo impacto em nossa

vida" é uma subordinada e, portanto, não pode vir isolada por parênteses. As orações que aceitam ser isoladas por parênteses ou travessões são as chamadas de parentéticas ou interferentes;
14: Certo (Pronome) O vocábulo "os" contraído na forma "dos" é um pronome demonstrativo, pois vale como anafórico de um termo "valores" e vem qualificado por um adjunto adnominal "da Idade Média". O "a", por outro lado, acompanha o substantivo "Idade Média" que lhe segue, sendo, portanto, um artigo;
15: Errado (Análise sintática) A frase reescrita não altera apenas o sentido da original. Ela sequer faz sentido, pois possui uma oração adjetiva "cuja mudança atual do paradigma", que está incompleta por lhe faltar verbo.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7E,
8C, 9C, 10E, 11C, 12E, 13E, 14C, 15E

Texto II

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Isso significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. Elas são criadas por meio de atos de linguagem.

Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Por exemplo, segundo o linguista Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças, os elementos – os signos – que constituem uma língua não têm qualquer valor absoluto. Reencontramos, aqui, não a ideia de diferença como produto, mas como a operação ou o processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais, como a identidade, por exemplo.

Derrida acrescenta a isso a ideia de traço: o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente a diferença.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a reações de poder. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

Tomaz Tadeu da Silva. Identidade **e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 76 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Com relação ao texto II, julgue os itens a seguir.

(1) Comprometer-se-ia o sentido original do período situado entre as linhas 3 e 6, caso se substituísse a construção na voz passiva analítica "à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" (linhas 5 e 6) pela passiva pronominal correspondente.

(2) Atendendo-se às prescrições gramaticais, o segmento "Somos nós que as fabricamos" (linha 8) poderia ser substituído por **Somos nós quem as fabrica**.

(3) Ao final do 3º parágrafo, mantendo-se a coerência e a coesão textuais, poderia ser acrescentado o seguinte trecho: Em outras palavras, é a própria dicotomia um dos meios pelos quais o significado é fixado.

(4) No texto, afirma-se que os grupos sociais que estão assimetricamente situados são os que lutam para garantir o acesso aos privilégios, como evidencia o emprego das vírgulas na linha 28.

(5) De acordo com o texto, identidade e diferença devem ser compreendidas em sua dimensão simbólica, de representação, e analisadas com base nas relações de poder.

1: Certo (Voz passiva) A passagem dos verbos em voz passiva analítica do trecho "não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" para a voz passiva sintética "não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de se revelarem ou descobrirem, respeitarem ou tolerarem" confere ambiguidade a esse trecho, pois se pode interpretar o pronome "se" como uma marca de reflexibilidade ou reciprocidade;
2: Certo (Concordância Verbal) Quando o sujeito de uma frase é colocado entre a partícula de realce "é quem", a concordância do verbo é feita com o pronome, flexionando-se o verbo na terceira do singular: Somos nós quem as fábrica. Modernamente admite-se a concordância com o sujeito de fato: Somos nós quem as fabricamos. Caso se empregue a partícula de realce "é que", o verbo concordará exclusivamente com o sujeito de fato: Somos nós que as fabricamos;
3: Certo (Interpretação) Entendendo-se que "dicotomia" é o mesmo que "dualidade" e que ela se refere ao par opositivo semelhança/diferença, o trecho proposto constitui um reforço do que se disse antes;
4: Errado (Pontuação) A presença de vírgulas no trecho "assimetricamente situados" confere-lhe valor explicativo, ou seja, todos os grupos sociais estão assimetricamente situados e, portanto, todos eles lutam para garantir o acesso aos privilégios;
5: Certo (Interpretação) O texto em geral e a última frase em particular comprovam afirmação da questão: O poder de definir (dimensão simbólica) a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto III

A ética contemporânea faz grande alvoroço em torno das diferenças culturais. Sua concepção do outro tem em vista essencialmente esse tipo de diferenças. E seu grande ideal é a coexistência tranquila das comunidades culturais, religiosas, nacionais etc., a recusa da "exclusão".

Mas é preciso sustentar que essas diferenças não têm qualquer interesse para o pensamento, não são mais que a evidente multiplicidade infinita da espécie humana, a qual é tão flagrante em mim e meu primo de Lyon como entre a comunidade xiita do Iraque e os cowboys do Texas.

O embasamento objetivo (ou à maneira de historiador) da ética contemporânea é o culturalismo, a fascinação verdadeiramente turística pela multiplicidade dos hábitos, dos costumes, das crenças. E especialmente pela inevitável bizarria das formações imaginárias (religiões, representações sexuais, formas de encarnação da autoridade...). Sim, o essencial da "objetividade" ética provém de uma sociologia vulgar, diretamente herdade do espanto colonial diante dos selvagens, ficando entendido que os selvagens estão também entre nós (drogados dos subúrbios, comunidades religiosas, seitas: todo o aparato jornalístico da ameaçadora alteridade interna), ao que a

ética, sem mudar o dispositivo de investigação, opõe seu "reconhecimento" e seus trabalhadores sociais.

Contra essas descrições fúteis (tudo o que nos contam ali é uma realidade ao mesmo tempo evidente e por si mesma inconsistente), o pensamento verdadeiro deve afirmar o seguinte: sendo as diferenças o que há, e toda verdade sendo o vir-a-ser do que ainda não é, as diferenças são precisamente o que toda verdade deposita, ou faz aparecer, como insignificante. Nenhuma situação concreta é esclarecida em função do "reconhecimento do outro". Em toda configuração coletiva moderna, há pessoas de toda parte, que comem diferentemente, falam múltiplos idiomas, usam diferentes chapéus, praticam diferentes ritos, têm uma relação complicada e variável com a coisa sexual, amam a autoridade ou a desordem;
E assim segue o mundo.

A. Badiou. Ética: um ensaio sobre a consciência do mal**.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ,1995, p. 40-1 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Com relação às ideias do texto III e a aspectos morfossintáticos, julgue os itens subseqüentes.

(1) A articulação das ideias do texto não permite a inferência de que, no passado, as diferenças culturais eram relegadas pela ética e, no momento, são alardeadas em razão dos frequentes processos de exclusão social.

(2) Segundo o autor do texto, os guardiões da ética contemporânea explicam toda forma de exclusão com base no determinismo cultural porque idealizam a convivência pacífica entre os povos.

(3) No último parágrafo, o autor sustenta que as diferenças, mais do que ilusórias, são falseadas pela crença de uma verdade estável, resultante do raciocínio silogístico frágil por meio do qual a corrente culturalista concebe a alteridade.

(4) O texto é composto essencialmente por enunciados categóricos, como evidencia o emprego reiterado de formas verbais no presente do indicativo.

(5) O texto informa que a concepção culturalista, cujos fundamentos advêm da sociologia vulgar, postula que o "outro" corresponde ao segmento selvagem, que estará sempre presente como o outro ameaçador, o bárbaro. Assim, para essa corrente, a ética prevalente é ainda a do branco colonizador.

(6) O trecho "a fascinação (...) imaginárias" (linhas 12 a 15) suscita duas observações: há, nele, indicadores da subjetividade do autor – fascinação verdadeiramente turística" e "inevitável bizarria" –; a inserção da vírgula após "crenças" (linha 14), no lugar do ponto, seguida de alteração da inicial maiúscula, atenderia ao que prescreve a norma gramatical.

(7) Preserva o sentido do texto original e a correção gramatical a seguinte paráfrase do período expresso entre as linhas 25 e 31: Em oposições a essas descrições superficiais, o verdadeiro pensamento deve postular que o que existe são as diferenças e toda a verdade, o vir-a-ser daquilo, que ainda não é. Logo, as diferenças são exatamente o que a verdade toda imprime e faz emergir como sem significado.

(8) Atendendo-se à prescrição gramatical e mantendo-se a coerência com as ideias defendidas no texto, o seguinte período poderia dar continuidade ao texto III: Ou seja, a alteridade é simplesmente o que há. Existe, portanto, igual diferença entre, digamos, um camponês chinês e um funcionário norueguês tal qual entre eu e qualquer pessoa, inclusive, eu mesmo.

1: Certo (Interpretação) O fato de que no texto se afirma que a ética contemporânea "faz grande alvoroço em torno das diferenças culturais" não permite que se conclua que elas eram relegadas anteriormente. Apenas se mudou o enfoque: da condenação da diferença e mesmo da imposição de padrões passou-se à consideração respeitosa da diversidade;
2: Errado (Interpretação) Depreende-se do texto que a exclusão provém do desrespeito à diversidade, da visão de um grupo de que seus padrões são universalmente aceitos e, portanto, aqueles que não os seguem devem sofrer sanções;
3: Errado (Interpretação) O autor do texto não considera as diferenças como ilusórias;
Ele afirma, no final do parágrafo, que elas existem de fato. O raciocínio silogístico que aparece no trecho é do autor e não da corrente culturalista. Ele visa a defender a ideia de que a verdade na ética não está na diferença que há, mas sim no vir-a-ser;
4: Certo (Interpretação) O presente do indicativo, segundo Celso Cunha, serve "para indicar ações e estados permanentes ou assim considerados, como uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei";
5: Errado (Interpretação) Embora, segundo o texto, o culturalismo proceda em parte da sociologia vulgar, sua postura em relação ao diferente é a de respeito pela diferença;
6: Certo (Interpretação) O emprego do adjetivo "turística" e do substantivo "bizarria" expressam um juízo de valor demasiadamente depreciativo e que fere, portanto, a objetividade. A frase que se segue ao termo "crenças" é um complemento nominal do substantivo "fascinação" e é, portanto, continuação da frase anterior;
7: Errado (Pontuação da oração adjetiva) A oração adjetiva "que ainda não é" tem como termo subordinante o pronome demonstrativo neutro "aquilo" e é indispensável para que esse pronome tenha sentido no texto. Essa oração adjetiva tem, portanto, caráter restritivo e deve vir sem vírgula;
8: Errado (Emprego dos pronomes pessoais) Os pronomes pessoais "eu" e "tu" só podem ser do caso reto e, portanto, não podem ser regidos por preposição. A palavra "entre" é uma preposição, logo o trecho "entre eu e qualquer pessoa" deve ser reescrito da seguinte forma "entre mim e qualquer pessoa".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8E

(Diplomacia – 2004) Com relação aos textos II e III, julgue os seguintes itens.

(1) No texto II, o autor refuta abordagem em que se examinem a identidade e a diferença culturais dissociadas e como evidências em si, como algo estanque, dado, fixo e natural, como é o enfoque do texto III.

(2) No texto II, o autor assume que as relações de poder permeiam a construção de identidade, ao passo que, no texto III, essas relações são sugeridas pelos julgamentos de valor ali presente, sem que, no entanto, seja ressaltada a relação assimétrica entre os grupos sociais.

1: Certo (Interpretação) No início do texto II, já é afirmada a interdependência de identidade e diferença como conceitos que são criados linguisticamente. No texto III, ainda que o autor critique o alvoroço que a ética faz das diferenças, ele não questiona a existência objetiva delas, como se pode ver na última frase do texto;
2: Certo (Interpretação) No texto II, a diferença e a identidade são construídas com base nas relações de poder, de forma a garantir privilégios a certos grupos. No texto III, a diferença e a identidade, já existentes, levam a atitudes de exclusão, por um grupo julgar que os seus valores, ao contrário, dos outros grupos, são os que de fato são válidos verdadeiros.

Gabarito 1C, 2C

Mistura lingüística

1 Muita gente, em vários países, fala um pouco de inglês todo dia sem perceber. Sem contar o "informatiquês", cujos verbetes — como *megabyte, browser, hard disk, software* — são expressões do
4 mais puro inglês, muitas outras palavras do dia-a-dia de brasileiros, franceses, alemães e, principalmente, japoneses têm origem no idioma bretão. Futebol (*football*), sanduíche (*sandwich*) e deletar
7 (verbo criado a partir de to delete, suprimir) são exemplos conhecidos de anglicismo (uso de expressões em inglês ou originadas dele) no português. Os alemães apertam o *resetknopf*
10 (*reset button* ou botão de *reset*) para iniciar o computador. E os franceses, conhecidos por sua ojeriza a estrangeirismos, despedem-se dos colegas de trabalho na sexta-feira dizendo
13 *bon weekend*.
A situação do japonês é particularmente curiosa. Estima-se que cerca de vinte mil palavras do vocabulário moderno tenham
16 origem no inglês. Sorvete é *aisukurimu*, de *ice cream*. Ar condicionado é *eacon*, de *air conditioner*. E banheiro deixou de ser *obenjyo* para se tornar *toiré*, de *toillet*.
19 A história dessa imposição lingüística certamente desperta animosidades. Na Índia, por exemplo, onde o inglês é uma das línguas oficiais, ele não é muito ouvido nas ruas. Falar inglês ainda
22 lembra um passado de opressão.

Galileu, fev./2002, p. 37 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens a seguir, que se referem às ideias e às estruturas do texto acima.

(1) A seleção de argumentos e do vocabulário mostra o grau de engajamento do autor em face do assunto: paralelamente às funções referencial e metalinguística, que veiculam informações objetivas, há marcadores linguísticos que deixam entrever elementos subjetivos.

(2) O autor organiza sintaticamente o período "Sem contar (...) bretão" (*l.*2-6) a partir da oposição regra/exceção, em que a regra é o "mais puro inglês", e a exceção, o inglês impuro ou degenerado.

(3) De acordo com a norma padrão do português, é correta a substituição de "cujos verbetes" (*l.*2) por **do qual os verbetes**.

(4) Constata-se que a expressão inglesa "*reset button*" (*l.*10) está presente tanto no vocábulo alemão como na expressão portuguesa, com a substituição de um de seus componentes.

(5) O autor empregou "*bon weekend*" (*l.*13) como um exemplo elucidativo da ideia de que os franceses têm "ojeriza a estrangeirismos" (*l.*11).

1: Certo (Interpretação) Expressões com marcas de imprecisão ou informalidade conferem ao texto esse aspecto subjetivo: muita gente, informatiquês, mais puro inglês, etc.;

2: Errado (Interpretação) O período não forma um par opositivo "exceção e regra". Pode-se falar apenas que a oração iniciada por "sem contar" tem um valor de exclusão que cumpre a finalidade de enfatizar a existência de muitas palavras de origem inglesa cuja forma aportuguesada nem sempre permite perceber o empréstimo linguístico (sanduíche, futebol). Além disso, não se pode afirmar que uma palavra de origem estrangeira aportuguesada seja degenerada;

3: Certo (Emprego de pronome relativo) O relativo "cujo", como ocorre com os demais pronomes desse tipo, geralmente pode ser substituído pelas formas "o qual, os quais, a qual, as quais"; para isso, contudo, é necessário o acréscimo da preposição "de" para que o valor de posse se mantenha;

4: Certo (Interpretação) Em alemão: resetknopf;
Em português: botão de reset;

5: Errado (Interpretação) A expressão "bon weekend" mostra que, apesar da ojeriza a estrangeirismos, os franceses não estão isentos de utilizá-los.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5E

Texto I

PODER

Etimologia. Sobre as formas verbais latinas potes, 'pode', potui, "pude", poteram, "pudera", potero, poderei', potens, potentis, 'aquele que pode' etc. (todos do verbo lat. posse, 'poder, ter o poder de, ser capaz de'), forma--se o infinitivo lat. vulg. *potere*, 'poder, ter o poder de,

ser capaz de', que conviveu com o lat. cláss. posse até suplantá-lo por volta do séc. VIII d.C. *Potere* é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. *potere*, fr. *pouvoir*, ambos do séc. XII, ing. *power*, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas. O vocábulo al. *Macht* traduz o port. esp. *poder* e demais vernacularizações.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo - Rio de Janeiro: **Encyclopaedia Britannica** do Brasil. Publicações Ltda. 1977, p. 9.001 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens subsequentes, relativos ao sentido e às estruturas morfossintática, semântica e discursiva do texto I.

(1) Segundo o verbete de enciclopédia acima, o vocábulo "poder" existe na língua portuguesa desde o século XII e sua forma primitiva foi o vocábulo do latim clássico *"posse"*.

(2) Têm a mesma origem que a do português "poder" os vocábulos equivalentes do italiano, do francês e do inglês, respectivamente, *"potere", "pouvoir"* e *"power"*.

(3) "*Potere*" e "poder" têm descrição fonética muito semelhante, destacando-se as seguintes mudanças: a consoante surda /t/ do primeiro vocábulo se sonoriza no segundo; a vogal final do primeiro sofre queda.

(4) O vocábulo alemão "*Macht*" não tem a mesma origem do vocábulo português "poder", mas tem o mesmo significado.

(5) Está em conformidade com a significação proposta no verbete e está expressa de acordo com as normas da língua escrita culta do português a seguinte asserção: **Os vocábulos latinos posse e potere têm o mesmo significado, mas pertencem a variantes linguísticas diferentes, respectivamente, clássica e vulgar**.

1: Certo (Interpretação) Segundo o texto, "poder" surgiu nos séculos XII-XIII de um termo do latim vulgar "potere", que, por sua vez, se originou das formas conjugadas de um termo do latim clássico "posse". Pode-se inferir, portanto, que a forma primitiva do vocábulo "poder" tenha sido esta última;

2: Certo (Interpretação) Conforme aparece no seguinte período do texto: Potere é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. potere, fr. pouvoir, ambos do séc. XII, ing. power, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas;

3: Certo (Fonética) As consoantes /t/ e /d/ são fonemas homorgânicos, ou seja, ambas são oclusivas linguodentais, diferindo apenas no papel das cordas vocais: na primeira, elas não vibram e a consoante é chamada de surda; na segunda, as cordas vibram e a consoante é chamada de sonora;

4: Certo (Interpretação) Como é dito que o vocábulo "Macht" *traduz* o termo "poder" em alemão e como as formas das duas palavras não possuem nenhuma semelhança entre si, é possível pressupor que elas não têm a mesma origem;

5: Certo (Interpretação) O texto não apresenta transgressões de norma e descreve bem a relação entre as duas palavras: uma vez que as duas têm o mesmo sentido, trata-se de um caso de variantes linguísticas.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4C, 5C

Texto II

1 Conceituação de poder. "O conceito fundamental da ciência social é o poder, no mesmo sentido em que a energia é o conceito fundamental da física" — afirma, em livro hoje clássico, o
4 filósofo inglês Bertrand Russel. Se não há dúvida acerca da importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências sociais, as dificuldades são inúmeras, para definir-lhe a natureza
7 e a substância. O próprio termo *poder* encontra impugnadores entre sociólogos e cientistas políticos, que chegam a recomendar-lhe o banimento científico; e não raro se emprega,
10 com aproximada sinonímia, nas expressões influência, controle, autoridade, liderança, comando. Prevalece, todavia, nos estudos recentes, apenas o parentesco entre os dois primeiros termos —
13 poder e influência —, reservadas as outras categorias para fenômenos específicos, embora conexos ao conceito básico, que é o poder.

Idem, ibidem.

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens seguintes, referentes à conceituação de poder expressa no texto II.

(1) A conceituação de "**poder**" permanece a mesma e está expressa de acordo com as normas da escrita padrão, se reescrita do seguinte modo: **O conceito fundamental da física é a energia, assim como o poder é o conceito fundamental da ciência social.**

(2) Em discurso indireto, o trecho "O conceito (...) Russel" (*l.* 1-4) permanecerá correto, de acordo com a escrita padrão, e manterá as ideias da redação original se for reescrito da seguinte forma: **Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social seria o poder, no mesmo sentido que a energia foi o conceito fundamental da física.**

(3) O bom entendimento do emprego do conectivo "nem" (*l.*5) sugere que esse vocábulo pode ser substituído, nesse contexto, por **e não**.

(4) O pronome "lhe" (*l.*6) refere-se a "(d)o fato **poder**" (*l.*5).

(5) Na linha 9, "se emprega" equivale, segundo análise tradicional, a **é empregado** e tem como sujeito (elíptico) "O próprio termo *poder*" (*l.*7).

1: Certo (Análise sintática) As estruturas linguísticas "assim como" e "no mesmo sentido em que" são sinônimas nos trechos em que ocorrem;
2: Errado (Tipos de discurso) Segue o trecho com uma das alterações possíveis para torná-lo correto: "Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social era o poder, no mesmo sentido em que a energia era o conceito fundamental da física.";
3: Errado (Adequação Vocabular) Para se manter o sentido original, seria necessário substituir o "nem" por "e se não há dúvida acerca";
4: Certo (Coesão) "para definir-lhe a natureza" = "para definir a natureza do fato poder";
5: Certo (Vozes verbais) A substituição de "se emprega" por "é empregado" constitui a passagem da voz passiva sintética para a analítica. O sujeito, de fato, é "o próprio termo poder".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

(Diplomacia – 2003) A respeito da compreensão e da interpretação dos textos I e II e dos recursos semânticos e discursivos neles utilizados, julgue os itens que se seguem.

(1) O vocábulo "**poder**" e seus sinônimos, conforme apresentados no texto II, mantêm os dois sentidos do infinitivo *potere*, apresentados no texto I, como, por exemplo, em **O gerente pode (= tem o poder de) dispensar o funcionário** e em **Ele pode (= é capaz de) escrever com a mão esquerda**.

(2) Entende-se, no texto II, em "Se não há dúvida acerca da importância do fato **poder**, nem de sua expressão nas ciências sociais" (*l.*4-6), que o vocábulo "Se" estabelece uma condição para que a asserção que vem a seguir ocorra.

(3) Demonstra adequação à escrita culta padrão e bom entendimento do sentido expresso no trecho "O próprio (...) comando" (*l.*7-11) do texto II a seguinte frase: **Sociólogos e cientistas políticos recomendam a abolição do termo poder, impugnando-o e empregando, em seu lugar, sinônimos aproximados**.

(4) Entende-se, nos dois últimos períodos do texto II, que, em estudos anteriores, vários sinônimos de "**poder**" eram empregados em seu lugar, mas esses vocábulos tiveram o sentido especializado, exceto um, que mantém o parentesco.

(5) Ambos os textos veiculam a informação de que, em cada uma das várias línguas citadas, o termo "**poder**" (verbo e nome) tem sinônimo(s) que pode(m) substituí-lo.

1: Errado (Interpretação) No texto 2, o vocábulo "poder" e seus sinônimos (influência, controle, autoridade, liderança, comando) estão enfocados dentro do âmbito político. Portanto, não teria relação com pelo menos um dos sentidos definidos no texto 1: o de se ter a capacidade de fazer alguma coisa;
2: Errado (Análise sintática) O vocábulo "se" possui valor concessivo na oração em que ocorre: "Embora não haja dúvida acerca da importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências sociais, as dificuldades são inúmeras...";
3: Certo (Interpretação) Embora a reescrita não apresente exemplo dos sinônimos, como no texto original, ela conserva o seu sentido;
4: Certo (Interpretação) Segundo o texto, o termo "influência" continua sendo empregado como sinônimo de "poder". Já os outros, que também eram sinônimos, passaram a ser empregados para nomear outros fenômenos;
5: Errado (Interpretação) No texto 1, não são indicados sinônimos da palavra "poder". Ele trata da etimologia dessa palavra e a sua correspondência em outras línguas. O texto dois trata de sinônimos desse vocábulo apenas na sua acepção política.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Texto III

1 Nas relações de poder, o indivíduo A determina a
conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja
evitar as sanções que aquele empregaria se B tentasse
4 evitar o cumprimento de suas prescrições e ordens. No
vínculo de influência, a manifestação de A sobre B, isenta
de sanções diretas, varia desde a autoridade, o controle, a
7 liderança até a ameaça de sanções, enquanto que a
coerção se apresenta no caso limite — o poder — em toda
a sua amplitude.
10 O fenômeno do poder e das relações de comando
e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário,
o poder político se enquadra no campo mais amplo do
13 poder social: as probabilidades de impor a outrem a
própria vontade (de um indivíduo, de uma associação, de
um grupo ou de um quadro administrativo) alcançam
16 todos os setores da vida coletiva. No espectro das relações
quantitativas, separam-se setores particulares. Poder —
desde o controle até a liderança, desde a influência até a
19 autoridade — pode manifestar-se mesmo na atividade
artística, tanto quanto na economia.

Idem, ibidem (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Com referência à compreensão e à interpretação do texto III, julgue os itens a seguir.

(1) No contexto do primeiro parágrafo, entende-se que os pronomes, "aquele" (*l*.3) e "suas" (*l*.4) referem-se a "indivíduo A" (*l*.1).

(2) Na linha 5, a vírgula colocada antes de "isenta", empregada para dar ênfase, pode ser retirada sem que isso acarrete mudanças significativas na estrutura e no sentido da frase.

(3) No primeiro parágrafo, o autor já explicita que vai tratar das relações entre os diversos sinônimos de "poder", os quais se apresentam, no texto, da seguinte maneira:

VÍNCULOS ENTRE A E B	SANÇÕES INDIRETAS	SANÇÕES DIRETAS
INFLUÊNCIA	AUTORIDADE E LIDERANÇA	CONTROLE
PODER	AMEAÇA	COERÇÃO

(4) Ao trecho "O fenômeno do poder e das relações de comando e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário" (*l*.10-11) segue-se uma explanação sobre como o fenômeno é restrito em outros campos.

(5) Está implícito no último período do texto que as atividades artística e econômica são comparáveis quanto à manifestação de poder, mas apenas parcialmente: à primeira associam-se liderança e autoridade; à segunda, controle e influência.

1: Certo (Coesão) Pode-se verificar a referência de um termo, empregando-se a coesão por repetição: "Nas relações de poder, o indivíduo A determina a conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja evitar as sanções que A empregaria se B tentasse evitar o cumprimento das prescrições e ordens de A.";
2: Errado (Pontuação) A vírgula em questão faz par com a que lhe vem a seguir, de modo a se isolar o adjunto adverbial. Se apenas a primeira vírgula fosse retirada, a segunda passaria a constituir uma incorreção por estar separando o sujeito do verbo;
3: Errado (Interpretação) Na descrição feita no texto, a "ameaça" se encontra como "influência", não como "poder". Um quadro mais fiel das relações entre influência e poder pode ser construído como o abaixo:

vínculos entre A e B	
influência	autoridade, controle, liderança, ameaça de sanções
poder	coerção

4: Errado (Interpretação) A explanação mostra que o "poder" se aplica amplamente em diversos setores, sendo o poder político uma parte do poder social;
5: Errado (Interpretação) Não há a ideia de parcialidade para a manifestação do poder na atividade artística ou econômica: liderança e autoridade, controle e influência manifestam-se em ambas as atividades.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Diplomacia – 2003) Com relação aos aspectos gramaticais do texto III, julgue os itens a seguir.

(1) O conector "na medida em que" (*l*.2) apresenta uma forma variável também aceita na escrita padrão culta: **a medida em que**.

(2) Na linha 3, o vocábulo "que" refere-se a "sanções".

(3) Os travessões empregados nas linhas 8 e 17-19 podem ser corretamente substituídos por vírgulas ou parênteses.

(4) Caso se vá além das convenções ortográficas, ao se analisar o vocábulo "exaure" (*l*.11), verifica-se que ele tem algo em comum com **excelente**, **exato** e **exercício**: os dois primeiros fonemas.

(5) A presença do pronome em "separam-se" (*l*.17) indica que o sujeito desse verbo é indeterminado.

1: Errado (Análise sintática) A locução conjuntiva "a medida em que" não é aceita na norma culta. Existe a forma "à medida que", que tem valor proporcional;
2: Certo (Análise sintática) O vocábulo "que" é um pronome relativo que retoma o termo "sanções" e exerce, no seu lugar, a função de objeto direto do verbo "empregaria";
3: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de se isolar um aposto; no segundo, um adjunto adverbial;
4: Errado (Fonética) Em "exaure", "exato" e "exercício", a letra "x" representa uma consoante fricativa linguodental sonora. Em "excelente", o dígrafo "xc" representa uma consoante fricativa linguodental surda;
5: Errado (Análise sintática) O pronome "se" é partícula apassivadora, e o sujeito é determinado: "setores particulares".

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Assinale o item que obedece às normas gramaticais.

(A) – Ainda que mal pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

(B) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

(C) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de aonde deixei meus óculos?

(D) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de aonde deixei meus óculos?

(E) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

A, B, C, D e E: O termo "mal" subordina-se ao verbo "pergunte", é, portanto, um advérbio e deve ser grafado com "l". A forma verbal "tem" caracteriza a terceira pessoa do singular e concorda corretamente com o seu sujeito, o pronome indefinido "alguém", que é singular. O advérbio "onde" subordina-se ao verbo "deixar" como um adjunto adverbial de lugar. Como a preposição adequada para essa subordinação seria "em" e o advérbio "onde" não aceita a sua explicitação, deve-se empregar apenas o advérbio. A forma "aonde" é adequada para a subordinação a verbos que estejam regendo a preposição "a".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item que obedece às normas gramaticais.

(A) Tanto os antigos livros sagrados: da Índia os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.

(B) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega foram escritos em línguas de uma mesma família.

(C) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas quanto os da filosofia grega; foram escritos em línguas de uma mesma família.

(D) Tantos os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.

(E) Tanto os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os, da filosofia grega foram escritos em línguas da mesma família.

A, B, C, D e E: As duas vírgulas da alternativa B isolam o aposto explicativo "os Vedas" do seu termo fundamental "os antigos livros sagrados da Índia". O termo "da Índia" não pode ser separado de "livros" por ser seu adjunto adnominal. A vírgula entre as palavras "grega" e "foram" é incorreta por estar separando o sujeito do seu verbo.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(A) Ele foi à pé para casa.
(B) O rapaz cedeu lugar àquele senhor.
(C) Gostaria de submeter o assunto a Vossa Excelência.
(D) A sessão de cinema começa às oito da noite.
(E) Nesta época do ano, às vezes chove três dias sem parar.

A, B, C, D e E: A locução adverbial "a pé" não pode receber crase pelo fato de o seu núcleo ser um substantivo masculino. O termo "àquele senhor" recebe crase por estar subordinado ao verbo "ceder" como seu objeto indireto. Pronomes de tratamento não aceitam artigo ou crase, com exceção de "senhora", "senhorita" e "dona". Locuções adverbiais de base feminina e introduzidas pela preposição "a" recebem crase: "às oito da noite" e "às vezes".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(A) Gosto de comprar à vista, nunca a prazo.
(B) Ele foi a casa da namorada e já deve voltar.
(C) Acorda cedo para passear a cavalo.
(D) As cidades cresceram à margem da estrada.
(E) Para esta regra, a exceção é uma só.

A, B, C, D e E: O adjunto adverbial "à casa da namorada" deve ser grafado com crase pelo fato de a palavra "casa" vir acompanhada de determinante: Ele foi à casa da namorada e já deve voltar.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Entre os itens abaixo, assinale aquele que contenha frase semanticamente aceitável e que obedeça às normas de pontuação da língua portuguesa:

(A) Assim, como os filósofos, que antecederam, Plantão também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.
(B) Assim como os filósofos, que o antecedem, Plantão, também queria encontrar algo de eterno e imutável, em meio a todas as mudanças.
(C) Assim, como os filósofos que o antecederam, Plantão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.
(D) Assim como os filósofos que o antecederam, Plantão também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.
(E) Assim, como os filósofos que o antecederam Plantão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.

A, B, C, D e E: São cinco as vírgulas que aparecem nas alternativas: Assim,(1) como os filósofos,(2) que antecederam,(3) Platão,(4) também queria encontrar algo de eterno e de imutável,(5) em meio a todas as mudanças. A primeira, caso ocorra, torna o termo "assim" um adjunto adverbial;
Caso não ocorra, "assim" e "como" formam uma locução conjuntiva de comparação. A segunda não pode ocorrer, pois a oração adjetiva que lhe segue tem caráter restritivo. A terceira tem que ocorrer, pois separa a oração principal da subordinada adverbial comparativa que lhe antecede. A quarta não pode ocorrer, pois separa sujeito de verbo. A quinta é facultativa, pois isola o adjunto adverbial que está no final da frase. Pelo comentário sobre as vírgulas, conclui-se que a frase melhor pontuada é a da alternativa "D".

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item abaixo que é uma paráfrase do seguinte trecho, retirado da revista Época, de 26/11/2001. Observe também as normas gramaticais. "Para explicar sua trajetória, Dom Paulo parodia a máxima do pensador espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens."

(A) Dom Paulo, afim de parodiar a máxima do pensador espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, explica sua trajetória.
(B) Com a finalidade de parafrasear a lógica do filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (...) sob as circunstâncias na vida dos homens, Dom Paulo explica seu trajeto.
(C) A fim de explicar o caminho que tem seguido, Dom Paulo parodia a máxima sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...).
(D) Com a intenção de explicar a máxima do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, Dom Paulo cita sua trajetória.
(E) Para explicar o trabalho de Dom Paulo, há uma paródia em relação à máxima do filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das situações da vida dos homens.

A, B, C, D e E: Nas alternativas A, B e D, invertem-se as circunstâncias de modo e finalidade das ações de Dom Paulo; na E, Dom Paulo deixa de ser o autor da paródia. Além disso, ocorrem as seguintes impropriedades gramaticais: na alternativa A, emprega-se equivocadamente o adjetivo "afim" no lugar da locução prepositiva "a fim de"; alternativa B, emprega-se a preposição "sob" no lugar de "sobre", alterando o valor do termo que ela introduz de "assunto" para "condição".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única palavra que deve ser acentuada graficamente:

(A) Faisca.
(B) Xiita.
(C) Distribuindo.
(D) Peras.
(E) Somente.

A, B, C, D e E: A regra de acentuação do hiato faz com que a palavra "faísca" seja acentuada. Acentuam-se o "i" ou o "u" tônicos que forem segunda vogal de um hiato;
Estiverem sozinhos na sílaba ou forem seguidos da letra "s"; não formarem hiato com vogal idêntica e não forem seguidos de "nh".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que nenhuma palavra deve ser acentuada graficamente:

(A) lapis, canoa, abacaxi, jovens.
(B) ruim, sozinho, aquele, traiu.
(C) saudade, onix, grau, orquidea.
(D) voo, legua, assim, tenis.
(E) diretriz, sauva, despota, androide.

A, B, C, D e E: As palavras das alternativas que, na época da prova, deveriam receber acento são lápis, ônix, orquídea, vôo, légua, tênis, saúva, déspota, andróide. **Nota:** pelo novo acordo ortográfico, as seguintes palavras perderam o acento: voo, androide.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção com apenas um erro de acentuação gráfica:

(A) tênis, núcleo, lápis, perua.
(B) éter, fôlego, côres, álbum.
(C) virgula, tôda, tonico, capítulo.
(D) fêmea, íbero faróis, anéizinhos.
(E) fluído, pessôa, busilis, parcimonia.

A, B, C, D e E: Apresentam-se a seguir as palavras erradas de cada alternativa, já corrigidas: a) sem palavras erradas;
B) cores;
C) toda, tônico;
D) ibero, aneizinhos;
E) pessoa, busílis, parcimônia.

GABARITO "B"

As próximas três questões dizem respeito ao texto abaixo:

1 Abjuraste as concepções conformistas e a velha retórica, portadora de mentiras.
Cautela higiênica. Mas deixaste que os teus impulsos de protesto e tua constante recusa se transformassem em exercício vão de revolta.
4 Na verdade, aos teus desejos mais puros a vida não correspondeu. E se, nas intermitências de solidão e fome, saías à rua, era para te atordoares coma a festa, e fazer do baixo erotismo o teu banho de lama terapêutico. E porque te descomediste mais que os outros
7 na abjeção e na embriaguez, cedo te desiludiste do fácil recurso.
Eis que da energia consumida nada te sobra. E já agora nem podes pressentir as primeiras estrelas no céu límpido
do mundo que sonhavas – presos como te achas entre os
10 Íntimos escombros daquele que em ti se destruiu.

Aníbal M. Machado, Cadernos de João.

(Diplomacia – 2002) No texto acima, o narrador se dirige a um interlocutor, que é também personagem da narrativa. Assinale o item que não corresponde a uma interpretação correta do texto:

(A) O narrador julga legítimo o inconformismo do personagem, mas considera que seu impulso original der rebeldia se dissipou inutilmente.
(B) O "fácil recurso" (linha 7) mencionado pelo narrador seria o de entregar-se a uma vida dissoluta, como forma de renegar as regras estabelecidas.
(C) A utilização no texto de vocábulos relacionados às ideias antagônicas de limpeza ("higiênica", "puros", "límpido") e de sujeira ("banho de lama") serve ao intuito de opor o idealismo inicial do personagem a seu comportamento mundano.
(D) Diante da inutilidade da atitude contestatária do personagem, o narrador advoga uma solução conservadora, fundada necessariamente em elevados valores espirituais e avessa ao erotismo.
(E) Ao utilizar a expressão "íntimos escombros daquele que em ti se destruiu", o narrador se refere, de foram figurada, aos insanáveis malefícios provocados pela desilusão no espírito outrora sonhador de seu interlocutor.

A, B, C, D e E: Apesar da crítica do narrador ao caráter mundano das atitudes da personagem, não se pode inferir ele advogue uma solução conservadora, muito menos que ela seja fundada em valores espirituais.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Nos itens a seguir, as formas verbais constantes do mesmo texto acima poderiam ser substituídos pelas indicadas entre parênteses, sem alteração essencial do sentido, exceto em:

(A) abjuraste (invocaste).
(B) deixaste (permitiste).
(C) atordoares (aturdires).
(D) descomediste (excedeste).
(E) desiludiste (desenganaste).

A, B, C, D e E: O verbo "abjurar" significa renunciar a crença ou convicção.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item em que os vocábulos presentes no mesmo texto acima não poderiam ser substituídos por aqueles entre parênteses, sem alteração essencial do sentido da frase em que estão inseridos:

(A) em exercício vão de revolta (em exercício inútil de revolta).
(B) nas intermitências de solidão e fome (nos intervalos de solidão de fome).
(C) na abjeção (na recusa).
(D) no céu límpido (no céu desanuviado).
(E) entre os íntimos escombros (entre as íntimas ruínas).

A, B, C, D e E: O substantivo "abjeção" significa torpeza, degradação, aviltamento.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção em que o verbo está acentuado corretamente:

(A) Ela vém à reunião.
(B) Eles releêm a obra.
(C) Seu depoimento convém a todos.
(D) Esta festa provêm do folclore.
(E) Os benefícios advém da nova legislação.

A, B, C, D e E: Apresentam-se a seguir as palavras erradas de cada alternativa, já corrigidas:
A) vem;
B) relêem;
D) provém;
E) advêm. Nota: pelo novo acordo ortográfico, a palavra "releem" deve ser escrita sem acento.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Observe as frases:

I. Ele foi, logo eu não fui.
II. O menino, disse ele, não vai.
III. Deus, que é Pai, não nos abandona.
IV. Saindo ele e os demais, os meninos ficarão sós.

Assinale a afirmativa correta:

(A) na opção I há erro de pontuação.
(B) nas opções II e III as vírgulas podem ser retiradas.
(C) na afirmativa I, pode-se alterar o sentido da frase, mudando-se a vírgula de posição.
(D) na II, falam dois pontos depois de disse.

A, B, C, D e E: Em "Ele foi, logo eu não fui", a palavra "logo" é uma conjunção que atribui à segunda oração um valor de conclusão em relação ao que já foi dito. Em "Ele foi logo, eu não fui.", "logo" passa a ser advérbio de tempo e perde-se a ideia de conclusão que a segunda oração possuía.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) "Age com _______________ , _______________ queres fazer ______________ à curiosidade alheia". Marque a opção correta.

(A) discreção – senão – conseções.
(B) discrição – se não – concessões.
(C) discrição – senão – conseções.
(D) discreção – se não – concessões.
(E) discreção – senão – concessões.

A, B, C, D e E: A forma "discreção" não existe. A segunda oração é um condicional. Deve-se, portanto, empregar a conjunção "se". A forma "conseções" também é inexistente.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale o conjunto de palavras que completa corretamente, quanto à regência, as frases abaixo:

(1) "Seriam recordações ___________ detalhes nem me quero lembrar".
(2) "A profissão ___________ você aspira tem aspectos interessantíssimos".

(A) 1. cujos 2. a qual.
(B) 1. cujos 2. que.
(C) 1. os quais 2. que.
(D) 1. cujos 2. a que.
(E) 1. de cujos2. a que.

A, B, C, D e E: O segmento "de cujos detalhes" exerce a função sintática de objeto indireto do verbo pronominal "lembrar-se", que pede preposição "de". O segmento "a que" exerce a função sintática do verbo "aspirar", que pede preposição "a".
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Qual a opção em que todas as palavras devem ser completas com z?

(A) ali ____ar; sacerdoti ____ a; va ____ o.
(B) verni ____; gi ____; ba ____ ar.
(C) pi____ar: pê____ames; desli____e.
(D) prince____a; rique____a; jui____.
(E) ga____ ela; ca____ebre; fu____ível.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) alisar, sacerdotisa, vaso;
C) pisar, pêsames, deslize;
D) princesa, riqueza, juiz;
E) gazela, casebre, fusível.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção em que todas as palavras devem ser completadas com s:

(A) le___ar; atrá___; destre____a; parali____ar.
(B) defe____a; quero____ene; qui____er; va____inho; fu____ilar.
(C) Brá____; Vene____a; Queiró____; Sou____a; eli____a.
(D) ga____eificar; ga____olina; empre____a; bi____ar; anali____ar.
(E) pre____ado; co____inha; fuga____; ro____áceo; xadre____.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) lesar, atrás, destreza, paralisar;
B) defesa, querosene, quiser, vasinho, fuzilar;
C) Brás/Braz, Veneza, Queirós/Queiroz, Sousa/Souza, Elisa/Eliza;
E) prezado, cozinha, fugaz, rosáceo, xadrez.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção cujos vocábulos devem ser escritos, em sua totalidade, com j:

(A) gor____eta; pa____em; gen____iva.
(B) ____iló; lison____ear; ti____ela.
(C) va____em; sar____eta; gran____ear.
(D) ____eito; salsu____em; ma____estoso.
(E) man____edoura; gor____eio; ____ibóia.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) gorjeta, pajem, gengiva;
B) jiló, lisonjear, tigela;
C) vagem, sarjeta, granjear;
D) jeito, salsugem, majestoso.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Há erro de concordância em:

(A) Eles mesmos pediriam desculpas.
(B) Custaram-lhe caro aquelas bicicletas importadas.
(C) Pessoas bastantes compareceram à final do campeonato.
(D) Quando cheguei, era meio-dia e meio.
(E) Havia bastantes pessoas no estádio.

A, B, C, D e E: A expressão correta é "meio-dia e meia", por estar subentendida após o numeral fracionário "meia" a palavra "hora".
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Aponte a opção correta:

“Fazia oposição sistemática _________ evasão do capital estrangeiro, porque o supunha imprescindível _________ progresso, e mostrava-se propenso ________ aceitá-lo sem restrições.”

(A) à; com o; em.
(B) contra a; com o; em.
(C) à; ao; a.
(D) com a; no; a.
(E) da; ao; para.

A, B, C, D e E: Trata-se de uma questão de regência nominal: “oposição a”; “imprescindível a/em/para” ; “propenso a/para”.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) A concordância está correta no item:

(A) - Muito obrigadas! – disseram as representantes das alunas ao se despedirem.
(B) Procura-se empregos.
(C) Desde que receba algum incentivo, a empresa estará quites com os impostos.
(D) Elas mesmo fariam os relatórios mensais.
(E) Deixou incluso alguns relatórios administrativos.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
B) Procuram-se empregos;
C) ...a empresa estará quite com os impostos;
D) Elas mesmas fariam...;
E) Deixou inclusos...

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a presença/ausência da preposição acarreta alteração semântica:

(A) Meu filho sempre aspirou ao ar puro aqui do campus. / Meu filho sempre aspirou o ar puro aqui do campus.
(B) A criança ama seus familiares. / A criança ama a seus familiares.
(C) Ao advogado nunca teve enganar. / Nunca tente enganar o advogado.
(D) Meu filho sempre precisou de que o amparassem. / Meu filho sempre precisou que o amparassem.
(E) Meu filho sempre necessitou de que o amparassem. / Meu filho sempre necessitou que o amparassem.

A, B, C, D e E: “aspirar ao ar puro” = “desejar o ar puro” / “aspirar o ar puro” = “inalar o ar puro”

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a mudança da posição da conjunção acarreta alteração semântica:

(A) Está tudo bem com o jovem, contudo não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, contudo, o apoio da família.
(B) Está tudo bem com o jovem, todavia não tem apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, todavia, o apoio da família.
(C) Está tudo bem com o jovem, porém não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, porém, o apoio da família.
(D) Está tudo bem com o jovem, entretanto não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, entretanto, o apoio da família.
(E) Está tudo bem com o jovem, pois tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; tem, pois, o apoio, da família.

A, B, C, D e E: A conjunção “pois”, no início da oração que introduz, equivale a “porque” e possui valor causal ou explicativo. Deslocada, essa conjunção equivale a “portanto” e possui valor conclusivo.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a mudança de posição entre o substantivo e o adjetivo não acarreta alteração semântica importante:

(A) O grande centroavante assustou o goleiro. / O centroavante grande assustou o goleiro.
(B) Um pobre doente aguarda a cirurgia. / Um doente pobre aguarda a cirurgia.
(C) Um bom livro me distrai por muitas horas. / Um livro bom me distrai por muitas horas.
(D) A alta funcionária examinou o relatório. / A funcionária alta examinou o relatório.
(E) O meu mais velho amigo lhe ofereceu apoio. / O meu amigo mais velho lhe ofereceu apoio.

A) grande centroavante = exímio centroavante / centroavante grande = centroavante alto;
B) pobre doente = doente que inspira piedade / doente pobre = doente sem recursos financeiros;
D) alta funcionária = funcionária graduada / funcionária alta = funcionária grande E) velho amigo = amigo de longa data / amigo velho = amigo de idade avançada.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção que completa corretamente, e em sequência, as lacunas das frases abaixo:

A festa será no fim de semana ____________ surgir nenhum imprevisto.
O documento deverá ser entregue no prazo, ____________ o contrato será cancelado.
Discutimos _______________ uma melhor solução para o caso.
________________ uma semana discutíamos uma melhor solução para o caso.

(A) senão – senão – há cerca de – Acerca de.
(B) se não – se não – há cerca de – Acerca de.
(C) se não – senão – acerca de – Há cerca de.
(D) senão – se não – acerca de – Há cerca de.

A, B, C, D e E: “se não”: introduz oração condicional; “senão”: “em caso contrário” / “acerca de”: locução prepositiva introdutora de adjunto adverbial de assunto; “há cerca de”: verbo impessoal “haver” com o sentido de “tempo decorrido” e locução prepositiva “cerca de” com valor de quantidade aproximada.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) Há erro de concordância em:

(A) Elas mesmas vieram pedir-nos o apoio à campanha.
(B) Envio-lhe inclusas as certidões solicitadas.
(C) Finalmente estás quite com os impostos.
(D) Houve crime de lesa-pátria no Congresso.
(E) Enviamos anexo os resultados dos exames de aptidão.

A, B, C, D e E: O adjetivo “anexo” concorda com o termo a que se refere: “Enviamos anexos os resultados dos exames de aptidão.”

GABARITO “E”

(Diplomacia – 2002) Aponte a opção em que todas as palavras estão corretas quanto à acentuação gráfica:

(A) abençôo, ágeis, desdêem, íbero, paúl.
(B) escrevêsseis, férteis, fósseis, trá-lo-as.
(C) hífen, tênue, vácuo, tupi.
(D) retém-no, vêmo-la, cânon, júri.
(E) celtíbero, lápis, série, búzio.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
a) ibero, paul;
B) trá-lo-ás;
D) vemo-la;
E) celtibero.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item correto:

(A) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que cito.
(B) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que sito.
(C) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna excessão, no caso que sito.
(D) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna essessão, no caso que cito.
(E) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna exceção, no caso que cito.

A, B, C, D e E: As formas "previlégio" e "excessão" não existem. A forma "sito" é adjetivo (que se situa) ou substantivo (bolor).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção correta. Uma das características do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é:

(A) O uso da metalinguagem.
(B) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.
(C) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.
(D) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.
(E) A linearidade da narrativa.

A, B, C, D e E: A função metaling**uística** ocorre nas passagens em que o narrador explica os processos constitutivos do romance que escreve, como, por exemplo, a sua condição singular de defunto autor.
GABARITO "A"

"Que a região X é perigosa, não resta a menor dúvida. O coronel Garcia, comandante do Departamento de Operações de Fronteira, uma polícia de elite que reúne 70 homens, classifica a área como uma "clínica geral", um lugar em que se pratica todo tipo de atividade."

Isto É, em 10/11/99, p. 34, (com adaptações).

(Diplomacia – 2000) Para que a pontuação do parágrafo acima respeite as normas gramaticais, são necessárias:

(A) duas vírgulas.
(B) Três vírgulas.
(C) Quatro vírgulas.
(D) Cinco vírgulas.
(E) Seis vírgulas.

A, B, C, D e E: Das cinco vírgulas presentes no texto, quatro são obrigatórias e todas elas isolam aposto.
"Que a região X é perigosa, *(esta vírgula não é obrigatória)* **não resta a menor dúvida. O coronel Garcia,** *(1)* comandante do Departamento de Operações de Fronteira, *(2)* uma polícia de elite que reúne 70 homens, *(3)* classifica a área como uma "clínica geral", *(4)* um lugar em que se pratica todo tipo de atividade."
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Qual das frases abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(A) Os trabalhadores começaram a segar o trigo.
(B) Por ter reclamado do som, o cantor foi assuado pelo público.
(C) Depois de dada a ordem, os policiais começaram a agir incontinenti.
(D) Ele não tem medo de coisa alguma, é um intemerato.
(E) O juiz só defere os requerimentos cujas petições sejam justas.

A, B, C, D e E: O termo "intemerato" significa "imaculado", "íntegro". Para se expressar a ideia de "ausência de medo", "valentia" deveria se empregar a palavra "intimorato". "Segar" significa "cortar"; "assuado" é sinônimo de "vaiado"; "incontinenti" significa, no contexto, "imediatamente" e "deferir" é o mesmo que "despachar favoravelmente sobre o que se pede em requerimento".
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Assinale o período que não respeita as normas de concordância verbal.

(A) Razões não hão de faltar para que se justifiquem os fatos.
(B) Considero mais conveniente aceitar a norma a infringi-la.
(C) Afastou-se da empresa por motivos que não interessa relatar no momento.
(D) Hão de haver opositores à ideia.
(E) Poderiam ter ocorrido mortes naquele acidente rodoviário.

A, B, C, D e E: Os verbos impessoais são empregados apenas na terceira pessoa do singular por não possuírem sujeito. Caso constituam uma locução, o seu auxiliar também se flexiona nesse tempo e pessoa: Há de haver opositores à ideia.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual frase contém incorreção?

(A) Trinta cadeiras é suficiente.
(B) É com este livro que se pretende homenagear os diplomatas.
(C) Era compreensível ter dúvida diante de tamanho surtimento de mercadorias.
(D) Ela disse que não podem existir sombras entre nós.
(E) Não consigo conversar com pessoas cheias de idiossincrasias.

A, B, C, D e E: A forma correta da palavra presente no texto é "sortimento".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) "Vão ______ ao processo vários depoimentos de que a moça estava _______ narcotizada. Cremos que. Assim, ela _______ admitirá o fato".

Qual o único conjunto de palavras que pode completar as lacunas acima?

(A) Incluso – meia – mesmo.

(B) Incluso – meio – mesma.
(C) Incluso – meia – mesmo.
(D) Inclusos – meio – mesma.
(E) Inclusos – meia – mesma.

A, B, C, D e E: O adjetivo "incluso" flexiona-se no masculino plural para concordar com o seu subordinante "vários depoimentos". A palavra "meio" no texto é um advérbio, uma vez que se subordina ao adjetivo "narcotizada", e, portanto, é invariável. A palavra "mesmo" flexiona-se no feminino singular para concordar com o pronome "ela" a que se refere, sendo classificado como pronome demonstrativo.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual frase abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(A) Estava determinado a perscrutar os mistérios da religião.
(B) Entrou na sala de supetão e viu o que não queria ver.
(C) Os problemas ganharam, ele virou alcólatra.
(D) Há meses, digladiam uma polêmica desabrida.
(E) A calvície não o incomodava.

A, B, C, D e E: A correta grafia da palavra é "alcoólatra.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) Qual das alternativas abaixo não contém incorreções ortográficas?

(A) Obsessão, tiróide, tijela.
(B) Obsessão, tireóide, tijela.
(C) Obseção, tiróide, tigela.
(D) Obsessão, tireóide, tigela.
(E) Obseção, tireóide, tijela.

A, B, C, D e E: Grafias corretas: "obsessão" e "tigela". A forma "tireóide" apresenta a forma variante "tiroide".
GABARITO "D"

Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade
É verdade, Senhor, que hei delinquido,
Delinquido vos tenho, e ofendido.
Ofendido vos tem minha maldade.

(Gregório de Matos).

(Diplomacia – 1999) Se reescrevêssemos o último verso permutando a expressão **minha maldade** por **minhas maldades**, o resultado seria:

(A) Ofendidos vos têm minhas maldades.
(B) Ofendidos vos tem minhas maldades.
(C) Ofendido vos têm minhas maldades.
(D) Ofendidas vos têm minhas maldades.
(E) Ofendido vos tem minhas maldades.

A, B, C, D e E: Como o termo "minha maldade" é o sujeito da locução verbal "tem ofendido", a sua pluralização faria com que o auxiliar da locução também fosse para o plural: "têm ofendido".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(A) Beneficente, extensão, companhia.
(B) Beneficente, estensão, companhia.
(C) Beneficiente, estensão, companhia.
(D) Beneficiente, extensão, compania.
(E) Beneficente, extensão, compania.

A, B, C, D e E: As formas "beneficiente", "estensão" e "compania" não existem.
GABARITO "A"

Segundo os padrões da norma culta da Língua Portuguesa, apenas uma frase, em cada uma das três questões seguintes, está gramaticalmente correta. Assinale-a em cada um.

(Diplomacia – 1999)

(A) Só faltava cinco minutos para ela chegar.
(B) Faltam conseguir verbas para a realização do projeto.
(C) Poucos dias falta para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso.
(D) Ainda faltam verificarmos todos os dados.
(E) Falta ainda trabalhar três meses antes das férias.

Na alternativa E, a forma verbal "falta" está no singular porque seu sujeito é a oração reduzida de infinitivo que lhe segue: "ainda trabalhar três meses antes das férias". Seguem as demais alternativas corrigidas:
A) Só faltavam cinco minutos para ela chegar;
B) Falta conseguir verbas para a realização do projeto;
C) Poucos dias faltam para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso;
D) Ainda falta verificarmos todos os dados.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999)

(A) Os jovens, de excessiva vaidade, e orgulho, têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(B) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(C) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têem muitas vezes desejo e ação inadequadas.
(D) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes desejo e ação inadequados.
(E) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes, desejo e ação inadequados.

A, B, C, D e E: As únicas vírgulas possíveis no texto são as que isolam o adjunto adverbial "muitas vezes". A forma verbal "têem" não existe. O adjetivo "inadequados", na função de predicativo do objeto, concorda com a totalidade dos núcleos.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999)

(A) Os médicos permitiram-lhe sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(B) Os médicos permitiram-no sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(C) Os médicos permitiram-no a sair mais cedo, do que o previsto do hospital
(D) Os médicos permitiram-lhe a sair mais cedo do que o previsto, do hospital.
(E) Os médicos permitiram-no de sair mais cedo, do que o previsto do hospital.

A, B, C, D e E: O verbo "permitir" deve ser empregado no texto como transitivo direto e indireto (permitir algo a alguém).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(A) Reivindicação, pretensioso, paralisar.
(B) Reividicação, pretensioso, paralisar.
(C) Reividicação, pretensioso, paralizar.
(D) Reivindicação, pretencioso, paralizar.
(E) Reivindicação, pretensioso, paralizar.

A, B, C, D e E: Os termos "reividicação", "pretencioso" e "paralizar" não existem.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Diz o *Talmud*: A palavra falada é como abelha: tem mel e tem ferrão.

Há de fato, situações onde somos traídos pelas palavras. Quando nos damos conta, já dissemos .... Qual dos enunciados abaixo não tem ..... explicitamente, qualquer denunciador de preconceito de quem as tiver proferido?

(A) Até a bancada feminina percebeu o alcance do projeto de lei e votou a favor.
(B) Quem não mentiria para salvar a vida de um justo?
(C) É menino de rua, mas não é contraventor.
(D) As torcidas uniformizadas, que são baderneiras, estão voltando aos campos de futebol.
(E) Os partidos passaram a agir com mais patriotismo e menos politicagem.

Segue-se o comentário dos preconceitos das alternativas que as contêm.
A) A bancada feminina não consegue perceber os projetos que merecem ser apoiados;
C) Os meninos de rua são contraventores;
D) O emprego de uma oração adjetiva explicativa dá a ideia de que todas as torcidas uniformizadas são baderneiras;
E) Os partidos agiam mais por politicagem do que por patriotismo.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em Português?

(A) Dignatário, cataclisma, discrição.
(B) Dignatário, cataclismo, discreção.
(C) Dignatário, cataclisma, discreção.
(D) Dignitário, cataclisma, discreção.
(E) Dignitário, cataclismo, discrição.

A, B, C, D e E: A palavra "dignitário" possui a forma variante "dignatário", ou seja, ambas são corretas. As formas "cataclisma" e "discreção" não existem.
GABARITO "E"

1 A montagem do espetáculo Calabar – **O Elogio da**
Traição estava pronta, quando, em outubro de 1974, foi
censurada e a exibição do espetáculo foi proibida nos palcos
4 brasileiros. A repressão era tamanha que nem a notícia da
proibição pôde ser divulgada. Escrita por Ruy Guerra e Chico
Buarque, a peça recupera a saga histórica das invasões
7 holandesas do século XVII. Domingos Fernandes Calabar
(1600-1635), o protagonista, posiciona-se a favor da Holanda,
o país invasor, contra os colonizadores portugueses. Os
10 autores, no entanto, não têm uma visão negativa do episódio.
Ao contrário, veem em Calabar um libertador da opressão
portuguesa. A censura da ditadura militar enxergou na
13 montagem um alto teor subversivo, por acreditar que o texto
atentava contra os bons costumes e, principalmente, promovia
uma inversão dos valores da história do Brasil ao mostrar um
16 traidor como salvador da pátria. A suspeita dos censores não
estava totalmente errada: após o fim da ditadura, os escritores
confirmaram a analogia com a época vivida, em que Calabar
19 representava a resistência ao autoritarismo do governo militar.

O bom traidor. *In:* **Revista de História**, ano 7, n.º 73, out./2011 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Com relação aos aspectos gramaticais e interpretativos do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego da voz passiva, tal como em "foi censurada" (*l*.2-3) e "a exibição do espetáculo foi proibida" (*l*.3), e a atribuição de "censura" (*l*.12) e de "autoritarismo" (*l*.19) a referentes genéricos — tal como em, respectivamente, à "ditadura militar" (*l*.12) e ao "governo militar" (*l*.19) — são recursos linguísticos utilizados para se evitar a atribuição da responsabilidade das ações expressas pelos verbos a indivíduos específicos.

(2) Caso as formas verbais "recupera" (*l*.6), "posiciona-se" (*l*.8), "têm" (*l*.10) e "veem" (*l*.11) fossem substituídas, respectivamente, pelas formas **recuperava**, **posicionava-se**, **tinham** e **viam**, não seriam necessários ajustes gramaticais no restante do texto.

(3) O principal objetivo do texto é descrever como heroica a figura histórica de Domingos Fernandes Calabar, suposto traidor da coroa portuguesa.

(4) Entre as orações do período "A repressão era tamanha que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada" (*l*.4-5) estabelece-se uma relação de proporcionalidade.

1: Certo **(Vozes verbais)** A voz verbal é um recurso da língua que permite ao mesmo tempo evidenciar certas informações e evitar outras. A escolha da voz passiva coloca em destaque o que foi feito e permite não nomear o agente da ação. No texto em questão, a informação mais relevante é "o espetáculo" e por isso ele aparece como sujeito paciente. Os referentes genéricos dos responsáveis corroboram com tal escolha: o foco do texto está no objeto censurado e não nos censuradores. Essas escolhas linguísticas demonstram a intenção já indicada na primeira frase: trata-se de um texto sobre a peça.

2: Certo **(conjugação verbal/ valor semântico)** Típico do discurso jornalístico, o uso dos verbos no presente do indicativo confere atualidade ao assunto do texto e coloca o leitor mais próximo dos acontecimentos, uma vez que transmite a ideia de que o fato ocorre no momento da leitura. No entanto, por se tratarem de eventos ocorridos no passado, todos os outros elementos linguísticos estão de acordo com o tempo cronológico da narrativa. A alteração do tempo verbal para o pretérito imperfeito não prejudicaria a construção geral do texto, apenas distanciaria os fatos da realidade do leitor.

3: Errado **(Interpretação de texto)** Já na primeira frase do texto é declarada sua intenção: mostrar como a montagem do espetáculo foi censurada por abordar um tema incômodo à ditadura (*A montagem do espetáculo Calabar – O Elogio da Traição estava pronta, quando, em outubro de 1974, foi censurada e a exibição do espetáculo foi proibida nos palcos brasileiros*). A retomada histórica de Calabar é feita para contextualizar o leitor no assunto e tornar claras as razões da ditadura para a censura, bem como a revelação final de que existia de fato um paralelo entre a história do holandês e a resistência à ditadura militar. Sem a informação, o entendimento do texto exigiria conhecimento prévio do leitor ou pesquisa externa.

4: Errado **(Período composto – orações adverbiais)** A oração principal "a repressão era tamanha" e a sua subordinada adverbial "que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada" é consecutiva, ou seja, oração subordinada apresenta qual a consequência direta de a repressão ser tão forte. A conjunção "que", usada para unir as orações estabelece entre elas que a primeira, a principal, originou os fatos da segunda, a subordinada. Para que exista relação de proporcionalidade, seria necessário que ambas as coisas, a saber, repressão e proibição, ocorressem concomitantemente.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

1 No estudo da história, tem-se a impressão de que, quanto
mais se recua no tempo, mais dura parece ter sido a vida das
crianças do passado — e mais privilegiada parece a da garotada de
4 hoje. Quando se pensa em como era a infância séculos atrás, uma
das primeiras imagens que vêm à cabeça é a de meninos dando duro
em minas ou limpando chaminés. A ideia de que essa fase da vida
7 era simplesmente ignorada e de que as pessoas passavam de bebês
a trabalhadores, do dia para a noite, é reforçada por inúmeras
pinturas antigas retratando crianças sérias, tristemente vestidas como
10 miniadultos. As fontes de informações medievais, entretanto,
quando analisadas de perto, não oferecem evidência alguma de que
as pessoas daquela época tivessem, com relação às crianças, atitudes
13 muito diferentes das de hoje — com exceção, talvez, apenas do uso
em excesso de castigos físicos, que, de qualquer modo, também
eram aplicados em adultos. Apesar de o estilo de vida da época ser
16 muito diferente do nosso, as crianças medievais cresciam, em muitos
aspectos, de maneira semelhante à de seus "primos" modernos.

Nicholas Orme e Fernanda M. Bem. **Pequenos na Idade Média.** *In:* **BBC História**, ano 1, ed. n.o 4 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) A respeito das estruturas linguísticas e das ideias do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Nas sequências "a da" (*l*.3), "a de" (*l*.5) e "das de" (*l*.13), sem núcleo nominal expresso, pode-se depreender que os artigos definidos "a", "a" e "as", na ordem das sequências, são portadores de propriedades anafóricas e retomam os seguintes referentes, respectivamente: "vida", "imagem" e "crianças".

(2) Na linha 17, é facultativo o emprego do acento indicativo de crase, dada a possibilidade contextual de emprego, apenas, da preposição a, exigida pela regência de "semelhante".

(3) Na linha final do texto, as aspas duplas dão sentido particular ou figurado ao vocábulo por elas destacado.

(4) O vocábulo "entretanto" (*l*.10) é um elemento coesivo que introduz uma relação de adversidade entre a informação expressa no período de que faz parte e as informações expressas nos períodos anteriores.

1: Errado **(Artigo/coesão textual)** O artigo definido tem função definidora do termo que acompanha, restringindo aquele de que se fala de outros de um grupo de semelhantes. Por exemplo, ao se dizer "as crianças da Idade Média" o artigo colabora com a definição das crianças como desse tempo específico. No português esse fato contribui para a possibilidade da retomada do termo definido em outro momento apenas pelo artigo apoiado no contexto, (há caráter de pronome demonstrativo atribuído ao artigo, e há divergências entre os teóricos quanto à classificação do termo. Esse comentário segue a análise de BECHARA, 2006, em que o artigo recebe valor de pronome demonstrativo). É necessário, portanto, que se observe os referentes do artigo para que exista conexão entre as partes do texto, de forma a evitar a repetição e colaborar com a construção de sentido. Observa-se que o primeiro caso "a da" (l.3) o artigo refere-se a "vida" em "mais dura parece ter sido a **vida** das crianças do passado", em forma de comparação com a vida de crianças atuais. O segundo caso, "a de" (l.5) tem referência no termo "imagem" em 'uma das primeiras **imagens** que vem à cabeça". Já no terceiro caso, o referente do artigo de "das de" encontra seu referente no termo "atitudes", como se lê na frase "**atitudes** muito diferentes das de hoje"

2: Errado **(Crase)** A presença da crase no trecho é obrigatória devido, primeiramente, à presença do artigo "a", que, a exemplo do item anterior, retoma o termo anterior na frase "maneira", estabelecendo relação de sentido e evitando a repetição do termo. Nesse caso, o artigo não aparece acompanhando diretamente o substantivo, mas como elemento de coesão. Um segundo aspecto que torna a crase obrigatória é a regência do adjetivo "semelhante", que, para fins de comparação entre dois termos, exige a presença da preposição "a". Da união desses elementos, resulta, necessariamente, o acento indicativo de crase.
3: Certo **(Pontuação)** O uso das aspas pode indicar que um termo está usado em sentido figurado. A comparação entre as crianças da época atual e medieval não é uma relação de familiaridade direta de primos, mas sim de semelhança de experiências. O termo "primos" é, portanto, usado para evidenciar essas semelhanças em alguns aspectos, o que justifica o uso das aspas.
4: Certo **(Conjunção)** A função da palavra "entretanto" é de estabelecer uma relação de sentido entre as informações anteriores do texto e as que virão dali em diante. Uma conjunção, ao funcionar como elemento de coesão entre as partes do texto, também estabelece uma relação de sentido entre essas partes. No texto a informação introduzida pela conjunção é contrária àquilo que foi estabelecido pelo que veio antes, portanto, há uma relação de contrariedade, ou adversidade, estabelecida por ela.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

1 As práticas judiciais e penais mobilizaram boa parte do
debate sobre a Inquisição dos séculos XVI, XVII e XVIII. O Santo
Ofício afirmou-se desde cedo como um tribunal que se sobrepunha
4 a todos os privilégios de jurisdição existentes, mas a afirmação do
seu poder contra os interesses de Estados particulares suscitou
protestos, nomeadamente em Veneza, em Nápoles e nos Países
7 Baixos. A prática de condenação na base de testemunha singular
deflagrou a grande controvérsia penal do século XVIII.

Francisco Bethencourt. **Muito além do catolicismo.** *In:* **Revista de História**, ano 7, nº 73, out./2011 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Acerca dos sentidos e dos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) A substituição de "deflagrou" (*l.*8) **por tornou pública**, embora não implique prejuízo estritamente gramatical para a estrutura da oração em que esse termo se insere, acarreta mudança no sentido do trecho.

(2) A expressão "todos os privilégios" (*l.*4) poderia ser substituída por **todas as prerrogativas**, sem prejuízo para o sentido do período em questão e sem a necessidade de ajustes gramaticais no texto.

1: Certo **(Vocabulário)** O verbo "deflagrar" tem sua origem ligada à ideia de combustão ou chamas. O seu sentido estendido ao contexto por derivação figurada é de "fazer aparecer ou surgir repentinamente; incitar, provocar, irromper" (dicionário Houaiss). Ao se substituir o verbo pela expressão "tornar pública", ainda que garantidas as questões gramaticais de concordância e regência, perde-se o caráter semântico de surgimento e provocação do verbo original.
2: Certo **(Concordância)** A expressão original "todos os privilégios" não vem acompanhada dos termos "de jurisdição" e "existentes", ambos termos de dupla concordância com feminino e masculino. Portanto, feita a substituição, não haveria qualquer necessidade de alterações no texto. Quanto ao sentido dos termos, "prerrogativa" (privilégio ou vantagem que possuem os indivíduos de uma determinada classe ou espécie; apanágio, regalia, segundo o dicionário Houaiss) aparece como sinônimo direto do termo "privilégio" no contexto.
Gabarito 1C, 2C

1 Olinda é conhecida no mundo inteiro pela fama
dos seus mamulengos e bonecos carnavalescos gigantes,
que, sendo tão populares, também participam dos festejos
4 da Semana Santa. A origem da arte de fazer bonecos
gigantes em Olinda remete à Europa de séculos atrás,
onde, durante a Idade Média, eram criadas figuras
7 enormes e malignas para criticar a repressão da
Inquisição. A criação e a execução dos bonecos
constituem uma arte que, passada de geração para geração
10 familiar, é preservada por iniciativas como a do Museu do
Mamulengo. Esse museu, além de realizar apresentações
diárias, conta com cerca de mil e quinhentas peças em seu
13 acervo.

Priscila Gorzoni. **Olinda e a tradição dos bonecos.** *In:* **Língua Portuguesa**, ed. 21 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) No que concerne à estrutura linguística e às ideias do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A oração "que (...) é preservada por iniciativas como a do Museu do Mamulengo" (*l*.9-11) restringe o sentido do vocábulo "arte" (*l*.4).

(2) O primeiro período do texto — "Olinda é conhecida (...) da Semana Santa." — poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical para o texto, da seguinte maneira: A fama de seus mamulengos e bonecos carnavalescos gigantes, que, sendo tão populares, também participam dos festejos da Semana Santa, faz com que Olinda seja conhecida no mundo inteiro.

(3) Na linha 5, a presença do acento indicativo de crase em "à Europa" justifica-se pela regência de "remete" e pela relação de restrição estabelecida entre o vocábulo "Europa" e a expressão "de séculos atrás"; caso seja retirada do texto essa expressão, deve-se também suprimir o acento grave em " à Europa".

(4) Na oração "onde, durante a Idade Média, eram criadas figuras enormes e malignas" (*l*.6-7), o sujeito está explícito.

(5) No segundo período do texto, ao se empregar, entre outros termos, a expressão "a repressão da Inquisição" (*l*.7-8), possibilita-se que o leitor recorra a conhecimentos intertextuais referentes a acontecimentos históricos da Idade Média.

1: Anulada – (Período composto/oração adjetiva) A oração subordinada "que, passada de geração para geração familiar, é preservada por iniciativas como a do Museu do Mamulengo" é uma oração subordinada adjetiva restritiva do termo "arte", ou seja, ao mesmo tempo em que qualifica o sentido do termo a que se refere, também restringe seu significado em relação às outras artes. No entanto, é importante notar que a construção gramatical do trecho torna sua interpretação confusa, uma vez que o trecho "passada de geração para geração familiar" encaixado ao meio da oração subordinada, torna confuso o sentido da preservação da arte. É confuso definir o que de fato garante a preservação desse tipo de arte: as iniciativas de museus ou a tradição familiar.

2: Certo (Coesão) – A reescrita do trecho original baseia-se principalmente na alteração da ordem dos termos, destacando como termo principal os Mamulengos em oposição à cidade, como aparece na escrita original. A razão de Olinda ser conhecida é a fama dos bonecos, relação estabelecida no trecho original por meio da preposição "por" em contração com o artigo (per+a = pela), "Olinda é conhecida no mundo inteiro pela fama(...)". No trecho reescrito, essa mesma relação de causa é feita pela expressão "faz com que'".

3: Errado (Crase) A crase é indicativo da presença do "a" preposição", exigido pela regência do verbo "remeter", e do "a" artigo que acompanha o substantivo feminino "Europa", que aceita o artigo. Há casos em que topônimos femininos repelem a presença do artigo como acompanhante e apenas o aceitam em caso de o substantivo vir acompanhado de um determinante. É o caso de "Portugal", que repele o artigo feminino, a menos que tenha seu sentido delimitado por uma expressão (ex. Voltei a Portugal/Voltei à Portugal de meus pais). É importante ressaltar que "Europa" não segue essa regra, sendo o uso do acento grave no texto validado pelas regras gerais de uso da crase ("a" preposição + "a" artigo), independentemente do determinante posterior.

4: Certo (Análise sintática – sujeito) A oração "eram criadas figuras enormes e malignas" está na voz passiva, ou seja o seu sujeito é o que foi criado (paciente da ação) e não o criador (agente da ação). O sujeito é, portanto, "figuras enormes e malignas". Como é comum em casos de voz passiva, o sujeito aparece posposto ao verbo, sem qualquer prejuízo gramatical ou de significado.

5: Certo (Interpretação de texto) A origem dos bonecos está na Europa da Idade Média e na crítica à inquisição do período. O texto, no entanto, não apresenta qualquer explicação de como era a repressão combatida ou em que contexto os bonecos apareciam no período. O texto delega ao leitor a responsabilidade de conhecer historicamente os elementos referidos para entender a origem dos bonecos.

Gabarito 1Anulada, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Considerando que os trechos apresentados nos itens que se seguem, adaptados de http://www.itamaraty.gov.br/temas, constituem segmentos de correspondência oficial, julgue-os com relação à adequação da linguagem e à correção gramatical.

(1) Conforme é do conhecimento de Vossa Senhoria, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vista em criar o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. O objetivo primordial do Tratado de Assunção foram a integração dos quatro Estados partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum – TEC, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e a harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do MERCOSUL e o dotou de personalidade jurídica internacional.

(2) Conforme esclarecemos em correspondência anterior, os projetos de prestação de cooperação técnica são financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e realizam-se a partir de demandas recebidas de governos estrangeiros ou organismos internacionais, por meio das embaixadas e delegações do Brasil no exterior, das embaixadas e escritórios de organismos internacionais em Brasília ou de visitas de missões oficiais estrangeiras ao Brasil. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países interessados, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos.

(3) Diante da demanda apresentada por este Organismo Internacional em correspondência de 21 de outubro passado, viemos esclarecer-lhe de que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem, entre suas competências, as seguintes: a) coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do país; b) coordenar e financiar a cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento; e c) identificar, elaborar, aprovar a execução e monitorar projetos de cooperação técnica sul-sul. A ABC interage constantemente com as mais de 70 instituições brasileiras envolvidas com projetos, bem como com as embaixadas do Brasil, que servem de canais de comunicação com os governos locais.

(4) Na oportunidade, esclarecemos que, embora o maior número de demandas por cooperação se concentre em agricultura, saúde, educação e formação profissional, a carteira de projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África contempla muitas outras áreas, como governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, saneamento básico, biocombustíveis,

transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, comércio exterior, direitos humanos e esportes.

1: Errado (Concordância) O problema do item aparece no trecho "O objetivo primordial do Tratado de Assunção foram a integração dos quatro Estados partes". O núcleo do sujeito do verbo "foram" é "objetivo", o que exigiria o verbo no singular. Por se tratar de um verbo de ligação (ser – que atribui um estado ao sujeito), a concordância poderia ser feita com o predicativo do sujeito, que tem como núcleo o termo "integração", o que também obrigaria o verbo na forma do singular. A oração transcrita corretamente seria "O objetivo primordial do Tratado de Assunção foi a integração dos quatro Estados partes"
2: Certo (Concordância/regência) O trecho não apresenta desacordos com a norma culta. Uma possível confusão seria derivada do excesso de informações encadeadas nos complementos da expressão "demandas recebidas", já que há uma série de possibilidades, todas corretamente introduzidas pela preposição regente "de". Há ainda a possiblidade de confusão com relação ao termo "integradas" no feminino, uma vez que o termo a que se refere, "missões" aparece distante e são intercalados por diversas outras informações.
3: Errado (Regência) A incorreção quanto à adequação a norma culta está no trecho "viemos esclarecer-lhe de que". O verbo esclarecer é transitivo direto, ou seja, não rege seu complemento material, o que é esclarecido, com o uso de preposição. No trecho, o objeto, na forma de oração, vem introduzido pela preposição "de", quando não deveria haver preposição alguma. O trecho escrito corretamente seria "viemos esclarecer-lhe que (...). O uso do pronome "lhe" é justificado por se designar a quem se esclarece o assunto, já que a reposta foi demandada por um Organismo Internacional, apesar de se tratar de um excesso linguístico desnecessário. A frase estaria mais clara se redigida na forma "viemos esclarecer que".
4: Certo (Regência) Em oposição ao item anterior, a regência do verbo "esclarecer" é aqui feita corretamente como transitivo direto.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Considerando as normas que regem a comunicação oficial, julgue o próximo item.

(1) Caso um ministro pretenda enviar expediente ao presidente da República, para propor alguma medida do interesse de mais de um ministério, ele deverá redigir exposição de motivos denominada interministerial, que deverá ser assinada por todos os ministros envolvidos.

1: Certo (Redação oficial) O Manual de Redação da Presidência da República está disponível para consulta no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm, de onde se lê: "4. Exposição de Motivos/ 4.1. Definição e Finalidade/ Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto;/ b) propor alguma medida; ou/ c) submeter a sua consideração projeto de ato normativo. / Em regra, a exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um Ministério, a exposição de motivos deverá ser assinada por todos os Ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de *interministerial."*

Gabarito 1C

Texto para as duas questões abaixo.

1 Estereótipos não são, necessariamente, étnicos. É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social. Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma comunidade nacional, não importando se essas classes estão definidas etnicamente. Na verdade, a
4 definição de estereótipo como noção ligada a questões étnicas serve apenas para reforçar e justificar preconceitos. Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o
7 estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial, um reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira. Isso tudo não altera o fato de que, seja quem for a vítima e seja qual for o motivo, os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua
10 individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima.
O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado, imediatamente, na
13 visão que o percebedor tem do papel sociocultural de seu receptor e do seu próprio. Mais precisamente, o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do percebedor e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis. Em lugar nenhum tal fato é
16 mais aparente do que na situação de colonialismo, do qual a escravatura africana no Novo Mundo foi somente uma variante.

D. Brookshaw. **Raça e cor na literatura brasileira**. Marta Kirst (Trad.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 10 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das ideias expressas no texto, julgue os itens que se seguem.

(1) Depreende-se do texto que o estereótipo resulta da forma pela qual o sujeito percebe o outro. Assim, conclui-se que a formação de estereótipos decorre da observação objetiva da realidade social em que esses sujeitos estão inseridos.

(2) O texto estende o conceito de estereótipo a categorias outras que a étnica, explorando os efeitos negativos dos estereótipos sobre aqueles que o sofrem.

(3) Infere-se do texto que o conceito de estereótipo origina-se de questões e conflitos coloniais.

(4) O autor estabelece uma relação entre o preconceito de classe existente na Inglaterra e aquele observado no Brasil, ambos de fundamentação essencialmente racial.

(5) A experiência colonial é apresentada como elemento que, ao mesmo tempo, exemplifica e corrobora os argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

1: Errado (Interpretação de texto) Pode-se depreender do texto que o estereótipo é resultado da forma como o sujeito percebe o outro. No entanto, isso não é decorrente de observação objetiva da realidade social, mas sim de conceito pré formado, ou preconceitos, dos observadores, como justificam os trechos "dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor" e "O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado (..)"
2: Certo (Interpretação de texto) A justificativa de como o texto estende o conceito de estereótipo fica clara no trecho "os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima". Ainda fica claro nesse mesmo trecho a definição do conceito de estereótipo como algo negativo, já que aqueles estereotipados são "vítimas" da ausência de individualidade e da adaptação preconceituosa da visão do percebedor.
3: Errado (Interpretação de texto) Não é possível inferir do texto a origem do conceito de estereótipo. O texto apenas traz como exemplo irrefutável da aplicação desse conceito a organização social do período colonial, em particular com relação ao estereótipo racial e a escravidão, como se lê no trecho "Em lugar nenhum tal fato *é mais aparente do que na situação de colonialismo*, do qual a escravatura africana no Novo Mundo *foi somente uma variante*."
4: Errado (interpretação de texto) Apesar de estabelecer uma relação entre os estereótipos preconceituosos da burguesia sobre aquele que sai ascende de uma classe social mais baixa, o texto estabelece a origem do estereótipo inglês em questões fundamentalmente sociais e o brasileiro em questões sociais e raciais, como se lê no trecho "Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no *preconceito social* existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de *preconceito social e racial*, um reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira."
5: Certo (Interpretação de texto) A organização da sociedade colonial encerra o texto trazendo elementos que agrupam toda a argumentação desenvolvida anteriormente. Como observado no item 3, é um fato histórico que demonstra propriamente os conceitos de estereótipo.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens a seguir, referentes às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

(1) As expressões "por isso" (*l*.2), "enquanto" (*l*.6), "ainda" (*l*.11) e "portanto" (*l*.15) têm, no texto, a mesma função sintática e discursiva, o que justifica estarem isoladas por vírgulas.

(2) A relação estabelecida, no texto, entre estereótipo e "camisa de força" (*l*.2) ressalta o fato de a vítima da visão estereotipada estar presa à imagem que a ela é atribuída, independentemente de suas ações.

(3) A expressão "*a priori*" (*l*.10) complementa o sentido da forma verbal "se adaptam" (*l*.10), indicando que a adaptação das características do receptor ocorreu a partir de elementos pressupostos.

1: Errado (Conjunção) Apesar de se tratarem de conjunções e serem gramaticalmente classificados da mesma forma, os termos não funcionam sintática e discursivamente da mesma forma no contexto. A locução conjuntiva "por isso" (l.2) estabelece uma relação de conclusão entre a oração coordenada assindética, já que não há presença de conjunção nela, anterior (É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social) e a oração coordenada sindética conclusiva, pela presença da conjunção de mesmo valor semântico (Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma comunidade nacional). Já a conjunção "enquanto" (l.6), estabelece que as orações subordinadas, a principal "Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa," e a subordinada temporal "enquanto, no Brasil, o estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial" aconteceram concomitantemente. No terceiro caso, da conjunção "ainda" (l.11) funciona como uma partícula enfática na enumeração de alternativas, sendo dispensável para o entendimento geral do trecho em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima. O último caso, o da conjunção "portanto" (l.15), aparece com a mesma função e significado da primeira, relacionando duas orações coordenadas e estabelecendo entre elas uma relação de conclusão, a saber, o trecho "e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis" é conclusão a partir do que foi dito no trecho "Mais precisamente, o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do percebedor"
2: Certo (Semântica) É possível estabelecer a relação entre estereótipo e camisa-de-força, uma vez que o texto define estereótipo como uma visão pré-concebida que reforça a imobilidade social: aquele que o é sempre será, independentemente de suas ações ou individualidade. O dicionário Houaiss define camisa-de-força, por extensão de sentido como "algo que limita ou impede movimento ou ação", definição paralela a como o texto define estereótipo, como se lê em "É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social."
3: Errado (Coesão) A expressão "a priori" se liga ao termo "ponte de vista" e indica que o ponto de vista do percebedor está pré-concebido, é anterior a qualquer relação que se estabeleça com o estereotipado. E que a visão do percebedor é adaptada a esse ponto de vista anterior, atribuindo características pré designadas e ignorando qualquer característica de fato do receptor possa ter, como se lê no trecho "dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor"

Gabarito1E, 2C, 3E

Texto para duas questões abaixo

1 A questão de uma identidade latino-americana tornou-se não apenas atual, mas premente, sobretudo ao longo do século XX. Sua origem está em uma experiência marcante de contraste e de contradição com a memória do regime colonial, com os projetos nacionais e liberais decorrentes dos
4 processos de autonomia política, com os mecanismos de dependência econômica e financeira e, principalmente, com a pluralidade da composição social de suas populações.
Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas
7 desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos, que passam a desempenhar papel relevante no cenário mundial. A América que vinha sendo dita latina por terceiros

10 quer proclamar-se América e latina por si própria. A simples contraposição com a Europa (em especial
com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O
sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas
13 não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na
América de fala espanhola e portuguesa. E isso mesmo se essas Américas receberam significativa
contribuição de correntes migratórias renovadas. Os caminhos percorridos nos Estados Unidos da
16 América (EUA) e no Canadá foram — e são — bem distintos dos que percorrem as Américas latinas.
Assim, são os próprios latino-americanos ou brasileiros que procuram ser latino-americanistas
ou brasilianistas, não apenas por sorte de ousadia política, mas por força de abordagem científica da
19 constituição eventual de uma latino-americanidade alçada dos traços de formação social e cultural de suas
sociedades. O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latinoamericanos,
não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu
22 ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas,
é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade
macrorregional latino-americana.

E. C. R. Martins. **América Latina: cultura histórica e identidade**. In: C. B. Carmona e H. Sewierski (Orgs.). **Heranças e desafios da América Latina: Brasil e Chile**. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 29-30 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto, julgue os itens subsequentes.

(1) Depreende-se do texto que são os latino-americanos que devem construir o significado de latino-americanidade, pondo fim a uma era em que esse sentido era definido pelo olhar estrangeiro do estudioso europeu ou estadunidense, por exemplo.

(2) O texto apresenta uma crítica àqueles que alicerçam sua visão de América Latina na diferença ou na oposição entre essa região e a Europa ou a América de colonização britânica.

(3) O texto deixa transparecer a relação entre literatura e questões de identidade, o que permite vincular o fazer literário a temas como pertencimento e ideologia culturais.

(4) O texto tem natureza essencialmente descritiva, uma vez que informa o leitor a respeito das mudanças paradigmáticas e epistemológicas no estudo de questões ligadas à identidade de cada nação latino-americana.

1: Certo (Interpretação de texto) O texto apresenta uma série de comparações teóricas, não apenas na constituição do conceito de América Latina, mas também das diferentes concepções de identidades das regiões devido às diferenças sociais entre as elas, definindo as concepções europeia e norte-americana como etnocêntricas, enquanto a latino-americana deve privilegiar a pluralidade. Defende, portanto, que, por terem diferentes histórias, não é possível que outros povos definam corretamente e com resultados positivos a América Latina. Tal concepção lê-se no trecho "O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latinoamericanos, não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas, é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade macrorregional latino-americana." "A América que vinha sendo dita latina por terceiros quer proclamar-se América e latina por si própria."
2: Certo (Interpretação de texto) Como visto no item anterior conceber a América Latina a partir dos moldes europeu e norte-americano gera falhas na definição do que a América Latina. Concebê-la como extensão da história europeia levaria ao mesmo erro, uma vez que a América Latina seria apenas uma continuação da história europeia. Essa crítica aparece de forma mais clara no trecho "A simples contraposição com a Europa (em especial com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na América de fala espanhola e portuguesa", inclusive pela restrição da caracterização europeia na América Latina pelas línguas faladas, e não pela colonização, desmerecendo esta como pilar da formação social e abrindo margem para a pluralidade dessa formação.
3: Certo (Interpretação de texto) O trecho que transparece a importância da produção literária na reformulação da identidade latino-americana é "Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos", trecho que, além de colocar a literatura como auto definidora da identidade social, associa a produção literária a conquistas das ciências sociais.
4: Errado (Interpretação de texto) O texto é majoritariamente analítico e não descritivo. Propõe uma argumentação e reflexão acerca da forma como se estuda e concebe a sociedade latino-americana, deixando evidente seu posicionamento com relação ao tema. A própria análise do item 2 comprova esse poder analítico do texto, uma vez que apresenta uma crítica do autor com relação à concepção da identidade latino-americana em padrões pré-formulados.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens que se seguem.

(1) A expressão "alçada dos" (*l*.19) tem o sentido de erigida sobre os ou fundamentada nos, podendo ser por essas substituída sem prejuízo semântico nem gramatical ao texto.

(2) As palavras "premente" (*l*.1), "decorrentes" (*l*.3), "correntes" (*l*.15) e "relevante" (*l*.23) são formadas pela adição de um sufixo a uma forma verbal e são usadas, no texto, como adjetivos.

(3) O pronome "Sua" (*l*.2) tem como referente a expressão "identidade latino-americana" (*l*.1).

(4) A expressão "as Américas latinas" (*l*.16) exerce a função de sujeito da forma verbal "percorrem" (*l*.16).

(5) O vocábulo "sorte" (*l*.18) refere-se às venturas advindas da ousadia política.

1: Certo (Vocabulário) A definição do dicionário Houaiss para o termo "alçado(a)" é "conduzido para cima; erguido, levantado, alteado". A ideia, então é que os traços de formação social e cultural de suas (latino-americanas) sociedades serviu como base para a abordagem científica da constituição eventual de uma latino-americanidade. Os dois termos sugeridos pelo item seguem o mesmo campo semântico do termo original e a proposta de substituição contempla a regência preposicional de cada um dos termos corretamente, o que garante a adequação gramatical.
2: Errado (Morfologia) Apesar de todos os termos serem formados por um verbo acrescido do sufixo –nte, o termo "correntes" aparece no texto com acepção de substantivo, no sentido de movimento, e caracterizado pelo adjetivo "migratórias".
3: Errado (Pronome/coesão) O pronome possessivo funciona como elemento de coesão entre as partes do texto. Por se tratar de um pronome feminino deve-se buscar por um referente anterior no texto também feminino e que se adeque ao contexto do conteúdo a que se liga. No caso do pronome "sua" (l.2), é possível identificar que o referente é o termo em questão na frase anterior, a saber, "a questão". No entanto, o contexto não permite que essa identificação seja feita sem dúvidas, uma vez que o termo "identidade", apesar de também se referir à "questão", cumpra com todas as exigências textuais para que seja referente do pronome, o que gera ambiguidade estrutural. Devido à essa ambiguidade, a questão deveria ser anulada.
4: Certo (Análise sintática/sujeito) "As Américas latinas" funciona como sujeito do verbo percorrer, o que é possível observar tanto pela estrutura gramatical da frase, como pelo contexto, uma vez que o autor defende que a América latina seja a própria definidora de sua identidade, ou seja, ela é personificada a fazer ela mesma o que foi feito por outro, não nomeados, nos outros territórios. O fato de no período os Estados Unidos e o Canadá funcionarem como adjuntos adverbiais de lugar em que foram percorridos os caminhos (sujeito do verbo percorre na oração anterior), associado à posição do sujeito após o verbo pode levar o leitor a confundir a função que as Américas latinas cumpre na oração.
5: Errado (Coesão) Pelo contexto, é possível depreender que o vocábulo "sorte" não é sinônimo de ventura e sua relação com ousadia política não é de consequência, ou seja, não é devido a ousadia política que houve alguma mudança. O vocábulo funciona como definidor do tipo de ousadia política que se poderia fazer, uma ousadia que teria por objetivo a mudança do paradigma de identidade da América Latina. A acepção do termo que se aplica é de "subdivisão de uma categoria; gênero, classe, espécie, tipo" (Dicionário Houaiss)

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Texto para as quatro questões abaixo.

1 Quando começa a modernidade? Bem antes que
tentassem me convencer de que a data de nascimento da
modernidade era um espirro cartesiano, ou então novo interesse
4 empírico pela natureza que transpira das páginas do *Novum*
Organum de Bacon, ou ainda a abertura dos primeiros bancos
— bem antes de tudo isso, quando era rapaz, se ensinava que
7 a modernidade começou em outubro de 1492. Nos livros da
escola, o primeiro capítulo dos tempos modernos eram e são as
grandes explorações. Entre elas, a viagem de Colombo ocupa
10 um lugar muito especial. Descidas Saara adentro ou
intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de
nada valiam comparadas com a aventura do genovês. É preciso
13 conceber o alcance simbólico do pulo além de Gibraltar, não
pela costa, mas reto para frente. É preciso, em outras palavras,
evocar o mar Mediterrâneo — esse pátio comum navegável e
16 navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado —
para entender por que a viagem de Colombo acabou e continua
sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado, do
19 abandono da casa materna e paterna.
Havia duas ordens de explicações para as grandes
descobertas e para a viagem de Colombo. A materialista não
22 faltava nunca: procura de novas riquezas e necessidade de
conquistas. Outra, mais ideológica, ou mesmo idealizada,
também sempre presente, atribuía o empreendimento ao
25 indomável desejo de saber e conhecer novas coisas. Aqui,
Dante era regularmente convocado em sua descrição da última
viagem de Ulisses que, apesar de ter tanto desejado voltar para
28 sua casa e família, toma de novo o caminho do mar aberto.
Dante escreve quase um século e meio antes da
viagem de Colombo, logo quando o espírito da modernidade
31 produzia a dita segunda Renascença. E ele é certamente um dos
ideólogos da modernidade. A visão dantesca de Ulisses é quase
uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto,

34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo.
O herói de Homero volta para seu lugar após os longos anos do
sítio de Troia e 10 anos de Odisseia; ele volta para o lugar onde
37 sua legitimidade de rei, esposo e pai é atributo eterno de seu ser
e onde, apesar da longa ausência e dos usurpadores, ele sempre
será reconhecido. Já o Ulisses moderno de Dante se cansa
40 desse lugar demasiado "seu" e deixa reino e família para
embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação
e sem volta. Ulisses retoma a estrada ou, melhor dito, o oceano
43 para, segundo o poeta italiano, conhecer o mundo, os vícios
humanos e o valor. Esse objetivo pode ser entendido de duas
maneiras.
46 Por um lado, tem-se a paixão de descobrir vícios e
valores de outros homens — uma espécie de curiosidade
antropológica especificamente moderna. Por outro lado, os
49 vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus
companheiros podem ser seus próprios. Nesse caso, Ulisses
abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai)
52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas
funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no
presente e mais em um futuro a ser inventado.

C. Calligaris. **A psicanálise e o sujeito colonial**. *In:* E. L. A. Susa (Org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 11-3 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens a seguir, referentes às relações semânticas e discursivas do texto.

(1) A expressão "espirro cartesiano" (*l*.3) pode ser interpretada como crítica à visão da modernidade como manifestação do cientificismo e racionalismo.

(2) Com o trecho entre travessões nas linhas 15 e 16, o autor quer enfatizar o caráter xenofóbico e de isolamento cultural associado a "mar Mediterrâneo" (*l*.15).

(3) Segundo o texto, há controvérsias quanto à data fundacional da modernidade. Essa discordância é o ponto de partida da argumentação do autor.

(4) Na linha 1, como a função da pergunta é prender a atenção do leitor, o ponto de interrogação pode ser corretamente substituído por ponto-final ou dois-pontos.

1: Certo (Interpretação de texto) Ao utilizar o termo "espirro" para caracterizar a corrente filosófica cartesiana, o autor atribui caráter pejorativo ao termo, uma vez que um espirro é associado a doenças e secreções. A interpretação desse item exige do leitor conhecimento prévio das bases da filosofia de Descartes, como associada aos conceitos de razão e ciência, e seu status como símbolo da filosofia moderna.
2: Errado (Interpretação de texto) Lê-se no trecho entre travessões: "esse pátio comum navegável e navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado". Os termos "comum" e "compartilhado" mostram que o mar Mediterrâneo não é fonte de isolamento pátrio, mas sim de contato entre os povos da região, um local onde todas as nações que o circundam dividiram a navegação durante milênios e partiram em buscas comuns de novos espaços.
3: Certo (Interpretação de texto) O autor inicia o texto mostrando que já teve contato com diversas datações do início da modernidade, a saber, espirro cartesiano, o Novum Organum de Bacon, a abertura dos primeiros bancos, outubro de 1492 (representando as navegações). Essas possibilidades são respostas à pergunta inicial do texto e é a partir desse disparador pergunta-respostas que o autor analisa o tema.
4: Errado (Interpretação de texto/pontuação) O uso da interrogação é fundamental para que as respostas que se seguem sejam compreendidas como contextualizadoras da questão a ser discutidas. Se fosse feita a substituição da pontuação, seria necessário alterar o formato das respostas e da estrutura do parágrafo como um todo para que houvesse coerência entre as partes do texto.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das estruturas gramaticais e semânticas e dos processos coesivos do texto, julgue os itens que se seguem.

(1) A inserção de se ou de **quando** imediatamente antes de "comparadas" (*l*.12) manteria a correção gramatical e o sentido do período.

(2) As formas verbais "tentassem" (*l*.2) e "se ensinava" (*l*.6) indicam ações realizadas por sujeitos que permanecem indeterminados no texto, assim como a forma verbal "É" (*l*.14).

1: Certo (Conjunção/período composto) A forma "comparadas" pode funcionar como a forma reduzida de particípio para a oração subordinada adverbial. Não se usa conjunção como elemento de conexão entre a oração principal e a forma reduzida da oração subordinada. A inserção de qualquer uma das conjunções propostas pelo item manteriam a correção e sentido, pois transformariam a reduzida em subordinada adverbial completa, com a forma verbal "fossem" oculta, para evitar excessos e tornar o discurso mais coerente. Ambas as conjunções manteriam a relação de sentido de condição entre as duas orações. Teríamos as possibilidades: "Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de nada valiam se (fossem) comparadas com a aventura do genovês" ou "Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de nada valiam quando (fossem) comparadas com a aventura do genovês"
2: Errado (Análise sintática/sujeito) O verbo tentassem (l.2) conjugado na 3ª pessoa do plural e sem referente óbvio é indicador de sujeito indeterminado, não se sabe quem pratica a ação de tentar convencer. Nos caso da forma "se ensinava" (l.6) o agente da ação não é referenciado pelo verbo, apesar de posteriormente ser relacionado aos "livros da escola". Ainda assim, a forma do verbo ensinar, transitivo direto, é uma forma de voz passiva sintética e seu sujeito é paciente, ou seja, o

termo que funciona como sujeito na oração é o paciente, aquilo que é ensinado, a saber, a oração subordinada substantiva subjetiva “que a modernidade começou em outubro de 1492” e não o agente. No caso do verbo “é” (l.14), trata-se de um período composto por subordinação em que temos o verbo de ligação “é”, seguido do predicativo do sujeito “preciso” e da oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo “evocar o mar Mediterrâneo”, que funciona como sujeito do verbo em questão, ou seja, o sujeito é determinado e aparente no formato da oração.

Gabarito 1C, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação ao texto, julgue os itens seguintes.

(1) Na linha 22, o sinal de dois-pontos introduz uma explicação para a motivação materialista das viagens marítimas associadas às grandes descobertas dos séculos XV e XVI.

(2) Nos dois primeiros períodos do terceiro parágrafo, o autor reconhece o papel de Cristóvão Colombo na construção do conceito de modernidade que se concretiza com o domínio colonial: Colombo é incluído entre os “ideólogos da modernidade” (*l.*32).

(3) O adjetivo “dantesca” (*l.*32) é utilizado metaforicamente para designar algo assustador, uso que remete à visão que se tinha das viagens por mar na Antiguidade.

(4) O fragmento “apesar da longa ausência e dos usurpadores” (*l.*38) pode ser deslocado para o final do período sem prejuízo para a correção gramatical do trecho, desde que mantida a vírgula antes de “apesar” e omitida a vírgula logo após “usurpadores”.

(5) O gênero textual predominante no texto consiste em tratado científico, conforme se conclui da presença de vocabulário especializado e de linguagem objetiva, literal e impessoal.

(6) Segundo o texto, a descoberta da América sobrepõe-se a quaisquer outras atividades exploratórias dos europeus realizadas até então.

1: Certo (Interpretação de texto/pontuação) O termo “materialista” é associado a “explicação, do período anterior, por intermédio do artigo “a”, que funciona como elemento de coesão, deixando claro que o trecho se refere às causas das viagens. Os dois pontos introduzem um aposto da oração “a materialista não faltava nunca”, e, como tal, explicita o sentido do termo “materialista”, explicando e exemplificando (riquezas e conquistas).

2: Errado (Interpretação de texto) O ideólogo da modernidade é Dante, que explica antecipadamente as razões da viagem de Colombo. A confusão pode decorrer do uso do pronome “ele” ao início do segundo período do parágrafo, no entanto a construção textual posterior e o uso de conceitos e vocabulários não deixam margem para ambiguidade. Colombo é apenas exemplo prático da teorização de Dante, como se lê em “A visão dantesca de Ulisses é quase uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto, 34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo”

3: Errado (Interpretação de texto/vocabulário) Apesar de o termo “dantesco” ser popularmente usado e conhecido como sinônimo de horror (a caracterização do inferno, talvez a mais assustadora da literatura, proposta por Dante em “A Divina comédia” é a origem da associação de significado), no trecho em questão ele é usado como aquilo que é ideia desenvolvida pelo autor em seus escritos. Trata-se de outra referência textual clara que não diretamente “o Inferno”, mas sim o personagem que remete ao viajante de Homero, Ulisses: “Já o Ulisses moderno de Dante se cansa desse lugar demasiado “seu” e deixa reino e família para embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação e sem volta.”

4: Certo (Coesão/pontuação) O trecho “apesar da longa ausência e dos usurpadores” é uma locução adverbial de concessão e, devido à circunstância que expressa e sua relação com o conteúdo do período, deve vir isolada por vírgulas do restante da oração. Ao ser transposta para o fim do período, deve-se, portanto, manter a vírgula anterior, que isola a expressão, mas não se deve manter a final, uma vez que haveria dupla pontuação (,.)

5: Errado (Interpretação de texto/gênero textual) O gênero predominante é de opinião. Há traços de subjetividade e pessoalidade, como se vê pela presença do pronome de primeira pessoa no trecho “Bem antes que tentassem me convencer de que a data de nascimento da modernidade era um espirro cartesiano”, e em geral o texto possui diversas marcas de argumentação literária, com referências históricas e textuais, referências usadas numa construção de argumentação bastante distante do discurso científico, na criação de hipóteses com embasamento especulativo apenas, sem qualquer demonstração empírica, como se nota pelo uso do verbo no futuro do pretérito no trecho “Nesse caso, Ulisses abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai) 52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no presente e mais em um futuro a ser inventado.”

6: Certo (Interpretação de texto) A importância da descoberta da América é demonstrada em duas frentes: primeiro, na anterioridade dela como definidora da modernidade em relação às outras possibilidades. Segundo, por ser a representação máxima da busca do homem da descoberta de si mesmo longe do lugar seguro, como demonstrada na analogia do Ulisses de Dante. Além disso, pode-se ver resumida toda a importância da viagem de Colombo para o conceito de modernidade no trecho “viagem de Colombo acabou e continua sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado”, uma vez que é colocada como metáfora das mudanças advindas da modernidade.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Os itens a seguir apresentam reescrita do trecho retirado do texto “Por outro lado, os vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.” (*l.*48-50). Julgue-os quanto à correção gramatical e à manutenção do sentido original do trecho.

(1) Por outro lado, os vícios e o valor almejados por Ulisses e seus companheiros podem ser o deles mesmos.

(2) Outrossim, os vícios e o valor determinados por Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

(3) Não obstante, os vícios e o valor que precederam Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

1: Errado (Concordância/coesão/pronome) Na construção do texto original, os vícios e o valor são os “seus próprios” (de Ulisses e seus companheiros). Na reescrita, o pronome que reformula o trecho final da frase aparece no singular, ou seja, refere-se apenas a um termo, não podendo ser referente de vícios e valor, como era no trecho original. A redação correta seria “Por outro lado, os vícios e o valor almejados por Ulisses e seus companheiros podem ser os deles mesmos.”

2: Errado (Vocabulário/valor semântico) Primeiramente, o advérbio “outrossim” significa “do mesmo modo; igualmente” (Dicionário Houaiss), ou seja, exatamente oposto à ideia da expressão “por outro lado”, o que tornaria a coesão entre o trecho estacado e o anterior incorreta. Em segundo lugar, Ulisses e seus companheiros partem em busca de vícios e valor. O termo “determinados” indica que esses vícios e valor foram previamente estipulados, ou ainda que são notórios. O trecho não nos deixa perceber isso, indicando apenas que são objeto de busca e não causa dela.

3: Errado (Vocabulário/valor semântico) Assim como no item anterior, o problema dessa reformulação reside primeiramente na substituição do termo “por outro lado”. “Não obstante” é uma expressão de caráter concessivo, ou seja, é sinônimo de “apesar de” e não substitui

corretamente o original, que tem valor de adversativo. Há também um segundo problema na substituição de "atrás dos quais correm" por "precederam". O original coloca os vícios e o valor como objetivo da busca de Ulisses e seus companheiros, enquanto "preceder" coloca os vícios e o valor como anteriores.

Gabarito1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Aryon Dall'Igna Rodrigues — **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. *In:* **Revista Ciência e Cultura**, ano 57, n.º 2, abril/maio/jun./2005, p. 35-6 —, julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Dados demográficos revelam a situação preocupante da maioria das línguas indígenas no Brasil. No plano mundial, tem-se considerado que qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas está ameaçada de extinção.

(2) Todas as línguas indígenas em terras brasileiras tem menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tikúna falada no alto Solimões apenas, ultrapassa os 30 mil. O aspecto mais grave é que muitas dessas línguas contam com menos de 1 mil falantes.

(3) A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é de 1992.

(4) Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. Presentemente, são faladas no Brasil 181 línguas indígenas.

(5) Esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, e é possível que nele estejam incluídas duas ou três línguas que deixaram de ser faladas nos últimos cinco anos.

1: Certo **(Colocação pronominal)** O item não apresenta qualquer problema de adequação gramatical. É possível que ocorra dúvidas com relação à colocação do pronome "se" em posição de ênclise do verbo "tem". No entanto, a forma não fere as regras de colocação (não há palavra atrativa que obrigue a próclise ao verbo tem, e, como este é antecedido de vírgula, a próclise em relação a ele é, de fato, incorreta), apesar de ser mais comum a forma proclítica ao verbo no particípio: tem se falado.
2: Errado **(Conjugação verbal/concordância)** O sujeito do verbo "tem" é "Todas as línguas indígenas em terras brasileiras" e seu núcleo é o substantivo no plural "línguas". O verbo deveria, portanto, ser conjugado na 3ª pessoa do plural, u seja, "têm"
3: Certo **(Coesão)** Apesar de não haver erros gramaticais no item, a construção de orações intercaladas torna o entendimento do trecho mais sujeito a confusões, uma vez que são apresentadas duas datas. Pode-se confundir que o dado "antes da colonização desta parte da América do Sul, como sendo de 1992. No entanto, o trecho entre vírgulas é um aposto de "há 500 anos" e a construção gramatical está correta.
4: Certo **(Coesão)** O termo "atual" se liga a "território" e designa a limitação do espaço de que se fala. No entanto, por se tratar de um texto com referências cronológicas, um leitor desatento pode confundir o termo como relacionado ao número de línguas de antigamente (1,2 mil) e ler incoerentemente a informação de que no presente há apenas 181 línguas indígenas. Não há qualquer erro gramatical, mas o trecho poderia ser escrito de maneira mais clara.
5: Certo **(Conjugação verbal)** O verbo "incluir" admite dupla forma do particípio – incluso e incluído. Em geral, o particípio regular é usado na voz ativa, com os verbos auxiliar "ter" e "haver" e a forma irregular com "ser" e "estar" como auxiliares. No entanto, atualmente, a forma "incluso" é usada somente quando a forma cumprir função de adjetivo e não deve ser usadas em locuções verbais. Portanto, o trecho está de acordo com a norma.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5C

1 Axé, afoxé e babalorixá são termos bastante comuns
na fala dos brasileiros. Eles foram incorporados à nossa cultura
pelo candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de
4 Roger Bastide e Pierre Verger. Mas outra forma de candomblé
vem experimentando expansão e popularidade desde o final da
década de 80 do século XX: a da nação angola ou,
7 simplesmente, o candomblé angola. Valorizada pelo ativismo
dos movimentos negros e reforçada por iniciativas como a
criação de um curso de língua quicongo na Universidade da
10 Bahia, essa vertente passou a ganhar atenção e estudos. E isso
dentro de um contexto de resgate do papel do povo banto na
construção da afro-brasilidade.
13 A sequência de eventos que vai do primeiro
desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da
colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou
16 a precedência dos africanos bantos na formação da civilização
brasileira. Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás,
voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo
19 da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos
(nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também
os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil.

Nei Lopes. **Novidade ou tradição? Subestimado por etnólogos como Verger, o candomblé angola emerge e se expande pelo Brasil.** *In:* **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n.º 62, nov./2010, p. 38 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) De acordo com o autor do texto, as tradições religiosas de origem banto foram negligenciadas por estudiosos no Brasil, argumento que justifica o emprego de "resgate" (*l*.11).

(2) As palavras de origem africana empregadas ao longo do texto são conhecidas do leitor brasileiro; por isso, prescinde-se do uso de aspas ou recursos explicativos.

(3) Em "à nossa cultura" (*l*.2), é facultativo o uso do acento grave, o que permite sua omissão sem que ocorra erro gramatical.

(4) Em "a da nação angola" (*l*.6), o pronome "a" retoma o elemento "forma de candomblé" (*l*.4).

(5) O texto indica que a religião banto está presente no Brasil desde o início da colonização portuguesa.

(6) Infere-se da leitura do texto que Roger Bastide e Pierre Verger eram estudiosos das práticas religiosas de origem africana.

1: Certo **(Interpretação de texto)** Segundo o texto foi o candomblé de origem nagô o estudado por teóricos e que apresenta maior relevância no vocabulário brasileiro. É apenas a partir da década de oitenta do século XX que o banto recebe atenção. O termo resgate se deve ao fato de a atenção se iniciar no referido período, mas a presença dessa vertente na formação da cultura brasileira é até mesmo anterior a do nagô, como se lê em "Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás, voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo 19 da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil."

2: Errado **(Vocabulário/pontuação)** Apesar de não serem termos usuais de algumas parcelas da população, o texto se insere em um contexto de estudo da africanidade e candomblé em que os termos referentes ao candomblé nagô são comuns, como argumenta o texto. Trata-se, portanto, de termos inseridos no contexto de maneira natural, não representando estrangeirismos, estranhezas ou sentidos figurados. Explicá-los seria prejudicial à própria argumentação do autor, de que o candomblé nagô é mais bem representado. É por isso que os termos advindos da cultura banto são explicados entre parênteses, a saber, "os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também os objetos que as contêm)" já que é uma cultura em resgate e ainda não totalmente inserida no cotidiano linguístico de que se fala.

3: Certo **(Crase)** A regência do adjetivo "incorporado" exige o uso da preposição "a" para introduzir seu complemento. O termo que funciona como complemento é feminino, "cultura" e admite o uso do artigo feminino para acompanhá-lo, o que resultaria na forma craseada "à". No entanto, o substantivo "cultura" vem determinado pelo pronome possessivo "nossa" e já é por ele determinado, o que torna facultativo o uso do artigo. Caso a escolha fosse pelo não uso do artigo, teríamos a forma "incorporados a nossa cultura", uma vez que permanece a preposição da regência de incorporados, mas se optou pela ausência do artigo.

4: Certo **(Coesão)** O artigo "a" com valor de pronome demonstrativo (há caráter de pronome demonstrativo atribuído ao artigo, e há divergências entre os teóricos quanto à classificação do termo. Esse comentário segue a análise de BECHARA, 2006, em que o artigo recebe valor de pronome demonstrativo), usado na expressão "a da nação angola" é um elemento de coesão que retoma o termo anterior e evita a repetição, criando relação entre as partes do texto e tornando a leitura mais clara e objetiva. Por se tratar de uma forma feminina singular, remete corretamente ao substantivo "forma", relação facilmente percebida pelo contexto do trecho.

5: Certo **(Interpretação de texto)** De acordo com o texto, a necessidade do resgate cultural é justamente devido ao grande papel que a cultura banto tem na formação da cultura brasileira desde o início. Apesar de não aprofundar os fatos, o texto diz: "A sequência de eventos que vai do primeiro desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou a precedência dos africanos bantos na formação da civilização brasileira.", ou seja, os bantos precedem os nagôs, apesar de não haver datação no texto da presença dos últimos na cultura brasileira.

6: Certo **(Interpretação de texto)** É possível inferir que se trata de estudiosos uma vez que o texto diz que ambos publicaram trabalhos em que o candomblé nagô de que derivam os termos que iniciam o texto é ratificado justamente por estarem presentes nesses trabalhos, como se lê no trecho "candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de Roger Bastide e Pierre Verger."

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C

Texto para as duas questões seguintes.

1 A Convenção para a Proteção e a Promoção da
Diversidade das Expressões Culturais lida com campos
temáticos específicos mencionados na Declaração Universal da
4 UNESCO para a Diversidade Cultural. São documentos cuja
existência aponta para a necessidade de se reconhecer que os
bens e os serviços culturais comunicam identidades, valores e
7 significados e, por isso, não podem ser considerados meras
mercadorias ou bens de consumo quaisquer. Por sua vez,
também os Estados precisam tomar todas as medidas
10 apropriadas para proteger e promover a diversidade das
expressões culturais, garantindo o livre fluxo de ideias e obras.
Finalmente, é necessário redefinir a noção de cooperação
13 internacional, elemento central da Convenção, na medida em
que cada forma de criação traz em si as sementes de um
diálogo contínuo.
16 A Convenção lida com muitas formas de expressão
cultural que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e
sociedades, enquanto comunicam conteúdos culturais com
19 sentido simbólico, bem como valores artísticos e culturais que

se originam de identidades culturais ou as expressam. As expressões culturais — qualquer que seja o meio ou a
22 tecnologia usada — são transmitidas pelas atividades, pelos bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural).
25 Por esse motivo, tais bens e serviços não podem ser tratados como objetos de negociações comerciais.
Ao enfocar a proteção e a promoção da diversidade
28 das expressões culturais, a Convenção reconhece que, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade
31 de expressões culturais, tanto as do seu país quanto as de outros. Entretanto, esse potencial ainda não se materializou totalmente no atual contexto global.

Revista Ciência e Cultura. Ano 57, n.º 2, abr-maio-jun/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto, julgue os itens subsecutivos.

(1) Os bens culturais são apresentados como sendo de livre acesso a todos, o que não significa que eles sejam sempre gratuitos.

(2) É correto concluir da leitura do texto que a globalização é o principal elemento motivador da diversidade de bens culturais e da circulação desses bens nos países em desenvolvimento.

(3) O texto classifica-se como informativo, sendo o assunto nele tratado o programa de proteção e promoção da diversidade cultural imposto às nações em nível mundial.

1: Certo (Interpretação de texto) De acordo com o texto, bens culturais muitas vezes representam a união entre a representação econômica e a cultural. Ao mesmo tempo que não podem ser tratados como meros bens de consumo, devido ao seu caráter simbólico de valores culturais, possuem valor comercial. É justamente o papel da Convenção proteger o duplo aspecto dos bens culturais: "são transmitidas pelas atividades, pelos bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural)". Devido ao seu caráter cultural e levando em conta seu valor econômico, a Convenção procura garantir que esses bens sejam amplamente divulgados e disponíveis para todos aqueles que se interessarem em adquiri-los: "a Convenção reconhece que, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade de expressões culturais"
2: Errado (Interpretação de texto) A diversidade cultural representa diversas identidades localizadas e é papel de cada um dos Estados proteger e promover essas expressões, promovendo o diálogo internacional entre elas, ou seja, não há comunicação generalizada entre elas. Ao contrário do que propõe o item, essas expressões não atingiram divulgação universal, ou seja, as muitas expressões não são acessíveis a todas as pessoas, apesar de o mundo ser cada vez mais conectado.
3: Errado (Interpretação de texto) O caráter informativo do texto fica claro pela exposição do conteúdo e da função da Convenção em um suporte comunicativo que cumpre tal função, a saber, uma revista. No entanto, o texto não apresenta qualquer caráter impositivo da Convenção, mas sim indicativo. A sua função é orientar as nações nos meios de proteção e na promoção dos bens culturais sem qualquer regra explícita de obrigatoriedade, o que fica claro pelo último trecho do texto, que afirma que a intencionalidade dos objetivos da Convenção não atingiram caráter global. (O documento completo da convenção em português encontra-se no link http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf)

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens subsequentes, relativos às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

(1) A inserção de vírgula logo após "significados" (*l.*7) manteria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar suas relações de coesão.

(2) Em "resultam da" (*l.*17), o vocábulo "da", resultante da junção da preposição **de** com o artigo definido **a**, pode ser substituído por **na** sem que se altere o sentido original do texto.

(3) A expressão "enquanto" (*l.*18) tem valor concessivo, o que dá à oração por ela iniciada a função de exprimir sentido oposto ao expresso pela oração antecedente.

(4) A substituição de "enfocar" (*l.*27) por **exaltar** alteraria as informações veiculadas no texto, assim como suas relações semânticas e discursivas.

(5) A forma adjetiva "livre" (*l.*30) está empregada no singular para concordar com o elemento a que se liga: "cada indivíduo" (*l.*29).

(6) No último período do texto, "Entretanto" estabelece um contraste entre a promoção da diversidade de expressões culturais atual e o seu potencial ainda inexplorado.

(7) O pronome "cuja" (*l.*4) assume valor possessivo, motivo pelo qual poderia ser corretamente substituído por **de quem** ou **por dos quais**.

1: Certo (Coesão/pontuação) Em geral, não se usa vírgula quando termos são ligados pelo conectivo "e". Quando o "e" une orações coordenadas, que são orações sintaticamente independentes, mas com relação de sentido entre si, estabelece entre elas uma relação de adição; a segunda adiciona informações ao que diz a primeira. Apesar de não haver impedimentos gerais para seu uso junto ao "e", há dois casos em que se indica o uso da vírgula acompanhando a intermediação da conjunção aditiva. O primeiro, quando há intenção adversativa, ou seja, a segunda oração traz uma informação contrária à da primeira, por exemplo, "Maria usou ovos, farinha e leite de qualidade, e o bolo desandou". O uso da expressão enfática "por isso" nega que possa se fazer uso da vírgula com essa finalidade, já que expressa uma relação de similaridade entre as orações. O outro caso é quando as orações coordenadas possuem sujeitos diferentes, por exemplo, "Maria jogou bola com os meninos e fez vários gols", mesmo sujeito, Maria, jogou bola e fez gols, e "Maria jogou bola com os meninos, e João preferiu as bonecas", sujeitos diferentes, Maria jogou bola e João preferiu bonecas. Com o uso da vírgula no trecho sugerido, portanto, teríamos a alteração do referente do sujeito: no original o sujeito da segunda

oração são "os bens e os serviços culturais", o mesmo da oração do verbo "comunicam". Na reescrita, com o uso da vírgula, a repetição do sentido do sujeito anterior não fica clara, podendo causar ambiguidade com relação ao referente e impedir a identificação do sujeito da oração. Apesar de não ferir regras da norma culta da língua, o uso da vírgula não é recomendado, pois tornaria o trecho confuso.

2: Errado (Regência/preposição) A preposição funciona como conector entre termos do texto e estabelece entre eles uma relação de sentido. O verbo "resultar" admite duas possibilidades de complemento: aquele que é causa do resultado ou o que é o resultado em si. A preposição "de", no texto contraída ao artigo "a" (de+a=da) tem valor semântico de causa, ou seja, intermedia a relação do verbo com o causador do resultado: as expressões culturais são consequências da criatividade. Ao se substituir pela preposição "em", na forma contraída "na" (em+a=na), o valor semântico da preposição, e portanto da relação entre os termos, é de consequência: nesse caso a criatividade é que seria a consequência das diversas expressões culturais.

3: Errado (Conjunção) A conjunção tem função coesiva no texto, ou seja, intermedia relação de sentido entre duas orações, sendo a principal aquela a que se liga uma oração subordinada, que vem introduzida pela conjunção e funciona como termo sintático da primeira, estabelecendo, nos casos de orações adverbiais, entre elas um valor semântico. A conjunção "enquanto" no texto tem valor de "na qualidade de" e introduz uma oração subordinada que indica uma explicação da declaração da oração principal, ou seja, é exatamente porque comunicam conteúdos culturais com sentido simbólico que são expressão cultural. Esse uso da conjunção é, em geral, condenado pelos teóricos da gramática. As conjunções de valor concessivo introduzem orações subordinadas adverbiais que indicam um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. O item apresenta, portanto, para o conceito de concessão uma definição equivocada, já que define concessão como oposição. A ideia de oposição é transmitida pelas conjunções adversativas que, além da diferença de valor semântico, também compõem outra espécie de estrutura gramatical: as orações unidas por conjunções adversativas são sintaticamente independentes, ou seja, são coordenadas não tendo a introduzida pela conjunção sua ideia subordinada à estrutura de uma oração principal.

4: Certo (Vocabulário/valor semântico) "Enfocar" indica que a Convenção tem como função a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. A substituição pelo verbo "exaltar", alteraria a função da Convenção, para apenas a demonstração elevada de tais indícios e não a atuação sobre eles.

5: Errado (Concordância) O termo "livre" não pode ser lido independente, uma vez que sua morfologia está complementada em outro termo. "Livre" designa a maneira como cada indivíduo pode acessar a diversidade cultural, portanto, trata-se de um advérbio de modo, a saber, livremente. Para evitar a repetição e evitar cacofonias, ao se utilizar conjuntamente dois ou mais advérbios terminados pelo sufixo –mente, este deve aparecer apenas no último, sendo os anteriores grafados na sua forma de adjetivo. A estrutura textual não permite qualquer outro entendimento da expressão "livre e imediatamente" que não a de dois advérbios de modo adequados a regras de economia e plasticidade linguística. A referência do termo, portanto, não é o indivíduo, mas sim o verbo "acessar" e, como indicador de circunstância, função do advérbio, é invariável e não admite plural.

6: Errado (Interpretação de texto/conjunção) O valor semântico da conjunção "entretanto" é, de fato, adversativo, ou seja, de contraste. No entanto, há a inversão no item dos valores de cada uma das orações que a conjunção une. De acordo com o texto, o potencial inexplorado é justamente o de promoção da diversidade cultural que, como afirmado anteriormente no parágrafo, é de uma rica diversidade e, de fato, bastante explorada.

7: Errado (Pronome/coesão) Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação intermediada pela preposição "de". O termo substituído é aquele que "é de" algo. A ideia do trecho apresentado, se apresentada a oração subordinada independente da principal é de que "A existência dos documentos aponta para a necessidade(...)", ideia que cumpre corretamente com os objetivos do pronome em questão e as exigências da regência do substantivo "existência" com a preposição "de". A substituição pela expressão "de quem" acarreta em problemas já que, além de não cumprir com as exigências semânticas do trecho supracitado, também faz uso do pronome relativo "quem", que tem seu uso restrito a substituir termos na oração subordinada quando estes são pessoas (por exemplo: "o menino de quem gosto saiu", a oração principal "o menino saiu" possui intercalada uma oração subordinada adjetiva "de quem gosto", que restringe de que menino o enunciador fala, e, assim, ambas tem em comum o termo "menino", que aparece substituído pelo pronome relativo "quem" na oração subordinada). A segunda possibilidade de substituição, além de não cumprir com as exigências semânticas da relação que o cujo possibilita, também encontra problemas na escolha da preposição que intermedia a relação entre as orações. Ao se reescrever a oração subordinada independente da principal temos a forma acima citada "A existência dos documentos aponta para a necessidade". Ao se usar a preposição "por", o que fica subentendido é "A existência por documentos aponta para a necessidade", e não obedece às regras de regência do substantivo "existência".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando que funcionário de determinado ministério precise escrever ofício dirigido a funcionário que ocupa posição hierárquica superior à sua, julgue os itens que se seguem, no que concerne às características desse tipo de documento.

(1) É preciso que o funcionário identifique-se como autor do ofício, devendo, pois, informar seu nome e o cargo que ocupa logo abaixo do local reservado para sua assinatura.

(2) O trecho abaixo corresponde a fecho adequado para o documento que o funcionário deve escrever. Subscrevo-me cortês e atenciosamente.

(3) Caso o assunto já seja de conhecimento do destinatário, o funcionário pode redigir o ofício sem se preocupar em numerar os parágrafos ou em dar número de identificação ao documento.

1: Certo (Redação oficial) Como indica o padrão estabelecido pelo Manual de Redação Oficial da República: "**2.3. Identificação do Signatário:** Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura."

2: Errado (Redação oficial) Por ser quem escreve um funcionário de posição inferior, a forma correta seria "respeitosamente", segundo o Manual de Redação Oficial da República: "O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria n° 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente,"

3: Errado (Redação oficial) Como rege o Manual de Redação Oficial da República, apesar de não haver a necessidade de parágrafos no caso de documento de encaminhamento ("desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; Em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento."), caso eles existam, devem estar numerados: " Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos". Todo ofício deve se iniciar com as informações que o identificam: "**Partes do documento no** Padrão Ofício. O *aviso*, o *ofício* e

o *memorando* devem conter as seguintes partes: a) **tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede**: Exemplo: Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME"

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens seguintes, acerca de correspondências oficiais.

(1) Caso uma funcionária pública deseje comunicar ao setor de pessoal do órgão em que trabalha a necessidade de se ausentar para realizar tratamento médico, ela deverá redigir um aviso.

(2) Em um documento encaminhado por ministro a um bispo brasileiro, deve ser empregada a forma de tratamento Vossa Excelência Reverendíssima.

(3) A redação da correspondência oficial deve-se pautar pela correção gramatical e pelo uso de linguagem clara; por isso, palavras incomuns ou desconhecidas devem ser evitadas mesmo quando o redator tem bom domínio da língua portuguesa.

(4) O uso de forma de tratamento específica em determinado documento é definido por critérios ligados a questões de ordem hierárquica e à área de atuação do destinatário.

1: Errado (Redação oficial) De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência, a funcionária deveria redigir um ofício: "*Aviso* e *ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares."

2: Certo (Redação oficial) Acerca dos pronomes de tratamento para religiosos, lê-se no Manual de Redação Oficial da Presidência: "Os pronomes de tratamento para religiosos, de acordo com a hierarquia eclesiástica, são: *Vossa Santidade*, em comunicações dirigidas ao Papa. O vocativo correspondente é: Santíssimo Padre. *Vossa Eminência* ou *Vossa Eminência Reverendíssima*, em comunicações aos Cardeais. Corresponde-lhe o vocativo: Eminentíssimo Senhor Cardeal, ou Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal. V*ossa Excelência Reverendíssima* é usado em comunicações dirigidas a Arcebispos e Bispos; *Vossa Reverendíssima* ou *Vossa Senhoria Reverendíssima* para Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos. *Vossa Reverência* é empregado para sacerdotes, clérigos e demais religiosos."

3: Certo (Redação oficial) O item aborda diretamente o texto que define a Redação Oficial no Manual da Presidência, e descreve com outras palavras exatamente a sua definição. É interessante retomar o trecho: "A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência* (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão."

4: Certo (Redação oficial) O uso dos pronomes de tratamento obedece a tradição secular de dirigir-se a autoridades ressaltando um atributo em sinal de distinção e respeito à posição superior ocupada por alguém. Como explica Said Ali, no Manual de Redação Oficial da Presidência: ""Outro modo de tratamento indireto consistiu em fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente da pessoa de categoria superior, e não a ela própria. Assim aproximavam-se os vassalos de seu rei com o tratamento de *vossa mercê*, *vossa senhoria* (...); assim usou-se o tratamento ducal de *vossa excelência* e adotaram-se na hierarquia eclesiástica *vossa reverência*, *vossa paternidade*, *vossa eminência*, *vossa santidade."*

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

1 Medir a desigualdade de uma troca desigual e
avaliar até que ponto ela é determinante na forma como afeta
as condições de vida e as trajetórias das pessoas ou dos
4 grupos envolvidos não é tarefa fácil, sobretudo porque as
relações de poder não ocorrem isoladas, mas em cadeias, em
sequências ou em constelações. Em determinada situação de
7 exercício de poder, pode dar-se uma convergência entre elos
da cadeia de desigualdade tão diversos como raça, sexo,
classe, idade, nacionalidade, recursos educativos etc., e,
10 embora a situação seja quase sempre organizada e
enquadrada discursivamente pelo elo mais próximo ou por
aquele que funciona no modo de alta tensão, o elo mais
13 próximo pode não ser necessariamente o mais desigual ou o
mais determinante no conjunto de desigualdades que
constituem as trajetórias de vida e as oportunidades de uma
16 dada pessoa ou de um grupo social. Pela mesma razão,
aquilo que interacionalmente surge em determinação externa
de uma dada relação de poder é quase sempre uma
19 manifestação da mesma constelação de poder em um de seus
elos anteriores e mais remotos. É por isso que as pessoas
frequentemente aceitam como sendo troca igual aquilo que,
22 de fato, é uma troca desigual. É evidente que a máscara de
igualdade que o poder assume é uma ilusão, mas, por ser
necessária como ilusão, tem o seu "quê" de verdade.

Boaventura de Souza Santos. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 267 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens de 1 a 6, a respeito da organização das estruturas linguísticas no desenvolvimento do texto acima.

(1) O uso do singular em "não é tarefa fácil" (*l*.4) ressalta a ideia de que aquilo que poderia ser considerado duas tarefas isoladas, "Medir" (*l*.1) e "avaliar" (*l*.2), caso se optasse pelo uso da flexão de plural, **não são tarefas fáceis**, constitui, na verdade, uma integração de tarefas ou uma tarefa em duas partes.

(2) A preposição em "pelo elo" (*l*.11) é exigida pelo termo "organizada" (*l*.10); e a preposição em "por aquele" (*l*.11-12) é exigida por "enquadrada" (*l*.11); o que mostra o paralelismo que se estabelece entre as ideias de organizar e "Medir" (*l*.1), por um lado, e enquadrar e "avaliar" (*l*.2), por outro.

(3) Pela organização dos argumentos e das estruturas sintáticas, subentende-se, no desenvolvimento das ideias do texto, que a inserção do termo **do que outros** depois de "desigual" (*l*.13) ou de "determinante" (*l*.14) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(4) No contexto da argumentação desenvolvida, a palavra "trajetórias" (*l*.15) admite, sem prejuízo para a correção gramatical nem para a coerência textual, ser substituída pela palavra **escolhas**.

(5) O trecho "as trajetórias de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social" (*l*.15-16) admite ser considerado complemento da forma verbal "constituem" (*l*.15).

(6) O conector "por isso" (*l*.20) explicita uma relação lógica entre duas ideias do texto: as pessoas aceitarem como igual uma relação de desigualdade (efeito) e a máscara da igualdade ser uma ilusão (causa).

1: Certo **(Concordância)** O sujeito do verbo "é" é representado por duas orações, a primeira centrada no verbo "medir" e a segunda no verbo "avaliar", que se relacionam por intermédio da conjunção "e", que estabelece entre elas relação de coordenação aditiva. A regra de concordância geral indica que se há dois núcleos de sujeito para um mesmo verbo este deve concordar no plural. No entanto, permanece no singular o verbo que tem como sujeito duas ou mais orações coordenadas entre si, como é o caso mostrado no trecho. Fazer a concordância no plural é algo a ser evitado, a menos que seja explícita a intensão de que as ações demonstradas pelas orações subjetivas sejam absolutamente distintas.

2: Errado **(Regência)** Os termos "organizada" e "enquadrada" regem seus complementos agentes com a preposição por. Ambos os termos aparecem complementados pelas duas expressões subsequentes introduzidas corretamente por "pelo" (per+o) e por. Essa complementação de duplo valor só é possível se os termos regentes utilizarem a mesma preposição para intermédio semântico e procurarem a mesma complementação de sentido; tanto aquilo que organiza como o que enquadra são os mesmos. Não há qualquer evidência de que se forme um paralelismo entre os termos analisados e as ações iniciais, mas sim que há paralelismo entre eles mesmos, já que compartilham elementos gramaticais e de significado.

3: Errado **(Grau do adjetivo)** O adjetivo "desigual" aparece acompanhado de um artigo definido "o", assim como acontece com o adjetivo "determinante". Esse tipo de construção cria uma relação entre o elemento caracterizado dessa forma, a saber, o elo, de superlativo, que ressalta, com vantagem ou desvantagem, a relação de um ser em relação a um grupo de outros seres. Ou seja, trata-se de o elo mais desigual ou o mais determinante dentre todos os elos. O acréscimo sugerido pelo item é uma construção típica do grau comparativo do adjetivo, ou seja, de quando compara-se a qualidade de um ser com relação a um outro: um elo é mais desigual ou mais determinante do que outro. O acréscimo tornaria o trecho incoerente.

4: Certo **(Valor semântico)** A palavra "trajetória"significa "espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro" (Dicionário Houaiss). No texto, não se trata de uma trajetória física, de movimento, mas sim de uma metáfora para a sequência de experiências que formam a vida. Nesse contexto, o termo "escolhas" substitui corretamente, podendo assumir o mesmo valor semântico do termo anterior, uma vez que a sequência de experiências vividas são as escolhas que se fazem.

5: Certo **(Análise sintática)** Lê-se na oração completa "que constituem as trajetórias de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social." O sujeito do verbo está representado pelo pronome relativo "que", que substitui em significado o termo "desigualdades". O verbo é transitivo direto, ou seja, exige complemento de sentido para que seja compreendido e se relaciona a esse complemento sem intermédio de preposição e seu objeto é duplo, ou seja, há dois substantivos que funcionam como núcleo e representam ideias distintas do que as desigualdades constituem: trajetórias e oportunidades. Trata-se uma construção simples, sujeito-verbo-objetos.

6: Errado **(Coesão/interpretação de texto)** O trecho "que as pessoas frequentemente aceitam como sendo troca igual aquilo que, de fato, é uma troca desigual" de fato designa o efeito daquilo que a expressão relaciona. No entanto, "a máscara da igualdade ser uma ilusão" não é a causa de tal efeito, mas sim uma conclusão que resume os elementos do texto como um todo. A causa de fato é a externalidade aparente das relações de poder, como se vê no trecho imediatamente anterior ao conector.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6E

1 Em geral, o chamado multiculturalismo apoia-se em
um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para
com a diversidade e a diferença. É particularmente
4 problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade.
Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar
a existência da diversidade possa servir de base para uma
7 pedagogia que coloque, no seu centro, a crítica política da
identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a
diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas,
10 cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou
fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição.
Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente
13 recomendada é de respeito e tolerância para com a
diversidade e a diferença. Mas será que as questões da
identidade e da diferença se esgotam nessa posição liberal?

Tomás Tadeu da Silva. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da organização do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O desenvolvimento das ideias no texto faz subentender uma relação explicativa entre o segundo e o terceiro períodos sintáticos, situados entre as linhas 3 e 8; por isso, ligá-los pela conjunção **porque**, fazendo-se os necessários ajustes na pontuação e nas letras maiúsculas, preservaria a correção e a coerência textual.

(2) No desenvolvimento das ideias do texto, o uso da forma verbal de indicativo "limita" (*l*.5) representa uma opção pela ideia de declaração, em contraste com a ideia de hipótese, que seria corretamente expressa pelo uso do modo subjuntivo: limite.

(3) Para manter o respeito ao padrão culto da língua portuguesa e preservar a correção gramatical do texto

e a coerência entre os argumentos, deve-se evitar o neologismo "essencializadas" (*l.*10), substituindo-o por **essenciais**.

(4) O uso da voz passiva nas duas orações do mesmo período, "São tomadas" (*l.*10) e "se deve tomar posição" (*l.*11), deixa subentender, como agente das duas ações, o "multiculturalismo" (*l.*1).

(5) Por finalizar a argumentação do parágrafo, a pergunta retórica, que não exige resposta, pois serve apenas de orientação para a organização e aceitação dos argumentos, admite a substituição do ponto de interrogação que a encerra, na linha 15, pelo sinal de ponto, sem prejudicar a correção nem a coerência da argumentação.

1: Certo **(Coesão)** Apesar da ausência de conjunção, as ideias do texto estão encadeadas de forma clara. É legítimo e coerente que períodos independentes estabeleçam relações de sentido de maneira direta, sem intermédio. O desenrolar da argumentação faz perceber que, logo após o fato, aparece sua justificativa. A presença da conjunção, dadas as adaptações de pontuação, mantém coerente o discurso e explicita a relação.
2: Certo **(Conjugação verbal)** O modo indicativo é usado ao se tratar de fatos e da realidade, enquanto o modo subjuntivo se caracteriza como detentor das ideias hipotéticas. A forma verbal "limita" traz ao texto força argumentativa, uma vez que trata os fatos como certezas explícitas e não possibilidades discursivas.
3: Errado **(Valor semântico/morfologia)** O neologismo é um recurso da língua que permite ao autor buscar mecanismos para a elaboração de um vocabulário próprio do tema quando este ainda não existe. A presença do sufixo de particípio em "essencializadas" atribui ao termo caráter passivo, ou seja, a diferença e a identidade sofreram o processo de serem transformadas em essências artificialmente. A substituição por "essenciais", como sugerido pelo item, além de ter um significado distinto, retiraria do termo esse importante aspecto semântico-argumentativo.
4: Errado **(Voz passiva)** A forma verbal 'são tomadas" tem como sujeito paciente oculto os termos "diferença" e "identidade". Devido ao distanciamento textual, embora permitido pela semelhança semântica, é pouco provável que o agente da ação seja o multiculturalismo, especialmente porque no período anterior, em que são explicitados os sujeitos do verbo em questão é apresentada como alicerce da argumentação "a diversidade", sendo o mais provável agente. É importante notar que a construção da voz passiva permite excluir do contexto o agente uma vez que privilegia o paciente. Já na segunda forma verbal, "se deve tomar", o sujeito paciente é o termo posposto "posição" e, pela construção "diante dos quais", fica evidente que o agente não é mais um conceito abstrato, mas sim os indivíduos, todos nós. O uso da voz passiva sintética privilegia o paciente, a ação a ser tomada, evita, assim, nomear aqueles que o devem fazer e torna genérica a figura do agente.
5: Errado **(Pontuação)** Uma pergunta retórica é uma interrogação que não tem o objetivo de obter uma informação ou uma resposta, mas sim provocar um efeito no destinatário do discurso, eventualmente ajudando na argumentação que está sendo feita. Apesar de não exigir resposta, nada exclui a necessidade de a pontuação indicar que trata-se de uma pergunta. Sem a pontuação a própria ideia da entonação retórica do texto está perdida.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E

1 Os indivíduos, evidentemente, não existem à
margem da sociedade. O próprio Robinson Crusoé, antes de
sobreviver isolado na sua ilha, precisou formar-se no
4 convívio organizado com outras pessoas: teve de se
socializar, aprendendo uma série de coisas imprescindíveis
à sua capacidade de subsistir, sozinho. O indivíduo, então,
7 como dizia Marx, é o ser social; ele é tão intrinsecamente
social que somente ao longo de sua história em sociedade é
que o homem, depois de muitos séculos, chegou a se
10 individualizar (já que, nas comunidades mais primitivas, os
indivíduos não contavam e existiam exclusivamente em
função da coletividade a que pertenciam). Essa compreensão
13 que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais
concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o
reconhecimento da necessidade de se associarem, mas cria
16 importantes exigências, novas, quanto ao caráter das
associações.

Leandro Konder. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 79-80 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) No que se refere ao uso das estruturas linguísticas na organização das ideias no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) O sinal indicativo de crase em "à margem" (*l.*1-2) indica que o sentido com que está empregado o verbo **existir** exige a preposição **a** na sua complementação.

(2) A relação entre a citação de que o "indivíduo, (...), é o ser social" (*l.*6-7) e as ideias do texto mostram que, de forma resumida, a argumentação trata da relação entre homem e sociedade, destacando os processos de individualização e de socialização ao longo da história.

(3) O fato de que "os indivíduos não contavam" (*l.*10-11) nas sociedades primitivas configura a razão pela qual a humanidade vivia em função da coletividade.

(4) Preservam-se a coerência e a correção gramatical do período ao se trocar de lugar os termos nas linhas de 12 a 14, iniciando-se assim o período sintático: Os indivíduos estão adquirindo essa compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco (...).

(5) O desenvolvimento dos argumentos permite a inserção da preposição **de** antes do trecho "que os indivíduos estão adquirindo" (*l.*13), sem se prejudicar a coerência nem a correção gramatical do texto.

(6) O uso de duas vírgulas demarcando o adjetivo "novas" (*l.*16), gramaticalmente opcional, sugere ênfase à qualidade da ideia expressa em **importantes exigências**.

1: Errado **(Crase)** O verbo existir tem como sujeito a expressão "os indivíduos". Trata-se de um verbo intransitivo, ou seja, seu sentido está

completo em si só e não exige complemento algum. A locução "à margem da sociedade" traz à oração uma circunstância de lugar, é onde os indivíduos não existem. As expressões com essa função chamamos de adjunto adverbial de lugar. A locução, por ser centrada em uma palavra feminina, exige internamente a presença da crase: o "a" preposição com valor semântico de lugar se une ao "a" artigo feminino que acompanha o substantivo "margem"

2: Certo **(Interpretação de texto)** Durante todo o texto é possível notar, devido aos exemplos literários e históricos e referências teóricas, que o texto tem como tese a necessidade do ser humano de se associar, mesmo em tempos de exaltação do indivíduo. O trecho "O indivíduo, então, como dizia Marx, é o ser social" vem acompanhado de uma expressão enfática, "então", que explicita a ideia de Marx como a central do texto.

3: Errado **(Interpretação de texto)** Todo o trecho entre parênteses, tanto o fato de os indivíduos não contarem, como da existência ser exclusivamente em função da coletividade (fatos unidos em relação de coordenação pela conjunção aditiva "e") vem introduzido pela conjunção "já que", que o une ao anterior indicando a causa do que foi primeiro dito, ou seja, todo o trecho entre parênteses é causa de a individualização só ocorrer depois de muitos séculos da história da humanidade.

4: Errado **(Coerência/coesão)** A redação do trecho apresenta duas orações em relação de subordinação, sendo a oração principal "Essa compreensão não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" que tem como subordinada adjetiva intercalada a oração "que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco", que funciona como qualificadora do termo "compreensão". A redação proposta pelo item exclui a relação de coesão entre as orações, feita pelo pronome relativo "que" e transforma a subordinada em oração principal, o que tornaria incoerente a leitura do trecho que se segue e que originalmente tinha a função de principal, já que fica sem referente de sujeito. Teríamos: "Os indivíduos estão adquirindo essa compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem

5: Errado **(Regência)** Como visto no item anterior, o trecho "Essa compreensão que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" é constituído por uma oração principal e uma subordinada adjetiva. A relação entre as orações é feita pelo pronome relativo "que", que cumpre duas funções: a de ligar as orações e a de substituir o termo de que a oração subordinada fala nela mesma, uma vez que ele é referenciado apenas na oração principal. No caso, o termo de que trata a subordinada é "compreensão" e o pronome relativo admite a função sintática que o termo teria na oração subordinada. Se desmembrarmos as orações, teríamos: "Essa compreensão não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" e "os indivíduos estão adquirindo compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco", Na oração isolada, vemos que o termo "compreensão" cumpre função sintática de objeto direto do verbo "adquirir" e, como tal, não vem acompanhado de preposição. Como no trecho combinado o "que" assume o papel de objeto direto, seria incorreto pela regência do verbo que viesse acompanhado de preposição.

6: Certo **(Pontuação)** O adjetivo "novas" é qualificador do termo "exigências". Pela construção natural do texto, o adjetivo deveria aparecer antes do substantivo, juntamente com o outro qualificador "importantes". O deslocamento da posição esperada do adjetivo exige seu isolamento por vírgulas, para desfazer qualquer possível má interpretação resultante dessa irregularidade da distribuição dos adjetivos para um mesmo nome. O efeito desse isolamento é que o termo ganha destaque, já que exige do leitor uma pausa mental para seu entendimento. O fato de as exigências serem novas é, de fato, o foco central da argumentação do texto e justifica esse isolamento de ênfase.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6C

1 Os primeiros anos do século XIX assistiram à
consumação de um processo iniciado dois séculos antes, de
reestruturação das instituições políticas a partir do conceito,
4 cada vez mais central, de cidadania. Nesse processo, toda a
concepção de mundo que legitimava a velha ordem, fundada
na subordinação dos indivíduos e seus interesses ao conjunto
7 da sociedade, na desigualdade e na hierarquia, foi sendo
substituída pela visão individualista, pela ideia fundamental
de os indivíduos serem livres e iguais em direitos.
10 Concomitantemente, a ideia de a ordem social ser dada,
preexistindo aos seus integrantes, destituídos de poder sobre
seus fundamentos, foi sendo substituída pela imagem do
13 contrato social. A sociedade surge por decisão consciente
dos contratantes, interessados em escapar dos inconvenientes
do isolamento.

Roberto Freire, Vilma Figueiredo e Caetano E. P. de Araújo. **Contemporâneos do futuro**. Brasília: EdUnB, 1997, p. 50 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da organização das ideias do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Representa uma reescrita gramaticalmente correta do primeiro período sintático do texto o seguinte: No início do século XIX, as pessoas participaram do processo de reestruturação das instituições políticas, que tinha como foco a noção de cidadania.

(2) Para que o texto utilize linguagem mais clara e adequada ao tipo argumentativo, deve ser explicitado o sujeito da estrutura sintático-semântica da primeira oração, inserindo, por exemplo, **as pessoas** antes de "assistiram" (*l.*1).

(3) Na linha 6, a inserção da preposição **de** antes de "seus interesses" preservaria a correção gramatical e a coerência do texto, além de ressaltar que se trata de elemento coordenado com "dos indivíduos" e não com "subordinação".

(4) No desenvolvimento da argumentação, a ideia de "velha ordem" (*l.*5) opõe-se a "visão individualista" (*l.*8).

(5) A retirada do gerúndio em "foi sendo" (*l.*7) preservaria a correção gramatical do texto, mas deixaria de ressaltar a ideia de processo gradativo da ação e enfraqueceria a relação entre os argumentos.

(6) Na linha 9, não se usa a contração da preposição "de" com o artigo, formando **dos**, porque o termo "os indivíduos" tem a função de sujeito sintático.

(7) Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual, na linha 9, ao se usar o infinitivo não flexionado em lugar de "serem", já que a estrutura sintática deixa clara a referência a "indivíduos".

(8) O uso do termo "Concomitantemente" (*l.*10) ressalta a ideia de que a "imagem do contrato social" (*l.*12-13) deve ser considerada equivalente a "visão individualista" (*l.*8), no que se refere ao valor semântico e argumentativo das duas expressões no texto.

1: Certo **(Interpretação de texto)** A reescrita retoma os elementos principais do texto clara e corretamente no aspecto gramatical, portanto cumpre com as exigências do enunciado. No entanto, essa reformulação não mantém o foco, designado pela personificação do início do século XIX como observador de fatos generalizados, indicado pelo texto de que a transformação possui uma datação histórica que remete a fatos anteriores e que vinha acontecendo paulatinamente, e não feita por indivíduos declarados com uma determinada intenção, a cidadania, como deixa entender a reformulação.
2: Errado **(Valor semântico/análise sintática)** Como indicado no item anterior, o sujeito do verbo assistiram é a expressão "Os primeiros anos do século XIX", personificados com a intenção argumentativa de revelar a importância do período e da passagem do tempo no processo de transformação. Caso o sujeito fosse "as pessoas" o foco seria alterado dos fatos em si e de seus posicionamentos históricos para a generalização sem nome e sem ação propriamente dita.
3: Certo **(Regência/coesão)** O substantivo "subordinação" rege complementos com a preposição "a", indicando a que se subordina, e com a preposição "de", o que se subordina. Essa relação está corretamente indicada pela introdução com "dos" (de+os) no trecho "dos indivíduos e seus interesses" e "ao" (a+o) em "ao conjunto da sociedade". No primeiro caso há dois complementos regidos pela mesma preposição (indivíduos e interesses) e a supressão dela não resulta em prejuízo gramatical, principalmente pela presença do pronome possessivo que designa os interesses como aqueles que são dos indivíduos. No entanto, é possível e correto que a preposição seja duplicada e apareça introduzindo cada um dos complementos do substantivo "subordinação". Apesar de desnecessário, esse excesso facilita a leitura do paralelismo entre os dois complemento.
4: Certo **(Interpretação de texto)** Se retiradas as orações intercaladas que explicam a velha ordem, temos como resultado "Nesse processo, toda a concepção de mundo que legitimava a velha ordem foi sendo substituída pela visão individualista". Essa leitura torna mais clara a visão de que houve um processo de transformação, de troca de uma velha ordem por algo diferente e novo. Ao se ler as definições da velha ordem, notamos que se trata de uma ordem em que a sociedade tem maior valor do que o indivíduo, notamos que não são apenas diferentes, mas opostas. Todo o texto se dirige neste sentido: demonstrar que a mudança, apesar de paulatina, foi drástica.
5: Certo **(Interpretação de texto)** Como indicado nos itens anteriores, já desde o início do texto fica claro que as mudanças ocorreram ao longo do tempo. A ideia do gerúndio é justamente de demonstrar um processo em andamento, no caso, no passado e ao longo dos séculos. Retirá-lo causa no texto uma mudança semelhante à do item 1.
6: Certo **(Análise sintática/preposição)** Diz a norma culta da língua que o sujeito tem função hierarquicamente superior e os outros termos do discurso quese organizam em torno dele. Se a preposição fosse unida ao determinante do núcleo do sujeito essa relação seria invertida e o sujeito seria visto primeiramente como parte de um trecho anterior e não como um termo essencial. No trecho, o sujeito do verbo "serem" é "os indivíduos". A oração completa é subordinada substantiva completiva nominal do termo "ideia". Para que fique clara a função dessa ligação geral e a função de cada termo da oração, não se deve contrair preposição e artigo.
7: Errado **(Conjugação verbal)** O uso do infinitivo flexionado se faz obrigatório em casos em que o sujeito léxico está expresso. O sujeito do verbo, como analisado no item anterior é "os indivíduos", sintagma da 3ª pessoa do plural, que aparece logo à frente do verbo, obrigando a sua flexão em concordância.
8: Errado **(Vocabulário)** O termo "concomitantemente" é sinônimo de "simultaneamente", ou seja, indica que ao mesmo tempo em que a visão coletiva foi substituída pela individualista, a visão social pré-determinada foi substituída pela construída pelos indivíduos. "Concomitantemente" não possui valor de equivalência de sentido, mas sim apenas temporal.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E

1 Os grandes centros urbanos sempre foram
considerados os maiores vilões das relações interpessoais.
Mas agora há uma corrente de pensadores que sustenta o
4 oposto. Liderados pelo psicólogo norte-americano John
Cacioppo, um grupo de acadêmicos tem defendido que
metrópoles do porte de Nova Iorque, Tóquio e São Paulo
7 não contribuem para o distanciamento de seus moradores.
Pelo contrário, estimulam a vida em sociedade graças à sua
efervescência. Segundo Cacioppo, assim como a fome, a
10 solidão é um tipo de alarme, que soa sempre que a coesão do
grupo se torna necessária. "Nossos ancestrais reuniam-se
para se defender de ataques de predadores", diz o
13 pesquisador. "Hoje, nos estressamos por razões diferentes e
precisamos dos outros por motivos distintos, como para
organizar nossa rotina, para prosperar ou mesmo
16 sobreviver". Viver só não significa estar condenado à
solidão. O saudável é equilibrar os momentos de isolamento
e reclusão com os de interação com a família e amigos.
19 Assim, é possível ser feliz sozinho.

Istoé. 28/10/2009 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A argumentação desenvolvida no texto mostra, resumidamente, como os grandes centros urbanos, antes considerados "vilões das relações interpessoais" (*l*.2), contribuem para minimizar a sensação de solidão nas grandes metrópoles.

(2) Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência textual se, em lugar da flexão de plural em "Liderados" (*l*.4), fosse usada a flexão de singular.

(3) Por meio do conectivo "assim como" (*l*.9), o texto estabelece uma comparação entre a vida efervescente em sociedade e os estados de fome e solidão.

(4) O desenvolvimento das ideias do texto permite que se considere o termo "sua efervescência" (*l*.8-9) de maneira generalizada; nesse caso, a ausência do sinal indicativo de crase em "à" (*l*.8) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(5) Apesar de seu caráter predominantemente argumentativo, o texto apresenta trechos descritivos na reprodução das falas de Cacioppo, nas linhas 11-12 e 13-16.

(6) Na linha 16, o deslocamento de "só" para depois de "significa" preservaria a correção gramatical do texto e a coerência entre as ideias, apesar de deslocar a ênfase para "estar condenado" (*l*.16).

1: Certo **(Interpretação de texto)** O texto apresenta a teoria defendida pelo estudioso Cacioppo, que centra-se exatamente em desmistificar a ideia de que as grandes metrópoles geram solidão. O ponto central da argumentação está na expressão "(as metrópoles) estimulam a vida em sociedade graças à sua efervescência".

2: Certo **(Concordância)** O termo "liderados" qualifica "acadêmicos" e, assim, concorda com ele no plural. Podemos notar que o próprio termo "acadêmicos" é o núcleo de uma locução adjetiva, "de acadêmicos", que restringe o sentido do termo "grupo", que funciona como núcleo do sujeito da oração. Trata-se de um caso especial de concordância, pois o núcleo sintático é o termo no singular, mas ele apenas indica que se trata de uma determinada quantidade de acadêmicos, que é de fato o núcleo semântico, ou seja, é nele que reside o significado do enunciado. Esse caso admite dupla regência, podendo, portanto, "liderados" concordar no plural com "acadêmicos", como no original, levando em conta o caráter semântico, ou concordar no singular, "liderado", com "um grupo", privilegiando o caráter sintático.

3: Errado **(Conjunção/coesão)** A conjunção de fato estabelece uma relação comparativa, no entanto, a comparação é feita entre os termos "fome" e "solidão", ambos funcionam da mesma forma, como um alarme. O próprio fato de ambos os termos comparados estarem no mesmo período facilita o entendimento.

4: Certo **(Crase)** A efervescência é característica das grandes metrópoles e, apesar de aparecer no singular, se refere a mais de uma cidade. O sinal da crase indica que existe a união da preposição "a", exigida pela regência de "graças" em uma expressão fixa, "graças a", e o artigo feminino singular "a" que antecede o substantivo "efervescência", que determina o termo como específico dentre um grupo. Por se tratar de um termo que possui referente genérico, a determinação feita pelo artigo é não só dispensável como recomendável.

5: Errado **(Interpretação de texto/gênero textual)** A fala do pesquisador é tão argumentativa quanto o resto do texto. É usada, inclusive, como um argumento de autoridade em que um especialista, por meio da comparação histórica, defende seu estudo. Até mesmo a própria descrição no texto de opinião tem papel argumentativo, uma vez que serve de embasamento para o ponto de vista.

6: Errado **(Coesão)** O termo só no contexto constitui um caso de alteração de significado em função da posição. Na posição original tem acepção de "sozinho", "em solidão", ou seja, é a maneira como se vive. Se colocado após o não, passa a significar, na composição da expressão "não só", que o texto proporá uma dição de ideias ao que é "viver sozinho". Há ainda a possibilidade de significado proposta pelo item, em que o deslocamento é feito para após o verbo "significa", em que assume o significado de "somente", ou seja, o significado de "viver sozinho" vai além do que é proposto logo após o verbo.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

1 A luta pela recuperação do ser humano como sujeito
pressupõe uma diferença entre os conceitos de "ser humano"
e "sujeito". Se não estabelecemos claramente essa diferença,
4 podemos cair no equívoco de criticar a situação vigente com
base na ideia de que sistemas de dominação objetivam o ser
humano. Essa crítica pressupõe a possibilidade de uma
7 relação não objetivante no interior de um sistema ou de uma
instituição. Ora, sistemas ou instituições funcionam porque
as pessoas que fazem parte deles cumprem papéis sociais que
10 são esperados delas. Em outras palavras, não é possível que
instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação
de seres humanos, ou sem que a própria dinâmica do sistema
13 ou da instituição determine ou delimite os papéis a serem
vividos pelas pessoas que fazem parte delas. O problema não
consiste em determinação ou objetivação inevitáveis em todo
16 o sistema, mas sim na redução do ser humano a determinados
papéis. Redução que nega outras potencialidades do ser
humano.

Jung Mo Sung. **Para além do sistema.** *In:* **Educação e Psicologia**. Editora Segmento, vol. 1, p. 56 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens subsequentes, a respeito da organização das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A conjunção "Se" (*l*.3) introduz uma condição — estabelecer claramente essa diferença — que evita uma crítica equivocada em torno de qual seja o objeto de trabalho dos sistemas de dominação.

(2) Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre as relações semânticas do texto ao se usar, em lugar do verbo "objetivam" (*l*.5), uma expressão que dê ênfase à oração: têm por objetivo.

(3) Preservam-se as relações de sentido entre as ideias do texto com o uso da expressão **Ademais** em lugar de "Em outras palavras" (*l*.10).

(4) O uso do modo verbal em "funcionem" (*l*.11) ressalta a ideia de possibilidade ou probabilidade, em oposição à de existência ou constatação, que seria corretamente expressa no texto pelo modo indicativo: instituições funcionam.

(5) Preservam-se a coerência textual, a clareza de ideias e a correção gramatical ao se substituir o termo "delas" (*l*.14) por **deles**, uma vez que seu antecedente também pode ser "seres humanos" (*l*.12).

(6) O uso da preposição **em**, nos termos "em determinação" (*l*.15) e "na redução" (*l*.16), é exigido pela acepção com que o verbo **consistir** está empregado no texto.

(7) Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre os argumentos, além de tornarem-se explícitas as relações de coesão entre os termos do texto, ao se inserir, na linha 17, o pronome **esta** depois de "Redução".

1: Certo **(Interpretação de texto)** A condição estabelecida pela conjunção não é de evitar o equívoco em torno de qual é o objeto que recebe a ação, e sim do próprio ato de objetivação. Ao não se seguir a condição, estabelecer claramente a diferença entre sujeito e ser humano, pode-se vir a pensar que sistemas de dominação podem ou não ser objetivantes, quando na verdade, de acordo com a argumentação do texto, sempre o são, ou seja, seu trabalho é sempre de fazer com que "as pessoas que fazem parte deles cumprem papéis sociais que são esperados delas". É necessário análise minuciosa do enunciado do item no que concerne a expressão "objeto de trabalho", que, pelo contexto filosófico em que se insere, pode ser entendido tanto como o conceito como o indivíduo.

2: Errado **(Coerência/vocabulário)** O termo central do texto é objetivar e seus derivados. Trata-se de um termo de base filosófica e que define o sujeito em suas relações de poder. Objetivar assume significados intrínsecos ao discurso e não pode ser substituído por termos semelhantes que não carregam o mesmo valor crítico. "Objetivar" não se trata apenas de uma construção de ênfase, mas sim do cerne da discussão do texto.

3: Errado **(Coesão)** O termo "ademais" significa "além disso, além do mais" (Dicionário Houaiss) e carrega consigo a ideia de que será adicionada uma nova e inédita ideia à previamente apresentada. A expressão "em outras palavras" relaciona as partes do texto como enfática de uma explicação de algo que já foi dito e que será reapresentado de maneira diferente.

4: Errado **(Conjugação verbal)** A forma verbal "funcionem" é núcleo da oração subordinada com função de sujeito "que instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação de seres humanos", que funciona como sujeito do verbo da oração principal "não é possível". Esse modelo de período composto e o uso do termo "possível" como caracterizador das informações da oração subordinada exigem a forma do verbo no subjuntivo, indicando uma hipótese. O uso do indicativo tornaria o trecho incoerente, uma vez que o conceito de possibilidade é de algo que ainda não é concreto.

5: Errado **(Coesão)** A contração da preposição com o pronome (de+elas) funciona como elemento coesivo do texto, retomando um termo anterior e evitando a repetição. Por se tratar de um pronome feminino plural, o único termo a que o pronome pode se referir é "instituições". Nota-se que o termo aparece relativamente distante no trecho, mas cumpre com as regras de concordância, coesão e sentido textual ("Em outras palavras, não é possível que instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação de seres humanos, ou sem que a própria dinâmica do sistema ou da instituição determine ou delimite os papéis a serem vividos pelas pessoas que fazem parte delas."). Não há margem de interpretação para que qualquer outro termo seja o referente, uma vez que o fato de as pessoas fazerem parte das instituições é um dos elementos principais da argumentação do texto.

6: Certo **(Regência)** A regência do verbo "consistir" na acepção usada no texto, a saber, "fundamentar-se, resumir-se em (algo)" (Dicionário Houaiss), é de que seus complementos devem ser introduzidos pela preposição "em". No trecho, o verbo possui dois objetos: "O problema não consiste em determinação ou objetivação inevitáveis em todo o sistema, mas sim na redução do ser humano a determinados papéis", o primeiro, composto de dois núcleos, negativo e o segundo afirmativo, ambos corretamente regidos.

7: Certo **(Coesão/pronome)** O pronome demonstrativo cumpre papel de elemento de coesão relacionando trechos do texto em retomadas explícitas ou substituições. No trecho original, a ausência do pronome não causa prejuízo ao entendimento, já que o termo retomado é repetido sem ferir as regras da norma culta. Na reescrita proposta, "mas sim na redução do ser humano a determinados papéis. Redução esta que nega outras potencialidades do ser humano", o pronome explicita a relação que já havia sido indicada pela repetição.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C, 7C

1 As relações sociais institucionalizadas pela
participação do homem nas diversas comunidades da
contemporaneidade não degradam ou deformam a
4 consciência individual, porém interagem e pressionam o
nível e o caráter da sua socialização, o que conserva, para
sua sobrevivência, o potencial individual do eu dentro dos
7 fatos, deveres, direitos, níveis de conhecimento e da ética,
sempre em correspondência com as características das
sociedades, em um processo de interação estabelecido pelas
10 condições concretas de tempo, espaço, desenvolvimento
sociocultural e posturas políticas dos envolvidos nele.

Juan F. S. Mederos. **Essência, possibilidades e projeções da comunicação política na sociedade.** *In:* **Polifonia**. Mato Grosso: FAPEMAT, n.º 11, 2005-2006, p. 92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens a seguir, a respeito da organização do texto acima.

(1) A argumentação desenvolvida no texto centra-se na ideia de que a identidade individual do homem encontra-se em constante interação com as identidades coletivas no seio da sociedade.

(2) Depreende-se, a partir das ideias desenvolvidas no texto, que as "relações sociais institucionalizadas" (*l.*1) contribuem para a manutenção do *status* da individualidade, uma vez que são vitais para o indivíduo.

(3) A preposição **por**, usada em "pela participação do homem" (*l.*1-2), tem a função de introduzir um agente para a institucionalização das "relações sociais" (*l.*1).

(4) Por fazer parte de uma estrutura sintática negativa, a conjunção "ou", em "não degradam ou deformam" (*l.*3), equivale semanticamente a **nem**.

(5) Nas relações de coesão textual, o vocábulo "nele" (*l.*11) retoma, como antecedente, "desenvolvimento" (*l.*10).

1: Certo **(Interpretação de texto)** A informação do item resume genericamente a argumentação do texto: a formação da individualidade em meio à coletividade, como demonstra o trecho "não degradam ou deformam a consciência individual, porém interagem e pressionam o nível e o caráter da sua socialização"

2: Certo **(Interpretação de texto) "**As relações institucionalizadas" é a primeira informação do texto, ou seja, tem posição de privilégio na conceituação que o autor pretende criar. Além da posição de destaque, funciona essencialmente como sujeito das ações do texto e é, portanto, a medida teórica da formação do indivíduo e de suas relações sociais.

3: Certo **(Preposição)** As relações são caracterizadas como "institucionalizadas", termo de formação do particípio que indica tratar-se de algo que sofreu o processo de se transformar no que. É possível atribuir no texto a realização de tal processo ao agente "participação do homem nas diversas comunidades da contemporaneidade". A relação de agente do termo paciente vem geralmente intermediada pela preposição por e suas contrações, como no texto, a contração entre a preposição de agente e o artigo que acompanha o núcleo "participação" (por+a)

4: Certo **(Conjunção)** A conjunção "nem" tem caráter aditivo para sentenças de cunho negativo. No trecho "não degradam ou deformam a consciência individual", a conjunção que une as duas orações coordenadas é "ou", de caráter alternativo equivalente, ou seja, apesar de indicar a ideia de opção uma alternativa não exclui a outra, o que permite o uso de uma conjunção aditiva sem qualquer prejuízo à semântica do trecho.

5: Errado **(Coesão)** A forma "nele" (em, preposição regida pelo adjetivo "envolvidos" mais "ele", pronome) tem papel coesivo, pois retoma um termo anterior do texto e evita a repetição dele estabelecendo relações de sentido entre as partes do texto. O referente do pronome é "processo", e não há qualquer margem para dupla interpretação. "Processo" é o único termo masculino singular, portanto, concorda com o pronome na forma "nele", que aparece no trecho isoladamente semanticamente. Os outros termos de mesma concordância aparecem encadeados em uma enumeração e não são representações fortes para se tornarem referentes. Além disso, o termo "processo" aparece introduzido no discurso pela preposição "em", exatamente a mesma que antecede o pronome. Essa equivalência pode aparentar uma mera coincidência de regência, no entanto, tem o mesmo propósito: mostrar que todo o contexto analisado se insere nesse processo.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4C, 5E

1 A relação que acontece entre valores e avaliações
necessita de um procedimento genealógico (avaliar um valor
no próprio surgimento) para que saibamos o que são tais
4 construções. O pressuposto válido é um só, porque a vida
não está centrada em nenhum lugar além dos fenômenos
entendidos como aquilo que é aparente, ou melhor: como
7 aquilo que aparece. Portanto, um projeto ético desponta de
tudo isso e pretende fundar-se em uma cosmologia que diz o
seguinte: não há outra vida fora desta e, se existe uma vida
10 eterna, a mesma é a própria vida terrena. Aquilo que seria
"vir-a-ser" é transformado imediatamente em "ser": o ser que
se é, que não indica outra coisa fora a vida como vontade de
13 poder (relações de forças). Por esse olhar temos o ser no
devir.

Filosofia contemporânea e a existência humana. *In:* **Ciência e Vida**, n.º 8, edição especial, ano II, p. 36 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Com base no texto acima, julgue os itens de **1** a **6**.

(1) A argumentação do texto centra-se na ideia de que um projeto ético válido deve ter dois focos: a relação entre os "valores e avaliações" (*l.*1) e a pressuposição de que a vida está centrada em fenômenos pertencentes ao aqui e ao agora.

(2) Os parênteses utilizados nas linhas 2 e 3 têm a função de inserir uma informação que explicita como "um procedimento genealógico" (*l.*2) deve ser compreendido; por isso, a sua substituição por dois travessões preservaria a correção e a coerência do texto.

(3) Subentende-se, no desenvolvimento das ideias do texto, que a expressão "tais construções" (*l.*3-4) retoma dois antecedentes: "valores" e "avaliações", ambos na linha 1.

(4) Preserva-se o respeito à correção gramatical e à coerência entre os argumentos ao se utilizar o sinal de dois-pontos em lugar da vírgula depois de "só" (*l.*4).

(5) No desenvolvimento do texto, os valores semânticos e argumentativos de "além" (*l.*5) e "fora" (*l.*12) estão tão estreitamente relacionados que a troca de posição entre as duas palavras preservaria tanto a coerência quanto a correção gramatical do texto, desde que "a vida" (*l.*12) fosse substituída por **da vida**.

(6) A expressão "ou melhor" (*l.*6), seguida de dois-pontos, estabelece uma relação de significados entre "aquilo que é aparente" (*l.*6) e "aquilo que aparece" (*l.*7) que, no desenvolvimento da argumentação, torna as duas estruturas intercambiáveis.

1: Certo **(Interpretação de texto)** O conteúdo do item resume a argumentação aos seus fatores essenciais, a saber, o ponto em discussão *per se* e seu pressuposto, ambos fundamentadores da necessidade do projeto ético do ser no devir.
2: Certo **(Pontuação)** A função dos parênteses é a de isolar um aposto, termo sintático que especifica, exemplifica ou explica um termo anterior que pode ser desconhecido do leitor ou que exija aprofundamento para o contexto. O aposto deve ser isolado do resto do texto e normalmente isso é feito pelo uso das vírgulas, mas são válidas as opções dos parênteses ou dos travessões sem qualquer prejuízo ao enunciado.
3: Certo **(Coesão)** "Tais construções" retoma dois termos do trecho anterior que possuem função semelhante na construção da argumentação, já que são referenciados em um termo genérico e plural. A única situação em que isso acontece é nos elementos que compõem a relação, ou seja, "os valores" e "as avaliações". Além disso, o contexto deixa claro que é necessário que esses dois elementos sejam analisados pela genealogia com a finalidade de entender a relação entre eles e suas consequências.
4: Errado **(pontuação/coesão)** A presença dos dois pontos seria indicativo de que a seguir seria apresentado um aposto, ou seja, uma explicitação do significado de "um só". No entanto, o trecho subsequente apresenta a causa de ser apenas um. O valor dessa relação é estabelecido pela conjunção "porque", o que impede o uso das vírgulas.
5: Certo **(valor semântico/interpretação de texto)** Os dois termos, "além" e "fora" são fundamentais no processo argumentativo, pois colaboram para a definição da vida como única e exclusivamente a vida corpórea e social. São equivalentes no aspecto de exclusão de outras formas e na localização da vida centrada no "aparecer". Apesar da equivalência semântica, os termos possuem regência diferente, o que exige a adaptação gramatical com a regência da preposição "de" no uso do termo "além"
6: Certo **(interpretação de texto/aposto)** O termo que aparece apresentado pelos dois-pontos, "como aquilo que aparece", é aposto e cumpre a função de explicitar o sentido da expressão anterior "aquilo que é aparente". Por se tratar de um aposto de caráter explicativo, e uma vez estabelecida a relação, a substituição de um pelo outro ao longo do texto já está fundamentada nessa relação gramatical.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C

1 No começo da modernidade, Torquato Accetto
defendeu a ideia de uma "dissimulação honesta" como a
necessidade, própria do caráter precário da condição
4 humana, de adiamento da verdade na esfera pública. Não
seria necessariamente a sustentação da mentira, mas um jeito
de sobreviver em um mundo de paixões. Um mundo que
7 deseja a honestidade, mas ao mesmo tempo a teme e,
portanto, se especializa em contatos indiretos com ela.
Enquanto simular é mostrar o que não está presente,
10 dissimular é não deixar aparecer aquilo que está presente.
A hipervalorização da vida privada como algo
passível de "aparição" (blogs, fotologs, videologs, culto às
13 celebridades ou a si mesmo) corresponde ao extermínio do
espaço público que se sustenta em caricaturizações da
política, da arte e do próprio conhecimento. Essa
16 hipervalorização resulta de uma espécie de mutilação
existencial. A privação de biografia leva à caricaturização da
vida privada. A experiência pessoal não aparece na
19 parafernália impressa ou virtual senão como fantasmagoria.
A biografia da qual somos privados ressurge em sua versão
larval nesses meios como promessa de identidade, de
22 inserção, de contemplação por parte do outro.

Márcia Tiburi. **Neobovarismo: a correspondência entre a insatisfação e a dissimulação nossa de cada dia.** *In:* **Cult**, 139, ano 12, p. 41 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da argumentação do texto acima, bem como das estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens a seguir.

(1) Na organização das ideias do texto, o pensamento defendido por "Torquato Accetto" (*l*.1) é citado para justificar a ideia na qual se apoia a argumentação: não há dissimulação honesta.

(2) O uso das aspas, tanto na linha 2 quanto na linha 12, sinaliza um uso irônico de expressões não peculiares ao vocabulário característico do autor ou do teor do assunto do texto.

(3) O caráter explicativo do aposto nas linhas 3 e 4 permite que sejam inseridos os termos **que é** antes de "própria" (*l*.3), transformando-o em oração subordinada, sem se prejudicar a correção gramatical nem a coerência do texto.

(4) De acordo com a argumentação do texto, a busca por "um jeito de sobreviver em um mundo de paixões" (*l*.5-6) justificaria a necessidade de "mostrar o que não está presente" (*l*.9).

(5) Vocábulos como "blogs, fotologs, videologs"(*l*.12) são exemplos de como a variedade de morfemas da língua portuguesa é usada para formar novas unidades significativas, construídas a partir de unidades já existentes.

(6) Na organização do texto, a troca da preposição em "resulta de" (*l*.16) por **em** preservaria a correção

gramatical, mas provocaria mudanças nas relações de sentido que prejudicariam a coerência da argumentação.

(7) Sem que sejam necessárias quaisquer outras alterações no texto, preservam-se a correção e a coerência textuais ao se substituir o termo "senão" (*l*.19) por **porém**.

1: Errado **(Interpretação de texto)** O pensamento do teórico é citado como o objetivo de demonstrar como a dissimulação é um fato e uma necessidade da sobrevivência no mundo moderno. A argumentação central do texto é justamente em torno das necessidades de "aparição" da vida privada, ou seja, da simulação e dissimulação. O teórico aparece como um argumento de autoridade de ponto de partida para uma discussão não mais sobre a necessidade da dissimulação ou sua honestidade, mas sim de como o mundo atual se relaciona com tais conceitos.

2: Errado **(Valor semântico/pontuação)** São as expressões entre aspas "dissimulação honesta" e "aparição". Em ambos os casos, as aspas foram usadas para indicar que os termos são usados de maneira figurada. No primeiro caso, a autora resumiu o conceito de Torquato Accetto em uma expressão que deve ser entendida com o cuidado do aparato teórico. Já no segundo caso, o termo é originalmente próximo de "surgimento", no sentido de que algo novo vem à tona. No texto, é usado figurativamente como a necessidade de estar à mostra. Apesar da nova significação, não há qualquer traço de ironia nos sentidos que os termos assumem.

3: Certo **(Análise sintática)** O aposto tem como função explicar um termo anterior, trazendo informações que podem facilitar o entendimento do leitor e a contextualização do tema. Essa mesma função pode ser cumprida por uma oração subordinada adjetiva explicativa, que é essencialmente diferente do aposto pela presença de um verbo como centro sintático e por se ligar ao termo que explica na estrutura de um período composto. A sugestão feita pelo item leva em conta justamente a semelhança de objetivo e a diferença sintática entre o aposto e a oração explicativa, ou seja, trata-se de uma possibilidade que, pela adaptação com a presença do pronome relativo e do verbo, mantém a intenção e a correção gramatical do trecho.

4: Errado **(Interpretação de texto)** O texto define dissimular como "não deixar aparecer aquilo que está presente". Diz ainda que, devido ao caráter precário da condição humana, é necessário adiar a verdade na esfera pública. Sobreviver em um mundo de paixões justifica, então, esconder o que está presente (dissimular), e não mostrar o que não está (simular)

5: Errado **(Morfologia)** Os termos em questão são resultantes da apropriação que a língua portuguesa faz de termos originários de outras línguas, é o processo de formação de novas palavras por estrangeirismo, ou seja, trata-se de termos que são apropriados e adaptados à morfologia do português. Esse é um mecanismo legítimo e típico da necessidade do surgimento de um novo vocabulário para coisas novas, em geral, originárias também do estrangeiro. O advento da virtualização e da globalização facilita a inserção de termos estrangeiros na língua, muitas vezes em caráter excessivo, e que deve ser evitado, em que se usa um termo em inglês para substituir um que já existia previamente em português.

6: Certo **(Regência)** O verbo resultar é transitivo e admite dupla regência: "resultar em" indica que o complemento será o resultado do processo, e "resultar de" indica que o complemento é a origem dele. Ao se fazer a substituição proposta no item, mantém-se a correção, uma vez que o verbo permite ambas as possibilidades, no entanto o sentido será alterado e argumentação prejudicada.

7: Errado **(Coesão)** O termo "senão" é usado no texto como preposição e significa "com exceção de, a não ser; salvo, exceto". Ou seja, a experiência pessoal não é "aparece" e sua única possível aparição, exceção à regra, é como fantasmagoria. "Porém" é uma conjunção adversativa, ou seja, indica que a ideia a seguir será oposta a anterior, é não de exceção como no original. Para seu uso, seria necessário reformular o trecho, retirando o "não", "A experiência pessoal aparece na parafernália impressa ou virtual, porém como fantasmagoria.", e ainda assim, apesar de correto gramaticalmente e textualmente coerente, altera-se a intenção argumentativa.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir do fragmento de texto acima, julgue os seguintes itens, a respeito da elaboração de documentos oficiais.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

(1) O verbo flexionado na primeira pessoa do singular, em "Faço" e "sanciono" (no caput da lei), não desrespeita as normas de impessoalidade, porque o documento é assinado por quem exerce a vice-presidência da República.

(2) A localização da ementa deve ser, sempre, no início do documento, mas o alinhamento à esquerda ou à direita depende do espaço deixado disponível pelo título.

(3) Como a ementa, iniciada em "Dispõe sobre", é a parte do ato que sintetiza o conteúdo e destaca sua finalidade, sua estrutura linguística não precisa apresentar características argumentativas.

(4) O uso de iniciais maiúsculas em "Decreto-Lei" e em "Medida Provisória" indica que se trata de nomes de atos já identificados por número e procedência.

1: Certo **(Redação oficial)** O trecho analisado segue a orientação de redação para que se determine a autoridade de promulgar. Apesar de se manter a impessoalidade, trata-se de autoria, que torna necessário o uso da 1ª pessoa. Como se lê no Manual: " **Preâmbulo:** O *preâmbulo* contém a declaração do nome da autoridade, do cargo em que se acha investida e da atribuição constitucional em que se funda para promulgar a lei e a *ordem de execução* ou *mandado de cumprimento*, a qual prescreve a força coativa do ato normativo. Exemplo de autoria: **O Presidente da República** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei (...)"

2: Errado **(Redação oficial)** A formatação dos documentos oficiais é padronizada e cada uma das partes tem sua estrutura definida, não dependendo de relações internas com outras partes do texto. A padronização é de alinhamento à direita. Ainda sobre a ementa, no Manual: "**11.3.1.3. Ementa ou Rubrica da Lei** A *ementa* é a parte do ato que sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada. Exemplo de ementa: **(Alinhado à esquerda)** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. A síntese contida na ementa deve resumir o tema central ou a finalidade principal da lei;

Evite-se, portanto, mencionar apenas um tópico genérico da lei acompanhado do clichê '*e dá outras providência'*." Para consulta a respeito da formatação: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dicas/Ementa.htm

3: Certo **(Redação oficial) Como visto no item anterior, "**A síntese contida na ementa deve resumir o tema central ou a finalidade principal da lei;

Evite-se, portanto, mencionar apenas um tópico genérico da lei acompanhado do clichê '*e dá outras providências*'."

4: Certo **(Redação oficial)** Quando se especifica o número ou o nome do decreto-lei ou da medida provisória, o termo se converte em nome próprio, exigindo a letra maiúscula. Não há, no entanto, qualquer referência direta ao uso de maiúsculas no manual oficial da presidência. No entanto, há no próprio manual oficial a redação dos termos com letra minúscula e maiúscula sem estabelecimento de critérios específicos, sendo aconselhável a padronização de acordo com a prática vigente em maiúscula.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

1 O Brasil e o Paraguai vão discutir a revisão do
Tratado de Itaipu e uma possível renegociação da dívida de
US$ 19,6 bilhões da hidrelétrica com o Tesouro Nacional.
4 A decisão foi tomada durante um encontro entre os
presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e o paraguaio Fernando
Lugo, paralelamente à Cúpula da América Latina e Caribe.
7 Lugo assumiu recentemente a presidência
temporária do MERCOSUL. Sob suas ordens, a delegação
do Paraguai já havia impedido a aprovação de duas medidas
10 impulsionadas pelo Brasil por serem consideradas essenciais
para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL
— o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e o
13 Código Aduaneiro Comum. Os paraguaios não deram
explicações concretas para essas obstruções.
Ao ser questionado se a dívida de Itaipu faz parte
16 dos débitos ilegítimos que seu país pretende reavaliar, Lugo
afirmou que Itaipu era intocável e, agora, será possível entrar
nas contas da hidrelétrica, com a auditoria na parcela
19 paraguaia da dívida, de US$ 9,8 bilhões.

Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de **1** a **10**.

(1) A dívida do Paraguai com o Tesouro Nacional já está em US$ 19,6 bilhões.

(2) Infere-se das informações do texto que o próprio Fernando Lugo já havia apoiado a obstrução de medidas em relação às quais o Brasil era favorável.

(3) O Brasil apoiou medidas consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL.

(4) O fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e a aprovação do Código Aduaneiro Comum prejudicariam a união aduaneira do MERCOSUL.

(5) Para Lugo, os termos do Tratado de Itaipu e os débitos de seu país devem passar por uma reavaliação, porque são considerados ilegítimos.

(6) O sinal indicativo de crase em "à Cúpula" (*l.*6) justifica-se pela regência de "paralelamente", que exige preposição **a**, e pela presença de artigo definido feminino singular.

(7) A expressão "essas obstruções" (*l.*14) retoma a informação antecedente: "a delegação do Paraguai já havia impedido a aprovação de duas medidas" (*l.*8-9).

(8) A substituição de "Ao ser" (*l.*15) por **Quando foi** prejudica a correção gramatical e a informação original do período.

(9) Trata-se de trecho do gênero reportagem em que predomina o tipo textual dissertativo/argumentativo.

(10) De acordo com as escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo autor, é correto afirmar que este se coloca explicitamente no texto de forma subjetiva e pessoal.

1: Errado. O valor de US$19,6 bilhões é da hidrelétrica com o Tesouro Nacional. A dificuldade na compreensão do sentido é devida à ordem em que os termos se apresentam. A frase poderia ser reescrita da seguinte maneira para diminuir tais problemas: "O Brasil e o Paraguai vão discutir a revisão do Tratado de Itaipu e uma possível renegociação da dívida da hidrelétrica com o Tesouro Nacional, no valor de US$19,6 bilhões". A informação do item pode ser comprovada também como errada ao se observar as linhas 18 e 19 em que se afirma que a parcela paraguaia da dívida da hidrelétrica está em US$9,8 bilhões. Um elemento que facilita a compreensão do texto é o conhecimento prévio sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que é localizada no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e produz energia renovável aos dois países e, portanto, é de responsabilidade dos dois países. Como se lê na política da empresa: "**Integração binacional** - Comprometimento constante na busca conjunta de soluções concretas das necessidades dos dois países, internas ou externas à empresa, simétricas ou não, constituindo-se um exemplo de binacionalidade e instrumento de integração da América do Sul.";
2: Certo. É possível inferir tal informação pelo texto da linha 8 e 9: "Sob suas ordens, a delegação paraguaia já havia impedido a aprovação de duas medidas (...)". O pronome possessivo "suas" tem como referente o agente da oração anterior, Lugo, sendo, portanto, parte do processo de obstrução anterior;
3: Certo. A informação é dada nas linhas 10 e 11: "(medidas) impulsionadas pelo Brasil por serem consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL". No entanto, é preciso notar que a redação do texto permite que a interpretação seja mais sutil do que a proposta no item. De acordo com o texto original, o que impulsionou o apoio do Brasil às medidas é que o país as considerou essenciais. No item se lê que as medidas eram consideradas essenciais e o Brasil as apoiou. Não é claro, então, no texto que as medidas são vistas por todos os países que compõem o MERCOSUL como essenciais, o que pode ser lido no item, uma vez que a indefinição de quem considera tais medidas necessárias torna essa qualificação genérica, e, portanto, de acordo geral entre os países;

4: Errado. As informações apresentadas no item aparecem no texto como aposto da informação das linhas 10 e 11 e explicam porque as medidas são consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL, exatamente o oposto do apresentado no item;
5: Errado. O item apresenta uma relação de causa e consequência na fala de Lugo: a razão para que passem por uma reavaliação é porque são ilegítimos. No texto original tal relação é estabelecida pela questão feita a Lugo. Sua resposta tenta, inclusive, se esquivar de estabelecer tal relação, afirmando apenas que Itaipu era intocável;
6: Certo. Trata-se de um caso de regência nominal em que o advérbio "paralelamente" exige a preposição "a". O termo regido é feminino singular e introduzido pelo artigo "a". A crase consiste no encontro de duas vogais "a". Quando temos um caso como o apresentado no item, podemos comprovar a presença das vogais ao se substituir o termo regido por um masculino, por exemplo, "grupo", teríamos "paralelamente ao grupo". A presença do artigo masculino "o" unido a uma preposição "a" mostra que no original deveríamos ter "aa", que em português se transcreve por "à", uma vez que a palavra subsequente era feminina;
7: Certo. O pronome demonstrativo "essa" retoma uma informação anterior, algo que já foi dito e precisa ser retomado, evitando assim a repetição, tornando o texto mais dinâmico. Ao se observar atentamente a que se refere o pronome, notamos que as obstruções previamente mencionadas são as informações apresentadas na linha 9, "impedido a aprovação de duas medidas". Reconhecer os elementos de coesão do texto, ou seja, aqueles que conectam as partes e estabelecem relações entre informações, é parte essencial do trabalho de seu entendimento;
8: Errado. O item pode ser considerado errado por uma sutil diferença na relação estabelecida pelos conectivos. "Ao ser" indica a relação temporal entre o que foi perguntado e a resposta dada, mas também estabelece que a pergunta foi a causa de um certo comportamento, no caso, Lugo ter se esquivado de responder diretamente o que foi perguntado. Já o conectivo "quando foi" não carrega essa relação de consequência na resposta, indicando apenas que ele foi questionado e apresentou uma resposta;
9: Errado. Trata-se, na verdade, de um texto do gênero informativo, publicado em um jornal, uma vez que a informação é apresentada de maneira objetiva e não há a defesa explícita de qualquer ponto de vista. O texto tem por objetivo apenas fazer com que o leitor conheça fatos, sem apresentar conclusões a respeito deles;
10: Errado. As escolhas lexicais (de vocabulário) e sintáticas (de combinação dos termos) segue a tradicional escrita do gênero informativo. Não há a presença da primeira pessoa do discurso na apresentação do texto ou qualquer adjetivação que indique pessoalidade na escrita. A organização sintática do texto é clara e objetiva.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7C, 8E, 9E, 10E

Texto para as próximas duas questões

1 A Alemanha vai enfrentar a pior recessão desde a
2.ª Guerra Mundial e já planeja, para 2009, um novo pacote
de estímulo à economia. As medidas serão anunciadas
4 assim que o novo presidente norte-americano, Barack
Obama, tomar posse, no final de janeiro. Há menos de um
mês, o governo alemão anunciou um pacote de medidas de
7 US$ 63 bilhões para fortalecer a economia. Agora, a
oposição quer que outros 25 bilhões sejam usados no pacote.
A crise está obrigando governos, como o da
10 Alemanha, a atuarem em meio a uma tormenta, o que
políticos na Europa já haviam esquecido. "Não temos muita
experiência com esse estado de choque", admitiu a chanceler
13 alemã Angela Merkel.

Jamil Chade. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O sinal indicativo de crase em "à economia" (*l*.3) justifica-se pela regência de "planeja" (*l*.2) e pela presença de artigo definido feminino.

(2) A substituição de "assim que" (*l*.4) por **logo que** mantém a correção gramatical do período.

(3) O nome "Barack Obama" (*l*.4-5) está entre vírgulas porque se trata de um aposto.

(4) O emprego de vírgula logo após "Agora" (*l*.7) justifica-se para isolar adjunto adverbial de tempo.

(5) Na linha 10, o termo "o que" refere-se ao antecedente "atuarem em meio a uma tormenta".

1: Errado. o verbo planeja tem como complemento a expressão "um novo pacote de estímulo" e rege seu complemento sem preposição (quem planeja, planeja um pacote e não a um pacote). "à economia" complementa o sentido do substantivo "estímulo" que rege seu complemento com a preposição a. A crase se justifica, portanto, pela regência do substantivo estímulo e pela presença do artigo definido feminino a que acompanha o substantivo economia;
2: Certo. "Assim que" introduz a ideia de "quando" as medidas serão anunciadas, é, portanto, uma conjunção que indica uma oração subordinada adverbial temporal. Uma conjunção que mantém o sentido de tempo dado à oração principal (as medidas serão anunciadas) substitui corretamente a original. É o caso de "logo que". É importante ressaltar que a ideia temporal do trecho é de que algo acontece logo após a condição estabelecida, é imediatamente consecutivo, sentido transmitido tanto por "assim que" como por "logo que";
3: Certo. O aposto é um termo da oração que explica, exemplifica ou restringe o sentido de uma informação imediatamente anterior a ele. Aparece isolado por pontuação (parênteses, travessão e, principalmente, vírgulas) e não possui verbo entre seus termos. "Barack Obama" vem isolado por vírgulas e explica ao leitor quem é o novo presidente norte-americano, informação imediatamente anterior;
4: Certo. A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo-complementos do verbo. Adjuntos adverbiais, como "agora", que

indica uma circunstância temporal, vêm associados à ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "agora";

5: Certo. A expressão "o que" é um elemento de coesão do texto, que liga informações evitando repetição. Ao observarmos a oração "o que políticos na Europa já haviam esquecido" podemos perguntar "o que os políticos na Europa já haviam esquecido?" e teremos como resposta a informação da oração anterior, "a atuarem em meio a uma tormenta". Tal relação entre as informações é estabelecida pela expressão 'o que'.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando que os fragmentos apresentados nos itens de **16** a **20** constituem partes sucessivas de um texto de Jamil Chade (**O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) O jornal alemão **Frankfurter Allgemeine Zeitung** divulgou as novas previsões do Ministério da Economia da Alemanha que indicam que o maior mercado da Europa sofrerão uma queda de pelo menos 3% em 2009. O encolhimento da economia poderá ser ainda maior se a recessão atingir outros países.

(2) Trata-se, de qualquer forma, do maior tombo na economia alemã desde a 2.ª Guerra Mundial e da mais profunda recessão no país no período pós-nazismo.

(3) A notícia obrigou a chanceler Angela Merkel anunciar um novo pacote de incentivo a economia que será implementado à partir de janeiro. O pacote incluiria bilhões de euros para obras de infraestrutura, comunicações e renovações de escolas.

(4) Ataques à Merkel estão fazendo que ela perca popularidade, mesmo diante do pacote de mais de US$ 60 bilhões e incentivos fiscais anunciados em novembro. Ela ainda é vista como tendo hesitando em apoiar um estrategismo europeu de combate a crise.

(5) Agora, a chanceler justifica sua nova posição diante do aprofundamento da crise. "Estamos vendo uma constante mudança nas previsões de crescimento, que apontam para tempos muito difíceis", afirmou.

1: Errado. O item apresenta um problema na concordância dos termos. No trecho "o maior mercado da Europa sofrerão uma queda", o sujeito da oração é "o maior mercado da Europa" e seu núcleo, mercado, está no singular. O verbo da oração deve concordar com o sujeito singular, no entanto, aparece no plural, "sofrerão". O escrita correta seria "o maior mercado da Europa sofrerá uma queda". A confusão pode ter sido causada pela troca do referente do verbo. O autor teria erroneamente concordado sofrer com "as previsões e acompanhado a concordância do verbo "indicam";

2: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer do verbo tratar e da informação que o segue ser dividida em duas partes: "o maior tombo" e "a mais profunda recessão". Mas é importante notar que ambos os termos são introduzidos pela preposição "de" e não funcionam como sujeitos do verbo, mas sim como objetos indiretos: eles recebem a ação de serem tratados. A presença da preposição é fundamental para que não exista confusão com o formato de oração em que o verbo se encontra na voz passiva sintética, indicada pela partícula "se", em que o sujeito paciente deve indicar a concordância do verbo no plural, já que sujeito não pode ser iniciado por preposição (a voz passiva ocorre apenas com verbos transitivos diretos). O que temos na oração é um caso de sujeito indefinido com verbo transitivo indireto mais a partícula "se";

3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo obrigar. O verbo é transitivo direto e indireto, quem obriga, obriga alguém a algo. O objeto direto do verbo é "a chanceler Angela Merkel", o alguém que foi obrigado. O objeto indireto, aquilo a que ela foi obrigada, é "anunciar um novo pacote de incentivo(...)", e deveria ser introduzido pela preposição "a", o que não ocorreu;

4: Errado. O item apresenta incorreção gramatical na construção da locução verbal "tendo hesitando". A combinação correta dos verbos seria "tendo hesitado". Ao se usar o verbo auxiliar "ter", ele passa a carregar todas as características da conjugação necessárias à construção da frase, deixando ao verbo principal "hesitar" apenas a função de sentido e a forma gramatical fixa em particípio. O item apresenta, no geral, uma construção gramatical bastante incomum, apesar de aceita pela norma culta. Um bom recurso de entendimento da informação é tentar reescrever o trecho com outras construções, apesar de ser auxílio somente à interpretação e não à correção gramatical;

5: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer da concordância do verbo "apontam", que poderia ser tomada como se referindo a "uma constante mudança" e, nesse caso, o verbo deveria estar no singular. No entanto, não há razões para discordar da concordância feita com "as previsões de crescimento", um sujeito de núcleo no plural e que exige a concordância do verbo tal qual aparece.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

1 A Cúpula da América Latina e Caribe (CALC),
realizada na Costa do Sauipe, na Bahia, representa o mais
novo passo dos 31 países da região para se afastarem da
4 órbita de influência dos Estados Unidos da América (EUA).
O evento reuniu quase todos os dirigentes da
América Latina e do Caribe, mas excluiu tanto os EUA como
7 a Europa, e evidencia, mais uma vez, a liderança indiscutível
do Brasil na região.
Lula não pôde impedir que os outros presidentes
10 aproveitassem a ocasião para atacar os EUA e a Europa por
seu papel na crise econômica global, que também afeta a
América Latina.
13 Os EUA tornaram-se o saco de pancadas nessa
cúpula. Raúl Castro não foi o único a responsabilizar os

EUA e o que chamou de seu modelo neoliberal pela crise do
16 crédito, que está comprometendo muitas outras economias.
"Em meio a uma crise global sem precedentes,
nossos países estão descobrindo que não são parte do
19 problema. Eles podem e devem ser parte da solução", disse
o presidente Lula.

Alexei Barrionuevo. **The New York Times.** *In:* **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de **1** a **6**.

(1) Em "para se afastarem" (*l.*3), o "se" indica sujeito indeterminado.

(2) Em "Os EUA tornaram-se" (*l.*13), o "se" indica voz passiva.

(3) A expressão "saco de pancadas" (*l.*13) confere ao texto um traço coloquial, informal.

(4) A forma verbal "está" (*l.*16) vem no singular porque concorda com "modelo *neoliberal*" (*l.*15).

(5) O emprego da vírgula logo após "crédito" (*l.*16) justifica-se porque a oração subsequente é subordinada adjetiva explicativa.

(6) A substituição de "estão descobrindo" (*l.*18) por **descobrem** prejudica a correção gramatical do período.

1: Errado. O "se" indica que os países devem afastar "a si mesmos". O sujeito é apresentado anteriormente à construção e é "31 países da região"(linha 2). O que temos na oração é o "se" indicando uma voz reflexiva, os países que afastam e ao mesmo tempo são eles que são afastados. É importante ressaltar que, sempre que a partícula "se" indica sujeito indeterminado, o verbo deve estar na 3ª pessoa do singular. Trata-se de uma forma fixa da língua, portanto é mais uma razão para que a formação do item seja incorreta;
2: Errado. O verbo "tornar-se" é classificado como um verbo reflexivo. A partícula "se" é parte integrante, nesse caso, do verbo e indica que a informação do verbo é do sujeito para si mesmo. Sintaticamente, pode ser classificado como verbo de ligação, ou seja, une o sujeito "os EUA" a uma característica sua, "saco de pancadas". Para que fosse uma voz passiva, o termo "os EUA" deveria sofrer a ação praticada por outro agente, o que não ocorre na oração;
3: Certo. Ao usar a expressão "saco de pancadas" para indicar que os EUA foram alvo de críticas e culpas, se confere sentido conotativo à expressão, de que os EUA apanhou. A expressão, assim como seu significado, é típica da língua oral e usada em situações em que não é exigida a norma culta da língua. A expressão no texto aparece em uma construção gramaticalmente correta e adequada aos padrões da língua escrita, no entanto, traz para a escrita jornalística o traço da linguagem do dia-a-dia;
4: Errado. O gabarito considera a alternativa incorreta por considerar que o referente do verbo "está" é "crise de crédito", a informação mais próxima da construção com o verbo. No entanto, se somados o fato de o verbo estar no singular, de os dois núcleos significativos anteriores (modelo e crise) estarem no singular e de se tratarem de expressões complementares (modelo neoliberal pela crise de crédito), é possível entender a oração "que está comprometendo muitas outras economias" como ambígua, uma vez que o referente não é óbvio;
5: Certo. Oração é toda construção da língua centrada em um verbo. Subordinada significa que ela cumpre uma função sintática dentro de outra oração, a principal. Adjetiva indica que ela qualifica um termo da oração principal e explicativa significa que não seleciona uma informação específica dentro de uma informação genérica, mas sim apenas esclarece o significado do que foi dito e sempre vem isolada, por vírgulas ou outro sinal de pontuação, da oração principal. A oração "que está comprometendo muitas outras economias" cumpre todas as exigências citadas. É centrada na locução verbal "está comprometendo". Cumpre função sintática de adjunto adnominal de um termo, "crise de crédito" (ver item acima), da oração anterior e o qualifica. É separada por vírgulas e esclarece ao leitor a informação prévia, devendo ser classificada como explicativa;
6: Errado. Há uma sutil alteração na mensagem transmitida, no entanto a gramática do período permanece correta. Ao se substituir a locução "estão descobrindo", que indica simultaneidade com o presente, por "descobrem", que indica uma narrativa presencial, o texto assuma caráter mais assertivo. Mas, essa alteração não resulta em mudança estrutural que prejudique a construção de caráter sintático da frase.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Na CALC, mesmo que os líderes latino-americanos
tenham falado de seu poder coletivo e de sua unidade
crescente, as tensões regionais ficaram evidentes.
4 O atrito entre Equador e Brasil é um exemplo: o
presidente equatoriano, Rafael Correa, expulsou executivos
da construtora brasileira Odebrecht e está questionando o
7 empréstimo feito pelo poderoso Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),
que financia projetos de obras públicas na América Latina.
10 Essas disputas, contudo, podem ter mais relação
com o perfil de potência regional do Brasil, uma vez que
suas empresas multinacionais competem de modo mais
13 agressivo por negócios além das fronteiras brasileiras.

Idem, ibidem.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008)

(1) O termo “mesmo que” (*l*.1) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: ainda que, por muito que, por mais que, porquanto, uma vez que.

(2) O sinal de dois-pontos, na linha 4, indica que o trecho subsequente é uma citação.

(3) O segmento “que financia projetos de obras públicas na América Latina” (*l*.9) constitui oração subordinada adjetiva restritiva.

(4) As palavras “líderes”, “empréstimo”, “Econômico” e “públicas” recebem acento gráfico com base na mesma justificativa gramatical.

(5) A expressão “uma vez que” (*l*.11) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituída por qualquer uma das seguintes: visto que, já que, pois, porque, porquanto.

1: Errado**.** A locução conjuntiva “mesmo que” indica relação de concessão entre a informação da oração principal e a subordinada. Significa que nada que for feito alterará a situação inicial. As tensões regionais ficam evidentes independente do esforço dos líderes em reforçar a coletividade. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que “porquanto” e “uma vez que” indicam relação de causa e alteram o sentido da informação original;

2: Errado**.** O sinal de dois-pontos indica que o trecho que segue é a complementação do sentido de exemplo. Será explicado após os dois pontos porque o atrito entre Equador e Brasil é um exemplo de conflito regional. Trata-se de uma oração subordinada substantiva apositiva, que cumpre a função de aposto de “exemplo” e é centrada em um núcleo verbal;

3: Errado**.** Trata-se de uma oração subordinada adjetiva, já que é centrada num verbo, caracteriza o termo da oração principal BNDES, no entanto, trata-se de uma explicativa e não de uma restritiva, pois aparece isolada por vírgula e apenas esclarece o que é o BNDES e não restringe a apenas um dentre um grupo de iguais;

4: Certo**.** Todas as palavras apresentadas no item possuem a mesma sílaba tônica, a antepenúltima e são, portanto proparoxítonas. A regra de acentuação gráfica versa que todas as palavras proparoxítonas devem receber acentuação;

5: Certo**.** A locução conjuntiva “uma vez que” indica causa e introduz orações subordinadas que se relacionem com a oração principal, transmitindo esse tipo de relação. Todas as expressões apresentadas constroem a mesma coesão entre as orações. A causa para que essas disputas tenham relação com a figura de potência do Brasil é que as empresas brasileiras são mais agressivas no mercado externo que as dos outros países do bloco. Qualquer uma das expressões apresentadas no item substitui corretamente “uma vez que” e mantém a relação de sentido original.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C, 5C

Texto para as próximas duas questões

1 A Organização dos Países Exportadores de Petróleo
(OPEP) anunciou um corte de 2,2 milhões de barris diários
de petróleo, a maior redução feita de uma só vez pelos 11
4 países-membros do cartel. Em comunicado, o grupo
considerou a medida como parte complementar do corte
anterior de dois milhões de barris diários, anunciado em
7 setembro, como uma tentativa de estabilizar a cotação do
petróleo, que, desde julho, já caiu mais de US$ 100. Com
isso, a partir de janeiro de 2009, a produção terá redução
10 total de 4,2 milhões de barris diários. A medida, que foi
acompanhada por países fora do cartel, não conseguiu,
no entanto, segurar o preço da commodity, que caiu abaixo
13 dos US$ 40.

O Globo, 18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

(1) As expressões “cartel” (*l*.4 e 11) e “grupo” (*l*.4) constituem uma cadeia coesiva, pois retomam o antecedente “Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)” (*l*.1-2).

(2) A forma verbal “anunciado” (*l*.6) concorda com “corte anterior” (*l*.5-6), por isso está no masculino singular.

(3) O emprego das vírgulas que isolam o segmento “a partir de janeiro de 2009” (*l*.9) justifica-se por tratar-se de adjunto adverbial de tempo.

(4) O termo “no entanto” (*l*.12) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: porém, contudo, conquanto, contanto que.

1: Certo**.** Elementos de coesão são palavras que substituem termos anteriores apresentados no texto, retomando uma informação prévia e evitando a repetição. A coesão textual é essencial para dinâmica e estruturação do texto, garantindo agilidade e entendimento na leitura. As expressões “cartel” e “grupo” retomam o referente OPEP e garantem a compreensão de maneira global do sentido a ser transmitido;

2: Certo**.** Entender os referentes e as relações entre os termos do texto, é parte fundamental da compreensão. “anunciado em setembro” aparece isolado por vírgulas e funciona como aposto do termo “corte anterior”. “Anunciado” é uma forma verbal nominal, o particípio, e cumpre função de adjetivo na elaboração da oração. Adjetivos são termos que acompanham o substantivo e com ele concordam em gênero e número. A forma do particípio “anunciado” deve concordar com seu termo regente “corte”, por isso aparece no masculino singular;

3: Certo**.** A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo--complementos do verbo. Adjuntos adverbiais, como “a partir de janeiro de 2009”, que indica uma circunstância temporal, vêm associados à

ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "a partir de janeiro de 2009";

4: Errado. A locução conjuntiva "no entanto" indica relação de contrariedade entre a informação da oração anterior e a transmitida pela subsequente, criando relação de adversidade . Significa que será apresentada uma informação que segue o caminho oposto ao antes apresentado. Ao fazer todas as medidas, o grupo esperava que o preço se mantivesse, mas isso não aconteceu. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que "conquanto" indica relação de concessão e "contanto que" indica uma relação de condição e não podem ser aplicadas.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens que se seguem, na ordem em que são apresentados, constituem partes sucessivas de um texto adaptado de **O Globo** (18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Para os analistas, a queda dos preços do petróleo indica que os investidores ainda estão preocupados com os rumos da economia mundial, que aproxima-se de uma longa recessão global, cuja vai afetar o consumo de combustíveis.

(2) Em apenas cinco meses, o barril perdeu toda a valorização acumulada nos últimos dois anos.

(3) Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou a destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes".

(4) O cartel alertou ainda que a contínua deterioração dos preços terá impacto negativo nos investimentos para garantir a oferta necessária de petróleo no médio e longo prazos. O governo norte-americano criticou a decisão da OPEP.

1: Errado. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Por exemplo, ao se unir as orações (1) O rapaz foi aprovado e (2) As notas do rapaz foram as melhores da sala. O elemento em comum entre elas é "o rapaz". Na segunda oração o rapaz é o "dono" das notas. Ao se unir as duas orações por meio do pronome relativo, teríamos o resultado: O rapaz, cujas notas foram as melhores da sala, foi aprovado. Na oração apresentada no item, a relação estabelecida entre os termos não é como a do exemplo e o pronome a ser utilizado deveria ser o pronome relativo universal "que": "(...)de uma longa recessão global, que vai afetar o consumo de combustíveis.";

2: Certo. A pontuação da oração está correta, isolando o adjunto adverbial, tanto concordância como regência seguem as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia nas palavras;

3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo levar que, no contexto, exige a preposição "a". O termo subsequente é feminino, "destruição", e é antecedido por artigo feminino. Ao se unir preposição "a", exigida pelo verbo, e artigo "a", que acompanha o objeto "destruição", o uso da crase se faz necessário. A forma correta seria então "Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou à destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes";

4: Certo. A concordância está correta, em especial na concordância do adjetivo no plural "prazos" com dois referentes singulares "médio" e "longo". A regência segue as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia ou pontuação.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

1 A Organização dos Estados Americanos (OEA)
naufraga em um mar de alternativas regionais, cujo acento
maior é a exclusão dos EUA. É o caso da proposta de uma
4 nova organização de países da América Latina e Caribe, que
se junta a outras iniciativas do mesmo teor, como o Grupo do
Rio e a UNASUL. O poder de Washington já fora avisado
7 por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA
corre o risco de perder vigência. Seria a quebra do mais
importante elo da cadeia de ações coletivas envolvendo
10 América Latina e EUA, com a predominância histórica dos
norte-americanos.
O primeiro golpe foi dado com o Grupo do Rio,
13 inspirado no fracassado Grupo de Contadora. Em 1984,
países latino-americanos se reuniram na ilha panamenha de
Contadora com o objetivo de encontrar soluções para a
16 guerra na América Central, que se tornara sangrenta, com
aberta intervenção norte-americana. Contadora chegou a
concluir um texto de proposta de paz. Mas sofreu operação
19 de bloqueio, conduzido por Constantine Menge, o
encarregado da América Latina no Conselho de Segurança

Nacional dos EUA na época. A revista Current History
22 divulgou documentos que estabeleciam como "estratégia do governo Reagan" impedir negociações de paz na América Central. A única coisa que importava era derrubar os
25 sandinistas na Nicarágua e, com isso, na visão reaganiana, traçar uma "linha de contenção do comunismo em território norte-americano".

Newton Carlos. **Folha de S.Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Julgue os itens que se seguem, relativos ao texto acima.

(1) A proposta de uma nova organização de países da América Latina e Caribe é um dos fatores que contribui para a vigência da OEA.

(2) A expressão "naufraga em um mar" (*l*.2) está sendo empregada em sentido conotativo.

(3) A substituição de "cujo" (*l*.2) por o qual mantém a correção gramatical do período.

(4) Em "de que a OEA" (*l*.7), o emprego de preposição "de" se deve à regência de "avisado" (*l*.6).

(5) A forma verbal "Seria" (*l*.8) está no futuro do pretérito e indica uma ação que provavelmente poderia ter acontecido no passado.

(6) As palavras "panamenha" (*l*.14) e "reaganiana" (*l*.25) são palavras estrangeiras adaptadas à língua portuguesa por derivação com o acréscimo de sufixos.

1: Errado. A nova organização seria um dos fatores predominantes para que a OEA perdesse seu valor como reunião de países, justamente por ser, segundo o texto, uma forma histórica de dominação dos EUA sobre os outros países da América. A proposta de nova organização é um dos exemplos das regionalidades em que naufraga a OEA;

2: Certo. "Conotativo" significa que os termos foram usados em seu sentido figurado, enquanto "denotativo" significa que o termo segue o sentido dado pelo dicionário. Naufragar, no dicionário, indica ir a fundo em água. No texto, a expressão aparece de forma figurada para indicar que a OEA está em rumos de sumir. "Mar" também é usado em sentido figurado, não é um mar de águas salgadas, como especificado pela expressão seguinte "de alternativas regionais";

3: Errado. A função de um pronome relativo é unir duas orações, uma principal e uma subordinada adjetiva e substituir um termo da oração principal na subordinada. O pronome relativo "cujo" estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao se separar as orações unidas pelo pronome, teríamos: (1) A Organização dos estados Americanos (OEA) naufraga em um mar de alternativas regionais. E (2) O acento maior das alternativas regionais é a exclusão dos EUA. Ao se substituir o pronome "cujo" por "o qual" a relação da preposição "de" se perde e altera tanto o sentido como torna o trecho incorreto gramaticalmente;

4: Certo. A oração "O poder de Washington já fora avisado por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA corre o risco de perder vigência" encontra-se na voz passiva analítica e possui locução verbal composta de verbo auxiliar "ser" conjugado em tempo e pessoa e verbo principal no particípio (fora avisado). O verbo principal, que carrega o sentido, cumpre as suas funções gramaticais da mesma maneira. É um verbo transitivo direto e indireto e "de que a OEA corre o risco de perder vigência" cumpre a função de objeto indireto do verbo, regido pela preposição "de";

5: Errado. A forma verbal no futuro do pretérito indica uma hipótese que se cumpre se algumas condições são atendidas. No texto, não há qualquer indicação de que isso ainda não seja possível, uma vez que as condições aparecem em um tempo que não acabou. Indica, portanto, uma possibilidade, algo que talvez possa acontecer;

6: Errado. Apesar de o item indicar corretamente com a formação da palavra "reaganiana", que deriva do nome do presidente americano Reagan, a palavra panamenha é formada pelo acréscimo do sufixo –enha, no entanto deriva de uma palavra da língua portuguesa, o nome do país Panamá.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

1 A Câmara dos Deputados brasileira aprovou, por 265 votos favoráveis e 61 contrários, a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, bloco regional formado por Brasil,
4 Argentina, Paraguai e Uruguai.
O protocolo de adesão, assinado em julho de 2006, ainda precisa ser aprovado pelo Senado para entrar em vigor.
7 Os congressos do Uruguai, da Argentina e da própria Venezuela já votaram pela entrada do país no MERCOSUL. Apenas o Paraguai e o Brasil ainda não chancelaram o
10 acordo. Dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional mostram que a entrada do país resultará em um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de
13 12,7 milhões de km^2, PIB superior a U$ 1 trilhão (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US$ 300 bilhões.
16 O deputado Arnaldo Madeira argumentou que o

ingresso da Venezuela no bloco pode ser prejudicial para a
economia da região, devido à postura polêmica do atual
19 presidente do país, Hugo Chávez. "Nós temos hoje um forte
antagonismo entre o presidente da Venezuela e vários
parceiros da região e isso poderá dificultar a integração com
22 outros blocos econômicos. Votamos contra por razões de
ordem econômica e não ideológica", disse.
Antônio Carlos Pannunzio lembrou ainda que a
25 Venezuela deixou de cumprir diversos requisitos
estabelecidos pelo protocolo de adesão. José Genoíno disse
que o isolamento da Venezuela poderia levar a uma crise e
28 a um fundamentalismo. "A integração entre países é
pluralista. Não podemos fazer um crivo ideológico sobre
quem está na Presidência da República para realizar a
31 integração", disse.

Maria Clara Cabral. **Folha de S.Paulo**,18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego de preposição em "ao MERCOSUL" (*l*.3) justifica-se pela regência de "contrários" (*l*.2), que exige preposição **a**.

(2) A palavra "chancelaram" (*l*.9) está sendo empregada com o sentido de **sancionaram**.

(3) A forma verbal "mostram" (*l*.11) está no plural porque concorda com "Relações Exteriores" (*l*.10) .

(4) Nas duas ocorrências de "superior a" (*l*.13 e 15), "a" funciona como artigo definido.

(5) O emprego de vírgulas logo após "habitantes" (*l*.12) e "km²" (*l*.13) justifica-se por isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.

(6) O antagonismo a que o deputado Arnaldo Madeira se refere ocorre entre o Brasil e o presidente da Venezuela.

(7) O emprego de aspas nos dois últimos parágrafos indica que a citação da fala dos locutores foi transcrita literalmente.

(8) Pelas informações do texto, os deputados citados são todos contrários ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

(9) O termo "pelo" (*l*.26) é resultado da contração das formas antigas da preposição **per** e do artigo **lo**.

(10) Em "a um fundamentalismo" (*l*.28), o emprego de preposição deve-se à regência de "levar" (*l*.27), e não exige sinal indicativo de crase porque antecede artigo indefinido masculino.

1: Errado**.** O termo regente é "adesão". Vemos, pela leitura do texto, que o adjetivo "contrários" se encontra dentro do aposto "por 265 votos favoráveis e 61 contrários" e não se relaciona com a construção sintática do que se segue. Trata-se de um caso de regência nominal e o substantivo adesão pede para seu complemento a preposição "a". Associada a preposição "a" ao artigo masculino "o", que acompanha o substantivo masculino MERCOSUL, temos a forma final "ao";
2: Certo. De acordo com o dicionário Aurélio, uma das possíveis acepções do verbo chancelar é "aprovar"; se associado ao contexto legal de que trata o texto, observamos que se trata de sinônimo do verbo sancionar;
3: Errado. A forma verbal "mostram" concorda corretamente com o núcleo do sujeito da oração "dados" (l.10). São os dados que apresentam as informações subsequentes ao verbo. É importante notar que a distância entre o verbo e o núcleo, intercalados por uma série de informações, torna a identificação do referente mais difícil. É necessário ter cautela e atenção ao identificar as relações entre termos em construções complexas;
4: Errado. Em ambos os casos, "a" funciona como preposição exigida pela regência nominal do adjetivo superior. O termo regido não apresenta artigo, trata-se de um número plural e masculino e que não poderia ser antecedido de artigo feminino singular. Se houvesse artigo, no caso de um complemento que cumprisse as exigências para tal, seria necessário o uso da crase, indicando a presença de duas vogais "a";
5: Certo. Entre as linhas 12 e 15 são dados adjuntos adnominais que caracterizam o "bloco", sendo apresentados em sequência, corretamente separados por vírgulas;
6: Errado. O antagonismo a que se refere o deputado em sua fala é entre o presidente da Venezuela e vários parceiros da região (l.20 e 21). A confusão na resposta pode decorrer do início da fala do deputado "nós temos hoje...", mas que nada mais é do que uma maneira da língua oral de iniciar sua fala, sendo sinônimo de "a situação atual é de...";
7: Certo. O uso das aspas em um texto pode apresentar um termo estrangeiro ou usado de forma conotativa, ou a transcrição exata da fala de outra pessoa que não o autor do texto. No caso do item, trata-se claramente de uma transcrição literal, uma vez que os interlocutores são apresentados e acrescentam dados e opiniões relativas ao assunto do texto;
8: Errado. As opiniões contrárias ao ingresso da Venezuela são defendidas pelos deputados Arnaldo Madeira, que cita o desacorde entre a Venezuela e países parceiros, e pelo deputado Antônio Carlos Pannunzio, que lembrou a falta de cumprimento de exigências para a entrada no MERCOSUL por parte da Venezuela. Já José Genoíno assume uma visão pluralista e contrária a apresentada pelos outros dois deputados, argumentando sobre a necessidade de se olhar para além da ideologia do presidente do país;
9: Certo. A contração utilizada atualmente tem como significado os da preposição "por" e do artigo "o", mas é grafada com base nas formas antigas dessas palavras. Na contração há ainda a assimilação do -r final ao l- inicial (perlo ¤ pelo);
10: Certo. No contexto, o verbo levar exige a preposição a tem como significado "ter por consequência". Como visto no item, a palavra que segue a preposição é o artigo "um" o que impede a utilização de um artigo feminino "a" para que seja necessário o uso da crase.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando o seguinte requisito: "A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade" (**Manual de**

Redação da Presidência da República, 2002), cada um dos itens seguintes apresenta um fragmento de texto que deve ser julgado certo se atender ao citado requisito, ou errado, em caso negativo.

(1) Nas últimas décadas, assistimos à uma evolução significativa dos esforços de promoção e proteção dos direitos humanos. Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era a sessenta anos. Essa mudança tem tudo que ver com uma maior consciência a respeito da necessidade de reconhecer e respeitar os direitos humanos para todos.

(2) A legislação sobre os direitos humanos têm-se ampliado tanto na temática como na abrangência geográfica. Hoje os direitos humanos é reconhecido como universais, interdependentes, inter-relacionados, indivisíveis e mutuamente sustentáveis.

(3) A América Latina está ciente de como os direitos políticos e civis é essencial. Grande parte da região suportou por anos ou, em alguns casos, por décadas regimes ditatoriais ou autoritários em um passado não muito distante. Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos por cujos nossos povos lutaram.

(4) A promoção dos direitos políticos e civis também abrangem a luta contra o racismo e todos os jeitos de discriminação. De fato, como se afirmou em resolução originalmente proposta pelo Brasil, a democracia e o racismo são incompatíveis. A plena igualdade de gênero deve permanecer um tema central nas sociedades.

(5) A liberdade política e o progresso social está intimamente ligado. Um indivíduo não pode participar de forma integral da vida política de seu país sem o acesso apropriado à alimentação, à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, é crucial, para a justiça social o respeito aos direitos individuais, a liberdade de opinião, às leis e ao direito de escolher o próprio governo.

1: Errado. Na oração "Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era a sessenta anos", temos a grafia incorreta da expressão de período de tempo no passado, que deve ser indicada pelo verbo haver conjugado na 3ª pessoa do singular, "há". A oração correta seria: "Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era há sessenta anos". Outro problema da redação do item está na expressão "tem tudo que ver" de caráter informal. É um registro da norma popular da língua, que deve ser evitada em textos escritos;
2: Errado. Uma primeira questão gramatical a ser corrigida é a acentuação gráfica no verbo em "têm-se ampliado". A acentuação indica que o verbo está na 3ª pessoa do plural, no entanto o núcleo do sujeito do verbo é "a legislação". Por uma questão de uso mais frequente, pode parecer estranho ao falante do português do Brasil a colocação pronominal em ênclise em relação ao verbo auxiliar na locução "tem-se ampliado". No entanto trata-se de uma colocação aceita pela norma culta como correta. Há nesse item também um desacordo com as normais de concordância em "hoje os direitos humanos é reconhecido como universais (...)". O sujeito paciente "direitos humanos" exige a concordância em número da locução verbal, sendo a forma correta "são reconhecidos";
3: Errado. A primeira correção a ser feita é quanto a concordância do predicado "é essencial", já que o sujeito que rege verbo e predicativo, "os direitos políticos e civis" é plural. A forma correta seria "são essenciais". Gramaticalmente, ainda é necessário notar o uso do pronome relativo "cujos". Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. No item, ao se usar o cujo, se transmite a ideia de que os nossos povos são dos direitos humanos. O pronome a ser utilizado deveria ser o relativo "o qual", concordando com o seu referente, "direitos", e associado à preposição por: "Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos pelos quais nossos povos lutaram.";
4: Errado. A concordância do verbo abranger está em desacordo com o núcleo do sujeito que o rege, "promoção". A oração deveria ser escrita "A promoção dos direitos políticos e civis também abrange a luta contra o racismo e todos os jeitos de discriminação". Ainda no primeiro período, seria ideal evitar o termo "jeito", de caráter informal. Há ainda um problema de incoerência. O texto aborda principalmente o racismo e ao final defende a plena igualdade de gênero. Para tal conclusão, o texto deveria ser redigido para abordar todas as formas de preconceito igualmente;
5: Errado. O sujeito do primeiro período do item é composto e tem como núcleos os termos "liberdade" e "progresso", o que exige concordância diferente da apresentada, como verbo e predicativo no plural: "A liberdade política e o progresso social estão intimamente ligados". Outro problema é da pontuação no trecho "Ao mesmo tempo, é crucial, para a justiça social o respeito aos direitos individuais". A expressão "para a justiça social" é um adjunto adverbial e deveria vir isolado por vírgulas. Ao se usar apenas a vírgula inicial, é possível interpretar que o que se segue (a liberdade de opinião, às leis e ao direito de escolher o próprio governo.) são complementos de "é crucial" e a frase entre vírgulas se torna incoerente. Temos, ao fim do texto, também uma questão de regência. Há uma enumeração de termos de mesma função sintática, complementos nominais, regidos pelo termo "direitos". Todos os termos devem ser introduzidos pela preposição "a", exigida pelo termo regente. A expressão "a liberdade de opinião" deveria ser introduzida por crase, pela união da preposição "a", da regência, e do artigo "a" que acompanha o substantivo feminino "liberdade". Sem o uso da crase, poderíamos entender que "a liberdade de opinião" complementa o sentido de "é crucial", no entanto, isso resultaria em outros dois problemas: a concordância do verbo em "é crucial", que, por ter dois complementos, deveria ir para o plural, e a incoerência da expressão seguinte, "às leis do próprio governo", que ficaria sem referente. Vale ressaltar que os itens da questão, como um todo, apresentam informações sem profundidade e relações fracas entre si.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Texto para a próxima questão

1 Brasil. País do verde-amarelo. Terra do futebol, do
samba amigo e das mulatas sensuais. País da violência, das
riquezas minerais e da política corrupta. Terra de Ronaldinho
4 e de Chico Buarque. Alguma mentira? Não. Nosso país é de
uma diversidade e de uma adversidade espantosas. De altos
e baixos e extremos radicais. Riqueza, exuberância e miséria.
7 São tantas coisas que falar sobre ele parece ser fácil. Ou não.
São tantos extremos que evitar estereótipos parece difícil. Ou
não. Todos estão sujeitos aos estereótipos. A ignorância e a
10 arrogância permeiam esse caminho. A questão não é lutar
para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.
Todavia, não podemos apenas apontar como réu a
13 miopia estrangeira. Nós, brasileiros, principalmente os que
vivem fora, ajudamos a construir esse olhar defeituoso. Os
motivos? Vários, provavelmente. Principalmente quando se
15 pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma
idéia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade
mais complexa.
19 Grosseiramente falando, parece-me uma aplicação
da Escola de Frankfurt inadequada: junta-se toda a cultura e
dessa fusão sai não a soma, mas o rascunho desatento,
22 ignorando traços históricos, sociais e culturais. Nasce o
"Brasil para a massa estrangeira". Nosso país é resumido a
sexo, dança, mulher, praia e Amazônia. Nenhum desses
25 pontos é mentira. Temos, sim, isso tudo. Mas "apenas" isso?
Merecemos ser lembrados apenas por essas palavras-chaves?

Maíra Suspiro. **Estereótipos. Um olhar estrangeiro**. Internet: <www.cinemacomrapadura.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens a seguir quanto às estruturas linguísticas e à organização das ideias no texto acima.

(1) O fato de a palavra "verde-amarelo" (*l*.1) ser grafada com hífen mostra que se trata de uma composição vocabular em que o adjetivo **verde** passa a ser prefixo.

(2) Na linha 5, a flexão de plural em "espantosas" indica que esse adjetivo qualifica não só "adversidade", mas também "diversidade".

(3) Pelo desenvolvimento das idéias no texto, é correto afirmar que a troca entre os adjetivos "fácil" (*l*.7) e "difícil" (*l*.8) seria coerente, pois a correção gramatical do texto não seria prejudicada.

(4) O neologismo "deletá-los" (*l*.11) segue um processo comum de criação de novos vocábulos em língua portuguesa: o da criação de novos verbos de primeira conjugação (terminados em **ar**), a partir de uma base lexical de empréstimo ou vernácula.

(5) A substituição de "Os motivos?" (*l*.14-15) por outra interrogação de mesmo sentido, como **Por quê?** ou **As razões?**, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(6) Por estar associada a "muito menos" (*l*.16), a preposição em "a enfrentá-la" (*l*.17) corresponde a **do que**.

(7) Conclui-se da argumentação do texto que retratar o Brasil por meio de estereótipos é fazer-lhe um "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais" (*l*.21-22).

(8) Se fosse empregado o vocábulo "palavras-chaves" (*l*.26) em um texto de documento oficial, seria obrigatória a flexão de plural como **palavras-chave**, que é, das duas formas gramaticalmente corretas, a mais formal.

1: Errado. Trata-se de um adjetivo composto com dois termos de igual importância, ambas as palavras que compõem o termo são radicais com significado isolado, mas que combinam em uma nova palavra. Há palavras compostas grafadas com ou sem hífen (guarda-chuva ou passatempo), assim como há prefixos unidos ao radical por hífen ou sem (pré-história ou prefixo). O importante é, então que se note qual o valor semântico dos termos que compõem a formação da palavra: dois radicais que se combinam ou um radical de que derivam novas palavras pelo acréscimo de afixos;
2: Certo. Um mesmo adjetivo que se refere a dois termos deve concordar no plural. "Espantosas" qualifica os termos "diversidade" e também o termo "adversidade" e deve, portanto, considerar duas palavras na sua concordância, o que exige o uso do plural. Já que as duas palavras são femininas, o adjetivo manteve a flexão de gênero, pois deve concordar em gênero e número com os substantivos que acompanha;
3: Certo. Gramaticalmente, a troca seria de termos equivalentes, um adjetivo substituindo outro. O que permita que a troca seja de fato positiva é a construção que segue as orações: "ou não". Ela indica que não há um padrão exato de comportamento nas situações e que é possível existir também o oposto do que foi afirmado, fazendo a troca entre os adjetivos antônimos possível;

4: Certo. O processo de formação de palavras que dá origem ao verbo "deletar" é o de derivação por sufixação, ou seja, aquele em que se acrescenta um sufixo a uma outra palavra, no caso o estrangeiro "delete", que significa apagar e migrou para o português no contexto da informática, mais o sufixo –ar, indicador de verbo. Esse processo é visto em outros termos ligados originalmente ao novo campo lexical que surgiu com a popularização dos computadores, como por exemplo, lincar e logar. Apesar de originalmente o verbo "deletar" ter ficado restrito ao âmbito semântico da palavra de que deriva, a informática, ele é usado no texto em outro contexto, o que mostra que o neologismo se fixou na língua e atende a diversos campos. Ainda assim, a norma culta sugere que se evite o uso de deletar, priorizando apagar, suprimir ou remover (como sugere o dicionário Houaiss);
5: Errado. O texto perderia a coerência pela resposta dada à pergunta original: "Vários, provavelmente." O pronome indefinido "vários" concorda com o referente na pergunta, "motivos". As duas perguntas sugeridas para substituição não atendem a essa possibilidade de resposta mantendo a concordância, no caso de "as razões?", ou a coerência, no caso de "por que?" e seriam necessárias diversas alterações no texto subsequente para se manter a correção;
6: Certo. A expressão "muito menos (desgastante)" estabelece um relação de comparação entre duas informações, no caso "se submeter a uma ideia preconcebida" e "enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa". A mensagem é que uma é menos desgastante *do que* a outra. No texto, o termo que indica a comparação, "do que", foi substituído pela preposição "a", termo natural ao contexto e aceito pela norma culta para indicar relação de comparação;
7: Certo. O texto argumenta em favor de uma visão plural e sem estereótipos da cultura e da identidade do Brasil. É possível notar a argumentação em favor da ideia complexa de país em trechos como "Principalmente quando se pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma ideia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa" ou " Todos estão sujeitos aos estereótipos (...). A questão não é lutar para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.". Ao fim do texto, a autora apresenta sua conclusão sobre como o país é visto, "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais", na forma de uma analogia com o movimento da Escola de Frankfurt, mas que, diferentemente das obras positivas do movimento, não foi além da reunião primária para uma visão complexa de todos os elementos que se agrupam;
8: Errado. "Palavras-chaves" não é uma forma aceita pela norma formal. Apenas o primeiro elemento varia no plural de palavras compostas por dois substantivos em que o segundo limita o significado do primeiro (além de palavras-chave, temos, por exemplo, peixes-boi, públicos-alvo, salários-família, etc.). Em documentos oficiais, assim como em textos acadêmicos, a norma culta é exigida e o uso de "palavras-chaves" seria considerado um erro. O texto que dá base a questão apresenta-se como formal e deveria usar a forma "palavras-chave".

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E

Texto para a próxima questão

1 Em uma primeira aproximação, parece ser fácil
definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que
se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou
4 jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece
ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica
independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a
7 identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida
e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio,
também a diferença é concebida como uma entidade
10 independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade,
a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é
branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher".
13 Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nessa
perspectiva, concebida como algo que remete a si própria.
A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.
15 É fácil compreender, entretanto, que identidade
e diferença estão em uma relação de estreita dependência.
A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a
19 esconder essa relação. Em um mundo imaginário totalmente
homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma
identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.
22 De certa forma, é exatamente isso que ocorre com nossa
identidade de "humanos". É apenas em circunstâncias muito
raras e especiais que precisamos afirmar que "somos
25 humanos".

Tomaz Tadeu da Silva. **A produção social da identidade e da diferença.** *In*: **Identidade e diferença**, p. 74-5 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) A partir do texto acima, julgue os itens de **9** a **18**.

(1) A argumentação do texto objetiva mostrar que a definição de "identidade" (*l*.2) deve ser estabelecida em estreita relação de dependência com a definição de "diferença" (*l*.9).

(2) De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, "positividade" (*l*.5) pode ser interpretada como uma entidade que "tem como referência a si própria" (*l*.7).

(3) Na organização da coesão textual, as expressões "Nessa perspectiva" (*l*.6) e "Na mesma linha de raciocínio" (*l*.8) remetem à mesma idéia de "Em uma primeira aproximação" (*l*.1).

(4) Por já ter sido marcado no termo "à identidade" (*l*.10), o sinal indicativo de crase é dispensável, mas subentendido, em "a diferença" (*l*.11).

(5) No desenvolvimento textual, o sujeito expresso por "o outro" (*l*.11) faz oposição ao sujeito expresso por "se" (*l*.3).

(6) Na linha 11, o sinal de dois-pontos introduz uma enumeração de afirmações que ilustram ou exemplificam a argumentação da oração anterior.

(7) O período sintático iniciado por "A forma afirmativa" (*l*.18) expressa uma idéia de identidade oposta, contrária àquela apresentada na definição do primeiro parágrafo.

(8) O emprego de **em que**, em lugar de "no qual" (*l*.20), preserva a coerência da argumentação e a correção do texto.

(9) Seriam mantidos a correção gramatical e o mesmo sentido de argumentação do texto caso se continuasse o período terminado em "não fariam sentido" (*l*.21) com a seguinte oração explicativa: porque só assim seria preservada a identidade própria de cada um.

(10) Mantêm-se a correção gramatical, a coerência argumentativa do texto e o nível formal da linguagem adequado a documentos oficiais se, em lugar de "É apenas em" (*l*.23), o último período sintático do texto for iniciado com **Apenas em**.

1: Certo. O autor inicia o texto definindo "identidade" e "diferença" para depois estabelecer a relação de necessidade entre os dois, defendendo a definição do termo "identidade" apenas possível quando em comparação com o que de diferente existe. Como afirma no trecho "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.". Não seria necessário ter identidade se não houvesse heterogeneidade. Há, em certo ponto, crítica à noção de identidade individualista e distante da relação com o outro, uma vez que o texto mostra a primeira definição, da identidade autossuficiente, como inválida;

2: Certo. O termo positividade vem explicado por um aposto entre parênteses ("aquilo que sou"). O resto do texto confirma a acepção do termo como aquela identidade que se auto-refere, uma vez que não estabelece relações com o outro; "a identidade é" e não "a identidade é o que tenho de relação com o que é diferente";

3: Certo. As duas expressões são elementos de coesão textual e procuram relacionar partes do texto de forma sequencial. Notamos que o autor inicia com uma informação, a definição de identidade é fácil, e retoma essa informação para acrescentar novas partes ao texto. Primeiramente, por meio da expressão "nessa perspectiva", acrescenta que a identidade é definida como autossuficiente, para depois, com o auxílio da expressão "na mesma linha de raciocínio", acrescentar a definição de diferença. Há nessas expressões de retomada elementos de coesão claros: o pronome "essa" e o pronome "mesma", que indicam se falar de algo já citado e utilizado, assim como a expressão completa, para evitar a repetição e conectar os trechos;

4: Errado. A crase em "à identidade" é resultado da união da preposição "a", regida pelo termo "oposição", e do artigo definido feminino que acompanha o substantivo feminino "identidade". O termo "a diferença" é o sujeito da oração em que se inserem as expressões entre vírgulas ("Apenas, neste caso, em oposição à identidade,") e não se relaciona sintaticamente com o termo "oposição" e não há preposição, mesmo que subentendida. Se houvesse, a oração seria lida de forma incorreta e estaria sintaticamente incoerente;

5: Certo. O pronome "se" (l.3) indica aquilo que alguém é. No texto, a noção inicial de identidade é centrada nessa definição. Para se definir a diferença, é dado como aquele que é "outro" que não o "alguém" inicial. As orações seguem padrões sintáticos semelhantes justamente para que a oposição entre os dois sujeitos fique clara. Tal construção também facilita a definição posterior dos termos "identidade" e "diferença";

6: Certo. A pontuação é utilizada para introduzir orações apositivas, ou seja, exemplos que expliquem e ilustrem o que foi dito antes. É importante notar que se trata da definição do outro e os exemplos são nomeados pelo pronome de 3ª pessoa "ela", em oposição à exemplificação inicial, que trazia como nomeação o pronome "eu" (l.3 e 4);

7: Errado. O trecho retoma a ideia de identidade apresentada no primeiro parágrafo. O termo "afirmativa" retoma o trecho anterior por se relacionar com a definição pelo que se é (positividade, l.5). Há, entre os dois trechos citados, um caminho em que se apresentam outras informações. "A forma afirmativa" funciona como elemento de coesão, por retomar o primeiro parágrafo sem prejuízo à leitura global e permitir estabelecer relações entre partes do texto;

8: Certo. "Que" é um pronome relativo universal e pode, quase sempre, substituir outros pronomes relativos, se associado às preposições necessárias e mantendo as relações anteriores. Na reescrita "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, em que todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.", a preposição original "em" foi mantida e a relação entre as orações principal e subordinada adjetiva é coerente, bem como a referência do pronome relativo (mundo imaginário). Também poderia ser feita a substituição sem qualquer prejuízo pelo pronome relativo "onde", uma vez que o referente é um lugar;

9: Errado. De acordo com o que sugere a argumentação do texto, em um mundo homogêneo não seria necessário haver a identidade de cada um, uma vez que a identidade se define necessariamente pela diferença. O acréscimo da oração explicativa seria incoerente, portanto, com todo o processo argumentativo do texto, em especial com o trecho a que se referiria, uma vez que o que "não faria sentido" são as próprias "afirmações de identidade";

10: Errado. O verbo "é" define o período como oração e possui um sujeito, a oração "que precisamos afirmar que 'somos humanos'" Caso o verbo fosse retirado, seria necessário reescrever a oração eliminando a relação sujeito-predicado. Teríamos: "Apenas em circunstâncias muito raras e especiais, precisamos afirmar que 'somos humanos'". Sem tal alteração o texto se tornaria incoerente e inadequado gramaticalmente à norma culta.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8C, 9E, 10E

Texto para a próxima questão

1 As primeiras impressões deixadas pelos letrados
franceses sobre os indígenas brasileiros no século XVI, as de
Montaigne e de Jean de Léry, foram, por assim dizer, de
4 admiração. Mesmo o costume da antropofagia, tão comum
naquela época, não lhes pareceu tão condenável vistas as
circunstâncias em que os nativos se encontravam. A imagem
7 idealizada que criaram, especialmente a transmitida por
Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do
homem. Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança
10 de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a
uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo
Claude Lévy-Strauss quando visitou o interior do Brasil
13 nos anos 30 do século XX. Sua percepção pouco indulgente
também nos ajudou, pois "os franceses, usando a sua língua,
empregando os seus métodos, nos punham dentro do país",
16 como disse o professor Antônio Cândido.

O Brasil visto por franceses. Internet: <www.educaterra.terra.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) A argumentação do texto organiza-se no contraste entre duas visões diferentes, de intelectuais franceses, sobre os indígenas brasileiros: a idealizada, de Montaigne, no século XVI, e a realista, de Lévy-Strauss, no século XX.

(2) A expressão "por assim dizer" (*l.*3) tem a função textual de enfatizar e ressaltar a "admiração" (*l.*4) dos "letrados franceses" (*l.*1-2).

(3) O pronome "lhes" (*l.*5) está flexionado no plural para concordar com o substantivo a que se refere, "impressões" (*l.*1).

(4) O desenvolvimento do texto mostra que o termo "vistas" (*l.*5) corresponde a **visto que**.

(5) O deslocamento da frase "especialmente a transmitida por Montaigne" (*l.*7-8) para o final do período sintático em que ela ocorre preserva a correção gramatical do texto e as relações semânticas entre os termos, com a vantagem de tornar mais clara a informação e permitir a supressão das vírgulas.

(6) Na linha 11, a retirada do pronome em "a apresentada" preserva a correção gramatical e a coerência textual, pois o termo por ele retomado, "uma outra", mantém-se subentendido na flexão de feminino do particípio.

1: Certo. O contraste da argumentação é claro no trecho "Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss (...)". A primeira visão, do século XVI pode ser vista no trecho "A imagem idealizada que criaram, especialmente a transmitida por Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem", enquanto a segunda aparece no trecho "bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss";
2: Errado. A expressão "por assim dizer" traz certa dúvida em relação ao termo "admiração". O autor quer mostrar que não é o termo preciso, na sua concepção, mas é adequado para apresentar a visão dos intelectuais e, dessa forma, colabora com a argumentação do texto. Tal hesitação é corroborada pela explicação subsequente, sobre como uma prática condenada socialmente, o canibalismo, pareceu afetar a visão encantada dos letrados;
3: Errado. O pronome "lhes" complementa o sentido do verbo parecer, indicando *a quem* algo pareceu. O pronome lhe se refere sempre a uma pessoa e carrega em si o sentido de objeto introduzido por preposição. Poderia ser substituído corretamente por "aos letrados franceses", termo a que se refere e com o qual concorda em número plural;
4: Errado. O termo "vistas" corresponde ao termo "dadas" e significa que as circunstâncias apresentadas aos letrados eram aquelas. A construção do período com a conjunção "visto que" poderia ser aceitável se houvesse adaptação da informação subsequente como uma oração em que seria necessário acrescentar como eram de fato as condições encontradas;
5: Errado. A expressão "especialmente a transmitida por Montaigne" é aposto e explica a expressão "imagem idealizada". Na reescrita como propõe o item teríamos "A imagem idealizada que criaram inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem, especialmente a transmitida por Montaigne" e o deslocamento do aposto faria com que o entendimento fosse de que se refere ou a "teses", ressalvando-se que a concordância ("a transmitida") no singular tratar-se-ia de uma especificação dentro de um grupo, ou ao termo "bondade", pela maior proximidade e concordância entre os termos. Ainda é necessário ressaltar que o uso da vírgula se faria necessário da mesma forma, já que o aposto sempre vem isolado por pontuação;
6: Certo. O referente de sentido do termo "apresentada" é "uma outra (visão)". O pronome "a" auxilia na identificação da referência e na construção de um trecho posterior mais coeso. No entanto, não é um termo necessário, uma vez que o encadeamento dos termos da oração mostra o referente claramente.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

1 O começo, como se sabe, é a nudez. Nada
impressionou tanto os primeiros europeus que aqui
aportaram quanto a nudez dos nativos. Mais do que o pau-brasil,
4 mais do que os papagaios e as araras, o grande
sucesso da temporada das descobertas foram os índios e
índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus
7 corpos, que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio
e pelo pecado se tomaram de estupefação.
Exemplares de índios eram levados ao Velho
10 Continente para ser exibidos em feiras e festas. Na França,
fizeram grande sucesso. Ficou famosa a festa que, em 1550,
em Rouen, para celebrar a visita do rei Henrique II, teve
13 como principal atração a apresentação de índios do Brasil.
Autores importantes como Montaigne detiveram-se sobre
esses seres miraculosos, que consolavam o europeu já
16 carregado de história e de culpa com uma visão do paraíso.
Fortalecia-se e consolidava-se o mito do bom selvagem.
Rousseau, ele próprio um leitor dos antigos livros sobre as
19 miraculosas terras onde os homens e mulheres andavam nus,
baseia-se no bom selvagem para criar a tese da bondade
natural: o homem é naturalmente bom, a sociedade é que o
22 corrompe. Conseqüência: mudando-se a sociedade, pode-se
mudar o homem. Crie-se uma sociedade mais justa e
eqüitativa e os seres humanos reverterão à primeira natureza
25 da bondade.

Roberto Pompeu de Toledo. **A nudez que solapa e desorganiza**. *In:* **Veja**, 29/8/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens de **25** a **33**, a respeito do texto acima.

(1) A substituição de "tanto" (*l*.2) por **mais** e de "quanto" (*l*.3) por **que** preserva a idéia de comparação e a correção gramatical do segundo período sintático do texto.

(2) A expressão "o grande sucesso" (*l*.4-5) inicia a oração principal do período sintático; oração esta que resume as idéias do primeiro parágrafo do texto.

(3) O sinal indicativo de crase em "à vontade" (*l*.6) é exigido pela regência do termo "Mais do que" (*l*.3), que comanda a relação semântica de intensidade construída no período.

(4) Na linha 10, para que as regras gramaticais exigidas na redação de um documento oficial sejam respeitadas, é obrigatório que se empregue a forma não flexionada do infinitivo de "ser" porque já foi feita a flexão de plural em "eram" (*l*.9).

(5) Ao se empregar a preposição **em** junto à expressão "a festa" (*l*.11), formando **na festa**, mantêm-se a correção gramatical e a coerência da argumentação.

(6) O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que a "tese da bondade natural" (*l*.20-21) do homem baseou-se na bondade e na religiosidade de índios brasileiros, que foram considerados miraculosos nas cortes européias.

(7) A função explicativa da frase introduzida pelo sinal de dois-pontos na linha 21 permite a substituição desse sinal pela expressão **ou seja**, entre vírgulas, sem prejuízo da correção ou da coerência do texto.

(8) O emprego do verbo "Crie-se" (*l*.23) sugere, no texto, uma hipótese que terá como conseqüência a volta dos seres humanos à sua primeira natureza, a bondade.

(9) A regência do verbo **reverter**, ao exigir o sinal indicativo de crase em "à primeira natureza" (*l*.24), mostra que o verbo **reverter** está empregado, nessa oração, com a acepção de **voltar**, **retornar**.

1: Certo, "tanto...quanto" é uma locução conjuntiva que indica comparação entre as informações apresentadas nas duas orações que se relacionam. A locução conjuntiva "mais... que" mantém exatamente o mesmo sentido de comparação e não há necessidade de qualquer alteração na escrita das orações para que exista coerência gramatical. O trecho reescrito ficaria "Nada impressionou mais os europeus que aqui aportaram que a nudez dos nativos";

2: Certo. "O grande sucesso da temporada das descobertas foram os índios e índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus corpos", centrada no verbo "foram", é a oração principal do período, pois possui outras orações que se conectam e dependem dela e que cumprem função sintática de termos da oração principal. São orações dependentes a oração subordinada adverbial consecutiva "que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio e pelo pecado se tomaram de estupefação", que traz uma consequência da surpresa que a nudez causou nos europeus, e as orações subordinadas adverbiais comparativas "Mais do que o pau-brasil" e "mais do que os papagaios e as araras", que comparam em grau de superioridade a nudez e outras novidades da terra recém-descoberta. Podemos observar na

oração principal a síntese do impacto da nudez na visão dos europeus sobre o novo mundo, já que resume em poucas palavras e retoma a primeira ideia do texto;
3: Errado, "à vontade" é uma locução adverbial de modo feminina singular e iniciada por preposição "a" mais artigo "a". O uso da crase não depende da regência de palavras anteriores, mas sim da constituição da expressão. Além disso, o termo "mais do que" indica relação de comparação com a oração principal e não comanda a intensidade de outros termos do período;
4: Errado. "Ser" é a forma nominal do infinitivo do verbo e compõem a locução verbal da voz passiva ("serem" é verbo auxiliar e "exibidos" é verbo principal) que faz parte de uma oração subordinada adverbial final reduzida. Na oração reduzida, o sujeito não é explícito, apesar de ser possível encontra seu referente de significado facilmente (índios). Apesar do referente plural, ao se usar o infinitivo sem o sujeito declarado, o foco da mensagem está na ação e não a quem ela se refere, o que permite o uso do infinitivo não flexionado "ser". Poderia ser usada também a forma flexionada sem qualquer prejuízo à correção gramatical da frase, e teríamos "exemplares de índios eram levados ao Velho Continente para serem exibidos em feiras e festas.";
5: Errado. "A festa" é sujeito do verbo "ficou" e rege também o termo "famosa", que funciona como predicativo do sujeito. Ao se acrescentar a preposição, o termo muda de função sintática na oração, tonando-se um adjunto adverbial de lugar, e ela se tornaria incoerente pela ausência de sujeito. A leitura seria de que alguém, que não sabemos quem, ficou famosa na festa;
6: Errado. O texto caracteriza o índio como miraculoso devido à visão que os portugueses tinham sobre como os nativos se sentiam à vontade com a nudez e como não carregavam em si as amarras da sociedade portuguesa. Era uma visão de pureza por sua liberdade. Não há no texto qualquer referência à bondade ou à religiosidade dos índios, ou até mesmo se os portugueses os consideravam miraculosos, apenas sabemos que sua forma de vida inspirou visões que criticavam os modelos de sociedade europeus. Não é possível, portanto, fazer inferências quanto às informações propostas no item;
7: Certo. Tanto a expressão "ou seja" como os dois pontos são formas de relacionar informações com suas explicações ou exemplificações. "Ou seja" é uma expressão explicativa usada para se dizer uma mesma coisa em outras palavras, o que substitui com coerência a relação de aposto estabelecida pelos dois pontos, uma vez que ambos têm o mesmo objetivo. Gramaticalmente, não há prejuízo, pois a alteração não causa incoerências sintáticas;
8: Certo. O verbo está conjugado no tempo presente do modo subjuntivo, o que transmite a ideia de algo que pode acontecer, mas não é certo ainda. Apresenta uma hipótese do possível. Se a possibilidade de uma sociedade mais justa se concretiza, a consequência proposta por Rousseau também se torna verdadeira. Tal condição é estabelecida no período anterior: "mudando-se a sociedade, pode-se mudar o homem.";
9: Certo. O verbo "reverter", no sentido de "retornar (à condição inicial, ao ponto de onde se partiu etc.); retroceder, regressar" (dicionário Houaiss), é classificado como transitivo indireto e exige a preposição "a" para seus objetos. O objeto do verbo, "à sua primeira natureza" possui crase pois, além da regência do verbo, há o artigo definido feminino "a", que acompanha o termo "natureza".

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Uma pessoa pode nascer e ser criada em condições domésticas adversas ao desenvolvimento do amor próprio e da auto-confiança e, ainda assim, encontrar recursos
4 psicológicos suficientes para fazer escolhas que permitam mudar sua vida para melhor. Os tempos que correm são propícios à imputação de culpas coletivas, de crença em
7 destinos definidos por raça ou classe social. Essas grandiosas noções esquemáticas são imperfeitas porque minimizam o poder de decisão individual das pessoas.

Carta ao leitor. *In*: **Veja**, 4/7/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os próximos itens, a respeito das estruturas linguísticas e da organização das ideias no texto acima.

(1) As estruturas lingüísticas do texto mostram que tanto "adversas" (*l*.2) quanto "propícios" (*l*.6) exigem complementos regidos pela preposição **a**.

(2) A presença da preposição **de** antes do termo "auto-confiança" (*l*.3) indica que esse termo é complemento de "desenvolvimento" (*l*.2), e não de "condições domésticas" (*l*.1-2).

(3) A oração iniciada por "e, ainda assim, encontrar" (*l*.3) apresenta uma idéia de conseqüência que se associa, por subordinação, à anterior.

(4) Os verbos no infinitivo, "nascer" (*l*.1), "encontrar" (*l*.3), "fazer" (*l*.4) e "mudar" (*l*.5) subordinam-se a "pode" (*l*.1); por isso, subentende-se "Uma pessoa" (*l*.1) como sujeito textual desses verbos.

(5) Os pronomes "que" (*l*.4) e "sua" (*l*.5) tomam como referência substantivos já explicitados no texto; por isso, funcionam como elementos coesivos de construção textual.

(6) A expressão "Essas grandiosas noções esquemáticas" (*l*.7-8) retoma as idéias de "amor próprio" (*l*.2), "auto-confiança" (*l*.3) e "recursos psicológicos" (*l*.3-4).

1: Certo. O adjetivo "adversas" exige a preposição para o seu complemento, como mostra a combinação prepositiva que o introduz: "ao desenvolvimento". A preposição "a" foi associada ao artigo masculino "o" que acompanha o substantivo "desenvolvimento". O termo regido pelo adjetivo "propícios" se inicia por crase, resultado da associação entre a preposição "a" e o artigo definido feminino "a" que acompanha o termo "imputação". Temos, portanto, dois casos de regência nominal de adjetivos que pedem a preposição "a";
2: Certo. Caso fosse complemento de "condições domésticas", seria regido pelo qualificador "adversas" e deveria vir introduzido pela preposição "a", exigida pela regência do adjetivo. Já o substantivo "desenvolvimento" rege a preposição "de" para seus complementos, como acontece com as expressões "do amor próprio" e "da autoconfiança". Trata-se, portanto, de um termo com dois complementos. A análise gramatical da regência auxilia na compreensão do texto, uma vez que indica os referentes e permite analisar as relações que se estabelecem entre as partes do texto;

3: Errado. Podemos substituir, sem prejuízo de sentido, a expressão "e, ainda assim," por "mas". A relação que se estabelece entre as orações é de coordenação, ou seja, são orações sintaticamente independentes, e trata-se de uma relação de adversidade. A segunda oração apresenta uma ideia oposta àquela apresentada na primeira: o que se espera de alguém que nasce e se cria em condições adversas é que não encontrem os recursos para mudar sua vida, no entanto, a informação da segunda oração diz exatamente o oposto, que é possível encontrar esses recursos;
4: Errado. Os verbos "nascer", "encontrar" e "fazer" representam complementos do verbo "pode", na forma de orações reduzidas em infinitivo, e possuem o mesmo sujeito "uma pessoa". No entanto, o verbo "mudar" é subordinado à forma verbal "permitam" que tem como sujeito significativo o termo "escolhas", e possui o mesmo sujeito significativo;
5: Certo. Pronomes são, por excelência, elementos coesivos, uma vez que retomam termos anteriores, evitam a repetição deles e estabelecem relações de significado, trazendo ao texto coerência e agilidade. O pronome relativo "que" substitui o termo "mudanças" na oração subordinada adjetiva "que permitam mudar sua vida para melhor", ao mesmo tempo que estabelece a relação dessa oração com a sua principal. Já o pronome "sua" retoma o termo "uma pessoa"(l.1), estabelecendo relação de posse entre ela e a vida;
6: Errado. A expressão "essas grandiosas noções esquemáticas" retoma as expressões "imputação de culpas coletivas" e "crença em destinos definidos por raça ou classe social", pois são indicadoras de imobilidade pessoal perante o contexto coletivo, como propõe a informação subsequente "porque minimizam o poder de decisão individual das pessoas". Além disso, o pronome demonstrativo "essas" indica proximidade da informação referida, o que impede que se refira aos termos propostos no item, textualmente distantes.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Empurrado pela falta de perspectivas e por um
presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o
seu país rumo a uma terra distante, que promete prosperidade
4 e bem-aventurança aos que tiverem coragem, perseverança
e disposição para pegar no pesado. O objetivo dos viajantes
é um só: trabalhar duro, economizar ao máximo e voltar para
7 casa, de bolsos cheios, o mais rápido possível. O passar do
tempo, as circunstâncias históricas e o curso da vida, no
entanto, fazem com que essa volta seja sucessivamente
10 adiada, até acabar definitivamente esquecida. E assim, para
os filhos dos filhos desses viajantes, a terra distante passa a
ser aquela que seus antepassados deixaram um dia.

Veja, 12/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base nas estruturas linguísticas, nos aspectos textuais e nas ideias apresentadas no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Apesar da possibilidade, textual e argumentativa, de se usar a paráfrase **algumas pessoas** para a expressão "um grupo de pessoas" (*l*.2), essa substituição desrespeitaria a correção gramatical do texto.

(2) Na argumentação do texto, "uma terra distante" (*l*.3) e "a terra distante" (*l*.11) referem-se à mesma **terra**.

(3) Embora se altere o modo verbal empregado, preservam-se a coerência de argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir "tiverem" (*l*.4) por **tem**.

(4) Como o vocábulo "possível" (*l*.7) desempenha função de adjunto adverbial, deveria ser grafado como **possivelmente**, já que possível é adjetivo e não advérbio.

(5) Na organização da coesão textual, a expressão "essa volta" (*l*.9) retoma a frase iniciada por "voltar para casa" (*l*.6-7).

(6) Subentende-se do desenvolvimento das idéias do texto que as novas gerações, descendentes dos viajantes, optam por permanecer na terra que lhes deu prosperidade.

1: Certo. "Um grupo de pessoas" funciona como sujeito do verbo "decide" e seu núcleo é a palavra "grupo". É com o núcleo que o verbo concorda em número e pessoa (3ª do singular). Ao se fazer a alteração de "um grupo de pessoas" para "algumas pessoas", o núcleo do sujeito passa a ser a palavra "pessoas" e exige do verbo a concordância na 3ª pessoa do plural, "decidem". Portanto haveria realmente prejuízo à gramática do texto, como afirma o item. É importante ressaltar que a expressão "um grupo de pessoas" admite dupla concordância. O verbo está corretamente no texto original concordando com o núcleo "grupo". No entanto, também seria possível a escrita como "um grupo de pessoas decidem", em que o verbo concorda com o qualificador "pessoas", que, apesar de sua função sintática de adjunto adnominal, é também o termo que carrega o principal significado no sujeito;
2: Errado. Na linha 3, a expressão "uma terra distante" se refere ao país para onde imigra o grupo de pessoas, como visto no trecho "um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Já na linha 11, "a terra distante" é o país de onde emigrou esse grupo de pessoas, como mostra a frase "ser aquela que seus antepassados deixaram um dia". É importante notar que o uso da mesma expressão para tratar de referentes diferentes causa certa dificuldade na interpretação e pode ser um problema na interpretação da coesão textual. É exatamente essa confusão que o item aborda. Há, no entanto, intenção do autor em repetir a mesma expressão para designar lugares diferentes;
3: Errado. O problema na alteração sugerida pelo item está na concordância entre verbo e seu sujeito. O sujeito da oração original é plural, representado no pronome "os", que compõem a expressão "aOS que". Para se fazer a alteração, seria necessário que o verbo estivesse conjugado também na 3ª pessoa do plural, ou seja, a forma verbal "têm", acentuada. Sem o acento gráfico, o verbo está conjugado no singular e não concordaria com o sujeito. Não haveria, no entanto, prejuízo gramatical ou de coerência em alterar o tempo do verbo "ter" do futuro do subjuntivo (tiverem) para o presente do indicativo (têm),

apesar de existir sutil alteração na mensagem que é transmitida. O futuro do pretérito indica uma hipótese, enquanto o presente do indicativo indica algo real;
4: Errado. Possível é um adjetivo. No texto, a palavra deve ser vista como parte integrante da expressão "o mais... possível", em que a palavra possível aparece ligada e concordando com o artigo que a antecede. A expressão inteira funciona como adjunto adverbial de intensidade ao adjetivo "rápido". Analisar o termo isoladamente traria prejuízo à sua compreensão sintática. Caso o termo fosse substituído pelo advérbio "possivelmente", haveria prejuízo de coerência textual e de correção gramatical;
5: Certo. O pronome demonstrativo "essa" busca seu referente em informação anterior do texto. Trata-se de um típico elemento de coesão textual. O substantivo que o acompanha, "volta", retoma no campo semântico o verbo "voltar", trazendo para a nova informação a ser apresentada o que foi dito anteriormente como referência;
6: Errado. A expressão-chave para inferir a informação sobre o movimento dos descendentes é "terra distante". No início do texto se lê "Empurrado pela falta de perspectivas e por um presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Essa terra distante é o país que recebe o grupo de pessoas e apresenta novas possibilidades. Ao se retomar a expressão ao fim do texto, o autor mostra que os descendentes desse grupo de pessoas buscam outra terra distante, com novas possibilidades. Exatamente aquela deixada pelos antepassados e que não apresentava perspectivas para a geração anterior. É possível subentender, então, que os descendentes optam por deixar a terra que trouxe prosperidade aos antepassados e buscam prosperidade exatamente naquela terra que não trouxe aos que vieram antes.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007)

O BATE-E-VOLTA DOS IMIGRANTES

Veja, 5/12/2007 (com adaptações)

Considerando as informações do texto verbal e do gráfico apresentados acima, julgue os itens de 1 a 4.

(1) A informação do texto verbal mais diretamente relacionada às informações do gráfico é apresentada pela expressão "imigrantes estrangeiros", porque o gráfico mostra como se distribuem, por nacionalidade, os imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos.

(2) A organização das idéias do texto permite a inserção do sinal de dois-pontos depois de "mostra" (*l*.2), sem prejuízo da correção gramatical.

(3) Subentende-se, das informações apresentadas, que se qualifica como "frustrados" (*l*.8) o grupo de imigrantes a que se refere o termo "Destes" (*l*.5).

(4) O desenvolvimento das idéias do texto admite a inserção do termo **dos imigrantes frustrados** depois de "restante" (*l*.10); mas, nesse caso, seria obrigatória a flexão do verbo **preferir** no plural, para que fosse respeitada a correção gramatical.

1: Errado. A expressão do texto verbal que se relaciona mais diretamente com o gráfico é "imigrantes frustrados". Isso pode ser observado pelo título dado à tabela: "Imigrantes que deixaram o país". Ao usar o termo "imigrantes", o texto trata de pessoas que chegaram a uma terra nova, e depois deixaram essa terra. O país do título é, portanto, o Brasil e os números indicam aqueles que desembarcaram no porto de Santos, mas que não permaneceram no país;
2: Errado. A inserção do sinal de dois-pontos após "mostra" é possível. No entanto, haveria excesso de elementos de coesão, uma vez que a pontuação exerceria a mesma função da conjunção "que", a de introduzir um complemento ao verbo "mostra". Para que os dois-pontos fossem usados seria, então, necessário retirar a conjunção "que". Caso contrário há prejuízo da correção gramatical;
3: Errado. O pronome demonstrativo "estes", acompanhado da preposição "de", retoma uma informação apresentada imediatamente anterior no texto. Trata-se, portanto, o grupo dos imigrantes "que desembarcaram no Porto de Santos". A ideia do texto é que desse grupo total que desembarcou 63% não permaneceu. O pronome demonstrativo funciona como elemento de coesão e retoma algo anteriormente dito para lhe acrescentar novos dados em uma parte posterior do texto;
4: Errado. É possível inserir a expressão "imigrantes frustrados" como qualificador de "restante". Como funcionaria como um qualificador, ou seja, um adjunto adnominal, o núcleo do sujeito, a que se refere o verbo continua o termo "restante", no singular. Portanto, não haveria necessidade de mudança na concordância do verbo, que permaneceria correto no singular. Também é importante notar que a inserção da expressão como qualificador seria um excesso e prejudicaria a coesão textual, uma vez que a expressão se repetiria em um espaço muito curto no texto. A coesão é boa e o referente claro apenas com o termo "restante", que claramente retoma a expressão presente linhas antes.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

1 Estou comendo umas empanadas e bebendo um
vinho, ao entardecer, em uma modesta casa em Assunção,
capital do Paraguai. Há qualquer coisa de meigo por aqui.
4 E não é só porque entendem o português e aceitam o real
como moeda. Há uma simpatia pelo Brasil, apesar de nosso
fantasma imperialista, que vem desde aquela maldita guerra
7 que arrasou o país. E isso é curioso porque minha geração
dizia que imperialistas eram os norte-americanos. Mas aqui
dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é
10 leonino contra o Paraguai.

Affonso Romano de Sant'Anna. **Ali, no Paraguai.** *In*: **Correio Braziliense**, 16/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base nos aspectos sintático-semânticos do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O deslocamento da expressão "em uma modesta casa em Assunção," (*l*.2) para o início do período sintático, com os devidos ajustes nas letras maiúscula e minúscula, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(2) O emprego da flexão de plural nos verbos "entendem" (*l*.4), "aceitam" (*l*.4) e "dão" (*l*.9) marca gramaticalmente um sujeito indeterminado que se depreende, pelo discurso, como **paraguaios**.

(3) A organização sintático-semântica do texto nas linhas 3 e 4 permite, sem prejuízo da correção gramatical, assim se iniciar o quarto período: É porque há uma simpatia.

(4) Conclui-se, da argumentação do texto, que a "represa de Itaipu" (*l*.9) é uma demonstração do imperialismo norte-americano no Paraguai.

(5) Na linha 9, o pronome relativo "cujo" estabelece a relação de posse entre "represa de Itaipu" e "contrato".

1: Errado. O termo "Assunção", que faz parte da expressão, recebe um aposto: "capital do Paraguai", e o aposto deve sempre estar imediatamente após o termo que explica. A expressão "em uma modesta casa em Assunção" funciona como adjunto adverbial de tempo na oração e, como tal, pode ser colocada em diversas posições, se respeitar as regras de pontuação e a coerência textual e de acordo com as intenções comunicativas do autor (a informação apresentada antes na oração adquire maior importância, apesar de não alterar a essência da mensagem). A oração reescrita, como sugere o item, seria: "Em uma modesta casa em Assunção, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer, capital do Paraguai". Para que a seja coerente, seria necessário que o aposto acompanhasse o termo que explica: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer". A alteração dessa forma estaria gramaticalmente correta, no entanto soa estranha pela falta de ordenação no uso dos adjuntos adverbiais. O mais natural seria que o adjunto adverbial de tempo, "ao entardecer", acompanhasse a posição do de lugar: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, ao entardecer, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho.";

2: Certo. Quando não há sujeito explícito ou identificado anteriormente, não é possível determinar a que se refere o verbo, se conjugado na terceira pessoa do plural. Não é possível identificar claramente no texto, ou nomear gramaticalmente, quem são aqueles que "entendem", "aceitam" ou "dão". Há, portanto, a ausência do referente do sujeito sintático, o que classifica o sujeito como indeterminado. No entanto, pelo contexto, é possível inferir que, já que o narrador está no Paraguai, esteja falando do povo desse país, mesmo sem a presença sintática do referente;

3: Certo. O período que se inicia por "Há uma simpatia pelo Brasil" estabelece uma relação de causa com o período "Há qualquer coisa de meigo por aqui", assim como o período "E não é só porque entendem o português e aceitam o real como moeda" também o faz, de forma negativa (a causa da meiguice não é só essa). A ausência do conectivo "porque" não causa prejuízo à leitura, justamente pela presença no período anterior. No entanto, é possível retomá-lo para a causa da afirmativa sem qualquer prejuízo. Seria uma repetição de estilo e adequada à coesão textual;

4: Errado. O último período do texto, "mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é leonino contra o Paraguai", retoma a informação dada em "apesar de nosso (Brasil) fantasma imperialista". A confusão de referente para o exemplo de imperialismo pode ser decorrente da oração encaixada entre a primeira e a segunda informação, uma curiosidade dada pelo autor de como a sua visão não condiz com o que a história conta: o Brasil é exemplo de imperialismo para os paraguaios, mas o próprio Brasil se sentiu alvo do imperialismo americano. Para entender as referências do fim do texto é necessário analisar o adjunto adverbial "aqui" em relação com o início do texto, em que o autor diz estar na capital do Paraguai, país assombrado pelo fantasma imperialista do Brasil ("desde aquela maldita guerra"). Outro importante fator é o conhecimento do leitor a respeito de Itaipu, a usina binacional Brasil-Paraguai. Em posse desse dado, não há porque existir confusão entre quem demonstra imperialismo com a represa;

5: Certo. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao separar as duas orações que compõem o período, teríamos:" (1) "Mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu" e (2) O contrato da represa de Itaipu é leonino contra o Paraguai". Podemos ver, então, que a relação entre "contrato" e "represa de Itaipu" é de posse e intermediada pelo pronome cujo.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

1 **Veja** — Quais são os riscos embutidos nesse projeto
de grande país?
Carvalho — É quase impossível um país como o
4 Brasil não exercer um papel de liderança regional, pelo
menos em relação a nações menores e de médio porte.
A idéia é tentadora, exatamente pelo tamanho do país e seus
7 recursos. O risco é que acabemos por desviar a atenção dos
problemas internos em busca do sonho de grandeza externa.
Hoje não há liderança externa sem que a casa esteja
10 arrumada. Não só na economia, mas principalmente no bemestar
da população.

Entrevista de José Murilo de Carvalho a **Veja**, 26/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens que se subseguem, a respeito do trecho de entrevista acima.

(1) Uma reescrita para o início da resposta do entrevistado, que eliminasse a dupla negativa — "impossível" e "não" — e respeitasse a correção gramatical e a coerência do texto, seria: É quase possível um país como o Brasil exercer um papel...

(2) A ausência de sinal indicativo de crase em "a nações" (*l*.5) respeita as regras gramaticais, pois o substantivo não está determinado por artigo.

(3) Do desenvolvimento das idéias do texto, depreende-se que "A idéia" (*l*.6) refere-se tanto a "projeto de grande país" (*l*.1-2) quanto a "papel de liderança regional" (*l*.4).

(4) A síntese objetiva da resposta à pergunta está na afirmação do período iniciado por "O risco é que" (*l*.7).

(5) O emprego coloquial de "acabemos por desviar" (*l*.7), admissível em um diálogo, deve ser substituído por **acabamos por desviar** em um texto de documento oficial, para que sejam respeitadas as regras do padrão culto da língua.

(6) Subentende-se, como oração principal da última frase da resposta: Não há liderança externa.

1: Errado. Da forma como foi reescrito, o trecho apresentou diferença de significado com o original principalmente pela presença do advérbio de intensidade "quase". "Quase possível" não é oposto a "quase impossível", já que o advérbio indica que algo "está próximo de ser". Para que a coerência fosse mantida, seria necessário alterar essa palavra por um advérbio de sentido positivo, por exemplo, "é bem possível um país como o Brasil exercer um papel de liderança regional";
2: Certo. O "a" que introduz a palavra "nações" é a preposição regida pelo substantivo "relação" para seu complemento. Esse complemento, "nações", está no plural e se viesse acompanhado de artigo, este deveria concordar em número e gênero com o substantivo; teríamos a presença de "as" antes de "nações". Caso o artigo estivesse presente, seria feita a contração das duas vogais "a", a preposição pedida por "relação" e o artigo determinante de "nações". Teríamos: "em relação às nações menores". A ausência do artigo no texto original não prejudica o entendimento do texto. É, na verdade, um recurso argumentativo, uma vez que não determina as nações lideradas, tornando o entendimento do leitor sobre elas generalizado, ou seja, não é necessário saber quais são;
3: Certo. A partir da pergunta feita, o entrevistado constrói seu raciocínio do que é o "projeto de grande país" colocando-o como "liderança regional". A expressão "a ideia" é uma retomada desse raciocínio na medida em que compara o país, de grande tamanho e recursos, com nações de menor porte. A sequência dos três termos que se referem acrescentando novas informações é um recurso de coesão do texto e torna-o mais dinâmico e fácil de ler, uma vez que colabora no encadeamento das ideias ao longo da leitura;
4: Certo. Nas primeiras linhas da resposta, o entrevistado contextualiza o leitor no campo temático de que trata, explicando o porquê de o Brasil ser um projeto de grande país, antes de apresentar os riscos que pode correr nessa posição. A retomada do termo "risco(s)" indica que, após esse primeiro momento, o entrevistado irá responder diretamente ao questionamento proposto. O uso da mesma palavra é uma repetição necessária e colabora na coesão das ideias entre pergunta e resposta;
5: Errado. A forma "acabemos" no texto original está correta. Trata-se da conjugação do verbo na primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo. O modo subjuntivo indica que a informação não possui necessariamente referente no mundo real, propondo uma hipótese ou desejo. Podemos ler a informação como: caso venha a se concretizar o projeto de grande país, pode ser que se desvie a atenção dos problemas internos em busca do sonho de grandeza externa. O usa da 1ª pessoa do plural é devido à posição em que o entrevistado se coloca, a de brasileiro e parte do projeto de grande país, e, portanto, também parte das possíveis consequências. No entanto, a conjugação utilizada não é comum e o item se aproveita da sonoridade estranha para propor outra resposta correta;
6: Errado. No último período do texto não há qualquer elemento de coesão que retome trechos anteriores. Portanto, gramaticalmente, a maior probabilidade recai sobre a conexão da oração com o termo mais próximo. Analisando o sentido do trecho, a possibilidade se confirma: a casa é que deve estar arrumada tanto na economia, como no bem-estar da população.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

1 O ser humano nos é revelado em sua complexidade:
ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente
cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela
4 qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos
totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente
culturais. O que há de mais biológico — o sexo, o
7 nascimento, a morte — é, também, o que há de mais
impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais
elementares, como comer e beber, estão estreitamente ligadas
10 a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja,
ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades
mais culturais — falar, cantar, dançar, amar, meditar —
13 põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos, portanto,
o cérebro.
A partir daí, o conceito de homem tem dupla entrada:
16 uma entrada biofísica, uma entrada psicossociocultural; duas
entradas que remetem uma à outra.
À maneira de um ponto de holograma, trazemos, no
19 âmbito de nossa singularidade, não apenas toda a
humanidade, toda a vida, mas também quase todo o cosmo,
incluso seu mistério, que, sem dúvida, jaz no fundo da
22 natureza humana.
Eis, pois, o que uma nova cultura científica pode
oferecer à cultura humanística: a situação do ser humano no
25 mundo, minúscula parte do todo, mas que contém a presença
do todo nessa minúscula parte. Ela o revela,
simultaneamente, em sua participação e em sua estranheza ao
28 mundo. Assim, a iniciação às novas ciências torna-se, ao
mesmo tempo, iniciação à nossa condição humana, por
intermédio dessas ciências.
31 Paradoxalmente, são as ciências humanas que, no
momento atual, oferecem a mais fraca contribuição ao estudo
da condição humana, precisamente porque estão desligadas,
34 fragmentadas e compartimentadas. Essa situação esconde
inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade, e
esconde o próprio ser humano. Tal como a fragmentação das
ciências biológicas anula a noção de vida, a fragmentação
das ciências humanas anula a noção de homem. Assim,
Lévi-Strauss acreditava que o fim das ciências humanas não
40 é revelar o homem, mas dissolvê-lo em estruturas.
Seria preciso conceber uma ciência antropossocial
religada, que concebesse a humanidade em sua unidade
43 antropológica e em suas diversidades individuais e culturais.

Edgar Morin. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 40-1 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base no texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No primeiro parágrafo, é apresentada a tese de que a complexidade do ser humano se evidencia na indissociabilidade dos planos biofísico e cultural.

(2) No primeiro período, considerando-se o paralelismo sintático, "ser", na segunda ocorrência, deve ser interpretado como substantivo.

(3) Nas linhas 3 e 4, as expressões adverbiais "por meio do qual", "pela qual" e "com a qual" denotam circunstância irrelevante para a construção da idéia principal que o autor do texto defende a respeito da complexidade humana.

(4) Nas linhas 3 e 4, na associação de órgãos do corpo humano à atividade que eles desenvolvem, representada por verbo, o emprego da vírgula é fundamental na construção do paralelismo sintático.

(5) As expressões "O que há de mais biológico" (.6) e "ao que há de mais especificamente cultural" (.11) revelam que o autor reconhece duas naturezas distintas no ser humano e a especificidade de cada uma delas.

(6) Se, nas linhas 6 e 7, em vez dos travessões, tivessem sido empregadas vírgulas, estaria correta a flexão do verbo **ser** na 3.ª pessoa do plural (**são**).

(7) Na linha 10, os vocábulos nominais coordenados integram o campo semântico de "cultura" (.8).

(8) Mais do que uma relação dialética entre natureza e cultura, o autor revela visão maniqueísta sustentada em dicotomia extrema, explicitada no trecho "o conceito de homem tem dupla entrada" (.15).

(9) Os vocábulos "biofísica" e "psicossociocultural" (.16), formados por composição, expressam, na morfologia, a proposta de abordagem interdisciplinar no estudo do ser humano apresentada por Edgar Morin.

(10) As acepções do vocábulo "holograma" (.18) são: *filme fotográfico em que se fixa imagem hográfica; gráfico que evidencia a presença do todo na parte e da parte no todo*. No texto, vigora a segunda acepção.

(11) A omissão da vírgula empregada após "mistério" (.21) iria alterar a informação expressa, visto que seria introduzido um sentido restritivo.

(12) A referência do pronome "Ela" (.26) é a expressão "uma nova cultura científica" (.23).

(13) Segundo o autor do texto, o conceito de homem tem duas entradas, que, embora remetam uma à outra, devem ser separadas para que as ciências humanas tenham condições de explicitar a noção de homem.

(14) A ciência antropossocial religada é uma área das ciências humanas que, historicamente, concebe o ser humano em uma perspectiva fragmentada, que despreza a complexidade da cultura.

(15) Edgar Morin cita Lévi-Strauss como o precursor da abordagem científica da antropologia social orientada para a diversidade da humanidade.

(16) Segundo o autor do texto, as ciências biológicas têm-se destacado porque não anulam a noção de homem, apesar de diluírem a noção de vida.

1: Certo. A afirmação se prova verdadeira já no início do parágrafo: "O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural." Trata-se da tese do texto, a ser desenvolvida tanto no primeiro parágrafo (na citação de ações culturais e órgãos do corpo) como no desenvolvimento de toda a argumentação. Um texto argumentativo tende a se iniciar evidenciando qual o assunto tratado e que postura tomar diante dele, exatamente como ocorre aqui;
2: Certo. O paralelismo sintático consiste em relacionar termos em seus significados por aparecerem em um encadeamento de funções sintáticas idênticas ou um encadeamento de orações de valores sintáticos iguais. O termo "ser" aparece na primeira linha acompanhado do artigo "o", do adjetivo "humano" e funciona como sujeito da oração. Podemos lê-lo na segunda linha da mesma maneira: "um ser que é, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural". É possível que seja entendido como verbo, uma vez que a ideia de "ser" está implícita pela caracterização que se dá do ser humano e que, numa oração completa, apareceria como citado na interpretação da leitura (um ser que é). No entanto, ao se observar o paralelismo entre a primeira e a segunda oração, deve-se admitir o termo com diretamente correlacionado ao do primeiro período, e, portanto, com a mesma função de sujeito;
3: Errado. As expressões citadas são pronomes relativos associados a preposições, pronomes que introduzem orações subordinadas adjetivas e relacionam as duas partes constituintes da complexidade humana. O termo da oração principal, biológico, aparece substituído pelo pronome como adjunto adverbial de instrumento do verbo da oração subordinada. Ao reescrever as orações separadamente teríamos: (1) "O cérebro, a boca, a mão são órgãos totalmente biológicos (...)" e (2) "Pensamos por meio do cérebro, falamos pela boca, escrevemos com a mão". A ausência dessas expressões prejudicaria a coerência textual e a ausência completa das orações subordinadas traria dano argumentativo ao texto, uma vez que a relação base da complexidade não seria descrita;
4: Certo. Em todos os casos, a expressão entre vírgulas é uma oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, caracterizam os elementos biológicos, que aparecem na oração principal, como instrumentos da ação cultural. A presença das vírgulas denota que as orações explicam como os elementos do corpo funcionam como instrumentos de ações culturais. Se não houvesse vírgulas, a classificação das orações seria como subordinada adjetiva restritiva e isso transformaria o entendimento delas. Elas são fundamentais, tanto argumentativamente como sintaticamente na construção completa do período;
5: Certo. Desde o início do texto, o autor relaciona as funções biológicas às funções culturais do ser humano como interdependentes e indissociáveis. As expressões deixam clara a argumentação do autor em perceber que, apesar de unidas, são duas partes distintas e que podem ser vistas como tais até o ponto em que não prejudicam a compreensão global da complexidade humana. "o que há de mais" indica que são questões reconhecidamente marcantes em determinado âmbito do entendimento humano, já que o autor as coloca como exemplos máximos de atividades biológicas ou culturais. Essa separação é argumentada posteriormente no texto como necessária, mas exagerada;
6: Errado. A concordância do verbo ser na linha 3 se faz com o seu sujeito sintático, o pronome demonstrativo "o", no singular. Entre travessões, assim como seria entre vírgulas, temos um aposto que exemplifica o que é que há de mais biológico, no entanto não interfere sintaticamente na relação entre sujeito significativo e predicado;
7: Certo. A sequência de substantivos na linha 10 funciona como complemento nominal do adjetivo "ligadas" e são todos introduzidos pela preposição "a", que não se repete porque todos os vocábulos cumprem a mesma função sem alteração gramatical. A retomada do campo semântico da cultura, que surgiu na linha 8, fica clara no trecho introduzido pela expressão explicativa "ou seja", que resume todos os vocábulos em "o que há de mais especificamente cultural", expressão também ligada ao adjetivo "ligadas" pela mesma preposição e que cumpre a mesma função sintática;
8: Errado. Durante toda a sua argumentação, o autor visa claramente condenar a visão maniqueísta e isolada das duas áreas da complexidade humana. A expressão que finaliza explicação iniciada na linha 15 deixa claro que não é possível tratar essas áreas como inimigas e incompatíveis, uma vez que sempre "remetem uma à outra" e, portanto, devem manter constante diálogo para que façam sentido. Trata-se de uma dupla entrada, mas que interferem diretamente uma na outra, e separá-las como partes distintas faz com que o estudo de ambas seja enfraquecido;
9: Certo. Palavras formadas por composição são aquelas que unem dois ou mais radicais de significados distintos para a criação de um novo termo. Como há mais de um radical, há mais de um campo semântico abordado. No total dos dois termos, temos cinco radicais: "bio", "física", "psico", "sócio" e "cultural". Juntos, esses radicais denotam a pluralidade com que deve ser tratada a questão. Por estarem compostos em termos complexos, se mostram indissociáveis, inter-relacionados e interdependentes;
10: Certo. A segunda acepção do termo indica que estão relacionados parte e todo e que um é visível no outro. Como segue o texto a partir da linha 19, vemos que o autor defende que no singular é possível enxergar toda a existência, ao mesmo tempo em que todo o mistério da existência reside na singularidade humana. Portanto se enxerga o todo a partir da visão do singular ao mesmo tempo em que se vê que esse todo existe dentro do que é único que participa do todo, como se lê no trecho "a situação do ser humano no mundo, minúscula

parte do todo, mas que contém a presença do todo nessa minúscula parte (linha 24-26);
11: Certo. O trecho após a vírgula, introduzido pelo pronome relativo "que", é uma oração subordinada adjetiva explicativa. O pronome relativo relaciona o substantivo "mistério", que está na oração principal, a uma caracterização sua, a oração subordinada. A presença das vírgulas indica que a oração é explicativa, o que significa que todo o mistério do cosmo está incluso na relação com a vida e jaz no fundo da natureza humana. Sem as vírgulas, a oração subordinada seria restritiva e o sentido da oração seria significativamente alterado. Seria dizer que dentre todo o mistério do cosmo, apenas aquele que está incluso na relação com a vida é que jaz no fundo da raça humana;
12: Anulada. O pronome "ela" deveria funcionar como elemento de coesão entre os trechos do texto. No entanto, a quantidade de informações e a estrutura complexa da frase anterior, não permitem deixar claro qual é o referente do pronome no trecho. Não podemos afirmar com certeza sintática se "ela" se refere a "cultura científica", "cultura humanística" ou até mesmo "a situação do ser humano" ou "presença", uma vez que são todas expressões femininas e singulares e o conteúdo relacionado nas linhas 27 e 28 é associável a qualquer uma das expressões. Assim, o item só não seria anulado se tratasse da ambiguidade sintática e de sentido presente no trecho;
13: Errado. É justamente a separação entre as duas entradas de conceito de homem que impede que as ciências humanas expliquem a noção de homem. Justamente por estarem fragmentadas é que as ciências humanas não abordam "inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade", e, portanto, a noção de homem;
14: Errado. É preciso que se observe dois pontos de discordância entre o item e o texto. Primeiramente, a ciência antropossocial é apresentada como uso do verbo conjugado no futuro do pretérito, "seria necessária" e que, por existir em hipótese de futuro, não pode ser concebida como historicamente ativa. Em segundo lugar, a oração subordinada adjetiva que ajuda a definir antropossocial como uma ciência "que concebesse a humanidade em sua unidade antropológica e em suas diversidades individuais e culturais", é oposta a uma perspectiva fragmentada e que leva em consideração toda a diversidade e complexidade cultural na sua concepção;
15: Errado. Lévi-Strauss é citado por ter reconhecido na fragmentação das ciências humanas a não-possibilidade de revelar o que é homem, mas sim dissolver esse conceito em estruturas pré-determinadas, a saber, as ciências humanas. A proposta do autor vai na linha contrária à do pensador: não dissolver o homem em diversas abordagens independentes, mas integrá-lo em uma ciência multifacetada; 16: Errado. Segundo a argumentação do autor, as ciências biológicas anulam a noção de vida (linha 17), e não simplesmente a diluem, assim como as ciências humanas anulam a noção de homem. O destaque dado às ciências biológicas no processo argumentativo é por poder oferecerem à cultura humanística a situação do ser humano no mundo (linha 23 a 25).

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C, 11C, 12Anulada, 13E, 14E, 15E, 16E

Texto para a próxima questão

1 Nas nove partes de **Tristes Trópicos**, de Claude
Lévi-Strauss, as reflexões sobre os índios brasileiros se
concentram entre a quinta e a oitava partes do livro.
4 Os nambiquaras, grupo que o antropólogo encontrou nos
sertões do Centro-Oeste, embasaram um dos capítulos-chave
do livro "Lição de Escrita", que narra como o chefe da tribo,
7 mesmo não sabendo escrever, fingiu que o sabia, numa
mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do
seu povo: rabiscou "garatujas" que deveriam parecer
10 negociações comerciais em pé de igualdade com o homem
branco (no caso, o próprio Lévi-Strauss, forçado a entrar no
jogo). O episódio suscita considerações mais gerais sobre o
13 impacto da escrita na história humana, não tanto como
instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação
política.

Caio Liudvik. **O abc de Tristes Trópicos. Folha de S. Paulo**, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) As informações contidas no texto justificam o título do capítulo "Lição de Escrita" da obra **Tristes Trópicos**.

(2) A colocação do pronome após o verbo em "se concentram" (.2-3) desrespeitaria regra da língua padrão.

(3) Não contraria as idéias desenvolvidas no texto a seguinte análise: o gesto do chefe da tribo, se contextualizado historicamente, revela, por um lado, repetição das práticas dos colonizadores e, por outro, a necessidade de demonstração de poder frente à dominação da cultura estrangeira letrada.

(4) O registro de garatujas feito pelo chefe da tribo compõe uma *mise-en-scène* motivada pelas relações comerciais e sociais assimétricas entre índios e brancos.

(5) De acordo com o autor do texto, o estudo de Lévi--Strauss a respeito dos nambiquaras indica a impossibilidade dos indígenas de receberem a escrita como instrumento de saber civilizatório.

(6) O fato de "Lição de Escrita" ser um dos capítulos--chave do livro de Claude Lévi-Strauss atesta a importância das reflexões sobre os índios brasileiros para o conjunto das partes que compõem a obra **Tristes Trópicos**.

(7) Nas linhas 8 e 9, os pronomes "próprio" e "seu" referem-se a "o chefe da tribo" (.6).

(8) A expressão coloquial "em pé de igualdade" (.10) significa o mesmo que **regidas por eqüidade**.

(9) O segmento "forçado a entrar no jogo" (.11-12) indica que, entre o chefe da tribo e o antropólogo, houve acordo prévio para que o ato formal da negociação fosse escrito.

(10) Nas linhas 14 e 15, a preposição "de" antes de "saber", "poder" e "dominação política" indica que os termos que ela introduz são subordinados ao núcleo nominal "instrumento" (.14). Utiariti, 17 de janeiro de 1938.

1: Certo. O título do capítulo é de fato justificado pelo texto, uma vez que é apresentado um resumo do conteúdo do capítulo de como o chefe da tribo ensinou a Lévi-Strauss o valor da escrita, mesmo sem de fato saber escrever. No entanto, a ausência de vírgulas para isolar o título do capítulo cria certa confusão na interpretação do texto. Sem conhecimento prévio do leitor, não é claro se "Lição de Escrita" é o título dado a um livro inspirado nos estudos dos índios que foram publicados em "Tristes Trópicos" ou um capítulo de "Tristes Trópico nomeado a partir da experiência. Para que não houvesse ambiguidade e o referente claro do título fosse o capítulo, a frase deveria ser: "(...) embasaram um dos capítulos-chave do livro, "Lição de Escrita", que narra como o chefe da tribo (...)". A questão deveria ser revista;
2: Errado. A colocação pronominal é a posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo: antes (próclise), depois (ênclise) e no meio (mesóclise) e deve seguir algumas regras específicas de acordo com o contexto gramatical apresentado. Por exemplo, a próclise é obrigatória em caso de palavra atrativa, por exemplo, de valor negativo. A forma "não concentram-se" seria incorreta. Também é regra que não se inicia período com pronome oblíquo átono, portanto, nesses casos é obrigatória a ênclise: "Se concentram" seria incorreto. Quando não há nenhuma regra que obrigue determinada colocação pronominal, é possível que o autor faça a escolha entre próclise e mesóclise a partir de estilo e naturalidade no discurso. Na frase apresentada no item não há qualquer regra que obrigue ou impeça a mudança da colocação do pronome "se" em relação ao verbo "concentra". Tanto próclise como ênclise são validadas pela norma culta da língua. A reescrita seria: "as reflexões sobre os índios brasileiros concentram-se entre a quinta e a oitava partes do livro";
3: Certo. A análise proposta no item é corroborada ao final do texto, em que são explicitadas as relações de poder e dominação da escrita ao longo da história humana. Além disso, o chefe teatraliza a escrita para reafirmar seu poder e para se colocar em grau de igualdade de força com o dominador perante seu povo, como visto no trecho: "numa mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do seu povo";
4: Certo. A simulação de escrita é uma tentativa do chefe da tribo de se igualar ao homem branco. Isso prova que eram desiguais. O branco dominador, com o poder da escrita, se colocava acima do índio também nas relações comerciais, como demonstrado no trecho "(as garatujas) deveriam parecer negociações comerciais em pé de igualdade com o homem branco";
5: Errado. A abordagem dada pelo antropólogo a relações entre escrita e sociedade não aborda tanto o processo civilizatório, mas sim as relações de poder estabelecidas pelo domínio do conhecimento, como visto em "O episódio suscita considerações mais gerais sobre o impacto da escrita na história humana, não tanto como instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação política". Se os índios receberiam ou não a escrita e se ela auxiliaria no chamado processo civilizatório não são questões abordadas pelo texto;
6: Certo. Por ser caracterizado como um capítulo-chave de "Tristes Trópicos", o texto dá a "Lição de Escrita" posição privilegiada dentro da obra do antropólogo. Os índios, personagens do capítulo, são o objeto de estudo e o meio usado por Lévi-Strauss para a formulação de ideias centrais de suas teorias. Há ressalva a ser feita quanto a coerência no texto sobre o entendimento de "Lição de Escrita" como capítulo. Sem o conhecimento prévio, o leitor poderia entendê-lo como outro livro, devido a falhas na pontuação. (ver item 1 da questão);
7: Certo. Os pronomes funcionam como elementos de coesão do texto, retomando a informação anterior "chefe" e relacionando-a a outras informações posteriores. Não há, na construção do texto, qualquer prejuízo ao entendimento do leitor, uma vez que não existe outro possível referente para os pronomes. Tanto "povo" como "prestígio" são posses claras do chefe e os pronomes indicam essa relação;
8: Certo, "em pé de igualdade" é uma expressão do registro coloquial da língua. "Regidas por equidade" carrega o mesmo significado, mas no registro formal. Ambas carregam a mesma mensagem: a simulação era de que nas relações comerciais existia equivalência de forças entre índios e brancos;
9: Errado. O termo "forçado" indica que o antropólogo não teve escolhas quanto ao seu papel na mise-en-scène. Não é dito no texto de que forma ele foi obrigado, mas fica claro que ele não estava de acordo com o posicionamento do chefe;
10: Certo. O substantivo é caracterizado pelas locuções adjetivas compostas de preposição "de" mais verbo no infinitivo. (de saber, de poder e de dominação política). Como seguem a mesma estrutura, não se faz necessário repetir para cada locução o termo caracterizado. A estrutura confere agilidade e dinâmica na leitura mantendo a coesão e coerência das ideias.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8C, 9E, 10C

Texto para a próxima questão

1 Meu caro senhor,
escrevo-lhe de Utiariti, aonde chegamos ontem, de caminhão, depois
4 de uma viagem difícil.(...)
Da viagem, não direi nada. Esta região do Brasil é um
matagal deserto e desesperador, através do qual viajamos por
7 700 km. Em Utiariti, fomos muito bem recebidos pela equipe do
telégrafo, que nos havia preparado um belo rancho à beira-rio,
localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível, junto do
10 acampamento nambiquara. De modo que lhe escrevo entre uns
quinze homens, mulheres e crianças na nudez mais agressiva (pois,
é uma pena, seus corpos não são bonitos), mas de humor
13 extremamente hospitaleiro, por mais que se trate do mesmo grupo
(e provavelmente dos mesmos indivíduos) que massacrou a missão
protestante de Juruema, há cinco anos. Infelizmente, o trabalho
16 promete ser de uma dificuldade extrema: nenhum intérprete à mão,
ignorância total do português e língua de uma fonética que parece
inabordável à primeira vista. Mas faz apenas 24 horas...
19 (...)
Minha mulher e eu enviamos nossos cumprimentos.
Claude Lévi-Strauss.

Folha de S. Paulo, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os seguintes itens a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do trecho acima, que faz parte de carta escrita por Lévi-Strauss a Mário de Andrade.

(1) Depreende-se do trecho destacado da carta que o autor gostou da localização do rancho que habitaria.

(2) Se o texto fosse de uma carta oficial, e não, de uma carta pessoal, os termos "aonde" (.3) e "mulher" (.20), de uso coloquial, deveriam ser substituídos, respectivamente, por **onde** e **esposa**.

(3) Na linha 5, o emprego de **Essa**, em vez de "Esta", atenderia melhor às exigências de coesão textual.

(4) Nessa carta, escrita em 1938, Lévi-Strauss registra impressões sobre os costumes indígenas, marcadas por índices que não se distanciam muito dos contidos nos relatos dos primeiros colonizadores a respeito dos indígenas. Entre esses índices, destacam-se: "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15).

(5) A forma verbal composta "havia preparado" (.8) é equivalente à forma simples **preparara**.

(6) Preserva-se tanto a coerência textual quanto a correção gramatical ao se utilizar **a que** em vez de "à qual" (.9).

(7) Depreende-se do desenvolvimento do texto que o pronome "lhe" utilizado na linha 10 refere-se a "equipe do telégrafo" (.7-8).

(8) O próprio nome da tribo — "nambiquara" (.10) — comprova ser procedente a observação do autor do texto de que essa tribo fala uma "língua de uma fonética que parece inabordável à primeira vista" (.17-18).

(9) A carta do antropólogo Claude Lévi-Strauss é um registro do encontro do homem branco e letrado com a cultura indígena.

(10) Na carta, ao considerar que os corpos nus dos índios da tribo nambiquara "não são bonitos" (.12), o autor emite um juízo de valor regulado por parâmetros análogos aos que embasam a cultura nambiquara.

(11) Se o autor quisesse conferir um tom menos gentil e mais afirmativo ao texto, ele deveria empregar o modo indicativo, **trata**, em lugar do modo subjuntivo, "trate" (.13), substituição que preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(12) Caso fossem suprimidos os sinais de parênteses na linha 14, seria necessária a alteração da flexão de singular em "massacrou" (.14) para plural: **massacraram**.

(13) A expressão "ignorância total do português" (.17) foi utilizada com sentido pejorativo, denotando deficiência linguística.

(14) A frase "Mas faz apenas 24 horas..." (.18) poderia ser corretamente substituída por: **No entanto, só cheguei a 24 horas atrás**.

1: Certo. A informação que comprova o gosto do autor pela localização está na linha 9: "localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível", trecho que pode ser interpretado como um apreço do antropólogo pelo local onde ficaria;

2: Errado. O termo "aonde" indica que houve movimento para se chegar a um lugar, situação contemplada, como lemos no trecho "aonde chegamos ontem, de caminhão". Já o termo "mulher" é aceito como sinônimo de esposa também em situações formais, como consta no dicionário Houaiss: "5 (sXIV) companheira conjugal;
Esposa Ex.: sua m. não poderá acompanhá-lo devido a compromissos profissionais". Seriam situações gramaticais, portanto, aceitas em situações de exigência de norma culta da língua;

3: Errado. O pronome demonstrativo "esta" é usado em situações textuais em que a informação a que se refere ainda será apresentada, ou seja, em que o referente do pronome é posterior a ele. "Esta" se refere a "região do Brasil". O uso do pronome "essa", da segunda pessoa, indicaria que a informação já foi apresentada e causaria danos ao entendimento por não atender corretamente às exigências de coesão textual;

4: Certo. Lévi-Strauss caracteriza o interior do Brasil e os indígenas como carentes de civilização e reforça o choque cultural entre o mundo "selvagem" dos trópicos e o civilizado mundo europeu. Os termos citados no item, "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15), carregam forte denotação negativa. A surpresa sentida pela nudez e a visão de choque pelo espaço ou pelas ações dos índios são bastante semelhantes a trechos das cartas dos primeiros colonizadores portugueses a aportar no Brasil, como a conhecida carta de Pero Vaz, datada da descoberta do Brasil. Nos termos citados, Lévi-Strauss é a figura do colonizador civilizado transposta para o contexto do século XX;

5: Certo. O pretérito mais-que-perfeito, tempo que indica uma ação anterior na linha temporal a outra também no passado, possui duas formas, sendo uma simples e outra em locução verbal. Ambas possuem exatamente o mesmo significado e podem ser permutadas sem prejuízo gramatical ou de sentido. "havia preparado" ou "preparara" são equivalentes. É a escolha do autor, baseada em questões de estilo, que definirá qual será usada;

6: Certo. O pronome relativo "que" é considerado universal e, feitas as devidas adaptações, pode substituir outros pronomes relativos. No trecho "por uma gentileza à qual fui muito sensível", o pronome "a qual" une o termo "gentileza" a uma oração subordinada adjetiva que o qualifica. O pronome relativo cumpre função sintática de complemento nominal do termo "sensível", que exige a preposição "a" para seu complemento. O pronome relativo está na sua forma feminina por substituir um termo feminino, "gentileza", por isso a exigência da crase, união da preposição pedida por "sensível" e da composição do pronome relativo. A substituição de "a qual" por "a que" mantém a regência, o sentido e o referente originais;

7: Errado. O pronome "lhe" refere-se ao interlocutor do autor, ou seja, a quem recebe a carta. Essa interpretação é confirmada pelo verbo a que o pronome serve de objeto, "escrevo", ou seja, lê-se "escrevo para você". A equipe dos telégrafos recebeu o antropólogo e não a carta do antropólogo;

8: Errado. "Nambiquara" é um termo que foi utilizado pelo autor sem qualquer dificuldade. A apropriação do nome da tribo não colabora com a argumentação da língua de fonética inabordável, uma vez que foi escrito. A dificuldade do autor diz respeito ao estranhamento que certos sons no que é dito pelos índios causa aos ouvidos do autor, uma vez que aspectos fonéticos dizem respeito à sonoridade das línguas;

9: Certo. A visão do antropólogo, civilizado e europeu, deixa claro o seu choque ao contato com os a cultura indígena, tanto no que diz respeito à língua como nos costumes da nudez e no medo de possíveis violências. O autor analisa a cultura indígena a partir de critérios pré-estabelecidos da sua cultura letrada;

10: Errado. O autor considera que os corpos nus não são bonitos a partir dos parâmetros culturais de beleza que carrega. Não há qualquer referência ao padrão cultural indígena de beleza ou em como o povo relaciona culturalmente beleza e nudez. Trata-se novamente do julgamento de valores de uma nova cultura a partir de conceitos pré-estabelecidos da cultura branca e letrada europeia;

11: Errado. A conjugação do verbo "tratar" é no tempo presente do subjuntivo, que indica uma hipótese, exigido pela estrutura da expressão "por mais que", uma conjunção que indica uma ideia de concessão. A alteração da conjugação do verbo para o presente do indicativo causaria danos à gramática, por não respeitar a estrutura do subjuntivo exigida

pela conjunção e tornaria o trecho incoerente, já que excluiria a ideia de hipótese necessária para a ideia de concessão;
12: Certo. Como aparece isolada por parênteses, a expressão de caráter explicativo "e provavelmente dos mesmos indivíduos" não interfere na estrutura gramatical da oração "por mais que se trate" e na sua relação com a oração subordinada adjetiva "que massacrou a missão protestante". Nesse caso, o pronome relativo "que" da oração subordinada se refere a "grupo" e exige a concordância do verbo no singular. Ao serem retirados os parênteses, o termo "indivíduos" passa a ser o referente do pronome relativo "que", por proximidade e coerência textual, e exige a concordância do verbo que acompanha o pronome no plural. A reescrita seria: "por mais que se trate do mesmo grupo e provavelmente dos mesmos indivíduos que massacraram a missão protestante de Juruema, há cinco anos.";
13: Errado. A ignorância total do português aparece como um dos elementos que compõem a dificuldade do trabalho. O termo ignorante possui popularmente conotação negativa, mas na carta indica apenas a ausência de conhecimento da língua. Tal interpretação é possível pela frase que antecede e indica que é um problema a falta de um intérprete, que facilmente resolveria o problema;
14: Errado. A substituição não é possível pois a expressão "a 24 atrás" não está de acordo com as exigências da norma culta. Para se indicar período de tempo no passado, é necessário usar o verbo "haver" conjugado na terceira pessoa do singular, "há". É também preciso considerar que o verbo assim conjugado já indicaria que se trata de algo que já aconteceu, assim como o termo "atrás. O uso de ambos seria considerado um excesso linguístico, um pleonasmo. Seria correto dizer, então "No entanto, só cheguei há 24 horas." Ou "No entanto, só cheguei 24 horas atrás".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C, 13E, 14E

Texto para a próxima questão

1 Nenhum povo está mais distante da noção ritualista da
vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio
social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode
4 iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude
polida consistir precisamente em uma espécie de mímica
deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem
7 cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmula.
Além disso, a polidez é, de algum modo, organização e defesa
ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do
10 indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça
de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual
preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.
13 No "homem cordial", a vida em sociedade é, de certo
modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em
viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas
16 as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para
os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social,
periférica, que, no brasileiro — como bom americano —, tende
19 a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base nas ideias e nas estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) As ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo estão sustentadas em dois campos semânticos opostos: de um lado, espontaneidade, forma natural, forma viva, cordialidade; De outro, mímica deliberada, fórmula, defesa, polidez.

(2) O texto ressalta a capacidade de emancipação no processo de vida organizada em sociedade do homem brasileiro, identificado como o homem cordial.

(3) Segundo o texto, aquilo que se configura como forma espontânea na polidez é convertido em fórmula pela cordialidade.

(4) A ideia expressa no primeiro período do texto pode ser reescrita, com correção gramatical, do seguinte modo: **Povo algum se distancia tanto da noção ritualista quanto o povo brasileiro**.

(5) No texto, os adjetivos "ordinária" (.2) e "polida" (.5) são antônimos.

(6) A parte inicial do trecho após o travessão, na linha 4, — "e isso (...) consistir" —, poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: **o que explica por que a atitude polida consiste**.

(7) Considerando-se as regras de concordância nominal, na oração "quando necessário" (.10), o adjetivo poderia receber flexão de gênero feminino, mas o sentido original do texto seria afetado.

(8) Como o adjetivo "intatas" (.12) está deslocado, seria correta a concordância com o núcleo nominal mais próximo, podendo ele, assim, assumir a forma de singular.

(9) O emprego das aspas na expressão "homem cordial" (.13) é fundamental para abonar a função de adjunto adverbial de lugar que essa expressão exerce na oração.

(10) Nas linhas 14 e 15, uma estrutura alternativa e correta para se evitar a repetição de palavras com o mesmo sentido seria: **em viver e apoiar-se consigo mesmo**.

(11) Infere-se do texto que a cordialidade, como "um viver nos outros" (.19), é um índice de dependência social.

1: Certo. A mímica se opõe à espontaneidade na medida em que a cordialidade não é natural ao brasileiro, mas decorre da cópia de uma atitude natural do "homem cordial". Coloca-se em oposição o que deveria ser, e o que era originalmente, a cordialidade como forma de vida e a mímica dessa cordialidade na aparência, o que denota que ela não existe;
2: Errado. O texto já começa por dizer que "nenhum povo está mais distante da noção ritualista da vida que o brasileiro", o que se desenvolve em dizer que a cordialidade é uma mímica aparente de uma essência cordial que não possui. Não há, portanto, por não haver noção ritualística da vida, processo de organização da vida em sociedade;
3: Errado. De acordo com o texto, aquilo que é uma forma espontânea de polidez se transforma em fórmula justamente pela ausência da cordialidade como característica natural. A manifestação espontânea de polidez é convertida em mímica e reproduzida na aparência;
4: Certo. O pronome indefinido "algum" muda de sentido de acordo com a sua colocação em relação ao substantivo que qualifica. Se aparece antes indica que existe algo, mas não se sabe definir o que. Se aparece depois, indica que não existe e é sinônimo de "nenhum". A reescrita proposta no item indica exatamente essa possibilidade;
5: Errado. Apesar de admitir acepção de caráter pejorativo, que denota má educação, descortesia ou grosseria, o adjetivo "ordinária" é usado no texto no sentido de conforme ao costume, comum, habitual, e, portanto, não corresponde ao antônimo de polida, que no texto significa de fina educação, cortês, atencioso. (Dicionário Houaiss);
6: Errado. A relação que se estabelece entre o trecho após o travessão e a oração anterior é de que a causa de ela poder iludir na aparência é a "a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial'". Essa relação é devida à forma do verbo "se explica", que está voz passiva sintética, ou seja, significa "isso é explicado pelo fato de". Na reescrita proposta pelo item, a relação seria exatamente oposta, pela utilização do verbo "explica" na voz ativa seguido da conjunção porque, e indicaria que ela poder iludir na aparência é a causa de a atitude polida consistir em uma mímica das manifestações espontâneas do "homem cordial";
7: Certo. Caso estivesse no feminino, a expressão indicaria que aquilo que seria necessário é a polidez. Então, quando se precisar de polidez, ela servirá de resistência. A reescrita sugerida pelo item seria correta, já que existe referente claro para o termo estar no feminino e há coerência nas ideias do trecho. No entanto o sentido original, de que quando a situação exigisse uma peça de resistência a polidez assim o serviria, foi alterado;
8: Certo. O adjetivo "inatas" aparece pré-posto aos substantivos que qualifica, "sensibilidade" e "emoções". A ordem natural seria que ele aparecesse após os substantivos. Quando o adjetivo é deslocado de sua posição natural pode concordar, em gênero e número, apenas com o mais próximo, mas ainda assim manter-se como referente a todos os termos que qualifica;
9: Certo. A expressão "no homem cordial" indica o lugar onde "a vida em sociedade é uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo". No entanto, homem cordial seria uma pessoa e não um lugar, o que tornaria a expressão incoerente no texto. Para que esse sentido figurativo seja aceito, a presença das aspas, que indicam uma leitura não-literal do termo, é fundamental;
10: Errado. O verbo apoiar tem como regência a preposição "sobre" para a circunstância de onde se apoiar, diferentemente do verbo viver que aceita a preposição "com" para indicar circunstância de companhia (a preposição aparece combinada ao pronome na forma "consigo"). Portanto, retirada da expressão "sobre si próprio" em favor de um único referente para os dois verbos, causaria prejuízo na coerência e na gramática textual. O excesso de expressões que indicam individualidade é um recurso de estilo do texto para reforçar a ideia de solidão. Uma possível reescrita, menos enfática na força de solidão, seria "viver consigo e apoiar-se em si";
11: Certo. "Um viver nos outros" é uma expressão que reforça a redução do indivíduo à parcela social e periférica (l.17), e sua dependência do outro, para libertá-lo do pavor da solidão. A maneira de expansão para a vida social é a cordialidade, a ritualística social, como desenvolvido ao longo do texto.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C, 10E, 11C

Texto para a próxima questão

1 Se observamos o sistema capitalista em seu conjunto,
vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de
excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do
4 desenvolvimento; E, se observamos, em particular, o conjunto
dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no
sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. Essa massa
7 crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se
concentra nos países periféricos constitui por si mesma um
fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a
10 possibilidade de que ocorram, em determinados países, e
mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder
político, sob a pressão dessas massas, com modificações de
13 fundo na orientação geral do processo de desenvolvimento.
Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre
os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova
16 orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito
mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo
e reduzindo o desperdício provocado pela extrema
19 diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos
grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os
recursos não-reprodutíveis muito provavelmente se reduziria.

Celso Furtado. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.86-7.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No conjunto do sistema capitalista, predomina a tendência evolutiva, isto é, o capitalismo se orienta, progressivamente, em um sentido mais igualitário.

(2) Segundo o texto, duas das saídas para a provável redução da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis seriam o favorecimento de formas coletivas de consumo e a redução do desperdício verificado no consumo efetuado por grupos privilegiados.

(3) De acordo com o texto, mesmo sendo crescente a massa de excluídos, a atuação dela é inócua porque está restrita aos países periféricos.

(4) No estabelecimento de novas relações entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, deveria ser considerada a necessidade de elevação da capacidade de consumo das massas excluídas frente à dos grupos privilegiados.

(5) O trecho de "Se observarmos" (.1) "em vinte" (.6) não perde em coesão e em correção gramatical se a correlação entre as formas verbais "Se observarmos... vemos" (.1-2) for substituída por **Se observarmos... veremos**.

(6) Beneficiaria a clareza do trecho nas linhas 3 e 4 a seguinte reescrita: **excluir dos principais benefícios do desenvolvimento nove em cada dez pessoas**.

(7) Considerando-se a construção do período que se inicia após o ponto e vírgula na linha 4, é correta a substituição da conjunção condicional "se" pelas correlatas "caso" ou "desde que".

(8) A retirada de todos os traços de plural dos vocábulos da linha 14 não resulta em incorreção gramatical.

(9) As formas verbais "favorecendo" (.17) e "reduzindo" (.18) correspondem, respectivamente, a **que favoreça** e **que reduza**.

1: Errado. Como demonstra o trecho "vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento", o texto defende a ideia de que o capitalismo evolui para a exclusão de muitos e o privilégio de poucos, ou seja, que evolui para uma cada vez maior desigualdade social;

2: Certo. De acordo com o trecho final do texto, as resoluções em busca de uma situação mais igualitária, ou seja, o favorecimento das formas coletivas de consumo e a redução do desperdício dos padrões de consumo dos privilegiados, teria como consequência natural a redução da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis;

3: Errado. A afirmação do item se prova errada no trecho "Essa massa crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se concentra nos países periféricos constitui por si mesma um fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a possibilidade de que ocorram, em determinados países, e mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder político, sob a pressão dessas massas", ou seja, a massa dos excluídos é capaz de alterar o caminho da evolução do sistema;

4: Certo. Como diz o texto, "a nova orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito mais igualitário", ou seja, deve haver uma tentativa de equilibrar os excessos das classes privilegiadas com as faltas das massas excluídas. Como se lê entre as linhas 11 e 15, essas relações devem ser intermediadas pelo Estado, a partir da pressão política das massas para mudanças políticas, em relação com as empresas;

5: Errado. A primeira oração, introduzida pela conjunção "se", indica uma condição para o que é apresentado na segunda oração. Na gramática dessas orações, estaria correta a alteração do verbo do presente para o futuro, alterando-se apenas sutilmente a ênfase dada às informações observadas. É, no entanto, uma questão de coesão textual o paralelismo sintático entre esse primeiro conjunto de orações e o conjunto "e, se observamos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte", que também deve ser analisado pela proposta do item. Para que a alteração proposta pelo item não trouxesse qualquer prejuízo à coesão proposta pelo paralelismo, o ideal seria que a forma verbal "constatamos" sofresse a mesma alteração e teríamos "e, se observamos... constataremos";

6: Certo. Não há qualquer necessidade de correção gramatical para que se faça a alteração da ordem dos termos. "nove pessoas em dez" e "dos principais benefícios do desenvolvimento" funcionam como objetos do verbo e podem se organizar sem privilégio de ordem sintática. É possível reescrever o trecho para facilitar o entendimento para tornar a expressão "nove pessoas em dez" mais clara, exigência feita pela colocação da expressão após "dos principais benefícios do desenvolvimento". Apesar de exigida pela nova organização da frase, a reescrita da expressão não depende da posição e poderia ser feita sem alteração da ordem.

7: Errado. As conjunções "caso" e "desde que" introduzem uma relação de condição entre as informações, assim como a conjunção "se". No entanto, as conjunções sugeridas exigem a reescrita dos trechos para a adequação gramatical dos verbos de acordo com o que pedem as conjunções. Teríamos: "caso observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte" e "desde que observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte";

8: Certo. Na reescrita proposta, teríamos "Qualquer que seja a nova relação que se constitua entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas (...)", gramaticalmente correta. A alteração, no entanto, torna o trecho menos genérico, o que alteraria a interpretação do texto no que diz respeito a quantidade de alternativas para a nova relação;

9: Certo. As formas verbais "favorecendo" e "reduzindo" são partes constituintes de orações subordinadas adverbiais consecutivas reduzidas em gerúndio e podem ser desenvolvidas com o uso da conjunção "que", que mantém a relação de consequência entre a ação dos governos e a consequências de suas ações, e a forma do verbo conjugada no presente do subjuntivo, de modo a manter a correção gramatical do trecho.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Pensadores e estudiosos da vida brasileira não escamoteiam a relevância formidável da contribuição, na nossa arte, do talento de origem africana, indelevelmente
4 gravado em todas as etapas da evolução histórico-cultural do Brasil. Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que
7 então se formava —, vimos a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante diante do qual negros e mestiços formaram um dos mais preciosos grupos
10 de artistas do continente americano.
São pintores, escultores, arquitetos, ourives, desenhistas e músicos, de tendências diversas, barrocos,
13 clássicos, contemporâneos, abstratos, figurativos, carnavalescos e populares, que testemunham o trabalho riquíssimo da presença negra nas artes do Brasil.

Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O acréscimo de **Alguns** imediatamente antes do termo "Pensadores e estudiosos da vida brasileira" (*l*.1), desde que feito o ajuste na maiúscula em "Pensadores", permitiria a interpretação de que há pesquisadores ou ensaístas que escamoteiam a relevância da contribuição do talento de origem africana na arte brasileira.

(2) O emprego da primeira pessoa do plural em "nossa arte" (*l*.3) e em "vimos" (*l*.7) é um recurso estilístico que confere ao texto impessoalidade, distanciamento crítico, objetividade e exclusão do leitor como adepto do mesmo pensamento.

(3) O emprego da preposição no termo "do talento" (*l*.3) é exigido pela regência da palavra "relevância" (*l*.2).

(4) O sentido da expressão "Não bastasse" (*l*.5) permite a inserção de **ainda** ou de **também**, entre vírgulas, logo após a palavra "vimos" (*l*.7), sem que haja prejuízo para a sintaxe ou para a informatividade do período.

(5) Como se trata de um texto a respeito de artes plásticas, a palavra "tracejar" (*l*.6) está sendo empregada de acordo com jargão técnico, ou seja, no sentido de **prescrever**.

(6) Pelos sentidos do texto, é correto afirmar que "então" (*l*.7) estabelece, no período em que ocorre, uma relação de valor conclusivo.

(7) Pelas relações sintáticas do período, conclui-se que, em "se formava" (*l*.7), o "se" é índice de indeterminação do sujeito.

(8) O último parágrafo do texto complementa, amplia e explica a expressão antecedente: "um dos mais preciosos grupos de artistas do continente americano" (*l*.9-10).

(9) Eliminar a forma verbal "São" (*l*.11), a conjunção "que" (*l*.14) e a vírgula que a antecede, colocando-se a palavra "pintores" com letra inicial maiúscula, provocaria truncamento sintático no período.

1: Certo. Ao se acrescentar o pronome indefinido "alguns" como adjunto adnominal do sujeito, é selecionada dentro do total uma parcela indefinida dos pensadores e estudiosos da vida brasileira que não escamoteiam a relevância da contribuição de origem africana. Se parte não escamoteia, é possível se entender que outra parte o faz;

2: Errado. O uso da primeira pessoa do plural aproxima autor e leitor já que coloca os dois como partes de um mesmo grupo, nós. O autor compartilha da mesma experiência e faz parte do mesmo contexto do leitor. No caso do texto, o pronome possessivo "nossa" e o verbo "vimos" se referem ao povo brasileiro;

3: Errado. A expressão "do talento de origem africana" serve como qualificador ao substantivo "contribuição" que exige a preposição "de" na relação com seu termo regido. O substantivo "relevância" também exige o uso da preposição "de" na sua relação de regência. No entanto o termo que se liga a "relevância" é "da contribuição do talento de origem africana";

4: Certo. A formulação sintática "não bastasse" transmite a ideia de adição de informações: "o barroco primitivo" e "a mão afro-brasileira". As expressões "ainda" e "também", se devidamente pontuadas, transmitem a mesma ideia de adição e não trazem prejuízo à estrutura sintática do trecho, funcionando apenas como termo de ênfase. As reescritas seriam: "Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que então se formava —, vimos, também, a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante" e "Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que então se formava —, vimos, ainda, a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante";

5: Errado. O verbo tracejar está empregado na construção da formação da nacionalidade e, portanto, apesar de o contexto ser das artes, o seu uso específico é figurado e significa delinear;

6: Errado. O termo "então" indica o contexto histórico em que o barroco tracejou as características definidoras da nacionalidade. Possui, portanto, valor temporal de passado;

7: Errado. O verbo "formar" é classificado com transitivo direto e pronominal, e admite caráter reflexivo. O pronome "se" que acompanha o verbo funciona como objeto direto e indica que a nacionalidade, que é o sujeito definido, tomava forma;

8: Certo. A enumeração de caracterizações dadas aos artistas colabora na construção do sentido do grupo como precioso pela heterogeneidade dos termos, e pelos campos semânticos que abordam, das profissões e das tendências, que tornam mais completa a visão proposta pela expressão no parágrafo anterior;

9: Errado. A estrutura sintática da proposta da reescrita não traria problemas na correção gramatical da frase, uma vez que a oração simples manteria as estruturas sintáticas básicas e sua coerência, descrevendo

como os artistas servem de testemunho para a presença negra nas artes. Teríamos: "Pintores, escultores, arquitetos, ourives, desenhistas e músicos, de tendências diversas, barrocos, clássicos, contemporâneos, abstratos, figurativos, carnavalescos e populares testemunham o trabalho riquíssimo da presença negra nas artes do Brasil."

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7E, 8C, 9E

Texto para as próximas duas questões

1 No amplo conjunto a que chamamos de cultura
popular, o núcleo pesado é formado pelas culturas
negro-brasileiras, com seus sentidos instauradores, seus
4 campos de força, valores e instituições. São culturas
negro-brasileiras, e não negro-africanas, das quais
descendem, é certo, mas de que se separam nos quinhentos
7 anos de história brasileira. Esse núcleo pesado, ou
hegemônico, caso se prefira, foi quase sempre tratado como
folclore: fixado e diminuído. Folclorizar é, pois, uma
10 maneira de não ver. (...)
A invisibilidade do negro é um suporte, ou
corolário, da ideologia da democracia racial, maneira pela
13 qual as desigualdades raciais se refletem, invertidas, no plano
das idéias. Por se refletirem invertidas, o direito como
esquerdo e vice-versa, é que constituem uma atroz ironia.
16 Na vida real, nunca houve, nem há, no Brasil, igualdade de
oportunidades entre os estoques raciais — o fato é
evidentíssimo. A desigualdade racial brasileira é apenas
19 uma forma peculiar, e essencial, da desigualdade social —
e é precisamente esse fato que aparece invertido, como
democracia racial, no plano das idéias.
22 Uma nação se redefine sem cessar. Na atual
redefinição do Brasil, a matriz africana e a tradição
negro-brasileira tendem a se tornar visíveis — na arte, na
no mundo: em suma, no corpo e na alma.

Joel Rufino dos Santos. **Prefácio**. *In:* Emanoel Araújo (org.).
A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) O primeiro período permaneceria sintaticamente correto e coerente caso se substituísse "a que chamamos" (*l.*1) por qualquer uma das seguintes expressões: **chamado; a que se tem chamado; a que se chama; que é chamado.**

(2) Pelas informações do texto, é correto inferir que, na expressão "núcleo pesado" (*l.*2), o adjetivo confere à ideia caráter negativo, pejorativo.

(3) No trecho "das quais descendem" (*l.*5-6), a regência do verbo **descender** justifica a presença da preposição em "das".

(4) As informações do texto e sua direção argumentativa defendem a ideia de que considerar a cultura negra como "folclore" é focalizar essa cultura com base em tratamento negativo e equivocado, procedimento que está sendo modificado pelas tendências contemporâneas.

1: Certo. A oração "a que chamamos de cultura popular (...)" funciona como caracterizadora do termo "conjunto", restringindo seu sentido e funcionando como adjunto adnominal do termo, e, portanto, é classificada como uma oração subordinada adjetiva restritiva. Qualquer opção que mantenha essa relação e o significado proposto por ela é válida. Ao fazermos a substituição "No amplo conjunto chamado de cultura popular (...)", a oração é reduzida à forma nominal do particípio do verbo (temos, então, uma oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de particípio), que funciona como adjetivo e mantém o sentido proposto. A substituição "No amplo conjunto a que se tem chamado de cultura popular (...)" altera o sujeito do verbo, da generalizante 1ª pessoa do plural, passa a um verbo com sujeito indeterminado. Em ambos os casos o foco está no que é chamado e está mantido o sentido amplo e não-específico de quem chama. Além disso, o tempo verbal é alterado de um presente simples para uma locução que indica atualidade à ação e, portanto, mantém a ideia original. Na substituição "No amplo conjunto a que se chama de cultura popular (...)", assim como na anterior, a principal mudança está no foco do sujeito, que passa a indeterminado e, portanto, mantém a generalização do original. Na proposta "No amplo conjunto que é chamado de cultura popular (...)" há alteração na voz verbal, da ativa para a passiva. Essa alteração suprime o uso da preposição na intermediação entre as orações, no entanto, não há prejuízo à coesão ou coerência textual. A mudança de voz verbal indica também a mudança do foco principal da mensagem. Como nos casos de sujeito indeterminado ou genérico, a proposta faz que a ação e seu objeto sejam prioritários em relação a quem a pratica. Em nenhum caso houve incoerência textual ou mudança de significado do original;
2: Errado. Núcleo pesado indica que se trata de algo central para a discussão. Em paralelo com a química, podemos definir o núcleo pesado como aquele que carrega a maior parte da massa do composto e que possui em si grande carga energética. No texto, o termo foi usado em seu sentido conotativo, mas conhecer o significado original resulta em entendimento de sua apropriação para outra área. Mesmo para

aqueles que não reconhecem as origens do termo, o contexto deixa claro o aspecto positivo que se dá à importância das culturas negro--brasileiras na formação da subjetividade popular, pela qualificação que segue o uso do termo: "sentidos instauradores, campo de forma, valores e instituições" são termos de valor positivo e são repassados para o termo original;
3: Certo. O trecho citado no item funciona como oração subordinada adjetiva do termo "culturas negro-africanas". A relação entre o termo e a oração é estabelecida pelo pronome relativo "que", que substitui o termo da oração principal na oração subordinada e cumpre função sintática nela. Podemos reescrever o trecho desencadeando as orações da seguinte forma: "São culturas negro-brasileiras que descendem de culturas negro-africanas". Na reescrita, assim como no original, o verbo descender rege a preposição "de" para o seu objeto indireto. O termo que completa o sentido do verbo deve, portanto, vir introduzido pela preposição. No texto, essa função é cumprida pelo pronome relativo, que substitui o termo significativo, presente na oração principal, "culturas negro-africanas". A compreensão da gramática da oração subordinada é um recurso essencial na interpretação da coesão dos termos da oração e no encadeamento de ideias pela retomada de referentes;
4: Certo. A argumentação citada no item, de que folclorizar é negativo, se comprova no trecho "(...) foi quase sempre tratado como folclore: fixado e diminuído. Folclorizar é, pois, uma maneira de não ver". Tratar a cultura como folclore é torná-la invisível. Já a segunda parte da argumentação interpretada pelo item, que afirma haver mudanças na maneira de se pensar, se comprova pelo final do texto: "Uma nação se redefine sem cessar. Na atual redefinição do Brasil, a matriz africana e a tradição negro-brasileira tendem a se tornar visíveis". É importante notar que o autor afirma que existe a tendência de mudança, e não que ela já é concreta.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Pelos sentidos do texto, a invisibilidade do negro tanto pode ser o fundamento como a natural consequência do pensamento de que não há desigualdade racial, ou seja, de que existe democracia racial.

(2) O emprego reiterado, em situação de proximidade, do mesmo verbo em tempos diferentes na expressão "nunca houve, nem há" (*l.*16) confere ênfase à ideia apresentada.

(3) Se as vírgulas que isolam a expressão "e essencial" (*l.*19) forem eliminadas, prejudica-se a correção gramatical do período.

(4) Ao se substituir o sinal de dois-pontos após "mundo" (*l.*26) por vírgula, o período permanece gramaticalmente correto.

(5) O último parágrafo do texto reforça a ideia de que as expressões "cultura negro-africana" e "cultura negro--brasileira" podem ser usadas indistintamente como sinônimas, uma vez que essa cultura está se tornando visível.

1: Certo. A interpretação do item se fundamenta no trecho "A invisibilidade do negro é um suporte, ou corolário, da ideologia da democracia racial". É necessário analisar o vocabulário escolhido pelo autor e seu paralelo no item, os termos correlatos se sustentam: "suporte" equivale a "fundamento", "corolário" a "natural consequência" e "pensamento de que não há" a "ideologia";
2: Certo. A ideia de ênfase se dá pelo reforço da continuidade de algo. Não é apenas no passado que existia e também não apenas no presente. O mesmo verbo conjugado nos dois tempos em proximidade indica que não houve alteração de status na situação e, por isso, reforça a ideia de imobilidade na passagem do tempo. Ainda há na expressão dois advérbios negativos que intensificam a ideia de imobilidade;
3: Errado. A vírgula é usada no trecho como recurso de ênfase. A expressão isolada recebe destaque do restante da caracterização. A retirada das vírgulas manteria a correção gramatical do período e a mensagem transmitida seria a mesma, no entanto, a importância dada à informação seria diminuída, o que causaria prejuízo na força argumentativa do trecho;
4: Certo. A expressão que se segue aos dois pontos, "em suma", significa resumidamente e é uma expressão que introduz explicação. Normalmente, essas expressões aparecem isoladas por vírgulas. Os dois-pontos reforçam a ideia de explicação, mas não alteram o significado tanto da expressão como da informação que ela introduz;
5: Errado. O último parágrafo do texto apresenta as duas ideias distintamente: a cultura negro-africana como aquela que dá origem a uma outra cultura, a negro-brasileira, que já traz em si os aspectos culturais da passagem do tempo no Brasil. Ao serem colocadas caracterizadas separadamente como "matriz" e "tradição" percebem-se notadamente distintas, apesar de relacionadas. Ainda temos a informação de que ambas tendem a ser reconhecidas, como a que deu origem e aquela de que fazemos parte.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

Texto para a próxima questão

1 Tão vigorosa foi a contribuição negra que, tal como
constatou Pierre Verger, os antigos escravos que retornaram
à África levaram para a terra onde nasceram os
4 conhecimentos e a criatividade que tinham desenvolvido no
Brasil. Aqui trabalhavam como arquitetos, construtores e
pintores. Era o primeiro contingente cultural que o Brasil
7 perdia, mas que transplantou para a Nigéria e para o Daomé
importantes aspectos da nossa ainda incipiente cultura. Foi
negra a primeira comunidade brasileira construída além de
10 nossas fronteiras.

Emanoel Araújo (org.). **Introdução e proposição.** *In*: **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) Na linha 1, o emprego de "tal" está associado ao emprego do antecedente "Tão", uma vez que esses termos constituem os dois componentes de uma locução que estabelece paralelismo sintático.

(2) A ausência de vírgulas isolando a oração “que retornaram à África” (*l.*2-3) é procedimento sintático que indica a natureza restritiva de tal segmento.

(3) Infere-se das informações do texto que os escravos, quando retornavam à África, preferiam, para difundir os novos conhecimentos, residir em região que não fosse aquela de onde provinham originalmente.

(4) Exemplo de que a língua portuguesa admite para o mesmo contexto uma forma linguística com grafia diferente, mas com o mesmo valor e função, é a palavra “incipiente” (*l.*8), que poderia, sem alteração do sentido do texto, ser substituída por **insipiente.**

1: Errado, “tal” funciona como conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial conformativa, ou seja, traz uma informação que comprova que a informação anterior está de acordo com algo proposto ou feito anteriormente, no caso a teoria de Pierre Verger, e poderia ser substituída por conjunções como “segundo”, “de acordo com” ou “conforme”. O termo “tão” se relaciona diretamente ao “que” (l.1) e à informação por ele introduzida. É estabelecida entre os dois termos uma relação de consequência: devido à contribuição é que seus reflexos aparecem em outras culturas;
2: Certo. A oração subordinada adjetiva restritiva “que retornaram à África” indica que dentre todos os antigos escravos, apenas um grupo retornou à África, e foi esse grupo que levou seus conhecimentos e criatividades. Se a oração aparecesse isolada por vírgulas, passaria a ser uma oração subordinada adjetiva explicativa e daria a entender que todos os antigos escravos retornaram à África;
3: Errado. Lê-se no texto “levaram para a terra onde nasceram”, ou seja, define-se como região para onde retornavam exatamente aquela que tinham deixado, a sua terra de origem;
4: Errado. Os termos “incipiente” e “insipiente” possuem significados distintos. O primeiro significa iniciante, que nasce. O segundo significa ignorante, sem razão. A grafia das palavras carrega a origem de seus significados, uma vez que são reflexo dos radicais latinos que têm como base. São raríssimos os casos em que o português admite dupla grafia para termos e, em geral, trata-se de adaptações da fonética para a escrita (por exemplo, hidrelétrica e hidroelétrica). A grafia cuidadosa das palavras garante ao texto coerência.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Texto para as próximas duas questões

1 De onde poderia vir, senão da África, a força
expressionista contida na obra de Aleijadinho? A sua
escultura reducionista, geométrica, talhada com energia
4 angulosa, à maneira dos escultores nigerianos, pode ser
resultante da influência dos três escravos que trabalhavam
com ele, mas, mesmo assim, o inconsciente que dominava
7 aquele processo de criação era o do próprio Aleijadinho.
E as mulatices dos anjos e santos do Mestre Valentim, o
brutalismo ou gigantismo aparente de suas talhas, de onde
10 surgiram essas características? Isso reafirma de certo modo
a teoria do crítico George Nelson Preston sobre o
neo-africanismo — a real evolução da arte africana pelos
13 artistas negros das diásporas.

Idem, ibidem.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) A respeito do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A interrogação inicial do texto, que inclui em si a sua própria resposta, tem como uma das possibilidades de estrutura afirmativa correspondente a seguinte redação: A força expressionista contida na obra de Aleijadinho não poderia vir de outro lugar senão da África.

(2) Infere-se das informações do texto que o trabalho de Aleijadinho era compartilhado com escravos que estavam a seu serviço, os quais podem ter exercido alguma influência no resultado final das obras.

(3) Pelos sentidos textuais, no segmento “era o do próprio Aleijadinho” (*l.*7), subentende-se a palavra **inconsciente** logo após “o”.

(4) O pronome “Isso” (*l.*10) é um recurso coesivo que retoma a ideia de que tanto Aleijadinho como Mestre Valentim apresentam características provenientes da matriz estética africana.

1: Certo. A pergunta que inicia o texto é uma retórica, ou seja, não espera resposta, apenas visa enfatizar que não existe outra possibilidade senão aquela proposta pela própria pergunta. A reescrita da afirmativa carrega a mesma ideia da pergunta sem qualquer prejuízo, uma vez que não era esperada uma resposta que completasse seu sentido;
2: Certo. O trecho que corrobora a informação apresentada no item é “A sua angulosa, à maneira dos escultores nigerianos, pode ser resultante da influência dos três escravos que trabalhavam com ele”. Isso significa que é possível que em partes do trabalho do escultor estejam presentes elementos artísticos trazidos por seus assistentes de culturas africanas. Nota-se que o trabalho era compartilhado entre Aleijadinho e os escravos pelo uso da preposição “com”, os escravos trabalhavam junto com o escultor;
3: Certo. Lê-se na frase “o inconsciente que dominava aquele processo de criação era o do próprio Aleijadinho.” O pronome demonstrativo “o” que segue o verbo “era, retoma uma informação anterior, “inconsciente” e evita a repetição de termos, tornando o texto ágil e coeso. É possível, então, subentender que o termo está presente no significado da frase, mesmo que não apareça escrito;
4: Certo. O pronome demonstrativo “isso” retoma as informações anteriormente citadas de maneira genérica, isto é, sem delimitar o que é que comprova, abrangendo, portanto, toda a informação prévia. As características das obras dos dois artistas, bem como seus elementos e procedimentos, servem como prova para a teoria da influência de culturas africanas em contextos artísticos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Julgue os trechos que se seguem quanto à correção gramatical e ao respeito às exigências da redação de textos oficiais.

(1) Compete a Coordenação de Divulgação disseminar informações sobre a política externa brasileira no exterior e no Brasil; Divulgar, no exterior, aspectos da atualidade brasileira, em especial, no que se refere a direitos humanos, meio ambiente, processo democrático, avanço social, estabilidade econômica; E variedade étnica, climática e física.

(2) A Divisão de Operações de Difusão Cultural executa, planeja e analisa as atividades de difusão cultural em coordenação, à partir de banco de dados sobre projetos, produtos e promotores culturais. Além disso, organiza e coordena Comissões Mistas Culturais de caráter bilateral e multicultural.

(3) A Divisão de Temas Educacionais atua em três diferentes vertentes da cooperação educacional: a primeira, relativa à cooperação prestada, para a formação e treinamento de estrangeiros no Brasil; a segunda, referente à cooperação recebida, para a formação e treinamento de brasileiros no exterior; E, a terceira, no acompanhamento e tratamento de temas educacionais na agenda internacional, nos níveis bilateral e multilateral.

(4) A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa está encarregada de orientar, coordenar e executar a política cultural externa do Brasil, sob a vertente da difusão da língua portuguesa e da literatura e cultura brasileiras por intermédio das atividades dos Centros de Estudos Brasileiros, de cursos brasileiros em universidades estrangeiras, das Casas do Brasil e de instituições afins no exterior.

Itens adaptados da Internet: <http://www.dc.mre.gov.br>.

1: Errado. O verbo “competir” no trecho significa “ser da obrigação”, “ser da alçada” e exige a preposição “a” para seus complementos, sendo classificado como verbo transitivo indireto. A regência do verbo não foi respeitada. “Coordenação de divulgação” é uma expressão feminina singular vem antecedida de artigo feminino “a”. Para que a regência fosse respeitada, seria necessária a crase, indiciando o encontro entre “a” preposição exigida pelo verbo e “a” artigo que acompanha o objeto. Ainda causa estranhamento na leitura do trecho o uso de ponto e vírgula antes da expressão “e variedade étnica, climática e física”, já que essa pontuação foi usada para separar o que compete à Coordenação de Divulgação e o termo isolado é complemento de “aspectos da atualidade brasileira” que tem seus múltiplos complementos separados por apenas vírgulas;

2: Errado. A expressão “a partir de” é uma locução conjuntiva fixa e não admite crase em nenhuma hipótese, já que a palavra “partir” segue a preposição “a”, necessária na construção do sentido da expressão, e não admite artigo feminino como introdutor, o que impede a união de duas vogais “a” para a formação da crase;

3: Certo. Há duas possibilidades de confusão no trecho. A primeira é a concordância entre sujeito e verbo na primeira oração. O verbo “atuar” aparece no singular, pois concorda com o núcleo do sujeito “divisão”, palavra no singular. O adjunto adnominal “Temas Educacionais” pode trazer dúvidas quanto à concordância, por ser fundamental no sentido a ser transmitido. Uma segunda questão que merece atenção é a regência dos adjetivos “relativa” e “referente”. Ambos exigem a preposição “a” para a introdução de seus complementos nominais. Nos dois casos, o complemento vem acompanhado de vogal feminina singular “a”. As situações são, portanto, adequadas ao uso da crase;

4: Certo. A confusão que pode surgir no item diz respeito à concordância do adjetivo “brasileiras”. Ele está no plural porque qualifica múltiplos substantivos: literatura e cultura. Para evitar a repetição do termo e ainda assim indicá-lo como caracterizador das duas palavras, aparece ao fim da enumeração e concordando com todos os termos que dela participam.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

1 Qualquer brasileiro razoavelmente bem informado,
mesmo que não tenha lido artigos ou livros de história da
arte, é capaz de citar de memória um destes artistas, se
4 indagado sobre a arte dos tempos coloniais: o Aleijadinho e
Mestre Valentim. Na Bahia, a resposta seria provavelmente
Francisco das Chagas, o Cabra. O que teriam esses artistas
7 em comum? Como justificar a sobrevivência persistente
desses nomes na memória coletiva, em meio ao geral
esquecimento que envolve os de tantos outros artistas da
10 época, igualmente importantes?
Não justificam essa notoriedade apenas a excelência
da obra produzida e sua significação para a história da arte
13 no Brasil, conhecida apenas por especialistas. Há algo com
raízes mais profundas na psicologia do povo brasileiro, que
arriscaríamos chamar de uma espécie de sentido de
16 identidade nacional com esses artistas, todos eles, mulatos.

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 55 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Com relação às ideias e estruturas do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) Na linha 1, o advérbio “razoavelmente” modifica “bem”, indicando com que intensidade o adjetivo “informado” deve ser compreendido.

(2) O conectivo “mesmo que” (*l*.2) liga orações e estabelece entre elas uma relação semântica que poderia ser expressa pelo conectivo **desde que**.

(3) O deslocamento da oração “se indagado sobre a arte nos tempos coloniais” (*l*.3-4) para antes da oração principal do mesmo período preserva a correção gramatical do texto, desde que feitos os ajustes necessários nas maiúsculas e na pontuação.

(4) A inserção do sinal de dois-pontos logo depois de “provavelmente” (*l*.5) provocaria incoerência textual e desrespeitaria as regras de pontuação.

(5) Subentende-se do texto que Aleijadinho é mais conhecido na Bahia como Francisco das Chagas, o Cabra.

(6) O texto sugere, na resposta às duas perguntas que finalizam o primeiro parágrafo, que os artistas mencionados produziram obras de excelente qualidade artística.

(7) Depreende-se do texto que, na psicologia da identidade brasileira, o fato de o artista ser mulato é condição necessária para que ele tenha reconhecida a sua criatividade artística.

1: Certo. O advérbio “bem” intensifica o adjetivo “informado”. “razoavelmente” funciona como advérbio de intensidade e modifica o advérbio “bem”. A supressão de “razoavelmente” alteraria a intensidade com que entendemos a informação do adjetivo “informado”. Alguém “bem informado” possui muito mais informação do que alguém “razoavelmente bem informado”;

2: Errado. O conectivo “mesmo que” introduz uma oração subordinada adverbial concessiva e indica não há interferência do fato da oração subordinada na informação expressa na oração principal. Como demonstra o trecho, não é preciso que se leiam artigos ou livros de história da arte par citar de memória Aleijadinho ou Mestre Valentim. O conectivo “mesmo que” pode ser substituído sem prejuízo à gramática ou ao entendimento por “ainda que” ou “embora”, por exemplo. O conectivo “desde que” introduziria a ideia de condição e mudaria o sentido da mensagem, dizendo que seria absolutamente necessário ter se lido artigos ou livros de história da arte para se conhecer os mestres da pintura medieval citados;

3: Certo. Se a ideia da oração principal está mantida e o conectivo que une a oração subordinada a ela mantém a relação de sentido necessária, é possível que a ordem das orações seja alterada sem qualquer prejuízo de sentido. Ao realizar a alteração que sugere o item, teríamos: “Se indagado sobre a arte dos tempos coloniais, qualquer brasileiro razoavelmente bem informado, mesmo que não tenha lido artigos ou livros de história da arte, é capaz de citar de memória um destes artistas”. As únicas alterações necessárias foram no uso da vírgula ao fim do trecho transposto para o início a mudança da maiúscula para aquela que inicia o período;

4: Errado. Os dois-pontos funcionariam apenas como um recurso expressivo de ênfase. A ideia de complemento para o verbo é mantida pela informação que se segue, coerente ao discurso e à estrutura gramatical do trecho;

5: Errado. A frase “Na Bahia, a resposta seria provavelmente Francisco das Chagas, o Cabra” mostra que há uma particularidade cultural na Bahia, em que seria lembrado um artista famoso regionalmente, mas que mantém os requisitos apresentados pelo texto para a memória popular, assim como Aleijadinho;

6: Certo. A informação dada no item é comprovada na construção “não justificam essa notoriedade apenas a excelência da obra produzida”, que qualifica a arte como excelente, mas afirma que não é só essa a razão para serem lembrados;

7: Errado. É possível inferir da leitura do texto que esses artistas são lembrados pela população em geral por haver identificação entre eles e a identidade cultural do brasileiro, talvez, por serem mulatos. Não está em questão o reconhecimento artístico, mas sim a identificação cultual. Como o texto diz anteriormente, o valor artístico é reconhecido apenas por especialistas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

Texto para a próxima questão

1 A partir das últimas décadas do século XVIII,
quando a pintura mineira, principalmente caracterizada pelos
forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista, evolui
4 para o estilo rococó, com sua típica decoração em
concheados e trama arquitetônica vazada, já os artistas
mulatos, filhos de portugueses e escravas, sobrepujavam em
7 número os brancos, filhos de casais legítimos de portugueses
ou recentemente emigrados.

Olinto Rodrigues dos Santos Filho. **Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro.** *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica.** São Paulo: Tenenge, 1988, p. 101 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O fragmento é constituído por um só período sintático; por isso, seus sentidos são ambíguos e pouco claros, o que inviabilizaria a utilização dele em correspondência oficial.

(2) Alteram-se as relações de sentido, mas preserva-se a coerência textual, ao se substituir “A partir das” (*l*.1) por **Nas**; mas, nesse caso, torna-se obrigatória a retirada do advérbio “já” (*l*.5), para que seja também preservada a correção gramatical.

(3) As vírgulas logo depois de “XVIII” (*l*.1) e de “mineira” (*l*.2) demarcam um aposto de valor temporal, por isso nenhuma delas deve ser retirada para que o texto se mantenha gramaticalmente correto.

(4) O emprego da preposição em “sobrepujavam em número os brancos” (*l*.6-7) obedece às regras de regência da norma padrão para o verbo **sobrepujar**; por isso, seria incorreta do ponto de vista da regência a seguinte estrutura: sobrepujava o número de brancos.

(5) Depreende-se do fragmento que o estilo rococó foi o primeiro estilo arquitetônico utilizado nas igrejas de Minas, caracteriza-se por pinturas em perspectiva ilusionista e apresenta decoração em forma de concha e trama arquitetônica vazada.

1: Errado. Apesar de ser constituído por apenas um período, o texto possui encadeamento coerente. Os elementos de coesão funcionam de forma a evitar ambiguidade e é possível encontrar referentes claros do início ao fim do período. O que inviabiliza a utilização de determinada construção em documentos oficiais é a falta de adequação à norma culta, e não há restrições ao tamanho ou complexidade de textos;
2: Errado. Ao se substituir o conectivo temporal "a partir de" por "em", há sutil alteração de sentido. O primeiro indica que há o início de algo, já o segundo apenas localiza temporalmente o fato narrado. Não há qualquer prejuízo gramatical na alteração proposta. No entanto, a presença do advérbio temporal "já" confere outra relação de atualidade temporal ao momento em que ocorre o fato do texto e não é dependente sintaticamente da expressão temporal que inicia o texto, podendo ser mantido sem qualquer prejuízo de sentido ou gramatical. O termo "já" pode causar confusão no entendimento do leitor por estar deslocado da ordem que costumaria aparecer: "os artistas mulatos, filhos de portugueses e escravas, já sobrepujavam (...)";
3: Errado. A vírgula presente na linha 1 isola o adjunto adverbial de tempo "a partir das últimas décadas do século XVIII", que aparece deslocado da sua posição natural, ao fim do período, e portanto deve vir isolado por vírgula. Já a vírgula da linha 2 isola o aposto "principalmente caracterizada pelos forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista", que se refere ao termo pintura mineira e deve vir isolado por vírgulas. Tais vírgulas não podem ser retiradas, mas não funcionam juntas demarcando aposto, cada uma cumpre a sua função acima descrita. A oração iniciada na segunda linha, inclusive, continua após o aposto de "pintura mineira: "quando a pintura mineira evolui para o estilo rococó";
4: Errado. O verbo sobrepujar, no sentido de ultrapassar, vencer ou levar vantagem, como é usado no texto, é transitivo direto e não pede o intermédio de uma preposição para seu objeto. No texto, recebe como objeto a expressão "os brancos". "Em número" é um qualificador do verbo e funciona como adjunto adverbial de modo. Na construção proposta pelo item, "sobrepujava o número de brancos", o objeto direto do verbo passa a ser "o número de brancos". Ambas as construções estão corretas sintaticamente e seguem as regras de regência. Também não há alteração significativa de sentido;
5: Errado. De acordo com o texto, o estilo rococó, caracterizado pela decoração em forma de conchas e trama arquitetônica vazada, substitui um outro que já existia na pintura mineira e que tinha como característica os forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Texto para a próxima questão

1 A ourivesaria foi o ofício que concentrou, durante o
período colonial, o maior número de oficiais de origem negra.
Os balangandãs que as crioulas da Bahia usavam nos
4 dias festivos, de procissão, são as peças mais características da
joalheria de escravas, além das pulseiras de "copo". Essas
pencas de objetos, lembranças de amor, pagamento de
7 promessas, figas, cruzes, ferraduras e outras "sortes"; frutas,
animais, pandeiros, paus de angola, cilindros ocos, os mais
variados símbolos, mesclando culto católico com cultos
10 africanos, indicam a presença do artífice negro na oficina do
ourives.

Jaelson Bitran Trindade. **Arte colonial: corporação e escravidão**. *In*. Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 129 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Quanto às ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Alteram-se as relações semânticas do texto ao se substituir "concentrou" (*l*.1) por **se concentrou** e "o maior número" (*l*.2) por **no maior número**.

(2) A argumentação do texto permite inferir que a palavra "oficiais" (*l*.2) está sendo tomada como sinônimo textual de "artífice" (*l*.10).

(3) Na linha 4, a expressão "de procissão" funciona como uma restrição a "dias festivos", indicando que nem todos os dias festivos eram de procissão.

(4) A supressão do trecho "lembranças (...) africanos" (*l*.6-10) e das vírgulas que o isolam preserva a correção gramatical do texto, respeitando as regras de concordância verbal.

(5) O valor semântico do gerúndio "mesclando" (*l*.9) permite sua substituição por **que mesclam**, sem prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos do texto.

(6) A substituição da preposição "com" (*l*.9) por **e** provoca erro gramatical, por desrespeitar as regras de regência verbal da norma padrão.

1: Certo. Lê-se na substituição proposta: "A ourivesaria foi o ofício que se concentrou, durante o período colonial, no maior número de oficiais de origem negra." O sentido é alterado substancialmente do original que coloca os negros como grandes participantes da prática da ourivesaria para dizer inversamente que a maior parte dos oficiais de origem negra possuíam como prática a ourivesaria;
2: Certo. Lê-se na definição do dicionário Houaiss para o termo "artífice": " obreiro ou oficial que executa sua arte consoante as encomendas que recebe", são, portanto termo correlatos e podem ser admitidos como sinônimos no texto. De acordo com o contexto, podemos chegar a essa conclusão ao observar que a ourivesaria é tratada como "ofício" e, portanto, aquele que nela trabalha como "oficial". A produção de objetos artísticos, como balangandãs, permite o paralelo com o termo "artífice";
3: Errado. por vir indicada entre vírgulas, a expressão "de procissão" deve ser entendida como explicativa do antecessor "dias festivos". A interpretação é que todos os dias festivos são aqueles de procissão. Caso não houvesse vírgulas, o sentido seria restritivo, indicando que apenas nos dias festivos, dentre todos os outros, é que as crioulas usavam os balangandãs;
4: Certo. O trecho isolado por vírgulas que vai de "lembranças"(l.6) a "africanos"(l.10) funciona como aposto do termo "pencas de objetos", exemplificando quais e de que tipo eram. As vírgulas dentro desse trecho servem como recurso de enumeração de termos pertencentes à mesma

função textual, a saber, os exemplos do aposto. A sua supressão faz com que o texto perca em estilo e profundidade, no entanto, gramaticalmente, se retirado por completo, incluindo sua pontuação, não há qualquer prejuízo gramatical ao texto, uma vez que o verbo "indicam" concorda com o seu sujeito "pencas";
5: Certo. A forma nominal "mesclando" indica uma oração subordinada adjetiva reduzida que pode ser desenvolvida na sua forma complexa, com pronome relativo "que" e verbo conjugado no tempo presente "mesclam" sem qualquer prejuízo gramatical ou de sentido. Teríamos: "os mais variados símbolos, que mesclam culto católico com cultos africanos". Trata-se de uma escolha de estilo do autor do texto, que confere dinâmica à escrita;
6: Errado. O verbo mesclar possui mais de uma possibilidade de construção de regência, admitindo tanto a construção com objeto direto (culto católico) e indireto pela preposição "com" (com cultos africanos), como também com dois objetos diretos interligados por "e" (culto católico e cultos africanos), como propõe o item. Como ambas possibilidades são aceitas pela norma culta, não haveria prejuízo gramatical ou de sentido em fazer a substituição sugerida.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Quando, no carnaval de 1888, surgiu, nas ruas do Rio
de Janeiro, a Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Cucumbis,
instalava-se, a partir dali, um jeito novo, uma contribuição
4 renovadora, um dado revolucionário nos festejos que até então
não tinham incorporado a população negra. Os Cucumbis,
variante dos Congos, tinham um toque de fantasia e imaginação
7 porque os negros que deles participavam vestiam trajes de
indisfarçável origem tribal. (...)
O artista negro, o artesão negro, vincou a sua marca
10 nos instrumentos, nas fantasias e nas alegorias. Ontem, nos
cordões e nos ranchos, hoje, nos blocos e nas escolas de samba.
Pela mão negra os ingredientes adquirem formato e textura
13 novas, herança secular de uma raça que, nas suas várias etnias,
manteve o ponto comum do uso social da criação artística.
Da máscara ao instrumento musical.

Haroldo Costa. **O Barracão e o carnavalesco.** *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 349 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Depreende-se do texto que "Cucumbis" (*l*.2) também pode ser entendido como outro nome dado ao conjunto da população negra nos festejos carnavalescos.

(2) As expressões "a partir dali" (*l*.3) e "até então" (*l*.4) remetem, espacial e temporalmente, à mesma situação: o surgimento da Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Cucumbis.

(3) As expressões "um jeito novo" (*l*.3), "uma contribuição renovadora" (*l*.3-4) e "um dado revolucionário" (*l*.4) constituem uma enumeração de características que reforça a idéia de mudança.

(4) Na linha 9, o emprego do singular em "vincou" indica que as expressões "artista negro" e "artesão negro" devem ser entendidas como sinônimas.

(5) Provoca-se erro gramatical e prejudica-se a coerência textual, ao se substituir "Pela mão negra" (*l*.12) pela expressão no plural **Por mãos negras.**

(6) Apesar de a expressão "herança secular" (*l*.13) estar empregada no singular, textualmente ela retoma "ingredientes" (*l*.12).

(7) Para manter a mesma significação, mas evitar que a última frase do texto seja uma oração sem sujeito e desrespeite as regras gramaticais, deve-se retirar o ponto final logo depois de "artística" (*l*.14), unir as orações e ajustar as maiúsculas.

1: Errado. Não podemos entender "Cucumbis" como a totalidade da população negra no carnaval. Trata-se de uma parcela, mas que trouxe mudança significativa na forma de festejar. O trecho "porque os negros que deles participavam vestiam trajes de indisfarçável origem tribal." deixa claro se tratar de uma parcela, já que a oração adjetiva que acompanha o termo "negros" é uma restritiva, ou seja, dentro da totalidade dos negros, uma parcela participava dos Cucumbis;
2: Certo. As expressões "a partir dali" e "até então" delimitam temporalmente as informações que acompanham e remetem diretamente ao carnaval de 1888, situação em que surgiram os Cucumbis. É importante notar que, apesar do seu aspecto espacial, a expressão "a partir dali" contextualiza a contribuição renovadora, e auxilia na ideia de novidade, já que indica que algo se inicia, em um espaço no tempo, o surgimento da Sociedade. A expressão "até então", introduz a situação que é finalizada pelo surgimento dos Cucumbis, a saber, a falta da incorporação da população negra;
3: Certo. A enumeração com três expressões que crescem progressivamente em força argumentativa, se inicia com "novo", se passa para "renovadora" e se chega a "revolucionário", é um recurso do texto para reforçar a ideia de que algo mudou, e muito. O recurso da enumeração associada ao da gradação torna o texto mais apelativo ao leitor;
4: Certo. A expressão "artesão negro" aprece entre vírgulas e pode ser entendida como aposto do sujeito "artista negro". Essa interpretação é corroborada pela concordância do verbo no singular, o que indica que há apenas um núcleo no sujeito, "artista", e que os outros termos antecedentes ao verbo se referem a esse termo. A ideia implícita pelas vírgulas é a de explicação de quem é o artista: "O artista negro, ou seja, o artesão negro, vincou sua marca nos instrumentos";
5: Errado. A expressão no singular e acompanhada do artigo "a", "pela mão negra" indica uma generalização de quem é o instrumento da renovação, exatamente a mesma ideia transmitida pela expressão no plural e sem artigo "por mãos negras". Em ambos os casos não se sabe exatamente quais são as mãos, mas entende-se que são muitas;
6: Errado. A expressão "herança secular" está no singular por expressar um resumo de todas as informações anteriores, explicitadas também no termo "marca" (l.9). É a retomada semântica da ideia original do texto,

de que é essa característica que trouxe transformação. Em paráfrase: “trata-se da herança secular de uma raça que (...)”;
7: Errado. A última frase do texto está separada por ponto da anterior como uma forma de ênfase na informação. Não é uma oração sem sujeito, já que não há verbo ou estrutura sintática que indique oração. Trata-se de uma expressão que se liga a oração anterior, funcionando como adjunto adverbial de lugar (onde se manteve o ponto comum do uso social da criação artística). Para uma reescrita correta, mas sem o recurso enfático da pontuação, seria possível unir os trechos: “manteve o ponto comum do uso social da criação artística da máscara ao instrumento musical.”

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E, 7E

Texto para a próxima questão

1 O mundo do percussionista pernambucano Naná
Vasconcelos é feito de sons e ritmos. Faz do corpo fonte
inesgotável de batuques. Seus instrumentos têm todas as
4 formas e tamanhos: gongo, chocalho, tamanco, folha
de flandres, tambor, garrafa, caxixi, ganzá, sininho.
E berimbau, o Pai Grande:
7 “Eu não toco o berimbau. É ele quem me toca”.
Tirou das rodas de capoeira o instrumento dos
escravos e introduziu nas orquestras sinfônicas. Em 1966,
10 foi para o Rio de Janeiro como baterista do frevista
Capiba. Correu mundo. Misturou berimbau com ciranda
e maracatu em festivais de jazz.

Almanaque Brasil, agosto/2002 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Quanto às estruturas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Uma paráfrase possível para transformar os dois primeiros períodos sintáticos do texto em apenas um, mantendo-se as mesmas relações semânticas, seria: Sons e ritmos fazem do corpo do percussionista pernambucano Naná Vasconcelos um mundo inesgotável de batuques.

(2) O sinal de dois-pontos logo após “tamanhos” (*l*.4) anuncia uma enumeração que esclarece a variedade de formas e tamanhos explicitada antes.

(3) A substituição do pronome ‘quem’ (*l*.7) pelo pronome **que** preservaria a correção gramatical do texto, mas deixaria de reforçar a ideia de personificação do berimbau, o de ser o instrumento a exercer a função do músico e inverter a relação.

(4) A expressão “o instrumento dos escravos” (*l*.8-9) retoma ‘berimbau’ (*l*.7) e acrescenta-lhe uma informação histórica para estabelecer a coesão textual.

(5) A inserção do pronome **o** imediatamente antes de “introduziu” (*l*.9) preserva a correção gramatical e a coerência textual.

1: Errado. A paráfrase, como sugere o item, criaria nova relação entre as informações do texto e não apenas interpretaria com outras palavras a mensagem original. Lê-se no original que o mundo do artista é composto de sons e ritmos e que os batuques são produto de seu corpo. Na paráfrase lê-se que os sons e ritmos não compõem o mundo, mas servem de recurso para que seu corpo componha o mundo de batuques. Uma reescrita possível seria intercalar a segunda oração à primeira com base no seu elemento comum: “O mundo do percussionista pernambucano Naná Vasconcelos, que faz do corpo fonte inesgotável de batuques, é feito de sons e ritmos.”;
2: Certo. O sinal de dois-pontos é usado para intermediar a relação entre um termo e uma explicação sobre ele. No caso, estabelece relação de explicação entre as formas e tamanhos, anunciando exemplos de instrumentos de diversas formas e tamanhos;
3: Certo. O pronome relativo “quem” é usado nas orações subordinadas adjetivas para relacionar uma pessoa a uma ação. Normalmente, pode ser substituído pelo pronome “que”, universal, sem prejuízo de sentido ou gramatical. O instrumento berimbau sofreu no texto um processo de personificação, ou seja, é um objeto inanimado que passa a praticar ações típicas de ser humano, no caso, tocar. A ação do instrumento já torna esse processo claro, no entanto, o uso do pronome “quem” reforça a ideia de ver o berimbau como alguém que pratica a ação;
4: Certo. A substituição de um termo por uma expressão correlata é um recurso típico da coesão textual, usado para evitar a repetição e relacionar informações no texto. Além disso, a escolha da expressão sinônima já pode trazer para o texto uma nova informação, tornando-o mais dinâmico e agradável à leitura e aprofundando semanticamente o texto;
5: Certo. O pronome oblíquo “o” cumpriria função de coesão textual, retomando o termo “berimbau” para a nova informação do texto. Seu acréscimo não traria qualquer prejuízo ao texto original. No entanto, não é necessário usá-lo, uma vez que a construção do texto torna clara a referência da frase pela ideia de adição entre “Tirou das rodas de capoeira o instrumento dos escravos”, oração que já apresenta elemento de coesão (instrumento dos escravos), e “introduziu nas orquestras sinfônicas”.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

1 Poucas coisas mudaram no mundo nos últimos 100
mil anos. Naquela época, os primeiros seres humanos
modernos surgiram na África e começaram a se espalhar
4 por outros continentes. Eles eram praticamente idênticos
aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o
planeta. De lá para cá, os únicos retoques que a nossa
7 espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes
ambientes — mudanças exteriores para lidar melhor com
lugares frios, secos ou com ventos mais fortes. O lado
10 triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as
diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à
primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos.
8 Milhões foram escravizados, mortos ou discriminados por
causa da aparência física.

Rafael Kenski. **Vencendo na raça**. *In*: **Superinteressante**, abr./2003, p. 42 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Infere-se do texto I que

(1) a adaptação ao meio ambiente foi uma das causas das poucas coisas que mudaram no mundo nos últimos 100 mil anos.

(2) avaliar pessoas pela aparência física é desconhecer as verdadeiras e profundas mudanças que aconteceram nos seres humanos ao longo do tempo.

(3) escravização, morte e discriminação por causa da aparência física são decorrências nefastas das mudanças exteriores que ocorreram nos seres humanos ao se espalharem pelo planeta.

(4) algumas raças são superiores às outras apenas por pequenas alterações decorrentes da adaptação ao meio ambiente.

(5) adaptações ao clima e ao espaço geográfico devem provocar mutações genéticas que favorecem — ou desfavorecem — o desenvolvimento de habilidades socialmente prestigiadas e levar a especificações na classificação da raça humana.

1: Certo. A interpretação pode ser considerada correta a partir da leitura atenta do trecho "De lá para cá, os únicos retoques que a nossa espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes ambientes". Analisada em contexto, a expressão "de lá para cá" significa exatamente "nos últimos 100mil anos" e "retoques" dá a ideia de pequenas mudanças, que não alteram o essencial;
2: Errado. Como diz o texto, os primeiros seres humanos modernos eram praticamente idênticos aos de hoje, ou seja, não houve mudanças profundas no que é ser humano. As pequenas diferenças dizem respeito a adaptações ambientais, como se lê no trecho "Eles eram praticamente idênticos aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o planeta. De lá para cá, os únicos retoques que a nossa espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes ambientes";
3: Certo. O texto coloca como consequência negativa da capacidade de adaptação ambiental dos seres humanos o uso das diferenças físicas como superioridade ou inferioridade: "O lado triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos.";
4: Errado. O texto analisa as diferenças físicas como mudanças apenas exteriores que decorrem da adaptação ao ambiente. A superioridade ou inferioridade pela aparência seria um "mau uso" , que não possui fundamento científico, das diferenças ao longo da história como justificativa para dominação;
5: Errado. As mudanças são exteriores às adaptações ambientais. Como diz o texto, pouco mudou em 100 mil anos da história do homem moderno, os primeiros eram praticamente idênticos aos atuais. A apropriação dessas adaptações como prestígio ou modo de classificação em superior ou inferior é indevida.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas no texto I.

(1) As expressões "Naquela época" (*l*.2) e "lá" (*l*.6) referem-se ao mesmo período temporal, que se distancia 100 mil anos do período referido por "cá" (*l*.6) e "hoje" (*l*.5).

(2) Em "aos" (*l*.5), o emprego da preposição a é exigência do adjetivo "idênticos" (*l*.4) e o artigo é exigência do substantivo "pessoas" (*l*.5).

(3) Se a expressão "diferentes ambientes" (*l*.7-8) fosse empregada com sentido indeterminado, deveria ser precedida apenas pela preposição a.

(4) Mantêm-se a correção gramatical e a coerência textual se o trecho "avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos" (*l*.11-12) for assim empregado na voz passiva: **que pessoas sejam avaliadas à primeira vista e atribuídas qualidades e defeitos.**

(5) De acordo com o desenvolvimento das ideias no texto, provoca-se incoerência ao substituir "escravizados, mortos ou discriminados" (*l*.13) por seus correspondentes femininos.

1: Certo. As expressões "naquela época" e "lá" indicam distanciamento da situação atual e, no texto, correspondem ao período do surgimento do homem moderno, ou seja, há 100 mil anos. Já as expressões "cá" e "hoje" indicam proximidade da situação atual, a da fala do autor, ou seja, a atualidade;
2: Errado. O adjetivo "idênticos" exige complemento nominal intermediado pela preposição "a". No texto, o complemento do termo é "aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o planeta". "os" funciona, em conjunto com a expressão "mais de", no trecho como determinante do número 6 bilhões, que é o núcleo sintático do complemento nominal. A palavra "pessoas", que é feminina e não poderia exigir um artigo masculino, também qualifica o núcleo 6 bilhões;
3: Certo. O artigo que acompanha a expressão funciona como determinante dela, ou seja, não são quaisquer diferentes ambientes. O artigo definido delimita o sentido da expressão, enquanto a ausência dele em favor da construção com apenas a preposição torna a interpretação mais aberta a possibilidades;

4: Errado. A voz passiva é formada a partir do verbo transitivo direto e do objeto direto na voz ativa. Para a transposição para a voz passiva analítica, como sugerido no item, o objeto direto é transformado em sujeito paciente, o verbo passa para a voz passiva (verbo auxiliar "ser" + particípio do verbo principal) e o sujeito, se houver, passa a ser o agente da passiva. Os outros termos sintáticos que compõem a oração permanecem nas suas funções originais. O verbo atribuir possui dois objetos: um direto, defeitos e qualidades, e um indireto, lhes, pronome que carrega em si a ideia de preposição e no trecho significa "às pessoas". É impossível, por ser objeto indireto, que o termo "as pessoas" funcione como sujeito paciente do verbo atribuir na voz passiva, devendo permanecer como era na voz ativa. A transposição correta seria: "que pessoas sejam avaliadas e lhes sejam atribuídas qualidades e defeitos";

5: Errado. É possível substituir os termos por seus femininos pois eles qualificam um termo feminino, "pessoas". Na frase não está evidente o referente "pessoas" e, portanto, a concordância é feita com o determinante no sujeito "milhões". No entanto, é possível inferir que são "milhões de pessoas" e a concordância seria feita com a ideia de acordo com a coesão do trecho com o resto do texto.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E, 5E

1 Píndaro nos preveniu de que o futuro é muralha espessa,
além da qual não podemos vislumbrar um só segundo. O poeta
tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus
4 contemporâneos nas competições dos estádios quanto
compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da
vida. Dele é a constatação de que o homem é apenas o sonho de
7 uma sombra. Apesar de tudo, ele se consolará no mesmo poema:
e como a vida é bela!
O século XX, que para alguns foi curto, para outros foi
10 dilatado em seu sofrimento. Foi o século da mais renhida luta
entre a opressão totalitária e a dignidade dos seres humanos. É
provável que nele não tenha havido um só dia sem algum
13 confronto bélico. Mas, em que século os seres humanos
conheceram a paz?
Todos os tempos são opressivos, mas o nosso tempo é o
16 mais pesado de todos, e não só porque nele nos toca viver.
A tecnologia nunca serviu tanto à tortura, ao vilipêndio e à morte
quanto serve hoje. Não há mais liberdade em nenhum lugar do
19 mundo: os satélites nos ouvem e nos seguem pelas câmeras de
televisão, pelo telefone celular, pelo uso do cartão de crédito,
pelo desenho de nossos olhos. Podemos morrer, ao atender a uma
22 chamada telefônica, e grilhões explosíveis por controle remoto
impedem aos prisioneiros um direito sempre reconhecido, o de
buscar a própria liberdade.

Mauro **Santayana**. Sonhos e sombras. In: Correio **Braziliense**. "Opinião", 1.º/1/2003 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Com relação ao emprego das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Pelo emprego dos pronomes na primeira pessoa do plural — "nos" (*l*.1, 16 e 19), "nosso" (*l*.15) e "nossos" (*l*.21) — e da forma verbal "Podemos" (*l*.21), o autor procura compartilhar as ideias com o leitor, inserindo-o no texto.

(2) As expressões "O poeta" (*l*.2), "Dele" (*l*.6) e "ele" (*l*.7) constituem uma cadeia anafórica relativa a um mesmo referente: "Píndaro" (*l*.1).

(3) A inserção de vírgula imediatamente após "estádios" (*l*.4) torna o período gramaticalmente errado.

(4) Ao se substituir "quanto" (*l*.4) por **como**, o período torna-se incoerente.

(5) Em "de que o homem" (*l*.6), a preposição sublinhada é exigida pelas regras de regência do substantivo "constatação" (*l*.6).

(6) Embora o efeito de sentido seja diferente, no lugar do futuro do presente em "consolará" (*l*.7), estaria gramaticalmente correto e textualmente coerente o emprego do futuro do pretérito **consolaria** ou do pretérito perfeito **consolou**.

(7) Na linha 14, subentende-se da interrogação a ideia de que, em determinados séculos, os seres humanos conheceram a paz.

(8) Considerando-se a enumeração dos itens, o sinal indicativo de crase em "à morte" (*l*.17) pode ser dispensado sem outras alterações no período e o efeito será uma generalização de sentidos.

(9) Na linha 19, se o sinal de dois-pontos fosse substituído por ponto final e o artigo subsequente estivesse em letra maiúscula, o texto permaneceria coerente e gramaticalmente correto.

(10) Imediatamente após a palavra "reconhecido" (*l*.23), a vírgula poderia ser substituída por sinal de dois-pontos sem prejuízo para a correção gramatical do período.

1: Certo. Ao usar a primeira pessoa do plural, o autor procura aproximar-se do leitor por se inserir no mesmo contexto sociocultural que ele. Ao mesmo tempo, por referência a esse contexto, traz o leitor para dentro do texto, propondo que ele se coloque nas situações vividas por estar presente no contexto. "Nosso" tempo é ao mesmo do autor e do leitor, assim como os olhos e as ações compartilhadas por todos "nós";

2: Certo. A presença de sinônimos como poeta" e dos pronomes "ele" são recursos de coesão que retomam o elemento "Píndaro" e o relacionam a novas informações, colaborando para a coerência e dinâmica do texto, evitando repetições. Pela concordância, no masculino singular, e

pelo contexto em que se inserem, não restam confusões com relação ao termo a que as expressões do item se referem;
3: Errado. As orações "tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios" e "quanto compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida" possuem entre si, relação de adição, ou seja, acrescentam informações uma a outra e poderiam ser escritas : "admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios e compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida". Essa relação de adição, como está no texto original, entre duas orações pode ou não vir intermediada por vírgulas, dependendo do autor e de suas escolhas estilísticas, usar ou não a vírgula que estaria absolutamente correta, assim como está o texto original, sem vírgulas;
4: Errado. O conectivo "como" estabelece em conjunto com o conectivo "tanto" no início do texto relação de adição entre os dois períodos, mantendo a coerência textual e a correção gramatical. Teríamos o resultado: "tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios como compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida";
5: Certo. A oração "de que o homem é apenas o sonho de uma sombra" funciona como complemento nominal do substantivo "constatação". A relação entre o substantivo e seu complemento é intermediada pela preposição "de", exigida pela regência do substantivo;
6: Certo. O verbo "consolar" está no futuro no texto original para indicar uma progressão temporal dentro do texto citado: após a constatação, no mesmo texto, ele se consola. Por se tratar de uma referência a um texto escrito, é possível que a marcação temporal se altere sem prejuízo gramatical ou ao entendimento. Seriam reescritas possíveis: "apesar de tudo, ele se consolaria no mesmo poema", que indicaria uma leitura da citação na progressão temporal pretérito e futuro: após ter feito a constatação, ele se consolaria, e "apesar de tudo, ele se consolou no mesmo poema", que indicaria uma leitura da citação com progressão toda no pretérito;
7: Errado. O contexto para a interrogação é a descrição do século XX como um século de violência. A introdução da questão com o conectivo adversativo indica a possibilidade de uma visão oposta, a de, talvez, outro século sem violência. No entanto, a estrutura da pergunta não permite inferir que existiu um século de paz. Apesar de se tratar de uma questão reflexiva para reforço argumentativo, a resposta à questão poderia ser "nunca", sem qualquer prejuízo de coerência;
8: Errado. Os termos "tortura", "vilipêndio" e "morte" funcionam como objetos indiretos do verbo servir e indicam a quem a tecnologia serve e, como tais, vêm introduzidos pela preposição "a", exigida pelo verbo. Por serem palavras femininas e acompanhadas de artigo feminino singular, "tortura" e "morte" aparecem introduzidas por crase, que indica a união do "a" preposição e do "a" artigo. Por serem termos sintáticos que são regidos por preposição, a ausência dela em qualquer um deles poderia trazer problemas de coesão ao texto, não deixando claro qual o seu referente;
9: Certo. Os dois-pontos introduzem exemplos de como a liberdade não existe mais. Trata-se de uma pontuação de ênfase para a relação entre as partes do texto. Sem a pontuação enfática para indicar a relação, ainda assim o texto seguiria sua sequência lógica e a ideia de exemplificação continuaria presente pela progressão textual;
10: Certo. Os dois-pontos trariam ênfase ao sentido da expressão que no original aparece após a vírgula como uma complementação do termo "direito". Esse recurso não traria prejuízo textual ou alteração na gramática do texto justamente por ser apenas uma pontuação enfática. A relação entre direito e sua explicação está clara devido ao intermédio do pronome demonstrativo "o", que funciona como elemento de coesão entre as informações.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10C

1 As colonizações nas Américas produziram
encontros desiguais, fundamentalmente experiências
históricas, envolvendo trocas culturais, dominação,
4 conflitos, protestos e confrontos, que inventaram novas
europas e áfricas. Do século XV ao século XIX, navios
de várias procedências cruzaram mares. Levavam e
7 traziam mercadorias, produtos e também ideias e
experiências. Em um processo histórico de longa
duração, os mundos do trabalho encontraram-se por
10 meio de um movimento transatlântico, envolvendo povos
e etnias, e produziram identidades das mais diversas. Nas
Américas, nesse processo, o trabalho compulsório
13 constituiu um fato social — sequer questionado no início
— para o desdobramento da colonização e a produção de
riquezas.

Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). **História da cidadania**, p. 462 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem, a respeito das ideias e das expressões presentes no texto acima.

(1) A preferência pela expressão no plural "As colonizações" (*l*.1) enfatiza as diferenças entre as várias formas de colonização.

(2) Se a forma verbal "cruzaram" (*l*.6) fosse substituída pela forma no pretérito imperfeito — **cruzavam** —, o período apresentaria problemas de coerência, porque os sentidos seriam alterados.

(3) A expressão "encontraram-se" (*l*.9) e especialmente o uso do pronome "se" como indicador de reflexividade reforçam a ideia de que "os mundos do trabalho" (*l*.9) a que o texto faz referência eram diversos e distantes uns dos outros.

(4) Caso o trecho entre vírgulas "envolvendo povos e etnias" (*l*.10-11) fosse colocado imediatamente após a palavra "duração" (*l*.9), a informação e as relações de sentido do texto permaneceriam inalteradas.

(5) A expressão "produziram identidades" (*l*.11) refere-se a "povos e etnias" (*l*.10-11).

1: Certo. A expressão no plural torna o seu significado menos genérico, ou seja, é possível se caracterizar diversos tipos de colonização. Se fosse usado o termo no singular, a interpretação seria do processo de colonização nas Américas como um todo, de maneira geral;
2: Errado. Não haveria problemas de coerência ou de correção gra-

matical na alteração pois o pretérito imperfeito transmite a ideia de uma ação contínua e duradoura no passado, o que é corroborado pelo advérbio de tempo "do século XV ao século XIX", que, mesmo antes da alteração, transmite a ideia de um longo período de duração para a ação da oração. A alteração, no entanto, no estilo do texto, torna a oração alterada como parte de um contexto a ser explicado (algo aconteceu em meio a essa navegação) e não como a ação principal desse contexto (o que se fazia de era a navegação);
3: Certo. O uso do pronome "se" reflexivo junto ao verbo "encontrar" cria a ideia de reciprocidade entre os elementos que compõem o sujeito, "os mundos". Significa que os mundos do trabalho encontravam uns aos outros, do que podemos inferir que eram distantes e desconhecidos. O processo descrito como transatlântico reforça a ideia de distante e complexo;
4: Errado. A oração "envolvendo processos e etnias" funciona como oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio e explica o termo "movimento transatlântico". Caso a oração fosse deslocada, assumiria um novo referente, "processo", o que alteraria significativamente a interpretação do trecho, apesar de não causar problemas na correção gramatical;
5: Errado. O sujeito do verbo "produziram" está oculto. Para encontrar o sujeito significativo do verbo, é necessário analisar a relação entre as orações "os mundos do trabalho encontraram-se por meio de um movimento transatlântico" e "produziram identidades das mais diversas", intermediada pelo conectivo "e", que indica adição. Por essa estrutura, de paralelismo sintático podemos identificar como sujeito significativo do verbo "produziram" o mesmo do verbo "encontraram-se", ou seja, "os mundos do trabalho" .

Gabarito" 1C, 2E, 3C, 4E, 5E"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue se os fragmentos de texto nos itens abaixo respeitam as normas da língua na modalidade escrita formal.

(1) A experiência de luta e organização dos trabalhadores no Brasil está marcada tão-somente pela formalização jurídica decretada pela Abolição.

(2) Com o fim da escravidão — como um sistema social amparado por leis —, o processo de lutas e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparece.

(3) A caracterização e a reprodução das desigualdades ganham outras dimensões. O escravo vira negro. Como? Não mais havendo a distinção jurídica entre os trabalhadores, a marca étnica — e histórica da população negra é reinventada como fato social.

(4) A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumentaria tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente.

(5) A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houveram mesmo políticas públicas, no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização, e repressão nas áreas urbanas.

Itens adaptados de Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). História da cidadania, p. 463 (com adaptações).

1: Certo. O trecho está absolutamente adequado à gramática da norma culta. A confusão na interpretação pode decorrer da concordância do verbo "está", isso pela presença do trecho "luta e organização" que poderia indicar sujeito composto. No entanto ambos os termos são adjuntos adnominais e se referem a "experiência", o núcleo do sujeito simples com que concorda o verbo;
2: Errado. O verbo "desaparecer" deveria aparecer conjugado no plural, já que seu sujeito possui dois núcleos significativos "processo" e "desigualdades", ambos não desapareceram. A confusão na concordância é decorrente da distância entre sujeito e verbo, já que estão separados por uma oração intercalada. Seria reescrita correta: "Com o fim da escravidão — como um sistema social amparado por leis —, o processo de lutas e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparecem";
3: Errado. A expressão "e histórica" deveria vir isolada por travessões, já que funciona como expressão explicativa, ou deveria se alterar a concordância de "marca", no caso de ausência de pontuação, já que no caso "histórica" funcionaria como caracterizador do termo "marca", que passaria a ser de dois tipos: étnica e histórica. Seriam reescritas corretas: "a marca étnica — e histórica – da população negra é reinventada como fato social" e "as marcas étnica e histórica da população negra é reinventada como fato social.";
4: Errado. O problema do trecho está na dupla de verbos "reproduz e aumentaria". Como ambos possuem o mesmo sujeito, "sociedade brasileira" e o mesmo contexto, deveriam seguir o mesmo padrão de conjugação para tornar o texto coerente. São possíveis duas reescritas. A primeira alteraria apenas o verbo "aumentaria" para o presente "aumenta", transmitindo a ideia de atualidade dos fatos. Teríamos: "A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumenta tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente." Outra possível leitura dependeria também de uma alteração na pontuação, isolando o adjunto adverbial de tempo "a partir de 1888", que adequaria o sentido transmitido pela conjugação no futuro do pretérito, que passaria a ser usado pelos dois. Teríamos: "A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais, a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduziria e aumentaria tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente.";
5: Errado. O verbo "haver", quando significa existir, é impessoal e conjugado sempre na 3ª pessoa do singular, portanto, não deve ser usado no plural. A reescrita correta seria: "A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houve mesmo políticas públicas, no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização, e repressão nas áreas urbanas".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E

1 Com a emergência da burguesia, o conceito de cidadão
passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade
de direitos. A noção de cidadania se construiu com a definição
4 político-jurídica do sujeito, até então um "sujeito-religioso"
subordinado ao dogma cristão.
A transição do feudalismo para o capitalismo trouxe
7 mudanças fundamentais nas relações entre os indivíduos, sendo
que o fim dos laços de dependência pessoal que existiam entre o
vassalo e o senhor feudal permitiu a definição político-jurídica do
10 sujeito com a exigência da igualdade de direitos.
Esse novo sujeito, o "sujeito-de-direito", não mais
subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e
13 deveres iguais, o sujeito das sociedades de Estado-capitalista,
sujeito que emerge com a burguesia, é o cidadão. Esse
sujeito-de-direito é um sujeito que nega o "sujeito-religioso",
16 16 nega seus laços de dependência pessoal.

Suzy Lagazzi. **Guerra dos Mascates: a constituição do cidadão brasileiro no século XVIII**. In: Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. **Língua e cidadania: o português no Brasil,** p. 31 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Das seguintes características de cidadão, duas estão em desacordo com as ideias do texto: (a) é sujeito que surge com a emergência da burguesia; (b) é regido pela igualdade de direitos e deveres; (c) subverte o dogma cristão; (d) rompe laços de dependência pessoal com o senhor feudal; (e) define-se como sujeito político-jurídico.

(2) A preposição "Com" (*l.*1) introduz no texto uma noção temporal.

(3) As idéias do texto excluem a possibilidade de se interpretar como indicador de reflexividade o pronome "se", na expressão "se construiu" (*l.*3).

(4) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se iniciar o segundo parágrafo da seguinte forma: **Com a transição**.

(5) Pelo significado textual, a forma verbal "existiam" (*l.*8) admite a substituição por **haviam**.

(6) Mantêm-se o valor adjetivo da oração e a coerência textual ao se substituir o aposto "não mais subordinado ao dogma cristão" (*l.*11-12) pela oração subordinada **que não é mais subordinado ao dogma cristão**.

1: Errado. Todas as características são corretas, como provam os trechos: (a) sujeito que emerge com a burguesia (l.14); (b) o conceito de cidadão passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade de direitos. (l.1-3); (c) não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e deveres iguais (l.11-13); (d) nega seus laços de dependência pessoal (l.16); (e)A noção de cidadania se construiu com a definição político-jurídica do sujeito(l.3-4);
2: Certo. A emergência da burguesia inaugura um novo momento na história. A preposição "com" indica esse sentido à expressão, de um novo período temporal iniciado por uma mudança fundamental;
3: Certo. O pronome "se" funciona no trecho como apassivador e indica que a oração está na voz passiva sintética, isto é, a noção de cidadania sofreu a ação de ser construída. O agente da ação não aparece, pois o interesse está no objeto da ação, que no trecho é o sujeito paciente "a noção de cidadania";
4: Errado. Ao se iniciar o período com a preposição "com" se indica que o trecho "A transição do feudalismo para o capitalismo" é contexto para outra ação. O trecho seria incoerente, já que "transição" funciona como núcleo do sujeito do verbo "trouxe" e a alteração impossibilitaria essa referência gramatical, deixando o verbo sem agente da ação e a frase sem sentido;
5: Errado. A substituição de "existir" por 'haver" é possível, no entanto, seria necessário fazer a adaptação da concordância do verbo, já que o verbo haver, quando significa existir, é impessoal e não admite plural. A adaptação correta seria: "sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que havia entre o vassalo e o senhor feudal (...)";
6: Certo. Tanto o aposto como a oração subordinada adjetiva entre vírgulas possuem o mesmo valor: de explicação do termo a que se ligam. Por se tratarem de termos isolados por vírgulas, não haveria qualquer prejuízo à coerência textual dos outros elementos do texto, sendo a preocupação com a estrutura interna do termo.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

1 No contexto da importância que a questão agrária tem
assumido no Brasil, é fundamental articulá-la com outras
questões e movimentos sociais. Trata-se de uma questão
4 nacional, como poucas que atualmente têm mobilizado o país e
seus vários setores sociais, políticos e econômicos. Tornar-se
uma questão nacional tem sido um desafio para a questão racial
7 no Brasil. É fundamental incluir no debate sobre a questão
agrária no Brasil a questão étnica, especialmente as experiências

do cativeiro — com os quilombos/mocambos e formas de
10 protesto de ocupação de terra — e aquelas do período
pós-emancipação, com as comunidades remanescentes.
A recuperação da história dos quilombos é importante capítulo
13 das lutas em torno do acesso à terra — face importante da luta
pela cidadania — no Brasil.

Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). **História da cidadania**, p. 463.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Quanto ao emprego das estruturas linguísticas e às ideias do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) De acordo com a argumentação do texto, poucas questões que têm mobilizado o país e seus setores sociais, políticos e econômicos apresentam abrangência nacional.

(2) No terceiro período do texto, há estrutura sintática que exemplifica sujeito constituído por oração reduzida de infinitivo.

(3) O complemento do verbo "incluir" (*l.*7), antecedido por adjunto adverbial de lugar, é "a questão étnica" (*l.*8).

(4) De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, a palavra "especialmente" (*l.*8) introduz um detalhamento da expressão "a questão agrária no Brasil" (*l.*7-8).

(5) Se o texto fosse utilizado como parte de um relatório, os duplos travessões deveriam ser eliminados para que fossem respeitadas as exigências de formalidade de documentos oficiais.

1: Certo. É possível perceber que a questão agrária, uma questão nacional, é exceção, pelo trecho "(...) como poucas que atualmente têm mobilizado o país e seus vários setores sociais, políticos e econômicos" (l.4-5);
2: Certo. O verbo da oração principal no terceiro período é "tem sido" e tem como sujeito a oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo "tornar-se uma questão nacional" , pois cumpre a função que normalmente seria cumprida por um substantivo ou equivalente na função de sujeito da oração e porque, no lugar de uma construção com conjunção e verbo conjugado (que se torne uma questão nacional), é usado o verbo no infinitivo;
3: Certo. O verbo "incluir" exige objeto direto, aquilo que deve ser incluído. A resposta a essa estrutura no texto é "a questão étnica" e o adjunto adverbial de lugar contextualiza a ação, indicando onde se deve incluir a questão étnica. A frase poderia ser reescrita alterando a ordem dos termos sem prejuízo de sentido ou de correção gramatical: "É fundamental incluir a questão étnica no debate sobre a questão agrária no Brasil", no entanto, seria necessário intercalar os detalhamentos que acompanham a expressão "questões étnicas";
4: Errado. a palavra "especialmente introduz um aposto que especifica o sentido de "questões étnicas", o que é percebido pela proximidade textual entre o referente e seu detalhamento;
5: Errado. Os duplos travessões cumprem a mesma função de isolar termos explicativos, exemplos ou detalhamentos que cumpririam as vírgulas, sem qualquer prejuízo à norma culta da língua. Não há, portanto, necessidade de se alterar a pontuação do texto.

Gabarito1C, 2C, 3C 4E,5E

Texto II

1 Ter um ministro negro no Supremo Tribunal Federal
representa um avanço, não há dúvida, em um país onde os negros
há séculos são passageiros de terceira classe. Igualmente,
4 representa muito ter negros no ministério, uma boa bancada
negra no Congresso, negros na diretoria de grandes empresas, na
universidade, nas profissões chamadas liberais e na imprensa.
7 Tudo o que signifique para os negros possibilidades de ascensão
social mais amplas do que as oferecidas pelo antigo e caricato
binômio futebol/música popular representará um passo
10 importante na criação de uma sociedade harmônica e civilizada.
Ainda assim...
Ainda assim, fica-se cogitando se a ênfase não está sendo
13 posta na ponta errada da contradição social. Temos um negro no
Supremo, mas não os temos entre os garçons, nos restaurantes
dos Jardins, em São Paulo. Temos negros no ministério e no
16 Congresso, mas faltam negros nas lojas dos shopping centers
chiques das várias cidades do país. O desemprego entre os negros
é maior do que entre os brancos não só por causa do nível
19 educacional mais baixo, mas também da barreira odiosa
representada pelo medo do patrão de, recrutando-os, espantar a
freguesia, quando não se espantam eles próprios. É o estigma de
22 outra caricata tradição da vida brasileira, aquela que se esconde
sob o rótulo sinistro da "boa aparência".

Roberto Pompeu de Toledo. **Negros, coronéis — e Sócrates.** *In*: **Veja,** 14/5/2003, p. 130 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, considerando o emprego do verbo **representar** no texto II.

(1) O sujeito como oração reduzida de infinitivo exige o verbo na terceira pessoa, tal como está na primeira ocorrência (*l*.2).

(2) Na segunda ocorrência (*l*.4), o verbo "ter" está no infinitivo porque é o complemento de uma oração sem sujeito cujo predicado é encabeçado por "representa".

(3) O emprego do tempo futuro do presente, na terceira ocorrência (*l*.9), é exigência do emprego do modo subjuntivo em "signifique" (*l*.7).

(4) Na quarta ocorrência (*l*.20), o verbo integra uma estrutura sintática de voz passiva sintética.

(5) O verbo está empregado nas quatro ocorrências com o sentido de **significar** e a substituição por este verbo, nos tempos e modos correspondentes, preservaria a coerência textual.

1: Certo. Por se tratar de uma oração completa, o sujeito do verbo "representa" deve estar na 3ª pessoa do singular. Para efeitos de interpretação e análise da concordância, uma oração subordinada substantiva pode sempre ser substituída pelo pronome "isso" para tornar a análise mais simples: "isso representa um avanço";
2: Errado. O verbo "ter" é parte da oração da oração subordinada substantiva que funciona como sujeito do verbo representar na linha 4. O sujeito aparece posposto ao predicado, "representa muito" e é representado pelo verbo "ter" e uma sequência de seus complementos: "ter negros no ministério, uma boa bancada negra no Congresso, negros na diretoria de grandes empresas, na universidade, nas profissões chamadas liberais e na imprensa";
3: Errado. O modo subjuntivo do verbo "significar" indica uma hipótese no presente e exige que o verbo da oração que se segue indique uma possibilidade real de ocorrência, admitindo-se múltiplas possibilidades temporais do modo indicativo, mantida a coerência e coesão textual. O tempo do verbo "representar" na linha 9 indica que as possibilidades são futuras, construção de acordo com a argumentação do texto sobre a mudança de status social da população negra, ainda em curso;
4: Errado. Na linha 20, o verbo "representar" está na forma nominal do particípio e funciona como parte de uma oração subordinada adjetiva de particípio que restringe o significado de 'barreira odiosa";
5: Errado. As três primeiras ocorrências do verbo são sinonímias de "significar" e podem ser substituídas por ele sem prejuízo de sentido ou de coerência gramatical. No entanto, a última ocorrência, o verbo significa figura como símbolo e não admite a substituição.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem quanto ao emprego das estruturas linguísticas do texto II.

(1) Preserva-se a coerência textual ao se mover a expressão "há séculos" (*l*.3) para qualquer uma das seguintes posições: imediatamente antes de "em um país" (*l*.2), imediatamente antes de "os negros" (*l*.2) ou imediatamente depois de "terceira classe" (*l*.3).

(2) No período entre as linhas 13 e 15, a coesão se constrói misturando plural e singular.

(3) Os sentidos do texto permitem subentender, imediatamente após "mais baixo" (*l*.19), a expressão **entre estes**.

(4) Em um nível mais formal de linguagem, a contração da preposição **de** com o artigo **o**, em "medo do patrão" (*l*.20), deve ser evitada.

(5) O pronome demonstrativo "aquela" (*l*.22) desempenha no texto a mesma função de coesão que o pronome **a** desempenharia.

1: Errado. O pronome relativo "onde" indica o início de uma nova oração (subordinada adjetiva) e, portanto, de um novo encadeamento de ideias. A alteração da expressão indicativa de tempo "há séculos" dentro da oração é possível e não causa danos à coerência. Seriam corretas, portanto, as alterações propostas: "em um país onde há séculos os negros são passageiros de terceira classe" e "em um país onde os negros são passageiros de terceira classe há séculos". No entanto, ao se deslocar a expressão temporal para fora da oração subordinada, seu referente passa a ser outro. Portanto, a primeira opção de alteração, "não há dúvida, há séculos em um país onde os negros são passageiros de terceira classe", mudaria o sentido do texto, já que a expressão se referiria a "não há dúvidas";
2: Certo. O pronome oblíquo "os" (l.14) tem por referente "um negro", expressão no singular, no entanto, o pronome aparece no plural sem qualquer prejuízo à coesão, já que é possível interpretar que não temos "negros entre os garçons". A coesão se dá pela referência clara ao termo anterior, mas também pela argumentação de todo o texto, que tem como foco principal a situação dos negros na aceitação social;
3: Errado. O pronome demonstrativo "estes" indica que o referente no discurso é o mais próximo, no caso, "brancos". A expressão que pode ser subentendida pelo contexto se refere aos negros, o termo sintaticamente mais distante, o que exigiria a escrita com o pronome "aqueles", indicador de distância textual;
4: Errado. A contração entre preposições e artigos é um recurso necessário da língua, tanto na norma culta como no coloquial. A contração deve ser evitada apenas em casos de indicativo de sujeito na oração introduzida pelo artigo, o que não ocorre na expressão, já que os verbos que indicam as ações do patrão vêm em forma de oração reduzida em gerúndio de causa, "recrutando-os" e reduzida de infinitivo como complemento nominal do substantivo medo, do qual o patrão é agente;
5: Certo. O pronome demonstrativo se refere a "tradição da vida brasileira", termo sintaticamente próximo, o que permite o uso do pronome "a". O uso de "aquela" é uma questão de estilo, que busca trazer ao leitor um ideia de estigma social no rótulo, já que o pronome que indica distanciamento busca referências culturais externas ao texto.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue se os fragmentos de texto nos itens a seguir respeitam as normas da língua na modalidade escrita formal.

(1) Há três grandes pensadores que pertencem a mesma geração. Entre eles, Gilberto Freyre manteve mais continuamente (deixando de lado pequenas fugas para a literatura) dentro de um campo específico, a Sociologia.

(2) A produção de Sérgio Buarque sempre assume contornos de obra de historiador; vai da crítica literária e da crítica cultural mais ampla para o ensaio sociológico, e, daí, para a História, onde se expande de forma admirável.

(3) Caio Prado Jr., por seu lado, foi desde o início historiador, e sua obra vai-se desdobrando na reflexão filosófica, na análise econômica e no ensaio político, mas, em relação ao Brasil, mantém sempre o referencial histórico.

(4) No conjunto, esses autores, ainda que em direções diferentes e até contrastantes, legam-nos sugestões, análises e contribuições tão fecundas, que suas obras se inscrevem indelevelmente no panorama da cultura brasileira.

(5) Contribuíram para que entendêssemos o Brasil, isto é, entendêssemos a nós mesmos, deixando de ser, como disse um deles, "estrangeiros em nossa própria terra".

Itens adaptados de Fernando Novais. **Introdução à formação do Brasil contemporâneo**. *In*: Caio Prado Jr. **Intérpretes do Brasil,** v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000, p. 1.118-9.

1: Errado. O erro do trecho está na expressão “a mesma geração”. O verbo “pertencer” rege seu complemento com a preposição “a”. O objeto indireto do verbo é “a mesma geração”, expressão feminina e introduzida por artigo “a”. A união da preposição e do artigo deveria ser indicada pelo sinal de crase: “Há três grandes pensadores que pertencem à mesma geração”
2: Certo. Não há problemas quanto à adequação gramatical do trecho. A dúvida poderia surgir no uso do pronome relativo “onde”, que indica relação de lugar, relação esta que não é clara no texto. É preciso analisar o trecho na sua ideia de movimento. A produção de Sérgio Buarque vai de um ponto a outro, ou seja, muda de lugar. O contexto torna o uso do pronome adequado;
3: Certo. O trecho está correto tanto nos aspectos gramaticais quanto na coerência textual. Um possível estranhamento talvez seja a colocação pronominal em “vai-se desdobrando”. Em locuções verbais, quando não há regras específicas, a norma culta admite a colocação em ênclise ao verbo auxiliar, em que o pronome deve aparecer ligado ao verbo por hífen;
4: Errado. O termo “indelevelmente” está acentuado de maneira incorreta. A palavra de que se origina o termo, “indelével”, é proparoxítona e leva acento. No entanto, a palavra derivada tem sua tonicidade alterada pelo sufixo. No português, a sílaba tônica só pode ser uma das três últimas. Não é possível que se acentue a quarta sílaba do fim ao começo, como aparece no texto;
5: Certo. Não há problemas na estrutura do trecho. Podem surgir dúvidas quanto à concordância do verbo “ser” que se refere a “estrangeiros”. No entanto, quando o verbo está na sua forma nominal de infinitivo acompanhado de preposição “de” em uma locução que complementa o sentido de um verbo (deixando), deve ser impessoal e não admite concordância.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Os fragmentos abaixo compõem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

I. Ambos se ligam às classes dominantes, de duas regiões que, entretanto, evoluem de forma divergente.
II. Caio Prado Jr., ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser. Se essa visão pode considerar-se utópica, a primeira é certamente nostálgica.
III. Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre formam um curioso contraponto.
IV. Gilberto Freyre, em vista disso, analisa sempre o Brasil a partir de seu passado, isto é, daquilo que deixou de ser.
V. No Nordeste, ao contrário, a decadência econômica faz declinar inexoravelmente o peso de suas elites no conjunto da nação.
VI. Se, em São Paulo, pode-se pensar em um declínio do estilo aristocratizante de uma elite da camada dominante, essa classe como um todo está em franca ascensão econômica.

Itens adaptados. *Idem, ibidem*.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens a seguir, acerca da observância desse pressuposto em relação ao texto acima.

(1) O fragmento III é o introdutório, pois não apresenta referência a antecedentes.
(2) O fragmento I deve suceder ao fragmento III para manter a referência de “Ambos” (I).
(3) O fragmento II é imediatamente subsequente ao fragmento VI, já que é uma inferência permitida pelo texto a ideia de que Caio Prado Jr. representa São Paulo.
(4) A expressão “ao contrário”, no fragmento V, indica que este deve ser imediatamente subsequente ao fragmento I.
(5) Como Gilberto Freyre é representante do Nordeste, o fragmento IV deve vir imediatamente antes do fragmento V.

1: Certo. Não encontramos no fragmento III qualquer elemento de coesão, o que nos possibilita entender como o inicial a que outros trechos farão referência. Além disso, a informação apresentada no fragmento é exatamente aquela que é explicada por todos os outros: o curioso contraponto;
2: Certo. O fragmento III é o único do texto que apresenta informações sobre os dois pensadores. “Ambos” funciona como elemento de coesão retomando essa informação da frase introdutória. A informação do fragmento coloca em perspectiva o contraponto: os dois possuem algo em comum que se encaminha para diferenças;
3: Errado. É possível inferir pelo texto que a ideia de Caio Prado Jr. representa São Paulo. No entanto, no trecho II, há uma expressão de coesão textual que a liga a outra imediatamente anterior: “ao contrário” coloca a informação sobre Caio Prado Jr. em oposição a sobre Gilberto Freyre. O fragmento anterior ao II é, portanto, o IV;
4: Errado. A expressão de coesão “ao contrário” indica que a informação no trecho V, sobre a situação econômica do Nordeste e seus reflexos, se liga em oposição a situação vista em São Paulo. O trecho V deve vir, portanto, imediatamente após o trecho IV;
5: Errado. O fragmento IV deve vir imediatamente após o fragmento V, ordem indicada pela expressão “em vista disso” que indica que a informação do trecho IV, a visão de Gilberto Freyre, é consequência da informação do trecho V, a situação das elites no Nordeste. Assim, a reescrita do texto na ordem correta seria: III - Prado Jr. e Gilberto Freyre formam um curioso contraponto. I- Ambos se ligam às classes dominantes, de duas regiões que, entretanto, evoluem de forma divergente. VI - Se, em São Paulo, pode-se pensar em um declínio do estilo aristocratizante de uma elite da camada dominante, essa classe como um todo está em franca ascensão econômica. V - No Nordeste, ao contrário, a decadência econômica faz declinar inexoravelmente o peso de suas elites no conjunto da nação. IV - Gilberto Freyre, em vista disso, analisa sempre o Brasil a partir de seu passado, isto é, daquilo que deixou de ser. II - Caio Prado Jr., ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser. Se essa visão pode considerar-se utópica, a primeira é certamente nostálgica.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E

Texto III

1 Tudo parece ter começado a mudar nos últimos anos e as
revisões profundas por que estão passando os discursos e as
práticas identitárias deixam no ar a dúvida sobre se a concepção
4 hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das
tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se
inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se
7 está perante uma inversão de tendências ou antes perante
cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito
difícil ser-se linear. Porque estamos em uma fase de revisão
10 radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem
possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por
outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido
13 sem nada ter mudado no objeto do olhar, ainda que, para maior
complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser
sequer pensado sem o olhar que o olha. Se o nosso olhar
16 conceber o seu objeto como parte de um processo histórico de
longa duração, é bem possível que as mudanças do presente não
sejam mais que pequenos ajustamentos.

Boaventura de Sousa Santos. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. *In*: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 5, n.[os] 1-2, nov./1994, p. 39 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem, referentes às várias ocorrências da partícula "se" no texto III.

(1) A ocorrência da linha 3 e a primeira ocorrência da linha 6 introduzem circunstâncias de hipótese.

(2) Por se tratar de pronome reflexivo, não se provoca erro gramatical no caso de a ocorrência na linha 4 ser posposta e ligada à forma verbal por hífen: **equivocou-se**.

(3) Para que seja evitada a sequência das partículas na linha 6, os sentidos textuais permitem deixar subentendida a que representa reflexividade, mas não a que representa condicionalidade.

(4) Por indicar índice de indeterminação do sujeito, a partícula na linha 9 pode, pelos sentidos textuais, ser suprimida.

1: Certo. A partícula "se" na linha 3 e a primeira da linha 6, assim como a primeira ocorrência da linha 5 ligam-se ao termo "dúvida", o que deixa clara a ideia de hipótese que carregam. O "se" como conjunção integrante sempre transpõem uma oração interrogativa total, ou seja, aquela que, apesar da ausência de unidade interrogativa, carrega seu sentido. No trecho, com o auxílio da preposição "sobre", liga o substantivo e seus complementos nominais;
2: Certo. O "se" como pronome reflexivo deve seguir as regras de colocação pronominal. Na linha 4, aparece indicando que quem pratica a ação de equivocar é o mesmo que receba o equívoco e é, portanto, pronome. Não há no trecho qualquer regra que obrigue a próclise (como palavra atrativa) ou a ênclise (como verbo no início de oração), o que permite que a posição do pronome siga somente a decisão de estilo do autor. É possível, então, sem qualquer prejuízo gramatical ou de coerência que se use a ênclise "equivocou-se";
3: Errado. O primeiro "se" funciona como conjunção integrante que liga o substantivo dúvida ao seu complemento nominal "está perante uma inversão de tendências ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito difícil ser-se linear" e carrega em si o sentido de hipótese. O segundo "se" é índice de indeterminação do sujeito e indica que não se define quem está perante uma inversão de tendências. Ambos são constituintes da construção do sentido do texto, apesar do estranhamento causado pela repetição dos termos em sequência. Para evitar o estranhamento, seria possível suprimir o segundo "se" e subentender que o sujeito está indeterminado na terceira pessoa do singular, apesar de essa construção dificultar o entendimento;
4: Certo. O verbo no infinitivo sem referente claro pode ser entendido como sem sujeito determinado, fato auxiliado pelo contexto e pela construção de todo o trecho. A partícula "se" que o acompanha apenas reforça a ideia de indeterminação.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) A respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto III, julgue os itens subsequentes.

(1) Apesar de ser uma conjunção aditiva, o "e" (*l*.2) também tem no texto a função de introduzir uma causa para a oração anterior.

(2) Na linha 2, o emprego da preposição "por" é obrigatório, exigido pela regência verbal de "passando".

(3) Se a oração iniciada por "Porque" (*l*.9) fosse deslocada para o final do período sintático em que ocorre, as relações de causa e consequência expressas seriam mantidas, mas a ênfase nas ideias seria alterada.

(4) A substituição de "não parece crível" (*l*.12) por **parece incrível** preserva a ideia de negação, mas altera a ênfase das ideias.

(5) A expressão "ainda que" (*l*.13) une orações pela noção de concessão, mas sua substituição por **embora** provocaria erro de natureza sintática no texto.

(6) Pelo desenvolvimento do texto, o emprego do advérbio "sequer" (*l*.15) indica dúvida que pode ser também expressa por **talvez**.

1: Errado. O conectivo aditivo "e" na segunda linha une os dois termos que funcionam como núcleos do sujeito da forma verbal "estão passando", "os discursos" e "as práticas identitárias", colaborando à coesão

interna da oração, mas sem criar relações de sentido entre termos de outras orações. Já na primeira linha, a conjunção aditiva "e" une a primeira oração à segunda com a ideia de adição, mas deixa implícito que a segunda oração pode ser a causa de tudo ter começado a mudar;
2: Certo. O verbo "passar" é o núcleo verbal de uma oração subordinada adjetiva que qualifica "revisões profundas". A relação entre as orações é estabelecida pelo pronome relativo "que", que une as duas em sentido e substitui o termo referido na sintaxe da oração subordinada. A regência do verbo "passar" exige a preposição "por" para introduzir seu objeto indireto que, em sentido é "mudanças profundas", mas que sintaticamente representado na oração pelo pronome "que", que, portanto, vem corretamente acompanhado da preposição;
3: Certo. A oração iniciada pela conjunção "porque" é uma subordinada adverbial e tem relação de causa com a oração principal do período. Em geral, as orações subordinadas adverbiais podem aparecer em diversas posições em relação à principal, assim como os adjuntos adverbiais, se mantidos o sentido, a pontuação e a correção gramatical. A regra se aplica ao caso, sendo possível a reescrita "É bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando, porque estamos em uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna". No entanto, há alteração na ênfase dada às informações. A informação considerada mais importante é sempre aquela que aparece primeiro e a alteração inverte a importância das informações que compõem o período;
4: Certo. O prefixo in- ligado ao adjetivo converte o sentido original em seu negativo. "Incrível" é, portanto, aquilo em que não se pode crer. A ideia de negação é, então, mantida. No entanto, ao se dizer "parece incrível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar" temos a impressão de que é a ocorrência dessa mudança é positiva por seu status de superioridade (além do crível). A ideia original, expressa pelo advérbio "não" era exatamente a oposta, de status negativo de algo que não poderia acontecer e causa desconfiança;
5: Errado. "Ainda que" é uma conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial com circunstância de concessão, ou seja, independente das condições apresentadas na oração subordinada, o fato da oração principal não se altera. A conjunção "embora" cumpre exatamente a mesma função e não altera com prejuízos a sintaxe do texto, não sendo necessária qualquer adaptação na estrutura do texto. Teríamos: "Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar, embora, para maior complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser sequer pensado sem o olhar que o olha";
6: Errado. O advérbio "sequer" é equivalente em sentido a "nem mesmo " e indica ênfase na negativa. Não seria possível, portanto, substituí-lo por um advérbio que indica dúvida.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) De acordo com o texto III, a ideia de "identificação das tendências dos processos sociais" (*l*.4-5).

(1) comprova-se como resultado de um equívoco da concepção hegemônica da modernidade nos últimos anos.

(2) provoca revisões profundas nos discursos e nas práticas identitárias.

(3) suscita a dúvida de terem tais processos sofrido inversões em tempos recentes.

(4) pode ser decorrência de mudança do olhar, ao mesmo tempo em que o próprio objeto se altera ante esse olhar.

1: Errado. Não é possível comprovar-se a teoria proposta no item, como justifica a construção a partir da palavra "dúvida" no trecho "deixam no ar a dúvida sobre se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais";
2: Errado. A relação entre as informações é inversa: a revisão nos discursos e nas práticas identitárias é que provocam as dúvidas quanto à concepção da modernidade sobre a identificação das tendências dos processos sociais. Caso a relação fosse como proposta no item, seriam necessárias alterações na estrutura textual;
3: Certo. A informação do item se comprova no trecho "ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes". O referente retomado no termo tendências não deixa dúvidas quanto à relação entre a identificação das tendências dos processos sociais e sua inversão. A relação de dúvida fica clara pela conjunção integrante "se", que carrega em seu significado a ideia de questionamento;
4: Certo. A ideia presente no item pode ser comprovada no trecho "é bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar", ou seja, é possível que ocorram mudanças tanto no referencial de observação como no objeto da observação. A mudança na maneira de se ver altera a identificação, mas também existe a possibilidade de apenas existir mudança na maneira como se vê a identificação.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

Atenção: O texto abaixo, para as próximas cinco questões, foi extraído de correspondência do renomado escritor norte-americano Norman Mailer endereçada ao crítico literário Peter Balbert.

1º de fevereiro de 1998

Caro Peter,

1 *Entre as coisas que temos em comum está a depressão*
cultural. Reflito sobre a minha vida, especialmente
depois de ter completado cinquenta anos de literatura, e
sinto que todas as coisas pelas quais trabalhei e lutei estão
5 *em decadência. O que antes eu via como o inimigo e, com*
grande otimismo, como o inimigo que haveria de ser
derrotado, acabou na verdade por nos vencer. [...]
A questão diante de nós dois é: onde está a culpa?
Estava em nós? Por nunca termos feito o suficiente, por
10 *mais que achássemos que sim? Ou estará na abstração*
que chamamos de "natureza humana"? Teremos ajustado
as nossas crenças a um conceito de homens e mulheres
que não se adequava aos fatos rasteiros?
Às vezes me pergunto se isso não será puro elitismo
15 *de minha parte, e se a verdadeira premissa da democracia,*
a de que os sem-banho tenham acesso a sabonete
barato, desodorante e roupas de plástico, como um dos
degraus da escalada a um nível mais alto, não seria o que
está acontecendo. Ou se, como temo, estaremos caindo
20 *numa sociedade do homem e da mulher medíocres*
onipresentes, governados por altas mediocridades. [...]
Tudo de bom,
Norman Mailer.

(Adaptado de Cartas Políticas, O mundo nas cordas, revista **Piauí**, 27, p.32)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa que acolhe comentário condizente com as características da carta é:

(A) Registra inconveniente intimidade nas saudações inicial e final, as quais, uma vez substituídas por "Prezado" e "Sem mais", respectivamente, restituiriam ao texto a formalidade que seu tema requer.

(B) Focaliza a atuação profissional dos interlocutores, especialmente no que diz respeito aos modos como conceberam e trataram homens e mulheres ao produzirem textos literários.

(C) Por explorar temática sociocultural, ultrapassa os limites da subjetividade e transforma as queixas do remetente em afirmações categóricas acerca da necessidade de engajamento político da elite.

(D) Preservando tom subjetivo, expõe reflexões acerca do impacto de atitudes individuais sobre cenários mais amplos, revelando dupla apreensão: com específico sentimento de culpa e com o futuro da sociedade.

(E) Em discretos matizes, como a indicação do destinatário pelo prenome e do remetente por nome e sobrenome, insinua a existência de relação hierárquica entre o escritor e o crítico.

A (Interpretação) A informalidade é cabível devido à intimidade entre os interlocutores.
B (Interpretação) O questionamento do autor não diz respeito à sua atuação profissional ou, pelo menos, apenas a ela, ele questiona sua atuação na luta contra seu inimigo, sem especificar claramente em que ela consistiu.
C (Interpretação) Mais do que afirmações categóricas, o texto expressa as dúvidas do seu autor, inclusive quanto à suficiência das ações por ele cometidas. É, portanto, um texto de natureza reflexiva, não contendo um apelo ao engajamento.
E (Interpretação) Nada na carta permite a conclusão da existência de uma relação hierárquica entre eles. O prenome com o adjetivo "caro" indica, ao contrário, proximidade entre esses interlocutores.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O excerto demonstra que o autor

(A) considera-se culpado das mazelas sociais, seja por não ter agido nos momentos graves, seja por operar com crenças contraditórias e demasiadamente abstratas.

(B) compartilha com o interlocutor a sensação de estar declinando culturalmente, apesar dos diversos anos dedicados a atividade intelectual nobre.

(C) acredita ter contribuído, em outras épocas, para o real aprimoramento de homens e mulheres, posteriormente submetidos à universal mediocridade.

(D) hesita em relação à possibilidade de preceitos democráticos estarem sendo postos em prática na época em que escreve a carta.

(E) concorda com a premissa de que os desfavorecidos devam receber o necessário para a manutenção da dignidade: sabonete barato, desodorante e roupas de *plástico*.

A (Interpretação) O autor questiona se tem culpa pela decadência de "todas as coisas" pelas quais ele trabalhou e lutou.
B (Interpretação) O declínio são das "coisas" caras aos interlocutores e não necessariamente deles.
C (Interpretação) Ele questiona a validade da sua luta, portanto não se pode afirmar que ele acredita ter contribuído para aprimoramento de homens e mulheres.
D (Interpretação) Nas linhas 18 e 19, a pergunta "não seria o que está acontecendo" questiona se a melhoria das condições de vida que estava ocorrendo seria um preceito democrático sendo colocado em prática, ou seja, ele não tem certeza disso.
E (Interpretação) Não somente não há uma afirmação clara de que ele concorde com isso, mas também ele se questiona se isso apenas pode manter a dignidade de um ser humano.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Tendo em vista o contexto, a alternativa correta acerca de recurso linguístico explorado na carta é:

(A) Na linha 19, *Ou se*, por introduzir conteúdo adicional à sequência de questionamentos que inicia o parágrafo, pode ser substituído por "E, ainda, se", preservando o sentido original.

(B) Os fragmentos por nos vencer (linha 7) e *por altas mediocridades* (linha 21) exercem idêntica função sintática.

(C) Na linha 10, por remeter a termos antecedentes, *sim* pode dar lugar a "era o suficiente".

(D) A ordem dos termos na coordenação do *homem e da mulher* (linha 20) expõe restrições do autor quanto à igualdade entre os gêneros.

(E) Em O que ***antes*** *eu* ***via*** (linha 5) como o inimigo, os itens destacados indicam que o autor havia se equivocado em sua percepção anterior, isto é, que não se tratava de um inimigo.

A (ASPC: orações coordenadas) A conjunção "ou" não pode ser substituída pela "e", pois introduz uma resposta ao questionamento, que se opõe à resposta anterior como uma outra opção, ou seja, o seu valor é alternativo.
B (ASPS: identificação de função sintática) "por nos vencer": o "por vencer" é parte de uma locução verbal (acabou por vencer) e o pronome "nos" é o seu objeto direto // "por altas mediocridades": agente da passiva.
D (Interpretação) A mera ordem dos termos não permite essa conclusão.
E (Interpretação) O que mudou é a percepção de que o inimigo em questão poderia ser vencido.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa correta sobre expressões do texto é:

(A) O segmento com *grande otimismo* (linhas 5 e 6), de caráter apositivo, qualifica o termo o *inimigo*.

(B) Nas linhas 8 e 9, o contraste entre *nós dois* e nós explicita que, apenas na primeira ocorrência, o autor refere-se a si e ao seu interlocutor.

(C) As formas *alto* (linha 18) e *altas* (linha 21) têm exatamente o mesmo significado, embora ocupem posições diferentes em relação aos substantivos e correspondam a diferentes flexões do adjetivo.

(D) *Reflito* (linha 2) e *sinto* (linha 4) podem ser permutados, respectivamente, por "conscientizo-me" e "lamento", sem prejuízo do sentido original.

(E) Quanto ao significado, *crenças* (linha 12) inclui *abstração* (linha 10) e opõe-se a fatos rasteiros (linha 13).

A (ASPS: identificação de função sintática) Trata-se de um adjunto adverbial de modo.
B (Coesão) Em ambos os casos, o referente do pronome é o emissor e o seu receptor.
C (Adjetivo: posição e valor) No primeiro caso, alto refere-se a altura; no segundo caso, a grau.
D (Vocabulário) Embora a substituição mantenha a coerência do texto, o sentido não permanece o mesmo.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa correta acerca do uso de tempos verbais na carta é:

(A) A substituição da forma *Teremos* (linha 11) por "Teríamos" atenuaria o valor hipotético da frase.

(B) No segundo parágrafo, a incerteza acerca do tempo, expressa pela alternância entre está, estava e estará, reforça o sentido de dúvida presente no trecho.

(C) A correlação entre as orações *Reflito sobre a minha vida (linha 2) e depois de ter completado cinquenta anos de literatura* (linha 3) expressa que a vida anterior ao aniversário mencionado não é objeto de meditação.

(D) O emprego da forma será (linha 14) torna o enunciado mais assertivo do que o seria se a forma escolhida fosse "é".

(E) O segmento acabou... por nos vencer (linha 7) indica finalização recente da ação nele descrita.

A (Verbo: emprego dos modos e tempos verbais) A substituição intensificaria o valor hipotético da frase.
C (Interpretação) O advérbio "especialmente" dá a ideia de que a reflexão é anterior aos cinquenta anos.
D (Vocabulário) Embora a substituição mantenha a coerência do texto, o sentido não permanece o mesmo.
E (Interpretação) No contexto, a locução verbal "acabou por vencer" indica que a vitória foi definitiva (no fim o inimigo nos venceu), não que ela seja necessariamente recente.

GABARITO "B"

Atenção: As próximas quatro questões referem-se ao texto que segue.

1 *Humes observou certa vez que a civilização*
humana como um todo subsiste porque "uma geração
não abandona de vez o palco e outra triunfa, como
acontece com as larvas e as borboletas". Em algumas
5 *guinadas da história, porém, em alguns picos críticos,*
pode caber a uma geração um destino parecido com o
das larvas e borboletas. Pois o declínio do velho e o
nascimento do novo não são necessariamente
ininterruptos; entre as gerações, entre os que, por uma
10 *razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que*
pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já
cresceram com ela [...] está rompida a continuidade e
surge um "espaço vazio", espécie de terra de ninguém
histórica, que só pode ser descrita em termos de "não
15 *mais e ainda não". Na Europa, essa absoluta quebra de*
continuidade ocorreu durante e após a Primeira Guerra
Mundial. É essa ruptura que dá um fundo de verdade a
todo o falatório dos intelectuais, geralmente na boca dos
"reacionários", sobre o declínio necessário da civilização
20 *ocidental ou a famosa geração perdida, tornando-se,*
portanto, muito mais atraente do que a banalidade do
pensamento "liberal", que nos apresenta a alternativa de
avançar ou recuar, a qual parece tão desprovida de
sentido justamente porque ainda pressupõe uma linha
25 *de continuidade sem interrupções.*

(ARENDT, Hannah. "Não mais e ainda não". In **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 187)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Na organização do texto, a autora

(A) toma como tema certo pensamento de Humes, que detalha para convencer o leitor sobre esta compreensão que ela tem do que seja a civilização: "A natureza não dá saltos".

(B) vale-se de Humes como argumento de autoridade, considerando irretorquível o pensamento citado.

(C) tira proveito da constatação de Humes, de caráter universal, para ratificá-la no plano mais particular que ela aborda no seu discurso.

(D) cita Humes porque a comparação que ele faz entre os homens e os animais se aplica, ipsis litteris, à concepção que ela tem acerca do que ocorre com gerações em momentos críticos.

(E) refere comentário do filósofo Humes e o desconstrói, pois o desfaz para reconstruí-lo em outras bases.

A, B, C, D e E (Interpretação) A autora parte de uma observação de Hume, mas em seguida (como revela a locução adverbial "em algumas guinadas da história" e a conjunção "porém") mostra que nem sempre o que o filósofo afirmou ocorre.

GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *Pois o declínio do velho e o nascimento do novo não são necessariamente ininterruptos;*

Entre as gerações, entre os que, por uma razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já cresceram com ela [...] está rompida a continuidade...

Considerado o fragmento acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) "entre os que" estabelece relação de estrita colateralidade entre os segmentos "os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos" e "[os que] já cresceram com ela".

(B) a expressão "não são necessariamente ininterruptos" equivale a "é prescindível que ocorram de modo contínuo".

(C) justificam-se as duas contíguas ocorrências da preposição "entre" porque introduzem termos que remetem a dois aspectos, semântica e sintaticamente distintos.

(D) a conjunção "ou" estabelece uma relação de simultaneidade entre os dois termos que conecta.

(E) a expressão "os que", em suas duas ocorrências, remete aos mesmos seres.

A (Interpretação) A colateralidade estabelecida pela estrutura em questão se faz entre os elementos desses dois segmentos (os que pressentem e os que cresceram) e os que pertencem ao velho.
B (Vocabulário) "prescindível" significa "não necessário".
C (ASPS) O segundo "entre" introduz um aposto enumerador do substantivo "gerações" introduzido pelo primeiro "entre". Não há, portanto, distinção semântica entre aquilo que introduzem.
D (Interpretação) A conjunção tem valor de exclusão.
E (Coesão) Na primeira ocorrência, ela remete à geração que pertence ao passado; na segunda, à que vivencia o presente.

GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento que, no contexto, exprime uma consequência é:

(A) (linhas 12 e 13) *e surge um "espaço vazio".*

(B) (linhas 24 e 25) *ainda pressupõe uma linha de continuidade sem interrupções*.

(C) (linhas 23 e 24) *a qual parece tão desprovida de sentido*.

(D) (linhas 15 e 16) *essa absoluta quebra de continuidade ocorreu*.

(E) (linhas 14 e 15) *só pode ser descrita em termos de "não mais e ainda não"*.

A, B, C, D e E (ASPC: valores semânticos do "e") O surgimento de um espaço vazio é consequência do que vem expresso antes: o rompimento da continuidade.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Quando a autora refere-se ao "espaço vazio",

(A) toma-o como ponto fraco do ideário "liberal", que, equivocadamente, entende essa espécie de terra de ninguém histórica como o momento crucial para a decisão de avançar ou recuar.

(B) busca exprimir a ideia de que, mesmo diante de acontecimentos nefastos, há espaço para o acolhimento do novo, para inovadora ordem social, proposta por geração recém-surgida.

(C) caracteriza-o com expressões que deixam entrever a dificuldade que sente para conceituá-lo, dada sua natureza indefinida ou ambígua, área sobre a qual as gerações em confronto não têm controle.

(D) caracteriza-o lançando mão da história, meio de exprimir sua visão de que a ação humana, suspensa nesse oco, provocou os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial.

(E) entende-o como ponto que legitima de modo pleno a verve dos grupos ditos "reacionários" quando defendem a necessidade do declínio da civilização ocidental.

A, B, C, D e E (Interpretação) As expressões são "espécie de terra de ninguém" e "não mais", "ainda não". Trata-se de um momento histórico em que os conceitos anteriores não mais se aplicam, e os novos e adequados à nova situação ainda não foram forjados.

GABARITO "C"

Atenção: As próximas seis questões referem-se ao texto que segue.

1 *O ataque cético à cientificidade das narrações históricas*
insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria
às narrações ficcionais. As narrações históricas
não falariam da realidade, mas sim de quem as construiu.
5 *Inútil objetar que um elemento construtivo está*
presente em certa medida até nas chamadas ciências
"duras": mesmo estas foram objeto de uma crítica análoga
[...]. Falemos, então, de historiografia. Que ela
[tem] um componente subjetivo [...] é sabido; mas as
10 *conclusões radicais que os céticos tiraram desse dado*
concreto não levaram em conta uma mudança fundamental
mencionada por Bloch nas suas reflexões metodológicas
póstumas. "Hoje [1942-3]..., até mesmo nos
testemunhos mais resolutamente voluntários", escrevia
15 *Bloch, "aquilo que o texto nos diz já não constitui o*
objeto preferido de nossa atenção." As Mémoires de
Saint-Simon ou as vidas dos santos da alta Idade Média
nos interessam (continuava Bloch) não tanto por suas
referências aos dados concretos, volta e meia inventados,
20 *mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de*
quem escreveu esses textos. "Na nossa inevitável
subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao
menos no sentido de que, embora permanecendo condenados
a conhecê-lo exclusivamente com base em
25 *seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a*
seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer".
E concluía: "Olhando bem, trata-se de uma grande revanche
da inteligência sobre o mero dado concreto".

(GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício (Introdução). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correta paráfrase do primeiro período do texto – *O ataque cético à cientificidade das narrações históricas insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria às narrações ficcionais.* – o que se lê em:

(A) A credulidade abalada gerou ataques ao cientificismo característico da história, e, quando se insistiu em que deveria assumir o viés subjetivo, suas semelhanças com as narrativas ficcionais avultaram.

(B) O ceticismo que nutre a ciência dá às narrativas, inclusive às de cunho histórico, um matiz subjetivo, o que foi apontado pelos críticos como um fator inerente a qualquer tipo de relato.

(C) O que caracteriza o relato de fatos históricos é sua natureza científica; se esse traço fosse minimizado e abrisse espaço para a subjetividade – dizem certos críticos –, esse tipo de relato estaria próximo das narrativas ficcionais.

(D) A acusação dos que não acreditavam no caráter científico das narrações históricas enfatizava o seu caráter subjetivo, traço que as tornaria semelhantes às narrações ficcionais.

(E) O que sempre se enfatizou como determinante de um texto é o seu cunho particular, fator de subjetividade que sempre irmanou os relatos, os científicos (como os históricos) e os ficcionais (inventados pelo autor), como reconhecem até os mais severos ataques.

A (Interpretação) No período, questiona-se se a história de fato é científica.
B (Interpretação) No período, não se afirma que o ceticismo nutre a ciência nem que todo relato possui um matiz subjetivo.
C (Interpretação) No período, questiona-se se a história de fato é científica.
E (Interpretação) No período, não se trata do relato das ciências naturais.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerada a totalidade do excerto, é correto afirmar:

(A) (linhas 7 e 8) A referência a uma crítica análoga impõe que se entenda o emprego das aspas, em *"duras"*, como indicador de tom pejorativo.

(B) (linha 4) O emprego do verbo "falar" no tempo e modo adotados sinaliza que o entendimento sobre a natureza da história expresso na frase deve ser atribuído aos que desferiram o citado ataque (linha 1).

(C) (linhas 4 e 5) Escrevendo de outro modo a frase *mas sim de quem as construiu*, o sentido e a correção originais estarão preservados se a nova formulação for "mas sim daqueles que a construíram".

(D) (linhas 3 e 4) Na frase *As narrações históricas não falariam da realidade* está implícita a ideia de que a história deveria rever o viés metodológico tradicionalmente adotado.

(E) (linha 5) A expressão *um elemento construtivo* remete à ideia de *cientificidade* referida anteriormente (linha 1).

A (Interpretação) O termo "duro" para as ciências da natureza e "mole" para as humanas são consagrados e não expressam juízo de valor.
B (Verbo: emprego dos tempos e modos) O emprego do futuro do pretérito no trecho mostra que o autor do texto está expressando uma conclusão que não é a sua sobre o que foi afirmado anteriormente.
C (Coesão) A mudança do pronome "as" para o singular "a" altera o seu antecedente de "narrativas" para "realidade", o que modifica substancialmente o sentido.
D (Interpretação) A crítica não se dirige a um método que gera subjetividade, mas ao caráter incontornavelmente subjetivo das narrativas históricas.
E (Coesão) A expressão "um elemento construtivo" remete à ideia de falta de cientificidade
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A expressão que está corretamente entendida, considerada a situação de uso no excerto, é:

(A) (linhas 27 e 28) grande revanche da *inteligência* / descomedida vingança da perspicácia.

(B) (linha 5) *Inútil objetar* / é desaconselhável admitir.

(C) (linhas 12 e 13) *reflexões metodológicas póstumas* / confissões de erros de método legadas aos pósteros.

(D) (linha 14) *testemunhos mais resolutamente voluntários* / depoimentos rigorosamente fortuitos.

(E) (linhas 21 e 22) *Na nossa inevitável subordinação ao passado* / Na sujeição ao passado, à qual não podemos nos furtar.

A (Vocabulário) O termo "descomedido" tem um valor pejorativo que "grande", no contexto, não possui.
B (Vocabulário) "objetar" = criticar, opor-se
C (Vocabulário) Os trechos possuem por inteiro significados distintos, "reflexões", por exemplo, não é o mesmo que "confissões".
D (Vocabulário) "fortuito" = por acaso, casual.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que, no excerto,

(A) o enunciado *"aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção"* (linhas 15 e 16) contém pressuposto introduzido pelo advérbio já.

(B) o autor deixa que o leitor tenha acesso à voz de Saint-Simon, ao lado da sua própria e da de Bloch.

(C) as ideias de Bloch vêm exclusivamente incorporadas à voz de Carlo Ginzburg, que não permite ao leitor entrar em contato direto com as formulações do estudioso que ele cita.

(D) o enunciado Falemos, então, *de historiografia* (linha 8) revela que o autor, por carência de um único argumento que seja, não ousa debater em outro campo que não o da história.

(E) o enunciado *Que ela tem um componente subjetivo é sabido* (linhas 8 e 9) é exemplo de frase truncada, em que faltam elementos sintáticos essenciais à expressão de um sentido completo, só apreensível com o apoio do contexto.

A (Interpretação) O advérbio "já" gera o pressuposto que antes o que o texto dizia constituía o objeto preferido da atenção.
B (Interpretação) Os trechos entre aspas que constituem transcrições são exclusivamente de Bloch.
C (Interpretação) Os trechos entre aspas que constituem transcrições de Bloch.
D (Interpretação) O termo "então", no trecho em que foi empregado, sugere que o autor já abordou outro campo do conhecimento.
E (ASPC) Não há truncamento, o que ocorreu foi a anteposição da oração subordinada à sua principal.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considere as afirmações abaixo.

I. *A mudança fundamental* citada refere-se ao fato de que a historiografia acabou adotando uma perspectiva oblíqua no seu modo de conhecimento: passou a considerar como mais significativo para a apreensão de uma época não o que uma possível testemunha conscientemente informe sobre "dados concretos", mas aquilo que seu modo de contar possa deixar entrever, até mesmo à sua revelia, sobre o espírito que concebeu tal relato.

II. Na exposição do seu raciocínio, o autor da frase final do excerto faz uso da expressão *Olhando* bem (linha 27) para chamar a atenção sobre ideia que corrige outra anteriormente enunciada por ele.

III. O autor julgou necessário interferir no discurso alheio por meio dos colchetes, na linha 9, para direcionar a leitura, oferecendo ponto de referência pedido pelo advérbio *Hoje*, que remete ao momento em que um dado locutor está elaborando seu discurso.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, somente.

B) I, somente.

(C) I e II, somente.

(D) II, somente.

(E) I, II e III.

A, B, C, D e E (Interpretação) Afirmação II: Como o verbo dicendi que introduz o excerto já revela, o trecho constitui-se duma conclusão do que foi dito antes.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *"Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer".*

Ao desenvolver suas ideias no período acima, o autor

(A) adotou o tempo e modo presentes na forma verbal *resolvera* porque considerou eventual o fato expresso.

(B) utilizou a expressão *no sentido de* com o mesmo valor observável na frase "No sentido de ajudá-lo, propus ampliar o prazo do contrato".

(C) cometeu um deslize quanto ao padrão culto escrito, que exige o emprego de uma vírgula depois da palavra *respeito*.

(D) se valeu de uma proposição paradoxal *("Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos...")* e, na argumentação, minimizou a contradição entre as ideias que a constituem.

(E) empregou o pronome "o" (em *conhecê-lo*) porque se referia a passado; se estivesse se referindo a uma *pessoa*, o padrão culto escrito exigiria o "lhe" ("conhecer- lhe").

A (Verbo: emprego de tempos e modos) O mais-que-perfeito do indicativo indica que a noção expressa pelo verbo "resolver" é anterior à expressa pelos verbos "emancipar" e "conseguir".

B (Interpretação) No texto, a expressão serve para indicar uma delimitação de significado. Na frase da alternativa, ela indica finalidade.

C (Pontuação) A virgulação da oração subordinada adverbial posposta é facultativa.

E (Emprego dos pronomes) O pronome oblíquo "lhe(s)" só pode ser empregado como complemento verbal, se este for um objeto indireto.

GABARITO "D"

Atenção: As próximas duas questões referem-se ao texto que segue.

Nas diversas épocas da história, a colonização assumiu formas que podem ter sido diferentes, mas que também se superpuseram umas às outras. Dominar outros povos foi de fato o motor da expansão, qualquer que tenha sido o motivo declarado desse "imperialismo", religioso no tempo dos árabes, religioso ainda nas expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejam consolidar a expansão de sua fé, nos séculos XVI e XVII.

O interesse político pôde ser o companheiro de todas essas formas de cruzadas. [...] O interesse econômico surge bem antes da denominada era imperialista, e afirma-se sobretudo quando, com os Atos de Navegação (1651)*, a expansão ultramarina é considerada um monopólio de toda a nação inglesa – e não apenas o interesse de seus comerciantes.*

(FERRO, Marc. **História das colonizações:** das conquistas às independências – séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O fragmento acima está sintetizado de maneira clara e correta em:

(A) A colonização – fruto, efetivamente, do desejo de domínio – realizou-se de maneiras possivelmente distintas, mas também associadas: apresentou-se, em muitos momentos, sob o signo da religião, convivendo com a motivação política; a motivação econômica firma-se no século XVII, quando a expansão ultramarina é considerada privilégio de toda uma nação (a inglesa).

(B) É passível que as colonizações sejam diferentes, mas se entrelacem, pois seu objetivo é igual – dominar povos; o imperialismo religioso dos árabes, dos católicos e protestantes, companheiro dos interesses político e econômico posterior a 1651, antes da "era imperialista", acaba no monopólio com a Inglaterra sobre a expansão ultramarina.

(C) A colonização, como a história mostra, é uma forma de cruzada, assumida de modo semelhante em alguns momentos – como no caso das várias religiões –, mas sempre significando domínio de outros povos; as expedições religiosas conviveram bem com o jogo político das nações, e que tardou com os interesses econômicos: estes dependeram da chegada de 1651 para surgir com vigor, sob o domínio inglês.

(D) Alternando, a colonização foi, nas etapas históricas, assumindo procedimentos distintos e camuflando a sua verdadeira causa: várias vezes de ordem religiosa, outra política e outra econômica; Esta é resultado dos interesses que passaram dos comerciantes para a nação inglesa como um todo, antes de surgir o imperialismo propriamente dito.

(E) O domínio dos outros povos gerou a expansão da colonização que variou de forma, inclusive superpondo causas: das diferentes religiões, que o poder

político acompanhou até o surgimento do interesse econômico, em 1651, quando a navegação, direito dos comerciantes, passou a ser da Inglaterra.

A, B, C, D e E (Interpretação) Um erro comum a todas as alternativas, com exceção da A, é que elas afirmam ter o interesse econômico surgido a partir de 1651. A alternativa A, ao contrário, afirma que ela se firmou no século XVI, ou seja, já existia anteriormente.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento do texto que, transformado, mantém-se em consonância com o padrão culto escrito é:

(A) surge quando mau se havia cumprido os primeiros cinquenta anos do século XVII.

(B) formas acerca de cuja eficácia ninguém tem dúvida.

(C) reações a domínio, em sua também diversidade, igualmente se superpõe uns à outros.

(D) quaisquer que, naquele momento, possa terem sido as razões.

(E) quando desejam consolidar a expansão de sua fé, grupos religiosos distintos degladiam-se um contra o outro.

A (Emprego de certas palavras / Concordância) surge quando mal se haviam cumprido os primeiros cinquenta anos do século XVII.
C (Concordância / Crase) reações a domínio, em sua também diversidade, igualmente se superpõem uns a outros.
D (Concordância / Emprego de infinitivo) quaisquer que, naquele momento, possam ter sido as razões.
E (Ortografia) quando desejam consolidar a expansão de sua fé, grupos religiosos distintos digladiam-se uns contra os outros.

GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A frase estruturada de maneira clara e em total conformidade com o padrão culto escrito é:

(A) A discussão sobre questões pertinentes aos vários temas dos grupos inscritos demandaram muita organização, que ninguém questionou porque se fazia necessário, tendo em vista que a reflexão necessita, e se deu, com serenidade.

(B) Entre tais e tão tristes casos reportados nos jornais de hoje como as enchentes, os desastres rodoviários e os regimes de excessão, o que mais me comoveu foi de ter lido sobre a falta de assistência a desprotegidos.

(C) Eles estavam ali conversando sei lá de quê; não certamente de dinheiro, como alguns imaginaram, ainda que falassem de "títulos"; mas não existem só títulos "bancários", também os há acadêmicos, como cheguei a comentar com os mexeriqueiros.

(D) Já tinha muito porque se atormentar, por isso tentava esquecer, e o fazia com muita persistência, das notícias que pareciam ter chegado a pouco, mas já eram conhecidas por todos.

(E) Não tinham sequer levantado hipótese de que fosse feito, e pelo coordenador, reparos ao texto definitivo, e ainda mais extemporaneamente, inclusive porque tinham havido já muitos comentários positivos para o grupo, vindos de renomado especialista.

A (Concordância / Regência) A discussão sobre questões pertinentes aos vários temas dos grupos inscritos demandou muita organização, que ninguém questionou porque se fazia necessária, tendo em vista que a reflexão necessita de serenidade e se deu com ela.
B (Ortografia) Entre tais e tão tristes casos reportados nos jornais de hoje, como as enchentes, os desastres rodoviários e os regimes de exceção, o que mais me comoveu foi ter lido sobre a falta de assistência a desprotegidos.
D (Concordância / Emprego de certas palavras / Regência) Já havia muito por que se atormentar, por isso tentava esquecer, e o fazia com muita persistência, as notícias que pareciam ter chegado há pouco, mas já eram conhecidas por todos.
E (Concordância) Não tinham sequer levantado hipótese de que fossem feitos, e pelo coordenador, reparos ao texto definitivo, e ainda mais extemporaneamente, inclusive porque tinha havido já muitos comentários positivos para o grupo, vindos de renomado especialista.

GABARITO "C"

Atenção: As próximas sete questões referem-se ao texto que segue.

Caracterização de Walter Benjamin

1 *O nome do filósofo, que acabou com sua própria vida durante a fuga ante os esbirros de Hitler, foi ganhando uma aura nos mais de vinte anos que desde então transcorreram, e isso apesar do caráter esotérico*
5 *dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos. A fascinação de sua pessoa e oeuvre só deixou a alternativa da magnética atração ou da rejeição horrorizada. Sob o olhar de suas palavras – onde quer que ele caísse –, tudo se metamorfoseava,*
10 *como se tivesse se tornado radioativo. A capacidade de incessantemente projetar novos aspectos – não tanto mediante a ruptura crítica de convenções quanto pela maneira, dada pela organização intrínseca, de se comportar em relação ao objeto, como se as*
15 *convenções não tivessem poder sobre ele – dificilmente conseguirá também ser captada pelo conceito de originalidade. Nenhuma das intuições desse pensador inesgotável apresentava-se como mera intuição. O sujeito, a quem pessoalmente cabiam*
20 *todas as experiências fundantes que a filosofia oficial contemporânea apenas discute de modo formal, parecia ao mesmo tempo não ter nenhuma participação nelas, mesmo porque a sua maneira, sobretudo a arte da formulação instantânea – definitiva*
25 *–, também se despojou do que, no sentido tradicional – é espontâneo e esfuziante. Ele não dava a impressão de ser alguém que criava a verdade ou a adquiria ao pensar, mas de que a citava pelo pensamento como um refinado instrumento de conhecimento, no qual imprimia a sua marca.*

(ADORNO, Theodor. Caracterização de Walter Benjamin. **Prismas**:crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 2001, p. 223-224). **Obs.**: *oeuvre*: obra.

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que o autor do excerto

(A) julga o refinado pensamento do filósofo não como original ou espontâneo, mas como verdadeiro.

(B) oferece precisa caracterização do filósofo e de sua obra, valendo-se de conceitos que lhes são aplicáveis com justeza.

(C) expõe os artifícios formais de que se valeu o filósofo para, apropriando-se dos achados da tradição, requisitar autenticidade para seu trabalho.

(D) aponta inconsistência nas formulações do filósofo, que, pouco amadurecidas mas perenes, se despegaram do necessário aporte empírico da filosofia.

(E) atribui força transformadora ao modo como o filósofo concebia e expressava seus pensamentos.

A (Interpretação) Embora o texto faça um elogio do pensamento de Benjamin, ele se dirige sobretudo ao modo como é elaborado e não se pode pressupor disso que considera sempre como verdadeiro.
B (Interpretação) O texto é muito curto e trata apenas de um aspecto da obra de Benjamim para que se possa falar em “precisa caracterização”.
C (Interpretação) O texto não menciona artifícios formais.
D (Interpretação) O texto não menciona qualquer tipo de inconsistência.
GABARITO “E”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O excerto autoriza a seguinte afirmação:

(A) as constantes inovações do filósofo acompanharam- se de desveladas críticas às convenções vigentes.

(B) o filósofo e sua obra adquiriram, com o tempo, unânime aprovação, atribuível à comoção gerada por seu suicídio.

(C) a natureza dos trabalhos iniciais e finais do filósofo não obscurece sua personalidade e sua obra, impactantes sob qualquer julgamento.

(D) a infinidade de novos aspectos inseridos nas análises do filósofo tornou-as tão herméticas que não podem ser captadas por espíritos menos originais.

(E) as inéditas ideias do filósofo devem ser creditadas aos seus métodos, fundamentados em experiências da filosofia oficial.

A (Interpretação) Afirma-se que o filósofo agia como se as convenções não tivessem poder sobre ele, não que ele as criticava.
B (Interpretação) Não se afirma que o filósofo e a obra tenham aprovação unânime nem que ela se deva ao seu suicídio.
D (Interpretação) Embora haja menção à dificuldade de compreensão da obra em questão, não se afirma que ela não possa ser captada por espíritos menos originais.
E (Interpretação) Ao contrário, o método do filósofo provém de uma liberdade frente às discussões formais da filosofia oficial.
GABARITO “C”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que, na obra de Benjamin,

(A) o sujeito é destituído da função central que tinha na filosofia anterior, na medida em que esse filósofo opta por não se fazer notar em seus escritos.

(B) a verdade é apenas tangenciada, já que o filósofo cita concepções já aceitas como inquestionáveis, mas não ousa nelas interferir.

(C) o diálogo com a filosofia oficial engendra-se na arte da formulação instantânea, que pressupõe o descarte de conceitos tradicionais.

(D) o modo de presença da intuição gera uma subjetividade da qual emerge não o espontâneo, mas o particular.

(E) a originalidade do pensamento, derivada da organização que lhe é intrínseca, carece de vivacidade e autenticidade, tal como as entendemos.

A (Interpretação) Não há informação que permita a inferência de que não se faz notar em seus escritos.
B (Interpretação) Ao contrário, como diz o texto, o filósofo tem uma capacidade de projetar incessantemente novos aspectos sobre aquilo que analisa.
C (Interpretação) Não há informações que permitam a inferência de que ocorre o descarte de conceitos tradicionais.
E (Interpretação) Se, como se afirma no final do texto, o filósofo imprimia sua marca na verdade que expressava, não se pode afirmar que lhe falta autenticidade.
GABARITO “D”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *O nome do filósofo, que acabou com sua própria vida durante a fuga ante os esbirros de Hitler, foi ganhando uma aura nos mais de vinte anos que desde então transcorreram, e isso apesar do caráter esotérico dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos.*

Considerado o período acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) Substituindo “transcorrer” por “se passar”, a frase mantém a correção gramatical com a forma “se passou”.

(B) O título do texto é determinante para que a frase *que acabou com sua própria vida* tenha valor explicativo, e não restritivo.

(C) A reflexividade observada no segmento *acabou com sua própria vida* é exatamente do mesmo tipo da encontrada em “Machucaram-se muito com as ofensas recíprocas”.

(D) A presença da preposição *durante* contamina a frase articulada em torno do verbo “acabar”, conferindo-lhe aspecto durativo e frequentativo.

(E) A preposição *ante* tem mesmo valor do segmento grifado em “antiamericano”.

A (Concordância) Uma vez que o verbo “passar” não é impessoal, ele deve concordar com o seu sujeito. No caso, o sujeito é o relativo “que”, o que faz com que a concordância se faça com o antecedente: “os mais de vinte anos”.
B (Pontuação: vírgula na oração adjetiva) A presença da vírgula confere valor explicativo à oração adjetiva, o que é possível pelo fato de o título já restringir o termo “filósofo”, ou seja, indica de que filósofo se trata.
C (Emprego dos pronomes) No primeiro caso, a reflexividade indica que a ação praticada pelo sujeito recai sobre si mesmo; no segundo caso, que a ação é trocada entre os indivíduos que constituem o sujeito, é o que se chama também de reciprocidade.
D (Verbo: aspecto) A preposição “durante” confere a ideia de aspecto durativo (a ação possui uma certa duração) à ação que é expressa pelo substantivo “fuga”. A locução verbal “acabou por se matar” tem aspecto pontual. O frequentativo é o aspecto das ações que se repetem como o que aparece no verbo “saltitar” devido ao sufixo “it”.
E (Interpretação) “ante” tem valor locativo: em frente a, diante de; “anti” tem valor de oposição.
GABARITO “B”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *O nome do filósofo [...] foi ganhando uma aura [...], apesar do caráter esotérico dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos.*

Em redação clara e totalmente em concordância com o padrão culto escrito, o sentido da frase acima está preservado em:

(A) Foi ganhando uma aura o filósofo, que já tinha nome, ainda que seus trabalhos sejam de caráter esotérico e fragmentário, respectivamente os primeiros e últimos.

(B) Ainda que os primeiros trabalhos do filósofo padecessem de caráter esotérico e os últimos fragmentários, seu nome foi ganhando uma aura.

(C) Embora se considerem o caráter esotérico e fragmentário dos primeiros e últimos trabalhos, seu nome de filósofo foi recebendo aura.

(D) A despeito de os primeiros trabalhos do filósofo terem caráter esotérico e os últimos, fragmentário, seu nome foi ganhando uma aura.

(E) Seu nome de filósofo foi ganhando aura mesmo sendo esotérico nos primeiros trabalhos, e tendo caráter fragmentário nos últimos.

A (Interpretação) O nome do filósofo é que foi ganhando uma aura. Deve-se colocar “o” antes de “último” para se manter o paralelismo.
B (Interpretação) O emprego do verbo “padecer” confere um tom de crítica ausente na redação original. O trecho “últimos fragmentários” não está inserido de modo favorável sintaticamente no período.
C (Interpretação) Dá-se a entender que os primeiros e últimos trabalhos do filósofo eram ambos esotéricos e fragmentários.
E (Interpretação) O trecho “seu nome de filósofo” dá a entender que ele possui um nome só para a atividade de filósofo; além disso, é feita a afirmação de que ele é esotérico tem caráter fragmentário, já o texto original atribui essas características ao seu trabalho.
GABARITO “D”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento do texto que está corretamente entendido é:

(A) *como se tivesse se tornado radioativo* / à semelhança de algo que adquirisse propriedade de emanar energia.

(B) *fascinação de sua pessoa* e oeuvre / forte encantamento que elidia criador e criatura.

(C) *magnética atração* / fascínio emitido de forças internas inexploradas.

(D) *rejeição horrorizada* / desdém que provoca pânico coletivo.

(E) *tudo se metamorfoseava* / o entorno adquiria formas que se sucediam ininterruptamente.

B (Vocabulário) elidir = eliminar, retirar.
C (Interpretação) O trecho “forças internas inexploradas” não se justifica.
D (Interpretação) O trecho “provoca pânico coletivo” não se justifica.
E (Interpretação) Apenas “adquiria formas” tem alguma relação com o trecho original.
GABARITO “A”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerado o contexto, é correto o que se afirma em:

(A) A expressão ao *pensar* (linhas 27 e 28) traduz uma condição.

(B) O emprego de só, na linha 6, traz implícita uma ideia de exclusão.

(C) O advérbio *mesmo*, em mesmo porque (linha 23), introduz retificação acerca do afirmado anteriormente.

(D) Em *onde quer que ele caísse* (linha 9), onde está empregado em conformidade com o padrão culto escrito, assim como o está em: “Se ele insistir, é onde direi que tenho dele as piores impressões”.

(E) Ao acolherem termo sinônimo de *formulação instantânea,* sem nada lhe acrescentar, os travessões (linhas 24 e 25) justificam-se como recurso para dar ênfase à expressão que caracteriza a arte (linha 24).

A (ASPC: orações reduzidas) Ela traduz a ideia de tempo.
C (ASPC) Ele introduz uma ratificação do que foi afirmado anteriormente.
D (ASPC: emprego do “onde”) Ele só pode ser empregado com valor adverbial de “lugar”.
E (ASPS) O termo “definitiva” não é um qualificador do termo “formulação”.
GABARITO “B”

1 Madri, 14 de julho de 1857.
Senhor,
Chegou a hora de poder humildemente comparecer
4 ante o Trono de Vossa Majestade Imperial com o segundo
volume concluído da **História geral do Brasil**, depois de
haver trabalhado às vinte horas por dia, de forma que quase
7 sinto que estes últimos seis anos da vida me correram tão
largos como os trinta e tantos anteriores. Ao ver afinal
concluída a obra, não exclamei, Senhor, cheio de orgulho,
10 “*Eregi monumentu aere perennius*” a minha triste
peregrinação pela terra. Porém caí de joelhos, dando graças
a Deus não só por me haver inspirado a idéia de tal grande
13 serviço à nação e às demais nações, e concedido saúde e vida
para o realizar (sustentando-me a indispensável perseverança
para convergir sobre a obra desde os anos juvenis, direta e
16 indiretamente, todos os meus pensamentos), como por haver
permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de
Vossa Majestade Imperial, Cujo Excelso Nome a posteridade
19 glorificará, como já o universo todo glorifica a sua sabedoria
e justiça.

Senhor! Permita-me Vossa Majestade Imperial que,
22 aproveitando-me, entretanto, dos méritos que devo haver
contraído perante o Seu espírito justiceiro com a conclusão
da **História geral** da civilização da Sua e minha pátria, eu
25 lhe abra todo o meu coração, e Lhe descubra até os mínimos
refolhos e rugas (boas e más) que nele se achem. (...)
Estas considerações dão-me por vezes horas de
28 grande tristeza... E confesso, Senhor, que, sobretudo quando
haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes
listas de despachos, e vi nelas generosamente contemplados
31 com títulos do Conselho, com crachás, com fidalguias a
tantos que eu cria terem feito pelo país e por Vossa
Majestade Imperial menos do que eu, gemi e calei (...).
34 Dirá Vossa Majestade Imperial que sou ambicioso.
E por que não, Senhor?! — A maior glória e honra do
homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é também Vossa
37 Majestade Imperial ambicioso da glória? Mal do Brasil, se
o não fora, como é, mercê de Deus. (...)
Sei que não falta gente que, insistindo em
40 considerar-me como meio literato, meio empregado
diplomático de cortesias (como dizem) fingem não saber
tudo quanto eu, politicamente, além do grande serviço desta
43 História, tenho trabalhado em favor de Vossa Majestade
Imperial e do Império. (...)
Senhor,
46 De Vossa Majestade Imperial,
O mais submisso e leal súdito
Francisco Adolfo de Varnhagen

Renato Lemos (Org.). **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**.
Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 58-63 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com base no que preceituam os manuais de redação oficial e as gramáticas normativas, julgue os itens a seguir, relativos a trechos destacados da carta enviada por Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II.

(1) A impessoalidade e a reverência a autoridade superior, que caracterizam o primeiro parágrafo, contrapõem-se à forma como o remetente da carta extravasa subjetividade nos demais parágrafos apresentados.

(2) Tanto o conteúdo quanto a forma da carta são semelhantes aos de uma exposição de motivos, bastando a inserção de numeração nos parágrafos e a alteração do fecho da carta, para que o texto atendesse à formalidade adequada a uma comunicação oficial do tipo exposição de motivos.

(3) Para a correta concordância com o pronome de tratamento "Vossa Majestade Imperial" (*l*.21), o pronome possessivo "Seu", na expressão "perante o Seu espírito justiceiro" (*l*.23), deveria ser alterado para **Vosso**.

(4) O emprego do acento gráfico nas palavras "concluída" e "caí" atende à mesma regra gramatical.

(5) As formas verbais do trecho "quando haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes listas de despachos" (*l*.28-30) correspondem, quanto ao sentido, respectivamente, a **faz e foram publicadas**.

(6) Para se estabelecer a ordem direta dos elementos do período situado entre as linhas 28 e 33, deve-se suprimir a vírgula que antecede as orações coordenadas "gemi e calei" (*l*.33) e deslocá-las para a posição logo após a palavra "sobretudo" (*l*.28).

(7) Há elipse da forma verbal sou no período "E por que não, Senhor?!" (*l*.35).

(8) No período entre as linhas 39 e 44, o remetente da carta vale-se de eufemismo para mencionar que o julgamento desfavorável de algumas pessoas deve estar influenciando as escolhas de nomes para as listas de despachos.

(9) Sem se contrariar a correção gramatical, a forma verbal "fingem" (*l*.41) poderia ser substituída pela forma **finge**.

1: Errado. (Gêneros textuais) O primeiro parágrafo não é impessoal, uma vez que o emissor e o destinatário estão franca e repetidamente presentes nele. A reverência à autoridade superior também percorre todo o texto, não sendo uma exclusividade do primeiro parágrafo.

2: Errado. (Gêneros textuais) A exposição de motivos é um modelo oficial e normatizado de texto dirigido ao Presidente ou Vice-Presidente da República. Ainda que seja dirigido ao chefe do Poder Executivo da época, o texto em questão não pode ser considerado como uma exposição de motivos por diversas razões: pelo seu assunto, que é a queixa de seu emissor por não ter sido agraciado por títulos e o desejo de que isso seja reparado; pelo seu tom, em que se faz fortemente presente a função emotiva da linguagem;

E pela sua forma, que não possui as características de diagramação e organização dos assuntos requeridas por esse tipo de texto. Para maiores informações, consultar o Manual de Redação da Presidência da República:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm#_Toc26002107

3: Errado. (Emprego dos pronomes) Os pronomes de tratamento pedem concordância em terceira pessoa.

4: Certo. (Acentuação gráfica) Ambas são acentuadas pela regra do hiato: possuem como sílaba tônica um "i", que é segunda vogal de uma hiato, está sozinho na sílaba, não vem precedido por "nh", nem forma hiato com vogal idêntica.

5: Certo. (ASPS: verbo impessoal e voz passiva) Tanto o verbo "haver" quanto o "fazer" na indicação de tempo são impessoais e, portanto, não podem estar no plural. Como indicam tempo transcorrido, o seu emprego no presente do indicativo é mais natural do que no futuro. O trecho "se publicaram" constitui voz passiva sintética e pode ser substituído sem prejuízo de sentido por "foram publicadas".

6: Errado. (ASPS: ordem dos termos na oração) Seriam necessárias outras modificações para se colocar o trecho na ordem direta. São exemplos de partes deslocadas: a oração adverbial temporal "haverá pouco mais de dois anos", que está inserida entre a conjunção "quando" e o resto da sua oração principal; o adjunto adverbial "nelas", que está entre o verbo "vi" e o seu complemento "a tantos".

7: Errado. (Figuras de linguagem: elipse) A forma verbal em elipse é "seria" ou "serei".

8: Certo. (Figuras de linguagem: eufemismo) A expressão "meio literato, meio empregado diplomático de cortesias" pode ser entendida como um ataque a qualidade do trabalho intelectual do autor da carta, que é visto como um bajulador em busca de favores.

9: Certo. (Figuras de linguagem: silepse de número) O emprego da forma "fingem" com o sujeito "gente" se justifica pelo emprego da concordância siléptica, nada impede, contudo, que se empregue a concordância gramatical e o verbo vá para o singular.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6E, 7E, 8C, 9C

Soy loco por ti, América

1 "A interpretação da nossa realidade com esquemas
alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais
desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais
4 solitários." Fomos "descobertos" ou reinventados pelos
colonizadores, que impuseram o sentido que mais lhes
convinha à nossa história. "Insistem em medir-nos com o
7 metro que se medem a si mesmos" e assim se consideram
"civilizados" e a nós, "bárbaros". Não se dão conta de que
"os estragos da vida são iguais para todos" e que a busca da
10 identidade própria é tão árdua e sangrenta para nós como foi
para eles. Talvez os ex-colonizadores — hoje imperialistas
— fossem mais compreensivos conosco — os "bárbaros" —,
13 se olhassem melhor para o seu próprio passado, sem a
mistificação com que o envolveram antes de exportá-lo para
nós.
16 A América Latina e o Caribe reivindicam o direito
de ter uma história própria, assim como temos uma cultura
e um esporte próprios — tão admirados por eles.
19 "A solidariedade com nossos sonhos não nos fará sentir
menos solitários, enquanto não se concretize com atos de
apoio legítimo aos povos que assumam a ilusão de ter uma
22 vida própria na divisão do mundo."
"Por que a originalidade que nos é admitida, sem
reservas na literatura, nos é negada com todo tipo de
25 suspeitas em nossas tão difíceis tentativas de transformação
social, que os colonizadores tiveram tanta dificuldade — eles
também — para encontrar e, ainda assim, com defeitos, que
28 cada vez mais ficam evidentes? Por que nos condenar a viver
"como se não fosse possível outro destino senão o de viver
à mercê dos grandes donos do mundo? Este é, amigos, o
31 tamanho da nossa solidão."
A Vila Isabel desfilou este ano, na passarela do
Sambódromo, com o tema ***Soy loco por ti, América***,
34 originalmente na música de Capinam e de Gil, reatualizando
as citações do discurso com que García Márquez recebeu o
Prêmio Nobel de Literatura em 8 de dezembro de 1982 —
37 já lá vai um quarto de século.

Emir Sader. **Jornal do Brasil**, 26/2/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com referência ao texto "***Soy loco por ti, América***", julgue os itens seguintes.

(1) Evidencia-se, no trecho selecionado, a intertextualidade, marcada explicitamente pelo emprego das aspas, estabelecendo-se, no discurso, a relação entre a voz do autor do texto e a do escritor Gabriel García Márquez bem como a remissão ao texto de Capinam e Gilberto Gil e ao desfile da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel.

(2) Há elementos no texto que permitem a inferência de que o processo de emancipação do povo latino-americano não sofreu significativas alterações no período de dezembro de 1982 a fevereiro de 2006.

(3) No discurso de García Márquez, o emprego dos pronomes de primeira e terceira pessoa expressa a tensão entre os interesses dos povos latino-americanos, "bárbaros" (*l.*8 e 12) — **nós** —, e os dos povos "civilizados" (*l.*8), os "grandes donos do mundo" (*l.*30) — **eles**.

(4) Com correção gramatical, a idéia principal desse texto assim poderia ser expressa: É necessário a ruptura com interpretações baseadas em esquemas alheios aos povos latino-americanos, tal como a mistificação do passado colonial, visto que elas constituem impecilho à compreensão da identidade destes povos bem como a sua efetiva emancipação.

(5) O trecho "que impuseram o sentido que mais lhes convinha à nossa história" (*l.*5-6) constitui uma restrição ao sentido do antecedente nominal "colonizadores" (*l.*5), o que justifica o emprego da vírgula após este vocábulo.

(6) A expressão "à nossa história" (*l.*6) é complemento do verbo **impor**, e, nela, é facultativo o emprego do acento indicativo da crase.

(7) Seria correta a substituição da forma verbal 'Insistem' (*l.*6) por **Insiste-se**, dado que tanto a partícula se quanto a flexão do verbo na terceira pessoa do plural são procedimentos legítimos de indeterminação do sujeito.

1: Certo. (Interpretação de texto) Embora o texto possua muitas passagens entre aspas que sugerem intertextualidade, não há uma indicação clara de que sejam citações de Gabriel García Márquez. O item 3 desta questão, contudo, esclarece a dúvida e permite que se afirme que de fato se trata da retomada do discurso do escritor colombiano.
2: Certo. (Interpretação de texto) O ano de 1982 é o do discurso de Gabriel García Márquez, o de 2006 é o do texto de Emir Sader. Este cita trechos do discurso, ligando-os por meio de um texto com verbos no presente, atualizando, portanto, o conteúdo dos trechos como o de uma situação ainda válida em 2006.
3: Certo. (Coesão) Gabriel García Márquez fala em nome da América Latina e do Caribe, sendo ele próprio um colombiano, temos o emprego da primeira pessoa do plural. O termo "bárbaros" constitui a depreciação que o autor diz esses povos sofrerem pelos antigos colonizadores – eles –, que se julgam civilizados.
4: Errado. (Concordância; ortografia;
Coesão) O texto apresenta algumas transgressões de norma: É necessária a ruptura com interpretações baseadas em esquemas alheios aos povos latino-americanos, tais como a mistificação do passado colonial, visto que elas constituem empecilho à compreensão da identidade desses povos bem como a sua efetiva emancipação.
5: Errado. (Pontuação: oração adjetiva) Ao contrário, a presença da vírgula confere à oração adjetiva um valor explicativo, ou seja, a informação que ela contém se aplica a todos os colonizadores.
6: Certo. (Crase) A presença do pronome possessivo torna a presença do artigo facultativa e, consequentemente, a da crase também.
7: Errado. (ASPS: voz passiva) A forma verbal "insistem" não possui sujeito indeterminado, uma vez que é possível depreendê-lo pelo contexto. A substituição proposta, que geraria um sujeito indeterminado, não é, portanto, cabível.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

1 O menos que se pode dizer é que a simbiose cultural
França/Brasil é coisa do passado, história, aliás, mais
interessante do que sugerem os enfoques superficiais e
4 fragmentários que, em geral, lhe têm sido consagrados, quase
sempre preocupados com o pitoresco. Lembremos, a título de
curiosidade, que, no século XVI, era o Brasil que exercia
7 influência sobre a França, seja como terra de missão, seja por
projetos de geopolítica, seja pelo tradicional atrativo que o
exótico exerce sobre o ideário francês, passando pelas
10 contaminações de vocabulário, como as palavras indígenas
que, segundo Lévi-Strauss, incorporaram-se à língua francesa
sem intermediação do português.
13 Do lado brasileiro, era um exemplo de *bovarysmo*
intelectual, que, nos oitocentos e novecentos, resultava em
inquietante, e não raro ridícula, desnacionalização mental,
16 repetindo-se, em nossos dias, com relação ao inglês e aos
Estados Unidos. Contudo, desde os começos do século XIX,
Ferdinand Denis aconselhava aos escritores que, para criar
19 uma literatura brasileira, era preciso abandonar os modelos
estrangeiros em favor da temática nacional.
Acrescentemos a tradicional "visão tropicalista" que
22 condiciona o "horizonte de expectativa francês" com relação
às literaturas latino-americanas e que nós, de nossa parte,
fazemos de tudo para encorajá-la com a imagem folclórica
25 sobre nós mesmos. Daí decorre, para lembrar apenas um
caso, que Machado de Assis seja visto no exterior como
pouco brasileiro, pois o protótipo brasileiro é Jorge Amado.

Wilson Martins. **Jornal do Brasil**, 19/11/2005 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os próximos itens.

(1) O texto permite inferir-se que "os enfoques superficiais e fragmentários" (*l*.3-4) sobre a relação entre a cultura brasileira e a francesa privilegiam a forma como esta se apresenta nos séculos XIX e XX.

(2) Depreende-se da argumentação do autor do texto que a literatura produzida por Jorge Amado atende à expectativa dos franceses, visto que reproduz a imagem folclórica do povo brasileiro.

(3) No segmento "era o Brasil que exercia influência sobre a França" (*l*.6-7), foi empregada a expressão de realce "era (...) que", compatível com o conteúdo da informação aí expressa.

(4) Mantendo-se os sentidos do texto e preservando-se a correção gramatical, o trecho "aconselhava aos escritores que (...) era preciso" (*l*.18-19) poderia ser substituído por **alertava aos escritores de que (...) precisavam**.

1: Certo. (Interpretação de texto) Quando o autor, ao criticar "os enfoques superficiais e fragmentários", pede que se lembre que no século XVI o Brasil exercia influência sobre a França, pode-se pressupor que o superficial se explica na ideia de que sempre a influência era de lá para cá e que o fragmentário, por sua vez, se explica pela concepção de que ela é fenômeno dos séculos XIX e XX.
2: Certo. (Interpretação) A parte final do texto justifica esta afirmação: *"Acrescentemos a tradicional "visão tropicalista" que condiciona o "horizonte de expectativa francês" com relação às literaturas latino-americanas e que nós, de nossa parte fazemos de tudo para encorajá-la com a imagem folclórica sobre nós mesmos. Daí decorre, para lembrar apenas um caso, que Machado de Assis seja visto no exterior como pouco brasileiro, pois o protótipo brasileiro é Jorge Amado."*
3: Certo. (ASPS: partícula de realce) A possibilidade da estrutura "é que" ser retirada, sem que isso acarrete problemas na estrutura sintática, revela ser essa estrutura uma partícula de realce ou expletiva.
4: Errado. (Regência) A reescrita proposta faria com que o verbo "alertar" fosse empregado com dois objetos indiretos (o termo "aos escritores" e a oração iniciada por "de que..."), o que a norma condena no caso desse verbo.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Consciente de que, em um contexto organizacional, a redação deve apresentar correção, clareza, objetividade, coerência, adequação e concisão, considere que o seguinte trecho faça parte de um texto a ser revisto:

"Em resposta a seu estimado pedido de 10 de novembro, que lemos com atenção, pedimos-lhe a fineza de dizer a quantidade exata de cada item solicitado."

A respeito dos padrões de qualidade do texto, julgue os itens a seguir.

(1) Nesse trecho, a mensagem pode ser compreendida, mas a linguagem não é objetiva.

(2) O fragmento "Em resposta a seu estimado pedido" estaria mais adequado à comunicação oficial caso fosse reescrito da seguinte forma: Em resposta a sua prezada solicitação.

(3) Retirar a oração "que lemos com atenção" juntamente com a vírgula que a sucede torna o texto mais conciso.

(4) Há erro no emprego da forma verbal em "pedimos-lhe". O correto seria **pedimo-lhes**.

(5) No que se refere ao emprego de "dizer", é correto afirmar que esse verbo, no contexto em que aparece, apresenta o problema de ser genérico. Em seu lugar seria mais adequado o verbo **especificar**.

1: Certo. (Gêneros textuais) A presença do adjetivo "estimado", por exemplo, revela marcas de subjetividade na mensagem, uma vez que revela envolvimento emocional do enunciador.
2: Errado. (Gêneros textuais) A troca do adjetivo "estimulado" por "prezado" mantém a subjetividade.
3: Certo. (Pontuação: oração adjetiva) A oração adjetiva em questão traz uma informação de caráter explicativo que, além disso, não possui nenhuma dado importante para o entendimento do texto.
4: Errado. (Emprego de pronomes) O pronome "lhe(s)" não acarreta nenhuma alteração fonética nos verbos em que aparecer enclítico ou mesoclítico.
5: Certo. (Adequação vocabular) A variação e a precisão vocabulares são itens importantes para se obter um bom texto.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Um dos mecanismos de concisão textual consiste em eliminar ou em substituir por construções mais curtas vocábulos, expressões e até orações. Com base nessa prática, julgue a adequação e a correção gramatical das reescrituras propostas, na 2.ª parte de cada item, para os trechos apresentados a seguir.

(1) Espero que me respondas, a fim de que seja feito o esclarecimento das dúvidas. — Espero sua resposta, para que sejam esclarecidas as dúvidas.

(2) Será apresentado oportunamente o que programamos. — Será apresentado oportunamente os programas.

(3) Pediu a ele a devolução do documento que fora enviado por ocasião do término da auditoria. — Pediu-lhe a devolução, ao término da auditoria, do documento enviado.

(4) Não há qualquer coisa que possibilite a nós proceder ao pagamento que nos foi solicitado. — Não há possibilidade de nosso procedimento do pagamento solicitado.

(5) Na ocasião em que o expediente tiver início, é devido que os memorandos sejam preparados logo em seguida. — No momento que o expediente for iniciado, é devido que os memorandos se preparem logo em seguida.

(6) Nada mais havendo a tratar, subscrevemo-nos. — Atenciosamente,

---

1: Certo. (Concisão) Reescrita adequada.
2: Errado. (Concordância) Serão apresentados oportunamente os programas.
3: Certo. (Interpretação de texto) A reescrita acarreta mudança de sentido: o "término da auditoria" indicava o momento do envio do documento, passa a indicar o do pedido de devolução. O gabarito, portanto, deveria ter sido alterado para ERRADO.
4: Errado. (Interpretação de texto) A reescrita acarreta prejuízo semântico: o trecho "possibilidade de nosso procedimento do pagamento solicitado" não faz sentido.
5: Errado. (ASPC) Ambas as frases apresentam problemas de estruturação sintática que prejudicam o entendimento: No momento que o expediente for iniciado, devem-se preparar em seguida os memorandos.
6: Certo. (Interpretação de texto) O termo "atenciosamente" deixa implícita a ideia de não haver mais nada a tratar e antecede tradicionalmente a assinatura.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) As palavras de ligação são cruciais como elementos de coesão textual. Por explicitar as relações entre as idéias, tornam o texto mais claro e fácil de ser entendido. Em cada um dos itens a seguir, são apresentadas duas frases, intercaladas por uma proposta de ligação (entre parênteses). Sem se preocupar com outras mudanças a não ser a ligação entre as frases, estando elas em um único período e mantendo-se a ordem em que se encontram, julgue apenas se o elemento de coesão proposto é adequado.

(1) Chovia torrencialmente. (contudo) O trabalho não pôde ser concluído.

(2) O funcionário foi despedido. (e) Abandonou o trabalho sem concluí-lo.

(3) A secretária não se intimidou. (apesar de) O chefe era muito severo.

(4) O projeto é muito oneroso. (pois) O departamento não pode aceitá-lo.

(5) Aquela é uma indústria rica. (por isso) A população do bairro local é pobre.

1: Errado. (ASPC) Chovia torrencialmente. (portanto) O trabalho não pôde ser concluído. (relação de conclusão)
2: Certo. (ASPC) Conector adequado (relação de consequência ou conclusão, o que pode ser expresso pela conjunção “e”)
3: Certo. (ASPC) Conector adequado (relação de concessão)
4: Errado. (ASPC) O projeto é muito oneroso. (portanto) O departamento não pode aceitá-lo. (relação de conclusão)
5: Errado. (ASPC) Aquela é uma indústria rica. (apesar de/mas) A população do bairro local é pobre. (relação de concessão ou oposição)

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que as frases a seguir, que contêm numerais, estejam em textos genéricos, isto é, não estejam ligadas às áreas de matemática ou de cálculo. Com base nesse ponto de vista, julgue os itens abaixo quanto ao emprego dos numerais.

(1) Os participantes discutiram vinte projetos de lei e apenas nove deles foram aprovados.

(2) Das 31 propostas, vinte ficaram para a reunião seguinte.

(3) Ao redigir a nota, observe o art. 3.º da Lei Complementar n. 95, de 1998 (LC 95/98).

(4) Naquela região, cerca de 1,2 milhões de pessoas vivem da economia informal.

1: Certo. (Redação Oficial) Em dezenas redondas e na indicação de zero a nove, o padrão é escrever os números por extenso.
2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. Como “31” não é uma dezena redonda, o mais comum é que ele será indicado por algarismos arábicos. Talvez a banca esteja considerando a regra de não se empregarem esses algarismos em começo de frase, essa regra, contudo, não se aplica no caso, pois o que inicia a frase é o “das”, preposição contraída com artigo.
3: Certo. (Redação Oficial) Na numeração de artigos de leis, decretos e portarias, usa-se o ordinal até nove, e o cardinal, de dez em diante: Art. 1º (primeiro). Art. 9º (nono). Art. 10 (dez). Art. 91 (noventa e um).
4: Errado. (Concordância) Com decimais, a concordância do termo “milhão” deve ser feita com o número que aparece antes da vírgula: cerca de 1,2 milhão de pessoas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, tendo em vista o uso tecnicamente recomendado para a grafia de números, datas e horas.

(1) Foram levadas em consideração pesquisas feitas nos anos de 1.991, 1.996 e 2.001.

(2) O endereço oficial fica na Avenida das Nações, 1.020, ap. 304.

(3) Já foram gastos 3.450 milhões de reais nessa obra.

(4) O contrato expira em 1.º de dezembro de 2007.

(5) Essa fase do projeto vai de 10/8/06 a 9/8/07.

(6) O intervalo será de 10h15 a 10h30.

(7) O ponteiro parou às 13 h 20 min. 10 s.

1: Errado. (Redação Oficial) A identificação do ano não deve conter ponto entre a classe do milhar e a da centena.
2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. A regra diz que as classes são separadas por pontos (ex.: 1.750 páginas), exceto no caso de ano (ex.: em 1750), de código postal (ex.: CEP 70342-070) e de especificação de caixa postal (ex.: 1011). No caso, “1.020” não é caixa postal, mas a numeração da do endereço, portanto não se poderia afirmar categoricamente que está errado.
3: Errado. (Redação Oficial) A forma “3.450 milhões” é incorreta, ou se escreve 3,45 milhões ou 3 milhões e 450 mil.
4: Certo. (Redação Oficial) As datas devem ser grafadas por extenso, sem o numeral zero à esquerda. Exemplo: “4 de março de 1998, 1º de maio de 1998.”
5: Certo (Redação Oficial) Também estaria correto se se escrevesse “de 10/8/2006 a 9/8/2007”.
6 e 7: Certo e errado. (Redação Oficial) Em se tratando de horas (hora legal), recomenda-se o uso de algarismos arábicos, seguido de abreviatura, sem espaço (ex.: 12h; das 13 às 18h30).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que tratam do uso das siglas em contexto organizacional.

(1) Na primeira vez em que a sigla é mencionada no texto, o nome correspondente deve aparecer sempre antes, por extenso, seguido da sigla, que deve estar antecedida de traço, como em: Universidade de Brasília – UnB.

(2) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas, como em GDF, U.N.E., ONU.

(3) Se, em um texto, for escrito “BRB — Banco de Brasília”, a forma como a sigla foi empregada deve ser considerada correta.

(4) Siglas com quatro letras ou mais têm emprego livre: podem ser escritas com todas as letras maiúsculas ou apenas com a inicial maiúscula, como em **Detran** e **INSS**.

1: Errado. (Redação Oficial) Sendo a primeira vez que a sigla aparece em um texto, é recomendável que o nome correspondente apareça por extenso, mas não é obrigatório.
2: Certo. (Redação Oficial) Essa é a recomendação oficial.
3: Certo. (Redação Oficial) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas.
4: Errado (Redação Oficial) Siglas com quatro letras ou mais serão escritas com letras maiúsculas, se todas forem pronunciadas; apenas a primeira letra será escrita com maiúscula, se a sigla for pronunciada como palavra.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere às questões técnicas para uniformidade do texto, julgue os itens subsequentes.

(1) A parte final do documento, que o encerra e por vezes contém o endereço do destinatário, denomina-se epígrafe.

(2) Para sintetizar o conteúdo do documento, o redator redige uma ementa, cuja estrutura é diferenciada em razão da natureza do documento.

(3) A identificação do signatário do documento, que é a autoridade que a expede, é feita da seguinte forma: ao final, após a assinatura, coloca-se o nome e o cargo.

(4) Para dar maior clareza ao formato do documento, deixa-se uma linha, no lugar onde o signatário poderá colocar sua assinatura.

1: Errado. (Redação Oficial) A epígrafe vem no início do documento definindo o seu assunto ou objeto.
2: Certo.
3: Certo.
4: Errado. (Redação Oficial) O local em que será feita a assinatura é indicada no final do documento pela presença do nome e abaixo dele do cargo do signatário. A assinatura é feita acima do nome, sem que haja linha alguma para determiná-la.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere o seguinte trecho de um documento:

(...)

Senhor Deputado,

1. (...)

2. Em sua proposta enviada, Sua Excelência faz uma apresentação de sugestão a fim de resolver o problema de falta de água potável na região, que temos a grata satisfação de estar registrando.

3. (...)

Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente,

(identificação do signatário)

Tendo o trecho de documento acima como referência, julgue os itens a seguir, referentes às características da redação em contexto organizacional.

(1) Nesse trecho, a saudação está redigida corretamente.

(2) A forma de tratamento está correta, mas deveria ser escrita do seguinte modo: S. Excia.

(3) No segundo parágrafo, há problemas de concisão, entre os quais se pode citar o emprego desnecessário de "enviada".

(4) O parágrafo transcrito apresenta vícios de linguagem, entre os quais estão a cacofonia e o gerundismo.

(5) O fecho é formal; portanto adequado a esse tipo de texto.

1: Errado. (Redação Oficial) Discordância quanto ao gabarito oficial. Segundo os seguintes manuais: MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MANUAL DE REDAÇÃO E DE ATOS OFICIAIS da ANA e Manual de Redação Oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a saudação está correta.
2: Errado. (Emprego de pronome) A forma "Sua" nos pronomes de tratamento indica que se está falando da autoridade; quando se fala com a autoridade, a forma mais comum é "Vossa". Pode-se, contudo, empregar a forma "Sua" para expressar extrema reverência. A abreviação, entretanto, deve ser V. Ex.ª.
3: Certo. (Vícios de linguagem) Outro exemplo de estrutura redundante é "faz uma apresentação de sugestão", que pode ser substituída por "sugere".
4: Errado. (Vícios de linguagem) A cacofonia resulta de uma ordem de palavras cuja leitura acaba por sugerir um termo licencioso, não há tal fato no texto. O gerundismo é o emprego de locuções verbais com gerúndio que são desnecessários e não fazem parte da tradição da língua, como no caso das formadas por verbo ir + infinitivo: "vou estar verificando" no lugar de "vou verificar". No caso, a locução "estar registrando" poderia ser, a bem da concisão, ser substituída por "registrar".
5: Errado. (Redação Oficial) O trecho "Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me" fere a objetividade e a concisão desejadas. Obs.: termo "Atenciosamente" é empregado para autoridades de mesma hierarquia ou hierarquia inferior; para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República, emprega-se "Respeitosamente".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

1 Há uma diferença fundamental entre a concepção
econômica do novo grupo dirigente cubano, à frente o
presidente Raúl Castro, e o modelo que está sendo
4 implantado na China. Na economia chinesa, a base é o
crescimento do PIB, enquanto na cubana é o crescimento do
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — mecanismo
7 que foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq
e pelo Prêmio Nobel Amartya Sen para avaliar outras
dimensões que não apenas o PIB e que é utilizado pela ONU
10 para medição da qualidade de vida de um povo. Segundo o
ex-assessor especial de Lula, Frei Betto, que chegou
recentemente de Cuba, onde esteve com Raúl Castro, de
13 quem é amigo pessoal, os cubanos fazem sérias ressalvas ao
processo chinês, exatamente por valorizar o crescimento
econômico sem levar em conta o desenvolvimento social.
16 Além do PIB *per capita* corrigido pela paridade do
poder de compra de cada país, o IDH leva em conta a
longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o
19 indicador se vale da expectativa de vida ao nascer. O item
educação é avaliado pelo analfabetismo e pela taxa de
matrícula em todos os níveis de ensino.

Merval Pereira. O Globo, 26/2/2008.

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Em relação às idéias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Cuba adota a mesma concepção econômica posta em prática pela China, sem maiores diferenças.

(2) O IDH é a base do modelo econômico adotado em Cuba.

(3) O trecho "que não apenas o" (*l*.9) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por além do.

(4) O trecho "que chegou recentemente de Cuba" (*l*.11-12) está entre vírgulas por tratar-se de oração subordinada adjetiva restritiva.

(5) Em "se vale" (*l*.19), o "se" indica sujeito indeterminado.

1: Errado (interpretação de texto) Toda a estruturação do texto se deve exatamente à diferença essencial entre os modelos cubano, baseado no IDH e o chinês, baseado no PIB, como demonstra o trecho inicial "Há uma diferença fundamental entre a concepção econômica do novo grupo dirigente cubano (...) e o modelo que está sendo implantado na China.
2: Certo (Interpretação de texto) O texto explica detalhadamente o que é e como funciona o modelo cubano. O trecho que comprova a informação do item é "na cubana (o modelo) é o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)".
3: Certo (Conjunção) O trecho introduzido pela locução conjuntiva "que não apenas" acrescenta uma informação semelhante às outras do contexto, numa enumeração do que é considerado para a medição do IDH. Estabelece-se, então, entre as partes do trecho uma relação de adição. É exatamente esse valor que traria a locução conjuntiva "além do". Ambas as estruturas, do original e da sugerida pelo item, seguem a mesma estruturação gramatical, não sendo necessária qualquer adaptação.
4: Errado (Período Composto) O trecho "que chegou recentemente de Cuba" qualifica o termo Frei Betto, presente em outra oração, e é centrado em torno de um verbo (chegou), e, por isso é uma oração subordinada adjetiva. A presença das vírgulas faz com que a relação entre a oração e o seu referente seja de explicação, ou seja, sabe-se quem é Frei Betto e apenas explica-se algo do contexto a respeito dele, não sendo necessário restringir o significado do termo em relação a outros. A oração em questão é, portanto, uma subordinada adjetiva explicativa, que deve vir isolada por vírgulas. As orações subordinadas adjetivas restritiva não são isoladas por vírgulas.
5: Errado (Análise sintática/sujeito) Lê-se no trecho "o indicador se vale da expectativa de vida ao nascer". O sujeito do verbo "valer" é o indicador e, por estar explícito e possuir um núcleo, é classificado como sujeito simples. A partícula "se" que acompanha o verbo tem valor de torná-lo pronominal, ou seja, trata-se de uma atitude própria do sujeito. A partícula "se" cumpre diversas funções na língua dentre elas a de apassivadora, como é incorretamente sugerido pelo item.
Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E

1 As relações financeiras do Brasil com o restante do
mundo atravessam um momento excepcional. A passagem
do país para a condição de credor internacional é apenas um
4 marco simbólico dessa evolução, mas desperta tamanha
euforia que pode passar a falsa impressão de que o país
superou definitivamente a sua crônica dependência externa.
7 O Brasil tornou-se emprestador líquido porque o
Banco Central acumulou aplicações em dólares (reservas)
mais que suficientes para honrar toda a dívida externa —
10 a pública e a privada. Em uma situação hipotética extrema,
em que as fontes de crédito externo ao Brasil de súbito
secassem, haveria meios para saldar os compromissos
13 assumidos.
Países que equacionaram suas contas externas
tendem a ser vistos como menos arriscados pelos
16 investidores globais. Quando, além disso, as perspectivas de
crescimento da economia são favoráveis e a expectativa de
retorno de aplicações em ações e títulos públicos é elevada,
19 forma-se um caldo de cultura para a entrada maciça de
dólares sob diversas rubricas. É o caso do Brasil.

Folha de S.Paulo, 26/2/2008.

Julgue os itens que se seguem, relativos às idéias e a aspectos gramaticais do texto acima.

(1) A forma verbal "atravessam" (*l*.2) está no plural para concordar com a expressão "do Brasil com o restante do mundo" (*l*.1-2).

(2) O trecho "dessa evolução" (*l*.4) se refere à idéia antecedente expressa na primeira frase do texto.

(3) Subentende-se das informações do texto que o Brasil já superou completamente a sua dependência externa.

(4) A forma verbal de subjuntivo "secassem" (*l*.12) se justifica por se tratar da citação de uma situação hipotética.

(5) A entrada maciça de dólares no país decorre do equacionamento das contas externas, das perspectivas de crescimento e da expectativa de retorno de aplicações em ações e títulos públicos.

1: Errado (Concordância) O sujeito do verbo "atravessam" é "As relações financeiras do Brasil com o restante do mundo" e seu núcleo é o substantivo "relações". Trata-se de um termo no plural e a regra básica de concordância verbal diz que o verbo deve acompanhar seu referente em número.
2: Certo (Coesão) O pronome demonstrativo tem função coesiva entre as partes do texto, retomando ideias anteriores e relacionando-as a informações seguintes. O primeiro período do texto tem função introdutória e situa o assunto de que se fala de maneira positiva. O pronome dessa (de+essa) une a informação do segundo período àquela apresentação e retoma a ideia positiva na palavra que acompanha "evolução"
3: Errado (Interpretação de texto) O texto trata justamente da diferença entre independência econômica e possibilidade de honrar dívidas.

Como se vê no trecho "passar a falsa impressão de que o país superou definitivamente a sua crônica dependência externa", pensar em independência é uma ideia falsa.
4: Certo (Interpretação de texto) O subjuntivo é considerado o modo verbal que ao invés de expressar uma certeza, como faz o indicativo, expressará uma ideia de dúvida, exprime uma ação irreal, hipotética. De acordo com o início do período, é exatamente essa a função do verbo e do trecho em que ele se insere.
5: Certo (Interpretação de texto) O equacionamento gera uma baixa taxa de risco que associada ao crescimento e expectativa de retorno, segundo o texto, gera "um caldo de cultura para a entrada maciça de dólares sob diversas rubricas."

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C, 5C

1 O boom no preço das commodities exportadas pelo
Brasil amplia o fôlego da economia nacional para absorver
importações crescentes sem ameaçar o equilíbrio externo.
4 O nível do câmbio, entretanto, também produz efeitos
adversos, não neutralizados pela política econômica.
O dólar minguante reduz o número de empresas
7 locais capazes de competir com rivais estrangeiras. Vai-se
concentrando em apenas dois segmentos — agropecuária e
mineração — a competitividade dos produtores nacionais.
10 O ponto fora da curva, a anomalia macroeconômica que
resiste aos tempos de bonança, continua sendo a taxa de juros
básica praticada no Brasil.I

Idem, ibidem.

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Em relação às palavras e expressões empregadas no todo acima, julgue os itens a seguir.

(1) A palavra "fôlego" (*l*.2) está sendo empregada em sentido conotativo e tem o mesmo significado de **força, resistência.**

(2) As palavras "equilíbrio" e "câmbio" recebem acento gráfico com base na mesma regra gramatical.

(3) O termo "entretanto" (*l*.4) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e a informação original do período, ser substituído por qualquer um dos seguintes: contudo, mas, porém, todavia, conquanto.

(4) A palavra "neutralizados" (*l*.5) está sendo empregada com o sentido que compreende as seguintes idéias: eliminados, solucionados, resolvidos.

(5) A substituição de "**Vai-se concentrando**" (*l*.7-8) por Vai sendo concentrado mantém a correção gramatical do período.

1: Certo (Valor semântico) "Fôlego" é originalmente um termo do campo semântico da respiração, mas já é antiga a associação do termo por derivação de sentido à ideia de esforço em campos mais genéricas. Apesar de inicialmente conotativa, a acepção já se encontra relativamente dicionarizada (ânimo para continuar algo que requer esforço; coragem – dicionário Houaiss).
2: Certo (Acentuação) Diz a regra de acentuação que palavras paroxítonas (a sílaba tônica é a penúltima) terminadas por ditongo oral (união de duas vogais em uma mesma sílaba, sendo a primeira fraca e a segunda forte) são acentuadas. Em ambos os casos a regra se cumpre. É importante que as regras de acentuação apenas marcam a tonicidade das sílabas, não diferenciando a necessidade de acento agudo (som aberto) e circunflexo (som fechado)
3: Errado (Conjunção) A conjunção "entretanto" tem valor de adversidade, ou seja, une duas informações opostas. Dentre as possibilidades de substituição propostas contudo, mas, porém e todavia possuem o mesmo valor. Já a conjunção conquanto tem valor de concessão, ou seja indicam um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração anterior.
4: Certo (Valor semântico) Os efeitos adversos do campo continuam a existir, portanto, é justamente a negativa da ideia de neutralizar da acepção "tornar(-se) nulo, inativo; fazer perder ou perder a força, a serventia; Eliminar, inutilizar(-se)" (Dicionário Houaiss) que foi usada.
5: Errado (Conjugação verbal) A partícula "se" cumpre diversas funções, entre elas a de apassivadora do verbo na formação da voz passiva sintética, que tem na sua forma analítica o verbo auxiliar ser mais o particípio do verbo principal. É esta transformação que erroneamente propõe o item. Na expressão "Vai-se concentrando" a partícula "se" participa da formação da ideia pronominal em que o verbo indica uma atitude própria do sujeito.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5E

1 O Brasil só conseguiu passar da condição de país
temerário para a aplicação de recursos, em uma época de
prosperidade mundial, para a de mercado preferencial dos
4 investidores, justamente no auge de um período de
turbulência financeira nos mercados internacionais, porque
está colhendo agora os resultados de uma política econômica
7 ortodoxa. A preservação dessas conquistas e o seu
aprofundamento dependem da capacidade e da disposição
dos políticos em aprovar reformas como a tributária, que
10 precisará concentrar as atenções do Congresso neste ano.
Certamente, o recorde de atração de investimentos
externos confirmado agora tem relação direta com o fato

13 de o país ter-se transformado de devedor em credor
internacional. Ao assegurar um volume de reservas cambiais
superior ao necessário para garantir o pagamento da dívida
16 externa, o Brasil tranqüilizou os credores sobre a sua
possibilidade de honrar os compromissos. Com isso,
transferiu para o passado o clima de instabilidade permanente
19 dos tempos recentes, em que ainda se mostrava
excessivamente vulnerável.

Zero Hora (RS), 26/2/2008 (com **adaptações**).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com referência às idéias do texto acima e às estruturas linguísticas nele empregadas, julgue os itens abaixo.

(1) Imediatamente após "para a" (*l*.3), subentende-se o termo elíptico **condição**.

(2) Na época de prosperidade mundial, o Brasil era um país seguro para a aplicação de recursos.

(3) Uma política econômica ortodoxa resultou na queda do risco do Brasil em relação à rentabilidade das aplicações financeiras.

(4) A expressão "dessas conquistas" (*l*.7) refere-se diretamente ao segmento "atração de investimentos externos confirmado agora" (*l*.11-12).

(5) A substituição de "Ao assegurar" (*l*.14) por **Quando assegurou** prejudica a correção gramatical do período e altera as suas informações originais.

1: Certo (Coesão) O artigo "a", com valor de pronome demonstrativo, tem função coesiva de retomar o termo anterior evitando a repetição e estabelecendo relações de sentido entre as partes do texto. Pelo contexto linguístico dos termos, indicado pelo uso da preposição "para" que liga o trecho subsequente à ideia do verbo passar (de algo para algo), podemos entender que o que muda é a condição, de temerário para preferencial.

2: Errado (Interpretação de texto) Na época de prosperidade o Brasil era visto como um investimento temerário. O que demonstra isso é o adjunto adverbial de tempo subsequente à informação no trecho "O Brasil só conseguiu passar da condição de país temerário para a aplicação de recursos, em uma época de prosperidade mundial"

3: Certo (Interpretação de texto) Lê-se no texto "os resultados de uma política econômica ortodoxa." Os resultados são justamente a passagem de temerário para preferencial para os investidores.

4: Errado (Coesão) O pronome demonstrativo dessa (de+essa) tem papel coesivo e une o conteúdo do primeiro período do texto ao seguinte retomando toda a ideia da conquista econômica anteriormente explicada. Além da construção textual que não deixa margem para dupla interpretação da referência do pronome, o pronome demonstrativo de segunda pessoa (esse e flexões) faz referência àquilo que já foi dito no discurso, enquanto o de primeira pessoa (este e flexões) é que faz referência àquilo que vai ser dito posteriormente.

5: Errado (Oração subordinada) A expressão "ao assegurar" é uma oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo, ou seja, contextualiza temporalmente a informação da oração a que se liga, mas sem a necessidade de se ligar a ela por conjunção pela forma nominal em que está conjugado o verbo. Ao se transpor essa oração para a sua forma desenvolvida é necessária a presença de uma conjunção de valor temporal e que o verbo seja conjugado no tempo verbal adequado, exatamente como propõe o item.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

1 O afastamento de Fidel Castro, como quer que deva
ser analisado de diversos pontos de vista, tem certamente
significado simbólico. Ele aponta para o fim de uma singular
4 experiência revolucionária no hemisfério, que, não obstante
o que aparece como sobrevida melancólica nas condições
de hoje, ao nascer incendiou romanticamente a imaginação
7 de muitos de nós e nos mobilizou. Eram os tempos
provavelmente mais quentes da Guerra Fria, e a fantasia de
uma alternativa socialista e revolucionária atraía muitos
10 jovens generosos, estimulados pela visão sartriana de um
furacão benigno sobre Cuba, protagonizado igualmente por
jovens abnegados e heróicos. A movimentação resultante
13 concorreu, naturalmente, para que o processo político
brasileiro desaguasse no desastre de 1964, enquanto em
plano mundial se evidenciava a face bárbara da
16 experimentação com o socialismo e se engendrava a
dinâmica que terminaria por inviabilizá-lo. Felizmente, as
circunstâncias do presente permitem, quando nada, evocar
19 com bom humor algo do clima do imediato pós-Revolução
Cubana — e quem sabe procurar refletir de novo sobre
importantes e perenes temas políticos.

Fábio Wanderley Reis. Valor Econômico, 24/2/2008 (com **adaptações**).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O pronome "Ele" (*l*.3) retoma o antecedente "Fidel Castro" (*l*.1).

(2) O termo "não obstante o" (*l*.4-5) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para as informações originais do período, ser substituído por apesar do ou a despeito do.

(3) A palavra "incendiou" (*l*.6) está sendo empregada em sentido conotativo, com o significado de estimulou.

(4) O trecho "incendiou romanticamente a imaginação de muitos de nós e nos mobilizou" (*l*.6-7) confere um traço de subjetividade ao texto.

(5) A expressão "se engendrava" (*l*.16) está sendo empregada com o sentido de **rejeitava, recusava**.

1: Errado (Interpretação de texto) O pronome "ele" retoma o termo "afastamento" de que fala, tanto a locução adjetiva "de Fidel Castro" como todo o conteúdo do primeiro período. O pronome funciona como elemento coesivo entre os dois períodos e retoma todo o conteúdo anterior para continuar o desenvolvimento da argumentação. A estrutura do texto não deixa margem para dupla interpretação, já que o texto como um todo vai desenvolver qual é o caráter simbólico do afastamento.

2: Certo (Conjunção) A relação estabelecida entre as partes do texto pela conjunção "não obstante" é de concessão, ou seja, indica um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. As conjunções apresentadas pelo item possuem o mesmo valor e, pela presença da preposição, podem substituí-la sem qualquer prejuízo gramatical ou de sentido.

3: Certo (Valor semântico) O campo semântico do verbo incendiar é originalmente o do sentidos táteis, o fogo, e seu significado é "fazer arder ou arder, inflamar(-se), incender(-se)". É de uso recorrente a ideia de incendiar associada aos ânimos pessoais, no sentido de aumentar o desejo de algo. Essa acepção, apesar de conotativa, encontra-se inclusive dicionarizada por derivação figurada, de acordo com o dicionário Houaiss: "tornar(-se) vivo, caloroso;
Excitar(-se), acalorar(-se), animar(-se)"

4: Certo (Interpretação de texto) A presença dos pronomes de primeira pessoa do plural dão caráter pessoal à argumentação, ou seja, deixa claro que o autor se envolve pessoalmente com o assunto. A primeira pessoa é a marca mais clara de subjetividade, uma vez que deixa claro qual é o sujeito que exprime a opinião. Além disso, termos como "romanticamente", "imaginação" e "mobilizou" tratam de valores sentimentais, outra marca da subjetividade.

5: Errado (Valor semântico) O verbo "engendrar" significa criar, gerar, produzir. Não há qualquer possibilidade de relação semântica de negação com o termo como propõe o item.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Luiz Carlos Azevedo **(Correio Braziliense**, 24/2/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Um dos maiores conquistadores que o mundo conheceu foi Gengis Khan (1162-1227), que unificou os mongóis, atravessou a Grande Muralha e conquistou a China, estendendo depois seu império até a Pérsia, a Turquia, a Rússia e a Ucrânia.

(2) Seus filhos e netos conquistariam mais tarde a Síria, a Indochina, a Sibéria, o Afeganistão, o Paquistão e uma parte da Índia. O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído ao gênio militar e à Horda Dourada, o formidável exército de arqueiros turcos montados, capazes de acertar uma flecha a 500 metros, que foi a mais temível artilharia ligeira da época.

(3) Gengis Khan, cujo nome significa "imperador do mundo" é um dos grandes personagens da Era Cristã, mas seu império desmoronou porque não foi capaz de constituir instituições sólidas.

(4) Nômades, os generais de Gengis Khan eram dominadores brutais — mataram mais de um milhão de persas — e viviam de uma economia adequada a manutenção de seus exércitos (a pecuária e o saque), mas que levou seus dirigentes sedentários à um beco sem saída histórico.

(5) Boa parte dos violentos conflitos étnicos nas sinuosas fronteiras do Oriente tem origem nesses antigos domínios. Os mongóis acabaram voltando aos territórios de origem, onde cultuam Khan e preservam seus costumes tribais.

1: Certo (Concordância) O sujeito da oração do verbo "foi" é representado por uma expressão partitiva, "um", que indica uma seleção de um elemento dentro de um grupo, acompanhada de uma locução adjetiva que explica de que grupo se fala, a saber no trecho, "dos maiores conquistadores que o mundo conheceu". O termo "um" cumpre o papel sintático de núcleo do sujeito, no entanto é esvaziado de sentido sem a locução. O núcleo semântico do sujeito é o termo "conquistadores". Essa estrutura pode fazer com que um leitor mais desatento identifique como núcleo sintático do sujeito o termo "conquistadores", e a reescrita da frase seria "Um dos maiores conquistadores que o mundo conheceu foram Gengis Khan", o que causaria um erro de concordância com o verbo no plural

2: Errado (Regência) No trecho "O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído ao gênio militar e à Horda Dourada", o verbo está na voz passiva, ou seja, o poderio de Gengis Khan é atribuído por alguém. O verbo atribuir tem dupla regência, ou seja, quem atribui, atribui algo a alguém. O complemento introduzido pela preposição "a" está na forma do pronome oblíquo "lhe", que substitui o nome do guerreiro para evitar a repetição, já que o termo aparece logo anteriormente (o poderio de Gengis Khan). Ao se introduzir os trechos "ao gênio militar" e "à Horda Dourada" pela preposição "a", o texto produz incoerência, já que o complemento pedido pela preposição, em regência e significado, está no pronome "lhe". As expressões têm função de agente da situação, são os elementos que fazem com que Gengis Khan tenha poder, são, portanto, agentes da passiva e deveriam ser regidos pela preposição "por". Na reescrita correta teríamos: "O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído por seu gênio militar e pela Horda Dourada"

3: Errado(Pontuação) O termo "Gengis Khan" está acompanhado por uma oração subordinada adjetiva que explica o significado de seu nome, "cujo nome significa 'imperador do mundo'". Esse tipo de oração pode ocorrer de duas formas: quando isolada por vírgulas, tem função de explicar um termo já determinado e quando não aparece entre vírgulas restringe o sentido do termo qualificando-o dentro de um grupo de semelhantes. No trecho em análise, ocorre vírgula antes do início da oração, mas a pontuação não aparece para isolá-la do resto do trecho ao seu fim. Por se tratar de um personagem já conhecido, ou seja, é desnecessário a restrição do sentido do termo, a escrita com a pontuação mais adequada seria: "Gengis Khan, cujo nome significa "imperador do mundo" é um dos grandes personagens da Era Cristã"

4: Errado (Regência) O adjetivo adequado rege complemento com a preposição "a". No trecho "e viviam de uma economia adequada a manutenção de seus exércitos", a ausência da crase para introduzir o termo "manutenção", feminino singular e, assim, acompanhado do artigo, não cumpre com a exigência da regência do termo

5: Certo (Concordância) O verbo "ter", quando conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, deve ser grafado com acento circunflexo. O sujeito da oração é extenso e tem núcleo semântico no termo "conflitos", o que pode levar a uma concordância semântica do

verbo no plural. No entanto, o núcleo sintático do sujeito é o termo "parte", que vem acompanhado da locução adjetiva "dos violentos conflitos étnicos nas sinuosas fronteiras do Oriente". Como o núcleo sintático é um termo singular, é correto a grafia do verbo sem acento para que seja feita a concordância.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

O preço do saneamento

Falta saneamento básico para 2,6 bilhões de pessoas, ou 41% da população mundial. A ONU afirma que o problema poderia ser solucionado em duas décadas, com investimentos anuais de 10 bilhões de dólares.

A falta de saneamento causa: a morte de 42.000 pessoas por semana no mundo; a morte de uma criança a cada 20 segundos.

Seria possível solucionar o problema com: o equivalente a 1% dos investimentos militares feitos anualmente no mundo; o equivalente ao dinheiro gasto pelos europeus com sorvete.

Holofote. *In:* **Veja**, 13/2/2008, p. 42 (com adaptações).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Infere-se do texto que a população mundial é formada por mais de 6 bilhões de pessoas.

(2) Considere que, em cada ano das próximas duas décadas, não se consiga investir o total necessário para solucionar os problemas da falta de saneamento, mas apenas 60% do que for conseguido no ano anterior, e que, no primeiro ano das próximas duas décadas, seja investido o valor máximo estimado de 10 bilhões de dólares. Dessa forma, o valor investido no 5.º ano corresponderá a menos de 1 bilhão de dólares.

(3) Considerando que uma semana equivale a 7 dias de 24 horas cada, é correto afirmar, de acordo com o texto, que, das 42.000 mil pessoas que morrem por semana no mundo tendo como causa da falta de saneamento, mais de 70% são crianças.

(4) O texto permite concluir que o valor dos investimentos militares por ano, no mundo, é de cerca de 1 trilhão de dólares.

1: Certo (Interpretação de texto) O dado numérico do texto é "2,6 bilhões de pessoas", que vem acompanhado do aposto explicativo "41% da população". Se 2,6 bilhões de pessoas equivale a 41%, com cálculos rápidos é possível perceber que 100% é mais que 6 bilhões.
2: Errado (Interpretação de texto) Se a cada ano o valor diminui a 60%, temos 1º ano – 10 bilhões, 2º ano – 6 bilhões, 3º ano – 3,6 bilhões, 4º ano – 2,16 bilhões, 5º ano – 1,296, ou seja, no quinto ano o investimento ainda será maior que 1 milhão.
3: Certo (Interpretação de texto) O texto afirma que morre uma criança a cada vinte segundos, ou seja, são três crianças por minutos, 180 por hora, 4320 por dia e 30240 por semana, número que equivale a mais de 70% de 42 mil.
4: Certo (Interpretação de texto) 1% dos investimentos militares equivale a 10 bilhões, portanto 100% é igual a 1 trilhão

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A respeito da redação de atos normativos, julgue os itens a seguir.

(1) Um texto normativo deve dirigir-se sempre a pessoas de nível intelectual alto e homogêneo; portanto, para compreender o vocabulário utilizado, muitas vezes, o cidadão comum tem de recorrer à consulta a dicionário.

(2) Um requerimento a um departamento deve ser um texto impecável. No entanto, quem escreve um simples recado a um interlocutor com pouca escolaridade não precisa estar atento a certos aspectos lingüísticos, como, por exemplo, a correção gramatical.

(3) O emissor de uma mensagem, ao incorrer em inadequação vocabular ou rebuscamento, poderá não produzir o efeito pretendido no receptor, que, por não entender o teor da mensagem, ficará obrigado a novos contatos, a novas consultas.

(4) Quem escreve deve evitar a tautologia, que consiste na repetição de palavras com o mesmo sentido.

(5) Em resposta a uma consulta, o redator deve preocupar-se em responder apenas àquilo que lhe foi perguntado, sem considerar outras possíveis dúvidas do consulente.

(6) Na resposta a uma consulta, os aspectos positivos de uma situação devem ser apresentados antes dos negativos.

1: Errado (Redação oficial) É exigência dos textos oficiais que sejam acessíveis a todos os cidadãos. Para isso, "a redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade". O manual é bastante incisivo quanto à importância da acessibilidade do texto: "Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos"
2: Errado (Redação oficial) A citação do item anterior responde também às exigências deste. A fim de ser acessível a todos, a redação de atos normativos e comunicações oficiais deve seguir os mesmos cuidados: "A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações;
De outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade. As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada."
3: Certo (Redação oficial) Como visto nos outros itens, é inadequado à redação oficial que a escrita não permita o entendimento eficiente da mensagem. Uma mensagem mal formulada levaria a novas buscas por entendimentos ou até mesmo a erros de interpretação, algo condenado pelo manual de redação da presidência da república.
4: Certo (Redação oficial) Para que excessos sejam evitados, questões de estilo devem ficar em segundo plano, privilegiando a clareza. Assim dispõe o texto oficial: "LEI COMPLEMENTAR No 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.(...) CAPÍTULO II - DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS. (...) Seção II - Da Articulação e da Redação das Leis. (...) Art. 10. Os textos legais

serão articulados com observância dos seguintes princípios: II - para a obtenção de precisão: b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico"
5: Errado (Redação oficial) Como dispõe o manual oficial, a economia linguística não deve ser entendida como economia de ideias: "O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se devem eliminar passagens substanciais do texto no afã de reduzi-lo em tamanho." O leitor deve ser informado de maneira completa e eficiente sobre o assunto em questão.
6: Certo (Redação oficial) A hierarquização das informações nas respostas de consultas, padroniza que devem aparecer primeiramente àquelas que respondem positivamente ao consulente, sendo seguidas das informações negativas.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Ao escrever um texto, determinado profissional produziu a frase:

A inflação é a maior inimiga da Nação. É meta prioritária do governo eliminá-la.

Insatisfeito, ele a reescreveu da seguinte maneira:

A inflação é a maior inimiga da Nação; logo, é meta prioritária do governo eliminá-la.

Acerca dessa situação, julgue os próximos itens.

(1) Ao reescrever a frase, o referido profissional preocupou-se com a coesão textual.

(2) O profissional poderia substituir "eliminá-la" por eliminar-lhe, e, dessa forma, a frase estaria mais bem formulada e de acordo com a escrita padrão.

1: Certo (Coesão) A conjunção "logo" é um elemento coesivo e une as duas orações do enunciado estabelecendo entre elas uma relação de consequência da segunda para com a primeira. Apesar de não haver qualquer problema gramatical ou de coerência no primeiro trecho, o segundo torna as relações textuais mais explícitas.
2: Errado (Pronome/regência) O verbo eliminar é transitivo direto, ou seja, não exige uma preposição para se relacionar ao seu objeto. Quando o objeto verbal é um pronome oblíquo átono, que serve como elemento de coesão, evitando a repetição de um termo anteriormente citado, devemos usar "o" e suas variantes (no texto, foi usado o feminino singular "a", transformado por adaptação fonética em "la") na ausência da preposição e "lhe" quando a ideia da preposição está inserida na posição que ocupa o pronome. Portanto, o verbo "eliminar" rege corretamente apenas o pronome "a".
Gabarito 1C, 2E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) No que concerne às qualidades essenciais do texto, julgue os itens seguintes.

(1) Se, em um texto de redação oficial, aquele que o escreve ou revisa decidir usar o trecho "Durante o ano de 2008", em vez de "Neste ano", estará tornando o texto menos conciso.

(2) A substituição da expressão "o mesmo" por o texto, em "A secretária redigiu um memorando. Espero que o mesmo agrade aos interessados", tornaria esse trecho mais claro e preciso.

(3) A frase "O jornal deu a notícia em primeira mão" ficaria mais precisa se a forma verbal "deu" fosse substituída por publicou, que é mais específica para o contexto.

(4) No trecho "Era um excelente médico. Todos os seus pacientes o adoravam", o uso do termo clientes no lugar de "pacientes" seria mais adequado, pois imprimiria mais precisão à frase.

1: Certo (Coesão) Deve-se observar que a prova em questão data de 2008, ou seja, "neste ano" é equivalente em contexto a "2008". Na escrita, a referência extratextual funciona como elemento de coesão, permitindo ao leitor o uso de certos dados implícitos para entendê-lo. Tornar um texto mais conciso é fazê-lo mais preciso e direto, elementos sempre recomendados pela redação oficial.
2: Certo (Coesão) O uso do termo "o mesmo" como pronome demonstrativo e elemento coesivo não é recomendado pela gramática formal. Seu uso pode levar a confusões de referência ao termo de que se fala e, em geral, pode ser facilmente substituído por termos mais claros e naturais ao texto. A proposta de substituição leva em conta exatamente isso: o termo "o texto" evita repetição como o pronome "mesmo" e torna a leitura mais natural que a escrita anterior, portanto, mais clara e precisa.
3: Certo (Valor semântico) O verbo "dar" é genérico e atende a diversas circunstâncias. Por se tratar de uma publicação, termos com valores semânticos do mesmo âmbito tornam a leitura mais precisa. A alteração proposta deixa claro que a notícia foi passada a outros por meio de sua publicação no jornal. Originalmente, poderia ser entendido que o jornal repassou-a de outras maneiras, por exemplo, a outros meios de comunicação.
4: Errado (Valor semântico) O termo "clientes" pode ser usado para tratar da relação entre um médico e a pessoa a ser atendida e encontra-se dicionarizada com esta acepção. No entanto, o uso recorrente da língua privilegia o termo "paciente", já que o médico presta um serviço específico de prestar assistência ao cliente, ou seja, quem recebe o atendimento é paciente do cuidado médico.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Os itens a seguir contêm orações absolutas que podem ser ligadas umas às outras por elementos coesivos e transformadas em períodos compostos. Julgue esses itens quanto à adequação do elemento coesivo proposto, entre parênteses, para fazer a ligação entre as orações.

(1) A inflação crescia. O preço das mercadorias aumentava. (porque)

(2) Aquele é um país rico em minérios. A maior parte da população é pobre. (mas)

1: Certo (Conjunção) A conjunção "porque" estabelece entre as orações uma relação de coordenação, ou seja, trata-se de orações com estruturas sintáticas independentes, mas que estabelecem entre elas uma relação semântica. A relação semântica entre elas é de explicação, ou seja, a segunda apresenta uma justificativa para o fato expressa na primeira, valor expresso pela conjunção proposta.
2: Certo (Conjunção) A relação entre as duas orações do item é também de coordenação, como explicado no item anterior, e a relação semântica entre elas é de oposição: ser rico em minérios contradiz que a população seja pobre. A conjunção "mas" é adversativa e sua função é exatamente a de unir informações opostas.
Gabarito 1C, 2C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, assinalando como errados aqueles que contêm frases em que há vício de linguagem e como certos aqueles em que não há esse tipo de vício.

(1) Ao saírem do trabalho, o diretor disse ao secretário que precisavam voltar ao seu escritório.

(2) Há um forte elo afetivo entre as pessoas daquela família.

(3) Já que eu não posso amar ela, vou procurar outro amor.

(4) No verão, a população sofre de desidratação.

(5) Há alguns anos atrás, ele emitia suas próprias opiniões pessoais mais facilmente.

(6) Aguarde, por favor. Ainda hoje, nosso representante vai estar lhe telefonando.

(7) Se o senhor ficar online, vou lhe mandar agora as instruções para achar facilmente nosso sítio, mas não espalhe que isso é em off.

(8) Foi feita, finalmente, uma faxina no escritório a nível de material de consumo.

(9) Em resposta ao seu pedido, seguem novamente as instruções para o novo trabalho.

(10) Solicito providências no sentido de se resolver o problema.

(11) Outrossim, acrescento que estarei a seu inteiro dispor.

(12) A diretoria decidiu iniciar o processo de inscrições para um concurso a ser realizado em âmbito nacional.

1: Errado (Vício de linguagem/Coesão/ambiguidade) O pronome possessivo “seu” gera dupla interpretação, Como o texto apresenta dois envolvidos homens e não especifica qual deles é o dono do escritório, o diretor ou o secretário, a referência do pronome é ambígua.

2: Certo (Vício de linguagem) A palavra “elo” permite o uso da preposição “entre” sem qualquer excesso ou redundância, já que a preposição apenas indica quais elementos estão unidos pelo “elo”. Muitas vezes se lê “o elo de ligação”, que constitui um pleonasmo, o que não é o caso do item.

3: Errado (Vício de linguagem/Pronome) Os pronomes pessoais são divididos em três tipos de acordo com sua função: os de tratamento, que indicam relação de respeito, os do caso reto, que funcionam essencialmente, como sujeito do verbo com o qual se relacionam, e os do caso oblíquo, que funcionam como objeto do verbo com que se relacionam. No item, o pronome pessoal “ela” foi usado na função de objeto. O pronome “que” cumpriria corretamente a função do “a” na forma “Já que não posso amá-la”, já que sofreria uma adaptação fonética na ligação enclítica com o verbo.

4: Errado (Vício de linguagem/Eco) Apesar de muito apreciada na linguagem poética, a rima não funciona da mesma forma em outras situações. No exemplo, a terminação, num trecho curto de texto, de três palavras na mesma sílaba deve ser evitada por constituir um “eco” desagradável para a comunicação formal e não-literária em prosa.

5: Errado (Vício de linguagem/Pleonasmo) O enunciado apresenta excessos linguísticos, ou seja, repete desnecessariamente termos de mesmo valor semântico. São os casos de “Há muitos anos atrás” (o verbo haver, quando indica passagem de tempo, já tem em si a ideia de passado) e “suas próprias opiniões pessoais” (o pronome possessivo já indica que as opiniões são da própria pessoa, e, portanto, pessoais)

6: Errado (Vício de linguagem /Gerundismo) A forma nominal do gerúndio tem por objetivo indicar que uma ação está em curso, ou seja, deve ser usado quando se queira mostrar que uma ação pontual está inserida na passagem do tempo em que outro algo acontece. O uso do gerúndio desnecessariamente e em um formato também excessivo (ir+estar+gerúndio) constitui um vício de linguagem e deve ser evitado.

7: Errado (Vício de linguagem/Estrangeirismo) Considera-se como um barbarismo da língua o uso desnecessário de palavras de língua estrangeira, ou seja, quando já existe uma palavra ou expressão correspondente na língua portuguesa.

8: Errado (Vício de linguagem) “A nível de” é uma expressão do campo semântico das medidas e indica que dois elementos estão na mesma altura. O seu uso em outros campos semânticos indica uma associação de sentido que não é clara e deve ser evitada.

9: Certo (Concordância) A frase concorda corretamente o verbo “seguem” com seu sujeito plural posposto “as instruções”.

10: Errado (Vício de linguagem/prolixidade) A frase apresenta um excesso linguístico na ligação entre as partes. Para que a escrita seja clara e coerente, excessos devem ser evitados. A expressão “no sentido de” indica direção e pode ser substituída por uma preposição de sentido mais claro e específico ao contexto: “solicito providências para resolver o problema”

11: Errado (Vício de linguagem/pleonasmo) É comum o uso da expressão “outrossim com o significado de “por outro lado”. Isso constitui um erro, pois o seu significado dicionarizado é “além disso”. Ou seja, a expressão tem o mesmo valor semântico do verbo “acrescento”, ou seja, trata-se de um pleonasmo, a repetição de termos com o mesmo valor.

12: Certo (Vício de linguagem) O trecho apresenta vocabulário e estrutura adequados aos padrões da língua.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes à correspondência oficial.

(1) A redação oficial, ou seja, a maneira pela qual o Poder Público redige os atos normativos e comunicações, caracteriza-se pela linguagem formal e pela padronização e uniformidade dos documentos emitidos.

(2) Estão corretos os vocativos “Excelentíssimo Senhor Presidente da República”, “Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal” e “Senhor Senador”.

(3) No endereçamento de comunicação dirigida a autoridades tratadas por Vossa Excelência, como é o caso dos senadores, deve constar o seguinte:

Ao Digníssimo Senhor Senador
Fulano de Tal
Senado Federal

(4) Na identificação do signatário, a forma padrão deve ser:

(espaço para assinatura)

____

(NOME)

(5) O Manual de Redação da Presidência da República estabelece apenas dois fechos para todas as modalidades de comunicação oficial: “Respeitosamente” — para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República — e “Atenciosamente” — para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

1: Certo (Redação oficial) Lê-se na introdução do Manual de redação da presidência da república: “Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem.”, ou seja, é necessário que certas regras e padrões organizem a escrita oficial para que esta seja clara.

2: Certo (Redação oficial) De acordo com o manual oficial, o uso dos pronomes de tratamento é regido pela tradição e hierarquia. Os exemplos pedidos pelo item atendem às exigências do manual: “O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo.: “Excelentíssimo Senhor Presidente da República,/Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,/Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.” As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo: “Senhor Senador,/Senhor Juiz,/ Senhor Ministro,/Senhor Governador”.

3: Errado (Redação oficial) O item aborda corretamente o pronome de tratamento usado a senadores, “Vossa Excelência”. No entanto, o uso do termo digníssimo não é recomendado: “Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD), às autoridades arroladas

na lista anterior (a saber, Vossa Excelência). A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação."

4: Errado (Redação oficial) Toda a assinatura de documento oficial deve vir acompanhada do cargo ocupado de signatário. Como se lê no manual: "Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte: (espaço para assinatura)/ Nome/Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República"

5: Certo (Redação oficial) O item lê corretamente as orientações do Manual: "O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria no 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente, b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: Atenciosamente. Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios, devidamente disciplinados no Manual de Redação do Ministério das Relações Exteriores."

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5C

2. Inglês

Mark Hughes e Anthony Rosenberg

This text refers to the next four questions.

1 Fundamentalism has one interesting insight.
It perceives the science-based, libertarian, humanist
culture of the modern era as being itself a kind of
4 new religion — and its deadly enemy. We fail to see
this because we are immersed in it, it dominates
more than nine-tenths of our lives, and it is so
7 amorphous. It has no officially recognised scriptures,
creeds, prophets or organisation. Rather, it is a loose
coalition of many different forces, kept on the move
10 and in constant self-criticism and self-correction by
an active and striving ethic derived from
Protestantism. So far as this new faith — if that is
13 what it is — has theologians, priests and prophets,
they are, respectively, the scientists and scholars
whose business it is to criticise and increase
16 knowledge, the artists who refine our perceptions and
open up new life-possibilities, and the armies of
idealistic campaigners who urge us to become active
19 in hundreds of good causes.
So seductive and compelling is this new faith
that it is somehow impossible to avoid adopting its
22 language and its way of thinking. They are
everywhere, and irresistible. That is what makes it
like a religion: once we are in the midst of it and do
25 not appreciate how strong and distinctive a flavour it
has, we are largely unaware of its awesome,
unstoppable, disruptive evangelistic power.

Don Cuppitt. **The sea of faith**. London: British Broadcasting Corporation, 1985, p. 181 (adapted).

(Diplomacia 2009) It can be concluded from the text that

(A) fundamentalism is more intuitively perceptive than secular culture.
(B) scientists and scholars act the same way as theologians, priests and prophets.
(C) idealism compels people to join good causes.
(D) modern humanist culture is subliminally pervasive.
(E) Protestantism is the backbone of modern humanist culture.

A: Incorrect - No comparison is made between the perception of secular culture or fundamentalism;
B: Incorrect - Comparatively they perform a similar function, but they do not act the same way, e.g. do the same things with the same motivations;
C: Incorrect - It is the campaigners who are idealistic (line 18), not those who get involved in good causes;
D: Correct – Lines 20-25 support this. It is everywhere (pervasive) and, once in the middle of it, not noticeable (subliminal);
E: Incorrect - Modern humanist culture is derived from Protestantism, but there is no evidence that it forms the backbone of it.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) Judge — right (C) or wrong (E) — the following items with reference to the text.

(1) The pronoun "its" (*l*.4) refers to "humanist culture" (*l*.2-3).
(2) The word "Rather" (*l*.8) means **more or less**.
(3) In context, the expression "So far as" (*l*.12) means **as though**.
(4) The word "business" (*l*.15) could be appropriately replaced by **concern**.

1: Incorrect - 'Its' refers to fundamentalism;
2: Incorrect - In this context, 'rather' means on the contrary;
3: Incorrect - In this context, it means to the extent that;
4: Correct – The example – It's none of your business or it's none of your concern illustrates this.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2009) Indicate which of the following words or phrases would **not** be an appropriate synonym for the word "once" in the phrase "once we are in the midst of it" (*l*.24).

(A) because.
(B) since
(C) whenever
(D) as
(E) inasmuch as

A: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. The reason we become "unaware" is because we are "in the midst of it". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being;
B: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "Since" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware";
C: Incorrect - As a form of when, this refers to an idea of a time or moment. The text, on line 5, suggests that we are ALWAYS immersed in the science-based, libertarian, humanist culture. This does not happen every now and then; it is a constant state of being. The word "once", therefore, cannot refer to time. It refers to the fact we are always in the midst of it, and that is WHY (the reason) we are unaware. In this case, the word "once" carries a sense of cause or reason and not time;
D: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "As" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being;
E: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "Inasmuch as" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being.

GABARITO "C"

(Diplomacia 2009) In the phrase "That is what makes it like a religion" (*l*.23-24), the word "That" refers to

(A) the language and way of thinking being everywhere.
(B) the fact that one cannot avoid adopting its language and rationale.
(C) the pervasiveness of modern humanist culture.
(D) the seductiveness of science-based thinking.
(E) the ubiquitousness of the new faith.

A: Incorrect – It does refer to the idea of being everywhere, but not to the language;
B: Correct - 'That' referring to the similarities between religion and modern humanist thought in terms of pervasiveness (line 22 – language and rationale are 'everywhere' line 23 and unavoidable (irresistible line 23). "B" is the 'best' option in this case as it provides the most complete description of the phrase;
C: Incorrect – It does refer to the pervasiveness, but also its rationale;
D: Incorrect – It does not refer to seductiveness. It is pervasive, but people are unaware (line 26), meaning that it is not seductive but rather deceitful;
E: Incorrect.
GABARITO "B"

This text refers to the next four questions.

1 German scientists have reconstructed an extraordinarily detailed picture of the domestic life of Martin Luther, the 16th-century reformer and father
4 of Protestantism, by trawling through his household waste uncovered during archaeological digs on sites where he used to live.
7 Despite the widespread belief that Luther lived in poverty, evidence suggests he was a well-fed man — weighing in at a hefty 150 kg when he died in
10 1546 at the age of 63.
Even Luther's claim that he came from humble circumstances has been dismissed. New
13 evidence has shown that his father owned land and a copper mill besides lending money for interest. His
16 mother meanwhile was born into an upper middle class family and it is unlikely, as Luther suggested, that she "carried all her wood on her back".
Extensive research carried out at the family
19 home in Wittenberg showed that Luther wrote his celebrated texts with goose quills under lamps lit by animal fat, in a heated room which overlooked the
22 River Elbe. It obviously suited him because he churned out 1,800 pages a year. It debunks something of the Luther myth to know he wrote the
25 95 theses on a stone toilet, which was dug up in 2004.
But the claim by historians which will
28 arguably be most upsetting for followers is the recently uncovered written evidence that it was not, as thought, a lightning bolt which led to the then 21-
31 year-old's spontaneous declaration he wanted to become a monk. Rather, it was his desperation to escape an impending arranged marriage.

Kate Connolly. **History digs up the dirt on Martin Luther**, *In*: **The Guardian,** Monday, 27 Oct./2008. Internet: <www.guardian.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2009) According to the text, recent archaeological finds

(A) have supplemented and adjusted the portrait of Luther.
(B) have revealed that Luther was not truly religious
(C) have perturbed Lutherans' beliefs.
(D) have proven that Luther misrepresented his parents' financial status.
(E) date back to the year 2004.

A: Correct – To give more information and to modify or adjust the previous information about Luther;
B: Incorrect - It merely questions why he decided to become a monk, not his inherent beliefs;
C: Incorrect – The archeological finds may perturb beliefs about him as a person, but not the beliefs he preached;
D: Incorrect - Luther's claim was that he came from 'humble circumstances' (line 12). This means unpretentious or modest and does not refer directly to financial status;
E: Incorrect - This refers to a previous archeological dig.
GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Indicate which of the following statements is **not** consistent with information the text provides.

(A) Luther's weight belies his supposed poverty.
(B) Luther's parents were relatively well-off.
(C) Luther lived in reasonable comfort at his home in Wittenberg.
(D) Luther's religious calling was not genuine.
(E) Luther's mother probably did not carry "all her wood on her back".

A: Incorrect - Belies means to misrepresent. It is true he was fat and thus we suppose he ate well. Therefore, he was not poor;
B: Incorrect - His father owned land and a mill and was able to lend out money (lines 13 and 14). His mother came from an upper-middle class family (line 17);
C: Incorrect - Lines 19-20 show the home comforts Luther enjoyed (light, heat and materials). These items constitute reasonable comforts;
D: Correct - We do not know anything about his motivation (calling) to become a monk, only about the reason for the spontaneity of the decision;
E: Incorrect - Line 17 uses the word 'unlikely'.
GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) The word "digs" (*l*.5) is

(A) a noun referring to excavation.
(B) a noun referring to accommodation.
(C) a verb referring to mocking.
(D) a verb referring to accommodation.
(E) part of an adjectival phrase qualifying sites.

A: Correct;
B: Incorrect - A slang British term, but that is not the meaning in this context;
C: Incorrect – To take a dig at someone means to mock, but that is not the meaning in this text;
D: Incorrect – it is not a verb;
E: Incorrect – It is a noun.
GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) The aim of describing Luther as "weighing in at a hefty 150 kg when he died" (*l*.9) is to suggest a humorous comparison with a heavy-weight boxer.

(2) The phrase "churned out 1,800 pages a year" (*l*.23) suggests that Luther was a careless writer.

(3) Luther's father indulged in usury.

(4) The reference to a "lightning bolt" (*l*.30) was meant to allude to putative divine intervention in Luther's calling.

1: Correct - To weight in at – is a phrasal verb from the world of sport (boxing/horse racing). This is humorous as it compares his supposed poverty with the strength and physical presence of a heavyweight boxer. Hefty is informal and means of considerable size;
2: Incorrect - The phrasal verb 'churned out' refers more to quantity of production rather than to quality;
3: Correct - Usury is a synonym for money lending (line 14);
4: Correct - This refers to a dramatic act of nature – lightning striking Luther. It is divine as it represents coming from a celestial force.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C

This text refers to the next four questions.

1 It's cold and early and Detlef Fendt repeats a
morning ritual, heaving himself onto the side of his 28-
year-old BMW motorbike and jumping with all his
4 might on the kick-start. It takes a few goes, but
eventually the bike roars into life. After all, this is the
sort of solid reliable machine that makes German
7 goods a household name for quality. It's that good
name that means Germany is the world's top exporter.
China may take the title soon, but for the moment
10 Germany is still a world-beater.
Detlef is part of that success story. For the last
40 years he's made machine tools for Daimler cars at
13 the Berlin plant. He started work when he was 16 and
is now the plant's main union representative for IG
Metall. But this year, thanks to the world credit crunch,
16 he'll be getting an unwanted seasonal break from his
early morning ritual. The plant is closing down for an
extra-long Christmas break, from mid-December to
19 mid-January, because of falling orders.
He tells me: "At the moment we are in a
distribution crisis — the automobile industry is not
22 selling enough cars and lorries".
Consumer confidence was dented in Germany
long before the credit crunch, and despite his union's
25 recent deal it is not returning.
Germany is now in recession and the figures
have been worse than economists were predicting.
28 Equally bad statistics for the whole of the European
Union are expected today. While consumers in America
feel cowed, while Asia is jittery, the rest of Europe
31 watches fearfully as the biggest economy in Europe
continues to shrink.

Mark Mardell. **Germany loses revs**. *BBC World News*. *At*: www.bbc.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2009) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) Fendt's motorbike starts up immediately because it is a reliable machine.

(2) German manufactures are renowned for their quality and durability.

(3) Fendt is being made redundant.

(4) IG Metall is a subsidiary of BMW.

1: Incorrect - Line 4 – 'it takes a few goes (attempts) and line 5 "eventually";
2: Correct - Line 7 – 'a household name' (commonly known);
3: Incorrect - He is being given a longer Christmas break than usual. Being made redundant or laid off would mean he has no job to go to;
4: Incorrect - IG Metall is the trade union, not a subsidiary (not serving or aiding) of BMW.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Judge — right (C) or wrong (E) — the following items with reference to the text.

(1) In context, the phrase "household name" (*l*.7) could be appropriately replaced by **synonym**.

(2) "After all" (*l*.5) is equivalent to **Eventually**.

(3) The Berlin factory is closing temporarily owing to a slump in demand

(4) The word "dented" (*l*.23) suggests an acute effect.

1: Correct - But perhaps a better use of collocation would be 'synonymous with';
2: Incorrect - In the context, 'eventually' means after some time or in the end. 'After all' means in spite of evidence to the contrary;
3: Correct - It is possible to assert that the plant is closing down due to a slump (fall/drop/sudden decline) – i.e. falling orders (line 19) in demand. It is stated that time period is from December to mid-January (line 18 and 19) – this reveals it is temporary. They plan to re-open in January;
4: Incorrect - Dented means to have a diminishing effect. In this case, to dent confidence would mean to negatively affect it. To say that it was acute (sharp or intense) dent would have to be modified with 'severely', i.e. severely dented.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) In the phrase "consumers in America feel cowed, while Asia is jittery" (*l*.29-30), the most appropriate synonyms for "cowed" and "jittery" are respectively

(A) bovine and aggressive.
(B) herded and troubling.
(C) threatened and apprehensive.
(D) confined and alacritous.
(E) bent over and trembling.

A: Incorrect – Bovine refers to the animal, while aggressive means angry;
B: Incorrect – Herded refers to grouping of animals, while troubling means worrying;
C: Correct - Cowed means threatened, frightened or overawed. Jittery means apprehensive or nervy;
D: Incorrect – Confined refers to restrictions or grouping, while alacritous means willingness;
E: Incorrect – Bent over refers to a physical position (touching your toes), while trembling means physically shaking.

GABARITO "C"

(Diplomacia 2009) In context, "might" (*l*.4) and "kick-start" (*l*.4) are respectively

(A) a conditional verb and a noun.
(B) a noun and a verb.
(C) an auxiliary verb and a transitive verb.
(D) an auxiliary verb and a noun.
(E) a noun and a noun.

A, B, C, D e E: Might means weight or power (noun). Kick start is a component on the motorbike (noun).

GABARITO "E"

Text for the next three questions.

European energy

1 The European Union (EU) revealed on January 23rd 1 , 2008, how it plans to save the world. A mammoth climate-change plan spells out in detail how much pain each of its 27 members will have to bear if the EU is to meet ambitious targets set by national leaders last March.

4 The aim is to cut greenhouse-gas emissions by 2020 by at least a fifth, and more than double to 20% the amount of energy produced from renewable sources such as wind or wave power. If fuel from plants proves green enough, 10% of the fuel used in transport must come from biofuels by the same date. The new plan turns
7 these goals into national targets. Cue much grumbling, and no doubt months of horse-trading, as the European Commission's recommendations are turned into binding law by national governments and the European Parliament.

10 Countries with greenery in their veins are being asked to take more of the burden than newer members. Sweden, for example, is being invited to meet 49% of its energy from renewables. At the other end, Malta gets a renewables target of just 10%. It is a similar story when it comes to cutting greenhouse gases: by 2020,
13 Denmark must cut emissions by 20% from 2005 levels; Bulgaria and Romania, the newest members, may let their emissions rise by 20%.

EU leadership on climate change will not come cheap. The direct costs alone may be i60 billion ($87
16 billion), or about 0.5% of total EU GDP, by 2020, said the commission's president, José Manuel Barroso. But this is still presented as a bargain compared with the cost of inaction, which Mr. Barroso put at ten times as high. Oh, and leading the world in the fight against climate change need not cost jobs, even in the most heavily
19 polluting branches of heavy industry. "We want to keep our industry in Europe", insisted Mr. Barroso.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia 2008) Based on the text, it can be concluded that

(1) the European Union plans to save the world from gas emissions is an easy task.

(2) the targets thought of were set up last year.

(3) greenhouse-gas emissions can be reduced as much as a fifth by 2020 and, along the same period, energy produced from renewable sources should more than double.

(4) "mammoth" (*l.*1) means huge.

1: Incorrect – On lines 1 and 2, words such as "mammoth" (referring to the magnitude), "pain" (referring to the difficulty) and "bear" (referring to the suffering) all suggest the task is difficult;
2: Correct – On line 1, the EU revealed the plan on January 23, 2008. The actual setting up of the plan had to have taken place long before that;
3: Correct – On lines 4 and 5, the text affirms "the aim to cut greenhouse-gas emission by a fifth by 2020", and "to double the amount of energy produced from renewable sources";
4: Correct.

GABARITO Oficial 1E, 2C, 3C, 4E/ GABARITO Nosso 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Considering the text above, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) 10% of the fuel used in transport ought to come from plants in twelve years' time.

(2) Newer members are now being requested to place more of the burden on themselves.

(3) National Governments won't easily endorse the European Commission's recommendations.

(4) The word "Cue" (*l.*7) means queue.

1: Incorrect – This is conditioned to the fact that fuel from plants must be proven to be truly "green", as stated on lines 5 and 6. There is no guarantee. "Ought to" in this question is synonymous with "should";
2: Incorrect – On line 10, the text affirms that countries with more ecological experience (greenery in their veins) are to take more of the burden than newer members;
3: Incorrect – On lines 7 to 10, the text affirms that national governments are turning the EC's recommendations into law, but there is no mention of whether this is an easy or difficult task. There is an idea, on line 7, that there will be some complaints and negotiating, but this does not explicitly refer to difficulty or ease;
4: Incorrect – In this case, "cue" has the meaning of "prompt" or "signal". This word is often used in TV. It is the signal given by the cameraman or director to the actor or presenter that the recording will begin. In this text, the author uses the word to explain that as soon as the targets are to be converted into law, the complaints will start. The word "queue" means a line of people.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) The problem with renewables is the same as that of greenhouse gases.

(2) The cost of inaction is ten times as high as the expenses arisen from the climatic control.

(3) The highest polluting offices will have to dismiss their employees.

(4) In the text, "need not cost" (*l.*18) can be correctly replaced by does not need to cost.

1: Incorrect – No problem is related to renewable energy in the text. The reader is lead to believe that renewables are still undergoing a testing phase (line 4 and 5 – if fuel from plants proves green enough);
2: Correct – On line 11, the author quotes Mr. Barroso, who believes the cost ($60 billion) "is still presented as a bargain compared with the cost of inaction", which he believes is ten times as high;
3: Incorrect – On lines 12 and 13, the author affirms, somewhat ironically, that "polluting branches of heavy industry" will not need to cut jobs;
4: Correct – The collocation "need not cost" is the use of "need" as

a modal (auxiliary) verb. In this case, it maintains the meaning, but the usage requires it to be followed by the infinitive verb without "to" (bare infinitive). It is more commonly used in the negative form "need not" and means "does not need to".

GABARITO Nosso 1E, 2C, 3E, 4C

GABARITO Oficial 1E, 2ANULADA, 3E, 4C/

Text for the next three questions.

1 Two weeks after the Islamists of Hamas toppled the border fence, letting hundreds of thousands of inhabitants of the Gaza Strip spill briefly into Egypt, the situation appears to have returned to what counts as normal. But normal is not good.

4 Gaza's 1.5 million people remain besieged, generally unable to leave, and with imports restricted to minimal amounts of staple food and fuel. The Hamas militants who have run Gaza since ousting their secular-minded Fatah rivals last summer have continued to fire rockets and mortars into

7 Israeli towns and farms.

As a possible harbinger of more violence to come, Hamas has also taken again to sending suicide bombers into Israel. In the first such Hamas operation since blowing up two buses in Beersheba

10 in 2004, a pair of suicide bombers, reportedly former inmates of Israeli prisons from Hebron in the West Bank, killed a 73-year-old woman in the southern Israeli town of Dimona on February 4th 2008. Israel responded the same day with new missile attacks, killing nine armed Hamas men.

13 Now, a fortnight since Hamas forces engineered the Gaza break-out, the Egyptian authorities have resealed and reinforced the border, some 12 km (7.5 miles) long, with thick coils of razor wire and hundreds of extra troops; they say they will resist another attempt to knock a hole in it.

16 Their will was tested this week, when Egyptian security forces clashed with stone-throwing Palestinians.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia 2008) According to the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) Gaza's inhabitants can only have access to basic foods which come from abroad.

(2) The Hamas militants joined the Fatah rivals to fire rockets and mortars into Israeli urban and rural areas.

(3) The most recent Hamas suicide operation resulted in the blowing up of two buses.

(4) The word "harbinger" (*l*.8) means: a sign that something will happen soon, often something bad.

1: Incorrect – On lines 4 and 5, the author explains that imports are restricted to basic foods (staples), but this does not mean that people's access to basic foods is restricted. Some basic food could also come from within the borders;
2: Incorrect – On lines 5 and 6, the text confirms that Hamas ousted (removed) the Fatah rivals (enemies) last summer. The Hamas, without the Fatah, continued to fire rockets and mortars into Israel;
3: Incorrect – On line 9, the use of the word "since" reveals that the two buses in Beersheba were blown up before the suicide bombers acted. Their action was the first "since" the bus explosion in Beersheba;
4: Correct – The word "harbinger" means "omen" or "indication" of something that will happen.

GABARITO Nosso 1E, 2E, 3E, 4C

GABARITO Oficial 1ANULADA, 2E, 3E, 4C/

(Diplomacia 2008) In accordance with the text, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) The two suicide bombers were kept in ordinary prisons.

(2) It took Israel a lot of time to launch a counterattack which killed nine Hamas militants

(3) After a fortnight period the situation in Gaza Strip seems to have become what can be considered as normal.

(4) In the text, "besieged" (*l*.4) means surrounded.

1: Incorrect - There is no evidence to suggest the prison was ordinary or special. The assumption is that the statement must be incorrect;
2: Incorrect – On lines 11 and 12, the author confirms the Israeli counterattack occurred the same day;
3: Correct – On lines 2 and 3, the author confirms that "the situation appears to have returned to what counts as normal";
4: Correct – "Besieged" means "surrounded" or "cornered".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Based on the text, it can be deduced that

(1) the Egyptian authorities and Hamas forces both have the same position regarding Egyptian people who want to cross the border to go to Gaza strip.

(2) the border between the Gaza strip and Egypt is about 12 km in length.

(3) a possible title for this article could be: Back to abnormal.

(4) the word "clashed" (*l*.16) is synonymous with fought, in the context.

1: Incorrect – On lines 13 and 14, the text reveals that the Egyptian authorities do not want Hamas members to come into Egypt, as they "resealed and reinforced the border". This shows their opposing position to Hamas, which had "toppled the border fence" two weeks earlier;
2: Correct – On line 14, the text explicitly reveals the length of the border (12km/7.5 miles);
3: Correct – On line 3, the author explains that things are back to normal, but counters this by saying "normal is not good". This suggests that

"normal" is a bad or unwanted situation. It is normal due to its regularity, but the chaos is, by many, considered abnormal;
4: Correct – "Clash" means "fight", "conflict" or "oppose".
GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

Text for the next three questions.

Nationalisation is becoming rather fashionable. State bailouts of banks are all the rage too. There is just one snag: western institutions are not getting their cash from ministers in London or Washington, but from functionaries in Beijing.

While Britain's chancellor still balks at taking Northern Rock into public ownership, his counterparts in China have no qualms about investing state money in the private sector. This week Beijing bought a 10% stake in the Wall Street blue chip Morgan Stanley; in May it took a slab of the private-equity giant Blackstone. Those two deals, worth just over £4bn, were made by the China Investment Corporation (CIC), a fund set up and run by the government. With over £100bn to burn, it is bound to make more big deals — and big headlines — over the coming year. CIC is one of a new breed of sovereign wealth funds (SWFs) created by nations awash with excess cash from exporting goods or oil. Most oil-producing Arab countries have one, as do Russia, Korea and Singapore, and the funds are estimated to be worth a total of a trillion pounds. The logic behind them is simple: if energy-rich Russia is earning around £425m from exports every day, it naturally wants to invest that money for a higher return. But the impact of these new vehicles is far less straightforward, and it has largely been left to economics wonks to worry about them (even now, a Google search for "SWFs" brings up page after page about some graphic-design software). At last, however, they are entering political debate. The IMF is working on a code of conduct for the funds, while the rich nations' club, the OECD, is coming up with guidelines for recipients. Such users' manuals have their place, but on their own they are not an adequate answer to the issues raised by SWFs.

At their most basic level, these funds (which are projected to be worth £7.5 trillion within a decade) embody a shift of economic power from Europe and America to China, Russia and elsewhere. They sum up one of the global economy's problems too: the west is consuming far more than it is producing. SWFs are also a new and very different kind of investor.

From **The Guardian Weekly**, 4/1/2008 (adapted).

(Diplomacia 2008) According to the text, it can be said that

(A) China would never invest money in dubious bargains.
(B) CIC spent a lot more than £4bn on Morgan Stanley and Blackstone.
(C) most probably, China will put more money in bigger deals.
(D) SWFs were created to avoid exporting excess of goods or oil.
(E) Russia's everyday export earnings are saved so as to be better invested in the long run.

A: Incorrect – There is nothing in the text that suggests China does not consider dubious investments;
B: Incorrect – On lines 6 and 7, the text explicitly reveals that the deals totaled "just over £4bn", which is not the same as "a lot more than £4bn";
C: Correct – On line 8, the author explicitly confirms that China "is bound to make more big deals". "To be bound to do something" refers to the high likelihood or probability of something happening;
D: Incorrect – The SWFs were created not to avoid anything. They were created due to the fact that nations were "awash with excess cash" (had extra money) which came from "exporting goods or oil";
E: Incorrect – On line 12, the text shows that Russia is not expected to save the earnings from exports, but rather "invest that money for a higher return".
GABARITO "C"

(Diplomacia 2008) Taking the text into consideration, it can be deduced that

(A) the new economic trends have long been IMF concern.
(B) OECD issued rules to be followed by recipient countries.
(C) the influence of new economic features has almost completely been left to those who work or study too much this subject.
(D) SWFs most probably will follow the guidelines established by OECD
(E) the west is producing more than it is consuming, whereas in the east it is the other way.

A: Incorrect – On lines 14 and 15, the term "at last" suggests that this economic trend has been happening for a while, but not that the IMF has shown concern. This is reinforced by the fact that the IMF is working on a code of conduct, a new and unfinished project;
B: Incorrect – On lines 15 and 16, the OECD has not yet issued any rules, but is currently "coming up with the guidelines". "Coming up with" means "creating";
C: Correct – On line 13, the text explicitly reveals that the issue "has largely been left to economics wonks to worry about them". "Wonks" are specialists in their field, similar to "pundits";
D: Incorrect – There is no explicit mention in the text of the SWFs following or not the OECD guidelines. On line 16 and 17, the author suggest that the rules or manuals may not be enough to resolve problems caused by SWF, but there is no mention that they will most likely follow the guidelines;
E: Incorrect – On line 20, the text explicitly affirms that the west is "producing more than it is consuming"; however, there is no mention in the text that the east is doing the opposite.
GABARITO "C"

(Diplomacia 2008) A suitable title for this text can be

(A) When Beijing goes lending.
(B) When Beijing goes selling.
(C) When Beijing goes wasting.
(D) When Beijing goes sparing.
(E) When Beijing goes buying.

A: Incorrect – "Lending" means to "loan" or "to give something to another for a period of time". There is no mention of this in the text;
B: Incorrect – On line 5, the author explicitly refers to China buying a stake in Wall Street, not selling it;
C: Incorrect – "Wasting" means "squandering" or "frittering away". All these synonyms refer to the idea of using money unwisely. The author does not suggest that China is being unwise with its money;
D: Incorrect – "Sparing" means to be "frugal" or "economical";
E: Correct – On line 5, the text explicitly refers to China buying a stake in Wall Street, while on lines 7 and 8, the author refers to China having money "to burn".
GABARITO "E"

Text for the next six questions.

No burqa bans

Why is it nearly always wrong to outlaw the wearing of the Muslim veil?

1 What you wear is a statement of who you are. From the old man's cardigan and frayed tie to the youngster's torn jeans plus lip-stud, dress stands for identity. For that reason laws on
4 clothing should be avoided unless there is a compelling case for them. There is no such case for the Dutch government's plan to outlaw the wearing in all public places of the face-covering
7 *burqa and niqab by* Muslim women.

As it happens, the plan's announcement by Rita Verdonk, the hardline Dutch immigration minister, was a
10 political stunt aimed at reviving her party's flagging fortunes before this week's election. But a new Dutch government, when one is eventually formed, may still adopt it. And the proposed
13 ban follows a big debate about the Muslim veil in many other European countries.

In 2004 France passed a law to stop the wearing of the
16 Muslim *hijab* (headscarf) by girls in state schools. Several German states have banned teachers from wearing the headscarf. One Belgian town has outlawed *the burqa and niqab*
19 from its streets. Recently a former British foreign secretary, Jack Straw, caused a row by inviting his Muslim constituents to remove their veils when they met him; and a lawsuit confirmed
22 that British schools could sack teachers who wore face-covering garments. Turkey, a mostly Muslim country, has banned the wearing of the veil in public buildings ever since
25 Ataturk established the modern republic in the 1920s.

Those who favour such bans put forward four main arguments. First, the veil (especially *the burqa and niqab*)
28 shows a refusal by Muslims to integrate into broader society; Britain's Tony Blair called it a "mark of separation". Second, such clothing is testimony to the oppression of Muslim women;
31 they are said to don veils largely at the behest (or command) of their domineering menfolk. Third, the display of religious symbols is an affront to secular societies (this line resonates
34 especially in France and Turkey). And fourth, there are settings — the schoolroom, the courthouse — in which the wearing of Muslim veils can be intimidating or off-putting to pupils or
37 juries.

Some of these arguments are stronger than others. But none supports a blanket Dutch-style ban. Muslim dress can
40 indeed appear as a mark of separation, but racial and sectarian discrimination surely counts far more — and bans on religious clothing are likely to aggravate it. Oppression of female
43 Muslims is regrettably common, and should be resisted; but many women choose to wear the veil for cultural reasons, and others do so (as they do in Arab countries) as a sign of
46 emancipation, or even as a fashion statement. France and Turkey have fiercely secular traditions that can be interpreted to justify restrictions on religious symbols; but such restrictions
49 are best applied sparingly, and only in state offices, not in the streets. Similarly, decisions to bar the wearing of Muslim dress _____ courts or by teachers and pupils are surely better left
52 _____ local discretion than imposed nationally.

Adapted from **No burqa bans.** *In*: **The Economist**, Nov. 25th 2006, p. 15.

(Diplomacia 2007) According to the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) The Dutch immigration minister has exploited the ban on the Muslim veil for political gain.

(2) The Dutch government's introduction of the ban on the wearing of the burqa and niqab in all public places has had a disastrous impact on the local Muslim community.

(3) The idea conveyed by the proverb in English Clothes make men can be found in this text.

(4) Turkey is the only Muslim country where women have never been allowed to wear veils in public.

1: Correct - In line 10, the text refers to a 'political stunt' action to attract attention. In the same line, it refers to the flagging fortunes (declining popularity). Thus, the ban was used to boost the party;
2: Incorrect – There is no mention of how the Muslim community was affected by the ban;
3: Correct – In line 1, 'what you wear is a statement of who you are', reflects the meaning of the proverb. The more common version of the proverb is "Clothes maketh the man";
4: Incorrect – Turkey is described as 'mostly a Muslim country' (line 23). Furthermore, it is described as having a secular (non-religious) society (line 33).

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each statement below.

(1) One of the arguments offered by supporters of the ban on veils is that women are forced by their male relatives to wear them.

(2) The idea that Muslim women are said to don veils largely at the behest (or command) of their domineering menfolk can be summarized as: authoritarian men force their female relatives to cover their heads and faces.

(3) One of the arguments offered by the opponents of the ban on veils is that women are forced by their male relatives to wear them.

(4) The wearing of the veil is an unequivocal and universal symbol of female oppression.

1: Correct – Lines 30-31, 'oppression' forced to don (wear) by domineering (controlling) menfolk (males);
2: Correct – Lines 30-31, as above;
3: Incorrect – Those opposed to the ban, i.e. those who support the veil, do not state this;
4: Incorrect – Unequivocal means clear or unambiguous. In line 46, we see that some women voluntarily wear the veil as a sign of emancipation (freedom).

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of prepositions that fill in the blanks.

"Similarly, decisions to bar the wearing of Muslim dress _____ courts or by teachers and pupils are surely better left _____ local discretion than imposed nationally."

(A) from – to
(B) to – for
(C) on – for
(D) inside – up
(E) in – to -

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – This is better than option A as it refers to baring (banning) the veil from inside courts as it may intimidate the jury. "In court" and "leave something to somebody's discretion" are common collocations in English.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In the fragment "Recently a former British foreign secretary" (*l*.19-20), the antonym of "former" is

(A) latter.
(B) chief.
(C) actual.
(D) previous.
(E) current.

A: Incorrect – This is used to describe the second of two things mentioned;
B: Incorrect – The word former means "previous" or "prior";
C: Incorrect - False cognate – In this context, it does not mean present;
D: Incorrect – This is the synonym, not the antonym;
E: Correct – This is used to contrast who IS now the foreign secretary with who WAS the foreign secretary.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) In the text, "constituents" (*l*.20) means the same as voters.

(2) In the text, "constituents" (*l*.20) means the same as components.

(3) In the text, "secular" (*l*.47) is the same as non-religious.

(4) In the text, "secular" (*l*.47) is the same as centuries-old.

1: Correct - Constituents as a resident of an area represent by an elected official;
2: Incorrect – This is an alternative definition of constituents, i.e. constituent parts (components);
3: Correct;
4: Incorrect - Secular can mean this, but not in the context of the text.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) In the sentence "But none supports a blanket Dutch-style ban" (*l*.38-39) the word "blanket" can be replaced, with no change in the meaning, by

(A) partial.
(B) temporary.
(C) warm.
(D) protective.
(E) unlimited.

A, B, C e D: Incorrect; E: Correct – Blanket, in this case, means encompassing or applying to all areas. Therefore, it is unlimited.

GABARITO "E"

Text for the next four questions

1 Unlike Pombal, who had used the power of the state to
ruthlessly force through a crash program of modernization,
Salazar froze Portugal's economic and social patterns. "We are
4 antiparliamentarians, antidemocrats, antiliberals", Salazar said
in 1936. "We are opposed to all forms of internationalism,
communism, socialism, syndicalism." To govern, he said,
7 without apology, "is to protect the people from themselves".
Yet Salazar enjoyed sizable support. He had rooted his
regime sufficiently in Portuguese social realities to garner for
10 it a small measure of popular approbation. The church and the
small landholders of the heavily Catholic north backed him. So
did the latifundiários, the owners of big farming estates in the
13 central and southern regions who feared a loss of their holdings
if the left took power. The outlawed Portuguese Communist
Party, formed in 1921, was especially strong in the south.
16 But Salazar could not freeze the world. In 1961, India
seized Goa from a 3,500-man Portuguese garrison that had
been ordered to "conquer or die". In Africa, as the French and
19 British were freeing their colonies, African nationalist guerrillas
rose up against the Portuguese in Angola (1961), Guinea
(1962), and Mozambique (1964).
22 Portugal was the last European power in Africa to cling
tenaciously to the panoply of formal domination. This was no
accident. For a long time Portugal very successfully disguised
25 the nature of her presence ____ a skilful amalgam of historical
mythmaking, claims ____ multiracialism, and good public
relations.

Adapted from Kenneth Maxwell. The making of portuguese democracy. CUP, 1997, p.18-9.

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) Land owners feared Salazar would freeze their properties.

(2) The setting free of the French and British colonies took place approximately at the same time as the fight for political freedom in some of the Portuguese African dominions.

(3) Salazar's support in the south of Portugal derived from the fact that landowners believed that if communists came to power they would confiscate their land.

(4) The word "Unlike" (*l*.1) introduces the notion that Pombal's and Salazar's view on progress differed.

1: Incorrect – Not Salazar, but the left-wing parties (Line 14);
2: Correct – Line 19 'as the French and British'. Here 'as' is a conjunction of time, meaning at roughly the same time;
3: Correct – In line 14, it discusses the landowners' fear of the left. Holdings refer to properties. Lines 14-15 mention that the Communist party was particularly strong in the south;
4: Correct – Unlike means different. Lines 1-3 refer to a comparison between Pombal and Salazar in terms of their views on development.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) In the sentence "He had rooted his regime sufficiently in Portuguese social realities to garner for it a small measure of popular approbation" (*l*.8-10), "rooted" and "to garner" mean, respectively,

(A) planted and to mirror. Incorrect

(B) sowed and to avoid. Incorrect

(C) approached and to save. Incorrect

(D) established and to gather.

(E) viewed and to reject. Incorrect

A, B, C, e E: Incorrect;
D: Correct - To root means to become settled or established. Garner means to gather.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of words that fill in the blanks, keeping the main ideas of the text.

"For a long time Portugal very successfully disguised the nature of her presence ____ a skilful amalgam of historical mythmaking, claims ____ multiracialism, and good public relations."

(A) in – with
(B) behind – for
(C) in – for
(D) with – in
(E) behind – of

A, C, D: Incorrect;
B: Incorrect – 'Claims for' means to demand or to request;
E: Correct – Disguised means hidden or to hide behind. In this case, 'claims of' means declaration or affirmation.
GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In the second line of the text, the word "crash" means

(A) unexpected and notorious.
(B) strong and efficient.
(C) quick and complete.
(D) partial and questionable.
(E) modern and efficient.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – Similar to a 'crash course' it refers to speed and intensity. Whether it means complete is debatable, but it is by far the best option to choose from here.
GABARITO "C"

Read the following text to answer the next three questions.

1 The BBC, Britain's mammoth public-service broadcaster, has long been a cause for complaint among its competitors in television, radio and educational and magazine publishing. Newspapers, meanwhile, have been
4 protected from it because they published in a different medium.

That's no longer the case. The Internet has brought the BBC and newspapers in direct competition — and the BBC looks like coming
7 _________ best.

The success online of Britain's lumbering giant of a public-service broadcaster is largely down to John Birt, a former director-general who
10 "got" the Internet before any of the other big men of British media. He launched the corporation's online operations in 1998, saying that the BBC would be a trusted guide for people bewildered by the variety of online
13 services.

The BBC now has 525 sites. It spends £15m ($ 27m) a year on its news website and another £51m on others ranging from society and culture
16 to science, nature and entertainment. But behind the websites are the vast newsgathering and programme-making resources, including over 5,000 journalists, funded by its annual £2.8 billion public subsidy.

19 For this year's election, the news website offered a wealth of easy-to use statistical detail on constituencies, voting patterns and polls. This week the BBC announced free downloads of several Beethoven symphonies
22 performed by one of its five in-house orchestras. That particularly annoys newspapers, whose online sites sometimes offer free music downloads — but they have to pay the music industry for them.

25 It is the success of the BBC's news website that most troubles newspapers. Newspapers need to build up their online businesses because their offline businesses are flagging. Total newspaper readership has fallen
28 by about 30% since 1990 and readers are getting older as young people increasingly get their news from other sources — principally the Internet. In 1990, 38% of newspaper readers were under 35. By 2002, the figure had
31 dropped to 31%.

Adapted from "Old News and a New Contender", **The Economist**, June 18th 2005, p. 27-8.

(Diplomacia – 2006) Choose the option that fills in the following blank with the correct preposition. "... and the BBC looks like coming ____ best." (R.6-7)

(A) at
(B) on
(C) by
(D) over
(E) off

A: Incorrect – "At best" means "in the best possible hypothesis";
B: Incorrect – "To come on" means "to progress". In the text, the emphasis is not on the BBC's progress, but rather its success and achievements;
C: Incorrect – "To come by" means to "acquire" something or to "find" something by accident;
D: Incorrect - "To come over" means to "visit" or to "appear" (my remark came over wrong = my remarks sounded bad/offensive). As the sentence structure is "look like", which also means "appear", it would be inappropriate to use another collocation with the same meaning immediately after it;
E: Correct – "To come off best" is an idiomatic expression that means "to be successful".
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2006) In the text,

(A) "mammoth" (R.1) means ancient.
(B) "lumbering" (R.8) means expanding.
(C) "bewildered" (R.12) means angry.
(D) "annoys" (R.22) means upsets.
(E) broadcasting (as in BBC) means journalism.

A: Incorrect – "Mammoth" means "large" or "vast";
B: Incorrect – "Lumbering" means "massive" or "colossal";
C: Incorrect – "Bewildered" means "overwhelmed" or "perplexed";
D: Correct – "Annoy" means "upset" or "irritate";
E: Incorrect – "Broadcasting" is used for the transmission via TV or radio airwaves of ANY information, not necessarily journalistic, to the general public.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Choose the correct statement, according to the text.

(A) Mr. Birt's headstart made the success of the BBC on the Internet a cinch.
(B) Readership of British newspapers is graying because young cohorts flock to other media
(C) The BBC's success on the Internet is due to its being a state monopoly.
(D) State ownership of the BBC smothers the competition on the Internet.
(E) The BBC's venture into site creation sought to rein in the Internet's content.

A: Incorrect – "A cinch" means "very easy". On lines 14 to 18, the text reveals how complex BBC's Internet operations are;
B: Correct – "Graying" means "losing its advantage", while "cohorts" refers to the percentage of young people that have shown a preference (flock = move in large numbers) for other media. With this, the answer is consistent with the text, on lines 28 and 29, which states that "young people increasingly get their news from other sources — principally the Internet";
C: Incorrect – On lines 8 to 10, the BBC's success is not attributed to its status as a state monopoly, but rather to Mr. Birt's commercial foresight;
D: Incorrect – On lines 25 and 26, the competition, newspapers in this case, are mostly troubled by the success of the BBC's news website and not the fact that it is owned by the state;
E: Incorrect – On lines 11 to 13, the aim of the venture was not to rein in Internet content, but rather to provide people with a "trusted guide", especially for those "bewildered by the variety of online services."
GABARITO "B"

Read the following text to answer the next three questions.

1 Today, Ramses II's burial site, the Ramesseum, is a vacant and
rather sad place. The heads have been struck off the Osirian pillars.
Fallen stones and broken sculptures lie scattered like the cast-off
4 playthings of a young giant.
"Ozymandias" was one name for Ramses II. It was by this
name that the Romantic poet Percy Shelley referred to one of the
7 damaged statues, in his sonnet of that title. Shelley describes a stone
colossus, put up by a mighty ancient emperor in a bid for posterity:
And on the pedestal these words appear:
10 *"My name is Ozymandias, king of kings,*
Look on my works, ye Mighty, and despair!"
Nothing beside remains. Round the decay
13 *Of that colossal wreck, boundless and bare,*
The lone and level sands stretch far away.
The words of Shelley's broken colossus speak of the fragility
16 and impermanence of empires and manmade things.
Written in 1818, when Britain's global hegemony was greater
than ever before, "Ozymandias" expressed a timely and moving
19 indictment of empire. The Napoleonic Wars had left Britain
triumphant. But they had also left it with massive debts, widespread

unemployment, huge numbers of demobilized soldiers, industrial
22 discontent, and a visibly unrepresentative Parliament in need of reform. The "Peterloo massacre" of 1819, at which soldiers opened fire on an apparently peaceful workers' rally at St. Peter's Fields in
25 Manchester, pointed to the uglier possibilities of the peace. It looked as if just the things that Napoleon had represented might be visited on Britain, too. "Ozymandias" held a mirror up
28 ________Britain that reflected a frightening image ________.

Adapted from Jasanoff, Maya. **Edge of empire: lives, culture, and conquest in the East, 1750-1850**. N. York: Alfred A. Knopf, 2005. p. 261.

(Diplomacia – 2006) In the text, "*level*" (*l*.14) means

(A) barren.
(B) molten
(C) even.
(D) infinite.
(E) rolling.

A: Incorrect – "Barren" means "desolate" and "empty";
B: Incorrect – "Molten" is the past participle or "melt", which means "liquefy" or "turn into liquid";
C: Correct – "Even" means "smooth", "flat" and "level";
D: Incorrect – "Infinite" means "never-ending" or "endless";
E: Incorrect – "Rolling" means "hilly" or "undulating".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2006) In the context of the last paragraph, the phrase "visited on Britain, too" (*l*.27) suggests that

(A) the effects of the Napoleonic Terror would extend to Britain.
(B) Napoleon's example would instill hubris into British society.
(C) workers in Manchester would rally around the liberal values Napoleon represented.
(D) the British would fall victim to imperialist overreach
(E) antiliberal government would take root in Britain.

A: Incorrect – The effects would not be from his terror, but rather from his style of government;
B: Incorrect – "Hubris" means "arrogance" or "self-pride". The fact that the soldiers, who represent the State, shot at peaceful workers suggest that Napoleon's form of government was to be instilled, not his arrogance;
C: Incorrect – The fear was not of workers embracing liberal values, but rather that the State would stifle such values;
D: Incorrect – On line 24, the text explains that it is "the things that Napoleon had represented" that would be visited on Britain. Napoleon did not run an imperialist administration; Britain did. The fear was of what Napoleon represented, not Britain;
E: Correct – The fear was that Napoleon's antiliberal style of government would become the norm in Britain.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2006) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of prepositions that fill in the blanks.

"Ozymandias" held a mirror up_______Britain that reflected a frightening image _________.

(A) at – back
(B) for – over
(C) for – back
(D) to – over
(E) to – back

A: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". "Back" is correct;
B: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". Mirrors cannot reflect images "over" something. At best, a mirror can reflect a light over something;
C: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". "Back" is correct;
D: Incorrect – Mirrors cannot reflect images "over" something. At best, a mirror can reflect a light over something. "To" is correct;
E: Correct – "To hold a mirror up to" something is a common collocation meaning "to show a mirror to" or "to place a mirror in front of" something. An image is reflected "back" from a mirror – another common collocation.
GABARITO "E"

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao

mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006) É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **Os Sertões**.

Choose the most adequate rendering into English of the above excerpt from Euclides da Cunha's Os Sertões.

(A) He is primitive Man, garrulous and strong, but at the same time naïve, prone to be in the grip of the most outrageous superstitions. An analysis of these shall reveal a mix of distinct emotional stages.

(B) He is the primitive individual, bold and strong, but at the same time credulous, readily permitting himself to be led astray by the most absurd superstitions. An analysis of these will reveal a fusion of different emotional stages.

(C) He is man at his most primitive, brazen and strong, but at once credulous, easily beholden to superstitions most absurd, an analysis of which shall reveal a fusion of distinct emotional states.

(D) He is the primitive individual, audacious and strong, but at once naïve, prone to be unwittingly taken in by the most brazen superstitions. An analysis of those will reveal a mix of molten distinct emotional states.

(E) He is the primitive individual, brazen and strong, though at once credulous, prone to be cinched by the most outrageous superstitions. An analysis of these will reveal a fusion of diverse emotional stages.

A: Incorrect – It has the following problems: At once = immediately; Garrulous = talkative; In the grip = controlled by; Shall = contractual language;
B: Correct;
C: Incorrect - It has the following problems: Most primitive = changes the meaning of the original; Beholden = obliged; Superstitions most absurd = Portuguese structure;
D: Incorrect - It has the following problems: At once = immediately; Brazen superstitions = changes the meaning (brazen = audacioso); Those = used to refer to things in a previous paragraph or outside the text; Molten = used for steel or metals;
E: Incorrect - It has the following problems: Though = adding words that are not in the original; To be cinched = odd structure with the word "cinch" (cinch = easy task).

GABARITO "B"

Text I

A taxing battle

Nobody wants to pay taxes. No wonders, then, that so many companies spend so much effort trying to avoid them. Almost every big corporate scandal of recent years, from Enron to Parmalat, has involved tax-dodging in one form or another.

In the latest revelation on January 26th, Dick Thornburgh, the man appointed to look at the collapse of World-Com, released a report claiming that, as well as the slew of other crooked dealings of which the bankrupted telecoms company is guilty, it also bilked the Internal Revenue Service (IRS) of hundreds of millions of dollars in taxes through a tax shelter cooked up by KPMG, its auditor.

Tax authorities around the world rightly fret that such cases are the tip of a large iceberg, and they are starting to act. In America, home to many of the best-known corporate-tax scams of recent years, the Bush administration has announced a series of anti-tax-dodging measures in its new budget, which will be presented to Congress on February 2nd, including an extra $300 million to boost enforcement and the shutting of corporate-tax dodges that could bring in, it reckons, up to $45 billion over the next ten years.

The Economist, January 31st – February 6th, 2004, p. 71 (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) Judge if each item below presents a correct rewriting of the information contained in lines 6 to 12 of text I.

(1) In the latest revelation on 26th January, Dick Thornburgh, the man nominated to examine the fall of Word-Com, delivered a report saying that, as well as a lot of other dishonest transactions of which the insolvent telecoms company is blameworthy, it also swindled the International Revenue Service (IRS) out of hundreds of millions of dollars in taxes by means of a tax shelter dishonestly invented by KPMG, its auditor.

(2) In the last revelation on 26th, Dick Thornburgh, the man accredited to look into the breach of World-Com, reported that, as well as a slew of other false dealings for which the undetermined telecoms companies are to be criticized, it also defrauded the International Revenue Service (IRS) of heaps of dollars through a tax cover created by KPMG, its accountant.

(3) In the latest revelation, Dick Thornburgh, the man in charge of evaluating the failure of World-Com, issued hearsay evidence stating that, not only many other crooked dealings are to be attributed to broken telecoms company, but that it also deprived the International Revenue Service (IRS) of great sums of dollars using a tax device invented by KPMG, its auditor.

1: Correct – The vocabulary used here reflects that of the original text; dishonest transactions (crooked dealings), blameworthy (guilty), swindled (bilked), dishonestly invented (cooked up);
2: Incorrect – The vocabulary does **not** reflect that of the original text: breach (to tear or to break a rule), undetermined (unknown or undecided);
3: Incorrect -The vocabulary does **not** reflect that of the original text: failure (to not work correctly) this is not a good synonym for bankrupted, hearsay evidence (unverified or based on a rumor).

GABARITO 1C, 2E, 3E

(Diplomacia – 2004) Still in relation to text I, judge the following items.

(1) The expression "fret that such cases are tip of a large iceberg" (lines 13-14) means that **many other similar cases have been found**.

(2) The substitution of the phrase "slew of" (line 9) and the verb "boost" (line 19) by **mess of** and **soar** respectively would keep the same semantic and syntactic relations as those presented in the text.

(3) The author's purpose is to show that governments around the world are scrabbling for scarce corporate taxes.

(4) According to the graphic, from 1970 to 2001, accumulated corporate income tax receipts in North American countries displayed better results than European ones.

1: Incorrect – This expression means that there may be many more cases to emerge;
2: Incorrect – Slew means a large amount. Boost means to raise or increase. Mess of (noun) means to be in disorder. Soar (verb) means to increase rapidly (intransitive verb);
3: Correct – Scrabbling for scarce corporate taxes means to desperately get hold of limited amounts of corporate taxes. The evidence comes in paragraph 3, 'tax authorities around the world rightly fret…….they are starting to act". "Fret" suggests an idea of desperation. This question relies on knowing the word scrabbling and to assume that they are regarded as scarce;
4: Incorrect – The graph shows that there has been a drop in the US' tax receipts, while Canada has shown no change whatsoever. In Europe, all but Germany showed an increase. Therefore, the accumulated result is higher in Europe.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E

Text II

The world's major economies are _________(1) and 2004 looks likely to be the best growth year for the United States since the bubble __________(2). There are signs that Japan and Germany may finally be turning the corner after years of __________(3). Yet doubt still hangs over the big economies like a cloud, producing an increasingly joyless recovery. As global chieftains gather this week at the World Economic Forum in Davos to mull over the theme of prosperity and security, they are finding that prosperity is returning most brightly outside the major markets, in places like China, Southeast Asia end even parts of Latin America and Africa. There is still plenty of talk of bubbles and overheating in some emerging markets, but not all markets are created equal, and a pack of bulls believes a new golden age is falling on these countries as a whole. "This is turning out to be the best period for emerging markets since 1993," says Ruchir Sharma, co-head of global emerging markets at Morgan Stanley.

The economic forecasters back up the bulls. Southeast Asia is predicted to grow faster than 6 percent, Russia and Poland more than 5 percent, Africa better than 4 percent, and even beleaguered Latin America is expected to rise above 3 percent. According to Global Insight's research, the growth rebound will be most dramatic in current or former pariah economies: Venezuela will snap back from a 10 percent recession in 2003 to top 5 percent this year, and growth in war-torn Iraq will jump from negative 21.2 percent to a positive 39.7 percent.

Newsweek, January 26th, 2004 (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) Considering the ideas and expressions found in text II, judge the following items.

(1) Blanks numbered 1, 2 and 3 can be properly filled in with **picking up, burst** and **sluggishness** respectively.

(2) From the text, it can be inferred that the global recovery is oddly joyless in big markets, newly confident in emerging ones.

(3) According to the economic forecasters, in 2004 Southeast Asia will grow faster than Russia, which will grow more than Africa and Latin America. Venezuela will decrease 5 percent this year and Iraq will jump 60.9 percent from 2003 to 2004.

1: Correct – Picking up means improving; burst means collapsed and forms a common collocation with bubble burst. Sluggishness means listless or lacking vitality;
2: Correct – Oddly means strangely. There is still a cloud over the big economies, i.e. depression or lack of joy. This is strange as one would expect the big economies to be booming. It is made even stranger by the fact that the emerging economies are 'returning most brightly', i.e. performing well;
3: Incorrect – Southeast Asia will grow faster than Russia and will grow more than Africa and Latin America, but Venezuela will 'top 5%', i.e. exceed 5%. The statement on Iraq is correct.

GABARITO 1C, 2C, 3E

Text III

Every year forests four times the size of Switzerland are lost because of clearing and degradation. In the 1980's, an average of 38 million acres of tropical forest were destroyed each year. Those trends have shown no signs of decreasing in the 1990's. Subsistence farming, unsustainable logging, unsound development of large-scale industrial projects, and national policies that distort markets and subsidize forest conversion to other uses are causing deforestation worldwide, from Cambodia to Colombia, from Cameroon to western Canada and the Western United States.

The loss of forests has major implications for the world. Forests are home to 70 percent of all land-living animals and plants. They replenish the Earth's atmosphere and provide the planet with fresh air by storing carbon and producing oxygen. They help filter pollution out of the water and protect against flooding, mudslides and erosion. Forests provide timber, medicines, food and jobs.

The United States has an enormous stake in the sustainable management of the world's forests. We are a major forest products importer and exporter. Our growing pharmaceutical and food processing industries have a vested interest in protecting the source materials for new medicines, pharmaceuticals, and flood additives. Forests and their ability to absorb carbon dioxide lower the rate of global climate change.

The president of the United States has committed to the goal of achieving sustainable management of our forests by the year 2004. And the State Department and other agencies have been working closely with our global partners to slow deforestation around the world.

Document from the US Sate Department (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) In relation to the text above, judge the following items.

(1) In line 6, the world "unsound" means **unheard**.

(2) In line 13, the world "replenish" is synonymous with **fill up**.

(3) In line 18, the phrase "an enormous mistake" indicates that the United States is facing huge financial losses to keep up the sustainable management of the world's forests.

(4) In lines 21-22, the phrase "a vested interest in protecting' can be correctly replaced by **a particular reason to protect**.

(5) The text can be associated with the following statement: "The leaves of the trees are for the healing of the nations".

(6) The main idea of the text can be correctly said to be: The problem of deforestation seems to overcome the human capability of finding a final solution to it. Lots of economic interests prevail over the unquestionable need to control the sensible use of the forests worldwide. Forest management turns out to be a crucial factor not only for rural but also for urban life. The effect of the pharmaceutical industry on forest resources is rather than alarming, and that is the reason why the USA is so keen on trying to maintain the sustainable management of the world's forests.

1: Incorrect – Unsound means either not strong or not logically valid. Unheard of means not listened to, not heard or unknown (unheard of);
2: Correct - The phrasal verb fill up is a good synonym for replenish in this context;
3: Incorrect – The phrase in the text is 'an enormous stake' meaning large scale involvement/interest in forest management;
4: Correct – To have a vested interest means to have a special or particular reason for wishing to protect or sustain something as it is to you advantage;
5: Correct – This is true due to the references to how forests aid the earth's atmosphere and provide fresh strong air. There is a wider idea here that trees compensate for some of the damage nations do to themselves through polluting activities;
6: Incorrect - The following vocabulary in the statement is incorrect: 'deforestation seems to overcome the human capability of finding a solution to it'. This is overstated. The text discusses how the President is committed to achieving sustainable forest management. The use of 'alarming', i.e. worrying is untrue as it is not stated in the text.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

Text I

Diplomacy, the conduct of inter-state relations, is an old business, and has remained surprisingly constant across three millennia and five continents. Despite vast changes in its social and economic context, its goals and methods have remained strikingly similar over time, so as the shape of the character of the people active in it.

Perpetually, it has the same core activities: representation, negotiation, observation, reporting, analysis and policy advice. Its meat and drink is politics, trade promotion, economic relations, and consular protection. But nowadays, its scope has widened to cover the whole range of government business in a global society.

The diplomat operates in a field of tensions, between war and peace, depending on the relations between the sending and receiving state. He must be adaptable to both. Psychologically, he is always located somewhere along this spectrum, part man of peace, seeking a productive balance of interests, part man of power, seeking national advantage in the global struggle.

He is by nature ambiguous: a voyager between two worlds, an interpreter between alien cultures, a man who can see both points of view and find common ground. He is a front-line officer who risks being shot in the chest or in the back.

Internet: <http://www.diplomat21.com/diplomacy/necessity.htm> (with adaptations).

(Diplomacia – 2003) It can be inferred from the text I that

(1) diplomatic concerns are restricted to intra-state relations.

(2) diplomacy has been present all over the world for centuries on end.

(3) diplomacy has never experienced any kind of changes in its activities.

(4) diplomatic activity includes political advice.

(5) the diplomat is always subject to tensions, having to decide between war and peace.

1: Incorrect – In the second paragraph, the text explicitly reveals that the scope of diplomatic concerns "has widened to cover the whole range of government business in a global society", thus they were not restricted;
2: Correct – In the first paragraph, the text explicitly reveals that diplomacy "has remained surprisingly constant across three millennia";
3: Incorrect – In the second paragraph, the widening of the scope is a change to the activities of diplomacy;
4: Correct – In the second paragraph, politics is considered part of its meat and drinks (essential parts), while policy advice is considered a core activity;
5: Incorrect – In the third paragraph, diplomats work under tense circumstances, but do not decide between war and peace. Sometimes the context in which they work could be times of war or times of peace, but the decision-making power for war and peace is not, according to this text, up to diplomats.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2003) Based on text I, judge the following items.

(1) The diplomat sometimes has to face contradictory situations.

(2) The diplomat must be ready to compromise.

(3) Both as man of peace and as a man of power the diplomat has the same goals.

(4) The diplomat should be familiar with foreign cultures.

(5) Diplomacy can be a risky activity.

1: Correct – In the third and fourth paragraph, the text verifies the dichotomy of the nature of the job, oscillating between contradictory issues, such as war and peace, peace and power, risks of being shot in the chest (suggesting confrontation) and shot in the back (dishonesty or deceit);
2: Correct – In the third and fourth paragraph, respectively, the text confirms compromise (negotiate to reach agreement) for diplomats, as they seek "a productive balance of interests", and "find common ground";
3: Incorrect – In the third paragraph, the text shows that the goals as a man of peace are to seek "a productive balance of interests", and that diplomats as men of power seek "national advantage in the global struggle" – both very different goals;

4: Correct – In the fourth paragraph, the text confirms that a diplomat should be "a voyager between two worlds, an interpreter between alien cultures"; hence, he must have knowledge of foreign (alien) cultures;
5: Correct – In the fourth paragraph, a diplomat is considered "a front-line officer who risks being shot in the chest or in the back". The risk of being shot makes this a risky activity.

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4C, 5C

Text II

It has become clear that preventive diplomacy is only one of a class of actions that can be taken to prevent disputes from turning into armed conflict. Others in this class are preventive deployment of military and(or) police personnel; preventive humanitarian action, for example, to manage and resolve a refugee situation in a sensitive frontier area; and preventive peace-building, which itself comprises an extensive menu of possible actions in the political, economic and social fields, applicable especially to possible internal conflicts.

All these preventive actions share the following characteristics: they all depend on early warning that the risk of conflict exists; they require information about the causes and likely nature of the potential conflict so that the appropriate preventive action can be identified; and they require the consent of the party or parties within whose jurisdiction the preventive action is to take place.

The element of timing is crucial. The potential conflict should be ripe for the preventive action proposed. Timing is also an important consideration in peace-making and peace-keeping. The prevention, control and resolution of a conflict is like the prevention, control and cure of a disease. If treatment is prescribed at the wrong moment in the evolution of a disease, the patient does not improve, and the credibility of both the treatment and the physician who prescribed it is compromised.

Internet: <http://www.un.org/Docs/SG/SG-Rpt/ch4b.htm> (with adaptations).

(Diplomacia – 2003) From text II, it can be deduced that

(1) preventive diplomacy has just been considered the only possible action to avoid war.
(2) military actions will necessarily lead to armed conflict.
(3) many problems involving refugees occur in frontier areas.
(4) preventive peace-building demands several types of action.
(5) preventive diplomatic actions should rely on previous intelligence.

1: Incorrect – In the first paragraph, preventative diplomacy is considered "only one" of a class of actions to prevent war from taking place. There are others;
2: Incorrect – In the first paragraph, the type of military deployment (dispatch or sending) is "preventative", thus suggesting that armed conflict may be avoided;
3: Incorrect – There is nothing in the text that confirms that "many" refugee situations occur in frontier areas. This can be inferred from common knowledge involving refugee situations, but the text has no explicit mention of this;
4: Correct – In the first paragraph, the text explicitly affirms that preventive peace-building "comprises an extensive menu of possible actions in the political, economic and social fields", thus confirming the demand for several types of action;
5: Correct – In the second paragraph, the text explicitly states that preventative diplomatic actions "all depend on early warning that the risk of conflict exists". Early warning suggests previous intelligence.

GABARITO Nosso 1E, 2E, 3E, 4C, 5C
GABARITO Oficial 1E, 2E, 3C, 4C, 5C/

(Diplomacia – 2003) Based on text II, it can be concluded that

(1) preventive diplomacy demands just two conditions to succeed.
(2) preventive diplomacy usually deals with armed conflicts.
(3) in any case, the sooner preventive actions are implemented the better.
(4) the resolution of a conflict can be compared to the cure of a disease.
(5) the physician and the diplomat both play the same role in armed conflicts.

1: Incorrect – In the second paragraph, the text lists at least three conditions for success: 1) they all depend on early warning that the risk of conflict exists;
2) they require information about the causes and likely nature of the potential conflict; and 3) they require the consent of the party or parties within whose jurisdiction the preventive action is to take place;
2: Incorrect – In the first paragraph, the texts confirms other issues that preventative diplomacy deals with, such as humanitarian action, for example;
3: Incorrect - In the third paragraph, the text makes several references to "timing", but it does not state that such "timing" should be earlier. Prevention, control and resolution of a conflict at the wrong time could prove risky to those involved, but there is no confirmation that actions should be implemented earlier;
4: Correct – In the third paragraph, such a comparison is actually present in the text, affirming that "If treatment is prescribed at the wrong moment in the evolution of a disease, the patient does not improve, and the credibility of both the treatment and the physician who prescribed it is compromised";
5: Incorrect – Despite the comparison between preventative action and disease in the third paragraph, in armed conflicts, the text does not affirm that the physician will perform the same role as a diplomat. One can assume that physicians will be focused on healing the injured, while diplomats will be focused on helping restore peace.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of preposition to fill the blanks:

_____ the bottom of French society, the poor sank deeper _____ misery and degradation.

Between a third and a half of the people of France lived _____ the margin of subsistence, spending as much as 80 percent of their income_____food alone. The numbers of the poor multiplied. Homelessness increased. Public roads were thronged_______beggars, abandoned children, broken families, and able-bodied men without work.

(A) by / out of / below / for / by.
(B) in / into / at / in / by.
(C) from / under / by / with / for.
(D) at / in / near / on / with.
(E) across / from / over / with / with.

A, B, C e E: Incorrect;
D: Correct - This is the only correct pattern possible from the choices available: At the bottom, sank deeper in misery, lived near the margin, spending on, thronged (full of) with.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of words to fill the blanks:

In 1739, a bizarre_______ called the War of Jenkins' Ear began between Britain and Spain.

This was a commercial __________ that grew ________ one of the first Jingo-wars in modern

History. It started after Spanish officials _________ an English interloper named Captain Robert

Jenkins by cutting off his ear. Captain Jenkins presented the __________ ear to Parliament in a handsome mahogany box. It became a cause of war between two great powers.

(A) episode / war / out of / killed / missing.
(B) event / wrangling / towards / disfigured / removed.
(C) conflict / dispute / into / mutilated / severed.
(D) passage / rivalry / through / amputated/amputated.
(E) incident /disagreement / during / offended / other.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – In terms of the best collocation and meaning, this is the only option possible. Grew into means developed.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

For most of the past year, investors ___________ (assume) that ___________ (be) Argentina to default on its debts, Brazil ___________ (follow) suit. Yet this week they _____________ (appear) to have second thoughts. With Argentina closer than ever to default, Brazil's financial markets and its currency __________ (soar) to their highest levels since before September 11th.

(A) assumed / was / following / were appearing / soar.
(B) Have assumed / is / will follow / are appearing / soar.
(C) Assumed / were / would follow / appear / soaring.
(D) Assumed / were / followed / appear / are soaring.
(E) Have assumed / were / would follow / appeared/ soared.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – As the text says, 'for most of the past year' implies that the period has not yet finished. Last year would clearly be past; past year can include the current year. This idea requires the present perfect, i.e. I have been busy this week. Were + subject + to infinitive is used as a 2nd conditional inversion and replaces; if + subject + simple past. Would is used again as a conditional - we are imagining a hypothetical situation. The verb appear cannot be used in the present perfect, even though we have the expression – this week – as it a state verb. Soared is used as it reflects an action that is completed.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Select the correct replacements for the words in **bold** type:

The Securities & Exchange Commission has issued a warning that it is investigating a rumour of fraud in stock trading. A leading London broker apparently transferred large quantities of top-performing stock to a partner firm following an attempt by a rival company to assume control of the broker. The Commission is calling for those in the know to volunteer.

(A) put forward / coming across / turned out / take up / step down.
(B) put out / breaking into / ran across / run down / step out.
(C) given out / looking into / made over / take over / come forward.
(D) turned out / bringing up / made off with / break up / make out.
(E) put out / checking up on / made over / take on / let out.

A: Incorrect - Put forward means to propose / coming across means to find accidentally / turned out means to occur, to happen, to be present at an event / take up means to continue, to start / to step down means to leave an important position;
B: Incorrect - Put out means to extinguish, to issue / breaking into means to enter illegally / ran across means to meet accidentally / to run down means to reduce in size, to lose power / to step out means to leave for a short period;
C: Correct – In terms of use of language, you do not put forward a warning, put out a warning or turn out a warning. Looking into is the closest definition for investigating. Made over is to transfer ownership, take over is to take control of something and to come forward is to volunteer;
D: Incorrect - Turned out means to produce / bringing up means to raise a subject, or a person / made off with means to steal / break up means to separate / make out means to understand, to write a cheque;
E: Incorrect - Put out means to extinguish, to issue / check up on means to verify, supervise / made over means to transfer ownership / to take on means to adopt, to confront / to let out means to slacken, to be allowed to avoid something unpleasant.
GABARITO "C"

Read the following text and complete the exercise:

Inside the valley of fear

The Fergana Valley is sometimes called the tinderbox of Central Asia. In the streets of Namangan, the eye can pick out bits of tinder. The Muslim men in their traditional black pillbox hats look down on miniskirted young girls. The dour, functional government offices overlook bustling, sprawling oriental bazaars. This could pass for a scene of tolerant multiculturalism, except that at every street corner stand groups of grey-uniformed police. On the 190-mile road from Tashkent, this correspondent's car was held up on ten occasions at checkpoints guarded by Kalashnikov-toting soldiers.

After the Soviet Union broke up in 1991, there was an explosive religious revival in the valley. Militant Islamic factions following the strict teachings of the Arabian Wahhabi set up their own security force, demanding the imposition of sharia law and a share of power. They gained a huge following at the expense of moderate Muslim groups.

The timeless, bucolic appearance of the countryside, with its neat apricot orchards, villages of low white houses and winding roads lined with mulberry trees to feed the silkworms, belies the harsh reality. In return for their produce, farmers are paid by the State up to a year late and then only in grain and cooking oil. The State decides what crops they grow, and the harvest is turned over to officials – a much resented practice retained since Soviet times.

Adapted from The Economist, 10 November 2001

(Diplomacia – 2002) The underlined verbs in the text mean, respectively:

(A) select / represent / stopped / separated / created.
(B) distinguish / be considered / halted / disintegrated / established.
(C) discard / be interpreted as / threatened / fractured / formed.
(D) reject / be mistaken for / investigated / dismembered / instituted.
(E) see / seem / delayed / crumbled / disbanded.

A: Incorrect – Select means to choose, while pick out means to identify or distinguish;
B: Correct - Pick out means distinguish / pass for means to be considered / held up means halted / broke up means disintegrated / established means set up;
C: Incorrect – Discard means to throw away, while pick out means to distinguish or identify;
D: Incorrect – Reject means to decline or discard, while pick out means to distinguish or identify;
E: Incorrect – Disbanded means to separate a group, while set up means to establish.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) The text suggests that the Fergana Valley:

(A) is a haven for peaceful cohabitation.
(B) is governed by sharia law.
(C) is run by Muslims.
(D) has a thriving agricultural community.
(E) is a potential trouble spot.

A: Incorrect - This is contrary to the idea of policemen on every block, rockblocks with soldiers, the rivalries between different Muslim factions and the resentment of the farmers towards the state;
B: Incorrect - The militant Islamic factions demanded sharia law – it is not stated if this was indeed granted;
C: Incorrect - Not clear. We know that the area is still controlled by the state. Whether the state is run by Muslims is not clarified in the text;
D: Incorrect – There is no evidence that agriculture is thriving;
E: Correct - By referring to 'tinder', which means something inflammatory or dangerous and as the valley is sometimes called the 'tinderbox' of Asia. Tinderbox refers to a potentially explosive place or situation.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) In the text:

(A) the drab office buildings contrast with the messy markets.
(B) the farmers are paid twice for their produce.
(C) the guards at the roadblocks wave rifles in the air.
(D) the streets of Namangan are dangerous.
(E) the bazaars are not functional.

A: Correct - The word dour means gloomy or harsh. It gives the idea of being drab (gray or dull). This is contrasted with the sprawling markets. Sprawling means spreading in different directions in an unplanned/messy style;
B: Incorrect - Turned over in this context means given to or delivered to;
C: Incorrect - Toting means to carry. There is no connotation of them waving the rifles in the air;
D: Incorrect - Not necessarily as there are police on every corner to maintain the peace;
E: Incorrect - The words bustling means busy with activity, and sprawling means spreading in different directions in an unplanned or messy style.
GABARITO "A"

Read the following text and complete the exercise:

Even before the terrorist attacks, the financial system was under duress. Banks were wobbling under a pile of bad loans that had doubled in a year to $192 billion. Hedge-fund stars such as George Soros and Julian H. Robertson Jr. had self-destructed. Mutual-fund investors had deserted equities. And online brokers were limping from the dramatic fall in trading, while their traditional rivals were struggling to make profits form dirt-cheap commissions.

(Diplomacia – 2002) Select replacements for the words in **bold** type:

(A) siege / crushed / emptied / hurting / seeking
(B) pressure / staggering / quit / reeling / striving.
(C) pressure / engulfed / abandoned / hurting / trying.
(D) hardship / tottering / quit / faltering / vying
(E) hardship / wavering / abandoned / bankrupt / vying.

A: Incorrect - Under siege would be too physical, crushed is too strong, emptied does not mean to leave, seeking does not have the same connotation of effort as striving;
B: Correct – Under pressure or under duress, wobbling and staggering meaning to be unsteady, to desert means to leave or to quit, reeling means thrown off balance or staggering, struggling means striving to make great efforts to achieve something;
C: Incorrect - Pressure is fine, engulfed (usually engulfed by flames) covered is too strong, abandoned is a good synonym for deserted, hurting can work here as a synonym for limping. Trying does not have the same strength as struggling;
D: Incorrect - Hardship means suffering or privation. It is not common to collocate under hardship. Tottering is a good synonym for wobbling, quit can work as a synonym here for deserted. Faltering does not mean damaged or injured it means to be hesitant or unsteady, vying means striving or competing and would work in this context for struggling;
E: Incorrect - Hardship means suffering or privation. It is not common to collocate under hardship. Wavering means to be indecisive but is used in the context of making a decision or being resolute and not to be 'wavering under a pile of bad debts'. Abandoned is a good synonym for deserted, bankrupted is too strong here, this would imply they were no longer able to trade at all, vying means striving or competing and would work in this context for struggling.
GABARITO "B"

Read the following text and complete the exercise:

After researchers identify a viral target, they can enlist various techniques to find drugs that are able to perturb it. Drug sleuths can, for example, take advantage of standard genetic engineering (introduced in the 1970s) to produce pure copies of a selected protein for use in drug development. They insert the corresponding gene into bacteria or other types of cells, which synthesize endless copies of the encoded protein.. the resulting protein molecules can then form the basis of rapid screening tests: only substances that bind to them are pursued further.

(Diplomacia – 2002) In the text:

(A) enlist (line 1) means to catalog
(B) sleuths (line 2) means assays.
(C) synthesize (line 6) means to streamline.
(D) screening (line 7) means visualizing.
(E) to pursue (line 8) means to investigate.

A: Incorrect - Enlist means to engage the support of. Catalog means to make an itemized list of something;
B: Incorrect - Sleuths means detectives (noun). Assays (verb) means to examine or analyze;
C: Incorrect - Synthesize means to combine to form a new product. Streamline means to reorganize in a manner which simplifies or makes something appearance or efficiency;
D: Incorrect - Screening means an examination done to detect unwanted particles. Visualizing means to form a mental image;
E: Correct - To pursue (track, trail) and to investigate are good synonyms in this context.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

Using the mouse, I_______ on the area of the video screen where I wanted the robot to go. The machine's motors __________ loudly as they turned the wheels, first pointing the robot in the right direction and then _________ it to the indicated spot. Then I _______ a tougher challenge: I ________ the machine to smash into the wall on the other side of the room. Fortunately for the robot, it stopped just shy of the wall, ______ my destructive intentions.

(A) pushed / banged / casting / plotted / ordered / finishing.
(B) pointed / whirred / sending / proposed / directed / evading.
(C) clicked / whirred / driving / devised / directed / thwarting.
(D) pointed / screeched / driving / invented / told / frustrating.
(E) clicked / buzzed / moving / devised / told / forgetting.

A: Incorrect – Push is not commonly collocated with mouse;
B: Incorrect – Direct is not collocated this way;
C: Correct – Clicked is the most accurate verb for a mouse and it fits with the preposition on. The sound of a motor is most closely associated with whirred. Driving is the most appropriate word in terms of driving the robot in the right direction. Devised meaning invented or came up with is best here. Directed is the best option in terms of directing a mechanical object. Thwarting (preventing) is the best option here in terms of thwarting the driver's intentions;
D: Incorrect – Point on is not the correct collocation in English;
E: Incorrect – Forgetting does not collocate with robots.
GABARITO "C"

Read the article below and answer the questions that follow:

To bludge or not to…

Is Helen Clark, New Zealan's Prime Minister, a bludger? Conservative opposition leader Jenny Shipley thinks so. She bluntly accuses Labour's leading light of playing silly bludgers with the nation's security. Convinced that New Zealand does not really have any enemies, Ms. Clark plans to abolish most of its air force, including the Skyhawk fighter jets. This is the "bludger's option," says Mrs. Shipley. "Cuts, isolation, and bludging," whinged the National party's Max Bradford. "A peacenik pandering to pacifists." But Ms. Clark was having none of it. The 31-year-old planes had never fired guns in anger, she said, although they once buzzed an errant fishing boat. U.S.-made replacements were far too expensive and not needed, she told parliament. "Is the difference between being a bludger and not being a bludger whether you have 17 clapped-out Skyhawks?"

This is a difficult question to answer without first defining terms. To bludge is to cadge, scourge or shirk responsibilities. A bludger is a hanger-on or a loafer. Mrs. Shipley was implying that, under Labour's plan, New Zealand would have to depend on Australia for its defence. The critics recalled the importance of air power during the battle of Crete or bemoaned the demotion of the armed services to fishery patrols and other people's peacekeeping. Ms. Clark is probably correct in assuming that no invasion by Indonesia is imminent, and she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study.

As the debate rages on, a retired defence force chief, Sir Somerford Teagle, summed up New Zealand's dilemma in plaintive terms: "Here we are, sitting in the ocean, all alone." There is no arguing with that.

Adapted from The Guardian Weekly, May 17-23 2001

(Diplomacia – 2002) In the text, **bluntly** means:

(A) ironically.
(B) naturally.
(C) abruptly.
(D) frankly.
(E) candidly.

A, B, C, D e E: Bluntly means abruptly and disconcertingly frank in speech. The gabarito is incorrect as there is no idea of irony in the accusation. Options E – candidly, D – frankly and C – abruptly seem to be appropriate. The only notion of irony could be the play in words with 'playing silly bludgers'. This is an idiomatic expression well beyond any interpretation of the text.
GABARITO Nosso "E", "D" or "C"
GABARITO Oficial "A" /

(Diplomacia – 2002) In the text, **cadge** means:

(A) get something without paying.
(B) get something at a lower price.
(C) borrow.
(D) buy what is strictly necessary.
(E) pay one's debts.

A: Correct – To cadge a lift means to get a lift for free, to cadge a cigarette is to get one for free by asking someone else for one. It can also mean to beg or to mooch;
B, **D** e **E**: Incorrect;
C: Incorrect – While colloquially people use borrow as a synonym for cadge, there is no idea of returning the item borrowed. Hence, it is only used for petty or intangible items (cigarettes, a lift, a dollar).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) In the text, **bemoaned** means:

(A) spoke in pain.
(B) pointed out.
(C) refused.
(D) lamented.
(E) firmly complained.

A, B, C, e E: Incorrect;
D: Correct - Bemoaned means to lament, express grief or to express disapproval.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Max Bradford believes New Zealand's Prime Minister is:

(A) providing what their neighbours want.
(B) acting as a pacifist.
(C) providing what pacifists want.
(D) a genuine pacifist.
(E) advocating word peace.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – In the phrase, "A peacenik pandering to pacifists." Pandering means to provide for the tastes/desires of others. It is used pejoratively. Peacenik means a pacifist.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) The Guardian article states that:

(A) Indonesia is not planning any attack on New Zealand.
(B) Ms. Clark has showed the world what to do in terms of peace.
(C) Labour leaders should follow Ms Clark's example.
(D) Labour leaders may do well to look into Ms. Clark's disarmament plans.
(E) New Zealand needn't fear any attack from other countries.

A: Incorrect – It says any attack is not imminent – coming soon. This statement is too categorical;
B: Incorrect – There is no evidence that her ideas have any worldwide impact;
C: Incorrect – This is too strong a statement;
D: Correct – In the phrase, "she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study", might can be substituted for may and look into can be substituted for study;
E: Incorrect – It does not state this. Furthermore, it is clearly stated that New Zealand is alone sitting in the ocean and therefore susceptible to attack.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Is the Conservative Party _____________? Can it ever come back? Not just by June – or even June 2005 - _____________? The questions aren't mine: they were ___________ long before this election began by Michael Brown, an intelligent, thoughtful ex-Tory MP who lost his ___________ in '97. But here they come again, with redoubled force, _____________ on the wind of Tapsell.

(A) done / but ever / asked / seat / born.
(B) washed up / but now / posed / place / brought up.
(C) washed up / but ever / posed / seat / born.
(D) finished / but soon / put forward / position / born.
(E) forgotten / but ever / posed / bench / appearing.

A: Incorrect – "Done" has too many possible interpretations;
B: Incorrect – An MP has a seat, not a place. Bring up on has an idea that someone taught them this;
C: Correct - Washed up means no longer successful. Posed means asked, seat refers to his elected position for a certain constituency, born on the wind is metaphoric and means deriving from;
D: Incorrect – An MP has a seat, not a position;
E: Incorrect – Forgotten would only work if the verb tense was present perfect (Have they been forgotten?).
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

The Organization ________ Economic Cooperation and Development (OECD) _________last week that an international _________________ on tax havens was still ___________, despite the United States government's decision to ____________ its support for central parts of the plan.

(A) of / insisted / attack / being developed / refused.
(B) for / said / law / on track / asunder. Asunder means into separate parts
(C) in / granted / crackdown / on the road / scrap. Scrap is an informal expression to give up a plan.
(D) for / insisted / crackdown / on track / withdraw.
(E) of / published / law / being examined / refuse.

A: Incorrect – Refused is in the wrong verb tense;
B: Incorrect – Asunder is not a verb, but an adjective or adverb meaning separated;
C: Incorrect – Grant means to offer or give;
D: Correct – The only option with the specific vocabulary to fit the spaces. Insist is stronger than said, crackdown means an attempt to forcefully restrain or regulate, on track – going a planned, to withdraw support means to recall or retract support;
E: Incorrect – Publish is a direct transitive verb, making "that" an improbable object.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Pirates have provided material for writers _________ so long that one _________ thinks _________ could be any literary treasure _____________, but here is a book that proves ____________.

(A) for / never / it / left / the opposite.
(B) during / hardly / there / buried / otherwise.
(C) since / rarely / there / still / something else. Rarely is an adverb of frequency.
(D) for / barely / it / left / the opposite.
(E) for / hardly / there / left / otherwise.

A: Incorrect – "It could be any literary treasure left" is impossible in English;
B: Incorrect – During so long is not the English collocation;
C: Incorrect – Since so long is not the English collocation;
D: Incorrect – For opposite to be correct, the original text would require a definite article, i.e., proves **the** opposite;
E: Correct – For so long is the only correct preposition to use here. Hardly is an adverb meaning the same as barely or just. Otherwise (adverb) means differently.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill in the blanks:

One of the most explosive ___ in Australian politics is the growing ___ for a government apology for the physical and cultural genocide the Aborigenes ___ since white people ___ on ___ continent.

(A) questions / claims / have gone through / arrived / the new.
(B) problems / clamour / have experienced / reached / their.

(C) issues / clamour / have endured / set foot / their.
(D) complaints / outcry / have undergone / set foot / the.
(E) matters / outcry / have suffered / were introduced / the new.

A: Incorrect – Claims (plural) / is the growing (singular) – the concordance would be incorrect;
B: Incorrect – Reached is not followed by the preposition on;
C: Correct – An issue can be described as explosive, clamour means outcry. All the options offered work here, but endured is the most appropriate as it has the connotation of suffering. To set foot goes with the preposition on – to set foot on. "Their" is a possessive pronoun referring to the Aborigines;
D: Incorrect – Complaints seems out of place for the context of politics;
E: Incorrect – People are not introduced to a place; animals and agriculture are.
GABARITO "C"

Assinale a única resposta certa a cada uma das duas seguintes questões. Leia o texto a seguir e responda às perguntas:

Kosovo: Peace Now?

On the hill near the Serbian village of Drsnik in central Kosovo I counted smoke billowing from eight houses. Or at least I thought they were houses. Some proved to be haystacks. For Albanians taking revenge, even Serbian haystacks must now be burned.

In the northern town of Mitrovica I sat on a wall with Meli Uka, a pretty, twenty-two-year-old student. We sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars ands tractor-trailers. They looked no different from the Kosovars I had seen who had been expelled from Kosovo a few weeks earlier.

The New York Review of Books. 12/08/1999.

(Diplomacia – 2000) Com base no texto acima, indique a única afirmação correta:
(A) The author witnessed eight houses burning.
(B) Smoke was rising slowly from the houses.
(C) Less than eight houses were on fire. Correct
(D) The Serbs were burning Albanian property.
(E) It was necessary to burn the haystacks.

A: Incorrect – In the first paragraph, the author admits to being mistaken. Not all fires were in houses; some were in haystacks;
B: Incorrect – The word "billowing" in the first paragraph means that smoke was coming out of the fires quickly and copiously;
C: In the first paragraph, the text confirms that the author initially thought there were eight houses, but he quickly realizes his mistake. Not all the eight fires were in houses; some were in haystacks. Thus, there were less than 8 houses on fire;
D: Incorrect – In the first paragraph, the texts shows that it was quite the opposite; Albanians were burning Serbian haystacks (and probably their houses);
E: Incorrect – There is nothing in the text that confirms the necessity to burn the haystacks. Such fires are attributed to revenge (in the first paragraph).
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Na frase we sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars.
(A) as significa while.
(B) As significa equally.
(C) Packed significa stored their luggage.
(D) Fleeing é um verbo no gerúndio.
(E) A column é o mesmo que a post.

A: Correct – "As", in this case, is a subordinating conjunction of time, used to emphasize the concurrent actions;
B: Incorrect – "As", in this case, is not part of a comparative structure. Such a structure requires the use of an adjectives and another "as". (as fast as);
C: Incorrect – In this case, "packed into cars" is a no-restrictive adjective clause reduced by the past participle of the verb "to pack" and means "crowded into cars". It suggests that the cars were full to their capacity;
D: Incorrect – While "fleeing" is a gerund form derived form the verb "to flee", its role here is not that of a verb, but rather one of an adjective describing the Serbs;
E: Incorrect – In this context, a column means a long line.
GABARITO "A"

Leia o texto a seguir e responda as três próximas perguntas:

Fiddling as the Planet Burns

It's a tall order to expect Western politicians to cut the rhetoric, but unless they do something soon to reduce carbon dioxide emissions, the ambitious targets they set at the Kyoto climate change conference in 1997 are likely to be missed.

The consequences for future generations are unclear, but scientists say they could include a further rise in world temperatures, with a variety of adverse, possibly irreversible effects, including severe storms, a rise in the sea level, the spread of disease and the loss of species.

The mere threat of these horrors ought to be enough to make politicians take the issue of greenhouse gases seriously.

Yet to judge by two new studies, they are not doing so. Instead, they are fiddling while the planet burns.

Guardian Weekly, 10/11/1999

(Diplomacia – 2000) Depreende-se do texto que:
(A) Western governments do not intend to cut carbon dioxide emissions.
(B) It is probable people will feel the absence of the Kyoto targets.
(C) World temperatures will inevitably rise.
(D) Many diseases are a direct consequence of pollution.
(E) It is unrealistic to expect Western economies to contain their industrial activities.

A: Incorrect – In the first paragraph, it is evident that Western governments have the intention to cut carbon dioxide emissions because they set ambitious targets at the Kyoto climate change conference in 1997. While they are in no hurry, by setting targets, their intention is evident;
B: Incorrect – "Likely to be missed" in the first paragraph does not mean that people will feel the absence, but rather that the targets will not be reached;

C: Incorrect – In the second paragraph, the rising of temperatures is considered a possibility (could include a further rise), but not inevitable;
D: Incorrect – While the spread of disease (second paragraph) could be a possible consequence of rising temperatures, there is no reference to the number nor to whether the link is direct or not;
E: Correct. – The term "it's a tall order", on the first line, means that something is very difficult, but can be construed as unrealistic. Note: Such interpretation is made in a very wide sense. To be a tall order does not necessarily mean "unrealistic", but it can be inferred.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2000) No texto:

(A) cut the rhetoric significa make shorter speeches.
(B) likely significa positively.
(C) they na frase "scientists say they could include" refere-se a scientists.
(D) mere sugere que the threat is small.
(E) to judge by significa according to.

A: Incorrect – In the text, "cut the rhetoric" means to "stop talking and start acting";
B: Incorrect – In the text, "likely" means "probably";
C: Incorrect – "They" in the specific sentence refers to the "consequences". (The consequences could include a further rise in world temperatures);
D: Incorrect – "Mere" in the text means "just" or "itself" or "own its own";
E: Correct – "To judge by" in this text means "according to". (According to two new studies,...).
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2000) Com relação ao texto:

(A) yet is an adverb of time.
(B) Further is the comparative form of far and means additional.
(C) Soon means not immediately.
(D) Adverse, like possibly, is an adverb.
(E) Rise is a noun derived from the verb raise.

A: Incorrect – In the text, "yet" is a conjunct of contrast, similar to "nevertheless" or "however";
B: Correct – Far / Farther / Farthest – relates to distance. Far / Further / Furthest – relates to additional;
C: Incorrect – In the text, "soon" means "immediately" or "almost immediately";
D: Incorrect – In the text, "adverse" is an adjective that describes the effects – adverse effects (adverse [and] possibly irreversible effects);
E: Incorrect – "Rise" is an intransitive verb (the sun rises), while "raise" is a transitive verb (the government raises taxes). One is not derived from the other.
GABARITO "B"

Leia o texto a seguir e responda as duas próximas perguntas:

Looking to Tame a Big Neighbor

From its hilltop perch in central Helsinki, a Russian Orthodox church looms over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace. It's a reminder of the days when the Grand Duchy of Finland was a jewel in the Russian crown.

With fewer than 100 years of self-rule behind them and the cold war barely over, the Finns hardly need such reminders. But instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe. And they think natural gas is the way to do it. "It has been possible with nuclear issues, and we think it's possible with other issues as well" says a Finnish Foreign Ministry official.

Business Week, 11/10/1999

(Diplomacia – 2000) Com base no texto, pode-se concluir que:

(A) Finland is a former Soviet Republic.
(B) The Finn's majority religion is the Russian Orthodox Church.
(C) The Finns prefer not to engage their powerful neighbor directly.
(D) The Finns think gas can be a key to Northeastern Europe.
(E) Russia has traditionally disparaged Finland.

A: Incorrect – In the first paragraph, the Grand Duchy of Finland is revealed as part of the Russian Empire, but not a member of the Soviet Union;
B: Incorrect – In the first paragraph, the text confirms the presence of a Russian Orthodox church near the Presidential Palace in Helsinki, but this does not confirm the majority religion in the country;
C: Incorrect – In the second sentence in the second paragraph, the author shows that "instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe", a form of direct engagement;
D: Correct – The last two sentences of the second paragraph confirm that the Finns "think natural gas is the way" to bring Russia into Europe;
E: Incorrect – "To disparage" means to "ridicule". While the author suggests that Finns may not want to remember the past, there is no clear evidence that Russia has poked fun at Finland.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) No texto:

(A) hardly significa with difficulty.
(B) Hardly significa do not.
(C) Barely significa incompletely.
(D) Looms significa overlooks.
(E) Natural significa open-air.

A: Incorrect – In the text, "hardly" means "almost not" or "do not";
B: Correct – In the text, "hardly" means "almost not" or "do not";
C: Incorrect – In the text, "barely" means "only just" or "a short time ago";
D: Incorrect – In the text, "looms" means "emerges" or "stands threateningly". Special Note – "looms over" means overlooks. The fact that the question omitted the preposition from the phrasal verb complicates the answer. In this case, if "looms" means "overlooks", the sentence, in the case of substitution, would read "a Russian Orthodox church overlooks over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace", which is not possible;
E: Incorrect – In this text, "natural" means "unprocessed".
GABARITO "B"

Leia o texto seguinte e responda às três próximas perguntas formuladas:

For all the triumphs of war and peace, the british Empire as it stood in 1763 had many weaknesses. Them in terms of one single design. It was an empire held together by sea power, but that alone was not enough to control it, let alone to govern it. Nor was trading supremacy guaranteed. Asa Briggs, A Social History of England.

(Diplomacia – 1999) Com base no texto acima, pode-se concluir que:

(A) Britain`s sea power ensured its trading supremacy.

(B) The Empire was weak owing to the wars.

(C) Britain's naval power was sufficient to control the Empire.

(D) Britain's Navy was the cohesive force sustaining the Empire.

(E) The british empire could not be governed alone.

A: Incorrect - Sea power is not specifically linked to trade and trading supremacy;
B: Incorrect - War is not presented as causing weakness. War and peace are in fact presented as positive aspects;
C: Incorrect - The use of 'that alone', referring to sea power, makes this statement false. The implication is that more than sea power was needed to control the empire;
D: Correct – The term 'held together by sea power' refers to the role of the Navy in providing cohesion;
E: Incorrect – The term 'let alone' means much less/not to mention. This refers to the fact that sea power was not enough to control much less govern it.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) Na primeira frase, a expressão *For all* significa:

(A) to the benefit of.

(B) because of.

(C) including.

(D) subsequent to.

(E) despite.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – Despite or notwithstanding could be both used in this context to show an idea of contrast, which is the same meaning as 'for all' (specifically in this context).

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Na perífrase *the British Empire as it stood in* 1763, a expressão as *it stood* significa:

(A) the way it was.

(B) so long it resisted.

(C) while it resisted.

(D) at the time was established.

(E) when it rose.

A: Correct – This can always be used as 'the way things stand right now', i.e. the way things are;
B, C, D e E: Incorrect.

GABARITO "A"

Leia o texto seguinte e responda as duas próximas perguntas formuladas:

The initial international response to Central America´s tragedy has been generous. The Clinton administration has pledged U$ 80 million and sent troops to help clean up the horrible damage caused by the hurricane Mitch.

But as the long-term impact of this catastrophe becomes clear, so does the inadequacy of the response to date. Honduras and Nicaragua in particular have suffered a once-in-a-century kind of blow.

Governments from Cuba to Sweden have promised help, but what is needed now is a coordinated international response. Private banks, multilateral lenders such as the World Bank and major investors must be involved along with governments.

The International Herald Tribune, 17/XI/98

(Diplomacia – 1999) Como o texto acima avalia a resposta internacional?

(A) Good.

(B) Adequate but not generous.

(C) Excellent.

(D) Insufficient.

(E) U$ 80 million have been sent.

A, B, C e E: Incorrect;
D: Correct – The overall evaluation of the response is of being insufficient. Evidence for this is found in the phrase, 'so does the inadequacy of the response to date'. Inadequate clearly refers to insufficient. Further evidence is found in the last paragraph where the text states, 'what is needed now is a coordinated international response' and also in 'must be involved along with governments'.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) No mesmo texto, a expressão once-in-a-century significa:

(A) An event that happens every century.

(B) Something that occurs regularly over a long period of time.

(C) An event that takes place during an entire century.

(D) Something that occurs very often.

(E) An event that occurs very infrequently.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – Once-in-a-century is not a literal expression. It refers to a freak or rare occurrence – such as the extent of the hurricane damage mentioned in the text.

GABARITO "E"

Leia o texto seguinte e responda as duas próximas perguntas formuladas:

"Under a government which bolted on a women´s minister as an afterthought, women in Britain are doing all right. The new women´s minister, Baroness Jay, has every reason to be proud of her government's record: the new child-care strategy, the push to a "family-friendly" work package, social security, reforms that include a big increase in child benefit, and a sharing of pensions on divorce. Like most other European states, Britain has seen women making major advances in the professions – equal numbers entering law and medicine and even more females taking business studies than men".

The Guardian Weekly, 15/XI/98, pg. 12

(Diplomacia – 1999) Com base no texto acima, a única afirmação correta é:

(A) There are more women than men doing law Great Britain.

(B) In all European countries women have equal rights.

(C) The women´s minister was one of the first minister to be appointed.

(D) There are more men doing business studies than women, in Great Britain.

(E) Baroness Jay is doing a good job.

A: Incorrect – There are equal numbers entering law and medicine;
B: Incorrect -This is not stated;
C: Incorrect – The opposite is true, she was 'bolted on as an afterthought', i.e. included as a last thought;
D: Incorrect – The text clearly states that there are, 'even more females taking business studies than men";
E: Correct – In line 2, the text states 'the Baroness has every reason to be proud'. This is reinforced by the statement in line 1 where it says that 'Under a government……women are doing all right'. The implication is that the government in which the Baroness serves is doing a good job.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) No mesmo texto,

(A) Under significa below.
(B) Bolted significa moved slowly.
(C) Push significa strong action.
(D) Sharing significa refusing.
(E) Major significa more.

A: Incorrect – This means under the auspices of a government or under the mandate of a government. Below is too literal;
B: Incorrect – Bolted means attached to, or secured to;
C: Correct – Push refers to a strong action, i.e. in a government push for health reform;
D: Incorrect – Sharing means to have equal responsibility for doing something, paying for something etc.;
E: Incorrect – Major means significant.
GABARITO "C"

The Amazon Rainforest

1 The Amazon Rainforest, also known in English as
Amazonia or the Amazon Jungle, is a moist broadleaf forest
that covers most of the Amazon Basin of South America. This
4 basin encompasses seven million square kilometers, of which
five and a half million square kilometers are covered by the
rainforest. This region includes territory belonging to nine
7 nations. The majority of the forest is contained within Brazil,
with 60% of the rainforest, followed by Peru with 13%, and
with minor amounts in Colombia, Venezuela, Ecuador, Bolivia,
10 Guyana, Suriname and France (French Guiana). States or
departments in four nations bear the name Amazonas after
them. Amazonia represents over half of the planet's remaining
13 rainforests, and it comprises the largest and most species-rich
tract of tropical rainforest in the world.
The basin is drained by the Amazon River, the world's
16 largest river in terms of discharge, and the second longest river
in the world after the Nile.
Wet tropical forests are the most species-rich biome,
19 and tropical forests in the Americas are consistently more
animal and plant species rich than the wet forests in Africa and
Asia. As the largest tract of tropical rainforest in the Americas,
22 the Amazonian rainforests have unparalleled biodiversity. One
in ten known species in the world lives in the Amazon
Rainforest. This constitutes the largest collection of living
25 plants and animal species in the world.
The Amazon Rainforest was short-listed in 2008 as a
candidate for one of the New7Wonders of Nature by the New
28 Seven Wonders of the World Foundation. As of February 2009
the Amazon ranked first in Group E, the category for forests,
national parks and nature reserves.

The Amazon: the world's largest rainforest. Internet: <http://rainforests.mongabay.com/amazon> and **Amazon Forest**. Internet: <http://en.wikipedia.org/wiki/Amazon_rainforest> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Based on the text above, judge the following items.

(1) With an astounding biodiversity, the Amazon Rainforest is home to more species of plants and animals than any other terrestrial ecosystem on the planet.
(2) The expression "are the most species-rich biome" (*l.*18) could be replaced by **have a great diversity of plant species** without changing the original meaning of the text.
(3) Although the Amazon River basin is home to the largest rainforest on Earth, it is the second most voluminous river on Earth.
(4) The Amazon River basin includes parts of eight South American countries: Brazil, Bolivia, Peru, Ecuador, Colombia, Venezuela, Guyana, and Suriname, as well as French Guiana, a department of France.

1: Correct - In line 13, the text says, 'it represents the largest and most species-rich tract (area) of tropical rainforest in the world;
2: Incorrect – In the text, the phrase is a superlative 'the most'. The

suggested replacement is not a superlative and, therefore, does not have the same meaning;
3: Incorrect – While the Nile is the longest river (line 18), the Amazon is the most voluminous in terms of its discharge/emission (line 16);
4: Correct – Lines 8-12 identify this. French Guiana is considered to be part of France or an overseas French department.
GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

Cleaning up after nature plays a trick

1 It was a storm of record consequence, disrupting large
swaths of the Northeast in ways large and small: towns were
buried in dense snowfalls, closing down streets, schools and
4 even, in some cases, Halloween celebrations.
By the time the great snowstorm of October 2011
finally ended early Sunday, more than three million customers
7 would find themselves without power and with the prospect of
enduring several more days without it. The unseasonably early
nor'easter had utility companies struggling to restore electricity
10 to homes and businesses. By early Monday, the number of
customers without power was still above 2 million but falling.
People emptied stores of generators and chain saws
13 and flocked to town halls to charge phones on emergency
power. In Worcester, Mass., a wedding with cranberry dresses
and flowers the colors of fall foliage ended up soggy and white.
16 In Glen Rock, N.J., orderly suburban blocks became a maze,
with fallen branches draped across nearly every street.
Communities in New Jersey, Connecticut,
19 Massachusetts and New Hampshire expected schools to remain
closed for several days as they cleaned up downed electrical
wires and fallen branches. And in Central Park, as many as
22 1,000 trees may be lost — eight times the damage suffered
after Tropical Storm Irene.
But in the most telling sign of how the snow had
25 turned seasons topsy-turvy — throwing an icy and sometimes
lethal blanket over trees whose leaves were often still green —
the storm threatened to obliterate Halloween.

New York Times. Internet: < www.nytimes.com> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Judge the following items based on what is stated in the text above.

(1) Throughout the entire US north and east regions there were hundreds of schools closed, many lacked power and trees littered roads after a surprise snow on Sunday.

(2) In "as they cleaned up downed electrical wires and fallen branches" (*l*.20-21), the term "downed" (*l*.20) could be replaced by turned down without changing the original meaning of the text.

(3) Because of the unexpected snowstorm, there was a large power failure in the storm-struck region.

(4) The storm's lingering effects snow were all solved late Sunday.

(5) Despite the snowstorm, many schools in New Jersey, Connecticut and Massachusetts were back to the normal routine the day after.

1: Incorrect – In line 2, the text refers to 'swaths'; these represent tracks or paths and do not represent the entire Northeastern area;
2: Incorrect – In this sense, 'downed' means thrown down to the ground. The phrasal verb, 'turned down' refers to lowering the volume – turn down the volume of the radio. It can also refer to rejection – He turned down the job offer (he rejected the job offer);
3: Correct – In lines 7-8, the text refers to unseasonably early nor'easter meaning – weather which was unexpected at that time of the year; and also, in line 7, the text refers to the fact that customers would find themselves without power (this is using 'would' in the sense of recounting a past event – On that day, they would discover the key to the mystery;
4: Incorrect – Lingering, here, means to remain/last. The text clearly states (line 10) that early Monday the number of those without power was still above 2 million. Loss of power was a consequence of the snowfall;
5: Incorrect – (Line 19-20) there was an expectation that schools would remain closed for several days in New Hampshire and Massachusetts. Several – a small number, but more than one day.
GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

Obama tries to speed response to shortages in vital medicines

1 President Obama will issue an executive order on Monday that the administration hopes will help resolve a growing number of critical shortages of vital medicines used to
4 treat life-threatening illnesses, among them several forms of cancer and bacterial infections.
The order offers drug manufacturers and wholesalers
7 both a helping hand and a gloved fist in efforts to prevent or resolve shortages that have worsened greatly in recent years, endangering thousands of lives.
10 It instructs the F.D.A. to do three things: broaden reporting of potential shortages of certain prescription drugs; speed reviews of applications to begin or alter production of
13 these drugs; and provide more information to the Justice Department about possible instances of collusion or price gouging.
16 Such efforts are included in proposed legislation that has been pending in Congress since February despite bipartisan support for its provisions.
19 The order is part of a series of recent executive orders involving such disparate issues as mortgage relief and jobs for veterans. They are intended to show that the president, plagued
22 by low approval ratings, is working to resolve the nation's problems despite a Congress largely paralyzed by partisan disagreements.

New York Times. Internet:< www.nytimes.com> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Judge the following items according to the text above.

(1) President Obama signed the executive order without the Congress approval.

(2) Because hospitals are running out of many key drugs, Obama administration is considering creating a stockpile for crucial cancer medicines.

(3) In "the administration hopes will help resolve a growing number of critical shortages of vital medicines" (*l*.2-3), the verb "resolve" could be replaced by finding the solution for without any changes in meaning.

(4) In "and provide more information to the Justice Department about possible instances of collusion or price gouging" (*l*.13-15), the expression "price gouging" could be correctly replaced by pricing over market.

(5) In "They are intended to show that the president, plagued by low approval ratings, is working to resolve the nation's problems" (*l*.21-23), if the verb "plagued" was replaced by pleased it would give the opposite idea to the sentence.

(6) President Obama's executive order aims to address an increasing shortage of prescription drugs that are used to treat cancer and other diseases.

1: Incorrect – (In line 17) the legislation has been pending/in the process of being approved/impending, and has bipartisan support;
2: Incorrect – To stockpile is to accumulate a large store for future use. Obama is trying to get medicines to deal with critical shortages (line 3) not to stockpile the medicine;
3: Correct – To resolve means to solve or find a solution for something (to resolve a problem);
4: Correct - Price gouging has a negative connotation of squeezing or wringing out profit through dishonest/unscrupulous means. In the context, price gouging would mean pricing above the market;
5: Correct – In the text, plagued means annoyed or bothered. Therefore, to be pleased would have the opposite idea;
6: Correct – (Line 3) resolve a growing number of critical shortages, i.e. an increasing number of critical shortages for vital/essential drugs.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C

Text I

1 Slavery in Brazil was not like slavery in the United States of America (US), where slaves were totally debased to the extent that every effort was made to destroy the African
4 language, culture, religion and intellectual capacity. In Brazil, the number of slaves imported was quite large. Moreover, most slaves in Brazil came from parts of Africa
7 with developed culture.
The first system of private education in Brazil was begun by the African Muslim Societies whose members
10 came from West Africa. The African slaves who came from the literary and West African college system were hired to teach the children of the Portuguese slave masters. At the
13 same time, these slaves created their own schools.
Brazil has retained many aspects of African culture from the very beginning of its colonial history. The Africans
16 sent to Brazil came from a number of important kingdoms and empires.
Some aspects of African culture that Africans in
19 Africa are allowing missionaries from the European and Arab world to destroy are the traditional African spiritualist religions such as Vadu and Shango. African religions thrive
22 in Brazil, whether it is *Umbanda*, *Candomblé*, or the Orisha tradition. These religions are like a steel bond that holds Afro-Brazilians to their African heritage and culture.

Paul Barton. **Brazil's black renaissance is happening**. Internet: <http://www.raceandhistory.com.br>. Access on April/2004 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text I, it can be correctly inferred that

(1) the main difference between slavery in Brazil and that in the United States is that Brazilian slave owners tried to destroy African culture because its high level of development threatened their domination of the slaves.
(2) slaves who taught the children of Portuguese slave owners had come from an already existing educational system in Africa.
(3) the strength of black culture in Brazil is a result of the origins of slaves in organized African societies.
(4) Brazil is keeping alive cultural traditions that are being threatened in Africa.

1: Incorrect – There is no evidence to support this statement. It was in the US that slaves were totally 'debased' (line 2);
2: Correct – Lines 10-12 "The African slaves who came from the literary and Western African college system were hired to teach the children of the Portuguese slave masters";
3: Correct – The text alludes to the fact that the slaves brought to Brazil from Africa already had a 'developed culture', (line 7). In lines 16-17, the author highlights slaves brought to Brazil came from 'important kingdoms and empires.' These facts help to maintain black culture in Brazil;
4: Correct – Certain African religions thrive (Line 21), i.e. flourish in Brazil such as Candomblé and Umbanda, whereas in Africa they are under threat from European or Arab missionaries (line 19).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text I, judge the following items.

(1) The word "like" (*l*.1) can be correctly replaced by **alike**.
(2) "Moreover" (*l*.6) means **also and more importantly**.
(3) The words "who" (*l*.10) and "hired" (*l*.11) can be correctly replaced by **that** and **rent** respectively.
(4) In line 14, the word "retained" can be correctly replaced by **restricted**.
(5) The word "thrive" (*l*.21) can be correctly replaced by **flourish**.
(6) The sentence "These religions are like a steel bond that holds Afro-Brazilians to their African heritage and culture" (*l*.23-24) can be correctly replaced by: These religions imprison African-Brazilians rigidly within their historical background.

1: Incorrect – Like in this context means 'in the same way as'. Alike refers to closely resembling something or someone;
2: Correct - Moreover means in addition to what has been said, similar to in addition and furthermore;
3: Incorrect – Who is a relative pronoun. If 'that' were used it would imply that we were restricting only slaves coming from a certain area and that there was logically another group that did not come form this area. Hired and rent have different connotations – you can hire staff, a worker, a car. You can rent a car, a house. You cannot rent an employee. Special Note: For restrictive usage, "that" and "who" are interchangeable. By using that, the semantics change slightly, but they are synonymous here;

4: Incorrect – Retained means to keep, hold or maintain possession of. Restricted on the other hand means to limit or curb;
5: Correct;
6: Incorrect – The original sentence is positive. The steel bond is a link. The second sentence by using 'imprison' implies tying or restricting African-Brazilians and is negative.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Text II

1 Enslaved Africans transformed the landscapes of
tropical America, not merely for plantations but also for
subsistence, a process that established many foods of African
4 origin on the other side of the Atlantic. While the plantation
economy developed due to the Portuguese, slaves pioneered
forms of landscape management that would serve their
7 dietary preferences. In reclaiming swamps for cultivation,
they relied upon their sophisticated knowledge of wetland
farming to establish rice, a West African food staple.
10 Recognition of botanical families, valued in Africa for
medicine and poison, ritual and material culture, similarly led
to conscious plant selection and environmental manipulation
13 in the Americas. Such knowledge proved additionally critical
in the survival strategies of runaway slaves, whose expertise
in tropical farming nurtured their repeated attempts to
16 establish free, independent African communities (quilombos)
in the tropical forest hinterlands of Brazil and the Guianas.
While the survival strategies of Afro-Brazilians were
19 undoubtedly shaped by Amerindian achievements, the
contribution of Brazil's black pioneers remains ignored. Yet
their legacy in manipulating plant resources for subsistence,
22 survival, resistance and identity resonates in Afro-Brazilian
culture to this day.
There has been a measured willingness, particularly
25 by anthropologists and geographers, to concede that Africans
played a significant role in shaping the cultural landscape of
the Americas since 1500. Among the long-standing themes
28 in African history in the Americas is the debate over cultural
survivals and acculturation. This dates to the 1920s, when
anthropologist Melville Herskovits first tried to show that it
31 was a pernicious myth to believe that the African in the
Americas had no past. He challenged the notion of
sociologist E. Franklin Frazier that slavery had stripped its
34 victims of their African heritage. Over the next decades,
Herskovits and his followers searched for the retention of
specific African cultural traits in the Americas, emphasizing
37 carry-overs in the arts and especially religion. Much of this
research, however, subsequently drew criticism for treating
Africa as a single cultural area, a concept of culture very
40 much in fashion at that time, but inaccurate in portraying the
diversity and complexity of cultures found in just West
Africa alone. The search for vestiges of an African culture in
43 areas where he and his followers worked — Suriname, the
Caribbean and the US South — consequently proved so
generalized as to provide little understanding of the
46 distinctive black cultures that formed in the Americas.

Judith A. Carney and Robert A. Voeks. **Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. In: Progress in human geography,** 2/27/2003, p. 141 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text II, it can be correctly deduced that

(1) African slaves were forced to drain swamps to create fields for their masters.
(2) African slaves cultivated the wild rice they found in tropical America.
(3) the agricultural skills of African slaves were an advantage in establishing the quilombos.

(4) until the 1920s, it was commonly believed that the history of African slaves had been effectively eliminated when they were brought to the Americas.

(5) Herskovits was criticized for concentrating only on West Africa when searching for African roots in the Americas.

1: Incorrect – In line 7, 'reclaiming swamps for cultivation' does not suggest there is an idea of being forced, but rather that the slaves applied their knowledge to create their own food supplies;
2: Incorrect – In line 9, the text says they established rice using wetland farming techniques. There is no mention of wild rice being found;
3: Correct – In line 13, 'such knowledge' refers to the agricultural skills of the African slaves. The text then links these skills to being necessary for survival and to establish the quilombos (lines 14 and 15);
4: Correct – It was in the 1920s that Herskovits challenged this previous view. The previous view held is detailed in lines 32-34;
5: Incorrect – Herskovits was criticized for portraying African as a single cultural area (line 39).

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Judge if each item below presents a correct re-writing of the information contained in the phrase "There has been a measured willingness, particularly by anthropologists and geographers, to concede (...)" (*l.*24-25) of text II.

(1) Anthropologists and geographers have cautiously agreed to concede (...).

(2) There has been an enthusiastic willingness, particularly by anthropologists and geographers, to concede (...).

1: Correct – The use of 'measured' implies caution;
2: Incorrect – Enthusiastic is too strong a word to use. They showed a 'measured willingness', not enthusiasm.

GABARITO 1C, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) According to text II, judge the following items.

(1) The verb phrase "had stripped" (*l.*33) can be correctly replaced by had prevented.

(2) In line 34, the word "Over" can be correctly replaced by During.

(3) The phrase "emphasizing carry-overs in the arts" (*l.*36-37) refers to the artifacts slaves took with them to America.

1: Incorrect – Strip means to deprive or to remove. Prevent means to keep something from happening;
2: Correct – In this context, both mean throughout a period;
3: Incorrect – This refers to the cultural traits that spilled over into the arts. There is no mention of any artifacts being brought from Africa.

GABARITO 1E, 2C, 3E

Text III

1 Today Brazil has the largest single population of
African-Americans outside of the United States (US). It is,
according to some, a population in which at least 60 percent
4 is of African descent. Statistics on the number of slaves
imported into Brazil range from 1.025 million: for the rest of
South America the figure runs at approximately 400,000. In
7 some parts of colonial Latin America, the ratio of African to
European populations was 151, and in some cities, nearly
half of the populations were of partial African descent. By
10 independence, two thirds of Brazil's total population of
about four million were of African descent. Brazilian society,
like a few of the other plantation-dependent colonies of Latin
13 America and the Caribbean, could not have existed without
the constant supply of black laborers.
Throughout history, Africans and Afro-Hispanics
16 have been a major force in the development of the cultures,
political systems, societies, and economies of the nations of
the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and Latin
19 America. Iberian-African relations did not begin with the
transatlantic slave trade, nor did it begin in the Americas.
African Muslims were involved in the historical development
22 of the political, economic, intellectual, and social structures
of the Iberian Peninsula, as rulers and conquerors, centuries
before their eventual defeat by the emerging monarchical
25 powers of Spain and Portugal. That experience left long and
enduring marks on the course of historical events that led to
the emergence of the modern nation-states of Spain and
28 Portugal, and their imperial "conquest" and colonization of
the "New World".

Walton Brown. **Democracy and race in Brazil, Britain and the United States.**
Internet: <http://www.brazil-brasil.com/blajan99.htm>. Access on April/2004 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text III, judge the following items.

(1) A close look at the world's population distribution would lead us to conclude that the USA has the largest single number of African-American inhabitants.

(2) Comparing the number of African-Americans who came to Brazil to work basically in agricultural activities with the number of those of the rest of meridian America, it can be seen that Brazil had three times as much the number of those workers.

(3) By 1822, the number of Brazilians of non-African descent was of more than 1 million people.

(4) Undoubtedly, the African culture now found not only on the Iberian Peninsula, but also in the countries colonized by Spain and Portugal can be traced back to the Muslim presence.

1: Correct – In lines 1-2, the text states that 'Brazil has the largest single population of African-Americans outside of the US;
2: Incorrect – In lines 5-6, we can compare the figures: Brazil 1.025 million slaves to the rest of South America 400,000. Therefore, Brazil did not have three times as many slaves;
3: Correct – In lines 10-11, the text states that by independence (1822) 'two thirds of 'Brazil's population (4 million) were of African descent;
4: Correct – In line 25, 'that experience' refers to the influence of African culture. The text goes on to detail in lines 25-29 the extent of this in the Iberian Peninsula and the colonies of Spain and Portugal.
GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Judge if each item below presents a correct re-writing of the information contained in the sentence "Throughout (...) Latin America" (*l*.15-19) of text III.

(1) All along their stories, American and Afro-Iberian have represented an important strength in the evolution of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and Latin America.

(2) During the whole course of history, African and Afro-Iberian have played a crucial force in the development of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and South America.

(3) Throughout their history, Africans and Afro-Hispanics have played a major role in the evolution of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula and Latin America.

1: Incorrect – The stories or histories of American and Afro-Iberian's dates back much further than those relating to the Iberian Peninsula;
2: Incorrect – 'During the whole course of history is inaccurate. The use of the word 'crucial' can be seen as an overstatement;
3: Correct – This accurately reflects the text.
GABARITO 1E, 2E, 3C

Considered the best illustrator of 19th-century Brazil, Jean Baptiste Debret left us a monumental set of masterpieces that, until today, have not been surpassed in Brazilian iconography. Born in Paris in 1768, he studied at Beaux Arts Institute, but received a degree in engineering and in 1814 was invited by Joachin Lebreton to join the French Mission that came to Brazil. Never dreaming he would stay in Brazil for 15 years, Debret landed in Rio in 1816 and was given the title Official Painter of the Emperor. Debret fell in love with the environment he lived in and with everything that happened around him.

Nothing escaped the careful eye of this painter, who made faithful renditions with his sketches of everything he saw: the noblemen, the slaves, animals and costumes, streets and houses. All this work culminated in almost 200 engravings of Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. His journeys in Brazil produced what is maybe his best work, Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, comprising 151 plates in three editions, the first dedicated to Indians and the forest, the second to slaves and craftsmen, and the third to urban costumes and political events. Ironic and sometimes tough, libertarian and conservative, Debret managed to record the enchantment of Brazil with the discipline of a historian and the finesse of an inspired artist. One could write a thesis about every one of Jean Baptiste Debret's pictures.

Internet: <http://www.debret.com/english/debret.asp> (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on the text above, it is true to say that

(1) up to now, Debret is, beyond the shadow of any doubt, the best Brazilian painter.

(2) Debret can be considered a popular artist to the extent that he used to portray scenes of everyday Brazilian life in the 19th century.

(3) Debret's interest in imperial Brazil was quite absorbing. Despite being an official appointee of the Brazilian ruler, he included in his works not only Blacks in their daily tasks but also native Brazilians.

(4) Debret most certainly noticed the conditions under which Blacks used to work in Brazil.

(5) Debret's works, if comprehensively analyzed by experts in art and history, can be described as those of a painter endowed with the discipline of a historian and the finesse of an inspired artist.

1: Incorrect – Debret was considered the best illustrator of 19th century Brazil. Iconography can be considered a narrower field than all painting in general;
2: Correct – In the definition of 'popular' being representing or coming from the general population;
3: Correct – The first of his plates was dedicated to Indians and the second to slaves and craftsmen;
4: Correct – In the phrase "Nothing escaped the careful eye of this painter", we can assume that while painting slaves, as is made evident in the text, he noticed their working conditions;
5: Correct – The first part of this statement is somewhat vague – no mention is given to art or history experts or careful analysis – this has to be deduced from the statement in the last sentence regarding a thesis. However, the second part is clearly true as the text refers to his discipline (historian) and finesse (inspired artist).
GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

1 W.E.B. du Bois summed up the black man's ordeal
in America eloquently when he wrote, "One ever feels his
twoness — an American, a Negro; two souls, two thoughts,
4 two unreconciled strivings; two warring ideals in one dark
body, whose dogged strength alone keeps it from being torn
asunder". Much has happened since Du Bois wrote these
7 words in 1903, yet they remain relevant to the subject of race
relations.

It is not surprising that debates on "twoness" have
10 often led to a discussion of the Brazilian situation. Many
observers believed this feeling never disturbed
Afro-Brazilians the way they troubled Afro-Americans. They
13 looked excitedly to Brazil as a model of "racial democracy"
from which the United States might learn. Robert Allen
Christopher summarized the ideal nicely in a 1953 essay,
16 The Human race in Brazil. Said Christopher:

"Perhaps the most poignant illustration of the
difference between the United States and Brazil in the matter
19 of race relation is the fact that a Brazilian Negro generally
considers himself first and foremost a *brasileiro* and only
second a *preto* (black man). Can the equivalent be said for
22 the US Negro? Far too many cannot help thinking of
themselves as Negroes first and US citizens second, which is
the real meaning of second class citizenship".

Robert Brent Toplin. **Freedom and Prejudice**

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on the text of Robert Brent Toplin, judge the following items.

(1) The substitution of the phrases "summed up" (*l.*1) and "black man's ordeal" (*l.*1) by added up and black man's ordering respectively would keep the same morphological and semantic relations as those presented in the text.

(2) In line 4, "warring ideals" means conflicting ideals.

(3) The phrase "whose dogged strength alone keeps it from being torn asunder" (*l.*5-6) can be correctly paraphrased as: whose obstinate strength in itself prevents it from being ripped apart.

(4) "poignant" (*l.*17) means keenly distressing to the feelings.

(5) The situation of Afro-Brazilians could be said to differ from that experienced by the black population in the United States; however, some people think that the "twoness" (*l.*9) problem also prevails in Brazil.

(6) A striking difference between blacks in the United States and in Brazil can most certainly be said to be that, whereas in the US the former consider themselves first blacks and secondly citizens, the latter see themselves the other way round.

(7) The expression "first and foremost" (*l.*20) has the same meaning as above all.

(8) Brazilian and American negroes can both be said to hold the same kind of second class citizenship.

1: Incorrect - 'Summed up' means to condense or to capture. 'Add up' means the summation of. Ordeal refers to suffering whereas ordering refers to classification;
2: Correct;
3: Correct – Dogged refers to stubbornness or obstinacy. Torn asunder means to be broken apart or ripped apart;
4: Correct – Poignant means profoundly moving or touching;
5: Correct – This is difficult to surmise. In line 10, the text mentions 'many observers' not all observers. Thus, we could assume there are others who do not share this opinion;
6: Correct – This is clearly stated in lines 19-24;
7: Correct;
8: Incorrect – The whole idea of the text is to show that Brazilian negroes do not experience the same kind of second class citizenship as American negroes (line 24).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C, 6C, 7C, 8E

Text I

Brazilian diplomacy

The duties of the diplomat are synthesized in the classic formula: inform, represent and negotiate. The diplomat must keep his (or her) country informed about international affairs, work constantly to mark the presence and spread the image of his country abroad, and be prepared to defend national interests in foreign negotiations of a bilateral or multilateral nature.

A fourth task must be added to this formula that places emphasis on the work of the diplomat overseas, namely, internal coordination. Identifying the interests of the nation lies at the base of the diplomat's work. The diplomat must be permanently articulating with other government employees, members of the Congress, and organized sectors of civil society, in order to be able to define national interests and defend them in proper fashion abroad.

The reality of the diplomatic career is far removed from that other widespread cliché, which claims that this is a

professional option for those who want the chance to live in pleasant places overseas. In fact, the great majority of diplomats invariably undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family. Furthermore, diplomats must often undergo situations of internal or external conflict in the country to which they are posted. At other times they themselves are the targets of violent actions for political motives. For these reasons, Brazil's diplomatic service is legally bound to endeavour to assign each civil servant to serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher.

Mônica Hirst, João Hermes Pereira de Araújo and Raul Mendes Silva. CD Rom **Brazilian Diplomacy: Past and Present**. Log On Informática. (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) According to text I, it is correct to say that diplomats

(1) should expect to perform complex tasks.
(2) should spread every possible information concerning their country the world over.
(3) may take part in foreign negotiations involving more than two countries.
(4) living outside their own countries have an extra role added to those they have when living in their own countries.
(5) must be perfectly aware of the interests of their countries.

1: Correct – In the first paragraph, the text affirms three complex tasks: 1) to keep his (or her) country informed about international affairs; 2) to work constantly to mark the presence and spread the image of his country abroad; and 3) to be prepared to defend national interests in foreign negotiations;
2: Incorrect – In the first paragraph, the text confirms that diplomats should spread the image of their country, but the text mentions nothing concerning "every possible information". Special Note – "Every possible information" is poor use of English collocation. The correct collocation is "all possible information" because "information" is an uncountable word. The word "every" requires a countable noun in the singular form. E.g. every music – NOT POSSIBLE / every song – POSSIBLE;
3: Correct – In the first paragraph, the author explicitly shows that diplomats are supposed to "be prepared to defend national interests in foreign negotiations of a bilateral or multilateral nature", thus confirming negotiations involving more than two countries;
4: Correct – In the last paragraph, the text confirms that diplomats living abroad will often have to "undergo situations of internal or external conflict in the country to which they are posted", thus confirming the extra role;
5: Correct – In the second paragraph, the author explains that diplomats are expected to "identify the interests of the nation", as well as to "be able to define national interests and defend them", thus confirming the awareness of the country's interests.
GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) It can be deduced from text I that

(1) the diplomatic career offers a unique chance for those who want to live in the best countries all over the world.
(2) rarely do diplomats have to live in unfavorable conditions.
(3) diplomacy should not always be considered a safe career.
(4) risky countries ought to be avoided by the diplomatic service.
(5) it is illegal to assign diplomats to serve in countries where conditions are unpleasant.

1: Incorrect – In the last paragraph, the texts explicitly confirms that the reality of the career is "far removed from that other widespread cliché, (…) that this is a professional option for those who want the chance to live in pleasant places overseas", thus proving that the career offers varying experiences, not only in the best countries all over the world;
2: Incorrect – In the last paragraph, the text confirms there is a tendency to have diplomats "serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", and that diplomats "invariably (regularly) undergo the experience of living in difficult countries", thus proving that this is not rare;
3: Correct – In the last paragraph, the text explicitly reveals that diplomats often "undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family" and that diplomats are sometimes "the targets of violent actions for political motives", thus proving the lack of safety that diplomats can often face;
4: Incorrect – In the last paragraph, the text explains that "diplomatic service is legally bound to endeavor to assign each civil servant serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", proving that avoiding risky countries is not an option for diplomats. In fact, the great majority of diplomats invariably undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family;
5: Incorrect - In the last paragraph, the text explains that "diplomatic service is legally bound to endeavor to assign each civil servant serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", proving that assigning diplomats to serve in countries where conditions are unpleasant is, in fact, legal.
GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

Text II

1 Thank you very much Minister Nkate. Minister Merafhe
and Minister Seretse, thank you for inviting us here to open this
very important Competitiveness Hub[1].
4 What is this Hub? What is this all about? In October of
2001, president Bush at the AGOA Forum announced that the
United States was going to open trade centers to encourage
7 Africans, that is all of Africa, to export goods all over the world.
We call these the Competitiveness Hubs and they are in
Botswana, where we are going to unveil the plaque today, they
10 are in Ghana and they are in Kenya. And these three

Competitiveness Hubs try to, and hopefully will succeed, get all
of sub-Saharan Africa to prepare their goods and services for the
13 markets all over the world — Europe, Intra-Africa, North
America, and the Far East. This is about getting African business
services ready to compete around the world.
16 And you know our belief is, and I believe the Europeans
share this belief, that African goods and products can be
competitive. They can compete and, given the chance, I think
19 they will compete very effectively. So what does this Hub do?
What are we going to try and accomplish? You know we are
going to, number one, explain the rules. Trade has rules, the rules
22 to the game. And one of the things that we are going to do is
explain the rules to export to the United States. We are going to
explain the rules — how to export to Europe, and how to export
25 to the Koreans or to Japan.

[1]Hub — central point of activity, interest or importance, focal point Internet: <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/20401.htm >. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Judge the following items related to text II.

(1) The text consists of some oral remarks.

(2) A possible title for this text could be: Sub-Saharan Africa global competitiveness hub: exporting goods

(3) The passage described in the text was marked by a formal ceremony.

(4) President Bush showed interest in African goods in the late 1990's.

(5) Every African country is liable to export goods.

(6) Europeans believe African products are highly competitive.

1: Correct – On line 1, the text opens with the speaker thanking people you are present at the speech, a mark of oral remarks;
2: Correct – On lines 5 to 8, the text (speech) reveals that the competitiveness hubs are aimed at helping African countries to export their goods;
3: Correct – On lines 2 and 3, the text reveals that it is the opening ceremony for the Competitiveness Hub in Botswana;
4: Incorrect – The text shows that President Bush's interest in African goods was in 2001, not in the 1990s;
5: Correct – On lines 11 to 15, the speech reveals that the Hub, if successful, will prepare "all sub-Saharan" African countries to export goods around the world;
6: Incorrect – On lines 18 and 19, the speaker reveals his belief in African goods becoming highly competitive, but there is nothing that confirms Europeans think the same way.

GABARITO 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Based on text II, judge the following items.

(1) African countries will not be able to export their goods to Europe.

(2) It seems that in some African countries international export rules still need to be taught.

(3) The rules to export to the United States differ from those to export to Europe.

(4) Asiatic countries are not included in the speaker's comments.

1: Incorrect – On lines 23 and 24, the text shows that, provided the rules are followed, Africa will be able to export goods to Europe;
2: Correct – On lines 21 to 25, the speaker emphasizes that rules must be taught on how to export to other countries, inferring that there is a need for such teachings;
3: Correct – On lines 22 to 24, the speaker separates the United States from Europe, emphasizing that the rules to each place need to be taught. Such separation suggests the rules are different. This is made even more emphatic when the rules to some Asian countries are further separated;
4: Incorrect – On line 25, the speaker mentions two Asian countries: Korea and Japan.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) In text II,

(1) the first "What" (*l*.4) can be correctly replaced by Which.

(2) "hopefully" (*l*.11) means the opposite of hopelessly.

(3) "succeed" (*l*.11) is synonymous with come after.

(4) "their" (*l*.12) refers to all African countries.

(5) "around the world" (*l*.15) is the same as all over the world.

(6) "accomplish" (*l*.20) is the same as achieve.

1: Incorrect – The word "which" is used when there is a choice or a selection of nouns. In the question "What is this Hub?", no choice is being made; the aim of the question is to define or clarify;
2: Correct – In this text, the adverb "hopefully" expresses an idea that expectations are high. The adverb "hopelessly" expresses an idea in which expectations are very low or non-existent;
3: Incorrect – In this text, "succeed" means to "achieve something", while "come after" means to "follow". "Succeed" can have the meaning of to "come after and take the place of" when the context involves a person taking another's position or job;
4: Incorrect – The word "their" refers to all the countries in sub-Saharan Africa, which is not all African countries;
5: Correct – The terms "around the world" and "all over the world" are synonymous, as is "the world over";
6: Correct – In this text, "accomplish" and "achieve" are synonymous.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

Text III

1 Preventing nuclear proliferation is an enduring American interest pursued by Presidents and Congresses since 1945. The Senate's October 1999
4 vote against the Test Ban Treaty raised concerns at home and abroad that the United States (US) might be walking away from its traditional leadership of
7 international non-proliferation efforts. I am confident that this was not the intent of the Senate. In my conversations, I have found broad bipartisan support
10 for strengthened US leadership of a comprehensive international campaign against proliferation.
I recommend that the next Administration work
13 closely with Congress and US allies to mount a more integrated response to the dangers posed by the spread of nuclear weapons, that it appoint a Deputy National
15 Security Advisor for Non-Proliferation to oversee policy coordination and implementation, and that it revisit the Test Ban Treaty in the context of the direct
19 and indirect contributions it can make to this policy.

Internet: <http://www.state.gov/www/global/arms/ctbtpage/ctbt-release.html>. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) It can be concluded from text III that

(1) the US has been worried about nuclear proliferation for more than half a century.
(2) the American Senate always wanted to ban nuclear weapons of mass destruction.
(3) never have there been international worries in relation to American nuclear policy.
(4) its author is against nuclear test ban treaties.
(5) its author was not considering himself as part of the next US Administration when he wrote it.

1: Correct – On line 3, the first sentence mentions "since 1945", making it more than 50 years;
2: Incorrect – The text does not make it clear that the Senate "always" wanted to ban nuclear weapons of mass destruction. There is no reference to how long this desire has lasted;
3: Incorrect – On lines 3 to 7, the author identifies "raised concerns at home and abroad" that the Senate could be wavering on its "traditional leadership of international non-proliferation efforts", which suggests that worries on the Senate's intent and efforts to ban nuclear weapons have reached foreign shores;
4: Incorrect – On lines 16 to 19, the author emphasizes the need to revise the Test Ban Treaty to improve its contributions. He is for improvements, not against the Treaty;
5: Correct – On lines 12 and 13, the author makes recommendations to the next Administration, suggesting that he would not be part of it.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) In text III,

(1) "this" (*l.*8) refers back to "traditional leadership" (*l.*6).
(2) "I have found" (*l.*9) can be correctly replaced by found.
(3) "comprehensive" (*l.*10) is the same as understandable.
(4) "appoint" (*l.*15) can be replaced by appoints.
(5) "oversee" (*l.*16) means to make certain that it is being done correctly.

1: Incorrect – The reference word "this" refers back to the interpretation that it might be "walking away from traditional leadership of international non-proliferation efforts". It refers more specifically to the "walking away", rather than the "leadership" itself;
2: Incorrect – The sentence does not offer a specific time reference. This reinforces the need to employ the present perfect to emphasize that his conversations have been occurring for some time, even though "for how long" is not made clear. This verb tense also suggests that conversations may still continue. Using the simple past form would suggest that the conversations took place in the past and that there will be no more conversations. Special Note: In modern grammar studies, it is now acceptable to replace the present perfect with the simple past form, although it should be noted that this is predominantly an American style;
3: Incorrect – "Comprehensive" means "broad" or "all-encompassing". Although a derivative of the verb "comprehend", the adjective has a completely different meaning;
4: Incorrect – Taking the beginning of the sentence "I recommend" and joining it with the second item on the list "that it appoint a Deputy National Security Advisor for Non-Proliferation", it becomes evident that the structure is subjunctive. After the verb structure "recommend that" the following verb should take the subjunctive form. For example, "I recommend that he study", not "he studies". In this structure, the verb form for all persons (1st, 2nd, 3rd), both singular and plural, will remain the same: subjunctive (infinitive without "to");
5: Correct – In this text, "oversee" means to "supervise", "manage" or "make certain that something is being done correctly". As a contrast, "overlook" means to "look, but fail to see", as in "When I was correcting your essay, I overlooked the spelling mistakes" = "I corrected your essay, but I did not correct the spelling mistakes in it".

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

Text IV

Explanation of Vote in Security Council by John D. Negroponte,
US Representative to the United Nations (UN)

Thank you Mr. President, Mr. Secretary-General. The lifting of sanctions marks a momentous event for the people of Iraq. It is the turning of a historical page that should brighten the future of a people and a region.

My government called for this vote this morning because we firmly believed that each additional day of debate over the language of this important text would further hinder recovery. The gas lines are long, despite blessedly little damage to Iraq's residual infrastructure. After more than a decade of being frozen out of the world economy, it is time for the Iraqi people to benefit from their natural resources.

President Bush and Prime Minister Blair said last month at Hillsborough that the United Nations should play a vital role in rebuilding Iraq. In passing this resolution, we have achieved much for the Iraqi people. By recognizing the fluidity of the political situation and that decisions will be made on the ground, the Security Council has provided a flexible framework under Chapter VII for the Coalition Provisional Authority, member states, the United Nations and others in the international community to participate in the administration and reconstruction of Iraq and to assist the Iraqi people in determining their political future, establishing new institutions, and restoring economic prosperity to the country.

The resolution establishes transparency in all processes and the United Nations participation in monitoring the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds.

Internet: <http:www.state.gov/p/io/rls/rm/2003/20860.htm>. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Based on text IV, judge the following items.

(1) The suspension of sanctions in Iraq is important for its future.

(2) The vote calling was an American initiative.

(3) The sooner the sanctions are lifted the better for the Iraqis.

(4) Iraqi recent war seriously damaged its oil fields.

(5) Sanctions on Iraq have lasted for more than 10 years.

(6) In Mr. Negroponte's opinion, the Iraqis couldn't benefit from their natural resources.

(7) It is now commonsense that the UN has a crucial task in Iraq's reconstruction.

(8) The UN will help to bring international recognisance to the Iraqi future government.

(9) The UN will act only as an observer on how the Iraqi people will determine their political future.

1: Correct – In the first paragraph, the speaker identifies the importance of lifting sanctions (The lifting of sanctions marks a momentous event for the people of Iraq), and how this will effect the future of Iraqis and the region ([It] should brighten the future of a people and a region);
2: Correct – The speaker, Mr. John D. Negroponte, who is a US representative to the UN (see title of text), in paragraph two, explicitly says "my government called for this vote";
3: Correct – John D. Negroponte explains, in the second paragraph, that "each additional day of debate (…) would further hinder recovery", meaning each additional would make recovery more difficult. Thus, the sooner sanctions are lifted, the sooner recovery (which is a good thing) will be possible;
4: Incorrect – In the second paragraph, the speaker explicitly mentions that the gas lines suffered "blessedly little damage", meaning "happily minimal destruction". The use of the adverb "blessedly" expresses and emphasizes the relief felt that the gas lines were not seriously damaged;
5: Correct – In the second paragraph, the speaker explicitly mentions that Iraq had been "frozen out of the world economy" for "more than a decade";
6: Correct – In the second paragraph, the speaker explains that now sanctions have been lifted, "it is time for the Iraqi people to benefit from their natural resources", suggesting that before, during sanctions, the Iraqi people were not able to benefit from such resources;
7: Incorrect – In the question, the term "commonsense" seems to be employed incorrectly. The term means "sound practical judgment". For example, it is common sense to cross the street at the traffic lights, rather than jaywalking. In Portuguese, this is best translated as "bom senso". The Portuguese term "senso comum" is best translated as "common knowledge" which would seem more fitting in this case. In spite of this possible mistranslation, in the text, the only people that expressed conviction that the UN has a crucial task in Iraq's reconstruction were "President Bush and Prime Minister Blair", which they did "last month at Hillsborough". This is hardly enough to claim "common sense" or "common knowledge";
8: Incorrect – The word "recognisance" is an archaic and obsolete form of "recognition". It is more commonly employed to refer to a "bail bond" (a form of fiança) for people being criminally charged in a court. Furthermore, there is nothing explicit in the text to identify international "recognition". There is international participation and reconstruction, but nothing clearly focused on recognition. The only time "recognition" is mentioned in the text is in the third paragraph when the Security Council recognizes "the fluidity of the political situation and that decisions will be made on the ground", which is not "international" recognition;
9: Incorrect – In the third paragraph, the speaker reveals that the UN's Security Council has prepared a flexible framework in which the United Nations and others in the international community will participate in the administration and reconstruction of Iraq, this proving that the UN will not merely observe, but will be actively engaged in efforts.

GABARITO Nosso 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9E
GABARITO Oficial 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7C, 8C, 9E/

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) The passage "The resolution establishes transparency in all processes and the United Nations participation in monitoring the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds" in text IV can be replaced by

(1) The resolution sets up transparency in every process and the United Nations participation in keeping track of the sale of Iraqi oil reserves and expenses of oil proceeds.

(2) The resolution settles transparency in all processes and the United Nations participation in watching carefully the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds.

3) The resolution foresees transparency in each process and the United Nations cooperation in controlling the purchase of Iraqi oil resources and expenditure.

(4) The conclusion settles down transparency in all processes and the UN will take part in monitoring the sale of Iraqi renewable resources and expenditure.

(5) The resolution must establish transparency in all processes and the United Nations participation will be restricted to buying and selling oil resources and proceeds.

1: Correct – In the sentence, "establish" is synonymous with "set up"; "all" is usually followed by plural nouns, while "every" is followed by nouns in the singular form (no change to meaning); "monitor" is synonymous with keep track of"; and "expenditure" is synonymous with "expenses";
2: Incorrect – "Settle" is not synonymous with "establish". "Settle" can mean "reconcile", "establish a home (not transparency)", "become peaceful", "decide/choose (e.g. settle on a color)", "to pay (a bill)", "to land (a bird settles on a branch)". The use with "transparency" is not the correct collocation;
3: Incorrect – "Foresee" means to predict, rather than "establish", but it is a possibility, if not the best one. "Cooperation" suggests that others will also monitor the sale, while "participation" suggests that the UN's contribution will be to monitor the sale, which does not suggest it will work in cooperation with another entity. "Controlling" means "to regulate" and "have power over", while "monitor" means to verify and "accompany". This suggests a more aggressive role for the UN, thus changing the meaning of the sentence. "Purchase", in this case, is a reasonable substitute for "sale" as one is not possible without the other;
4: Incorrect – "Settle down" means to "establish a home and family", not to establish transparency. "Renewable resources" are not the same as "oil resources" as the idea can incorporate other sources of energy, including wind, natural gas, etc.;
5: Incorrect – "Must" conveys and idea of obligation, which the original sentence did not contain. Changing the idea of monitoring sales to restricted to buying and selling", changes the UN's role in this effort, making this answer incorrect.

GABARITO Nosso 1C, 2E, 3E, 4E, 5E
GABARITO Oficial 1C, 2C, 3E, 4E, 5E/

Atenção: Para responder as próximas seis questões, considere o texto abaixo.

During his interview with the Financial Times last Friday, Celso Amorim, Brazil's foreign minister, admitted to feeling tired, frustrated and as if he had a bad hangover. "If the party has been good, a hangover is OK," he said. "But if it's been a bad party and your girlfriend has left with somebody else…"

Mr Amorim has every reason to look back on the collapse of the Doha round of talks at the World Trade Organisation

in Geneva last week as a grim episode. Brazil's leadership of the G20 group of developing nations, which briefly showed so much promise, has come to nothing. Deep splits in the group emerged during the final days of the talks, with India, China and even Argentina putting protection of their own manufacturers and producers ahead of the interests of global free trade.

Mr Amorim, his team, Brazil and the world all deserved (A)_____ *, and even in failure and frustration Mr Amorim deserves recognition for the statesmanlike role he played throughout the talks. Brazil's farmers are among the most efficient in the world and they have achieved that status with none of the coddling handed out to their competitors in developed nations. Brazil has the expertise and land – most of it far away from the Amazon and other sensitive areas – to supply the world with the food it so badly needs.* Instead*, as Mr Amorim* warns*, what the world will get is more starvation and destabilisation.*

Jonathan Wheatley (http://www.brazilmax.com/forum/message.cfm?MID=1005)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A palavra que preenche corretamente a lacuna **A**, no texto, é

(A) good.
(B) best.
(C) better.
(D) worse.
(E) worst.

A: Incorrect – This does not form a recognized collocation. Another way to look at this is that "deserve" is a transitive verb, which means it requires a noun (object). The comparative adjective "better" can represent a noun in some specific cases, such as this one. "Good" is not used in this fashion;
B: Incorrect – The superlative form of good. Not appropriate here and would require 'the' definite article – the best;
C: Correct - The comparative form of good. This forms the correct collocation – to deserve better. The verb "deserve" is transitive, which means it requires a noun (object). The comparative adjective "better" can represent a noun in some specific cases, such as this one;
D: Incorrect - The comparative form of bad. This does not make sense within the context of the text;
E: Incorrect- The superlative form of bad. Not appropriate here and would require 'the' definite article – the worst.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) In the text, 'their' refers to

(A) India, China and Argentina.
(B) India.
(C) China.
(D) India and China.
(E) Argentina.

A, B, C, D e E: "Their" is a possessive adjective and refers to all three countries (India, China and Argentina.). Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: manufacturers and producers = their – belonging to the three countries.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for *Instead* in the above text is

(A) In spite of.
(B) Likewise.
(C) Therefore.
(D) However.
(E) In addition.

A: Incorrect – Variant of despite. Prepositional phrase showing contrast or surprise;
B: Incorrect – Adverb – similar to similarly, equally;
C: Incorrect – Adverb – showing a logical conclusion – similar to thus, consequently;
D: Correct – Conjunction – similar to although, on the other hand, yet. The best option in terms of instead meaning in the text – in place of something;
E: Incorrect – Adverb – similar to moreover, furthermore, besides.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O verbo *warns*, no texto, indica

(A) confirmação.
(B) sugestão.
(C) probabilidade.
(D) necessidade.
(E) alerta.

A, B, C, D e E: Celso Amorim notifies of the negative consequences that will occur. In this sense, he alerts.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text, Mr Amorim

(A) believes that due to the failure of the Doha round of talks the world will be in greater need of food.
(B) is exhilarated by the outcome of the Doha round of talks.
(C) was frustrated because he only played a minor role in the Doha round of talks.
(D) had a bad hangover during a party at the Doha round of talks.
(E) failed to grant Brazilian farmers the customs protection developed countries enjoy.

A: Correct – Mr Amorim warns that the world will see more starvation, i.e. a greater need for food;
B: Incorrect – Exhilarated is to feel happy and energetic. The text explicitly says Mr Amorim felt tired and frustrated;
C: Incorrect – He was frustrated about the outcome of the talks, not about his role in the talks. On the contrary, the text states he had a statesman-like role in the talks;
D: Incorrect – Mr Amorim uses the idea of a hangover figuratively. 'As if he had a bad hangover';
E: Incorrect – There is no suggestion that this was Mr Amorim's objective in the talks. It is true that other farms are portrayed as being overly protected – (coddled).
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Infere-se do texto que

(A) grande parte dos alimentos de que o mundo precisa chega a seu destino em más condições de consumo.
(B) grande parte da terra produtiva do Brasil encontra-se próxima à região amazônica.
(C) os fazendeiros do Brasil, caso tivessem os subsídios de seus concorrentes dos países desenvolvidos, poderiam tornar-se os mais eficientes do mundo.
(D) a rodada de Doha falhou porque alguns países colocaram seus próprios interesses acima dos interesses globais.

(E) o Brasil, como lider do grupo G20, teve um desempenho bastante frustrante na rodada de Doha.

A: Incorrect – No evidence to support this;
B: Incorrect – The text states most agricultural land is far away from the Amazon;
C: Incorrect – The text says Brazilian farmers are among the most efficient farmers – not the most efficient. The text does not allow inference about what would happen if they received more subsidies;
D: Correct – The Doha round did fail. As the text states, countries put their own interests ahead of global free trade (paragraph 2) – i.e. countries prioritised their own individual interests;
E: Incorrect – This is too strong to state. The text says that Brazil's leadership came to nothing, i.e. had no result. However, the blame for the failure of the talks is other countries, not Brazil.

GABARITO "D"

Instruções: Para responder as próximas quatorze questões, considere o texto abaixo.

Brazil's foreign policy: ___TITLE___

Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to be? It is a small force, but of huge symbolic significance. This month, 1,200 Brazilian troops arrived in Haiti, the country's biggest foreign military deployment since the Second World War. Brazil is commanding a United Nations peacekeeping force of 6,700 mainly Latin American troops and 1,600 police which is taking over from American and French forces in the Caribbean island. This marks a new departure. Brazil has long been a gentle and introverted giant, content to be a bystander on the world stage. 34.

Luiz Inácio Lula da Silva, the country's left-leaning president, is carving out a role for Brazil as spokesman for poor countries, most notably by founding the G20 group which lobbies for rich countries to open up farm trade. His government is playing a more active role across South America. And it is seeking a permanent seat on the UN Security Council. "Brazil has begun to flex its muscles as a regional superpower," says Miguel Díaz of the Centre for Strategic and International Studies, a Washington-based think-tank.

If so, it is a paradoxical one. On the one hand, Brazil's fondest wish is to mitigate the United States' dominance of global affairs and thereby to enhance Brazil's influence. The foreign minister, Celso Amorim, calls for "a more balanced world" and justifies the Haiti mission in part as a step towards it. "You can't be a supporter of multilateralism and when it comes to act say it's [too] dangerous," says Mr Amorim.

On the other hand, Brazil's new activism often, though B, coincides with the interests of the United States. Both countries want democracy and stability in places in the Américas where these seem fragile. In some of those places, Lula's Brazil has more friends and influence than George Bush's more abrasive United States. The two sometimes back rivals in these countries, but that is one source of Brazil's usefulness.

Lula did not start Brazil's international activism. In recent years, Brazilian troops have joined UN missions in East Timor and Angola. In 1996, Brazil acted with Argentina and the United States to forestall a coup in Paraguay – recognition that the defence of democracy in the region should take precedence over a tradition of non-intervention in the affairs of neighbours.

The search for a stable South America has long been an axiom of Brazil's foreign policy, but demographics have given it greater urgency. Brazilians, once described as clinging to the coast like crabs, have scurried westwards and northwards. The building of Brasília, which replaced Rio de Janeiro as the capital in 1960, helped to spark development of the interior, a process accelerated by an agricultural boom in such western states as Mato Grosso. The Amazon, Brazil is learning, is both a resource and weak spot, vulnerable to guerrillas, drug traffickers and land-grabbers.

For most of its history as an independent country, Brazil saw Argentina as its chief rival and strategic threat. That changed with the formation of Mercosur, an incipient customs union also involving Paraguay and Uruguay. This has allowed Brazil to shift much of its army from its southern border to the north-western jungles near Colombia and Peru.

Brazil's sense of neighbourhood may be widening. Yet, argues Mr Valladão, Brazil has not decided what sort of neighbour to be. At times, it portrays itself as a team player. In theory, it negotiates on trade as a member of Mercosur. But Brazil also sees itself as a "whale", with the heft and appetite to act on its own. Mr Amorim's answer is that, in a world likely to be dominated by blocks, Brazil's best option is to co-operate as much as possible with its neighbours and other developing countries. Whales, he notes, "are gregarious animals."

(Adapted from **The Economist**, June 11, 2004)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for taking over from in the text is

(A) bringing together.
(B) joining.
(C) replacing.
(D) defeating.
(E) wiping out.

A: Incorrect - To connect, unite;
B: Incorrect – To unite, connect;
C: Correct – Taking over means to assume control or take responsibility, i.e. to replace;
D: Incorrect - To bet, to win over;
E: Incorrect – To completely destroy.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerando o sentido do texto, a melhor tradução para This marks a new departure é:

(A) Isso sinaliza uma nova atitude.
(B) Este é o marco de uma nova partida.
(C) Este é um sinal de sucesso.
(D) Essa é a marca do novo governo.
(E) Isso indica um novo rompimento.

A: Correct – Departure – deviation, divergence – showing in this context that Brazil is taking a new position;
B: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with leaving;
C: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with success;
D: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with a new government;
E: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with a rupture of ideas.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) The alternative that correctly completes the first paragraph of the above text is

(A) *And so it will remain.*
(B) *At last it is playing a minor role.*
(C) *As usual, a Latin American leader.*
(D) *Now that is changing.*
(E) *No more troops for Haiti.*

A: *Incorrect – This is illogical by what follows in paragraph 2;*
B: Incorrect - This is illogical by what follows in paragraph 2;
C: *Incorrect – This neither concludes the first paragraph nor links into the second paragraph;*
D: Correct – This phrase logically concludes paragraph 1, discussing Brazil's previous attitude, and provides a link to the second paragraph, which goes on to discuss the change that Brazil has made;
E: Incorrect – Paragraph one states that the large number of troops will be in charge of in Haiti.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *In the text, the pronoun one refers to*

(A) *UN Security Council.*
(B) *the country's left-leaning president.*
(C) *active role.*
(D) *farm trade.*
(E) *G20 group.*

A, B, C, D e E: active role refers back to paragraph 2 – the text says this government is playing a more active role in South America. This should remind students to read both texts above the target language to help identify what the pronoun refers to.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Preenche corretamente a lacuna B, no texto:

(A) not seldom.
(B) usually.
(C) sometimes.
(D) never.
(E) not always.

A: Incorrect – Seldom, rarely – this would be illogical;
B: Incorrect - This would not be logical as 'though' demands a contrast to often;
C: Incorrect – This would not be logical as 'though' demands a contrast to often;
D: Incorrect – This would not form a logical phrase;
E: Correct – This combines with the previous phrase – often, though not always – to provide a restriction to the phrase.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) In the text, these refers to

(A) places.
(B) democracy and stability.
(C) both countries.
(D) friends and influence.
(E) the Americas.

A, B, C, D e E: In the sentence, this is what both countries want – these – plural of this. This demonstrative pronoun refers back to the plural that comes immediately before, which, in this case, is democracy and stability.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for back in the text is

(A) command.
(B) enhance.
(C) support.
(D) deploy.
(E) mitigate.

A; Incorrect – To command rivals in this context does not make sense;
B: Incorrect – To enhance/improve rivals in this context does not make sense;
C: Correct – To back (verb) means to support;
D: Incorrect – You cannot deploy rivals – normal use is to deploy troops;
E: Incorrect – You cannot mitigate rivals – normal use it to mitigate the effects of something.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Infere-se, pelo texto, que

(A) os países ricos estão empenhados em abrir suas fronteiras aos produtos do grupo G-20
(B) o Brasil tem enviado tropas ao Haiti desde a Segunda Guerra Mundial.
(C) um dos objetivos do grupo G-20 é fazer os países ricos abdicarem do protecionismo aos seus produtos agrícolas.
(D) o grupo G-20 foi criado para incentivar a comercialização dos produtos agrícolas entre seus membros.
(E) o Presidente Lula pretende ser o porta-voz dos países pobres da América do Sul.

A: Incorrect – There is no information to suggest the position of the rich countries on trade with the G20 group;
B: Incorrect – The Haiti operation is the biggest mission for Brazilian troops since the Second World War;
C: Correct – (Paragraph 2) the G20 group which lobbies for rich countries to open up farm trade. (To lobby – to try to influence), (to open up – to ease restrictions.);
D: Incorrect – This is not stated;
E: Incorrect – The role is for Brazil, not Lula (paragraph 2, line 1).
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text, Mr Amorim

(A) concedes that Brazil should not support Haiti.
(B) believes Brazil should not get involved in regional disputes.
(C) claims that it is too dangerous to side with multilateralism.
(D) does not think a "balanced world" will ever be possible.
(E) believes Brazil's mission in Haiti will contribute to a more balanced world.

A: Incorrect – The opposite is true. Brazil is taking an active role in Haiti;
B: Incorrect – No evidence to support this;
C: Incorrect – (Paragraph 3) the opposite is true. If you support multilateralism, you must be willing to act even when it is dangerous;
D: Incorrect – No evidence to support this;
E: Correct – (Paragraph 3) Mr Amorim justifies that the peace mission in part as a step towards it. In this case, 'it' represents a more balanced world.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) One can infer from the text that

(A) Brazil may be more influential in South America than the U.S. due to President Lula's friends in the region.
(B) Brazil and the U.S. have always had the same interests in Latin America.
(C) the U.S. are not really interested in promoting democracy in South America.
(D) Brazil and the U.S. are, in fact, rivals in South America.
(E) Brazil is useful in the international scene due to its alliances with the United States.

A: Correct – (Paragraph 4) – In some of these places, Lula has more friends and influence than George Bush's abrasive/rough/annoying United States;
B: Incorrect – (Paragraph 4) - The two (i.e. Brazil and the U.S.) sometimes back rivals. This shows the countries sometimes support rival parties/political stances in Latin American countries;
C: Incorrect – No evidence to support this;
D: Incorrect – This is too strong a statement to support. Sometimes they differ, but Paragraph 4 shows that their interests often, though not always, coincide;
E: Incorrect – No evidence to support this.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) De acordo com o texto, o objetivo prioritário da política externa do Brasil é

(A) a participação ativa em organizações internacionais multilaterais.
(B) a estabilidade política da América do Sul.
(C) a não intervenção nos assuntos de outros países.
(D) a segurança de suas fronteiras.
(E) o apoio aos governos democráticos dos países vizinhos.

A: Incorrect – The text suggests this is an interest, but it is not a priority;
B: Correct – (Paragraph 6) the search for a stable South America has long been an axiom of Brazil's foreign policy. Axiom = an established rule;
C: Incorrect – Mr Amorim even says that you can not back out when things become too dangerous. This suggests that "non-intervention" is not the policy;
D: Incorrect – No evidence that this is a priority of Brazilian foreign policy;
E: Incorrect - The text suggests this is an interest, but it is not a priority.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text,

(A) although Brasilia has encouraged many Brazilians to move inland, most of its population still lives along the coast.
(B) the creation of Mercosur allowed Brazil to move a large part of its troops to more troublesome regions like the Amazon.
(C) in spite of the Mercosur, Argentina is still viewed as a strategic threat to Brazil.
(D) Paraguay has always been a threat to the democracy in South America.
(E) the sudden agricultural boom of the state of Mato Grosso has contributed to a more balanced demographic distribution.

A: Incorrect – No evidence to support where the majority of the population now lives;
B: Correct – Yes, it has moved its troops to these areas (Paragraph 7) and (in Paragraph 6) the text mentions the Amazon jungle as a weak spot, vulnerable to guerillas, drug traffickers and land-grabbers – therefore, a troublesome region;
C: Incorrect – The contrary is true. (Paragraph 7) Brazil has shifted much of its army to the north-western jungles near Columbia and Peru;
D: Incorrect – The text only mentions an intervention in 1996 (Paragraph 5) to forestall/prevent a coup. Therefore, it has not always been a threat to democracy;
E: Incorrect – This is too strong to support. Yes, there has been development and population growth in Mato Grosso, but to say it is more balanced is an exaggeration.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) One can infer from the text that

(A) the "whale", as suggested by Mr Valadão, is a perfect metaphor, not only for Brazil but also for all Mercosur members.
(B) Mr Valadão and Mr Amorim agree that Brazil has been a responsible neighbour in South America.
(C) Mr Amorim endorses the idea that Brazil is a whale, acting on its own.
(D) the future of Brazil's foreign policy will be to side with a larger number of developing countries, even beyond South America's borders.
(E) Brazil is willing to cooperate with developed countries in order to widen its influence in South America

---

A: Incorrect – The whale metaphor is suitable only for Brazil as it refers to its 'heft', i.e. size/power and aspirations. The metaphor cannot be extended to the other Mercosur countries;
B: Incorrect – There is no evidence to show an agreement between the Mr Valadão and Mr Amorim;
C: Incorrect – Mr Amorim says that, like whales, Brazil should be co-operative and sociable/gregarious;
D: Correct – Paragraph 8 – Mr Amorim states that Brazil's best option is to co-operate as much as possible with its neighbours and other developing countries;
E: Incorrect – No evidence to support this.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) The phrase that completes the TITLE of the text in the best way is:

(A) We are the world
(B) Dwindling light
(C) Playing second fiddle.
(D) The UN wakes up
(E) A giant stirs

A: Incorrect - No relevance;
B: Incorrect - Dwindling means to lessen gradually – the sense in the text is of Brazil's expanding, not reducing role;
C: Incorrect – To play second fiddle means to perform a minor/secondary role – this is not the focus of the text;
D: No evidence that the UN is doing this;
E: Correct - This is the most appropriate as the giant is Brazil and to stir means to awaken/arouse and to take action.
GABARITO "E"

Instruções: Para responder as próximas cinco questões, considere o texto abaixo.

The best of enemies

On a surprising range of foreign-policy issues, the rivals have morphed into each other. But differences remain.

Vin Weber, a former Republican congressman for Minnesota, once joked that Americans treat foreign policy much as they treat dentistry – something they

would rather not think about unless they have to. The first three presidential elections after the end of the cold war, in 1992, 1996 and 2000, saw C discussion of the world beyond America's borders. The economy trumped international affairs, the culture wars diplomacy. Even in 2004, when America was really at war, values seemed to matter much more than abroad did.

This year will be different. Foreign policy will define the election almost as much as America's troubled economy. The next American president will inherit the most difficult international situation since Richard Nixon won power in 1968: two nasty wars, in Iraq and Afghanistan, in their fifth and seventh year respectively; an Iran bent on acquiring nuclear weapons; instability in Pakistan; deeply strained relations with a prickly Russia; rivalry with booming China; a catastrophic drop in America's standing around the world; and a backlash against globalisation.

The candidates, Barack Obama and John McCain, are the products of different worlds. Nevertheless, they see eye-toeye on many big issues. First, both genuinely understand that the next president must strive to improve America's global image. A big majority of Americans agree that their country's reputation has been badly damaged in the Bush years. This not only makes it difficult for America to exercise moral leadership; it also hinders its exercise of hard power. In the run up to the invasion of Iraq the Turkish government felt obliged to refuse American troops permission to operate from its soil.

Things can only get better

The good news is that either candidate is well-placed to improve America's image. And if you are in the business of improving America's brand, there is no better way to start than by replacing the current president. That said, Mr Obama would clearly do a lot more to rebuff America's image than Mr McCain ever could. Some 250,000 people turned out to see him in Berlin in July; Mr McCain's earlier visit to Europe went virtually unnoticed.

Both candidates also advocate specific policies that are designed to clear some of the blemishes on America's image. They both propose a policy of cap-and-trade to deal with global warming, an issue on which American leadership has been sorely lacking for the past eight years. They both oppose the use of torture – Mr McCain with the authority of a man who was himself tortured by the Vietnamese. They both want to close Guantánamo Bay.

The second area where the two men have more in common than one might expect is the "war on terror". They have plenty of disagreements, to be sure: Mr Obama does not go as far as Mr McCain in describing it as the defining struggle of the time, and he sounds less preoccupied with state sponsors of terrorism. But whoever wins the presidency will continue to place militant Islam at the centre of his foreign policy.

But for all that they agree on the need for a fresh, more multilateral approach, there remain some hefty differences between the two men, even if the pressures of the campaign have narrowed them a little. Most simply put, Mr McCain remains significantly more hawkish than Mr Obama. No voter should doubt that, as president, he would be more inclined to favour a robust approach, whether that be the use of military means, or the use of tougher diplomatic ones.

The second big difference is over diplomacy. Mr Obama hopes to use the power of negotiation to tackle some of the world's most intractable problems. During the primary He promised to hold unconditional talks with America's enemies, including the theocratic government of Iran. He promised to back talks between Israel and Syria in a bid to break Damascus's military alliance with Tehran. He also put a lot of emphasis on using diplomatic tools to solve the impasse over Israel and Palestine. Mr McCain gives the impression that he thinks talk has its limits.

(Adapted from **The Economist**, October 2nd 2008)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A palavra que preenche a lacuna C, no texto, corretamente é

(A) *many.*
(B) *few.*
(C) *such..*
(D) *little.*
(E) *much.*

A: Incorrect – "Many" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun;
B: Incorrect – "Few" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun;
C: Incorrect – "Such" is a determiner used to refer back to a previously mentioned idea. In the sentence prior to the one in question, the author argues that there was no discussion. Thus, "such" would refer back to an idea that was not given;
D: Correct – "Little" is a quantifier used with uncountable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun. "Little" also reinforces the idea that is given in the previous sentence, i.e. Americans "would rather not think about" foreign policy. This is reinforced in the following sentence, when the author argues that "values seemed to matter much more than abroad did";
E: Incorrect – "Many" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Segundo o texto,

(A) o resultado das eleições americanas já é previsível face às posições antagônicas advogadas pelos dois candidatos.
(B) a política externa proposta pelos candidatos será um dos fatores determinantes do resultado das eleições americanas.
(C) a política externa sempre foi uma das maiores preocupações dos presidentes eleitos após a Guerra Fria.
(D) os problemas internacionais atuais dos Estados Unidos são decorrentes, em grande parte, do governo Nixon.
(E) foi graças ao fim da Guerra Fria que as relações entre os Estados Unidos e a Rússia tornaram-se amistosas.

A: Incorrect – The last sentence in the sixth paragraph clearly shows that no foreseeable outcome is offered in the text. "*But whoever wins the presidency will continue to place militant Islam at the centre of his foreign policy";*
B: Correct – The beginning of the second paragraph clearly states that "*Foreign policy will define the election almost as much as America's troubled economy";*
C: Incorrect – The first paragraph clearly states that *"the first three*

presidential elections after the Cold War (…) saw little discussion of the world beyond America's borders";
D: Incorrect – The second paragraph mentions: "*The next American president will inherit the most difficult international situation* **since** *Richard Nixon won power in 1968". The word since in this sentence offers a comparison between the government that Nixon inherited and the one that the next president will inherit. No blame is attributed;*
E: Incorrect – There is no mention of this in the text. In the second paragraph, reference is made to "*deeply strained relations with a prickly Russia", but no reference to friendly relations.*
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text,

(A) Mr Obama is better suited to improve America's image abroad.
(B) the US has always set a moral example to the international community in spite of resorting to hard power occasionally.
(C) due to the positive views the US enjoys around the world, it was allowed to base its troops in Turkey before an attack on Iraq.
(D) Mr McCain enjoyed a large audience during his visit to Europe.
(E) Mr Bush can't be blamed, alone, for America's damaged image.

A: Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states "*Mr Obama would clearly do a lot more to rebuff America's image than Mr McCain ever could." In this context, the word "rebuff" has the idea of shine, revive;*
B: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states: "*This not only makes it difficult for America to exercise moral leadership; it also hinders its exercise of hard power", proving that the US has NOT always set the moral example;*
C: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states: "*In the run up to the invasion of Iraq the Turkish government felt obliged to* **refuse** *American troops permission to operate from its soil";*
D: Incorrect – At the end of the fifth paragraph, the text clearly states "*Mr McCain's earlier visit to Europe went virtually* **unnoticed***";*
E: Incorrect – In the fourth paragraph, blame is attributed to Mr. Bush: "*A big majority of Americans agree that their country's reputation has been badly damaged in the Bush years." However, there is no mention of blame being attributed to him alone, nor to another president.*
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O trecho American leadership has been sorely lacking for the past eight years significa que a liderança americana

(A) vem sendo injustamente criticada há oito anos.
(B) está gravemente ameaçada há oito anos.
(C) foi bastante comprometedora durante oito anos.
(D) tem sido extremamente ativa nesses últimos oito anos.
(E) tem sido praticamente inexistente nesses últimos oito anos.

A: Incorrect – There is no reference to "criticism";
B: Incorrect – There is no reference to "threats";
C: Incorrect – There is no reference to the leadership being "compromising", in the sense of "a risk";
D: Incorrect – There is no reference to "activity";
E: Correct – The collocation "sorely lacking" means "extreme inexistence" or "major absence".
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Segundo o texto, os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos têm pontos de vista divergentes em relação

(A) à posição que deve ocupar a guerra ao terrorismo islâmico na política externa.
(B) ao uso do poder militar para resolver impasses diplomáticos.
(C) à política relativa ao aquecimento global.
(D) ao fechamento da Baía de Guantanamo.
(E) à tortura de prisioneiros.

A: Incorrect – In the sixth paragraph, the text clearly states: "*The second area where the two men have more* **in common** *than one might expect is the "war on terror";*
B: Correct – In the last paragraph, the author shows how "*Mr Obama hopes to use the power of negotiation". This is reiterated in the following sentences when he refers to the "talks" Mr. Obama plans to have with several countries. The author emphasizes the difference between the candidates in the last sentence "Mr McCain gives the impression that he thinks talk has its limits";*
C: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They* **both propose** *a policy of cap-and-trade to deal with* **global warming***";*
D: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They both want to close Guantanamo Bay";*
E: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They both oppose the use of torture".*
GABARITO "B"

1 As a new form of international diplomacy develops
to deal with a number of emerging issues in which science
and technology play a central role, the United Nations (UN)
4 risks being relegated to the sidelines. The influence and
effectiveness of diplomats and international civil servants
will increasingly depend on the extent to which they can
7 mobilize scientific and technical expertise in their work. This
need not require the UN to acquire extensive in-house
scientific competence, but the organization — especially the
10 office of the secretary general — must learn to tap advisory
services to identify, mobilize, and use the best available
expertise.
13 Although a large number of UN agencies, programs,
and treaties rely on scientific and technological expertise for
their work, they are not designed to receive systematic
16 science advice as a key component of effective performance.
In most cases, science is used in the UN to support special

interests and political agendas that do not necessarily
19 advance the goals of the organization. But this should not
come as a surprise. The UN was founded and grew to
prominence in the era of the Cold War, when much of
22 diplomacy was devoted to dealing with threats arising from
external aggression. Today, attention is turning to issues such
as infectious diseases, environmental degradation, electronic
25 crimes, weapons of mass destruction, and the impacts of new
technologies, which in the past would have been the concern
of individual nations but have now grown to international
28 stature. The UN's capacity to deal with these questions must
also grow.

What is notable about the UN is that it includes
31 organizations that cater to a wide range of jurisdictions but
not to the growing community of science advisors. Even
agencies such as the UN Educational, Scientific and Cultural
34 Organization (UNESCO) have done little to provide a
platform for the world's science advisors. Specialized
agencies such as UNESCO, the Food and Agriculture
37 Organization, the World Health Organization, and the UN
Industrial Development Organization relate to the UN
secretary general's office through a bureaucratic hierarchy
40 that is not responsive to timeliness. They are generally
accountable to their governing bodies and are heavily
influenced by the interests of activist states.

University of Texas at Dallas (with adaptations).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Science and technology now play an important role in international diplomacy the same way as uncountable other emerging matters do.

(2) Diplomats and international civil servants must now increase their technical and scientific knowledge to cope with the new demands coming from emerging issues.

(3) Numerous UN agencies depend upon scientific and technological advice to carry out their tasks, however they are yet to be ready to receive systematic science consultancy as a crucial component of effectual performance.

(4) The present use of science by UN does not in every case act in its best interest so as to enforce its goals.

(5) When the UN began its activities, its sole concern had to do with dealing with issues concerning the Cold War.

(6) Problems that once were coped with by individual nations have now become international subjects which led the UN to devote its time to them.

(7) Due to the lack of world's science consultants, the UN specialized agencies would rather report to their governing staff to escape being influenced by the interest of the activist states.

(8) The gist of the text above can be said to be the importance of specialized advice to the UN in a new globalized era.

1: Incorrect – There is no clear evidence to substantiate this claim. "Other uncountable emerging matters" is so vague it's impossible to say they play the same role as science and technology;
2: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states the issue is about how diplomats and civil servants "*mobilize scientific and technical expertise in their work*". It is not about increasing knowledge, but rather about how they use and organize the scientific knowledge they have and receive;
3: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that a large number of UN agencies "**are not designed** *to receive systematic science advice as a key component of effective performance";*
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that *"science is used in the UN to support special interests and political agendas that* **do not necessarily advance** *the goals of the organization";*
5: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that the *"UN was founded* (began) *and grew to prominence* (grew in important) *in the era of the Cold War, when much of diplomacy was devoted to dealing with threats arising from* **external aggression***"*. "External aggression", in this context, is not contained to issues related to the Cold War;
6: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that the UN's attention is now on issues *"which* **in the past** *would have been* **the concern of individual nations** *but have* **now grown to international stature***";*
7: Incorrect – In the third paragraph, the text states that the specialized agencies are, in fact, "*accountable to their governing bodies*", but the text does not confirm that this is due to the lack of the scientists, nor that it is to escape influence from activist states;
8: Correct – The gist, or the general idea, conveyed in the text involves specialized information (scientific and technological) and the importance of dealing with it as the circumstances have become more international (new globalized era).

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) the word "little" (*l*.34) means **not much**.

(2) the word "heavily" (*l*.41) is the opposite of **roughly**.

1: Correct – The collocation "to do little" means "not to do much";
2: Correct – Within the context, the expression "heavily influenced" means "influenced a great deal" or "very much influenced". When "roughly" is used together with "influenced", it means "somewhat influenced", or "more or less influenced", taking on an aspect of opposition.

GABARITO 1C, 2C

1 A personal expression of regret from Pope Benedict
XVI over a speech which offended Muslims has proved only
partially successful in stemming a torrent of anti-Christian
4 anger, and in some places violence, in the Islamic world.
Speaking from the balcony of his residence at Castel
Gandolfo outside Rome, the pontiff used his Sunday blessing
7 on September 17th to say he was "deeply sorry" for the
"reactions in some countries" to a speech he gave on
Tuesday last week.
10 He insisted that the words of a medieval text he
quoted — an outburst against Islam by a late Byzantine
emperor — "do not in any way express my personal
13 thought". In Turkey, where a papal visit planned for
November has now been called into question, the top Muslim
official said the Pope's expression of respect for Islam
16 amounted to a "civilised position". But in many Muslim
nations people grumbled that the Pope appeared to be
regretting the reactions to the speech, but not the speech
19 itself.
The Muslim Brotherhood, a powerful international
association whose offshoots include the Palestinian
22 movement Hamas, said the Pope's statement of regret was
welcome but would not satisfy all Muslims. A wave of small
protests and some violence continued over the weekend in
25 several Muslim countries. On Sunday an Italian nun in
Mogadishu, Somalia's capital, was shot dead at the entrance
to a hospital; many feared a link to the papal row. Half a
28 dozen churches in the West Bank were attacked, as the
Palestinian prime minister, Ismail Haniya, appealed for
restraint.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Pope Benedict XVI succeeded in stopping the angry reaction against Christians.

(2) Many countries reacted against the Pope's speech.

(3) The Byzantine Emperor mentioned is still alive.

(4) The Pope's visit to Turkey has been questioned.

(5) For many the Pope's apology refers to people's reaction against his speech.

(6) Several Muslim countries reacted violently to Pope Benedict's speech during the weekend.

1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states: *"A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved* **only partially successful** *in stemming a torrent of anti-Christian anger".* There was some success, but not total success;
2: Incorrect - In the first paragraph, the text clearly states that the Pope was *"deeply sorry for the reactions in* **some countries**", not many countries;
3: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states: *"an outburst against Islam by a* **late** *Byzantine emperor".* In this context, the word "late" means deceased or departed;
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states: *"In Turkey, where a papal visit planned for November* **has now been called into question**". In this context, the collocation "to call something into question" is synonymous with "to question";
5: Correct - In the second paragraph, the text clearly states: *"But in* **many Muslim nations** *people grumbled that the Pope appeared to be* **regretting the reactions** *to the speech,* **but not the speech itself**";
6: Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"A wave of small protests and some* **violence** *continued* **over the weekend** *in several Muslim countries".*

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "deeply sorry" (*l.*7) is the same as **dreadfully sorry**.

(2) "was shot dead" (*l.*26) means **was killed**.

1: Correct – Within the context, "dreadfully" has the meaning of "extremely", which is synonymous with "deeply";
2: Correct – The collocation "to be shot dead" means that somebody shot the victim, and that the shot killed the victim.

GABARITO 1C, 2C

1 Raymond Mikesell, a professor of economics at the University of Oregon, died on Thursday September 14th at the age of 93. Mr Mikesell's old age brought with it a
4 noteworthy achievement. He was thought to be the last surviving economist present at the conference in 1944 at Bretton Woods, New Hampshire, which saw the
7 establishment of the post-war economic regime and with it the birth of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. As the annual autumn meeting of the two
10 institutions gets underway in Singapore, Mr Mikesell's death is a reminder to the ageing figures of international finance that they may also have a natural lifespan.

13 The organisations were born into a world torn apart by war. The economists meeting at Bretton Woods also had sharp memories of the international financial crisis of the
16 1930s, when mercantilist policies and the failure of the international-payments system devastated world trade. They hoped to avert future crises by setting up multilateral
19 institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction. The bank's first job was rebuilding Europe; the IMF oversaw the fixed exchange-rate system
22 established at Bretton Woods. Later on the pair sought new roles as the stewards of global economic development and financial stability.

25 Now the IMF and World Bank have fewer jobs to do. Markets work better, as do other financial institutions. Helped by improved economic theory, the world has grown
28 richer and more stable. As for helping the poorest, a multilateral model of giving poor countries money and advice for running their economies is under fire from both
31 left and right. Conservatives argue that such interventions cause more problems than they solve. The left complains that developing nations get too little money and not enough
34 control over how it is spent. Both sides fear that the institutions' structures are outdated, hinting, increasingly loudly, that retirement is due.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, it can be deduced that

(1) Professor Mikesell was 41 when he attended the Bretton Woods' Conference.

(2) the Bank's sole job was to rebuild Europe.

(3) the world richness and stability were supported by economic theory.

1: Incorrect – If Professor Mikesell died in 2006 (date of the text) at the age of 93, he was born in 1913. In 1944, when he attended the Bretton Woods' Conference, he would have been 31, not 41;

2: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states *"The bank's* **first** *job was rebuilding Europe".* Rebuilding Europe was the "first" job, not the "only" job;

3: Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"***Helped by improved economic theory***, the world has* **grown richer** *and* **more stable***".*

GABARITO 1E, 2E, 3C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, the IMF and the World Bank

(1) began their activities in the late 40's..

(2) meet once a year.

(3) were born to solve the international financial crisis of the 1930's.

(4) were created to avoid new crises.

1: Incorrect – Essentially, these two institutions began work at the conference held in 1944, i.e. before the middle of the decade. Therefore, they did NOT start in the late 40's;

2: Correct – In the first paragraph, the text clearly states: *"As the annual autumn meeting of the two institutions gets underway in Singapore,…"* The word "annual" means "once a year";

3: Incorrect –The institutions were set up in 1944. It was too late to solve the 1930's crisis;

4: Correct – In the second paragraph, the text affirms that the institutions "*hoped to* **avert future crises** *by setting up multilateral institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction".* The initial

job was to rebuild Europe, but the institutions became *"the stewards of global economic development and* **financial stability***"*, meaning they would manage the economy to avoid financial crises.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "economic" (*l*.7) is synonymous with economical.

1: Incorrect – "Economic" is related to the economy, while "economical" is related with the idea of saving or not spending money.

GABARITO 1E

Mrs. Green calls at the Bank:

— I'd like to cash this check for fifty dollars for me, please.

— Have you an account with us?

— Yes, my husband and I have a checking account. I also want to deposit these other checks in our account at the same time.

— I see. Have you made out a deposit slip?

(Mrs Green hands teller deposit slip with checks for deposit) — I hope that I have made it out correctly.

— It seems to me all right. How do you want this other check cashed, Mrs. Green? Will five tens be all right?

— That will be fine. (Accepts bills) I also want to ask you about starting a savings account. My husband and I have been thinking of opening a small savings account in which we could perhaps put aside a few dollars each week.

— The procedure is very simple. You can open a savings account at any time with an initial deposit of five dollars or more. Five dollars is the minimum original deposit. After that you deposit or withdraw money as you wish. You bring your bank book with you each time and the deposit or withdrawal is entered in your book. The amount carries interest of 2••• % and the interest is added to your account every six months. That's about all there is to it. If you'd like to open an account you can talk with the manager or with one of his assistants. They will be glad to take care of you.

Dixson, **Everyday Dialogues**, p. 1-2 (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) From the text above, it can be concluded that

(1) Mrs Green has already started a savings account.

(2) to start a savings account you cannot deposit more than five dollars.

(3) savings accounts carry interest of 21/2 % every other six months.

(4) the teller couldn't open the savings account.

1: Incorrect – Mrs. Green clearly asks about starting a savings account: *"I also want to ask you about* **starting a savings account***";*
2: Incorrect – The bank teller clearly explains that to start a savings account, the initial deposit is five dollars. The issue of depositing more is not mentioned, but, "five dollars is the **minimum original deposit***";*
3: Incorrect – The teller clearly explains that "interest is added to your account every six months", which translates into two interest payments per year. The expression "every other six months" carries the idea that interest payments are made only once a year;
4: Correct – The teller clearly states that "If you'd like to open an account you can **talk with the manager** *or with one of his assistants." Candidates should infer that his referral to the manager or one of his assistants means that he himself could not open the savings account.*

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C

Juan Gonzales visits New York City and has to ask his way around:

1 — I'm sorry, sir. I'm trying to find my way to Columbia University. Can you direct me? This is my first time in New York City.
4 (Passerby, looking bewildered) — Let's see! Columbia University? That's in the Bronx, isn't it?
— I haven't the faintest idea. The only thing I know is
7 that someone told me it was "uptown".
— Yeah! That's right. It's in the Bronx. Well, you take the subway here. There's a station on the next corner. You
10 have to walk down the stairs and take the uptown train.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text above, it can be deduced that

(1) Juan Gonzales had already been to New York.

(2) the passerby was sure that Columbia University was in the Bronx.

(3) "faintest" (*l*.6) is synonymous with **slightest**.

(4) "subway" (*l*.9) is the same as **underground**.

1: Incorrect – Juan clearly states "*This is my* **first time** *in New York City";*
2: Incorrect – The passerby uses a tag question (isn't it?), which suggests a level of uncertainty concerning what he has said. *"That's in the Bronx,* **isn't it***?";*
3: Correct – Within this context, the word "faintest" means almost none. "Slightest" means a small amount, or almost none. Hence, they are synonymous;
4: Correct – "Subway" is the American term for "underground". The British use two terms: the "underground", and the "tube".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

1 The experience of sending the Strykers to Baghdad
indicates that more troops could help in the short term.
A growing number of analysts in Washington, including
4 some conservative supporters of the Bush Administration,
have called for a substantial increase in U.S. troop levels to
stop Iraq's slide into civil war. But expanding the total U.S.
7 force in Iraq remains unlikely — military officials
interviewed by TIME say that the U.S. command remains
reluctant to make a major manpower boost. To some, that
10 reluctance is indicative of the leadership's broader failure to
heed complaints about U.S. troop strength that have been
voiced by officers in Iraq for more than three years. "I know
13 I could have used more forces," says a Lieut. Colonel who
served in Iraq. "We could have held more territory... I asked,
but I'm not sure the request ever made it."

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, it can be said that

(1) it is easy to know who was the "Lieut. Colonel" (*l*.13) mentioned.

(2) the Lieut. Colonel is in doubt whether he is going to get more troops.

(3) to solve Iraq's problem is just a matter of sending more troops.

(4) increasing US troop level is thought to be able to prevent a civil war in Iraq.

(5) the United States commanders hesitate about increasing man power in Iraq.

1: Incorrect – The title "Lieut. Colonel" is a reference to his rank, not to his name. He served in Iraq, but so did many other Lieut. Colonels. Who this Lieut. Colonel is remains a mystery;
2: Correct – The Lieut. Colonel clearly states that he asked for more troops, *"but I'm* **not sure** *the request ever made it"*;
3: Incorrect – *"A substantial increase in U.S. troop levels"* is an idea sustained by some analysts in Washington, but military officials have proved to be *"reluctant to make a major manpower boost."* There is no clear answer to solve Iraq's problem;
4: Correct – The text clearly states that some analysts in Washington think that *"A substantial increase in U.S. troop levels* **stop Iraq's slide into civil war** *";*
5: Correct – The text clearly states that military officials have proved to be *"***reluctant** *to make a major manpower* **boost**.*"* Within this context, being "reluctant" is synonymous with "hesitate", while "increase" and "boost" have similar meanings.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "in the short term" (*l*.2) is the opposite of in the long run.

(2) "have called" (*l*.5) is the same as have asked.

(3) "boost" (*l*.9) is the same as decrease.

1: Correct – The collocation "in the long run" is synonymous with "in the long term", the opposite of "in the short term";
2: Correct – The phrasal verb "call for" can mean "ask for". Within the context of this text, the meanings are the same;
3: Incorrect – The word "boost" in a synonym for "increase", not "decrease".
GABARITO 1C, 2C, 3E

1 The idea of the triumph of one people being the
tragedy of another is eloquently captured in Sandy Tolan's
book, **The Lemon Tree** — essential reading for anyone
4 seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-
Palestinian conflict. Tolan chronicles the true story of Dalia
Eshkenazi, whose family flees post-Holocaust Bulgaria in
7 1948 to live the Zionist dream of building a Jewish state in
the Holy Land. The new Israeli government provides them
with an abandoned Arab house in the town of Ramla, in
10 which she grows up. One summer morning in 1967, she's
sitting in the garden near the old lemon tree, when Bashir
Khairi knocks on the gate. Khairi is the son of the man who
13 planted the lemon tree; he was born in the house and lived
there until age 4, when he and his family, and hundreds of
others, were forced onto buses by Israeli soldiers and driven
16 to the West Bank, where they have lived as refugees ever
since.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) Reading Sandy Tolan's book is basic for those interested in solving the Israeli and Palestinian conflict.

(2) Sandy Tolan deals with the victory of Israel and the tragedy of Palestine.

(3) Bashir and Dalia were born in the same house.

(4) Bashir and Dalia have nothing in common.

(5) Bashir's father used to live in Dalia's house.

(6) Khairi's family abandoned their house in 1967.

1: Incorrect – The text states that Sandy Tolan's book is *"***essential** *reading for anyone seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-Palestinian conflict."* This suggests that the book can help people understand and it is highly recommended. However, there is no reference to its level of difficulty, i.e., whether it is basic or complex;
2: Correct – The text clearly states that *"the idea of the* **triumph of one people** *being the* **tragedy of another** *is eloquently captured in Sandy Tolan's"* book. The triumph is clearly attributed to the Israeli people later in the text, when it states Bashir Khairi and his family *"were* **forced onto buses by Israeli soldiers***";*
3: Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi *"***was born in the house** *and lived there until age 4"*, but Dalia, after fleeing post-Holocaust Bulgaria with her family, moves in and grows up there. She was not born there;
4: Incorrect – The text clearly states that they grew up in the same house, albeit at different moments;
5: Correct – The text affirms that Bashir Khairi lived in the house with his family, including his father, who planted the lemon tree there;
6: Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi's family did not abandon the house; they were forced to leave. This happened well before 1967, because that is the year he returns and meets Dalia who, at this time, is living in the house. *"One summer morning* **in 1967**, **she's sitting** *in the garden near the old lemon tree,* **when Bashir Khairi knocks on the gate***."*

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "chronicles" (*l*.5) is the plural of **chronicle**.

(2) "he" (*l*.13) refers to "Khairi" (*l*.12).

1: Incorrect – In this text, the word "chronicles" is being used as a verb, not a noun. It is in the 3rd person singular *"***Tolan** *chronicl***es** *the true story";*
2: Correct – The word "he" is the subject of a secondary clause. The word "he" refers back to the subject in the first clause. The use of the semi-colon in this sentence creates a syntactic-semantic link between the two clauses, reinforcing the reference back to the first subject. "Khairi is the son of the man who planted the lemon tree; he was born in the house …".

GABARITO 1E, 2C

1 The democratic race has never seemed so intriguing or so close, with each election's results closely watched and delegates agreed, each vote really does seem to count this time around. Numbers of those turning out to the polls have reached new highs for a primary election, and one of the main drivers is the head-to-head race between Obama and Clinton. After Super Tuesday,
4 Clinton was in the lead and sitting pretty. But since then, election after election has turned to Obama's favor. Some big elections coming up include Texas and Ohio, both of which have Hillary in the lead.

But how different are these two candidates? People seem passionate about their candidates, but when looking at the two
7 side by side, they are overall very similar. There are some who hate Hillary, and would not want her to be president, but the same is not true for Obama. At the same time, if my candidate of choice wasn't elected president, I think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination. Which raises the question of a joint ticket[1] between the two.

10 In the recent California debate Obama and Clinton were asked if they would consider a joint ticket, and both said yes. It seems interesting. They are both strong and successful and wouldn't back down[2] if the other didn't see eye-to-eye with them. That's the kind of relationship I want between my President and Vice President, if you pick a pair who agree on everything, what good
13 does that serve? What if no one is looking at the issue from another angle?

However, I would be worried about the two partnering together with the red states, I think together they can seem too liberal and might not be the winning ticket. I still think a middle of the road white male would be the best ticket for both. Although,
16 personally I would be all for a joint ticket.

[1] joint ticket – agreement.
[2] back down – to stop supporting a position.
Internet: <2008myvote.wordpress.com> (adapted).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) It is the first time that the democratic elections look so interesting.
(2) Never before has every single vote been so important for the democratic party.
(3) Clinton remains in the lead election after election.
(4) Obama and Clinton don't seem to share any characteristics.
(5) People hate both candidates the same way.
(6) It is indifferent for the author whether either Clinton or Obama wins the election.
(7) According to the author, it would be a good idea to have two candidates with the same point of view.

1: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"The democratic race* **has never seemed so intriguing** *or so close..."* The word "never" implies that the democratic elections that were held before were not as interesting as these [ones]. Therefore, this is the first time they seem so interesting;
2: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"***each vote** *really does seem* **to count** *this time around".* The importance is reiterated in the second sentence when the author uses the term *"***head-to-head race***"*, showing how close the election is and, consequently, how important each vote is;
3: Incorrect – The text clearly states that *"election after election* **has turned to Obama's favor***"*, meaning Obama has been in the lead election after election;
4: Incorrect – The text clearly states *"…but when looking at the two side by side, they are overall* **very similar***".* The similarities are reiterated later in the text, when the author claims *"They are* **both strong and successful**";
5: Incorrect - Some hate Hillary and do not want her to be president, whereas others hate Obama, but do not state they don't wish him to be president (lines 7-8);
6: Gabarito Oficial – ANULADA / Nosso Gabarito – Correct – The author affirms that "…if my candidate of choice wasn't elected president, I ***think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination***." The author's lack of opposition to the other candidate can be construed as indifference;
7: Incorrect – The author shows that he is against the idea of two candidates with the same point of view when he writes "if you pick a pair who agree on everything, ***what good does that serve***?"

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6ANULADA, 7E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "both of which" (*l*.5) refers to "Texas and Ohio" (*l*.5).
(2) "coming up" (*l*.5) is synonymous with **happening soon**.
(3) "who" (*l*.7) can be correctly replaced by **whom**.

1: Correct – The collocation "both of which" works as a non-restrictive relative pronoun that refers back to a two-noun phrase (both = two). The only two-noun phrase in the sentence is Texas and Ohio;
2: Correct – The phrasal verb "coming up" means "looming", "on the agenda", or "happening soon";
3: Incorrect – The word "who" in the sentence "*There are some* **who** *hate Hillary*" functions as a relative pronoun referring back to the word or idea "*some (people)*". However, it also functions as the subject of the verb "*hate*". The relative pronoun "whom" can never function as a subject, but rather as an object, e.g. an unpopular politician is Hillary, whom many people hate. In the example, "many people" is the subject of the transitive verb "hate". "Whom" represents the object of the transitive verb "hate" (Many people hate Hillary).

GABARITO 1C, 2C, 3E

The Golden State Gets Greener

1 Governor Arnold Schwarzenegger has signed
Executive Order S-3-05 which establishes greenhouse gas
(GHG) emission reduction targets for California. The California
4 Air Resources Board, which oversees the state's pollution, has
announced a sweeping plan designed to cut the state's current
greenhouse gas emissions 30% by 2020.
7 The proposed rules come after two years of debate,
public meetings, and consultations with scientists, economists,
and policy experts from around the world. After accepting
10 comments on the plan, the California Air Resources Board will
vote on it 1 January 2009. If they approve it, regulations could
be in place as early as January 2010. For his part, California
13 Governor Arnold Schwarzenegger said at a Florida climate
conference that he wants his state's citizens to prepare for the
long haul. "America did not get into this mess overnight, and we
16 are not going to get out of this mess overnight. We need to
change our energy policies and our thinking, and stick with it".
Its emission reduction goals put California in the forefront of
19 efforts to regulate greenhouse gases.
The signature proposal is the greenhouse gas cap. It
would target 85% of California's carbon dioxide and other
22 greenhouse gas emissions, mainly from power plants, oil
refineries, and factories. The reductions are roughly three times
more aggressive than the eight-state Regional Greenhouse Gas
25 Initiative adopted in the U.S. northeast, which goes into force
next year.
If the rules are enacted, the state's greenhouse pollution
28 in 2020 will equal its 1990 emissions. Over time, the plans
could create jobs and tax revenue by growing new green
industries like solar power, energy-efficient appliance
31 manufacture, or alternative fuel development.
California also wants to contribute to global efforts to
avert potential catastrophes such as sea level rise.

Eli Kintisch. **Science NOW. Daily News**. Internet: <www.sciencenow.sciencemag.org.> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, it can be inferred that

(1) California's Air Resources Board is the state agency responsible for monitoring and regulating greenhouse gas emission sources in California.

(2) the proposal aims to improve air quality and reduce greenhouse gas emissions throughout the United States of America.

(3) one proposal goal is to reduce California greenhouse gas emissions to 1990 levels by 2010.

(4) the standards will reduce greenhouse gas emissions by 85 per cent relative to current models.

(5) reducing greenhouse gas emissions will be enough to avoid sea level rise.

1: Correct – In the first sentence, the California Air Resources Board is clearly stated as the agency "*which* **oversees the state's pollution**" and which is responsible for the "**plan** *designed to cut the state's current* **greenhouse gas emissions** *30% by 2020*";

2: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that the proposal "*would target 85% of* **California's** *carbon dioxide and other greenhouse gas emissions*". In the third paragraph, the proposal is also compared to "*the* **eight-state** *Regional Greenhouse Gas Initiative adopted* **in the U.S. northeast**", suggesting that the proposal is not nationwide;

3: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*the state's greenhouse pollution* **in 2020** *will equal its 1990 emissions*", and not in 2010;

4: Incorrect – In the third paragraph, the text states that the standards "*would* **target 85%** *of California's carbon dioxide and other greenhouse gas emissions"*. Targeting 85% of the state's emissions does not mean an 85% reduction. It means that 85% of the sources for emissions will be targeted by the standards, but there is no guarantee that they will all be reduced;

5: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*California also wants to* **contribute to global efforts** *to avert potential catastrophes such as sea level rise*", which means that the state will help. It does not mean that the state alone will be able to avoid the sea level rise.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) It is correct to conclude from the text that

(1) the Greenhouse Gas Initiative adopted in the U.S. northeast is more radical than California's plan for GHC reduction.
(2) California's plan to cut greenhouse gas emissions could create new jobs in coming years.
(3) global warming is expected to raise temperatures between 8 and 10.4 degrees in California if greenhouse gas emissions are not cut.
(4) greenhouse gas emissions are mainly from power plants.
(5) "**The Golden State**", in the title, refers to the State of California.

1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The reductions [planned in California] are roughly* **three times more aggressive than** *the eight-state Regional Greenhouse Gas* **in the U.S. northeast**";
2: Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*Over time, the* **plans** *could* **create jobs** *and tax revenue by growing new green industries*";
3: Incorrect – In the text, there is no mention of how much global warming would raise temperatures;
4: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that greenhouse gas emissions are "*mainly from power plants,* **oil refineries**, *and* **factories**", thus including more than just power plants;
5: Correct – In the first paragraph, the only state mentioned in California, thus making the connection. Also, California is famously known as the Golden State.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "which" (*l*.2) refers to "Arnold Schwarzenegger" (*l*.1).
(2) "has announced" (*l*.4-5) can be replaced by **talked about**.
(3) "forefront" (*l*.18) means the same as **leading position**.
(4) "roughly" (*l*.23) could be replaced by **approximately**.
(5) "enacted" (*l*.27) means **not approved**.

1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*Arnold Schwarzenegger signed the* **Executive Order S-3-05 which** *establishes greenhouse gas emission reduction targets for California*". The word "*which*" is a relative pronoun referring back to "*the Executive Order S-3-05*" and a subject for the verb "*establishes*". Schwarzenegger signed the Executive Order, but the order establishes the targets. This is a grammar question. Obviously, Schwarzenegger and his advisors wrote the order, but the word "which" tells you where they have been established;
2: Incorrect – "The verb "to announce" means to proclaim to a large audience, to "publicize" or "make known". Meanwhile, "talk about" merely means to discuss, but not necessarily with a large audience;
3: Correct – The word "forefront" comes from the combination of the word "fore" (before) and "front". Together, it is a synonym for "leader", or "leading position";
4: Correct – The word "roughly" is an informal synonym for the word "approximately";
5: Incorrect – The word "enact" means to "ratify" or "endorse". In Portuguese, this is often translated as "promulgar", which is, essentially, the opposite of "not approved".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

The election of 1864

1 Dissatisfaction over the Civil War split the
Democratic Party. In the elections of 1864, many
Democrats joined the Republicans to form the Union
4 Party. This party chose the Republican Lincoln for the
Presidency and Andrew Johnson of Tennessee, a former
Democratic member of Congress but an opponent of the
7 Confederacy, for the Vice-Presidency. The Democratic
Party responded by naming General George B. McClellan
as its candidate for the Presidency.
10 Antiwar feeling was running so high in 1864 that
President Lincoln fully expected to be defeated. "We are
now on the brink of destruction, and I can hardly see a ray
13 of hope" he wrote to a friend.
The Union of northern states was fighting the
Confederacy of southern states. The tide of the war turned
16 in favor of the North shortly before the election. As a
result, Lincoln won an overwhelming victory.

This cartoon from the 1864 election seems to favor McClellan, who tries to keep his opponent, Lincoln, and Jefferson Davis from pulling the Union apart. But the voters gave Lincoln 212 electoral votes to McClellan's 21.

Lewis Paul Todd. **Rise of the American Nation**. Liberty Edition, 1982 (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Based on the information given by the text and shown in the picture above, judge the following items.

(1) The election of 1864 was conducted before the Civil War.

(2) In early 1864 Lincoln felt he would easily win re-election.

(3) The Confederates defeated the states located in the South of the United States.

(4) President Lincoln formed a new group called the National Union Party that included Republicans and Democrats.

1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The tide of the war turned in favor of the North* **shortly before** *the election*", showing that the war had already begun before the elections were held. This is reinforced in the political cartoon, showing the obvious conflict between the North and South **at the same time** the elections were being held;
2: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that "*Antiwar feeling was running so high* **in 1864** *that* **President Lincoln fully expected to be defeated**";
3: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The Union of northern states* **was fighting** *the Confederacy of southern states.*" The Confederates were the southern states;
4: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*many Democrats joined the Republicans* **to form the Union party**. *This party* **chose the Republican Lincoln** *for the Presidency*". Hence Lincoln did not form the party.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "Dissatisfaction" (*l.*1) means Not happy.

(2) "chose" (*l.*4) is the simple past form of the verb to chase.

(3) "its candidate" (*l.*9) refers to the candidate of the Republican Party.

(4) "fully" (*l.*11) can be correctly replaced by completely.

(5) The suffix -ern in "northern" (*l.*14) and "southern" (*l.*15) occur with names of directions like North and South.

(6) "overwhelming" (*l.*17) is the opposite insignificant.

1: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito Correct – While the essence of the word "dissatisfaction" means "not happy", the different morphological classification may have been the reason this question was annulled. "Dissatisfaction" is a noun, while "not happy" is an adjective. Had the option been "unhappiness" or "disappointment", the question would have been correct;
2: Incorrect – The word "chose" is the simple past form of the verb "to choose". The verb "chase" is a regular verb, and its simple past form is "chased";
3: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "***The Democratic Party responded*** by ***naming General George B. McClellan as its candidate*** for the Presidency", showing that McClellan was the Democratic Party's candidate, and not the Republican candidate;
4: Correct – In this context, the meaning of "fully" is synonymous with the meaning of "completely";
5: Correct – The suffix "-ern" is typically used with nouns of direction to make them adjectives. All the directions can receive the suffix: "eastern", "western". These words are usually capitalized when they are acting as names of places; when they are acting as directions, do not capitalize;
6: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito Incorrect – The word "overwhelming" in this context means "significant". The poor wording of the question may have been the reason it was annulled (…is the opposite of insignificant).

GABARITO 1ANULADA, 2E, 3E, 4C, 5C, 6ANULADA

1 Parents and guardians are bestowed with the responsibility of protecting and educating children from all the hazards that abound. It is not strange that children are often
4 injured in a familiar environment, such as the home and its surroundings. Accidents could not be completely avoided, but their occurrence could be prevented. Home accidents can be
7 avoided by child-proofing your home, as there are so many different home safety products available today.
Reasonable supervision by an adult, and the use of
10 ordinary precautions against accidents, are outstanding as means of prevention. The pictures below illustrate some general instructions for parents and older children in order to prevent
13 home accidents.

- Children should never play on stairs.
- Furniture must be moved away to prevent children placing
16 tep-stones such as a chair next to a window, climbing up and falling out.
- Prevent the child from sticking his small fingers in electric
19 sockets and electric fires.
- Keep matches and lighters where young children can't see them or reach them, and also install proper cover to sockets.

22 Children, being less aware of danger, are one of the most vulnerable groups. Younger children are more vulnerable indoors, while older ones are more at risk outdoors. There
25 appear to be gender types of accidents; males tend to have more accidents outdoors while females tend to have accidents indoors.

Internet: <www.familymagazinegroup.com> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to text, judge the items below.

(1) At their first years of age, children are more protected from accidents that typically happen in the interior of a house or building.

(2) Children injuries caused by domestic accidents are very common.

(3) Prevention of children injuries and accidents can be successfully achieved when home safety measures are taken.

(4) In general, children under adult supervision will suffer fewer injuries.

(5) Male and female do not usually have the same types of accidents.

1: Incorrect – In the last paragraph, the text clearly states that "*Younger children are* **more vulnerable indoors**, while older ones are more at risk outdoors";
2: Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "*It is not strange that children are* **often injured in a familiar environment**, **such as the home** *and its surroundings*";
3: Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "**Home accidents can be avoided by child-proofing your home**". This is reinforced in the second paragraph, where the text also clearly states that "Reasonable supervision by an adult, and the use of ordinary precautions against accidents, are outstanding as means of prevention." These ideas are given as ways to successfully prevent children from injuries and accidents;
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that "*Reasonable* **supervision by an adult** *(...) are* **outstanding as means of prevention**";
5: Correct – In the last sentence, the text clearly states that "**males** *tend to have* **more accidents outdoors** *while* **females** *tend to have* **accidents indoors**."

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "ordinary" (*l*.10) could be replaced by **special** without any change in meaning.

(2) "their" (*l*.6) is a possessive pronoun related to occurrence.

(3) "being less aware of danger" (*l*.22) can be replaced by **not perceiving danger as readily**.

(4) both "Younger" (*l*.23) and "older" (*l*.24) indicate comparisons.

(5) "gender" (*l*.25) refers to the kinds of accidents: indoor and outdoor accidents.

1: Incorrect – The word "ordinary" is the opposite of "special";
2: Incorrect – "The word "their" is a possessive adjective, and it is related to the word "accidents" at the beginning of the sentence. Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: the occurrence of accidents = their occurrence;
3: Correct – The expression "being less aware of danger" means "not noticing" or "not perceiving danger". The word "readily" means "easily";
4: Correct – The words "younger" and "older" contain the suffix "-er", which is used in English to make comparisons;
5: Incorrect – The word "gender" in English is strictly used when referring to the "sex" (masculinity or femininity) of something or somebody. It is not used to discriminate whether things are "indoor" or "outdoor".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

3. Política Internacional

Priscilla Negreiros

A prova de Política Internacional é uma das mais importantes do concurso de admissão à carreira diplomática, tanto por introduzir ao candidato temáticas que estarão no dia-a-dia da profissão do diplomata, quanto pelo peso quantitativo na nota final que é dedicado a esta matéria. Nos últimos dois concursos (2011 e 2012), o Teste de Pré-Seleção (TPS), organizado pela banca do CESPE, dedicou mais de 11 questões à Política Internacional, que tratam dos mais variados: relações multilaterais, bilaterais, conhecimentos sobre a dinâmica da política mundial, política externa brasileira, regimes internacionais, entre outros. Percebe-se uma preferência da Banca do CESPE por questões de atualidade e diretamente relacionadas com a agenda de prioridades do Ministério das Relações Exteriores. A leitura de jornais e revistas sobre política externa é, portanto, essencial na preparação do candidato à prova e à carreira.

A correção das questões de Política Internacional, desde a prova de 1997 até 2012, tem como objetivo sanar as dúvidas dos candidatos, mas também servir como elemento de estudo e revisão. Todas as informações apresentadas neste capítulo foram baseadas em livros recomendados pelo Instituto Rio Branco e fontes oficiais de informação (MRE, MDIC, FUNAG, entre outros). Atualmente, o concurso não indica mais uma bibliografia específica para a prova de Política internacional, mas algumas obras, citadas abaixo dos comentários das questões, podem ser úteis para a preparação do concurso.

O índice de questões está baseado no edital de 2012 e foi feita uma tentativa de organizar todas as questões comentadas por temática. Como diversas questões agrupam temas distintos, foi preferível não desagrupar as questões para manter a semelhança com a prova elaborada pelo CESPE. Deste modo, vale ressaltar que alguns itens não correspondem totalmente ao título do capítulo. Foi feita também uma tentativa de contabilizar o número de vezes que cada item é cobrado pela Banca. O número é aproximativo, porquanto, como se explicou anteriormente, as questões tratam de temas diversos.

Boa prova e boa preparação.

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, ATORES, PROCESSOS, INSTITUIÇÕES E PRINCIPAIS PARADIGMAS TEÓRICOS

An institution is a relatively stable set or "structure" of identities and interests. Such structures are often codified in formal rules and norms, but these have motivational force only in virtue of actors' socialization to and participation in collective knowledge. Institutions are fundamentally cognitive entities that do not exist apart from actors' ideas about how the world works. This does not mean that institutions are not real or objective, that they are "nothing but" beliefs. As collective knowledge, they are experienced as having an existence "over and above" the individuals who happen to embody them at the moment. In this way, institutions come to confront individuals as more or less coercive social facts, but they are still a function of what actors collectively "know".

Alexander Wendt, Anarchy is what states make of it. In: **International Organization**, vol. 46, n.o 2, 1992, p. 395.

(Diplomacia 2007) Com base no texto acima e considerando as instituições e suas características, assinale a opção correta.

(A) O texto reflete uma perspectiva construtivista, uma vez que realça aspectos subjetivos constitutivos das instituições e a relação entre os atores dessas instituições, suas percepções e idéias, e as estruturas de identidades e interesses que as conformam.

(B) O texto aborda as instituições de um ponto de vista preponderantemente liberal, pois valoriza a dimensão coletiva das instituições e os seus vínculos com a codificação de normas e regras definidoras de regimes internacionais.

(C) De forma neorrealista, o texto reporta-se aos componentes estruturais que definem as instituições internacionais e à preponderância da ação coercitiva dessas instituições sobre os atores que as integram.

(D) Ao fazer a distinção entre a existência das instituições e as ideias e crenças dos atores acerca delas, o texto defende a separação e a autonomia dos aspectos objetivos e subjetivos que conformam as instituições.

(E) Segundo o texto, dissocia-se a existência das instituições das ideias e do conhecimento que os atores desenvolvem acerca delas.

A: Correta. O primeiro indício de que o item está correto é o autor do texto indicado na questão, Alexander Wendt, é um teórico das relações internacionais que defende a perspectiva **construtivista**. O construtivismo surgiu como teoria das relações internacionais entre os anos 1980 e 1990 e envolve dois debates principais: sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais e sobre a antecedência ontológica entre agente e estrutura. Entre as principais premissas da teoria construtivista, pode-se destacar três que são comuns a maioria dos autores: (1) que o mundo não é predeterminado, mas construído a partir da ação dos agentes, ou seja, o mundo é uma construção social; (2) que não há qualquer antecedência ontológica entre agentes e estrutura. Ambos são co-constituídos uns dos outros e nenhum precede o outro nem no tempo nem na capacidade de influência; (3) que não se pode descartar as causas materiais, mas são as ideias e os valores que regem a relação do agente com o mundo material, desempenhando uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. Na metade dos anos 1990, o construtivismo passou a ocupar um lugar de destaque nas Relações Internacionais, principalmente com a obra de Alexander Wendt em 1999 com a obra *"Social Theory of International Politics"*. Segundo Wendt, a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflitos e competição, como

acreditam os realistas. Pelo contrário, **a anarquia pode reverter tanto lógica de conflitos quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela.** O item está, portanto, correto já que o texto sobrepõe os aspectos constitutivos das instituições e as relações entre os atores – percepções e ideias. Outros autores importantes para o construtivismo são Friedrich **Kratochwil e** Nicholas **Onuf.**

B: Incorreta. O item está incorreto porque o texto não possui características da teoria liberal. A **tradição liberal** nas relações internacionais, que foi fundamentada a partir da visão kantiana sobre a razão e o iluminismo, tem principalmente a preocupação de explicar a relação entre indivíduo, sociedade e governo. A liberdade do indivíduo é a preocupação central da teoria, além da criação de uma sociedade ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade. As instituições internacionais têm, portanto, papel primordial na redução dos conflitos e na mudança da natureza da política internacional segundo a teoria liberal. A fundação de instituições como a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas em 1945 ilustram a teoria, que propõe a ênfase nos ganhos absolutos dos Estados e na ideia de governança global.

C: Incorreta. A **teoria neorrealista** das relações internacionais surge no início dos anos 1980, em um período marcado por fortes crises econômicas e pelo aparecimento de novos atores de relevância, como empresas multinacionais, organizações internacionais e ONGs. Neste contexto, Kenneth Waltz publica em 1979, o "*Theory of International Politics*", com intenção de estabelecer uma nova análise realista do contexto internacional. Waltz trabalhou sua análise em bases mais científicas, estabelecendo explicações para a continuidade e repetições das guerras. Segundo Waltz, a existência de uma anarquia internacional é a causa da permanente recorrência à guerra.

D: Incorreta. De acordo com o trecho acima, as instituições são um conjunto de ideias e interesses que são codificadas em normas postas em ação pela socialização e participação social dos atores. Os atores têm uma participação acima e além das instituições e, como define a teoria de Wendt, ambos são co-constituídos, não havendo antecedência ontológica entre agente e estrutura. O texto não faz, portanto, como afirma o item, a distinção entre a existência da instituição e as ideias em torno delas.

E: Incorreta. O texto afirma exatamente o oposto, associando a existência de instituições com um conjunto de ideias e interesses que serão codificadas em normas e postas em ação pela participação dos atores.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Em política internacional, a consagrada expressão inglesa *"balance of power"* caracteriza habitualmente uma situação definível nos seguintes termos:

(A) Equilíbrio da balança de pagamentos de dois ou mais países em estado de concorrência pelo poder hegemônico.
(B) Equilíbrio do comércio entre países dentro de uma área de mercado comum.
(C) Correspondência entre o poder militar e o poder econômico de potências nucleares.
(D) Oscilação entre ganhos e perdas de poder de uma potência mundial.
(E) Um certo equilíbrio na distribuição do poder mundial.

E: Correta. O conceito de balança de poder (ou *balance of power*) foi recorrentemente invocado por teóricos realistas e escritores dedicados ao estudos das relações internacionais. A balança de poder é normalmente relacionada à ideia de *raison d'etat,* ou interesse do Estado, e é ligada à herança teórica de Maquiavel e Hobbes, muito estudados pela teoria realista das relações internacionais. Como afirma o item, a balança de poder caracteriza certo equilíbrio na distribuição do poder mundial e pressupõe a estabilidade entre o poder e a dominação dos Estados. Segundo os realistas, a balança de poder representa uma situação em que os Estados mais fracos, com fundamento em seu interesse nacional, decidem juntar-se a uma grande potência (***bandwagoning***) ou, esses mesmos Estados, ao se verem ameaçados pelo poder de uma grande potência, se juntam a outros Estados para tentar equilibrar o poder daquela potência (***balancing***). Para Hans Morgenthau, teórico realista das relações internacionais, a balança de poder é necessária para garantir a estabilidade de forças do sistema internacional. Já Kenneth Waltz, outro teórico realista das relações internacionais, acredita que a balança de poder é algo inerente a qualquer sistema internacional.

Sugestão de Leitura: Nogueira, João Pontes. Messari, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2002) O termo "balcanização" é comumente empregado para significar:

(A) A política de fragmentação de uma região em múltiplos centros de poder.
(B) Hegemonia dos Bálcãs nas relações internacionais.
(C) Formação de um Estado único para dar estabilidade à região dos Bálcãs.
(D) Os Bálcãs como foco de atenção em uma *"zone of turmoil"*.
(E) Intervenção das forças da OTAN na ex-Iugoslávia.

A: Correta. Segundo o dicionário de política de Norbeto Bobbio, balcanização é uma expressão política que significa a divisão de uma entidade continental, subcontinental ou regional em unidades politicamente separadas ou hostis entre si. O termo balcanização tem sua origem na fragmentação da região dos Bálcãs entre 1912-1913. No vocabulário político, o termo balcanização é correntemente utilizado em relação ao processo de descolonização e de independência vivido pelos territórios africanos, anteriormente unidos sob a mesma administração colonial. O termo Zone of turmoil, ou zona de agitação (em português), citado no item D, remete a uma região pobre, extremamente populosa, com tendência a desastres naturais e virtualmente nãogovernável (Robert E. Harkavy).

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Em geopolítica, diz-se que se forma um "Estado-Tampão" ou "Buffer-State" quando:

(A) um Estado não concede direito de passagem a tropas militares estrangeiras pelo seu território.
(B) um Estado obstrui as negociações com o objetivo de assinar um acordo militar.
(C) um Estado se interpõe como "amortecedor de conflitos" entre Estados vizinhos mais poderosos.
(D) um Estado, sem declarar formalmente a sua neutralidade, não participa diretamente de uma guerra que envolve países vizinhos.

C: Correta. O conceito de "*Buffer State*", ou "Estado-tampão" foi cunhado no século XVII. Atualmente ele é trabalhado pela a geopolítica e foi tratado em obras de autores como o americano Nicholas Spykman, importante autor da geografia política dos anos 1940. Segundo Skykman, o Estado-Tampão é uma maneira de entender o conceito de localização regional e define a localização de um Estado fraco entre dois Estados fortes. O autor acredita que a política externa de um Estado-Tampão tem de ser neutra, criando uma zona "tampão" ao invés de incentivar uma posição hostil que questione os objetivos militares e econômicos de seus Estados Vizinhos. Alguns Estados como o Uruguai, a Geórgia e a Bélgica podem ser citados como exemplos de Estado-tampão em sua criação, mas essa qualificação não é unânime.

D. Incorreta

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) As relações internacionais europeias da primeira metade do século XIX, depois da Era Napoleônica, foram marcadas por:

(A) Uma forte hegemonia coletiva, exercida por cinco Estados, conhecida como concerto europeu.

(B) Um enfraquecimento notório da força persuasiva da Inglaterra no mundo.

(C) Uma ampliação dramática dos conflitos internacionais, sob o mesmo padrão do período napoleônico.

(D) Fraca adesão do mundo extraeuropeu aos valores da abertura de mercados e da ampliação do comércio internacional.

(E) Permanente tensão entre as ex-colônias americanas independentes e suas ex-metrópoles europeias.

A. Correta. Segundo Eric Hobsbawn, o fim das guerras napoleônicas e dos quase vinte anos ininterruptos de revoluções, trouxe uma estabilização realista e sensata para a Europa. Esse arranjo político entre a Rússia, Áustria, Prússia, Grã-Bretanha e França que emergiu ao final da guerra formou o que ficou conhecido como o "Concerto Europeu". O momento que marca a instituição desta nova fase nas relações entre os países europeus foi a Conferência de Paz de 1815, conhecidas como o Congresso de Viena. Os estadistas de 1815 perceberam que seria necessário elaborar um mecanismo para a manutenção da paz para resolver os problemas à medida que eles aparecessem, estabelecendo, assim, um sistema de congressos regulares entre as grandes potências. Essa hegemonia coletiva assegurou uma paz relativamente duradoura durante o século XIX. Não houve enfraquecimento da força persuasiva inglesa, ao contrário, os ingleses foram a grande potência do século XIX. Sugestão de leitura: Eric Hobsbawn "Era das Revoluções".

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1996) A Diplomacia do "Pingue – Pongue" foi um momento de Détente e aproximação dos Estados Unidos com a China. Sob qual governo ela foi conduzida?

(A) Dwight Eisenhower.

(B) Jimmy Carter.

(C) George Bush.

(D) Richard Nixon.

(E) Gerald Ford.

A: Incorreta. **Dwight Eisenhower** foi presidente dos EUA entre 1953 e 1961. Eleito pelo partido Republicano.
B: Incorreta. **Jimmy Carter** foi presidente dos EUA entre 1977 e 1981. Eleito pelo Partido Democrata.
C: Incorreta. **George Bush** (pai) foi presidente dos EUA entre 1989-93. Eleito pelo Partido Republicano.
D: Correta. **Richard Nixon** foi presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974 pelo Partido Republicano. Ele cumpriu seu primeiro mandato e foi reeleito para o segundo, mas, em 1974, pediu demissão do cargo em consequência de escândalos de corrupção, conhecidos como caso Watergate. Nixon assume o cargo durante a Guerra Fria e em um período que marcou a erosão da superioridade nuclear americana. Não havia apoio popular à Guerra do Vietnã, que começou em 1959, e ela já mostrava sinais que não seria ganha pelos americanos. Além disso, a primazia econômica dos EUA estava sendo desafiada pelo crescimento econômico da Europa e do Japão. Segundo Henry Kissinger, Secretário de Estado americano no período, Nixon estabeleceu uma política externa menos ideológica que seus antecessores. Nixon priorizou os interesses nacionais americanos ao invés de centralizar sua política externa no combate ao comunismo internacional. Neste contexto, a Diplomacia do Ping-Pong refere-se a ida de jogadores de ping-pong americanos a um campeonato em Pequim, na República Popular da China em 1971. Foi a primeira delegação americana que visitou o país depois da Revolução Chinesa de 1949. O evento marcou a aproximação sino-americana e estreou um período de détente na Guerra Fria. A China comunista não tinha relações com os EUA desde 1949, e os americanos reconheciam oficialmente a ilha de Twain como a República da China. O afastamento sino-soviético em 1969 abriu a oportunidade da aproximação da China comunista com os EUA, já que o país não estava mais sob os auspícios da URSS e a influência dos EUA na região seria um grande benefícios para os americanos. Os principais eventos da aproximação com a República Popular da China foram a troca de jogadores de ping-pong em 1971 e a visita de Richard Nixon ao país em 1972.
E: Incorreta. **Gerald Ford** foi presidente dos EUA entre 1974 e 1977 – era vice-presidente de Richard Nixon e assume após sua demissão.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) George Kennan foi um diplomata dos Estados Unidos que defendeu:

(A) A Teoria do Pentagrama.

(B) Uma Política de Aproximação Com a China.

(C) As Teses da Contenção.

(D) Uma Nova Política para a América–Latina.

(E) O desarmamento Geral e Completo.

C: Correta. A partir de 1946, o medo de uma expansão soviética começou a difundir-se pela elite americana. A Segunda Guerra Mundial havia estabelecido uma aliança entre as potências vencedoras, das quais os EUA e a URSS destacavam-se pela supremacia política e econômica. A intransigência soviética sobre sua influência na Europa do Leste, e a presença de Stálin em Berlim trazia receio aos americanos, que tinham muitas dificuldades em negociar com o líder soviético. Neste contexto, em fevereiro de 1946, George Kennan, jovem diplomata especialista em Rússia, alocado na embaixada americana em Moscou, enviou um documento que interpretava conceitualmente e filosoficamente a política externa de Stálin. O documento, que ficou conhecido como o "Longo Telegrama", dizia que os EUA deviam parar de se auto-responsabilizar pela intransigência da política externa soviética, já que esta era um amálgama da ideologia comunista e do antigo expansionismo czarista. Segundo Kennan, a ideologia comunista estava no coração das atitudes soviéticas e que estas eram irreconciliáveis com as filosofias e objetivos americanos (Kissinger, Henry). Dois meses depois do envio do telegrama de Kennan, um memorando foi elaborado por Matthew Freeman tratando as disputas com a URSS como um problema endêmico ao sistema soviético. Neste momento, os EUA já possuíam a justificativa necessária para resistir abertamente ao expansionismo soviético. Em 1947, Kennan publica um famoso artigo na revista americana Foreign Affairs, com o heterônimo de "X" para explicar como a hostilidade em relação à democracia era inerente ao regime soviético e a única maneira de acabar com a estratégia soviética era estabelecer uma política para afirmar a **contenção** e confrontar os russos em todos os lugares que eles mostrassem sinais de desestabilizar a paz mundial. Essa política de contenção ao expansionismo soviético traduziu-se em ações diplomáticas, militares e econômicas, conhecidas como as Teses da Contenção. Entre as ações tomadas no contexto da doutrina da contenção destacam-se o Plano Marshall (ajuda econômica americana aos Estados europeus desolados pela Guerra) e a criação da Organização do Atlântico Norte (OTAN) em 1949.

Gabarito "C"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os itens que se seguem, referentes à teoria realista das relações internacionais.

(1) O realismo clássico, inspirado, em parte, na teoria da seleção natural darwiniana, defende a ideia de que a hegemonia e a sobrevivência dos Estados nacionais derivariam da competição no cenário internacional e a de que os mais aptos seriam premiados.

(2) A referida teoria baseia-se, em grande medida, no princípio da antropomorfização dos Estados nacio-

nais, no sentido de que estes podem ser caracterizados como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.

(3) De acordo com a teoria realista, as relações entre os Estados nacionais são mantidas por considerações de autointeresse e de poder, não havendo espaço para a verdadeira cooperação ou coordenação política entre os países.

(4) A mencionada teoria preconiza que a anarquia é uma circunstância contingente, e não uma condição necessária do sistema internacional, podendo os Estados organizarem-se em uma sociedade de nações amparada por regras universal e consensualmente estabelecidas.

1: Certo. Darwin sustentava a ideia de que as espécies estão expostas a uma luta constante pela sobrevivência, e essa luta se efetivaria a partir da *seleção natural*, princípio segundo o qual uma espécie é *selecionada*, ou ela apenas sobreviverá, se ela conservar as características favoráveis à sua sobrevivência e descartar as desfavoráveis. Diversos autores do realismo clássico retomaram a ideia de seleção natural de Darwin para explicar a hegemonia de algumas potências no cenário internacional. Segundo o autor realista Hans Morgenthau, em A política entre as nações, particularmente sob a influência das filosofias sociais de Darwin e Spencer, as ideologias relacionadas ao imperialismo adotaram argumentos de ordem biológica para explicar, na política internacional, a superioridade militar de uma nação forte sobre uma mais débil. Segundo esses autores, esta última está fadada a tornar-se o objeto de poder da primeira.

2: Certo. Segundo a concepção hobbesiana de estado de natureza, a natureza humana é egoísta, incontrolável e ambiciosa, buscando sempre a realização de seus interesses individuais. Sendo que Hobbes serviu de inspiração para muitos teóricos realistas das relações internacionais, houve uma antropomorfização – atribuição de características humanas a seres inanimados – do Estado como ator racional, egoísta e ambicioso no contexto internacional. O item está, portanto, correto, já que a teoria realista refere-se aos Estados nacionais como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.

3: Errado. O item está incorreto porque a teoria realista aceita a existência de cooperação e coordenação entre os Estados. Apesar de a maioria dos autores da teoria realista defenderem que nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência, isso não exclui a possibilidade de haver cooperação no cenário internacional. O mecanismo de balança de poder, muito presente na teoria realista de relações internacionais, prevê o estabelecimento de alianças que contemplem os interesses nacionais dos Estados. No entanto, a vigilância deve ser permanente porque a qualquer momento a cooperação pode ser rompida em nome do interesse nacional.

4: Errado. Para a teoria realista, a anarquia é o conceito central. Segundo os realistas, a anarquia é a ausência, no cenário internacional, de uma autoridade suprema que possa determinar e implementar regras de conduta. O item está incorreto porque a anarquia no modelo realista não é contingente, mas característica inerente do sistema internacional. Diferentemente do plano doméstico, no plano internacional não existe um único soberano que possua o monopólio do uso legítimo da força. Desse modo, o modelo internacional reflete o modelo hobbesiano de estado de natureza, no qual cada Estado estaria buscando sua sobrevivência, existindo um estado de permanente desconfiança entre os Estados. No entanto, os realistas acreditam que existe cooperação nas relações internacionais, principalmente em matéria de segurança, pela balança de poder.

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) As relações internacionais vêm se desenvolvendo em todo o mundo como uma disciplina que cresce e constrói seu ambiente cognitivo próprio. Com relação a esse assunto, julgue os itens.

(1) As relações internacionais são estudadas desde a Antiguidade, em obras clássicas da Grécia antiga.

(2) O único desenvolvimento consolidado da disciplina encontra-se no chamado mundo anglo-saxônico.

1: Certo. As relações entre os Estados são estudadas desde a Antiguidade em obras clássicas da Grécia antiga, como é o caso do trabalho de Tucídides, A Guerra do Peloponeso, que conta a história da guerra entre gregos e os povos do Peloponeso, liderados por Esparta. Igualmente, obras como Utopia, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu são leituras que apresentam a perspectiva das relações entre Estados. A disciplina de relações internacionais, no entanto, surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial, tornando-se matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Vale ressaltar que o primeiro departamento de Relações Internacionais é criado em 1917 na Universidade escocesa de Aberystwyth, com a preocupação normativa de organizar uma disciplina em torno da questão da guerra e, mais precisamente, com a finalidade de livrar a humanidade de seus efeitos nefastos.

2: Errado. O item está incorreto, porque a disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu em diversos países, além do mundo anglo-saxão. Destaca-se a **escola francesa** das relações internacionais com Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Segundo José Sombra Saraiva, Pierre Renouvin foi pioneiro no estudo da história das relações internacionais com a publicação de *Histoire de Relations Internationales* em 1953. A proposta era construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional, ou seja, ele rompe com a história sustentada no fato político e na personalidade do príncipe. Já Jean-Baptiste Duroselle, com a obra *Tout empire périra*, impunha o conhecimento histórico no centro dos estudos das Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que expandia a disciplina relacionando-a com questões econômicas e financeiras. Outras escolas como a **escola italiana** – com estudos de Frederico Chabod e Mario Toscano – e a escola suíça – com a pesquisa e o plano de estudos do Institut de Hautes Études Internationales – são escolas de destaque.

Gabarito 1C, 2E

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DESDE 1945, PRINCIPAIS VERTENTES E LINHAS DE AÇÃO

(Diplomacia 2008) Em 2008, comemoram-se cinquenta anos do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), que teve início com a troca de cartas pessoais entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. A respeito da OPA, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O objetivo central da OPA foi o combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina, visto como o principal problema do continente.

(2) A OPA era uma proposta de cooperação internacional baseada na tese de que o fim da miséria e o desenvolvimento seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exógenas e antidemocráticas.

(3) No entendimento de seus formuladores, a OPA poderia servir de paradigma para iniciativas semelhantes fora do hemisfério, com base na tese de que, também em outras regiões do mundo, a promoção

do desenvolvimento serviria ao propósito de conter o comunismo.

(4) Desde o seu lançamento, a OPA teve seus objetivos encampados por Washington, o que assegurou o êxito imediato dessa operação diplomática.

1: Certa. A Operação Pan-Americana (OPA) foi uma proposta de cooperação internacional entre a América Latina e os Estados Unidos que, como afirma o item, visava a lutar contra o subdesenvolvimento econômico na América Latina. O objetivo da Operação, proposta pelo então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em 1958, foi combater não apenas o subdesenvolvimento econômico, mas o subdesenvolvimento em sentido global. O lançamento da iniciativa aconteceu logo após a malsucedida visita do vice-presidente americano Richard Nixon à América Latina, na qual houve demonstrações de antiamericanismo em diversos países do continente. Além disso, havia no continente uma ampla insatisfação com as linhas de cooperação para o desenvolvimento levadas a cabo pelos Estados Unidos. A OPA teve início pela troca de cartas pessoais entre Juscelino e o então presidente americano Dwight Eisenhower. A OPA consistia na aplicação de capital privado em áreas atrasadas do continente, no aumento de volume de crédito das entidades internacionais, na assistência técnica, entre outros. Juscelino enfatizava a importância dos capitais públicos, em razão do elevado montante necessário para os setores básicos e os de infraestrutura.
2: Certa. A OPA, que era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exôgenas e antidemocráticas no continente. A cooperação seria uma solução para países atrasados. Juscelino Kubistchek, idealizador da proposta, argumentava que a cooperação econômica daria força ao pan-americanismo, tornando-se um escudo à penetração de ideologias estranhas. JK situava a OPA, portanto, contra a ameaça antidemocrática do bloco soviético. É importante ressaltar que JK sempre se referia ao desenvolvimento da América Latina como um todo, e não apenas ao desenvolvimento brasileiro.
3: Certa. De acordo com as diretrizes da OPA, o subdesenvolvimento em geral, e não apenas na América Latina, abria a possibilidade de atuação do "inimigo", ou seja, da União Soviética. Além disso, o ideal comunista deslocava-se cada vez mais do confronto direto para uma estratégia de «penetração interna». Este fato era mais preocupante tendo em vista o progresso material e tecnológico do bloco «totalitário» e seu possível efeito propagandístico. Assim, a OPA propunha a associação entre o desenvolvimento econômico e a segurança. Mesmo se a OPA foi uma operação focada no continente latino-americano, esse era um paradigma que poderia servir em outros lugares do mundo, onde os Estados Unidos já efetuavam ajuda econômica.
4: Errada. O item está incorreto, porque desde início da OPA, a reação dos EUA foi de frieza em relação ao projeto. Os americanos evitavam, assim, assumir compromissos que implicassem mudanças na orientação já traçada sobre a relação com os países latino-americanos. Segundo os EUA, a questão do subdesenvolvimento latino-americano deveria ser respondida com empréstimos de instituições de crédito já existentes no continente e não com ajuda privada americana. É errôneo afirmar, no entanto, que a OPA não produziu resultados concretos. O resultado imediato da OPA, no contexto da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a criação de uma Comissão Especial incumbida de dar execução aos projetos da OPA – nesta comissão o chefe da delegação brasileira foi Augusto Frederico Schmidt. Outro importante resultado da OPA foi a criação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),** em 1958, com a função de promover projetos de desenvolvimento na região. Ainda, a fundação da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio** (ALALC) em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, teve também suas raízes na OPA e tinha como objetivos ampliar e estabilizar o intercâmbio comercial na região, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e instaurar um processo de substituição de importações na região. Enfim, a **Aliança para o Progresso**, proposta por Kennedy em 1961, em resposta à crise cubana, foi também um resultado positivo da OPA. Um dos grandes responsáveis pela política exterior no período, Osvaldo Aranha, criticava a falta de conversão da OPA em resultados práticos e defendia que nenhum país se desenvolveria apenas via empréstimos. Aranha propunha um crescimento que não excluísse a agricultura e a reforma agrária. Com efeito, a OPA não avançava pela falta de projetos concretos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Considerando a relevância da III Conferência de Chanceleres Americanos (Rio de Janeiro, 1942) para o destino dos países latino-americanos em face da Segunda Guerra Mundial e o próprio contexto histórico do conflito, assinale a opção correta.

(A) O presidente Roosevelt aceitou, com relativo conformismo, o predomínio das visões de neutralidade dos países latino-americanos em relação ao conflito que envolvera os EUA na guerra europeia.

(B) A transferência gradual do eixo de poder mundial da Europa para os EUA, bem como as oportunidades de investimento em projetos de industrialização e desenvolvimento, animaram países como o Brasil a buscar barganhas e negociar brechas na ordem internacional, durante a Segunda Guerra Mundial.

(C) Países como a Argentina, mesmo ante a relevância econômica de suas exportações de couros, cereais e carnes para países beligerantes, sentiam-se animados a optar, na Conferência do Rio de Janeiro, pelo alinhamento com os EUA e seus aliados na guerra.

(D) A visão da harmonia pan-americana, ideia que migrara do século XIX para o século XX no ideário político das Américas, teve discreta presença nos debates da III Conferência de Chanceleres Americanos.

(E) A agenda da integração latino-americana, criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, decorreu da percepção de que essa era a única saída política diante da hegemonia hemisférica norte-americana.

A: Incorreta. O item está incorreto, porque os Estados Unidos queriam o imediato e unânime rompimento da América Latina com o Eixo durante a Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. A guerra europeia havia provocado um recuo da presença comercial alemã na América Latina, o que estimulou a ofensiva ideológica e política americana na região. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, levou os americanos à convocação da Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942, com objetivo de criar uma "unidade continental" e persuadir as lideranças latino-americanas a declarar guerra aos inimigos americanos.
B: Correta. Os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial já eram um dos maiores parceiros econômicos brasileiros e já mostravam a sua força internacionalmente. Em relação à América Latina, os Estados Unidos procuraram aumentar sua influência na região sob a política da Boa Vizinhança do Presidente Roosevelt. Para isso, os americanos criaram o *Office of the Coordination of Inter-American Affairs,* estabelecendo um complexo programa de persuasão ideológica e penetração cultural pela imprensa, cinema e o *american way of life* nos Estados Latino-americanos. No Brasil, o sucesso de personagens como Zé Carioca e de Carmem Miranda, nos EUA, assim como a organização do famoso filme de Orson Welles, *It's All true*, enquadra-se neste esforço de aproximação com a América do Sul. Gerson Moura define a política externa brasileira no período, entre 1935 e 1941, como a **"equidistância pragmática"**, já que o Brasil tentou tirar proveitos dos interesses americanos na região ao mesmo tempo que continuava a negociar com os alemães. Em 1938, Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, proclama a neutralidade brasileira na guerra. A indefinição sobre qual lado o Brasil entraria na guerra promovia vantagens econômicas

ao país. O desenvolvimento nacional, segundo Vargas, dependia do aproveitamento das jazidas de minério de ferro. Iniciou-se, portanto, uma **barganha para construir a siderúrgica de Volta Redonda** e para **equipar as Forças Armadas**. Após a entrada americana na guerra em 1941, os EUA convocam uma Reunião de Consulta dos Chanceleres latino-americanos, no Rio de Janeiro em **1942**. O Eixo pressionava o Brasil para manter sua neutralidade, mas com a promessa de vantagens econômicas dos EUA, **o Brasil rompe relações com o Eixo no ano 1942.**
C: Incorreta. O item está incorreto, porque houve resistência tanto argentina, quanto chilena durante a Conferência dos Chanceleres de 1942 em adotar uma resolução que determinasse o rompimento das relações dos países latino-americanos com os países do Eixo. A resolução, resultado da Conferência de 1942 apenas recomendou o rompimento das relações. A Argentina somente declarou guerra ao Eixo em maio de 1945, depois da capitulação alemã em Paris. Já o Chile declarou a ruptura com o Eixo em janeiro de 1943.
D. Incorreta. O item está incorreto porque o sentimento pan-americano ganhou uma nova força no período e foi o grande protagonista da III Reunião de Chanceleres Latino-Americanos. As conferências pan--americanas, influenciada pela política da Boa Vizinhança, pregavam o princípio da solidariedade hemisférica repudiando qualquer tipo de intervencionismo para resolver os problemas da região. Entre as principais conferências do período, destacam-se:

- **Conferência de Buenos Aires de 1936**: é aprovado um mecanismo de consulta entre os países do hemisfério, além de estabelecer o princípio de que uma ameaça a um país da região significava uma ameaça a todos.
- **Conferência de Lima de 1938**: ampliou o sistema de consulta entre os países da região, mas não conseguiu estabelecer um tratado de segurança continental, que foi barrado pela Argentina.
- **Conferência de Consultas do Panamá em 1939:** foi uma reunião em função da guerra europeia que definiu a neutralidade do continente.
- **Conferência de Havana de 1940:** decidiu que qualquer agressão de um Estado não americano contra um Estado americano seria considerada agressão contra todos os Estados americanos.

E. Incorreta. O item está incorreto, inicialmente, porque a agenda de integração latino-americana não foi criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, existindo outras importantes conferências na região, como mencionado no comentário do item anterior. Além disso, não existia a percepção, durante a Segunda Guerra, que a hegemonia americana era a única saída. O Chile e a Argentina, por exemplo, optaram pela neutralidade durante grande parte do conflito, mantendo relações econômicas e política com o Eixo. O Brasil também manteve relações com o Eixo e, para aderir à bandeira americana, obteve ganhos econômicos e de infraestrutura.

Gabarito "B"

Sugestão de Leitura: Gerson MOURA. Autonomia na Dependência. / Gerson MOURA Sucessos e Ilusões.

(Diplomacia 2008) Acerca das principais linhas de ação e vertentes da política externa brasileira desde 1967, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A partir de 1967, o governo Costa e Silva procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar. A unidade de ação que se verifica a partir de então embasou-se na importância central conferida à doutrina de fronteiras ideológicas, que, como condicionante das estratégias a serem adotadas, definia as prioridades externas.

(2) Alguns aspectos do "pragmatismo responsável" adotado pelo governo Geisel, como a busca da autonomia decisória na política externa, encontravam antecedentes em ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro.

(3) A dívida externa assumiu relevância na ação internacional do Brasil a partir do início da década de 1980, sendo tratada de acordo com duas estratégias: a primeira, de orientação economicista, afastava a diplomacia das negociações acerca do tema e favorecia a busca de soluções monetaristas, negociadas bilateral e diretamente com a comunidade financeira internacional; a segunda, configurada no Consenso de Cartagena de 1984, propugnava um tratamento político da questão que equacionasse o pagamento da dívida com o crescimento econômico da América Latina. Prevaleceu, desde o início, esta última estratégia.

(4) A política externa brasileira era formulada, a partir do início da década de 1970, com a finalidade última de serem superadas dependências e de ser reforçada a autonomia do país. A área energética foi alvo de medidas que se enquadravam nessa linha de ação, sendo exemplo de tais medidas o acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha firmado em 1975.

1: Errada . A primeira parte do item, que afirma que o Governo Costa e Silva (1967-69) "procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar", está correta e é exatamente o que afirma Amado Luiz Cervo em "História da Política Externa Brasileira". De acordo com Amado Cervo, a partir de 1967, a política externa brasileira destinou a impulsionar o **desenvolvimento de forma autônoma**. A nova doutrina, instaurada no governo Costa e Silva, denominada "Diplomacia da Prosperidade", foi exposta pelo chanceler José de Magalhães Pinto em 1967. Os objetivos da nova política eram eliminar os conceitos de bipolaridade e de segurança coletiva e colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo de aproveitamento das oportunidades que o setor externo podia oferecer. O item está incorreto porque a política externa do período Costa e Silva não se baseou na "doutrina de fronteiras ideológicas", ao contrário, ela tinha um sentido realista, com isenção ideológica e visava ampliar a pauta de exportações brasileiras, a cooperação científica e aumentar o fluxo financeiro do país, sem considerar alianças ideológicas. O Brasil rejeita, nesse período, o poder associado à potência hegemônica ocidental – os Estados Unidos e associa-se aos poderes emergentes. Exemplos desta nova postura brasileira foram percebidos na atuação reivindicatória diante do Terceiro Mundo, em 1968, durante a II UNCTAD; na formulação da política nuclear brasileira que visava a obtenção de tecnologia para fins pacíficos; além da forte presença brasileira em foros multilaterais.
2: Certa. A definição "**pragmatismo responsável**" apareceu pela primeira vez no discurso do presidente Ernesto Geisel em março de 1974, quando o presidente batizou a política externa de seu governo de Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Azeredo da Silveira, que foi o chanceler brasileiro durante os anos Geisel, anunciou em 1975, em uma reunião no Congresso Nacional que o "raciocínio simplista [que] alimentou a Guerra Fria, favoreceu a repartição do mundo em blocos, estimulou os alinhamentos automáticos e criou o não alinhamento militante. Não sumiram as ambições hegemônicas; o direito à autodeterminação tem sido conquistado em oposição à ordem internacional vigente e não ajudado por ela. O Brasil se recusa a ver o mundo por essas óticas distorcidas que justificam os privilégios de umas poucas nações em detrimento dos legítimos interesses das demais". Azeredo retoma, como afirma o item, ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro para formular o Pragmatismo Responsável. O pragmatismo da política externa brasileira encontra suas raízes na Política Externa Independente (PEI) de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que foi instaurada em 1961 durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart. Tanto a PEI quanto o pragmatismo responsável de Geisel eram

contra os alinhamentos automáticos em política externa e pregavam a superação dos conflitos Leste-Oeste, para uma predominância dos conflitos Norte-Sul.

3: Errada. Um grande problema da década de 1980 foi o endividamento externo. Como afirma o item, a questão da dívida externa foi vista sob duas óticas distintas. A primeira foi a **visão economicista** – ligada ao Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e o Banco Central - para o problema. Este grupo tinha inclinações monetaristas e acreditava que a melhor estratégia para resolver os problemas financeiros brasileiros seria negociar diretamente com a comunidade financeira uma solução. A **segunda estratégia era levada a cabo pelo Itamaraty** e pregava um **tratamento político** ao problema de endividamento econômico, a exemplo do que ocorreu anteriormente com países europeus endividados no pós-Segunda Guerra Mundial O item está incorreto porque a visão que predominou no tratamento da dívida foi a economicista. O Itamaraty, que havia sido um dos grandes motivadores da negociação multilateral da dívida externa, ajudou na organização do Consenso de Cartagena em 1984. O foro reuniu 11 países da região responsáveis por 80% das dívidas externas do continente e tinha o objetivo de negociar melhores condições de pagamento da dívida externa do bloco. No entanto, como o Itamaraty foi inibido em sua defesa a uma solução política para a questão da dívida externa latino-americana, o Consenso de Cartagena já nasceu débil.

4: Certa. O contexto da política externa brasileira dos anos 1970 é marcado pela diversificação de parceiros comerciais e pelo não alinhamento com os EUA. Havia, no entanto, certa dependência tecnológica brasileira em relação aos americanos, que precisava ser superada. Diante da lentidão na transferência de tecnologia atômica, para fins pacíficos, por parte dos Estados Unidos, o Brasil assina em **1975 o Acordo de Cooperação Nuclear com a Alemanha,** para diversificação das fontes de energia. O acordo de 1975 com a Alemanha previa a implementação de 8 usinas nucleares; a prospecção e tratamento de urânio; a produção e instalação de reatores nucleares; além do enriquecimento do urânio e o processamento de combustíveis.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Dois fatos ocorridos em 1945 marcaram a história brasileira. Chegavam ao fim a Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas. A partir daí, o país se redemocratizava, fazia avançar seu projeto de modernização econômica, rapidamente se urbanizava, ao tempo em que convivia com uma ordem internacional de pronunciada tensão que atingia o continente americano, particularmente, entre fins da década de 50 do século passado e o decênio seguinte. Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o autoritarismo do regime militar, período que não deve ser entendido como uniforme e homogêneo, tanto na política interna quanto na externa. A partir de 1985, com a nova experiência democrática, o país passou a conviver com outra realidade mundial e nela procurou inserir-se, mantendo princípios permanentes de sua política internacional e fazendo uso de mecanismos e instrumentos próprios do novo contexto global.

(Diplomacia 2007) Tendo as informações acima como referência inicial e considerando as principais vertentes e linhas de ação da política externa brasileira, de 1945 aos dias atuais, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) ( ) Com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil alinhou-se à estratégia político-militar norte-americana, voltada, no contexto da Guerra Fria, para conter as forças consideradas inimigas do Ocidente democrático.

(2) ( ) Na primeira metade dos anos 60 do século passado, a Política Externa Independente procurou expressar um ponto de vista internacional do Brasil, entendido como instrumento essencial à conquista do desenvolvimento nacional e não submetido aos interesses das potências hegemônicas.

(3) ( ) O terceiro governo do ciclo militar, sob a liderança de Ernesto Geisel, adotou a linha do pragmatismo responsável, a qual, sob nova roupagem, retomava os padrões da política externa de Castelo Branco, fundamentada no relacionamento especial com os EUA e na conveniência de se distanciar de outros polos de poder no âmbito do capitalismo.

(4) ( ) O estreitamento das relações com a Argentina de Alfonsín, ocorrido durante o governo Sarney, ainda que não tenha resultado em aproximação mais objetiva, que redundasse em acordos econômicos entre Brasil e Argentina, teve o mérito de superar históricas rivalidades, atenuadas, apenas circunstancialmente, por ambos os regimes militares.

1: Certa. Segundo Amado Cervo, a política externa do governo Dutra ficou conhecida pelo alinhamento e desenvolvimento associado aos Estados Unidos. A Guerra Fria, que se instaurou depois da Segunda Guerra Mundial, acentuou uma bipolaridade ideológica que dividiu entre os EUA e a URSS o poder de influência sobre o mundo. A América Latina estava sob a hegemonia econômica e cultural americana, o que resultou em um alinhamento com os EUA. No que se refere ao Brasil, depois do sucesso da política externa do período Vargas - que havia conseguido empréstimos americanos para construção da Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros feitos - o Brasil esperava alcançar uma aliança privilegiada com os americanos e garantir novos empréstimos para o país. Os chanceleres brasileiros no período, **Raul Fernandes e João Neves da Fontoura**, comandaram uma política de alinhamento, acompanhando o voto americano nas Conferências da ONU e nas iniciativas dos EUA para a região. Exemplo desta política foi a criação em 1947 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que defendia que "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos" e a criação da Organização dos Estados Americanos em 1948 que, segundo Gerson Moura, representava a consolidação da influência americana na região. O alinhamento brasileiro também se refletia no combate ao comunismo internacional e resultou em 1947 no rompimento de relações diplomáticas com a URSS. Esta decisão foi tomada pelo chanceler Raul Fernandes depois de um desentendimento entre o Brasil e a URSS e não teve apoio dos EUA.

2: Certa. A política externa dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) provinha de um conjunto de ideais nacionalistas e desenvolvimentistas que vão constituir a **Política Externa Independente (PEI),** como ficou conhecida. Apesar da PEI não qualificar um projeto institucionalizado, ela foi um processo e um conjunto de políticas pragmáticas que visavam a mundialização das relações internacionais e comerciais do Brasil, a luta pelo desenvolvimento, pelo desarmamento, a autodeterminação dos povos e a não intervenção, sem o comprometimento com objetivos ideológicos, além de ressaltar um desejo do Brasil de participar nas decisões internacionais. A PEI tinha uma visão universal e enfatizava as relações não mais no contexto da Guerra Fria, Leste-Oeste, mas na órbita das relações Norte-Sul, procurando obter vantagens desta conjuntura sem promover qualquer alinhamento com as potências hegemônicas. O objetivo da PEI era, portanto, o desenvolvimento nacional pela via universal. Entre os grandes formuladores da PEI é essencial citar o nome de Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro, todos chanceleres durante os governos Jânio-Jango. Entre as políticas promovidas durante a PEI, destaca-se a abertura política para o continente africano, a possibilidade de comércio com o Extremo-Oriente e o Sudoeste asiático, assim como a opção de restaurar relações com o bloco comunista.

3: Errada. A política externa de Geisel foi projetada em um pragmatismo ecumênico e responsável. Segundo o próprio Geisel em seu discurso ao poder legislativo de 1975, "No caso do Brasil, sua política externa é baseada no que chamamos de 'pragmatismo responsável', no ecumenismo e num princípio que consideramos essencial: o princípio de não intervenção em assuntos internos de outros Estados (...). A política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética". Com Geisel, o Brasil teve que multiplicar seu contato com outras nações, diversificar os mercados para seus produtos e buscar novas fontes de financiamento e tecnologia. O chanceler e grande visionário da política do período foi Azeredo da Silveira. Ao contrário do que afirma o item, a política de Geisel não se baseava em um relacionamento especial com os EUA, ele procurou diversificar seu envolvimento com outros países desenvolvidos (Europa Oriental e Japão) ou mesmo com o Terceiro Mundo (América Latina e África). O item possui outro erro ao afirmar que a política externa de Geisel retoma os padrões da política de Castello Branco. O período Castello Branco, que teve Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães como chanceleres, ficou conhecido como o "passo fora da cadência" (Amado Cervo), por haver ocorrido um desmantelamento do PEI e a volta de uma aproximação com os Estados Unidos. Outro erro importante do item é que o governo Geisel (1974-1979) não foi o terceiro governo do ciclo militar, ele foi o quarto, depois de Castelo Branco (1964-1966); Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974).

4: Errada. Não obstante o estreitamento de relações entre a Argentina e o Brasil ter ocorrido no governo de José Sarney na presidência brasileira e Alfonsín na presidência argentina nos anos 1980, o item está incorreto porque esta aproximação resultou em uma série de acordos econômicos. Entre os principais acordos do período estão a Declaração de Iguaçu de 1985, que assume compromisso de aprofundamento das relações econômicas entre os países; o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) que já previa negociações setoriais para promover uma progressiva eliminação tarifária; e, em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com conteúdo vinculante que estabelecia um prazo de 10 anos para a eliminação das tarifas no comércio bilateral. Essa aproximação econômica é apontada como antecedentes da criação do MERCOSUL.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Entre as características da política externa brasileira contemporânea, inclui-se

(1) a menor participação em organismos multilaterais, em prol de uma atuação diplomática mais unilateral, com o Brasil buscando atuar no cenário internacional de maneira mais autônoma, especialmente em temas como segurança coletiva, meio ambiente e direitos humanos.

(2) a intensificação da denominada diplomacia presidencial.

(3) a maior aproximação comercial com a China, em relação à década passada, evidenciada pelo fato de esse país ter recentemente assumido a condição de principal parceiro comercial do Brasil.

(4) a maior integração sul-americana, com a extensão de programas como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para os demais países sul-americanos.

(5) a expansão da cooperação científica e técnica prestada pelo Brasil a países asiáticos e africanos, por intermédio, por exemplo, da criação de Laboratórios Virtuais (LabEx) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em países desses continentes.

1: Errado. A política externa brasileira, ao contrário do que afirma o item, tem forte histórico de participação em organismos multilaterais. Segundo Flávia Campos Mello, desde o final do século XIX, a política externa brasileira tem participação ativa em instituições e foros multilaterais. O Brasil esteve presente durante a segunda Conferência Internacional da Paz, realizada em Haia em 1907, além da Conferência de Paz de Versalhes em 1919, o que lhe garantiu presença na Liga das Nações. No pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil também marcou presença ativa durante a Conferência de Bretton Woods de 1944 e como membro fundador da ONU na reunião em São Francisco em 1945. Sobre as características da política externa brasileira contemporânea, em relação ao multilateralismo, vale destacar o papel protagonista brasileiro em diversos foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, nas diversas instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), no Mercosul, na UNASUL, entre outras. Além disso, a aspiração brasileira a um papel protagonista nos foros multilaterais é particularmente expressa na candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança no contexto de Reforma da ONU.

2: Certo. A diplomacia presidencial caracteriza a participação ativa de presidentes na condução, execução e formulação da política externa. A diplomacia presidencial ganhou ênfase nos últimos anos dada à frequência que se recorre aos chefes de Estado e governo em áreas que eram comuns a atuação de chanceleres. Segundo o cientista político Guilhon de Albuquerque, no Brasil, a diplomacia presidencial iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual a participação desse Chefe de Estado em assuntos de política externa foi muito ativa. O governo Luiz Inácio Lula da Silva também foi referenciado pela forte atuação presidencial em assuntos de política externa, tendo alguns temas de prevalência como a política Sul-Sul e as relações regionais.

3: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$77 bilhões**, sendo que o Brasil exportou para esse país US$44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Sobre relações políticas, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1974, em um momento de diversificação de parcerias internacionais por parte do Brasil. Segundo Henrique Altemani, dentro do projeto da política externa brasileira, que tem forte atuação nos fóruns multilaterais, a reaproximação com a China era fundamental para dar credibilidade e legitimidade à ação brasileira. Durante os anos 1980, houve importantes avanços na relação bilateral entre China e Brasil, verificado nas visitas dos Presidentes brasileiros João Figueiredo, em 1984, e José Sarney, em 1988 à China. O Brasil tinha motivações econômicas ao aproximar-se da China, com expectativas de contratos para as exportações brasileiras diante do impressionante crescimento da economia chinesa ao longo da década de 1980. Além disso, segundo o diplomata Oswaldo Biato Junior, havia a expectativa que uma relação estratégica entre os países fortaleceria as teses brasileiras nos foros internacionais, nos quais China e Brasil compartilhavam posições em matérias de não proliferação nuclear, de Agenda para a Paz e o Desenvolvimento, de relações Norte-Sul, de defesa do meio ambiente e de transferência de tecnologia. Em 1988, foi assinado o "Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres" (CBERS), projeto mais expressivo de cooperação científica e tecnológica entre dois países em desenvolvimento. Nesse sentido, em 1993, durante a gestão Itamar Franco, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre a China e o Brasil, com o objetivo de elevar as relações bilaterais a um novo patamar, ampliando planos de cooperação econômica e política. As relações sino-brasileiras no início do século XXI foram de maior proximidade ainda, como afirma o item, dada a intensificação do comércio entre os dois países. Entre as principais parcerias entre os dois países, vale destacar o engajamento conjunto no fortalecimento da reforma de instituições internacionais - FMI, Banco Mundial - a partir do BRICS e do G20 financeiro, no BASIC – na área de meio ambiente –, na parceira na área de ciência, tecnologia e inovação em matéria de energia, tecnologia espacial, entre outros.

4: Errado. O item está incorreto porque o FOCEM é um fundo criado para a convergência estrutural dos membros do MERCOSUL, não incluindo os demais países da América do Sul. O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do Mercosul, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados-partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos em quotas semestrais dos Estados-Partes do Mercosul, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. Atualmente o maior beneficiário é o Paraguai, com 17 projetos. O Brasil tem 5 projetos em seu território: a criação da Biblioteca da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu; a ampliação do sistema de esgoto sanitário de Ponto Porã (MT); o adensamento e complementação automotiva do Mercosul; a qualificação de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e do gás; a construção do esgoto sanitário em São Borja (RS).
5: Certo. O item está correto já que a EMBRAPA está promovendo a expansão da cooperação técnica e científica para países africanos e asiáticos por intermédio de vários programas, dos quais a criação de Laboratório Virtuais (Labex). O objetivo dos Laboratórios Virtuais é promover o conhecimento mútuo do estado da arte das ciências agrárias, além de enriquecer a cooperação científica, tecnológica e de inovação. Atualmente, a EMBRAPA possui laboratórios virtuais na Coréia do Sul, na China, no Senegal, em Gana, no Mali, em Moçambique, além de França, Reino Unido, Panamá, Equador, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos. A iniciativa, que visa fomentar a cooperação científica com outros países, teve início em 1998, com a abertura do Labex Estados Unidos.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação à política externa independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964), julgue os itens subsequentes.

(1) Por intermédio da Aliança para o Progresso, contemporânea do presidente John Kennedy, repudiou-se o intervencionismo norte-americano nos assuntos hemisféricos, visto que essa aliança era tida como deletéria aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos.

(2) O ingresso do Brasil no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e a sua participação, juntamente com Cuba, da Primeira Cúpula desse movimento, em 1961, em Belgrado, foram motivados pela política externa dos governos em tela.

(3) Nesse período, a intensificação das relações comerciais com todos os países ensejou o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e com Cuba.

(4) A política externa de ambos os governos preconizava o direito de Cuba à autodeterminação, especialmente em relação à preservação das conquistas da Revolução de 1959 e ao seu direito de adotar um sistema de partido único.

(5) No sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), admitia-se a presença de Cuba, de pleno direito; entretanto, recusava-se a política de isolamento da ilha, defendida pelos EUA na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, em Punta del Este, em 1961.

1: Errada. A Aliança para o Progresso foi um Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado pelos Estados Unidos e 22 outros países do hemisfério – entre eles o Brasil – com a assinatura da Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento, cabendo aos EUA auxiliar financeiramente, com uma parte minoritária do financiamento dos programas. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O projeto de cooperação interamericana já havia sido proposto em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek com a Operação Pan-Americana (OPA) sem que houvesse participação ativa dos EUA. Com a vitória da revolução em Cuba, em janeiro de 1959, foi evidenciando aos olhos dos formuladores da política hemisférica de Washington a necessidade de se mostrarem mais sensíveis às crescentes reivindicações de desenvolvimento econômico, progresso social e democracia, levantadas pela América Latina. O item está incorreto porque a Aliança para o Progresso não era vista como prejudicial aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos, além de não repudiar qualquer intervencionismo americano na região.
2: Errada. A Primeira Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não Alinhados em Belgrado, em 1961, que criou o Movimento de Países Não Alinhados, ao contrário do que afirma o item, contou com a presença de 23 países afro-asiáticos, um latino-americano – Cuba – e um europeu, a Iugoslávia. O Brasil não participou oficialmente do Movimento de Países Não Alinhados, mas esteve presente apenas com o *status* de membro Observador. O movimento dos Países Não Alinhados colocou em destaque a temática do desenvolvimento econômico dos países do Sul e passou a mobilizar ações coordenadas dos povos do Sul de distintas regiões, ao fim da década de 1950, com intuito de fazer prevalecer esse tema na agenda internacional. O Movimento surgiu em consequência da Conferência de Bandung de 1955, que foi considerada como um marco em relação à formação identitária dos países de Terceiro Mundo. Em Bandung, pela primeira vez, ocorreu um grande encontro de Cúpula que reunia Estados de Terceiro Mundo sem a participação de Estados europeus, dos EUA e da URSS. O “Terceiro Mundo” passava a agir menos como objeto e mais como ator coletivo, defendendo agenda própria internacional.
3: Errada. O período que comporta os governos de Jânio Quadros e João Goulart, na área de política externa, é visto como uma unidade, apesar de o Ministério das Relações Exteriores ter tido mais de cinco titulares em menos de três anos. O período ficou conhecido pela implementação da Política Externa Independente que possuía caráter pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos. Nesse período, como afirma o item, houve uma intensificação comercial com parceiros menos tradicionais, como países socialistas e africanos. O item está incorreto porque, apesar de existir a retomada das relações com a União Soviética, as relações diplomáticas com Cuba foram rompidas apenas em 1964 e retomadas em 1986. Sobre a URSS, o **restabelecimento das relações diplomáticas ocorre em 1961**, no governo João Goulart, trabalho que se deveu aos esforços do chanceler San Tiago Dantas. Desta forma, nota-se nos anos 1960 um aquecimento das relações comerciais URSS-Brasil com novos acordos de comércio e pagamentos entre os países e a concessão recíproca de nação mais favorecida no comércio e navegação. Em **1962**, cria-se a **Comissão para a Coordenação do comércio com o Leste Europeu (COLESTE**) e no ano seguinte a **Comissão Mista URSS-Brasil, de 1963.** Sobre Cuba, o Brasil já tinha relações diplomáticas com esse país desde 1906. As relações são rompidas em 1964 em razão da entrada da ditadura militar brasileira e são apenas retomadas em 1986.
4: Errada. Como afirma o item, a política externa do período Jânio-Jango por ver a possibilidade de comércio com o extremo-oriente e o sudoeste asiático, assim como a necessidade de restaurar relações com o bloco comunista, defendia a autodeterminação no caso cubano. O item está incorreto porque o Brasil não defendia o direito de Cuba adotar um sistema de partido único, apenas pregava a autodeterminação e a não

intervenção, recusando-se em apoiar os EUA em uma possível invasão a Cuba. Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil adotou uma posição conciliatória. San Tiago Dantas propôs a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério, o que fortificaria o princípio da não-intervenção e criaria a possibilidade de, por não ser regime democrático, neutralizar o regime cubano. No entanto, Cuba foi excluída da OEA em 1962. Brasil, Chile, Argentina, México, Equador e Bolívia, grupo conhecido como "The Outer Six" se abstiveram. O Brasil divergiu quanto às sanções à Cuba, mas continuava concordando com o restante das posições americanas quanto à condenação do comunismo internacional.
5: ANULADA. Cuba foi excluída da OEA em 1962 durante a Conferência de Punta del Este sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). O objetivo da Conferência era considerar "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". A Conferência estava centrada na situação política do governo de Cuba, cujo líder, Fidel Castro, havia declarado adesão ao marxismo-leninismo. O item está incorreto, porque não se admitia mais a presença de Cuba na OEA a partir de 1962.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E, 5ANULADA

3. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

(Diplomacia – 1999) Entre os resultados principais da Guerra do Pacífico (1879-83), pode-se incluir:

(A) A secessão do Panamá.
(B) A não demarcação da Cordilheira do Condor, na fronteira entre o Equador e o Peru.
(C) O agravamento da questão do Canal de Beagle entre a Argentina e o Chile.
(D) A anexação das cidades de Tacna e Arica pelo Peru.
(E) A mediterraneidade da Bolívia.

A: Incorreta. A secessão do Panamá do território colombiano, ou Independência do Panamá, ocorreu em 1903 sem relação com a Guerra do Pacífico.
B: Incorreta. A demarcação da fronteira entre o Equador e o Peru na região da Cordilheira do Condor não ocorreu por divergências bilaterais entre o Equador e o Peru e não pode ser vista uma consequência direta da Guerra do Pacífico.
C: Incorreta. A Guerra do Pacífico levou a assinatura no Tratado de Fronteiras de Limites entre o Chile e Argentina de 1881, que estabeleceu a base fronteiriça entre ambos os países, desmilitarizando o Estreito de Magalhães e resolvendo o longo conflito sobre as fronteiras na região da Patagônia. As deficiências de alguns artigos do Tratado deram origem ao conflito sobre a delimitação das fronteiras do canal de Beagle. Esse último foi resolvido definitivamente apenas na década de 1990, após a mediação da Santa Sé.
D: Incorreta. As cidades de Tacna e Arica foram anexadas pelo Chile por um período de 10 anos. Em 1929, em um acordo intermediado pelo presidente americano Hebert Hoover, Arica foi acordada ao Chile e Tacna devolvida ao Peru, com o pagamento de uma indenização.
E: Correta. A **Guerra do Pacífico** (1879-1883) foi um conflito da Bolívia e Peru contra o Chile. Ela teve origens nas desavenças entre a Bolívia e o Chile sobre a região do Atacama, rica em recursos minerais, principalmente o cobre. O território era controlado pela Bolívia, mas explorado economicamente pelo Chile. Em 1878, o presidente boliviano decretou o aumento sobre as taxas de exploração mineral, o que causou profundo desagrado no governo chileno e, inicialmente, uma crise diplomática que resultou na guerra em 1879. A Bolívia possuía uma aliança secreta com o Peru, que acabou entrando na guerra do lado boliviano. A Guerra do Pacífico durou até 1883 e teve consequências importantes para a Bolívia e o Peru. A Bolívia perdeu seu acesso ao Oceano Pacífico e tornou-se um país mediterrâneo, além de perder as valiosas reservas de cobre e nitrato da região. O Peru, pelo Tratado de Ancón, teve as províncias de Tacna e Arica ocupadas pelos chilenos por um período de 10 anos. O conflito pelas províncias perdurou e, em 1929, sob o intermédio do presidente americano Herbert Hoover, foi estabelecido um acordo que deixou Arica para o Chile e Tacna para o Peru. O Chile, em resposta a neutralidade argentina no conflito, deixou de disputar a região da Patagônia, que era um importante conflito territorial entre a Argentina e o Chile na época.

Gabarito "E"

Sugestão de Leitura: Leslie BETHELL, História da América Latina. Volume 5.

(Diplomacia – 1999) O processo de paz entre o Equador e Peru, concluído em Brasília, em outubro de 1998, contou com a participação ativa dos quatros países designados como garantes pelo Protocolo de Paz, amizade e limites do Rio de Janeiro.

(A) Argentina, Brasil, EUA e México.
(B) Argentina, Brasil, Uruguai e EUA.
(C) Brasil, Chile, Colômbia e EUA.
(D) Argentina, Brasil, Chile e EUA.
(E) Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai.

D: Correta. Em outubro de 1998, uma cerimônia no Palácio do Itamaraty, em Brasília, assinalou um final pacífico para um longo período de conflitos entre o Peru e o Equador. Foi assinado um «Acordo Global e Definitivo de Paz» que consumiu quatro anos de esforços de mediação de quatro países «garantes» (**Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos**). A distensão militar foi cingida pela missão de paz (MOMEP) e a negociação diplomática por meio de encontros constantes entre as partes, até a resolução definitiva e exitosa em outubro de 1998. O conflito entre o Peru e o Equador data do século XIX e surgiu pela confusa determinação sobre qual desses países controlaria as terras do "oriente" amazônico. Houve uma progressiva ocupação do território pela colonização peruana, que foi constantemente questionada pelo Equador. Em 1941, eclodiu uma crise entre os países que resultou na primeira atuação da mediação dos "garantes". Pelo Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, estabeleceu-se como a fronteira equatoriano-peruana o limite que correspondia em larga medida aos contornos históricos da ocupação efetiva de cada país. O Equador não reconheceu o Protocolo e, 43 anos depois, em 1995, produziu-se o mais grave enfrentamento bélico entre os dois países desde 1941. Em 17 de fevereiro de 1995, um acordo, consagrado sob o título de «Paz do Itamaraty», estabeleceu as condições preliminares para uma pacificação bilateral que terminaram em 1998. O acordo de 1998 assentou-se em concessões cruciais de ambos os lados: o Equador admitia a vigência do Protocolo em troca do reconhecimento peruano de que a conclusão da demarcação prevista naquele instrumento exigia antes resolver questões pendentes. Nestes dois âmbitos destacou-se a atuação brasileira, como coordenador as esferas militar e diplomática, construindo paulatinamente um papel de liderança no decorrer das negociações.

GABARITO: D

3.1. Integração na América do Sul

Tratado de Cooperação Amazônica

(Preâmbulo)

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, conscientes da importância que para cada uma das partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios, animadas do propósito comum de conjugar esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia,

que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes para elevar o nível de vida de seus povos a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, cônscias de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia, seguras de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns, contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina, persuadidas de que o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto, resolvem subscrever o presente Tratado.

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção que contempla um dos objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978.

(A) Estimular a ocupação da região amazônica, com obras de infraestrutura e concessão de incentivos fiscais.
(B) Estabelecer uma moratória comum aos países amazônicos em face dos empréstimos contraídos para obras na região.
(C) Promover um modelo de desenvolvimento da região que hoje se poderia denominar de sustentável.
(D) Impedir o avanço de frentes colonizadoras na região reforçando as fronteiras regionais.
(E) Impedir a bioprospecção por países externos à região.

A: Incorreto. O item está incorreto porque o Tratado de Cooperação Amazônico não tem como objetivo estimular a ocupação da região com a concessão de incentivos fiscais. O Pacto, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos 8 países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tem como objetivo estabelecer um instrumento jurídico para promover um modelo de complementação econômica e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.
B: Incorreto. O item está incorreto, porque não há qualquer acordo entre os membros do TCA que preveja a moratória comum aos países amazônicos.
C: Correto. O Tratado de Cooperação Amazônico tem como objetivo central, a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Em 1995, os países membros do TCA criaram uma Secretaria Permanente com personalidade jurídica e sede em Brasília, com objetivo de fortalecer a organização. A decisão, implementada em 1998 com a aprovação do Protocolo de Emenda ao TCA, criou a Organização dos Estados Amazônicos (OTCA).
D: Incorreto. A iniciativa de criar um Tratado de Cooperação que abarcasse os países amazônicos nasceu de uma proposta brasileira, que não tinha a intenção, como afirma o item, de impedir o avanço de frentes colonizadoras na região. O objetivo era institucionalizar o processo de cooperação regional que já vinha se desenvolvendo desde os anos 1960. De acordo com o texto do Tratado, é competência exclusiva dos países da região o desenvolvimento e proteção da Amazônia. Além disso, foi reforçado o princípio da soberania sobre a conservação dos recursos naturais na região.
E: Incorreto. Como foi afirmado no comentário do item anterior, o TCA tinha como objetivo reforçar a integração regional dos países amazônicos, prevendo o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, além do estabelecimento de infraestrutura e o incremento do comércio fronteiriço. O item está incorreto, porque não há qualquer menção sobre o impedimento a bioprospecção na região.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única afirmação correta:

A "Comunidade Andina":

(A) É uma união de todos os países sul-americanos para a conservação e desenvolvimento sustentável do meio ambiente ecológico da Cordilheira dos Andes.
(B) Foi a Comunidade que formaram o Peru e a Bolívia na chamada "Guerra do Pacífico" contra o Chile, em 1870.
(C) É uma união diplomática dos países andinos, que contempla a criação de Consulados comuns em terceiros países, para a proteção das comunidades locais de seus cidadãos no estrangeiro.
(D) É como ficou conhecido na história o pacto firmado por Bolívar e San Martin no encontro de Lima, em 1819, quando acertaram levar adiante separadamente a luta pela independência das colônias espanholas na América.
(E) É uma união de países andinos que visa ao estabelecimento de políticas comuns de comércio para os países que integram aquela Comunidade.

A: Incorreto. A Comunidade Andina é um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. O item está incorreto, porque a Comunidade Andina não é formada por todos os países sul-americanos e não tem como objetivo a conservação do meio ambiente na região dos Andes.
B: Incorreto. O item está incorreto, porque o Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, que teve forte influência da CEPAL e das ideias de Industrialização por Substituição de Importações. Na década de 1950, foi publicado um relatório pela CEPAL, de autoria do economista argentino Raul Prebisch, que estabelecia um diagnóstico sobre a necessidade de industrialização na região e das vantagens de uma possível integração econômica entre os países latino-americanos. Neste contexto, foi criada, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que reunia Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia, além de Colômbia, Equador, México e Venezuela. No entanto, a insatisfação de alguns participantes da ALALC, principalmente dos países de pequena economia que alegavam uma distribuição desigual dos mecanismos reguladores, incentivou a criação do Pacto Andino de 1969.
C: Incorreto. O item está incorreto porque a Comunidade Andina tem como principais pontos da agenda a integração econômica de seus membros, facilitando a criação de um mercado comum na região.
D: Incorreto. O item está incorreto, primeiramente, porque a criação da Comunidade Andina não tem qualquer relação com o encontro em Simón Bolivar e San Martin, patronos das independências na América Espanhola. Outro erro do item é que o encontro entre Simon Bolívar e San Martín ocorreu na cidade de Gauyaquil em 1822, não em Lima em 1819, como afirma o item.
E: Correto. A Comunidade Andina (CAN) visa o estabelecimento de políticas de comércio com países que integram a comunidade. Ela passou por diversas etapas desde sua criação em 1969 e, atualmente, a CAN vive o dilema entre o incentivo a uma integração regional entre os membros

do bloco e a adoção de Acordos Bilaterais de Livre Comércio com os Estados Unidos e a União Europeia. A Venezuela saiu recentemente do bloco, em 2006, por diversos motivos, mas principalmente porque Peru e Colômbia já possuíam Tratados de Livre Comércio com os EUA.

Gabarito "E".

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) A integração política e econômica da América do Sul consiste em uma das prioridades da política externa brasileira, o que pode ser evidenciado pela

(1) convergência política, técnica e macroeconômica entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) e a Comunidade Andina (CAN).

(2) convocação, em agosto e setembro de 2000, da primeira reunião de presidentes da América do Sul, em Brasília.

(3) indicação, no artigo 4.º, parágrafo único, da Constituição Federal (CF), de que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul.

(4) criação do Programa de Substituição Competitiva de Exportações, por meio do qual se buscou impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.

(5) instituição da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), durante a reunião de presidentes sul-americanos, cujo objetivo é conectar projetos de transporte, energia e comunicações entre os doze países sul-americanos.

1: Errada. O item está incorreto porque a ALBA, o MERCOSUL e a CAN não tentam convergência macroeconômica entre eles, atuando independentemente, apesar de firmarem acordos políticos e econômicos entre organizações. A Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) é uma organização regional da América Latina e do Caribe com bases doutrinárias de esquerda. A ALBA foi criada em Havana em dezembro de 2004 por um acordo entre a Venezuela e Cuba. Em 2006, a Bolívia entrou na organização, seguida pela Nicarágua e por Honduras, respectivamente em 2007 e 2008. Atualmente, além dos países mencionados, fazem parte da organização Antígua e Barbuda, República Dominicana, São Vicente e Granada e Equador. A proposta da ALBA não é estabelecer uma integração econômica neoliberal, mas focar na luta contra a pobreza, na exclusão social e no combate ao analfabetismo nos países membros do bloco. Já os membros da Comunidade Andina (CAN) formam um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. Como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a CAN tem o objetivo de formar um mercado comum entre seus membros, estimulando um regionalismo aberto. Vale ressaltar que muitos analistas consideram que a CAN perdeu muito do seu potencial integracionista com a saída da Venezuela do bloco em 2006. O MERCOSUL e a CAN possuem acordo de complementação econômica firmado no seio da ALADI (ACE 59) desde 2005 e há planos para o aprofundamento desse acordo. Além do acordo econômico, o MERCOSUL e a CAN possuem um Acordo de Residência com Bolívia e Chile, que permitirá residência interregional de imigrantes dos países envolvidos pela CAN, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; pelo Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; além do Chile; esse acordo aguarda autorização do Executivo para entrar em vigor.

2: Certa. A primeira reunião de presidentes da América do Sul foi realizada em agosto e setembro de 2000, em Brasília, a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O evento contou com a participação dos Chefes de Estado dos doze países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além da participação dos Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). Essa reunião de presidentes foi um marco histórico por ser a primeira na história da América do Sul. Os Presidentes trataram de temas como democracia, comércio, infraestrutura de integração, drogas ilícitas e delitos conexos, informação e tecnologia. O encontro de Brasília teve por objeto e consequência o fortalecimento do processo de integração no conjunto da América Latina e Caribe. Vale ressaltar que resultou desse encontro um programa específico centrado na integração das redes de infraestrutura da Região, conhecido como a IIRSA.

3: ANULADA. Segundo o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (I) independência nacional; (II) prevalência dos direitos humanos; (III) autodeterminação dos povos; (IV) não-intervenção; (V) igualdade entre os Estados; (VI) defesa da paz; (VII) solução pacífica dos conflitos; (VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo; (IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (X) concessão de asilo político." O parágrafo único anuncia "**A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações**". O item foi, provavelmente, anulado porque afirma que o Brasil "deve buscar" a integração e não "buscará" como está escrito na CF, o que deve ter provocado ambiguidade de interpretação.

4: Certa. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que foi criado em 2003 pelo Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tinha a premissa de fortalecer a integração política e socioeconômica da América do Sul. O objetivo do PSCI é impulsionar o comércio entre os países da região e o Brasil, substituindo, quando possível, as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da região. Entre as principais ações já tomadas estão: assinatura de memorando que cria um grupo de trabalho (GET) com o objetivo de discutir os impasses, monitorar o comércio e facilitar as importações de produtos provenientes de outros países sul-americanos; o lançamento do guia "Como Exportar para o Brasil"; financiamento de pesquisa de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil; Publicação da revista "América do Sul: Integração Competitiva", Rodadas de negócio bilaterais e multilaterais; entre outros.

5: Certa. A iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) surgiu no ano 2000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram, naquele momento, em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos do IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação.

GABARITO 1E, 2C, 3ANULADA, 4C, 5C

As disputas políticas entre os países sul-americanos estão afastando o investimento e atrapalhando a integração. No centro das brigas entre os vizinhos, existe de tudo: demarcações de terra, acesso ao mar, energia... Segundo analistas, discursos populistas, estilos de governo avessos a críticas e a ambição por um poder eterno também alimentam os atritos regionais.

Correio Braziliense, 14/12/2008, p. 22 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando o assunto abordado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A América do Sul apresenta-se como um elemento de valor positivo e útil à política externa brasileira e às visões que o Brasil tem acerca do papel dessa região no mundo complexo em que se vive.

(2) A integração da América do Sul objetiva apenas promover fluxos comerciais e atrair investimentos para essa região.

(4) O Brasil é país interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa.

(5) O tema da energia bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística sulamericana são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul.

1: Certo. A América do Sul é prioridade da política externa brasileira, sendo a estabilidade política e o fortalecimento institucional da integração no continente temas de destaque. O item está correto ao afirmar que a América do Sul é um elemento de valor positivo e útil à atual política externa brasileira. Vale recordar que a atual ênfase na América do Sul tem como um dos seus marcos principais a primeira reunião de Cúpula entre os presidentes sul-americanos, ocorrida em Brasília entre agosto e setembro de 2.000. Na Cúpula de Brasília, entre outras deliberações, foram lançadas as sementes do projeto da IIRSA (Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que sinaliza o resgate de uma visão mais estratégica e menos "comercialista" dos vínculos regionais. Entre as outras organizações que visam à integração da América do Sul destaca-se o MERCOSUL e a UNASUL.

2: Errado. *(ver o comentário sobre item 1)*

3: Certo. Para o Brasil, um maior vínculo político entre os países sul-americanos, o adensamento das relações comerciais e de investimentos e a cooperação em diversas áreas contribuirão, entre outros, para: o desenvolvimento socioeconômico da América do Sul e a preservação da paz na região. O item está correto ao afirmar que o Brasil está interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa. Além desse objetivo, destacam-se o desenvolvimento do mercado interno sul-americano, o aumento da competitividade dos países no mercado internacional e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais.

4: Certo. Como afirma o item, a energia, bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística na região sul-americana, são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul. Sobre a infraestrutura e o sistema logístico, destaca-se a iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que surgiu no ano 2.000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram naquele momento em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul, realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2.000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. Sobre a energia, destacam-se diversos projetos bilaterais empreendidos pelo Brasil na região, como a interconexão elétrica com o Uruguai e o gasoduto Brasil-Bolívia. Além disso, o Brasil, nos últimos anos, tem atuado fortemente na promoção dos biocombustíveis na região.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. O Mercosul: origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração

(Diplomacia 2009) Considerando os interesses e as perspectivas brasileiras em relação ao MERCOSUL e a evolução recente desse bloco, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Com o propósito de agilizar e desburocratizar o intercâmbio comercial no âmbito do MERCOSUL, o Brasil concebeu e implantou, em conjunto com a Argentina, mecanismo de pagamento em moeda local, o qual pode ser ampliado para os demais países do bloco.

(2) A prioridade brasileira conferida à consolidação e à expansão do MERCOSUL expressou-se no apoio às iniciativas de aprimoramento institucional do bloco, das quais são exemplos recentes a criação do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e do Parlamento do MERCOSUL.

(3) As dificuldades políticas e institucionais do MERCOSUL, a fragilidade de seus instrumentos comerciais e o recrudescimento do protecionismo nos países-membros levaram à continuada retração da corrente de comércio do Brasil com o bloco nos últimos cinco anos.

(4) Com a criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), os instrumentos e as disciplinas comerciais do MERCOSUL deverão ser gradativamente transferidos para aquele organismo, a fim de se evitar a duplicidade de regras e facilitar a criação de uma área de livre comércio em toda a América do Sul.

1: Certa . Com objetivo de reduzir os custos financeiros nas transações comerciais, o Conselho do Mercado Comum aprovou o **"Sistema de Pagamento em Moedas Locais" em 2007** para o comércio entre os Estados Partes do MERCOSUL. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local já está em funcionamento para operações entre o Brasil e a Argentina desde 2008, mas não se trata de um sistema obrigatório. A utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local tem como objetivo facilitar a troca comercial entre os membros do bloco, evitando operações de câmbio específicas e a conversão do produto em dólar. O acordo visa criar "um sistema bilateral de pagamentos em moedas locais, cujo objetivo é facilitar as transações entre os dois países em moedas locais e reduzir as transferências em divisas (dólares dos Estados Unidos) entre si".

2: Certa. Importantes reformas foram efetuadas no MERCOSUL no ano de 2006, com o objetivo de consolidar o bloco. Como afirma o item, foi criado **o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)** com objetivo de

tratar as assimetrias intrabloco em benefício às economias menores do MERCOSUL. O Fundo financia projetos com o objetivo de promover a convergência estrutural; o desenvolvimento da competitividade; a promoção da coesão social. O Fundo é formado por contribuições anuais dos Estados Partes que totalizam cem milhões de dólares. As contribuições dos Estados Partes foram estabelecidas segundo as seguintes percentagens: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%.Os recursos são distribuídos de forma inversamente proporcional ao montante das contribuições realizadas: Paraguai: 48%, Uruguai: 32%, Argentina: 10% e Brasil: 10%. O **Parlamento do MERCOSUL** foi outra iniciativa do bloco criada em 2006, que passou a funcionar em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), que tinha sido criada no Protocolo de Ouro Preto em 1994. O Parlamento do MERCOSUL foi criado não como órgão de representação dos Parlamentos dos Estados Partes, mas como órgão de representação dos povos, independente e autônomo. Conforme previsto na Decisão CMC Nº 23/05, a partir de 2014, o Parlamento do MERCOSUL estará integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto.

3: Errada. Apesar de uma suposta crise do MERCOSUL entre 1999 e 2002, o item está incorreto já que não há retração da corrente de comércio intrabloco nos últimos anos. Em 1999, decorrente das crises econômicas internacionais, o Brasil decidiu pela maxidesvalorização do real com o fim da âncora cambial brasileira. É categórico neste período o aumento substancial de contenciosos comerciais envolvendo os países do bloco, principalmente a Argentina e o Brasil. No entanto, a partir de 2004, o Brasil assume uma postura do grande incentivador da integração sul-americana, relançando o processo de integração. A iniciativa brasileira incentivou as relações comerciais que continuaram a serem importantes na pauta comercial dos países do bloco e não foram retraídas no período. Outro exemplo importante da fortificação institucional do MERCOSUL nos últimos anos foi a criação do FOCEM em 2006, destinado a diminuir as assimetrias intrabloco. O comércio no MERCOSUL chegou a 40 bilhões de dólares em 2011.

4: Errada. A União Sul-Americana de Nações (UNASAL) e o MERCOSUL são organizações de vocação regional independentes e complementares, estando o item, portanto, incorreto. A **UNASUL** é formada pelos doze países da América do Sul e o tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Diferente do MERCOSUL, que foi instituído como um acordo econômico entre 4 países, a UNASUL tem o objetivo de estimular a cooperação política e social entre os países do bloco, não sendo, portanto, um tratado econômico. O Tratado Constitutivo da UNASUL entrou em vigor em março de 2011 com a ratificação do Uruguai (o Brasil ratificou o Tratado em julho de 2011). A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças; e ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem, Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Acerca de fatos relacionados à criação e ao desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O crescimento do intercâmbio comercial entre os estados-membros está direcionado para a região Sul do Brasil, tendo em vista a grande extensão territorial do país e os altos custos decorrentes do transporte de mercadorias.

(2) Nascido da aproximação política entre os governos de Montevidéu e Assunção, em meados dos anos 80 do século passado, o MERCOSUL concretizou-se a partir do momento em que Argentina e Brasil aderiram ao projeto, superando sólidas e históricas rivalidades.

(3) O MERCOSUL constitui uma barreira aos investimentos de empresas transnacionais na indústria e em serviços, o que favorece o fortalecimento das economias no interior do bloco, a fim de se superar o tardio processo de industrialização vivido por seus estados-membros.

(4) Como os demais blocos econômicos formados nas décadas finais do séculos XX, o MERCOSUL surge com o propósito de oferecer aos seus membros, entre outros objetivos, condições mais favoráveis de inserção na economia mundial crescentemente globalizada e competitiva.

1: Errada. A pauta comercial brasileira em relação aos países do bloco do Mercosul apresenta especificidades que podem ser atribuídas, principalmente, à existência de **diferentes estruturas produtivas entre os países do bloco**. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) o Brasil exporta para os países do Mercosul principalmente produtos manufaturados, enquanto a sua pauta de importação em relação aos países do bloco se concentra em produtos primários. De acordo com dados do MDIC, a balança comercial brasileira é superavitária em relação aos países do Mercosul desde 2004 e em 2001 teve um saldo positivo de 8,4 bilhões. Do ponto de vista regional brasileiro e do comércio entre o Mercosul e as regiões do país, que é a questão abordada pelo item, os **estados brasileiros possuem pautas distintas de exportação e importação em relação aos países do bloco**. Cada estado ou região mantém relações específicas, em termos de comércio externo, com os países do MERCOSUL, e cada um sofre impactos diferenciados ao longo desse processo. As regiões do Brasil onde, naturalmente, concentra-se as maiores atenções no âmbito desse comércio — devido à proximidade e à capacidade produtiva — **são as do Sul e Sudeste.** O item está incorreto, porque não é a região Sul que concentra a maior troca comercial intrabloco. Apesar de ser uma região com importantes ligações comerciais com os países do MERCOSUL, pela pauta comercial brasileira, é ainda a região Sudeste que mais efetua trocas comerciais com os países do Mercosul (dados IPEA). Há, portanto, uma predominância das regiões Sul e Sudeste, com quase 90% de participação nos totais exportados e importados do país, enquanto que a região Nordeste tem a terceira maior participação, com taxas variando entre 7% e 8%. Em relação aos estados, é também clara a predominância dos estados do Sul e Sudeste: São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

2: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, foi firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do MERCOSUL. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-

-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

3: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não constitui uma barreira ao investimento de empresas transnacionais na indústria e serviços, ao contrário, o comércio extra-Mercosul, entre os países do bloco e outros países, constitui importante elemento da integração regional. A criação de blocos econômicos tem como objetivo a dinamização da economia regional para uma inserção global mais eficiente, e não teria como finalidade constituir uma barreira ao investimento de empresas transnacionais. A redução de tarifas alfandegárias e restrições ao comércio, que caracterizam o processo de formação de blocos regionais, têm a tendência de tornar as economias intrablocos mais competitivas e, igualmente, favorece a troca com as economias extra-bloco. No que se refere, por exemplo, às importações vindas do resto do mundo para os países do Mercosul, elas foram bastante dinâmicas desde a fundação do bloco.

4: Certa. De acordo com José Augusto Guilhon Albuquerque, a noção de blocos econômicos surge no início dos anos 1990 a partir da expectativa de que, com o fim da polarização política e militar vigente durante a Guerra Fria, os interesses econômicos predominariam nas relações internacionais. A formação de blocos econômicos, portanto, estaria baseada na ideia de fortalecimento econômico regional para uma atuação mais assertiva internacionalmente, dada a forte competição do comércio mundial. A criação do MERCOSUL em 1991 insere-se, portanto, nessa lógica de regionalização. Outros importantes blocos econômicos foram criados ou aprofundados no período, como a criação da União Europeia em 1992, o estabelecimento do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994, entre outros.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Sugestão leitura: ALBUQUERQUE, JOSÉ AUGUSTO GUILHON. O Brasil e os chamados blocos regionais. São Paulo Perspec. [online]. 2002, vol.16, n.1 [cited 2012-01-21], pp. 30-36 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) O bom relacionamento com os países sul-americanos representa dimensão prioritária da política externa brasileira, que tem o MERCOSUL, desde os anos 90 do século XX, como um instrumento privilegiado para a integração regional. Contudo, ao longo da presente década, novas iniciativas de alcance regional despontaram, alterando o panorama da política de integração na América do Sul. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) Os recorrentes conflitos comerciais com a Argentina e as divergências com o Paraguai e o Uruguai, relacionadas ao tratamento das assimetrias econômicas, resultaram em importante inflexão na política brasileira para a América do Sul, que deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional em favor da Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul, da Comunidade Sul-Americana de Nações e, mais recentemente, da UNASUL.

(2) Nos últimos anos, o MERCOSUL ficou relegado a uma posição secundária no contexto da política regional brasileira, preservando importância apenas na esfera comercial, visto que questões políticas e de segurança regional e outras áreas de cooperação passaram a ser tratadas no contexto da UNASUL.

(3) O MERCOSUL diferencia-se da UNASUL, como iniciativa de integração, porque seu objetivo último é a constituição de um mercado comum entre seus membros, por compreender uma rede de acordos comerciais de alcance extrarregional, e também por sua agenda no campo não econômico, que inclui as áreas de educação, cultura, justiça, meio ambiente e previdência social, razões pelas quais a consolidação e o aprofundamento do bloco constituem objetivo prioritário da política regional brasileira.

(4) Iniciativas como o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL e o Parlamento do MERCOSUL sinalizam a disposição do governo brasileiro de aprofundar o processo de integração no plano sub-regional de modo concomitante à construção de um arcabouço institucional genuinamente sul-americano representado pela UNASUL.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve inflexão política entre o MERCOSUL e a IIRSA, parte da UNASUL, sendo ambas organizações regionais complementares. Um dos pilares mais importantes da UNASUL concentra-se na integração da infraestrutura sul-americana. O projeto IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) foi lançado no ano 2.000, com objetivo de estabelecer projetos, além de uma metodologia na área de infraestrutura da região da América do Sul. O advento da UNASUL em 2008 serviu de catalisador para o reestabelecimento da IIRSA. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (Cosiplan), que gerencia atualmente a IIRSA. A IIRSA é financiada pelos membros da UNASUL, além de instituições financeiras multilaterais regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA), e principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) do Brasil. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. A UNASUL, ao contrário do que afirma o item, tem objetivos distintos do MERCOSUL, sendo esse último um órgão regional que tem maior enfoque nas relações econômicas regionais e na criação de um mercado comum entre seus membros. Sobre o tratamento das assimetrias econômicas no âmbito do MERCOSUL, vale ressaltar a criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do MERCOSUL, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$ 100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos pelos Estados Partes do MERCOSUL em quotas semestrais, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. O item está igualmente incorreto porque o Brasil não deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional e exagera ao falar das divergências entre os membros do Mercosul, que, por mais que existam de fato, não correspondem a um fator de fragilidade do Grupo. O MERCOSUL e a UNASUL são dois projetos que caminham concomitantemente, em complementaridade.

2: Errado. O item está incorreto porque o MERCOSUL não ficou relegado à posição secundária no contexto da política regional brasileira, ao contrário, o MERCOSUL continua prioritário para a política externa brasileira. Além disso, o MERCOSUL não trata apenas de questões comerciais, sendo um importante fórum regional de convergência

política, tratando de várias temáticas como educação, cultura, políticas sociais, entre outros. Nesse sentido, não é correto afirmar que a UNASUL substituiu o MERCOSUL, sendo ambas as organizações complementares. A UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social, econômico. A UNASUL prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente como temas prioritários da organização. A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças. A UNASUL conta ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem. Em março de 2011 entrou em vigor o Tratado de Brasília, ato constitutivo da UNASUL, após a ratificação do Uruguai, que completou as nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O Brasil ratificou o tratado da UNASUL em julho de 2011.

3: Certo. O item está correto e resume as diferenças entre o MERCOSUL e a UNASUL, tema muito cobrado pelo CESPE em provas relacionadas ao concurso de ingresso à carreira diplomática.

4: Certo. O item está correto, já que tanto o FOCEM como o Parlamento do MERCOSUL têm o objetivo de aprofundar o processo de integração no plano regional. Vale ressaltar que a UNASUL é um processo de integração e aprofundamento regional concomitante ao MERCOSUL.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

4. A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA; A ARGENTINA E O BRASIL

(Diplomacia 2007) A formação do MERCOSUL se deu em razão de uma tendência histórica, em que diversos fatores concorreram para estimular a cooperação entre Brasil e Argentina. Acerca desse processo, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O regime militar brasileiro iniciou entendimentos com o governo argentino no sentido de evitar uma possível corrida nuclear.

(2) Em 1986, os presidentes Sarney e Alfonsín foram os signatários do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.

(3) A globalização da década de 90 do século XX acentuou assimetrias entre os sistemas produtivos do Brasil e os da Argentina.

(4) O acordo destinado à criação da zona de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia foi concluído durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

1: Certa. Em 1979, o Brasil e a Argentina já delimitavam as bases da normalização das relações na região. A solução da "Questão de Itaipu", no mesmo ano, proporcionou a melhora do relacionamento bilateral. Sobre a questão nuclear, é importante ressaltar que os anos 1970, durante os governos militares brasileiro e argentino, houve forte estímulo de desenvolvimento de tecnologias nuclear. O Brasil, por exemplo, firmou um importante acordo com a Alemanha Ocidental em 1975 para a compra de oito reatores nucleares, afirmando sua intenção de enriquecer urânio. Da mesma maneira, a Argentina iniciava no período a instalação de usinas nucleares, o que gerava uma forte disputa regional pela liderança nuclear, além de suspeitas em relação à possibilidade de construção de armas nucleares em algum dos dois países. Argentina e Brasil iniciaram, no entanto, no fim dos anos 1970, uma maior cooperação na área nuclear com o objetivo de diminuir as desconfianças mútuas. A primeira etapa destes acordos foi a avaliação mútua dos respectivos programas nucleares, e o consequente **Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em maio de 1980.** O acordo serviu como marco inicial da cooperação bilateral na área nuclear e representou um passo importante na relação de ambos os países. Com a redemocratização na Argentina (1983) e no Brasil (1985), os objetivos de aproximação foram se consolidando, o que resultou na **Declaração de Iguaçu em 1985**, que tinha o objetivo duplo de criar um Grupo de Trabalho de Alto Nível bilateral e firmar compromissos de cooperação pacífica nuclear. Durante a década de 1980 foram firmados outros acordos sobre cooperação nuclear, com destaque para a **Declaração de Iperó de 1988**, que abriu a discussão sobre a possibilidade de um novo Tratado de Tlatelolco (1967), que estabelecesse salvaguardas próprias da integração bilateral. Na década de **1990,** no âmbito da integração nuclear, destacam-se **a Declaração de Fiscalização Mútua**, firmada em novembro de 1990, que marca a terceira etapa da cooperação bilateral nuclear entre Brasil e Argentina, criando um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) e a possibilidade de inspeções recíprocas. Em **1991**, firma-se o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, em Guadalajara, México, criando a **Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)**, com personalidade jurídica e sede no Rio de Janeiro.

2: Errada. O item está incorreto, porque o **Tratado de Assunção data de 1991** e foi assinado pelos presidentes Fernando Collor, do Brasil; Carlos Menem, da Argentina, Andrés Rodriguez, do Paraguai e Luis Alberto Lacalle, do Uruguai. O acordo que foi assinado em 1986, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, foi a **Ata para Integração Brasileiro-Argentina** que instituiu o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)**. O PICE estabelecia o princípio da simetria e previa tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados, adotando a estratégia de integração gradativa por setores industriais. O PICE foi uma marca importante no processo de integração regional e sua evolução resultou no Tratado de Integração Brasil-Argentina dos anos 1988. Na primeira fase do PICE foram firmados 12 protocolos, com o objetivo de fortificar trocas comerciais e promover mecanismos de assistência recíproca, além de promover o fim das barreiras tarifárias no comércio bilateral.

3: Certa. Apesar do MERCOSUL ter estimulado de forma significativa o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, o item está correto ao afirmar que a abertura econômica promovida em ambos sistemas produtivos nos anos 1990, acentuaram simetrias. A abertura econômica promovida pela Argentina foi muito mais rápida que a brasileira. Nos anos 1990, grande parte das barreiras tarifárias às importações foi removida do comércio argentino, efetuando uma liberalização geral do comércio, como demandava o Consenso de Washington. Já no Brasil, o processo de abertura foi muito mais lento, com um maior protecionismo, movido pelas preocupações sobre o imenso parque industrial brasileiro. Essas assimetrias foram destacadas, principalmente, durante as negociações de liberalização do comércio estabelecidas no MERCOSUL e na negociação sobre uma Tarifa Externa Comum para o bloco.

4: Errada. O item está incorreto, porque não foi concluído qualquer tratado de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia. As negociações entre MERCOSUL e União Europeia iniciaram-se em 1995, com a assinatura do "Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação", com objetivo de implementar um programa de liberalizarão progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contemplava objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros), além de responder à investida americana na América consubstanciada pela ALCA. As negociações para um acordo de livre comércio iniciaram-se em 1999, entre MERCOSUL +Chile e União Europeia. Foram realizadas, até 2004, 16 reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). No entanto, diante de impasses na negociação em 2004, o processo de estabelecimento de uma zona de livre comércio Mercosul-UE perdeu o ímpeto. Em 2010, após uma reunião em Madri intrablocos, as negociações foram relançadas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Sugestão: OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. Rev. bras. polít. int. [online]. 1998, vol.41, n.1, pp. 5-23.

(Diplomacia 2007) A respeito da política externa argentina na primeira década do século XXI, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Mesmo com o esgotamento do realismo periférico que orientou a política externa argentina durante o governo Menem, o objetivo primordial de manter relacionamento privilegiado com os EUA permanece inalterado na Argentina da atualidade.

(2) ( ) No governo de Nestor Kirshner, a política externa argentina tem sido subordinada à necessidade de se restabelecerem condições para a retomada do equilíbrio econômico, o que explica a prioridade conferida às relações com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o alinhamento com as políticas preconizadas pelos organismos econômicos multilaterais.

(3) ( ) No plano regional, é prioridade para a Argentina a consolidação do MERCOSUL. Isso se manifesta no decidido apoio argentino às iniciativas de se solucionarem os litígios mantidos com os demais membros do bloco.

(4) ( ) Alinhados ideologicamente, Brasil e Argentina tratam, de forma convergente, de temas globais, como o enfrentamento do terrorismo internacional e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

1: Errada. O **"realismo periférico"** foi uma doutrina de política externa adotada durante o Governo de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando de La Rua (1999-2001) na Argentina. O pilar desta política era que o **alinhamento com os Estados Unidos** seria uma das precondições para o desenvolvimento da economia argentina. A doutrina foi a resposta encontrada pelo governo argentino para o dilema da crise da dívida externa nos anos 1980 e a estagnação do modelo de Estado desenvolvimentista. O termo "realismo periférico", para qualificar esta política, surgiu na obra de **Carlos Escudé** de 1991, que fazia uma análise histórica da política externa dos governos argentinos que, segundo o autor, "executavam políticas de poder sem poder, acreditando aplicar uma teoria realista a sua política exterior, mas sem possuir a posição de uma grande potência e continuando a ser uma potência periférica" (Escudé, *Realismo Periférico.* Buenos Aires: Planeta, 1992, p. 18). Segundo Escudé, já que a Argentina era um país periférico na política internacional, enfrentar grandes potências, como os Estados Unidos, acarretava grandes custos. Seria necessário, portanto, vincular-se de forma direta com essa potência, atuando de forma realista, mas periférica. A reformulação da política foi então construída na premissa que traria ganhos econômicos à Argentina e de que era necessário romper com os erros do passado. Escudé teve influência direta na política externa argentina do período já que era assessor do então Ministro das Relações Exteriores, Guido di Tella. Durante os anos 1990, a Argentina adotou posições diplomáticas norteadas pelo **Consenso de Washington** (que propunha medidas liberais de comércio aos países em desenvolvimento), que caracterizaram a abertura comercial e financeira, privatizações, esforços para controlar a inflação e gastos do governo federal. A **crise de 2001**, no entanto, significou o fim do realismo periférico na política externa argentina, afinal, ela foi constituída com a justificativa de trazer o crescimento econômico e prosperidade para a Argentina e garantir o apoio dos EUA no desenvolvimento nacional. A crise de 2001 foi, no entanto, uma das piores crises econômicas da história argentina e acabou com a política externa de alinhamento. A economia argentina só voltou a ganhar uma maior estabilidade após a eleição do Presidente Ernesto Kirschner em 2003. Seu governo marcou a retomada do crescimento e a estabilização política na Argentina, mas a área diplomática ficou marcada pelos atritos com o Brasil, o Chile e os Estados Unidos. O item está, portanto, certo em sua primeira parte, ao afirmar que o realismo periférico orientou a política argentina durante o governo Menem, mas erra ao afirmar que o relacionamento privilegiado com os Estados Unidos foi mantido. Kirschner adotou durante seu governo uma retórica bastante crítica à ordem econômica global e aos Estados Unidos, o que alimentou as tensões entre os dois países. É interessante notar que os principais líderes americanos quando de passagem pela América do Sul não visitaram a Argentina nos anos Kirschner, embora tenham estado em países como o Uruguai, o Paraguai e o Brasil.

2: Errada. A política externa durante o governo Kirschner teve que atuar sob um contexto de isolamento argentino do mercado internacional de capitais, fruto da crise econômica de 2001 e da moratória da dívida argentina. Essa variante, ao contrário do que afirma o item, acabou isolando a Argentina das grandes potências econômicas e dando como alternativa ao governo Néstor Kirchner a busca de afinidades com outras economias do continente como a Venezuela de Hugo Chávez. Foram evidenciados vários acordos entre Buenos Aires e Caracas desde 2003, o que foi mantido no governo de Cristina Kirchner, esposa e sucessora. No comércio internacional, a estratégia argentina foi atuar conjuntamente com o Brasil na OMC nas questões sobre agricultura. Igualmente, as relações dentro do MERCOSUL melhoraram e pode-se constar forte avanço do peso do bloco na política argentina.

3: ANULADA. Este item foi anulado com a justificativa que houve erro material ao inserir-se na prova uma versão não finalizada do item que, por essa razão, era passível de questionamentos. Assim, fez-se necessária a anulação do item.

4: Errada. As relações entre a Argentina e o Brasil durante os primeiros anos da administração Kirchner foram marcados por pontos de discordância e pontos de cooperação. As pretensões de Brasília em assumir um papel de liderança regional não agradaram aos argentinos, mas houve importante cooperação em temas do comércio internacional (Mercosul e OMC) e na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O item está incorreto, portanto, porque não houve alinhamento ideológico entre ambos os países e convergência em todos os temas da agenda bilateral. Buenos Aires não apoiou o protagonismo internacional brasileiro em sua ambição de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em sua participação no G8 e em fóruns da OCDE, ou mesmo no lançamento da Comunidade de Nações Sul-Americanas (União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, a partir de 2008). Além disso, houve o veto de Kirchner sobre uma possível moderação brasileira da crise das *papeleras* com o Uruguai. Uma famosa frase que teria sido proferida pelo então presidente argentino em 2005 mostra o incômodo argentino "Há um lugar na Organização Mundial do Comércio, o Brasil quer; há um lugar na ONU, o Brasil quer; há um lugar na FAO, ... Eles quiseram até eleger o papa". Apesar de certas discordâncias, houve cooperação na guerra global contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos após os ataques terroristas de 11 de setembro 2011. Kirchner e Lula cooperaram conjuntamente sobre a questão da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, apoiando a ação policial e de inteligência na área, como no Fórum 3+1 e no grupo de trabalho dedicado ao tema do terrorismo no Mercosul.

Gabarito 1E, 2E, 3ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2000) Entre as iniciativas abaixo, identifique qual não marcou a política externa argentina durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999):

(A) a aproximação com os Estados Unidos.

(B) A retirada da Argentina do Movimento dos Não Alinhados.

(C) A apresentação de proposta de criação, no âmbito das Nações Unidas, dos "capacetes brancos", força que atuaria em casos de crise humanitária.

(D) A solução de importantes disputas territoriais com o Chile.

(E) O lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil, que posteriormente levaria à constituição do Mercosul.

A: Correta. "Acreditando ter encontrado atalho para alçar a Argentina ao Primeiro Mundo, Menem optou por adotar as recomendações do Consenso de Washington e alinhar-se à superpotência vencedora da Guerra Fria" (CANDEAS, W.). A Argentina, portanto, aliou-se aos Estados Unidos, adotando uma política externa de alinhamento em matérias econômicas, de segurança, entre outras.

B: Correta. A decisão argentina de sair do Movimento de Países NãoAlinhados durante o governo Menem rompe com a atuação tradicional da política externa argentina. Ela faz parte do ideal argentino dos anos 1990 de ingressar no Primeiro Mundo e alcançar uma maior aproximação com os Estados Unidos. Como enfatizou o próprio Presidente Menem em uma entrevista: *"debemos buscar nuestra inserción en el grupo de naciones del Primer Mundo (...) Argentina debe encarar una retirada gradual, sin estridencias, pero persistente, del llamado "Movimiento de No Alineados". En América Latina, debe aceptarse que nada logrará a espaldas o en contra de los Estados Unidos de América"* (Sopena Germán. Entrevista com Carlos Menem. Diario La Nación. 30.Septiembre.1989, p. 9)

C: Correta. A Argentina buscou, nos anos 1990, uma agenda bilateral de caráter prático com os EUA em relação a temas que eram sensíveis para os norte-americanos como segurança, narcotráfico, meio ambiente, corrupção, governança. A Comissão dos "Capacetes Brancos", criada em outubro de 1993 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tinha como objetivo a prestação de ajuda humanitária e auxílio técnico em situações de crises internacionais como furacões, maremotos, terremotos, entre outros. A proposta atraiu a atenção dos americanos que ofereceram apoio, endossando junto às Nações Unidas o projeto. Até os dias atuais, a Comissão tem trabalhado com frequência em parceria com o sistema ONU e em Operações de Paz.

D: Correta. Alfonsín resolveu umas das mais graves questões de fronteira com o Chile, a disputa pelas ilhas do canal Beagle. Em 1979 foi estipulado uma mediação papal para o conflito, que acabou favorecendo, em seu laudo de 1984, o Chile. Em 1984, o governo Alfonsín levou a um plebiscito o laudo do Vaticano que favorecia o país vizinho. A maioria da população optou pelo sim e o governo chileno tomou posse do território que quase havia levado os dois países à guerra em 1979. Alfonsín via a resolução da disputa no Beagle como um modo de afastar os militares de um tema sensível, fortalecendo assim a redemocratização. No entanto, os conflitos só foram definitivamente resolvidos durante a administração Menem na Argentina com a assinatura dos últimos acordos que estabeleceram a paz na região.

E: Incorreta. O item está incorreto porque o lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil não ocorreu sob a presidência de Carlos Menem na Argentina, mas sob a presidência de Raul Alfonsín. Mesmo se não houve o lançamento da iniciativa durante o mandato de Menem, seu governo foi marcado pela manutenção nas negociações que resultaram no MERCOSUL, em 1991, pelo Tratado de Assunção. Em 1990, os presidentes Menem e Fernando Collor assinam a "Ata de Buenos Aires", que previa a conformação do espaço econômico comum em cinco anos, reduzindo para 1995 o prazo anterior (1998) previsto pelo Tratado de Integração de 1988. Sobre essa base será assentada a primeira fase do Mercosul.

Sugestão de Leitura: Candeas, Alessandro Warley. Relações Brasil--Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 178-213 [2005]

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1999) Qual das seguintes opções não representou fator de aproximação entre Brasil e a Argentina nos anos oitenta?

(A) Ata de Iguaçu.

(B) Processos nacionais de redemocratização.

(C) Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

(D) Pacto ABC.

(E) Reafirmação do reconhecimento brasileiro dos direitos argentinos sobre as Malvinas.

A: Correta. **A Ata de Iguaçu de 1985** foi assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e sublinha a aproximação econômica entre o Brasil e a Argentina nos anos 1980.

B: Correta. Os **processos nacionais de redemocratização** tanto na Argentina, iniciado em 1983, quanto no Brasil, em 1985, incentivaram os avanços históricos nas relações bilaterais, lançando os fundamentos de uma "cultura de amizade e integração" e elevando ainda mais o patamar da relação bilateral de forma irreversível.

C: Correta. **O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** de 1988 tinha como objetivo estabelecer um espaço econômico comum no prazo de 10 anos entre o Brasil e a Argentina, pela remoção gradual de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços nos territórios dos dois países.

D. Incorreta. O item está incorreto porque o **Pacto ABC** (Pacto de NãoAgressão, Consulta e Arbitragem) foi assinado em 1915 entre Argentina, Brasil e Chile, apesar de não referendado pelo Parlamento chileno. Segundo Amado Cervo, o Pacto ABC foi um importante projeto levado a cabo pelo Barão do Rio Branco enquanto ocupou a chancelaria brasileira entre 1902 e 1912, apesar de não ter sido concluído neste período. Com a negativa chilena, o Pacto ABC volta apenas a ser pauta da política externa regional com Juan Perón e Getúlio Vargas no poder nos anos 1950. Entre 1952-53 ocorrem negociações entre a Argentina e o Brasil sobre o Pacto, mas o clima político brasileiro era instável e tornou-se difícil para Vargas apoiar o projeto. Com o afastamento de Perón do governo Argentino, o Pacto foi enterrado.

E: Correta. O Brasil apoiou de forma inequívoca a reivindicação argentina pelas Malvinas durante a Guerra contra a Inglaterra iniciada em 1982. Apesar de não ter entrado na Guerra e mantido certa distância do conflito, nas duas reuniões de consultas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Brasil votou a favor das moções que condenavam o boicote da Comunidade Econômica Europeia à Argentina, apoiando a soberania do país vizinho sobre as Malvinas. Segundo Moniz Bandeira, o Brasil estabeleceu uma neutralidade imperfeita em relação à Guerra das Malvinas, já que acabou cedendo pilotos de caça e equipamentos bélicos ao governo argentino.

GABARITO: D

5. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia 2008) As relações do Brasil com alguns dos seus principais parceiros passaram por ajustes a partir da década de noventa do século passado. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Apesar de ainda apresentarem aspectos a serem aperfeiçoados, as relações entre Brasil e Estados Unidos da América têm-se caracterizado, a partir de meados da década citada, pelo esforço de ambos os países no desenvolvimento de uma agenda bilateral positiva.

(2) Em razão do protecionismo agrícola da União Europeia, as relações do Brasil com os países da Europa Ocidental não registraram, no período citado, qualquer evolução importante, seja no que se refere ao relacionamento econômico, seja no que diz respeito ao diálogo político.

(3) Assistiu-se a intenso processo de atualização e dinamização das relações econômicas do Brasil com a Ásia a partir da década mencionada, sendo esse relacio-

namento de alta prioridade para o Brasil. Contudo, ao contrário do que hoje ocorre nas relações entre a América do Sul e os países Árabes, ainda não existe, no plano birregional, foro específico para o diálogo entre países da América Latina e da Ásia.

(4) Na década de noventa do século XX, o processo de integração regional começou por iniciativa do Uruguai e do Paraguai, aos quais se juntaram o Brasil e a Argentina, para constituir o MERCOSUL.

1: Certo. Mônica Hirst define os anos 1990 no que cabe às relações Brasil- Estados Unidos como um período de ajustamento. Se por um lado, as críticas americanas sobre a falta de ajuste da economia brasileira aos princípios do Consenso de Washington e as relações comerciais entre os países trazia algumas tensões nas relações bilaterais. Por outro, a redemocratização brasileira permitiu uma inserção internacional brasileira mais assertiva em temas de direitos humanos, meio ambiente e não proliferação nuclear. As relações com os Estados Unidos neste período, como afirma o item, caracterizam-se por uma aproximação e uma interação cordial entre ambos os países.

2: Errado. A partir dos anos 1990, as relações bilaterais entre Brasil e União Europeia promoveram uma cooperação cada vez maior. No campo econômico, as relações foram extremamente importantes, tanto em termos comerciais quanto financeiros e, se tomarmos o continente em sua totalidade, a Europa foi a região que mais interagiu com o Brasil no período. As relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia encontram problemas em relação às barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos agrícolas por parte da União Europeia, ligados à Política Agrícola Comum (PAC). No entanto, esses problemas não impediram negociações comerciais. Em 1995 é negociado um Acordo entre União Europeia e Mercosul que buscava estabelecer uma área de livre comércio. Além deste objetivo econômico concreto, as negociações tinham um caráter de convivência de valores. Ao contrário do que afirma o item, o período mostrou uma importante evolução no campo político no que diz respeito a promoção e a defesa da democracia e dos direitos humanos. Neste campo, o diálogo mais importante foi estabelecido no âmbito do MERCOSUL e trouxe, indiretamente, o fortalecimento do Brasil como ator internacional.

3: Errado. Durante os anos 1990, o Leste Asiático passou a representar uma área de expressão estratégica no processo de inserção internacional brasileira com conteúdo tanto econômico quanto político (ALTEMANI). O Japão, a Coreia do Sul e a China eram economias com forte destaque no período, e o Brasil passa, portanto, a visualizar a região asiática como espaço especial de atuação. A atuação brasileira na Ásia passa a ser prioritária para o Brasil. O item está, no entanto, incorreto, porque em 1999 foi institucionalizado, por uma iniciativa de Cingapura e do Chile, o **Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL**) com o objetivo de promover diálogo político e econômico e a cooperação entre os países membros, sendo entendido como potencial instrumento para reforçar a presença de ambas as regiões no cenário internacional. O Fórum constitui o mecanismo mais abrangente de cooperação envolvendo a Ásia do Leste e a América Latina e reúne 34 países: 18 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e 16 da Ásia do Leste (Brunei, Camboja, China, Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Tailândia, Vietnã, Austrália e Nova Zelândia). Já foram realizadas quatro Reuniões de Chanceleres, sendo que a primeira delas aconteceu em Santiago, no Chile, em 2001, e estabeleceu três Grupos de Trabalho (Política, Cultura, Educação e Esporte - sob a co-presidência de Colômbia e Coreia do Sul; Economia e Sociedade - sob a co-presidência de Equador e Filipinas; e Ciência e Tecnologia - co-presidido por Brasil e Nova Zelândia). A II Reunião Ministerial ocorreu em 2004, em Manila, e tratou de temas de interesse de ambas as regiões como terrorismo, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, entre outros. A III Reunião ocorreu em Brasília em 2007 e enfatizou a necessidade de combate a pobreza e da promoção do sistema multilateral de comércio. Enfim, a IV e última Reunião ocorreu em 2010 em Tóquio, onde foi aprovada a criação de um secretariado virtual, que ficou à cargo da Coreia. Vale ressaltar que atualmente 17% das exportações brasileiras vão para a China e mais de 1/5 do comércio total brasileiro é com a Ásia. Em dezembro de 2011, o Brasil assinou o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN, tornando-se o único país latino-americano a aproximar-se formalmente do bloco do sudeste asiático. O atual embaixador do Brasil para a ASEAN é o senhor Paulo Alberto Da Silveira Soares.

4: Errado. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o
Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, vem sendo firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do Mercosul. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

6. RELAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES DO HEMISFÉRIO

(Diplomacia 2008) Considerando a trajetória recente e a atual agenda das relações entre Brasil e América Central, assinale a opção correta.

(A) A prioridade conferida à América do Sul, a baixa densidade das relações econômicas, as diferentes posições acerca de estratégias comerciais e o reconhecimento de que a América Central e o Caribe estão sob direta influência dos Estados Unidos da América são fatores que justificam o limitado investimento diplomático brasileiro nos países centro-americanos e caribenhos, nos últimos anos.

(B) A aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americano tem conotação eminentemente política, visto que, além de ser reduzida a corrente de comércio entre os dois blocos, as trocas comerciais encontram-se amparadas em regime preferencial no marco do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGP-D).

(C) A prioridade conferida pelo governo brasileiro às relações com Cuba representa sério obstáculo para o diálogo político e para a aproximação econômica do Brasil com os países centro-americanos e caribenhos, que ora priorizam as relações com os Estados Unidos da América.

(D) As perspectivas para o incremento das relações do Brasil com os países centro-americanos apóiam-se no expressivo incremento do comércio, no crescente fluxo de investimentos brasileiros para aquela região, na ampliação da cooperação técnica, científica e educacional e na cooperação para a estruturação de mercados para os biocombustíveis.

(E) As perspectivas de expansão do comércio brasileiro com os países centro-americanos estão associadas, no curto prazo, à conclusão das negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

A: Incorreta. A América Central e o Caribe foi, durante muito tempo, uma zona tradicionalmente marginal para a política externa brasileira. No entanto, durante o governo Lula a influência política e econômica do Brasil cresceu substantivamente na região. O item está incorreto, porque nos últimos anos houve um forte aprofundamento das relações comerciais e políticas com a América Central e Caribe. Além do mercado interno, a região oferece um acesso privilegiado ao mercado dos EUA graças aos acordos existentes de Livre Comércio entre a região e os americanos, como o Acordo de Livre Comércio com a América Central e a República Dominicana (Cafta-DR). Esses acordos permitem que os produtos brasileiros entrem sem taxas no mercado americano. Houve, nos último anos, um expressivo aumento do fluxo de investimentos brasileiros na região, em construção de estradas, hidrelétricas, termoelétricas, destilarias de biocombustível e fábricas de roupas e tecidos. No campo político, das 35 embaixadas criadas durante o governo Lula, oito estão na região da América Central e Caribe (São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia, Granada, Bahamas e Belize).

B: Incorreta. O item está incorreto porque a aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) tem um caráter prioritário econômico. Em 2004, na Guatemala, foi lançada a ideia de se iniciarem negociações de livre-comércio entre o MERCOSUL e o SICA, durante a visita do então Ministro Celso Amorim. Fazem parte do SICA: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Em 2005, foi realizada a Cúpula Brasil-SICA, na Cidade da Guatemala e, em maio de 2008, uma nova Cúpula ocorreu na cidade de São Salvador, em El Salvador. Nesta última, os presidentes do Brasil e dos países do SICA registraram no Comunicado Conjunto da Reunião o seu apoio ao processo de aproximação entre o MERCOSUL e o SICA e convocaram reunião exploratória para o segundo semestre de 2008. Assim, em setembro de 2008, durante a Presidência Pró-tempore brasileira do MERCOSUL, foi organizada, em Brasília, reunião MERCOSUL-SICA para examinar a possibilidade de aproximação econômico-comercial entre os dois blocos. Esta aproximação ainda está em negociação no seio do bloco (MRE).

C: Incorreta. O item está incorreto, porque não existe uma priorização das relações com Cuba dentro do contexto caribenho e o comércio entre o Brasil e a região vem aumentando a cada ano. O mercado da América Central e Caribe é principalmente marcado pela presença de países como Estados Unidos, México, membros da União Europeia, China e Japão.

D:Correta. Em termos econômicos, o intercâmbio do Brasil com os países centro-americanos e o México cresceu de US$ 3,8 bilhões em 2002 para US$ 6,7 bilhões em 2009 (aumento de 74,5%). Já com os países caribenhos, o intercâmbio comercial cresceu de US$ 933 milhões em 2002 para US$ 5,5 bilhões em 2009 (aumento de 495,4%) (MDIC). Além da questão econômica, as relações do Brasil com a região se concentram em outros temas, como obras de infraestrutura e concessão de crédito a empresas brasileiras que participam de projetos na região; promoção de intercâmbio de experiências e transferência de tecnologias relacionadas a programas de biocombustíveis e à eficiência energética; aperfeiçoamento das políticas de saúde locais; promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços básicos de educação – com ênfase para treinamento e à transferência de tecnologia em habilidades críticas de aviação, treinamento de recursos humanos nos campos da administração portuária e marítima, e treinamento de pessoal nas áreas de tecnologia da informação e da comunicação – a educação é umas das prioridades da cooperação técnica (CARICOM). Outras atividades na área agrícola incluem a instalação da Embrapa Américas no Panamá, que apoiará iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências, à segurança alimentar, entre outros temas. Na área energética destaca-se a promoção dos biocombustíveis em países centro-americanos e caribenhos. Entre os acordos firmados, destaca-se o Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre biocombustíveis, que prevê cooperação com Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis.

E: Incorreta. As negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA –, começaram com a Primeira Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994. Esse fato, ao contrário do que afirma o item, irá alavancar novas estratégias, posições e aproximações do governo brasileiro em suas relações com a região do América Central e Caribe. Desta maneira, desde 1994, registra-se o interesse brasileiro pelos dois principais foros da sub-região caribenha: o CARICOM, que o Brasil participa da Conferência de Chefes de Governo desde 1994, como país convidado e, desde 2004, o Brasil participa como membro observador junto a essa organização. Na Associação de Estados do Caribe, o Brasil foi admitido como observador em 1996. Outros encontros políticos relevantes entre as regiões ocorreram com a I e a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc), em dezembro de 2008, em Salvador, e em fevereiro de 2010, em Cancun, da qual participaram os chefes de Estado e de Governo. Estas Cúpulas, que ocorreram pela iniciativa brasileira, foram as primeiras reuniões não patrocinadas por potências fora da região. Na Cúpula da de Cancun, decidiu-se criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1998) Realizou-se nos dias 8 e 9 de novembro último, a VII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana no seguinte país:

(A) Venezuela.

(B) Portugal.

(C) Brasil.

(D) Argentina.

(E) Costa Rica.

A: Correta: A Conferência Ibero-americana nasceu na I Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Guadalajara, no México em 1991, constituída pelos Estados da América e Europa de língua espanhola e portuguesa. A realização de Cúpulas anuais e de outros encontros em diferentes âmbitos tem como objetivo a cooperação política, econômica, social e cultural, orientado para uma política de maior inserção dos países participantes. Em 2003, durante a XIII Cúpula em Santa Cruz la Sierra, na Bolívia, foi criada a Secretária Geral Ibero-americana (SEGIB), órgão permanente de apoio institucional e técnico com sede em Madri, na Espanha. Desde 2005 o Secretário Geral da SEGIB é o economista uruguaio Enrique Valentin Iglesias. Os membros plenos de direito são: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A VII Conferência Ibero-americana, mencionada na questão, ocorreu em Isla Marguerita, na Venezuela e discutiu principalmente temas ligados a participação política e a democracia.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1998) Em dezembro de 1986, foi criado o "mecanismo permanente de consulta e concertação política" que ficaria conhecido como o "Grupo do Rio". Em sua composição original, o Grupo do Rio tinha oito países latino-americanos: Colômbia, México, Panamá e Venezuela, que formavam o " Grupo de Contadora"; e Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, que formavam o "Grupo

de Apoio". Visando que objetivo foram originalmente criados os Grupos de Contadora e de Apoio?

(A) Contribuir para a solução de conflitos na América Central.
(B) Buscar formas para aliviar a crise da dívida externa.
(C) Estimular o processo regional de integração econômica.
(D) Promover a cooperação no combate ao narcotráfico.
(E) Fortalecer os mecanismos regionais de proteção ao meio ambiente.

A: Correta. O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) foi criado em dezembro de 1986, como consequência do bem sucedido trabalho político e diplomático dos Grupos da Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e de Apoio à Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), em favor da paz na América Central. Nos anos 1980, a Nicarágua, o El Salvador e a Guatemala estavam em violentas guerras civis. A eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA em 1981 significou uma notável escalada de ingerência americana nos conflitos da região. A ação americana mais direta, no entanto, foi a invasão de Granada em 1983, na operação que ficou conhecida como **Urgent Fury**. As tropas americanas tinham a intenção de derrubar o governo marxista-leninista que comandava o país desde 1979. No ano de 1983, México, Venezuela, Colômbia e Panamá decidiram fazer um esforço de mediação do conflito com objetivo de restabelecer a paz na América Central. O grupo logo ganhou um amplo apoio internacional, inclusive americano, e beneficiou, a partir de 1985, do apoio da Argentina, Peru, Brasil e Uruguai (Grupo de Apoio). A junção dos grupos resultou na redação do "Ato da Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central", cuja versão final foi enviada aos centro-americanos em setembro de 1985. Um ano depois, em dezembro de 1986, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, foi criado o **Grupo do Rio** como consequência das negociações bem sucedidas do Grupo da Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora. Ao longo de sua história, o Grupo do Rio firmou-se com mecanismo regional de diálogo e concertação política e interlocutor representativo da América Latina e do Caribe junto a outros países e grupos de países. Possui 24 membros atualmente.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1996) A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) propôs, nos anos 50 e 60, visão própria das .... Questões do desenvolvimento na região que teve grande influência no pensamento econômico .... Latino – americano. Quem foi o grande formulador dessa visão?

(A) Javier Pérez de Cuellar.
(B) Roberto Campos.
(C) Martínez de Hoz.
(D) Raul Prebisch.
(E) Domingo Cavallo.

A: Incorreta. **Javier Pérez de Cuellar** era diplomata peruano e foi Secretário Geral da ONU entre 1982 e 1991. Foi, até hoje o único latino-americano a ocupar o posto.
B: Incorreta. **Roberto Campos** foi político, diplomata e economista brasileiro que ocupou diversos cargos na administração pública, entre eles o de Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-67). Roberto Campos ficou conhecido por defender uma corrente não nacionalista do desenvolvimento brasileiro, que defendia a industrialização com ampla participação do setor privado.
C: Incorreta. **Martinez de Hoz** foi um político e economista argentino que assumiu o posto de Ministro da Economia entre 1976 e 1981, durante a ditadura militar no país. Ele é considerado um representante do liberalismo econômico argentino.
D: Correta. **Raul Prebisch** foi um importante economista argentino e Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) entre os anos de 1950 e 1963. Ele é conhecido pela sua significativa contribuição ao pensamento econômico estruturalista e sobre a tese da deterioração dos termos de troca, que compõe a Teoria da Dependência. Em 1950, no âmbito da CEPAL, ele publicou um estudo intitulado "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas". Na introdução no estudo, Prebisch descreve a formação da divisão mundial do trabalho e o papel da América Latina como produtora de bens primários destinados à exportação. O sistema mundial atual, segundo o autor, estaria dividido entre o centro (países industrializados que exportam produtos manufaturados) e a periferia (países como os da América Latina, que exportam produtos primários). Com o desenvolvimento tecnológico, o centro é capaz de absorver seus benefícios integralmente, já que possui forças sindicais e instituições comerciais desenvolvidas. Na periferia, no entanto, as empresas e os trabalhadores têm menos poder e devem submeter-se aos clientes do centro e estabelecer preços mais baixos aos seus produtos. A deterioração dos termos de troca entre países industrializados e países em desenvolvimento é a base da teoria de Presbich, que argumenta que a tecnologia e o desenvolvimento do comércio internacional acabam por beneficiar apenas o centro, privando a periferia de benefícios. Depois desta constatação, a Cepal transformou-se no alicerce do ativismo dos países periféricos no seio das Nações Unidas e criou a escola latino-americana de pensamento econômico. Durante seus anos na CEPAL, Raul Presbich adotou o ideal da política de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), doutrina que prega a industrialização pelo desenvolvimento da produção interna via controle das importações. Segundo o pensamento cepalino, essa política permitiria o desenvolvimento e a acumulação de capitais internos que gerariam um processo de desenvolvimento auto-sustentável aos países latino-americanos.
E: Incorreta. **Domingo Cavallo** foi Ministro da Economia na Argentina nos anos 1990, durante a presidência de Carlos Menem. Ele é conhecido pela implementação da lei de conversibilidade - pacote econômico de estabilização cambial na Argentina, que fixou a taxa de câmbio, na época o austral, com o dólar, promovendo a dolarização da econômica argentina.

Gabarito "D"

7. A UNIÃO EUROPEIA E O BRASIL

(Diplomacia 2008) Considerando a evolução recente das relações entre Brasil e União Europeia (UE), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) As relações UE–Brasil têm, no campo dos investimentos, uma de suas mais vigorosas dimensões, dada a condição do Brasil, entre os países emergentes, de grande receptor de investimentos diretos da União Europeia.
(2) O grande êxito da parceria estratégica UE–Brasil, apresentada durante a primeira reunião de cúpula bilateral, em julho de 2007, foi a superação dos impasses que impediam a conclusão da Rodada de Doha.
(3) As medidas protecionistas adotadas pela União Europeia e dirigidas particularmente aos produtos agrícolas têm levado à gradual redução, no último lustro, das exportações brasileiras para o mercado comunitário e à diminuição do *superavit* comercial alcançado pelo Brasil no comércio com aquele bloco.
(4) As diferentes posições do Brasil e da União Europeia em relação aos compromissos de redução das emissões de CO2 e aos impactos ambientais resultantes do aumento do uso de biocombustíveis e da energia nuclear não obstruem o diálogo político acerca de mudança climática e de segurança energética.

1: Certo. Em 2009, cinco dos países que mais investiram no Brasil fazem parte da União Europeia: Países Baixos, Espanha, Alemanha e França, que, juntos, responderam por 45% do ingresso de capital estrangeiro no País naquele ano. O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil, que em 2000 alcançava cerca de US$ 61 bilhões, chega a quase US$ 200 bilhões atualmente. (dados MRE).

2: Errado. A I Cúpula União Europeia-Brasil foi realizada em Lisboa em 2007 e nesta ocasião as partes estabeleceram uma Parceria Estratégica e um diálogo político. Foi reafirmado, durante a reunião, um forte empenho de ambas as partes na conclusão da Rodada Doha da OMC, afirmando um compromisso em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado, mas, diferente do que afirma o item, não houve a superação dos impasses que impedem a conclusão da reunião, nem um debate sobre os fortes subsídios levados a cabo pela União Europeia, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), que faz parte das maiores reivindicações do Brasil. A II Cúpula ocorreu no Rio de Janeiro em 2008 e discutiu temas como promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na III Cúpula Brasil-União Europeia, que ocorreu em Estocolmo em 2009, foram tratados temas relevantes da agenda internacional, como a mudança do clima, medidas para se reduzir os efeitos da crise financeira internacional, o processo de paz no Oriente Médio e a questão nuclear iraniana. Avançou-se na implementação das recomendações do Plano de Ação no que tange aos Diálogos Setoriais e ao aprofundamento da cooperação nas áreas técnicas de interesse mútuo. Durante a IV Cúpula no Brasil em julho de 2010, que celebrou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (1960), foram assinados o Acordo sobre Certos Aspectos da Aviação Civil e o Acordo sobre Segurança da Aviação.

3: Errada. A Europa se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil; o fluxo comercial bilateral saltou de US$ 36 bilhões, em 2003, para US$ 100 bilhões, em 2011, o que coloca a Europa como forte parceiro comercial, atrás da Ásia e pouco à frente da América Latina e Caribe. O item está incorreto já que o Brasil é superavitário em relação ao bloco desde 2000 e o superávit não sofreu uma alteração substantiva nos últimos anos.

4: Certa.O Brasil e a União Europeia, como afirma o item, têm posições distintas na negociação sobre mudanças climáticas. Os **Estados que eram membros da UE antes d**e 2004 fazem parte do Anexo 1 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**, o que significa que terão de reduzir, em conjunto, as suas emissões de gases com efeito de estufa em 8%** entre 2008 e 2012. O Brasil, país emergente, não tem metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa. Esta distinta situação traz divergências nas posições destes atores. Enquanto o Brasil defende a não determinação de metas obrigatórias para países que não estão no Anexo 1, a UE defende uma ampliação e aprofundamento das metas. Isso não impede, no entanto, negociações e proposições de ambos os grupos. Em 2008, durante a XIV Conferência das Partes (COP) em Poznan, a UE propôs um plano com metas próprias de combate às mudanças climáticas. Os grandes compromissos do plano são a redução de 20% das emissões de gases que provocam o efeito estufa até 2020, a redução do consumo de energia em 20% e a utilização de energia renovável em 20% do total que é consumido (projeto que ficou conhecido como 3x20). Para alcançar as metas de redução de emissões, as indústrias começarão a pagar pelos direitos de emissão que até agora recebiam de graça. O Brasil, durante a mesma COP em Poznan, também fez a proposta de reduzir voluntariamente 70% do desmatamento com base no ano de 1990, e trabalhar sob auspício de um Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O trabalho propositivo tanto da UE quanto do Brasil mostram a possibilidade de diálogo político, mesmo com a atuação divergente no regime de mudanças climáticas

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Tratados constitutivos e Adesão da Integração Europeia

TRATADO /ANO	MEMBROS	PRINCIPAIS PONTOS
Tratado de Paris /1951	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.	• Cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). • Tinha o objetivo de criar uma integração econômica entre as indústrias de carvão e aço • Robert Schumman e Jean Monnet foram um dos grandes entusiastas do projeto
Tratado de Roma /1957	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Cria a Comunidade Econômica Europeia (CEE) – união aduaneira • Cria a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM).
Tratado de Fusão /1965 (ou Tratado de Bruxelas)	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes (CECA, CEE e EURATOM)
Ato Único Europeu/ 1987	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Relança o processo de construção europeu com vista a concluir a realização do mercado comum • Institui o Conselho Europeu, que oficializa as conferências dos Chefes de Estado e de Governo •Estabelece pela primeira vez medidas supranacionais nas áreas de educação, meio ambiente.

Tratado de Masstrich /1992	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Congrega em um todo, que designa por União Europeia, as três Comunidades (Euratom, CECA e CEE) e as cooperações políticas institucionalizadas nos domínios da política externa, da defesa, da polícia e da justiça. • CEE passa a ser designada por Comunidade Europeia • Cria a União Econômica e Monetária, • Institui novas políticas comunitárias (educação, cultura, cooperação para o desenvolvimento e coesão) • Alarga as competências do Parlamento Europeu (procedimento de co-decisão).
Tratado de Amsterdam /1997	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Permitiu alargar as competências da União mediante a criação de uma política comunitária de emprego; • Permitiu a comunitarização de uma parte das questões que eram anteriormente da competência da cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos; • Criou medidas destinadas a aproximar a União dos seus cidadãos e a possibilidade de formas de cooperação mais estreitas entre alguns Estados-Membros (cooperações reforçadas). • Alargou o procedimento de co-decisão, bem como a votação por maioria qualificada, e introduziu a simplificação e a uma nova numeração dos artigos dos tratados.
Tratado de Nice /2001	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Incidiu principalmente na reforma das Instituições a fim de assegurar o funcionamento eficaz da União Europeia na sequência do seu alargamento em 2004 e 2007 para 27 Estados Membros. • Trata da composição da Comissão, da ponderação dos votos no Conselho e do alargamento dos casos de votação por maioria qualificada. • Simplificou e facilitou igualmente o recurso ao procedimento de cooperação reforçada e torna mais eficaz o sistema jurisdicional.
Tratado de Lisboa /2007	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995) + República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, da Polônia, da Eslovênia e Eslováquia (2004) + Bulgária e Romênia (2007)	• Aumenta o Poder do Parlamento Europeu em matérias de legislação e orçamento • Cidadãos podem apresentar propostas de lei à Comissão (1 milhão de assinaturas) •zPermite a possibilidade de um Estado membro sair da União Europeia • Votação de maioria qualificada – o cálculo baseado na dupla maioria: maioria dos Estados membros e da população. • Cria a Função de Presidente do Conselho Europeu • Cria a função do Alto Representante para Negócios Estrangeiros

8. POLÍTICA EXTERNA RUSSA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia – 2002) Por ocasião de sua visita à Rússia, em janeiro de 2002, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Vladimir Putin assinaram uma declaração conjunta, na qual:

(A) O Brasil apoiou a política russa em relação à Chechênia, enquanto a Rússia apoiou o direito brasileiro de manter uma estação científica na Antártica.

(B) O Brasil se comprometeu a oferecer assistência técnica na área da agricultura, através da Embrapa, enquanto a Rússia transferirá tecnologia de construção de cascos de submarino.

(C) O Brasil apoiou a posição russa contrária à retomada do projeto norte-americano conhecido como "Guerra nas Estrelas", enquanto a Rússia ratificou seu apoio à desnuclearização do Atlântico Sul.

(D) O Brasil apoiou o desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio e a Rússia afirmou considerar o Brasil como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(E) Está previsto o combate ao terrorismo em ações que sempre estejam sob a égide da Organização das Nações Unidas no plano mundial, ou de organismos internacionais regionais, como a Organização dos Estados Americanos.

D: Correta. A convite do Presidente da Federação Russa, Vladimir V, Putin, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, realizou uma visita oficial à Federação Russa no período de 13 a 16 de janeiro de 2002. Os presidentes, durante o encontro, assinalaram a positiva atuação da Comissão de Alto Nível instaurada entre os dois países, além debaterem sobre temas econômicos, tecnológicos, comerciais e nucleares. A Rússia concordou com a necessidade de atribuir um **caráter mais representativo ao Conselho de Segurança**, por meio da inclusão, entre outros, de países em desenvolvimento influentes, com o fim de aumentar sua eficácia com base no consenso que se forme na ONU. A **Rússia afirmou considerar o Brasil, membro influente da comunidade internacional, como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga** de membro permanente. Igualmente, o Brasil expressou seu apoio ao desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio, em condições mutuamente aceitáveis para a Rússia e para os países-membros da OMC. A entrada da Rússia na OMC como membro pleno ocorreu em dezembro de 2011.

Gabarito "D"

9. A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA, DA ÍNDIA E DO JAPÃO; RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia 2008) A Índia destaca-se como parceira de crescente importância política e econômica para o Brasil. Considerando o atual estágio e a agenda das relações bilaterais, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Brasil e Índia mantêm ativo diálogo político e empenham-se na coordenação de posições em foros multilaterais. Atuam conjuntamente, por meio do G-20, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e integram o G-4, grupo que propugna a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) A cooperação bilateral, em matéria de defesa e tecnologias nuclear e aeroespacial, é impossibilitada pelo fato de a Índia não ser signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e, ao contrário do Brasil, não ter aderido ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), que proíbe a cooperação com países não membros.

(3) No campo energético, destacam-se o Programa de Trabalho sobre Biocombustíveis e os acordos entre a Petrobras e empresas indianas para atuarem conjuntamente na exploração, produção e comercialização de gás, petróleo e derivados em ambos os países e em outras regiões.

(4) Nos últimos anos, observa-se forte incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Índia, o que tem estimulado a expansão do Acordo MERCOSUL-Índia, instrumento que ampara o comércio bilateral.

1: Certa. As relações bilaterais entre a Índia e o Brasil eram, há até alguns anos atrás, pouco significativas para a política externa brasileira. Uma aproximação, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi fortemente estimulada durante o Governo Lula, que propunha uma política externa baseada na diversificação de parcerias. Em 2003, ambos os países lideraram o grupo de países em desenvolvimento durante as negociações da Rodada Doha em Cancun, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Essa liderança resultou na criação do **G20 comercial** e na convergência da atuação de ambos os países sobre a questão agrícola. Pouco tempo depois, o Brasil e a Índia entraram no **G4** (Índia, Brasil, Japão e Alemanha) e fizeram uma aliança formal para propor sua entrada como membros permanentes no **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Além destes grupos, a Índia e o Brasil fazem parte do **G20 financeiro**, defendendo a posição conjunta sobre a Reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; são integrantes do **IBAS** (Fórum de Diálogo Brasil, Índia, África do Sul) estabelecido em junho de 2003; do **BRICS** (Agrupamento Brasil-Rússia--Índia-China-África do Sul) formado oficialmente em 2006; do **BASIC** (Brasil, Índia, África do Sul e China) que converge sobre o tema de mudanças climáticas e defende a posição conjunta de que os países do Anexo 1 da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas devem ser mantidos; de **Operações de Paz**, já que a Índia enviou tropas de apoio à missão da MINUSTAH no Haiti sob a liderança brasileira; e, em termos econômicos, do acordo de complementação econômica elaborado entre a Índia e o Mercosul.

2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, a cooperação bilateral em matéria de defesa e tecnologia nuclear não é impossibilitada pelo fato que a Índia não participa do Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Brasil possui apenas ressalvas sobre esta questão. No acordo bilateral assinado entre o Brasil e Índia em 2007, a cooperação na área de defesa e cooperação em tecnologia nuclear para fins pacífico foi citada no comunicado conjunto, mas ficou de fora dos acordos assinados entre os países. Por ocasião da visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso ao país em 1996, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a da Índia. No entanto, o instrumento foi denunciado em 1998 e nunca implementado, após os testes nucleares realizados pela Índia no mesmo ano. O item está ainda mais incorreto, porque o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), do qual o Brasil faz parte desde 1995, não proíbe a cooperação com os países não membros. O RCTM não impede programas espaciais nacionais ou cooperação internacional, desde que os programas não envolvam a contribuição para gerar armas de destruição em massa.

3: Certa. Em 2002 os governos, brasileiro e indiano, deram início à cooperação técnica bilateral no campo do etanol. Desde 2007, como afirma o item, a Petrobras, em parceria com empresas indianas, fez um acordo para explorar, produzir e comercializar petróleo, gás e derivativos tanto no Brasil quanto na Índia. Além disso, há uma troca importante de informação em temas de tecnologia e no programa de bicombustíveis, um claro exemplo de cooperação sul-sul.

4: Errada. A primeira parte do item está correta ao afirmar que houve um incremento nas relações bilaterais entre Brasil e Índia. O intercâmbio comercial teve crescimento de 630% nos últimos oito anos, passando de US$ 1,2 bilhão em 2002 para o patamar de US$ 7,7 bilhões em 2010 (MDIC). Entre janeiro e outubro de 2011, a corrente de comércio bilateral alcançou a soma de US$ 8,05 bilhões. No entanto, não é o acordo entre o Mercosul-Índia de complementação econômica que ampara o comércio bilateral. Em 2008, data da elaboração da prova, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercosul e a Índia ainda não havia sido concluído, já que ele entrou em vigor apenas dia 1 de julho de 2009. O ACP é a etapa intermediária para um Acordo de Livre Comércio e trata-se de um acordo de preferências tarifárias fixas. O escopo do acordo abrange aproximadamente 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias. Os 450 itens incluídos pela Índia distribuem-se entre o setor químico (120 itens), máquinas, caldeiras e aparelhos mecânicos (90 itens), têxteis (40 itens) e peles e couros (35 itens). Além de um texto base, contendo regras sobre comércio de bens, valoração aduaneira, antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, o Acordo possui anexos sobre regras de origem, salvaguardas preferenciais e solução de controvérsias. Em novembro de 2009 ocorreu a primeira Reunião em Montevidéu com o Comitê do ACP Mercosul-Índia, que demonstraram a vontade de aprofundar o ACP.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Assinale a opção correta, levando em conta a evolução e a agenda recente das relações entre Brasil e China.

(A) Apesar do sensível incremento observado na presente década, o relacionamento econômico bilateral enfrenta restrições decorrentes de questões políticas, como a da posição brasileira em relação a Taiwan e a do tratamento dos direitos humanos por parte do governo chinês.

(B) A despeito das diferentes estaturas demográficas, econômicas e militares desses países, a condição comum de grandes potências emergentes e os interesses convergentes em relação aos principais temas da agenda global facilitam a coordenação de posições do Brasil e da China nos principais fóruns multilaterais, como o das Nações Unidas e o da Organização Mundial do Comércio.

(C) Nos últimos anos, houve mudança do padrão de comércio bilateral, tendo a China obtido saldos positivos em setores mais intensivos em tecnologia, enquanto o Brasil manteve *superavit* no setor de produtos primários, como alimentos e recursos minerais.

(D) A partir de 2003, observou-se continuado decréscimo no comércio entre Brasil e China, mas com saldos favoráveis à China, o que foi compensado com o massivo ingresso, no Brasil, de investimentos diretos chineses.

(E) A cooperação no campo aeroespacial é uma das dimensões mais importantes e tradicionais das relações sino-brasileiras e tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias e de capacidades conjuntas de produção e lançamento de foguetes e de satélites de múltiplas aplicações.

A: Incorreta. Em 2009, a República Popular da China passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando na soma das exportações e importações uma posição mantida por 80 anos pelos Estados Unidos (ALTEMANI), sendo responsável por 13,2% das exportações brasileiras neste ano. Houve, portanto, como afirma o item, um importante incremento nas relações comerciais entre a China e o Brasil na última década. No entanto, o relacionamento econômico dos países não enfrenta restrições relacionadas a questões políticas. Em 2004, em uma declaração do então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, o Brasil concordou com a postura chinesa de que Taiwan e o Tibet seriam partes inseparáveis do território chinês e manifestou seu repúdio a ações unilaterais de movimentos separatistas. Em relações aos direitos humanos, o Brasil evita tratar do tema e não fez um repúdio direito a falta de tratamento dos direitos humanos pelos chineses.

B: Incorreta. Não obstante as diferenças em relação aos sistemas políticos, brasileiro e chinês, além das diferentes estaturas econômicas, demográficas e militares, o Brasil e China aproximaram-se no campo da política externa, demonstrando interesses comuns neste setor. Ambos defendem a determinação em assegurar a autonomia internacional, a ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. Além disso, ambos os países defendem a responsabilidade comum em relação à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial em oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos. No entanto, ao contrário do que afirma o item, estes **países não convergem nos fóruns multilaterais da OMC e nas Nações Unidas.** Uma das grandes críticas da parceria política entre o Brasil e a China é o não apoio explícito da China no interesse brasileiro em assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante a visita da presidenta Dilma Rousseff ao país, em abril de 2011, a China declarou seu apoio à reforma do Conselho de Segurança, mas não deixou explicito que é a favor das aspirações brasileiras em possuir um assento permanente no Conselho. Mesmo em relação à OMC, a aliança do Brasil e da China no G20 parece limitar-se ao tema da agricultura, pela diferenciação de suas trajetórias econômicas e produtivas. Um exemplo é a adesão da China ao *Information Technology Agreement*, enquanto o Brasil se recusa a assiná-lo. Além disso, o G20 financeiro é outra instância na qual há o embate entre os interesses chineses e brasileiros, com a constante crítica brasileira à política chinesa de desvalorização do Yuan.

C: Correta. As relações comerciais sino-brasileiras aumentaram a partir da década de 1990 devido a abertura econômica do Brasil e o avanço das reformas econômicas na China. No entanto, a pauta da balança comercial dos países sofreu significativas modificações desde o incremento das relações econômicas até hoje. Os principais produtos exportados para a China são a soja, minério de ferro, laminado e semimanufaturados de ferro e aço, além de automóveis e peças para veículos. Em suma, a maior parte das exportações brasileiras concentra-se em produtos primários. Apesar de a China ter sido uma importante exportadora de manufaturados de baixa qualidade durante os anos 1990, o país importa, hodiernamente, produtos de tecnologia, principalmente no setor de telecomunicações, além de microcomputadores, automóveis e produtos relacionados à informática.

D: Incorreta. O item está incorreto porque a partir dos anos 2000 houve um incremento significativo nas relações comerciais entre a China e o Brasil e, em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro. A balança comercial brasileira é superavitária em relação à China desde 2008 (MDIC – dados 2008-2011), tendo saldos favoráveis ao país. Além disso, em relação aos investimentos diretos chineses no Brasil, houve um aumento importante desde 2010, explicado pela vontade dos chineses de investirem em mercados emergentes.

E: Incorreta. Como afirma o item, a parceria sino-brasileira na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, com o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites (*China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS), é um dos elementos mais importantes da relação bilateral. Em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à China, os governos do Brasil e da República Popular da China assinaram um acordo para iniciarem um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e recursos financeiros dos dois países com o objetivo de construir satélites conjuntos para permitir uma maior independência na área de imagens. O primeiro satélite (CBERS-1) foi lançado em 1999 e o segundo (CBERS-2) em 2003, com objetivo de detectar e fiscalizar o desmatamento da região. Já o terceiro (CBERS-2B) foi lançado em 2007 e deu início a um novo programa de monitoramento da Amazônia. O lançamento dos primeiros satélites teve a união de recursos financeiros e tecnológicos entre o Brasil e a China, mas com um sistema de responsabilidades distinto, com 30% de investimento brasileiro e 70% de investimento chinês. O item está incorreto, porque o lançamento do satélite não é feito de maneira conjunta, sendo ainda a China a responsável por esta etapa do acordo. Foi feito um novo acordo em 2002 para o lançamento de mais dois satélites, os CBERS-3 e 4, com novas cargas úteis e uma nova divisão de investimentos de recursos entre o Brasil e a China - 50% para cada país. O acordo tem forte importância no contexto da cooperação Sul-Sul tanto para a China quanto para o Brasil.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2007) Uma das mais antigas civilizações da humanidade, a China tornou-se comunista em 1949, aproximou-se e afastou-se da URSS, conheceu momentos críticos e, a partir da morte de Mao Zedong e da ascensão de Deng Xiaoping (anos 1970-1980), promoveu significativa mudança de rota. Incorporou-se ao sistema político internacional ao ser admitida na ONU e, mais recentemente, ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), às normas que presidem a economia global. A respeito da experiência chinesa, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) ( ) A experiência atualmente vivida pela China não difere, em seus aspectos estruturais e definidores, daquela conduzida por Gorbachev na extinta URSS, ou seja, faz-se a adequação entre a abertura econômica e a liberalização política do regime.

(2) ( ) A ação externa da China centra-se na conquista de mercados em todos os continentes como forma de vencer a reduzida dimensão de seu mercado interno e sustenta-se no incentivo às importações e na elevação de sua massa salarial.

(3) ( ) A presença de uma comitiva recorde, composta por mais de 400 empresários, que acompanharam o presidente Lula em sua viagem à China, em 2004, aponta para o interesse objetivo de estreitamento dos laços comerciais entre os dois países. Nesse sentido, observa-se que, enquanto o Brasil é o principal exportador mundial de soja, a China é a maior importadora desse produto.

(4) ( ) Diferentemente do que ocorria no auge da Guerra Fria, as relações entre China e Taiwan apresentam-se, na atualidade, bem menos tensas, o que pode ser explicado pelo pragmatismo que tem conduzido as ações de ambos os governos, sobretudo no que se refere aos interesses econômicos.

1: Errada. O item está incorreto ao afirmar que não houve diferenças entre a abertura econômica e política da URSS nos anos 1980 àquela realizada pela China, no mesmo período. Quando **Mikhail Gorbatchev** assumiu o poder na União Soviética em 1985, o país acabava de passar por uma era que ficou conhecida como a "era da estagnação". O governo de Breznev, antecessor de Gorbachev na Secretaria Geral do Partido, foi marcado por baixo crescimento econômico, corrupção e crise. A URSS estava caminhando para uma ruptura sistemática e uma mudança no funcionamento do regime era demanda recorrente das elites soviéticas. Com Gorbatchev no poder, foram tomadas, a partir de 1986, medidas de abertura econômica e política do governo, com o objetivo de revigorar o Estado, a sociedade e a economia. As principais medidas do governo soviético foram a **Perestróica** (propunha a reestruturação do regime por reformas econômicas) e a **Glasnost** (propunha a abertura política e a transparência do regime, permitindo a liberdade de expressão), além das medidas de descentralização para reduzir o peso da burocracia central. Já a abertura chinesa, ocorreu de forma mais gradual e sob a liderança de **Deng Xiaping**, que assumiu a Secretária Geral do Partido em 1978, três anos após a morte de Mao Tse Tung. Os chineses introduziram medidas de abertura econômica e política, como os soviéticos, mas a reforma chinesa continuou autoritária, não permitindo uma verdadeira liberalização política no país. Gorbatchev não agradava todos os membros da elite soviética e não tinha forte respaldo popular, enquanto, no caso chinês, as elites apoiavam Deng e suas reformas. Ainda, a repressão aos grupos que se opunham ao regime chinês continuou vigorando (protestos na Praça da Paz Celestial em 1989), enquanto a Glasnost na URSS permitiu a liberdade de expressão e a ascensão de uma oposição ao regime vigente. Na URSS as reformas econômicas foram feitas com pouco planejamento e uma abertura abrupta do regime acabou dando fim ao Estado soviético. No caso chinês, as reformas foram feitas pelo mecanismo das **Zonas Econômicas Exclusivas**, que abriram o mercado chinês de maneira controlada e gradativa. Durante dez anos de abertura econômica, os investimentos estrangeiros poderiam apenas atuar nestas Zonas Econômicas Exclusivas associando-se com alguma empresa nacional, estatal ou coletiva do país, trazendo novas tecnologias à China e exportando toda a produção das empresas estrangeiras. Desse modo, a China praticou abertura e protecionismo, em um modelo considerado de sucesso. Enquanto houve o colapso da URSS em 1991, a China ascendeu como potência emergente.

2: Errada. Segundo Maurício Carvalho Lyrio, apesar da dimensão demográfica chinesa, o mercado interno chinês é pequeno, visto a fragilidade da classe média. A questão do mercado consumidor chinês se concentra principalmente na política de abertura econômica instituída pela China nos anos 1980, que optou pela não abertura do mercado chinês às empresas estrangeiras. Quem produzia para o mercado chinês eram as próprias empresas chinesas e por isso o item está incorreto ao afirmar que houve um incentivo às exportações. A abertura da economia e a diversificação da indústria na China, além do seu ingresso na OMC em 2001, ampliaram as possibilidades de comércio com esse país, que, atualmente, é um grande importador de matérias-primas.

3: Certa. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou à China em maio de 2004 e recebeu um apoio inédito por parte do empresariado brasileiro que foi representado por mais de 400 pessoas na comitiva. A resposta do governo chinês veio em novembro do mesmo ano com a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil. Essas visitas e referências de alto nível indicam o interesse e a vigência de uma nova fase ascendente nas relações entre Brasil e o continente asiático, e em especial, no interesse de ampliação do relacionamento com a China. A visita ocorreu no ano do aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, e foi marco da criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) com o objetivo de impulsionar o mercado bilateral. Entre outras parcerias comerciais e investimentos de destaque é possível ressaltar o papel da Embraer no mercado de aviação regional, com a instalação de uma fábrica em Harbin em parceria com a Avic, empresa chinesa. O Conselho Empresarial Brasil-China, composto por algumas das empresas de maior expressão dos dois países, tem o objetivo de fomentar a realização de missões empresariais e a promoção de uma imagem mais atualizada do Brasil na China. De acordo com os dados atualizados de 2009, 31,4% da pauta exportadora brasileira para China é composta de soja em grãos. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de soja, juntamente com os EUA e a China é a maior consumidora do produto no mundo, como afirma o item.

4: Certa. A complexa relação entre a República da China (Taiwan) e a República Popular da China está enraizada na complexa Guerra Civil chinesa que durou de 1946 a 1948 e terminou com a fuga, em 1949, do Partido Nacionalista para a ilha de Taiwan. Desde então, prevalece o conflito entre a insistência de Taiwan em manter seu status soberano, agindo como Estado independente, apesar de não reconhecido, e a posição da China continental com sua política "Uma só China", que considera Taiwan como parte inseparável do China. Durante a Guerra Fria, como afirma a questão, e principalmente durante os anos da Guerra da Coreia, em 1950, os Estados Unidos começaram a apoiar a causa taiwanesa e um verdadeiro clima de tensão prevaleceu na região até 1979, quando os EUA reconheceram a República Popular da China. Desde 1990, Taiwan não questiona sua soberania, mas a China não exclui, no entanto, a possibilidade do uso da força para que Taiwan volte ao seu comando. Desde os anos 2000, e ainda mais categoricamente em 2008, com a eleição do presidente taiwanês Ma Ying-Jeou, houve uma clara melhora das relações entre a China e Taiwan. A ascensão econômica chinesa promoveu certa marginalização do caso taiwanês e incentivou as relações econômicas entre as regiões. Em 2010 houve a assinatura de um **Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA)** que prevê a isenção de taxas para "mais de 800 produtos e serviços", proporcionando um aumento anual de 100 000 milhões de dólares no comércio bilateral, adiantou no início da semana um jornal de Pequim. Foi o acordo mais importante desde a Guerra Civil e marcou o pragmatismo nas relações entre China e Taiwan.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os próximos itens, a respeito das relações do Brasil com os países do leste da Ásia.

(1) Brasil e Japão mantêm alto grau de coordenação política no cenário internacional, sobretudo no que se refere às ações do Grupo dos 4 (G-4) para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) No âmbito da cooperação em ciência e tecnologia, Brasil e China decidiram recentemente interromper o programa espacial "Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres" (CBERS), mantido entre ambos os países desde a última década do século passado.

(3) No âmbito das relações do Brasil com os países da península coreana, o Brasil abriu, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embaixada em Pyongyang, ocasião em que apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

(4) A China consolidou-se, desde 2009, como o segundo principal destino das exportações brasileiras, logo depois da União Europeia, considerando-se este bloco como um todo.

1: Certo. As relações Brasil e Japão datam do século XIX e caracterizam-se pela forte cooperação, amizade e confiança. Os importantes fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil no começo do século e o exponencial crescimento da economia e da tecnologia japonesa nos anos 1970 e 1980 foram elementos essenciais para a aproximação do Japão e do Brasil. Durante a ditadura militar brasileira, o Brasil foi um dos países com maior recepção de investimentos e transferência de tecnologia japonesa. No mesmo período, o Japão tornou-se um dos maiores importadores de *commodities* brasileiras e parceiro em relação aos interesses estratégicos de desenvolvimento do governo brasileiro no período. O maior projeto de parceria era sobre cooperação em desenvolvimento agrícola no Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), concebido em 1974. Os anos 1980, no entanto, foram caracterizados pela diminuição dos investimentos japoneses no Brasil devido, principalmente, à crise econômica enfrentada pelo Brasil no período e ao interesse japonês pelo comércio com outros países asiáticos. As relações nipo-brasileiras tiveram um impulso importante a partir de 2005, explicado pelas diversas iniciativas que ocuparam o diálogo bilateral, como a formação do G4, que reúne Brasil, Japão, Alemanha e Índia, todos os quatro países que aspiram a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, sobre as relações bilaterais Brasil-Japão, vale destacar a parceria no sistema digital de televisão nipo-brasileiro, que gera forte comércio entre os países. Finalmente, vale ressaltar que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Japanese International Cooperation Agency (JICA) estão fomentando e desenvolvendo projetos agrícolas em Moçambique, conhecido como o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical do Moçambique, ou ProSavana, algo parecido ao que foi feito pelo PRODECER na década de 1970.

2: Errado. O projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) foi criado em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à República Popular da China. Nesse momento, ambos os Estados assinaram um acordo para dar início a um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e os recursos financeiros dos dois países. Para o Brasil, o engajamento nesse projeto marcou o início de uma nova etapa do programa espacial brasileiro e serviu como fator estratégico para a diversificação de parcerias no campo da ciência e da tecnologia. Na China, a implementação do projeto CBERS ficou a cargo da CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) e no Brasil, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O item está incorreto, porque o programa CBERS não foi interrompido. Ao contrário, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Wen Jiabao, no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012, foi confirmada, na Declaração Conjunta Final, a decisão de lançar os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres CBERS-03, em 2012, e CBERS-04, em 2014, e em estimular o trabalho conjunto para a distribuição internacional dos dados daqueles satélites.

3: Errado. Desde março de 2001, quando ocorreu a formalização do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e a Coreia do Norte, em Nova York, mediante comunicado conjunto assinado pelos Chefes de Missão na ONU, relações de maior proximidade estão sendo estabelecidas entre o Brasil e a Coreia do Norte. Como afirma o item, foi aberta durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente em maio de 2009, uma Embaixada Residente do Brasil em Pyongyang. No entanto, o item está incorreto, porque o Brasil, ao abrir a Embaixada, não apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. Vale ressaltar que o Brasil foi o primeiro país não socialista das Américas a abrir uma embaixada em Pyongyang. Segundo Arnaldo Carrilho, Embaixador designado para assumir o posto na Coreia do Norte em 2009, o Brasil é favorável à unificação das duas Coreias.

4: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$ 77 bilhões** com o Brasil, sendo que o Brasil exportou para esse país US$ 44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Se considerarmos a União Europeia como um grupo, ela ultrapassa a China em relação ao destino das exportações brasileiras, alcançando US$ 53 bilhões em 2011. O comércio total entre a União Europeia e o Brasil foi de US$ 99 bilhões em 2011, e o Brasil é superavitário em US$ 6 bilhões.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

10. ORIENTE MÉDIO: A QUESTÃO PALESTINA; IRAQUE; IRÃ

(Diplomacia 2008) Com a realização da Conferência de Annapolis, em 26 de novembro de 2007, articulada pelo governo norte-americano, pretendeu-se promover a retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Palestina, paralisadas durante sete anos. Considerando a questão palestina e a atual conjuntura no Oriente Médio, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A união dos palestinos em torno do Hamas, facção política radical e hostil a Israel, no comando da Autoridade Palestina desde janeiro de 2006, teve como consequência a radicalização por parte do governo israelense, por meio de ataques preventivos e de medidas restritivas à movimentação de pessoas na Faixa de Gaza.

(2) As principais questões em torno das quais há divergências entre israelenses e palestinos e que se mantêm na agenda das negociações de paz são a forma de um futuro Estado palestino, a divisão de Jerusalém e o destino dos refugiados palestinos exilados.

(3) O decidido alinhamento e o apoio dos Estados Unidos da América a Israel impedem aquela potência de atuar como articuladora junto à Autoridade Palestina e a alguns países árabes, como Síria e Líbano, razão pela qual o governo norte-americano tem procurado o engajamento, nas negociações, de outros atores que considera politicamente influentes na região.

(4) Os ataques israelenses no sul do Líbano em 2006 e o recente fechamento das fronteiras na Faixa de Gaza, apesar de provocarem vivas reações da opinião pública internacional, não foram objeto de manifestações formais das Nações Unidas.

1: Errado. O item está incorreto, porque não houve uma união geral dos palestinos em torno do Hamas, mesmo que eles tenham ganhado as

eleições legislativas em 2006, e, ademais, eles não estão no comando da Autoridade Palestina. Os Acordos de Oslo I (1993) e II (1995) estabeleceram autonomia palestina na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia, além de instituírem a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como entidade política e administrativa para os territórios ocupados. No âmbito dos Acordos de Oslo, a OLP reconheceu a existência do Estado de Israel e foi reconhecida por Tel Aviv como a legítima representante do povo palestino. Nesse contexto, Yasser Arafat, então Presidente do Comitê Executivo da OLP e membro do Fatah (partido político palestino), elege-se primeiro presidente da ANP, em 1996. Desde a morte do ex-líder palestino Yasser Arafat em 2005, é Mahamoud Abbas que assumiu a presidência da Organização de Libertação Palestina (OLP), outro membro do Fatah. Há onze partidos na Palestina, dentre os quais os principais são Fatah e Hamas. Em janeiro de 2006, o movimento Hamas, que não reconhece a existência do Estado de Israel, ganhou a maioria dos votos nas eleições para um novo Conselho Executivo Palestino. Estas eleições foram as primeiras legislativas, desde 1996, já que os conflitos entre Israel e Palestina impediam a realização das mesmas. Abbas pediu, após a eleição, que o então primeiro-ministro da Palestina Ahmed Qorei (FATAH), resigna-se do cargo, e assume-se Ismail Haniya do Hamas, como novo líder de governo. Em resposta a vitória do Hamas, Israel suspendeu a transferência de ingressos fiscais aos palestinos, além das principais doações externas, incluindo a ajuda dos EUA e da União Europeia. Houve um período de desentendimento entre as facções Hamas e Fatah e um ambiente de guerra se degenerou na região da Faixa de Gaza. No segundo semestre de 2006, fortes ataques militares na região provocaram bombardeamentos e várias mortes. A negociação para o fim dos conflitos na faixa de Gaza ocorreu apenas em janeiro de 2007.

2: Certo. Estes temas estiveram presentes nas principais rodas de negociações sobre o conflito e ainda estão na pauta do debate. Além destes temas, estão presentes recorrentemente nas negociações para paz, a questão dos assentamentos israelenses em território palestino ocupado, o reconhecimento do Estado Palestino, o traçado das fronteiras, a libertação de prisioneiros, a segurança de Israel e os recursos hídricos, além da questão dos direitos humanos na região.

Refugiados Palestinos: o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 foi acompanhado de hostilidades que resultaram em mais de 750 mil refugiados palestinos que fugiram para outros países árabes da região ou ainda para regiões mais longínquas. Com a guerra de 1967, mais 500 mil refugiados, de acordo com números da ONU, tiveram que fugir de suas casas. Em 1949, foi criado o Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (OOPS), que inicialmente tinha sede em Beirute, no Líbano, e tem como objetivo proporcionar socorro imediato aos refugiados palestinos. Desde 1996, a sede do OOPS foi transferida para Gaza e conta hoje com mais de 4,4 milhões de refugiados palestinos inscritos na Organização. Uma das maiores reivindicações palestinas é o direito de retorno dos refugiados palestinos aos territórios ocupados, que não recebem autorização do governo israelense.

Divisão de Jerusalém: a primeira resolução 181 da ONU de 1947 previa que Jerusalém seria desmilitarizada e ficaria sob a égide do Conselho de Administração das Nações Unidas, que prepararia um estatuto para a cidade e elegeria um governador. As hostilidades que seguiram não permitiram, todavia, que a resolução fosse aplicada. Israel ocupou o setor ocidental de Jerusalém e a Jordânia o setor oriental. Na guerra de 1967, Israel ocupou Jerusalém e declarou a cidade como capital do país, o que não foi reconhecido pelo Conselho de Segurança. Desde então, a maioria dos debates sobre a negociação da paz na região envolve a questão do estatuto de Jerusalém e sua divisão.

3: Errado. O item está incorreto, porque os Estados Unidos foram muitas vezes importantes articuladores nas negociações de paz entre Israel e Palestina. Os acordos finais das negociações de Olso, de 1993 e 1995, foram assinados em Washington sob auspícios dos Estados Unidos. Além disso, em 2007, depois que o presidente Abbas dissolveu o governo da Unidade Nacional palestino e declarou o Estado de exceção, depois da tomada política da Faixa de Gaza pelo grupo Hamas, houve o estímulo de uma nova negociação de paz. Os Estados Unidos e a União Europeia, na ocasião, decidiram aumentar sua ajuda aos palestinos. Em junho de 2007, o então presidente americano George Bush convocou a Conferência de Annnapolis, Maryland, com a presença do Primeiro Ministro de Israel Ehud Olmert e o Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas. Ademais, os Estados Unidos fazem parte do Quarteto, grupo formado em 2002, para monitoramento do processo de paz, formado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Estados Unidos, União Europeia e Federação Russa.

4: Errado. O item está incorreto, porque houve manifestações da comunidade internacional relativas a ambos os conflitos. O conflito no sul do Líbano em julho de 2006, envolveu Israel, o Líbano e principalmente as forças do Hezbollah, grupo político fundamentalista libanês que não aceita a existência do Estado de Israel. O estopim do conflito ocorreu após a captura e morte de três soldados israelenses na fronteira ao sul do Líbano pelo Hezbollah e a exigência da parte do grupo que prisioneiros libaneses fossem soltos das prisões israelenses. Além disso, o Hezbollah enviou mísseis ao norte do território de Israel. A resposta israelense veio com bombardeamentos ao sul do Líbano e de Beirute. O cessar-fogo foi determinado pela resolução 1701 de 11 de agosto de 2006 do Conselho de Segurança. No caso da Faixa de Gaza e do bloqueio israelense à região, tanto o Conselho de Segurança quanto o Conselho de Direitos Humanos da ONU se manifestaram contra a situação. Em 2007, o Conselho de Direitos Humanos criou uma Comissão para verificar os fatos na Faixa de Gaza.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Múltiplos fatores conjugam-se para fazer do Oriente Médio foco permanente de tensão e de conflitos, cujas repercussões não ficam restritas à região. No que concerne a esse quadro, que o início do século XXI não altera em relação ao que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Apesar do apoio do conjunto dos Estados árabes à decisão da ONU (1947) de encerrar o mandato britânico na Palestina e promover a partilha do território em dois Estados, apenas o de Israel materializou-se, razão pela qual não se dissipa a instabilidade na região.

(2) ( ) Bem mais que eventual importância estratégico-militar, o problema representado pela definição do status de Jerusalém é mais amplo e mostra-se até hoje incontornável: internacionalizada pela ONU, reivindicada como capital por israelenses e palestinos e sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo).

(3) ( ) O fundamentalismo islâmico teve no Irã depois da revolução xiita de 1979 um polo irradiador, que identificou no Ocidente seu principal inimigo, representado pelos EUA e seu histórico aliado regional, Israel.

(4) ( ) Nas duas vezes em que atacaram militarmente o Iraque, em 1991 e na atualidade, os EUA encontraram vigorosa resistência da população local, em larga medida incentivada pela reprovação à política de Washington manifestada pelo conjunto dos Estados árabes.

1: Errada. A Palestina, antes de 1947, era um território administrado pelo Reino Unido com um mandato que havia sido definido pela Sociedade das Nações em 1922. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a numerosa imigração judia para a região, que tinha forte oposição dos habitantes árabes, e o início de debates sobre a possível criação de dois Estados no território palestino, começou preocupar os mandatários. Em abril de 1947, cinco Estados árabes (Arábia Saudita, Egito, Iraque, Líbano e Síria), falando em nome do Estado palestino, tentaram, sem sucesso, pedir o fim do mandato britânico e a fundação do Estado

palestino. Surge, assim, a atuação da ONU para tentar mediar o conflito. Foi criado neste período a **UNSCOP (Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina)** para investigar todas as questões relativas ao problema da Palestina e a imigração judaica. A Comissão, ao final das investigações, elaborou **um Plano de Partilha**, mas não conseguiu consenso na sua aprovação. Em um segundo período de sessões, no mesmo ano de 1947, a Assembleia Geral adotou a resolução 181 de 29 de novembro de 1947, aprovando, com algumas modificações, o Plano de Partilha da UNSCOP que previa o fim do mandato inglês, a criação de um Estado árabe e um judeu, a divisão do território Palestino em 8 partes (3 para o lado israelense, 3 para o lado judeu, um que seria a cidade de Jaffa - enclave entre o território judeu e palestino; e Jerusalém, que ficaria sob a administração das Nações Unidas). O item está incorreto, porque esta **decisão da ONU não foi aceita pelos Estados árabes e os árabes palestinos**, que alegaram que a resolução violava as disposições da Carta das Nações Unidas, a qual outorgava o direito da população de decidir sobre seu próprio destino.

2: ANULADA. No item, afirma-se que **Jerusalém** é a "sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo)". Diferentes acepções da palavra "sede" fazem com que o item apresente ambiguidade insuperável. Assim, fez-se necessária a anulação do item. (justificativa do CESPE para a anulação do item).

3:Certa. Em **1979, a Revolução Iraniana** derrubou o Xá Mohammad Reza Pahlevi do comando do país e instaurou uma República teocrática Islâmica sob o comando do **Aiatolá Khomeini**. Inicialmente a revolução não teve caráter islâmico, constituindo-se em greves gerais e manifestações contra o regime de Reza Pahlevi. Após as medidas econômicas de 1976, que promoveram uma abertura da economia iraniana ao Ocidente, um forte período de crise e inflação instaurou-se no país. Entre 1975 e 1976, Reza Pahlevi havia feito importantes reformas laicas, que haviam desagradado profundamente os grupos religiosos. A abertura pró-Ocidente, no entanto, era acompanhada de fortes repressões e censura aos opositores do governo Pahlevi. A insatisfação geral da população iraniana resultou em uma série de greves em todos os setores em 1978 e a repressão do governo apenas incitou mais a população a continuar a lutar. Em janeiro de 1979, o Xá Reza Pahlevi deixa o governo iraniano e exila-se nos EUA, deixando as portas abertas para o retorno ao Irã do Imã Khomenini, que estava no exílio havia 15 anos. Khomenini, ao voltar ao Irã, Proclama a República Islâmica do Irã e a revolução ganha um teor fundamentalista com a instituição do Conselho Revolucionário Islâmico. Khomenini, aos poucos, começa a adotar medidas fundamentalistas como o limite da liberdade de expressão, a declaração da ilegalidade do governo civil, a Sharia (lei islâmica) como lei do país, entre outros. Pelo fato que os EUA haviam concedido asilo ao Xá Reza Pahlevi e estavam por trás de várias das medidas pró-Ocidente anteriores à revolução, os americanos e Israel, principal aliado americano na região, tornaram-se os **inimigos da revolução**. O incidente mais conhecido envolvendo os dois países foi o sequestro dos membros da Embaixada norte-americana de Teerã em 1979 que durou até 1981.

4: Errada. O item está incorreto, porque houve participação militar de países árabes, como a Arábia Saudita e o Egito, durante a Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos atacaram militarmente o Iraque em 1991. Já a Guerra do Iraque em 2003, levada a cabo pelo governo do então presidente americano George W. Bush, não teve apoio da maioria da comunidade internacional.

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3C, 4E

11. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Diplomacia 2007) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada oficialmente em 1996, decisão que contou com vigorosa participação brasileira. Terceira língua do Ocidente, apenas superada pelo inglês e pelo espanhol, no que concerne a número de falantes, o português é a identidade linguística que une os integrantes da Comunidade. Relativamente ao processo de constituição e de funcionamento da CPLP, assinale a opção correta.

(A) O primeiro grande desafio a ser vencido por meio da criação dessa comunidade foi a inexistência de uma tradição histórica de trocas e de formas de relacionamento, no passado colonial, entre a metrópole ibérica, o Brasil e as colônias portuguesas na África.

(B) O discurso predominante na Política Externa Independente da primeira metade da década de 60 do século passado, que conferia peso hegemônico ao confronto entre Leste e Oeste, praticamente inviabilizou a aproximação do Brasil com o continente africano e a possível criação de uma comunidade integrada pelas antigas colônias portuguesas.

(C) A independência das colônias portuguesas na África, que ocorreu no contexto da revolução que derrubou o salazarismo, coincide, no Brasil, com uma fase do regime militar marcada pela adoção de uma política externa mais aberta, que incluía o incremento de relações políticas e econômicas com a África.

(D) A política externa adotada pelo governo Itamar Franco, estrategicamente voltada para o alinhamento ideológico com os EUA e para o estreitamento de laços comerciais com a emergente Ásia, em muito retardou o processo de instituição oficial da CPLP.

(E) Embora defensores da idéia de se criar a CPLP, o português Mário Soares e o brasileiro José Aparecido de Oliveira notabilizaram-se pela defesa da tese de que a Comunidade somente poderia ser instituída quando a estabilidade política e econômica fosse plenamente alcançada pelos países que a integrariam.

A: Incorreta. O projeto de criar a Comunidade de Estados de língua portuguesa, ao contrário do que afirma o item, baseia-se na existência de uma tradição histórica tanto no passado colonial quanto na evolução da presença brasileira no continente. O Brasil, que foi também colônia portuguesa, divide com os outros Estados da CPLP não apenas a língua, mas o fato de ter, entre sua população, vários descendentes da África portuguesa, que vieram ao Brasil enquanto perdurou a escravidão negra.

B: Incorreta. A Política Externa Independente (PEI), inaugurada nos governos de Jânio Quadros em 1961 e João Goulart (1961-64), ao contrário do que afirma o item, possibilitou a aproximação com o continente africano, já que propunha uma política mais universalista e de diversificação de parceiros. Segundo Amado Cervo, o Brasil tinha o projeto de ser o elo entre a África e o Ocidente no período.

C: Correta. Com o advento da Revolução dos Cravos, em 1974, e o consequente fim do regime autoritário de Antônio Salazar em Portugal, as relações do Brasil com a África evoluíram mais consideravelmente. As independências das colônias portuguesas na África entre 1974 e 1975 foram apoiadas pelo Brasil, que ficou conhecido por ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1974. Além disso, o Brasil favorecia a autonomia dos novos Estados e a consolidação de relações amistosas e equânimes desses com Lisboa. Neste período, sob a égide dos governos militares de Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), as relações do Brasil com as colônias portuguesas na África registram um substancial aprofundamento. Pela via da política do pragmatismo responsável, iniciada no Governo Geisel, o Brasil tornou-se parceiro privilegiado de países africanos, com destaque especial para a Nigéria, para os países da África austral e para as ex-colônias portuguesas.

D: Incorreta. A política externa do governo Itamar Franco não foi marcada, como afirma o item, por um alinhamento com os EUA e pelo estreitamento de relações comerciais com os emergentes da Ásia. A política externa brasileira dos anos 1990 é caracterizada, principalmente, por uma onda regionalista, em resposta a uma necessidade de ganhar

maior competitividade no mercado global. O Brasil neste período assume uma postura em prol do multilateralismo com uma atuação mais assertiva como ator internacional. Neste contexto, surgiu o projeto da criação da CPLP, que teve o apoio irrestrito e entusiasta do então presidente Itamar Franco, ainda que fundada em 1996, na presidência de Fernando Henrique Cardoso. As negociações foram extensas, pois foi necessário convencer setores lusitanos, que não queriam dividir suas influências sobre suas antigas colônias, além dos países africanos, que suspeitavam que a instituição pudesse dar margem para um novo colonialismo.

E: Incorreta. O brasileiro José Aparecido de Oliveira ocupava o cargo de Embaixador em Lisboa, durante a presidência de Itamar Franco, e foi um dos grandes articuladores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Com o apoio de Mário Soares, ex-presidente de Portugal, que também era um grande entusiasta do projeto, José Aparecido convenceu os novos países a respeito da necessidade de confiar na CPLP, visto que a presença brasileira neutralizaria a suspeita de que a instituição viesse a ser instrumento do novo colonialismo. O item está, portanto, incorreto.

Gabarito “C”

12. A AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL

12.1. O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais

Em contraste com a crise do multilateralismo dos anos 80, a última década do século XX constituiu um período de intensa mobilização dos foros diplomáticos parlamentares, fosse para enfrentar ameaças iminentes e localizadas à paz, fosse para apontar soluções para problemas de longo prazo que se vinham agravando no mundo desde o início da Idade Moderna. Uma das vertentes dessa mobilização, de escopo amplo e caráter não-imediatista, foi impulsionado pelo fortalecimento das sociedades civis e produziu uma série de grandes conferências sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) no campo social. Com características inéditas, essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional dos temas globais, antes reputadas matérias da alçada exclusiva das jurisdições nacionais.

Em 1990, os temas globais ainda eram chamados de novos temas na agenda internacional. A expressão se aplicava a algumas questões que não eram novas, mas vinham recebendo atenção renovada desde o início da distensão Leste-Oeste, na segunda metade dos anos 80, como o controle de armamentos, o narcotráfico, o meio ambiente e os direitos humanos. Envolvia, por outro lado, assuntos de definição imprecisa, como a democracia e o terrorismo, ou de natureza polêmica, como a prestação de auxílio humanitário externo às vítimas de conflitos civis contra a vontade do governo dominante.

José Augusto Lindgren Alves. Relações Internacionais e temas sociais: a **década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001, p. 31 e 43 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo como referência inicial o texto anterior, de José Augusto Lindgren Alves, e levando em conta as novas configurações do cenário mundial, julgue os itens que se seguem.

(1) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi o primeiro dos grandes encontros internacionais realizados na última década do século passado. Especialistas reconhecem que, ao lado de outros fatores, foi decisiva a ação do Brasil para que a reunião adotasse um enfoque acentuadamente social para a abordagem da questão ambiental.

(2) Dois dos mais importantes resultados da Rio-92 foram a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada em nível de chefes de Estado e de Governo, e a inovação conceitual presente na noção de desenvolvimento sustentável, embasado nos princípios do desenvolvimento como direito e da necessária vinculação da proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento.

(3) Especialistas e militantes da causa dos direitos humanos, ainda que por caminhos ou motivações diferentes, acreditam que a forma tímida como esse tema tem evoluído no âmbito dos Estados e na vida cotidiana das sociedades deriva, em larga medida, do fato de que ele continua a ser visto — inclusive nas grandes conferências internacionais — como um fim em si mesmo, em vez da desejável condição de instrumento para a consecução da plena cidadania.

(4) De 1948, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, aos dias de hoje, a política exterior do Brasil portou-se de forma distinta em relação ao tema. À época do regime militar, assumiu posições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais. Com a redemocratização, o país avança e, ao lado de outras medidas, adere às convenções internacionais contra as distintas formas de discriminação e de tortura, além das que salvaguardam os direitos da criança e do refugiado.

(5) Em aparente rota de colisão com a Carta de 1988, reconhecidamente voltada para a defesa dos direitos e das garantias individuais e coletivas, o Estado brasileiro tomou duas atitudes que foram alvo de protestos no país e no exterior. A primeira, menos de um ano após a promulgação da nova Constituição, foi não reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativamente a atos praticados por brasileiros. A segunda, mais recente, foi a extinção da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

1: Certo. A **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, inaugurou uma série de encontros internacionais sociais nos anos 1990. Segundo José Augusto Lindgren Alves, talvez a Rio 92 não entrasse no conjunto de Conferências sociais dos anos 1990 se não fosse pela atuação da sociedade civil, inclusive movimentos sociais de grande escopo e ONGs de direitos humanos. A ideia que um meio ambiente sadio pudesse entrar como direito de “terceira geração” estava sendo discutida há muitos anos nos meios acadêmicos e jurídicos, mas ela não tinha ainda respaldo em nenhum documento do direito internacional. O sucesso da Conferência ocorreu graças à atuação brasileira e pelo fato do país ser sede do evento. Os esforços brasileiros tinham interesse em assegurar o sucesso da Conferência. **Outras Conferências importantes** que ocorreram no período foram a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento que ocorreu no Cairo em 1994; a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, que aconteceu em Pequim em 1995; além da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos de 1993; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social que ocorreu em Copenhagen em 1995, entre outras.

2: Certo. A **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** foi elaborada durante a CNUMAD e foi um dos cinco instrumentos adotados ao final da Conferência (os outros foram: a Agenda 21, a Declaração das Florestas, a Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas). A Declaração foi adota ao nível de Chefes de Estado e Governo e estabeleceu 27 princípios que orientam a Agenda 21, entre eles o do "desenvolvimento sustentável", o da "preocupação" e o do "poluidor pagador". O conceito de **desenvolvimento sustentável** foi a principal inovação conceitual internacional que resultou da Rio 92. Oriunda do **Relatório Brundtland**, intitulado "Nosso Futuro Comum", de 1987, o princípio do desenvolvimento sustentável foi somado à Declaração do Rio de Janeiro e divulgado à comunidade internacional, referindo-se ao desenvolvimento como direito e integrando necessariamente a proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento. Ao reconciliar a ideia de desenvolvimento e progresso econômico, a Rio 92 superou o pensamento de que a natureza era incompatível com o desenvolvimento dos Estados, ideia extremamente defendida pela política externa brasileira.
3: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque o tema dos direitos humanos não tem evoluído de forma tímida nas relações internacionais. Durante os anos 1990, novos conceitos e experiências internacionais possibilitaram uma importante evolução na matéria de direitos humanos. A integração de elementos de direitos humanos nas novas Operações de Paz das Nações Unidas - como a UNTC no Camboja, a UNOSOM na Somália e a UNPROFOR, na ex-Iugoslávia - era uma forma de absorção do tema também pelo Conselho de Segurança da ONU. O campo semântico dos direitos humanos foi utilizado em várias outras conferências durante a década de 1990, mesmo naquelas que não tinham essa temática como central. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993, fortificou a ideia, já presente em outros documentos internacionais, da essencialidade da proteção dos direitos humanos e da sua indivisibilidade. Foi reconhecido pela primeira vez, por consenso, os direitos humanos como indubitavelmente universais no artigo 1º da Declaração. Eles foram vistos como um conjunto inextricável de atributos fundamentais de que são titulares todas as pessoas pelo simples fato de serem humanas – não como fim em si mesmos, mas como instrumentos para a consecução de todos os objetivos propostos.
4: Certo. A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, em uma conjuntura internacional caracterizada pelos constrangimentos do pós-guerra, foi essencial para conscientizar governos e sociedades da necessidade de definir e respeitar direitos fundamentais de todos os seres humanos. Durante os **anos 1970**, o Brasil tinha uma **atuação mais soberanista** em sua política externa em relação ao tratamento de questões de direitos humanos. Além disso, a ditadura militar vigente no país adotava uma posição mais defensiva quando se tratava destes temas. Mesmo se, em 1977, o Brasil foi eleito para ocupar uma cadeira na extinta Comissão de Direitos Humanos da ONU, o país tentou resguardar sua soberania dentro do órgão, adotando ações defensivas sobre este tema. Com a redemocratização, a partir de 1985, o Brasil entrou com o processo de ratificação de três importantes tratados gerais de proteção: os dois Pactos de Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Em 1989, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. A Convenção sobre o **Direito das Crianças** foi ratificada em 1990 e a Convenção sobre o **Direito dos Refugiados** em 1992. Em 1993, durante a Conferência internacional para Direitos Humanos em Viena, o Brasil ganhou papel de destaque na comissão para a redação da declaração final, com a presidência de Gilberto Sabóia na comissão.
5: Errado. A **Corte Interamericana de Direitos Humanos** é o principal órgão jurisdicional do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos e foi criado pelo Pacto de San José de 1969. O item está incorreto porque o Brasil, que ratificou o Pacto de San José em 1992, aceitou a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos por meio de decreto, em 2002, válido por prazo indeterminado. Portanto, não houve colisão com a Constituição de 1988, como afirma o item. O item possui outro erro, já que afirma que houve a extinção da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. A **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)** é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Criada em 1977, dentro do Ministério da Justiça, foi alçada ao status de ministério em 2003. No ano de 2010, a Secretaria ganhou o nome atual.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

12.2. Meio ambiente

(Diplomacia 2007) A questão ambiental logrou inscrever-se na agenda do mundo contemporâneo e ocupar posição relevante no cenário da política internacional. Em meio a opiniões divididas quanto aos efeitos da degradação ambiental e às possíveis soluções para problema de tamanha magnitude, há consenso quanto ao fato de que o aquecimento global é real e preocupante. Relativamente a esse tema, assinale a opção incorreta.

(A) A partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em 1992, chegou-se ao Protocolo de Kyoto, que, tendo sido assinado e ratificado pelo conjunto dos Estados integrantes da ONU, estabelece limites para a emissão de gases que ampliam o efeito estufa.

(B) O Brasil foi o autor da proposta conhecida como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando relacionados a aterros sanitários os dois primeiros projetos aprovados pelo país para a obtenção de créditos internacionais em troca da redução da emissão de gases poluentes.

(C) Nos últimos anos, o processo de alteração climática decorrente do efeito estufa, que é um fenômeno natural, vem-se acelerando mediante a ação do homem, pelo aumento descontrolado da emissão de gases poluentes na atmosfera, sobretudo pela indústria e pelos automóveis.

(D) Dono de uma das mais ricas biodiversidades e da maior floresta tropical do planeta, o Brasil confirmou sua adesão a importantes convenções e protocolos internacionais, entre os quais se destacam os relativos ao comércio de substâncias tóxicas, ao banimento gradual de poluentes orgânicos nocivos ao meio ambiente e às normas para a utilização segura de produtos transgênicos.

(E) A aprovação pelo Congresso Nacional é condição indispensável para que sejam ratificados acordos internacionais negociados pelo Poder Executivo em matéria ambiental.

A: Incorreta. A primeira parte do item está correta, já que **Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas** foi um dos cinco acordos negociados no âmbito da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Foi previsto na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, que, após a CNUMAD, promover-se-iam Conferências entre os Estados Partes (COP) para negociar sobre a temática de mudanças climáticas mais profundamente. O Protocolo de Kyoto foi, portanto, resultado da III COP, que ocorreu no Japão, na cidade de Kyoto em 1997. O primeiro erro do item está na afirmação que o Protocolo de Kyoto foi assinado e ratificado pelo conjunto dos integrantes da ONU. Segundo o artigo 22 do Protocolo, ele só poderá ser ratificado pelos Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, e não por todos os membros da ONU, como afirma o item. Além disso,

ele não foi ratificado nem por todos os membros da Convenção-Quadro, que conta hoje com 195 ratificações, enquanto o Protocolo possui atualmente 193 Estados Partes (192 Estados e um grupo regional, a União Europeia) – sendo que os EUA não ratificaram o Protocolo. O Protocolo de Kyoto determinou um tratamento diferenciado para as partes do acordo definindo em seu artigo 3, metas específicas para países presentes no Anexo 1 da Convenção (39 países desenvolvidos incluindo a Comunidade Econômica Europeia). A meta para os países do Anexo I era de reduzir as emissões de gases estufa em 5% sobre o que esses Estados emitiam em 1990, no período de 2008 a 2012. Existiu, portanto, o estabelecimento de limites para a emissão de gases estufa, como afirma o item, mas ele não foi feito para todos os Estados Partes no Tratado. Durante a 17ª COP que ocorreu em Durban em 2017, foi acertado a extensão do Protocolo de Kyoto até 2017. A Rússia, o Japão e o Canadá anunciaram, neste encontro, seu desvinculo com o acordo.

Gabarito "A"

Sugestão de leitura: "A Ordem Ambiental Internacional" de Wagner Costa Ribeiro.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Em dezembro de 2009, ocorre a Conferência das Nações Unidas acerca das mudanças climáticas — Conferência de Copenhague ou COP-15 —, na qual devem ser lançadas as bases de um regime internacional para o tema. Considerando as posições brasileiras a respeito das mudanças climáticas, julgue os itens que se seguem.

(1) As recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal, na costa brasileira, ao mesmo tempo em que atenuaram a ênfase da diplomacia brasileira nos biocombustíveis, aproximaram o Brasil das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América com relação às metas de redução das emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa.

(2) O país endossa, desde o Protocolo de Quioto, o princípio de responsabilidade comum entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global, razão pela qual defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa, como base de um regime internacional para o tema.

(3) Com base no princípio de responsabilidade comum mas diferenciada, o Brasil propugna aliar medidas de redução do desmatamento aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa e, ao mesmo tempo, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque as recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal não atenuaram a ênfase da política externa brasileira em relação aos biocombustíveis, visto como tema prioritário. Sobre os biocombustíveis, a preocupação brasileira é relacionar os biocombustíveis com o desenvolvimento sustentável, conforme seus três pilares (econômico, ambiental e social). O objetivo brasileiro é o reconhecimento do etanol como *commodity* energética. Além disso, outro erro do item é afirmar que o Brasil se aproximou das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América em relação às metas de redução de emissões. O Brasil, desde a 15ª Conferência das Partes, a COP-15, que se realizou em Copenhague, em dezembro de 2009, atua em convergência com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) em relação à temática das mudanças climáticas. O BASIC defende, principalmente, princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, em relação à temática das mudanças climáticas. Sobre o Protocolo de Quioto, o grupo defende que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa sejam feitos por países desenvolvidos, e que sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de restringir o aumento de temperatura em no máximo 2ºC, o que foi reconhecido durante a COP-16 de 2010 em Cancun, México.

2: Errado. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, no âmbito do Protocolo de Quioto, defende o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse princípio está em consonância com o princípio da equidade ao tratar os desiguais de maneira desigual, de forma a igualá-los materialmente com os Estados desenvolvidos. O Brasil, juntamente com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia, China), defende o estabelecimento de metas quantificadas de redução de emissões para os Estados-parte do Anexo I da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Nesse sentido, o item está igualmente incorreto ao afirmar que o Brasil defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa.

3: Certo. O item está correto porque o Brasil adota o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tanto para a redução do desmatamento quanto em relação aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa. O Brasil, nesse sentido, vem promovendo, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o estabelecimento de um sistema de incentivos financeiros para países que reduzam emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento. Além disso, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão de gases de efeito estufa.

GABARITO 1E, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) As questões ambientais e de mudanças climáticas chamam atenção do Brasil há algum tempo. Julgue os itens subsequentes, acerca desse tema.

(1) As posições do Brasil com relação às mudanças observadas no clima do planeta e às propostas de soluções para uma Terra mais limpa são consideradas conservadoras pelos organismos internacionais.

(2) Pressões de grupos e interesses internacionais exercem influência sobre discussões acerca da Amazônia e de seu desmatamento.

(3) As convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais.

(4) O Brasil tem cumprido as metas com relação à temática não apenas do clima, mas também da pobreza e de combate à fome, sendo um exemplo quanto a esse último aspecto.

1: Errado. As posições do Brasil na área de mudança climática não são consideradas conservadoras; pelo contrário, o Brasil é extremamente propositivo nessa área. Nos últimos anos, o Brasil tem tido um papel de liderança no debate internacional sobre mudanças climáticas. Durante a 15ª Conferência das Partes em Copenhagen, atuou ativamente na negociação do Acordo de Copenhagen e defendeu a constituição de um Fundo para financiar países pobres. Foi prometido 30 bilhões de dólares para o Fundo que seriam pagos principalmente pelos Estados Unidos, pelo Japão e pela União Europeia, a serem liberados entre 2010 e 2012. O Brasil não apenas apoiou a criação do Fundo, mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma contribuição financeira brasileira, se faltasse dinheiro.

2: Certo. A Amazônia desperta, como afirma o item, forte interesse da comunidade internacional tanto por suas questões ambientais, já que

ela abriga uma imensa diversidade biológica – 15% de todas as espécies de planta e animais conhecidas no mundo – quanto pelo enorme potencial econômico, oriundos dos recursos que se encontram na floresta tropical. Além disso, diversas organizações não governamentais nacionais e internacionais participam do forte debate da sociedade civil brasileira sobre desmatamento e a exploração econômica da região.
3: Errado. O item está incorreto porque as convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima **não** estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais. Um exemplo categórico é o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas verificáveis sobre a emissão de gases causadores do efeito estufa. O Protocolo, criado em 1997, em Kyoto, apenas entrou em vigor em 2005, após a ratificação da Rússia, atingindo o número mínimo de ratificações, o que corresponderia a 55% das emissões de gases em 1997. O Protocolo prevê que suas metas sejam cumpridas entre 2008 e 2012, ano em que o acordo expirará. Atualmente, diversas tentativas de chegar a um acordo estão sendo empreendidas, com grandes dificuldades de negociação de um novo acordo que substitua Kyoto. Exemplo dessa dificuldade é não adesão dos EUA, o maior emissor do mundo atualmente, com 25% das emissões.
4: Certo. Vale destacar, sobre a temática do clima, que além de o Brasil cumprir suas metas, o país assumiu a posição de vanguarda entre os países em desenvolvimento durante a COP-15, realizada em Copenhagen em 2009, ao apresentar metas ambiciosas de redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O compromisso brasileiro assumido na COP 15 foi legislado na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que está em fase de regulamentação. Já o combate contra a pobreza e contra a fome se insere entre os compromissos brasileiros relacionados aos Objetivos do Milênio (ODM). Resultado da **Declaração do Milênio** das Nações Unidas adotada em setembro de 2000, os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** (ODM) enumera uma série de objetivos concretos (meio ambiente, saúde, desenvolvimento social, direito das crianças, das mulheres, entre outros) que foram tratados em diversas Cúpulas internacionais durante os anos 1990. A Declaração traz, portanto, uma série de indicadores quantitativos que têm o intuito de medir as ações dos Estados nesses temas. O Brasil, a menos de cinco anos para terminar o prazo estipulado pelas Nações Unidas para que sejam atingidos os ODM, já atingiu alguns dos Objetivos com uma década ou mais de antecedência. Entre as principais áreas estão o combate à pobreza – com a eliminação de um quarto da população pobre do país – e o combate contra a fome – o país diminui em 50% a parcela da população que passa fome. A intenção brasileira é erradicar o problema da fome até 2015.

Gabarito 1E, 2C, 3E,4C

12.3. Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC)

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos à Organização Mundial do Comércio (OMC).

(1) São desafios centrais para a conclusão da Rodada de Doha a definição de modalidades de liberalização e redução de subvenções para produtos agrícolas, bem como o fechamento de acordo sobre o acesso a mercados para produtos não agrícolas.

(2) A eclosão da crise financeira em setembro de 2008 e o seu aprofundamento, que resultaram no estancamento do comércio internacional e na suspensão das negociações da Rodada de Doha, geraram condições para o recrudescimento do protecionismo em escala global.

(3) Os acordos da OMC versam, principalmente, sobre comércio de bens e de serviços e aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, ficando todos os paísesmembros sujeitos às disposições e aos compromissos neles estabelecidos.

(4) A diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio bem como a complexidade dos instrumentos e das medidas que conformam as políticas comerciais justificam a necessidade de compromissos e disciplinas multilaterais que orientem as ações dos governos e os agentes comerciais no campo do comércio internacional.

1: Certa. A Rodada Doha é uma rodada de negociações no âmbito da OMC e iniciou-se no Quatar no ano de 2001 com o nome de Rodada do Desenvolvimento. O mandato negociador da rodada estipulado em 2001 é muito amplo e envolve um número importante de temas, com o objetivo de contabilizar os interesses comerciais dos 154 países membros da OMC. Entre os principais temas e objetivos de negociação estão: redução dos picos tarifários, altas tarifas, escalada tarifária e barreiras não tarifárias em bens não agrícolas – *Non-Agricultural Market Access* – NAMA; discussão de temas relacionados à agricultura (subsídios, apoio interno, redução de tarifas e crédito à exportação; negociar a liberalização progressiva em serviços, conforme estabelecido nas discussões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS; ampliação do Acordo TRIMs – *Trade Related Investment Measures*, (investimentos em bens); discussão sobre a interação entre comércio e política de concorrência; negociação sobre maior transparência em compras governamentais; condução negociações que aprimorem as disciplinas dos Acordos sobre antidumping, subsídios e medidas compensatórias, preservando seus conceitos básicos (fonte: MDIC). Além destes temas, inclui-se a discussão sobre bens ambientais, propriedade intelectual e o aperfeiçoamento das regras no sistema geral de solução de controvérsias.
2: Errada. Mesmo se a eclosão da crise financeira em 2008 gerou um processo de recrudescimento de pressões protecionistas, o item está incorreto, primeiramente, porque não houve estancamento da economia mundial e porque a **Rodada Doha não foi suspensa**. Iniciada em 2001, a Rodada Doha de negociações em matéria de comércio internacional passa por um período de paralisia desde 2008, em razão dos impasses nas negociações, principalmente no que tange aos temas de agricultura e produtos não agrícolas (NAMA). Segundo a posição oficial do Itamaraty, no cenário atual de crise econômica e de consequente aumento das pressões protecionistas, a conclusão da Rodada torna-se ainda mais necessária, por fortalecer a credibilidade da OMC e do sistema multilateral de comércio. As negociações não se encontram, portanto, suspensas, passam apenas por um período de impasse.
3: Certa. Os acordos da OMC versam principalmente sobre bens agrícolas e não agrícolas, serviços e propriedade intelectual. Desde a criação da OMC, em 1995, e mesmo durante as negociações da Rodada do Uruguai (1986-1995), as negociações multilaterais de comércio são orientadas pelo princípio do ***single undertaking***. O princípio propõe que cada item da negociação é parte indivisível de todo o pacote da negociação e não pode ser acertado separadamente - "Nada é acordado até que tudo seja acordado". O princípio do *single undertanking* vai de encontro com o funcionamento do **GATT à la carte**, que previa a possibilidade que os Estados da negociação aceitassem apenas os acordos que lhes interessassem, não tendo obrigação de aceitar o pacote todo. Na OMC, todos os países ficam sujeitos aos compromissos estabelecidos nos tratados, como afirma o item. É por esse motivo que as negociações da OMC são mais difíceis e lentas do que aquelas feitas no GATT 47.
4: Certa. O item define a realidade atual do comércio internacional com uma vasta diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Considerando os interesses brasileiros na Rodada de Doha da OMC, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Nas negociações acerca de acesso a mercados, o Brasil objetiva a eliminação ou a redução de restrições tarifárias e nãotarifárias que incidem sobre suas

exportações de bens, de forma geral, priorizando o tratamento dos fatores que restringem e distorcem o comércio agrícola.

(2) ( ) Dada a participação majoritária do setor terciário na composição de seu Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil almeja o aumento de sua participação nas exportações mundiais de serviços, defendendo, por conseguinte, ampla liberalização dessa modalidade de comércio.

(3) ( ) Por dispor de um parque industrial amplo e diversificado, embora com diferenças setoriais quanto aos níveis de competitividade, o Brasil posiciona-se contrariamente ao aprofundamento de compromissos relativos a reduções tarifárias para produtos manufaturados.

(4) ( ) O Brasil propugna maior transparência na aplicação de medidas contra práticas desleais de comércio, em particular, medidas antidumping e antisubsídios, que afetam suas exportações para os países desenvolvidos.

1: Certa. O termo "acesso a mercado" está relacionado a medidas e instrumentos que afetam a entrada de produtos de um país em outros países, tais como as restrições e/ou limitações à importação (tarifas, quotas tarifárias, quotas de importação), com influência direta na competição entre produtos importados e domésticos. A negociação sobre acesso a mercados no âmbito da OMC foi colocada em pauta no mandato negociador da Rodada Doha, em 2001, em relação ao acesso a mercados agrícolas e não agrícolas. O Brasil, que é um forte importador de produtos primários, dá maior ênfase à negociação de produtos agrícolas no âmbito da OMC. Em relação ao setor agrícola, foi colocada na pauta a necessidade de uma redução significativa dos subsídios à produção agrícola e uma redução, com vistas à eliminação dos subsídios à exportação no setor. O item está, portanto, correto, já que o Brasil tem uma posição em geral a favor da eliminação das restrições ao acesso a mercados, priorizando-a principalmente na questão da agricultura.

2: Errada. Apesar de o Brasil ter uma forte participação do setor terciário no conjunto do seu PIB (de acordo com o IBGE, este setor concentrou em 2009 68,5% do PIB), o item está incorreto ao afirmar que o Brasil defenda ampla liberalização dessa modalidade de comércio na OMC. O instrumento jurídico que discute questões de serviços na OMC é o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), firmado em 1994, como um dos anexos do Acordo Constitutivo da OMC. Os compromissos em acesso a mercados foram definidos no GATS por meio da modalidade de «lista positiva». Por essa modalidade, os países especificam em listas nacionais anexas ao GATS, quais os setores que pretendem liberalizar e qual o nível e condições de acesso a mercados nos diferentes modos de prestação. Durante a negociação sobre o mandato negociador da Rodada Doha iniciada em 2001, o GATS foi considerado um acordo superficial, pois não impõe compromisso efetivo de liberalização desse comércio. O mercado de serviços, no entanto, é dominado pelos países desenvolvidos, o que traz certa desconfiança dos países em desenvolvimento sobre a maior abertura deste mercado. O Brasil, juntamente com estes países em desenvolvimento, não defende uma ampla liberalização do setor como afirma o item.

3: Errada. O comércio de produtos manufaturados, que representa mais de 73% do comércio mundial de mercadorias, é negociado na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio no âmbito do acordo de Acesso a Mercados de Bens Não Agrícolas (conhecidas por sua sigla em inglês, NAMA – *Non-Agricultural Market Access*). O NAMA envolve basicamente a liberalização do comércio de produtos manufaturados e interessa principalmente aos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento têm manifestado duas preocupações estratégicas sobre o tema: garantir maior acesso de seus principais produtos de exportação aos mercados dos países desenvolvidos e aumentar, ou ao menos preservar, o espaço de manobra para perseguir políticas de fomento à industrialização. O item está incorreto porque o Brasil não é contrário ao aprofundamento do NAMA. Mesmo se as tarifas brasileiras para produtos não agrícolas são extremamente altas (uma média de 31%), o país está aberto para negociações no setor. É comum que as negociações sobre o NAMA façam contrapartida às negociações agrícolas, já que o NAMA interessa aos países desenvolvidos e a liberalização agrícola interessa, principalmente, aos países em desenvolvimento. Em 2008, durante a reunião mini-ministerial que ocorreu em Genebra, o Brasil aceitou um corte importante nas tarifas dos produtos não agrícolas em troca da diminuição do subsídio agrícola. O acordo, no entanto, não foi possível pela falta de consenso em outros temas.

4: Certa. O item está correto e define a política comercial brasileira em relação aos subsídios e às políticas de dumping.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 consolida a crescente abertura do país de maior população do mundo. Tal fato foi marcado por vários anos de difíceis negociações com os principais parceiros internacionais, EUA e União Européia, com os quais teve que concluir prévios acordos sobre as modalidades concretas da mútua abertura das economias. Foi celebrada, portanto, mesmo que de maneira superficial, como uma forma de triunfo final da economia de mercado. Os pragmáticos chineses parecem nutrir a idéia básica que permitiu no passado os êxitos do Japão e dos tigres asiáticos: integrar-se ao mundo ainda dominado pelo Ocidente de maneira dinâmica, mas prudente, negociada e não imposta, sem deixar-se dominar.

Viktor Sukup. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. *In*: Revista **Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 45, n.o 2, 2002, p. 82 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens subsequentes, com relação ao tema focalizado no texto acima.

(1) A atual experiência de abertura posta em prática pela China teve seu início na década de 80 do século passado e, nos seus aspectos essenciais, está calcada na tentativa de reformas da extinta União Soviética, sob o comando de Gorbachev. Em ambos os casos, o ritmo de flexibilização política do regime, provavelmente por sua celeridade, interpôs obstáculos ao crescimento da economia, o que, no caso soviético, foi fatal e abreviou a existência do socialismo real.

(2) Embora gigantesca, a população chinesa apresenta uma bem reduzida capacidade de consumo, devido à diminuta média salarial. Entrar na OMC, depois de exaustivas negociações que redundaram no tratamento preferencial ao país, que pôde praticamente manter cerradas suas fronteiras aos produtos estrangeiros, foi a saída perseguida pela China para escoar sua produção pelos mercados mundiais.

(3) Na opinião do autor, expressa no texto, a estratégia chinesa de inserção no mercado global lembra a experiência nipônica da segunda metade do século XIX. Com efeito, entre outros significados, a Era Meiji correspondeu à decisão japonesa de se modernizar como meio de se desenvolver pela via da não subalternidade em relação ao Ocidente.

(4) Sucessora do GATT, a OMC é uma das mais conhecidas instâncias multilaterais dos dias atuais, tendo, entre outras, a missão de elaborar as normas regulado-

ras do comércio mundial, zelar pela sua observância e julgar os contenciosos entre os atores do mercado mundial.

(5) O Brasil teve destacada atuação na última grande reunião da OMC, realizada em Cancún, no México. Para muitos, ao chegar ao fim de seus trabalhos, tendo cumprido a extensa agenda previamente acertada, a reunião de Cancún, em vez de ter sido o fracasso que alguns apregoaram, foi plenamente proveitosa por ter levado às últimas consequências o debate em torno dos subsídios agrícolas que os países mais ricos teimam em continuar praticando.

1: Errado. O item está incorreto ao relacionar a abertura econômica chinesa com a abertura soviética e por afirmar que a inflexibilização do regime impôs problemas a ambas as economias. Como salienta Eric Hobsbawm, apesar dos seus atrasos e misérias, a China nunca teve os complexos tão típicos da URSS e de outros países socialistas que queriam a qualquer preço «alcançar e ultrapassar» os países capitalistas avançados. O cisma sino-soviético, que ocorreu em 1962, teve suas causas relacionadas com o afastamento ideológico entre a China e a Rússia de Kruschev, pela negação da URSS em transferir tecnologia nuclear para a China, além das mudanças no modelo econômico chinês que eram criticadas pelos soviéticos. Em relação a modernização chinesa, desde 1979, dois anos após a morte de Mao T'se Tung, e sob a liderança do veterano dirigente Deng Xiaoping, a China começou a se colocar na órbita da «modernização» e da economia «globalizada». Desde a chegada de Deng, a economia chinesa, quase totalmente fechada desde 1949, abriu-se de modo gradual, e mostrou uma das maiores taxas de crescimento do mundo, ao redor de 10% por ano. Já a abertura econômica soviética, iniciada através da **Perestróica**, não ocorreu de forma gradual e não foi bem sucedida como a chinesa, o que resultou no fim da União Soviética em 1991. Ou seja, a flexibilização do regime chinês não interpôs obstáculos diretos ao crescimento da economia chinesa, como afirma o item. De acordo com o economista Joseph Stiglitz, o modelo de gradualismo chinês opõe-se a terapia de choque soviética.

2: Errado. A **China** foi aceita na **Organização Mundial do Comércio** em setembro de **2001**, depois de exaustivas negociações que iniciaram em 1986, data que o país submeteu seu pedido de entrada à organização. O item está incorreto já que, ao final das negociações, a China aceitou uma série de compromissos visando liberalizar seu regime com o objetivo de integrar-se mais efetivamente na economia mundial. As negociações com os seus principais parceiros internacionais, Estados Unidos e União Europeia, estimularam a economia chinesa a concluir prévios acordos sobre modalidades concretas de mútua abertura das economias entre os acordos, a China concordou em estabelecer um tratamento de não discriminatório a todos os membros da OMC; abolir as práticas de estabelecimento de preços diferenciados entre produtos que estão destinados a serem vendidos na China e fora da China; além disso, o país não poderá controlar os preços para oferecer proteção aos seus fornecedores nacionais. Durante o processo de negociações, a China conseguiu manter o direito de conservar um regime de comércio de Estado exclusivo para produtos como cereal, tabaco, combustíveis e minerais. Por um período de 12 anos foi estipulado que um mecanismo de salvaguarda transitório seria aplicado no caso das importações de produtos de origem chinesa causarem dano a outros produtores. O item está incorreto, porque a China não manteve fechadas suas fronteiras aos produtos estrangeiros e não possui uma reduzida capacidade de consumo.

3: Certo. O autor estabelece no decorrer do texto uma **comparação entre a China e o Japão da época Meiji** (1868-1912). O Japão, neste período, estabeleceu medidas protecionistas, *nation building*, construção de estradas de ferro, progressos em educação e aprendizagem tecnológica, entre outros, e transformou o país industrialmente, consagrando-o como potência industrial e militar. Segundo o autor, os pragmáticos chineses pareceram nutrir a ideia básica que favoreceu o crescimento do Japão e dos tigres asiáticos: integrar-se ao mundo, dominado pelo Ocidente, de maneira dinâmica, mas prudente, sem se deixar dominar. Tanto os chineses quanto os japoneses da época Meiji souberam ser parceiros das grandes potências em condição de igualdade e sem serem subordinados a essas. Os japoneses do período Meiji, depois de dois séculos de isolamento quase que total, colocaram sua economia à altura do Ocidente sem abandonar sua cultura. Neste quesito, pode-se também estabelecer uma relação com a abertura chinesa dos anos 1980, o que faz que o item esteja correto.

4: Certo. A OMC (**Organização Mundial do Comércio**), fundada em 1995, pelos acordos de Marraqueche, é uma organização internacional que tem como objetivo regulamentar as negociações comerciais entre seus membros, acompanhar a aplicação e seguimento das políticas comerciais, solucionar as controvérsias e reforçar a capacidade comercial dos países em desenvolvimento. A OMC foi sucessora dos Acordos Gerais sobre Tarifas e Comércio de 1947 (GATT) e incorporou as resoluções decididas no âmbito deste organismo na sua criação. O GATT ainda vigora nos acordos da OMC sob o nome de GATT 1994.

5: Errado. A V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2003, realizada em Cancún, no México, encerrou-se sem produzir os resultados a que se propunha. Os embates que marcaram seus trabalhos, e que culminaram no impasse que levou Luis Emesto Derbez, Secretário de Relações Exteriores do México e Presidente da Conferência, a declarar de maneira abrupta o seu encerramento às 16h do último dia, terminaram a reunião sem nenhum acordo concreto. Ao invés de uma Declaração Ministerial que desse rumo à continuação da Rodada multilateral de negociações comerciais, iniciada em Doha em 2001, o encontro produziu um pequeno comunicado final de seis parágrafos, cuja parte operativa resumia-se a procurar manter vivo o processo negociador. O item está incorreto, portanto, quando afirma que a agenda do encontro foi cumprida e que se chegou ao fim dos trabalhos durante a reunião de Cancun. A reunião correspondeu ao fracasso previsto e não conseguiu encontrar uma solução para o contencioso agrícola. Segundo o ex-ministro Celso Amorim, a reunião de Cancún deteriorou-se graças a um acerto tático entre Estados Unidos e União Europeia, que, ao invés de auxiliar para o progresso das negociações, abriu a possibilidade de que os subsídios à exportação não fossem eliminados para certos produtos. A fórmula para acesso aos mercados não atendia, assim, aos interesses exportadores do Mercosul e de outros países em desenvolvimento. O item está, no entanto, correto na parte que afirma que o Brasil teve papel de destaque durante a reunião. Foi às vésperas da Reunião de Cancún, que o Brasil e outros Estados interessados no tema da agricultura se reuniram no G20, conhecido como G-20 comercial – uma vitória da diplomacia brasileira.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Sugestão de leitura: Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Política Externa - Vol. 12, nr. 3, «A Lição de Cancún».

(Diplomacia – 2002) O Grupo de Cairns:

(A) foi constituído em 1972, por países em desenvolvimento, para participar do consórcio internacional Intelsat, que construiu e lançou o primeiro satélite de comunicações civis.

(B) foi constituído em 1975, pelos maiores consumidores de petróleo entre os países em desenvolvimento, para obter melhores condições de importação dessa matéria-prima. Inicialmente, o Brasil participou como observador, tornando-se membro em 1982.

(C) foi constituído em 1990, por antigas colônias inglesas na África e Oceania, para coordenar as políticas de cooperação tecnológica com a então Comunidade Econômica Européia.

(D) foi constituído em 1990, por países em desenvolvimento, de modo a coordenar suas propostas tecnológicas no Âmbito da Rodada Uruguai do GATT.

(E) foi constituído em 1986, por países competitivos em agricultura, que têm buscado, desde o lançamento da Rodada Uruguai do GATT, a liberalização do comércio agrícola internacional.

E: Correta. O Grupo Cairns é uma coalizão de 19 países exportadores agrícolas que contam hoje com 25% da exportação agrícola mundial. O Grupo foi fundado em 1986, durante a Rodada do Uruguai no GATT, para defender os interesses destes Estados, principalmente, contra as medidas protecionistas europeias em relação à agricultura. Durante a Rodada Doha, da OMC, o grupo continuou insistindo na liberalização do comércio na área agrícola. O grupo tem como membros: **Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai.**

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2000) De 30 de novembro a 3 de dezembro de 1999, a cidade de Seattle, nos Estados Unidos, foi sede da III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos objetivos do encontro era o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Escolha a alternativa que melhor descreve as principais posições defendidas pelo Brasil na referida Conferência de Seattle.

(A) O Brasil foi contrário à idéia de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito da OMC, pois não desejava fazer quaisquer concessões aos Estados Unidos e a União Européia, que mantém altas barreiras à importação de produtos brasileiros.

(B) Ameaçado por importações de produtos de baixo preço, que causam dano à indústria nacional, o Brasil defendeu o afrouxamento das disciplinas sobre medidas de defesa comercial, de modo a permitir a ampla utilização de direitos "antidumping".

(C) O Brasil defendeu a introdução de exceções às regras da OMC sobre concessão de subsídios à produção agrícola, de modo a que todos os países membros da Organização possam aumentar os orçamentos de apoio à agricultura .

(D) O Brasil apoiou a ideia defendida pelos Estados Unidos de negociar novas regras no OMC para permitira introdução de barreiras comerciais a produtos de países nos quais há comprovada utilização do trabalho infantil.

(E) O Brasil defendeu a redução dos subsídios à produção e a exportação de produtos agrícolas e uma maior disciplina na OMC para coibir a utilização abusiva de instrumentos de defesa comercial, como o "antidumping".

E: Correto. A **III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio,** que ocorreu em Seattle, em dezembro de **1999**, tinha como objetivo a proposta de lançamento de uma nova rodada de negociações. Estava prevista para esta 3ª Conferência Ministerial o lançamento da 1ª rodada de negociações da história da OMC, que teria o nome de **Rodada do Milênio**. O representante brasileiro na Conferência foi o então ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que em seu discurso oficial ressaltou que o Brasil foi um dos primeiros países a apoiar uma nova rodada de negociações, para que tarefas inacabadas, como a distorção do comércio de bens agrícolas, pudessem ser tratadas de uma forma mais completa. O Brasil **defendeu a abertura dos mercados agrícolas**, o fim dos subsídios nas exportações do setor e uma maior atuação da OMC no tratamento destas questões, assim como na utilização exacerbada de instrumentos de defesa comercial. **A Rodada de Seattle foi considerada um fracasso**. Além dos fortes protestos internacionais contra a globalização, as negociações não alcançaram os resultados esperados. Em consequência, a Rodada do Milênio não foi lançada e foi adiada para 2001 na Conferência Ministerial de Doha, adotando o nome de Rodada Doha.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1996) A Assinatura dos Acordos da Rodada Uruguai, que permitiu a entrada em funcionamento da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1º de Janeiro de 1995, ocorreu na Cidade de:

(A) Washington.

(B) Cairo.

(C) Genebra.

(D) Montevidéu.

(E) Marraqueche

E: Correta. Entre 1947 e 1995, o comércio internacional foi regulado pelo **GATT** (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O GATT não era uma organização internacional, era um acordo executivo que não obrigava os Estados a internalizar suas normas e atuava a partir de uma lógica "à la carte" – cada Estado escolhia os tratados de comércio que lhe interessava. Os objetivos do GATT eram promover o comércio internacional e regular a atuação dos Estados em matéria comercial. Nos anos 1980, no entanto, o GATT mostrava ter fragilidades institucionais e jurídicas que não eram compatíveis com o desenvolvimento do comércio internacional. Ocorriam mudanças importantes na política internacional, como a diversificação de fluxos e a inovações tecnológicas, que acentuavam as vantagens comparativas de alguns países. Os choques do petróleo em 1973 e 1979, a mudança do padrão dólar-ouro e a importante estagflação na Europa nos anos 1970, afetam o mundo e comércio mundial e, portanto, criou-se a necessidade um instrumento para fortalecer o comércio multilateral. Neste contexto, inicia-se uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do GATT. A **Rodada do Uruguai** foi lançada na cidade de Punta Del Este em 1986 e terminou em 1994 com o **Acordo Constitutivo de Marraqueche,** que leva este nome porque foi negociado na cidade de Marraqueche, no Marrocos. O acordo entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995. A rodada do Uruguai negociou mais de 18 acordos sobre diversos temas e ao seu fim estabeleceu **a Organização Mundial do Comércio (OMC)** como novo instrumento jurídico que regularia as relações internacionais. A OMC é uma organização internacional e incorporou as normas do GATT, que é conhecido, hodiernamente, como GATT 94.

GABARITO: E

Perante um cenário que não avança para uma maior equidade do sistema de comércio internacional, mas, ao contrário, restringe cada vez mais as margens de manobra, e diante de um equilíbrio de poder muito mais complexo que o de rodadas anteriores, as negociações entraram em letargia, enquanto os países encontravam maneiras criativas de seguir adiante com políticas proibidas na OMC. Na análise de alguns acordos específicos da Rodada Uruguai, observa-se que houve uma restrição em termos gerais e que a flexibilidade é negociada por meio de solicitações de prorrogações, extensões, waivers e interpretações criativas. Nesse sentido, a OMC marcou o rumo geral da política comercial, mas não o nível nem a combinação possível de proteção produto a produto. As tensões e contradições entre normas deixam espaço

para diferentes soluções e arranjos e refletem as tensões e os conflitos entre os envolvidos. Isso significa que não existe um ideal político e econômico para o qual todas as normas convergem. Não há equilíbrio estável, não há fim da história.

Diana Tussie e Juliana Peixoto. **O colapso de Doha e lições da história.** *In:* **Governança Global, Cadernos Adenauer**, n.º 3, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 111 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, acerca das negociações da Rodada de Doha e da OMC.

(1) Diante do contexto descrito no texto acima, a atuação do Brasil nas negociações da Rodada de Doha tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações.

(2) O Brasil recorre crescentemente aos acordos regionais e arranjos preferenciais, a exemplo do Sistema Global de Preferências Comerciais, para se resguardar do eventual desmoronamento do sistema multilateral de comércio que o fracasso da Rodada de Doha possa implicar.

(3) O Brasil responde à escalada do protecionismo valorizando instâncias da própria OMC, particularmente o sistema de resolução de disputas comerciais, ao procurar resguardar a normativa multilateral como recurso em face de políticas e práticas comerciais consideradas desleais.

(4) O Brasil reconhece pragmaticamente o impasse das negociações e recorre, nessa circunstância, aos expedientes descritos no texto em tela para reagir às práticas comerciais dos demais países.

1: Errado. Esse item demanda esforço de interpretação de texto, já que se inicia com "Diante do contexto descrito no texto acima". O contexto descrito no texto faz referência aos mecanismos utilizados pelos Estados membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) para contornar as normas cada vez mais restritivas impostas ao comércio internacional. Segundo as autoras, os acordos da OMC não trazem maior equidade ao comércio internacional, eles restringem as margens de manobras comerciais e abrem espaço para exceções e flexibilizações que surgem em forma de *waivers* – exceção legal pela qual os membros da OMC podem autorizar excepcionalmente um país a derrogar as obrigações anunciadas nos Acordos da OMC – extensões, solicitações de prorrogação ou interpretações criativas. O item está incorreto porque diante do conteúdo do texto não se pode interpretar que o Brasil, nas negociações da Rodada Doha, tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações. Conquanto essa afirmação esteja correta, ela não representa o conteúdo do texto em referência.

2: Errado. O item está incorreto porque, apesar de o Brasil recorrer a acordos regionais e a arranjos preferenciais, isso não é feito com a intenção de resguardar um eventual desmoronamento do sistema multilateral do comércio. A possível não conclusão da Rodada Doha não representaria, necessariamente, o fim do sistema multilateral de comércio já que diversos outros acordos multilaterais em voga na instituição continuariam válidos, assim como o Sistema de Solução de Controvérsias da Organização. Segundo Paulo Roberto de Almeida em seu artigo intitulado "Acordos minilaterais de integração e de liberalização do comércio: uma ameaça potencial ao Sistema Multilateral de Comércio", a construção normativa do sistema multilateral de comércio registrou evolução paradoxal já que, por um lado, houve o reforço dos princípios tradicionais de nação mais favorecida, de tratamento nacional, de reciprocidade, de transparência e de igualdade de direitos e de obrigações; e, por outro lado, ocorreu o aprofundamento dos arranjos regionais. Nesse sentido, o item está incorreto, igualmente, porque os acordos regionais e preferenciais atuam concomitantemente com o sistema multilateral de comércio. Vale ressaltar, sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, que este foi constituído em abril de 1988 por um acordo entre o Grupo dos 77, que inclui o Brasil, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O SGPC tem o objetivo de promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não somente em benefício próprio, mas também em benefício do comércio global. No Brasil, o Acordo entrou em vigor em maio de 1991.

3: Certo. O item está correto já que dentro do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) – sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional – o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC tem se revelado um instrumento efetivo para lidar com problemas comerciais globais e para aportar um grau mais elevado de segurança jurídica nas relações multilaterais. O OSC é órgão jurisdicional e possui quatro etapas distintas em seu processo decisório, de acordo com as determinações da OMC: consultas; painel; apelação; e implementação. Todas essas fases são confidenciais e apenas as partes ou terceiros interessados, também Estados, podem ter acesso aos autos. A efetividade do OSC mostra-se tanto no cumprimento dos prazos para a solução dos litígios, como em relação ao alto índice de cumprimento das decisões jurídicas pelos membros da organização. Ao contrário do que ocorria no GATT, no qual era necessário que todos os membros aceitassem o relatório para que ele fosse adotado (consenso positivo), no OSC da OMC, há uma necessidade de consenso negativo, o que facilita a adoção dos relatórios e traz mais legitimidade para o sistema. Além disso, a análise feita pelo painel mostra forte apego jurídico e uniforme ao longo das decisões, o que estimula a participação de países em desenvolvimento no sistema.

4: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não está recorrendo a mecanismos para contornar as normas da OMC para responder aos impasses das negociações da Rodada Doha.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E

12.4 Sistema financeiro internacional

(Diplomacia 2008) O ciclo de crises financeiras que ocorreu durante a segunda metade da década de noventa do século XX suscitou discussão acerca da necessidade de se reformar o sistema financeiro internacional, almejando-se a prevenção de crises e a mitigação de seus impactos macro e microeconômicos nos planos domésticos. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A criação do Fórum para Estabilidade Financeira no G-7, a Convenção da Basiléia-2 e a instauração do Comitê sobre Sistema Financeiro Global no marco do Banco Internacional de Compensações (BIS) foram iniciativas tomadas, no plano institucional, para o fortalecimento do sistema financeiro internacional.

(2) Em razão dos impactos negativos dos fluxos de capitais de curto prazo, o Banco de Compensações Internacionais orientou os Bancos Centrais dos países a adotarem medidas de controle de entrada de capitais para se evitarem a alta volatilidade do capital e seus impactos negativos sobre as economias nacionais.

(3) Em consonância com o objetivo de fortalecer a estabilidade do sistema financeiro internacional por meio da melhoria da gestão bancária, o Comitê da Basiléia introduziu parâmetros para a avaliação e o gerenciamento de riscos de mercado e riscos operacionais.

(4) A adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das fortes oscilações do valor do dólar norte-americano e do euro, referências para as transações econômicas internacionais, faz parte das prescrições do Fundo Monetário Internacional e do Comitê da Basiléia para o enfrentamento das crises financeiras.

1: Certa

Fórum de Estabilidade Financeira (G7): Em fevereiro de 1999, os ministros das finanças e os presidentes dos bancos centrais do G7 decidiram instituir o Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum* – FSF) com os objetivos de avaliar a vulnerabilidade do sistema financeiro internacional; identificar atividades para a promoção da estabilidade financeira internacional por intermédio da melhoria do intercâmbio de informação e da cooperação internacional na supervisão e vigilância financeiras. O apoio administrativo ao FSF é prestado por um secretariado localizado no Banco Internacional de Compensações (BIS- *Bank for International Settlements*). O Brasil faz parte do Fórum desde 2009.

Convenção da Basileia II: foi o segundo Acordo da Basileia, que institui recomendações sobre leis bancárias e regulações. O Acordo é resultado do trabalho do Comitê da Basileia em Supervisão Bancária – um dos comitês do Banco Internacional de Compensações (BIS), que é formado pelos presidentes dos bancos centrais das principais nações industrializadas (o Brasil faz parte deste comitê). O BIS é uma organização internacional criada em 1930 que congrega representantes de 55 países. Além de atuar como banco tradicional acolhendo depósitos de bancos centrais, o BIS também funciona como instância de cooperação monetária internacional. A II Convenção da Basileia foi publicada em junho de 2004 e tinha como objetivo criar um sistema regulatório para os Bancos Centrais dos Estados partes. O Acordo foi elaborado para substituir o Acordo de Basileia I, elaborado em 1988, e tem o objetivo central de diminuir os riscos operacionais dos bancos privados. Foi estabelecido, portanto, padrões estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O acordo possui três pilares principais que são: o de requerimento de capitais; o de supervisão; e o de transparência e disciplina de mercado. O Brasil aderiu a esta Convenção. Atualmente está sendo negociado o III Acordo da Basileia.

Comitê sobre Sistema Financeiro Global: este Comitê também atua no âmbito do BIS. Ele foi estabelecido em 1971 com um mandato inicial de monitorar os mercados bancários internacionais. O enfoque inicial eram as implicações das políticas monetárias no rápido crescimento dos depósitos *off-shore* e nos mercados de empréstimos. No entanto, as mudanças e os diversos questionamentos sobre o sistema financeiro internacional e sua estabilidade, mudaram a estrutura do Comitê. Ele teve seu mandato revisado e, em 1999, o Comitê mudou seu nome para Comitê sobre Sistema Financeiro Global. O Brasil também faz parte deste Comitê. Atualmente, o mandato consiste em identificar os possíveis problemas no sistema financeiro global e promover uma melhora no funcionamento e na estabilidade destes mercados.

2: Errada. O item está incorreto porque o Banco Internacional de Compensações não orientou os países a estabelecer um controle de capitais. Além disso, com a crise financeira de 2008-2009, o FMI começou a recomendar a alguns países o controle para evitar maiores impactos econômicos. O controle de capitais é efetuado na forma de impostos sobre a entrada ou saída de aplicações financeiras do país. Esses impostos podem assumir a forma de requerimentos não remunerados de depósitos no Banco Central por um prazo determinado e tem a função principal regulamentar o fluxo de entrada e saída na balança de capitais de um país. O Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela supervisão do sistema financeiro e monetário internacional, sempre defendeu a preferência pela remoção de controles de capital, isto é, pela liberalização dos movimentos internacionais de capital. O Fundo reconhecia, no entanto, que controles limitados e temporários, para certos tipos de economias, pudessem ser esporadicamente utilizados em economias em crise. Após a crise Asiática de 1997, a visão ortodoxa de que o controle de capitais seria algo ruim para as economias começou a ser questionada, já que nações como a China e a Índia, que tinham mantido o controle de capitais durante a crise, foram menos prejudicadas se comparadas com as nações que seguiram as recomendações do FMI. Durante a crise econômica de 2008-2009, no entanto, o FMI aprovou a utilização de controle de capitais no tratamento da crise para algumas nações, como a Islândia. Vários países como o Brasil, a Coreia do Sul, Taiwan e a Rússia utilizaram deste método para tratarem dos problemas da crise econômica. Em abril de 2011, o FMI publicou o seu primeiro guia que regulava o uso de controle de capitais. Em novembro de 2011, na reunião do G20 financeiro em Cannes, foi concordado que uma maior liberdade do uso de controle de capital deveria ser permitida aos países em desenvolvimento.

3: Certa. O item está correto, já que o II Acordo da Basileia propõe precisamente o estabelecimento de parâmetros estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O **II Acordo da Basileia** foi definido em 3 principais pilares de ação. O Primeiro Pilar lida com a manutenção do capital regulatório (é o capital econômico mínimo exigido pelos órgãos reguladores, que tem como objetivo reduzir perdas inesperadas de crises sistêmicas), que é calculado em relação a três componentes principais de risco que um banco enfrenta: risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O Segundo Pilar cria uma resposta regulatória ao primeiro pilar, inserindo instrumentos de supervisão e fiscalização para que o Banco possa lidar com riscos sistêmicos, riscos estratégicos, riscos de liquidez, entre outros. Ele dá ao banco o poder de rever seu sistema de administração de riscos. O Terceiro Pilar tem o objetivo de propagar uma disciplina de mercado e uma maior transparência, com base na divulgação de dados, com detalhes sobre a amplitude da aplicação das normas, os riscos que estão expostos os bancos, o processo, além da adequação da instituição aos riscos.

4: Errada. O item está incorreto porque não houve a prescrições de adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das oscilações do dólar americano. Ao contrário do que afirma o item, o FMI prevê a conduta do câmbio flutuante desde os anos 1970, não alterando sua posição após as crises financeiras dos anos 2000.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008 trouxe, em seu bojo, o questionamento do papel dos organismos tradicionais que regem as relações econômicas internacionais e suscitou discussão acerca da necessidade de novas estruturas de governança econômica global. A partir dessa informação, julgue os próximos itens.

(1) Para o Brasil, é prioritário integrar os principais fóruns que tratam dos grandes temas econômicos globais, sendo considerados objetivos estratégicos da política exterior brasileira o ingresso do país na OCDE e o aprofundamento de sua participação no G-8, ao lado da China, da Índia, do México e da África do Sul.

(2) A crise econômica gerou para o Brasil a necessidade de propugnar nova arquitetura institucional para o tratamento das questões financeiras globais, em que se privilegie o G-20, que, no entendimento do governo brasileiro, melhor expressa a atual configuração da economia mundial e a importância dos países emergentes.

(3) A crítica brasileira à atuação dos organismos criados em razão da conferência de Bretton Woods, em par-

ticular o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, no contexto de crises econômicas e das ingerências consideradas nocivas na condução de políticas macroeconômicas, fundamenta a posição favorável do Brasil à criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, como o BRIC.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque não é prioridade da política externa brasileira o ingresso na OCDE. Desde a década de 1990, o Brasil tem ampliado o seu relacionamento com a OCDE por meio de adoção de normativas e diretrizes alinhadas às da organização, além da participação como membro pleno ou observador em vários dos comitês da OCDE (Comitês do Aço, de Comércio, da Concorrência, da Agricultura, de Investimentos e Empresas Multinacionais e de Gestão Pública). Em 2007, a organização fez o primeiro convite de ingresso para o Brasil, no entanto, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a OCDE é um "clube dos ricos", e o ingresso brasileiro poderia reduzir a autonomia nacional quanto às políticas de desenvolvimento adotadas na esfera doméstica. Além disso, os altos custos tributários de adesão seriam prejudiciais ao Brasil. A experiência malsucedida do México, único país latino-americano, junto ao Chile, que integra a OCDE, seria ainda fator adicional contrário à campanha pela entrada do Brasil. O item está incorreto, igualmente, porque a participação brasileira no G8 não ocorre apenas ao lado da China, Índia, México e África do Sul, mas junto com o G20. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira, junto com outros países em desenvolvimento, defendia que o G20 fosse mais efetivo, sendo órgão mais representativo e legítimo para tratar de temas econômicos globais. Já era uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global em 2008, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos Presidentes e Primeiros-Ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda reunião. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional.

2: Certo. O item está correto (ver comentário do item 1)

3: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque o Brasil não defende a criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, mas sim a reforma dos órgãos de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e de voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada, aproximadamente, de 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Além disso, o item está incorreto porque o BRIC não é um mecanismo alternativo às instituições de Bretton Woods. O BRICS é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. O termo BRIC apareceu pela primeira vez, em 2001, em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economics BRICS*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar às economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. As primeiras reuniões entre chanceleres do BRICS ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007, e a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo. O BRICS tem uma vasta agenda, que toca temas políticos, econômicos, de cooperação intrabloco e securitários. Na esfera econômica, o grupo dá ênfase à reforma das instituições financeiras internacionais, além de focar em importantes temas políticos como a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, o combate ao terrorismo internacional, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável.

GABARITO 1E, 2C, 3E

12.5. Desarmamento e não proliferação

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando as posições assumidas pelo Governo brasileiro em relação ao desarmamento e a não proliferação de armas.

(1) A preocupação e o interesse com o desenvolvimento tecnológico autônomo levaram o Brasil a manter-se, entre os anos sessenta e oitenta do século XX, à parte dos principais regimes de nãoproliferação e de controle de tecnologias sensíveis, posição esta revista a partir dos anos noventa do século XX, em razão de imperativos políticos e econômicos ditados pela necessidade, de parte do Brasil, de redefinir as bases de sua inserção internacional e de garantir acesso a insumos essenciais ao seu desenvolvimento econômico e científico-tecnológico.

(2) Apesar de ter assinado e ratificado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e de submeter-se ao regime de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear, o Governo brasileiro tem-se revelado preocupado com o caráter discriminatório do TNP e com eventuais restrições ao desenvolvimento autônomo de tecnologia nuclear para fins pacíficos, o que justifica a recusa do Brasil em assinar o Protocolo Adicional ao TNP.

(3) Durante o período da Guerra Fria, embora distanciado dos principais focos de tensão e da corrida armamentista, o Brasil prestou importante contribuição, no plano conceitual, à discussão multilateral sobre desarmamento no contexto da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, tendo também atuado ativamente em tal matéria no contexto do Conselho de Segurança, nas ocasiões em que o integrou na condição de membro não permanente.

(4) As dificuldades e os atrasos no desenvolvimento do Programa Aeroespacial Brasileiro decorrem do bloqueio ao acesso às tecnologias imposto pelos países desenvolvidos e pelos regimes de controle de tecnologias sensíveis — como o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, não adotado pelo Brasil —, o que justifica os esforços do Governo brasileiro de procurar superar tais dificuldades por meio da cooperação sul-sul.

1: Certa. O Brasil participa ativamente de questões ligadas ao regime nuclear desde os anos 1930-40, principalmente, como fornecedor de matéria-prima, já que o país possui uma reserva importante de urânio. Durante os anos 1950, vários institutos de pesquisa foram criados e equipados com reatores experimentais, laboratórios e grupos de estudos, mostrando a intenção brasileira de obter tecnologia nuclear. A criação do **CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nos anos 1950**, ilustra este objetivo de fomentar a obtenção de tecnologia nuclear. Em **1952**, o Brasil faz um acordo com os EUA para a **cessão de materiais estratégicos em troca de tecnologia nuclear**. Como afirma o item, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico autônomo na área nuclear, deixou o Brasil à parte dos

maiores regimes de desarmamento. É importante lembrar que em 1971, durante o governo Médici, o Brasil assinou com os EUA um acordo para a construção de 3 usinas de energia nuclear em Angra dos Reis. Logo após o primeiro teste nuclear indiano, em 1974, os EUA começam a efetuar uma forte pressão para que o Brasil assinasse o **Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968**, utilizando do acordo de 1971 como um meio de pressão para alcançar seu objetivo. O Brasil, no entanto, durante o governo Geisel e sob o mandato do chanceler Azeredo da Silveira, já tinha consciência da necessidade de superação da dependência tecnológica, o que resultou na assinatura do **Acordo Nuclear Brasil--Alemanha de 1975** para transferência tecnológica nuclear para fins pacíficos. O acordo previa a construção de oito novas usinas nucleares e dava uma certa independência do Brasil em relação ao desenvolvimento tecnológico. A partir da década de 1990, no entanto, o Brasil redefine sua inserção internacional e assume uma postura menos defensiva na área nuclear. Os primeiros passos desta mudança de atitude brasileira foram o acordo entre Brasil e Argentina de 1985, conhecido como a Declaração de Iguaçu, com um objetivo conjunto de criar um Grupo de Trabalho Conjunto de alto nível, presidido pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países e firmar os compromissos de cooperação nuclear pacífica. Com a redemocratização brasileira, a nova Constituição de 1988 proíbe a existência de armas nucleares no Brasil. Durante os anos 1990, o Brasil cria a **ABACC (Agência Brasileira e Argentina de Contabilidade e Controle)**, que propõe um sistema duplo de salvaguardas; ratifica o Tratado de **Tlatelolco** de 1967, que cria uma zona livre de armas nucleares na América Latina em 1994, além de **ratificar o Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1998**, mostrando uma mudança importante de sua atuação política.

2: ANULADA. O item foi anulado, dada a designação incorreta da Agência Internacional de Energia Atômica, que no item está designada como Agência Internacional de Energia Nuclear. Segundo o CESPE, esta leitura prejudicou o julgamento do item, razão pela qual a banca examinadora decidiu pela sua anulação. Pode-se comentar, no entanto, os motivos da recusa brasileira em assinar o **Protocolo adicional do TNP**. O principal instrumento internacional multilateral de controle de armas nucleares é o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Dentro do acordo do TNP estava delimitada a possibilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) fiscalizar a produção nuclear dos Estados membros. Nos anos 1990, no entanto, depois da Guerra do Golfo e da descoberta de programas secretos de fabricação de armas nucleares no Iraque (que é signatário do TNP) e na Coreia do Norte, a AIEA percebeu a necessidade de instituir um instrumento para ampliar as capacidades investigativas da Agência. O **"Programa 93+2" ou Protocolo Adicional do TNP** começou a ser escrito em 1993 e tinha a intenção de ser implementado em dois anos (por isso o nome "93+2), no entanto, só foi aprovado em 1997. O Protocolo Adicional prevê a possibilidade de visitas surpresa aos Estados pela AIEA e o fim da necessidade de autorização ao Estado com 30 dias de antecedência para a entrada da agência. Além disso, o Protocolo também estabelece grande liberdade de trânsito para os fiscais e o controle de radioatividade para verificar se houve uso de material nuclear, o que antes não era permitido. O Protocolo adicional de 1997 é facultativo e não foi ratificado por todos os Estados Partes do TNP. A posição oficial brasileira para não assinar o Protocolo Adicional é que enquanto não houver progressos no desarmamento nuclear mundial, o Brasil não irá assinar. Além disso, o país já está comprometido pela sua Constituição de não desenvolver armas nucleares.

3: Certa. **A Comissão de Desarmamento das Nações Unidas** foi criada em 1952 pela resolução da Assembleia Geral sob o auspício do Conselho de Segurança da ONU e com um mandato para tratar sobre questões de desarmamento. A Comissão possui um corpo deliberativo com a função de considerar e elaborar recomendações em vários assuntos no campo do desarmamento e no acompanhamento das decisões deste setor. O Brasil trabalhou, como afirma o item, ativamente na Comissão de Desarmamento e no Conselho de Segurança, sempre adotando uma posição a favor do desarmamento e da não proliferação de armas nucleares.

4: Errada. O item está incorreto porque o Brasil faz parte de **Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis** desde 1995 e não houve bloqueio ao acesso de tecnologias, apenas o afastamento da cooperação internacional ao projeto brasileiro. O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) foi criado em 1987 pela França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos, com o objetivo de conter a proliferação de sistemas de transporte de armas nucleares, além de aviões especializados em transportar mísseis ou armas de destruição em massa. O Brasil começou a fazer parte do sistema em 1995 quando aderiu ao grupo e, consequentemente, assumiu certos compromissos, como o limite em desenvolver lançadores de alcance de 300 km. O **Programa Espacial Brasileiro** está sendo desenvolvido, desde 1961, quando se iniciou a formação de cientistas em ciências espaciais e o estudo sobre a infraestrutura física, como a utilização da Barreira do Inferno em Natal/RN. O primeiro esboço do Programa Espacial brasileiro foi, no entanto, elaborado em 1979 na Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Previa-se a construção de dois satélites de coleta de dados e dois de observação da Terra. Esses satélites seriam projetados e desenvolvidos pelo então Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado na época ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e lançados do Brasil pelos Veículos Lançadores de Satélites (VLS). O centro de lançamento seria estabelecido em Alcântara, no Maranhão, com posição privilegiada para tais atividades por estar próximo a linha do equador. O grande objetivo, na época, era adquirir a tecnologia de satélites e foguetes a partir de projetos simples e com o auxilio internacional, em especial da França. O caráter dual do projeto brasileiro (civil e militar), no entanto, afastou a parceria internacional, resultando em inúmeros atrasos no projeto. O primeiro satélite brasileiro, o Satélite de Coleta de Dados 1 (SCD-1), foi lançado em 1993 por um foguete americano, 14 anos após a decisão de construí-lo. Enfim, a falta da parceria internacional, somada a um contexto internacional desfavorável, além da falta de recursos e a indecisão governamental, atrasou os projetos. Em 1997 e 1998, ocorreram duas tentativas de lançamento do modelo do VLS, mas ambas as tentativas foram fracassadas. Em 1999, foi lançado, a partir da China, o primeiro Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbers-1). Uma nova tentativa de lançamento brasileira foi feita em 2003, novamente frustrada.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3C, 4E

(Diplomacia – 1998) O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional, em 1997, proposta de adesão brasileira a importante tratado internacional. Trata-se do:

(A) Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco).

(B) Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

(C) Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

(D) Tratado para a proibição dos testes nucleares.

(E) Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA para aplicação de Salvaguarda (Acordo Quadripartide).

A: Incorreta. O **Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe** (Tratado de Tlatelolco) foi assinado em 1967 e tem como objetivo criar uma zona livre de armas nucleares na América Latina. O Brasil ratificou esse tratado em 1968 e, segundo Moniz Bandeira, com a ressalva de que a proscrição das armas nucleares na América Latina apenas atingia a fabricação de artefatos para fins bélicos e permitia, portanto, o direito de possuir armas nucleares para "fim pacífico". Em 1994, depois de ter seu texto emendado e ratificado por todos os países latino-americanos, inclusive Cuba, o tratado entrou em vigor.

B: Incorreta. **Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis** (MTCR em inglês) foi formado, inicialmente, em 1987 pela França, Alemanha, Canadá, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Japão. Esse regime é

uma associação informal de países com propósito de não proliferação de vetores de armas de destruição em massa e estabelece controle de exportação de tecnologia. Há reuniões anuais do grupo. O Brasil passou a fazer parte do Regime em 1995.

C: Correta. O **Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)** foi criado em 1968 e entrou em vigor em 1970 com inicialmente uma validade de 25 anos. O TNP comporta quatro disposições principais, inscritas em seus 6 primeiros artigos:

- Os Estados que possuem armas nuclear se comprometem a não transferir as armas nem a tecnologia ligada a fabricação das mesmas;
- A energia nuclear deve servir unicamente a fins pacíficos e essas garantias serão coordenadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Reconhece o direito dos Estados Partes de desenvolver pesquisa, produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos (artigo 4)
- Os Estados se comprometem a iniciar negociações sobre medidas eficazes de promover o desarmamento nuclear geral e completo sob um controle internacional estrito e eficaz (artigo 6).

Em 1995, o TNP foi prorrogado por uma duração indefinida. Atualmente é um tratado quase universal e é o principal instrumento internacional na área de desarmamento e não proliferação nuclear. Conta atualmente com 189 Estados Partes. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou em 1997 a proposta de adesão brasileira ao Congresso e este foi ratificado em 1998.

D: Incorreta. Existem dois Tratados relacionados aos Testes Nucleares. O primeiro é de 1963, **Tratado para a Proibição Parcial dos Testes Nucleares (PTBT)**, que o Brasil ratificou em 1965. E o segundo é o **Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares** (CTBT) que foi criado em 1996 e ainda não entrou em vigor. O Brasil ratificou em julho de 1998.

GABARITO: C

12.6. Terrorismo

(Diplomacia 2007) Os atentados de 11 de setembro de 2001 recolocaram as questões relativas à segurança no topo da agenda internacional e suscitaram reações e percepções diferenciadas acerca da forma de enfrentar o terrorismo internacional. Acerca desse tópico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O Brasil solidarizou-se com os EUA e abriu-se à participação efetiva no combate global ao terrorismo, defendendo o fortalecimento das instituições multilaterais como medida válida para tal fim.

(2) Ao se opor às ações militares deflagradas pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, o Brasil restringiu seu engajamento no combate ao terrorismo internacional ao que determinam a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

(3) A alegação dos EUA de que a região da tríplice fronteira abriga indivíduos vinculados a organizações terroristas provocou maior aproximação do Brasil às posições daquele país no combate ao terrorismo e fortalecimento da cooperação bilateral entre Brasil e EUA.

(4) Ao enfatizar a necessidade de se fortalecerem os mecanismos multilaterais globais e regionais para o enfrentamento do terrorismo global, o Brasil não se opôs aprioristicamente a intensificar e aprofundar a cooperação com os EUA.

1:Certa. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT) que determina a entrega de relatórios anuais pelos Estados partes relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com a estipulação de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. O Brasil tanto na resolução, quanto na atuação no CAT mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional.

2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não manifestou oposição às ações militares no Afeganistão em 2001, mas lamentou o início da Guerra no Iraque em 2003, ambas lideradas pelos Estados Unidos da América. No entanto, ao contrário do que afirma o item, o Brasil não restringiu seu combate ao terrorismo internacional na Organização dos Estados Americanos ou no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral. Celso Lafer, então chanceler, negou logo a ideia do envio de tropas ao Afeganistão, relembrando a tradição brasileira de participar apenas em Operações de paz que não estão sob auspício do capítulo VII da Carta da ONU.

3: Errada. Em 2005, no relatório anual dos EUA sobre o controle internacional de narcóticos, a região da Tríplice fronteira entre Brasil, a Argentina e o Paraguai foi colocada em suspeita como região de atividade terrorista, sobretudo de financiamento. O Governo dos EUA decidiu apresentar formalmente nomes de pessoas e instituições que, em seu entendimento, estariam envolvidas em atividades supostamente ligadas ao financiamento do terrorismo. A apresentação da mencionada lista de nomes foi objeto de ampla discussão entre as delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e dos EUA, por ocasião da V Reunião do Grupo 3 + 1 sobre a segurança na Tríplice Fronteira, realizada em dezembro de 2006, em Buenos Aires. Ao contrário do que afirma o item, as denúncias americanas não provocaram uma maior aproximação entre o Brasil e a posição americana sobre terrorismo. O Governo brasileiro entende que, à luz das informações disponíveis, não há indícios da ocorrência, naquela região, de atividades ligadas ao terrorismo ou a seu financiamento. Tal posição é compartilhada pelos Governos da Argentina e do Paraguai, conforme o comunicado conjunto adotado ao final da reunião de Buenos Aires.

4: Certa. O item resume a posição do Brasil em matéria de segurança internacional e terrorismo. A defesa da centralidade do multilateralismo e do direito internacional – inclusive por meio de uma reforma ampliadora do CSNU – faz parte das posições brasileiras sobre o tema. Não obstante esta posição ganhar força durante a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão, a cooperação brasileira no trato com os EUA sobre o tema de terrorismo continuou vigorando.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Na presente década, o enfrentamento ao terrorismo internacional tornou-se preocupação de segurança na agenda global, impulsionado, em grande medida, pelos atentados de 11/9/2001 e pelas pressões norte-americanas por um firme engajamento da comunidade internacional em tal sentido. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) A recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional reflete a preocupação do país de contrapor-se às propostas e ações unilaterais norte-americanas nesse campo e de valorizar a cooperação multilateral no plano global e no regional.

(2) Ao ratificar a Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo firmada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o Brasil, de maneira pragmática, optou por concentrar regionalmente seus esforços de cooperação na luta contra o terrorismo, por não se considerar alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional.

(3) O Brasil acompanha a tendência contemporânea de privilegiar a repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo como dimensão importante da cooperação internacional para o enfrentamento ao terrorismo, participando na condição de membro do Grupo de Ação Financeira e do Grupo de Ação Financeira da América do Sul.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT), que determina a entrega por parte dos Estados partes de relatórios anuais relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com o estabelecimento de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, tanto na resolução, quanto na atuação no CAT, mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional. O Brasil afirma que a matriz do terrorismo está relacionada à questão social, isto é, o subdesenvolvimento gera terrorismo (e outros problemas), o que leva o Brasil a reconhecer apenas um grupo terrorista, a Al-Qaeda. Além disso, o país critica a forma unilateral como a questão é, às vezes, tratada, privilegiando fóruns multilaterais para tratar o tema. Vale ressaltar que a postura do Brasil com relação ao terrorismo pode ser verificada na Constituição de 1988: o art.4, VIII, afirma o repúdio ao terrorismo como um dos princípios chaves das relações internacionais brasileiras, e o art.5, XLIII, considera o terrorismo como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

2: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não optou por concentrar regionalmente seus esforços ao combate do terrorismo internacional, ao contrário, a atuação brasileira a nível global no combate ao terrorismo é destaque na ONU. Vale ressaltar que o Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral.

3: Certo. O item está correto já que o Brasil vê o combate à lavagem de dinheiro internacional como meio de ação contra o terrorismo. Nesse sentido, o Brasil participa de duas organizações intergovernamentais: o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e o Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFISUD). O GAFI/FATF foi criado em 1989 e é uma organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O objetivo da organização é elaborar políticas visando a gerar a vontade política necessária para realizar reformas legislativas e regulatórias nessas áreas. Já o GAFISUD é um órgão regional no estilo do GAFI/FATF que atua na América do Sul. É composto por 10 países-membros, 5 países-associados e diversas organizações observadoras. Seu propósito é estimular seus membros a combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo na região, por meio do compromisso de melhorar permanentemente as políticas nacionais e os mecanismos de cooperação internacional dos países da América do Sul. O Brasil é membros de ambos os grupos.

GABARITO 1E, 2E, 3C

12.7. A reforma das Nações Unidas

(Diplomacia 2007) Nos últimos anos, a reforma da ONU ganhou lugar de destaque na agenda global, mobilizando esforços diplomáticos de toda a comunidade internacional. No que concerne a esse processo de reforma, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Tendo alcançado consenso acerca de questões políticas e institucionais, como a redefinição das competências do Secretariado Geral, do Conselho de Segurança e das agências especializadas do Sistema Nações Unidas, o processo de reforma concentrasse, no presente, no tratamento de questões administrativas, financeiras e de recursos humanos, assumindo conotação preponderantemente técnica.

(2) O dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança e o exercício do veto por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança têm impedido o avanço das reformas.

(3) Com a eleição e a posse do novo Secretário-Geral da ONU, reabriram-se automaticamente as negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança, que haviam sido suspensas com o término do mandato de Koffi Annan.

(4) O estabelecimento do Conselho de Direitos Humanos e o da Comissão de Construção da Paz representam avanços concretos no processo de reforma da ONU.

1: Errada. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 192 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado '***Renewing the United Nations: a programme for reform***'. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo**

mais seguro: nossa responsabilidade comum", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice¤Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes -, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que um consenso sobre questões políticas e institucionais foi alcançado, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso (explicação abaixo).

2: Errada. A atual estrutura do **Conselho de Segurança** apresenta quinze membros: os cinco permanentes com poder de veto (Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França) e dez membros rotativos, eleitos para um período de dois anos, sem direito a reeleição. Em **2005**, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan apresentou o projeto ***"In larger freedom: towards development, security and human rights for all"***. O relatório apresenta **dois modelos de reforma**. O primeiro propõe a criação de seis novos assentos permanentes, mas sem direito a veto (de acordo com distribuição regional: dois para África, dois para Ásia, um para Europa e outros e um para América Latina e Caribe) e três assentos não permanentes, com mandato de dois anos, não renováveis. O segundo modelo propõe a criação de oito assentos não permanentes, com mandato de quatro anos e com direito a reeleição, e um assento não permanente nos moldes atuais (mandato de dois anos, sem reeleição). Foi apenas em setembro de 2008, pela primeira vez, que a Assembleia Geral aprovou por consenso, que os membros deveriam dar início a uma negociação para a reforma do Conselho de Segurança, mas que não produziu efeitos práticos. Além destas propostas, outras duas foram elaboradas em vista de reformar o Conselho de Segurança. Uma proposta foi feita pelo grupo formado **por Alemanha, Brasil, Índia e Japão (G4)**, que estão mais alinhados com a primeira proposta e têm feito demandas fortes por uma ampliação de assentos permanentes. O outro grupo, chamado **"Unidos pelo consenso",** reúne, no entanto, países que se opõe ao G4, como Itália, Espanha, México, Argentina, Paquistão e Coréia do Sul. Estes países defendem que para uma reforma legítima seria necessário o consenso mais amplo possível, afirmando que os modelos apresentados pelo painel representam propostas, mas não soluções finais e que, dentre as duas opções, o segundo modelo seria mais flexível e permitiria uma representação mais justa. O item está incorreto porque, apesar do dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança, em nenhum momento ocorreu uma votação no próprio Conselho para aprovar qualquer reforma, não ocorrendo o exercício do veto pela parte de nenhum membro permanente. A reforma do Conselho de Segurança tem que ser primeiramente votada na Assembleia Geral e, em seguida, aprovada pelo Conselho.

3: Errada. Desde 1995, na gestão de Boutros Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU, a reforma da ONU já estava em pauta com a criação do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Nações Unidas. Em 1996, foi criado um grupo que apresentou o primeiro relatório sobre o tema, intitulado ONU21 (ONU para o Século XXI). Durante o mandato de Kofi Annan, de 1997 a 2006, a reforma continuou sendo objeto de destaque, sendo desenvolvidos no período amplos debates que, além de discutir a modernização do sistema de trabalho da Organização, apresentaram vários projetos para reformar o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e diversos outros órgãos da instituição. O item está incorreto porque com o fim do mandato de Kofi Annan em 2006, não houve o encerramento das negociações sobre o tema. O sul-coreano Ban Ki-moon, que assumiu o posto em 2007, continuou a reforma como item prioritário na agenda da organização.

4: Correta. Em 2005, quando as Nações Unidas comemoraram sessenta anos, foi realizada uma reunião de Cúpula da Organização, com cerca de 170 chefes de Estado e de governo. Celebrada para rever a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Cúpula de 2005 também constituiu oportunidade para avançar o debate sobre reformas institucionais das Nações Unidas. As duas grandes decisões da Cúpula relacionadas à reforma da ONU foram a **criação da Comissão de Consolidação da Paz** e a transformação da **Comissão de Direitos Humanos em Conselho de Direitos Humanos**.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

13. O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

(Diplomacia – 2006) Ainda com referência ao cenário mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, julgue os itens seguintes.

(1) Bretton Woods, Dumbarton Oaks, Ialta, Potsdam e São Francisco foram algumas das mais importantes reuniões ocorridas na etapa final da Segunda Guerra, quando aspectos fundamentais da ordem econômica e política, a vigorar após a cessação das hostilidades, foram fixadas mediante arranjos diplomáticos e militares.

(2) Após o fim da Segunda Guerra, já em clima de paz, a Conferência de Bretton Woods criou duas importantes instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

(3) Impedir a conversibilidade das moedas e restringir as facilidades de câmbio, como instrumentos necessários ao equilíbrio das finanças mundiais, eram, em síntese, os principais objetivos determinantes para a criação do FMI, os quais marcam sua atuação até hoje.

(4) Há consenso entre os especialistas de que o fracasso do sistema financeiro criado em Bretton Woods decorre de seu conservadorismo original e de sua pouca criatividade, responsáveis pelos sucessivos sobressaltos e pelo crescente fechamento da economia mundial pós-1945.

1: Certa

CONFERÊNCIA	ANO	DESCRIÇÃO
Bretton Woods	Julho / 1944	Tinha o objetivo de regularizar e estabelecer regras internacionais para o sistema monetário e econômico mundial. Os acordos de Bretton Woods ficaram conhecidos pela fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e por estabelecer regras de uma política monetária com uma taxa de câmbio fixa ao dólar, cujo valor seria estabelecido a partir da paridade dólar-ouro, em uma base fixa de 35 dólares por onça do ouro.

Dumbarton Oaks	Outubro / 1944	Conferência realizada nos Estados Unidos. Marca os acordos entre China, Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS sobre os objetivos, estrutura e funcionamento de uma possível organização mundial, que viria a ser a ONU em 1945. Foi uma reunião de caráter prático que estabeleceu as bases da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e da Corte Internacional de Justiça, além do Secretariado, que foi também previsto. O método de voto do Conselho de Segurança não foi decidido durante estas reuniões, mas foi elaborado um primeiro rascunho do que seria a Carta da ONU.
Ialta	Fevereiro / 1945	Consagrou a divisão entre aliados ocidentais e a União Soviética. Participaram da Conferência, realizada na região da Ucrânia, com a presença Franklin Roosevelt (EUA), Josef Stalin (URSS) e Winston Churchill (Grã-Bretanha). Ialta ficou conhecida pela repartição informal das zonas de influência entre Leste e Oeste. A conferência marcou a influência da URSS na Europa Oriental – a imposição soviética sobre a Romênia e a Bulgária acelerou o pessimismo de Roosevelt e Churchill durante a conferência.
São Francisco	Abril / 1945	Marca o nascimento da Organização das Nações Unidas e teve a presença de 50 Estados, entre os países que haviam declarado guerra à Alemanha e ao Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Foi assinada a Declaração das Nações Unidas, que se tornou um dos grandes instrumentos de regulação das relações internacionais, com 19 capítulos e 111 artigos
Potsdam	Entre julho e outubro / 1945	A Conferência de Potsdam reuniu URSS, EUA e Grã-Bretanha e marcou a divisão da Alemanha em 4 áreas de influência e estabeleceu uma ordem pós-guerra. Potsdam cuidou também da questão da Polônia e das tropas de Stálin que se instalaram no país. Vale lembrar que, em Potsdam, Churchill é substituído por Clement Atlee, e Roosevelt por Henry Truman.

2: Errada. O item está incorreto porque a Conferência de Bretton Woods não ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial, mas em julho de 1944, um ano antes do fim da guerra. Como afirma o item, duas importantes instituições foram criadas durante a Conferência: o **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (**BIRD), que foi criado para promover o desenvolvimento econômico a longo prazo trabalhando também com o financiamento de projetos de infraestrutura. A expressão Banco Mundial designa unicamente o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial compreende além do BIRD e da AID, outras três agências: a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (AMGI) e o Centro Internacional de Solução de Controvérsias relativos a Investimento. A outra instituição criada pelos Acordos de Bretton Woods foi o **Fundo Monetário Internacional**, que tem como objetivo prevenir crises econômicas mundiais e remediar problemas no balanço de pagamentos dos países membros. Ambas as instituições são agências especializadas das Nações Unidas e exercem funções complementares.

3: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o FMI, criado em 1944, adotou um modelo de câmbio fixo e estipulou uma conversibilidade do dólar em termos de ouro. A manutenção das taxas de câmbio, que estariam atreladas ao dólar, poderia ser ajustada, com o acordo do FMI, para corrigir problemas de "desequilíbrio fundamental" na balança de pagamentos dos países membros da organização. Além de estimular um padrão na conversibilidade de moedas, o FMI propunha a equilíbrio entre as moedas. Como os EUA eram o único país superavitário no período entre guerras e porque ele possuía mais 2/3 das reservas mundiais de ouro, o dólar americano passou a desempenhar função de moeda central do sistema. Em 1971, no entanto, Richard Nixon estipulou o fim da paridade dólar-ouro e ocorreu o fim do sistema Bretton Woods e do sistema de câmbio fixo.

4: Errada. Apesar do fim do sistema Bretton Woods em 1971, com o fim da paridade dólar-ouro, o sistema foi essencial para a estabilização e o controle do sistema financeiro internacional durante o pós-Guerra. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo de uma ordem monetária completamente negociada que tinha como objetivo regulamentar a governança monetária global, estabelecendo um sistema inovador de regras, instituições e procedimentos. Não obstante, o fim do sistema de paridade ouro-dólar em 1971, a regulação do sistema financeiro mundial e importantes financiamentos na área de desenvolvimento continuam a ser feitos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – instituições que nasceram do sistema Bretton Woods. Além disso, após 1945, não houve fechamento da economia mundial, mas uma maior abertura.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2004) Em face das info rmações apresentadas no texto acima e considerando aspectos históricos marcantes do sécu l o XX, contingenciadores da política internacional praticada no período, julgue os itens seguinte**s.**

(1) Em 1944, representantes de 44 países – entre os quais o Brasil – reuniram-se em *Bretton Woods* com o objetivo e criar mecanismos que livrassem o mundo de crises globais, a exemplo da decorrente Primeira guerra e, em especial, da Grande depressão dos anos 30.

(2) No pós-Segunda guerra e ao longo dos anos 50 do século XX, coincidindo com a "época de ouro" mencionada no texto, o sistema de *Bretton Woods* funcionou sem maiores atropelos. Contudo, na década de 60, ele começou a ser fortemente pressionado em função, sobretudo, do déficit em conta-corrente que os EUA passaram a registrar, processo acelerado em larga medida pelas despesas com a guerra no Vietnã.

(3) Em 1973, a guerra entre árabes e judeus é um dos símbolos do fim da "era de ouro". Sofrendo os efeitos da desvalorização do dólar decidida em 1971 (governo Nixon) e ante o apoio norte-americano a Israel, os países árabes quintuplicavam o preço do barril de petróleo, o que gera efeitos devastadores nas economias ocidentais.

(4) Em que pese a agressiva retórica protecionista expressa por quase todos os países, as duas ultimas décadas do século passado assistem à plena abertura dos mercados. Era a economia deixando de ser internacional para se tornar efetivamente mundial, o que exigiu o fim de instâncias reguladoras do comércio, como foi o caso do GATT.

(5) Em uma economia que se globaliza rapidamente, a formação de blocos regionais é justificada como

caminho adequado à melhor inserção internacional de seus integrantes. Nessa perspectiva, a União Européia, criada já como mercado comum pelo Tratado de Roma, de 1957, é o melhor exemplo de integração rápida, abrangente e completa que se conhece.

1: Certa. Os **acordos de Bretton Woods** estabelecidos em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, permitiram a reforma do sistema monetário e financeiro global, impondo o dólar ao conjunto do sistema capitalista e criando o **Fundo Monetário Internacional (FMI),** para financiamento temporário de países em crise na balança de pagamentos; e o **Banco Mundial**, com objetivo de financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Uma terceira organização que regulamentaria o comércio internacional deveria ser criada durante a reunião, mas os Estados não chegaram a um acordo final, estipulando o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) como o instrumento regulatório do comércio (este não era uma organização, mas apenas um acordo entre partes). A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi apenas criada em 1995. Durante a reunião de *Bretton Woods* dois protagonistas principais expuseram seus projetos: **John Maynard Keynes**, que dirigia a delegação britânica, e **Harry Dexter White**, da delegação americana. Keynes propunha a criação de um sistema monetário mundial fundado sobre uma unidade de reserva nãonacional, conhecida como "bancor". Venceu, no entanto, a proposição americana de fundar uma instituição capaz de avaliar a condição econômica dos Estados, adotando um mecanismo multilateral de regulação, baseado em taxas de câmbio fixas (mas adaptáveis) e garantindo o socorro dos Estados em caso de crise da balança de pagamentos. A unidade monetária adotada pelo sistema *Bretton Woods* foi o dólar americano, que seria conversível ao ouro – o preço em dólares do ouro seria de US$35 por onça. O **Brasil** foi um dos 44 países que participaram da reunião de *Bretton Woods*, tendo como chefe da delegação brasileira o Ministro da Fazenda Arthur da Souza Costa, e como delegados Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões.
2: Certa. Como afirma o item, durante os anos 1950, o sistema de *Bretton Woods* funcionou sem maiores atropelos. Todavia, os acordos não estipulavam nenhum controle limitando quantitativamente a emissão de dólares americanos. Para que o dólar cumprisse sua função de moeda com circulação internacional, os Estados Unidos tiveram que incorrer a constantes **déficits na balança de pagamentos**, exportando uma alta quantidade de capital para atender as necessidades de liquidez mundial. A enorme evasão de capitais dos EUA durante reconstrução europeia e um forte índice de inflação, causado principalmente pela recorrente criação de moeda durante a **Guerra do Vietnã** e da **necessidade de manter a liquidez mundial**, trouxe, a partir dos anos 1960, certa desconfiança sobre o dólar como ativo de reserva de valor internacional. Ainda, existia um descontentamento dos países europeus sobre a hegemonia da moeda americana. Alguns Estados começaram a adotar o ouro como reserva de valor e criaram alternativas como o Direito Especial de Saque, moeda definida pelo FMI em paridade com o ouro (1968). Em 1971, Richard Nixon decretou o fim da paridade dólar-ouro, o que levou ao **fim do sistema *Bretton Woods*.**
3: Certa. Os conflitos entre árabes e israelenses se multiplicaram no decorrer do século XX e tiveram forte importância na definição da geopolítica do Oriente Médio. A **Guerra dos Seis Dias, de 1967**, foi um dos principais conflitos e resultou na tomada pelos israelenses da Faixa de Gaza, da Península do Sinai, da Cisjordânia, de Jerusalém oriental e dos planaltos do Golan. A **Guerra de Yom Kippur**, em **outubro de 1973**, foi, de certa maneira, uma resposta à Guerra dos Seis Dias. O conflito estabeleceu uma ofensiva generalizada na península do Sinai e no Golan que envolveu os principais países árabes da região contra o Estado de Israel. Os Estados Unidos apoiaram o Estado de Israel na ofensiva e, como arma política, a **Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPEP)** decidiu, em 1973, determinar medidas econômicas com o objetivo de isolar Israel no conflito e forçar sua saída dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. Entre as medidas estavam a decisão de **aumentar em 70% o preço do barril de petróleo** e a redução em 5% da produção, a cada mês que Israel se mantivesse nos territórios ocupados. Essa ação ficou conhecida como o **Primeiro Choque do Petróleo** e gerou uma forte estagnação nas economias ocidentais, acentuada principalmente pela desvalorização do dólar em 1971, no Governo de Richard Nixon.
4: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque a abertura econômica dos mercados nas décadas de 1980 e 1990 não foi plena. O Brasil, por exemplo, durante sua história econômica, assumiu posturas ora protecionistas ora liberais, de maneira a administrar questões internas como déficits na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas. Durante os anos 1990, o país abriu sua economia, mas mesmo assim manteve algumas alíquotas e tarifas de importação. Igualmente, **não houve qualquer exigência para o fim de instâncias reguladoras do comércio ou para a extinção do GATT**. Ao contrário, nos anos 1980, a diversificação das trocas comerciais estimulou o início das negociações da Rodada do Uruguai, em 1986, que resultariam na **Organização Mundial do Comércio,** fundada pelos Acordos de Marraqueche em 1995 – criando um maior adensamento jurídico na área comercial. Além disso, mesmo depois da criação da OMC, o GATT não foi extinto, ele foi incorporado ao corpo jurídico da Organização e ficou conhecido como GATT 94.
5: Errada. A primeira parte do item está correta e corresponde a uma visão, recorrente durante os anos 1990, sobre as vantagens da formação de blocos regionais como melhor alternativa para uma inserção mais positiva no comércio internacional. Desta corrente surgiram diversas organizações regionais como o Mercosul (Mercado Comum do Sul), o Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e Apec (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico). No entanto, a segunda parte do item está incorreta quando afirma que a União Europeia foi criada pelo **Tratado de Roma de 1957**. O Tratado de Roma de 1957 criou a **Comunidade Econômica Europeia (CEE),** que institui uma união aduaneira entre seus membros e apenas previa a criação de um mercado comum. A União Europeia foi instituída apenas em 1992, com o Tratado de Maastrich, que fortificou a união econômica entre os membros da União e criou uma unificação política entre o bloco. Não obstante a União Europeia ser o exemplo de integração mais completa que se conhece, ela não é exemplo de um processo de integração rápido, já que o processo se desenrolou desde os anos 1950 até hoje, passando por diversas etapas de integração.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 1999) Uma das características centrais da ordem internacional em gestão é a formação de agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo, ou já implementaram, a liberação (desagravação tarifária) do fluxos de comércio intrazona. Selecione, a seguir, a única alternativa que lista agrupamentos que se enquadrem na descrição acima:

(A) Mercosul, OMC, UE.
(B) UE, APEC, UNCTAD.
(C) NAFTA, APEC, OMC.
(D) Mercosul, APEC, OCDE.
(E) Mercosul, UE, NAFTA.

A: Incorreta. Neste item, tanto o Mercosul (Mercado Comum do Sul) quanto a UE (União Europeia) são grupos regionais que propõem a desagravação tarifária. A OMC (Organização Mundial do Comércio), no entanto, não é uma formação de agrupamentos econômicos regional, é uma organização internacional que lida com assuntos de comércio.
B: Incorreta. Neste item, tanto a UE e a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são blocos regionais e têm como um de seus objetivos a redução das taxas alfandegárias. A UNCTAD é (United *Nations Conference on Trade and Development*), no entanto, um **órgão das Nações Unidas** e um fórum de deliberação econômica.
C: Incorreta. Neste item, tanto o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – grupo que engloba EUA, México e Canadá) quanto a

APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são organizações regionais que têm como um dos seus objetivos a desagravação das taxas alfandegárias. A OMC (Organização Mundial do Comércio), no entanto, é uma organização internacional que lida com assuntos relacionados ao comércio.
D. Incorreta. Neste item tanto o Mercosul (Mercado Comum do Sul – que engloba o Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina) quanto a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são blocos econômicos regionais que têm como um de seus objetivos a desagravação tarifária. A OCDE é (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no entanto, uma organização internacional que reúne as maiores economias do mundo e tem como objetivo a cooperação econômica entre estes países, não propondo a desagravação tarifária.
E: Correta. Desagravação tarifária é a progressiva diminuição das tarifas de um país em vista dos compromissos que tenha assumido nas negociações comerciais internacionais. Essa redução pode se dar por progressivas diminuições ao longo dos anos ou de uma só vez. Tanto o **Mercosul**, a **União Europeia** e o **NAFTA** são agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo a liberação de desagravação tarifária.
Gabarito "E"

14. A DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

(Diplomacia 2007) No período pós-Guerra Fria, observa-se crescente ativismo da ONU no tocante às operações de paz. Com relação à participação do Brasil nessas operações, assinale a opção correta.

(A) Com o fim da Guerra Fria, as missões de paz perderam sua conotação ideológica, o que permitiu ao Brasil delas participar, pela primeira vez, com o envio de observadores militares e policiais civis ao Timor Leste.
(B) Em consonância com os princípios norteadores de sua política externa e de sua tradição diplomática, o Brasil privilegia o engajamento em missões que objetivam coibir graves violações dos direitos humanos, prevenir genocídios e prestar assistência em crises humanitárias.
(C) O exercício do comando político e militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) consolida a liderança e a intensa participação brasileira em missões de paz.
(D) Com o fim da Guerra Fria, a participação brasileira nas missões de paz da ONU intensificou-se em relação às décadas anteriores e tornou-se mais diversificada quanto às formas de colaboração prestada e às responsabilidades assumidas.
(E) O Brasil restringe sua participação a missões conduzidas em países em que não existam quaisquer interesses brasileiros em questão.

A: Incorreta. Durante a Guerra Fria, com o mundo dividido em dois blocos antagônicos, o veto recorrentemente paralisava o processo decisório do Conselho de Segurança, trazendo uma forte inoperância do sistema de segurança coletiva previsto na Carta das Nações Unidas. O item está incorreto porque durante o período de 1947 e 1987, foram criadas 13 Operações de Paz, e o Brasil participou de 6 destas operações, entre a primeira missão realizada em Suez em 1957. Com o fim da Guerra Fria, a distensão política entre a URSS e os EUA teve impacto no papel das Nações Unidas no setor de segurança e um período de forte atividade da ONU no campo da manutenção da paz, ocorrendo desde 1988 mais de 48 operações de paz. O Brasil efetivamente, como afirma o item, participou das Missões de Paz no Timor Leste que ocorreram em 1999 (UNTAET) e 2002 (UNMISET).
B: Incorreta. De acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a função de manter a paz e a segurança internacional, podendo, caso necessário, utilizar de medidas que impliquem o uso da força, como no caso de graves violações aos direitos humanos e genocídios. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não tem tradição em participar de força multinacionais autorizadas pelo capítulo VII do Conselho de Segurança. O Brasil participou, no entanto, em algumas missões sob o auspício do capítulo VII, como a Missão ao Timor Leste em 1999.
C: Incorreta. A MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) representa uma mudança quanto à participação brasileira em Operações de Paz. Tradicionalmente, o Brasil participa enviando tropas e militares, sem qualquer posição de liderança. O item está incorreto porque o exercício do comando de uma missão de manutenção de paz é um fato único na história brasileira neste tipo de operação.
D: Correta. Com o aumento do número de Operações de paz ao final da Guerra Fria, a participação do Brasil também aumentou consideravelmente no período (ver lista abaixo). Durante os anos 1960, a contribuição brasileira estava concentrada principalmente na cessão de militares, por exemplo, no envio de tropas para atuar no Egito (UNEF I) e na prestação de serviços de apoio aéreo no Congo (ONUC). Durante os anos 1990, no entanto, a contribuição brasileira ganhou um novo impulso, colocando a disposição das operações, civis e militares procedentes dos Três Poderes e dos Estados e Distrito Federal, além da cessão de 11 oficiais das Forças Armadas para servir no Departamento de Operações de Paz da ONU.
E: Incorreta. O item está incorreto porque uma das características da participação do Brasil em missões de paz é que ela se dá principalmente em países da América Latina e em países de língua portuguesa. Mesmo se esta ideia não é uma regra da atuação brasileira, ela reflete uma ligação cultural, linguística e de aproximação que mostrariam o interesse brasileiro nesta atuação. Durante a década de 1990, a política externa brasileira foi marcada pela ampliação de sua atuação regional e o aumento nas Operações de Paz mostra coerência na busca deste objetivo.
Missões de Paz que o Brasil participou com efetivo policial ou militar:
UNEF I (Faixa de Gaza/Sinai) -1956
ONUCA (Congo) -1960
UNSF (Nova Guiné Ocidental) -1962
UNFICYP (Chipre) – 1964
UNIPOM (Índia / Paquistão) – 1965
DOMREP (República Dominicana) – 1965
UNAVEM I /II /III (Angola) – 1988 /1991 / 1995
ONUCA (América Central) - 1989
ONUSAL (El Salvador) – 1991
UNPOFOR (Ex-Iugoslávia) – 1992
UNTAC (Camboja) – 1992
ONUMOZ (Moçambique) – 1992
UNOMIL (Libéria) – 1993
UNAMIR (Ruanda) – 1993
UNIMUR (Uganda-Ruanda) – 1993
UNCRO (Croácia) 1995 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNPREDED (República Ex-Iugoslávia da Macedônia) 1995
UNTAES (Croácia)1996 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMOP (Península de Prevakla) 1996
MINUGUA (Guatemala) 1997
MONUA (Angola) 1997
UNTAET (Timor Leste) 1999 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMISET (Timor Leste) 2002 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMIL (Libéria) 2003 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
MINUSTAH (Haiti) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNOCI (Costa do Marfim) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
Gabarito "D"

Sugestão: "O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas" de Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoyra (editora FUNAG) "O Brasil e as operações de Paz" Eugênio Diniz In. Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas. (Editora Saraiva)

15. O BRASIL E AS COALIZÕES INTERNACIONAIS: O G-20, O IBAS E O BRIC

(Diplomacia 2009) Reformas nas instituições políticas e econômicas internacionais têm sido objeto de debate bem como têm aumentado as articulações entre diversos grupos de países. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) A ampliação do G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo, aos quais se juntou a Rússia, tem sido cogitada por diversos países, mas enfrenta a resistência dos próprios membros do G-8, que não têm aceito manter mecanismos de diálogo com países em desenvolvimento.

(B) O grupo informal de países denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), embora citado em análises e estudos econômicos, ainda não propôs ações conjuntas nem promoveu encontro dos quatro países integrantes, agrupados sob sigla criada por economistas de um banco de investimentos internacional.

(C) O G-20 financeiro, que reúne as maiores economias industrializadas e emergentes do mundo, totalizando cerca de 85% do PIB mundial, foi criado em 2008 para discutir a crise econômica global.

(D) Órgão máximo da ONU responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança tem sido arguido quanto a representatividade e eficácia, situação agravada pelo fato de o Conselho não poder tomar decisões nem agir em nome de todos os Estados-membros da Organização.

(E) Criado em 1944, na Conferência de *Bretton Woods*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) dispõe de um processo decisório concentrado nos países que detêm maior número de quotas no Fundo, o que acarreta desequilíbrio entre a representação dos interesses desses países e a dos países em desenvolvimento.

A: Incorreta. O grupo denominado G8 nasceu em 1975, durante a presidência francesa de Valéry Giscard d'Estaing, que convidou os líderes da Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Itália para uma reunião no castelo de Rambouillet perto de Paris. O objetivo da reunião, na época, era discutir dos temas internacionais da atualidade, como a crise mundial do petróleo, em uma reunião informal. Foi decidido, na época, que o evento seria anual e o Canadá foi convidado no ano seguinte (G7). Em 1997, a Rússia se juntou ao grupo, transformando-se no grupo dos sete países mais desenvolvidos, mais a Rússia – exatamente como afirma o item da questão. O G8 era um grupo informal de coordenação que discute temas de interesse global. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira – junto com outros países em desenvolvimento – defendia que o G20 seria mais efetivo. O item está incorreto porque **não houve resistência dos membros do G8 quanto à participação de países em desenvolvimento no processo de coordenação global**. Já era mesmo uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos presidentes ou primeiros-ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional. O Grupo dos 20 inclui, além dos membros do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), os quatro membros da categoria dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e mais África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e União Europeia.

B:Incorreta. Como afirma o item, o BRICS (antigamente denominado BRIC) é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. Os cinco países são considerados potências emergentes, contando com 40% da população mundial e estando entre as 10 maiores economias mundiais. O termo BRIC apareceu pela primeira vez em 2001 em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar as economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. Além disso, o estudo previa que as quatro economias compreenderiam mais de 14% da produção mundial até o fim da década. Em 2011, eles já correspondem a 19% da produção global. As primeiras reuniões entre chanceleres dos BRIC ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007. O item está incorreto porque desde 2009, o BRIC organiza Cúpulas anuais, com a presença de Chefes de Estado e Governo, com o objetivo de discutir temas globais e estabelecer uma convergência de posições sobre temas diversos. A primeira cúpula ocorreu em Yekaterinbourg, na Rússia, em junho de 2009. A segunda Cúpula ocorreu em abril de 2010, em Brasília, conjuntamente com a IV Reunião de chefes de Estado e de Governo do Ibas. Durante esta Cúpula, houve uma institucionalização das cúpulas anuais dos BRIC e a convergência em diversos temas, como políticos e econômico-financeiros. Em abril de 2011, ocorreu a III Cúpula dos BRICS em Sanya, na China, que foi a primeira Cúpula desde a adesão da África do Sul em dezembro de 2010.

C: Incorreta. O item está incorreto porque desde 1999 os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 principais economias do mundo reuniam-se regularmente para examinar questões sistêmicas da economia global – formando o que é conhecido como G20 financeiro (para diferenciá-lo do G20 comercial formado no âmbito da OMC). Com a crise financeira de 2008-2009, por iniciativa brasileira, o grau de representação do grupo foi elevado a encontro em nível de chefes de Estado e Governo. Assim, em novembro de 2008, foi realizada em Washington a I Cúpula de Líderes do G-20, evidenciando a importância que o Grupo havia conquistado. A legitimidade do agrupamento materializou-se com a designação, em Pittsburgh, em setembro de 2009, do G-20 como principal foro para debate de temas econômico-financeiros. (Resumo Executivo Política Externa 2003-2010).

D: Incorreta. De acordo com o **Capítulo V** da Carta das Nações Unidas, que discute as funções e poderes destinados ao **Conselho de Segurança** (CS), o CS, com o objetivo de assegurar a pronta e efetiva ação em matéria de manutenção da paz e da segurança, **tem conferido por todos os Membros da Organização das Nações Unidas o poder de tomar resoluções**, que estão de acordo com os princípios e propósitos das Nações Unidas, e estas decisões tem força vinculante sobre os membros da ONU (artigo 24, 25 e 26 da Carta das Nações Unidas). O item está, portanto, incorreto, mesmo que exista atualmente um debate sobre a legitimidade de ação do Conselho, que possui apenas 5 membros permanentes e com poder de veto.

E: Correta. O **sistema de voto no Fundo Monetário Internacional**, criado em 1944 com os Acordos de *Bretton Woods*, não segue o padrão de alguns organismos internacionais, "um país, um voto", e utiliza de um sistema de **voto ponderado** – quanto maior a quota-parte do país no FMI (determinada pela magnitude do PIB do país), maior capacidade de voto possui esse país dentro do Fundo. As quotas determinam, portanto, de quanto será o pagamento para que o país possa ingressar no FMI, a magnitude do financiamento que esse país pode receber e seu número de votos no organismo. Quanto maior for o PIB, maior pode ser a quota – os Estados Unidos de América, por exemplo, possuem

a maior quota-parte do FMI, atualmente em 17,5% do total de quotas; já Palau, a menor economia do Fundo, possui 0,001% das quotas. Há uma revisão geral das quotas a cada 5 anos, mas para que seja aprovado o aumento de quotas para determinado país é necessária a aprovação de 85% dos votos (os EUA, consequentemente, são o único país com poder de veto, já que tem 17,5% de quotas-parte). A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada de aproximadamente 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Juntamente com Rússia, Índia e China, os países que formam o Bric, o Brasil passará a figurar entre os dez maiores quotistas do FMI. Trata-se de passo significativo na direção de um FMI mais representativo do peso dos países em desenvolvimento.

Gabarito "E"

16. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

(Diplomacia 2007) Nos últimos anos, a política externa brasileira tem enfatizado a importância do diálogo político e da cooperação sul-sul em resposta às disparidades de poder e às crescentes assimetrias internacionais. A respeito das iniciativas brasileiras voltadas para o diálogo político e a cooperação sul-sul, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O Brasil prioriza parcerias que reflitam afinidades e laços históricos e culturais, razão pela qual os países lusófonos apresentam-se como os mais importantes parceiros e interlocutores dos brasileiros no presente.

(2) Por atenderem prioritariamente ao interesse da promoção do desenvolvimento, as iniciativas brasileiras de cooperação privilegiam ações econômicas.

(3) As ações brasileiras tanto se amparam em eixos bilaterais quanto se desenvolvem por meio de coalizões e arranjos de alcance e composição variáveis.

(4) As ações de cooperação brasileiras conjugam temas tradicionais — econômicos, técnicos e científicos — com o tratamento de questões como inclusão e equidade social, combate à fome e à pobreza, segurança alimentar, promoção de direitos humanos e igualdade de gênero.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque apesar do Brasil dar ênfase às parcerias com países de língua portuguesa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, esses países não se apresentam como os mais importantes parceiros e interlocutores do Brasil no momento. A política Sul-Sul, como consta na questão, é uma das grandes prioridades do governo e trata-se de estabelecer uma maior cooperação entre países em desenvolvimento, também conhecida como **cooperação horizontal**. A cooperação Sul-Sul define-se, portanto, na atuação da cooperação brasileira em diferentes continentes, como a África, América do Sul e Caribe, Oceania e Ásia, sem priorizar necessariamente os países de língua portuguesa.

2: Errado. Embora a cooperação sul-sul brasileira também prime pelo desenvolvimento via ações econômicas, o Brasil prioriza a adoção de atuações não comerciais no âmbito de sua ação sul-sul, como forma de promover a autonomia dos parceiros envolvidos no processo. As ações de cooperação internacional consistem na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos e eventual doação de equipamentos e materiais. Além das áreas tradicionais de interesse brasileiro, como agricultura, educação, treinamento técnico e meio ambiente, o Brasil aumentou suas iniciativas na área de prevenção do trabalho infantil e em áreas sociais que envolvem violência social, pobreza, direitos humanos, igualdade de gênero, além de assuntos relacionados a cidadania e inclusão digital.

3: Certo. O item está correto já que, embora a vertente bilateral Sul-Sul seja a modalidade prioritária de cooperação técnica prestada pelo Brasil, parcerias triangulares com organismos internacionais também são possíveis. Em ambos os casos, cooperação bilateral ou triangular, a cooperação deve incluir os princípios da cooperação sul-sul brasileira, ou seja, "*demand driven*", incondicionalidades, uso de recursos locais e serem sem fins lucrativos. O Brasil já desenvolve cooperação técnica trilateral com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a Austrália, o Reino Unido e a França. Desenvolveu projetos com o Canadá e a Espanha. Assinou recentemente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica trilateral com Israel, Egito e Austrália. O Brasil desenvolve também cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, tais como OIT, FAO, PMA, UNFPA, UNESCO e UNODC.

4: Certo. Este item está correto e resume a vocação da cooperação brasileira, que é conduzida e financiada, principalmente, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação Sul-Sul inicia-se por meio de demandas à ABC por Governos estrangeiros ou Organismos Internacionais. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. A Agência atua hoje com mais de 70 instituições brasileiras assim que as embaixadas do Brasil e embora a maioria das demandas de cooperação esteja concentradas nas áreas de agricultura, saúde, educação e formação profissional, o leque de projetos da ABC na África, por exemplo, contempla outras áreas como tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, direitos humanos, desenvolvimento urbano, cultura, esportes, entre outros. Hoje a ABC conta com 81 projetos.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

17. QUESTÕES COMBINADAS

(Diplomacia – 2004) É a partir de 1968 (II Unctad) que o Brasil passou a expressar apoio mais denso aos foros multilaterais, movido pela convicção de ser essa atitude o "meio de neutralizar ou reduzir o considerável poder de coerção das superpotências e grandes poderes nas relações internacionais", como assinalou Antonio Augusto Cançado Trindade. Já para Clodoaldo Bueno, a continuidade seria o elemento definidor da política multilateral brasileira, a expressar o reconhecido grau de profissionalismo do Itamaraty. Para ele, a diplomacia brasileira teve tradicionalmente na ONU uma participação constante e cooperativa, fazendo do tema do desenvolvimento uma de suas preocupações centrais. A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem, relativos à inserção internacional do Brasil.

(1) A aproximação entre Argentina – governo Alfonsín – e Brasil - governo Sarney –, em meados dos anos 80 do século XX, foi o passo inicial para constituição do futuro Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e se deu em um contexto de crise econômica nos dois países recém-saídos de ditaduras militares.

(2) Ao se afastar, em 2003, das tratativas em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), abrindo mão de co-presidir – com os EUA – a comissão negociadora do megabloco continental, o Brasil emitiu sinais claros de repulsa às práticas norte-americanas de subsídios, nomeadamente aquelas em vigor na área agrícola.

(3) A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contou com ativa participação do

Brasil, ocorreu em um contexto histórico amplamente favorável. Com efeito, é na década de 90 do século XX que a política brasileira pra a África mais se robustece, com o sensível incremento das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas entre o Brasil e os Estados africanos.

(4) Enquanto o binômio segurança-desenvolvimento pautou, em linhas gerais, a política internacional implementada pelo regime militar, conferindo-lhe caráter mais defensivo, com a redemocratização do país, em meio ao novo cenário mundial surgido a partir de fins da década de 80 do século XX, o Brasil tratou de ampliar sua presença multilateral. Exemplos dessa estratégia seriam, entre outros, a realização da Eco-92 – Rio de Janeiro – e a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

(5) Retraída no combate às práticas protecionistas dos países e blocos economicamente mais fortes, a atuação brasileira na OMC é dura na oposição às medidas unilaterais. Já no âmbito da ONU, defende um Conselho de Segurança mais democrático, embora ainda não demonstre desconforto quanto à forma pela qual ele foi organizado, quando da criação das Nações Unidas, refletindo a *realpolitik* do sistema bipolar.

1: Certa. Os anos 1980 e 1990, contexto de crise econômica na América Latina e redemocratização dos regimes políticos da região, marcaram a reaproximação entre a Argentina e o Brasil. Vários foram os instrumentos que respaldaram esta aproximação, entre eles a **Declaração de Iguaçu** - que tinha como objetivo sedimentar a aproximação econômica e política entre os países, e a **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear** - que sublinhava a vocação pacífica dos projetos nucleares dos Estados, ambas de 1985. No âmbito econômico, foi criada a **Comissão Mista Brasil-Argentina**, desenhada para propor possíveis formas de integração. Em 1986, o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)** – também conhecido como a Ata de Integração, inicia a abertura econômica setorial. Enfim, o **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988** estabelece um prazo para a integração completa das economias brasileira e argentina no prazo de 10 anos e será o marco inicial do futuro MERCOSUL.

2: Errada. A **ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas)** foi proposta durante a I Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994, com o objetivo de abolir barreiras tarifárias e não tarifárias entre os 34 países do continente americano. Em 2005, dada as disparidades dos indicadores econômicos, sociais e dos interesses e expectativas distintos nas negociações, foi decretado, durante a reunião de Mar Del Plata, na IV Cúpula das Américas, o encerramento das negociações. O item está incorreto porque em 2003 o Brasil ainda não tinha "se afastado das tentativas em torno da implementação de uma área de livre comércio nas Américas". Ao contrário, o governo do presidente Lula propôs, em **2003**, reequilibrar as negociações com base na visão da **"ALCA possível"**, em um processo negociado em "três trilhos": (1) um acordo "guarda-chuva" que enunciasse conjunto de direitos e obrigações equilibrados, aplicáveis aos 34 sócios, (2) acesso a mercados para bens, serviços e investimentos negociados "bilateralmente", entre diferentes países e blocos, e (3) a possibilidade de conclusão de acordos plurilaterais mais profundos em temas e setores específicos, por países que desejassem fazê-lo (MRE). Mesmo tendo conseguido um compromisso nestas linhas, não foi possível estabelecer a ALCA. O item possui outro erro quando menciona que o Brasil abriu mão da co-presidência da ALCA com os EUA. **Brasil e Estados Unidos exerceram a Co-Presidência** até a conclusão das negociações em 2005. A afirmativa "que o Brasil emitiu sinais claros de repulsa às práticas norte-americanas de subsídios", está correta, pois o país era contra a recusa dos negociadores da ALCA em negociar subsídios agrícolas, e, entre outros, foi um dos motivos para o fim das negociações em 2005.

3: Errada. Criada em 1996, a **CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)** constitui foro com três objetivos gerais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. O item está incorreto, porque a **década de 1990** não qualifica um incremento nas **relações Brasil--África**. Segundo José Sombra Saraiva, a primeira metade dos anos 90 foi de perplexidade para a diplomacia brasileira e de um refluxo em sua política africana. Contudo, na medida em que o MERCOSUL se consolidava e a África do Sul encerrava a era do *apartheid*, abriram-se novas possibilidades. Saraiva fala em «opções seletivas» em relação à política brasileira para a África nos anos 1990, afirmando que o Brasil, neste período, ampliou suas relações com países que exerciam certa liderança regional, por meio da qual seria possível atingir um maior número de países, sem a necessidade de estar presente em todos eles ao mesmo tempo, reafirmando a ideia de "Estado mínimo» que prevaleceu nos anos 1990. Neste sentido, a aproximação com a África do Sul de Nelson Mandela e a iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) configuraram como elementos estratégicos para retomar-se as antigas relações com a África Austral e com os países do Golfo da Guiné. Além disso, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o **fechamento dos postos diplomáticos** em Adis Abeba (Etiópia), Dar es Salam (Tanzânia), Iaundê (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia), o que demonstra que não houve incremento nas relações com o continente.

4: Certa. A partir da década de 1980, o **multilateralismo brasileiro** recrudesce para se tornar hegemônico em sua capacidade de determinação sobre a política externa brasileira (Amado Cervo). Como afirma o item, durante a ditadura militar a política externa brasileira tinha um viés multilateral mais defensivo e com um traço mais autônomo. O **fim da Guerra Fria** sugeriu ao Brasil uma mudança radical na sua forma de inserção internacional, promovendo uma mudança da atuação brasileira em relação aos próprios regimes internacionais. O Brasil começa, nos anos 1980, a ser mais participativo em questões como meio ambiente e direitos humanos, adotando uma postura mais coletiva no trato das relações internacionais. A diplomacia brasileira apresentou-se, portanto, nos foros multilaterais para denunciar, discordar, protestar e sugerir mudanças no sistema. Diante da perspectiva de um ambiente em transição, o **Brasil propõe, em 1989,** durante a abertura da 44ª Assembleia Geral das Nações Unidas, **a ampliação do Conselho de Segurança**, com o objetivo de aumentar a participação dos Estados periféricos nas decisões internacionais. A candidatura oficial brasileira ao Conselho de Segurança como membro permanente foi lançada em 1994 durante o governo Itamar Franco. Além disso, durante os anos 1980, o Brasil fez sua candidatura para sediar a **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992**.

5: Errada. O item está errado, primeiramente, porque não existe uma posição retraída brasileira na **Organização Mundial do Comércio** em relação ao combate de práticas protecionistas dos países e blocos economicamente mais fortes. Dentro do **Sistema de Solução de Controvérsias** (SSC) da OMC (sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional), o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). A maioria das disputas brasileiras na área comercial ocorreu em relação aos Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia, em oposição, principalmente, a medidas unilaterais de comércio. A segunda parte do item também está incorreta ao afirmar que o Brasil não demonstrava desconforto quanto pela forma que o **Conselho de Segurança** foi organizado na criação das Nações Unidas em 1945. Desde a existência de seu predecessor, o Conselho Executivo da Liga das Nações, a diplomacia brasileira exalta a meta de compor como membro permanente o órgão internacional de maior decisão. Durante os debates de **1944, em *Dumbarton Oaks***, o Brasil já buscava apoio à sua candidatura como membro pleno do Conselho de Segurança. Os EUA, na época, foram favoráveis à candidatura brasileira, contudo, a delegação britânica e a delegação soviética recusariam a presença

brasileira no Conselho. Para ambos, afora os quatro grandes – Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e China – seria considerada tão-somente a admissão da França.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Nas últimas décadas do século XX e até a crise financeira de 1997, o leste asiático foi o espaço mais dinâmico da economia capitalista, aumentando de forma geométrica sua participação na riqueza mundial. Naquela região do mundo, entretanto, a maior parte dos Estados nasceu no século XX, sobre bases territoriais, sociais e culturais milenares.

Na Europa, a unificação é, sem dúvida, o fenômeno contemporâneo que mais instiga o imaginário e estimula a crença no fim dos Estados nacionais. Afinal, foi ali que eles nasceram, nos séculos XV e XVI, junto com a própria idéia de soberania, mas não há nada que corrobore essa crença, no processo de unificação européia, porque ninguém ali está se propondo dissolver em uma globalidade abstrata e cosmopolita. Se há algum lugar no mundo — além da dramática decomposição de alguns quase--países africanos — onde se pode falar de Estados fracos ou fragilizados pelo processo de globalização financeira é no território dos chamados mercados emergentes, em particular na América Latina.

José Luís Fiori. 60 lições dos 90: uma década de liberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 39-40 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima e também considerando os múltiplos aspectos da ordem política e econômica do mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

(1) A crise do Estado nacional, de crescente visibilidade a partir dos últimos decênios do século XX, na proporção direta em que avulta a atuação das grandes corporações transnacionais, adquire em larga porção da Ásia dimensão ainda maior. Na base da explicação desse fenômeno, como deixa entrever o texto, reside o que alguns especialistas denominam de baixa densidade histórica, que se explicaria pelo fato de serem Estados recentes, constituídos apenas no século XX.

(2) Infere-se do texto que o projeto da União Européia, paciente e meticulosamente construído ao longo dos anos, em um processo ainda inconcluso que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial, volta-se para a criação de um superestado, que, sem dissolver seus integrantes "em uma globalidade abstrata e cosmopolita", tenha condições de concorrer pelo poder e pela riqueza mundiais, em um cenário global de acentuada competitividade.

(3) O último parágrafo do texto permite supor que o autor acredita que o modelo de inserção internacional praticado por vários países latino-americanos, a partir das duas décadas finais do século XX, tenha exposto suas economias a uma situação de acentuada vulnerabilidade externa, por desregulá-las e abrir suas fronteiras sem os indispensáveis mecanismos de proteção.

(4) No Cone Sul, o processo de integração que levaria ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) teve sua origem na aproximação argentino-brasileira, em meados da década de 80 do século XX, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Naquela conjuntura de crise econômica, ambos os Estados viviam os primeiros passos da experiência de recomposição da democracia após cerca de duas décadas de regime autoritário, sob o comando de militares.

(5) Em meio a inegáveis resultados positivos, o MERCOSUL ainda não conseguiu superar alguns obstáculos e, sob determinada ótica, resultou em pontos flagrantemente negativos. Entre esses, destaca-se o fato de que a notável ampliação do volume de trocas entre Brasil e Argentina acabou por hiperatrofiar o comércio entre o Brasil e os demais parceiros (Uruguai e Paraguai), além de, paradoxalmente, a integração regional ter reduzido o poder de barganha de seus membros — como bloco ou isoladamente — no competitivo mercado mundial.

1: Errada. Este item demanda a interpretação do texto pelo candidato. O item está incorreto, primeiramente, porque não há uma crescente crise do Estado nacional, apesar de existir um debate acadêmico importante sobre a globalização e os efeitos deste fenômeno em relação ao modelo estatal. Consequentemente, o fenômeno da crise do Estado não é observada na Ásia.

2: Certa. Este item demanda a interpretação do texto pelo candidato. O item está correto, já que se pode inferir do texto que a unificação europeia é ainda um processo inconcluso que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial e esta é uma organização supra-estatal.

3: Certa. Este item demanda também a interpretação do texto pelo candidato. O item está correto, já que autor ressalta a América Latina como uma região com forte vulnerabilidade externa, fragilizada pelo processo de globalização financeira.

4: Certa. Durante os anos 1980, houve uma importante aproximação política entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Em um contexto de crise da dívida latino-americana (o período ficou conhecido como a Década Perdida), o processo de redemocratização ajudou a estabelecer as bases de integração econômica que resultaram na criação do Mercosul em 1991. Os principais instrumentos para a integração política e econômica entre Argentina e Brasil no período são: a **Declaração de Iguaçu** de 1985, o **Programa de Integração e Cooperação Econômica** de 1986 e o **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** de 1988.

5: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque mesmo se houve um aumento do fluxo de comércio entre o Brasil e a Argentina, este fluxo não hipertrofiou o comércio entre o Brasil e os demais parceiros do MERCOSUL. Ao contrário, para os quatro países a importância do bloco como destino e origem de exportações e importações aumentou consideravelmente durante a década de 1990. Houve, portanto, um **real incremento do comércio intrabloco**. Igualmente, a integração regional não reduziu o poder de barganha dos membros, mas estimulou a participação do bloco no comércio internacional. O estabelecimento de um comércio ampliado entre o bloco, a Bolívia e o Chile e os acordos de livre comércio entre o Mercosul e diversos países e agrupamentos regionais - Comunidade Andina, Israel, Palestina, Egito - mostra a capacidade do bloco em negociar acordos comerciais internacionais em conjunto. O início das negociações entre o Mercosul e a União Europeia, em 1995, patenteia uma identidade internacional do Mercosul e a capacidade de barganhar em conjunto.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Em relação ao processo de globalização e às características do sistema internacional contemporâneo, julgue os itens a seguir.

(1) Com o objetivo de realizar a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o processo de globalização vem sendo conduzido pela ONU de modo multilateral, sobretudo com o avanço das discussões entre as potências.

(2) A globalização é caracterizada pela supremacia econômica, cultural, política e militar dos EUA, que a exercem de maneira isolacionista e unilateral.

1: Errado. Conquanto a primeira parte do item esteja correta, ele foi considerado incorreto porque não houve avanço das discussões entre as potências sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 193 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado ***'Renewing the United Nations: a programme for reform'***. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum**", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice-Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes –, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que houve um avanço nas discussões entre as potências, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso.

2: Errado. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Diversos autores, como Samuel Huntington, acreditam que a globalização seja um meio de propagação e expansão da cultura ocidental, e isso conduziria necessariamente a um "choque de civilizações". Segundo Huntington, a expansão dos fluxos de interação entre povos levaria a expansão da cultura ocidental para outras culturas, o que geraria resistência e guerras. Outra contradição da globalização seria a perda da soberania do Estado frente às organizações supra-nacionais, já que haveria uma propagação das mesmas em resultado do aumento da velocidade de recursos e informação. Apesar das contradições em relação ao fenômeno, a globalização não é exercida pela atuação unilateral e isolacionista dos EUA na matéria, mas pela interação constante entre pessoas e diversos outros Estados. O item está incorreto porque a globalização não é caracterizada pela supremacia americana.

GABARITO 1E, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação à política de apoio e diálogo do Itamaraty com as comunidades brasileiras no exterior, julgue os itens seguintes.

(1) Entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior.

(2) Na criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBR), preconizou-se a eleição, para a Câmara de Deputados no Brasil, de até quatro representantes, entre os brasileiros maiores de 16 anos permanentemente domiciliados no exterior.

(3) A prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem.

1: Certo. Desde 2007, com a criação da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), pelo Decreto nº. 5.979/06, foi renovada a atenção dada pelo governo brasileiro aos brasileiros que vivem no exterior. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, essa decisão justificou-se não apenas pelo crescimento das comunidades brasileiras fora do país, mas também pela intensificação do fluxo de viajantes entre o Brasil e outros países. A mudança do perfil do Brasil, de país de imigração para emigração, bem como a maior projeção brasileira no cenário internacional, contribuíram para esses dois desenvolvimentos, que resultaram no aumento do número de demandas junto à rede consular brasileira e exigiram medidas para o seu adequado atendimento (MRE). Como afirma o item, entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior. Sobre o Conselho de Cidadãos, trata-se de um foro informal e apolítico de aconselhamento dos Consulados do Brasil no exterior, de composição rotativa, com o objetivo de aproximar os nacionais que vivem em países estrangeiros e a rede consular, estabelecendo a ponte entre o Governo e a Sociedade Civil no exterior. Os primeiros Conselhos Cidadão surgiram em 2011 nas cidades de Genebra, Zurique, Barcelona e Atenas com membros eleitos pelas comunidades locais. Sobre os Consulados Itinerantes, são missões feitas por consulados, por vice-consulados e por setores consulares de embaixada a cidades e regiões distantes de suas sedes, destinadas à prestação de serviços consulares às comunidades brasileiras no exterior. Já o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior, trata-se de auxilio jurídico à família de presos brasileiros no exterior.

2: Errado. O Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE) é um projeto com o objetivo de alcançar maior interlocução entre o Governo brasileiro e sua população no exterior, conforme foi decidido nas Conferências "Brasileiros no Mundo" realizadas no Rio de Janeiro, em julho e outubro de 2009. O CRBE é um sistema consultivo criado para atingir o objetivo de ser um sistema fácil e democrático que permita a participação da comunidade brasileira no exterior. O item está incorreto porque o CBRE não tem a função de eleger candidatos para a Câmera de Deputados, mas é um Conselho com 16 membros eleitos pela comunidade brasileira no exterior que tem como objetivo assessorar o Ministério das Relações Exteriores em assuntos de interesse das comunidades brasileiras no exterior. A distribuição das vagas do CRBE são: quatro para as Américas do Sul e Central; quatro para a América do Norte e Caribe; quatro para a Europa; e quatro para a Ásia, África, Oriente Médio e Oceania. As eleições para representantes do CRBE são feita pelo MRE e os membros terão mandato de dois anos cada.

3: Certo. Como afirma o item, a prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários, ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem. Se um imigrante brasileiro em situação irregular procurar o Consulado ou a Embaixada brasileira, por ser um cidadão brasileiro, ele será orientado e auxiliado sem que informações sejam repassadas às autoridades locais.

GABARITO 1C, 2E, 3C

18. OFICIAL DE CHANCELARIA

Texto para os itens das duas questões seguintes

Estrangeiras de olho no Brasil

Eles querem nossos alunos. O Brasil se tornou recentemente um mercado estratégico para universidades estrangeiras, principalmente norte-americanas e australianas. Não, elas não vão oferecer cursos aqui. Estão montando escritórios, promovendo eventos e oferecendo bolsas com o objetivo de levar os jovens a fazer graduação fora do país. "Queremos os melhores estudantes de todo o mundo e o Brasil, com China e Índia, é um dos nossos focos", diz o diretor de assuntos internacionais da Universidade de Yale. A Universidade de Harvard confirmou na semana passada que já alugou um escritório na Avenida Paulista e que os trabalhos começam no início de julho. "Não haverá cursos aqui. O Brasil é destaque na internacionalização da universidade", diz o diretor do escritório brasileiro. Uma bolsa específica para brasileiros em Harvard já começou neste ano. As universidades estrangeiras também deixam claro que o tamanho do Brasil importa nessa decisão estratégica. O país tem atualmente cerca de 9 milhões de alunos no ensino médio, etapa anterior ao ensino superior, com 4,1 milhões de estudantes. Alguns cursos, no entanto, não têm validação automática no ensino superior brasileiro, como Medicina e Arquitetura. As universidades públicas têm autonomia para reconhecer ou não os diplomas e os currículos cursados no exterior.

O Estado de S. Paulo, 19/6/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Tomando o texto como referência inicial, julgue os itens seguintes, quanto às relações entre educação e desenvolvimento nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil nos últimos anos.

(1) O Brasil, país tipicamente periférico, necessita criar, no exterior, recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, como forma de incrementar o desenvolvimento nacional.

(2) A formação de graduandos universitários no Brasil é predominantemente realizada, em termos quantitativos, pelas universidades públicas.

(3) A educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos.

(4) A educação média e superior em países como os EUA, com ênfase em valores e sistema de pensar e agir vinculados à cultura norte-americana, é perfeitamente compatível com a formação da cidadania brasileira e é muito superior à média da formação educacional em países como o Brasil.

(5) As universidades públicas brasileiras devem, ante a relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos.

1: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não necessita criar no exterior recursos humanos em todas as áreas. O texto acima não faz esta afirmação. Na verdade, o texto explicita que universidades estrangeiras, principalmente as americanas, estão oferecendo bolsas para estudantes brasileiros com intuito de atrair os melhores estudantes nacionais para suas universidades.

2: Errado. O item está incorreto porque o texto acima não faz essa afirmação. Na verdade, o texto faz referência às universidades públicas para afirmar que são elas que fazem as revalidações de diplomas estrangeiros no Brasil. Além disso, dos 4,1 milhões de estudantes universitários brasileiro apenas uma pequena porcentagem vai para as universidades públicas, que possuem vestibulares mais competitivos.

3: Certo. O item está correto já que a educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos. Segundo o Censo Escolar, em 2010, 51,5 milhões de estudantes foram matriculados na educação básica pública e privada no país. Desse total, 85,4% estudam nas redes públicas.

4: Errado. O item está incorreto porque os valores e o sistema de pensar norte-americano diferem do brasileiro e não são compatíveis com a cultura nacional, apesar de possuírem semelhanças em alguns aspectos. Além disso, é errôneo considerar a formação americana superior a países como o Brasil.

5: Errado. O item está incorreto porque as universidades públicas brasileiras não devem, apesar da relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos. Como é adotado para diversos países, o Brasil demanda que as universidades públicas reconheçam diplomas estrangeiros para analisar sua compatibilidade com os requisitos demandados pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que diversos projetos de cooperação para facilitar o reconhecimento dos diplomas estrangeiros estão em tramites de negociação, com destaque para os acordos com o MERCOSUL, que têm o intuito de aprimorar o processo de integração regional.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos ao processo de internacionalização do Brasil.

(1) A internacionalização do Brasil, pela via da adaptação do país à economia da globalização, leva inexoravelmente à abertura de mercados a interesses e projetos estratégicos de países mais avançados economicamente.

(2) A formação de coalizões internacionais como o G20 explicita que países do porte do Brasil busquem maneiras de participar das disputas em torno dos mercados globais de forma ativa e não apenas reativa.

(3) A internacionalização do Brasil, em todos os campos, inclusive no âmbito educacional, vem sendo apenas nociva aos interesses nacionais.

(4) A disputa por mercados, seja em torno de produtos materiais seja em torno de bens culturais imateriais, não é aspecto novo da formação da vida capitalista, no percorrer de longo caminho histórico desse sistema de produção, consumo, comercialização e financiamento.

(5) A ideia de transnacionalização das economias nacionais é um fenômeno intrinsecamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades dos Estados, sejam elas do centro sejam da periferia do sistema econômico global.

1: Certo. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Como afirma o item, ao internacionalizar-se nos anos 1990, o Brasil integrou-se ao processo de globalização que resultou

na abertura dos seus mercados a interesses e projetos de países mais avançados economicamente. Isso não significa, no entanto, que a economia brasileira ao internacionalizar-se tenha cedido aos interesses dos países desenvolvidos. Vale destacar que o Brasil é um dos países mais atuantes da Organização Mundial do Comércio, que estabelece as normas do comércio internacional, defendendo seus interesses perante os membros da organização, entre eles os países desenvolvidos.

2: Certo. O item está correto porque o G20, além de outras coalizões como o IBAS, BRICS, G20 comercial e G20 financeiro, BASIC são meios de o Brasil atuar no cenário internacional de forma ativa, buscando alcançar seus interesses.

3: Errado. Não é correto afirmar que a internacionalização do Brasil é nociva para o país no âmbito educacional. O Brasil, por meio de diversos programas oficiais, vem promovendo o intercâmbio de estudantes brasileiros em universidades estrangeiras. Um dos principais programas do Governo de Dilma Rousseff na área educacional é precisamente um programa de incentivo ao intercâmbio na área das Ciências. O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC).

4: Certo. Bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas em determinado país. Podem ser considerados bens imateriais os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; as manifestações literárias, as musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; os rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, além de mercados, feiras, santuários. Como afirma o item, a disputa pelo mercado de bens materiais e imateriais é característica constante da formação capitalista, estando presentes em todas as fases desse processo.

5: Errado. A transnacionalização das economias nacionais, ao contrário do que afirma o item, não é um fenômeno intrinsicamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades do Estado. Apesar de existirem linhas antiglobalização que acreditam que a transnacionalização econômica é prejudicial aos Estados, é errôneo afirmar que isso é prejudicial a todos os Estados, tanto Estados de centro quanto de periferia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

4. História Mundial

Leonardo Gill Correia Santos

1. ESTRUTURAS E IDEIAS ECONÔMICAS

1.1. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Tomando o texto III como referência inicial e considerando o cenário econômico mundial na passagem do século XIX ao século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) As transformações verificadas no sistema produtivo capitalista, a partir de meados do século XIX, tiveram na substituição do ferro e do carvão pelo aço e pela eletricidade o ponto de partida para a configuração da moderna industrialização.

(2) As últimas décadas do século XIX assistiram à disseminação da crença burguesa em um progresso ilimitado, do qual as exposições universais – tal como a citada no texto – eram símbolos poderosos.

(3) A inexistência de crises mais pronunciadas no sistema capitalista, ao longo da metade do século XIX, reforçava o ponto de vista de governos e de grandes empresários no tocante à perenidade do desenvolvimento material que estava em marcha.

(4) Assinada pelo Papa Leão XIII em 1891, encíclica Rerum Novarum, primeira grande manifestação oficial da Igreja Católica para elaboração de uma doutrina social-cristã, ao mesmo tempo em que atacava firmemente os excessos da exploração capitalista, expressava sutil apoio às teses socialistas.

1: Certa. Trata-se da passagem da Primeira Revolução Industrial para a Segunda. A utilização do aço, mais maleável que o ferro, e da eletricidade, mais eficaz e menos poluente que o carvão, marca essa evolução. Outro elemento comumente citado nessa passagem é a utilização da turbina a vapor, no lugar da máquina a vapor, e o uso de combustíveis líquidos, derivados do petróleo, no lugar do carvão. O desenvolvimento da siderurgia é também uma das características principais da Segunda Revolução Industrial, assim como a química, que passa a ocupar um espaço mais importante na indústria;

2: Certa. As exposições universais tinham, como objetivo central, celebrar o progresso da ciência através de aquisições tecnológicas. Eram grandes eventos, nos quais os expositores não buscavam, somente, expor novas máquinas, eram momentos para intercambiar tecnologias e difundir as inovações entre um grande público. Também existe um viés político por trás das exposições universais: eram eventos itinerantes, organizados, a cada ano, em alguma cidade (não necessariamente capitais) distinta da Europa, com o intuito de exaltar a grandeza nacional pela ciência e tecnologia. A exposição universal realizada em Paris, em 1889, foi uma das mais celebres, já que marcou a inauguração da Torre Eiffel, hoje símbolo histórico e turístico da cidade;

3: Errada. Entre 1873 e 1896, uma grande crise atingiu o mundo inteiro, sendo conhecida como a Grande Depressão de 1873 (o termo depois foi usado para classificar a crise de 1929; 1873 ficou conhecida como a Longa Depressão de 1873). De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, "Ao estudar a economia mundial em 1889, ano de fundação da Internacional Socialista, um ilustre especialista americano observou que ela se caracterizara, desde 1873, por «agitação sem precedentes e depressão do comércio». «Sua peculiaridade mais digna de nota, escreveu ele, foi sua universalidade; afetando tanto nações que se envolveram em guerras como as que mantiveram a paz; as que têm uma moeda estável com padrão ouro como as que têm moeda instável...; as que vivem num sistema de livre comércio de matérias-primas e aquelas onde há restrições comerciais, maiores ou menores. »" (p.57-58);.

4: Errada. A Encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* não ataca diretamente os excessos do capitalismo, pelo contrário, defende a propriedade privada dos meios de produção. Tampouco defende teses socialistas, atacando, por exemplo, o direito à greve. A encíclica adota um discurso mais moderado ao pedir para que os empregadores tratem os seus trabalhadores com mais dignidade e afirma estar de acordo com a formação de sindicatos cristãos. A Encíclica é, no entanto, revolucionária para a época no fato de defender a justiça social pela promoção dos direitos, algo inédito na Igreja católica.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da

modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) A moderna industrialização, a partir da Revolução Industrial inglesa, desvelou uma nova realidade histórica que o texto indica como visceralmente oposta ao que existia antes, tornando obsoletas as "formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Essa diferença manifesta-se, por exemplo, de modo "escancarado e estridente", na mudança do lócus tradicional da vida social – homens e mulheres fogem ou são expulsos do mundo agrário e rural para as cidades.

1: Certa. A urbanização é um dos efeitos da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no fim do século XVIII. Ao promover uma mudança significativa nos meios de produção, o sistema fabril motivou o êxodo rural. O efeito no campo foi significativo também, com mudanças importantes na escala da produção e nos preços. O avanço industrial modernizou as técnicas agrícolas, o que motivou o barateamento da produção. Aliado a um aumento populacional significante no século XVIII, a modernização no campo causou situações de subemprego. As condições de vida no campo tornaram-se dificultosas, notadamente em períodos de estiagem ou de má colheita. Dessa forma, os efeitos da industrialização no meio rural também motivaram a saída das pessoas e acelerou o processo de urbanização.

Gabarito C

1.2. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780)

No final do século XVIII e no início do XIX, após a introdução do bastidor hidráulico de Arkwright, uma onda de avanços técnicos impulsionou a segunda Revolução Industrial, movida a eletricidade, produtos químicos e óleos. Juntas, essas descobertas tornariam as indústrias mais limpas e eficientes do que as fábricas da etapa anterior, movidas a vapor e a carvão. E as novas técnicas alavancariam o comércio de maneira inimaginável. No final do século XIX, barcos a vapor, telégrafos e motores elétricos multiplicavam-se: Arkwright não podia ter previsto nada disso quando patenteou sua máquina fiandeira em 1769. Em um século e meio, o mundo mudou de forma irreversível nas esferas comercial, social e política.

Patrícia S. Daniels e Stephen G. Hyslop. **Atlas da História do Mundo.** National Geographic, São Paulo:Abril, 2004, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência e considerando o significado histórico da Revolução Industrial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Infere-se do texto que as incessantes inovações tecnológicas estão presentes no transcurso da Revolução Industrial, o que altera o tipo de força motriz que impulsiona a moderna industrialização e, certamente, contribui para a ampliação da capacidade produtiva e para a expansão do comércio mundial.

(2) O processo de industrialização iniciado na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, acelerou a substituição de antigas formas de produção pelo capitalismo, que se consolidava como sistema econômico dominante, com a atividade fabril suplantando o trabalho doméstico e a crescente prevalência do trabalho assalariado.

(3) As novas condições sociais geradas pela Revolução Industrial constituíram fermento de ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa, notadamente em 1848.

(4) Entre as transformações irreversíveis mencionadas no texto, produzidas pelo avanço da industrialização, o cenário existente em fins do século XIX assinalava a proibição do trabalho infantil e feminino, a regulamentação da jornada de trabalho e o surgimento dos serviços previdenciários, em meio a uma sociedade que lentamente se urbanizava.

1: Certa. A Revolução Industrial não foi um evento pontual na história, mas um processo que teve diferentes fases, e a Inglaterra, por ter sido o primeiro país, esteve, durante o século XIX, à frente desse processo. De acordo com o texto, primeiro, observa-se que, enquanto os outros países iniciavam seus processos de industrialização, a Inglaterra já havia iniciado a sua Segunda Revolução industrial, por intermédio de avanços técnicos (eletricidade, química e óleos). Esses avanços modificam o tipo de força motriz, da máquina a vapor para o motor a explosão, com uso de novos combustíveis. Finalmente, essa alteração na produção traz melhorias produtivas (indústrias mais limpas e mais eficazes) e permite a expansão do comércio global (novas técnicas alavancariam o comércio). Portanto, a resposta está correta pelo diálogo com o texto; 2: Certa. Essa afirmativa pode ser relacionada com o processo de industrialização do setor têxtil na Grã-Bretanha. Quando a indústria iniciou-se, teve a concorrência ainda de artesãos. A medida que a indústria têxtil mostrava-se mais eficaz, ele foi suplantando a produção doméstica, atraindo os trabalhadores para as fábricas. De acordo com Edward McNall Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "A tecelagem, porém, continuou a ser uma indústria doméstica até que a invenção de um tear mecânico barato e prático convenceu os empresários de que poderiam poupar dinheiro transferindo o processo das casas dos artesãos para as fábricas." (p.518);

3: Certa. Sem dúvida que boa parte das novas contestações sociais tiveram suas origens nas novas formas de produção advindas com a Revolução Industrial. Embora alguns levantes na Europa em 1848 tiveram um cunho nacionalista ou liberal, pode-se dizer que a Primavera dos Povos também estava dotada de reivindicações sociais originadas nesse mesmo processo. O historiador Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, afirma que: "No entanto, os fatos de 1848 provaram que havia então na França um outro elemento – talvez seja ainda impróprio dar-lhe o nome de consciência de classe – de que os governos não se davam conta. Se a Europa de meados do século XIX viu a classe média mais próxima do que nunca do centro do poder, viu também os trabalhadores chegando rapidamente, vindos da periferia. Suas barricadas podiam, se necessário, ser destruídas, e suas exigências deixadas de lado, mas apenas a um risco cada vez mais grave para o estado. Para florescer, o liberalismo burguês teria não só de aceitar fingidamente as exigências dos trabalhadores, mas em certa medida também atendê-las." (p.569);
4: Errada. Podemos afirmar que sim, por um lado, havia um certo avanço na regulação do trabalho das mulheres, mas não sua proibição, como vemos em Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "Tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX, embora os aspectos mais visíveis da emancipação feminina ainda estivessem, em larga medida, confinados às mulheres das classes médias." (p.283-284). Da mesma forma, o trabalho infantil passou por uma série de regulações, sendo proibido em vários países, mas não na maioria até meados do século XX (e ainda...). As regulamentações das jornadas apareceram timidamente nessa época em alguns países, o que não se pode afirmar acerca dos serviços previdenciários. Finalmente, acerca do processo de urbanização, não se pode afirmar que, em fins do século XIX, havia um o processo lento de urbanização. A Inglaterra, por exemplo, já em 1850, alcançava um nível de população urbana superior a 50%. Em outros países europeus, os processos de urbanização chegariam aos mesmos níveis da Inglaterra ainda no século XIX.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Com relação ao peso da industrialização no desenvolvimento do capitalismo, do século XVIII aos nossos dias, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A fase inicial da industrialização, predominantemente inglesa, a partir do século XVIII, foi marcada pela produção de bens de consumo, especialmente os têxteis, e pela utilização do ferro e do carvão como base do processo produtivo.

(2) Embora emitindo sinais que apontavam para a universalização futura do capitalismo, a industrialização ascendente ao longo do século XIX foi monopolizada pela Inglaterra e manteve-se adstrita à Europa Ocidental.

(3) Novas formas de produção de energia, como a hidrelétrica, e novos combustíveis, como o petróleo, tiveram discreta participação no ciclo industrial que, já no final do século XIX, colocava o motor a explosão no centro do processo industrial.

(4) As formas de indústrias desenvolvidas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI modificaram o paradigma da linha clássica de produção em favor da produção informatizada e com alto grau de automação e tecnologia.

1: Certa. Trata-se de uma descrição resumida da primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Acerca dos bens de capitais, a Revolução Industrial inglesa foi a primeira a mecanizar o processo de produção e criar o consumo de massa. Pelo lado dos bens de consumo, a primeira indústria a surgir foi a do setor têxtil; pelos bens de capitais, as matérias-primas que vieram a suprir a demanda da própria produção, foi a indústria mineradora de carvão e ferro;
2: Errada. A Europa continental iniciara seu processo de industrialização seguindo a liderança britânica. Não se pode afirmar que foi um processo exclusivamente europeu. Os EUA são um exemplo de industrialização importante fora da Europa: com o início da marcha para o Oeste e da descoberta de novas fontes de riqueza, a industrialização dominou boa parte do território americano, e a Guerra de Secessão mostra esse alcance, com uma indústria de guerra como suporte para o conflito. Outro exemplo importante extraeuropeu seria o Japão da Era Meiji, que iniciara um processo de industrialização por volta de 1860;
3: Errada. A resposta está incorreta por dois aspectos. O primeiro concerne o motor a explosão que, inventado na sua forma industrial pelo alemão Nikolaus Otto em 1862, o motor substituiria a máquina a vapor em pouco tempo na segunda metade do século XIX, adotado principalmente pela indústria de transporte. O petróleo viria a ser a nova fonte de energia para esse tipo de motor, do qual, ainda no século XIX, não podemos falar de uma discreta participação no ciclo industrial. A própria introdução do motor a explosão exigia uma nova fonte de energia, diferente do carvão, mais eficiente e mais limpa, embora os combustíveis líquidos, derivados do petróleo, tenham sido inventados para servir a turbina a vapor, uma primeira evolução da máquina a vapor. A energia hidrelétrica também aparece nessa época, mas nesse caso, podemos ainda falar de uma discreta participação, pois sua importância seria mais significativa no século XX;
4: Certa. Essa afirmativa é melhor analisada pela geografia. De fato, a tendência da última revolução, ou Revolução da Informação, é de criar uma automação dos meios de produção, feito através da informática. A robótica é um dos fatores mais importantes da moderna industrialização. Para tanto, seria necessário fontes de energia mais eficazes e mais limpas. A Terceira Revolução Industrial, como é conhecida a Revolução da Informação, tem por características principais o uso de novas fontes de energia, como a nuclear e as energias renováveis, como a eólica e a solar. Verifica-se, também, o uso mais incisivo de fontes desenvolvidas durante a Segunda Revolução Industrial, mas que não foram amplamente utilizadas, como é o caso das hidroelétricas e dos combustíveis derivados do petróleo (gasolina e diesel). Finalmente, na Revolução da Informação, o advento da informática e do uso de satélites permite a ascensão de novos meios de comunicação, caracterizada pela ampla utilização de meios de comunicação móveis.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) Compreender o processo histórico protagonizado pelo século XIX e seus desdobramentos no século seguinte requer, em meio a tantos outros aspectos essenciais, o exame da trajetória seguida pelo capitalismo. A propósito desse cenário histórico, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A partir de meados do século XIX, o sistema capitalista adquire feições novas. Sem perder suas características fundamentais e definidoras, como a propriedade privada dos meios de produção e o objetivo da acumulação, ele se torna crescentemente monopolista e financeiro.

(2) A tendência à concentração de empresas e à centralização de capitais altera, na prática, as antigas formas de concorrência e elimina o antigo discurso liberal assentado no livre-cambismo, na liberdade dos mares e na condenação às práticas protecionistas.

(3) Instituição poderosa, com larga ascendência sobre governos e sociedades, a Igreja Católica adota, com o Papa Leão XIII, a corajosa atitude de expor sua doutrina social em um contexto de grave crise social — a depressão econômica dos anos 1870. O conteúdo da encíclica **Rerum Novarum** representava um convite aos católicos a combater o "capitalismo materialista" e, em decorrência, a apoiar pontos centrais do marxismo, em remota preparação ao advento da Teologia da Libertação, cem anos mais tarde.

(4) O equilíbrio de poder entre as potências européias tende a se romper à medida que se acirra a competição por áreas de influência e pelo domínio de territórios pelo mundo afora. Crises sucessivas, em que questões políticas, econômicas e militares se confundem com distintas expressões de nacionalismo, preparam o terreno para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. Trata-se de uma descrição do capitalismo na segunda metade do século XIX, quando se dá o início a Segunda Revolução Industrial. Pelos avanços técnicos da tecnologia, há um aumento na eficiência da produção, mas, pela lógica do capitalismo de manutenção da propriedade privada dos meios de produção, esses avanços ficam restritos aos agentes mais adiantados no processo industrial. Isso promove a criação de monopólios. Além disso, para escoar os excedentes da produção, também nessa época, são criados os Impérios coloniais. Com as transferências de capitais para financiar investimento em produção de matéria prima e para manter o estoques da acumulação, é nessa época que se desenvolvem, com maior pertinência, os sistemas financeiros internacionais, embora sem a complexidade nem a dimensão do sistema atual;

2: Errada. O acúmulo de capitais e de empresas é uma prática aceitável do liberalismo. Vale lembrar que foi com o liberalismo econômico que a Revolução Industrial pode ocorrer. Como afirma Hobsbawm, em *A Era do Capital*, "Certamente, os contemporâneos teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, o motor que, todos concordam, promoveu o progresso da indústria. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento da sua época: o liberalismo econômico. As barreiras institucionais que sobreviveram ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial." (p.62);

3: Errada. A Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII aparece em 1891, fora do contexto descrito na afirmativa. Ela não apoia o marxismo, mas algumas medidas sociais, como proteção da dignidade dos trabalhadores e permite a criação de sindicatos cristãos. Finalmente, ela não combate o capitalismo em nenhum aspecto, pelo contrário, é favorável à manutenção da propriedade privada, com argumentos retirados dos escritos bíblicos;

4: Certa. O equilíbrio de poderes na Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial não conseguia mais sustentar-se. A unificação alemã trouxera uma potência forte no meio de uma dinâmica estruturada há muito tempo e que contava com a Prússia apenas como potência. Além disso, o cálculo da balança de poder europeu fazia-se a nível mundial, com o advento dos impérios coloniais. Será nos impérios que as crises vão ocorrer: Fachoda e Suez (1898), crises marroquinas (1905-1911). As crises, conjugadas com uma corrida aos armamentos e com uma política de Alianças (modelo bismarckiano) instável, além dos desequilíbrios econômicos entre nações constituem o cenário de instabilidade da Europa às vésperas da Primeira Guerra.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) O mundo que o século XX deixa para o XXI é, em linhas gerais, uma aldeia global, possível também pela acelerada revolução das comunicações e dos transportes. Nessa perspectiva, a globalização em marcha na atualidade corresponde a uma ruptura histórica com o capitalismo que a precedeu, tamanhas e fundas as diferenças entre o modelo econômico gestado pela Revolução Industrial e o praticado, em escala planetária, nos dias de hoje.

1: Errada. A afirmativa inicia com uma abordagem ampla, no princípio, sobre a dinâmica conectiva da globalização. De fato, a revolução nos transportes e nos meios de comunicação aproximou as regiões do planeta, transformando-o na "aldeia global" como está na afirmativa. O erro do item está no que afirma que a globalização rompeu com o capitalismo. Pelo contrário, a globalização faz parte do capitalismo, trata-se de um estágio de evolução do capitalismo. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem conceituada: "É necessário considerar os fenômenos da mundialização

e da internacionalização como etapas prévias da evolução do capitalismo rumo à globalização. Esta corresponde à soma de fluxos transnacionais que percebemos afetar o quotidiano das pessoas e levam à crise do Estado-nação, cujo universalismo e cuja soberania são questionados. [...] A modernidade afastou o tempo do espaço que antes se vivia, edificando uma aldeia global." (p.324). Finalmente, o conceito de "aldeia global", do filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980), surgido com o advento da televisão, pode ser entendido no contexto de interconectividade entre os indivíduos. O conceito sugere que o desenvolvimento de meios de comunicação mais rápidos e mais eficazes aproximaram os indivíduos e criou níveis de interdependências entre todas as regiões do mundo, o que justificaria a ideia de uma "aldeia global".

Gabarito Errada.

1.3. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o "New Deal"

(Diplomacia – 2002) A crise econômica mundial decorrente dos eventos ocorridos na bolsa de valores de Nova York em 1929 explicita um momento de grande desafio para a evolução do capitalismo, tendo em vista que ela:

(A) Geraria gradual mudança na forma de se conceber o liberalismo desenfreado no período anterior.

(B) Viria animar o redesenho de políticas mais abertas e liberais.

(C) Induziria a mudança do paradigma econômico em favor da abertura ampla dos mercados.

(D) Fortaleceria as concepções econômicas de Adam Smith acerca da riqueza das nações.

(E) Permitiria uma evolução gradual do capitalismo na direção do livre-cambismo.

Ideia geral de 1929: queda do liberalismo, aceitação da intervenção do Estado na economia.

A: Correta. A crise de 1929 vai limitar os avanços do liberalismo econômico. De fato, as instituições liberais não conseguiram prever a crise nem propor-lhe uma solução. Os economistas clássicos não conseguiam entender a causa do desemprego estrutural da época e não entendiam como o *Laissez-faire* ou a mão invisível de Adam Smith não conseguira trazer a economia ao seu nível anterior. Finalmente, a resposta veio na intervenção do Estado na economia, praticada de maneira mais ou menos descoordenada pelos governos. O Estado aumentaria seus gastos, via investimento ou via realização de trabalhos públicos, o que aumentaria a oferta por emprego e os salários dos trabalhadores. Com uma maior base salarial, a renda aumentaria, promovendo um aumento na demanda agregada, estimulando a economia. Dessa forma, é possível afirmar que a Grande Depressão de 1929 constitui um período de questionamento dos ideais liberais. O New Deal, de Franklyn D. Roosevelt constitui uma série de medidas econômicas como descritas acima, que deveriam motivar a economia e estancar os avanços do liberalismo econômico. A crise também permitiu a emergência de uma corrente econômica, o keynesianismo, do seu criador, John Maynard Keynes (1883-1946), que afirma que o desemprego estrutural não é necessariamente dado em função do nível da demanda do salário dos trabalhadores e deve ser compensado com a estimulação de empregos para estimular a demanda agregada;

O comentário acima é válido para as outras respostas:

B: Incorreta, pois trata-se da queda do liberalismo;

C: Incorreta, pois há um certo isolacionismo econômico depois de 1929, em favor da intervenção dos Estados em suas respectivas economias;

D: Adam Smith propôs a ideia de que a economia era autoregulável; a crise de 1929 mostrou que dificilmente essa situação seria resolvida sem a intervenção do Estado;

E: o livre-cambismo na verdade não foi tema de discussão em 1929, mas, como também associa-se ao liberalismo, ele não poderia ter ocorrido nos anos que se seguiram à crise.

Gabarito "A".

1.4. A prosperidade no segundo pós-guerra

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução europeia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela internacionalização da hegemonia americana. Foi, também, um período de enorme crescimento produtivo nos países desenvolvidos. O fato é que os primeiros trinta anos do pós-guerra constituíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes. A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou o que Hobsbawm definiu como "o grande salto". Era o Estado regulador ou de bem-estar social.

Enrique Serra Padrós. **Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social**. *In*: Daniel AarãoReis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (Orgs.).

O Século XX: o tempo das crises — revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 229-236 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência e considerando a realidade histórica mundial que se segue à Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Dois fatores foram decisivos para que se concretizasse a descolonização afro-asiática: o fortalecimento dos movimentos nacionais pela independência — a despeito de projetos e estratégias distintos que, não raro, defendiam — e o declínio europeu que a guerra evidenciara, sobretudo em relação à perda de poder das antigas potências coloniais.

(2) Os EUA souberam tirar proveito da expressiva queda na produção industrial e agrícola europeia durante a Segunda Guerra: sua produção industrial triplicou — em 1946, o país já respondia por metade da produção mundial — e a renda *per capita* mais que duplicou, o que indica o caminho definido, no texto, como "internacionalização da hegemonia americana".

(3) Embora desprovido de base teórica que orientasse suas ações, o Estado do pós-Segunda Guerra, classificado, no texto, como regulador ou de bem-estar social, teve êxito graças ao aumento da produção, da renda e do emprego, enquanto se comprimia a demanda como forma de impedir a volta da inflação.

(4) Foram extraordinárias a recuperação europeia e a japonesa na agricultura após 1945: modernização tecnológica e uso intensivo de máquinas aumentaram consideravelmente a produtividade no campo, fato potencializado, no Japão, pela reforma agrária iniciada durante a ocupação norte-americana.

1: Certa. O processo de descolonização na África e na Ásia ocorreu em função de um conjunto de fatores mais ou menos simultâneos que, isolados, talvez não tivessem tanto êxito, nem teriam permitido transformações tão importantes. Se por um lado temos os movimentos nacionais, um fator endógeno aos povos que buscavam sua independência, por outro, o declínio político e econômico europeu, como fator

exógeno, permitiu que os movimentos atingissem seus objetivos. No livro *História das Relações Internacionais*, organizado por José Flávio Sombra Saraiva, ressalta-se a importância desses fatores para a descolonização: "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental nas descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos." (p.221). É importante ressaltar que esses dois fatores foram importantes, porém não foram exclusivos. Na mesma obra, sobressai-se ainda a importância do contexto de Guerra Fria para permitir que a descolonização ocorresse, mais uma vez, não sendo um fator único e exclusivo. O importante, na realidade, são que esses fatores atingem diferentes níveis geográficos: "Assim, é um conjunto de fatores políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos que operaram sempre em três níveis – no das metrópoles, no internacional e no colonial – que oferece as pistas para a compreensão da emergência afro-asiática nas relações internacionais do final dos anos 1950 e na década de 1960." (p.221);

2: Certa. Os dados econômicos correspondem aos dos EUA no imediato pós-Guerra. De fato, o modelo de produção industrial americano, inspirado no fordismo, fora levado à Europa pouco depois, mas antes, esta precisaria passar por um processo de reconstrução. Para Hobsbawm, esse processo não foi tão impressionante para os EUA, pois simplesmente continuaram uma tendência do que já vinha sendo feito desde a década de 1930, após a Grande Depressão. Em *A Era dos Extremos*, ele afirma: "Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela [a expansão econômica] não foi tão revolucionária assim. [...] Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p.30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo." (p.254). Hobsbawm utiliza a ideia de que, o que ocorria no mundo pós-Segunda Guerra, era o que ocorria nos EUA antes de 1945: "por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista." (p.259). O historiador afirma, referente ao crescimento da renda per capita, que houve um aumento considerável, que pode ser comparável à cifra da afirmativa: "Bens e serviços [nos EUA] antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praia ensolarada. [...] O que antes era luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone." (p.259);

3: Errada. Como vimos, a situação econômica do pós-Segunda Guerra é de globalização do modelo americano para o resto do mundo. O modelo aplicado era o do keynesianismo da década de 1930, ou o de bem-estar social, que consistia em aumentar os gastos do governo, o que estimula a economia, aumentando a renda dos agentes e, em consequência, a demanda. Não se trata de comprimir a demanda, mas de estimulá-la. Foi essa a ideia que ilustrou a "globalização" do capitalismo americano no pós-guerra, ligado ao estímulo da demanda, principalmente de artigos que antes eram visto como luxo, tornando-se artigos comuns, consumidos em massa. A base teórica, no caso do pós-Segunda Guerra Mundial, é o próprio keynesianismo, o que desmente a ausência de uma base teórica verificado na afirmativa. Vale ressaltar uma definição do bem-estar ao qual a afirmativa faz referência, segundo Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais [...]." (p.278);

4: Certa. O Japão já havia iniciado um processo de reforma agrária durante a Era Meiji, no século XIX, mas, como a afirmativa fala apenas de uma reforma, e não da primeira reforma, podemos deduzir que se trata da reforma empreendida durante a ocupação americana, conhecida como "Comando Supremo das Forças Aliadas". De fato, trata-se de um processo modernizador, com ajuda americana, que trouxe o capitalismo, tanto na Europa como no Japão, para o campo, aumentando a produtividade nesse setor.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A contínua incorporação do conhecimento científico ao sistema produtivo contemporâneo, cujos passos iniciais foram dados ainda em meados do século XIX, quando o capitalismo mais e mais passava a ser controlado pelos capitais financeiros, adquire prodigiosa dimensão ao longo do século XX. A Era de Ouro da economia contemporânea, entre o pós-Segunda Guerra e o início da década de 70, amplia o processo de mundialização dos mercados, deixando para trás o que Hobsbawm chama de estágio de "economias nacionais" comandadas por Estados territoriais.

1: Certa. Uma afirmativa ampla que toca a temática do conhecimento científico em prol do sistema produtivo. Foi no século XIX que se iniciou a postura de criar e de inventar aparatos com algum intuito, algum fim na produção industrial. As máquinas que foram inventadas eram dotadas de alto nível de capital, e assim foram aperfeiçoadas. Era o capital financeiro que servia para melhorar e aprimorar a produção, uma tendência que ainda é válida hoje. Os anos que seguiram a Segunda Guerra marca a globalização do sistema de Bem-estar social nos países da Europa Ocidental, mais conhecido como modelo keynesiano, um período de prosperidade na Europa ocidental que ficou conhecido como anos dourados, ou "Les Trente Glorieuses", na expressão do economista francês Jean Fourastié. Finalmente, foi nessa época que surgiu, também, as primeiras tendências transnacionais, quando as determinações econômicas de um Estado já não dependiam tanto das decisões do Estado, intervencionista ou não. Hobsbawm descreve bem essa ideia, em *A Era dos Extremos*: "começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais *transnacional*, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma «economia mundial» que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer."

(p.272). Essa descrição corresponde ao processo de mundialização descrito no item, com o abandono progressivo das fronteiras estatais.

Gabarito C

1.5. O "Welfare State" e sua crise; O PósFordismo e a acumulação flexível

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Considerando a conjuntura apresentada no texto, verifica-se que, passados cerca de trinta anos, a realidade mundial era muito distinta da existente naqueles convulsionados anos 60. No que concerne ao novo quadro histórico que começou a ser consolidado na década de 80 do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Nos anos 80, havia uma nítida convergência das posições do governo dos EUA e do governo do Reino Unido. Com efeito, a Era Reagan-Thatcher notabilizou-se pela ação moderada e tolerante na política externa e, sob a ótica da economia, por ter levado ao extremo a defesa do Estado do Bem-Estar Social.

(2) Em uma economia que mais e mais aprofundava seu caráter global, a formação de blocos regionais e continentais passou a ser uma tendência, o que se justifica, entre outras motivações, pela necessidade de juntar forças para a atuação em um mercado acentuadamente competitivo.

(3) Brasil e Argentina, quando governados, respectivamente, por Sarney e Raúl Alfonsín, iniciaram um processo de aproximação cujo desdobramento foi a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que incorporou dois outros sócios – Paraguai e Uruguai.

(4) Há consenso entre os especialistas para explicar as dificuldades aparentemente intransponíveis encontradas pela União Européia (EU) em seu esforço para se transformar em um bloco continental poderoso. Para esses observadores, a falha da EU consistiu em voltar-se exclusivamente para as questões econômicas, deixando de lado aspectos políticos, sociais e culturais.

1: Errada. A convergência entre Ronald Reagan (1991-2004) e Margaret Thatcher (1925) nas posições políticas, no entanto, não foi como a afirmativa mostra. As intervenções externas não foram moderadas, como na Guerra das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra, ou particularmente determinados, como Reagan e sua *Strategic Defense Initiative* (mais popularmente conhecida como Guerra nas Estrelas), onde rechaçou medidas comumente aceitas no Estado do Bem-estar americano em prol da indústria militar nacional. É o momento do neoliberalismo, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã--Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor." (p.245);

2: Certa. Trata-se de uma justificativa para a integração dos mercados em blocos regionais. Com suas limitações, os blocos econômicos, até então, tinham melhor poder de negociação e para enfrentar os efeitos da globalização, o que não é uma verdade unânime. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), há uma descrição acerca da criação dos blocos: "Mas o processo de globalização encontra paralelo, ou compensação, no outro fenômeno característico do período, conhecido como regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos preferenciais (sob formas de zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns) em subsistemas geográficos regionais. A tendência desenvolveu-se a partir de meados dos anos 1980, quando a então Comunidade Econômica Europeia, superando anos de recessão e de "euroesclerose", lançou as bases, mediante o Ato Único Europeu de 1986, de ambicioso programa de eliminação de todos os entraves à constituição de um vasto mercado unificado, com calendário fixado para dezembro de 1992." (p.308);

3: Certa. Raúl Alfonsín (1927-2009) e José Sarney (1930) foram os presidentes respectivos de Argentina e Brasil no período de redemocratização. Após as tensões entre os dois países durante a década de 1970, os dois iniciam um processo de reconciliação, que materializou-se na Declaração de Iguaçu, de 1985. O encontrou deveria promover uma aproximação bilateral entre os dois países e trazer alguma resolução sobre a questão da energia nuclear. É criada a Comissão Nuclear Mista Brasil-Argentina. A aproximação foi mais profunda, pois lançou as bases para, na década de 1990, promover uma integração econômica regional, o Mercosul;

4: Errada. A UE tem, além da sua dinâmica puramente econômica, um viés político forte. Um dos pilares de Maastricht, por exemplo, foi a criação de uma política externa de segurança comum que, muito embora repleta de vicissitudes e com poucos avanços, é um setor político importante. A integração social também é forte, por exemplo, com a criação de um esboço de uma nacionalidade europeia e da livre circulação das pessoas no interior do espaço da União. Assim, a integração não é puramente econômica, mas abrange outros setores. Sobre os problemas e as dificuldades de uma integração mais abrangente, vale ressaltar que não há um consenso para explicar as dificuldades do processo de integração europeu.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A "desintegração de velhos padrões de relacionamento social", mencionada no texto e característica marcante do atual momento histórico, pode ser representada, entre outros possíveis aspectos, pela erosão das sociedades e religiões tradicionais, pelo fim da utopia pregada pelo socialismo real e pela exacerbação de um individualismo associal absoluto.

1: Certa. A frase que inspirou o item está quase toda explicada em *A Era dos Extremos*, de Hosbabwm: "A terceira transformação [do século XX], em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominam os valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores explorem suas consequências sociais. Apesar disso, encontravam-se as mesmas tendências em outras partes, reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do «socialismo real»." (p.24).

Gabarito 1C

2. REVOLUÇÕES

2.1. A revolução francesa e as revoluções burguesas; 2.2 Processos de independência na américa; militarismo e caudilhismo; 2.3 Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

(A) O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

(B) Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

(C) O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

(D) Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

(E) Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

A: Incorreta, pois na França não se pode dizer que houve despotismo esclarecido. A primeira parte da afirmativa descreve de maneira

correta o sentimento na França antes de 1789, embora não seja possível falar de um absolutismo anacrônico na Europa. Por outro lado, a dinastia dos Bourbon, personificada na imagem do rei Luís de XVI (1754-1793), não promoveu reformas que promovessem ideais iluministas no Estado, nem é um dos mais conhecidos praticante do despotismo esclarecido, encontrado, de maneira mais pertinente, em outros monarcas, como na dinastia dos Habsburgos. Como afirma Hobsbawm, em A Era das Revoluções: "Mas na maioria dos países de «despotismo esclarecido» essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado. Na França elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva." (p.86-87);

B: Correta, pois descreve o período mais instável da Revolução, a República Jacobina. A Convenção Nacional (1792-1795) segue a Assembleia Constituinte (1789-1791) e a Monarquia Constitucional (1791-1792), período mais moderado da Revolução, com predominância dos girondinos no poder. O rei Luís XVI havia fugido de Paris, o que promoveu uma radicalização do movimento e a prisão do rei e da sua família. A Áustria declara então guerra à França, e os revolucionários ganham a batalha de Valmy, em 1792, a Convenção é declarada no dia seguinte (21 de setembro de 1792). Uma maioria girondina é eleita, o que dá início à uma República Girondina, até o dia 2 de junho de 1793, quando os jacobinos promovem um golpe de Estado, com a intervenção dos sans-cullotes e da Guarda Nacional. Uma Assembleia Constituinte é eleita e faz a Constituição do Ano I (24 de junho de 1793), com amplas aquisições sociais, tais como o sufrágio universal masculino, o fim da monarquia e a criação da I[a] República. A figura de Maximilien de Robespierre (1758-1794) é destaque entre os Jacobinos na Convenção. É dele a ordem de execução do rei e sua esposa. A Convenção cria o Comitê de Salvação Pública para perseguir e julgar os dissidentes da Revolução, criando o ambiente de terror, como ficou conhecido o período da Convenção. Robespierre passa a usar o Comitê em seu favor ao promover a perseguição de seus opositores, como Georges Danton (1758-1794), da ala mais moderada dos jacobinos. Esse período de terror levará a uma reação conservadora, com o golpe do 9 Thermidor do Ano II (27 de julho de 1794), feito pelos Girondinos, unidos contra Robespierre. Em 1795, a Constituição do Ano III é declarada, inaugurando um período mais conservador da Revolução;

C: Incorreta. A resposta está correta na sua primeira parte, e Voltaire (1694-1778) também teve sua importância durante o Iluminismo ao publicar o *Dicionário Filosófico* (1764), entre outras obras. Defendeu a liberdade de expressão e de opinião. A separação dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário é uma teoria de Montesquieu (1689-1755), princípio defendido em sua obra de 1748, *O Espírito das Leis*;

D: Incorreta, pois a Inglaterra, na verdade, manteve-se, desde o início, favorável ao liberalismo político, pelo qual o capitalismo poderia ser difundido. Um Estado absolutista típico do Antigo Regime, onde havia forte intervencionismo na economia, dificilmente poderia ser benéfico à Inglaterra em plena expansão do capitalismo industrial. Como afirma o texto de Hobsbawm associado ao item, a Inglaterra tinha aversão aos regimes conservadores e absolutistas da Europa. Para a Inglaterra, o absolutismo era sinônimo de mercantilismo, o que ia de encontro aos ideias do livre comércio desenvolvidos por Adam Smith e sustentáculo da Revolução Comercial;

E: Incorreta. O período da Revolução que trata de estabelecer medidas mais populares foi o segundo período, como visto acima, durante a Convenção Nacional (1792-1795), com a aquisição do sufrágio universal masculino e a declaração da I[a] República. Napoleão surge como uma liderança depois do Consulado, no terceiro período da Revolução (1795-1799), quando esta toma ares mais conservadores.

Gabarito "B".

Texto para a próxima questão

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Considerando-se os dados estritamente cronológicos, a exposição a que se refere o texto, ocorreu no último ano do século XIX. Tempo das revoluções, como é conhecido, o século XIX é também assinalado por grandes representações, a exemplo do industrialismo, do liberalismo, do nacionalismo e do socialismo. Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao quadro revolucionário de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

(1) A Revolução Francesa, iniciada em 1789, conheceu longa e complexa travessia em suas etapas. Ao ser concluída, com a era napoleônica, estavam parcial ou totalmente destruídas muitas das bases sobre as quais se assentava o Antigo Regime.

(2) Historicamente, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, em 1776, a qual integra o cenário em que se desenrolou a Revolução Francesa, exerceu notória influência nos movimentos de emancipação política das colônias ibéricas no continente americano.

(3) Na Europa, ondas revolucionárias em 1820, 1830 e 1848 demonstram não ser sido tarefa simples o aniquilamento do Antigo Regime, o qual, após o vendaval revolucionário francês, ganhou certo fôlego restauracionista com a queda de Napoleão Bonaparte.

(4) Pode-se afirmar que o processo revolucionário vivido pela Europa Ocidental apresentava, até 1848, clara simetria entre suas duas frentes – a econômica, representada pela Revolução Industrial, e a política, representada pelas revoluções liberais. A partir de 1848, a unidade, e a bandeira do liberalismo burguês assumiu contornos cada vez mais conservadores.

1: Certa. Embora o Congresso de Viena seja uma tentativa de trazer de volta as bases do Antigo Regime, dificilmente as reformas promovidas pela Revolução Francesa poderiam ser removidas. Há, certamente, um período de retrocesso, mas os ideais revolucionários, principalmente os fundamentos do liberalismo político, seriam, de fato, adquiridos. Para o historiador francies Ernest Labrousse (1895-1988), o período

de 1794 a 1814, Com Napolenao no poder, é conhecido como a *Era da Consolidação*, na qual os ideais da Revolução consolidam-se, e dificilmente o absolutismo do Antigo Regime poderia institucionalizar-se mais uma vez na Europa;
2: Certa. Trata-se de relacionar dois eventos importantes da segunda metade do século XVIII: a Independência Americana (13 colônias) de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. As Revoluções dos direitos humanos tiveram forte influências nos processos de emancipação das colônias ibéricas na América e são recorrentemente citadas como acontecimentos que motivaram os levantes revolucionários;
3: Certa. Em 1815, o Congresso de Viena tenta dar um fim aos avanços adquiridos pela Revolução, promovendo o período de Restauração na Europa. O Congresso apoiava-se em 4 princípios basilares: legitimidade, intervenção, compensação e equilíbrio. Além do viés diplomático, que criará o equilíbrio europeu, mantendo a paz entre as grandes potências na Europa, Viena também motiva uma base militar, criando a Santa Aliança, que tinha por objetivo controlar os movimentos revolucionários na Europa. O aspecto militar da reunião não teve o mesmo êxito que seu aspecto diplomático, pois não conseguiu evitar as revoluções que se seguiram na Europa. Ao mesmo tempo, as diversas ondas revolucionárias demonstram que tampouco foi fácil eliminar as instituições e os hábitos do Antigo Regime;
4: Certa. É verdade que o século XIX representou uma revolução generalizada, sob todos os aspectos. No começo, a Revolução parte de uma imensa maioria, o Terceiro Estado francês, que englobava pequena e alta burguesia, que exige direitos de representatividade contra uma minoria de nobres e do clero. Com as aquisições das diferentes ondas revolucionárias durante o século, aparecem divergências dentro de grupos antes coesos, que lutavam por uma mesma causa. O exemplo disso é a Revolução de 1848 na França: a alta burguesia se une aos trabalhadores e à baixa burguesia em fevereiro para derrubar a monarquia de julho, mas se vira contra eles em junho, durante as Jornadas de Junho, que terminou no massacre do general Cavaignac. Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, mostra como é essa evolução conservadora da burguesia: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p.568).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

2.2. Revoluções no século XX: Rússia e China

(Diplomacia 2009) Com relação à vitória comunista na China em 1949, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O Partido Comunista, liderado por Mao Tsé-tung (Mao Zedong), assumiu a vanguarda do movimento revolucionário.

(2) A revolução chinesa somente se tornou possível com o apoio ativo, desde 1936, da União Soviética à estratégia de luta armada do Partido Comunista chinês.

(3) O movimento revolucionário contou sobretudo com o apoio da classe operária urbana.

(4) A despeito da crise ocorrida em 1960, o regime comunista chinês manteve laços políticos estreitos com a União Soviética.

1: Certa. Foi Mao e o Partido Comunista Chinês (PCC) que levaram adiante a Revolução na China. Se as diferentes forças que disputavam o poder na China (o Nacionalista do Kuomintang de Chang Kai-chek, o PCC e os senhores de guerra) se reuniram para lutar juntos contra a invasão Japonesa da Manchúria entre 1937 e 1945, no que ficou conhecido como Frente Única Chinesa, estas facções separam-se ao fim da Segunda Guerra, e o PCC deve refugiar-se no campo. Será no interior da China, em uma guerra de guerrilha que o PCC vai encontrar o seu respaldo e sua popularidade, nos 4 anos de guerra contra os nacionalistas, até a Revolução de 1949, que consagra a chegada do PCC e de Mao ao poder na China. O Kuomintang refugia-se em Taiwan;
2: Errada. A URSS observava o movimento comunista e o PCC na China com pouco entusiasmo. Depois da derrota do Eixo, quando o PCC é obrigado a voltar-se para o campo e iniciar a guerrilha contra o Kuomintang, a URSS não fornece apoio aos comunistas chineses, que devem levar a ação sozinhos, numa guerra civil que motivará o suporte popular ao movimento. A Longa Marcha promovida por Mao e os comunistas, feita entre 1934 e 1935, inspirada em coluna de Luís Carlos Prestes (1898-1990) promoverá uma aliança entre o PCC e campesinato. O apoio popular será de fato importante para a Revolução, pois será um fator condicionante à uma estratégia de guerrilha vitoriosa. Só depois da Revolução chinesa de 1949 é que há uma aproximação de fato da União Soviética com o PCC. Este, finalmente no poder, promoverá uma reforma agrária inspirada no modelo das fazendas soviéticas, promoverá programas de planos quinquenais e incitará uma certa modernização, ainda voltada para a agricultura e para a indústria de base, associadas à produção de energia hidrelétrica e ao transporte ferroviário. Em 1950, Mao visita Moscou e assina o Tratado de Amizade, de Aliança e de Assistência Mútua com a União Soviética;
3: Errada. Mais uma vez, é crucial ressaltar a importância do apoio popular do campesinato para o êxito da Revolução Chinesa de 1949. O PCC teve de refugiar-se duas vezes para o campo: uma primeira vez em 1927, na primeira cisão com o Kuomintang de Chang Kai-chek, consequência do fracasso da insurreição comunista em zonas urbanas, o que deu início, em 1934, a Longa Marcha pelas regiões do interior da China; e uma segunda vez, após 1945, quando iniciou-se a terceira Guerra Civil chinesa (1945-1949) (a primeira foi de 1924 a 1927 e a segunda de 1927 a 1937). O que separa a derrota de 1927 e a vitória de 1949 é, sem dúvida o apoio popular dado à guerrilha comunista, adquirido durante a Longa Marcha. Hobsbawm afirma, em *A Era dos Extremos*: "o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas, e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes, em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquistá-la." (p.86);
4: Errada. Foi significante a ruptura entre Mao Tsé-tung (1893-1976) e o líder soviético Nikita Krushev (1894-1971) entre o fim da década de 1950 e durante a de 1960. Não foi uma ruptura pontual, mas uma separação processual, cujas crises foram acumulando-se. A origem vem da antiga desconfiança que Mao mantinha da URSS, quando durante a Terceira Internacional, os soviéticos preferiram apoiar os nacionalistas de Chang Kai-chek em vez do PCC. Em seguida, com Mao no poder e depois de uma reaproximação com Stalin, a morte do ditador soviético vai trazer Krushev, que, numa preocupação revisionista fomentará a cisão entre a URSS e a China. Primeiro, Kruschev, preocupado em melhorar as relações com os EUA, denuncia Stalin no discurso secreto do 20º encontro do Partido Comunista da URSS, em 1956, conhecido como "Sobre o culto à personalidade e suas consequências", a denúncia de Stalin será atribuída, por extensão, ao próprio Mao. A ruptura com as políticas de Stalin e a reabertura com os ideais marxista-leninistas promovida por Krushev não serão bem recebidas na República Popular da China. Segundo, a URSS não reage as aproximações entre os EUA e a República da China (Taiwan). Em abril de 1962, Moscou mostrar-se-á favorável à Índia no conflito sino-indiano pela questão do Tibete e, por outro lado, Mao criticará a URSS de ceder ao imperialismo americano na crise dos mísseis, em Cuba. Em 1963, uma animada troca de declarações alimenta a cisão sino-soviética, com as cartas revisando os ideais comunistas. A partir de 1964, a disputa será sobre

qual Estado é o líder do comunismo no mundo. Nesse mesmo ano, a China testa a bomba A e em 1967 a bomba H, programa nuclear que os chineses desenvolveram sem ajuda formal dos soviéticos, que se recusaram a transferir tecnologia nuclear para a China. Uma questão territorial piora ainda mais a situação entre as duas potências, sobre as ilhas nos rios Amur e Ussuri, na fronteira entre a URSS e RPC, ao norte. Todos essas pequenas crises deterioram as conexões entre Pequim e Moscou, e não se pode falar de laços estreitos entre as duas capitais na década de 1960.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) O texto indica o impacto da Revolução de Outubro de 1917 no plano das relações internacionais. Relativamente a esse acontecimento, que marcou a maior parte da trajetória histórica do século XX, assinale a opção correta.

(A) O processo revolucionário, que culminou com a chegada de Lenin ao poder, foi possível, entre outros fatores igualmente significativos, graças à unidade político-ideológica apresentada pelo movimento socialista russo.

(B) A primeira etapa do processo revolucionário russo foi cumprida já em fevereiro de 1917, quando ocorreu a implantação do regime parlamentar, que reforçava o caráter esclarecido do czarismo, o qual se afastara do modelo despótico clássico desde meados do século XIX.

(C) De Lenin a Stalin, a implantação do modelo econômico socialista fez-se de forma gradativa e, apesar das naturais dificuldades, não conheceu fase de retrocesso nem passou por eventuais adaptações ao longo do percurso.

(D) A morte de Lenin, em plena depressão econômica causada pela crise de 1929, possibilitou a vitória do ideal trotskista de revolução permanente e de universalização do socialismo sob modelo soviético.

(E) Os "dois grandes blocos de potências rivais", mencionados no texto, foram marcantes em grande parte no século XX e, para além das disputas político-militares e econômicas, expressavam nítido antagonismo ideológico.

A: Incorreta, pois não havia uma unidade político-ideológica na Rússia. Os socialistas estavam divididos entre Mencheviques e Bolcheviques. Os primeiros, com tendências mais moderadas, viam uma chegada no poder de maneira gradual, utilizando o pragmatismo para atuar politicamente. Esse grupo representava os interesses da minoria da população, ainda que fossem maioria no partido. Eles viam a Rússia como feudal, e, por essa razão, a revolução deveria ser do tipo burguês. Os segundos eram mais radicais e consideravam-se os portadores dos interesses da maioria da população. Dotados de marxismo, queriam juntar os proletários e os camponeses com o fim de fazer uma Revolução pontual, o que provocaria a queda do regime. Para eles, a Rússia era vista como capitalista, e, por isso, deveria ser posto em prática uma revolução proletária. Foram os Soviets, com maioria Bolchevique, que conseguiram levar o projeto adiante, quando a primeira Revolução eclodiu, em fevereiro de 1917, apesar de não serem os únicos a participar dessa primeira revolução, que englobava os socialistas (Mencheviques e Bolcheviques), liberais e kadetes. Um governo Provisório liberal-burguês instalou-se, mas houve um notável vazio de poder, preenchido pelos Soviets, organizações de trabalhadores que atuavam como conselheiros políticos. Em 24 de outubro de 1917, o golpe Bolchevique é dado, em função da recusa do governo provisório de cessar os conflitos com a Alemanha, criando a Revolução de Outubro;
B: Incorreta. O Czar Nicolau II cai em fevereiro de 1917, o que constitui o fim da dinastia dos Romanov. A Revolução de fevereiro cria um governo provisório dividido entre liberais e socialistas, impregnado pelos Soviets, organizações de trabalhadores;
C: Incorreta, pois há uma divergência entre Lenin (1870-1924) e Stalin (1878-1953). O primeiro, no poder entre 1917 e 1923, mostra um socialismo mais moderado, depois de realizar as reformas de base (reforma agrária e fim de propriedade privada dos meios de produção), Lenin aparece um pouco menos radical, criando uma Nova Política Econômica, ou NEP, em 1921, que permitia a pequena iniciativa privada e a entrada de capitais estrangeiros. Para Lenin, o contexto do fim do Comunismo de Guerra pedia esse pequeno retrocesso necessário. Após a morte de Lenin, em 1924, a NEP entra em decadência para ser extinta em 1928, com a chegada de Stalin no topo do Partido Comunista. Este promoverá um fortalecimento do Estado, com grande intervenção na economia, organizando metas em planos quinquenais de industrialização intensiva, financiados pela produção agrícola. Dessa forma, é difícil falar de um constância entre as políticas econômicas entre Lenin e Stalin;
D: Incorreta. Lenin morrera em 1924 (fora do poder desde 1922), antes da crise de 1929. Trotsky (1879-1940), que defendia um modelo parecido com o de Lenin, de abertura política e econômica gradual (ver NEP acima) foi expulso da direção do regime por Stalin e obrigado a exilar-se no México. Foi o modelo de Stalin que triunfou, do intervencionismo e dos planos quinquenais. Curiosamente, a URSS não será atingida pela Grande Depressão. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em

1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p.100); E: Correta. Trata de uma descrição da divergência entre EUA e URSS. De fato, após a Primeira Guerra, essa divergência será menos importante do que no pós-Segunda Guerra, pois os modelos ainda estão em processo de consolidação. A estrutura dual será mais incisiva e mais significativa no pós-Segunda Guerra, num contexto de bipolaridade da Guerra Fria e de expansão de seus respectivos modelos, o capitalismo e o comunismo.

Gabarito "E"

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1. Modelos e interpretações; O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Tendo o texto como referência inicial e considerando o quadro histórico do século XIX no Ocidente, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Apesar das ondas revolucionárias pós-1815, os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu, isto é, evitaram guerras de âmbito continental, como as que se seguiram à Revolução Francesa.

(2) O processo de expansão do capitalismo, a partir de meados do século XIX, fez-se à margem dos Estados nacionais, conduzido que foi pela iniciativa privada. Isso explica a reduzida intensidade das crises que envolveram os países europeus ao longo da corrida imperialista, quadro que tendeu a modificar-se apenas a partir dos anos 1930, devido ao impacto da grande depressão econômica.

(3) A onda revolucionária de 1848 evidenciou um aspecto historicamente decisivo daquele momento, isto é, o fato de as burguesias liberais terem assumido, resolutamente, a partir de então, as bandeiras revolucionárias da democracia social e de um socialismo mais atenuado, que não se confundia com aquele proposto por Marx e Engels.

(4) A partilha da África, decidida na Conferência de Berlim (1885), símbolo marcante dos princípios, métodos e objetivos da expansão capitalista, reiterou o caráter quase exclusivamente anglo-francês da competição por novas colônias na passagem do século XIX ao XX, já que praticamente inexistiam, à época, potências que com Inglaterra ou França pudessem rivalizar.

1: Anulada. "Uma vez que o comando da questão solicitava que fosse considerado o "quadro histórico do século XIX" e não apenas a primeira metade desse século, a assertiva de que, nesse período, "os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu" é controversa. Assim, fez-se necessária a anulação do item." (justificativa do CESPE). A afirmativa parece certa, pois o Congresso de Viena lança as bases do Concerto Europeu, que manteria uma paz relativa até a Primeira Guerra Mundial, com exceção da Guerra da Crimeia de 1854, como afirma Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*: "Na verdade, exceto pela Guerra da Crimeia, não houve nenhuma guerra que envolvesse mais do que duas grandes potências entre 1815 e 1914." (p.146);
2: Errada. A expansão do capitalismo teve participação importante dos Estados nacionais. Para Lenin, o imperialismo é a fase superior do capitalismo, quando os Estados passam a participar do processo de expansão do capitalismo. O imperialismo que vigorou na segunda metade do século XIX foi promovido pelos Estados como uma maneira de escoar o excesso da produção. A expansão do capitalismo através do imperialismo é resultado direto da Segunda Revolução Industrial, e não se pode dizer que foi feita sem participação dos Estados. Não será um período ausente de crises entre impérios, e crises de grande intensidade em alguns casos, entre França, Alemanha e Grã-Bretanha, que levariam, em parte, à Primeira Guerra Mundial;
3: Errada. O exemplo que contradiz essa afirmativa é o da burguesia francesa no âmbito das revoluções de 1848. A França passa por dois momentos revolucionários: em fevereiro de 1848, que termina na caída da Monarquia de Julho de Luís Filipe I (1773-1850), e em julho de 1848, que termina com a tomada de Paris e as intervenções sangrentas do general Eugène Cavaignac (1802-1857). A notável participação da burguesia, conjugada com a indefinição ideológica do liberalismo, mostra a sua articulação para chegar no poder. Nas jornadas de fevereiro, a burguesia alia-se à esquerda para fazer cair o regime de Luís Filipe I, levando a primeira Revolução, no entanto, nega-se a apoiar as "Jornadas de Junho" da imensa maioria de trabalhadores, voltando-se para a direita conservadora, impedindo uma Primavera dos Povos mais social na França. De acordo com Edward McNall Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a

imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p.568);
4: Errada. Difícil imaginar a expansão dos impérios sem Alemanha, Itália, Portugal, Bélgica e Espanha. Além disso, os EUA também estiveram presentes. Grã-Bretanha e França tinham os maiores impérios, mas isso não significava que eram exclusivamente rivais. A Alemanha, recentemente unificada vinha adquirindo representatividade significativa no âmbito europeu e tornava-se, gradativamente, uma rivalidade importante para a Grã-Bretanha.

Gabarito 1ANULADA, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) Relativamente ao "revolucionarismo endêmico" a que o texto se refere, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Com a derrota de Bonaparte, os países vitoriosos reuniram-se em Viena, em 1815, dispostos a restaurar o *status quo* vigente na Europa antes de 1789, o que pode ser entendido como tentativa de dar sobrevida ao Antigo Regime.

(2) A decisão de se criar a Santa Aliança, emanada do Congresso de Viena, subordinava-se, fundamentalmente, a dois objetivos: sufocar, na Europa, novas tentativas revolucionárias que pudessem surgir no rastro da Revolução Francesa e impedir que, na América, se concretizassem os ensaios emancipacionistas das colônias.

(3) A trajetória política vivida pelo Brasil, da independência aos primeiros anos do Segundo Reinado, apresenta semelhanças com o quadro de sucessivas ondas revolucionárias que atingiram parte considerável da Europa na primeira metade do século XIX. Disso é exemplo a Revolução Praieira, cujo sentido social se aproxima do ideário das revoluções européias de 1848.

(4) Quando a Era Revolucionária se esgotou, em 1848, o mapa político e social europeu em muito se aproximava do cenário pré-1789, o que demonstra ter sido o impacto da industrialização bem mais aparente que real para a configuração da nova sociedade liberal e burguesa.

1: Certa. O Congresso de Viena de 1815, onde se reuniram as nações que derrotaram Napoleão, mostra um interesse em dar um fim à onda revolucionária. Trata-se de um encontro entre representantes de monarcas simpatizantes do Antigo Regime: com a exceção do britânico Castlereagh (1769-1822) e provavelmente do francês Talleyrand (1754-1838) (que foi chanceler da França em todos os períodos desde Luís XVI), os representantes das monarquias do Antigo Regime eram Metternich (1773-1859) da Áustria, Hardemberg (1750-1822) da Prússia, e o próprio Czar Alexandre I (1777-1825). Eram representantes das dinastias do Antigo Regime, e, considerando os seus personalismos, é possível afirmar que o projeto de Restauração implementado pelo Congresso de Viena é uma tentativa de ressuscitar o Antigo Regime;
2: Certa. A Santa Aliança foi a base militar que emanou do Congresso de Viena. Sua função era, a princípio, ser um corpo militar que pudesse bloquear qualquer levante revolucionário, após 1815. Como o Congresso tratava de criar uma ordem que pudesse proteger as Monarquias do Antigo Regime, a Santa Aliança viu uma ameaça nos processos de independência em andamento na América Latina, nas colônias espanholas principalmente. O Congresso de Aix-la-Chapelle de 1818 delega à França a autoridade para intervir, que não teve êxito, talvez pelo fato da Inglaterra não ter apoiado a iniciativa. A Doutrina Monroe de 1823 foi de certa forma, um recado diplomático para a Santa Aliança. O fracasso da Santa Aliança ainda pode ser visto no êxito das revoluções que aconteceram na Europa depois de 1815: na década de 1820, na década de 1830 e em 1848;
3: Certa. As revoltas na Europa faziam-se sentir no Brasil depois de 1822. A Revolução Liberal do Porto, de 1820, forçou um retorno antecipado da família real em 1821, que levaria, indiretamente, à independência de 1822; as "Três Gloriosas" da França de 1830, que provocaram a queda de Carlos X e instaurou a Monarquia de Julho, de certa forma, suscitaram o mal-estar com a monarquia de D. Pedro I e a "noite das garrafadas", iniciando um processo interno de revoltas e forçando a renúncia do Imperador em 1831. Em 1848 não foi diferente. De acordo com Boris Fausto, em *História do Brasil*, "em 1848, surgiu em Pernambuco a Revolução Praieira. A denominação deriva de um jornal liberal – o *Diário Novo* – cuja sede ficava na Rua da Praia, no Recife. É importante lembrar que 1848 não foi um ano qualquer, pois nele uma série de revoluções democráticas varreu a Europa. [...] Como novidade [entre as reivindicações dos praieiros], aparece a defesa do sufrágio universal, ou seja, do direito de voto para todos os brasileiros, admitidas algumas restrições, como idade mínima para votar e ser votado, mas sem a exigência de um mínimo de renda." (p.178-179);
4: Errada. O impacto da industrialização foi importantíssimo para 1848 e, como em 1815, o pós-Revolução mostrou que as demandas por reformas da Primavera dos Povos teriam de ser acatadas um momento ou outro. Na França, apesar de em 1851 voltar a um Império, o sufrágio universal foi utilizado para eleger Luís Napoleão Bonaparte, por exemplo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2000) Na Batalha de Trafalgar, as forças navais britânicas obtiveram importante vitória, mas perderam seu comandante. Horatio Nelson, que faleceu em virtude de ferimentos recebidos durante o confronto. Qual das seguintes alternativas melhor descreve o contexto dessa batalha?

(A) Guerra de independência dos Estados Unidos.
(B) Primeiro Guerra Mundial.
(C) Desembarque na Normandia.
(D) Guerra das canhoneiras no Yantzé.
(E) Guerras napoleônicas.

O comandante Horatio Nelson (1758-1805) foi um importante oficial da Marinha Britânica. A Batalha de Trafalgar foi uma das mais importantes para a Inglaterra, receosa de bloquear os avanços de Napoleão. Em Trafalgar, ao largo da Costa do Sul da Espanha, Nelson, com uma frota menor do que os navios franceses e espanhóis, consegue vencer.

Não foi o primeiro feito do comandante, a Batalha do Nilo foi também importante, em 1798. A descrição trata, portanto, dos feitos dos ingleses contra os projetos expansionistas de Napoleão Bonaparte (1769-1821), coroado imperador em 1804, Napoleão I.

A: Incorreta. A Guerra de Independência dos EUA ocorreu entre 1775 e 1783 e opôs a Coroa Britânica e colonos das 13 colônias britânicas da América do Norte. A Inglaterra vinha de um longo conflito contra a França que, apesar de ter vencido a Guerra dos 7 anos (1756-1763), sentia agora os altos custos de manter o conflito. O Parlamento Britânico decide cobrar a conta do conflito dos colonos, criando uma estrutura de impostos nas 13 colônias. Estas, apesar de independentes entre si, mantinham alguma identidade cultural religiosa e linguística. A estrutura tributária não agrada aos colonos, que passaram a boicotar os produtos britânicos, que será sentido em Londres, revogando todas as leis, com exceção da Lei do Chá, de 1773. Os colonos afirmam que a taxação é injusta, pois ninguém representava os interesses das colônias no parlamento britânico. A ideia da representação teve efeitos em todas as 13 colônias, que passa a criar milícias de oposição. Finalmente a guerra inicia-se, em 1775, que num primeiro, por falta de coordenação, será favorável aos britânicos. Num segundo momento, com um amplo apoio popular às tropas do comandante George Washington e dos Franceses (Marquês de Lafayette, 1757-1834), há uma reviravolta favorável aos colonos, na Batalha de Yorktown, 1781. A Inglaterra reconhece a Independência em 1783, com o Tratado de Versalhes;

B: Incorreta. A Primeira Guerra Mundial ocorre entre 1914 e 1918;

C: Incorreta. O Desembarque da Normandia, do dia 6 de junho de 1944, o "Dia D", é um marco importante da Segunda Guerra Mundial, dia da entrada dos americanos na frente europeia da Guerra, pelas praias francesas da Normandia;

D: Incorreta. A Guerra das Canhoneiras do Yantzé faz referência aos ataques que navios de guerra de diferentes bandeiras sofreram sobre o rio Yantzé. Em 1937, um navio americano, o Panay, que fazia uma patrulha sobre o rio foi atacado por bombardeiros Japoneses. Os EUA exigiram reparações, o que foram pagas pelo Japão. Em 1949, um navio de guerra britânico, o Amethyst, voltava para Shanghai, para proteger a embaixada britânica durante a guerra civil chinesa. O navio fora atacado por batalhões do Exército de Liberação Nacional, o braço armado das tropas comunistas que tomariam o poder ainda naquele ano. Não há necessariamente uma guerra nesse caso, são mais conflitos isolados;

E: Correta. Pela descrição no começo dos comentários.

Gabarito "E".

3.2. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente)

No início da década de 1920, a maior parte do que fora antes de 1914 o Império Russo dos czares emergiu intacto como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicado à construção do socialismo mundial. Foi o único dos antigos impérios dinásticoreligiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, que despedaçara tanto o Império Otomano — cujo sultão era califa de todos os muçulmanos — quanto o Império Habsburgo, que mantinha relação especial com a Igreja romana.

Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 362 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Considerando os aspectos marcantes da história do século XX a que se refere o texto acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Consequência significativa da Grande Guerra de 1914, o desmoronamento do Império Turco abriu caminho para a nova configuração geopolítica do Oriente Médio, uma das mais estratégicas regiões do mundo contemporâneo.

(2) A desintegração do Império Austro-Húngaro, advinda da Primeira Guerra, permitiu o surgimento de novos Estados no leste europeu, o que livrou a região das pretensões expansionistas eslavas e, sobretudo, germânicas.

(3) Infere-se do texto que a Revolução de Outubro, cujo ideal era a construção de sociedade diferente e oposta ao capitalismo, rompeu com o passado da Rússia czarista e abdicou do projeto de constituição de uma entidade multiétnica, que abrangeria a totalidade da grande extensão territorial do país.

(4) Tensões nacionalistas semelhantes às que levaram ao desmonte de impérios existentes até a Primeira Guerra, a exemplo do Otomano e do Habsburgo, surgiram ou reapareceram em fins dos anos 80 do século passado, quando ocorreram o desmantelamento da União Soviética e o colapso da experiência do socialismo real na Europa do Leste.

1: Certa. O Império Otomano estava em declínio e mantinha, até o fim do século XIX, o apoio dos britânicos, preocupados em isolar a Rússia das passagens estratégicas de Bósforo e de Dardanelos. No início da Primeira Guerra, o Império possuía poucos territórios na Europa, a maior parte de suas terras encontrava-se no Oriente Médio e no Norte da África. Com a perda na Primeira Guerra, é assinado, em 1920, o tratado de Sèvres, que criava mandatos franceses na Síria e no Líbano e mandatos britânicos na Mesopotâmia e na Palestina. O tratado também determinava que a Anatólia Central fosse esfera de influência da Itália. Para o Império do Sultão, ficava Constantinopla, além do Norte e o Centro da Ásia Menor. Logo em seguida, as ações de Mustafá Kemal (Atatürk) revogariam as determinações do tratado, ao invadir a Armênia (o que teria causado o genocídio Armênio), ao expulsar os italianos da Anatólia e ao retomar parte do território europeu, que havia sido entregue à Grécia. Tomaram Constantinopla e proclamaram a República, o que levou a revisão de Sèvres, e a criação do tratado de Lausanne (Suíça), que entregaria os territórios conquistados pelos revolucionários aliados de Atatürk. Lausanne não tocou em nada na região que nos interessa aqui, pois os mandatos britânicos e franceses serão importantes para o desenho geopolítico do Oriente Médio contemporâneo;

2: Errada. Por um lado, a Primeira Guerra deu origem a novos Estados, porém, as problemáticas dos nacionalismos nos arredores do antigo Império Austro-Húngaro renderam guerras e conflitos até hoje inacabados. Primeiro, sobre a questão balcânica, Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, mostra como a nova modelagem geopolítica da região estava destinada ao fracasso: "Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria – mas na prática não inteiramente todas – de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores." (p.41). Sobre as expansões germânicas, verifica-se que, como o tratado de Versalhes havia criado o Corredor de Danzig (Corredor Polonês), que separava a Prússia Oriental do resto da Alemanha, criando uma saída marítima para a Polônia, uma parte da população alemã ficara separada do território. Hitler, ao assumir o poder, utiliza a bandeira do germanismo para dar início a um processo de expansão da Alemanha, sob a justificativa de "colocar todos os alemães sob a égide de seu Reich" (Burns, *História da Civilização Ocidental*, volume 2, p.723), anexando a Áustria em março de 1938. Em seguida, "Hitler declarou que a região dos Sudetos (Tchecoslováquia) era uma parte natural do Reich e que pretendia ocupá-la" (p.723) e derrota a Tchecoslováquia. "Após a extinção da Tchecoslováquia, Hitler exigiu a abolição do Corredor Polonês [...]. O Corredor continha uma grande população alemã, que, segundo declarou Hitler, devia ser reintegrada à Alemanha." (p.724). Dessa forma, não se

pode falar que o leste europeu ficara livre, após a Primeira Guerra, das pretensões expansionistas dos nacionalismos eslavos ou germânicos; 3: Errada. Na verdade, a Revolução de Outubro propunha-se a expandir-se internacionalmente, além das fronteiras da Rússia. A afirmativa está correta no que se refere a romper com o passado czarista. O equívoco aparece na "abdicação de uma entidade multiétnica", primeiro porque a Revolução é feita na Rússia inteira e segundo porque é ela que mantém o Estado unificado, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "a Revolução Bolchevique preservou a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos." (p.71). Em seguida, é importante ressaltar que o projeto dos Bolcheviques era de expandir a Revolução de Outubro para o resto do mundo e, muito embora ela não tenha ocorrido como Lenin havia planejado, há de convir que ela influenciou um número importante de revoluções pelo mundo, como afirma Hobsbawm: "A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna. [...] Após trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos «Dez dias que abalaram o mundo» (rede, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista." (p.62);
4: Certa. É possível traçar um paralelo entre os dois acontecimentos. O historiador francês Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945*, propõe uma análise sobre o tema, além de fazer um recorrido sucinto sobre os diferentes movimentos (tradução livre): "A falência dos regimes da Europa do Leste foi acompanhada da ressureição dos nacionalismos e dos problemas das fronteiras. [...] Brutalmente, a Europa reencontra seus demônios de 1914 e redescobre que o império dos Habsburgos, que agrupava todos os povos da Europa central, tinha suas vantagens. O sobressalto polonês fundou-se em grande parte na base da nação polonesa, ligada à Igreja católica. Na Hungria, manifestações nacionalistas ocorreram no dia 14 de março de 1989 na ocasião da morte da imperatriz Zita, última rainha da Hungria. Na Romênia, a minoria húngara (3 milhões de pessoas) presente na Transilvânia, antiga província húngara, reivindica sua autonomia. As minorias romenas agitam-se na Moldávia ex-soviética. Surgem tensões entre Húngaros e Eslovacos. O caso mais dramático é o da Iugoslávia. [...] Na Iugoslávia, o lento desmantelamento do sistema comunista a partir da morte de Tito em 1980 foi acompanhado de um ressurgimento dos nacionalismos e das paixões que a firmeza de Tito conseguira dominar ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao impor um Estado federal com seis repúblicas e duas províncias autônomas. [...] Finalmente, a Tchecoslováquia, criada ao fim da Primeira Guerra Mundial nas ruínas da Áustria-Hungria, explodem em uma República Tcheca e uma Eslováquia, que se divorciam pacificamente (1º de janeiro de 1993), após setenta e quatro anos de vida em comum.' (p.184-185). Finalmente, é necessário deter-nos sobre o conceito de "socialismo real" abordado na afirmativa. Trata-se da experiência socialista que foi praticada em algum momento. Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, consagra um capítulo inteiro para pormenorizar sobre as experiências socialistas no pós-guerra: "Essa era a parte do mundo [onde o socialismo existiu de fato] cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de "socialismo realmente existente"; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato." (p.364).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 1999) A crise iugoslava, que degeneraria em diferentes conflitos, armados, teve início com a declaração de independência de que república, até então parte da República Federação Socialista da Iugoslávia?

(A) Eslovênia.

(B) Macedônia.

(C) Bósnia-Herzegovina.

(D) Kosovo.

(E) Zagreb.

A: Correta. A Eslovênia foi o primeiro país a separar-se da Iugoslávia em 25 de junho de 1991;
B: Incorreta. A Macedônia separou-se em 8 de setembro de 1991;
C: Incorreta. A Bósnia-Herzegovina se separou do que restou da Iugoslávia, controlada pela Sérvia, 1º de março de 1992;
D: Incorreta. O Kosovo declarou sua independência em 17 de fevereiro de 2008. O Brasil ainda não reconheceu a independência do país, embora a Corte Internacional de Justiça tenha reconhecido a independência em 22 de junho 2010, e a ONU acatou a decisão. Como ponto de referência, vale lembrar em 1999, ano da pergunta, o Kosovo estava em guerra, quando tropas da OTAN atacaram instalações em Belgrado;
E: Incorreta. Zagreb é a capital da Croácia, e nunca se tornou independente. A Croácia, por outro lado, tornou-se independente da Iugoslávia no mesmo dia que a Eslovênia, em 25 de junho de 1991.

Gabarito "A"

3.3. Causas da Primeira Guerra Mundial

(Diplomacia 2009) Acerca do processo histórico que desencadeou a I Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A ascensão econômica e política do Império Austro-Húngaro levou-o a confrontar os interesses ingleses nos Bálcãs. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, permitiu que se atribuísse ao imperialismo britânico a responsabilidade pelo clima de tensão regional, e constituiu o marco inicial da guerra.

(2) A expansão econômica da Alemanha levou-a a competir com a Inglaterra e com a França.

(3) Na França, o governo do presidente Poincaré, acossado por reivindicações nacionalistas, encontrou na guerra uma alternativa para desviar as atenções dos problemas internos.

(4) No início, a guerra reforçou a coesão nacional no Império Austro-Húngaro e na Rússia.

1: Errada. Primeiro, dificilmente pode-se falar de uma ascensão política e econômica no Império Austro-Húngaro. Segundo, e mais importante, não se pode falar de um interesse direto britânico na região dos Bálcãs. De fato, a Grã-Bretanha tinha outros objetivos antes da Primeira Guerra, como afirma Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "Seus grandes objetivos eram: (1) manter as linhas vitais de comunicação do império; (2) conservar desimpedidas as vias marítimas para suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e (3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma dela jamais se tornasse bastante forte para atacar a Grã-Bretanha." (p.665). De acordo com o mesmo autor, era outro império que mantinha interesses na região balcânica, a Rússia, por ser uma região geograficamente estratégica, e que, de certa forma, será um dos primeiros países a reagir ao atentado contra o arquiduque austríaco: "Uma grande ambição da Rússia consistia em obter o controle dos estreitos de Bósforo e dos Dardanelos. A realização dessa antiga meta impediria que a esquadra russa ficasse imobilizada no mar Negro em caso de guerra. Além disso proporcionaria acesso pleno ao Mediterrâneo e, provavelmente, o controle de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia tornar-se-ia herdeira dos Bálcãs." (p.665). Nesse caso, é possível afirmar que a Inglaterra tinha algum interesse nos Bálcãs, que era bloquear as pretensões russas na região, mas essa afirmativa pode ser relativizada. A rivalidade entre as duas nações foi importante durante a primeira metade do século XIX, mas o declínio do império russo, sentido no início do século XX, marcado pela derrota contra o Japão na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), limitou a expansão russa. Dessa forma, a Grã-Bretanha não buscaria mais com o mesmo rigor bloquear os avanços russos, a não ser que

causassem instabilidades continentais. Finalmente, um último fator que mostra a atuação russa na região balcânica, é o pan-eslavismo, um tipo de nacionalismo que queria reunir todos os eslavos da Europa no mesmo Estado. Burns afirma assim: "Argumentava-se [...] que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos deveria atuar como guia e protetor das nações eslavas menores dos Bálcãs. O pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria." (p.666-667);

2: Certa. A unificação alemã trouxe um novo competidor de peso para o equilíbrio europeu, que havia conseguido manter o século XIX em um certo patamar de estabilidade, contrabalanceando o peso das nações e levando a uma instabilidade da estrutura informal. O crescimento econômico da Alemanha vai ter uma influência no jogo de poder a nível europeu e mundial. A economia de uma nação, no período que separa os séculos XIX e XX, passa a ser um fator determinante para que seja reconhecida como potência. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, "Agora era impossível conceber uma «grande nação» que não fosse ao mesmo tempo uma «grande economia» [...]." e continua sobre a Alemanha "cujo assombroso crescimento industrial lhe conferiu um peso internacional incomparavelmente que o que tiver a Prússia." (p.438). O historiador ainda questiona o fato de esse crescimento ter levado a um desequilíbrio de poder evidente que pudesse trazer ameaças efetivas, e encontrou uma justificativa no jogo de alianças: "A Grã-Bretanha defendeu ao máximo a preservação do *status quo* e a Alemanha sua modificação – inevitavelmente, mesmo se não intencionalmente, às custas da Grã-Bretanha. Nessas circunstâncias e dada a rivalidade econômica entre as indústrias dos dois países, não admira que a Grã-Bretanha considerasse a Alemanha o mais provável e perigoso de seus adversário potenciais. Era lógico que [a Grã-Bretanha] se aproximasse da França e [...] da Rússia [...]." (p.442);

3: Errada. O presidente Raymond Poincaré (1860-1934) assumiu a presidência da França entre 1913 e 1920. Durante esse período, a França teve problemas internos, associados com as reivindicações de partidos de esquerda, com muitas greves ligadas aos partidos socialistas. Estes haviam conseguido algumas vitórias durante a Terceira República na França (1870-1940), mas sentiam que sua representatividade permanecia inferior. Nos anos anteriores à Primeira Guerra, muitas greves eclodiram, o que levou à uma instabilidade social, manifestada pela radicalização dos partidos de esquerda. Em geral, esses partidos defendiam o pacifismo e eram contra a guerra, manifestado principalmente na figura de Jean Jaurès (1859-1914), assassinado por um nacionalista, Raoul Villain. Os nacionalistas, ao contrário do que é dito na afirmativa, eram favoráveis à guerra, e mostravam o seu apoio ao conflito reivindicando a retomada da região da Alsácia-Lorena, entregue à Alemanha 1870, ao fim da guerra Franco-Prussiana (região estratégica, rica em minérios de carvão e de aço). Serão os nacionalistas que alimentarão esse sentimento de revanchismo presente na França de 1914, que levará a nação à guerra. Não se trata, portanto, de desviar as atenções da população, como afirma o item;

4: Certa. Os desdobramentos dos nacionalismos na região balcânica foram um dos fatores que motivaram a guerra. A Rússia via-se como defensora dos eslavos da Europa, instigada pelo pan-eslavismo, o que justifica, de certa forma, a atitude russa na região após o atentado contra o arquiduque Francisco Ferdinando. De acordo com Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "o pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria." (p.666-667). Para completar esse pensamento e argumentar sobre o Império Austro-Húngaro, Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, também descreve acerca dos entusiasmos nacionalistas verificados neste império multinacional e na Rússia, ao falar sobre os ânimos nacionais e como surgiu apoio ao conflito logo do início da Primeira Guerra Mundial: "Mas os governos se enganaram no que tange a um ponto crucial: foram pegos de surpresa, assim como os que se opunham à guerra, pela extraordinária vaga de entusiasmo patriótico com que seus povos pareciam mergulhar num conflito no qual ao menos 20 milhões de pessoas seriam mortas ou feridas, [...]. Na Áustria não foi só o povo dominante que foi abalado por uma breve onda de patriotismo. Como reconheceu o líder socialista austríaco Victor Adler: «mesmo entre as nacionalidades, lutar na guerra era uma espécie de libertação, uma esperança de que algo diferente viria». Até na Rússia, onde haviam sido previstos um milhão de desertores, todos, salvo poucos milhares dos 15 milhões, obedeceram à convocação." (p.449-450).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Não são poucos os historiadores que veem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o fim do historicamente longo século XIX. Quer pela complexidade de suas causas, quer por seus efeitos profundos, um dos quais a vitória bolcheviques na Rússia, a Grande Guerra assinala o epílogo de uma era e o início propriamente dito do século XX. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Entre os fatores determinantes para a eclosão do conflito mundial em 1914 podem ser destacados o exacerbado nacionalismo – não raro revestido das cores da xenofobia – e as disputas ditadas pelos interesses imperialistas.

(2) A rápida ascensão da Alemanha no pós-1870 constituiu fator desestabilizante no cenário europeu. Ainda que tenha mantido permanente aliança econômica com a Grã-Bretanha, sua disputa com a França por influência política criou condições à guerra.

(3) A expressão "paz armada" consagrou-se como a melhor caracterização do cenário europeu nos anos imediatamente anteriores a 1914. Nesse contexto, por temerem as consequências da guerra, os diversos Estados renunciaram à velha prática da diplomacia secreta visto que esta os amarraria a uma perigosa teia de acordos militares.

(4) Impulsionada pelas circunstâncias da guerra, que explicitaram ainda mais a grave situação interna da Rússia, a Revolução Russa de 1917 significou a primeira grande fissura na unidade capitalista que a Revolução Industrial e as revoluções liberais burguesas haviam começado a edificar desde as últimas décadas do século XVIII.

1: Certa. Os nacionalismos estão entre os fatores que motivaram a Guerra. Na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o

conflito, por sinal, é palco de muitos territórios associados às nacionalidades, muitas delas com divergências de fronteiras. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também se considera um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurès, assassinado pouco antes do início dos conflitos. No nível das disputas imperiais, será nesse contexto que as crises que motivarão a guerra mais tarde, ocorrerão: Fachoda e Suez (1898) e as crises marroquinas (1904-1911);
2: Errada. Não houve acordo econômico entre a Grã-Bretanha e a Alemanha entre 1870 e 1914. Por outro lado, também está errada a afirmativa acerca da disputa por influência política com a França. Havia sentimento de revanchismo na França desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870, quando o território então francês da Alsácia Lorena foi adquirido pelos alemães. Nos jogos de aliança do sistema bismarckiano havia uma vontade de criar alianças suficientemente poderosas a ponto de dissuadir o inimigo, mas não a ponto de levar ao conflito. Talvez os desequilíbrios econômicos e as divergências imperiais tenham sido mais importantes nesse aspecto ao advento da Guerra;
3: Errada. A diplomacia secreta foi um dos fatores que também motivaram a guerra. A "paz armada" do período pré-guerra existiu quando o sistema de alianças tentou equilibrar-se, as nações das alianças tentando equiparar-se em termos de material bélico. Mas a diplomacia secreta continuou existindo, e foi o primeiro ponto que Wilson criticou ao final da Guerra, no seu famoso discurso dos Quatorze Pontos;
4: Certa. A afirmativa traça de maneira sucinta o aspecto simbólico da Revolução Russa de 1917: modificar os padrões das revoluções anteriores em todos os seus aspectos, políticos, econômicos e socioculturais. Também houve uma conjunção de fatores, que não datam necessariamente do período de guerra (revoltas populares de 1905 e falência da dinastia dos czares), mas é verdade que o contexto de guerra amplifica as razões que levam à Revolução, argumento conrifmado pelo Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 3 de março de 1918 entre a Rússia e as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária), que reconhece a retirada da Rússia do conflito.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A Grande Guerra de 1914 resulta, entre tantos e múltiplos fatores, das disputas interimperialistas — notadamente aquelas que colocam frente a frente duas forças econômicas, a declinante Grã-Bretanha e a ascendente Alemanha — e do peso ponderável do nacionalismo, em particular daquele conduzido e manipulado pelos Estados. Quando o conflito chega ao fim, uma Europa em crise assiste à emergência mundial dos Estados Unidos da América (EUA) e à quase generalizada decadência dos regimes políticos liberais.

1: Certa. Trata de uma abordagem ampla dos anos da guerra, as causas e as consequências desta. Entre as causas, é necessário abordar o tema do concerto europeu, pois era o sistema internacional vigente antes da guerra. O Congresso de Viena de 1815 construiu as bases desse sistema, que se sustentava no equilíbrio entre potências. O sistema funcionou durante boa parte do século XIX, até que os desequilíbrios dentro dele não puderam mais manter a paz. O desequilíbrio surgiu em parte pela ascensão da Alemanha, recém unificada, que competia economicamente com a Grã-Bretanha. Esta mantinha um império colonial que lhe era rentável, mas difícil de controlar, enquanto que aquela estava mais preocupada com seu potencial interno, principalmente, militar (embora possuísse algumas colônias na África). O nacionalismo de Estado também pode ser considerado uma das causas da Guerra. Por exemplo, na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o conflito, é uma área que abrange muitos territórios associados à diferentes nacionalidades. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também considera-se um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurés, assassinado pouco antes do início dos conflitos. Finalmente, a afirmativa fala do pós-Guerra. Por um lado, os EUA eram primeira potência mundial desde 1914 e, depois da Guerra, passaram a ser credores a nível mundial. Não é de se surpreender que a crise de 1929, iniciada nos EUA, tem consequências no mundo inteiro. É dessa crise que surge a ideia da decadência do liberalismo, pois esse era em parte o modelo adotado pelos países europeus. A medida será, na maioria dos casos, intervencionismo estatal na economia, atacando a premissa primeira do liberalismo. Os regimes que surgirão dessa crise condenam o liberalismo de Estado e assumem posturas radicais, com tendências fascistas.

Gabarito 1C

(Diplomacia – 2000) A Primeira Guerra Mundial, chamada por seus contemporâneos de a Grande Guerra,

(A) expôs a eficácia do sistema europeu de poder sustentado nas alianças rígidas e secretas entre os Estados.
(B) Ocorreu única e exclusivamente para atender à *weltpolitik* alemã.
(C) Teve amplitude territorial maior que a Segunda Guerra Mundial.
(D) Evidenciou a deterioração da balança de poder herdada do final do século XIX.
(E) Contou, desde o início, com o engajamento militar dos Estados Unidos.

A: Incorreta, pois a Primeira Guerra mostrou que o sistema de Alianças e a diplomacia secreta foram fatores de instabilidade que iniciaram os conflitos. O sistema europeu de equilíbrio entre potências falira em

1914, pois as divergências entre potências tornaram-se insustentáveis. No pós-guerra, Wilson lançara os seus Quatorze Pontos, nos quais ele denuncia as políticas de aliança e a diplomacia secreta como fatores de instabilidade;
B: Incorreta, pois havia outras dinâmicas expansionistas na Europa além da *Weltpolitik*, a "Política Mundial" alemã. É possível afirmar que a *Weltpolitik* marcava as aspirações expansionistas da Alemanha, o que contribuiu para o início do conflito, mas a Primeira Guerra tem origens nas estruturas de poder vigente na Europa e não foi a atitude única e exclusiva da Alemanha que levou ao conflito. Um exemplo é o enfrentamento entre projetos expansionistas associados a nacionalismos. O Pan-germanismo, ideia de reunir todos os alemães da Europa em um mesmo território, confrontava-se ao Pan-eslavismo, que tinha o mesmo intuito com os povos eslavos dos Bálcãs e da Rússia;
C: Incorreta. A Primeira Guerra, em seus confrontos militares, teve um *front* menor que o da Segunda Guerra. O palco europeu foi central na guerra de 1914, enquanto que a de 1939 teve *fronts* múltiplos, como é o caso da Guerra no Pacífico;
D: Correta. O sistema europeu não tinha mais sustento em 1914. O equilíbrio de poder do concerto europeu, estabelecido no Congresso de Viena, conseguira manter a paz entre as grandes potências europeias. No entanto, com fortes desequilíbrios entre as nações, devido a uma expansão do poder em potências imperiais, com a ascensão da Alemanha unificada e a decadência gradual britânica, o concerto europeu não tinha mais como sustentar-se;
E: Incorreta, pois os EUA só entraram na Guerra em 1917. Depois da intercepção pelos americanos do Telegrama Zimmermann, mandado pelo Ministro de Relações Exteriores alemão Arthur Zimmermann (1864-1940) ao embaixador alemão no México e que visava encorajar o México a entrar em guerra contra os EUA, comprovando a ameaça da Alemanha contra os EUA, estes decidiram entrar em guerra. As afinidades com o liberalismo também motivaram a entrada dos EUA para ajudar a Tríplice Entente.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1998) O que não é correto afirmar sobre guerras:

(A) Nos quase cem anos que vão de 1816 a 1913, não houve guerra que envolvesse mais do que duas das maiores potências da época (Inglaterra, França, Prússia/Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Itália, Estados Unidos e Japão), à exceção da Guerra da Criméia, da qual participaram Rússia, Inglaterra e França.

(B) A Primeira Guerra Mundial envolveu todos os países europeus, exceto Inglaterra, Espanha e Holanda, os três países escandinavos e Suíça.

(C) Entre as guerras internacionais no período de 1816 a 1965, as quatro que mais provocaram mortes ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China (1937-1939) e a Guerra da Coréia.

(D) A proibição do emprego de armas químicas em conflitos internacionais, estabelecida pela Convenção de Viena de 1925, foi respeitada durante a Segunda Guerra Mundial, mas não durante a Guerra Irã-Iraque, nos anos oitenta, em que substâncias químicas foram utilizadas contra soldados e civis.

(E) A Guerra Civil Americana foi, para os Estados Unidos, o mais sangrento de todos os conflitos, tendo provocado tantas mortes de norte-americanos quanto todas as guerras de que os Estados Unidos participaram posteriormente, incluindo as duas guerras mundiais, a Guerra da Coréia e a Guerra do Vietnã.

A: Correta. Trata-se do sistema de equilíbrio de potência estabelecido pelo Concerto Europeu, no Congresso de Viena. O Concerto Europeu é um sistema internacional informal que baseava-se no equilíbrio de poder entre as potências europeias para evitar maiores confrontos entre eles. De fato, com a exceção da Guerra da Crimeia, entre 1853 e 1856, que opôs as potências continentais contra o expansionismo russo. A Inglaterra, em 1815, desejava estabelecer um equilíbrio de poder a nível europeu para poder expandir o capitalismo da Revolução Industrial para outros continentes. O único empecilho seria se algum Estado continental constituísse algum fator de instabilidade. Por isso ela mantem interesse em bloquear os projetos expansionistas da Rússia. Às vésperas de 1914, esse sistema encontrava-se falho, dissolvido nas desigualdades dos impérios coloniais, das corridas aos armamentos e nos extremismos do nacionalismo;
B: Incorreta. Primeiro porque a Inglaterra esteve diretamente envolvida no conflito. Ela estava aliada à França pela Tríplice Entente, uma aliança política constituída por Grã-Bretanha, França e Rússia. Depois dos efeitos regionais do assassinato do arquiduque Francisco Fernando, da Áustria, por radicais eslavos, em Sarajevo, a Grã-Bretanha declara guerra contra a Alemanha em 4 de agosto de 1914. A Holanda manteve-se neutra, assim como a Suíça, a Noruega e a Suécia. A Finlândia só se tornou independente da Rússia em 1917, até então não existia como Estado, mas estava na guerra do lado Russo;
C: Correta. Considerando-se os períodos e determinando o foco em conflitos internacionais, de fato, os 4 conflitos foram os que provocaram mais mortes: A Segunda Guerra (1939-1945) com a Guerra Sino-Japonesa (1937-1939) fez algo como 70 milhões de mortos; a Primeira Guerra (1914-1918), algo em torno de 15 milhões de mortos; a Guerra da Coréia (1950-1953), mais ou menos 3 milhões de mortos;
D: Incorreta. Não existe uma Convenção de Viena sobre armas químicas, existe o Protocolo de Genebra para a Proibição do Uso em uma Guerra de Asfixiantes, Venenos ou outros Gases, e de Métodos Bacteriológicos, de 17 de junho de 1925. O protocolo proíbe o uso de agentes químicos e bacteriológicos em qualquer tipo de conflito, não só os internacionais, entre os seus signatários. Acerca dos conflitos, não há registro oficial de uso durante os confrontos militares da Segunda Guerra Mundial, apesar do receio de que fossem usadas. Na guerra entre o Irã e o Iraque (1980-1988), o Iraque usou armas químicas, notadamente, gás mostarda, contra as tropas iranianas e as populações iranianas e curdos. Não há um número efetivo de atingidos pelas armas, dado que o efeito das armas ainda hoje faz vítimas. Estima-se mais de 100.000 mortes;
E: Correta. As mortes de norte-americanos na Guerra Civil (1861-1865) elevam-se a 625.000, civis e soldados somados. Na Segunda Guerra (1939-1945, EUA a partir de 1941), calcula-se que morreram 405.399 pessoas diretamente ligadas ao conflito. Esse número cai para 116.516, na Primeira Guerra (1914-1918, EUA a partir de 1917) e para 58.151 na Guerra do Vietnã (1955-1975, EUA, efetivamente, pois já possuíam tropas no Vietnã desde 1955, a partir de 1964).

Gabarito nosso: Anulada (duas respostas incorretas)/
Gabarito oficial "B"

3.4. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939); A Liga das Nações

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações

internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Infere-se do texto que "o advento de um novo período na política mundial", no final do primeiro parágrafo, vincula-se, entre outros aspectos, ao(à)

(A) fato de que a supremacia das potências européias, na passagem do século XIX ao XX, deixara de sofrer as contestações tão comuns à época da expansão imperialista.

(B) surgimento de novos atores importantes no cenário internacional, a exemplo da Rússia, dos EUA e, no Extremo Oriente, do Japão.

(C) Grande Guerra de 1914, responsável pela exclusão definitiva das potências derrotadas, como a Alemanha, das principais decisões mundiais.

(D) substituição dos Estados nacionais pelas grandes corporações transnacionais na condução do processo de disputas por mercados consumidores e por áreas de investimentos.

(E) recrudescimento da posição de liderança inconteste do sistema capitalista por parte dos países mais industrializados da Europa Ocidental, à frente dos quais se apresentavam França e Inglaterra.

A: Incorreta, pois o advento desse novo período, como o texto afirma, refere-se à aparição de novos atores importantes para a configuração da estrutura do sistema internacional. A aparição das novas potências implica, indiretamente, o declínio da velha estrutura de equilíbrio europeia. Essa estrutura era alvo da crítica tanto de Wilson como de Lenin;
B: Correta, pois é da aparição das novas potências que trata o texto. "O advento de um novo período na política mundial" corresponde à aparição dos EUA, triunfante da Primeira Guerra, da Rússia como URSS, líder da Revolução, e do Japão, cada vez mais presente nas relações internacionais;
C: Incorreta. Embora o tratado de Versalhes impõe severa sanções à Alemanha, não se pode dizer que a exclui do cenário internacional, muito menos de maneira definitiva. Em 1926, ainda sentindo os efeitos da Guerra, a Alemanha é incluída na Liga das Nações, como membro do Conselho, para sair em 1933, com a ascensão de Hitler;
D: Incorreta, pois não se pode afirmar que as relações transnacionais, no período entre guerras ou pós-Segunda Guerra, sobrepunham a atuação dos Estados ainda. Essa tendência é mais recente, década de 1980 e princípios do século XXI, e ainda é controversa. No período citado, ainda é importante a presença dos Estados no centro do sistema internacional;
E: Incorreta, pois a Inglaterra, tanto no entre guerras, como no pós-Segunda Guerra, entra em um declínio formal, aceitado por ela, que concede as independências de suas colônias de maneira negociada. A França também perde o seu império, em alguns casos, consequência de guerras de independência (Indochina e Argélia). O pós-Guerra é marcado pela ascensão rápida do Japão, com um processo de reconstrução rápido, e posteriormente, a chegada da Alemanha também será significativo, após a unificação e 1989, como o país com a melhor balança comercial da Europa. Finalmente, é importante afirmar que, no período citado não houve um retorno da posição de liderança do sistema capitalista. O texto refere-se à ascensão da Rússia ao nível de potência mundial, que durante quase todo o século XX, esteve em oposição ao modelo capitalista e à propriedade privada, adotando a socialização dos meios de produção.

Gabarito "B"

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O curto período entre as duas guerras mundiais do século em XX (1919-1939) testemunhou a crise profunda do modelo econômico e político liberal. No que concerne a esse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens, ainda considerando o texto.

(1) A humilhante derrota militar da Alemanha, que chegou ao fim da Primeira Guerra invadida e ocupada pelas tropas inimigas, determinou a queda do regime monárquico nesse país e ascensão ao poder das forças socialistas – República de Weimar.

(2) A entrada dos EUA na etapa final do conflito (1917) foi decisiva para selar a derrota dos chamados impérios centrais. Terminada a guerra, esse país viu-se na inovadora condição de grande credor internacional, com excepcionais condições de se transformar em potência mundial.

(3) Sob o ponto de vista político, a crise do estado liberal que se seguiu à Grande Guerra de 1914 materializou-se, sobretudo, na ascensão de regimes totalitários, dos quais as mais diversas formas de fascismo seriam exemplos exponenciais.

(4) As práticas intervencionistas, às quais o texto alude, decorreram da necessidade imperiosa de se enfrentar a Grande Depressão que se seguiu à Crise de 1929 e foram implementadas por quase todos os países. A esse respeito, notável exceção se deu nos EUA, onde nem mesmo o New Deal conseguiu arranhar os sólidos princípios liberais, que sempre caracterizaram a economia e as instituições políticas norte-americanas.

1: Errada. Não foi o fim da Guerra que permitiu a ascensão do socialismo, os ideais já existiam antes de 1918, com Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919), dois comunistas que, antes da guerra, fundaram a Liga Espartaquista, virando um partido no pós-guerra, o KPD. A Liga Espartaquista, junto com o PSD e UPSD

(partidos socialdemocratas), reivindicavam o armistício e a queda da monarquia. Será a socialdemocracia alemã que, após a fuga do rei Guilherme II para a Holanda, constituirá um governo provisório, o Conselho dos Comissários do Povo, em 10 de novembro de 1918 e que irá declarar o armistício em 11 de novembro. Os Espartaquistas não apoiaram o Conselho, denunciando o seu continuísmo com o regime anterior. Uma república provisória é declarada em 10 de janeiro de 1919, e será algo, junto com o movimento Espartaquista de uma contrarrevolução, levada por grupos de direitas e por militares veteranos da guerra. Rosa e Karl são assassinados, o que deu fim à tentativa de revolução socialista na Alemanha. A Constituição é declarada em 11 de agosto 1919 e assim surge a República de Weimar, que aceita a democracia, mas nos moldes liberais;

2: Certa. Os EUA saíram como grandes vencedores da guerra em todos os aspectos. A sua entrada foi fundamental para selar o conflito e depois, para definir as linhas da Paz. Durante o conflito, os EUA recebem um montante financeiro para o esforço de guerra que, liberado no sistema capitalista liberal, contribui, em parte, para transformá-los em potência econômica mundial no pós-guerra. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem explicada: "A Primeira Guerra Mundial provocou um remanejamento nas posições de certas nações como potências econômicas. Os Estados Unidos, que já eram a primeira potência industrial em 1914, haviam-se tornado, em 1919, os primeiros também como potência comercial e financeira, dispondo de grandes estoques de ouro. Entre as moedas importantes, somente o dólar conservaria a conversibilidade no pós-guerra." (p.135);

3: Certa. A ascensão dos fascismos no pós-guerra vem da crise do liberalismo. A ideologia liberal não conseguira evitar a guerra de 1914, nem a Grande Depressão de 1929, e os argumentos para alimentar regimes radicais, dotados de exaltação nacional, estavam prontos. Hobsbawm chama esse período, em *A Era dos Extremos*, de "A queda do liberalismo";

4: Errada. O *New Deal* adota medidas intervencionistas para estimular a demanda. A ideia por trás do *New Deal* era fornecer um pacote de medidas para estimular a criação de empregos (grandes construções, empréstimos para empresários e investidores). Isso criaria e aumentaria a renda dos trabalhadores, que passariam a demandar mais, isto é, um aumento na demanda agregada. Esse aumento é que causa o efeito multiplicador e estimula a economia, em sintonia com as teses keynesianas.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

3.5. As causas da Segunda Guerra Mundial

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O texto faz do ano de 1939 – não por acaso, o que assinala o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – seu marco cronológico final. A propósito desse conflito, cujo caráter mundial é bem mais acentuado do que o daquele que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Entre os múltiplos fatores que levaram à Segunda Guerra, um dos mais determinantes foi a acentuada desestruturação da economia mundial, que, mal recuperada dos efeitos da Primeira Guerra, sucumbiu ao quadro de profunda depressão advinda do crash financeiro nova-iorquino

(2) Apesar de nãoexpansionistas, os regimes nazifacistas contribuíram para que a Segunda Guerra Mundial acontecesse ao insistirem nos métodos econômicos intervencionista e nos maciços investimentos militares.

(3) Nos encontros entre os líderes aliados, na etapa final da Segunda Guerra, traçou-se a estratégia de uma nova ordem internacional, na qual ficaram nítidas a força e a intenção dos vitoriosos de conter o poderio dos integrantes do Eixo.

(4) Apesar de ter participado diretamente do conflito, ao ceder bases aéreas e navais no Nordeste, ao constituir a Força Aérea Brasileira (FAB) e ao enviar para a Itália os contingentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Brasil do Estado de Novo getulista passou ao largo dos efeitos democratizantes trazidos pelo término da guerra, com a derrota do totalitarismo nazifascista.

1: Certa. O crash financeiro de 1929 foi uma das causas estruturais da Segunda Guerra Mundial. Para solucionar a crise, foi necessário abandonar em parte o liberalismo, mas nenhum modelo econômico que se seguiu estabeleceu qual o limite da intervenção do Estado na economia. Como resposta, muitos países adotaram regimes radicais para responder a crise, o que gerou a instabilidade pré-guerra. O recrudescimento do protecionismo, em função da intervenção mais importante do Estado na economia, também foi um fator de instabilidade que motivaram o conflito;

2: Errada. Não se pode dizer que os regimes nazifascistas não eram expansionistas. Hitler, ao chegar ao poder, inicia um processo de unificação de todas as nações alemãs, a começar pela Áustria, seguido da Tchecoslováquia e, por fim, da Polônia, para reaver os territórios alemães separados pela saída de Danzig, o que motivou uma ação em resposta, pelas forças aliadas, iniciando o conflito em 1939;

3: Certa. Stalin, Roosevelt e Churchill, ou seus respectivos ministros de relações exteriores, mantiveram reuniões mais ou menos regulares durante a Guerra. Antes do fim da Guerra, em Teerã, novembro de 1943, os três líderes já vinham discutindo o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste, e foi esboçada a divisão da Alemanha entre as nações aliadas. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e implementou-se a divisão da Alemanha. De certa forma, as conferências trilaterais criam a nova ordem que entrará em vigor no pós-guerra, com as zonas de influências e os interesses bem determinados;

4: Errada. A afirmativa está correta ao falar sobre a participação do Brasil na guerra, mas equivoca-se ao afirmar que a queda dos regimes fascistas na Europa não teve efeitos democratizantes no Brasil. Foi muito mais em função da contradição interna do Estado, lutando em prol da democracia contra ditaduras na Europa, mas mantendo um regime do tipo autoritário. Essa contradição motivou a opinião pública no Brasil, que demandava uma maior abertura com a queda dos regimes na Europa. Um golpe de Estado, feito por militares, derrubou o Estado Novo de Getúlio em 29 de outubro de 1945.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.).

Pensar o século XX. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Os dois grandes conflitos mundiais do século XX tiveram origens e motivações distintas. Enquanto a Grande Guerra de 1914 teve, desde o início, caráter mundial, em função, sobretudo, do colonialismo europeu que estendia seus tentáculos por vários continentes, a Segundo Guerra circunscreveu-se ao palco europeu, malgrado ter contado com a participação de países que resistissem ao comunismo.

1: Errada. O item acerta ao afirmar que as origens e as motivações dos conflitos são distintas. A Primeira Guerra pode até ter envolvido os impérios, mas o seu palco principal de conflito foi a Europa, notadamente as frentes na Alemanha ao Leste a ao Oeste. A Segunda Guerra iniciou-se com as invasões de Hitler na Europa central, mas teve frentes distintas, como a frente do Pacífico, onde as tropas japonesas dominavam parte dos territórios dos impérios coloniais. Também no âmbito dos impérios coloniais, a frente Africana foi crucial durante a Segunda Guerra, onde as tropas americanas enfrentaram forças do eixo nas colônias francesas e alemãs.

Gabarito E

(Diplomacia – 1999) Que fato histórico, ocorrido na Europa na década dos 30, ficou conhecido como Anschluss?

(A) a remilitarização da Renânia.
(B) a anexação da Áustria pela Alemanha.
(C) a denúncia do Tratado de Versalhes pela Alemanha.
(D) a ocupação da região dos Sudetos pela Alemanha.
(E) a primeira prova de perseguição dos judeus na Alemanha nazista.

A: Incorreta. A remilitarização da Renânia foi feita a partir de 1936, quando Hitler rejeitou os Acordos de Locarno. Já em 1935, ele negou os acertos do Tratado de Versalhes e restabeleceu o serviço militar obrigatório;
B: Correta. A Anschluss fazia parte dos projetos expansionistas de Hitler, que queria unificar os povos alemães num Estado. Em 1938, ele anexa a Áustria, e em seguida, anexaria a Tchecoslováquia e os Sudetos. Não haveria retaliação até a invasão polonesa, quando a França e a Inglaterra reagiram, o que deu início ao conflito;
C: Incorreta. O Tratado de Versalhes foi denunciado desde sua assinatura, não só pelos Alemães, como também pelos EUA, que viram, desde o princípio as fortes sanções contra a Alemanha um fator de instabilidade no futuro. Na Inglaterra e na França havia quem criticasse a dureza das punições de Versalhes e viam como legítimas as reclamações dos Alemães, o que levou a uma política de apaziguamento por partes dos Estados aliados, que constituía em ceder concessões aos avanços expansionistas da Alemanha;
D: Incorreta. A ocupação dos Sudetos (região disputada entre a Alemanha e a então Checoslováquia) é feita depois da Anschluss, em 1938, depois que os a Alemanha ocupa a Tchecoslováquia;
E: Incorreta. A primeira prova de perseguição dos judeus foi feita com a lei alemã de restauração da função pública, que permitia aos dirigentes nazistas destituírem os judeus ou qualquer opositor ao regime de sua função pública. A lei foi promulgada em 7 de abril de 1933, alguns meses depois da chegada de Hitler no poder, em 30 de janeiro de 1933.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1998) Em novembro de 1939, no Ministério das Relações Exteriores da União Soviética, Molotov, regozijava-se de que, naquele momento, nada mais restava "deste fruto monstruoso do Tratado de Versalhes". A que país se referia?

(A) Finlândia.
(B) Alemanha.
(C) Polônia.
(D) Lituânia.
(E) Bélgica.

A, B, C, D, E: Em 23 de agosto de 1939, os ministros de relações exteriores da Alemanha e da União Soviética, respectivamente, Joachim von Ribbentrop (1893-1946) e Viatcheslav Molotov (1890-1986), assinam o Pacto Germano-Soviético de não agressão, ou Pacto Ribbentrop-Molotov. Foi um tratado secreto assinado em Moscou, no qual os ministros entraram em acordo para estabelecer o que seria feito depois da invasão da Polônia, pois a Alemanha tinha interesse em recuperar a Prússia Oriental e o corredor de Danzig, territórios cedidos à Polônia no Tratado de Versalhes de 1919. "Por força de tais atos, caso houvesse mudança a leste, a Polônia seria repartida entre ambos, e zonas de influência seriam criadas: a Lituânia ficaria com a Alemanha, cabendo a União Soviética a Finlândia, a Estônia, a Letônia e a Bessárabia. Era um arranjo que atendia reinvindicações nacionais egoístas que vinham do passado e que, do lado russo, sacrificava a ideologia aos interesses imediatos. A sorte da Polônia estava lançada." (*História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.)) (p.166). Hitler sabia que, ao invadir a Polônia, os vencedores de 1918 iriam reagir, pois tratava-se de um espaço vital. Até então, França e Grã-Bretanha haviam deixado Hitler expandir a Alemanha ao Leste, pela Áustria, a Tchecoslováquia e os Sudetos, numa política de "apaziguamento". Invadir a Polônia seria tocar em um tema delicado do que fora decidido em 1919, pelo Tratado de Versalhes. A guerra parecia inevitável para Hitler, que precisava de matéria prima, e a Polônia era uma solução. Daí a afirmativa do Ministro Molotov, e a resposta correta é a C.

Gabarito "C"

3.6. As conferências de Moscou, Teerã, Yalta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) À medida que os acontecimentos da Segunda Guerra apontavam para o término do conflito, com a derrocada militar das forças do eixo nazifascista, delineavam-se os contornos do novo sistema de poder mundial que doravante vigoraria, algo cada vez mais presente nas reuniões de cúpula dos aliados, a exemplo do ocorrido em Teerã, em novembro de 1943, Yalta, em fevereiro de 1945, e Potsdam, em julho de 1945.

1: Certa. As conferências entre Stalin, Roosevelt e Churchill, que se realizaram a partir de 1943 mostram, gradualmente, a estrutura do sistema internacional a partir do final da Guerra. Em Teerã, novembro de 1943, os três líderes discutiram o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945, sem Roosevelt, morto em abril; Truman estava no seu lugar; Churchill estava no início, mas foi substituído por Clement Attlee (1883-1967), novo primeiro-ministro britânico, eleito em 27 de julho de 1945, no meio da conferência, pelo Partido Trabalhista) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e como seria dividida a Alemanha. É importante ressaltar que nessas três reuniões, só estavam presentes os representantes da Grã-Bretanha, da URSS e dos EUA, portanto, não foi uma plenária com os vencedores, como em São Francisco, em outubro de 1945.

Gabarito Certa,

3.7. A Organização das Nações Unidas

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) A mesma linha idealista que presidiu a criação da Liga das Nações após a Grande Guerra de 1914, guardadas as naturais singularidades de um outro momento histórico, está presente na Conferência de São Francisco (1945), da qual surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU). A existência de uma Assembleia Geral com poder deliberativo, em que todos os Estados se igualam no direito à voz e ao voto, e de um Conselho de Segurança com razoável simetria entre seus membros, reforça o clima de concórdia que, pouco mais de duas décadas antes, embalara os 14 pontos do presidente Wilson.

1: Errada. Há uma diferença crucial entre a Liga das Nações e a ONU. Embora ambas tenham na base um teor idealista, pragmaticamente, a Liga tornou-se rapidamente obsoleta. O item equivoca-se ao descrever a dinâmica que rege o Conselho de Segurança. Não há uma simetria razoável entre os membros, pois apenas alguns, os membros permanentes, possuem o poder de veto das decisões. O Conselho de Segurança é a instituição da ONU encarregada de tomar as decisões relacionadas à manutenção da paz e da segurança internacional, enquanto que a Assembleia Geral pode deliberar sobre qualquer tema que afete os princípios contidos na Carta da ONU de forma consultiva, emitindo pareceres não vinculantes.

Gabarito E

3.8. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon)

Seis décadas após o fim da Segunda Guerra, a Aliança do Atlântico, firmada entre a Europa e os Estados Unidos, estava em desalinho. De certo modo, a situação era o resultado previsível do fim da Guerra Fria — embora pouca gente desejasse seu desmantelamento, a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido.

A Aliança fora criada para compensar a incapacidade da Europa Ocidental de se defender sem a ajuda norte-americana. O fracasso contínuo dos governos europeus em constituir a sua própria força militar eficaz foi responsável pela sobrevivência da organização. Dez anos depois da assinatura do Tratado de Maastricht, a União

Europeia (UE) estava prestes a estabelecer uma Força de Reação Rápida, composta por 60 mil indivíduos, para realizar intervenções e missões de paz.

Tony Judt. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.773-4 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o cenário histórico mundial desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi a aliança militar celebrada entre os EUA e países da Europa Ocidental no contexto da bipolaridade que marcou as relações internacionais no pós-Segunda Guerra e explicitou a condição de superpotências mundiais dos EUA e da URSS.

(2) Certamente por cálculo estratégico, mas também para não ampliar os gastos de uma economia em relativo estado de escassez, o governo soviético — sob o comando de Stalin e seus sucessores, até a década de 60 do século passado — optou por não criar estrutura militar semelhante à OTAN, embora mantivesse elevados investimentos na produção de arsenal nuclear e na corrida espacial.

(3) Sugere-se, no texto, que, decorridos mais de sessenta anos desde o fim da Segunda Guerra, subsistem as condições que motivaram a criação da OTAN.

(4) No processo de constituição do bloco europeu, sacramentado em Maastricht, as questões militares foram suprimidas, dada a prioridade máxima conferida à unificação econômica e a seus desdobramentos políticos, sociais e culturais.

1: Certa. A OTAN foi criada em 4 de abril de 1949, ainda no início da Guerra Fria, quando o sentimento de bipolaridade já era evidente. As potências vencedoras, principalmente a URSS, haviam feito um esforço para que suas zonas de influências fossem reconhecidas nos acordos ao fim da Segunda Guerra Mundial, o que mostrava a constituição eminente de blocos ideológicos antagonistas. Os países da Europa ocidental, no imediato pós-Guerra, em pleno processo de reconstrução, teriam dificuldade de assegurar sua segurança caso fossem atacados, de onde surge a ideia de uma Aliança de assistência mútua em caso de ataque a um dos membros;

2: Errada. Uma instituição parecida com a OTAN fora criada do lado soviético, conhecida como o Pacto de Varsóvia, de 14 de maio de 1955. Trata-se também de um Tratado de Amizade, de Cooperação e de Assistência mútua, firmado entre a URSS e outros Estados de sua zona de influência: Polônia, Alemanha Oriental, Romênia, Albânia, Bulgária, Hungria e Tchecoslováquia. O Pacto foi assinado depois da integração da Alemanha Ocidental à OTAN;

3: Errada. Se nos baseamos somente no texto, "a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido", vemos que as condições mudaram desde a criação da OTAN. De fato, após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim do Pacto de Varsóvia, em 1991, a Guerra Fria não existia mais, a Organização perdeu seu sentido original. É correto afirmar, por outro lado, que a OTAN agora destina-se a combater outras ameaças aos Estados da Aliança. Desde 1989, primeiro a Organização ampliou a quantidade de seus membros, atingindo, na última década, países que, antigamente, faziam parte do Pacto de Varsóvia. A OTAN também teve importância nos conflitos originados com a separação da antiga Iugoslávia, notadamente na Bósnia, em 1995, e no Kosovo, em 1999. Os ataques às Torres Gêmeas, em 2001, motivaram o artigo 5 da Carta da OTAN, referente à Assistência Mútua, o que levou os membros, em uma demonstração de solidariedade aos EUA, a entrarem em guerra contra o Afeganistão, mas as operações foram dominadas pela atuação americana. Somente em 2003, após algumas crises internas relacionadas à guerra no Iraque, os membros da Organização entraram em acordo para liderar a ISAF, ou Força Internacional de Assistência e de Segurança, a missão de guerra no Afeganistão, estabelecida pela resolução 1386 da ONU. Em 2011, a OTAN foi utilizada na Líbia, onde os países membros deram apoio logístico aéreo aos rebeldes na guerra civil contra o General Kadafi. Verifica-se, nesse contexto, que a natureza da OTAN e sua justificativa foram modificadas e adaptadas às novas realidades da segurança internacional e ameaças aos seus Estados membros;

4: Errada. O tratado de Maastricht, de 7 de fevereiro de 1992, cria a União Europeia e instaura o sistema de pilares. O primeiro pilar trata de questões comunitárias, ou seja, de decisões supranacionais, portanto, questões comerciais, na qual os Estados cederam em nome da supranacionalidade. O segundo pilar trata de questões ligadas à segurança, ou, como é conhecido esse pilar, da Política Externa de Segurança Comum. Sabendo que dificilmente haveria uma concertação tão automática entre os países quanto a que existe no primeiro pilar, as decisões neste pilar permaneceram a caráter intergovernamental, portanto, tomadas por unanimidade. O segundo pilar torna a afirmativa incorreta, pois há, de fato, uma questão militar que, embora precária e delicada, é um pilar inteiro do tratado que cria a União Europeia. É necessário lembrar que, na base, mesmo se a comunidade nasceu em torno da indústria pesada do aço e do carvão, a ideia de uma união integradora vinha de um projeto pacifista que pudesse reunir as indústrias pesadas (e por consequente, indústria de guerra) dos países rivais do continente, França e Alemanha, portanto, um acordo pacifista. Finalmente, o terceiro pilar de Maastricht cria uma cooperação policial e judiciária entre os Estados membros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) No que respeita ao novo tempo nas relações internacionais que marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial, como expresso no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O processo de declínio da Europa Ocidental, iniciado com a Grande Guerra de 1914, consolida-se quando a Segunda Guerra Mundial chega ao fim. Expressões dessa nova realidade pós-1945 seriam, entre outras, a emergência de dois polos de poder mundial — os EUA e a URSS — e a descolonização afro-asiática.

(2) Sucessivos encontros entre as principais lideranças aliadas, no decorrer da Segunda Guerra, não foram capazes de, pelo menos, delinearem o novo sistema mundial que prevaleceria após o conflito. Foi preciso que a URSS dominasse a tecnologia nuclear para receber a concordância do Ocidente para seu propósito de fazer do Leste europeu área de sua influência direta.

(3) As posições terceiro-mundistas ganharam visibilidade internacional a partir de meados dos anos 1950. Nesse sentido, a Conferência de Bandung desempenhou o importante papel de catalisador das aspirações de jovens nações africanas e asiáticas em busca de ação mais autônoma em relação às duas superpotências, sentimento que também se difundiu por outras áreas periféricas do planeta.

(4) O êxito do Plano Marshall deve-se menos ao montante de dólares liberados por Washington do que à abrangência da área em que foi desenvolvido. Lançado bem antes da oficialização da ruptura entre EUA e URSS, geradora do esquema bipolar que sustentou a Guerra Fria, o programa de recuperação européia patrocinado por Washington contemplou também a URSS e os países do Leste europeu.

1: Certa. O fato de que a URSS e os EUA tiveram que intervir ao lado dos países europeus mostra a que ponto é o grau de declínio das antigas potências ocidentais. Ambos Estados vinham despontando, antes mesmo da guerra, sinais de que seriam potências no futuro. Outro sinal do declínio das antigas potências foi a desestruturação de seus antigos impérios coloniais;

2: Errada. Na verdade, antes de usar a arma atômica contra o Japão, os EUA precisavam do apoio soviético na frente do Pacífico. Stalin aproveitou a situação e na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, determina quais seriam as zonas de influências soviéticas, ao leste europeu;

3: Certa. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);

4: Errada. O Plano Marshall fazia parte da Doutrina Truman, destinado à recuperação dos países aliados na Segunda Guerra Mundial. A ideia do plano era evitar que os países virassem economias comunistas após a guerra, durante os esforços de reconstrução. A Alemanha Ocidental recebeu parte da ajuda, assim como a Itália também. Não consta que nem a URSS nem os países em sua esfera de influência tenha desfrutado da ajuda.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o panorama mundial do pós-Segunda Guerra, julgue os itens seguintes.

(1) Presença marcante nas duas guerras mundiais do século XX, W. Churchill notabilizou-se pelo esforço de aproximar Truman (EUA) e Stalin (URSS) no pós-1945, cruzada que levou o líder britânico a ser laureado, nos anos 1950, com o Prêmio Nobel da Paz.

(2) Ao passo que, na primeira metade do século XIX, a Doutrina Monroe sublinhava o interesse dos EUA no hemisfério americano, a Doutrina Truman, formulada em 1947, transferia para a Europa o centro da política externa norte-americana, definindo na contenção do expansionismo soviético o eixo da estratégia a ser seguida por Washington.

(3) Sistemas militares da Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia surgiram quase que simultaneamente e, no caso do último, a força coercitiva de Moscou garantiu a presença de todos os países comunistas europeus.

(4) A Crise dos Mísseis, em 1962, trouxe para o continente americano toda a carga de dramaticidade que envolvia o sistema bipolar do pós-Segunda Guerra. Após tensas negociações secretas, a URSS concordou em retirar os armamentos instalados em Cuba ante o compromisso norte-americano de não mais investir na derrubada do regime cubano.

1: Errada. Churchill foi importante no desenrolar da Primeira Guerra, atuando no front no estreito de Dardanelos e na França. Durante a

Segunda Guerra, foi primeiro ministro britânico e, sem dúvida, teve papel importante na aproximação da URSS e dos EUA. O problema é que ele nunca recebeu o Prêmio Nobel da Paz, tendo recebido o Nobel de Literatura, em 1953, com a justificativa oficial: "for his mastery of historical and biographical description as well as for brilliant oratory in defending exalted human values";
2: Certa. Trata-se do viés político da doutrina Truman. O presidente Truman, ao ver as dificuldades dos Britânicos para manter a Grécia e a Turquia fora da esfera da URSS e do comunismo, decide ajudar a Europa Ocidental para evitar que as forças comunistas possam influenciar politicamente a região. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A tradução econômica da doutrina apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições europeias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental." (p.200-201);
3: Errada. Na verdade, os sistemas militares não foram quase simultâneos, e não há dúvida que um é resposta do outro. A OTAN é criada em 1949 e o Pacto de Varsóvia, em 1955. Por um lado, o item está incorreto porque o Pacto de Varsóvia surge em um segundo momento da Guerra Fria, depois da morte de Stalin. A afirmativa também erra ao afirmar que todos os países comunistas europeus aderiram ao Pacto. Na verdade, a Iugoslávia de Tito não se alinhou com Moscou, preferindo a neutralidade. Tito havia rompido com Stalin em 1948 e desejava seguir sua política de maneira autônoma com relação ao Comunismo da URSS;
4: Certa. A crise dos mísseis em Cuba foi, de fato, o momento em que a Guerra Fria atingiu o continente americano de maneira mais incisiva. Cuba virara-se para o Leste depois que os EUA iniciara um embargo sobre sua produção de açúcar. Em seguida, dissidentes cubanos e opositores de Castro exilados, com apoio logístico e tático da CIA, invadiram a Baía dos Porcos, em 1961, com a intenção de derrubar o regime cubano. A ação foi controlada e desmantelada pelos próprios cubanos, mas gerou desconfiança com relação aos EUA. Em retaliação, a URSS dispôs mísseis nucleares em Cuba, próximo ao território americano. Inicia-se uma crise que durará treze dias, em que Kennedy tentará estabelecer algum diálogo com Krutschev, para evitar assim uma catástrofe maior. As duas potências entram em acordo, levando a retirada do armamento de Cuba, mesmo contra a vontade de Castro. A condição estabelecida foi o compromisso dos EUA. A crise mostra um o aspecto estratégico da Détente, que é o poder da dissuasão nuclear.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) A guerra fria assinalou a fase de confronto entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, tendo seu clímax após o anúncio da Doutrina Truman, pela qual os Estados Unidos da América (USA) se dispunham a apoiar os países que resistissem ao comunismo.

1: Certa. Antes do fim da Segunda Guerra, EUA e URSS, junto com a Grã-Bretanha, vinham mantendo reuniões mais ou menos regulares acerca da partição do mundo em esferas de influência. Em Yalta, fevereiro de 1945, Stalin estabelece a sua zona na Europa do Leste, o que os EUA cederam em troca do apoio soviético na frente pacífica. Para consolidar essa divisão em blocos no pós-Guerra, a Guerra Fria tornou-se uma guerra ideológica, onde o modelo soviético do comunismo opunha-se ao modelo capitalista americano. A confirmação do confronto é dado, como mostra a afirmativa, logo após o anúncio da Doutrina Truman. O presidente Truman, preocupado com os avanços do comunismo na Europa, propõe no parlamento americano uma série de medidas, políticas e econômicas, para evitar a adoção do modelo soviético durante os esforços de reconstrução e de recuperação no pós-guerra. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A mensagem de Truman virou doutrina e associou-se à ideia de uma declaração informal de desafio à União Soviética. Alguns dos assessores de Truman trataram posteriormente

de minimizar o tom emocional da mensagem presidencial, vinculando-a a uma circunstância precisa. Na prática, no entanto, a força doutrinal das ideias daquele discurso ecoou durante muitos anos na imaginação política do gigante ocidental. A política exterior e as concepções acerca do mundo estiveram profundamente marcadas até muito pouco tempo, nos Estados Unidos, pela doutrina Truman." (p.200-201)

Gabarito C

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) A bipolaridade do pós-Segunda Guerra, também conhecida como o período da Guerra Fria, apresenta, entre outras, uma singularidade em relação a sistemas de poder mundial que a antecederam. Além de evidenciar uma situação de confronto entre duas superpotências situadas fora do tradicional eixo de poder europeu, a URSS e os EUA, também serviu — pelo menos em termos retóricos — ao embate travado entre dois sistemas distintos, o capitalista e o socialista.

1: Certa. O item descreve corretamente a bipolaridade da Guerra Fria e ressalta a sua característica inédita até então. Um aspecto relevante que o item toca é o embate entre os dois modelos da Guerra Fria, o capitalismo e o socialismo.

Gabarito C

(Diplomacia – 2000) De 1945 a 1950, desenvolve-se o processo de reorganização de forças no plano internacional que conduz a Guerra Fria. Entre as opções abaixo, indique qual não corresponde a um marco do referido período:

(A) o lançamento da Doutrina Truman.
(B) O lançamento do Plano Marshall.
(C) O estabelecimento da OTAN.
(D) A construção do Muro de Berlim.
(E) O surgimento da República Federal da Alemanha.

A: Correta. A Doutrina Truman é proposta ao Congresso americano pelo presidente Truman em 12 de março de 1947. Trata-se de uma doutrina para bloquear os avanços comunistas nos países da Europa Ocidental;
B: Correta. O Plano Marshall é o viés econômico da Doutrina Truman, apresentado pela primeira vez na aula inaugural da Universidade de Harvard, em 5 de junho de 1947. O Plano destinaria um pacote financeiro para ajudar a reconstrução dos países no pós-guerra, à condição que se mantivessem controlado os avanços comunistas;
C: Correta. A assinatura do tratado que criou, em 4 de abril de 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, em Bruxelas, marca o aspecto político e militar dos países ocidentais, ou capitalistas, no âmbito da Guerra Fria. Em reação à OTAN e à adesão da Alemanha Ocidental à Aliança, a URSS promove a assinatura do Pacto de Varsóvia, em 14 de maio de 1955, na Polônia, que seria o equivalente da OTAN para os países socialistas, com exceção da Iugoslávia, cujo líder, Tito, preferia a equidistância à aliança ideológica;
D: Incorreta. Depois da crise de Berlim (1948-1949), em que a URSS decidiu bloquear o acesso à Berlim Ocidental (Berlim, além de dividida em dois blocos, ficara encravada na parte soviética da Alemanha, a República Democrática da Alemanha), o que levou a uma das primeiras e mais importantes crises da Guerra Fria. Terminado o bloqueio, ao longo dos anos seguintes, assistiu-se a uma leva de emigração de moradores de Berlim Oriental e da RDA com direção à Berlim Ocidental e à RFA (República Federal da Alemanha, sob proteção aliada). Essas ondas migratórias agregadas a outros motivos associados às divergências entre os blocos motivaram a construção do muro de Berlim, em 13 de agosto de 1961;
E: Correta. RFA, ou Alemanha Ocidental, surgiu em 23 de maio de 1949. A ideia de fragmentar a Alemanha entre potências vencedoras foi discutida na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945. A partição foi feita entre os Britânicos, ao Norte, os Franceses, ao Oeste, os Americanos, no Sul, com alguns pontos estratégicos ao Norte, e a URSS ao Leste. Com o agravamento da Guerra Fria, os Estados aliados ao Oeste decidiram unir suas zonas administrativas, a República Federal da Alemanha.

Gabarito "D"

3.9. Os conflitos localizados

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas

hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativos ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Exemplos marcantes de guerras localizadas – de que foi pródigo o século XX, como lembra o texto – são as ocorridas no Oriente Médio, salientando o caráter estratégico da região, na qual se mesclam motivações de ordem religiosa, geopolítica e econômica, esta diretamente ligada às abundantes reservas de petróleo lá existentes.

1: Certa. O Oriente Médio foi, durante o século XX, mais especificamente, na segunda metade, palco de conflitos causados em distintas esferas. Os conflitos, por diversas vezes, têm motivações religiosas, como também de problemas relacionados temas políticos e econômicos. Os Estados da região quase todos têm sua origem na separação dos territórios do antigo Império Otomano ao fim da Primeira Guerra. Ao fim da Segunda Guerra, a França, que tinha como protetorado o Líbano e parte da Síria, é pressionada pela Grã-Bretanha a ceder a independência às nações, em agosto de 1945. Esta já havia cedido, antes mesmo da guerra, a independência do Iraque em 1930, do Egito em 1936 (com algumas salvaguardas acerca do canal de Suez). Em 1946, a Transjordânia torna-se independente. Até aqui, as independências foram processos relativamente estáveis. O problema surgiu na criação de Israel. Uma ideologia sionista surgiu no fim do século XIX com Theodor Herzl, que defendia a ideia de que os judeus deveriam ter um território. A noção de retorno a terra prometida provocou uma migração massiva de populações judias com destino à Palestina a partir de então, e a Grã-Bretanha foi compreensiva, em um primeiro momento, cedendo, com a Declaração de Balfour (1917). Ao perceber a chegada, a decisão pela criação de um Estado pareceu primordial, ainda mais depois do genocídio. A Inglaterra, pressionada, cede a independência à Palestina, em 14 de maio de 1948 e, no mesmo dia, Israel proclama a criação do Estado. O problema regional será amplificado pela Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a Guerra do Yom Kipour, em 1973. A esse conflito agrega-se as questões das riquezas regionais, em que o Oriente Médio, logo de sua independência, à chegada de multinacionais interessadas na exploração do petróleo motivou também conflitos na região. A exploração de petróleo motivará um desenvolvimento econômico desigual, ampliando as desigualdades sociais. As disputas geradas pelas desigualdades geradas pela exploração de petróleo, nas quais as populações exigiam algum um retorno sobre a exploração das grandes empresas, também são consideradas origem de conflitos mais importantes no futuro. A questão dos nacionalismos regionais também será palco de enfrentamento, como foi a crise de Suez em 1956, quando Nasser decidiu nacionalizar o canal e obteve uma reação de Israel, Grã-Bretanha e França. O conflito foi favorável politicamente a Nasser e abriu um antecedente para a elevação dos nacionalismos regionais. Suez dá início também a uma série de conflitos entre Israel e os países árabes vizinhos. Portanto, o conflito não será reservado às indefinições acerca das suas fronteiras com a Palestina.

Gabarito Certa.

3.10. A "détente"

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) O fato de a URSS de Stálin ter conseguido fabricar a bomba atômica, mas não a de hidrogênio, impediu que durante a fase de tensão mais pronunciada da guerra fria houvesse um equilíbrio entre as superpotências em termos de poder de destruição do inimigo, o que levou o governo de Moscou a manter uma atitude de prudente cautela em momentos críticos, como os ocorridos na Coréia (1951), Vietnã (1954) e Cuba (1962).

1: Errada. A URSS testa a sua primeira bomba nuclear em 1949. Em 1952, os EUA testam a bomba de hidrogênio, e os soviéticos testam a sua no ano seguinte, o que mostra o primeiro erro do item, num aspecto factual. O item também está equivocado acerca da estrutura

que emana do fato de as duas potências possuírem as mesmas armas. A partir do momento que a URSS adquire o seu arsenal nuclear, inicia-se o período da dissuasão, baseada em uma estratégia que, se um país atacar o outro, este possui a capacidade para revidar, o que produziria um aniquilamento mútuo. O nome comum dessa estratégia é a MAD, de *Mutual Assured Destruction*. O fato de os dois países terem acesso as mesmas armas quase simultaneamente mostra que, na verdade, não era por causa de uma superioridade militar que se estabelecia uma cautela entre um e outro. Era na verdade, o medo do outro revidar. A estratégia MAD, apesar de nunca ter sido comprovada, funcionava nos momentos de crises: os Estados comunicavam para evitar um ataque que podia levar ao aniquilamento mútuo. Um exemplo importante dessa fase é crise dos Mísseis de Cuba, de 1962. A partir de então, foi estabelecido um canal de comunicação inédito entre os dois países.

Gabarito Errada.

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) No período correspondente à coexistência pacífica, tal como concebido pelo texto, a crise dos mísseis — como ficou conhecido o episódio de instalação desses artefatos pela URSS em Cuba, descoberto pelos EUA, que reagiram vigorosamente — acirrou o quadro de confronto entre as duas superpotências e foi visto por muitos como causa de um iminente e aterrador embate nuclear, que não se concretizou. O estratégico recuo de Kennedy, ante a firme decisão de Krushev de não retirar os mísseis, pôs fim ao contencioso.

1: Errada. Kennedy não cedeu às provocações, impôs um bloqueio de navios vindos da URSS em direção à Cuba e ameaçou atacar os navios que quebrassem o bloqueio. EUA e URSS tinham o mesmo arsenal de armas, bastava que um lado atacasse que o outro reagiria. Dessa forma, Krushev recuou, depois do bloqueio, no entanto, não sem antes exigir que os EUA retirassem o seu arsenal nuclear da Turquia. Ao observar sob essa perspectiva, na verdade, não houve recuo acerca da Crise dos Mísseis, a dinâmica da dissuasão foi mais forte e evitou um ataque que, provavelmente, teria levado os dois países à destruição mútua.

Gabarito E

3.11. A crise e a desagregação do bloco soviético

(Diplomacia – 2002) Qual dos fatos abaixo é correto?

(A) Os Estados Unidos da América se retiraram da Sociedade das Nações em 1933, com a ascensão do Nazismo na Alemanha.

(B) Com a extinção da União Soviética, o número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU diminuiu.

(C) Com o fim da guerra do Vietnã em 1975, o país dividiu-se em Vietnã do Norte (capital Hanói) e Vietnã do Sul (capital Saigon).

(D) A organização ETA, principal agente do terrorismo na Espanha, reivindica a soberania política da Catalunha.

(E) A Tchecoslováquia se dividiu em 1993 em dois Estados soberanos.

A: Incorreta. Os EUA não participaram inicialmente da Sociedade das Nações, apesar de terem proposto a ideia à origem de sua criação. Em 1919, a opinião pública americana teve influência sobre o presidente Wilson, e na eleição desse ano, elegeram a oposição republicana. Os EUA preferiram isolar-se como o tinham feito antes e uma emenda fora votada pelo Congresso, rejeitando a participação americana na Sociedade das Nações;
B: Incorreta. Ao fim da União Soviética, a ONU, em comissão de análise, considerou que a Rússia seria a sucessora legal da União Soviética no Conselho de Segurança, portanto, dos Estados que surgiram com o colapso da URSS, a Rússia foi a única que manteve a permanência no Conselho de Segurança e o poder de veto;
C: Incorreta. A Indochina, ao tornar-se independente da França, dividiu-se em 4 Estados: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. As populações de Vietnã do Sul e de Vietnã do Norte decidiram que haveria um plebiscito para saber se queriam unir-se, o que não agradou as autoridades do Sul. Apoiados pelos EUA, iniciou-se a guerra contra os Vietcongs, população do Sul favorável à unificação com o Norte. Em uma guerra de guerrilha violenta, os EUA desistem do conflito, em 1975, o que permitiu a unificação dos dois Estados em um só, a República Socialista do Vietnã, com a capital Hanói, em 1976;
D: Incorreta. A sigla ETA, em basco, significa Pátria Basca e Liberdade. O grupo terrorista reivindica a independência da região do país Basco, e não da Catalunha;
E: Correta. A Tchecoslováquia terminou em 1993. O Estado, que ficara independente do Império Austro-Húngaro depois da Primeira Guerra Mundial, manteve-se sob o mesmo território duas nacionalidades distintas, a tcheca e a eslovaca. Em seguida, a Tchecoslováquia foi anexada à Alemanha de Hitler em 1938. O Estado passará a ser dominado pela influência soviética, a partir de 1948. Com a intervenção em Praga pelas forças soviéticas em 1968, houve um recrudescimento do sentimento nacional. Com o fim da URSS em 1989, inicia-se um processo de redemocratização, conhecido como Revolução de Veludo, liderado pelo dramaturgo Václac Havel (1936-2011), que viria a ser presidente da Tchecoslováquia até 1993. Não conseguindo fazer frente às dissidências nacionais, animadas pela redemocratização, a decisão de dividir o Estado em dois foi tomada no parlamento eslovaco, em 1992, que deveria ser efetivada no dia 31 de dezembro de 1992. Em 1993, os dois Estados foram criados.

Gabarito "E".

4. COLONIALISMO, IMPERIALISMO, POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO

4.1. O fim do colonialismo do Antigo Regime; A nova expansão europeia

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) No quadro mais amplo da contemporaneidade, o texto aproxima e distingue tendências do século XIX e do século XX. Nesse contexto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Revolução Industrial consolida novas relações de produção e, ao promover a expansão imperialista, contemplando novas formas de dominação colonial, estende a atuação do moderno capitalismo às mais distantes regiões do planeta.

(2) Ao contrário da Ásia e, particularmente, da África, ambas repartidas entre as principais potências ocidentais, a América Latina praticamente não sofreu a ação do imperialismo, o que se explica pelo fato de, em larga medida, as antigas colônias ibéricas terem conquistado sua independência na primeira metade do século XIX.

(3) Liberalismo e socialismo são duas das grandes representações do século XIX que estendem sua presença no século seguinte. Ao passo que o socialismo foi empunhado por setores da burguesia comprometidos com a justiça social e com uma face mais humanizada do capitalismo, o liberalismo mostrou, desde o primeiro momento, ser o abrigo natural dos grupos democrático-radicais.

(4) Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as disputas imperialistas e o jogo de interesses conflitantes entre as grandes potências européias inscrevem-se entre os fatores determinantes, mas não únicos, para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. O item pode ser analisado sob a perspectiva de Lenin acerca do imperialismo. O pensador russo afirmava que o imperialismo é a fase superior do capitalismo. De fato, o contexto no qual a expansão imperialista se dá é a Segunda Revolução Industrial. Esse período é marcado por crises (1873-1896), ainda incipientes, de excesso de produção. O imperialismo justifica-se nesse contexto, com o repasse do capital excedente de produção para as colônias e pelo aproveitamento dos recursos coloniais;

2: Errada. Como ressaltam muitos historiadores, a independência da América Latina no século XIX foi política, mas não econômica. Durante boa parte do século, embora em contradição com as linhas da doutrina Monroe, a Inglaterra pode exercer sua influência sobre os países latino-americanos autônomos. Com a Segunda Revolução Industrial, os países europeus necessitavam de uma quantidade maior de matérias primas, boa parte presente fora da Europa. A América Latina, endividada com as guerras de independência, foi o palco para a entrada de capitais europeus, que investiram em infraestrutura de transporte e de logística nesses países. Os jogos imperiais foram motivo de conflito entre países latino-americanos, como as duas guerras do Pacífico entre Chile e Bolívia. Há que ressaltar uma última ideia. A Inglaterra, na segunda metade do século XIX, deixa a América Latina em segundo plano, muito embora os países ainda mantivessem dívidas com ela, e inicia a sua empreitada em suas novas colônias, na África e na Ásia, onde sua atuação era mais direta. A saída da Inglaterra do palco latino-americano é marcado pela chegada de um novo ator, os EUA, que, no final do século XIX e princípios do século XX, praticava uma política mais ofensiva e mais imperialista, o Big Stick, do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919);

3: Errada. Primeiro, não se pode dizer qual classe social associou-se de maneira exclusiva com uma ideologia ou outra. Segundo, as associações estão equivocadas. O liberalismo na Europa associou-se mais com setores da burguesia urbana em sua maioria, com tendências a esquerda ou a direita, mas sempre em oposição à autoridade ou ao *status quo*. O socialismo foi adotado por operários emanados do processo de industrialização. As ideias de democracia estiveram presentes em ambas ideologias e ambos grupos, em função das tendências do momento;

4: Certa. Mais uma afirmativa que trata do desequilíbrio de poderes como uma das causas da Primeira Guerra, que levou à crises nos impérios e às divergências de interesse. Entre os outros fatores que podem ser citados estão as questões dos nacionalismos na Europa do Leste, principalmente a questão dos eslavos nos Bálcãs. Também estão os contextos de militarizações e de corridas aos armamentos praticados em quase todos os países europeus. Em muitos casos, fatores internos também foram importantes. O revanchismo francês com relação à Guerra Franco-Prussiana de 1870 foi um forte motivador de nacionalismo nesse país.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005) Na segunda metade do século XIX, o imperialismo – inclusive por sua vertente neocolonialista – atesta o grau de desenvolvimento do capitalismo e sua incessante busca de conquista dos mercados mundiais. A respeito desse processo de expansão, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O surgimento de uma Alemanha unificada, a partir de 1870, adicionou elemento novo e potencialmente

explosivo na acirrada competição por colônias e mercados encetadas pelas potências industrializadas. Esse novo elemento está a raiz de sucessivas crises que, em princípios do século XX, desnudaram a precariedade do equilíbrio de poder e do quadro de paz existente na Europa.

(2) A Conferência de Berlim, em fins da década de 80, tratou da partilha da África entre os grandes Estados europeus. Digna de destaque foi a preocupação registrada no documento oficial do encontro, qual seja, a de se respeitada a identidade étnico-cultural dos povos africanos no momento da definição das fronteiras coloniais.

(3) A fragilidade do Estado chinês, imerso em profunda crise interna, facilitou a presença, nesse país, do imperialismo ocidental na segunda metade do século XIX. Em pouco tempo, boa parte do litoral da China passou ao controle das potências ocidentais e, graças a tratados desiguais, a elas foi conferido o direito de extraterritorialidade.

(4) Foge aos padrões tradicionais a forma pela qual o Japão reagiu às pressões externas para que abrisse seu mercado ao comércio internacional. A Era Meiji, iniciada nesse contexto de expansão do capitalismo, significou a decisão de se proceder à modernização do país, inserindo-o na nova economia mundial, sem que se abdicasse da soberania.

1: Certa. A afirmativa mostra claramente o efeito da Alemanha unificada para a balança de poder europeia. Ela também ressalta o fato de que não foi o único fator que estimulou o rompimento da balança de poder. A Segunda Revolução Industrial havia aumentado o potencial produtivo de cada país, levando a excesso de produção. Esse excesso passa a ser escoado para os impérios coloniais. Tanto os excessos de produção como as dimensões dos impérios coloniais foram importantes para causar um desequilíbrio importante na balança de poderes europeias. As crises iniciam-se nos fins do século XIX, como em Suez e Fachoda, em 1898;

2: Errada. A identidade étnico-cultural dos povos colonizados não foi um tema abordado durante a Conferência de Berlim. Tratou-se de uma partilha que não necessariamente respeitou as especificidades das populações autóctones, e os efeitos serão sentido, por exemplo, no período da descolonização, com graves e violentos conflitos tribais pelos territórios independentes. Uma justificativa realçada durante a Conferência de Berlim foi o dever civilizatório que os europeus tinham de levar às populações colonizadas, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", de acordo com Rudyard Kipling (1865-1936);

3: Certa. As crises internas da China haviam causados problemas para a dinastia presente. O levante dos Boxers, uma sociedade secreta contra a presença dos estrangeiros, entre 1899 e 1901 é um exemplo comumente citado. A dinastia Qing estava enfraquecida desde a rebelião Taiping, entre 1851 e 1864, o que permitiu a entrada de potências estrangeiras, que repartiram regiões da Manchúria, através de tratados desiguais, não sem antes uma intervenção americana em prol da política *Open door*, criando zonas de influência na Manchúria;

4: Certa. O Japão inicia um processo de industrialização e de abertura por volta de 1860, que ficará conhecido com a era Meiji. Foi o único país da Ásia a passar por um processo tão avançado e, com exceção dos EUA, foi o único fora da Europa, de onde extrai o seu caráter exclusivo.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

4.2. Os debates acerca da natureza do Imperialismo; a partilha da África e da Ásia

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) Seguindo a trajetória ascensional da economia capitalista ao longo do século XIX, a Europa exerce incontrastável supremacia mundial quando do início do século XX. Ao comandar a expansão imperialista, especialmente em termos de neocolonialismo, as principais potências européias dividem o globo segundo seus interesses, muitas vezes justificando sua ação dominadora por meio de um construto ideológico — a missão civilizadora do branco europeu sobre povos e regiões considerados atrasados.

1: Certa. A afirmativa aborda vários temas e é bem abrangente. A primeira referência que se tem é sobre a Europa durante o século XIX e início do século XX, em que se verifica a sua supremacia mundial. De fato, a Europa é o centro do mundo durante o século XIX, pois foi onde surgiu as bases para as ideologias políticas que se mostrariam importantes no século seguinte. De maneira mais precisa, foi onde surgiu a Revolução industrial, que mudou, antes de tudo, o modelo de produção até então vigente, além de modificar permanentemente as antigas formas de produção, provocando processos de urbanização, por exemplo. Um segundo aspecto aborda a temática dos imperialismos, em que as potências europeias marcaram seus territórios no mundo. De fato, um efeito provocado pela Segunda Revolução Industrial, de 1850 em diante, foram os primeiros excedentes de produção, o que levou as potências a buscarem colônias em outros continentes, principalmente na África e na Ásia, onde pudessem escoar os excessos. Esse efeito levou o pensador russo Lenin a afirmar que o imperialismo nada mais é que um estágio avançado do capitalismo. A partilha da África foi, formalmente, finalizada na Conferência de Berlin de 1885. Finalmente, um último tema abordado, é sobre o dever de colonização que utilizavam as potências europeias para justificar a expansão do

imperialismo. Convencidos de sua superioridade, as potências da época utilizavam o argumento de que a civilização tem de ser levada para outros continentes. É desse argumento que surge o dever civilizatório dos europeus, e por isso tinham que colonizar as populações "selvagens" do mundo, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", como usou o britânico Rudyard Kipling (1865-1936).

Gabarito 1C

4.3. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão

(Diplomacia 2009) No que concerne ao domínio de potências coloniais na Ásia, no início do século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A China, civilização milenar e até então com estrutura política própria, foi dividida em protetorados sob domínio das potências ocidentais, ficando o imperador com sua autoridade restrita a Pequim e arredores.

(2) O Japão preservou sua independência ao promover modernização de grande envergadura, assimilando métodos e costumes ocidentais.

(3) A tentativa de modernização promovida pela imperatriz Tsenhi, na Reforma dos Cem Dias, gerou tensões que provocaram sua deposição, tendo a Revolução de 1911, que proclamou a República, posto fim à dinastia Manchu na China.

(4) O novo poderio militar japonês ficou comprovado na guerra de 1904-1905 contra a Rússia.

1: Errado. Na verdade, a China foi dividida em zonas de influências entre as potências, não em protetorados. As potências em questão são França, Grã-Bretanha, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e o Japão, este último passara recentemente por um processo de ocidentalização. Depois, foi a imperatriz regente Tzu-hsi (ou Tsenhi) (1835-1908), viúva do imperador, que permaneceu no poder na hora da repartição, embora a China encontrava-se enfraquecida politicamente na época. Enfraquecida politicamente, a imperatriz teve que ceder a entrada dos estrangeiros e a criação de esferas de influência;

2: Certo O Japão iniciou um processo de Ocidentalização em meados do século XIX, que permitiu que se tornasse uma potência imperial. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e ideias ocidentais – e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e das conquistas militares?" (p.53); "apenas o Japão foi bem sucedido nessa tarefa difícil, e em 1900 tornou-se um lobo entre os lobos." (p.387);

3: Errado. A Reforma dos Cem dias foi feita em 1898 pelo imperador Guangxu, sobrinho da imperatriz Tsenhi. Os seguidores da imperatriz, ala mais conservadora e xenófoba, promoveram um golpe ao cabo dos cem dias, o que transferiu o poder efetivo para a imperatriz, embora Guangxu permanecesse o imperador de fato até sua morte em 1908, destituído de todos os seus privilégios. O imperador Pu Yi (1906-1967) assume, aos dois anos de idade, sendo forçado a abdicar em 1912, em decorrência da Revolução que instaurou a República. Pu Yi foi o último imperador da China e o último da Dinastia Qing (ou Manchu), no poder desde 1644;

4: Certo. Como já fora comentado, o Japão, ao romper o seu isolamento e ao iniciar um processo de ocidentalização, comprovou o seu poderio militar na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Embora tivesse assinado um acordo com a Grã-Bretanha em 1902, uma Aliança militar, esta não teve participação no conflito, deixando o Japão derrotar a Rússia por conta própria.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

4.4. A descolonização

(Diplomacia 2008) Ao chegar ao fim, a Segunda Guerra Mundial desvelava um novo cenário mundial. Ao declínio europeu e à emergência de um sistema internacional bipolar, soma-se o movimento de independência na Ásia e na África. Relativamente a esse processo de descolonização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A descolonização ocorre em meio ao novo quadro internacional, no qual despontam, de um lado, os EUA e sua hegemonia sobre o mundo capitalista e, de outro lado, o prestígio alcançado pela URSS à frente do nascente bloco socialista.

(2) O processo de descolonização foi marcado pelo ambiente de tensão próprio da Guerra Fria, mas não pode ser a esta debitada influência exclusiva sobre as motivações e a forma de condução da luta pela emancipação das colônias.

(3) As semelhanças verificadas na descolonização de regiões distintas, como a África Negra, o Magreb, o Sudeste Asiático, o Oriente Próximo e o Extremo Oriente, explicam-se pela uniformidade da ação imperialista nessas áreas.

(4) Tendo em conta que a libertação nacional era objetivo comum, não se verificam diferenças significativas no pensamento e na ação de líderes como Nehru (Índia), Lumumba (Congo), Nasser (Egito) e Ho Chi Minh (Vietnã).

1: Certa. A afirmativa descreve o quadro estrutural da Guerra Fria. De fato, é nesse período que ocorre a maior parte das descolonizações, em duas fases distintas, entre 1945 e 1955 (primeira fase) e entre 1955 e 1962 (segunda fase), vale ressaltar que uma terceira fase também ocorreu, com as independências tardias, relativa às antigas colônias portuguesas (a partir de 1975). A divisão do mundo em blocos, como descritos na afirmativa, vai contribuir em parte para o sucesso do processo de independência dos antigos impérios europeus na África e na Ásia;

2: Certa. De fato, a Guerra Fria vai ter influência importante no processo de descolonização, mas não necessariamente será a única causa que motivou os povos dos regimes coloniais contra às suas respectivas metrópoles. Também são importantes os fatores internos aos regimes coloniais, como levantes nacionalistas ou crises sociais entre os povos dominados e dominadores. Outro fator importante, sem dúvida, foi o declínio das metrópoles, os antigos impérios haviam sofrido graves perdas políticas e econômicas e apenas conseguiam manter os seus regimes. Esse contexto, agregado ao contexto de guerra fria, é que possibilita o processo de descolonização. Conforme consta em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental na descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Estes, por sua vez, não se desenvolveram, na maioria dos casos, à revelia de apoios de grupos políticos e da opinião pública metropolitanos. [...] A presença mais ativa dos Estados Unidos e da União Soviética em alguns países e regiões era compensada pela quase total indiferença em outros." (p.221). A parte mais interessante desse contexto foi que configurou-se um novo sistema, do ponto de vista dos países do terceiro mundo, caso das novas nações que surgiram. Em vez de alinharem-se no conflito ideológico da Guerra Fria, o terceiro mundo abriu espaço para outro tipo de inserção internacional, no que ficou conhecido como "Movimento dos Não Alinhados", materializado na Conferência de Bandung de 1955: "Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);

3: Errada. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização

realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul);
4: Errada. Certo que o objetivo de todos era, de fato, a libertação nacional do jugo imperialista, no entanto, não o fizeram em contexto similares, muito menos empregando métodos ou ideologias parecidos. O jovem Lumumba (1925-1961), no Congo belga, tinha ideias socialistas, mas estava motivado pela febre nacionalista para render a independência do seu país; após a independência (30 de junho de 1960), os desdobramentos internos e as divergências pelo poder levam à internacionalização do conflito, num contexto de Guerra Fria, até a morte de Lumumba, em 1961. Nehru (1889-1964), na Índia, seguirá uma ideologia parecida, com tendências socialistas, mas o método empregado por ele será bem mais pacífico, muito embora o qualificativo seja contestado por alguns adversários; vira primeiro ministro depois da independência (15 de agosto de 1947) e permanece como chefe do governo até a sua morte. Nasser (1918-1970) vinha de uma linhagem militar, e conseguira uma popularidade importante no Egito, o que contribuiu para construir uma imagem carismática entre a população; no entanto, o Egito já era independente desde 1922 da Grã-Bretanha, que conseguira o mandato sobre o território logo após o desmantelamento do Império Otomano (1920); a sua popularidade vinha das lutas pela república, contra a monarquia (república declarada em 18 de junho de 1953) e pela sua atitude na Guerra de Suez (1956), quando nacionalizou o canal, o que gerou um conflito contra Grã-Bretanha e a França, que Nasser vence. Ho Chi Minh (1890-1969), voltado para o comunismo como ideologia, depois da Segunda Guerra, luta contra os franceses e torna o Vietnã do Norte independente em 1954, e incita os Vietcongs a fazerem o mesmo no Vietnã do Sul, que culmina na unificação em julho de 1976.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Entre as numerosas transformações trazidas pela Segunda Guerra Mundial, destacou-se a emergência da África e da Ásia, assinalada pela libertação das antigas colônias localizadas nesses continentes. A respeito desse processo de descolonização, decisivo para a configuração da nova realidade mundial pós-1945, assinale a opção correta.

(A) No processo de independência da Índia, destacou-se a ação política de Mahatma Gandhi, que tinha por princípio a não violência, expressa na resistência pacífica aos dominadores britânicos. Quando assumiu o cargo de primeiro-ministro, em face das dissensões políticas internas, Gandhi optou pela renúncia.

(B) Embora pacífico em praticamente todas as suas fases, o processo de independência da Indochina culminou na Guerra do Vietnã, região que, sucessivamente dominada por norte-americanos, japoneses e franceses, se tornou independente em face da ação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

(C) O atual Iraque, alvo de invasão militar norte-americana que culminou na prisão e na morte de Saddam Hussein, foi uma criação artificial do pós-Segunda Guerra, por imposição de Moscou, com a intenção de estabelecer, no Oriente Médio, uma área de influência soviética quando a Guerra Fria se apresentava mais ativa.

(D) Depois de nove anos de guerra, que deixou número expressivo de vítimas e que assinalou a firme disposição francesa de não abrir mão de sua colônia, a Argélia conquistou a independência em 1962, em meio a uma conjuntura emancipacionista que envolveu parte significativa do continente africano.

(E) O império colonial português na África foi um dos primeiros a desintegrar-se, provavelmente pelo fato de que ele jamais se submetera às condições impostas pelo moderno capitalismo de base acentuadamente financeira e crescentemente globalizado.

A: Incorreta. A primeira parte está correta sobre Gandhi (1869-1948), líder espiritual e político do processo de independência indiano. A segunda parte descreve, em parte, a carreira política de Nehru (1889-1964), que foi primeiro ministro de 1947 até sua morte. A afirmativa também erra nesse ponto, que, mesmo com as divergências de poder internas à Índia, principalmente a questão do Paquistão, Nehru manteve-se no poder até sua morte;
B: Incorreta. A guerra da Indochina não foi um processo pacífico, nem para os Franceses, nem para os Ingleses e muito menos para os americanos. A Indochina era uma colônia francesa que, durante a Segunda Guerra Mundial, fora dominada pelos japoneses, e os franceses motivaram as populações locais contra o ocupante. Depois da Segunda Guerra, a Indochina inicia, com Ho Chi-Minh uma guerra pela independência do país, que ele adquire dos franceses depois da vitória de Dien Bien Phu, em 1954. A vitória é dada e a França reconhece a independência na Conferência de Genebra, dividindo a Indochina em 4 partes: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. O Vietnã do Norte de Ho Chi-Minh adota o comunismo e estabiliza-se, enquanto que o Vietnã do Sul é entregue a um governo instável, apoiado pelas potências ocidentais. O Vietnã do Norte passa a tentar incorporar o Sul para criar um Estado único, através de um plebiscito, que o Sul recusa. Inicia então uma guerra dos Vietcongs (Comunistas no Sul), apoiados pelo Vietnã do Norte, contra o próprio Estado do Vietnã do Sul, que logo atrairá os EUA para o conflito, com o argumento de evitar um efeito dominó comunista na Ásia do Sudeste. A guerra de guerrilha que se inicia dos Vietcongs contra os EUA culmina em um conflito violento, favorável ao Vietnã do Norte. A guerra termina em 1975 e a unificação é feita em 1976, e o novo Estado passa a ser a República Socialista do Vietnã;
C: Incorreta. A Grã-Bretanha adquire os territórios do Iraque por mandato depois do desmembramento do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial (Tratado de Sèvres de 1920). Em 1932, a independência do país é negociada com a Grã-Bretanha, com o fim do mandato, e no mesmo ano é reconhecida, passando o Estado a fazer parte da Liga das Nações;
D: Correta. A Guerra da Argélia cria um antecedente importante para os processos de independência na África como um todo. A França exercia uma colonização "total" em suas colônias, com a instalação de civis com suas famílias, além dos militares. Em 1953, havia 600 mil franceses "Pieds Noirs" morando na Argélia, e dada a maior penetração dessa sociedade na vida pública, o processo de independência foi complicado e violento. A opinião pública na França dividir-se-á, visto o contexto instável da IV República (1946-1958). O FLN (Frente de Liberação Nacional pró-independência), a partir de 1953, inicia uma guerra de guerrilha, em resposta aos grupos paramilitares terroristas franceses atuando entre 1950 e 1953 (OAS-Organização da Armada Secreta). Após um *referendum* em 1961 na França, a independência é adquirida em 1962;
E: Incorreta. O império colonial português foi o último a cair, conhecido como processos de descolonização tardia. As independências só serão adquiridas depois da Revolução dos Cravos, que pôs fim ao Estado Novo de Salazar (morto de 1971). Guiné Bissau foi a pri-

meira nação a emergir, seguido por Angola e Moçambique. Os dois últimos países entrarão em dinâmicas da Guerra Fria e serão palco de enfrentamentos indiretos.

Gabarito "D

Texto para a próxima questão

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Na conjuntura mundial de que trata o texto, uma das mais significativas manifestações de que um novo cenário nascia dos escombros da Segunda Guerra Mundial foi a emergência afro-asiática. Com efeito, enquanto Moscou e Washington concebiam o mundo como condomínio a ser disputado por dois síndicos poderosos, consolidava-se o processo de afirmação nacional na Ásia e, na África, avançava o movimento anticolonial. Tendo em vista esses acontecimentos, julgue (C e E) os itens subsequentes.

(1) Considera-se o ano de 1947 a data simbólica do início da dissolução dos impérios coloniais: é a data da independência da Índia e de sua partilha entre hindus e mulçumanos, que resultou na criação do Paquistão.

(2) O processo de emancipação dos novos povos colonizados não seguiu um modelopadrão, variou de região para região e foi contingenciado por fatores diversos, entre os quais, os métodos utilizados pelo colonizador e as condições internas de cada colônia.

(3) Nas colônias ou nas metrópoles, não foram poucos os intelectuais que assumiram a luta emancipacionista. Nesse sentido, um exemplo se impõe: o de Jean-Paul Sartre, que se notabilizou como a grande voz da consciência européia contra o colonialismo.

(4) Na Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), 29 países procuraram materializar o conceito de Terceiro Mundo, pronunciaram-se pelo neutralismo em face do sistema bipolar e comprometeram-se a apoiar a luta pela libertação dos povos ainda colonizados.

1: Certa. O processo de descolonização ocorreu primeiro na Ásia, iniciando na década de 1940 em alguns países. Para tanto, os exemplos da Índia e do Paquistão são cruciais, em 1947, constituindo um precedente para futuros processos;

2: Certa. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul). Os fatores internos em cada colônia também condicionarão a maneira como o processo desenvolver-se-á. Os movimentos, exaltados pelo nacionalismo e/ou, embora sempre em segundo plano, por ideais emergidos das dinâmicas da Guerra Fria, motivaram também processos de descolonização distintos;

3: Certa. A opinião pública nas metrópoles foi importante para aceitar o processo de descolonização. No caso francês, o filósofo Jean-Paul Sartre (1905-1980) mostrou-se liderança, principalmente no caso da Argélia. Na sua revista *Les Temps Modernes*, ele se mostra favorável à independência e ao direito de autodeterminação dos povos. A manutenção dos exércitos militares tinha um alto custo, o que não tinha respaldo positivo na opinião pública. Quando os apoiadores da Frente de Liberação Nacional passam a ser julgados, Sartre toma partido em favor dos rebeldes. Sua atitude será alvo de ataques da oposição, quando grupos de extrema direita, favoráveis à manutenção da Argélia como território francês, farão atentados terroristas contra ele e a edição da revista;

4: Certa. Na Conferência de Bandung, 1955, os países que desejavam manter uma equidistância com relação aos dois lados da Guerra Fria, reuniram-se para mostrar suas intenções. É em Bandung que surge a ideia de um movimento de não alinhados com as ideologias dos blocos soviético ou americano.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

4.5. A Conferência de Bandung

(Diplomacia 2007) Tal como oficialmente apresentada, a Conferência de Bandung, realizada em 1955, procurou criar um novo bloco que tivesse capacidade de ação política internacional diante dos dois polos de poder dominantes. A bússola que orientaria essa terceira força seria, conforme a declaração assinada ao final do encontro, a busca da paz por meio da cooperação internacional. Julgue (C ou E) os itens que se seguem, concernentes a esse contexto histórico do mundo pós-1945.

(1) A Conferência de Bandung consagrou uma linha política de não alinhamento, ou seja, uma opção diplomática de equidistância em relação ao sistema bipolar que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial.

(2) O êxito do espírito de Bandung deveu-se, sobretudo, à capacidade de superação de divergências históricas entre países asiáticos e africanos, de que seria exemplo emblemático a cordial e amistosa convivência entre Índia e Paquistão após a conquista das respectivas independências.

(3) A Conferência de Bandung condenou explicitamente toda e qualquer forma de colonialismo, identificado como um mal que devia ser extinto imediatamente,

por ser visceralmente contrário à Carta das Nações Unidas e aos direitos humanos.

(4) Na Ásia do pós-Segunda Guerra, os dois países mais populosos do mundo percorreram trajetórias distintas no caminho de sua afirmação: enquanto a Índia optou pelo reformismo liberal, a China assumiu a via revolucionária de esquerda, concretizada com a proclamação da República Popular em 1949.

1: Certa. É essa a premissa mesmo do Movimento dos Não Alinhados e da Conferência de Bandung. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);
2: Errada. A Índia, que adquiriu a independência em 1947, tem em Nehru um dos principais líderes de Bandung. No entanto, a independência indiana foi marcada por divergências internas, principalmente de ordem religiosa, que levará o país ao conflito por duas vezes contra o Paquistão, as guerras indo-paquistanesas, em 1965 e 1971. A primeira foi em função da fronteira da Cachemira, e a segunda, em função do apoio que a Índia prestou ao Paquistão Oriental (Bangladesh), quando de sua independência, em 1971. A Cachemira é, até hoje, uma região instável e contestada entre os dois países, e inclusive foi, em parte, responsável pelo aumento das tensões dos dois países, que levou à nuclearização de ambos;
3: Certa. Na Conferência, houve a redação de dez princípios que foram aprovados pela unanimidade. Entre esses princípios estão a nãoingerência e a nãointervenção, assim como o direito à autodeterminação dos povos. Muito embora não se encontre a palavra colonialismo, podemos deduzir do direito à autodeterminação que a prática é condenável. Os princípios fazem sempre referência à Carta da ONU, que é mencionada três vezes, para realçar o fato que os princípios de Bandung estão calcados na Carta, e é dela que se pode extrair a noção de direitos humanos;
4: Certa. A Índia declara a República com uma Constituição parlamentar, em 26 de janeiro de 1950, o que mostra o seu aspecto liberal, como é afirmado em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A força espiritual da independência da Índia e o experimento do parlamentarismo lá adotado tornariam a transição indiana modelar. " (p.222). A China, por outro lado, após a Segunda Guerra, entra em uma sangrenta guerra civil, em que o Parido Comunista Chinês, liderado por Mao, refugia-se para o campo e inicia uma guerra de guerrilha contra os Nacionalistas do Kuomintang. Finalmente, após adquirir apoio da população, o PCC chega ao poder em 1949, depois da Revolução Chinesa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

5. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NAS AMÉRICAS

5.1. A expansão territorial nos EUA; A Guerra de Secessão; A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando as duas primeiras ondas revolucionárias do século XIX, citadas no texto, e sua vinculação, direta ou indireta, com o continente americano, assinale a opção correta.

(A) Fatores internos, ainda que existentes, tornaram-se irrelevantes para a desintegração do sistema colonial ibérico frente à influência exercida pela conjuntura revolucionária européia no processo de independência latino-americana, conforme sugerido pelo texto.

(B) Entre os grandes libertadores da América espanhola, Simon Bolívar notabilizou-se pelo destemor com que se lançou à luta para emancipar a atual Argentina e pela convicção de que a prosperidade da América subordinava-se à existência de Estados plenamente autônomos.

(C) A onda revolucionária de 1848, por sua amplitude e espontaneidade, foi amplamente exitosa em suas aspirações populares, tanto na Europa — com o fim do sistema eleitoral censitário — quanto na América — com as reformas de Jackson (EUA).

(D) Semelhantemente ao ocorrido quando da invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas de Napoleão (1808), a Revolução Espanhola de 1820 contribuiu para o recrudescimento da luta pela independência das colônias latino-americanas.

(E) Inexistência de mercado interno expressivo e impossibilidade de aplicação de capitais pela via de empréstimos aos Estados são dois poderosos motivos que explicam o reduzido impacto da expansão capitalista européia, ocorrida na segunda metade do século XIX, sobre a América Latina.

A: Incorreta. Os movimentos internos tiveram importância. A primeira onda revolucionária descrita encaixa-se aqui, pois foi quando os movimentos de emancipação na América Espanhola passaram a ter êxito. Logo das invasões napoleônicas na península ibérica, um primeiro levante havia ocorrido, sem êxito, em circunstâncias distintas, dado a falta de uma articulação madura entre as elites políticas "crioulas" locais. Além disso, a Inglaterra ainda estava muito ocupada a época em conter os avanços expansionistas de Napoleão I. Nesse segundo momento, após 1815, com a Inglaterra aplicando sua política de *Splendid isolation* com relação às relações europeias e com um diálogo mais importante entre as elites locais, as revoltas de independência tiveram um outro destino, levando às emancipações das colônias americanas da Espanha;
B: Incorreta, trata-se de uma descrição de Simón Bolívar (1783-1830) que erra ao afirmar que ele fora responsável pela independência da Argentina. No Sul, a figura de José de San Martin (1778-1850) foi mais importante, liderando processos de emancipação na Argentina e Chile (neste último caso, feita conjuntamente com o militar Bernardo O'Higgins (1778-1842). A figura de Bolívar será importante nos processos ao Norte, com as independências da Grã-Colômbia (atuais Venezuela, Colômbia e Equador) e Bolívia. Os dois líderes também foram importantes na independência do Peru;
C: Incorreta. Por duas razões. Primeiro porque não se pode dizer que foi a Revolução de 1848 que terminou com o voto censitário. Mesmo que o sufrágio universal masculino tenha sido usado na França em 1848 para eleger Luís Napoleão Bonaparte como presidente, o mesmo não se pode afirmar das outras nações europeias. O próprio Luís Napoleão utilizará o sufrágio para ratificar, por plebiscito, o seu golpe de 1851. Segundo, não se pode dizer que as reformas do presidente Andrew Jackson (1767-1845) tenham sido influenciadas pela onda revolucionária de 1848. As reformas de Jackson foram implementadas durante a sua presidência (1829-1837). Elas almejavam ampliar a participação eleitoral nos EUA. É dessas reformas que Alexis de Tocqueville (1805-1859) se inspira para escrever *De la Démocratie en Amérique* (1835-1840);
D: Correta, pois foi a Revolução de 1820 na Espanha que trouxe de volta os ânimos da primeira leva de independência, na década de 1810. A Revolução restaura a Constituição de Cádiz de 1812, revogada em 1814, quando do retorno dos Bourbons e de Fernando VII ao poder. A Constituição pode parecer liberal na Europa, mas será considerada conservadora nas Colônias e promoverá a onda revolucionária que levará às independências. É correto afirmar que, em 1812, a Constituição tinha tido outro efeito nas colônias, ao promover os primeiros levantes. Até então, o processo de independência da América Espanhola não era visto como algo incontornável. Em 1820, a situação é distinta, dada a uma melhor articulação entre as elites nas colônias. As independências fizeram-se, dessa forma, em consequência da Revolução de 1820 e da adoção da Constituição de Cádiz;
E: Incorreta. Não se pode falar de um impacto inferior da expansão do capitalismo na América Latina. Pode-se dizer que ele foi desigual, em função de uma fraca e incipiente industrialização nas nações que surgiram depois de 1820, de economias ainda atreladas ao sistema de grande propriedade agrícola e de Estados com fronteiras ainda indefinidas. É possível afirmar que a ausência de um mercado interno também influenciou a repartição desigual do impacto do capitalismo, mas não se pode afirmar que houve pouca entrada de capitais na América Latina durante esse período, marcado pelo forte endividamento dos Estados. Os processos de independência aumentaram a dívida externa das nações, com as retribuições às colônias e com financiamento dos conflitos de independência. Durante a segunda metade do século XIX, a Revolução industrial consolidadava-se na Europa e a necessidade de matérias primas atraiu grandes investimentos europeus na América Latina. A entrada de capitais serviria, por exemplo, à construção de ferrovias. É importante ressaltar que a entrada de investimentos europeus motivaram, inclusive, conflitos regionais, como as guerras do Pacífico, entre Chile, Peru e Bolívia. Dessa forma, a expansão do capitalismo na América Latina teve um impacto considerável.

Gabarito "D"

5.2. A doutrina Monroe e sua aplicação; A política externa dos EUA na América Latina

(Diplomacia 2007) Seguindo uma tendência que a África e a Ásia levaram ao extremo, também a América Latina teve sua trajetória marcada pela radicalização política nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A onda de regimes políticos nacionalistas e reformistas na América Latina, iniciada com a Revolução Mexicana, que Cárdenas retomou a partir de 1934, ressurgiu na década de 50 do século passado, especialmente na Guatemala e na Bolívia.

(2) Vitoriosa em 1959, a Revolução Cubana, comandada por Fidel Castro, assumiu, em 1961, o caráter socialista de inspiração marxista e aprofundou os processos de coletivização de terras, nacionalização de empresas e monopolização do poder político.

(3) O Chile protagonizou a experiência latino-americana, inédita até então, de adoção do socialismo pela via eleitoral, que se deu com a vitória de Salvador Allende. Em 1973, um golpe de Estado pôs fim ao governo socialista e mergulhou o país em uma das mais ferozes ditaduras do Cone Sul.

(4) A chegada dos sandinistas ao poder nicaraguense, graças à vitória nas eleições de 1979 e ao apoio ostensivo de Washington, encerrou o ciclo de uma das mais duradouras ditaduras latino-americanas, a de Somoza.

1: Certa. O presidente Lázaro Cárdenas (1895-1970) esteve no poder no México entre 1934 e 1940. Durante esse período retoma os ideais da Revolução Mexicana de 1910 e promove uma serie de reformas nacionalistas, como nacionalização de empresas estrangeiras. A política de boa vizinhança dos EUA (1938) irá amenizar as dívidas contraídas, Cárdenas fará uma negociação. Além disso, ele organiza um reforma agrária de acordo com os ideais da Revolução, que era a vontade do líder revolucionário campesino Zapata. E para exaltar esse nacionalismo, Cárdenas promove a retomada histórica e cultural da Revolução, observado no Muralismo de Diego Rivera (1886-1957). Na Guatemala da década de 1950, o presidente Jacobo Arbenz (1913-1970) tenta também fazer uma reforma agrária e promover reformas no país, mas teve de enfrentar a oposição das poderosas multinacionais presentes no país. Por causa desse conflito, os EUA, por intermédio da CIA e grupos de oposição, promoveram um golpe que o tirou do poder em 1954, e ajudaram a instalar um ditadura no país. Na Bolívia foi a figura de Víctor Paz Estenssoro (1907-2001) que personifica o movimento nacionalista, com sua chegada ao poder em 1952 (vindo do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário). Ele promove uma reforma agrária no país assim como a nacionalização das minas de estanho;
2: Certa. É uma descrição da evolução da Revolução Cubana de 1959. Os EUA criam um embargo ao açúcar cubano, o que motiva a aproximação de Fidel com a União Soviética e a adoção de ideais comunistas, como descrito na afirmativa;
3: Certa. A eleição de Salvador Allende (1908-1973) chega à presidência chilena pela via democrática em 1970 com a Unidade Popular (UP), partido de esquerda. Ele promove reformas de cunho socialistas, com as nacionalizações das minas de cobre. As medidas de Allende não agradarão a todas as correntes políticas e a oposição generalizada leva à uma ingovernabilidade. O golpe é dado dia 11 de setembro de 1973 por Pinochet (1915-2006) e inicia uma ditadura até 1990, uma das mais violentas da América latina;
4: Errada. Os sandinistas não são eleitos, eles tomam o poder da família Somoza (Luís Somoza) em 1979, que estava na presidência desde

1936, no que ficou conhecido como a Revolução Sandinista. Depois da tomada do poder, os sandinistas, inspirados na figura de Augusto Sandino (1895-1934), iniciam reformas de cunho socialista moderado, como nacionalizações e reforma agrária, e atraem a atenção e o apoio da classe média. Os "Contras", um grupo de oposição nicaraguense, com o apoio tático e financeiro dos EUA, promovem ataques terroristas para desestabilizar o regime dos sandinistas. Mesmo com a condenação da atitude dos EUA na Nicarágua pela ONU, a guerra civil irá devastar o país, no que hoje é um dos países menos desenvolvidos da América.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Resguardadas as condições específicas de cada país e os aspectos singulares e próprios de seus processos históricos, é possível proceder-se à síntese da experiência latino-americana nas últimas cinco décadas. Relativamente a esse quadro geral, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Regimes autoritários, normalmente chefiados por militares, prevaleceram entre os anos 60 e 80 do século passado. Mantendo sua condição de "Suíça da América Latina", o Uruguai conseguiu ser a exceção democrática em um Cone Sul dominado por governos ditatoriais.

(2) Líder de movimento armado similar ao empreendido pelos guerrilheiros de Sierra Maestra, Salvador Allende foi o primeiro presidente socialista da América do Sul. Com sua queda, em 1973, o país mergulhou em uma das mais truculentas ditaduras do período, que foi chefiada pelo general Augusto Pinochet.

(3) Na Argentina, sucessivos golpes militares interromperam a experiência reformista em curso desde o final dos anos 1950 e conseguiram minar, possivelmente em definitivo, a força política que o peronismo historicamente possuíra no país.

(4) De maneira geral, o fim do ciclo autoritário na América Latina coincidiu com o esgotamento do modelo econômico por ele adotado. Não por outra razão, o retorno à democracia se fez acompanhar por novo surto de prosperidade econômica, razão direta da redução dos níveis de desigualdade social na região.

1: Errada. O Uruguai teve uma ditadura militar, entre os anos de 1973 e 1985;

2: Errada. Allende não foi líder guerrilheiro. Era socialista, da Unidade Popular (UP) e foi eleito democraticamente em 1970. Saiu do poder em 1973, depois do golpe de Pinochet;

3: Errada. A Argentina teve, de 1950 em diante, 4 golpes militares, 1955, 1962, 1966 e 1976. O primeiro deles tira Juan Domingos Perón (1895-1974) do poder. Militar de carreira, entrou na política, ironicamente, através de um golpe militar em 1943, liderado pelo GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*, do qual Perón faz parte), contra o presidente Ramón Castillo (1873-1944). Chega ao poder em 1946, por intermédio de dissidência dentro do exército. Exerce uma presidência aprovando medidas extremamente populares, que lhe dará renome entre os trabalhadores. O fato é que, mesmo com todos os golpes que sucederam, graças a essas medidas populares, o peronismo resistiu e até hoje perdura na política nacional. Perón é eleito presidente em 1952, seu segundo mandato, e cai com o golpe de 1955, o que obriga a exilar-se na Espanha. Ele volta em 1973 e é eleito no mesmo ano, até morrer em 1974, deixando no poder a vice-presidente, sua esposa, Isabel Perón, que cai com o golpe de 1976. O peronismo ainda é uma força política importante na argentina, englobando partidos e sindicatos da esquerda até a direita;

4: Errada. A maioria dos países, ao caírem as ditaduras, encontravam-se em crises econômicas. Não é por acaso que os anos de 1980 ficaram conhecidos como a "década perdida". Tomando o exemplo brasileiro, não se pode falar de um surto de prosperidade: a inflação só seria controlada com o Plano Real, de 1994. Em seguida, na maior parte dos países, adotou-se medidas neoliberais seguindo o modelo do Consenso de Washington. Os modelos contribuíram por um momento com uma estabilização econômica, mas não conseguiram reduzir as desigualdades. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu desfazer-se de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania." (p.310).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 1999) O ano de 1998 marcou o centenário da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos da América, por conta da qual a Espanha perdeu as seguintes colônias:

(A) Cuba, Uruguai e Porto Rico.

(B) Cuba, México e Venezuela.

(C) Filipinas, México e Bolívia.

(D) Filipinas, Cuba e Porto Rico.

(E) Porto Rico, México e Bolívia.

Anos de Independências:

- Cuba: 10 de outubro de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)
- Filipinas: 25 de julho de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)

• Porto Rico: 12 de junho de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)
Em 10 de dezembro de 1898, o Tratado de Paris é assinado, encerrando a Guerra Hispano-Americana, reconhecendo as independências de Cuba, Filipinas e Costa Rica com relação à Espanha. Os territórios foram cedidos aos EUA ao fim do conflito, de acordo com o Tratado de Paris. Cuba declarou a república em 20 de maio de 1902, mas de acordo com Emenda Platt, concedia aos EUA o direito de intervenção na política cubana. A Emenda Platt será revogada por Fulgêncio Batista em 1933. No ano seguinte das Filipinas, as populações locais declaram uma república, que será recusada pelos EUA, dando início à Guerra Filipino-Americana. Dada a sua posição estratégica, o território será palco de conflitos durante a Segunda Guerra, sendo invadido pelos japoneses. Ao fim da Guerra, a independência é concedida em 4 de julho de 1946. Porto-Rico é, desde a independência, um território dos EUA com um governo autônomo. As outras independências se dão em:
• Uruguai: 25 de agosto de 1825 (declarada), 27 de agosto de 1828 (reconhecia, do Brasil)
• México: 16 de setembro de 1810 (declarada), 27 de setembro de 1821 (reconhecida)
• Venezuela: 5 de julho de 1811 (declarada), 30 de março de 1845 (reconhecida)
• Bolívia: 6 de agosto de 1825 (declarada), 21 de julho de 1847 (reconhecida)

Gabarito "D"

5.3. O Pan-Americanismo; A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Ainda que próximo dos EUA, especialmente em termos comerciais, o Brasil da segunda metade da década de 40 do século XX – governo Gaspar Dutra – procurou manter-se equidistante no cenário de polarização ideológica e de retórica demasiado agressiva da guerra fria, eximindo-se de assumir atitudes políticas que pudessem significar comprometimento ou ruptura com as superpotências.

1: Errada. O item equivoca-se ao afirmar que Dutra (1883-1974) mantem uma postura equidistante. O presidente, eleito em 1945, ao chegar ao poder, alinha-se automaticamente com os EUA. Trata-se de um período de Americanismo ideológico da política externa brasileira, na qual o Brasil vai optar por seguir os ditames americanos, pelos quais, segundo Dutra, o Brasil alcançará seus interesses. Não faltam exemplos que mostrem esse alinhamento: em 1945, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a URSS, a pedido dos EUA; o PCB entra para a ilegalidade nesse mesmo ano; na Conferência Interamericana de segurança hemisférica, o Brasil é favorável à criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de acordo com a vontade americana; o Brasil vota, na Assembleia Geral da ONU, a favor da presença de Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança, em detrimento da República Popular da China, em 1949, a pedido dos EUA. Dutra, pensando que o alinhamento ideológico poderia ser usado como uma maneira de conseguir concessões financeiras dos EUA, sente um certo grau de frustração ao fim do seu mandato. Os EUA, ocupados com a reconstrução europeia e com a aplicação da Doutrina Truman, desviaram a atenção das questões hemisféricas, o que não foi favorável ao Brasil e terá efeitos já no governo Dutra e nos próximos anos.

Gabarito E

6. IDEIAS E REGIMES POLÍTICOS

6.1. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente

norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico ao qual ele se reporta, assinale a opção incorreta.

(A) As ondas revolucionárias citadas no texto refletem, ao lado de outros fatores, o choque entre as forças comprometidas com o Antigo Regime e as identificadas com o anseio de transformações na sociedade européia na primeira metade do século XIX.

(B) O segundo período do texto revela um dos principais objetivos do Congresso de Viena, qual seja, o de impedir a repetição da experiência libertária que a França protagonizara a partir de 1789 e que Bonaparte, a despeito de sua vocação imperial, disseminara pela Europa.

(C) Tendo ficado imune às ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa continental, a Grã-Bretanha recusou-se a aceitar as determinações do Congresso de Viena e, internamente, a promover reformas em suas instituições políticas.

(D) A Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820, inscreveu-se no contexto da primeira onda revolucionária européia e, em seus desdobramentos, provocou o retorno de D. João VI a Portugal e a adoção de medidas recolonizadoras pela metrópole, o que impulsionou o processo de independência do Brasil.

(E) O Nacionalismo já se manifestava nas ondas revolucionárias mencionadas no texto e teve, nas unificações alemã e italiana, na segunda metade do século XIX, dois de seus símbolos mais expressivos.

A: Correta, pois estabelece um paralelo entre os dois lados que se enfrentariam, ao longo da primeira metade do século XIX: de um lado, a Restauração, do outro, a Revolução;

B: Correta. O Congresso de Viena consagra o sistema de Metternich, refletindo o equilíbrio de poder na Europa, que manteria uma paz relativa até 1914. A reunião informal de diplomatas marca o início da Restauração, série de medidas reacionárias à Revolução de 1789, para terminar com a sua disseminação, principalmente, de seus ideais iluministas e liberais;

C: Incorreta. O representante britânico, o Visconde de Castlereagh, defende os interesses da Inglaterra, que era estabelecer um mecanismo que garantisse o equilíbrio continental. Ao ser atingido, a Europa continental entraria em relativa estabilidade, o que possibilitaria à Inglaterra explorar seu império e expandir o capitalismo, a produção da sua revolução industrial. Nesse embate, a única nação que poderia impedir a plena expansão dos interesses britânicos seria a Rússia, representada pelo Czar Alexandre I, império forte que poderia ameaçar a Inglaterra. Finalmente, o Congresso, salvo algumas exceções, impõe o Sistema de Metternich, o Concerto Europeu, que estabelecerá o equilíbrio de poderes na Europa até 1914, quando o sistema falha em impedir a Guerra. A Inglaterra, de certa forma, atinge seu objetivo. O outro objetivo, que era restaurar o Antigo Regime, a Santa Aliança, ordem militar criada no Congresso, da qual a Inglaterra não participou, fracassara em suas poucas atuações. Com a Europa estabilizada, a Inglaterra inicia o seu *Splendid Isolation*, uma política externa que redireciona suas prioridades e seus interesses para outros continentes;

D: Correta. Trata-se de uma descrição dos eventos da Revolução liberal de Porto, e é dessa descrição que pode ser encaixada na primeira fase das Revoluções. Com a família real no Brasil, Portugal passa a ser uma entidade dependente das ordens vindas do Rio de Janeiro. A abertura dos portos de 1808 e os tratados de 1810 foram sentidos de maneira negativa em Porto e Lisboa, cidades portuárias. Assim, um primeiro levante deu-se em Lisboa, em 1817. Em 24 de agosto de 1820, a Revolução eclode em Porto, com a instalação de uma Junta Provisória que, mais tarde, quando a insurreição atingir Lisboa, fará uma única Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, com o intuito de promover uma constituinte. Em janeiro de 1821, uma Constituição provisória entra em vigor. A família real volta em 1821, com Dom João VI à frente e Dom Pedro tendo permanecido no Brasil. A estratégia de Dom João era utilizar o Brasil como barganha, dado que as reivindicações dos revolucionários baseavam-se no retorno ao Império centralizado em Lisboa, caso a Constituição não lhe fosse favorável. O Brasil tornar-se-ia independente nesse caso. Por esse motivo, a Revolução do Porto impulsionou o processo de independência do Brasil;

E: Correta. As unificações alemã e italiana utilizarão de premissas presentes nos movimentos do nacionalismo como justificativa para motivar as populações. De fato, nesse caso, não serão necessariamente revoluções que motivarão as unificações, mas processos lentos de aceitação de um governo único.

Gabarito "C"

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) O espírito revolucionário que acompanha o século XIX, "tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo", como afirma o texto, foi embalado pelas grandes ideias que arrebata-

ram, naquele contexto histórico, o Ocidente, em especial a Europa: liberalismo, nacionalismo e socialismo. A respeito desse cenário, no qual se gesta o século XX, assinale a opção correta.

(A) O sentimento nacional, que aflora sobretudo com a Revolução Francesa, amplia-se na medida em que o movimento social e as lutas políticas se intensificam. Exemplo especial disso foi a luta pela independência da Grécia, na primeira metade do século XIX, causa a que aderiram combatentes libertários oriundos de várias nações.

(B) Os socialistas aparecem na cena política europeia participando de movimentos revolucionários ou insurrecionais, a partir do momento em que as obras de Marx e Engels são mais divulgadas e estudadas, o que acontece nas décadas finais do século XIX.

(C) Movimento anarquista, a Comuna de Paris (1870) constituiu-se, concreta e objetivamente, no "assalto ao poder" por parte do operariado, utopia que tanto estimulava as ações dos grupos socialistas. O êxito do movimento, que levou pânico às elites europeias, garantiu aos revolucionários o controle da capital da França até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

(D) As unificações políticas da Alemanha e da Itália foram alcançadas graças à mobilização popular e à força de movimentos sociais. Esse fato explica o viés pacifista e levemente socialista que ambos os Estados passaram a ostentar, em flagrante oposição à realidade da época.

(E) A unificação política da Alemanha seguiu trajetória singular. Ela se fez a despeito da mais absoluta ausência de unidade econômica entre os Estados germânicos e da adoção do mais extremado liberalismo.

A: Correta. O nacionalismo foi um dos movimentos mais importantes do século XIX e intensificou-se com a ideologia do liberalismo, em que o ideal da liberdade era visto como um sentimento romântico a seguir-se, principalmente nos casos de povos oprimidos. A independência da Grécia é evidência desse fato, como vemos nos quadros de Delacroix (1798-1863), um dos mais famosos sendo "O Massacre de Quios" (1824). De acordo com Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*, "a perene luta dos pastores de ovelhas e dos heróis-bandoleiros contra *qualquer* governo efetivo se fundiu com as ideias do nacionalismo da classe média e da Revolução Francesa: a luta grega pela independência (1821-1830). Portanto, não foi por acaso que a Grécia se tornou o mito inspirador dos nacionalistas e liberais de todo o mundo. Pois somente na Grécia todo um povo se insurgiu contra o opressor de uma maneira que poderia ser identificada de forma plausível com a causa da esquerda europeia; e, por sua vez, o apoio da esquerda europeia, encabeçada pelo poeta Byron, que lá morreu, foi uma considerável ajuda para a conquista da independência grega." (p.200);
B: Incorreta. O socialismo tem uma origem ideológica e outra prática, e ambas remontam a bem antes dos escritos de Max e Engels. Movimentos na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX aparecem com a criação de sindicatos (Unions) e com as reivindicações do Cartismo, cujos líderes serão condenados a morte. Na ideologia, houve o que se pode chamar de socialismo utópico, surgido do esforço intelectual de pensadores na primeira metade do século XIX. Inspirados das ideias de Gracchus Babeuf (1760-1797), eles desenvolveram ideais socialistas, como a alteração da propriedade privada. São famosos os socialistas utópicos como Saint-Simon (1760-1820), Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) e os britânicos da Fabian Society. Só a partir de 1848, Marx e Engels verão um potencial prático e um ideológico que é necessário unir para criar os ideais socialistas como são conhecidos;
C: Incorreta, pois a Comuna de Paris de 1871 durou apenas alguns meses, de março até maio, quando foi fortemente reprimida pelas tropas do presidente provisório Adolphe Thiers (1797-1877), com o apoio da Prússia. O levante se deu em reação a derrota francesa contra a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870;
D: Incorreta. Embora seja possível afirmar que a parte descritiva esteja certa com relação à Itália. A unificação alemã deu-se graças a autoridade de Bismarck, que a forçou a unificação com conflitos e jogos diplomáticos com seus vizinhos. Por outro lado, em ambos os casos não se pode falar de um viés pacífico: se por um lado, Bismarck teve de enfrentar a Dinamarca, a Áustria e a França, a Itália teve duas frentes, no Norte com o Piemonte e no Sul com Garibaldi, além de receber apoio financeiro, prático e logístico de Napoleão III contra a Áustria;
E: Incorreta. Por dois motivos. O primeiro é a que afirma uma ausência de unidade econômica, pois nos Estados alemães, desde 1834, foi criado o Zollverein, ou a união aduaneira. Dissolvido em 1866, em função da Guerra Austro-Prussiana, ele retorna em 1867, incluindo os Estados do Sul, integrados à Prússia. O segundo erro é afirmar que Bismarck adota o liberalismo. Bismarck chega à chancelaria da Prússia em 1862, a pedido do rei Guilherme I, para resolver os dilemas acerca da cobrança de impostos no Parlamento de Frankfurt: os liberais não aceitavam a unificação imposta, mas através do liberalismo. A autoridade de Bismarck impõe aos parlamentares a condição da unidade nacional em detrimento do liberalismo.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Três grandes forças ideológicas que perpassaram, ainda que em tempos históricos não concomitantes, o século XIX, no plano das ideias políticas, foram:

(A) O liberalismo, os movimentos das nacionalidades e o fascismo.

(B) O militarismo, o nacionalismo e liberalismo.

(C) O socialismo, o autonomismo e o nacionalismo.

(D) Os movimentos das nacionalidades, o liberalismo e o socialismo.

(E) O autonomismo, o fascismo e o socialismo.

A resposta certa encontra-se no quesito D:
Liberalismo: ideologia criada depois da Revolução Francesa e que tornou-se predominante entre as sociedades burguesa do século XIX. É uma corrente que defende os direitos individuais, o indivíduo está à frente da razão de Estado, e critica, dessa forma, os direitos coletivos e associativos. Trata-se também de uma ideologia da liberdade, reconhecida entre os monarcas, e que defende a propriedade privada. Dessa ideia emana a oposição à toda forma de autoridade absoluta, e, por essa razão, a lei deve ser respeitada e consagrada, de forma a limitar o poder dos dirigentes. Finalmente, o liberalismo é uma ideologia que se associa a uma corrente parlamentar, mais ou menos republicana, como regime para sua prática, embora não necessariamente defenda ideais democráticos;
Movimento das Nacionalidades: o movimento das nacionalidades também pode ser considerado um movimento do século XIX. A Revolução de 1789 era de início universalista, mas logo teve seu projeto redirecionado em direção a exaltação das nacionalidades, como uma busca pela identidade. É nesse âmbito que se dá a criação do Estado-nação, que delimita as fronteiras do Estado a uma série de padrões culturais comuns, como língua, história e a geografia. Trata-se da função política da nacionalidade, de determinar características comuns a uma população. Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, define bem a ideia: "Definiremos o nacionalismo como um sentimento com raízes em amplas circunstâncias históricas, geográficas, linguísticas ou culturais. Ele se caracteriza pela consciência que tem um grupo de pertencer a uma tradição derivada dessas circunstâncias, as quais diferem das tradições de outros grupos. A formação nacional é a realização política dos propósitos do nacionalismo, a tradução do sentimento em poder." (p.573);
Socialismo: o socialismo foi primeiramente praticado e depois teorizado. Ele encontrou forma antes de 1850, na reivindicação social dos

operários a serviço da primeira Revolução Industrial, por melhores condições de trabalhos. Os primeiros a pensar sobre o socialismo foram os socialistas utópicos, como o Saint-simonismo, entre outros. O socialismo passou a ser uma ideologia corrente a partir de 1850, com os pensadores do movimento operário, entre os quais se destacam Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). A primeira internacional operária ocorre em 1864, com a reunião de sindicatos e de grupos operários em Londres, criando um ideal de classe operária que passa as fronteiras do Estado-Nação;

Esses três movimentos foram importante ao longo do século XIX, portanto, a resposta D é a correta dessa pergunta. Vejamos brevemente os outros movimentos citados:

Fascismo: foi criado nos anos de 1920 na Itália como uma reação ao modelo liberal, praticando um forte intervencionismo de Estado em todas as camadas da sociedade. O ideal do fascismo, em muitas de suas variantes, era a exaltação da Nação e defende os interesses dos seus dirigentes;

Autonomismo: deriva do socialismo e teve sua importância a partir da década de 1960. Ele pede que os trabalhadores sejam autônomos na produção, ou seja, opõe-se a autoridade do capitalista e, por consequente, do Estado. É um movimento que reivindica a descentralização do Estado, e associou-se, além das suas vertentes socialistas, com ideais anarquistas;

Militarismo: trata-se de um conceito antigo, utilizado bem antes do século XIX, com origens incertas. Ele afirma que uma sociedade deve basear-se em suas vertentes militares, ou seja, num tipo de governo dirigido à exaltação militar, e a segurança do Estado é a prioridade do governo. O movimento reapareceu em fins do século XIX, com a corrida aos armamentos promovida pelo sistema de Aliança de Bismarck. O militarismo então contribuirá, em parte, para criar a instabilidade característica do pré-guerra.

Gabarito "D"

6.2. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália

(Diplomacia 2008) Entre os movimentos nacionalistas que se destacaram na Europa do século XIX, poucos poderiam rivalizar, em termos de importância, com as unificações alemã e italiana. Fatores internos e externos se conjugaram para que, ao fim de complexo processo de luta, Alemanha e Itália surgissem como Estados nacionais. A propósito desses acontecimentos, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Absorvido pela política interna da Prússia, o chanceler Otto von Bismarck não empreendeu projetos na área econômica que pudessem contribuir para a Alemanha como um todo.

(2) Para reduzir custos e ampliar a possibilidade de alianças externas, Bismarck optou por não investir na modernização do exército prussiano, apostando na via diplomática e na ação política para isolar a Áustria, cujo interesse era a manutenção de uma Alemanha fragmentada.

(3) A guerra de 1870 contra a França surpreendeu o chanceler Bismarck, que considerava o conflito empecilho perigoso a seus planos de unificação da Alemanha.

(4) Na Itália, o processo de unificação, que teve em Mazzini e Garibaldi lideranças exponenciais, envolveu necessariamente confrontos externos, até porque seu território era alvo de interesses múltiplos, a exemplo dos interesses austríacos, dos pontifícios e dos franceses.

1: Errada. O chanceler Bismarck (1815-1898) chegou ao cargo em 1862, na Prússia, para resolver um problema relativo aos impostos. Realista político, Bismarck via a Prússia como a região que iria liderar a unificação alemã, e para isso, a região tinha de permanecer unida, para mostrar-se forte. No parlamento da Prússia, desde 1859, os liberais haviam atingido uma maioria e impediam a aprovação de projetos que aumentasse a parte do orçamento destinada aos gastos militares. O rei da Prússia, Guilherme I (1797-1888) entrega a chancelaria para Bismarck, resolver esse impasse. Resolveu o dilema mostrando autoridade e centralismo de poder, em prol do poder da Prússia e em detrimento do liberalismo. Dessa forma, conseguiu a aprovação de várias propostas de impostos no parlamento. Não se pode dizer bem se ele empreendeu políticas econômicas, antes da unificação, que contribuíssem para a Alemanha como um todo, no entanto, depois da unificação, ele promoveu a criação de tarifas alfandegárias para proteger a nascente indústria alemã, ainda repartida de maneira desigual pelo território. Finalmente, não se pode afirmar que Bismarck esteve absorvido pela política interna da Prússia, dado que sua *Realpolitik* consistia em unificar todos os Estados alemães sob a liderança da Prússia, o mais poderoso de todos. E foi Bismarck que conseguiu tal façanha, em apenas 8 anos na chancelaria, além de resolver os problemas internos da Prússia, como o dilema entre nacionalismo unificador ou nacionalismo liberal, que divergia os liberais no parlamento da Prússia. Bismarck forçou a unificação em detrimento do liberalismo;

2: Errada. A unificação alemã foi marcada pelo reforço do exército e por conflitos em suas fronteiras, ações que promoveriam a unificação da nação alemã. Sua chegada à chancelaria da Prússia foi para resolver o dilema acerca do aumento dos gastos militares, do qual era favorável, mas o parlamento, de maioria liberal, opunha-se. Bismarck, que era a favor da modernização do exército, tratou de conseguir a força a aprovação do projeto, entre outros impostos que ele conseguiu criar. Para o seu projeto unificador, com a Prússia na liderança, Bismarck sabia que a Áustria (Áustria-Hungria desde 1867) não deveria estar integrada à Alemanha, o que enfraqueceria o poder prussiano. Primeiro, Bismarck convida a Áustria, em 1864, para ajudá-lo contra a Dinamarca pela tomada do Schleswig e do Holstein. Como havia planejado, a Áustria reivindicou um dos territórios, o que motivou um conflito entre os dois reinados, em 1866, a Guerra das Sete Semanas, marcada pela Batalha de Sadova (3 de julho de 1866). A Prússia leva o conflito facilmente, o território da Venécia é entregue à Itália e a Áustria fica de fora dos projetos de Bismarck, além de não ser mais nenhum empecilho à unificação alemã;

3: Errada. Bismarck via no conflito contra a França um mal necessário à unificação dos Estados alemães. De fato, os Estados alemães do Sul, como Bavária, Baden e Wurttemberg, próximos da fronteira com a França, ainda não tinham aceitado integrar-se ao projeto unificador alemão de Bismarck. Em um jogo diplomático brilhante, o chanceler consegue motivar os franceses a entrarem em guerra contra a Prússia. O rei Guilherme I foi de encontro ao embaixador francês em Ems, cidade da Prússia, para discutirem sobre uma questão da sucessão ao trono espanhol, que os Hohenzollerns tinham interesse. O embaixador recusa a proposta do rei, e Guilherme I envia uma mensagem para Bismarck para contar o ocorrido, mensagem que ficou conhecida como o "despacho d'Ems". O chanceler difunde parte da mensagem, e as palavras do rei não agradaram aos franceses. Bismarck ainda aproveitou para tornar público documentos que afirmavam intenções de invasão dos Franceses sobre a Renânia, região estratégica alemã, para assim, exaltar os ânimos nacionalistas alemães. A Guerra Franco-Prussiana, declarada pela França em 19 de julho de 1870, motivou os Estados do Sul em favor da Prússia, completando a unificação. Iniciou-se em 2 de agosto de 1870 e terminou-se em 4 de setembro. A guerra foi um êxito das jogadas diplomáticas de Bismarck, que além de vencer facilmente, recebeu a Alsácia-Lorena da França e terminou o seu projeto de unificação alemã;

4: Certa. A afirmativa retoma as grandes linhas da unificação italiana. Apesar de ter sido levado adiante pelos liberais, com o conde de Cavour (1810-1861) à frente do processo, os ideais democráticos e republicanos de Mazzini (1805-1872) motivavam os jovens revolucionários românticos do "Jovem Itália", ideais que tiveram ecos favoráveis na pequena e média burguesia de Milão, Veneza e Roma. Garibaldi também terá sua importância,

mas como um homem de ação, na unificação, por empreender campanhas e batalhas pelo Sul da Itália. Carismático e romântico, ele será visto mais tarde, junto com Mazzini, Cavour e Vítor Emanuel II (1820-1878) como os principais homens da unificação italiana. A Itália terá uma série de confrontos externos que lhe serão necessários na unificação. Napoleão III (1808-1873) será um de seus maiores articuladores, demonstrando, muitas vezes, atitudes contraditórias. Após o atentado de Orsini, em 14 de janeiro de 1858, o Imperador encontra Cavour em 21 de julho de 1858, e compromete-se a ajudar as tropas do Piemonte. Sua ajuda será essencial contra a Áustria, nas batalhas de Magenta e Solferino, respectivamente, 4 e 24 de junho de 1859, que renderá a Lombardia ao Piemonte. Garibaldi, ao Sul, junto com a Expedição dos Mil, haviam desembarcado na Sícilia em 11 de maio de 1860, tomam Nápoles e Palermo, em setembro, e ameaçam entrar em Roma. A atitude é condenada por Napoleão III, que defendia, acima de qualquer ideal nacionalista, o catolicismo e os Estados Pontifícios de Roma. Napoleão III retira as tropas francesa que empurravam os piemonteses ao Norte contra a Áustria, e ameaça Garibaldi. Em 1862, Garibaldi é obrigado a recuar frente aos territórios papais, a pedido de Vítor Emanuel II, e ambos assinam a "Convenção de Setembro" em 1864, na qual Garibaldi compromete-se em não entrar em Roma. Finalmente, a Venécia é entregue à Itália após a Batalha de Sadova, em 1866. Restam apenas os Estados Pontifícios, que serão integrados à Itália em 1870, depois da derrota de Napoleão III contra Bismarck.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

6.3. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo

(Diplomacia 2008) Com relação aos regimes políticos autoritários no século XX e às ideologias concorrentes nesses regimes e nos de caráter democrático, assinale a opção correta.

(A) O ideário liberal e democrático serviu, no século XX, como alternativa política aos regimes fechados, muito embora tenha havido dificuldades para serem universalizadas suas características por todo o mundo.

(B) Como fenômeno histórico, o fascismo esgotou-se com a derrota na Segunda Guerra Mundial, e seu ideário, ainda que amainado e diluído em formas menos radicais, não encontra condições para sobreviver desde então.

(C) Os regimes de caráter autoritário — tanto os de direita, como o fascismo italiano, quanto os de esquerda, como o socialismo real soviético — foram discretos na utilização de técnicas da propaganda como forma de fomento à sua legitimidade.

(D) O regime nazista manteve-se na Alemanha, mesmo com baixa adesão das classes populares e elevada reação dos setores tradicionais da política alemã.

(E) Mesmo sofrendo o impacto da crise econômica e política das décadas de 1920 e 1930, o continente americano conseguiu reagir aos efeitos da crise sem apelar para a solução autoritária ou adotar regimes mais acentuadamente centralizados, o que significou manter praticamente intactas as instituições liberais.

A: Correta. Essa afirmativa mostra como o ideário liberal foi aceito de melhor maneira durante o século XX, através da democracia. Embora possa ser afirmada que constituía uma alternativa aos regimes centralizados, não confirma que tivera êxito o modelo. Ao fim da Primeira Guerra, muitos Estados aceitam a democracia liberal como modelo político, como parte do processo de transformação que a Guerra promovera. Deve-se ressaltar que ainda existiam impérios na África e na Ásia, com modelos políticos particulares, diferentes, em sua maioria, das democracias liberais das metrópoles. Além disso, o período entreguerras marca o recrudescimento do modelo liberal democrático, com a ascensão de regimes centralizados e, muitas vezes, autoritários. Hobsbawm chega ao ponto de mencionar, em um dos capítulos de *A Era dos Extremos*, a queda do liberalismo (p.113-143) e fala da dificuldade de manter um regime pouco atraente: "a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz." (p.140). Mesmo assim, a liberal democracia foi um modelo alternativo aos regimes fechados;
B: Incorreta. Não se pode falar do fim do fascismo com o fim da Segunda Guerra Mundial. Alguns Estados ainda mantiveram a população sob o fascismo mesmo depois da Guerra. É o caso da Espanha de Franco, cujo Caudilho esteve no poder entre 1939 e 1975, com um partido surgido na década de 1960, o *Fuerza Nueva*, que não tem mais tanta relevância assim. O Estado Novo de Salazar também tinha alguns traços fascistas, embora alguns historiadores questionam o caráter fascista do ditador português. Na América Latina, nos anos de 1970, principalmente, e na década de 1980, em alguns casos, algumas ditaduras militares adotavam ideais e elementos fascistas. Eram, sobretudo, regimes autoritários. Ainda assim, é difícil afirmar que o fascismo, como fenômeno histórico, encontra dificuldade de manter-se. O que de fato houve foi uma decadência de sua forma política de Estado. Como fenômeno social, ainda é possível encontrar grupos que se autodenominam "neofascistas", muito embora com pouca representatividade, mas com peso social importante. Outra ideia é a de Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, que faz uma reflexão sobre o radicalismo religioso, os "fundamentalistas", que ele não afirma serem uma forma de fascismo, mas a comparação é suficiente para dar uma ideia de sua opinião. De fato, para o autor, "O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas" (p.541), e que, em tempos de crises e em movimentos de massa, os dogmatismos podiam levar aos extremos políticos, como nos fascismos do período entre guerra: "Não pela primeira vez, a combinação de nulidade intelectual com uma forte e mesmo desesperada emoção de massa se mostrava politicamente poderosa em tempo de crise, insegurança e [...] Estados e instituições em desintegração. Como os movimentos de ressentimento do entre guerras, que tinham gerado o fascismo, os protestos religioso-políticos num mundo em desintegração [...] forneciam o húmus em que podiam crescer forças políticas efetivas." (p.545-546);
C: Incorreta, pois a propaganda foi um instrumento essencial dos regimes fascistas, para divulgar as ideologias e manter certa estabilidade social na população. A propaganda atingia vários níveis, desde a difusão da informação nos meios de comunicação, até o doutrinamento nas escolas, com materiais que provocavam a glorificação ao movimento e ao líder;
D: Incorreta. Embora a chegada de Hitler à chancelaria da República de Weimar fora controversa, em 1933, ele recebeu amplo apoio popular em um plebiscito ratificando a sua decisão de unir a presidência e a chancelaria alemã, com 90% dos votos;
E: Incorreta. Embora a resposta esteja certa até a última afirmativa. De fato, em resposta à crise de 1929, os governos não deixaram os regimes caírem na centralização ou em regimes políticos autoritários. Não significa que mantiveram instituições liberais intactas, pelo contrário, tratou-se de negar o liberalismo econômico. Até então, a solução para momentos de crise econômica era o famoso *laissez faire* dos clássicos, que acreditavam na resolução automática das crises. Logo verificou-se um tipo de desemprego independente do nível de renda demandado pelos agentes de trabalho, isto é, a oferta de emprego não era suficiente para suprir a demanda, havia mão de obra ociosa. A saída da crise foi abandonar o liberalismo econômico, em todos os países, e promover o intervencionismo do Estado na economia, o que corresponde a um aumento acelerado dos gastos públicos, que estimulava a mão de obra pela criação do emprego, o que aumentava a renda dos agentes, para assim aumentar a demanda agregada e estimular a economia.

Gabarito "A"

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) O período entre as duas guerras mundiais do século XX foi marcado pela radicalização política. A instalação de regimes totalitários em vários países europeus contribuiu para o acirramento das tensões, que, ao lado de outros fatores, colaborou decisivamente para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A respeito desse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Embora tenha participado da aliança vitoriosa na Primeira Guerra Mundial, a Itália afastou-se das democracias liberais na medida em que, já na década de 20 do século passado, o país se tornou vítima dos métodos violentos do fascismo, que não encontrou resistência organizada.

(2) Na Alemanha, o totalitarismo nazista aproximava-se dos demais regimes fascistas, entre outros fatores, pela adoção do racismo como política de Estado.

(3) Espanha, Portugal, Polônia, Iugoslávia e Hungria são exemplos de Estados europeus que adotaram regimes ditatoriais de cunho fascista que não sobreviveram à vitória dos Aliados, derrubados nos anos que se seguiram ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

(4) Nas Américas, enquanto o new deal, de Roosevelt, reiterava a aposta dos EUA na viabilidade do modelo ultraliberal de capitalismo, a experiência brasileira sob o regime de Vargas, no Estado Novo, apontava para a crescente presença estatal na economia.

1: Certa. A afirmativa trata da ascensão do fascismo na Itália. Sai da Guerra vitoriosa, mas não recebe as indenizações que lhe eram devidas, e as dissidências internas vão motivar a chegada de Mussolini (1883-1945) no poder em 1922, nomeado primeiro ministro. O fascismo logo torna-se culto diário na Itália, impregnando a sociedade, que não ofereceu muita resistência organizada;

2: Errada. Não era pelo racismo, mas por outras características que o nazismo se aproximava do fascismo. Havia uma diferença crucial entre fascismo e nazismo, era que o primeiro concentrava os esforços na exaltação do Estado, e o segundo tinha por interesse a glorificação do ser. É no fascismo que se busca uma utopia, enquanto que o nazismo queria criar uma raça superior. Por essa razão, as ideologias diferem, e o racismo é uma prática exclusiva do nazismo;

3: Errada. Os dois únicos Estados em que podemos ver algo de fascismo, ainda que a afirmativa seja controversa e muitos estudos estão em processo de revisão, são Portugal de Salazar, com o Estado Novo (1933-1974) e a Espanha de Franco (1939-1975). Ambos regimes, neutros durante a Segunda Guerra, resistiram ao conflito e perduraram por aproximadamente 30 anos, e caíram em função de dinâmicas internas, sem intervenções estrangeiras. Iugoslávia era uma monarquia, até ser invadida durante a Guerra pelas forças do Eixo, e retomada em 1945 pelas tropas de Tito, que transformaram as diversas nações em uma federação comunistas, sem muitos traços de fascismo. Polônia também cai num regime comunista após a Guerra, instaurado pela URSS, que tampouco pode-se dizer fascista, e praticamente o mesmo, salvo algumas distinções, pode ser afirmado com relação à Hungria;

4: Errada. O New Deal de Roosevelt foi uma série de medidas intervencionistas na economia americana, que será consagrado, mais tarde, como modelo keynesiano, que nada tem de liberalismo. A crise estrutural de 1929 mostrou que a mão invisível e o *laissez-faire* dos clássicos não conseguia resolver a crise, e justificou assim a intervenção estatal na economia. O mesmo ocorre no Brasil de Vargas em que o Estado passa a intervir na economia, ordenando as queimas dos estoques, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**.São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) A partir das observações formuladas no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando o desenrolar do século XX.

(1) Os regimes totalitários de direita comandaram os destinos de muitos países europeus, entre os anos 20 e 40 do século XX. O discurso nazifascista condenava o capitalismo, preconizando forte controle do Estado e das instituições políticas liberais e democráticas, consideradas incapazes de oferecer resposta rápida e satisfatória às demandas de uma sociedade em crise profunda.

(2) A Revolução Russa de 1917, com a coletivização dos meios de produção e o Estado posto a serviço dos trabalhadores, inaugura uma nova forma de utopia, que exerceria forte impacto na história do século XX, qual seja, a construção de uma sociedade distinta daquela que atendia aos interesses do capitalismo. A experiência soviética, contudo, ruiu em fins do século XX, não sem antes ter sido alvo de questionamento e de crítica, inclusive de setores da esquerda, quanto ao modelo político totalitário que adotara.

(3) Na Segunda Guerra Mundial, o Japão aliou-se à Alemanha, tal como já fizera na Primeira Guerra.

(4) Entre as características marcantes do século XX, uma enquadra-se perfeitamente no que o texto identifica como o fim "de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Trata-se do fenômeno da urbanização, a alterar radicalmente, entre outros aspectos próprios da sociedade de massas, modos de pensar, consumir, morar, vestir-se, comunicar-se e locomover-se.

1: Certa. A afirmativa descreve o argumento do nazismo para justificar sua chegada ao poder. De fato, o liberalismo era percebido como um fator principal à origem da hiperinflação que havia acometido a Alemanha durante a crise de 1929. O nazismo afirmava que era necessário abandonar o liberalismo, inclusive seus ideais políticos, e a democracia, para assim poder mudar a sociedade;
2: Certa. A Revolução realmente pretendia criar um sociedade diferente, livre do capitalismo. Num primeiro momento, os seus líderes, entre os quais Lenin e Trotsky, pareciam querer abrandar a coletivização dos meios de produção, em um modelo um pouco mais aberto, conhecido como a NEP. Com a morte de Lenin e a chegada de Stalin ao poder, esse processo de abertura é abandonado e Trotsky é obrigado a exilar-se. Com uma radicalização do socialismo de Stalin, o regime será duramente criticado até mesmo de dentro da URSS, pela própria esquerda. Em 1980, na Polônia, estoura o movimento sindical Solidariedade, contrário ao regime político e econômico da União Soviética, liderado pelo futuro presidente polonês, Lech Walesa. A própria queda do regime, levada pelas reformas de Gorbatchev, comunista, mostra que nem mesmo a esquerda tolerava as linhas diretórias da União Soviética;
3: Errada. De fato, o Japão aliou-se à Alemanha na Segunda Guerra. Na Primeira Guerra, consequência da aliança com os Ingleses de 1902, o Japão alia-se à Grã-Bretanha e à França, contra a Alemanha;
4: Certa. De fato, a urbanização entra nessa lógica. O século XIX marca um processo de urbanização importante, em função da Revolução Industrial, e as relações do homem com o campo serão modificadas para sempre.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Liberalismo e socialismo, 'as duas grandes utopias da modernidade", como afirma o texto, encontraram seus limites à mesma época, ainda que por motivos e caminhos distintos. Com efeito, a crise social, política e econômica verificada nas décadas de 20 e 30 do século XX destruiu as bases do Estado liberal – substituído pelos modelos totalitários fascistas – e eliminou todo e qualquer apoio ideológico ao stalinismo soviético.

1: Errada. O item apresenta erro no final, ao afirmar que a crise do modelo liberal, consubstanciada na crise de 1929, eliminou o apoio ideológico ao stalinismo soviético. O modelo ainda seria copiado depois da crise e, ainda, depois da guerra. A crise de 1929 teve efeitos nulos sobre a União Soviética, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultrarrápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo

dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p.100). Nos anos que seguiram a crise, foi comum ver nos Estados os embates entre a direita extrema do fascismo e a esquerda com base nas ideias de Stalin. O modelo que se seguiu para sair da crise foi, em geral, o de forte intervencionismo do Estado na economia, que, de certa forma, corresponde ao que vinha sendo feito desde 1929 na URSS de Stalin com os planos quinquenais para a indústria.

Gabarito E

6.4. Ditaduras e regimes fascistas; 6.5 O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo; 6.6 O liberalismo no século XX

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**.Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Exemplos de violência não faltam neste século XX, classificado também no texto como o tempo "do medo e das tragédias injustificáveis". Entre eles, podem ser destacados os artefatos nucleares e os fascismos, síntese incontrastável do que Hannah Arendt definiu como a banalização do mal.

1: Certa. A afirmativa remonta a um conceito criado pela cientista política alemã, naturalizada americana, Hanna Arendt (1906-1975). O conceito deriva das reflexões que faz após assistir ao julgamento, em Israel, de Adolf Eichmann (1906-1962), político alemão e tenente da SS. Ela percebe que Eichmann não possui um caráter maldoso, nem antissemita, e que, na verdade, cometeu os crimes obedecendo ordens de seus superiores. Tratava-se de um burocrata dentro de um sistema de Estado, que seguia as instruções que lhe eram notificadas. A banalização do mal vem dessa ideia de que, dentro do sistema, não existe racionalidade por parte do indivíduo, sua capacidade de raciocinar está completamente minada pelos interesses do sistema. Muito embora haja algo de inocência no indivíduo, Hanna Arendt ressalta que os seus atos não se justificam. Parte violenta do século XX foi também obra de poucos que muitos seguiram, cooptados por uma dinâmica generalizada, nem sempre compartilhada por todos. Os fascismos tiveram êxito nesse âmbito, a aquisição de armas nucleares foi aceita nessa dinâmica.

Gabarito C

7. A VIDA CULTURAL

7.1. A cultura do imperialismo

(Diplomacia 2009) No que se refere a aspectos das manifestações culturais da civilização ocidental contemporânea, assinale a opção **incorreta**.

(A) Com variações devidas à passagem do tempo e às individualidades nacionais, o Romantismo, que dominou a Europa, na primeira metade do século XIX, pode ser entendido como um movimento de valorização da subjetividade.

(B) Embora essencialmente nacionalista, o Romantismo tornou-se um movimento internacional, em escala europeia e, mesmo, mundial.

(C) Entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, como reflexo das transformações estruturais em curso — ou seja, do avanço da industrialização e da sociedade urbana de massa —, verificou-se a perda das referências tradicionais, o que favoreceu a inovação e a experimentação nas artes.

(D) Nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX, período da grande expansão neocolonialista do imperialismo, a criação artística europeia prosperou vigorosamente, sem abrir espaço a influências provindas da Ásia, da África ou mesmo das Américas.

(E) Considerado uma das importantes inovações artísticas formais surgidas antes da Primeira Guerra Mundial, o Dadaísmo buscava surpreender ou escandalizar os admiradores da arte burguesa convencional.

A questão foi anulada, por haver uma ambiguidade no item E. De acordo com a justificativa: "A primeira manifestação concreta do Dadaísmo se deu, efetivamente, durante a Primeira Guerra Mundial. Há, portanto, erro na parte inicial da opção relativa a esse movimento artístico, o que invalida a questão em seu conjunto. A Banca examinadora decide pela anulação da questão." Se buscamos que outra alternativa pode ter erro, pode ser o item D. Em muitos movimentos artísticos europeus de vanguardas, encontram-se influências africanas e asiáticas. De acordo com Hobsbawm, em A Era dos Impérios: "O imperialismo ocasionou um aumento notável do interesse ocidental em formas de espiritualidade

derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas. [...] No campo da arte, e especialmente das artes visuais, as vanguardas ocidentais trataram as culturas nãoocidentais em total pé de igualdade. Na verdade, inspiraram-se preponderantemente nelas nesse período. Isso é verdade não só em relação a artes que se pensava representarem civilizações sofisticadas, por mais exóticas que fossem (como a japonesa, cuja influência nos pintores franceses foi marcante), mas em relação às encaradas como «primitivas», notadamente as da África e da Oceania." (p.120-121).

Gabarito ANULADA

(Diplomacia 2008) Para o surrealista André Breton, "a beleza tem que ser convulsiva para deixar de sê-lo". Uma arte que se concentrava na visão interna é o que se depreende da afirmativa de Picasso de que a arte "não é o que você vê, mas o que você sabe que está lá". Considerando esses pontos de vista e o cenário cultural do Ocidente nas primeiras décadas do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Ainda que com temas recorrentes, a arte do início do século XX caracterizava-se, entre outros aspectos, pela rapidez com que os estilos se sobrepunham.

(2) A preocupação em retratar grandes eventos históricos, seguindo a trilha aberta pelos românticos do século XIX, em vez das cenas da vida quotidiana, marca a pintura do início do século XX.

(3) Infere-se das citações de Breton e Picasso, acima reproduzidas, que, na visão desses artistas, a arte do século XX deveria ser desafiadoramente realista.

(4) O Cubismo é o exemplo por excelência de um estilo artístico bem recebido pelo grande público e cuja aceitação transcendeu, de imediato, os meios mais familiarizados com a pintura.

1: Certa. Uma das características do «modernismo» era sua constante ruptura com o passado. A cisão permanente motivava a criação de novos estilos, cada vez que um estilo passava a representar o passado. E dessa constante ruptura emanava parte do gênio artístico da época, entre outros. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "O que fez os artistas de *avant-garde* seguirem em frente não foi, portanto, uma visão de futuro, mas um visão invertida do passado. De fato, eles eram com frequência, como na arquitetura e na música, eminentes praticantes de estilos derivados da tradição, os quais abandonaram apenas porque, como o ultrawagneriano Schonberg, sentiram-se incapazes de suportar modificações adicionais. [...] Há muito tempo os pintores estavam conturbados pela inadequação das antigas convenções à representação da realidade externa e de seus próprios sentimentos, porém – fora os que iniciaram a «abstração» total, às vésperas da guerra (notadamente os da *avant-garde* russa) – acharam difícil deixar de pintar *algo*. A *avant--garde* tentou várias direções, mas, de maneira geral, optou tanto por aquilo que pareceu, a observadores como Max Raphael, a supremacia da cor e da forma sobre o conteúdo, como pela busca única de um conteúdo nãofigurativo sob a forma de emoção («expressionismo») ou por várias maneiras de demolir os elementos convencionais da realidade representacional e remontá-los segundo diferentes tipos de ordem ou desordem (cubismo)." (p.327);

2: Errada. Na verdade, a pintura do início do século XX rejeita o antigo. Os pintores dos movimentos de vanguarda negam a maneira como os movimentos anteriores a eles observam o passado, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "Em certo sentido, a *avant-garde* acusou tanto os tradicionalistas como os modernistas *fin-de-siècle* daquilo que Marx acusara os revolucionários de 1789-1848, ou seja, de «invocar os espíritos do passado a seu serviço e tomar emprestados seus nomes, lemas de batalha e trajes para apresentar a nova cena de história mundial sob esse disfarce consagrado pela tradição e com essa linguagem emprestada». Só que eles não tinham uma linguagem nova, ou não sabiam como seria. Pois qual era a linguagem para expressar o novo mundo, especialmente quando seu único aspecto identificável (for a tecnologia) era a desintegração do antigo? Esse era o dilema do «modernismo» no início do novo século." (p.326-327);

3: Errada. Um dos dilemas do período era o seu diálogo com a realidade. Não se trata de buscar pela realidade, mas sim de buscar o real. Esse questionamento havia surgido já com o impressionismo, em que se tratava de representar o «real» de outras formas que pela sua realidade visual. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "As dificuldades para tornar a realidade «real», em sentido «científico» ou objetivo, levaram os pintores impressionistas, por exemplo, muito além da linguagem visual da conformidade representativa, embora, como o sucesso demonstrou, não além da compreensão do leigo. O impressionismo levou seus seguidores consideravelmente longe, ao pontilhismo de Seurat (1859-1891) e à procura da estrutura básica como oposta à aparência da realidade visual, com os cubistas, que, reivindicando a autoridade de Cézanne (1839-1906), pensaram poder discernir em algumas formas geométricas tridimensionais." (p.323);

4: Errada. Ao falar sobre a maneira como foram recebidos as vanguardas europeias, entre as quais o cubismo, Hobsbawm afirma que não necessariamente foram bem recebidas. De fato, havia um grau de abstração alto no movimento que não refletia os gostos das massas, nem o dos grupos que, por assim dizer, frequentavam os meios artísticos. Em *A Era dos Extremos*, sobre o período das vanguardas, afirma-se que: "jamais devemos esquecer que, durante todo esse período, continuou isolada dos gostos e preocupações das massas do próprio público ocidental, embora agora o invadisse mais do que esse público em geral admitia. A não ser por uma minoria um tanto maior que antes de 1914, não era do que maioria das pessoas real e conscientemente gostavam." (p.181).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

7.2. O modernismo e A pós-modernidade

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou – se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Com o auxílio do texto julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando o século XIX com o laboratório em que foi gerado o século XX, a despeito das singularidades de cada um dos períodos.

(1) O Romantismo, espécie de escoradouro de aspirações e perplexidade típicas do século XIX, encontrou, nas primeiras décadas do século XX, o espaço ideal para se expandir, particularmente, na literatura, na música erudita e nas artes plásticas.

(2) Apesar de reduzido impacto científico, a teoria da relatividade, exposta pelo físico alemão Albert Einstein em 1905, repercutiu intensamente no campo da produção artística, estimulando o surgimento de obras sintonizadas com a concepção de um espaço estático e inflexível, de que decorreram trabalhos essencialmente subordinados ao formalismo acadêmico, ao conformismo burguês e à utilização de cores suaves.

(3) Nos anos 20 do século passado, o cinema mudo alcançou seu apogeu. Hollywood despontou com uma produção marcante, em que se destacaram a comédia - aponte-se o sucesso de Charles Chaplin – e as chamadas superproduções, que tiveram em Cecil B. de Mille sua mais fulgurante estrela.

(4) Provavelmente em razão da crise que sobreveio à Primeira Guerra Mundial, os anos 20 do século passado foram marcadamente pobres em produção literária, não se registrando textos que tenham merecido a atenção dos leitores e influenciando as gerações seguintes.

1: Errada. O movimento que surge no início do século XX, o modernismo, tenta evitar inspirações no tradicionalismo e na história, apesar de ser conectado de certa forma à subjetividade do ser humano, é um movimento objetivo e mais racional. Nega o sentimentalismo e o tradicionalismo presentes no romantismo;

2: Errada. A teoria da relatividade de Einstein (1879-1955) não teve um impacto científico reduzido, pelo contrário, ela inaugura uma nova forma de ver e analisar a ciência. Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, realça a importância da teoria: "A maravilhosa teoria da relatividade de Einstein, que descrevia a gravidade como uma manifestação da curvatura do espaço-tempo, na verdade introduziu uma perturbadora dualidade na natureza: «de um lado estaca o palco – o espaço-tempo curvo, a gravidade; de outro, os atores – os elétrons, os prótons, os campos eletromagnéticos – e não havia ela entre eles» (Weinberg, 1979, p. 43). Durante os últimos 40 anos de sua vida, Einstein, o Newton do século XX, mourejou para produzir uma «teoria de campo unificada» que unisse eletromagnetismo e gravidade, mas não conseguiu – e agora havia mais duas classes de força, aparentemente não relacionadas na natureza, sem relações aparentes com o eletromagnetismo e a gravidade." (p.521-522);

3: Certa. O cinema, inventado pelos irmãos Lumières, em 1895, inaugurou o cinema como uma nova arte. Os artistas das vanguardas logo usariam dessa arte para criar trabalhos, e de fato, o apogeu do cinema mudo deu-se na década de 1920, depois da Primeira Guerra. Segundo Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O cinema foi cooptado pela vanguarda durante algum tempo durante a Primeira Guerra, depois de inexplicavelmente ignorado por ela. Não apenas se tornou essencial admirar essa arte, e notadamente sua maior personalidade, Charles Chaplin, como também os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mas especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção." (p.182);

4: Errada. O item está errado pois é possível falar de uma produção literária importante ocorrida no pós-Primeira Guerra e, principalmente, na década de 1920. Muitos autores, decepcionados com os horrores da guerra e com o fato de que os armistícios não foram sinais de paz efetiva, promoverão a criação de grandes obras literárias, dentro de movimentos artísticos específicos, dos quais destacam-se o Futurismo, o Dadaísmo, o Surrealismo. O Manifesto Surrealista de André Breton (1896-1966) surgiu em 1924. Na Alemanha, Erich Maria Remarque (1898-1970) publica *Nada de Novo no Front* em 1929 e, junto com Hermann Hesse (1877-1962), que publicou *Sidarta* em 1922, constituem o bloco alemão. Os norte-americanos Ernest Hemingway (1899-1961) e F. Scott Fitzgerald (1896-1940) publicarão, respectivamente, *Adeus às Armas* (1929) e *O Grande Gatsby* (1925). Finalmente, não se pode afirmar que essas obras não terão influência nas gerações seguintes. Pelo contrário, as vanguardas do pós-Guerra, principalmente o Dadaísmo e o Surrealismo, serão movimentos importantes para a constituição de correntes artísticas literárias no futuro, tendo o Tropicalismo da década de 1960 no Brasil um exemplo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

5. História do Brasil

Rodrigo Goyena Soares

1. O PERÍODO COLONIAL

1.1. A configuração territorial da América Portuguesa

(Diplomacia - 2008) Acerca da cultura, economia e administração no período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir

(1) O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.

(2) Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

(3) O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

(4) A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

1: Errado. Os colonizados, constituídos por índios, africanos e homens livres pobres, foram submetidos à hegemonia econômica e cultural portuguesa. Embora Gilberto Freyre ressalte a miscigenação da sociedade colonial, as relações de poder eram estruturadas de forma unipolar. A exploração por parte dos colonizadores e dos colonos, por meio da ação dos jesuítas e da escravidão africana, ratificava a dominação portuguesa;
2: Certo. No século XVII, sob a vigência da União Ibérica, o padre Antônio Vieira, em *Os sermões*, evidenciou a necessidade de recuperar o poder político antes garantido exclusivamente a Lisboa. Além de sugerir o fortalecimento da máquina mercantil do Estado, o padre Vieira propôs a transferência da capital metropolitana para a colônia do Brasil;
3: Certo. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, notabilizou-se, em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, pelas pesquisas estatísticas, nas quais realizava um levantamento das atividades econômicas da Colônia, tendo como foco norteador os lucros e os custos dos engenhos açucareiros. A Coroa portuguesa confiscou a obra por temor a despertar a cobiça de outros Estados europeus;
4: Errado. O primeiro esforço de colonização, consubstanciado pela criação de capitanias hereditárias, em 1532, constituiu uma iniciativa descentralizadora que buscou cooperar com o setor privado, para por em prática a ocupação, a exploração e a defesa da Colônia. A Carta de Doação e o Foral elencavam os direitos e os deveres dos donatários. Com os insucessos das capitanias – ressalvados os casos de São Vicente, de Pernambuco, e consoante alguns autores, da Baía de Todos os Santos - em 1549, Lisboa criou o Governo-Geral do Brasil, com sede em Salvador. A Tomé de Sousa, o primeiro governador geral, foi atribuída a tarefa de centralizar a organização colonial. Outro exemplo de expansão colonial não conduzida pelo modelo estatal diz respeito à ação dos jesuítas e dos bandeirantes. É de rigor ressaltar que, à época da Colônia e do Império, os bandeirantes eram denegridos e negligenciados pela historiografia. Capistrano de Abreu e Varnhagen resgataram o papel pioneiro e desbravador dos bandeirantes, assim como o fez Vianna Moog, em *Bandeirantes e pioneiros*. A Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, mistificará a figura dos expedicionários paulistas: é nesse momento que serão valorizadas as pinturas de Benedito Calixto retratando, de forma ficcional, o pioneirismo bandeirante.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

Texto para a próxima questão

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Anna Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Partindo do tema tratado no texto II e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A posição portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental das especiarias.

(2) A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defende-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o memento da independência.

(3) A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

(4) Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

1: Certo. O início efetivo da colonização ocorreu a partir de 1532 com o estabelecimento das capitanias hereditárias e fundamentou-se tanto na avaliação dos possíveis lucros que poderia auferir a Colônia recentemente descoberta quanto na defesa territorial contra franceses e holandeses. No que concerne à exploração econômica, as capitanias hereditárias eram doadas, em formato de sesmarias, no intuito de encetar a produção agrícola e de transferir os lucros derivados da exploração à Coroa. Em relação à cobiça dos outros Estados europeus, a França e a Holanda buscaram contestar o Tratado de Tordesilhas, entendido como verdadeiro testamento de Adão. Os franceses, em 1555, fundaram a França Antártica, no atual Rio de Janeiro, e a França Equinocial, em 1612, no atual Maranhão. A Holanda, por sua vez, organizou um serie de expedições, entre 1624 e 1630, objetivando capturar as cidades de Salvador e de Recife. Os invasores foram derrotados pelos portugueses e seus aliados indígenas, no caso das ocupações francesas, e pela Insurreição Pernambucana, de 1654, no que diz respeito aos holandeses;
2: Errado. À iniciativa privada, malgrado o caráter anacrônico do termo, delegou-se as tarefas de ocupar, de explorar e de defender, entre os anos de 1532 e de 1549. O fracasso das capitanias hereditárias ensejou a interferência centralizadora da Coroa que, em 1549, implementou o Governo-Geral com sede em Salvador. Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, contou com auxiliares nomeados pela Coroa. Eram esses o provedor-mor, o capitão-mor e o ouvidor-mor. A partir de então, a Coroa assumiu o ônus da colonização, retirando dos donatários a iniciativa privada antes concedida;
3: Errado. Consoante a tese dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, à exploração do pau-brasil seguiu-se, a partir de 1550, a produção agrícola vinculada à cana-de-açúcar. O pau-brasil, nesse sentido, não garantiu o êxito da empreitada colonizadora: foi rapidamente substituído por outras atividades econômicas mais rentáveis.

Ciclos Econômicos

No modelo dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, haveria um apogeu e um declínio das culturas de produção. Ao término de um ciclo, seria esse abandonado em proveito de outro em franca expansão. O gráfico a seguir ilustra o pensamento do autor. O eixo da ordenada indica o ápice e o declínio das culturas; o eixo da abscissa, a seu turno, indica o século de produção.

Críticas ao modelo dos ciclos econômicos

A crítica ao modelo dos ciclos econômicos, conforme ilustra o gráfico a seguir, indica que, à exceção do ciclo do ouro, não é de rigor assinalar o começo, o apogeu e o declínio de uma cultura. As culturas não teriam sido abandonadas em proveito de outras. Haveria uma coexistência de culturas ao longo dos séculos coloniais.

Atividades complementares

A análise das atividades complementares ratifica a tese que critica a teoria dos ciclos. O gráfico seguinte retrata uma simultaneidade de existência das atividades econômicas que conformavam a economia colonial.

Tipo de mão de obra e localização das principais culturas produtivas

Fonte: THERY, H. e APARECIDA DE MELLO, N., Atlas do Brasil, 2ª edição, Edusp, São Paulo, 2008. Página 39.

4: Certo. A circulação de mercadorias caracterizou a primeira fase do capitalismo. O período em questão não se singularizou pela acumulação de capitais com vistas a garantir o aumento do volume de poupança. A título de exemplo, o ciclo de pau-brasil articulou-se mediante o escambo entre portugueses e indígenas. O meio circulante monetário era, portanto, relativamente escasso.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

Texto para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco e o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz e milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos. A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Avelar e A. O. Cintra (org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005) Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

(2) Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidor da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

(3) Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias – o pacto colonial – inviabilizava, na pratica, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

(4) A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

1: Certo. A colonização das colônias ibero-americanas estiveram subordinadas ao surgimento do capitalismo europeu de base mercantil, entendido como conjunto de medidas econômicas que buscavam estabelecer companhias de exploração e de extração das riquezas sob a forma de monopólios. O mercantilismo português e o espanhol caracterizaram-se, sobretudo, pelo bulionismo ou metalismo;
2:Certo. Embora Fernando Novais, em *História geral do Brasil*, assinale a coexistência de culturas produtivas, prevaleceram os latifúndios, como estrutura fundiária de produção, a escravidão, como modelo de mão de obra, e a monocultura, como paradigma produtivo;
3: Errado. Não haveria um Pacto Colonial propriamente dito, já que as relações de dominação eram unilaterais. Não havia consentimento colonial quanto as medidas administrativas adotadas pela centralidade da Coroa. As atividades econômicas não diretamente voltadas para a

exportação, como a pecuária, foram as responsáveis por garantir o êxito das culturas voltadas para o mercado externo, como a do açúcar. Com efeito, a pecuária fornecia o vestuário, o transporte e a alimentação dos produtores de açúcar. Nesse sentido, o gado assegurou a interiorização do pais, via o leito do rio São Francisco, e sustentou a capacidade produtiva das atividades, como o açúcar, atreladas ao mercado externo;
4: Errado. A agroindústria açucareira não monopolizou a economia colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII. Embora encontre nesse período seu apogeu, a pecuária e extração das drogas do sertão coexistiram com a produção do açúcar. Esta contou, ainda, com o financiamento holandês, que foi coibido pela Espanha à época da União Ibérica (1580-1640).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005) Ao mencionar a existência de "centros mineradores" (l. 7-8), o texto V refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região – neste caso, São Paulo – cujo elevado dinamismo econômico requeria incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

(2) Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

(3) Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi predominante, evidenciada pelo elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

(4) A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

1: Errado. As expedições bandeirantes procuravam capturar o gentio, resgatá-lo da ação dos jesuítas, aprisionar africanos foragidos e explorar as drogas do sertão e os metais preciosos. Não havia um dinamismo econômico inerente ao modo de exploração bandeirante, que não era produtivo, mas extrativo; a interiorização das expedições, nesse sentido, não se explica pela necessidade de incorporar novas áreas ao crescente desenvolvimento, mas pela procura do gentio, do escravo e do ouro. A historiografia recente aponta outras razões que estimulariam a formação das bandeiras na região paulista. Havia, no período, um comércio endógeno feito por jesuítas e portugueses na região de São Paulo, responsável pela produção de gêneros de subsistência que eram comerciados entre regiões da própria América portuguesa. John Monteiro, em *Os negros da terra*, assinala como os colonos da atual região paulista começaram a produzir trigo em larga escala e como eles vendiam esta produção a outras regiões da própria América Portuguesa. Como esse comércio não era tão lucrativo como os latifúndios açucareiros, não havia dinheiro para comprar escravos negros, estimulando a ação de bandeirantes na busca de índios para trabalhar nas fazendas paulistas de trigo, contrariando a lei de 1596, que proibia a mão de obra escrava indígena;
2: Certo. O ciclo do ouro caracterizou-se pelo rápido surgimento de núcleos urbanos, onde a mão de obra era menos estratificada do que na indústria açucareira. Aos escravos africanos somavam-se os escravos de serviço, os alforriados e os homens pobres livres. Ainda, a interiorização das atividades produtivas, liderada pelo ciclo do ouro, permitiu o deslocamento, para o Centro-Sul, da pecuária e a progressiva emergência de novas culturas nessas localidades;
3: Errado. Embora houvesse intervenção do Estado metropolitano no Nordeste açucareiro, configurado no exclusivo colonial, a ação regulamentadora metropolitana vincula-se mais ao ciclo da mineração. A ascendência da Coroa sobre o usufruto das minas fundamentou-se na instituição do quinto real, do imposto da capitação sobre a posse de escravos e da derrama, pelo meio da qual Lisboa confiscava posses privadas caso não se atingisse o patamar extrativo de 1,5 tonelada de ouro por ano. A Coroa, contudo, não investiu diretamente na região, relegando à iniciativa privada o ônus da extração. Os lucros, sob a forma de impostos, eram encaminhados a Lisboa. A Guerra dos Emboabas, de 1708-1709, evidencia os embates entre as entidades privadas, no caso entre paulistas e nativos de províncias nordestinas, pela exploração do ouro e dos diamantes;
4: Certo. O deslocamento do centro produtivo para a região Centro-Sul, que se caracterizou pela transferência da pecuária e do açúcar, deu margem à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A estrada real, que liga o porto do Rio de Janeiro e de Paraty aos centros de extração auríferos, permitia à Coroa maior fiscalização sobre o deslocamento do ouro e seu encaminhamento para a metrópole. Outrossim, com a sede do governo-geral no Rio de Janeiro, Lisboa garantia maior ascendência sobre as disputas territoriais platinas.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de colonização do Brasil, julgue os itens seguintes.

(1) A mineração, além de ter gerado uma sociedade rigidamente estratificada e patriarcal, deslocou o centro das atenções econômicas para o interior da colônia, os chamados sertões, embora o poder político se mantivesse em Salvador, na Bahia.

(2) Primeiro movimento emancipacionista ocorrido no Brasil, a Inconfidência Mineira foi formada e liderada por representantes das camadas mais simples da população, a exemplo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

(3) A conquista e a colonização das terras americanas, entre as quais o Brasil, inscreveram-se no contexto de expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna, processo pioneiramente liderado pelos países ibéricos.

(4) O texto sugere que a exploração econômica de uma colônia como o Brasil estava subordinada aos princípios gerais que conduziam as práticas mercantilistas vigentes na Europa, entre as quais se destacavam a balança de comércio favorável e o monopólio de comércio por parte da metrópole.

(5) Desenvolvida amplamente na região de São Vicente, a economia açucareira assentava-se no latifúndio, no atendimento prioritário da demanda interna e na exploração da mão de obra escrava indígena.

1: Errado. A sociedade oriunda do economia mineradora, cuja maior pujança ocorreu na primeira metade do século XVIII, caracterizou-se por uma incipiente flexibilização dos estratos sociais. Embora seja certo que houve deslocamento das atenções econômicas para o interior da Colônia, o poder político não se manteve em Salvador. Pelo contrário, em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se a sede do governo colonial.

2: Errado. Por um lado, não há consenso historiográfico sobre o ineditismo da Inconfidência Mineira na série de movimentos emancipacionistas que caracterizaram o Brasil até 1822. Por outro, a Inconfidência Mineira foi um movimento essencialmente elitista.
3: Certo. A colonização das terras americanas advém do pioneirismo lusitano e hispânico na expansão das rotas comerciais. Em Portugal, a Revolução de Avis, de 1385, promoveu centralização do Estado, que, por sua vez, fomentou os incentivos à expansão marítima.
4: Certo. A colonização econômica do Brasil estava subordinada ao mercantilismo europeu. O mercantilismo define-se como um conjunto de práticas econômicas que objetivavam enriquecer o tesouro dos Estados por meio do robustecimento da balança comercial e da consolidação do exclusivo colonial. Há, portanto, intervenção do Estado na economia sob o regime mercantilista. Em largos traços, pode-se sustentar que houve quatro tipos de mercantismo: o ibérico ou bulhonista, que visava o acúmulo de metais; o francês ou colbertista, que dava destaque à produção de artigos de luxo; o britânico ou comercialista, que dava ênfase ao comércio; e o holandês ou cameralista, que dava destaque à instituição de Câmaras de Comércio monopolistas nas colônias.
5: Errado. As descrições correspondem mais a região de Pernambuco do que a de São Vicente, como então se chamava a atual região de São Paulo. Outros erros do item dizem respeito à mão de obra da região de São Vicente, que não era indígena, mas africana, e à economia, que era de exportação, e não atendia, somente, a demanda interna.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Após as primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e na grande propriedade. Ao lado da grande empresa colonial e do regime de grande propriedade, acrescentamos um terceiro elemento: o trabalho compulsório.

Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 47-8 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o fragmento de texto acima e o quadro geral vigente no período colonial brasileiro, julgue os próximos itens.

(1) A cana-de-açúcar foi o principal produto agrícola de exportação do Brasil no período colonial, com produção concentrada na região de São Vicente, substituindo a extração aurífera que entrara em decadência.

(2) No Brasil, a exploração do trabalho escravo ultrapassou a etapa de colonização e foi formalmente extinta apenas em fins do regime monárquico, com a Lei Áurea de 1888.

(3) Ao longo do século XVIII, a mineração consolidou a ocupação do litoral do Brasil e gerou uma sociedade impermeável e essencialmente ruralizada.

(4) A colonização do Brasil decorreu da expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna e subordinou-se às exigências de um nascente capitalismo de base comercial.

(5) No texto, sugere-se a existência de um tripé, sob o qual se assentou a colonização do Brasil, composto por latifúndio, monocultura e escravidão.

1: Errado. Embora a cana-de-açúcar ganhou destaque como produto de exportação do Brasil, não foi o principal artigo de comercialização durante a integridade do período colonial. Nem o único. A historiografia aponta o pau-brasil como primeiro produto de exportação. A extração aurífera, que superou a cana na pauta de exportações durante a primeira metade do século XVIII, substituiu a produção de açúcar. Ainda, malgrado a diversidade de regiões produtoras de cana-de-açúcar, não foi São Vicente, mas a região Nordestina, que se caracterizou pela produção do açúcar.
2: Certo. O regime escravocrata de produção econômica ultrapassou a etapa de colonização, ganhando ímpeto durante o Império. A extinção formal da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888, com a edição da Lei Áurea.
3: Errado. A mineração promoveu o adensamento da interiorização econômica do Brasil colonial, gerando uma sociedade menos impermeável - e, portanto, mais flexível em termos de mobilidade social -, e mais urbana. A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, tornou-se o símbolo da urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. A colonização do Brasil em muito se associou à expansão marítima ibérica e à subordinação ao capitalismo europeu de base mercantilista e comercial.
5: Certo. Embora não haja consenso na historiografia acerca desse tripé, pode-se afirmar que a colonização se assentou sobre as bases do latifúndio, do monocultura e da escravidão.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Acerca das características econômicas e sociais da América Portuguesa Colonial, julgue os seguintes itens.

(1) Nos séculos XVI e XVII, a América Portuguesa era escravocrata, rural e patriarcal.

(2) No período da economia açucareira, os portugueses lucravam na produção do açúcar, no seu refino e em sua distribuição na Europa.

(3) Na atividade açucareira, havia maior diversidade ocupacional (administradores, artistas, artesãos etc.) do que na economia de mineração, que era voltada para a extração de ouro.

(4) Os paulistas descobriram as minas de ouro e foram os primeiros a explorá-las.

1: Certo. A escravidão, a estrutura econômica agrária e o patriarcalismo foram características da América Portuguesa.
2: Errado. Ao passo que os portuguesas lucravam com a produção do açúcar, os holandeses dominavam o transporte, o refino e a distribuição do produto no continente europeu. Visto que comercializar era mais rentável do que produzir, os holandeses auferiram mais dividendos da empresa açucareira do que os portugueses.
3: Errado. A economia da mineração teve maior diversidade ocupacional do que a açucareira. Um dos vértices explicativos constitui a forte urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. As ações desbravadoras dos bandeirantes culminaram na descoberta de jazidas de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

1.2. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão

(Diplomacia 2009) Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

(A) A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis

fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.

(B) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.

(C) Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.

(D) Os tratados de limites firmados entre as coroas espanhola e portuguesa extinguiram-se no século XVIII.

(E) O ciclo dos currais e do gado, iniciado no sul do país, correspondeu a um dos capítulos mais importantes da ocupação territorial do Brasil no período colonial.

A: Correto. A superação do Tratado de Tordesilhas, de 1494, ocorreu devido a quatro fatores basilares: i) a fundação das missões jesuíticas, tanto no Sul como no vale amazônico, permitiu a ocupação de áreas originalmente pertencentes à Espanha, ii) a União Ibérica adensou a construção de cidades no que se acreditava ser a embocadura do Amazonas: o Forte do Presépio, de 1616, garantiu acesso português ao rio Tocantins. Para a Espanha era mais factível escoar o ouro da América via o que hoje é o Panamá, e mais tarde via Buenos Aires, do que transpassar os Andes e ganhar acesso ao Atlântico, iii) a pecuária garantiu, a um só tempo, o abastecimento do mercado interno e o acesso ao interior via o leito do rio São Francisco, iv) as expedições bandeirantes, que tiveram por escopo apresar o gentio, capturar africanos foragidos, extrair as drogas do sertão e os metais preciosos. A União Ibérica, portanto, permitiu que Portugal adentrasse o território continental em situação bélica relativamente amena com Espanha; essa expansão territorial, contudo, ao desrespeitar o Tratado de Tordesilhas, deu lugar, em 1750, ao Tratado de Madri, que objetivou estabelecer novo entendimento lindeiro entre Portugal e Espanha. Ressalte-se que a União Ibérica, entre 1580 e 1640, mesmo tendo resultado na invasão da Espanha continental a metrópole portuguesa, não afetou a administração das colônias portuguesas na América, já que a América portuguesa continuou tendo uma administração própria;

B: Incorreto. A agroindústria açucareira concentrou-se, sobremaneira, no litoral. A ampliação do domínio territorial português ocorreu devido à pecuária, que embora atrelada à indústria do açúcar, forneceu sustento a outras atividades econômicas. Os próprios bandeirantes esforçaram-se para levar o gado do litoral ao interior do continente;

C: Incorreto. Os atritos entre colonos espanhóis e portugueses estruturaram o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. Os entendimentos lindeiros entre Espanha e Portugal têm início com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, seguido do Tratado de Madri, de 1750, o de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e o de Badajoz, de 1801. O último foi um acordo de paz que deu fim à Guerra das Laranjas, mas teve consequências para as fronteiras dos países ibéricos. De forma sucinta, a tabela a seguir traça as características principais dos tratados acima referidos.

Tratado	**Questões lindeiras referentes a** • Sete Povos, originalmente de fundação espanhola • Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, com o objetivo o de garantir a presença lusitana no comércio da Bacia do Prata Região • Amazônica e Centro-Oeste	Conteúdo do Tratado	Resultado do Tratado
Tratado de Madri 1750 – Assinado por Alexandre de Gusmão, por Portugal, e por José de Carvajal y Lancaster, pela Espanha	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha Portugal garante a posse do Amazonas e do Centro-Oeste	O Tratado de Madri foi um ajuste global entre a Espanha, que havia descumprido o diploma de 1494 ao estender seus domínios na Ásia, e Portugal, que avançou na América. Resultou em uma permuta entre Sete Povos e Colônia do Sacramento	A resistência jesuíta, simbolizada pela Guerra Guaranítica, inviabilizou a permuta
Tratado de El Pardo, 1761 Assinado no reinado de Dom José I e no ministério de Pombal	Sete Povos: em posse da Espanha-Colônia do sacramento: em posse de Portugal	O Marquês de Pombal priorizou a Colônia do Sacramento. Ainda, expulsou os jesuítas, pois eram esses “um Estado dentro do Estado”	Anulação do Tratado de Madri de 1750
Tratado de Santo Ildefonso, 1777 – Assinado no reinado de Maria I, A “Viradeira”	Sete Povos: em posse da Espanha Colônia do sacramento: em posse de Espanha	Espanha ocupa a região de Desterro (atual Santa Catarina), já que, ao aproximar essa região de Sete Povos, poderia levar à retirada completa de Portugal do espaço em disputa	Em 1777, Portugal troca Colônia do Sacramento por Desterro. As fronteiras não foram demarcadas
Tratado de Badajoz, 1801.Tratado de paz que dá fim à Guerra das Laranjas. Não foi um tratado de limites	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha	Tratado de paz entre Espanha e Portugal	A Guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal ocasionou a perda da Praça Forte de Olivença, que ficou em mãos espanholas. A retaliação portuguesa levou à anexação de Sete Povos.

D: Incorreto. Os tratados de limites tiveram vigência depois de declaradas as independências do Brasil e as dos países da América espanhola. Consoante a tese de Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro faz uso, no século XIX, do consagrado princípio de *uti possidetis*, para negociar os tratados de limites com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859 e com a Bolívia, em 1867. A América espanhola, a seu turno, advogou em benefício do Tratado de Santo Ildefonso, fazendo valer o princípio de *uti possidetis juris*, que preconiza o validade dos acordos jurídicos para demarcar as fronteiras, e não a posse efetiva do território; E: Incorreto. O ciclo dos currais e do gado inicia-se no século XVII, no Nordeste. A penetração da pecuária aconteceu via o leito do rio São Francisco. A transmigração da pecuária para o Sul e o Sudeste ocorreu no século XVIII, quando se fez exponencial o crescimento demográfico de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso do Sul devido ao ciclo do ouro. É de rigor, no que concerne às atividades econômicas da Colônia, salientar que a tese dos ciclos, proposta por Roberto Simonsen, não encontra respaldo histográfico na atualidade. Ilmar Mattos contesta a teoria dos ciclos para propor a tese da coexistência das culturas. Não haveria um apogeu e um declínio dessas traçável no tempo, exceção feita ao ciclo do ouro, o que realça a inter-relação econômica constante entre Colônia e Metrópole. Na expressão de Ilmar Mattos, esse sistema de relações consubstanciariam a "moeda colonial", cuja liga seria o monopólio da Coroa.

Gabarito "A".

(Diplomacia 2009) Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do *uti possidetis*, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

(A) cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
(B) não pode haver posse se não houver propriedade.
(C) entre a cruz e a espada, a razão não pode prevalecer.
(D) o uso da força deslegitima o direito de posse.
(E) cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

A, B, C, D e E: A expressão *uti possidetis* provém do princípio de direito romano *uti possidetis, ita possideatis*, o qual significa "como possuís, assim possuais". Em outras palavras, "quem possui de direito, possui de fato". O princípio, empregado por Alexandre de Gusmão, foi destacado nas negociações lindeiras posteriores por Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Segundo Reinado, e pelo Barão do Rio Branco, na República Velha. O princípio de direito romano deu posse jurídica aos territórios nos quais habitavam portugueses e brasileiros. A título de exemplo, no caso do Tratado de Petrópolis, de 1903, o Barão do Rio Branco valeu-se do critério para realçar a posse efetiva do Acre.

Gabarito "E".

(Diplomacia 2002) Assinale a única opção correta que completa a seguinte afirmação: "O princípio do *Uti Possidetis* foi usado pela diplomacia brasileira..."

(A) Nas negociações com Portugal, que culminaram com a restituição dos restos mortais de D. Pedro I, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.
(B) Para fundamentar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra os países do Eixo.
(C) Para justificar o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, no âmbito das forças da OEA que participaram da pacificação interna daquele país em 1965.
(D) Para defender, perante a Corte Internacional da Haia, a legalidade jurídica internacional dos dispositivos da Constituição de 1946 que asseguravam a propriedade do Estado sobre o subsolo mineral brasileiro.
(E) Em negociações para a fixação de fronteiras, dentro da tradição estabelecida ainda no período colonial pela diplomacia portuguesa.

A, B, C, D e E: A princípio de uti possidetis consubstanciou as disputas lindeiras, tanto durante a época colonial como na independente. Ver explicação acima.

Gabarito "E".

(Diplomacia 1996) Alexandre de Gusmão, Brasileiro de Santos, São Paulo, é conhecido como o "Avô da Diplomacia Brasileira" por sua participação na negociação do:

(A) Tratado de Madri
(B) Tratado de Petrópolis.
(C) Tratado de Santo Ildefonso
(D) Tratado de Versailles.
(E) Tratado do Rio de Janeiro.

A, B, C, D e E: Tratado de Madri (Ver tabela acima).

Gabarito "A".

2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

2.1. O Brasil sede do Estado monárquico português

A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da revolução industrial, do peso das forças reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole, da transformação do continente americano em área de competição internacional.

Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores. Outros dois devem-lhes ser somados: por um lado, a experiência e o conhecimento da realidade internacional, acumulados na corte do Rio de Janeiro, desde 1808, adquiridos na rotina do serviço diplomático, com as representações estrangeiras no Brasil e as representações luso-brasileiras no exterior; por outro lado, a importância atribuída às questões externas, na própria organização do Estado nacional, após a ruptura com Portugal.

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992, p. 20-1.

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do significado da transferência da sede do Estado português para sua colônia americana, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) A decisão de transferir a sede do governo metropolitano vincula-se à tensa conjuntura da política europeia em princípios do século XIX, quando duas forças poderosas — a França napoleônica e a Inglaterra — disputam espaços e áreas de influência.
(2) A presença da corte bragantina no Rio de Janeiro alterou substancialmente a situação da colônia brasileira.

O primeiro sinal dessa transferência, que se mostrou fundamental para o encaminhamento do processo de independência, foi a abertura dos portos ao comércio internacional, decisão que fazia desaparecer o eixo central do sistema colonial: o monopólio metropolitano.

(3) O fim do exclusivo de comércio (monopólio metropolitano) foi decisão difícil, visto que foi preciso vencer a implacável resistência britânica. Como país pioneiro e líder da Revolução Industrial, a Inglaterra temia perder o potencialmente promissor mercado brasileiro ante a concorrência de outras potências.

(4) Infere-se do texto que a política externa joanina bem como a que foi implementada pelo nascente Estado brasileiro afastaram-se paulatinamente de influências europeias, superaram condicionamentos históricos e abriram perspectivas na direção da crescente aproximação do Brasil com os vizinhos americanos.

1: Certo. A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro, consoante expressão de Maria Odila Leite Dias, atrelou-se às guerras napoleônicas no continente europeu. O bloqueio continental decretado pela França, após a derrota de Trafalgar contra a Inglaterra, aproximou Portugal desta, e a Espanha daquela. Pelo Tratado de Fontainebleu de 1807, a Espanha cedia passagem às tropas napoleônicas para adentrar o território lusitano, forçando a Coroa de Lisboa a transmigrar para o Brasil, na esteira das recomendações anteriores de Dom Rodrigo de Sousa Continho, que foi ministro de Estado português entre 1796 e 1801. Pelo Tratado referido, Portugal seria dividido entre a Espanha, a França e Godoy, diplomata espanhol que articulou o acordo de passagem. A Inglaterra financiou e escoltou a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro;

2: Certo. A transferência da Coroa caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico da Colônia, pela abertura dos portos às nações amigas e pelo fim do exclusivo colonial. Ainda, revogou-se o alvará de 1785, pelo meio do qual a produção de manufaturas ficava sob o monopólio metropolitano. Maria Odila Leite Dias, em *A Interiorização da metrópole,* descreve como a presença portuguesa no Rio de Janeiro provocou um enraizamento da corte na região do Centro Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Os membros da corte portuguesa transformaram o Rio de Janeiro, causando um significativo povoamento da cidade, que resultou em uma crise de abastecimento. A crise foi resolvida com o desenvolvimento de uma rede de comércio importante entre o Rio de Janeiro e as capitanias da região, o que favoreceu um adensamento dos interesses portugueses na América, além de fomentar uma transformação substancial na colônia brasileira. Os principais homens da corte portuguesa começam a investir na América, criando laços com os habitantes locais e com o comércio e desenvolvimento da região, fato que acaba postergando a volta da Corte e de Dom João VI para Lisboa;

3: Errado. A Inglaterra beneficiou-se pelo Tratado de Comércio e Navegação, visto que as tarifas alfandegárias aplicadas à Inglaterra foram estipuladas em 15%, enquanto a Portugal era aplicado o percentual de 16%. Às demais nações amigas, era imposta a tarifa de 24%. Note-se que a competitividade industrial britânica dava notável vantagem à Inglaterra em detrimento das demais nações; as tarifas, nesse sentido, ainda que tivessem sido aplicadas de forma homogênea a todos os Estados, não teriam prejudicado as exportações inglesas;

4: Errado. Consoante tese de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno, até a entrada em vigor da Tarifa Alves Branco, em 1844, a Colônia e o Brasil tiveram de administrar o imobilismo. Em outros termos, a política externa durante os anos finais da Colônia e os primeiros do Brasil independente estava umbilicalmente vinculada aos tratados de comércio com a Inglaterra. Ainda, o período que se estende de 1822 a 1851 é marcado por sucessivos atritos com os vizinhos americanos, notadamente os embates ligados à Guerra Cisplatina, em 1825, e a Guerra contra Rosas, em 1851.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

2.2. A influência das ideias liberais e sua recepção no Brasil

(Diplomacia – 2008) No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção INCORRETA acerca desse período.

(A) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.

(B) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.

(C) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.

(D) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.

(E) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

A: Correto. O padre Antônio Vieira, no século XVII, assim como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no decurso das últimas décadas do século XVIII, propuseram a criação de um Império transoceânico governado pela dinastia dos Bragança, com sede no Rio de Janeiro. A proposta de Souza Continho ficou conhecida como projeto de um vasto e poderoso Império. A transmigração da Coroa e a interiorização da metrópole no Rio de Janeiro ocorreram na esteira das guerras napoleônicas, no continente europeu. Com a vitória inglesa na batalha de Trafalgar, Lord Nelson assegurou à Inglaterra supremacia marítima sobre a França. Napoleão, a seu turno, por meio do decreto de Berlim, articulou um bloqueio continental à Inglaterra, cujo escopo era beneficiar a indústria francesa no continente. O bombardeio de Copenhague pela Inglaterra, devido ao temor britânico quando a adesão da Dinamarca ao bloqueio continental, causou temor a Portugal, que vislumbrou, assim, a possibilidade de Lisboa ser o próximo alvo. Nesse sentido, pressões inglesas incitaram a aproximação de Lisboa e Londres. O Tratado de Fontainebleu, assinado em 1807, mediante o qual Portugal seria divido entre a Espanha e a França, levou Dom João VI a valer-se da proposta de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e transferir, em 1807, a sede da Coroa para o Rio de Janeiro. Destarte, a transmigração de 1808 não foi uma fuga, pois havia projeto anterior, nem uma consequência exclusivamente advinda de pressões inglesas.

B: Incorreto. Em 1785, contrariando as disposições anteriormente implementadas pelo Marquês de Pombal, Maria I, "a Viradeira", adotou alvará proibindo a produção de manufaturas nas coloniais portuguesas. Com a transmigração da coroa, em 1807, Dom João VI revogou o alvará de 1785, dando início a expressivo crescimento econômico da colônia do Brasil.

C: Correto. O Conde de Palmela representou Portugal no Congresso de Viena, de 1815. Decorrente do pensamento restaurador, o Império é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

D: Correto. No que concerne às invasões de territórios sob dominação francesa, como resposta às guerras napoleônicas em Portugal, Dom João IV interveio, em 1809, na Guiana Francesa e tomou Caiena. A presença imperial durou até 1817, quando os acordos advindos do Congresso de Viena deram lugar à retirada das tropas imperiais

de Caiena. No que diz respeito ao intervencionismo platino, duas investidas portuguesas apossaram-se de Montevidéu. A primeira, em 1811, é prontamente contestada pela Inglaterra, que antevendo possíveis desvios de comércio, aconselha Portugal a retirar-se da banda oriental. A segunda intervenção ocorre em 1816. Foi uma retaliação à perda da Praça Forte de Olivença, em 1801. O êxito da anexação leva à criação da Província Cisplatina, que será objeto de embate entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825.

E: Correto. A Revolução de 1820, no Porto, conclamava o regresso de Dom João VI a Portugal, embora fosse agenciada em benefício da limitação do poder real. A face conservadora do Vintismo, conforme título que se deu a revolução, exigia a vinculação do Brasil colônia a Portugal; em outros termos, optava-se pelo *status quo ante*. Fazendo alusão às instáveis Repúblicas hispano-americanas, Dom João VI entregou o poder ao filho, Dom Pedro I: "antes para ti, meu filho, do que para um aventureiro", teriam sido as palavras do príncipe regente. O Vintismo terminou exigindo, também, a volta de Dom Pedro I a Portugal, fato que justificou, entre outras razões, a proclamação da independência do Brasil.

Gabarito "B"

2.3. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil

Não foi a independência do Brasil produto de um processo premeditado, linear e homogêneo, imbuído de uma consciência nacional profunda, transcorrido nos termos de uma simples oposição entre colônia e metrópole, ou entre Liberalismo e Absolutismo, estando suas bases já dadas desde a crise do Antigo Sistema Colonial, a transmigração da Corte portuguesa ou mesmo a revolução vintista. Se esses últimos fatos constituem, sem dúvida, marcos decisivos do processo, não o explicam de todo.

Marcello Octávio N. de C. Basile. **O Império brasileiro: panorama político**. In: Maria Yedda Linhares (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed., Rio de Janeiro:Elsevier, 1990, p. 208 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Acerca do assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A independência brasileira, planejada pelo menos desde 1820 por José Bonifácio, somente pôde ser desencadeada com o apoio das elites, a partir de agosto de 1822.

(2) A Revolução antiliberal portuguesa de 1820, ao defender o retorno do absolutismo real e do exclusivismo comercial, levou a elite brasileira a aderir à ideia da independência.

1: Errado. Embora não seja possível datar o início do processo de independência em agosto de 1822, visto que a corrente historiográfica predominante advoga a data de 1808 como ponto nodal do processo de emancipação, pode-se sustentar que a independência se fez premente com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 1821, e com o "dia do fico", em 9 de janeiro de 1822. Antes, portanto, de agosto de 1822.

2: Errado. A Revolução do Porto não era antiliberal. Pelo contrário, era liberal em suas feições metropolitanas, mas conservadora em seus matizes coloniais. Preconizava-se um estreitamento de vínculos administrativos entre o Portugal e o Brasil, mas não um retorno ao absolutismo real, nem muito menos ao exclusivismo comercial.

Gabarito 1E, 2E

3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

3.1. A Constituição de 1824

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os seguintes itens, relativos à vida política do Império do Brasil.

(1) A primeira Constituição Brasileira foi imposta por D. Pedro I, fato que contribuiu para desencadear a revolta da Confederação do Equador.

(2) Nas lutas políticas do período regencial, o cerne do debate foram os temas da centralização ou descentralização política, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

(3) O parlamentarismo foi introduzido pela Constituição Liberal de 1847, que criou o cargo de presidente do conselho de ministros (equivalente a primeiro ministro), o qual seria indicado pelo imperador.

1: Certo. A primeira Constituição brasileira foi outorgada, e não promulgada, por Dom Pedro I em 1824. Em decorrência da dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, grupos republicanos advogaram a cisão, por um lado, entre o Brasil e, por outro, o Ceará, do Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Frei Caneca ergueu-se como arauto da Confederação do Equador, de 1824.

2: Certo. O item faz referência às revoltas que ocorreram durante a Regência, que questionavam, em parte, a centralização política do regime. Com a ausência do Rei e a chegada ao poder de representantes mais liberais, adotar-se-á uma série de medidas mais descentralizadoras, o que deu margem à eclosão dos levantes, dos quais muitos reivindicavam uma distensão da centralidade do poder em torno do Rei, representado pela Regência, com algum caráter emancipatório, no caso da Revolta Farroupilha. No que concerne às Forças Armadas, é importante destacar que, muito embora a regência tenha tido um regente provisório militar, Francisco de Lima e Silva, havia um certo receio com relação aos militares, associados aos portugueses e ao Rei, o que justificava a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, para conter eventuais excessos por parte dos militares.

3: Errado. Não houve uma Constituição Liberal em 1847. Durante o Quinquênio Liberal (1844-1848) que precede o Período Saquarema, D. Pedro II cria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847.

Gabarito 1C, 2C, 3E

3.2. Quadro político interno

(Diplomacia - 2009) Com relação à Independência e às primeiras décadas da formação do Estado imperial no Brasil, assinale a opção correta.

(A) As tarifas aduaneiras impostas pelo Brasil no século XIX começaram a ser implementadas a partir de 1840 e impulsionaram o país, já no Império, para um programa de franca industrialização do tipo inglesa.

(B) José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", deixou o legado de um pensamento voltado para a preservação da unidade política nacional.

(C) A crise regencial e a consolidação do Império ocorridas entre as décadas de 30 e 40 do século XIX não afetaram a harmonia entre centralização e descentralização do poder político e das instituições.

(D) O termo regressista, na acepção forjada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi empregado, a partir de 1840, para qualificar a defesa do liberalismo político e do fortalecimento das autoridades provinciais.

(E) A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, fortaleceu o poder das assembleias legislativas provinciais.

A: Incorreto. As tarifas aduaneiras de cunho protecionista somente foram adotadas em 1844, com a Tarifa Alves Branco. Por meio dessa, estipulava-se que, se o produto importado tivesse semelhante no Brasil, seria adotada uma tarifa de 60% sobre o valor agregado do bem e, caso não tivesse semelhante, de 30%. Se é verdade que, por um lado, a Tarifa Alves Branco causou um surto industrial, justificado, ainda, pelo aumento do fluxo de capitais advindos do fim do tráfico negreiro, em 1850, e pela diversificação e urbanização resultantes do processo de expansão do café; por outro, a industrialização não foi perene, nem de tipo inglesa. Em 1860, a Tarifa Silva Ferraz revogou a Tarifa Alves Branco, abrindo espaço para a importação de bens industrializados. A concorrência com os produtos britânicos e a oposição das elites rurais à industrialização levaram ao fim do surto, simbolizado pelo declínio da Era Mauá. Consoante Caio Prado Júnior, a Inglaterra opôs-se ao projeto industrialista encetado com a Tarifa Alves Branco, visto que a edição da Bill Aberdeen, que outorgava aos britânicos o direito de afundar e capturar navios negreiros no Atlântico sul, teria sido uma resposta às leis protecionistas brasileiras de 1844;
B: Correto. José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", preconizava uma monarquia constitucional, visto que seria a garantia da unidade política nacional. Chefiado por ele, o primeiro ministério nacional, de 1823, consolidou a independência, afirmando a necessidade de centralizar o poder. Bonifácio e seus irmãos, Martim Francisco e Antônio Carlos, opuseram-se veementemente à corrente exaltada da organização partidária brasileira: ao passo que aqueles defendiam a monarquia e a centralização, esta, sob os auspícios de Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Cunha Barbosa, advogava a autonomia provincial. Na compreensão de Bonifácio, a centralização teria sido determinante para a unidade nacional;
C: Incorreto. O período regencial foi marcado pela oposição à centralização do Império. O Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder e outorgou maior autonomia às províncias. O Ato concedeu às Assembleias Legislativas Provinciais a faculdade de editar leis, tornou o Rio de Janeiro município neutro, suspendeu o Poder Moderador e transformou, por intermédio de eleições nas assembleias provinciais, a Regência Trina em Regência Una. Outra medida descentralizadora foi a reforma do Código do Processo Criminal, em 1832, que institui a figura do Juiz de Paz. Esse instituto aproximava a população da justiça, o que, segundo a obra *O juiz de paz na roça*, de Martins Pena, não impediu o desenvolvimento da corrupção local. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, os regressistas, ou restauradores, posicionaram-se contra o Ato Adicional, ensejando um conflito de interesses entre esses e os progressistas, ou moderados. Os exaltados, ou farroupilhas, a seu turno, fizeram eclodir as revoltas provinciais. As eleições de 1836 resultam no estabelecimento de maioria regressista na Câmara, o que pôs fim à regência de Feijó. Sob Araújo Lima, a Regência Una ganhou nova tonalidade centralizadora, ao reprimir as revoltas provinciais e ao decretar o Lei Interpretativa do Ato Adicional, em 1840, que retirava do Ato Adicional seu viço descentralizador. Emblemático dessa mudança de horizonte é o caso Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi liberal em 1820, tornou-se moderado em 1831, foi redator do Ato Adicional em 1834 e advogou em prol dos regressistas em 1835, pois atribuía à descentralização a responsabilidade pelas revoltas provinciais. Marco Morel, em *O período das Regências, 1831-1840,* combate a ideia segundo a qual o Brasil teria tido, sob a Regência, uma experiência republicana, visto que tanto os regressistas quanto os progressistas pregavam a unidade territorial, a monarquia e a escravidão;
D: Incorreto. O termo regressista, sinônimo de restaurador, caramuru ou corcunda, surge em 1834, com a morte de Dom Pedro I e o posicionamento dos restauradores contra o Ato Adicional. Composto pelas antigas elites portuguesas e pelos brasileiros conservadores, os regressistas preconizavam, até 1834, a volta de Dom Pedro I e a centralização do Estado;
E: Incorreto. A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, alterou o Ato Adicional no sentido centralizador.
Gabarito "B".

(Diplomacia – 2000) A Confederação do Equador foi:

(A) uma aliança política, logo após a independência, que visava a transformação de províncias do Nordeste em ESTADOS SOBERANOS, SOB A DIREÇÃO DE UM PODER CENTRAL COM SEDE NO RECIFE.
(B) Uma aliança entre Liberais e Conservadores nordestinos, ligados à cana-de-açúcar, de protesto contra a LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS.
(C) Um movimento sedicioso de escravos, precursor dos Quilombos.
(D) A primeira manifestação política coletiva das classes dirigentes nordestinas em favor da República.

A, B, C, D e E: A Confederação do Equador, liderada por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, em 1824, opôs-se a Dom Pedro I devido à excessiva concentração de força nas mãos do Poder Moderador, à noite da agonia e à Carta constitucional outorgada de 1824. A Confederação associava o Ceará, o Pernambuco, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, tendo seu foco vital em Recife (destaque-se, também, a importância da figura de Cipriano Barato nesse contexto) . O movimento separatista foi debelado em 1825 com a execução de Frei Caneca.
Gabarito "A".

4. A REGÊNCIA (1831-1840)

4.1. Centralização versus descentralização: reformas institucionais

(Diplomacia - 2008) Durante a Regência (1831-1840), o Brasil passou por reformas institucionais que consolidaram o Estado Nacional, cuja política exterior tomou rumos distintos das orientações da época da Independência. Acerca da Regência e da nova política exterior no início do Segundo Reinado, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) O pensamento político e os dirigentes dividiam-se entre liberais e conservadores, sendo os primeiros defensores da centralização do poder e, os segundos, do federalismo.
(2) Entre os conservadores, Bernardo Pereira de Vasconcelos esteve presente na origem do partido político que defendia a centralização do poder do Estado.
(3) O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre liberais e protecionistas, sendo estes últimos defensores da industrialização do país.
(4) Por força da lei de 1831 que definiu a competência dos regentes, tratados de qualquer natureza haveriam de passar pela prévia aprovação da Assembleia (Câmara e Senado) antes de serem ratificados.

1: Errado. O pensamento político organizou-se, finda a Regência, no embate bipolar entre liberais, ou luzias; e conservador, ou saquaremas. Ainda que, na expressão de Holanda Cavalcanti, "nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder", havia divergências entre luzias e saquaremas. Os liberais preconizavam a descentralização de poder, que era uma exigência dos progressistas à época da Regência, e o protecionismo, como vislumbrou-se com a Tarifa Alves Branco de 1844. Os conservadores, a seu turno, aconselhavam a centralização do poder, na esteira do pensamento regressistas da Regência, e o livre-comércio, pois haveria reciprocidade e queda do preço dos importados. Cabe lembrar que, não obstante as dicotomias partidárias, havia convergência de pensamento entre luzias e saquaremas no que concerna à unidade territorial, à monarquia e à manutenção da escravidão. Por

fim, os partidos republicanos de ordem provincial, surgidos depois de 1870, não eram vetados por Dom Pedro II;
2: Certo. Ao longo da Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos notabilizou-se por flexibilizar seu pensamento político, favorecendo, progressivamente, as máximas regressistas em detrimento das progressistas. Em 1820, Vasconcelos foi liberal: opôs-se a Dom Pedro I e responsabilizou-se pela abdicação de 7 de abril de 1831. No início da Regência, tornou-se chimango, ou moderado: foi redator do Ato Adicional de 1834. O ano de 1835 marcou sua ruptura com o pensamento liberal, pois acusava-o de ter promovido as forças e as revoltas descentralizadoras da segunda metade da Regência. Teria o novo conservador dito "fui liberal e lutei pela liberdade nova, nas mentes, mas ainda não na lei, agora é preciso fazer parar o carro da revolução";
3: Certo. O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre conservadores, que advogavam liberalismo comercial, e liberais que, consoante o economista alemão Friedrich List, eram favoráveis ao protecionismo como vetor de proteção das indústrias nascentes. Note-se que o debate se trata do pensamento liberal tal como entendido pelos defensores do livre-comércio, e não pelo partido Liberal definido nos estertores da época regencial;
4: Certo. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em *História da política exterior do Brasil*, salientam a importância da Assembleia durante a Regência no que concerna à aprovação de tratados internacionais. Os acordos internacionais eram assinados pelo Executivo, aprovados em dois turnos pela Assembleia e, finalmente, ratificados pelos regentes.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C.

(Diplomacia – 2006) Enquanto a Europa vivia sua Era Revolucionária, o Brasil promovia sua independência política e buscava organizar-se como Estado nacional. A respeito dessa fase da história brasileira, assinale a opção incorreta

(A) Internamente liberal, a Revolução do Porto, em 1820, pôs fim ao absolutismo português e, simultaneamente, impôs a adoção de medidas para reverter o grau de relativa autonomia conquistado pela colônia brasileira. Daí ser essa revolução considerada fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na declaração de independência do Brasil, em 1822.

(B) A onda liberal que levou às revoluções de 1830 na Europa também se fez presente no Brasil, embora adaptada às condições locais. Esse foi o quadro de adensamento da crise do Primeiro Reinado (1822-1831), que teve seu epílogo no afastamento (abdicação) de D. Pedro I.

(C) O embate entre os defensores do centralismo monárquico — concentração do poder na capital — e as posições federalistas, que advogavam mais autonomia das províncias, é fator significativo para a eclosão de movimentos em várias regiões do país, ao longo do período regencial.

(D) Ao contrário da Cabanagem, movimento armado conduzido pelas elites paraenses, a Revolução Farroupilha foi longamente sustentada pelo Rio Grande do Sul e caracterizou-se como um movimento essencialmente popular, do qual ricos estancieiros se recusaram a participar

(E) Em meio à crise política prolongada, que em larga medida foi alimentada pelo choque entre posições centralistas e federalistas, o período regencial chegou ao fim por meio de um golpe sem armas, materializado na antecipação da maioridade de D. Pedro II e na vitória dos defensores da monarquia parlamentar centralizada.

A: Correto. A dupla face do Vintismo, ou Revolução do Porto, de 1820, foi fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na independência do Brasil. Se, por um lado, a Revolução era liberal na metrópole; por outro, mostrava-se conservadora na colônia.
B: Correto. As revoluções de 1830, na Europa, repercutiram no continente americano, promovendo novas revoltas e quedas de regime. No caso do Brasil, a crise do Primeiro Reinado desdobrou-se com a queda de Dom Pedro I e com o surgimento da Regência Trina Provisória, em 7 de abril de 1831. Para parte da historiografia, notadamente Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho, a verdadeira independência do Brasil foi consolidada nessa data.
C: Correto. O período regencial caracterizou-se pelo embate entre defensores da centralização e advogados das posições federalistas. O Ato Adicional de 1834 promoveu ampla descentralização, o que, na visão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, teria ocasionado a eclosão de revoltas e de movimentos separatistas nas províncias.
D: Incorreto. A Cabanagem foi uma revolta popular, encabeçada por massas populares do Pará. A Revolução Farroupilha, em contraste, caracterizou-se como movimento elitista pela proclamação da República de Piratini. Note-se que, no caso das revoltas populares, a repressão foi mais violenta do que aquela impingida aos movimentos elitistas.
E: Correto. O episódio de 23 de julho de 1840 - denominado Golpe da Maioridade- objetivou dar o trono abandonado em 1831 a Dom Pedro II, à época com 14 anos. Vislumbrava-se no golpe sem armas o arrefecimento da forças centrífugas dissidentes e dos movimentos revoltosos nas províncias, visto que a consagração de Dom Pedro II no poder era exigência de algumas das revoltas. O Clube da Joana, ou Facção Áulica, liderado por Aureliano Coutinho, encarregou-se de preparar e influenciar o jovem Imperador para o exercício do poder. Note-se, outrossim, que foram os liberais que trouxeram Dom Pedro II ao poder de forma a alijar os conservadores instituídos no governo desde as eleições de 1836, que marcaram a ascensão de Araújo Lima à Regência.

Gabarito "D".

4.2. O Ato Adicional de 1834 e as revoltas provinciais

O processo de descolonização, um tanto desacelerado pela transmigração da corte, revela-se na série de movimentos liberais e liberal-nacionais, desde as insurreições republicanistas no Nordeste, em 1817 e 1824, a Independência em 1822, prosseguindo depois na expulsão de Pedro I em 1831 e nos conflitos, levantes e revoluções do período regencial (1831-40). Quando Pedro II assumiu a Coroa com o golpe da maioridade em 1840, definiu-se a "paz" do Segundo Império. Nesse percurso, o novo Estado inseriu-se no sistema mundial de dependência sob a tutela inglesa.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: SENAC/SP, 2008, p. 306(com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o texto acima e o processo de independência e consolidação do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX, julgue os itens que se seguem.

(1) O período regencial, vigente em face da menoridade de Pedro II, transcorreu em absoluta paz em razão da convergência e da acomodação dos interesses das elites brasileiras.

(2) A hegemonia econômico-financeira britânica, indiscutível no transcurso do século XIX em outras partes do mundo, apenas tangencialmente se fez sentir na América Latina, incluindo o Brasil.

(3) A Conjuração (Inconfidência) Mineira e a Insurreição Pernambucana são exemplos de movimentos libertários que antecedem à proclamação da independência do Brasil.

(4) Por injunções da política europeia da época, a Corte portuguesa viu-se obrigada a transferir-se para a colônia brasileira, o que acabou por determinar a suspensão do elemento definidor do pacto colonial, ou seja, o monopólio de comércio.

1: Errado. O período regencial caracterizou-se pelo recrudescimento de insubordinações sociais e de sedições populares e elitistas. Não houve, portanto, acomodação dos interesses das elites brasileiras.
2: Errado. A presença econômico-financeira britânica na América latina se estendeu ao longo do século XIX. Empréstimos eram contraídos em casas bancárias inglesas, assim como a maior parte dos investimentos externos alocados no Brasil provinham de Londres.
3: Certo. Tanto a Inconfidência Mineira, de 1789, quanto a Insurreição Pernambucana, de 1817, podem ser considerados exemplos de movimentos libertários que antecederam a proclamação de independência do Brasil, em 1822.
4: Certo. Embora não haja consenso quanto à noção de pacto colonial, a transmigração da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro acompanhou-se da abertura dos portos para as nações amigas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

5.1. O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial

Texto - para a próxima questão

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só poderiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o sistema político em vigor no Segundo Reinado (1840-1889), assinale a opção incorreta

(A) Em seus contornos básicos, a organização política do Estado brasileiro foi estabelecida pela Constituição de 1824. Nela, a divisão dos poderes contemplava, além dos clássicos Executivo, Legislativo e Judiciário, um quarto poder, o Moderador, que ampliava o espaço de atuação do imperador.

(B) O parlamentarismo brasileiro, extinto com o advento do regime republicano, apresentava traços que fugiam claramente do esquema clássico europeu, notadamente do modelo inglês, razão pela qual era chamado de "às avessas". Exemplo disso era a prerrogativa do monarca de nomear e demitir livremente os ministros de Estado.

(C) Nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder. A frase famosa, pronunciada por uma importante personalidade política do Império, reforça a fragilidade doutrinária e ideológica dos dois grandes partidos brasileiros do Segundo Reinado, além de expressar um sistema de representação política elitista e excludente.

(D) Infere-se do texto que era reduzido o percentual de eleitores no conjunto da população brasileira, situação que tendia a ser revertida com as reformas eleitorais ocorridas nos anos finais do Império e que propiciaram a extensão da plena cidadania a uma parcela significativamente maior da sociedade.

(E) Pelas informações contidas no texto, chega-se à conclusão de que o sistema político vigente no Segundo Reinado caracterizava-se pela centralização, pela baixa representatividade e pela aliança entre Coroa, elite política, grande comércio e grande lavoura.

A: Correto. A Carta Constitucional outorgada de 1824 instituía, além da centralização, quatro poderes: i) o Executivo, que seria exercido pelo Imperador e pelos ministros por ele nomeados – a figura do presidente de gabinete surgiu em 1847; ii) o Legislativo bicameral, estruturado por senadores vitalícios, escolhidos em lista tríplice pelo Imperador e por deputados. A Câmara e o Senado conformavam a Assembleia Geral do Império; iii) o Judiciário, consubstanciado pelo Supremo Tribunal do Império; e iv) o Poder Moderador (PM), de atribuição exclusiva do Imperador e cuja origem adveio de Benjamin Constant, o francês que advogava a necessidade de interferência do PM nos outros poderes caso situações de ingovernabilidade ocorressem. Ainda, a Carta de 1824 manteve o instituto do padroado e do beneplácito, pelo meio do qual o Estado tinha primazia sobre a Igreja. Votavam homens livres, excluídos os escravos e alforriados, os maiores de 25 anos, exceção feita aos casados e aos bacharéis em direito. Em 1881, com a reforma Saraiva, as eleições tornavam-se diretas, proibidas aos analfabetos, e eleva-se o patamar censitário de 100 mil para 200 mil reis para a caracterização do eleitor;
B: Correto. O parlamentarismo brasileiro, à época do Império, distan-

ciou-se do modelo inglês na medida em que o Imperador gozava da faculdade de nomear e de demitir os ministros de Estado, de dissolver a Câmara de Deputados e de indicar sua preferência por presidentes de gabinete;

C: Correto. Consoante Holanda Cavalcanti, *"nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder.* A máxima denota a fragilidade doutrinaria dos dois grandes partidos. Na compreensão da personalidade política, não haveria fronteiras ideológicas entes os partidos, mas embates e adversidades entres os homens que os consubstanciavam;

D: Incorreto. A reforma eleitoral de 1881, denominada Lei Saraiva, reduziu substancialmente o número de eleitores, ampliando a característica excludente das eleições e a fragilidade da cidadania. No entendimento de José Murilo de Carvalho, até 1881, votava 10% da população. Com a reforma, esse percentual caiu para 2%;

E: Correto. A característica elitista do sistema político vigente no Segundo Reinado adveio, precisamente, da conjunção entre a centralização, as eleições manipuladas e a representação dos grandes interesses comerciais e fundiários a serviço da Coroa.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 2002) O Brasil assistiu, na segunda metade do século XIX, as modificações na vida política e econômica como:

(A) A regressão do regime político à forma imperial e autocrática.

(B) A mudança do sistema social de produção em favor do escravismo.

(C) A gradual erosão das instituições políticas nascidas em 1822.

(D) A gravitação do poder econômico das elites do oeste paulista em direção ao nordeste do pais.

(E) O endurecimento da economia autárquica em detrimento da agroexportação.

A, B, C, D e E: As instituições políticas nascidas em 1822 foram progressivamente transformadas, embora tenha havido momentos de ruptura e outros de continuidade, até o advento da Primeira República.

Gabarito "C".

5.2. Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; as questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai

(Diplomacia - 2009) O Império Brasileiro, a partir de 1850, redefiniu suas relações internacionais e envolveu-se em situações de tensão e conflitos na região platina da América do Sul. A partir de algumas dessas redefinições forjaram-se conceitos e práticas da política exterior do Brasil que perduraram até o início da República. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

(A) Ao se transformar no principal mercado consumidor do café brasileiro, a Inglaterra, em contrapartida, ampliou o volume de manufaturados exportados para o Brasil, o que consolidou o grau de dependência comercial brasileira em relação à principal potência europeia no século XIX.

(B) Embora significativas, as tensões políticas entre o Brasil Imperial e a Inglaterra estiveram limitadas a duas questões interligadas: a do tráfico negreiro e a da abolição da escravatura no Brasil.

(C) Os Estados Unidos da América consolidaram-se, já na segunda metade do século XIX, como país parceiro do Brasil no contexto internacional, o que possibilitou a substituição, no reinado de Pedro II, da hegemonia britânica.

(D) A historiografia recente comprova que a Guerra da Tríplice Aliança esmagou o modelo original e distributivo da riqueza engendrado pelo humanismo autocrático de Solano López no Paraguai.

(E) No fim do período imperial e início da República no Brasil, as tensões platinas, que envolveram o Império Brasileiro, e o sucesso econômico do modelo agroexportador da Argentina contribuíram para acirrar a rivalidade entre os dois países, ainda que mantidos os laços de amizade.

A: Incorreto. A Inglaterra não era o principal mercado consumidor do café brasileiro. A Europa o era, em sua totalidade, porém, individualmente, os Estados Unidos auferiam maior dividendo. Por sua vez, o volume de manufaturas exportadas pela Inglaterra passou por fluxos e refluxos: o período de 1844 a 1860 caracterizou-se por maior protecionismo brasileiro, enquanto de 1810 a 1844 houve notável influxo de mercadorias britânicas;

B: Incorreto. Se o tráfico negreiro constituiu significativo foco de tensão entre o Brasil Imperial e a Inglaterra; a Questão Christie, outro caso de atrito, marcou a ruptura de relações diplomáticas entre ambos os países. A questão consubstanciou-se por dois episódios: o primeiro teve origem no naufrágio do navio inglês Príncipe de Gales, no sul do Brasil, que teve sua carga roubada. Christie, secretario da Foreign Office, exigiu indenizações, que, mediante arbitragem do Rei da Bélgica, foram consentidas pelo Brasil. O segundo diz respeito à prisão de dois oficias ingleses por arruaça pública. Apoiando-se nos Tratados de 1810, que davam extraterritorialidade judicial à Inglaterra, os britânicos exigiram a instauração de um Tribunal Especial. Negado pelo Brasil, a insistência inglesa ensejou a ruptura de relações. No que concerne às pressões inglesas contra o tráfico negreiro, cabe destacar os motivos que as explicam: i) existência de ideais liberais na Inglaterra: as petições dos trabalhadores da cutelaria solicitaram ao parlamento britânico medidas contra o tráfico, malgrado o benefício auferido pela existência da escravatura, moeda de troca com a cutelaria; ii) fim do tráfico nas colônias britânicas em 1807; iii) pressões dos colonos ingleses prejudicados pela existência da escravidão; iv) para a burguesia britânica, o trafico encarecia a matéria-prima, o que prejudicava suas industrias: com efeito, o alto custo da compra de escravos arrefecia a potencialidade de vendas dos produtores de manufaturas; v) afirmação da Inglaterra como potência mundial: não se vislumbrava no escravo um potencial consumidor, mas objetivava-se transformar o comprador de escravos em consumidor de manufaturas inglesas;

C: Incorreto. A hegemonia britânica não foi debelada, na segunda metade do século XIX, pelos Estados Unidos. O americanismo torna-se uma prioridade para o Brasil apenas no transcurso dos primeiros anos da República Velha; a Inglaterra, contudo, continuou participando no influxo de capitais para o Brasil, como ratifica o Funding Loan de 1898, sob a presidência de Campos Sales;

D: Incorreto. A historiografia que sustenta a característica distributiva de riquezas, o modelo de desenvolvimento autônomo e a franca industrialização do Paraguai data dos anos de 1960, sendo Júlio José Chiavenato o arauto dessa análise. Sob essa perspectiva, o Paraguai teria liderado uma verdadeira cruzada contra o analfabetismo, e a Inglaterra teria manipulado a Argentina e o Brasil para entrar na guerra, visto que retiraria dividendos do conflito. A historiografia de 1960 foi superada pelo revisionismo, que relembra o rompimento de relações entre o Brasil Imperial e a Inglaterra em 1863, no que se denominou Questão Christie. O viés analítico dessa historiografia privilegia a consolidação dos Estados Nacionais e desconstitui o argumento que vislumbra no Paraguai um modelo industrial. Outra análise diz respeito à historiografia tradicional, que caracteriza Solano López como um ditador de grandes ambições. O Paraguai, nessa ótica, teria invadido o Brasil em busca de uma saída para o Oceano Atlântico;

E: Correto. Finda a Guerra do Paraguai, o Brasil negocia um Tratado de Paz, em 1872, em separado com o Paraguai, pois temia as pretensões argentinas concernentes à anexação do Grande Chaco. Durante a década de 1870, o Paraguai tornou-se o foco de rivalidade entre o Brasil e a Argentina: a manutenção de tropas brasileiras até 1876, com o consentimento do presidente paraguaio Gill, coaduna-se na mesma lógica. A partir de 1880, inicia-se um período de distensão com os presidentes argentinos Avellaneda e Roca: o único atrito era a Questão de Palmas. Com a proclamação da República, Quintino Bocaiúva tece laços ideológicos de amizade com a Argentina. À aproximação entres ambos os países; contudo, não se ausentaram pressões quanto ao crescimento econômico argentino, que constituiria uma ameaça às relações exteriores do Brasil. Fernando Cardim destaca três grandes momentos no conjunto das relações entre o Brasil e a Argentina: i) 1822-1902: política platina; ii) 1902-1960: política hemisférica; e iii) 1960-2000: política globalista.

Gabarito "E".

(Diplomacia - 2007) Julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca da extensão atual do território nacional, bem como da fixação das fronteiras brasileiras.

(1) O arbitramento das fronteiras foi uma prática introduzida pelo Visconde do Uruguai no início do Segundo Reinado.

(2) A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré incluía-se na problemática de estabelecimento dos limites entre Brasil e Bolívia.

(3) Em geral, os tratados de limites do século XIX buscavam atender também ao objetivo de aumento da navegação e do comércio com os vizinhos.

(4) A abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1866 resultou de acordo negociado com os EUA.

1: Errado. Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, conformou, na expressão de Ilmar Mattos, a trindade saquarema, com Eusébio de Queiroz e Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. A obra do Visconde de Uruguai, no ministério dos negócios estrangeiros, consubstanciou-se pela intervenção no Uruguai, contra Oribe, presidente uruguaio, e contra Rosas, presidente da Confederação Argentina. Interessado em recuperar o Vice-Reino do Rio da Prata, Rosas buscou aproximar-se de Oribe, líder do partido blanco e contrário aos interesses do Brasil no Prata. Vislumbrando riscos de contágio republicano no Brasil e de fragmentação do sul do país, o Visconde do Uruguai preferiu a intervenção ao arbitramento. As políticas do Visconde derrubaram Oribe e impingiram à Argentina a derrota na batalha de Monte Caseros, evento que deu a Paulino José o título de Visconde. Com a queda de Oribe, fixou-se o Tratado de Limites 1851 com o Uruguai. Sob a presidência do favorável ao Brasil partido colorado, o Estado platino abriu o rio Uruguai à livre navegação. A medida era de grande importância para o Brasil, visto que garantia o acesso ao Mato Grosso via a bacia do Prata;
2: Correto. Pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, o Brasil cedeu pequena porção do Mato Grosso à Bolívia em troca do Acre e da promessa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que garantiria o escoamento da borracha boliviana pelo Atlântico. Em consórcio liderado por industriais americanos, a ferrovia foi quase integralmente concluída, mas com a queda do preço da borracha, não obstante, abandonou-se sua manutenção. Os interesses brasileiros no Acre provieram de uma dupla razão: i) a região era habitada por brasileiros e ii) apresentava vastos recursos naturais para a exploração de borracha e de petróleo. Sob arrendamento à empresa americana Bolivian Syndicate, consoante tese de Synesio Sampaio Goes Filho, a região constituía um vazio soberano que representava uma ameaça ao Brasil, considerando-se a política do Big Stick dos EUA. Nesse sentido, o Barão do Rio Branco indenizou, primeiramente, a empresa norte-americana e, em seguida, entabulou as negociações com a Bolívia. Uma serie de revoltas no Acre, tendo na independência declarada por Gálvez seu maior exemplo, impulsionou o Brasil a resolver prontamente a disputa territorial com a Bolívia. O princípio de *uti possidetis* foi o fundamento norteador da questão;
3: Certo. Os Tratados de limites com o Uruguai, o Peru, a Venezuela e a Bolívia buscavam atender ao objetivo de garantir a navegação brasileira no continente, assim com ampliar as relações comerciais. No caso do Uruguai, objetivava-se assegurar o acesso ao Mato Grosso via o rio Uruguai. No caso da Peru e da Venezuela, a livre navegação do rio Amazonas permitiria ampliar as relações comerciais com os vizinhos andinos;
4: Errado. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, foi um ato unilateral brasileiro. Objetivava-se angariar o apoio dos Estados vizinhos sul-americanos contra Solano López, presidente do Paraguai em guerra contra o Brasil.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

(Diplomacia – 2000) Com relação à Guerra do Paraguai, assinale a opção incorreta.

(A) D. Pedro II não teve, durante a guerra, contatos com Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores.

(B) Dadas as dificuldades de comunicação, não foi possível ao governo imperial impedir a penetração das tropas de Solano López na província de Mato Grosso.

(C) A vitória naval de Riachuelo serviu ao Império pela elevação de esperanças quanto ao destino da guerra.

(D) Os interesses dos estancieiros gaúchos e dos brasileiros residentes na Banda Oriental levaram o governo imperial ao apoio a Flores.

(E) A Tríplice Aliança terminou por favorecer aos Aliados, pois as antigas rivalidades luso-espanholas poderiam conduzir a resultados imprevisíveis.

A: Incorreto. Dom Pedro II e o gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos foram aliados de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, e de Venâncio Flores, presidente do Uruguai. Para além da convergência ideológica entre lideres liberais, Mitre e o gabinete imperial apoiavam a livre navegação na região, da qual era favorável o partido colorado de Flores. O partido blanco do Uruguai, por sua vez, opunha-se ao acesso brasileiro ao Prata, em claro apoio ao presidente do Paraguai, Solano López, que vislumbrava uma união de interesses com os federalistas argentinos, consubstanciados nas figuras de Urquiza, da província de Entre Rios, e de Virasoro, de Corrientes. Com a vitória de Mitre sobre Urquiza e Virasoro, na Batalha de Pavón, de 1862, afirmou-se o unitarismo na Argentina, o que proporcionou a aliança entre a Argentina e o Império contra os presidentes blancos do Uruguai, Berro e Aguirre. A intervenção imperial, no Uruguai, em 1864, depôs o partido blanco, trazendo Flores ao poder. Ao ver-se isolado, Solano López invadiu o Mato Grosso, no intuito de prestar assistência aos seus aliados blancos, e mandou tropas para Entre Rios e Corrientes. Foi o estopim para a deflagração do conflito. Temendo a eclosão de um novo embate entre federalistas e unitaristas, Mitre aliou-se a Dom Pedro II contra López, Urquiza e Virasoro; os dois últimos aderiram prontamente à causa de Mitre. Com adesão de Flores, conformou-se a Tríplice Aliança contra o Paraguai. A campanha militar consubstanciou-se por um conjunto de vitórias aliadas, sendo emblemática a vitória na Batalha Naval de Riachuelo, em 1865, que puseram fim a ofensiva paraguaia; pelo contra-ataque aliado, retratado pela rendição de Uruguaiana, por uma fase de estagnação e de guerra de posições, constituindo a derrota aliada na Batalha de Curupaiti exemplo notório; e pela invasão e tomada de Assunção. Curupaiti marcou um ponto de inflexão na guerra, visto que depôs o gabinete Zacarias e trouxe ao poder o ministério conservador de Caxias. A mudança de partidos no Império levou a uma reformulação na aliança com a Argentina, que passou, então, a se caracterizar por percalços e desavenças. O Tratado de Paz de Assunção, de 1872, na esteira dessa desunião, foi assinado em separado pelo Brasil, que buscava conter

o expansionismo territorial argentino no Paraguai. No que concerne à historiografia sobre as causas da guerra do Paraguai, Francisco Doratioto, em Maldita guerra, aponta a consolidação dos Estados nacionais como pano de fundo dos conflitos bélicos. Ainda, a análise microhistórica outorga relevância à convergência de interesses entre estanceiros gaúchos e o partido colorado, que autorizava o comércio pecuário e a flexibilização das fronteiras, em oposição aos blancos, advogados de um projeto econômico de cunho protecionista.

Gabarito "A".

5.3. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só podiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Mencionada no texto, a Lei de Terras de 1850 também se relaciona à forma pela qual o processo abolicionista foi conduzido no Brasil do século XIX. Sabendo-se que essa lei obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição de terras devolutas (desocupadas), exceto a realizada por compra, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Lei de Terras dificultava, quando não impedia propriamente, o acesso à propriedade da terra por parte do trabalhador livre pela evidente razão de que lhe faltavam os recursos financeiros para comprá-la.

(2) Pelo que dispunha, a Lei de Terras de 1850 cristalizava uma realidade do início da colonização, ou seja, a concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos.

(3) Se prejudicava o trabalhador livre pobre, dificultando-lhe o acesso à terra, assim como o ex-cativo, a Lei de Terras apresentava-se como forte atrativo à mão-de-obra imigrante europeia, que, ao contrário dos nacionais, geralmente possuía recursos suficientes para a aquisição de pequenas e médias propriedades rurais.

(4) A Lei de Terras foi combatida por setores da aristocracia rural justamente porque ameaçava a sobrevivência da grande lavoura e a posição privilegiada dos grupos sociais envolvidos nessa atividade econômica.

1: Certo. A Lei de Terras objetivava dificultar o acesso à propriedade aos escravos alforriados, aos imigrantes e aos trabalhadores livres. Perpetuou, nesse sentido, a lógica da grande propriedade fundiária;
2: Certo. A Lei de Terras, ao excluir a possibilidade de trabalhadores livres tornarem-se pequenos proprietários, consolidou a estrutura fundiária em mãos de poucos;
3: Errado. O imigrante europeu, assim como os trabalhadores livres nacionais e os ex-cativos, não possuía recursos suficientes para se tornar proprietário. O impedimento à aquisição de terras devolutas excluía a possibilidade de posse por usucapião, medida ainda atualmente em vigor. Restava ao imigrante a associação com o Estado em regime de subvenção e o sistema de parceria com o fazendeiro. Ambos os sistemas de atração de mão de obra colocavam o imigrante europeu em situação de semiescravidão no Brasil;
4: Errado. A Lei de Terras beneficiou os setores da aristocracia rural, visto que garantiu as sobrevivência da grande lavoura e os privilégios fundiários dos grandes proprietários.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2000) A transição do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, ocorreu:

(A) Em clima de ruptura profunda e irreconciliável das novas forças políticas com as elites dirigentes do Império.

(B) No ambiente de uma revolução industrial sem precedentes na história brasileira.

(C) No contexto de rápida supressão das heranças do sistema escravista, especialmente no que se refere ao destino social dos afro-brasileiros.

(D) No bojo de um movimento popular e radical que propunha transformação profunda nas instituições sociais e econômicas.

(E) No descompasso entre a situação anacrônica das instituições imperiais e as modificações econômicas e sociais que vinham sendo operadas na sociedade brasileira da segunda metade do século.

As causas responsáveis pela crise do Segundo Reinado.

i. A Guerra do Paraguai.

Consequências da Guerra do Paraguai
A Guerra do Paraguai gerou custos elevados e levou à mobilização de 200 mil homens – a título de comparação, a Segunda Guerra Mundial teve uma mobilização brasileira de 20 mil homens. O orçamento imperial de vinte anos foi gasto em seis. A manutenção de operações militares na caça a Solano López, quando já concluída a guerra, deterioram ainda mais o orçamento imperial. A Argentina e o Uruguai saíram antes da guerra e a persistência de Pedro II lhe valeram críticas. Com a Guerra de 1864-1870, o Exército desdobrou-se nas províncias: o resultado foi a organização e o fortalecimento do Exército brasileiro.

ii. As questões
Debate Historiográfico.
Conjunto de Questões:
a) Religiosa.
b) Servil.
c) Republicana.
d) Militar.
Para Emília Viotti da Costa, na visão historiográfica dos anos de 1960, as quatro questões tiveram peso igual, embora ressalte que as questões religiosa e servil foram superestimadas no imediato período que sucedeu a proclamação da República. Para Boris Fausto, nos anos de 1990, apenas as duas últimas se destacaram. Para José Murilo de Carvalho, nos anos 2000 reabilitou-se a relevância da questão servil. Ângela Alonso, a seu turno, salienta a importância das ideias da geração de 1870.

Questão Religiosa, 1872-1875	Questão Servil	Questão Republicana	Questão Militar
Consubstanciou-se por atritos entre a Igreja e o Estado. Com a unificação italiana, a Igreja viu-se fragilizada. O Papa Pio IX promoveu a *Bula Syllabus*, impetrando a excomunhão dos maçons, que constituíam a elite política brasileira. Dois Bispos brasileiros não acataram à revelia imperial à Bula: o Bispo do Pará e o de Olinda. Ao prendê-los, o governo imperial causou uma revolta entre os padres e os membros da Igreja. Os atritos estenderam-se até 1875, quando o Papa flexibilizou sua posição e Dom Pedro II revogou o decreto de prisão dos Bispos. Surgiu; contudo, a ideia de defesa do Estado laico.	Opôs escravocratas vãos emancipacionistas graduais e abolicionistas imediatistas. Prevalece o gradualismo, conforme o conjunto de leis de 1871, de 1885 e de 1888. *Lei de 28 de Setembro de 1871: Lei Rio Branco – Ventre Livre.* Concede a condição de ingênuo ao filho de escravo: não é escravo, mas tampouco é livre. O patrão daria a guarda do escravo, aos oito anos de idade, ao Estado ou ficaria com posse do cativo até os vinte e um anos desse. A Lei deu ao escravo o direito de poupar, o que o transformaria em escravo de ganho. A Lei previa a compra da alforria, com valores fixados pelo Estado, e criou o Fundo Provisório de Emancipação para alforria. *Lei Saraiva-Cotegipe dos Sexagenários, 28 de Setembro de 1885.* Concede alforria escalonada ao escravo a partir dos 60 anos do cativo. Aos 61 anos, requerer-se-ia um quarto do valor para alforria; aos 62 anos, um terço; aos 63, metade. Após 65, estaria liberto. A Lei proibia tráfico interprovincial. *Lei Áurea – 1888* Em 1888, 90% dos escravos já estavam alforriados. A Lei Áurea, nesse sentido, é mais uma constatação dos fatos do que uma real emancipação. As três leis assinadas por Princesa Isabel têm sua origem no movimento abolicionista organizado, que contava com o apoio dos jornais, dos intelectuais e dos estadistas. Na expressão do Barão de Cotegipe, a Princesa Isabel teria "libertado uma raça, mas perdido a Coroa". O fim da escravidão provocou a cisão entre os Barões do Café do Vale do Paraíba e a Coroa, visto que, em sintonia com os preceitos de Clóvis Bevilacqua em favor da retroatividade da lei em casos excepcionais, não teriam sido os fazendeiros indenizados pela perda da posse de escravos.	Na esteira do declínio da Liga Progressista, surgiu o radicalismo político. O *Clube Radical* propôs reformas políticas e sociais: advogou o abolicionismo e o republicanismo associado ao federalismo defendido pelos fazendeiros de café do Oeste paulista. O *Clube Reformista* propôs a reforma do código do processo penal e o fim do Senado vitalício. Em 1870, foi divulgado o Manifesto Republicano por Quintino Bocaiúva: criticava o Poder Moderador. Defendia a República – o que seria uma forma de aproximação com América do Norte e do Sul – e a descentralização. Note-se que lideranças republicanas não se manifestaram perante a questão servil, visto que poderia promover uma colisão de interesses nocivos ao advento da República	Consubstanciou-se por atritos entre o governo (o gabinete de Ouro Preto) e o Clube Militar (porta-voz do Exército). O Clube Militar era formado por oficiais e subdividia-se em dois grupos: i) os tarimbeiros, que eram os veteranos da Guerra do Paraguai. Entre eles, figurava o Marechal Deodoro. Exigiam maior reconhecimento do Exército; e ii) mocidade militar, formada nas escolas militares e associada ao cientificismo, preconizava a ciência como forma de sanar as mazelas do Império. O positivismo, corrente do cientificismo foi adotado nessas escolas. Seria uma religião racional para humanidade: haveria três estágios da civilização; o religioso, o metafísico e o positivo. Exigiam a institucionalização da meritocracia. Benjamin Constant, o brasileiro, foi o arauto da causa.

Na análise de Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, a emergência dos militares como força política surgiu com a dissolução do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1868. Na ocasião, em plena Guerra do Paraguai e após a derrota dos aliados na Batalha de Curupaiti, Caxias foi nomeado, à revelia, comandante-chefe das forças armadas. Insatisfeito pelos ataques da imprensa liberal e julgando não ter o apoio do gabinete de Zacarias, Caxias pediu demissão. Dom Pedro II, que via na figura de Caxias o último baluarte para a vitória da guerra, dissolveu a Câmara e destitui o gabinete de Zacarias. Seria, consoante o autor, a primeira incursão dos militares no poder.

Gabarito "A".

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os próximos itens, relativos a aspectos socioeconômicos do Império do Brasil.

(1) A chamada Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibia o tráfico negreiro apenas formalmente, pois se manteve inalterada a entrada de africanos no Brasil.

(2) As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução da mão de obra assalariada, mas se diferenciavam quanto ao destino da produção: a do vale era principalmente para o mercado interno, e a do Oeste Paulista, basicamente para exportação.

1: Errado. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, culminou no arrefecimento completo do tráfico de escravos no Brasil. A última embarcação negreira registrada no país data de 1852; houve, portanto, alteração na entrada de africanos no Brasil, contrariamente a Lei Feijó, de 1831, que não logrou deter o ingresso de escravos.
2: Errado. As economias cafeeiras do Vale da Paraíba e do Oeste Paulista não tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução de mão de obra assalariada. Se decerto o Vale da Paraíba era o baluarte escravocrata-conservador, o Oeste Paulista, malgrado o influxo de imigrantes europeus e asiáticos, tampouco logrou assentar o dinamismo capitalista das economias industrializadas. Ainda, ambos os mercados eram precipuamente voltados para a agroexportação.

Gabarito 1E, 2E

5.4. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão, em parte, frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vargas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Nos estertores do regime monárquico, a abolição do trabalho escravo pela Lei Áurea, ainda que tenha desagradado a uma significativa parcela da classe proprietária, não foi capaz de promover a inclusão social dos negros recém-libertados, reforçando um quadro de subalternidade dos afrodescendentes, ainda visível em pleno início do XXI.

1: Certo. Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes*, salienta a ausência dos negros recém-libertos, a um só tempo, na estratificação social - o que os convertia em grupos subalternos - e na cidadania política e econômica - o que arrefecia a possibilidade fazer pública a voz dissonante do ex-escravo. Nesse sentido, a Lei Áurea, que contou com a insatisfação dos Barões do café do Vale do Paraíba, não foi capaz de tornar o escravo um cidadão do Império e, tampouco, a República os tornou cidadãos republicanos, em assertiva continuidade com a exclusão social impingida desde a época colonial.

Gabarito 1C.

O Primeiro Reinado assinala breve, mas importante, período de composição entre o elemento nacional avançado e o nacionalismo português. A Regência foi provavelmente a fase mais rica da história do Brasil como manifestação popular e tomada de consciência. Foi um período turbulento, em contraste com o longo Segundo Reinado, de relativa paz e da estabilidade sob o comando de Pedro II. Explicam essa ordem as lutas da Regência, susto dos políticos: percebem a necessidade de compor-se, mesmo com os de outras correntes, para sobrevivência do regime. O conservadorismo não é só do Partido Conservador, mas do Liberal também.

Francisco Iglésias. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989, p. 157-61 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os próximos itens, tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo histórico brasileiro ao longo do século XIX.

(1) Um exemplo clássico da atitude política vigente no Segundo Reinado — a necessidade de compor-se, como se afirma no texto — foi a criação do Gabinete da Conciliação, no qual liberais e conservadores repartiam entre si as cadeiras no ministério.

(2) A instituição do regime republicano livrou o Brasil das características políticas do Império, ou seja, a Primeira República perdeu o caráter elitista, conservador e oligárquico que marcou a trajetória do regime deposto pelo golpe de Estado comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

(3) O bipartidarismo, criado no Império, manteve-se ao longo da Primeira República, tendo desaparecido apenas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na Revolução de 1930.

(4) A independência do Brasil correspondeu a uma radical ruptura com a antiga metrópole, o que explica a inexistência de políticos lusitanos no governo de Pedro I.

(5) No texto, faz-se alusão à manifestação popular e à tomada de consciência no período regencial, que podem ser exemplificadas, entre outros episódios, pelas revoltas armadas que estouraram no país afora, como a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

1: Correto. O Ministério da Conciliação, que vigorou entre 1853 e 1856 sob os comandos de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, caracterizou-se por ser um momento de apaziguamento de rivalidades entre liberais e conservadores.
2: Errado. A passagem da Monarquia para a República não promoveu arrefecimento das características elitista, conservadora e oligárquica da sociedade brasileira de então. Pelo contrário, parte significativa da historiografia acusa a República de ter adensado essas características.
3: Errado. O bipartidarismo ruiu nos derradeiros anos do Império, nos quais se formaram as bases dos partidos republicanos estaduais. Esses, a seus respectivos turnos, deram agência à vida política republicana. A Revolução de 1930 operou novo ordenamento partidário, no qual arrefeceram as agremiações políticas da Primeira República, e surgiram outras, de teor nacional.
4: Errado. A independência do Brasil insere-se mais em um lógica de continuidade política do que de ruptura. Prova disso, Dom Pedro I era filho de Dom João VI. Ainda no âmbito da Corte, permaneceram empossados no Brasil ministros e conselheiros ligados à antiga metrópole.
5: Certo. O período regencial é compreendido por parte da historiografia como momento de tomada de consciência política a respeito do sentido da independência do Brasil. Não raro, essa corrente enxerga no 7 de abril de 1831, isto é, na queda de Dom Pedro I, a real emancipação brasileira. Ainda, durante a Regência, estourou uma série de sedições populares - elitistas, por vezes, e marcadamente centrífugas, por outras -, entre as quais tiveram destaque a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

5.5. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico- financeiras; a política alfandegária e suas consequências

(Diplomacia 2008) Durante o Segundo Reinado (1840-1889), Europa e Estados Unidos da América (EUA) desempenharam importante papel na formação interna e inserção internacional do Brasil. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Ao término do Segundo Reinado, os EUA deram alento à economia agrícola ao substituírem os europeus como grandes consumidores do café brasileiro.

(2) William Trousdale, representante inglês no Rio de Janeiro na década de 1850, discordava da pressão norte-americana sobre D. Pedro II para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

(3) No seio do partido liberal brasileiro, havia defensores da industrialização do país, a ser realizada com o auxílio de política alfandegária protecionista, proposta que entrava em choque com as pretensões britânicas a favor do livre-comércio.

(4) Quando a escravidão entrou em crise, as diplomacias de Brasil e Argentina alinharam-se e rivalizaram com a dos Estados Unidos da América, tendo em vista a captação, na Europa, de imigrantes que proveriam de mão-de-obra as suas lavouras.

1: Errado. Ao término do Segundo Reinado, os EUA ergueram-se como maiores consumidores do café brasileiro, substituindo a Inglaterra como principal mercado importador. O continente europeu, contudo, permaneceu sendo o destino que auferiu maiores dividendos aos exportadores de café brasileiros.
2: Errado. William Trousdale, secretário das relações exteriores dos Estados Unidos, advogou a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, o que realmente ocorreu, em 1866, finda a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. As relações com os Estados Unidos, embora tivessem tido bom trânsito devido ao precoce reconhecimento da independência do Brasil, sofreram desequilíbrios à época do expansionismo norte-americano.
3: Certo. O partido liberal brasileiro constituía um foco protecionista de resistência ao livre-comércio advogado pela Inglaterra. Vislumbrava-se na proteção alfandegária uma forma de proteger as indústrias nascentes brasileiras e de aumentar o orçamento do Estado, que derivava, em sua quase totalidade, dos tributos advindos da alfândega. A Tarifa Alves Branco, de 1844, é um exemplo emblemático desse pensamento protecionista. Consoante tese de Caio Prado Júnior, o Bill Aberdeen, de 1845, foi uma represália inglesa à Tarifa de 1844.
4: Errado. Tanto o Brasil quando a Argentina promoveram políticas de atração de imigrantes desde a década de 1850, quando a escravidão, no Brasil, começou a entrar em crise devido a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro. As diplomacias do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos rivalizavam entre elas, não havendo alinhamento qualquer, visto que os Estados buscavam atrair maior contingente imigrante em seus respectivos solos. No caso brasileiro, a imigração de europeus justificava-se, economicamente, pela lógica econômica das lavouras e, moralmente, pelas políticas de branqueamento da população em voga nos estertores do século XIX. Existiam duas modalidades de obtenção de mão de obra: i) a imigração subvencionada, que era custeada pelo Estado e obrigava o imigrante a permanecer na fazenda de destino; e ii) o sistema de parceria financeira entre os fazendeiros e os imigrantes: ficavam estes atrelados àqueles até que suas dívidas fossem ressarcidas. Devido ao tratamento em regime de semiescravidão impingido aos seus nacionais, a Itália e a Alemanha proibiram a imigração ao Brasil. Por último, a Lei de Terras, de 1850, restringia o acesso à propriedade, visto que a transferência de terras devolutas teria de ser feita mediante a compra e a venda, e não nas modalidades de usucapião ou de doação. Sem recursos financeiros, nem os escravos libertos nem os imigrantes poderiam ter acesso à propriedade da terra no Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia - 2007) No Brasil, a instabilidade da política alfandegária prevaleceu no século XIX - estendendo-se até o advento da República - e foi uma das causas da baixa industrialização. A respeito das tarifas praticadas e do comércio exterior brasileiro nesse período, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Os tratados de comércio da época da Independência do Brasil inauguraram um período de baixas tarifas, o que provocou *déficit* na balança comercial brasileira.

(2) Na década de 40 do século XIX, o pensamento industrialista se impôs à política de comércio exterior, abrindo possibilidades para a criação de manufaturas.

(3) Os Estados Unidos da América (EUA) dificultavam a importação do café por meio das altas tarifas que aplicavam à entrada do produto brasileiro no país.

(4) No Brasil, durante as décadas finais da Monarquia, o *deficit* do comércio exterior contribuiu para a queda desse regime.

1: Certo. Os Tratados de Navegação e de Comércio com a Inglaterra inauguraram um período de baixas tarifas e de subsequente déficit na balança comercial. A Tarifa Alves Branco, contudo, representava uma ruptura nessa lógica;
2: Certo. A Tarifa Alves Branco, de 1844, representava a expressão do protecionismo industrialista brasileiro advogado pelo partido liberal. A proteção às indústrias nascentes propiciou um breve surto industrial. Com efeito, em 1860, a Tarifa Silva Ferraz reduziu as barreiras alfandegárias, o que favoreceu as manufaturas inglesas;
3: Errado. Os Estados Unidos constituíram o principal mercado importador de café brasileiro. No contexto do advento da República, o Tratado Blaine-Mendonça, de 1891, articulou-se no sentido de garantir a exportação de café e de açúcar brasileiros aos Estados Unidos em troca da importação de manufaturas norte-americanas;
4: Errado. Em grandes traços, a balança comercial brasileira permaneceu positiva até 1860, quando sofreu um influxo de importações. A partir de 1874, contudo, o saldo comercial foi nitidamente favorável ao Brasil. Os Estados Unidos e a Europa eram os principais mercados importadores de produtos brasileiros; essencialmente bens agrícolas. O debate historiográfico acerca da crise do Segundo Reinado aponta quatro questões explicativas: a religiosa, a servil, a republicana e a militar. Pandiá Calógeras e Emília Viotti da Costa, nos anos de 1960, deram importância igual às quatro questões. Boris Fausto, na década de 1990, preferiu o viés explicativo que prioriza as questões republicana e militar. José Murilo de Carvalho, mais recentemente, reabilitou a relevância da questão servil. Outra corrente, encabeçada por Ângela de Castro Gomes, advoga a existência de uma corrente de pensamento, denominada, geração de 1870, que teria influenciado diretamente, por oportunismo ou possibilismo, a queda do Império.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005) A única alteração importante verificada no cenário econômico colonial, à época da independência, foi o desenvolvimento da cultura do café. A propósito desse e de outros aspectos relativos ao sentido histórico dos acontecimentos de 1822, assinale a opção correta.

(A) O surgimento do Estado nacional brasileiro em 1822, em face da decisão do príncipe regente, configurou-se como um indiscutível processo revolucionário, visto que foram rompidos padrões essenciais que sustentaram os três séculos de dominação colonial.

(B) A manutenção das relações escravistas de produção, mesmo que após a independência, explica-se pela configuração, naquele momento, do capitalismo mundial, o qual, impulsionado pelos negócios britânicos, exigia a expansão do consumo nas regiões periféricas do sistema.

(C) A novidade trazida pelo café consistia na incorporação de conceitos e métodos capitalistas modernos nas fazendas do Vale do Paraíba, o que explica a posição de liderança do produto na pauta de exportações brasileiras já na década 30 do século XIX.

(D) O texto reitera o caráter inovador e, sob determinado prisma, revolucionário do café no contexto da economia brasileira na primeira metade do século XIX, a começar pela mudança que esse cultivo impôs nas formas de trabalho e pelo volume de sua exportação.

(E) A onda revolucionária que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa e que se expressou nos movimentos de 1820, 1830, 1848 também repercutiu no Brasil, a exemplo da própria independência – na esteira da revolução do porto – e da abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A: Incorreto. O surgimento do Estado nacional brasileiro não rompeu com as estruturas produtivas que sustentaram os três séculos de dominação colonial. A estrutura produtiva guardou assuas características fundiária e monoexportadora. Não se tratou, ainda, de uma revolução, visto que Dom João VI legou a seu filho, Dom Pedro I, a Coroa do Brasil;
B: Incorreto. Os ingleses combateram, desde os Tratados de 1810, o trato negreiro no Brasil. A manutenção das relações escravistas de produção, nesse sentido, em muito contrastava com a emergência, na Europa, de uma classe trabalhadora assalariada, que consumia bens e acumulava capitais;
C: Incorreto. A estrutura produtiva do café reproduziu a forma colonial de produção, baseada na mão de obra escrava e no latifúndio. A incorporação de métodos capitalistas de produção deu-se progressivamente a partir de 1850, com a emergência do trabalho imigrante –sobretudo nas fazendas de café do Oeste Paulista, e não na conservadora região dos Barões do café do Vale do Paraíba - e a proibição do tráfico negreiro. Ainda, o café constitui-se como principal produto na pauta de exportações a partir da segunda metade do século XIX;
D: Incorreto. Foi somente na segunda metade do século XIX que o café incorpora mudanças nas formas de trabalho e assume liderança no volume de exportações. O surgimento da cultura, por volta de 1830, atrelou-se à estrutura fundiária e escravista de produção;
E: Correto. As ondas revolucionários de 1820, de 1830 e de 1848 repercutiram, no Brasil, respectivamente, na Revolução do Porto, de 1820, na abdicação de Dom Pedro I, em 1831 e na Revolução Praieira, em 1848.

Gabarito "E".

(Diplomacia – 2005) Considerando a revolução do processo histórico do Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A importância do café na história brasileira transcende o aspecto totalmente econômico, sendo também decisivo o seu papel para a configuração político-institucional do país, que se tornara independente em 1822.

(2) Quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência, havia convergência de pontos de vista entre as elites brasileiras, unidas pelo compromisso inarredável de garantir a unidade do país.

(3) As riquezas geradas pelo café foram importantes para que se assegurasse a estabilidade política do Império, particularmente visível entre 1850 e 1870, além de respaldarem os investimentos no país e os empréstimos contraídos no exterior.

(4) A ação empreendedora de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, marcada, do principio ao fim, pelo êxito e pelos lucros expressivos, somente foi possível porque a economia cafeeira produzia os capitais necessários ao financiamento das atividades industriais requeridas pelo moderno capitalismo.

1: Certo. Para além se seu papel estrutural na economia do Brasil independente, o café moldou as relações de poder e configurou a política do país. Os barões de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, exerceram notável influência na política econômica e escravista durante o Segundo Reinado. Os cafeicultores do Oeste paulista, por sua vez,

tiveram papel fundamental no arrefecimento da escravidão, na queda da monarquia e na consolidação da República;

2: Errado. Não havia consenso entre as elites brasileiras quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência. Exemplo notável dessa ausência de convergência política foi a proclamação da Confederação do Equador, em 1824. Sob a liderança de Pernambuco, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba romperam a incolumidade do território nacional ao desvincularem-se da Coroa e proclamarem uma Constituição semelhante a da República da Colômbia. A Confederação opunha-se ao autoritarismo de Dom Pedro I, consubstanciado pelo Poder Moderador e pela noite da agonia, que dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a carta constitucional de 1824. O movimento foi debelado e seu líder, o Frei Caneca, fuzilado. Note-se que o exército de Dom Pedro I era composto por mercenários, o que denota a ausência de nacionalidade no seio das forças armadas;

3: Certo. O café garantiu estabilidade econômica e política ao Império na medida em que os dividendos alfandegários auferidos da exportação do bem agrícola permitiam à Coroa respaldar os investimentos no país e assegurar os empréstimos contraídos no exterior;

4: Errado. O surto industrial consubstanciado pelos empreendimentos capitalistas de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, derivou de investimentos britânicos, e não de empréstimos diretamente vinculados à produção de café. Ainda, se a Tarifa Alves Branco, o fim do tráfico negreiro e a urbanização do Rio de Janeiro permitiram a expansão dos empreendimentos do Barão; a Tarifa Silva Ferraz, a concorrência britânica e as elites rurais brasileiras pautaram o fim da Era Mauá. Note-se, ainda, que os investimentos de Irineu Evangelista de Souza não eram direcionados à indústria pesada, mas às iniciativas capitalistas, como a criação de estaleiros, de bancos e de companhias de gás e de navegação. A falência de Mauá, para além das razões acima apontadas, deveu-se ao desequilíbrio orçamentário da inédita construção da linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

6. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889- 1930)

6.1. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais

(Diplomacia – 2009) A história da Primeira República, ou República Velha, no Brasil, foi marcada por tensões políticas e econômicas relevantes para o entendimento da Revolução de 1930. A respeito desse período e de suas contradições, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Inspirado na Carta inglesa, o marco constitucional de 1891 reproduziu a deformação política do voto censitário, mantendo herança do Império e adotando fundamentos de constituição europeia.

(2) Na República Velha, a economia agroexportadora, tecnologicamente moderna, apresentou elevada produtividade e introduziu as bases sustentáveis para o amplo processo de industrialização iniciado pelos próprios agroexportadores nessa fase histórica.

(3) Nesse período, as oligarquias políticas dos estados, congregadas em partidos políticos, atuavam, na prática, em torno de bases, interesses e projetos locais e regionais.

(4) Nessa quadra histórica do Brasil, adotou-se sistema eleitoral que, na prática, submetia-se ao controle dos chefes políticos locais, sobretudo no campo, o que ficou conhecido como *voto de cabresto*.

1: Errado. A Carta Constitucional de 1891 inspirou-se no modelo presidencialista dos Estados Unidos. No que concerne aos direitos políticos, a carta Instaurou o voto para os homens alfabetizados. Ainda, instituiu a laicidade, a tripartição de poderes e a organização federativa do Estado. A República, nesse sentido, rompeu com a herança do Império;

2: Errado. A economia agroexportadora da República Velha não era tecnologicamente moderna, nem produtiva. Sua rentabilidade variava em função do preço internacional do café, produto que apresentava baixa elasticidade-preço da demanda e baixa elasticidade-renda da demanda. O Convênio de Taubaté, de 1906, representou uma articulação financeira entre os governos estaduais e o federal para garantir, com cobertura da União, os empréstimos externos destinados a comprar os excessos da produção e sustentar, por conseguinte, o preço do café. Embora Amaury Gremaud veja no surto industrial de 1914-1918 o marco da industrialização do Estado, Celso Furtado atribui o início da industrialização brasileira exclusivamente ao governo Vargas. Nesse sentido, ainda que a importação de máquinas, a escassez de manufaturas na Europa, devido a Primeira Guerra Mundial, e o tênue deslocamento de interesses dos agricultores para a indústria tenham contribuído para lançar as bases da produção de manufaturados no Brasil, a industrialização começou apenas a partir de 1930;

3: Certo. A política dos governadores, instaurada na gestão Campos Sales, constituía uma articulação personalista entre o Presidente da República e as oligarquias regionais, que garantiam a eleição dos candidatos oficiais no Congresso, o que permitia a aprovação das leis de interesses do Executivo. A base local, portanto, atrelava as famílias oligárquicas à União. No caso de dissidências, o sistema engessava e o Executivo da União e dos Estados enfrentavam situações de ingovernabilidade e de disputa personalista. A Comissão de Verificação de Poderes, azeite na máquina da política dos governadores, estava vinculada ao Legislativo, que se encarregava de oficializar os resultados das eleições. As fraudes eram constantes;

4: Certo. As oligarquias, além de vincularem-se ao Executivo nacional, teciam laços com os coronéis locais. Em um complexo sistema de favores fundados na relação de compadrio descrito por Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto,* os coronéis submetiam o sistema eleitoral aos seus interesses e àqueles das oligarquias. Os votos dos eleitores que iam ao encontro das demandas dos coronéis eram conhecidos como *votos de cabresto.* Caso houvesse indisciplina, os jagunços encarregavam-se de impingir sua violência aos eleitores.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto - para as próximas duas questões.

O oligarca é um coronel como outro qualquer - ou um representante dele - que se mantém no poder pela liderança, pelo autoritarismo, pelas obrigações que impõe e pelos favores que concede a seus aliados – os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual. Sem isso e as obrigações que se impõem, dificilmente se manteria no poder. Os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual.

Edgard Carone. A República velha. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 269-70 (com adaptações).

(Diplomacia - 2007) Tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca do Brasil da Primeira República (1889-1930).

(1) O regime político adotado favorecia o exercício do poder a serviço dos interesses nacionais em detrimento dos interesses individuais dos dirigentes.

(2) Durante esse período, o conceito de propriedade separava os bens da classe fundiária do bem público gerido pelo Estado.

(3) Os dissidentes encontravam, nesse período, concretas possibilidades de ascensão política, em razão da mobilidade social.

(4) Nesse período, estreito vínculo estabeleceu-se entre governo e partido, envolvendo lealdade entre ambos, porém sobrepondo os interesses deste aos daquele.

1: Errado. O exercício do poder, durante o regime político adotado na Primeira República, era profundamente individual e personalista. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, salienta a característica excludente da República de 1889. Os cidadãos teriam sido manipulados pelos coronéis locais e pelas oligarquias regionais, não podendo exercer o poder que, consoante a Constituição de 1891, lhes foi conferido juridicamente pelo instituto do voto;
2: Errado. O período caracterizou-se pela confusão entre bem público e privado. As oligarquias apropriavam-se do bem público para seu interesse próprio, distorcendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a efetividade que deveriam constituir a essência da administração pública;
3: Errado. A estrutura de poder, na República Velha, era essencialmente estática. Poucas famílias controlavam o poder do Estado e a mobilidade social ficava restrita às vontades dessas classes dominantes. A família Accioli, no Ceará, assim como os Tarrasca, em Minas Gerais, são exemplos dessas oligarquias fundiárias;
4: Certo. O poder era exercido pelos partidos republicanos vinculados aos Estados. Estabelecia-se, assim, laços de lealdade entre os grupos dominantes e o governo, que, a rigor, era cooptado pelo sistema de alianças partidárias instituídas no poder.

Gabarito 1E, 2E, 3E,4C.

(Diplomacia - 2007) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos ao Brasil da Primeira República.

(1) O regime oligárquico favorecia, também no cenário político, o domínio das famílias socialmente hegemônicas.

(2) Durante a Primeira República, apesar do regime político, observam-se, por vezes, sucessões de oligarquias nos estados da Federação.

(3) Borges de Medeiros manteve-se como detentor do poder oligárquico no governo do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas.

(4) Nesse período, os governantes eram, na maioria das vezes, dominados por indivíduos, famílias ou grupos.

1: Certo. As famílias socialmente hegemônicas articulavam-se de forma a perpetuar-se no poder. Em *A invenção republicana*, Renato Lessa evidencia a institucionalização do sistema oligárquico de poder mediante três variáveis: a gestão do Estado pelos atores políticos coletivos; as relações de poder entre a União e os Estados; e a articulação de interesses entre Executivo e Legislativo. As oligarquias dos Tarrasca, em Minas Gerais; dos Medeiros, no Rio Grande do Sul; dos Accioli, no Ceará; dos Nery, no Amazonas; dos Rosa e Silva, no Pernambuco; e do Partido Republicano Paulista, em São Paulo, moldavam o quadro político da República Velha, participando ativamente das variáveis de poder mencionadas por Renato Lessa;
2: Certo. A contradição essencial, em termos conceituais, da Primeira República diz respeito à inexistência, consoante José Murilo de Carvalho, de uma *res publica* - ou coisa pública - atrelada à emanação do poder pelos cidadãos. A República era sucessivamente tomada pelas oligarquias como se de um bem privado se tratasse. Não haveria uma cidadania plena, mas em negativo; em outros termos, expressava-se por intermédio de revoltas e agitações populares, mas não era demandante e ativa no exercício do voto;
3: Certo. A oligarquia dos Medeiros perpetuou-se no poder, no Rio Grande do Sul, por mais de duas décadas. Com efeito, Borges de Medeiros exerceu a presidência gaúcha de 1898 a 1922;
4: Certo. O exercício do poder, no decurso da República Velha, foi essencialmente personalista.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C.

Texto para a próxima questão

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, - embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) A partir da caracterização da Primeira República (1889-1930) apresentada no texto, além de outros aspectos significativos da etapa inicial do regime republicano brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A implantação da República foi um golpe de Estado que assinala, formal e diretamente, a entrada dos militares no primeiro plano do cenário político brasileiro, presença que se tornou comum na trajetória republicana, mesmo quando eles não estavam à frente do governo.

(2) Apesar da reconhecida habilidade política que demonstraram possuir, obtendo considerável apoio no Congresso Nacional, os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto enfrentaram dificuldades incontornáveis, razão pela qual não conseguiram cumprir seus respectivos mandatos.

(3) Especialmente a partir do governo Campos Sales, o "acordo oligárquico" mencionado no texto ganhou densidade, sendo bem representado pela Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, por meio da qual o atendimento às demandas das oligarquias estaduais era a contrapartida ao apoio político dado aos seus representantes, que momentaneamente ocupavam o governo federal.

(4) A manutenção regular e sem maiores sobressaltos do pacto oligárquico requeria a realização de eleições periódicas, com voto secreto, embora não universal, já que o sistema censitário excluía da condição de eleitores as mulheres, os analfabetos e os pobres.

1: Certo. A implantação da República é explicada, em parte, pela questão militar, que foi um conjunto de atritos entre o gabinete de Ouro Preto

e o Clube Militar, que era formado por oficiais tarimbeiros, veteranos da Guerra do Paraguai, e pela Mocidade Militar. Os primeiros exigiam maior reconhecimento do Exército, que haveria sido desfavorecido em favor da Marinha. Os segundos advogavam o positivismo e a ordem republicana. A união entre tarimbeiros e a Mocidade Militar forjou o golpe que findou o Segundo Reinado. Note-se que o Marechal Deodoro era um tarimbeiro da ala monarquista enquanto a Mocidade era formada por classes baixas e médias. À radicalização da Mocidade juntou-se o oportunismo dos tarimbeiros, o que permitiu a queda do gabinete de Ouro Preto e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Não havia, ainda, homogeneidade no seio da Mocidade Militar: os revolucionários agrupavam-se sob a liderança de Silva Jardim; os republicanos históricos, sob Quintino Bocaiúva: e os evolucionistas, sob Aristides Lobo. A Primeira República marcou o início da incursão militar no poder, que se perpetuou, com fluxos e refluxos, ao longo do século XX na trajetória republicana brasileira;

2: Errado. O Marechal Deodoro da Fonseca notabilizou-se por repetidos atritos com o Congresso Nacional, o que ocasionou sua renúncia depois da tentativa de alijar o poder legislativo de suas funções. O Marechal Floriano Peixoto, a seu turno, reabriu o Congresso e restabeleceu as garantias constitucionais embargadas pela decretação de estado de sítio durante o governo de Deodoro. Por outro lado, Floriano interveio no sistema federalista ao depor os governadores que apoiaram Deodoro quando decretou a dissolução do Congresso. Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, era vice de Deodoro e, malgrado a ordem constitucional que compelia a realização de novas eleições caso o presidente não completasse 24 meses de governo – o que foi o caso de Deodoro -, manteve-se no poder até 1894, em nítido embate com o Congresso Nacional. Durante seu governo, Floriano combateu com êxito a Revolta da Armada e a Revolução Federalista;

3: Certo. Em *A invenção republicana,* Renato Lessa salienta o fim dos anos entrópicos e a institucionalização da Política dos Estados com o advento do governo de Campos Sales. Ao compromisso de não intervenção do governo federal interpôs-se a articulação de interesses entre as oligarquias estaduais de maior envergadura, como as de São Paulo e Minas Gerais, o que garantiria a estabilidade do regime. A Comissão de Verificação dos Poderes asseguraria o controle das eleições e a manutenção das elites oligárquicas no poder. As demandas estaduais seriam, portanto, atendidas pela federação, em uma simbiose de interesses entre os municípios, os Estados e a União;

4: Errado. O pacto oligárquico sofreu três maiores sobressaltos: i) nas eleições de 1910, quando Rui Barbosa reuniu os interesses da Bahia e de São Paulo contra o Marechal Hermes da Fonseca, que contava com o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Rui Barbosa, em sua campanha civilista, denunciava a articulação coronelista do poder sob os auspícios dos militares; ii) nas eleições de 1922, quando Arthur Bernardes, com o apoio de São Paulo e de Minas Gerais, confrontou Nilo Peçanha, que reunia os interesses do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Pará e do Rio Grande do Sul. As dissidências tenentistas enfrentaram-se a Arthur Bernardes, visto que, segundo o episódio das cartas falsas, teria criticado o Exército e exaltado o pacto oligárquico; e iii) nas eleições de 1930, que abalaram a ordem institucionalizada por Campos Sales e deram fim à Primeira República. Durante o regime instituído em 1889, o voto era secreto e universal masculino; não era, portanto, censitário. A exigência de alfabetização está diretamente vinculada com a baixa participação eleitoral, o que, em outros termos, reflete as fragilidades educacionais do período. Contrariamente à Carta de 1824, a Constituição Federal de 1889 não instituía a obrigatoriedade do ensino primário gratuito.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) **A** estrutura política vigente na República Velha preservou, como afirma o texto, a dominação oligárquica herdada do Império. Formalmente inspirado nos EUA, o modelo republicano adotado é presidencialista, mas, diferentemente de sua fonte inspiradora, mostra-se profundamente centralizado e sustentado por poucos – mas poderoso – partidos políticos nacionais.

1: Errado. À estrutura oligárquica centralizadora do Império sucedeu, na República Velha, uma dominação oligárquica federalista, o que denota a forte inspiração no modelo presidencialista e federal dos EUA. As forças dominantes estavam umbilicalmente vinculadas aos interesses estaduais. O presidente da República, a seu turno, advinha de uma convergência de interesses díspares articulados mediantes pactos e acordos de estabilidade política. Nesse sentido, a política dos governadores representou um consenso acerca da rotatividade na chefia da União e dos interesses estaduais na pessoa do presidente representados.

Gabarito 1E.

O estabelecimento da República, a bem da verdade o estabelecimento da Federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, e assumissem o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo.

Hamilton de Mattos Monteiro. **Da República Velha ao Estado Novo**. *In:* Maria Yedda Linhares (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro:Campus, 1996, p. 233 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o texto acima e os aspectos marcantes da República brasileira em suas primeiras décadas, julgue os itens subsequentes.

(1) O coronelismo foi fenômeno político exclusivo da Primeira República e, em certa medida, um tipo de prática política razoavelmente democrática.

(2) Embora oligárquica, a Primeira República caracterizou-se por eleições livres, fiscalizadas pela justiça eleitoral, e por estar assentada no voto secreto.

(3) As crises que se multiplicaram na década de 20 do século passado anunciavam o colapso da Primeira República, processo que se completou com a Revolução de 1930.

(4) O federalismo constituiu-se em diferença marcante em relação ao Império, cuja estrutura unitária conferia amplos poderes ao governo central.

1: Errado. O coronelismo não foi fenômeno político exclusivo da Primeira República. Antecedeu-a, durante o Império, e ultrapassou-a, com a renovação política promovida pela Revolução de 1930. Vitor Nunes Leal define o coronelismo como *"complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como caracteres secundários o mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos - e abrange todo o sistema político do pais, durante a República Velha"*. Não há, portanto, semelhança entre coronelismo e prática democrática.

2: Errado. A Primeira República, além de oligárquica, não se caracterizou por eleições livres, nem secretas. O voto secreto, no Brasil, foi institucionalizado em 1932 por intermédio da promulgação do primeiro Código Eleitoral.

3: Certo. As sucessivas crises políticas e econômicas que pautaram o andar da década de 1920 deram claros sinais de desgaste da Primeira República. O processo de arrefecimento desse regime completou-se com a Revolução de 1930.

4: Certo. A centralização politico-administrativa do Império cedeu lugar ao federalismo da Primeira República, que acresceu o poder executivo e o legislativo aos Estados federados.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

6.2. A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas

Texto para a próxima questão.

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Ainda considerando o assunto abordado no texto, o termo revolução, embora questionado, é de uso frequente na historiografia brasileira quando se trata de denominar o movimento que, em 1930, depôs Washington Luís e alçou o gaúcho Getúlio Vargas à chefia do governo federal. No que respeita à crise que abalou o pacto oligárquico e que culminou com a vitória do movimento armado dirigido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A predominância econômica de São Paulo e de Minas Gerais tinha correspondência na hegemonia política que exerciam, popularmente sintetizada na expressão Política do café-com-leite. Não havia, contudo, unanimidade quanto a essa liderança nacional, razão pela qual as sucessões presidenciais, não raro, geravam dissensões entre setores das oligarquias.

(2) Os anos 20 do século passado assistiram ao aprofundamento da crise que corroeu o pacto oligárquico. O movimento tenentista, do qual decorreram duas insurreições armadas (em 1922, no Rio e em 1924, em São Paulo) e a própria Coluna Prestes, demonstra o grau de crescente insatisfação com os costumes políticos típicos do regime vigente nessa época.

(3) Antecedendo Washington Luís, o período de governo do mineiro Artur Bernardes transcorreu em estado de sítio em praticamente todo o período, em clara demonstração do esgotamento do modelo político em que se assentava a Primeira República.

(4) Por não ser um país industrializado, o Brasil passou incólume pela Crise de 1929 e, apenas tangencialmente, sentiu o impacto da grande depressão econômica do início dos anos 1930, o que explica o sucesso da política econômica adotada pelo governo Vargas.

1: Certo. A institucionalização da Política do café-com-leite não significou sua perpetuação sem sobressaltos durante a Primeira República. As eleições de 1910 e de 1930 ratificaram a frágil unanimidade quanto a essa liderança nacional e as dissensões entes setores das oligarquias;

2: Certo. Os levantes tenentistas, consubstanciados pelos episódios de 18 do Forte, em 1922, e pela Revolução Paulista, de 1924, denotam as insatisfações dos militares de baixa patente do Exército quanto ao pacto oligárquico;

3: Certo. O governo do mineiro Arthur Bernardes transcorreu em estado de sítio, visto que os levantes tenentistas causaram grandes abalos à estrutura oligárquica. Embora Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, o tenha sucedido, a articulação do poder entre São Paulo e Minas Gerais esgotou-se, já que as oligarquias paulistas não tolerariam outro regime, como o de Bernardes -economicamente ortodoxo no que concerna às políticas de valorização do café. Em outras palavras, se a insatisfação do tenentismo adensou o esgotamento do modelo política da Primeira República, os atritos entre as oligarquias também se desdobram na corrosão do sistema político;

4: Errado. Malgrado a inexistência de laços causais entre a eclosão da crise em outubro de 1929 e as conturbadas eleições de 1930, cujos candidatos adversários formaram suas respectivas chapas, em maio do mesmo ano, o *crack* de Nova Iorque derrubou os preços do café em 90%, quando 70% das exportações do Brasil derivavam desse produto. As políticas de estoque e queima do café adotadas por Vargas agiam no sentido de preservar o preço do produto; a prioridade do governo, contudo, era a industrialização do país.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira, que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiênciabrasileira (1500-200) : a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A década de 20 do século passado assinalou o acirramento da crise que levou a República Velha ao fim. Além das cisões interoligárquicas, de que a própria Aliança Liberal seria símbolo, movimentos sociais – mesmo aqueles carentes de organicidade e de coesão doutrinária – emergem na contestação às deterioradas estruturas vigentes no país, como foi o caso do tenentismo.

1: Certo. A década de 1920 caracterizou-se pelo surgimento de movimentos tenentistas, que acirraram a crise final da República Velha. Razões endógenas e exógenas ao regime explicam a corrosão de suas bases. Internamente, as cisões entre os grupos oligárquicos conduziram a uma ruptura do pacto de rotatividade no poder e, portanto, de governabilidade. Externamente, as classes baixas e médias, em harmonia com os tenentes e oficiais de baixa patente, encabeçavam movimentos cujo escopo era duplo: revelar o caráter excludente da República e debelar a ação dos grupos dominantes.

Gabarito 1C.

6.3. A Revolução de 1930

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Quando o texto se reporta aos "anos críticos" em meio à década de 30 do século passado, certamente alude ao clima de radicalização político-ideológica vivido pelo país naquela conjuntura, em larga medida resultante da mobilização de massa de dois movimentos políticos nacionais: a Ação Integralista Brasileira, de direita, e a Aliança Nacional Libertadora, de conotação esquerdista.

---

1. Certo. Os anos críticos da República Velha caracterizaram-se pela radicalização dos grupos políticos, consubstanciados por dissidências oligárquicas, classes médias e novas alianças políticas, como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Gabarito 1C

(Diplomacia – 1999) "O Estado que nasce (...) e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café é deslocada do poder, em consequência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir o controle; os "tenentes" fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem frequentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia. 'O Estado encontrará condições de se abrir a

todos tipos de pressões sem se subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas (...)'".

O trecho acima descreve o contexto que se seguiu a que evento histórico brasileiro?

(A) Proclamação da República.
(B) Revolução de 1930.
(C) Suicídio de Getúlio Vargas.
(D) Renúncia de Jânio Quadros.
(E) Redemocratização sob a Nova Ordem República.

A, B, C, D e E: a questão descreve a Revolução de 1930.

Gabarito "B"

6.4. A política externa: a obra de Rio Branco; o pan-americanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabeleceram, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "...se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo é que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias".

(Diplomacia - 2007) Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objeto de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

(A) Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.
(B) O Barão do Rio Branco criou a doutrina do *uti possidetis,* aplicada nas negociações de limites.
(C) Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.
(D) O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.
(E) Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

A: Incorreto. Os fronteiros do Brasil, tanto no período colonial como independente, foram, em grande medida, matéria de negociação diplomática. Com a América espanhola, destacam-se os Tratados de Madri, de 1750, de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e de Badajoz, de 1801. Em relação ao período independente, as obras de Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Império, assim como as do Barão do Rio Branco, durante a República, consubstanciaram-se pela negociação pacífica. Exemplo notório da prevalência da diplomacia sobre a guerra foi a indicação do Barão do Rio Branco para o prêmio Nobel da Paz, convite rejeitado pelo chanceler brasileiro;
B: Incorreto. A doutrina do *uti possidetis* foi sustentada pelo Brasil desde o Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão notabilizou-se por fazer recurso do instituto do direito romano, criando um precedente que foi advogado pelo Brasil nas questões lindeiras dos primeiros anos republicanos;
C: Correto. O princípio de *uti possidetis* salienta que a posse efetiva garante a posse de direito. Consagrado o princípio pelo Tratado de Madri, os Estados independentes da América espanhola, e especialmente a Colômbia, combateram-no advogando o princípio de *uti possidetis iuris,* consoante o qual a posse teria de dar-se, exclusivamente, com base em diplomas jurídicos;
D: Incorreto. O Tratado de Limites concluído entre o Brasil e o Peru, em 1851, pautou-se pelo princípio de *uti possidetis* e pela negociação diplomática acerca da livre navegação do rio Amazonas. O Tratado de 1859, com a Venezuela, valeu-se dos mesmos critérios de negociação. A obra de Duarte da Ponte Ribeiro, nesse sentido, gozou de amplo êxito, exceção feita ao Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia. Em plena Guerra do Paraguai, o Brasil Imperial optou pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, de forma a angariar apoio político das demais nações sul-americanas em detrimento do Paraguai. As negociações com a Bolívia, nesse sentido, careciam do poder de barganha no que diz respeito à navegação do rio Amazonas. Parte da literatura atribui ao Tratado de 1867 com a Bolívia as futuras dificuldades lindeiras com esse país andino, que somente foram resolvidas pelo Tratado de Petrópolis, de 1903;
E: Incorreto. A Questão de Palmas, que opôs o Brasil à Argentina, foi objeto de arbitragem pelo presidente dos EUA, Grover Cleveland. O Barão do Rio Branco fundamentou-se no artigo V do Tratado de Madri, de 1750, para certificar a posse brasileira da região de Palmas. A Argentina, a seu turno, preconizou a base jurídica do Tratado de Santo Ildefonso, consoante o qual a região de Sete Povos ficara sob o domínio da coroa espanhola. O fundamento geográfico, que alicerçava a validade da fronteira fluvial entre os Estados, foi o princípio basilar na avaliação de Cleveland. A rivalidade em torno da disputa alcançou seu paroxismo anos antes, em 1890, quando o então chanceler Quintino Bocaiuva, em gesto de fraternidade republicana, advogou a divisão do território em duas partes iguais. A realização da proposta, rejeitada pelo Congresso brasileiro, ligaria o Rio Grande do Sul ao Brasil por uma estreita faixa de terra de 200 km, o que, considerando a disputa gaúcha entre federalistas e republicanos, questionaria a incolumidade do território brasileiro. O êxito do negociador brasileiro, o Barão do Rio Branco, aproximou-o da possibilidade de assumir o comando do Itamaraty, ao passo que, nitidamente contrariado, o chanceler argentino, Zeballos, valeu-se do fracasso para dar início a uma escalada de tensões entre os Estados fronteiriços.

Gabarito "C".

(Diplomacia – 1998) A chamada "Questão de Palmas", resolvida por meio de laudo arbitral do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos, foi um dos .... para cuja solução o Barão do Rio Branco desempenhou papel crucial. Que país vizinho se opunha ao Brasil nessa questão?

(A) Uruguai.
(B) Chile.
(C) Colômbia.
(D) Argentina.
(E) Peru.

A, B, C, D e E: A Argentina se opunha ao Brasil.

Gabarito "D"

6.5. Sociedade e cultura: o Modernismo

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democraciabloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota(org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Paradoxalmente, a Semana de Arte moderna de 1922 acabou por oferecer apoio ao regime oligárquico que começava a ser combatido com mais firmeza. Em que pese sua estética inovadora e até revolucionária, sua obsessão em valorizar uma cultura genuinamente brasileira e livre dos cânones europeus reforçou o conservadorismo político que tanto interessava aos donos do poder.

(2) O que os modernistas procuravam fazer na década de 20 do século passado, isto é, era uma nova forma de olhar o Brasil, estimulando a mudança da imagem que o brasileiro fazia de si mesmo e do país, ganha considerável impulso na década seguinte. É quando, entre outros intelectuais que se lançam à tarefa de interpretar o Brasil, Gilberto Freyre publica Casa Grande & Senzala, defendendo a extraordinária força da mestiçagem cultural brasileira.

1: Errado. A Semana de Arte moderna, de 1922, caracterizou-se pelo combate ao atraso cultural que significava a política oligárquica alicerçada no modelo agroexportador e no conservadorismo ideológico. A associação das classes dominantes com os antigos valores europeus instigou os autores da Semana de Arte Moderna a propor a deglutição do que é estrangeiro para criar o que nacional;

2: Certo. A identidade nacional antropofágica advogada por Oswald de Andrade coincide, em numerosos aspectos, com a tese de Gilberto Freyre, consoante a qual o Brasil teria suas raízes na miscigenação étnica. A reabilitação da importância do negro e do indígena, segundo a obra de Freyre, na fundação das estruturas familiares brasileiras encontra respaldo na máxima de Oswald de Andrade "Tupi or not tupi, that is the question". Nela, Andrade retoma conhecido aforismo de Shakespeare para inseri-lo na construção antropofágica de uma nova identidade nacional.

Gabarito 1E, 2E.

(Diplomacia – 2000) Em 1897, caiu o Arraial de Canudos. Sua importância para a história brasileira reside:

(A) No fato de ter sido apenas um fenômeno local sem ressonância para a República nascente.

(B) Na compreensão das condições de vida do sertão, do universo mental dos sertanejos e da força espiritual do catolicismo rústico.

(C) Na personalidade de um beato pregador da vida ascética, Antônio Conselheiro, que se tornou líder de uma grande rebelião nacional, de caráter nacionalista.

(D) Na fraca capacidade de resistência dos habitantes do Arraial de Canudos.

(E) No exemplo que representou para o conjunto de movimentos de conteúdo revolucionário e socialista que tomou conta dos sertões do Brasil no período.

A, B, C, D e E: A revolta no Arraial de Canudos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, opôs-se às políticas coronelistas, à Igreja, que vislumbrava em Conselheiro um foco de perda de controle social, e à República, visto que o laicismo de 1889 teria afetado os laços religiosos de socialização que existiam durante a Monarquia. Na visão de Euclides da Cunha, a rebelião de Canudos foi "Nossa Vendeia"; em outros termos, uma contrarrevolução em benefício da Monarquia. Se, em um primeiro momento, Euclides da Cunha preconizou a intervenção em Canudos, pois seria um empecilho ao progresso brasileiro; em um segundo, constituiu um quadro explicativo para entender as revoltas de Canudos. Nele, identificou o sebastianismo e o milenarismo de Canudos às mazelas sociais dos estratos sociais excluídos do regime de 1889.

Gabarito "B".

7. A ERA VARGAS (1930-1945)

7.1. O processo político e o quadro econômico financeiro

(Diplomacia - 2009) As crises sucessivas dos anos 20 do século passado anunciavam o esgotamento da Primeira República, cujo colapso foi precipitado pela Revolução de 1930, que deu início à Era Vargas, cuja última etapa foi o Estado Novo (1937-1945), período ostensivamente ditatorial. A respeito desse período da história do Brasil, assinale a opção correta.

(A) Os anos 20 do século passado foram marcados pelos levantes tenentistas, que, reprimidos na primeira tentativa (Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1922), obtiveram duas expressivas vitórias militares contra as forças federais - em São Paulo, em 1924, e com a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927.

(B) O consenso em torno da candidatura presidencial de Vargas, em 1929, sendo João Pessoa candidato a vice-presidente, refletia a convergência de interesses

entre os grupos políticos dominantes em São Paulo e Minas Gerais, fortalecia a "política do café-com leite" e afastava o perigo de ruptura institucional.

(C) Característica marcante da Era Vargas foi, desde o início, a crescente ampliação da capacidade de intervenção do Estado na economia, na sociedade e na condução da política nacional, que restringia o poder das oligarquias regionais e a força do federalismo.

(D) O clima de crescente radicalização e mobilização ideológica, em meados da década de 30 do século passado, quando a irrupção do novo fenômeno de uma política de massas tomou conta do Brasil, teve, na Ação Integralista Brasileira e na Aliança Nacional Libertadora, respectivamente, os principais expoentes das posições políticas de esquerda e de direita.

(E) A uniformidade de posições que caracterizava o Estado Novo e que dera a Vargas a sustentação política para editar as leis de proteção ao trabalho, como a CLT, também se manifestou na esfera militar, o que explica a decisão de entrar na guerra contra o nazi-fascismo pouco depois de iniciado o conflito mundial.

A: Incorreto. Os levantes tenentistas foram sucessivamente reprimidos pelas forças federais. No episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte, de 1922, o governo de Epitácio Pessoa combateu a insatisfação de 17 tenentes, que se opuseram as forças legalistas. Sobreviveram apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Na compreensão de José Murilo de Carvalho, o tenentismo, conformado por oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro, levantou-se contra a própria situação dos tenentes no seio dos Forças Armadas, contra a perenização das oligarquias no poder, contra o voto de cabresto e secreto, e em benefício da reforma na educação pública. Em 1924, Miguel Costa, apesar de ser um oficial de alta patente, liderou a Revolução Paulista. Bombardeada a cidade de São Paulo pelas forças legalistas, Costa fugiu para Foz, onde surgiu a Coluna Miguel Costa-Prestes. Embora a Coluna não tenha conhecido derrotas, ficou distante do objetivo basilar de controlar o Rio de Janeiro. Nesse sentido, não é de rigor salientar uma vitória militar. Miguel Costa abandonou a Coluna no exílio, na Bolívia, e foi tão somente a partir de 1930 que Prestes se declarou comunista;
B: Incorreto. A Revolução de 1930 deriva do apoio de Washington Luís ao paulista Júlio Prestes, que se opôs, nas eleições desse ano, ao mineiro Antônio Carlos e à chapa encabeçada por Vargas e por João Pessoa como vice. O embate caracterizou o rompimento da política do café com leite, visto que a Aliança Liberal, que congregava as dissidências oligárquicas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, era contrária ao candidato paulista. Júlio Prestes ganhou com 57% dos votos, mas o crime passional que levou à morte de João Pessoa foi usado como pretexto para impedir a posse do candidato eleito e para dar início à Revolução de 1930;
C: Correto. As primeiras medidas de Vargas foram agenciadas em benefício do arrefecimento das forças oligárquicas regionais. Na esfera municipal, aumentou-se a repressão ao coronelismo, promoveram-se cassações políticas e criou-se a Justiça Eleitoral, atrelada ao Judiciário. Substituiu-se, nesse sentido, a Comissão de Verificação de Poderes, que empregava a degola para evitar a diplomação dos eleitos contrários aos interesses da República. No nível estadual, Vargas promoveu políticas de repressão aos Estados indisciplinados. Nomeou, para esse fim, interventores vinculados à União. No âmbito federal, reprimiu-se a política do café com leite;
D: Incorreto. A Ação Integralista Brasileira era a principal expoente das posições políticas de direita e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda. A primeira era nacionalista, pregava o militarismo corporativista, o anticomunismo e o antiliberalismo. Plínio Salgado era seu arauto. A Aliança Nacional Libertadora – que não se confunde com a Aliança Libertadora Nacional, fundada durante a Ditadura de 1964 – preconizava, por sua vez, a suspensão da dívida externa, a intervenção do Estado na economia, o anti-imperialismo, o antifascismo e a reforma agrária. Tinha na figura de Prestes seu o principal líder. Os embates entre a AIB e a ANL ocasionaram a criação da Lei de Segurança Nacional, que se contrapunha ao lema "todo poder à ANL", de cunho leninista;
E: Incorreto. A uniformidade de posições do Estado Novo derivou mais da censura imposta pelo governo, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, do que de uma real unidade política. A sistematização do programa oficial do governo, coordenada em forma de palestras ministradas por Antônio Marcondes Filho, deu origem à "A hora do Brasil", com exibições radiofônicas diárias. Na visão de Francisco Weffort, seria uma manipulação de Vargas das massas populares. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, não obstante, salientam uma lógica de reciprocidade entre os trabalhadores, que apoiavam Vargas, e o chefe do Executivo, que agia em benefício daqueles. Note-se, outrossim, que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, na expressão de Gerson Moura, pela equidistância pragmática de sua política externa. Em outras palavras, o apoio incondicional do Brasil aos Aliados ocorreu tardiamente. O rompimento de relações diplomáticas teve lugar em 1942, assim com a declaração de guerra. O envio de tropas, constituídas sob a Força Expedicionária Brasileira, somente aconteceu em 1944.

Gabarito "C".

7.2. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo

(Diplomacia - 2007) Assinale a opção correta a respeito do Estado Novo, implantado pela Constituição de 1937.

(A) Comparada à Constituição de 1934, a nova carta apresentava como característica nítida a descentralização do poder.

(B) O Plano Cohen serviu de pretexto para o reforço do autoritarismo.

(C) A Lei de Segurança Nacional, até hoje vigente, foi proposta após a instauração da nova carta.

(D) Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, foi um dos grandes beneficiados pelo novo regime político.

(E) Imediatamente após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas substituiu todos os governadores de estado.

A: Incorreto. A Constituição de 1937 era fortemente centralizadora. Permitia ao presidente do Executivo nacional a nomeação de interventores estaduais em qualidade de cargos de confiança. Não diferia, nesse sentido, da Carta de 1934. A queima das bandeiras estaduais, na Praça XV, que deu origem à emergência da literatura regionalista, é símbolo do repúdio ao estadualismo. Ressalte-se, não obstante, que todas as Constituições republicanas do Brasil mantiveram a estrutura federativa de governo;
B: Correto. O Plano Cohen foi forjado por Olímpio Mourão Filho com o objetivo de combater uma hipotética segunda intentona comunista – a primeira ocorrera em 1935 - orquestrada por um judeu comunista. Embora o plano de contenção carecesse de veracidade, Vargas utilizou-o para dar o golpe silencioso, pois sem oposição, de 30 de setembro de 1937. Mourão Filho, que não teve ligação com a difusão do documento, foi preso por atuar sem autorização do governo;
C: Incorreto. A Lei de Segurança Nacional de 1935 definia crimes militares de orientação política e contra a segurança do Estado. A Lei de Segurança Nacional em vigor assegurava a segurança nacional em caso de desordem e desacato à lei na esfera estadual;
D: Incorreto. Embora Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), tenha beneficiado-se da nomeação para o Ministério da Educação no início do Estado Novo, disputas entre o governo e a AIB levaram à ruptura de entendimentos, que culminou no Levante Integralista, de

1938. Com efeito, Vargas fechou os partidos, entre os quais a AIB, e proibiu a maçonaria;
E: Incorreto. Os interventores instituídos por Vargas surgem na Revolução de 1930; não houve, portanto, imediata substituição dos governadores de Estado com a implantação do Estado Novo em 1937.

Gabarito "B".

(Diplomacia – 2006) Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945. Esses quinze anos da Era Vargas sintonizaram o país com a história mundial, seja pela adoção de nova concepção de Estado, crescentemente centralizadora e autoritária, seja pela participação direta na Segunda Guerra, ou, ainda, pela decisão de modernizar a economia brasileira. Assinale a opção que NÃO apresenta aspectos marcantes desse período.

(A) Se, na Primeira República, a questão social era vista como "caso de polícia", com Vargas, o Brasil adota a moderna concepção de direitos sociais, de que seriam exemplos exponenciais as sucessivas leis trabalhistas que dão origem, em pleno Estado Novo, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

(B) As negociações que envolveram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contribuíram para que o país decolasse relativamente à indústria pesada, ponto de partida para a moderna industrialização. Símbolo desse processo foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com a construção da usina de Volta Redonda.

(C) Rompendo com os padrões conservadores da Primeira República, a liderança de Getúlio Vargas distinguiu-se por opções claras e lineares, não hesitando em colocar-se ao lado dos países que combateram as potências do Eixo na Segunda Guerra.

(D) Para concretizar o golpe de 1937, origem do ditatorial Estado Novo, Vargas contou com o apoio das lideranças militares, além de se valer do clima de radicalização ideológica que, acompanhando o panorama europeu, era protagonizado pelas forças políticas de esquerda e de direita - esta majoritariamente conduzida pela Ação Integralista Brasileira.

(E) Visto por muitos como manifestação brasileira dos vários fascismos que vicejaram na Europa dos anos 1930, o Estado Novo suprimiu o Poder Legislativo, cassou o registro dos partidos políticos, asfixiou a federação, estabeleceu férrea censura e fez uso contínuo da repressão e de instrumentos de propaganda do regime e de seu líder máximo.

A: Correto. José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, destaca o arrefecimento dos direitos sociais, na Primeira República, sem prejuízo para a consolidação, ao menos jurídica, dos direitos políticos e civis. Nesse sentido, não surpreende que as questões sociais fossem vistas como casos de polícia. A lógica adotada, no Estado Novo, inverteu-se: foram privilegiados os direitos sociais em detrimentos dos civis e dos políticos. Exemplo notório desse favorecimento é a lei de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que instituía direitos mínimos, o salário mínimo e a obrigatoriedade de possuir a carteira profissional;
B: Correto. A aproximação com os EUA foi negociada, durante a era Vargas, de forma a obter investimentos para o desenvolvimento da indústria pesada nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional é o maior símbolo dessa política de barganhas;
C: Incorreto. Consoante expressão de Gerson Moura, o Brasil adotou a estratégia de equidistância pragmática, até 1940, privilegiando ora os países do Eixo, ora os Estados Aliados. Nesse sentido, em discurso a bordo do porta-aviões Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, por ocasião da comemoração do aniversário da Batalha do Riachuelo, Vargas insinuou uma aproximação maior com os regimes fascizantes. Os EUA, em resposta, outorgaram ao Brasil a possibilidade de desenvolver a indústria pesada nacional, o que associou definitivamente o país aos Aliados;
D: Correto. O golpe de 1937 contou com o apoio das lideranças militares e da Ação Integralista Brasileira. O Plano Cohen, nesse sentido, refletiu a simbiose ideológica entre Vargas e as alas militares. No plano interno, destacava-se o iminente risco de nova intentona comunista, que reproduziria os anseios não concretizados daquela de 1935.E: Correto. A Constituição de 1937, de autoria de Francisco Campos, o "Chico Ciência", previa a instituição da República, do federalismo e da tripartição de poderes; previa-se, não obstante, uma votação para referendá-la, o que, ao não ocorrer, legou plenos poderes ao Executivo. Outras características da Carta de 1937 engolfam a previsão da decretação de estado de sítio, de defesa e de emergência: esses institutos jurídicos agiam no sentido de reforçar a figura do presidente, que governava por decretos-lei sem interferência do Legislativo. Suprimido o Poder Legislativo, cassados os registros dos partidos políticos e asfixiada a federação devido à consagração da figura do interventor, o controle de imprensa e os instrumentos de propaganda, em sintonia com os regimes fascizantes da Europa, eram articulados pelo Departamento de Imprensa e Propagando (DIP). O Departamento de Administração e Serviço Público (DASP), por sua vez, fazia a gestão do pessoal vinculado ao governo.

Gabarito "C"

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) As duas tendências assumidas pela Era Vargas (1930-1945), a que o texto faz alusão, constituíram-se em indisfarçável anacronismo político em face de uma contexto internacional que, fatigado pelas crises e guerras, cada vez mais abria espaço para os regimes democráticos.

1: Errado. A duas tendências assumidas pela Era Vargas, as quais o texto faz alusão, correspondem ao espírito político do cenário internacional. No cenário internacional, forças democráticas coligaram-se contra ascendentes autoritarismos e totalitarismos. Nesse sentido, a equidistância pragmática da política externa varguista em muito coincidia com as oscilações entres essas duas vertentes de organização política.

Gabarito 1E.

7.3. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Quanto ao processo político brasileiro no século XX, julgue os itens subsequentes.

(1) Durante a Primeira República, os estados tinham ampla autonomia política e financeira.

(2) A Revolução de 1930 colocou no poder Getúlio Vargas, que nele permaneceu como ditador por quinze anos, no chamado Estado Novo. Deposto em 1945, Vargas voltou à presidência pelo voto popular em 1950, mas suicidou-se em 1954, antes de concluir o mandato.

(3) Uma das causas do golpe militar de 1964 foi a tentativa do presidente João Goulart de implementar o Programa de Reformas de Base de caráter socialista, que propunha a coletivização das terras.

1: Correto. O tipo de federalismo adotado durante a Primeira República dava amplas competências aos Estados federados, notadamente a cobrança de tributos oriundos das exportações. Os Estados tinham autonomia militar, em que podiam criar seus próprios exércitos; judiciária, com os tribunais de justiça estaduais; eleitoral, para a eleição de prefeitos e de presidentes de estado; finalmente, os estados tinham autonomia para contrair empréstimos externos.
2: Errado. A Revolução de 1930, embora inaugurasse período de restrição política, tanto no que concerne aos Estados como às liberdades individuais, não encetou uma ditadura de quinze anos ininterruptos. Prova disso é a promulgação da Constituição de 1934, que somente em 1937, com a instituição do Estado Novo, veio a ser tolhida em suas bases democráticas.
3: Errado. Embora o Programa de Reformas de Base faça parte do receituário econômico adotado por João Goulart, o que não agradava as alas liberais-conservadoras, não se entabulou processo de coletivização das terras. A reforma agrária de João Goulart buscou promover a redistribuição das terras, nas bases da propriedade privada, e não a coletivização agrária, conforme se acusou Goulart no âmbito das Forças Armadas.

Gabarito 1C, 2E, 3E

7.4. Industrialização e legislação trabalhista

(Diplomacia – 2005) O histórico padrão econômico seguido pelo Brasil somente "começou a ser desmontado após 1930". No que concerne ao papel da Revolução de 30 no contexto da experiência republicana brasileira, julgue (C ou E) os itens que se segue.

(1) A Revolução de 30 rompeu com a hegemonia política em mãos da burguesia do café ao longo de toda a Republica Velha. A perda de poder político das antigas elites, substituídas por novos grupos ascendentes, foi a tônica do período iniciado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

(2) Na década de 20, acentuou-se o quadro de crise crescente que prenunciava o colapso da Republica Velha, de que são exemplos notáveis, entre outros, as revoltas tenentistas e o prolongado estado de sitio que vigorou sob a presidência de Artur Bernardes.

(3) Foi flagrante o impacto sobre a economia brasileira da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929. Ao atingir vigorosamente o café, contribuiu para o agravamento da crise institucional que desaguou na deposição do presidente Washington Luís.

(4) Sob os efeitos da depressão dos primeiros anos da década de 30, o governo Vargas propôs a reorientação da economia brasileira, estimulando a diversificação agrícola e, sobretudo, sinalizando para a necessária adoção de uma política industrial que inserisse o país no ritmo da economia mundial.

1: Errado. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder não se caracterizou pelo arrefecimento completo das antigas elites rurais. As sucessivas políticas de valorização do café, agenciadas após a Revolução de 1930, denotaram a coordenação governamental da política agrícola. Exemplos emblemáticos são os institutos brasileiros do café, do álcool e do açúcar. Vargas, no que concerne a sua procedência política, fazia parte das estruturas oligárquicas de poder, embora tenha buscado debelá-las após 1930;
2: Certo. A emergência do tenentismo no episódio dos 18 do Forte, em 1922, e na Revolução Paulista, em 1924, levaram o regime de 1889 a seus estertores finais. A crise eleitoral e 1930, a seu turno, foi o estopim para o surgimento de uma nova estrutura política de poder;
3: Certo. Embora a crise de 1929 não esteja na raiz do término da República Velha, contribuiu substancialmente para o agravamento da crise institucional. A vertiginosa queda no preço do café atiçou o conflito entre as elites rurais e os movimentos dissidentes;
4: Certo. Sob os efeitos da crise de 1929, o governo de Vargas propôs o reordenamento produtivo brasileiro, ao incentivar, a um só tempo, a diversificação agrícola e a adoção de uma política industrial, consubstanciada na industrialização por substituição de importações. A análise de Celso Furtado assinala o início da industrialização no advento da Revolução de 1930. A Teoria dos Choques Adversos, não obstante, advoga a existência de focos industriais durante a República Velha. Consoante essa teoria, choques externos à economia brasileira – como o cambial, o comercial e o estrutural, configurado pela Primeira Guerra Mundial - teriam ensejado a industrialização do pais. Nesse sentido, o Estado não teria papel basilar na industrialização da produção. Furtado, em nítido contraste, caracteriza esses focos industrias como surtos não planejados e, portanto, efêmeros: o Estado, por conseguinte, seria a garantia da implantação de um processo de industrialização de longo prazo.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção correta. Em relação à maneira como foi implantado o processo de industrialização do Brasil no século XX, chama a atenção

(A) A ruptura total dos esquemas da produção agrária advinda de tempos anteriores.

(B) O reforço do industrialismo de corte revolucionário muito semelhante aos processos da Revolução Industrial inglesa

(C) A indução, por parte do Estado, de políticas de substituições de importações.

(D) A maneira adversa com que as elites dirigentes do Estado, em especial depois de 1930, tratariam o esforço de industrialização.

(E) A forma excepcionalmente positiva com que a grande população recebia a mudança do paradigma econômico.

A, B, C, D e E: O Estado desenvolvimentista de Vargas advogou a intervenção pública na economia, de forma a promover a industrialização do país. As políticas de substituições de importações foram articuladas nesse sentido.

Gabarito "C".

8. A REPÚBLICA LIBERAL (1945-1964)

8.1. A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946

Texto - para as próximas duas questões.

Com a queda do Estado Novo, grupos organizados passaram a defender projetos de sociedade, de economia, de organização social e de cultura. Retomar a tradição liberal interrompida com a Revolução de 1930 ou dar continuidade às políticas públicas intervencionistas era a discussão que passou a dominar os debates. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos e valorização do capital humano com redes de proteção social permitiram que, na década de 50, os próprios comunistas aderissem às propostas dos trabalhistas.

Outro projeto seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras. Esse projeto liberal-conservador tinha na UDN seu principal instrumento político e caracterizava-se, entre outros aspectos, pelo antigetulismo, pelo moralismo e pelo anticomunismo. Durante toda a experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, ambos os projetos disputaram a preferência do eleitorado. No entanto, três momentos resultaram em situações de grande conflito: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade de 1961.

Jorge Ferreira. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In*: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Considerando o contexto histórico do regime liberal-conservador brasileiro, vigente entre 1946 e 1964, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Iniciado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra assinalou, entre outros aspectos, a inserção do Brasil nas teias da Guerra Fria, que então se inaugurava. Entre as decisões tomadas pelo país no período, citam-se o apoio à diplomacia norte-americana, o rompimento de relações com a União Soviética e a cassação do registro do Partido Comunista, com a consequente perda do mandato dos parlamentares.

(2) O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 teve profunda repercussão política, embora seus efeitos tenham-se diluído nos meses seguintes. Com o suicídio do presidente Vargas, desarticularam-se as forças políticas trabalhistas, fator decisivo para o resultado alcançado nas eleições presidenciais do ano seguinte.

(3) Os Anos JK trouxeram, do ponto de vista da administração pública, a inovação do planejamento, consubstanciado no Plano de Metas. A repressão política foi compensada pelas fartas realizações do período, as quais estimularam a autoestima nacional, e, graças à austeridade fiscal e monetária, a inflação manteve-se em níveis irrisórios.

(4) Líder populista e carismático, típico exemplo de político de esquerda gerado pela histórica desigualdade latino-americana, Jânio Quadros venceu por pequena diferença de votos as eleições de 1960, a despeito da cerrada oposição que lhe foi movida pelas elites empresariais e políticas do país.

1: Certo. Em 1947, George Kennan, diplomata norte-americano, lançou a doutrina da contenção, que preconizava o arrefecimento da expansão do comunismo. Em claros sinais de alinhamento com os EUA, o Brasil aderiu prontamente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e não reconheceu a República Popular da China, estabelecida, em 1949, por Mao Zedong. O rompimento das relações diplomáticas com a URSS, em 1947, não está diretamente vinculado ao alinhamento com EUA; tratou-se de um reflexo da política interna na externa, visto que, no mesmo ano, o PCB e seus membros foram cassados. O governo de Dutra e a chancelaria de Raul Fernandes buscavam, com o alinhamento, ampliar os investimentos dos EUA no Brasil. O fracasso dessa política de barganhas é retratado, na expressão de Gerson Moura, em *Sucessos e ilusões*, pelo alinhamento sem recompensas. Em 1950, Raul Fernandes entregou ao embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Herschel Johnson, o memorando da frustação, no qual o Brasil fazia transparecer suas insatisfações com o alinhamento aos EUA;
2: Errado. O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 deu lugar a um renovado viço das forças políticas trabalhistas. Os EUA e a UDN foram acusados pelo suicídio de Vargas. A sede da UDN foi invadida e a embaixada norte-americana atacada. O PCB aliou-se artificialmente aos seguidores de Vargas. Nas eleições de 1955, o PTB associou-se ao PSB, para apoiar a candidatura de JK. Note-se que, entre as causas que levaram ao suicídio de Vargas, a historiografia salienta: i) a crise do aumento de 100% do salário mínimo; ii) a demissão forçada de João Goulart do Ministério do Trabalho; iii) o manifesto dos coronéis contra Vargas; iv) a Força Aérea Brasileira e a instauração da República do Galeão; v) as pressões da UDN; e vi) as pressões dos EUA contra o monopólio instituído da Petrobras;
3: Errado. Não há consenso historiográfico sobre a existência de um real planejamento consubstanciado no Plano de Metas. Ao passo que, por um lado, parte da historiografia aponta para a improvisação e a ausência de um orçamento fixo; por outro, não se descuidou de salientar a materialidade do Plano. Os anos de JK não se caracterizaram pela repressão política. No contexto econômico, as contas do governo entraram em déficit e ampliou-se a dívida externa. A inflação disparou e as acusações de corrupção fizeram-se presentes. Não por acaso, a campanha de Jânio Quadros advogava o saneamento das contas públicas, o controle da inflação e o combate à corrupção;
4: Errado. Jânio Quadros foi eleito, em 1960, por uma ampla coligação liderada pela UDN, partido urbano encabeçado pelas elites empresariais. Nessas eleições, Jânio obteve esmagadora vitória contra o Marechal Henrique Lott, mas não conseguiu eleger seu vice, Milton Campos. Ao antigetulismo de Quadros somou-se ao petebismo do vice-presidente eleito, João Goulart. A chapa Jan-Jan, como ficou conhecida, marcou o início da situação de ingovernabilidade que caracterizou o curto governo de Quadros, de janeiro a agosto de 1961.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo histórico brasileiro entre 1945 e 1964, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A instituição do monopólio estatal do petróleo, simultaneamente à criação da PETROBRAS, decorreu de ampla campanha de mobilização popular ("o petróleo é nosso"), momento singular em que, pela primeira e única vez, defensores dos projetos nacional-desenvolvimentista e liberal-conservador se uniram, convictos do caráter estratégico daquela decisão para o futuro do país.

(2) Sob o ponto de vista econômico, o governo JK se opôs à política getulista, o que explica, em larga medida, o rompimento, em sua sucessão, da aliança PSD–PTB, fato facilitador da vitória do oposicionista Jânio Quadros, candidato escolhido pela UDN.

(3) A renúncia de Jânio à presidência da República, poucos meses depois de iniciado seu governo, jogou o país em grave crise política, na qual se fez presente a perspectiva de guerra civil. Acusado de esquerdista e de comprometido com o radicalismo sindical, o vice-presidente, João Goulart, teve sua posse contestada pelos adversários do getulismo, representados, naquela tensa conjuntura, pelos três ministros militares.

(4) Considerada por alguns como solução de compromisso e, por outros, como golpe branco, a adoção do parlamentarismo possibilitou a Jango assumir a chefia do Estado. O retorno ao presidencialismo, por força do plebiscito de 1963, permitiu a Goulart executar seu programa reformista, excetuando-se a reforma agrária.

1: Questão anulada. A anulação foi justificada pela banca do CESPE com base na ideia que a UDN teria chegado a apresentar um projeto substitutivo aquele que criaria a Petrobras. Em 1953, o Senado outorgou o monopólio estatal do petróleo, exceção feita às distribuidoras e às refinarias anteriores ao ano referido. A criação subsequente da Petrobras derivou de intensa campanha nacional-desenvolvimentista, a qual aliaram-se alguns setores liberais-conservadores, encabeçados pela UDN. Nesse sentido, a UDN participou da campanha "o petróleo é nosso". A união entre nacionais-desenvolvimentistas e liberais-conservadores ocorreu novamente na política brasileira. Exemplo disso é a aproximação da ala denominada "Bossa Nova" com JK. A "Bossa Nova" era um grupo dissidente da "Banda de Música", composta por udenistas radicais, dentre os quais Carlos Lacerda;

2: Errado. O governo JK não se opôs à política getulista; tendo, em certa medida, prosseguido o pensamento intervencionista característico de Vargas. A sucessão de JK articulou-se na campanha formada pelo PSD e pelo PTB, na qual foram lançados os nomes de Marechal Henrique Lott, para a presidência, e de João Goulart, para a vice-presidência;

3: Certo. As incompatibilidades entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional levaram à crise de agosto de 1961, na qual Jânio fracassou ao tentar comprovar a fidelidade do poder Legislativo ao seu governo. Inspirado em Nasser, presidente do Egito de 1954 a 1970, que ameaçava renunciar nos casos nos quais o Congresso a ele se opusesse, Quadros tentou aplicar a fórmula no Brasil e, sem êxito, renunciou. A sociedade brasileira polarizou-se, de um lado, entre o PTB e os sindicalistas urbanos, que advogavam a legalidade constitucional; e, de outro, entre a UDN e os três ministros militares, que preconizavam o golpe. A solução foi negociada no Congresso Nacional. Emendou-se a Constituição Federal de 1946 com a adoção do parlamentarismo: João Goulart seria o chefe do Estado e Tancredo Neves, do governo. O plebiscito de 1965 daria ao povo o direito de eleger o sistema de governo. Ao antecipá-lo, em 1963, João Goulart promoveu a restauração do presidencialismo e o fim do parlamentarismo, que contou com três primeiros-ministros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima;

4: Errado. A volta ao presidencialismo permitiu a Goulart retomar suas reformas de base; entre elas, a agrária, a urbana, a bancária e a educacional. Em março de 1964 assinou-se a Lei da Reforma Agrária, pelo meio da qual se indenizariam as desapropriações com títulos da dívida pública. O rápido apoio das Ligas Camponesas, encabeçadas por Francisco Julião, às reformas de Goulart levaram ao paroxismo as tensões com as facções militares. Essa polarização, que deu lugar ao golpe de abril de 1964, surgiu no fracasso das negociações de Jango com o Congresso e da subsequente preferência do presidente por angariar apoio político diretamente nas ruas, por meio de comícios, para aprovar suas leis. O quadro a seguir lista os fatores de radicalização política:

Gabarito 1 Anulada, 2E, 3C, 4E

Texto – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) A crise final do regime instaurado em 1946 ocorreu, nos convulsionados primeiros anos da década de 60, expresso no texto VI. Assinale a opção correta acerca do período de quase duas décadas de normalidade democrática vivida pelo país, após a derrocada da ditadura getulista.

(A) Em meio à estrutura partidária que comandou o processo político brasileiro a partia de 1946, o Partido Social Democrático (PSD), criado à revelia de Vargas, notabilizou-se pela defesa de um agressivo reformismo e pelo combate ao tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha.

(B) Entre as grandes agremiações partidárias existentes nesse período, nenhuma se comprometeu mais com o desenvolvimento autárquico do país, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros, que a União Democrática Nacional (UDN).

(C) A trajetória eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi ascensional e, quanto mais o partido se livrara de seus componentes fisiológicos, acentuando uma consistência ideológica que o identificava crescentemente com a defesa de posições nacionalistas e reformistas, mais ampliava sua base eleitoral e sua representação parlamentar.

(D) O Brasil não teve participação no período áureo da Guerra Fria, sequer indireta. Isso se explica, provavelmente, pela pouca visibilidade internacional do país naquela conjuntura.

(E) No pós-Segunda Guerra, o Brasil avançou em seu projeto de modernização econômica, em larga medida sustentado pela industrialização, a qual, por mais paradoxal que possa parecer, não se fez acompanhar de urbanização que modificasse a fisionomia do país.

A: Incorreto. O Partido Social Democrático (PSD) não surgiu à revelia de Vargas, visto que os eleitos por esse partido eram, na maioria, antigos interventores do Estado Novo. Tampouco o PSB combateu o tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha, já que sua base de apoio eram os proprietários rurais. As principais lideranças do PSD articulavam-se com Dutra e JK;
B: Incorreto. A União Democrática Nacional (UDN) tinha por base de apoio as classes médias urbanas, os profissionais liberais e os setores empresariais; não era, portanto, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros. A exceção a essa lógica comportamental constituiu a campanha "o petróleo é nosso, quando a UDN associou-se ao nacional-desenvolvimentismo para garantir o monopólio da Petrobras. A UDN conglomerava lideranças como as de Carlos Lacerda, de Afonso Arinos e de Raul Fernandes;
C: Correto. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contava com o apoio dos sindicatos urbanos e dos empresários urbanos. Sua ascensão configurou-se pela homogeneidade ideológica em defesa de posições nacionalistas e reformistas, em nítida oposição à UDN. Vargas fundou-o em 1946 e contou, ainda com o respaldo de João Goulart e de Leonel Brizola;
D: Incorreto. O Brasil participou da Guerra Fria, consoante Gelson Fonseca Jr., como potência média, capaz de afetar a estrutura das relações internacionais, mas não de a determinar ou a influenciar – retomando conceitos de Robert Keohane. Ao passo que os governos de Dutra e de Castelo Branco advogaram maior alinhamento com os EUA; sob a gestão de Quadros/Goulart, Geisel e Figueiredo optou-se por um padrão de inserção principista e pragmático, orientado pela autodeterminação dos povos e pela diversificação de parcerias;
E: Incorreto. Na virada dos anos de 1960 para os de 1970, o Brasil tornou-se um país majoritariamente urbano, com especial destaque para o crescimento exponencial das metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. O processo de urbanização seguiu estreitamente o de industrialização.

Gabarito "C".

(Diplomacia – 2005) Relativamente ao "esforço de modernização nacional" que, conforme o texto VI, a Era Vargas o iniciara e os anos 50 o impulsionaram, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, surgidas na Era Vargas, expressavam um projeto de desenvolvimento que, ante a carência de capitais privados nacionais, requeria a forte presença do Estado como agente econômico.

(2) A criação da Petrobras, em 1953, coroou um processo de ampla mobilização popular, marcado pela convergência de pontos de vista entre o poder público, os partidos políticos e o conjunto do empresariado brasileiro.

(3) Os Anos JK inauguraram uma forma inovadora de administração pública em que grupos executivos, em ação paralela à dos ministérios e à dos órgãos administrativos tradicionais, puderam planejar e propor, com muito mais desenvoltura, ações menos sujeitas às amarras burocráticas.

(4) O Plano de Metas de JK teve em Brasília a nova capital construída em tempo recorde na área central do país, sua meta síntese, entendida como indutora da interiorização do desenvolvimento nacional.

1: Certo. A Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce surgiram na esteira dos investimentos do Eximbank, no Brasil, como forma de angariar o apoio nacional na Segunda Guerra Mundial. Devido à escassez dos capitais públicos e privados nacionais, o governo Vargas não se eximiu da faculdade de captar recursos externos para promover o desenvolvimento interno.2: Errado. A campanha o petróleo é nosso caracterizou-se pelo embate político entre os denominados nacionalistas e os pejorativamente chamados de entreguistas. Eram as forças varguistas opondo-se aos liberais conservadores, que iam de encontro ao monopólio brasileiro do petróleo. A UDN, paradoxalmente, optou por alinhar-se com a ideologia nacionalista na campanha em questão;
3: Certo. Os anos de JK garantiram maior celeridade do processo democrático na medida em que o Congresso era formado pela base aliada ao presidente, qual seja a do PSB e do PTB. Ainda, a criação de grupos executivos, que propunham metas de industrialização, arrefeceu a morosidade burocrática, visto que não se vinculavam ao processo legislativo. Ainda, o Conselho de Desenvolvimento Econômico assegurou maior participação da sociedade civil no processo decisório;
4: Certo. A meta síntese, consubstanciada na construção da nova capital, asseguraria a interiorização do país. Seria a força centrípeta das rodovias radiais, da expansão do emprego e da indústria e do desenvolvimento dos vazios territoriais.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes, buscando alterar a ordem liberal excludente, se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso

revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vargas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) O Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (*UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram as principais forças político-partidárias brasileiras na denominada República liberal-conservadora, surgida com a queda da ditadura estado novista. À medida que avançava a crise do regime, os dois primeiros partidos se aproximaram na construção de um bloco reformista, ao passo que o trabalhismo adquiria feições crescentemente conservadoras.

1: Errado. Os três partidos mencionados nasceram com a queda do Estado Novo, dois deles sob os auspícios de Vargas, quais sejam o PSD e o PTB. O PSD congregou as antigas elites rurais e os antigos interventores; não era, portanto, reformista em sua essência. O PTB, por sua vez, reuniu as forcas sindicais e os empresários urbanos, tornando-se, a partir de 1962, o segundo maior partido brasileiro; não era, portanto, um partido conservador. A UDN, originalmente, surgiu da Frente de Oposição a Vargas e ao Estado Novo. À época, era formada por liberais e comunistas urbanos. Em meados de 1945, não obstante, a UDN assumiu feições liberais e conservadoras.

Gabarito 1E.

(Diplomacia – 1996) A campanha nacionalista "o petróleo é nosso" foi desenvolvida durante o governo:

(A) Juscelino Kubitschek.
(B) João Goulart.
(C) Castelo Branco.
(D) Jânio Quadros.
(E) Getúlio Vargas.

A, B, C, D e E: Durante o governo de Getúlio Vargas.

Gabarito "E".

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbanos industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar, enfim, todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de novo pacto político. Nesse contexto, Vargas assumiu o poder, situando-se como uma espécie de árbitro dos conflitos. Com o afastamento de Vargas, em 1945, a realização de eleições gerais e a elaboração de novo texto constitucional, as principais forças políticas puderam pactuar a montagem do regime democrático.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A república brasileira: pactos e rupturas**. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e VerenaAlberti (Orgs.). **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 462, 473 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto acima e nos aspectos marcantes da Era Vargas (1930-45) e do processo histórico brasileiro pós-1945, julgue os itens a seguir.

(1) A Era Vargas marca o início do processo de efetiva modernização econômica do país, com a implantação da indústria de base, que teve, na Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, seu grande símbolo.

(2) As principais forças políticas que atuaram no Brasil, entre 1946 e 1964, podem ser sintetizadas nos três grandes partidos do período: PSD, UDN e PTB.

(3) Por meio da ruptura institucional de 1964, instalou-se no Brasil um período de exceção, com vinte e um anos de regime militar.

(4) Com Geisel, o regime autoritário fortalece-se, fecha-se ainda mais e há a edição do Ato Institucional n.º 5, que amplia os poderes discricionários do Poder Executivo.

(5) A eleição direta de Fernando Collor marca o fim do regime militar.

(6) A Era Vargas teve início com a vitória do político gaúcho nas eleições de 1930.

(7) Embora com tendência à centralização político-administrativa, a Era Vargas desconheceu um período claramente ditatorial.

1: Certo. A Era Vargas, embora não tenha, em suas primórdios, abandonado as políticas de modernização agrária, destacou-se pelo adensamento da modernização industrial. A indústria de base foi o alvo principal dos investimentos públicos, constituindo a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, erguida em 1941, seu grande símbolo.
2: Certo. O período da República Liberal, que se estendeu de 1946 a 1964, teve como forças partidárias maiores a UDN, caracterizada pelo pensamento liberal conservador, o PSD, cujo estrato social eram o grupos rurais, e o PTB, que aglomerou as camadas urbanas trabalhadoras.
3: Certo. A ruptura institucional de 1964, isto é, o golpe militar, deu início ao período de constituição de mecanismos de controle político e de repressão pública. Estendeu-se até 1985, quando iniciou-se o processo de redemocratização.
4: Errado. O governo Geisel caracterizou-se por uma abertura lenta, gradual e segura. Foi, portanto, o princípio da distensão política, que culminou na redemocratização de 1985. O AI-5, mencionado no item, foi aprovado em dezembro de 1968, durante o governo Costa e Silva. Em agosto de 1978, durante o governo Geisel, o AI-5 é revogado pela Emenda Constitucional nº11.
5: Errado. A eleição indireta de Tancredo Neves, composta em conjunção com José Sarney, marcou o início do processo de redemocratização. E a eleição de Collor, assim como seu impeachment, são marcas da consolidação do regime democrático.
6: Errado. Nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal, perdeu para Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista. A Era Vargas tem início, portanto, no dia 3 de outubro de 1930, quando eclodiram os primeiros levantes, no Rio Grande do Sul, contra as oligarquias que conformavam a Primeira República.
7: Errado. A Era Vargas, especialmente no que se refere ao Estado Novo, caracterizou-se pela instituição de mecanismo de controle político e de repressão pública, conformando, portanto, período ditatorial.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6E, 7E

8.2. Industrialização e urbanização

(Diplomacia – 2006) A ideia de modernização no Brasil ganha forte ímpeto durante o governo JK. Em cada item a seguir, julgue (C ou E) se o item apresenta uma realização do governo JK.

(1) instalação da indústria automobilística.
(2) construção da hidrelétrica de Itaipu.
(3) instalação da Companhia Siderúrgica Nacional.
(4) construção da rodovia Belém-Brasília.

1: Certo. O governo de JK promoveu o adensamento do parque automobilístico brasileiro. O desenvolvimento de rodovias radiais, longitudinais, transversais, diagonais e de ligação, assim como a criação de Brasília, ratificam a preferência pela expansão do uso do automóvel;
2: Errado. A criação da hidrelétrica de Itaipu, em consórcio binacional entre o Brasil e o Paraguai, logo ampliado pelo acordo tripartite de 1979 à Argentina, data de aio de 1974. O governo JK foi o responsável pela criação da Hidrelétrica de Três Marias, na região do rio São Francisco;
3: Errado. A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em 1942 pelo governo Vargas;
4: Certo. A rodovia Belém-Brasília constitui uma rodovia radial presente no Plano de Metas de JK.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

O Estado brasileiro, dilapidado por elites espertas e sob o peso burocrático, quebrou no final dos anos 80. Sua máquina apodreceu em várias partes. É quase impossível imaginar que o Estado volte a ter o papel que desempenhou no passado, seja no regime democrático de 1945-1964, seja no regime militar; mas é quase impossível também imaginá-lo reduzido ao Estado mínimo.

Bóris Fausto. **História do Brasil**. 2ª ed., São Paulo, 1995, p. 555 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Considerando o assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Tanto no regime militar, quanto na década de 50 do século XX, houve forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia.
(2) Com o objetivo de acelerar a industrialização da economia brasileira, o governo de Juscelino Kubitschek concedeu grandes facilidades para o capital estrangeiro.
(3) O esforço industrializante do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) fortaleceu os vínculos entre empresas estatais e o capital estrangeiro.

1: Certo. A década de 1950 caracterizou-se, na esteira do pensamento econômico de Getúlio Vargas, pela forte incidência do Estado nas atividades econômicas. O regime militar, instituído em 1964, embora deslocasse a política econômica da heterodoxia para a ortodoxia, serviu-se do Estado para regular a economia. Havia, nesse sentido, uma finalidade econômica ortodoxa demarcada por instrumentos heterodoxos de regulação.
2: Certo. O financiamento dos investimentos promovidos durante o governo de Juscelino Kubitschek deu-se conforme o que se convencionou denominar de tripé econômico. O governo arcaria com os investimentos em infraestrutura; o capital estrangeiro, com a produção de bens duráveis, conforme ratifica a instalação da Volkswagen no Brasil; e o capital privado nacional, com a produção de bens não duráveis.
3): Errado. Desmantelou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) durante o segundo governo de Vargas, o que se traduziu por arrefecimento dos investimentos externos no país. A criação de Petrobrás, em 1953, embora derivada dos projetos da CMBEU, operou-se com base no capital público nacional. Tamanha foi a campanha para a instituição do monopólio público do petróleo que inclusive a UDN, de características liberais-conservadores, aderiu ao projeto que fez da Petrobrás uma empresa estatal.

Gabarito 1C, 2C, 3E.

8.3. Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a "Operação Pan-Americana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU

(Diplomacia - 2007) Quanto às relações entre Brasil e EUA durante a República Liberal (1945-1964), assinale a opção incorreta.

(A) Na maior parte desse período, prevaleceu o bom entendimento político entre os dois governos.
(B) Os EUA voltavam sua política exterior para o combate ao comunismo, e o Brasil para a promoção de seu desenvolvimento.
(C) O acordo bilateral de cooperação denominado Comissão Mista foi o principal responsável pela construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.
(D) A Política Externa Independente promoveu o universalismo brasileiro em detrimento do alinhamento na Guerra Fria.
(E) O fornecimento brasileiro de minerais estratégicos aos EUA foi elemento importante nas negociações bilaterais durante a década de 50 do século XX.

A: Correto. Durante o período, privilegiou-se ora um alinhamento automático com os EUA, no decorrer da gestão Dutra, ora um desenvolvimento associado, com JK; ora um não-alinhamento, no exercício da Política Externa Independente;
B: Correto. Em um contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram articular a estrutura das relações internacionais de forma a adensar o combate ao comunismo. O Brasil, por sua vez, vislumbrava na bipolaridade um meio de aprofundar o desenvolvimento nacional;
C: Incorreto. A Comissão Mista Brasil-EUA para o desenvolvimento econômico (CMBEUA) foi criada no final da década de 1950 com o escopo de elaborar estudos e projetos de infraestrutura, assim como garantir financiamento para esses. Em contraste com a Comissão Técnica Mista Brasil-EUA, de 1947, também conhecida como Missão Abbink, a CMBEUA financiou projetos no Brasil, ainda que de pequeno vulto. O surgimento do BNDE, em 1952, possui estreito vínculo com a Comissão. Muitos projetos, ainda, foram aproveitados por JK. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda em nada coincide com a CMBEUA, visto que foi criada em 1942, na esteira da cooperação entre o Brasil e os Estados para o desenvolvimento e para a segurança internacional em tempos de guerra;
D: Correto. A PEI fundamentou-se no não-alinhamento, na autonomia, na não-ingerência, na autodeterminação dos povos e na diversificação de parcerias;
E: Correto. O acordo bilateral Brasil-EUA para venda de minerais estratégicos, entre os quais as areias monazíticas, foi de grande importância em um contexto no qual a URSS detonou sua primeira bomba nuclear, em 1949. O governo de Vargas almejava ampliar os investimentos norte-americanos no Brasil com o acordo, mas recebeu apenas cerca de 300 milhões de dólares pelos minérios.

Gabarito "C".

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda

metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da AméricaLatina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O texto VI lembra que a Política Externa Independente (PEI) "refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das área periféricas". A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) A política exterior dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart pautava-se pelo atrelamento a Washington, condição imposta pela radicalização ideológica interna do momento e pelas contingências da Guerra Fria.

(B) A PEI, ainda que não possa ser classificada como revolucionária, buscou conquistar espaços em um mundo que se transformava rapidamente e em que as áreas periféricas do capitalismo procuravam encontrar meios para a superação do subdesenvolvimento.

(C) O grupo que internamente, à direita ou à esquerda, lutaram pela conquista do Estado como instrumento para a implementação de seus projetos não se apropriaram do tema política externa. Certamente, isso se deveu à pouca importância atribuída ao tema ao longo da história brasileira.

(D) Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base hostilizaram a PEI justamente por considerá-la tímida em excesso ante uma ordem internacional injusta e reprodutora das desigualdades sociais e regionais.

(E) O texto confirma a tese de que a PEI, apesar de sua retórica atraente aos embates ideológicos que então se travavam no Brasil, teve importância não mais que secundária nos embates parlamentares que antecederam – e prepararam – o cenário para o golpe de 1964.

A: Incorreto. A política externa de Jânio Quadros e de João Goulart consubstanciou a Política Externa Independente, que preconiza o não alinhamento, a autonomia no cenário estrutural de Guerra Fria, a autodeterminação dos povos e a diversificação de parcerias. Nesse sentido, não houve atrelamento à política externa de Washington;

B: Correto. Um dos pilares da PEI foi a diversificação de parcerias. No plano hemisférico, estreitaram-se as relações com o Chile, o Peru e o Paraguai, no governo Quadros. Com o Chile, firmou-se uma Declaração Conjunto com vistas a promover a autonomia externa e a incrementar o comércio entre ambos os países. Com o Peru, previu-se a criação da BR-029, no intuito de ligar o Acre ao Peru e promover o escoamento dos produtos brasileiros via o oceano pacífico. Com o Paraguai, um acordo de cooperação para uso pacifico da energia nuclear foi assinado. No governo Goulart, as relações com o Uruguai, com a Bolívia e com o México adensaram-se. Vislumbrou-se perseverar no construção da ALALC e, no caso da Bolívia, dar prosseguimento aos Acordos de Roboré, pelo meio dos quais se estipulava a criação da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Ainda, a Argentina firmou-se como parceira estratégica do Brasil. Os encontros de Uruguaiana, entre Quadros e Frondizi, deram margem à criação de uma Comissão Mista para a cooperação econômica e ao Convênio de Amizade e Consulta, aberto à adesão de outros Estados. Outro exemplo emblemático de diversificação de parcerias é o estreitamento de relações com a África. Abriram-se diversas embaixadas no continente, criou-se, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos e a divisão da África no seio do Itamaraty, sob chefia de Ítalo Zappa. As políticas de aproximação com a África evidenciam-se, também, no cenário interno. Quadros anelou consolidar a as raízes africanas do Brasil; nesse sentido, nomeou Raimundo de Souza Dantas para a embaixada em Acra, em Gana, e o professor Milton Santos, para representante da Casa Civil na Bahia;

C: Incorreto. A política externa, na esteira da análise de Robert Putnam, tem incidências na determinação e condução da política interna, assim como a recíproca é verdadeira. No caso do Brasil, especificamente no período em questão, a política externa polarizou as forças de esquerda e de direita no contexto interno;

D: Incorreto. Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base, entre os quais o presidente João Goulart, consubstanciavam as alas cepalinas no Brasil, corrente que se assemelhava aos princípios basilares da PEI;

E: Incorreto. A retórica da PEI buscou desideologizar, sem êxito, os embates políticos ligados à Guerra Fria. A UDN e as forças de direita usaram-na, por um lado, para polarizador os atritos parlamentares e, por outro, para preconizar um alinhamento com os EUA. Não é por acaso que a política externa de Castelo Branco, governo militar que sucedeu a Goulart, aproximou ideologicamente Brasília de Washington.

Gabarito "B".

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo

padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Sem paralelo com qualquer outro momento vivido pela diplomacia brasileira no período republicano, a Política Externa Independente, nos primeiros anos da década de 60 do século passado, levou o Brasil a romper com suas tradições em termos de política internacional, assumindo posição de confronto com os EUA e a Europa Ocidental, de crescente rivalidade com a Argentina e de apoio explícito ao bloco socialista nos fóruns multilaterais, particularmente na ONU.

1: Errado. A Política Externa Independente (PEI), que se assemelha, consoante Patrícia Soares Leite, em *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva,* ao pragmatismo ecumênico e responsável de Ernesto Geisel e à diplomacia de Luiz Inácio Lula da Silva, sob a chancelaria de Celso Amorim, não assumiu posição de confronto com os EUA e com a Europa Ocidental. A política externa de Quadros e de Goulart alicerçava-se na autonomia de suas ações, buscando desvinculá-las dos embates ideológicos fundamentados na Guerra Fria. Tampouco alinhou-se ao Movimento dos Não-Alinhados, preconizando independência na formulação de suas diretrizes. A PEI aproximou o Brasil da Argentina, no que ficou conhecido como espírito de Uruguaiana.

Gabarito 1E.

(Diplomacia – 1999) A política externa do governo Juscelino Kubitschek tem como um de seus destaques:

(A) A doutrina do "pragmatismo responsável".
(B) A "Política Externa Independente".
(C) O lançamento da Operação Pan-Americana.
(D) O lançamento da Aliança para o Progresso.
(E) A crítica sistemática ao "congelamento".

A, B, C, D e E: A Operação Pan-Americana (OPA), lançada em 1958, tinha por fundamento o combate à pobreza, visto que seria esta fator de subversão ideológica. O subdesenvolvimento era entendido como propulsor do comunismo; seria do interesse dos Estados Unidos, portanto, outorgar recursos financeiros à América latina de forma a arrefecer a expansão de possíveis alianças com a URSS. Na esteira da OPA, foi lançado o Comitê dos 21, no âmbito da Organização dos Estados Americanos para avaliar as possibilidades de implementação do ideário da OPA. Do advento do Comitê dos 21 surgiu o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Se, inicialmente, a OPA não contou entre as prioridades da Casa Branca; em 1959, com a revolução cubana, Washington lançou a Aliança para o Progresso, que calcava alguns pilares da OPA sem, contudo, reproduzi-los em sua integralidade.

Gabarito "C".

9. O REGIME MILITAR (1964-1985)

9.1. A Constituição de 1967 e as modificações de 1969

(Diplomacia - 2007) Entre os instrumentos legais do Regime Militar no Brasil, os atos institucionais destinavam-se ao fortalecimento do Poder Executivo. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Com o Ato Institucional nº 1, de 1964, o presidente Castelo Branco dissolveu o Congresso, que não mais se reuniu durante seu mandato.
(2) A reforma eleitoral que extinguiu os partidos políticos então existentes e criou apenas dois, ARENA e MDB, precedeu a Constituição de 1967.
(3) O Ato Institucional nº 5 deu impulso à repressão a movimentos e lideranças de esquerda.
(4) As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas antes de expirar o mandato de João Batista Figueiredo, o último general-presidente.

1: Errado. O Ato Institucional I, de 1964, ordenou as cassações de mandatos eletivos dos políticos não alinhados ao regime militar; manteve, contudo, o Congresso aberto e os partidos políticos vigentes à época. Durante a gestão Castelo Branco, o Congresso foi fechado em 1966-1967 para a aprovação da Constituição de 1967. Note-se que, em contraste com o Estado Novo, o regime de 1964 fechou o Congresso apenas em três ocasiões: entre 1966 e 1967, em 1968, com a edição do Ato Institucional V e em 1977, por ocasião do denominado Pacote de Abril, sob a gestão Ernesto Geisel;
2: Certo. O Ato Institucional II, de 1966, instaurou o bipartidarismo articulado entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os antigos PSD e UDN atrelaram-se a ARENA, enquanto o PTB preferiu o MDB. O pluripartidarismo foi restaurado em 1979;
3: Certo. O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o Executivo - outorgando maior possibilidade de intervenção nos Estados e Municípios -, suspendeu o *habeas corpus,* decretou a incomunicabilidade dos presos políticos por dez dias e instaurou a pena de morte por crimes políticos. Consoante tese de Elio Gaspari, o AI V institucionalizou a *ditadura escancarada.* Sem formas de resistência legal, os movimentos de resistência, exemplificados pela Luta Armada e pelo MR8, orquestraram a rebeldia à opressão. A título de exemplo, destaque-se o sequestro dos embaixadores dos EUA, da Suíça, da Alemanha e do Japão organizados como moeda de troca para a libertação de presos políticos. 4: Errado. As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas em 1989. Durante a gestão Figueiredo, contudo, o movimento das *Diretas Já* organizou-se em decorrência à rejeição legislativa ao projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, que instituiria as eleições diretas para a presidência. Note-se que a autorização de realizar eleições diretas para governadores estaduais, em 1982, ampliou a possibilidade a ação dos movimentos de resistência, o que deu alento tanto à Emenda Dante de Oliveira como ao movimento das *Diretas Já.*

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A ruptura institucional de 1964 foi bem mais que mero golpe militar. Ela representou a vitória – e a conquista do estado – de um dos projetos para o país que estava em jogo, de forma ideologicamente polarizada, especialmente ao longo do governo João Goulart. Impondo a derrota da difusa proposta reformista conduzida pelo presidente, o novo bloco de poder colocou em marcha um processo de modernização conservadora do Brasil, assentada sobre o autoritarismo político.

1: Certo. O golpe militar de 1964 rompeu com as reformas estruturais de João Goulart e aproximou o Brasil dá órbita de influência dos Estados Unidos, no que concerne à política externa de Castelo Branco. Polarizou, nesse sentido, a política interna, dando início a um período de autoritarismo e de repressão.

Gabarito 1C.

(Diplomacia – 1999) Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar baixou ato que, entre outras medidas suspendeu a garantia de habeas-corpus e definiu as condições para que o Presidente da República pudesse decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Trata-se de :

(A) Ato Adicional nº 2.
(B) Ato Complementar de 13/12/68.
(C) Ato Interpretativo nº 4.
(D) Ato Institucional nº 5.
(E) Ato Adicional nº 5.

A, B, C, D e E: O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o poder Executivo, cassou mandatos eletivos, aumentou as possibilidades de intervenção nos Estados, suspendeu o *habeas corpus*, decretou a incomunicabilidade dos presos por dez dias consecutivos e autorizou a pena de morte para crimes políticos. Foi o apogeu repressivo do regime instituído em 1964.

Gabarito "E".

No início de 1964, havia claros sinais de que a ordem constitucional seria superada por conspirações golpistas. Restavam dúvidas, entretanto, sobre o lado do espectro político que daria o golpe. A aliança civil-militar que depôs Jango pode ser entendida como uma conjugação de forças que, a partir de motivações distintas, convergiram para um único objetivo imediato. Nos anos em que Costa e Silva exerceu a presidência, consumou-se o divórcio entre os projetos civis e militares. O governo Médici foi marcado por extremo autoritarismo. Geisel empenhou-se em estabelecer canais de contato com lideranças civis, preconizando a tese de uma transição gradual, mas segura, rumo à democracia. Após a derrota da emenda das eleições diretas, transferiu-se o objetivo da mobilização popular para o projeto da candidatura indireta de Tancredo Neves.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A República brasileira: pactos e rupturas**. *In:* Angela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 482-92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, a respeito da história republicana brasileira na segunda metade do século XX.

(1) Além de inesperado, o golpe que depôs João Goulart foi articulado e conduzido por lideranças das três forças armadas, sem nenhuma ingerência de políticos civis.

(2) O Ato Institucional n.º 5 significou o início do processo de abertura política, com o abrandamento do caráter autoritário do regime militar.

(3) A eleição de Tancredo Neves se fez dentro do Colégio Eleitoral, instrumento que, criado pelo regime militar, serviu para decretar o fim do autoritarismo.

(4) A primeira etapa da redemocratização, a partir de 1985, foi marcada pela crise econômica, com inflação em alta e crescimento rápido e excessivo da dívida externa.

(5) A trajetória política republicana, a partir de 1946, foi marcada por crises: um presidente suicidou-se (Getúlio Vargas), outro teve a posse contestada (Juscelino Kubitschek) e um terceiro renunciou com poucos meses de governo (Jânio Quadros).

1: Errado. Não há consenso sobre a característica inesperada do Golpe de 1964. Tampouco é de rigor salientar que não houve ingerência qualquer de políticos civis no golpe, especialmente se considerarmos que alguns membros da UDN tendiam mais para o lado da intervenção militar contra João Goulart do que para o respeito a legalidade democrática. Para além do apoio político civil, cabe ressaltar que os militares receberam respaldo significativo de grupos da sociedade civil, como da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) organizou a Marcha da Família com Jesus pela Liberdade, pedindo o golpe de Estado. Verifica-se, portanto, um viés civil no golpe de 1964, caracterizando a Ditadura Civil-Militar.

2: Errado. O Ato Institucional número 5 foi, provavelmente, o ápice da repressão política que caracterizou o regime militar. Por meio dele, concedeu-se poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de vereadores; outorgou-se poder ao Presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; brindou-se poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; deu-se poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibiu-se manifestações populares de caráter político; suspendeu-se o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular); e impôs-se a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.
3: Certo. Após a rejeição, em 1984, da emenda Dante de Oliveira no Congresso, que advogava a instituição das eleições diretas para Presidente da República, Tancredo Neves foi eleito por intermédio do Colégio Eleitoral, criado preteritamente pelo regime militar.
4: Certo. A redemocratização, malgrado as esperanças socioeconômicas a ela associadas, não se traduziu em arrefecimento da inflação e na retomada do crescimento. Paralelamente, a dívida externa não fez senão crescer durante o período.
5: Certo. As três crises mencionadas correspondem aos períodos evocados.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens que se seguem, a respeito do processo político brasileiro a partir de 1964.

(1) O regime militar foi fascista, pois mobilizou e organizou as massas em seu apoio e construiu um partido político, a ARENA.

(2) A Constituição Federal de 1988 garantiu a extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

(3) As primeiras eleições diretas para presidente da República, em 1989, foram feitas em meio à crise econômico-financeira, e, no segundo turno, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

1: Errado. O regime militar de 1964 não foi fascista. Não se caracterizou pela mobilização e pela organização das massas. Tampouco constituiu um partido único. Malgrado períodos de maior repressão política, de ruptura partidária, de cerceamento do poder Legislativo e de cerceamento às liberdades individuais, o regime militar manteve o bipartidarismo, constituído pela ARENA o pelo MDB e, a partir da eleição de Ernesto Geisel, a faculdade de existência de uma oposição partidária. Não há proximidade, nesse sentido, entre o regime militar brasileiro e os fascismos europeus das décadas de 1930 e de 1940.
2: Certo. A Constituição de 1988 buscou estender os direitos civis, sociais e políticas a todos os cidadãos, incluídas as minorias étnicas, por esse motivo ficou também conhecida como "Constituição Cidadã".
3: Certo. As primeiras eleições diretas para Presidente da República ocorreram em 1989, quando findava o mandato de José Sarney, que havia sucedido o Presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente. Na contenda eleitoral de 1989, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores.

Gabarito 1E, 2C, 3C

9.2. O processo de transição política

Se é certo que o processo de abertura, no Brasil, durante os governos Geisel e Figueiredo, foi impulsionado, no primeiro momento, pelas contradições do aparelho militar, não devemos ignorar o papel exercido pela oposição e pelas associações tradicionais na defesa das liberdades democráticas. Com uma visão mais ampla e, portanto, menos conjuntural, convém lembrar também as transformações da sociedade e das formas de organização gestadas no curso do governo militar.

Bóris Fausto; Fernando J. Devoto. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 454-5 (com adaptações).

(Diplomacia - 2009) Tendo o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, entre outras, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

(2) Entre as transformações da sociedade ocorridas nesse período, pode-se citar o surgimento de importante movimento operário na região do chamado ABC, em São Paulo.

(3) É exemplo de contradição no aparelho militar a posição dos jovens oficiais, que, já influenciados por ideias de modernização política, mostravam-se contrários à censura prévia da imprensa, medida adotada por Geisel, o qual, por sua vez, agira pressionado pela alta oficialidade que havia participado diretamente do golpe de 1964.

(4) O governo Geisel não conseguiu vencer a forte resistência provinda do setor contrário à abertura política, o que se evidenciou pelo recrudescimento das torturas de presos políticos. Coube ao governo seguinte, o do general Figueiredo, controlar esse setor e criar as condições para o retorno à democracia, o que ocorreu com a extinção do Ato Institucional nº 5 e com a assinatura do ato de anistia política.

1: Errado. Se a Ordem dos Advogadas do Brasil, lançando a candidatura de Raimundo Faoro à presidência da República, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro e a Conferência Nacional de Bispos faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), assim como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram entidades anticomunistas fundadas em 1959, com o objetivo de opor-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado para divulgar as ciências sociais no Brasil. Os embates entre, de um lado, o IBAD e o IPES e, de outro, o ISEB levaram à extinção deste em 1964. Ao passo que Hélio Jaguaribe, pelo ISEB, promovia a divulgação de teses consideradas precocemente estruturalistas, o IBAS e o IPES agenciaram intensa campanha radiofônica, televisiva e jornalística em prol da queda de João Goulart e da Revolução de 1964;
2: Certo. A região do ABC paulista, em outras palavras, o trinômio sindical constituído pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, foi responsável pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores, que não estava vinculado aos tradicionais partidos representados até então nas esferas do poder. O líder sindical Luiz Inácio Lula Da Silva ergueu-se como candidato dos operários, lançando sua candidatura para a presidência nas eleições de 1989 contra Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional;
3: Errado. Embora alguns jovens oficiais apoiassem a liberalização do sistema repressivo, não foi contra Geisel que a insatisfação desses dirigiu-se. Os fluxos e refluxos da abertura política promovida por Geisel em 1974, caracterizados pelo que se convencionou denominar abertura lenta, gradual e segura agiram de encontro à linha dura, que se opunha a ala castelista, ou sorbonista, encabeçada pela presidência de 1974

a 1979. Motivos internos e externos explicam a abertura política de Geisel. Internamente, pressões do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Igreja católica e da Comunhão Eclesiástica de Base, que se coadunava com a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, estimulavam a presidência a arrefecer a censura e a repressão sistemática. Ainda, a própria estrutura repressiva desgovernou-se, o que seria uma perda de controle das Forças Armadas. Emblemático desse descontrole é caso do Capitão Guimaraes, que teria vinculado suas funções à máfia e ao jogo de apostas. Externamente, Dom Helder Câmara denunciou as violações aos direitos humanos no Brasil, e a presidência de Jimmy Carter, nos EUA, lançou uma campanha pela promoção dos direitos humanos na América latina. De forma a conciliar a linha dura com os castelistas, Geisel promoveu uma serie de medidas liberalizantes e autoritárias a um só tempo. Entre as liberalizantes, destacaram-se o fim da censura prévia, a demissão de ministros linha dura e o fim do AI 5. Entre as autoritárias, a Lei Falcão, de 1976, e o Pacote de Abril, de 1977. Constate-se que, na historiografia contemporânea, Carlos Fico esvazia de sentido a cisão entre os castelistas e os militares da linha-dura: haveria, consoante o autor, mudanças de personalidades e de contextos socioeconômicos, que teriam influências decisivas na fluxos e refluxos liberalizantes e autoritários;

4: Errado. Embora seja certo que a anistia foi decretada sob a presidência de Figueiredo, o governo Geisel encabeçou o processo de abertura lenta, gradual e segura. O próprio AI V foi extinto em 31 de dezembro de 1978. Note-se, outrossim, que malgrado a distensão encetada por Geisel, o pluripartidarismo e as eleições diretas surgiram somente na década de 1980.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

9.3. A economia

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo e pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo de máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Ao se referir aos "atos de força que depuseram Goulart", o texto VI remete ao golpe de Estado que se deu início ao regime militar vigente no país por cerca de duas décadas. Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos a esse período.

(1) Vencido o primeiro desafio econômico, que era controlar a espiral inflacionária, o regime militar adotou uma política de desenvolvimento que, nos primeiros anos, logrou êxito considerável – eram os tempos do "milagre econômico", nos quais o Brasil ostentou índices de crescimento compatíveis com os obtidos pela China nos dias de hoje.

(2) A política econômica conduzida por Delfin Neto assegurou notável sucesso entre 1969 e 1973, sustentando-se, internamente, no rígido controle dos salários e, externamente, na fácil captação de recursos, os quais preenchiam o vazio da baixa poupança nacional.

(3) No conflagrado Oriente Médio, um novo conflito entre árabes e judeus propiciou o uso político do petróleo. A histórica majoração dos preços do barril do petróleo, em 1973, repercutiu imediatamente na economia mundial e, em países periféricos como o Brasil, cujo modelo de desenvolvimento em muito dependia do petróleo importado e de capitais externos, a repercussão foi ainda mais intensa.

(4) A última fase do regime militar, correspondente ao governo do general João Figueiredo, caracterizou-se pela aguda instabilidade política, muito embora a inflação estivesse sob controle e os índices de crescimento econômico fossem bastante expressivos.

1: Certo. O governo de Castelo Branco, no que concerne à política econômica, institui o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que teve êxito na recuperação do crescimento econômico e na redução da inflação. À ortodoxia dos objetivos, associou-se a heterodoxia dos métodos. A intervenção do Estado na economia, mediante as reformas tributária e financeira, ocasionou o aumento dos investimentos e da poupança, dando viço renovado à expansão do PIB. O "milagre econômico", que caracterizou o governo de Médici, alicerçou-se nas reformas do PAEG. A expressão "milagre" deve-se à taxa anual de crescimento econômico de 11%, ao controle da inflação e a estabilidade do balanço de pagamentos;

2: Certo. Delfim Neto, ministro da Fazenda no governo de Médici, assegurou o controle da inflação mediante a política de achatamento salarial e de controle de preços, consubstanciada no Conselho Interministerial de Preços. Externamente, o fortalecimento das empresas privadas contou com a Lei de Mercado de Capitais, que facilitou a captação de recursos externos;

3: Certo. O Choque do Petróleo de 1973, que derivou da Guerra do Yom Kippur, quadriplicou o preço do barril, atingindo Estados, como o brasileiro, fortemente ancorados na matriz energética petroleira. Visto que o petróleo possuía, no Brasil, uma demanda inelástica ao preço, o impacto de 1973 resultou no aumento da inflação e na queda do crescimento, atingindo, outrossim, a capacidade de captar recursos externos. Nesse sentido, os programas energéticos vinculados ao Proálcool foram articulados de forma a reduzir a dependência referente ao petróleo;

4: Errado. O governo do general Figueiredo caracterizou-se pelo agravamento da inflação e pelas baixas taxas de crescimentos, no biênio 1979-1980. As políticas expansionistas de Delfim Neto foram substituídas pelo contracionismo fiscal e monetário. Nesse sentido, o biênio 1981-1982 ensejou o ajuste recessivo que permitiu a retomada do crescimento econômico, ainda que de forma instável, nos anos de 1983 e de 1984.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E.

(Diplomacia – 1996) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) constituiu a última etapa do processo de substituição de importações do Brasil, prevendo investimentos pesados especialmente no setor de insumos básicos. O II PND teve forte impacto da economia nacional e foi adotado pelo Presidente:

(A) Juscelino Kubitschek.
(B) Castelo Branco.
(C) Emílio Garrastazu Médici.
(D) Ernesto Geisel.
(E) João Baptista Figueiredo.

O II PND, adotado pelo Presidente Ernesto Geisel, cujo escopo era manter o crescimento econômico mediante o desenvolvimento do parque industrial, financiou-se pela captação direta de recursos externos e indiretos via o BNDE.

	Energia	Petróleo	Bens de Capital	Tecnologia
Frentes de Ação	1- Energia elétrica: em 1973, firmou-se acordo de Itaipu com o Paraguai. 2- Energia nuclear: Angra I e Angra II 3- Álcool. 4- Prospecção de petróleo.	Construção de refinarias nacionais.	Indústria bélica e exportação de tanques e lança-foguetes para o Iraque, em guerra contra o Irã (1980-1988)	Criação de centros de pesquisa: Cenpes (Petrobras), Cepel (Eletrobrás), Centro Aeronáutico de São José dos Campos, fortalecimento do CNPq

Lógica vislumbrada
Se, em 1974, a balança das transações correntes era negativa, devido às importações de petróleo, de bens de capital e de insumos; vislumbrava-se, para o ano de 1984, a reversão da situação na medida em que as importações de petróleo cederiam e o Brasil passaria a exportar bens de alto valor agregado.

Gabarito "D"

9.4. Política externa: relações com os EUA; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU

(Diplomacia - 2007) Acerca da política exterior do regime militar, nos diferentes governos do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O governo de Costa e Silva recuperou princípios básicos da Política Externa Independente.
(2) O entendimento político entre Brasil e EUA resultou em importante acordo de cooperação nuclear entre os dois países à época do governo de Ernesto Geisel.
(3) O chanceler brasileiro Azeredo da Silveira teve importante atuação no contencioso brasileiro-argentino acerca do aproveitamento dos rios da bacia do Prata para fins energéticos.
(4) No governo Castelo Branco, lançaram-se as bases para a criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa.

1: Certo. Sob o governo de Costa e Silva, a chancelaria de Magalhães Pinto caracterizou-se pela adoção da denominada diplomacia da prosperidade. Retomando os princípios básicos da Política Externa Independente (PEI), Costa e Silva aproximou-se dos países do terceiro mundo, advogando a contestação à bipolaridade, o não-alinhamento e a autonomia nacional. Sintomático do reatamento com a PEI, em 1968, durante a II Conferência da UNCTAD, em Nova Delhi, o Brasil demandou a revisão da ordem internacional, aliou-se à Índia e destacou a necessidade de privilegiar os foros multilaterais. Outro símbolo do não-alinhamento é o discurso de Araújo de Castro, em 1971, na ONU, no qual destacou o congelamento do poder mundial decorrente do Tratado de Não-Proliferação, de 1968: o Estado que tivesse aderido ao Tratado ser-lhe-ia vedada a possibilidade de obter o armamento nuclear, enquanto os países nucleares afirmariam seu supremacia;
2: Errado. A diplomacia pragmática e ecumênica de Ernesto Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, distanciou-se dos EUA no que concerne à cooperação nuclear. Se, por um lado, o governo de Médici assinou um acordo com os EUA, em 1972, com vistas a construir três usinas nucleares em Angra dos Reis pela empresa norte-americana Westinghouse Company; por outro, as pressões dos EUA para forçar o Brasil a aderir ao TNP incentivaram Azeredo da Silveira a aproximar-se da República Federal da Alemanha (RFA). Em 1975, assinou-se o acordo nuclear com a RFA, que previa a construção de oito usinas e transferência de tecnologia. A aproximação com o governo alemão decorreu, igualmente, da condenação do Brasil ao teste nuclear da Índia, em 1974. A desaprovação levou o Brasil a romper o acordo Brasil-Índia, de 1968, para o uso pacífico de materiais nucleares;
3: Certo. Em 1973, o Tratado de Itaipu ocasionou o crescimento de tensões com a Argentina, no que ficou conhecido como o contencioso Itaipu-Corpus. A construção de Itaipu, consoante tese argentina, inviabilizaria a hidrelétrica de Corpus. A escalada de tensões levou ao fechamento de fronteiras em 1977. Nesse contexto, Azeredo da Silveira levou a questão à ONU, na qual o Brasil obteve o apoio da maioria dos Estados, inclusive dos países árabes, que denunciavam a aproximação entre Argentina e Israel e aplaudiam a condenação brasileira ao sionismo. O contencioso Itaipu-Corpus foi resolvido em 1979, por ocasião da assinatura do Tratado Tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, no qual se previa o aproveitamento comum do potencial hidrelétrico do rio Paraná;
4: Errado. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Surgiu da proposta de José Sarney, que vislumbrava na Comunidade um instrumento de promoção cultural entre os Estados soberanos. No governo Castelo Branco, propôs-se a criação de uma comunidade afro-luso-brasileira, que garantiria, a um só tempo, a missão civilizadora de Portugal na África e a liderança do Brasil no Atlântico Sul. Os contrastes entre as propostas não permitem tecer laços de causalidade ou de identidade entre elas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

10. O PROCESSO DEMOCRÁTICO A PARTIR DE 1985

10.1. Evolução da política externa

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional

mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança. O Estado normal, invenção latino-americana dos anos noventa, foi assim denominado pelo expoente da comunidade epistêmica argentina, Domingo Cavallo, em 1991, quando era ministro das Relações Exteriores do governo de Menem. Aspiram a ser normais os governos latino-americanos que se instalaram em 1989-90 na Argentina, Brasil, Peru, Venezuela, México e outros países menores. O terceiro é o paradigma do Estado logístico, que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, de modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado.

Amado Luiz Cervo. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *In:* Revista Brasileira de Política Internacional, ano 45, nº. 1, 2002, p. 6-7 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema nele focalizado, julgue os itens seguintes.

(1) Da Era Vargas ao fim do regime militar, o paradigma do Estado desenvolvimentista foi a tônica da política externa brasileira, ainda que tenha havido variações em sua execução ao longo desse período. Esse "Estado empresário", como o classifica o autor do texto, deixou marcas profundas na construção da moderna indústria de base do país, a exemplo, entre tantos, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, da ETROBRAS, de hidrelétricas, de rodovias, da ELETROBRAS, da EMBRAER e da EMBRATEL, muitas das quais privatizadas no passado recente.

(2) Um caso típico de clara identificação entre política interna e política externa, na história republicana do Brasil, foi o ocorrido na Era Vargas. O projeto de modernização do país buscou na política exterior importante ponto de apoio, tanto na tentativa de equilíbrio em face de Berlim e Washington com vistas à obtenção de vantagens, quanto na negociação com os EUA, que culminou na entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

(3) Descompasso entre as políticas externa e interna, conquanto não seja a norma, pode ocorrer. No Brasil da primeira metade da década de 60 do século passado, enquanto a Política Externa Independente cumpria um papel inovador, propugnando por uma ordem internacional menos assimétrica e francamente anticolonial, no campo interno, o Estado assumia posições cada vez mais inflexíveis na defesa da ordem estabelecida e refratários a qualquer política reformista.

(4) Pela nomenclatura adotada no texto, o Chile que saiu do regime de força comandado pelo general Augusto Pinochet e que, com determinadas adaptações, prossegue no mesmo modelo econômico já na atual fase democrática, deve ser classificado como protótipo do paradigma de Estado normal.

(5) A grande crítica que se faz ao Estado normal é que, embora não seja subserviente em relação ao centro hegemônico do sistema capitalista e não fragmente nem aliene o setor central mais vigoroso da economia nacional, acaba por transferir muita renda para o exterior e, com isso, interfere negativamente no dinamismo da economia nacional.

1: Certo. A fase desenvolvimentista caracterizou-se, no Brasil, pela intervenção do Estado na política econômica internacional com vistas a patrocinar o desenvolvimento interno. A tabela a seguir recapitula as três formas de Estado analisadas por Amado Cervo, adaptando-as à evolução histórica do Estado brasileiro.

	Arranjo institucional	Tipo de Intervenção	Racionalidade
Fase desenvolvimentista 1930-1990	Atores estatais	Intervenção direta via estatais e indireta via mecanismos e programas de proteção da indústria	Substitutiva ao mercado
Fase liberal 1990-2003	Desestatização e gestão administrativa por agências reguladoras	Intervenção indireta	Corretora do mercado
Fase neodesenvolvimentista 2003-2010	Parcerias Público-Privada (Estado coordenador dos incentivos públicos, mas o grande ator é a empresa privada)	Intervenção direta através da tributação	Indutora do mercado

2: Certo. A ação externa da Era Vargas coadunou-se à política interna de desenvolvimento nacional. As oscilações entre o alinhamento com os EUA ou a aproximação com a Alemanha configuraram, mais que uma hesitação ideológica, uma estratégia de política externa com vistas a angariar recursos financeiros para a realização do objetivo maior de promoção da indústria nacional. Nesse sentido, a ação externa torna-se uma variável estrutural para a garantia da concretização de interesses internos;

3: Errado. Se é verdade que, por um lado, polarizações internas podem fragmentar a consensualidade da política externa; por outro, os anos Jânio Quadros/João Goulart se caracterizaram pela coincidência entre política interna e política externa. As políticas interna reformista de Goulart coadunavam-se com a Política Externa Independente, que, em certa medida, propugnava por uma reforma das assimetrias nacionais;

4: Errado. O Chile, consoante Amado Cervo, é exemplo notório de Estado logístico, qual seja aquele que advoga a ordem burocrática na qual o Estado não substitui o mercado, mas o induz em certa direção. A transferência de iniciativas empreendedoras do Estado para a sociedade civil caracteriza a empresa privada como ator central na economia. O Estado, nesse sentido, coordena os incentivos públicos;

5: Errado. Na expressão de Amado Cervo, o Estado normal latino-americano representou a consagração da identidade periférica e subserviente em relação às potências centrais. A América latina, nos anos de 1990, teria, na visão do autor, adotado políticas neoliberais que alijaram o empresariado nacional de suas capacidades de inovação, considerando-se sua exposição ao capital privado externo.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E.

Nossa aventura histórica é singular. Por isso e por realizar-se nos trópicos, ela é inteiramente nova. Se nossas classes dominantes se revelam infecundas, o mesmo não se passa com o povo, no seu processo de autocriação. E é com essa vantagem de sermos mestiços, que vamos chegar ao futuro.

Foi, aliás, em busca do futuro que passamos todo um século a indagar quem somos, e o que queremos ser, e a projetar imagens de nós mesmos, espelho contra espelho. A cada sístole e a cada diástole desses cem anos corresponderam visões otimistas e pessimistas, barrocas e contidas, esperançosas e desalentadas. Pois cada momento - o da Belle Époque, o da Revolução de 30, o do Estado Novo, o da redemocratização, o do dia seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, o do desenvolvimentismo dos anos 50, o do regime militar e o da segunda redemocratização - refez o retrato do Brasil. Mudou, ao longo do tempo, a linguagem com que nos descrevemos. E mudou também o país acerca do qual se dissertava. Lidos um após outro, os nossos evangelistas soam dissonantes, mas, juntos, se corrigem ou polifonicamente se completam.

Alberto da Costa e Silva. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500–2000) — a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 38, (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto apresentado e considerando aspectos significativos da trajetória republicana brasileira, julgue os itens que se seguem.

(1) Ao falar em sístole e diástole ao longo da república brasileira, o autor reitera o ponto de vista, hoje majoritário na historiografia, da linearidade do processo histórico vivido pelo país ao longo do século XX. Momentos de crise, ainda que agudos em determinadas circunstâncias, não foram suficientes para alterar um quadro geral de continuidade que levou o Brasil a apresentar no fim do século XX uma fisionomia bastante próxima da que tinha nas primeiras décadas republicanas.

(2) Tal como ocorria na Europa à mesma época, a *Belle Époque*, cronologicamente situada em princípios do século XX, correspondeu a um período de prosperidade no Brasil, com o país se urbanizando, promovendo inédita e relativamente expressiva desconcentração de renda, politicamente ampliando os níveis de participação da sociedade e, em termos de política externa, enfatizando as alianças com a América Latina.

(3) A Revolução de 30 constituiu-se na maior inflexão da história republicana brasileira, quer pela radical ruptura que promove em relação aos métodos e às práticas políticas da República Velha, quer pelo modelo inovador - para muitos verdadeiramente revolucionário - de Estado que implantou. Seu maior legado foram as modernizações econômica e política do país, além de ter inaugurado uma política externa de elevado grau de autonomia, que colocou o país fora da rota de polarização ideológica que caracterizava a política internacional às vésperas da Segunda Guerra.

(4) O Estado Novo (1937–1945), período da ditadura sem disfarces da Era Vargas, assinalou o ápice do processo de centralização estatal, em que até mesmo a federação deixou de existir. Monolítico e sem espaços para dissensos, o núcleo do poder não escondeu as afinidades do regime com o modelo fascista, algo que se materializa plenamente com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

(5) Entre 1946 e 1964, período em que o autor destaca a redemocratização, no dia seguinte ao suicídio de Vargas e no desenvolvimentismo dos anos 50, o Brasil avançou em termos de participação política, experimentou uma das mais altas e rápidas taxas de urbanização conhecidas no mundo contemporâneo e, em especial sob os governos Gaspar Dutra e Juscelino Kubistchek, praticou uma política externa altiva, que possibilitou ao país passar ao largo da Guerra Fria e adiar sobremaneira a internacionalização de sua economia.

1: Errado. A corrente historiográfica que preconiza a linearidade do processo histórico não é hoje majoritária; essa análise foi duramente criticada por apresentar uma avaliação teleológica dos acontecimentos. Ao contrário, os críticos da corrente linear advogam uma circularidade espiral do tempo, na qual momentos de sístole e de diástole caracterizariam, respectivamente, acontecimentos rugosos e conservadores, e fluídos e revolucionários. Não haveria, destarte, razão na associação do Brasil de 1889 com o de hoje, visto que a feição espiral do tempo rechaça o retorno ao ponto inicial;

2: Errado. Embora houvesse, durante a *Belle Époque*, no Brasil, um crescimento da população urbana, essa alteração no quadro demográfico não representou uma desconcentração de renda, nem se traduziu pelo aumento nos níveis de participação da sociedade na política. Pelo contrário, a República Velha caracterizou-se por haver concentrado a renda e excluído grande parcela da população do seu direito ao voto. Na política externa, sobretudo à época da chancelaria do Barão do Rio Branco, houve uma inflexão de prioridades. As relações hemisféricas foram enfatizadas, com especial destaque para os Estados Unidos, e Argentina e o Chile;

3: Errado. Embora seja possível enxergar a Revolução de 1930 como maior ponto de inflexão da história republicana brasileira, especialmente por ter promovido uma restruturação da lógica estatal que se perenizou até os anos de 1990; a política externa de Vargas não escapou às polarizações sistêmicas que moldaram as relações internacionais de sua época. O padrão de inserção internacional do Brasil, nesse sentido, orientou-se pela bipolaridade de modelos, quais sejam o democrático norte-americano e o fascista europeu, advogando afinidades ideológicas sob forma de pretexto para angariar recursos externos;

4: Errado. O Estado Novo, embora tenha promovido maior centralização mediante a figura dos interventores, não alterou a forma federativa do Brasil. No que concerne às relações internacionais, a aliança com os EUA, na Segunda Guerra Mundial, evidenciou contradições entre a política interna e a externa; ao passo que, no seio do governo, se afincavam os pilares fascistas de governo, no âmbito internacional, o Estado Novo aproximava-se das democracias. Parte de historiografia aponta nessa contradição intestina em uma das causas do fim do regime de 1937;

5: Errado. As políticas externas de Eurico Gaspar Dutra, sob o ministério de Neves da Fontoura e de Raul Fernandes, e de Juscelino Kubitschek, cujos chanceleres foram Macedo Soares, Negrão de Lima e Horácio Lafer, não passaram ao largo da Guerra Fria. Pelo contrário, a bipolaridade externa estruturou o padrão de inserção internacional do Brasil. Ao passo que Dutra optou por um alinhamento incondicional com os EUA, o que, em seu entender, promoveria a internacionalização da economia brasileira, JK preconizou um desenvolvimentismo associado, no qual o

capital externo desempenharia ações conjuntas com o capital interno. Note-se que o período de 1946 a 1964 constitui um marco singular na urbanização do Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Com o advento da República, a política externa brasileira voltou-se para uma deliberada aproximação com os EUA, país que reconhecera, quase que de imediato, o novo regime político do Brasil. Isso não significou que houvessem sido abandonadas as ligações com a Europa, especialmente com a Grã-Bretanha, marca registrada das relações exteriores durante o Império. Mas articulavam-se, com o barão do Rio Branco à frente do ministério, as novas bases de uma identidade continental, que garantiria um alinhamento do Brasil com os EUA, mantido, apenas com pequenas alterações, até o presente.

Maria Lígia Prado. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500–2000) — a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 326 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a inserção internacional do Brasil ao longo do período republicano, julgue os itens subsequentes.

(1) Figura emblemática da diplomacia brasileira, Rio Branco veio do Império para se agigantar como estadista nas primeiras décadas republicanas. À frente do Itamaraty por dez anos, teve papel preponderante na resolução de problemas de fronteira e, no que concerne à intenção de consolidar uma identidade continental para o país, vislumbrou a crescente importância que teriam os EUA no cenário mundial.

(2) Entre os momentos em que "o alinhamento do Brasil com os EUA" - mantido, segundo o texto, ao longo do período republicano - sofreu algum tipo de constrangimento, pode-se citar a fase da Política Externa Independente. Lançada na primeira metade dos anos 60 do século passado, ela refletia os anseios de se praticar um ponto de vista internacional a partir dos interesses nacionais em um rico e complexo contexto histórico, no qual se destacavam, entre outros marcantes acontecimentos, os impactos da Revolução Cubana e a emergência das novas nações africanas.

(3) Malgrado suas indisfarçáveis similitudes e de terem convivido no mesmo contexto histórico, o justicialismo peronista e o trabalhismo getulista não conseguiram se aproximar, quer em termos de propostas de ação, quer pela atuação conjunta propriamente dita. Mais que mera possibilidade, é provável que esse desencontro tenha sido motivado pelo histórico contencioso entre Argentina e Brasil, que tiveram nas disputas pela hegemonia na região platina, no século XIX, seu elemento definidor.

(4) Enquanto os primeiros governos do regime militar instaurado em 1964 faziam nítida opção pelo alinhamento com Washington, na provável busca de um relacionamento especial e privilegiado com a grande potência ocidental, sob Geisel o regime reorienta a ação diplomática do Brasil. Esgrimindo um pragmatismo responsável, o Brasil aproxima-se de outros importantes centros capitalistas - de que decorre, por exemplo, o acordo nuclear com a Alemanha - e implementa significativa política para o continente africano, que teria no rápido reconhecimento de Angola uma de suas cargas mais simbólicas.

(5) A forma efusiva como o presidente Fernando Henrique Cardoso foi recebido por George W. Bush demonstra que, a despeito da impressão insatisfatória deixada na Casa Branca à maneira pela qual o Brasil reagiu aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, propondo prudência e cautela na reação norte-americana e se recusando a apoiar atitudes sustentadas por uma visão maniqueísta do mundo, a política internacional é conduzida por princípios conceituais, de modo que as divergências tendem a ser superadas.

1: Certo. O ministério do Barão do Rio Branco, de 1902 a 1912, caracterizou-se pela aproximação com os EUA, pela consolidação da identidade continental do país e pelo pragmatismo das iniciativas conjugado à busca pelo prestígio em suas intenções. Filho do Visconde do Rio Branco, José Maria Da Silva Paranhos Júnior, o futuro Barão, acompanhou seu pai na definição das politicas platinas do Império. Ainda sob o regime monárquico, consoante Álvaro Lins, em *Barão do Rio Branco*, Paranhos Júnior observou, sob os auspícios de seu pai, minuciosamente a Guerra do Paraguai e, anos mais tarde, foi cônsul-geral em Liverpool. Na República, o Barão agigantou-se como estadista que marcou um ponto de inflexão na diplomacia nacional;

2: Certo. A Política Externa Independente deu início a um período no qual, embora os EUA continuassem a influenciar a inserção internacional do Brasil, não a determinaram. A autonomia característica da PEI, nesse sentido, contrasta com maior alinhamento aos EUA promovido anteriormente. A Revolução Cubana e a emergência das novas nações africanas acirram a polarização internacional durante a Guerra Fria; em face desses acontecimentos, contudo, a PEI não se pautou pelo comportamento dos EUA;

3: Errado. Embora existam similitudes entre o justicialismo peronista e o trabalhismo varguista, a convergência de modelos de governo não se traduziu em uma conjunção de ações. Juan Domingo Perón emergiu na política argentina como secretário do trabalho do Grupo de Oficiais Unidos, no governo entre 1943 e 1946. Com a redemocratização argentina de 1946, Perón associou o justicialismo às leis trabalhistas e ao corporativismo agenciado pela Central Única de Trabalhadores. Em clara ruptura com a Unión Cívica Radical, o justicialismo dos anos de 1940 promoveu maior centralização do Estado. Às feições que assemelham Perón a Vargas, contudo, não se sobrepõem convergências no que concerne à política externa. A UDN associava a Argentina de Perón a uma República Sindicalista, o que alijou a possibilidade de constituir, consoante iniciativa peronista, um novo Pacto ABC. Raul Fernandes e Joao Neves Fontoura, ambos udenistas, opunham-se às investidas de Perón na América do Sul, o que levou o mandatário argentino a atribuir ao Itamaraty a morosidade de um possível processo de integração regional. No segundo mandato de Vargas, Perón propôs a criação do ATLAS (Agrupación de Trabajadores Latinoamericanos Sindicalistas), ao qual o Brasil não se vinculou. As desavenças entre o Brasil e Argentina, nesse período, encontram mais sua origem nas incompatibilidades conjunturais do que em uma rivalidade histórica movida pelas disputas lindeiras do século XIX; Alessandro Candeias, nessa ótica, denomina o período das relações Brasil-Argentina que se estende de 1898 a 1962 como instabilidade conjuntural, com busca de cooperação e com momentos de rivalidade. A política externa argentina era fator de discórdia com

o Brasil, visto que, ao passo que Perón preconizava a adoção de uma terceira posição, o Brasil advogava maior aliança com os EUA. É nesse sentido que Moniz Bandeira, em *Brasil, Argentina e Estados Unidos, da Tríplice Aliança ao Mercosul,* vislumbra na ação externa norte-americana o desencontro entre Brasil e Argentina;
4: Gabarito oficial: Certo. Nosso gabarito: Errado. A política externa de Costa e Silva, ao retomar os princípios da Política Externa Independente, rompe o alinhamento com Washington advogado por Castelo Branco. A partir de 1967, nesse sentido, a política externa brasileira assumiu progressivamente as feições dadas durante a PEI; haveria continuidade nas ações do Itamaraty desde o governo de Quadros, com exceção do primeiro governo militar;
5: Errado. Conforme apontou Fernando Henrique Cardoso, naquela visita de 2001 ao Salão Oval, houve “um ar de certa arrogância, de certo distanciamento”. A partir dos atentados de 11 de setembro, os EUA deslocaram sua ação internacional para o combate ao terrorismo, deixando a América do Sul desvinculada das prioridades de Washington.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

6. Geografia

Felipe Ferreira Ramos e Thiago Rocha

1. HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

1.1. As principais correntes metodológicas da Geografia

(Diplomacia 2006) O geógrafo Milton Santos define espaço como *acumulação desigual de tempos*. Conforme sejam compatíveis com essa definição, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O espaço é fixo e permanente.

(2) O espaço atual não revela o passado – só o presente.

(3) O espaço transcende o contexto social.

(4) A cada momento da história, há um espaço diferente.

1: Errado. Em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos fala sobre a "remodelagem" do planeta no período que ele denomina "técnico-científico", em que o espaço vai se transformando de acordo com alterações comandadas pela natureza e especialmente pela sociedade;

2: Errado. Ainda em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos dedica o segundo capítulo à procura do objeto de estudo da Geografia: o espaço. Entre as inúmeras considerações feitas pelo geógrafo baiano, ressalta-se a afirmação de que o espaço pode ser considerado de três modos: em sentido absoluto; como espaço relativo; e como espaço relacional, percebido como conteúdo que revela outros tipos de relação, como a de tempo passado e presente;

3: Errado. É incorreto dizer que o espaço transcende o contexto social, pois, na verdade, o social é, junto com a natureza, um dos elementos constituintes do conceito de espaço para Milton Santos. O espaço contém diferentes formas, cada uma composta de partes da sociedade em movimento;

4: Certo. Para Milton Santos, o espaço é formado por um conjunto de objetos, naturais e sociais, e pela vida que anima tais objetos. Desse modo, o espaço muda ao longo da história, dependendo dos objetos existentes (por exemplo, as construções que os homens erguem) e das atividades exercidas nele e nas demais localidades naturais (por exemplo, um campo com fim recreativo ou com fim produtivo).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

2. A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

2.1. Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com relação ao crescimento da população brasileira, ilustrado no mapa acima, e ao padrão de distribuição territorial dessa população, julgue os itens a seguir.

(1) Quanto à distribuição da população brasileira no território, verifica-se a ocorrência de um processo de interiorização de seu contingente.

(2) A construção de estradas teve influência direta nos fluxos de migração e no povoamento de determinadas áreas do país, favorecendo o surgimento de cidades.

(3) A região Norte apresenta, de acordo com o mapa, o maior contingente de população do país.

(4) O crescimento da população verificado em determinadas áreas está ligado ao processo de desconcentração das atividades industriais vivido pelo país na atualidade.

(5) A partir dos dados do mapa em questão, é correto inferir que o Sudeste deixou de ser uma região de saldo positivo em relação aos fluxos migratórios.

1: Certo. Verifica-se pelo mapa um crescimento populacional maior no interior do país, em especial em Boa Vista, Macapá, Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá, Palmas, Brasília e Goiânia. O Censo de 2010, elaborado pelo IBGE, confirma que as taxas mais altas do crescimento populacional no Brasil encontram-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste, devido, em grande parte, às migrações e ao processo de interiorização do país. As regiões Norte e Centro-Oeste são também as que apresentam as maiores taxa de crescimento urbano do país;
2: certo. A construção de estradas sempre ajuda para o aprofundamento dos fluxos migratórios e, como conseqüência, no povoamento de áreas da cercania por onde passa. No Brasil, vale lembrar a importância da rodovia BR-116 na intensificação dos fluxos migratórios do século passado, ao ligar o Nordeste do país ao Sul e Sudeste;
3: Errado. O mapa mostra não a quantidade de pessoas por região, mas a taxa de crescimento entre os anos 1991 e 2000. O Norte do país é uma das regiões menos habitadas do Brasil. Segundo o Censo 2010, os estados mais populosos do Brasil são: São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Bahia; Rio Grande do Sul; e Paraná, juntos concentram cerca de 58% da população total do País.;
4: Certo. Exemplo disso está no Norte do país, com a cidade de Manaus representada em uma tonalidade de cinza mais escura, e no Sudoeste, com a cidade de São Paulo representada em uma cor próxima ao branco, o que indica dois polos industriais do Brasil - o primeiro ser recente e o segundo ser mais antigo - com taxa de crescimento alta e baixa, respectivamente. O processo de desconcentração industrial, bem como a modernização da agricultura, incentiva o crescimento das cidades-médias, onde os custos do território e da mão de obra são mais baixo;
5: Errado. Apesar de não mostrar o fluxo migratório, o mapa apresenta dados de crescimento populacional que podem, no mínimo, ser um indício de que o Sudeste tem saldo positivo em relação aos fluxos migratórios, visto que as taxas de crescimento populacional são positivas na região. Para além do que refletem os dados do mapa, o Sudeste continua sendo um destino atrativo de migrantes, mesmo que hoje existam outros destinos para a migração nacional.

Gabarito: 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

2.2. Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais

As migrações aparecem como característica permanente da espécie humana. Max Sorre afirma que a mobilidade é a lei que rege todos os grupos humanos, portanto, o estudo da circulação ocupa lugar importante na Geografia Humana. Nele está inserida a discussão das raças e das miscigenações, levando à definição das etnias.

A. Damiani. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 51 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) Considerando o texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A abertura de fronteiras à entrada de migrantes é uma realidade em determinados países desenvolvidos, dada a carência de mão de obra em setores das atividades econômicas.

(2) A quantidade de fluxos migratórios vem diminuindo no contexto de mercado de trabalho globalizado, uma vez que a facilidade atual de circulação de mercadorias substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores.

(3) Com a miscigenação e o multiculturalismo – atualmente presentes em diversos países –, as diferenças étnicas deixaram de ser causa para migração e conflitos sociais.

(4) O Brasil apresenta tanto a saída de população como a entrada de migrantes estrangeiros em busca de emprego e melhor nível de qualidade de vida.

1: Certo. Enquanto países centrais da Europa têm fechado suas fronteiras para a entrada de imigrantes, e os Estados Unidos da América seguem pelo mesmo caminho, países desenvolvidos, como o Canadá ou a Nova Zelândia, abrem suas fronteiras a migrantes para que eles trabalhem em setores da economia em que há carência de mão de obra;
2: Errado. Não se pode falar em diminuição nos fluxos migratórios; o que há é uma alteração no padrão migratório, com a prevalência das migrações entre países periféricos, a chamada migração "sul-sul". A facilidade da circulação de mercadorias não deve ser vista como um fator que substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores. Tal movimentação está muito mais ligada a fatores de repulsão e atração de indivíduos (como desastres naturais, conflitos armados e subdesenvolvimento) do que a necessidades dos processos produtivos e comerciais (apesar de estes fazerem parte dos fatores de atração e repulsão). Vale assinalar ainda que a própria afirmativa acerca da globalização do mercado de trabalho é questionável, uma vez que a globalização, por um lado, facilita a circulação de bens, mas, por outro, vem colocando empecilhos à circulação de mão de obra;
3: Errado. No decorrer do século XX e no início do XXI, os incontáveis conflitos interétnicos que forçaram as populações perseguidas a fugir, foram um dos principais fatores de repulsão populacional. Ainda que o multiculturalismo esteja presente em muitas sociedades e em diversos discursos políticos, ele ainda não é uma realidade efetiva no mundo;
4: Certo. Considera-se hoje que, no Brasil, o saldo migratório aproxima-se de zero. Em outras palavras, há um "empate técnico" entre a quantidade de migrantes que entram e a dos que saem do país. Estima-se que atualmente existam cerca de 2 milhões de emigrantes brasileiros, com os maiores contingentes concentrados nos Estados Unidos, no Paraguai e no Japão, por ordem de grandeza.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações

Em todos os países da América Latina, a partir de meados da década de 70 do século passado, retoma-se a tendência de queda da mortalidade, tanto a geral como a infantil.

No caso do Brasil, como consequência da generalização dos serviços de saúde e do aumento da escolarização, começa a observar-se uma redução significativa nos padrões históricos da desigualdade regional relativa à mortalidade no país. Além desses fatores, a ampliação dos serviços de saneamento básico a áreas até então excluídas, os programas de saúde materno-infantil – sobretudo os voltados para o pré-natal –, a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares, as campanhas de vacinação, entre outras medidas, em muito colaboraram para a continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil e infantojuvenil, principalmente a partir dos anos 80 do século XX.

Oliveira Simões, 1997 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) O gráfico a seguir apresenta a evolução da população brasileira de acordo com os censos demográficos, além de uma projeção dessa evolução até o ano de 2050.

Evolução da população total, segundo os censos demográficos e projeção Brasil – 1950/2050

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período de 1980-2050 – Revisão 2008.

Tendo as informações apresentadas acima como referência, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à evolução da população brasileira.

(1) A projeção de desaceleração da taxa de crescimento da população brasileira evidenciada no gráfico tem como um de seus fatores a queda da fecundidade.

(2) Verifica-se, com base no gráfico, que, no Brasil, haverá aumento da mortalidade geral a partir de 2040, razão pela qual a população entrará em processo de decrescimento.

(3) Considerando-se o quadro de altas taxas de mortalidade infantil no Brasil no período compreendido entre 1950 e 1970, conclui-se que o crescimento populacional registrado no gráfico para esse período deveu-se principalmente aos grandes fluxos imigratórios.

(4) No momento histórico correspondente ao ponto mais alto da curva correspondente ao gráfico mostrado, a média etária do conjunto da população brasileira será inferior à atual.

1: Certo. A projeção do gráfico é de que, a partir de 2040, haja uma desaceleração na taxa de crescimento da população brasileira. Tal projeção reflete o que hoje vem sendo identificado como a "quinta fase" da transição demográfica. O modelo original de transição demográfica de uma nação pré-industrial elaborado pelo demógrafo norte-americano Warren Thompson nos anos 1920 consiste apenas em quatro fases: a primeira apresenta taxas de natalidade e mortalidade altas e é uma fase ainda pré-industrial; na segunda, com os avanços na medicina, as melhores condições sanitárias e a urbanização, a taxa de mortalidade cai, mas a taxa de natalidade permanece alta, o que leva a um rápido crescimento populacional, relacionado à Revolução Industrial; na terceira fase, a taxa de natalidade cai devido a métodos anticoncepcionais e ao aumento do planejamento familiar; e na quarta fase, as taxas de natalidade e mortalidade se estabilizam. A quinta fase, já amplamente aceita nos dias de hoje e prevista no gráfico, ocorre em diversos países desenvolvidos, sobretudo na Europa, e define-se pela redução da população, com uma taxa de mortalidade superior à de natalidade (morrem menos pessoas do que nascem), o que se explica pela diminuição da fecundidade feminina no país (nascem menos crianças por mulher), e não pelo aumento da taxa de mortalidade;

2: Errado. Como explicado no item anterior, a queda do crescimento demográfico previsto para 2040 associa-se à redução da taxa de fecundidade, e não no aumento da mortalidade geral;

3: Errado. Não é correto falar em "altas taxas de mortalidade infantil" nos períodos referidos, já que o próprio texto citado na questão afirma que houve "continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil" a partir dos anos 1980. Outro erro está em atribuir o crescimento populacional aos fluxos imigratórios do período de 1950 a 1970, quando na verdade observa-se um declínio nos fluxos migratórios para o Brasil a partir dos anos 1940, com uma ressalva necessária ao momento do pós-guerra;

4: Errado. A expectativa normal para o ponto mais alto da curva é que a média etária do conjunto da população brasileira seja superior à atual, pois trata-se do momento em que a taxa de mortalidade será mais baixa (as pessoas viverão mais, aumentando a idade média da população), assim como a taxa de natalidade (o número de novas crianças se reduzirá, também contribuindo para uma média etária mais alta).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue o item seguinte.

(1) Atualmente, o Brasil assemelha-se a muitos países desenvolvidos, pois, desde meados do século XX, vem avançando em aspectos econômico e social, graças à superação das desigualdades regionais, alcançada após a industrialização e a integração produtiva e financeira do mercado interno.

1: Errado. Além de ser delicado falar que o Brasil "assemelha-se a muitos países desenvolvidos", é impossível afirmar que o país superou as desigualdades regionais, considerando que em 2005, ano da prova, a região Norte representava 5% do PIB nacional; e a região Sudeste, mais de 50%.

Gabarito 1E

3. GEOGRAFIA ECONÔMICA

3.1. Globalização e divisão internacional do trabalho

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue o item que se segue, referentes a geopolítica.

(1) Com a homogeneização crescente dos espaços, os lugares, e mesmo a região, já não são elementos essenciais para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais.

1: Errado. O lugar é um dos elementos mais importantes para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais, pois estes são, de certo modo, o elo entre todos os lugares do globo.

Gabarito 1E

(Diplomacia 2005) Segundo Bertha Becker, "o rompimento da divisão do espaço e do poder mundiais em dois blocos e a distensão daí decorrente trouxeram à luz as diferenciações espaciais, significando a definição de territórios". Considerando essa análise e demais aspectos significativos do atual processo de globalização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A globalização econômica ajuda a manter a unidade dos territórios nacionais rompida durante a Guerra Fria e marcada pelo esgotamento do padrão de acumulação e de relações de poder calcado tanto na centralização quanto na produção em larga escala.

(2) Entre as causas de instabilidade no mundo atual, estão a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental.

(3) O Estado deixou de ser a principal representação política, e o território nacional tampouco é a única escala de referência de poder, lacunas que foram preenchidas pelo poder técnico-econômico.

(4) Nas novas relações geopolíticas entre Estado, território e movimentos sociais, estes, cujo expoente é o movimento ambientalista, apresentam-se como perenes.

1: Errado. A afirmativa alude ao mito da "aldeia global", de Marshall McLuhan, segundo o qual a globalização traria uma unicidade ao mundo, acabando com as fronteiras culturais e políticas entre os povos. Hoje, porém, observa-se que essa ideia não reflete a realidade, tendo em vista a instabilidade social gerada quando os interesses de atores externos são impostos à população de uma localidade. A globalização, nesse caso, não traz a "unidade dos territórios nacionais", mas ressalta a singularidade das localidades nacionais;

2: Certo. No livro "Geografia: conceitos e temas", organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, Bertha Becker explica como a revolução científico-tecnológica (que causou alterações na organização da produção e do trabalho) e a crise ambiental (que gerou mudanças e impôs novas formas de relacionamento com a natureza) distorceram a dinâmica sociopolítica e a organização do espaço e do território, provocando instabilidade e imprevisibilidade no mundo globalizado de hoje;

3: Certo. O gabarito oficial é taxativo ao dizer que o "Estado deixou de ser a principal representação política". Berta Becker defende que o Estado não pode mais ser considerado como unidade *exclusiva* de poder, pois tal entendimento omitiria a importância de outros atores, como empresas, organizações internacionais e movimentos da sociedade civil. É neste sentido que devemos interpretar a afirmativa do item: o Estado não perdeu sua importância, mas a viu relativizada em virtude dos novos atores da geopolítica atual. Também é interessante levar em conta o resto da afirmativa: segundo Becker, o território nacional de fato não é mais a única escala de referência de poder, juntando-se ao espaço a questão do tempo, isto é, da logística que potencializa a utilização do espaço territorial (é o que se deve entender por "poder técnico-econômico").

4: Errado. Os movimentos sociais não apresentam extensa longevidade, pois eles refletem os interesses e inquietações do momento. É falacioso também afirmar que os ambientalistas são expoentes entre os inúmeros movimentos sociais, visto que o tema ambiental entrou na agenda reivindicatória da sociedade civil apenas em meados do século XX, enquanto outras reivindicações sociais datam do final do século XVII.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições –, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se; e, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações).

(Diplomacia 2005) Tendo o texto como referência inicial, assinale a opção incorreta.

(A) O entendimento do conteúdo geográfico permite perceber a relação entre o espaço e os movimentos sociais, construídos a partir dos objetos que nos cercam.

(B) Na atualidade, vive-se a mobilidade dos homens, que mudam de lugar, assim como de produtos, mercadorias, imagens e ideias, o que evidencia transformações na relação espaço-tempo.

(C) O entendimento de lugar como eixo de sucessões, eixo de tempos internos, de coexistências de tempo e espaço conduz às ideias de desterritorialização ou de desculturalização.

(D) O texto refere-se ao espaço cotidiano como marca identitária entre pessoas. Nesse sentido, o lugar, por se opor à globalidade, mantém a integridade, o que permite que sejam compostos espaços geográficos singulares.

(E) Enquanto a globalidade se identifica nos processos coletivos que se distribuem em diferentes espaços, o mundo é composto pela singularidade de cada local.

A: Correto. Entender o conteúdo geográfico, segundo Milton Santos, é justamente conseguir perceber a relação entre o natural e o social, sempre com ênfase nos fluxos sociais;

B: Correto. Podemos entender aqui o que Milton Santos chama de “meio técnico-científico-informacional”, que começou após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou nos anos 1970. A natureza deixa de ser a parte mais significativa do nosso meio ambiente, já que o domínio que exercemos sobre ela é considerável. É ele que permite, por exemplo, modificar o solo de uma região pouco fértil ou irrigar outra região seca. Assim, os homens não estão mais limitados a plantar “onde a natureza mandar”;
C: Correto. Em seu livro “Metamorfose do espaço habitado”, no segundo capítulo, Milton Santos define o *lugar* como um ponto no planeta onde se realizam algumas possibilidades do mundo, o que, em última análise, leva ao entendimento de que o mundo é formado por uma infinidade de pontos, que podem ser entendidos como pontos de *desterritorialização* e *desculturalização*;
D: Incorreto. A primeira frase do texto já afirma: “A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela”. A análise de Milton Santos não se coaduna com os mitos da aldeia global, da redução das distâncias ou da morte do Estado, porém reconhece o fenômeno da globalização, o que torna difícil falar em oposição à globalidade e manutenção da integridade;
E: Correto. Milton Santos admite a contradição entre o local e o global, pois cada lugar é extremamente diferente dos outros, mas todos são ligados entre si de forma clara.

Gabarito D

(Diplomacia 2005) Milton Santos, em uma de suas obras, afirma que os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social, na segunda metade do século passado. Segundo o autor, essas formas de pobreza, de dívida social, são a pobreza-marginalidade, a pobreza incluída e a pobreza estrutural globalizada. Essa classificação está atrelada ao processo de globalização perversa. Tendo em mente as características desse tipo de globalização, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Associada ao processo econômico da divisão social do trabalho internacional ou interna, a pobreza-marginalidade é considerada a doença da civilização e o consumo apresenta-se como centro da explicação das diferenças e das percepções das situações.

(2) A pobreza incluída iniciou-se como um processo associado a problemas privados, assistencialistas e locais, porém a globalização tem mudado o perfil dessa forma de pobreza.

(3) A pobreza estrutural globalizada impôs-se como natural nos tempos atuais, pois há uma produção globalizada da pobreza, mais presente, sem dúvida, nos países pobres.

(4) Com relação à dívida social, os pobres já foram incluídos; posteriormente, foram marginalizados; e, atualmente, estão sendo excluídos.

1: Certo. Em seu livro “Por uma outra globalização”, capítulo III, Milton Santos afirma que os países subdesenvolvidos passaram, ou passam, por no mínimo três tipos de pobreza: o primeiro tipo é o da “pobreza incluída”, que o geógrafo caracteriza como “pobreza acidental”, gerada em virtude de algum desastre natural ou fato parecido; o segundo tipo é identificado como a “doença da civilização”, isto é, a marginalidade, a pobreza produzida pela estrutura econômica e pela divisão do trabalho (no plano internacional ou interno), aquela que se buscou sanar ao longo dos últimos séculos; o terceiro tipo de pobreza é o que existe hoje, “a pobreza estrutural”, que Milton Santos define como uma “dívida social”, uma pobreza globalizada;
2: Errado. A “pobreza incluída”, primeiro tipo de pobreza identificada por Milton Santos, não teve seu perfil alterado pela globalização. Na verdade, pode-se afirmar que ainda existe a “pobreza acidental”, como também é chamada, pois esta ocorre em virtude de forças maiores, como, por exemplo, uma safra ruim ou um desastre natural. Assim, sua solução é que pode ser “assistencialista e local”, e não sua causa;
3: Certo. Para Milton Santos, a “pobreza estrutural” é o mal dos nossos tempos e caracteriza-se por ser global e resultar diretamente de um sistema de ações deliberadas. A crítica do geógrafo brasileiro à globalização refere-se ao entendimento da pobreza nos dias de hoje como algo “natural”, o que banaliza a dívida social da qual são vítimas os que antes eram “incluídos”, foram “marginalizados” e hoje são “excluídos”;
4: Certo. A resposta está ainda no capítulo III do livro “Por uma outra globalização”, em que, antes de falar do papel dos intelectuais como importantes atores para a criação de um discurso de inclusão, Milton Santos explica como os pobres, objeto da dívida social, já foram incluídos, passaram a marginalizados e hoje são excluídos, uma exclusão que obedece a um processo racional que a Geografia deve se esforçar para mudar.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais

(Diplomacia 2004) Acerca dos determinantes políticos e econômicos que caracterizaram o processo de consolidação do bloco econômico do Mercosul, julgue os itens subsequentes.

(1) O Mercosul, orientado pela lógica da globalização, segue o modelo adotado pela União Europeia, que prioriza o intercâmbio comercial.

(2) O núcleo geoeconômico do Mercosul compreende concentrações industriais, áreas agrícolas modernas, portos e terminais de corredores de comércio exterior do Centro-Sul brasileiro, o que favorece a integração de cadeias produtivas dos países-membros.

(3) A integração física da região do Mercosul carece ainda de infra-estrutura adequada de transportes, em razão do isolamento comercial e cultural do Brasil, em relação aos países vizinhos sul-americanos.

1: Errado. Pode-se afirmar que o Mercosul insere-se na lógica da globalização, na medida em que busca dar mais competitividade aos os países-membros por meio da cooperação comercial entre eles. Trata-se de um bloco econômico de regionalismo aberto, a única forma de regionalismo permitida pela Organização Internacional do Comércio. Porém, se para o Mercosul a questão comercial é o centro de seus objetivos, o mesmo não vale para a União Europeia, que hoje não prioriza o intercâmbio comercial, mas busca, em vez disso, uma *integração econômica*, social e política. Enquanto a União Europeia guia-se hoje por uma lógica de integração, o Mercosul ainda consolida-se como uma união aduaneira;
2: Certo. O núcleo geoeconômico do Mercosul ainda concentra-se no Centro-Sul do país, o que favorece as relações dos estados do Sul, mas mantém tímida a inserção das indústrias do Nordeste do país no processo de integração produtiva;
3: Certo. Nosso gabarito, porém, difere do gabarito oficial e considera que o item está Errado. É fato que a integração física entre os países-membros do Mercosul ainda deixa a desejar; contudo, é extremamente delicado afirmar que existe um “isolamento comercial” entre o Brasil e seus vizinhos membros do bloco quando verifica-se que a Argentina é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens que se seguem, referentes a geopolítica.

(1) O Brasil busca inserir-se na economia global a partir do reforço e da ampliação dos vínculos com a migração maciça de corporações transnacionais. Nesse sentido, como resultado do papel do Estado na regulação da atividade econômica e na formação

da renda interna, o mercado nacional ganhou mais autonomia no contexto mundial.

(2) Alguns dos reflexos da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram o aumento de trocas entre corporações e o crescente processo de transnacionalização de empresas nacionais, fatos que levaram ao crescimento da participação do Brasil no comércio latino-americano.

(3) O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), criado em 1994, favoreceu as trocas comerciais entre os países envolvidos e se consolidou como o primeiro passo para a mundialização da ação de empresas nacionais desses países.

1: Certo. A ampliação dos vínculos econômicos tem sido uma estratégia do Estado brasileiro a fim de se inserir definitivamente e com peso na economia global. Quanto maior for o número de empresas com interesses econômicos no Brasil, maior será a voz do país no contexto mundial, pois a geopolítica hoje está muito mais ligada a interesses de corporações transnacionais do que a conquistas territoriais, como ocorria outrora;
2: Errado. A Alca nunca foi criada, sendo apenas uma proposta dos Estados Unidos da América, a qual contou, inclusive, com oposição do Estado brasileiro, que considerava injustas as vantagens que o acordo traria para os diferentes países;
3: Certo. Existe um erro quanto ao ano de criação do MERCOSUL, 1991, e não 1994, porém, por se tratar de uma questão de geografia, o ano deve ser um detalhe ao analisar o item.

Gabarito 1C, 2E, 3C

3.3. Energia, logística e reordenamento territorial pós-fordista

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) As indústrias de alta tecnologia localizam-se, preferencialmente, onde existem sistema acadêmico e de pesquisa bem organizado, serviços urbanos modernos e base industrial.

1: Certo. Por via de regra, as indústrias de alta tecnologia situam-se perto de polos acadêmicos, universidades e instituições de pesquisa. A lógica é simples: aproveitar o conhecimento gerado em tais instituições para a produção industrial. No Brasil, as indústrias de alta tecnologia encontram-se majoritariamente no interior paulista, perto das duas maiores universidades do estado, USP e Unicamp, nas cidades de São Carlos e Campinas.

Gabarito 1C

Todas as fontes devem ser aproveitadas, dentro de suas especificidades. (...) o Plano Nacional de Energia 2030 mostra exatamente isso: a existência de só uma ou duas fontes não significa uma solução. O Brasil necessita, principalmente, daquelas fontes que geram energia em grande escala e têm alta disponibilidade, dando segurança ao sistema e tranquilidade aos consumidores.

Internet: <http://www.aben.com.br>.

(Diplomacia 2008) Com relação a fontes de energia, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas foi possível graças à tecnologia desenvolvida no Brasil, a qual, hoje, é exportada para outros países.

(2) Em razão de ter-se tornado autossuficiente em petróleo em 2006, o Brasil deixou de importar esse produto e seus derivados.

(3) Sendo o etanol uma fonte de energia limpa, sua produção e seu consumo não acarretam danos ambientais ou sociais.

(4) No Brasil, a biomassa tem sido bastante explorada para a geração de energia, o que resulta no fortalecimento da agroindústria brasileira.

1: Certo. Mais da metade da área dos blocos exploratórios da Petrobras encontra-se em águas com profundidade maior que 400 metros. A perspectiva de descobrir petróleo em tais profundidades levou a Petrobras, nos últimos anos, a aumentar cada vez mais suas atividades de pesquisa na área, de forma que a empresa brasileira é hoje referência mundial e vem assinando parcerias de exploração e produção de petróleo em águas brasileiras e estrangeiras;
2: Errado. O Brasil efetivamente se tornou autossuficiente em petróleo no ano de 2006; porém, tal feito não é o bastante para que o país deixe de importar esse recurso, visto que a qualidade do petróleo é tão importante quanto a quantidade explorada. O Brasil ainda é deficitário no que diz respeito ao petróleo leve, mas a expectativa é de que esse quadro venha a se alterar com o petróleo extraído da camada pré-sal;
3: Errado. O etanol não deve ser considerado “energia limpa”. Na verdade, ele é uma alternativa mais limpa aos tradicionais combustíveis fósseis, mas sua produção e seu consumo geram danos ambientais (na produção, a prática de queimadas e a mecanização da colheita, assim como a emissão de CO_2 no consumo, colaboram para a poluição do ar) e danos sociais (a produção em larga escala exige a concentração de grandes propriedades, o que contribui para o êxodo rural e o crescimento desregulado das cidades);
4: Certo. O etanol brasileiro é o exemplo mais nítido de tal exploração. Produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar, o bioetanol nacional tem ganhado espaço no mercado mundial, concorrendo com os biocombustíveis norte-americanos a base de milho e contribuindo para o crescimento da agroindústria brasileira.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2000) Quanto à localização da indústria petroquímica brasileira, qual assertiva é a correta?

(A) Majoritariamente na zona costeira.
(B) Concentrada na Região Metropolitana de São Paulo.
(C) Concentrada no eixo Rio-São Paulo.
(D) Majoritariamente na região Sul do país.
(E) Concentrada no Recôncavo Baiano.

A: Correto. A indústria petroquímica brasileira concentra-se na zona costeira, em grande parte devido ao fato de a maior parte do petróleo do país estar em águas oceânicas. Assim, a indústria de produção de derivados de petróleo encontra-se próxima do lugar de extração, destacando-se a Bacia de Campos e a cidade de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, como locais com maior extração de petróleo no Brasil. Já o Polo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari, no litoral baiano, é responsável por quase 50% da capacidade de produção nacional dos chamados petroquímicos básicos e das resinas termoplásticas;
B: Incorreto. O polo petroquímico mais importante de São Paulo é o Polo Petroquímico de Paulínia, considerado o maior polo industrial da América Latina. Porém, ele faz parte não da Região Metropolitana de São Paulo, mas de Campinas;

C: Incorreto. Esta opção desconsidera os maiores polos petroquímicos do país: Camaçari, Paulínia e o Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul;
D: Incorreto. Esta opção desconsidera os importantes polos petroquímicos do Nordeste e Sudeste do país;
E: Incorreto. Apesar de o Recôncavo Baiano ser considerado uma região rica em petróleo, ele não detém a concentração petroquímica nem do país, nem da região.

Gabarito A

(Diplomacia 2000) A Ferrovia "Norte-Sul", em fase final de construção, estabelecerá a ligação entre:

(A) o Complexo de Carajás e o Porto de Itaqui (MA).
(B) a região Centro-Oeste e o Sistema Portuário da Ilha de São Luís (MA).
(C) a região Centro-Oeste e o Complexo Guri, na fronteira com a Venezuela.
(D) a região do Alto São Francisco e o Porto de Pecém (CE).
(E) o Recôncavo Baiano e o Porto de Suape (SE).

A: Incorreto. A ferrovia que liga o Complexo de Carajás com o Porto de Itaqui é a Estrada de Ferro Carajás, operada pela Companhia Vale do Rio Doce, inaugurada em 1985;
B: Correto. A Ferrovia "Norte-Sul" teria inicialmente 1550 quilômetros de trilhos, passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Em 2008, a obra foi expandida para 3100 quilômetros, a fim de poder incorporar os trechos Açailândia-Belém e Anápolis-Panorama. A construção da ferrovia ainda não terminou, mas existem diversos trechos em que o transporte há muito já funciona, como os 215 quilômetros entre as cidades de Estreito e Açailândia, no Maranhão, onde ocorre a conexão com a Estrada de Ferro Carajás, que dá acesso ao Porto de Itaqui, na cidade de São Luís;
C: Incorreto. Não há estrada de ferro que passe pelo Complexo Hidroelétrico de Guri. O estado de Roraima, onde se encontra o Complexo, sequer tem estrada de ferro;
D: Incorreto. Não existe ferrovia que ligue o porto cearense com o alto do São Francisco. Esse trajeto é feito por meio de rodovias;
E: Incorreto. Não seria prioritário para o Governo Federal construir uma ferrovia no Recôncavo Baiano ou no Sergipe, que contam, respectivamente, com os portos da Baía de Todos-os-Santos e um porto menor. Além disso, na Bahia, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste ligará a cidade costeira de Ilhéus à cidade interiorana de Figueirópolis, no Tocantins.

Gabarito B

3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil

(Diplomacia 2004) Diversos mapas temáticos do território brasileiro geralmente apresentam fortes contrastes inter e intrarregionais. Acerca dessas disparidades e das tendências de mudança, julgue os itens a seguir.

(1) A concentração espacial das atividades produtivas do país é resultado das características naturais do território. Assim, o Centro-Sul é mais propício ao desenvolvimento econômico do que o Nordeste, marcado pela semiaridez e, portanto, fadado à estagnação econômica.
(2) Os contrastes nos sistemas de produção agrícola no país são bastante evidentes. As atividades da agricultura moderna coexistem com cultivos de subsistência praticados em minifúndios.
(3) Ainda hoje, a produção industrial tem-se firmado cada vez mais na região Sudeste, em relação às demais regiões do país, em razão da necessidade de complementaridade entre as cadeias produtivas.
(4) O país viveu uma explosão urbana derivada de seu processo de industrialização e vê diminuindo, na atualidade, a concentração espacial de sua população, em função dos fluxos migratórios em direção às áreas de fronteira econômica.
(5) A atual rede urbana nacional, ainda não totalmente elaborada, caracteriza-se pela integração territorial desigual e atesta a continuidade da modernização industrial vivenciada pelo país.
(6) Do ponto de vista social, os índices de mortalidade infantil, de esperança de vida e de saneamento básico são similares entre as diversas regiões brasileiras, embora ocorram discrepâncias na comparação entre a população rural e a urbana do país.

1: Errado. As ideias expressas no item são exemplo típico de determinismo geográfico, contrárias à corrente teórica da banca do concurso. Não são as características naturais do território do Sul ou do Nordeste que explicam a atual situação e as perspectivas futuras das regiões, mas sim um conjunto de fatores sociais e naturais. Como exemplo, há o sistema de *plantations*, que foi implementado no Nordeste com alta concentração de terra e intensificou a exclusão social, enquanto a agricultura baseada na pequena propriedade que encontramos no Sul contribui para uma maior equidade social;
2: Certo. O Brasil hoje é um país que depende tanto da atividade agrícola de grandes propriedades modernizadas, com alto lucro e com forte participação no mercado internacional (o que se evidencia nas lavouras de cana, café, soja, milho, laranja e outras), como da pequena propriedade, os minifúndios com baixo grau de modernização e responsáveis pelo cultivo de bens alimentícios para o mercado interno;
3: Errado. A produção industrial brasileira não segue mais à risca a lógica da "complementaridade entre as cadeias produtivas". O processo de desmetropolização ilustra bem essa realidade. Com o crescimento do interior do Brasil e os investimentos públicos no Nordeste, apesar de o Sudeste ainda concentrar a maior parte da indústria do país, não podemos dizer que esta região se firma "cada vez mais" em relação às outras;
4: Certo. A explosão urbana no Brasil, ou a urbanização do país, efetivamente acompanhou o processo de industrialização. No entanto, não se deve aceitar essa relação como uma máxima dos dois processos. Hoje, os maiores fluxo migratórios do Brasil não se dirigem mais para os grandes polos industriais já estabelecidos; ao contrário, o novo foco migratório do país são as cidades médias do interior. Desse modo, a concentração espacial da população diminui com o movimento rumo às novas fronteiras econômicas;
5: Certo. O item refere-se ao processo de desmetropolização do país, em que o desenvolvimento cada vez maior da indústria brasileira colabora para a expansão do processo produtivo e conduz a população para além das megalópoles São Paulo e Rio de Janeiro;
6: Errado. O Brasil ainda é marcado pelas desigualdades regionais. O item afirma que não há grandes diferenças entre as áreas urbanas do Sul e do Norte do país, ou seja, que os índices de bem-estar e desenvolvimento das populações são similares. Tal afirmativa torna-se completamente incongruente quando comparamos as condições de vida em cidades como Maceió e Curitiba.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Os dados do Censo de 2000 não confirmaram a ideia do Centro-Sul brasileiro rico, mas apontam para uma disparidade intrarregional, bem como macrorregional, quando se compara essa região ao Norte e Nordeste brasileiros. Acerca dessas disparidades socioeconômicas, julgue os itens que se seguem.

(1) O processo de industrialização no Brasil promoveu a diminuição das disparidades socioeconômicas inter-regionais.

(2) A atual dinâmica econômica do país, apesar do crescimento do produto interno bruto (PIB) de outras regiões, revela uma concentração no Centro-Sul.

(3) O Norte e o Nordeste brasileiros são áreas agrícolas estagnadas economicamente, com baixo índice de renda *per capita*.

1: Errado. O processo de industrialização no Brasil não fez senão aumentar as disparidades socioeconômicas do país. O Sudeste, que comandou o processo de industrialização com o capital privado nacional, atraía migrantes de todo o país em busca de melhores condições de vida para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro;
2: Certo. O Centro-Sul brasileiro continua concentrando a maior parte da atividade econômica do Brasil, mesmo com a crescente participação de outras regiões no PIB nacional, sendo possível afirmar que o comando da atividade econômica do país é exercido no Centro-Sul;
3: Errado. Não se pode falar em estagnação econômica nas áreas agrícolas do Norte e sobretudo do Nordeste, as quais, ao contrário, assumem um papel importante no agronegócio brasileiro e internacional, com a presença da soja no interior e da fruticultura no médio São Francisco, bem como no Vale do Açu.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Diplomacia 2008) Acerca da estrutura agrária e de questões ambientais atuais no Nordeste brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Na região Nordeste, apesar da semiaridez predominante, é possível encontrar ilhas de umidade, nas quais se registra desenvolvimento agrícola intenso.

(2) Verifica-se que, nos últimos anos, houve aumento de área irrigada no Vale do São Francisco, o que está associado ao destaque dado à produção de frutas *in natura* para exportação.

(3) A escassez de chuvas durante as secas no Nordeste brasileiro reduz a produção agrícola e causa desemprego generalizado no campo. Esse condicionamento dos problemas sociais por questões ambientais é característico das regiões áridas e semiáridas de todo o mundo.

(4) O agreste nordestino, região de transição entre a zona da mata e o sertão, é a parte mais povoada do interior do Nordeste brasileiro, registrando-se variações populacionais nos períodos mais secos.

1: Certo. Os chamados brejos ou ilhas de umidade são comuns em meio à aridez da caatinga nordestina. O solo é fértil e proporciona intenso desenvolvimento agrícola, a exemplo da Serra de Baturité ou de Ibiapaba, no Ceará;
2: Certo. Os maiores exemplos de tal produção são as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), às margens do rio São Francisco. É interessante lembrar a importância da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (Codevasf) nos projetos de infraestrutura e irrigação do vale do São Francisco. Dos nove polos de desenvolvimento da região, sete resultaram em grande parte da irrigação promovida pela Companhia (norte de Minas, Guanambi, Formoso/Correntina, Barreiras, Irecê, Juazeiro/Petrolina e baixo São Francisco);
3: Errado. O item apresenta dois problemas fundamentais que não podem passar despercebidos: ao afirmar que os problemas sociais estão "condicionados" a questões ambientais, oferece uma justificativa determinista para os problemas do Nordeste, o que não é nem a explicação da banca nem do Estado para a condição atual da região; o segundo problema é que, ao dizer que esse determinismo é "característico" das demais regiões áridas e semiáridas do mundo, o texto negligencia regiões como o Estado de Israel, entre outras;
4: Certo. O agreste nordestino pode ser entendido como uma região de transição da Zona da Mata (região mais populosa e próspera do interior Nordeste, com o solo mais rico e as melhores condições ambientais) para o sertão (interior seco, com baixos índices de desenvolvimento humano e que sofre sistematicamente com as secas).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

4. GEOGRAFIA AGRÁRIA

4.1. Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo

(Diplomacia 2008) A análise da dinâmica da modernização da agricultura brasileira é importante para o entendimento da sociedade do Brasil contemporâneo. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Atualmente, observa-se, nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil, um sistema produtivo intenso e mecanizado, que gera poucos empregos diretos e baixo índice de urbanização e de migrações.

(2) Devido à consolidação da agricultura irrigada – parcialmente voltada para a exportação – e da produção moderna de grãos, bem como à modernização dos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, a região Nordeste do Brasil apresenta, atualmente, bons índices de desenvolvimento no que se refere a indicadores sociais, superando, inclusive, índices do Centro-Sul.

(3) O cerrado brasileiro é um bioma propício à atividade agrícola, como comprova sua alta produtividade nas últimas décadas, graças, especialmente, à fertilidade do seu solo, que não exige corretivos.

(4) O fato de as indústrias deixarem de se concentrar no Sudeste do Brasil tem relação com o processo de modernização da agricultura brasileira.

1: Errado. Atualmente observa-se que a expansão da fronteira agrícola no Brasil baseia-se em diversas atividades econômicas. A Amazônia, como última fronteira agrícola do país, reflete bem os diferentes padrões e atividades envolvidos nesse processo: na pecuária, predomina uma produção extensiva e desenvolvida em grandes propriedades, com baixo nível de mecanização, enquanto a mineração gera uma quantidade de empregos diretos que não deve ser considerada baixa. A ideia de que os fluxos migratórios para as regiões relacionadas à expansão da fronteira agrícola são pequenos tampouco pode ser confirmada, visto que contraria o conceito de fronteira agrícola;
2: Errado. Apesar de nas últimas décadas participar de um processo sério de desenvolvimento social, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado, o Nordeste brasileiro ainda apresenta os índices de desenvolvimento mais baixos do país, enquanto o Centro-Sul continua a liderar os números nacionais;
3: Errado. O cerrado brasileiro é um bioma com solo deficiente em nutrientes, o que dificulta o plantio de bens agrícolas em suas terras. Apenas a partir dos anos 1970, com os trabalhos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é que o cerrado tornou-se viável como local de produção agrícola e passou a se articular mais estreitamente com o mercado do Centro-Sul do país e com o resto do mundo;
4: Certo. A interiorização do país, que implica a desconcentração das indústrias do Sudeste, entre várias outras consequências, está intimamente ligada à modernização da agricultura brasileira. Quando pensamos na soja, por exemplo, que pode ser plantada no interior de Mato Grosso e Goiás graças ao desenvolvimento tecnológico,

tal relação torna-se evidente, pois as áreas até então com pouca atividade econômica passam a gerar mais riquezas e a requerer mais bens industriais, tanto para o processo produtivo quanto para sua população.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) O desenvolvimento da indústria e da agroindústria resultou na diferenciação e especialização do espaço regional brasileiro por meio da criação de novas estruturas produtivas, como observado na Amazônia brasileira.

1: Certo. O item refere-se indiretamente à Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento econômico implementado no coração da Amazônia com três diferentes polos econômicos: o comercial, cujo maior êxito ocorreu na década de 1980, quando o regime econômico ainda era o de uma economia fechada; o industrial, que é considerado a base da Zona Franca, possui cerca de 600 indústrias, gera mais de meio milhão de empregos e produz de geladeiras a celulares, passando por motocicletas; e o polo agropecuário, com projetos voltados para a alimentação, turismo, agroindústria e outros.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2008) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A integração mundial do mercado dos produtos agropecuários favorece o comércio agroexportador do Brasil com outros países ou blocos de países, pois o mercado articula-se em torno de blocos que possuem interesses comerciais comuns.

(2) Na Amazônia, o crescimento do agronegócio e a expansão das culturas de *commodities* têm sido observados em um grande número de pequenas propriedades, o que se justifica por serem tais empreendimentos prioritários para a desconcentração da propriedade da terra.

(3) Influenciada pelo agronegócio, a agricultura familiar ou de subsistência praticada atualmente na Amazônia tem sido apoiada por inovações tecnológicas e pela utilização dos créditos ambientais subsidiados por políticas públicas de preservação, que objetivam recompensar o abandono da prática de derrubada ou queimada da floresta ou da vegetação secundária.

1: Errado. O mercado mundial de produtos agropecuários não favorece o comércio exportador do Brasil, que, ao contrário, na atual Rodada de Doha da OMC, é um dos principais atores a exigir um novo acordo em torno da agricultura;
2: Errado. Não é correto falar em "grande número de pequenas propriedades" no que se refere ao crescimento do agronegócio e à expansão das culturas de *commodities*, visto que esses empreendimentos ainda são fundamentalmente baseados nas grandes propriedades e têm como objetivo não a desconcentração de terra, mas sim interesses econômicos;
3: Errado. Não é correto associar "créditos ambientais subsidiados" pelo governo com agricultura familiar ou de subsistência, pois tal incentivo limita-se à agricultura em grande escala.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Considerando que as informações contidas no gráfico abaixo ajudam no estabelecimento de algumas conclusões a respeito da produção agrícola nacional, julgue os itens seguintes.

Cereais, leguminosas e oleaginosas
Área e Produção - Brasil
1980 a 2008

(1) O aumento na produção, conforme mostrado no gráfico, é decorrente tanto do incremento da área cultivada quanto da modernização tecnológica da agricultura.

(2) Quanto à mecanização das áreas agrícolas, as características do relevo brasileiro, como no caso das chapadas, impedem o aumento em ritmo maior das terras incorporadas à agricultura.

(3) De modo geral, a expansão de determinados setores industriais no país tem demandado maior quantidade de produtos da agricultura, fomentando a agroindústria.

1: Certo. O gráfico mostra um pequeno aumento da área cultivada, mas o crescimento brutal da produção não é proporcional ao primeiro dado. Por isso, a maior eficiência agrária e o aproveitamento do espaço estão ligados, sobretudo, à modernização tecnológica da agricultura;
2: Errado. O cerrado do Centro-Oeste é o local onde se verificam, ao mesmo tempo, a maior concentração de chapadas do país e a constante modernização do agronegócio brasileiro. Portanto, não se poderia presumir que a afirmativa fosse correta;
3: Certo. Mesmo que o agronegócio represente apenas 6% do total do PIB brasileiro, ele tem participação importante em vários setores produtivos da economia nacional, como, por exemplo, na indústria de sucos de laranja, em que, para atender ao crescimento da demanda por essa bebida, a fábrica de sucos pressiona o produtor da fruta a aumentar seu cultivo.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens subsequentes, relativos à agricultura no Brasil.

(1) O aproveitamento integral do calendário agrícola, o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações e a maior disponibilidade de crédito são alguns dos fatores que indicam o início do período técnico-científico-informacional na agricultura brasileira.

(2) A modernização da agricultura no Nordeste do Brasil vem ocorrendo em áreas contínuas e especializadas no cultivo de frutas, legumes e soja.

(3) As fronteiras agrícolas do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, vincularam-se à expansão das vias de circulação, aos movimentos espontâneos de imigração e à colonização oficial e privada, à especialização da produção nos diversos ramos agropecuários e às diferenças quanto ao grau de tecnificação.

1: Certo. O conhecimento que permite elaborar um sistema de crédito mais acessível, bem como o aproveitamento integral do calendário agrícola com o encurtamento dos ciclos vegetais, são evidências de que a informação está tendo um papel estruturador do espaço geográfico. Da mesma forma, a velocidade da circulação de produtos e as demais modernizações específicas da agricultura são indícios de que a técnica está modificando o espaço geográfico tanto da cidade como do campo, caracterizando, assim, o chamado "período técnico-científico-informacional", termo cunhado pelo geógrafo Milton Santos;
2: Errado. A modernização da agricultura no Nordeste é uma realidade, porém não ocorre em áreas contínuas; o que há são "polos de modernidade", como no caso das cidades de Juazeiro e Petrolina, ilhas de modernidade no médio São Francisco;
3: Certo. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil caminhou para se tornar o país integrado de hoje, e o papel da expansão da fronteira agrícola nesse processo não pode ser minimizado. Na verdade, trata-se de um movimento interdependente: ao mesmo tempo que era necessário preencher o vazio demográfico no Centro-Oeste, por exemplo, era preciso desenvolver uma atividade produtiva para a população que iria se instalar ali, produção essa que não se destinaria (ao menos não de imediato) à região recém-povoada. Assim, a expansão das vias de circulação de pessoas e sobretudo de mercadorias vincula-se intimamente à expansão da fronteira agrícola.

Gabarito 1C, 2E, 3C

4.2. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro

(Diplomacia 2004) Considerando que o desenvolvimento capitalista no Brasil tem promovido a reordenação territorial no campo, julgue os itens que se seguem.

(1) Nas últimas décadas, ocorreu grande expansão na produção primária destinada à exportação, o que atesta o caráter eminentemente agrícola do país.

(2) O crescimento agrícola do país se deu não só pela modernização tecnológica, mas também em função do aumento das terras cultivadas, com a instauração de processos erosivos e perdas de solo.

(3) O progresso técnico generalizado na produção agrícola brasileira ocasionou o desaparecimento das relações não capitalistas de produção.

1: Errado. É incorreto afirmar que o Brasil tem "caráter eminentemente agrícola", pois os números demonstram que, atualmente, cerca de apenas 40% de todo o território nacional é considerado rural e que somente 10% do total do território brasileiro é utilizado para a lavoura e 20% para a pecuária;
2: Certo. O crescimento agrícola do Brasil está intimamente ligado ao desenvolvimento de novas tecnologias modernizadoras da agricultura, mas esses avanços dependiam da necessidade de buscar novos solos cultiváveis, como os do cerrado, uma vez que os processos erosivos ameaçavam o uso das terras férteis do país;
3: Errado. O item refere-se à agricultura de subsistência como "relações não capitalistas de produção", prática que, apesar de ter diminuído em função do progresso técnico da produção agrícola brasileira e da crescente urbanização do país, não desapareceu, mas continua a ser uma realidade para muitos brasileiros no interior do país.

Gabarito 1E, 2C, 3E

5. GEOGRAFIA URBANA

5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O avanço das fronteiras econômicas, como a agropecuária na região Centro-Oeste e a mineral na região Norte, contribuiu para a expansão do sistema de cidades.

1: Certo. Ao longo do século XX, o Brasil passou por um processo de interiorização que vem contribuindo para a expansão do sistema de cidades do país. À medida que a população cresce e a necessidade de ocupar novos espaços se materializa, as fronteiras econômicas são levadas cada vez mais para o interior do país. Cabe lembrar, porém, que a fronteira agrícola ainda é uma realidade no Brasil, notadamente na Amazônia. Ao mesmo tempo, o processo de desmetropolização no qual nos encontramos vem aumentando a importância das cidades médias no país, ampliando o sistema de cidades.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2006) Tendo o gráfico abaixo como referência e considerando o processo de urbanização do mundo contemporâneo, assinale a opção correta.

As 100 maiores cidades do mundo até 2015

(A) O aumento contínuo da participação da África e da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo ao longo do período representado no gráfico reflete o processo de globalização da economia, que enseja a inserção de países periféricos e a superação de seu passado colonial.

(B) O aumento da participação da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo indica o rápido processo de urbanização calcado na industrialização, que não se faz acompanhar de adequada e suficiente oferta de empregos urbanos no setor secundário da economia.

(C) O declínio na participação de determinados continentes é justificado pela interposição de barreiras à entrada de migrantes e, principalmente, pela diminuição de suas populações, tendo eles já realizado sua transição demográfica.

(D) No Brasil, o crescimento urbano e a urbanização foram alimentados por um forte êxodo rural e fluxos migratórios entre regiões, o que possibilitou melhor distribuição da população no território.

(E) O caráter urbano e metropolitano do Brasil, com o estabelecimento de bem distribuída rede de cidades, está restrito ao Sul e Sudeste do país, uma vez que estas foram as regiões que experimentaram o maior desenvolvimento industrial ao longo da história do país.

A: Incorreto. O fenômeno da macrocefalia – em que os centros urbanos são grandes demais e concentram a população mais carente, na maioria das vezes de forma desorganizada e pouco segura – é uma característica do desenvolvimento dos países do terceiro mundo,.e o aumento da participação dos continentes das antigas colônias no conjunto das cem maiores cidades do mundo está intimamente relacionado ao seu passado., Com a industrialização tardia desses países de terceiro mundo, todo o processo de urbanização foi acelerado e, em vez de surgirem, como na Europa e nos Estados Unidos, diversas cidades espalhadas pelo território, capazes de assimilar com o passar do tempo o crescimento da demanda por um espaço urbano, as pessoas se aglomeram em uma cidade que cresce de modo rápido e desordenado. Para exemplificar tal fenômeno, podemos comparar a população de 70 milhões da Alemanha e os apenas 4 milhões da cidade de Berlim aos 40 milhões de habitantes da Argentina e os cerca de 15 milhões que vivem em Buenos Aires;

B: Correto. A atual urbanização da América Latina relaciona-se ao setor terciário da economia. Isso porque o êxodo rural, que leva migrantes do campo para a cidade, é um fenômeno que, nos países periféricos como um todo, atinge majoritariamente indivíduos com pouco conhecimento técnico para serem integrados ao setor secundário da economia; diante disso, ao chegarem às cidades, eles dedicam-se ao chamado setor terciário inferior;

C: Incorreto. O declínio de continentes como a América do Norte e a Europa no contingente das maiores cidades do planeta pouco ou nada tem a ver com questões de política migratória. Na realidade, esse declínio está ligado ao fato de os países desses continentes terem começado seu processo de urbanização nos séculos XVIII e XIX, o que lhes rendeu uma rede de cidades mais espalhadas e menor concentração urbana que as dos países da Ásia, África e América do Sul;

D: Incorreto. O crescimento urbano e a urbanização no Brasil não favoreceram a melhor distribuição da população no território nacional. Ao contrário, isso levou os migrantes da área rural a se concentrarem no Sudeste do país ou, em menor escala, nas grandes cidades de suas regiões (por exemplo: os migrantes do Ceará dividem-se entre os que podem deslocar-se até o Sudeste do Brasil e os que limitam sua migração à metrópole mais próxima, principalmente por motivos econômicos; em ambos os casos, tais migrações contribuem para concentrar a população, em vez de distribuí-la);

E: Incorreto. Não é possível falar em uma rede de cidades “bem distribuída” no Sudeste do país, pois basta lembrar a macrocefalia dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Gabarito B

(Diplomacia 2003) O mapa abaixo permite inferências acerca de vários aspectos da dinâmica social, econômica e espacial do Brasil. Nesse sentido, julgue os itens subsequentes.

(1) Em uma retrospectiva histórica, a estruturação da rede de cidades, concentrada na costa centro-sul do país, corresponde a um determinismo geográfico, uma vez que o clima foi um fator desfavorável ao povoamento no interior, extremamente chuvoso ou tendendo para a semiaridez.

(2) Em relação à extensão territorial do Brasil, há um número limitado de cidades com características de metrópole articulando a rede urbana, devido ao lento e gradual processo de urbanização vivido pelo país, como consequência de sua recente industrialização.

(3) O mapa comprova que as diferenças nas taxas de natalidade entre as regiões brasileiras são um dos fatores explicativos dos diferentes ritmos de crescimento das cidades brasileiras.

(4) É reconhecida a tendência de modificação do quadro da hierarquia urbana do país motivada por uma desconcentração industrial, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado brasileiro.

(5) As regiões mais fracamente povoadas do Brasil são evidentemente aquelas com incipiente desempenho econômico, visto que o deslocamento da força de trabalho acompanha o crescimento das atividades econômicas.

1: Errado. A estruturação da rede de cidades concentrada na costa centro-sul do país não corresponde a um determinismo geográfico, cujas ideias não coadunam com as da banca. Assim, não são as características naturais do território do centro-sul ou do norte que explicam a estruturação das redes de cidades nas duas regiões, mas o conjunto de fatores sociais e naturais que construíram a presente conjuntura dos territórios. Desses fatores, o sistema de *plantations*, baseado nas grandes propriedades, na monocultura e na mão de obra escrava, é o principal culpado pela atual concentração de terra no Nordeste. De modo semelhante, podemos atribuir o desenvolvimento de uma rede de cidades mais elaborada no Sul à agricultura baseada na pequena propriedade que predominou ao longo dos séculos na região;

2: Errado. Atualmente, há no Brasil doze metrópoles e 37 regiões metropolitanas, o que pode ser visto como um "número limitado", se considerarmos a extensão territorial do país e que mais da metade dos estados não conta com sequer uma metrópole nacional. Porém, é incorreto afirmar que o processo de urbanização vivido pelo país foi "lento e gradual"; ao contrário, em consonância com o que ocorre na maioria dos países em desenvolvimento, o processo foi acelerado;

3: Errado. O mapa não comprova diferença nas taxas de natalidade, limitando-se a apresentar a densidade populacional nas diferentes regiões do país;

4: Certo. Existe efetivamente uma modificação na hierarquia urbana do país, com o crescimento acelerado de capitais como Manaus, Goiânia e Fortaleza ou ainda de cidades como Ribeirão Preto. A afirmativa de que tal tendência de modificação é fruto de investimentos do Estado não deve ser questionada, sendo claro o esforço estatal para melhorar a distribuição da população e da atividade produtiva pelo país;

5: Errado. O vazio demográfico na região Norte do Brasil não reflete o faturamento bilionário da Zona Franca de Manaus, assim como o

vazio do Centro-Oeste mato-grossense não indica os altos lucros do agronegócio da soja concentrado na região.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos e definições que caracterizam o processo de urbanização brasileira.

(1) No Brasil, o processo de urbanização foi acelerado após a Segunda Guerra Mundial, apresentando mudanças no uso do território resultantes da integração dos meios de comunicação, o que facilitou fluxos de população, mercadorias e ideias. Os ritmos distintos dessa urbanização levaram às diferenciações regionais.

(2) A expansão urbana ocorrida nas últimas décadas caracterizou-se pela ocupação desordenada do solo. Contudo, por coincidir com significativa melhora das finanças públicas, esse processo foi acompanhado do atendimento das demandas sociais, razão pela qual foram minimizados os problemas das metrópoles.

(3) O fenômeno da metropolização, presente em diferentes estados brasileiros, se deu, geralmente, a partir da junção de municípios a uma grande cidade, concentradora de modernidade, de população e de recursos econômicos e financeiros.

1: Certo. A unificação do território brasileiro e a urbanização acelerada evidenciaram-se após a Segunda Guerra Mundial, havendo até então uma interligação entre as regiões do país extremamente precária. Assim, os investimentos em sistemas de transporte e comunicação, a construção de Brasília, o projeto do nacional-desenvolvimentismo e o Plano de Metas facilitaram os fluxos de pessoas, a aproximação de mercados e a circulação de ideias;
2: Errado. Não se pode falar em minimização dos problemas das metrópoles se as demandas sociais ainda não foram atendidas. As metrópoles brasileiras têm sérios problemas com a criminalidade, oriunda da marginalização das camadas mais pobres da sociedade;
3: Certo. A metropolização é uma realidade em todos os estados brasileiros. Nesse fenômeno, certas cidades crescem mais do que as outras e terminam por concentrar grande parte da atividade econômica e da população da região. A legislação brasileira adotou o conceito de região metropolitana para facilitar a administração dos municípios. Quando se pensa em uma cidade como o Rio de Janeiro, que conta com mais da metade de sua força trabalhadora residindo fora do município, fica clara a necessidade de tal instrumento legal para coordenar os fluxos da "migração pendular", onde uma metrópole polariza as atividades profissionais de todo um conjunto de municípios nos quais, em um movimento diário, pendular, milhares de indivíduos migram de um município para o outro.

Gabarito 1C, 2E, 3C

5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A industrialização brasileira conheceu um processo de dispersão que, por ter ocorrido de forma ordenada, evitou a metropolização dos novos centros industriais.

(2) Depois de décadas de concentração econômica na cidade de São Paulo, observa-se um processo inverso, determinado, entre outras causas, pelas chamadas deseconomias de aglomeração.

1: Errado. A industrialização brasileira, assim como a da maioria dos países do terceiro mundo, não foi nada ordenada e não passou por um processo de dispersão; ao contrário, concentrou-se em demasia no Sudeste do país, notadamente em São Paulo. A metropolização do país foi uma realidade ao longo do século XX e hoje há, segundo o IBGE, 12 Metrópoles no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre;
2: Certo. A industrialização do Brasil fundamentou-se em uma economia de aglomeração que, por diversos motivos, concentrou em São Paulo a maioria das indústrias do país. Hoje, porém, com o fenômeno da desmetropolização no país, a cidade de São Paulo está deixando de ser apenas um polo produtivo e passando a exercer muito mais a função de comando financeiro da economia nacional do que a de local primário da produção. Nesse contexto, as empresas estão deslocando cada vez mais fábricas para o interior do país atrás de preços mais cômodos para sua produção: é o fenômeno da "deseconomia de aglomeração".

Gabarito 1E, 2C

5.3. Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) Ainda hoje, verifica-se a polarização exercida pelas metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, por meio da concentração de indústrias e de serviços.

1: Certo. Apesar de essa polarização estar sendo reduzida, a concentração de indústrias e serviços nas duas maiores metrópoles do país ainda é uma realidade, assim como em boa parte dos países em desenvolvimento.

Gabarito 1C

5.4. O papel das cidades médias na modernização do Brasil

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) No século XXI, tem-se observado crescente fluxo migratório das cidades médias para as grandes metrópoles nacionais, que ainda se mantêm como os maiores polos de atração populacional do país.

(2) Tal como ocorre com países desenvolvidos e altamente industrializados, no espaço urbano brasileiro predominam as atividades do setor terciário, que emprega a maior a parte da população ativa.

1: Errado. O enunciado da pergunta refere-se às redes urbanas no Brasil, o que facilita a resposta, pois hoje o país passa por um processo de desmetropolização, que representa não o encolhimento das metrópoles

– as quais seguem crescendo, ainda que a um ritmo menor que a média nacional –, mas o crescimento proporcionalmente maior das cidades médias, que se tornaram o novo polo de atração populacional do país. Enquanto a média nacional de crescimento populacional é de 1,17%, a cidade de São Paulo tem um crescimento de 1%, enquanto sua vizinha Ribeirão Preto apresenta um crescimento anual de 3%;
2: Certo. Dos três setores, efetivamente o terciário é aquele que mais emprega trabalhadores brasileiros, atraindo cerca de 70% da população economicamente ativa. Vale lembrar, porém, que há quem faça uma separação do setor terciário em superior (aquele a que pertencem advogados e médicos) e inferior (o que emprega camareiras e motoristas).

Gabarito 1E, 2C

6. GEOGRAFIA POLÍTICA

6.1. Relações entre Estado e território

(Diplomacia 2002) Assinale o único país com o qual o Brasil não faz fronteira:

(A) Equador.
(B) Colômbia.
(C) Suriname.
(D) Bolívia.
(E) Paraguai.

A: Correto. Na América do Sul, o Brasil apenas não tem fronteiras com o Equador e o Chile: o primeiro faz fronteira apenas com o Peru e a Colômbia, enquanto o segundo tem fronteiras com Bolívia, Argentina e Peru;
B: Incorreto. O estado do Amazonas faz fronteira com a Colômbia;
C: Incorreto. Os estados do Pará e do Amapá fazem fronteira com o Suriname;
D: Incorreto. Nossa fronteira mais extensa é com a Bolívia, sendo quatro os estados brasileiros que fazem fronteira com o país andino: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre (do sul ao norte);
E: Incorreto. Os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná fazem fronteira com o Paraguai.

Gabarito A

(Diplomacia 1996) Com quantos países o Brasil faz fronteira?

(A) 7
(B) 8
(C) 9
(D) 10
(E) 11

A: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de sete países;
B: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de oito países;
C: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de nove países;
D: Correto. O Brasil atualmente tem fronteira com dez países. Do sul ao norte, são eles: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (França). Vale lembrar que os únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não faz fronteira são Chile e Equador;
E: Incorreto. O Brasil não tem fronteira com mais de dez países.

Gabarito D

(Diplomacia 1996) O programa Calha Norte objetiva:

(A) irrigar as áreas desertificadas da região amazônica.
(B) enfrentar as carências socioeconômicas e assegurar a garantia da soberania e integridade territorial da região amazônica.
(C) interligar a malha fluvial do Norte com o Centro-Oeste do país.
(D) conservar o meio ambiente nas várzeas do rio Amazonas.
(E) proteger e, se possível, fomentar a cultura dos índios ianomami.

A: Incorreto. De acordo com a definição da Convenção Mundial de Luta Contra a Desertificação, no Brasil, a única área suscetível à desertificação está na região Nordeste, não havendo desertificação no bioma da região amazônica.nem programa nacional que vise irrigá-la;
B: Correto. O programa Calha Norte, criado em 1985 pelo governo federal, hoje está subordinado ao Ministério da Defesa e tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento e para a segurança da soberania da Amazônia. Devido à demanda, o programa atua majoritariamente em áreas próximas às nossas fronteiras, visando também aumentar e efetivar a presença do poder público na região;
C: Incorreto. Nos Programas Programa de Aceleração do Crescimento I e II, há previsão para a integração da malha fluvial brasileira, no entanto o Programa Calha Norte não objetiva adensar a comunicação entre as malhas fluviais;
D: Incorreto. É bem verdade que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) já definiu inúmeras áreas de preservação permanente e outras de uso sustentável a fim de conservar as várzeas e os igapós na região amazônica, esta prática, porém, não está associada ao Programa Calha Norte;
E: Incorreto. Existem vários programas que levam em conta a proteção e que buscam fomentar a cultura de diversas tribos indígenas do país. Hoje, o principal ator no plano federal que trabalha nesse sentido é a Fundação Nacional do Índio, a Funai, criada em 1967 e vinculada ao Ministério da Justiça.

Gabarito B

6.2. Formação territorial do Brasil

Texto para as próximas duas questões

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Ana Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia 2005) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos marcantes da colonização brasileira, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No início do processo da colonização brasileira (1530), a introdução das *plantations* de cana-de-açúcar marcou a forma de apropriação dos recursos naturais e a formação territorial do país.
(2) No Brasil atual, o latifúndio, uma das principais marcas socioambientais do período colonial, mantém-se como traço do poder.

(3) A Lei de Terras, promulgada no Brasil em 1850, tinha como similar, nos Estados Unidos da América (EUA), o *Homestead Act*, que democratizou o acesso à terra naquele país.

(4) A disponibilidade de vasta extensão de terras nas mãos de elites rurais respondeu, e ainda responde, às demandas do mercado mundial.

1: Certo. Apesar de as primeiras embarcações portuguesas terem chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização demorou cerca de 30 anos para se efetivar. A partir de 1534 foram feitas as primeiras doações de capitanias hereditárias (prática já adotada pelos portugueses na Madeira e em Cabo Verde), nas quais de imediato, a exemplo das experiências anteriores de Portugal, começou-se a plantar cana para a agromanufatura do açúcar. O termo "*plantations*" serve, assim, para descrever o sistema agrícola brasileiro dos primeiros anos de colonização, o qual baseava-se na monocultura latifundiária, explorava a mão de obra escrava e voltava-se para a exportação;
2: Certo. Um latifúndio é uma propriedade rural extensa, característica marcante da colonização brasileira, desde as doações de capitanias hereditárias até as de sesmarias, e importante na dinâmica da economia rural, já que é sinal de poder ser proprietário de tanta terra. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 15,6% do total dos estabelecimentos rurais do país ocupam mais de 75% de toda a área rural, confirmando que a estrutura latifundiária persiste no país;
3: Errado. Realmente se pode dizer que o *Homestead Act* (1862) dos Estados Unidos democratizou o acesso à terra naquele país, atraindo a mão de obra do continente europeu para comprar terras do Estado norte-americano. Já o objetivo da Lei de Terras brasileira era justamente o contrário, pois visava prender o imigrante europeu às grandes propriedades e dificultar-lhe a compra de terras. Enquanto o *Homestead Act* fora elaborado com o intuito de "conquistar o oeste", a Lei de Terras brasileira surgiu como maneira de substituir a já escassa (e cara) mão de obra escrava pela mão de obra de imigrantes ingleses, sem que isso implicasse possíveis perdas aos latifundiários brasileiros;
4: Certo. No início do processo de colonização brasileiro, as grandes propriedades rurais eram voltadas para a exportação do açúcar. Essa estrutura econômica para a exportação sobreviveu ao declínio do açúcar e se impôs com a ascensão do café. Hoje, as vastas extensões de terras concentradas nas mãos de elites rurais acompanham a interiorização do país, de forma que o cultivo da soja e a pecuária nos estados centrais e do norte do país preservam a lógica da agroexportação presente na economia nacional desde o século XVI.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2005) Considerando o assunto abordado no texto , julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) O empobrecimento dos solos, o desequilíbrio ecológico e a perda da biodiversidade tiveram início no período colonial.

(2) A rápida urbanização brasileira, principalmente a partir do século passado, é um dos fatores que têm contribuído para a degradação ambiental em diferentes biomas brasileiros.

1: Certo. O empobrecimento dos solos ocorreu desde os primórdios da colonização, devido ao fato de a cana-de-açúcar ser uma planta que cresce rapidamente, o que exige muito da terra. A monocultura também é associada a tal empobrecimento, bem como as eventuais queimadas. É possível considerar que em virtualmente todo processo de colonização há um desequilíbrio ecológico inevitável, uma vez que a presença de uma nova forma de vida em um ecossistema implica mudanças no ambiente. Quanto à perda da biodiversidade, o caso mais evidente é o do quase extinto pau-brasil, a ibirapitanga dos tupis;
2: Certo. A rápida urbanização, e o crescimento acelerado das metrópoles do país contribuíram para a degradação de diferentes biomas, no século passado, os casos mais perceptíveis foram o da Amazônia, e do Cerrado, notadamente com as metrópoles Brasília e Goiânia, e demais cidades médias da região. Porém o bioma mais desmatado do país é a Mata Atlântica, que conta hoje com cerca de 10% de sua vegetação original.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia 2005) Considerando o Brasil em sua divisão regional na década de 60 do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O Sudeste do Brasil, região que emergira com o crescimento cafeeiro e com a industrialização, representava a área core do país naquele década.

(2) O Sul do país era uma região rica e populosa em razão do desenvolvimento da agricultura voltada para a exportação de alimentos e de matérias-primas para outras regiões do Brasil.

(3) O Nordeste pertencia às chamadas áreas deprimidas, embora apresentasse estrutura industrial incipiente, a qual lhe assegurava alguma autonomia econômica.

(4) No Centro-Oeste, na vegetação do bioma cerrado, iniciava-se o processo de desmatamento, resultante da abertura da fronteira agrícola e da urbanização.

1: Certo. A região do Sudeste emergiu com o cultivo do café e mais tarde com a industrialização, sendo inegável que na década de 1960 representava (como ainda representa, o que não invalida a afirmativa) o core do país. Tal fato pode ser traduzido pelo termo "região concentrada", escolhido por Milton Santos para denominar a região que concentra a maior quantidade de pessoas, dinheiro e meios técnico-científicos, definição em que se enquadram os estados do Sul e do Sudeste;
2: Certo. Na década de 1960, prevaleceu a divisão regional elaborada pelo IBGE em 1942, na qual São Paulo fazia parte da região Sul; apenas no último ano da década é que São Paulo foi incorporada à nova região Sudeste. Assim, é possível afirmar que, naquela época, o Sul era a região mais rica do país e com a maior densidade populacional, além de grande exportador de matérias-primas para o Brasil e o mundo;
3: Errado. Não é possível afirmar que havia no Nordeste uma "autonomia econômica" na década de 1960. A região apresentava de fato uma indústria incipiente, com investimentos em infraestrutura e na produção de bens de consumo, mas tais iniciativas estavam intrinsecamente ligadas aos interesses e às verbas provenientes do centro-sul do país. Como exemplo, há o progresso gerado pelos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, criada em 1959), que realmente surtiram efeito no decorrer dos anos 1960, mas cujos recursos ainda eram provenientes dos capitais do centro-sul;
4: Certo. Os anos 1960 começaram com a inauguração de Brasília e, consequentemente, com a migração e o desmatamento gerado nas cercanias da nova cidade. A "diáspora gaúcha", migração de populações rurais do Sul para terras também rurais do Centro-Oeste, especialmente do Mato Grosso, é outra característica do período que levou ao esperado desmatamento. Vale lembrar que a lavoura da soja aparece apenas nos anos 1970, não contribuindo para o fenômeno descrito no item.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2005) Quanto à dinâmica da industrialização brasileira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A expansão da indústria brasileira, em diferentes estados do país, dá-se em estreita relação com a concentração demográfica.

(2) Transporte e estrutura agrária têm sido obstáculos à circulação de mercadorias e, portanto, empecilhos ao desenvolvimento industrial de certas áreas do país.

(3) As indústrias mais desenvolvidas do país localizam--se em áreas onde houve implantação de ferrovias de estradas de rodagem.

(4) Os estados que mais se destacaram na cumulação industrial na década de 60 do século XX foram Rio de Janeiro e São Paulo; os produtos eram daí exportados para a região Sul e para o eixo Norte-Nordeste.

1: Certo. A expansão da indústria brasileira em diferentes momentos históricos esteve relacionada à concentração demográfica, como se nota pela industrialização das cidades de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e outras metrópoles do país. Não é prudente, no entanto, afirmar que tal relação é direta ou que uma é causa da outra. Na verdade, hoje podemos observar o caso da capital paulista, cuja concentração demográfica segue crescendo enquanto as indústrias têm deixado a cidade em direção ao interior do estado e do país;
2: Certo. Hoje já não se defendem como outrora as teses de "Localização industrial", de Alfred Webber – segundo as quais a indústria teria de se estabelecer no local mais próximo da matéria-prima, do mercado consumidor e da fonte energética –, uma vez que os avanços tecnocientíficos vêm permitindo a relativização dessa proximidade. No Brasil, além de as dificuldades de transporte devidas à extrema densidade vegetal de certas áreas do país atrapalharem a circulação de mercadorias e de matérias-primas e, portanto, o desenvolvimento industrial, a estrutura agrária latifundiária, em vez de contribuir para encurtar as distâncias, também gera empecilhos para a circulação de mercadorias;
3: Certo. Milton Santos, em parceria com Maria Laura Silveira, no livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI", discorre sobre como as estradas de ferro, as rodovias, os portos e as usinas de eletricidade foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria em certas regiões do país. No Sul e no Sudeste, esses avanços tecnológicos foram se incorporando ao meio natural e transformando-o aos poucos em um meio tecnocientífico. Por outro lado, na Amazônia, fortemente dominada pelo meio natural, verificou-se a enorme dificuldade que era conseguir estabelecer um sistema de estradas de ferro e rodovias, de modo que a industrialização não pôde ocorrer com o mesmo sucesso;
4: Errado. A construção de Brasília, em 1960, e a transferência da capital foram responsáveis pela alteração do eixo de exportação para o Centro-Oeste e marcaram o início do declínio econômico do Rio de Janeiro, que, vale lembrar, dividiu-se em dois, com a cidade do Rio de Janeiro tornando-se o estado da Guanabara. Em razão disso, a acumulação industrial deixou de ser uma realidade no estado fluminense.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2005) Segundo Bertha Becker e Cláudio Egler, as premissas do projeto geopolítico do regime militar instaurado em 1964 não foram determinadas pela geografia do país nem se restringiram à apropriação física do território. O marco desse novo projeto foi a intencionalidade do domínio de vetor científico-tecnológico moderno para o controle de tempo e do espaço, entendido pelas Forças Armadas como condição para a constituição do Estado--nação na nova era mundial.

Considerando as observações apresentadas no texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir, tendo em vista a modernização conservadora e a reestruturação do território brasileiro.

(1) O projeto geopolítico de modernização brasileira, iniciado no pós-guerra, não atendia prioritariamente ao plano de ação das Forças Armadas.

(2) A integração territorial brasileira, na perspectiva da modernização conservadora, foi um recurso ideológico utilizado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais.

(3) A modernização brasileira gerenciou a pobreza por meio de políticas sociais massificadas e qualidade nos serviços oferecidos.

(4) A modernização conservadora reconheceu que eram necessárias a autonomia tecnológica e a instrumentalização de espaço como bases para a acumulação de riqueza e a legitimação do Estado; por isso, o espaço foi dotado de operacionalidade.

1: Certo. O presidente Dutra (1946-1951) manteve um alinhamento militar e ideológico com os Estados Unidos desde os primeiros dias de seu mandato, e tal alinhamento não condizia com o projeto geopolítico de modernização brasileira defendido pelos militares e nacionalistas da época, que pregavam maior independência para os projetos militares e desenvolvimentistas do país;
2: Certo. O termo "modernização conservadora", originalmente utilizado para descrever o processo capitalista na Alemanha e no Japão, é usado no Brasil para falar do desenvolvimentismo brasileiro do pós-1964, que se realizou sem retirar do poder a antiga sociedade pré-industrial. A integração territorial do regime militar, sob forte influência das teorias elaboradas pela Escola Superior de Guerra, pautava-se nos princípios de segurança e integridade do território nacional, e, a política adotada para assegurar esses fatores era a ocupação das regiões de fronteira. O objetivo era ocupar e desenvolver os "espaços vazios", a chamada "fronteira oca", levando para as regiões dois elementos básicos para seu progresso: mão de obra e capital;
3: Errado. O velho jargão do regime militar, "Aumentar o bolo para depois dividi-lo", pode ser útil para pensar as políticas sociais da época. Na visão dos governos militares, o combate, a inflação e o aumento da competitividade da economia brasileira eram mais importantes para o país do que, por exemplo, o valor do salário real dos trabalhadores;
4: Certo. Podemos citar o caso da Amazônia, que foi peça fundamental na política de integração territorial do regime militar e no qual a instrumentalização do espaço com enorme emissão de títulos de propriedade tinha o intuito de ocupar de forma legal a região e combater a oposição, como a Guerrilha do Araguaia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 1996) O Brasil tem uma base de lançamento de foguetes em:

(A) Iperó.
(B) Cabo Canavial.
(C) São José dos Campos.
(D) Canoas.
(E) Alcântara.

A: Incorreto. O município paulista de Iperó é mais conhecido por abrigar desde o início do século XIX a Fundição Ipanema, berço da siderurgia nacional;
B: Incorreto. Cabo Canavial é uma faixa de terra na Flórida, Estados Unidos, onde se encontra a Estação da Força Aérea de Cabo Canavial (CCAFS), base de lançamentos de foguetes do Departamento de Defesa daquele país;
C: Incorreto. Apesar de ser um dos grandes tecnopolos das Américas, sede de diversos institutos de renome (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto de Aeronáutica e Espaço, Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Embraer), o município paulista não abriga nenhuma base de lançamentos de foguetes;
D: Incorreto. O município gaúcho de Canoas é o segundo maior do estado, conhecido por ser o endereço da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), e também não abriga base de lançamento de foguetes;
E: Correto. O município de Alcântara, no Maranhão, é sede da segunda base de lançamento de foguetes do Brasil, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), criado em 1989 como alternativa ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), do município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

Gabarito E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Acerca da organização e das características de espaços regionais brasileiros, julgue os próximos itens.

(1) A partir dos anos 70 do século XX, a região da Amazônia brasileira sofreu significativa mudança: à estruturação baseada nos rios e nas cidades nodais acrescentaram-se a implementação de rodovias e a melhoria de hidrovias e de redes de telecomunicações, o que favoreceu o aumento de fluxos migratórios e econômicos.

(2) A exploração das terras amazônicas tem favorecido estratégias geopolíticas, militares, demográficas e de desenvolvimento econômico congruentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável, o que assegura a conservação da biodiversidade local, a melhoria das condições de vida de suas populações e a inserção dessa região na economia global.

(3) Os processos sociais e econômicos que interferiram na organização espacial brasileira a partir da década de 50 do século XX influenciaram a formação de três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste, divisão geoeconômica que expressa, entre outros aspectos, as transformações operadas no capitalismo mundial e brasileiro.

(4) A região Nordeste do Brasil padece de vulnerabilidades socioeconômicas, geoambientais, científico-tecnológicas e político-institucionais. No campo geoambiental, considera-se como problema mais grave e insolúvel a escassez de recursos hídricos.

1: Certo. A década de 1970 foi o ponto culminante de uma política de integração da região Norte (Amazônia) ao resto do país, a qual já se delineava desde os anos 1950. Diversas políticas públicas foram implementadas nesse sentido, incentivando grandes projetos agropecuários e minerais, bem como a construção de estradas, tudo impulsionado pelos resultados da criação da Zona Franca de Manaus em 1967;
2: Errado. A exploração de terras amazônicas não vem sendo congruente com o paradigma do desenvolvimento sustentável, visto que grande parte dessa exploração é feita por meio do desmatamento e das queimadas, deixando as áreas em questão em um estado do qual não podem ser recuperadas. Do mesmo modo, falar em "conservação da biodiversidade local" não é correto, apesar dos esforços federais nesse sentido. É importante, porém, frisar que o Programa de Prevenção e de Controle do Desmatamento, implementado em 1995, vem provocando a queda substantiva no desmatamento: em 1995, 27000 km2 eram desmatados, 0,5% da Amazônia, hoje os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam para um desmatamento de 6000 km2, 0,12% do território da Amazônia brasileira;
3: Certo. Essa divisão corresponde à elaborada pelo geógrafo Pedro Geiger, em 1967, para melhor representar os complexos regionais do Brasil segundo regiões geoeconômicas. Anos depois, devido ao aumento significativo do agronegócio nos estados do Centro-Oeste e à alteração da dinâmica econômica, Milton Santos propôs uma divisão em quatro unidades: Região Amazônica, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada;
4: Errado. A transposição do rio São Francisco, independentemente dos possíveis efeitos negativos que produza, é uma solução para as secas do semiárido nordestino.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

7. GEOGRAFIA E GESTÃO AMBIENTAL

7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O conceito de reserva tem sido internacionalmente adotado, como forma de se destacar a necessidade de conservação, recuperação, desenvolvimento sustentável e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida.

1: Certo. O conceito de reserva, que no debate político internacional é discutido por preservacionistas e conservacionistas (os primeiros defendem que o meio ambiente é intocável, sob o risco de extinção total de espécies da flora e fauna do planeta, e os segundos advogam o uso racional do meio ambiente, pautado na apropriação cautelosa da natureza pelo homem), vem tornando-se unanimidade nas ações ambientais dos Estados. No Brasil, duas figuras jurídicas foram criadas para limitar a exploração plena do meio ambiente: as Reservas Legais (área delimitada dentro de uma propriedade rural, onde a vegetação nativa deve ser obrigatoriamente mantida e preservada) e as Áreas de Preservação Permanente (onde, diferentemente das Reservas Legais, a vegetação não precisa ser nativa e o objetivo da preservação é assegurar a estabilidade geológica, a biodiversidade e o bem estar da população, assim como proteger os recursos hídricos, a paisagem e o solo). É importante lembrar que as APPs podem abranger tanto propriedades privadas como públicas.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2006) A propósito do tratamento internacional ao tema do meio ambiente nas três últimas décadas do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ganhou relevo a tese que atribuía a existência dos problemas ambientais do planeta à explosão demográfica dos países pobres.

(2) O documento "Nosso Futuro Comum", produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987, procurou isolar o tratamento da temática ambiental das questões demográficas e sociais.

(3) O desenvolvimento sustentável é aquele em que a maior parte da população mundial se vê privada do atendimento de suas necessidades básicas – alimento, vestuário, moradia e saneamento – para sustentar elevados níveis de consumo de uma parcela da população, concentrada nos países desenvolvidos.

(4) A Agenda 21 – programa de ações de curto, médio e longo prazos aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 – prevê, além da adequação ambiental dos novos investimentos produtivos, a recuperação de áreas degradadas pelo uso predatório dos recursos naturais.

1: Certo. Nas reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma e técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT) publicaram um relatório ("Limites para o crescimento") que teria grande influência na Conferência. Segundo esse documento, o crescimento da economia mundial e sobretudo o crescimento descontrolado dos países do terceiro mundo são os grandes responsáveis pelos impactos danosos ao meio ambiente;
2: Errado. O documento "Nosso futuro comum", publicado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracteriza-se fundamentalmente por defender a adoção do desenvolvimento sustentável e julgar que as questões demográficas e sociais são intrinsecamente ligadas aos desafios referentes ao meio ambiente. Entre as medidas defendidas pelo relatório, estão a contenção do crescimento demográfico, o controle da urbanização acelerada e desordenada, e a implementação de um programa voltado ao desenvolvimento social;
3: Errado. O desenvolvimento sustentável é um conceito apresentado pelo relatório "Nosso futuro comum", ou Relatório Bruntdland, de 1987, e que passa a ser mais empregado no início dos anos 1990, em especial após a Conferência Rio 1992. Ele abarca o comprometimento com gerações futuras sem abrir mão do desenvolvimento necessário para as gerações do presente. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, falamos de uma política norteada pela máxima de não privar gerações futuras dos recursos dos quais dispomos hoje, ao mesmo tempo reconhecendo a importância do desenvolvimento para os dias atuais;
4: Certo. A "Agenda 21" é um dos cinco documentos normativos que resultaram da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Trata-se de um plano de ação multitemático (entre seus tópicos, destacam-se o desmatamento, a biodiversidade e o financiamento para projetos) em que foram estabelecidas datas e orientações para diversos problemas ambientais.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A cidade de Edo, atualmente Tóquio, tornou-se a capital do Japão em 1603. Sua população chegou a um milhão de habitantes, a maior cidade do mundo. Era uma cidade próspera, tanto do ponto de vista econômico como cultural, embora não dispusesse das tecnologias mais modernas da época. A razão desse sucesso pode ser, em parte, atribuída a movimentos de nutrientes entre o mar, a cidade e as áreas agrícolas, mediados pela ação humana.

A baía de Edo recebia grandes quantidades de nutrientes provenientes dos rios que desciam das montanhas e das águas usadas pela população urbana. Entretanto, pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas. Os primeiros, ao trazerem peixe fresco, algas e outros produtos marinhos para a população de Edo, eficientemente deslocavam, contra a gravidade, materiais de volta para as partes altas da região. Os agricultores coletavam regularmente os excrementos da população urbana e os transportavam, também contra a gravidade, para as terras onde praticavam a agricultura.

Embora o potencial dos excrementos humanos como fertilizantes tivesse sido reconhecido ocasionalmente pelos agricultores japoneses na Idade Média, seu uso sistemático começou durante a era Edo. De fato, a população fazia contratos com os agricultores para que estes retirassem regularmente o material acumulado nas latrinas e o levassem para as montanhas e terraços. Como pagamento, recebia vegetais frescos, grãos ou dinheiro. Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo.

(Diplomacia 2005) Com o auxílio do texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Sustentabilidade é um conceito que envolve sinergia entre fenômenos naturais e ações humanas, como ilustra o desenvolvimento de Edo. Ali, ciclos naturais de nutrientes tornaram-se ativos parceiros nas atividades econômicas.

(2) Práticas modernas de tratamento de esgoto, como, por exemplo, aquelas que envolvem a tecnologia do lodo ativado, em que a matéria orgânica é decomposta aerobicamente por micro-organismos, permitem que os esgotos continuem a servir como fertilizantes de terras agrícolas.

(3) De acordo com o texto, o processo de eutrofização, decorrente do aumento da concentração de nutrientes, ocorreu em Edo graças à ação de pescadores e de agricultores.

(4) No texto, as referências à força da gravidade sugerem que processos como preparação do solo para agricultura, produção e distribuição de alimento requerem investimento de energia. Para realizar essas atividades, a agricultura moderna adota, em vez da energia obtida a partir da força muscular de homens e animais, a oriunda de combustíveis fósseis.

1: Certo. Sustentabilidade é o que se espera obter por meio do desenvolvimento sustentável, política de desenvolvimento que une os anseios de progresso do presente com o cuidado de preservar recursos naturais e o meio ambiente para gerações futuras. No texto verificamos a presença dessa ideia em trechos como "mediados pela ação humana *(...)*", "pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas" e "Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo";
2: Errado. Além de conter erros técnicos quanto ao processo de decomposição da matéria orgânica, a tecnologia do lodo ativado não pode ser considerada moderna, visto que está prestes a completar cem anos de existência;
3: Errado. O texto afirma justamente o contrário: as ações dos pescadores e dos agricultores ajudaram a evitar o indesejado processo de eutrofização, isto é, o excesso de nutrientes em uma massa de água;
4: Certo. Todo trabalho que requeira qualquer tipo de movimento físico demanda o investimento de energia, e quanto maior for o esforço, como no caso do trabalho do campo, maior será a energia ou força muscular gasta para realizar a tarefa. Para maximizar os resultados e reduzir o esforço físico de homens ou animais, a agricultura moderna tem utilizado cada vez mais máquinas para realizar o trabalho duro do campo, e o combustível que nutre os tratores e caminhões no meio rural são os combustíveis fósseis, como o petróleo, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

7.2. Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O grau de devastação sofrido pela Mata Atlântica explica-se, em parte, pela sua localização, que favoreceu o desenvolvimento dos ciclos econômicos e, mais recentemente, a indústria madeireira.

(2) Embora apresentem características comuns – como a densidade da cobertura vegetal e a grande biodiversidade – o bioma amazônico e a Mata Atlântica distinguem-se quanto à pluviosidade, uma vez que os índices pluviométricos daquele são muito superiores aos desta.

1: Certo. O bioma mata atlântica é o mais devastado do Brasil: estima-se que cerca de 90% da sua cobertura original foi destruída. Entre as muitas explicações que podem ser dadas para tal fato, a colonização litorânea no bioma da mata atlântica é uma das mais convincentes. Hoje, à medida que o país se interioriza cada vez mais, o bioma que mais sofre devastação é o cerrado;
2: Errado. A pluviosidade não é um fator que possa ser utilizado para distinguir os dois biomas, pois tanto a floresta amazônica quanto a mata atlântica são florestas tropicais, o que caracteriza a ambas como locais de alta pluviosidade.

Gabarito 1C, 2E

(Diplomacia 2005) A respeito das bacias hidrográficas brasileiras e da água como recurso hídrico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) As bacias do Atlântico Nordeste, Leste e Sudeste drenam as áreas menos populosas do país.
(2) As bacias hidrográficas brasileiras são dependentes das características ambientais dominantes relacionadas a precipitações no espaço e no tempo, tipo de geologia, solo dos terrenos e formas de ocupação que contribuem para o fornecimento de sedimentos para os rios.
(3) No Brasil, a bacia Amazônica ocupa mais da metade do território e conta com os seguintes divisores topográficos: planalto das Guianas, cordilheira dos Andes e planalto Brasileiro.
(4) A bacia do São Francisco atravessa os estados de Minas Gerais e Bahia, e apenas nas nascentes registram-se médias pluviométricas anuais acima de 1.000 mm; no restante da bacia, as médias são bastante baixas.

1: Errado. A bacia Atlântica do Sudeste é responsável pela drenagem das áreas mais populosas do Brasil, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. A bacia Amazônica é a que drena a área menos populosa do país;
2: Certo. Os rios brasileiros pertencem ao regime pluvial, isto é, são alimentados pela chuva e apresentam cheias de dezembro a março, período chuvoso do verão. A exceção é o rio Amazonas, que pertence ao regime complexo, passando por dois períodos de cheias, um ligado às chuvas e outro ao derretimento das geleiras dos Andes;
3: Errado. É incorreto afirmar que a "bacia Amazônica ocupa mais da metade do território" brasileiro, considerando que o total desse território é estimado em torno de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e que a bacia Amazônica abarca por volta de 3,8 milhões de quilômetros quadrados;
4: Errado. As médias pluviométricas nas nascentes da bacia do São Francisco são baixas, ao passo que, em trechos da bacia mais próximos do litoral, na Zona da Mata, os índices não podem ser considerados baixos.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2002) Todas as árvores a seguir, exceto uma, vêm relacionadas entre as espécies nativas do Brasil no livro "Árvores Brasileiras" de Harri Lorenzi. Assinale a exceção:

(A) Aroeira.
(B) Jatobá.
(C) Sucupira.
(D) Plátano.
(E) Jequitibá.

A: Incorreto. As árvores popularmente denominadas aroeiras são da família das Anacardiaceae, da qual várias são nativas dos biomas brasileiros caatinga e cerrado;
B: Incorreto. A palavra "jatobá" vem do tupi, e a árvore é nativa do território brasileiro, podendo ser encontrada na floresta amazônica e na mata atlântica;
C: Incorreto. A sucupira, palavra de origem tupi, é nativa do cerrado brasileiro e da transição para a floresta da mata atlântica. É uma árvore de madeira muito resistente, o que explica o seu uso extensivo pelo homem e a ameaça de extinção;
D: Correto. As árvores denominadas plátano são originárias da América do Norte e da Eurásia, são altas e comumente têm o tronco fino à mostra e uma folhagem volumosa em cima;
E: Incorreto. O jequitibá (o nome é de origem tupi, como sugere a acentuação da última sílaba, comum às palavras dessa língua) é nativo da mata atlântica brasileira. Trata-se de uma árvore grande, com tronco e galhos grossos.

Gabarito D

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Considerando o mapa abaixo, julgue os próximos itens, sobre as interfaces existentes entre os aspectos naturais do território brasileiro, as atividades econômicas desenvolvidas, suas repercussões ambientais e formas de preservação.

IBAMA, 2000

(1) No mapa, encontram-se representados todos os ecossistemas brasileiros, desconsideradas as áreas já desmatadas.
(2) Os regimes pluviométricos existentes no país influenciam na variedade de biomas encontrados no Brasil.
(3) O latossolo é um solo rico em nutrientes, o que justifica a presença de densas florestas ocupando grandes extensões do território brasileiro.
(4) Entre os biomas representados no mapa, o amazônico, caracterizado por sua cobertura florestal, é, percentualmente, o mais devastado em função das atividades agropecuárias praticadas.
(5) O estudo de impactos ambientais é um instrumento utilizado para a preservação dos recursos naturais

do país, exigido para a implantação de determinadas atividades produtivas.

(6) A pecuária extensiva, praticada durante várias décadas no país antes da recente modernização agrícola, contribuiu para a degradação do solo em biomas brasileiros.

1: Errado. O mapa representa todos os biomas e não os ecossistemas brasileiros, considerando, inclusive, as áreas já desmatadas dos diferentes biomas, ou seja, a mata atlântica costeira, o cerrado e o interior da Amazônia. Vale ressaltar a diferença entre os dois termos, enquanto os biomas são unidades biogeográfica regionais, caracterizados por traços climáticos, fitogeográficos e topográficos comuns, os ecossistemas devem ser entendidos como um sistema integrado, onde elementos bióticos e abióticos interagem, e cujas dimensões podem variar consideravelmente, assim, não há uma escala definida para os ecossistemas;
2: Certo. Podemos identificar três tipos de áreas pluviométricas no Brasil que contribuem para a variedade de biomas no território brasileiro: aquelas com índice pluviométrico superior a 3.000 mm por ano (no litoral do Amapá e nas escarpas da serra do Mar, em São Paulo); as com índices pluviométricos inferiores a 500 mm por ano, quantidade baixíssima e característica do sertão nordestino e do vale do médio São Francisco; e as áreas pluviométricas com índice entre 1.500 e 3.000 mm por ano;
3: Errado. O latossolo não é rico em nutrientes, mas um solo pouco fértil de cor avermelhada presente em grandes extensões do cerrado brasileiro;
4: Errado. O bioma brasileiro mais devastado é a mata atlântica, de cuja cobertura vegetal resta menos que a metade. O cerrado também deve ser lembrado, pois já teve mais da metade de sua área devastada. A Amazônia, hoje, pode ser entendida como o bioma em maior risco, porém não o mais devastado;
5: Certo. Para atividades que venham a modificar o meio ambiente, a legislação exige, desde 1986, a elaboração de um documento técnico que avalie as consequências que tais atividades trarão o meio ambiente. Um desses instrumentos técnicos é o "Estudo de Impacto Ambiental" (EIA), feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente;
6: Certo. A pecuária é uma atividade rural que provoca danos tanto ao solo quanto às águas dos biomas onde é praticada. O sobrepastoreio do gado é responsável por um pisoteio excessivo que leva à compactação do solo, prejudicando seu uso para a lavoura e para o pastoreio futuro. A contaminação da água – com dejetos animais, por exemplo –, muitas vezes é outra consequência da pecuária.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

7.3. Política e gestão ambiental no Brasil

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela UNESCO em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) No Brasil, a política ambiental está voltada para a proteção legal de florestas tropicais e de outros biomas, incluindo-se áreas de grande interesse ecológico, como as chamadas *paisagens de exceção*, de que o Pantanal é exemplo.

1: Certo. O termo "paisagens de exceção" foi cunhado pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáberem em seu livro "Brasil, paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense, patrimônios básicos", no qual o autor promove uma discussão ética a respeito da proteção e exploração desses dois biomas. Exemplos de medidas para a proteção legal de florestas tropicais e outros biomas do Brasil não faltam, já que, apesar da dificuldade que se encontra para a implementação de tais políticas, é indiscutível que o Estado brasileiro está cada vez mais empenhado em proteger seu patrimônio ambiental.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2008) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) o item a seguir.

(1) Não é apenas a dimensão do desmatamento em curso na Amazônia que preocupa, mas também os prejuízos à biodiversidade advindos desse desmatamento, bem como o aumento da grilagem de terras públicas.

1: Certo. O prejuízo à biodiversidade advindo do desmatamento vem sendo o grande enfoque do discurso ambientalista no Brasil. A geógrafa Bertha Becker é renomada por ser uma das primeiras a defender a tese de que a Amazônia deve ser preservada, com o argumento de que as riquezas naturais da grande biodiversidade da floresta têm mais valor econômico a ser explorado do que qualquer lucro que a terra desmatada poderia trazer por meio da agricultura ou pecuária.

Gabarito 1C

A figura abaixo, que está relacionada à proposta de ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata, mostra o istmo entre os rios Alegre e Aguapei, que quase se tocam, mas seguem separados, como cursos quase diametralmente opostos: o primeiro vai em direção ao norte, e o segundo, ao sul, unindo, dessa forma, as desembocaduras das duas grandes bacias a milhares de quilômetros uma da outra.

Hilgard O'Reilly. Sternberg. Proposals for a South American Waterway. 48th International Congress of Americanists.University of Stockholm, 1995.

(Diplomacia 2008) A partir da análise da figura acima, referente à perspectiva de integração das bacias do Prata e do Amazonas, assinale a opção correta a respeito das implicações de tal intervenção no território brasileiro.

(A) O estabelecimento da interconexão entre as bacias mencionadas deve ser visto como elemento de um sistema único de vias fluviais brasileiras, o que dispensa, portanto, acordos e cooperação internacionais.

(B) Os impactos ambientais relacionados à construção da hidrovia podem ser previamente identificados e cartografados, o que permite estabelecer medidas de mitigação e compensação dos possíveis efeitos deletérios ao meio ambiente.

(C) O sistema de navegação, uma vez implementado nesse território, poderá contribuir para o desenvolvimento econômico, provendo infraestrutura e servindo às atividades do bloco econômico regional do MERCOSUL.

(D) A perspectiva de realização de grandes investimentos nesse projeto, cujo objetivo é transportar apenas uma *commodity*, a soja, tem gerado dúvida quanto aos efetivos benefícios da construção da hidrovia.

(E) Uma vantagem identificável na implantação da hidrovia é o fato de ela não ameaçar ecossistemas florestais, visto que inexistentes naquela área, nem prejudicar outros biomas ricos em biodiversidade.

A: Incorreto. Devido ao fato de que ambas as bacias não se encontram exclusivamente em território brasileiro (a bacia do Amazonas estende-se pelo Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil, enquanto a do Prata abrange áreas argentinas, bolivianas, paraguaias, uruguaias e brasileiras), qualquer projeto de integração entre elas precisaria do respaldo de um acordo internacional, por implicar consequências diretas aos territórios vizinhos;
B: Incorreto. É possível especular previamente a respeito dos eventuais impactos ambientais resultantes da construção da hidrovia. Porém, qualquer conclusão não passará de hipóteses, pois não há como prever com grande precisão os impactos futuros, o que impede que se estabeleçam medidas de mitigação e compensação;
C: Correto. A maior facilidade de transporte gerada pelo sistema de navegação seria, de fato, uma grande contribuição para as atividades econômicas e de integração dos países do Mercosul e dos países do bloco em parceria com os do norte do continente;
D: Incorreto. Não há limitação à soja nos objetivos da integração das bacias. Ao contrário, os investimentos trariam benefícios diretos e indiretos tanto para os produtores das regiões quanto para as populações;
E: Incorreto. Qualquer projeto de tamanha ambição acarretará prejuízos ambientais e sequelas a ecossistemas da redondeza. Basta pensar na fauna, notadamente as aves, que naturalmente se deslocará para as proximidades e, com sua presença, causará mudanças em seu novo habitat.

Gabarito C

(Diplomacia 2005) Considerando o assunto abordado no texto II, julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) A reflexão sobre o meio ambiente, com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento sustentável, exige o estabelecimento de paradigmas que alterem a relação homem-natureza verificada desde o princípio colonial.

(2) A apropriação e a preservação de territórios e ambientes sem uso produtivo imediato é uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

1: Certo. A ideia de desenvolvimento sustentável altera o paradigma dominante da relação entre o homem e a natureza, em que esta sempre foi tratada como um recurso à inteira disposição das necessidades daquele, , assegurando o progresso da humanidade. Hoje, o desenvolvimento sustentável prega uma prática mais moderada, a necessidade de controlar os desejos desenfreados que os homens nutrem pelo progresso. Esse conceito baseia-se na tese de que o uso da natureza pelo homem de hoje não pode impedir que o homem de amanhã desfrute das mesmas riquezas naturais;

2: Certo. Essa é a visão defendida por Bertha Becker, que enfatiza a importância da valorização dos diferentes elementos da natureza num patamar superior ao da importância dada a seu uso imediato para fins produtivos. Em um exemplo concreto, mais vale conservar a biodiversidade da Amazônia do que utilizar a área para a pecuária ou agricultura, pois se considera a biodiversidade como uma fonte de informação inigualável para os avanços da biotecnologia.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia 2004) A Amazônia que você aprendeu na escola não existe mais. Hoje, você procura uma aldeia de índios e encontra uma fábrica ou uma fazenda moderna. Onde só tinha mato 10 anos atrás, agora você pode ser atropelado.

(1) Atualmente, ações como a demarcação de áreas de preservação ambiental e a implantação de projetos de exploração econômica e ecologicamente viáveis na região comprovam a completa mudança na postura governamental e na iniciativa privada em relação ao que ocorria no passado na região amazônica.

(2) Políticas territoriais levadas a efeito pelo Estado inibiram a formação de latifúndios na região amazônica, em razão dos projetos de colonização implantados na segunda metade do século passado.

(3) A instabilidade política na Amazônia internacional impulsionou projetos voltados para a segurança da faixa de fronteiras na Amazônia brasileira.

1: Errado. Não se pode falar em uma “completa mudança” nas ações governamentais e da iniciativa privada. O que há (inclusive já em 2004, ano do concurso) é um empenho maior voltado para a sustentabilidade. Prova de que não se pode afirmar completa mudança na postura do governo é a constância do discurso brasileiro em foros internacionais de meio ambiente;

2: Errado. Os projetos de ocupação da Amazônia, em especial durante o regime militar, não tinham o intuito de inibir a formação de latifúndios. Ao contrário, hoje verificamos a existência de muitos latifúndios na região amazônica;

3: Certo. Em razão de sua extensão, da densidade de sua floresta e da quantidade de países com fronteiras na região, pode-se considerar que a Amazônia tem potencial para constante instabilidade política. Assim, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de 1978, assinado pelos seis países com os quais o Brasil tem fronteiras amazônicas (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Equador, com o qual o Brasil não faz fronteira, mas que também é um país amazônico), é o maior exemplo de projeto voltado para a segurança da faixa de fronteiras na região. Além disso, em 1998, os países membros do TCA criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a finalidade de atribuir uma estrutura institucional ao tratado e facilitar as ações dos projetos que visam à segurança. Ressalta-se ainda o Programa Calha Norte, de 1985 do governo Sarney, que busca reduzir as carências socioeconômicas e assegurar soberania da região amazônica.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Diplomacia 2003) A consciência ecológica desenvolvida nas últimas décadas trouxe novos desafios para as políticas e medidas a serem estabelecidas no Brasil. O desempenho ambiental do país tem fortes implicações em suas relações internacionais. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

(1) Em face da necessidade de investimentos econômicos e de promoção da justiça social, o Brasil se vê diante do desafio de equacionar a contradição existente entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental.

(2) Bacias hidrográficas no Brasil são temas de gestão ambiental e de planejamento em nível internacional, isto é, envolvendo países vizinhos.

(3) A erosão no Brasil, entendida como um problema ambiental apenas pertinente ao espaço rural, tem-se agravado em razão de técnicas empregadas na agricultura de larga escala.

(4) O disciplinamento, o uso racional da terra e o estabelecimento de limites territoriais são elementos significativos nas medidas de conservação da biodiversidade brasileira.

(5) No que diz respeito ao gerenciamento de seus recursos hídricos, o Brasil apresenta-se vulnerável diante das prováveis mudanças climáticas globais, haja vista, por exemplo, o quadro de saneamento básico precário no país.

1: Errado. Não há contradição entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. A conciliação dos dois é, na verdade, a base do conceito de desenvolvimento sustentável defendido pelo governo;

2: Certo. As bacias Amazônica, do Paraguai, do Paraná e do Uruguai não se limitam ao território brasileiro, o que, segundo o Direito Internacional, requer que o planejamento e a gestão ambiental das bacias sejam matéria tratada com os demais países que contam com a presença delas em seu território;

3: Errado. O processo de erosão não deve ser entendido como algo limitado ao espaço rural. A erosão no espaço urbano não está ligada ao plantio e à qualidade do solo, mas pode levar ao desabamento de edifícios, ao surgimento de buracos nas estradas e à destruição da rede de esgoto. Como o Brasil tem altas taxas pluviométricas nos grandes centros urbanos, a erosão do solo é uma realidade em muitas cidades do país;

4: Certo. O Estado brasileiro está cada vez mais empenhado na preservação da biodiversidade do país. A lógica agora afirma, por exemplo, que a conservação da floresta amazônica, com suas riquíssimas fauna e sobretudo flora, será mais lucrativa para o país do que o desmatamento com objetivos econômicos imediatos;

5: Certo. Mesmo se levarmos em conta os avanços obtidos na área de saneamento básico nos últimos anos, o que relativizaria a afirmativa de que tal quadro é “precário”, o item deve ser considerado certo, pois as prováveis mudanças climáticas do globo (entre as quais certamente se inclui o aumento dos índices pluviométricos) tornam o Brasil vulnerável, o que é ilustrado pelo fato de que, todo ano, do Sul ao Nordeste e passando pelo Sudeste, a população sofre com desabamentos e inundações gerados pelas chuvas fortes.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue os itens seguintes.

(1) Um dos problemas que acometem a sociedade moderna industrializada é o de dispor inadequadamente resíduos sólidos que prejudicam diretamente o solo e a água (subterrânea e superficial). No Brasil, esse problema vem sendo sanado graças a políticas públicas voltadas para a criação, nos municípios, de aterros sanitários controlados.

(2) No Brasil, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana acarretam custos sociais que atingem mais acentuadamente a população pobre.

(3) Águas subterrâneas são aquelas que, no subsolo, ocupam as zonas saturadas dos aquíferos. No Brasil, os problemas relacionados com a superexploração dos aquíferos, a contaminação dos recursos hídricos e o comprometimento de drenagens foram resolvidos com a aplicação dos instrumentos criados pela Política Nacional dos Recursos Hídricos.

(4) A bacia do rio São Francisco tem uma história de uso e ocupação dos seus rios e afluentes marcada pela degradação. São algumas causas dessa degradação: a existência de siderúrgicas consumidoras de carvão mineral, o avanço da fronteira agrícola para o oeste baiano, que provoca a morte de rios tributários do rio São Francisco, e a presença da pecuária extensiva.

(5) O desenvolvimento da consciência ambiental e a vontade política fazem que o Brasil tenha, hoje, grande parte de seu território constituído por unidades de conservação de proteção integral com preservação da riqueza contida nesse território.

1: Errado. Não se pode falar que, no Brasil, a maioria dos aterros seja controlada. Pode-se dividir em três os tipos de locais destinados a receber a deposição final dos resíduos resultantes da ação humana: o aterro não controlado, que é popularmente conhecido como lixão e constitui o sistema menos desejado, pois não há tratamento para o chorume que sai do lixo nem preparação do solo para receber os resíduos; o aterro controlado, onde os resíduos são jogados diretamente no solo sem que este tenha sido impermeabilizado, mas em que há um sistema de controle mínimo para reduzir os impactos negativos do lixo no meio ambiente; e o aterro sanitário, onde o solo que recebe o lixo é impermeabilizado e há um sistema de caneletas para coletar o chorume a fim de enviá-lo para uma estação de tratamento de esgoto. No Brasil, dados apontam que por volta de 76% de todo o lixo acaba nos aterros não controlados, 13% nos aterros controlados e apenas 10% estão nos aterros sanitários; somente o 1% restante passa por tratamento;

2: Certo. No Brasil e no mundo, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana, como a impermeabilização do solo, a ausência de saneamento ambiental, a falta de tratamento de resíduos sólidos e a ocupação de locais inadequados para viver, como morros e mangues, afetam principalmente a população mais pobre;

3: Errado. Não se deve falar em “superexploração dos aquíferos” brasileiros, visto que os maiores aquíferos do país, o Aquífero do Guarani e o recém-descoberto Aquífero do Alter Chão, ainda não são explorados. Da mesma forma, é incorreto afirmar que a contaminação das águas subterrâneas foi resolvida, pois os fertilizantes e químicos nos solos constituem uma das principais ameaças do agronegócio;

4: Certo. A degradação da bacia do rio São Francisco é uma realidade histórica do país, relacionada quase exclusivamente ao seu uso e à sua ocupação pelo homem, desde os bandeirantes paulistas aos boiadeiros do Nordeste, bem como à presença de siderúrgicas, como indica o item;

5: Errado. A consciência ambiental brasileira vem se aprofundando nas últimas décadas, mas é errôneo afirmar que grande parte do nosso território constitui-se de unidades de conservação, ainda mais com proteção integral. As discussões em torno do novo Código Florestal evidenciam que a vontade política permanece dividida em relação a como lidar com as novas questões ambientais.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

7. Direito Internacional

Renan Flumian e Pedro Sloboda

1. FONTES DO DIP

(Diplomacia 2009) O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) relaciona o que se costuma designar por fontes do direito internacional público, a serem aplicadas para a resolução das controvérsias submetidas àquela Corte. Acerca desse tema e da jurisdição da CIJ, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Como o artigo 38 do Estatuto da CIJ lista as fontes em estrito nível hierárquico, os tratados devem sempre ter precedência sobre os costumes.

(2) Atos unilaterais dos Estados, tais como o protesto e o reconhecimento de Estado, apesar de serem frequentes nas relações internacionais e de criarem efeitos jurídicos, não são considerados pela CIJ na decisão de controvérsias, já que não constam da lista do artigo 38 do referido estatuto.

(3) *Pacta sunt servanda*e *res iudicata* são princípios gerais de direito aceitos pela CIJ e discutidos em casos a ela submetidos.

(4) Uma vez que a existência de um costume internacional é reconhecida mediante a comprovação de uma "prática geral aceita como sendo o direito", um Estado pode lograr obstar a aplicação de um costume por meio de atos que manifestem sua "objeção persistente" à formação da regra costumeira, a menos que esta tenha caráter imperativo (*ius cogens*).

1: Errado, pois não existe hierarquia entre as fontes do direito internacional público e até um novo costume pode derrogar uma antiga regra oriunda de um tratado internacional;

2: Errado. Mesmo não constando no rol do artigo 38, podem ser indicados também como fonte do direito internacional tanto as resoluções emanadas das organizações internacionais como os atos unilaterais dos Estados (denominadas pela doutrina como fontes extra estatutárias). Não é todo e qualquer ato unilateral, contudo, que tem o condão de produzir normas jurídicas, sendo caracterizado, portanto, como fonte de DIP. Para serem efetivamente vinculantes, os atos unilaterais devem ser (i) públicos; e (ii) acompanhados da vontade de se obrigar, como afirmou a Corte Internacional de Justiça, em sua decisão no caso testes nucleares, de 1974. Nesse mesmo caso concreto, a CIJ reconheceu a natureza vinculante dos atos unilaterais e considerou vinculante para a França suas declarações de que não realizaria mais testes nucleares atmosféricos no Pacífico Sul.

3: Certo. O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determina que a função da Corte é decidir as controvérsias que lhe forem submetidas com base no direito internacional. Ademais, indica as fontes que serão utilizadas pelos juízes na tomada de suas decisões, a saber: **a)** as convenções internacionais; **b)** o costume internacional; **c) os princípios gerais de direito** reconhecidos pelas nações civilizadas; **d)** as decisões judiciárias e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações. Por fim, ainda aponta a possibilidade de a Corte decidir por equidade (*ex aequo et bono*), desde que convenha às partes. Os princípios gerais de direito são axiomas valorativos que servem de instrumento para os juízes aplicarem o direito internacional em conformidade com os valores jurídicos compartilhados pela comunidade internacional. De forma prática, os princípios gerais de direito são, em sua maioria, extraídos das constituições nacionais. Desse modo, para um princípio ser alçado à categoria de princípio geral de direito, é necessário que seja previsto na maior parte das constituições nacionais (princípio majoritariamente compartilhado pela comunidade internacional). A fórmula empregada no Estatuto da CIJ refere-se aos princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas, o que foi apontado pelos novos países independentes como manifestação do colonialismo europeu. O uso da expressão "nações civilizadas" deve ser repreendido, porque desatualizado, mas explica-se pelo contexto em que foi inserido no estatuto da antiga Corte Permanente de Justiça internacional, no início da década de 1920. Proposto pelo barão Descamps, e emendado por E. Root e Lord Phillipmore durante os debates no Comitê de Juristas que redigiu o Estatuto da CPJI, os princípios gerais de direito foram inseridos com o objetivo de evitar o *non liquet*, vale dizer, para evitar que a Corte deixasse de julgar um caso em razão de eventual lacuna jurídica. A expressão "reconhecidos pelas nações civilizadas" guarda pouca atualidade, mas deixa claro que esses são valores jurídicos derivados do direito interno dos estados; não se trata, portanto, de princípios de direito internacional. Podem-se elencar como princípios gerais de direito: o princípio da boa-fé, o *pacta sunt servanda*, o princípio da **coisa julgada (*res iudicata*)** e a ampla defesa, entre outros.

4: Certo. O item trata da figura do negador persistente, reconhecido pela Corte Internacional de Justiça no caso Pescarias (Reino Unido vs Noruega), julgado em 1951. Na ocasião, a Corte afirmou que não era claro se existia a norma costumeira invocada pelo Reino Unido, relativa ao limite de 10 milhas marítimas ao qual, supostamente, deveria confinar-se a zona de pesca exclusiva da Noruega (o que evidencia a importância da codificação do costume internacional, de modo a garantir a segurança jurídica das normas internacionais). De toda forma, a Corte afirmou que a Noruega não poderia estar vinculada à suposta norma das dez milhas, porque ela teria sempre objetado a aplicação da norma à sua costa. Dessa afirmação surgiria a doutrina do negador persistente: em homenagem ao voluntarismo, os estados que se opõem a uma prática durante o processo de gestação do costume não estarão vinculados pela norma quando esta se consagrar. De toda forma, o negador persistente não se pode eximir do cumprimento de normas de *jus cogens*, que, afinal, criam obrigações *erga omnes*, que vinculam a comunidade internacional dos estados como um todo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2002) Ao artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça — que dispõe sobre o direito aplicável pelo tribunal para solução de controvérsias que lhe forem submetidas — podem-se acrescentar, na hora atual, as seguintes fontes:

(A) Algumas decisões de organizações internacionais e Constituição dos Estados.

(B) Contratos internacionais e decisões de organizações internacionais.

(C) Determinados atos unilaterais dos Estados e algumas decisões de organizações internacionais.

(D) Constituição dos Estados e "lex mercatoria".

(E) "Lex mercatoria" e determinados atos unilaterais dos Estados.

A, B, C, D e E: O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determina que a função da Corte é decidir as controvérsias que lhe forem submetidas com base no direito internacional. Ademais, indica as fontes que serão utilizadas pelos juízes na tomada de confecção de suas decisões, a saber: **a)** as convenções internacionais; **b)** o costume internacional; **c)** os princípios gerais do direito; e **d)** as decisões judiciárias e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações. Por fim, o artigo ainda aponta a possibilidade de a Corte decidir por equidade (*ex aequo et bono*), desde que convenha às partes. Mesmo não constando no rol do artigo 38, pode-se indicar também como fonte do direito internacional tanto as decisões emanadas das organizações internacionais como os atos unilaterais dos Estados (denominadas pela doutrina como fontes extra estatutárias). E apesar de indicarem-se como fonte as *decisões* das OIs, os atos emanados pelas OIs podem revestir-se das mais variadas formas, como, por exemplo, recomendações, pareceres, decisões, regulamentos etc. Assim, é importante ter em mente certa diferenciação entre tais atos, pois podem acarretar consequência jurídica diversa. Para elucidar esse terreno, o art. 288 do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia é muito útil, pois dispõe que as decisões, os regulamentos e as resoluções são atos de caráter vinculante e as recomendações e os pareceres não têm obrigatoriedade. Além disso, há muito as resoluções são consideradas como possíveis exemplos da manifestação do costume internacional, pois têm um valor político e moral intrínseco e, com a *opinio juris,* tornam-se costume legal. É imperioso ter consciência de que, cada vez mais, o costume é obra da ação coletiva dos Estados no interior das OIs. Mas isso não é tudo, pois a OI, quando adota uma resolução dirigida aos seus membros, produz normas de Direito Internacional (quando estas forem de caráter obrigatório). Esse poder normativo da OI é exercido geralmente em relação aos seus membros (poder normativo interno). Entretanto, existem situações em que surge o dito *poder normativo externo* das OIs, isto é, suas resoluções afetam terceiros Estados ao arrepio do tradicional princípio consensualista. Exemplo disso são as OIs criadas para gerir espaços internacionalizados determinados, como as Comissões instituídas para disciplinar a navegação em rios internacionais (Comissão Central do Reno, do Elba, do Danúbio etc.). Ora, nesses casos, as regulamentações que disciplinam a navegação são aplicadas a todos indistintamente, inclusive aos Estados (estes exercem jurisdição sobre o navio que arvora sua bandeira) que não fazem parte da OI. Outro exemplo que se encaixa no poder normativo externo das OIs é o da ONU, pois os artigos 2º, §6º e 35, §2º de sua carta deixam transparecer a possibilidade de, em certas situações, emitirem-se resoluções que obriguem terceiros Estados. A razão aqui reside no caráter indivisível da paz e coletivo da segurança internacional, assuntos que tratam da sobrevivência de toda a humanidade. Percebe-se que, nesse quadro, a resolução da ONU será obrigatória para todos os Estados, sem distinção, inclusive para os não membros. Por fim, deve-se notar que a interpretação do alcance jurídico de qualquer resolução ou recomendação tem por base a análise do texto e do contexto de seu surgimento, entre outros fatores. Em outras palavras, é necessária uma análise caso a caso. Deve-se ressaltar ainda que essa fonte só não aparece no rol do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça porque sua elaboração ocorreu em uma época em que as OIs não desfrutavam da relevância atual. Ademais, a aceitação dessa fonte inscreve-se na mudança paradigmática instalada pelo dito direito internacional pós-moderno. Já os atos unilaterais poderão criar direitos e obrigações se cumprirem dois requisitos: o ato unilateral deve ser público e o Estado deve ter a intenção de se obrigar pelo ato unilateral produzido (princípio de estoppel). A *lex mercatoria* – entendida como leis costumeiras utilizadas entre comerciantes, principalmente no século XIX e meados do século XX – e as Constituições nacionais, ambas mencionadas nos itens da questão não são consideradas fontes do direito internacional.

Gabarito "C"

Segue tabela para consolidar o assunto fontes do Direito Internacional Público.

FONTES	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Tratados / Convenções*	• Acordo formal destinado a produzir efeitos jurídicos • Forma escrita • Celebrados por pessoas jurídicas de direito internacional • Podem ser bilaterais ou multilaterais	• Convenção de Viena sobre Tratados de 1969
Costumes*	• Prática geral e reiterada – elemento objetivo • Convicção quanto à obrigatoriedade da prática (*opinio juris*) – elemento subjetivo	• Julgamento do caso da Plataforma Continental do Mar do Norte em 1969 – CIJ
Princípios Gerais de Direito*	• Axiomas valorativos • Valores compartilhados pela comunidade internacional • Forte grau de abstração e generalidade	• Exemplos: *res iudicata; pacta sunt servanda*; ampla defesa • Princípios encontrados *in foro domestico* • Não se confundem com os princípios de direito internacional
Jurisprudência* **	• Decisões reiteradas em um mesmo sentido • Proferidas por tribunais internacionais e até mesmo domésticos	• Efeitos formais *inter partes* • Não existe precedente vinculante (*stare decisis)* em direito internacional
Doutrina* **	• Estudos de especialistas em Direito Internacional	• Importância de instituições como a Comissão de Direito Internacional e o *institut de Droit International* para o desenvolvimento progressivo do direito internacional

Decisões de Organizações Internacionais	• Sua obrigatoriedade deve estar prevista no tratado constitutivo da respectiva organização internacional • Podem ter diversas denominações específicas (decisões, resoluções, regulamentos, diretrizes etc.)	• Ex: resoluções do Conselho de Segurança são vinculantes por força do artigo 25 da Carta da ONU
Atos Unilaterais de Estado	• Para serem vinculantes devem ser públicos e acompanhados da vontade de se obrigar • Expressos ou tácitos	• Princípios diretores (*guiding principles*) da Comissão de Direito Internacional, 2006.

* Constam no rol de fontes do **artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça** (CIJ).

** Considerados meios auxiliares da determinação da regra jurídica

2. SUJEITOS DO DIP

(Diplomacia 2002) Assinale a opção em que figurem, tão só, exemplos de sujeitos de direito internacional:

(A) Estados, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Santa Sé ou Estado do Vaticano.
(B) Estados, Santa Sé ou Estado do Vaticano, organizações não governamentais (ONGs) e indivíduos.
(C) Estados, organizações internacionais e empresas multinacionais.
(D) Estados, Organização das Nações Unidas (ONU) e ONGs.
(E) Indivíduos, ONGs, organizações internacionais e Santa Sé ou Estado do Vaticano.

A: Correta. O Estado é o sujeito por excelência do direito internacional, tanto que a teoria clássica defende que ele é o único existente. Já a teoria eclética ou heteropersonalista trata como sujeitos de direito internacional o Estado, a organização internacional (incluindo os blocos regionais, como o Mercosul) e a pessoa humana, e é a teoria que prevalece. Em relação à Santa Sé e ao Estado do Vaticano, os desencontros doutrinários são intermináveis. «Inicialmente cabe advertir que a Santa Sé e o Vaticano são dois entes distintos, que têm em comum o vínculo com a Igreja Católica. A Santa Sé é a cúpula da Igreja Católica, chefiada pelo Papa. É sediada na Cidade do Vaticano, e seu poder não é limitado por nenhum outro Estado. A Santa Sé é um sujeito de Direito Internacional, *status* adquirido ao longo de séculos de influência na vida mundial, que remontam à época em que o poder do papado era amplo e abrangia a capacidade de estabelecer regras de conduta social válidas para o mundo inteiro, de resolver conflitos internacionais e de governar os Estados Pontifícios. Além disso, a Santa Sé pode celebrar tratados, participar de organizações internacionais e exercer direito de legação (direito de enviar e receber agentes diplomáticos), e o Papa goza de *status* e prerrogativas de chefe de Estado. A polêmica (sobre a personalidade jurídica da Santa Sé) diminuiu a partir do Tratado de Latrão, celebrado entre a Itália e a Santa Sé em 1929, que cedeu a esta um espaço em Roma, onde foi criado a cidade estado do Vaticano dentro da qual a autoridade suprema da Igreja Católica se encontra instalada. Autores como Hildebrando Accioli afirmam que o Vaticano é um ente estatal e, portanto, tem personalidade jurídica de direito internacional. O principal papel do Vaticano é conferir o suporte material para que a Santa Sé possa exercer suas funções. Outros autores, como Brownlie e Mello, não consideram o Vaticano como Estado, apoiados na suposta incompatibilidade de seus fins com os típicos propósitos temporais de um ente estatal;
B: Incorreta. As ONGs não são criadas por Estados nem reguladas pelo direito internacional, mas sim pelo direito interno do país onde forem constituídas. As ONGs podem ser classificadas em função de sua finalidade. Vejamos alguns exemplos: **a)** finalidade humanitária: Anistia Internacional, Cruz Vermelha Internacional, Assistência Médica Internacional (Médicos Sem Fronteiras) etc.; **b)** finalidade social, cultural e recreativa: Rotary Club International, Lyons Club etc.; e **c)** finalidade política: Internacional Socialista. Portanto, as ONGs não têm, em princípio, personalidade jurídica internacional, embora esse caráter tenha sido atribuído, de forma especial, ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha pela comunidade internacional em função da prestação de verdadeiro serviço público em escala global, o que é confirmado pelos tratados firmados e pelo exercício do direito de legação. Com isso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha pode relacionar-se diretamente com os Estados e as organizações intergovernamentais nas matérias abrangidas por seu campo específico de atuação. Cabe tecer algumas considerações sobre o indivíduo como sujeito de direito internacional. A atribuição de personalidade jurídica internacional aos seres humanos data da segunda metade do século XX, sendo uma evolução do processo de reconstrução da dignidade humana. Destarte, o indivíduo adquiriu capacidade processual para pleitear direitos na esfera internacional. Outro fato que contribuiu para a concretização da personalidade jurídica internacional do indivíduo é, sem dúvida, a adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) pela Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998. A partir de então, foi possível contar com um tribunal permanente para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade. Tal fato corrobora a ideia de responsabilidade internacional do indivíduo, de acordo com o que se iniciou com os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio e, depois de Ruanda e da Iugoslávia. Ora, só os sujeitos de direito internacional podem ser responsabilizados perante a comunidade internacional. Sob esse prisma, também se pode afirmar que o ser humano é um sujeito de direito internacional. Para Cançado Trindade, essa emancipação do ser humano perante a comunidade internacional é consequência da corrosão do positivismo voluntarista, o qual considerava os Estados como únicos sujeitos de direito internacional e excluía o destinatário final das normas jurídicas: a pessoa humana;
C: Incorreta, pois as empresas não são sujeitos de direito internacional; sua personalidade jurídica é limitada ao direito interno dos estados em que se constituírem e atuarem.
D e **E:** Incorretas, pois, como visto no comentário sobre a assertiva B, as ONGs não são sujeitos de direito internacional.

Gabarito "A"

2.1. Estados: conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro).

(Diplomacia 2009) Nascida na ambiência político-jurídica da América Latina do século XIX, a possibilidade de concessão de asilo político é comumente acolhida como garantia facultada pelo Estado Democrático de Direito. Acerca dessa garantia no ordenamento jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Questões pertinentes à concessão de asilo político não podem ser reguladas em medida provisória.
(2) O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e está inserido como direito e garantia fundamental, nos termos do art. 5.º da Lei Maior.

(3) O instituto jurídico do asilo político figura entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

(4) O instituto jurídico do asilo político tem natureza infraconstitucional e está positivado, com exclusividade e especialidade, em legislação ordinária.

O asilo territorial é o acolhimento pelo Estado, em seu território, de estrangeiro perseguido no seu país por causa de dissidência política, de delitos de opinião ou por crimes que, relacionados com a segurança do país, não configurem infração penal comum. O direito do Estado de conceder asilo tem fundamento em sua soberania e deve ser respeitado pelos outros Estados. Esse tipo de asilo é concedido pelo chefe de Estado. Já o asilo diplomático é o acolhimento pelo Estado, em sua representação diplomática, do estrangeiro que busca proteção. O asilo diplomático é considerado provisório; é o prelúdio do asilo territorial. A concessão de asilo diplomático, todavia, não assegura automaticamente a concessão de asilo territorial. O asilo diplomático é tradicionalmente considerado um costume regional latino-americano, mas não vincula todos os estados da região. Como reconheceu a Corte Internacional de Justiça no caso Haya de la Torre, julgado em 1951, apenas os estados que efetivamente aderiram à referida prática podem ser considerados parte nesse costume regional. Não era o caso do Peru, na lide julgada pela CIJ. Os pressupostos do asilo diplomático são, em última análise, os mesmos do asilo territorial, isto é, a natureza política dos delitos atribuídos ao perseguido e a iminência da persecução. Por fim, os locais onde esse asilo pode ocorrer são os locais das missões diplomáticas – não das repartições consulares.

1: Certo. O art. 62 da CF regula a possibilidade de o Presidente da República usar medida provisória com força de lei em caso de relevância e urgência, e o §1º, I, do artigo 62 lista as matérias que não podem ser reguladas por medida provisória. Em relação à assertiva da questão, o Presidente da República não poderá regular a concessão de asilo político via medida provisória por expressa vedação do art. 62, §1º, I, *a*, da CF;

2: Errado. O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (art. 4º, X, da CF). Os outros princípios são: a) independência nacional; b) prevalência dos direitos humanos; c) autodeterminação dos povos; d) não intervenção; e) igualdade entre os Estados; f) defesa da paz; g) solução pacífica dos conflitos; h) repúdio ao terrorismo e ao racismo; e i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Deve-se notar, contudo, que o instituto jurídico do asilo político não está insculpido no artigo 5º da CF, e não constitui direito subjetivo do solicitante. A faculdade de conceder asilo é um direito do estado, que mantém total discricionariedade ao concedê-lo.

3: Certo (Reler o comentário sobre a assertiva anterior);

4: Errado. (Reler o comentário sobre a assertiva 2).

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Fritz, casado com Helga, é, há cinco anos, cônsul da República da Gemênia no Brasil. Ambos são gemênicos, ou seja, têm a nacionalidade daquele pais e têm um filho de quatro anos, chamado Hans, nascido em território brasileiro. Para cuidar do filho Hans, o casal contratou, em julho de 2003, uma empregada, chamada Helen, que passou a fazer o trabalho de babá na residência do cônsul. Helen, atualmente com 17 anos de idade, nascida na Gemênia, casada no Brasil, é filha de pais brasileiros, sendo que nenhum deles estava naquele país a serviço da República Federativa do Brasil. Em fevereiro de 2004, Helen vendeu a Helga um relógio alegando ser de ouro legítimo. Posteriormente, Helga descobriu que o relógio era falsificado e não era, sequer, de ouro de baixa qualidade.

Helen, ao efetuar a venda, tinha pleno conhecimento de que o relógio era falso. Foi, então, demitida do seu emprego no consulado, sem receber seus direitos trabalhistas.

(Diplomacia 2004) Ante a situação hipotética descrita acima e considerando que a República da Gemênia não seja um país de língua portuguesa e adota o *jus sanguinis* como critério de atribuição da nacionalidade originária, julgue os itens a seguir.

(1) Hans, ainda que tenha nascido em território brasileiro, não adquiriu nacionalidade originária brasileira, não obstante o fato de o Brasil adotar, em regra, o *jus soli*, como critério de atribuição de nacionalidade originária. Apesar disso, Hans, de nacionalidade gemênica, tem capacidade para ser titular de direitos e deveres na ordem civil, de acordo com o direito brasileiro.

(2) Caso Helen, após a fixação de residência na República Federativa do Brasil, tenha optado pela nacionalidade brasileira, ela será considerada brasileira nata, sendo plenamente capaz para exercer por vontade própria atos da vida civil. Nessas circunstâncias, Helen não poderá jamais perder a condição de brasileira.

(3) Caso Helen não tenha optado pela nacionalidade originária brasileira nem tenha sido naturalizada em outro país, ela será considerada apátrida. Nessa hipótese, ela poderá ser extraditada, mas somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, consoante o previsto na Constituição brasileira.

(4) Presentes o elemento objetivo e o elemento subjetivo, caracterizadores do vício do consentimento, o negócio jurídico configurado pela compra e venda do relógio é anulável em decorrência de dolo negativo, reticente ou por omissão, cabendo a Helen responder pelas perdas e danos que advierem do negócio.

(5) Se Helen quiser ingressar com ação judicial contra a repartição consular estrangeira, com o objetivo de pleitear os direitos trabalhistas a que considera fazer jus, a justiça trabalhista brasileira deverá declarar-se incompetente para julgar o caso, tendo em vista a imunidade de jurisdição atribuída pelo direito internacional público aos diplomatas e cônsules estrangeiros e respectivos familiares.

1: Certo, pois, segundo o inciso I do artigo 12, serão brasileiros natos: **a) os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país**; **b)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desvinculados do serviço público, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no território nacional e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. A segunda parte da assertiva também está correta, porque está em consonância com a redação do art. 5º, *caput*, da CF;

2: Errado, pois Helen poderia se tornar brasileira nata com base no art. 12, I, *c*, da CF. Todavia, atualmente, tal hipótese requer que o postulante tenha atingido a maioridade (18 anos) e, como vimos na questão, Helen tem 17 anos. Além disso, brasileiro nato pode perder a nacionalidade caso adquira, voluntariamente, outra nacionalidade;

3: Errado. Não tendo optado pela nacionalidade originária brasileira, nem tendo sido naturalizada em outro país, e considerando ainda que a Gemênia adota o *ius sanguinis*, e que o casamento não é critério para a aquisição de nacionalidade brasileira, o enunciado indica que Helen é apátrida. Por mais que o direito internacional tente reduzir os casos de apatridia, ainda há muitos indivíduos sem nacionalidade. O erro do item é, contudo, a restrição das hipóteses de extradição de Helen, que poderá ser extraditada por qualquer crime tipificado no Brasil e no

estado solicitante (princípio da dupla tipicidade) e punido com pena privativa de liberdade não inferior a dois anos (princípio da bagatela, previsto no artigo 82 VI da nova lei de migração).
4: Errado, pois se trata de dolo comissivo, e não omissivo (arts. 145 e 171, II, ambos do Código Civil);
5: Errado. Em primeiro lugar, a questão não está bem formulada, pois se Helen interpelar judicialmente a repartição consular estrangeira, quem será processada pelas dívidas trabalhistas é a República da Gemênia, não os seus cônsules e respectivos familiares. De toda forma, os estados estrangeiros não possuem imunidade de jurisdição decorrente de atos de gestão, como questões trabalhistas, de modo que eventual ação movida por Helen em face de Gemênia poderia ser conhecida pelos tribunais brasileiros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

Para consolidar o tema da nacionalidade no Brasil, deve-se observar que o artigo 12 da CF regula a condição de brasileiro nato e naturalizado, assim como as situações de perda da nacionalidade brasileira:

1) Segundo o inciso I do artigo 12, serão brasileiros natos: **a)** os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; **b)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desvinculados do serviço público, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no território nacional e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira[1].
2) Consoante o inciso II do artigo 12, serão brasileiros naturalizados: **a)** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; e **b)** os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira - conhecida como naturalização extraordinária.
3) De acordo com o §4º do artigo 12, existem duas situações em que o brasileiro perderá sua nacionalidade. Em uma delas (inciso II), a extinção do vínculo patrial pode atingir tanto o brasileiro nato quanto o naturalizado, bastando para isso que adquira outra nacionalidade, por naturalização voluntária. Tal possibilidade admite duas exceções: uma é no caso de a lei estrangeira reconhecer a nacionalidade originária, e a outra é quando a lei estrangeira impõe a naturalização ao brasileiro residente em país estrangeiro como condição para a permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Na outra situação (inciso I), apenas o brasileiro naturalizado poderá perder sua nacionalidade, o que ocorrerá quando a naturalização for cancelada, por sentença judicial, pelo exercício de atividade contrária ao interesse nacional. Nesse último caso, só é possível readquirir a nacionalidade brasileira por meio de ação rescisória, que é cabível somente quando a sentença judicial já estiver transitada em julgado.

(Diplomacia – 2002) Um Estado soberano define-se basicamente como:

(A) Um Estado que detém poder superior ao de outros Estados em uma determinada região geopolítica.
(B) Um Estado independente com jurisdição reconhecida sobre um determinado território.
(C) Um Estado que exerce poder hegemônico em uma reconhecida "esfera de influência".
(D) Um Estado cujo poder supremo é exercido por um monarca.
(E) Um Estado que não permite que empresas multinacionais operem em seu território.

A, B, C, D e E: Estado é um agrupamento humano estabelecido em um território determinado e guiado por um governo independente. Com a análise do conceito supracitado, conclui-se que os elementos constitutivos do Estado são: **a)** população permanente; **b)** território determinado; **c)** governo independente; e **d)** capacidade de manter relações com os demais Estados. Além disso, a personalidade jurídica do Estado é originária, em contrapartida à das organizações internacionais, que é derivada.

Gabarito "B"

2.2 Organizações internacionais: definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica

(Diplomacia 2008) É considerado divisor de águas no direito internacional o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça no caso Reparação de danos a serviço das Nações Unidas acerca da morte de Folke de Bernadotte, mediador que, no exercício de suas funções, foi assassinado por extremistas israelenses em Jerusalém, em 1948. Essa consideração justifica-se porque o parecer

(A) declarou a existência da Palestina como território insurgente.
(B) homologou a jurisdição penal do Estado de Israel.
(C) reconheceu a personalidade jurídica das organizações internacionais.
(D) incorporou o princípio da legítima defesa internacional.
(E) consagrou o pacifismo e a não violência como deveres jurídicos.

A, B, C, D e E: As organizações internacionais são constituídas, de forma permanente, pela vontade coletiva dos Estados ou de outras organizações internacionais, entre elas ou com os Estados, e têm personalidade jurídica de direito internacional. Apesar de o conceito de organizações internacionais não suscitar muitas discussões, cabe lembrar que o reconhecimento da personalidade jurídica das organizações internacionais é um pouco recente, e ocorreu no parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça para o caso *Folke de Bernadotte*: "A Corte, em parecer consultivo de 11 de abril de 1949, deixa claro que em semelhante hipótese a própria organização sofre um dano em seus serviços, e à conta desse dano – que não se confunde com aqueles causados diretamente às vítimas e a seus sucessores – tem direito a uma reparação adequada. Transparece do texto a convicção de que, por igual, a organização, titular que é de personalidade jurídica distinta das de seus Estados componentes, pode acaso ser autora de um ilícito e sofrer as respectivas consequências. A responsabilidade internacional, assim, pode envolver organizações internacionais tanto como autoras quanto como vítimas do ato ilícito segundo o direito das gentes"[2]. O citado parecer ainda deu origem ao instituto da *proteção funcional* (variante da proteção diplomática), que permite às organizações internacionais protegerem seus agentes quando estes, a seu serviço, forem vítimas de ato ilícito. É nesse sentido que apontam as palavras de Francisco Rezek: "no parecer consultivo referente ao caso *Bernadotte*, a Corte da Haia revelou que não apenas os Estados podem proteger seus nacionais no plano internacional, mas também as organizações internacionais encontram-se habilitadas a semelhante exercício, quando um agente a

1. Deve-se comentar que essa terceira hipótese foi disciplinada pela EC nº 54/2007, que ainda criou o artigo 95 do ADCT: "Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil".

2. BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, pág. 110. Editora Saraiva, 1º ed, 2009.

seu serviço é vítima de ato ilícito. Não há entre o agente e a organização um vínculo de nacionalidade, mas um substitutivo deste para efeito de legitimar o endosso, qual seja, o vínculo resultante da função exercida pelo indivíduo no quadro da pessoa jurídica em causa. A essa moderna variante da proteção diplomática dá-se o nome de proteção funcional"[3]. Para entender melhor o instituto da proteção funcional, é preciso saber que o instituto da proteção diplomática é a assunção da defesa de nacional pelo seu Estado. Em outras palavras, o nacional – pessoa física ou jurídica – que for vítima de um procedimento estatal arbitrário no exterior e restar impossibilitado de fazer valer seus direitos pede ao seu país que lhe represente, isto é, pede a proteção diplomática.

Gabarito "C"

2.3 Organização das Nações Unidas

(Diplomacia 2009) A Organização das Nações Unidas (ONU) celebrou em 2008 os 60 anos de suas operações de manutenção de paz, que tiveram início em 1948, com o envio de observadores militares para a Palestina. Visto que a expressão "manutenção da paz" não é encontrada na Carta das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU, sugeriu que essas operações pertenceriam ao "Capítulo Seis e Meio" da Carta. Com relação à ONU, a seus órgãos e operações de paz, assinale a opção correta.

(A) Desde sua criação, em 1945, o Conselho de Segurança da ONU é composto por 5 membros permanentes e 10 não permanentes.

(B) Consenso das partes, imparcialidade e proibição do uso da força a não ser em legítima defesa e em defesa do mandato são os três princípios básicos das operações de manutenção de paz da ONU.

(C) As operações de manutenção de paz, desde sua origem até os dias de hoje, podem ser empregadas apenas em situações de conflito entre Estados, não sendo autorizada sua adoção, pelo Conselho de Segurança, para situações de conflitos internos ou guerras civis, o que seria considerado ação intervencionista.

(D) Devido à ausência de previsão expressa no texto da Carta da ONU, o Brasil tem por princípio não participar de operações de paz da ONU ou de só fazê-lo com autorização do Congresso Nacional.

(E) Devido ao uso recorrente do direito de veto por algum de seus membros, o Conselho de Segurança, com base no Capítulo VII da Carta da ONU ("Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão"), jamais autorizou o emprego de força militar contra um país em nome da segurança coletiva.

A: Incorreta. No início, o Conselho de Segurança era composto de cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e URSS) e seis membros não permanentes (totalizando 11 membros), os quais eram eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Após reforma na Carta da ONU, em 1963, o Conselho de Segurança passou a ser formado pelos mesmos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais continuam sendo eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, e as decisões, quando processuais, dependem do voto afirmativo de nove membros. No restante das matérias, o mesmo quórum é necessário, mas, nos termos do artigo 27(3) da Carta, todos os membros permanentes devem votar afirmativamente – é o chamado *direito de veto*. Em que pese o dispositivo literal da Carta prever a unanimidade dos membros permanentes, a prática tem permitido que os membros permanentes se abstenham da votação ou estejam ausentes, sem que isso vete a resolução; configura-se, assim, a consensualidade, e não a unanimidade;
B: Correta. Tais princípios foram construídos na que viria a ser propriamente a primeira operação de manutenção de paz – a UNEF -, que foi levada a cabo pela ONU e atuou na Península do Sinai após a crise do Suez. A iniciativa de criar tais operações surgiu no mandato de Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU. No início da década de 1990, o princípio do consentimento das partes envolvidas seria mitigado por obra do Secretário-Geral Boutros Ghali, autor do relatório "Uma Agenda para a Paz". Trata-se das chamadas missões de paz "de segunda geração".
C: Incorreta, visto que a Carta das Nações Unidas não disciplinou expressamente as operações de manutenção de paz, não existe uma proibição declarada a atuação das operações de manutenção de paz em conflitos internos ou guerras civis. Além do que, a maioria das operações se deram em situações de conflitos internos. Como exemplo, há a conhecida – pelo grande fracasso - operação de manutenção de paz na Somália (UNOSOM), no início da década de 1990;
D: Incorreta, pois o Brasil é um dos mais tradicionais contribuintes de efetivos militares para operações de manutenção da paz das Nações Unidas. A atuação constante do Brasil nessas operações está embasada no art. 4º, VI e VII, da CF, no fato de o país ser membro fundador da ONU e no de essa organização ter por principal propósito manter a paz e a segurança internacionais. É interessante lembrar que o Brasil comandou a Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH);
E: Incorreta. Em diversas ocasiões o Conselho de Segurança autorizou o emprego da força militar com base no capítulo VII da Carta da ONU. É bem verdade que, durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança pouco atuava em razão do veto de seus membros permanentes. A partir da Guerra do Golfo, contudo, como explica o embaixador Antonio Patriota (O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo), o Conselho entrou em uma nova era. Em 1990, por meio da resolução 678, o Conselho autorizou os membros a ONU a usarem todos os meios necessários (*all necessary means)* para garantir a imediata e incondicional retirada das tropas iraquianas do Kwaite. Nos anos seguintes, o Conselho autorizaria o uso da força em Ruanda (1994), no Haiti, (1994 e 2004), na Albânia (1997), na República Centro-Africana (1997), no Timor Leste (1999), na Libéria (2003), na Costa do Marfim (2003), na República Democrática do Congo (2003), na Líbia (2011), e, de modo algo ambíguo, no Iraque e na Síria contra o Estado Islâmico (2015).

Gabarito "B"

(Diplomacia 2002) O Conselho de Segurança das Nações Unidas:

(A) Foi criado como órgão deliberativo da Assembleia Geral nas Nações Unidas em decorrência da situação gerada pela primeira guerra israelo-palestina de 1958 e logo em seguida ao atentado que vitimou o então Secretário-Geral Dag Hammarskjold.

(B) É um organismo das Nações Unidas, encarregado de velar pela segurança do imóvel ocupado pela Organização em Nova York e pela segurança das delegações dos diversos países-membros.

(C) E um órgão das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e cinco membros não permanentes em representação de cada um dos cinco continentes.

(D) É um órgão das Nações Unidas onde estão representados os Ministérios da Defesa dos países membros da Organização.

3. Direito Internacional Público, pág. 281. Ed. Saraiva , 11º edição, 2008.

(E) É um dos órgãos das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e dez membros não permanentes.

A, B, C, D e E: O Conselho de Segurança é um dos seis órgãos principais da ONU, nos termos do artigo 7 da Carta. Atualmente, é formado por cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais são eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, e as decisões, quando processuais, dependem do voto afirmativo de nove membros. No restante das matérias, o mesmo quórum é necessário, sendo que nenhum membro permanente pode votar contra. O Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais e pode solucionar controvérsias por meios pacíficos, com base no capítulo VI da Carta, ou por meios coercitivos – que podem até envolver o uso da força - com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Gabarito “E”

(Diplomacia – 1998) A Carta das Nações Unidas estabelece seis “órgãos principais” da Organização. Qual dos seguintes não se inclui nessa qualificação?

(A) Assembleia Geral.
(B) Conselho de Tutela.
(C) Secretariado.
(D) Comissão de Direitos Humanos.
(E) Corte Internacional de Justiça.

Art. 7 (1) da Carta das Nações Unidas: “Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado”.
A: Incorreta, pois a Assembleia Geral é um dos órgãos principais, composta de todos os membros da ONU, cabendo a cada um deles apenas um voto e no máximo cinco representantes. Eles reúnem-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que preciso for. As resoluções da Assembleia Geral são adotadas pela maioria simples dos membros presentes e votantes, ou por dois terços em casos importantes. Entre suas funções estão: **a)** a aprovação do orçamento; **b) a** eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e dos membros do Conselho Econômico e Social; **c)** a nomeação do Secretário-Geral da Nações Unidas; e **d)** a eleição, em conjunto com o Conselho de Segurança, dos juízes da Corte Internacional de Justiça;
B: Incorreta, pois o Conselho de Tutela é um dos órgãos principais, criado para controlar o exercício da tutela sobre territórios não autônomos. Esse Conselho sucedeu a Comissão de Mandatos da SDN e, após a independência de Palau (último território sob tutela), em 1º de novembro de 1994, a sua atividade foi suspensa, embora continue a existir formalmente;
C: Incorreta, pois o Secretariado, braço executivo da ONU, é um dos órgãos principais. No ápice de sua hierarquia encontra-se o Secretário-Geral da ONU, eleito pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. O Secretário-Geral atua como o principal funcionário administrativo da Organização, devendo, conforme o art. 98 da Carta da ONU, comparecer a todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social, além de desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas por esses órgãos;
D: Correta, pois a Comissão de Direitos Humanos não era um dos órgãos principais. No organograma da ONU, o órgão com atuação destacada no que se refere aos direitos humanos é o Conselho Econômico e Social, o qual, segundo o art. 62 da Carta da Nações Unidas, tem competência para promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais, incluindo as de direitos humanos. No que tange a estes, o Conselho Econômico e Social tem o papel de fazer recomendações com o fito de promover sua observância, além de confeccionar projetos de convenções que serão submetidos à Assembleia Geral. Com essas responsabilidades, o Conselho Econômico e Social pode criar comissões para melhor executar suas funções e com suporte em tal competência, a Comissão de Direitos Humanos da ONU foi criada em 1946, mas conviveu com pesadas críticas e, por fim, foi substituída em 16 de junho de 2006 pelo Conselho de Direitos Humanos – CDH – mediante a Resolução 60/251 adotada pela Assembleia Geral. A criação desse Conselho foi uma tentativa simbólica de conferir paridade ao tema dos direitos humanos em relação aos temas de segurança internacional e cooperação social e econômica, os quais têm conselhos específicos (respectivamente, Conselho de Segurança e Conselho Econômico e Social). O CDH é um órgão subsidiário da Assembleia Geral e tem como principais competências: **a)** promover a educação e o ensino em direitos humanos; **b)** auxiliar os Estados na implementação e na devida fiscalização das políticas de direitos humanos assumidas em decorrência das Conferências da ONU; **c)** submeter um relatório anual à Assembleia Geral; e **d)** propor recomendações acerca da promoção e proteção dos direitos humanos. Pode-se afirmar que o CDH se insere no sistema global de proteção dos direitos humanos como um mecanismo não convencional, destoando dos mecanismos convencionais de proteção instituídos pelas Convenções da ONU. A fonte material do sistema não convencional são as resoluções elaboradas pelos órgãos da ONU (notadamente o Conselho de Direitos Humanos, a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social). Sua composição é determinada pelo voto direto e secreto da maioria da Assembleia Geral, que elege 47 Estados-membros, respeitada a distribuição geográfica equitativa, a qual possibilitou que os países pobres e em desenvolvimento contassem com uma expressiva maioria;
E: Incorreta, pois a Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU. A Corte funciona com base em seu Estatuto e nas chamadas *Regras da Corte,* espécie de código de processo. A competência da Corte é ampla: em relação à competência *ratione materiae,* a Corte pode analisar todas as questões levadas até ela, como também todos os assuntos previstos na Carta da ONU ou em tratados e convenções em vigor (art. 36, ponto 1, do Estatuto da CIJ), ao passo que a competência *ratione personae* é mais limitada, pois a Corte só pode receber postulações de Estados, sejam ou não membros da ONU (art. 34, ponto 1, do Estatuto da CIJ). O art. 36, ponto 2, do Estatuto da CIJ assim dispõe: “Os Estados-partes do presente Estatuto poderão, em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória *ipso facto* e sem acordo especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição do Tribunal em todas as controvérsias jurídicas que tenham por objeto: **a)** a interpretação de um tratado; **b)** qualquer questão de direito internacional; **c)** a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional; e **d)** a natureza ou a extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional”. A declaração de reconhecimento da jurisdição da Corte pode ser feita pura e simplesmente, ou sob condição de reciprocidade ou ainda por prazo determinado (art. 36, ponto 3, do Estatuto da CIJ), e a CIJ resolverá qualquer dúvida que surgir sobre a sua jurisdição (art. 36, ponto 6, do Estatuto da CIJ). Como o artigo 96 da Carta da ONU prevê uma função consultiva para a Corte, órgãos das Nações Unidas e agências especializadas poderão lhe requerer parecer consultivo, embora os Estados-membros não possam solicitá-lo diretamente. Tal função permite à Corte ser um órgão produtor de doutrina internacional. Enquanto os pareceres consultivos não têm caráter vinculativo, as decisões baseadas em sua competência contenciosa são de caráter obrigatório (art. 59 do Estatuto da CIJ), ou seja, cada membro das Nações Unidas compromete-se a se conformar com a decisão da Corte em qualquer caso em que for parte (artigo 94, ponto 1, da Carta da ONU). Se uma das partes em determinado caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança, que poderá, se o julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença (artigo 94, ponto 2, da Carta da ONU). A sentença da Corte é definitiva e inapelável,

mas em caso de controvérsia quanto ao seu sentido e alcance, e desde que solicitado por qualquer das partes, a Corte a interpretará (art. 60 do Estatuto da CIJ). O pedido de revisão da sentença só pode ser feito em razão de fato novo suscetível de exercer influência determinante e que, na ocasião em que foi proferida a sentença, era desconhecido da Corte e também da parte que solicita a revisão, contanto que tal desconhecimento não se tenha devido à negligência (art. 61, ponto 1, do Estatuto da CIJ). A Corte é composta de quinze juízes eleitos de três em três anos para um período de nove anos, com a possibilidade de reeleição. Porém, não é possível que seja eleito mais de um juiz da mesma nacionalidade. Em relação às qualificações necessárias para ser eleito, reproduzimos o art. 2 do Estatuto: "a Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, entre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional". Por fim, o art. 31, ponto 1, do Estatuto da CIJ dispõe que "os juízes da mesma nacionalidade de qualquer das partes conservam o direito de funcionar numa questão julgada pela Corte", e o ponto 3 do artigo prossegue: "se a Corte não incluir entre os seus membros nenhum juiz de nacionalidade das partes, cada uma destas poderá proceder à escolha de um juiz". Assim, perante um caso prático, o Estado envolvido que não tenha juiz da mesma nacionalidade na Corte poderá indicar um juiz de sua nacionalidade para participar do julgamento.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) Entre os Membros Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Incluem-se os seguintes países:

(A) Estados Unidos, Alemanha e Japão.
(B) China, França e Reino Unido.
(C) Estados Unidos, Japão e Reino Unido.
(D) Estados Unidos, Rússia e Alemanha.
(E) Estados Unidos, França e Japão.

A, B, C, D e E: Desde sua criação, são cinco os membros permanentes do Conselho de Segurança: China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O Conselho de Segurança das Nações Unidas compõe-se de:

(A) 6 Membros Permanentes e 9 Rotativos.
(B) 4 Membros Permanentes, 5 Semipermanentes e 5 Rotativos.
(C) 5 Membros Permanentes e 10 Não Permanentes.
(D) 5 Membros Permanentes e 8 Não Permanentes.
(E) 7 Membros Permanentes e 11 Não Permanentes.

A, B, C, D e E: No início, o Conselho de Segurança era composto de cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e URSS) e seis membros não permanentes (totalizando 11 membros), os quais são eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Depois de modificado em 1963, o Conselho de Segurança passou a ser formado pelos mesmos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais continuam sendo eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, sendo que os membros permanentes têm poder de veto em resoluções não procedimentais.

Gabarito "C"

3. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

(Diplomacia 2008) O Caso do Canal de Beagle quase provocou conflito armado entre o Chile e a Argentina, em razão da disputa territorial pelas ilhas de Lennox, Picton e Nueva, no Natal de 1978. Prevaleceram, todavia, os meios pacíficos de solução de controvérsias, sob a forma de mediação papal, o que evitou o confronto. Acerca do Caso Beagle, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Foi objeto de arbitragem pela Corte Internacional de Justiça e passou a constituir referência a respeito dos limites do instituto arbitral diante do voluntarismo de Estados refratários ao cumprimento de laudos formalmente proferidos.
(2) Foi solucionado pela intervenção do Estado da Cidade do Vaticano, mediante arbitragem pontifícia conduzida pelo Papa Paulo VI.
(3) Foi levado à Corte Internacional de Justiça, que se absteve de julgar o caso diante da revelia das partes.
(4) Foi solucionado pelos bons ofícios do Papa Paulo VI, que atuou como *amicus curiae* junto ao Tribunal Canônico do Vaticano.

1: Anulado, pois enseja dupla interpretação no que se refere à participação de juízes da Corte Internacional de Justiça na arbitragem do caso Beagle;
2: Errado, pois o caso Beagle foi resolvido não mediante arbitragem, mas sim pela mediação da Santa Sé. Antes de a Santa Sé atuar no caso, ele foi objeto de Corte Arbitral em 1971, que decidiu a favor da posição chilena. Todavia, tal decisão não foi aceita pela Argentina e, devido ao risco iminente de guerra, a Santa Sé entrou em cena para mediar o caso. É importante reforçar que a Santa Sé é sujeito de direito internacional, e o Vaticano é uma cidade-estado que serve de sede da Santa Sé. Logo, foi a Santa Sé que mediou o caso, e não a Cidade do Vaticano. Fica claro aqui que a principal função do Vaticano é conceder condições materiais para que a Santa Sé exerça suas atribuições.
3 e **4**: Errados. Rever o comentário sobre a assertiva 2.

Gabarito 1 Anulada, 2E, 3E, 4E

3.1. Tribunais Internacionais

(Diplomacia 2009) Entre os princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, estão a prevalência dos direitos humanos e a solução pacífica dos conflitos (art. 4.º da Constituição Federal). Com relação à tendência contemporânea de institucionalização jurídica internacional, assinale a opção correta.

(A) Todos os Estados-membros da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos estão, *ipso facto*, sujeitos à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, na Costa Rica.
(B) A Corte Internacional de Justiça foi o primeiro tribunal internacional de caráter permanente estabelecido por tratado multilateral.
(C) Os tribunais de Nuremberg e de Tóquio, instituídos ao final da Segunda Guerra Mundial, foram estabelecidos com base em resoluções do então recém-criado Conselho de Segurança das Nações Unidas.
(D) A jurisdição do Tribunal Penal Internacional restringe-se a situações ocorridas no território de um Estado-Parte do Estatuto de Roma.

(E) Como mecanismo para a solução de controvérsias marítimas, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (também conhecida como Convenção de Montego Bay), estabeleceu o Tribunal Internacional do Direito do Mar.

A: Incorreta, pois os Estados-membros da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica devem aceitar de forma expressa e inequívoca a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (art. 62 da Convenção Americana de Direitos Humanos). O Brasil reconheceu a competência obrigatória da Corte em 10 de dezembro de 1998, reconhecimento chancelado pelo Decreto 4.463, de 8 de novembro de 2002 (Decreto nº 4.463).
B: Incorreta. Segundo Francisco Rezek, "a instituição pioneira – o primeiro órgão de jurisdição internacional permanente – teve âmbito geográfico regional. Trata-se da Corte de Justiça Centro-Americana, instituída por tratado de 20 de dezembro de 1907 entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Durou dez anos essa experiência, precoce em vários aspectos. A Corte era aberta até mesmo à ação do particular, nacional de um de seus Estados-membros, que em determinadas circunstâncias pretendesse processar outro Estado. No seu breve período de existência, a Corte de Justiça Centro-Americana julgou uma dezena de feitos, quatro dos quais ajuizados por particulares".[4] Cabe apontar que a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) de 1922 foi a primeira Corte internacional de âmbito geográfico universal, sendo substituída pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), criada em 1945. Atualmente, existem inúmeras cortes ou tribunais internacionais, tanto de âmbito global como regional, que são permanentes, compõem-se de juízes independentes e têm competência para dirimir disputas com supedâneo no direito internacional. Seguem alguns exemplos: **a)** a Corte Internacional de Justiça, no âmbito da ONU; **b)** o Tribunal Internacional do Direito do Mar, que foi instituído pela Convenção de Montego Bay; **c)** o Tribunal Penal Internacional, que foi instituído para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade; **d)** a Corte Europeia de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho da Europa; e **e)** a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no âmbito da OEA;
C: Incorreta. Tanto o Tribunal de Nuremberg como o de Tóquio foram instituídos para julgar os crimes de guerra, crimes contra a paz e contra a humanidade perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial. Nenhum dos dois foi criado pelo Conselho de Segurança, contudo. Instituído pelo Acordo de Londres, o Tribunal de Nuremberg tinha por missão julgar os líderes nazistas (o julgamento começou em 20 de novembro de 1945) e foi idealizado pelos Aliados (os principais eram EUA, URSS, Reino Unido e França) da Segunda Guerra, que escalaram o Chefe da Justiça estadunidense, Robert Jackson, para ser o seu coordenador. Cabe lembrar que a experiência de Nuremberg marcou a primeira vez em que crimes de guerra foram julgados por um tribunal internacional. Já o Tribunal de Tóquio, ou Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, foi criado por uma decisão de Douglas MacArthur, comandante supremo das forças aliadas no Japão, com base nos acordos de rendição japoneses, e tinha por missão julgar os líderes do império japonês (o julgamento começou em 3 de maio de 1946). Uma crítica que se faz aos dois tribunais é que se tratou de uma "justiça dos vencedores";
D: Incorreta. Em casos de crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade, o TPI pode julgar indivíduos que tenham cometido esses crimes no território de estado que reconheça a jurisdição do TPI ou que tenham a nacionalidade de estado que reconheça essa jurisdição. Não é necessária cumulatividade desses dois critérios. Por exemplo, em fevereiro de 2021, a Câmara de Instrução I confirmou que o TPI tem jurisdição para julgar supostos crimes de guerra cometidos por israelenses na Palestina, inclusive em territórios ocupados. Isso porque, apesar de Israel não ser parte do TPI, a Palestina é estado membro do Estatuto de Roma e, nessa condição, reconhece a jurisdição do tribunal. A exceção a essa regra é o crime de agressão, que para ser analisado pela Corte, deve ter sido cometido por nacional de estado parte nas emendas de Kampala contra território de estado igualmente parte nessas emendas. Além disso, caso o CSNU remeta uma situação ao TPI, não há necessidade sequer de que o crime tenha sido cometido por nacional ou em território de estado parte. É o caso do mandado de prisão em nome de Omar al-Bashir, ex-presidente do Sudão, por crimes contra a humanidade cometidos em Darfur, então território sudanês. Mesmo que o Sudão não seja parte no Estatuto de Roma, o TPI possui jurisdição sobre o caso.
O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi constituído na Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998, na qual se aprovou o Estatuto de Roma, que entrou em vigor internacionalmente em 1º de julho de 2002 e passou a valer para o Brasil em 1º de setembro do mesmo ano. A partir de então, pôde-se contar com um tribunal permanente para julgar **indivíduos** acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade, independentemente de exercerem funções governamentais ou cargos públicos (art. 27 do Estatuto de Roma). A criação do TPI corrobora a ideia de responsabilidade internacional do indivíduo, consoante o que se iniciou com os tribunais *ad hoc* de Nurembergue e de Tóquio e, depois, de Ruanda e da Iugoslávia. O Tribunal é uma entidade independente da ONU, tem sede em Haia, nos Países Baixos. Ademais, tem personalidade jurídica de direito internacional e é formado pela Presidência, Câmara de Instrução, Câmara de Julgamento em Primeira Instância, Câmara de Apelação, Procuradoria e Secretaria. A grande característica do tribunal é sua *complementaridade*, isto é, a jurisdição do TPI somente será exercida se a Câmara de Instrução verificar que existem provas suficientes para o acusado ser levado a julgamento e também concluir que algum sistema jurídico nacional tenha sido incapaz ou não tenha demonstrado interesse em julgar o caso. Esse último requisito pode ser verificado quando ocorrem demora injustificada no procedimento, falta de independência do poder judiciário e até falta de capacidade para realizar a justiça penal. Conforme dispõe o art. 29 do Estatuto de Roma, os crimes da competência do TPI não prescrevem. A acusação, referente à prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma, poderá ser levada até o conhecimento do TPI, **que tem jurisdição para julgar os crimes cometidos nos territórios dos estados partes ou dos estados que reconheçam sua competência**, por meio de algum estado parte, pelo Conselho de Segurança (nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU) ou pelo procurador-geral do TPI. Se a acusação for devidamente processada e aceita pela Câmara Preliminar, o TPI poderá julgar o caso. Se o indiciado for culpado, a pena imposta terá de respeitar o limite máximo de 30 anos. Todavia, se o crime for de extrema gravidade, poderá ser aplicada a pena de prisão perpétua. Concomitantemente, poderá ser aplicada a pena de multa e de confisco, caso reste comprovado que o culpado adquiriu bens de forma ilícita (art. 77 do Estatuto de Roma). Além de sanções de natureza penal, o TPI pode determinar a reparação às vítimas de crimes e aos seus respectivos familiares, principalmente por meio da restituição, da indenização ou da reabilitação. O Tribunal ainda poderá, por meio de ofício ou requerimento, em circunstâncias excepcionais, determinar a extensão e o nível dos danos, da perda ou do prejuízo causados às vítimas ou aos titulares do direito à reparação, com a indicação dos princípios nos quais fundamentou a sua decisão (art. 75 do Estatuto de Roma). A maior inovação do Estatuto foi a criação do instituto da *entrega* ou *surrender,* que consiste na entrega de um Estado para o TPI, a pedido deste, de indivíduo que deva cumprir pena por prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma. A título de comparação, a extradição é a entrega de um Estado para outro Estado, a pedido deste, de indivíduo que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime de certa gravidade, sendo, portanto, de interesse do país requerente, ao passo que a *entrega* é de interesse de toda a comunidade internacional. A grande finalidade do instituto da *entrega* é garantir o julgamento do acusado, pois o TPI não julga indivíduos à revelia. Em outras palavras, a *entrega* nada mais é do que o cumprimento de ordem emanada do

---

4. Direito Internacional Público, pág. 355. Ed. Saraiva, 11ª edição, 2008.

Tribunal Penal Internacional. A legitimidade de tal autoridade reside no fato de o tribunal realizar os anseios de justiça de toda a comunidade internacional, julgando e condenando autores de crimes tão nefastos para a humanidade. Assim, o Estado, como signatário do estatuto de Roma, deve cooperar e entregar até mesmo seus nacionais para serem julgados pelo TPI.

Quanto aos crimes que o TPI tem competência para julgar, são eles:

I) **crime de genocídio**: a Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, adotada pela Resolução 260 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1948, definiu no seu art. 2º que "crime de genocídio é a conduta criminosa que tenha a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, religioso ou racial". Tal definição foi reproduzida no art. 6º do Estatuto de Roma, e o próprio art. 2 indica os tipos de conduta que podem ser considerados como genocídio (também reproduzidos pelo art. 6 do Estatuto de Roma): **a)** assassinato de membros do grupo**; b)** atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; **c)** submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; **d)** medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e **e)** transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo. Além desses elementos materiais (*actus reus)*, é necessário ainda um elemento subjetivo (*mens rea)*, que é o dolo especial, a intenção de destruir no todo ou em parte um determinado grupo. Nesse sentido, o genocídio é um crime doloso por definição. Além disso, o art. 3 do Estatuto de Roma dispõe que, além do genocídio, serão punidas as seguintes condutas: **a)** o acordo com vista a cometer genocídio; **b)** o incitamento, direto e público, ao genocídio; **c)** a tentativa de genocídio; e **d)** a cumplicidade no genocídio;

II) **crime contra a humanidade**: o art. 7 do Estatuto de Roma define que o "crime contra humanidade é a conduta criminosa cometida no quadro de um ataque, sistemático ou generalizado, contra qualquer população civil, desde que haja conhecimento deste ataque". O mesmo artigo indica quais são os tipos de conduta que podem configurar crimes contra a humanidade: **a)** homicídio; **b)** extermínio; **c)** escravidão; **d)** deportação ou transferência forçada de uma população; **e)** prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; **f)** tortura; **g)** agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; **h)** perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, ou ainda em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido nestas alíneas ou com qualquer crime da competência do Tribunal; **i)** desaparecimento forçado de pessoas; **j)** crime de *apartheid;* **k)** outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental;

III) **crime de guerra**: o art. 8º do Estatuto de Roma define que o "crime de guerra é a conduta criminosa cometida como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes". O mesmo artigo indica, em uma lista extensa, quais são os tipos de crimes de guerra. Basicamente, tais crimes foram disciplinados pelas Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, bem como o direito costumeiro aplicado em tempos de guerra, sejam elas internacionais ou de caráter não internacional.

IV) **crime de agressão**: o Estatuto de Roma não definiu o crime de agressão, e somente em junho de 2010, na Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, realizada em Kampala, capital de Uganda, essa lacuna foi preenchida, determinando que o "crime de agressão é a conduta criminosa cometida por pessoa que detenha controle ou poder de direção efetivo sobre a ação política ou militar de um país, desde que sua conduta cause, por suas gravidade, características e escala, uma violação latente da Carta das Nações Unidas". Além da prática do crime de agressão, serão punidos também o planejamento, a preparação e a tentativa do crime de agressão. Para que o TPI exercesse sua jurisdição sobre esse crime, era necessário: (i) decurso de um ano após o depósito do trigésimo instrumento de ratificação das emendas de Kampala, o que ocorreu em 2017; e (ii) nova decisão, pelos estados partes, de acionar a jurisdição do tribunal. Esta decisão poderia ser tomada a partir de janeiro de 2017. Em dezembro de 2017, na Assembleia dos Estados Partes do TPI, foi decidido que o tribunal poderá julgar indivíduos acusados de crimes de agressão que ocorram a partir de 17 de julho de 2018, desde que cometidos por nacional de estado parte nas emendas de Kampala e contra o território de outro estado parte nas emendas de Kampala. Percebe-se que essa regra é peculiar, e difere da aplicada aos demais crimes do artigo 5, para cuja afirmação de jurisdição basta que tenham sido cometidos por nacional ou no território de um estado parte no Estatuto de Roma.

E: Correta. O Tribunal Internacional do Direito do Mar, criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (também conhecida como Convenção de Montego Bay) e sediado em Hamburgo, tem por missão a solução de controvérsias marítimas. O Tribunal é devidamente regulado pelo Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar (Anexo VI da Convenção de Montego Bay). Segundo os arts. 2º, ponto 1, e 5º, ponto 1, ambos do Estatuto, o Tribunal é composto de 21 membros independentes e eleitos por nove anos, com direito a reeleição. Os membros são escolhidos entre pessoas que gozem da mais alta reputação pela sua imparcialidade e integridade e sejam de reconhecida competência em matéria de direito do mar. Mas o ponto 2 do artigo 2º faz uma ressalva: "A representação dos principais sistemas jurídicos do mundo e uma distribuição geográfica equitativa devem ser asseguradas na composição global do Tribunal". Outra ressalva em relação aos membros – a qual, aliás, sempre aparece nos tribunais internacionais – é a de que o Tribunal não pode ter como membros mais de um nacional do mesmo Estado (art. 3º, ponto 1, do Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar). Os membros do Tribunal, no exercício das suas funções, gozam de privilégios e imunidades diplomáticos (art. 10 do Estatuto), e há a exigência de que 11 deles estejam presentes para atingir o quórum mínimo necessário para a constituição do Tribunal (art. 13 do Estatuto). O Estatuto cria a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar (art. 14 do Estatuto) e acena para a possibilidade de o Tribunal estabelecer câmaras especiais quando considerá-lo necessário para o deslinde de certa controvérsia (art. 15, ponto 1, do Estatuto). Um ponto muito importante é o referente à jurisdição do Tribunal, que só pode ser provocada pelos Estados-partes (art. 20, ponto 1, do Estatuto). O Tribunal tem jurisdição sobre todas as controvérsias e pedidos que lhe sejam submetidos em conformidade com a Convenção de Montego Bay, bem como sobre todas as questões especialmente previstas em qualquer outro acordo que lhe confira jurisdição (art. 21 do Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar). Além disso, também terá jurisdição se todas as partes de um tratado ou convenção já em vigor sobre matérias cobertas pela presente Convenção assim o acordarem, e qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação de tal tratado ou convenção pode, em conformidade com esse acordo, ser submetida ao Tribunal (art. 22 do Estatuto). Por fim, para entender a amplitude da missão institucional do Tribunal Internacional do Direito do Mar, não há nada melhor do que estudar a sua competência, a qual é disciplinada no art. 187 da Convenção de Montego Bay, que tem a seguinte redação: "A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos terá competência, nos termos da presente parte e dos anexos com ela relacionados, para solucionar as seguintes categorias de controvérsias referentes a atividades na área: **a)** controvérsias entre Estados-partes relativas à interpretação ou aplicação da presente parte e dos anexos com ela relacionados; **b)** controvérsias entre um Estado-parte e a Autoridade relativas a: i) atos ou omissões da Autoridade ou de um Estado-parte que se alegue constituírem violação das disposições da presente parte ou dos anexos com ela relacionados ou das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade adotados de conformidade com as mesmas disposições; ou ii) atos da Autoridade que se alegue constituírem abuso ou desvio de poder; **c)** controvérsias entre partes num contrato, quer se trate de

Estados-partes, da Autoridade ou da empresa, de empresas estatais e de pessoas jurídicas, singulares ou coletivas, referidas na alínea *b* do nº 2 do artigo 153º, relativas a: i) interpretação ou execução de um contrato ou de um plano de trabalho; ou ii) atos ou omissões de uma parte no contrato relacionados com atividades na área que afetem a outra parte ou prejudiquem diretamente os seus legítimos interesses; **d)** controvérsias entre a Autoridade e um candidato a contratante que tenha sido patrocinado por um Estado, nos termos da alínea *b* do nº 2 do artigo 153, e preenchido devidamente as condições estipuladas no nº 6 do artigo 4º e no nº 2 do artigo 13 do anexo III, relativas a uma denegação de um contrato ou a uma questão jurídica suscitada na negociação do contrato; **e)** controvérsias entre a Autoridade e um Estado-parte, uma empresa estatal ou uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, patrocinada por um Estado-parte nos termos da alínea *b* do nº 2 do artigo 153, quando se alegue que a Autoridade incorreu em responsabilidade nos termos do artigo 22 do anexo III; **f)** quaisquer outras controvérsias relativamente às quais a jurisdição da Câmara esteja expressamente prevista na presente Convenção".

Gabarito E

4. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

(Diplomacia 2009) Em 2009, comemoram-se 60 anos da assinatura das quatro Convenções de Genebra de 1949, as quais, juntamente com seus dois protocolos adicionais de 1977, são consideradas os principais instrumentos do direito internacional humanitário. Acerca desse ramo do direito internacional público, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A reciprocidade é um dos mecanismos de implementação de normas humanitárias ao facultar, a uma das partes em combate, a inobservância das obrigações assumidas na exata proporção da violação sofrida.

(2) As Convenções de Genebra de 1949 estabelecem normas de conduta para combatentes em conflitos armados internacionais e, subsidiariamente, em conflitos armados de caráter não internacional.

(3) A assistência humanitária, na forma de ações de socorro emergencial de índole humanitária, imparcial e não discriminatória, é direito previsto pelo direito internacional humanitário, que pode ser levado a cabo por Estados, organizações internacionais e organizações não governamentais.

(4) Ao contrário do direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário não se vale de tribunais para sua implementação, já que não se espera que partes em conflito aberto submetam-se a decisões judiciais.

1: Errado. As chamadas "represálias beligerantes" são proibidas pelo direito internacional contemporâneo. Era comum, durante a maior parte do direito das gentes, que os estados deixassem de respeitar as normas relacionadas ao direito da guerra como retaliação por eventuais violações do direito humanitário. Em seu curso de 1953 na Academia da Haia de Direito Internacional, por exemplo, Hans Kelsen usava a suspensão do *jus in bello* para exemplificar os meios legítimos de represália. Atualmente, contudo, diversos tratados internacionais proíbem as represálias beligerantes. É o caso da Terceira Convenção de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra prisioneiros de guerra, da Quarta Convenção de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra pessoas protegidas e seus bens, bem como do Protocolo Adicional I, de 1977, às convenções de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra populações civis. Além disso, a Convenção da Haia de 1954 proíbe represálias contra o patrimônio cultural em tempos de guerra, obrigação que, caso violada, também constitui crime de guerra. Apesar dos dispositivos convencionais e por mais que as represálias beligerantes sejam absolutamente "contrárias às leis da humanidade e às exigências da consciência pública", já apresentadas como limites às contramedidas pelo *Institut de Droit International* em sua resolução de 1934, ainda atualmente, a prática de alguns estados permite que sejam lançadas dúvidas quanto à natureza consuetudinária dessa limitação. De fato, ainda é comum o desrespeito recíproco pelo direito humanitário por parte de beligerantes. Além disso, muitos estados parecem arrogar-se o direito de atacar civis inocentes, sob o pretexto de fazer valer o *jus in bello*, diante de uma violação dessas normas pela parte inimiga. Apesar da prática lastimável de alguns estados, a natureza costumeira da proibição de represálias contra civis em zonas de combate não deve ser posta em xeque. Com base na famosa cláusula Martens, ela foi consagrada pelo Tribunal Penal *Ad Hoc* para a Ex-Iugoslávia, no caso *Prosecutor vs Martic*, em decisão de 8 de março de 1996, quando a Câmara de Julgamento do tribunal afirmou que "no que diz respeito ao direito costumeiro, a regra segundo a qual a população civil, bem como os indivíduos civis, não podem ser objeto de ataque, é uma regra fundamental do direito internacional humanitário, aplicada a todos os conflitos armados". No caso *Prosecutor vs Kupreskic*, julgado em 2000, a Câmara de Julgamento do Tribunal Penal *Ad Hoc* para a Ex-Iugoslávia, se, por um lado, reconheceu que não havia uma prática estatal consistente que fundamentasse como norma costumeira a proibição das represálias beligerantes, afirmou que: "Realmente, não parece ter emergido recentemente um corpo de prática estatal consistentemente a favor da proposição de que tomou forma um dos elementos do costume, nomeadamente, o *usus* ou *diuturnas*. Essa é uma área, contudo, em que a *opinio iuris sive necesitatis* pode exercer um papel muito mais importante que o *usus*, como consequência da já mencionada cláusula Martens. À luz da forma como estados e tribunais a têm implementado, essa cláusula mostra claramente que princípios de direito internacional humanitário podem emergir por meio de um processo costumeiro pautado pela pressão das demandas de humanidade ou dos ditames da consciência pública, mesmo onde a pratica estatal é escassa ou inconsistente". Atualmente, não pode haver dúvida, apesar da reincidência dos estados, a proibição de represálias beligerantes, em particular contra civis desarmados, que não tomam parte nas hostilidades, é proibida por norma costumeira com natureza de *jus cogens*. Sua violação acarreta, portanto, responsabilidade agravada para os perpetradores. Obrigações decorrentes das normas fundamentais de direito internacional humanitário não podem ser suspensas com base na reciprocidade.

2: Certo. O Direito de Genebra protege os não combatentes em guerras internacionais. Historicamente, é esse o objeto desse ramo do Direito Humanitário. Ocorre que, com base nos princípios de humanidade e nos ditames da consciência pública (já invocados na cláusula Martens), o artigo 3, comum às quatro Convenções de Genebra de 1949, assegura proteção mínima aos não combatentes também em guerras de caráter não internacional. Nas duas décadas após a adoção das Convenções de Genebra, o mundo testemunhou um aumento no número de conflitos armados não internacionais e de guerras por independência. Em resposta a isso, foram adotados em 1977 dois Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949. Eles fortalecem a proteção às vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I) e não internacionais (Protocolo II) e determinam limites aos métodos de guerra. O Protocolo II foi o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado às situações de conflitos armados não internacionais.

3: Certo. A assistência humanitária cuida do auxílio às vítimas de conflitos armados nacionais ou internacionais. O auxílio é executado por meio pacífico, de que é exemplo o envio de remédios e alimentos. Não se confunde, de modo algum, com a intervenção humanitária, que envolve o uso da força contra Estado ou movimento armado no interior de algum Estado, sob o pretexto de fazer cessar graves violações de direitos humanos. A intervenção humanitária só será lícita quando autorizada pelo Conselho de Segurança (como no caso da Líbia, em

2011); se praticada de modo unilateral (como em 2018, contra a Síria), constitui inequívoco ato de agressão.
4: Errado. O Tribunal Penal Internacional (TPI), constituído pelo Estatuto de Roma, de 1998, é considerado um tribunal de direito internacional humanitário. Trata-se do chamado Direito de Roma, a evitar impunidade quando da prática de crimes de maior gravidade.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2000) Com relação ao tema dos direitos humanos ao longo da história, assinale a opção incorreta.

(A) A existência da democracia na Atenas clássica comprova o respeito aos direitos humanos já na Antiguidade.
(B) A Declaração dos Direitos, surgida por ocasião da Revolução Gloriosa, simbolizou a subordinação do rei ao Parlamento e, nesse sentido, o fim do absolutismo na Inglaterra.
(C) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um símbolo da derrocada do Antigo Regime na França.
(D) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada há mais de 50 anos na ONU, foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.
(E) A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em 1993, consagrou o desenvolvimento econômico dos povos como um direito universal.

A: Incorreta, pois não é possível comprovar o respeito aos direitos humanos pela simples existência da democracia como forma de governo. A democracia é imprescindível para a realização dos direitos humanos, mas ela por si só não garante o respeito à dignidade da pessoa humana. Ademais, sabe-se que a democracia em Atenas era débil se comparada com as experiências democráticas atuais, pois cabe dizer que escravos existiam na Grécia Antiga e não eram considerados cidadãos;
B: Correta. A Revolução Gloriosa, cujo estopim foi o nascimento de um herdeiro do trono que possibilitaria a continuidade da religião católica na coroa (a herdeira até então, Maria de Stuart, era protestante), ocorreu no Reino Unido de 1688 a 1689, e teve por consequência a queda e posterior fuga do rei Jaime II, da dinastia Stuart. O trono, depois de declarado vago pelo Parlamento, foi oferecido, conjuntamente, ao genro do rei, o nobre neerlandês Guilherme, Príncipe de Orange, e à filha do rei, Maria de Stuart. Mas tal oferta comportava uma condição: se a coroa inglesa fosse aceita, também se admitiria a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) votada pelo Parlamento. A oferta do trono e a condição foram aceitas e os novos soberanos passaram a se chamar Guilherme III e Maria II. A Declaração de Direitos de 1689, que foi influenciada diretamente pelas ideias de John Locke, é um documento legal confeccionado pelo Parlamento inglês e figura como um dos textos constitucionais mais importantes do Reino Unido. Entre outros efeitos, ela limitou os poderes do rei e disciplinou os direitos relacionados com o Parlamento, como a liberdade de expressão dos parlamentares e o estabelecimento de eleições regulares para o Parlamento. Também determinou que todos os súditos têm direito de petição ao rei, assim como tornou o Parlamento competente para legislar e criar tributos, funções antes exercidas pelo monarca. Tais medidas asseguraram certo poder para o Parlamento no Reino Unido e representaram a instauração institucional da separação de poderes, mais tarde reconhecida e elogiada por Montesquieu. Ademais, a propriedade privada também foi regulada e garantida. Dessa forma, a Declaração de Direitos de 1689, como o *Act of Settlement* de 1701, é ainda hoje uma das principais leis sobre sucessão de trono no Reino Unido. A maior importância do *Bill of Rights* para os direitos humanos reside, sem dúvida, na separação institucional dos poderes acima apontada. A partir desse momento, o indivíduo passou a ter uma garantia institucional (em teoria) de que o interesse dos governados guiaria a formulação das leis e de que o Parlamento seria o órgão encarregado de proteger os súditos perante o rei;
C: Correta. A Revolução Francesa é apontada como o marco inicial da civilização europeia moderna, pois os conceitos modernos de nação, cidadania, radicalismo, igualdade e democracia apareceram de fato no pós-revolução. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada pela Assembleia Constituinte da França em 1789, foi influenciada diretamente pela Revolução Francesa e pela Revolução Americana de 1776. Pela primeira vez, observou-se uma declaração generalizante, isto é, com o propósito de fazer referência não só a seus cidadãos, mas a toda a humanidade, por isso a menção aos direitos do *homem* também. A Declaração teve por base os conceitos de *liberdade, igualdade, fraternidade, propriedade, legalidade* e *garantias individuais*, síntese do pensamento iluminista liberal e burguês. Mas o seu ponto central era a supressão dos privilégios especiais ("acabar com as desigualdades"), outrora garantidos para os estamentos do clero e da nobreza. Ao lado de declarações de direitos constantes nas Constituições francesas de 1791 e 1793, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reproduz claramente as ideias de Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau. Em relação às do primeiro, afirma a necessidade de uma limitação institucional dos poderes do governo, e em relação às teses do pensador genebrino, defende que a legitimidade do governo provém apenas da vontade geral do povo. É comum afirmar que as origens do sistema de representação política moderna são a Constituição Americana e a Revolução Francesa, e que os direitos constantes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foram ampliados por ocasião da reformulação da declaração de direitos pela Convenção Nacional em 1793 (sob contexto revolucionário reinante no governo jacobino). Essa reformulação e seu corolário de ampliação de direitos já havia ocorrido antes, quando foi promulgada a Constituição de 1791;
D: Correta. O processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações desses direitos perpetradas pelo nazi fascismo. O maior exemplo de tal processo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. Em conjunto com os dois Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, eles constituem a "Carta Internacional de Direitos Humanos". A Declaração Universal prevê direitos civis e políticos (art. 3º a 21) e direitos econômicos, sociais e culturais (art. 22 a 28). É importante esclarecer que ela é um exemplo de *soft law*, porque, formalmente, não é vinculante. Apesar disso, a maior parte da DUDH reflete, atualmente, o direito costumeiro internacional. Revisitando a ideia do direito a ter direitos, de Hannah Arendt, segundo a Declaração, a condição de pessoa humana é requisito único e exclusivo para ser titular de direitos. Com isso corrobora-se o caráter universal dos direitos humanos, isto é, todo indivíduo é cidadão do mundo e, dessa forma, detentor de direitos que salvaguardam sua dignidade;
E: Correta. O art. 10 da Declaração de Direitos Humanos de Viena assim dispõe: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma o direito ao desenvolvimento, previsto na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento, como um direito universal e inalienável e parte integral dos direitos humanos fundamentais". O termo "desenvolvimento econômico" ainda aparece duas vezes na Declaração de Direitos Humanos de Viena. O art. 2º assim afirma: "Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural". Já o art. 9º tem a seguinte redação: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os países menos desenvolvidos que optaram pelo processo de democratização e reformas econômicas, muitos dos quais se situam na África, devem ter o apoio da comunidade internacional em sua transição para a democracia e o desenvolvimento econômico".

Gabarito "A"

5. DIREITO DA INTEGRAÇÃO

(Diplomacia 2008) Segundo a doutrina da integração regional, que se desenvolve com a disseminação e o aprofundamento dos blocos econômicos, o MERCOSUL recebe a classificação de união aduaneira imperfeita. Tal classificação justifica-se porque

(A) há expressa previsão legal a esse respeito, conforme definido no preâmbulo do Código Aduaneiro do MERCOSUL.
(B) há um regime de exceções tributárias decorrente das assimetrias internas que impede a aplicação de um único imposto aduaneiro, comum a todos os países-membros do bloco regional.
(C) essa união aduaneira não dispõe de personalidade jurídica internacional, sendo reconhecida apenas no MERCOSUL como um todo, conforme previsto no Protocolo de Ouro Preto.
(D) não existe, no MERCOSUL, livre circulação de trabalhadores, com direito de estabelecimento, como ocorre na União Europeia.
(E) sua tarifa externa comum (TEC) é ainda muito elevada e incompatível com os padrões internacionais de liberalização comercial.

A: Errado, pois não existe tal previsão;
B: Certo. O Mercosul é uma união aduaneira formada por Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai e Venezuela (a Bolívia encontra-se em processo de adesão), funciona pela cooperação intergovernamental. Apesar de seu objetivo ser a constituição um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de fatores produtivos, conforme previsto no Tratado de Assunção, de 1991, o Mercosul é ainda uma união aduaneira (ou alfandegária), caracterizada pela tarifa externa comum (TEC). Todavia, o Mercosul vem sendo considerado uma união aduaneira imperfeita, devido às listas de exceções à tarifa externa comum, impostas pelos países-membros em decorrência de suas assimetrias internas.
C: Errado. É indiscutível a personalidade jurídica de direito internacional ostentada pelo Mercosul, ao menos desde a celebração do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, cujo artigo 34 determina: "O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional". Como se sabe, conforme consagrado no Parecer Consultivo sobre reparação de danos causados a serviço das Nações Unidas, proferido pela Corte Internacional de Justiça em 1949, a personalidade jurídica das organizações internacionais é objetiva, sendo oponível a terceiros estados. Ela não é limitada, portanto, a seus estados membros.
D: Errado. A rigor, não existe, de fato, livre circulação de trabalhadores com direito de estabelecimento no Mercosul. Em 2004, foi celebrado, contudo, o Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, segundo o qual "os empresários nacionais dos Estados Partes poderão estabelecer-se no território de qualquer dos outros Estados Partes para o exercício de suas atividades, sem outras restrições além daquelas emanadas das disposições que rijam as atividades exercidas pelos empresários no Estado receptor".
E: Errado, pois apesar de a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul ser alta (em torno de 30% de média da tarifa consolidada), ela é **compatível** com os padrões internacionais de liberalização comercial. Vale lembrar que o artigo XXIV do GATT identifica o regionalismo aberto como uma das exceções ao princípio da não-discriminação, princípio esse informador do comércio internacional.
Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O MERCOSUL foi criado pelo(a):

(A) Tratado de Foz do Iguaçu, de 1991.
(B) Tratado de Assunção, de 1991.
(C) Tratado Quadripartile de Buenos Aires, de 1990.
(D) Declaração para a União Econômica do Mercado Comum do Sul, de Punta del Este, de 1989.
(E) Declaração de integração do Cone Sul, de Ouro Preto, de 1993.

A, B, C, D e E: O Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, de 1991, celebrado por Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai (os membros fundadores do Mercosul). Apesar de seu objetivo ser a constituição um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de fatores produtivos, o bloco é ainda uma união aduaneira, caracterizada pela tarifa externa comum (TEC)
Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O Tratado de Maastricht tem por objetivo:

(A) Regulamentar Experiências com Armamentos Químicos.
(B) prescrever usos considerados de energia nuclear.
(C) fortalecer a construção da União Europeia.
(D) fomentar as relações comerciais entre a Europa e o Japão.
(E) disciplinar o comércio de armas entre a Europa e o Oriente Médio.

A, B, C, D e E: A União Europeia é uma união econômica e monetária que configura não um superestado, mas sim uma entidade supranacional, ou melhor, uma entidade que funciona por cooperação supranacional. Pode ser também caracterizada, por uma perspectiva mais sociológica, como um projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução. Anteriormente ao atual estágio, alguns países europeus constituíram, pelo Tratado de Paris, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), e, em 1957, esses países assinaram os Tratados de Roma, ampliando a cooperação estabelecida no âmbito da Ceca com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). A União Europeia foi formalmente criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em sete de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993, mas apenas obteve personalidade jurídica de direito internacional com o Tratado de Lisboa, em 2009.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 1996) Sobre o NAFTA pode-se dizer se trata de:

(A) Um Mercado Comum entre Estados Unidos, Canadá, Porto Rico e México.
(B) Uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México e União Europeia.
(C) Um Mercado Comum que une todos os Países da América Central e Setentricoal.
(D) Um Acordo de Imigração e Cooperação entre Estados Unidos, Canadá e México.
(E) Uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México.

A, B, C, D e E: Existem inúmeras maneiras de se proceder à integração regional, normalmente apontadas como um processo evolucional. Conforme a tipologia das etapas do processo de integração elaborada pelo economista húngaro Béla Balassa, são elas:
a) zona de preferência tarifária – dois ou mais países gozam de tarifas mais baixas do que as aplicadas a outros que não possuem acordo preferencial. É o caso da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração);
b) zona de livre comércio – os países do bloco reduzem drasticamente ou eliminam as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles.

É o caso do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), formado por Estados Unidos, Canadá e México;
c) união aduaneira – além de os países do bloco eliminarem as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles, estabelecem as mesmas tarifas de importação (TEC – Tarifa Externa Comum) para o comércio internacional fora do bloco. O melhor exemplo é o Mercosul, apesar de este ser considerado uma união aduaneira imperfeita;
d) mercado comum – conserva as características da união aduaneira (em que existe tão somente a livre circulação de bens), com o acréscimo das outras liberdades fundamentais do mercado (livre circulação de pessoas, serviços e capitais). O Benelux, formado por Bélgica, Holanda e Luxemburgo, pode ser apontado como exemplo.
e) união econômica e monetária – conserva todas as características anteriormente apresentadas, com o acréscimo de possuir uma política macroeconômica unificada. A principal diferença entre o mercado comum e a união econômica e monetária reside na política macroeconômica, que é coordenada no primeiro e unificada no segundo. Para solapar possíveis dúvidas, a adoção de moeda única não é condição para constituição da união econômica e monetária, mas sim o ponto alto de tal modalidade de integração. Esse é o caso da União Europeia.

Gabarito "E"

6. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

(Diplomacia 2008) O Brasil é um dos mais frequentes usuários do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual foi dinamizada e fortalecida com a adesão recente de importantes países. Com relação à OMC, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O sistema de solução de controvérsias da OMC corresponde à forma arbitral de composição de conflitos e, como tal, não é passível de pedido recursal.

(2) As decisões contidas nos relatórios dos *panels* só se aplicam mediante a manifestação favorável de todos os membros da organização, levando-se em consideração a regra basilar do direito internacional público, que é o consenso.

(3) As conclusões dos relatórios finais dos *panels* conformam decisões estritamente jurídicas e independem de qualquer convalidação política.

(4) Cuba e a República Popular da China, membros plenos da OMC, submetem-se ao sistema de solução de controvérsias dessa organização.

1: Errado. Os relatórios dos grupos especiais (painéis) e o do Órgão Permanente de Apelação (OPA) não têm natureza jurisdicional propriamente dita (nem arbitral, nem judicial), porque não são juridicamente vinculantes até serem adotados pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Além disso, os relatórios dos painéis podem ser objeto de recurso ao OPA.
2: Errado. Diferentemente do sistema de solução de controvérsias do antigo GATT 47, que se pautava pela regra do consenso, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC adota o consenso negativo, ou invertido. Dessa forma, o OSC apenas pode rejeitar um relatório dos painéis ou do OPA por consenso. Isso assegurou a prevalência do legalismo sobre os interesses políticos no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC.
3: Errado, pois, como dito no comentário anterior, o relatório técnico somente será vinculante após a convalidação política pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Na prática, contudo, essa adoção é virtualmente automática, em virtude da regra do consenso negativo. Afinal, o relatório apenas poderia ser rejeitado caso houvesse consenso em não o aprovar. Isso dificilmente acontecerá, porque ao menos o estado beneficiado pelo relatório deverá votar pela sua aprovação.
4: Certo. Cuba e China são membros da OMC desde 1995 e 2001, respectivamente, e, como todos os membros da organização, estão sujeitas ao seu sistema de solução de controvérsias. Considera-se, nesse sentido, que o sistema é compulsório para os membros, que não podem se recusar a participar de uma lide sob a alegação de não reconhecerem a autoridade do mecanismo.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2002) Uma das cláusulas mais conhecidas no comércio internacional é a chamada "cláusula da nação mais favorecida". Sobre esta cláusula, assinale a única afirmação abaixo que é correta:

(A) Ela reflete a realidade discriminatória na prática comercial entre os Estados.

(B) Ela foi um subterfúgio criado no século XIX para que as nações industrializadas legitimassem o protecionismo.

(C) Ela consagra o princípio da igualdade de tratamento entre os Estados no comércio internacional.

(D) Ela foi abolida pelo "General Agreement on Tariffs and Trade" (GATT), desde a sua criação em 1947, em nome do princípio da não discriminação comercial entre países ricos e pobres.

(E) Ela foi estabelecida para legalizar um sistema geral de preferências no comércio internacional.

A, B, C, D e E: A cláusula de nação mais favorecida é um desdobramento do princípio da não discriminação, afinal, no sistema multilateral de comércio, todas as nações devem receber igual tratamento. A cláusula remonta ao século XIX, quando a Inglaterra firmava tratados comerciais por meio dos quais qualquer vantagem oferecida a um terceiro estado deveria ser automaticamente estendida à Inglaterra – a "nação mais favorecida". Atualmente, a aplicação da cláusula no sistema multilateral de comércio significa que qualquer vantagem tarifária concedida a um país deve ser automaticamente estendida aos demais, sem discriminação. O sistema aceita, contudo, exceções, para comportar o regionalismo aberto e o sistema geral de preferências.

Gabarito "C"

A título de consolidação, as rodadas de negociação na história do sistema multilateral de comércio são:

GATT:

a) 1ª rodada: Genebra – 1947; 23 países participantes; tema coberto: tarifas;

b) 2ª rodada: Annecy – 1949; 13 países participantes; tema coberto: tarifas;

c) 3ª rodada: Torquay – 1950-51; 38 países participantes; - tema coberto: tarifas;

d) 4ª rodada: Genebra – 1955-56; 26 países participantes; tema coberto: tarifas;

e) 5ª rodada: Dillon – 1960-61; 26 países participantes; tema coberto: tarifas;

f) 6ª rodada: Kennedy – 1964-67; 62 países participantes; temas cobertos: tarifas e medidas *antidumping*;

g) 7ª rodada: Tóquio – 1973-79; 102 países participantes; temas cobertos: tarifas, medidas não tarifárias, cláusula de habilitação;

h) 8ª rodada: Uruguai – 1986-93; 123 países participantes; temas cobertos: tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico, OMC.

OMC:

i) 9ª rodada: Doha – 2001-; 149 países participantes; temas cobertos: tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio, solução de controvérsias, regras em sentido geral.

7. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

(Diplomacia 2009) Conhecida do judiciário brasileiro desde o Império, a cooperação jurídica internacional tem adquirido importância crescente nos últimos anos, ao permitir a tutela jurisdicional, mesmo quando elementos indispensáveis ao processo se encontrem em jurisdição estrangeira. À luz da prática brasileira de cooperação jurídica internacional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A Convenção de Palermo, ratificada pelo Brasil, tem como objetivo promover a cooperação jurídica e policial no combate e na prevenção do crime organizado transnacional.

(2) A decisão de cooperar com um Estado estrangeiro, prestando-lhe o necessário auxílio, insere-se no contexto das relações internacionais que devem ser mantidas pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal. Portanto, os pedidos de auxílio e as cartas rogatórias devem tramitar pela via diplomática ou por meio de autoridade central prevista em tratado.

(3) O Estado brasileiro realiza atos de cooperação jurídica internacional em matéria tanto cível quanto penal, desde que haja, no segundo caso, tratado internacional em vigor que a discipline.

(4) Mecanismo tradicional de cooperação jurídica em matéria penal, a extradição, no Brasil, só se realiza após ter sido submetida a julgamento no Supremo Tribunal Federal, órgão que tem a competência originária para tal.

1: Certo. A Convenção de Palermo, ou Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.015 de 2004. Segundo seu art. 1º, "O objetivo da presente Convenção consiste em promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional";

2: Certo. O art. 4º, IX, da CF aponta que um dos princípios em que o Brasil terá de se basear para reger as suas relações internacionais é o da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Para garantir a efetividade jurisdicional em tempos marcados pelo cosmopolitismo humano impulsionado pela globalização econômica, cultural e política, é imprescindível a cooperação entre as diferentes jurisdições. Muitas são as situações em que um juiz depende do judiciário de outro país para efetuar uma diligência judicial. O instrumento pelo qual um juiz doméstico pede auxílio a um juiz estrangeiro denomina-se *carta rogatória*. O juiz que pede é o *rogante*; e o que recebe, o *rogado*. A carta rogatória é o meio processual adequado para a realização de diligências fora da jurisdição de um determinado Estado, e compreende tanto os atos ordinatórios (citação, notificação, intimação etc.) como os instrutórios (coleta de provas, oitiva de testemunhas) e executórios (que implicam alguma medida constritiva). Seu fundamento é um tratado que regula o instituto processual ou o princípio da reciprocidade. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dá as coordenadas sobre o assunto: *"Art. 12, §2º A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pele lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências".* Assim, pode-se afirmar que o juiz brasileiro (rogado), depois de concedido o *exequatur*, deverá cumprir a carta rogatória emitida pelo juiz estrangeiro (rogante). Em relação ao *exequatur* ("execute-se"), a carta rogatória deve sempre respeitar a ordem pública do país em que será cumprida (art. 17 da LINDB). Os efeitos do cumprimento ou da denegação da carta rogatória fazem apenas coisa julgada formal, ou seja, permitem a reapresentação da carta rogatória. No Brasil, a competência para conceder *exequatur* às cartas rogatórias era do STF, mas desde a edição da EC n. 45 em 2004, essa competência passou para o STJ (art. 105, I, *i*, da CF), que também é competente para homologar as sentenças estrangeiras. As cartas rogatórias no Brasil tramitam pelo seguinte procedimento: **a)** o pedido é recebido do estado estrangeiro pelas vias diplomáticas, ou, caso haja tratado de cooperação entre os países, pela Autoridade Central (enquanto regra, o Ministério da Justiça); **b)** o presidente do STJ recebe a carta e concede o *exequatur*, cabendo distribuição para julgamento pela Corte Especial em caso de impugnação; **c)** após a concessão de *exequatur*, a carta rogatória é remetida para o juiz federal competente para cumpri-la; **d)** após o cumprimento, o juiz tem o prazo de dez dias para devolvê-la ao Presidente do STJ, o qual a encaminhará ao Ministério da Justiça ou ao Ministério das Relações Exteriores, que retornará a carta rogatória ao juiz rogante. O Superior Tribunal de Justiça, ao conceder *exequatur* às cartas rogatórias, realizará mero juízo de delibação, uma vez que o Brasil segue o sistema belga de contenciosidade limitada no que diz respeito à cooperação jurídica internacional. Isso significa que o STJ não analisará o mérito do ato jurisdicional; simplesmente identificará os requisitos procedimentais e a compatibilidade com a ordem pública brasileira.

O auxílio direto, por sua vez, é modalidade de cooperação jurídica internacional em que não existe ato jurisdicional estrangeiro (definitivo ou interlocutório) a ser delibado. Foi introduzido na resolução 9 do STJ, de 2005, e consagrado nos artigos 28 a 34 do Novo CPC. Não se confunde com a carta rogatória: "O pedido de cooperação jurídica internacional, na modalidade de auxílio direto, possui natureza distinta da carta rogatória. Nos moldes do disposto nos arts. 28, 33, caput, e 40, todos do Código de Processo Civil, caberá auxílio direto quando 'a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira', enquanto necessitará de carta rogatória quando for o caso de cumprir decisão jurisdicional estrangeira". (STF, Pet 5946/DF. Relator Min. Marco Aurélio. Primeira Turma. Julgamento: 16/08/2016). O auxílio direto poderá tramitar por via judicial ou administrativa, conforme necessite ou não de sentença judicial brasileira. Insta esclarecer que eventual decisão judicial não será a concessão de *exequatur* (execute-se) a ato jurisdicional estrangeiro (inexistente), mas uma decisão 100% brasileira, que será o próprio objeto da cooperação. De acordo com Antenor Madruga, "podem ser objeto de pedido de auxílio direto uma ampla gama de medidas que variam desde a comunicação de atos processuais, a obtenção de provas, a oitiva de testemunhas, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático, a localização de bens e indivíduos, o sequestro de bens, o congelamento de contas bancárias até a repatriação de bens ou valores ilicitamente remetidos ao exterior". Conforme previsto no item, o pedido de auxílio direto poderá tramitar pelas vias diplomáticas ou pela Autoridade Central, a depender de seu fundamento – promessa de reciprocidade ou tratado internacional.

3: Errado, a existência de tratado em vigor não é imprescindível para a cooperação jurídica internacional em matéria penal. Na ausência de tratado que regulamente a matéria, as cartas rogatórias poderão tramitar pelas vias diplomáticas, e o auxílio direto e a extradição poderão ser concedidos com base em promessa de reciprocidade;

4: Certo. A extradição é o envio de um indivíduo para outro Estado, para responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime. A grande finalidade da extradição é garantir, por meio da cooperação internacional, que a prática de crime não fique sem punição. O fundamento jurídico do pedido de extradição pode ser a existência de um tratado que preveja tal hipótese. Na falta deste, a promessa de reciprocidade funciona como suporte jurídico para a extradição. No procedimento brasileiro de extradição passiva (solicitada ao Brasil por estado estrangeiro) tem início pela via diplomática ou diretamente

pela Autoridade Central, caso haja tratado entre os países. O pedido deve ser instruído com a cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória, da de pronúncia ou da que decretar a prisão preventiva, proferida por juiz ou autoridade competente. O Ministério da Justiça (Autoridade Central), ao receber o pedido, identificará seu fundamento. Caso seja simples promessa de reciprocidade, caberá, nessa fase administrativa, análise de conveniência e oportunidade. Caso o pedido seja fundado em tratado internacional, o Ministério da Justiça não poderá recusar sumariamente o pedido, e deverá transmiti-lo ao STF, para a análise dos requisitos de legalidade. Trata-se de competência originária do Supremo Tribunal Federal, prevista no artigo 102, I, *g* da CF/88, conforme afirmado no item. O STF deverá identificar os requisitos de legalidade previstos no artigo 82 da nova Lei de Migração. Entre outros, o referido artigo veda a extradição: de brasileiro nato; de asilado; por crime político ou de opinião; para ser julgado por tribunal de exceção; e por crime punível com pena de prisão inferior a dois anos. Se todos os requisitos legais estiverem presentes, caberá ao Presidente da República proceder à extradição, podendo realizar novo juízo de conveniência e oportunidade, em caso de pedido fundado em promessa de reciprocidade ou tratado com margem de apreciação política. Decidindo extraditar, deverá assegurar-se que o estado estrangeiro realize as promessas previstas no artigo 96 da nova Lei de Migração, entre elas, a de comutar penas corporal, perpétua ou de morte em penas privativas de liberdade de no máximo 30 anos; de computar o tempo de prisão que eventualmente tiver sido imposta durante o processo de extradição; e de não considerar qualquer motivo político para agravar a pena.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

8. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Diplomacia 2008) O Pacto de Paris de 1928, que passará à história com a conjugação dos nomes de seus firmatários, os ministros do exterior da França e dos Estados Unidos da América, simboliza importante avanço do direito das gentes. Acerca do conteúdo jurídico desse documento, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Esse pacto propugna pela abolição das guerras coloniais e de conquista.

(2) Esse documento obriga os países europeus a reconhecerem direitos soberanos dos Neo-Estados africanos.

(3) Esse pacto proscreve a guerra, para considerá-la a violação suprema do direito.

(4) Esse documento lança as bases da aliança atlântica e do pacto Anti-Komiterm.

1, 2, 3 e 4: No espírito pacifista – alguns diriam irenista, outros, utópico – do entre guerras, foi celebrado o Pacto de Paris, ou Pacto Briand-Kellog, que proscrevia a guerra nas relações internacionais. Era composto por 3 singelos artigos. Por meio do artigo 1, as partes contratantes condenavam o recurso à guerra para a solução de controvérsias internacionais e a ela renunciavam como instrumento de política nacional em suas relações mútuas. Pelo artigo 2, os estados signatários reconheciam a necessidade de resolver suas controvérsias por meios pacíficos, e o último artigo identificava as condições para a entrada em vigor do tratado. O ano de 1939 demonstraria que a guerra não seria extinta por uma simples declaração de intenções. Em 1945, a Carta da ONU consagraria instrumento jurídico mais sofisticado, a manter a paz e a segurança internacionais; universal, vinculante até para não membros, dotada de um sistema de sanções institucionalizado na figura do Conselho de Segurança, órgão decisório ao qual foi atribuído o monopólio do uso da força no direito internacional – ressalvado o direito inerente à legítima defesa.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

Presidente visita Benguela

O presidente da República inicia hoje uma viagem pelo continente africano. Seu primeiro compromisso no exterior diz respeito à assinatura de um tratado comercial com a República de Benguela, envolvendo exportação de produtos agrícolas e medicamentos, e ajuda financeira.

A República de Benguela é país recém-criado, surgido em decorrência de desmembramento de parte do território de um outro país.

Um governador de estado acompanha a comitiva presidencial, pois tem interesse em um segundo tratado, pelo qual uma sociedade de economia mista do estado-membro participaria das obras de infraestrutura necessárias à organização do novo país. A imprensa não foi informada acerca de qual governador acompanhará o presidente.

O Planeta Diário, 1º de abril de 2003 (com adaptação).

(Diplomacia 2004) Supondo que seja verdadeira a notícia hipotética acima transcrita, julgue os itens seguintes.

(1) O primeiro tratado, devidamente assinado pelo presidente da República, somente produzirá eficácia no Brasil quando ocorrer sua incorporação à ordem jurídica interna; essa incorporação é ato subjetivamente complexo, devendo resultar da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Poder Legislativo, mediante a edição de decreto legislativo pelo Congresso Nacional, e a do Poder Executivo, por meio de decreto editado pelo presidente da República.

(2) O segundo tratado deverá ser assinado pelo governador de estado, em nome do estado-membro da Federação que representa, pois o estado-membro é ente dotado de autonomia política e de personalidade jurídica de direito público. O presidente da República não poderá participar deste acordo, a menos que este envolva algum interesse direto da União, pois o princípio federativo impede a União de interferir em assuntos restritos aos interesses internos dos demais entes da Federação.

(3) No sistema jurídico brasileiro vigente, um tratado internacional, a exemplo do aludido na notícia acima transcrita, ao ser regularmente incorporado ao direito interno, situar-se-á nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, estando hierarquicamente subordinado à autoridade normativa da Constituição da República e sendo sujeito tanto ao controle de constitucionalidade difuso quanto ao concentrado.

(4) O primeiro tratado, após devidamente assinado pelas partes, é um tratado bilateral e de natureza contratual, que deverá ser interpretado de boa-fé, segundo o sentido comum atribuível aos termos no contexto e à luz de seu objeto e finalidade. Deverá ser declarado nulo se, no momento de sua conclusão, conflitar com alguma norma imperativa de direito internacional geral.

(5) Considerando que o território da República da Benguela era parte de um país, que continua a existir, a referida República não deverá ficar responsável pelo pagamento de nenhuma parcela de dívida externa contraída pelo país predecessor, ainda que ambos os países tenham diversamente acordado, haja vista a

existência de norma impositiva de direito internacional público a respeito dessa matéria.

(6) Para que fosse aceito como país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em condição de plena igualdade com os demais países-membros, a República da Benguela teria que comprovar o atendimento dos requisitos exigidos por aquela pessoa jurídica de direito público internacional para o ingresso na organização, tais como o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de população e de extensão territorial.

(7) Caso houvesse conflito entre a República da Benguela e o país predecessor, em decorrência de problemas sucessórios envolvendo, por exemplo, tratados, bens, arquivos e dívidas, tais litígios seriam passíveis de julgamento pela Corte Internacional de Justiça, situada em Haia na Holanda. Essa Corte é composta de quinze juízes, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, para mandato de nove anos.

(8) A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma agência vinculada à ONU, com personalidade jurídica própria de direito internacional, criada para regular o comércio internacional. Assim, a adesão da República de Benguela à OMC deveria ser subordinada ao atendimento dos seguintes requisitos: ser membro da ONU, adequar a legislação interna aos acordos existentes no âmbito da OMC, fazer concessões nas tarifas aduaneiras e ser aceita por todos os países membros da OMC.

(9) Para que a República de Benguela pudesse firmar qualquer tratado específico com algum Estado-membro da União Europeia (UE), que é uma pessoa jurídica de direito público internacional, esse tratado deveria estar em harmonia com o direito comunitário da UE, visto que a ordem jurídica comunitária integra o direito interno de cada Estado-membro da UE, não podendo este invocar a legislação nacional para impedir a aplicação do direito comunitário.

(10) De acordo com as normas jurídicas brasileiras atualmente vigentes, para que um ocupante de cargo da carreira diplomática — obrigatoriamente, portanto, de nacionalidade originária brasileira — fosse nomeado chefe de missão diplomática que o Brasil estabelecesse na República de Benguela em caráter permanente, seria necessária a edição de um decreto de nomeação pelo presidente da República, posteriormente à aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.

1: Certo. A ratificação é ato administrativo unilateral mediante o qual a pessoa jurídica de direito internacional, signatária de um tratado, exprime definitivamente, no plano internacional, seu consentimento. A ratificação tem de ser expressa, e a sua consumação é obtida com a troca dos instrumentos de ratificação com a outra parte contratante ou com a sua entrega ao depositário. Nesse último caso, trata-se geralmente dos tratados multilaterais. O depositário é na maioria das vezes o Estado onde o tratado foi assinado, ou, no caso dos tratados celebrados no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, a sede dessas organizações. No Brasil, é necessário um procedimento complexo para proceder à ratificação de tratados: o Congresso Nacional tem de aprovar o texto do tratado por meio de um decreto legislativo; depois, cabe ao Presidente da República ratificar ou não (a aprovação congressional não obriga a ulterior ratificação do tratado pelo Presidente da República); e por fim, o tratado regularmente concluído depende da promulgação e da publicação levadas a efeito pelo Presidente da República para integrar o ordenamento jurídico brasileiro, ocorrendo a primeira por meio de decreto presidencial e a segunda com a publicação no Diário Oficial;

2: Errado. Um estado federado até pode ser sujeito de direito internacional, caso a Constituição do estado federal reconheça. Na Alemanha, na Suíça e nos Estados Unidos, por exemplo, os estados subnacionais têm capacidades jurídicas limitadas, reconhecidas pelos respectivos textos constitucionais. Não é o caso do Brasil, contudo. Na federação brasileira, o único sujeito de direito internacional público é a República Federativa do Brasil.

3: Certo. A afirmação genérica apresentada no item deve ser considerada correta, pois, enquanto regra, desde o famigerado RE 80.004/SP, de 1977, o Supremo Tribunal Federal considera que os tratados internacionais equivalem a leis ordinárias federais. Isso significa que, abstraído o critério da especialidade, um tratado internacional revogará lei anterior com ele incompatível, mas terá sua execução suspensa em caso de lei posterior antinômica, sujeitando o Brasil à responsabilidade internacional por eventual descumprimento do tratado. Desde que a questão foi cobrada, em 2004, contudo, o direito brasileiro evoluiu. Pela emenda constitucional 45, de 2004, determinou-se que os tratados internacionais de direitos humanos aprovados no Congresso Nacional por maioria de 3/5 nas duas casas em dois turnos equivalem a emendas constitucionais. Terão hierarquia constitucional, portanto. Pelo RE 466.343/SP, de 2008, o STF atribuiu status supralegal - mas infraconstitucional - a todos os demais tratados de direitos humanos, independentemente das formalidades de aprovação congressual. Atualmente, o julgamento da RE 460.320/PR (ainda inconcluso) tende a retomar a interpretação original do artigo 98 do Código Tributário Nacional, para reconhecer status supralegal também aos tratados em matéria tributária. Dessa forma, percebe-se que, gradativamente, o direito brasileiro evolui para uma jurisprudência mais consentânea com os princípios da boa-fé e do *pacta sunt servanda*, previstos na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, da qual o Brasil é parte.

4: Anulado. O item está correto, mas a classificação utilizada, entre tratado-contrato e tratado-lei é controversa, imprecisa e enganosa. Os doutrinadores que adotam a classificação procuram distinguir os tratados-contrato, assim chamados porque, por meio deles, as partes regulam interesses recíprocos dos Estados, normalmente de natureza bilateral, e os tratados-leis, os quais têm por escopo criar normas gerais de direito internacional e são usualmente pactuados entre muitos Estados. A inutilidade de tal classificação é ancorada no fato de que todos os tratados têm características de ambos os tipos. Quando menos, o tratado contratual terá seu texto regrado pelas cláusulas finais, cujo caráter normativo é inegável. A parte final da assertiva está correta, pois os tratados devem ser interpretados de boa fé, de acordo com seu sentido comum, em seu contexto e à luz de seu objeto e finalidade, nos termos do artigo 31 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969. Ao mesmo tempo, o artigo 53 do mesmo tratado dispõe: "É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral.

5: Errado. A Convenção de Viena sobre sucessão de estados em matéria de bens, dívidas e arquivos ainda não está em vigor mas reflete, grosso modo, as normas costumeiras que regulamentam o tema. Enquanto regra, as dívidas odiosas e as dívidas de governo não são transmitidas ao estado sucessor. As demais dívidas são distribuídas entre estados sucedido e sucessor com base em critérios equitativos, que levam em consideração, principalmente, o benefício auferido pelo território com a contração da dívida. De toda forma, os estados sempre podem acordar alguma distribuição que se baseie em critérios distintos. Não existe norma imperativa de direito internacional público a respeito da matéria.

6: Errado. De acordo com o artigo 4 da Carta da ONU, podem ser admitidos na organização os (i) estados (ii) amantes da paz que (iii) aceitem, (iv) estejam aptos e (v) dispostos a cumprir as obrigações previstas na Carta. No Parecer consultivo sobre a admissão de novos membros na ONU, proferido em 1948, a Corte Internacional de Justiça afirmou que esses cinco requisitos são exaustivos. Dessa forma, o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de

população e de extensão territorial não são requisitos para a admissão de um estado nas Nações Unidas.

7: Certo. A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU e funciona com base em seu Estatuto e nas chamadas *Regras da Corte*, espécie de código de processo. A competência da Corte é ampla. Em relação à competência *ratione materiae*, a Corte pode analisar todas as controvérsias jurídicas levadas a ela (art. 36, ponto 1, do Estatuto da CIJ). Já a competência *ratione personae* é mais limitada, pois a Corte só pode receber postulações de Estados, sejam ou não membros da ONU (art. 34, ponto 1, do Estatuto da CIJ). A Corte é composta por quinze juízes eleitos de três em três anos para um período de nove anos, com a possibilidade de reeleição. Não é possível que seja eleito mais de um juiz da mesma nacionalidade. A eleição é feita pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança por maioria absoluta de votos, a partir de lista apresentada pelos grupos nacionais da Corte Permanente de Arbitragem. Em relação às qualificações necessárias para ser eleito o art. 2 do Estatuto determina: "a Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, entre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional". Os eleitores devem ter presente ainda que a Corte deve assegurar a representação dos principais sistemas jurídicos do mundo.

8: Errado, pois a OMC não faz parte da "constelação onusiana"[5]. A OMC é uma organização internacional, com sede em Genebra, na Suíça, e cuja função é zelar pelas normas que regem o comércio entre os países, no plano mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional especializada de vocação universal. De maneira mais ampla, a OMC é uma organização para a liberalização do comércio, um fórum para que os governos negociem acordos comerciais e um lugar para que resolvam suas diferenças comerciais. Ademais, é encarregada de aplicar um sistema de normas comerciais – o chamado *sistema de resolução de controvérsias da OMC*. Podem ser membros da OMC estados e territórios aduaneiros, como Hong Kong e Taiwan.

9: Errado. De fato, o princípio do efeito direto, consagrado no caso Van Gend en Loss, de 1963, e o princípio da supremacia do direito comunitário (atualmente chamado direito da União Europeia), consagrado no caso Costa vs Enel, de 1964, são dois dos mais notáveis princípios do direito da União Europeia. No entanto, não existe nenhuma proibição de que Benguela celebre tratado com um estado da União Europeia. A responsabilidade por eventual descumprimento do direito da União Europeia recairia sobre o estado europeu parte em tratado antinômico com o ordenamento jurídico comunitário.

10: Certo, pois o descrito na assertiva reproduz as etapas procedimentais necessárias para um diplomata ser nomeado chefe de missão diplomática permanente na República de Benguela (art. 39 da Lei nº 11.440/2006).

Gabarito: 1C, 2E, 3C, 4 Anulada, 5E, 6E, 7C, 8E, 9E, 10C

(Diplomacia – 2003) Acerca do direito internacional público (DIP), julgue os itens a seguir.

(1) Desde o início do século XX, consolidou-se na prática internacional a aceitação de que todo indivíduo tem personalidade jurídica de direito internacional, fato que é corroborado por haver cortes internacionais que julgam indivíduos que cometeram crimes de guerra e também por haver tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos do Homem, que admitem a possibilidade de indivíduos atuarem como partes nos processos por elas julgados.

(2) Está consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) o entendimento de que, no ordenamento jurídico brasileiro, as convenções internacionais ocupam o mesmo patamar hierárquico das leis ordinárias, com exceção dos tratados que definem direitos humanos, aos quais se reconhece estatura constitucional.

(3) Considere a seguinte situação hipotética: Brasil e Uruguai, após várias tentativas de negociação direta, não chegaram a um consenso acerca da aplicação das regras do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) à importação de pneumáticos remodelados. De um lado, o Brasil defendia que as portarias ministeriais que proibiam a importação desses pneumáticos não contrariavam nenhuma regra de DIP. De outro, o Uruguai sustentava que a proibição da importação desse tipo de bem violava regras do MERCOSUL. Para dirimir essa controvérsia, foi constituído um tribunal arbitral que decidiu pela procedência da argumentação uruguaia e determinou que o Brasil retirasse de sua legislação interna restrições à importação de pneumáticos remodelados. Nessa situação, é correto afirmar que, se o Brasil viesse a editar uma lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados, esse ato caracterizaria descumprimento da referida decisão arbitral e, portanto, configuraria ilícito internacional que acarretaria para a República Federativa do Brasil o dever de indenizar o Estado uruguaio por eventuais danos advindos da proibição de importação de pneumáticos remodelados imposta pela referida lei.

(4) Diversamente da Organização Mundial do Comércio (OMC), o MERCOSUL não é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito internacional e não tem competência para celebrar tratados internacionais.

(5) Dada a imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, o poder judiciário brasileiro não possui competência para julgar o cônsul de um Estado europeu pela prática de um homicídio passional. Não obstante, se houvesse provas contundentes da prática do ato criminoso pelo cônsul, o poder executivo brasileiro poderia expulsá-lo do território nacional, dado que a expulsão é um ato administrativo que não caracteriza a imposição de uma punição.

1: Errado. É bem verdade que já no início do século XX, o primeiro tribunal internacional criado na história, a Corte Centro-americana de Justiça (1908-1918), já reconhecia aos indivíduos o direito de petição. No entanto, o reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional seria consolidado de forma clara apenas na segunda metade do século passado. De fato, a sistematização do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a criação de tribunais penais internacionais, a julgar indivíduos, e o reconhecimento do direito de petição individual em alguns tribunais internacionais, contribuiu para essa consolidação da personalidade jurídica do ser humano. Ainda assim, a matéria manteve-se controvertida por décadas, e ainda hoje existem autores que se filiam à doutrina clássica, dificilmente compatível com o direito internacional do século XXI, de que os indivíduos não seriam sujeitos de direito das gentes. De todo modo, o item apresenta um erro claro: a Corte Interamericana de Direitos Humanos só pode ser acionada pelos

5. Nesse sentido: "Ademais, conforme salienta Giorgio Sacerdoti, a OMC não pode ser considerada como uma agência especializada da ONU, não apenas porque resulta de um Acordo completamente independente, mas também porque sua composição é notavelmente diferente. Além disso, o referido autor, no mesmo trabalho (p. 52), opine que a OMC é uma organização internacional sob todos os aspectos, o que implica que *não* se constitui nem em mero tratado nem em agência internacional especializada" (NETO, José Cretella. Curso de *Direito Internacional Econômico.* São Paulo: Saraiva, 2012. p. 420).

estados partes ou pela Comissão; o indivíduo, conforme art. 61 da Convenção, fica proibido de apresentar petição à Corte. Os indivíduos podem tão somente solicitar à Corte, nos casos em que sejam partes, medidas provisórias em situações de extrema gravidade e urgência, desde que verificado risco de dano irreparável à vítima ou às vítimas, nos termos do art. 63 (2) da Convenção Americana de Direitos Humanos. Isso não representa, contudo, um acesso direto ao tribunal, que sempre deverá ser provocado pela Comissão ou por estados.

2: Errado. Desde o famigerado RE 80.004/SP, de 1977, a jurisprudência do Supremo Tribuna Federal, minimiza a relevância do princípio *pacta sunt servanda*, previsto nos artigos 26 e 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, e considera que os tratados internacionais têm hierarquia normativa equivalente à de lei ordinária federal. Isso significa que o juiz brasileiro não aplicará um tratado internacional, caso exista lei posterior com ele incompatível. Eventual descumprimento do tratado pelo Poder Judiciário sujeitará o estado brasileiro à responsabilidade internacional. A posição exarada no item, de que todos os tratados de direitos humanos (independentemente do quórum de aprovação no Congresso) deveriam ter status constitucional, é uma das poucas teses que consegue reunir a virtual unanimidade dos doutrinadores brasileiros. Na interpretação de Cançado Trindade, esse status estaria consagrado no art. 5º §2º da CF/88, dispositivo constitucional que foi sugerido, à época da Constituinte, pelo próprio internacionalista. Contudo, essa tese ainda não encontra aderência na jurisprudência brasileira. É bem verdade que foi esposada pelo Ministro Celso Mello no julgamento do RE 466.343/SP, em 2008, e seguida por outros 4 ministros. Prevaleceu, contudo, a tese defendida à época pelo ministro Gilmar Mendes, que logrou angariar outros 5 votos, no sentido de que o direito constitucional brasileiro é aberto ao direito internacional, *ma non troppo*. Consagrou-se, no julgamento, que os tratados de direitos humanos são supralegais, mas terão hierarquia constitucional apenas os que forem aprovados por 3/5 dos membros de cada uma das casas do Congresso em 2 turnos de votação, conforme previsto no art. 5º §3º da CF/88, introduzido em 2004 pela EC-45.

3: Certo. Não há nada de hipotético na situação relatada. Em 2002, o Brasil foi condenado pelo Tribunal Arbitral do Mercosul, ainda sob a égide do antigo Protocolo de Brasília sobre solução de controvérsias, devido a restrição à importação de pneus recauchutados do Uruguai. Na decisão, o tribunal arbitral determinou que o Brasil adaptasse a sua legislação. Dessa forma, a adoção de lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados representaria uma conduta incompatível com uma obrigação internacional, derivada, no caso, de uma decisão arbitral. Como se sabe, seria o caso de um ato internacionalmente ilícito que acarretaria responsabilidade internacional e a consequente obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados, nos termos o projeto de artigo sobre responsabilidade internacional dos estados, de 2001. Com relação aos pneus recauchutados, o Brasil seria condenado, posteriormente, no sistema de solução de controvérsias da OMC, em disputa iniciada pela União Europeia. Em relatório de 2007, o Órgão Permanente de Apelação determinou que o Brasil poderia restringir a importação desses pneus, de modo a proteger o meio ambiente, mas não poderia exercer discriminação em favor do Mercosul – como fazia até então, para cumprir o laudo arbitral. A controvérsia e, em particular, a compatibilização das decisões, seria resolvida, definitivamente, por meios diplomáticos.

4: Errado, pois o Mercosul tem personalidade jurídica de direito internacional, expressamente prevista no art. 34 do Protocolo de Ouro Preto: "O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional". Pode, dessa forma, celebrar tratados internacionais, como os já celebrados com Egito, Israel e Palestina, e como atualmente negociado com a União Europeia. A titularidade da personalidade jurídica do Mercosul é exercida pelo Conselho Mercado Comum, órgão superior da organização, a quem compete negociar acordos internacionais em nome do Mercosul, conforme previsto no Protocolo de Ouro Preto.

5: Errado, em primeiro lugar, porque os cônsules (funcionários consulares) gozam de imunidade penal, civil e administrativa *ratione materiae*, vale dizer, apenas no tocante aos atos relacionados às suas funções (não por atos particulares), e em segundo lugar, porque um funcionário consular não pode ser, a princípio, expulso; pode, em realidade, ser declarado *persona non grata*, recebendo um prazo razoável para se retirar do país. Caso o cônsul não se retire no prazo estabelecido, o estado receptor não estará mais obrigado a reconhecê-lo como um membro da repartição consular; em outras palavras, não estará obrigado a assegurar-lhe imunidade, podendo julgá-lo, ou, se for o caso, até expulsá-lo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2003) A República de Utopia e o Reino de Lilliput são dois Estados nacionais vizinhos cuja relação tornou-se conflituosa nos últimos anos devido à existência de sérios indícios de que Lilliput estaria prestes a desenvolver tecnologia suficiente para a fabricação de armamentos nucleares, fato que Utopia entendia como uma ameaça direta a sua segurança. Após várias tentativas frustradas de fazer cessar o programa nuclear lilliputiano, a República de Utopia promoveu uma invasão armada a Lilliput em dezembro de 2001 e, após uma guerra que durou três meses, depôs o rei e promoveu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que outorgou a Lilliput sua atual constituição. Nessa constituição, que é democrática e republicana, as antigas províncias foram convertidas em estados e foi instituído, no lugar do antigo Reino de Lilliput, a atual República Federativa Lilliputiana.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) Se o Reino de Lilliput houvesse rechaçado a invasão, a celebração da paz entre esses dois países não teria o condão de restaurar a vigência dos tratados bilaterais de cooperação comercial anteriormente firmados entre os dois países, pois a guerra acarreta a extinção de tratados dessa natureza, e não apenas a suspensão dos seus efeitos.

(2) Considerando que o Reino de Lilliput havia contraído empréstimos perante a República de Atlântida, é correto afirmar que o direito consuetudinário internacional determina que a extinção da pessoa jurídica de direito internacional Reino de Lilliput não implica a extinção de todas as obrigações jurídicas de que ela era titular, pois a República Federativa Lilliputiana é considerada sucessora do Reino de Lilliput em suas obrigações internacionais, especialmente no que se refere a empréstimos contraídos por este Reino perante outros sujeitos de direito internacional, inclusive no que se refere às dívidas contraídas para sustentar a guerra contra Utopia.

(3) Considerando que a constituição da República Federativa Lilliputiana define que os tratados internacionais têm primazia sobre as leis internas, é correto afirmar que o referido Estado adota a teoria dualista das relações entre direito internacional e direito interno, pois sua constituição confere tratamento diferenciado a esses dois elementos.

(4) O direito internacional não consagra o princípio de que a República Federativa Lilliputiana teria direito a substituir o Reino de Lilliput nas organizações internacionais de que este reino fizesse parte.

(5) A República Federativa Lilliputiana deve obediência aos costumes internacionais gerais que eram vigentes no momento em que ela adquiriu personalidade jurí-

dica de direito internacional, não obstante essas regras terem sido estabelecidas antes do próprio surgimento desse Estado.

1: Certo, pois a guerra ocasiona a extinção de tratados bilaterais de cooperação comercial previamente firmados. Nesse sentido, o art. 62, ponto 1, *a*, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados disciplina a possibilidade de as partes extinguirem o tratado em hipótese de fundamental alteração das circunstâncias que deram origem ao acordo (cláusula *rebus sic stantibus)*, e logicamente a situação de um conflito armado ocasiona uma grande alteração fática;
2: Errado. O item está prejudicado, pois o caso hipotético não trata de sucessão de Estado, mas de mudança de governo, e de nova ordem constitucional. Não foi extinta, portanto, a personalidade jurídica do Estado, e tampouco se pode falar em Estado sucessor;
3: Errado. Segundo a tese monista, o direito internacional e o nacional fazem parte do mesmo sistema jurídico. As doutrinas monistas se subdividem em: **a)** monismo internacionalista, que prega a prevalência pelo direito internacional sobre o direito nacional, como defendia Hans Kelsen; e **b)** monismo nacionalista, que prega a prevalência do direito interno sobre o direito internacional, como defendia Max Wenzel. A jurisprudência internacional consagra o princípio da supremacia do direito internacional sobre o direito interno, já afirmado pelo juiz Max Huber na arbitragem do caso da Ilha de Palmas: "O direito interno é mero fato para o direito internacional". Atualmente, a tese, decorrente do *pacta sunt servanda*, consagra-se no artigo 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados: "Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado". Nos tribunais domésticos, contudo, nem sempre a prevalência do direito internacional é reconhecida. Já a tese dualista advoga que direito interno e direito internacional pertencem a sistemas jurídicos distintos. Para Heinrich Triepel, o maior expoente do dualismo, o direito internacional não se relaciona de modo algum com o direito interno, sequer existindo antinomia entre eles. A doutrina posterior a Triepel subdividiu o dualismo em: **a)** dualismo radical: impõe a edição de uma lei distinta para incorporação do tratado; e **b)** dualismo moderado: não exige lei para a incorporação do tratado, mas apenas um procedimento complexo, com aprovação do Congresso e promulgação do Executivo. Ora, por todo o dito, não se pode afirmar que um país adotou a tese dualista apenas por ter adotado a primazia dos tratados internacionais sobre as leis internas na sua Constituição. No Brasil, a Constituição Federal silenciou neste aspecto, e em virtude da omissão constitucional a jurisprudência do STF afirma a corrente dualista moderada. Isso porque o tratado só passará a ter validade interna após ter sido aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado e promulgado pelo Presidente da República, mas sem a necessidade de edição de lei; a promulgação é efetuada mediante decreto presidencial;
4: Essa assertiva está prejudicada, e seria pertinente sua anulação, uma vez que a situação apresentada na questão trata da mudança da forma de governo e não da extinção e sucessão de Estado. No mais, caso se estivesse falando de verdadeira sucessão de Estados, a afirmação estaria correta, pois não existe direito de sucessão automática em matéria de participação em organizações internacionais;
5: Certo, pois a República Federativa Lilliputiana faz parte da comunidade internacional e, destarte, deve obedecer às regras costumeiras que regem a convivência nessa comunidade marcada pela interdependência dos Estados.

Gabarito oficial: 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

Gabarito dos autores: 1C, 2 E, 3E, 4 Anulada, 5C

(Diplomacia 2002) O Tratado da Antártida, assinado em Washington em 1959, acaba de completar quarenta anos de vigência (1961-2001) e tem sido considerado um instrumento de notável eficácia e solidez tanto do ponto de vista jurídico quanto político. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que não constitui princípio adotado no texto do referido tratado:

(A) A utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos.
(B) A liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas.
(C) Congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico.
(D) A internacionalização da Antártida, que passou a ser considerada "patrimônio comum da Humanidade".
(E) Direito de cada uma das partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais.

O Tratado da Antártida, assinado em primeiro de dezembro de 1959 e ratificado pelo Brasil em 1975 (Dec. 75.963), tem por objetivo garantir que a Antártida seja sempre utilizada para fins pacíficos. Os princípios informadores desse tratado são os seguintes: **a)** a utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos; **b)** a liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas; **c)** o congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico; **d)** o direito de cada uma das partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais; e **e)** a preservação e a conservação dos recursos vivos na Antártida (art. 9(1) do Tratado da Antártida).
A: Incorreta, pois o art. 1 (1), do Tratado da Antártida assim dispõe: "A Antártida será utilizada somente para fins pacíficos. Serão proibidas, *inter alia*, quaisquer medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas". Ademais, isso é declarado expressamente como princípio pelo art. 9 (1)(*a*) do Tratado da Antártida;
B: Incorreta, pois tais princípios são adotados pelo tratado, expressamente pelo art. 9(1)(*b)* e (*c)*, do Tratado da Antártida. É importante ler também os arts. 2 e 3(1), do mesmo Tratado;
C: Incorreta. O art. 4(2), do Tratado da Antártida é imperativo: "Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente Tratado, constituirá base para programar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida, ou para criar direitos de soberania na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente Tratado estiver em vigor";
D: Correta, pois o Tratado da Antártida não possui tal previsão. Apesar de não ser prevista expressamente no texto do Tratado, a "internacionalização, como modo de exclusão das pretensões de apropriação com intuito de exercer a soberania estatal, se deu e, todavia, se encontra em curso em relação aos espaços polares. Alguns países pretenderam alegações de reivindicações sobre parcelas da Antártica. Mas esta se considera aqui dentre os espaços internacionalizados, e a prática internacional tem sido em tal sentido"[6].
E: Incorreta, pois o direito de inspeção está disciplinado no art. 7 do Tratado da Antártida.

Gabarito "D"

---

6. CASELLA, Paulo Borba. *Direito Internacional dos Espaços*, pág. 572. Ed. Atlas, 2009.

8. Direito Interno

Renan Flumian, Wander Garcia e Teresa Melo

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1. Constituição

1.1.1. Conceito, Classificações e Primado da Constituição

(Diplomacia 1996) O sistema parlamentarista de governo poderá ser adotado no Brasil:

(A) Por lei de iniciativa do Presidente da República.
(B) Por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
(C) Somente por Assembleia com Poderes Constituintes Originários.
(D) Por Sessão Conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
(E) Por emenda constitucional.

A, B, C, D e **E**: O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a Constituição na vigência dos estados de sítio e de defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). **Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)**. Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são: a) a forma federativa de Estado; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. É importante lembrar que há a possibilidade de criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar o regime de governo, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (pois não se fundamenta em qualquer poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova Constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça".1

Gabarito C

1. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p.110.

(Diplomacia 1996) A duração do mandato do Presidente da República e a vedação de sua reeleição podem ser alteradas:

(A) Por decreto do Presidente da República.
(B) Por emenda constitucional.
(C) Por lei iniciativa exclusiva do Presidente da República.
(D) Por lei iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.
(E) Por decreto legislativo.

A, B, C, D e **E**: Quanto ao processo de mudança, as constituições classificam-se em rígidas, flexíveis e semirrígidas. As constituições rígidas são modificáveis por um procedimento mais solene e dificultoso que o utilizado para alterar as normas infraconstitucionais. É o caso da atual Constituição brasileira, que só pode ser alterada por meio de emenda constitucional (art. 60 da CF). Além disso, a CF é considerada por alguns doutrinadores como super-rígida, pois além de haver um procedimento mais dificultoso para alterá-la, existem as cláusulas pétreas, que são imodificáveis por emenda constitucional (art. 60, § 4º, da CF). Já as constituições flexíveis podem ser modificadas pelo mesmo procedimento previsto para a alteração das leis, ou seja, utiliza-se o mesmo procedimento para alterar a Constituição e as leis. Por sua vez, as semirrígidas preveem um procedimento mais dificultoso para a alteração de apenas uma parcela de seus preceitos, enquanto os outros são alterados de forma ordinária, ou seja, da mesma forma que as leis o são. Por todo o dito, a alternativa correta é a B, pois a Constituição brasileira só pode ser alterada por emenda constitucional.

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) O Brasil adota a forma federativa de Estado, constituída pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal. Qual das afirmações a seguir é a correta?

(A) A forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional de iniciativa do Poder Executivo.
(B) A forma federativa pode ser alterada mediante a convocação de uma assembleia com poderes constituintes originários.
(C) A forma federativa é inalterável em qualquer circunstância.
(D) A forma federativa pode ser alterada mediante resolução legislativa.
(E) A forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional referendada por dois terços dos estados-membros.

A, B, C, D e **E**: O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a constituição na vigência dos estados de sítio e de defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II,

III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). As cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são: **a) a forma federativa de Estado**; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. É importante observar que há a possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar a forma federativa de Estado, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (visto que não se fundamenta em qualquer poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça".2

Gabarito "B"

1.1.2. Controle de Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos

(Diplomacia 2002) Constitui instrumento próprio para a declaração da inconstitucionalidade de lei em tese:

(A) ação direta de inconstitucionalidade.
(B) mandado de segurança.
(C) ação civil pública.
(D) *habeas corpus*.
(E) ação monitória.

A: Correto, pois a ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) tem por escopo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou estadual está em harmonia com a Constituição brasileira. A lei que for objeto da ADIN tem de ser tomada no seu sentido amplo, o qual engloba todos os tipos legislativos listados no art. 59 da CF (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções). A ADIN está regulada no art. 102, I, *a*, da CF e na Lei n. 9.868/1999, e os legitimados para interpor tal ação estão elencados no art. 103 da CF, que assim dispõe: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". Os parágrafos do art. 103 trazem importantes regras, a saber: **a)** o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal (§ 1º); **b**) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias (§ 2º); **c)** quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado (§3º); **B: Incorreto.** O mandado de segurança tem o objetivo de proteger o direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX, da CF). O mandado de segurança está disciplinado na Lei n. 12.016/2009; **C: Incorreto.** A ação civil pública tem o fito de proteger o meio ambiente, o consumidor, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e qualquer outro interesse difuso e coletivo contra infração da ordem econômica, da economia popular e da ordem urbanística (art. 1º, *caput* e incisos, da Lei n. 7.347/1985). Os legitimados para interpor tal ação estão elencados no art. 5º da Lei n. 7.347/1985; são eles: a) o Ministério Público; b) a Defensoria Pública; c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; d) a autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista; e) a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. O requisito referente ao prazo de 1 ano de existência ("desde a constituição") da associação pode ser flexibilizado pelo juiz no caso concreto; **D: Incorreto.** O *habeas corpus* tem por objetivo proteger a liberdade de locomoção das pessoas contra a ilegalidade e o abuso de poder (art. 5º, LXVIII, da CF). Importante dizer que esse remédio constitucional cabe tanto na situação de efetiva violência contra a liberdade de locomoção do indivíduo (feição repressiva) como na de fundado temor de violência (feição preventiva do *habeas corpus*); **E: Incorreto.** A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível, infungível, ou de bem móvel ou imóvel, ou, ainda, adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (art. 700, I a III, do CPC).

Gabarito "A"

(Diplomacia 2000) Assinale a opção em que consta pessoa ou ente não legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

(A) Governador de Estado.
(B) Partido político com representação no Congresso Nacional.
(C) Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
(D) Mesa da Câmara dos Deputados.
(E) Procurador-Geral da República.

A, B, C, D e **E**: O art. 103 da CF assim dispõe: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; **III - a Mesa da Câmara dos Deputados**; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; **V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal**; **VI - o Procurador-Geral da República**; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; **VIII - partido político com representação no Congresso Nacional**; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". Pela leitura do artigo, percebe-se que a assertiva a ser assinalada é a "C".

Gabarito "C"

1.2. Estado

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) A respeito da evolução constitucional do Brasil, julgue os seguintes itens.

(1) O Estado laico sempre foi uma constante constitucional no Brasil, pois, até mesmo na Constituição do Império, de 1824, assegurava-se a inexistência de uma religião oficial do Estado.

2. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.* 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p.110.

(2) A primeira Constituição republicana do Brasil manteve a forma unitária de Estado, preexistente na Constituição do período monárquico, bem como a existência de quatro poderes políticos: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o moderador.

1: Incorreto. A Constituição de 1824 manteve a religião católica apostólica romana como oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões – apesar dessa previsão, na prática, existia liberdade religiosa; **2: Incorreto.** No dia 25 de novembro de 1889 foi fundada a República brasileira, isto é, passou-se do regime monárquico para o republicano e tal passagem pode ser vista historicamente como um golpe militar, pois muitos historiadores apontam que ela foi arquitetada pela elite do Exército em conjunto com os ricos cafeicultores. E, em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,3 que, nos seus arts. 72 a 78, traz uma declaração de direitos. Dentre os quais, podemos destacar a total liberdade religiosa – o Brasil tornou-se um estado laico. Foi instituído o voto direto e universal (contra o antigo indireto e censitário), mas os analfabetos e as mulheres continuavam sem o direito de votar. Como já apontamos em relação a forma de governo (República), a Constituição também inovou quando instituiu a federação como forma de estado (contra o antigo estado unitário) e estabeleceu o regime de governo presidencialista. Ato-consequência da mudança da forma de estado é a substituição das províncias por estados-membros. Por fim, o Poder Moderador foi extinto e remanesceu apenas o Executivo, Legislativo e Judiciário, consoante preconizou o Barão de Montesquieu.

Gabarito 1E, 2E

1.3. Organização dos Poderes no Direito Brasileiro

(Diplomacia 2009) O Conselho da República, previsto como órgão superior de consulta do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, cuida de relevantes assuntos da vida do Estado. Acerca da atuação desse Conselho, assinale a opção correta.

(A) Algumas atribuições do Conselho da República são compartilhadas com o Conselho de Defesa Nacional, com o qual, no entanto, o primeiro não se confunde.

(B) O Conselho da República decide, em última instância, sobre questões relevantes para a estabilidade e a continuidade das instituições democráticas.

(C) O Ministro de Estado das Relações Exteriores dele participa como membro nato e, portanto, está dispensado de convocação para as reuniões.

(D) O Conselho da República é composto por membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da sociedade civil.

(E) Havendo composição plena, o Conselho da República atua de forma conjunta com o Conselho Nacional de Justiça.

A, B, C, D e **E:** O Conselho da República é o órgão superior de consulta do Presidente da República, e é formado pelo Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução (art. 89, *caput* e incisos, da CF). O Conselho tem competência para se pronunciar nos casos de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de sítio e nas questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas (art. 90, I e II, da CF). O Presidente da República pode convocar um Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho quando constar na pauta questão relacionada com o respectivo Ministério. Por sua vez, o Conselho da Defesa Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e é formado pelo Vice Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça, Ministro de Estado de Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro do Planejamento e comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército (art. 91, *caput* e incisos, da CF). O Conselho tem competência para: **a)** opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz; **b)** opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; **c)** propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; e **d)** estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias para garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático (art. 91, § 1º, I, II, III e IV, da CF). Por todo o dito, a única assertiva correta é a primeira (A), porque tanto o Conselho da República como o Conselho de Defesa Nacional participam da decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal (arts. 90, I, e 91, § 1º, II).

Gabarito "A"

(Diplomacia 2009) No que concerne à súmula com efeito vinculante, introduzida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 45 de 2004, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em se tratando de matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso de matéria infraconstitucional, a súmula com efeito vinculante amplia o poder decisório dos juízes singulares.

(2) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou pelos tribunais superiores, confirma ou modifica o poder decisório dos juízes singulares.

(3) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada com exclusividade por tribunais superiores, consolida a atividade judicante de primeiro grau, sem qualquer exceção.

(4) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada pelo Supremo Tribunal Federal, restringe o poder decisório dos juízes singulares.

"Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao

3. O nome é mais um indicativo da escolha da Constituição dos Estados Unidos da América como paradigma inspirador.

Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso".

1: Incorreto, pois somente o STF pode editar súmula vinculante. Ademais, a súmula com efeito vinculante diminui – e não amplia, como quer a assertiva – o poder decisório dos juízes singulares (art. 103-A da CF); **2** e **3: Errados**. Reler o comentário à assertiva anterior; **4: Correto**, pois os juízes singulares deverão decidir em conformidade com o que preceitua a súmula com efeito vinculante.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

As principais súmulas vinculantes são:

a) Súmula Vinculante nº 3: Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;

b) Súmula Vinculante nº 5: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição;

c) Súmula Vinculante nº 10: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte;

d) Súmula Vinculante nº 11: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado;

e) Súmula Vinculante nº 13: A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal;

f) Súmula Vinculante nº 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo;

g) Súmula Vinculante nº 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

(Diplomacia 2008) Tendo em vista a disciplina constitucional acerca dos Poderes Legislativo e Executivo, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Como regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas pela maioria absoluta dos votos de seus membros.

(2) A sanção presidencial só é exigida nos projetos de lei de competência privativa do presidente da República.

(3) Não perderá o mandato o deputado ou senador investido no cargo de ministro de Estado, governador de território, secretário de estado, do Distrito Federal, de território, de prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária.

(4) No caso de agressão estrangeira, é competência privativa do presidente da República declarar guerra, autorizado pelo Congresso Nacional, ou referendado por ele caso a agressão ocorra no intervalo das sessões legislativas, bem como celebrar a paz, autorizado ou referendado pelo Congresso Nacional.

1: Incorreto, pois, como regra, as deliberações são tomadas pela maioria simples ou relativa dos votos, desde que esteja presente a maioria absoluta da composição do colegiado (comissão ou plenário). Por exemplo: certa comissão do Senado tem 17 membros e a sua maioria absoluta, portanto, é 9. Com a presença de 9 senadores, serão necessários 5 votos a favor; se estiverem presentes 11 membros, serão necessários 6 votos a favor. Tal regra é o que se chama de maioria simples ou relativa (em relação ao número de presentes), e é definida pelo art. 47 da CF: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Assim, só existirá quórum especial se isso estiver expressamente previsto; **2: Incorreto.** A sanção é a manifestação favorável do Chefe do Poder Executivo quanto ao projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. O art. 48 da CF assim determina: "Cabe ao Congresso Nacional, **com a sanção do Presidente da República**, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União (…)". Pela redação do art. 48 da CF, percebe-se que a regra é a participação, pela sanção ou veto, do Presidente da República no processo legislativo. Essa regra será afastada nos casos de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF), de competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51 da CF) e de competência privativa do Senado Federal (art. 52 da CF); **3: Correto**, pois reflete o disposto no art. 56, I, da CF; **4: Correto**, pois reflete o texto do art. 84, XIX e XX, da CF.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2002) Qual das opções não contempla cargo privativo de brasileiro nato?

(A) Vice-Presidente da República.

(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

(C) Diplomata.

(D) Presidente da Câmara do Deputados.

(E) Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

A, B, C, D e **E**: A redação do art. 12, § 3º, da CF é a seguinte: "São privativos de brasileiro nato os cargos: **I - de Presidente e Vice-Presidente da República**; **II - de Presidente da Câmara dos Deputados**; **III - de Presidente do Senado Federal**; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; **V - da carreira diplomática**; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa". Vale lembrar que o Presidente da Mesa do Congresso Nacional é o Presidente do Senado Federal (art. 57, §5º, da CF).

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) As seguintes atribuições competem privativamente ao Presidente da República, dispensada a aprovação prévia do Congresso Nacional:

(A) Autorizar referendo e convocar plebiscito.

(B) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.

(C) Dispor sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e Órgãos da Administração Pública.

(D) Dispor sobre telecomunicações e radiodifusão.

(E) Fixar e modificar os efetivos das Forças Armadas.

A: Incorreto, pois a referida atribuição é competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, XV, da CF); **B: Incorreto,** pois destoa do disposto no art. 84, XIV, da CF: "nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei"; **C: Correta** (art. 84, I e II, da CF); **D: Incorreto,** pois tal função é competência do Congresso Nacional (arts. 22, IV, e 48, XII, ambos da CF); **E: Incorreto,** pois essa atribuição é competência do Congresso Nacional (art. 48, III, da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) O Tribunal de Contas da União é:

(A) Órgão integrante do Poder Judiciário.
(B) Um poder autônomo.
(C) Órgão auxiliar do Congresso Nacional para o controle externo.
(D) Órgão integrante do Poder Executivo.
(E) Órgão incumbido do controle interno.

A, B, C, D e **E**: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (art. 70 da CF). No caso do controle externo, este será realizado com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71 da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes eleitos em cada Estado e no Distrito Federal por um dos seguintes sistemas eleitorais:

(A) Por Colégios eleitorais.
(B) Pelo voto majoritário.
(C) Pelo voto proporcional.
(D) Pelo voto proporcional misto.
(E) Por nenhum deles.

A, B, C, D e **E**: O art. 45, *caput*, da CF assim dispõe: "A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal eleitos por um dos seguintes sistemas eleitorais:

(A) Voto proporcional.
(B) Voto majoritário.
(C) Voto proporcional misto.
(D) Colégios eleitorais.
(E) Nenhum deles.

A, B, C, D e **E**: O art. 46, *caput*, da CF assim dispõe: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário".

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) Qual a idade mínima para um cidadão brasileiro ser elegível Presidente da República?

(A) 35 anos.
(B) 30 anos.
(C) 21 anos.
(D) 40 anos.
(E) 25 anos.

A, B, C, D e **E**: O art. 14, § 3º, VI, *a*, da CF determina que uma das condições de elegibilidade para o cargo de Presidente da República é ter a idade mínima de 35 anos, a qual é também uma das condições para alguém se eleger Vice-Presidente da República e Senador.

Gabarito "A"

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A Constituição Federal estabelece duas formas de controle da utilização dos recursos públicos. A primeira, denominada controle externo, é de responsabilidade do Congresso Nacional, que é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União. O controle interno, por sua vez, é exercido dentro dos poderes, pelos próprios agentes. Com referência a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

(1) É atribuição legal do controle externo apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.
(2) Caso ocorra, em relação ao erário, dano decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, as contas serão julgadas irregulares.

1: Incorreto, pois a atribuição apresentada pelo item 1 não faz parte da lista de funções a serem realizadas pelo controle externo, conforme dispõe o art. 71 da CF; **2: Correto**, pois nesse caso é obrigatório declarar como irregulares as contas prestadas.

Gabarito 1E, 2C

1.4. Processo Legislativo Brasileiro

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao processo legislativo brasileiro.

(1) A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias cabe, na forma e nos casos previstos na Constituição, a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos.
(2) No exercício de sua autonomia política e legislativa, os estados não estão obrigados a seguir compulsoriamente as regras do processo legislativo federal. Por essa razão, pode o constituinte estadual adotar normas acerca da formação das espécies normativas que não guardem simetria com o modelo básico previsto na Constituição Federal.
(3) Compete ao Presidente da República, entre outras atribuições, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição.
(4) Após ser aprovada por ambas as casas do Congresso Nacional, a emenda constitucional não é encaminhada para sanção presidencial, devendo ser promulgada, com o respectivo número de ordem, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

1: Correto, pois a assertiva reflete integralmente a redação do art. 61 da CF; 2: **Incorreto.** Em função do princípio da simetria constitucional, os estados-membros devem obedecer às regras estipuladas na Constituição. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da CF e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos

municípios (frise-se que município não tem Constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário; **3: Correto**, pois a assertiva reflete o disposto no art. 84, IV e XXIII, da CF; **4: Correto**, pois a assertiva reflete o disposto no art. 60, §§ 2º e 3º, da CF.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2009) Objeto de constantes disputas entre os Poderes, a medida provisória tem sido importante instrumento de governo à disposição do Presidente da República. No entanto, há limitações constitucionais que vedam sua edição em relação a matérias expressamente definidas. Acerca de medidas provisórias, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O poder investigatório do Ministério Público e sua ingerência no inquérito policial, objeto de veemente debate nacional, foram motivados por edição de medida provisória.

(2) É vedada a edição de medidas provisórias em matéria eleitoral, ainda que aprovadas antes do início do ano das eleições de que cuida a norma.

(3) Os ativos financeiros, como, por exemplo, poupanças privadas, podem ser objeto de medida provisória que determine detenção temporária ou sequestro de bens.

(4) A instituição ou majoração de impostos podem ser objeto de edição de medida provisória.

1: Incorreto, pois esse não foi o motivo que originou o debate nacional citado. Deve-se lembrar que o Ministério Público tem a função institucional de exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, VII, da CF); **2: Correto** (art. 62, § 1º, I, *a*, da CF); **3: Errado** (art. 62, § 1º, II, da CF); **4: Correto** (art. 62, § 2º, da CF).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 1996) Os Poderes da União são constituídos do Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais são independentes e harmônicos entre si. No entanto, em linha com as modernas doutrinas constitucionais, a Constituição Brasileira prevê mecanismos de controles recíprocos entre os poderes. Indique qual o mecanismo de controle que o Executivo pode exercer sobre o Legislativo.

(A) Apresentação de projeto de lei que altere as leis já aprovadas pelo Congresso.

(B) Edição de medidas provisórias que alterem leis já aprovadas pelo Congresso.

(C) Convocação de referendo popular sobre projetos de lei aprovados pelo Congresso.

(D) Veto a projetos de lei submetidos à sanção do Presidente da República.

(E) Propositura de mandato de segurança pelo Presidente da República contra a aprovação de projetos de lei pelo Congresso.

Cada poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – exerce sua função típica e também tem funções atípicas. No caso do Executivo, a função típica é administrar, mas o chefe do executivo também cumpre funções legislativas, como vetar ou sancionar uma lei (art. 84, IV e V, da CF). Ele pode ainda propor projeto de lei (arts. 84, III, e 61, ambos da CF), na forma e nos casos previstos na Constituição, e editar medidas provisórias (art. 62 da CF) e leis delegadas (art. 68 da CF) quando autorizado, no primeiro caso pela Constituição e no segundo pelo Congresso Nacional. **A: Incorreto,** pois são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas e que disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; e f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva; **B: Incorreto,** pois é vedada a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República (art. 62, § 1º, IV, da CF). Ora, se situação menor impossibilita a edição de medida provisória, fica patente a impossibilidade de editar medida provisória que altere lei já aprovada pelo Congresso Nacional, até porque tal edição só é permitida em caso de relevância e urgência, e, logicamente, uma situação fática já regulada por lei nunca cumpriria os requisitos autorizadores da edição de MP; **C: Incorreto.** O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que o regime de governo, no Brasil, será uma democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Pelo dito, percebe-se que o referendo funciona como instrumento de participação política direta do povo no governo, ou seja, é um controle popular – e não do Poder Executivo – sobre a atividade legislativa. Por fim, a diferença entre plebiscito e referendo é que, enquanto no primeiro a consulta popular é prévia ao ato que se deseja aprovar, no segundo, é posterior; **D: Correto,** pois, como mencionado, o Presidente da República tem a função de participar do processo legislativo aprovando ou vetando leis (art. 84, IV e V, da CF). O veto funciona como um mecanismo de controle exercido pelo Executivo sobre o Legislativo e pode ser de dois tipos, consoante o disposto no art. 66, § 1º, da CF: político (em função do interesse público) e jurídico (em função da inconstitucionalidade aferida); **E: Incorreto,** pois contraria a Súmula 266 do STF, que assim preceitua: "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese".

Gabarito "D"

(Diplomacia 1996) O Supremo Tribunal Federal decidiu que determinadas normas constitucionais, chamadas "cláusulas pétreas", não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Constitui uma das cláusulas pétreas:

(A) O sistema presidencialista de governo.

(B) O princípio da igualdade entre empresas nacionais e empresas estrangeiras.

(C) O sistema tributário nacional.

(D) O voto direto, secreto, universal e periódico.

(E) O monopólio tributário nacional.

A, B, C, D e **E**: As cláusulas pétreas são: a) a forma federativa de Estado; b) **o voto direto, secreto, universal e periódico**; c) a separação dos Poderes; d) os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, da CF).

Gabarito "D"

1.5. Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988

É precisamente no ato e no momento da interpretação-aplicação que o juiz desempenha o papel de agente redutor da distância entre a generalidade da norma e a singularidade do caso concreto.

Inocêncio Mártires Coelho. **Interpretação constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris (Editor), 1997.

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca da interpretação e da aplicação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

(1) Os princípios constitucionais exigem métodos e critérios hermenêuticos distintos dos que são adotados para a interpretação das leis em geral.

(2) A Constituição deve ser interpretada em sua aplicação a problemas jurídicos concretos, reais ou imaginários, pois somente ao ser aplicada aos casos é que se revela o conteúdo significativo de uma norma.

(3) Podem ser enunciados como princípios da interpretação constitucional: o da unidade da Constituição, o do efeito integrador, o da máxima efetividade e o da conformidade funcional.

1: Correto. Luís Roberto Barroso cuidou devidamente do tema: "É, todavia, no *modo de aplicação* que reside a principal distinção entre regra e princípio. Regras se aplicam na modalidade *tudo ou nada*: ocorrendo o fato descrito em seu relato ela deverá incidir, produzindo o efeito previsto. Exemplos: implementada a idade de 70 anos, o servidor público passa para a inatividade; adquirido o bem imóvel, o imposto de transmissão é devido. Se não for aplicada à sua hipótese de incidência, a norma estará sendo violada. Não há maior margem para elaboração teórica ou valoração por parte do intérprete, ao qual caberá aplicar a regra mediante *subsunção*: enquadra-se o fato na norma e deduz-se uma conclusão objetiva. Por isso se diz que as regras são *mandados ou comandos definitivos (...)* Já os princípios indicam uma direção, um valor, um fim. Ocorre que, em uma ordem jurídica pluralista, a Constituição abriga princípios que apontam em direções diversas, gerando tensões e eventuais colisões entre eles. Alguns exemplos: a livre iniciativa por vezes choca com a proteção do consumidor; o desenvolvimento nacional nem sempre se harmoniza com a preservação do meio ambiente; a liberdade de expressão frequentemente interfere com o direito de privacidade. Como todos esses princípios têm o mesmo valor jurídico, o mesmo *status* hierárquico, a prevalência de um sobre outro não pode ser determinada em abstrato; somente à luz dos elementos do caso concreto será possível atribuir maior importância a um do que a outro. Ao contrário das regras, portanto, princípios não são aplicados na modalidade tudo ou nada, mas de acordo com a *dimensão* de peso que assumem na situação específica. Caberá ao intérprete proceder à *ponderação* dos princípios e fatos relevantes, e não a uma subsunção do fato a uma regra determinada. Por isso se diz que princípios são *mandados de otimização*: devem ser realizados na maior intensidade possível, à vista dos demais elementos jurídicos e fáticos presentes na hipótese4"; **2: Correto.** Mais uma vez Barroso esclarece o tema: "(...) E, em segundo lugar, porque vem conquistando crescente adesão na ciência jurídica a tese de que a norma não se confunde com o enunciado normativo – que corresponde ao texto de um ou mais dispositivos –, sendo, na verdade, o produto da interação texto/realidade. Nessa visão, não existe norma em abstrato, mas somente norma concretizada5"; **3: Correto.** O princípio da unidade dispõe que a Constituição deve sempre ser interpretada em sua totalidade. A Constituição é um sistema unitário de regras e princípios. Já o princípio do efeito integrador determina, consoante explicado por Canotilho, que tanto a interpretação como a solução de antinomias sejam guiadas no sentido de favorecer a integração política e social, como também para prestigiar a unidade política. Por sua vez, o princípio da máxima efetividade deve levar o intérprete a buscar a efetividade concreta da norma. Tal interpretação tem função relevante no campo da realização dos direitos fundamentais, ou melhor eficiência de tais direitos. Por fim, o princípio da conformidade funcional ou justeza prega o dever de respeito à repartição constitucional de competências, tal como definido pelo poder constituinte originário. Podemos, com base na doutrina de Canotilho, indicar também os princípios da concordância prática ou harmonização, da força normativa, da interpretação conforme a Constituição e proporcionalidade ou razoabilidade.

Gabarito 1C, 2C, 3C

Para lutar contra a discriminação racial e a desigualdade, é preciso reaprender a olhar. Olhar para ver que são quase sempre negras as crianças famélicas que fazem malabarismos com bolinhas nos sinais de trânsito das grandes cidades; são quase sempre negras as famílias que dormem sob as marquises, na imundice das sarjetas das nossas ruas; quase sempre negras são as vítimas da violência policial e da tortura. Olhar para ver que a miséria no Brasil tem cor.

Daniel Sarmento. **Direito constitucional e igualdade étnico-racial**. In: Flávia Piovesan e Douglas Martins de Souza (Coord.). **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR.

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens seguintes quanto à perspectiva de direitos e garantias fundamentais na forma em que são previstos constitucionalmente.

(1) A Constituição de 1988 tem um compromisso com a concretização do princípio da igualdade, donde decorre que a isonomia entre brancos e negros prevista pela Constituição é a isonomia formal.

(2) Com vistas ao combate da intolerância racial, a Constituição Federal brasileira previu expressamente a vedação de diferença salarial, de exercício de funções e de critérios de admissão motivados na cor.

(3) A concretização do princípio da isonomia exige que ao negro sejam dadas as mesmas condições reais de oportunidades e direitos, propugnando-se, em concomitância a isso, o seu direito à diferença, mediante a proteção da identidade cultural dos negros e a proteção das manifestações das culturas afro-brasileiras.

1: Incorreto. O compromisso com a efetiva concretização do princípio da igualdade passa pela busca da isonomia material, tendo por base a máxima que manda tratar desigualmente os desiguais. Cabe lembrar que as ações afirmativas são políticas ou programas públicos ou privados de concessão de benefícios a grupos sociais que foram (justiça compensatória) ou são (justiça distributiva) vítimas de algum preconceito. Cabe apenas frisar que as políticas promocionais devem ser temporárias, do contrário pode até violar a própria isonomia material; **2: Correto.** Vide art. 7º, XXX, da CF; **3: Correto.** Reler comentário sobre o item 1.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Diplomacia 2002) A figura do "habeas corpus", uma conquista jurídica da liberal-democracia, identifica-se como:

(A) um direito à inviolabilidade do corpo humano.

(B) direito secular que se origina na separação entre o corpo e a alma.

(C) direito de associação livre em corporações.

(D) direito de ir e vir assegurado contra abuso de autoridade.

(E) estado de direito protegido por um Corpus Juris.

A, B, C, D e **E**: O art. 5º, LXVIII, da CF assim dispõe: "conceder-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de

---

4. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 207/208.

5. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 307/308.

sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

Gabarito "D"

(Diplomacia 2002) Assinale a opção em que não consta princípio fundamental que rege o Brasil nas suas relações internacionais:

(A) autodeterminação dos povos.
(B) repúdio ao terrorismo.
(C) intervenção militar para a defesa de interesses nacionais.
(D) concessão de asilo político.
(E) igualdade entre os Estados.

A, B, C, D e **E**: "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; **III - autodeterminação dos povos**; IV - não intervenção; **V - igualdade entre os Estados**; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; **VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo**; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; **X - concessão de asilo político.**" Mediante a leitura do art. 4º, fica nítida a posição central da proteção à dignidade da pessoa humana na Constituição, assim cabe fazer algumas importantes ponderações. Fruto da redemocratização, a Constituição de 1988 torna esse princípio um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF). Outros fundamentos que reforçam o *status* dos direitos humanos no país são a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (respectivamente art. 1º, II, IV e V, da CF). O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que a forma de governo, no Brasil, será a democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Ademais, um dos objetivos fundamentais do Brasil, segundo a CF, é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Outros objetivos que posicionam nuclearmente os direitos humanos no Brasil são o que determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e aquele que se refere à construção de uma sociedade livre, justa, solidária (art. 3º, I) e desenvolvida economicamente (art. 3º, II). Também sacramenta a nuclearidade dos direitos humanos no país aquilo que dispõe o art. 4º, II, da CF, ou seja, que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelo *princípio da prevalência dos direitos humanos*. O art. 4º da CF ainda corrobora a nuclerraridade dos direitos humanos por meio dos seguintes incisos: a) repúdio ao terrorismo e ao racismo (inc. VIII); b) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inc. IX); e c) concessão de asilo político (inc. X). Ora, além dos direitos humanos fundamentarem a existência da república brasileira, estes são também vetores para o estabelecimento da política nacional e da externa. Por fim, é regra básica da hermenêutica jurídica que a aplicação da lei deve levar em conta os valores constitucionais que irradiam sobre todo o ordenamento jurídico. Como os direitos humanos ocupam lugar central na CF (logo, são direitos fundamentais), toda interpretação e aplicação de alguma norma do ordenamento jurídico brasileiro devem ser balizadas pela dignidade da pessoa humana. Assim, a interpretação que violar a dignidade da pessoa humana não será válida, ou melhor, será inconstitucional.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2002) A propósito do princípio da igualdade, consagrado em vários dispositivos da Constituição, é correto afirmar que:

(A) As pessoas jurídicas não são protegidas por esse princípio.
(B) Brasileiros e estrangeiros devem ter, em todas as relações sociais, o mesmo tratamento da lei.
(C) É possível o tratamento legislativo diferenciado de indivíduos, desde que a distinção não seja arbitrária.
(D) O princípio da igualdade configura tão somente diretriz política de ação do legislador, não cabendo ao Judiciário declarar a invalidade de uma lei por cogitada afronta a este princípio.
(E) Após a Reforma Administrativa de 1998, o princípio da isonomia deixou de ter implicações jurídicas no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos.

A: Incorreto, pois é pacífico que o art. 5º da Constituição Federal também se aplica às pessoas jurídicas, no que couber; **B: Incorreto,** pois a própria Constituição Federal trata de modo diferenciado, para determinadas situações, brasileiros e estrangeiros. Isso se dá, por exemplo, em relação ao provimento de alguns cargos, que são privativos de brasileiros natos (art. 12, § 3º, da CF); **C: Correto,** pois o princípio da isonomia impõe que se tratem os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de sua desigualdade. Assim, é possível que haja tratamentos desiguais entre as pessoas, desde que o discrímen seja pertinente e atenda a uma finalidade protegida pela ordem jurídica. Por exemplo: é perfeitamente possível estabelecer idade mínima para alguém participar de concurso público de juiz de direito, pois há, segundo o STF, pertinência em tal condição, em face da necessidade de grande maturidade e experiência de vida para que se assuma um cargo dessa natureza; **D: Incorreto,** pois nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF); E**: Incorreto,** pois essa reforma também valoriza o princípio da isonomia. Um exemplo é o dispositivo que permite a acumulação de cargos públicos não só em favor dos médicos, como também em favor de outros profissionais da saúde com profissão regulamentada (art. 37, XVI, "c", da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 2000) A respeito do princípio da separação dos poderes, é correto afirmar que:

(A) não foi adotado expressamente pela Constituição Federal, mas vem sendo aceito pela jurisprudência pátria.
(B) Impede que qualquer membro de um Poder venha a desempenhar cargo em outro Poder, a não ser havendo renúncia ao cargo do Poder de origem.
(C) Não impede que haja, em certos casos, a fiscalização de um poder pelo outros.
(D) Somente se refere ao relacionamento dos três Poderes da União, não se estendendo à organização dos Poderes estaduais.
(E) Tendo em vista a ampliação das atividades do Estado contemporâneo, ele não mais existe.

A: Incorreto, pois o princípio é uma das cláusulas pétreas, isto é, faz parte do núcleo intangível da Constituição (art. 60, § 4º, III); **B: Incorreto.** A Declaração de Direitos ou *Bill of Rights* de 1689 é um documento legal confeccionado pelo Parlamento inglês e que, entre outros efeitos, limitou os poderes do rei e disciplinou os direitos relacionados ao Parlamento, como a liberdade de expressão dos parlamentares e o estabelecimento de eleições regulares. Também determinou que todos os súditos têm direito de petição ao rei e tornou o Parlamento competente para legislar e criar tributos, funções antes exercidas pelo monarca. Tais medidas asseguraram certo poder para o Parlamento no Reino Unido e representaram a instauração institucional da separação de poderes, mais tarde reconhecida e elogiada por Montesquieu. A partir de tal momento, o indivíduo passou a ter uma garantia institucional (em teoria) de que o interesse dos governados guiaria a formulação das leis e de que o

Parlamento seria o órgão encarregado de proteger os súditos perante o rei. Percebe-se que, desde o início, a separação dos poderes tem a um só tempo a função de evitar a concentração de poderes e a de permitir que eles se fiscalizem entre si. "(...) Essencialmente, a *separação de poderes* consiste em distinguir três funções estatais – legislação, administração e jurisdição – e atribuí-las a três órgãos, ou grupos de órgãos, reciprocamente autônomos, que as exercerão com exclusividade, ou ao menos preponderantemente".[6] Por todo o dito, o princípio da separação dos poderes não tem relação com o descrito na assertiva. Ademais, o mais comum é a nomeação de deputado ou senador eleito para ocupar certo ministério, isto é, passa-se do poder legislativo para o executivo, e isso não significa que o parlamentar perca o mandato para o qual foi eleito; **C: Correto,** pois é o que determina, por exemplo, o art. 70 da CF: "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder"; **D: Incorreto,** pois o princípio da separação dos poderes também incide na organização dos poderes estaduais, já que vige o princípio da simetria constitucional (ler os arts. 25 a 28 da CF); **E: Incorreto,** pois, como dito no comentário sobre a assertiva A, trata-se de cláusula pétrea (art. 60, § 4º, III, da CF). Porém, deve-se admitir que hodiernamente existe uma interpenetração dos poderes, com destaque para o ativismo político do STF e, em geral, do judiciário ao redor do mundo[7]. Al*ém disso, há* a nova tripartição de poderes – *policy determination*, *policy execution* e *policy control* – sugerida por Karl Loewenstein.

Gabarito "C"

(Diplomacia 1999) Qual das seguintes afirmações é correta?

(A) A pena de morte é totalmente proibida pela Constituição brasileira, sem exceções.

(B) A pena de morte é proibida pela Constituição brasileira, salvo em caso de guerra declarada.

(C) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de crime hediondo.

(D) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de reincidência em crimes hediondos.

(E) A Constituição brasileira não inclui dispositivo relativo à pena de morte.

A, B, C, D e **E**: Em relação à pena de morte, cabe esclarecer que esta é admitida no Brasil, desde que cumpridas as seguintes condições: **a)** existência de guerra declarada em virtude de agressão externa e **b)** a prática, por brasileiro ou estrangeiro, do crime de alta traição (arts. 5º. XLVII, *a*, e 84, XIX, ambos da CF). Lembrando que o crime de alta traição é disciplinado no Código Penal Militar – CPM. Logo, em tempos de paz, não é possível a aplicação da pena capital no Brasil, a qual também está abolida para todos os crimes não militares. A título de curiosidade, o CPM disciplina que a execução da pena capital será por fuzilamento.

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) Entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais, encontram-se:

(A) independência nacional, autodeterminação dos povos e concessão de asilo político.

(B) independência nacional, autodeterminação dos povos e combate ao narcotráfico.

(C) independência nacional, concessão de asilo político e amplo acesso à imigração.

(D) autodeterminação dos povos, solução pacífica de controvérsias e igualdade entre brasileiros e estrangeiros.

(E) autodeterminação dos povos, igualdade entre brasileiros e estrangeiros e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

A, B, C, D e **E:** "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: **I - independência nacional**; II - prevalência dos direitos humanos; **III - autodeterminação dos povos**; IV - não intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; **X - concessão de asilo político**". Mediante a leitura do art. 4º, fica nítida a posição central da proteção da dignidade da pessoa humana na Constituição, assim cabe fazer algumas importantes ponderações. Fruto da redemocratização, a Constituição de 1988 torna a dignidade da pessoa humana um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF). Outros fundamentos que reforçam o *status* dos direitos humanos no Brasil são a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (respectivamente, art. 1º, II, IV e V, da CF). O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que a forma de governo, no Brasil, será uma democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Ademais, um dos objetivos fundamentais do Brasil, segundo a CF, é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Outros objetivos que posicionam nuclearmente os direitos humanos no Brasil são o que determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e aquele que se refere à construção de uma sociedade livre, justa, solidária (art. 3º, I) e desenvolvida economicamente (art. 3º, II). Também sacramenta a nuclearidade dos direitos humanos no país aquilo que dispõe o art. 4º, II, da CF, ou seja, que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelo *princípio da prevalência dos direitos humanos*. O art. 4º da CF ainda corrobora a dita nuclearidade dos direitos humanos por meio dos seguintes incisos: a) repúdio ao terrorismo e ao racismo (inc. VIII); b) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inc. IX); e c) concessão de asilo político (inc. X). Ora, além dos direitos humanos fundamentarem a existência da república brasileira, estes são também vetores para o estabelecimento da política nacional e da externa. Por fim, cabe dizer que é regra básica da hermenêutica jurídica aquela que a aplicação da lei deve levar em conta os valores constitucionais que irradiam sobre todo o ordenamento jurídico. Como os direitos humanos ocupam lugar central na CF (logo, são direitos fundamentais), toda interpretação e aplicação de alguma norma do ordenamento jurídico brasileiro deverão ser balizadas pela dignidade da pessoa humana. Assim, a interpretação que violar a dignidade da pessoa humana não será válida, ou melhor, será inconstitucional.

Gabarito "A"

1.6. Noções de Organização do Estado na CF/88

1.6.1. Competências da União, dos Estados-Membros e dos Municípios

(Diplomacia 2009) Acerca do Estado federal brasileiro e do sistema de repartição de competências entre os entes federativos, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O Estado federal brasileiro – a República Federativa do Brasil – é pessoa jurídica de direito público internacional, e sua organização político-administrativa

---

6. Manoel Gonçalves Ferreira Filho. *Curso de Direito Constitucional*. 37 ed. São Paulo, Saraiva, 2011, p. 161.

7. Tate, C. Neal & Vallinder, Tobjörn. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York University Press, 1995.

compreende a União, os estados e o Distrito Federal, mas não os municípios, pois estes não são entidades federativas, visto que constituem divisões político-administrativas dos estados.

(2) Competência concorrente é a faculdade que todas as entidades federativas têm de legislar ou praticar certos atos, conjuntamente e em situação de igualdade, em um campo comum de atuação, sem que o exercício de uma exclua a competência da outra.

(3) A Constituição Federal adota um sistema de repartição de competências no qual enumera os poderes da União, dos estados e dos municípios, deixando, para o Distrito Federal, poderes remanescentes.

(4) Não é passível de deliberação a proposta de emenda constitucional que desvirtue a forma republicana de governo, a qual está prevista como cláusula pétrea; no entanto, pode o Congresso Nacional, no exercício do poder constituinte derivado reformador, promover modificação do modelo federal, de modo a transformar o Brasil em Estado unitário.

1: Incorreto. O primeiro trecho da assertiva está correto: é o governo central que responderá perante a comunidade internacional, visto que é o representante do Estado como um todo, e este é o único detentor de personalidade jurídica internacional. Vale recordar que a federação de estados ou Estado federal é a união permanente de dois ou mais estados, na qual cada um deles conserva apenas a autonomia interna, pois a soberania externa é exercida por um órgão central, normalmente denominado *governo federal*. O Brasil é Estado federal desde a Constituição Federal de 1891. Pode-se afirmar que a divisão de autonomias em relação às competências internas não interfere na responsabilização internacional. Já o segundo trecho da assertiva está errado, uma vez que o município faz parte, sim, da organização político-administrativa do Brasil, conforme o art. 1º, *caput*, da CF: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (…)" e o art. 18, *caput*, da CF: "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". Portanto, o Município é um ente político possuidor de capacidade administrativa, política e de auto-organização; **2: Incorreto.** A competência legislativa concorrente (art. 24, *caput*, da CF) atribui à União a tarefa de editar leis gerais (art. 24, § 1º) e aos Estados e Distrito Federal a função de suplementar a legislação federal no que couber (art. 24, § 2º). Na ausência de lei geral da União, os Estados devem legislar plenamente para atender às suas peculiaridades, mas, com a edição superveniente de lei federal que trace normas gerais, a lei estadual ficará suspensa no que contrariar a lei geral da União (art. 24, §§ 3º e 4º). No tocante à competência, cabe citar o art. 25, § 1º, da CF, que cuida da competência residual dos estados, e o art. 30, I e II, da CF, que dispõe sobre a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; **3: Incorreto,** pois quem tem competência residual ou remanescente é o estado (art. 25, § 1º, da CF), e não o Distrito Federal. Assim, o estado pode disciplinar tudo que não for do âmbito de competência de outro ente político; **4: Incorreto.** O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas esse poder não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a Constituição na vigência dos estados de sítio e defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. É importante observar que há possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Assim, a primeira parte da assertiva está incorreta porque a forma republicana de governo é uma limitação implícita, e não expressa, ao poder constituinte derivado reformador. A segunda parte também está incorreta, visto que a forma federativa de Estado é cláusula pétrea, ou seja, uma limitação explícita ao poder constituinte derivado reformador.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que concerne ao Estado federal, julgue os itens subsequentes.

(1) O federalismo baseia-se na união de coletividades políticas autônomas, sendo a Federação a união de entes federados.

(2) No Estado federal, cada componente da Federação detém soberania e autodeterminação para desempenhar relações de direito público internacional.

(3) No Brasil, o Estado federal está fundado no princípio da divisibilidade.

1: Correto. Nos Estados compostos por coordenação existe ou uma associação de Estados soberanos ou uma associação de unidades autônomas, todas iguais entre si e mantenedoras de autonomia interna. O poder soberano é investido em um órgão central. Esse tipo de Estado pode ser formado de três maneiras: **a)** união pessoal; **b)** confederação de Estados; e **c)** federação de Estados. A união pessoal é a reunião de dois ou mais Estados sob a autoridade de um soberano comum, e ela só pode ocorrer pela forma monárquica. Como exemplo, podemos citar a Bélgica e o Congo entre 1885 e 1908. A confederação de Estados é a associação de Estados soberanos que mantêm a autonomia e a personalidade internacional, mas conferem certas funções à autoridade central, como, por exemplo, a manutenção de paz entre os Estados confederados. É o caso da Confederação Germânica entre 1815 e 1866. Por fim, a federação de Estados ou Estado federal é a união permanente de dois ou mais Estados, em que cada um deles conserva apenas a autonomia interna, pois a soberania externa é exercida por um órgão central, normalmente denominado *governo federal*. O Brasil é Estado federal desde a Constituição Federal de 1891. Portanto, sempre é o governo central que atuará perante a comunidade internacional, já que é o representante do Estado como um todo, o qual, por sua vez, é o único detentor de personalidade jurídica internacional; **2: Incorreto.** Reler o comentário sobre a assertiva anterior; **3: Incorreto.** Fernanda Dias Menezes de Almeida8 divide a competência constitucional em dois planos, um vertical, outro horizontal. No **plano vertical** há distribuição de matéria **idêntica** entre as entidades federativas, compreendendo as **competências comuns** (art. 23 da CF) **e as concorrentes** (art. 24 da CF) de **todas** as unidades da federação; já no **plano horizontal** há distribuição de matérias **distintas** (com base na preponderância dos interesses) entre as entidades federativas, compreendendo as **competências exclusivas** (art. 21 da CF) **e as privativas** (art. 22 da CF) de **cada** unidade da federação. O Brasil congrega os dois planos desde a Constituição de 1934, não somente o princípio da divisibilidade. O plano

---

8. *Competências na Constituição de 1988*. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

vertical é próprio do constitucionalismo alemão (**compartilhamento de competências)** e o plano horizontal é próprio do constitucionalismo estadunidense (**compartimentação de competências**).

Gabarito 1C, 2E, 3E

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1. Atividade Administrativa do Estado Brasileiro

2.1.1. Controle de Legalidade dos Atos da Administração

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É certo que a Administração Pública, dentre outras situações,

(A) está sujeita à fiscalização administrativa de seus atos, sendo-lhe vedada a revogação de seus atos discricionários.

(B) tem o dever de velar pela execução da lei, facultada a anulação dos atos ilegais que praticar.

(C) sujeita-se ao controle jurisdicional de sua atuação, mas não ao controle legislativo de seus atos.

(D) não pode descumprir a lei a pretexto de sua inconstitucionalidade, mas pode atuar, em qualquer situação, *contra legem* ou *praeter legem*.

(E) deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos discricionários inconvenientes ou inoportunos.

A: Incorreto, pois a Administração pode revogar os seus atos, nos termos do princípio da autotutela, pelo qual "a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos" (art. 53 da Lei 9.784/1999); **B: Incorreto,** pois a Administração não tem a faculdade de anular os atos ilegais, mas o DEVER de anular os atos ilegais (art. 53 da Lei 9.784/1999); **C: Incorreto,** pois o Legislativo exerce, sim, controle da Administração, nos termos do art. 70 da CF; **D: Incorreto,** pois, em virtude do princípio da legalidade, a Administração não pode agir contra a lei, nem fora da lei; **E: Correto,** nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999.

Gabarito "E"

2.2. Organização da Administração Pública

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com relação à organização administrativa da União, julgue os itens subsequentes.

(1) As agências reguladoras são autarquias de natureza especial, pertencentes ao quadro de órgãos da administração indireta.

(2) As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) são consideradas órgãos da administração pública indireta.

(3) O termo de parceria é o instrumento de mediação da relação entre as agências reguladoras e os respectivos ministérios supervisores.

(4) Define-se como empresa pública toda entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da administração indireta.

(5) Caracteriza-se como autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

1: Incorreto, pois agências reguladoras são pessoas jurídicas e não meros órgãos; **2: Incorreto,** pois as OSCIPs são pessoas jurídicas, e não órgãos; além disso, as OSCIPs não fazem parte da administração pública direta e indireta, tratando-se de pessoas jurídicas não estatais; **3: Incorreto,** pois o termo de parceria é o nome do instrumento celebrado entre a administração e uma OSCIP (art. 9º da Lei 9.790/1999); **4: Incorreto,** pois a empresa pública é autorizada pela lei e não criada por esta (art. 37, XIX, da CF); ademais, a *empresa pública* é constituída exclusivamente com capital público, podendo se revestir de qualquer forma societária, diferente da *sociedade de economia mista*, que tem necessariamente capital público e privado e só pode ter a forma de sociedade anônima; **5: Correto,** pois traz a adequada definição de autarquia, nos termos do Dec.-lei 200/1967.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, referentes a aspectos da administração pública.

(1) A União pode estabelecer contrato com empresas estatais ou privadas para realizar atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

(2) Empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não gozando de privilégios fiscais que não sejam extensivos ao setor privado.

1: Incorreto, pois há monopólio estatal no que diz respeito às atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios nucleares e seus derivados (art. 21, XXIII, da CF); **2: Correta** (art. 173, § 2º, da CF).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6C

2.3. Agentes Públicos

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É certo que

(A) ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de assessoramento ou de cargo de provimento em comissão de Natureza Especial não é devida retribuição pelo seu exercício.

(B) o servidor público federal que se afastar em caráter transitório para o exterior fará jus a passagens e diárias, destinadas à indenização de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção.

(C) a compensação de despesas de instalação do servidor público federal que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter definitivo, é denominada de auxílio-moradia.

(D) o servidor público federal que realizar despesas com a utilização de qualquer meio de locomoção, seja próprio, de terceiros ou do Poder Público para a execução de serviços externos, faz jus ao auxílio-transporte.

(E) o ressarcimento das despesas realizadas pelo servidor público federal com aluguel ou meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês, não havendo imóvel funcional, é denominado de ajuda de custo.

A: Incorreto, pois é devida sim a retribuição pelo seu exercício (art. 62 da Lei 8.112/1990); **B:** Correta (art. 58 da Lei 8.112/1990); **C: Incorreto,**

pois essa compensação de despesas tem o nome de ajuda de custo (art. 53 da Lei 8.112/1990); **D: Incorreto,** pois o servidor faz jus, no caso, à "indenização de transporte" e não ao "auxílio-transporte" (art. 60 da Lei 8.112/1990); **E: Incorreto,** pois esse ressarcimento é denominado auxílio-moradia (arts. 60-A e 60-B, I, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto anuir com a assertiva seguinte:

(A) O período de afastamento do servidor federal para missão ou estudo no Exterior não excederá a 4 (quatro) anos, prorrogável, desde que imediato, sem interrupção e por um período de mais 2 (dois) anos.

(B) Ao servidor público federal beneficiado com afastamento para estudo no exterior, em qualquer hipótese, poderá ser concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do referido afastamento.

(C) O afastamento de servidor público federal, para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, dar-se-á com perda total da remuneração.

(D) As hipóteses, condições de tempo, forma e remuneração previstas na lei que dispõe sobre o regime jurídico único do servidor público federal, aplicam-se por extensão aos servidores do judiciário, dos Tribunais de Contas e da carreira diplomática.

(E) O servidor do Poder Executivo federal, titular de cargo efetivo, à exceção dos ocupantes de cargo em comissão, ou que estejam em estágio probatório, poderão ausentar-se do País para missão oficial por autorização do Poder Legislativo.

A: Incorreto, pois após 4 anos não cabe prorrogação imediata, sendo que apenas decorrido igual período de afastamento é que será permitida nova ausência (art. 95, § 1º, da Lei 8.112/1990); vale ressaltar que tal regra não se aplica aos servidores da carreira diplomática (art. 95, § 3º, da Lei 8.112/1990); **B: Incorreto,** nos termos do comentário à alternativa "A"; **C: Correta** (art. 96 da Lei 8.112/1990); **D: Incorreto,** pois tal aplicabilidade é direta e não por extensão, já que tais servidores pertencem à administração direta federal; **E: Incorreto,** pois a autorização, no caso do servidor do Executivo, deve se dar pelo Presidente da República (art. 95, caput, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "C"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca dos servidores públicos, de seus direitos e de suas obrigações, julgue os próximos itens.

(1) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos e aos naturalizados.

(2) É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.

(3) Excetuadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei como de livre nomeação e exoneração, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.

(4) Como forma de participação do cidadão na administração pública direta e na indireta, está previsto o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, desde que observado o sigilo quando este for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(5) Os atos danosos a terceiros praticados por servidor público, no exercício da função, geram a responsabilidade da administração pública, sendo, no entanto, incompatível com o atual sistema legal o direito de regresso contra o responsável pelo dano, nos casos de dolo ou culpa.

1: Incorreto. O inciso I do art. 37 da CF é cabal: "I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros**, na forma da lei"; **2: Incorreto.** O servidor público tem direito à livre associação sindical (art. 37, VI, da CF), mas o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (art. 37, VII, da CF), isto é, não é de exercício irrestrito. Sobre o tema (greve dos servidores públicos) cabe ponderar que o STF julgou três mandados de injunção impetrados, respectivamente, pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil no Estado do Espírito Santo – SINDIPOL–, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa – SINTEM-, e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará – SINJEP–, em que se pretendia fosse garantido aos seus associados o exercício do direito de greve previsto no art. 37, VII, da CF. O Tribunal, por maioria, conheceu dos mandados de injunção e propôs a solução para a omissão legislativa com a aplicação, no que couber, da Lei 7.783/1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada (MI 670/ES, rel. orig. Min. Maurício Corrêa, rel. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 708/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 712/PA, rel. Min. Eros Grau, 25.10.2007); **3: Correto,** pois em consonância com a redação do inciso II do art. 37 da CF: "II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"; **4: Correto,** pois em conformidade com o disposto pelo art. 37, § 3º, II, da CF; **5: Incorreto,** pois existe o citado direito de regresso. O art. 37, § 6º, da CF assim dispõe: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os seguintes itens.

(1) O uso de vestimentas adequadas ao exercício da função pública é assunto que dispensa determinações pelo referido código de ética.

(2) Os empregados das sociedades de economia mista não estão subordinados ao disposto no Decreto n.º 1.171/1994, para fins de apuração de seu comprometimento ético.

1: Incorreto, pois há determinação nesse sentido no item XIV, *p*, do Decreto 1.171/1994; **2: Incorreto,** pois, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado (item XXIV do Decreto 1.171/1994).

Gabarito 1E, 2E

2.4. Processo Administrativo

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que tratam do processo administrativo na administração pública federal.

(1) De acordo com o disposto na Lei n.º 9.784/1999, órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, enquanto entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e indireta.

(2) São considerados legitimados como interessados no processo administrativo inclusive aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

1: Incorreto, pois é justamente o contrário, ou seja, órgão é unidade de atuação da estrutura da administração direta e indireta e *entidade* é unidade de atuação dotada de personalidade jurídica (art. 1º, § 2º, I e II, da Lei 9.784/1999); **2: Correto** (art. 9º, II, da Lei 9.784/1999).

Gabarito 1E, 2C

2.5. Responsabilidade Civil do Estado no Direito Brasileiro

(Diplomacia 2003) Um acidente de trânsito ocorreu em território brasileiro, envolvendo um veículo de propriedade de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) e um veículo pertencente a empresa pública do Distrito Federal, prestadora de serviço público, criada no ano de 1999.

Esse veículo era dirigido por uma funcionária estrangeira daquele organismo, que estava temporariamente prestando serviços no Brasil. Ela alegou que não tinha culpa no acidente por desconhecer as especificidades da legislação de trânsito brasileira.

O veículo da empresa pública era dirigido por um empregado daquela empresa. No momento do acidente, ele assinou uma declaração comprometendo-se a pagar o conserto do veículo do organismo internacional. Entretanto, não tinha a menor intenção de fazê-lo, tendo assinado o documento somente com o intuito de acalmar a condutora do veículo. Posteriormente, o laudo pericial concluiu que ambos os motoristas eram culpados pelo acidente: ela, por negligência; ele, por imperícia.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

(1) O litígio envolve um veículo de propriedade de pessoa jurídica de direito público externo e um veículo pertencente a pessoa jurídica de direito privado, ou seja, ambos os proprietários dos veículos são entes detentores de personalidade jurídica reconhecida pelo direito brasileiro.

(2) A alegação da funcionária do organismo internacional – de que não tinha culpa no acidente por desconhecer as especificidades da legislação de trânsito brasileira – não procede, uma vez que, no direito civil brasileiro, o erro de direito não é aceito seja para eximir alguém da responsabilidade por ato ilícito, seja para anular ato ou negócio jurídico praticado em razão do erro jurídico.

(3) De acordo com a Constituição da República, a empresa pública mencionada responde objetivamente pelos prejuízos decorrentes do acidente, não sendo admissível no caso apresentado sequer o acolhimento da alegação de culpa concorrente com vistas a obter redução do valor da indenização.

(4) O ato do motorista da empresa pública de assinar uma declaração comprometendo-se a pagar o conserto sem qualquer intenção de cumprir o prometido, mas somente para acalmar a condutora do outro veículo, caracteriza reserva mental insuficiente para, segundo o direito civil brasileiro, tornar nulo ou anulável o documento.

(5) De acordo com a Constituição da República, a empresa pública referida deve ter sido criada mediante autorização dada por meio de lei federal específica. Além disso, o empregado deve ter sido contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, após prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, e deve responder perante a empresa pelos prejuízos que causou, em decorrência da prática de ato considerado culposo.

1: Correto. As OIs têm personalidade jurídica e esta pode ser dividida em interna e internacional: a interna refere-se aos seus Estados-membros e aos Estados hospedeiros, enquanto a internacional vincula-se aos direitos, obrigações e prerrogativas dos outros sujeitos de direito internacional. A questão que suscita mais dúvidas é a da oponibilidade da personalidade jurídica internacional da OI em relação aos outros sujeitos de direito internacional. Ainda não existe um consenso em relação a todas as OIs, **mas pode-se afirmar, por exemplo, que a ONU e suas organizações especializadas ("constelação onusiana") têm personalidade jurídica internacional *erga omnes*, ou seja, extensível a todos os sujeitos de direito internacional, inclusive aos Estados não membros.** Tratando-se da personalidade jurídica internacional das OIs, é de importância indiscutível o art. 6º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais: "a capacidade de uma organização internacional para celebrar tratados rege-se pelas regras dessa organização". Isso significa que cada OI regula as características de sua personalidade jurídica. Porém, se o ato constitutivo de uma OI for omisso a esse respeito, isso não possibilita a contestação de sua personalidade jurídica (interna e internacional), que é um atributo de toda organização social (como a OI o é), pois sem ela não é possível agir em nome próprio no mundo do direito. Existe ainda uma distinção entre a personalidade jurídica internacional dos Estados, que é plena, e a personalidade jurídica internacional das organizações internacionais, que é, de certa forma, limitada. A limitação ocorre em função de o reconhecimento da personalidade jurídica estar umbilicalmente associado aos objetivos perseguidos pela OI. Dito de outro modo, a personalidade jurídica internacional das OIs é um atributo instrumental à realização dos objetivos sobre os quais elas têm competência. Enquanto os Estados têm personalidade jurídica internacional *de per si*, a personalidade jurídica internacional é fundamental para as OIs porque, como dito, todas desempenham missões que implicam uma capacidade de ação autônoma nas relações internacionais, exercida a par ou mesmo à margem dos Estados-membros, sendo, portanto, uma personalidade jurídica internacional distinta destes. Ademais, o art. 42 do CC assim dispõe: "São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público". Segundo Wander Garcia, as empresas estatais podem ser conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado especial e são criadas pelo Estado, autorizado por lei específica, com a finalidade de executar serviço público ou explorar atividade econômica não ligada a esse tipo de serviço, em caráter suplementar, desde que seja necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante ao interesse coletivo. O § 1º do artigo 173 da Constituição dispõe que "a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade

de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços públicos". Repare que tais entidades são criadas, então, para atuar na atividade econômica, seja na área de produção ou comercialização de produtos (como a Petrobras), seja na prestação de serviços (como os Correios). Como tais empresas realizam típica atividade econômica e por isso têm regime jurídico de direito privado, de modo que não podem ser chamadas a titularizar serviço público, mas apenas para serem delegatárias de serviço, ou seja, apenas para realizar a mera execução desse tipo de serviço;9 **2: Incorreto.** O *erro de direito* não se confunde com a *ignorância do direito* e com o *erro de fato:* o primeiro é o conhecimento equivocado da lei, o segundo é o total desconhecimento da lei, e o terceiro é o que recai sobre uma situação fática. A ignorância do direito não é aceita para eximir alguém da responsabilidade por ato ilícito ou para anular ato ou negócio jurídico praticado, pois, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, "ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece" (art. 3º). Já o erro de fato e o erro de direito (neste caso, o erro é o motivo único e principal a determinar a vontade e não recai sobre norma cogente ou de ordem pública) têm o condão de determinar a anulação de um negócio jurídico. Dessa forma, como o erro de direito pode, em alguns casos, servir de fundamento para a anulação de um negócio jurídico, a afirmativa está errada; **3: Incorreto.** De fato, a empresa pública, quando prestadora de serviço, responde objetivamente, nos termos do art. 37, § 6º, da CF, que estabelece a responsabilidade desse tipo de entidade, independentemente de culpa. Apesar disso, a existência de culpa corrente tem o condão, sim, de diminuir a indenização devida pela empresa pública, conforme entendem a doutrina e a jurisprudência nacionais; **4: Correto.** Sobre o instituto da reserva mental, o art. 110 do Código Civil dispõe que "a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento". O enunciado da questão não aponta que a funcionária estrangeira (destinatária do documento) sabia que o motorista não tinha interesse em cumprir o que prometera. Portanto, a manifestação de vontade do motorista subsiste, não sendo nulo ou anulável o documento por ele assinado; **5: Incorreto.** É verdade que a criação de empresas estatais depende de autorização de lei específica (art. 37, XIX, da CF); que o agente público de empresa pública (empregado público) deve ser enquadrado no regime celetista e previamente aprovado em concurso público (art. 37, II, da CF); e que a responsabilidade dos agentes de empresas públicas concessionárias de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de culpa ou dolo (art. 37, § 6º, da CF). Contudo, há uma informação errada na afirmativa: a de que a criação da empresa pública de que trata o enunciado depende de autorização de lei específica *federal*. Na realidade, por se tratar de empresa pública do Distrito Federal, é necessária a lei autorizativa do Distrito Federal, também chamada de *lei distrital*.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

2.6. Licitação Pública

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Os contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), no âmbito da Administração Pública, podem ser alterados, com a devida justificativa,

(A) unilateralmente, pela Administração ou por acordo das partes.

(B) pelos Tribunais de Contas, a pedido da parte interessada.

(C) pela Justiça Federal *ex officio*.

(D) por terceiros, em quaisquer hipóteses.

(E) pelo Legislativo, em caso de interesse público.

A alternativa "A" é a única correta, pois, segundo o art. 65, I e II, da Lei 8.666/1993, os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes.

Gabarito "A"

3. DIREITO FINANCEIRO

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) No que concerne à Lei Orçamentária Anual, analise:

I. Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II. Compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III. Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

IV. Incluirá as despesas relativas às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

É verdadeiro anuir que

(A) estão corretas as assertivas I, II e IV.

(B) a única afirmação correta é a IV.

(C) existem apenas duas afirmações verdadeiras.

(D) apenas a afirmação III está correta.

(E) existem três afirmações falsas.

I: Correto, pois, de fato, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias que disciplinará a reserva de contingência; **II: Correto.** Vide art. 165, § 5º, II, da CF; **III: Incorreto,** pois tal função cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165, § 2º, da CF); IV: Correto. Vide art. 165, § 5º, I, da CF.

Gabarito "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Os créditos especiais

(A) não podem ser prorrogados em qualquer circunstância.

(B) independem de autorização do Poder Legislativo.

(C) têm por finalidade reforçar dotação orçamentária já existente.

(D) destinam-se a atender despesas urgentes e imprevisíveis.

(E) dependem da existência de recursos disponíveis para seu financiamento.

A, B, C, D e E: Os créditos especiais tem por escopo financiar programas novos, que não possuem dotação específica no orçamento em vigor. Logo, vão depender da existência de recursos disponíveis para seu financiamento.

Gabarito "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) São classificadas como despesas correntes

(A) as aquisições de materiais permanentes.

(B) as concessões de empréstimos.

(C) as subvenções econômicas para obras públicas.

(D) as participações em constituição de aumento de capital de empresas industriais ou agrícolas.

(E) os juros da dívida pública.

A, B, C, D e E: Os juros da dívida pública são classificados como despesas correntes.

Gabarito "E"

9. *Super-Revisão – Doutrina para Concursos e OAB*, pág. 559. Ed. Foco, 2012

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Despesas de exercícios anteriores são despesas

(A) contabilizadas pelo regime de caixa, mas pagas pelo regime de competência.
(B) orçamentárias.
(C) extra-orçamentárias.
(D) inscritas em restos a pagar no exercício anterior e não canceladas.
(E) para as quais ainda não subsiste o direito do credor do ente público.

A, B, C, D e **E:** Orçamentárias.
Gabarito "B"

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Orçamento público é o documento que prevê as quantias de moeda que, em determinado período, devem entrar e sair dos cofres públicos, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes. Acerca do orçamento público, julgue os seguintes itens.

(1) O orçamento possui funções alocativa, distributiva e estabilizadora.
(2) O orçamento clássico, ou tradicional, é um instrumento de operacionalização das ações de governo, em consonância com os planos e diretrizes formulados no planejamento.
(3) Segundo o princípio orçamentário do equilíbrio, o orçamento é uno, ou seja, todas as receitas e despesas devem estar em uma só lei orçamentária.

1: Correto, pois classificou corretamente as funções do orçamento; **2: Incorreto,** pois é justamente o contrário. O orçamento clássico ou tradicional se caracteriza por ser um documento que faz apenas a previsão da receita e a autorização da despesa. Assim, sem qualquer consonância com os planos e diretrizes formulados no planejamento. No Brasil, o orçamento moderno foi instituído pela Lei 4.320/1964; **3: Incorreto,** pois o princípio orçamentário do equilíbrio estatui que o montante de despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receita estimada para o mesmo período.
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Quanto aos planos e orçamentos da União, julgue os próximos itens.

(1) As emendas ao projeto de lei do orçamento podem ser aprovadas, caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e caso indiquem os recursos necessários, provenientes da anulação de despesas, exceto daquelas procedentes de dotações para pessoal e encargos e de serviço da dívida.
(2) Os créditos especiais e extraordinários, quando tiverem seu ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, poderão ser reabertos no limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

1: Incorreto. O art. 166, § 3º, da CF assim dispõe: "As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou III - sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei". E o § 4º sacramenta: "As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual"; **2: Correto,** pois em consonância com o art. 167, § 2º, da CF.
Gabarito 1E, 2C

4. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Analise:

I. Aquele que oferece ou promete, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público para que pratique, omita ou retarde ato de sua competência.
II. Funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse econômico ou não.

Referidas condutas caracterizam, respectivamente, os crimes de

(A) tráfico de influência e corrupção passiva.
(B) corrupção passiva e corrupção ativa.
(C) corrupção ativa e prevaricação.
(D) prevaricação e corrupção passiva.
(E) corrupção ativa e tráfico de influência.

I: Trata-se do crime de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); **II:** Trata-se do crime de prevaricação (art. 319 do Código Penal).
Gabarito "C"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os próximos itens, que se referem aos diversos temas tratados pela Constituição Federal brasileira no título que trata da ordem social.

(1) O Estado brasileiro não pode dar tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à pesquisa tecnológica que esteja voltada para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional, em decorrência da necessidade de guardar respeito ao princípio da liberdade da investigação científica.
(2) Não somente obras, edificações e outros espaços destinados às manifestações culturais podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro, mas também objetos e documentos, como mapas e certidões.
(3) Aos índios, a suas comunidades e a suas organizações não se reconhece o direito de ingressar em juízo como partes legítimas para a defesa dos próprios direitos, sem que sejam assistidos pelo Ministério Público Federal.

1: Incorreto, pois em total desacordo com o art. 218, *caput* e parágrafos, da CF; **2: Correto.** O art. 216 da CF dispõe que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Ou seja, qualquer bem poderá ser considerado como patrimônio cultural brasileiro, inclusive mapas e certidões, desde que, como visto, sejam portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; **3: Incorreto,** pois o art. 232 da CF assim dispõe: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito da legislação que dispõe acerca do regime jurídico único dos servidores públicos civis e sobre a Lei de Licitações.

(1) A investidura do cargo público ocorre com o provimento.

(2) A Lei n.º 8.112/1990 instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias, exceto daquelas constituídas em regime especial, e das fundações públicas federais.

(3) A legislação não proíbe a participação de servidor público como acionista em sociedade comercial.

(4) A Lei de Licitações dispõe que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem cumprir, sequencialmente, as seguintes exigências: apresentação de projeto básico, de projeto executivo, que pode ser desenvolvido concomitantemente à execução das obras ou à prestação dos serviços, quando autorizado pela administração, bem como a execução das obras e serviços.

(5) A legislação vigente exige a realização de licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

(6) É vedada a participação, em uma mesma licitação, de empresa consorciada em mais de um consórcio concorrente.

1: Incorreto, pois o provimento é apenas a designação do servidor; em seguida à designação originária (nomeação), o servidor tem um prazo para tomar posse; uma vez tomada a posse, aí sim ocorre o fenômeno da investidura (art. 7º da Lei 8.112/1990); **2: Incorreto,** pois a Lei 8.112/1990 instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias, INCLUSIVE daquelas constituídas em regime especial (art. 1º da Lei 8.112/1990); **3: Correto;** o que a legislação proíbe é que o servidor seja gerente ou administrador de sociedade privada, mas mero sócio o servidor pode ser (art. 117, X, da Lei 8.112/1990); **4: Correto** (art. 7º, I a III, da Lei 8.666/1993); **5: Incorreto,** pois esse caso enseja dispensa de licitação (art. 24, XXIV, da Lei 8.666/1993); **6: Correta** (art. 33, IV, da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca do cometimento de crimes de responsabilidade pelo presidente da República e por seus ministros, julgue os itens subsequentes.

(1) São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo presidente da República assim previstos na Constituição Federal, independentemente de serem definidos em outra norma infraconstitucional.

(2) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República e os seus ministros de Estado, por crime de responsabilidade, e compete ao Senado Federal realizar o julgamento.

(3) O presidente da República ficará suspenso de suas funções a partir do momento em que o Senado Federal instaurar o processo por crime de responsabilidade, cessando a suspensão caso o prazo de 180 dias transcorra sem que o julgamento seja concluído.

1: Incorreto. Pois a redação completa do art. 85 da CF é a seguinte: "São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. **Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento". Típico exemplo de norma de eficácia limitada, segundo a tradicional classificação de José Afonso da Silva; 2: Incorreto**. O art. 51, I, da CF dispõe nesse sentido: "Compete privativamente à Câmara dos Deputados: I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado". Ora, a primeira parte da assertiva está correta porque, de fato, cabe à Câmara dos Deputados autorizar o julgamento de ambos. Entretanto, o art. 52, I, da CF assevera que: "Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles". Tal previsão constitucional prejudica o acerto da assertiva por inteiro, pois os Ministros de Estado somente serão julgados pelo Senado Federal se praticarem crimes de responsabilidade e em conexão com o praticado pelo Presidente da República ou o Vice-Presidente. Assim, exige-se dois requisitos: crime de responsabilidade e conexão com o crime de responsabilidade perpetrado pelo Presidente da República ou pelo Vice-Presidente. Por fim, cabe citar o art. 86 da CF que dessa forma estatui: "Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade"; **3: Correto**. O § 1º do art. 86 da CF dispõe que: "O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; **II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal".** E o § 2º do art. 86 da CF comprova a correção da assertiva: "Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo".

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com relação ao Ministério Público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

(1) São vedados aos membros do Ministério Público o recebimento de honorários, o exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, e o exercício de atividade político-partidária.

(2) O Ministério Público, que não faz parte da estrutura de nenhum dos poderes políticos, seja do Executivo, seja do Legislativo, seja do Judiciário, detém autonomia financeira e administrativa.

(3) O Ministério Público Federal é constituído pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público Militar, e o Ministério Público dos Estados, pelos ministérios públicos instituídos em cada unidade da Federação e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

1: Correto, pois reflete o disposto nos incisos I, IV e V da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993); **2: Correto**. O MP é

uma função essencial à justiça, assim como a Advocacia e a Defensoria Pública. O art. 127 da CF assim dispõe: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". E o art 127, §§ 2º e 3º, da CF e o art. 3º da Lei 8.625/1993 sublinham a autonomia financeira e administrativa da Instituição; **3: Incorreto**. Segundo o artigo 128 da CF, a instituição se organiza da seguinte forma: a) o Ministério Público da União que compreende: o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; b) os Ministérios Públicos dos Estados.

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Diplomacia 2008) À luz da Constituição em vigor e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção **incorreta**.

(A) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas dos estados e municípios.

(B) Eventual conflito entre norma do poder constituinte do estado-membro com alguma regra editada pelo poder constituinte originário resolve-se pela prevalência desta última.

(C) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea, o que impede que o Brasil se transforme em Estado unitário.

(D) Os tratados e as convenções internacionais que forem aprovados no Congresso Nacional por maioria absoluta têm *status* constitucional, sendo considerados, portanto, superiores às leis ordinárias e às leis complementares.

(E) As regras básicas do processo legislativo previstas na Constituição Federal devem, obrigatoriamente, ser seguidas pelos estados-membros.

A: Correto, pois reflete cabalmente a redação do art. 32, § 1º, da CF; **B: Correto,** pois sempre prevalecerão as normas constitucionais, que são condição de validade para todas as outras normas; **C: Correta** (art. 60, § 4º, da CF); **D: Incorreto.** Depois de internalizado, o tratado é equiparado hierarquicamente à norma infraconstitucional. Assim, as normas infraconstitucionais preexistentes ao tratado serão derrogadas quando com ele colidirem, mas resta a dúvida sobre quando uma lei posterior ao tratado com ele colidir. O tema já foi decidido pelo STF na ADI-MC 1.480/DF, momento em que se exarou entendimento de que os tratados internacionais, em geral, ingressam no sistema jurídico brasileiro com força de lei ordinária federal e, portanto, podem ser revogados por lei posterior e de mesma natureza que com ele colidir, ainda que isso gere responsabilidade no plano internacional. Tal dúvida não existe em matéria tributária, pois o artigo 98 do CTN adotou a prevalência do tratado sobre o direito interno, determinando que a legislação tributária posterior ao tratado deve-lhe obediência. Com a edição da Emenda Constitucional 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – consoante o que determina o art. 5º, § 3º, da CF. Dessa forma, tais tratados terão hierarquia constitucional. Muito já se discutiu em relação à hierarquia dos tratados de direitos humanos que foram internalizados anteriormente à edição da EC 45. Mas, em 3 de dezembro de 2008, o Min. Gilmar Mendes, no *RE* 466.343-SP, defendeu a tese da supralegalidade de tais tratados, ou seja, sua superioridade às normas infraconstitucionais e inferioridade às normas constitucionais. O voto do Min. Gilmar Mendes foi acompanhado pela maioria. Todavia, tal assunto desperta calorosas discussões. Exemplo disso é que, no mesmo recurso extraordinário em que foi exarada a tese da supralegalidade, o Min. Celso de Mello defendeu o caráter constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente do quórum de aprovação. Apesar de a tese da supralegalidade ser um avanço da jurisprudência brasileira, deve-se apontar que uma leitura mais acurada da CF permite apontar que os tratados de direitos humanos internalizados sem o procedimento especial têm *status* constitucional. Isso porque o § 2º do art. 5º da CF inclui os direitos humanos provenientes de tratados entre os seus direitos protegidos, ampliando o seu bloco de constitucionalidade. A propósito, o bloco de constitucionalidade é composto de todas as normas do ordenamento jurídico que possuem *status* constitucional; **E: Correto,** pois tal dever emana do princípio da simetria constitucional. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da Constituição Federal e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos municípios (frise-se que município não tem constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário.

Gabarito "D"

(Diplomacia 2003) A Assembleia Legislativa de determinado estado-membro da Federação aprovou emenda à Constituição Estadual, estabelecendo que a sucessão dos bens de estrangeiros situados no território daquele estado seria deferida em partes iguais aos cônjuges ou companheiros e aos filhos brasileiros do estrangeiro, sempre que não lhes fosse mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.

Um partido político com representação no Congresso Nacional propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ação direta de inconstitucionalidade da emenda constitucional referida.

Com respeito a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) A Constituição da República assegura que a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*; tratando-se de norma definidora de direitos e garantias fundamentais, tal disposição constitucional tem aplicação imediata

(2) Considerando que os estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal, ao qual devem sujeitar-se, a emenda à Constituição Estadual mencionada padecerá de vício de inconstitucionalidade formal se não houver sido aprovada, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa daquele estado-membro.

(3) A emenda à Constituição Estadual referida padece de vício de inconstitucionalidade material, porquanto conflita com dispositivo da Constituição da República protegido constitucionalmente por meio de cláusula pétrea, o que impede a sua abolição até mesmo por meio de emenda à Constituição Federal.

(4) A mencionada emenda à Constituição Estadual contém vício de inconstitucionalidade por contrariar o princípio da repartição de competências, consectário do princípio federativo, uma vez que a Constituição da República atribui competência privativa à União para legislar acerca de direito civil; todavia, tratando-se de emenda à Constituição Estadual, essa não se sujeita ao controle de constitucionalidade perante o STF por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

(5) Não estando as especificidades da questão atinente à sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil reguladas por meio de lei federal, a Constituição da República autoriza o estado-membro a exercer a com-

petência legislativa plena acerca da matéria para atender às suas peculiaridades, legislação essa que permanecerá válida até que haja superveniência de lei federal acerca do assunto; entretanto, a emenda à Constituição Estadual mencionada é inconstitucional, por não cuidar de especificidades, mas de modificação substancial do dispositivo da Constituição da República.

1: Correto, pois o art. 5º, XXXI, da CF assim dispõe: "a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*". Também é verdadeiro que todas as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (art. 5º, § 1º, da CF), isto é, o juiz pode aplicar diretamente os direitos fundamentais, sem a necessidade de qualquer lei que os regulamente. Tal regra tem por base o *princípio da força normativa da Constituição* idealizado por Konrad Hesse; **2: Correto.** Em função do princípio da simetria constitucional, os estados-membros devem obedecer às regras estipuladas na Constituição. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da Constituição Federal e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos municípios (frise-se que município não tem constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário. Quanto ao procedimento de votação das emendas constitucionais, o art. 60, § 2º, da CF assim dispõe: "A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros"; **3: Correto.** O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas esse poder não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a constituição na vigência dos estados de sítio e defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são a forma federativa de estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e **os direitos e garantias individuais**. É importante observar que há possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre os assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar o regime de governo, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (pois não se fundamenta em nenhum poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça";[10] **4: Incorreto.** A primeira parte da assertiva está correta, pois a União de fato tem competência privativa para legislar sobre direito civil (art. 22, I, da CF). Todavia, a segunda parte da assertiva está incorreta, visto que a ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) tem por escopo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou **estadual** está em harmonia com a Constituição brasileira. Cabe notar que a lei que for objeto de ADIN tem de ser tomada no seu sentido amplo, o qual engloba todas os tipos legislativos listados no art. 59 da CF (**emendas à Constituição**, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções). A ADIN está regulada no art. 102, I, *a*, da CF e na Lei 9.868/1999; **5: Incorreto,** pois a primeira parte da assertiva descreve de forma errônea a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24 da CF), e o caso abordado na questão cuida da competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da CF). A competência legislativa concorrente (art. 24, *caput*, da CF) atribui à União a tarefa de editar leis gerais (art. 24, § 1º) e aos Estados e Distrito Federal a função de suplementar a legislação federal no que couber (art. 24, § 2º). Contudo, na ausência de lei geral da União, os Estados devem legislar plenamente para atender às suas peculiaridades, mas, com a edição superveniente de lei federal que trace normas gerais, a lei estadual ficará suspensa no que contrariar a lei geral da União (art. 24, §§ 3º e 4º). Além disso, a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil é regulada pela lei brasileira (Código Civil) por força da exceção benéfica à regra de conexão *lex domicilii* do defunto ou do desaparecido (art. 10, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com o que se afasta a aplicação da regra de conexão *lex domicilii* do defunto ou do desaparecido para se aplicar a *lex fori* na sucessão de bens de estrangeiros situados no país, desde que não seja mais favorável para o cônjuge ou os filhos brasileiros a lei pessoal do *de cujus*. Tal regra, como visto, é reforçada pela mesma previsão insculpida na Constituição brasileira (art. 5º, XXXI), sendo um exemplo de aplicação do princípio da pluralidade sucessória, o que destoa da concepção unitarista adotada pelo Direito Internacional Privado brasileiro. Já a afirmação da segunda parte da assertiva está correta, pois a emenda constitucional estadual de fato desvirtuou a regra estabelecida no art. 5º, XXXI, da CF.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia 1998) Que par abaixo representa associação equivocada entre uma constituição brasileira e uma característica do sistema eleitoral nela previsto?

(A) Constituição de 1824: preservação do modelo censitário herdado do período colonial.

(B) Constituição de 1891: abolição do voto censitário.

(C) Constituição de 1934: instituição do voto secreto.

(D) Constituição de 1946: estabelecimento do voto distrital.

(E) Constituição de 1967: instituição de eleição indireta para Presidente da República.

A: Incorreto. A Constituição de 1824 foi a primeira Constituição brasileira e se inscreveu de maneira muito importante no processo de consolidação da independência e de construção do Estado brasileiro. No seu Título 8º, ela abordava as disposições gerais e as garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Essa Constituição é conhecida por ter sido outorgada pelo Imperador Dom Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte, que fora instalada para a confecção da primeira Constituição brasileira, e por criar um sistema político monárquico, hereditário e constitucional, além de manter a religião católica apostólica romana como oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões (apesar dessa previsão, na prática, a liberdade religiosa era total). Outros pontos dessa Constituição que merecem destaque são o estabelecimento do voto indireto e censitário (com exclusão das mulheres e dos analfabetos) e a divisão política do país em províncias, sendo o presidente de cada uma escolhido pelo Imperador (configuração de um Estado unitário). Seu ponto mais ino-

10. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 110.

vador foi a instituição do Poder Moderador (que compunha a divisão do poder político juntamente com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), cujo surgimento na letra da lei foi atribuído a Martim Francisco de Andrada, um grande admirador de Benjamin Constant. Esse Poder serviria para resolver impasses e assegurar o funcionamento do governo mediante a concentração das atribuições nas mãos do Imperador; **B: Incorreto.** No dia 25 de novembro de 1889, foi fundada a República brasileira, isto é, passou-se do regime monárquico para o republicano. Tal passagem é vista historicamente como um golpe militar, pois foi arquitetada pela elite do Exército em conjunto com os ricos cafeicultores. Em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, cujos arts. 72 a 78 apresentam uma declaração de direitos, entre os quais se destaca a total liberdade religiosa, isto é, o Brasil tornou-se um Estado laico. Também foi instituído o voto direto e universal (contra o antigo voto indireto e censitário), mas os analfabetos e as mulheres continuaram sem o direito de votar. Assim como mudou a forma de governo (República), a Constituição inovou ao estabelecer a federação como forma de Estado (contra o antigo Estado unitário) e o regime de governo presidencialista. Ato-consequência da mudança da forma de Estado foi a substituição das províncias por estados-membros. Por fim, o Poder Moderador foi extinto e remanesceram apenas o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, consoante preconizou o Barão de Montesquieu (Charles Louis de Secondat, Baron de la Brède et de Montesquieu); **C: Incorreto.** A Constituição promulgada em 1934 não difere substancialmente de sua antecessora e foi inspirada pela Constituição alemã de 1919 (“Constituição de Weimar”). O título III da Constituição de 1934 contém dois capítulos, um denominado Dos Direitos Políticos e o outro Dos Direitos e Das Garantias Individuais. De forma inovadora, nessa Constituição ainda há títulos que cuidam da ordem econômica e social (IV), da família, da educação e cultura (V) e da segurança nacional (VI), o que indica seu nítido caráter social. Ela é constantemente lembrada por ter estendido o direito de voto às mulheres e tê-lo tornado secreto. Destacam-se também os avanços alcançados nos direitos trabalhistas e a adoção do princípio do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória; **D: Correto.** Com o fim do Estado Novo, o Brasil reinstaurou o regime de governo presidencialista e elegeu Eurico Gaspar Dutra em 1945. A Constituição promulgada em 1946 tem roupagem nitidamente liberal-democrática, o que a afasta da Constituição anterior, de 1937, apesar de as duas terem algumas similaridades. Em relação à ordem social, a Constituição de 1946 manteve, de certa forma, os benefícios mínimos assegurados na Constituição de 1934, mas no plano dos direitos políticos, foi a de 1946 que determinou a igualdade entre homens e mulheres (pela Constituição de 1934, só algumas mulheres podiam votar). O voto distrital não foi estabelecido pela Constituição de 1946 e por nenhuma outra na história política brasileira; **E: Incorreto.** Em 1964, houve o golpe militar, com propósitos de modernização conservadora. A Constituição outorgada em 1967 escolheu a segurança nacional exacerbada em prejuízo dos direitos fundamentais. Essa situação piorou com a edição dos Atos Institucionais, notadamente o 5, que inaugurou a fase dos “anos de chumbo” ou da “ditadura escancarada” na acepção de Elio Gaspari. Além disso, desde 1964, com o Ato Institucional 1, as eleições para Presidente da República tornaram-se indiretas e com o Ato Institucional 3, de 1966, as eleições para governadores também tornaram-se indiretas: art. 1º: “A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal. § 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembleia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição. § 2º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos. § 3º - Limitados a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.” As eleições diretas para governadores foram reestabelecidas em 1982, enquanto as para Presidente da República somente em 1990, com e eleição de Fernando Affonso Collor de Mello.

Gabarito “D”

9. Economia

André Roncaglia de Carvalho

1. MICROECONOMIA

1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.

(Diplomacia 2009) Uma pequena economia apresenta demanda interna por certo bem descrita por Q = 1000 - 25 P, em que Q e P representam, respectivamente, quantidade (número de unidades) e preço do bem (em R$). Quando não há intercâmbio comercial com o resto do mundo, são consumidas 250 unidades do bem, entendendo o governo ser a oferta interna do bem insuficiente para permitir a satisfação de uma demanda potencialmente maior, haja vista que o preço praticado internacionalmente, no valor de R$ 10, é inferior ao observado no país. Nessa situação hipotética, para atender a uma demanda de 650 unidades, o governo deveria aplicar a tarifa *ad valorem* de importação correspondente a

(A) 10%.
(B) 20%.
(C) 30%.
(D) 40%.
(E) 50%.

Primeiramente, devemos organizar os dados do problema:
· Demanda interna sem intercâmbio – 250 unidades
· O preço de mercado sem intercâmbio com o resto do mundo é facilmente encontrado substituindo-se a demanda pela variável "Q" da equação, de sorte que 250 = 1000 - 25p, isto é, **p = 30**.
Assim, se o governo deseja atender a uma demanda estimada de 650 unidades, o preço do bem no mercado interno deverá ser 650 = 1000 – 25p, isto é, **p = 14**. Se o preço do bem no mercado internacional é de R$ 10, temos que o governo deve aplicar uma tarifa de 40% sobre o preço do bem no mercado internacional, ou seja, 10 x (1+ 40%) = 14. Portanto, a alternativa **D** é a correta.
Gabarito "D"

(Diplomacia 2009) Para produzir Q unidades de certo bem, uma firma arca sempre com um custo fixo (CF) de R$ 100, além de um custo variável (CV) que depende da quantidade produzida, sendo marginalmente crescente e assim definido: CV = 2 Q^2.

Nessa situação hipotética, o custo médio total (CMT) da firma na produção de 10 unidades é igual a

(A) R$ 12.
(B) R$ 20.
(C) R$ 30.
(D) R$ 50.
(E) R$ 100.

O custo total (CT) da firma é obtido pela somatória de seus custos fixos (CF) e seus custos variáveis (CV), de modo que a equação de custo total dessa firma é dada, segundo os dados do problema por:
CT = CF + CV
CT = 100 + $2q^2$
Para 10 unidades, temos, portanto:
CT = 100 + 2 $(10)^2$
CT = 300
O custo total médio (CTMe) também pode ser entendido como custo unitário, ou custo por unidade produzida, sendo encontrado por meio da divisão do custo total pela quantidade produzida. Logo, o custo total médio é dado por CT/Q = 300 / 10 = **R$ 30**. A alternativa C é a correta.
Gabarito "C"

(Diplomacia 2009) Em uma pequena economia, inicialmente, sem relações comerciais com o resto do mundo, certo consumidor dispunha de renda de R$ 36 e tinha preferências distribuídas entre dois bens: 1 e 2. A restrição orçamentária do referido consumidor é descrita, no gráfico acima, pela curva AB, cujos eixos representam quantidades (em unidades) dos bens 1 e 2. Posteriormente, em razão da eliminação de barreiras ao comércio, o consumidor se deparou com novas possibilidades de consumo, representadas no triângulo ABC.

Considerando a situação hipotética apresentada e supondo que esse consumidor, sempre maximizando sua utilidade, escolhesse consumir 3 e 4 unidades do bem 1, respectivamente, antes e depois da abertura da economia, assinale a opção que apresenta, respectivamente, a diferença entre as quantidades do bem 2 consumidas depois e antes da abertura e a proporção entre os preços do bem 2 depois e antes da abertura.

(A) 1 e 1/3
(B) 1 e 2/3
(C) 1 e 1
(D) 3 e 1/3
(E) 3 e 2/3

Pelo enunciado sabemos que a abertura comercial trouxe melhoria à economia no que diz respeito ao nível de consumo, barateando, devido à concorrência externa, os bens disponíveis internamente.
O gráfico nos indica que a abertura beneficiou apenas o consumidor do bem 2, uma vez que aumentou a quantidade acessível de bens caso toda a renda fosse utilizada em seu consumo, como vemos pela rotação para cima da linha de possibilidades de consumo no eixo y. Ou seja, antes da abertura, o máximo que o consumidor conseguiria comprar com R$ 36 seria 18 unidades do bem 2; com a abertura comercial, a renda disponível do consumidor lhe permitira adquirir 27 unidades. Com isso, deduzimos que o preço do bem 2 sofreu redução.
Além disso, o gráfico nos informa que antes da abertura o consumidor escolheu 3 unidades do bem 1, de forma que consumira 12 unidades do bem 2. Após a abertura, passa a consumir 4 unidades do bem 1 e 15 unidades do bem 2. Com isso, eliminamos 3 alternativas, uma vez

que apenas as opções D e E assinalam uma diferença de 3 unidades. Cumpre agora encontrar a variação no preço do bem 2.
Sabendo-se que a renda deve ser dividida entre o consumo dos dois bens, chegamos à igualdade orçamentária, dada por
Renda = Consumo do bem 1 + Consumo do bem 2
O consumo em valores monetários é dado pelo preço do bem multiplicado pela quantidade consumida, de sorte que
Renda = [p(1) x q(1)] + [p(2) x q(2)]
Para encontrar o preço do bem 2, basta supor que a quantidade do bem 1 seja nula e atribuir o valor máximo (limite superior do eixo y no gráfico) à quantidade do bem 2.
*Renda (**antes da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)a x q(2)a]*
R$ 36 = 0p(1) + 18p(2)a
p(2)a = 2
O mesmo procedimento deve ser adotado para o segmento CB, o qual representa a cesta de consumo **depois** da abertura comercial.
*Renda (**depois da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)d x q(2)d]*
R$ 36 = 0p(1) + 27p(2)
p(2)d = 1,33.
Dividindo p(2)d por p(2)a, temos que p(2)d equivale a **2/3 de p(2)a**, conforme no indica a alternativa E.
Gabarito "E"

(Diplomacia 2009) Considere uma pequena economia com as curvas, abaixo representadas, da oferta e da demanda internas de certo bem internacionalmente comercializado ao preço de R$ 14. Considere, ainda, que o governo cogite aplicar cada uma ou uma combinação das seguintes medidas de política comercial afetas ao bem: livre comércio, apoio ao produtor mediante subsídios à produção ou imposição de quota de importação ou de tarifa de importação.

Com base nessas condições hipotéticas, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em livre-comércio com o resto do mundo, sem qualquer intervenção do governo, o preço do bem em equilíbrio seria de R$ 26, e a demanda do bem, na referida economia, equivaleria a 4 mil unidades.

(2) Caso o governo imponha apenas uma tarifa específica de importação, equivalente a R$ 6 por unidade importada, serão importadas 4 mil unidades, e o preço do bem em equilíbrio será de R$ 14.

(3) Caso o governo imponha apenas uma quota de importação de 2 mil unidades do referido bem, a parte da demanda atendida pela oferta interna será superior, em mil unidades, à parte provida pela importação.

(4) Caso o governo opte por manter o livre-comércio e, ao mesmo tempo, por apoiar o produtor doméstico mediante a provisão de subsídios específicos à produção doméstica equivalentes a R$ 12 por unidade, a demanda total será de 6 mil unidades, e a parte produzida internamente, 2 vezes superior à parte importada.

1: Incorreta. Em livre comércio com o resto do mundo, os preços internos tendem a convergir aos patamares vigentes no mercado internacional, uma vez que, dado o diferencial de preços (R$ 26 internamente e R$ 14 no mercado exterior), os importadores seriam incentivados a aumentar a oferta de bens até que os preços internos se equiparassem aos externos. O preço de mercado sem abertura comercial é de R$ 26;
2: Incorreta. Se o governo impuser uma tarifa de R$ 6, o preço do bem será de R$ 20 e a demanda a esse preço será de 5.000 unidades. Como a oferta interna, neste nível de preço, apenas garante 3.000 unidades, deduz-se que as importações suprirão as outras 2.000 unidades.
3: Correta. Se o governo permitir a importação de apenas 2.000 unidades, deduz-se que a diferença entre oferta e demanda deverá ter este mesmo valor. Pelo gráfico, notamos que isso ocorre quando o preço é R$ 20, de maneira que as importações permitidas (2.000 unidades) representam 2/3 do abastecimento interno (3.000 unidades).
4: Correta. Um subsídio governamental tem o efeito de reduzir o custo de produção de um determinado bem. Graficamente, o subsídio implica um deslocamento da curva de oferta para a direita até o preço cair na medida do subsídio. Neste caso, a curva de oferta se deslocaria até que o preço fosse R$ 14, ou seja, relativo a 6.000 unidades. Como a oferta interna, na ausência de subsídios, seria de 4.000 unidades, tem-se que as importações seriam, em contexto de livre comércio, de 2.000 unidades. Dessa forma, com o subsídio, a produção interna (6.000 unidades) representa duas vezes a quantidade importada. Em outras palavras, a produção interna engolfará, no gráfico, a diferença entre 6 mil e 2 mil unidades; enquanto a importação atenderá a 2 mil unidades. Portanto, a produção interna representará duas vezes a quantidade importada
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2009) Considere as condições de equilíbrio de mercados em concorrência perfeita, de um lado, e, de outro, de mercados sujeitos ao monopólio. Considere, também, que, em ambas as condições, os produtores visem ao lucro (L), que resulta da maximização do excedente da receita total (RT) em relação ao custo total da produção (CT). Considere, ainda, que, ao maximizar o lucro, os produtores levem em consideração, entre outras variáveis, o preço (P), a quantidade produzida (Q), a receita marginal (RMg) e o custo marginal (CMg). Com base nessas considerações, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Em ambas as condições citadas, os preços equivalem ao custo marginal.

(2) Na condição de mercados sujeitos ao monopólio, a receita marginal (RMg) equivale ao custo marginal (CMg), ou seja, RMg = CMg.

(3) Em concorrência perfeita, o custo total médio (CT/Q) equivale ao custo marginal (CMg).

(4) Em concorrência perfeita, o preço é igual à receita marginal, mas inferior ao custo marginal, ou seja, P = RMg < CMg.

1: Incorreta. Em monopólio, o preço se encontra acima do custo marginal. A quantidade escolhida é aquela que iguala custo marginal e receita marginal. Como não há curva de oferta em monopólio, haja vista que a produção se ajusta à demanda, temos um lucro econômico positivo. Já em concorrência perfeita, o preço é igual ao custo marginal, que se

equipara à receita marginal, de forma que o lucro econômico é zero.
2: Correta. Explicação teórica conforme item anterior.
3: A questão foi anulada por que está incompleta. O custo total médio pode ser igual, maior ou menor do que o custo marginal. A afirmativa não é conclusiva, o que impede aferir sua veracidade.
4: Incorreta. Conforme já mencionado no item (1), em concorrência perfeita, por definição, tem-se P = RMg = CMg. Caso o custo marginal seja maior do que a receita, o lucro econômico será negativo, expulsando do mercado as empresas menos produtivas, reduzindo a oferta e elevando os preços e a receita marginal, o que restaura a igualdade entre os termos.

(Diplomacia 2008) Considere-se que, em determinado mercado, a curva de demanda de um bem seja dada por *Qd* = 10 - 3p, e a curva de oferta desse mesmo bem seja dada por *Qo* = 5 + 2p, em que p seja o preço do bem. Nessas condições, é correto concluir que o equilíbrio nesse mercado será atingido para

(A) p = 1.
(B) p = 2.
(C) p = 3.
(D) p = 5.
(E) p = 10.

O preço de equilíbrio é aquele que iguala a oferta à demanda. Para encontrá-lo basta igualar as duas funções:
Qo = Qd
5 + 2p = 10 – 3p
5p = 5
p = 1
Assim, a alternativa correta é a letra A.
Gabarito "A"

(Diplomacia 2008) A elasticidade preço da demanda de um bem é fundamental para se compreender a reação da quantidade demandada a mudanças em seu preço. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Quando o módulo da elasticidade preço de demanda de um bem é superior a 1, esse bem tem demanda elástica, e a receita total se reduz quando seu preço se eleva.
(2) Quando o módulo da elasticidade preço da demanda de um bem é igual a 1, a receita total não se altera quando há variações no preço.
(3) Bens que têm pequena participação no orçamento tendem a ter uma demanda inelástica em relação ao preço.
(4) Bens essenciais têm demanda elástica em relação ao preço.

1: Correta. Quando o módulo da elasticidade é maior do que 1, temos que uma elevação do preço do bem em 1% gera uma queda na quantidade demandada maior que 1% e, logo, o bem tem demanda elástica. Assim, quando o preço sobe, temos que o ganho de receita obtido com o aumento do preço é menor do que a perda de receita por conta da queda no volume vendido.
2: Correta. Pelo mesmo raciocínio descrito anteriormente, a elasticidade-preço da demanda é unitária, de forma que aquilo que se perderia com a queda no volume vendido é proporcional ao ganho de receita resultante do aumento do preço do bem.
3: Correto. Segundo a teoria econômica, quanto maior a importância do bem no orçamento, maior é a sua elasticidade. Assim, quanto menor for a importância relativa do bem, menor será a propensão do consumidor de reduzir o seu consumo, uma vez que a elevação do preço deste bem não tende a gerar grandes impactos no orçamento como um todo.
4: Incorreta. Os bens ditos essenciais são menos sensíveis ao preço cobrado pela sua aquisição. Por terem esse nome, os bens essenciais indicam importância primeira, de forma que o preço do bem não é variável relevante à decisão do consumidor. Exemplos de bens essenciais são água, energia elétrica, medicamentos, *hobbies* etc.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2004) A microeconomia estuda o comportamento individual dos agentes econômicos e, por essa razão, constitui sólido fundamento à análise dos agregados econômicos. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

(1) O recrudescimento, na Ásia, da gripe do frango, conhecida cientificamente como influenza aviária, abre novos mercados para o produto brasileiro e desloca, para cima e para a direita, a curva por demanda de por carne de frango no Brasil.
(2) A comercialização dos bilhetes das companhias aéreas realizada por via eletrônica, ao reduzir os custos dessas empresas, desloca, para baixo e para a direita, a curva de ofertas de passagens aéreas.
(3) Contrariamente ao que ocorre com empresas monopolistas, a curva de receita marginal de firmas que atuam em mercados competitivos situa-se abaixo da curva de receita média.

1: Correto. A gripe aviária desloca a demanda asiática para o setor externo dos países. Isso implica maior demanda pelos produtos brasileiros. Internamente, a produção de carne de frango recebe maiores pedidos de compra, o que pode fazer com que os preços subam, caso a indústria não consiga atender à demanda tanto interna quanto externa.
2: Correto. Neste caso, são reduzidos os gastos com publicidade e processos administrativos de recebimentos. O resultado é uma elevação da oferta, reduzindo preços.
3: Incorreto. É exatamente a empresa monopolista que detém uma curva de receita marginal abaixo da receita média, uma vez que nesta empresa, a receita é dada pela curva de demanda, a qual está sempre acima da curva de receita marginal.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Diplomacia – 2003) Considerando os conceitos básicos da análise econômica e de sua evolução, julgue os itens a seguir.

(1) A recente retomada econômica nos Estados Unidos da América (EUA) contribuiu para reduzir os níveis de desemprego naquele país. Como conseqüência, a curva de possibilidades de produção da economia americana foi deslocada para cima e para a direita.
(2) Quando as datas do concurso de admissão à carreira de diplomata coincidem com aquelas do concurso para assessor legislativo, o custo de oportunidade de fazer a segunda seleção aumenta substancialmente para os candidatos que tencionam submeter-se aos dois certames.
(3) Supondo que a criminalidade e os gastos com o consumo de drogas são positivamente relacionados e que a demanda de drogas é preço-inelástica, políticas antidrogas fundamentadas no combate ao tráfico elevarão o preço das drogas e aumentarão os gastos com esses produtos, agravando, assim, os níveis de criminalidade.
(4) O pacote recente do governo brasileiro que injetou crédito de R$ 400 milhões para a compra de eletrodomésticos deslocará a curva de demanda de

eletroeletrônicos para cima e para a direita, e a curva de oferta desses bens, para baixo e para a esquerda.

(5) A crítica marxista considerava que as leis econômicas, em vez de proposições gerais, estavam associadas a estágios históricos específicos coincidindo, nesse aspecto, com a análise de John Stuart Mill.

1: Incorreta. A retomada do crescimento econômico dos EUA já a partir de 2002 se deve a uma maior utilização da capacidade instalada que havia sido reduzida devido à crise das pontocom. Assim, migrou-se de um ponto abaixo da fronteira em direção à plena utilização da capacidade produtiva.

2: Correta. Aqueles que não desejam concorrer nos dois processos têm seu custo de oportunidade inalterado. Porém, aqueles que desejam os dois têm uma escolha a fazer, para a qual é relevante avaliar o custo de oportunidade de cada opção, uma vez que optar por um implica abrir mão do outro.

3: Correta. O raciocínio é exatamente o exposto pela afirmativa. Na medida em que políticas antidrogas se tornam efetivas, aumenta-se o risco envolvido em atividades associadas ao tráfico de drogas, ocasionando uma taxa de rentabilidade maior via aumento de preços. Dada a inelasticidade-preço da demanda por este tipo de bem, observa-se uma maior alocação de recursos orçamentários das famílias a este fim. Com efeito, amplia-se a lucratividade do tráfico, cedendo às organizações maior poder financeiro.

4: Incorreta. A medida do governo afeta apenas o lado da demanda, que será estimulada, gerando, portanto, um deslocamento para cima e para a direita. Todavia, a oferta não sofre deslocamentos de qualquer magnitude, apenas se ajusta às condições de demanda, aumentando o preço do bem na proporção de sua capacidade de atender a essa demanda adicional.

5: Incorreta. A crítica marxista nega a disposição de leis econômicas e enfatiza que a economia é apenas o pano de fundo da história, esta sim dotada de um motor único: a luta de classes. John Stuart Mill é o codificador da abordagem clássica do século XIX e se enquadraria no que Marx chamava de "economistas vulgares" por defenderem por meio de suas teorias, mesmo sem o saberem, os interesses das classes dominantes. Marx era contrário a buscar leis econômicas universais, tal como faziam os clássicos, mas favorável à busca da compreensão de como os diferentes modos de produção se organizavam e criavam oposições sociais entre os integrantes de um grupo social.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Suponha que um setor estratégico da economia encontra-se dominado por um produtor monopolista. A esse respeito, assinale a opção correta:

(A) independentemente das características do bem produzido, se o monopolista em questão for o setor público, a alocação de recursos produzida nesse mercado, do ponto de vista da sociedade, será considerada ótima.

(B) a implementação de um preço regulado, sob a forma de um preço máximo, inferior ao preço de equilíbrio monopolista, poderá garantir um crescimento sustentável para o setor em questão.

(C) o racionamento do uso do bem produzido pelo monopolista poderá solucionar o problema da baixa quantidade transacionada nesse mercado.

(D) a longo prazo, a implementação de um imposto específico nesse setor solucionará o problema da oferta reprimida.

(E) se o setor em questão produzir um bem comercializável, a abertura internacional desse mercado poderá trazer grandes ganhos de produtividade, e, conseqüentemente, maior eficiência alocativa.

A opção correta é a letra E. Nesse caso, é verdade que um mercado interno dominado por apenas um produtor pode levar a uma situação subótima do ponto de vista social. Com efeito, a presença de concorrentes externos pode levar a um aumento na oferta do bem por meio da concorrência, reduzindo as margens excepcionais de lucro do monopolista e promovendo maior bem-estar à população.

A: É incorreta porque o fornecimento do bem por parte do setor público apenas é socialmente ótimo se se tratar de um monopólio natural, isto é, um bem de difícil definição de direitos de propriedade, como a proteção de recursos naturais, de segurança nacional etc. Todavia, a característica do bem é determinante para definir se o monopólio estatal é desejável.

B: Incorreta, porque a definição de um preço abaixo do equilíbrio depende de forças de mercado competitivas. No caso do monopólio, o equilíbrio se dá ao longo da curva de demanda, de forma que a empresa ajusta a produção para atender a demanda. Neste sentido, a regulação de um preço abaixo do lucro máximo de monopólio pode levar a empresa a reduzir a produção, de sorte a recompor a sua margem de lucro, por meio de custos menores.

C: Incorreta. Como se viu no item anterior, ao monopolista basta reduzir a quantidade produzida de maneira a reduzir seus custos de produção, para que a empresa mantenha a sua margem de lucro.

D: Incorreta. A longo prazo, a aplicação de um imposto apenas gerará ajuste no preço, para que se mantenha a margem do lucro da empresa monopolista, sendo esse repasse condicionado pela elasticidade-preço da demanda. O que o imposto pode fazer é diminuir a demanda pelo produto, e, assim, a penalização maior recairá sobre o consumidor, que não contará com substitutos para o bem.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2002) A análise da oferta e demanda, que estuda as interações entre vendedores e compradores em uma economia de mercado, constitui o cerne do estudo dos fenômenos econômicos. A esse respeito, assinale a opção correta:

(A) a redução recente do preço da telefonia celular, que conduziu a um aumento considerável do uso desses serviços, representa um deslocamento da curva de demanda por esses serviços, para cima e para a direita.

(B) se o preço de mercado de um determinado bem encontra-se abaixo do seu nível de equilíbrio, então, ocorre um excesso de oferta para esse bem.

(C) a queda recente do preço das ações, no mercado acionário brasileiro, contribui para estimular a demanda dos diferentes bens e serviços vendidos no Brasil.

(D) um aumento no preço do aço, utilizado pela indústria automobilística, desloca a curva de oferta de automóveis para a direita.

(E) Se, no sistema bancário, computadores e bancários são substitutos, então, a redução do preço dos computadores, que se traduz em uma maior informatização do setor, contribuirá para reduzir o emprego desse setor.

A alternativa E é a correta, por exemplificar o problema do desemprego tecnológico, na medida em que a informatização do setor bancário resulta na substituição de bancários por máquinas a taxas favoráveis a estas últimas.

No item A, a redução do preço se dá pelo aumento da oferta, via concorrência no setor de telefonia e não pelo aumento da demanda, o que teria o efeito contrário.

A opção B é errônea, por que o nível de preços abaixo do equilíbrio acarretará uma maior disposição dos consumidores a adquirir os bens, ao passo que gerará um ganho abaixo do lucro planejado pelo vendedor, o que desencadeará uma situação de excesso de demanda.

O item C confunde as esferas societária e a de consumo, uma vez

que não há qualquer relação entre o preço das empresas no mercado acionário e demanda pelos seus bens no mercado consumidor.

Por fim, a letra D está incorreta ao afirmar que um aumento de custos leva a uma elevação da quantidade ofertada, já que a teoria nos ensina exatamente o oposto, isto é, quando se aumentam os custos de produção, reduzem-se as margens de lucro, de forma que o empresário se vê menos disposto a produzir, reduzindo-se, portanto, a oferta naquele mercado.

Gabarito “E”

(Diplomacia – 2000) Utilizando os diferentes conceitos de elasticidade, assinale a alternativa correta:

(A) *ceteris paribus*, se uma redução de 10% nos preços dos pacotes turísticos para o Nordeste implicar um aumento de 5% nos gastos com esses pacotes, então, a curva de demanda e preço-elástica.

(B) As altas recentes no preço internacional do petróleo reduzem não somente a demanda por esse produto, mas aumentam, também, o consumo de álcool, deslocando para a esquerda a curva de demanda desse produto.

(C) Bens de primeira necessidade, como alimentos e remédios, caracterizam-se por apresentarem altas elasticidades preço e renda da demanda.

(D) Variações na quantidade demandada ocorrem quando os consumidores decidem comprar mais (ou menos) do que anteriormente, ao nível de preços prevalecente no mercado e, por isso, distinguem-se de variações na demanda.

(E) Quando a expansão da produção provoca aumentos significativos dos preços dos insumos utilizados no processo produtivo, então, a curva de oferta é altamente elástica.

A: A alternativa correta é a letra A. Uma queda de 10% nos preços implica um aumento de 5% na quantidade demandada; logo, os consumidores são sensíveis ao preço do bem, o que torna a curva de demanda preço-elástica.

B: A letra B está correta até dizer que o aumento do preço do petróleo “desloca para a esquerda” a curva de demanda pelo etanol. Um aumento na demanda deste bem por conta da substituição da gasolina leva a um deslocamento para a direita da curva de demanda.

C: A opção C se equivoca ao colocar grandes agregados de produtos como sendo preço-elásticos. Diz a teoria microeconômica que quanto mais ampla a definição do bem, de sorte a incorporar diversos itens sob uma definição guarda-chuva, mais inelástica se torna a demanda. Por exemplo, “manteiga” pode ser substituída por “margarina”, mas o que substituirá “alimentos”? Logo, medicamentos e alimentos são, por definição, preço-inelásticos.

D: A letra D apenas faz um jogo de palavras, distinguindo quantidade demandada e demanda, quando os termos explicitam fundamentalmente o mesmo conceito.

E: Por fim, a letra E define uma produção inelástica, porém a rotula de elástica; é exatamente a incapacidade de uma indústria de produzir mais sem elevar custos que demonstra sua densidade tecnológica, ou seja, as possibilidades de atender a uma aumento na demanda de forma rápida, na quantidade desejada e com o menor preço possível - em outras palavras, de forma eficiente.

Gabarito “A”

(Diplomacia – 2000) No contexto das discussões sobre episódios de crise no funcionamento do sistema financeiro internacionais, a que tipo de problema se refere a expressão “risco moral” (moral hazard)?

(A) O comportamento agressivo e eticamente duvidoso de indivíduos ou instituições que se enriquecem mediante práticas de especulação financeira.

(B) A presença de altos níveis de corrupção no sistema bancário dos países emergentes.

(C) A insensibilidade das instituições financeiras multilaterais aos problemas de pobreza e desemprego nos países em desenvolvimento.

(D) A tendência a um comportamento irresponsável por parte de agentes econômicos, tomadores de empréstimos.

(E) A tendência à deterioração das condições de vida nos países mais pobres quando suas moedas nacionais sofrem ataques especulativos.

A alternativa D é a correta. O risco moral (*moral hazard*) explica um comportamento oportunista resultante de uma assimetria de informações dentro de uma relação contratual. Assim, dado um acordo entre duas partes, uma delas se vê em posse de informações não disponíveis à outra parte, de maneira que passa a desrespeitar as condições que sustentam o contrato, uma vez que a outra parte não dispõe de mecanismos de monitoramento de sua conduta.

Assim, o comportamento agressivo e duvidoso no mercado financeiro (opção A) é simplesmente chamado de especulação predatória.

A presença de corrupção no sistema bancário é rotulada de fraude bancária (letra B).

A alternativa C simplesmente remete a uma hierarquia de prioridades das instituições financeiras.

A opção E fala dos efeitos de ataque especulativo sobre as condições socioeconômicas nos países que vivem esses fenômenos.

Gabarito “D”

2. MACROECONOMIA

2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do deficit público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil.

(Diplomacia 2009) A demanda agregada total (doméstica e externa) de uma economia aberta equivale ao seu produto interno bruto (PIB), sendo os seguintes os seus principais componentes: consumo, investimento, compras do governo e exportação líquida de bens e serviços. Supondo-se que essa economia gere um PIB anual de R$ 1 trilhão, mantenha uma taxa de investimento igual a 20% do PIB e que, nessa economia, o consumo e os gastos do governo sejam respectivamente 3,1 e 0,7 vezes superiores ao investimento, é correto concluir que o saldo exportador dessa economia será de

(A) R$ 38 bilhões.

(B) R$ 40 bilhões.

(C) R$ 76 bilhões.

(D) R$ 80 bilhões.

(E) R$ 102 bilhões.

Tomando nota dos dados, temos os seguintes valores:
PIB = R$ 1 tri
I = R$ 0,2 tri
G =0,7 x (I) = R$ 0,14 tri
C= 3,1 x (I) = R$ 0,62 tri
Pela ótica da demanda, temos que:
PIB = C + I + G + (X – M)
Substituindo os valores sem as unidades, para facilitar a operação algébrica, temos
1 = 0,62 + 0,2 + 0,14 + (X - M)
Rearranjando os termos, conclui-se que o saldo exportador (X-M) = R$ 0,04 tri, ou R$ 40 bilhões, conforme nos indica a alternativa B.

Gabarito "B"

(Diplomacia 2009) Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Os juros registrados na conta de renda de transações correntes superavaliam os encargos da dívida externa brasileira, porque incorporam todos os gastos relacionados ao pagamento desses juros.

(2) A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

(3) Um *deficit* de 100 dólares na conta de transações correntes implica, necessariamente, a perda do mesmo valor nas reservas internacionais.

(4) Remessas de máquinas e equipamentos de uma companhia estrangeira para sua filial no Brasil não precisam ser registradas no balanço de pagamentos, visto que tal operação não envolve entrada ou saída de divisas.

1: Incorreta. Os serviços de juros não superavaliam porque são o registro preciso dos pagamentos dessa natureza efetuados pelo país.
2: Incorreta. A diferença é dada apenas pelo saldo das transferências unilaterais, as quais são emissões ou recebimentos de divisas sem qualquer contrapartida em serviços ou bens. Já a conta de renda, formada pelos lucros (remuneração do capital), juros (remuneração da poupança) e salários (remuneração do trabalho) exige uma contrapartida, seja de serviços financeiros, investimentos, capital intelectual etc.
3: Incorreta. Um déficit em transações correntes implica, pelo princípio das partidas dobradas, um crédito de mesmo montante na conta de capital e financeira, ficando as reservas internacionais inalteradas em função desse resultado.
4: Incorreta. Uma transferência de máquinas gera movimentação financeira e deve ser contabilizada como entrada de capital no país.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) A tabela a seguir apresenta dados em unidades monetárias (u. m.) do país Alfa em determinado ano.

As transações do país Alfa com o resto do mundo nesse mesmo ano são mostradas na tabela seguinte.

Com base nessa situação hipotética, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) As poupanças dos residentes no país Alfa foram capazes de financiar todo o investimento realizado por esse país no ano considerado.

(2) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi superior à Renda Interna Bruta desse país.

(3) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi inferior à Renda Disponível Bruta desse país.

1: Incorreta. Por definição, o investimento é igual à poupança bruta doméstica. Neste caso, a poupança é insuficiente para suprir as necessidades de financiamento agregado do investimento, uma vez que o país sofre uma perda de poupança resultante do envio de rendas para o exterior por parte de não-residentes (10) maior do que o recebimento de renda por parte de emigrantes do país Alfa.
2: Incorreta. A diferença entre Renda Nacional Bruta e Renda Interna Bruta é a renda líquida enviada ao exterior. Em termos matemáticos,
Renda Nacional Bruta = Renda Interna Bruta – Renda Enviada ao Exterior + Renda Recebida do Exterior
Como a renda enviada (pagamentos de salários a não-residentes por empresas do país Alfa) é maior do que a renda recebida do exterior (remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa), a Renda líquida enviada ao exterior é positiva, isto é, o envio é maior do que o recebimento. Com efeito, a renda nacional bruta é menor do que a renda interna bruta.
3: Incorreta. A renda disponível está associada a impostos diretos, desconto de lucros retidos, contribuições previdenciárias e transferências governamentais às famílias, dados que o problema não oferece ao candidato, inviabilizando a conclusão da afirmativa.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Diplomacia – 2004) A escolha em situação de escassez, as interações entre o governo e os mercados privados e a evolução da análise econômica são tópicos relevantes para o exame dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

(1) A redução do imposto sobre operações financeiras (IOF), ao incentivar a poupança, contribui para deslocar, para cima para a direita, a fronteira de possibilidades de produção da economia.

(2) Economistas que se proclamam não-intervencionistas advogam a adoção de regras fixas de política econômica, tais como orçamento equilibrado e constância da taxa de crescimento do estoque monetário.

(3) O postulado marxista de que cada estágio da história é governado por leis econômicas distintas corrobora a visão clássica, que exclui a existência de leis universais, como ilustrado no princípio malthusiano do crescimento populacional.

(4) De acordo com a visão keynesiana, o aumento da oferta de moeda reduz as taxas de juros, o que provoca a expansão do investimento e da demanda agregada.

1: Correta. A redução do IOF permite, segundo os postulados da economia neoclássica, uma ampliação da poupança nacional que acarretará um aumento do investimento. Ampliando-se a produção, o produto nacional será maior. Acelerando-se o crescimento econômico, a fronteira de possibilidades de produção se desloca para a direita.
2: Correta. Trata-se de deixar às forças equilibradoras do mercado o equacionamento do problema econômico. Neste sentido, caberia ao governo interferir o mínimo possível. Isto é feito por meio de contas fiscais equilibradas e injeção de moeda apenas em quantidade suficiente para permitir um crescimento estável do produto.
3: Incorreto. A visão marxista busca exatamente definir as leis universais de funcionamento da História, diferentemente do esquema teórico do equilíbrio, a partir do qual inúmeros agentes perseguindo o seu próprio interesse geram resultados sociais ótimos, tal qual o postulado da mão invisível, formulado por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*. Nesse sentido, haveria, na visão marxista, um motor histórico que remonta ao

início dos tempos da humanidade, a qual apenas estaria travestida de diferentes organizações sociais. Para Marx, a História é fundamentalmente dirigida pela luta de classes, pela oposição entre atores sociais que, pelo devir histórico, culminaria no socialismo, por meio da ditadura do proletariado. Mesmo assim, Marx via certa lógica no argumento de Malthus, muito embora não o acatasse para todo o sempre. Segundo Malthus, haveria uma lei natural a governar a dinâmica populacional: o aumento da produção implicaria aumento dos alimentos disponíveis e melhoria do bem-estar das classes trabalhadoras. Estes seriam induzidos, pela baixa condição moral em que viviam, a se reproduzirem. O rápido aumento da população superaria o ritmo de crescimento dos alimentos semeando a fome e a propagação das doenças que viriam a reduzir o contingente populacional, reequilibrando o sistema à disponibilidade de alimentos. Como se pode deduzir, o argumento de Malthus pressupunha um estoque imutável de tecnologia agrícola, vetando-lhe acesso à conclusão de que a produção poderia sofrer surtos de expansão, com base no avanço das técnicas agrícolas, como ficou evidenciado a partir de meados do século XIX.

4: Correto. O aumento na oferta de moeda faz com que as pessoas demandem mais títulos, o que provoca o aumento do preço destes, levando a uma queda da taxa de juros. Isso se deve ao fato de que a taxa de juros é a diferença entre o preço presente do título e o preço futuro. Quando aumenta a demanda pelo título, seu preço presente se eleva, reduzindo a diferença entre este e o preço final, ou a taxa de juros. Assim, uma queda na taxa de juros levaria a uma maior propensão a investir, já que os títulos financeiros oferecem menores oportunidades de retorno. Keynes era, porém, enfático ao afirmar que a taxa de juros apenas pode ter esse efeito positivo sobre o investimento - e, por conseguinte, sobre a demanda agregada - se houver a excitação do “espírito animal” dos empresários, isto é, uma disposição destes para enfrentar a incerteza que permeia o ambiente econômico, volatilizando as expectativas sobre os lucros auferidos com sua atividade real.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2004) Em relação aos conceitos básicos da macroeconomia e da economia monetária, julgue os itens seguintes.

(1) Os juros auferidos por investidores alemães no mercado brasileiro integram tanto a renda nacional quanto o produto interno bruto do Brasil.

(2) Nas variações observadas nos índices de preço ao consumidor, verifica-se a tendência a subestimarem-se os efeitos da inflação, porque ignoram-se as possibilidades de substituição dos bens que compõem os gastos dos consumidores.

(3) Em presença de indexação incompleta, a inflação não altera os preços relativos e, portanto, não modifica a alocação de recursos na economia.

(4) Aumentos nos coeficientes de encaixe compulsório, por interferirem diretamente no nível de reservas bancárias, reduzem o efeito multiplicador e, conseqüentemente, a liquidez da economia.

(5) Taxas de juros mais elevadas aumentam o custo de oportunidade de detenção da moeda e, portanto, contribuem para se expandir a demanda da moeda.

1: Incorreta. Os juros são contabilizados como renda de fatores de produção. Neste caso, fazem parte do produto interno bruto, mas não compõem a renda nacional, uma vez que são enviados para fora do país, pela conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos.

2: Incorreta. Os índices de preço ao consumidor são estimados com base nos hábitos médios de consumo, bem como nos preços médios da cada categoria de produtos. Assim, na média, capta-se com razoável sucesso os efeitos da inflação, uma vez que produtos mais caros que contarem com substitutos próximos, terão sua demanda reduzida e, como consequência, seus preços minorados.

3: Incorreta. A indexação incompleta desequilibra a estrutura de preços da economia, já que alguns preços se atualizam automaticamente e outros permanecem defasados. Com isso, uma série de desequilíbrios setoriais se aprofunda, ocasionando distorções na alocação de recursos da economia.

4: Correta. Os depósitos compulsórios são um instrumento importante no controle da liquidez da economia. Como eles reduzem as reservas dos bancos, sobram menos recursos para os bancos emprestarem. Com efeito, o multiplicador bancário se reduz, gerando menos meios de pagamentos na economia.

5: Incorreta. É verdadeiro que a taxa de juros mais elevada aumenta o custo de oportunidade de manutenção da moeda. Justamente por esse motivo, sua elevação tende a reduzir a demanda por moeda e elevar a demanda por ativos.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2003) A análise macroeconômica — incluindo-se aí a mensuração dos grandes agregados — é fundamental à compreensão do funcionamento das economias de mercado. Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

(1) A eventual contratação de engenheiros ingleses e venezuelanos para trabalhar na recuperação da indústria petrolífera no Iraque expandiria o produto interno bruto (PIB) iraquiano, porém não alteraria a renda nacional bruta desse país.

(2) Quando o governo, para debelar um processo inflacionário, reduz seus gastos, porém o Banco Central mantém uma política monetária expansionista, a contração do investimento privado, resultante dessa política, limitará o crescimento da renda contribuindo para a queda da inflação.

(3) A tendência recente à redução dos juros no Brasil, ao diminuir o custo de oportunidade de detenção da moeda, contribui para expandir a demanda desse ativo.

(4) O crescimento da oferta monetária, decorrente de políticas monetárias expansionistas, será tanto maior quanto menor for a razão reserva/depósito.

(5) A curva de demanda agregada é negativamente inclinada porque uma queda no nível de preços reduz as taxas de juros e deprecia a moeda nacional contribuindo, assim, para aumentar as exportações líquidas.

1: Correta. O PIB aumentaria por conta do aumento da produção propiciado pelo emprego de mais trabalhadores. Todavia, como o rendimento desses trabalhadores seria enviado para seus respectivos países, a renda nacional permaneceria a mesma. Isso se dá, porém, se considerarmos a inexistência de efeitos multiplicadores da renda, a partir do crescimento econômico, tal como nos ensina a teoria keynesiana. Assim, somos obrigados a supor que toda a renda adicional gerada pelos trabalhadores estrangeiros será transferida de volta ao seu país de origem.

2: Incorreta. Uma política de austeridade fiscal com queda da taxa de juros gera o “efeito deslocamento do governo” da atividade produtiva, convidando o empresário do setor privado a investir mais e ampliar a produção. É exatamente o que Keynes chamou de “eutanásia do rentista” em referência à busca constante por manter a taxa de juros baixa, e assim a evitar a euforia do ganho fácil nos mercados financeiros. Em termos teóricos, pode-se alegar que a redução do gasto seria compensada por um aumento na quantidade de moeda, sustentando a demanda por investimentos que passaria a ser maior.

3: Correta. Diante da presença dessa tendência da política monetária,

reduz-se o custo de oportunidade da manutenção da moeda, de forma que as pessoas veem menos atrativos na aplicação financeira, optando pelo gasto presente dos recursos monetários.
4: Correta. Quanto mais reservas os bancos detiverem em seus balanços, maior será sua disposição em emprestá-las às famílias e empresas. Quanto maiores os volumes de empréstimos, maior será o agregado M1, referente aos meios de pagamentos da economia, os quais consideram a base monetária (papel moeda em poder do público + encaixes monetários no Banco Central) somada aos depósitos à vista criados pelos bancos. Logo, maior será a oferta monetária.
5: Correta. Entre as explicações possíveis para a inclinação da curva de demanda agregada, essa é uma correta. É importante notar, todavia, que se trata aqui de uma economia aberta, o que o exercício deveria ter explicitado. Neste sentido, o raciocínio está correto. Quanto menores os preços, menos moeda será demandada, aumentando a demanda por títulos financeiros. Isso reduzirá a taxa de juros da economia, e gerará, portanto, menos atração aos capitais estrangeiros à procura de lucros advindos da exploração de diferencial entre taxas de juros de países diversos, o que implicará a desvalorização da taxa de câmbio. Esta, por sua vez, levará ao crescimento das exportações, aumentando assim o saldo comercial.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

(Diplomacia – 2002) A mensuração dos grandes agregados como o PIB (Produto Interno Bruto) e o PNB (Produto Nacional Bruto) é crucial para se avaliar apropriadamente a atividade econômica. Considerando os diferentes aspectos de tais agregados, pode-se afirmar que:

(A) no Brasil, o investimento é o maior componente do PIB.
(B) um carro novo, produzido em 1999, mas vendido em 2001, deve ser contabilizado no PIB de 2001, porque, nesse ano, ele foi vendido, pela primeira vez, como bem final.
(C) contrariamente ao PIB, que é um conceito geograficamente delimitado, o PNB inclui a produção e a renda dos nacionais geradas tanto dentro do país como no exterior.
(D) se uma indústria de confecção compra R$ 200,00 de tecido e R$ 100,00 de linhas de costura e utiliza esses insumos para produzir uma peça de vestuário no valor de R$500,00, então sua contribuição para o PIB é de R$ 800,00.
(E) como o PIB nominal em 1997 foi superior ao PIB nominal em 1996, pode-se, então, concluir que houve um aumento da produção entre esses dois anos.

A alternativa C é a correta, por considerar o PNB como uma medida de nacionalidade e não de territorialidade, uma vez que mede também os fluxos de renda emitidos e recebidos por uma país, a partir do número de residentes no exterior e não-residentes estrangeiros dentro de suas fronteiras.
A opção A é incorreta por que o maior componente do PIB no Brasil é o consumo, representando cerca de 60% dele.
A opção B não considera que um carro produzido e não vendido em 1999 é contabilizado como variação de estoques, não sendo novamente contabilizado o valor de sua venda em 2001.
A alternativa D confunde valor bruto de produção com valor adicionado pela indústria de confecção, uma vez que este último resulta da diferença entre o valor de venda do bem (R$ 500) e os custos dos insumos produtivos, ou seja, R$ 300 (R$ 200 + R$ 100 = R$ 300).
Por fim,a opção E desconsidera o efeito dos preços sobre o PIB nominal (calculado pela somatória dos valores de mercado de todos os setores da economia, isto é, preço x quantidade), cujo aumento entre dois anos pode ocorrer simplesmente porque os preços dos bens aumentaram na média, podendo a produção (quantidade) ter estagnado no período, o que ainda assim geraria um PIB nominal maior. É por esse motivo que se calcula o PIB real, que deflaciona o PIB nominal, para que se revele o volume adicional produzido.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) Na Economia Política, a categoria "valor" expressa uma relação "homem/natureza", mediada pelo "tempo". Este último, porém, nem sempre entendido no seu sentido histórico. Com base nessa premissa, assinale a opção que contém uma imprecisão:

(A) Na concepção mercantilista, "valor" é sinônimo de "moeda", uma vez que os autores desta corrente desconheciam a origem do "valor", e a identificavam com a acumulação de metais raros.
(B) Concepção análoga, num certo sentido, é a dos monetaristas neoliberais, uma vez que identificam na livre-circulação de mercadorias e moedas a fonte de toda riqueza.
(C) Para os "fisiocratas", no entanto, o "valor" nasce em função dos "usos" dos recursos naturais, bastante diversificados, de modo que um recurso muito utilizado é valorizado em função da sua demanda.
(D) Mesmo antes do surgimento da escola fisiocrática, já surgira a noção de "valor-trabalho", embutida na idéia de que o "preço natural" de uma mercadoria dependia da quantidade de trabalho necessária para a sua produção.
(E) Os marxistas, como os liberais, esposam a tese de que o valor do trabalho é invariável, o que o qualifica como medida real do valor.

As alternativas A, B, D e E estão precisas em seu conteúdo e não requerem ressalvas. Já a alternativa C contém um equívoco ao atribuir aos fisiocratas uma função de diversificação da produção. Na verdade, para os pensadores dessa escola, a riqueza emanava da terra, porém não de forma extrativista e predatória. Ao contrário, a prosperidade adviria da ampliação da produção renovável por meio de técnicas de maximização da utilização do solo, via sistemas de rotação e de fertilização. Estava em questão, para estes pensadores, o formato capitalista da produção agrícola e não uma estratégia de aumento especulativo dos preços dos produtos que um país deveria produzir.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) O entendimento dos fenômenos monetários e financeiros é importante para se entender o funcionamento das economias de mercado. Em relação a esse tópico, pode-se afirmar que:

(A) a base monetária é constituída de moeda (notas e moedas metálicas) e de depósitos dos bancos comerciais junto ao Banco Central.
(B) a teoria monetarista afirma que, devido ao fato de a velocidade de circulação da moeda ser constante, aumentos no estoque monetário implicam aumentos proporcionais na renda.
(C) o custo de oportunidade de detenção da moeda é a taxa de juros real.
(D) a inflação incentiva a poupança porque ela aumenta a taxa líquida de retorno das aplicações financeiras.
(E) no Brasil, compete ao Banco Central estimular a aplicação de poupanças privadas no mercado acionário.

A alternativa A é a correta, por se tratar da própria definição de base monetária.
A opção B está errada ao confundir aumentos proporcionais na renda a

aumentos nos preços, uma vez que estes são elevados como resposta a um aumento na quantidade de moeda, seguindo a equação quantitativa MV = PT, de maneira que M -> P, mantida constante a velocidade de circulação da moeda.

A letra C está incorreta porque o custo de oportunidade da moeda é a taxa de juros nominal, uma vez que a taxa de juros real exige o conhecimento da inflação futura, dado indisponível ao agente econômico no momento de sua decisão.

A inflação não aumenta, conforme nos diz a opção D, a taxa de poupança da economia, uma vez que a renda passa a ser corroída pela inflação, diminuindo a capacidade geral da economia de formar poupança. Tudo que se faz é deslocar renda de um grupo sem possibilidades de reajuste constante de preços para aqueles grupos formadores de preço.

Por fim, a letra E atribui à autoridade monetária o papel de sistema financeiro, ao passo que a ela cabe apenas controlar a base monetária e os meios de pagamentos, fiscalizar o sistema financeiro e custodiar as reservas internacionais. A aplicação da poupança depende dos mercados financeiros e não do Banco Central.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) A macroeconomia discute importantes questões que estão na pauta do debate econômico nas modernas economias de mercado. Valendo-se de seus conhecimentos dos conceitos macroeconômicos básicos, assinale a alternativa correta.

(A) A taxa natural de desemprego corresponde àquela que existe quando a taxa de desemprego iguala-se a taxa de inflação.

(B) A inflação reduz o poder de compra dos consumidores, mas não afeta a distribuição de riqueza entre agentes credores e agentes devedores.

(C) Os aumentos recentes no preço da gasolina têm levado consumidores a cortar gastos com esse produto contribuindo, assim, para reduzir o viés de substituição associado à mensuração dos índices de custo de vida.

(D) Quando uma firma estrangeira fabrica um automóvel no Brasil, mesmo com componentes importados, isso contribui para aumentar o Produto Interno Bruto brasileiro.

(E) Se uma firma compra R$1.000,00 de matéria prima, gasta R$500,00 reais com salários, paga R$100,00 de aluguel, R$100,00 de juros e dividendos e vende sua produção por R$2000,00, então, sua contribuição para o PIB é R$700,00.

A alternativa correta é a D. O Produto Interno Bruto é a soma dos gastos em consumo, investimento, gastos do governo, exportações menos as importações de bens e serviços. Quando uma empresa compra insumos de fora, entende-se que houve uma ampliação da oferta global da economia (PIB + importações). Assim, as importações de bens intermediários contribuem com a produção nacional, permitindo a criação de valores que não ocorreria na sua ausência.

A alternativa A diz respeito à taxa natural de desemprego, que tem por definição "a taxa de desemprego que garante uma inflação zero". Essa teoria refere-se à chamada Curva de Phillips, que afirma haver uma relação negativa entre desemprego e inflação, de sorte que um aumento no desemprego leva a uma queda nos salários, diminuindo gastos de consumo das famílias e, portanto, conduzindo os preços para baixo; o inverso ocorre, caso haja uma redução nos níveis de desemprego, com elevações nos salários dos trabalhadores que aceleram o consumo tornando inviável o acompanhamento por parte da oferta, gerando aceleração no aumento dos preços.

A opção B está incorreta por não considerar a transferência de renda entre credores e devedores. A inflação implica, além da perda do poder de compra por parte dos consumidores, uma corrosão do valor das dívidas. A taxa de juros é pré-fixada em contrato sobre um valor nominal, de maneira que a inflação reduz o montante real (taxa de juros nominal – inflação) que será recebido pelo credor, reduzindo, por contrapartida contábil, também o valor real da dívida do devedor (taxa de juros – inflação).

A alternativa C é incorreta porque há uma ponderação feita pelos institutos de pesquisa dentro do item combustíveis, de maneira que as substituições se cancelam no agregado "combustíveis".

Por fim, a letra E é incorreta porque considera gasto com insumos uma contribuição ao PIB, segundo a ótica do valor adicionado. A contribuição efetiva é dada pelo valor de venda menos o custo dos insumos, de maneira que o valor adicionado pela emprese é: R$ 2.000 (valor da venda bruta) – R$ 1.000 (MP) = R$ 1.000. O restante dos valores é inserido naquela etapa produtiva; logo, valor adicionado.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) O que é estagflação?

(A) Deflação permanente.

(B) Alternância entre períodos de inflação alta e de deflação.

(C) Hiperinflação.

(D) Combinação entre inflação alta e estagnação econômica.

(E) Estagnação da inflação a partir de medidas emergenciais.

A: Errada. A deflação permanente é um processo que traz consigo uma recessão intensa, uma vez que a queda dos preços inviabiliza a formação de lucros, desincentivando a produção.

B: Errada. A alternação entre inflação alta e deflação não encontra termos formais.

C: Errada. A hiperinflação é o crescimento explosivo e incontrolável dos preços, que culmina na total deterioração da moeda, bem como na completa repulsa a ela por parte da população.

D: Correta. "Estagflação" foi um termo cunhado ao final dos anos 1960, mediante o processo de esgotamento do modelo do pós-guerra, particularmente nos EUA. Nos anos 1970, esse país passou a enfrentar uma estagnação econômica combinada a uma forte e sustentada elevação de preços (ao menos para os seus padrões históricos), o que deu origem à expressão.

E: Errada. Estagnação a partir de medidas emergenciais é simplesmente chamada de política recessiva.

Gabarito "D"

3. ECONOMIA INTERNACIONAL

3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da

conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais.

(Diplomacia – 2002) Um déficit em transações correntes no Balanço de Pagamentos de um país pode expressar:

(A) Um superávit na balança comercial que não é compensado por investimentos diretos.

(B) Uma variação negativa das reservas internacionais devido à amortização de dívidas.

(C) Um déficit na balança de serviços que não é compensado por um superávit da balança comercial.

(D) Um excesso de exportações sobre importações de bens e serviços.

(E) Um crescimento inesperado do recebimento de transferências unilaterais.

A alternativa C é a correta, pois as transações correntes resultam da somatória dos saldos das contas comerciais, de serviços e de transferências unilaterais. Assim, se ocorre, em serviços, um déficit maior do que o superávit comercial, teremos uma conta-corrente deficitária.
A opção A insere erroneamente os investimentos diretos na conta-corrente, quando deveriam ser contabilizados na conta capital do balanço de pagamentos.
Na letra B, o erro se encontra em que amortização de dívidas faz parte da conta capital.
Quanto à alternativa D, o superávit comercial não explica um déficit em transações correntes.
E a letra E é incorreta por que um aumento no recebimento de transferências unilaterais faria aumentar o saldo desta conta, o que levaria a um resultado melhor em transações correntes e não a um déficit nesta conta.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a regimes cambiais.

(1) Em regime de câmbio fixo, o mercado define o valor da taxa de câmbio, e a autoridade monetária determina o nível das reservas internacionais do país.

(2) Em regime de câmbio fixo, a autoridade monetária tem poder limitado na determinação da política monetária.

(3) Em regime de câmbio flutuante, a oferta de divisas é determinada pelas exportações do país.

(4) Nos anos 90 do século XX, em alguns países da América Latina, foram usadas âncoras cambiais como instrumento de estabilização de preços.

1: Incorreta. A alternativa seria correta se indicasse o funcionamento do regime de câmbio flutuante. Em regime de câmbio fixo, cabe à autoridade monetária ofertar qualquer quantidade de divisas demandada pelo mercado à taxa vigente.
2: Correta. Nesse caso, a política monetária depende da quantidade de divisas internacionais, uma vez que são estas que determinam o lastro da moeda doméstica. Assim, o governo não pode expandir os meios de pagamentos autonomamente, porque isso implicaria uma alteração entre as quantidades de moeda nacional e internacional, levaria a uma desvalorização do câmbio e romperia, portanto, o regime de câmbio fixo.
3: Anulada, pois é parcialmente verdadeira. Além das exportações, os fluxos de capitais de curto e longo prazos também determinam a oferta de divisas internacionais no país em questão.
4: Correta. Argentina, México e Brasil são exemplos de países que utilizaram âncoras cambiais para promover planos de estabilização, muito embora o formato e os mecanismos adotados difiram entre as experiências. Por exemplo, a Argentina adotou o *currency board*, ou conselho da moeda, em que a moeda argentina tornou-se plenamente conversível ao dólar, resultando em um forte atrelamento da quantidade da atividade econômica à disponibilidade de divisas estrangeiras, que passaram a complementar a base monetária doméstica. A taxa de câmbio passou, portanto, a regular a política monetária, retirando do país um amplo espaço de manobra em termos de política econômica doméstica.

Gabarito 1E, 2C, 3ANULADA, 4C

(Diplomacia – 2004) Na fase atual de globalização do espaço econômico, o estudo da economia internacional é crucial para a inserção adequada no cenário mundial. Considerando as noções básicas da teoria econômica internacional, julgue os itens a seguir.

(1) A demanda de produtos importados aumenta durante as recessões porque a propensão marginal a importar é positiva.

(2) No modelo ricardiano das vantagens comparativas, o papel desempenhado pelas economias de escala na produção é fundamental para o entendimento das razões do comércio entre os países.

(3) Quando nisseis brasileiros que trabalham remetem parte de suas economias a seus familiares, no Brasil, essa transação é registrada como uma transferência unilateral e constitui parte integrante da conta de transações correntes.

(4) Em presença de um sistema de taxas de câmbio fixas, a solução de crises no balanço de pagamentos exige ajustamentos consideráveis nas políticas econômicas domésticas.

(5) Em economias pequenas, cuja taxa de câmbio é flutuante, as políticas fiscais são particularmente eficazes, porque a expansão das despesas públicas, ao reduzir a taxa de câmbio, contrai as importações e aumenta a produção doméstica.

(6) *Deficits* em conta-corrente implicam que o montante de divisas arrecadado com as exportações é superior àquele exigido para financiar suas importações e transferências unilaterais líquidas.

1: Incorreta. Por definição, no sistema de mercado, a importação é positiva. Nenhum país prescinde do comércio com outras nações, de maneira que sempre haverá uma parcela da oferta de um país oriunda das importações. Em verdade, durante as recessões, a demanda por importados tende a cair por dois motivos: o primeiro é que as exportações do país diminuem e, por isso, há menos divisas para se gastar com produtos importados; e o segundo é que a recessão leva a uma diminuição da renda em função do desemprego e da redução do gasto agregado. Como resultado, as pessoas compram menos produtos importados.
2: Incorreta. O modelo ricardiano toma como pressuposto a noção de rendimentos decrescentes de escala, isto é, conforme se utiliza um insumo produtivo, seu rendimento, mantidos constantes todos os outros fatores, sofre quedas. Exatamente por esse motivo é que os países deveriam se especializar, de maneira a reduzir as perdas decorrentes do uso excessivo de um insumo, tal como a terra ou o trabalho humano.
3: Correta. Todas as transferências que não têm contrapartida na forma de bens e serviços são contabilizadas em transações correntes, na subconta "transferências unilaterais". Nesse caso, o Brasil recebe renda de brasileiros residentes no Japão, o que torna a transação positiva em termos cambiais.
4: Correta. O regime de câmbio fixo exige um equilíbrio quantitativo entre a soma de divisas estrangeiras e a base monetária doméstica. Assim, no evento de uma crise financeira, nota-se, geralmente, uma forte fuga

de divisas estrangeiras, o que obriga os países, diante da impotência na contenção dessa fuga, a fazer reduções bruscas em sua base monetária.
5: Incorreta. Em economias pequenas, a política fiscal é eficiente, porém gera um movimento no setor externo da economia contrário ao que indica a afirmativa, uma vez que o aumento do gasto do governo leva a uma ampliação da renda. Esta conduz ao aumento das importações e, por meio da elevação da taxa de juros doméstica, à atração de capitais estrangeiros, de modo que o déficit em transações correntes que passa a emergir seja financiado com poupança externa. Em caso de esta não ser abundante o suficiente, a taxa de câmbio se desvaloriza, levando a uma contração das importações.
6: Incorreta. Déficit em transações correntes significa que o saldo composto de contas comerciais e de serviços e rendas e transferências unilaterais está negativo. Significa, isso sim, que o montante de divisas recebidas por meio da exportação é insuficiente para financiar as importações de bens e de serviços e as remessas de renda para o exterior, reclamando-se a entrada de capitais estrangeiros de empréstimo na conta de capital.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6E

Em geral, países da América Latina continuam a se dedicar pesadamente à exploração direta da riqueza de seus recursos naturais visando à exportação.

R. Gwynne e C. Kay. **Latin America transformed, globalization and modernity**. New York: Arnold Publishers, 1999 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Considerando o assunto abordado no texto acima e as questões a ele relacionadas, julgue os itens seguintes.

(1) Com a globalização econômica atual, em geral há uma tendência para o incremento das exportações da América Latina de produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico.

(2) Embora com alguns impactos negativos, a economia baseada na exportação de produtos primários livrou a América Latina, ao longo do século passado, dos efeitos das recessões mundiais e da consequente flutuabilidade dos preços, visto que tais produtos possuíam mercado assegurado.

(3) O Brasil pode ser excluído do grupo de países considerados como periferia global de recursos, uma vez que sua pauta de exportações o coloca como país industrializado, apesar de esse fenômeno ter-se dado tardiamente.

(4) No Brasil, o crescimento do setor primário, levado a efeito por meio de intensa modernização por todo o seu território, tem contribuído para diminuir as desigualdades geográficas e eliminar enclaves regionais.

(5) O comprometimento da sustentabilidade ecológica e econômica é uma conseqüência do modelo de exploração intensa de recursos naturais, entre as quais pode-se destacar o deflorestamento no Brasil.

1: Correto. Essa tendência secular se deve à estrutura de recursos naturais disponíveis aos países latino-americanos, historicamente produtores de bens primários. Tal especialização gerou atraso nas políticas de desenvolvimento de competências produtivas e tecnológicas nas áreas industrial e de tecnologia da informação, novo carro-chefe da economia mundial.
2: Incorreto. A volatilidade dos preços dos bens primários é a principal causa do atraso econômico da América Latina. Isso porque a economia do século XX tornou-se fortemente vulnerável aos fenômenos que se desdobravam nos países centrais, dificultando a formação de capital e a dilatação do horizonte de planejamento capitalista, ambas elementos cruciais à acumulação de capital e, por conseguinte, ao crescimento econômico.
3: Incorreto. O Brasil persiste como exportador de bens primários, muito embora haja cada vez mais tecnologia por bem primário exportado. A pauta de exportações brasileira ainda é predominantemente composta de soja, cana-de-açúcar, minério de ferro, carne bovina e de frango etc. Os bens manufaturados exportados pelo país são aqueles produzidos com baixa intensidade de tecnologia, em geral por processamentos fabris dos bens primários. Porém, no que concerne ao comércio Sul-Sul, as exportações brasileiras tendem a ser de manufaturados, especialmente para os países da América latina.
4: Incorreto. O modelo agrário brasileiro é fundado sobre a grande propriedade fundiária, de maneira que os ganhos acumulados no setor agroindustrial são concentrados sobretudo em empresas multinacionais detentoras de propriedade intelectual sobre fertilizantes, defensores agrícolas, máquinas e equipamentos, bem como em empresas nacionais fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro, na esteira do processo de internacionalização de grupos nacionais fortes e com grande poder de mercado.
5: Correto. O Brasil se insere na divisão internacional do trabalho como fornecedor mundial de bens primários. Como a obtenção destes exige vastas faixas de terra, é necessário o desmatamento agressivo para a formação de pastos e plantações, o que leva a um acelerado processo de deterioração ambiental que supera as forças de contenção do governo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Diplomacia – 2003) Em um mundo globalizado, o estudo da teoria do comércio internacional é imprescindível à compreensão dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

(1) O livre comércio, ao expor à concorrência externa os setores protegidos por elevadas barreiras tarifárias, contrai a produção desses setores e, portanto, leva à redução da renda do trabalho, no conjunto da economia.

(2) Se o investimento doméstico excede a poupança doméstica, então, o investimento líquido é positivo e a economia apresenta um excedente na balança comercial.

(3) De acordo com a hipótese da paridade do poder de compra, a longo prazo, a taxa de câmbio entre duas moedas nacionais quaisquer deve refletir o diferencial de inflação existente entre essas duas economias.

(4) Em uma economia globalizada, taxas de juros elevadas em um país, ceteris paribus, atrairão mais capital estrangeiro, provocando a apreciação da moeda nacional e a expansão das exportações e do PIB.

(5) Em um regime de taxas de câmbio flexíveis, a imposição de restrições ao comércio, tais como quotas às importações ou tarifas, não afeta a renda, porque a apreciação da moeda nacional aumenta as importações, compensando o aumento inicial das exportações líquidas.

1: Incorreto. O livre comércio tende a estimular a produção por meio do aumento da concorrência, de maneira que os setores submetidos a ela buscam renovar processos produtivos e incrementar o conteúdo tecnológico, ampliando a produção.
2: Incorreto. Se o investimento é maior do que a poupança, a tendência é que ocorra um déficit em transações correntes, de forma que um ingresso de capitais se faz necessário para complementar a poupança interna.
3: Correto. A definição da teoria da paridade do poder de compra é que desequilíbrios de preços entre nações tendem a criar ganhos de

arbitragem, os quais são eliminados ao longo do tempo e, dessa forma, refletem exclusivamente as inflações entre os países.

4: Incorreto. A atração de capitais estrangeiros leva a uma apreciação do câmbio, o que implica queda das exportações e aumento das importações.

5: Incorreto. A imposição de barreiras comerciais apenas afetará a taxa de câmbio caso as importações como um todo sofrerem queda. Dado que as barreiras são especificadas por produto, não é necessário haver uma apreciação ou depreciação da moeda. As importações tendem a aumentar somente se houver uma inflação muito forte que eleve os preços dos bens domésticos a ponto de eliminar o efeito das barreiras tarifárias.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

No bojo dos investimentos, não se pode esquecer que Mercedes-Benz e Volkswagen construíram no Brasil as fábricas mais modernas do mundo. Justamente por causa dessa massa de investimentos, se Frankfurt não vai ao Brasil, o Brasil tem que ir a Frankfurt. Para compensar a grande ociosidade das fábricas brasileiras, exportar é mais do que uma ordem — transformou-se em "religião". A meca dos investimentos das montadoras, e não só das alemãs, agora é a China.

Renato Acciarto. Brasil perde para China preferência das montadoras. *In*: **Gazeta Mercantil**. 11/9/2003, p. A1 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) O texto acima expressa importantes processos em curso no mundo. Considerando esse texto, julgue os itens a seguir.

(1) Mundializam-se os mercados, porém não os processos de produção, já que o desenvolvimento tecnológico é do domínio dos países mais industrializados.

(2) Com a crescente internacionalização da economia capitalista, observa-se uma interdependência das economias nacionais.

(3) A busca da maior lucratividade é um dos fatores determinantes para o crescente processo de especialização regional da produção.

(4) No processo de globalização econômica, que suplanta fronteiras e culturas, é irrelevante o papel do Estado, prescindindo-se também de ações conciliatórias entre os governos.

(5) No desenvolvimento econômico contemporâneo, identificam-se formas de protecionismo e a formação de blocos econômicos regionais, como o MERCOSUL, o qual é relevante para a ampliação de mercados e melhora da competitividade do Brasil.

1: Errada. A partir dos anos 1980, nota-se uma tendência dos mercados a se mundializar, tornando os fluxos de comércio e de finanças cada vez mais intensos e velozes. Todavia, a tecnologia de produção – que, segundo muitos estudiosos, é o centro dinâmico do sistema, graças à constante inovação dos processos e mecanismos produtivos – ainda é predominantemente liderada pelos países mais industrializados, com as exceções da China e da Coreia do Sul.

2: Correta. Adam Smith já havia observado que a extensão do mercado é um importante componente do nível de especialização das tarefas produtivas. Nesse sentido, a internacionalização da economia capitalista tende a aprofundar as especializações produtivas de cada nação e, assim, aumentar o nível de dependência mútua entre elas, o que pode ser benéfico para o ritmo da produção, mas também pode constituir importante mecanismo de ressonância de crises deflagradas em pontos localizados do sistema.

3: Incorreta. A especialização regional deriva do acesso aos recursos produtivos disponíveis, dentro da divisão internacional da produção. Atualmente, sob o amplo poder das grandes corporações, a produção está associada aos custos da mão de obra, à disponibilidade de matérias-primas e à possibilidade de isenções fiscais por parte dos governos. A lucratividade assumiu, a partir dos anos 1980, um caráter global dentro das empresas, visto que cada corporação distribui as etapas de seu processo produtivo entre diversos países, de acordo com sua estratégia de ampliação do poder de mercado e de redução de custos.

4: Errada. Essa tese vem sendo defendida por inúmeros estudiosos do processo de globalização. O ponto fulcral reside em que, perante os fluxos comerciais existentes dentro das grandes empresas (mediante trocas comerciais entre filiais da mesma corporação), os governos se veem cada vez mais impotentes, já que qualquer tipo de interferência nessas transações é ineficaz. Ademais, os fluxos financeiros em escala e velocidade inéditas tornaram os governos crescentemente dependentes da esfera financeira, como se percebe pela recente crise europeia (2010-2012) e pelas dificuldades de financiamento que os governos da periferia da Zona do Euro vêm encontrando. Todavia, deve-se reconhecer que o papel do Estado, apesar de ter sofrido alterações em sua extensão e em sua natureza, persiste relevante neste processo. Deve-se frisar que o Brasil vem advogando a relevância do Estado no processo de regulamentação da globalização, por meio de ações conciliatórias entre governos, que tem sido a marca do século XXI, bem como a formação de grupos mirando alguma forma de governança global por meio de grupos e arenas decisórias, tais como o G-20, o Fórum Econômico Mundial (Davos) etc.

5: Incorreta. A primeira parte da afirmativa é verdadeira, uma vez que cresce a disposição dos países em aliar-se a determinados blocos comerciais que alinhem interesses menos conflitantes e regionalmente determinados. Contudo, a formação desses blocos geralmente consolida parcerias históricas, como o Nafta, o Mercosul e a Aladi. Assim, em vez da ampliação dos mercados, assiste-se à desaceleração das possibilidades de novas conexões comerciais. Ademais, a afirmativa peca por desconsiderar o regionalismo aberto do Mercosul: houve criação de comercio, e não desvio de comércio (que seria uma forma de regionalismo fechado, conforme ocorreu com a ALALC e as ondas de regionalismo dos anos 1960).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Em um mundo globalizado, as questões concernentes às relações econômicas internacionais são cruciais. Nesse contexto, assinale a opção correta:

(A) Um aumento do preço (medido em R$/US$) da moeda norte-americana no mercado de câmbio brasileiro corresponde a uma apreciação do Real.

(B) Os dispêndios feitos pelos turistas brasileiros em Nova York são contabilizados como um crédito na balança comercial brasileira.

(C) O Brasil é um país membro do MERCOSUL, da ALADI e do NAFTA.

(D) Uma recessão econômica tende a reduzir o déficit no balanço de pagamentos.

(E) Uma das desvantagens de um sistema de câmbio flexível é que o governo não pode adquirir moedas estrangeiras para acumular reservas.

A: Incorreta, pois o aumento do dólar equivale ao enfraquecimento do real. Uma vez que aquele agora vale mais, é preciso ter mais reais para comprar a mesma quantidade de dólares.

B: Incorreta, pois os gastos no exterior são um débito na conta de serviços, na rubrica viagens ao exterior.

C: Incorreta, pois insere o Brasil no Nafta, mas o país pertence apenas ao Mercosul e ao Aladi (Tratado de Montevidéu de 1980).

D: Correta, porque quando o país se encontra em recessão, a renda tende a diminuir, de forma que as famílias consomem menos do exterior,

melhorando o resultado comercial e, portanto, diminuindo o déficit no balanço de pagamentos.
E: Incorreta, porque ao Banco Central é facultado adquirir reservas internacionais, contanto que não interfira direta e desequilibradamente sobre o resultado de mercado de câmbio para garantir a flexibilidade da taxa de câmbio. Apesar disso, a autoridade monetária deve impedir que movimentos bruscos, advindos de instabilidades externas, gerem impactos sobre a economia, bem como efetuar as esterilizações monetárias, operações que objetivam reduzir, por meio da venda de títulos da dívida pública, a oferta de moeda gerada pela compra de divisas estrangeiras por parte do Banco Central.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1999) Você está servindo no setor Econômico de uma Embaixada brasileira. Durante almoço oferecido pelo Embaixador, uma alta autoridade local confidenciou-lhe que, "entre a mão de Smith e o juízo de Prebisch", seu governo se estaria inclinado cada vez mais pelo segundo. Qual das reflexões abaixo você deveria incluir em seu relatório ao Embaixador sobre a conversa, para efeitos de comunicação à Chancelaria brasileira?

(A) A avaliação de que o governo local estaria preparando um acordo com o Fundo Monetário Internacional como forma de assegurar maior estabilidade aos fluxos de investimento externo.
(B) A consideração de que seriam crescente dentro do governo local as forças em favor da adoção de políticas de desenvolvimento que favorecessem a intervenção do Estado na economia.
(C) A sugestão de que o Brasil estivesse pronto a considerar um pedido de negociações de um acordo de livre comércio com aquele país.
(D) A advertência de que o governo local estaria adotando uma linha cada vez mais aberta à chamada globalização dos mercados financeiros.
(E) A impressão de que o governo estaria contemplando afastar-se da esfera de influência do governo de Washington em favor do de Bonn.

A, C, D, E: Incorretas, pois indicam ou circunstâncias que em nada se associam ao sugerido pela autoridade do país (A e E) ou circunstâncias diametralmente opostas (C e D).
B: Correta. A autoridade do país em questão utilizou os nomes dos autores para indicar opções de políticas econômicas. No caso de Adam Smith, trata-se de uma política liberal com baixa intervenção estatal na economia, ou seja, que deixa o desenvolvimento econômico ocorrer pelas forças espontâneas dos mercados, a fim de acelerar a especialização das tarefas produtivas e, com isso, alastrar pela economia os ganhos de eficiência, ampliando o bem-estar. No caso de Prebisch, trata-se da abordagem cepalina, associada ao economista Raúl Prebisch, idealizador e fundador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) nos anos 1950. Prebisch defendia que as forças de mercado conduzem a desequilíbrios entre as nações, de forma que aquelas que produzem artigos primários sempre perderiam valor em relação aos países produtores de manufaturas. Assim, caberia aos governos nacionais implementar políticas industrializantes para reduzir a dependência externa das nações e alavancar o crescimento econômico em moldes industriais.

Gabarito "B"

4. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de 1930 e 1940a. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos 1980. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação.

(Diplomacia 2009) No que se refere à industrialização brasileira antes da Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Há consenso entre os historiadores econômicos a respeito dos efeitos favoráveis do encilhamento sobre a indústria brasileira.
(2) A produção industrial cresceu significativamente entre os anos 1915 e 1917 a despeito das dificuldades enfrentadas, pelo país, na importação de máquinas e equipamentos, em razão da Primeira Guerra Mundial.
(3) A crise de 1929 proporcionou maior influxo de investimentos estrangeiros no Brasil.
(4) A desvalorização cambial provocada pela crise de 1929 encareceu as importações de máquinas e equipamentos, o que resultou em declínio considerável da produção da indústria brasileira na década de 30 do século XX.

1: Incorreta. O encilhamento é um dos temas mais controversos na historiografia brasileira, dadas as múltiplas dimensões da realidade histórica em que se insere. Todavia, é razoavelmente estabelecido que o encilhamento implicou uma forte especulação financeira, a qual ocasionou posteriormente a falência de numerosas empresas, a maioria associada à nascente indústria brasileira. Deve-se ressaltar que o encilhamento se segue à Lei Bancária, de 1890, de Rui Barbosa, que outorgava aos bancos o direito de emitir moeda. A terceirização do meio circulante, malgrado os tetos de emissão e o lastro em títulos públicos, teriam redundado na crise do encilhamento. Rui Barbosa via na multiplicação monetária um meio de industrializar o país. Entretanto, é quanto aos resultados dessa política que vigora a divergência historiográfica.
2: Correta. A economia de guerra teve efeitos ambíguos sobre a indústria. Dadas as restrições para importar, a indústria expandiu-se com base em sua capacidade instalada, construída no período prévio de forte crescimento da economia mundial, entre 1906 e 1913, quando intensos investimentos foram efetuados no setor.
3: Incorreta. O estouro da bolha financeira em Wall Street em outubro de 1929 acarretou uma virulenta fuga de divisas estrangeiras do Brasil, levando à completa drenagem de nossas reservas já no início do ano de 1930. Por adotar o regime do padrão-ouro, por intermédio de caixa de estabilização, o governo Washington Luís se viu impotente diante da força dos eventos (interrupção dos fluxos de capital estrangeiro e brusca queda do preço do café no mercado internacional). Os desdobramentos forçaram o governo revolucionário de Getúlio Vargas a abdicar do regime de câmbio fixo no final de 1930.
4: Incorreta. A desvalorização cambial efetuada pelo novo governo empossado encareceu todos os produtos importados, entre os quais estavam as máquinas e os equipamentos industriais. Contudo, a política econômica desempenhou um papel mais importante, haja vista que, ao fomentar a produção interna por meio da defesa dos interesses cafeeiros, dinamizou a demanda interna que levou a indústria a utilizar a ampla margem de capacidade ociosa do ainda incipiente parque

industrial brasileiro. Com efeito, a indústria cresceu substancialmente na década de 1930, apoiada pelo protagonismo estatal no planejamento da economia, ainda que de forma pouco sistemática.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Em **Formação Econômica do Brasil**, Celso Furtado analisa os efeitos diretos e indiretos da crise de 1929 sobre a economia brasileira. Segundo o autor, a política de defesa do setor cafeeiro implementada no período teria favorecido a rápida recuperação da economia: "É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira que se manifesta a partir de 1933 não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros".

Com relação à economia brasileira no período posterior à crise de 1929, assinale a opção que apresenta afirmativa consistente com a análise de Celso Furtado acima resumida.

(A) As alterações na política de defesa do setor cafeeiro introduzidas a partir da crise de 1929 tiveram como principal objetivo manter relativamente estável a demanda agregada pelos bens produzidos internamente, evitando-se, assim, a acumulação de estoques indesejados e a consequente redução nos níveis de produção.

(B) Dificuldades de importação associadas à conjuntura de crise nos países industrializados impediram o crescimento da produção industrial brasileira nos anos 30 do século passado, retardando o processo de industrialização no Brasil.

(C) A alta elasticidade-renda dos principais produtos brasileiros de exportação, associada à recuperação dos países industrializados, promoveu crescimento significativo dos saldos positivos na Balança Comercial brasileira a partir de 1936.

(D) De acordo com Celso Furtado, a alta elasticidade-preço da demanda pelo café permitiu aumento das receitas dos cafeicultores, a despeito de queda substancial nos preços do café.

(E) Os efeitos da política de defesa dos cafeicultores sobre o mercado cambial provocaram aumento na demanda dos brasileiros por bens produzidos internamente, incentivando o processo de substituição de importações na década de 30 do século passado.

A: Incorreta. O propósito da política econômica pós-crise de 1929 era solucionar o problema das contas externas, resultante da drenagem de divisas sofrida pelo país quando da irrupção da crise. Como o café era o principal produto exportado pelo país, era necessário defender a sua produção, sob pena de criar uma crise generalizada de abastecimento interno, bem como a irradiação da queda da demanda efetiva para outros setores da economia.

B: Incorreta. De acordo com a tese de Furtado, a redução das importações dos países centrais gerou o estrangulamento externo da economia brasileira, a qual se valeu dos mecanismos de defesa da cafeicultura, como a desvalorização da taxa de câmbio. Esta teve o resultado de socializar as perdas dos cafeicultores e manter o nível interno da renda, o que, por sua vez, consolidou o mercado interno como centro dinâmico da economia, substituindo os estímulos advindos do setor externo. Com efeito, segundo o autor, foi a crise das exportações que propiciou as condições para a maturação de um eixo industrial na condução da matriz produtiva nacional.

C: Incorreta. Residia exatamente na baixa elasticidade-renda dos bens primários o principal problema da exportação brasileira, uma vez que os países de renda elevada já estavam no nível de saturação do café, deixando pouco espaço para o aumento das vendas externas do produto.

D: Incorreta. A elasticidade-preço do café era, para Furtado, muito baixa, de modo que uma queda dos preços não levaria a um maior consumo por parte das economias centrais. Essa é uma das formas que o autor encontra para justificar a política de sustentação dos preços do café por parte do governo de Getúlio Vargas.

E: Correta. Essa é exatamente a tese de Furtado quanto ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor externo para o mercado interno. É importante lembrar que Furtado menciona a transferência de capital não do setor externo para a indústria, mas daquele para o mercado interno, tanto para a produção de outras culturas agrícolas, como para o comércio, serviços e indústrias.

Gabarito "E"

(Diplomacia 2009) Graças ao crescimento acelerado dos preços na primeira metade dos anos 80 do século XX, o combate à inflação transformou-se em meta prioritária da política econômica do governo Sarney (1985- 1989), dando origem a três planos de estabilização consecutivos: o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Os três planos mostraram-se incapazes de reduzir as taxas de inflação, que apresentaram variação negativa somente no ano de 1986. A taxa anual de crescimento dos preços, medida pelo IGP, praticamente dobrou de 1985 a 1987 e de 1987 a 1988. O fracasso desses planos tem sido atribuído, em especial, a interpretações errôneas e(ou) incompletas das verdadeiras causas da inflação.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos planos econômicos citados.

(A) Para os formuladores do Plano Cruzado, os aumentos de preço resultavam basicamente do excesso de oferta de moeda. Para reverter o processo inflacionário, avaliavam que a principal medida a ser tomada seria dotar o Banco Central de independência.

(B) A política inflacionária do Plano Cruzado reduziu as expectativas de lucro dos empresários, provocando redução substancial na produção industrial com consequências adversas no nível de emprego.

(C) O diagnóstico da inflação que fundamentou o Plano Bresser atribuía a inflação em vigor não só à indexação geral da economia, mas também a um excesso de demanda. Com base nesse diagnóstico, o plano propunha tanto medidas políticas antiinflacionárias ortodoxas quanto heterodoxas.

(D) O Plano Verão foi um plano estritamente ortodoxo de combate à inflação.

(E) O severo ajuste fiscal ocorrido em 1989 contribuiu para o relativo sucesso do Plano Verão. As taxas de inflação foram substancialmente reduzidas em 1990.

A: Incorreta. O Plano Cruzado diagnostica a inflação como sendo exclusivamente inercial, isto é, decorrente da indexação generalizada dos preços. O problema da independência do Banco Central apenas veio à tona com a Medida Provisória que cria a URV, durante a segunda etapa do Plano Real, em 1994.

B: Incorreta. Ao contrário, o *boom* de consumo que se seguiu à implementação do plano se somou ao forte crescimento da economia, que já vinha acontecendo graças ao sucesso do ajuste externo promovido até 1984. Mesmo que posteriormente frustradas, as expectativas eram positivas no início do plano. A estratégia do choque heterodoxo criava entraves como a não neutralidade distributiva, isto é, preços relativos em desequilíbrio, uma vez que, no momento do congelamento, alguns

preços haviam sido reajustados recentemente, enquanto outros estavam às vésperas do reajuste.
C: Correta. O Plano Bresser é um plano teoricamente híbrido, por contemplar heterodoxia (congelamento de preços) e ortodoxia (ajuste fiscal). Por questões associadas ao calendário político, o ajuste fiscal que sustentava o plano jamais foi implantado, frustrando os esforços do Ministro da Fazenda, que abandonou o cargo no início de 1988.
D: Incorreta. Assim como todos os outros planos, o Plano Verão foi um plano híbrido. Por ter incorporado a estratégia do congelamento de preços e salários, ele não pode ser definido como estritamente ortodoxo, muito embora medidas desse tipo já tenham sido tomadas como suporte aos mecanismos heterodoxos de controle de preços.
E: Incorreta. Não foi possível a efetivação do ajuste fiscal por ser ano eleitoral e o governo não dispor de apoio do poder legislativo para medidas impopulares. Com efeito, é incorreto afirmar que o suposto ajuste tenha contribuído com a queda da inflação. Ademais, a perturbada campanha eleitoral – as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960 – veio a dificultar ainda mais as medidas do Plano Verão, levando ao descontrole dos preços que, no início de 1990 já passavam dos 50% ao mês.
Para que o candidato ganhe clareza quanto ao intenso debate sobre as causas da inflação brasileira no início da década de 1980, elencamos as três as principais vertentes e suas respectivas propostas de terapia antiinflacionária, a saber:
i. **Pacto Social (Universidade de Campinas), visão marxista**: Inflação decorre da luta de classes. A renda mal distribuída ocasiona a luta por maiores salários, a partir de cujo sucesso ocorre um aumento do preço por parte dos produtores, para contrabalançar o aumento dos custos de produção, e assim sucessivamente. A inflação seria, segundo esta vertente, um problema estrutural, associado à distribuição da renda. Como solução, propõe-se o Pacto Social, no qual ambos os lados (empresários e trabalhadores) fariam concessões para se atingir uma distribuição adequada ao crescimento econômico sem inflação.
ii. **Visão ortodoxa, Fundação Getúlio Vargas:** Inflação deriva dos desequilíbrios fiscal e monetário (excesso de emissão e conta movimento do BB). A solução residiria na política fiscal austera e na política monetária disciplinada e restritiva.
iii. **Visão heterodoxa, UFRJ e parte da PUC-RJ**: Problema da inflação é sua inércia. A inércia inflacionária era mentida por causa da indexação dos contratos, que permitiam o repasse automático da inflação passada aos preços presentes. Ex: se 100% de inflação no Ano I, no Ano II, com repasse pela indexação, teríamos inflação do Ano I + inflação do Ano II, ou seja, 100% + inflação do Ano II. Solução: congelamento preços para conter indexação. Duas terapias nasceram desta escola. A primeira foi a proposta do **Choque Heterodoxo** de Francisco Lopes, o qual preconizava um congelamento de preços surpresa que zeraria a memória inflacionária, eliminando o aspecto inercial da inflação. Esta foi a proposta ancampada pelo Plano Cruzado. A segunda era o **Plano Larida** (André Lara Resende e Persio Arida) era a porposta desta escola e sugeria que a Inflação provinha do desequilíbrio fiscal e da inércia inflacionária. Propunha-se, portanto, indexação da moeda, e não dos preços. Esta foi base teórica para a formulação do Plano Real de 1994: 1 URV, no Ano I, = Cr$ 2000, no Ano I. Com correção pelo índice de preços, no Ano II, 1 URV = Cr$ 2.125, por exemplo. Logo, a ideia consistia em substituir, virtualmente, a moeda pelo sua unidade real de valor (URV), até que esta assumisse o poder liberatório na forma de meio circulante, como se deu no primeiro dia de julho de 1994.
Gabarito "C"

(Diplomacia 2008) A crise deflagrada nos Estados Unidos da América no último trimestre de 1929 afetou as políticas econômicas implementadas e o desempenho da economia brasileira. Acerca desse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A queda de renda nos Estados Unidos da América reduziu proporcionalmente a quantidade demandada de café brasileiro e provocou redução no volume de exportações brasileiras desse produto.

(2) Os efeitos da crise mundial sobre o comércio externo brasileiro não permitiram ao Governo Provisório qualquer interferência no mercado cambial brasileiro.

(3) No Brasil, a manutenção de uma política de defesa do setor cafeeiro, a despeito das alterações introduzidas em sua implementação na década de 1930, contribuiu para minorar os efeitos adversos da crise de 1929 sobre a renda nacional.

(4) Durante o período de recessão mundial, as atividades voltadas para o mercado interno brasileiro não cresceram, dada a inexistência de capacidade ociosa para o aumento da produção, entre outras condições desfavoráveis.

1: Incorreta. A demanda internacional pelo café era inelástica à renda e ao preço, de maneira que havia certa rigidez para a queda da demanda. Mesmo assim, houve diminuição das compras estrangeiras, porém em menor intensidade do que a queda da renda norte-americana.
2: Incorreta. Com vistas a produzir uma política de caráter anticíclico, Getúlio Vargas efetuou uma agressiva política de desvalorização cambial e de bloqueio de bens supérfluos, além de conceder ao Banco do Brasil o monopólio cambial. Poder-se-ia dizer que foi exatamente a crise que forçou a adoção de controles cambiais, em diametral oposição ao regime fundado no padrão-ouro que vigorava no Brasil até então. De 1906 a 1914, vigora a Caixa de Conversão, e de 1926 a 1930, tem-se a Caixa de Estabilização, ambas as experiências mais sistemáticas do regime do padrão-ouro no Brasil.
3: Correta. Trata-se do mecanismo de defesa da cafeicultura, de que fala Celso Furtado em capítulo de mesmo título. O efeito da socialização dos prejuízos advindos do quadro externo permitiu ao cafeicultor minorar suas próprias perdas, o que lhe garantiu rentabilidade pela lavoura produtiva e manteve o emprego no setor cafeeiro. Dada a ampla dependência do mercado interno em relação a esse setor, a manutenção de seu funcionamento irradiava impulsos por toda a economia, impedindo uma queda maior da atividade econômica.
4: Incorreta. Exatamente ao contrário do que afirma o item, havia elevada capacidade ociosa na indústria nacional, assim como um mercado interno com acesso bloqueado às importações de bens. Essa combinação permitiu a expansão e a consolidação do mercado interno como motor do crescimento econômico, de acordo com o processo que Furtado nomeou de "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) A análise da história econômica do Brasil é importante para se entender a situação da economia brasileira. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens subseqüentes.

(1) Na República Velha, a desvalorização cambial usada para proteger, em moeda nacional, os lucros do setor cafeeiro repassava, por meio da inflação, ao conjunto da sociedade as perdas do setor cafeeiro, o que resultou no que Celso Furtado denominou de socialização das perdas.

(2) No pós-guerra, a política econômica adotada pelo governo Dutra foi marcada por políticas fiscais e monetárias mais flexíveis conjugadas com políticas mais restritivas para o comércio exterior.

(3) De 1956 a 1963, as elevadas taxas de crescimento econômico coexistiram com reduções substanciais do deficit público e da inflação.

(4) Para aumentar a eficiência e a competitividade do sistema financeiro, a reforma do período 1964-1967, além de permitir a captação direta de recursos externos pelas empresas privadas nacionais, modificou a legislação, para facilitar remessas de lucros para o exterior, contribuindo, assim, para ampliar a abertura da economia ao capital externo.

1: Correta. A socialização das perdas se dava pelo encarecimento do produto importado, devido à desvalorização do câmbio. Em razão da relevância dos bens importados na estrutura de consumo das classes urbanas, pode-se argumentar que os cafeicultores ganhavam à custa dos consumidores que importavam bens, por meio da elevação dos preços destes.
2: Anulada. O motivo da anulação da está associado ao que alternativa diz sobre o governo Dutra, o qual é marcado por duas fases, tanto na política monetária e fiscal quanto na política cambial. No que se refere às questões monetárias e fiscais, o governo empreendeu enorme esforço de austeridade até 1949, relaxando, com a saída de Corrêa e Casto do Ministério da Fazenda, a política monetária a partir de então. No caso da política cambial, o câmbio foi mantido fixo – segundo os padrões do recém-assinado Acordo de Bretton Woods – até 1947, quando o governo, perante a forte saída de divisas internacionais, adotou os controles cambiais por via de licenças de importação. Portanto, a afirmativa é vaga e não abre possibilidades para uma avaliação criteriosa, o que pode ter sido a causa de sua anulação.
3: Incorreta. Entre 1956 e 1963, houve três governos: Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. JK e Jango formularam planos econômicos diferentes, mas com efeitos fiscais idênticos, apesar das também diferentes magnitudes. Jânio Quadros não permaneceu tempo suficiente para chamar sua gestão fiscal de austera. Assim, a afirmativa é falsa por que, no período, observa-se um crescente descontrole fiscal, dadas a ineficiência e a irracionalidade do sistema tributário e a incontinência de gastos do governo de caráter desenvolvimentista (no caso de JK) e trabalhista (no caso de Jango). Esse descompasso entre receitas e despesas apenas viria a ser abordado com profundidade em 1964, com a formulação e posterior execução do Plano de Ação Econômica do Governo, no mandato militar do presidente Castelo Branco.
4: Correta. Uma das marcas principais das reformas efetuadas durante o PAEG foi o tratamento dispensado ao capital estrangeiro. Foi revogada a lei de remessa de lucros celebrada por João Goulart, a qual impunha severas restrições à saída de capitais. Assim, buscava-se uma complementação da poupança nacional por meio do ingresso de capitais estrangeiros, que aproveitaram as oportunidades na esteira do processo de internacionalização das empresas norte-americanas, na chamada Era de Ouro do capitalismo no pós-guerra, entre 1945 e 1970.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3E, 4C

(Diplomacia – 2004) O estudo da formação da economia brasileira é relevante para a compreensão da atual situação econômica. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) o modelo agroexportador que predominou na economia brasileira durante o período 1900-1930 caracterizou-se pela existência de taxas elevadas de crescimento populacional, decorrente dos fluxos migratórios, e de taxas baixas de crescimento e volatilidade da produção.

(2) Na visão de Celso Furtado, contrariamente ao que ocorreu no setor açucareiro, cujas decisões de produção e comercialização eram dissociadas, na economia cafeeira, os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados em razão de a vanguarda do café ser formada por empreendedores com experiência comercial, situação que permitiu ao país tirar proveito da expansão do comércio mundial.

1: Incorreto. Os fluxos migratórios são interregionais, de modo que não interferem sobremaneira sobre o crescimento populacional. Além disso, no mesmo período, percebe-se uma intensa volatilidade nas taxas de crescimento econômico, em grande parte devida ao modelo agroexportador, que refletia as condições econômicas externas, mas também devida ao oscilante comportamento do investimento, o qual dependia da capacidade da economia para importar. Observa-se o seguinte ciclo: contracionismo com Campos Sales, expansionismo com Rodriguez Alves e Afonso Pena, seguido por um novo declínio a partir do governo Hermes da Fonseca, e, após este, um surto de crescimento com Primeira Guerra. Finzaliza-se a República Velha com o contracionismo de Arthur Bernardes, sucediso pelo novo influxo expansionista com Washington Luis.
2: Correto. A comercialização do açúcar em um mercado internacional altamente competitivo ocorria, em geral, por meio de companhias estrangeiras. Diferente era a situação do café, pois o Brasil praticamente detinha o monopólio mundial do produto, e isso lhe permitia internalizar o centro de comercialização do bem, articulando-a com a realidade produtiva das lavouras. Os produtores tinham uma percepção capitalista da produção cafeeira, o que lhes oferecia uma visão estratégica sobre suas potencialidades comerciais.

Gabarito 1E, 2C

5. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos 1990. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

(Diplomacia 2008) No que diz respeito à análise da economia brasileira contemporânea, assinale a opção correta.

(A) Apesar do aumento expressivo dos salários reais, a contenção da inflação no período do chamado milagre econômico foi possível graças à existência de capacidade ociosa na economia brasileira.

(B) Na década de 1980, grande parte do *deficit* em conta-corrente deveu-se ao aumento dos encargos da dívida externa, provocado pelos elevados juros vigentes no mercado externo.

(C) O insucesso do Plano Cruzado em conter, de forma duradoura, a inflação deveu-se principalmente à adoção de políticas monetárias restritivas, que culminaram na alta das taxas de juros reais e na valorização expressiva dos ativos financeiros.

(D) No início dos anos 90 do século XX, a coexistência de altas taxas de inflação com *deficits* fiscais operacionais elevados exemplifica o que se convencionou chamar de Efeito-Tanzi às avessas.

(E) No processo de abertura econômica no governo Collor, reduziram-se substancialmente as tarifas de importação e adotou-se o câmbio livre, porém não se alterou a miríade de barreiras não-tarifárias que impunham sérias restrições ao comércio externo.

A: Incorreta. A política salarial adotada pelo regime militar já em 1965 indexava os salários sempre abaixo da inflação, implicando severas perdas reais aos trabalhadores.
B: Correta. A crise da dívida advém exatamente da incapacidade de honrar os pagamentos dos serviços de juros da dívida externa, obrigando o

Brasil a buscar auxílio junto ao FMI, em uma reedição contemporânea dos *funding loans* do início do século XX.
C: Incorreta. O fracasso do Plano Cruzado está associado, entre outros fatores, à política econômica francamente expansionista, que gerou ampla liquidez na economia por meio de baixas taxas de juros e de um reajuste salarial responsável por injetar ânimo na demanda sem considerar o lado da oferta. É na lassidão fiscal e monetária que reside a causa do fracasso do plano.
D: Incorreta. O "efeito Tanzi às avessas" demonstra que, sob inflação crescente, o déficit público tende a diminuir, uma vez que as receitas são indexadas à inflação, ao passo que os gastos do governo são medidos em unidades monetárias e corroídos ao longo do ano. No início da década de 1990, o déficit operacional havia sido zerado, exatamente por conta do "efeito Tanzi às avessas".
E: Incorreta. Não só foram reduzidas abruptamente as tarifas de importação, como centenas de produtos tiveram suas alíquotas zeradas, o que resultou em uma rápida e virulenta abertura comercial do país.
Gabarito "B"

A economia brasileira tem como uma de suas características básicas o elevado grau de internacionalização de seu sistema produtivo. Desde o início do processo de industrialização, mais particularmente a partir de meados da década de 50, as filiais de empresas estrangeiras estabeleceram liderança em vários setores industriais. Mais recentemente, os investimentos estrangeiros verificados na década passada aumentaram ainda mais o grau de internacionalização do sistema produtivo brasileiro.

A. A. et al. Castro. (Org). *In*: **Brasil em desenvolvimento I, Economia, tecnologia e competitividade**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 295 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes.

(1) O aumento da integração do mercado interno foi promovido pela industrialização em substituição às importações vividas anteriormente pelo país.
(2) Em cifras e volumes, a maior parte das exportações brasileiras ocorre com países da América do Sul devido às barreiras alfandegárias impostas por países de outros continentes.
(3) Nos últimos anos, se assistiu no país a um aumento do protecionismo comercial como forma de incentivar a modernização econômica, para facilitar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

1: Correto. O modelo que substituiu as importações entre 1930 e 1980 foi a estratégia de industrialização adotada na experiência desenvolvimentista vivida pelo Brasil. Com efeito, a fonte desse crescimento industrial estava focada na transferência de tecnologia por meio da incorporação das empresas estrangeiras ao parque industrial. Tais empresas centravam-se nos ramos com maior densidade de tecnologia e menor concorrência, como o setor de bens duráveis e o de bens intermediários e de capital.
2: Incorreto. Ao longo do período em questão, apenas durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma elevação sensível da participação da América Latina na pauta de exportações brasileiras. Em geral, porém, Europa e Estados Unidos foram os principais destinos de nossas vendas naquele período, com predominância do último a partir do pós-guerra.
3: Incorreto. O que se observou no Brasil dos anos 1990 foi uma ênfase na ponta do comércio exterior relativa à concorrência, e não na ponta referente à competitividade. A rápida abertura comercial - efetuada por meio da queda sistemática das tarifas de importação - submeteu o empresário nacional a uma acirrada concorrência com empresas estrangeiras, atualizadas conforme o paradigma tecnológico dos anos 1990 e cujos custos de produção eram muito inferiores aos dos produtores brasileiros. Como resultado, a partir dessa década, ocorreu uma significativa entrada de empresas estrangeiras por meio da compra de companhias nacionais à beira da falência ou de empresas fortes, para a ampliação dos mercados nos quais essas grandes corporações atuam.
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Diplomacia – 2002) Sobre a industrialização brasileira, é incorreto afirmar que:

(A) Nos últimos anos apresentou tendência à reconcentração espacial no Centro-Sul do país.
(B) Está assentada basicamente na exploração de recursos naturais abundantes, e voltada para a exportação.
(C) Tem seus setores mais dinâmicos vinculados ao ambiente tecno-científico próprio das áreas metropolitanas.
(D) Procura atender primordialmente ao mercado interno.
(E) É fortemente dependente da poupança externa.

(A) Correta. A partir da década de 1970, com a execução do II PND pelo governo Geisel, iniciou-se um processo de distribuição espacial do investimento, isto é, a desconcentração das fontes nacionais do crescimento industrial. Graças a isso, ganharam estímulo os processos industriais no Norte e Nordeste. No entanto, a partir da década de 1980, com o surto inflacionário, houve uma tendência, consolidada nos anos 1990, à reconcentração da indústria no Sul e Sudeste. Nesse último caso, a região ainda representa mais de 60% produção nacional.
(B) Incorreta. O Brasil se tornou uma economia industrial já a partir dos anos 1950, com a implementação do Plano de Metas, em que se busca a construção de uma matriz industrial com vistas à soberania nacional e à redução da dependência econômica em relação aos centros decisórios do sistema capitalista.
(C) Correta. O crescimento econômico é fundamentalmente motivado pela organização urbana, que orienta a alocação de recursos produtivos para atender às demandas oriundas desse novo processo de ordenamento da vida nacional.
(D) Correta. O Brasil é ainda um dos países mais fechados do mundo no que se refere ao comércio exterior, uma vez que seu fluxo de comércio (importação + exportações) equivale a menos de 20% do PIB, enquanto o do México, por exemplo, representa mais de 60%; e o da China, 80%.
(E) Correta. A taxa de poupança nacional é insuficiente para financiar todo o investimento. Essa realidade torna inevitável a complementação da poupança interna com a poupança externa (os chamados fluxos de capital), tanto por meio de investimentos diretos externos, quanto por aportes de capital financeiro, isto é, endividamento externo.
Gabarito "B"

Tabela para as próximas duas questões

Brasil – Balança Comercial Janeiro/Dezembro – 1998/97 US$ milhões FOB

	Dezembro		Variação %	Janeiro a Dezembro		Variação %
	1998	1997	98/97	1998	1997	98/97
Exportação	3.944	4.534	13.01	51.120	52.990	-3.53
Importação	4.538	5.240	13.40	57.550	61.347	6.19
Saldo	594	706	15.86	6.430	8.357	23.06
Corrente de comércio	8.482	9.774	13.22	108.670	114.337	4.96

Fonte: SISCOMEX

Com base nos dados apresentados na tabela acima, pode-se afirmar que:

(Diplomacia – 2000) No ano de 1998, o déficit comercial brasileiro foi de:

(A) mais de 6 bilhões de dólares.
(B) menos 23.06%.
(C) mais 23.06%.
(D) aproximadamente 6,4 milhões de dólares.
(E) aproximadamente 4,9 milhões de dólares.

A: Correta, por ser a única alternativa que considera um valor plausível em relação à tabela apresentada, a qual nos informa um resultado entre Exportações e Importações em um montante superior a US$ 6 bilhões. É importante atentar para a unidade de medida da tabela, cujos valores estão na unidade de milhares e devem ser multiplicados por "US$ milhões", conforme o cabeçalho.
B e C: Incorretas, pois indicam variações percentuais, o que não é compatível com o enunciado do problema, que pede valores absolutos, e não comparativos a qualquer ano.
D e E: Incorretas, pois apresentam valores em milhões.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) De 1997 a 1998:

(A) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, em virtude de um incremento da corrente de comércio.
(B) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, apesar de uma redução do saldo.
(C) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das importações.
(D) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das exportações.
(E) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar da redução da corrente de comércio.

A: Errada, pois se percebem oscilações mais frequentes por conta da sequência de crises financeiras nos Tigres Asiáticos (1997) e na Rússia (1998), as quais causaram temor nos mercados internacionais. Além disso, as importações têm uma leve tendência altista, conforme a tabela, e o comportamento da corrente de comércio (exportações + importações) tem tendência equilibrada.
B: Errada, porque a balança comercial fica menos equilibrada, como se observa na tabela.
D e C: Erradas, pois atestam a elevação das exportações e das importações, o que é negado pelos valores da tabela, em que se indica a queda de ambas.
E: Certa. Segundo a tabela acima, a balança comercial teve saldo negativo em US$ 8,36 bilhões em 1997 e déficit de US$ 6,4 bilhões em 1998, e a corrente de comércio reduziu-se de US$ 114 bilhões (1997) para US$ 108 bilhões (1998).
Gabarito "E"

6. MATEMÁTICA FINANCEIRA

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação a regra de três, porcentagens e juros simples e compostos, cada um dos próximos itens apresenta uma situação-problema, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Cada grupo de empregados do setor de montagem de uma fábrica de veículos recebe gratificação, para ser dividida igualmente entre os membros do grupo, de R$ 150,00 por cada veículo montado, e um grupo de 5 desses empregados, trabalhando durante 6 horas, consegue montar 3 veículos. Além disso a quantidade de trabalho de cada empregado desse setor é a mesma para todos eles. Nessa situação, se um grupo de 15 desses empregados trabalhar durante 4 horas, ao final, cada empregado desse grupo receberá, de gratificação pelos veículos que conseguirem montar, mais de R$ 70,00.
(2) Determinado capital, aplicado à taxa de juros simples de 12% ao mês, ao final de 32 meses, produziu o montante de R$ 9.680,00. Nessa situação, o capital aplicado foi superior a R$ 1.900,00.
(3) De seu salário mensal, ao final de cada mês, um indivíduo conseguia economizar X reais. Então ele fez um plano de investimento desses X reais, à taxa de 5% de juros simples ao mês. No dia 1.º de janeiro de determinado ano e a cada dia 1.º dos meses seguintes, até o dia 1.º de novembro desse mesmo ano, ele investiu os X reais. Nessa situação, o montante dos investimentos, no dia 1.º de dezembro desse mesmo ano, corresponde a mais de 15X reais.
(4) Uma pessoa necessitará de R$ 48.800,00 daqui a um ano e, para isso, procurou uma instituição financeira

que capta investimentos pagando 1,7% de juros compostos ao mês. Nessa situação, considerando 1,22 como valor aproximado para $1,017^{12}$, é correto afirmar que a quantia que essa pessoa deverá investir pelo prazo de 12 meses e obter o montante almejado é superior a R$ 38.000,00.

(5) Mário tomou um empréstimo de R$ 15.000,00, à taxa de juros compostos de 12% ao mês. Nessa situação, ao final do 3.º mês, a dívida de Mário será superior a R$ 20.000,00.

(6) Um capital, investido a determinada taxa mensal de juros compostos, produziu de juros, em dois meses, o equivalente a 44% do capital investido. Nessa situação, a taxa de juros foi superior a 21%.

1: Incorreta. A situação 1 é a retratada pelo exercício. Como a produtividade por trabalhador é a mesma, cada indivíduo acaba ganhando menos, não porque é menos produtivo, mas porque o grupo de 15 pessoas trabalhou menos horas, o que implicou um ganho menor do que $70 para cada. O raciocínio é o seguinte. Cinco empregados trabalhando por seis horas somam 30 horas-homem e, se produzirem 3 automóveis, tem-se que cada automóvel exige 10 horas-homem para ser montado. Como a gratificação é de $ 150 para cada automóvel, temos o resultado de $ 450 a ser divididos por 5 empregados, gerando o resultado de $ 90 por indivíduo que participara da produção. Na situação dois, trata-se de 15 homens trabalhando por 4 horas, o que implica 60 horas-homem. Mantida a produtividade, esse total significa a produção de 6 carros, os quais gratificam o grupo em $ 150, totalizando uma gratificação de $ 900, a qual, dividida pelos 15 integrantes, resulta em $ 60 para cada um. A tabela abaixo dá os resultados. O candidato deve atentar para as operações que devem ser feitas, explicitadas dentro dos parênteses após a descrição em cada linha. Quando constar "dado", trata-se de elementos oferecidos pelo enunciado.

		Situação 1	Situação 2
A	Empregados	5	15
B	Gratificação do grupo por veículo produzido (dado)	150	150
C	Gratificação individual por veículo produzido (**B/A**)	30	10
D	Horas trabalhadas (dado)	6	4
E	Total horas trabalhadas pelo grupo (**E x A**)	30	**60**
F	Total de Veículos (dado)	3	**6**
G	Horas-homem por veículo (**F/E**)	10	10
H	Gratificação total de cada indivíduo (**F x C**)	90	**60**

2: Correta. A operação é a seguinte:
Valor Futuro = (Valor Presente) x [1+(*taxa de juros x número de períodos*)]
Assim, queremos saber qual o valor presente que, levado a juros simples por 32 meses, resultará no valor de $ 9.680. Substituindo na fórmula, teremos:

3: Incorreta. Há duas formas de resolver esse exercício. A primeira é mais conceitual e envolve saber que, com juros simples, tudo o que devemos fazer é multiplicar a taxa de juros pelo número de meses que cada aplicação renderá até a data de vencimento que, segundo o enunciado, é 1º. de dezembro. Assim, Sabemos que uma aplicação feita em janeiro, terá 11 meses de rendimento até a referida data, de forma que o valor do primeiro investimento será de {*X* *[1+(0,05*11)]}= (X*1,55) (*o sinal asterisco significa multiplicação simples*). Em seguida, basta calcular os valores dos meses seguintes, os quais serão, pela mesma fórmula, respectivamente (X*1,50; X*1,45; X*1,40; X*1,35; X*1,30; X*1,25; X*1,20; X*1,15; X*1,10; X*1,05). Como o valor final será a somatória de todos eles, teremos: X*(1,55+1,50+1,45+1,40+1,35+1,30+1,25+1,20+1,15+1,10+1,05) = X * 14,30; logo, menor do que 15 vezes. A segunda forma é mais didática. Supondo X = 100, para efeito de simplificação de cálculo numérico, chegamos ao valor final de cada aplicação, seguindo a fórmula acima. A tabela mostra os resultados.

Meses até o final do investimento **(a)**	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	**Total**
Mês corrente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	
Valor Mensal do Investimento (**X=100**)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Taxa de Juros Simples (**b**)	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	
Valor da Aplicação Mensal **{X * [1+(b*a)]}**	155	150	145	140	135	130	125	120	115	110	105	**1430**

4: Correta. Substituindo na fórmula de juros compostos:
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
48.800 = (Valor Presente) x $(1+0,017)^{12}$
= (Valor Presente) = 39.862,85 (>38.000)
5: Correta. Novamente, basta substituir na fórmula de juros compostos.
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1+taxa de juros)$^{(\text{número de períodos})}$
Valor Futuro = (15.000) x $(1 + 0,12)^3$
Valor Futuro = 21.073,92 (>20.000)
(6) Incorreta. A resolução desse exercício é inteiramente conceitual. Aplicando-se a fórmula de juros compostos, teremos:

Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
Queremos saber qual a taxa de juros que gera um valor de 44% do valor investido, ou seja, do valor presente. Rearranjando a fórmula, chegamos à seguinte igualdade:
= (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
1,44 = (1 + taxa de juros)^2 => = (1+*taxa de juros*)
1,20 = (1+taxa de juros) => 1,20 – 1 = taxa de juros
O lado direito da equação deve ser igual a 1,44 (100% referente ao valor presente, mais os 44% referentes aos juros). Como passaram-se apenas 2 meses
1,44 = (1 + *taxa de juros*)^2 => = (1 + *taxa de juros*)
1,20 = (1 + *taxa de juros*) => 1,20-1 = taxa de juros
Portanto, a , menor do que os 21% afirmados na alternativa.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

7. TÓPICOS DE CONTABILIDADE

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca da contabilização dos eventos de uma empresa comercial, julgue os itens seguintes.

(1) O registro de aquisição de ações de outras companhias sem a intenção de comercialização futura não afeta o total do ativo da empresa investidora.

(2) O registro do pagamento de despesas de salários apropriadas no período anterior proporcionará decréscimo no passivo e redução no patrimônio líquido.

(3) O registro da venda de mercadorias à vista, considerando o inventário periódico, ocasiona débito no resultado e crédito no estoque de mercadorias, além de débito no disponível e crédito na conta de receita de vendas.

(4) O registro do recebimento de doações e subvenções aumenta o valor do ativo disponível e o valor do resultado do exercício.

(5) O pagamento de despesas de impostos com a utilização de créditos tributários, no caso de a empresa não possuir créditos suficientes para quitar totalmente a obrigação tributária, ocorre com débito na conta de despesas de impostos, crédito na conta de impostos antecipados e crédito no disponível.

---

(1) Correta. Quando uma empresa adquire ações com o intento ora mencionado, os valores apenas são transferidos do Ativo Circulante, para o Ativo Nâo Circulante, subgrupo Investimentos. (2) Errada. As despesas foram apropriadas no período anterior, o que equivale dizer que o fator gerador contábil ocorreu também no período passado, logo o patrimônio líquido foi reduzido nessa mesma ocasião. Este atual evento financeiro, promove a redução do passivo, pois liquida-se uma dívida, acompanhado da redução do ativo circulante, em virtude da redução das disponibilidades financeiras. (3) Errada. A baixa de estoque retratada nessa questão demonstra o atendimento a um modelo de estoque permanente, no qual a cada venda se realiza a diminuição do saldo de produtos estocados. No inventário periódico as vendas não geram lançamentos contábeis para diminuição do estoque, dado que tais baixas são feitas no final do período, quando é realizado o procedimento de inventário físico. (4) Errada. Doações e Subvenções à luz do CPC 07 (Subvenção e Assistências Governamentais) não devem transitar pelo resultado e sim serem contabilizadas no patrimônio líquido na conta de Reservas Fiscais. (5) Correta. Tendo que o enunciado nos diz que a empresa não possui créditos tributários suficientes para realizar a quitação integral da dívida, ocorre que o restante ela deverá pagar em espécie, sendo assim debita-se a despesa pelo reconhecimento do valor do tributo, credita-se a conta de impostos antecipados pela baixa dos ativos representantes dos créditos tributários e credita-se o passivo pelo montante excedente que deverá ser purgado nessa ocasião por disponibilidades financeiras.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

10. Informática

Victor Soares Bursztyn

Atenção: Para responder às 10 questões a seguir, considere as informações abaixo, bem como a respectiva correspondência entre os itens abaixo enumerados na tabela com as questões, no que se refere à execução das atividades que cumprem corretamente as tarefas apresentadas.

O Diretor de um certo órgão público incumbiu alguns funcionários das seguintes tarefas:

Item	Tarefa
1	Verificar a disponibilidade de um nome de domínio Internet que possa ser usado pelo órgão em seu novo portal.
2	Minimizar o risco de invasão de hackers nos computadores conectados à Internet.
3	Gravar um DVD no microcomputador, com a apresentação da fala do presidente do órgão, que se encontra gravada em vídeo formato .AVI, no hard disk.
4	Instalar um dispositivo que possa ajudar o processador do micro a gerar gráficos tridimensionais de forma mais eficiente.
5	Garantir que a maior parte dos dados gravados nos computadores não seja perdida em caso de sinistro.
6	Ao instalar um novo dispositivo, lembrar sempre de utilizar um módulo de software que será responsável por informar ao sistema operacional como controlar aquele determinado componente de hardware.
7	Sempre que uma planilha de cálculo usar valores que representem dinheiro, os números, em cada célula, deverão ser alinhados à direita e os símbolos "R$" deverão ser alinhados à esquerda (ref. Microsoft Excel 2000).
8	A planilha de custos, apresentada mensalmente à diretoria, deve conter o gráfico de valores do tipo "Colunas" com os valores correspondentes a cada coluna exibidos na parte superior de cada uma (ref. Microsoft Excel 2000).
9	Em todos os textos editados deverão ser controladas as linhas órfãs/viúvas (ref. Microsoft Word 2000).
10	Quando uma tabela criada no editor de texto contiver valores em colunas que devam ser totalizados, utilizar a instrução de soma apropriada para isto e cuidar para que, quando um novo valor ou uma modificação for inserida em uma coluna, seu total seja corrigido(ref. Microsoft Word 2000).

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 1. A disponibilidade é diretamente pesquisada na internet em

(A) http://www.usp.br
(B) http://www.fatesp.br
(C) http://www.registro.br
(D) http://www.ipt.br
(E) http://www.dominio.br

(A) Incorreto. O domínio www.usp.br se refere à Universidade de São Paulo, que não se relaciona com a verificação de disponibilidade de um domínio na internet.
(B) Incorreto. O domínio www.fatecsp.br se refere a uma faculdade tecnológica do estado de São Paulo, que também não se relaciona com a verificação de disponibilidade de um domínio na internet.
(C) Correto. O domínio www.registro.br se refere ao órgão registro.br, entidade responsável por manter os registros de domínios na internet brasileira. Antes de propriamente realizar um novo registro, o registro.br precisa ser acessado para que se consulte a disponibilidade de um novo nome terminado com a extensão ".br".
(D) Incorreto. O domínio www.ipt.br se refere ao Instituto de Pesquisa Tecnológica do estado de São Paulo, que não tem relações com a tarefa de manutenção dos registros da internet brasileira.
(E) Incorreto. O domínio www.dominio.br não diz respeito a órgão algum, pois sequer se trata de um domínio existente.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 2. Minimizar o risco de invasão é mais garantido com

(A) a instalação de um firewall.
(B) a execução de um antivírus.
(C) o estabelecimento de programas de orientação de segurança.
(D) a gravação de arquivos criptografados.
(E) a utilização de certificação digital.

(A) Correto. O chamado "firewall" é a categoria de software responsável por proteger um determinado dispositivo de computação de acessos externos não autorizados. O risco de invasão, nesse sentido, está sempre presente aos dispositivos de computação conectados à internet e pode ser mitigado com o uso apropriado de um firewall.
(B) Incorreto. A execução de um antivírus apenas detecta e, se possível, anula ameaças presentes na memória do dispositivo de computação. No caso de uma invasão, a ameaça não é diretamente um vírus, mas sim um usuário não autorizado que tem a intenção de usar a rede para obter acesso indevido ao sistema. Executar um antivírus, portanto, não é uma forma direta de combate às invasões.
(C) Incorreto. Embora programas de orientação de segurança sejam bem vindos, a maneira mais automática e confiável para minimizar os riscos de segurança em um dispositivo de computação é muni-lo das defesas apropriadas. Em uma analogia, estabelecer programas de orientação de segurança, apenas, seria como orientar um indivíduo a não realizar atividades de risco, mas sem nunca tê-lo oferecido vacinas – por sua vez, amplamente disponíveis no universo da computação. Se a defesa pode ser instalada com um firewall, esta alternativa não é a mais interessante.
(D) Incorreto. A criptografia é um conjunto de técnicas capazes de aumentar a proteção das informações gravadas em um dispositivo de computação, ou transmitidas por ele. A gravação de arquivos criptografados pode ajudar a resguardar um usuário contra os efeitos danosos causados por um acesso não autorizado já obtido, mas não ajuda a combater a origem do problema. Portanto, não é a resposta correta.
(E) Incorreto. Os certificados digitais são mecanismos que trazem para o mundo digital a capacidade de uma entidade comprovar a autenticidade de um documento ou espaço – um sítio da internet, por exemplo –, tal como um carimbo poderia autenticar um documento em nome de uma entidade de controle. São instrumentos cruciais para a evolução tecnológica das empresas e dos órgãos de governo, pois permitiram que a internet colocasse sua velocidade a serviço de processos seguros e controlados por entidades reais. No entanto, em nada se relacionam ao combate a invasões a um dispositivo de computação.
GABARITO "A".

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 3. Um aplicativo bastante utilizado para realizar tal tarefa é o

(A) Adobe Reader.
(B) Excel.
(C) Nero.
(D) PowerPoint.
(E) Word.

(A) Incorreto. O software "Adobe Reader", do inglês "leitor Adobe", é usado apenas para a leitura de arquivos no formato *.pdf (acrônimo para "portable document format"). Não se refere à tarefa mencionada, mas sim à visualização de documentos transmitidos muitas vezes através de emails, ou de mídias portáteis.
(B) Incorreto. O software "Excel" é usado para a organização de planilhas e, frequentemente, para a automação de operações entre os elementos (i.e., linhas e colunas) de uma planilha. Em nada se relaciona à tarefa destacada.
(C) Correto. O programa "Nero" é a resposta correta, pois é a solução a ser usada para a tarefa. Ele trata-se de um software capaz de copiar o vídeo em formato *.avi, com a fala do presidente do órgão, para a mídia introduzida no microcomputador. O Nero, para todos os efeitos, é capaz de gravar dados em CDs e DVDs.
(D) Incorreto. O software "PowerPoint" pertence ao mesmo pacote que o software "Excel" (item b) e foi projetado para capacitar o usuário a realizar apresentações em slides. Com ele, provavelmente, o presidente do órgão poderia guiar sua audiência ao longo de um discurso – mas não se refere à tarefa de gravá-lo a uma mídia.
(E) Incorreto. O software "Word", por fim, também pertence ao pacote que contém os softwares "PowerPoint" (item d) e "Excel" (item b). Tal pacote, denominado "Office", traz consigo ferramentas capazes de criar e editar arquivos e documentos frequentemente requisitados por um usuário de um microcomputador. Porém, não auxiliam na gravação desses arquivos para mídias complementares ao microcomputador. O Word, nesse sentido, foi projetado para a editoração de documentos em texto, sendo o mais popular editor de textos existente.
GABARITO "C".

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 4. O dispositivo a ser instalado é

(A) um HD de alta definição.
(B) uma placa de vídeo 3D.
(C) um monitor de alta definição.
(D) um conector USB de alta definição.
(E) uma porta auxiliar 3D.

(A) Incorreto. Aqui, a alternativa foi escrita de forma inapropriada para confundir o leitor. Um "HD" (do inglês "*hard drive*" – ou "*disco rígido*", em português) é a peça de hardware, dentro da especificação física de um dispositivo de computação, responsável pelo armazenamento dito "persistente" de um dado. Arquivos podem ser gravados, lidos, atualizados ou removidos, a partir da existência desta peça física, de hardware, no microcomputador em questão.
Por outro lado, o termo "HD" também é usado dentro do universo da computação gráfica, para remeter a "*high definition*" (ou "*alta definição*", em português). Nesse sentido, HD *significa* alta definição. A alternativa a), portanto, tentou cruzar siglas de áreas distintas a fim de induzir o candidato em dúvida a marcá-la.
(B) Correto. A chamada "placa de vídeo" é precisamente a peça de hardware, dentro da especificação física de um dispositivo de computação (i.e. o hardware do microcomputador), responsável pelo processamento gráfico. Isso significa que a instalação de uma placa de vídeo 3D capacita o dispositivo a realizar processamento gráfico em três dimensões. Esta, portanto, é a opção correta para solucionar o problema enunciado.
(C) Incorreto. O monitor é a peça de hardware responsável por exibir as imagens que foram processadas pelo dispositivo de computação, com suas peças mais internas, de processamento. É um erro comum, para o usuário leigo, imaginar que o monitor tem qualquer outra função além da exibição do conteúdo – ele frequentemente se limita a isso. Quando muito, um monitor mais moderno pode ser classificado como "*touchscreen*" (tela multi-toques), o que quer dizer que, além de exibir o resultado, ele também permite que o usuário interaja, enviando sinais ditos "de entrada" às partes de processamento do dispositivo. Também é comum, dentro da computação, classificar um monitor que não seja *touchscreen* como um "dispositivo de saída", enquanto um teclado, por exemplo, pode ser chamado de "dispositivo de entrada". Para resolver o problema enunciado, é necessário incorporar um dispositivo que não seja nem de entrada, nem de saída: uma peça capaz de realizar processamento. O processamento 3D, assim, é resolvido com uma placa de vídeo 3D (vide item b).
(D) Incorreto. O termo "alta definição" surge novamente como uma manobra para confundir o candidato, incorretamente usado para qualificar a peça "conector USB". O dito "conector USB" é uma popular "interface de conexão", que serve para ligar novos dispositivos a um dispositivo de computação. O "conector USB", assim, além de "interface de conexão", também pode ser chamado de "porta USB". Todos os termos

descrevem o mesmo conceito: uma maneira de conectar, de integrar um dispositivo a outro. Nada tem a ver com o problema enunciado.
(E) Incorreto. A "porta auxiliar" é uma conexão que pode estar presente, ou não, em roteadores – peças responsáveis por realizar a comunicação entre dispositivos de computação em redes, como a própria internet. O uso da terminologia "3D", aqui de novo, serve para qualificar incorretamente algo que nada tem a ver com o processamento gráfico e, portanto, com a tarefa enunciada.

GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 5. Tal garantia é possível se forem feitas cópias dos dados

(A) após cada atualização, em mídias removíveis mantidas nos próprios computadores.
(B) em arquivos distintos nos respectivos hard disks, desde que estes dispositivos sejam desligados após o expediente.
(C) em arquivos distintos nos respectivos hard disks, desde que estes dispositivos permaneçam ligados ininterruptamente.
(D) após cada atualização, em mídias removíveis mantidas em local distinto dos computadores.
(E) da política de segurança física.

(A) Incorreto. Se as mídias removíveis forem mantidas nos próprios computadores, não haverá qualquer acréscimo de proteção em caso de sinistro – diante de um incêndio, por exemplo, tanto os dados originais quanto as cópias estariam em igual risco. Para que haja, de fato, uma garantia de proteção, as cópias feitas a cada atualização devem permanecer em local distinto ao dos computadores que armazenam os dados originais.
(B) Incorreto. Mesmo se desligados após o expediente, há outros potenciais focos de incêndio. Se tanto o arquivo original quanto sua cópia de segurança estiver em hard disks localizados em um mesmo ambiente, então não há qualquer garantia de proteção em caso de sinistro.
(C) Incorreto. Ainda pior que o item anterior, a permanência ininterrupta da força pode aumentar os riscos de incêndio, além das possibilidades externas ao dispositivo de computação. Persiste, por fim, o argumento do item b): se original e cópia estiverem no mesmo local, a redundância não cumpre o propósito de aumentar a proteção contra desastres.
(D) Correto. Como corrigido no item a), o sentido de realizar cópias de segurança, para o risco de sinistro, é mantê-las em local distinto ao dos dados originais. Assim, as chances de dois desastres ocorrerem ao mesmo tempo ficam devidamente minimizadas. A frequência, por fim, com que as cópias devem ser realizadas está relacionada à frequência com que os arquivos originais mudam – isto é, são atualizados.
(E) Incorreto. Realizar a cópia da política de segurança física nada tem a ver com a questão trazida, já que a única versão dos dados continuaria igualmente vulnerável em caso de sinistro.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 6. A recomendação refere-se ao uso de elementos tais como um

(A) conector físico de dispositivo.
(B) drive de disco.
(C) conector de porta de dispositivo.
(D) driver de dispositivo.
(E) módulo físico de memória cache.

(A) Incorreto. O sistema operacional (também conhecido como "SO") é um *software*, de modo que o que se pede na questão é um módulo de *software* que instrua o SO a controlar um novo dispositivo físico (*hardware*). Quando se fala de "conector físico", a dica é categorizar o item como *hardware* e avaliar que se trata, naturalmente, de uma resposta incorreta.
(B) Incorreto. Há uma tentativa, aqui, de confundir o leitor fazendo alusão à resposta correta, usando o termo "driver" em um contexto que não é o correto. Como a questão diz respeito a um novo dispositivo, de forma abrangente, esta particularização está incorreta.
(C) Incorreto. O conector de porta de um dispositivo também se refere a uma estrutura física e, tal como disposto no item a), está incorreto.
(D) Correto. O driver de um dispositivo é justamente o módulo de software que precisa ser instalado para instruir o sistema operacional a controlar aquele novo hardware. Pense no sistema operacional como o sistema motor do ser humano e o novo dispositivo como um novo membro: nos computadores, isso é possível – e é o driver que irá ensinar o sistema motor a coordenar a extensão que acaba de ser acoplada ao corpo do computador.
(E) Incorreto. O módulo físico da memória cache já poderia ser descartado como resposta correta a partir do raciocínio descrito no item a). Ainda pior, refere-se à memória cache, que nada tem a ver com o problema enunciado: para futura referência, trata-se da parte da memória do dispositivo de computação que se dedica a armazenar dados que precisam ser acessados de forma recorrente, agilizando o funcionamento de inúmeras aplicações. Mas reiterando, nada tem a ver com a questão.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 7. Para esta tarefa existe uma opção específica na guia "Número", em "Formatar células", que é

(A) Contábil.
(B) Número.
(C) Especial.
(D) Moeda.
(E) Científico.

(A) Correto. Na formatação de células (com o botão direito do mouse, opção "Formatar células"), o modo "Contábil" permite alinhar qualquer unidade monetária à esquerda da célula, enquanto que o valor numérico pode ser alinhado à direita da mesma célula. A subopção ainda permite realizar a configuração das casas decimais que exibirão os centavos da moeda. É uma forma rápida e prática de se manipular valores monetários no software em questão.
(B) Incorreto. O modo "Número" permite formatar o valor de uma célula com propriedades numéricas, como o uso de sinal negativo, ou o uso do ponto para designar a casa do milhar. No entanto, não é a opção correta para necessidades contábeis, onde se deve exibir símbolos monetários (no caso, o real R$).
(C) Incorreto. O modo "Especial" é ideal para formatações que – como o próprio nome sugere – são mais atípicos para o universo das planilhas. O candidato deve lembrar, aqui, que o uso de valores monetários é recorrente e que, certamente, o Excel possui um modo para atender à necessidade enunciada.
(D) Incorreto. O modo "Moeda" seria o grande concorrente à resposta correta, nesta questão. No entanto, a restrição dada quanto ao alinhamento do símbolo R$ é crucial para que a resposta correta seja o item a). O modo "Moeda" mantém o símbolo monetário adjacente ao valor numérico, ao invés de mantê-lo como coluna, à esquerda da célula formatada.
(E) Incorreto. O modo "Científico" nada tem a ver com o que foi enunciado, já que permite configurar o conteúdo de uma célula para que seja exibido como notação científica. A notação científica é constituída de um valor-base elevado a potências de dez e tem como aspecto visual o surgimento de "E+" entre números.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 8. Para isto, no "Assistente de gráfico – etapa 3 de 4 – opções de gráfico", na guia "Rótulos de dados", escolher:

(A) Exibir Tabela de dados.

(B) Mostrar rótulo.
(C) Nenhum.
(D) Mostrar valor.
(E) Exibir sequência.

(A) Incorreto. "Exibir Tabela de dados" não se relaciona com o que é pedido, tampouco com a guia "Rótulos de dados".
(B) Incorreto. "Mostrar rótulo", embora presente na guia, não é a opção correta – atente para o enunciado: "deve conter o gráfico (...) com os valores correspondentes a cada coluna (...)". A opção correta precisa exibir o valor numérico.
(C) Incorreto. A questão explicita, afinal, que o gráfico precisa ter informações numéricas correspondentes às colunas.
(D) Correto. A guia "Rótulos de dados" permite que o usuário configure a exibição de dados (rótulos ou valores) próximos às partes que compõem o gráfico – no caso, as colunas. É com esse recurso que o usuário poderá colocar os valores correspondentes a cada coluna, seguindo o enunciado da questão. Dentre as opções disponíveis, "Mostrar valor" será aquela que exibirá o valor numérico correspondente a cada coluna.
(E) Incorreto. "Exibir sequência" sequer consta na guia "Rótulos de dados".
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 9. Esta tarefa é cumprida mediante a habilitação, no editor de texto, da opção correspondente (Controle de linhas órfãs/viúvas) na guia

(A) "Quebras de linha e de página" do menu "Formatar", opção "Parágrafo".
(B) "Recuos e espaçamento" do menu "Formatar", opção Colunas".
(C) "Recuos e espaçamento" do menu "Formatar", opção "Parágrafo".
(D) "Quebras de linha e de página" do menu "Formatar", opção "Capitular".
(E) "Quebras de coluna" do menu "Formatar", opção "Parágrafo".

(A) Correto. A habilitação de "Quebras de linha e de página" na opção "Parágrafo" do menu "Formatar" é a forma correta de se controlar as linhas órfãs/viúvas, que são aquelas com apenas uma palavra remanescente. É preciso atentar, aqui, que o menu "Formatar" não estabelece qualquer diferencial entre os itens da questão, ao contrário da opção "Parágrafo", que está presente em três dos itens. Entre eles, avaliaremos a seguir as razões pelas quais apenas o item a) é o correto.
(B) Incorreto. O comando "Recuos e espaçamento", como o próprio nome sugere, permite regular as características espaciais de um parágrafo, como a distância entre linhas e o tamanho do recuo anterior à primeira palavra do parágrafo. A correção de linhas viúvas é ligada às preferências do usuário quanto às *quebras de linhas*, e não aos espaçamentos.
(C) Incorreto. Pela mesma razão do item b), não é a resposta correta.
(D) Incorreto. Aqui, a opção "Capitular" do menu "Formatar" refere-se às preferências que o usuário pode definir para a primeira letra de um parágrafo. É por essa opção que se pode enfatizar o início de um parágrafo, dando destaque à primeira letra da palavra de abertura.
(E) Incorreto. O comando "Quebras de coluna" é uma tentativa de confundir o candidato, que poderia ficar em dúvida entre ele e o comando correto ("Quebras de linha..." – afinal, são *linhas* viúvas).
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 10. A instrução apropriada, que deve ser obtida no menu Tabela, e a correção do valor, que deve ser feita mediante o pressionamento do botão direito do mouse na célula contendo o total, são, respectivamente,

(A) Soma e Conferir.
(B) Fórmula e Atualizar campo.
(C) Fórmula somar e Modificar campo de valor.
(D) Fórmula e Modificar.
(E) Soma e Atualizar valor.

(A) Incorreto. A questão deixa claro que a instrução deve ser obtida diretamente do menu "Tabela", portanto a resposta correta seria "Fórmula". "Conferir" tampouco é a resposta correta para a segunda parte do enunciado.
(B) Correto. O Word permitirá aplicar cálculos e comparações às células de uma tabela, digitando a fórmula ou colando funções e indicadores no menu proveniente da opção "Fórmula", dentro do menu "Tabela". É possível atualizar o resultado de fórmulas ao usar o botão direito e escolher a opção "Atualizar campo". Alternativamente, é possível pressionar F9 para atualizar o resultado.
(C) Incorreto. Embora a primeira parte do item sinalize algo parecido com a resposta correta, a segunda parte deixa claro que o item está incorreto. "Modificar campo de valor" significaria mudar o conteúdo da célula, e não atualizá-lo com o novo resultado da fórmula.
(D) Incorreto. De forma similar ao item c), o item d) é incorreto.
(E) Incorreto. De forma similar ao item a), o item e) já não estaria correto devido à primeira parte da resposta. Considerando a segunda, ainda, o termo correto seria "Atualizar campo".
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada abaixo esteja em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP e que utiliza uma conexão ADSL para acessar a Internet. A página *web* mostrada na área de páginas do IE6 foi obtida a partir de navegação por meio de *hyperlinks* contidos no sítio do Ministério das Relações Exteriores cujo URL é http://www.mre.gov.br. A partir das informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

(1) De acordo com as informações contidas na página *web* mostrada, o BrazilTradeNet consiste, de fato, em um *chat* no qual empresários podem trocar informações relativas aos processos de importações de produtos no Brasil, utilizando protocolos que garantem a segurança e a confidencialidade nas transações pela Internet.

(2) Por meio do botão e após determinadas operações, é possível obter a janela ilustrada a seguir, que implementa funcionalidades que permitem comunicação por meio da Internet utilizando-se recursos de voz, imagem e vídeo entre usuários. Esses usuários podem, em princípio, estar conectados à Web em qualquer lugar do mundo, mas a qualidade de serviço (QoS) obtida na referida comunicação depende, entre outros fatores, do tipo de conexão que esses usuários têm com a Internet. Se o acesso à Internet por parte desses usuários for realizado por meio de uma conexão em banda larga, como a ADSL por exemplo, a comunicação será realizada com QoS melhor que a obtida em uma comunicação realizada utilizando-se recursos de uma conexão *dial-up*.

(3) É possível obter-se a janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada a seguir, em que o conteúdo mostrado na área de páginas da janela do IE6 acima é inserido automaticamente na área de mensagens do OE6 e um arquivo do tipo doc é anexado à mensagem que se está editando, utilizando-se, respectivamente, o conjunto de botões na janela do IE6, e o botão , na janela do OE6.

(1) Incorreto. Segundo as informações contidas na página *web* mostrada na imagem, o *BrazilTradeNet* é um banco de dados pelo qual o usuário pode navegar, gratuitamente, entre empresas importadoras que atuam em território brasileiro, além de informações relacionadas ao mercado de importação e exportação: análises de mercado, oportunidades de negócios, seminários e publicações acadêmicas de áreas correlacionadas etc. Todas as informações são validadas a fim de se garantir a qualidade da informação oferecida e não há, ao contrário do que é disposto no item, qualquer aviso extraordinário sobre protocolos de segurança. Sobretudo, a página não se trata de um *chat*, como também é definido pelo item. Portanto, é incorreto.

(2) Correto. Não só as afirmações estão perfeitas, como também é importante ressaltar ao candidato que ferramentas que transmitem voz e vídeo pela Internet tendem a ser mais "pesadas", isto é, exigem mais do serviço de Internet contratado. É dito que a transmissão (ou *streaming*) de voz e vídeo consome mais banda do serviço. A QoS (do inglês, "Quality of Service") é um jargão técnico comum para referir-se à qualidade de um serviço computacional. Podemos dizer, portanto, que a manutenção da QoS na transmissão de voz e vídeo pela Internet consome mais banda da Internet do usuário, sendo computacionalmente mais custosa que a transmissão de texto.

(3) Correto. Os dois botões destacados oferecem precisamente as funcionalidades descritas, em seus respectivos *softwares*. É importante lembrar, apenas, a função de cada programa: enquanto o IE6 trata-se de um navegador, usado para visualizar e interagir com páginas na *web*, o OE6 é um *software* para comunicação por *emails*. Existe, como visto no item, uma comunicação entre ambos – ainda assim, é importante lembrar as funções de cada um.

GABARITO 1E, 2C, 3C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere as janelas abaixo, executadas em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP, e julgue os itens seguintes, referentes a procedimentos de *backup*.

(1) As informações contidas nas janelas acima são suficientes para concluir-se que um processo de *backup* de arquivos contidos no computador está se desenvolvendo. Esse processo é iniciado pelo assistente de *backup* do Windows e é possível que o resultado de sua execução completa seja o arquivo de *backup* associado ao ícone ilustrado na janela a seguir.

(2) Existem, atualmente, sítios web que permitem a salvaguarda de arquivos de usuários e que, por isso, constituem recurso para a realização de *backup*. Uma das vantagens de se realizar *backup* de arquivos utilizando-se recursos da Web é o fato de que esses arquivos podem estar à disposição dos usuários a qualquer momento e a partir de qualquer lugar do mundo que disponha de acesso à rede mundial de computadores.

(1) Correto pelo gabarito oficial, incorreto pelo nosso gabarito.
Não apenas com a dica do enunciado, mas também se baseando na identidade visual das telas, é possível entender que se trata do assistente de *backup* do Windows. Nele, é possível identificar que o processo está estimando a quantidade (tanto em número de arquivos quanto em bytes) de material que deverá ser copiado. Na primeira tela, somos capazes de avaliar, ainda, que as métricas que indicam o começo da cópia estão lá: nenhum arquivo copiado (totalizando zero bytes), nenhum segundo decorrido e barra de progresso vazia.
No entanto, atente para um detalhe na última tela: o tamanho do arquivo de backup (5.256 KB) é muito menor que a estimativa que está sendo feita nas primeiras telas (1.657.697.629 bytes é muito maior que 5.256 KB, sabendo que 1 KB equivale a 1.024 bytes). Muito embora o gabarito oficial considere, sim, ser um resultado possível para a execução completa do processo de *backup*, nosso gabarito há de considerar

improvável que o processo indicado gere uma cópia tão pequena.
(2) Correto. A alternativa está perfeita! Aproveitando o tema, é apropriado destacar ao candidato que as vantagens citadas no item são frequentemente encontradas em aplicações feitas "na nuvem" (do inglês *cloud-computing*). Optar por um serviço de backup, no caso, através da internet traz dois grandes benefícios: o serviço estará acessível enquanto o site estiver online e, pela natureza da internet, a partir de qualquer computador conectado a ela.

GABARITO 1C, 2C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os próximos itens, considerando a figura abaixo, que ilustra uma janela do Word 2003 contendo um documento em edição e que está sendo executada em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP.

Documento1 - Microsoft ...
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar
Ferramentas Tabela Janela Ajuda

Estatuto·do·Centro·Internacional·de·
Engenharia·Genética·e·Biotecnologia¶
¶
Preâmbulo¶
¶
Os·Estados·Partes·do·Presente·Estatuto¶
¶
Reconhecendo·a·necessidade·de·
desenvolver·e·concretizar·as·aplicações·
pacíficas·da·engenharia·genética·e·da·
biotecnologia·em·benefício·da·humanidade,¶
¶
Convencidos·de·que·o·potencial·da·

Pág 1 Seção 1 1/1 Em 7,8 cm

(1) Considere a realização das seguintes ações na situação em que se encontra a janela mostrada: pressionar e manter pressionada a tecla Ctrl; clicar sobre "Biotecnologia"; clicar N; clicar ≡.
Após a realização dessas ações, o primeiro parágrafo mostrado do documento ficará centralizado e com a fonte em negrito.

(2) No *menu* Arquivo, encontram-se, entre outras, as opções apresentadas na figura a seguir. Por meio da opção Visualizar página da Web, é possível visualizar o documento em edição como uma página HTML no navegador padrão instalado no computador em uso.

Visualizar página da Web
Configurar página...
Visualizar impressão

(3) Considere que, ao se clicar com o botão direito do *mouse*, seja exibida a lista de opções mostrada na figura abaixo.

As Estadas Partes
Ignorar sentença
Gramática...
Consultar...
Recortar
Copiar
Colar

Nessa situação, é correto afirmar que a ferramenta de verificação de grafia e gramática do Word está ativada e que, caso se clique Colar, na referida lista de opções, o termo sublinhado contido no documento será substituído por As Estadas Partes.

(1) Correto. A tecla "Ctrl" faz com que o clique sobre a palavra "Biotecnologia" selecione todo o bloco de texto referente ao primeiro parágrafo. Em seguida, os botões enunciados executam, respectivamente, a aplicação do negrito e a centralização do texto. Portanto, a resposta está correta.
(2) Correto. A opção "Visualizar página da Web" irá acionar o navegador configurado como padrão e exibir o documento como uma página Web. Seria possível confirmar que o item está correto lembrando que a opção "Visualizar impressão", logo abaixo, também realiza a exibição do documento, apenas para um meio diferente.
(3) Incorreto. O termo "As Estadas Partes", destacado em negrito, refere-se à parte do texto que recebeu o clique direito e que estava sublinhada pelo corretor gramatical. Caso o leitor clique em "Colar", o software irá inserir o último texto copiado através de "Ctrl + C" ou comando correspondente. Não significa, portanto, que "Colar" irá inserir o termo mencionado.
Vamos lembrar, nesse contexto, que o corretor ortográfico é uma ferramenta poderosa. No mesmo submenu, a opção "Ignorar sentença" teria desabilitado o corretor para o termo que recebeu o clique (no caso, "As Estadas Partes"); já a opção "Gramática" teria avançado às possibilidades de correção daquele mesmo trecho.

GABARITO 1C, 2C, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) A figura abaixo ilustra uma janela do Excel 2003 que contém uma planilha com as cotações, em reais, de moedas de alguns países, praticadas em 7/7/2006. Considerando essa janela, julgue os próximos itens, relativos ao Excel 2003.

Microsoft Excel - Pasta1
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar
Ferramentas Dados Janela Ajuda
Arial 10
A6

	A	B	C
1	Moeda	Taxa compra	Taxa venda
2	BIRR/ETIOPIA	0,247802	0,25046
3	BATH/TAILANDIA	0,057331	0,057519
4	BALBOA/PANAMA	2,17136	2,18086
5	BOLIVAR/VENEZUELA	0,0010124	0,0010147
6			
7			

Plan1 Plan2 Plan3
Pronto

(1) Para determinar o valor de compra, em reais, de 2.000 balboas, de forma que o resultado seja apresentado na célula **A6** da planilha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: digitar **=2000*B4** e, a seguir, teclar Enter.

(2) Sabendo-se que 1 U$ estava cotado a R$ 2,1757 no dia 7/7/2006, então, o valor de venda, em U$, de 1.000 bolívares será corretamente apresentado na célula A6 da planilha mostrada, caso se digite =1000/(C5*2,1757) e, a seguir, tecle Enter.

(1) Correto. A afirmação está perfeita, pois a coluna B4 refere-se ao valor de compra da moeda balboa. Se o desejo é determinar, em reais, o valor de 2.000 balboas, a operação a ser feita é de fato a de multiplicação: "=2000*B4", na célula em que se deseja visualizar o resultado.
(2) Incorreto. Como as cotações da tabela estão em reais, é preciso primeiro fazer a conversão de bolívares para reais e, então, de reais para dólares, na cotação de R$ 2,1757. A operação acaba sendo composta por uma sequência de duas multiplicações: i) Para converter de bolívares para reais, é preciso multiplicar o valor de venda da célula C5 por 1.000 unidades, análogo ao que foi feito no item 1; ii) Para converter para dólares, deve-se aproveitar o resultado do processo anterior e multiplicá-lo pela taxa de venda fornecida. Assim, aninhando o resultado de i) com o processo de ii), temos que a expressão "=(C5*1000)*2,1757" deve retornar o resultado na célula selecionada.
GABARITO 1C, 2E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação à figura abaixo, que mostra uma janela do navegador Internet Explorer 6 (IE6) com a página do Ministério das Relações Exteriores, e a conceitos de Internet e intranet, julgue os itens a seguir.

Considerando que cada item da lista mostrada na referida página e iniciado pelo nome Argentina constitui um *link*.

(1) Como na Internet, o navegador IE6 pode ser utilizado como interface para acesso a *intranet*.

(2) O protocolo TELNET deve ser instalado ao se configurar o computador para se ter acesso à Internet.

(3) Após se preencher o campo Data inicial com a informação 01/01/2008, é possível pesquisar notícias internacionais clicando-se o botão ou o botão procurar.

(4) Ao clicar o *link* ● Argentina - Agência DERF com o botão direito do mouse e selecionar a opção Abrir em uma nova janela, uma nova janela do IE6 será apresentada contendo a página indicada pelo *link*.

(1) Correto. *Intranet* é o nome normalmente usado para referir-se à rede interna de alguma organização. Assim como permitem acessar páginas e sistemas na Internet – que nada mais é que uma rede de computadores com abrangência mundial –, os navegadores também possibilitam a interação com sistemas de uma intranet. Como o IE6 (ou Internet Explorer 6) é um navegador, ele pode servir para intermediar o acesso à *intranet*.
(2) Incorreto. O TELNET é um protocolo básico de internet que permite a comunicação bilateral entre cliente (de onde o usuário interage) e servidor, na forma de texto. Possui um aspecto visual similar aos terminais ou, mais popularmente, ao D.O.S., que antecedeu a interface gráfica do Windows. Não é necessário instalá-lo para obter acesso à Internet, logo a alternativa é incorreta.
(3) Incorreto. O botão indicado pelo ícone pertence à interface do IE6, estando atrelado a funções gerais do navegador, aplicável a qualquer página da Internet. Especificamente, quer dizer que o ícone situado na parte superior da tela não equivale ao *link* "procurar" na parte central da tela, isto é, dentro da página. Mesmo que o significado, na cabeça do usuário leigo, possa equivaler, os comandos pertencem a entidades diferentes: um ao browser, outro à página.
(4) Correto. A alternativa está perfeita.
GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Tendo como referência a figura abaixo, julgue os itens subsequentes, acerca do Outlook Express.

(1) Na figura, a opção **Caixa de saída** indica que existe uma mensagem que não foi enviada.

(2) É possível identificar na figura acima que o Outlook está configurado para receber mensagens enviadas para "jose" e "maria".

(3) No Outlook Express, o limite para envio de arquivo anexo é de 1,44 Mb.

(1) Correto. No painel "Pastas", o campo "Caixa de saída" não apenas está em negrito, o que indica a existência de conteúdo não visto, como vem seguida de "(1)". O número indicado entre parênteses sugere a quantidade exata de conteúdos que não foram vistos, ou que estão com atividades pendentes, contidos naquela pasta. Portanto, a afirmação está correta.

(2) Incorreto. Os campos "jose" e "maria" pertencem ao painel intitulado "Contatos", o que é análogo a uma agenda telefônica: registros com as informações pessoais e de contato devidamente organizadas. Não significa que o Outlook irá receber a comunicação enviada para tais registros, já que dizem respeito a outras pessoas, com outras contas de email.

(3) Incorreto. Usualmente, o limite para anexos é definido em 20 Mb, devido às restrições da maioria dos ISPs (provedores de serviços de Internet). A restrição diz respeito à soma de arquivos que porventura ultrapasse 20 Mb, ou a um único arquivo superior a esse limite. O valor usado no item (1,44 Mb) diz respeito à limitação de espaço dos disquetes, certamente para confundir o leitor desatento.

GABARITO 1C, 2E, 3E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca do Word 2003 e considerando a figura abaixo, que mostra um parágrafo de texto em edição no referido *software*, julgue os itens subsequentes.

(1) Ao se clicar antes do primeiro parágrafo e pressionar a tecla Tab, será inserido um recuo na primeira linha.

(2) Ao se dar um clique triplo no parágrafo, ele será selecionado.

(3) Para formatar o parágrafo com alinhamento justificado é suficiente clicar a ferramenta .

(4) Ao se clicar o botão , serão impressas 3 páginas com o texto.

(5) Para se visualizar a impressão do texto é suficiente clicar a ferramenta .

(1) Correto. A tecla Tab (de tabulação), quando usada dentro de um bloco de texto, no Word, insere um espaçamento. Com o clique antes do primeiro parágrafo, o cursor é devidamente posicionado ao começo da primeira linha – onde o recuo será então inserido.

(2) Correto. O primeiro clique posicionará o cursor; o clique duplo resultará na seleção da palavra à qual se aponta; e o clique triplo selecionará o bloco de texto ao qual se aponta. Portanto, correto.

(3) Correto. Para aplicar a formatação justificada a um parágrafo onde o cursor esteja posicionado, não é necessário nada além do enunciado. Caso a intenção fosse aplicar a formatação justificada a um bloco de texto maior – digamos, com outros parágrafos –, haveria a necessidade de primeiro selecionar a região do texto.

(4) Incorreto. O ícone destacado refere-se ao *menu* de impressão. Nele, o usuário pode configurar livremente uma série de opções para imprimir o documento, como, por exemplo, a quantidade de cópias que deseja fazer. Portanto, a afirmativa está incorreta: o ícone não está diretamente vinculado à impressão de três páginas com o texto. Isso poderá ser escolhido, ou não, no *menu* de impressão que será aberto.

(5) Incorreto. A visualização da impressão do texto é possível por meio do *menu* de impressão, como indicado na explicação do item anterior.

GABARITO 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Tendo a planilha mostrada na figura abaixo como referência, julgue os itens seguintes, acerca do Excel 2003.

Microsoft Excel - Pasta1

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda

D2

	A	B	C	D
1	Item	Quantidade	Valor	Total
2	Mesa	12	R$ 876,00	
3	Cadeira	20	R$ 120,00	
4	Armários	5	R$ 987,00	
5	Ficheiro	4	R$ 345,00	
6				

Plan1 / Plan2 / Pl

(1) Para se calcular o total dos valores em reais mostrados na planilha é suficiente selecionar as células B2 e C2 e clicar a ferramenta Σ.

(2) Para se formatar as células da planilha com borda dupla é suficiente seguir o seguinte procedimento: selecionar as células de A1 até D5; clicar a opção Células do menu Formatar; clicar a guia Borda; selecionar o estilo de linha duplo; clicar os botões Contorno e Interna e clicar OK.

(3) Para se centralizar os títulos das colunas é suficiente selecioná-los e clicar a ferramenta .

(4) A ferramenta A permite organizar os itens em ordem alfabética.

(5) Para se alterar o nome da planilha é suficiente dar um duplo clique em Plan1; digitar o nome e pressionar a tecla Enter.

---

(1) Incorreto. Para calcular o total dos valores em reais, o somatório precisa ser feito após uma seleção que contenha as quatro células da coluna C. O item enuncia os campos incorretamente. Por isso, ao invés de selecionar as células B2 e C2, a forma correta seria: clicar na célula C2; clicar na célula C5; e, então, seguir com a operação tal como foi descrita.

(2) Correto. Note a importância de se escolher a região correta da planilha, bem como de se recorrer ao *menu* que trate da operação desejada. Dificilmente a ordem das suboperações seria o ponto crítico a ser decorado.

(3) Incorreto. O ícone usado no item refere-se à centralização de um texto na região de um conjunto de células selecionadas. O ícone correto para que o texto fique centralizado, dentro de uma célula, é:

(4) Incorreto. O ícone usado no item permite que se mude a cor de um texto. A ordenação alfabética, por sua vez, é feita primeiro selecionando a coluna que contém os textos e, depois, clicando no seguinte ícone da barra de ferramentas: A↓Z

(5) Correto. Perfeito: as ações descritas são suficientes para alterar o nome da planilha.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Considerando a situação em que um computador esteja com o Windows XP instalado, julgue os próximos itens.

(1) O *menu* Ferramentas do Windows Explorer apresenta opção para *backup* e compactação de arquivos.

(2) Ao se copiar um arquivo de um disco rígido para um *pendrive* é necessário realizar a sua compactação.

(3) No Windows Explorer, é possível criar uma pasta com o nome País e subpastas para a organização dos arquivos de diversos países.

---

(1) Incorreto. O *menu* Ferramentas oferece ao usuário capacidades complementares ao uso rotineiro do Windows Explorer, ainda ligadas ao ato de navegar pelas pastas. Por exemplo, são disponibilizadas ferramentas para ajudar a compartilhar pastas entre unidades que pertencem à mesma rede; ou a possibilidade de se editar algumas preferências de uso do Windows Explorer. Porém, esse *menu* não apresenta o recurso de compactação de arquivos. Isso, por si só, já torna a afirmação falsa.

(2) Incorreto. Um disco rígido (ou "HD", do inglês "*hard drive*") e um *pendrive* são dispositivos que se comunicam livremente, até que o limite de espaço de algum deles seja atingido, implicando, aí sim, na necessidade de liberação de espaço por meio de ações como: compactação de arquivos que estejam em seu estado original, isto é, não compactado; ou remoção de arquivos antigos, sendo estas cópias dispensáveis. Discos rígidos tendem a ser mais espaçosos na comparação com a capacidade de armazenamento dos *pendrives*, mas isso não coloca qualquer impedimento para que arquivos não compactados sejam transmitidos de um dispositivo ao outro.

(3) Correto. O Windows Explorer oferece a capacidade de organizar arquivos dentro de uma hierarquia de pastas, criada a critério do usuário. Isso significa, portanto, que é perfeitamente possível criar uma pasta com o título "País" e, dentro dela, incorporar subpastas para cada nome de país. Esse é apenas um exemplo do extenso poder de organização disponibilizado pelo Windows Explorer e a sua estrutura de pastas.

GABARITO 1E, 2E, 3C

11. Raciocínio Lógico

Rafael Merighi Valenciano

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Certo dia, Alfeu e Gema foram incumbidos de, no dia seguinte, trabalharem juntos a fim de cumprir uma certa tarefa; entretanto, como Alfeu faltou ao serviço no dia marcado para a execução de tal tarefa, Gema cumpriu-a sozinha. Considerando que, juntos, eles executariam a tarefa em 3 horas e que, sozinho, Alfeu seria capaz de executá-la em 5 horas, o esperado é que, sozinha, Gema a tenha cumprido em

(A) 6 horas e 30 minutos.
(B) 7 horas e 30 minutos.
(C) 6 horas.
(D) 7 horas.
(E) 8 horas.

Esse tipo de questão é muito recorrente nas provas de lógica elaboradas pela FCC.
Aqui, devemos primeiramente imaginar determinada tarefa, a fim de facilitar a resolução. Por exemplo: imaginemos que Alfeu e Gema foram incumbidos de efetuar a montagem de 06 cadeiras para determinada fábrica de móveis.
Conforme a questão informa, os **dois juntos** efetuaram a tarefa em **03 horas**.
Desse modo, Alfeu e Gema montaram, **juntos**, uma média de **02 cadeiras** para **cada hora** trabalhada **(6 cadeiras ÷ 3 horas).**
No entanto, a questão indica que Alfeu, **sozinho**, é capaz de montar as **06 cadeiras** em **05 horas**. Deste modo, Alfeu consegue montar, em média, **1,2 cadeiras** por **cada hora** trabalhada **(6 cadeiras ÷ 5 horas).**
Se os dois juntos conseguem montar 02 cadeiras para cada hora trabalhada e Alfeu, sozinho, consegue montar 1,2 cadeiras para cada hora trabalhada, é fácil concluir que **Gema**, **sozinho**, é capaz de montar **0,8 cadeiras** para **cada hora** trabalhada (**2 - 1,2**).
Deste modo, se Gema leva 01 hora para montar 0,8 cadeiras, para descobrir o tempo necessário para que ele monte 06 cadeiras, basta fazer a seguinte conta (considerando que **X** é o **tempo** necessário para que Gema monte as 06 cadeiras):
X * 0,8 = 6
X = 6 ÷ 0,8
X = 7,5 (ALTERNATIVA B = 7 horas e 30 minutos).
Outra forma de solucionar a questão é utilizando **regras de três**:
Vejamos:
- Alfeu efetuou 100% da tarefa em 5 horas. Então, quantos por cento (%) ele efetuaria em 3 horas?:

Tarefa	→	**Tempo**
100%	→	**5 horas**
X	→	**3 horas**

5*X = 300
X = 60%
Se Alfeu efetuou 60% do trabalho em 3 horas, significa que o restante (40%) foi realizado por Gema (já que os dois juntos realizaram 100% da tarefa em 3 horas).
Agora, basta fazer outra regra de três, para descobrir o tempo que Gema levaria sozinho para executar 100% da tarefa:

Tarefa	→	**Tempo**
40%	→	**3 horas**
100%	→	**X horas**

40*X = 300
X = 300 ÷ 40
X = 7,5 horas.

GABARITO “B”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Godofredo e Lili aniversariam nos respectivos meses de agosto e setembro, em um mesmo dia da semana. Se o dia do aniversário de Godofredo é o sêxtuplo do dia do de Lili, então a soma das datas em que os dois aniversariam é

(A) 28
(B) 35
(C) 7
(D) 14
(E) 21

Aqui é possível encontrar a resposta da questão através de **teste das alternativas**.
Primeiramente, a questão diz que Godofredo e Lili aniversariam **nos respectivos** meses de agosto e setembro. Ou seja, **Godefredo faz aniversário em Agosto e Lili em setembro**.
Depois a questão diz que o **dia do aniversário de Godofredo é o sêxtuplo do dia do de Lili.**
Assim, o **dia "maior"** (sêxtuplo) deve estar **em agosto**, enquanto o **dia "menor"** estará **em setembro**.
Ao analisarmos as alternativas, percebemos que aparecem os seguintes números como soma das datas em que os dois aniversariam **(7, 14, 21, 28 e 35).**
Assim, o **aniversário de Lili** só poderá ser nos dias **1, 2, 3, 4 ou 5 de <u>setembro</u>**.
E o aniversário de Godofredo só poderá ser nos dias **6, 12, 18, 24 ou 30 de <u>agosto</u>**.
Agora, uma dica: Para que os dois aniversários caiam no mesmo dia da semana, **a diferença entre as datas deve ser sempre um múltiplo de 7.**
Em outras palavras: o número de dias de uma data até a outra deve ser múltiplo de 07.
Outra dica: como o número menor está no mês de setembro basta **adicionar 31** a esse número e subtrair o resultado pelo número maior. Essa será a diferença de dias entre as datas! (adicionamos 31, pois o mês de agosto tem 31 dias).
Vamos testar as alternativas:
Alternativa A:
Godofredo = 24/08
Lili = 04/09
(**31 +** 4) – 24 = 11 (11 não é múltiplo de 7).
Portanto, alternativa A está incorreta.
Alternativa B:
Godofredo = 30/08
Lili = 05/09
(**31 +** 5) – 30 = 6 (6 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa B está incorreta.
Alternativa C:
Godofredo = 06/08
Lili = 01/09
(**31 +** 1) – 6 = 26 (26 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa C está incorreta.
Alternativa D:
Godofredo = 12/08
Lili = 02/09
(**31 +** 2) – 12 = 21 (21 é múltiplo de 07). Portanto, **a alternativa D é a CORRETA**.
Alternativa E:

Godofredo = 18/08
Lili = 03/09
(**31 +** 3) – 18 = 16 (16 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa E está incorreta.
Outra forma de resolver a questão é desenhando um calendário (dias de agosto em quadros cinza e dias de setembro em quadros branco):

D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	**12**	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	01	**02**	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

GABARITO OFICIAL "D" – GABARITO NOSSO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Zeus é um aficionado em matemática, pois quando lhe perguntaram sobre sua idade, ele respondeu: *"Para saber a minha idade você deve decifrar o criptograma aritmético seguinte, que corresponde, de modo codificado, à adição de dois números naturais. Decifrado o criptograma, a minha idade é igual à soma dos algarismos que correspondem às letras da palavra* **FISCO**."

```
 FOSSO
+FOSSO
------
 CISCO
```

Considerando que letras distintas correspondem a algarismos distintos, quantos anos tem Zeus?

(A) 25
(B) 24
(C) 30
(D) 22
(E) 28

Aqui, devemos sempre buscar informações lógicas, a fim de dar início à resolução da questão.
E a primeira informação é que a **letra O** só pode representar o **nº zero**. Isso por que qualquer outro número que fosse colocado no lugar da letra O na soma, jamais se repetiria no resultado. **Apenas o nº zero!**
A segunda informação é um pouco mais difícil de decifrar. É preciso fazer testes. Vejamos:
Vamos focalizar apenas essa parte da soma:

```
 S S
 S S
----
 S C
```

Percebam que **um mesmo número aparece quatro vezes na parte da soma e se repete no resultado**.
Primeiro, podemos afirmar que necessariamente esse número que se repete é **maior ou igual a 5**. Isso por que, se fosse menor, no resultado obrigatoriamente teríamos dois números iguais. Vejamos:

```
 1 1    2 2    3 3    4 4
 1 1    2 2    3 3    4 4
----   ----   ----   ----
 2 2    4 4    6 6    8 8
```

E o nº 5 também já podemos descartar, caso contrário apareceria a letra O no resultado, pois, como vimos, a letra O representa o nº zero. E a soma de dois números 5 faria aparecer um nº zero no resultado! Mas vamos testar, como treino:

```
 1
 5 5
 5 5
----
 1 0
```

Confirmamos que o número 5 não se repete no resultado. Portanto, teste reprovado.
Vamos então substituir a letra S pelo o nº 6:

```
 1
 6 6
 6 6
----
 3 2
```

Teste reprovado. O nº 6 não se repetiu no resultado. Vamos para o nº 7:

```
 1
 7 7
 7 7
----
 5 4
```

Teste reprovado. O nº 7 não se repetiu no resultado. Vamos para o nº 8:

```
 1
 8 8
 8 8
----
 7 6
```

Teste reprovado. O nº 8 também não se repetiu no resultado. Já podemos afirmar, então, que a letra S representa o nº 9. Mas vamos testar, apenas para comprovar:

```
 1
 9 9
 9 9
----
 9 8
```

Olhem só: já deciframos mais duas letras! A **letra C** representa o **nº 8** e a **letra S** representa o **nº 9**.
Vamos continuar a conta, que agora ficou fácil (já vou substituir letras por números – em cinza):

```
  1 1
F 0 9 9 0
F 0 9 9 0
---------
8 I 9 8 0
```

Fica fácil visualizar que a **letra I** representa o **nº 1** e que a **letra F** só pode ser o **nº 4**. Nem é preciso explicação!
Assim, a conta completa fica assim:

```
  1 1
4 0 9 9 0
4 0 9 9 0
---------
8 1 9 8 0
```

A questão quer saber a idade de Zeus, que, segundo ele, é soma dos números que formam a palavra **FISCO.**
Então:
4 + 1 + 9 + 8 + 0 = 22 anos.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considere a sucessão dos números naturais múltiplos de 3, dispostos na seguinte forma:

0 3 6 9 1 2 1 5 1 8 2 1 2 4 2 7 3 0 3 3 3 6 3 9 . . .

Nessa sucessão, o algarismo que deve ocupar a 126ª posição é

(A) 6
(B) 0
(C) 1
(D) 5
(E) 3

Primeiramente, podemos verificar que a sequência se refere a **múltiplos de 3 (iniciando pelo número zero)**.
Então, podemos usar a seguinte lógica:
Na sequência, existem quantos números contendo apenas **01 algarismo**?
Resposta: **04 números**, os quais ocupam **4 posições** (apenas 0 , 3 , 6 , 9).
Quantos números com **02 algarismos**?
Para descobrir a resposta, vai uma dica: basta pegar o último número de dois algarismos (99), subtrair pelo último número de um algarismo (9) e dividir o resultado por 3. Vejamos:
(99 – 9) ÷ 3 = **30** (como são números de 02 algarismos, temos **60 posições**).
Até aqui, são **64 posições** (4 + 60).
Para chegarmos na **126ª posição**, temos que verificar **quantos números de 03 algarismos ainda serão necessários**?
Simples: como faltam 62 posições **(126 - 64)**, temos que **dividir 62 por 03** (já que os números serão de 03 algarismos).
62 ÷ 3 = 20 (sobram 2).
Assim, para chegarmos à 126ª posição da sequência, precisaremos de 20 números inteiros com 03 algarismos, MAIS DUAS POSIÇÕES do 21º número com 03 algarismos (a sobra da divisão).
Em outras palavras, a 126ª posição da sequência será ocupada pelo 2º algarismo do 21º número com 03 algarismos.
E como saber qual o 21º número com três algarísmos?
Primeiro, multiplicamos 21 por 03:
21 x 3 = **63**.
Agora, basta **somar 63 a 99**, para chegarmos ao 21º número com 03 algarismos:
X = 63 + 99
X = 162
1 **6** 2 **(alternativa A)**
Outra forma de resolver a questão (mais trabalhosa) é escrever todos os números, até chegar à 126ª posição:
0 3 6 9 1 2 1 5 1 8 2 1 2 4 2 7 3 0 3 3 3 6 3 9 4 2 4 5 4 8 5 1 5 4 5 7 6 0 6 3 6 6 6 9 7 2 7 5 7 8 8 1 8 4 8 7 9 0 9 3 9 6 9 9 1 0 2 1 0 5 1 0 8 1 1 1 1 1 4 1 1 7 1 2 0 1 2 3 1 2 6 1 2 9 1 3 2 1 3 5 1 3 8 1 4 1 1 4 4 1 4 7 1 5 0 1 5 3 1 5 6 1 5 9 1 **6** 2
Aconselho a todos que treinem esse tipo de questão. Imaginem múltiplos de 04 na sequência e achem a 156ª posição? Ou, então, múltiplos de 02 e achem a 137ª posição? Aqui é fácil inventar questões!
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Questionados sobre a falta ao trabalho no dia anterior, três funcionários do Ministério das Relações Exteriores prestaram os seguintes depoimentos:

– Aristeu: "Se Boris faltou, então Celimar compareceu."
– Boris: "Aristeu compareceu e Celimar faltou."
– Celimar: "Com certeza eu compareci, mas pelo menos um dos outros dois faltou."

Admitindo que os três compareceram ao trabalho em tal dia, é correto afirmar que

(A) Aristeu e Boris mentiram.
(B) os três depoimentos foram verdadeiros.
(C) apenas Celimar mentiu.
(D) apenas Aristeu falou a verdade.
(E) apenas Aristeu e Celimar falaram a verdade.

Essa questão diz respeito às denominadas **proposições**, que nada mais são do que frases **declarativas**, que obrigatoriamente têm um **verbo**, e possuem um **valor lógico – verdadeiro ou falso**.
As proposição **jamais** serão frases **exclamativas**, **interrogativas** ou **imperativas**.
PROPOSIÇÃO = FRASE DECLARATIVA + VERBO + VALOR LÓGICO.
Exemplo:
"Rafael vive intensamente" – trata-se de uma proposição, pois é uma frase **declarativa**, que contém **verbo,** para a qual é possível atribuir um **valor lógico**.
Ainda: uma proposição jamais pode ter mais de um valor lógico, ou seja, jamais pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Ou será verdadeira, ou será falsa.
E, é óbvio, uma proposição não poderá ser qualquer outra coisa, ou é verdadeira ou é falsa.
As proposições podem ser **simples** ou **compostas**.
Proposições simples são frases declarativas únicas, que não são ligadas a outras frases, não podem ser subdivididas. Exemplo:
"Pedro é arquiteto."
A negação de uma proposição simples é fácil. Basta colocar a palavra "não" antes do verbo. Exemplo:
"Pedro **não** é arquiteto"
A negação de determinada proposição é representada pelos símbolos ¬ ou **~.**
Para negar uma proposição que já tem a palavra "não" também é simples. Basta retirar a palavra "não" da frase. Exemplo:
Proposição (A): "hoje **não** vai chover"
Negação (~A): "hoje vai chover"
As proposições compostas são aquelas em que duas ou mais proposições simples são ligadas por **conectivos lógicos**. Existem vários tipos de proposições compostas. Abaixo, seguem alguns exemplos:
"Pedro é arquiteto **e** João é advogado" (**conjunção**) – representação simbólica: **A** ^ **B**
"José é professor **ou** funcionário público" (**disjunção**) – representação simbólica: **A** v **B**
"**Ou** José é professor **ou** é funcionário público" (**disjunção exclusiva**) – representação simbólica: **A** v **B**
"**Se** chover, **então** não irei à praia" (**condicional**) – representação simbólica: **A** → **B**
"Renan estuda **se somente se** faz sol" (**bicondicional**) – representação simbólica: **A ¤ B**
Vamos a uma breve explicação de cada uma delas:
As proposições **conjuntivas (conectivo "e")** somente serão verdadeiras se as duas proposições simples que as compõem forem verdadeiras. Em todos os demais casos, serão falsas.
Abaixo, segue a tabela verdade das proposições conjuntivas:

A	B	A ^ B
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

As proposições **disjuntivas (conectivo "ou")** somente serão falsas se as duas proposições simples que as compõem forem falsas. Em todos os outros casos, serão verdadeiras.

A	**B**	**A v B**
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

As proposições **disjuntivas exclusivas (conectivo "ou..ou")** somente serão verdadeiras se uma das proposições for verdadeira e a outra for falsa (uma exclui a outra). Em todos os outros casos, serão falsas.

A	**B**	**A v B**
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Aqui, uma **observação importante**. Em muitas questões, a banca organizadora **cespe-UNB** considera o conectivo lógico **"ou...ou"** uma **disjunção** e não uma disjunção exclusiva. Muitas vezes, ela até explicita o entendimento no enunciado da questão, mas em outras não. Por isso, nas provas dessa banca, fiquem atentos nas questões com o conectivo "ou..ou" e, se não houver nenhuma explicação no enunciado, aconselho a considerá-lo como disjunção.

As proposições **condicionais (conectivo "se...então")** somente serão falsas se a primeira proposição **(condição suficiente)** for verdadeira e a segunda proposição **(condição necessária)** for falsa. Em todos os demais casos, serão verdadeiras.

Observação: nas proposições condicionais, as frases podem ser feitas de outras formas. Exemplos:

"Se chover, então não vou à praia"

"Chover é condição suficiente para que eu não vá à praia"

"Não ir à praia é condição necessária para chover"

Abaixo a tabela verdade:

A	**B**	**A → B**
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Por fim, as proposições **bicondicionais (conectivo "se somente se")** somente serão verdadeiras quando as duas proposições que a compõem tiverem valores lógicos iguais (as duas verdadeiras, ou as duas falsas). Nos outros casos, serão falsas.

Observação: essa proposição composta também pode ser representada de outra forma:

(**A → B**) ^ (**B → A**) (por isso, chamada de bicondicional).

Abaixo a tabela verdade:

A	**B**	**A ◻ B**
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Vimos as principais tabelas para auxiliar na resolução de questões com proposições compostas.

Algumas dicas:

As primeiras colunas dessas tabelas, que se referem às proposições simples, são sempre iguais. O que muda são as demais colunas, conforme as negações feitas ou conectivos utilizados.

As tabelas com apenas **01 proposição** sempre terão **02 linhas** (a primeira coluna é sempre igual).

As tabelas com **02 proposições** terão sempre **04 linhas** (as 02 primeiras colunas são sempre iguais).

As tabelas com **03 proposições** terão sempre **08 linhas** (as 03 primeiras colunas são sempre iguais).

E as tabelas com **04 proposições** terão **16 linhas** (as 04 primeiras colunas são sempre iguais. Essas são mais difíceis de aparecer).

Exemplos:

Tabela com 2 linhas:

A	**~A**	**Av~A**
V	F	V
F	V	V

Tabela com 04 linhas:

A	**B**	**A^B**
V	**V**	V
V	**F**	F
F	**V**	F
F	**F**	F

Tabela com 08 linhas:

A	**B**	**C**	**~C**	**(A^B)**	**(A^B) v ~C**
V	**V**	**V**	F	V	V
V	**V**	**F**	V	V	V
V	**F**	**V**	F	F	F
V	**F**	**F**	V	F	V
F	**V**	**V**	F	F	F
F	**V**	**F**	V	F	V
F	**F**	**V**	F	F	F
F	**F**	**F**	V	F	V

Sempre, no momento de elaborar essas tabelas, as primeiras colunas serão iguais!

Outra dica: No momento de resolver as questões, sempre **trocar as frases por letras e símbolos**. Facilita a resolução.

Agora, vamos resolver a questão:

O que já sabemos: **os três compareceram ao trabalho (proposição verdadeira)**. Podemos transformar isso em **03 proposições verdadeiras**:

Aristeu compareceu ao trabalho (proposição A)

Boris compareceu ao trabalho (proposição B)

Celimar compareceu ao trabalho (proposição C)

Ao se justificar, cada um disse o seguinte:

– Aristeu: "Se Boris faltou, então Celimar compareceu."

Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"se Boris não compareceu, então Celimar compareceu"**

Transformando isso em letras e símbolos:

~B → C

Substituindo por V (verdadeiro) ou F (falso):

F → V (consultando a tabela verdade das proposições condicionais, percebemos que essa proposição é VERDADEIRA, então Aristeu disse a verdade).

– Boris: "Aristeu compareceu e Celimar faltou."

Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"Aristeu compareceu e Celimar não compareceu"**

Transformando isso em letras e símbolos:

A ^ ~C

V ^ F (consultando a tabela verdade das proposições conjuntivas, percebemos que essa proposição é FALSA, então Boris mentiu).

– Celimar: “Com certeza eu compareci, mas pelo menos um dos outros dois faltou.”

Aqui, pela simples leitura da frase, é possível perceber que Celimar mentiu, pois, como sabemos, é verdade que os três compareceram, mas ele diz que “pelo menos um dos outros dois faltou”.

No entanto, vamos trabalhar com as proposições, apenas para treinar. Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **“Celimar compareceu, e Boris não compareceu ou Aristeu não compareceu”.**

É importante perceber que muitas vezes a palavra “mas” pode ser substituída pelo conectivo “e”, mostrando que se trata de uma proposição conjuntiva.

E também, quando a frase diz que **pelo menos um** dos outros dois **não compareceu**, significa que **um dos dois não compareceu**, ou ainda que **os dois não compareceram** (em qualquer uma dessas hipóteses, o valor lógico da proposição será verdadeiro. Por isso trata-se de uma disjunção). Aqui, é importante perceber que **não se trata de uma disjunção exclusiva**, na qual para que o valor lógico seja verdadeiro, **necessariamente um deve ter comparecido e o outro deve ter faltado** (uma exclui a outra).

Transformando isso em letras e símbolos:

C ^ (~A v ~B)

Trata-se de uma proposição composta por três proposições simples.

Vamos construir a tabela verdade para três proposições (que, nesse caso, sempre terá oito linhas e as três primeiras colunas sempre serão iguais):

A	B	C	~A	~B	(~A v ~B)	C ^ (~A v ~B)
V	**V**	**V**	F	F	F	**F**
V	V	F	F	F	F	F
V	F	V	F	V	V	V
V	F	F	F	V	V	F
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	V	F	V	F
F	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	V	V	F

A linha que se encaixa na questão é justamente a primeira, pois sabemos que as proposições A, B e C são verdadeiras. Portanto, a proposição C ^ (~A v ~B) é FALSA, o que comprova que Celimar mentiu.

Observação: sempre que vamos fazer uma tabela verdade com três proposições, faremos do mesmo jeito e na mesma sequência acima: primeiro as 03 proposições (que, como vimos, terão as três primeiras colunas sempre iguais). Depois, as negações. Depois, tudo o que está dentro dos parênteses. E, por último, o que está fora dos parênteses. Basta treinar bastante em outras questões, que fica bem fácil!

A **ALTERNATIVA D**, então, é a **correta**, pois apenas Aristeu disse a verdade.

GABARITO “D”

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE)

Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras — V —, ou falsas — F —, mas não cabem a elas ambos os julgamentos.

As proposições simples são frequentemente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto, e as proposições compostas são conexões de proposições simples.

Uma expressão da forma AvB é uma proposição composta que tem valor lógico V quando A e B forem ambas V e, nos demais casos, será F, e é lida “A e B”.

A expressão ¬A, “não A”, tem valor lógico F se A for V, e valor lógico V se A for F.

A expressão AVB, lida como “A ou B”, tem valor lógico F se ambas as proposições A e B forem F; nos demais casos, é V.

A expressão $A \rightarrow B$ tem valor lógico F se A for V e B for F. Nos demais casos, será V, e tem, entre outras, as seguintes leituras: “se A então B”, “A é condição suficiente para B”, “B é condição necessária para A”.

Uma argumentação lógica correta consiste de uma sequência de proposições em que algumas são premissas, isto é, são verdadeiras por hipótese, e as outras, as conclusões, são obrigatoriamente verdadeiras por consequência das premissas.

Considerando as informações acima, julgue os itens abaixo.

(1) Considere a seguinte lista de sentenças:

I – Qual é o nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores?

II – O Palácio Itamaraty em Brasília é uma bela construção do século XIX.

III – As quantidades de embaixadas e consulados gerais que o Itamaraty possui são, respectivamente, x e y.

IV – O barão do Rio Branco foi um diplomata notável.

Nessa situação, é correto afirmar que entre as sentenças acima, apenas uma delas não é uma proposição.

(2) A sentença “No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari” é uma proposição sempre verdadeira.

(3) A sentença “O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais e o Departamento de Promoção Comercial não estimula o fluxo de turistas para o Brasil” é uma proposição que pode ser simbolizada na forma $A \wedge (\neg B)$.

(4) Considerando todos os possíveis valores lógicos, V ou F, atribuídos às proposições simples A e B, é correto afirmar que a proposição composta $\neg[(\neg A) \wedge (\neg B)]$ possui exatamente dois valores lógicos V.

(5) Considerando que A e B simbolizem, respectivamente, as proposições “A publicação usa e cita documentos do Itamaraty” e “O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty”, então a proposição $B \rightarrow A$ é uma simbolização correta para a proposição “Uma condição necessária para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty”.

(6) Considere que as proposições B e $A \rightarrow (\neg B)$ sejam V. Nesse caso, o único valor lógico possível para A é V.

(7) As proposições compostas $A \rightarrow (\neg B)$ e $B \rightarrow (\neg A)$ têm exatamente os mesmos valores lógicos, independentemente das atribuições V ou F dadas às proposições simples A e B.

(8) Considere como premissas as seguintes proposições:

• “Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática.”

• “O candidato não pode inscrever-se no concurso para ingresso na carreira diplomática.” Nesse caso, obtém-se uma argumentação lógica correta se for apresentada como conclusão a proposição: “O candidato não é brasileiro nato.”

(9) Sabe-se que as proposições ¬(A∧B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B. Então a negação da proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" pode ser simbolizada da forma (¬A)VB.

(10) Considere que as premissas de um argumento incluem a proposição: "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado". Nesse caso, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" é uma conclusão que torna o argumento correto.

Como se percebe, o enunciado da questão é um excelente resumo a respeito das proposições.
Vamos analisar as alternativas, a fim de verificar se estão certas ou erradas.
Considere a seguinte lista de sentenças:
I – Qual é o nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores?
II – O Palácio Itamaraty em Brasília é uma bela construção do século XIX.
III – As quantidades de embaixadas e consulados gerais que o Itamaraty possui são, respectivamente, x e y.
IV – O barão do Rio Branco foi um diplomata notável.
Nessa situação, é correto afirmar que entre as sentenças acima, apenas uma delas não é uma proposição.
Como vimos, proposições são frases **declarativas**, que obrigatoriamente têm um **verbo**, e para as quais é possível atribuir um **valor lógico – verdadeiro ou falso**.
As proposição **jamais** serão frases **exclamativas**, **interrogativas** ou **imperativas**.
PROPOSIÇÃO = FRASE DECLARATIVA + VERBO + VALOR LÓGICO.
A primeira frase é uma interrogação. Por isso, já podemos afirmar que não se trata de uma proposição.
A segunda frase é declarativa e é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). E, ainda, a declaração possui um verbo! Por isso, podemos afirmar que se trata de uma proposição.
A segunda frase é declarativa. No entanto, não é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). Isso por que as letras x e y estão ocultando uma informação na frase, o que impossibilita afirmar se a mesma é verdadeira ou falsa. Assim, mesmo sendo uma frase declarativa e possuindo um verbo, **não** se trata de uma proposição.
A quarta frase é declarativa e é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). E, ainda, a declaração possui um verbo! Por isso, podemos afirmar que se trata de uma proposição.
Assim, temos DUAS frases que não são uma proposição (alternativa ERRADA).
A sentença "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" é uma proposição sempre verdadeira.
Aqui basta fazer a tabela verdade da disjunção (conectivo "ou"). Vamos considerar as proposições:
"No palácio do Itamaraty há quadros de Portinari" **(A)**
"No palácio do Itamaraty não há quadros de Portinari" **(~A)**
"No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" **(A v ~A)**
Percebam que se trata de uma tabela verdade com apenas uma proposição (A), a qual, por isso, terá 02 linhas.

A	~A	A v ~A
V	F	**V**
F	V	**V**

Portanto, a declaração "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" será sempre verdadeira. Alternativa CORRETA.

A sentença "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais e o Departamento de Promoção Comercial não estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ∧(¬B).
Aqui, basta substituir frases por símbolos. Vamos considerar as proposições:
"O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais" **(A)**
"O Departamento de Promoção Comercial estimula o fluxo de turistas para o Brasil" **(B)**
Como vimos, para fazer a negação de uma proposição simples, basta colocar a palavra "não" antes do verbo. Portanto, a negação da segunda proposição ficaria "O Departamento de Promoção Comercial **não** estimula o fluxo de turistas para o Brasil" **(¬B)**.
As proposições ligadas pelo conectivo **"e"** são chamadas de conjunção e, como vimos, esse conectivo pode ser representado pelo símbolo ∧.
Assim, a frase "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais **e** o Departamento de Promoção Comercial **não** estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ∧(¬B). Alternativa CORRETA**.**
(4) Considerando todos os possíveis valores lógicos, V ou F, atribuídos às proposições simples A e B, é correto afirmar que a proposição composta ¬[(¬A) ∧ (¬B)] possui exatamente dois valores lógicos V.
Basta fazer a tabela verdade para **duas proposições** (que terá **sempre quatro linhas**):

A	B	~A	~B	~A ^ ~B	~ (~A ^ ~B)
V	V	F	F	F	**V**
V	F	F	V	F	**V**
F	V	V	F	F	**V**
F	F	V	V	V	F

Alternativa INCORRETA, pois a proposição composta ¬[(¬A) ∧ (¬B)] possui exatamente TRÊS valores lógicos V.
(5) Considerando que A e B simbolizem, respectivamente, as proposições "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty" e "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty", então a proposição B→A é uma simbolização correta para a proposição "Uma condição necessária para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty".
Trata-se de uma condicional. Aqui a **primeira frase** (antecedente) é sempre a **CONDIÇÃO SUFICIENTE**, enquanto a **segunda frase** (consequente) é sempre uma **CONDIÇÃO NECESSÁRIA**. Devemos memorizar isso!
Assim, na proposição B→A, temos:
B = condição suficiente.
A = condição necessária.
Sabemos que:
B = "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty"
A = "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty"
A alternativa diz: "**Uma condição necessária** para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty **é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty**".
Portanto, a alternativa está CORRETA.
(6) Considere que as proposições B e A→(¬B) sejam V. Nesse caso, o único valor lógico possível para A é V.
Sabemos o seguinte:
B = verdadeiro
A→(¬B) = verdadeiro
A questão quer saber o único valor lógico possível para A, considerando as premissas acima?
Vamos fazer a tabela verdade:

A	**B**	**~B**	**A→(¬B)**
V	V	F	F
V	F	V	V
F	**V**	F	**V**
F	F	V	V

Alternativa ERRADA, pois nesse caso, o único valor lógico possível para A é F.

(7) As proposições compostas A→(¬B) e B→(¬A) têm exatamente os mesmos valores lógicos, independentemente das atribuições V ou F dadas às proposições simples A e B.

Vamos elaborar as tabelas verdade:

A	**B**	**~B**	**~A**	**A→(¬B)**	**B→(¬A)**
V	V	F	F	**F**	**F**
V	F	V	F	**V**	**V**
F	V	F	V	**V**	**V**
F	F	V	V	**V**	**V**

Percebam que essa alternativa está correta, pois os valores lógicos nas últimas duas colunas são exatamente os mesmos. Trata-se por isso de duas proposições **equivalentes**. Alternativa CORRETA.

Abaixo seguem algumas equivalências de proposições, que ajudam muito no momento de resolver esse tipo de questão:

Equivalências:

A ^ A = A

A v A = A

A ^ B = B ^ A

A v B = B v A

A ◘ B = B ◘ A

A → **B** = ~B → ~A

A → **B** = ~A v B

A ^ (A v B) = A

A v (A ^ B) = A

~ (A ^ B) = ~A v ~B

~ (A v B) = ~A ^ ~B

~ (A → **B)** = A ^ ~B

~(~A) = A

A ^ (B ^ C) = (A ^ B) ^ C

A v (B v C) = (A v B) v C

A ^ (B v C) = (A ^ B) v (A ^ C)

A v (B ^ C) = (A v B) ^ (A v C)

Todo A **não é** B = **Nenhum** A é B

Nenhum A **não é** B = **Todo** A é B

(8) Considere como premissas as seguintes proposições:

• "Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática."

• "O candidato não pode inscrever-se no concurso para ingresso na carreira diplomática." Nesse caso, obtém-se uma argumentação lógica correta se for apresentada como conclusão a proposição: "O candidato não é brasileiro nato."

Vamos considerar as seguintes proposições:

O candidato é brasileiro nato **(A)**

O candidato pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática **(B)**

O candidato **não** é brasileiro nato **(~A).**

O candidato **não** pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática **(~B)**

Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática (**Av~B)**.

A questão informa que a 4ª e a 5ª frases acima são premissas verdadeiras.

Vamos elaborar uma tabela verdade, considerando o conectivo "ou... ou" uma disjunção exclusiva:

A	**B**	**~A**	**~B**	**Av~B**
V	V	F	F	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	**V**	**V**	**V**

Percebam que apenas na **quarta linha da tabela** a 4ª e a 5ª frases são verdadeiras. Portanto, chega-se à conclusão que a 3ª frase - O candidato **não** é brasileiro nato **(~A)** - deve ser considerada VERDADEIRA, a fim de se chegar a uma argumentação lógica correta. Neste caso, a alternativa estaria CORRETA.

No entanto, temos que nos atentar a uma **OBSERVAÇÃO IMPORTANTÍSSIMA**: A banca organizadora desta prova (**cespe-UNB**) considerou que o conectivo **"ou…ou"** é uma **disjunção** e não uma disjunção exclusiva! Nesse entendimento, a tabela verdade ficaria assim:

A	**B**	**~A**	**~B**	**Av~B**
V	V	F	F	V
V	F	**F**	**V**	**V**
F	V	V	F	F
F	F	**V**	**V**	**V**

Percebam que, neste caso, **tanto na segunda, quanto na quarta linha da tabela**, a 4ª e a 5ª frases são verdadeiras. Portanto, chega-se à conclusão que a 3ª frase - O candidato **não** é brasileiro nato **(~A)** - pode ser considerada VERDADEIRA ou FALSA, a fim de se chegar a uma argumentação lógica correta. Alternativa ERRADA.

Neste caso, **a alternativa foi considerada ERRADA**.

(9) Sabe-se que as proposições ¬(A⋀B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B. Então a negação da proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" pode ser simbolizada da forma (¬A)VB.

Vamos considerar as seguintes proposições:

1) O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi **(A)**

2) O Brasil possui embaixada em Marrocos **(B)**

3) O Brasil não possui embaixada em Abu Dhabi **(~A)**

4) O Brasil não possui embaixada em Marrocos **(~B)**

A proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" seria representada por: **(A^~B).**

A negação dessa proposição, então, seria: **~(A^~B)**

O exercício pergunta se essa negação poderia ser também representada por **~A v B.** Ou seja, o exercício quer saber se as proposições **~(A^~B)** e **~A v B** são equivalentes.

Se tivéssemos na memória as principais equivalências, seria fácil solucionar a questão, pois, conforme visto acima:

~ (A ^ B) = ~A v ~B

Assim:

~ (A ^ ~B) = ~A v B (são equivalentes).

No entanto, podemos também elaborar a tabela verdade das proposições:

A	B	~A	~B	~Av~B	(A^B)	~(A^B)	A^~B	~(A^~B)	~AvB
V	V	F	F	F	V	F	F	**V**	**V**
V	F	F	V	V	F	V	V	**F**	**F**
F	V	V	F	V	F	V	F	**V**	**V**
F	F	V	V	V	F	V	F	**V**	**V**

Apenas a título de comprovação, elaboramos uma tabela verdade completa. Vejam que realmente as proposições ¬(A∧B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B, conforme indica o exercício (basta olhar a 5ª e 7ª colunas). Isso significa o que? Que são proposições equivalentes.
Fizemos então a tabela verdade para **~(A^~B)** e para **~A v B** e pudemos comprovar que essas duas proposições também são equivalentes (**colunas 9 e 10**). Portanto, a alternativa está CORRETA.
(10) Considere que as premissas de um argumento incluem a proposição: "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado". Nesse caso, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" é uma conclusão que torna o argumento correto.
Vamos imaginar as proposições:
O barão do Rio Branco foi professor. **(A)**
San Tiago Dantas foi advogado. **(B)**
San Tiago Dantas **não** foi advogado **(~B)**
O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado **(A ^ B)**
Se San Tiago Dantas **não** foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor **(~B→A)**
Agora, vamos elaborar a tabela verdade:

A	B	~B	A^B	~B→A
V	V	F	**V**	**V**
V	F	V	F	V
F	V	F	F	V
F	F	V	F	F

A questão considera premissa verdadeira a frase "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado", que é representada por **A^B.**
Desta forma, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" (**~B→A)** é uma conclusão que torna o argumento correto (basta olhar a primeira linha da tabela). Alternativa CORRETA.
GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C

12. Cultura Geral

Renan Flumian e Eloy Gustavo de Souza

(Diplomacia – 2004)

É na visão retrospectiva que se descobrem as características (boas ou más) da cultura nacional, cuja originalidade não precisa ser proposta nem defendida, mas pode ser constatada e criticada. A liberdade de criação será maior se o artista, o escritor ou o pensador, como Machado de Assis e Clarice Lispector, não tiverem de criar uma arte, uma literatura ou um pensamento supostamente nacionais.

Uma tal perspectiva não significa abdicar do nacional em detrimento do universal, do local em detrimento do global, pois, se o universalismo pode ser visto como uma visão eurocêntrica, a universalidade não tem centro. Embora desigual e assimetricamente, valores, ideias, expressões culturais e costumes – nacionais e locais – migram, farão isso mais frequentemente com a maior facilidade das comunicações e sempre terão o potencial de universalizar-se. As obras de Machado de Assis e Clarice Lispector, sem deixar de ser brasileiras, são um claro exemplo dessa possibilidade de universalização.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos da cultura, julgue os itens seguintes.

(1) O Renascimento dos séculos XV e XVI, malgrado sua força criativa, não se enquadra naquilo que o texto classifica de universalismo como "invenção eurocêntrica". A rigor, figuras como Camões, Shakespeare, Michelangelo, da Vinci, Rafael ou Miguel de Servet, entre tantos outros, expressam – na literatura, nas artes plásticas e na ciência – uma cultura não mais que local, desprovida de suficiente latitude para representar uma visão do mundo que transcendesse horizontes europeus.

(2) Diferentemente do ocorrido na América de colonização espanhola, em larga medida circunstanciada pela exploração de ouro e prata, o Brasil colônia constituiu uma sociedade essencialmente rural, muito dependente da agroindústria açucareira e, mais tarde, do café. Essa ausência de vida urbana é a razão mais plausível para que, no período colonial brasileiro, não sobressaíssem nomes na área artístico-cultural, como a arquitetura, na escultura, na literatura, na pintura ou na música sacra.

(3) A obra de Machado de Assis, que o texto reconhece ser brasileira sem perder a possibilidade da universalização, além de marco na literatura brasileira, não perde sua atualidade ante a passagem do tempo. Livros como **Memórias Póstumas de Brás Cubas** e **Dom Casmurro** sintetizam a magnitude de uma obra que ocupa posição central na tradição brasileira de literatura urbana.

(4) Ao longo do século XX, especialmente a partir dos 1930, o processo de modernização econômica e política do país – de que seriam símbolos o fim da República Velha e o esforço de industrialização – se fez acompanhar de sensível renovação em determinadas áreas da cultura, como na música – a exemplo da obra de Heitor Villa-Lobos – e na pintura – com o trabalho de Cândido Portinari.

(5) As encenações de **Vestido de noiva**, em 1943, e de **Álbum de Família**, dois anos depois, definitivamente colocaram seu autor – Nélson Rodrigues – no primeiro plano da dramaturgia brasileira. Contudo, por maior que tenha sido seu impacto, a obre rodrigueana não revolucionou os padrões vigentes no teatro brasileiro desde o século XIX, talvez por não ter ousado em termos formais e temáticos.

(6) Ministro da Educação e Cultura na época do Estado Novo de Vargas, Gustavo Capanema instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atitude considerada essencial para preservar a memória do país, decisivo para estancar um processo em marcha de destruição de relíquias arquitetônicas que remontavam ao passado colonial. Na formulação e na execução de sua política cultural, Capanema cercou-se de nomes expressivos da intelectualidade brasileira, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Augusto Meyer, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Villa-lobos e Mário de Andrade.

(7) Oscar Niemeyer, considerado por muitos o maior arquiteto brasileiro e, certamente, um dos maiores do mundo, identificado com o Modernismo, percorreu uma trajetória que, iniciada como o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, e tendo em Brasília um de seus pontos mais expressivos, o levou a várias partes do mundo.

(8) A música popular brasileira talvez seja uma das mais admiradas internacionalmente pela riqueza melódica, profusão rítmica e variedade temática. Especialmente a partir dos anos 1930, tornaram-se célebres compositores como Noel Rosa, mesclando boleros com tintas de tango argentino; Ary Barroso e suas letras intimistas, sem ma concessão a exaltações nacionalistas e patrióticas; Antônio Carlos Jobim, escrevendo letras precisas; Chico Buarque de Hollanda e sua particular apreensão da música erudita.

(9) Em 1958, pela primeira vez, o futebol brasileiro conquistava uma copa do Mundo, disputada na Suécia. No mesmo ano, uma "batida" diferente do violão do baiano João Gilberto, na canção **Chega de Saudade**, lançava um estilo que viria caracterizar a bossa nova, passaporte para a música popular brasileira ganhar o mundo.

(10) Contemporâneo da bossa nova, o cinema novo inaugurou uma estética diferente para os padrões cinematográficos nacionais. Ao se afastar completamente da temática agrária/rural, assume feições tipicamente *hollywoodianas*, quer pelo esmero e gigantismo das produções, quer pela assepsia dos temas focalizados.

1: errado. Os autores mencionados tratam em suas obras de questões que vão além da cultura em que se inserem, pois dizem respeito à condição humana: obras como D. Quixote, Rei Lear ou Davi são conhecidas inclusive fora do mundo ocidental;
2: errado. No século XVIII, a economia mineradora que se desenvolveu na região das Minas Gerais propiciou também um desenvolvimento urbano que foi acompanhado um florescimento artístico com o despontar de artistas de relevo. Entre os mais importantes estão o arquiteto e escultor Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), o pintor Manuel da Costa Ataíde, o compositor Lobo de Mesquita e o poeta Tomás Antônio Gonzaga;
3: certo. Machado de Assis foi um escritor de estatura invulgar, celebrado pela crítica nacional e estrangeira, que ainda hoje se debruça sobre a sua obra e extrai dela significados inéditos. Embora tenha cultivado com brilhantismo diversos gêneros - como a crônica, o teatro e a crítica literária - sua obra de contista e romancista se destaca;
4: certo. O Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema, arregimentou artistas intelectuais, independentemente da sua visão ideológica, a serviço da modernização do país. São exemplos da participação desses dois artistas o Canto Orfeônico de Villa-Lobos, ambicioso projeto de educação musical nas escolas, e os afrescos que Portinari pintou para o Edifício-sede do Ministério;
5: Errado. A peça Vestido de Noiva já traz a marca de seu autor e revoluciona os temas tratados no teatro, ao abordar abertamente dos desejos sexuais transgressores da protagonista. Além disso, a peça inova nos elementos cenográficos, ao dividir o palco em três partes (alucinação, realidade e memória), sendo duas de representação psicológica da personagem;
6: certo. Como comentado no item quatro, Gustavo Capanema mobilizou figuras importantes do cenário intelectual do país e empreendeu projetos importantes na área cultural, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
7: certo. A importância de Niemeyer pode ser avaliada pela quantidade e importância das obras feitas em diversos países. Podem-se citar, entre muitas, a Sede do Partido Comunista Francês em Paris, o Centro Cultural Le Havre e Centro Cultural Internacional Niemeyer em Avilés, na Espanha;
8: errado. Noel Rosa é sambista e foi buscar inspiração e parceria dos Bambas do Estácio, músicos negros de origem humilde como Ismael Silva. Ary Barroso cultivou musicas intimistas como Folha Morta, mas é principalmente lembrado por uma vertente de samba que inaugura, o samba exaltação, de caráter nacionalista e ufanista, cujo exemplo mais perfeito é Aquarela do Brasil. Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque são músicos importantes, porém de período posterior. Além disso, cabe ao primeiro, a afirmação sobre sua ligação com a música erudita;
9: certo. João Gilberto, Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes são considerados os pais da bossa nova, cujo sucesso internacional pode ser atestado pelo grande número de gravações por artistas estrangeiros, como Frank Sinatra (americano), Damien Rice (irlandês) e Pierre Barouh (francês);
10: errado. O cinema novo apresenta características exatamente opostas às descritas na questão. Propunha um cinema do possível, frente à falta de recursos, seu lema era "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça". Os filmes tratavam de questões políticas e sociais prementes do país e suas imagens chocavam, por vezes, pela crueza. Algumas obras, retomando a literatura de 30, debruçavam-se sobre as condições de vida dos desvalidos do campo como "Vidas Secas" e "Deus e o Diabo na Terra do Sol".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E,9C, 10E

(Diplomacia – 2002) Foram coetâneos os dois pintores relacionados em uma das opções a seguir:

(A) Rubens e Mondrian.
(B) Rembrant e Piero Della Francesca.
(C) Matisse e Picasso.
(D) Monet e Velásquez.
(E) Modigliani e Goya.

A, B, C, D e E: Henri Matisse (31 de dezembro de 1869 - 3 de novembro de 1954) e Pablo Picasso (25 de outubro de 1881 - 8 de abril de 1973) foram coetâneos. Matisse, um artista francês reconhecido pela utilização da cor e desenhos fluidos e originais, e Picasso, um renomado pintor, escultor e desenhista espanhol. Picasso é considerado um dos fundadores do cubismo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Arquiteto de renome internacional que teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa:

(A) Frank Lloyd Wright.
(B) Walter Gropius.
(C) Le Corbusier.
(D) Alvar Aalto.
(E) Mies van der Rohe.

A, B, C, D e E: Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista e pintor francês. É considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX e foi o criador do conceito Unité d'Habitation.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) O filósofo que propôs, a partir da capacidade de raciocínio humano, a dúvida metódica e a revisão de todo o conhecimento, foi:

(A) Francis Bacon.
(B) Montesquieu.
(C) Diderot.
(D) René Descartes.
(E) Voltaire.

A, B, C, D e E: o Racionalismo é uma concepção filosófica que afirma a razão como única faculdade a propiciar o conhecimento adequado da realidade. Defende que a existência das coisas tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrada de fato, como a origem do Universo. Assim, privilegia a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento. Considera a dedução como o método superior de investigação filosófica. Os principais pensadores dessa escola são René Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), os quais introduzem o racionalismo na filosofia moderna. E, por seu turno, Friedrich Hegel (1770-1831) defende o racional como real, em virtude da total inteligibilidade desse último. O racionalismo é baseado nos princípios da busca da certeza e da demonstração, sustentados por um conhecimento *a priori*, ou seja, conhecimentos que não vêm da experiência e sim oriundos da razão. Por fim, René Descartes é considerado o fundador do racionalismo moderno.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Os quatro grandes teatrólogos da Grécia clássica de quem nos chegaram peças inteiras ou quase inteiras foram:

(A) Sócrates, Platão, Aristóteles, Heráclito.
(B) Hesíodo, Homero, Safo, Píndaro.
(C) Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes.
(D) Péricles, Leônidas, Trasíbulo, Epaminondas.
(E) Górgias, Diógenes, Zenon, Empédocles.

A, B, C, D e E: os tragediógrafos, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes nos legaram obras como "Prometeu Acorrentado", "Édipo rei" e "As Bacantes". Já, do comediógrafo Sófocles, temos peças como "As Nuvens".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) O "Encouraçado Potemkin" é uma obra de arte de valor indiscutível, feita por encomenda do governo soviético para comemorar um motim a bordo de um encouraçado da frota russa no Mar Negro. A obra em questão é:

(A) Um filme do diretor Aleksander Petrovitch Dovjenko.
(B) Uma peça sinfônica de Igor Stravinski.
(C) Uma ópera de Rimski-Korsakov.
(D) Uma peça teatral de Stanislavski.
(E) Um filme de Eisenstein.

A, B, C, D e E: o Encouraçado Potemkin foi um filme russo realizado, em 1925, pelo cineasta Sergei Mikhailovich Eisenstein. O filme conta a história de marinheiros de um navio do Czar que se rebelam contra a opressão de seus comandantes e assumem o controle do Potemkin. A população de Odessa apóia a revolta, mas as forças repressoras do regime czarista esmigalham o movimento com violência desmedida. Trata-se de um filme muito conhecido, sobretudo em função da utilização de técnicas de filmagem consideradas inovadoras para a época.

GABARITO "E".

(Diplomacia – 2002) Assinale a única afirmação incorreta:

(A) Heitor Villa-Lobos foi um dos maiores compositores brasileiros modernos de música clássica.
(B) São nomes do jazz contemporâneo Joshua Redman, Bill Charlap e Joe Lovano.
(C) O MPB-4 é um grupo vocal masculino que esteve, nos anos 60 e 70, na linha de frente da combativa Música Popular Brasileira e permanece ativo.
(D) Com libreto de Lorenzo da Ponte, Mozart compôs sua ópera Don Giovanni, encenada em Praga em 1787.
(E) O dodecafonismo é um termo pejorativo utilizado pelo compositor austríaco Arnold Schonberg para designar as formas tradicionais de composição tonal baseadas no emprego rígido das doze notas musicais.

A, B, C, D e E: a única alternativa que apresenta uma informação falsa é a "E", pois o dodecafonismo é um sistema de organização de alturas musicais criada na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schoenberg.

GABARITO "E".

(Diplomacia – 2002) Perguntado sobre que livro estava lendo no momento, alguém, querendo exibir erudição e cultura clássica, cometeu um grande fiasco ao responder que estava lendo:

(A) Antígona, de Sófocles.
(B) Ética a Nicômaco, de Sócrates.
(C) Poética, de Aristóteles.
(D) Catilinárias, de Cícero.
(E) O Banquete, de Platão.

A, B, C, D e E: Ética a Nicômaco é a principal obra sobre ética escrita por Aristóteles. Nela se expõe sua concepção teleológica e eudemonista de racionalidade prática, sua concepção da virtude como mediania e suas considerações acerca do papel do hábito e da prudência. Importante apontar que no Livro V dessa obra, Aristóteles trata do conceito de *justiça*. Esse conceito está ligado a três ideias: a) virtude; b) bem; c) busca do meio termo. Para Aristóteles, a justiça é uma virtude. Trata-se da mais elevada expressão da excelência moral. Essa virtude deve conter a busca pelo bem do próximo. E, na prática da justiça, o indivíduo deve se orientar pela busca do meio termo. Para Aristóteles, as extremidades trazem a injustiça, e o meio-termo, a justiça. Assim, percebe-se que Aristóteles traz duas definições de virtude. Uma delas em relação ao hábito, onde a *virtude* é uma disposição de caráter, um hábito adquirido. Nesse sentido, a ética vai sempre orientar o homem para a incorporação de hábitos virtuosos, os quais o encaminham para a perfeição. E em relação à mediania, onde a *virtude* é uma disposição para agir de um modo deliberado, que consiste numa *mediania* determinada de maneira racional pelo homem prudente, dotado de sabedoria prática. A ação virtuosa consiste, portanto, numa escolha preferencial baseada numa deliberação racional.

GABARITO "B".

(Diplomacia – 2002) O "Abaporu" foi pintado por:

(A) Emiliano Di Cavalcanti.
(B) Cândido Portinari.
(C) Tarsila do Amaral.
(D) Anita Malfatti.
(E) Lasar Segall.

A, B, C, D e E: o *Abaporu* foi pintado por Tarsila do Amaral. Essa tela foi pintada em 1928 em função do aniversário de Oswald de Andrade, seu marido na época, e retrata uma crítica à desvalorização do trabalho intelectual.

GABARITO "C".

(Diplomacia – 2002) Assinale o enunciado que não se coaduna com a defesa do relativismo histórico-cultural e do relativismo cognitivo:

(A) Os valores de uma cultura não se medem pelos valores de outra cultura diferente.
(B) Os fatos históricos só podem ser interpretados na perspectiva dos valores culturais.
(C) Os valores culturais são incomensuráveis.
(D) Não há verdade objetiva.
(E) Há verdades universais.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contraria o relativismo é a "E", pois essa defende a existência de verdades universais, isto é, totalmente contrária a ideia defendida pelo relativismo histórico-cultural e cognitivo.

GABARITO "E".

(Diplomacia – 2002) O que significa essencialmente a conhecida expressão atribuída ao "maquiavelismo político" ou "realpolitik": "Os fins justificam os meios"?

(A) Quaisquer que sejam os fins, os meios se ajustarão a eles.
(B) Se os fins são justificáveis, os meios adequados à sua realização serão também justificáveis.
(C) Os fins só se justificam quando os meios são justos.
(D) Se os meios são justos, os fins também o serão.
(E) Quaisquer que sejam os meios, os fins sempre se realizam com justiça.

A, B, C, D e E: a alternativa "B" traz o correto significado da expressão "os fins justificam os meios".

GABARITO "B".

(Diplomacia – 2002) A partir de 11 de setembro de 2001, a espada de Dâmocles ganhou assento cativo em todos os debates sobre segurança no mundo ocidental. A expressão "espada de Dâmocles", que remonta a um cortesão de Dionísio I de Siracusa, é hoje usada para designar:

(A) Ameaça constante e assustadora de perigo iminente.
(B) Preocupação constante com investimentos em segurança.

(C) A busca obsessiva de uma arma tão devastadora quanto uma espada de poderes mágicos.

(D) Uma arma de guerra similar à espada do legendário Rei Artur.

(E) Uma circunstância em que não haja outra saída senão a de desembainhar a espada.

A, B, C, D e E: a expressão "a espada de Dâmocles" provém de uma parábola moral da Antiguidade. Dâmocles, cortesão do rei Dionísio, apenas via os privilégios que a condição de monarca propiciava. O rei se dispõe a trocar de lugar com ele por um dia, mas manda pendurar uma espada sobre o trono, presa apenas por um fio de rabo de cavalo, de modo a representar, em meio aos prazeres do cargo, o perigo das traições que também o acompanha. A expressão passou a designar, por extensão, a iminência de algum mal.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção correta. Uma das características do romance Memórias Póstumas de Brás Cubas é:

(A) O uso da metalinguagem.

(B) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.

(C) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.

(D) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.

(E) A linearidade da narrativa.

A, B, C, D e E: a função metalinguística ocorre nas passagens em que o narrador explica os processos constitutivos do romance que escreve, como, por exemplo, a sua condição singular de defunto autor.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Qual dos seguintes romances foi escrito por Graciliano Ramos?

(A) Grande Sertão: Veredas.

(B) Seara Vermelha.

(C) Pedra Bonita.

(D) Angústia.

(E) Os Sertões.

A, B, C, D e E: Graciliano Ramos, um maiores dos escritores da segunda geração modernista, escreveu quatro romances: Caetés, São Bernardo, Angústia e Vidas Secas.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) A obra Os Sertões foi escrita por Euclides da Cunha tendo como referência histórica o seguinte movimento social:

(A) O Quilombo do Palmares.

(B) Guerra de Canudos.

(C) Guerra do Contestado.

(D) A Balaiada.

(E) Revolução Farroupilha.

A, B, C, D e E: Os Sertões de Euclides da Cunha conta a história da Guerra de Canudos, como uma denúncia contra as autoridades responsáveis pelo massacre ocorrido com os sertanejos de Belo Monte.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Podemos considerar um exemplo da fase heroica do modernismo brasileiro:

(A) o movimento antropofágico.

(B) a narrativa do pós-guerra.

(C) o teatro revolucionário de 1955.

(D) a obra Grande Sertão: Veredas.

(E) a poesia concreta de Augusto de Campos (1953).

A, B, C, D e E: a fase heróica do modernismo brasileiro costuma ser situada pelos historiadores entre 1922 e 1930. Nesse período, surgiram alguns movimentos estéticos como a Poesia Pau Brasil, o Verde-amarelismo e a Antropofagia.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) O Instituto Rio Branco está preparando o lançamento do livro "O Itamaraty na cultura brasileira", para homenagear os diplomatas que, além de se terem destacado profissionalmente, aportaram importante contribuição para as artes e o pensamento nacionais. Uma personalidade, entre as listadas abaixo, não poderia ser incluída no referido livro. Trata-se de:

(A) Brasílio Itiberê.

(B) Basílio da Gama.

(C) Joaquim Nabuco.

(D) Sérgio Buarque de Holanda.

(E) João Cabral de Melo Neto.

A, B, C, D e E: de todas as alternativas, a "D" é a única que traz alguém que não foi diplomata. Ademais, o livro foi publicado em 2002 e é organizado pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) O delta do Rio Níger, na África, é rico em reservas petrolíferas. Este fato estimulou uma das mais sangrentas guerras civis ocorridas naquele continente. Como era também conhecida a região onde se situa o referido delta, região que tentou separar-se do restante do país?

(A) Cabinda.

(B) Abujão.

(C) Biafra.

(D) Suazilândia.

(E) Sokoto.

A, B, C, D e E: a República do Biafra foi um estado secessionista no sudeste da Nigéria. O Biafra era habitado majoritariamente pelo povo ibo e existiu de 30 de Maio de 1967 a 15 de Janeiro de 1970. Lembrando que o desmembramento ou a secessão ocorre pela formação de dois ou mais estados provenientes da divisão de um Estado. Como grande exemplo tem-se o processo de desmembramento da República Socialista Federativa da Iugoslávia. As outras modalidades de extinção de estado são: fusão e transferência territorial. A fusão ocorre quando dois ou mais estados passam a constituir um único. A fusão pode tomar várias formas, por exemplo, um estado pode deixar de existir e se integrar a outro, como também os dois estados deixam de existir e formam um novo estado. E a transferência territorial ocorre quando parcela territorial integrante de um estado transfere-se para outro. Como grande exemplo, tem-se o Acre, pois em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil recebeu a posse definitiva do Acre. O território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo sobre a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.
Deve-se aventar que nesta hipótese não se configura surgimento ou desaparecimento de soberania, mas somente uma mudança da soberania incidente sobre a parcela territorial transferida.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) O antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed*, o Banco Central norte-americano, foi:

(A) George Schultz.
(B) James Baker.
(C) James Brady.
(D) Paul Volker.
(E) Jimmy Carter.

A, B, C, D e E: o antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed* foi Paul Volker, que foi presidente de *Fed* de 1979 a 1987, passando pelos governos de Jimmy Carter e Ronald Reagan.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 2000) Qual das seguintes tríades pode ser associada à figura de Joaquim Nabuco?

(A) monarquista/ liberal/ baiano.
(B) Republicano/ anti-escravista/ baiano.
(C) Republicano/ anti-escravista/ pernambucano.
(D) Monarquista/ anti-escravista/ pernambuco.
(E) Diplomata/ anti-escravista/ carioca.

A, B, C, D e E: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 19 de agosto de 1849 - Washington, 17 de janeiro de 1910) foi um político, diplomata, historiador, jurista e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. E, de fato, era conservador e antiescravista, tendo, inclusive, escrito importantes livros como O Abolicionismo, Um Estadista do Império e Minha Formação. “Por motivos opostos, isto é, por impaciência com a atuação do imperador com relação à abolição, que considerava tímida, Joaquim Nabuco usou também a metáfora teatral para caracterizar o sistema imperial. Ela aparece principalmente em *O Abolicionismo*, de 1883, mas está também presente no mais meditado *Um Estadista do Império,* escrito já na República. É neste último livro, por exemplo, que Nabuco repete Vianna ao dizer que o imperador passou 50 anos a fingir governar um povo livre, só que em sentido positivo e elogioso. No texto de *O Abolicionismo*, o sistema imperial é caracterizado como um jogo de aparências, de falsas realidades, de ficção. A metáfora teatral é nele vinculado a metáfora da sombra. O governo seria a sombra da escravidão; esta, ao final, se tornara também sombra, assim como os políticos eram sombra do poder imperial. A metáfora da sombra já ocorrera a Vianna em discurso de 1882. O parlamento, disse ele nesse discurso: é espectro, sombra de outra sombra, porque não há país constituinte nem país constituído” (José Murilo de Carvalho. A Construção da Ordem & Teatro de Sombras, pág. 419-420. Ed. Civilização Brasileira, 4º edição, 2008).

GABARITO “D”

(Diplomacia – 2000) Oscar Niemeyer é o arquiteto brasileiro de maior renome internacional. Selecione, a seguir, a opção que lista apenas obras de sua autoria.

(A) Palácio da Alvorada (Brasília), Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro), Palácio das Liberdades (Belo Horizonte).
(B) Palácio Itamaraty (Brasília), Palácio da Indústria (edifício da Bienal de São Paulo), Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro).
(C) Teatro Nacional (Brasília), Igreja de São Francisco (Belo Horizonte), Memorial JK (Brasília).
(D) Sede do Partido Comunista Francês (Paris), Memorial da América Latina (São Paulo), edifício da Petrobrás (Rio de Janeiro).
(E) Catedral de Brasília, Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A, B, C, D e E: a única alternativa que apenas lista obras de autoria de Oscar Niemeyer é a “C”.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2000) Cesar Gaviria, atual Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, foi Presidente:

(A) do Panamá.
(B) Da Colômbia.
(C) Do México.
(D) Do Uruguai.
(E) Da Costa Rica.

A, B, C, D e E: Cesar Gaviria foi Presidente da Colômbia de 1990 a 1994 e Secretário-Geral da OEA de 1994 a 2004. A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional que tem por objetivo garantir a paz e a segurança no continente americano. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação regional. Foi instituída, na Nona Conferência Internacional Americana, que se reuniu em Bogotá (Colômbia), em 1948, pela Carta da Organização dos Estados Americanos e é considerada como organismo regional das Nações Unidas. E a possibilidade de ingresso na OEA é aberta a todo estado independente americano. No quesito ingresso cabe fazer uma ponderação em relação a Cuba, pois tal país foi suspenso da OEA em 31 de janeiro de 1962, após seu governo declarar o caráter socialista da Revolução Cubana e se aliar à URSS. A suspensão foi revogada em três de junho de 2009 pela 39ª Assembleia Geral da OEA. A resolução que cessa a suspensão de Cuba determina que seu ingresso será pautado por um processo de diálogo com suporte nas práticas, propósitos e princípios da OEA. Os principais órgãos do OEA são: a) Assembleia Geral: órgão superior da OEA, ela é composta pelos representantes de todos os estados-membros, os quais têm direito a um voto cada e reúne-se anualmente; b) Conselhos: a OEA conta com o Conselho Interamericano Econômico e Social, o Conselho Permanente e o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, todos caudatários da Assembleia Geral; c) Comissão Jurídica Interamericana: a Comissão Jurídica Interamericana é o órgão consultivo em relação aos assuntos jurídicos, mas também atua no desenvolvimento e codificação do direito internacional; d) Comissão Interamericana de Direitos Humanos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem por função primordial promover o respeito e a defesa dos direitos humanos, além de ser o órgão consultivo no referente aos assuntos humanitários; e) Secretaria-Geral: a Secretaria-Geral é regida pelo Secretário-Geral, o qual será eleito para um mandato de cinco anos e, atualmente, com impossibilidade de reeleição. É importante aventar que o Secretário-Geral não pode ser sucedido por pessoa de mesma nacionalidade.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 2000) Faleceu, em 1999, Julius Nyerere, que teve papel de destaque, como não só líder da independência de seu país, mas também um dos mais respeitados estadistas africanos de sua geração. De que país foi ele Presidente?

(A) Zimbábue.
(B) Sudão.
(C) Uganda.
(D) Tanzânia.
(E) Zâmbia.

A, B, C, D e E: Julius Nyerere foi Presidente da Tanzânia.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 2000) Cada opção a seguir faz referência a mulheres que, a despeito das diferenças, têm ao menos um ponto em comum: passaram para a galeria de celebridades históricas. Assinale a opção em que não há relação entre a personagem e o que se diz dela.

(A) Cornélia, filha de Cipião, o Africano, e mãe dos irmãos Graco. Ficou conhecida na história sobretudo por suas virtudes e larga cultura.

(B) Tereza de Jesus, chamada de Santa Tereza de Ávila, ilustre representante do misticismo espanhol, doutora da Igreja, escreveu várias obras entre suas poesias.

(C) Inês de Castro, personagem mitológica, foi morta por D. Pedro, seu esposo, e vingada posteriormente pelo rei D. Afonso IV.

(D) Salomé, princesa judia, filha de Herodes Felipe e Herodíades, conseguiu de seu tio, Herodes Antipas, acabeça de João Batista como recompensa por uma exibição de dança.

(E) Heloísa, discípula de Abelardo, com quem se casou secretamente, fez votos de castidade, ao se separar. Mantiveram ambos uma correspondência caracterizada por um misto de piedade e paixão.

A, B, C, D e E: a única alternativa que apresenta uma correlação falsa é a "C". Inês de Castro foi uma nobre galega, amada pelo futuro rei D. Pedro I de Portugal, de quem teve quatro filhos. Foi executada às ordens do pai deste, o Rei D. Afonso IV.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Mais uma vez, um filme brasileiro disputou o cobiçado *Oscar*, na categoria de melhor filme estrangeiro, em 2000. Trata-se de *Orfeu*, cujo diretor é:

(A) Arnaldo Jabor.

(B) Cacá Diegues.

(C) Luís Carlos Barreto.

(D) Nelson Pereira dos Santos.

(E) Miguel Farias.

A, B, C, D e E: Cacá Diegues, cineasta brasileiro, autor de clássicos como "Joana Francesa" e "Bye bye Brasil", dirigiu em 1999 uma refilmagem do clássico francês de 1959, "Orfeu Negro" de Marcel Camus, o qual, por sua vez, era baseado na peça "Orfeu da Conceição" de Vinícius de Moraes.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2000) Os anos 60 foram marcantes para a vida social e política do século que se encerra. Indique o evento não ocorrido ao longo da referida década.

(A) A afirmação de rebeldia dos jovens das grandes metrópoles mundiais levou à contestação de vários dos padrões sociais vigentes.

(B) A bandeira da defesa do meio ambiente foi agitada pelos radicais.

(C) A Guerra das Malvinas viria a demonstrar, na década, a eficácia do sistema de defesa das Américas.

(D) A chegada do homem à Lua foi um impulso à capacidade criadora e um salto na evolução tecnológica e espacial.

(E) Os festivais televisionados de música no Brasil arrebataram os jovens e dividiram opiniões em movimentos como o da música de protesto e o da jovem guarda.

A, B, C, D e E: dos eventos listados na presente questão, o único que não ocorreu nos anos 60 foi a Guerra das Malvinas ou Falklands War. Essa guerra se deu entre Argentina e Reino Unido, entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982, e foi motivada pela disputa de controle soberano sobre estes arquipélagos austrais tomados por força em 1833 e dominados, a partir de então, pelo Reino Unido. O saldo final da guerra foi a recuperação do arquipélago pelo Reino Unido e a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e 3 civis das ilhas. Na Argentina, a derrota no conflito fortaleceu a queda da Junta Militar e a restauração da democracia como regime de governo. Por outro lado, a vitória no confronto permitiu ao governo conservador de Margaret Thatcher obter a vitória nas eleições de 1983.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Em uma universidade estrangeira que acolhe estudantes de várias procedências, um angolano, fascinado por nossa cultura, pede a um colega brasileiro informações sobre um tal Negrinho do Pastoreiro. A resposta seria correta se dissesse tratar-se de:

(A) personagem do folclore do Rio Grande do Sul; a quem lhe promete cotos de vela, o Negrinho do Pastoreiro faz encontrar objetos perdidos.

(B) Personagem de folguedos de Santa Catarina, associado à Farra do Boi; diverte-se puxando as cabeleiras de moças virgens.

(C) Personagem de uma folia de reis do interior de São Paulo, particularmente do Vale do Paraíba; tem o hábito de fazer tranças nos rabos dos cavalos não castrados.

(D) Misto de curupira e saci-pererê; tem um pé só, virado para trás e, nas noites de sem lua, costuma perseguir éguas prenhes.

(E) Personagem do folclore mineiro; tem particular devoção a Nossa Senhora e promete proteção a quem a ele recorre no mês de maio, para arrumar casamento.

A, B, C, D e E: a alternativa "A" contém informações corretas sobre o Negrinho do Pastoreiro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) Em um famoso dicionário, o verbete Beccaria vem assim exposto:

> **Beccaria (Cesare Bonesana, marquês de).** *Jurista italiano (Milão 1738 – 1794). (...) denunciou no seu tratado Dos delitos e das penas (1764) a tortura e a pena de morte, assim como a desigualdade das penas, segundo as pessoas. Esta obra conheceu um grande sucesso na Europa das Luzes.*

Uma das opções a seguir contém algo que não é compatível com a Europa das Luzes.

(A) Período do pensamento europeu, caracterizado pela ênfase na experiência e na razão.

(B) Europa de Newton e de Locke na Inglaterra.

(C) Europa dos enciclopedistas e iluministas, marcada pela filosofia anti-racionalista.

(D) Europa de Kant e Lessing na Alemanha.

(E) Europa de Voltaire, Diderot e Rousseau na França.

A, B, C, D e E: o Iluminismo é um movimento intelectual que aparece no séc. XVIII e que repousa totalmente na razão humana, pois a razão levaria ao progresso e à felicidade. O iluminismo apareceu aos olhos do mundo primeiramente na França e depois se estendeu aos outros países europeus. E uma obra de grande destaque, no período, foi a Enciclopédia, coordenada por Denis Diderot e Jean D"Alembert, que reunia todas as realizações técnicas, científicas e humanísticas da humanidade. De uma forma geral, podemos classificar o iluminismo como um movimento empirista e materialista. E o liberalismo é fundamentado nas teorias racionalistas e empiristas do Iluminismo e na expansão econômica gerada pela industrialização. O socialismo surgiu como um contraponto ao liberalismo e ao capitalismo, pois denunciava

a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Mas também é fundamentado pelas teorias empiristas e materialistas.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) A partir de 1978, a República Popular da China conheceu um período, que se prolonga até hoje, de reformas econômicas e de abertura ao exterior. Assinale o nome do principal líder associado a esse período.

(A) Chou Enlai.
(B) Hue Kuofeng.
(C) Mao Zedong.
(D) Deng Xiaoping.
(E) Kim Llsung.

A, B, C, D e E: Deng Xiaoping foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992. É o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) A atividade precípua de uma das pessoas abaixo identificadas está incorreta. Qual?

(A) Eduardo Escorel – música.
(B) Rodrigo Pederneiras – coreografias para balé.
(C) Paulo Pasta – artes plásticas.
(D) Maureen Bisilliat – fotografia.
(E) Lilia M. Schwarcz – antropologia.

A, B, C, D e E: Eduardo Escorel trabalha com cinema, nas funções de roteirista, editor e diretor. É dele o importante filme "Lição de amor", adaptação do romance de Mário de Andrade, "Amar, verbo intransitivo".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) Em Os Lusíadas, de Camões, a posição expressa no discurso do "Velho do Restelo" é:

(A) de incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas vantagens econômicas que poderiam advir para Portugal das ligações comerciais com a Ásia.
(B) De incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas suas conseqüências para o fortalecimento político e moral do povo português.
(C) De incentivo genérico ao empreendimento das navegações portuguesas, sem especificar as razões que as podiam justificar.
(D) De crítica ao empreendimento das navegações portuguesas.
(E) Indiferente à questão das navegações portuguesas.

A, B, C, D e E: embora o objetivo da epopeia seja louvar o povo português e o seu empreendimento marítimo, há dois momentos discordantes desse propósito: o episódio do velho do Restelo e o epílogo. Naquele, no momento da saída de Vasco da Gama de Portugal rumo ao Oriente, um velho "só de experiências feito" critica a glória de mandar e a vã cobiça dos que vão buscar a fama longe de casa e causam muito sofrimento ao povo português.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) O poeta português, Antônio Gedeão (1906- 1995), no poema "Lição sobre a Água", após descrever várias propriedades dessa substância, conclui com esta estrofe:

Foi neste líquido que numa noite cálida de Verão,

Sob um luar gomoso e branco de camélia,

Apareceu a botar o cadáver de Ofélia

Com um nenúfar na mão.

(Antologia da poesia portuguesa contemporânea: um panorama seleção e introdução, de Alberto da Costa e Silva e Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. Pág. 54)

O nome Ofélia, citado no terceiro verso, refere-se a:

(A) personagem da mitologia medieval, equivalente às Ninfas Gregas.
(B) Personagem da tragédia *Hamlet*, de Shakespeare, que se suicidou, após ter enlouquecido.
(C) Ninfa grega, protetora de fontes e rios, morta por Vênus por inveja de sua imensa beleza.
(D) Personagem da tragédia *Otelo*, que, por ciúme, se atira nas águas do Tâmisa.
(E) Personagem de *Dama das Camélias*, que, sabendo-se tuberculosa, se atira nas águas de um turbulento rio.

A, B, C, D e E: Ofélia era noiva de Hamlet e filha de Polônio, após o assassinato deste por aquele, ela enlouquece e morre afogada num lago, havendo a suspeita de suicídio.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) "*Juro*! Deixe ver os olhos, Capitu.

Tinha-me lembrado a definição que José Dias dera deles, 'olhos de cigana oblíqua e dissimulada' . Eu não sabia o que era oblíquo, mas dissimulada sabia, e queria ver se podiam chamar assim."

O namoro de Bentinho e Capitu é tema de que romance brasileiro?

(A) Mar Morto.
(B) O Cortiço.
(C) Dom Casmurro.
(D) A Moreninha.
(E) Menino de Engenho.

A, B, C, D e E: no romance Dom Casmurro, o narrador Bentinho traça um retrato de Capitu a fim de se convencer de que ela não apenas o traiu, mas de que seu romance juvenil já vinha marcado pelo interesse e pela manipulação.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999)

flor da boca da pele do céu

pele do céu da flor da boca

céu da flor da boca da pele

boca da pele do céu da flor

(Augusto de Campos)

Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari destacaram-se como expoentes de que movimento poético brasileiro?

(A) romantismo.
(B) naturalismo.
(C) concretismo.
(D) parnasianismo.
(E) simbolismo.

A, B, C, D e E: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari formam em 1952 o grupo concretista e lançam a revista Noigrandes,

defendendo uma poesia mais experimental em oposição ao conservadorismo de alguns poetas da chamada Geração de 45.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) De quem são estes versos, dos mais belos do cancioneiro popular brasileiro?

"...Queixo-me às rosas, mas que bobagem,

as rosas não falam

simplesmente as rosas exalam

o perfume que roubam de ti..."

(A) Lupicínio Rodrigues.
(B) Cartola.
(C) Herivelto Martins.
(D) Antonio Carlos Jobim.
(E) Chico Buarque de Holanda.

A, B, C, D e E: os versos pertencem ao sambista Agenor de Oliveira, mais conhecido pelo apelido "Cartola", um dos fundadores da escola de samba "Estação Primeira de Mangueira".

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999)

"Este leito que aí está assim revolto, desfeito,

Onde humilde beijei teus pés, as mãos, o busto.

Na ausência do teu corpo a que ele está afeito,

Mudou-se, para mim, em leito de Procusto."

(Emílio de Menezes).

Sobre leito de Procusto, está correta apenas uma das afirmações que se seguem:

(A) Trata-se da alusão a um personagem mitológico responsável pelo sono eterno.
(B) É uma expressão de caráter indecoroso, já que Procusto foi um rei devasso.
(C) É uma expressão ofensiva, pois Procusto é um personagem lendário que costumava submeter suas vítimas à humilhação de se deitarem à força em um leito infame.
(D) Remete ao martírio a que o lendário Procusto submetia sua vítimas, cortando-lhes ou esticando-lhes as pernas para fazê-las caber no leito.
(E) É uma expressão que lembra o tratamento que o lendário Procusto reservava a suas amantes.

A, B, C, D e E: personagem da mitologia grega, Procusto possuía uma cama que dizia ser exatamente do seu tamanho, ele fazia suas vítimas se deitarem nela: aos que eram maiores que a cama, ele lhes cortava os membros; aos que eram menores, ele os esticava.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) Em jantar oferecido em homenagem a ilustre visitante, um Embaixador estrangeiro, residente em Brasília, comenta ter-se impressionado com a alta qualidade da produção de dois Programas especiais que a Rede Globo de Televisão levou ao ar, recentemente, O Auto da Compadecida e Chiquinha Gonzaga. Animada a conversa, Vira-se o Embaixador para você e Pergunta – Quem é mesmo o autor d´O Auto da Compadecida? -, ao que você só poderá responder:

(A) Ariano Suassuna.
(B) João Ubaldo Ribeiro.
(C) José Cândido de Carvalho.
(D) Mario Palmério.
(E) Manoel Antônio Gonzaga.

A, B, C, D e E: Ariano Suassuna é o autor d'O Auto da Compadecida.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Em 30 de dezembro último, celebrou-se o centenário de nascimento do pesquisador Luís da Câmara Cascudo, autor de mais de cem livros, entre os quais A História de Nossos Gestos. Renderam-lhe o justo reconhecimento pela qualidade e relevância de suas pesquisas na área de:

(A) Circo.
(B) Mímica.
(C) Folclore.
(D) Filosofia.
(E) Teatro.

A, B, C, D e E: Luís da Câmara Cascudo (Natal, 30 de dezembro de 1898 - Natal, 30 de julho de 1986) foi um historiador, antropólogo, advogado e jornalista que se dedicou ao estudo da cultura brasileira. Uma de suas mais importantes obras é o Dicionário do Folclore Brasileiro.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) No último Festival de Cinema de Brasília, Amor e Cia recebeu os prêmios de melhor filme e melhor atriz (Patrícia Pilar). A obra original, intitulada Alves e Cia., que inspirou o filme, é de:

(A) Eça de Queiroz.
(B) Machado de Assis.
(C) Rachel de Queiroz.
(D) José de Alencar.
(E) José Sarney.

A, B, C, D e E: Eça de Queiroz, romancista realista português e um dos maiores escritores em língua portuguesa, possui uma obra que, embora centenária, continua despertando interesse, como atesta a constante adaptação de seus livros para o cinema e o teatro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) A Pinacoteca do Estado de São Paulo inaugurou, em setembro último, grande retrospectiva dos trabalhos de Francisco Brennand, consagrado em que campo das artes e filho orgulhoso de que Estado da Federação?

(A) Escultura / Pernambuco.
(B) Tapeçaria / Minas Gerais.
(C) Pintura / Rio Grande do Sul.
(D) Fotografia / Pará.
(E) Gravura / Mato Grosso.

A, B, C, D e E: Francisco de Paula de Almeida Brennand nasceu em Recife, no dia 11 de junho de 1927. É um escultor e artista plástico que desenvolve seu trabalho com diversos suportes. Entretanto, é mais conhecido pelo seu trabalho como ceramista.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Dividido entre duas etnias e com a parte de seu território tendo declarado secessão, não reconhecida pela comunidade internacional, o país é palco de uma das mais antigas operações de paz da ONU. Trata-se:

(A) Angola.

(B) Chipre.
(C) Coréia.
(D) Líbano.
(E) Somália.

A, B, C, D e E: a ilha de Chipre, em sua totalidade, é um país independente. Todavia, em 1974, após 11 anos de violência entre as comunidades e um golpe de Estado de nacionalistas cipriotas gregos, a Turquia invadiu e ocupou a parte norte da ilha. A violência entre as comunidades e a posterior invasão turca levou ao deslocamento de um grande contingente de cipriotas e também o estabelecimento de uma entidade turco-cipriota separada politicamente ao norte, reconhecida internacionalmente somente pela própria Turquia. O tema reconhecimento de estado comporta uma antiga divergência doutrinária. A parcela maior da doutrina defende que o reconhecimento de um estado pelos seus pares tem natureza *declaratória* (é a posição adotada pelo Instituto de Direito Internacional), ao passo que a outra parcela defende que tal reconhecimento tem natureza *constitutiva*. O aclamado princípio da autodeterminação dos povos dá suporte à tese da natureza declaratória do reconhecimento. Pelo dito e pela análise fática recente, pode-se afirmar que o reconhecimento de um estado por outro tem mesmo natureza simplesmente declaratória. Discussões à parte, o reconhecimento pode ser *expresso* ou *tácito*, mas deve ser inequívoco. Exemplos de reconhecimento expresso são: tratado, decreto, nota etc. E exemplos do tácito são: início das relações diplomáticas ou a celebração de um tratado qualquer com o novo Estado. Pode também ser *de jure* ou *de facto*. O reconhecimento *de jure* é definitivo, já o *de facto* é provisório ou limitado. Ainda se pode classificar o reconhecimento como *individual* ou *coletivo*. O individual é efetuado por apenas um estado, já o coletivo por vários estados. Deve-se apontar que na atualidade o reconhecimento coletivo tem maior incidência, isto porque está ligado à aderência do novo estado à Organização das Nações Unidas.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) Academia Sueca resolveu reconhecer um escritor de língua portuguesa, concedendo a José o prêmio Nobel de Literatura de 1998. Qual da seguinte obras não é de Saramago?

(A) ....do Convento.
(B) ....Cerco de Lisboa.
(C) A Cidade e as Serras.
(D) O Evangelho segundo Jesus Cristo.
(E) Ensaio sobre a Cegueira.

A, B, C, D e E: A questão foi anulada devido ao erro de impressão que omitiu parcialmente os nomes das obras constantes nos itens A e B (Memorial do Convento e História do Cerco de Lisboa). A alternativa correta seria, contudo, a "C", por se tratar de uma obra de Eça de Queiroz.

Gabarito ANULADA

(Diplomacia – 1999) "O homem não é mais que um caniço, o mais frágil da natureza; mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: uma névoa, uma gota d'água basta para matá-lo. (...) Toda a nossa dignidade consiste, pois no pensamento. (...) Empenhemo-nos, então, em pensar bem: eis o princípio da moral."

Esses fragmentos são autoria de um famoso pensador do século XVII (1623-1662). Prodigiosa união de matemático, físico e filósofo, com Pierre Fermat lançou a base da teoria moderna das probabilidades. Religioso, ligado aos jansenitas de Port-Royal, deixou os célebres Pensées (1670), obra clássica da filosofia. Trata-se de :

(A) René Descartes.
(B) Soren Kirkegaard.
(C) Henri Bergson.
(D) Antoine Arnauld.
(E) Blaise Pascal.

A, B, C, D e E: a metáfora "caniço pensante" de Pascal para designar o ser humano é bastante conhecida e citada. Há uma referência a ela, por exemplo, em "Memórias Póstumas de Brás Cubas": no capítulo "Virgília", Machado cita-a para formular um dos conceitos básicos de sua visão de mundo, o da "errata pensante".

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Não é necessário saber de cor textos completos de autores/pensadores famosos para reconhecer-lhes a autoria. Exemplo disso é o trecho que se segue:

> *"...perguntando sempre aos outros o que somos e não ousando jamais interrogarmo-nos a nós mesmos sobre esse assunto, e em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximos sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão e sabedoria e prazer sem felicidade. Basta ter provado não ser esse absoluto o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e a desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram, desse modo, todas inclinações naturais."*

A leitura do texto permite afirmar que seu autor é:

(A) Voltaire.
(B) Hume.
(C) Bosset.
(D) Platão.
(E) Rousseau.

A, B, C, D e E: Rousseau é o expoente da *teoria da soberania popular*, segundo a qual, para limitar o poder, é imperativa a participação de todos os cidadãos. Assim, uma vez que o poder pertence a todos, é como se não pertencesse totalmente a ninguém. A contenção do abuso do poder dá-se pela mudança do seu titular, ou seja, o povo - titular do poder em substituição ao monarca - não pode exercer o poder que lhe pertence contra si mesmo. E Rousseau toma como ponto de partida o estado natural, que é aquele no qual o homem é senhor de si mesmo, sendo o único juiz dos meios apropriados à sua conservação. No estado natural, há uma desigualdade entre os homens, que consiste na diferença de idade, da saúde, das forças corporais. Essa desigualdade permite a submissão do mais fraco pelo mais forte. Posto que nenhum homem possui uma autoridade natural sobre seu semelhante e que a força não produz nenhum direito, resta o contrato social como base de toda autoridade legítima entre os homens. Para Rousseau, o contrato social resulta numa vontade geral que deve ser obedecida por todos. Importante dizer que a vontade geral não é a da maioria; a vontade geral é a resultante dos interesses comuns de todos os cidadãos. Somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, que é o bem comum.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Celebra-se esta ano o centenário de nascimento de um escritor de língua espanhola que, que apesar de ter legado ampla obra, para muitos considerada como extraordinária, nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura. Trata-se de:

(A) Camilo José Cela.
(B) Jorge Luis Borges.
(C) Octavio Paz.
(D) Pablo Neruda.
(E) Grabiel Garcia Márquez.

A, B, C, D e E: Jorge Luis Borges nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) Quem é o "Estadista do Império" a que se refere o título da obra célebre de Joaquim Nabuco?

(A) Padre Feijó.
(B) José Thomaz Nabuco de Castro.
(C) Barão do Rio Branco.
(D) Bernado Pereira de Vasconcellos.
(E) Dom Pedro II.

A, B, C, D e E: a obra o "Estadista do Império" se refere a José Thomaz Nabuco de Castro.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) A que episódio marcante da história da França está ligada a famosa carta aberta, publicada por Emile Zola, no jornal L´Aurore, sob o título J´Accuse...! ("Eu acuso...!")?

(A) A destruição da Comuna de Paris.
(B) A derrota francesa na guerra franco-prussiana.
(C) O caso Dreyfus.
(D) O escândalo envolvendo a construção da Torre Eiffel.
(E) O ínicio da colonização da Argélia.

A, B, C, D e E: Dreyfus foi um capitão do exército francês acusado injustamente de vender segredos de guerra aos prussianos. Pelo fato de ser judeu, seu processo acendeu um forte sentimento antissemita. Em 1898, Zola publicou sua carta aberta ao presidente da República, desencadeando um apaixonado debate nacional que levou mais tarde à revisão do caso com a conclusão de inocência do militar, que foi reabilitado.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) O que significa a expressão latina delenda Carthago, usada por Catão?

(A) Cartago deve ser destruída.
(B) Cartago deve ser preservada.
(C) Ainda vive a lenda de Cartago.
(D) Lembre-se de Cartago.
(E) Cartago não se rende.

A, B, C, D e E: a expressão latina *delenda Carthago* significa *Cartago deve ser destruída.*
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Segundo o Senador Arthur da Távola, Chão de Estrela, Carinhoso, Luar do Sertão e Aquarela do Brasil podem ser considerados como hinos da MPB. Qual dos compositores abaixo, importante embora, não foi autor de nenhuma das quatros músicas citadas?

(A) Vinicius de Moraes.
(B) Orestes Barbosa.
(C) Pixinguinha.
(D) Catulo da Paixão Cearense.
(E) Ary Barroso.

A, B, C, D e E: Chão de Estrela foi composta por Sílvio Caldas e Orestes Barbosa; Carinhoso foi composta por Pixinguinha e João de Barro; Luar do Sertão foi composta por Catulo da Paixão Cearense e João Pernambuco; Aquarela do Brasil foi composta por Ary Barroso. Logo, a alternativa que deve ser assinalada é a "A".
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em 1º de janeiro último, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu posse aos Ministros e Secretários da sua nova equipe de governo. A esse respeito, qual informação abaixo está incorreta?

(A) Luiz Felipe Lampreia: Políticas Regionais.
(B) Ovídio de Ângelis: Políticas Regionais.
(C) Francisco Dornelles: Indústria, Comércio e Turismo.
(D) Luiz Carlos Bresser Pereira: Ciência e Tecnologia.
(E) Rodolfo Tourinho: Minas e Energia.

A, B, C, D e E: a única alternativa que não corresponde aos ministérios indicados por FHC é a "C".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) O que é incorreto afirmar sobre o teatro Brasileiro?

(A) No século XIX, as comédias teatrais foram cultivadas por autores como Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e Artur Azevedo e os dramas, por Gonçalves dias, Pinheiro Guimarães e Castro Alves.
(B) Nas primeiras décadas do século XX, denominam-se dramaturgos como Graça Aranha e Pinheiro Machado.
(C) O "Teatro Brasileiro de Comédia" (TBC), fundado em 1948, contribuiu para profissionalização do teatro nacional, mas deu preferência a autores estrangeiros, alguns dos quais encenou por primeira vez no Brasil.
(D) O "teatro de Arena", fundado no início da década de 50 contribuiu para a renovação da linguagem teatral nacional, por meio da promoção de autores brasileiros, como Edvaldo Viana Filho, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri.
(E) O "Teatro Oficina", fundado em 1963 e dirigido por José Celso Martinez Correia, destacou-se pela ousadia de suas experiências e Inovações, de que é exemplo a Montagem de O rei da Vela De Oswald de Andrade.

A, B, C, D e E: Pinheiro Machado foi um influente político gaúcho da Republica Velha. Graça Aranha foi um diplomata e intelectual brasileiro que escreveu o importante romance Canaã, foi dos poucos escritores já consagrados antes do Modernismo que apoiou os jovens modernistas.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Suponha que, como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, você esteja acompanhando uma comitiva de arquitetos de nosso país, numa visita à famosa catedral de Chartres. Sabendo-se que todos os membros da comitiva são profundos conhecedores da história da arquitetura, que (?)

(A) Estamos diante de um monumento suntuoso da arquitetura gótica.
(B) Eis o exemplo típico de um estilo arquitetônico cuja expressão mais alta são as catedrais.
(C) Os senhores estão diante da síntese suprema do estilo barroco em terras de França.
(D) As catedrais de Chartres, Rheims e Notre Dame são expressões maiúsculas de um mesmo estilo arquitetônico na França.
(E) Observem a quantidade e a beleza dos famosos vitrais de Chartres: constituem um ponto de destaque dessa catedral, cheia de luz e cores.

A, B, C, D e E: como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, o certo é dizer o que está contemplado na alternativa "C", pois, de fato, a Catedral de Chartres é a síntese suprema do estilo barroco na França.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) Eminente personalidade do cenário político brasileiro, ele nasceu em Minas Gerais no início do século. Como Ministro da Educação e da Saúde, foi autor de ampla reforma do ensino. Criou o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ajudou a fundar o Partido Social Democrático (PSD). Trata-se de:

(A) Francisco Campos.
(B) Milton Campos.
(C) Paulo Mendes Campos.
(D) Otávio Mangabeira.
(E) Gustavo Capanema.

A, B, C, D e E: a questão faz uma breve descrição histórica de Gustavo Capanema.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1998) "Um movimento que queria apresentar-se como uma imagem da superação do conflito entre a consciência de que a versão do projeto do Ocidente oferecida pela cultura popular e de massas nos Estados Unidos era potencialmente libertadora... e o horror da humilhação que representa a capitulação a interesses estreitos de grupos dominantes, em casa ou nas relações internacionais. Era também uma tentativa de encarar a coincidência (mera?), nesse país tropical, da onda da contracultura com a voga dos regimes autoritários".

Retirada de um livro de publicação recente, a citação acima refere-se a que movimento cultural brasileiro?

(A) tropicalismo.
(B) modernismo.
(C) simbolismo.
(D) neo-realismo.
(E) parnasianismo.

A, B, C, D e E: o trecho em questão faz parte do livro "Verdade Tropical", escrito por Caetano Veloso, um dos idealizadores do movimento Tropicalista.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, consagrou definitivamente o princípio do "desenvolvimento sustentável". Alguns anos antes, uma importante personalidade internacional presidira a Comissão das Nações Unidas que preparou relatório intitulado "Nosso Futuro Comum", que tinha como principal base conceitual a ideia de "desenvolvimento sustentável". Quem foi esta personalidade?

(A) Javier Peres de Cuellar.
(B) Gro Harlem Brundtland.
(C) Al Gore.
(D) Maurice Strong.
(E) Sting.

A, B, C, D e E: a personalidade apontada na questão é Gro Harlem Brundtland. O princípio do desenvolvimento sustentado é aquele que determina a harmonização entre o desenvolvimento econômico e social e a garantia da perenidade dos recursos ambientais.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Antes da Segunda Guerra Mundial, mulher ocupar cargo público de relevo era raro e, em alguns países, inimaginável. Depois de 1945 e, em particular, depois do primeiro governo nacional liderado por uma mulher no Sri Lanka, em 1960, mais de quinze mulheres já chefiaram governos em vários países. Qual país, entre os abaixo citados, nunca teve mulher como Chefe de Governo?

(A) Índia.
(B) Israel.
(C) Reino Unido.
(D) Noruega.
(E) Alemanha.

A, B, C, D e E: essa questão está prejudicada, visto que Angela Dorothea Merkel é a atual chefe de governo da Alemanha.

Gabarito Oficial "E"/Gabarito Nosso "ANULADA"

(Diplomacia – 1998) A moeda a ser adotada pelos países da União Econômica e Monetária chamar-se-á:

(A) Eco.
(B) Marco.
(C) Florin.
(D) Euro.
(E) Franco.

A, B, C, D e E: a União Europeia é uma união econômica e monetária e adotou o euro como moeda única. A União Europeia não é um superestado, mas sim uma entidade supranacional, ou, ainda melhor, uma entidade que funciona por cooperação supranacional. Pode-se também dizer, por uma perspectiva mais sociológica, que é um projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução. Sabe-se que anteriormente ao atual estágio, alguns países europeus constituíram, pelo Tratado de Paris em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), e, em 1957, estes países assinaram os Tratados de Roma, prorrogando e ampliando a cooperação estabelecida no âmbito da CECA com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA). A União Europeia foi formalmente criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em sete de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993. Hoje conta com 27 países-membros e continua em processo de ampliação. Interessante analisar os principais órgãos supranacionais da União Europeia: A) Parlamento: o Parlamento Europeu é o local onde os povos dos estados-membros são representados. A eleição dos deputados se dá mediante sufrágio universal direto, em escrutínios realizados simultaneamente em todos os países comunitários. E desempenha três funções principais: **a)** debate e aprova a legislação da UE (juntamente com o Conselho); **b)** fiscaliza outras instituições da UE, nomeadamente a Comissão, a fim de assegurar que funcionam de forma democrática; **c)** debate e aprova o orçamento da UE (juntamente com o Conselho); B) Conselho: o Conselho Europeu é composto por um representante de cada estado-membro, cuja presidência é exercida rotativamente por seus integrantes no período de seis meses. Cabe ao Conselho definir as principais políticas para a manutenção e aperfeiçoamento da União Europeia; C) Comissão: a Comissão Europeia deve garantir o respeito às regras e aos princípios comunitários, propor políticas ao Conselho com o fito de desenvolver as políticas comunitárias, como também executar as políticas comunitárias com suporte nas decisões do Conselho ou diretamente nos Tratados. É composta por nacionais dos estados-membros, nomeados de comum acordo pelos governos; D) Tribunal de Justiça: o Tribunal de Justiça da União Europeia tem competência para anular os

atos da Comissão, do Conselho ou emanados dos governos nacionais quando contrariarem os Tratados, como também pronunciar-se, a pedido de tribunal ou juiz nacional, sobre a correta interpretação das normas comunitárias. Existe ainda a competência de emitir pareceres vinculantes sobre os acordos que a União Europeia firmar com estados terceiros. O Tribunal é composto por 27 juízes, sendo cada um destes indicados por cada estado-membro e com mandato renovável de seis anos. Deve-se ponderar, por fim, que o Tribunal exerce função de grande relevância na uniformização da interpretação das normas comunitárias e na criação destas mesmas normas.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Para evitar o controle exercido pelos órgãos de censura, conhecido compositor brasileiro assinou algumas obras suas como "Julinho da Adelaide". Foi:

(A) Chico Buarque.
(B) Caetano Veloso.
(C) Edu Lobo.
(D) Gilberto Gil.
(E) Carlos Lyra.

A, B, C, D e E: esse subterfúgio foi utilizado por Chico Buarque.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Alguns críticos consideram que o cinema brasileiro, depois de anos de acanhada produção, estaria vivendo, na década de 90, uma espécie de renascimento atribuído, em grande parte, a medidas governamentais de fomento, de que é exemplo a Lei do Audiovisual. De que trata essa Lei?

(A) de quotas de exibição para filmes brasileiros nas salas comerciais.
(B) De incentivos fiscais para empresas e indivíduos que invistam em cinema.
(C) De financiamento direto do governo à produção de filmes nacionais.
(D) Da realização em diferentes estados do país de mostras e festivais internacionais de cinema.
(E) Da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais pelas redes emissoras de televisão.

A, B, C, D e E: o art. 1º da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) assim dispõe: "Até o exercício fiscal de 2016, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE".

Gabarito Oficial "D"/Gabarito Noswso "B"

(Diplomacia – 1998) "Hegel observou em uma das suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar a primeira como tragédia, a segunda como farsa".
Em que obra encontramos originalmente esse famoso comentário:

(A) O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx.
(B) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber.
(C) A Era das Revoluções, de Eric Hobsbawn.
(D) A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.
(E) As Origens do Capitalismo, de Hannah Arendt.

A, B,C, D e E: a obra "O 18 de Brumário de Luis Bonaparte" visa a criticar o golpe de estado empreendido por Luís Bonaparte, que, a exemplo de seu tio Napoleão Bonaparte, derrubou a república, proclamando-se imperador.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Se, em 1923, a Academia Brasileira de Letras organizasse um encontro internacional com os grandes escritores da época para inaugurar sua nova sede, o Petit Trianon, doado naquele ano pelo governo francês, quem não poderia ser convidado, por estar morto ou não Ter ainda nascido:

(A) James Joyce.
(B) Franz Kafka.
(C) Fernando Pessoa.
(D) Victor Hugo.
(E) Thomas Mann.

A, B, C, D e E: Victor-Marie Hugo nasceu em Besançon, no dia 26 de fevereiro de 1802, e faleceu em Paris, no dia 22 de maio de 1885. Foi um novelista, poeta, dramaturgo, ensaísta, artista, estadista e também ativista pelos direitos humanos com grande atuação política na França.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Hoje em dia, a questão da cidadania é tema presente em toda discussão que envolva a consciência dos direitos e deveres dos brasileiros. José Murilo de Carvalho escreveu sobre a matéria um livro que já se tornou clássico, cujo título é:

(A) Os Bestializados.
(B) Os Marginalizados.
(C) Os Esacndalizados.
(D) Os Estigmatizados.
(E) Os Excluídos.

A, B, C, D e E: o livro citado na questão é "Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi" de autoria do José Murilo Carvalho.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) "Cada uma de nossas concepções principais, cada ramo do nosso conhecimento passa *sucessivamente por três estágios teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo... Considerada na sua acepção mais antiga e mais comum, a palavra positivo designa o real, por oposição ao quimérico."*

A citação acima é de um filósofo que exerceu grande influência sobre diversos políticos republicanos brasileiros no final do séc. XIX. Trata-se de:

(A) Montesquieu.
(B) Auguste Comte.
(C) Isaac Newton.
(D) Thomas Hobbes.
(E) Adam Smith.

A, B, C, D e E: Auguste Comte desenvolveu um pensamento que refutava a preocupação com questões teológicas e metafísicas, enfatizando o valor da ciência. e objetivando o progresso social. Seu pensamento teve grande penetração no Brasil do fim do século XIX, em especial na jovem oficialidade militar, que passou, com isso, a apoiar o ideal republicano.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) "... movimento que atribuiu, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos de.... da opinião, do senso comum, da vontade da comunidade em geral - aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento..."

Extraída do Dicionário de Política, de Bobbio, Matteucci e Pasquino, a citação define o:

(A) Socialismo.
(B) Absolutismo.
(C) Anarquismo.
(D) Liberalismo.
(E) Comunismo.

A, B, C, D e E: a passagem do Dicionário de Política de Bobbio, Matteuci e Pasquino define claramente o anarquismo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) No aniversário de um amigo seu, conhecido apreciador de música barroca, você pensa em presenteá-lo com CDs de representantes típicos dessa escola. Que compositores você procuraria?

(A) Pergolesi e Beethoven.
(B) Corelli e Albinoni.
(C) Boccherini e Schumann.
(D) Vivaldi e Schubert.
(E) Bach e Brahms.

A, B, C, D e E: Arcangelo Corelli (1653-1713) e Tomaso Albinoni (1671-1751) foram músicos e compositores barrocos, destacando-se o primeiro também como exímio violinista.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) "A perspectiva central cede lugar a um modo de ver que reproduz o objeto simultaneamente de vários ângulos visuais. A velha geometria pictórica, orientada pela percepção da realidade, foi acrescida de uma estrutura política autônoma e desenvolvida apenas a partir da tela..."

A citação acima refere-se a que escola?

(A) Cubismo.
(B) Impressionismo.
(C) Fauvismo.
(D) Surrealismo.
(E) Expressionismo.

A, B, C, D e E: a arte moderna, em especial as vanguardas artísticas do século XIX, rompeu com a representação realista na arte. O cubismo tinha como uma de suas características marcantes a geometrização das formas, com o emprego de muitas retas e de ângulos retos, o que levou um crítico descontente a comentar que a tela era uma sucessão de cubos. Paradoxalmente, mas não raro em arte, o comentário que tinha fins depreciativos acabou sendo adotado pelos artistas que passaram a se designar cubistas.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) A atriz Fernanda Montenegro recebeu, na versão deste ano do Festival de Berlim, o "Urso de Prata", por sua atuação no filme Central do Brasil. O filme trouxe igualmente para o Brasil o "Urso de Ouro" (melhor filme), entregue a seu diretor, que é:

(A) Joaquim Pedro de Andrade.
(B) Miguel Faria.
(C) Walter Salles.
(D) Bruno Barreto.
(E) Nelson Pereira dos Santos.

A, B, C, D e E: cineasta de renome internacional, Walter Salles, que já havia chamado a atenção com o filme "Terra Estrangeira" de 1995, consagrou-se em definitivo com "Central do Brasil" de 1998, que, além de diversos prêmios importantes como o Urso e Ouro, recebeu duas indicações ao Oscar.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) A reflexão "governo do povo, pelo povo e para o povo" é fecho de um discurso famoso, pronunciado por:

(A) Winston Churchill.
(B) John F. Kennedy.
(C) Thomas Jefferson.
(D) Abraham Lincoln.
(E) Getúlio Vargas.

A, B, C, D e E: foi no Discurso de Gettysburg que o então Presidente dos EUA Abraham Lincoln pronunciou a tão conhecida reflexão.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Anísio Teixeira foi:

(A) Um poeta do realismo português.
(B) Ministro da Agricultura, no governo de Washington Luís.
(C) O cientista brasileiro que primeiro denunciou o desmatamento da Amazônia.
(D) Um educador que lutou pela renovação do ensino brasileiro.
(E) Um político pioneiro na campanha pela reforma agrária no Brasil.

A, B, C, D e E: Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro que teve papel central na história da educação no Brasil, marcadamente nas décadas de 1920 e 1930, quando difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Teus olhos são negros, negros.

Como as noites sem luar...

São ardentes, são profundos

Como o negrume do mar.

Essa quadra de versos heptassílabos é de autoria do conhecido poeta brasileiro, cujo sesquincetenário de nascimento foi comemorado em 1997 (14 de março). Trata-se de:

(A) Olavo Bilac.
(B) Álvares de Azevedo.
(C) Castro Alves.
(D) Casimiro de Abreu.
(E) Gonçalves Dias.

A, B, C, D e E: trata-se de Castro Alves, poeta romântico brasileiro que ficou conhecido como o "Poeta dos Escravos" pelo seu empenho contra a escravidão, mas que também cultivou poesia lírico-amorosa como a que vem presente na questão.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) Menino de Engenho, Doidinho, Banguê, O Moleque Ricardo e Usina formam o "ciclo da cana-de-açúcar", famoso conjunto de romances brasileiros, cujo autor é:

(A) Graciliano Ramos.
(B) José Lins do Rego.
(C) Érico Veríssimo.
(D) Guimarães Rosa.
(E) Jorge Amado.

A, B, C, D e E: na década de trinta, escritores nordestinos produziram obras de valor que retratavam sua região com seus problemas, dando novo alento a uma vertente importante da literatura brasileira: o regionalismo. Entre eles, José Lins do Rego criou o ciclo da cana-de-açúcar que abordava a vida nos engenhos de cana e a posterior decadência desse modelo e sua substituição pela usina.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em julho de 1955, com vistas à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. Qual dos nomes abaixo se identifica com o que se convencionou chamar "pensamento isebiano"?

(A) Gustavo Corção.
(B) Paulo Freire.
(C) Sérgio Buarque de Hollanda.
(D) Ferreira Gullar.
(E) Hélio Jaguaribe.

A, B, C, D e E: Hélio Jaguaribe foi um dos fundadores de ISEB e um dos seus principais teorizadores.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1998) "O Homem Cordial", "O Bom Selvagem" e "O Eterno Retorno" são conceitos celebrizados, respectivamente, pelos seguintes autores:

(A) Montesquieu, Voltaire e Benedeto Croce.
(B) Sérgio Buarque de Holanda, Jean-Jacques Rousseau e Nietzsche.
(C) Paulo Prado, Albert Camus e Hegel.
(D) Gilberto Freyre, Herbert Spencer e Maquiavel.
(E) Platão, Goethe e Flaubert.

A, B, C, D e E: os conceitos constam, respectivamente, das seguintes obras dos autores citados: "Raízes do Brasil"; "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens" e "A Gaia Ciência".

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) O Barão do Rio Branco adotou como divisa as palavras latinas "URBIQUE PATRIAE MEMOR". Qual é a tradução correta em português dessa divisa:

(A) não há pátria sem memória.
(B) A memória é o fundamento da pátria.
(C) A pátria é a lembrança maior.
(D) A pátria está em todo lugar.
(E) Em toda parte, lembro-me da pátria.

A, B, C, D e E: URBIQUE: em toda parte; PATRIAE: da pátria; MEMOR: lembro-me.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1998) Você está servindo em um posto na América Latina, e uma universidade local convida-o para proferir palestra sobre cultura brasileira pós-64. Qual dos autores abaixo não poderia ser mencionado como expressão do período?

(A) Euclides da Cunha.
(B) Florestán Fernandes.
(C) Darcy Ribeiro.
(D) Caetano Veloso.
(E) José Guilherme Melquior.

A, B, C, D e E: Euclides da Cunha, figura que já se destaca no final do período monárquico como um aspirante a oficial rebelde e republicano e teve seu reconhecimento intelectual em 1902 com a publicação de "Os Sertões", morreu em 1909.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Cineasta Italiano de grande projeção que dirigiu os filmes A Aventura, A Noite e O Eclipse:

(A) Federico Fellini.
(B) Luchino Visconti.
(C) Ettore Scola.
(D) Dino Rossi.
(E) Michelangelo Antonioni.

A, B, C, D e E: Michelangelo Antonioni praticava um cinema introspectivo, com economia de planos, longas tomadas e poucos de diálogos ações. A câmera acompanhava seus personagens angustiados de forma lenta em ações cuja motivação nem sempre é clara, o que torna sua estética desinteressante para o grande público. Entre suas grandes obras, está a trilogia da alienação composta pelos três filmes citados na questão.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Considerado o principal representante do surrealismo no cinema:

(A) Ernest Lubitsch.
(B) Jean Renoir.
(C) Roberto Rosselini.
(D) D. W. Grifth.
(E) Luis Buñuel.

A, B, C, D e E: Buñuel é um cineasta espanhol. O sucesso do filme "O Cão Andaluz", realizado com Salvador Dalí, permitiu a ambos o ingresso no grupo surrealista de André Breton. Fez carreira nos anos 40 e 50 no México, dirigindo inclusive filmes de apelo comercial para poder sobreviver, até que o sucesso de Viridiana, curiosamente feito na Espanha franquista, lhe permitiu a voltar a filmar na França, onde gozou de maior liberdade no controle de seus filmes.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Você está em uma recepção, e seu interlocutor revela gosto por música barroca. Para manter conversação, Você pergunta-lhe qual seu autor favorito. Qual dos compositores abaixo poderia ser mencionado na Resposta de seu interlocutor?

(A) Richard Wagner.
(B) Ludwig Van Beethover.
(C) Wolfgang A. Mozart.
(D) Frédérich Chopin.
(E) Johan Sebastian Bach.

A, B, C, D e E: instrumentista e compositor alemão, Johan Sebastian Bach (1685-1750) provém de uma grande família de músicos e é considerado uma das maiores expressões do Barroco na música.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Não foi Secretário – geral das Nações Unidas:

(A) Javier Pérez de Cuellar.
(B) Dag Hammarskjöld.
(C) Henry Kissinger.
(D) U Thant.
(E) Trygver Lie.

A, B, C, D e E: das pessoas indicadas, a única que não foi Secretário-Geral da ONU é Henry Kissinger. Lembrando que Kissinger ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1973, pela sua participação ativa no acordo que visava o cessar-fogo da Guerra do Vietnam. Ademais, escreveu o conhecido livro intitulado "Diplomacia".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) O Barão de Itararé foi:

(A) Humorista que se consagrou em "A Manhã".
(B) Negociador Brasileiro na crise de Fronteiras com o Equador.
(C) Primeiro Embaixador do Brasil em Washington.
(D) Herói da cruenta Batalha de Itararé.
(E) Líder dos Liberais no Segundo Império.

A, B, C, D e E: Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, também conhecido pelo falso título nobiliárquico de Barão de Itararé, foi um jornalista, escritor e pioneiro no humorismo político brasileiro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Mauá: Empresário do Império: Jorge Caldeira.
(B) Chatò, o Rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand: Fernado Morais.
(C) Estrela Solitária: um Brasileiro chamado garrincha: Sérgio Cabral.
(D) Chega de Saudade: a história e as histórias da Bossa Nova: Ruy Castro.
(E) Vinícius de Moraes: o poeta da paixão / uma biografia: José Castello.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém correlação errônea é a "C", pois o autor de "Estrela Solitária: um Brasileiro Chamado Garrincha" é Ruy Castro e não Sérgio Cabral.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Uma das seguintes óperas foi composta por Richard Wagner:

(A) Fidelio.
(B) O Navio Fantasma.
(C) A Flauta Mágica.
(D) Falstaff.
(E) Wozzeck.

A, B, C, D e E: a ópera "O Navio Fantasma" foi composta por Richard Wagner.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Emílio Goeldi é uma instituição cultural criada para:

(A) Pesquisar a Flora, a Fauna e a cultura da Região Amazônica.
(B) Promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha.
(C) Receber Missionários e representantes das ONG`s.
(D) Preservar o acervo da gravura Brasileira.
(E) Preservar o equilíbrio ecológico da Ilha do Marajó.

A, B, C, D e E: localizado em Belém do Pará, o Museu Emílio Goeldi leva o nome de um de seus diretores, o naturalista suíço que foi um dos responsáveis por dotar o museu da importância que tem hoje.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Compositor considerado como o responsável pela elaboração da escala dodecafônica:

(A) Igor Stravinski.
(B) Paul Hindemith.
(C) Arnold Schoenberg.
(D) Serguei Prokofiev.
(E) Gustav Mahler.

A, B, C, D e E: o dodecafonismo é um sistema de organização de alturas musicais criado na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schoenberg.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Único filme Brasileiro a ganhar a Palma de Ouro do Festival de Cannes:

(A) Terra em Transe.
(B) Memórias do Cárcere.
(C) Os Fuzis.
(D) O Bandido da Luz Vermelha.
(E) O Pagador de Promessas.

A, B, C, D e E: o Pagador de Promessas, o filme brasileiro de 1962 dirigido por Anselmo Duarte e baseado na peça de Dias Gomes, ainda hoje emociona o público com a tragédia da fé simples, mas sincera e decidida, em choque contra a intolerância e a maldade.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Importantes biógrafos do Barão do Rio Branco:

(A) Álvaro Lins e Luiz Viana Filho.
(B) Ruy Castro e Fernando Morais.
(C) Jorge Caldeira e Lídia Besouchet.
(D) José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré.
(E) Stanley Hilton e Thomas Skidmore.

A, B, C, D e E: Álvaro Lins e Luiz Viana Filho foram destacados biógrafos do Barão de Rio Branco.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Peça que não é de autoria de Nelson Rodrigues:

(A) Os Sete Gatinhos.
(B) Navalha na Carne.
(C) Vestido de Noiva.
(D) Bonitinha mas ordinária.
(E) Dorotéia.

A, B, C, D e E: a única das peças indicadas na questão que não é de autoria de Nelson Rodrigues é a "Navalha na Carne", que foi escrita por Plínio Marcos.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Arquiteto que mais inspirou os modernistas brasileiros e a construção de Brasília:

(A) Walter Gropius.
(B) Frank Lloyd.
(C) Joseph Boos.
(D) Le Corbusier.
(E) Phillip Johnson.

A, B, C, D e E: Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista e pintor francês. É considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX e foi o criador do conceito Unité d'Habitation. Deve-se destacar que o arquiteto francês teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Abaporu é nome de:

(A) Uma ave do Centro- oeste.
(B) Uma fruta do nordeste.
(C) Um instrumento musical de origem africana.
(D) Uma tribo indígena da região amazônica.
(E) Um quadro famoso de Tarsila do Amaral.

A, B, C, D e E: o *Abaporu* foi pintado por Tarsila do Amaral. Essa tela foi pintada em 1928 em função do aniversário de Oswald de Andrade, seu marido na época, e retrata uma crítica à desvalorização do trabalho intelectual.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Construção: Chico Buarque.
(B) Águas de Março: Antônio Carlos Jobim.
(C) Sabiá: Caetano Veloso.
(D) Domingo no Parque: Gilberto Gil.
(E) Argumento: Paulinho da viola.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "C", pois a música Sabiá foi composta por Chico Buarque e Tom Jobim e não por Caetano Veloso.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Brasileiro que presidiu a Assembleia Geral das Nações Unidas quando foi criado o Estado de Israel e que teve papel destacado nas negociações que precederam á decisão.

(A) Afonso Ariano de Melo Franco.
(B) Raul Fernandes.
(C) João Neves da Fontoura.
(D) Pedro Leão Velloso.
(E) Oswaldo Aranha.

A, B, C, D e E: em 1947, Oswaldo Aranha foi designado como chefe da delegação brasileira na recém-criada Organização das Nações Unidas e presidiu a II Assembléia Geral da ONU, ocasião em que foi votado o Plano da ONU para a partição da Palestina e que ocasionou a criação do Estado de Israel; aliás, tal fato lhe rendeu eternas gratidões dos judeus e sionistas.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Em que país o Brasil não conquistou a Copa do Mundo de Futebol?

(A) México.
(B) Suécia.
(C) Uruguai.
(D) Chile.
(E) Estados Unidos.

A: incorreta, pois o Brasil conquistou de forma memorável o tricampeonato mundial na competição realizada no México, em 1970;
B: incorreta, pois o Brasil conquistou seu primeiro título mundial na Copa do Mundo da Suécia de 1958;
C: correta, pois o Uruguai foi a sede e o campeão da primeira Copa do Mundo, a de 1930;
D: incorreta, pois o Brasil conquistou o bicampeonato mundial na competição realizada no Chile, em 1962;
E: incorreta, pois o Brasil sagrou-se tetracampeão mundial em 1994, quando a competição foi realizada nos EUA e o time brasileiro guiado pela dupla de ataque Romário e Bebeto.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) O historiador José Honório Rodrigues tem vários textos em que defende as ideias de:

(A) Uma política externa independente.
(B) Uma política externa responsável.
(C) Uma política externa pragmática.
(D) Uma diplomacia voltada para o Ocidente.
(E) Uma diplomacia regionalista.

A, B, C, D e E: o historiador José Honório Rodrigues é defensor ferrenho da política externa independente. "O notável crescimento econômico da Era JK deixou enormes problemas para o governo Jânio Quadros, que assumiu em janeiro de 1961. Eleito pela UDN, enquanto a vice-presidência ficava com João Goulart da ala sindicalista do PTB. Jânio e o seu Chanceler Afonso Arinos lançavam a *Política Externa Independente* (PEI), que tinha como princípios a expansão das exportações brasileiras para qualquer país, inclusive os socialistas, a defesa do direito internacional, da autodeterminação e a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações, uma política de paz, desarmamento e coexistência pacífica, apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes e a formulação autônoma dos planos nacionais de desenvolvimento e encaminhamento da ajuda externa.
A crise desatada pela condecoração de Che Guevara levou o Presidente à renúncia, a qual representou uma tentativa sua de golpe para tentar governar com poderes excepcionais. Para surpresa de Quadros, o Congresso aceitou sua renúncia e os militares vetaram a posse do vice. O país dividiu-se entre uma facção golpista que desejava o *impeachment* de Goulart, e os que defendiam a ordem constitucional. Para evitar um confronto armado, chegou-se a um compromisso com a implantação de um regime parlamentarista. Goulart retornou ao Brasil, assumindo a presidência, enquanto Tancredo Neves, do PSD, assumiu como primeiro ministro. No plano diplomático, o novo Chanceler, San Tiago Dantas, aprofundou a PEI como *defesa do interesse nacional*. Na noite do dia 31 de março para 1 de abril de 1964, várias unidades militares sublevaram-se, marchando sobre Brasília e Rio de Janeiro. Deflagrado o golpe, o regime populista não reagiu, temendo colocar em risco a estrutura social brasileira. Com a queda de Goulart, encerrava-se um ciclo da história brasileira, a do populismo nacionalista." (Paulo Fagundes Vizentini. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro, trechos da pág. 21-24. Editora UFRGS, 2º ed., 2004).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Compositor de música popular Brasileira, autor de Rosa, Carinhoso e Lamento:

(A) Noel Rosa.
(B) Lamartine Babo.
(C) Pixinguinha.

(D) Cartola.
(E) Braguinha.

A, B, C, D e E: o autor das músicas citadas é Pixinguinha.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Qual dos poetas seguir listados pertenceu aos quadros do Itamaraty?

(A) Manoel de Barros.
(B) Vinicius de Moraes.
(C) Mário Quintana.
(D) Carlos Drummond de Andrade.
(E) Olavo Bilac.

A, B, C, D e E: dos poetas listados, aquele que pertenceu aos quadros do Itamaraty foi Vinícius de Moraes. "Ao menos, nessa exata acepção de menosprezo e repugnância, a palavra *poetinha* teria sido dita pelo General Presidente Costa e Silva ao então Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, quando o desligou da carreira diplomática. Um caudilho de ocasião cortava-lhe abruptamente a profissão, que ele cumprira décadas a fio e da qual retirava seu sustento pessoal. Com efeito, tendo em vista o que constava do processo MRE 312.4/69, Vinícius foi aposentado em 29 de abril de 1969, pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, como primeiro secretário da Carreira de Diplomata" (Organização de Alberto da Costa e Silva. O Itamaraty na Cultura Brasileira, pág. 420. Editora Francisco Alves, 2002).
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) J. J. Rousseau: O Espírito das Leis.
(B) Platão: A República.
(C) Aristóteles: A Política.
(D) Thomas More: A Utopia.
(E) Erasmo: Elogio da Loucura.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "A", pois a obra O Espírito das Leis foi escrita por Montesquieu e não por Rousseau.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Importante romancista de língua alemã que se estabeleceu no Brasil fugindo do nazifascimo europeu e escreveu obra de amor ao país, intitulada Brasil, País do Futuro

(A) Otto Maria Carpeaux.
(B) Anathol Rosenfeld
(C) Stefan Zweig.
(D) Gunther Grass.
(E) Afonso Schmidt.

A, B, C, D e E: o autor da obra citada na questão – Brasil, País do Futuro – é Stefan Zweig.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Samuel Beckett: Esperando Godot.
(B) Ibsen: Casa de Bonecas.
(C) Eugene O'Neil: Quem Tem Medo de Virginia Wolf.
(D) Moliére: O Misantropo.
(E) Jean-Paul Sartre: As Moscas.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "C", pois "Quem Tem Medo de Virginia Wolf" é um filme estadunidense de 1966, do gênero drama, dirigido por Mike Nichols. O roteiro é uma adaptação da peça teatral homônima, escrita por Edward Albee.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) A Encíclica Populorum Progressio sobre o progresso das condições sociais teve grande repercussão no Pensamento católico contemporâneo e foi adotada no papado de:

(A) João XXIII.
(B) João Paulo I.
(C) Paulo VI.
(D) Pio XII.
(E) João Paulo II.

A, B, C, D e E: a Encíclica *Populorum Progressio* (Progresso dos Povos) foi adotada no papado de Paulo VI, em 1967.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Jasper Johns e Edward Hopper foram:

(A) Cientistas Político Britânicos.
(B) Artistas Plásticos dos Estados Unidos.
(C) Jornalistas dos Estados Unidos.
(D) Diplomatas que ajudaram a formular a política de Washington para o vietname.
(E) Membros da Administração Nixon.

A, B, C, D e E: Edward Hopper (1882-1967) foi um pintor das paisagens rurais e urbanas norte-americanas, nas quais se pode perceber uma certa melancolia da solidão. Jasper Johns (1930) é um dos mais destacados artistas da Pop Art.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Louis Althusser foi:

(A) Discípulo de Freud.
(B) Poeta Alemão.
(C) Renovador do Expressionismo Francês.
(D) Romancista Austríaco.
(E) Teórico Marxista.

A, B, C, D e E: Louis Althusser foi um importante teórico marxista.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Quem Compôs a música do Hino Nacional Brasileiro:

(A) D. Pedro I.
(B) Francisco Manoel da Silva.
(C) Heitor Villa – lobos.
(D) Carlos Gomes.
(E) Regente Feijó.

A, B, C, D e E: o Hino Nacional Brasileiro foi composto por Francisco Manoel da Silva.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Um dos seguintes Títulos é de autoria de Sergio Buarque de Holanda:

(A) Raízes do Brasil.
(B) Formação do Brasil Colonial.
(C) Sobrados e Mocambos.

(D) História Econômica do Brasil.
(E) História das Relações Brasil – Estados Unidos.

A, B, C, D e E: das obras listadas, aquela que foi escrita por Sérgio Buarque de Holanda é a indicada na alternativa "A", ou seja, Raízes do Brasil.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Uma das principais obras do fundador da psicanálise, Sigmund Freud, é:

(A) A Interpretação dos Sonhos.
(B) O ser e o Nada.
(C) Libido e Sexualidade.
(D) Sonho e Realidade.
(E) A Interpretação da Realidade.

A, B, C, D e E: sem dúvida, a obra "A Interpretação dos Sonhos" é um dos principais escritos de Sigmund Freud.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Giuseppe Verdi: Aida.
(B) Wofgang A. Mozart: As Bodas de Figaro.
(C) Georges Bizert: Carmen.
(D) Carlos Gomes: Bachianas Brasileiras.
(E) Giacomo Puccini: Madame Butterfly.

A, B, C, D e E: os pares se ordenam segundo o critério: compositor de música erudita e uma de suas obras. O único par que apresenta inadequação é o da letra "D". As Bachianas Brasileiras são de autoria de Villa-Lobos.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Rafael Caldeira, Ernesto Samper, Juan Carlos Wasmosy, Gonzalo Sanchez de Losada e Eduardo Frei são, Respectivamente, Presidente de:

(A) Bolívia, Colômbia, Uruguai, Venezuela e Chile.
(B) Venezuela, Colômbia, Paraguai, Bolívia e Chile.
(C) Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru.
(D) Venezuela, Chile, Paraguai, Uruguai e Equador.
(E) Equador, Venezuela, Chile, Bolívia e Paraguai.

A, B, C, D e E: em 1996, Rafael Caldeira era o presidente da Venezuela, Ernesto Samper da Colômbia, Juan Carlos Wasmosy do Paraguai, Gonzalo Sanchez de Losada da Bolívia e Eduardo Frei do Chile.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) No Brasil, o movimento Artístico "concretista" teve, na poesia, uma de suas manifestações importantes, da qual foram expoentes:

(A) Augusto dos Anjos, Ferreira Gullar e Manuel Bandeira.
(B) Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari.
(C) Décio Pignatari, João Cabral de Mello Neto a Ariano Suassuna.
(D) João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Ariano Suassuna.
(E) Carlos Drummond de Adrade, Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles.

A, B, C, D e E: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari formam em 1952 o grupo concretista e lançam a revista Noigrandes, defendendo uma poesia mais experimental em oposição ao conservadorismo de alguns poetas da chamada Geração de 45.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Quem Pintou "Las Meninas"?

(A) Salvador Dalí.
(B) Francisco Goya.
(C) Diego Velázquez.
(D) Antônio Tápies.
(E) Pablo Picasso.

A, B, C, D e E: "Las Meninas" foi a obra-prima do pintor espanhol Diego Velázquez.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Receberam o Prêmio Nobel de Literatura os seguintes autores latino – americanos:

(A) Pablo Neruda e Gabriel García Marquez.
(B) Mario Vargas Llosa e Alejo Carpentier.
(C) Julio Cortázar e Jorge Amado.
(D) Miguel Angel Asturias e Jorge Luís Borges.
(E) Octavio Paz e Adolfo Bioy Casares.

A, B, C, D e E: Pablo Neruda recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1971 e Gabriel García Marquez em 1982. Cabe dizer que o autor latino-americano Mario Vargas Llosa ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2010.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Identifique o personagem da mitologia grega que roubou o fogo, elemento que faltava aos mortais para desenvolverem uma civilização, e entregou a chama aos homens.

(A) Egeu.
(B) Prometeu.
(C) Teseu.
(D) Héracles.
(E) Perseu.

A, B, C, D e E: Prometeu deu o fogo aos homens e, como castigo, Zeus determinou que fosse amarrado por toda a eternidade a um rochedo onde uma águia lhe comeria o fígado que se recompunha ao fim do dia.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Barravento, Filme de 1961, teve como diretor:

(A) Glauber Rocha.
(B) Nelson Pereira dos Santos.
(C) Arnaldo Jabor.
(D) Roberto Farias.
(E) Paulo Cesar Sarraceni.

A, B, C, D e E: trata-se do primeiro longa-metragem do principal cineasta do Cinema Novo, Glauber Rocha.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) A Sagração da Primavera estreou em 1913, na França, e causou grande escândalo nos meios musicais. Qual o compositor da obra?

(A) Maurice Ravel.
(B) Sergei Prokofiev.
(C) Alban Berg.
(D) Igor Stravinsky.

(E) Claude Débussy.

A, B, C, D e E: o compositor da obra "A Sagração da Primavera" é o russo Igor Stravinsky.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) A que país cabe pronunciar o discurso de abertura, a cada ano, do debate geral das Sessões ordinárias da Assembléia Geral das Nações Unidas?

(A) Estados Unidos.
(B) Brasil.
(C) Reino Unido.
(D) Suíça.
(E) Os integrantes do Conselho de Segurança em sistema de rodízio.

A, B, C, D e E: o Brasil é responsável de pronunciar o discurso de abertura. Lembrando que a Assembleia Geral é composta por todos os membros da ONU, cabendo a cada estado-membro apenas um voto e a representação por no máximo cinco indivíduos. Ela reúne-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que preciso for. As decisões da Assembleia Geral são tomadas pela maioria simples dos membros presentes e votantes. Mas pode-se definir que o quórum será de dois terços quando tratar de questões consideradas importantes. Dentre algumas de suas funções pode-se citar: **a)** aprovação do orçamento; **b)** eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e dos membros do Conselho Econômico e Social; **c)** a nomeação do Secretário-Geral da Nações Unidas; **d)** a eleição, em conjunto com o Conselho de Segurança, dos juízes da Corte Internacional de Justiça; dentre outras.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Antoni Gaudí, catalão que se tornou conhecido pela Casa Vicens e pela surpreendente Sagrada Família, tem sua obra concentrada no campo da:

(A) Arquitetura.
(B) Escultura.
(C) Música.
(D) Pintura.
(E) Literatura.

A, B, C, D e E: arquiteto de obras grandiosas, muitas das quais ligadas ao catolicismo, percebe-se, no recorrente emprego de ogivas por Antonio Gaudi, uma influência da arquitetura gótica.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Quem foi o primeiro teórico do surrealismo?

(A) Marinetti.
(B) Blaise Cendras.
(C) Georges Bataille.
(D) André Breton.
(E) André Malraux.

A, B, C, D e E: o primeiro teórico do surrealismo foi André Breton.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Participaram da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, os seguintes artistas plásticos:

(A) Alfredo Volpi, Tarsila do Amaral e José Lins do Rego.
(B) Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.
(C) Artur Piza, Tomie Othake e Victor Brecheret
(D) Di Cavalcanti, Carlos Scliar e Iberê Camargo.
(E) Antônio Portinari, Iberê Camargo e Raul Bopp.

A, B, C, D e E: evento que tinha, como um dos seus objetivos, a divulgação das inovações estéticas no acanhado panorama cultural do Brasil da época, cujo público ainda tinha seu gosto ligado aos padrões do academicismo, a Semana de Arte Moderna contou com a participação de jovens artistas que mal despontavam no horizonte artístico do país, como as pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, e o escultor Vítor Brecheret.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Foi parceiro de composição da Sinfonia de Brasília:

(A) Antônio Carlos Jobim.
(B) Heitor Villa-Lobos.
(C) Camargo Guarneiri.
(D) Cláudio Santoro.
(E) Lorenzo Fernandez.

A, B, C, D e E: Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes compuseram, a pedido do governo, uma sinfonia, "Sinfonia da Alvorada" ou "Sinfonia de Brasília", para saudar a nova capital que surgia em 1960.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Chamado de Annus Mirabilis, 1989 registrou eventos que iriam mudar o curso da História contemporânea. Dentre esses eventos, podem-se destacar:

(A) A invação do Kuaite pelas tropas de Saddam Hussein.
(B) O Término da Rodada Uruguai do GATT.
(C) O Impeachment do Presidente Fernando Collor.
(D) A Assinatura do Tratado de Tlatelolco.
(E) A Queda do Muro de Berlim.

A, B, C, D e E: em 1989, com consequência imprevista do processo de abertura promovido por Gorbatchev desde 1986, chegava a fim um dos maiores símbolos da Guerra Fria, .o Muro de Berlim.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Terra em Transe: Deus e o Diabo na Terra do Sol.
(B) Querelle: Berlin Alexanderplatz.
(C) O Discreto Charme da Burguesia: O Cão Andaluz.
(D) Amarcord: O Inocente.
(E) Fanny e Alexander: Morangos Silvestres.

A, B, C, D e E: Os pares constituem-se de filmes importantes de um mesmo diretor: A) Glauber Rocha, B) Rainer Werner Fassbinder, C) Luis Buñuel, E) Ingmar Bergman. A única exceção é a letra "D", pois "Amacord" é de Federico Fellini e "O Inocente" é de Luchino Visconti.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) As Capelas do Paço, que abrigam as famosas cenas da Paixão de Jesus Cuja Autoria é Atribuída a Aleijadinho, encontram-se em:

(A) Ouro Preto.
(B) Congonhas do Campo.
(C) São João del Rei.
(D) Mariana.
(E) Tiradentes.

A, B, C, D e E: as Capelas do Paço estão situadas em Congonhas do Campo.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) A Dieta é:

(A) A Troika da Antiga União Soviética.
(B) O Comitê de Coordenação das Antigas Repúblicas Soviéticas.
(C) A Assembléria do Povo da Repúblicas Popular da China.
(D) A Designação do Regime Imperial Japonês.
(E) O Parlamento Japonês.

A, B, C, D e E: entre os seus significados, Dieta designa historicamente algumas assembléias deliberativas antigas, em especial as europeias, e algumas modernas, entre elas a do Japão.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) A Ópera L`Orfeo foi composta por:

(A) Giacomo Puccini.
(B) Cláudio Monteverdi.
(C) Gaetano Donizetti.
(D) Georges Bizet.
(E) Giuseppe Verdi.

A, B, C, D e E: levada aos palcos pela primeira vez em 1607 em Mântua, a obra L'Orfeu de Monteverdi, é uma das primeiras composições a ser considerada ópera.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Chefe de Estado Brasileiro que permaneceu mais tempo no poder:

(A) José Sarney.
(B) João Baptista Figueiredo.
(C) Getúlio Vargas.
(D) Prudente de Moraes.
(E) D. Pedro II.

A, B, C, D e E: Dom Pedro II do Brasil (2 de dezembro de 1825 - 5 de dezembro de 1891), alcunhado *o Magnânimo*, foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado por 58 anos.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Foram Ministros das Relações Exteriores de Governo Republicanos:

(A) Carlos Lacerda, Francisco Rezek, Ramiro Saraiva Guerreiro.
(B) Celso Lafer, Petrônio Portella, Antônio Azeredo da Silveira.
(C) Celso Lafer, Horácio Lafer, Ramiro Saraiva Guerreiro.
(D) Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rezek, José Sarney.
(E) Fernando Henrique Cardoso, Rubens Ricuparo, Ramiro Saraiva Guerreiro.

A, B, C, D e E: Celso Lafer foi duas vezes Ministro das Relações Exteriores, nos governos de Fernando Collor e FHC; Horácio Lafer, tio de Celso Lafer, foi Ministro das Relações Exteriores no governo Juscelino Kubitschek; e Ramiro Saraiva Guerreiro foi Ministro das Relações Exteriores no governo João Figueiredo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Quem formulou o Slogan: " A América para os Americanos "?

(A) James Monroe.
(B) Thomas Jefferson.
(C) George Washington.
(D) Benjamin Franklin.
(E) Simon Bolivar.

A, B, C, D e E: o conhecido slogan citado na questão foi formulado por James Monroe, que foi o quinto Presidente dos EUA (1817-1825).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Quando em mau estado de conservação, a Bandeira Nacional deve, no Dia da Bandeira, ser:

(A) Incinerada.
(B) Enterrada.
(C) Guardada em Lugar Digno.
(D) Devolvida ao Setor Encarregado de Preservar o Patrimônio Nacional.
(E) Jogada ao Mar.

A, B, C, D e E: o art. 32 da Lei n. 5.700/71 assim dispõe: "As Bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues a qualquer Unidade Militar, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar". Cabe apontar também que os símbolos nacionais são: **a)** bandeira nacional; **b)** hino nacional; **c)** armas nacionais; e **d)** selo nacional (art. 1º da Lei n. 5.700/71).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Que personagem criado por Machado de Assis viveu a dúvida sobre a fidelidade de sua mulher e a paternidade de seu filho?

(A) Bentinho.
(B) Brás Cubas.
(C) Conselheiro Aires.
(D) Quincas Borba.
(E) Félix.

A, B, C, D e E: trata-se de Bentinho, protagonista do romance Dom Casmurro, que, suspeitando que sua mulher, Capitu, o havia traído com seu melhor amigo, Escobar, arruína o casamento pelo qual tanto se empenhara para conseguir.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, foi escrito por:

(A) Oswald de Andrade.
(B) Jorge de Andrade.
(C) Carlos Drummond de Andrade.
(D) Mário de Andrade.
(E) Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A, B, C, D e E: Macunaíma é o protagonista do romance homônimo, escrito em 1928 por Mário de Andrade, que retoma de forma inovadora a vertente indianista da literatura brasileira.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Primeiro presidente e fundador da Academia Brasileira de Letras:

(A) José de Alencar.
(B) Rui Barbosa.
(C) Machado de Assis.
(D) Coelho Neto.
(E) Olavo Bilac.

A, B, C, D e E: Machado de Assis chegou a um grande reconhecimento em vida do seu valor literário, esteve no grupo dos fundadores da ABL e, quando da sua criação, foi eleito pelos seus pares como seu primeiro presidente.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Escritor Contemporâneo cuja obra literária reserva ênfase à violência urbana:

(A) Josué Montello.
(B) Darcy Ribeiro.
(C) Silviana Santiago.
(D) Luís Fernando Veríssimo.
(E) Rubem Fonseca.

A, B, C, D e E: autor de muitas histórias que descrevem o submundo carioca com sua rica galeria de bandidos, prostitutas, drogados e policiais, Rubem Fonseca enfoca, de forma contundente, a violência presente nesse mundo.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) "A Hora e Vez de Augusto Matraga", filmado em 1963 por Roberto dos Santos, é baseado em obra homônima de:

(A) Graciliano Ramos.
(B) José Lins do Rego.
(C) Guimarães Rosa.
(D) Bernardo Guimarães.
(E) José Américo de Almeida.

A, B, C, D e E: publicado em 1946, Sagarana é a estreia de Guimarães Rosa e tem entre os seus melhores contos "A Hora e a Vez de Augusto Matraga".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Os Sertões, de Euclides da Cunha, relata o Episódio Histórico da:

(A) Campanha de Canudos.
(B) Batalha dos Guararapes.
(C) Abolição da Escravatura.
(D) Campanha do Contestado.
(E) Trajetória de Lampião.'

A, B, C, D e E: enviado como repórter junto à quarta expedição contra Canudos, Euclides da Cunha horrorizou-se com o que viu e, além da cobertura jornalística, decidiu pesquisar a história do conflito, do que resultou em 1902 a publicação do livro "Os Sertões".

GABARITO "A"

WANDER GARCIA, ANA PAULA GARCIA
E RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

4ª
EDIÇÃO
2021

CONCURSOS DA DIPLOMACIA E CHANCELARIA

1ª FASE

1.600
QUESTÕES COMENTADAS

CAPÍTULOS ON-LINE

Professores Altamente Especializados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

COMO PASSAR

EDITORA FOCO

Sumário

1. Língua Portuguesa

Eloy Gustavo de Souza e Fernanda Franco

Texto para as próximas duas questões

O que é o que é?

1 Se recebo um presente dado com carinho por pessoa
de quem não gosto — como se chama o que sinto? Uma
pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da
4 gente — como se chama essa mágoa e esse rancor? Estar
ocupado, e de repente parar por ter sido tomado por uma
desocupação beata, milagrosa, sorridente e idiota — como se
7 chama o que se sentiu? O único modo de chamar é perguntar:
como se chama? Até hoje só consegui nomear com a própria
pergunta. Qual é o nome? e é este o nome.

Clarice Lispector. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 199.

(Diplomacia 2009) Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Em "Se recebo um presente" (*l*.1), a substituição do conectivo por Caso seria sintaticamente correta e dispensaria alterações formais.

(2) Nos trechos "— como se chama o que sinto? " (*l*.2) e "— como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4), o emprego do travessão equivale gramaticalmente ao de vírgula.

(3) Nos segmentos "— como se chama o que sinto?" (*l*.2) e "e que não gosta mais da gente" (*l*.3-4), os pronomes relativos exercem a mesma função sintática.

(4) O referente dos pronomes demonstrativos "essa" e "esse", em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4) é "Uma pessoa" (*l*.2-3).

1: Errado (Análise sintática – conjunção) A substituição proposta do conectivo implica alteração da flexão do verbo para o presente do subjuntivo: **Original:** Se recebo um presente...e **Alterada:** Caso receba um presente...;
2: Certo (Pontuação) Em ambos os casos os travessões estão separando orações. No primeiro caso, separa-se uma condicional da sua principal; no segundo, elas são coordenadas, embora se possa perceber que há implicitamente uma estrutura semelhante à do primeiro caso;
3: Errado (Análise sintática – função sintática do relativo) No primeiro caso, o relativo tem como antecedente o demonstrativo "o" e exerce a função de objeto direto da forma verbal "sinto". No segundo caso, o relativo tem como antecedente o substantivo "pessoa" e exerce a função de sujeito da forma verbal "gosta";
4: Errado (Coesão) O referente dos dois demonstrativos não se encontra num termo no texto, ele é uma situação expressa pelas orações adjetivas anteriores e os seus referentes: "pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da gente".

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação a aspectos gramaticais e aos sentidos do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) É gramaticalmente correto flexionar no plural a forma verbal em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4), tendo como resultado como se chamam (...).

(2) Em "de repente parar por ter sido tomado por uma desocupação" (*l*.5-6), a preposição "por" introduz termo com valor causal, na primeira ocorrência, e o agente da passiva, na segunda.

(3) O trecho final — "Qual é o nome? e é este o nome." (*l*.9) — resume a tese de que a propriedade da linguagem de denominar é limitada.

(4) No título do texto, as duas ocorrências da forma verbal "é" são sintaticamente equivalentes.

1: Certo (Concordância verbal) O sujeito do verbo em questão é composto e seu primeiro núcleo é singular: portanto, pode-se empregar tanto a concordância atrativa quanto a gramatical, ou seja, o verbo pode ficar no singular ou no plural;
2: Certo (Análise sintática – oração reduzida) A primeira preposição "por" introduz uma oração reduzida que traz o motivo da ação de parar expresso na oração principal; a segunda subordina o termo "desocupação" à locução verbal de voz passiva "ter sido tomado" na qual expressa o valor semântico de agente;
3: Certo (Interpretação) "Qual é o nome? e é este o nome" significa que, para aquilo que não se possui nome, nós o "nomeamos" com sua descrição, descrição que apareceria na pergunta sobre o seu nome;
4: Errado (Interpretação - Análise sintática) Na sua primeira ocorrência, a forma verbal "é" deve ser classificada como de ligação e, na segunda, como intransitiva (no sentido de "existir"). O título do texto é equivalente a "O que é o (aquilo) que é (existe)?" e faz referência ao assunto do texto: a inexistência de nomes (o que é) para muitas situações e sentimentos (aquilo que existe).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

Canção do Ver (fragmento)

1 Por viver muitos anos
dentro do mato
Moda ave
4 O menino pegou
um olhar de pássaro –
Contraiu visão fontana.
7 Por forma que ele enxergava
as coisas
Por igual
10 como os pássaros enxergam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
13 Pedra não era ainda a palavra pedra. E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
Podiam ficar em qualquer posição.
16 Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
19 E, se quisesse caber em uma abelha, era só abrir a
[palavra abelha e entrar dentro dela.
Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros. **Poemas rupestres**.
Rio de Janeiro: Record, 2004.

(Diplomacia 2009) A respeito do vocabulário do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

(A) "Moda" (*v*.3) significa conjunto de opiniões, gostos e apreciações críticas, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos, aceitos por determinado grupo humano em um dado momento histórico.

(B) O sentido do vocábulo "Contraiu" (*v*.6) restringe as possibilidades semânticas de "pegou" (*v*.4).

(C) Na expressão "visão fontana" (*v*.6), o vocábulo sublinhado, adjetivo derivado de **fonte**, foi metaforicamente empregado com sentido de originário, gerador, causal, seminal.

(D) Em "As palavras eram livres de gramáticas" (*v*.14), o vocábulo sublinhado alude a regras gramaticais.

(E) O vocábulo "posição" (*v*.15) refere-se à sintaxe, entendida como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase.

A: Errado (Interpretação) A definição de 'moda' presente na alternativa está correta: contudo, essa palavra foi empregada metaforicamente no texto de forma que o seu sentido adquirido difere do usual. Ela deve ser entendida em combinação com o substantivo 'ave' que lhe serve de adjetivo, ou seja, ela indica os modos que o menino adquiriu decorrente do seu isolamento: ele passou a se comportar como uma ave (moda ave);

B: Certo (Interpretação) O verbo "pegar" é bastante polissêmico, na passagem em questão poderia significar, por exemplo, "flagrar": "o menino flagrou um olhar de pássaro", ou seja, percebeu que uma ave olhava para ele. A ocorrência do verbo "contrair", contudo, torna claro o sentido do verso pretendido pelo poeta e, consequentemente, o valor com que foi empregado o verbo "pegar": "o menino passou a olhar as coisas como uma ave olharia", ou seja, contraiu a visão de uma ave;

C: Certo (Interpretação) A interpretação do sentido de 'fontana' na alternativa é plausível, uma vez que descreve como se dá o olhar do menino sobre as coisas – ele as vê de um modo original, como se as observasse pela primeira vez;

D: Certo (Interpretação) Uma vez que a 'visão pássaro' dotou o menino de uma liberdade na língua que lhe permitiu eliminar o significante ou subverter o significado consensual dos signos linguísticos, podemos supor que essa mesma potência poderia subverter as regras gramaticais;

E: Certo (Interpretação) A possibilidade de as palavras ficarem em qualquer posição pode ser interpretada como uma daquelas liberdades que a linguagem do menino adquiriu e que a livrou das regras gramaticais, ou seja, nesse caso a de não seguir os impositivos da chamada sintaxe de colocação.

GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em "Por viver muitos anos/dentro do mato" (v.1-2) e "ele enxergava/as coisas/Por igual" (v.7-9), a preposição "Por", nas duas ocorrências, introduz uma circunstância de modo nos períodos em que se insere.

(2) No trecho "era só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela" (v.19-20), verifica-se redundância de efeito estilístico.

(3) As ideias expressas nos versos de 17 a 19 ilustram o sentido de "inaugurar" (v.16).

(4) O verso final — "Como se fosse infância da língua" — equivale semanticamente a: Como se fosse reinvenção da língua.

1: Errado (Análise sintática) Na primeira ocorrência, a preposição "por" introduz circunstância de causa, devendo inclusive a oração ser classificada como adverbial causal: o fato de ter habitado durante muito tempo o mato é a causa de sua visão peculiar das coisas. Na segunda ocorrência, a preposição introduz circunstância de modo;

2: Certo (Figura de Linguagem) A redundância encontra-se no emprego da locução prepositiva "dentro de" com o complemento do verbo "entrar";

3: Certo (Interpretação) O olhar pássaro referido no texto leva a uma percepção livre dos objetos, de modo que se lhes pode atribuir livremente características, ainda que absurdas. Isso é o ato de inaugurar, e algumas das suas possibilidades são as que vêm arroladas nos versos 17, 18 e 19;

4: Errado (Interpretação) A infância da língua seria o momento da invenção (não o da reinvenção como está na questão), ou seja, o momento em que o homem pela primeira vez passou a estabelecer signos linguísticos para designar sua realidade.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas três questões

A diferença na linguagem

1 “Para os 1 gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na
arte da escrita, o que se vê ainda pelo uso que fazem dos
acentos, muitos dos quais fazem alguma distinção ou evitam
4 algum equívoco para os olhos mas não para os ouvidos.”
Neste texto Rousseau nos sugere que, para ler bem, é preciso
prestar ouvidos à voz original, adivinhar as diferenças de
7 acento que a articulam e que se tornaram imperceptíveis no
espaço homogêneo da escrita. Na leitura, o olho treinado do
Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido
10 atento à melodia que dá vida aos signos: estar surdo à
modulação da voz significa estar cego às modalidades do
sentido. Na oposição que o texto faz entre a arte de falar e a
13 arte de escrever, podemos encontrar não apenas as razões da
desqualificação da concepção gramatical da linguagem, mas
também a indicação do estatuto que Rousseau confere à
16 linguagem. O que é importante notar aqui é que a oposição
entre falar e escrever não se funda mais na oposição entre
presença e *ausência*: não é a ausência do sujeito falante que
19 desqualifica a escrita, mas a atonia ou a homogeneidade dos
signos visuais. Se a essência da linguagem escapa à
Gramática, é porque esta desdobra a linguagem num elemento
22 essencialmente homogêneo.

Bento Prado Jr. **A retórica de Rousseau**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 129-130.

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias do texto 3, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Segundo o texto, na fala, a altura e a intensidade da voz contribuem, no entender de Rousseau, para as possibilidades de sentido.

(2) A palavra “acentos” (*l*.3) refere-se a sinais gráficos, ao passo que “acento” (*l*.7) designa qualidades como inflexão ou modulação.

(3) O autor do texto afirma que Rousseau valoriza o caráter melódico da palavra falada, mas considera que a palavra escrita é mais apta a desvendar as sutilezas do sentido.

(4) Ao caracterizar como “treinado” (*l*.8) o olho do “Gramático” ou do “Lógico”, o autor dá a entender que estes consideram a leitura como decodificação mecânica.

1: Certo (Interpretação) A altura e a intensidade da voz são elementos que entram na pronúncia das palavras, e, segundo Rousseau, essa dimensão sonora do texto escrito deve ser recuperado pelo leitor, pois ele é um elemento que confere significado;
2: Certo (Interpretação) O trecho em que ocorre a palavra “acentos” trata da representação gráfica dos sons da fala, portanto trata-se de notações gráficas. Já, no momento em que aparece a palavra “acento”, está-se tratando de uma percepção auditiva de um texto durante a sua leitura, quer dizer, deve-se ler procurando perceber como o texto seria pronunciado O “acento” aqui, portanto, seria um dos elementos da pronúncia;
3: Errado (Interpretação) Segundo o texto, deve-se ler procurando reproduzir o modo pelo qual o texto seria pronunciado, pois a pronúncia é responsável pela criação de sentido;
4: Certo (Interpretação) Ao dizer que o “olho treinado do Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido atento à melodia que dá vida aos signos”, o autor sugere que a leitura feita por esses especialistas, ainda que dotada de método e técnica, é insuficiente, o que poderíamos caracterizar como “decodificação mecânica”.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, extraído da obra **A retórica de Rousseau**, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) No período inicial do texto, há três orações subordinadas adjetivas com sentido restritivo.

(2) Seria correto empregar, no texto, vírgula antes da conjunção “mas” (*l*.4) e depois da locução adverbial “Neste texto” (*l*.5).

(3) No trecho “e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita” (*l*.7-8), seria admissível, de acordo com o padrão escrito da língua portuguesa, a colocação do pronome “se” após a forma verbal “tornaram”.

(4) O emprego das aspas, no trecho inicial do texto, indica a voz do autor de A retórica de Rousseau.

1: Certo pelo Gabarito oficial (Análise sintática) O Gabaritoestá errado, pois há cinco orações adjetivas restritivas: “Para os gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na arte da escrita, o (1)que se vê ainda pelo uso (2)que *fazem* dos *acentos*, muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* não para os ouvidos.” **Nota:** na terceira oração adjetiva, o relativo “os quais” foi empregado com valor partitivo. Independentemente desse valor partitivo, as orações coordenadas alternativa e adversativa que se seguem à terceira subordinam-se também como adjetivas ao indefinido “muitos”. Essa estruturação de subordinadas que se coordenam entre si chama-se equipolência, e é comum que nelas o conector subordinativo (no caso,

o pronome relativo) seja expresso apenas na primeira oração, ficando em zeugma nas demais: muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou (muitos dos quais) evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* (muitos dos quais) não (evitam) para os ouvidos.";
2: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de separar uma oração coordenada adversativa com verbo elíptico. No segundo, um adjunto adverbial invertido;
3: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, deve-se empregar próclise;
4: Errado (Pontuação) Segundo informação do texto, o trecho em questão é uma citação de Rousseau;
E o autor de A Retórica de Rousseau é Bento Prado Júnior.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E / Gabaritonosso: 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

(A) O uso recorrente de vocábulos pertencentes aos campos semânticos da visão e da audição prejudica a coerência e a coesão do texto.
(B) Em suas duas ocorrências, a forma verbal "fazem" (*l.*2 e l.3) concorda com sujeitos distintos.
(C) Os operadores "não apenas" (*l.*13) e "mas também" (*l.*14- 15) possibilitam ao autor a apresentação de dois argumentos mutuamente excludentes.
(D) Na linha 16, a expressão "é que" é expletiva.
(E) É a mesma a justificativa para o uso de inicial maiúscula em "Gramático" (*l.*9) e em Gramática (*l.*21)

A: Errado (Coesão) Ao contrário do que foi afirmado, a recorrência desses vocábulos garantem a coesão e a coerência do texto, pois este defende a tese da necessidade de uma leitura (visão) que leve em conta o aspecto da pronúncia (audição) para que se possa estabelecer o seu preciso sentido;
B: Certo (Análise sintática) Na primeira ocorrência, o sujeito é oculto "os gramáticos"; na segunda, é o relativo "os quais" que tem com referente "muitos (dos acentos)";
C: Errado (Análise sintática - conector) Os operadores em questão estabelecem entre os argumentos uma adição enfática;
D: Errado (Partícula de Realce) A expressão "é que" não é expletiva, por desempenhar na frase função de conector e, consequentemente, não poder ser suprimida. Trata-se de verbo de ligação e conjunção integrante;
E: Errado (Interpretação) O emprego de "Gramático" e "Lógico" com letra maiúscula e artigo definido visa a se fazer uma referência genérica a esses especialistas: não se trata de um gramático ou lógico específicos, mas de especialistas em abstrato. Já, em "Gramática", trata-se do emprego de maiúscula para nomes de áreas do conhecimento.

GABARITO "B"

Texto para as próximas duas questões

1 Em **Emílio**, Rousseau constrói a temporalidade da vida
de Emílio como uma ficção, jamais se teria proposto a aplicá-la.
O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado
4 para existir. Trata-se de um artifício lógico-dedutivo para
meditar sobre a educação e as orientações do ensino. Emílio
é alegoria para reflexão sobre o ato de educar as crianças.
7 Emílio, que não é filho, tampouco é aluno... É um construto
teórico e um suporte operatório para a análise conceitual do
ato educativo.
10 Se o discípulo não se separa do mestre desde o
nascimento até a maturidade, pode-se supor que o "criador"
do Emílio tenha pretendido que o relato da trajetória de vida
13 do ser individual correspondesse a uma reconstituição das
etapas trilhadas pela espécie humana em direção à civilização.
Emílio, ao nascer, é o homem do estado de natureza; o Emílio
16 bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador
— é o homem civil, que vive em uma sociedade corrompida,
mas que, a despeito disso, pode ser considerado apto para
19 fundar o legítimo contrato social. O traçado de educação de
Emílio propõe-se ao educador como metáfora para reflexão,
uma meditação sobre a arte de formar os homens. Com a
22 mesma estrutura hipotético-dedutiva que orientara seus
escritos políticos, Rousseau constrói seu educando — um
discípulo que não é e que não pretende ser empírico, mas que
25 tem sua própria temporalidade inscrita na narrativa dos seus
primeiros 25 anos de vida em educação.

Carlota Boto. **O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauniano**. *In*: José Oscar de Almeida Marques (Org.). **Verdades e mentiras. 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau**. Ijuí–RS: Unijuí, 2005, p. 379-84 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias do texto e aos seus aspectos textuais, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Existe consenso a respeito da ideia de que o "menino Emílio" (*l*.3) foi construído pelo filósofo francês, na obra Emílio, com propósito de orientação psicológica.

(2) Ao analisar a narrativa de Rousseau, a autora emprega, reiteradas vezes, o presente histórico — em vez dos tempos verbais pretéritos —, para imprimir assertividade à sua argumentação.

(3) A repetição de palavras e o uso de paráfrases contribuem para estabelecer a coesão do texto.

(4) A diversidade de temas no trecho "Trata-se ... ato educativo." (*l*.4-9) compromete a coerência do texto.

1: Errado (Interpretação) O propósito é de orientação pedagógica;

2: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O uso do presente do indicativo pelo perfeito do indicativo ocorre em geral em narrativas de fatos já ocorridos, para conferir um maior realce à narração – é o chamado presente histórico. Desse uso consagrado, podemos estender, por se tratar de um texto dissertativo, que a finalidade da autora seria a de "imprimir maior assertividade à sua argumentação";

3: Certo (Coesão) Como exemplo de repetição de palavras, podemos citar "Emílio" que aparece nove vezes no texto. Com relação às paráfrases, trata-se da repetição da mesma ideia – a de que Emílio é um artifício teórico – por formas diferentes;

4: Errado (Interpretação) No trecho em questão, há três frases, sendo as duas últimas paráfrases da primeira, ou seja, os temas são os mesmos.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação aos aspectos morfossintáticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Haveria prejuízo para o sentido original do texto se, no trecho "O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado para existir" (*l*.3-4), os termos grifados fossem substituídos pela conjunção coordenativa nem.

(2) Caso o trecho "Emílio, que não é filho, tampouco é aluno..." (*l*.7) fosse alterado para: Emílio não é filho nem aluno, o período ganharia em concisão, estaria coerente com a informação original do texto, mas teria diminuído seu efeito retórico.

(3) Se fossem retirados os travessões do trecho "o Emílio bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador — é o homem civil" (*l*.15-17), deveria ser empregada uma vírgula antes do pronome "que" e outra após "educador", para que o sentido original do texto não fosse prejudicado.

(4) O enunciado "que vive em uma sociedade corrompida" (*l*.17) tem, no período em que se insere, sentido explicativo.

1: Errado (Análise sintática - conector) Nesse caso, as expressões "e não" e "nem" são equivalentes: coordenam aditivamente orações negativas;

2: Certo (Análise sintática - conector) A alteração proposta reduziria para uma oração absoluta um período composto misto, o que de fato aumentaria a concisão. O sentido seria mantido, mas a ênfase se perderia com a substituição da oração adjetiva (Emílio, que não é filho) por simples adjunto adnominal (Emílio não é filho) e a eliminação do termo "tampouco";

3: Certo (Pontuação) Os travessões isolam uma oração adjetiva, conferindo-lhe valor explicativo. Caso sejam retirados, devem ser substituídos por vírgulas, para que o sentido do texto não seja prejudicado;

4: Certo (Análise sintática) O fato de a oração vir isolada por vírgula mostra a intenção do autor de conferir a essa oração adjetiva um valor explicativo, ou seja, todos os homens civis vivem em sociedades corrompidas.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

Textos para as próximas seis questões

Texto I

1 Em sucessivos relatórios do ministro da Fazenda em
meados da década de 1880, aludia-se ao fato de várias
assembleias provinciais estabelecerem impostos sobre a
4 exportação, uma parte da receita dos quais podiam reter,
e também sobre a importação, o que era expressamente
vedado pela Constituição. Sob pressão de associações
7 comerciais e dos delegados regionais da Fazenda,
diversas assembleias foram forçadas a votar a supressão
desses impostos. O Visconde Paranaguá, em seu relatório
10 para 1883, informava que apenas Pernambuco, Bahia e
Maranhão ainda resistiam. A questão da repartição dos
impostos e das competências de cada ente federativo
13 parece, portanto, mais antiga que a própria República.

Gustavo H. B. Franco (organização, introdução e comentários).
A economia em **Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 59 (com adaptações).

Texto II

Impostos inconstitucionais...

1 Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos
inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo, eu é que,
ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais
4 gordos, não os conheci imediatamente. Conheci-os pela voz, *vox
clamantis in deserto.* Disseram-me que tinham chegado no último
paquete. O mais velho acrescentou até que agora hão de repetir
7 com regularidade estas viagens à corte.
— A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu
ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das
10 probabilidades. Uma chegadinha à corte, de quando em quando,
não faz mal a ninguém, exceto...
— Exceto...?
13 — Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos
íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há
coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for.
16 Falei de um modo geral e abstrato. (...)
— São todos inconstitucionais?
— Todos.
19 — Vamos aqui para calçada. E agora, que tencionam
fazer?
— Agora temos de ir ao imperador, mas confesso, meu
22 amigo, receamos perder tempo. Você conhece a velha máxima que
diz que a história não se repete?
— Creio que sim.
25 — Ora bem, é o nosso caso. Receamos que o imperador,
ao dar conosco, fique aborrecido de ver as mesmas caras e, por
outro lado, como a história não se repete... Você, se fosse
28 imperador, que é que faria?
— Eu, se fosse imperador? Isso agora é mais complicado.
Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o
31 primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata,
faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.
— Os adjetivos?
34 — Vocês não calculam como os adjetivos corrompem
tudo, ou quase tudo; e, quando não corrompem, aborrecem a
gente, pela repetição que fazemos da mais ínfima galanteria.
37 Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.
— Mas que temos nós outros com isso?
— Tudo; vocês como simples impostos são excelentes,
40 gorduchos e corados, cheios de vida. O que os corrompe e faz
definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um
decreto todos os adjetivos de Estado, resolvia de golpe esta velha
43 questão, e cumpria esta máxima que é tudo o que tenho colhido da
história e da política, que aí dou por dois vinténs a todos os que
governam o mundo: os adjetivos passam, e os substantivos ficam.

Machado de Assis. *In*: **Gazeta de notícias** (1881–1900). Balas de Estalo. Rio de Janeiro, 16/5/1885.

(Diplomacia 2009) Com relação ao texto 5 e ao texto 6, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No texto 5, narrativa de cunho histórico acerca de tema da economia brasileira, o autor emprega predominantemente linguagem referencial e objetiva.

(2) O emprego de "portanto", na linha 13 do texto 5, permite que se afirme que os fatos narrados acerca dos impostos fundamentam a conclusão do autor de que os problemas relativos a esse assunto precederam o regime republicano.

(3) Caso, no texto 5, o pronome "própria" (*l*.13) fosse substituído por **mesma**, seria mantido o sentido da frase, embora se prejudicasse a ênfase dada, no texto, ao termo "República" (*l*.13).

(4) Embora pertençam a diferentes gêneros e adotem registros distintos, os textos 5 e 6 versam sobre temática comum.

1: Certo (Funções da Linguagem) O relato de fatos de importância histórica permite classificar o texto como uma narrativa de cunho histórico, e o emprego de uma linguagem denotativa e impessoal igualmente pode ser chamada de referencial e objetiva;
2: Certo (Análise sintática) O emprego da conjunção "portanto" estabelece uma conclusão acerca do que se apresentou antes;
3: Errado (Emprego de Pronomes) Os pronomes demonstrativos "mesmo" e "próprio" são empregados para reforçar o termo a que se ligam e possuem o mesmo valor, portanto a troca não prejudicaria a ênfase;
4: Certo (Interpretação) Ambos os textos tratam da disputa fiscal entre províncias e corte.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2009) Acerca das ideias e dos sentidos do texto 6, assim como de suas estruturas linguísticas e organização textual, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor valeu-se do discurso indireto livre, que consiste em dar voz e atribuir características e sentimentos humanos a seres inanimados.

(2) O narrador recorreu à função metalinguística da linguagem para formular, ao final da crônica, sua máxima, carregada de arbitrariedade.

(3) O trecho "Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo." (*l*.30-31) produz efeito humorístico, por sua incongruência interna e por desviar-se do "caso de que se trata" (*l*.31).

(4) A frase "vox clamantis in deserto" (*l*.4-5) está em itálico, porque remete o interlocutor ao respectivo texto-fonte e faz parte da memória coletiva nacional.

1: Errado (Tipos de discurso e Figuras de linguagem) Há dois erros nesta alternativa. O primeiro é a definição apresentada de discurso indireto livre; na verdade, essa definição se aplica à figura de linguagem denominada personificação ou prosopopeia. O segundo é que, em todo o texto, não há discurso indireto livre; no primeiro parágrafo há dois trechos de discurso indireto ("que tinham chegado no último paquete" e "que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte"), e todo o restante do texto está em discurso direto;
2: Certo (Funções da linguagem) A máxima "os adjetivos passam, os substantivos ficam" se constrói por meio da função metalinguística por empregar termos gramaticais, e é arbitrária por simplificar de forma inaceitável uma questão complexa: a do litígio sobre a legalidade da cobrança de impostos;
3: Certo (Interpretação) A incongruência interna é a de um imperador ser o maior cético do seu tempo, pois, ao exercer o papel de chefe de estado, se esperaria dele que não apenas defendesse os valores da sociedade que representa, mas ainda que os encarnasse. O assunto tratado é o da legitimidade dos impostos, portanto, ao tecer considerações sobre ser imperador e decidir a questão por meio da supressão do adjetivo, o narrador está propondo a substituição do debate sobre a legalidade pela ação arbitrária do executivo. Essa ação é caracterizada como contumaz prática do poder, ou seja, da questão da legitimidade dos impostos passa-se à da legitimidade das formas de se exercer o poder;
4: Errado (Emprego de itálico) Pode-se justificar o itálico da frase, por ela estar escrita em latim. Além disso, ela constitui uma passagem dos evangelhos que fala de São João Batista, pertence, portanto, à memória coletiva cristã.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Assinale a opção que apresenta a correta equivalência de sentido entre o vocábulo ou o segmento sublinhado, empregado no texto 6, e a acepção que o segue.

(A) "ao voltar uma esquina" (*l*.1) — prosseguir por um novo rumo ou direção

(B) "no último paquete" (*l*.5-6) — conjunto de medidas relacionadas a um tema

(C) "é querer perscrutar" (*l*.13) — dar atenção a

(D) "ao dar conosco" (*l*.26) — presentear-nos

(E) "resolvia de golpe" (*l*.42) — violentamente

A: Certo (Vocabulário) O ato de "se voltar uma esquina" equivale ao de "se dobrar uma esquina", ou seja, significa mudar de direção para que se continue no mesmo quarteirão;
B: Errado (Vocabulário) Paquete e um tipo de embarcação náutica: portanto, o sentido é que os dois últimos impostos (personificação) vieram de Pernambuco no último navio;
C: Errado (Vocabulário) "investigar minuciosamente";
D: Errado (Vocabulário) "nos encontrar";
E: Errado (Vocabulário) "imediatamente"

GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Com base no texto 6, assinale a opção em que a supressão da palavra ou expressão sublinhada provoca erro gramatical.

(A) "eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci" (*l*.2-4).

(B) "Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for." (*l*.14-15).

(C) "Você, se fosse imperador, que é que faria?" (*l*.27-28).

(D) "Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular" (*l*.31-32).

(E) "Mas que temos nós outros com isso?" (*l*.38).

A: Errado (Partícula de realce) A estrutura "é que" não desempenha papel sintático na frase e pode ser retirada sem prejuízo de sentido, apenas com perda da ênfase do sujeito (eu);
B: Errado (Emprego de palavras) Uma vez que a indicação da ausência de "coisa" está indicada pela negação no verbo "haver", a colocação do indefinido "nenhuma" apenas enfatiza a ausência, e sua eliminação não acarreta alteração de sentido;
C: Errado (Partícula de realce) O trecho "que é que" equivale no contexto em que aparece a um pronome interrogativo (que) reforçado por uma partícula de realce (é que). Embora apenas a partícula de realce seja dispensável, a retirada do trecho proposto mantém a gramaticalidade e o sentido original, porque o "que" restante passa a valer como pronome interrogativo;
D: Certo (Análise sintática) O trecho "de que" corresponde a uma preposição e um pronome relativo. A retirada do primeiro implicaria uma transgressão de regência e a do segundo uma desestruturação

da frase, já que não há a possibilidade desse relativo ser empregado elipticamente nesse caso;
E: Errado (Emprego de palavras) O trecho "nós outros" é o sujeito do verbo "ter", que, por estar conjugado, dispensaria para fins de sentido a explicitação do sujeito.
GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) Em cada uma das opções abaixo reproduz-se um trecho dos textos 5 ou 6, com mudança na colocação de uma palavra, que aparece sublinhada. Assinale a opção em que a mudança **não** altera o sentido do trecho original.

(A) O Visconde Paranaguá, em seu relatório para 1883, informava que Pernambuco, Bahia e Maranhão apenas ainda resistiam. (texto 5, *l*. 9-11)
(B) A questão da repartição dos impostos e das competências de cada ente federativo,portanto, parece mais antiga que a própria República. (texto 5, *l*. 11-13)
(C) Até o mais velho acrescentou que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte. (texto 6, *l*. 6-7)
(D) Temos de ir ao imperador, mas confesso agora, meu amigo, receamos perder tempo. (texto 6, *l*. 21-22)
(E) (...) que dou por dois vinténs a todos os que aí governam o mundo: (texto 6, *l*. 44-45)

A: Errado (Palavra denotativa) A palavra denotativa "apenas" traz a ideia de "exclusão" e se liga a um determinado termo de acordo com a posição que ocupa. Na frase original, ela se refere aos três estados citados, dando a entender que nenhum outro resistia. Na frase modificada, ela passa a se ligar ao verbo "resistir", o que sugere que os três estados citados não faziam nada além de resistir;
B: Certo (Análise sintática - conector) As conjunções conclusivas podem ocorrer fora da sua posição típica – no início da oração de que fazem parte –, sem que isso acarrete alteração de sentido;
C: Errado (Palavra denotativa) A palavra denotativa "até" se liga a um determinado termo de acordo com a posição que ocupa. Na frase original, ela se refere ao que o velho acrescentou, de modo a reforçar a ideia da presença dos impostos inconstitucionais de Pernambuco na capital. Na frase modificada, ela passa a se ligar ao termo "o mais velho", o que sugere que não seria esperado que ele acrescentasse algo;
D: Errado (Análise sintática) A mudança da colocação do advérbio de uma oração para outra faz com que ele se desvincule de um termo da primeira (temos de ir) e passe a se referir a algum da segunda (confesso);
E: Errado (Análise sintática) A mudança da colocação do advérbio de uma oração para outra faz com que ele se desvincule de um termo da primeira (dou) e passe a se referir a algum da segunda (governam).
GABARITO "B"

(Diplomacia 2009) Acerca das ideias dos textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Nos textos 1, 2 e 6, evidencia-se, de formas diferentes, a plena capacidade da linguagem de refletir a realidade, por meio da denominação.
(2) Os textos 2 e 3 apresentam pontos de vista coincidentes com relação à gramática da língua.
(3) O tema dos textos 2 e 4 é o mesmo: a linguagem infantil.
(4) O texto 5 ensejou a elaboração do texto 6.

1: Errado (Interpretação) O texto 1 é o que mais se opõe ao que está no enunciado, uma vez que afirma a inexistência de palavras para dar conta de todas as situações possíveis;
2: Errado (Interpretação) No texto 2, a Gramática é apresentada como um limitador para apreensão do mundo. No texto 3, é vista como limitada na interpretação do sentido, por não levar em conta os elementos semantizantes da pronúncia;
3: Errado (Interpretação) O tema do texto 2 é uma percepção do mundo livre dos condicionamentos semânticos que a aquisição de uma determinada língua traz. Já o texto três tem como foco a discussão da natureza do livro *Emílio* de Rousseau;
4: Errado (Interpretação) Há um problema cronológico que impede tal inferência. Embora o texto 5 não venha com sua data de publicação expressa, é possível pela referência no final à República dizer que ele é posterior a 1889. Já o texto 6 tem sua data de publicação indicada: 1885. Portanto, sendo o texto 5 posterior ao 6, aquele não poderia ter ensejado a elaboração deste.
Gabarito1E, 2E, 3E, 4E

Texto para as próximas quatro questões

As primeiras cartas

O importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora. Avô Mariano

1 Escapo-me dali, me apressando entre os atalhos. Quando reentro em casa não encontro vivalma. Todos foram para o caminho da areia assistir à desgraça, consolando Ultímio. De soslaio, parece-me ouvir um ruído. Entro na sala fúnebre e nada vejo, senão o aquietado corpo do velho Mariano. Lá está o desfinado, entre flores e velas. Subo para o quarto. De novo, sobre a
4 cabeceira, uma outra carta. A tremência em minhas mãos não me ajuda a ler:
Estas cartas, Mariano, não são escritos. São falas. Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute. Você não veio a esta Ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento.
7 *Para colocar o nosso mundo no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão morrendo não por doença, mas por desmérito do viver.*
É por isso que visitará estas cartas e encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher, com
10 *suas caligrafias. Como se diz aqui: feridas da boca se curam com a própria saliva. Esse é o serviço que vamos cumprir aqui, você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura. Para salvarmos Luar-do-Chão, o lugar onde ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos.*
13 *Comece em seu pai, Fulano Malta. Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai. Entre no seu coração, entenda aquela rezinguice dele, amoleça os medos dele. Ponha um novo entendimento em seu velho pai. Às vezes, seu pai lhe tem raiva? Pois lhe digo: aquilo não é raiva, é medo. Lhe explico: você despontou-se, saiu da Ilha, atravessou a fronteira do mundo. Os lugares*

16 *são bons e ai de quem não tenha o seu, congênito e natural. Mas os lugares nos aprisionam, são raízes que amarram a vontade da asa.*
A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende
19 *ao chão. E você saltou essa fronteira. Se afastou não em distância, mas se alonjou da nossa existência.*
Antes, seu pai estava bem consigo mesmo, aceitava o tamanho que você lhe dava. Desde a sua partida ele se tornou num estranho, alheio e distante. Seu velhote passou a destratá-lo? Pois ele se defende de si mesmo. Você, Mariano, lhe lembra
22 *que ele ficou, deste lado do rio, amansado, sem brilho de viver nem lustro de sonhar.*

Mia Couto. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 64-5.

(Diplomacia 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, de acordo com o texto.

(1) Assim que voltou a Luar-do-Chão para o funeral do pai, ao reentrar na casa, Mariano deparou com os mortos.

(2) Mariano encontrou cartas, que mais pareciam relatos e comentários orais do que mensagens escritas, e cuja leitura lhe causou assombro.

(3) Quando voltou para a Ilha, Mariano percebeu que a saudade do pai havia-se transformado em tristeza e desapontamento.

(4) Na Ilha de Luar-do-Chão, a prisão psicológica vivenciada pelos habitantes os tornava impotentes para dali saírem, por medo do desconhecido.

1: Errado (Interpretação) Extrapolação: há a informação de que ele se deparou apenas com um morto, o velho Mariano;
2) Anulado (Interpretação);
3: Errado (Interpretação) Extrapolação: em nenhum momento do texto, é dito que Mariano ou seu pai tenham sentido saudade do que quer que seja;
4: Certo (Interpretação) O seguinte trecho comprova a veracidade da afirmação: *A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende ao chão.*

Gabarito 1E, 2Anulada, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) A propósito dos componentes semântico e estilístico do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A epígrafe do texto estrutura-se em um jogo de palavras.

(2) No texto, a oposição ou contraste como estratégia argumentativa pode ser exemplificada em vários enunciados, entre eles: *"Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida."* (*l.7*) e *"encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher"* (*l.*9).

(3) O sentido do trecho *"feridas da boca se curam com a própria saliva"* (*l.*10) equivale ao do clássico provérbio Amor com amor se paga.

(4) É exemplo de paralelismo sintático o estilo de construção do trecho "você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura" (*l.*11).

1: Certo (Gêneros Textuais) Jogo de palavras é uma reescrita de um texto, empregando-se parcialmente as palavras originais, mas, em geral, de forma a se alterar o sentido. No caso, o segundo verso retoma o primeiro por meio de um jogo de palavras;
2: Certo (Figuras de linguagem) Podem-se apontar pelo menos as seguintes antíteses nos trechos presentes na questão: morto x vida // folha escrita x vazio;
3: Errado (Interpretação) O provérbio "amor com amor se paga" pode ser interpretado como uma retribuição igualitária do sentimento amoroso. Já o trecho "feridas da boca se curam com a própria saliva", como um fato ou uma recomendação de que aquele que sofre um mal irá resolvê-lo com seus próprios recursos. Em outras palavras, o primeiro se constrói com a ideia de reciprocidade e o segundo com a de reflexibilidade;
4: Certo (Paralelismo) Há três coordenações de termos sintaticamente equivalentes: 1ª de pronomes pessoais, 2ª de locuções e 3ª e mais significativa de orações de mesma estrutura sintática: pronome pessoal como sujeito, verbo "dar" e um substantivo com artigo como objeto direto.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) A propósito da sintaxe de regência do português do Brasil, comparativamente à variedade encontrada no texto do moçambicano Mia Couto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) Em "*comparecer perante um funeral*" (*l.*6), a preposição a substitui corretamente a que foi empregada.

(2) Em "*Comece em seu pai, Fulano Malta*" (*l.*13), o emprego do verbo transitivo indireto obedece à prescrição gramatical brasileira.

(3) No trecho *"ele se tornou num estranho, alheio e distante"* (*l.*20-21), a regência do verbo tornar corresponde à que é prescrita no português do Brasil.

(4) Para adequar o trecho "*lhe lembra que ele ficou*" (*l.*21-22) à prescrição gramatical brasileira, seria necessário acrescentar a preposição de antes da conjunção "que".

1: Certo (Regência Verbal) Abaixo a descrição parcial desse verbo como aparece no Dicionário de Regência Verbal de Celso Pedro Luft:
a) aparecer, apresentar-se em local determinado.
VI: *O funcionário tem comparecido.*
VTI, a/em: *O funcionário tem comparecido à repartição/na repartição.*
b) Ir a juízo, por si ou por seu procurador, perante magistrado ou autoridade judicial a que foi intimado; apresentar-se a autoridade (judicial), prestar contas.
VTI, a/em/ante/perante: *É intimado a comparecer perante o Tribunal para responder por crimes;*
2: Errado (Regência Verbal) A proposta feita ao leitor da carta é que ele salve a família. O verbo **começar**, portanto, é um auxiliar cujo principal, que é transitivo direto, e complemento, que é OD, estão em elipse: "comece a salvar a família (ou "os familiares") em seu pai". O termo "em seu pai" deve ser classificado como adjunto adverbial de ordem;
3: Errado pelo gabarito oficial. (Análise sintática) O gabarito está errado, pois essa regência está registrada nos dicionários de regência de Celso Pedro Luft e de Francisco Fernandes;
4: Errado (Regência Verbal) O verbo **lembrar** está empregado no sentido de **trazer à lembrança** e rege dois complementos. A oração iniciada pela conjunção **que** não pode receber preposição por exercer a função de objeto direto.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E / Gabarito nosso: 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) As opções a seguir descrevem marca(s) linguística(s) contida(s) no texto. Assinale a opção em que a(s) marca(s) apontada(s) **não** corresponde(m) a traço(s) de oralidade do texto.

(A) Emprego do vocativo "Mariano" e uso do pronome você, para construir o discurso direto.

(B) Flexibilidade na colocação de pronomes átonos, como em "Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute" (*l.*5) e "Lhe explico" (*l.*15).

(C) O emprego do vocábulo "Pois" como marcador discursivo no trecho "Pois lhe digo" (*l.*14-15).

(D) Ocorrência de interrogações em discurso direto, como em "Às vezes, seu pai lhe tem raiva?" (*l.*14) ou "Seu velhote passou a destratá-lo?" (*l.*21).

(E) Não-contração da preposição "de" com o pronome "ele", que é sujeito de infinitivo, conforme ocorre em "Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai" (*l.*13).

A: Certo (Tipos de Discurso) A carta representa a fala de uma personagem e, por ter sido transcrita no texto, sem reelaboração do narrador, corresponde a uma fala em discurso direto. A presença de **vocativo** e do pronome **você** caracterizam um diálogo e são, portanto, podem ser traços de oralidade;

B: Certo (Colocação pronominal) Iniciarem-se orações com pronome oblíquo átono constitui marca de oralidade, por ser essa uma colocação informal;

C: Certo (Marcador Discursivo) Marcadores discursivos são palavras invariáveis que são provenientes de várias classes e que assumem uma determinada função semântica de interação entre falantes num determinado contexto. A palavra "pois" como conjunção poderia assumir três valores: conjunção coordenativa explicativa, coordenativa conclusiva ou subordinativa causal. No contexto em questão, ela vale, contudo, como um marcador discursivo que indica que o emissor vai retificar um pensamento do seu interlocutor. Como marcam interação entre interlocutores, eles são marcas de oralidade;

D: Certo (Tipos de Discurso) As interrogações são em geral marcas de interlocução. No caso das selecionadas, há a presença de pronomes de terceira pessoa com valor de segunda, o que assegura a presença da interlocução, traço de oralidade;

E: Errado (Preposicionamento do sujeito) O fato descrito – a não contração de preposição com sujeito de infinitivo – é um preceito da norma culta pouco comum na oralidade.

GABARITO "E"

Texto para as próximas quatro questões.

1 Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais a uma fazenda bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernâni, pobres
4 arquitetos profissionais, achem que não.

Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve ser habitável porém inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se
7 devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos. Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe.

10 Quando acaso descerem ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas; e como crianças são animais levianos, é preciso que se intriguem um pouco, tenham uma certa perspectiva histórica, meditem que, por mais incrível e extraordinário que pareça, as pessoas grandes também já foram crianças, a sua avó já foi a bailes, e outras coisas instrutivas que são um pouco
13 tristes mas hão de restaurar, a seus olhos, a dignidade corrompida das pessoas adultas.

Convém que as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo do escuro, ou de aranhas-caranguejeiras,
será o grande medo do Tempo, esse bicho que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras
16 os sapatos da criança, sua roupinha, sua atiradeira, seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a própria criança.

O único perigo é que o porão faça da criança, no futuro, um romancista introvertido, o que se pode evitar desmoralizando periodicamente o porão com uma limpeza parcial para nele armazenar gêneros ou utensílios ou mais facilmente tijolo, por
19 exemplo; ou percorrendo-o com uma lanterna elétrica bem possante que transformará hienas em ratos e cadafalsos em guarda-louças.

Ao construir o porão deve o arquiteto obter um certo grau de umidade, mas providenciar para que a porta de uma das
22 entradas seja bem fácil de arrombar, porque um porão não tem a menor utilidade se não supomos que dentro dele possa estar escondido um ladrão assassino, ou um cachorro raivoso, ou ainda anarquistas búlgaros de passagem por esta cidade.

Um porão supõe um alçapão aberto na sala de jantar. Sobre a tampa desse alçapão deve estar um móvel pesado, que fique
25 exposto ao sol ao menos duas horas por dia, de tal modo que à noite estale com tanto gosto que do quarto das crianças dê a impressão exata de que o alçapão está sendo aberto, ou o terrível meliante já esteja no interior da casa.

Rubem Braga. **Um pé de milho**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 129-31 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos sintático-semânticos do texto.

(1) No segundo parágrafo, tanto o emprego da palavra "cemitério" (*l.*7) quanto a comparação entre o porão e o "subconsciente dos vivos" (*l.*8) evidenciam que o sentido produzido, nesse trecho do texto, é o de fim completo das coisas.

(2) Na linha 10, a substituição do vocábulo "acaso" por **caso** prejudicaria o sentido do período, mas a substituição do mesmo vocábulo por **porventura** manteria a coerência textual do trecho.

(3) Conclui-se da leitura do texto que nenhuma criança que more em casa sem porão se transformará em um romancista introvertido.

(4) Depreende-se do texto que moralizar o porão significa mantê-lo razoavelmente limpo e iluminado.

1: Errado (Interpretação) Um cemitério e o subconsciente não se prestariam a representar metaforicamente o fim completo das coisas, pois elas continuam a existir ainda que no estado precário de restos mortais ou de existência aquém da consciência. No texto, eles representam a guarda de objetos sem utilidade num local em que acabem sendo esquecidos. Eles, contudo, estão lá preservados e podem ser redescobertos e, com isso, o tempo a que pertenceram pode ser evocado;
2: Certo (Vocabulário) Os advérbios "acaso" e "porventura" são sinônimos e conferem fortuidade às ações a que se relacionam. Já a o termo "caso" prejudicaria a estruturação sintática por tender a ser interpretado como conjunção num contexto em que já há a presença de outra: quando;
3: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola o texto: este dá a entender que o porão é um elemento possível de transformação de uma criança num romancista introvertido (5º parágrafo), mas não que o porão seja indispensável para que isso ocorra;
4: Errado (Interpretação) Pelo que consta no texto, a limpeza e a iluminação desmoralizam o porão (5º parágrafo), entendido isso como a retirada do seu poder de impressionar a imaginação da criança e causar-lhe medo.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) No terceiro parágrafo, nas expressões "a sua avó" (*l*.12) e "a seus olhos" (*l*.13), os pronomes possessivos remetem ao referente "pessoas grandes" (*l*.12).

(2) Na linha 17, o termo "um romancista introvertido" exerce função sintática de predicativo do objeto "da criança".

(3) Em "a menor utilidade" (*l*.22), o emprego do adjetivo no grau superlativo estabelece comparação entre as três possíveis utilidades supostas para um porão.

(4) Caso o acento grave de "à noite" (*l*.25) seja suprimido, a coesão e a coerência textuais do período em que se insere essa expressão serão prejudicadas.

1: Errado (Coesão) O referente dos possessivos é "crianças";
2: Certo (Análise sintática - predicativo) O verbo "faça" é, no contexto em que aparece, transitivo predicativo, ou seja, além do objeto (ser que sofreu transformação: criança) pede também um predicativo desse objeto (estado transformado do ser: um romancista introvertido);
3: Errado (Flexão de Grau do Adjetivo) As três suposições citadas constituem condições necessárias para que o porão seja útil, e não a indicação de sua utilidade. O superlativo, portanto, expressa enfaticamente a ausência de utilidade, caso aquelas três suposições não sejam possíveis. Além disso, não há comparação entre essas suposições;
4: Certo (Crase) A supressão da crase alteraria a função sintática do termo que de adjunto adverbial de tempo passaria a ser o sujeito do verbo "estalar". A coesão estaria, portanto, prejudicada, já que se perderia o valor anafórico que a elipse do sujeito possui de retomada do termo "móvel pesado". A coerência, igualmente, seria prejudicada de modo que ou o texto passaria a ser incoerente, ou teria que ser interpretado metaforicamente, mas ainda assim se distanciando do sentido pretendido pelo emissor.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) Acerca da organização, da linguagem e dos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Em "incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco" (*l*.2), o vocábulo sublinhado pode ser corretamente substituído por **inclusive**.

(2) Em "Nada sei dessas coisas" (*l*.2-3), "entendo alguma coisa de arquitetura urbana" (*l*.3), "a primeira coisa a respeito de uma casa" (*l*.5), "cemitério das coisas" (*l*.7) e "coisas instrutivas" (*l*.12), a palavra "coisas" (ou seu singular "coisa") está empregada com o mesmo sentido.

(3) O recurso a processos de formação de palavras derivadas pode ser exemplificado em "habitável porém inabitado" (*l*.6).

(4) O sentido de *posição inferior*, em "sob os pés da família" (*l*.7-8) e "subconsciente" (*l*.8), é expresso, respectivamente, por meio do uso de uma preposição e de um prefixo.

1: Errado (Coesão) Embora a substituição proposta preserve o sentido, ela gera um problema de coesão: a repetição de palavras, pelo fato de os termos "incluindo" e "inclusive" serem cognatos;
2: Errado (Vocabulário) Nada sei dessas coisas = Nada sei desse assunto/dos requisitos essenciais de uma fazenda lírica. // entendo alguma coisa de arquitetura urbana = tenho alguns rudimentos de arquitetura urbana // a primeira coisa a respeito de uma casa = o elemento mais essencial a respeito de uma casa // cemitério das coisas = cemitério dos objetos // coisas instrutivas = fatos instrutivos;
3: Certo (Formação de palavras) Para reforçar de forma sucinta o paradoxo da condição de se ter num porão boas condições para a ocupação, mas não se ter ninguém ocupando, empregaram-se duas palavras cognatas que, pelo concurso de afixos, geraram o paradoxo: habitável = derivação sufixal // inabitado = derivação imprópria seguida de prefixal;
4: Certo (Estrutura de palavras) Ambos, de fato, possuem sentido de posição inferior e possuem classificação gramatical diferente: sob = preposição (forma livre) // sub = prefixo (forma presa).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) A crônica de Rubem Braga

(A) parafraseia as páginas de Ciro dos Anjos.

(B) contém recomendações arquitetônicas dignas de profissionais.

(C) exige que toda casa tenha um porão que vá da frente aos fundos do terreno.

(D) confere ao porão grande relevância para as crianças.

(E) define o porão como um espaço de horror e repulsa infantil.

A: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: o texto de Ciro dos Anjos serve apenas de mote ao de Rubem Braga;
B: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: as apreciações sobre arquitetura são de caráter poético e psicológico;
C: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: o porão deve ir da frente ao fundo da casa, não do terreno;
D: Certo (Interpretação) O porão no texto cumpre um papel relevante no imaginário da criança, seja como meio que permite que ela reflita sobre a vida pregressa de seus parentes, seja como elemento que lhe serve de percepção e consequente temor, ainda que não de todo consciente, da passagem do tempo;
E: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: de acordo com o texto, as crianças devem sentir "um certo medo"; além disso ele dá a entender que elas o visitariam, portanto o porão deve causar mais fascínio do que repulsa.

GABARITO "D"

Texto para as próximas seis questões.

Origem das culturas

1 O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua por causa da namorada comum, que devia chamar-se Marlene. O duelo durou vinte minutos e cinquenta pessoas assistiram. A dificuldade total foi reconstituir o delito, porque tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz as espontâneas e numerosas
4 testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. Como começara e como findara a luta foi impossível apurar. E todos tinham assistido...
Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando
7 ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da narrativa. Imagine-se há milênios...
A visão do homem pré-histórico padece dessas dificuldades. Reerguer as cidades em ruínas sem a orientação do plano
10 anterior. Paisagens de intermitências que antes eram continuidades lógicas.
Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense. A velha divisão de Thomsen (Chistian Jungensen Thomsen, 1788-1865) data de 1835; estudando o Homem pelas indústrias iniciais
13 — Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida, Idade dos Metais —, fixa a origem insofismável das culturas.
Creio que do ponto de vista didático o nascimento da cultura humana iniciou-se com os vestígios materiais da indústria lítica, enfrentando pela inteligência o complexo atordoador da natureza hostil e virgem. Articulá-la com o esforço animal, na
16 plenitude do instinto defensivo, é apenas um exercício intelectual em favor da ditadura biológica. Essa exaltação do orgânico em detrimento do social reduz a tenacidade do esforço humano, em centenas e centenas de séculos, ao humilhante plano da causalidade ou do fatalismo, inaceitáveis ambos. Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo
19 primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*, porque justamente o tipo menos biologicamente resistente foi o escolhido para a vitória fisiológica de todas as forças brutas, bestiais e telúricas, ensinar-nos da aprendizagem pela observação zoológica jamais provará por que o Rei da Criação, senhor das técnicas, não conseguiu a perfeição maquinal das
22 formigas, das abelhas e dos castores. E continua tendo problemas de organização e de acomodação no meio dos semelhantes, inquietos e desconfiados.
Creio que a cultura nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato. Diante da premência da fome, frio e
25 desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica improvisada pela urgência vital.

Luís da Câmara Cascudo. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. 2.ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983, p. 65-6 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) De acordo com as ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Por não estarem sujeitas a testemunhos divergentes, as narrativas de episódios longínquos do passado são mais fiáveis que as de eventos mais recentes.

(2) Os estudos de Thomsen, que datam da primeira metade do século XIX, dedicam-se às culturas do início da Revolução Industrial.

(3) A explicação meramente biológica dos primórdios da cultura humana não faz jus ao engenho humano.

(4) O termo "o Rei da Criação" (*l*.21) refere-se a um ente divino.

1: Errado (Interpretação) Contradição: se o texto afirma que a memória tem um efeito transfigurador sobre os fatos vividos, o que comprometeria sua fiabilidade, que dirá daqueles que são transmitidos por gerações e, portanto, sofrem o efeito da memória daqueles que os vivenciaram e dos que dele tomam contato por documentos ou relatos;
2: Errado (Interpretação) Troca de informação: os estudos de Thomsen dedicam-se a fatos pertencentes à Pré-História;
3: Certo (Interpretação) Segundo o autor, a cultura humana é produto da sua inteligência e, ainda que nos primórdios esta tenha se empenhado a dar conta do desafio representado por uma natureza hostil e virgem (causa biológica), a gênese da cultura humana não pode ser explicada apenas como resultante do instinto defensivo animal;
4: Errado (Interpretação) Troca de informação: o termo refere-se ao ser humano.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Acerca dos sentidos e dos elementos de coesão e de referenciação presentes no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O substantivo "duelo" (*l*.2) resume, com certa dose de ironia, o episódio narrado no primeiro período do texto.

(2) O termo "Esse processo transfigurador da memória" (*l*.6) está empregado em referência a um vocábulo específico dos dois últimos períodos do primeiro parágrafo do texto.

(3) O termo "dessas dificuldades" (*l*.9) sumaria os efeitos da transfiguração da memória descritos no parágrafo anterior.

(4) O termo "Essa exaltação do orgânico em detrimento do social" (*l*.16-17) retoma e amplia a idéia de "um exercício intelectual em favor da ditadura biológica" (*l*.16).

1: Certo (Figuras de linguagem) Empregar-se o termo duelo – que pode significar um combate ordenado de cavaleiros por questões de honra – para designar uma briga de rua de motivação reles revela de fato uma ironia;
2: Errado (Coesão) O termo refere-se ao fato de as testemunhas terem prestado depoimentos inteiramente contraditórios;
3: Certo (Coesão) O termo "dessas dificuldades" refere-se aos elementos presentes nas cinco orações adjetivas reduzidas de gerúndio que indicam no que consiste o processo transfigurador da memória: "desajustando", "confundido", "antecipando ou postergando", "perturbando";
4: Certo (Coesão) A exaltação do orgânico é justamente a perspectiva de maior relevância do aspecto biológico na criação e desenvolvimento da cultura, pois esse aspecto considera a cultura um desdobramento da busca de defesa do homem no ambiente hostil da natureza.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Acerca dos aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A complementação da forma verbal "assistiram" (*l.*2) pelo pronome pessoal **o**, na modalidade **no**, manteria a correção gramatical do período.

(2) No período "Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da narrativa" (*l.*6-8), o núcleo do predicado da oração principal é um verbo empregado sem complemento.

(3) Na oração "Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*" (*l.*18-19), o adjetivo "contemporânea" modifica o substantivo "explicação".

(4) O fragmento "Diante da premência da fome, frio e desabrigo" (*l.*24-25) pode, sem que se contrarie a prescrição gramatical, ser reescrito da seguinte forma: *Diante da premência da fome, do frio e do desabrigo*.

1: Errado (Regência verbal) O verbo "assistir" no sentido de "ver" e "presenciar" rege objeto indireto com preposição "a". Ele, contudo, não aceita emprego de oblíquo átono como objeto (lhe), portanto, se se quiser explicitar o complemento do verbo, empregando-se pronome pessoal, obter-se-á a seguinte forma: assistiram a ele;
2: Certo (Análise sintática) Sendo a oração principal "Esse processo transfigurador da memória, (...) interfere como autodefesa inconsciente e instintiva...", o núcleo do seu predicado é a forma verbal "interfere" cujo objeto está elíptico;
3: Errado (Análise sintática) O adjetivo "contemporânea" é um adjunto adnominal do substantivo "doutrina";
4: Certo (Paralelismo) Todos os três elementos ligam-se ao substantivo "premência" por meio da preposição "de". Na frase original, essa preposição se encontra em zeugma nos dois últimos termos; na reescrita, ela foi explicitada.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) Com relação à organização, à linguagem e aos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor vale-se da narrativa, na introdução do texto, para captar a atenção do leitor, conduzir-lhe o raciocínio e ilustrar a ideia a ser desenvolvida.

(2) O autor emprega linguagem precisa em "Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense" (*l.*11) e "processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*" (*l.*19).

(3) No quinto parágrafo, o autor constrói, para a forma verbal "reduz" (*l.*17), um complemento verbal composto: "a tenacidade do esforço humano" (*l.*17) e "em centenas e centenas de séculos" (*l.*17).

(4) Para evitar a estrutura oracional e tornar o texto mais conciso, o autor recorreu ao processo de derivação de palavras em "nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato" (*l.*24).

1: Certo (Interpretação) A narrativa consiste num elenco de fatos encadeados de modo a se ter um começo e um fim, ou seja, é um texto no qual se conta uma história. No caso, temos a narração da luta do soldado com o marinheiro;
2: Certo (Interpretação) A presença de termos técnicos caracteriza a linguagem como precisa;
3: Errado (Análise sintática) O verbo **reduz** é transitivo direto e indireto e possui, portanto, dois objetos: um direto - " a tenacidade do esforço humano, em centenas e centenas de séculos" e outro indireto - "ao humilhante plano da causalidade ou do fatalismo". O termo "em centenas e centenas de séculos" é um adjunto adnominal do substantivo "esforço";
4: Errado (Análise sintática) O processo que nomeia a junção de radicais ou palavras numa única palavra é a composição. A derivação nomeia, basicamente, processos de junção de afixos a radicais ou a palavras.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Cada uma das opções subsequentes reproduz períodos do texto, aos quais se acrescentaram uma ou mais vírgulas, que aparecem negritadas e sublinhadas, seguindo-se uma justificativa. Assinale a opção em que é **improcedente** a justificativa apresentada para o acréscimo da(s) vírgula(s).

(A) O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua**,** por causa da namorada comum, que devia chamar-se Marlene. **Justificativa**: a vírgula separa adjuntos adverbiais que expressam noções diferentes.

(B) O duelo durou vinte minutos**,** e cinquenta pessoas assistiram. **Justificativa**: a vírgula separa orações coordenadas que, unidas pela conjunção "e", têm sujeitos diferentes.

(C) A dificuldade total foi reconstituir o delito, porque**,** tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz**,** as espontâneas e numerosas testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. **Justificativa**: as vírgulas isolam o adjunto adverbial antecipado.

(D) Como começara e como findara a luta**,** foi impossível apurar. **Justificativa**: a vírgula isola oração subordinada adverbial antecipada.

(E) Diante da premência da fome, frio e desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica**,** improvisada pela urgência vital. **Justificativa**: a vírgula indica elipse do verbo.

A alternativa "D" está errada (Pontuação). Trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta justaposta que tem como termo subordinante o verbo "apurar". A virgulação se explica pelo fato de ela estar deslocada para o início do período, figura de colocação chamada prolepse.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2008) Considerando os sentidos do texto, assinale a opção em que o vocábulo em negrito é sinônimo contextual do termo transcrito.

(A) "padece" (*l.*9) — **prescinde**
(B) "lítica" (*l.*15) — **pétrea**
(C) "tenacidade" (*l.*17) — **desvario**
(D) "telúricas" (*l.*20) — **ferozes**
(E) "maquinal" (*l.*21) — **mecânica**

A: Errado (Vocabulário) padece = sofre / prescinde = não necessita;
B: Errado (Adequação Vocabular) Embora "lítico" e "pétreo" possam ser sinônimos, equivalentes à locução adjetiva "de pedra", o emprego de lítico é mais adequado pelo fato de se estar tratando de períodos da Pré-história que possuem esse radical nos seus nomes: Paleolítico e Neolítico;

C: Errado (Vocabulário) tenacidade = resistência / desvario = loucura;
D: Errado (Vocabulário) telúricas = que se origina da Terra ou do solo / ferozes = bravios;
E: Certo (Adequação vocabular) Ambos os termos enaltecem a perfeição das formigas, conferindo-lhe a ideia de precisão.
GABARITO "E"

Texto para as próximas quatro questões.

1 Há algo que une técnicos e humanistas. Ambos se
crêem marcados por um fator distintivo, inerente a seus
cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do
4 trabalhador manual ou mecânico. Gramsci percebe nessa
crença um ranço ideológico da divisão do trabalho:
"Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e
7 degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um
mínimo de atividade intelectual criadora.
Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer, mas
10 nem todos os homens têm na sociedade a função de
intelectuais. Não se pode separar o *Homo faber do Homo
sapiens*."
13 O que distingue, portanto, a figura pública do homem
da palavra é a rede peculiar de funções que os intelectuais
costumam desempenhar no complexo das relações sociais.
16 À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico,
restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o
humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão
19 fechando em suas *pseudototalidades*. O seu conhecimento
político decairá. E o sistema, contentando-se com alguns
profissionais mais à mão, alijará dos centros de decisão a
22 maior parte dos intelectuais.
Um Gramsci puramente historicista talvez não pudesse
dizer mais nada. Os fatos têm a sua razão, os intelectuais são
25 o que são, e ponto-final. Mas Gramsci foi um pensador
revolucionário. Por isso, via uma possibilidade de projeto no
intelectual moderno, que sucederia, nesse caso, o apóstolo e
28 o reformador de outrora.

Alfredo Bosi. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Ática, 1988, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Com base no texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Segundo Gramsci, quanto mais complexa for a relação social, mais tênue será a distinção entre *Homo faber* e *Homo sapiens*.
(2) De acordo com o Gramsci historicista, as funções desempenhadas pelos intelectuais na sociedade distinguem-nos dos trabalhadores manuais tanto quanto o dom da inteligência.
(3) A especialização pode comprometer a competência política tanto dos intelectuais quanto dos técnicos.
(4) Na atividade intelectual, a competência política é mais relevante que a competência técnica do profissional.

1: Errado (Interpretação) O aumento da complexidade da relação social pressupõe um aumento da especialização profissional, o que tenderia a separar aqueles que se dedicam a atividades intelectuais daqueles que exercem trabalhos manuais ou mecânicos;
2: Errado (Interpretação) Segundo Gramsci, o dom da inteligência não é exclusivo dos intelectuais ou técnicos (1º parágrafo);
3: Certo (Interpretação) A afirmação pode ser validada pela seguinte passagem: "À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão fechando em suas pseudototalidades. O seu conhecimento político decairá.";
4: Errado (Interpretação) Em nenhuma parte do texto são estabelecidos graus comparativos de relevância para essas duas competências, o que se defende é a importância do conhecimento político.
Gabarito1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Em cada um dos itens abaixo é apresentada, em relação a trechos do texto, uma alternativa de colocação pronominal. Com base na prescrição gramatical, julgue (C ou E) cada proposta apresentada.

(1) "que os apartaria" (*l*.3) / **que apartá-los-ia**
(2) "Ambos se crêem marcados" (*l*.1-2) / **Ambos crêem-se marcados**
(3) 'Não se pode separar' (*l*.11) / **Não pode-se separar**
(4) "um e outro se irão fechando" (*l*.18-19) / **um e outro irão-se fechando**

1: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, emprega-se próclise;
2: Certo (Colocação pronominal) Questão problemática: embora a palavra "ambos" não apareça como fator de próclise em diversos autores, ela é assim descrita na "Nova Gramática do Português contemporâneo" de Celso Cunha e Lindley Cintra, que constava da bibliografia recomendada pelo concurso;
3: Errado (Colocação pronominal) Em locuções verbais com palavra atrativa, não se deve colocar o oblíquo enclítico ao auxiliar. Há, portanto, duas possibilidades: "Não se pode separar" e "Não pode separar-se";
4: Errado (Colocação pronominal) Há dois motivos que impedem a ênclise: 1º "um e outro" é uma locução pronominal indefinida, que é fator de próclise. 2º Ainda que não houvesse fator de próclise, no lugar da ênclise, deveria ter sido empregada a mesóclise, pois a forma verbal "irão" está no futuro do presente.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Acerca de aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A inserção do fragmento **que é** imediatamente antes da expressão "inerente a seus cérebros" (*l.*2-3), apesar de atender a preceito gramatical, não resultaria em estrutura mais adequada estilisticamente que a original, se considerado o contexto do período.

(2) O emprego de acento gráfico na forma verbal "crêem" (*l.*2) atende à mesma regra que determina a acentuação gráfica das seguintes formas verbais flexionadas no plural: têm, vêem, vêm e dêem.

(3) O período "Todos os (...) de intelectuais" (*l.*9-11) poderia, sem que se alterasse seu sentido original, ser corretamente reescrito da seguinte forma: Pode-se dizer que, apesar de não exercer sempre, na sociedade, a função de intelectual, todo o ser humano é intelectual.

(4) A forma verbal "apartaria" (*l.*3) está flexionada no futuro do pretérito porque denota uma ação que compõe uma hipótese, uma suposição.

1: Certo (Análise sintática) A substituição proposta transformaria o adjunto adnominal "inerentes a seus cérebros" em uma oração adjetiva restritiva. Embora gramaticalmente possível, tal troca é desnecessária, pois a escolha pelo emprego de adjunto adnominal deixa o trecho mais conciso;
2: Errado (Acentuação gráfica) A regra que determinava a acentuação das formas "crêem", 'vêem" e "dêem" é diferente da que ainda determina a acentuação das formas "têm" e "vêm". As formas verbais "crer", "dar", "ler" e "ver" – mnemonicamente designadas por credelevê – e suas formas derivadas eram acentuadas na terceira pessoa do plural – "crêem", "dêem", "lêem" e "vêem" –, o recente acordo ortográfico extinguiu esse acento. Os verbos "ter" e "vir" e formas derivadas recebem acento diferencial na terceira pessoa do plural do presente do indicativo para distingui-las das formas plurais: ele tem, ele contém, ele vem, ele convém // eles têm, eles contêm, eles vêm, eles convêm;
3: Errado (Emprego dos pronomes) O trecho "todo o ser humano" refere-se à totalidade dos seres humanos;
Deveria, portanto, ser escrita da seguinte maneira: "todo ser humano";
4: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O verbo "apartaria" expressa uma condição que se constitui numa crença que será questionada no texto, daí o emprego do futuro do pretérito do indicativo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que a relação lógica estabelecida no período traduz, de forma coerente, ideia apresentada no texto.

(A) Porquanto técnicos e intelectuais creiam serem marcados por um fator distintivo, há algo que os discrimina.

(B) Quando técnicos e intelectuais se isolam, há comprometimento de seu conhecimento político.

(C) À proporção que o trabalho manual se torna menos mecânico, mais degradado ele se torna.

(D) O sistema estabelecido afasta de tal forma parte dos intelectuais da tomada de decisão, que se restringe a recrutar somente técnicos mais disponíveis.

(E) Embora fosse um historicista, Gramsci admitiu a possibilidade de projeto no intelectual moderno, que superaria a prevalência do técnico na sociedade.

A alternativa "B" está certa (Interpretação) O trecho que prova que a alternativa B é a correta é o seguinte: "À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, *um e outro se irão fechando* em suas pseudototalidades. *O seu conhecimento político decairá.*"

Gabarito "B"

(Diplomacia 2007) Entre as opções a seguir, que formam em seu conjunto um texto, assinale a que **não** apresenta erro de pontuação.

(A) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia seriam filosofia de não-filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura.

(B) Ora, tanto os técnicos, quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois, é nos pólos isolados da estrutura ou do sujeito, que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter, próprio da política em face da economia.

(C) Paradoxalmente, esse modo de pensar Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico.

(D) Para Gramsci, a vontade é, não só a condição de existência da política mas, um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce.

(E) O intelectual que ignora o tecido de vínculo e violência com que se amarram as classes sociais não poderá atingir o limiar da "consciência da necessidade", que é, por sua vez, condição para que se produza uma vontade de agir sobre as estruturas. É preciso que ele se encaminhe para uma teoria rigorosa, sem a qual os seus ímpetos de demolir estruturas poderão ser truncados pela tecnologia míope ou diluídos pelo humanismo retórico.

Trechos adaptados de Alfredo Bosi. *Op. cit.*, p. 243-4.

A: Errado (Pontuação) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia(1) seriam

filosofia de não-filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria(2), via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura. (1): falta a vírgula que isolaria a expressão de exemplificação. (2): falta a vírgula que isolaria a expressão adverbial;
B: Errado (Pontuação) Ora, tanto os técnicos,(1) quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois,(2) é nos polos isolados da estrutura ou do sujeito,(3) que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter,(4) próprio da política em face da economia.
(1): separa indevidamente os núcleos do sujeito composto coordenado pela estrutura "tanto...quanto". (2) e (3): isola indevidamente o objeto indireto, separando, inclusive, o termo "é" do "que", os quais constituem uma partícula de realce. (4): separa indevidamente o adjunto adnominal do seu núcleo, gerando um sentido não desejado;
C: Errado (Pontuação) Paradoxalmente, esse modo de pensar(1) Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce(2) que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal(3) a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico. (1): falta a vírgula que isolaria o objeto pleonástico invertido. (2): falta a vírgula que tornaria, como é desejável, a oração adjetiva restritiva em explicativa. (3): falta a vírgula que com a anterior isolaria o predicativo do objeto;
D: Errado (Pontuação) Para Gramsci, a vontade é,(1) não só a condição de existência da política mas,(2) um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce. (1): separa indevidamente o predicativo do verbo de ligação. (2): separa os núcleos do predicativo coordenados pela estrutura "não só...mas";
E: Certo.
GABARITO "E"

Texto para as próximas três questões.

1 Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a
sociedade indiana em mais de 2.000 castas, os 60 anos dos
ideais liberais de Gandhi e os 10 anos da legalização do
4 casamento entre castas revelam-se impotentes para
transformar a organização hierárquica da sociedade. Em
confronto direto com o costume milenar, o governo da Índia
7 oferece uma recompensa de R$ 2.400 para homens e mulheres
de diferentes grupos sociais que formalizem sua união.
O dinheiro equivale ao dobro da renda per capita
10 anual do país. O governo justifica que a medida é um passo
para a reacomodação das desigualdades. Para grande parte da
sociedade, é um passo no escuro.
13 O governo — que já enfrenta protesto contra cotas em
universidades — vê-se, agora, diante de um desafio maior.
O esquema está sob ataque de todos os lados. Os
16 conservadores alegam que a medida é gatilho para o caos
social. Os liberais sustentam que poucos vão receber a oferta
porque o dinheiro vai desaparecer no bolso de autoridades
19 corruptas.
Indianos de castas mais baixas dizem que rejeitariam
a recompensa, pois perderiam o acesso preferencial às
22 universidades, garantido pelas já controversas cotas. Hoje, o
governo oferece 22,5% das vagas aos intocáveis, os últimos
na hierarquia hindu, mas pretende aumentá-las para 50%.
25 "Sei que esta não é a única maneira de pôr um fim à
discriminação, mas é preciso começar de algum lugar",
defende a ministra da Justiça Social. Para a socióloga Radhika
28 Chopra, a oferta é uma forma de sinalizar que esses
casamentos não devem ser condenados. "Com a medida, o
governo apoia os indivíduos que transgrediram barreiras
31 sociais e mostra que podem funcionar como exemplos",
acrescenta a socióloga.

Jornal do Brasil, 17/12/2006 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) No que se refere a funções da linguagem, predomina, no texto, a função

(A) fática, visto que o autor do texto busca, de forma sutil, convencer os leitores dos benefícios do projeto que visa incentivar o casamento entre pessoas pertencentes a castas diferentes.

(B) metalinguística, haja vista o foco em aspectos intertextuais, como demonstram as diversas vozes que acompanham a informação divulgada.

(C) emotiva, dado que são as falas das autoridades entrevistadas que direcionam a forma como as informações são apresentadas.

(D) conativa, visto que as opiniões expressas estão devidamente referenciadas, não havendo, portanto, perda de objetividade na transmissão das informações.

(E) referencial, dado que a ênfase recai nas informações a respeito de determinado assunto.

A alternativa certa é a "E" (Funções da linguagem) Sendo um texto de reportagem típico – impessoal, com linguagem objetiva –, tem-se o predomínio da função referencial.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) Com base no texto, assinale a opção correta.

(A) Na Índia, a recompensa estabelecida para casamentos entre pessoas pertencentes a castas diferentes é abonada pelos intelectuais hindus, especialmente pelos sociólogos.

(B) Algumas pessoas indianas de castas mais baixas não se casam com as de castas mais altas para não perderem direito de acesso automático à universidade.

(C) Apesar de, na Índia, a organização social em castas ter ruído há mais de uma década, os comportamentos sociais pouco se alteraram.

(D) O tema principal que se depreende da notícia veiculada é a dificuldade de superação de valores sociais em sociedade marcadamente tradicionalista e rigorosamente hierarquizada.

(E) É correto concluir do texto que a recompensa estabelecida na Índia para casamentos entre indivíduos pertencentes a castas diferentes é um benefício que não contempla casamentos realizados anteriormente à vigência da lei.

A: Errado (Interpretação) É dito no texto que o "esquema está sob ataque de todos os lados";
B: Errado (Interpretação) O texto dá a entender que é a aceitação da recompensa que leva à perda do acesso preferencial (não "automático") à universidade;
C: Errado (Interpretação) Não é dito no texto que a organização social em castas ruiu, mas sim que os casamentos entre castas foram permitidos há dez anos. A leitura do texto também não permite afirmar que os comportamentos sociais pouco se alteraram;
D): correto;
E: Errado (Interpretação) A recompensa destina-se não aos que casaram, mas aos que formalizarem sua união; pode, portanto, ser entregue aos que anteriormente casados decidam formalizá-la.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que a reescrita de segmentos do texto, em registro formal da linguagem e baseada exclusivamente nas informações apresentadas, **não** imprimiria precisão ao texto original.

(A) "Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a sociedade indiana" (*l.*1-2) / **Em face da tradição hindu, que dividiu há 2.500 anos atrás, a sociedade indiana**.

(B) "oferece uma recompensa de R$ 2.400" (*l.*7) / **assegura recompensa correspondente a 2.400 reais**.

(C) "para homens e mulheres de diferentes grupos sociais que formalizem sua união" (*l.*7-8) / **a homens e mulheres que formalizem sua união com pessoa pertencente a casta distinta da sua**.

(D) "O esquema está sob ataque de todos os lados" (*l.*15) / **A medida enfrenta opositores de todos os lados**.

(E) "os últimos na hierarquia hindu" (*l.*23-24) / **os pertencentes à mais baixa casta na hierarquia hindu**.

A alternativa errada é o item "A" (Vício de linguagem) A alteração padece de um pleonasmo vicioso: o emprego do verbo "haver", indicador de tempo transcorrido, com o termo "atrás". Além disso, o emprego do presente na frase original enfatiza que a divisão de castas continua forte até hoje.

GABARITO "A"

Texto para as próximas três questões

As três almas do poeta

1 Ênio, poeta latino do século II a. C., falava três
línguas: o grego, que ele tinha aprendido por ser, na época, a
língua de cultura dominante no sul da Itália; o latim, em que
4 escreveu suas obras; e o osco (uma língua aparentada com o
latim), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa.
O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com
7 as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o
osco, nas regiões rurais. E Ênio, que sabia as três, costumava
dizer que tinha "três almas".
10 É curioso observar que ele exprimiu com isso uma
coisa muito importante relativa ao conhecimento de uma
língua: não se trata simplesmente de "uma outra maneira de
13 dizer as coisas" (table em vez de mesa, te quiero em vez de
eu te amo), mas de outra maneira de entender, de conceber,
talvez mesmo de sentir o mundo.
16 A ideia de que a diferença entre as línguas se resume

em maneiras distintas de se referir aos objetos do mundo
natural pode ser chamada a "teoria ingênua" da relação entre
19 a língua e a realidade. E, como a maior parte das teorias
ingênuas, é, ao mesmo tempo, simples, evidente e incorreta
(não é óbvio que o Sol nasce no leste? Mas não é o Sol que
22 nasce, é a terra que gira).
Examinemos um exemplo, quanto ao significado das
palavras nas línguas. Temos, em português, a palavra dedo,
25 que nos parece muito concreta; Diríamos que é simplesmente
o nome que damos, em nossa língua, a um objeto que nos é
dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma
28 parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de
designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras
para "dedo": finger e toe, que não são a mesma coisa. Um
31 finger é um dedo da mão, e um toe é um dedo do pé; para nós
são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes.
Esse é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam
34 diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra
portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma
coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua
37 a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma
definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo
das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores
40 também é bastante ilustrativo disso.
Falar uma língua é, portanto, ver o mundo de certa
maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a
43 43 capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes.
Talvez fosse isso que o velho Ênio estivesse tentando dizer,
quando afirmou que tinha três almas.

Mário A. Perini. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 41-52 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Acerca de fatos linguísticos do primeiro parágrafo do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Na oração "por ser, na época, a língua de cultura dominante no sul da Itália" (*l*.2-3), pode-se substituir "de" por **da** sem prejuízo para o sentido original do texto.

(2) No primeiro parágrafo, há mais de um aposto.

(3) Há, no primeiro parágrafo, quatro orações subordinadas de natureza explicativa.

(4) No trecho "O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o osco, nas regiões rurais" (*l*.6-8), utiliza-se uma forma de elipse, por meio da qual se evitam repetições.

1: Errado (Emprego do artigo) Sem artigo, "dominante" refere-se a "língua de cultura", ou seja, há uma língua de cultura que domina na região. Com o artigo, "dominante" refere-se a "cultura", ou seja, uma língua que pertence à cultura dominante na região;

2: Certo (Análise sintática) Há 3 apostos: 1 "poeta latino do século II a. C. / 2 "o grego (...), o latim (...) e o osco" / 3 "uma língua aparentada com o latim";

3: Certo (Análise sintática) o grego, que ele tinha aprendido / o latim, em que escreveu suas obras / o osco (...), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa. / E Ênio, que sabia as três.

4: Certo (Figuras de linguagem) Trata-se da zeugma (elipse de um termo que já ocorreu antes) da conjunção integrante "que" e da locução verbal "fosse usado" : O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; que o grego fosse usado nas grandes cidades;
E que o osco fosse usado nas regiões rurais.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Julgue (C ou E) os próximos itens com relação aos sentidos do texto.

(1) Depreende-se do texto que há dúvidas quanto aos lugares e às circunstâncias em que cada uma das três línguas mencionadas era usada por seus falantes.

(2) Segundo o autor do texto, a definição das coisas precede a designação delas por meio de signos linguísticos.

(3) A "teoria ingênua" da relação entre a língua e a realidade pressupõe que as línguas recortem a realidade, ou seja, categorizem-na, da mesma maneira.

(4) O autor do texto alude ao fato de o poeta latino afirmar que tinha três almas — por falar três línguas — para comprovar que o domínio de língua estrangeira compromete a autenticidade do indivíduo.

1: Certo (Interpretação) O caráter duvidoso se constrói pelo emprego das orações indicativas de circunstância ou lugar como predicativas da oração "o mais provável é";

2: Certo (Interpretação) Comprova-se essa afirmação com o seguinte trecho: “Agora podemos ver que a palavra portuguesa **dedo** não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira.”;
3: Certo (Interpretação) A categorização da mesma maneira diz respeito ao fato de palavras de idiomas diferentes que nomeiam um mesmo referente conferirem a ele o mesmo significado, tese que será refutada ao longo do texto;
4: Errado (Interpretação) Segundo o texto, o domínio de línguas estrangeiras amplia o conhecimento do mundo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando a articulação de elementos textuais, bem como aspectos semânticos e morfossintáticos do texto.

(1) O vocábulo “simplesmente” é empregado com o mesmo sentido nas linhas 12, 25 e 35 do texto.

(2) No trecho “mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo” (*l*.14-15), observa-se a ocorrência de um único termo como complemento de três verbos.

(3) A posposição de “certa” na expressão “certa maneira” (*l*.37) prejudicaria a coerência do texto.

(4) A substituição de “Tanto é assim que” (*l*.37) por **Tanto que** prejudicaria o sentido do período em que tal expressão se insere.

1: Certo (Vocabulário) Nas três ocorrências, o vocábulo “simplesmente” equivale ao termo “apenas”, sendo, portanto, palavra denotativa de exclusão;
2: Certo (Análise sintática) Trata-se do termo “o mundo” que, por coesão por elipse, é o complemento de três verbos: “mas de outra maneira de entender *o mundo*, de conceber *o mundo*, talvez mesmo de sentir *o mundo*”;
3: Certo (Emprego de Pronomes) A palavra “certo”, quando empregada como adjunto adnominal, muda de sentido e de classe gramatical de acordo com a posição em relação ao substantivo: antes dele, é um pronome indefinido e indica que o conhecimento da “maneira” mencionada não é preciso; após ele, é um adjetivo e indica que se trata da “maneira” correta;
4: Errado pelo gabarito oficial (Análise sintática - conectores) Questão polêmica: embora não seja registrado o termo “tanto é assim que”, as expressões “tanto que” e “tanto assim que” são indicadas no dicionário *Houaiss* e em *Othon M. Garcia* como sinônimas, e o sentido indicado para elas no dicionário – *a prova disso é que* – cabe no trecho em questão:
“Agora podemos ver que a palavra portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. *Tanto é assim que / A prova disso é que* o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores também é bastante ilustrativo disso.”
Se o sentido é igual, podemos supor, então, que o acréscimo do “é” seria uma questão de ênfase: desse modo, “prejudicar o sentido” (como está no enunciado) não seria “alterar o sentido” mas, no caso, “diminuir a sua força”.

Gabarito Oficial 1C, 2C, 3C, 4E /
Gabarito Nosso: 1C, 2C, 3C, 4Anulada

Texto para as próximas três questões.

1 A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio.
No caso da África, antes do século XVII, é particularmente
válido o definir-se a história como o adivinhar do passado.
4 Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo
Islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a
escrita e nos deixaram alguns poucos documentos — poucos,
7 muitas vezes tardios e também contaminados por lendas —,
sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal
arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a
10 partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde,
os portugueses e outros europeus, bem como o que nos
chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros.
13 Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que
fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita,
o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa
16 que ele frequente a narrativa e nela se imiscua, é porque é
também importante contar, ao lado do que se julga ter
realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e
19 os fatos que se vestiram de imaginário, porque se
incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por
isso, o marcam, definem e distinguem. Oraniã, Xangô,
22 Tsoede, Cibinda Ilunga aparecem como personagens neste
livro de história porque pertencem iniludivelmente à realidade
dos iorubas, dos nupês, e dos lundas e quiocos. Eles estão
25 aqui como Enéias e sua viagem de Tróia ao Lácio, e como
Réia Sílvia, a loba, Rômulo e Remo, nos compêndios sobre
História romana, cujos autores os sabem mitos, mas não
28 ignoram que fecundaram um destino.

Alberto da Costa e Silva. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.** 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 3-4.

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos do texto acima, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O vocábulo "abstraídas" (*l*.4) pode ser substituído por **consideradas conjuntamente**, sem que se altere o sentido do período.

(2) A palavra "húmus" está empregada, na primeira oração do texto, com o sentido de **praga**. Do desdobramento dessa metáfora advém a ideia de que os documentos históricos africanos são "contaminados por lendas" (*l*.7).

(3) Na linha 16, "se imiscua", forma verbal no modo subjuntivo, tem o sentido de **se intrometa**.

(4) A palavra "iniludivelmente" (*l*.23) significa, no texto, **indubitavelmente**.

1: Errado (Vocabulário) No contexto em questão, o termo "abstraídas" significa "com exceção de";
2: Errado (Interpretação) A leitura total do texto permite concluir que os relatos fantasiosos também cumprem um papel no trabalho historiográfico. Isso fica claro com o seguinte trecho: "é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem.". A palavra "húmus", metáfora de imaginação, não pode ser, portanto, entendida pejorativamente como "praga", é sinônimo de "fertilizante" e equivale, denotativamente, a "algo favorável à atividade historiográfica";
3: Certo (Flexão verbal e Vocabulário) A forma "se imiscua" é o presente do subjuntivo do verbo "imiscuir-se" e, entre os seus sentidos, está o de "intrometer-se";
4: Certo (Vocabulário) Embora o sentido original das expressões "iniludivelmente" e "indubitavelmente" seja "de modo não iludível" e "de modo não duvidoso", a primeira toma o sentido da segunda, no contexto em que aparecem, passando ambas a serem sinônimos contextuais.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Com base, exclusivamente, no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O autor do texto procura transmitir a seguinte mensagem: o historiador deve ignorar as narrativas mitológicas em benefício da objetividade e da precisão de suas pesquisas.

(2) A historiografia referente à África de antes do século XVII vale-se de fontes como crônicas orais autóctones e relatos de viajantes provenientes de outros continentes.

(3) Na alusão a "textos em que se profetiza às avessas" (*l*.13), o autor refere-se à transcrição de mitos transmitidos oralmente pelos povos negros.

(4) Conclui-se do texto que "Tsoede" e "Cibinda Ilunga", citados na linha 22, são importantes figuras históricas pertencentes, respectivamente, aos povos lunda e quioco.

1: Errado (Interpretação) Ao contrário disso, é proposta a inclusão das lendas como material historiográfico;
2: Certo (Interpretação) O seguinte trecho comprova a afirmação feita na questão: "sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus (relatos de viajantes provenientes de outros continentes), (crônicas orais autóctones) bem como o que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros". Nota: caso a afirmação contivesse, após a forma "vale-se", um termo de exclusão como "apenas", isso a tornaria errada, pois o texto registra a existência de áreas africanas em que há documentos escritos anteriores ao século XVII;
3: Errado (Interpretação) A alusão é sobre os textos historiográficos: a forma "profetizar às avessas" significa estudar (profetizar) o passado (às avessas: o passado no lugar do futuro);
4: Errado (Interpretação) Ao dizer que tais figuras estavam lá como "Enéias" (personagem mítico presente na Ilíada e na Eneida) na sua viagem, fica claro o caráter mítico de tais figuras.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 3, a supressão simultânea dos artigos definidos que antecedem "definir-se" e "adivinhar" não prejudicaria a correção gramatical do período.

(2) O complemento da forma verbal "sabemos" (*l*.8) tem mais de um núcleo.

(3) A expressão "neste livro de história" (*l*.22-23) designa o livro do qual se extraiu o texto.

(4) Nas linhas 27 e 28, as orações em que se inserem as formas verbais "ignoram" e "fecundaram" têm o mesmo sujeito.

1: Errado (Emprego de artigo) A retirada dos artigos implicaria a retirada também da preposição "de" regida pelo substantivo "adivinhar", pois, como ele voltaria a ser verbo, o seu complemento passaria de nominal a verbal e, sendo um objeto direto, não seria mais regido por preposição;
2: Certo (Análise sintática) Seu complemento possui três núcleos constituídos por pronomes demonstrativos seguidos por orações adjetivas: "**sabemos** apenas *o* que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, *o* que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus, bem como *o* que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros;
3: Certo (Emprego de pronomes) Trata-se de função dêitica: o pronome "este" indica o livro de que faz parte o trecho;
4: Errado (Análise sintática - coesão) O sujeito de ambos é oculto. No caso de "ignoram", trata-se de "cujos autores", que está em zeugma para se evitar a repetição; no caso de "fecundaram", são as figuras míticas africanas.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas três questões.

1 A maior contribuição da América Latina para a cultura
ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade
e pureza*: esses dois conceitos perdem o contorno exato do seu
4 significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade
cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos
latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz.
7 A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização
ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e
destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os
10 europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de
que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão
estrangeira nem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento
13 e inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição,
seu produto seria mera cópia — silêncio —, uma cópia muitas
vezes fora de moda. Sua geografia deve ser uma geografia de
16 assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de
falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao
desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda
19 fila, é, no entanto, preciso que assinale sua diferença, marque sua
presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria
a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco
22 sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder
conquistador.

* Em artigo de significativo título, **Sol da Meia-Noite**, Oswald de Andrade percebia, por detrás da Alemanha nazista, os valores de unidade e pureza e, no seu estilo típico, comentava com rara felicidade: "A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot* do futuro. Precisa mulatizar-se." (**Ponta de Lança**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 62.)

Silviano Santiago. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 18-9 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A substituição da expressão "à medida que" (*l*.5) por **na medida que** não implicaria prejuízo para o conteúdo semântico ou a correção gramatical do texto.

(2) Na linha 6, a partícula "se" que antecede a forma verbal "afirma" é índice de indeterminação do sujeito.

(3) O emprego de itálico em *"paraíso"* (*l*.12) realça o sentido objetivo desse vocábulo.

(4) Nos termos "seu produto" (*l*.14) e "Sua geografia" (*l*.15), os pronomes possessivos remetem ao mesmo referente.

1: Errado (Análise sintática - conectores) A locução "na medida que" não é aceita pela norma. Há duas locuções conjuntivas muito parecidas, mas de emprego distinto: - **à medida que**: à proporção que / - **na medida em que**: porque;

2: Errado (Funções do "se") O "se" pode ser classificado como PIV (parte integrante do verbo), se se considerar o verbo "afirmar" como pronominal "afirmar-se"; ou, em caso contrário, como partícula apassivadora;

3: Errado (Vocabulário) A palavra "paraíso" é empregada no sentido metafórico de lugar aprazível;

4: Certo (Coesão) Eles referem-se à América Latina.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2007) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Depreende-se do texto que a tradição cultural do Ocidente valoriza positivamente os conceitos de "unidade" e "pureza".

(2) No período "Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência" (*l*.15-17), a palavra "geografia" deve ser entendida como estudo do espaço físico, pois se relaciona com a ideia de "lugar no mapa da civilização ocidental" (*l*.7-8).

(3) O termo "o eco sonoro" (*l*.21-22) retoma a ideia anteriormente expressa em "mera cópia" (*l*.14).

(4) O trecho citado na nota do texto revela que Oswald de Andrade considerava benéfica a miscigenação.

1: Certo (Interpretação) Como foi dito que a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental foi a destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza, subentende-se que tais conceitos eram valorizados pelo Ocidente;

2: Errado (Interpretação) Tanto "geografia" quanto "lugar no mapa da civilização ocidental" dizem respeito ao papel que cabe a América Latina desempenhar para as nações ocidentais, e não ao seu espaço físico;

3: Certo (Interpretação) Os termos "eco sonoro" e "mera cópia" são

metáforas que se referem à recepção passiva, não transfiguradora, dos elementos que os europeus exportam para o Novo Mundo;
4: Certo (Interpretação) Ao afirmar que a Alemanha nazista precisa mulatizar-se, ele revela não apenas a valorização da miscigenação, mas um repúdio ao conceito de pureza e superioridade raciais.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Assinale a opção que corresponde a interpretação correta do texto.

(A) A verdadeira vocação da cultura latino-americana é a de reencontrar a inocência que prevalecia antes da invasão estrangeira.

(B) A produção cultural da América Latina, dado o seu alto nível, assemelha-se progressivamente à da Europa, tornando-se impossível a distinção entre uma e outra.

(C) A cultura da América Latina deve ser impermeável aos valores da cultura dominante.

(D) Ao incorporar elementos da cultura europeia, a América Latina os altera e os transfigura.

(E) A assimilação dos elementos da cultura dominante deve implicar a reação contra a pureza indígena latino-americana.

A: Errado (Interpretação) O texto afirma que isso é impossível: "(...)a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira nem reencontrar sua condição de *paraíso*, de isolamento e inocência(...)";
B: Errado (Interpretação) Ao contrário, por ser diferente da europeia, a produção cultural latino-americana tem interesse para os europeus;
C: Errado (Interpretação) Ao contrário, ela deve recebê-la e transfigurá-la;
D: Certo (Interpretação) Pode-se constatar isso na seguinte passagem: "A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo";
E: Errado (Interpretação) Se há proposta de transfiguração da influência europeia em moldes próprios, não se pode criticar qualquer tipo de valorização do que é autóctone, até por ser isso uma medida de defesa contra uma força muito maior. Além disso, em nenhum momento do texto se menciona "pureza indígena".

GABARITO "D"

Texto para as próximas três questões.

1 Desde o primeiro contato Jadon admitiu a precariedade
das suas relações com os companheiros de refeitório. E a
atitude de permanente alheamento que assumiam na sua
4 presença, ele a recebeu como possível advertência à conduta
que deveria manter no seio daquela comunidade. Sem
manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam,
7 conjecturava se eles não acabariam por se tornar mais
expansivos.
Era-lhe penoso, entretanto, encontrá-los sempre na
10 mesma posição, a aparentar indiferença pela comida que lhes
serviam e por tudo que se passava ao redor. Enquanto Jadon
almoçava, permaneciam quietos, os braços caídos, os olhos
13 baixos. Ao jantar, lá estavam nos mesmos lugares, diante das
compridas mesas espalhadas pelo salão. Assentavam-se em
grupos de vinte, deixando livres as cabeceiras. Menos uma,
16 justamente a da mesa central, onde ficava um velho alto e
pálido. Este, a exemplo dos demais, nada comia, mantendo-se
numa postura de rígida abstração, como a exigir que
19 respeitassem o seu recolhimento. Malgrado a sua recusa em se
alimentar, silenciosos criados substituíam continuamente os
pratos ainda cheios.
22 A princípio Jadon espreitava-os discretamente, na
esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre
si. Logo verificou a inutilidade do seu propósito: jamais
25 desviavam os olhos da toalha e prosseguiam com os lábios
cerrados. Experimentou o recurso de dirigir-se bruscamente aos
vizinhos, e desapontou-se por não conseguir despertar-lhes a
28 atenção. Mantinham-se impassíveis, mesmo quando as frases
eram ásperas ou acompanhadas de gritos.
Após essa experiência, seguiu-se um período em que
31 Jadon desistiu de penetrar na intimidade daqueles cavalheiros
taciturnos que, apesar de manifestarem evidente desinteresse
pelos alimentos, apresentavam-se saudáveis e tranquilos. Esta

34 observação seria o suficiente para convencê-lo de que os
comensais evitavam comer somente durante a sua permanência
no recinto. Por certo aguardavam sua saída para se atirarem
37 avidamente às especialidades da casa. Nesse momento talvez se
estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam
desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser
40 bastante desagradável para todos.

Murilo Rubião. **O convidado: contos**. São Paulo: Ática, 1988, p. 89-90 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A relação entre Jadon e seus companheiros de refeitório era de mútua indiferença.

(2) Ao longo da narrativa, percebem-se mudanças na atitude de um dos personagens.

(3) No trecho reproduzido, o narrador revela as conjecturas de Jadon, mas não as dos demais personagens.

(4) O silêncio no refeitório foi mantido durante o período a que corresponde o relato.

1: Errado (Interpretação) Jadon se intriga com a aparente atitude de indiferença de seus companheiros.
2: Certo (Interpretação) A atitude de Jadon frente à impassibilidade de seus companheiros de refeitório passa por três fases: observação dissimulada, tentativa de estabelecer contato e desistência de entender o comportamento deles;
3: Certo (Interpretação) Em nenhum momento nos é dado saber o que pensam os acompanhantes de Jadon;
4: Errado (Interpretação) Jadon gritou no refeitório, quando tentava estabelecer contato com os outros.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Entre as opções abaixo, que reproduzem períodos do texto com a pontuação alterada, assinale a que apresenta **erro** de emprego da vírgula, segundo a norma gramatical.

(A) Desde o primeiro contato, Jadon admitiu a precariedade das suas relações com os companheiros de refeitório.

(B) Nesse momento, talvez se estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser bastante desagradável para todos.

(C) A princípio, Jadon espreitava-os discretamente, na esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre si.

(D) Sem manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam, conjecturava se eles não acabariam, por se tornar mais expansivos.

(E) Por certo, aguardaram sua saída para se atirarem, avidamente, às especialidades da casa.

A alternativa "D" está errada (Pontuação) A segunda vírgula separa equivocadamente uma locução verbal: "acabariam por se tornar".
GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que o vocábulo em negrito **não** é sinônimo contextual do termo transcrito.

(A) "constrangiam" (*l*.6) – **compeliam**

(B) "Malgrado" (*l*.19) – **Inconveniente**

(C) "espreitava" (*l*.22) – **espiava**

(D) "taciturnos" (*l*.32) – **calados**

(E) "desprimorosas" (*l*.39) – **indelicadas**

A alternativa "B" está errada (Vocabulário) O termo "malgrado" foi empregado como preposição com valor concessivo e não pode ser substituído pelo adjetivo "inconveniente".
GABARITO "B"

Texto para as próximas cinco questões.

Cujas Canções

1 É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos
cartões de visitas. No tempo das guerras cisplatinas até ficou
famoso alguém que assim se apresentava: "José Maria da
4 Conceição — tenente dos Colorados".
Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns
títulos da generosidade de seus conterrâneos. Se pusesse todos
7 eles, seria pedante; Escolher um só seria indelicadeza para
com os outros proponentes.
Quanto a mim, sempre fui de opinião que bastava o
10 nome da pessoa, sem a vaidade de títulos secundários. Mas eis
que a minha camareira fez-me cair em tentação. Dá-se o caso
que saiu a edição do meu livro *Canções*, ilustrado por Noêmia
13 e que, ao ser noticiado por Nilo Tapecoara no *Bric-à-brac da*
vida, este o publicou com o meu retrato em duas colunas e,
abaixo do mesmo, uma notícia que assim principiava, com a

16 primeira linha impressa em letras maiúsculas: MÁRIO QUINTANA, CUJAS CANÇÕES etc. etc...
Ora, na manhã daquele dia, ao servir-me o café na
19 cama, sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia: "Cujas canções, hein, cujas canções!"
22 O seu maior respeito era devido, sem dúvida, à misteriosa palavra "cujas".

Mario Quintana. **Poesia completa**. Rio deJaneiro: Nova Aguilar, 2005, p. 959.

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos a análises de fatos linguísticos do texto.

(1) O emprego da vírgula após "No tempo das guerras cisplatinas" (*l*.2) seria justificado pela prescrição gramatical e estaria adequado ao ritmo do período.

(2) Os deslocamentos de termos da oração em "até ficou famoso alguém" (*l*.2-3) e em "que assim se apresentava" (*l*.3) contribuem para realçar a atitude do personagem mencionado na frase.

(3) O emprego de "Ora", no início do segundo parágrafo, sugere raciocínio silogístico, que se apoia, no texto, em premissas seguidas de prova e em conclusão irônica.

(4) Os termos "quem" (*l*.5), "mim" (*l*.9) e "hóspede" (*l*.20) estão empregados em referência a pessoas diferentes.

1: Certo (Pontuação) Trata-se da virgulação de um longo adjunto adverbial invertido;
2: Certo (Análise sintática) Na primeira oração, ocorre a posposição do sujeito (alguém) para o fim da oração; na segunda , o predicativo (assim) está anteposto ao verbo;
3: Certo (Interpretação) **Premissa maior:** É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos cartões de visitas. **Prova da premissa maior:** No tempo das guerras cisplatinas até ficou famoso alguém que assim se apresentava: "José Maria da Conceição — tenente dos Colorados. **Premissa menor:** Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns títulos da generosidade de seus conterrâneos. **Conclusão irônica:** Se pusesse todos eles, seria pedante;
Escolher um só seria indelicadeza para com os outros proponentes. 4: Errado (Coesão) Todos se referem ao autor do texto.
Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006) Com base no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Depreende-se do texto que a palavra "cujas" junto ao nome de Mario Quintana foi entendida pela camareira no sentido empregado no texto que ela lera.

(2) O tratamento "sia" (*l*.19) remonta à época do descobrimento do Brasil.

(3) A forma "sia" (*l*.19) é redução de *sinhá*, vocábulo sinônimo de *sinhara* — proveniente de *senhora*.

(4) Em "sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia" (*l*.19-20), deveria haver vírgula depois de "orgulho" e antes de "e", em decorrência do sentido explicativo da oração introduzida pelo "que".

1: Errado (Interpretação) Pelo texto, fica claro que a admiração sentida pela camareira provém do desconhecimento da palavra "cujas", já que ela cita um trecho em que esta palavra, por estar sem referente, está destituída de sentido;
2: Errado (Etimologia) Sabendo-se que a forma "sinhá", da qual se originou a forma "sia", constitui o tratamento dado pelos escravos à senhora, conclui-se que esse vocábulo não poderia existir no Brasil na época do descobrimento, pois a escravidão foi implementada posteriormente;
3: Certo (Etimologia) Segundo o Dicionário Houaiss: **sia** *B mesmo que sinhá* / **sinhá** (1877) *B infrm* forma de tratamento com que os escravos designavam a senhora ou patroa; siá, sá, sinha e sinhara;
4: Errado (Pontuação) A oração adjetiva tem claro valor restritivo (não "explicativo" como está na afirmação), pois o orgulho sentido pela camareira poderia ter diversas origens, portanto a oração especifica esse orgulho.
Gabarito1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006) Considerando os sentidos e aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O mal-entendido narrado na conclusão do texto sugere uma visão irônica quanto à importância dos títulos.

(2) Na locução "eis que" (*l*.10-11), a palavra "eis" perde não só o traço semântico de imprevisão, ou de ocorrência súbita, mas também sua equivalência com a forma *veja*.

(3) O pronome "este" (*l*.14) refere-se a seu antecedente, o "*Bric-à-brac da vida*".

(4) Na linha 14, a proximidade imediata entre "com o meu retrato" e "em duas colunas" gera ambiguidade quanto a haver um ou dois retratos do autor.

1: Certo (Análise sintática) A tentação quanto à importância dos títulos que o autor diz sentir devido à admiração da empregada revela-se uma ironia, quando se percebe que ela se equivocara e sua admiração provinha do desconhecimento de uma palavra, e não da compreensão do mérito apontado no artigo;
2: Errado (Palavra demonstrativa) A imprevisão decorre do fato de o autor do texto, que se declarara contra a vaidade dos títulos agregados aos nomes, ter se mostrado sensível à admiração de sua camareira por um deles. *Mas eis/veja que a minha camareira fez-me cair em tentação;*
3: Errado pelo Gabaritooficial (Coesão) Questão polêmica que mereceria ser anulada. O emprego do termo "este" com valor anafórico pode sugerir que há pelo menos dois elementos que poderiam servir de sujeito do verbo "publicou", fato que reforça uma outra suposição: a de que o termo *Bric-à-brac da vida* seja o nome de uma publicação, ou mesmo, uma forma irônica para se referir a um tipo de publicação. Isso pode levar a uma leitura que fica clara com o seguinte exemplo: *ao ser noticiado por Nilo Tapecoara na revista X, esta o publicou com o meu retrato em duas colunas* (o "esta" pode ser anafórico tanto de "revista" quanto de Nilo Tapecoara);
4: Certo (Análise sintática) O termo "em duas colunas", pela posição em que se encontra, tanto pode ser um adjunto adverbial do verbo "publicou" – o texto está em duas colunas – quanto um adjunto adnominal de "retrato" – o retrato está em duas colunas.
Gabaritonosso: 1C, 2E, 3Anulada, 4C
GabaritoOficial 1C, 2E, 3E, 4C /

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção correta acerca do segundo parágrafo do texto.

(A) No segundo período desse parágrafo, o emprego do ponto-e-vírgula assinala a omissão do verbo.

(B) Para se atender ao rigor gramatical no que respeita ao paralelismo sintático entre as estruturas separadas pelo ponto-e-vírgula, uma opção correta seria substituir “escolher um só seria indelicadeza” (*l*.7) por **se escolhesse um só, seria indelicado**.

(C) Deveria haver vírgula depois da oração “escolher um só” (*l*.7) pela mesma razão que sustenta a presença de vírgula depois de “Se pusesse todos eles” (*l*.6-7).

(D) Depreende-se do trecho em questão que, para a indicação de títulos em cartões de visita, uma das alternativas citadas é melhor que a outra.

(E) A palavra “generosidade” (*l*.6) pode ser substituída por **indulgência**, sem que o sentido da frase se altere.

A questão foi anulada por haver mais de uma alternativa correta. A: Errado (Pontuação) O ponto-e-vírgula separa orações coordenadas;
B: Certo (Paralelismo) As orações coordenadas passariam a ter parcialmente a mesma estrutura sintática: condicional (conjunção + VTD + OD) + principal (VL + PS). Nota: teríamos assim o paralelismo sintático, embora não o rítmico, pois a semelhança é parcial;
C: Errado (Virgulação) O segmento “escolher um só” é sujeito do verbo “seria”, portanto não pode haver vírgula entre eles;
D: Errado (Interpretação) Ambas as alternativas são igualmente refutadas, ainda que por motivos diferentes. Se pusesse todos eles, seria pedante; Escolher um só seria indelicadeza para com os outros proponentes;
E: Certo (Vocabulário) Podem ser sinônimos contextuais.

Gabarito Anulada

Texto para as próximas quatro questões.

Como e por que sou escritor, sem deixar de ser um tanto sociólogo

1 O que principalmente sou? Creio que escritor. Escritor
literário. O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista
social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor.
4 Se bom ou mau escritor é outro assunto.
Como tentativa de oferecer, a esse respeito, um
depoimento ou uma confissão de possível interesse
7 sociológico, procurarei fixar aqui algumas das orientações que
considero essenciais à afirmação de um escritor como
escritor, e que se baseiam até certo ponto na minha própria
10 experiência. Sobre elas, por outro lado, se apoia minha
esperança de ser escritor, sem ser, exatamente, beletrista.
Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem
13 de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de
rotina. A sociologia da atividade de escritor está ainda por
fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente
16 tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das
chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios
ou de artes. Ele é um pouco de tudo isso sem pertencer mais
19 especificamente a nenhum desses grupos profissionais. É
inseguro. Sabe-se de companhias de seguros que têm
segurado por altas somas mãos de pianistas. Mas não, mãos
22 de escritor.

Gilberto Freire. **Como e por que sou e não sou sociólogo**. Brasília: EDUnB, 1968, p. 165 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A inversão sintática observada em “O que principalmente sou?” (*l*.1) condiz com a estrutura gramatical interrogativa e apresenta-se como legítimo recurso de ênfase.

(2) Por meio da expressão “Escritor literário.” (*l*.1-2), o autor critica os escritores que não se dedicam à literatura.

(3) A palavra “ancilares” (*l*.3) significa **próximas**, enquanto “beletrista” (*l*.11) equivale a **especialista em redação**.

(4) Em “sem ser, exatamente, beletrista” (*l*.11), o vocábulo sublinhado tem sentido de **sobretudo**.

1: Certo (Análise sintática) A anteposição do pronome ou advérbio interrogativo é comum nas frases interrogativas e serve para realçá-las;
2: Errado (Interpretação) A expressão serve apenas para diferenciá-lo daqueles que se dedicam à escrita apenas como um veículo da especialidade que possuem;
3: Errado (Vocabulário) ancilar = auxiliar, acessório // beletrista = criador de obras literárias;
4: Errado (Vocabulário) O vocábulo “sobretudo” daria a entender que ele refuta totalmente a condição de beletrista. O emprego de “exatamente”, ao contrário, dá a ideia de que ele, em certa medida, pode ser considerado um beletrista.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Com base, exclusivamente, nas informações contidas no texto, assinale a opção correta.

(A) O escritor, como tal, não é diferente de outros homens.
(B) A vida de aventuras é essencial para haver êxito na produção literária.
(C) O escritor está sujeito à insegurança da liberdade, sendo, portanto, um profissional liberal.
(D) Embora difícil, é desejável traçar uma sociologia da atividade do escritor.
(E) Na prática do escritor, a rotina de trabalho é irrelevante.

A: Errado (Interpretação) O seguinte trecho mostra o equívoco da afirmação feita na questão: *É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
B: Errado (Interpretação) Atividade de aventura no texto deve ser entendida como uma atividade que foge muitas vezes ao regular e metódico: *Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de rotina;*
C: Errado (Interpretação) O seguinte trecho mostra o equívoco da afirmação feita na questão: *É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
D: Certo (Interpretação) O seguinte trecho mostra que a afirmação feita na questão está correta: *A sociologia da atividade de escritor está ainda por fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
E: Errado (Interpretação) O fato de se afirmar que se trata de uma atividade mais de aventura do que de rotina deixa implícito que há sim uma rotina.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Valendo-se exclusivamente das informações contidas no texto, considere a menção ao fato de que, ao contrário das mãos dos escritores, as mãos dos pianistas têm sido objeto de seguro e julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O texto alude às qualidades artísticas das atividades do pianista e do escritor.
(2) O autor valoriza o pianista, mais dependente de suas mãos do que o escritor, já que este pode recorrer ao texto ditado.
(3) Na opinião do autor, os pianistas deveriam ser impedidos de fazer seguro, por contrato, das mãos.
(4) Enquanto o pianista usa as duas mãos, o escritor usa uma só, o que explica as altas somas pelas quais aquelas são seguradas.

1: Certo (Interpretação) Quando compara o escritor ao pianista, está levando em conta um aspecto diferente nos dois tipos de artistas: é certo que o pianista saudável consiga executar bem sua arte, mas não é certo que um escritor consiga sempre escrever algo de grande valor ou de sucesso;
2: Errado (Interpretação) O autor apenas expressa as especificidades dos dois artistas sem demonstrar preferência por nenhum;
3: Errado (Interpretação) O autor relata um fato relacionado aos pianistas, mas não expressa julgamento sobre ele;
4: Errado (Interpretação) O seguro das mãos de um pianista se justifica pelo fato de que uma lesão nelas poderia impedi-lo de exercer seu ofício, e não pelo fato de ele usar as duas mãos em vez de uma.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) No terceiro parágrafo do texto, o autor afirma que a atividade de escritor nada tem de burocrática;

Com isso, quer significar que ela se distingue por ser

(A) não-administrativa.
(B) de natureza privada.
(C) desprovida de regras sistemáticas.
(D) pouco eficiente.
(E) dotada de base sociológica.

A alternativa "C" está certa (Interpretação) A burocracia é quase sempre associada a procedimentos repetitivos e normatizados.
GABARITO "C"

Texto para as próximas três questões.

Contos de vigário

1 Passam-se tempos sem que ouçamos falar em contos
de vigário. Muito bem. Tornamo-nos otimistas, imaginamos
que, se a reportagem não menciona esses espantosos casos de
4 tolice combinada com safadeza, certamente os homens
ficaram sabidos e melhoraram.
Pensamos assim e devemos estar em erro.
7 Provavelmente esse negócio continua a florescer, mas as
vítimas têm vergonha de queixar-se e confessar que são
idiotas. Raras vezes um cidadão se resolve a afrontar o
10 ridículo, e vai à polícia declarar que, não obstante ser parvo,
teve a intenção de embrulhar o seu semelhante.
O que ele faz depois de logrado é meter-se em casa,
13 arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de
cama, procedimento que todos nós adotamos quando, em
consequência de um disparate volumoso, nos sentimos
16 inferiores ao resto da humanidade. Convenientemente curado,
cicatrizado, esquecida a fraqueza, o sujeito levanta-se e
adquire consistência para realizar nova tolice. E assim por
19 diante, até a hora da tolice máxima, em que ninguém reincide
porque isto é impossível.

Graciliano Ramos. **Linhas tortas: obra póstuma**. 11.a ed.
Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1984. p. 154.

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção em que o sinônimo proposto corresponde à acepção com que o termo foi empregado no texto.

(A) "combinada" (*l*.4) — organizada
(B) "afrontar" (*l*.9) — ofender
(C) "declarar" (*l*.10) — desvendar
(D) "embrulhar" (*l*.11) — tapear
(E) "logrado" (*l*.12) — alcançado

A alternativa "D" está certa (Vocabulário) O termo "embrulhar" é bastante utilizado com o sentido de tapear.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O autor considera que existe má-fé no comportamento da vítima do conto-do-vigário.
(2) Depreende-se do texto que os contos-do-vigário não são abordados pela imprensa por serem assunto tabu.
(3) Na linha 10, a substituição de "não obstante" por **além de** não acarretaria alteração no sentido da frase.
(4) O vocábulo "procedimento" (*l*.14) resume, de forma irônica, a sequência de ações descritas nas orações que o precedem no período.

1: Certo (Interpretação) A vítima é iludida pela perspectiva de um lucro ou benefício indevido sobre aquele que se valerá disso para enganá-la;
2: Errado (Interpretação) A imprensa não trata desses casos, porque as vítimas não se manifestam, por estarem com vergonha;
3: Errado (Análise sintática - conector) O termo "não obstante" tem valor concessivo; o "além de", de inclusão;
4: Certo (Figura de linguagem) A ironia reside no emprego da palavra "procedimento" – palavra que está muito associada à ideia de técnica, método – para designar um conjunto de atos decorrentes de um descontrole emocional.
Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2006) Quanto à descrição gramatical de elementos do texto, assinale a opção correta.

(A) A forma verbal "Passam-se" (*l*.1) está no plural para atender à regra gramatical de concordância com o sujeito da oração.
(B) Em "Tornamo-nos" (*l*.2), a supressão do **s** é prescrita para se evitar o efeito de eco.
(C) O verbo "queixar-se" (*l*.8), utilizado no texto como verbo pronominal, conjuga-se facultativamente sem o pronome.
(D) Em "nos sentimos inferiores ao resto da humanidade" (*l*.15-16), houve transgressão dos requisitos gramaticais para a colocação pronominal.
(E) Em "levanta-se" (*l*.17), a partícula "se" indica a indeterminação do sujeito.

A: Certo (Análise sintática) O sujeito é o termo que está após o verbo (os tempos). O pronome "se" é nesse caso partícula de realce;
B: Errado (Emprego dos pronomes) Trata-se de uma adaptação fonética: o emprego enclítico do pronome oblíquo átono de primeira pessoa do plural (nos) em verbos também na primeira pessoa do plural leva sempre à supressão dos "s" da desinência "mos";
C: Errado (Verbo) Uma das características do verbo pronominal é a obrigatoriedade da presença do pronome oblíquo átono que o acompanha;
D: Errado (Colocação pronominal) A próclise se justifica por ser uma oração subordinada;
E: Errado (Funções do "se") O pronome "se" pode ser classificado como parte integrante do verbo (PIV), caso se considere o verbo "levantar-se" como pronominal; ou como objeto direto reflexivo.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os itens abaixo, com base no padrão gramatical e estilístico da modalidade escrita da língua portuguesa culta.

(1) O pesquisador cumpriu suas metas rigorosamente dentro do prazo e do orçamento e, portanto, honrou uma vez mais sua própria autobiografia.
(2) Os resultados da pesquisa foram divulgados através de relatório impresso e boletim eletrônico, que rapidamente disseminaram-se na comunidade científica, da qual uma maior consciência das questões de pesquisa se tornou cada vez mais evidenciada.
(3) Antes de mais nada, é preciso aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos as qualidades textuais do relatório, que inclusive contêm a indicação de planos futuros de aproveitamento comercial dos produtos.
(4) Em que pese o bom andamento da pesquisa, contudo, essa comissão sugere a manutenção da mesma equipe, não obstante, a contratação de estagiários, conforme carta com pedido em anexo.

1: Errado (Vícios de linguagem) Pleonasmo vicioso: sua própria autobiografia;
2: Errado (Conector) A locução prepositiva "através de" tem valor espacial, deve ser substituída por "por meio de". (Vícios de linguagem) O distanciamento da oração adjetiva gera ambiguidade: o que se disseminou? Os resultados da pesquisa ou o relatório impresso e o boletim eletrônico? (Colocação pronominal) Deve ser empregada a próclise em "disseminaram-se", por se tratar de uma oração subordinada e por haver palavra atrativa de pronome. (Regência) Para que a adjetiva final passe a ter algum sentido, deve-se substitui a preposição "de" do relativo por "em": na qual;
3: Errado (Estilística) O emprego desnecessário de dois infinitivos pessoais gera eco: *aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos.* (Concordância - Acentuação) O verbo "contêm" está no plural, mas deveria estar no singular para concordar com o antecedente do relativo "que" (relatório);
4: Errado (Estilística) Texto incoerente.
(Análise sintática - conector) Emprego equivocado da locução conjuntiva "em que pese", pois ela deve ser utilizada com valor concessivo: "em que pese (apesar de) um possível prejuízo do bom andamento do trabalho". (Pontuação) O termo "não obstante" refere-se à contratação de estagiários, portanto não deveria haver vírgula.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Texto para as próximas cinco questões.

1 A história do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial europeia na Época Moderna. Parte integrante do império
4 ultramarino português, o Brasil-colônia refletiu, em todo o largo período de sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial
7 lusitana. Por outro lado, a história da expansão ultramarina e da exploração colonial portuguesa desenrola-se no amplo quadro da competição entre as várias potências, em busca do
10 equilíbrio europeu; Dessa forma, é na história do sistema geral de colonização europeia moderna que devemos procurar o esquema de determinações no interior do qual se processou a
13 organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história e se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro.

Fernando A. Novais. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 45.

(Diplomacia – 2006) Com relação a aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No trecho “ligada à da expansão comercial e colonial europeia” (*l.*2-3), o acento grave indica crase de preposição e pronome, o qual substitui “história”.

(2) O emprego do artigo “o”, no trecho “em todo o largo período de sua formação colonial” (*l.*4-5), reflete opção estilística do autor, visto que o artigo poderia ser eliminado, sem prejuízo para o sentido da frase.

(3) A substituição de “no interior do qual” (*l.*12) por **em cujo interior** seria justificada pela prescrição gramatical.

(4) O pronome “que” (*l.*15) tem como antecedente “os problemas políticos” (*l.*14).

1: Certo (Crase) Trata-se da crase da preposição exigida pelo termo “ligada” com pronome demonstrativo “a” que retoma o termo “história”: “ligada à (história) da expansão comercial e colonial europeia”;
2: Errado (Emprego de pronomes) O sentido muda: todo + artigo = por inteiro // todo (sem artigo) = qualquer;
3: Certo (Análise sintática – emprego do relativo) O relativo “cujo(a)(s)” pode ser empregado quando houver valor de posse: “esquema de determinações em cujo interior” = “no interior desse esquema de determinações”;
4: Certo (Coesão) Transformando-se os termos abaixo sublinhados (o suposto antecedente e a oração adjetiva) em um período simples, prova-se que o primeiro termo é de fato o antecedente do relativo.
se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro // esta região foi o teatro daqueles problemas políticos

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Situação das Fronteiras quando da Independência

Diante do vai-e-volta das relações luso-hispânicas, o Brasil independente herdou de Portugal todas as suas questões de limites; Com a agravante de que, enquanto Portugal teve que lidar apenas com a Espanha e a França, agora era necessário encetar negociações com a França, a Holanda e a Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto o Chile, muitas das quais pretendiam confinar, simultaneamente, com o novo Império, nas mesmas regiões.

Mauro Pereira de Mello. **A questão dos limites entre os estados do Acre e de Rondônia (aspectos históricos e formação do território).** *In:* **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, (52), n.º 4.

(Diplomacia – 2006) A respeito dos vocábulos empregados no texto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O adjetivo “hispânico”, embora seja empregado corriqueiramente como sinônimo de **espanhol**, equivale originalmente a **ibérico**.

(2) O verbo “encetar”, no texto, está empregado na acepção de **instigar**, **encorajar**, **impelir**.

(3) No texto, o vocábulo “agravante” é um termo adjetivo, marcado pela terminação típica dessa classe de palavras (-nte).

(4) O verbo **confinar** tem a mesma significação no texto e na frase seguinte: **De acordo com o mapa da época, via-se que vários reinos confinavam**.

1: Certo (Vocabulário) “Hispânia” era o nome dado pelos romanos à península Ibérica;
2: Errado (Vocabulário) encetar: dar início a, principiar, começar;
3: Errado (Formação de palavras) A palavra agravante está empregada como substantivo por derivação imprópria, como mostra a anteposição do artigo: “*com a agravante de...*”;
4: Certo (Vocabulário) “confinar” pode ser entendido nos dois contextos como “fazer fronteira”._

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

Texto para as próximas cinco questões.

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em
luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na
organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem
dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação
mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o
aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um
monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do
africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao
mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) No primeiro parágrafo, a antecipação das causas e das explicações é um recurso de ênfase que reforça a afirmação final do autor.

(2) O pronome "lhe", na oração "que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária" (*l.*2-3), funciona como objeto indireto usado com sentido possessivo.

(3) No trecho "Insulado (...) à terra" (*l.*1-4), observa-se perfeito paralelismo sintático.

(4) Pode-se substituir "por bem dizer" (*l.*4-5) pela expressão **por assim dizer**, sem causar prejuízo ao sentido do período.

1: Certo (Análise sintática) O predicativo invertido no trecho tem valor circunstancial de causa ou explicação, o que pode ser comprovado pela possibilidade de ser transformado em orações causais pelo acréscimo de "por" e verbo no infinitivo: *por estar insulado / por estar em luta aberta com o meio / por ser nômade ou mal fixo à terra;*
2: Certo (Análise sintática) O pronome "lhe" desempenha o papel do possessivo "seu":
que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária
que parece haver estampado na sua organização e no seu temperamento a sua rudeza extraordinária"
3: Errado (Paralelismo) A coordenação das três características atribuídas ao sertanejo (1ª insulado deste modo no país; 2ª em luta aberta com o meio; 3ª nômade ou mal fixo à terra), embora apresentem alguma semelhança, estão longe de caracterizarem um perfeito paralelismo sintático. Entre as diferenças de estruturação, pode-se citar o fato de que as duas primeiras característica têm subordinadas a si orações adjetivas, o que não ocorre na terceira; 4)Errado (Vocabulário) "por assim dizer": dizer com eufemismo ou por aproximação // "por bem dizer": dizer com precisão.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Ainda com relação ao texto, assinale a opção correta.

(A) No primeiro parágrafo, a escolha lexical reflete uma visão do mundo que atribui influência determinante do meio sobre o homem.

(B) Em "a sua rudeza extraordinária" (*l.*3), o referente de "sua" é o termo "o sertanejo" (*l.*4).

(C) Em "se afeiçoar a situação mais alta" (*l.*5-6), é opcional a omissão do acento grave indicativo de crase.

(D) Os adjetivos contidos no período "É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas." (*l.*11-13), conforme classificação da gramática tradicional, são termos essenciais das orações a que pertencem.

(E) Na referência à "fusão de estádios emocionais distintos" (*l.*14), nota-se um problema de coesão textual, porque os sentidos dos vocábulos "fusão" e "estádios" não se explicam pelo que os antecede.

A: Certo (Vocabulário) Segue uma transcrição do primeiro parágrafo cujos termos em negrito comprovam a afirmativa feita na questão: **Insulado** deste modo no país, que o não conhece, em **luta aberta com o meio**, que lhe **parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária**, nômade ou mal fixo à terra, sertanejo não tem, por bem dizer, ainda **capacidade orgânica** para se afeiçoar a situação mais alta;
B: Errado (Coesão) O referente de "sua" é o termo "o meio";
C: Errado (Crase) Embora a colocação da crase seja possível, ela não é opcional, pois ela alteraria o sentido: a ideia de "situação mais alta" passaria do genérico para uma "situação mais alta específica";
D Errado (Análise sintática) Os cinco adjetivos presentes exercem a função de adjunto adnominal, são, portanto, termos acessórios da oração: "É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas".
Funções Sintáticas segundo a NGB
(Nomenclatura Gramatical Brasileira)

Termos Essenciais Sujeito Predicado - predicação verbal - predicativo	**Termos Integrantes** Complementos Verbais - Objeto Direto - Objeto Indireto Complemento Nominal Agente da Passiva
Termos Acessórios Adjunto Adnominal Adjunto Adverbial Aposto	**Termo à Parte** Vocativo

E: Errado (Coesão) O termo "fusão de estádios emocionais distintos" diz respeito à mistura de dois estágios de religiosidade: o monoteísmo com as crenças africanas e indígenas.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos a aspectos semânticos de termos presentes no texto.

(1) "Insulado" (*l*.1) integra o campo semântico de **ilha**.

(2) O prefixo **extra-**, nos vocábulos "extraordinária" (*l*.3) e "extravagante" (*l*.10), tem efeito de superlativo.

(3) Os termos "monoteísmo" (*l*.9), "misticismo" (*l*.9) e "fetichismo" (*l*.10) constituem exemplos do uso do sufixo **-ismo**, que se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.

(4) Na forma verbal "revelaria" (*l*.14), a terminação **-ria** exprime ideia de hipótese ou possibilidade.

1: Certo (Estrutura de palavras) O termo provém do latim "*insula*", que significa ilha;
2: Errado (Estrutura de palavras) Nos dois casos, o prefixo tem valor de "fora de". Em "extraordinário", designa algo que foge daquilo que seria normal;
Em "extravagante", o que está fora de uso;
3: Certo (Estrutura de palavras) Pode-se atribuir às palavras o sentido de movimento ou prática religiosos;
4: Certo (Emprego de tempos e modos verbais) A ideia de possibilidade está no fato de a revelação depender de que se faça uma análise das superstições: *(se se fizesse) uma análise destas, (ela) revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.*_

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C

Texto para as próximas quatro questões.

Religião mestiça (cont.)

1 A sua [do sertanejo] religião é como ele — mestiça.
Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de
que surge, [o sertanejo] sumaria-lhes identicamente as
4 qualidades morais. É um índice da vida de três povos. E suas
crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de
tendências distintas. É desnecessário descrevê-las. As lendas
7 arrepiadoras do caapora travesso e maldoso, atravessando
célere, montado em caititu arisco, as chapadas desertas, nas
noites misteriosas de luares claros; os sacis diabólicos, de
10 barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário,
nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os
lobisomens e mulas sem cabeça noctívagos; todos os
13 mal-assombramentos, todas as tentações do maldito ou do
diabo — esse trágico emissário dos rancores celestes em
comissão na terra; as rezas dirigidas a S. Campeiro,
16 canonizado *in partibus*[1], ao qual se acendem velas pelos
campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos;
as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para amassar
19 e vender sezões; todas as visualidades, todas as aparições
fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos;
e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas
22 as manifestações completas de religiosidade indefinida são
explicáveis.

[1]*In partibus infidelium* [Lat.]. 1.Nos países ocupados pelos infiéis. 2.Diz-se do bispo cujo título é meramente honorífico. 3. Por extensão. Não efetivo, nominal. In: Ferreira, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. *Idem, ibidem*.

(Diplomacia – 2006) Considerando, exclusivamente, as informações contidas no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A "religião mestiça" do sertanejo emergiu da mescla de crenças próprias dos três povos que o constituíram.

(2) A convivência de manifestações religiosas heterogêneas explica-se pela "aproximação violenta de tendências distintas" (*l*.5-6).

(3) A afirmação "É desnecessário descrevê-las." (*l*.6) deve ser entendida literalmente.

(4) "S. Campeiro" (*l*.15) é a denominação atribuída pelo Vaticano ao **santo do campo, da escuridão e das coisas perdidas**.

1: Certo (Interpretação) Além da contribuição negra e indígena, citadas claramente no texto, podemos perceber a branca pela menção ao monoteísmo;
2: Certo (Interpretação) Segundo o texto é dessa "aproximação violenta de crenças distintas" que surgem as crenças singulares do sertanejo, que são um fruto do sincretismo;
3: Errado (Figuras de linguagem) Se se entendesse literalmente, haveria contradição, pois o autor em seguida passa a descrevê-las;
4: Errado (Figura de linguagem) A menção à canonização é irônica, trata-se de uma crendice popular.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Referentemente a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção **incorreta**.

(A) A gramática normativa desautoriza a colocação pronominal enclítica em "sumaria-lhes" (*l*.3), recomendando a forma **sumar-lhes-ia**.

(B) O vocábulo "caapora" (*l*.7) é variante do vocábulo caipora, de origem tupi.

(C) Estão dicionarizadas as grafias com hífen de **mula-sem-cabeça** e "mal-assobramentos" (*l*.13), mas "*lobisomens*" (*l*.12) se escreve, obrigatoriamente, sem hífen.

(D) Em uma de suas ocorrências no texto, o itálico é meio de realce de expressão latina.

(E) A reiteração da conjunção "e" (*l*.21) imprime continuidade e fluidez ao texto, sugerindo movimentos ininterruptos ou rápidos.

A opção errada é a "A" (Colocação pronominal) A forma "sumaria" corresponde ao presente do indicativo e, portanto, não aceita mesóclise.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) A propósito da significação de palavras no texto, assinale a associação correta.

(A) "célere" (*l*.8) — perverso

(B) "aziagas" (*l*.11) — aflitivas

(C) "noctívagos" (*l*.12) — noctíferos

(D) "cabalísticas" (*l*.18) — misteriosas

(E) "sezões" (*l*.19) — colheitas

A: Errado (Vocabulário) célere: rápido;
B: Errado (Vocabulário) aziaga: azarentas;
C: Errado (Vocabulário) noctívagos: quem tem hábitos noturnos; noctíferos: quem ou o que traz a noite;
D: Certo (Vocabulário);
E: Errado (Vocabulário) sezões: forças, vigores.
GABARITO "D"

Texto I – para as próximas duas questões

Que outras lições poderia eu receber de um português que viveu no século XVI, que compôs as rimas e as glórias, os naufrágios e desencantos pátrios de Os Lusíadas, que foi um gênio poético absoluto, o maior de nossa literatura por muito que isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se proclamou como o Super – Camões dela? Nenhuma lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição que eu fosse capaz de aprender, salvo as mais simples que me poderia ser oferecida pelo homem Luis Vaz de Camões na sua extrema humanidade, por exemplo, a humildade orgulhosa de um autor que vai chamando a todas as portas à procura de quem esteja disposto a publicar – lhe o livro escreveu, sofreu por isso o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a indiferença desdenhosa de rei e da sua companhia de poderosos, o escárnio com que, desde sempre, o mundo tem recebido a visita dos poetas, dos visionários e dos loucos.

Ao menos uma vez na vida, todos os autores tiveram ou terão de ser Luís de Camões, mesmo se não escreveram as redondilhas entre fidalgos da corte e censores do Santo Ofício, entre os amores de antanho e as desilusões da velhice prematura, entre a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no palco da peça de teatro chamada: Que Farei com Este Livro?, em cujo final ecoa uma outra pergunta, aquela que nunca saberemos se alguma vez chegará a ter resposta suficiente: " Que farei com este livro?"

José Saramago. **Discurso por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura**. Estocolmo, 1998 (com adaptações.)

(Diplomacia – 2005) No discurso de José Saramago, a obra **Os Lusíadas** seu autor, Luís de Camões, são mencionados com admiração e reverência. Julgue (C ou E) os itens a seguir, com base no texto I.

(1) O trecho "as rimas e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de Os Lusíadas" (*l*.2 – 4) refere – se a episódios do período das grandes navegações portuguesas.

(2) José Saramago alude a Fernando Pessoa como o "Super – Camões" (*l*. 7) relativizando o sentido do predicado " um gênio poético absoluto"

(3) O trecho "que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço" (l . 29 – 30) caracteriza – se pelo emprego dos recursos da redundância e do eufemismo.

(4) Pelo que se depreende o texto, José Saramago examinou a obra camoniana no drama Que **Farei com Este Livro?** Representado no palco do paço português.

1: Certo pelo Gabaritooficial (Interpretação) Questão problemática: na enumeração destacada, indiscutivelmente, três termos fazem referências a episódios das grandes navegações: glórias, naufrágios e desencantos; o termo "rima", contudo, faz referência à atividade artística de Camões: fazer versos;
2: Errado (Interpretação) O autor cita o epíteto de Super-Camões, que Fernando Pessoa dava a si mesmo, para contestá-lo, portanto o caráter "absoluto" atribuído antes ao gênio poético de Camões é ratificado;
3: Certo (Figuras de linguagem) O emprego em conjunto das expressões "não", "nunca" e "mais" caracterizam a redundância de efeito estilístico. O emprego da expressão "perturbar os sentidos" em vez de "seduzir" caracteriza o eufemismo;
4: Errado (Interpretação) Pelo texto, percebemos que a peça tratará da vida do poeta e não de sua obra. Além disso, não é especificado qual é o teatro em cujo palco se representará a peça.
GabaritoNosso: 1E, 2E, 3C, 4E
GabaritoOficial 1C, 2E, 3C, 4E /

(Diplomacia – 2005) Quanto a descrição gramatical de elementos do texto I, assinale a opção correta.

(A) Em "por muito que isso pese a Fernando Pessoa" (*l*. 5 – 6), a forma "pese" remete a peso e está empregada como verbo transitivo direto.

(B) É opcional a regência como transitivo ou transitivo indireto do verbo chamar com o sentido empregado em " que vai chamando a todas as portas " (*l*. 12 – 13).

(C) O emprego da conjunção alternativa em "todos os autores tiveram ou terão de ser Luís Camões" (*l*. 20 – 21) implica alusão a fases do fenômeno temporal.

(D) Os vocábulos "redondilhas" (*l*. 22) e "antanho" (l . 24) estão em desuso no português contemporâneo.

(E) No último parágrafo a menção a Luís de Camões está construída por meio de paralelismo sintático introduzido pela forma "foi a este".

A: Errado (Analise sintática) A forma "**pese**" remete a "desgoste" e está empregada como verbo transitivo indireto, sendo "a Fernando Pessoa" seu complemento - objeto indireto;
B: Errado (Analise sintática) No contexto em que aparece, o verbo "chamar" foi empregado como intransitivo: que (pronome relativo empregado como sujeito) vai chamando (locução verbal intransitiva) a todas as portas (adjunto adverbial de lugar);
C: Errado (Interpretação) Esta alternativa poderia ser escolhida como a certa, não fosse a maior correção da alternativa E. Podemos contestá-la, argumentando que a conjunção alude à inevitabilidade da condição que todo escritor terá que enfrentar: a luta para que sua obra seja publicada;
D: Errado (Vocabulário Ainda que se possa afirmar isso do termo "antanho" (antigamente), no caso de "redondilha" (versos pentassílabos ou heptassílabos), trata-se de um termo técnico de versificação ainda utilizado pelos que estudam, mesmo no ensino médio, a poesia do Humanismo e do Classicismo português;
E: Certo (Paralelismo) Pelo esquema abaixo, pode-se perceber a repetição das seguintes estruturas sintáticas: foi + a + este + substantivo + adjetivo ou locução adjetiva + oração adjetiva
1) foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer,
2) foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma,
3) foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço

GABARITO "E"

Texto II

O Estado – nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil – colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além – mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau – Brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou – se a primeira vítima: o pau – Brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ana Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção incorreta a respeito do texto II.

(A) Caso fosse omitida a vírgula logo após "mercantis" (*l.* 3), o texto não sofreria prejuízo do ponto de vista estritamente sintático, mas a informação expressa no trecho de ocorrência da vírgula ficaria prejudicada do ponto de vista histórico.

(B) Se acatado o rigor gramatical, os adjetivos "portuguesa" (*l.* 4) e espanhola (*l.* 5) deveriam estar flexionados no plural.

(C) Contribuiria para precisão da informação expressa no segundo período do texto a seguinte reescritura do texto "ou de produtos (...) lucro" (*l.* 6 – 8): ou de outros produtos de alto valor comercial que pudessem ser, também, transacionados com muito lucro nos mercados europeus.

(D) Há elementos no texto, em especial, o emprego do advérbio "ironicamente" (*l.* 13) e da expressão "a primeira vítima"(*l.* 14), que permitem a interferência de que o Brasil, desde que se tornou Estado – Nação, assim como o produto de que se originou seu nome, pode ser percebido como vítima de seu saque.

(E) No período situado nas linhas de 8 a 12, há uma comparação subjacente que enaltece os "diversos povos indígenas nômades e seminômades" (*l.* 11 – 12) e que está marcada linguisticamente pelo contraste de "[recursos naturais] manejados" (*l.* 11) com "alvo do saque aos recursos naturais" (*l.* 10 – 11), expressão atribuída aos europeus.

A: Certo (Pontuação) A vírgula após o termo "mercantis" confere à oração adjetiva que lhe segue um valor explicativo. Embora, com a omissão da vírgula, o texto continue gramaticalmente correto, o sentido sofreria alteração: na frase original, afirma-se que toda a burguesia mercantil estava aliada à monarquia; na alterada, afirma-se que apenas uma parte se aliaria;
B: Errado (Concordância Nominal) Como existe apenas uma monarquia portuguesa e uma espanhola, ou se pluraliza o substantivo, como foi feito; ou se empregam demonstrativos que retomem o substantivo: *"aliadas à monarquia, sobretudo a portuguesa e a espanhola"*. **Nota:** A pluralização dos adjetivos proposta na questão não é incorreta gramaticalmente, mas gera o sentido incoerente de se haver mais de uma monarquia espanhola e mais de uma portuguesa;
C: Certo (Análise sintática) A alteração da ordem do termo "de alto valor comercial" e a inclusão dos termos "outros" e "também" deixam claro que a oração adjetiva presente no trecho se refere apenas ao substantivo "produtos";
D: Certo (Interpretação) O termo "ironicamente" revela que o comércio do produto que viria dar nome ao país foi feito dentro dos princípios da expansão mercantil-colonial europeia, ou seja, destinava-se a enriquecer a metrópole em detrimento da colônia. A expressão "vítima" dada ao pau-brasil expressa metaforicamente que o seu comércio além de ter sido feito em prejuízo para o país levou ao esgotamento desse bem natural. O ordinal "primeiro", por outro lado, sugere que à exploração desse bem seguiram outras. Essas interpretações aliadas à afirmação inicial de que o Estado-nação brasileiro tem suas raízes nesse estado de coisas e ao conhecimento do papel que a ele coube no comércio internacional permitem afirmar que o Brasil, como nação independente, foi também alvo de saque;
E Certo (Interpretação) Em tempos de consciência ecológica e busca do chamado "desenvolvimento sustentável, a ideia de manejo de recursos naturais em oposição a saque ganha uma conotação laudatória ao tipo de interação dos índios com a natureza.

GABARITO "B"

Texto III

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou-se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava-se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar-se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Com base no texto III, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Atenderia às exigências linguísticas puristas a alteração na linha 4, de “causando” por: o que causou.

(2) A concordância verbal em “comprovou-se” (*l.* 5) atende regra segundo a qual, em construções com posposição de sujeito composto, é obrigatória a concordância do verbo com o primeiro núcleo do sujeito.

(3) Considerando os elementos de coesão textual, verifica-se que a expressão “ao espetáculo” (*l.* 5) tem como referência “Exposição Universal de Paris” (*l.* 3 – 4).

(4) O emprego das aspas em “autárquica” e “pura” (*l.* 14 – 15) indica que a atribuição de sentido às duas palavras não deve ser exatamente a corrente, a usual.

1: Certo (Análise sintática) Os gramáticos mais conservadores condenam o emprego de orações adjetivas reduzidas de gerúndio como um estrangeirismo;

2: Errado (Concordância verbal) A posposição de um verbo a um sujeito composto permite que ele concorde com a totalidade dos núcleos do sujeito ou com o núcleo mais próximo;

3: Errado (Coesão) O referente é a iluminação das 5 mil lâmpadas;

4: Certo (Figuras de linguagem) A atribuição das palavras “autárquica” e “pura” à arte deixa claro que se trata de emprego metafórico.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

Texto IV

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, ás condições dominantes em 1914;

De 1924-28ª 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929;

De 1932-33 a 19393, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Com relações ao texto IV, assinale a opção incorreta

(A) O texto é composto por apenas um longo período. Para se atender ao estilo da escrita contemporânea – textos com períodos curtos – e à prescrição gramatical, esse período poderia ser transformado em quatro. Para tal, bastaria substituir o sinal de dois-pontos (*l.*2) por ponto e fazer corresponder, com os devidos ajustes nas letras maiúsculas, um período a cada uma das “três grandes fatias”.

(B) A forma como as datas estão dispostas demonstra que o período a que o texto se refere é delimitado por uma perspectiva científica, e não meramente cronológica. Nesse contexto, a oração adjetiva “que se segui à Grande Guerra” (*l.*1) poderia, sem perda da precisão histórica, ser substituída pela expressão pós-Grande Guerra.

(C) A elipse na oração ao longo segmento oracional “quando todos os países europeus procuraram” (*l.* 3-4).

(D) Há redundância em “os resquícios deixados pela guerra” (*l.* 4), o que permite a alteração para os resquícios da guerra.

(E) O paralelismo sintático seria observado com mais rigor gramatical caso se substituísse “com o grande surto de prosperidade” (*l.*7) por: quando se assistiu ao grande surto de prosperidade.

A opção errada é a “A” (Análise sintática) As alterações propostas não bastariam para a obtenção de quatro períodos. Seria necessária a inclusão de verbos para a configuração de orações principais nas três últimas frases. Abaixo está a transcrição da reescrita tal como proposta na alternativa, os termos sublinhados são as orações subordinadas. Note-se que os trechos não sublinhados a que elas se ligam não possuem verbo.

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias.

De 1919 a 1924–28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914.

De 1924–28 a 1931–33, com o grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929.

De 1932–33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

GABARITO “A”

Texto V – para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz. Milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; E centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In:* Avelar e A. O. Cintra (org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção em que, na reescrita do segundo período do texto (*l.* 2-8), mantém-se a informação original e a correção gramatical.

(A) Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência.

(B) Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência.

(C) Era composta por latifúndios, voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno - feijão, arroz, milho - e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros minerados já em fase de decadência.

(D) Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência.

(E) Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

A alternativa "C" não possui erro, as demais são transcritas abaixo e o sublinhado indica os erros de pontuação: A) Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência;
B) Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência;
D) Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência;
E) Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2005) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que dizem respeito ao período: "Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo" (*l.* 18-20).

(1) Nesse contexto, a conjugação "Mas" tem a função de estabelecer relação de coordenação entre as duas orações do período.

(2) Esse período é composto por duas orações justapostas que mantêm entre si relação de dependência semântica e sintática, exercendo a segunda oração a função de predicativo da primeira.

(3) O advérbio "também", por acrescentar uma circunstancia ao verbo, não poderia ser retirado da frase, sob pena de provocar prejuízo à estrutura de base da oração.

(4) O período permanecera perfeitamente em conformidade com os padrões da escrita culta se "baseado" for substituído por: que se baseava.

1: Errado (Análise sintática) A conjunção estabelece coordenação entre a frase em que ela aparece e a frase anterior;
2: Errado (Análise sintática) As orações são justapostas (sem conector), e a segunda ("era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo") é subordinada adverbial causal;
3: Errado (Palavra denotativa) A ausência do termo "também" causa alteração semântica, mas não prejudica a estruturação sintática;
4: Certo (Análise sintática) A alteração consiste no desenvolvimento da oração adjetiva.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

Texto VI – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção correta com relação a aspectos linguísticos do texto VI.

(A) Nas linhas 2 e 3, atenderia à prescrição gramatical a escolha da seguinte regência verbal: culminaram nos atos de força.

(B) Entre as expressões "Com efeito" (*l.* 6) e "Nessa conjuntura" (*l.* 14), encontra-se uma explicitação dos acontecimentos que constituem o tópico inicial do texto.

(C) Em "à obtenção" (*l.* 16), o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

(D) Nas linhas 20 e 21, os parênteses sinalizam uma retificação.

(E) Sem que ocorra erro de pontuação, a vírgula que aparece logo após "e" (*l.* 22) pode ser deslocada para imediatamente antes dessa conjugação.

A: Certo (Regência verbal) O verbo "culminar" rege objeto indireto com as preposições "em" ou "com";
B: Errado (Interpretação) Os acontecimentos (modernização da era Vargas e da era JK) são anteriores aos acontecimentos presentes no tópico inicial do texto (crises da primeira metade da década de 60);
C: Errado (Crase) A retirada da crase seria possível pela retirada do artigo, isso implicaria uma alteração de sentido;
D: Errado (Interpretação) Eles constituem um aposto enumerativo do termo "novas posições", são, portanto, a explicitação de um termo genérico;
E: Errado (Pontuação) A vírgula junto com a que lhe segue marcam a intercalação de um adjunto adverbial ("ante a acentuada radicalização interna") numa oração coordenada sindética aditiva, portanto a primeira vírgula deve estar após o conector.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2005) No primeiro período do texto VI: "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930" (*l.* 1- 6), a locução sublinhada estabelece entre frases uma relação lógica de

(A) causa
(B) concessão
(C) condição
(D) conformidade
(E) consequência

A alternativa "C" é a certa (Análise sintática) O valor condicional da locução conjuntiva "sem que" fica claro quando a substituímos por uma conjunção com esse valor, como "caso": "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos caso não se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930".
GABARITO "C"

Texto VII – texto para as próximas três questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar - um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições -, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se;

E, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Analisando a relação entre as informações veiculadas pelo texto VII e a articulação dos elementos textuais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 15, o enunciado causal que antecede e em que se sustenta a afirmação "a vida social individualiza-se" é insuficiente para justificar o paradoxo "social/individual", o que, considerando-se as ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo, gera incoerência na linha argumentativa do texto.

(2) No trecho "do qual lhe vêm solicitadas e ordens precisas de ações condicionadas" (*l.* 20-21), há uma sucessão de vocábulos do campo semântico de determinação, o que é produtivo para a defesa do autor de seu ponto de vista determinista da política mundial, confirmado no apelo romântico às "paixões humanas" (*l.* 22) ao caracterizar "lugar" (*l.* 19).

(3) Predomina, no texto, a função referencial da linguagem e verifica-se, também, a utilização pontual da linguagem em sua função poética, como recurso para expressar o conceito de "lugar" por meio da metáfora "o teatro insubstituível das paixões humanas" (*l.* 21-22)

(4) A forma verbal prevalente no texto é o presente do indicativo, o que equivale a dizer que o texto se compõe de enunciados categóricos, os quais produzem o tom de certeza na abordagem do tema.

1: Errado (Interpretação) A ideia do exercício de uma ação própria é um dos fatores que permite que, em meio ao fator coercitivo da vida social sobre seus integrantes, irrompa um espaço para a individualidade;
2: Errado (Interpretação) No texto, a ideia expressa pelo termo "paixões humanas" se opõe como um fator arbitrário e imprevisível ao determinismo, de modo a atenuá-lo como móbil das ações humanas;
3: Certo (Funções da linguagem) A função referencial é a centrada no referente, pede clareza e impessoalidade, tem como exemplo típico o texto ensaístico. A função poética e marcada pelo emprego de recursos expressivos – como a metáfora –, que dão ao texto valor estético;
4: Certo (Emprego dos tempos verbais) O presente do indicativo, entre outros valores, expressa processos vistos como verdadeiros, como nas formulações científicas.
Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2005) Considerando as ideias e as estruturas morfossintáticas do texto VII, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) No primeiro período do texto, a noção de oposição é produzida, via semântica, pelo emprego de duas antíteses: "localidade"/"globalidade" e "opõe"/confunde"

(2) Atenderiam aos princípios de coesão e ás prescrições gramaticais as duas seguintes alterações do primeiro período do texto: A localidade e a globalidade confundem-se. Opõe-se e confundem-se também a localidade à globalização.

(3) As considerações iniciais do autor a respeito da essência e da existência do mundo (*l.* 2-5) encontram seu correlato, no sistema linguístico, na distinção semântica do par verbal ser/estar.

(4) É possível estabelecer uma analogia entre "tempos externos das escalas superiores" (*l.* 7-8) e sincronia e, entre "eixo dos tempos internos" (*l.* 8) e diacronia.

1: Certo (Interpretação) A oposição entre "localidade" e "globalidade" se faz pelo valor já presente nos termos. A de "opõe" e "confunde" fica clara quando se percebe o sentido que este último termo tem no texto: identifica, integra;

2: Errado (Concordância) A primeira reescrita confere um valor de reciprocidade que não está de todo claro no trecho original; a segunda apresenta solecismo de concordância: o verbo "confundem-se" deveria estar no singular já que o sujeito é o termo "localidade";
3: Certo (Interpretação) A essência define aquilo que se é, independentemente da aparência. Já a existência pode casualmente mascarar a essência com estados que, por não serem essenciais, não são imutáveis;
4: Errado (Emprego dos tempos verbais) A sincronia corresponde ao enfoque das ações e estados num tempo determinado; a diacronia trata das suas modificações ao longo do tempo.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, a respeito das ideias e das estruturas lexicais, morfossintáticas e semânticas do texto VII.

(1) O conteúdo desse excerto resume-se em conceituar e explanar a localidade como uma manifestação próxima, cotidiana, pragmática da globalidade.

(2) A coexistência tem lugar no "mundo", e não, no "lugar".

(3) A expressão "nosso Próximo" (*l.* 5-6) exerce a mesma função sintática que o trecho entre travessões nas linhas 12 e 13.

4( ) No texto, dois campos semânticos confrontam-se: de um lado: "localidade" / "existência" / "eixo da coexistência" / "cooperação";

DO OUTRO: "GLOBALIDADE" / "ESSÊNCIA" / "EIXO DOS TEMPOS INTERNOS" / "CONFLITOS".

1: Certo (Interpretação) Os seguintes trechos comprovam a afirmação: "A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela."; "O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo...";
2: Errado (Interpretação) O seguinte trecho desmente a afirmação: "No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências...";
3: Certo (Análise sintática) Ambos são apostos;
4: Errado (Coesão) O eixo dos tempos internos é o eixo da coexistência, ele se opõe ao eixo das sucessões.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

Texto VIII – para as próximas três questões

circum-lóquio

(pur troppo non allegro)

sobre o neoliberalismo terceiro mundista

7.

1 o neoliberalismo
sonha um admirável
mundo fixo
4 de argentários e multinacionais
terratenentes terrapotentes
coronéis políticos
7 milenaristas (cooptados) do
perpétuo
status quo:
10 um mundo prive
palácio de cristal
à prova de balas:
13 bunker blau
durando para sempre – festa
estática
16 (ainda que sustente sobre
fictas
palafitas
19 e estas sobre uma lata
de lixo)

Haroldo de Campos. **Poema inédito**. In: Folha de S. Paulo. 12/6/1998

(Diplomacia – 2005) Haroldo de Campos lançou, em 1956, o movimento nacional e internacional de Poesia Concreta. Julgue (C ou E) os itens a seguir, considerando o contexto histórico, cultural e temático do poema acima (texto VIII)

(1) O poeta, carioca que ainda vive em sua cidade natal, lançou o movimento concretista com o irmão Humberto de Campos e com o artista plástico Décio Pignatari.

(2) A Poesia Concreta foi o movimento literário que acendeu a consciência plástica da linguagem poética da linguagem poética, nas dimensões sonora e visual.

(3) A expressão "admirável mundo fixo" (v. 2 e 3) remete a conhecida obra do escritor inglês Aldous Huxley.

(4) A temática do poema é a apologia ao neoliberalismo, programa econômico globalizante identificado a partir da década de 80 do século passado.

1: Errado (Literatura) Os três principais mentores e poetas do movimento concretista na literatura foram os irmãos Campos (Haroldo e Augusto) e Décio Pignatari. Todos os três paulistas e fundadores na cidade de São Paulo da revista Noigrandes, órgão de difusão das ideias do movimento;
2: Certo (Literatura) A Poesia Concreta passou a se valer, por exemplo, da disposição das palavras no texto, a qual passou de simples meio de transmissão do texto poético para possuir ela própria significado e valor estético;
3: Certo (Literatura) Trata-se da obra Brave New World, em português Admirável Mundo Novo, romance que narra um futuro em que a ciência e a técnica se desenvolveram a ponto de criarem uma sociedade "perfeita". Nela, os seus cidadãos, pelo condicionamento bio-psicológico, desempenham satisfeitos funções pré-determinadas, não havendo espaço para a livre escolha ou crítica;
4: Errado (Interpretação) A temática do poema é a crítica ao neoliberalismo, por associá-lo a práticas de exploração econômica (argentário, coronéis políticos) e a miséria dela decorrente (palafitas, lata de lixo).

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005) Com base na analise do vocabulário da estrofe transcrita no texto VIII, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A estrofe esquematiza-se da seguinte maneira:

(2) O autor utiliza os seguintes estrangeirismos: "terrapotentes", status quo", "bunker blau" e fictas", que deveriam ter sido obrigatoriamente escritos em itálico.

(3) Nos versos 2 e 3, "sonha um admirável / mundo fixo", a posição dos adjetivos que modificam o substantivo "mundo" é evidência de que a ordem das palavras na oração diz respeito à sintaxe e também à semântica. Caso se alterasse a ordem (sonha um mundo / admirável fixo), haveria significativa mudança de sentido.

(4) A composição por justaposição, como processo de formação de palavras, prevalece no texto, tendo como exemplos: "neoliberal", "multinacionais", "terratenentes" e "terrapotentes".

1: Certo pelo Gabaritooficial (Interpretação) Ainda que a esquematização proposta descreva a estrofe até o décimo quinto verso, os cinco últimos, que estão entre parênteses, não apenas fazem parte desta estrofe, como ainda encerram o reverso do "admirável mundo fixo" - a miséria que o sustenta. Contribuem, portanto, de forma imprescindível para o sentido da estrofe e não podem ser desconsiderados num esquema dela, a não ser que se informe que esta é parcial. Seria melhor que a questão tivesse sido anulada ou o Gabaritoalterado para ERRADO;
2: Errado (Formação de palavras) O adjetivo "fictas" é um termo da língua portuguesa e "terrapotentes" é um neologismo;
3: Certo (Análise sintática) Na colocação original, o adjetivo "admirável" qualifica o conjunto formado por "mundo fixo": "um mundo fixo que é admirável". Na alteração proposta, o adjetivo "fixo" passa a qualificar o conjunto formado por "mundo admirável": "um mundo admirável que é fixo";
4: Certo (Formação de palavras) Embora possam ser confundidos com prefixos, os termos "multi" e "neo" são radicais.

Gabarito nosso: 1E, 2E, 3C, 4C

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C /

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção incorreta quanto à descrição gramatical.

(A) O verbo sonhar, além da regência expressa no verbo 2, tem emprego também, conforme prescrição gramatical, como intransitivo e transitivo indireto.

(B) O uso dos dois-pontos depois de "status quo" (v. 9) tem a função de introduzir uma explicação.

(C) Nos cinco últimos versos, os parênteses assinalam isolamento sintático e semântico.

(D) A locução conjuntiva "ainda que" (v. 16) tem o mesmo sentido de posto que.

(E) A fragilidade das bases do mundo neoliberal é reforçada pelo adjetivo "fictas" (v. 17), que significa falsas.

A: Certo (Regência) VI: Eu sonhei muito ontem. // VTI: Eu sonhei com um mundo novo;
B: Certo (Análise sintática) Eles introduzem um aposto do explicativo que pode ter como fundamental tanto o termo "um admirável mundo fixo" quanto "o perpétuo status quo", pois ambas as atribuições são coerentes com o sentido do poema;
C: Errado (Análise sintática) O trecho se constitui de uma oração adverbial concessiva subordinada à oração anterior, portanto não há isolamento sintático. A relação semântica entre o trecho em questão com o resto do texto é de oposição, trata-se da contrapartida do mundo de luxo e conforto a que tem acesso uma parcela privilegiada da população;
D: Certo (Análise sintática - conector) Ambas as locuções conjuntivas têm valor concessivo;
E: Certo (Vocabulário) Segundo o dicionário Houaiss, "ficto" tem como primeiro grupo de significado: "em que há simulação; falso, inventado, simulado".

GABARITO "C"

Texto I

Para entender a atual e multifacetada crise cultural, precisamos adotar uma perspectiva extremamente ampla e analisar a situação no contexto da evolução cultural humana. Os historiadores estão longe de elaborar uma teoria abrangente da dinâmica cultural, mas parece que todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração.

Segundo os antigos filósofos chineses, todas as manifestações da realidade são geradas pela integração dinâmica entre dois pólos de força: o yin e o yang. Heráclito, na Grécia antiga, comparou a ordem do mundo a "um fogo eternamente vivo que se acende e a apaga conforme a medida". Empédocles atribuiu as mudanças no universo ao afluxo e refluxo de duas forças complementares, a que chamou amor e ódio.

Entre os mais notáveis, mesmo que mais hipotéticos, estudos dessas curvas de ascensão e queda de civilizações, cumpre-nos citar a importante obra A Study of History, se Arnold Toynbee. Os padrões culturais descritos por Toynbee parecem-se ajustar muito bem à nossa situação atual. Ao observarmos a natureza dos nossos desafios, podemos reconhecer a confluência de diversas transições.

A primeira transição, e talvez a mais profunda, segundo esse autor, deve-se ao lento, relutante, mas inevitável declínio do patriarcado. A periodicidade associada ao patriarcado é de, pelo menos, três mil anos, e são mínimas as informações de que dispomos acerca das eras pré-patriarcais. Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante. Ele tem influenciado nossas ideias mais básicas acerca da natureza humana e da nossa relação com o universo – a natureza do homem e a relação "dele" com o universo, na linguagem patriarcal. O patriarcado era o único sistema que, até a data recente, não tinha sido abertamente desafiado em toda a história documentada e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis da natureza; na verdade, eram, usualmente, apresentadas como tais. Hoje, porém, a desintegração do patriarcado tornou-se evidente. O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais dos tempos atuais e terá profundo efeito sobre a futura evolução humana.

A segunda transição, que terá profundo impacto sobre nossa vida, nos é imposta pelo declínio da era do combustível fóssil. Os combustíveis fósseis têm sido as principais fontes de energia da moderna era industrial e, quando se esgotarem, essa era chegará ao fim. Esta década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para uma era solar, acionada por energia renovável oriunda do sol;

Essa mudança envolverá transformações radicais nos atuais sistemas econômicos e políticos.

A terceira transição também está relacionada com valores culturais. Envolve o que hoje é frequentemente chamado de "mudança de paradigma" – uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam determinada visão da realidade. Esse paradigma compreende certo número de ideias e valores que diferem nitidamente dos da Idade Média, valores que estiveram associados, na cultura ocidental, à revolução científica, ao Iluminismo e à Revolução Industrial. Nesse paradigma, incluem-se a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento e a concepção de que a vida em sociedade é uma luta competitiva pela existência. Nas décadas mais recentes, concluiu-se que todas essas ideias e valores necessitam de uma revisão radical.

De acordo com nossa ampla perspectiva da evolução cultural, a atual mudança de paradigma faz parte de um processo mais vasto, de uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontada ao longo de toda a civilização ocidental e na maioria das outras culturas.

Fritjof Capra. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982, p.24-9 (com adaptações)

(Diplomacia – 2004) Julgue os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos gramaticais do texto I.

(1) A expressão "a atual e multifacetada crise cultural" (linha 1), embora imprecisa, tem cada um de seus vocábulos explicitados por meio do desenvolvimento das seguintes ideias: existe uma crise cultural nos dias atuais e essa crise (degradação de valores éticos) é "multifacetada" por se estender a raças diferentes e diferentes ecossistemas.

(2) A relação lógica entre os dois primeiros parágrafos pode ser descrita assim: no segundo parágrafo, enuncia-se a idéia da existência de forças geradoras que, como apontam pensadores de outras épocas, foram responsáveis pelas mudanças cíclicas, elencadas no primeiro parágrafo.

(3) Os dados e os argumentos apresentados pelo autor asseguram a objetividade do discurso, incisivo e científico. No entanto, para se eliminarem os traços de subjetividade, seriam necessárias as seguintes alterações: retirada de "parece que" (linha 3) e troca de "parecem ajustar-se" (linha 10) por **ajustam-se**.

(4) As "transições" apontadas por Toynbee organizam-se diacronicamente de tal forma que são excludentes, e efetivamente ocorreram na ordem em que foram apresentadas.

(5) A regra de acentuação gráfica ilustrada em "pólos" (linha 6) não diz respeito à terminação da palavra, o que também ocorre com os vocábulos **pôr** (verbo) e **às** (substantivo).

(6) Na linha 6, observa-se que a palavra "ordem" não recebeu acento gráfico, assim como seu plural também não o receberia. Isso ocorre porque as palavras paroxítonas terminadas em –em/ens não se acentuam, regra da qual a palavra **hífens** é exceção.

(7) As reescrituras de "a que chamou" (linhas 7 e 8) e de "de que dispomos" (linha 13) como, respectivamente, **que chamou de** e **que dispomos** estão ambas de acordo com a modalidade escrita padrão da língua portuguesa e preservam o sentido original do texto.

(8) Na linha 9, a ligação estabelecida entre os adjetivos "notáveis" e "hipotéticos" manter-se-ia coerente com o texto, assim como seria mantida a correção gramatical da frase, caso se substituísse "mesmo que" por **embora** ou **posto que**.

(9) No período "Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante" (linha 14), não se contrariaria o sentido original do texto, se a expressão grifada fosse substituída por **hegemônico**.

(10) Na linha 16, o pronome "que" exerce a mesma função sintática do termo que o antecede: predicativo do sujeito.

(11) Os pronomes relativos "que" (linha 16) e "cujas" (linha 17) têm como elemento antecedente a mesma expressão nominal.

(12) O pronome "tais" (linha 18), sem referência própria, tem seu sentido atribuído pelo termo antecedente "universalmente aceitas" (linha 17).

(13) A oração "que terá profundo impacto sobre nossa visa" (linha 21) poderia estar entre parênteses ou entre travessões, mas não sem as vírgulas, porque, neste caso, assumiria um caráter explicativo, o que acarretaria incoerência textual.

(14) Os vocábulos "dos" e "da" (linha 27) provêm ambos da contração da preposição **de** com outro vocábulo: em "dos", com um pronome demonstrativo e, em "da", com um artigo definido.

(15) Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto, se o último parágrafo for reescrito do seguinte modo: Nessa ampla perspectiva de evolução cultural, cuja mudança do atual paradigma, percebe-se um processo mais vasto, com uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontado ao longo de toda a civilização ocidental e da maioria das outras culturas.

1: Errado (Interpretação) Embora se possa entender que o adjetivo "multifacetada" aplicado à mencionada crise cultural possa significar que ela atinja muitas comunidades diferentes em diferentes países, não se pode utilizar no lugar da ideia de "comunidades" termos como "raças" ou "etnias";

2: Certo (Interpretação) Os pensadores e as forças geradoras por eles citadas são os antigos filósofos chineses e o yin e yan; Heráclito e o fogo eternamente vivo;

Empédocles e o amor e o ódio. Essas forças explicam os processos cíclicos de gênese, nascimento, colapso e desintegração;

3: Errado (Interpretação) A presença do verbo "parecer" nas duas ocorrências revela que a afirmação feita carece de plena certeza. Isso, contudo, não constitui marca de subjetividade, pois essa incerteza não é atribuída apenas ao autor do texto, mas generalizada. A subjetividade ocorreria caso houvesse a presença do oblíquo "me" como objeto indireto: "parece-me que";

4: Errado (Interpretação) A primeira transição, declínio do patriarcado, embora antiga, continua ainda ocorrendo. A segunda transição, declínio da era do combustível fóssil, ainda não começou. A terceira, mudança de paradigma, é bastante recente, se comparada à primeira, mas ambas ainda estão ocorrendo;

5: Certo (Acentuação Gráfica) A 14ª e 15ª regras de acentuação gráfica do Formulário Ortográfico de 1943 determina que esses três vocábulos - "pólos", "pôr", "ás" - recebam acento para diferenciá-los de outras palavras homógrafas. **Nota:** pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que passará a vigorar plenamente a partir de 1º de janeiro de 2013, das três palavras, apenas "ás" conservará o acento;

6: Errado (Acentuação Gráfica) As paroxítonas terminadas em "n" são acentuadas, mas as terminadas em "ens" não o são: hífen/hifens, pólen/polens, gérmen/germens, etc.;

7: Errado (Regência) A retirada da preposição na oração adjetiva "a que chamou" mantém a correção e o sentido, pois o verbo "chamar", que rege o relativo, pode ser empregado como transitivo direto ou indireto no sentido de "nomear". No segundo caso, a retirada da preposição mantém a correção gramatical, mas altera o sentido. O verbo "dispor" com o sentido com que foi empregado no texto, "ter a posse de", é transitivo indireto e pede a preposição "de";

8: Certo (Análise sintática) A conjunção "embora" e as locuções conjuntivas "mesmo que" e "posto que" apresentam o mesmo valor: concessão. **Nota:** o emprego da locução "posto que", como causal ou explicativa, no lugar de porque, constitui desvio de norma;

9: Certo (Interpretação) Os termos "preponderante" e "hegemônico" são sinônimos;

10: Errado (Análise sintática) O relativo "que" exerce a função de sujeito da locução verbal "tinha sido desafiado" e tem, como antecedente, o termo "o único sistema", que exerce a função de predicativo do sujeito "o patriarcado";

11: Certo (Coesão) Ambos os relativos são anafóricos do termo "o único sistema";

12: Errado (Coesão) O termo "tais" é anafórico de "leis da natureza";

13: Errado (Pontuação) A oração "que terá profundo impacto em nossa

vida" é uma subordinada e, portanto, não pode vir isolada por parênteses. As orações que aceitam ser isoladas por parênteses ou travessões são as chamadas de parentéticas ou interferentes;
14: Certo (Pronome) O vocábulo "os" contraído na forma "dos" é um pronome demonstrativo, pois vale como anafórico de um termo "valores" e vem qualificado por um adjunto adnominal "da Idade Média". O "a", por outro lado, acompanha o substantivo "Idade Média" que lhe segue, sendo, portanto, um artigo;
15: Errado (Análise sintática) A frase reescrita não altera apenas o sentido da original. Ela sequer faz sentido, pois possui uma oração adjetiva "cuja mudança atual do paradigma", que está incompleta por lhe faltar verbo.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7E,
8C, 9C, 10E, 11C, 12E, 13E, 14C, 15E

Texto II

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Isso significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. Elas são criadas por meio de atos de linguagem.

Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Por exemplo, segundo o linguista Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças, os elementos – os signos – que constituem uma língua não têm qualquer valor absoluto. Reencontramos, aqui, não a ideia de diferença como produto, mas como a operação ou o processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais, como a identidade, por exemplo.

Derrida acrescenta a isso a ideia de traço: o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente a diferença.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a reações de poder. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

Tomaz Tadeu da Silva. Identidade **e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 76 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Com relação ao texto II, julgue os itens a seguir.

(1) Comprometer-se-ia o sentido original do período situado entre as linhas 3 e 6, caso se substituísse a construção na voz passiva analítica "à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" (linhas 5 e 6) pela passiva pronominal correspondente.

(2) Atendendo-se às prescrições gramaticais, o segmento "Somos nós que as fabricamos" (linha 8) poderia ser substituído por **Somos nós quem as fabrica**.

(3) Ao final do 3º parágrafo, mantendo-se a coerência e a coesão textuais, poderia ser acrescentado o seguinte trecho: Em outras palavras, é a própria dicotomia um dos meios pelos quais o significado é fixado.

(4) No texto, afirma-se que os grupos sociais que estão assimetricamente situados são os que lutam para garantir o acesso aos privilégios, como evidencia o emprego das vírgulas na linha 28.

(5) De acordo com o texto, identidade e diferença devem ser compreendidas em sua dimensão simbólica, de representação, e analisadas com base nas relações de poder.

1: Certo (Voz passiva) A passagem dos verbos em voz passiva analítica do trecho "não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" para a voz passiva sintética "não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de se revelarem ou descobrirem, respeitarem ou tolerarem" confere ambiguidade a esse trecho, pois se pode interpretar o pronome "se" como uma marca de reflexibilidade ou reciprocidade;
2: Certo (Concordância Verbal) Quando o sujeito de uma frase é colocado entre a partícula de realce "é quem", a concordância do verbo é feita com o pronome, flexionando-se o verbo na terceira do singular: Somos nós quem as fábrica. Modernamente admite-se a concordância com o sujeito de fato: Somos nós quem as fabricamos. Caso se empregue a partícula de realce "é que", o verbo concordará exclusivamente com o sujeito de fato: Somos nós que as fabricamos;
3: Certo (Interpretação) Entendendo-se que "dicotomia" é o mesmo que "dualidade" e que ela se refere ao par opositivo semelhança/diferença, o trecho proposto constitui um reforço do que se disse antes;
4: Errado (Pontuação) A presença de vírgulas no trecho "assimetricamente situados" confere-lhe valor explicativo, ou seja, todos os grupos sociais estão assimetricamente situados e, portanto, todos eles lutam para garantir o acesso aos privilégios;
5: Certo (Interpretação) O texto em geral e a última frase em particular comprovam afirmação da questão: O poder de definir (dimensão simbólica) a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto III

A ética contemporânea faz grande alvoroço em torno das diferenças culturais. Sua concepção do outro tem em vista essencialmente esse tipo de diferenças. E seu grande ideal é a coexistência tranquila das comunidades culturais, religiosas, nacionais etc., a recusa da "exclusão".

Mas é preciso sustentar que essas diferenças não têm qualquer interesse para o pensamento, não são mais que a evidente multiplicidade infinita da espécie humana, a qual é tão flagrante em mim e meu primo de Lyon como entre a comunidade xiita do Iraque e os cowboys do Texas.

O embasamento objetivo (ou à maneira de historiador) da ética contemporânea é o culturalismo, a fascinação verdadeiramente turística pela multiplicidade dos hábitos, dos costumes, das crenças. E especialmente pela inevitável bizarria das formações imaginárias (religiões, representações sexuais, formas de encarnação da autoridade...). Sim, o essencial da "objetividade" ética provém de uma sociologia vulgar, diretamente herdade do espanto colonial diante dos selvagens, ficando entendido que os selvagens estão também entre nós (drogados dos subúrbios, comunidades religiosas, seitas: todo o aparato jornalístico da ameaçadora alteridade interna), ao que a

ética, sem mudar o dispositivo de investigação, opõe seu "reconhecimento" e seus trabalhadores sociais.

Contra essas descrições fúteis (tudo o que nos contam ali é uma realidade ao mesmo tempo evidente e por si mesma inconsistente), o pensamento verdadeiro deve afirmar o seguinte: sendo as diferenças o que há, e toda verdade sendo o vir-a-ser do que ainda não é, as diferenças são precisamente o que toda verdade deposita, ou faz aparecer, como insignificante. Nenhuma situação concreta é esclarecida em função do "reconhecimento do outro". Em toda configuração coletiva moderna, há pessoas de toda parte, que comem diferentemente, falam múltiplos idiomas, usam diferentes chapéus, praticam diferentes ritos, têm uma relação complicada e variável com a coisa sexual, amam a autoridade ou a desordem;
E assim segue o mundo.

A. Badiou. Ética: um ensaio sobre a consciência do mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ,1995, p. 40-1 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Com relação às ideias do texto III e a aspectos morfossintáticos, julgue os itens subseqüentes.

(1) A articulação das ideias do texto não permite a inferência de que, no passado, as diferenças culturais eram relegadas pela ética e, no momento, são alardeadas em razão dos frequentes processos de exclusão social.

(2) Segundo o autor do texto, os guardiões da ética contemporânea explicam toda forma de exclusão com base no determinismo cultural porque idealizam a convivência pacífica entre os povos.

(3) No último parágrafo, o autor sustenta que as diferenças, mais do que ilusórias, são falseadas pela crença de uma verdade estável, resultante do raciocínio silogístico frágil por meio do qual a corrente culturalista concebe a alteridade.

(4) O texto é composto essencialmente por enunciados categóricos, como evidencia o emprego reiterado de formas verbais no presente do indicativo.

(5) O texto informa que a concepção culturalista, cujos fundamentos advêm da sociologia vulgar, postula que o "outro" corresponde ao segmento selvagem, que estará sempre presente como o outro ameaçador, o bárbaro. Assim, para essa corrente, a ética prevalente é ainda a do branco colonizador.

(6) O trecho "a fascinação (...) imaginárias" (linhas 12 a 15) suscita duas observações: há, nele, indicadores da subjetividade do autor – fascinação verdadeiramente turística" e "inevitável bizarria" –; a inserção da vírgula após "crenças" (linha 14), no lugar do ponto, seguida de alteração da inicial maiúscula, atenderia ao que prescreve a norma gramatical.

(7) Preserva o sentido do texto original e a correção gramatical a seguinte paráfrase do período expresso entre as linhas 25 e 31: Em oposições a essas descrições superficiais, o verdadeiro pensamento deve postular que o que existe são as diferenças e toda a verdade, o vir-a-ser daquilo, que ainda não é. Logo, as diferenças são exatamente o que a verdade toda imprime e faz emergir como sem significado.

(8) Atendendo-se à prescrição gramatical e mantendo--se a coerência com as ideias defendidas no texto, o seguinte período poderia dar continuidade ao texto III: Ou seja, a alteridade é simplesmente o que há. Existe, portanto, igual diferença entre, digamos, um camponês chinês e um funcionário norueguês tal qual entre eu e qualquer pessoa, inclusive, eu mesmo.

1: Certo (Interpretação) O fato de que no texto se afirma que a ética contemporânea "faz grande alvoroço em torno das diferenças culturais" não permite que se conclua que elas eram relegadas anteriormente. Apenas se mudou o enfoque: da condenação da diferença e mesmo da imposição de padrões passou-se à consideração respeitosa da diversidade;
2: Errado (Interpretação) Depreende-se do texto que a exclusão provém do desrespeito à diversidade, da visão de um grupo de que seus padrões são universalmente aceitos e, portanto, aqueles que não os seguem devem sofrer sanções;
3: Errado (Interpretação) O autor do texto não considera as diferenças como ilusórias;
Ele afirma, no final do parágrafo, que elas existem de fato. O raciocínio silogístico que aparece no trecho é do autor e não da corrente culturalista. Ele visa a defender a ideia de que a verdade na ética não está na diferença que há, mas sim no vir-a-ser;
4: Certo (Interpretação) O presente do indicativo, segundo Celso Cunha, serve "para indicar ações e estados permanentes ou assim considerados, como uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei";
5: Errado (Interpretação) Embora, segundo o texto, o culturalismo proceda em parte da sociologia vulgar, sua postura em relação ao diferente é a de respeito pela diferença;
6: Certo (Interpretação) O emprego do adjetivo "turística" e do substantivo "bizarria" expressam um juízo de valor demasiadamente depreciativo e que fere, portanto, a objetividade. A frase que se segue ao termo "crenças" é um complemento nominal do substantivo "fascinação" e é, portanto, continuação da frase anterior;
7: Errado (Pontuação da oração adjetiva) A oração adjetiva "que ainda não é" tem como termo subordinante o pronome demonstrativo neutro "aquilo" e é indispensável para que esse pronome tenha sentido no texto. Essa oração adjetiva tem, portanto, caráter restritivo e deve vir sem vírgula;
8: Errado (Emprego dos pronomes pessoais) Os pronomes pessoais "eu" e "tu" só podem ser do caso reto e, portanto, não podem ser regidos por preposição. A palavra "entre" é uma preposição, logo o trecho "entre eu e qualquer pessoa" deve ser reescrito da seguinte forma "entre mim e qualquer pessoa".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8E

(Diplomacia – 2004) Com relação aos textos II e III, julgue os seguintes itens.

(1) No texto II, o autor refuta abordagem em que se examinem a identidade e a diferença culturais dissociadas e como evidências em si, como algo estanque, dado, fixo e natural, como é o enfoque do texto III.

(2) No texto II, o autor assume que as relações de poder permeiam a construção de identidade, ao passo que, no texto III, essas relações são sugeridas pelos julgamentos de valor ali presente, sem que, no entanto, seja ressaltada a relação assimétrica entre os grupos sociais.

1: Certo (Interpretação) No início do texto II, já é afirmada a interdependência de identidade e diferença como conceitos que são criados linguisticamente. No texto III, ainda que o autor critique o alvoroço que a ética faz das diferenças, ele não questiona a existência objetiva delas, como se pode ver na última frase do texto;
2: Certo (Interpretação) No texto II, a diferença e a identidade são construídas com base nas relações de poder, de forma a garantir privilégios a certos grupos. No texto III, a diferença e a identidade, já existentes, levam a atitudes de exclusão, por um grupo julgar que os seus valores, ao contrário, dos outros grupos, são os que de fato são válidos verdadeiros.

Gabarito1C, 2C

Mistura lingüística

1 Muita gente, em vários países, fala um pouco de inglês todo
dia sem perceber. Sem contar o "informatiquês", cujos verbetes —
como *megabyte, browser, hard disk, software* — são expressões do
4 mais puro inglês, muitas outras palavras do dia-a-dia de brasileiros,
franceses, alemães e, principalmente, japoneses têm origem no
idioma bretão. Futebol (*football*), sanduíche (*sandwich*) e deletar
7 (verbo criado a partir de to delete, suprimir) são exemplos
conhecidos de anglicismo (uso de expressões em inglês ou
originadas dele) no português. Os alemães apertam o *resetknopf*
10 (*reset button* ou botão de *reset*) para iniciar o computador. E os
franceses, conhecidos por sua ojeriza a estrangeirismos,
despedem-se dos colegas de trabalho na sexta-feira dizendo
13 *bon weekend*.
A situação do japonês é particularmente curiosa. Estima-se
que cerca de vinte mil palavras do vocabulário moderno tenham
16 origem no inglês. Sorvete é *aisukurimu*, de *ice cream*. Ar
condicionado é *eacon*, de *air conditioner*. E banheiro deixou de ser
obenjyo para se tornar *toiré*, de *toillet*.
19 A história dessa imposição lingüística certamente desperta
animosidades. Na Índia, por exemplo, onde o inglês é uma das
línguas oficiais, ele não é muito ouvido nas ruas. Falar inglês ainda
22 lembra um passado de opressão.

Galileu, fev./2002, p. 37 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens a seguir, que se referem às ideias e às estruturas do texto acima.

(1) A seleção de argumentos e do vocabulário mostra o grau de engajamento do autor em face do assunto: paralelamente às funções referencial e metalinguística, que veiculam informações objetivas, há marcadores linguísticos que deixam entrever elementos subjetivos.

(2) O autor organiza sintaticamente o período "Sem contar (...) bretão" (*l.*2-6) a partir da oposição regra/exceção, em que a regra é o "mais puro inglês", e a exceção, o inglês impuro ou degenerado.

(3) De acordo com a norma padrão do português, é correta a substituição de "cujos verbetes" (*l.*2) por **do qual os verbetes**.

(4) Constata-se que a expressão inglesa "*reset button*" (*l.*10) está presente tanto no vocábulo alemão como na expressão portuguesa, com a substituição de um de seus componentes.

(5) O autor empregou "*bon weekend*" (*l.*13) como um exemplo elucidativo da ideia de que os franceses têm "ojeriza a estrangeirismos" (*l.*11).

1: Certo (Interpretação) Expressões com marcas de imprecisão ou informalidade conferem ao texto esse aspecto subjetivo: muita gente, informatiquês, mais puro inglês, etc.;
2: Errado (Interpretação) O período não forma um par opositivo "exceção e regra". Pode-se falar apenas que a oração iniciada por "sem contar" tem um valor de exclusão que cumpre a finalidade de enfatizar a existência de muitas palavras de origem inglesa cuja forma aportuguesada nem sempre permite perceber o empréstimo linguístico (sanduíche, futebol). Além disso, não se pode afirmar que uma palavra de origem estrangeira aportuguesada seja degenerada;
3: Certo (Emprego de pronome relativo) O relativo "cujo", como ocorre com os demais pronomes desse tipo, geralmente pode ser substituído pelas formas "o qual, os quais, a qual, as quais"; para isso, contudo, é necessário o acréscimo da preposição "de" para que o valor de posse se mantenha;
4: Certo (Interpretação) Em alemão: resetknopf;
Em português: botão de reset;
5: Errado (Interpretação) A expressão "bon weekend" mostra que, apesar da ojeriza a estrangeirismos, os franceses não estão isentos de utilizá-los.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5E

Texto I

PODER

Etimologia. Sobre as formas verbais latinas potes, 'pode', potui, "pude", poteram, "pudera", potero, poderei', potens, potentis, 'aquele que pode' etc. (todos do verbo lat. posse, 'poder, ter o poder de, ser capaz de'), forma--se o infinitivo lat. vulg. *potere*, 'poder, ter o poder de,

ser capaz de', que conviveu com o lat. cláss. posse até suplantá-lo por volta do séc. VIII d.C. *Potere* é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. *potere*, fr. *pouvoir*, ambos do séc. XII, ing. *power*, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas. O vocábulo al. *Macht* traduz o port. esp. *poder* e demais vernacularizações.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo - Rio de Janeiro: **Encyclopaedia Britannica** do Brasil. Publicações Ltda. 1977, p. 9.001 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens subsequentes, relativos ao sentido e às estruturas morfossintática, semântica e discursiva do texto I.

(1) Segundo o verbete de enciclopédia acima, o vocábulo "poder" existe na língua portuguesa desde o século XII e sua forma primitiva foi o vocábulo do latim clássico *"posse"*.

(2) Têm a mesma origem que a do português "poder" os vocábulos equivalentes do italiano, do francês e do inglês, respectivamente, *"potere", "pouvoir"* e *"power"*.

(3) "*Potere*" e "poder" têm descrição fonética muito semelhante, destacando-se as seguintes mudanças: a consoante surda /t/ do primeiro vocábulo se sonoriza no segundo; a vogal final do primeiro sofre queda.

(4) O vocábulo alemão "*Macht*" não tem a mesma origem do vocábulo português "poder", mas tem o mesmo significado.

(5) Está em conformidade com a significação proposta no verbete e está expressa de acordo com as normas da língua escrita culta do português a seguinte asserção: **Os vocábulos latinos posse e potere têm o mesmo significado, mas pertencem a variantes linguísticas diferentes, respectivamente, clássica e vulgar**.

1: Certo (Interpretação) Segundo o texto, "poder" surgiu nos séculos XII-XIII de um termo do latim vulgar "potere", que, por sua vez, se originou das formas conjugadas de um termo do latim clássico "posse". Pode-se inferir, portanto, que a forma primitiva do vocábulo "poder" tenha sido esta última;
2: Certo (Interpretação) Conforme aparece no seguinte período do texto: Potere é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. potere, fr. pouvoir, ambos do séc. XII, ing. power, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas;
3: Certo (Fonética) As consoantes /t/ e /d/ são fonemas homorgânicos, ou seja, ambas são oclusivas linguodentais, diferindo apenas no papel das cordas vocais: na primeira, elas não vibram e a consoante é chamada de surda; na segunda, as cordas vibram e a consoante é chamada de sonora;
4: Certo (Interpretação) Como é dito que o vocábulo "Macht" *traduz* o termo "poder" em alemão e como as formas das duas palavras não possuem nenhuma semelhança entre si, é possível pressupor que elas não têm a mesma origem;
5: Certo (Interpretação) O texto não apresenta transgressões de norma e descreve bem a relação entre as duas palavras: uma vez que as duas têm o mesmo sentido, trata-se de um caso de variantes linguísticas.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4C, 5C

Texto II

1 Conceituação de poder. "O conceito fundamental da ciência
social é o poder, no mesmo sentido em que a energia é o conceito
fundamental da física" — afirma, em livro hoje clássico, o
4 filósofo inglês Bertrand Russel. Se não há dúvida acerca da
importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências
sociais, as dificuldades são inúmeras, para definir-lhe a natureza
7 e a substância. O próprio termo *poder* encontra impugnadores
entre sociólogos e cientistas políticos, que chegam a
recomendar-lhe o banimento científico; e não raro se emprega,
10 com aproximada sinonímia, nas expressões influência, controle,
autoridade, liderança, comando. Prevalece, todavia, nos estudos
recentes, apenas o parentesco entre os dois primeiros termos —
13 poder e influência —, reservadas as outras categorias para
fenômenos específicos, embora conexos ao conceito básico, que é
o poder.

Idem, ibidem.

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens seguintes, referentes à conceituação de poder expressa no texto II.

(1) A conceituação de "**poder**" permanece a mesma e está expressa de acordo com as normas da escrita padrão, se reescrita do seguinte modo: **O conceito fundamental da física é a energia, assim como o poder é o conceito fundamental da ciência social.**

(2) Em discurso indireto, o trecho "O conceito (...) Russel" (*l.* 1-4) permanecerá correto, de acordo com a escrita padrão, e manterá as ideias da redação original se for reescrito da seguinte forma: **Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social seria o poder, no mesmo sentido que a energia foi o conceito fundamental da física.**

(3) O bom entendimento do emprego do conectivo "nem" (*l.*5) sugere que esse vocábulo pode ser substituído, nesse contexto, por **e não**.

(4) O pronome "lhe" (*l.*6) refere-se a "(d)o fato **poder**" (*l.*5).

(5) Na linha 9, "se emprega" equivale, segundo análise tradicional, a **é empregado** e tem como sujeito (elíptico) "O próprio termo *poder*" (*l*.7).

1: Certo (Análise sintática) As estruturas linguísticas "assim como" e "no mesmo sentido em que" são sinônimas nos trechos em que ocorrem;
2: Errado (Tipos de discurso) Segue o trecho com uma das alterações possíveis para torná-lo correto: "Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social era o poder, no mesmo sentido em que a energia era o conceito fundamental da física.";
3: Errado (Adequação Vocabular) Para se manter o sentido original, seria necessário substituir o "nem" por "e se não há dúvida acerca";
4: Certo (Coesão) "para definir-lhe a natureza" = "para definir a natureza do fato poder";
5: Certo (Vozes verbais) A substituição de "se emprega" por "é empregado" constitui a passagem da voz passiva sintética para a analítica. O sujeito, de fato, é "o próprio termo poder".
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

(Diplomacia – 2003) A respeito da compreensão e da interpretação dos textos I e II e dos recursos semânticos e discursivos neles utilizados, julgue os itens que se seguem.

(1) O vocábulo "**poder**" e seus sinônimos, conforme apresentados no texto II, mantêm os dois sentidos do infinitivo *potere*, apresentados no texto I, como, por exemplo, em **O gerente pode (= tem o poder de) dispensar o funcionário** e em **Ele pode (= é capaz de) escrever com a mão esquerda**.

(2) Entende-se, no texto II, em "Se não há dúvida acerca da importância do fato **poder**, nem de sua expressão nas ciências sociais" (*l*.4-6), que o vocábulo "Se" estabelece uma condição para que a asserção que vem a seguir ocorra.

(3) Demonstra adequação à escrita culta padrão e bom entendimento do sentido expresso no trecho "O próprio (...) comando" (*l*.7-11) do texto II a seguinte frase: **Sociólogos e cientistas políticos recomendam a abolição do termo poder, impugnando-o e empregando, em seu lugar, sinônimos aproximados**.

(4) Entende-se, nos dois últimos períodos do texto II, que, em estudos anteriores, vários sinônimos de "**poder**" eram empregados em seu lugar, mas esses vocábulos tiveram o sentido especializado, exceto um, que mantém o parentesco.

(5) Ambos os textos veiculam a informação de que, em cada uma das várias línguas citadas, o termo "**poder**" (verbo e nome) tem sinônimo(s) que pode(m) substituí-lo.

1: Errado (Interpretação) No texto 2, o vocábulo "poder" e seus sinônimos (influência, controle, autoridade, liderança, comando) estão enfocados dentro do âmbito político. Portanto, não teria relação com pelo menos um dos sentidos definidos no texto 1: o de se ter a capacidade de fazer alguma coisa;
2: Errado (Análise sintática) O vocábulo "se" possui valor concessivo na oração em que ocorre: "Embora não haja dúvida acerca da importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências sociais, as dificuldades são inúmeras...";
3: Certo (Interpretação) Embora a reescrita não apresente exemplo dos sinônimos, como no texto original, ela conserva o seu sentido;
4: Certo (Interpretação) Segundo o texto, o termo "influência" continua sendo empregado como sinônimo de "poder". Já os outros, que também eram sinônimos, passaram a ser empregados para nomear outros fenômenos;
5: Errado (Interpretação) No texto 1, não são indicados sinônimos da palavra "poder". Ele trata da etimologia dessa palavra e a sua correspondência em outras línguas. O texto dois trata de sinônimos desse vocábulo apenas na sua acepção política.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Texto III

1 Nas relações de poder, o indivíduo A determina a
conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja
evitar as sanções que aquele empregaria se B tentasse
4 evitar o cumprimento de suas prescrições e ordens. No
vínculo de influência, a manifestação de A sobre B, isenta
de sanções diretas, varia desde a autoridade, o controle, a
7 liderança até a ameaça de sanções, enquanto que a
coerção se apresenta no caso limite — o poder — em toda
a sua amplitude.
10 O fenômeno do poder e das relações de comando
e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário,
o poder político se enquadra no campo mais amplo do
13 poder social: as probabilidades de impor a outrem a
própria vontade (de um indivíduo, de uma associação, de
um grupo ou de um quadro administrativo) alcançam
16 todos os setores da vida coletiva. No espectro das relações
quantitativas, separam-se setores particulares. Poder —
desde o controle até a liderança, desde a influência até a
19 autoridade — pode manifestar-se mesmo na atividade
artística, tanto quanto na economia.

Idem, ibidem (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Com referência à compreensão e à interpretação do texto III, julgue os itens a seguir.

(1) No contexto do primeiro parágrafo, entende-se que os pronomes, "aquele" (*l*.3) e "suas" (*l*.4) referem-se a "indivíduo A" (*l*.1).

(2) Na linha 5, a vírgula colocada antes de "isenta", empregada para dar ênfase, pode ser retirada sem que isso acarrete mudanças significativas na estrutura e no sentido da frase.

(3) No primeiro parágrafo, o autor já explicita que vai tratar das relações entre os diversos sinônimos de "poder", os quais se apresentam, no texto, da seguinte maneira:

VÍNCULOS ENTRE A E B	SANÇÕES INDIRETAS	SANÇÕES DIRETAS
INFLUÊNCIA	AUTORIDADE E LIDERANÇA	CONTROLE
PODER	AMEAÇA	COERÇÃO

(4) Ao trecho "O fenômeno do poder e das relações de comando e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário" (*l*.10-11) segue-se uma explanação sobre como o fenômeno é restrito em outros campos.

(5) Está implícito no último período do texto que as atividades artística e econômica são comparáveis quanto à manifestação de poder, mas apenas parcialmente: à primeira associam-se liderança e autoridade; à segunda, controle e influência.

1: Certo (Coesão) Pode-se verificar a referência de um termo, empregando-se a coesão por repetição: "Nas relações de poder, o indivíduo A determina a conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja evitar as sanções que A empregaria se B tentasse evitar o cumprimento das prescrições e ordens de A.";
2: Errado (Pontuação) A vírgula em questão faz par com a que lhe vem a seguir, de modo a se isolar o adjunto adverbial. Se apenas a primeira vírgula fosse retirada, a segunda passaria a constituir uma incorreção por estar separando o sujeito do verbo;
3: Errado (Interpretação) Na descrição feita no texto, a "ameaça" se encontra como "influência", não como "poder". Um quadro mais fiel das relações entre influência e poder pode ser construído como o abaixo:

vínculos entre A e B	
influência	autoridade, controle, liderança, ameaça de sanções
poder	coerção

4: Errado (Interpretação) A explanação mostra que o "poder" se aplica amplamente em diversos setores, sendo o poder político uma parte do poder social;
5: Errado (Interpretação) Não há a ideia de parcialidade para a manifestação do poder na atividade artística ou econômica: liderança e autoridade, controle e influência manifestam-se em ambas as atividades.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Diplomacia – 2003) Com relação aos aspectos gramaticais do texto III, julgue os itens a seguir.

(1) O conector "na medida em que" (*l*.2) apresenta uma forma variável também aceita na escrita padrão culta: **a medida em que**.

(2) Na linha 3, o vocábulo "que" refere-se a "sanções".

(3) Os travessões empregados nas linhas 8 e 17-19 podem ser corretamente substituídos por vírgulas ou parênteses.

(4) Caso se vá além das convenções ortográficas, ao se analisar o vocábulo "exaure" (*l*.11), verifica-se que ele tem algo em comum com **excelente**, **exato** e **exercício**: os dois primeiros fonemas.

(5) A presença do pronome em "separam-se" (*l*.17) indica que o sujeito desse verbo é indeterminado.

1: Errado (Análise sintática) A locução conjuntiva "a medida em que" não é aceita na norma culta. Existe a forma "à medida que", que tem valor proporcional;
2: Certo (Análise sintática) O vocábulo "que" é um pronome relativo que retoma o termo "sanções" e exerce, no seu lugar, a função de objeto direto do verbo "empregaria";
3: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de se isolar um aposto; no segundo, um adjunto adverbial;
4: Errado (Fonética) Em "exaure", "exato" e "exercício", a letra "x" representa uma consoante fricativa linguodental sonora. Em "excelente", o dígrafo "xc" representa uma consoante fricativa linguodental surda;
5: Errado (Análise sintática) O pronome "se" é partícula apassivadora, e o sujeito é determinado: "setores particulares".

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Assinale o item que obedece às normas gramaticais.

(A) – Ainda que mal pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

(B) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

(C) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de aonde deixei meus óculos?

(D) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de aonde deixei meus óculos?

(E) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

A, B, C, D e E: O termo "mal" subordina-se ao verbo "pergunte", é, portanto, um advérbio e deve ser grafado com "l". A forma verbal "tem" caracteriza a terceira pessoa do singular e concorda corretamente com o seu sujeito, o pronome indefinido "alguém", que é singular. O advérbio "onde" subordina-se ao verbo "deixar" como um adjunto adverbial de lugar. Como a preposição adequada para essa subordinação seria "em" e o advérbio "onde" não aceita a sua explicitação, deve-se empregar apenas o advérbio. A forma "aonde" é adequada para a subordinação a verbos que estejam regendo a preposição "a".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item que obedece às normas gramaticais.

(A) Tanto os antigos livros sagrados: da Índia os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.

(B) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega foram escritos em línguas de uma mesma família.

(C) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas quanto os da filosofia grega; foram escritos em línguas de uma mesma família.

(D) Tantos os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.

(E) Tanto os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os, da filosofia grega foram escritos em línguas da mesma família.

A, B, C, D e E: As duas vírgulas da alternativa B isolam o aposto explicativo "os Vedas" do seu termo fundamental "os antigos livros sagrados da Índia". O termo "da Índia" não pode ser separado de "livros" por ser seu adjunto adnominal. A vírgula entre as palavras "grega" e "foram" é incorreta por estar separando o sujeito do seu verbo.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(A) Ele foi à pé para casa.
(B) O rapaz cedeu lugar àquele senhor.
(C) Gostaria de submeter o assunto a Vossa Excelência.
(D) A sessão de cinema começa às oito da noite.
(E) Nesta época do ano, às vezes chove três dias sem parar.

A, B, C, D e E: A locução adverbial "a pé" não pode receber crase pelo fato de o seu núcleo ser um substantivo masculino. O termo "àquele senhor" recebe crase por estar subordinado ao verbo "ceder" como seu objeto indireto. Pronomes de tratamento não aceitam artigo ou crase, com exceção de "senhora", "senhorita" e "dona". Locuções adverbiais de base feminina e introduzidas pela preposição "a" recebem crase: "às oito da noite" e "às vezes".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(A) Gosto de comprar à vista, nunca a prazo.
(B) Ele foi a casa da namorada e já deve voltar.
(C) Acorda cedo para passear a cavalo.
(D) As cidades cresceram à margem da estrada.
(E) Para esta regra, a exceção é uma só.

A, B, C, D e E: O adjunto adverbial "à casa da namorada" deve ser grafado com crase pelo fato de a palavra "casa" vir acompanhada de determinante: Ele foi à casa da namorada e já deve voltar.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Entre os itens abaixo, assinale aquele que contenha frase semanticamente aceitável e que obedeça às normas de pontuação da língua portuguesa:

(A) Assim, como os filósofos, que antecederam, Plantão também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.
(B) Assim como os filósofos, que o antecedem, Plantão, também queria encontrar algo de eterno e imutável, em meio a todas as mudanças.
(C) Assim, como os filósofos que o antecederam, Plantão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.
(D) Assim como os filósofos que o antecederam, Plantão também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.
(E) Assim, como os filósofos que o antecederam Plantão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.

A, B, C, D e E: São cinco as vírgulas que aparecem nas alternativas: Assim,(1) como os filósofos,(2) que antecederam,(3) Platão,(4) também queria encontrar algo de eterno e de imutável,(5) em meio a todas as mudanças. A primeira, caso ocorra, torna o termo "assim" um adjunto adverbial;
Caso não ocorra, "assim" e "como" formam uma locução conjuntiva de comparação. A segunda não pode ocorrer, pois a oração adjetiva que lhe segue tem caráter restritivo. A terceira tem que ocorrer, pois separa a oração principal da subordinada adverbial comparativa que lhe antecede. A quarta não pode ocorrer, pois separa sujeito de verbo. A quinta é facultativa, pois isola o adjunto adverbial que está no final da frase. Pelo comentário sobre as vírgulas, conclui-se que a frase melhor pontuada é a da alternativa "D".

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item abaixo que é uma paráfrase do seguinte trecho, retirado da revista Época, de 26/11/2001. Observe também as normas gramaticais. "Para explicar sua trajetória, Dom Paulo parodia a máxima do pensador espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens."

(A) Dom Paulo, afim de parodiar a máxima do pensador espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, explica sua trajetória.
(B) Com a finalidade de parafrasear a lógica do filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (...) sob as circunstâncias na vida dos homens, Dom Paulo explica seu trajeto.
(C) A fim de explicar o caminho que tem seguido, Dom Paulo parodia a máxima sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...).
(D) Com a intenção de explicar a máxima do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, Dom Paulo cita sua trajetória.
(E) Para explicar o trabalho de Dom Paulo, há uma paródia em relação à máxima do filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das situações da vida dos homens.

A, B, C, D e E: Nas alternativas A, B e D, invertem-se as circunstâncias de modo e finalidade das ações de Dom Paulo; na E, Dom Paulo deixa de ser o autor da paródia. Além disso, ocorrem as seguintes impropriedades gramaticais: na alternativa A, emprega-se equivocadamente o adjetivo "afim" no lugar da locução prepositiva "a fim de"; alternativa B, emprega-se a preposição "sob" no lugar de "sobre", alterando o valor do termo que ela introduz de "assunto" para "condição".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única palavra que deve ser acentuada graficamente:

(A) Faisca.
(B) Xiita.
(C) Distribuindo.
(D) Peras.
(E) Somente.

A, B, C, D e E: A regra de acentuação do hiato faz com que a palavra "faísca" seja acentuada. Acentuam-se o "i" ou o "u" tônicos que forem segunda vogal de um hiato;
Estiverem sozinhos na sílaba ou forem seguidos da letra "s"; não formarem hiato com vogal idêntica e não forem seguidos de "nh".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que nenhuma palavra deve ser acentuada graficamente:

(A) lapis, canoa, abacaxi, jovens.
(B) ruim, sozinho, aquele, traiu.
(C) saudade, onix, grau, orquidea.
(D) voo, legua, assim, tenis.
(E) diretriz, sauva, despota, androide.

A, B, C, D e E: As palavras das alternativas que, na época da prova, deveriam receber acento são lápis, ônix, orquídea, vôo, légua, tênis, saúva, déspota, andróide. **Nota:** pelo novo acordo ortográfico, as seguintes palavras perderam o acento: voo, androide.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção com apenas um erro de acentuação gráfica:

(A) tênis, núcleo, lápis, perua.
(B) éter, fôlego, côres, álbum.
(C) virgula, tôda, tonico, capítulo.
(D) fêmea, íbero faróis, anéizinhos.
(E) fluído, pessôa, busilis, parcimonia.

A, B, C, D e E: Apresentam-se a seguir as palavras erradas de cada alternativa, já corrigidas: a) sem palavras erradas;
B) cores;
C) toda, tônico;
D) ibero, aneizinhos;
E) pessoa, busílis, parcimônia.

GABARITO "B"

As próximas três questões dizem respeito ao texto abaixo:

1 Abjuraste as concepções conformistas e a velha retórica, portadora de mentiras.
Cautela higiênica. Mas deixaste que os teus impulsos de protesto e tua constante recusa se transformassem em exercício vão de revolta.
4 Na verdade, aos teus desejos mais puros a vida não correspondeu. E se, nas intermitências de
solidão e fome, saías à rua, era para te atordoares coma a festa, e fazer do baixo erotismo o teu banho de lama terapêutico. E porque te descomediste mais que os outros
7 na abjeção e na embriaguez, cedo te desiludiste do fácil recurso.
Eis que da energia consumida nada te sobra. E já agora nem podes pressentir as primeiras estrelas no céu límpido
do mundo que sonhavas – presos como te achas entre os
10 Íntimos escombros daquele que em ti se destruiu.

Aníbal M. Machado, Cadernos de João.

(Diplomacia – 2002) No texto acima, o narrador se dirige a um interlocutor, que é também personagem da narrativa. Assinale o item que não corresponde a uma interpretação correta do texto:

(A) O narrador julga legítimo o inconformismo do personagem, mas considera que seu impulso original der rebeldia se dissipou inutilmente.
(B) O "fácil recurso" (linha 7) mencionado pelo narrador seria o de entregar-se a uma vida dissoluta, como forma de renegar as regras estabelecidas.
(C) A utilização no texto de vocábulos relacionados às ideias antagônicas de limpeza ("higiênica", "puros", "límpido") e de sujeira ("banho de lama") serve ao intuito de opor o idealismo inicial do personagem a seu comportamento mundano.
(D) Diante da inutilidade da atitude contestatária do personagem, o narrador advoga uma solução conservadora, fundada necessariamente em elevados valores espirituais e avessa ao erotismo.
(E) Ao utilizar a expressão "íntimos escombros daquele que em ti se destruiu", o narrador se refere, de foram figurada, aos insanáveis malefícios provocados pela desilusão no espírito outrora sonhador de seu interlocutor.

A, B, C, D e E: Apesar da crítica do narrador ao caráter mundano das atitudes da personagem, não se pode inferir ele advogue uma solução conservadora, muito menos que ela seja fundada em valores espirituais.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Nos itens a seguir, as formas verbais constantes do mesmo texto acima poderiam ser substituídos pelas indicadas entre parênteses, sem alteração essencial do sentido, exceto em:

(A) abjuraste (invocaste).
(B) deixaste (permitiste).
(C) atordoares (aturdires).
(D) descomediste (excedeste).
(E) desiludiste (desenganaste).

A, B, C, D e E: O verbo "abjurar" significa renunciar a crença ou convicção.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item em que os vocábulos presentes no mesmo texto acima não poderiam ser substituídos por aqueles entre parênteses, sem alteração essencial do sentido da frase em que estão inseridos:

(A) em exercício vão de revolta (em exercício inútil de revolta).
(B) nas intermitências de solidão e fome (nos intervalos de solidão de fome).
(C) na abjeção (na recusa).
(D) no céu límpido (no céu desanuviado).
(E) entre os íntimos escombros (entre as íntimas ruínas).

A, B, C, D e E: O substantivo "abjeção" significa torpeza, degradação, aviltamento.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção em que o verbo está acentuado corretamente:

(A) Ela vém à reunião.
(B) Eles releêm a obra.
(C) Seu depoimento convém a todos.
(D) Esta festa provêm do folclore.
(E) Os benefícios advém da nova legislação.

A, B, C, D e E: Apresentam-se a seguir as palavras erradas de cada alternativa, já corrigidas:
A) vem;
B) relêem;
D) provém;
E) advêm. Nota: pelo novo acordo ortográfico, a palavra "releem" deve ser escrita sem acento.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Observe as frases:

I. Ele foi, logo eu não fui.
II. O menino, disse ele, não vai.
III. Deus, que é Pai, não nos abandona.
IV. Saindo ele e os demais, os meninos ficarão sós.

Assinale a afirmativa correta:

(A) na opção I há erro de pontuação.
(B) nas opções II e III as vírgulas podem ser retiradas.
(C) na afirmativa I, pode-se alterar o sentido da frase, mudando-se a vírgula de posição.
(D) na II, falam dois pontos depois de disse.

A, B, C, D e E: Em "Ele foi, logo eu não fui", a palavra "logo" é uma conjunção que atribui à segunda oração um valor de conclusão em relação ao que já foi dito. Em "Ele foi logo, eu não fui.", "logo" passa a ser advérbio de tempo e perde-se a ideia de conclusão que a segunda oração possuía.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) "Age com _______________ , _______________ queres fazer ______________ à curiosidade alheia". Marque a opção correta.

(A) discreção – senão – conseções.
(B) discrição – se não – concessões.
(C) discrição – senão – conseções.
(D) discreção – se não – concessões.
(E) discreção – senão – concessões.

A, B, C, D e E: A forma "discreção" não existe. A segunda oração é um condicional. Deve-se, portanto, empregar a conjunção "se". A forma "conseções" também é inexistente.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale o conjunto de palavras que completa corretamente, quanto à regência, as frases abaixo:

(1) "Seriam recordações ___________ detalhes nem me quero lembrar".
(2) "A profissão ___________ você aspira tem aspectos interessantíssimos".

(A) 1. cujos 2. a qual.
(B) 1. cujos 2. que.
(C) 1. os quais 2. que.
(D) 1. cujos 2. a que.
(E) 1. de cujos2. a que.

A, B, C, D e E: O segmento "de cujos detalhes" exerce a função sintática de objeto indireto do verbo pronominal "lembrar-se", que pede preposição "de". O segmento "a que" exerce a função sintática do verbo "aspirar", que pede preposição "a".
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Qual a opção em que todas as palavras devem ser completas com z?

(A) ali ____ar; sacerdoti ____ a; va ____ o.
(B) verni ____; gi ____; ba ____ ar.
(C) pi____ar: pê____ames; desli____e.
(D) prince____a; rique____a; jui____.
(E) ga____ ela; ca____ebre; fu____ível.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) alisar, sacerdotisa, vaso;
C) pisar, pêsames, deslize;
D) princesa, riqueza, juiz;
E) gazela, casebre, fusível.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção em que todas as palavras devem ser completadas com s:

(A) le___ar; atrá___; destre____a; parali____ar.
(B) defe____a; quero____ene; qui____er; va____inho; fu____ilar.
(C) Brá____; Vene____a; Queiró____; Sou____a; eli____a.
(D) ga____eificar; ga____olina; empre____a; bi____ar; anali____ar.
(E) pre____ado; co____inha; fuga____; ro____áceo; xadre____.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) lesar, atrás, destreza, paralisar;
B) defesa, querosene, quiser, vasinho, fuzilar;
C) Brás/Braz, Veneza, Queirós/Queiroz, Sousa/Souza, Elisa/Eliza;
E) prezado, cozinha, fugaz, rosáceo, xadrez.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção cujos vocábulos devem ser escritos, em sua totalidade, com j:

(A) gor____eta; pa____em; gen____iva.
(B) ____iló; lison____ear; ti____ela.
(C) va____em; sar____eta; gran____ear.
(D) ____eito; salsu____em; ma____estoso.
(E) man____edoura; gor____eio; ____ibóia.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) gorjeta, pajem, gengiva;
B) jiló, lisonjear, tigela;
C) vagem, sarjeta, granjear;
D) jeito, salsugem, majestoso.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Há erro de concordância em:

(A) Eles mesmos pediriam desculpas.
(B) Custaram-lhe caro aquelas bicicletas importadas.
(C) Pessoas bastantes compareceram à final do campeonato.
(D) Quando cheguei, era meio-dia e meio.
(E) Havia bastantes pessoas no estádio.

A, B, C, D e E: A expressão correta é "meio-dia e meia", por estar subentendida após o numeral fracionário "meia" a palavra "hora".
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Aponte a opção correta:

"Fazia oposição sistemática _________ evasão do capital estrangeiro, porque o supunha imprescindível _________ progresso, e mostrava-se propenso ________ aceitá-lo sem restrições."

(A) à; com o; em.

(B) contra a; com o; em.

(C) à; ao; a.

(D) com a; no; a.

(E) da; ao; para.

A, B, C, D e E: Trata-se de uma questão de regência nominal: "oposição a"; "imprescindível a/em/para" ; "propenso a/para".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) A concordância está correta no item:

(A) - Muito obrigadas! – disseram as representantes das alunas ao se despedirem.

(B) Procura-se empregos.

(C) Desde que receba algum incentivo, a empresa estará quites com os impostos.

(D) Elas mesmo fariam os relatórios mensais.

(E) Deixou incluso alguns relatórios administrativos.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
B) Procuram-se empregos;
C) ...a empresa estará quite com os impostos;
D) Elas mesmas fariam...;
E) Deixou inclusos...

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a presença/ausência da preposição acarreta alteração semântica:

(A) Meu filho sempre aspirou ao ar puro aqui do campus. / Meu filho sempre aspirou o ar puro aqui do campus.

(B) A criança ama seus familiares. / A criança ama a seus familiares.

(C) Ao advogado nunca teve enganar. / Nunca tente enganar o advogado.

(D) Meu filho sempre precisou de que o amparassem. / Meu filho sempre precisou que o amparassem.

(E) Meu filho sempre necessitou de que o amparassem. / Meu filho sempre necessitou que o amparassem.

A, B, C, D e E: "aspirar ao ar puro" = "desejar o ar puro" / "aspirar o ar puro" = "inalar o ar puro"

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a mudança da posição da conjunção acarreta alteração semântica:

(A) Está tudo bem com o jovem, contudo não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, contudo, o apoio da família.

(B) Está tudo bem com o jovem, todavia não tem apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, todavia, o apoio da família.

(C) Está tudo bem com o jovem, porém não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, porém, o apoio da família.

(D) Está tudo bem com o jovem, entretanto não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, entretanto, o apoio da família.

(E) Está tudo bem com o jovem, pois tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; tem, pois, o apoio, da família.

A, B, C, D e E: A conjunção "pois", no início da oração que introduz, equivale a "porque" e possui valor causal ou explicativo. Deslocada, essa conjunção equivale a "portanto" e possui valor conclusivo.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a mudança de posição entre o substantivo e o adjetivo não acarreta alteração semântica importante:

(A) O grande centroavante assustou o goleiro. / O centroavante grande assustou o goleiro.

(B) Um pobre doente aguarda a cirurgia. / Um doente pobre aguarda a cirurgia.

(C) Um bom livro me distrai por muitas horas. / Um livro bom me distrai por muitas horas.

(D) A alta funcionária examinou o relatório. / A funcionária alta examinou o relatório.

(E) O meu mais velho amigo lhe ofereceu apoio. / O meu amigo mais velho lhe ofereceu apoio.

A) grande centroavante = exímio centroavante / centroavante grande = centroavante alto;
B) pobre doente = doente que inspira piedade / doente pobre = doente sem recursos financeiros;
D) alta funcionária = funcionária graduada / funcionária alta = funcionária grande E) velho amigo = amigo de longa data / amigo velho = amigo de idade avançada.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção que completa corretamente, e em sequência, as lacunas das frases abaixo:

A festa será no fim de semana ____________ surgir nenhum imprevisto.
O documento deverá ser entregue no prazo, ____________ o contrato será cancelado.
Discutimos _______________ uma melhor solução para o caso.

________________ uma semana discutíamos uma melhor solução para o caso.

(A) senão – senão – há cerca de – Acerca de.

(B) se não – se não – há cerca de – Acerca de.

(C) se não – senão – acerca de – Há cerca de.

(D) senão – se não – acerca de – Há cerca de.

A, B, C, D e E: "se não": introduz oração condicional; "senão": "em caso contrário" / "acerca de": locução prepositiva introdutora de adjunto adverbial de assunto; "há cerca de": verbo impessoal "haver" com o sentido de "tempo decorrido" e locução prepositiva "cerca de" com valor de quantidade aproximada.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Há erro de concordância em:

(A) Elas mesmas vieram pedir-nos o apoio à campanha.

(B) Envio-lhe inclusas as certidões solicitadas.

(C) Finalmente estás quite com os impostos.

(D) Houve crime de lesa-pátria no Congresso.

(E) Enviamos anexo os resultados dos exames de aptidão.

A, B, C, D e E: O adjetivo "anexo" concorda com o termo a que se refere: "Enviamos anexos os resultados dos exames de aptidão."

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Aponte a opção em que todas as palavras estão corretas quanto à acentuação gráfica:

(A) abençôo, ágeis, desdêem, íbero, paúl.
(B) escrevêsseis, férteis, fósseis, trá-lo-as.
(C) hífen, tênue, vácuo, tupi.
(D) retém-no, vêmo-la, cânon, júri.
(E) celtíbero, lápis, série, búzio.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
a) ibero, paul;
B) trá-lo-ás;
D) vemo-la;
E) celtibero.
GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) Assinale o item correto:

(A) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que cito.
(B) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que sito.
(C) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna excessão, no caso que sito.
(D) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna essessão, no caso que cito.
(E) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna exceção, no caso que cito.

A, B, C, D e E: As formas “previlégio” e “excessão” não existem. A forma “sito” é adjetivo (que se situa) ou substantivo (bolor).
GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção correta. Uma das características do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é:

(A) O uso da metalinguagem.
(B) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.
(C) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.
(D) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.
(E) A linearidade da narrativa.

A, B, C, D e E: A função metalingu**ística** ocorre nas passagens em que o narrador explica os processos constitutivos do romance que escreve, como, por exemplo, a sua condição singular de defunto autor.
GABARITO “A”

“Que a região X é perigosa, não resta a menor dúvida. O coronel Garcia, comandante do Departamento de Operações de Fronteira, uma polícia de elite que reúne 70 homens, classifica a área como uma “clínica geral”, um lugar em que se pratica todo tipo de atividade.”

Isto É, em 10/11/99, p. 34, (com adaptações).

(Diplomacia – 2000) Para que a pontuação do parágrafo acima respeite as normas gramaticais, são necessárias:

(A) duas vírgulas.
(B) Três vírgulas.
(C) Quatro vírgulas.
(D) Cinco vírgulas.
(E) Seis vírgulas.

A, B, C, D e E: Das cinco vírgulas presentes no texto, quatro são obrigatórias e todas elas isolam aposto.
“Que a região X é perigosa, *(esta vírgula não é obrigatória)* **não resta a menor dúvida. O coronel Garcia,** *(1)* comandante do Departamento de Operações de Fronteira,*(2)* uma polícia de elite que reúne 70 homens,*(3)* classifica a área como uma “clínica geral”,*(4)* um lugar em que se pratica todo tipo de atividade.”
GABARITO “C”

(Diplomacia – 2000) Qual das frases abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(A) Os trabalhadores começaram a segar o trigo.
(B) Por ter reclamado do som, o cantor foi assuado pelo público.
(C) Depois de dada a ordem, os policiais começaram a agir incontinenti.
(D) Ele não tem medo de coisa alguma, é um intemerato.
(E) O juiz só defere os requerimentos cujas petições sejam justas.

A, B, C, D e E: O termo “intemerato” significa “imaculado”, “íntegro”. Para se expressar a ideia de “ausência de medo”, “valentia” deveria se empregar a palavra “intimorato”. “Segar” significa “cortar”; “assuado” é sinônimo de “vaiado”; “incontinenti” significa, no contexto, “imediatamente” e “deferir” é o mesmo que “despachar favoravelmente sobre o que se pede em requerimento”.
GABARITO “D”

(Diplomacia – 2000) Assinale o período que não respeita as normas de concordância verbal.

(A) Razões não hão de faltar para que se justifiquem os fatos.
(B) Considero mais conveniente aceitar a norma a infringi-la.
(C) Afastou-se da empresa por motivos que não interessa relatar no momento.
(D) Hão de haver opositores à ideia.
(E) Poderiam ter ocorrido mortes naquele acidente rodoviário.

A, B, C, D e E: Os verbos impessoais são empregados apenas na terceira pessoa do singular por não possuírem sujeito. Caso constituam uma locução, o seu auxiliar também se flexiona nesse tempo e pessoa: Há de haver opositores à ideia.
GABARITO “D”

(Diplomacia – 2000) Qual frase contém incorreção?

(A) Trinta cadeiras é suficiente.
(B) É com este livro que se pretende homenagear os diplomatas.
(C) Era compreensível ter dúvida diante de tamanho surtimento de mercadorias.
(D) Ela disse que não podem existir sombras entre nós.
(E) Não consigo conversar com pessoas cheias de idiossincrasias.

A, B, C, D e E: A forma correta da palavra presente no texto é “sortimento”.
GABARITO “C”

(Diplomacia – 2000) “Vão ______ ao processo vários depoimentos de que a moça estava _______ narcotizada. Cremos que. Assim, ela _______ admitirá o fato”.

Qual o único conjunto de palavras que pode completar as lacunas acima?

(A) Incluso – meia – mesmo.

(B) Incluso – meio – mesma.
(C) Incluso – meia – mesmo.
(D) Inclusos – meio – mesma.
(E) Inclusos – meia – mesma.

A, B, C, D e E: O adjetivo "incluso" flexiona-se no masculino plural para concordar com o seu subordinante "vários depoimentos". A palavra "meio" no texto é um advérbio, uma vez que se subordina ao adjetivo "narcotizada", e, portanto, é invariável. A palavra "mesmo" flexiona-se no feminino singular para concordar com o pronome "ela" a que se refere, sendo classificado como pronome demonstrativo.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual frase abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(A) Estava determinado a perscrutar os mistérios da religião.
(B) Entrou na sala de supetão e viu o que não queria ver.
(C) Os problemas ganharam, ele virou alcólatra.
(D) Há meses, digladiam uma polêmica desabrida.
(E) A calvície não o incomodava.

A, B, C, D e E: A correta grafia da palavra é "alcoólatra.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) Qual das alternativas abaixo não contém incorreções ortográficas?

(A) Obsessão, tiróide, tijela.
(B) Obsessão, tireóide, tijela.
(C) Obseção, tiróide, tigela.
(D) Obsessão, tireóide, tigela.
(E) Obseção, tireóide, tijela.

A, B, C, D e E: Grafias corretas: "obsessão" e "tigela". A forma "tireóide" apresenta a forma variante "tiroide".
GABARITO "D"

Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade
É verdade, Senhor, que hei delinquido,
Delinquido vos tenho, e ofendido.
Ofendido vos tem minha maldade.

(Gregório de Matos).

(Diplomacia – 1999) Se reescrevêssemos o último verso permutando a expressão **minha maldade** por **minhas maldades**, o resultado seria:

(A) Ofendidos vos têm minhas maldades.
(B) Ofendidos vos tem minhas maldades.
(C) Ofendido vos têm minhas maldades.
(D) Ofendidas vos têm minhas maldades.
(E) Ofendido vos tem minhas maldades.

A, B, C, D e E: Como o termo "minha maldade" é o sujeito da locução verbal "tem ofendido", a sua pluralização faria com que o auxiliar da locução também fosse para o plural: "têm ofendido".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(A) Beneficente, extensão, companhia.
(B) Beneficente, estensão, companhia.
(C) Beneficiente, estensão, companhia.
(D) Beneficiente, extensão, compania.
(E) Beneficente, extensão, compania.

A, B, C, D e E: As formas "beneficiente", "estensão" e "compania" não existem.
GABARITO "A"

Segundo os padrões da norma culta da Língua Portuguesa, apenas uma frase, em cada uma das três questões seguintes, está gramaticalmente correta. Assinale-a em cada um.

(Diplomacia – 1999)

(A) Só faltava cinco minutos para ela chegar.
(B) Faltam conseguir verbas para a realização do projeto.
(C) Poucos dias falta para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso.
(D) Ainda faltam verificarmos todos os dados.
(E) Falta ainda trabalhar três meses antes das férias.

Na alternativa E, a forma verbal "falta" está no singular porque seu sujeito é a oração reduzida de infinitivo que lhe segue: "ainda trabalhar três meses antes das férias". Seguem as demais alternativas corrigidas:
A) Só faltavam cinco minutos para ela chegar;
B) Falta conseguir verbas para a realização do projeto;
C) Poucos dias faltam para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso;
D) Ainda falta verificarmos todos os dados.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999)

(A) Os jovens, de excessiva vaidade, e orgulho, têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(B) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(C) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têem muitas vezes desejo e ação inadequadas.
(D) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes desejo e ação inadequados.
(E) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes, desejo e ação inadequados.

A, B, C, D e E: As únicas vírgulas possíveis no texto são as que isolam o adjunto adverbial "muitas vezes". A forma verbal "têem" não existe. O adjetivo "inadequados", na função de predicativo do objeto, concorda com a totalidade dos núcleos.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999)

(A) Os médicos permitiram-lhe sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(B) Os médicos permitiram-no sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(C) Os médicos permitiram-no a sair mais cedo, do que o previsto do hospital
(D) Os médicos permitiram-lhe a sair mais cedo do que o previsto, do hospital.
(E) Os médicos permitiram-no de sair mais cedo, do que o previsto do hospital.

A, B, C, D e E: O verbo "permitir" deve ser empregado no texto como transitivo direto e indireto (permitir algo a alguém).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(A) Reivindicação, pretensioso, paralisar.
(B) Reividicação, pretensioso, paralisar.
(C) Reividicação, pretensioso, paralizar.
(D) Reivindicação, pretencioso, paralizar.
(E) Reivindicação, pretensioso, paralizar.

A, B, C, D e E: Os termos "reividicação", "pretencioso" e "paralizar" não existem.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Diz o *Talmud*: A palavra falada é como abelha: tem mel e tem ferrão.

Há de fato, situações onde somos traídos pelas palavras. Quando nos damos conta, já dissemos .... Qual dos enunciados abaixo não tem ..... explicitamente, qualquer denunciador de preconceito de quem as tiver proferido?

(A) Até a bancada feminina percebeu o alcance do projeto de lei e votou a favor.
(B) Quem não mentiria para salvar a vida de um justo?
(C) É menino de rua, mas não é contraventor.
(D) As torcidas uniformizadas, que são baderneiras, estão voltando aos campos de futebol.
(E) Os partidos passaram a agir com mais patriotismo e menos politicagem.

Segue-se o comentário dos preconceitos das alternativas que as contêm.
A) A bancada feminina não consegue perceber os projetos que merecem ser apoiados;
C) Os meninos de rua são contraventores;
D) O emprego de uma oração adjetiva explicativa dá a ideia de que todas as torcidas uniformizadas são baderneiras;
E) Os partidos agiam mais por politicagem do que por patriotismo.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em Português?

(A) Dignatário, cataclisma, discrição.
(B) Dignatário, cataclismo, discreção.
(C) Dignatário, cataclisma, discreção.
(D) Dignitário, cataclisma, discreção.
(E) Dignitário, cataclismo, discrição.

A, B, C, D e E: A palavra "dignitário" possui a forma variante "dignatário", ou seja, ambas são corretas. As formas "cataclisma" e "discreção" não existem.
GABARITO "E"

1 A montagem do espetáculo Calabar – **O Elogio da Traição** estava pronta, quando, em outubro de 1974, foi censurada e a exibição do espetáculo foi proibida nos palcos
4 brasileiros. A repressão era tamanha que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada. Escrita por Ruy Guerra e Chico Buarque, a peça recupera a saga histórica das invasões
7 holandesas do século XVII. Domingos Fernandes Calabar (1600-1635), o protagonista, posiciona-se a favor da Holanda, o país invasor, contra os colonizadores portugueses. Os
10 autores, no entanto, não têm uma visão negativa do episódio. Ao contrário, veem em Calabar um libertador da opressão portuguesa. A censura da ditadura militar enxergou na
13 montagem um alto teor subversivo, por acreditar que o texto atentava contra os bons costumes e, principalmente, promovia uma inversão dos valores da história do Brasil ao mostrar um
16 traidor como salvador da pátria. A suspeita dos censores não estava totalmente errada: após o fim da ditadura, os escritores confirmaram a analogia com a época vivida, em que Calabar
19 representava a resistência ao autoritarismo do governo militar.

O bom traidor. *In:* **Revista de História**, ano 7, n.º 73, out./2011 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Com relação aos aspectos gramaticais e interpretativos do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego da voz passiva, tal como em "foi censurada" (*l*.2-3) e "a exibição do espetáculo foi proibida" (*l*.3), e a atribuição de "censura" (*l*.12) e de "autoritarismo" (*l*.19) a referentes genéricos — tal como em, respectivamente, à "ditadura militar" (*l*.12) e ao "governo militar" (*l*.19) — são recursos linguísticos utilizados para se evitar a atribuição da responsabilidade das ações expressas pelos verbos a indivíduos específicos.

(2) Caso as formas verbais "recupera" (*l*.6), "posiciona-se" (*l*.8), "têm" (*l*.10) e "veem" (*l*.11) fossem substituídas, respectivamente, pelas formas **recuperava**, **posicionava-se**, **tinham** e **viam**, não seriam necessários ajustes gramaticais no restante do texto.

(3) O principal objetivo do texto é descrever como heroica a figura histórica de Domingos Fernandes Calabar, suposto traidor da coroa portuguesa.

(4) Entre as orações do período “A repressão era tamanha que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada” (*l*.4-5) estabelece-se uma relação de proporcionalidade.

1: Certo **(Vozes verbais)** A voz verbal é um recurso da língua que permite ao mesmo tempo evidenciar certas informações e evitar outras. A escolha da voz passiva coloca em destaque o que foi feito e permite não nomear o agente da ação. No texto em questão, a informação mais relevante é “o espetáculo” e por isso ele aparece como sujeito paciente. Os referentes genéricos dos responsáveis corroboram com tal escolha: o foco do texto está no objeto censurado e não nos censuradores. Essas escolhas linguísticas demonstram a intenção já indicada na primeira frase: trata-se de um texto sobre a peça.

2: Certo **(conjugação verbal/ valor semântico)** Típico do discurso jornalístico, o uso dos verbos no presente do indicativo confere atualidade ao assunto do texto e coloca o leitor mais próximo dos acontecimentos, uma vez que transmite a ideia de que o fato ocorre no momento da leitura. No entanto, por se tratarem de eventos ocorridos no passado, todos os outros elementos linguísticos estão de acordo com o tempo cronológico da narrativa. A alteração do tempo verbal para o pretérito imperfeito não prejudicaria a construção geral do texto, apenas distanciaria os fatos da realidade do leitor.

3: Errado **(Interpretação de texto)** Já na primeira frase do texto é declarada sua intenção: mostrar como a montagem do espetáculo foi censurada por abordar um tema incômodo à ditadura (*A montagem do espetáculo Calabar – O Elogio da Traição estava pronta, quando, em outubro de 1974, foi censurada e a exibição do espetáculo foi proibida nos palcos brasileiros*). A retomada histórica de Calabar é feita para contextualizar o leitor no assunto e tornar claras as razões da ditadura para a censura, bem como a revelação final de que existia de fato um paralelo entre a história do holandês e a resistência à ditadura militar. Sem a informação, o entendimento do texto exigiria conhecimento prévio do leitor ou pesquisa externa.

4: Errado **(Período composto – orações adverbiais)** A oração principal “a repressão era tamanha” e a sua subordinada adverbial “que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada” é consecutiva, ou seja, oração subordinada apresenta qual a consequência direta de a repressão ser tão forte. A conjunção “que”, usada para unir as orações estabelece entre elas que a primeira, a principal, originou os fatos da segunda, a subordinada. Para que exista relação de proporcionalidade, seria necessário que ambas as coisas, a saber, repressão e proibição, ocorressem concomitantemente.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

1 No estudo da história, tem-se a impressão de que, quanto
mais se recua no tempo, mais dura parece ter sido a vida das
crianças do passado — e mais privilegiada parece a da garotada de
4 hoje. Quando se pensa em como era a infância séculos atrás, uma
das primeiras imagens que vêm à cabeça é a de meninos dando duro
em minas ou limpando chaminés. A ideia de que essa fase da vida
7 era simplesmente ignorada e de que as pessoas passavam de bebês
a trabalhadores, do dia para a noite, é reforçada por inúmeras
pinturas antigas retratando crianças sérias, tristemente vestidas como
10 miniadultos. As fontes de informações medievais, entretanto,
quando analisadas de perto, não oferecem evidência alguma de que
as pessoas daquela época tivessem, com relação às crianças, atitudes
13 muito diferentes das de hoje — com exceção, talvez, apenas do uso
em excesso de castigos físicos, que, de qualquer modo, também
eram aplicados em adultos. Apesar de o estilo de vida da época ser
16 muito diferente do nosso, as crianças medievais cresciam, em muitos
aspectos, de maneira semelhante à de seus “primos” modernos.

Nicholas Orme e Fernanda M. Bem. **Pequenos na Idade Média.** *In:* **BBC História**, ano 1, ed. n.o 4 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) A respeito das estruturas linguísticas e das ideias do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Nas sequências “a da” (*l*.3), “a de” (*l*.5) e “das de” (*l*.13), sem núcleo nominal expresso, pode-se depreender que os artigos definidos “a”, “a” e “as”, na ordem das sequências, são portadores de propriedades anafóricas e retomam os seguintes referentes, respectivamente: “vida”, “imagem” e “crianças”.

(2) Na linha 17, é facultativo o emprego do acento indicativo de crase, dada a possibilidade contextual de emprego, apenas, da preposição a, exigida pela regência de “semelhante”.

(3) Na linha final do texto, as aspas duplas dão sentido particular ou figurado ao vocábulo por elas destacado.

(4) O vocábulo “entretanto” (*l*.10) é um elemento coesivo que introduz uma relação de adversidade entre a informação expressa no período de que faz parte e as informações expressas nos períodos anteriores.

1: Errado **(Artigo/coesão textual)** O artigo definido tem função definidora do termo que acompanha, restringindo aquele de que se fala de outros de um grupo de semelhantes. Por exemplo, ao se dizer “as crianças da Idade Média” o artigo colabora com a definição das crianças como desse tempo específico. No português esse fato contribui para a possibilidade da retomada do termo definido em outro momento apenas pelo artigo apoiado no contexto, (há caráter de pronome demonstrativo atribuído ao artigo, e há divergências entre os teóricos quanto à classificação do termo. Esse comentário segue a análise de BECHARA, 2006, em que o artigo recebe valor de pronome demonstrativo). É necessário, portanto, que se observe os referentes do artigo para que exista conexão entre as partes do texto, de forma a evitar a repetição e colaborar com a construção de sentido. Observa-se que o primeiro caso “a da” (l.3) o artigo refere-se a “vida” em “mais dura parece ter sido a **vida** das crianças do passado”, em forma de comparação com a vida de crianças atuais. O segundo caso, “a de” (l.5) tem referência no termo “imagem” em ‘uma das primeiras **imagens** que vem à cabeça”. Já no terceiro caso, o referente do artigo de “das de” encontra seu referente no termo “atitudes”, como se lê na frase “**atitudes** muito diferentes das de hoje”

2: Errado **(Crase)** A presença da crase no trecho é obrigatória devido, primeiramente, à presença do artigo "a", que, a exemplo do item anterior, retoma o termo anterior na frase "maneira", estabelecendo relação de sentido e evitando a repetição do termo. Nesse caso, o artigo não aparece acompanhando diretamente o substantivo, mas como elemento de coesão. Um segundo aspecto que torna a crase obrigatória é a regência do adjetivo "semelhante", que, para fins de comparação entre dois termos, exige a presença da preposição "a". Da união desses elementos, resulta, necessariamente, o acento indicativo de crase.
3: Certo **(Pontuação)** O uso das aspas pode indicar que um termo está usado em sentido figurado. A comparação entre as crianças da época atual e medieval não é uma relação de familiaridade direta de primos, mas sim de semelhança de experiências. O termo "primos" é, portanto, usado para evidenciar essas semelhanças em alguns aspectos, o que justifica o uso das aspas.
4: Certo **(Conjunção)** A função da palavra "entretanto" é de estabelecer uma relação de sentido entre as informações anteriores do texto e as que virão dali em diante. Uma conjunção, ao funcionar como elemento de coesão entre as partes do texto, também estabelece uma relação de sentido entre essas partes. No texto a informação introduzida pela conjunção é contrária àquilo que foi estabelecido pelo que veio antes, portanto, há uma relação de contrariedade, ou adversidade, estabelecida por ela.
Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

1 As práticas judiciais e penais mobilizaram boa parte do
debate sobre a Inquisição dos séculos XVI, XVII e XVIII. O Santo
Ofício afirmou-se desde cedo como um tribunal que se sobrepunha
4 a todos os privilégios de jurisdição existentes, mas a afirmação do
seu poder contra os interesses de Estados particulares suscitou
protestos, nomeadamente em Veneza, em Nápoles e nos Países
7 Baixos. A prática de condenação na base de testemunha singular
deflagrou a grande controvérsia penal do século XVIII.

Francisco Bethencourt. **Muito além do catolicismo.** *In:* **Revista de História**, ano 7, nº 73, out./2011 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Acerca dos sentidos e dos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) A substituição de "deflagrou" (*l.*8) **por tornou pública**, embora não implique prejuízo estritamente gramatical para a estrutura da oração em que esse termo se insere, acarreta mudança no sentido do trecho.

(2) A expressão "todos os privilégios" (*l.*4) poderia ser substituída por **todas as prerrogativas**, sem prejuízo para o sentido do período em questão e sem a necessidade de ajustes gramaticais no texto.

1: Certo **(Vocabulário)** O verbo "deflagrar" tem sua origem ligada à ideia de combustão ou chamas. O seu sentido estendido ao contexto por derivação figurada é de "fazer aparecer ou surgir repentinamente; incitar, provocar, irromper" (dicionário Houaiss). Ao se substituir o verbo pela expressão "tornar pública", ainda que garantidas as questões gramaticais de concordância e regência, perde-se o caráter semântico de surgimento e provocação do verbo original.
2: Certo **(Concordância)** A expressão original "todos os privilégios" não vem acompanhada dos termos "de jurisdição" e "existentes", ambos termos de dupla concordância com feminino e masculino. Portanto, feita a substituição, não haveria qualquer necessidade de alterações no texto. Quanto ao sentido dos termos, "prerrogativa" (privilégio ou vantagem que possuem os indivíduos de uma determinada classe ou espécie; apanágio, regalia, segundo o dicionário Houaiss) aparece como sinônimo direto do termo "privilégio" no contexto.
Gabarito1C, 2C

1 Olinda é conhecida no mundo inteiro pela fama
dos seus mamulengos e bonecos carnavalescos gigantes,
que, sendo tão populares, também participam dos festejos
4 da Semana Santa. A origem da arte de fazer bonecos
gigantes em Olinda remete à Europa de séculos atrás,
onde, durante a Idade Média, eram criadas figuras
7 enormes e malignas para criticar a repressão da
Inquisição. A criação e a execução dos bonecos
constituem uma arte que, passada de geração para geração
10 familiar, é preservada por iniciativas como a do Museu do
Mamulengo. Esse museu, além de realizar apresentações
diárias, conta com cerca de mil e quinhentas peças em seu
13 acervo.

Priscila Gorzoni. **Olinda e a tradição dos bonecos.** *In:* **Língua Portuguesa**, ed. 21 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) No que concerne à estrutura linguística e às ideias do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A oração "que (...) é preservada por iniciativas como a do Museu do Mamulengo" (*l*.9-11) restringe o sentido do vocábulo "arte" (*l*.4).

(2) O primeiro período do texto — "Olinda é conhecida (...) da Semana Santa." — poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical para o texto, da seguinte maneira: A fama de seus mamulengos e bonecos carnavalescos gigantes, que, sendo tão populares, também participam dos festejos da Semana Santa, faz com que Olinda seja conhecida no mundo inteiro.

(3) Na linha 5, a presença do acento indicativo de crase em "à Europa" justifica-se pela regência de "remete" e pela relação de restrição estabelecida entre o vocábulo "Europa" e a expressão "de séculos atrás"; caso seja retirada do texto essa expressão, deve-se também suprimir o acento grave em " à Europa".

(4) Na oração "onde, durante a Idade Média, eram criadas figuras enormes e malignas" (*l*.6-7), o sujeito está explícito.

(5) No segundo período do texto, ao se empregar, entre outros termos, a expressão "a repressão da Inquisição" (*l*.7-8), possibilita-se que o leitor recorra a conhecimentos intertextuais referentes a acontecimentos históricos da Idade Média.

1: Anulada – (Período composto/oração adjetiva) A oração subordinada "que, passada de geração para geração familiar, é preservada por iniciativas como a do Museu do Mamulengo" é uma oração subordinada adjetiva restritiva do termo "arte", ou seja, ao mesmo tempo em que qualifica o sentido do termo a que se refere, também restringe seu significado em relação às outras artes. No entanto, é importante notar que a construção gramatical do trecho torna sua interpretação confusa, uma vez que o trecho "passada de geração para geração familiar" encaixado ao meio da oração subordinada, torna confuso o sentido da preservação da arte. É confuso definir o que de fato garante a preservação desse tipo de arte: as iniciativas de museus ou a tradição familiar.

2: Certo (Coesão) – A reescrita do trecho original baseia-se principalmente na alteração da ordem dos termos, destacando como termo principal os Mamulengos em oposição à cidade, como aparece na escrita original. A razão de Olinda ser conhecida é a fama dos bonecos, relação estabelecida no trecho original por meio da preposição "por" em contração com o artigo (per+a = pela), "Olinda é conhecida no mundo inteiro pela fama(...)". No trecho reescrito, essa mesma relação de causa é feita pela expressão "faz com que'".

3: Errado (Crase) A crase é indicativo da presença do "a" preposição", exigido pela regência do verbo "remeter", e do "a" artigo que acompanha o substantivo feminino "Europa", que aceita o artigo. Há casos em que topônimos femininos repelem a presença do artigo como acompanhante e apenas o aceitam em caso de o substantivo vir acompanhado de um determinante. É o caso de "Portugal", que repele o artigo feminino, a menos que tenha seu sentido delimitado por uma expressão (ex. Voltei a Portugal/Voltei à Portugal de meus pais). É importante ressaltar que "Europa" não segue essa regra, sendo o uso do acento grave no texto validado pelas regras gerais de uso da crase ("a" preposição + "a" artigo), independentemente do determinante posterior.

4: Certo (Análise sintática – sujeito) A oração "eram criadas figuras enormes e malignas" está na voz passiva, ou seja o seu sujeito é o que foi criado (paciente da ação) e não o criador (agente da ação). O sujeito é, portanto, "figuras enormes e malignas". Como é comum em casos de voz passiva, o sujeito aparece posposto ao verbo, sem qualquer prejuízo gramatical ou de significado.

5: Certo (Interpretação de texto) A origem dos bonecos está na Europa da Idade Média e na crítica à inquisição do período. O texto, no entanto, não apresenta qualquer explicação de como era a repressão combatida ou em que contexto os bonecos apareciam no período. O texto delega ao leitor a responsabilidade de conhecer historicamente os elementos referidos para entender a origem dos bonecos.

Gabarito 1 Anulada, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Considerando que os trechos apresentados nos itens que se seguem, adaptados de http://www.itamaraty.gov.br/temas, constituem segmentos de correspondência oficial, julgue-os com relação à adequação da linguagem e à correção gramatical.

(1) Conforme é do conhecimento de Vossa Senhoria, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vista em criar o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. O objetivo primordial do Tratado de Assunção foram a integração dos quatro Estados partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum – TEC, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e a harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do MERCOSUL e o dotou de personalidade jurídica internacional.

(2) Conforme esclarecemos em correspondência anterior, os projetos de prestação de cooperação técnica são financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e realizam-se a partir de demandas recebidas de governos estrangeiros ou organismos internacionais, por meio das embaixadas e delegações do Brasil no exterior, das embaixadas e escritórios de organismos internacionais em Brasília ou de visitas de missões oficiais estrangeiras ao Brasil. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países interessados, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos.

(3) Diante da demanda apresentada por este Organismo Internacional em correspondência de 21 de outubro passado, viemos esclarecer-lhe de que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem, entre suas competências, as seguintes: a) coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do país; b) coordenar e financiar a cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento; e c) identificar, elaborar, aprovar a execução e monitorar projetos de cooperação técnica sul-sul. A ABC interage constantemente com as mais de 70 instituições brasileiras envolvidas com projetos, bem como com as embaixadas do Brasil, que servem de canais de comunicação com os governos locais.

(4) Na oportunidade, esclarecemos que, embora o maior número de demandas por cooperação se concentre em agricultura, saúde, educação e formação profissional, a carteira de projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África contempla muitas outras áreas, como governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, saneamento básico, biocombustíveis,

transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, comércio exterior, direitos humanos e esportes.

1: Errado (Concordância) O problema do item aparece no trecho "O objetivo primordial do Tratado de Assunção foram a integração dos quatro Estados partes". O núcleo do sujeito do verbo "foram" é "objetivo", o que exigiria o verbo no singular. Por se tratar de um verbo de ligação (ser – que atribui um estado ao sujeito), a concordância poderia ser feita com o predicativo do sujeito, que tem como núcleo o termo "integração", o que também obrigaria o verbo na forma do singular. A oração transcrita corretamente seria "O objetivo primordial do Tratado de Assunção foi a integração dos quatro Estados partes"
2: Certo (Concordância/regência) O trecho não apresenta desacordos com a norma culta. Uma possível confusão seria derivada do excesso de informações encadeadas nos complementos da expressão "demandas recebidas", já que há uma série de possibilidades, todas corretamente introduzidas pela preposição regente "de". Há ainda a possiblidade de confusão com relação ao termo "integradas" no feminino, uma vez que o termo a que se refere, "missões" aparece distante e são intercalados por diversas outras informações.
3: Errado (Regência) A incorreção quanto à adequação a norma culta está no trecho "viemos esclarecer-lhe de que". O verbo esclarecer é transitivo direto, ou seja, não rege seu complemento material, o que é esclarecido, com o uso de preposição. No trecho, o objeto, na forma de oração, vem introduzido pela preposição "de", quando não deveria haver preposição alguma. O trecho escrito corretamente seria "viemos esclarecer-lhe que (...). O uso do pronome "lhe" é justificado por se designar a quem se esclarece o assunto, já que a reposta foi demandada por um Organismo Internacional, apesar de se tratar de um excesso linguístico desnecessário. A frase estaria mais clara se redigida na forma "viemos esclarecer que".
4: Certo (Regência) Em oposição ao item anterior, a regência do verbo "esclarecer" é aqui feita corretamente como transitivo direto.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Considerando as normas que regem a comunicação oficial, julgue o próximo item.

(1) Caso um ministro pretenda enviar expediente ao presidente da República, para propor alguma medida do interesse de mais de um ministério, ele deverá redigir exposição de motivos denominada interministerial, que deverá ser assinada por todos os ministros envolvidos.

1: Certo (Redação oficial) O Manual de Redação da Presidência da República está disponível para consulta no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm, de onde se lê: "4. Exposição de Motivos/ 4.1. Definição e Finalidade/ Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto;/ b) propor alguma medida; ou/ c) submeter a sua consideração projeto de ato normativo. / Em regra, a exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um Ministério, a exposição de motivos deverá ser assinada por todos os Ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de *interministerial."*

Gabarito 1C

Texto para as duas questões abaixo.

1 Estereótipos não são, necessariamente, étnicos. É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo
é uma camisa de força, uma forma de controle social. Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma
comunidade nacional, não importando se essas classes estão definidas etnicamente. Na verdade, a
4 definição de estereótipo como noção ligada a questões étnicas serve apenas para reforçar e justificar
preconceitos. Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que
enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o
7 estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial, um
reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira. Isso tudo não altera o fato de que, seja quem
for a vítima e seja qual for o motivo, os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua
10 individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor
em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima.
O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado, imediatamente, na
13 visão que o percebedor tem do papel sociocultural de seu receptor e do seu próprio. Mais precisamente,
o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do
percebedor e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis. Em lugar nenhum tal fato é
16 mais aparente do que na situação de colonialismo, do qual a escravatura africana no Novo Mundo foi
somente uma variante.

D. Brookshaw. **Raça e cor na literatura brasileira**. Marta Kirst (Trad.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 10 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das ideias expressas no texto, julgue os itens que se seguem.

(1) Depreende-se do texto que o estereótipo resulta da forma pela qual o sujeito percebe o outro. Assim, conclui-se que a formação de estereótipos decorre da observação objetiva da realidade social em que esses sujeitos estão inseridos.

(2) O texto estende o conceito de estereótipo a categorias outras que a étnica, explorando os efeitos negativos dos estereótipos sobre aqueles que o sofrem.

(3) Infere-se do texto que o conceito de estereótipo origina-se de questões e conflitos coloniais.

(4) O autor estabelece uma relação entre o preconceito de classe existente na Inglaterra e aquele observado no Brasil, ambos de fundamentação essencialmente racial.

(5) A experiência colonial é apresentada como elemento que, ao mesmo tempo, exemplifica e corrobora os argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

1: Errado (Interpretação de texto) Pode-se depreender do texto que o estereótipo é resultado da forma como o sujeito percebe o outro. No entanto, isso não é decorrente de observação objetiva da realidade social, mas sim de conceito pré formado, ou preconceitos, dos observadores, como justificam os trechos "dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor" e "O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado (..)"
2: Certo (Interpretação de texto) A justificativa de como o texto estende o conceito de estereótipo fica clara no trecho "os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima". Ainda fica claro nesse mesmo trecho a definição do conceito de estereótipo como algo negativo, já que aqueles estereotipados são "vítimas" da ausência de individualidade e da adaptação preconceituosa da visão do percebedor.
3: Errado (Interpretação de texto) Não é possível inferir do texto a origem do conceito de estereótipo. O texto apenas traz como exemplo irrefutável da aplicação desse conceito a organização social do período colonial, em particular com relação ao estereótipo racial e a escravidão, como se lê no trecho "Em lugar nenhum tal fato *é mais aparente do que na situação de colonialismo*, do qual a escravatura africana no Novo Mundo *foi somente uma variante*."
4: Errado (interpretação de texto) Apesar de estabelecer uma relação entre os estereótipos preconceituosos da burguesia sobre aquele que sai ascende de uma classe social mais baixa, o texto estabelece a origem do estereótipo inglês em questões fundamentalmente sociais e o brasileiro em questões sociais e raciais, como se lê no trecho "Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no *preconceito social* existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de *preconceito social e racial*, um reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira."
5: Certo (Interpretação de texto) A organização da sociedade colonial encerra o texto trazendo elementos que agrupam toda a argumentação desenvolvida anteriormente. Como observado no item 3, é um fato histórico que demonstra propriamente os conceitos de estereótipo.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens a seguir, referentes às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

(1) As expressões "por isso" (*l.*2), "enquanto" (*l.*6), "ainda" (*l.*11) e "portanto" (*l.*15) têm, no texto, a mesma função sintática e discursiva, o que justifica estarem isoladas por vírgulas.

(2) A relação estabelecida, no texto, entre estereótipo e "camisa de força" (*l.*2) ressalta o fato de a vítima da visão estereotipada estar presa à imagem que a ela é atribuída, independentemente de suas ações.

(3) A expressão "*a priori*" (*l.*10) complementa o sentido da forma verbal "se adaptam" (*l.*10), indicando que a adaptação das características do receptor ocorreu a partir de elementos pressupostos.

1: Errado (Conjunção) Apesar de se tratarem de conjunções e serem gramaticalmente classificados da mesma forma, os termos não funcionam sintática e discursivamente da mesma forma no contexto. A locução conjuntiva "por isso" (l.2) estabelece uma relação de conclusão entre a oração coordenada assindética, já que não há presença de conjunção nela, anterior (É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social) e a oração coordenada sindética conclusiva, pela presença da conjunção de mesmo valor semântico (Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma comunidade nacional). Já a conjunção "enquanto" (l.6), estabelece que as orações subordinadas, a principal "Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa," e a subordinada temporal "enquanto, no Brasil, o estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial" aconteceram concomitantemente. No terceiro caso, da conjunção "ainda" (l.11) funciona como uma partícula enfática na enumeração de alternativas, sendo dispensável para o entendimento geral do trecho em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima. O último caso, o da conjunção "portanto" (l.15), aparece com a mesma função e significado da primeira, relacionando duas orações coordenadas e estabelecendo entre elas uma relação de conclusão, a saber, o trecho "e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis" é conclusão a partir do que foi dito no trecho "Mais precisamente, o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do percebedor"
2: Certo (Semântica) É possível estabelecer a relação entre estereótipo e camisa-de-força, uma vez que o texto define estereótipo como uma visão pré-concebida que reforça a imobilidade social: aquele que o é sempre será, independentemente de suas ações ou individualidade. O dicionário Houaiss define camisa-de-força, por extensão de sentido como "algo que limita ou impede movimento ou ação", definição paralela a como o texto define estereótipo, como se lê em "É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social."
3: Errado (Coesão) A expressão "a priori" se liga ao termo "ponte de vista" e indica que o ponto de vista do percebedor está pré-concebido, é anterior a qualquer relação que se estabeleça com o estereotipado. E que a visão do percebedor é adaptada a esse ponto de vista anterior, atribuindo características pré designadas e ignorando qualquer característica de fato do receptor possa ter, como se lê no trecho "dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor"

Gabarito 1E, 2C, 3E

Texto para duas questões abaixo

1 A questão de uma identidade latino-americana tornou-se não apenas atual, mas premente,
sobretudo ao longo do século XX. Sua origem está em uma experiência marcante de contraste e de
contradição com a memória do regime colonial, com os projetos nacionais e liberais decorrentes dos
4 processos de autonomia política, com os mecanismos de dependência econômica e financeira e,
principalmente, com a pluralidade da composição social de suas populações.
Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas
7 desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de
cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos, que passam a
desempenhar papel relevante no cenário mundial. A América que vinha sendo dita latina por terceiros

10 quer proclamar-se América e latina por si própria. A simples contraposição com a Europa (em especial com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas
13 não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na América de fala espanhola e portuguesa. E isso mesmo se essas Américas receberam significativa contribuição de correntes migratórias renovadas. Os caminhos percorridos nos Estados Unidos da
16 América (EUA) e no Canadá foram — e são — bem distintos dos que percorrem as Américas latinas. Assim, são os próprios latino-americanos ou brasileiros que procuram ser latino-americanistas ou brasilianistas, não apenas por sorte de ousadia política, mas por força de abordagem científica da
19 constituição eventual de uma latino-americanidade alçada dos traços de formação social e cultural de suas sociedades. O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latinoamericanos, não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu
22 ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas, é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade macrorregional latino-americana.

E. C. R. Martins. **América Latina: cultura histórica e identidade**. In: C. B. Carmona e H. Sewierski (Orgs.). **Heranças e desafios da América Latina: Brasil e Chile**. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 29-30 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto, julgue os itens subsequentes.

(1) Depreende-se do texto que são os latino-americanos que devem construir o significado de latino-americanidade, pondo fim a uma era em que esse sentido era definido pelo olhar estrangeiro do estudioso europeu ou estadunidense, por exemplo.

(2) O texto apresenta uma crítica àqueles que alicerçam sua visão de América Latina na diferença ou na oposição entre essa região e a Europa ou a América de colonização britânica.

(3) O texto deixa transparecer a relação entre literatura e questões de identidade, o que permite vincular o fazer literário a temas como pertencimento e ideologia culturais.

(4) O texto tem natureza essencialmente descritiva, uma vez que informa o leitor a respeito das mudanças paradigmáticas e epistemológicas no estudo de questões ligadas à identidade de cada nação latino-americana.

1: Certo (Interpretação de texto) O texto apresenta uma série de comparações teóricas, não apenas na constituição do conceito de América Latina, mas também das diferentes concepções de identidades das regiões devido às diferenças sociais entre as elas, definindo as concepções europeia e norte-americana como etnocêntricas, enquanto a latino-americana deve privilegiar a pluralidade. Defende, portanto, que, por terem diferentes histórias, não é possível que outros povos definam corretamente e com resultados positivos a América Latina. Tal concepção lê-se no trecho "O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latinoamericanos, não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas, é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade macrorregional latino-americana." "A América que vinha sendo dita latina por terceiros quer proclamar-se América e latina por si própria."
2: Certo (Interpretação de texto) Como visto no item anterior conceber a América Latina a partir dos moldes europeu e norte-americano gera falhas na definição do que a América Latina. Concebê-la como extensão da história europeia levaria ao mesmo erro, uma vez que a América Latina seria apenas uma continuação da história europeia. Essa crítica aparece de forma mais clara no trecho "A simples contraposição com a Europa (em especial com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na América de fala espanhola e portuguesa", inclusive pela restrição da caracterização europeia na América Latina pelas línguas faladas, e não pela colonização, desmerecendo esta como pilar da formação social e abrindo margem para a pluralidade dessa formação.
3: Certo (Interpretação de texto) O trecho que transparece a importância da produção literária na reformulação da identidade latino-americana é "Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino--americanos", trecho que, além de colocar a literatura como auto definidora da identidade social, associa a produção literária a conquistas das ciências sociais.
4: Errado (Interpretação de texto) O texto é majoritariamente analítico e não descritivo. Propõe uma argumentação e reflexão acerca da forma como se estuda e concebe a sociedade latino-americana, deixando evidente seu posicionamento com relação ao tema. A própria análise do item 2 comprova esse poder analítico do texto, uma vez que apresenta uma crítica do autor com relação à concepção da identidade latino--americana em padrões pré-formulados.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens que se seguem.

(1) A expressão "alçada dos" (*l*.19) tem o sentido de erigida sobre os ou fundamentada nos, podendo ser por essas substituída sem prejuízo semântico nem gramatical ao texto.

(2) As palavras "premente" (*l*.1), "decorrentes" (*l*.3), "correntes" (*l*.15) e "relevante" (*l*.23) são formadas pela adição de um sufixo a uma forma verbal e são usadas, no texto, como adjetivos.

(3) O pronome "Sua" (*l*.2) tem como referente a expressão "identidade latino-americana" (*l*.1).

(4) A expressão "as Américas latinas" (*l*.16) exerce a função de sujeito da forma verbal "percorrem" (*l*.16).

(5) O vocábulo “sorte” (*l.*18) refere-se às venturas advindas da ousadia política.

1: Certo (Vocabulário) A definição do dicionário Houaiss para o termo “alçado(a)” é “conduzido para cima; erguido, levantado, alteado”. A ideia, então é que os traços de formação social e cultural de suas (latino-americanas) sociedades serviu como base para a abordagem científica da constituição eventual de uma latino-americanidade. Os dois termos sugeridos pelo item seguem o mesmo campo semântico do termo original e a proposta de substituição contempla a regência preposicional de cada um dos termos corretamente, o que garante a adequação gramatical.

2: Errado (Morfologia) Apesar de todos os termos serem formados por um verbo acrescido do sufixo –nte, o termo “correntes” aparece no texto com acepção de substantivo, no sentido de movimento, e caracterizado pelo adjetivo “migratórias”.

3: Errado (Pronome/coesão) O pronome possessivo funciona como elemento de coesão entre as partes do texto. Por se tratar de um pronome feminino deve-se buscar por um referente anterior no texto também feminino e que se adeque ao contexto do conteúdo a que se liga. No caso do pronome “sua” (l.2), é possível identificar que o referente é o termo em questão na frase anterior, a saber, “a questão”. No entanto, o contexto não permite que essa identificação seja feita sem dúvidas, uma vez que o termo “identidade”, apesar de também se referir à “questão”, cumpra com todas as exigências textuais para que seja referente do pronome, o que gera ambiguidade estrutural. Devido à essa ambiguidade, a questão deveria ser anulada.

4: Certo (Análise sintática/sujeito) “As Américas latinas” funciona como sujeito do verbo percorrer, o que é possível observar tanto pela estrutura gramatical da frase, como pelo contexto, uma vez que o autor defende que a América latina seja a própria definidora de sua identidade, ou seja, ela é personificada a fazer ela mesma o que foi feito por outro, não nomeados, nos outros territórios. O fato de no período os Estados Unidos e o Canadá funcionarem como adjuntos adverbiais de lugar em que foram percorridos os caminhos (sujeito do verbo percorre na oração anterior), associado à posição do sujeito após o verbo pode levar o leitor a confundir a função que as Américas latinas cumpre na oração.

5: Errado (Coesão) Pelo contexto, é possível depreender que o vocábulo “sorte” não é sinônimo de ventura e sua relação com ousadia política não é de consequência, ou seja, não é devido a ousadia política que houve alguma mudança. O vocábulo funciona como definidor do tipo de ousadia política que se poderia fazer, uma ousadia que teria por objetivo a mudança do paradigma de identidade da América Latina. A acepção do termo que se aplica é de “subdivisão de uma categoria; gênero, classe, espécie, tipo” (Dicionário Houaiss)

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Texto para as quatro questões abaixo.

1 Quando começa a modernidade? Bem antes que
tentassem me convencer de que a data de nascimento da
modernidade era um espirro cartesiano, ou então novo interesse
4 empírico pela natureza que transpira das páginas do *Novum*
Organum de Bacon, ou ainda a abertura dos primeiros bancos
— bem antes de tudo isso, quando era rapaz, se ensinava que
7 a modernidade começou em outubro de 1492. Nos livros da
escola, o primeiro capítulo dos tempos modernos eram e são as
grandes explorações. Entre elas, a viagem de Colombo ocupa
10 um lugar muito especial. Descidas Saara adentro ou
intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de
nada valiam comparadas com a aventura do genovês. É preciso
13 conceber o alcance simbólico do pulo além de Gibraltar, não
pela costa, mas reto para frente. É preciso, em outras palavras,
evocar o mar Mediterrâneo — esse pátio comum navegável e
16 navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado —
para entender por que a viagem de Colombo acabou e continua
sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado, do
19 abandono da casa materna e paterna.
Havia duas ordens de explicações para as grandes
descobertas e para a viagem de Colombo. A materialista não
22 faltava nunca: procura de novas riquezas e necessidade de
conquistas. Outra, mais ideológica, ou mesmo idealizada,
também sempre presente, atribuía o empreendimento ao
25 indomável desejo de saber e conhecer novas coisas. Aqui,
Dante era regularmente convocado em sua descrição da última
viagem de Ulisses que, apesar de ter tanto desejado voltar para
28 sua casa e família, toma de novo o caminho do mar aberto.
Dante escreve quase um século e meio antes da
viagem de Colombo, logo quando o espírito da modernidade
31 produzia a dita segunda Renascença. E ele é certamente um dos
ideólogos da modernidade. A visão dantesca de Ulisses é quase
uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto,

34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo.
O herói de Homero volta para seu lugar após os longos anos do
sítio de Troia e 10 anos de Odisseia; ele volta para o lugar onde
37 sua legitimidade de rei, esposo e pai é atributo eterno de seu ser
e onde, apesar da longa ausência e dos usurpadores, ele sempre
será reconhecido. Já o Ulisses moderno de Dante se cansa
40 desse lugar demasiado "seu" e deixa reino e família para
embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação
e sem volta. Ulisses retoma a estrada ou, melhor dito, o oceano
43 para, segundo o poeta italiano, conhecer o mundo, os vícios
humanos e o valor. Esse objetivo pode ser entendido de duas
maneiras.
46 Por um lado, tem-se a paixão de descobrir vícios e
valores de outros homens — uma espécie de curiosidade
antropológica especificamente moderna. Por outro lado, os
49 vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus
companheiros podem ser seus próprios. Nesse caso, Ulisses
abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai)
52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas
funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no
presente e mais em um futuro a ser inventado.

C. Calligaris. **A psicanálise e o sujeito colonial**. *In:* E. L. A. Susa (Org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 11-3 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens a seguir, referentes às relações semânticas e discursivas do texto.

(1) A expressão "espirro cartesiano" (*l.*3) pode ser interpretada como crítica à visão da modernidade como manifestação do cientificismo e racionalismo.

(2) Com o trecho entre travessões nas linhas 15 e 16, o autor quer enfatizar o caráter xenofóbico e de isolamento cultural associado a "mar Mediterrâneo" (*l.*15).

(3) Segundo o texto, há controvérsias quanto à data fundacional da modernidade. Essa discordância é o ponto de partida da argumentação do autor.

(4) Na linha 1, como a função da pergunta é prender a atenção do leitor, o ponto de interrogação pode ser corretamente substituído por ponto-final ou dois-pontos.

1: Certo (Interpretação de texto) Ao utilizar o termo "espirro" para caracterizar a corrente filosófica cartesiana, o autor atribui caráter pejorativo ao termo, uma vez que um espirro é associado a doenças e secreções. A interpretação desse item exige do leitor conhecimento prévio das bases da filosofia de Descartes, como associada aos conceitos de razão e ciência, e seu status como símbolo da filosofia moderna.
2: Errado (Interpretação de texto) Lê-se no trecho entre travessões: "esse pátio comum navegável e navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado". Os termos "comum" e "compartilhado" mostram que o mar Mediterrâneo não é fonte de isolamento pátrio, mas sim de contato entre os povos da região, um local onde todas as nações que o circundam dividiram a navegação durante milênios e partiram em buscas comuns de novos espaços.
3: Certo (Interpretação de texto) O autor inicia o texto mostrando que já teve contato com diversas datações do início da modernidade, a saber, espirro cartesiano, o Novum Organum de Bacon, a abertura dos primeiros bancos, outubro de 1492 (representando as navegações). Essas possibilidades são respostas à pergunta inicial do texto e é a partir desse disparador pergunta-respostas que o autor analisa o tema.
4: Errado (Interpretação de texto/pontuação) O uso da interrogação é fundamental para que as respostas que se seguem sejam compreendidas como contextualizadoras da questão a ser discutidas. Se fosse feita a substituição da pontuação, seria necessário alterar o formato das respostas e da estrutura do parágrafo como um todo para que houvesse coerência entre as partes do texto.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das estruturas gramaticais e semânticas e dos processos coesivos do texto, julgue os itens que se seguem.

(1) A inserção de se ou de **quando** imediatamente antes de "comparadas" (*l.*12) manteria a correção gramatical e o sentido do período.

(2) As formas verbais "tentassem" (*l.*2) e "se ensinava" (*l.*6) indicam ações realizadas por sujeitos que permanecem indeterminados no texto, assim como a forma verbal "É" (*l.*14).

1: Certo (Conjunção/período composto) A forma "comparadas" pode funcionar como a forma reduzida de particípio para a oração subordinada adverbial. Não se usa conjunção como elemento de conexão entre a oração principal e a forma reduzida da oração subordinada. A inserção de qualquer uma das conjunções propostas pelo item manteriam a correção e sentido, pois transformariam a reduzida em subordinada adverbial completa, com a forma verbal "fossem" oculta, para evitar excessos e tornar o discurso mais coerente. Ambas as conjunções manteriam a relação de sentido de condição entre as duas orações. Teríamos as possibilidades: "Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de nada valiam se (fossem) comparadas com a aventura do genovês" ou "Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de nada valiam quando (fossem) comparadas com a aventura do genovês"
2: Errado (Análise sintática/sujeito) O verbo tentassem (l.2) conjugado na 3ª pessoa do plural e sem referente óbvio é indicador de sujeito indeterminado, não se sabe quem pratica a ação de tentar convencer. Nos caso da forma "se ensinava" (l.6) o agente da ação não é referenciado pelo verbo, apesar de posteriormente ser relacionado aos "livros da escola". Ainda assim, a forma do verbo ensinar, transitivo direto, é uma forma de voz passiva sintética e seu sujeito é paciente, ou seja, o

termo que funciona como sujeito na oração é o paciente, aquilo que é ensinado, a saber, a oração subordinada substantiva subjetiva "que a modernidade começou em outubro de 1492" e não o agente. No caso do verbo "é" (l.14), trata-se de um período composto por subordinação em que temos o verbo de ligação "é", seguido do predicativo do sujeito "preciso" e da oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo "evocar o mar Mediterrâneo", que funciona como sujeito do verbo em questão, ou seja, o sujeito é determinado e aparente no formato da oração.

Gabarito1C, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação ao texto, julgue os itens seguintes.

(1) Na linha 22, o sinal de dois-pontos introduz uma explicação para a motivação materialista das viagens marítimas associadas às grandes descobertas dos séculos XV e XVI.

(2) Nos dois primeiros períodos do terceiro parágrafo, o autor reconhece o papel de Cristóvão Colombo na construção do conceito de modernidade que se concretiza com o domínio colonial: Colombo é incluído entre os "ideólogos da modernidade" (*l*.32).

(3) O adjetivo "dantesca" (*l*.32) é utilizado metaforicamente para designar algo assustador, uso que remete à visão que se tinha das viagens por mar na Antiguidade.

(4) O fragmento "apesar da longa ausência e dos usurpadores" (*l*.38) pode ser deslocado para o final do período sem prejuízo para a correção gramatical do trecho, desde que mantida a vírgula antes de "apesar" e omitida a vírgula logo após "usurpadores".

(5) O gênero textual predominante no texto consiste em tratado científico, conforme se conclui da presença de vocabulário especializado e de linguagem objetiva, literal e impessoal.

(6) Segundo o texto, a descoberta da América sobrepõe-se a quaisquer outras atividades exploratórias dos europeus realizadas até então.

1: Certo (Interpretação de texto/pontuação) O termo "materialista" é associado a "explicação, do período anterior, por intermédio do artigo "a", que funciona como elemento de coesão, deixando claro que o trecho se refere às causas das viagens. Os dois pontos introduzem um aposto da oração "a materialista não faltava nunca", e, como tal, explicita o sentido do termo "materialista", explicando e exemplificando (riquezas e conquistas).

2: Errado (Interpretação de texto) O ideólogo da modernidade é Dante, que explica antecipadamente as razões da viagem de Colombo. A confusão pode decorrer do uso do pronome "ele" ao início do segundo período do parágrafo, no entanto a construção textual posterior e o uso de conceitos e vocabulários não deixam margem para ambiguidade. Colombo é apenas exemplo prático da teorização de Dante, como se lê em "A visão dantesca de Ulisses é quase uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto, 34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo"

3: Errado (Interpretação de texto/vocabulário) Apesar de o termo "dantesco" ser popularmente usado e conhecido como sinônimo de horror (a caracterização do inferno, talvez a mais assustadora da literatura, proposta por Dante em "A Divina comédia" é a origem da associação de significado), no trecho em questão ele é usado como aquilo que é ideia desenvolvida pelo autor em seus escritos. Trata-se de outra referência textual clara que não diretamente "o Inferno", mas sim o personagem que remete ao viajante de Homero, Ulisses: "Já o Ulisses moderno de Dante se cansa desse lugar demasiado "seu" e deixa reino e família para embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação e sem volta."

4: Certo (Coesão/pontuação) O trecho "apesar da longa ausência e dos usurpadores" é uma locução adverbial de concessão e, devido à circunstância que expressa e sua relação com o conteúdo do período, deve vir isolada por vírgulas do restante da oração. Ao ser transposta para o fim do período, deve-se, portanto, manter a vírgula anterior, que isola a expressão, mas não se deve manter a final, uma vez que haveria dupla pontuação (,.)

5: Errado (Interpretação de texto/gênero textual) O gênero predominante é de opinião. Há traços de subjetividade e pessoalidade, como se vê pela presença do pronome de primeira pessoa no trecho "Bem antes que tentassem me convencer de que a data de nascimento da modernidade era um espirro cartesiano", e em geral o texto possui diversas marcas de argumentação literária, com referências históricas e textuais, referências usadas numa construção de argumentação bastante distante do discurso científico, na criação de hipóteses com embasamento especulativo apenas, sem qualquer demonstração empírica, como se nota pelo uso do verbo no futuro do pretérito no trecho "Nesse caso, Ulisses abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai) 52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no presente e mais em um futuro a ser inventado."

6: Certo (Interpretação de texto) A importância da descoberta da América é demonstrada em duas frentes: primeiro, na anterioridade dela como definidora da modernidade em relação às outras possibilidades. Segundo, por ser a representação máxima da busca do homem da descoberta de si mesmo longe do lugar seguro, como demonstrada na analogia do Ulisses de Dante. Além disso, pode-se ver resumida toda a importância da viagem de Colombo para o conceito de modernidade no trecho "viagem de Colombo acabou e continua sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado", uma vez que é colocada como metáfora das mudanças advindas da modernidade.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Os itens a seguir apresentam reescrita do trecho retirado do texto "Por outro lado, os vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios." (*l*.48-50). Julgue-os quanto à correção gramatical e à manutenção do sentido original do trecho.

(1) Por outro lado, os vícios e o valor almejados por Ulisses e seus companheiros podem ser o deles mesmos.

(2) Outrossim, os vícios e o valor determinados por Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

(3) Não obstante, os vícios e o valor que precederam Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

1: Errado (Concordância/coesão/pronome) Na construção do texto original, os vícios e o valor são os "seus próprios" (de Ulisses e seus companheiros). Na reescrita, o pronome que reformula o trecho final da frase aparece no singular, ou seja, refere-se apenas a um termo, não podendo ser referente de vícios e valor, como era no trecho original. A redação correta seria "Por outro lado, os vícios e o valor almejados por Ulisses e seus companheiros podem ser os deles mesmos."

2: Errado (Vocabulário/valor semântico) Primeiramente, o advérbio "outrossim" significa "do mesmo modo; igualmente" (Dicionário Houaiss), ou seja, exatamente oposto à ideia da expressão "por outro lado", o que tornaria a coesão entre o trecho estacado e o anterior incorreta. Em segundo lugar, Ulisses e seus companheiros partem em busca de vícios e valor. O termo "determinados" indica que esses vícios e valor foram previamente estipulados, ou ainda que são notórios. O trecho não nos deixa perceber isso, indicando apenas que são objeto de busca e não causa dela.

3: Errado (Vocabulário/valor semântico) Assim como no item anterior, o problema dessa reformulação reside primeiramente na substituição do termo "por outro lado". "Não obstante" é uma expressão de caráter concessivo, ou seja, é sinônimo de "apesar de" e não substitui

corretamente o original, que tem valor de adversativo. Há também um segundo problema na substituição de "atrás dos quais correm" por "precederam". O original coloca os vícios e o valor como objetivo da busca de Ulisses e seus companheiros, enquanto "preceder" coloca os vícios e o valor como anteriores.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Aryon Dall'Igna Rodrigues — **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. *In:* **Revista Ciência e Cultura**, ano 57, n.º 2, abril/maio/jun./2005, p. 35-6 —, julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Dados demográficos revelam a situação preocupante da maioria das línguas indígenas no Brasil. No plano mundial, tem-se considerado que qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas está ameaçada de extinção.

(2) Todas as línguas indígenas em terras brasileiras tem menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tikúna falada no alto Solimões apenas, ultrapassa os 30 mil. O aspecto mais grave é que muitas dessas línguas contam com menos de 1 mil falantes.

(3) A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é de 1992.

(4) Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. Presentemente, são faladas no Brasil 181 línguas indígenas.

(5) Esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, e é possível que nele estejam incluídas duas ou três línguas que deixaram de ser faladas nos últimos cinco anos.

1: Certo **(Colocação pronominal)** O item não apresenta qualquer problema de adequação gramatical. É possível que ocorra dúvidas com relação à colocação do pronome "se" em posição de ênclise do verbo "tem". No entanto, a forma não fere as regras de colocação (não há palavra atrativa que obrigue a próclise ao verbo tem, e, como este é antecedido de vírgula, a próclise em relação a ele é, de fato, incorreta), apesar de ser mais comum a forma proclítica ao verbo no particípio: tem se falado.
2: Errado **(Conjugação verbal/concordância)** O sujeito do verbo "tem" é "Todas as línguas indígenas em terras brasileiras" e seu núcleo é o substantivo no plural "línguas". O verbo deveria, portanto, ser conjugado na 3ª pessoa do plural, u seja, "têm"
3: Certo **(Coesão)** Apesar de não haver erros gramaticais no item, a construção de orações intercaladas torna o entendimento do trecho mais sujeito a confusões, uma vez que são apresentadas duas datas. Pode-se confundir que o dado "antes da colonização desta parte da América do Sul, como sendo de 1992. No entanto, o trecho entre vírgulas é um aposto de "há 500 anos" e a construção gramatical está correta.
4: Certo **(Coesão)** O termo "atual" se liga a "território" e designa a limitação do espaço de que se fala. No entanto, por se tratar de um texto com referências cronológicas, um leitor desatento pode confundir o termo como relacionado ao número de línguas de antigamente (1,2 mil) e ler incoerentemente a informação de que no presente há apenas 181 línguas indígenas. Não há qualquer erro gramatical, mas o trecho poderia ser escrito de maneira mais clara.
5: Certo **(Conjugação verbal)** O verbo "incluir" admite dupla forma do particípio – incluso e incluído. Em geral, o particípio regular é usado na voz ativa, com os verbos auxiliar "ter" e "haver" e a forma irregular com "ser" e "estar" como auxiliares. No entanto, atualmente, a forma "incluso" é usada somente quando a forma cumprir função de adjetivo e não deve ser usadas em locuções verbais. Portanto, o trecho está de acordo com a norma.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

1 Axé, afoxé e babalorixá são termos bastante comuns
na fala dos brasileiros. Eles foram incorporados à nossa cultura
pelo candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de
4 Roger Bastide e Pierre Verger. Mas outra forma de candomblé
vem experimentando expansão e popularidade desde o final da
década de 80 do século XX: a da nação angola ou,
7 simplesmente, o candomblé angola. Valorizada pelo ativismo
dos movimentos negros e reforçada por iniciativas como a
criação de um curso de língua quicongo na Universidade da
10 Bahia, essa vertente passou a ganhar atenção e estudos. E isso
dentro de um contexto de resgate do papel do povo banto na
construção da afro-brasilidade.
13 A sequência de eventos que vai do primeiro
desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da
colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou
16 a precedência dos africanos bantos na formação da civilização
brasileira. Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás,
voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo
19 da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos
(nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também
os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil.

Nei Lopes. **Novidade ou tradição? Subestimado por etnólogos como Verger, o candomblé angola emerge e se expande pelo Brasil.** *In:* **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n.º 62, nov./2010, p. 38 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) De acordo com o autor do texto, as tradições religiosas de origem banto foram negligenciadas por estudiosos no Brasil, argumento que justifica o emprego de "resgate" (*l*.11).

(2) As palavras de origem africana empregadas ao longo do texto são conhecidas do leitor brasileiro; por isso, prescinde-se do uso de aspas ou recursos explicativos.

(3) Em "à nossa cultura" (*l*.2), é facultativo o uso do acento grave, o que permite sua omissão sem que ocorra erro gramatical.

(4) Em "a da nação angola" (*l*.6), o pronome "a" retoma o elemento "forma de candomblé" (*l*.4).

(5) O texto indica que a religião banto está presente no Brasil desde o início da colonização portuguesa.

(6) Infere-se da leitura do texto que Roger Bastide e Pierre Verger eram estudiosos das práticas religiosas de origem africana.

1: Certo **(Interpretação de texto)** Segundo o texto foi o candomblé de origem nagô o estudado por teóricos e que apresenta maior relevância no vocabulário brasileiro. É apenas a partir da década de oitenta do século XX que o banto recebe atenção. O termo resgate se deve ao fato de a atenção se iniciar no referido período, mas a presença dessa vertente na formação da cultura brasileira é até mesmo anterior a do nagô, como se lê em "Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás, voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo 19 da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil."

2: Errado **(Vocabulário/pontuação)** Apesar de não serem termos usuais de algumas parcelas da população, o texto se insere em um contexto de estudo da africanidade e candomblé em que os termos referentes ao candomblé nagô são comuns, como argumenta o texto. Trata-se, portanto, de termos inseridos no contexto de maneira natural, não representando estrangeirismos, estranhezas ou sentidos figurados. Explicá-los seria prejudicial à própria argumentação do autor, de que o candomblé nagô é mais bem representado. É por isso que os termos advindos da cultura banto são explicados entre parênteses, a saber, "os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também os objetos que as contêm)" já que é uma cultura em resgate e ainda não totalmente inserida no cotidiano linguístico de que se fala.

3: Certo **(Crase)** A regência do adjetivo "incorporado" exige o uso da preposição "a" para introduzir seu complemento. O termo que funciona como complemento é feminino, "cultura" e admite o uso do artigo feminino para acompanhá-lo, o que resultaria na forma craseada "à". No entanto, o substantivo "cultura" vem determinado pelo pronome possessivo "nossa" e já é por ele determinado, o que torna facultativo o uso do artigo. Caso a escolha fosse pelo não uso do artigo, teríamos a forma "incorporados a nossa cultura", uma vez que permanece a preposição da regência de incorporados, mas se optou pela ausência do artigo.

4: Certo **(Coesão)** O artigo "a" com valor de pronome demonstrativo (há caráter de pronome demonstrativo atribuído ao artigo, e há divergências entre os teóricos quanto à classificação do termo. Esse comentário segue a análise de BECHARA, 2006, em que o artigo recebe valor de pronome demonstrativo), usado na expressão "a da nação angola" é um elemento de coesão que retoma o termo anterior e evita a repetição, criando relação entre as partes do texto e tornando a leitura mais clara e objetiva. Por se tratar de uma forma feminina singular, remete corretamente ao substantivo "forma", relação facilmente percebida pelo contexto do trecho.

5: Certo **(Interpretação de texto)** De acordo com o texto, a necessidade do resgate cultural é justamente devido ao grande papel que a cultura banto tem na formação da cultura brasileira desde o início. Apesar de não aprofundar os fatos, o texto diz: "A sequência de eventos que vai do primeiro desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou a precedência dos africanos bantos na formação da civilização brasileira.", ou seja, os bantos precedem os nagôs, apesar de não haver datação no texto da presença dos últimos na cultura brasileira.

6: Certo **(Interpretação de texto)** É possível inferir que se trata de estudiosos uma vez que o texto diz que ambos publicaram trabalhos em que o candomblé nagô de que derivam os termos que iniciam o texto é ratificado justamente por estarem presentes nesses trabalhos, como se lê no trecho "candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de Roger Bastide e Pierre Verger."

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C

Texto para as duas questões seguintes.

1 A Convenção para a Proteção e a Promoção da
Diversidade das Expressões Culturais lida com campos
temáticos específicos mencionados na Declaração Universal da
4 UNESCO para a Diversidade Cultural. São documentos cuja
existência aponta para a necessidade de se reconhecer que os
bens e os serviços culturais comunicam identidades, valores e
7 significados e, por isso, não podem ser considerados meras
mercadorias ou bens de consumo quaisquer. Por sua vez,
também os Estados precisam tomar todas as medidas
10 apropriadas para proteger e promover a diversidade das
expressões culturais, garantindo o livre fluxo de ideias e obras.
Finalmente, é necessário redefinir a noção de cooperação
13 internacional, elemento central da Convenção, na medida em
que cada forma de criação traz em si as sementes de um
diálogo contínuo.
16 A Convenção lida com muitas formas de expressão
cultural que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e
sociedades, enquanto comunicam conteúdos culturais com
19 sentido simbólico, bem como valores artísticos e culturais que

se originam de identidades culturais ou as expressam. As
expressões culturais — qualquer que seja o meio ou a
22 tecnologia usada — são transmitidas pelas atividades, pelos
bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela
Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural).
25 Por esse motivo, tais bens e serviços não podem ser tratados
como objetos de negociações comerciais.
Ao enfocar a proteção e a promoção da diversidade
28 das expressões culturais, a Convenção reconhece que, em um
mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem
direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade
31 de expressões culturais, tanto as do seu país quanto as de
outros. Entretanto, esse potencial ainda não se materializou
totalmente no atual contexto global.

Revista Ciência e Cultura. Ano 57, n.º 2, abr-maio-jun/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto, julgue os itens subsecutivos.

(1) Os bens culturais são apresentados como sendo de livre acesso a todos, o que não significa que eles sejam sempre gratuitos.

(2) É correto concluir da leitura do texto que a globalização é o principal elemento motivador da diversidade de bens culturais e da circulação desses bens nos países em desenvolvimento.

(3) O texto classifica-se como informativo, sendo o assunto nele tratado o programa de proteção e promoção da diversidade cultural imposto às nações em nível mundial.

1: Certo (Interpretação de texto) De acordo com o texto, bens culturais muitas vezes representam a união entre a representação econômica e a cultural. Ao mesmo tempo que não podem ser tratados como meros bens de consumo, devido ao seu caráter simbólico de valores culturais, possuem valor comercial. É justamente o papel da Convenção proteger o duplo aspecto dos bens culturais: "são transmitidas pelas atividades, pelos bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural)". Devido ao seu caráter cultural e levando em conta seu valor econômico, a Convenção procura garantir que esses bens sejam amplamente divulgados e disponíveis para todos aqueles que se interessarem em adquiri-los: "a Convenção reconhece que, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade de expressões culturais"

2: Errado (Interpretação de texto) A diversidade cultural representa diversas identidades localizadas e é papel de cada um dos Estados proteger e promover essas expressões, promovendo o diálogo internacional entre elas, ou seja, não há comunicação generalizada entre elas. Ao contrário do que propõe o item, essas expressões não atingiram divulgação universal, ou seja, as muitas expressões não são acessíveis a todas as pessoas, apesar de o mundo ser cada vez mais conectado.

3: Errado (Interpretação de texto) O caráter informativo do texto fica claro pela exposição do conteúdo e da função da Convenção em um suporte comunicativo que cumpre tal função, a saber, uma revista. No entanto, o texto não apresenta qualquer caráter impositivo da Convenção, mas sim indicativo. A sua função é orientar as nações nos meios de proteção e na promoção dos bens culturais sem qualquer regra explícita de obrigatoriedade, o que fica claro pelo último trecho do texto, que afirma que a intencionalidade dos objetivos da Convenção não atingiram caráter global. (O documento completo da convenção em português encontra-se no link http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf)

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens subsequentes, relativos às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

(1) A inserção de vírgula logo após "significados" (*l*.7) manteria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar suas relações de coesão.

(2) Em "resultam da" (*l*.17), o vocábulo "da", resultante da junção da preposição **de** com o artigo definido **a**, pode ser substituído por **na** sem que se altere o sentido original do texto.

(3) A expressão "enquanto" (*l*.18) tem valor concessivo, o que dá à oração por ela iniciada a função de exprimir sentido oposto ao expresso pela oração antecedente.

(4) A substituição de "enfocar" (*l*.27) por **exaltar** alteraria as informações veiculadas no texto, assim como suas relações semânticas e discursivas.

(5) A forma adjetiva "livre" (*l*.30) está empregada no singular para concordar com o elemento a que se liga: "cada indivíduo" (*l*.29).

(6) No último período do texto, "Entretanto" estabelece um contraste entre a promoção da diversidade de expressões culturais atual e o seu potencial ainda inexplorado.

(7) O pronome "cuja" (*l*.4) assume valor possessivo, motivo pelo qual poderia ser corretamente substituído por **de quem** ou **por dos quais**.

1: Certo (Coesão/pontuação) Em geral, não se usa vírgula quando termos são ligados pelo conectivo "e". Quando o "e" une orações coordenadas, que são orações sintaticamente independentes, mas com relação de sentido entre si, estabelece entre elas uma relação de adição; a segunda adiciona informações ao que diz a primeira. Apesar de não haver impedimentos gerais para seu uso junto ao "e", há dois casos em que se indica o uso da vírgula acompanhando a intermediação da conjunção aditiva. O primeiro, quando há intenção adversativa, ou seja, a segunda oração traz uma informação contrária à da primeira, por exemplo, "Maria usou ovos, farinha e leite de qualidade, e o bolo desandou". O uso da expressão enfática "por isso" nega que possa se fazer uso da vírgula com essa finalidade, já que expressa uma relação de similaridade entre as orações. O outro caso é quando as orações coordenadas possuem sujeitos diferentes, por exemplo, "Maria jogou bola com os meninos e fez vários gols", mesmo sujeito, Maria, jogou bola e fez gols, e "Maria jogou bola com os meninos, e João preferiu as bonecas", sujeitos diferentes, Maria jogou bola e João preferiu bonecas. Com o uso da vírgula no trecho sugerido, portanto, teríamos a alteração do referente do sujeito: no original o sujeito da segunda

oração são "os bens e os serviços culturais", o mesmo da oração do verbo "comunicam". Na reescrita, com o uso da vírgula, a repetição do sentido do sujeito anterior não fica clara, podendo causar ambiguidade com relação ao referente e impedir a identificação do sujeito da oração. Apesar de não ferir regras da norma culta da língua, o uso da vírgula não é recomendado, pois tornaria o trecho confuso.
2: Errado (Regência/preposição) A preposição funciona como conector entre termos do texto e estabelece entre eles uma relação de sentido. O verbo "resultar" admite duas possibilidades de complemento: aquele que é causa do resultado ou o que é o resultado em si. A preposição "de", no texto contraída ao artigo "a" (de+a=da) tem valor semântico de causa, ou seja, intermedia a relação do verbo com o causador do resultado: as expressões culturais são consequências da criatividade. Ao se substituir pela preposição "em", na forma contraída "na" (em+a=na), o valor semântico da preposição, e portanto da relação entre os termos, é de consequência: nesse caso a criatividade é que seria a consequência das diversas expressões culturais.
3: Errado (Conjunção) A conjunção tem função coesiva no texto, ou seja, intermedia relação de sentido entre duas orações, sendo a principal aquela a que se liga uma oração subordinada, que vem introduzida pela conjunção e funciona como termo sintático da primeira, estabelecendo, nos casos de orações adverbiais, entre elas um valor semântico. A conjunção "enquanto" no texto tem valor de "na qualidade de" e introduz uma oração subordinada que indica uma explicação da declaração da oração principal, ou seja, é exatamente porque comunicam conteúdos culturais com sentido simbólico que são expressão cultural. Esse uso da conjunção é, em geral, condenado pelos teóricos da gramática. As conjunções de valor concessivo introduzem orações subordinadas adverbiais que indicam um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. O item apresenta, portanto, para o conceito de concessão uma definição equivocada, já que define concessão como oposição. A ideia de oposição é transmitida pelas conjunções adversativas que, além da diferença de valor semântico, também compõem outra espécie de estrutura gramatical: as orações unidas por conjunções adversativas são sintaticamente independentes, ou seja, são coordenadas não tendo a introduzida pela conjunção sua ideia subordinada à estrutura de uma oração principal.
4: Certo (Vocabulário/valor semântico) "Enfocar" indica que a Convenção tem como função a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. A substituição pelo verbo "exaltar", alteraria a função da Convenção, para apenas a demonstração elevada de tais indícios e não a atuação sobre eles.
5: Errado (Concordância) O termo "livre" não pode ser lido independente, uma vez que sua morfologia está complementada em outro termo. "Livre" designa a maneira como cada indivíduo pode acessar a diversidade cultural, portanto, trata-se de um advérbio de modo, a saber, livremente. Para evitar a repetição e evitar cacofonias, ao se utilizar conjuntamente dois ou mais advérbios terminados pelo sufixo –mente, este deve aparecer apenas no último, sendo os anteriores grafados na sua forma de adjetivo. A estrutura textual não permite qualquer outro entendimento da expressão "livre e imediatamente" que não a de dois advérbios de modo adequados a regras de economia e plasticidade linguística. A referência do termo, portanto, não é o indivíduo, mas sim o verbo "acessar" e, como indicador de circunstância, função do advérbio, é invariável e não admite plural.
6: Errado (Interpretação de texto/conjunção) O valor semântico da conjunção "entretanto" é, de fato, adversativo, ou seja, de contraste. No entanto, há a inversão no item dos valores de cada uma das orações que a conjunção une. De acordo com o texto, o potencial inexplorado é justamente o de promoção da diversidade cultural que, como afirmado anteriormente no parágrafo, é de uma rica diversidade e, de fato, bastante explorada.
7: Errado (Pronome/coesão) Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação intermediada pela preposição "de". O termo substituído é aquele que "é de" algo. A ideia do trecho apresentado, se apresentada a oração subordinada independente da principal é de que "A existência dos documentos aponta para a necessidade(...)", ideia que cumpre corretamente com os objetivos do pronome em questão e as exigências da regência do substantivo "existência" com a preposição "de". A substituição pela expressão "de quem" acarreta em problemas já que, além de não cumprir com as exigências semânticas do trecho supracitado, também faz uso do pronome relativo "quem", que tem seu uso restrito a substituir termos na oração subordinada quando estes são pessoas (por exemplo: "o menino de quem gosto saiu", a oração principal "o menino saiu" possui intercalada uma oração subordinada adjetiva "de quem gosto", que restringe de que menino o enunciador fala, e, assim, ambas tem em comum o termo "menino", que aparece substituído pelo pronome relativo "quem" na oração subordinada). A segunda possibilidade de substituição, além de não cumprir com as exigências semânticas da relação que o cujo possibilita, também encontra problemas na escolha da preposição que intermedia a relação entre as orações. Ao se reescrever a oração subordinada independente da principal temos a forma acima citada "A existência dos documentos aponta para a necessidade". Ao se usar a preposição "por", o que fica subentendido é "A existência por documentos aponta para a necessidade", e não obedece às regras de regência do substantivo "existência".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando que funcionário de determinado ministério precise escrever ofício dirigido a funcionário que ocupa posição hierárquica superior à sua, julgue os itens que se seguem, no que concerne às características desse tipo de documento.

(1) É preciso que o funcionário identifique-se como autor do ofício, devendo, pois, informar seu nome e o cargo que ocupa logo abaixo do local reservado para sua assinatura.

(2) O trecho abaixo corresponde a fecho adequado para o documento que o funcionário deve escrever. Subscrevo-me cortês e atenciosamente.

(3) Caso o assunto já seja de conhecimento do destinatário, o funcionário pode redigir o ofício sem se preocupar em numerar os parágrafos ou em dar número de identificação ao documento.

1: Certo (Redação oficial) Como indica o padrão estabelecido pelo Manual de Redação Oficial da República: "**2.3. Identificação do Signatário:** Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura."
2: Errado (Redação oficial) Por ser quem escreve um funcionário de posição inferior, a forma correta seria "respeitosamente", segundo o Manual de Redação Oficial da República: "O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria n° 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente,"
3: Errado (Redação oficial) Como rege o Manual de Redação Oficial da República, apesar de não haver a necessidade de parágrafos no caso de documento de encaminhamento ("desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; Em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento."), caso eles existam, devem estar numerados: " Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos". Todo ofício deve se iniciar com as informações que o identificam: "**Partes do documento no** Padrão Ofício. O *aviso*, o *ofício* e

o *memorando* devem conter as seguintes partes: a) **tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede**: Exemplo: Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME"

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens seguintes, acerca de correspondências oficiais.

(1) Caso uma funcionária pública deseje comunicar ao setor de pessoal do órgão em que trabalha a necessidade de se ausentar para realizar tratamento médico, ela deverá redigir um aviso.

(2) Em um documento encaminhado por ministro a um bispo brasileiro, deve ser empregada a forma de tratamento Vossa Excelência Reverendíssima.

(3) A redação da correspondência oficial deve-se pautar pela correção gramatical e pelo uso de linguagem clara; por isso, palavras incomuns ou desconhecidas devem ser evitadas mesmo quando o redator tem bom domínio da língua portuguesa.

(4) O uso de forma de tratamento específica em determinado documento é definido por critérios ligados a questões de ordem hierárquica e à área de atuação do destinatário.

1: Errado (Redação oficial) De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência, a funcionário deveria redigir um ofício: "*Aviso* e *ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares."

2: Certo (Redação oficial) Acerca dos pronomes de tratamento para religiosos, lê-se no Manual de Redação Oficial da Presidência: "Os pronomes de tratamento para religiosos, de acordo com a hierarquia eclesiástica, são: *Vossa Santidade*, em comunicações dirigidas ao Papa. O vocativo correspondente é: Santíssimo Padre. *Vossa Eminência* ou *Vossa Eminência Reverendíssima*, em comunicações aos Cardeais. Corresponde-lhe o vocativo: Eminentíssimo Senhor Cardeal, ou Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal. V*ossa Excelência Reverendíssima* é usado em comunicações dirigidas a Arcebispos e Bispos; *Vossa Reverendíssima* ou *Vossa Senhoria Reverendíssima* para Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos. *Vossa Reverência* é empregado para sacerdotes, clérigos e demais religiosos."

3: Certo (Redação oficial) O item aborda diretamente o texto que define a Redação Oficial no Manual da Presidência, e descreve com outras palavras exatamente a sua definição. É interessante retomar o trecho: "A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência* (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão."

4: Certo (Redação oficial) O uso dos pronomes de tratamento obedece a tradição secular de dirigir-se a autoridades ressaltando um atributo em sinal de distinção e respeito à posição superior ocupada por alguém. Como explica Said Ali, no Manual de Redação Oficial da Presidência: ""Outro modo de tratamento indireto consistiu em fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente da pessoa de categoria superior, e não a ela própria. Assim aproximavam-se os vassalos de seu rei com o tratamento de *vossa mercê*, *vossa senhoria* (...); assim usou-se o tratamento ducal de *vossa excelência* e adotaram-se na hierarquia eclesiástica *vossa reverência*, *vossa paternidade*, *vossa eminência*, *vossa santidade."*

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

1 Medir a desigualdade de uma troca desigual e
avaliar até que ponto ela é determinante na forma como afeta
as condições de vida e as trajetórias das pessoas ou dos
4 grupos envolvidos não é tarefa fácil, sobretudo porque as
relações de poder não ocorrem isoladas, mas em cadeias, em
sequências ou em constelações. Em determinada situação de
7 exercício de poder, pode dar-se uma convergência entre elos
da cadeia de desigualdade tão diversos como raça, sexo,
classe, idade, nacionalidade, recursos educativos etc., e,
10 embora a situação seja quase sempre organizada e
enquadrada discursivamente pelo elo mais próximo ou por
aquele que funciona no modo de alta tensão, o elo mais
13 próximo pode não ser necessariamente o mais desigual ou o
mais determinante no conjunto de desigualdades que
constituem as trajetórias de vida e as oportunidades de uma
16 dada pessoa ou de um grupo social. Pela mesma razão,
aquilo que interacionalmente surge em determinação externa
de uma dada relação de poder é quase sempre uma
19 manifestação da mesma constelação de poder em um de seus
elos anteriores e mais remotos. É por isso que as pessoas
frequentemente aceitam como sendo troca igual aquilo que,
22 de fato, é uma troca desigual. É evidente que a máscara de
igualdade que o poder assume é uma ilusão, mas, por ser
necessária como ilusão, tem o seu "quê" de verdade.

Boaventura de Souza Santos. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 267 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens de 1 a 6, a respeito da organização das estruturas linguísticas no desenvolvimento do texto acima.

(1) O uso do singular em “não é tarefa fácil” (*l*.4) ressalta a ideia de que aquilo que poderia ser considerado duas tarefas isoladas, “Medir” (*l*.1) e “avaliar” (*l*.2), caso se optasse pelo uso da flexão de plural, **não são tarefas fáceis**, constitui, na verdade, uma integração de tarefas ou uma tarefa em duas partes.

(2) A preposição em “pelo elo” (*l*.11) é exigida pelo termo “organizada” (*l*.10); e a preposição em “por aquele” (*l*.11-12) é exigida por “enquadrada” (*l*.11); o que mostra o paralelismo que se estabelece entre as ideias de organizar e “Medir” (*l*.1), por um lado, e enquadrar e “avaliar” (*l*.2), por outro.

(3) Pela organização dos argumentos e das estruturas sintáticas, subentende-se, no desenvolvimento das ideias do texto, que a inserção do termo **do que outros** depois de “desigual” (*l*.13) ou de “determinante” (*l*.14) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(4) No contexto da argumentação desenvolvida, a palavra “trajetórias” (*l*.15) admite, sem prejuízo para a correção gramatical nem para a coerência textual, ser substituída pela palavra **escolhas**.

(5) O trecho “as trajetórias de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social” (*l*.15-16) admite ser considerado complemento da forma verbal “constituem” (*l*.15).

(6) O conector “por isso” (*l*.20) explicita uma relação lógica entre duas ideias do texto: as pessoas aceitarem como igual uma relação de desigualdade (efeito) e a máscara da igualdade ser uma ilusão (causa).

1: Certo **(Concordância)** O sujeito do verbo “é” é representado por duas orações, a primeira centrada no verbo “medir” e a segunda no verbo “avaliar”, que se relacionam por intermédio da conjunção “e”, que estabelece entre elas relação de coordenação aditiva. A regra de concordância geral indica que se há dois núcleos de sujeito para um mesmo verbo este deve concordar no plural. No entanto, permanece no singular o verbo que tem como sujeito duas ou mais orações coordenadas entre si, como é o caso mostrado no trecho. Fazer a concordância no plural é algo a ser evitado, a menos que seja explícita a intensão de que as ações demonstradas pelas orações subjetivas sejam absolutamente distintas.

2: Errado **(Regência)** Os termos “organizada” e “enquadrada” regem seus complementos agentes com a preposição por. Ambos os termos aparecem complementados pelas duas expressões subsequentes introduzidas corretamente por “pelo” (per+o) e por. Essa complementação de duplo valor só é possível se os termos regentes utilizarem a mesma preposição para intermédio semântico e procurarem a mesma complementação de sentido; tanto aquilo que organiza como o que enquadra são os mesmos. Não há qualquer evidência de que se forme um paralelismo entre os termos analisados e as ações iniciais, mas sim que há paralelismo entre eles mesmos, já que compartilham elementos gramaticais e de significado.

3: Errado **(Grau do adjetivo)** O adjetivo “desigual” aparece acompanhado de um artigo definido “o”, assim como acontece com o adjetivo “determinante”. Esse tipo de construção cria uma relação entre o elemento caracterizado dessa forma, a saber, o elo, de superlativo, que ressalta, com vantagem ou desvantagem, a relação de um ser em relação a um grupo de outros seres. Ou seja, trata-se de o elo mais desigual ou o mais determinante dentre todos os elos. O acréscimo sugerido pelo item é uma construção típica do grau comparativo do adjetivo, ou seja, de quando compara-se a qualidade de um ser com relação a um outro: um elo é mais desigual ou mais determinante do que outro. O acréscimo tornaria o trecho incoerente.

4: Certo **(Valor semântico)** A palavra “trajetória”significa “espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro” (Dicionário Houaiss). No texto, não se trata de uma trajetória física, de movimento, mas sim de uma metáfora para a sequência de experiências que formam a vida. Nesse contexto, o termo “escolhas” substitui corretamente, podendo assumir o mesmo valor semântico do termo anterior, uma vez que a sequência de experiências vividas são as escolhas que se fazem.

5: Certo **(Análise sintática)** Lê-se na oração completa “que constituem as trajetórias de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social.” O sujeito do verbo está representado pelo pronome relativo “que”, que substitui em significado o termo “desigualdades”. O verbo é transitivo direto, ou seja, exige complemento de sentido para que seja compreendido e se relaciona a esse complemento sem intermédio de preposição e seu objeto é duplo, ou seja, há dois substantivos que funcionam como núcleo e representam ideias distintas do que as desigualdades constituem: trajetórias e oportunidades. Trata-se uma construção simples, sujeito-verbo-objetos.

6: Errado **(Coesão/interpretação de texto)** O trecho “que as pessoas frequentemente aceitam como sendo troca igual aquilo que, de fato, é uma troca desigual” de fato designa o efeito daquilo que a expressão relaciona. No entanto, “a máscara da igualdade ser uma ilusão” não é a causa de tal efeito, mas sim uma conclusão que resume os elementos do texto como um todo. A causa de fato é a externalidade aparente das relações de poder, como se vê no trecho imediatamente anterior ao conector.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6E

1 Em geral, o chamado multiculturalismo apoia-se em
um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para
com a diversidade e a diferença. É particularmente
4 problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade.
Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar
a existência da diversidade possa servir de base para uma
7 pedagogia que coloque, no seu centro, a crítica política da
identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a
diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas,
10 cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou
fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição.
Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente
13 recomendada é de respeito e tolerância para com a
diversidade e a diferença. Mas será que as questões da
identidade e da diferença se esgotam nessa posição liberal?

Tomás Tadeu da Silva. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da organização do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O desenvolvimento das ideias no texto faz subentender uma relação explicativa entre o segundo e o terceiro períodos sintáticos, situados entre as linhas 3 e 8; por isso, ligá-los pela conjunção **porque**, fazendo-se os necessários ajustes na pontuação e nas letras maiúsculas, preservaria a correção e a coerência textual.

(2) No desenvolvimento das ideias do texto, o uso da forma verbal de indicativo “limita” (*l*.5) representa uma opção pela ideia de declaração, em contraste com a ideia de hipótese, que seria corretamente expressa pelo uso do modo subjuntivo: limite.

(3) Para manter o respeito ao padrão culto da língua portuguesa e preservar a correção gramatical do texto

e a coerência entre os argumentos, deve-se evitar o neologismo “essencializadas” (*l*.10), substituindo-o por **essenciais**.

(4) O uso da voz passiva nas duas orações do mesmo período, “São tomadas” (*l*.10) e “se deve tomar posição” (*l*.11), deixa subentender, como agente das duas ações, o “multiculturalismo” (*l*.1).

(5) Por finalizar a argumentação do parágrafo, a pergunta retórica, que não exige resposta, pois serve apenas de orientação para a organização e aceitação dos argumentos, admite a substituição do ponto de interrogação que a encerra, na linha 15, pelo sinal de ponto, sem prejudicar a correção nem a coerência da argumentação.

1: Certo **(Coesão)** Apesar da ausência de conjunção, as ideias do texto estão encadeadas de forma clara. É legítimo e coerente que períodos independentes estabeleçam relações de sentido de maneira direta, sem intermédio. O desenrolar da argumentação faz perceber que, logo após o fato, aparece sua justificativa. A presença da conjunção, dadas as adaptações de pontuação, mantém coerente o discurso e explicita a relação.
2: Certo **(Conjugação verbal)** O modo indicativo é usado ao se tratar de fatos e da realidade, enquanto o modo subjuntivo se caracteriza como detentor das ideias hipotéticas. A forma verbal “limita” traz ao texto força argumentativa, uma vez que trata os fatos como certezas explícitas e não possibilidades discursivas.
3: Errado **(Valor semântico/morfologia)** O neologismo é um recurso da língua que permite ao autor buscar mecanismos para a elaboração de um vocabulário próprio do tema quando este ainda não existe. A presença do sufixo de particípio em “essencializadas” atribui ao termo caráter passivo, ou seja, a diferença e a identidade sofreram o processo de serem transformadas em essências artificialmente. A substituição por “essenciais”, como sugerido pelo item, além de ter um significado distinto, retiraria do termo esse importante aspecto semântico-argumentativo.
4: Errado **(Voz passiva)** A forma verbal ‘são tomadas” tem como sujeito paciente oculto os termos “diferença” e “identidade”. Devido ao distanciamento textual, embora permitido pela semelhança semântica, é pouco provável que o agente da ação seja o multiculturalismo, especialmente porque no período anterior, em que são explicitados os sujeitos do verbo em questão é apresentada como alicerce da argumentação “a diversidade”, sendo o mais provável agente. É importante notar que a construção da voz passiva permite excluir do contexto o agente uma vez que privilegia o paciente. Já na segunda forma verbal, “se deve tomar”, o sujeito paciente é o termo posposto “posição” e, pela construção “diante dos quais”, fica evidente que o agente não é mais um conceito abstrato, mas sim os indivíduos, todos nós. O uso da voz passiva sintética privilegia o paciente, a ação a ser tomada, evita, assim, nomear aqueles que o devem fazer e torna genérica a figura do agente.
5: Errado **(Pontuação)** Uma pergunta retórica é uma interrogação que não tem o objetivo de obter uma informação ou uma resposta, mas sim provocar um efeito no destinatário do discurso, eventualmente ajudando na argumentação que está sendo feita. Apesar de não exigir resposta, nada exclui a necessidade de a pontuação indicar que trata-se de uma pergunta. Sem a pontuação a própria ideia da entonação retórica do texto está perdida.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E

1 Os indivíduos, evidentemente, não existem à
margem da sociedade. O próprio Robinson Crusoé, antes de
sobreviver isolado na sua ilha, precisou formar-se no
4 convívio organizado com outras pessoas: teve de se
socializar, aprendendo uma série de coisas imprescindíveis
à sua capacidade de subsistir, sozinho. O indivíduo, então,
7 como dizia Marx, é o ser social; ele é tão intrinsecamente
social que somente ao longo de sua história em sociedade é
que o homem, depois de muitos séculos, chegou a se
10 individualizar (já que, nas comunidades mais primitivas, os
indivíduos não contavam e existiam exclusivamente em
função da coletividade a que pertenciam). Essa compreensão
13 que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais
concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o
reconhecimento da necessidade de se associarem, mas cria
16 importantes exigências, novas, quanto ao caráter das
associações.

Leandro Konder. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 79-80 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) No que se refere ao uso das estruturas linguísticas na organização das ideias no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) O sinal indicativo de crase em “à margem” (*l*.1-2) indica que o sentido com que está empregado o verbo **existir** exige a preposição **a** na sua complementação.

(2) A relação entre a citação de que o “indivíduo, (...), é o ser social” (*l*.6-7) e as ideias do texto mostram que, de forma resumida, a argumentação trata da relação entre homem e sociedade, destacando os processos de individualização e de socialização ao longo da história.

(3) O fato de que “os indivíduos não contavam” (*l*.10-11) nas sociedades primitivas configura a razão pela qual a humanidade vivia em função da coletividade.

(4) Preservam-se a coerência e a correção gramatical do período ao se trocar de lugar os termos nas linhas de 12 a 14, iniciando-se assim o período sintático: Os indivíduos estão adquirindo essa compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco (...).

(5) O desenvolvimento dos argumentos permite a inserção da preposição **de** antes do trecho “que os indivíduos estão adquirindo” (*l*.13), sem se prejudicar a coerência nem a correção gramatical do texto.

(6) O uso de duas vírgulas demarcando o adjetivo “novas” (*l*.16), gramaticalmente opcional, sugere ênfase à qualidade da ideia expressa em **importantes exigências**.

1: Errado **(Crase)** O verbo existir tem como sujeito a expressão “os indivíduos”. Trata-se de um verbo intransitivo, ou seja, seu sentido está

completo em si só e não exige complemento algum. A locução "à margem da sociedade" traz à oração uma circunstância de lugar, é onde os indivíduos não existem. As expressões com essa função chamamos de adjunto adverbial de lugar. A locução, por ser centrada em uma palavra feminina, exige internamente a presença da crase: o "a" preposição com valor semântico de lugar se une ao "a" artigo feminino que acompanha o substantivo "margem"

2: Certo **(Interpretação de texto)** Durante todo o texto é possível notar, devido aos exemplos literários e históricos e referências teóricas, que o texto tem como tese a necessidade do ser humano de se associar, mesmo em tempos de exaltação do indivíduo. O trecho "O indivíduo, então, como dizia Marx, é o ser social" vem acompanhado de uma expressão enfática, "então", que explicita a ideia de Marx como a central do texto.

3: Errado **(Interpretação de texto)** Todo o trecho entre parênteses, tanto o fato de os indivíduos não contarem, como da existência ser exclusivamente em função da coletividade (fatos unidos em relação de coordenação pela conjunção aditiva "e") vem introduzido pela conjunção "já que", que o une ao anterior indicando a causa do que foi primeiro dito, ou seja, todo o trecho entre parênteses é causa de a individualização só ocorrer depois de muitos séculos da história da humanidade.

4: Errado **(Coerência/coesão)** A redação do trecho apresenta duas orações em relação de subordinação, sendo a oração principal "Essa compreensão não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" que tem como subordinada adjetiva intercalada a oração "que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco", que funciona como qualificadora do termo "compreensão". A redação proposta pelo item exclui a relação de coesão entre as orações, feita pelo pronome relativo "que" e transforma a subordinada em oração principal, o que tornaria incoerente a leitura do trecho que se segue e que originalmente tinha a função de principal, já que fica sem referente de sujeito. Teríamos: "Os indivíduos estão adquirindo essa compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem

5: Errado **(Regência)** Como visto no item anterior, o trecho "Essa compreensão que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" é constituído por uma oração principal e uma subordinada adjetiva. A relação entre as orações é feita pelo pronome relativo "que", que cumpre duas funções: a de ligar as orações e a de substituir o termo de que a oração subordinada fala nela mesma, uma vez que ele é referenciado apenas na oração principal. No caso, o termo de que trata a subordinada é "compreensão" e o pronome relativo admite a função sintática que o termo teria na oração subordinada. Se desmembrarmos as orações, teríamos: "Essa compreensão não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" e "os indivíduos estão adquirindo compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco", Na oração isolada, vemos que o termo "compreensão" cumpre função sintática de objeto direto do verbo "adquirir" e, como tal, não vem acompanhado de preposição. Como no trecho combinado o "que" assume o papel de objeto direto, seria incorreto pela regência do verbo que viesse acompanhado de preposição.

6: Certo **(Pontuação)** O adjetivo "novas" é qualificador do termo "exigências". Pela construção natural do texto, o adjetivo deveria aparecer antes do substantivo, juntamente com o outro qualificador "importantes". O deslocamento da posição esperada do adjetivo exige seu isolamento por vírgulas, para desfazer qualquer possível má interpretação resultante dessa irregularidade da distribuição dos adjetivos para um mesmo nome. O efeito desse isolamento é que o termo ganha destaque, já que exige do leitor uma pausa mental para seu entendimento. O fato de as exigências serem novas é, de fato, o foco central da argumentação do texto e justifica esse isolamento de ênfase.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6C

1 Os primeiros anos do século XIX assistiram à
consumação de um processo iniciado dois séculos antes, de
reestruturação das instituições políticas a partir do conceito,
4 cada vez mais central, de cidadania. Nesse processo, toda a
concepção de mundo que legitimava a velha ordem, fundada
na subordinação dos indivíduos e seus interesses ao conjunto
7 da sociedade, na desigualdade e na hierarquia, foi sendo
substituída pela visão individualista, pela ideia fundamental
de os indivíduos serem livres e iguais em direitos.
10 Concomitantemente, a ideia de a ordem social ser dada,
preexistindo aos seus integrantes, destituídos de poder sobre
seus fundamentos, foi sendo substituída pela imagem do
13 contrato social. A sociedade surge por decisão consciente
dos contratantes, interessados em escapar dos inconvenientes
do isolamento.

Roberto Freire, Vilma Figueiredo e Caetano E. P. de Araújo. **Contemporâneos do futuro**. Brasília: EdUnB, 1997, p. 50 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da organização das ideias do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Representa uma reescrita gramaticalmente correta do primeiro período sintático do texto o seguinte: No início do século XIX, as pessoas participaram do processo de reestruturação das instituições políticas, que tinha como foco a noção de cidadania.

(2) Para que o texto utilize linguagem mais clara e adequada ao tipo argumentativo, deve ser explicitado o sujeito da estrutura sintático-semântica da primeira oração, inserindo, por exemplo, **as pessoas** antes de "assistiram" (*l.*1).

(3) Na linha 6, a inserção da preposição **de** antes de "seus interesses" preservaria a correção gramatical e a coerência do texto, além de ressaltar que se trata de elemento coordenado com "dos indivíduos" e não com "subordinação".

(4) No desenvolvimento da argumentação, a ideia de "velha ordem" (*l.*5) opõe-se a "visão individualista" (*l.*8).

(5) A retirada do gerúndio em "foi sendo" (*l*.7) preservaria a correção gramatical do texto, mas deixaria de ressaltar a ideia de processo gradativo da ação e enfraqueceria a relação entre os argumentos.

(6) Na linha 9, não se usa a contração da preposição "de" com o artigo, formando **dos**, porque o termo "os indivíduos" tem a função de sujeito sintático.

(7) Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual, na linha 9, ao se usar o infinitivo não flexionado em lugar de "serem", já que a estrutura sintática deixa clara a referência a "indivíduos".

(8) O uso do termo "Concomitantemente" (*l*.10) ressalta a ideia de que a "imagem do contrato social" (*l*.12-13) deve ser considerada equivalente a "visão individualista" (*l*.8), no que se refere ao valor semântico e argumentativo das duas expressões no texto.

1: Certo **(Interpretação de texto)** A reescrita retoma os elementos principais do texto clara e corretamente no aspecto gramatical, portanto cumpre com as exigências do enunciado. No entanto, essa reformulação não mantém o foco, designado pela personificação do início do século XIX como observador de fatos generalizados, indicado pelo texto de que a transformação possui uma datação histórica que remete a fatos anteriores e que vinha acontecendo paulatinamente, e não feita por indivíduos declarados com uma determinada intenção, a cidadania, como deixa entender a reformulação.

2: Errado **(Valor semântico/análise sintática)** Como indicado no item anterior, o sujeito do verbo assistiram é a expressão "Os primeiros anos do século XIX", personificados com a intenção argumentativa de revelar a importância do período e da passagem do tempo no processo de transformação. Caso o sujeito fosse "as pessoas" o foco seria alterado dos fatos em si e de seus posicionamentos históricos para a generalização sem nome e sem ação propriamente dita.

3: Certo **(Regência/coesão)** O substantivo "subordinação" rege complementos com a preposição "a", indicando a que se subordina, e com a preposição "de", o que se subordina. Essa relação está corretamente indicada pela introdução com "dos" (de+os) no trecho "dos indivíduos e seus interesses" e "ao" (a+o) em "ao conjunto da sociedade". No primeiro caso há dois complementos regidos pela mesma preposição (indivíduos e interesses) e a supressão dela não resulta em prejuízo gramatical, principalmente pela presença do pronome possessivo que designa os interesses como aqueles que são dos indivíduos. No entanto, é possível e correto que a preposição seja duplicada e apareça introduzindo cada um dos complementos do substantivo "subordinação". Apesar de desnecessário, esse excesso facilita a leitura do paralelismo entre os dois complemento.

4: Certo **(Interpretação de texto)** Se retiradas as orações intercaladas que explicam a velha ordem, temos como resultado "Nesse processo, toda a concepção de mundo que legitimava a velha ordem foi sendo substituída pela visão individualista". Essa leitura torna mais clara a visão de que houve um processo de transformação, de troca de uma velha ordem por algo diferente e novo. Ao se ler as definições da velha ordem, notamos que se trata de uma ordem em que a sociedade tem maior valor do que o indivíduo, notamos que não são apenas diferentes, mas opostas. Todo o texto se dirige neste sentido: demonstrar que a mudança, apesar de paulatina, foi drástica.

5: Certo **(Interpretação de texto)** Como indicado nos itens anteriores, já desde o início do texto fica claro que as mudanças ocorreram ao longo do tempo. A ideia do gerúndio é justamente de demonstrar um processo em andamento, no caso, no passado e ao longo dos séculos. Retirá-lo causa no texto uma mudança semelhante à do item 1.

6: Certo **(Análise sintática/preposição)** Diz a norma culta da língua que o sujeito tem função hierarquicamente superior e os outros termos do discurso quese organizam em torno dele. Se a preposição fosse unida ao determinante do núcleo do sujeito essa relação seria invertida e o sujeito seria visto primeiramente como parte de um trecho anterior e não como um termo essencial. No trecho, o sujeito do verbo "serem" é "os indivíduos". A oração completa é subordinada substantiva completiva nominal do termo "ideia". Para que fique clara a função dessa ligação geral e a função de cada termo da oração, não se deve contrair preposição e artigo.

7: Errado **(Conjugação verbal)** O uso do infinitivo flexionado se faz obrigatório em casos em que o sujeito léxico está expresso. O sujeito do verbo, como analisado no item anterior é "os indivíduos", sintagma da 3ª pessoa do plural, que aparece logo à frente do verbo, obrigando a sua flexão em concordância.

8: Errado **(Vocabulário)** O termo "concomitantemente" é sinônimo de "simultaneamente", ou seja, indica que ao mesmo tempo em que a visão coletiva foi substituída pela individualista, a visão social pré-determinada foi substituída pela construída pelos indivíduos. "Concomitantemente" não possui valor de equivalência de sentido, mas sim apenas temporal.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E

1 Os grandes centros urbanos sempre foram
considerados os maiores vilões das relações interpessoais.
Mas agora há uma corrente de pensadores que sustenta o
4 oposto. Liderados pelo psicólogo norte-americano John
Cacioppo, um grupo de acadêmicos tem defendido que
metrópoles do porte de Nova Iorque, Tóquio e São Paulo
7 não contribuem para o distanciamento de seus moradores.
Pelo contrário, estimulam a vida em sociedade graças à sua
efervescência. Segundo Cacioppo, assim como a fome, a
10 solidão é um tipo de alarme, que soa sempre que a coesão do
grupo se torna necessária. "Nossos ancestrais reuniam-se
para se defender de ataques de predadores", diz o
13 pesquisador. "Hoje, nos estressamos por razões diferentes e
precisamos dos outros por motivos distintos, como para
organizar nossa rotina, para prosperar ou mesmo
16 sobreviver". Viver só não significa estar condenado à
solidão. O saudável é equilibrar os momentos de isolamento
e reclusão com os de interação com a família e amigos.
19 Assim, é possível ser feliz sozinho.

Istoé. 28/10/2009 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A argumentação desenvolvida no texto mostra, resumidamente, como os grandes centros urbanos, antes considerados "vilões das relações interpessoais" (*l*.2), contribuem para minimizar a sensação de solidão nas grandes metrópoles.

(2) Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência textual se, em lugar da flexão de plural em "Liderados" (*l*.4), fosse usada a flexão de singular.

(3) Por meio do conectivo "assim como" (*l*.9), o texto estabelece uma comparação entre a vida efervescente em sociedade e os estados de fome e solidão.

(4) O desenvolvimento das ideias do texto permite que se considere o termo "sua efervescência" (*l*.8-9) de maneira generalizada; nesse caso, a ausência do sinal indicativo de crase em "à" (*l*.8) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(5) Apesar de seu caráter predominantemente argumentativo, o texto apresenta trechos descritivos na reprodução das falas de Cacioppo, nas linhas 11-12 e 13-16.

(6) Na linha 16, o deslocamento de "só" para depois de "significa" preservaria a correção gramatical do texto e a coerência entre as ideias, apesar de deslocar a ênfase para "estar condenado" (*l*.16).

1: Certo **(Interpretação de texto)** O texto apresenta a teoria defendida pelo estudioso Cacioppo, que centra-se exatamente em desmistificar a ideia de que as grandes metrópoles geram solidão. O ponto central da argumentação está na expressão "(as metrópoles) estimulam a vida em sociedade graças à sua efervescência".

2: Certo **(Concordância)** O termo "liderados" qualifica "acadêmicos" e, assim, concorda com ele no plural. Podemos notar que o próprio termo "acadêmicos" é o núcleo de uma locução adjetiva, "de acadêmicos", que restringe o sentido do termo "grupo", que funciona como núcleo do sujeito da oração. Trata-se de um caso especial de concordância, pois o núcleo sintático é o termo no singular, mas ele apenas indica que se trata de uma determinada quantidade de acadêmicos, que é de fato o núcleo semântico, ou seja, é nele que reside o significado do enunciado. Esse caso admite dupla regência, podendo, portanto, "liderados" concordar no plural com "acadêmicos", como no original, levando em conta o caráter semântico, ou concordar no singular, "liderado", com "um grupo", privilegiando o caráter sintático.

3: Errado **(Conjunção/coesão)** A conjunção de fato estabelece uma relação comparativa, no entanto, a comparação é feita entre os termos "fome" e "solidão", ambos funcionam da mesma forma, como um alarme. O próprio fato de ambos os termos comparados estarem no mesmo período facilita o entendimento.

4: Certo **(Crase)** A efervescência é característica das grandes metrópoles e, apesar de aparecer no singular, se refere a mais de uma cidade. O sinal da crase indica que existe a união da preposição "a", exigida pela regência de "graças" em uma expressão fixa, "graças a", e o artigo feminino singular "a" que antecede o substantivo "efervescência", que determina o termo como específico dentre um grupo. Por se tratar de um termo que possui referente genérico, a determinação feita pelo artigo é não só dispensável como recomendável.

5: Errado **(Interpretação de texto/gênero textual)** A fala do pesquisador é tão argumentativa quanto o resto do texto. É usada, inclusive, como um argumento de autoridade em que um especialista, por meio da comparação histórica, defende seu estudo. Até mesmo a própria descrição no texto de opinião tem papel argumentativo, uma vez que serve de embasamento para o ponto de vista.

6: Errado **(Coesão)** O termo só no contexto constitui um caso de alteração de significado em função da posição. Na posição original tem acepção de "sozinho", "em solidão", ou seja, é a maneira como se vive. Se colocado após o não, passa a significar, na composição da expressão "não só", que o texto proporá uma dição de ideias ao que é "viver sozinho". Há ainda a possibilidade de significado proposta pelo item, em que o deslocamento é feito para após o verbo "significa", em que assume o significado de "somente", ou seja, o significado de "viver sozinho" vai além do que é proposto logo após o verbo.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

1 A luta pela recuperação do ser humano como sujeito
pressupõe uma diferença entre os conceitos de "ser humano"
e "sujeito". Se não estabelecemos claramente essa diferença,
4 podemos cair no equívoco de criticar a situação vigente com
base na ideia de que sistemas de dominação objetivam o ser
humano. Essa crítica pressupõe a possibilidade de uma
7 relação não objetivante no interior de um sistema ou de uma
instituição. Ora, sistemas ou instituições funcionam porque
as pessoas que fazem parte deles cumprem papéis sociais que
10 são esperados delas. Em outras palavras, não é possível que
instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação
de seres humanos, ou sem que a própria dinâmica do sistema
13 ou da instituição determine ou delimite os papéis a serem
vividos pelas pessoas que fazem parte delas. O problema não
consiste em determinação ou objetivação inevitáveis em todo
16 o sistema, mas sim na redução do ser humano a determinados
papéis. Redução que nega outras potencialidades do ser
humano.

Jung Mo Sung. **Para além do sistema.** *In:* **Educação e Psicologia**. Editora Segmento, vol. 1, p. 56 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens subsequentes, a respeito da organização das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A conjunção "Se" (*l*.3) introduz uma condição — estabelecer claramente essa diferença — que evita uma crítica equivocada em torno de qual seja o objeto de trabalho dos sistemas de dominação.

(2) Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre as relações semânticas do texto ao se usar, em lugar do verbo "objetivam" (*l*.5), uma expressão que dê ênfase à oração: têm por objetivo.

(3) Preservam-se as relações de sentido entre as ideias do texto com o uso da expressão **Ademais** em lugar de "Em outras palavras" (*l*.10).

(4) O uso do modo verbal em "funcionem" (*l*.11) ressalta a ideia de possibilidade ou probabilidade, em oposição à de existência ou constatação, que seria corretamente expressa no texto pelo modo indicativo: instituições funcionam.

(5) Preservam-se a coerência textual, a clareza de ideias e a correção gramatical ao se substituir o termo "delas" (*l*.14) por **deles**, uma vez que seu antecedente também pode ser "seres humanos" (*l*.12).

(6) O uso da preposição **em**, nos termos "em determinação" (*l*.15) e "na redução" (*l*.16), é exigido pela acepção com que o verbo **consistir** está empregado no texto.

(7) Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre os argumentos, além de tornarem-se explícitas as relações de coesão entre os termos do texto, ao se inserir, na linha 17, o pronome **esta** depois de "Redução".

1: Certo **(Interpretação de texto)** A condição estabelecida pela conjunção não é de evitar o equívoco em torno de qual é o objeto que recebe a ação, e sim do próprio ato de objetivação. Ao não se seguir a condição, estabelecer claramente a diferença entre sujeito e ser humano, pode-se vir a pensar que sistemas de dominação podem ou não ser objetivantes, quando na verdade, de acordo com a argumentação do texto, sempre o são, ou seja, seu trabalho é sempre de fazer com que "as pessoas que fazem parte deles cumprem papéis sociais que são esperados delas". É necessário análise minuciosa do enunciado do item no que concerne a expressão "objeto de trabalho", que, pelo contexto filosófico em que se insere, pode ser entendido tanto como o conceito como o indivíduo.
2: Errado **(Coerência/vocabulário)** O termo central do texto é objetivar e seus derivados. Trata-se de um termo de base filosófica e que define o sujeito em suas relações de poder. Objetivar assume significados intrínsecos ao discurso e não pode ser substituído por termos semelhantes que não carregam o mesmo valor crítico. "Objetivar" não se trata apenas de uma construção de ênfase, mas sim do cerne da discussão do texto.
3: Errado **(Coesão)** O termo "ademais" significa "além disso, além do mais" (Dicionário Houaiss) e carrega consigo a ideia de que será adicionada uma nova e inédita ideia à previamente apresentada. A expressão "em outras palavras" relaciona as partes do texto como enfática de uma explicação de algo que já foi dito e que será reapresentado de maneira diferente.
4: Errado **(Conjugação verbal)** A forma verbal "funcionem" é núcleo da oração subordinada com função de sujeito "que instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação de seres humanos", que funciona como sujeito do verbo da oração principal "não é possível". Esse modelo de período composto e o uso do termo "possível" como caracterizador das informações da oração subordinada exigem a forma do verbo no subjuntivo, indicando uma hipótese. O uso do indicativo tornaria o trecho incoerente, uma vez que o conceito de possibilidade é de algo que ainda não é concreto.
5: Errado **(Coesão)** A contração da preposição com o pronome (de+elas) funciona como elemento coesivo do texto, retomando um termo anterior e evitando a repetição. Por se tratar de um pronome feminino plural, o único termo a que o pronome pode se referir é "instituições". Nota-se que o termo aparece relativamente distante no trecho, mas cumpre com as regras de concordância, coesão e sentido textual ("Em outras palavras, não é possível que instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação de seres humanos, ou sem que a própria dinâmica do sistema ou da instituição determine ou delimite os papéis a serem vividos pelas pessoas que fazem parte delas."). Não há margem de interpretação para que qualquer outro termo seja o referente, uma vez que o fato de as pessoas fazerem parte das instituições é um dos elementos principais da argumentação do texto.
6: Certo **(Regência)** A regência do verbo "consistir" na acepção usada no texto, a saber, "fundamentar-se, resumir-se em (algo)" (Dicionário Houaiss), é de que seus complementos devem ser introduzidos pela preposição "em". No trecho, o verbo possui dois objetos: "O problema não consiste em determinação ou objetivação inevitáveis em todo o sistema, mas sim na redução do ser humano a determinados papéis", o primeiro, composto de dois núcleos, negativo e o segundo afirmativo, ambos corretamente regidos.
7: Certo **(Coesão/pronome)** O pronome demonstrativo cumpre papel de elemento de coesão relacionando trechos do texto em retomadas explícitas ou substituições. No trecho original, a ausência do pronome não causa prejuízo ao entendimento, já que o termo retomado é repetido sem ferir as regras da norma culta. Na reescrita proposta, "mas sim na redução do ser humano a determinados papéis. Redução esta que nega outras potencialidades do ser humano", o pronome explicita a relação que já havia sido indicada pela repetição.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C, 7C

1 As relações sociais institucionalizadas pela
participação do homem nas diversas comunidades da
contemporaneidade não degradam ou deformam a
4 consciência individual, porém interagem e pressionam o
nível e o caráter da sua socialização, o que conserva, para
sua sobrevivência, o potencial individual do eu dentro dos
7 fatos, deveres, direitos, níveis de conhecimento e da ética,
sempre em correspondência com as características das
sociedades, em um processo de interação estabelecido pelas
10 condições concretas de tempo, espaço, desenvolvimento
sociocultural e posturas políticas dos envolvidos nele.

Juan F. S. Mederos. **Essência, possibilidades e projeções da comunicação política na sociedade.** *In:* **Polifonia**. Mato Grosso: FAPEMAT, n.º 11, 2005-2006, p. 92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens a seguir, a respeito da organização do texto acima.

(1) A argumentação desenvolvida no texto centra-se na ideia de que a identidade individual do homem encontra-se em constante interação com as identidades coletivas no seio da sociedade.

(2) Depreende-se, a partir das ideias desenvolvidas no texto, que as "relações sociais institucionalizadas" (*l*.1) contribuem para a manutenção do *status* da individualidade, uma vez que são vitais para o indivíduo.

(3) A preposição **por**, usada em "pela participação do homem" (*l*.1-2), tem a função de introduzir um agente para a institucionalização das "relações sociais" (*l*.1).

(4) Por fazer parte de uma estrutura sintática negativa, a conjunção "ou", em "não degradam ou deformam" (*l*.3), equivale semanticamente a **nem**.

(5) Nas relações de coesão textual, o vocábulo "nele" (*l*.11) retoma, como antecedente, "desenvolvimento" (*l*.10).

1: Certo **(Interpretação de texto)** A informação do item resume genericamente a argumentação do texto: a formação da individualidade em meio à coletividade, como demonstra o trecho "não degradam ou deformam a consciência individual, porém interagem e pressionam o nível e o caráter da sua socialização"

2: Certo **(Interpretação de texto)** "As relações institucionalizadas" é a primeira informação do texto, ou seja, tem posição de privilégio na conceituação que o autor pretende criar. Além da posição de destaque, funciona essencialmente como sujeito das ações do texto e é, portanto, a medida teórica da formação do indivíduo e de suas relações sociais.

3: Certo **(Preposição)** As relações são caracterizadas como "institucionalizadas", termo de formação do particípio que indica tratar-se de algo que sofreu o processo de se transformar no que. É possível atribuir no texto a realização de tal processo ao agente "participação do homem nas diversas comunidades da contemporaneidade". A relação de agente do termo paciente vem geralmente intermediada pela preposição por e suas contrações, como no texto, a contração entre a preposição de agente e o artigo que acompanha o núcleo "participação" (por+a)

4: Certo **(Conjunção)** A conjunção "nem" tem caráter aditivo para sentenças de cunho negativo. No trecho "não degradam ou deformam a consciência individual", a conjunção que une as duas orações coordenadas é "ou", de caráter alternativo equivalente, ou seja, apesar de indicar a ideia de opção uma alternativa não exclui a outra, o que permite o uso de uma conjunção aditiva sem qualquer prejuízo à semântica do trecho.

5: Errado **(Coesão)** A forma "nele" (em, preposição regida pelo adjetivo "envolvidos" mais "ele", pronome) tem papel coesivo, pois retoma um termo anterior do texto e evita a repetição dele estabelecendo relações de sentido entre as partes do texto. O referente do pronome é "processo", e não há qualquer margem para dupla interpretação. "Processo" é o único termo masculino singular, portanto, concorda com o pronome na forma "nele", que aparece no trecho isoladamente semanticamente. Os outros termos de mesma concordância aparecem encadeados em uma enumeração e não são representações fortes para se tornarem referentes. Além disso, o termo "processo" aparece introduzido no discurso pela preposição "em", exatamente a mesma que antecede o pronome. Essa equivalência pode aparentar uma mera coincidência de regência, no entanto, tem o mesmo propósito: mostrar que todo o contexto analisado se insere nesse processo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C, 5E

1 A relação que acontece entre valores e avaliações
necessita de um procedimento genealógico (avaliar um valor
no próprio surgimento) para que saibamos o que são tais
4 construções. O pressuposto válido é um só, porque a vida
não está centrada em nenhum lugar além dos fenômenos
entendidos como aquilo que é aparente, ou melhor: como
7 aquilo que aparece. Portanto, um projeto ético desponta de
tudo isso e pretende fundar-se em uma cosmologia que diz o
seguinte: não há outra vida fora desta e, se existe uma vida
10 eterna, a mesma é a própria vida terrena. Aquilo que seria
"vir-a-ser" é transformado imediatamente em "ser": o ser que
se é, que não indica outra coisa fora a vida como vontade de
13 poder (relações de forças). Por esse olhar temos o ser no
devir.

Filosofia contemporânea e a existência humana. *In:* **Ciência e Vida**, n.º 8, edição especial, ano II, p. 36 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Com base no texto acima, julgue os itens de **1** a **6**.

(1) A argumentação do texto centra-se na ideia de que um projeto ético válido deve ter dois focos: a relação entre os "valores e avaliações" (*l*.1) e a pressuposição de que a vida está centrada em fenômenos pertencentes ao aqui e ao agora.

(2) Os parênteses utilizados nas linhas 2 e 3 têm a função de inserir uma informação que explicita como "um procedimento genealógico" (*l*.2) deve ser compreendido; por isso, a sua substituição por dois travessões preservaria a correção e a coerência do texto.

(3) Subentende-se, no desenvolvimento das ideias do texto, que a expressão "tais construções" (*l*.3-4) retoma dois antecedentes: "valores" e "avaliações", ambos na linha 1.

(4) Preserva-se o respeito à correção gramatical e à coerência entre os argumentos ao se utilizar o sinal de dois-pontos em lugar da vírgula depois de "só" (*l*.4).

(5) No desenvolvimento do texto, os valores semânticos e argumentativos de "além" (*l*.5) e "fora" (*l*.12) estão tão estreitamente relacionados que a troca de posição entre as duas palavras preservaria tanto a coerência quanto a correção gramatical do texto, desde que "a vida" (*l*.12) fosse substituída por **da vida**.

(6) A expressão "ou melhor" (*l*.6), seguida de dois-pontos, estabelece uma relação de significados entre "aquilo que é aparente" (*l*.6) e "aquilo que aparece" (*l*.7) que, no desenvolvimento da argumentação, torna as duas estruturas intercambiáveis.

1: Certo **(Interpretação de texto)** O conteúdo do item resume a argumentação aos seus fatores essenciais, a saber, o ponto em discussão *per se* e seu pressuposto, ambos fundamentadores da necessidade do projeto ético do ser no devir.
2: Certo **(Pontuação)** A função dos parênteses é a de isolar um aposto, termo sintático que especifica, exemplifica ou explica um termo anterior que pode ser desconhecido do leitor ou que exija aprofundamento para o contexto. O aposto deve ser isolado do resto do texto e normalmente isso é feito pelo uso das vírgulas, mas são válidas as opções dos parênteses ou dos travessões sem qualquer prejuízo ao enunciado.
3: Certo **(Coesão)** "Tais construções" retoma dois termos do trecho anterior que possuem função semelhante na construção da argumentação, já que são referenciados em um termo genérico e plural. A única situação em que isso acontece é nos elementos que compõem a relação, ou seja, "os valores" e "as avaliações". Além disso, o contexto deixa claro que é necessário que esses dois elementos sejam analisados pela genealogia com a finalidade de entender a relação entre eles e suas consequências.
4: Errado **(pontuação/coesão)** A presença dos dois pontos seria indicativo de que a seguir seria apresentado um aposto, ou seja, uma explicitação do significado de "um só". No entanto, o trecho subsequente apresenta a causa de ser apenas um. O valor dessa relação é estabelecido pela conjunção "porque", o que impede o uso das vírgulas.
5: Certo **(valor semântico/interpretação de texto)** Os dois termos, "além" e "fora" são fundamentais no processo argumentativo, pois colaboram para a definição da vida como única e exclusivamente a vida corpórea e social. São equivalentes no aspecto de exclusão de outras formas e na localização da vida centrada no "aparecer". Apesar da equivalência semântica, os termos possuem regência diferente, o que exige a adaptação gramatical com a regência da preposição "de" no uso do termo "além"
6: Certo **(interpretação de texto/aposto)** O termo que aparece apresentado pelos dois-pontos, "como aquilo que aparece", é aposto e cumpre a função de explicitar o sentido da expressão anterior "aquilo que é aparente". Por se tratar de um aposto de caráter explicativo, e uma vez estabelecida a relação, a substituição de um pelo outro ao longo do texto já está fundamentada nessa relação gramatical.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C

1 No começo da modernidade, Torquato Accetto
defendeu a ideia de uma "dissimulação honesta" como a
necessidade, própria do caráter precário da condição
4 humana, de adiamento da verdade na esfera pública. Não
seria necessariamente a sustentação da mentira, mas um jeito
de sobreviver em um mundo de paixões. Um mundo que
7 deseja a honestidade, mas ao mesmo tempo a teme e,
portanto, se especializa em contatos indiretos com ela.
Enquanto simular é mostrar o que não está presente,
10 dissimular é não deixar aparecer aquilo que está presente.
A hipervalorização da vida privada como algo
passível de "aparição" (blogs, fotologs, videologs, culto às
13 celebridades ou a si mesmo) corresponde ao extermínio do
espaço público que se sustenta em caricaturizações da
política, da arte e do próprio conhecimento. Essa
16 hipervalorização resulta de uma espécie de mutilação
existencial. A privação de biografia leva à caricaturização da
vida privada. A experiência pessoal não aparece na
19 parafernália impressa ou virtual senão como fantasmagoria.
A biografia da qual somos privados ressurge em sua versão
larval nesses meios como promessa de identidade, de
22 inserção, de contemplação por parte do outro.

Márcia Tiburi. **Neobovarismo: a correspondência entre a insatisfação e a dissimulação nossa de cada dia.** *In:* **Cult**, 139, ano 12, p. 41 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da argumentação do texto acima, bem como das estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens a seguir.

(1) Na organização das ideias do texto, o pensamento defendido por "Torquato Accetto" (*l*.1) é citado para justificar a ideia na qual se apoia a argumentação: não há dissimulação honesta.

(2) O uso das aspas, tanto na linha 2 quanto na linha 12, sinaliza um uso irônico de expressões não peculiares ao vocabulário característico do autor ou do teor do assunto do texto.

(3) O caráter explicativo do aposto nas linhas 3 e 4 permite que sejam inseridos os termos **que é** antes de "própria" (*l*.3), transformando-o em oração subordinada, sem se prejudicar a correção gramatical nem a coerência do texto.

(4) De acordo com a argumentação do texto, a busca por "um jeito de sobreviver em um mundo de paixões" (*l*.5-6) justificaria a necessidade de "mostrar o que não está presente" (*l*.9).

(5) Vocábulos como "blogs, fotologs, videologs"(*l*.12) são exemplos de como a variedade de morfemas da língua portuguesa é usada para formar novas unidades significativas, construídas a partir de unidades já existentes.

(6) Na organização do texto, a troca da preposição em "resulta de" (*l*.16) por **em** preservaria a correção

gramatical, mas provocaria mudanças nas relações de sentido que prejudicariam a coerência da argumentação.

(7) Sem que sejam necessárias quaisquer outras alterações no texto, preservam-se a correção e a coerência textuais ao se substituir o termo "senão" (*l*.19) por **porém**.

1: Errado **(Interpretação de texto)** O pensamento do teórico é citado como o objetivo de demonstrar como a dissimulação é um fato e uma necessidade da sobrevivência no mundo moderno. A argumentação central do texto é justamente em torno das necessidades de "aparição" da vida privada, ou seja, da simulação e dissimulação. O teórico aparece como um argumento de autoridade de ponto de partida para uma discussão não mais sobre a necessidade da dissimulação ou sua honestidade, mas sim de como o mundo atual se relaciona com tais conceitos.

2: Errado **(Valor semântico/pontuação)** São as expressões entre aspas "dissimulação honesta" e "aparição". Em ambos os casos, as aspas foram usadas para indicar que os termos são usados de maneira figurada. No primeiro caso, a autora resumiu o conceito de Torquato Accetto em uma expressão que deve ser entendida com o cuidado do aparato teórico. Já no segundo caso, o termo é originalmente próximo de "surgimento", no sentido de que algo novo vem à tona. No texto, é usado figurativamente como a necessidade de estar à mostra. Apesar da nova significação, não há qualquer traço de ironia nos sentidos que os termos assumem.

3: Certo **(Análise sintática)** O aposto tem como função explicar um termo anterior, trazendo informações que podem facilitar o entendimento do leitor e a contextualização do tema. Essa mesma função pode ser cumprida por uma oração subordinada adjetiva explicativa, que é essencialmente diferente do aposto pela presença de um verbo como centro sintático e por se ligar ao termo que explica na estrutura de um período composto. A sugestão feita pelo item leva em conta justamente a semelhança de objetivo e a diferença sintática entre o aposto e a oração explicativa, ou seja, trata-se de uma possibilidade que, pela adaptação com a presença do pronome relativo e do verbo, mantém a intenção e a correção gramatical do trecho.

4: Errado **(Interpretação de texto)** O texto define dissimular como "não deixar aparecer aquilo que está presente". Diz ainda que, devido ao caráter precário da condição humana, é necessário adiar a verdade na esfera pública. Sobreviver em um mundo de paixões justifica, então, esconder o que está presente (dissimular), e não mostrar o que não está (simular)

5: Errado **(Morfologia)** Os termos em questão são resultantes da apropriação que a língua portuguesa faz de termos originários de outras línguas, é o processo de formação de novas palavras por estrangeirismo, ou seja, trata-se de termos que são apropriados e adaptados à morfologia do português. Esse é um mecanismo legítimo e típico da necessidade do surgimento de um novo vocabulário para coisas novas, em geral, originárias também do estrangeiro. O advento da virtualização e da globalização facilita a inserção de termos estrangeiros na língua, muitas vezes em caráter excessivo, e que deve ser evitado, em que se usa um termo em inglês para substituir um que já existia previamente em português.

6: Certo **(Regência)** O verbo resultar é transitivo e admite dupla regência: "resultar em" indica que o complemento será o resultado do processo, e "resultar de" indica que o complemento é a origem dele. Ao se fazer a substituição proposta no item, mantém-se a correção, uma vez que o verbo permite ambas as possibilidades, no entanto o sentido será alterado e argumentação prejudicada.

7: Errado **(Coesão)** O termo "senão" é usado no texto como preposição e significa "com exceção de, a não ser; salvo, exceto". Ou seja, a experiência pessoal não é "aparece" e sua única possível aparição, exceção à regra, é como fantasmagoria. "Porém" é uma conjunção adversativa, ou seja, indica que a ideia a seguir será oposta a anterior, é não de exceção como no original. Para seu uso, seria necessário reformular o trecho, retirando o "não", "A experiência pessoal aparece na parafernália impressa ou virtual, porém como fantasmagoria.", e ainda assim, apesar de correto gramaticalmente e textualmente coerente, altera-se a intenção argumentativa.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir do fragmento de texto acima, julgue os seguintes itens, a respeito da elaboração de documentos oficiais.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

(1) O verbo flexionado na primeira pessoa do singular, em "Faço" e "sanciono" (no caput da lei), não desrespeita as normas de impessoalidade, porque o documento é assinado por quem exerce a vice-presidência da República.

(2) A localização da ementa deve ser, sempre, no início do documento, mas o alinhamento à esquerda ou à direita depende do espaço deixado disponível pelo título.

(3) Como a ementa, iniciada em "Dispõe sobre", é a parte do ato que sintetiza o conteúdo e destaca sua finalidade, sua estrutura linguística não precisa apresentar características argumentativas.

(4) O uso de iniciais maiúsculas em "Decreto-Lei" e em "Medida Provisória" indica que se trata de nomes de atos já identificados por número e procedência.

1: Certo **(Redação oficial)** O trecho analisado segue a orientação de redação para que se determine a autoridade de promulgar. Apesar de se manter a impessoalidade, trata-se de autoria, que torna necessário o uso da 1ª pessoa. Como se lê no Manual: " **Preâmbulo:** O *preâmbulo* contém a declaração do nome da autoridade, do cargo em que se acha investida e da atribuição constitucional em que se funda para promulgar a lei e a *ordem de execução* ou *mandado de cumprimento*, a qual prescreve a força coativa do ato normativo. Exemplo de autoria: **O Presidente da República** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei (...)"

2: Errado **(Redação oficial)** A formatação dos documentos oficiais é padronizada e cada uma das partes tem sua estrutura definida, não dependendo de relações internas com outras partes do texto. A padronização é de alinhamento à direita. Ainda sobre a ementa, no Manual: "**11.3.1.3. Ementa ou Rubrica da Lei** A *ementa* é a parte do ato que sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada. Exemplo de ementa: **(Alinhado à esquerda)** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. A síntese contida na ementa deve resumir o tema central ou a finalidade principal da lei;

Evite-se, portanto, mencionar apenas um tópico genérico da lei acompanhado do clichê '*e dá outras providência'*." Para consulta a respeito da formatação: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dicas/Ementa.htm

3: Certo **(Redação oficial) Como visto no item anterior, "**A síntese contida na ementa deve resumir o tema central ou a finalidade principal da lei;

Evite-se, portanto, mencionar apenas um tópico genérico da lei acompanhado do clichê '*e dá outras providências*'."

4: Certo **(Redação oficial)** Quando se especifica o número ou o nome do decreto-lei ou da medida provisória, o termo se converte em nome próprio, exigindo a letra maiúscula. Não há, no entanto, qualquer referência direta ao uso de maiúsculas no manual oficial da presidência. No entanto, há no próprio manual oficial a redação dos termos com letra minúscula e maiúscula sem estabelecimento de critérios específicos, sendo aconselhável a padronização de acordo com a prática vigente em maiúscula.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

1 O Brasil e o Paraguai vão discutir a revisão do
Tratado de Itaipu e uma possível renegociação da dívida de
US$ 19,6 bilhões da hidrelétrica com o Tesouro Nacional.
4 A decisão foi tomada durante um encontro entre os
presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e o paraguaio Fernando
Lugo, paralelamente à Cúpula da América Latina e Caribe.
7 Lugo assumiu recentemente a presidência
temporária do MERCOSUL. Sob suas ordens, a delegação
do Paraguai já havia impedido a aprovação de duas medidas
10 impulsionadas pelo Brasil por serem consideradas essenciais
para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL
— o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e o
13 Código Aduaneiro Comum. Os paraguaios não deram
explicações concretas para essas obstruções.
Ao ser questionado se a dívida de Itaipu faz parte
16 dos débitos ilegítimos que seu país pretende reavaliar, Lugo
afirmou que Itaipu era intocável e, agora, será possível entrar
nas contas da hidrelétrica, com a auditoria na parcela
19 paraguaia da dívida, de US$ 9,8 bilhões.

Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de **1** a **10**.

(1) A dívida do Paraguai com o Tesouro Nacional já está em US$ 19,6 bilhões.

(2) Infere-se das informações do texto que o próprio Fernando Lugo já havia apoiado a obstrução de medidas em relação às quais o Brasil era favorável.

(3) O Brasil apoiou medidas consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL.

(4) O fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e a aprovação do Código Aduaneiro Comum prejudicariam a união aduaneira do MERCOSUL.

(5) Para Lugo, os termos do Tratado de Itaipu e os débitos de seu país devem passar por uma reavaliação, porque são considerados ilegítimos.

(6) O sinal indicativo de crase em "à Cúpula" (*l*.6) justifica-se pela regência de "paralelamente", que exige preposição **a**, e pela presença de artigo definido feminino singular.

(7) A expressão "essas obstruções" (*l*.14) retoma a informação antecedente: "a delegação do Paraguai já havia impedido a aprovação de duas medidas" (*l*.8-9).

(8) A substituição de "Ao ser" (*l*.15) por **Quando foi** prejudica a correção gramatical e a informação original do período.

(9) Trata-se de trecho do gênero reportagem em que predomina o tipo textual dissertativo/argumentativo.

(10) De acordo com as escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo autor, é correto afirmar que este se coloca explicitamente no texto de forma subjetiva e pessoal.

1: Errado. O valor de US$19,6 bilhões é da hidrelétrica com o Tesouro Nacional. A dificuldade na compreensão do sentido é devida à ordem em que os termos se apresentam. A frase poderia ser reescrita da seguinte maneira para diminuir tais problemas: "O Brasil e o Paraguai vão discutir a revisão do Tratado de Itaipu e uma possível renegociação da dívida da hidrelétrica com o Tesouro Nacional, no valor de US$19,6 bilhões". A informação do item pode ser comprovada também como errada ao se observar as linhas 18 e 19 em que se afirma que a parcela paraguaia da dívida da hidrelétrica está em US$9,8 bilhões. Um elemento que facilita a compreensão do texto é o conhecimento prévio sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que é localizada no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e produz energia renovável aos dois países e, portanto, é de responsabilidade dos dois países. Como se lê na política da empresa: "**Integração binacional** - Comprometimento constante na busca conjunta de soluções concretas das necessidades dos dois países, internas ou externas à empresa, simétricas ou não, constituindo-se um exemplo de binacionalidade e instrumento de integração da América do Sul.";
2: Certo. É possível inferir tal informação pelo texto da linha 8 e 9: "Sob suas ordens, a delegação paraguaia já havia impedido a aprovação de duas medidas (...)". O pronome possessivo "suas" tem como referente o agente da oração anterior, Lugo, sendo, portanto, parte do processo de obstrução anterior;
3: Certo. A informação é dada nas linhas 10 e 11: "(medidas) impulsionadas pelo Brasil por serem consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL". No entanto, é preciso notar que a redação do texto permite que a interpretação seja mais sutil do que a proposta no item. De acordo com o texto original, o que impulsionou o apoio do Brasil às medidas é que o país as considerou essenciais. No item se lê que as medidas eram consideradas essenciais e o Brasil as apoiou. Não é claro, então, no texto que as medidas são vistas por todos os países que compõem o MERCOSUL como essenciais, o que pode ser lido no item, uma vez que a indefinição de quem considera tais medidas necessárias torna essa qualificação genérica, e, portanto, de acordo geral entre os países;

4: Errado. As informações apresentadas no item aparecem no texto como aposto da informação das linhas 10 e 11 e explicam porque as medidas são consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL, exatamente o oposto do apresentado no item;
5: Errado. O item apresenta uma relação de causa e consequência na fala de Lugo: a razão para que passem por uma reavaliação é porque são ilegítimos. No texto original tal relação é estabelecida pela questão feita a Lugo. Sua resposta tenta, inclusive, se esquivar de estabelecer tal relação, afirmando apenas que Itaipu era intocável;
6: Certo. Trata-se de um caso de regência nominal em que o advérbio "paralelamente" exige a preposição "a". O termo regido é feminino singular e introduzido pelo artigo "a". A crase consiste no encontro de duas vogais "a". Quando temos um caso como o apresentado no item, podemos comprovar a presença das vogais ao se substituir o termo regido por um masculino, por exemplo, "grupo", teríamos "paralelamente ao grupo". A presença do artigo masculino "o" unido a uma preposição "a" mostra que no original deveríamos ter "aa", que em português se transcreve por "à", uma vez que a palavra subsequente era feminina;
7: Certo. O pronome demonstrativo "essa" retoma uma informação anterior, algo que já foi dito e precisa ser retomado, evitando assim a repetição, tornando o texto mais dinâmico. Ao se observar atentamente a que se refere o pronome, notamos que as obstruções previamente mencionadas são as informações apresentadas na linha 9, "impedido a aprovação de duas medidas". Reconhecer os elementos de coesão do texto, ou seja, aqueles que conectam as partes e estabelecem relações entre informações, é parte essencial do trabalho de seu entendimento;
8: Errado. O item pode ser considerado errado por uma sutil diferença na relação estabelecida pelos conectivos. "Ao ser" indica a relação temporal entre o que foi perguntado e a resposta dada, mas também estabelece que a pergunta foi a causa de um certo comportamento, no caso, Lugo ter se esquivado de responder diretamente o que foi perguntado. Já o conectivo "quando foi" não carrega essa relação de consequência na resposta, indicando apenas que ele foi questionado e apresentou uma resposta;
9: Errado. Trata-se, na verdade, de um texto do gênero informativo, publicado em um jornal, uma vez que a informação é apresentada de maneira objetiva e não há a defesa explícita de qualquer ponto de vista. O texto tem por objetivo apenas fazer com que o leitor conheça fatos, sem apresentar conclusões a respeito deles;
10: Errado. As escolhas lexicais (de vocabulário) e sintáticas (de combinação dos termos) segue a tradicional escrita do gênero informativo. Não há a presença da primeira pessoa do discurso na apresentação do texto ou qualquer adjetivação que indique pessoalidade na escrita. A organização sintática do texto é clara e objetiva.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7C, 8E, 9E, 10E

Texto para as próximas duas questões

1 A Alemanha vai enfrentar a pior recessão desde a
2.ª Guerra Mundial e já planeja, para 2009, um novo pacote
de estímulo à economia. As medidas serão anunciadas
4 assim que o novo presidente norte-americano, Barack
Obama, tomar posse, no final de janeiro. Há menos de um
mês, o governo alemão anunciou um pacote de medidas de
7 US$ 63 bilhões para fortalecer a economia. Agora, a
oposição quer que outros 25 bilhões sejam usados no pacote.
A crise está obrigando governos, como o da
10 Alemanha, a atuarem em meio a uma tormenta, o que
políticos na Europa já haviam esquecido. "Não temos muita
experiência com esse estado de choque", admitiu a chanceler
13 alemã Angela Merkel.

Jamil Chade. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O sinal indicativo de crase em "à economia" (*l*.3) justifica-se pela regência de "planeja" (*l*.2) e pela presença de artigo definido feminino.

(2) A substituição de "assim que" (*l*.4) por **logo que** mantém a correção gramatical do período.

(3) O nome "Barack Obama" (*l*.4-5) está entre vírgulas porque se trata de um aposto.

(4) O emprego de vírgula logo após "Agora" (*l*.7) justifica-se para isolar adjunto adverbial de tempo.

(5) Na linha 10, o termo "o que" refere-se ao antecedente "atuarem em meio a uma tormenta".

1: Errado. o verbo planeja tem como complemento a expressão "um novo pacote de estímulo" e rege seu complemento sem preposição (quem planeja, planeja um pacote e não a um pacote). "à economia" complementa o sentido do substantivo "estímulo" que rege seu complemento com a preposição a. A crase se justifica, portanto, pela regência do substantivo estímulo e pela presença do artigo definido feminino a que acompanha o substantivo economia;
2: Certo. "Assim que" introduz a ideia de "quando" as medidas serão anunciadas, é, portanto, uma conjunção que indica uma oração subordinada adverbial temporal. Uma conjunção que mantém o sentido de tempo dado à oração principal (as medidas serão anunciadas) substitui corretamente a original. É o caso de "logo que". É importante ressaltar que a ideia temporal do trecho é de que algo acontece logo após a condição estabelecida, é imediatamente consecutivo, sentido transmitido tanto por "assim que" como por "logo que";
3: Certo. O aposto é um termo da oração que explica, exemplifica ou restringe o sentido de uma informação imediatamente anterior a ele. Aparece isolado por pontuação (parênteses, travessão e, principalmente, vírgulas) e não possui verbo entre seus termos. "Barack Obama" vem isolado por vírgulas e explica ao leitor quem é o novo presidente norte-americano, informação imediatamente anterior;
4: Certo. A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo-complementos do verbo. Adjuntos adverbiais, como "agora", que

indica uma circunstância temporal, vêm associados à ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "agora";

5: Certo. A expressão "o que" é um elemento de coesão do texto, que liga informações evitando repetição. Ao observarmos a oração "o que políticos na Europa já haviam esquecido" podemos perguntar "o que os políticos na Europa já haviam esquecido?" e teremos como resposta a informação da oração anterior, "a atuarem em meio a uma tormenta". Tal relação entre as informações é estabelecida pela expressão 'o que'.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando que os fragmentos apresentados nos itens de **16** a **20** constituem partes sucessivas de um texto de Jamil Chade (**O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) O jornal alemão **Frankfurter Allgemeine Zeitung** divulgou as novas previsões do Ministério da Economia da Alemanha que indicam que o maior mercado da Europa sofrerão uma queda de pelo menos 3% em 2009. O encolhimento da economia poderá ser ainda maior se a recessão atingir outros países.

(2) Trata-se, de qualquer forma, do maior tombo na economia alemã desde a 2.ª Guerra Mundial e da mais profunda recessão no país no período pós-nazismo.

(3) A notícia obrigou a chanceler Angela Merkel anunciar um novo pacote de incentivo a economia que será implementado à partir de janeiro. O pacote incluiria bilhões de euros para obras de infraestrutura, comunicações e renovações de escolas.

(4) Ataques à Merkel estão fazendo que ela perca popularidade, mesmo diante do pacote de mais de US$ 60 bilhões e incentivos fiscais anunciados em novembro. Ela ainda é vista como tendo hesitando em apoiar um estrategismo europeu de combate a crise.

(5) Agora, a chanceler justifica sua nova posição diante do aprofundamento da crise. "Estamos vendo uma constante mudança nas previsões de crescimento, que apontam para tempos muito difíceis", afirmou.

1: Errado. O item apresenta um problema na concordância dos termos. No trecho "o maior mercado da Europa sofrerão uma queda", o sujeito da oração é "o maior mercado da Europa" e seu núcleo, mercado, está no singular. O verbo da oração deve concordar com o sujeito singular, no entanto, aparece no plural, "sofrerão". O escrita correta seria "o maior mercado da Europa sofrerá uma queda". A confusão pode ter sido causada pela troca do referente do verbo. O autor teria erroneamente concordado sofrer com "as previsões e acompanhado a concordância do verbo "indicam";

2: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer do verbo tratar e da informação que o segue ser dividida em duas partes: "o maior tombo" e "a mais profunda recessão". Mas é importante notar que ambos os termos são introduzidos pela preposição "de" e não funcionam como sujeitos do verbo, mas sim como objetos indiretos: eles recebem a ação de serem tratados. A presença da preposição é fundamental para que não exista confusão com o formato de oração em que o verbo se encontra na voz passiva sintética, indicada pela partícula "se", em que o sujeito paciente deve indicar a concordância do verbo no plural, já que sujeito não pode ser iniciado por preposição (a voz passiva ocorre apenas com verbos transitivos diretos). O que temos na oração é um caso de sujeito indefinido com verbo transitivo indireto mais a partícula "se";

3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo obrigar. O verbo é transitivo direto e indireto, quem obriga, obriga alguém a algo. O objeto direto do verbo é "a chanceler Angela Merkel", o alguém que foi obrigado. O objeto indireto, aquilo a que ela foi obrigada, é "anunciar um novo pacote de incentivo(...)", e deveria ser introduzido pela preposição "a", o que não ocorreu;

4: Errado. O item apresenta incorreção gramatical na construção da locução verbal "tendo hesitando". A combinação correta dos verbos seria "tendo hesitado". Ao se usar o verbo auxiliar "ter", ele passa a carregar todas as características da conjugação necessárias à construção da frase, deixando ao verbo principal "hesitar" apenas a função de sentido e a forma gramatical fixa em particípio. O item apresenta, no geral, uma construção gramatical bastante incomum, apesar de aceita pela norma culta. Um bom recurso de entendimento da informação é tentar reescrever o trecho com outras construções, apesar de ser auxílio somente à interpretação e não à correção gramatical;

5: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer da concordância do verbo "apontam", que poderia ser tomada como se referindo a "uma constante mudança" e, nesse caso, o verbo deveria estar no singular. No entanto, não há razões para discordar da concordância feita com "as previsões de crescimento", um sujeito de núcleo no plural e que exige a concordância do verbo tal qual aparece.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

1 A Cúpula da América Latina e Caribe (CALC),
realizada na Costa do Sauipe, na Bahia, representa o mais
novo passo dos 31 países da região para se afastarem da
4 órbita de influência dos Estados Unidos da América (EUA).
O evento reuniu quase todos os dirigentes da
América Latina e do Caribe, mas excluiu tanto os EUA como
7 a Europa, e evidencia, mais uma vez, a liderança indiscutível
do Brasil na região.
Lula não pôde impedir que os outros presidentes
10 aproveitassem a ocasião para atacar os EUA e a Europa por
seu papel na crise econômica global, que também afeta a
América Latina.
13 Os EUA tornaram-se o saco de pancadas nessa
cúpula. Raúl Castro não foi o único a responsabilizar os

EUA e o que chamou de seu modelo neoliberal pela crise do
16 crédito, que está comprometendo muitas outras economias.
"Em meio a uma crise global sem precedentes,
nossos países estão descobrindo que não são parte do
19 problema. Eles podem e devem ser parte da solução", disse
o presidente Lula.

Alexei Barrionuevo. **The New York Times.** *In:* **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de **1** a **6**.

(1) Em "para se afastarem" (*l*.3), o "se" indica sujeito indeterminado.

(2) Em "Os EUA tornaram-se" (*l*.13), o "se" indica voz passiva.

(3) A expressão "saco de pancadas" (*l*.13) confere ao texto um traço coloquial, informal.

(4) A forma verbal "está" (*l*.16) vem no singular porque concorda com "modelo *neoliberal*" (*l*.15).

(5) O emprego da vírgula logo após "crédito" (*l*.16) justifica-se porque a oração subsequente é subordinada adjetiva explicativa.

(6) A substituição de "estão descobrindo" (*l*.18) por **descobrem** prejudica a correção gramatical do período.

1: Errado**.** O "se" indica que os países devem afastar "a si mesmos". O sujeito é apresentado anteriormente à construção e é "31 países da região"(linha 2). O que temos na oração é o "se" indicando uma voz reflexiva, os países que afastam e ao mesmo tempo são eles que são afastados. É importante ressaltar que, sempre que a partícula "se" indica sujeito indeterminado, o verbo deve estar na 3ª pessoa do singular. Trata-se de uma forma fixa da língua, portanto é mais uma razão para que a formação do item seja incorreta;
2: Errado**.** O verbo "tornar-se" é classificado como um verbo reflexivo. A partícula "se" é parte integrante, nesse caso, do verbo e indica que a informação do verbo é do sujeito para si mesmo. Sintaticamente, pode ser classificado como verbo de ligação, ou seja, une o sujeito "os EUA" a uma característica sua, "saco de pancadas". Para que fosse uma voz passiva, o termo "os EUA" deveria sofrer a ação praticada por outro agente, o que não ocorre na oração;
3: Certo**.** Ao usar a expressão "saco de pancadas" para indicar que os EUA foram alvo de críticas e culpas, se confere sentido conotativo à expressão, de que os EUA apanhou. A expressão, assim como seu significado, é típica da língua oral e usada em situações em que não é exigida a norma culta da língua. A expressão no texto aparece em uma construção gramaticalmente correta e adequada aos padrões da língua escrita, no entanto, traz para a escrita jornalística o traço da linguagem do dia-a-dia;
4: Errado**.** O gabarito considera a alternativa incorreta por considerar que o referente do verbo "está" é "crise de crédito", a informação mais próxima da construção com o verbo. No entanto, se somados o fato de o verbo estar no singular, de os dois núcleos significativos anteriores (modelo e crise) estarem no singular e de se tratarem de expressões complementares (modelo neoliberal pela crise de crédito), é possível entender a oração "que está comprometendo muitas outras economias" como ambígua, uma vez que o referente não é óbvio;
5: Certo**.** Oração é toda construção da língua centrada em um verbo. Subordinada significa que ela cumpre uma função sintática dentro de outra oração, a principal. Adjetiva indica que ela qualifica um termo da oração principal e explicativa significa que não seleciona uma informação específica dentro de uma informação genérica, mas sim apenas esclarece o significado do que foi dito e sempre vem isolada, por vírgulas ou outro sinal de pontuação, da oração principal. A oração "que está comprometendo muitas outras economias" cumpre todas as exigências citadas. É centrada na locução verbal "está comprometendo". Cumpre função sintática de adjunto adnominal de um termo, "crise de crédito" (ver item acima), da oração anterior e o qualifica. É separada por vírgulas e esclarece ao leitor a informação prévia, devendo ser classificada como explicativa;
6: Errado**.** Há uma sutil alteração na mensagem transmitida, no entanto a gramática do período permanece correta. Ao se substituir a locução "estão descobrindo", que indica simultaneidade com o presente, por "descobrem", que indica uma narrativa presencial, o texto assuma caráter mais assertivo. Mas, essa alteração não resulta em mudança estrutural que prejudique a construção de caráter sintático da frase.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Na CALC, mesmo que os líderes latino-americanos
tenham falado de seu poder coletivo e de sua unidade
crescente, as tensões regionais ficaram evidentes.
4 O atrito entre Equador e Brasil é um exemplo: o
presidente equatoriano, Rafael Correa, expulsou executivos
da construtora brasileira Odebrecht e está questionando o
7 empréstimo feito pelo poderoso Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),
que financia projetos de obras públicas na América Latina.
10 Essas disputas, contudo, podem ter mais relação
com o perfil de potência regional do Brasil, uma vez que
suas empresas multinacionais competem de modo mais
13 agressivo por negócios além das fronteiras brasileiras.

Idem, ibidem.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008)

(1) O termo "mesmo que" (*l.*1) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: ainda que, por muito que, por mais que, porquanto, uma vez que.

(2) O sinal de dois-pontos, na linha 4, indica que o trecho subsequente é uma citação.

(3) O segmento "que financia projetos de obras públicas na América Latina" (*l.*9) constitui oração subordinada adjetiva restritiva.

(4) As palavras "líderes", "empréstimo", "Econômico" e "públicas" recebem acento gráfico com base na mesma justificativa gramatical.

(5) A expressão "uma vez que" (*l.*11) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituída por qualquer uma das seguintes: visto que, já que, pois, porque, porquanto.

1: Errado. A locução conjuntiva "mesmo que" indica relação de concessão entre a informação da oração principal e a subordinada. Significa que nada que for feito alterará a situação inicial. As tensões regionais ficam evidentes independente do esforço dos líderes em reforçar a coletividade. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que "porquanto" e "uma vez que" indicam relação de causa e alteram o sentido da informação original;
2: Errado. O sinal de dois-pontos indica que o trecho que segue é a complementação do sentido de exemplo. Será explicado após os dois pontos porque o atrito entre Equador e Brasil é um exemplo de conflito regional. Trata-se de uma oração subordinada substantiva apositiva, que cumpre a função de aposto de "exemplo" e é centrada em um núcleo verbal;
3: Errado. Trata-se de uma oração subordinada adjetiva, já que é centrada num verbo, caracteriza o termo da oração principal BNDES, no entanto, trata-se de uma explicativa e não de uma restritiva, pois aparece isolada por vírgula e apenas esclarece o que é o BNDES e não restringe a apenas um dentre um grupo de iguais;
4: Certo. Todas as palavras apresentadas no item possuem a mesma sílaba tônica, a antepenúltima e são, portanto proparoxítonas. A regra de acentuação gráfica versa que todas as palavras proparoxítonas devem receber acentuação;
5: Certo. A locução conjuntiva "uma vez que" indica causa e introduz orações subordinadas que se relacionem com a oração principal, transmitindo esse tipo de relação. Todas as expressões apresentadas constroem a mesma coesão entre as orações. A causa para que essas disputas tenham relação com a figura de potência do Brasil é que as empresas brasileiras são mais agressivas no mercado externo que as dos outros países do bloco. Qualquer uma das expressões apresentadas no item substitui corretamente "uma vez que" e mantém a relação de sentido original.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

Texto para as próximas duas questões

1 A Organização dos Países Exportadores de Petróleo
(OPEP) anunciou um corte de 2,2 milhões de barris diários
de petróleo, a maior redução feita de uma só vez pelos 11
4 países-membros do cartel. Em comunicado, o grupo
considerou a medida como parte complementar do corte
anterior de dois milhões de barris diários, anunciado em
7 setembro, como uma tentativa de estabilizar a cotação do
petróleo, que, desde julho, já caiu mais de US$ 100. Com
isso, a partir de janeiro de 2009, a produção terá redução
10 total de 4,2 milhões de barris diários. A medida, que foi
acompanhada por países fora do cartel, não conseguiu,
no entanto, segurar o preço da commodity, que caiu abaixo
13 dos US$ 40.

O Globo, 18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

(1) As expressões "cartel" (*l.*4 e 11) e "grupo" (*l.*4) constituem uma cadeia coesiva, pois retomam o antecedente "Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)" (*l.*1-2).

(2) A forma verbal "anunciado" (*l.*6) concorda com "corte anterior" (*l.*5-6), por isso está no masculino singular.

(3) O emprego das vírgulas que isolam o segmento "a partir de janeiro de 2009" (*l.*9) justifica-se por tratar-se de adjunto adverbial de tempo.

(4) O termo "no entanto" (*l.*12) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: porém, contudo, conquanto, contanto que.

1: Certo. Elementos de coesão são palavras que substituem termos anteriores apresentados no texto, retomando uma informação prévia e evitando a repetição. A coesão textual é essencial para dinâmica e estruturação do texto, garantindo agilidade e entendimento na leitura. As expressões "cartel" e "grupo" retomam o referente OPEP e garantem a compreensão de maneira global do sentido a ser transmitido;
2: Certo. Entender os referentes e as relações entre os termos do texto, é parte fundamental da compreensão. "anunciado em setembro" aparece isolado por vírgulas e funciona como aposto do termo "corte anterior". "Anunciado" é uma forma verbal nominal, o particípio, e cumpre função de adjetivo na elaboração da oração. Adjetivos são termos que acompanham o substantivo e com ele concordam em gênero e número. A forma do particípio "anunciado" deve concordar com seu termo regente "corte", por isso aparece no masculino singular;
3: Certo. A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo-complementos do verbo. Adjuntos adverbiais, como "a partir de janeiro de 2009", que indica uma circunstância temporal, vêm associados à

ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "a partir de janeiro de 2009";

4: Errado. A locução conjuntiva "no entanto" indica relação de contrariedade entre a informação da oração anterior e a transmitida pela subsequente, criando relação de adversidade . Significa que será apresentada uma informação que segue o caminho oposto ao antes apresentado. Ao fazer todas as medidas, o grupo esperava que o preço se mantivesse, mas isso não aconteceu. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que "conquanto" indica relação de concessão e "contanto que" indica uma relação de condição e não podem ser aplicadas.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens que se seguem, na ordem em que são apresentados, constituem partes sucessivas de um texto adaptado de **O Globo** (18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Para os analistas, a queda dos preços do petróleo indica que os investidores ainda estão preocupados com os rumos da economia mundial, que aproxima-se de uma longa recessão global, cuja vai afetar o consumo de combustíveis.

(2) Em apenas cinco meses, o barril perdeu toda a valorização acumulada nos últimos dois anos.

(3) Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou a destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes".

(4) O cartel alertou ainda que a contínua deterioração dos preços terá impacto negativo nos investimentos para garantir a oferta necessária de petróleo no médio e longo prazos. O governo norte-americano criticou a decisão da OPEP.

1: Errado. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Por exemplo, ao se unir as orações (1) O rapaz foi aprovado e (2) As notas do rapaz foram as melhores da sala. O elemento em comum entre elas é "o rapaz". Na segunda oração o rapaz é o "dono" das notas. Ao se unir as duas orações por meio do pronome relativo, teríamos o resultado: O rapaz, cujas notas foram as melhores da sala, foi aprovado. Na oração apresentada no item, a relação estabelecida entre os termos não é como a do exemplo e o pronome a ser utilizado deveria ser o pronome relativo universal "que": "(...)de uma longa recessão global, que vai afetar o consumo de combustíveis.";

2: Certo. A pontuação da oração está correta, isolando o adjunto adverbial, tanto concordância como regência seguem as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia nas palavras;

3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo levar que, no contexto, exige a preposição "a". O termo subsequente é feminino, "destruição", e é antecedido por artigo feminino. Ao se unir preposição "a", exigida pelo verbo, e artigo "a", que acompanha o objeto "destruição", o uso da crase se faz necessário. A forma correta seria então "Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou à destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes";

4: Certo. A concordância está correta, em especial na concordância do adjetivo no plural "prazos" com dois referentes singulares "médio" e "longo". A regência segue as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia ou pontuação.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

1 A Organização dos Estados Americanos (OEA)
naufraga em um mar de alternativas regionais, cujo acento
maior é a exclusão dos EUA. É o caso da proposta de uma
4 nova organização de países da América Latina e Caribe, que
se junta a outras iniciativas do mesmo teor, como o Grupo do
Rio e a UNASUL. O poder de Washington já fora avisado
7 por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA
corre o risco de perder vigência. Seria a quebra do mais
importante elo da cadeia de ações coletivas envolvendo
10 América Latina e EUA, com a predominância histórica dos
norte-americanos.
O primeiro golpe foi dado com o Grupo do Rio,
13 inspirado no fracassado Grupo de Contadora. Em 1984,
países latino-americanos se reuniram na ilha panamenha de
Contadora com o objetivo de encontrar soluções para a
16 guerra na América Central, que se tornara sangrenta, com
aberta intervenção norte-americana. Contadora chegou a
concluir um texto de proposta de paz. Mas sofreu operação
19 de bloqueio, conduzido por Constantine Menge, o
encarregado da América Latina no Conselho de Segurança

Nacional dos EUA na época. A revista Current History
22 divulgou documentos que estabeleciam como "estratégia do governo Reagan" impedir negociações de paz na América Central. A única coisa que importava era derrubar os
25 sandinistas na Nicarágua e, com isso, na visão reaganiana, traçar uma "linha de contenção do comunismo em território norte-americano".

Newton Carlos. **Folha de S.Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Julgue os itens que se seguem, relativos ao texto acima.

(1) A proposta de uma nova organização de países da América Latina e Caribe é um dos fatores que contribui para a vigência da OEA.

(2) A expressão "naufraga em um mar" (*l*.2) está sendo empregada em sentido conotativo.

(3) A substituição de "cujo" (*l*.2) por o qual mantém a correção gramatical do período.

(4) Em "de que a OEA" (*l*.7), o emprego de preposição "de" se deve à regência de "avisado" (*l*.6).

(5) A forma verbal "Seria" (*l*.8) está no futuro do pretérito e indica uma ação que provavelmente poderia ter acontecido no passado.

(6) As palavras "panamenha" (*l*.14) e "reaganiana" (*l*.25) são palavras estrangeiras adaptadas à língua portuguesa por derivação com o acréscimo de sufixos.

1: Errado. A nova organização seria um dos fatores predominantes para que a OEA perdesse seu valor como reunião de países, justamente por ser, segundo o texto, uma forma histórica de dominação dos EUA sobre os outros países da América. A proposta de nova organização é um dos exemplos das regionalidades em que naufraga a OEA;
2: Certo. "Conotativo" significa que os termos foram usados em seu sentido figurado, enquanto "denotativo" significa que o termo segue o sentido dado pelo dicionário. Naufragar, no dicionário, indica ir a fundo em água. No texto, a expressão aparece de forma figurada para indicar que a OEA está em rumos de sumir. "Mar" também é usado em sentido figurado, não é um mar de águas salgadas, como especificado pela expressão seguinte "de alternativas regionais";
3: Errado. A função de um pronome relativo é unir duas orações, uma principal e uma subordinada adjetiva e substituir um termo da oração principal na subordinada. O pronome relativo "cujo" estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao se separar as orações unidas pelo pronome, teríamos: (1) A Organização dos estados Americanos (OEA) naufraga em um mar de alternativas regionais. E (2) O acento maior das alternativas regionais é a exclusão dos EUA. Ao se substituir o pronome "cujo" por "o qual" a relação da preposição "de" se perde e altera tanto o sentido como torna o trecho incorreto gramaticalmente;
4: Certo. A oração "O poder de Washington já fora avisado por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA corre o risco de perder vigência" encontra-se na voz passiva analítica e possui locução verbal composta de verbo auxiliar "ser" conjugado em tempo e pessoa e verbo principal no particípio (fora avisado). O verbo principal, que carrega o sentido, cumpre as suas funções gramaticais da mesma maneira. É um verbo transitivo direto e indireto e "de que a OEA corre o risco de perder vigência" cumpre a função de objeto indireto do verbo, regido pela preposição "de";
5: Errado. A forma verbal no futuro do pretérito indica uma hipótese que se cumpre se algumas condições são atendidas. No texto, não há qualquer indicação de que isso ainda não seja possível, uma vez que as condições aparecem em um tempo que não acabou. Indica, portanto, uma possibilidade, algo que talvez possa acontecer;
6: Errado. Apesar de o item indicar corretamente com a formação da palavra "reaganiana", que deriva do nome do presidente americano Reagan, a palavra panamenha é formada pelo acréscimo do sufixo – enha, no entanto deriva de uma palavra da língua portuguesa, o nome do país Panamá.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

1 A Câmara dos Deputados brasileira aprovou, por 265 votos favoráveis e 61 contrários, a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, bloco regional formado por Brasil,
4 Argentina, Paraguai e Uruguai.
O protocolo de adesão, assinado em julho de 2006, ainda precisa ser aprovado pelo Senado para entrar em vigor.
7 Os congressos do Uruguai, da Argentina e da própria Venezuela já votaram pela entrada do país no MERCOSUL. Apenas o Paraguai e o Brasil ainda não chancelaram o
10 acordo. Dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional mostram que a entrada do país resultará em um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de
13 12,7 milhões de km^2, PIB superior a U$ 1 trilhão (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US$ 300 bilhões.
16 O deputado Arnaldo Madeira argumentou que o

ingresso da Venezuela no bloco pode ser prejudicial para a
economia da região, devido à postura polêmica do atual
19 presidente do país, Hugo Chávez. “Nós temos hoje um forte
antagonismo entre o presidente da Venezuela e vários
parceiros da região e isso poderá dificultar a integração com
22 outros blocos econômicos. Votamos contra por razões de
ordem econômica e não ideológica”, disse.
Antônio Carlos Pannunzio lembrou ainda que a
25 Venezuela deixou de cumprir diversos requisitos
estabelecidos pelo protocolo de adesão. José Genoíno disse
que o isolamento da Venezuela poderia levar a uma crise e
28 a um fundamentalismo. “A integração entre países é
pluralista. Não podemos fazer um crivo ideológico sobre
quem está na Presidência da República para realizar a
31 integração”, disse.

Maria Clara Cabral. **Folha de S.Paulo**,18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego de preposição em “ao MERCOSUL” (*l*.3) justifica-se pela regência de “contrários” (*l*.2), que exige preposição **a**.

(2) A palavra “chancelaram” (*l*.9) está sendo empregada com o sentido de **sancionaram**.

(3) A forma verbal “mostram” (*l*.11) está no plural porque concorda com “Relações Exteriores” (*l*.10) .

(4) Nas duas ocorrências de “superior a” (*l*.13 e 15), “a” funciona como artigo definido.

(5) O emprego de vírgulas logo após “habitantes” (*l*.12) e “km^2” (*l*.13) justifica-se por isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.

(6) O antagonismo a que o deputado Arnaldo Madeira se refere ocorre entre o Brasil e o presidente da Venezuela.

(7) O emprego de aspas nos dois últimos parágrafos indica que a citação da fala dos locutores foi transcrita literalmente.

(8) Pelas informações do texto, os deputados citados são todos contrários ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

(9) O termo “pelo” (*l*.26) é resultado da contração das formas antigas da preposição **per** e do artigo **lo**.

(10) Em “a um fundamentalismo” (*l*.28), o emprego de preposição deve-se à regência de “levar” (*l*.27), e não exige sinal indicativo de crase porque antecede artigo indefinido masculino.

1: Errado**.** O termo regente é “adesão”. Vemos, pela leitura do texto, que o adjetivo “contrários” se encontra dentro do aposto “por 265 votos favoráveis e 61 contrários” e não se relaciona com a construção sintática do que se segue. Trata-se de um caso de regência nominal e o substantivo adesão pede para seu complemento a preposição “a”. Associada a preposição “a” ao artigo masculino “o”, que acompanha o substantivo masculino MERCOSUL, temos a forma final “ao”;

2: Certo. De acordo com o dicionário Aurélio, uma das possíveis acepções do verbo chancelar é “aprovar”; se associado ao contexto legal de que trata o texto, observamos que se trata de sinônimo do verbo sancionar;

3: Errado. A forma verbal “mostram” concorda corretamente com o núcleo do sujeito da oração “dados” (l.10). São os dados que apresentam as informações subsequentes ao verbo. É importante notar que a distância entre o verbo e o núcleo, intercalados por uma série de informações, torna a identificação do referente mais difícil. É necessário ter cautela e atenção ao identificar as relações entre termos em construções complexas;

4: Errado. Em ambos os casos, “a” funciona como preposição exigida pela regência nominal do adjetivo superior. O termo regido não apresenta artigo, trata-se de um número plural e masculino e que não poderia ser antecedido de artigo feminino singular. Se houvesse artigo, no caso de um complemento que cumprisse as exigências para tal, seria necessário o uso da crase, indicando a presença de duas vogais “a”;

5: Certo. Entre as linhas 12 e 15 são dados adjuntos adnominais que caracterizam o “bloco”, sendo apresentados em sequência, corretamente separados por vírgulas;

6: Errado. O antagonismo a que se refere o deputado em sua fala é entre o presidente da Venezuela e vários parceiros da região (l.20 e 21). A confusão na resposta pode decorrer do início da fala do deputado “nós temos hoje...”, mas que nada mais é do que uma maneira da língua oral de iniciar sua fala, sendo sinônimo de “a situação atual é de...”;

7: Certo. O uso das aspas em um texto pode apresentar um termo estrangeiro ou usado de forma conotativa, ou a transcrição exata da fala de outra pessoa que não o autor do texto. No caso do item, trata-se claramente de uma transcrição literal, uma vez que os interlocutores são apresentados e acrescentam dados e opiniões relativas ao assunto do texto;

8: Errado. As opiniões contrárias ao ingresso da Venezuela são defendidas pelos deputados Arnaldo Madeira, que cita o desacorde entre a Venezuela e países parceiros, e pelo deputado Antônio Carlos Pannunzio, que lembrou a falta de cumprimento de exigências para a entrada no MERCOSUL por parte da Venezuela. Já José Genoíno assume uma visão pluralista e contrária a apresentada pelos outros dois deputados, argumentando sobre a necessidade de se olhar para além da ideologia do presidente do país;

9: Certo. A contração utilizada atualmente tem como significado os da preposição “por” e do artigo “o”, mas é grafada com base nas formas antigas dessas palavras. Na contração há ainda a assimilação do -r final ao l- inicial (perlo □ pelo);

10: Certo. No contexto, o verbo levar exige a preposição a tem como significado “ter por consequência”. Como visto no item, a palavra que segue a preposição é o artigo “um” o que impede a utilização de um artigo feminino “a” para que seja necessário o uso da crase.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C,10C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando o seguinte requisito: “A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade” (**Manual de**

Redação da Presidência da República, 2002), cada um dos itens seguintes apresenta um fragmento de texto que deve ser julgado certo se atender ao citado requisito, ou errado, em caso negativo.

(1) Nas últimas décadas, assistimos à uma evolução significativa dos esforços de promoção e proteção dos direitos humanos. Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era a sessenta anos. Essa mudança tem tudo que ver com uma maior consciência a respeito da necessidade de reconhecer e respeitar os direitos humanos para todos.

(2) A legislação sobre os direitos humanos têm-se ampliado tanto na temática como na abrangência geográfica. Hoje os direitos humanos é reconhecido como universais, interdependentes, inter-relacionados, indivisíveis e mutuamente sustentáveis.

(3) A América Latina está ciente de como os direitos políticos e civis é essencial. Grande parte da região suportou por anos ou, em alguns casos, por décadas regimes ditatoriais ou autoritários em um passado não muito distante. Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos por cujos nossos povos lutaram.

(4) A promoção dos direitos políticos e civis também abrangem a luta contra o racismo e todos os jeitos de discriminação. De fato, como se afirmou em resolução originalmente proposta pelo Brasil, a democracia e o racismo são incompatíveis. A plena igualdade de gênero deve permanecer um tema central nas sociedades.

(5) A liberdade política e o progresso social está intimamente ligado. Um indivíduo não pode participar de forma integral da vida política de seu país sem o acesso apropriado à alimentação, à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, é crucial, para a justiça social o respeito aos direitos individuais, a liberdade de opinião, às leis e ao direito de escolher o próprio governo.

1: Errado. Na oração "Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era a sessenta anos", temos a grafia incorreta da expressão de período de tempo no passado, que deve ser indicada pelo verbo haver conjugado na 3ª pessoa do singular, "há". A oração correta seria: "Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era há sessenta anos". Outro problema da redação do item está na expressão "tem tudo que ver" de caráter informal. É um registro da norma popular da língua, que deve ser evitada em textos escritos;
2: Errado. Uma primeira questão gramatical a ser corrigida é a acentuação gráfica no verbo em "têm-se ampliado". A acentuação indica que o verbo está na 3ª pessoa do plural, no entanto o núcleo do sujeito do verbo é "a legislação". Por uma questão de uso mais frequente, pode parecer estranho ao falante do português do Brasil a colocação pronominal em ênclise em relação ao verbo auxiliar na locução "tem-se ampliado". No entanto trata-se de uma colocação aceita pela norma culta como correta. Há nesse item também um desacordo com as normais de concordância em "hoje os direitos humanos é reconhecido como universais (...)". O sujeito paciente "direitos humanos" exige a concordância em número da locução verbal, sendo a forma correta "são reconhecidos";
3: Errado. A primeira correção a ser feita é quanto a concordância do predicado "é essencial", já que o sujeito que rege verbo e predicativo, "os direitos políticos e civis" é plural. A forma correta seria "são essenciais". Gramaticalmente, ainda é necessário notar o uso do pronome relativo "cujos". Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. No item, ao se usar o cujo, se transmite a ideia de que os nossos povos são dos direitos humanos. O pronome a ser utilizado deveria ser o relativo "o qual", concordando com o seu referente, "direitos", e associado à preposição por: "Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos pelos quais nossos povos lutaram.";
4: Errado. A concordância do verbo abranger está em desacordo com o núcleo do sujeito que o rege, "promoção". A oração deveria ser escrita "A promoção dos direitos políticos e civis também abrange a luta contra o racismo e todos os jeitos de discriminação". Ainda no primeiro período, seria ideal evitar o termo "jeito", de caráter informal. Há ainda um problema de incoerência. O texto aborda principalmente o racismo e ao final defende a plena igualdade de gênero. Para tal conclusão, o texto deveria ser redigido para abordar todas as formas de preconceito igualmente;
5: Errado. O sujeito do primeiro período do item é composto e tem como núcleos os termos "liberdade" e "progresso", o que exige concordância diferente da apresentada, como verbo e predicativo no plural: "A liberdade política e o progresso social estão intimamente ligados". Outro problema é da pontuação no trecho "Ao mesmo tempo, é crucial, para a justiça social o respeito aos direitos individuais". A expressão "para a justiça social" é um adjunto adverbial e deveria vir isolado por vírgulas. Ao se usar apenas a vírgula inicial, é possível interpretar que o que se segue (a liberdade de opinião, às leis e ao direito de escolher o próprio governo.) são complementos de "é crucial" e a frase entre vírgulas se torna incoerente. Temos, ao fim do texto, também uma questão de regência. Há uma enumeração de termos de mesma função sintática, complementos nominais, regidos pelo termo "direitos". Todos os termos devem ser introduzidos pela preposição "a", exigida pelo termo regente. A expressão "a liberdade de opinião" deveria ser introduzida por crase, pela união da preposição "a", da regência, e do artigo "a" que acompanha o substantivo feminino "liberdade". Sem o uso da crase, poderíamos entender que "a liberdade de opinião" complementa o sentido de "é crucial", no entanto, isso resultaria em outros dois problemas: a concordância do verbo em "é crucial", que, por ter dois complementos, deveria ir para o plural, e a incoerência da expressão seguinte, "às leis do próprio governo", que ficaria sem referente. Vale ressaltar que os itens da questão, como um todo, apresentam informações sem profundidade e relações fracas entre si.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Texto para a próxima questão

1 Brasil. País do verde-amarelo. Terra do futebol, do
samba amigo e das mulatas sensuais. País da violência, das
riquezas minerais e da política corrupta. Terra de Ronaldinho
4 e de Chico Buarque. Alguma mentira? Não. Nosso país é de
uma diversidade e de uma adversidade espantosas. De altos
e baixos e extremos radicais. Riqueza, exuberância e miséria.
7 São tantas coisas que falar sobre ele parece ser fácil. Ou não.
São tantos extremos que evitar estereótipos parece difícil. Ou
não. Todos estão sujeitos aos estereótipos. A ignorância e a
10 arrogância permeiam esse caminho. A questão não é lutar
para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.
Todavia, não podemos apenas apontar como réu a
13 miopia estrangeira. Nós, brasileiros, principalmente os que
vivem fora, ajudamos a construir esse olhar defeituoso. Os
motivos? Vários, provavelmente. Principalmente quando se
15 pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma
idéia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade
mais complexa.
19 Grosseiramente falando, parece-me uma aplicação
da Escola de Frankfurt inadequada: junta-se toda a cultura e
dessa fusão sai não a soma, mas o rascunho desatento,
22 ignorando traços históricos, sociais e culturais. Nasce o
"Brasil para a massa estrangeira". Nosso país é resumido a
sexo, dança, mulher, praia e Amazônia. Nenhum desses
25 pontos é mentira. Temos, sim, isso tudo. Mas "apenas" isso?
Merecemos ser lembrados apenas por essas palavras-chaves?

Maíra Suspiro. **Estereótipos. Um olhar estrangeiro**. Internet: <www.cinemacomrapadura.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens a seguir quanto às estruturas linguísticas e à organização das ideias no texto acima.

(1) O fato de a palavra "verde-amarelo" (*l*.1) ser grafada com hífen mostra que se trata de uma composição vocabular em que o adjetivo **verde** passa a ser prefixo.

(2) Na linha 5, a flexão de plural em "espantosas" indica que esse adjetivo qualifica não só "adversidade", mas também "diversidade".

(3) Pelo desenvolvimento das idéias no texto, é correto afirmar que a troca entre os adjetivos "fácil" (*l*.7) e "difícil" (*l*.8) seria coerente, pois a correção gramatical do texto não seria prejudicada.

(4) O neologismo "deletá-los" (*l*.11) segue um processo comum de criação de novos vocábulos em língua portuguesa: o da criação de novos verbos de primeira conjugação (terminados em **ar**), a partir de uma base lexical de empréstimo ou vernácula.

(5) A substituição de "Os motivos?" (*l*.14-15) por outra interrogação de mesmo sentido, como **Por quê?** ou **As razões?**, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(6) Por estar associada a "muito menos" (*l*.16), a preposição em "a enfrentá-la" (*l*.17) corresponde a **do que**.

(7) Conclui-se da argumentação do texto que retratar o Brasil por meio de estereótipos é fazer-lhe um "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais" (*l*.21-22).

(8) Se fosse empregado o vocábulo "palavras-chaves" (*l*.26) em um texto de documento oficial, seria obrigatória a flexão de plural como **palavras-chave**, que é, das duas formas gramaticalmente corretas, a mais formal.

1: Errado. Trata-se de um adjetivo composto com dois termos de igual importância, ambas as palavras que compõem o termo são radicais com significado isolado, mas que combinam em uma nova palavra. Há palavras compostas grafadas com ou sem hífen (guarda-chuva ou passatempo), assim como há prefixos unidos ao radical por hífen ou sem (pré-história ou prefixo). O importante é, então que se note qual o valor semântico dos termos que compõem a formação da palavra: dois radicais que se combinam ou um radical de que derivam novas palavras pelo acréscimo de afixos;
2: Certo. Um mesmo adjetivo que se refere a dois termos deve concordar no plural. "Espantosas" qualifica os termos "diversidade" e também o termo "adversidade" e deve, portanto, considerar duas palavras na sua concordância, o que exige o uso do plural. Já que as duas palavras são femininas, o adjetivo manteve a flexão de gênero, pois deve concordar em gênero e número com os substantivos que acompanha;
3: Certo. Gramaticalmente, a troca seria de termos equivalentes, um adjetivo substituindo outro. O que permita que a troca seja de fato positiva é a construção que segue as orações: "ou não". Ela indica que não há um padrão exato de comportamento nas situações e que é possível existir também o oposto do que foi afirmado, fazendo a troca entre os adjetivos antônimos possível;

4: Certo. O processo de formação de palavras que dá origem ao verbo "deletar" é o de derivação por sufixação, ou seja, aquele em que se acrescenta um sufixo a uma outra palavra, no caso o estrangeiro "delete", que significa apagar e migrou para o português no contexto da informática, mais o sufixo –ar, indicador de verbo. Esse processo é visto em outros termos ligados originalmente ao novo campo lexical que surgiu com a popularização dos computadores, como por exemplo, lincar e logar. Apesar de originalmente o verbo "deletar" ter ficado restrito ao âmbito semântico da palavra de que deriva, a informática, ele é usado no texto em outro contexto, o que mostra que o neologismo se fixou na língua e atende a diversos campos. Ainda assim, a norma culta sugere que se evite o uso de deletar, priorizando apagar, suprimir ou remover (como sugere o dicionário Houaiss);
5: Errado. O texto perderia a coerência pela resposta dada à pergunta original: "Vários, provavelmente." O pronome indefinido "vários" concorda com o referente na pergunta, "motivos". As duas perguntas sugeridas para substituição não atendem a essa possibilidade de resposta mantendo a concordância, no caso de "as razões?", ou a coerência, no caso de "por que?" e seriam necessárias diversas alterações no texto subsequente para se manter a correção;
6: Certo. A expressão "muito menos (desgastante)" estabelece um relação de comparação entre duas informações, no caso "se submeter a uma ideia preconcebida" e "enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa". A mensagem é que uma é menos desgastante *do que* a outra. No texto, o termo que indica a comparação, "do que", foi substituído pela preposição "a", termo natural ao contexto e aceito pela norma culta para indicar relação de comparação;
7: Certo. O texto argumenta em favor de uma visão plural e sem estereótipos da cultura e da identidade do Brasil. É possível notar a argumentação em favor da ideia complexa de país em trechos como "Principalmente quando se pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma ideia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa" ou " Todos estão sujeitos aos estereótipos (...). A questão não é lutar para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.". Ao fim do texto, a autora apresenta sua conclusão sobre como o país é visto, "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais", na forma de uma analogia com o movimento da Escola de Frankfurt, mas que, diferentemente das obras positivas do movimento, não foi além da reunião primária para uma visão complexa de todos os elementos que se agrupam;
8: Errado. "Palavras-chaves" não é uma forma aceita pela norma formal. Apenas o primeiro elemento varia no plural de palavras compostas por dois substantivos em que o segundo limita o significado do primeiro (além de palavras-chave, temos, por exemplo, peixes-boi, públicos-alvo, salários-família, etc.). Em documentos oficiais, assim como em textos acadêmicos, a norma culta é exigida e o uso de "palavras-chaves" seria considerado um erro. O texto que dá base a questão apresenta-se como formal e deveria usar a forma "palavras-chave".

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E

Texto para a próxima questão

1 Em uma primeira aproximação, parece ser fácil
definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que
se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou
4 jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece
ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica
independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a
7 identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida
e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio,
também a diferença é concebida como uma entidade
10 independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade,
a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é
branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher".
13 Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nessa
perspectiva, concebida como algo que remete a si própria.
A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.
15 É fácil compreender, entretanto, que identidade
e diferença estão em uma relação de estreita dependência.
A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a
19 esconder essa relação. Em um mundo imaginário totalmente
homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma
identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.
22 De certa forma, é exatamente isso que ocorre com nossa
identidade de "humanos". É apenas em circunstâncias muito
raras e especiais que precisamos afirmar que "somos
25 humanos".

Tomaz Tadeu da Silva. **A produção social da identidade e da diferença.** *In*: **Identidade e diferença**, p. 74-5 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) A partir do texto acima, julgue os itens de **9** a **18**.

(1) A argumentação do texto objetiva mostrar que a definição de "identidade" (*l*.2) deve ser estabelecida em estreita relação de dependência com a definição de "diferença" (*l*.9).

(2) De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, "positividade" (*l*.5) pode ser interpretada como uma entidade que "tem como referência a si própria" (*l*.7).

(3) Na organização da coesão textual, as expressões "Nessa perspectiva" (*l*.6) e "Na mesma linha de raciocínio" (*l*.8) remetem à mesma idéia de "Em uma primeira aproximação" (*l*.1).

(4) Por já ter sido marcado no termo "à identidade" (*l*.10), o sinal indicativo de crase é dispensável, mas subentendido, em "a diferença" (*l*.11).

(5) No desenvolvimento textual, o sujeito expresso por "o outro" (*l*.11) faz oposição ao sujeito expresso por "se" (*l*.3).

(6) Na linha 11, o sinal de dois-pontos introduz uma enumeração de afirmações que ilustram ou exemplificam a argumentação da oração anterior.

(7) O período sintático iniciado por "A forma afirmativa" (*l*.18) expressa uma idéia de identidade oposta, contrária àquela apresentada na definição do primeiro parágrafo.

(8) O emprego de **em que**, em lugar de "no qual" (*l*.20), preserva a coerência da argumentação e a correção do texto.

(9) Seriam mantidos a correção gramatical e o mesmo sentido de argumentação do texto caso se continuasse o período terminado em "não fariam sentido" (*l*.21) com a seguinte oração explicativa: porque só assim seria preservada a identidade própria de cada um.

(10) Mantêm-se a correção gramatical, a coerência argumentativa do texto e o nível formal da linguagem adequado a documentos oficiais se, em lugar de "É apenas em" (*l*.23), o último período sintático do texto for iniciado com **Apenas em**.

1: Certo. O autor inicia o texto definindo "identidade" e "diferença" para depois estabelecer a relação de necessidade entre os dois, defendendo a definição do termo "identidade" apenas possível quando em comparação com o que de diferente existe. Como afirma no trecho "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.". Não seria necessário ter identidade se não houvesse heterogeneidade. Há, em certo ponto, crítica à noção de identidade individualista e distante da relação com o outro, uma vez que o texto mostra a primeira definição, da identidade autossuficiente, como inválida;

2: Certo. O termo positividade vem explicado por um aposto entre parênteses ("aquilo que sou"). O resto do texto confirma a acepção do termo como aquela identidade que se auto-refere, uma vez que não estabelece relações com o outro; "a identidade é" e não "a identidade é o que tenho de relação com o que é diferente";

3: Certo. As duas expressões são elementos de coesão textual e procuram relacionar partes do texto de forma sequencial. Notamos que o autor inicia com uma informação, a definição de identidade é fácil, e retoma essa informação para acrescentar novas partes ao texto. Primeiramente, por meio da expressão "nessa perspectiva", acrescenta que a identidade é definida como autossuficiente, para depois, com o auxílio da expressão "na mesma linha de raciocínio", acrescentar a definição de diferença. Há nessas expressões de retomada elementos de coesão claros: o pronome "essa" e o pronome "mesma", que indicam se falar de algo já citado e utilizado, assim como a expressão completa, para evitar a repetição e conectar os trechos;

4: Errado. A crase em "à identidade" é resultado da união da preposição "a", regida pelo termo "oposição", e do artigo definido feminino que acompanha o substantivo feminino "identidade". O termo "a diferença" é o sujeito da oração em que se inserem as expressões entre vírgulas ("Apenas, neste caso, em oposição à identidade,") e não se relaciona sintaticamente com o termo "oposição" e não há preposição, mesmo que subentendida. Se houvesse, a oração seria lida de forma incorreta e estaria sintaticamente incoerente;

5: Certo. O pronome "se" (l.3) indica aquilo que alguém é. No texto, a noção inicial de identidade é centrada nessa definição. Para se definir a diferença, é dado como aquele que é "outro" que não o "alguém" inicial. As orações seguem padrões sintáticos semelhantes justamente para que a oposição entre os dois sujeitos fique clara. Tal construção também facilita a definição posterior dos termos "identidade" e "diferença";

6: Certo. A pontuação é utilizada para introduzir orações apositivas, ou seja, exemplos que expliquem e ilustrem o que foi dito antes. É importante notar que se trata da definição do outro e os exemplos são nomeados pelo pronome de 3ª pessoa "ela", em oposição à exemplificação inicial, que trazia como nomeação o pronome "eu" (l.3 e 4);

7: Errado. O trecho retoma a ideia de identidade apresentada no primeiro parágrafo. O termo "afirmativa" retoma o trecho anterior por se relacionar com a definição pelo que se é (positividade, l.5). Há, entre os dois trechos citados, um caminho em que se apresentam outras informações. "A forma afirmativa" funciona como elemento de coesão, por retomar o primeiro parágrafo sem prejuízo à leitura global e permitir estabelecer relações entre partes do texto;

8: Certo. "Que" é um pronome relativo universal e pode, quase sempre, substituir outros pronomes relativos, se associado às preposições necessárias e mantendo as relações anteriores. Na reescrita "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, em que todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.", a preposição original "em" foi mantida e a relação entre as orações principal e subordinada adjetiva é coerente, bem como a referência do pronome relativo (mundo imaginário). Também poderia ser feita a substituição sem qualquer prejuízo pelo pronome relativo "onde", uma vez que o referente é um lugar;

9: Errado. De acordo com o que sugere a argumentação do texto, em um mundo homogêneo não seria necessário haver a identidade de cada um, uma vez que a identidade se define necessariamente pela diferença. O acréscimo da oração explicativa seria incoerente, portanto, com todo o processo argumentativo do texto, em especial com o trecho a que se referiria, uma vez que o que "não faria sentido" são as próprias "afirmações de identidade";

10: Errado. O verbo "é" define o período como oração e possui um sujeito, a oração "que precisamos afirmar que 'somos humanos'" Caso o verbo fosse retirado, seria necessário reescrever a oração eliminando a relação sujeito-predicado. Teríamos: "Apenas em circunstâncias muito raras e especiais, precisamos afirmar que 'somos humanos'". Sem tal alteração o texto se tornaria incoerente e inadequado gramaticalmente à norma culta.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8C, 9E, 10E

Texto para a próxima questão

1 As primeiras impressões deixadas pelos letrados
franceses sobre os indígenas brasileiros no século XVI, as de
Montaigne e de Jean de Léry, foram, por assim dizer, de
4 admiração. Mesmo o costume da antropofagia, tão comum
naquela época, não lhes pareceu tão condenável vistas as
circunstâncias em que os nativos se encontravam. A imagem
7 idealizada que criaram, especialmente a transmitida por
Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do
homem. Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança
10 de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a
uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo
Claude Lévy-Strauss quando visitou o interior do Brasil
13 nos anos 30 do século XX. Sua percepção pouco indulgente
também nos ajudou, pois "os franceses, usando a sua língua,
empregando os seus métodos, nos punham dentro do país",
16 como disse o professor Antônio Cândido.

O Brasil visto por franceses. Internet: <www.educaterra.terra.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) A argumentação do texto organiza-se no contraste entre duas visões diferentes, de intelectuais franceses, sobre os indígenas brasileiros: a idealizada, de Montaigne, no século XVI, e a realista, de Lévy-Strauss, no século XX.

(2) A expressão "por assim dizer" (*l*.3) tem a função textual de enfatizar e ressaltar a "admiração" (*l*.4) dos "letrados franceses" (*l*.1-2).

(3) O pronome "lhes" (*l*.5) está flexionado no plural para concordar com o substantivo a que se refere, "impressões" (*l*.1).

(4) O desenvolvimento do texto mostra que o termo "vistas" (*l*.5) corresponde a **visto que**.

(5) O deslocamento da frase "especialmente a transmitida por Montaigne" (*l*.7-8) para o final do período sintático em que ela ocorre preserva a correção gramatical do texto e as relações semânticas entre os termos, com a vantagem de tornar mais clara a informação e permitir a supressão das vírgulas.

(6) Na linha 11, a retirada do pronome em "a apresentada" preserva a correção gramatical e a coerência textual, pois o termo por ele retomado, "uma outra", mantém-se subentendido na flexão de feminino do particípio.

1: Certo. O contraste da argumentação é claro no trecho "Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss (...)". A primeira visão, do século XVI pode ser vista no trecho "A imagem idealizada que criaram, especialmente a transmitida por Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem", enquanto a segunda aparece no trecho "bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss";
2: Errado. A expressão "por assim dizer" traz certa dúvida em relação ao termo "admiração". O autor quer mostrar que não é o termo preciso, na sua concepção, mas é adequado para apresentar a visão dos intelectuais e, dessa forma, colabora com a argumentação do texto. Tal hesitação é corroborada pela explicação subsequente, sobre como uma prática condenada socialmente, o canibalismo, pareceu afetar a visão encantada dos letrados;
3: Errado. O pronome "lhes" complementa o sentido do verbo parecer, indicando *a quem* algo pareceu. O pronome lhe se refere sempre a uma pessoa e carrega em si o sentido de objeto introduzido por preposição. Poderia ser substituído corretamente por "aos letrados franceses", termo a que se refere e com o qual concorda em número plural;
4: Errado. O termo "vistas" corresponde ao termo "dadas" e significa que as circunstâncias apresentadas aos letrados eram aquelas. A construção do período com a conjunção "visto que" poderia ser aceitável se houvesse adaptação da informação subsequente como uma oração em que seria necessário acrescentar como eram de fato as condições encontradas;
5: Errado. A expressão "especialmente a transmitida por Montaigne" é aposto e explica a expressão "imagem idealizada". Na reescrita como propõe o item teríamos "A imagem idealizada que criaram inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem, especialmente a transmitida por Montaigne" e o deslocamento do aposto faria com que o entendimento fosse de que se refere ou a "teses", ressalvando-se que a concordância ("a transmitida") no singular tratar-se-ia de uma especificação dentro de um grupo, ou ao termo "bondade", pela maior proximidade e concordância entre os termos. Ainda é necessário ressaltar que o uso da vírgula se faria necessário da mesma forma, já que o aposto sempre vem isolado por pontuação;
6: Certo. O referente de sentido do termo "apresentada" é "uma outra (visão)". O pronome "a" auxilia na identificação da referência e na construção de um trecho posterior mais coeso. No entanto, não é um termo necessário, uma vez que o encadeamento dos termos da oração mostra o referente claramente.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

1 O começo, como se sabe, é a nudez. Nada
impressionou tanto os primeiros europeus que aqui
aportaram quanto a nudez dos nativos. Mais do que o pau-brasil,
4 mais do que os papagaios e as araras, o grande
sucesso da temporada das descobertas foram os índios e
índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus
7 corpos, que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio
e pelo pecado se tomaram de estupefação.
Exemplares de índios eram levados ao Velho
10 Continente para ser exibidos em feiras e festas. Na França,
fizeram grande sucesso. Ficou famosa a festa que, em 1550,
em Rouen, para celebrar a visita do rei Henrique II, teve
13 como principal atração a apresentação de índios do Brasil.
Autores importantes como Montaigne detiveram-se sobre
esses seres miraculosos, que consolavam o europeu já
16 carregado de história e de culpa com uma visão do paraíso.
Fortalecia-se e consolidava-se o mito do bom selvagem.
Rousseau, ele próprio um leitor dos antigos livros sobre as
19 miraculosas terras onde os homens e mulheres andavam nus,
baseia-se no bom selvagem para criar a tese da bondade
natural: o homem é naturalmente bom, a sociedade é que o
22 corrompe. Conseqüência: mudando-se a sociedade, pode-se
mudar o homem. Crie-se uma sociedade mais justa e
eqüitativa e os seres humanos reverterão à primeira natureza
25 da bondade.

Roberto Pompeu de Toledo. **A nudez que solapa e desorganiza**.
In: **Veja**, 29/8/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens de **25** a **33**, a respeito do texto acima.

(1) A substituição de "tanto" (*l*.2) por **mais** e de "quanto" (*l*.3) por **que** preserva a idéia de comparação e a correção gramatical do segundo período sintático do texto.

(2) A expressão "o grande sucesso" (*l*.4-5) inicia a oração principal do período sintático; oração esta que resume as idéias do primeiro parágrafo do texto.

(3) O sinal indicativo de crase em "à vontade" (*l*.6) é exigido pela regência do termo "Mais do que" (*l*.3), que comanda a relação semântica de intensidade construída no período.

(4) Na linha 10, para que as regras gramaticais exigidas na redação de um documento oficial sejam respeitadas, é obrigatório que se empregue a forma não flexionada do infinitivo de "ser" porque já foi feita a flexão de plural em "eram" (*l*.9).

(5) Ao se empregar a preposição **em** junto à expressão "a festa" (*l*.11), formando **na festa**, mantêm-se a correção gramatical e a coerência da argumentação.

(6) O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que a "tese da bondade natural" (*l*.20-21) do homem baseou-se na bondade e na religiosidade de índios brasileiros, que foram considerados miraculosos nas cortes européias.

(7) A função explicativa da frase introduzida pelo sinal de dois-pontos na linha 21 permite a substituição desse sinal pela expressão **ou seja**, entre vírgulas, sem prejuízo da correção ou da coerência do texto.

(8) O emprego do verbo "Crie-se" (*l*.23) sugere, no texto, uma hipótese que terá como conseqüência a volta dos seres humanos à sua primeira natureza, a bondade.

(9) A regência do verbo **reverter**, ao exigir o sinal indicativo de crase em "à primeira natureza" (*l*.24), mostra que o verbo **reverter** está empregado, nessa oração, com a acepção de **voltar**, **retornar**.

1: Certo, "tanto...quanto" é uma locução conjuntiva que indica comparação entre as informações apresentadas nas duas orações que se relacionam. A locução conjuntiva "mais... que" mantém exatamente o mesmo sentido de comparação e não há necessidade de qualquer alteração na escrita das orações para que exista coerência gramatical. O trecho reescrito ficaria "Nada impressionou mais os europeus que aqui aportaram que a nudez dos nativos";

2: Certo. "O grande sucesso da temporada das descobertas foram os índios e índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus corpos", centrada no verbo "foram", é a oração principal do período, pois possui outras orações que se conectam e dependem dela e que cumprem função sintática de termos da oração principal. São orações dependentes a oração subordinada adverbial consecutiva "que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio e pelo pecado se tomaram de estupefação", que traz uma consequência da surpresa que a nudez causou nos europeus, e as orações subordinadas adverbiais comparativas "Mais do que o pau-brasil" e "mais do que os papagaios e as araras", que comparam em grau de superioridade a nudez e outras novidades da terra recém-descoberta. Podemos observar na

oração principal a síntese do impacto da nudez na visão dos europeus sobre o novo mundo, já que resume em poucas palavras e retoma a primeira ideia do texto;
3: Errado, "à vontade" é uma locução adverbial de modo feminina singular e iniciada por preposição "a" mais artigo "a". O uso da crase não depende da regência de palavras anteriores, mas sim da constituição da expressão. Além disso, o termo "mais do que" indica relação de comparação com a oração principal e não comanda a intensidade de outros termos do período;
4: Errado. "Ser" é a forma nominal do infinitivo do verbo e compõem a locução verbal da voz passiva ("serem" é verbo auxiliar e "exibidos" é verbo principal) que faz parte de uma oração subordinada adverbial final reduzida. Na oração reduzida, o sujeito não é explícito, apesar de ser possível encontra seu referente de significado facilmente (índios). Apesar do referente plural, ao se usar o infinitivo sem o sujeito declarado, o foco da mensagem está na ação e não a quem ela se refere, o que permite o uso do infinitivo não flexionado "ser". Poderia ser usada também a forma flexionada sem qualquer prejuízo à correção gramatical da frase, e teríamos "exemplares de índios eram levados ao Velho Continente para serem exibidos em feiras e festas.";
5: Errado. "A festa" é sujeito do verbo "ficou" e rege também o termo "famosa", que funciona como predicativo do sujeito. Ao se acrescentar a preposição, o termo muda de função sintática na oração, tonando-se um adjunto adverbial de lugar, e ela se tornaria incoerente pela ausência de sujeito. A leitura seria de que alguém, que não sabemos quem, ficou famosa na festa;
6: Errado. O texto caracteriza o índio como miraculoso devido à visão que os portugueses tinham sobre como os nativos se sentiam à vontade com a nudez e como não carregavam em si as amarras da sociedade portuguesa. Era uma visão de pureza por sua liberdade. Não há no texto qualquer referência à bondade ou à religiosidade dos índios, ou até mesmo se os portugueses os consideravam miraculosos, apenas sabemos que sua forma de vida inspirou visões que criticavam os modelos de sociedade europeus. Não é possível, portanto, fazer inferências quanto às informações propostas no item;
7: Certo. Tanto a expressão "ou seja" como os dois pontos são formas de relacionar informações com suas explicações ou exemplificações. "Ou seja" é uma expressão explicativa usada para se dizer uma mesma coisa em outras palavras, o que substitui com coerência a relação de aposto estabelecida pelos dois pontos, uma vez que ambos têm o mesmo objetivo. Gramaticalmente, não há prejuízo, pois a alteração não causa incoerências sintáticas;
8: Certo. O verbo está conjugado no tempo presente do modo subjuntivo, o que transmite a ideia de algo que pode acontecer, mas não é certo ainda. Apresenta uma hipótese do possível. Se a possibilidade de uma sociedade mais justa se concretiza, a consequência proposta por Rousseau também se torna verdadeira. Tal condição é estabelecida no período anterior: "mudando-se a sociedade, pode-se mudar o homem.";
9: Certo. O verbo "reverter", no sentido de "retornar (à condição inicial, ao ponto de onde se partiu etc.); retroceder, regressar" (dicionário Houaiss), é classificado como transitivo indireto e exige a preposição "a" para seus objetos. O objeto do verbo, "à sua primeira natureza" possui crase pois, além da regência do verbo, há o artigo definido feminino "a", que acompanha o termo "natureza".

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Uma pessoa pode nascer e ser criada em condições
domésticas adversas ao desenvolvimento do amor próprio e
da auto-confiança e, ainda assim, encontrar recursos
4 psicológicos suficientes para fazer escolhas que permitam
mudar sua vida para melhor. Os tempos que correm são
propícios à imputação de culpas coletivas, de crença em
7 destinos definidos por raça ou classe social. Essas grandiosas
noções esquemáticas são imperfeitas porque minimizam o
poder de decisão individual das pessoas.

Carta ao leitor. *In*: **Veja**, 4/7/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os próximos itens, a respeito das estruturas linguísticas e da organização das ideias no texto acima.

(1) As estruturas lingüísticas do texto mostram que tanto "adversas" (*l*.2) quanto "propícios" (*l*.6) exigem complementos regidos pela preposição **a**.

(2) A presença da preposição **de** antes do termo "auto-confiança" (*l*.3) indica que esse termo é complemento de "desenvolvimento" (*l*.2), e não de "condições domésticas" (*l*.1-2).

(3) A oração iniciada por "e, ainda assim, encontrar" (*l*.3) apresenta uma idéia de conseqüência que se associa, por subordinação, à anterior.

(4) Os verbos no infinitivo, "nascer" (*l*.1), "encontrar" (*l*.3), "fazer" (*l*.4) e "mudar" (*l*.5) subordinam-se a "pode" (*l*.1); por isso, subentende-se "Uma pessoa" (*l*.1) como sujeito textual desses verbos.

(5) Os pronomes "que" (*l*.4) e "sua" (*l*.5) tomam como referência substantivos já explicitados no texto; por isso, funcionam como elementos coesivos de construção textual.

(6) A expressão "Essas grandiosas noções esquemáticas" (*l*.7-8) retoma as idéias de "amor próprio" (*l*.2), "auto--confiança" (*l*.3) e "recursos psicológicos" (*l*.3-4).

1: Certo. O adjetivo "adversas" exige a preposição para o seu complemento, como mostra a combinação prepositiva que o introduz: "ao desenvolvimento". A preposição "a" foi associada ao artigo masculino "o" que acompanha o substantivo "desenvolvimento". O termo regido pelo adjetivo "propícios" se inicia por crase, resultado da associação entre a preposição "a" e o artigo definido feminino "a" que acompanha o termo "imputação". Temos, portanto, dois casos de regência nominal de adjetivos que pedem a preposição "a";
2: Certo. Caso fosse complemento de "condições domésticas", seria regido pelo qualificador "adversas" e deveria vir introduzido pela preposição "a", exigida pela regência do adjetivo. Já o substantivo "desenvolvimento" rege a preposição "de" para seus complementos, como acontece com as expressões "do amor próprio" e "da autoconfiança". Trata-se, portanto, de um termo com dois complementos. A análise gramatical da regência auxilia na compreensão do texto, uma vez que indica os referentes e permite analisar as relações que se estabelecem entre as partes do texto;

3: Errado. Podemos substituir, sem prejuízo de sentido, a expressão “e, ainda assim,” por “mas”. A relação que se estabelece entre as orações é de coordenação, ou seja, são orações sintaticamente independentes, e trata-se de uma relação de adversidade. A segunda oração apresenta uma ideia oposta àquela apresentada na primeira: o que se espera de alguém que nasce e se cria em condições adversas é que não encontrem os recursos para mudar sua vida, no entanto, a informação da segunda oração diz exatamente o oposto, que é possível encontrar esses recursos;
4: Errado. Os verbos “nascer”, “encontrar” e “fazer” representam complementos do verbo “pode”, na forma de orações reduzidas em infinitivo, e possuem o mesmo sujeito “uma pessoa”. No entanto, o verbo “mudar” é subordinado à forma verbal “permitam” que tem como sujeito significativo o termo “escolhas”, e possui o mesmo sujeito significativo;
5: Certo. Pronomes são, por excelência, elementos coesivos, uma vez que retomam termos anteriores, evitam a repetição deles e estabelecem relações de significado, trazendo ao texto coerência e agilidade. O pronome relativo “que” substitui o termo “mudanças” na oração subordinada adjetiva “que permitam mudar sua vida para melhor”, ao mesmo tempo que estabelece a relação dessa oração com a sua principal. Já o pronome “sua” retoma o termo “uma pessoa”(l.1), estabelecendo relação de posse entre ela e a vida;
6: Errado. A expressão “essas grandiosas noções esquemáticas” retoma as expressões “imputação de culpas coletivas” e “crença em destinos definidos por raça ou classe social”, pois são indicadoras de imobilidade pessoal perante o contexto coletivo, como propõe a informação subsequente “porque minimizam o poder de decisão individual das pessoas”. Além disso, o pronome demonstrativo “essas” indica proximidade da informação referida, o que impede que se refira aos termos propostos no item, textualmente distantes.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Empurrado pela falta de perspectivas e por um
presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o
seu país rumo a uma terra distante, que promete prosperidade
4 e bem-aventurança aos que tiverem coragem, perseverança
e disposição para pegar no pesado. O objetivo dos viajantes
é um só: trabalhar duro, economizar ao máximo e voltar para
7 casa, de bolsos cheios, o mais rápido possível. O passar do
tempo, as circunstâncias históricas e o curso da vida, no
entanto, fazem com que essa volta seja sucessivamente
10 adiada, até acabar definitivamente esquecida. E assim, para
os filhos dos filhos desses viajantes, a terra distante passa a
ser aquela que seus antepassados deixaram um dia.

Veja, 12/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base nas estruturas linguísticas, nos aspectos textuais e nas ideias apresentadas no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Apesar da possibilidade, textual e argumentativa, de se usar a paráfrase **algumas pessoas** para a expressão “um grupo de pessoas” (*l*.2), essa substituição desrespeitaria a correção gramatical do texto.

(2) Na argumentação do texto, “uma terra distante” (*l*.3) e “a terra distante” (*l*.11) referem-se à mesma **terra**.

(3) Embora se altere o modo verbal empregado, preservam-se a coerência de argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir “tiverem” (*l*.4) por **tem**.

(4) Como o vocábulo “possível” (*l*.7) desempenha função de adjunto adverbial, deveria ser grafado como **possivelmente**, já que possível é adjetivo e não advérbio.

(5) Na organização da coesão textual, a expressão “essa volta” (*l*.9) retoma a frase iniciada por “voltar para casa” (*l*.6-7).

(6) Subentende-se do desenvolvimento das idéias do texto que as novas gerações, descendentes dos viajantes, optam por permanecer na terra que lhes deu prosperidade.

1: Certo. “Um grupo de pessoas” funciona como sujeito do verbo “decide” e seu núcleo é a palavra “grupo”. É com o núcleo que o verbo concorda em número e pessoa (3ª do singular). Ao se fazer a alteração de “um grupo de pessoas” para “algumas pessoas”, o núcleo do sujeito passa a ser a palavra “pessoas” e exige do verbo a concordância na 3ª pessoa do plural, “decidem”. Portanto haveria realmente prejuízo à gramática do texto, como afirma o item. É importante ressaltar que a expressão “um grupo de pessoas” admite dupla concordância. O verbo está corretamente no texto original concordando com o núcleo “grupo”. No entanto, também seria possível a escrita como “um grupo de pessoas decidem”, em que o verbo concorda com o qualificador “pessoas”, que, apesar de sua função sintática de adjunto adnominal, é também o termo que carrega o principal significado no sujeito;
2: Errado. Na linha 3, a expressão “uma terra distante” se refere ao país para onde imigra o grupo de pessoas, como visto no trecho “um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante”. Já na linha 11, “a terra distante” é o país de onde emigrou esse grupo de pessoas, como mostra a frase “ser aquela que seus antepassados deixaram um dia”. É importante notar que o uso da mesma expressão para tratar de referentes diferentes causa certa dificuldade na interpretação e pode ser um problema na interpretação da coesão textual. É exatamente essa confusão que o item aborda. Há, no entanto, intenção do autor em repetir a mesma expressão para designar lugares diferentes;
3: Errado. O problema na alteração sugerida pelo item está na concordância entre verbo e seu sujeito. O sujeito da oração original é plural, representado no pronome “os”, que compõem a expressão “aOS que”. Para se fazer a alteração, seria necessário que o verbo estivesse conjugado também na 3ª pessoa do plural, ou seja, a forma verbal “têm”, acentuada. Sem o acento gráfico, o verbo está conjugado no singular e não concordaria com o sujeito. Não haveria, no entanto, prejuízo gramatical ou de coerência em alterar o tempo do verbo “ter” do futuro do subjuntivo (tiverem) para o presente do indicativo (têm),

apesar de existir sutil alteração na mensagem que é transmitida. O futuro do pretérito indica uma hipótese, enquanto o presente do indicativo indica algo real;
4: Errado. Possível é um adjetivo. No texto, a palavra deve ser vista como parte integrante da expressão "o mais... possível", em que a palavra possível aparece ligada e concordando com o artigo que a antecede. A expressão inteira funciona como adjunto adverbial de intensidade ao adjetivo "rápido". Analisar o termo isoladamente traria prejuízo à sua compreensão sintática. Caso o termo fosse substituído pelo advérbio "possivelmente", haveria prejuízo de coerência textual e de correção gramatical;
5: Certo. O pronome demonstrativo "essa" busca seu referente em informação anterior do texto. Trata-se de um típico elemento de coesão textual. O substantivo que o acompanha, "volta", retoma no campo semântico o verbo "voltar", trazendo para a nova informação a ser apresentada o que foi dito anteriormente como referência;
6: Errado. A expressão-chave para inferir a informação sobre o movimento dos descendentes é "terra distante". No início do texto se lê "Empurrado pela falta de perspectivas e por um presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Essa terra distante é o país que recebe o grupo de pessoas e apresenta novas possibilidades. Ao se retomar a expressão ao fim do texto, o autor mostra que os descendentes desse grupo de pessoas buscam outra terra distante, com novas possibilidades. Exatamente aquela deixada pelos antepassados e que não apresentava perspectivas para a geração anterior. É possível subentender, então, que os descendentes optam por deixar a terra que trouxe prosperidade aos antepassados e buscam prosperidade exatamente naquela terra que não trouxe aos que vieram antes.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007)

O BATE-E-VOLTA DOS IMIGRANTES

Uma pesquisa recém-concluída mostra que, entre 1896 e 1920, 1,1 milhão de imigrantes estrangeiros desembarcaram no Porto de Santos. Destes, 63% decidiram deixar o Brasil nesse mesmo período. Quase 60% dos imigrantes frustrados voltaram para seu país de origem e o restante preferiu tentar a sorte em um novo destino

IMIGRANTES QUE DEIXARAM O PAÍS

72% > dos alemães
64% > dos italianos
54% > dos portugueses
44% > dos espanhóis
9% > dos japoneses

Veja, 5/12/2007 (com adaptações)

Considerando as informações do texto verbal e do gráfico apresentados acima, julgue os itens de 1 a 4.

(1) A informação do texto verbal mais diretamente relacionada às informações do gráfico é apresentada pela expressão "imigrantes estrangeiros", porque o gráfico mostra como se distribuem, por nacionalidade, os imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos.

(2) A organização das idéias do texto permite a inserção do sinal de dois-pontos depois de "mostra" (*l*.2), sem prejuízo da correção gramatical.

(3) Subentende-se, das informações apresentadas, que se qualifica como "frustrados" (*l*.8) o grupo de imigrantes a que se refere o termo "Destes" (*l*.5).

(4) O desenvolvimento das idéias do texto admite a inserção do termo **dos imigrantes frustrados** depois de "restante" (*l*.10); mas, nesse caso, seria obrigatória a flexão do verbo **preferir** no plural, para que fosse respeitada a correção gramatical.

1: Errado. A expressão do texto verbal que se relaciona mais diretamente com o gráfico é "imigrantes frustrados". Isso pode ser observado pelo título dado à tabela: "Imigrantes que deixaram o país". Ao usar o termo "imigrantes", o texto trata de pessoas que chegaram a uma terra nova, e depois deixaram essa terra. O país do título é, portanto, o Brasil e os números indicam aqueles que desembarcaram no porto de Santos, mas que não permaneceram no país;
2: Errado. A inserção do sinal de dois-pontos após "mostra" é possível. No entanto, haveria excesso de elementos de coesão, uma vez que a pontuação exerceria a mesma função da conjunção "que", a de introduzir um complemento ao verbo "mostra". Para que os dois-pontos fossem usados seria, então, necessário retirar a conjunção "que". Caso contrário há prejuízo da correção gramatical;
3: Errado. O pronome demonstrativo "estes", acompanhado da preposição "de", retoma uma informação apresentada imediatamente anterior no texto. Trata-se, portanto, o grupo dos imigrantes "que desembarcaram no Porto de Santos". A ideia do texto é que desse grupo total que desembarcou 63% não permaneceu. O pronome demonstrativo funciona como elemento de coesão e retoma algo anteriormente dito para lhe acrescentar novos dados em uma parte posterior do texto;
4: Errado. É possível inserir a expressão "imigrantes frustrados" como qualificador de "restante". Como funcionaria como um qualificador, ou seja, um adjunto adnominal, o núcleo do sujeito, a que se refere o verbo continua o termo "restante", no singular. Portanto, não haveria necessidade de mudança na concordância do verbo, que permaneceria correto no singular. Também é importante notar que a inserção da expressão como qualificador seria um excesso e prejudicaria a coesão textual, uma vez que a expressão se repetiria em um espaço muito curto no texto. A coesão é boa e o referente claro apenas com o termo "restante", que claramente retoma a expressão presente linhas antes.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

1 Estou comendo umas empanadas e bebendo um
vinho, ao entardecer, em uma modesta casa em Assunção,
capital do Paraguai. Há qualquer coisa de meigo por aqui.
4 E não é só porque entendem o português e aceitam o real
como moeda. Há uma simpatia pelo Brasil, apesar de nosso
fantasma imperialista, que vem desde aquela maldita guerra
7 que arrasou o país. E isso é curioso porque minha geração
dizia que imperialistas eram os norte-americanos. Mas aqui
dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é
10 leonino contra o Paraguai.

Affonso Romano de Sant'Anna. **Ali, no Paraguai.** *In*: **Correio Braziliense**, 16/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base nos aspectos sintático-semânticos do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O deslocamento da expressão "em uma modesta casa em Assunção," (*l*.2) para o início do período sintático, com os devidos ajustes nas letras maiúscula e minúscula, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(2) O emprego da flexão de plural nos verbos "entendem" (*l*.4), "aceitam" (*l*.4) e "dão" (*l*.9) marca gramaticalmente um sujeito indeterminado que se depreende, pelo discurso, como **paraguaios**.

(3) A organização sintático-semântica do texto nas linhas 3 e 4 permite, sem prejuízo da correção gramatical, assim se iniciar o quarto período: É porque há uma simpatia.

(4) Conclui-se, da argumentação do texto, que a "represa de Itaipu" (*l*.9) é uma demonstração do imperialismo norte-americano no Paraguai.

(5) Na linha 9, o pronome relativo "cujo" estabelece a relação de posse entre "represa de Itaipu" e "contrato".

1: Errado. O termo "Assunção", que faz parte da expressão, recebe um aposto: "capital do Paraguai", e o aposto deve sempre estar imediatamente após o termo que explica. A expressão "em uma modesta casa em Assunção" funciona como adjunto adverbial de tempo na oração e, como tal, pode ser colocada em diversas posições, se respeitar as regras de pontuação e a coerência textual e de acordo com as intenções comunicativas do autor (a informação apresentada antes na oração adquire maior importância, apesar de não alterar a essência da mensagem). A oração reescrita, como sugere o item, seria: "Em uma modesta casa em Assunção, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer, capital do Paraguai". Para que a seja coerente, seria necessário que o aposto acompanhasse o termo que explica: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer". A alteração dessa forma estaria gramaticalmente correta, no entanto soa estranha pela falta de ordenação no uso dos adjuntos adverbiais. O mais natural seria que o adjunto adverbial de tempo, "ao entardecer", acompanhasse a posição do de lugar: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, ao entardecer, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho.";
2: Certo. Quando não há sujeito explícito ou identificado anteriormente, não é possível determinar a que se refere o verbo, se conjugado na terceira pessoa do plural. Não é possível identificar claramente no texto, ou nomear gramaticalmente, quem são aqueles que "entendem", "aceitam" ou "dão". Há, portanto, a ausência do referente do sujeito sintático, o que classifica o sujeito como indeterminado. No entanto, pelo contexto, é possível inferir que, já que o narrador está no Paraguai, esteja falando do povo desse país, mesmo sem a presença sintática do referente;
3: Certo. O período que se inicia por "Há uma simpatia pelo Brasil" estabelece uma relação de causa com o período "Há qualquer coisa de meigo por aqui", assim como o período "E não é só porque entendem o português e aceitam o real como moeda" também o faz, de forma negativa (a causa da meiguice não é só essa). A ausência do conectivo "porque" não causa prejuízo à leitura, justamente pela presença no período anterior. No entanto, é possível retomá-lo para a causa da afirmativa sem qualquer prejuízo. Seria uma repetição de estilo e adequada à coesão textual;
4: Errado. O último período do texto, "mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é leonino contra o Paraguai", retoma a informação dada em "apesar de nosso (Brasil) fantasma imperialista". A confusão de referente para o exemplo de imperialismo pode ser decorrente da oração encaixada entre a primeira e a segunda informação, uma curiosidade dada pelo autor de como a sua visão não condiz com o que a história conta: o Brasil é exemplo de imperialismo para os paraguaios, mas o próprio Brasil se sentiu alvo do imperialismo americano. Para entender as referências do fim do texto é necessário analisar o adjunto adverbial "aqui" em relação com o início do texto, em que o autor diz estar na capital do Paraguai, país assombrado pelo fantasma imperialista do Brasil ("desde aquela maldita guerra"). Outro importante fator é o conhecimento do leitor a respeito de Itaipu, a usina binacional Brasil-Paraguai. Em posse desse dado, não há porque existir confusão entre quem demonstra imperialismo com a represa;
5: Certo. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao separar as duas orações que compõem o período, teríamos:" (1) "Mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu" e (2) O contrato da represa de Itaipu é leonino contra o Paraguai". Podemos ver, então, que a relação entre "contrato" e "represa de Itaipu" é de posse e intermediada pelo pronome cujo.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

1 **Veja** — Quais são os riscos embutidos nesse projeto
de grande país?
Carvalho — É quase impossível um país como o
4 Brasil não exercer um papel de liderança regional, pelo
menos em relação a nações menores e de médio porte.
A idéia é tentadora, exatamente pelo tamanho do país e seus
7 recursos. O risco é que acabemos por desviar a atenção dos
problemas internos em busca do sonho de grandeza externa.
Hoje não há liderança externa sem que a casa esteja
10 arrumada. Não só na economia, mas principalmente no bemestar
da população.

Entrevista de José Murilo de Carvalho a **Veja**, 26/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens que se subseguem, a respeito do trecho de entrevista acima.

(1) Uma reescrita para o início da resposta do entrevistado, que eliminasse a dupla negativa — "impossível" e "não" — e respeitasse a correção gramatical e a coerência do texto, seria: É quase possível um país como o Brasil exercer um papel...

(2) A ausência de sinal indicativo de crase em "a nações" (*l.*5) respeita as regras gramaticais, pois o substantivo não está determinado por artigo.

(3) Do desenvolvimento das idéias do texto, depreende-se que "A idéia" (*l.*6) refere-se tanto a "projeto de grande país" (*l.*1-2) quanto a "papel de liderança regional" (*l.*4).

(4) A síntese objetiva da resposta à pergunta está na afirmação do período iniciado por "O risco é que" (*l.*7).

(5) O emprego coloquial de "acabemos por desviar" (*l.*7), admissível em um diálogo, deve ser substituído por **acabamos por desviar** em um texto de documento oficial, para que sejam respeitadas as regras do padrão culto da língua.

(6) Subentende-se, como oração principal da última frase da resposta: Não há liderança externa.

1: Errado. Da forma como foi reescrito, o trecho apresentou diferença de significado com o original principalmente pela presença do advérbio de intensidade "quase". "Quase possível" não é oposto a "quase impossível", já que o advérbio indica que algo "está próximo de ser". Para que a coerência fosse mantida, seria necessário alterar essa palavra por um advérbio de sentido positivo, por exemplo, "é bem possível um país como o Brasil exercer um papel de liderança regional";
2: Certo. O "a" que introduz a palavra "nações" é a preposição regida pelo substantivo "relação" para seu complemento. Esse complemento, "nações", está no plural e se viesse acompanhado de artigo, este deveria concordar em número e gênero com o substantivo; teríamos a presença de "as" antes de "nações". Caso o artigo estivesse presente, seria feita a contração das duas vogais "a", a preposição pedida por "relação" e o artigo determinante de "nações". Teríamos: "em relação às nações menores". A ausência do artigo no texto original não prejudica o entendimento do texto. É, na verdade, um recurso argumentativo, uma vez que não determina as nações lideradas, tornando o entendimento do leitor sobre elas generalizado, ou seja, não é necessário saber quais são;
3: Certo. A partir da pergunta feita, o entrevistado constrói seu raciocínio do que é o "projeto de grande país" colocando-o como "liderança regional". A expressão "a ideia" é uma retomada desse raciocínio na medida em que compara o país, de grande tamanho e recursos, com nações de menor porte. A sequência dos três termos que se referem acrescentando novas informações é um recurso de coesão do texto e torna-o mais dinâmico e fácil de ler, uma vez que colabora no encadeamento das ideias ao longo da leitura;
4: Certo. Nas primeiras linhas da resposta, o entrevistado contextualiza o leitor no campo temático de que trata, explicando o porquê de o Brasil ser um projeto de grande país, antes de apresentar os riscos que pode correr nessa posição. A retomada do termo "risco(s)" indica que, após esse primeiro momento, o entrevistado irá responder diretamente ao questionamento proposto. O uso da mesma palavra é uma repetição necessária e colabora na coesão das ideias entre pergunta e resposta;
5: Errado. A forma "acabemos" no texto original está correta. Trata-se da conjugação do verbo na primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo. O modo subjuntivo indica que a informação não possui necessariamente referente no mundo real, propondo uma hipótese ou desejo. Podemos ler a informação como: caso venha a se concretizar o projeto de grande país, pode ser que se desvie a atenção dos problemas internos em busca do sonho de grandeza externa. O usa da 1ª pessoa do plural é devido à posição em que o entrevistado se coloca, a de brasileiro e parte do projeto de grande país, e, portanto, também parte das possíveis consequências. No entanto, a conjugação utilizada não é comum e o item se aproveita da sonoridade estranha para propor outra resposta correta;
6: Errado. No último período do texto não há qualquer elemento de coesão que retome trechos anteriores. Portanto, gramaticalmente, a maior probabilidade recai sobre a conexão da oração com o termo mais próximo. Analisando o sentido do trecho, a possibilidade se confirma: a casa é que deve estar arrumada tanto na economia, como no bem-estar da população.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

1 O ser humano nos é revelado em sua complexidade:
ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente
cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela
4 qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos
totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente
culturais. O que há de mais biológico — o sexo, o
7 nascimento, a morte — é, também, o que há de mais
impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais
elementares, como comer e beber, estão estreitamente ligadas
10 a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja,
ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades
mais culturais — falar, cantar, dançar, amar, meditar —
13 põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos, portanto,
o cérebro.
A partir daí, o conceito de homem tem dupla entrada:
16 uma entrada biofísica, uma entrada psicossociocultural; duas
entradas que remetem uma à outra.
À maneira de um ponto de holograma, trazemos, no
19 âmbito de nossa singularidade, não apenas toda a
humanidade, toda a vida, mas também quase todo o cosmo,
incluso seu mistério, que, sem dúvida, jaz no fundo da
22 natureza humana.
Eis, pois, o que uma nova cultura científica pode
oferecer à cultura humanística: a situação do ser humano no
25 mundo, minúscula parte do todo, mas que contém a presença
do todo nessa minúscula parte. Ela o revela,
simultaneamente, em sua participação e em sua estranheza ao
28 mundo. Assim, a iniciação às novas ciências torna-se, ao
mesmo tempo, iniciação à nossa condição humana, por
intermédio dessas ciências.
31 Paradoxalmente, são as ciências humanas que, no
momento atual, oferecem a mais fraca contribuição ao estudo
da condição humana, precisamente porque estão desligadas,
34 fragmentadas e compartimentadas. Essa situação esconde
inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade, e
esconde o próprio ser humano. Tal como a fragmentação das
ciências biológicas anula a noção de vida, a fragmentação
das ciências humanas anula a noção de homem. Assim,
Lévi-Strauss acreditava que o fim das ciências humanas não
40 é revelar o homem, mas dissolvê-lo em estruturas.
Seria preciso conceber uma ciência antropossocial
religada, que concebesse a humanidade em sua unidade
43 antropológica e em suas diversidades individuais e culturais.

Edgar Morin. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 40-1 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base no texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No primeiro parágrafo, é apresentada a tese de que a complexidade do ser humano se evidencia na indissociabilidade dos planos biofísico e cultural.

(2) No primeiro período, considerando-se o paralelismo sintático, "ser", na segunda ocorrência, deve ser interpretado como substantivo.

(3) Nas linhas 3 e 4, as expressões adverbiais "por meio do qual", "pela qual" e "com a qual" denotam circunstância irrelevante para a construção da idéia principal que o autor do texto defende a respeito da complexidade humana.

(4) Nas linhas 3 e 4, na associação de órgãos do corpo humano à atividade que eles desenvolvem, representada por verbo, o emprego da vírgula é fundamental na construção do paralelismo sintático.

(5) As expressões "O que há de mais biológico" (.6) e "ao que há de mais especificamente cultural" (.11) revelam que o autor reconhece duas naturezas distintas no ser humano e a especificidade de cada uma delas.

(6) Se, nas linhas 6 e 7, em vez dos travessões, tivessem sido empregadas vírgulas, estaria correta a flexão do verbo **ser** na 3.ª pessoa do plural (**são**).

(7) Na linha 10, os vocábulos nominais coordenados integram o campo semântico de "cultura" (.8).

(8) Mais do que uma relação dialética entre natureza e cultura, o autor revela visão maniqueísta sustentada em dicotomia extrema, explicitada no trecho "o conceito de homem tem dupla entrada" (.15).

(9) Os vocábulos "biofísica" e "psicossociocultural" (.16), formados por composição, expressam, na morfologia, a proposta de abordagem interdisciplinar no estudo do ser humano apresentada por Edgar Morin.

(10) As acepções do vocábulo "holograma" (.18) são: *filme fotográfico em que se fixa imagem hográfica*; *gráfico que evidencia a presença do todo na parte e da parte no todo*. No texto, vigora a segunda acepção.

(11) A omissão da vírgula empregada após "mistério" (.21) iria alterar a informação expressa, visto que seria introduzido um sentido restritivo.

(12) A referência do pronome "Ela" (.26) é a expressão "uma nova cultura científica" (.23).

(13) Segundo o autor do texto, o conceito de homem tem duas entradas, que, embora remetam uma à outra, devem ser separadas para que as ciências humanas tenham condições de explicitar a noção de homem.

(14) A ciência antropossocial religada é uma área das ciências humanas que, historicamente, concebe o ser humano em uma perspectiva fragmentada, que despreza a complexidade da cultura.

(15) Edgar Morin cita Lévi-Strauss como o precursor da abordagem científica da antropologia social orientada para a diversidade da humanidade.

(16) Segundo o autor do texto, as ciências biológicas têm-se destacado porque não anulam a noção de homem, apesar de diluírem a noção de vida.

1: Certo. A afirmação se prova verdadeira já no início do parágrafo: "O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural." Trata-se da tese do texto, a ser desenvolvida tanto no primeiro parágrafo (na citação de ações culturais e órgãos do corpo) como no desenvolvimento de toda a argumentação. Um texto argumentativo tende a se iniciar evidenciando qual o assunto tratado e que postura tomar diante dele, exatamente como ocorre aqui;

2: Certo. O paralelismo sintático consiste em relacionar termos em seus significados por aparecerem em um encadeamento de funções sintáticas idênticas ou um encadeamento de orações de valores sintáticos iguais. O termo "ser" aparece na primeira linha acompanhado do artigo "o", do adjetivo "humano" e funciona como sujeito da oração. Podemos lê-lo na segunda linha da mesma maneira: "um ser que é, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural". É possível que seja entendido como verbo, uma vez que a ideia de "ser" está implícita pela caracterização que se dá do ser humano e que, numa oração completa, apareceria como citado na interpretação da leitura (um ser que é). No entanto, ao se observar o paralelismo entre a primeira e a segunda oração, deve-se admitir o termo com diretamente correlacionado ao do primeiro período, e, portanto, com a mesma função de sujeito;

3: Errado. As expressões citadas são pronomes relativos associados a preposições, pronomes que introduzem orações subordinadas adjetivas e relacionam as duas partes constituintes da complexidade humana. O termo da oração principal, biológico, aparece substituído pelo pronome como adjunto adverbial de instrumento do verbo da oração subordinada. Ao reescrever as orações separadamente teríamos: (1) "O cérebro, a boca, a mão são órgãos totalmente biológicos (...)" e (2) "Pensamos por meio do cérebro, falamos pela boca, escrevemos com a mão". A ausência dessas expressões prejudicaria a coerência textual e a ausência completa das orações subordinadas traria dano argumentativo ao texto, uma vez que a relação base da complexidade não seria descrita;

4: Certo. Em todos os casos, a expressão entre vírgulas é uma oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, caracterizam os elementos biológicos, que aparecem na oração principal, como instrumentos da ação cultural. A presença das vírgulas denota que as orações explicam como os elementos do corpo funcionam como instrumentos de ações culturais. Se não houvesse vírgulas, a classificação das orações seria como subordinada adjetiva restritiva e isso transformaria o entendimento delas. Elas são fundamentais, tanto argumentativamente como sintaticamente na construção completa do período;

5: Certo. Desde o início do texto, o autor relaciona as funções biológicas às funções culturais do ser humano como interdependentes e indissociáveis. As expressões deixam clara a argumentação do autor em perceber que, apesar de unidas, são duas partes distintas e que podem ser vistas como tais até o ponto em que não prejudicam a compreensão global da complexidade humana. "o que há de mais" indica que são questões reconhecidamente marcantes em determinado âmbito do entendimento humano, já que o autor as coloca como exemplos máximos de atividades biológicas ou culturais. Essa separação é argumentada posteriormente no texto como necessária, mas exagerada;

6: Errado. A concordância do verbo ser na linha 3 se faz com o seu sujeito sintático, o pronome demonstrativo "o", no singular. Entre travessões, assim como seria entre vírgulas, temos um aposto que exemplifica o que é que há de mais biológico, no entanto não interfere sintaticamente na relação entre sujeito significativo e predicado;

7: Certo. A sequência de substantivos na linha 10 funciona como complemento nominal do adjetivo "ligadas" e são todos introduzidos pela preposição "a", que não se repete porque todos os vocábulos cumprem a mesma função sem alteração gramatical. A retomada do campo semântico da cultura, que surgiu na linha 8, fica clara no trecho introduzido pela expressão explicativa "ou seja", que resume todos os vocábulos em "o que há de mais especificamente cultural", expressão também ligada ao adjetivo "ligadas" pela mesma preposição e que cumpre a mesma função sintática;

8: Errado. Durante toda a sua argumentação, o autor visa claramente condenar a visão maniqueísta e isolada das duas áreas da complexidade humana. A expressão que finaliza explicação iniciada na linha 15 deixa claro que não é possível tratar essas áreas como inimigas e incompatíveis, uma vez que sempre "remetem uma à outra" e, portanto, devem manter constante diálogo para que façam sentido. Trata-se de uma dupla entrada, mas que interferem diretamente uma na outra, e separá-las como partes distintas faz com que o estudo de ambas seja enfraquecido;

9: Certo. Palavras formadas por composição são aquelas que unem dois ou mais radicais de significados distintos para a criação de um novo termo. Como há mais de um radical, há mais de um campo semântico abordado. No total dos dois termos, temos cinco radicais: "bio", "física", "psico", "sócio" e "cultural". Juntos, esses radicais denotam a pluralidade com que deve ser tratada a questão. Por estarem compostos em termos complexos, se mostram indissociáveis, inter-relacionados e interdependentes;

10: Certo. A segunda acepção do termo indica que estão relacionados parte e todo e que um é visível no outro. Como segue o texto a partir da linha 19, vemos que o autor defende que no singular é possível enxergar toda a existência, ao mesmo tempo em que todo o mistério da existência reside na singularidade humana. Portanto se enxerga o todo a partir da visão do singular ao mesmo tempo em que se vê que esse todo existe dentro do que é único que participa do todo, como se lê no trecho "a situação do ser humano no mundo, minúscula

parte do todo, mas que contém a presença do todo nessa minúscula parte (linha 24-26);
11: Certo. O trecho após a vírgula, introduzido pelo pronome relativo “que”, é uma oração subordinada adjetiva explicativa. O pronome relativo relaciona o substantivo “mistério”, que está na oração principal, a uma caracterização sua, a oração subordinada. A presença das vírgulas indica que a oração é explicativa, o que significa que todo o mistério do cosmo está incluso na relação com a vida e jaz no fundo da natureza humana. Sem as vírgulas, a oração subordinada seria restritiva e o sentido da oração seria significativamente alterado. Seria dizer que dentre todo o mistério do cosmo, apenas aquele que está incluso na relação com a vida é que jaz no fundo da raça humana;
12: Anulada. O pronome “ela” deveria funcionar como elemento de coesão entre os trechos do texto. No entanto, a quantidade de informações e a estrutura complexa da frase anterior, não permitem deixar claro qual é o referente do pronome no trecho. Não podemos afirmar com certeza sintática se “ela” se refere a “cultura científica”, “cultura humanística” ou até mesmo “a situação do ser humano” ou “presença”, uma vez que são todas expressões femininas e singulares e o conteúdo relacionado nas linhas 27 e 28 é associável a qualquer uma das expressões. Assim, o item só não seria anulado se tratasse da ambiguidade sintática e de sentido presente no trecho;
13: Errado. É justamente a separação entre as duas entradas de conceito de homem que impede que as ciências humanas expliquem a noção de homem. Justamente por estarem fragmentadas é que as ciências humanas não abordam “inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade”, e, portanto, a noção de homem;
14: Errado. É preciso que se observe dois pontos de discordância entre o item e o texto. Primeiramente, a ciência antropossocial é apresentada como uso do verbo conjugado no futuro do pretérito, “seria necessária” e que, por existir em hipótese de futuro, não pode ser concebida como historicamente ativa. Em segundo lugar, a oração subordinada adjetiva que ajuda a definir antropossocial como uma ciência “que concebesse a humanidade em sua unidade antropológica e em suas diversidades individuais e culturais”, é oposta a uma perspectiva fragmentada e que leva em consideração toda a diversidade e complexidade cultural na sua concepção;
15: Errado. Lévi-Strauss é citado por ter reconhecido na fragmentação das ciências humanas a não-possibilidade de revelar o que é homem, mas sim dissolver esse conceito em estruturas pré-determinadas, a saber, as ciências humanas. A proposta do autor vai na linha contrária à do pensador: não dissolver o homem em diversas abordagens independentes, mas integrá-lo em uma ciência multifacetada; 16: Errado. Segundo a argumentação do autor, as ciências biológicas anulam a noção de vida (linha 17), e não simplesmente a diluem, assim como as ciências humanas anulam a noção de homem. O destaque dado às ciências biológicas no processo argumentativo é por poder oferecerem à cultura humanística a situação do ser humano no mundo (linha 23 a 25).

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C, 11C, 12Anulada, 13E, 14E, 15E, 16E

Texto para a próxima questão

1 Nas nove partes de **Tristes Trópicos**, de Claude
Lévi-Strauss, as reflexões sobre os índios brasileiros se
concentram entre a quinta e a oitava partes do livro.
4 Os nambiquaras, grupo que o antropólogo encontrou nos
sertões do Centro-Oeste, embasaram um dos capítulos-chave
do livro “Lição de Escrita”, que narra como o chefe da tribo,
7 mesmo não sabendo escrever, fingiu que o sabia, numa
mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do
seu povo: rabiscou “garatujas” que deveriam parecer
10 negociações comerciais em pé de igualdade com o homem
branco (no caso, o próprio Lévi-Strauss, forçado a entrar no
jogo). O episódio suscita considerações mais gerais sobre o
13 impacto da escrita na história humana, não tanto como
instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação
política.

Caio Liudvik. **O abc de Tristes Trópicos. Folha de S. Paulo**, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) As informações contidas no texto justificam o título do capítulo “Lição de Escrita” da obra **Tristes Trópicos**.

(2) A colocação do pronome após o verbo em “se concentram” (.2-3) desrespeitaria regra da língua padrão.

(3) Não contraria as idéias desenvolvidas no texto a seguinte análise: o gesto do chefe da tribo, se contextualizado historicamente, revela, por um lado, repetição das práticas dos colonizadores e, por outro, a necessidade de demonstração de poder frente à dominação da cultura estrangeira letrada.

(4) O registro de garatujas feito pelo chefe da tribo compõe uma *mise-en-scène* motivada pelas relações comerciais e sociais assimétricas entre índios e brancos.

(5) De acordo com o autor do texto, o estudo de Lévi--Strauss a respeito dos nambiquaras indica a impossibilidade dos indígenas de receberem a escrita como instrumento de saber civilizatório.

(6) O fato de “Lição de Escrita” ser um dos capítulos--chave do livro de Claude Lévi-Strauss atesta a importância das reflexões sobre os índios brasileiros para o conjunto das partes que compõem a obra **Tristes Trópicos**.

(7) Nas linhas 8 e 9, os pronomes “próprio” e “seu” referem-se a “o chefe da tribo” (.6).

(8) A expressão coloquial “em pé de igualdade” (.10) significa o mesmo que **regidas por eqüidade**.

(9) O segmento “forçado a entrar no jogo” (.11-12) indica que, entre o chefe da tribo e o antropólogo, houve acordo prévio para que o ato formal da negociação fosse escrito.

(10) Nas linhas 14 e 15, a preposição “de” antes de “saber”, “poder” e “dominação política” indica que os termos que ela introduz são subordinados ao núcleo nominal “instrumento” (.14). Utiariti, 17 de janeiro de 1938.

1: Certo. O título do capítulo é de fato justificado pelo texto, uma vez que é apresentado um resumo do conteúdo do capítulo de como o chefe da tribo ensinou a Lévi-Strauss o valor da escrita, mesmo sem de fato saber escrever. No entanto, a ausência de vírgulas para isolar o título do capítulo cria certa confusão na interpretação do texto. Sem conhecimento prévio do leitor, não é claro se “Lição de Escrita” é o título dado a um livro inspirado nos estudos dos índios que foram publicados em “Tristes Trópicos” ou um capítulo de “Tristes Trópico nomeado a partir da experiência. Para que não houvesse ambiguidade e o referente claro do título fosse o capítulo, a frase deveria ser: “(...) embasaram um dos capítulos-chave do livro, “Lição de Escrita”, que narra como o chefe da tribo (...)”. A questão deveria ser revista;
2: Errado. A colocação pronominal é a posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo: antes (próclise), depois (ênclise) e no meio (mesóclise) e deve seguir algumas regras específicas de acordo com o contexto gramatical apresentado. Por exemplo, a próclise é obrigatória em caso de palavra atrativa, por exemplo, de valor negativo. A forma “não concentram-se” seria incorreta. Também é regra que não se inicia período com pronome oblíquo átono, portanto, nesses casos é obrigatória a ênclise: “Se concentram” seria incorreto. Quando não há nenhuma regra que obrigue determinada colocação pronominal, é possível que o autor faça a escolha entre próclise e mesóclise a partir de estilo e naturalidade no discurso. Na frase apresentada no item não há qualquer regra que obrigue ou impeça a mudança da colocação do pronome “se” em relação ao verbo “concentra”. Tanto próclise como ênclise são validadas pela norma culta da língua. A reescrita seria: “as reflexões sobre os índios brasileiros concentram-se entre a quinta e a oitava partes do livro”;
3: Certo. A análise proposta no item é corroborada ao final do texto, em que são explicitadas as relações de poder e dominação da escrita ao longo da história humana. Além disso, o chefe teatraliza a escrita para reafirmar seu poder e para se colocar em grau de igualdade de força com o dominador perante seu povo, como visto no trecho: “numa mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do seu povo”;
4: Certo. A simulação de escrita é uma tentativa do chefe da tribo de se igualar ao homem branco. Isso prova que eram desiguais. O branco dominador, com o poder da escrita, se colocava acima do índio também nas relações comerciais, como demonstrado no trecho “(as garatujas) deveriam parecer negociações comerciais em pé de igualdade com o homem branco”;
5: Errado. A abordagem dada pelo antropólogo a relações entre escrita e sociedade não aborda tanto o processo civilizatório, mas sim as relações de poder estabelecidas pelo domínio do conhecimento, como visto em “O episódio suscita considerações mais gerais sobre o impacto da escrita na história humana, não tanto como instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação política”. Se os índios receberiam ou não a escrita e se ela auxiliaria no chamado processo civilizatório não são questões abordadas pelo texto;
6: Certo. Por ser caracterizado como um capítulo-chave de “Tristes Trópicos”, o texto dá a “Lição de Escrita” posição privilegiada dentro da obra do antropólogo. Os índios, personagens do capítulo, são o objeto de estudo e o meio usado por Lévi-Strauss para a formulação de ideias centrais de suas teorias. Há ressalva a ser feita quanto a coerência no texto sobre o entendimento de “Lição de Escrita” como capítulo. Sem o conhecimento prévio, o leitor poderia entendê-lo como outro livro, devido a falhas na pontuação. (ver item 1 da questão);
7: Certo. Os pronomes funcionam como elementos de coesão do texto, retomando a informação anterior “chefe” e relacionando-a a outras informações posteriores. Não há, na construção do texto, qualquer prejuízo ao entendimento do leitor, uma vez que não existe outro possível referente para os pronomes. Tanto “povo” como “prestígio” são posses claras do chefe e os pronomes indicam essa relação;
8: Certo, “em pé de igualdade” é uma expressão do registro coloquial da língua. “Regidas por equidade” carrega o mesmo significado, mas no registro formal. Ambas carregam a mesma mensagem: a simulação era de que nas relações comerciais existia equivalência de forças entre índios e brancos;
9: Errado. O termo “forçado” indica que o antropólogo não teve escolhas quanto ao seu papel na mise-en-scène. Não é dito no texto de que forma ele foi obrigado, mas fica claro que ele não estava de acordo com o posicionamento do chefe;
10: Certo. O substantivo é caracterizado pelas locuções adjetivas compostas de preposição “de” mais verbo no infinitivo. (de saber, de poder e de dominação política). Como seguem a mesma estrutura, não se faz necessário repetir para cada locução o termo caracterizado. A estrutura confere agilidade e dinâmica na leitura mantendo a coesão e coerência das ideias.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8C, 9E, 10C

Texto para a próxima questão

1 Meu caro senhor,
escrevo-lhe de Utiariti, aonde chegamos ontem, de caminhão, depois
4 de uma viagem difícil.(...)
Da viagem, não direi nada. Esta região do Brasil é um
matagal deserto e desesperador, através do qual viajamos por
7 700 km. Em Utiariti, fomos muito bem recebidos pela equipe do
telégrafo, que nos havia preparado um belo rancho à beira-rio,
localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível, junto do
10 acampamento nambiquara. De modo que lhe escrevo entre uns
quinze homens, mulheres e crianças na nudez mais agressiva (pois,
é uma pena, seus corpos não são bonitos), mas de humor
13 extremamente hospitaleiro, por mais que se trate do mesmo grupo
(e provavelmente dos mesmos indivíduos) que massacrou a missão
protestante de Juruema, há cinco anos. Infelizmente, o trabalho
16 promete ser de uma dificuldade extrema: nenhum intérprete à mão,
ignorância total do português e língua de uma fonética que parece
inabordável à primeira vista. Mas faz apenas 24 horas...
19 (...)
Minha mulher e eu enviamos nossos cumprimentos.
Claude Lévi-Strauss.

Folha de S. Paulo, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os seguintes itens a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do trecho acima, que faz parte de carta escrita por Lévi-Strauss a Mário de Andrade.

(1) Depreende-se do trecho destacado da carta que o autor gostou da localização do rancho que habitaria.

(2) Se o texto fosse de uma carta oficial, e não, de uma carta pessoal, os termos "aonde" (.3) e "mulher" (.20), de uso coloquial, deveriam ser substituídos, respectivamente, por **onde** e **esposa**.

(3) Na linha 5, o emprego de **Essa**, em vez de "Esta", atenderia melhor às exigências de coesão textual.

(4) Nessa carta, escrita em 1938, Lévi-Strauss registra impressões sobre os costumes indígenas, marcadas por índices que não se distanciam muito dos contidos nos relatos dos primeiros colonizadores a respeito dos indígenas. Entre esses índices, destacam-se: "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15).

(5) A forma verbal composta "havia preparado" (.8) é equivalente à forma simples **preparara**.

(6) Preserva-se tanto a coerência textual quanto a correção gramatical ao se utilizar **a que** em vez de "à qual" (.9).

(7) Depreende-se do desenvolvimento do texto que o pronome "lhe" utilizado na linha 10 refere-se a "equipe do telégrafo" (.7-8).

(8) O próprio nome da tribo — "nambiquara" (.10) — comprova ser procedente a observação do autor do texto de que essa tribo fala uma "língua de uma fonética que parece inabordável à primeira vista" (.17-18).

(9) A carta do antropólogo Claude Lévi-Strauss é um registro do encontro do homem branco e letrado com a cultura indígena.

(10) Na carta, ao considerar que os corpos nus dos índios da tribo nambiquara "não são bonitos" (.12), o autor emite um juízo de valor regulado por parâmetros análogos aos que embasam a cultura nambiquara.

(11) Se o autor quisesse conferir um tom menos gentil e mais afirmativo ao texto, ele deveria empregar o modo indicativo, **trata**, em lugar do modo subjuntivo, "trate" (.13), substituição que preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(12) Caso fossem suprimidos os sinais de parênteses na linha 14, seria necessária a alteração da flexão de singular em "massacrou" (.14) para plural: **massacraram**.

(13) A expressão "ignorância total do português" (.17) foi utilizada com sentido pejorativo, denotando deficiência linguística.

(14) A frase "Mas faz apenas 24 horas..." (.18) poderia ser corretamente substituída por: **No entanto, só cheguei a 24 horas atrás**.

1: Certo. A informação que comprova o gosto do autor pela localização está na linha 9: "localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível", trecho que pode ser interpretado como um apreço do antropólogo pelo local onde ficaria;

2: Errado. O termo "aonde" indica que houve movimento para se chegar a um lugar, situação contemplada, como lemos no trecho "aonde chegamos ontem, de caminhão". Já o termo "mulher" é aceito como sinônimo de esposa também em situações formais, como consta no dicionário Houaiss: "5 (sXIV) companheira conjugal;
Esposa Ex.: sua m. não poderá acompanhá-lo devido a compromissos profissionais". Seriam situações gramaticais, portanto, aceitas em situações de exigência de norma culta da língua;

3: Errado. O pronome demonstrativo "esta" é usado em situações textuais em que a informação a que se refere ainda será apresentada, ou seja, em que o referente do pronome é posterior a ele. "Esta" se refere a "região do Brasil". O uso do pronome "essa", da segunda pessoa, indicaria que a informação já foi apresentada e causaria danos ao entendimento por não atender corretamente às exigências de coesão textual;

4: Certo. Lévi-Strauss caracteriza o interior do Brasil e os indígenas como carentes de civilização e reforça o choque cultural entre o mundo "selvagem" dos trópicos e o civilizado mundo europeu. Os termos citados no item, "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15), carregam forte denotação negativa. A surpresa sentida pela nudez e a visão de choque pelo espaço ou pelas ações dos índios são bastante semelhantes a trechos das cartas dos primeiros colonizadores portugueses a aportar no Brasil, como a conhecida carta de Pero Vaz, datada da descoberta do Brasil. Nos termos citados, Lévi-Strauss é a figura do colonizador civilizado transposta para o contexto do século XX;

5: Certo. O pretérito mais-que-perfeito, tempo que indica uma ação anterior na linha temporal a outra também no passado, possui duas formas, sendo uma simples e outra em locução verbal. Ambas possuem exatamente o mesmo significado e podem ser permutadas sem prejuízo gramatical ou de sentido. "havia preparado" ou "preparara" são equivalentes. É a escolha do autor, baseada em questões de estilo, que definirá qual será usada;

6: Certo. O pronome relativo "que" é considerado universal e, feitas as devidas adaptações, pode substituir outros pronomes relativos. No trecho "por uma gentileza à qual fui muito sensível", o pronome "a qual" une o termo "gentileza" a uma oração subordinada adjetiva que o qualifica. O pronome relativo cumpre função sintática de complemento nominal do termo "sensível", que exige a preposição "a" para seu complemento. O pronome relativo está na sua forma feminina por substituir um termo feminino, "gentileza", por isso a exigência da crase, união da preposição pedida por "sensível" e da composição do pronome relativo. A substituição de "a qual" por "a que" mantém a regência, o sentido e o referente originais;

7: Errado. O pronome "lhe" refere-se ao interlocutor do autor, ou seja, a quem recebe a carta. Essa interpretação é confirmada pelo verbo a que o pronome serve de objeto, "escrevo", ou seja, lê-se "escrevo para você". A equipe dos telégrafos recebeu o antropólogo e não a carta do antropólogo;

8: Errado. "Nambiquara" é um termo que foi utilizado pelo autor sem qualquer dificuldade. A apropriação do nome da tribo não colabora com a argumentação da língua de fonética inabordável, uma vez que foi escrito. A dificuldade do autor diz respeito ao estranhamento que certos sons no que é dito pelos índios causa aos ouvidos do autor, uma vez que aspectos fonéticos dizem respeito à sonoridade das línguas;

9: Certo. A visão do antropólogo, civilizado e europeu, deixa claro o seu choque ao contato com os a cultura indígena, tanto no que diz respeito à língua como nos costumes da nudez e no medo de possíveis violências. O autor analisa a cultura indígena a partir de critérios pré-estabelecidos da sua cultura letrada;

10: Errado. O autor considera que os corpos nus não são bonitos a partir dos parâmetros culturais de beleza que carrega. Não há qualquer referência ao padrão cultural indígena de beleza ou em como o povo relaciona culturalmente beleza e nudez. Trata-se novamente do julgamento de valores de uma nova cultura a partir de conceitos pré-estabelecidos da cultura branca e letrada europeia;

11: Errado. A conjugação do verbo "tratar" é no tempo presente do subjuntivo, que indica uma hipótese, exigido pela estrutura da expressão "por mais que", uma conjunção que indica uma ideia de concessão. A alteração da conjugação do verbo para o presente do indicativo causaria danos à gramática, por não respeitar a estrutura do subjuntivo exigida

pela conjunção e tornaria o trecho incoerente, já que excluiria a ideia de hipótese necessária para a ideia de concessão;
12: Certo. Como aparece isolada por parênteses, a expressão de caráter explicativo “e provavelmente dos mesmos indivíduos” não interfere na estrutura gramatical da oração “por mais que se trate” e na sua relação com a oração subordinada adjetiva “que massacrou a missão protestante”. Nesse caso, o pronome relativo “que” da oração subordinada se refere a “grupo” e exige a concordância do verbo no singular. Ao serem retirados os parênteses, o termo “indivíduos” passa a ser o referente do pronome relativo “que”, por proximidade e coerência textual, e exige a concordância do verbo que acompanha o pronome no plural. A reescrita seria: “por mais que se trate do mesmo grupo e provavelmente dos mesmos indivíduos que massacraram a missão protestante de Juruema, há cinco anos.”;
13: Errado. A ignorância total do português aparece como um dos elementos que compõem a dificuldade do trabalho. O termo ignorante possui popularmente conotação negativa, mas na carta indica apenas a ausência de conhecimento da língua. Tal interpretação é possível pela frase que antecede e indica que é um problema a falta de um intérprete, que facilmente resolveria o problema;
14: Errado. A substituição não é possível pois a expressão “a 24 atrás” não está de acordo com as exigências da norma culta. Para se indicar período de tempo no passado, é necessário usar o verbo “haver” conjugado na terceira pessoa do singular, “há”. É também preciso considerar que o verbo assim conjugado já indicaria que se trata de algo que já aconteceu, assim como o termo “atrás. O uso de ambos seria considerado um excesso linguístico, um pleonasmo. Seria correto dizer, então “No entanto, só cheguei há 24 horas.” Ou “No entanto, só cheguei 24 horas atrás”.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C, 13E, 14E

Texto para a próxima questão

1 Nenhum povo está mais distante da noção ritualista da
vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio
social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode
4 iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude
polida consistir precisamente em uma espécie de mímica
deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem
7 cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula.
Além disso, a polidez é, de algum modo, organização e defesa
ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do
10 indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça
de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual
preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.
13 No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo
modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em
viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas
16 as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para
os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social,
periférica, que, no brasileiro — como bom americano —, tende
19 a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base nas ideias e nas estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) As ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo estão sustentadas em dois campos semânticos opostos: de um lado, espontaneidade, forma natural, forma viva, cordialidade; De outro, mímica deliberada, fórmula, defesa, polidez.

(2) O texto ressalta a capacidade de emancipação no processo de vida organizada em sociedade do homem brasileiro, identificado como o homem cordial.

(3) Segundo o texto, aquilo que se configura como forma espontânea na polidez é convertido em fórmula pela cordialidade.

(4) A ideia expressa no primeiro período do texto pode ser reescrita, com correção gramatical, do seguinte modo: **Povo algum se distancia tanto da noção ritualista quanto o povo brasileiro**.

(5) No texto, os adjetivos “ordinária” (.2) e “polida” (.5) são antônimos.

(6) A parte inicial do trecho após o travessão, na linha 4, — “e isso (...) consistir” —, poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: **o que explica por que a atitude polida consiste**.

(7) Considerando-se as regras de concordância nominal, na oração “quando necessário” (.10), o adjetivo poderia receber flexão de gênero feminino, mas o sentido original do texto seria afetado.

(8) Como o adjetivo “intatas” (.12) está deslocado, seria correta a concordância com o núcleo nominal mais próximo, podendo ele, assim, assumir a forma de singular.

(9) O emprego das aspas na expressão “homem cordial” (.13) é fundamental para abonar a função de adjunto adverbial de lugar que essa expressão exerce na oração.

(10) Nas linhas 14 e 15, uma estrutura alternativa e correta para se evitar a repetição de palavras com o mesmo sentido seria: **em viver e apoiar-se consigo mesmo**.

(11) Infere-se do texto que a cordialidade, como "um viver nos outros" (.19), é um índice de dependência social.

1: Certo. A mímica se opõe à espontaneidade na medida em que a cordialidade não é natural ao brasileiro, mas decorre da cópia de uma atitude natural do "homem cordial". Coloca-se em oposição o que deveria ser, e o que era originalmente, a cordialidade como forma de vida e a mímica dessa cordialidade na aparência, o que denota que ela não existe;
2: Errado. O texto já começa por dizer que "nenhum povo está mais distante da noção ritualista da vida que o brasileiro", o que se desenvolve em dizer que a cordialidade é uma mímica aparente de uma essência cordial que não possui. Não há, portanto, por não haver noção ritualística da vida, processo de organização da vida em sociedade;
3: Errado. De acordo com o texto, aquilo que é uma forma espontânea de polidez se transforma em fórmula justamente pela ausência da cordialidade como característica natural. A manifestação espontânea de polidez é convertida em mímica e reproduzida na aparência;
4: Certo. O pronome indefinido "algum" muda de sentido de acordo com a sua colocação em relação ao substantivo que qualifica. Se aparece antes indica que existe algo, mas não se sabe definir o que. Se aparece depois, indica que não existe e é sinônimo de "nenhum". A reescrita proposta no item indica exatamente essa possibilidade;
5: Errado. Apesar de admitir acepção de caráter pejorativo, que denota má educação, descortesia ou grosseria, o adjetivo "ordinária" é usado no texto no sentido de conforme ao costume, comum, habitual, e, portanto, não corresponde ao antônimo de polida, que no texto significa de fina educação, cortês, atencioso. (Dicionário Houaiss);
6: Errado. A relação que se estabelece entre o trecho após o travessão e a oração anterior é de que a causa de ela poder iludir na aparência é a "a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial'". Essa relação é devida à forma do verbo "se explica", que está voz passiva sintética, ou seja, significa "isso é explicado pelo fato de". Na reescrita proposta pelo item, a relação seria exatamente oposta, pela utilização do verbo "explica" na voz ativa seguido da conjunção porque, e indicaria que ela poder iludir na aparência é a causa de a atitude polida consistir em uma mímica das manifestações espontâneas do "homem cordial";
7: Certo. Caso estivesse no feminino, a expressão indicaria que aquilo que seria necessário é a polidez. Então, quando se precisar de polidez, ela servirá de resistência. A reescrita sugerida pelo item seria correta, já que existe referente claro para o termo estar no feminino e há coerência nas ideias do trecho. No entanto o sentido original, de que quando a situação exigisse uma peça de resistência a polidez assim o serviria, foi alterado;
8: Certo. O adjetivo "inatas" aparece pré-posto aos substantivos que qualifica, "sensibilidade" e "emoções". A ordem natural seria que ele aparecesse após os substantivos. Quando o adjetivo é deslocado de sua posição natural pode concordar, em gênero e número, apenas com o mais próximo, mas ainda assim manter-se como referente a todos os termos que qualifica;
9: Certo. A expressão "no homem cordial" indica o lugar onde "a vida em sociedade é uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo". No entanto, homem cordial seria uma pessoa e não um lugar, o que tornaria a expressão incoerente no texto. Para que esse sentido figurativo seja aceito, a presença das aspas, que indicam uma leitura não-literal do termo, é fundamental;
10: Errado. O verbo apoiar tem como regência a preposição "sobre" para a circunstância de onde se apoiar, diferentemente do verbo viver que aceita a preposição "com" para indicar circunstância de companhia (a preposição aparece combinada ao pronome na forma "consigo"). Portanto, retirada da expressão "sobre si próprio" em favor de um único referente para os dois verbos, causaria prejuízo na coerência e na gramática textual. O excesso de expressões que indicam individualidade é um recurso de estilo do texto para reforçar a ideia de solidão. Uma possível reescrita, menos enfática na força de solidão, seria "viver consigo e apoiar-se em si";
11: Certo. "Um viver nos outros" é uma expressão que reforça a redução do indivíduo à parcela social e periférica (l.17), e sua dependência do outro, para libertá-lo do pavor da solidão. A maneira de expansão para a vida social é a cordialidade, a ritualística social, como desenvolvido ao longo do texto.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C, 10E, 11C

Texto para a próxima questão

1 Se observamos o sistema capitalista em seu conjunto,
vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de
excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do
4 desenvolvimento; E, se observamos, em particular, o conjunto
dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no
sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. Essa massa
7 crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se
concentra nos países periféricos constitui por si mesma um
fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a
10 possibilidade de que ocorram, em determinados países, e
mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder
político, sob a pressão dessas massas, com modificações de
13 fundo na orientação geral do processo de desenvolvimento.
Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre
os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova
16 orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito
mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo
e reduzindo o desperdício provocado pela extrema
19 diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos
grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os
recursos não-reprodutíveis muito provavelmente se reduziria.

Celso Furtado. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.86-7.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No conjunto do sistema capitalista, predomina a tendência evolutiva, isto é, o capitalismo se orienta, progressivamente, em um sentido mais igualitário.

(2) Segundo o texto, duas das saídas para a provável redução da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis seriam o favorecimento de formas coletivas de consumo e a redução do desperdício verificado no consumo efetuado por grupos privilegiados.

(3) De acordo com o texto, mesmo sendo crescente a massa de excluídos, a atuação dela é inócua porque está restrita aos países periféricos.

(4) No estabelecimento de novas relações entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, deveria ser considerada a necessidade de elevação da capacidade de consumo das massas excluídas frente à dos grupos privilegiados.

(5) O trecho de "Se observarmos" (.1) "em vinte" (.6) não perde em coesão e em correção gramatical se a correlação entre as formas verbais "Se observarmos... vemos" (.1-2) for substituída por **Se observarmos... veremos**.

(6) Beneficiaria a clareza do trecho nas linhas 3 e 4 a seguinte reescrita: **excluir dos principais benefícios do desenvolvimento nove em cada dez pessoas**.

(7) Considerando-se a construção do período que se inicia após o ponto e vírgula na linha 4, é correta a substituição da conjunção condicional "se" pelas correlatas "caso" ou "desde que".

(8) A retirada de todos os traços de plural dos vocábulos da linha 14 não resulta em incorreção gramatical.

(9) As formas verbais "favorecendo" (.17) e "reduzindo" (.18) correspondem, respectivamente, a **que favoreça** e **que reduza**.

1: Errado. Como demonstra o trecho "vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento", o texto defende a ideia de que o capitalismo evolui para a exclusão de muitos e o privilégio de poucos, ou seja, que evolui para uma cada vez maior desigualdade social;
2: Certo. De acordo com o trecho final do texto, as resoluções em busca de uma situação mais igualitária, ou seja, o favorecimento das formas coletivas de consumo e a redução do desperdício dos padrões de consumo dos privilegiados, teria como consequência natural a redução da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis;
3: Errado. A afirmação do item se prova errada no trecho "Essa massa crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se concentra nos países periféricos constitui por si mesma um fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a possibilidade de que ocorram, em determinados países, e mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder político, sob a pressão dessas massas", ou seja, a massa dos excluídos é capaz de alterar o caminho da evolução do sistema;
4: Certo. Como diz o texto, "a nova orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito mais igualitário", ou seja, deve haver uma tentativa de equilibrar os excessos das classes privilegiadas com as faltas das massas excluídas. Como se lê entre as linhas 11 e 15, essas relações devem ser intermediadas pelo Estado, a partir da pressão política das massas para mudanças políticas, em relação com as empresas;
5: Errado. A primeira oração, introduzida pela conjunção "se", indica uma condição para o que é apresentado na segunda oração. Na gramática dessas orações, estaria correta a alteração do verbo do presente para o futuro, alterando-se apenas sutilmente a ênfase dada às informações observadas. É, no entanto, uma questão de coesão textual o paralelismo sintático entre esse primeiro conjunto de orações e o conjunto "e, se observamos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte", que também deve ser analisado pela proposta do item. Para que a alteração proposta pelo item não trouxesse qualquer prejuízo à coesão proposta pelo paralelismo, o ideal seria que a forma verbal "constatamos" sofresse a mesma alteração e teríamos "e, se observamos... constataremos";
6: Certo. Não há qualquer necessidade de correção gramatical para que se faça a alteração da ordem dos termos. "nove pessoas em dez" e "dos principais benefícios do desenvolvimento" funcionam como objetos do verbo e podem se organizar sem privilégio de ordem sintática. É possível reescrever o trecho para facilitar o entendimento para tornar a expressão "nove pessoas em dez" mais clara, exigência feita pela colocação da expressão após "dos principais benefícios do desenvolvimento". Apesar de exigida pela nova organização da frase, a reescrita da expressão não depende da posição e poderia ser feita sem alteração da ordem.
7: Errado. As conjunções "caso" e "desde que" introduzem uma relação de condição entre as informações, assim como a conjunção "se". No entanto, as conjunções sugeridas exigem a reescrita dos trechos para a adequação gramatical dos verbos de acordo com o que pedem as conjunções. Teríamos: "caso observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte" e "desde que observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte";
8: Certo. Na reescrita proposta, teríamos "Qualquer que seja a nova relação que se constitua entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas (...)", gramaticalmente correta. A alteração, no entanto, torna o trecho menos genérico, o que alteraria a interpretação do texto no que diz respeito a quantidade de alternativas para a nova relação;
9: Certo. As formas verbais "favorecendo" e "reduzindo" são partes constituintes de orações subordinadas adverbiais consecutivas reduzidas em gerúndio e podem ser desenvolvidas com o uso da conjunção "que", que mantém a relação de consequência entre a ação dos governos e a consequências de suas ações, e a forma do verbo conjugada no presente do subjuntivo, de modo a manter a correção gramatical do trecho.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Pensadores e estudiosos da vida brasileira não escamoteiam a relevância formidável da contribuição, na nossa arte, do talento de origem africana, indelevelmente
4 gravado em todas as etapas da evolução histórico-cultural do Brasil. Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que
7 então se formava —, vimos a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante diante do qual negros e mestiços formaram um dos mais preciosos grupos
10 de artistas do continente americano.
São pintores, escultores, arquitetos, ourives, desenhistas e músicos, de tendências diversas, barrocos,
13 clássicos, contemporâneos, abstratos, figurativos, carnavalescos e populares, que testemunham o trabalho riquíssimo da presença negra nas artes do Brasil.

Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O acréscimo de **Alguns** imediatamente antes do termo "Pensadores e estudiosos da vida brasileira" (*l*.1), desde que feito o ajuste na maiúscula em "Pensadores", permitiria a interpretação de que há pesquisadores ou ensaístas que escamoteiam a relevância da contribuição do talento de origem africana na arte brasileira.

(2) O emprego da primeira pessoa do plural em "nossa arte" (*l*.3) e em "vimos" (*l*.7) é um recurso estilístico que confere ao texto impessoalidade, distanciamento crítico, objetividade e exclusão do leitor como adepto do mesmo pensamento.

(3) O emprego da preposição no termo "do talento" (*l*.3) é exigido pela regência da palavra "relevância" (*l*.2).

(4) O sentido da expressão "Não bastasse" (*l*.5) permite a inserção de **ainda** ou de **também**, entre vírgulas, logo após a palavra "vimos" (*l*.7), sem que haja prejuízo para a sintaxe ou para a informatividade do período.

(5) Como se trata de um texto a respeito de artes plásticas, a palavra "tracejar" (*l*.6) está sendo empregada de acordo com jargão técnico, ou seja, no sentido de **prescrever**.

(6) Pelos sentidos do texto, é correto afirmar que "então" (*l*.7) estabelece, no período em que ocorre, uma relação de valor conclusivo.

(7) Pelas relações sintáticas do período, conclui-se que, em "se formava" (*l*.7), o "se" é índice de indeterminação do sujeito.

(8) O último parágrafo do texto complementa, amplia e explica a expressão antecedente: "um dos mais preciosos grupos de artistas do continente americano" (*l*.9-10).

(9) Eliminar a forma verbal "São" (*l*.11), a conjunção "que" (*l*.14) e a vírgula que a antecede, colocando-se a palavra "pintores" com letra inicial maiúscula, provocaria truncamento sintático no período.

1: Certo. Ao se acrescentar o pronome indefinido "alguns" como adjunto adnominal do sujeito, é selecionada dentro do total uma parcela indefinida dos pensadores e estudiosos da vida brasileira que não escamoteiam a relevância da contribuição de origem africana. Se parte não escamoteia, é possível se entender que outra parte o faz;
2: Errado. O uso da primeira pessoa do plural aproxima autor e leitor já que coloca os dois como partes de um mesmo grupo, nós. O autor compartilha da mesma experiência e faz parte do mesmo contexto do leitor. No caso do texto, o pronome possessivo "nossa" e o verbo "vimos" se referem ao povo brasileiro;
3: Errado. A expressão "do talento de origem africana" serve como qualificador ao substantivo "contribuição" que exige a preposição "de" na relação com seu termo regido. O substantivo "relevância" também exige o uso da preposição "de" na sua relação de regência. No entanto o termo que se liga a "relevância" é "da contribuição do talento de origem africana";
4: Certo. A formulação sintática "não bastasse" transmite a ideia de adição de informações: "o barroco primitivo" e "a mão afro-brasileira". As expressões "ainda" e "também", se devidamente pontuadas, transmitem a mesma ideia de adição e não trazem prejuízo à estrutura sintática do trecho, funcionando apenas como termo de ênfase. As reescritas seriam: "Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que então se formava —, vimos, também, a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante" e "Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que então se formava —, vimos, ainda, a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante";
5: Errado. O verbo tracejar está empregado na construção da formação da nacionalidade e, portanto, apesar de o contexto ser das artes, o seu uso específico é figurado e significa delinear;
6: Errado. O termo "então" indica o contexto histórico em que o barroco tracejou as características definidoras da nacionalidade. Possui, portanto, valor temporal de passado;
7: Errado. O verbo "formar" é classificado com transitivo direto e pronominal, e admite caráter reflexivo. O pronome "se" que acompanha o verbo funciona como objeto direto e indica que a nacionalidade, que é o sujeito definido, tomava forma;
8: Certo. A enumeração de caracterizações dadas aos artistas colabora na construção do sentido do grupo como precioso pela heterogeneidade dos termos, e pelos campos semânticos que abordam, das profissões e das tendências, que tornam mais completa a visão proposta pela expressão no parágrafo anterior;
9: Errado. A estrutura sintática da proposta da reescrita não traria problemas na correção gramatical da frase, uma vez que a oração simples manteria as estruturas sintáticas básicas e sua coerência, descrevendo

como os artistas servem de testemunho para a presença negra nas artes. Teríamos: "Pintores, escultores, arquitetos, ourives, desenhistas e músicos, de tendências diversas, barrocos, clássicos, contemporâneos, abstratos, figurativos, carnavalescos e populares testemunham o trabalho riquíssimo da presença negra nas artes do Brasil."

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7E, 8C, 9E

Texto para as próximas duas questões

1 No amplo conjunto a que chamamos de cultura
popular, o núcleo pesado é formado pelas culturas
negro-brasileiras, com seus sentidos instauradores, seus
4 campos de força, valores e instituições. São culturas
negro-brasileiras, e não negro-africanas, das quais
descendem, é certo, mas de que se separam nos quinhentos
7 anos de história brasileira. Esse núcleo pesado, ou
hegemônico, caso se prefira, foi quase sempre tratado como
folclore: fixado e diminuído. Folclorizar é, pois, uma
10 maneira de não ver. (...)
A invisibilidade do negro é um suporte, ou
corolário, da ideologia da democracia racial, maneira pela
13 qual as desigualdades raciais se refletem, invertidas, no plano
das idéias. Por se refletirem invertidas, o direito como
esquerdo e vice-versa, é que constituem uma atroz ironia.
16 Na vida real, nunca houve, nem há, no Brasil, igualdade de
oportunidades entre os estoques raciais — o fato é
evidentíssimo. A desigualdade racial brasileira é apenas
19 uma forma peculiar, e essencial, da desigualdade social —
e é precisamente esse fato que aparece invertido, como
democracia racial, no plano das idéias.
22 Uma nação se redefine sem cessar. Na atual
redefinição do Brasil, a matriz africana e a tradição
negro-brasileira tendem a se tornar visíveis — na arte, na
no mundo: em suma, no corpo e na alma.

Joel Rufino dos Santos. **Prefácio**. *In:* Emanoel Araújo (org.).
A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) O primeiro período permaneceria sintaticamente correto e coerente caso se substituísse "a que chamamos" (*l.*1) por qualquer uma das seguintes expressões: **chamado; a que se tem chamado; a que se chama; que é chamado.**

(2) Pelas informações do texto, é correto inferir que, na expressão "núcleo pesado" (*l.*2), o adjetivo confere à ideia caráter negativo, pejorativo.

(3) No trecho "das quais descendem" (*l.*5-6), a regência do verbo **descender** justifica a presença da preposição em "das".

(4) As informações do texto e sua direção argumentativa defendem a ideia de que considerar a cultura negra como "folclore" é focalizar essa cultura com base em tratamento negativo e equivocado, procedimento que está sendo modificado pelas tendências contemporâneas.

1: Certo. A oração "a que chamamos de cultura popular (...)" funciona como caracterizadora do termo "conjunto", restringindo seu sentido e funcionando como adjunto adnominal do termo, e, portanto, é classificada como uma oração subordinada adjetiva restritiva. Qualquer opção que mantenha essa relação e o significado proposto por ela é válida. Ao fazermos a substituição "No amplo conjunto chamado de cultura popular (...)", a oração é reduzida à forma nominal do particípio do verbo (temos, então, uma oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de particípio), que funciona como adjetivo e mantém o sentido proposto. A substituição "No amplo conjunto a que se tem chamado de cultura popular (...)" altera o sujeito do verbo, da generalizante 1ª pessoa do plural, passa a um verbo com sujeito indeterminado. Em ambos os casos o foco está no que é chamado e está mantido o sentido amplo e não-específico de quem chama. Além disso, o tempo verbal é alterado de um presente simples para uma locução que indica atualidade à ação e, portanto, mantém a ideia original. Na substituição "No amplo conjunto a que se chama de cultura popular (...)", assim como na anterior, a principal mudança está no foco do sujeito, que passa a indeterminado e, portanto, mantém a generalização do original. Na proposta "No amplo conjunto que é chamado de cultura popular (...)" há alteração na voz verbal, da ativa para a passiva. Essa alteração suprime o uso da preposição na intermediação entre as orações, no entanto, não há prejuízo à coesão ou coerência textual. A mudança de voz verbal indica também a mudança do foco principal da mensagem. Como nos casos de sujeito indeterminado ou genérico, a proposta faz que a ação e seu objeto sejam prioritários em relação a quem a pratica. Em nenhum caso houve incoerência textual ou mudança de significado do original; 2: Errado. Núcleo pesado indica que se trata de algo central para a discussão. Em paralelo com a química, podemos definir o núcleo pesado como aquele que carrega a maior parte da massa do composto e que possui em si grande carga energética. No texto, o termo foi usado em seu sentido conotativo, mas conhecer o significado original resulta em entendimento de sua apropriação para outra área. Mesmo para

aqueles que não reconhecem as origens do termo, o contexto deixa claro o aspecto positivo que se dá à importância das culturas negro-brasileiras na formação da subjetividade popular, pela qualificação que segue o uso do termo: "sentidos instauradores, campo de forma, valores e instituições" são termos de valor positivo e são repassados para o termo original;
3: Certo. O trecho citado no item funciona como oração subordinada adjetiva do termo "culturas negro-africanas". A relação entre o termo e a oração é estabelecida pelo pronome relativo "que", que substitui o termo da oração principal na oração subordinada e cumpre função sintática nela. Podemos reescrever o trecho desencadeando as orações da seguinte forma: "São culturas negro-brasileiras que descendem de culturas negro-africanas". Na reescrita, assim como no original, o verbo descender rege a preposição "de" para o seu objeto indireto. O termo que completa o sentido do verbo deve, portanto, vir introduzido pela preposição. No texto, essa função é cumprida pelo pronome relativo, que substitui o termo significativo, presente na oração principal, "culturas negro-africanas". A compreensão da gramática da oração subordinada é um recurso essencial na interpretação da coesão dos termos da oração e no encadeamento de ideias pela retomada de referentes;
4: Certo. A argumentação citada no item, de que folclorizar é negativo, se comprova no trecho "(...) foi quase sempre tratado como folclore: fixado e diminuído. Folclorizar é, pois, uma maneira de não ver". Tratar a cultura como folclore é torná-la invisível. Já a segunda parte da argumentação interpretada pelo item, que afirma haver mudanças na maneira de se pensar, se comprova pelo final do texto: "Uma nação se redefine sem cessar. Na atual redefinição do Brasil, a matriz africana e a tradição negro-brasileira tendem a se tornar visíveis". É importante notar que o autor afirma que existe a tendência de mudança, e não que ela já é concreta.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Pelos sentidos do texto, a invisibilidade do negro tanto pode ser o fundamento como a natural consequência do pensamento de que não há desigualdade racial, ou seja, de que existe democracia racial.

(2) O emprego reiterado, em situação de proximidade, do mesmo verbo em tempos diferentes na expressão "nunca houve, nem há" (*l*.16) confere ênfase à ideia apresentada.

(3) Se as vírgulas que isolam a expressão "e essencial" (*l*.19) forem eliminadas, prejudica-se a correção gramatical do período.

(4) Ao se substituir o sinal de dois-pontos após "mundo" (*l*.26) por vírgula, o período permanece gramaticalmente correto.

(5) O último parágrafo do texto reforça a ideia de que as expressões "cultura negro-africana" e "cultura negro-brasileira" podem ser usadas indistintamente como sinônimas, uma vez que essa cultura está se tornando visível.

1: Certo. A interpretação do item se fundamenta no trecho "A invisibilidade do negro é um suporte, ou corolário, da ideologia da democracia racial". É necessário analisar o vocabulário escolhido pelo autor e seu paralelo no item, os termos correlatos se sustentam: "suporte" equivale a "fundamento", "corolário" a "natural consequência" e "pensamento de que não há" a "ideologia";
2: Certo. A ideia de ênfase se dá pelo reforço da continuidade de algo. Não é apenas no passado que existia e também não apenas no presente. O mesmo verbo conjugado nos dois tempos em proximidade indica que não houve alteração de status na situação e, por isso, reforça a ideia de imobilidade na passagem do tempo. Ainda há na expressão dois advérbios negativos que intensificam a ideia de imobilidade;
3: Errado. A vírgula é usada no trecho como recurso de ênfase. A expressão isolada recebe destaque do restante da caracterização. A retirada das vírgulas manteria a correção gramatical do período e a mensagem transmitida seria a mesma, no entanto, a importância dada à informação seria diminuída, o que causaria prejuízo na força argumentativa do trecho;
4: Certo. A expressão que se segue aos dois pontos, "em suma", significa resumidamente e é uma expressão que introduz explicação. Normalmente, essas expressões aparecem isoladas por vírgulas. Os dois-pontos reforçam a ideia de explicação, mas não alteram o significado tanto da expressão como da informação que ela introduz;
5: Errado. O último parágrafo do texto apresenta as duas ideias distintamente: a cultura negro-africana como aquela que dá origem a uma outra cultura, a negro-brasileira, que já traz em si os aspectos culturais da passagem do tempo no Brasil. Ao serem colocadas caracterizadas separadamente como "matriz" e "tradição" percebem-se notadamente distintas, apesar de relacionadas. Ainda temos a informação de que ambas tendem a ser reconhecidas, como a que deu origem e aquela de que fazemos parte.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

Texto para a próxima questão

1 Tão vigorosa foi a contribuição negra que, tal como
constatou Pierre Verger, os antigos escravos que retornaram
à África levaram para a terra onde nasceram os
4 conhecimentos e a criatividade que tinham desenvolvido no
Brasil. Aqui trabalhavam como arquitetos, construtores e
pintores. Era o primeiro contingente cultural que o Brasil
7 perdia, mas que transplantou para a Nigéria e para o Daomé
importantes aspectos da nossa ainda incipiente cultura. Foi
negra a primeira comunidade brasileira construída além de
10 nossas fronteiras.

Emanoel Araújo (org.). **Introdução e proposição.** *In*: **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) Na linha 1, o emprego de "tal" está associado ao emprego do antecedente "Tão", uma vez que esses termos constituem os dois componentes de uma locução que estabelece paralelismo sintático.

(2) A ausência de vírgulas isolando a oração “que retornaram à África” (*l.*2-3) é procedimento sintático que indica a natureza restritiva de tal segmento.

(3) Infere-se das informações do texto que os escravos, quando retornavam à África, preferiam, para difundir os novos conhecimentos, residir em região que não fosse aquela de onde provinham originalmente.

(4) Exemplo de que a língua portuguesa admite para o mesmo contexto uma forma linguística com grafia diferente, mas com o mesmo valor e função, é a palavra “incipiente” (*l.*8), que poderia, sem alteração do sentido do texto, ser substituída por **insipiente.**

1: Errado, “tal” funciona como conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial conformativa, ou seja, traz uma informação que comprova que a informação anterior está de acordo com algo proposto ou feito anteriormente, no caso a teoria de Pierre Verger, e poderia ser substituída por conjunções como “segundo”, “de acordo com” ou “conforme”. O termo “tão” se relaciona diretamente ao “que” (l.1) e à informação por ele introduzida. É estabelecida entre os dois termos uma relação de consequência: devido à contribuição é que seus reflexos aparecem em outras culturas;
2: Certo. A oração subordinada adjetiva restritiva “que retornaram à África” indica que dentre todos os antigos escravos, apenas um grupo retornou à África, e foi esse grupo que levou seus conhecimentos e criatividades. Se a oração aparecesse isolada por vírgulas, passaria a ser uma oração subordinada adjetiva explicativa e daria a entender que todos os antigos escravos retornaram à África;
3: Errado. Lê-se no texto “levaram para a terra onde nasceram”, ou seja, define-se como região para onde retornavam exatamente aquela que tinham deixado, a sua terra de origem;
4: Errado. Os termos “incipiente” e “insipiente” possuem significados distintos. O primeiro significa iniciante, que nasce. O segundo significa ignorante, sem razão. A grafia das palavras carrega a origem de seus significados, uma vez que são reflexo dos radicais latinos que têm como base. São raríssimos os casos em que o português admite dupla grafia para termos e, em geral, trata-se de adaptações da fonética para a escrita (por exemplo, hidrelétrica e hidroelétrica). A grafia cuidadosa das palavras garante ao texto coerência.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Texto para as próximas duas questões

1 De onde poderia vir, senão da África, a força
expressionista contida na obra de Aleijadinho? A sua
escultura reducionista, geométrica, talhada com energia
4 angulosa, à maneira dos escultores nigerianos, pode ser
resultante da influência dos três escravos que trabalhavam
com ele, mas, mesmo assim, o inconsciente que dominava
7 aquele processo de criação era o do próprio Aleijadinho.
E as mulatices dos anjos e santos do Mestre Valentim, o
brutalismo ou gigantismo aparente de suas talhas, de onde
10 surgiram essas características? Isso reafirma de certo modo
a teoria do crítico George Nelson Preston sobre o
neo-africanismo — a real evolução da arte africana pelos
13 artistas negros das diásporas.

Idem, ibidem.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) A respeito do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A interrogação inicial do texto, que inclui em si a sua própria resposta, tem como uma das possibilidades de estrutura afirmativa correspondente a seguinte redação: A força expressionista contida na obra de Aleijadinho não poderia vir de outro lugar senão da África.

(2) Infere-se das informações do texto que o trabalho de Aleijadinho era compartilhado com escravos que estavam a seu serviço, os quais podem ter exercido alguma influência no resultado final das obras.

(3) Pelos sentidos textuais, no segmento “era o do próprio Aleijadinho” (*l.*7), subentende-se a palavra **inconsciente** logo após “o”.

(4) O pronome “Isso” (*l.*10) é um recurso coesivo que retoma a ideia de que tanto Aleijadinho como Mestre Valentim apresentam características provenientes da matriz estética africana.

1: Certo. A pergunta que inicia o texto é uma retórica, ou seja, não espera resposta, apenas visa enfatizar que não existe outra possibilidade senão aquela proposta pela própria pergunta. A reescrita da afirmativa carrega a mesma ideia da pergunta sem qualquer prejuízo, uma vez que não era esperada uma resposta que completasse seu sentido;
2: Certo. O trecho que corrobora a informação apresentada no item é “A sua angulosa, à maneira dos escultores nigerianos, pode ser resultante da influência dos três escravos que trabalhavam com ele”. Isso significa que é possível que em partes do trabalho do escultor estejam presentes elementos artísticos trazidos por seus assistentes de culturas africanas. Nota-se que o trabalho era compartilhado entre Aleijadinho e os escravos pelo uso da preposição “com”, os escravos trabalhavam junto com o escultor;
3: Certo. Lê-se na frase “o inconsciente que dominava aquele processo de criação era o do próprio Aleijadinho.” O pronome demonstrativo “o” que segue o verbo “era, retoma uma informação anterior, “inconsciente” e evita a repetição de termos, tornando o texto ágil e coeso. É possível, então, subentender que o termo está presente no significado da frase, mesmo que não apareça escrito;
4: Certo. O pronome demonstrativo “isso” retoma as informações anteriormente citadas de maneira genérica, isto é, sem delimitar o que é que comprova, abrangendo, portanto, toda a informação prévia. As características das obras dos dois artistas, bem como seus elementos e procedimentos, servem como prova para a teoria da influência de culturas africanas em contextos artísticos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Julgue os trechos que se seguem quanto à correção gramatical e ao respeito às exigências da redação de textos oficiais.

(1) Compete a Coordenação de Divulgação disseminar informações sobre a política externa brasileira no exterior e no Brasil; Divulgar, no exterior, aspectos da atualidade brasileira, em especial, no que se refere a direitos humanos, meio ambiente, processo democrático, avanço social, estabilidade econômica; E variedade étnica, climática e física.

(2) A Divisão de Operações de Difusão Cultural executa, planeja e analisa as atividades de difusão cultural em coordenação, à partir de banco de dados sobre projetos, produtos e promotores culturais. Além disso, organiza e coordena Comissões Mistas Culturais de caráter bilateral e multicultural.

(3) A Divisão de Temas Educacionais atua em três diferentes vertentes da cooperação educacional: a primeira, relativa à cooperação prestada, para a formação e treinamento de estrangeiros no Brasil; a segunda, referente à cooperação recebida, para a formação e treinamento de brasileiros no exterior; E, a terceira, no acompanhamento e tratamento de temas educacionais na agenda internacional, nos níveis bilateral e multilateral.

(4) A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa está encarregada de orientar, coordenar e executar a política cultural externa do Brasil, sob a vertente da difusão da língua portuguesa e da literatura e cultura brasileiras por intermédio das atividades dos Centros de Estudos Brasileiros, de cursos brasileiros em universidades estrangeiras, das Casas do Brasil e de instituições afins no exterior.

Itens adaptados da Internet: <http://www.dc.mre.gov.br>.

1: Errado. O verbo "competir" no trecho significa "ser da obrigação", "ser da alçada" e exige a preposição "a" para seus complementos, sendo classificado como verbo transitivo indireto. A regência do verbo não foi respeitada. "Coordenação de divulgação" é uma expressão feminina singular vem antecedida de artigo feminino "a". Para que a regência fosse respeitada, seria necessária a crase, indiciando o encontro entre "a" preposição exigida pelo verbo e "a" artigo que acompanha o objeto. Ainda causa estranhamento na leitura do trecho o uso de ponto e vírgula antes da expressão "e variedade étnica, climática e física", já que essa pontuação foi usada para separar o que compete à Coordenação de Divulgação e o termo isolado é complemento de "aspectos da atualidade brasileira" que tem seus múltiplos complementos separados por apenas vírgulas;

2: Errado. A expressão "a partir de" é uma locução conjuntiva fixa e não admite crase em nenhuma hipótese, já que a palavra "partir" segue a preposição "a", necessária na construção do sentido da expressão, e não admite artigo feminino como introdutor, o que impede a união de duas vogais "a" para a formação da crase;

3: Certo. Há duas possibilidades de confusão no trecho. A primeira é a concordância entre sujeito e verbo na primeira oração. O verbo "atuar" aparece no singular, pois concorda com o núcleo do sujeito "divisão", palavra no singular. O adjunto adnominal "Temas Educacionais" pode trazer dúvidas quanto à concordância, por ser fundamental no sentido a ser transmitido. Uma segunda questão que merece atenção é a regência dos adjetivos "relativa" e "referente". Ambos exigem a preposição "a" para a introdução de seus complementos nominais. Nos dois casos, o complemento vem acompanhado de vogal feminina singular "a". As situações são, portanto, adequadas ao uso da crase;

4: Certo. A confusão que pode surgir no item diz respeito à concordância do adjetivo "brasileiras". Ele está no plural porque qualifica múltiplos substantivos: literatura e cultura. Para evitar a repetição do termo e ainda assim indicá-lo como caracterizador das duas palavras, aparece ao fim da enumeração e concordando com todos os termos que dela participam.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

1 Qualquer brasileiro razoavelmente bem informado,
mesmo que não tenha lido artigos ou livros de história da
arte, é capaz de citar de memória um destes artistas, se
4 indagado sobre a arte dos tempos coloniais: o Aleijadinho e
Mestre Valentim. Na Bahia, a resposta seria provavelmente
Francisco das Chagas, o Cabra. O que teriam esses artistas
7 em comum? Como justificar a sobrevivência persistente
desses nomes na memória coletiva, em meio ao geral
esquecimento que envolve os de tantos outros artistas da
10 época, igualmente importantes?
Não justificam essa notoriedade apenas a excelência
da obra produzida e sua significação para a história da arte
13 no Brasil, conhecida apenas por especialistas. Há algo com
raízes mais profundas na psicologia do povo brasileiro, que
arriscaríamos chamar de uma espécie de sentido de
16 identidade nacional com esses artistas, todos eles, mulatos.

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 55 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Com relação às ideias e estruturas do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) Na linha 1, o advérbio "razoavelmente" modifica "bem", indicando com que intensidade o adjetivo "informado" deve ser compreendido.

(2) O conectivo "mesmo que" (*l*.2) liga orações e estabelece entre elas uma relação semântica que poderia ser expressa pelo conectivo **desde que**.

(3) O deslocamento da oração "se indagado sobre a arte nos tempos coloniais" (*l*.3-4) para antes da oração principal do mesmo período preserva a correção gramatical do texto, desde que feitos os ajustes necessários nas maiúsculas e na pontuação.

(4) A inserção do sinal de dois-pontos logo depois de "provavelmente" (*l*.5) provocaria incoerência textual e desrespeitaria as regras de pontuação.

(5) Subentende-se do texto que Aleijadinho é mais conhecido na Bahia como Francisco das Chagas, o Cabra.

(6) O texto sugere, na resposta às duas perguntas que finalizam o primeiro parágrafo, que os artistas mencionados produziram obras de excelente qualidade artística.

(7) Depreende-se do texto que, na psicologia da identidade brasileira, o fato de o artista ser mulato é condição necessária para que ele tenha reconhecida a sua criatividade artística.

1: Certo. O advérbio "bem" intensifica o adjetivo "informado". "razoavelmente" funciona como advérbio de intensidade e modifica o advérbio "bem". A supressão de "razoavelmente" alteraria a intensidade com que entendemos a informação do adjetivo "informado". Alguém "bem informado" possui muito mais informação do que alguém "razoavelmente bem informado";
2: Errado. O conectivo "mesmo que" introduz uma oração subordinada adverbial concessiva e indica não há interferência do fato da oração subordinada na informação expressa na oração principal. Como demonstra o trecho, não é preciso que se leiam artigos ou livros de história da arte par citar de memória Aleijadinho ou Mestre Valentim. O conectivo "mesmo que" pode ser substituído sem prejuízo à gramática ou ao entendimento por "ainda que" ou "embora", por exemplo. O conectivo "desde que" introduziria a ideia de condição e mudaria o sentido da mensagem, dizendo que seria absolutamente necessário ter se lido artigos ou livros de história da arte para se conhecer os mestres da pintura medieval citados;
3: Certo. Se a ideia da oração principal está mantida e o conectivo que une a oração subordinada a ela mantém a relação de sentido necessária, é possível que a ordem das orações seja alterada sem qualquer prejuízo de sentido. Ao realizar a alteração que sugere o item, teríamos: "Se indagado sobre a arte dos tempos coloniais, qualquer brasileiro razoavelmente bem informado, mesmo que não tenha lido artigos ou livros de história da arte, é capaz de citar de memória um destes artistas". As únicas alterações necessárias foram no uso da vírgula ao fim do trecho transposto para o início a mudança da maiúscula para aquela que inicia o período;
4: Errado. Os dois-pontos funcionariam apenas como um recurso expressivo de ênfase. A ideia de complemento para o verbo é mantida pela informação que se segue, coerente ao discurso e à estrutura gramatical do trecho;
5: Errado. A frase "Na Bahia, a resposta seria provavelmente Francisco das Chagas, o Cabra" mostra que há uma particularidade cultural na Bahia, em que seria lembrado um artista famoso regionalmente, mas que mantém os requisitos apresentados pelo texto para a memória popular, assim como Aleijadinho;
6: Certo. A informação dada no item é comprovada na construção "não justificam essa notoriedade apenas a excelência da obra produzida", que qualifica a arte como excelente, mas afirma que não é só essa a razão para serem lembrados;
7: Errado. É possível inferir da leitura do texto que esses artistas são lembrados pela população em geral por haver identificação entre eles e a identidade cultural do brasileiro, talvez, por serem mulatos. Não está em questão o reconhecimento artístico, mas sim a identificação cultual. Como o texto diz anteriormente, o valor artístico é reconhecido apenas por especialistas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

Texto para a próxima questão

1 A partir das últimas décadas do século XVIII,
quando a pintura mineira, principalmente caracterizada pelos
forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista, evolui
4 para o estilo rococó, com sua típica decoração em
concheados e trama arquitetônica vazada, já os artistas
mulatos, filhos de portugueses e escravas, sobrepujavam em
7 número os brancos, filhos de casais legítimos de portugueses
ou recentemente emigrados.

Olinto Rodrigues dos Santos Filho. **Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro.** *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica.** São Paulo: Tenenge, 1988, p. 101 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O fragmento é constituído por um só período sintático; por isso, seus sentidos são ambíguos e pouco claros, o que inviabilizaria a utilização dele em correspondência oficial.

(2) Alteram-se as relações de sentido, mas preserva-se a coerência textual, ao se substituir "A partir das" (*l*.1) por **Nas**; mas, nesse caso, torna-se obrigatória a retirada do advérbio "já" (*l*.5), para que seja também preservada a correção gramatical.

(3) As vírgulas logo depois de "XVIII" (*l*.1) e de "mineira" (*l*.2) demarcam um aposto de valor temporal, por isso nenhuma delas deve ser retirada para que o texto se mantenha gramaticalmente correto.

(4) O emprego da preposição em "sobrepujavam em número os brancos" (*l*.6-7) obedece às regras de regência da norma padrão para o verbo **sobrepujar**; por isso, seria incorreta do ponto de vista da regência a seguinte estrutura: sobrepujava o número de brancos.

(5) Depreende-se do fragmento que o estilo rococó foi o primeiro estilo arquitetônico utilizado nas igrejas de Minas, caracteriza-se por pinturas em perspectiva ilusionista e apresenta decoração em forma de concha e trama arquitetônica vazada.

1: Errado. Apesar de ser constituído por apenas um período, o texto possui encadeamento coerente. Os elementos de coesão funcionam de forma a evitar ambiguidade e é possível encontrar referentes claros do início ao fim do período. O que inviabiliza a utilização de determinada construção em documentos oficiais é a falta de adequação à norma culta, e não há restrições ao tamanho ou complexidade de textos;
2: Errado. Ao se substituir o conectivo temporal "a partir de" por "em", há sutil alteração de sentido. O primeiro indica que há o início de algo, já o segundo apenas localiza temporalmente o fato narrado. Não há qualquer prejuízo gramatical na alteração proposta. No entanto, a presença do advérbio temporal "já" confere outra relação de atualidade temporal ao momento em que ocorre o fato do texto e não é dependente sintaticamente da expressão temporal que inicia o texto, podendo ser mantido sem qualquer prejuízo de sentido ou gramatical. O termo "já" pode causar confusão no entendimento do leitor por estar deslocado da ordem que costumaria aparecer: "os artistas mulatos, filhos de portugueses e escravas, já sobrepujavam (...)";
3: Errado. A vírgula presente na linha 1 isola o adjunto adverbial de tempo "a partir das últimas décadas do século XVIII", que aparece deslocado da sua posição natural, ao fim do período, e portanto deve vir isolado por vírgula. Já a vírgula da linha 2 isola o aposto "principalmente caracterizada pelos forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista", que se refere ao termo pintura mineira e deve vir isolado por vírgulas. Tais vírgulas não podem ser retiradas, mas não funcionam juntas demarcando aposto, cada uma cumpre a sua função acima descrita. A oração iniciada na segunda linha, inclusive, continua após o aposto de "pintura mineira: "quando a pintura mineira evolui para o estilo rococó";
4: Errado. O verbo sobrepujar, no sentido de ultrapassar, vencer ou levar vantagem, como é usado no texto, é transitivo direto e não pede o intermédio de uma preposição para seu objeto. No texto, recebe como objeto a expressão "os brancos". "Em número" é um qualificador do verbo e funciona como adjunto adverbial de modo. Na construção proposta pelo item, "sobrepujava o número de brancos", o objeto direto do verbo passa a ser "o número de brancos". Ambas as construções estão corretas sintaticamente e seguem as regras de regência. Também não há alteração significativa de sentido;
5: Errado. De acordo com o texto, o estilo rococó, caracterizado pela decoração em forma de conchas e trama arquitetônica vazada, substitui um outro que já existia na pintura mineira e que tinha como característica os forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Texto para a próxima questão

1 A ourivesaria foi o ofício que concentrou, durante o
período colonial, o maior número de oficiais de origem negra.
Os balangandãs que as crioulas da Bahia usavam nos
4 dias festivos, de procissão, são as peças mais características da
joalheria de escravas, além das pulseiras de "copo". Essas
pencas de objetos, lembranças de amor, pagamento de
7 promessas, figas, cruzes, ferraduras e outras "sortes"; frutas,
animais, pandeiros, paus de angola, cilindros ocos, os mais
variados símbolos, mesclando culto católico com cultos
10 africanos, indicam a presença do artífice negro na oficina do
ourives.

Jaelson Bitran Trindade. **Arte colonial: corporação e escravidão**. *In*. Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 129 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Quanto às ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Alteram-se as relações semânticas do texto ao se substituir "concentrou" (*l*.1) por **se concentrou** e "o maior número" (*l*.2) por **no maior número**.

(2) A argumentação do texto permite inferir que a palavra "oficiais" (*l*.2) está sendo tomada como sinônimo textual de "artífice" (*l*.10).

(3) Na linha 4, a expressão "de procissão" funciona como uma restrição a "dias festivos", indicando que nem todos os dias festivos eram de procissão.

(4) A supressão do trecho "lembranças (...) africanos" (*l*.6-10) e das vírgulas que o isolam preserva a correção gramatical do texto, respeitando as regras de concordância verbal.

(5) O valor semântico do gerúndio "mesclando" (*l*.9) permite sua substituição por **que mesclam**, sem prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos do texto.

(6) A substituição da preposição "com" (*l*.9) por **e** provoca erro gramatical, por desrespeitar as regras de regência verbal da norma padrão.

1: Certo. Lê-se na substituição proposta: "A ourivesaria foi o ofício que se concentrou, durante o período colonial, no maior número de oficiais de origem negra." O sentido é alterado substancialmente do original que coloca os negros como grandes participantes da prática da ourivesaria para dizer inversamente que a maior parte dos oficiais de origem negra possuíam como prática a ourivesaria;
2: Certo. Lê-se na definição do dicionário Houaiss para o termo "artífice": " obreiro ou oficial que executa sua arte consoante as encomendas que recebe", são, portanto termo correlatos e podem ser admitidos como sinônimos no texto. De acordo com o contexto, podemos chegar a essa conclusão ao observar que a ourivesaria é tratada como "ofício" e, portanto, aquele que nela trabalha como "oficial". A produção de objetos artísticos, como balangandãs, permite o paralelo com o termo "artífice";
3: Errado. por vir indicada entre vírgulas, a expressão "de procissão" deve ser entendida como explicativa do antecessor "dias festivos". A interpretação é que todos os dias festivos são aqueles de procissão. Caso não houvesse vírgulas, o sentido seria restritivo, indicando que apenas nos dias festivos, dentre todos os outros, é que as crioulas usavam os balangandãs;
4: Certo. O trecho isolado por vírgulas que vai de "lembranças"(l.6) a "africanos"(l.10) funciona como aposto do termo "pencas de objetos", exemplificando quais e de que tipo eram. As vírgulas dentro desse trecho servem como recurso de enumeração de termos pertencentes à mesma

função textual, a saber, os exemplos do aposto. A sua supressão faz com que o texto perca em estilo e profundidade, no entanto, gramaticalmente, se retirado por completo, incluindo sua pontuação, não há qualquer prejuízo gramatical ao texto, uma vez que o verbo “indicam” concorda com o seu sujeito “pencas”;
5: Certo. A forma nominal “mesclando” indica uma oração subordinada adjetiva reduzida que pode ser desenvolvida na sua forma complexa, com pronome relativo “que” e verbo conjugado no tempo presente “mesclam” sem qualquer prejuízo gramatical ou de sentido. Teríamos: “os mais variados símbolos, que mesclam culto católico com cultos africanos”. Trata-se de uma escolha de estilo do autor do texto, que confere dinâmica à escrita;
6: Errado. O verbo mesclar possui mais de uma possibilidade de construção de regência, admitindo tanto a construção com objeto direto (culto católico) e indireto pela preposição “com” (com cultos africanos), como também com dois objetos diretos interligados por “e” (culto católico e cultos africanos), como propõe o item. Como ambas possibilidades são aceitas pela norma culta, não haveria prejuízo gramatical ou de sentido em fazer a substituição sugerida.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Quando, no carnaval de 1888, surgiu, nas ruas do Rio
de Janeiro, a Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Cucumbis,
instalava-se, a partir dali, um jeito novo, uma contribuição
4 renovadora, um dado revolucionário nos festejos que até então
não tinham incorporado a população negra. Os Cucumbis,
variante dos Congos, tinham um toque de fantasia e imaginação
7 porque os negros que deles participavam vestiam trajes de
indisfarçável origem tribal. (...)
O artista negro, o artesão negro, vincou a sua marca
10 nos instrumentos, nas fantasias e nas alegorias. Ontem, nos
cordões e nos ranchos, hoje, nos blocos e nas escolas de samba.
Pela mão negra os ingredientes adquirem formato e textura
13 novas, herança secular de uma raça que, nas suas várias etnias,
manteve o ponto comum do uso social da criação artística.
Da máscara ao instrumento musical.

Haroldo Costa. **O Barracão e o carnavalesco.** *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 349 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Depreende-se do texto que “Cucumbis” (*l*.2) também pode ser entendido como outro nome dado ao conjunto da população negra nos festejos carnavalescos.

(2) As expressões “a partir dali” (*l*.3) e “até então” (*l*.4) remetem, espacial e temporalmente, à mesma situação: o surgimento da Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Cucumbis.

(3) As expressões “um jeito novo” (*l*.3), “uma contribuição renovadora” (*l*.3-4) e “um dado revolucionário” (*l*.4) constituem uma enumeração de características que reforça a idéia de mudança.

(4) Na linha 9, o emprego do singular em “vincou” indica que as expressões “artista negro” e “artesão negro” devem ser entendidas como sinônimas.

(5) Provoca-se erro gramatical e prejudica-se a coerência textual, ao se substituir “Pela mão negra” (*l*.12) pela expressão no plural **Por mãos negras.**

(6) Apesar de a expressão “herança secular” (*l*.13) estar empregada no singular, textualmente ela retoma “ingredientes” (*l*.12).

(7) Para manter a mesma significação, mas evitar que a última frase do texto seja uma oração sem sujeito e desrespeite as regras gramaticais, deve-se retirar o ponto final logo depois de “artística” (*l*.14), unir as orações e ajustar as maiúsculas.

1: Errado. Não podemos entender “Cucumbis” como a totalidade da população negra no carnaval. Trata-se de uma parcela, mas que trouxe mudança significativa na forma de festejar. O trecho “porque os negros que deles participavam vestiam trajes de indisfarçável origem tribal.” deixa claro se tratar de uma parcela, já que a oração adjetiva que acompanha o termo “negros” é uma restritiva, ou seja, dentro da totalidade dos negros, uma parcela participava dos Cucumbis;
2: Certo. As expressões “a partir dali” e “até então” delimitam temporalmente as informações que acompanham e remetem diretamente ao carnaval de 1888, situação em que surgiram os Cucumbis. É importante notar que, apesar do seu aspecto espacial, a expressão “a partir dali” contextualiza a contribuição renovadora, e auxilia na ideia de novidade, já que indica que algo se inicia, em um espaço no tempo, o surgimento da Sociedade. A expressão “até então”, introduz a situação que é finalizada pelo surgimento dos Cucumbis, a saber, a falta da incorporação da população negra;
3: Certo. A enumeração com três expressões que crescem progressivamente em força argumentativa, se inicia com “novo”, se passa para “renovadora” e se chega a “revolucionário”, é um recurso do texto para reforçar a ideia de que algo mudou, e muito. O recurso da enumeração associada ao da gradação torna o texto mais apelativo ao leitor;
4: Certo. A expressão “artesão negro” aprece entre vírgulas e pode ser entendida como aposto do sujeito “artista negro”. Essa interpretação é corroborada pela concordância do verbo no singular, o que indica que há apenas um núcleo no sujeito, “artista”, e que os outros termos antecedentes ao verbo se referem a esse termo. A ideia implícita pelas vírgulas é a de explicação de quem é o artista: “O artista negro, ou seja, o artesão negro, vincou sua marca nos instrumentos”;
5: Errado. A expressão no singular e acompanhada do artigo “a”, “pela mão negra” indica uma generalização de quem é o instrumento da renovação, exatamente a mesma ideia transmitida pela expressão no plural e sem artigo “por mãos negras”. Em ambos os casos não se sabe exatamente quais são as mãos, mas entende-se que são muitas;
6: Errado. A expressão “herança secular” está no singular por expressar um resumo de todas as informações anteriores, explicitadas também no termo “marca” (l.9). É a retomada semântica da ideia original do texto,

de que é essa característica que trouxe transformação. Em paráfrase: "trata-se da herança secular de uma raça que (...)";
7: Errado. A última frase do texto está separada por ponto da anterior como uma forma de ênfase na informação. Não é uma oração sem sujeito, já que não há verbo ou estrutura sintática que indique oração. Trata-se de uma expressão que se liga a oração anterior, funcionando como adjunto adverbial de lugar (onde se manteve o ponto comum do uso social da criação artística). Para uma reescrita correta, mas sem o recurso enfático da pontuação, seria possível unir os trechos: "manteve o ponto comum do uso social da criação artística da máscara ao instrumento musical."

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E, 7E

Texto para a próxima questão

1 O mundo do percussionista pernambucano Naná
Vasconcelos é feito de sons e ritmos. Faz do corpo fonte
inesgotável de batuques. Seus instrumentos têm todas as
4 formas e tamanhos: gongo, chocalho, tamanco, folha
de flandres, tambor, garrafa, caxixi, ganzá, sininho.
E berimbau, o Pai Grande:
7 "Eu não toco o berimbau. É ele quem me toca".
Tirou das rodas de capoeira o instrumento dos
escravos e introduziu nas orquestras sinfônicas. Em 1966,
10 foi para o Rio de Janeiro como baterista do frevista
Capiba. Correu mundo. Misturou berimbau com ciranda
e maracatu em festivais de jazz.

Almanaque Brasil, agosto/2002 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Quanto às estruturas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Uma paráfrase possível para transformar os dois primeiros períodos sintáticos do texto em apenas um, mantendo-se as mesmas relações semânticas, seria: Sons e ritmos fazem do corpo do percussionista pernambucano Naná Vasconcelos um mundo inesgotável de batuques.

(2) O sinal de dois-pontos logo após "tamanhos" (*l.*4) anuncia uma enumeração que esclarece a variedade de formas e tamanhos explicitada antes.

(3) A substituição do pronome 'quem' (*l.*7) pelo pronome **que** preservaria a correção gramatical do texto, mas deixaria de reforçar a ideia de personificação do berimbau, o de ser o instrumento a exercer a função do músico e inverter a relação.

(4) A expressão "o instrumento dos escravos" (*l.*8-9) retoma 'berimbau' (*l.*7) e acrescenta-lhe uma informação histórica para estabelecer a coesão textual.

(5) A inserção do pronome **o** imediatamente antes de "introduziu" (*l.*9) preserva a correção gramatical e a coerência textual.

1: Errado. A paráfrase, como sugere o item, criaria nova relação entre as informações do texto e não apenas interpretaria com outras palavras a mensagem original. Lê-se no original que o mundo do artista é composto de sons e ritmos e que os batuques são produto de seu corpo. Na paráfrase lê-se que os sons e ritmos não compõem o mundo, mas servem de recurso para que seu corpo componha o mundo de batuques. Uma reescrita possível seria intercalar a segunda oração à primeira com base no seu elemento comum: "O mundo do percussionista pernambucano Naná Vasconcelos, que faz do corpo fonte inesgotável de batuques, é feito de sons e ritmos.";
2: Certo. O sinal de dois-pontos é usado para intermediar a relação entre um termo e uma explicação sobre ele. No caso, estabelece relação de explicação entre as formas e tamanhos, anunciando exemplos de instrumentos de diversas formas e tamanhos;
3: Certo. O pronome relativo "quem" é usado nas orações subordinadas adjetivas para relacionar uma pessoa a uma ação. Normalmente, pode ser substituído pelo pronome "que", universal, sem prejuízo de sentido ou gramatical. O instrumento berimbau sofreu no texto um processo de personificação, ou seja, é um objeto inanimado que passa a praticar ações típicas de ser humano, no caso, tocar. A ação do instrumento já torna esse processo claro, no entanto, o uso do pronome "quem" reforça a ideia de ver o berimbau como alguém que pratica a ação;
4: Certo. A substituição de um termo por uma expressão correlata é um recurso típico da coesão textual, usado para evitar a repetição e relacionar informações no texto. Além disso, a escolha da expressão sinônima já pode trazer para o texto uma nova informação, tornando-o mais dinâmico e agradável à leitura e aprofundando semanticamente o texto;
5: Certo. O pronome oblíquo "o" cumpriria função de coesão textual, retomando o termo "berimbau" para a nova informação do texto. Seu acréscimo não traria qualquer prejuízo ao texto original. No entanto, não é necessário usá-lo, uma vez que a construção do texto torna clara a referência da frase pela ideia de adição entre "Tirou das rodas de capoeira o instrumento dos escravos", oração que já apresenta elemento de coesão (instrumento dos escravos), e "introduziu nas orquestras sinfônicas".

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

1 Poucas coisas mudaram no mundo nos últimos 100
mil anos. Naquela época, os primeiros seres humanos
modernos surgiram na África e começaram a se espalhar
4 por outros continentes. Eles eram praticamente idênticos
aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o
planeta. De lá para cá, os únicos retoques que a nossa
7 espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes
ambientes — mudanças exteriores para lidar melhor com
lugares frios, secos ou com ventos mais fortes. O lado
10 triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as
diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à
primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos.
8 Milhões foram escravizados, mortos ou discriminados por
causa da aparência física.

Rafael Kenski. **Vencendo na raça**. *In*: **Superinteressante**, abr./2003, p. 42 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Infere-se do texto I que

(1) a adaptação ao meio ambiente foi uma das causas das poucas coisas que mudaram no mundo nos últimos 100 mil anos.

(2) avaliar pessoas pela aparência física é desconhecer as verdadeiras e profundas mudanças que aconteceram nos seres humanos ao longo do tempo.

(3) escravização, morte e discriminação por causa da aparência física são decorrências nefastas das mudanças exteriores que ocorreram nos seres humanos ao se espalharem pelo planeta.

(4) algumas raças são superiores às outras apenas por pequenas alterações decorrentes da adaptação ao meio ambiente.

(5) adaptações ao clima e ao espaço geográfico devem provocar mutações genéticas que favorecem — ou desfavorecem — o desenvolvimento de habilidades socialmente prestigiadas e levar a especificações na classificação da raça humana.

1: Certo. A interpretação pode ser considerada correta a partir da leitura atenta do trecho "De lá para cá, os únicos retoques que a nossa espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes ambientes". Analisada em contexto, a expressão "de lá para cá" significa exatamente "nos últimos 100mil anos" e "retoques" dá a ideia de pequenas mudanças, que não alteram o essencial;
2: Errado. Como diz o texto, os primeiros seres humanos modernos eram praticamente idênticos aos de hoje, ou seja, não houve mudanças profundas no que é ser humano. As pequenas diferenças dizem respeito a adaptações ambientais, como se lê no trecho "Eles eram praticamente idênticos aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o planeta. De lá para cá, os únicos retoques que a nossa espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes ambientes";
3: Certo. O texto coloca como consequência negativa da capacidade de adaptação ambiental dos seres humanos o uso das diferenças físicas como superioridade ou inferioridade: "O lado triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos.";
4: Errado. O texto analisa as diferenças físicas como mudanças apenas exteriores que decorrem da adaptação ao ambiente. A superioridade ou inferioridade pela aparência seria um "mau uso" , que não possui fundamento científico, das diferenças ao longo da história como justificativa para dominação;
5: Errado. As mudanças são exteriores às adaptações ambientais. Como diz o texto, pouco mudou em 100 mil anos da história do homem moderno, os primeiros eram praticamente idênticos aos atuais. A apropriação dessas adaptações como prestígio ou modo de classificação em superior ou inferior é indevida.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas no texto I.

(1) As expressões "Naquela época" (*l*.2) e "lá" (*l*.6) referem-se ao mesmo período temporal, que se distancia 100 mil anos do período referido por "cá" (*l*.6) e "hoje" (*l*.5).

(2) Em "aos" (*l*.5), o emprego da preposição a é exigência do adjetivo "idênticos" (*l*.4) e o artigo é exigência do substantivo "pessoas" (*l*.5).

(3) Se a expressão "diferentes ambientes" (*l*.7-8) fosse empregada com sentido indeterminado, deveria ser precedida apenas pela preposição a.

(4) Mantêm-se a correção gramatical e a coerência textual se o trecho "avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos" (*l*.11-12) for assim empregado na voz passiva: **que pessoas sejam avaliadas à primeira vista e atribuídas qualidades e defeitos.**

(5) De acordo com o desenvolvimento das ideias no texto, provoca-se incoerência ao substituir "escravizados, mortos ou discriminados" (*l*.13) por seus correspondentes femininos.

1: Certo. As expressões "naquela época" e "lá" indicam distanciamento da situação atual e, no texto, correspondem ao período do surgimento do homem moderno, ou seja, há 100 mil anos. Já as expressões "cá" e "hoje" indicam proximidade da situação atual, a da fala do autor, ou seja, a atualidade;
2: Errado. O adjetivo "idênticos" exige complemento nominal intermediado pela preposição "a". No texto, o complemento do termo é "aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o planeta". "os" funciona, em conjunto com a expressão "mais de", no trecho como determinante do número 6 bilhões, que é o núcleo sintático do complemento nominal. A palavra "pessoas", que é feminina e não poderia exigir um artigo masculino, também qualifica o núcleo 6 bilhões;
3: Certo. O artigo que acompanha a expressão funciona como determinante dela, ou seja, não são quaisquer diferentes ambientes. O artigo definido delimita o sentido da expressão, enquanto a ausência dele em favor da construção com apenas a preposição torna a interpretação mais aberta a possibilidades;

4: Errado. A voz passiva é formada a partir do verbo transitivo direto e do objeto direto na voz ativa. Para a transposição para a voz passiva analítica, como sugerido no item, o objeto direto é transformado em sujeito paciente, o verbo passa para a voz passiva (verbo auxiliar “ser” + particípio do verbo principal) e o sujeito, se houver, passa a ser o agente da passiva. Os outros termos sintáticos que compõem a oração permanecem nas suas funções originais. O verbo atribuir possui dois objetos: um direto, defeitos e qualidades, e um indireto, lhes, pronome que carrega em si a ideia de preposição e no trecho significa “às pessoas”. É impossível, por ser objeto indireto, que o termo “as pessoas” funcione como sujeito paciente do verbo atribuir na voz passiva, devendo permanecer como era na voz ativa. A transposição correta seria: “que pessoas sejam avaliadas e lhes sejam atribuídas qualidades e defeitos”;

5: Errado. É possível substituir os termos por seus femininos pois eles qualificam um termo feminino, “pessoas”. Na frase não está evidente o referente “pessoas” e, portanto, a concordância é feita com o determinante no sujeito “milhões”. No entanto, é possível inferir que são “milhões de pessoas” e a concordância seria feita com a ideia de acordo com a coesão do trecho com o resto do texto.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

1 Píndaro nos preveniu de que o futuro é muralha espessa,
além da qual não podemos vislumbrar um só segundo. O poeta
tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus
4 contemporâneos nas competições dos estádios quanto
compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da
vida. Dele é a constatação de que o homem é apenas o sonho de
7 uma sombra. Apesar de tudo, ele se consolará no mesmo poema:
e como a vida é bela!
O século XX, que para alguns foi curto, para outros foi
10 dilatado em seu sofrimento. Foi o século da mais renhida luta
entre a opressão totalitária e a dignidade dos seres humanos. É
provável que nele não tenha havido um só dia sem algum
13 confronto bélico. Mas, em que século os seres humanos
conheceram a paz?
Todos os tempos são opressivos, mas o nosso tempo é o
16 mais pesado de todos, e não só porque nele nos toca viver.
A tecnologia nunca serviu tanto à tortura, ao vilipêndio e à morte
quanto serve hoje. Não há mais liberdade em nenhum lugar do
19 mundo: os satélites nos ouvem e nos seguem pelas câmeras de
televisão, pelo telefone celular, pelo uso do cartão de crédito,
pelo desenho de nossos olhos. Podemos morrer, ao atender a uma
22 chamada telefônica, e grilhões explosíveis por controle remoto
impedem aos prisioneiros um direito sempre reconhecido, o de
buscar a própria liberdade.

Mauro **Santayana**. Sonhos e sombras. In: Correio **Braziliense**. “Opinião”, 1.º/1/2003 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Com relação ao emprego das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Pelo emprego dos pronomes na primeira pessoa do plural — “nos” (*l*.1, 16 e 19), “nosso” (*l*.15) e “nossos” (*l*.21) — e da forma verbal “Podemos” (*l*.21), o autor procura compartilhar as ideias com o leitor, inserindo-o no texto.

(2) As expressões “O poeta” (*l*.2), “Dele” (*l*.6) e “ele” (*l*.7) constituem uma cadeia anafórica relativa a um mesmo referente: “Píndaro” (*l*.1).

(3) A inserção de vírgula imediatamente após “estádios” (*l*.4) torna o período gramaticalmente errado.

(4) Ao se substituir “quanto” (*l*.4) por **como**, o período torna-se incoerente.

(5) Em “de que o homem” (*l*.6), a preposição sublinhada é exigida pelas regras de regência do substantivo “constatação” (*l*.6).

(6) Embora o efeito de sentido seja diferente, no lugar do futuro do presente em “consolará” (*l*.7), estaria gramaticalmente correto e textualmente coerente o emprego do futuro do pretérito **consolaria** ou do pretérito perfeito **consolou**.

(7) Na linha 14, subentende-se da interrogação a ideia de que, em determinados séculos, os seres humanos conheceram a paz.

(8) Considerando-se a enumeração dos itens, o sinal indicativo de crase em “à morte” (*l*.17) pode ser dispensado sem outras alterações no período e o efeito será uma generalização de sentidos.

(9) Na linha 19, se o sinal de dois-pontos fosse substituído por ponto final e o artigo subsequente estivesse em letra maiúscula, o texto permaneceria coerente e gramaticalmente correto.

(10) Imediatamente após a palavra “reconhecido” (*l*.23), a vírgula poderia ser substituída por sinal de dois-pontos sem prejuízo para a correção gramatical do período.

1: Certo. Ao usar a primeira pessoa do plural, o autor procura aproximar-se do leitor por se inserir no mesmo contexto sociocultural que ele. Ao mesmo tempo, por referência a esse contexto, traz o leitor para dentro do texto, propondo que ele se coloque nas situações vividas por estar presente no contexto. “Nosso” tempo é ao mesmo do autor e do leitor, assim como os olhos e as ações compartilhadas por todos “nós”;

2: Certo. A presença de sinônimos como poeta” e dos pronomes “ele” são recursos de coesão que retomam o elemento “Píndaro” e o relacionam a novas informações, colaborando para a coerência e dinâmica do texto, evitando repetições. Pela concordância, no masculino singular, e

pelo contexto em que se inserem, não restam confusões com relação ao termo a que as expressões do item se referem;
3: Errado. As orações "tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios" e "quanto compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida" possuem entre si, relação de adição, ou seja, acrescentam informações uma a outra e poderiam ser escritas : "admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios e compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida". Essa relação de adição, como está no texto original, entre duas orações pode ou não vir intermediada por vírgulas, dependendo do autor e de suas escolhas estilísticas, usar ou não a vírgula que estaria absolutamente correta, assim como está o texto original, sem vírgulas;
4: Errado. O conectivo "como" estabelece em conjunto com o conectivo "tanto" no início do texto relação de adição entre os dois períodos, mantendo a coerência textual e a correção gramatical. Teríamos o resultado: "tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios como compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida";
5: Certo. A oração "de que o homem é apenas o sonho de uma sombra" funciona como complemento nominal do substantivo "constatação". A relação entre o substantivo e seu complemento é intermediada pela preposição "de", exigida pela regência do substantivo;
6: Certo. O verbo "consolar" está no futuro no texto original para indicar uma progressão temporal dentro do texto citado: após a constatação, no mesmo texto, ele se consola. Por se tratar de uma referência a um texto escrito, é possível que a marcação temporal se altere sem prejuízo gramatical ou ao entendimento. Seriam reescritas possíveis: "apesar de tudo, ele se consolaria no mesmo poema", que indicaria uma leitura da citação na progressão temporal pretérito e futuro: após ter feito a constatação, ele se consolaria, e "apesar de tudo, ele se consolou no mesmo poema", que indicaria uma leitura da citação com progressão toda no pretérito;
7: Errado. O contexto para a interrogação é a descrição do século XX como um século de violência. A introdução da questão com o conectivo adversativo indica a possibilidade de uma visão oposta, a de, talvez, outro século sem violência. No entanto, a estrutura da pergunta não permite inferir que existiu um século de paz. Apesar de se tratar de uma questão reflexiva para reforço argumentativo, a resposta à questão poderia ser "nunca", sem qualquer prejuízo de coerência;
8: Errado. Os termos "tortura", "vilipêndio" e "morte" funcionam como objetos indiretos do verbo servir e indicam a quem a tecnologia serve e, como tais, vêm introduzidos pela preposição "a", exigida pelo verbo. Por serem palavras femininas e acompanhadas de artigo feminino singular, "tortura" e "morte" aparecem introduzidas por crase, que indica a união do "a" preposição e do "a" artigo. Por serem termos sintáticos que são regidos por preposição, a ausência dela em qualquer um deles poderia trazer problemas de coesão ao texto, não deixando claro qual o seu referente;
9: Certo. Os dois-pontos introduzem exemplos de como a liberdade não existe mais. Trata-se de uma pontuação de ênfase para a relação entre as partes do texto. Sem a pontuação enfática para indicar a relação, ainda assim o texto seguiria sua sequência lógica e a ideia de exemplificação continuaria presente pela progressão textual;
10: Certo. Os dois-pontos trariam ênfase ao sentido da expressão que no original aparece após a vírgula como uma complementação do termo "direito". Esse recurso não traria prejuízo textual ou alteração na gramática do texto justamente por ser apenas uma pontuação enfática. A relação entre direito e sua explicação está clara devido ao intermédio do pronome demonstrativo "o", que funciona como elemento de coesão entre as informações.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10C

1 As colonizações nas Américas produziram
encontros desiguais, fundamentalmente experiências
históricas, envolvendo trocas culturais, dominação,
4 conflitos, protestos e confrontos, que inventaram novas
europas e áfricas. Do século XV ao século XIX, navios
de várias procedências cruzaram mares. Levavam e
7 traziam mercadorias, produtos e também ideias e
experiências. Em um processo histórico de longa
duração, os mundos do trabalho encontraram-se por
10 meio de um movimento transatlântico, envolvendo povos
e etnias, e produziram identidades das mais diversas. Nas
Américas, nesse processo, o trabalho compulsório
13 constituiu um fato social — sequer questionado no início
— para o desdobramento da colonização e a produção de
riquezas.

Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). **História da cidadania**, p. 462 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem, a respeito das ideias e das expressões presentes no texto acima.

(1) A preferência pela expressão no plural "As colonizações" (*l*.1) enfatiza as diferenças entre as várias formas de colonização.

(2) Se a forma verbal "cruzaram" (*l*.6) fosse substituída pela forma no pretérito imperfeito — **cruzavam** —, o período apresentaria problemas de coerência, porque os sentidos seriam alterados.

(3) A expressão "encontraram-se" (*l*.9) e especialmente o uso do pronome "se" como indicador de reflexividade reforçam a ideia de que "os mundos do trabalho" (*l*.9) a que o texto faz referência eram diversos e distantes uns dos outros.

(4) Caso o trecho entre vírgulas "envolvendo povos e etnias" (*l*.10-11) fosse colocado imediatamente após a palavra "duração" (*l*.9), a informação e as relações de sentido do texto permaneceriam inalteradas.

(5) A expressão "produziram identidades" (*l*.11) refere-se a "povos e etnias" (*l*.10-11).

1: Certo. A expressão no plural torna o seu significado menos genérico, ou seja, é possível se caracterizar diversos tipos de colonização. Se fosse usado o termo no singular, a interpretação seria do processo de colonização nas Américas como um todo, de maneira geral;
2: Errado. Não haveria problemas de coerência ou de correção gra-

matical na alteração pois o pretérito imperfeito transmite a ideia de uma ação contínua e duradoura no passado, o que é corroborado pelo advérbio de tempo "do século XV ao século XIX", que, mesmo antes da alteração, transmite a ideia de um longo período de duração para a ação da oração. A alteração, no entanto, no estilo do texto, torna a oração alterada como parte de um contexto a ser explicado (algo aconteceu em meio a essa navegação) e não como a ação principal desse contexto (o que se fazia de era a navegação);
3: Certo. O uso do pronome "se" reflexivo junto ao verbo "encontrar" cria a ideia de reciprocidade entre os elementos que compõem o sujeito, "os mundos". Significa que os mundos do trabalho encontravam uns aos outros, do que podemos inferir que eram distantes e desconhecidos. O processo descrito como transatlântico reforça a ideia de distante e complexo;
4: Errado. A oração "envolvendo processos e etnias" funciona como oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio e explica o termo "movimento transatlântico". Caso a oração fosse deslocada, assumiria um novo referente, "processo", o que alteraria significativamente a interpretação do trecho, apesar de não causar problemas na correção gramatical;
5: Errado. O sujeito do verbo "produziram" está oculto. Para encontrar o sujeito significativo do verbo, é necessário analisar a relação entre as orações "os mundos do trabalho encontraram-se por meio de um movimento transatlântico" e "produziram identidades das mais diversas", intermediada pelo conectivo "e", que indica adição. Por essa estrutura, de paralelismo sintático podemos identificar como sujeito significativo do verbo "produziram" o mesmo do verbo "encontraram-se", ou seja, "os mundos do trabalho" .

Gabarito" 1C, 2E, 3C, 4E, 5E"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue se os fragmentos de texto nos itens abaixo respeitam as normas da língua na modalidade escrita formal.

(1) A experiência de luta e organização dos trabalhadores no Brasil está marcada tão-somente pela formalização jurídica decretada pela Abolição.

(2) Com o fim da escravidão — como um sistema social amparado por leis —, o processo de lutas e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparece.

(3) A caracterização e a reprodução das desigualdades ganham outras dimensões. O escravo vira negro. Como? Não mais havendo a distinção jurídica entre os trabalhadores, a marca étnica — e histórica da população negra é reinventada como fato social.

(4) A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumentaria tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente.

(5) A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houveram mesmo políticas públicas, no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização, e repressão nas áreas urbanas.

Itens adaptados de Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). História da cidadania, p. 463 (com adaptações).

1: Certo. O trecho está absolutamente adequado à gramática da norma culta. A confusão na interpretação pode decorrer da concordância do verbo "está", isso pela presença do trecho "luta e organização" que poderia indicar sujeito composto. No entanto ambos os termos são adjuntos adnominais e se referem a "experiência", o núcleo do sujeito simples com que concorda o verbo;
2: Errado. O verbo "desaparecer" deveria aparecer conjugado no plural, já que seu sujeito possui dois núcleos significativos "processo" e "desigualdades", ambos não desapareceram. A confusão na concordância é decorrente da distância entre sujeito e verbo, já que estão separados por uma oração intercalada. Seria reescrita correta: "Com o fim da escravidão — como um sistema social amparado por leis —, o processo de lutas e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparecem";
3: Errado. A expressão "e histórica" deveria vir isolada por travessões, já que funciona como expressão explicativa, ou deveria se alterar a concordância de "marca", no caso de ausência de pontuação, já que no caso "histórica" funcionaria como caracterizador do termo "marca", que passaria a ser de dois tipos: étnica e histórica. Seriam reescritas corretas: "a marca étnica — e histórica – da população negra é reinventada como fato social" e "as marcas étnica e histórica da população negra é reinventada como fato social.";
4: Errado. O problema do trecho está na dupla de verbos "reproduz e aumentaria". Como ambos possuem o mesmo sujeito, "sociedade brasileira" e o mesmo contexto, deveriam seguir o mesmo padrão de conjugação para tornar o texto coerente. São possíveis duas reescritas. A primeira alteraria apenas o verbo "aumentaria" para o presente "aumenta", transmitindo a ideia de atualidade dos fatos. Teríamos: "A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumenta tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente." Outra possível leitura dependeria também de uma alteração na pontuação, isolando o adjunto adverbial de tempo "a partir de 1888", que adequaria o sentido transmitido pela conjugação no futuro do pretérito, que passaria a ser usado pelos dois. Teríamos: "A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais, a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduziria e aumentaria tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente.";
5: Errado. O verbo "haver", quando significa existir, é impessoal e conjugado sempre na 3ª pessoa do singular, portanto, não deve ser usado no plural. A reescrita correta seria: "A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houve mesmo políticas públicas, no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização, e repressão nas áreas urbanas".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E

1 Com a emergência da burguesia, o conceito de cidadão passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade de direitos. A noção de cidadania se construiu com a definição
4 político-jurídica do sujeito, até então um "sujeito-religioso" subordinado ao dogma cristão.
A transição do feudalismo para o capitalismo trouxe
7 mudanças fundamentais nas relações entre os indivíduos, sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que existiam entre o vassalo e o senhor feudal permitiu a definição político-jurídica do
10 sujeito com a exigência da igualdade de direitos.
Esse novo sujeito, o "sujeito-de-direito", não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e
13 deveres iguais, o sujeito das sociedades de Estado-capitalista, sujeito que emerge com a burguesia, é o cidadão. Esse sujeito-de-direito é um sujeito que nega o "sujeito-religioso",
16 16 nega seus laços de dependência pessoal.

Suzy Lagazzi. **Guerra dos Mascates: a constituição do cidadão brasileiro no século XVIII**. In: Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. **Língua e cidadania: o português no Brasil,** p. 31 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Das seguintes características de cidadão, duas estão em desacordo com as ideias do texto: (a) é sujeito que surge com a emergência da burguesia; (b) é regido pela igualdade de direitos e deveres; (c) subverte o dogma cristão; (d) rompe laços de dependência pessoal com o senhor feudal; (e) define-se como sujeito político-jurídico.

(2) A preposição "Com" (*l*.1) introduz no texto uma noção temporal.

(3) As idéias do texto excluem a possibilidade de se interpretar como indicador de reflexividade o pronome "se", na expressão "se construiu" (*l*.3).

(4) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se iniciar o segundo parágrafo da seguinte forma: **Com a transição**.

(5) Pelo significado textual, a forma verbal "existiam" (*l*.8) admite a substituição por **haviam**.

(6) Mantêm-se o valor adjetivo da oração e a coerência textual ao se substituir o aposto "não mais subordinado ao dogma cristão" (*l*.11-12) pela oração subordinada **que não é mais subordinado ao dogma cristão**.

1: Errado. Todas as características são corretas, como provam os trechos: (a) sujeito que emerge com a burguesia (l.14); (b) o conceito de cidadão passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade de direitos. (l.1-3); (c) não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e deveres iguais (l.11-13); (d) nega seus laços de dependência pessoal (l.16); (e)A noção de cidadania se construiu com a definição político-jurídica do sujeito(l.3-4);
2: Certo. A emergência da burguesia inaugura um novo momento na história. A preposição "com" indica esse sentido à expressão, de um novo período temporal iniciado por uma mudança fundamental;
3: Certo. O pronome "se" funciona no trecho como apassivador e indica que a oração está na voz passiva sintética, isto é, a noção de cidadania sofreu a ação de ser construída. O agente da ação não aparece, pois o interesse está no objeto da ação, que no trecho é o sujeito paciente "a noção de cidadania";
4: Errado. Ao se iniciar o período com a preposição "com" se indica que o trecho "A transição do feudalismo para o capitalismo" é contexto para outra ação. O trecho seria incoerente, já que "transição" funciona como núcleo do sujeito do verbo "trouxe" e a alteração impossibilitaria essa referência gramatical, deixando o verbo sem agente da ação e a frase sem sentido;
5: Errado. A substituição de "existir" por 'haver' é possível, no entanto, seria necessário fazer a adaptação da concordância do verbo, já que o verbo haver, quando significa existir, é impessoal e não admite plural. A adaptação correta seria: "sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que havia entre o vassalo e o senhor feudal (...)";
6: Certo. Tanto o aposto como a oração subordinada adjetiva entre vírgulas possuem o mesmo valor: de explicação do termo a que se ligam. Por se tratarem de termos isolados por vírgulas, não haveria qualquer prejuízo à coerência textual dos outros elementos do texto, sendo a preocupação com a estrutura interna do termo.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

1 No contexto da importância que a questão agrária tem assumido no Brasil, é fundamental articulá-la com outras questões e movimentos sociais. Trata-se de uma questão
4 nacional, como poucas que atualmente têm mobilizado o país e seus vários setores sociais, políticos e econômicos. Tornar-se uma questão nacional tem sido um desafio para a questão racial
7 no Brasil. É fundamental incluir no debate sobre a questão agrária no Brasil a questão étnica, especialmente as experiências

do cativeiro — com os quilombos/mocambos e formas de
10 protesto de ocupação de terra — e aquelas do período
pós-emancipação, com as comunidades remanescentes.
A recuperação da história dos quilombos é importante capítulo
13 das lutas em torno do acesso à terra — face importante da luta
pela cidadania — no Brasil.

Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). **História da cidadania**, p. 463.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Quanto ao emprego das estruturas linguísticas e às ideias do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) De acordo com a argumentação do texto, poucas questões que têm mobilizado o país e seus setores sociais, políticos e econômicos apresentam abrangência nacional.

(2) No terceiro período do texto, há estrutura sintática que exemplifica sujeito constituído por oração reduzida de infinitivo.

(3) O complemento do verbo "incluir" (*l*.7), antecedido por adjunto adverbial de lugar, é "a questão étnica" (*l*.8).

(4) De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, a palavra "especialmente" (*l*.8) introduz um detalhamento da expressão "a questão agrária no Brasil" (*l*.7-8).

(5) Se o texto fosse utilizado como parte de um relatório, os duplos travessões deveriam ser eliminados para que fossem respeitadas as exigências de formalidade de documentos oficiais.

1: Certo. É possível perceber que a questão agrária, uma questão nacional, é exceção, pelo trecho "(...) como poucas que atualmente têm mobilizado o país e seus vários setores sociais, políticos e econômicos" (l.4-5);
2: Certo. O verbo da oração principal no terceiro período é "tem sido" e tem como sujeito a oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo "tornar-se uma questão nacional" , pois cumpre a função que normalmente seria cumprida por um substantivo ou equivalente na função de sujeito da oração e porque, no lugar de uma construção com conjunção e verbo conjugado (que se torne uma questão nacional), é usado o verbo no infinitivo;
3: Certo. O verbo "incluir" exige objeto direto, aquilo que deve ser incluído. A resposta a essa estrutura no texto é "a questão étnica" e o adjunto adverbial de lugar contextualiza a ação, indicando onde se deve incluir a questão étnica. A frase poderia ser reescrita alterando a ordem dos termos sem prejuízo de sentido ou de correção gramatical: "É fundamental incluir a questão étnica no debate sobre a questão agrária no Brasil", no entanto, seria necessário intercalar os detalhamentos que acompanham a expressão "questões étnicas";
4: Errado. a palavra "especialmente introduz um aposto que especifica o sentido de "questões étnicas", o que é percebido pela proximidade textual entre o referente e seu detalhamento;
5: Errado. Os duplos travessões cumprem a mesma função de isolar termos explicativos, exemplos ou detalhamentos que cumpririam as vírgulas, sem qualquer prejuízo à norma culta da língua. Não há, portanto, necessidade de se alterar a pontuação do texto.

Gabarito1C, 2C, 3C 4E,5E

Texto II

1 Ter um ministro negro no Supremo Tribunal Federal
representa um avanço, não há dúvida, em um país onde os negros
há séculos são passageiros de terceira classe. Igualmente,
4 representa muito ter negros no ministério, uma boa bancada
negra no Congresso, negros na diretoria de grandes empresas, na
universidade, nas profissões chamadas liberais e na imprensa.
7 Tudo o que signifique para os negros possibilidades de ascensão
social mais amplas do que as oferecidas pelo antigo e caricato
binômio futebol/música popular representará um passo
10 importante na criação de uma sociedade harmônica e civilizada.
Ainda assim...
Ainda assim, fica-se cogitando se a ênfase não está sendo
13 posta na ponta errada da contradição social. Temos um negro no
Supremo, mas não os temos entre os garçons, nos restaurantes
dos Jardins, em São Paulo. Temos negros no ministério e no
16 Congresso, mas faltam negros nas lojas dos shopping centers
chiques das várias cidades do país. O desemprego entre os negros
é maior do que entre os brancos não só por causa do nível
19 educacional mais baixo, mas também da barreira odiosa
representada pelo medo do patrão de, recrutando-os, espantar a
freguesia, quando não se espantam eles próprios. É o estigma de
22 outra caricata tradição da vida brasileira, aquela que se esconde
sob o rótulo sinistro da "boa aparência".

Roberto Pompeu de Toledo. **Negros, coronéis — e Sócrates.** *In*: **Veja,** 14/5/2003, p. 130 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, considerando o emprego do verbo **representar** no texto II.

(1) O sujeito como oração reduzida de infinitivo exige o verbo na terceira pessoa, tal como está na primeira ocorrência (*l*.2).

(2) Na segunda ocorrência (*l*.4), o verbo "ter" está no infinitivo porque é o complemento de uma oração sem sujeito cujo predicado é encabeçado por "representa".

(3) O emprego do tempo futuro do presente, na terceira ocorrência (*l*.9), é exigência do emprego do modo subjuntivo em "signifique" (*l*.7).

(4) Na quarta ocorrência (*l*.20), o verbo integra uma estrutura sintática de voz passiva sintética.

(5) O verbo está empregado nas quatro ocorrências com o sentido de **significar** e a substituição por este verbo, nos tempos e modos correspondentes, preservaria a coerência textual.

1: Certo. Por se tratar de uma oração completa, o sujeito do verbo "representa" deve estar na 3ª pessoa do singular. Para efeitos de interpretação e análise da concordância, uma oração subordinada substantiva pode sempre ser substituída pelo pronome "isso" para tornar a análise mais simples: "isso representa um avanço";
2: Errado. O verbo "ter" é parte da oração da oração subordinada substantiva que funciona como sujeito do verbo representar na linha 4. O sujeito aparece posposto ao predicado, "representa muito" e é representado pelo verbo "ter" e uma sequência de seus complementos: "ter negros no ministério, uma boa bancada negra no Congresso, negros na diretoria de grandes empresas, na universidade, nas profissões chamadas liberais e na imprensa";
3: Errado. O modo subjuntivo do verbo "significar" indica uma hipótese no presente e exige que o verbo da oração que se segue indique uma possibilidade real de ocorrência, admitindo-se múltiplas possibilidades temporais do modo indicativo, mantida a coerência e coesão textual. O tempo do verbo "representar" na linha 9 indica que as possibilidades são futuras, construção de acordo com a argumentação do texto sobre a mudança de status social da população negra, ainda em curso;
4: Errado. Na linha 20, o verbo "representar" está na forma nominal do particípio e funciona como parte de uma oração subordinada adjetiva de particípio que restringe o significado de 'barreira odiosa";
5: Errado. As três primeiras ocorrências do verbo são sinonímias de "significar" e podem ser substituídas por ele sem prejuízo de sentido ou de coerência gramatical. No entanto, a última ocorrência, o verbo significa figura como símbolo e não admite a substituição.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem quanto ao emprego das estruturas linguísticas do texto II.

(1) Preserva-se a coerência textual ao se mover a expressão "há séculos" (*l*.3) para qualquer uma das seguintes posições: imediatamente antes de "em um país" (*l*.2), imediatamente antes de "os negros" (*l*.2) ou imediatamente depois de "terceira classe" (*l*.3).

(2) No período entre as linhas 13 e 15, a coesão se constrói misturando plural e singular.

(3) Os sentidos do texto permitem subentender, imediatamente após "mais baixo" (*l*.19), a expressão **entre estes**.

(4) Em um nível mais formal de linguagem, a contração da preposição **de** com o artigo **o**, em "medo do patrão" (*l*.20), deve ser evitada.

(5) O pronome demonstrativo "aquela" (*l*.22) desempenha no texto a mesma função de coesão que o pronome **a** desempenharia.

1: Errado. O pronome relativo "onde" indica o início de uma nova oração (subordinada adjetiva) e, portanto, de um novo encadeamento de ideias. A alteração da expressão indicativa de tempo "há séculos" dentro da oração é possível e não causa danos à coerência. Seriam corretas, portanto, as alterações propostas: "em um país onde há séculos os negros são passageiros de terceira classe" e "em um país onde os negros são passageiros de terceira classe há séculos". No entanto, ao se deslocar a expressão temporal para fora da oração subordinada, seu referente passa a ser outro. Portanto, a primeira opção de alteração, "não há dúvida, há séculos em um país onde os negros são passageiros de terceira classe", mudaria o sentido do texto, já que a expressão se referiria a "não há dúvidas";
2: Certo. O pronome oblíquo "os" (l.14) tem por referente "um negro", expressão no singular, no entanto, o pronome aparece no plural sem qualquer prejuízo à coesão, já que é possível interpretar que não temos "negros entre os garçons". A coesão se dá pela referência clara ao termo anterior, mas também pela argumentação de todo o texto, que tem como foco principal a situação dos negros na aceitação social;
3: Errado. O pronome demonstrativo "estes" indica que o referente no discurso é o mais próximo, no caso, "brancos". A expressão que pode ser subentendida pelo contexto se refere aos negros, o termo sintaticamente mais distante, o que exigiria a escrita com o pronome "aqueles", indicador de distância textual;
4: Errado. A contração entre preposições e artigos é um recurso necessário da língua, tanto na norma culta como no coloquial. A contração deve ser evitada apenas em casos de indicativo de sujeito na oração introduzida pelo artigo, o que não ocorre na expressão, já que os verbos que indicam as ações do patrão vêm em forma de oração reduzida em gerúndio de causa, "recrutando-os" e reduzida de infinitivo como complemento nominal do substantivo medo, do qual o patrão é agente;
5: Certo. O pronome demonstrativo se refere a "tradição da vida brasileira", termo sintaticamente próximo, o que permite o uso do pronome "a". O uso de "aquela" é uma questão de estilo, que busca trazer ao leitor um ideia de estigma social no rótulo, já que o pronome que indica distanciamento busca referências culturais externas ao texto.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue se os fragmentos de texto nos itens a seguir respeitam as normas da língua na modalidade escrita formal.

(1) Há três grandes pensadores que pertencem a mesma geração. Entre eles, Gilberto Freyre manteve mais continuamente (deixando de lado pequenas fugas para a literatura) dentro de um campo específico, a Sociologia.

(2) A produção de Sérgio Buarque sempre assume contornos de obra de historiador; vai da crítica literária e da crítica cultural mais ampla para o ensaio sociológico, e, daí, para a História, onde se expande de forma admirável.

(3) Caio Prado Jr., por seu lado, foi desde o início historiador, e sua obra vai-se desdobrando na reflexão filosófica, na análise econômica e no ensaio político, mas, em relação ao Brasil, mantém sempre o referencial histórico.

(4) No conjunto, esses autores, ainda que em direções diferentes e até contrastantes, legam-nos sugestões, análises e contribuições tão fecundas, que suas obras se inscrevem indelevelmente no panorama da cultura brasileira.

(5) Contribuíram para que entendêssemos o Brasil, isto é, entendêssemos a nós mesmos, deixando de ser, como disse um deles, "estrangeiros em nossa própria terra".

Itens adaptados de Fernando Novais. **Introdução à formação do Brasil contemporâneo**. *In*: Caio Prado Jr. **Intérpretes do Brasil,** v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000, p. 1.118-9.

1: Errado. O erro do trecho está na expressão “a mesma geração”. O verbo “pertencer” rege seu complemento com a preposição “a”. O objeto indireto do verbo é “a mesma geração”, expressão feminina e introduzida por artigo “a”. A união da preposição e do artigo deveria ser indicada pelo sinal de crase: “Há três grandes pensadores que pertencem à mesma geração”

2: Certo. Não há problemas quanto à adequação gramatical do trecho. A dúvida poderia surgir no uso do pronome relativo “onde”, que indica relação de lugar, relação esta que não é clara no texto. É preciso analisar o trecho na sua ideia de movimento. A produção de Sérgio Buarque vai de um ponto a outro, ou seja, muda de lugar. O contexto torna o uso do pronome adequado;

3: Certo. O trecho está correto tanto nos aspectos gramaticais quanto na coerência textual. Um possível estranhamento talvez seja a colocação pronominal em “vai-se desdobrando”. Em locuções verbais, quando não há regras específicas, a norma culta admite a colocação em ênclise ao verbo auxiliar, em que o pronome deve aparecer ligado ao verbo por hífen;

4: Errado. O termo “indelevelmente” está acentuado de maneira incorreta. A palavra de que se origina o termo, “indelével”, é proparoxítona e leva acento. No entanto, a palavra derivada tem sua tonicidade alterada pelo sufixo. No português, a sílaba tônica só pode ser uma das três últimas. Não é possível que se acentue a quarta sílaba do fim ao começo, como aparece no texto;

5: Certo. Não há problemas na estrutura do trecho. Podem surgir dúvidas quanto à concordância do verbo “ser” que se refere a “estrangeiros”. No entanto, quando o verbo está na sua forma nominal de infinitivo acompanhado de preposição “de” em uma locução que complementa o sentido de um verbo (deixando), deve ser impessoal e não admite concordância.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Os fragmentos abaixo compõem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

I. Ambos se ligam às classes dominantes, de duas regiões que, entretanto, evoluem de forma divergente.

II. Caio Prado Jr., ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser. Se essa visão pode considerar-se utópica, a primeira é certamente nostálgica.

III. Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre formam um curioso contraponto.

IV. Gilberto Freyre, em vista disso, analisa sempre o Brasil a partir de seu passado, isto é, daquilo que deixou de ser.

V. No Nordeste, ao contrário, a decadência econômica faz declinar inexoravelmente o peso de suas elites no conjunto da nação.

VI. Se, em São Paulo, pode-se pensar em um declínio do estilo aristocratizante de uma elite da camada dominante, essa classe como um todo está em franca ascensão econômica.

Itens adaptados. *Idem, ibidem*.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens a seguir, acerca da observância desse pressuposto em relação ao texto acima.

(1) O fragmento III é o introdutório, pois não apresenta referência a antecedentes.

(2) O fragmento I deve suceder ao fragmento III para manter a referência de “Ambos” (I).

(3) O fragmento II é imediatamente subsequente ao fragmento VI, já que é uma inferência permitida pelo texto a ideia de que Caio Prado Jr. representa São Paulo.

(4) A expressão “ao contrário”, no fragmento V, indica que este deve ser imediatamente subsequente ao fragmento I.

(5) Como Gilberto Freyre é representante do Nordeste, o fragmento IV deve vir imediatamente antes do fragmento V.

1: Certo. Não encontramos no fragmento III qualquer elemento de coesão, o que nos possibilita entender como o inicial a que outros trechos farão referência. Além disso, a informação apresentada no fragmento é exatamente aquela que é explicada por todos os outros: o curioso contraponto;

2: Certo. O fragmento III é o único do texto que apresenta informações sobre os dois pensadores. “Ambos” funciona como elemento de coesão retomando essa informação da frase introdutória. A informação do fragmento coloca em perspectiva o contraponto: os dois possuem algo em comum que se encaminha para diferenças;

3: Errado. É possível inferir pelo texto que a ideia de Caio Prado Jr. representa São Paulo. No entanto, no trecho II, há uma expressão de coesão textual que a liga a outra imediatamente anterior: “ao contrário” coloca a informação sobre Caio Prado Jr. em oposição a sobre Gilberto Freyre. O fragmento anterior ao II é, portanto, o IV;

4: Errado. A expressão de coesão “ao contrário” indica que a informação no trecho V, sobre a situação econômica do Nordeste e seus reflexos, se liga em oposição a situação vista em São Paulo. O trecho V deve vir, portanto, imediatamente após o trecho IV;

5: Errado. O fragmento IV deve vir imediatamente após o fragmento V, ordem indicada pela expressão “em vista disso” que indica que a informação do trecho IV, a visão de Gilberto Freyre, é consequência da informação do trecho V, a situação das elites no Nordeste. Assim, a reescrita do texto na ordem correta seria: III - Prado Jr. e Gilberto Freyre formam um curioso contraponto. I- Ambos se ligam às classes dominantes, de duas regiões que, entretanto, evoluem de forma divergente. VI - Se, em São Paulo, pode-se pensar em um declínio do estilo aristocratizante de uma elite da camada dominante, essa classe como um todo está em franca ascensão econômica. V - No Nordeste, ao contrário, a decadência econômica faz declinar inexoravelmente o peso de suas elites no conjunto da nação. IV - Gilberto Freyre, em vista disso, analisa sempre o Brasil a partir de seu passado, isto é, daquilo que deixou de ser. II - Caio Prado Jr., ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser. Se essa visão pode considerar-se utópica, a primeira é certamente nostálgica.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5E

Texto III

1 Tudo parece ter começado a mudar nos últimos anos e as
revisões profundas por que estão passando os discursos e as
práticas identitárias deixam no ar a dúvida sobre se a concepção
4 hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das
tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se
inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se
7 está perante uma inversão de tendências ou antes perante
cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito
difícil ser-se linear. Porque estamos em uma fase de revisão
10 radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem
possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por
outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido
13 sem nada ter mudado no objeto do olhar, ainda que, para maior
complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser
sequer pensado sem o olhar que o olha. Se o nosso olhar
16 conceber o seu objeto como parte de um processo histórico de
longa duração, é bem possível que as mudanças do presente não
sejam mais que pequenos ajustamentos.

Boaventura de Sousa Santos. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. *In*: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 5, n.[06] 1-2, nov./1994, p. 39 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem, referentes às várias ocorrências da partícula "se" no texto III.

(1) A ocorrência da linha 3 e a primeira ocorrência da linha 6 introduzem circunstâncias de hipótese.

(2) Por se tratar de pronome reflexivo, não se provoca erro gramatical no caso de a ocorrência na linha 4 ser posposta e ligada à forma verbal por hífen: **equivocou-se**.

(3) Para que seja evitada a sequência das partículas na linha 6, os sentidos textuais permitem deixar subentendida a que representa reflexividade, mas não a que representa condicionalidade.

(4) Por indicar índice de indeterminação do sujeito, a partícula na linha 9 pode, pelos sentidos textuais, ser suprimida.

1: Certo. A partícula "se" na linha 3 e a primeira da linha 6, assim como a primeira ocorrência da linha 5 ligam-se ao termo "dúvida", o que deixa clara a ideia de hipótese que carregam. O "se" como conjunção integrante sempre transpõem uma oração interrogativa total, ou seja, aquela que, apesar da ausência de unidade interrogativa, carrega seu sentido. No trecho, com o auxílio da preposição "sobre", liga o substantivo e seus complementos nominais;
2: Certo. O "se" como pronome reflexivo deve seguir as regras de colocação pronominal. Na linha 4, aparece indicando que quem pratica a ação de equivocar é o mesmo que receba o equívoco e é, portanto, pronome. Não há no trecho qualquer regra que obrigue a próclise (como palavra atrativa) ou a ênclise (como verbo no início de oração), o que permite que a posição do pronome siga somente a decisão de estilo do autor. É possível, então, sem qualquer prejuízo gramatical ou de coerência que se use a ênclise "equivocou-se";
3: Errado. O primeiro "se" funciona como conjunção integrante que liga o substantivo dúvida ao seu complemento nominal "está perante uma inversão de tendências ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito difícil ser-se linear" e carrega em si o sentido de hipótese. O segundo "se" é índice de indeterminação do sujeito e indica que não se define quem está perante uma inversão de tendências. Ambos são constituintes da construção do sentido do texto, apesar do estranhamento causado pela repetição dos termos em sequência. Para evitar o estranhamento, seria possível suprimir o segundo "se" e subentender que o sujeito está indeterminado na terceira pessoa do singular, apesar de essa construção dificultar o entendimento;
4: Certo. O verbo no infinitivo sem referente claro pode ser entendido como sem sujeito determinado, fato auxiliado pelo contexto e pela construção de todo o trecho. A partícula "se" que o acompanha apenas reforça a ideia de indeterminação.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) A respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto III, julgue os itens subsequentes.

(1) Apesar de ser uma conjunção aditiva, o "e" (*l*.2) também tem no texto a função de introduzir uma causa para a oração anterior.

(2) Na linha 2, o emprego da preposição "por" é obrigatório, exigido pela regência verbal de "passando".

(3) Se a oração iniciada por "Porque" (*l*.9) fosse deslocada para o final do período sintático em que ocorre, as relações de causa e consequência expressas seriam mantidas, mas a ênfase nas ideias seria alterada.

(4) A substituição de "não parece crível" (*l*.12) por **parece incrível** preserva a ideia de negação, mas altera a ênfase das ideias.

(5) A expressão "ainda que" (*l*.13) une orações pela noção de concessão, mas sua substituição por **embora** provocaria erro de natureza sintática no texto.

(6) Pelo desenvolvimento do texto, o emprego do advérbio "sequer" (*l*.15) indica dúvida que pode ser também expressa por **talvez**.

1: Errado. O conectivo aditivo "e" na segunda linha une os dois termos que funcionam como núcleos do sujeito da forma verbal "estão passando", "os discursos" e "as práticas identitárias", colaborando à coesão

interna da oração, mas sem criar relações de sentido entre termos de outras orações. Já na primeira linha, a conjunção aditiva "e" une a primeira oração à segunda com a ideia de adição, mas deixa implícito que a segunda oração pode ser a causa de tudo ter começado a mudar;
2: Certo. O verbo "passar" é o núcleo verbal de uma oração subordinada adjetiva que qualifica "revisões profundas". A relação entre as orações é estabelecida pelo pronome relativo "que", que une as duas em sentido e substitui o termo referido na sintaxe da oração subordinada. A regência do verbo "passar" exige a preposição "por" para introduzir seu objeto indireto que, em sentido é "mudanças profundas", mas que sintaticamente representado na oração pelo pronome "que", que, portanto, vem corretamente acompanhado da preposição;
3: Certo. A oração iniciada pela conjunção "porque" é uma subordinada adverbial e tem relação de causa com a oração principal do período. Em geral, as orações subordinadas adverbiais podem aparecer em diversas posições em relação à principal, assim como os adjuntos adverbiais, se mantidos o sentido, a pontuação e a correção gramatical. A regra se aplica ao caso, sendo possível a reescrita "É bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando, porque estamos em uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna". No entanto, há alteração na ênfase dada às informações. A informação considerada mais importante é sempre aquela que aparece primeiro e a alteração inverte a importância das informações que compõem o período;
4: Certo. O prefixo in- ligado ao adjetivo converte o sentido original em seu negativo. "Incrível" é, portanto, aquilo em que não se pode crer. A ideia de negação é, então, mantida. No entanto, ao se dizer "parece incrível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar" temos a impressão de que é a ocorrência dessa mudança é positiva por seu status de superioridade (além do crível). A ideia original, expressa pelo advérbio "não" era exatamente a oposta, de status negativo de algo que não poderia acontecer e causa desconfiança;
5: Errado. "Ainda que" é uma conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial com circunstância de concessão, ou seja, independente das condições apresentadas na oração subordinada, o fato da oração principal não se altera. A conjunção "embora" cumpre exatamente a mesma função e não altera com prejuízos a sintaxe do texto, não sendo necessária qualquer adaptação na estrutura do texto. Teríamos: "Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar, embora, para maior complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser sequer pensado sem o olhar que o olha";
6: Errado. O advérbio "sequer" é equivalente em sentido a "nem mesmo " e indica ênfase na negativa. Não seria possível, portanto, substituí-lo por um advérbio que indica dúvida.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) De acordo com o texto III, a ideia de "identificação das tendências dos processos sociais" (*l*.4-5).

(1) comprova-se como resultado de um equívoco da concepção hegemônica da modernidade nos últimos anos.

(2) provoca revisões profundas nos discursos e nas práticas identitárias.

(3) suscita a dúvida de terem tais processos sofrido inversões em tempos recentes.

(4) pode ser decorrência de mudança do olhar, ao mesmo tempo em que o próprio objeto se altera ante esse olhar.

1: Errado. Não é possível comprovar-se a teoria proposta no item, como justifica a construção a partir da palavra "dúvida" no trecho "deixam no ar a dúvida sobre se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais";
2: Errado. A relação entre as informações é inversa: a revisão nos discursos e nas práticas identitárias é que provocam as dúvidas quanto à concepção da modernidade sobre a identificação das tendências dos processos sociais. Caso a relação fosse como proposta no item, seriam necessárias alterações na estrutura textual;
3: Certo. A informação do item se comprova no trecho "ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes". O referente retomado no termo tendências não deixa dúvidas quanto à relação entre a identificação das tendências dos processos sociais e sua inversão. A relação de dúvida fica clara pela conjunção integrante "se", que carrega em seu significado a ideia de questionamento;
4: Certo. A ideia presente no item pode ser comprovada no trecho "é bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar", ou seja, é possível que ocorram mudanças tanto no referencial de observação como no objeto da observação. A mudança na maneira de se ver altera a identificação, mas também existe a possibilidade de apenas existir mudança na maneira como se vê a identificação.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Atenção: O texto abaixo, para as próximas cinco questões, foi extraído de correspondência do renomado escritor norte-americano Norman Mailer endereçada ao crítico literário Peter Balbert.

1º de fevereiro de 1998

Caro Peter,

1 *Entre as coisas que temos em comum está a depressão*
cultural. Reflito sobre a minha vida, especialmente
depois de ter completado cinquenta anos de literatura, e
sinto que todas as coisas pelas quais trabalhei e lutei estão
5 *em decadência. O que antes eu via como o inimigo e, com*
grande otimismo, como o inimigo que haveria de ser
derrotado, acabou na verdade por nos vencer. [...]
A questão diante de nós dois é: onde está a culpa?
Estava em nós? Por nunca termos feito o suficiente, por
10 *mais que achássemos que sim? Ou estará na abstração*
que chamamos de "natureza humana"? Teremos ajustado
as nossas crenças a um conceito de homens e mulheres
que não se adequava aos fatos rasteiros?
Às vezes me pergunto se isso não será puro elitismo
15 *de minha parte, e se a verdadeira premissa da democracia,*
a de que os sem-banho tenham acesso a sabonete
barato, desodorante e roupas de plástico, como um dos
degraus da escalada a um nível mais alto, não seria o que
está acontecendo. Ou se, como temo, estaremos caindo
20 *numa sociedade do homem e da mulher medíocres*
onipresentes, governados por altas mediocridades. [...]
Tudo de bom,
Norman Mailer.

(Adaptado de Cartas Políticas, O mundo nas cordas, revista **Piauí**, 27, p.32)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa que acolhe comentário condizente com as características da carta é:

(A) Registra inconveniente intimidade nas saudações inicial e final, as quais, uma vez substituídas por "Prezado" e "Sem mais", respectivamente, restituiriam ao texto a formalidade que seu tema requer.

(B) Focaliza a atuação profissional dos interlocutores, especialmente no que diz respeito aos modos como conceberam e trataram homens e mulheres ao produzirem textos literários.

(C) Por explorar temática sociocultural, ultrapassa os limites da subjetividade e transforma as queixas do remetente em afirmações categóricas acerca da necessidade de engajamento político da elite.

(D) Preservando tom subjetivo, expõe reflexões acerca do impacto de atitudes individuais sobre cenários mais amplos, revelando dupla apreensão: com específico sentimento de culpa e com o futuro da sociedade.

(E) Em discretos matizes, como a indicação do destinatário pelo prenome e do remetente por nome e sobrenome, insinua a existência de relação hierárquica entre o escritor e o crítico.

A (Interpretação) A informalidade é cabível devido à intimidade entre os interlocutores.

B (Interpretação) O questionamento do autor não diz respeito à sua atuação profissional ou, pelo menos, apenas a ela, ele questiona sua atuação na luta contra seu inimigo, sem especificar claramente em que ela consistiu.

C (Interpretação) Mais do que afirmações categóricas, o texto expressa as dúvidas do seu autor, inclusive quanto à suficiência das ações por ele cometidas. É, portanto, um texto de natureza reflexiva, não contendo um apelo ao engajamento.

E (Interpretação) Nada na carta permite a conclusão da existência de uma relação hierárquica entre eles. O prenome com o adjetivo "caro" indica, ao contrário, proximidade entre esses interlocutores.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O excerto demonstra que o autor

(A) considera-se culpado das mazelas sociais, seja por não ter agido nos momentos graves, seja por operar com crenças contraditórias e demasiadamente abstratas.

(B) compartilha com o interlocutor a sensação de estar declinando culturalmente, apesar dos diversos anos dedicados a atividade intelectual nobre.

(C) acredita ter contribuído, em outras épocas, para o real aprimoramento de homens e mulheres, poste riormente submetidos à universal mediocridade.

(D) hesita em relação à possibilidade de preceitos democráticos estarem sendo postos em prática na época em que escreve a carta.

(E) concorda com a premissa de que os desfavorecidos devam receber o necessário para a manutenção da dignidade: sabonete barato, desodorante e roupas de *plástico*.

A (Interpretação) O autor questiona se tem culpa pela decadência de "todas as coisas" pelas quais ele trabalhou e lutou.

B (Interpretação) O declínio são das "coisas" caras aos interlocutores e não necessariamente deles.

C (Interpretação) Ele questiona a validade da sua luta, portanto não se pode afirmar que ele acredita ter contribuído para aprimoramento de homens e mulheres.

D (Interpretação) Nas linhas 18 e 19, a pergunta "não seria o que está acontecendo" questiona se a melhoria das condições de vida que estava ocorrendo seria um preceito democrático sendo colocado em prática, ou seja, ele não tem certeza disso.

E (Interpretação) Não somente não há uma afirmação clara de que ele concorde com isso, mas também ele se questiona se isso apenas pode manter a dignidade de um ser humano.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Tendo em vista o contexto, a alternativa correta acerca de recurso linguístico explorado na carta é:

(A) Na linha 19, *Ou se*, por introduzir conteúdo adicional à sequência de questionamentos que inicia o parágrafo, pode ser substituído por "E, ainda, se", preservando o sentido original.

(B) Os fragmentos por nos vencer (linha 7) e *por altas mediocridades* (linha 21) exercem idêntica função sintática.

(C) Na linha 10, por remeter a termos antecedentes, *sim* pode dar lugar a "era o suficiente".

(D) A ordem dos termos na coordenação do *homem e da mulher* (linha 20) expõe restrições do autor quanto à igualdade entre os gêneros.

(E) Em O que ***antes*** *eu* ***via*** (linha 5) como o inimigo, os itens destacados indicam que o autor havia se equivocado em sua percepção anterior, isto é, que não se tratava de um inimigo.

A (ASPC: orações coordenadas) A conjunção "ou" não pode ser substituída pela "e", pois introduz uma resposta ao questionamento, que se opõe à resposta anterior como uma outra opção, ou seja, o seu valor é alternativo.

B (ASPS: identificação de função sintática) "por nos vencer": o "por vencer" é parte de uma locução verbal (acabou por vencer) e o pronome "nos" é o seu objeto direto // "por altas mediocridades": agente da passiva.

D (Interpretação) A mera ordem dos termos não permite essa conclusão.

E (Interpretação) O que mudou é a percepção de que o inimigo em questão poderia ser vencido.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa correta sobre expressões do texto é:

(A) O segmento com *grande otimismo* (linhas 5 e 6), de caráter apositivo, qualifica o termo o *inimigo*.

(B) Nas linhas 8 e 9, o contraste entre *nós dois* e nós explicita que, apenas na primeira ocorrência, o autor refere-se a si e ao seu interlocutor.

(C) As formas *alto* (linha 18) e *altas* (linha 21) têm exatamente o mesmo significado, embora ocupem posições diferentes em relação aos substantivos e correspondam a diferentes flexões do adjetivo.

(D) *Reflito* (linha 2) e *sinto* (linha 4) podem ser permutados, respectivamente, por "conscientizo-me" e "lamento", sem prejuízo do sentido original.

(E) Quanto ao significado, *crenças* (linha 12) inclui *abstração* (linha 10) e opõe-se a fatos rasteiros (linha 13).

A (ASPS: identificação de função sintática) Trata-se de um adjunto adverbial de modo.

B (Coesão) Em ambos os casos, o referente do pronome é o emissor e o seu receptor.

C (Adjetivo: posição e valor) No primeiro caso, alto refere-se a altura; no segundo caso, a grau.

D (Vocabulário) Embora a substituição mantenha a coerência do texto, o sentido não permanece o mesmo.

GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa correta acerca do uso de tempos verbais na carta é:

(A) A substituição da forma *Teremos* (linha 11) por "Teríamos" atenuaria o valor hipotético da frase.

(B) No segundo parágrafo, a incerteza acerca do tempo, expressa pela alternância entre está, estava e estará, reforça o sentido de dúvida presente no trecho.

(C) A correlação entre as orações *Reflito sobre a minha vida (linha 2) e depois de ter completado cinquenta anos de literatura* (linha 3) expressa que a vida anterior ao aniversário mencionado não é objeto de meditação.

(D) O emprego da forma será (linha 14) torna o enunciado mais assertivo do que o seria se a forma escolhida fosse "é".

(E) O segmento acabou... por nos vencer (linha 7) indica finalização recente da ação nele descrita.

A (Verbo: emprego dos modos e tempos verbais) A substituição intensificaria o valor hipotético da frase.
C (Interpretação) O advérbio "especialmente" dá a ideia de que a reflexão é anterior aos cinquenta anos.
D (Vocabulário) Embora a substituição mantenha a coerência do texto, o sentido não permanece o mesmo.
E (Interpretação) No contexto, a locução verbal "acabou por vencer" indica que a vitória foi definitiva (no fim o inimigo nos venceu), não que ela seja necessariamente recente.
GABARITO "B"

Atenção: As próximas quatro questões referem-se ao texto que segue.

1 *Humes observou certa vez que a civilização*
humana como um todo subsiste porque "uma geração
não abandona de vez o palco e outra triunfa, como
acontece com as larvas e as borboletas". Em algumas
5 *guinadas da história, porém, em alguns picos críticos,*
pode caber a uma geração um destino parecido com o
das larvas e borboletas. Pois o declínio do velho e o
nascimento do novo não são necessariamente
ininterruptos; entre as gerações, entre os que, por uma
10 *razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que*
pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já
cresceram com ela [...] está rompida a continuidade e
surge um "espaço vazio", espécie de terra de ninguém
histórica, que só pode ser descrita em termos de "não
15 *mais e ainda não". Na Europa, essa absoluta quebra de*
continuidade ocorreu durante e após a Primeira Guerra
Mundial. É essa ruptura que dá um fundo de verdade a
todo o falatório dos intelectuais, geralmente na boca dos
"reacionários", sobre o declínio necessário da civilização
20 *ocidental ou a famosa geração perdida, tornando-se,*
portanto, muito mais atraente do que a banalidade do
pensamento "liberal", que nos apresenta a alternativa de
avançar ou recuar, a qual parece tão desprovida de
sentido justamente porque ainda pressupõe uma linha
25 *de continuidade sem interrupções.*

(ARENDT, Hannah. "Não mais e ainda não". In **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 187)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Na organização do texto, a autora

(A) toma como tema certo pensamento de Humes, que detalha para convencer o leitor sobre esta compreensão que ela tem do que seja a civilização: "A natureza não dá saltos".

(B) vale-se de Humes como argumento de autoridade, considerando irretorquível o pensamento citado.

(C) tira proveito da constatação de Humes, de caráter universal, para ratificá-la no plano mais particular que ela aborda no seu discurso.

(D) cita Humes porque a comparação que ele faz entre os homens e os animais se aplica, ipsis litteris, à concepção que ela tem acerca do que ocorre com gerações em momentos críticos.

(E) refere comentário do filósofo Humes e o desconstrói, pois o desfaz para reconstruí-lo em outras bases.

A, B, C, D e E (Interpretação) A autora parte de uma observação de Hume, mas em seguida (como revela a locução adverbial "em algumas guinadas da história" e a conjunção "porém") mostra que nem sempre o que o filósofo afirmou ocorre.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *Pois o declínio do velho e o nascimento do novo não são necessariamente ininterruptos;*

Entre as gerações, entre os que, por uma razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já cresceram com ela [...] está rompida a continuidade...

Considerado o fragmento acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) "entre os que" estabelece relação de estrita colateralidade entre os segmentos "os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos" e "[os que] já cresceram com ela".

(B) a expressão "não são necessariamente ininterruptos" equivale a "é prescindível que ocorram de modo contínuo".

(C) justificam-se as duas contíguas ocorrências da preposição "entre" porque introduzem termos que remetem a dois aspectos, semântica e sintaticamente distintos.

(D) a conjunção "ou" estabelece uma relação de simultaneidade entre os dois termos que conecta.

(E) a expressão "os que", em suas duas ocorrências, remete aos mesmos seres.

A (Interpretação) A colateralidade estabelecida pela estrutura em questão se faz entre os elementos desses dois segmentos (os que pressentem e os que cresceram) e os que pertencem ao velho.
B (Vocabulário) "prescindível" significa "não necessário".
C (ASPS) O segundo "entre" introduz um aposto enumerador do substantivo "gerações" introduzido pelo primeiro "entre". Não há, portanto, distinção semântica entre aquilo que introduzem.
D (Interpretação) A conjunção tem valor de exclusão.
E (Coesão) Na primeira ocorrência, ela remete à geração que pertence ao passado; na segunda, à que vivencia o presente.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento que, no contexto, exprime uma consequência é:

(A) (linhas 12 e 13) *e surge um "espaço vazio".*

(B) (linhas 24 e 25) *ainda pressupõe uma linha de continuidade sem interrupções.*

(C) (linhas 23 e 24) *a qual parece tão desprovida de sentido.*

(D) (linhas 15 e 16) *essa absoluta quebra de continuidade ocorreu.*

(E) (linhas 14 e 15) *só pode ser descrita em termos de "não mais e ainda não".*

A, B, C, D e E (ASPC: valores semânticos do "e") O surgimento de um espaço vazio é consequência do que vem expresso antes: o rompimento da continuidade.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Quando a autora refere-se ao "espaço vazio",

(A) toma-o como ponto fraco do ideário "liberal", que, equivocadamente, entende essa espécie de terra de ninguém histórica como o momento crucial para a decisão de avançar ou recuar.

(B) busca exprimir a ideia de que, mesmo diante de acontecimentos nefastos, há espaço para o acolhimento do novo, para inovadora ordem social, proposta por geração recém-surgida.

(C) caracteriza-o com expressões que deixam entrever a dificuldade que sente para conceituá-lo, dada sua natureza indefinida ou ambígua, área sobre a qual as gerações em confronto não têm controle.

(D) caracteriza-o lançando mão da história, meio de exprimir sua visão de que a ação humana, suspensa nesse oco, provocou os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial.

(E) entende-o como ponto que legitima de modo pleno a verve dos grupos ditos "reacionários" quando defendem a necessidade do declínio da civilização ocidental.

A, B, C, D e E (Interpretação) As expressões são "espécie de terra de ninguém" e "não mais", "ainda não". Trata-se de um momento histórico em que os conceitos anteriores não mais se aplicam, e os novos e adequados à nova situação ainda não foram forjados.

GABARITO "C"

Atenção: As próximas seis questões referem-se ao texto que segue.

1 *O ataque cético à cientificidade das narrações históricas*
insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria
às narrações ficcionais. As narrações históricas
não falariam da realidade, mas sim de quem as construiu.
5 *Inútil objetar que um elemento construtivo está*
presente em certa medida até nas chamadas ciências
"duras": mesmo estas foram objeto de uma crítica análoga
[...]. Falemos, então, de historiografia. Que ela
[tem] um componente subjetivo [...] é sabido; mas as
10 *conclusões radicais que os céticos tiraram desse dado*
concreto não levaram em conta uma mudança fundamental
mencionada por Bloch nas suas reflexões metodológicas
póstumas. "Hoje [1942-3]..., até mesmo nos
testemunhos mais resolutamente voluntários", escrevia
15 *Bloch, "aquilo que o texto nos diz já não constitui o*
objeto preferido de nossa atenção." As Mémoires de
Saint-Simon ou as vidas dos santos da alta Idade Média
nos interessam (continuava Bloch) não tanto por suas
referências aos dados concretos, volta e meia inventados,
20 *mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de*
quem escreveu esses textos. "Na nossa inevitável
subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao
menos no sentido de que, embora permanecendo condenados
a conhecê-lo exclusivamente com base em
25 *seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a*
seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer".
E concluía: "Olhando bem, trata-se de uma grande revanche
da inteligência sobre o mero dado concreto".

(GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício (Introdução). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correta paráfrase do primeiro período do texto – *O ataque cético à cientificidade das narrações históricas insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria às narrações ficcionais.* – o que se lê em:

(A) A credulidade abalada gerou ataques ao cientificismo característico da história, e, quando se insistiu em que deveria assumir o viés subjetivo, suas semelhanças com as narrativas ficcionais avultaram.

(B) O ceticismo que nutre a ciência dá às narrativas, inclusive às de cunho histórico, um matiz subjetivo, o que foi apontado pelos críticos como um fator inerente a qualquer tipo de relato.

(C) O que caracteriza o relato de fatos históricos é sua natureza científica; se esse traço fosse minimizado e abrisse espaço para a subjetividade – dizem certos críticos –, esse tipo de relato estaria próximo das narrativas ficcionais.

(D) A acusação dos que não acreditavam no caráter científico das narrações históricas enfatizava o seu caráter subjetivo, traço que as tornaria semelhantes às narrações ficcionais.

(E) O que sempre se enfatizou como determinante de um texto é o seu cunho particular, fator de subjetividade que sempre irmanou os relatos, os científicos (como os históricos) e os ficcionais (inventados pelo autor), como reconhecem até os mais severos ataques.

A (Interpretação) No período, questiona-se se a história de fato é científica.

B (Interpretação) No período, não se afirma que o ceticismo nutre a ciência nem que todo relato possui um matiz subjetivo.

C (Interpretação) No período, questiona-se se a história de fato é científica.

E (Interpretação) No período, não se trata do relato das ciências naturais.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerada a totalidade do excerto, é correto afirmar:

(A) (linhas 7 e 8) A referência a uma crítica análoga impõe que se entenda o emprego das aspas, em *"duras"*, como indicador de tom pejorativo.

(B) (linha 4) O emprego do verbo "falar" no tempo e modo adotados sinaliza que o entendimento sobre a natureza da história expresso na frase deve ser atribuído aos que desferiram o citado ataque (linha 1).

(C) (linhas 4 e 5) Escrevendo de outro modo a frase *mas sim de quem as construiu*, o sentido e a correção originais estarão preservados se a nova formulação for "mas sim daqueles que a construíram".

(D) (linhas 3 e 4) Na frase *As narrações históricas não falariam da realidade* está implícita a ideia de que a história deveria rever o viés metodológico tradicionalmente adotado.

(E) (linha 5) A expressão *um elemento construtivo* remete à ideia de *cientificidade* referida anteriormente (linha 1).

A (Interpretação) O termo "duro" para as ciências da natureza e "mole" para as humanas são consagrados e não expressam juízo de valor.

B (Verbo: emprego dos tempos e modos) O emprego do futuro do pretérito no trecho mostra que o autor do texto está expressando uma conclusão que não é a sua sobre o que foi afirmado anteriormente.

C (Coesão) A mudança do pronome "as" para o singular "a" altera o seu antecedente de "narrativas" para "realidade", o que modifica substancialmente o sentido.

D (Interpretação) A crítica não se dirige a um método que gera subjetividade, mas ao caráter incontornavelmente subjetivo das narrativas históricas.

E (Coesão) A expressão "um elemento construtivo" remete à ideia de falta de cientificidade

GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A expressão que está corretamente entendida, considerada a situação de uso no excerto, é:

(A) (linhas 27 e 28) grande revanche da *inteligência* / descomedida vingança da perspicácia.

(B) (linha 5) *Inútil objetar* / é desaconselhável admitir.

(C) (linhas 12 e 13) *reflexões metodológicas póstumas* / confissões de erros de método legadas aos pósteros.

(D) (linha 14) *testemunhos mais resolutamente voluntários* / depoimentos rigorosamente fortuitos.

(E) (linhas 21 e 22) *Na nossa inevitável subordinação ao passado* / Na sujeição ao passado, à qual não podemos nos furtar.

A (Vocabulário) O termo "descomedido" tem um valor pejorativo que "grande", no contexto, não possui.

B (Vocabulário) "objetar" = criticar, opor-se

C (Vocabulário) Os trechos possuem por inteiro significados distintos, "reflexões", por exemplo, não é o mesmo que "confissões".

D (Vocabulário) "fortuito" = por acaso, casual.

GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que, no excerto,

(A) o enunciado *"aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção"* (linhas 15 e 16) contém pressuposto introduzido pelo advérbio já.

(B) o autor deixa que o leitor tenha acesso à voz de Saint-Simon, ao lado da sua própria e da de Bloch.

(C) as ideias de Bloch vêm exclusivamente incorporadas à voz de Carlo Ginzburg, que não permite ao leitor entrar em contato direto com as formulações do estudioso que ele cita.

(D) o enunciado Falemos, então, *de historiografia* (linha 8) revela que o autor, por carência de um único argumento que seja, não ousa debater em outro campo que não o da história.

(E) o enunciado *Que ela tem um componente subjetivo é sabido* (linhas 8 e 9) é exemplo de frase truncada, em que faltam elementos sintáticos essenciais à expressão de um sentido completo, só apreensível com o apoio do contexto.

A (Interpretação) O advérbio "já" gera o pressuposto que antes o que o texto dizia constituía o objeto preferido da atenção.

B (Interpretação) Os trechos entre aspas que constituem transcrições são exclusivamente de Bloch.

C (Interpretação) Os trechos entre aspas que constituem transcrições de Bloch.

D (Interpretação) O termo "então", no trecho em que foi empregado, sugere que o autor já abordou outro campo do conhecimento.

E (ASPC) Não há truncamento, o que ocorreu foi a anteposição da oração subordinada à sua principal.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considere as afirmações abaixo.

I. *A mudança fundamental* citada refere-se ao fato de que a historiografia acabou adotando uma perspectiva oblíqua no seu modo de conhecimento: passou a considerar como mais significativo para a apreensão de uma época não o que uma possível testemunha conscientemente informe sobre "dados concretos", mas aquilo que seu modo de contar possa deixar entrever, até mesmo à sua revelia, sobre o espírito que concebeu tal relato.

II. Na exposição do seu raciocínio, o autor da frase final do excerto faz uso da expressão *Olhando* bem (linha 27) para chamar a atenção sobre ideia que corrige outra anteriormente enunciada por ele.

III. O autor julgou necessário interferir no discurso alheio por meio dos colchetes, na linha 9, para direcionar a leitura, oferecendo ponto de referência pedido pelo advérbio *Hoje*, que remete ao momento em que um dado locutor está elaborando seu discurso.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, somente.
B) I, somente.
(C) I e II, somente.
(D) II, somente.
(E) I, II e III.

A, B, C, D e E (Interpretação) Afirmação II: Como o verbo dicendi que introduz o excerto já revela, o trecho constitui-se duma conclusão do que foi dito antes.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *"Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer".*

Ao desenvolver suas ideias no período acima, o autor

(A) adotou o tempo e modo presentes na forma verbal *resolvera* porque considerou eventual o fato expresso.
(B) utilizou a expressão *no sentido de* com o mesmo valor observável na frase "No sentido de ajudá-lo, propus ampliar o prazo do contrato".
(C) cometeu um deslize quanto ao padrão culto escrito, que exige o emprego de uma vírgula depois da palavra *respeito*.
(D) se valeu de uma proposição paradoxal *("Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos...")* e, na argumentação, minimizou a contradição entre as ideias que a constituem.
(E) empregou o pronome "o" (em *conhecê-lo*) porque se referia a passado; se estivesse se referindo a uma *pessoa*, o padrão culto escrito exigiria o "lhe" ("conhecer- lhe").

A (Verbo: emprego de tempos e modos) O mais-que-perfeito do indicativo indica que a noção expressa pelo verbo "resolver" é anterior à expressa pelos verbos "emancipar" e "conseguir".
B (Interpretação) No texto, a expressão serve para indicar uma delimitação de significado. Na frase da alternativa, ela indica finalidade.
C (Pontuação) A virgulação da oração subordinada adverbial posposta é facultativa.
E (Emprego dos pronomes) O pronome oblíquo "lhe(s)" só pode ser empregado como complemento verbal, se este for um objeto indireto.

GABARITO "D"

Atenção: As próximas duas questões referem-se ao texto que segue.

Nas diversas épocas da história, a colonização assumiu formas que podem ter sido diferentes, mas que também se superpuseram umas às outras. Dominar outros povos foi de fato o motor da expansão, qualquer que tenha sido o motivo declarado desse "imperialismo", religioso no tempo dos árabes, religioso ainda nas expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejam consolidar a expansão de sua fé, nos séculos XVI e XVII.

O interesse político pôde ser o companheiro de todas essas formas de cruzadas. [...] O interesse econômico surge bem antes da denominada era imperialista, e afirma-se sobretudo quando, com os Atos de Navegação (1651), *a expansão ultramarina é considerada um monopólio de toda a nação inglesa – e não apenas o interesse de seus comerciantes*.

(FERRO, Marc. **História das colonizações:** das conquistas às independências – séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O fragmento acima está sintetizado de maneira clara e correta em:

(A) A colonização – fruto, efetivamente, do desejo de domínio – realizou-se de maneiras possivelmente distintas, mas também associadas: apresentou-se, em muitos momentos, sob o signo da religião, convivendo com a motivação política; a motivação econômica firma-se no século XVII, quando a expansão ultramarina é considerada privilégio de toda uma nação (a inglesa).
(B) É passível que as colonizações sejam diferentes, mas se entrelacem, pois seu objetivo é igual – dominar povos; o imperialismo religioso dos árabes, dos católicos e protestantes, companheiro dos interesses político e econômico posterior a 1651, antes da "era imperialista", acaba no monopólio com a Inglaterra sobre a expansão ultramarina.
(C) A colonização, como a história mostra, é uma forma de cruzada, assumida de modo semelhante em alguns momentos – como no caso das várias religiões –, mas sempre significando domínio de outros povos; as expedições religiosas conviveram bem com o jogo político das nações, e que tardou com os interesses econômicos: estes dependeram da chegada de 1651 para surgir com vigor, sob o domínio inglês.
(D) Alternando, a colonização foi, nas etapas históricas, assumindo procedimentos distintos e camuflando a sua verdadeira causa: várias vezes de ordem religiosa, outra política e outra econômica; Esta é resultado dos interesses que passaram dos comerciantes para a nação inglesa como um todo, antes de surgir o imperialismo propriamente dito.
(E) O domínio dos outros povos gerou a expansão da colonização que variou de forma, inclusive superpondo causas: das diferentes religiões, que o poder

político acompanhou até o surgimento do interesse econômico, em 1651, quando a navegação, direito dos comerciantes, passou a ser da Inglaterra.

A, B, C, D e E (Interpretação) Um erro comum a todas as alternativas, com exceção da A, é que elas afirmam ter o interesse econômico surgido a partir de 1651. A alternativa A, ao contrário, afirma que ela se firmou no século XVI, ou seja, já existia anteriormente.

GABARITO "A".

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento do texto que, transformado, mantém-se em consonância com o padrão culto escrito é:

(A) surge quando mau se havia cumprido os primeiros cinquenta anos do século XVII.
(B) formas acerca de cuja eficácia ninguém tem dúvida.
(C) reações a domínio, em sua também diversidade, igualmente se superpõe uns à outros.
(D) quaisquer que, naquele momento, possa terem sido as razões.
(E) quando desejam consolidar a expansão de sua fé, grupos religiosos distintos degladiam-se um contra o outro.

A (Emprego de certas palavras / Concordância) surge quando mal se haviam cumprido os primeiros cinquenta anos do século XVII.
C (Concordância / Crase) reações a domínio, em sua também diversidade, igualmente se superpõem uns a outros.
D (Concordância / Emprego de infinitivo) quaisquer que, naquele momento, possam ter sido as razões.
E (Ortografia) quando desejam consolidar a expansão de sua fé, grupos religiosos distintos digladiam-se uns contra os outros.

GABARITO "B".

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A frase estruturada de maneira clara e em total conformidade com o padrão culto escrito é:

(A) A discussão sobre questões pertinentes aos vários temas dos grupos inscritos demandaram muita organização, que ninguém questionou porque se fazia necessário, tendo em vista que a reflexão necessita, e se deu, com serenidade.
(B) Entre tais e tão tristes casos reportados nos jornais de hoje como as enchentes, os desastres rodoviários e os regimes de excessão, o que mais me comoveu foi de ter lido sobre a falta de assistência a desprotegidos.
(C) Eles estavam ali conversando sei lá de quê; não certamente de dinheiro, como alguns imaginaram, ainda que falassem de "títulos"; mas não existem só títulos "bancários", também os há acadêmicos, como cheguei a comentar com os mexeriqueiros.
(D) Já tinha muito porque se atormentar, por isso tentava esquecer, e o fazia com muita persistência, das notícias que pareciam ter chegado a pouco, mas já eram conhecidas por todos.
(E) Não tinham sequer levantado hipótese de que fosse feito, e pelo coordenador, reparos ao texto definitivo, e ainda mais extemporaneamente, inclusive porque tinham havido já muitos comentários positivos para o grupo, vindos de renomado especialista.

A (Concordância / Regência) A discussão sobre questões pertinentes aos vários temas dos grupos inscritos demandou muita organização, que ninguém questionou porque se fazia necessária, tendo em vista que a reflexão necessita de serenidade e se deu com ela.
B (Ortografia) Entre tais e tão tristes casos reportados nos jornais de hoje, como as enchentes, os desastres rodoviários e os regimes de exceção, o que mais me comoveu foi ter lido sobre a falta de assistência a desprotegidos.
D (Concordância / Emprego de certas palavras / Regência) Já havia muito por que se atormentar, por isso tentava esquecer, e o fazia com muita persistência, as notícias que pareciam ter chegado há pouco, mas já eram conhecidas por todos.
E (Concordância) Não tinham sequer levantado hipótese de que fossem feitos, e pelo coordenador, reparos ao texto definitivo, e ainda mais extemporaneamente, inclusive porque tinha havido já muitos comentários positivos para o grupo, vindos de renomado especialista.

GABARITO "C".

Atenção: As próximas sete questões referem-se ao texto que segue.

Caracterização de Walter Benjamin

1 *O nome do filósofo, que acabou com sua própria*
vida durante a fuga ante os esbirros de Hitler, foi
ganhando uma aura nos mais de vinte anos que desde
então transcorreram, e isso apesar do caráter esotérico
5 *dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos*
últimos. A fascinação de sua pessoa e oeuvre só
deixou a alternativa da magnética atração ou da
rejeição horrorizada. Sob o olhar de suas palavras –
onde quer que ele caísse –, tudo se metamorfoseava,
10 *como se tivesse se tornado radioativo. A capacidade*
de incessantemente projetar novos aspectos – não
tanto mediante a ruptura crítica de convenções quanto
pela maneira, dada pela organização intrínseca, de se
comportar em relação ao objeto, como se as
15 *convenções não tivessem poder sobre ele –*
dificilmente conseguirá também ser captada pelo
conceito de originalidade. Nenhuma das intuições
desse pensador inesgotável apresentava-se como
mera intuição. O sujeito, a quem pessoalmente cabiam
20 *todas as experiências fundantes que a filosofia oficial*
contemporânea apenas discute de modo formal,
parecia ao mesmo tempo não ter nenhuma
participação nelas, mesmo porque a sua maneira,
sobretudo a arte da formulação instantânea – definitiva
25 *–, também se despojou do que, no sentido tradicional –*
é espontâneo e esfuziante. Ele não dava a impressão
de ser alguém que criava a verdade ou a adquiria ao
pensar, mas de que a citava pelo pensamento como
um refinado instrumento de conhecimento, no qual
imprimia a sua marca.

(ADORNO, Theodor. Caracterização de Walter Benjamin. **Prismas**:crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 2001, p. 223-224). **Obs.**: *oeuvre*: obra.

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que o autor do excerto

(A) julga o refinado pensamento do filósofo não como original ou espontâneo, mas como verdadeiro.

(B) oferece precisa caracterização do filósofo e de sua obra, valendo-se de conceitos que lhes são aplicáveis com justeza.

(C) expõe os artifícios formais de que se valeu o filósofo para, apropriando-se dos achados da tradição, requisitar autenticidade para seu trabalho.

(D) aponta inconsistência nas formulações do filósofo, que, pouco amadurecidas mas perenes, se despegaram do necessário aporte empírico da filosofia.

(E) atribui força transformadora ao modo como o filósofo concebia e expressava seus pensamentos.

A (Interpretação) Embora o texto faça um elogio do pensamento de Benjamin, ele se dirige sobretudo ao modo como é elaborado e não se pode pressupor disso que considera sempre como verdadeiro.
B (Interpretação) O texto é muito curto e trata apenas de um aspecto da obra de Benjamim para que se possa falar em "precisa caracterização".
C (Interpretação) O texto não menciona artifícios formais.
D (Interpretação) O texto não menciona qualquer tipo de inconsistência.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O excerto autoriza a seguinte afirmação:

(A) as constantes inovações do filósofo acompanharam- se de desveladas críticas às convenções vigentes.

(B) o filósofo e sua obra adquiriram, com o tempo, unânime aprovação, atribuível à comoção gerada por seu suicídio.

(C) a natureza dos trabalhos iniciais e finais do filósofo não obscurece sua personalidade e sua obra, impactantes sob qualquer julgamento.

(D) a infinidade de novos aspectos inseridos nas análises do filósofo tornou-as tão herméticas que não podem ser captadas por espíritos menos originais.

(E) as inéditas ideias do filósofo devem ser creditadas aos seus métodos, fundamentados em experiências da filosofia oficial.

A (Interpretação) Afirma-se que o filósofo agia como se as convenções não tivessem poder sobre ele, não que ele as criticava.
B (Interpretação) Não se afirma que o filósofo e a obra tenham aprovação unânime nem que ela se deva ao seu suicídio.
D (Interpretação) Embora haja menção à dificuldade de compreensão da obra em questão, não se afirma que ela não possa ser captada por espíritos menos originais.
E (Interpretação) Ao contrário, o método do filósofo provém de uma liberdade frente às discussões formais da filosofia oficial.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que, na obra de Benjamin,

(A) o sujeito é destituído da função central que tinha na filosofia anterior, na medida em que esse filósofo opta por não se fazer notar em seus escritos.

(B) a verdade é apenas tangenciada, já que o filósofo cita concepções já aceitas como inquestionáveis, mas não ousa nelas interferir.

(C) o diálogo com a filosofia oficial engendra-se na arte da formulação instantânea, que pressupõe o descarte de conceitos tradicionais.

(D) o modo de presença da intuição gera uma subjetividade da qual emerge não o espontâneo, mas o particular.

(E) a originalidade do pensamento, derivada da organização que lhe é intrínseca, carece de vivacidade e autenticidade, tal como as entendemos.

A (Interpretação) Não há informação que permita a inferência de que não se faz notar em seus escritos.
B (Interpretação) Ao contrário, como diz o texto, o filósofo tem uma capacidade de projetar incessantemente novos aspectos sobre aquilo que analisa.
C (Interpretação) Não há informações que permitam a inferência de que ocorre o descarte de conceitos tradicionais.
E (Interpretação) Se, como se afirma no final do texto, o filósofo imprimia sua marca na verdade que expressava, não se pode afirmar que lhe falta autenticidade.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *O nome do filósofo, que acabou com sua própria vida durante a fuga ante os esbirros de Hitler, foi ganhando uma aura nos mais de vinte anos que desde então transcorreram, e isso apesar do caráter esotérico dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos*.

Considerado o período acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) Substituindo "transcorrer" por "se passar", a frase mantém a correção gramatical com a forma "se passou".

(B) O título do texto é determinante para que a frase *que acabou com sua própria vida* tenha valor explicativo, e não restritivo.

(C) A reflexividade observada no segmento *acabou com sua própria vida* é exatamente do mesmo tipo da encontrada em "Machucaram-se muito com as ofensas recíprocas".

(D) A presença da preposição *durante* contamina a frase articulada em torno do verbo "acabar", conferindo-lhe aspecto durativo e frequentativo.

(E) A preposição *ante* tem mesmo valor do segmento grifado em "antiamericano".

A (Concordância) Uma vez que o verbo "passar" não é impessoal, ele deve concordar com o seu sujeito. No caso, o sujeito é o relativo "que", o que faz com que a concordância se faça com o antecedente: "os mais de vinte anos".
B (Pontuação: vírgula na oração adjetiva) A presença da vírgula confere valor explicativo à oração adjetiva, o que é possível pelo fato de o título já restringir o termo "filósofo", ou seja, indica de que filósofo se trata.
C (Emprego dos pronomes) No primeiro caso, a reflexividade indica que a ação praticada pelo sujeito recai sobre si mesmo; no segundo caso, que a ação é trocada entre os indivíduos que constituem o sujeito, é o que se chama também de reciprocidade.
D (Verbo: aspecto) A preposição "durante" confere a ideia de aspecto durativo (a ação possui uma certa duração) à ação que é expressa pelo substantivo "fuga". A locução verbal "acabou por se matar" tem aspecto pontual. O frequentativo é o aspecto das ações que se repetem como o que aparece no verbo "saltitar" devido ao sufixo "it".
E (Interpretação) "ante" tem valor locativo: em frente a, diante de; "anti" tem valor de oposição.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *O nome do filósofo [...] foi ganhando uma aura [...], apesar do caráter esotérico dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos*.

Em redação clara e totalmente em concordância com o padrão culto escrito, o sentido da frase acima está preservado em:

(A) Foi ganhando uma aura o filósofo, que já tinha nome, ainda que seus trabalhos sejam de caráter esotérico e fragmentário, respectivamente os primeiros e últimos.
(B) Ainda que os primeiros trabalhos do filósofo padecessem de caráter esotérico e os últimos fragmentários, seu nome foi ganhando uma aura.
(C) Embora se considerem o caráter esotérico e fragmentário dos primeiros e últimos trabalhos, seu nome de filósofo foi recebendo aura.
(D) A despeito de os primeiros trabalhos do filósofo terem caráter esotérico e os últimos, fragmentário, seu nome foi ganhando uma aura.
(E) Seu nome de filósofo foi ganhando aura mesmo sendo esotérico nos primeiros trabalhos, e tendo caráter fragmentário nos últimos.

A (Interpretação) O nome do filósofo é que foi ganhando uma aura. Deve-se colocar "o" antes de "último" para se manter o paralelismo.
B (Interpretação) O emprego do verbo "padecer" confere um tom de crítica ausente na redação original. O trecho "últimos fragmentários" não está inserido de modo favorável sintaticamente no período.
C (Interpretação) Dá-se a entender que os primeiros e últimos trabalhos do filósofo eram ambos esotéricos e fragmentários.
E (Interpretação) O trecho "seu nome de filósofo" dá a entender que ele possui um nome só para a atividade de filósofo; além disso, é feita a afirmação de que ele é esotérico tem caráter fragmentário, já o texto original atribui essas características ao seu trabalho.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento do texto que está corretamente entendido é:

(A) *como se tivesse se tornado radioativo* / à semelhança de algo que adquirisse propriedade de emanar energia.
(B) *fascinação de sua pessoa e* oeuvre / forte encantamento que elidia criador e criatura.
(C) *magnética atração* / fascínio emitido de forças internas inexploradas.
(D) *rejeição horrorizada* / desdém que provoca pânico coletivo.
(E) *tudo se metamorfoseava* / o entorno adquiria formas que se sucediam ininterruptamente.

B (Vocabulário) elidir = eliminar, retirar.
C (Interpretação) O trecho "forças internas inexploradas" não se justifica.
D (Interpretação) O trecho "provoca pânico coletivo" não se justifica.
E (Interpretação) Apenas "adquiria formas" tem alguma relação com o trecho original.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerado o contexto, é correto o que se afirma em:

(A) A expressão ao *pensar* (linhas 27 e 28) traduz uma condição.
(B) O emprego de só, na linha 6, traz implícita uma ideia de exclusão.
(C) O advérbio *mesmo*, em mesmo porque (linha 23), introduz retificação acerca do afirmado anteriormente.
(D) Em *onde quer que ele caísse* (linha 9), onde está empregado em conformidade com o padrão culto escrito, assim como o está em: "Se ele insistir, é onde direi que tenho dele as piores impressões".
(E) Ao acolherem termo sinônimo de *formulação instantânea,* sem nada lhe acrescentar, os travessões (linhas 24 e 25) justificam-se como recurso para dar ênfase à expressão que caracteriza a arte (linha 24).

A (ASPC: orações reduzidas) Ela traduz a ideia de tempo.
C (ASPC) Ele introduz uma ratificação do que foi afirmado anteriormente.
D (ASPC: emprego do "onde") Ele só pode ser empregado com valor adverbial de "lugar".
E (ASPS) O termo "definitiva" não é um qualificador do termo "formulação".
GABARITO "B"

1 Madri, 14 de julho de 1857.
Senhor,
Chegou a hora de poder humildemente comparecer
4 ante o Trono de Vossa Majestade Imperial com o segundo
volume concluído da **História geral do Brasil**, depois de
haver trabalhado às vinte horas por dia, de forma que quase
7 sinto que estes últimos seis anos da vida me correram tão
largos como os trinta e tantos anteriores. Ao ver afinal
concluída a obra, não exclamei, Senhor, cheio de orgulho,
10 "*Eregi monumentu aere perennius*" a minha triste
peregrinação pela terra. Porém caí de joelhos, dando graças
a Deus não só por me haver inspirado a idéia de tal grande
13 serviço à nação e às demais nações, e concedido saúde e vida
para o realizar (sustentando-me a indispensável perseverança
para convergir sobre a obra desde os anos juvenis, direta e
16 indiretamente, todos os meus pensamentos), como por haver
permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de
Vossa Majestade Imperial, Cujo Excelso Nome a posteridade
19 glorificará, como já o universo todo glorifica a sua sabedoria
e justiça.

Senhor! Permita-me Vossa Majestade Imperial que,
22 aproveitando-me, entretanto, dos méritos que devo haver
contraído perante o Seu espírito justiceiro com a conclusão
da **História geral** da civilização da Sua e minha pátria, eu
25 lhe abra todo o meu coração, e Lhe descubra até os mínimos
refolhos e rugas (boas e más) que nele se achem. (...)
Estas considerações dão-me por vezes horas de
28 grande tristeza... E confesso, Senhor, que, sobretudo quando
haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes
listas de despachos, e vi nelas generosamente contemplados
31 com títulos do Conselho, com crachás, com fidalguias a
tantos que eu cria terem feito pelo país e por Vossa
Majestade Imperial menos do que eu, gemi e calei (...).
34 Dirá Vossa Majestade Imperial que sou ambicioso.
E por que não, Senhor?! — A maior glória e honra do
homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é também Vossa
37 Majestade Imperial ambicioso da glória? Mal do Brasil, se
o não fora, como é, mercê de Deus. (...)
Sei que não falta gente que, insistindo em
40 considerar-me como meio literato, meio empregado
diplomático de cortesias (como dizem) fingem não saber
tudo quanto eu, politicamente, além do grande serviço desta
43 História, tenho trabalhado em favor de Vossa Majestade
Imperial e do Império. (...)
Senhor,
46 De Vossa Majestade Imperial,
O mais submisso e leal súdito
Francisco Adolfo de Varnhagen

Renato Lemos (Org.). **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 58-63 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com base no que preceituam os manuais de redação oficial e as gramáticas normativas, julgue os itens a seguir, relativos a trechos destacados da carta enviada por Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II.

(1) A impessoalidade e a reverência a autoridade superior, que caracterizam o primeiro parágrafo, contrapõem-se à forma como o remetente da carta extravasa subjetividade nos demais parágrafos apresentados.

(2) Tanto o conteúdo quanto a forma da carta são semelhantes aos de uma exposição de motivos, bastando a inserção de numeração nos parágrafos e a alteração do fecho da carta, para que o texto atendesse à formalidade adequada a uma comunicação oficial do tipo exposição de motivos.

(3) Para a correta concordância com o pronome de tratamento "Vossa Majestade Imperial" (*l*.21), o pronome possessivo "Seu", na expressão "perante o Seu espírito justiceiro" (*l*.23), deveria ser alterado para **Vosso**.

(4) O emprego do acento gráfico nas palavras "concluída" e "caí" atende à mesma regra gramatical.

(5) As formas verbais do trecho "quando haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes listas de despachos" (*l*.28-30) correspondem, quanto ao sentido, respectivamente, a **faz e foram publicadas**.

(6) Para se estabelecer a ordem direta dos elementos do período situado entre as linhas 28 e 33, deve-se suprimir a vírgula que antecede as orações coordenadas "gemi e calei" (*l*.33) e deslocá-las para a posição logo após a palavra "sobretudo" (*l*.28).

(7) Há elipse da forma verbal sou no período "E por que não, Senhor?!" (*l*.35).

(8) No período entre as linhas 39 e 44, o remetente da carta vale-se de eufemismo para mencionar que o julgamento desfavorável de algumas pessoas deve estar influenciando as escolhas de nomes para as listas de despachos.

(9) Sem se contrariar a correção gramatical, a forma verbal "fingem" (*l*.41) poderia ser substituída pela forma **finge**.

1: Errado. (Gêneros textuais) O primeiro parágrafo não é impessoal, uma vez que o emissor e o destinatário estão franca e repetidamente presentes nele. A reverência à autoridade superior também percorre todo o texto, não sendo uma exclusividade do primeiro parágrafo.

2: Errado. (Gêneros textuais) A exposição de motivos é um modelo oficial e normatizado de texto dirigido ao Presidente ou Vice-Presidente da República. Ainda que seja dirigido ao chefe do Poder Executivo da época, o texto em questão não pode ser considerado como uma exposição de motivos por diversas razões: pelo seu assunto, que é a queixa de seu emissor por não ter sido agraciado por títulos e o desejo de que isso seja reparado; pelo seu tom, em que se faz fortemente presente a função emotiva da linguagem;

E pela sua forma, que não possui as características de diagramação e organização dos assuntos requeridas por esse tipo de texto. Para maiores informações, consultar o Manual de Redação da Presidência da República:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm#_Toc26002107
3: Errado. (Emprego dos pronomes) Os pronomes de tratamento pedem concordância em terceira pessoa.
4: Certo. (Acentuação gráfica) Ambas são acentuadas pela regra do hiato: possuem como sílaba tônica um "i", que é segunda vogal de uma hiato, está sozinho na sílaba, não vem precedido por "nh", nem forma hiato com vogal idêntica.
5: Certo. (ASPS: verbo impessoal e voz passiva) Tanto o verbo "haver" quanto o "fazer" na indicação de tempo são impessoais e, portanto, não podem estar no plural. Como indicam tempo transcorrido, o seu emprego no presente do indicativo é mais natural do que no futuro. O trecho "se publicaram" constitui voz passiva sintética e pode ser substituído sem prejuízo de sentido por "foram publicadas".
6: Errado. (ASPS: ordem dos termos na oração) Seriam necessárias outras modificações para se colocar o trecho na ordem direta. São exemplos de partes deslocadas: a oração adverbial temporal "haverá pouco mais de dois anos", que está inserida entre a conjunção "quando" e o resto da sua oração principal; o adjunto adverbial "nelas", que está entre o verbo "vi" e o seu complemento "a tantos".
7: Errado. (Figuras de linguagem: elipse) A forma verbal em elipse é "seria" ou "serei".
8: Certo. (Figuras de linguagem: eufemismo) A expressão "meio literato, meio empregado diplomático de cortesias" pode ser entendida como um ataque a qualidade do trabalho intelectual do autor da carta, que é visto como um bajulador em busca de favores.
9: Certo. (Figuras de linguagem: silepse de número) O emprego da forma "fingem" com o sujeito "gente" se justifica pelo emprego da concordância siléptica, nada impede, contudo, que se empregue a concordância gramatical e o verbo vá para o singular.
Gabarito1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6E, 7E, 8C, 9C

Soy loco por ti, América

1 "A interpretação da nossa realidade com esquemas
alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais
desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais
4 solitários." Fomos "descobertos" ou reinventados pelos
colonizadores, que impuseram o sentido que mais lhes
convinha à nossa história. "Insistem em medir-nos com o
7 metro que se medem a si mesmos" e assim se consideram
"civilizados" e a nós, "bárbaros". Não se dão conta de que
"os estragos da vida são iguais para todos" e que a busca da
10 identidade própria é tão árdua e sangrenta para nós como foi
para eles. Talvez os ex-colonizadores — hoje imperialistas
— fossem mais compreensivos conosco — os "bárbaros" —,
13 se olhassem melhor para o seu próprio passado, sem a
mistificação com que o envolveram antes de exportá-lo para
nós.
16 A América Latina e o Caribe reivindicam o direito
de ter uma história própria, assim como temos uma cultura
e um esporte próprios — tão admirados por eles.
19 "A solidariedade com nossos sonhos não nos fará sentir
menos solitários, enquanto não se concretize com atos de
apoio legítimo aos povos que assumam a ilusão de ter uma
22 vida própria na divisão do mundo."
"Por que a originalidade que nos é admitida, sem
reservas na literatura, nos é negada com todo tipo de
25 suspeitas em nossas tão difíceis tentativas de transformação
social, que os colonizadores tiveram tanta dificuldade — eles
também — para encontrar e, ainda assim, com defeitos, que
28 cada vez mais ficam evidentes? Por que nos condenar a viver
"como se não fosse possível outro destino senão o de viver
à mercê dos grandes donos do mundo? Este é, amigos, o
31 tamanho da nossa solidão."
A Vila Isabel desfilou este ano, na passarela do
Sambódromo, com o tema ***Soy loco por ti, América***,
34 originalmente na música de Capinam e de Gil, reatualizando
as citações do discurso com que García Márquez recebeu o
Prêmio Nobel de Literatura em 8 de dezembro de 1982 —
37 já lá vai um quarto de século.

Emir Sader. **Jornal do Brasil**, 26/2/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com referência ao texto "***Soy loco por ti, América***", julgue os itens seguintes.

(1) Evidencia-se, no trecho selecionado, a intertextualidade, marcada explicitamente pelo emprego das aspas, estabelecendo-se, no discurso, a relação entre a voz do autor do texto e a do escritor Gabriel García Márquez bem como a remissão ao texto de Capinam e Gilberto Gil e ao desfile da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel.

(2) Há elementos no texto que permitem a inferência de que o processo de emancipação do povo latino-americano não sofreu significativas alterações no período de dezembro de 1982 a fevereiro de 2006.

(3) No discurso de García Márquez, o emprego dos pronomes de primeira e terceira pessoa expressa a tensão entre os interesses dos povos latino-americanos, "bárbaros" (*l*.8 e 12) — **nós** —, e os dos povos "civilizados" (*l*.8), os "grandes donos do mundo" (*l*.30) — **eles**.

(4) Com correção gramatical, a idéia principal desse texto assim poderia ser expressa: É necessário a ruptura com interpretações baseadas em esquemas alheios aos povos latino-americanos, tal como a mistificação do passado colonial, visto que elas constituem impecilho à compreensão da identidade destes povos bem como a sua efetiva emancipação.

(5) O trecho "que impuseram o sentido que mais lhes convinha à nossa história" (*l*.5-6) constitui uma restrição ao sentido do antecedente nominal "colonizadores" (*l*.5), o que justifica o emprego da vírgula após este vocábulo.

(6) A expressão "à nossa história" (*l*.6) é complemento do verbo **impor**, e, nela, é facultativo o emprego do acento indicativo da crase.

(7) Seria correta a substituição da forma verbal 'Insistem' (*l*.6) por **Insiste-se**, dado que tanto a partícula se quanto a flexão do verbo na terceira pessoa do plural são procedimentos legítimos de indeterminação do sujeito.

1: Certo. (Interpretação de texto) Embora o texto possua muitas passagens entre aspas que sugerem intertextualidade, não há uma indicação clara de que sejam citações de Gabriel García Márquez. O item 3 desta questão, contudo, esclarece a dúvida e permite que se afirme que de fato se trata da retomada do discurso do escritor colombiano.
2: Certo. (Interpretação de texto) O ano de 1982 é o do discurso de Gabriel García Márquez, o de 2006 é o do texto de Emir Sader. Este cita trechos do discurso, ligando-os por meio de um texto com verbos no presente, atualizando, portanto, o conteúdo dos trechos como o de uma situação ainda válida em 2006.
3: Certo. (Coesão) Gabriel García Márquez fala em nome da América Latina e do Caribe, sendo ele próprio um colombiano, temos o emprego da primeira pessoa do plural. O termo "bárbaros" constitui a depreciação que o autor diz esses povos sofrerem pelos antigos colonizadores – eles –, que se julgam civilizados.
4: Errado. (Concordância; ortografia;
Coesão) O texto apresenta algumas transgressões de norma: É necessária a ruptura com interpretações baseadas em esquemas alheios aos povos latino-americanos, tais como a mistificação do passado colonial, visto que elas constituem empecilho à compreensão da identidade desses povos bem como a sua efetiva emancipação.
5: Errado. (Pontuação: oração adjetiva) Ao contrário, a presença da vírgula confere à oração adjetiva um valor explicativo, ou seja, a informação que ela contém se aplica a todos os colonizadores.
6: Certo. (Crase) A presença do pronome possessivo torna a presença do artigo facultativa e, consequentemente, a da crase também.
7: Errado. (ASPS: voz passiva) A forma verbal "insistem" não possui sujeito indeterminado, uma vez que é possível depreendê-lo pelo contexto. A substituição proposta, que geraria um sujeito indeterminado, não é, portanto, cabível.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

1 O menos que se pode dizer é que a simbiose cultural
França/Brasil é coisa do passado, história, aliás, mais
interessante do que sugerem os enfoques superficiais e
4 fragmentários que, em geral, lhe têm sido consagrados, quase
sempre preocupados com o pitoresco. Lembremos, a título de
curiosidade, que, no século XVI, era o Brasil que exercia
7 influência sobre a França, seja como terra de missão, seja por
projetos de geopolítica, seja pelo tradicional atrativo que o
exótico exerce sobre o ideário francês, passando pelas
10 contaminações de vocabulário, como as palavras indígenas
que, segundo Lévi-Strauss, incorporaram-se à língua francesa
sem intermediação do português.
13 Do lado brasileiro, era um exemplo de *bovarysmo*
intelectual, que, nos oitocentos e novecentos, resultava em
inquietante, e não raro ridícula, desnacionalização mental,
16 repetindo-se, em nossos dias, com relação ao inglês e aos
Estados Unidos. Contudo, desde os começos do século XIX,
Ferdinand Denis aconselhava aos escritores que, para criar
19 uma literatura brasileira, era preciso abandonar os modelos
estrangeiros em favor da temática nacional.
Acrescentemos a tradicional "visão tropicalista" que
22 condiciona o "horizonte de expectativa francês" com relação
às literaturas latino-americanas e que nós, de nossa parte,
fazemos de tudo para encorajá-la com a imagem folclórica
25 sobre nós mesmos. Daí decorre, para lembrar apenas um
caso, que Machado de Assis seja visto no exterior como
pouco brasileiro, pois o protótipo brasileiro é Jorge Amado.

Wilson Martins. **Jornal do Brasil**, 19/11/2005 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os próximos itens.

(1) O texto permite inferir-se que "os enfoques superficiais e fragmentários" (*l*.3-4) sobre a relação entre a cultura brasileira e a francesa privilegiam a forma como esta se apresenta nos séculos XIX e XX.

(2) Depreende-se da argumentação do autor do texto que a literatura produzida por Jorge Amado atende à expectativa dos franceses, visto que reproduz a imagem folclórica do povo brasileiro.

(3) No segmento "era o Brasil que exercia influência sobre a França" (*l*.6-7), foi empregada a expressão de realce "era (...) que", compatível com o conteúdo da informação aí expressa.

(4) Mantendo-se os sentidos do texto e preservando-se a correção gramatical, o trecho "aconselhava aos escritores que (...) era preciso" (*l*.18-19) poderia ser substituído por **alertava aos escritores de que (...) precisavam**.

1: Certo. (Interpretação de texto) Quando o autor, ao criticar "os enfoques superficiais e fragmentários", pede que se lembre que no século XVI o Brasil exercia influência sobre a França, pode-se pressupor que o superficial se explica na ideia de que sempre a influência era de lá para cá e que o fragmentário, por sua vez, se explica pela concepção de que ela é fenômeno dos séculos XIX e XX.
2: Certo. (Interpretação) A parte final do texto justifica esta afirmação: *"Acrescentemos a tradicional "visão tropicalista" que condiciona o "horizonte de expectativa francês" com relação às literaturas latino--americanas e que nós, de nossa parte fazemos de tudo para encorajá-la com a imagem folclórica sobre nós mesmos. Daí decorre, para lembrar apenas um caso, que Machado de Assis seja visto no exterior como pouco brasileiro, pois o protótipo brasileiro é Jorge Amado."*
3: Certo. (ASPS: partícula de realce) A possibilidade da estrutura "é que" ser retirada, sem que isso acarrete problemas na estrutura sintática, revela ser essa estrutura uma partícula de realce ou expletiva.
4: Errado. (Regência) A reescrita proposta faria com que o verbo "alertar" fosse empregado com dois objetos indiretos (o termo "aos escritores" e a oração iniciada por "de que..."), o que a norma condena no caso desse verbo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Consciente de que, em um contexto organizacional, a redação deve apresentar correção, clareza, objetividade, coerência, adequação e concisão, considere que o seguinte trecho faça parte de um texto a ser revisto:

"Em resposta a seu estimado pedido de 10 de novembro, que lemos com atenção, pedimos-lhe a fineza de dizer a quantidade exata de cada item solicitado."

A respeito dos padrões de qualidade do texto, julgue os itens a seguir.

(1) Nesse trecho, a mensagem pode ser compreendida, mas a linguagem não é objetiva.

(2) O fragmento "Em resposta a seu estimado pedido" estaria mais adequado à comunicação oficial caso fosse reescrito da seguinte forma: Em resposta a sua prezada solicitação.

(3) Retirar a oração "que lemos com atenção" juntamente com a vírgula que a sucede torna o texto mais conciso.

(4) Há erro no emprego da forma verbal em "pedimos--lhe". O correto seria **pedimo-lhes**.

(5) No que se refere ao emprego de "dizer", é correto afirmar que esse verbo, no contexto em que aparece, apresenta o problema de ser genérico. Em seu lugar seria mais adequado o verbo **especificar**.

1: Certo. (Gêneros textuais) A presença do adjetivo "estimado", por exemplo, revela marcas de subjetividade na mensagem, uma vez que revela envolvimento emocional do enunciador.
2: Errado. (Gêneros textuais) A troca do adjetivo "estimulado" por "prezado" mantém a subjetividade.
3: Certo. (Pontuação: oração adjetiva) A oração adjetiva em questão traz uma informação de caráter explicativo que, além disso, não possui nenhuma dado importante para o entendimento do texto.
4: Errado. (Emprego de pronomes) O pronome "lhe(s)" não acarreta nenhuma alteração fonética nos verbos em que aparecer enclítico ou mesoclítico.
5: Certo. (Adequação vocabular) A variação e a precisão vocabulares são itens importantes para se obter um bom texto.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Um dos mecanismos de concisão textual consiste em eliminar ou em substituir por construções mais curtas vocábulos, expressões e até orações. Com base nessa prática, julgue a adequação e a correção gramatical das reescrituras propostas, na 2.ª parte de cada item, para os trechos apresentados a seguir.

(1) Espero que me respondas, a fim de que seja feito o esclarecimento das dúvidas. — Espero sua resposta, para que sejam esclarecidas as dúvidas.

(2) Será apresentado oportunamente o que programamos. — Será apresentado oportunamente os programas.

(3) Pediu a ele a devolução do documento que fora enviado por ocasião do término da auditoria. — Pediu-lhe a devolução, ao término da auditoria, do documento enviado.

(4) Não há qualquer coisa que possibilite a nós proceder ao pagamento que nos foi solicitado. — Não há possibilidade de nosso procedimento do pagamento solicitado.

(5) Na ocasião em que o expediente tiver início, é devido que os memorandos sejam preparados logo em seguida. — No momento que o expediente for iniciado, é devido que os memorandos se preparem logo em seguida.

(6) Nada mais havendo a tratar, subscrevemo-nos. — Atenciosamente,

---

1: Certo. (Concisão) Reescrita adequada.
2: Errado. (Concordância) Serão apresentados oportunamente os programas.
3: Certo. (Interpretação de texto) A reescrita acarreta mudança de sentido: o "término da auditoria" indicava o momento do envio do documento, passa a indicar o do pedido de devolução. O gabarito, portanto, deveria ter sido alterado para ERRADO.
4: Errado. (Interpretação de texto) A reescrita acarreta prejuízo semântico: o trecho "possibilidade de nosso procedimento do pagamento solicitado" não faz sentido.
5: Errado. (ASPC) Ambas as frases apresentam problemas de estruturação sintática que prejudicam o entendimento: No momento que o expediente for iniciado, devem-se preparar em seguida os memorandos.
6: Certo. (Interpretação de texto) O termo "atenciosamente" deixa implícita a ideia de não haver mais nada a tratar e antecede tradicionalmente a assinatura.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) As palavras de ligação são cruciais como elementos de coesão textual. Por explicitar as relações entre as idéias, tornam o texto mais claro e fácil de ser entendido. Em cada um dos itens a seguir, são apresentadas duas frases, intercaladas por uma proposta de ligação (entre parênteses). Sem se preocupar com outras mudanças a não ser a ligação entre as frases, estando elas em um único período e mantendo-se a ordem em que se encontram, julgue apenas se o elemento de coesão proposto é adequado.

(1) Chovia torrencialmente. (contudo) O trabalho não pôde ser concluído.

(2) O funcionário foi despedido. (e) Abandonou o trabalho sem concluí-lo.

(3) A secretária não se intimidou. (apesar de) O chefe era muito severo.

(4) O projeto é muito oneroso. (pois) O departamento não pode aceitá-lo.

(5) Aquela é uma indústria rica. (por isso) A população do bairro local é pobre.

1: Errado. (ASPC) Chovia torrencialmente. (portanto) O trabalho não pôde ser concluído. (relação de conclusão)
2: Certo. (ASPC) Conector adequado (relação de consequência ou conclusão, o que pode ser expresso pela conjunção "e")
3: Certo. (ASPC) Conector adequado (relação de concessão)
4: Errado. (ASPC) O projeto é muito oneroso. (portanto) O departamento não pode aceitá-lo. (relação de conclusão)
5: Errado. (ASPC) Aquela é uma indústria rica. (apesar de/mas) A população do bairro local é pobre. (relação de concessão ou oposição)

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que as frases a seguir, que contêm numerais, estejam em textos genéricos, isto é, não estejam ligadas às áreas de matemática ou de cálculo. Com base nesse ponto de vista, julgue os itens abaixo quanto ao emprego dos numerais.

(1) Os participantes discutiram vinte projetos de lei e apenas nove deles foram aprovados.

(2) Das 31 propostas, vinte ficaram para a reunião seguinte.

(3) Ao redigir a nota, observe o art. 3.º da Lei Complementar n. 95, de 1998 (LC 95/98).

(4) Naquela região, cerca de 1,2 milhões de pessoas vivem da economia informal.

1: Certo. (Redação Oficial) Em dezenas redondas e na indicação de zero a nove, o padrão é escrever os números por extenso.
2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. Como "31" não é uma dezena redonda, o mais comum é que ele será indicado por algarismos arábicos. Talvez a banca esteja considerando a regra de não se empregarem esses algarismos em começo de frase, essa regra, contudo, não se aplica no caso, pois o que inicia a frase é o "das", preposição contraída com artigo.
3: Certo. (Redação Oficial) Na numeração de artigos de leis, decretos e portarias, usa-se o ordinal até nove, e o cardinal, de dez em diante: Art. 1º (primeiro). Art. 9º (nono). Art. 10 (dez). Art. 91 (noventa e um).
4: Errado. (Concordância) Com decimais, a concordância do termo "milhão" deve ser feita com o número que aparece antes da vírgula: cerca de 1,2 milhão de pessoas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, tendo em vista o uso tecnicamente recomendado para a grafia de números, datas e horas.

(1) Foram levadas em consideração pesquisas feitas nos anos de 1.991, 1.996 e 2.001.

(2) O endereço oficial fica na Avenida das Nações, 1.020, ap. 304.

(3) Já foram gastos 3.450 milhões de reais nessa obra.

(4) O contrato expira em 1.º de dezembro de 2007.

(5) Essa fase do projeto vai de 10/8/06 a 9/8/07.

(6) O intervalo será de 10h15 a 10h30.

(7) O ponteiro parou às 13 h 20 min. 10 s.

1: Errado. (Redação Oficial) A identificação do ano não deve conter ponto entre a classe do milhar e a da centena.
2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. A regra diz que as classes são separadas por pontos (ex.: 1.750 páginas), exceto no caso de ano (ex.: em 1750), de código postal (ex.: CEP 70342-070) e de especificação de caixa postal (ex.: 1011). No caso, "1.020" não é caixa postal, mas a numeração da do endereço, portanto não se poderia afirmar categoricamente que está errado.
3: Errado. (Redação Oficial) A forma "3.450 milhões" é incorreta, ou se escreve 3,45 milhões ou 3 milhões e 450 mil.
4: Certo. (Redação Oficial) As datas devem ser grafadas por extenso, sem o numeral zero à esquerda. Exemplo: "4 de março de 1998, 1º de maio de 1998."
5: Certo (Redação Oficial) Também estaria correto se se escrevesse "de 10/8/2006 a 9/8/2007".
6 e 7: Certo e errado. (Redação Oficial) Em se tratando de horas (hora legal), recomenda-se o uso de algarismos arábicos, seguido de abreviatura, sem espaço (ex.: 12h; das 13 às 18h30).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que tratam do uso das siglas em contexto organizacional.

(1) Na primeira vez em que a sigla é mencionada no texto, o nome correspondente deve aparecer sempre antes, por extenso, seguido da sigla, que deve estar antecedida de traço, como em: Universidade de Brasília – UnB.

(2) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas, como em GDF, U.N.E., ONU.

(3) Se, em um texto, for escrito "BRB — Banco de Brasília", a forma como a sigla foi empregada deve ser considerada correta.

(4) Siglas com quatro letras ou mais têm emprego livre: podem ser escritas com todas as letras maiúsculas ou apenas com a inicial maiúscula, como em **Detran** e **INSS**.

1: Errado. (Redação Oficial) Sendo a primeira vez que a sigla aparece em um texto, é recomendável que o nome correspondente apareça por extenso, mas não é obrigatório.
2: Certo. (Redação Oficial) Essa é a recomendação oficial.
3: Certo. (Redação Oficial) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas.
4: Errado (Redação Oficial) Siglas com quatro letras ou mais serão escritas com letras maiúsculas, se todas forem pronunciadas; apenas a primeira letra será escrita com maiúscula, se a sigla for pronunciada como palavra.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere às questões técnicas para uniformidade do texto, julgue os itens subsequentes.

(1) A parte final do documento, que o encerra e por vezes contém o endereço do destinatário, denomina-se epígrafe.

(2) Para sintetizar o conteúdo do documento, o redator redige uma ementa, cuja estrutura é diferenciada em razão da natureza do documento.

(3) A identificação do signatário do documento, que é a autoridade que a expede, é feita da seguinte forma: ao final, após a assinatura, coloca-se o nome e o cargo.

(4) Para dar maior clareza ao formato do documento, deixa-se uma linha, no lugar onde o signatário poderá colocar sua assinatura.

1: Errado. (Redação Oficial) A epígrafe vem no início do documento definindo o seu assunto ou objeto.
2: Certo.
3: Certo.
4: Errado. (Redação Oficial) O local em que será feita a assinatura é indicada no final do documento pela presença do nome e abaixo dele do cargo do signatário. A assinatura é feita acima do nome, sem que haja linha alguma para determiná-la.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere o seguinte trecho de um documento:

(...)

Senhor Deputado,

1. (...)

2. Em sua proposta enviada, Sua Excelência faz uma apresentação de sugestão a fim de resolver o problema de falta de água potável na região, que temos a grata satisfação de estar registrando.

3. (...)

Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente,

(identificação do signatário)

Tendo o trecho de documento acima como referência, julgue os itens a seguir, referentes às características da redação em contexto organizacional.

(1) Nesse trecho, a saudação está redigida corretamente.

(2) A forma de tratamento está correta, mas deveria ser escrita do seguinte modo: S. Excia.

(3) No segundo parágrafo, há problemas de concisão, entre os quais se pode citar o emprego desnecessário de "enviada".

(4) O parágrafo transcrito apresenta vícios de linguagem, entre os quais estão a cacofonia e o gerundismo.

(5) O fecho é formal; portanto adequado a esse tipo de texto.

1: Errado. (Redação Oficial) Discordância quanto ao gabarito oficial. Segundo os seguintes manuais: MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MANUAL DE REDAÇÃO E DE ATOS OFICIAIS da ANA e Manual de Redação Oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a saudação está correta.
2: Errado. (Emprego de pronome) A forma "Sua" nos pronomes de tratamento indica que se está falando da autoridade; quando se fala com a autoridade, a forma mais comum é "Vossa". Pode-se, contudo, empregar a forma "Sua" para expressar extrema reverência. A abreviação, entretanto, deve ser V. Ex.ª.
3: Certo. (Vícios de linguagem) Outro exemplo de estrutura redundante é "faz uma apresentação de sugestão", que pode ser substituída por "sugere".
4: Errado. (Vícios de linguagem) A cacofonia resulta de uma ordem de palavras cuja leitura acaba por sugerir um termo licencioso, não há tal fato no texto. O gerundismo é o emprego de locuções verbais com gerúndio que são desnecessários e não fazem parte da tradição da língua, como no caso das formadas por verbo ir + infinitivo: "vou estar verificando" no lugar de "vou verificar". No caso, a locução "estar registrando" poderia ser, a bem da concisão, ser substituída por "registrar".
5: Errado. (Redação Oficial) O trecho "Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me" fere a objetividade e a concisão desejadas. Obs.: termo "Atenciosamente" é empregado para autoridades de mesma hierarquia ou hierarquia inferior; para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República, emprega-se "Respeitosamente".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

1 Há uma diferença fundamental entre a concepção
econômica do novo grupo dirigente cubano, à frente o
presidente Raúl Castro, e o modelo que está sendo
4 implantado na China. Na economia chinesa, a base é o
crescimento do PIB, enquanto na cubana é o crescimento do
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — mecanismo
7 que foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq
e pelo Prêmio Nobel Amartya Sen para avaliar outras
dimensões que não apenas o PIB e que é utilizado pela ONU
10 para medição da qualidade de vida de um povo. Segundo o
ex-assessor especial de Lula, Frei Betto, que chegou
recentemente de Cuba, onde esteve com Raúl Castro, de
13 quem é amigo pessoal, os cubanos fazem sérias ressalvas ao
processo chinês, exatamente por valorizar o crescimento
econômico sem levar em conta o desenvolvimento social.
16 Além do PIB *per capita* corrigido pela paridade do
poder de compra de cada país, o IDH leva em conta a
longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o
19 indicador se vale da expectativa de vida ao nascer. O item
educação é avaliado pelo analfabetismo e pela taxa de
matrícula em todos os níveis de ensino.

Merval Pereira. O Globo, 26/2/2008.

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Em relação às idéias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Cuba adota a mesma concepção econômica posta em prática pela China, sem maiores diferenças.

(2) O IDH é a base do modelo econômico adotado em Cuba.

(3) O trecho “que não apenas o” (*l*.9) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por além do.

(4) O trecho “que chegou recentemente de Cuba” (*l*.11-12) está entre vírgulas por tratar-se de oração subordinada adjetiva restritiva.

(5) Em “se vale” (*l*.19), o “se” indica sujeito indeterminado.

1: Errado (interpretação de texto) Toda a estruturação do texto se deve exatamente à diferença essencial entre os modelos cubano, baseado no IDH e o chinês, baseado no PIB, como demonstra o trecho inicial “Há uma diferença fundamental entre a concepção econômica do novo grupo dirigente cubano (...) e o modelo que está sendo implantado na China.
2: Certo (Interpretação de texto) O texto explica detalhadamente o que é e como funciona o modelo cubano. O trecho que comprova a informação do item é “na cubana (o modelo) é o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”.
3: Certo (Conjunção) O trecho introduzido pela locução conjuntiva “que não apenas” acrescenta uma informação semelhante às outras do contexto, numa enumeração do que é considerado para a medição do IDH. Estabelece-se, então, entre as partes do trecho uma relação de adição. É exatamente esse valor que traria a locução conjuntiva “além do”. Ambas as estruturas, do original e da sugerida pelo item, seguem a mesma estruturação gramatical, não sendo necessária qualquer adaptação.
4: Errado (Período Composto) O trecho “que chegou recentemente de Cuba” qualifica o termo Frei Betto, presente em outra oração, e é centrado em torno de um verbo (chegou), e, por isso é uma oração subordinada adjetiva. A presença das vírgulas faz com que a relação entre a oração e o seu referente seja de explicação, ou seja, sabe-se quem é Frei Betto e apenas explica-se algo do contexto a respeito dele, não sendo necessário restringir o significado do termo em relação a outros. A oração em questão é, portanto, uma subordinada adjetiva explicativa, que deve vir isolada por vírgulas. As orações subordinadas adjetivas restritiva não são isoladas por vírgulas.
5: Errado (Análise sintática/sujeito) Lê-se no trecho “o indicador se vale da expectativa de vida ao nascer”. O sujeito do verbo “valer” é o indicador e, por estar explícito e possuir um núcleo, é classificado como sujeito simples. A partícula “se” que acompanha o verbo tem valor de torná-lo pronominal, ou seja, trata-se de uma atitude própria do sujeito. A partícula “se” cumpre diversas funções na língua dentre elas a de apassivadora, como é incorretamente sugerido pelo item.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

1 As relações financeiras do Brasil com o restante do
mundo atravessam um momento excepcional. A passagem
do país para a condição de credor internacional é apenas um
4 marco simbólico dessa evolução, mas desperta tamanha
euforia que pode passar a falsa impressão de que o país
superou definitivamente a sua crônica dependência externa.
7 O Brasil tornou-se emprestador líquido porque o
Banco Central acumulou aplicações em dólares (reservas)
mais que suficientes para honrar toda a dívida externa —
10 a pública e a privada. Em uma situação hipotética extrema,
em que as fontes de crédito externo ao Brasil de súbito
secassem, haveria meios para saldar os compromissos
13 assumidos.
Países que equacionaram suas contas externas
tendem a ser vistos como menos arriscados pelos
16 investidores globais. Quando, além disso, as perspectivas de
crescimento da economia são favoráveis e a expectativa de
retorno de aplicações em ações e títulos públicos é elevada,
19 forma-se um caldo de cultura para a entrada maciça de
dólares sob diversas rubricas. É o caso do Brasil.

Folha de S.Paulo, 26/2/2008.

Julgue os itens que se seguem, relativos às idéias e a aspectos gramaticais do texto acima.

(1) A forma verbal “atravessam” (*l*.2) está no plural para concordar com a expressão “do Brasil com o restante do mundo” (*l*.1-2).

(2) O trecho “dessa evolução” (*l*.4) se refere à idéia antecedente expressa na primeira frase do texto.

(3) Subentende-se das informações do texto que o Brasil já superou completamente a sua dependência externa.

(4) A forma verbal de subjuntivo “secassem” (*l*.12) se justifica por se tratar da citação de uma situação hipotética.

(5) A entrada maciça de dólares no país decorre do equacionamento das contas externas, das perspectivas de crescimento e da expectativa de retorno de aplicações em ações e títulos públicos.

1: Errado (Concordância) O sujeito do verbo “atravessam” é “As relações financeiras do Brasil com o restante do mundo” e seu núcleo é o substantivo “relações”. Trata-se de um termo no plural e a regra básica de concordância verbal diz que o verbo deve acompanhar seu referente em número.
2: Certo (Coesão) O pronome demonstrativo tem função coesiva entre as partes do texto, retomando ideias anteriores e relacionando-as a informações seguintes. O primeiro período do texto tem função introdutória e situa o assunto de que se fala de maneira positiva. O pronome dessa (de+essa) une a informação do segundo período àquela apresentação e retoma a ideia positiva na palavra que acompanha “evolução”
3: Errado (Interpretação de texto) O texto trata justamente da diferença entre independência econômica e possibilidade de honrar dívidas.

Como se vê no trecho "passar a falsa impressão de que o país superou definitivamente a sua crônica dependência externa", pensar em independência é uma ideia falsa.
4: Certo (Interpretação de texto) O subjuntivo é considerado o modo verbal que ao invés de expressar uma certeza, como faz o indicativo, expressará uma ideia de dúvida, exprime uma ação irreal, hipotética. De acordo com o início do período, é exatamente essa a função do verbo e do trecho em que ele se insere.
5: Certo (Interpretação de texto) O equacionamento gera uma baixa taxa de risco que associada ao crescimento e expectativa de retorno, segundo o texto, gera "um caldo de cultura para a entrada maciça de dólares sob diversas rubricas."

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C, 5C

1 O boom no preço das commodities exportadas pelo
Brasil amplia o fôlego da economia nacional para absorver
importações crescentes sem ameaçar o equilíbrio externo.
4 O nível do câmbio, entretanto, também produz efeitos
adversos, não neutralizados pela política econômica.
O dólar minguante reduz o número de empresas
7 locais capazes de competir com rivais estrangeiras. Vai-se
concentrando em apenas dois segmentos — agropecuária e
mineração — a competitividade dos produtores nacionais.
10 O ponto fora da curva, a anomalia macroeconômica que
resiste aos tempos de bonança, continua sendo a taxa de juros
básica praticada no Brasil.I

Idem, ibidem.

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Em relação às palavras e expressões empregadas no todo acima, julgue os itens a seguir.

(1) A palavra "fôlego" (*l.*2) está sendo empregada em sentido conotativo e tem o mesmo significado de **força, resistência.**

(2) As palavras "equilíbrio" e "câmbio" recebem acento gráfico com base na mesma regra gramatical.

(3) O termo "entretanto" (*l.*4) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e a informação original do período, ser substituído por qualquer um dos seguintes: contudo, mas, porém, todavia, conquanto.

(4) A palavra "neutralizados" (*l.*5) está sendo empregada com o sentido que compreende as seguintes idéias: eliminados, solucionados, resolvidos.

(5) A substituição de "**Vai-se concentrando**" (*l.*7-8) por Vai sendo concentrado mantém a correção gramatical do período.

1: Certo (Valor semântico) "Fôlego" é originalmente um termo do campo semântico da respiração, mas já é antiga a associação do termo por derivação de sentido à ideia de esforço em campos mais genéricas. Apesar de inicialmente conotativa, a acepção já se encontra relativamente dicionarizada (ânimo para continuar algo que requer esforço; coragem – dicionário Houaiss).
2: Certo (Acentuação) Diz a regra de acentuação que palavras paroxítonas (a sílaba tônica é a penúltima) terminadas por ditongo oral (união de duas vogais em uma mesma sílaba, sendo a primeira fraca e a segunda forte) são acentuadas. Em ambos os casos a regra se cumpre. É importante que as regras de acentuação apenas marcam a tonicidade das sílabas, não diferenciando a necessidade de acento agudo (som aberto) e circunflexo (som fechado)
3: Errado (Conjunção) A conjunção "entretanto" tem valor de adversidade, ou seja, une duas informações opostas. Dentre as possibilidades de substituição propostas contudo, mas, porém e todavia possuem o mesmo valor. Já a conjunção conquanto tem valor de concessão, ou seja indicam um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração anterior.
4: Certo (Valor semântico) Os efeitos adversos do campo continuam a existir, portanto, é justamente a negativa da ideia de neutralizar da acepção "tornar(-se) nulo, inativo; fazer perder ou perder a força, a serventia; Eliminar, inutilizar(-se)" (Dicionário Houaiss) que foi usada.
5: Errado (Conjugação verbal) A partícula "se" cumpre diversas funções, entre elas a de apassivadora do verbo na formação da voz passiva sintética, que tem na sua forma analítica o verbo auxiliar ser mais o particípio do verbo principal. É esta transformação que erroneamente propõe o item. Na expressão "Vai-se concentrando" a partícula "se" participa da formação da ideia pronominal em que o verbo indica uma atitude própria do sujeito.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5E

1 O Brasil só conseguiu passar da condição de país
temerário para a aplicação de recursos, em uma época de
prosperidade mundial, para a de mercado preferencial dos
4 investidores, justamente no auge de um período de
turbulência financeira nos mercados internacionais, porque
está colhendo agora os resultados de uma política econômica
7 ortodoxa. A preservação dessas conquistas e o seu
aprofundamento dependem da capacidade e da disposição
dos políticos em aprovar reformas como a tributária, que
10 precisará concentrar as atenções do Congresso neste ano.
Certamente, o recorde de atração de investimentos
externos confirmado agora tem relação direta com o fato

13 de o país ter-se transformado de devedor em credor
internacional. Ao assegurar um volume de reservas cambiais
superior ao necessário para garantir o pagamento da dívida
16 externa, o Brasil tranqüilizou os credores sobre a sua
possibilidade de honrar os compromissos. Com isso,
transferiu para o passado o clima de instabilidade permanente
19 dos tempos recentes, em que ainda se mostrava
excessivamente vulnerável.

Zero Hora (RS), 26/2/2008 (com **adaptações**).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com referência às idéias do texto acima e às estruturas linguísticas nele empregadas, julgue os itens abaixo.

(1) Imediatamente após “para a” (*l*.3), subentende-se o termo elíptico **condição**.

(2) Na época de prosperidade mundial, o Brasil era um país seguro para a aplicação de recursos.

(3) Uma política econômica ortodoxa resultou na queda do risco do Brasil em relação à rentabilidade das aplicações financeiras.

(4) A expressão “dessas conquistas” (*l*.7) refere-se diretamente ao segmento “atração de investimentos externos confirmado agora” (*l*.11-12).

(5) A substituição de “Ao assegurar” (*l*.14) por **Quando assegurou** prejudica a correção gramatical do período e altera as suas informações originais.

1: Certo (Coesão) O artigo “a”, com valor de pronome demonstrativo, tem função coesiva de retomar o termo anterior evitando a repetição e estabelecendo relações de sentido entre as partes do texto. Pelo contexto linguístico dos termos, indicado pelo uso da preposição “para” que liga o trecho subsequente à ideia do verbo passar (de algo para algo), podemos entender que o que muda é a condição, de temerário para preferencial.

2: Errado (Interpretação de texto) Na época de prosperidade o Brasil era visto como um investimento temerário. O que demonstra isso é o adjunto adverbial de tempo subsequente à informação no trecho “O Brasil só conseguiu passar da condição de país temerário para a aplicação de recursos, em uma época de prosperidade mundial”

3: Certo (Interpretação de texto) Lê-se no texto “os resultados de uma política econômica ortodoxa.” Os resultados são justamente a passagem de temerário para preferencial para os investidores.

4: Errado (Coesão) O pronome demonstrativo dessa (de+essa) tem papel coesivo e une o conteúdo do primeiro período do texto ao seguinte retomando toda a ideia da conquista econômica anteriormente explicada. Além da construção textual que não deixa margem para dupla interpretação da referência do pronome, o pronome demonstrativo de segunda pessoa (esse e flexões) faz referência àquilo que já foi dito no discurso, enquanto o de primeira pessoa (este e flexões) é que faz referência àquilo que vai ser dito posteriormente.

5: Errado (Oração subordinada) A expressão “ao assegurar” é uma oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo, ou seja, contextualiza temporalmente a informação da oração a que se liga, mas sem a necessidade de se ligar a ela por conjunção pela forma nominal em que está conjugado o verbo. Ao se transpor essa oração para a sua forma desenvolvida é necessária a presença de uma conjunção de valor temporal e que o verbo seja conjugado no tempo verbal adequado, exatamente como propõe o item.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

1 O afastamento de Fidel Castro, como quer que deva
ser analisado de diversos pontos de vista, tem certamente
significado simbólico. Ele aponta para o fim de uma singular
4 experiência revolucionária no hemisfério, que, não obstante
o que aparece como sobrevida melancólica nas condições
de hoje, ao nascer incendiou romanticamente a imaginação
7 de muitos de nós e nos mobilizou. Eram os tempos
provavelmente mais quentes da Guerra Fria, e a fantasia de
uma alternativa socialista e revolucionária atraía muitos
10 jovens generosos, estimulados pela visão sartriana de um
furacão benigno sobre Cuba, protagonizado igualmente por
jovens abnegados e heróicos. A movimentação resultante
13 concorreu, naturalmente, para que o processo político
brasileiro desaguasse no desastre de 1964, enquanto em
plano mundial se evidenciava a face bárbara da
16 experimentação com o socialismo e se engendrava a
dinâmica que terminaria por inviabilizá-lo. Felizmente, as
circunstâncias do presente permitem, quando nada, evocar
19 com bom humor algo do clima do imediato pós-Revolução
Cubana — e quem sabe procurar refletir de novo sobre
importantes e perenes temas políticos.

Fábio Wanderley Reis. Valor Econômico, 24/2/2008 (com **adaptações**).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O pronome "Ele" (*l*.3) retoma o antecedente "Fidel Castro" (*l*.1).

(2) O termo "não obstante o" (*l*.4-5) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para as informações originais do período, ser substituído por apesar do ou a despeito do.

(3) A palavra "incendiou" (*l*.6) está sendo empregada em sentido conotativo, com o significado de estimulou.

(4) O trecho "incendiou romanticamente a imaginação de muitos de nós e nos mobilizou" (*l*.6-7) confere um traço de subjetividade ao texto.

(5) A expressão "se engendrava" (*l*.16) está sendo empregada com o sentido de **rejeitava, recusava**.

1: Errado (Interpretação de texto) O pronome "ele" retoma o termo "afastamento" de que fala, tanto a locução adjetiva "de Fidel Castro" como todo o conteúdo do primeiro período. O pronome funciona como elemento coesivo entre os dois períodos e retoma todo o conteúdo anterior para continuar o desenvolvimento da argumentação. A estrutura do texto não deixa margem para dupla interpretação, já que o texto como um todo vai desenvolver qual é o caráter simbólico do afastamento.

2: Certo (Conjunção) A relação estabelecida entre as partes do texto pela conjunção "não obstante" é de concessão, ou seja, indica um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. As conjunções apresentadas pelo item possuem o mesmo valor e, pela presença da preposição, podem substituí-la sem qualquer prejuízo gramatical ou de sentido.

3: Certo (Valor semântico) O campo semântico do verbo incendiar é originalmente o do sentidos táteis, o fogo, e seu significado é "fazer arder ou arder, inflamar(-se), incender(-se)". É de uso recorrente a ideia de incendiar associada aos ânimos pessoais, no sentido de aumentar o desejo de algo. Essa acepção, apesar de conotativa, encontra-se inclusive dicionarizada por derivação figurada, de acordo com o dicionário Houaiss: "tornar(-se) vivo, caloroso;
Excitar(-se), acalorar(-se), animar(-se)"

4: Certo (Interpretação de texto) A presença dos pronomes de primeira pessoa do plural dão caráter pessoal à argumentação, ou seja, deixa claro que o autor se envolve pessoalmente com o assunto. A primeira pessoa é a marca mais clara de subjetividade, uma vez que deixa claro qual é o sujeito que exprime a opinião. Além disso, termos como "romanticamente", "imaginação" e "mobilizou" tratam de valores sentimentais, outra marca da subjetividade.

5: Errado (Valor semântico) O verbo "engendrar" significa criar, gerar, produzir. Não há qualquer possibilidade de relação semântica de negação com o termo como propõe o item.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Luiz Carlos Azevedo **(Correio Braziliense**, 24/2/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Um dos maiores conquistadores que o mundo conheceu foi Gengis Khan (1162-1227), que unificou os mongóis, atravessou a Grande Muralha e conquistou a China, estendendo depois seu império até a Pérsia, a Turquia, a Rússia e a Ucrânia.

(2) Seus filhos e netos conquistariam mais tarde a Síria, a Indochina, a Sibéria, o Afeganistão, o Paquistão e uma parte da Índia. O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído ao gênio militar e à Horda Dourada, o formidável exército de arqueiros turcos montados, capazes de acertar uma flecha a 500 metros, que foi a mais temível artilharia ligeira da época.

(3) Gengis Khan, cujo nome significa "imperador do mundo" é um dos grandes personagens da Era Cristã, mas seu império desmoronou porque não foi capaz de constituir instituições sólidas.

(4) Nômades, os generais de Gengis Khan eram dominadores brutais — mataram mais de um milhão de persas — e viviam de uma economia adequada a manutenção de seus exércitos (a pecuária e o saque), mas que levou seus dirigentes sedentários à um beco sem saída histórico.

(5) Boa parte dos violentos conflitos étnicos nas sinuosas fronteiras do Oriente tem origem nesses antigos domínios. Os mongóis acabaram voltando aos territórios de origem, onde cultuam Khan e preservam seus costumes tribais.

1: Certo (Concordância) O sujeito da oração do verbo "foi" é representado por uma expressão partitiva, "um", que indica uma seleção de um elemento dentro de um grupo, acompanhada de uma locução adjetiva que explica de que grupo se fala, a saber no trecho, "dos maiores conquistadores que o mundo conheceu". O termo "um" cumpre o papel sintático de núcleo do sujeito, no entanto é esvaziado de sentido sem a locução. O núcleo semântico do sujeito é o termo "conquistadores". Essa estrutura pode fazer com que um leitor mais desatento identifique como núcleo sintático do sujeito o termo "conquistadores", e a reescrita da frase seria "Um dos maiores conquistadores que o mundo conheceu foram Gengis Khan", o que causaria um erro de concordância com o verbo no plural

2: Errado (Regência) No trecho "O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído ao gênio militar e à Horda Dourada", o verbo está na voz passiva, ou seja, o poderio de Gengis Khan é atribuído por alguém. O verbo atribuir tem dupla regência, ou seja, quem atribui, atribui algo a alguém. O complemento introduzido pela preposição "a" está na forma do pronome oblíquo "lhe", que substitui o nome do guerreiro para evitar a repetição, já que o termo aparece logo anteriormente (o poderio de Gengis Khan). Ao se introduzir os trechos "ao gênio militar" e "à Horda Dourada" pela preposição "a", o texto produz incoerência, já que o complemento pedido pela preposição, em regência e significado, está no pronome "lhe". As expressões têm função de agente da situação, são os elementos que fazem com que Gengis Khan tenha poder, são, portanto, agentes da passiva e deveriam ser regidos pela preposição "por". Na reescrita correta teríamos: "O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído por seu gênio militar e pela Horda Dourada"

3: Errado(Pontuação) O termo "Gengis Khan" está acompanhado por uma oração subordinada adjetiva que explica o significado de seu nome, "cujo nome significa 'imperador do mundo'". Esse tipo de oração pode ocorrer de duas formas: quando isolada por vírgulas, tem função de explicar um termo já determinado e quando não aparece entre vírgulas restringe o sentido do termo qualificando-o dentro de um grupo de semelhantes. No trecho em análise, ocorre vírgula antes do início da oração, mas a pontuação não aparece para isolá-la do resto do trecho ao seu fim. Por se tratar de um personagem já conhecido, ou seja, é desnecessário a restrição do sentido do termo, a escrita com a pontuação mais adequada seria: "Gengis Khan, cujo nome significa "imperador do mundo" é um dos grandes personagens da Era Cristã"

4: Errado (Regência) O adjetivo adequado rege complemento com a preposição "a". No trecho "e viviam de uma economia adequada a manutenção de seus exércitos", a ausência da crase para introduzir o termo "manutenção", feminino singular e, assim, acompanhado do artigo, não cumpre com a exigência da regência do termo

5: Certo (Concordância) O verbo "ter", quando conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, deve ser grafado com acento circunflexo. O sujeito da oração é extenso e tem núcleo semântico no termo "conflitos", o que pode levar a uma concordância semântica do

verbo no plural. No entanto, o núcleo sintático do sujeito é o termo "parte", que vem acompanhado da locução adjetiva "dos violentos conflitos étnicos nas sinuosas fronteiras do Oriente". Como o núcleo sintático é um termo singular, é correto a grafia do verbo sem acento para que seja feita a concordância.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

O preço do saneamento

Falta saneamento básico para 2,6 bilhões de pessoas, ou 41% da população mundial. A ONU afirma que o problema poderia ser solucionado em duas décadas, com investimentos anuais de 10 bilhões de dólares.

A falta de saneamento causa: a morte de 42.000 pessoas por semana no mundo; a morte de uma criança a cada 20 segundos.

Seria possível solucionar o problema com: o equivalente a 1% dos investimentos militares feitos anualmente no mundo; o equivalente ao dinheiro gasto pelos europeus com sorvete.

Holofote. *In:* **Veja**, 13/2/2008, p. 42 (com adaptações).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Infere-se do texto que a população mundial é formada por mais de 6 bilhões de pessoas.

(2) Considere que, em cada ano das próximas duas décadas, não se consiga investir o total necessário para solucionar os problemas da falta de saneamento, mas apenas 60% do que for conseguido no ano anterior, e que, no primeiro ano das próximas duas décadas, seja investido o valor máximo estimado de 10 bilhões de dólares. Dessa forma, o valor investido no 5.º ano corresponderá a menos de 1 bilhão de dólares.

(3) Considerando que uma semana equivale a 7 dias de 24 horas cada, é correto afirmar, de acordo com o texto, que, das 42.000 mil pessoas que morrem por semana no mundo tendo como causa da falta de saneamento, mais de 70% são crianças.

(4) O texto permite concluir que o valor dos investimentos militares por ano, no mundo, é de cerca de 1 trilhão de dólares.

1: Certo (Interpretação de texto) O dado numérico do texto é "2,6 bilhões de pessoas", que vem acompanhado do aposto explicativo "41% da população". Se 2,6 bilhões de pessoas equivale a 41%, com cálculos rápidos é possível perceber que 100% é mais que 6 bilhões.

2: Errado (Interpretação de texto) Se a cada ano o valor diminui a 60%, temos 1º ano – 10 bilhões, 2º ano – 6 bilhões, 3º ano – 3,6 bilhões, 4º ano – 2,16 bilhões, 5º ano – 1,296, ou seja, no quinto ano o investimento ainda será maior que 1 milhão.

3: Certo (Interpretação de texto) O texto afirma que morre uma criança a cada vinte segundos, ou seja, são três crianças por minutos, 180 por hora, 4320 por dia e 30240 por semana, número que equivale a mais de 70% de 42 mil.

4: Certo (Interpretação de texto) 1% dos investimentos militares equivale a 10 bilhões, portanto 100% é igual a 1 trilhão

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A respeito da redação de atos normativos, julgue os itens a seguir.

(1) Um texto normativo deve dirigir-se sempre a pessoas de nível intelectual alto e homogêneo; portanto, para compreender o vocabulário utilizado, muitas vezes, o cidadão comum tem de recorrer à consulta a dicionário.

(2) Um requerimento a um departamento deve ser um texto impecável. No entanto, quem escreve um simples recado a um interlocutor com pouca escolaridade não precisa estar atento a certos aspectos lingüísticos, como, por exemplo, a correção gramatical.

(3) O emissor de uma mensagem, ao incorrer em inadequação vocabular ou rebuscamento, poderá não produzir o efeito pretendido no receptor, que, por não entender o teor da mensagem, ficará obrigado a novos contatos, a novas consultas.

(4) Quem escreve deve evitar a tautologia, que consiste na repetição de palavras com o mesmo sentido.

(5) Em resposta a uma consulta, o redator deve preocupar-se em responder apenas àquilo que lhe foi perguntado, sem considerar outras possíveis dúvidas do consulente.

(6) Na resposta a uma consulta, os aspectos positivos de uma situação devem ser apresentados antes dos negativos.

1: Errado (Redação oficial) É exigência dos textos oficiais que sejam acessíveis a todos os cidadãos. Para isso, "a redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade". O manual é bastante incisivo quanto à importância da acessibilidade do texto: "Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos"

2: Errado (Redação oficial) A citação do item anterior responde também às exigências deste. A fim de ser acessível a todos, a redação de atos normativos e comunicações oficiais deve seguir os mesmos cuidados: "A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações;

De outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade. As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada."

3: Certo (Redação oficial) Como visto nos outros itens, é inadequado à redação oficial que a escrita não permita o entendimento eficiente da mensagem. Uma mensagem mal formulada levaria a novas buscas por entendimentos ou até mesmo a erros de interpretação, algo condenado pelo manual de redação da presidência da república.

4: Certo (Redação oficial) Para que excessos sejam evitados, questões de estilo devem ficar em segundo plano, privilegiando a clareza. Assim dispõe o texto oficial: "LEI COMPLEMENTAR No 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.(...) CAPÍTULO II - DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS. (...) Seção II - Da Articulação e da Redação das Leis. (...) Art. 10. Os textos legais

serão articulados com observância dos seguintes princípios: II - para a obtenção de precisão: b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico"
5: Errado (Redação oficial) Como dispõe o manual oficial, a economia linguística não deve ser entendida como economia de ideias: "O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se devem eliminar passagens substanciais do texto no afã de reduzi-lo em tamanho." O leitor deve ser informado de maneira completa e eficiente sobre o assunto em questão.
6: Certo (Redação oficial) A hierarquização das informações nas respostas de consultas, padroniza que devem aparecer primeiramente àquelas que respondem positivamente ao consulente, sendo seguidas das informações negativas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Ao escrever um texto, determinado profissional produziu a frase:

A inflação é a maior inimiga da Nação. É meta prioritária do governo eliminá-la.

Insatisfeito, ele a reescreveu da seguinte maneira:

A inflação é a maior inimiga da Nação; logo, é meta prioritária do governo eliminá-la.

Acerca dessa situação, julgue os próximos itens.

(1) Ao reescrever a frase, o referido profissional preocupou-se com a coesão textual.

(2) O profissional poderia substituir "eliminá-la" por eliminar-lhe, e, dessa forma, a frase estaria mais bem formulada e de acordo com a escrita padrão.

1: Certo (Coesão) A conjunção "logo" é um elemento coesivo e une as duas orações do enunciado estabelecendo entre elas uma relação de consequência da segunda para com a primeira. Apesar de não haver qualquer problema gramatical ou de coerência no primeiro trecho, o segundo torna as relações textuais mais explícitas.
2: Errado (Pronome/regência) O verbo eliminar é transitivo direto, ou seja, não exige uma preposição para se relacionar ao seu objeto. Quando o objeto verbal é um pronome oblíquo átono, que serve como elemento de coesão, evitando a repetição de um termo anteriormente citado, devemos usar "o" e suas variantes (no texto, foi usado o feminino singular "a", transformado por adaptação fonética em "la") na ausência da preposição e "lhe" quando a ideia da preposição está inserida na posição que ocupa o pronome. Portanto, o verbo "eliminar" rege corretamente apenas o pronome "a".

Gabarito 1C, 2E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) No que concerne às qualidades essenciais do texto, julgue os itens seguintes.

(1) Se, em um texto de redação oficial, aquele que o escreve ou revisa decidir usar o trecho "Durante o ano de 2008", em vez de "Neste ano", estará tornando o texto menos conciso.

(2) A substituição da expressão "o mesmo" por o texto, em "A secretária redigiu um memorando. Espero que o mesmo agrade aos interessados", tornaria esse trecho mais claro e preciso.

(3) A frase "O jornal deu a notícia em primeira mão" ficaria mais precisa se a forma verbal "deu" fosse substituída por publicou, que é mais específica para o contexto.

(4) No trecho "Era um excelente médico. Todos os seus pacientes o adoravam", o uso do termo clientes no lugar de "pacientes" seria mais adequado, pois imprimiria mais precisão à frase.

1: Certo (Coesão) Deve-se observar que a prova em questão data de 2008, ou seja, "neste ano" é equivalente em contexto a "2008". Na escrita, a referência extratextual funciona como elemento de coesão, permitindo ao leitor o uso de certos dados implícitos para entendê-lo. Tornar um texto mais conciso é fazê-lo mais preciso e direto, elementos sempre recomendados pela redação oficial.
2: Certo (Coesão) O uso do termo "o mesmo" como pronome demonstrativo e elemento coesivo não é recomendado pela gramática formal. Seu uso pode levar a confusões de referência ao termo de que se fala e, em geral, pode ser facilmente substituído por termos mais claros e naturais ao texto. A proposta de substituição leva em conta exatamente isso: o termo "o texto" evita repetição como o pronome "mesmo" e torna a leitura mais natural que a escrita anterior, portanto, mais clara e precisa.
3: Certo (Valor semântico) O verbo "dar" é genérico e atende a diversas circunstâncias. Por se tratar de uma publicação, termos com valores semânticos do mesmo âmbito tornam a leitura mais precisa. A alteração proposta deixa claro que a notícia foi passada a outros por meio de sua publicação no jornal. Originalmente, poderia ser entendido que o jornal repassou-a de outras maneiras, por exemplo, a outros meios de comunicação.
4: Errado (Valor semântico) O termo "clientes" pode ser usado para tratar da relação entre um médico e a pessoa a ser atendida e encontra-se dicionarizada com esta acepção. No entanto, o uso recorrente da língua privilegia o termo "paciente", já que o médico presta um serviço específico de prestar assistência ao cliente, ou seja, quem recebe o atendimento é paciente do cuidado médico.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Os itens a seguir contêm orações absolutas que podem ser ligadas umas às outras por elementos coesivos e transformadas em períodos compostos. Julgue esses itens quanto à adequação do elemento coesivo proposto, entre parênteses, para fazer a ligação entre as orações.

(1) A inflação crescia. O preço das mercadorias aumentava. (porque)

(2) Aquele é um país rico em minérios. A maior parte da população é pobre. (mas)

1: Certo (Conjunção) A conjunção "porque" estabelece entre as orações uma relação de coordenação, ou seja, trata-se de orações com estruturas sintáticas independentes, mas que estabelecem entre elas uma relação semântica. A relação semântica entre elas é de explicação, ou seja, a segunda apresenta uma justificativa para o fato expressa na primeira, valor expresso pela conjunção proposta.
2: Certo (Conjunção) A relação entre as duas orações do item é também de coordenação, como explicado no item anterior, e a relação semântica entre elas é de oposição: ser rico em minérios contradiz que a população seja pobre. A conjunção "mas" é adversativa e sua função é exatamente a de unir informações opostas.

Gabarito 1C, 2C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, assinalando como errados aqueles que contêm frases em que há vício de linguagem e como certos aqueles em que não há esse tipo de vício.

(1) Ao saírem do trabalho, o diretor disse ao secretário que precisavam voltar ao seu escritório.

(2) Há um forte elo afetivo entre as pessoas daquela família.

(3) Já que eu não posso amar ela, vou procurar outro amor.

(4) No verão, a população sofre de desidratação.

(5) Há alguns anos atrás, ele emitia suas próprias opiniões pessoais mais facilmente.

(6) Aguarde, por favor. Ainda hoje, nosso representante vai estar lhe telefonando.

(7) Se o senhor ficar online, vou lhe mandar agora as instruções para achar facilmente nosso sítio, mas não espalhe que isso é em off.

(8) Foi feita, finalmente, uma faxina no escritório a nível de material de consumo.

(9) Em resposta ao seu pedido, seguem novamente as instruções para o novo trabalho.

(10) Solicito providências no sentido de se resolver o problema.

(11) Outrossim, acrescento que estarei a seu inteiro dispor.

(12) A diretoria decidiu iniciar o processo de inscrições para um concurso a ser realizado em âmbito nacional.

1: Errado (Vício de linguagem/Coesão/ambiguidade) O pronome possessivo "seu" gera dupla interpretação, Como o texto apresenta dois envolvidos homens e não especifica qual deles é o dono do escritório, o diretor ou o secretário, a referência do pronome é ambígua.

2: Certo (Vício de linguagem) A palavra "elo" permite o uso da preposição "entre" sem qualquer excesso ou redundância, já que a preposição apenas indica quais elementos estão unidos pelo "elo". Muitas vezes se lê "o elo de ligação", que constitui um pleonasmo, o que não é o caso do item.

3: Errado (Vício de linguagem/Pronome) Os pronomes pessoais são divididos em três tipos de acordo com sua função: os de tratamento, que indicam relação de respeito, os do caso reto, que funcionam essencialmente, como sujeito do verbo com o qual se relacionam, e os do caso oblíquo, que funcionam como objeto do verbo com que se relacionam. No item, o pronome pessoal "ela" foi usado na função de objeto. O pronome "que" cumpriria corretamente a função do "a" na forma "Já que não posso amá-la", já que sofreria uma adaptação fonética na ligação enclítica com o verbo.

4: Errado (Vício de linguagem/Eco) Apesar de muito apreciada na linguagem poética, a rima não funciona da mesma forma em outras situações. No exemplo, a terminação, num trecho curto de texto, de três palavras na mesma sílaba deve ser evitada por constituir um "eco" desagradável para a comunicação formal e não-literária em prosa.

5: Errado (Vício de linguagem/Pleonasmo) O enunciado apresenta excessos linguísticos, ou seja, repete desnecessariamente termos de mesmo valor semântico. São os casos de "Há muitos anos atrás" (o verbo haver, quando indica passagem de tempo, já tem em si a ideia de passado) e "suas próprias opiniões pessoais" (o pronome possessivo já indica que as opiniões são da própria pessoa, e, portanto, pessoais)

6: Errado (Vício de linguagem /Gerundismo) A forma nominal do gerúndio tem por objetivo indicar que uma ação está em curso, ou seja, deve ser usado quando se queira mostrar que uma ação pontual está inserida na passagem do tempo em que outro algo acontece. O uso do gerúndio desnecessariamente e em um formato também excessivo (ir+estar+gerúndio) constitui um vício de linguagem e deve ser evitado.

7: Errado (Vício de linguagem/Estrangeirismo) Considera-se como um barbarismo da língua o uso desnecessário de palavras de língua estrangeira, ou seja, quando já existe uma palavra ou expressão correspondente na língua portuguesa.

8: Errado (Vício de linguagem) "A nível de" é uma expressão do campo semântico das medidas e indica que dois elementos estão na mesma altura. O seu uso em outros campos semânticos indica uma associação de sentido que não é clara e deve ser evitada.

9: Certo (Concordância) A frase concorda corretamente o verbo "seguem" com seu sujeito plural posposto "as instruções".

10: Errado (Vício de linguagem/prolixidade) A frase apresenta um excesso linguístico na ligação entre as partes. Para que a escrita seja clara e coerente, excessos devem ser evitados. A expressão "no sentido de" indica direção e pode ser substituída por uma preposição de sentido mais claro e específico ao contexto: "solicito providências para resolver o problema"

11: Errado (Vício de linguagem/pleonasmo) É comum o uso da expressão "outrossim com o significado de "por outro lado". Isso constitui um erro, pois o seu significado dicionarizado é "além disso". Ou seja, a expressão tem o mesmo valor semântico do verbo "acrescento", ou seja, trata-se de um pleonasmo, a repetição de termos com o mesmo valor.

12: Certo (Vício de linguagem) O trecho apresenta vocabulário e estrutura adequados aos padrões da língua.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes à correspondência oficial.

(1) A redação oficial, ou seja, a maneira pela qual o Poder Público redige os atos normativos e comunicações, caracteriza-se pela linguagem formal e pela padronização e uniformidade dos documentos emitidos.

(2) Estão corretos os vocativos "Excelentíssimo Senhor Presidente da República", "Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal" e "Senhor Senador".

(3) No endereçamento de comunicação dirigida a autoridades tratadas por Vossa Excelência, como é o caso dos senadores, deve constar o seguinte:

Ao Digníssimo Senhor Senador

Fulano de Tal

Senado Federal

(4) Na identificação do signatário, a forma padrão deve ser:

(espaço para assinatura)

____

(NOME)

(5) O Manual de Redação da Presidência da República estabelece apenas dois fechos para todas as modalidades de comunicação oficial: "Respeitosamente" — para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República — e "Atenciosamente" — para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

1: Certo (Redação oficial) Lê-se na introdução do Manual de redação da presidência da república: "Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem.", ou seja, é necessário que certas regras e padrões organizem a escrita oficial para que esta seja clara.

2: Certo (Redação oficial) De acordo com o manual oficial, o uso dos pronomes de tratamento é regido pela tradição e hierarquia. Os exemplos pedidos pelo item atendem às exigências do manual: "O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo.: "Excelentíssimo Senhor Presidente da República,/Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,/Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal." As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo: "Senhor Senador,/Senhor Juiz,/ Senhor Ministro,/Senhor Governador".

3: Errado (Redação oficial) O item aborda corretamente o pronome de tratamento usado a senadores, "Vossa Excelência". No entanto, o uso do termo digníssimo não é recomendado: "Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD), às autoridades arroladas

na lista anterior (a saber, Vossa Excelência). A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação."
4: Errado (Redação oficial) Toda a assinatura de documento oficial deve vir acompanhada do cargo ocupado de signatário. Como se lê no manual: "Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte: (espaço para assinatura)/ Nome/Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República"
5: Certo (Redação oficial) O item lê corretamente as orientações do Manual: "O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria no 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente, b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: Atenciosamente. Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios, devidamente disciplinados no Manual de Redação do Ministério das Relações Exteriores."

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C

2. Inglês

Mark Hughes e Anthony Rosenberg

This text refers to the next four questions.

1 Fundamentalism has one interesting insight.
It perceives the science-based, libertarian, humanist
culture of the modern era as being itself a kind of
4 new religion — and its deadly enemy. We fail to see
this because we are immersed in it, it dominates
more than nine-tenths of our lives, and it is so
7 amorphous. It has no officially recognised scriptures,
creeds, prophets or organisation. Rather, it is a loose
coalition of many different forces, kept on the move
10 and in constant self-criticism and self-correction by
an active and striving ethic derived from
Protestantism. So far as this new faith — if that is
13 what it is — has theologians, priests and prophets,
they are, respectively, the scientists and scholars
whose business it is to criticise and increase
16 knowledge, the artists who refine our perceptions and
open up new life-possibilities, and the armies of
idealistic campaigners who urge us to become active
19 in hundreds of good causes.
So seductive and compelling is this new faith
that it is somehow impossible to avoid adopting its
22 language and its way of thinking. They are
everywhere, and irresistible. That is what makes it
like a religion: once we are in the midst of it and do
25 not appreciate how strong and distinctive a flavour it
has, we are largely unaware of its awesome,
unstoppable, disruptive evangelistic power.

Don Cuppitt. **The sea of faith**. London: British Broadcasting Corporation, 1985, p. 181 (adapted).

(Diplomacia 2009) It can be concluded from the text that

(A) fundamentalism is more intuitively perceptive than secular culture.
(B) scientists and scholars act the same way as theologians, priests and prophets.
(C) idealism compels people to join good causes.
(D) modern humanist culture is subliminally pervasive.
(E) Protestantism is the backbone of modern humanist culture.

A: Incorrect - No comparison is made between the perception of secular culture or fundamentalism;
B: Incorrect - Comparatively they perform a similar function, but they do not act the same way, e.g. do the same things with the same motivations;
C: Incorrect - It is the campaigners who are idealistic (line 18), not those who get involved in good causes;
D: Correct – Lines 20-25 support this. It is everywhere (pervasive) and, once in the middle of it, not noticeable (subliminal);
E: Incorrect - Modern humanist culture is derived from Protestantism, but there is no evidence that it forms the backbone of it.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) Judge — right (C) or wrong (E) — the following items with reference to the text.

(1) The pronoun "its" (*l*.4) refers to "humanist culture" (*l*.2-3).
(2) The word "Rather" (*l*.8) means **more or less**.
(3) In context, the expression "So far as" (*l*.12) means **as though**.
(4) The word "business" (*l*.15) could be appropriately replaced by **concern**.

1: Incorrect - 'Its' refers to fundamentalism;
2: Incorrect - In this context, 'rather' means on the contrary;
3: Incorrect - In this context, it means to the extent that;
4: Correct – The example – It's none of your business or it's none of your concern illustrates this.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2009) Indicate which of the following words or phrases would **not** be an appropriate synonym for the word "once" in the phrase "once we are in the midst of it" (*l*.24).

(A) because.
(B) since
(C) whenever
(D) as
(E) inasmuch as

A: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. The reason we become "unaware" is because we are "in the midst of it". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being;
B: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "Since" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware";
C: Incorrect - As a form of when, this refers to an idea of a time or moment. The text, on line 5, suggests that we are ALWAYS immersed in the science-based, libertarian, humanist culture. This does not happen every now and then; it is a constant state of being. The word "once", therefore, cannot refer to time. It refers to the fact we are always in the midst of it, and that is WHY (the reason) we are unaware. In this case, the word "once" carries a sense of cause or reason and not time;
D: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "As" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being;
E: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "Inasmuch as" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being.

GABARITO "C"

(Diplomacia 2009) In the phrase "That is what makes it like a religion" (*l*.23-24), the word "That" refers to

(A) the language and way of thinking being everywhere.
(B) the fact that one cannot avoid adopting its language and rationale.
(C) the pervasiveness of modern humanist culture.
(D) the seductiveness of science-based thinking.
(E) the ubiquitousness of the new faith.

A: Incorrect – It does refer to the idea of being everywhere, but not to the language;
B: Correct - 'That' referring to the similarities between religion and modern humanist thought in terms of pervasiveness (line 22 – language and rationale are 'everywhere' line 23 and unavoidable (irresistible line 23). "B" is the 'best' option in this case as it provides the most complete description of the phrase;
C: Incorrect – It does refer to the pervasiveness, but also its rationale;
D: Incorrect – It does not refer to seductiveness. It is pervasive, but people are unaware (line 26), meaning that it is not seductive but rather deceitful;
E: Incorrect.
GABARITO „B"

This text refers to the next four questions.

1 German scientists have reconstructed an extraordinarily detailed picture of the domestic life of Martin Luther, the 16th-century reformer and father
4 of Protestantism, by trawling through his household waste uncovered during archaeological digs on sites where he used to live.
7 Despite the widespread belief that Luther lived in poverty, evidence suggests he was a well-fed man — weighing in at a hefty 150 kg when he died in
10 1546 at the age of 63.
Even Luther's claim that he came from humble circumstances has been dismissed. New
13 evidence has shown that his father owned land and a copper mill besides lending money for interest. His
16 mother meanwhile was born into an upper middle class family and it is unlikely, as Luther suggested, that she "carried all her wood on her back".
Extensive research carried out at the family
19 home in Wittenberg showed that Luther wrote his celebrated texts with goose quills under lamps lit by animal fat, in a heated room which overlooked the
22 River Elbe. It obviously suited him because he churned out 1,800 pages a year. It debunks something of the Luther myth to know he wrote the
25 95 theses on a stone toilet, which was dug up in 2004.
But the claim by historians which will
28 arguably be most upsetting for followers is the recently uncovered written evidence that it was not, as thought, a lightning bolt which led to the then 21-
31 year-old's spontaneous declaration he wanted to become a monk. Rather, it was his desperation to escape an impending arranged marriage.

Kate Connolly. **History digs up the dirt on Martin Luther**, *In*: **The Guardian,** Monday, 27 Oct./2008. Internet: <www.guardian.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2009) According to the text, recent archaeological finds

(A) have supplemented and adjusted the portrait of Luther.
(B) have revealed that Luther was not truly religious
(C) have perturbed Lutherans' beliefs.
(D) have proven that Luther misrepresented his parents' financial status.
(E) date back to the year 2004.

A: Correct – To give more information and to modify or adjust the previous information about Luther;
B: Incorrect - It merely questions why he decided to become a monk, not his inherent beliefs;
C: Incorrect – The archeological finds may perturb beliefs about him as a person, but not the beliefs he preached;
D: Incorrect - Luther's claim was that he came from 'humble circumstances' (line 12). This means unpretentious or modest and does not refer directly to financial status;
E: Incorrect - This refers to a previous archeological dig.
GABARITO „A"

(Diplomacia 2009) Indicate which of the following statements is **not** consistent with information the text provides.

(A) Luther's weight belies his supposed poverty.
(B) Luther's parents were relatively well-off.
(C) Luther lived in reasonable comfort at his home in Wittenberg.
(D) Luther's religious calling was not genuine.
(E) Luther's mother probably did not carry "all her wood on her back".

A: Incorrect - Belies means to misrepresent. It is true he was fat and thus we suppose he ate well. Therefore, he was not poor;
B: Incorrect - His father owned land and a mill and was able to lend out money (lines 13 and 14). His mother came from an upper-middle class family (line 17);
C: Incorrect - Lines 19-20 show the home comforts Luther enjoyed (light, heat and materials). These items constitute reasonable comforts;
D: Correct - We do not know anything about his motivation (calling) to become a monk, only about the reason for the spontaneity of the decision;
E: Incorrect - Line 17 uses the word 'unlikely'.
GABARITO „D"

(Diplomacia 2009) The word "digs" (*l*.5) is

(A) a noun referring to excavation.
(B) a noun referring to accommodation.
(C) a verb referring to mocking.
(D) a verb referring to accommodation.
(E) part of an adjectival phrase qualifying sites.

A: Correct;
B: Incorrect - A slang British term, but that is not the meaning in this context;
C: Incorrect – To take a dig at someone means to mock, but that is not the meaning in this text;
D: Incorrect – it is not a verb;
E: Incorrect – It is a noun.
GABARITO „A"

(Diplomacia 2009) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) The aim of describing Luther as "weighing in at a hefty 150 kg when he died" (*l*.9) is to suggest a humorous comparison with a heavy-weight boxer.

(2) The phrase "churned out 1,800 pages a year" (*l*.23) suggests that Luther was a careless writer.

(3) Luther's father indulged in usury.

(4) The reference to a "lightning bolt" (*l*.30) was meant to allude to putative divine intervention in Luther's calling.

1: Correct - To weight in at – is a phrasal verb from the world of sport (boxing/horse racing). This is humorous as it compares his supposed poverty with the strength and physical presence of a heavyweight boxer. Hefty is informal and means of considerable size;
2: Incorrect - The phrasal verb 'churned out' refers more to quantity of production rather than to quality;
3: Correct - Usury is a synonym for money lending (line 14);
4: Correct - This refers to a dramatic act of nature – lightning striking Luther. It is divine as it represents coming from a celestial force.
GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C

This text refers to the next four questions.

1 It's cold and early and Detlef Fendt repeats a morning ritual, heaving himself onto the side of his 28-year-old BMW motorbike and jumping with all his
4 might on the kick-start. It takes a few goes, but eventually the bike roars into life. After all, this is the sort of solid reliable machine that makes German
7 goods a household name for quality. It's that good name that means Germany is the world's top exporter. China may take the title soon, but for the moment
10 Germany is still a world-beater.
Detlef is part of that success story. For the last 40 years he's made machine tools for Daimler cars at
13 the Berlin plant. He started work when he was 16 and is now the plant's main union representative for IG Metall. But this year, thanks to the world credit crunch,
16 he'll be getting an unwanted seasonal break from his early morning ritual. The plant is closing down for an extra-long Christmas break, from mid-December to
19 mid-January, because of falling orders.
He tells me: "At the moment we are in a distribution crisis — the automobile industry is not
22 selling enough cars and lorries".
Consumer confidence was dented in Germany long before the credit crunch, and despite his union's
25 recent deal it is not returning.
Germany is now in recession and the figures have been worse than economists were predicting.
28 Equally bad statistics for the whole of the European Union are expected today. While consumers in America feel cowed, while Asia is jittery, the rest of Europe
31 watches fearfully as the biggest economy in Europe continues to shrink.

Mark Mardell. **Germany loses revs**. *BBC World News*. *At*: www.bbc.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2009) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) Fendt's motorbike starts up immediately because it is a reliable machine.

(2) German manufactures are renowned for their quality and durability.

(3) Fendt is being made redundant.

(4) IG Metall is a subsidiary of BMW.

1: Incorrect - Line 4 – 'it takes a few goes (attempts) and line 5 "eventually";
2: Correct - Line 7 – 'a household name' (commonly known);
3: Incorrect - He is being given a longer Christmas break than usual. Being made redundant or laid off would mean he has no job to go to;
4: Incorrect - IG Metall is the trade union, not a subsidiary (not serving or aiding) of BMW.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Judge — right (C) or wrong (E) — the following items with reference to the text.

(1) In context, the phrase "household name" (*l*.7) could be appropriately replaced by **synonym**.

(2) "After all" (*l*.5) is equivalent to **Eventually**.

(3) The Berlin factory is closing temporarily owing to a slump in demand

(4) The word "dented" (*l*.23) suggests an acute effect.

1: Correct - But perhaps a better use of collocation would be 'synonymous with';
2: Incorrect - In the context, 'eventually' means after some time or in the end. 'After all' means in spite of evidence to the contrary;
3: Correct - It is possible to assert that the plant is closing down due to a slump (fall/drop/sudden decline) – i.e. falling orders (line 19) in demand. It is stated that time period is from December to mid-January (line 18 and 19) – this reveals it is temporary. They plan to re-open in January;
4: Incorrect - Dented means to have a diminishing effect. In this case, to dent confidence would mean to negatively affect it. To say that it was acute (sharp or intense) dent would have to be modified with 'severely', i.e. severely dented.
GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) In the phrase "consumers in America feel cowed, while Asia is jittery" (*l*.29-30), the most appropriate synonyms for "cowed" and "jittery" are respectively

(A) bovine and aggressive.

(B) herded and troubling.

(C) threatened and apprehensive.

(D) confined and alacritous.

(E) bent over and trembling.

A: Incorrect – Bovine refers to the animal, while aggressive means angry;
B: Incorrect – Herded refers to grouping of animals, while troubling means worrying;
C: Correct - Cowed means threatened, frightened or overawed. Jittery means apprehensive or nervy;
D: Incorrect – Confined refers to restrictions or grouping, while alacritous means willingness;
E: Incorrect – Bent over refers to a physical position (touching your toes), while trembling means physically shaking.
GABARITO "C"

(Diplomacia 2009) In context, "might" (*l*.4) and "kick-start" (*l*.4) are respectively

(A) a conditional verb and a noun.

(B) a noun and a verb.

(C) an auxiliary verb and a transitive verb.

(D) an auxiliary verb and a noun.

(E) a noun and a noun.

A, B, C, D e E: Might means weight or power (noun). Kick start is a component on the motorbike (noun).
GABARITO "E"

Text for the next three questions.

European energy

1 The European Union (EU) revealed on January 23rd 1 , 2008, how it plans to save the world. A mammoth climate-change plan spells out in detail how much pain each of its 27 members will have to bear if the EU is to meet ambitious targets set by national leaders last March.

4 The aim is to cut greenhouse-gas emissions by 2020 by at least a fifth, and more than double to 20% the amount of energy produced from renewable sources such as wind or wave power. If fuel from plants proves green enough, 10% of the fuel used in transport must come from biofuels by the same date. The new plan turns 7 these goals into national targets. Cue much grumbling, and no doubt months of horse-trading, as the European Commission's recommendations are turned into binding law by national governments and the European Parliament.

10 Countries with greenery in their veins are being asked to take more of the burden than newer members. Sweden, for example, is being invited to meet 49% of its energy from renewables. At the other end, Malta gets a renewables target of just 10%. It is a similar story when it comes to cutting greenhouse gases: by 2020, 13 Denmark must cut emissions by 20% from 2005 levels; Bulgaria and Romania, the newest members, may let their emissions rise by 20%.

EU leadership on climate change will not come cheap. The direct costs alone may be i60 billion ($87 16 billion), or about 0.5% of total EU GDP, by 2020, said the commission's president, José Manuel Barroso. But this is still presented as a bargain compared with the cost of inaction, which Mr. Barroso put at ten times as high. Oh, and leading the world in the fight against climate change need not cost jobs, even in the most heavily 19 polluting branches of heavy industry. "We want to keep our industry in Europe", insisted Mr. Barroso.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia 2008) Based on the text, it can be concluded that

(1) the European Union plans to save the world from gas emissions is an easy task.

(2) the targets thought of were set up last year.

(3) greenhouse-gas emissions can be reduced as much as a fifth by 2020 and, along the same period, energy produced from renewable sources should more than double.

(4) "mammoth" (*l*.1) means huge.

1: Incorrect – On lines 1 and 2, words such as "mammoth" (referring to the magnitude), "pain" (referring to the difficulty) and "bear" (referring to the suffering) all suggest the task is difficult;
2: Correct – On line 1, the EU revealed the plan on January 23, 2008. The actual setting up of the plan had to have taken place long before that;
3: Correct – On lines 4 and 5, the text affirms "the aim to cut greenhouse-gas emission by a fifth by 2020", and "to double the amount of energy produced from renewable sources";
4: Correct.

GABARITO Oficial 1E, 2C, 3C, 4E/ GABARITO Nosso 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Considering the text above, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) 10% of the fuel used in transport ought to come from plants in twelve years' time.

(2) Newer members are now being requested to place more of the burden on themselves.

(3) National Governments won't easily endorse the European Commission's recommendations.

(4) The word "Cue" (*l*.7) means queue.

1: Incorrect – This is conditioned to the fact that fuel from plants must be proven to be truly "green", as stated on lines 5 and 6. There is no guarantee. "Ought to" in this question is synonymous with "should";
2: Incorrect – On line 10, the text affirms that countries with more ecological experience (greenery in their veins) are to take more of the burden than newer members;
3: Incorrect – On lines 7 to 10, the text affirms that national governments are turning the EC's recommendations into law, but there is no mention of whether this is an easy or difficult task. There is an idea, on line 7, that there will be some complaints and negotiating, but this does not explicitly refer to difficulty or ease;
4: Incorrect – In this case, "cue" has the meaning of "prompt" or "signal". This word is often used in TV. It is the signal given by the cameraman or director to the actor or presenter that the recording will begin. In this text, the author uses the word to explain that as soon as the targets are to be converted into law, the complaints will start. The word "queue" means a line of people.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) The problem with renewables is the same as that of greenhouse gases.

(2) The cost of inaction is ten times as high as the expenses arisen from the climatic control.

(3) The highest polluting offices will have to dismiss their employees.

(4) In the text, "need not cost" (*l*.18) can be correctly replaced by does not need to cost.

1: Incorrect – No problem is related to renewable energy in the text. The reader is lead to believe that renewables are still undergoing a testing phase (line 4 and 5 – if fuel from plants proves green enough);
2: Correct – On line 11, the author quotes Mr. Barroso, who believes the cost ($60 billion) "is still presented as a bargain compared with the cost of inaction", which he believes is ten times as high;
3: Incorrect – On lines 12 and 13, the author affirms, somewhat ironically, that "polluting branches of heavy industry" will not need to cut jobs;
4: Correct – The collocation "need not cost" is the use of "need" as

a modal (auxiliary) verb. In this case, it maintains the meaning, but the usage requires it to be followed by the infinitive verb without "to" (bare infinitive). It is more commonly used in the negative form "need not" and means "does not need to".

GABARITO Nosso 1E, 2C, 3E, 4C

GABARITO Oficial 1E, 2ANULADA, 3E, 4C/

Text for the next three questions.

1 Two weeks after the Islamists of Hamas toppled the border fence, letting hundreds of thousands of inhabitants of the Gaza Strip spill briefly into Egypt, the situation appears to have returned to what counts as normal. But normal is not good.

4 Gaza's 1.5 million people remain besieged, generally unable to leave, and with imports restricted to minimal amounts of staple food and fuel. The Hamas militants who have run Gaza since ousting their secular-minded Fatah rivals last summer have continued to fire rockets and mortars into
7 Israeli towns and farms.

As a possible harbinger of more violence to come, Hamas has also taken again to sending suicide bombers into Israel. In the first such Hamas operation since blowing up two buses in Beersheba
10 in 2004, a pair of suicide bombers, reportedly former inmates of Israeli prisons from Hebron in the West Bank, killed a 73-year-old woman in the southern Israeli town of Dimona on February 4th 2008. Israel responded the same day with new missile attacks, killing nine armed Hamas men.

13 Now, a fortnight since Hamas forces engineered the Gaza break-out, the Egyptian authorities have resealed and reinforced the border, some 12 km (7.5 miles) long, with thick coils of razor wire and hundreds of extra troops; they say they will resist another attempt to knock a hole in it.

16 Their will was tested this week, when Egyptian security forces clashed with stone-throwing Palestinians.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia 2008) According to the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) Gaza's inhabitants can only have access to basic foods which come from abroad.

(2) The Hamas militants joined the Fatah rivals to fire rockets and mortars into Israeli urban and rural areas.

(3) The most recent Hamas suicide operation resulted in the blowing up of two buses.

(4) The word "harbinger" (*l*.8) means: a sign that something will happen soon, often something bad.

1: Incorrect – On lines 4 and 5, the author explains that imports are restricted to basic foods (staples), but this does not mean that people's access to basic foods is restricted. Some basic food could also come from within the borders;
2: Incorrect – On lines 5 and 6, the text confirms that Hamas ousted (removed) the Fatah rivals (enemies) last summer. The Hamas, without the Fatah, continued to fire rockets and mortars into Israel;
3: Incorrect – On line 9, the use of the word "since" reveals that the two buses in Beersheba were blown up before the suicide bombers acted. Their action was the first "since" the bus explosion in Beersheba;
4: Correct – The word "harbinger" means "omen" or "indication" of something that will happen.

GABARITO Nosso 1E, 2E, 3E, 4C

GABARITO Oficial 1ANULADA, 2E, 3E, 4C/

(Diplomacia 2008) In accordance with the text, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) The two suicide bombers were kept in ordinary prisons.

(2) It took Israel a lot of time to launch a counterattack which killed nine Hamas militants

(3) After a fortnight period the situation in Gaza Strip seems to have become what can be considered as normal.

(4) In the text, "besieged" (*l*.4) means surrounded.

1: Incorrect - There is no evidence to suggest the prison was ordinary or special. The assumption is that the statement must be incorrect;
2: Incorrect – On lines 11 and 12, the author confirms the Israeli counterattack occurred the same day;
3: Correct – On lines 2 and 3, the author confirms that "the situation appears to have returned to what counts as normal";
4: Correct – "Besieged" means "surrounded" or "cornered".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Based on the text, it can be deduced that

(1) the Egyptian authorities and Hamas forces both have the same position regarding Egyptian people who want to cross the border to go to Gaza strip.

(2) the border between the Gaza strip and Egypt is about 12 km in length.

(3) a possible title for this article could be: Back to abnormal.

(4) the word "clashed" (*l*.16) is synonymous with fought, in the context.

1: Incorrect – On lines 13 and 14, the text reveals that the Egyptian authorities do not want Hamas members to come into Egypt, as they "resealed and reinforced the border". This shows their opposing position to Hamas, which had "toppled the border fence" two weeks earlier;
2: Correct – On line 14, the text explicitly reveals the length of the border (12km/7.5 miles);
3: Correct – On line 3, the author explains that things are back to normal, but counters this by saying "normal is not good". This suggests that

"normal" is a bad or unwanted situation. It is normal due to its regularity, but the chaos is, by many, considered abnormal;
4: Correct – "Clash" means "fight", "conflict" or "oppose".
GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

Text for the next three questions.

Nationalisation is becoming rather fashionable. State bailouts of banks are all the rage too. There is just one snag: western institutions are not getting their cash from ministers in London or Washington, but from functionaries in Beijing.

While Britain's chancellor still balks at taking Northern Rock into public ownership, his counterparts in China have no qualms about investing state money in the private sector. This week Beijing bought a 10% stake in the Wall Street blue chip Morgan Stanley; in May it took a slab of the private-equity giant Blackstone. Those two deals, worth just over £4bn, were made by the China Investment Corporation (CIC), a fund set up and run by the government. With over £100bn to burn, it is bound to make more big deals — and big headlines — over the coming year. CIC is one of a new breed of sovereign wealth funds (SWFs) created by nations awash with excess cash from exporting goods or oil. Most oil-producing Arab countries have one, as do Russia, Korea and Singapore, and the funds are estimated to be worth a total of a trillion pounds. The logic behind them is simple: if energy-rich Russia is earning around £425m from exports every day, it naturally wants to invest that money for a higher return. But the impact of these new vehicles is far less straightforward, and it has largely been left to economics wonks to worry about them (even now, a Google search for "SWFs" brings up page after page about some graphic-design software). At last, however, they are entering political debate. The IMF is working on a code of conduct for the funds, while the rich nations' club, the OECD, is coming up with guidelines for recipients. Such users' manuals have their place, but on their own they are not an adequate answer to the issues raised by SWFs.

At their most basic level, these funds (which are projected to be worth £7.5 trillion within a decade) embody a shift of economic power from Europe and America to China, Russia and elsewhere. They sum up one of the global economy's problems too: the west is consuming far more than it is producing. SWFs are also a new and very different kind of investor.

From **The Guardian Weekly**, 4/1/2008 (adapted).

(Diplomacia 2008) According to the text, it can be said that

(A) China would never invest money in dubious bargains.
(B) CIC spent a lot more than £4bn on Morgan Stanley and Blackstone.
(C) most probably, China will put more money in bigger deals.
(D) SWFs were created to avoid exporting excess of goods or oil.
(E) Russia's everyday export earnings are saved so as to be better invested in the long run.

A: Incorrect – There is nothing in the text that suggests China does not consider dubious investments;
B: Incorrect – On lines 6 and 7, the text explicitly reveals that the deals totaled "just over £4bn", which is not the same as "a lot more than £4bn";
C: Correct – On line 8, the author explicitly confirms that China "is bound to make more big deals". "To be bound to do something" refers to the high likelihood or probability of something happening;
D: Incorrect – The SWFs were created not to avoid anything. They were created due to the fact that nations were "awash with excess cash" (had extra money) which came from "exporting goods or oil";
E: Incorrect – On line 12, the text shows that Russia is not expected to save the earnings from exports, but rather "invest that money for a higher return".
GABARITO "C"

(Diplomacia 2008) Taking the text into consideration, it can be deduced that

(A) the new economic trends have long been IMF concern.
(B) OECD issued rules to be followed by recipient countries.
(C) the influence of new economic features has almost completely been left to those who work or study too much this subject.
(D) SWFs most probably will follow the guidelines established by OECD
(E) the west is producing more than it is consuming, whereas in the east it is the other way.

A: Incorrect – On lines 14 and 15, the term "at last" suggests that this economic trend has been happening for a while, but not that the IMF has shown concern. This is reinforced by the fact that the IMF is working on a code of conduct, a new and unfinished project;
B: Incorrect – On lines 15 and 16, the OECD has not yet issued any rules, but is currently "coming up with the guidelines". "Coming up with" means "creating";
C: Correct – On line 13, the text explicitly reveals that the issue "has largely been left to economics wonks to worry about them". "Wonks" are specialists in their field, similar to "pundits";
D: Incorrect – There is no explicit mention in the text of the SWFs following or not the OECD guidelines. On line 16 and 17, the author suggest that the rules or manuals may not be enough to resolve problems caused by SWF, but there is no mention that they will most likely follow the guidelines;
E: Incorrect – On line 20, the text explicitly affirms that the west is "producing more than it is consuming"; however, there is no mention in the text that the east is doing the opposite.
GABARITO "C"

(Diplomacia 2008) A suitable title for this text can be

(A) When Beijing goes lending.
(B) When Beijing goes selling.
(C) When Beijing goes wasting.
(D) When Beijing goes sparing.
(E) When Beijing goes buying.

A: Incorrect – "Lending" means to "loan" or "to give something to another for a period of time". There is no mention of this in the text;
B: Incorrect – On line 5, the author explicitly refers to China buying a stake in Wall Street, not selling it;
C: Incorrect – "Wasting" means "squandering" or "frittering away". All these synonyms refer to the idea of using money unwisely. The author does not suggest that China is being unwise with its money;
D: Incorrect – "Sparing" means to be "frugal" or "economical";
E: Correct – On line 5, the text explicitly refers to China buying a stake in Wall Street, while on lines 7 and 8, the author refers to China having money "to burn".
GABARITO "E"

Text for the next six questions.

No burqa bans

Why is it nearly always wrong to outlaw the wearing of the Muslim veil?

1 What you wear is a statement of who you are. From the old man's cardigan and frayed tie to the youngster's torn jeans plus lip-stud, dress stands for identity. For that reason laws on
4 clothing should be avoided unless there is a compelling case for them. There is no such case for the Dutch government's plan to outlaw the wearing in all public places of the face-covering
7 *burqa and niqab by* Muslim women.

As it happens, the plan's announcement by Rita Verdonk, the hardline Dutch immigration minister, was a
10 political stunt aimed at reviving her party's flagging fortunes before this week's election. But a new Dutch government, when one is eventually formed, may still adopt it. And the proposed
13 ban follows a big debate about the Muslim veil in many other European countries.

In 2004 France passed a law to stop the wearing of the
16 Muslim *hijab* (headscarf) by girls in state schools. Several German states have banned teachers from wearing the headscarf. One Belgian town has outlawed *the burqa and niqab*
19 from its streets. Recently a former British foreign secretary, Jack Straw, caused a row by inviting his Muslim constituents to remove their veils when they met him; and a lawsuit confirmed
22 that British schools could sack teachers who wore face-covering garments. Turkey, a mostly Muslim country, has banned the wearing of the veil in public buildings ever since
25 Ataturk established the modern republic in the 1920s.

Those who favour such bans put forward four main arguments. First, the veil (especially *the burqa and niqab*)
28 shows a refusal by Muslims to integrate into broader society; Britain's Tony Blair called it a "mark of separation". Second, such clothing is testimony to the oppression of Muslim women;
31 they are said to don veils largely at the behest (or command) of their domineering menfolk. Third, the display of religious symbols is an affront to secular societies (this line resonates
34 especially in France and Turkey). And fourth, there are settings — the schoolroom, the courthouse — in which the wearing of Muslim veils can be intimidating or off-putting to pupils or
37 juries.

Some of these arguments are stronger than others. But none supports a blanket Dutch-style ban. Muslim dress can
40 indeed appear as a mark of separation, but racial and sectarian discrimination surely counts far more — and bans on religious clothing are likely to aggravate it. Oppression of female
43 Muslims is regrettably common, and should be resisted; but many women choose to wear the veil for cultural reasons, and others do so (as they do in Arab countries) as a sign of
46 emancipation, or even as a fashion statement. France and Turkey have fiercely secular traditions that can be interpreted to justify restrictions on religious symbols; but such restrictions
49 are best applied sparingly, and only in state offices, not in the streets. Similarly, decisions to bar the wearing of Muslim dress _____ courts or by teachers and pupils are surely better left
52 _____ local discretion than imposed nationally.

Adapted from **No burqa bans.** *In*: **The Economist**, Nov. 25th 2006, p. 15.

(Diplomacia 2007) According to the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) The Dutch immigration minister has exploited the ban on the Muslim veil for political gain.

(2) The Dutch government's introduction of the ban on the wearing of the burqa and niqab in all public places has had a disastrous impact on the local Muslim community.

(3) The idea conveyed by the proverb in English Clothes make men can be found in this text.

(4) Turkey is the only Muslim country where women have never been allowed to wear veils in public.

1: Correct - In line 10, the text refers to a 'political stunt' action to attract attention. In the same line, it refers to the flagging fortunes (declining popularity). Thus, the ban was used to boost the party;
2: Incorrect – There is no mention of how the Muslim community was affected by the ban;
3: Correct – In line 1, 'what you wear is a statement of who you are', reflects the meaning of the proverb. The more common version of the proverb is "Clothes maketh the man";
4: Incorrect – Turkey is described as 'mostly a Muslim country' (line 23). Furthermore, it is described as having a secular (non-religious) society (line 33).

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each statement below.

(1) One of the arguments offered by supporters of the ban on veils is that women are forced by their male relatives to wear them.

(2) The idea that Muslim women are said to don veils largely at the behest (or command) of their domineering menfolk can be summarized as: authoritarian men force their female relatives to cover their heads and faces.

(3) One of the arguments offered by the opponents of the ban on veils is that women are forced by their male relatives to wear them.

(4) The wearing of the veil is an unequivocal and universal symbol of female oppression.

1: Correct – Lines 30-31, 'oppression' forced to don (wear) by domineering (controlling) menfolk (males);
2: Correct – Lines 30-31, as above;
3: Incorrect – Those opposed to the ban, i.e. those who support the veil, do not state this;
4: Incorrect – Unequivocal means clear or unambiguous. In line 46, we see that some women voluntarily wear the veil as a sign of emancipation (freedom).

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of prepositions that fill in the blanks.

"Similarly, decisions to bar the wearing of Muslim dress _____ courts or by teachers and pupils are surely better left _____ local discretion than imposed nationally."

(A) from – to
(B) to – for
(C) on – for
(D) inside – up
(E) in – to -

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – This is better than option A as it refers to baring (banning) the veil from inside courts as it may intimidate the jury. "In court" and "leave something to somebody's discretion" are common collocations in English.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In the fragment "Recently a former British foreign secretary" (*l*.19-20), the antonym of "former" is

(A) latter.
(B) chief.
(C) actual.
(D) previous.
(E) current.

A: Incorrect – This is used to describe the second of two things mentioned;
B: Incorrect – The word former means "previous" or "prior";
C: Incorrect - False cognate – In this context, it does not mean present;
D: Incorrect – This is the synonym, not the antonym;
E: Correct – This is used to contrast who IS now the foreign secretary with who WAS the foreign secretary.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) In the text, "constituents" (*l*.20) means the same as voters.

(2) In the text, "constituents" (*l*.20) means the same as components.

(3) In the text, "secular" (*l*.47) is the same as non-religious.

(4) In the text, "secular" (*l*.47) is the same as centuries-old.

1: Correct - Constituents as a resident of an area represent by an elected official;
2: Incorrect – This is an alternative definition of constituents, i.e. constituent parts (components);
3: Correct;
4: Incorrect - Secular can mean this, but not in the context of the text.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) In the sentence "But none supports a blanket Dutch-style ban" (*l*.38-39) the word "blanket" can be replaced, with no change in the meaning, by

(A) partial.
(B) temporary.
(C) warm.
(D) protective.
(E) unlimited.

A, B, C e D: Incorrect; E: Correct – Blanket, in this case, means encompassing or applying to all areas. Therefore, it is unlimited.

GABARITO "E"

Text for the next four questions

1 Unlike Pombal, who had used the power of the state to
ruthlessly force through a crash program of modernization,
Salazar froze Portugal's economic and social patterns. "We are
4 antiparliamentarians, antidemocrats, antiliberals", Salazar said
in 1936. "We are opposed to all forms of internationalism,
communism, socialism, syndicalism." To govern, he said,
7 without apology, "is to protect the people from themselves".
Yet Salazar enjoyed sizable support. He had rooted his
regime sufficiently in Portuguese social realities to garner for
10 it a small measure of popular approbation. The church and the
small landholders of the heavily Catholic north backed him. So
did the latifundiários, the owners of big farming estates in the
13 central and southern regions who feared a loss of their holdings
if the left took power. The outlawed Portuguese Communist
Party, formed in 1921, was especially strong in the south.
16 But Salazar could not freeze the world. In 1961, India
seized Goa from a 3,500-man Portuguese garrison that had
been ordered to "conquer or die". In Africa, as the French and
19 British were freeing their colonies, African nationalist guerrillas
rose up against the Portuguese in Angola (1961), Guinea
(1962), and Mozambique (1964).
22 Portugal was the last European power in Africa to cling
tenaciously to the panoply of formal domination. This was no
accident. For a long time Portugal very successfully disguised
25 the nature of her presence ____ a skilful amalgam of historical
mythmaking, claims ____ multiracialism, and good public
relations.

Adapted from Kenneth Maxwell. The making of portuguese democracy. CUP, 1997, p.18-9.

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) Land owners feared Salazar would freeze their properties.

(2) The setting free of the French and British colonies took place approximately at the same time as the fight for political freedom in some of the Portuguese African dominions.

(3) Salazar's support in the south of Portugal derived from the fact that landowners believed that if communists came to power they would confiscate their land.

(4) The word "Unlike" (*l*.1) introduces the notion that Pombal's and Salazar's view on progress differed.

1: Incorrect – Not Salazar, but the left-wing parties (Line 14);
2: Correct – Line 19 'as the French and British'. Here 'as' is a conjunction of time, meaning at roughly the same time;
3: Correct – In line 14, it discusses the landowners' fear of the left. Holdings refer to properties. Lines 14-15 mention that the Communist party was particularly strong in the south;
4: Correct – Unlike means different. Lines 1-3 refer to a comparison between Pombal and Salazar in terms of their views on development.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) In the sentence "He had rooted his regime sufficiently in Portuguese social realities to garner for it a small measure of popular approbation" (*l*.8-10), "rooted" and "to garner" mean, respectively,

(A) planted and to mirror. Incorrect
(B) sowed and to avoid. Incorrect
(C) approached and to save. Incorrect
(D) established and to gather.
(E) viewed and to reject. Incorrect

A, B, C, e E: Incorrect;
D: Correct - To root means to become settled or established. Garner means to gather.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of words that fill in the blanks, keeping the main ideas of the text.

"For a long time Portugal very successfully disguised the nature of her presence ____ a skilful amalgam of historical mythmaking, claims ____ multiracialism, and good public relations."

(A) in – with
(B) behind – for
(C) in – for
(D) with – in
(E) behind – of

A, C, D: Incorrect;
B: Incorrect – 'Claims for' means to demand or to request;
E: Correct – Disguised means hidden or to hide behind. In this case, 'claims of' means declaration or affirmation.
GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In the second line of the text, the word "crash" means

(A) unexpected and notorious.
(B) strong and efficient.
(C) quick and complete.
(D) partial and questionable.
(E) modern and efficient.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – Similar to a 'crash course' it refers to speed and intensity. Whether it means complete is debatable, but it is by far the best option to choose from here.
GABARITO "C"

Read the following text to answer the next three questions.

1 The BBC, Britain's mammoth public-service broadcaster, has long been a cause for complaint among its competitors in television, radio and educational and magazine publishing. Newspapers, meanwhile, have been
4 protected from it because they published in a different medium.
That's no longer the case. The Internet has brought the BBC and newspapers in direct competition — and the BBC looks like coming
7 _________ best.
The success online of Britain's lumbering giant of a public-service broadcaster is largely down to John Birt, a former director-general who
10 "got" the Internet before any of the other big men of British media. He launched the corporation's online operations in 1998, saying that the BBC would be a trusted guide for people bewildered by the variety of online
13 services.
The BBC now has 525 sites. It spends £15m ($ 27m) a year on its news website and another £51m on others ranging from society and culture
16 to science, nature and entertainment. But behind the websites are the vast newsgathering and programme-making resources, including over 5,000 journalists, funded by its annual £2.8 billion public subsidy.
19 For this year's election, the news website offered a wealth of easy-to use statistical detail on constituencies, voting patterns and polls. This week the BBC announced free downloads of several Beethoven symphonies
22 performed by one of its five in-house orchestras. That particularly annoys newspapers, whose online sites sometimes offer free music downloads — but they have to pay the music industry for them.
25 It is the success of the BBC's news website that most troubles newspapers. Newspapers need to build up their online businesses because their offline businesses are flagging. Total newspaper readership has fallen
28 by about 30% since 1990 and readers are getting older as young people increasingly get their news from other sources — principally the Internet. In 1990, 38% of newspaper readers were under 35. By 2002, the figure had
31 dropped to 31%.

Adapted from "Old News and a New Contender", **The Economist**, June 18th 2005, p. 27-8.

(Diplomacia – 2006) Choose the option that fills in the following blank with the correct preposition. "... and the BBC looks like coming ____ best." (R.6-7)

(A) at
(B) on
(C) by
(D) over
(E) off

A: Incorrect – "At best" means "in the best possible hypothesis";
B: Incorrect – "To come on" means "to progress". In the text, the emphasis is not on the BBC's progress, but rather its success and achievements;
C: Incorrect – "To come by" means to "acquire" something or to "find" something by accident;
D: Incorrect - "To come over" means to "visit" or to "appear" (my remark came over wrong = my remarks sounded bad/offensive). As the sentence structure is "look like", which also means "appear", it would be inappropriate to use another collocation with the same meaning immediately after it;
E: Correct – "To come off best" is an idiomatic expression that means "to be successful".
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2006) In the text,

(A) "mammoth" (R.1) means ancient.
(B) "lumbering" (R.8) means expanding.
(C) "bewildered" (R.12) means angry.
(D) "annoys" (R.22) means upsets.
(E) broadcasting (as in BBC) means journalism.

A: Incorrect – "Mammoth" means "large" or "vast";
B: Incorrect – "Lumbering" means "massive" or "colossal";
C: Incorrect – "Bewildered" means "overwhelmed" or "perplexed";
D: Correct – "Annoy" means "upset" or "irritate";
E: Incorrect – "Broadcasting" is used for the transmission via TV or radio airwaves of ANY information, not necessarily journalistic, to the general public.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Choose the correct statement, according to the text.

(A) Mr. Birt's headstart made the success of the BBC on the Internet a cinch.
(B) Readership of British newspapers is graying because young cohorts flock to other media
(C) The BBC's success on the Internet is due to its being a state monopoly.
(D) State ownership of the BBC smothers the competition on the Internet.
(E) The BBC's venture into site creation sought to rein in the Internet's content.

A: Incorrect – "A cinch" means "very easy". On lines 14 to 18, the text reveals how complex BBC's Internet operations are;
B: Correct – "Graying" means "losing its advantage", while "cohorts" refers to the percentage of young people that have shown a preference (flock = move in large numbers) for other media. With this, the answer is consistent with the text, on lines 28 and 29, which states that "young people increasingly get their news from other sources — principally the Internet";
C: Incorrect – On lines 8 to 10, the BBC's success is not attributed to its status as a state monopoly, but rather to Mr. Birt's commercial foresight;
D: Incorrect – On lines 25 and 26, the competition, newspapers in this case, are mostly troubled by the success of the BBC's news website and not the fact that it is owned by the state;
E: Incorrect – On lines 11 to 13, the aim of the venture was not to rein in Internet content, but rather to provide people with a "trusted guide", especially for those "bewildered by the variety of online services."
GABARITO "B"

Read the following text to answer the next three questions.

1 Today, Ramses II's burial site, the Ramesseum, is a vacant and
rather sad place. The heads have been struck off the Osirian pillars.
Fallen stones and broken sculptures lie scattered like the cast-off
4 playthings of a young giant.
"Ozymandias" was one name for Ramses II. It was by this
name that the Romantic poet Percy Shelley referred to one of the
7 damaged statues, in his sonnet of that title. Shelley describes a stone
colossus, put up by a mighty ancient emperor in a bid for posterity:
And on the pedestal these words appear:
10 *"My name is Ozymandias, king of kings,*
Look on my works, ye Mighty, and despair!"
Nothing beside remains. Round the decay
13 *Of that colossal wreck, boundless and bare,*
The lone and level sands stretch far away.
The words of Shelley's broken colossus speak of the fragility
16 and impermanence of empires and manmade things.
Written in 1818, when Britain's global hegemony was greater
than ever before, "Ozymandias" expressed a timely and moving
19 indictment of empire. The Napoleonic Wars had left Britain
triumphant. But they had also left it with massive debts, widespread

unemployment, huge numbers of demobilized soldiers, industrial
22 discontent, and a visibly unrepresentative Parliament in need of
reform. The "Peterloo massacre" of 1819, at which soldiers opened
fire on an apparently peaceful workers' rally at St. Peter's Fields in
25 Manchester, pointed to the uglier possibilities of the peace.
It looked as if just the things that Napoleon had represented might
be visited on Britain, too. "Ozymandias" held a mirror up
28 ________Britain that reflected a frightening image ________.

Adapted from Jasanoff, Maya. **Edge of empire: lives, culture, and conquest in the East, 1750-1850**. N. York: Alfred A. Knopf, 2005. p. 261.

(Diplomacia – 2006) In the text, "*level*" (*l*.14) means

(A) barren.
(B) molten
(C) even.
(D) infinite.
(E) rolling.

A: Incorrect – "Barren" means "desolate" and "empty";
B: Incorrect – "Molten" is the past participle or "melt", which means "liquefy" or "turn into liquid";
C: Correct – "Even" means "smooth", "flat" and "level";
D: Incorrect – "Infinite" means "never-ending" or "endless";
E: Incorrect – "Rolling" means "hilly" or "undulating".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2006) In the context of the last paragraph, the phrase "visited on Britain, too" (*l*.27) suggests that

(A) the effects of the Napoleonic Terror would extend to Britain.
(B) Napoleon's example would instill hubris into British society.
(C) workers in Manchester would rally around the liberal values Napoleon represented.
(D) the British would fall victim to imperialist overreach
(E) antiliberal government would take root in Britain.

A: Incorrect – The effects would not be from his terror, but rather from his style of government;
B: Incorrect – "Hubris" means "arrogance" or "self-pride". The fact that the soldiers, who represent the State, shot at peaceful workers suggest that Napoleon's form of government was to be instilled, not his arrogance;
C: Incorrect – The fear was not of workers embracing liberal values, but rather that the State would stifle such values;
D: Incorrect – On line 24, the text explains that it is "the things that Napoleon had represented" that would be visited on Britain. Napoleon did not run an imperialist administration; Britain did. The fear was of what Napoleon represented, not Britain;
E: Correct – The fear was that Napoleon's antiliberal style of government would become the norm in Britain.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2006) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of prepositions that fill in the blanks.

"Ozymandias" held a mirror up_______Britain that reflected a frightening image _________.

(A) at – back
(B) for – over
(C) for – back
(D) to – over
(E) to – back

A: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". "Back" is correct;
B: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". Mirrors cannot reflect images "over" something. At best, a mirror can reflect a light over something;
C: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". "Back" is correct;
D: Incorrect – Mirrors cannot reflect images "over" something. At best, a mirror can reflect a light over something. "To" is correct;
E: Correct – "To hold a mirror up to" something is a common collocation meaning "to show a mirror to" or "to place a mirror in front of" something. An image is reflected "back" from a mirror – another common collocation.
GABARITO "E"

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em
luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na
organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem
dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação
mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o
aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um
monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do
africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao

mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006) É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **Os Sertões**.

Choose the most adequate rendering into English of the above excerpt from Euclides da Cunha's Os Sertões.

(A) He is primitive Man, garrulous and strong, but at the same time naïve, prone to be in the grip of the most outrageous superstitions. An analysis of these shall reveal a mix of distinct emotional stages.

(B) He is the primitive individual, bold and strong, but at the same time credulous, readily permitting himself to be led astray by the most absurd superstitions. An analysis of these will reveal a fusion of different emotional stages.

(C) He is man at his most primitive, brazen and strong, but at once credulous, easily beholden to superstitions most absurd, an analysis of which shall reveal a fusion of distinct emotional states.

(D) He is the primitive individual, audacious and strong, but at once naïve, prone to be unwittingly taken in by the most brazen superstitions. An analysis of those will reveal a mix of molten distinct emotional states.

(E) He is the primitive individual, brazen and strong, though at once credulous, prone to be cinched by the most outrageous superstitions. An analysis of these will reveal a fusion of diverse emotional stages.

A: Incorrect – It has the following problems: At once = immediately; Garrulous = talkative; In the grip = controlled by; Shall = contractual language;
B: Correct;
C: Incorrect - It has the following problems: Most primitive = changes the meaning of the original; Beholden = obliged; Superstitions most absurd = Portuguese structure;
D: Incorrect - It has the following problems: At once = immediately; Brazen superstitions = changes the meaning (brazen = audacioso); Those = used to refer to things in a previous paragraph or outside the text; Molten = used for steel or metals;
E: Incorrect - It has the following problems: Though = adding words that are not in the original; To be cinched = odd structure with the word "cinch" (cinch = easy task).
GABARITO "B"

Text I

A taxing battle

Nobody wants to pay taxes. No wonders, then, that so many companies spend so much effort trying to avoid them. Almost every big corporate scandal of recent years, from Enron to Parmalat, has involved tax-dodging in one form or another.

In the latest revelation on January 26th, Dick Thornburgh, the man appointed to look at the collapse of World-Com, released a report claiming that, as well as the slew of other crooked dealings of which the bankrupted telecoms company is guilty, it also bilked the Internal Revenue Service (IRS) of hundreds of millions of dollars in taxes through a tax shelter cooked up by KPMG, its auditor.

Tax authorities around the world rightly fret that such cases are the tip of a large iceberg, and they are starting to act. In America, home to many of the best-known corporate-tax scams of recent years, the Bush administration has announced a series of anti-tax-dodging measures in its new budget, which will be presented to Congress on February 2nd, including an extra $300 million to boost enforcement and the shutting of corporate-tax dodges that could bring in, it reckons, up to $45 billion over the next ten years.

The Economist, January 31st – February 6th, 2004, p. 71 (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) Judge if each item below presents a correct rewriting of the information contained in lines 6 to 12 of text I.

(1) In the latest revelation on 26th January, Dick Thornburgh, the man nominated to examine the fall of Word-Com, delivered a report saying that, as well as a lot of other dishonest transactions of which the insolvent telecoms company is blameworthy, it also swindled the International Revenue Service (IRS) out of hundreds of millions of dollars in taxes by means of a tax shelter dishonestly invented by KPMG, its auditor.

(2) In the last revelation on 26th, Dick Thornburgh, the man accredited to look into the breach of World-Com, reported that, as well as a slew of other false dealings for which the undetermined telecoms companies are to be criticized, it also defrauded the International Revenue Service (IRS) of heaps of dollars through a tax cover created by KPMG, its accountant.

(3) In the latest revelation, Dick Thornburgh, the man in charge of evaluating the failure of World-Com, issued hearsay evidence stating that, not only many other crooked dealings are to be attributed to broken telecoms company, but that it also deprived the International Revenue Service (IRS) of great sums of dollars using a tax device invented by KPMG, its auditor.

1: Correct – The vocabulary used here reflects that of the original text; dishonest transactions (crooked dealings), blameworthy (guilty), swindled (bilked), dishonestly invented (cooked up);
2: Incorrect – The vocabulary does **not** reflect that of the original text: breach (to tear or to break a rule), undetermined (unknown or undecided);
3: Incorrect -The vocabulary does **not** reflect that of the original text: failure (to not work correctly) this is not a good synonym for bankrupted, hearsay evidence (unverified or based on a rumor).
GABARITO 1C, 2E, 3E

(Diplomacia – 2004) Still in relation to text I, judge the following items.

(1) The expression "fret that such cases are tip of a large iceberg" (lines 13-14) means that **many other similar cases have been found**.

(2) The substitution of the phrase "slew of" (line 9) and the verb "boost" (line 19) by **mess of** and **soar** respectively would keep the same semantic and syntactic relations as those presented in the text.

(3) The author's purpose is to show that governments around the world are scrabbling for scarce corporate taxes.

(4) According to the graphic, from 1970 to 2001, accumulated corporate income tax receipts in North American countries displayed better results than European ones.

1: Incorrect – This expression means that there may be many more cases to emerge;
2: Incorrect – Slew means a large amount. Boost means to raise or increase. Mess of (noun) means to be in disorder. Soar (verb) means to increase rapidly (intransitive verb);
3: Correct – Scrabbling for scarce corporate taxes means to desperately get hold of limited amounts of corporate taxes. The evidence comes in paragraph 3, 'tax authorities around the world rightly fret…….they are starting to act". "Fret" suggests an idea of desperation. This question relies on knowing the word scrabbling and to assume that they are regarded as scarce;
4: Incorrect – The graph shows that there has been a drop in the US' tax receipts, while Canada has shown no change whatsoever. In Europe, all but Germany showed an increase. Therefore, the accumulated result is higher in Europe.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E

Text II

The world's major economies are _________(1) and 2004 looks likely to be the best growth year for the United States since the bubble __________(2). There are signs that Japan and Germany may finally be turning the corner after years of __________(3). Yet doubt still hangs over the big economies like a cloud, producing an increasingly joyless recovery. As global chieftains gather this week at the World Economic Forum in Davos to mull over the theme of prosperity and security, they are finding that prosperity is returning most brightly outside the major markets, in places like China, Southeast Asia end even parts of Latin America and Africa. There is still plenty of talk of bubbles and overheating in some emerging markets, but not all markets are created equal, and a pack of bulls believes a new golden age is falling on these countries as a whole. "This is turning out to be the best period for emerging markets since 1993," says Ruchir Sharma, co-head of global emerging markets at Morgan Stanley.

The economic forecasters back up the bulls. Southeast Asia is predicted to grow faster than 6 percent, Russia and Poland more than 5 percent, Africa better than 4 percent, and even beleaguered Latin America is expected to rise above 3 percent. According to Global Insight's research, the growth rebound will be most dramatic in current or former pariah economies: Venezuela will snap back from a 10 percent recession in 2003 to top 5 percent this year, and growth in war-torn Iraq will jump from negative 21.2 percent to a positive 39.7 percent.

Newsweek, January 26th, 2004 (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) Considering the ideas and expressions found in text II, judge the following items.

(1) Blanks numbered 1, 2 and 3 can be properly filled in with **picking up, burst** and **sluggishness** respectively.

(2) From the text, it can be inferred that the global recovery is oddly joyless in big markets, newly confident in emerging ones.

(3) According to the economic forecasters, in 2004 Southeast Asia will grow faster than Russia, which will grow more than Africa and Latin America. Venezuela will decrease 5 percent this year and Iraq will jump 60.9 percent from 2003 to 2004.

1: Correct – Picking up means improving; burst means collapsed and forms a common collocation with bubble burst. Sluggishness means listless or lacking vitality;
2: Correct – Oddly means strangely. There is still a cloud over the big economies, i.e. depression or lack of joy. This is strange as one would expect the big economies to be booming. It is made even stranger by the fact that the emerging economies are 'returning most brightly', i.e. performing well;
3: Incorrect – Southeast Asia will grow faster than Russia and will grow more than Africa and Latin America, but Venezuela will 'top 5%', i.e. exceed 5%. The statement on Iraq is correct.

GABARITO 1C, 2C, 3E

Text III

Every year forests four times the size of Switzerland are lost because of clearing and degradation. In the 1980's, an average of 38 million acres of tropical forest were destroyed each year. Those trends have shown no signs of decreasing in the 1990's. Subsistence farming, unsustainable logging, unsound development of large-scale industrial projects, and national policies that distort markets and subsidize forest conversion to other uses are causing deforestation worldwide, from Cambodia to Colombia, from Cameroon to western Canada and the Western United States.

The loss of forests has major implications for the world. Forests are home to 70 percent of all land-living animals and plants. They replenish the Earth's atmosphere and provide the planet with fresh air by storing carbon and producing oxygen. They help filter pollution out of the water and protect against flooding, mudslides and erosion. Forests provide timber, medicines, food and jobs.

The United States has an enormous stake in the sustainable management of the world's forests. We are a major forest products importer and exporter. Our growing pharmaceutical and food processing industries have a vested interest in protecting the source materials for new medicines, pharmaceuticals, and flood additives. Forests and their ability to absorb carbon dioxide lower the rate of global climate change.

The president of the United States has committed to the goal of achieving sustainable management of our forests by the year 2004. And the State Department and other agencies have been working closely with our global partners to slow deforestation around the world.

Document from the US Sate Department (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) In relation to the text above, judge the following items.

(1) In line 6, the world "unsound" means **unheard**.

(2) In line 13, the world "replenish" is synonymous with **fill up**.

(3) In line 18, the phrase "an enormous mistake" indicates that the United States is facing huge financial losses to keep up the sustainable management of the world's forests.

(4) In lines 21-22, the phrase "a vested interest in protecting' can be correctly replaced by **a particular reason to protect**.

(5) The text can be associated with the following statement: "The leaves of the trees are for the healing of the nations".

(6) The main idea of the text can be correctly said to be:
The problem of deforestation seems to overcome the human capability of finding a final solution to it. Lots of economic interests prevail over the unquestionable need to control the sensible use of the forests worldwide. Forest management turns out to be a crucial factor not only for rural but also for urban life. The effect of the pharmaceutical industry on forest resources is rather than alarming, and that is the reason why the USA is so keen on trying to maintain the sustainable management of the world's forests.

1: Incorrect – Unsound means either not strong or not logically valid. Unheard of means not listened to, not heard or unknown (unheard of);
2: Correct - The phrasal verb fill up is a good synonym for replenish in this context;
3: Incorrect – The phrase in the text is 'an enormous stake' meaning large scale involvement/interest in forest management;
4: Correct – To have a vested interest means to have a special or particular reason for wishing to protect or sustain something as it is to you advantage;
5: Correct – This is true due to the references to how forests aid the earth's atmosphere and provide fresh strong air. There is a wider idea here that trees compensate for some of the damage nations do to themselves through polluting activities;
6: Incorrect - The following vocabulary in the statement is incorrect: 'deforestation seems to overcome the human capability of finding a solution to it'. This is overstated. The text discusses how the President is committed to achieving sustainable forest management. The use of 'alarming', i.e. worrying is untrue as it is not stated in the text.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

Text I

Diplomacy, the conduct of inter-state relations, is an old business, and has remained surprisingly constant across three millennia and five continents. Despite vast changes in its social and economic context, its goals and methods have remained strikingly similar over time, so as the shape of the character of the people active in it.

Perpetually, it has the same core activities: representation, negotiation, observation, reporting, analysis and policy advice. Its meat and drink is politics, trade promotion, economic relations, and consular protection. But nowadays, its scope has widened to cover the whole range of government business in a global society.

The diplomat operates in a field of tensions, between war and peace, depending on the relations between the sending and receiving state. He must be adaptable to both. Psychologically, he is always located somewhere along this spectrum, part man of peace, seeking a productive balance of interests, part man of power, seeking national advantage in the global struggle.

He is by nature ambiguous: a voyager between two worlds, an interpreter between alien cultures, a man who can see both points of view and find common ground. He is a front-line officer who risks being shot in the chest or in the back.

Internet: <http://www.diplomat21.com/diplomacy/necessity.htm> (with adaptations).

(Diplomacia – 2003) It can be inferred from the text I that

(1) diplomatic concerns are restricted to intra-state relations.

(2) diplomacy has been present all over the world for centuries on end.

(3) diplomacy has never experienced any kind of changes in its activities.

(4) diplomatic activity includes political advice.

(5) the diplomat is always subject to tensions, having to decide between war and peace.

1: Incorrect – In the second paragraph, the text explicitly reveals that the scope of diplomatic concerns "has widened to cover the whole range of government business in a global society", thus they were not restricted;
2: Correct – In the first paragraph, the text explicitly reveals that diplomacy "has remained surprisingly constant across three millennia";
3: Incorrect – In the second paragraph, the widening of the scope is a change to the activities of diplomacy;
4: Correct – In the second paragraph, politics is considered part of its meat and drinks (essential parts), while policy advice is considered a core activity;
5: Incorrect – In the third paragraph, diplomats work under tense circumstances, but do not decide between war and peace. Sometimes the context in which they work could be times of war or times of peace, but the decision-making power for war and peace is not, according to this text, up to diplomats.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2003) Based on text I, judge the following items.

(1) The diplomat sometimes has to face contradictory situations.

(2) The diplomat must be ready to compromise.

(3) Both as man of peace and as a man of power the diplomat has the same goals.

(4) The diplomat should be familiar with foreign cultures.

(5) Diplomacy can be a risky activity.

1: Correct – In the third and fourth paragraph, the text verifies the dichotomy of the nature of the job, oscillating between contradictory issues, such as war and peace, peace and power, risks of being shot in the chest (suggesting confrontation) and shot in the back (dishonesty or deceit);
2: Correct – In the third and fourth paragraph, respectively, the text confirms compromise (negotiate to reach agreement) for diplomats, as they seek "a productive balance of interests", and "find common ground";
3: Incorrect – In the third paragraph, the text shows that the goals as a man of peace are to seek "a productive balance of interests", and that diplomats as men of power seek "national advantage in the global struggle" – both very different goals;

4: Correct – In the fourth paragraph, the text confirms that a diplomat should be "a voyager between two worlds, an interpreter between alien cultures"; hence, he must have knowledge of foreign (alien) cultures;
5: Correct – In the fourth paragraph, a diplomat is considered "a front-line officer who risks being shot in the chest or in the back". The risk of being shot makes this a risky activity.
GABARITO 1C, 2C, 3E, 4C, 5C

Text II

It has become clear that preventive diplomacy is only one of a class of actions that can be taken to prevent disputes from turning into armed conflict. Others in this class are preventive deployment of military and(or) police personnel; preventive humanitarian action, for example, to manage and resolve a refugee situation in a sensitive frontier area; and preventive peace-building, which itself comprises an extensive menu of possible actions in the political, economic and social fields, applicable especially to possible internal conflicts.

All these preventive actions share the following characteristics: they all depend on early warning that the risk of conflict exists; they require information about the causes and likely nature of the potential conflict so that the appropriate preventive action can be identified; and they require the consent of the party or parties within whose jurisdiction the preventive action is to take place.

The element of timing is crucial. The potential conflict should be ripe for the preventive action proposed. Timing is also an important consideration in peace-making and peace-keeping. The prevention, control and resolution of a conflict is like the prevention, control and cure of a disease. If treatment is prescribed at the wrong moment in the evolution of a disease, the patient does not improve, and the credibility of both the treatment and the physician who prescribed it is compromised.

Internet: <http://www.un.org/Docs/SG/SG-Rpt/ch4b.htm> (with adaptations).

(Diplomacia – 2003) From text II, it can be deduced that

(1) preventive diplomacy has just been considered the only possible action to avoid war.
(2) military actions will necessarily lead to armed conflict.
(3) many problems involving refugees occur in frontier areas.
(4) preventive peace-building demands several types of action.
(5) preventive diplomatic actions should rely on previous intelligence.

1: Incorrect – In the first paragraph, preventative diplomacy is considered "only one" of a class of actions to prevent war from taking place. There are others;
2: Incorrect – In the first paragraph, the type of military deployment (dispatch or sending) is "preventative", thus suggesting that armed conflict may be avoided;
3: Incorrect – There is nothing in the text that confirms that "many" refugee situations occur in frontier areas. This can be inferred from common knowledge involving refugee situations, but the text has no explicit mention of this;
4: Correct – In the first paragraph, the text explicitly affirms that preventive peace-building "comprises an extensive menu of possible actions in the political, economic and social fields", thus confirming the demand for several types of action;
5: Correct – In the second paragraph, the text explicitly states that preventative diplomatic actions "all depend on early warning that the risk of conflict exists". Early warning suggests previous intelligence.
GABARITO Nosso 1E, 2E, 3E, 4C, 5C
GABARITO Oficial 1E, 2E, 3C, 4C, 5C/

(Diplomacia – 2003) Based on text II, it can be concluded that

(1) preventive diplomacy demands just two conditions to succeed.
(2) preventive diplomacy usually deals with armed conflicts.
(3) in any case, the sooner preventive actions are implemented the better.
(4) the resolution of a conflict can be compared to the cure of a disease.
(5) the physician and the diplomat both play the same role in armed conflicts.

1: Incorrect – In the second paragraph, the text lists at least three conditions for success: 1) they all depend on early warning that the risk of conflict exists;
2) they require information about the causes and likely nature of the potential conflict; and 3) they require the consent of the party or parties within whose jurisdiction the preventive action is to take place;
2: Incorrect – In the first paragraph, the texts confirms other issues that preventative diplomacy deals with, such as humanitarian action, for example;
3: Incorrect - In the third paragraph, the text makes several references to "timing", but it does not state that such "timing" should be earlier. Prevention, control and resolution of a conflict at the wrong time could prove risky to those involved, but there is no confirmation that actions should be implemented earlier;
4: Correct – In the third paragraph, such a comparison is actually present in the text, affirming that "If treatment is prescribed at the wrong moment in the evolution of a disease, the patient does not improve, and the credibility of both the treatment and the physician who prescribed it is compromised";
5: Incorrect – Despite the comparison between preventative action and disease in the third paragraph, in armed conflicts, the text does not affirm that the physician will perform the same role as a diplomat. One can assume that physicians will be focused on healing the injured, while diplomats will be focused on helping restore peace.
GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of preposition to fill the blanks:

_____ the bottom of French society, the poor sank deeper _____ misery and degradation.

Between a third and a half of the people of France lived _____ the margin of subsistence, spending as much as 80 percent of their income_____food alone. The numbers of the poor multiplied. Homelessness increased. Public roads were thronged_______beggars, abandoned children, broken families, and able-bodied men without work.

(A) by / out of / below / for / by.
(B) in / into / at / in / by.
(C) from / under / by / with / for.
(D) at / in / near / on / with.
(E) across / from / over / with / with.

A, B, C e E: Incorrect;
D: Correct - This is the only correct pattern possible from the choices available: At the bottom, sank deeper in misery, lived near the margin, spending on, thronged (full of) with.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of words to fill the blanks:

In 1739, a bizarre_______ called the War of Jenkins' Ear began between Britain and Spain.

This was a commercial ___________ that grew ________ one of the first Jingo-wars in modern

History. It started after Spanish officials _________ an English interloper named Captain Robert

Jenkins by cutting off his ear. Captain Jenkins presented the ___________ ear to Parliament in a handsome mahogany box. It became a cause of war between two great powers.

(A) episode / war / out of / killed / missing.
(B) event / wrangling / towards / disfigured / removed.
(C) conflict / dispute / into / mutilated / severed.
(D) passage / rivalry / through / amputated/amputated.
(E) incident /disagreement / during / offended / other.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – In terms of the best collocation and meaning, this is the only option possible. Grew into means developed.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

For most of the past year, investors ____________ (assume) that ____________ (be) Argentina to default on its debts, Brazil ____________ (follow) suit. Yet this week they ______________ (appear) to have second thoughts. With Argentina closer than ever to default, Brazil's financial markets and its currency ___________ (soar) to their highest levels since before September 11th.

(A) assumed / was / following / were appearing / soar.
(B) Have assumed / is / will follow / are appearing / soar.
(C) Assumed / were / would follow / appear / soaring.
(D) Assumed / were / followed / appear / are soaring.
(E) Have assumed / were / would follow / appeared/ soared.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – As the text says, 'for most of the past year' implies that the period has not yet finished. Last year would clearly be past; past year can include the current year. This idea requires the present perfect, i.e. I have been busy this week. Were + subject + to infinitive is used as a 2nd conditional inversion and replaces; if + subject + simple past. Would is used again as a conditional - we are imagining a hypothetical situation. The verb appear cannot be used in the present perfect, even though we have the expression – this week – as it a state verb. Soared is used as it reflects an action that is completed.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Select the correct replacements for the words in **bold** type:

The Securities & Exchange Commission has issued a warning that it is investigating a rumour of fraud in stock trading. A leading London broker apparently transferred large quantities of top-performing stock to a partner firm following an attempt by a rival company to assume control of the broker. The Commission is calling for those in the know to volunteer.

(A) put forward / coming across / turned out / take up / step down.
(B) put out / breaking into / ran across / run down / step out.
(C) given out / looking into / made over / take over / come forward.
(D) turned out / bringing up / made off with / break up / make out.
(E) put out / checking up on / made over / take on / let out.

A: Incorrect - Put forward means to propose / coming across means to find accidentally / turned out means to occur, to happen, to be present at an event / take up means to continue, to start / to step down means to leave an important position;
B: Incorrect - Put out means to extinguish, to issue / breaking into means to enter illegally / ran across means to meet accidentally / to run down means to reduce in size, to lose power / to step out means to leave for a short period;
C: Correct – In terms of use of language, you do not put forward a warning, put out a warning or turn out a warning. Looking into is the closest definition for investigating. Made over is to transfer ownership, take over is to take control of something and to come forward is to volunteer;
D: Incorrect - Turned out means to produce / bringing up means to raise a subject, or a person / made off with means to steal / break up means to separate / make out means to understand, to write a cheque;
E: Incorrect - Put out means to extinguish, to issue / check up on means to verify, supervise / made over means to transfer ownership / to take on means to adopt, to confront / to let out means to slacken, to be allowed to avoid something unpleasant.
GABARITO "C"

Read the following text and complete the exercise:

Inside the valley of fear

The Fergana Valley is sometimes called the tinderbox of Central Asia. In the streets of Namangan, the eye can pick out bits of tinder. The Muslim men in their traditional black pillbox hats look down on miniskirted young girls. The dour, functional government offices overlook bustling, sprawling oriental bazaars. This could pass for a scene of tolerant multiculturalism, except that at every street corner stand groups of grey-uniformed police. On the 190-mile road from Tashkent, this correspondent's car was held up on ten occasions at checkpoints guarded by Kalashnikov-toting soldiers.

After the Soviet Union broke up in 1991, there was an explosive religious revival in the valley. Militant Islamic factions following the strict teachings of the Arabian Wahhabi set up their own security force, demanding the imposition of sharia law and a share of power. They gained a huge following at the expense of moderate Muslim groups.

The timeless, bucolic appearance of the countryside, with its neat apricot orchards, villages of low white houses and winding roads lined with mulberry trees to feed the silkworms, belies the harsh reality. In return for their produce, farmers are paid by the State up to a year late and then only in grain and cooking oil. The State decides what crops they grow, and the harvest is turned over to officials – a much resented practice retained since Soviet times.

Adapted from The Economist, 10 November 2001

(Diplomacia – 2002) The underlined verbs in the text mean, respectively:

(A) select / represent / stopped / separated / created.
(B) distinguish / be considered / halted / disintegrated / established.
(C) discard / be interpreted as / threatened / fractured / formed.
(D) reject / be mistaken for / investigated / dismembered / instituted.
(E) see / seem / delayed / crumbled / disbanded.

A: Incorrect – Select means to choose, while pick out means to identify or distinguish;
B: Correct - Pick out means distinguish / pass for means to be considered / held up means halted / broke up means disintegrated / established means set up;
C: Incorrect – Discard means to throw away, while pick out means to distinguish or identify;
D: Incorrect – Reject means to decline or discard, while pick out means to distinguish or identify;
E: Incorrect – Disbanded means to separate a group, while set up means to establish.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) The text suggests that the Fergana Valley:

(A) is a haven for peaceful cohabitation.
(B) is governed by sharia law.
(C) is run by Muslims.
(D) has a thriving agricultural community.
(E) is a potential trouble spot.

A: Incorrect - This is contrary to the idea of policemen on every block, rockblocks with soldiers, the rivalries between different Muslim factions and the resentment of the farmers towards the state;
B: Incorrect - The militant Islamic factions demanded sharia law – it is not stated if this was indeed granted;
C: Incorrect - Not clear. We know that the area is still controlled by the state. Whether the state is run by Muslims is not clarified in the text;
D: Incorrect – There is no evidence that agriculture is thriving;
E: Correct - By referring to 'tinder', which means something inflammatory or dangerous and as the valley is sometimes called the 'tinderbox' of Asia. Tinderbox refers to a potentially explosive place or situation.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) In the text:

(A) the drab office buildings contrast with the messy markets.
(B) the farmers are paid twice for their produce.
(C) the guards at the roadblocks wave rifles in the air.
(D) the streets of Namangan are dangerous.
(E) the bazaars are not functional.

A: Correct - The word dour means gloomy or harsh. It gives the idea of being drab (gray or dull). This is contrasted with the sprawling markets. Sprawling means spreading in different directions in an unplanned/messy style;
B: Incorrect - Turned over in this context means given to or delivered to;
C: Incorrect - Toting means to carry. There is no connotation of them waving the rifles in the air;
D: Incorrect - Not necessarily as there are police on every corner to maintain the peace;
E: Incorrect - The words bustling means busy with activity, and sprawling means spreading in different directions in an unplanned or messy style.
GABARITO "A"

Read the following text and complete the exercise:

Even before the terrorist attacks, the financial system was under duress. Banks were wobbling under a pile of bad loans that had doubled in a year to $192 billion. Hedge-fund stars such as George Soros and Julian H. Robertson Jr. had self-destructed. Mutual-fund investors had deserted equities. And online brokers were limping from the dramatic fall in trading, while their traditional rivals were struggling to make profits form dirt-cheap commissions.

(Diplomacia – 2002) Select replacements for the words in **bold** type:

(A) siege / crushed / emptied / hurting / seeking
(B) pressure / staggering / quit / reeling / striving.
(C) pressure / engulfed / abandoned / hurting / trying.
(D) hardship / tottering / quit / faltering / vying
(E) hardship / wavering / abandoned / bankrupt / vying.

A: Incorrect - Under siege would be too physical, crushed is too strong, emptied does not mean to leave, seeking does not have the same connotation of effort as striving;
B: Correct – Under pressure or under duress, wobbling and staggering meaning to be unsteady, to desert means to leave or to quit, reeling means thrown off balance or staggering, struggling means striving to make great efforts to achieve something;
C: Incorrect - Pressure is fine, engulfed (usually engulfed by flames) covered is too strong, abandoned is a good synonym for deserted, hurting can work here as a synonym for limping. Trying does not have the same strength as struggling;
D: Incorrect - Hardship means suffering or privation. It is not common to collocate under hardship. Tottering is a good synonym for wobbling, quit can work as a synonym here for deserted. Faltering does not mean damaged or injured it means to be hesitant or unsteady, vying means striving or competing and would work in this context for struggling;
E: Incorrect - Hardship means suffering or privation. It is not common to collocate under hardship. Wavering means to be indecisive but is used in the context of making a decision or being resolute and not to be 'wavering under a pile of bad debts'. Abandoned is a good synonym for deserted, bankrupted is too strong here, this would imply they were no longer able to trade at all, vying means striving or competing and would work in this context for struggling.
GABARITO "B"

Read the following text and complete the exercise:

After researchers identify a viral target, they can enlist various techniques to find drugs that are able to perturb it. Drug sleuths can, for example, take advantage of standard genetic engineering (introduced in the 1970s) to produce pure copies of a selected protein for use in drug development. They insert the corresponding gene into bacteria or other types of cells, which synthesize endless copies of the encoded protein.. the resulting protein molecules can then form the basis of rapid screening tests: only substances that bind to them are pursued further.

(Diplomacia – 2002) In the text:

(A) enlist (line 1) means to catalog
(B) sleuths (line 2) means assays.
(C) synthesize (line 6) means to streamline.
(D) screening (line 7) means visualizing.
(E) to pursue (line 8) means to investigate.

A: Incorrect - Enlist means to engage the support of. Catalog means to make an itemized list of something;
B: Incorrect - Sleuths means detectives (noun). Assays (verb) means to examine or analyze;
C: Incorrect - Synthesize means to combine to form a new product. Streamline means to reorganize in a manner which simplifies or makes something appearance or efficiency;
D: Incorrect - Screening means an examination done to detect unwanted particles. Visualizing means to form a mental image;
E: Correct - To pursue (track, trail) and to investigate are good synonyms in this context.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

Using the mouse, I_______ on the area of the video screen where I wanted the robot to go. The machine's motors __________ loudly as they turned the wheels, first pointing the robot in the right direction and then _________ it to the indicated spot. Then I _______ a tougher challenge: I ________ the machine to smash into the wall on the other side of the room. Fortunately for the robot, it stopped just shy of the wall, ______ my destructive intentions.

(A) pushed / banged / casting / plotted / ordered / finishing.
(B) pointed / whirred / sending / proposed / directed / evading.
(C) clicked / whirred / driving / devised / directed / thwarting.
(D) pointed / screeched / driving / invented / told / frustrating.
(E) clicked / buzzed / moving / devised / told / forgetting.

A: Incorrect – Push is not commonly collocated with mouse;
B: Incorrect – Direct is not collocated this way;
C: Correct – Clicked is the most accurate verb for a mouse and it fits with the preposition on. The sound of a motor is most closely associated with whirred. Driving is the most appropriate word in terms of driving the robot in the right direction. Devised meaning invented or came up with is best here. Directed is the best option in terms of directing a mechanical object. Thwarting (preventing) is the best option here in terms of thwarting the driver's intentions;
D: Incorrect – Point on is not the correct collocation in English;
E: Incorrect – Forgetting does not collocate with robots.

GABARITO "C"

Read the article below and answer the questions that follow:

To bludge or not to…

Is Helen Clark, New Zealan's Prime Minister, a bludger? Conservative opposition leader Jenny Shipley thinks so. She bluntly accuses Labour's leading light of playing silly bludgers with the nation's security. Convinced that New Zealand does not really have any enemies, Ms. Clark plans to abolish most of its air force, including the Skyhawk fighter jets. This is the "bludger's option," says Mrs. Shipley. "Cuts, isolation, and bludging," whinged the National party's Max Bradford. "A peacenik pandering to pacifists." But Ms. Clark was having none of it. The 31-year-old planes had never fired guns in anger, she said, although they once buzzed an errant fishing boat. U.S.-made replacements were far too expensive and not needed, she told parliament. "Is the difference between being a bludger and not being a bludger whether you have 17 clapped-out Skyhawks?"

This is a difficult question to answer without first defining terms. To bludge is to cadge, scourge or shirk responsibilities. A bludger is a hanger-on or a loafer. Mrs. Shipley was implying that, under Labour's plan, New Zealand would have to depend on Australia for its defence. The critics recalled the importance of air power during the battle of Crete or bemoaned the demotion of the armed services to fishery patrols and other people's peacekeeping. Ms. Clark is probably correct in assuming that no invasion by Indonesia is imminent, and she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study.

As the debate rages on, a retired defence force chief, Sir Somerford Teagle, summed up New Zealand's dilemma in plaintive terms: "Here we are, sitting in the ocean, all alone." There is no arguing with that.

Adapted from The Guardian Weekly, May 17-23 2001

(Diplomacia – 2002) In the text, **bluntly** means:

(A) ironically.
(B) naturally.
(C) abruptly.
(D) frankly.
(E) candidly.

A, B, C, D e E: Bluntly means abruptly and disconcertingly frank in speech. The gabarito is incorrect as there is no idea of irony in the accusation. Options E – candidly, D – frankly and C – abruptly seem to be appropriate. The only notion of irony could be the play in words with 'playing silly bludgers'. This is an idiomatic expression well beyond any interpretation of the text.

GABARITO Nosso "E", "D" or "C" / GABARITO Oficial "A"

(Diplomacia – 2002) In the text, **cadge** means:

(A) get something without paying.
(B) get something at a lower price.
(C) borrow.
(D) buy what is strictly necessary.
(E) pay one's debts.

A: Correct – To cadge a lift means to get a lift for free, to cadge a cigarette is to get one for free by asking someone else for one. It can also mean to beg or to mooch;
B, **D** e **E**: Incorrect;
C: Incorrect – While colloquially people use borrow as a synonym for cadge, there is no idea of returning the item borrowed. Hence, it is only used for petty or intangible items (cigarettes, a lift, a dollar).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) In the text, **bemoaned** means:

(A) spoke in pain.
(B) pointed out.
(C) refused.
(D) lamented.
(E) firmly complained.

A, B, C, e E: Incorrect;
D: Correct - Bemoaned means to lament, express grief or to express disapproval.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Max Bradford believes New Zealand's Prime Minister is:

(A) providing what their neighbours want.
(B) acting as a pacifist.
(C) providing what pacifists want.
(D) a genuine pacifist.
(E) advocating word peace.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – In the phrase, "A peacenik pandering to pacifists." Pandering means to provide for the tastes/desires of others. It is used pejoratively. Peacenik means a pacifist.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) The Guardian article states that:

(A) Indonesia is not planning any attack on New Zealand.
(B) Ms. Clark has showed the world what to do in terms of peace.
(C) Labour leaders should follow Ms Clark's example.
(D) Labour leaders may do well to look into Ms. Clark's disarmament plans.
(E) New Zealand needn't fear any attack from other countries.

A: Incorrect – It says any attack is not imminent – coming soon. This statement is too categorical;
B: Incorrect – There is no evidence that her ideas have any worldwide impact;
C: Incorrect – This is too strong a statement;
D: Correct – In the phrase, "she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study", might can be substituted for may and look into can be substituted for study;
E: Incorrect – It does not state this. Furthermore, it is clearly stated that New Zealand is alone sitting in the ocean and therefore susceptible to attack.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Is the Conservative Party _____________? Can it ever come back? Not just by June – or even June 2005 - _____________? The questions aren't mine: they were ___________ long before this election began by Michael Brown, an intelligent, thoughtful ex-Tory MP who lost his ___________ in '97. But here they come again, with redoubled force, _____________ on the wind of Tapsell.

(A) done / but ever / asked / seat / born.
(B) washed up / but now / posed / place / brought up.
(C) washed up / but ever / posed / seat / born.
(D) finished / but soon / put forward / position / born.
(E) forgotten / but ever / posed / bench / appearing.

A: Incorrect – "Done" has too many possible interpretations;
B: Incorrect – An MP has a seat, not a place. Bring up on has an idea that someone taught them this;
C: Correct - Washed up means no longer successful. Posed means asked, seat refers to his elected position for a certain constituency, born on the wind is metaphoric and means deriving from;
D: Incorrect – An MP has a seat, not a position;
E: Incorrect – Forgotten would only work if the verb tense was present perfect (Have they been forgotten?).
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

The Organization ________ Economic Cooperation and Development (OECD) _________last week that an international _________________ on tax havens was still ___________, despite the United States government's decision to ____________ its support for central parts of the plan.

(A) of / insisted / attack / being developed / refused.
(B) for / said / law / on track / asunder. Asunder means into separate parts
(C) in / granted / crackdown / on the road / scrap. Scrap is an informal expression to give up a plan.
(D) for / insisted / crackdown / on track / withdraw.
(E) of / published / law / being examined / refuse.

A: Incorrect – Refused is in the wrong verb tense;
B: Incorrect – Asunder is not a verb, but an adjective or adverb meaning separated;
C: Incorrect – Grant means to offer or give;
D: Correct – The only option with the specific vocabulary to fit the spaces. Insist is stronger than said, crackdown means an attempt to forcefully restrain or regulate, on track – going a planned, to withdraw support means to recall or retract support;
E: Incorrect – Publish is a direct transitive verb, making "that" an improbable object.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Pirates have provided material for writers _________ so long that one _________ thinks _________ could be any literary treasure _____________, but here is a book that proves ____________.

(A) for / never / it / left / the opposite.
(B) during / hardly / there / buried / otherwise.
(C) since / rarely / there / still / something else. Rarely is an adverb of frequency.
(D) for / barely / it / left / the opposite.
(E) for / hardly / there / left / otherwise.

A: Incorrect – "It could be any literary treasure left" is impossible in English;
B: Incorrect – During so long is not the English collocation;
C: Incorrect – Since so long is not the English collocation;
D: Incorrect – For opposite to be correct, the original text would require a definite article, i.e., proves **the** opposite;
E: Correct – For so long is the only correct preposition to use here. Hardly is an adverb meaning the same as barely or just. Otherwise (adverb) means differently.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill in the blanks:

One of the most explosive ___ in Australian politics is the growing ___ for a government apology for the physical and cultural genocide the Aborigenes ___ since white people ___ on ___ continent.

(A) questions / claims / have gone through / arrived / the new.
(B) problems / clamour / have experienced / reached / their.

(C) issues / clamour / have endured / set foot / their.
(D) complaints / outcry / have undergone / set foot / the.
(E) matters / outcry / have suffered / were introduced / the new.

A: Incorrect – Claims (plural) / is the growing (singular) – the concordance would be incorrect;
B: Incorrect – Reached is not followed by the preposition on;
C: Correct – An issue can be described as explosive, clamour means outcry. All the options offered work here, but endured is the most appropriate as it has the connotation of suffering. To set foot goes with the preposition on – to set foot on. "Their" is a possessive pronoun referring to the Aborigines;
D: Incorrect – Complaints seems out of place for the context of politics;
E: Incorrect – People are not introduced to a place; animals and agriculture are.
GABARITO "C"

Assinale a única resposta certa a cada uma das duas seguintes questões. Leia o texto a seguir e responda às perguntas:

Kosovo: Peace Now?

On the hill near the Serbian village of Drsnik in central Kosovo I counted smoke billowing from eight houses. Or at least I thought they were houses. Some proved to be haystacks. For Albanians taking revenge, even Serbian haystacks must now be burned.

In the northern town of Mitrovica I sat on a wall with Meli Uka, a pretty, twenty-two-year-old student. We sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars ands tractor-trailers. They looked no different from the Kosovars I had seen who had been expelled from Kosovo a few weeks earlier.

The New York Review of Books. 12/08/1999.

(Diplomacia – 2000) Com base no texto acima, indique a única afirmação correta:

(A) The author witnessed eight houses burning.
(B) Smoke was rising slowly from the houses.
(C) Less than eight houses were on fire. Correct
(D) The Serbs were burning Albanian property.
(E) It was necessary to burn the haystacks.

A: Incorrect – In the first paragraph, the author admits to being mistaken. Not all fires were in houses; some were in haystacks;
B: Incorrect – The word "billowing" in the first paragraph means that smoke was coming out of the fires quickly and copiously;
C: In the first paragraph, the text confirms that the author initially thought there were eight houses, but he quickly realizes his mistake. Not all the eight fires were in houses; some were in haystacks. Thus, there were less than 8 houses on fire;
D: Incorrect – In the first paragraph, the texts shows that it was quite the opposite; Albanians were burning Serbian haystacks (and probably their houses);
E: Incorrect – There is nothing in the text that confirms the necessity to burn the haystacks. Such fires are attributed to revenge (in the first paragraph).
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Na frase we sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars.

(A) as significa while.
(B) As significa equally.
(C) Packed significa stored their luggage.
(D) Fleeing é um verbo no gerúndio.
(E) A column é o mesmo que a post.

A: Correct – "As", in this case, is a subordinating conjunction of time, used to emphasize the concurrent actions;
B: Incorrect – "As", in this case, is not part of a comparative structure. Such a structure requires the use of an adjectives and another "as". (as fast as);
C: Incorrect – In this case, "packed into cars" is a no-restrictive adjective clause reduced by the past participle of the verb "to pack" and means "crowded into cars". It suggests that the cars were full to their capacity;
D: Incorrect – While "fleeing" is a gerund form derived form the verb "to flee", its role here is not that of a verb, but rather one of an adjective describing the Serbs;
E: Incorrect – In this context, a column means a long line.
GABARITO "A"

Leia o texto a seguir e responda as três próximas perguntas:

Fiddling as the Planet Burns

It's a tall order to expect Western politicians to cut the rhetoric, but unless they do something soon to reduce carbon dioxide emissions, the ambitious targets they set at the Kyoto climate change conference in 1997 are likely to be missed.

The consequences for future generations are unclear, but scientists say they could include a further rise in world temperatures, with a variety of adverse, possibly irreversible effects, including severe storms, a rise in the sea level, the spread of disease and the loss of species.

The mere threat of these horrors ought to be enough to make politicians take the issue of greenhouse gases seriously.

Yet to judge by two new studies, they are not doing so. Instead, they are fiddling while the planet burns.

Guardian Weekly, 10/11/1999

(Diplomacia – 2000) Depreende-se do texto que:

(A) Western governments do not intend to cut carbon dioxide emissions.
(B) It is probable people will feel the absence of the Kyoto targets.
(C) World temperatures will inevitably rise.
(D) Many diseases are a direct consequence of pollution.
(E) It is unrealistic to expect Western economies to contain their industrial activities.

A: Incorrect – In the first paragraph, it is evident that Western governments have the intention to cut carbon dioxide emissions because they set ambitious targets at the Kyoto climate change conference in 1997. While they are in no hurry, by setting targets, their intention is evident;
B: Incorrect – "Likely to be missed" in the first paragraph does not mean that people will feel the absence, but rather that the targets will not be reached;

C: Incorrect – In the second paragraph, the rising of temperatures is considered a possibility (could include a further rise), but not inevitable;
D: Incorrect – While the spread of disease (second paragraph) could be a possible consequence of rising temperatures, there is no reference to the number nor to whether the link is direct or not;
E: Correct. – The term "it's a tall order", on the first line, means that something is very difficult, but can be construed as unrealistic. Note: Such interpretation is made in a very wide sense. To be a tall order does not necessarily mean "unrealistic", but it can be inferred.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2000) No texto:

(A) cut the rhetoric significa make shorter speeches.
(B) likely significa positively.
(C) they na frase "scientists say they could include" refere-se a scientists.
(D) mere sugere que the threat is small.
(E) to judge by significa according to.

A: Incorrect – In the text, "cut the rhetoric" means to "stop talking and start acting";
B: Incorrect – In the text, "likely" means "probably";
C: Incorrect – "They" in the specific sentence refers to the "consequences". (The consequences could include a further rise in world temperatures);
D: Incorrect – "Mere" in the text means "just" or "itself" or "own its own";
E: Correct – "To judge by" in this text means "according to". (According to two new studies,...).
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2000) Com relação ao texto:

(A) yet is an adverb of time.
(B) Further is the comparative form of far and means additional.
(C) Soon means not immediately.
(D) Adverse, like possibly, is an adverb.
(E) Rise is a noun derived from the verb raise.

A: Incorrect – In the text, "yet" is a conjunct of contrast, similar to "nevertheless" or "however";
B: Correct – Far / Farther / Farthest – relates to distance. Far / Further / Furthest – relates to additional;
C: Incorrect – In the text, "soon" means "immediately" or "almost immediately";
D: Incorrect – In the text, "adverse" is an adjective that describes the effects – adverse effects (adverse [and] possibly irreversible effects);
E: Incorrect – "Rise" is an intransitive verb (the sun rises), while "raise" is a transitive verb (the government raises taxes). One is not derived from the other.
GABARITO "B"

Leia o texto a seguir e responda as duas próximas perguntas:

Looking to Tame a Big Neighbor

From its hilltop perch in central Helsinki, a Russian Orthodox church looms over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace. It's a reminder of the days when the Grand Duchy of Finland was a jewel in the Russian crown.

With fewer than 100 years of self-rule behind them and the cold war barely over, the Finns hardly need such reminders. But instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe. And they think natural gas is the way to do it. "It has been possible with nuclear issues, and we think it's possible with other issues as well" says a Finnish Foreign Ministry official.

Business Week, 11/10/1999

(Diplomacia – 2000) Com base no texto, pode-se concluir que:

(A) Finland is a former Soviet Republic.
(B) The Finn's majority religion is the Russian Orthodox Church.
(C) The Finns prefer not to engage their powerful neighbor directly.
(D) The Finns think gas can be a key to Northeastern Europe.
(E) Russia has traditionally disparaged Finland.

A: Incorrect – In the first paragraph, the Grand Duchy of Finland is revealed as part of the Russian Empire, but not a member of the Soviet Union;
B: Incorrect – In the first paragraph, the text confirms the presence of a Russian Orthodox church near the Presidential Palace in Helsinki, but this does not confirm the majority religion in the country;
C: Incorrect – In the second sentence in the second paragraph, the author shows that "instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe", a form of direct engagement;
D: Correct – The last two sentences of the second paragraph confirm that the Finns "think natural gas is the way" to bring Russia into Europe;
E: Incorrect – "To disparage" means to "ridicule". While the author suggests that Finns may not want to remember the past, there is no clear evidence that Russia has poked fun at Finland.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) No texto:

(A) hardly significa with difficulty.
(B) Hardly significa do not.
(C) Barely significa incompletely.
(D) Looms significa overlooks.
(E) Natural significa open-air.

A: Incorrect – In the text, "hardly" means "almost not" or "do not";
B: Correct – In the text, "hardly" means "almost not" or "do not";
C: Incorrect – In the text, "barely" means "only just" or "a short time ago";
D: Incorrect – In the text, "looms" means "emerges" or "stands threateningly". Special Note – "looms over" means overlooks. The fact that the question omitted the preposition from the phrasal verb complicates the answer. In this case, if "looms" means "overlooks", the sentence, in the case of substitution, would read "a Russian Orthodox church overlooks over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace", which is not possible;
E: Incorrect – In this text, "natural" means "unprocessed".
GABARITO "B"

Leia o texto seguinte e responda às três próximas perguntas formuladas:

For all the triumphs of war and peace, the british Empire as it stood in 1763 had many weaknesses. Them in terms of one single design. It was an empire held together by sea power, but that alone was not enough to control it, let alone to govern it. Nor was trading supremacy guaranteed. Asa Briggs, A Social History of England.

(Diplomacia – 1999) Com base no texto acima, pode-se concluir que:

(A) Britain`s sea power ensured its trading supremacy.

(B) The Empire was weak owing to the wars.

(C) Britain's naval power was sufficient to control the Empire.

(D) Britain's Navy was the cohesive force sustaining the Empire.

(E) The british empire could not be governed alone.

A: Incorrect - Sea power is not specifically linked to trade and trading supremacy;
B: Incorrect - War is not presented as causing weakness. War and peace are in fact presented as positive aspects;
C: Incorrect - The use of 'that alone', referring to sea power, makes this statement false. The implication is that more than sea power was needed to control the empire;
D: Correct – The term 'held together by sea power' refers to the role of the Navy in providing cohesion;
E: Incorrect – The term 'let alone' means much less/not to mention. This refers to the fact that sea power was not enough to control much less govern it.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) Na primeira frase, a expressão *For all* significa:

(A) to the benefit of.

(B) because of.

(C) including.

(D) subsequent to.

(E) despite.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – Despite or notwithstanding could be both used in this context to show an idea of contrast, which is the same meaning as 'for all' (specifically in this context).

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Na perífrase *the British Empire as it stood in* 1763, a expressão as *it stood* significa:

(A) the way it was.

(B) so long it resisted.

(C) while it resisted.

(D) at the time was established.

(E) when it rose.

A: Correct – This can always be used as 'the way things stand right now', i.e. the way things are;
B, C, D e E: Incorrect.

GABARITO "A"

Leia o texto seguinte e responda as duas próximas perguntas formuladas:

The initial international response to Central America´s tragedy has been generous. The Clinton administration has pledged U$ 80 million and sent troops to help clean up the horrible damage caused by the hurricane Mitch.

But as the long-term impact of this catastrophe becomes clear, so does the inadequacy of the response to date. Honduras and Nicaragua in particular have suffered a once-in-a-century kind of blow.

Governments from Cuba to Sweden have promised help, but what is needed now is a coordinated international response. Private banks, multilateral lenders such as the World Bank and major investors must be involved along with governments.

The International Herald Tribune, 17/XI/98

(Diplomacia – 1999) Como o texto acima avalia a resposta internacional?

(A) Good.

(B) Adequate but not generous.

(C) Excellent.

(D) Insufficient.

(E) U$ 80 million have been sent.

A, B, C e E: Incorrect;
D: Correct – The overall evaluation of the response is of being insufficient. Evidence for this is found in the phrase, 'so does the inadequacy of the response to date'. Inadequate clearly refers to insufficient. Further evidence is found in the last paragraph where the text states, 'what is needed now is a coordinated international response' and also in 'must be involved along with governments'.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) No mesmo texto, a expressão once-in-a-century significa:

(A) An event that happens every century.

(B) Something that occurs regularly over a long period of time.

(C) An event that takes place during an entire century.

(D) Something that occurs very often.

(E) An event that occurs very infrequently.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – Once-in-a-century is not a literal expression. It refers to a freak or rare occurrence – such as the extent of the hurricane damage mentioned in the text.

GABARITO "E"

Leia o texto seguinte e responda as duas próximas perguntas formuladas:

"Under a government which bolted on a women´s minister as an afterthought, women in Britain are doing all right. The new women´s minister, Baroness Jay, has every reason to be proud of her government's record: the new child-care strategy, the push to a "family-friendly" work package, social security, reforms that include a big increase in child benefit, and a sharing of pensions on divorce. Like most other European states, Britain has seen women making major advances in the professions – equal numbers entering law and medicine and even more females taking business studies than men".

The Guardian Weekly, 15/XI/98, pg. 12

(Diplomacia – 1999) Com base no texto acima, a única afirmação correta é:

(A) There are more women than men doing law Great Britain.

(B) In all European countries women have equal rights.

(C) The women´s minister was one of the first minister to be appointed.

(D) There are more men doing business studies than women, in Great Britain.

(E) Baroness Jay is doing a good job.

A: Incorrect – There are equal numbers entering law and medicine;
B: Incorrect -This is not stated;
C: Incorrect – The opposite is true, she was 'bolted on as an afterthought', i.e. included as a last thought;
D: Incorrect – The text clearly states that there are, 'even more females taking business studies than men";
E: Correct – In line 2, the text states 'the Baroness has every reason to be proud'. This is reinforced by the statement in line 1 where it says that 'Under a government……women are doing all right'. The implication is that the government in which the Baroness serves is doing a good job.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) No mesmo texto,

(A) Under significa below.
(B) Bolted significa moved slowly.
(C) Push significa strong action.
(D) Sharing significa refusing.
(E) Major significa more.

A: Incorrect – This means under the auspices of a government or under the mandate of a government. Below is too literal;
B: Incorrect – Bolted means attached to, or secured to;
C: Correct – Push refers to a strong action, i.e. in a government push for health reform;
D: Incorrect – Sharing means to have equal responsibility for doing something, paying for something etc.;
E: Incorrect – Major means significant.
GABARITO "C"

The Amazon Rainforest

1 The Amazon Rainforest, also known in English as
Amazonia or the Amazon Jungle, is a moist broadleaf forest
that covers most of the Amazon Basin of South America. This
4 basin encompasses seven million square kilometers, of which
five and a half million square kilometers are covered by the
rainforest. This region includes territory belonging to nine
7 nations. The majority of the forest is contained within Brazil,
with 60% of the rainforest, followed by Peru with 13%, and
with minor amounts in Colombia, Venezuela, Ecuador, Bolivia,
10 Guyana, Suriname and France (French Guiana). States or
departments in four nations bear the name Amazonas after
them. Amazonia represents over half of the planet's remaining
13 rainforests, and it comprises the largest and most species-rich
tract of tropical rainforest in the world.
The basin is drained by the Amazon River, the world's
16 largest river in terms of discharge, and the second longest river
in the world after the Nile.
Wet tropical forests are the most species-rich biome,
19 and tropical forests in the Americas are consistently more
animal and plant species rich than the wet forests in Africa and
Asia. As the largest tract of tropical rainforest in the Americas,
22 the Amazonian rainforests have unparalleled biodiversity. One
in ten known species in the world lives in the Amazon
Rainforest. This constitutes the largest collection of living
25 plants and animal species in the world.
The Amazon Rainforest was short-listed in 2008 as a
candidate for one of the New7Wonders of Nature by the New
28 Seven Wonders of the World Foundation. As of February 2009
the Amazon ranked first in Group E, the category for forests,
national parks and nature reserves.

The Amazon: the world's largest rainforest. Internet: <http://rainforests.mongabay.com/amazon> and **Amazon Forest**. Internet: <http://en.wikipedia.org/wiki/Amazon_rainforest> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Based on the text above, judge the following items.

(1) With an astounding biodiversity, the Amazon Rainforest is home to more species of plants and animals than any other terrestrial ecosystem on the planet.
(2) The expression "are the most species-rich biome" (*l*.18) could be replaced by **have a great diversity of plant species** without changing the original meaning of the text.
(3) Although the Amazon River basin is home to the largest rainforest on Earth, it is the second most voluminous river on Earth.
(4) The Amazon River basin includes parts of eight South American countries: Brazil, Bolivia, Peru, Ecuador, Colombia, Venezuela, Guyana, and Suriname, as well as French Guiana, a department of France.

1: Correct - In line 13, the text says, 'it represents the largest and most species-rich tract (area) of tropical rainforest in the world;
2: Incorrect – In the text, the phrase is a superlative 'the most'. The

suggested replacement is not a superlative and, therefore, does not have the same meaning;
3: Incorrect – While the Nile is the longest river (line 18), the Amazon is the most voluminous in terms of its discharge/emission (line 16);
4: Correct – Lines 8-12 identify this. French Guiana is considered to be part of France or an overseas French department.
GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

Cleaning up after nature plays a trick

1 It was a storm of record consequence, disrupting large
swaths of the Northeast in ways large and small: towns were
buried in dense snowfalls, closing down streets, schools and
4 even, in some cases, Halloween celebrations.
By the time the great snowstorm of October 2011
finally ended early Sunday, more than three million customers
7 would find themselves without power and with the prospect of
enduring several more days without it. The unseasonably early
nor'easter had utility companies struggling to restore electricity
10 to homes and businesses. By early Monday, the number of
customers without power was still above 2 million but falling.
People emptied stores of generators and chain saws
13 and flocked to town halls to charge phones on emergency
power. In Worcester, Mass., a wedding with cranberry dresses
and flowers the colors of fall foliage ended up soggy and white.
16 In Glen Rock, N.J., orderly suburban blocks became a maze,
with fallen branches draped across nearly every street.
Communities in New Jersey, Connecticut,
19 Massachusetts and New Hampshire expected schools to remain
closed for several days as they cleaned up downed electrical
wires and fallen branches. And in Central Park, as many as
22 1,000 trees may be lost — eight times the damage suffered
after Tropical Storm Irene.
But in the most telling sign of how the snow had
25 turned seasons topsy-turvy — throwing an icy and sometimes
lethal blanket over trees whose leaves were often still green —
the storm threatened to obliterate Halloween.

New York Times. Internet: < www.nytimes.com> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Judge the following items based on what is stated in the text above.

(1) Throughout the entire US north and east regions there were hundreds of schools closed, many lacked power and trees littered roads after a surprise snow on Sunday.

(2) In "as they cleaned up downed electrical wires and fallen branches" (*l*.20-21), the term "downed" (*l*.20) could be replaced by turned down without changing the original meaning of the text.

(3) Because of the unexpected snowstorm, there was a large power failure in the storm-struck region.

(4) The storm's lingering effects snow were all solved late Sunday.

(5) Despite the snowstorm, many schools in New Jersey, Connecticut and Massachusetts were back to the normal routine the day after.

1: Incorrect – In line 2, the text refers to 'swaths'; these represent tracks or paths and do not represent the entire Northeastern area;
2: Incorrect – In this sense, 'downed' means thrown down to the ground. The phrasal verb, 'turned down' refers to lowering the volume – turn down the volume of the radio. It can also refer to rejection – He turned down the job offer (he rejected the job offer);
3: Correct – In lines 7-8, the text refers to unseasonably early nor'easter meaning – weather which was unexpected at that time of the year; and also, in line 7, the text refers to the fact that customers would find themselves without power (this is using 'would' in the sense of recounting a past event – On that day, they would discover the key to the mystery;
4: Incorrect – Lingering, here, means to remain/last. The text clearly states (line 10) that early Monday the number of those without power was still above 2 million. Loss of power was a consequence of the snowfall;
5: Incorrect – (Line 19-20) there was an expectation that schools would remain closed for several days in New Hampshire and Massachusetts. Several – a small number, but more than one day.
GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

Obama tries to speed response to shortages in vital medicines

1 President Obama will issue an executive order on Monday that the administration hopes will help resolve a growing number of critical shortages of vital medicines used to
4 treat life-threatening illnesses, among them several forms of cancer and bacterial infections.

The order offers drug manufacturers and wholesalers
7 both a helping hand and a gloved fist in efforts to prevent or resolve shortages that have worsened greatly in recent years, endangering thousands of lives.

10 It instructs the F.D.A. to do three things: broaden reporting of potential shortages of certain prescription drugs; speed reviews of applications to begin or alter production of
13 these drugs; and provide more information to the Justice Department about possible instances of collusion or price gouging.

16 Such efforts are included in proposed legislation that has been pending in Congress since February despite bipartisan support for its provisions.

19 The order is part of a series of recent executive orders involving such disparate issues as mortgage relief and jobs for veterans. They are intended to show that the president, plagued
22 by low approval ratings, is working to resolve the nation's problems despite a Congress largely paralyzed by partisan disagreements.

New York Times. Internet:< www.nytimes.com> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Judge the following items according to the text above.

(1) President Obama signed the executive order without the Congress approval.

(2) Because hospitals are running out of many key drugs, Obama administration is considering creating a stockpile for crucial cancer medicines.

(3) In "the administration hopes will help resolve a growing number of critical shortages of vital medicines" (*l*.2-3), the verb "resolve" could be replaced by finding the solution for without any changes in meaning.

(4) In "and provide more information to the Justice Department about possible instances of collusion or price gouging" (*l*.13-15), the expression "price gouging" could be correctly replaced by pricing over market.

(5) In "They are intended to show that the president, plagued by low approval ratings, is working to resolve the nation's problems" (*l*.21-23), if the verb "plagued" was replaced by pleased it would give the opposite idea to the sentence.

(6) President Obama's executive order aims to address an increasing shortage of prescription drugs that are used to treat cancer and other diseases.

1: Incorrect – (In line 17) the legislation has been pending/in the process of being approved/impending, and has bipartisan support;
2: Incorrect – To stockpile is to accumulate a large store for future use. Obama is trying to get medicines to deal with critical shortages (line 3) not to stockpile the medicine;
3: Correct – To resolve means to solve or find a solution for something (to resolve a problem);
4: Correct - Price gouging has a negative connotation of squeezing or wringing out profit through dishonest/unscrupulous means. In the context, price gouging would mean pricing above the market;
5: Correct – In the text, plagued means annoyed or bothered. Therefore, to be pleased would have the opposite idea;
6: Correct – (Line 3) resolve a growing number of critical shortages, i.e. an increasing number of critical shortages for vital/essential drugs.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C

Text I

1 Slavery in Brazil was not like slavery in the United States of America (US), where slaves were totally debased to the extent that every effort was made to destroy the African
4 language, culture, religion and intellectual capacity. In Brazil, the number of slaves imported was quite large. Moreover, most slaves in Brazil came from parts of Africa
7 with developed culture.

The first system of private education in Brazil was begun by the African Muslim Societies whose members
10 came from West Africa. The African slaves who came from the literary and West African college system were hired to teach the children of the Portuguese slave masters. At the
13 same time, these slaves created their own schools.

Brazil has retained many aspects of African culture from the very beginning of its colonial history. The Africans
16 sent to Brazil came from a number of important kingdoms and empires.

Some aspects of African culture that Africans in
19 Africa are allowing missionaries from the European and Arab world to destroy are the traditional African spiritualist religions such as Vadu and Shango. African religions thrive
22 in Brazil, whether it is *Umbanda*, *Candomblé*, or the Orisha tradition. These religions are like a steel bond that holds Afro-Brazilians to their African heritage and culture.

Paul Barton. **Brazil's black renaissance is happening**. Internet: <http://www.raceandhistory.com.br>. Access on April/2004 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text I, it can be correctly inferred that

(1) the main difference between slavery in Brazil and that in the United States is that Brazilian slave owners tried to destroy African culture because its high level of development threatened their domination of the slaves.

(2) slaves who taught the children of Portuguese slave owners had come from an already existing educational system in Africa.

(3) the strength of black culture in Brazil is a result of the origins of slaves in organized African societies.

(4) Brazil is keeping alive cultural traditions that are being threatened in Africa.

1: Incorrect – There is no evidence to support this statement. It was in the US that slaves were totally 'debased' (line 2);

2: Correct – Lines 10-12 "The African slaves who came from the literary and Western African college system were hired to teach the children of the Portuguese slave masters";

3: Correct – The text alludes to the fact that the slaves brought to Brazil from Africa already had a 'developed culture', (line 7). In lines 16-17, the author highlights slaves brought to Brazil came from 'important kingdoms and empires.' These facts help to maintain black culture in Brazil;

4: Correct – Certain African religions thrive (Line 21), i.e. flourish in Brazil such as Candomblé and Umbanda, whereas in Africa they are under threat from European or Arab missionaries (line 19).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text I, judge the following items.

(1) The word "like" (*l*.1) can be correctly replaced by **alike**.

(2) "Moreover" (*l*.6) means **also and more importantly**.

(3) The words "who" (*l*.10) and "hired" (*l*.11) can be correctly replaced by **that** and **rent** respectively.

(4) In line 14, the word "retained" can be correctly replaced by **restricted**.

(5) The word "thrive" (*l*.21) can be correctly replaced by **flourish**.

(6) The sentence "These religions are like a steel bond that holds Afro-Brazilians to their African heritage and culture" (*l*.23-24) can be correctly replaced by: These religions imprison African-Brazilians rigidly within their historical background.

1: Incorrect – Like in this context means 'in the same way as'. Alike refers to closely resembling something or someone;

2: Correct - Moreover means in addition to what has been said, similar to in addition and furthermore;

3: Incorrect – Who is a relative pronoun. If 'that' were used it would imply that we were restricting only slaves coming from a certain area and that there was logically another group that did not come form this area. Hired and rent have different connotations – you can hire staff, a worker, a car. You can rent a car, a house. You cannot rent an employee. Special Note: For restrictive usage, "that" and "who" are interchangeable. By using that, the semantics change slightly, but they are synonymous here;

4: Incorrect – Retained means to keep, hold or maintain possession of. Restricted on the other hand means to limit or curb;
5: Correct;
6: Incorrect – The original sentence is positive. The steel bond is a link. The second sentence by using ‘imprison’ implies tying or restricting African-Brazilians and is negative.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Text II

1 Enslaved Africans transformed the landscapes of
tropical America, not merely for plantations but also for
subsistence, a process that established many foods of African
4 origin on the other side of the Atlantic. While the plantation
economy developed due to the Portuguese, slaves pioneered
forms of landscape management that would serve their
7 dietary preferences. In reclaiming swamps for cultivation,
they relied upon their sophisticated knowledge of wetland
farming to establish rice, a West African food staple.
10 Recognition of botanical families, valued in Africa for
medicine and poison, ritual and material culture, similarly led
to conscious plant selection and environmental manipulation
13 in the Americas. Such knowledge proved additionally critical
in the survival strategies of runaway slaves, whose expertise
in tropical farming nurtured their repeated attempts to
16 establish free, independent African communities (quilombos)
in the tropical forest hinterlands of Brazil and the Guianas.
While the survival strategies of Afro-Brazilians were
19 undoubtedly shaped by Amerindian achievements, the
contribution of Brazil’s black pioneers remains ignored. Yet
their legacy in manipulating plant resources for subsistence,
22 survival, resistance and identity resonates in Afro-Brazilian
culture to this day.
There has been a measured willingness, particularly
25 by anthropologists and geographers, to concede that Africans
played a significant role in shaping the cultural landscape of
the Americas since 1500. Among the long-standing themes
28 in African history in the Americas is the debate over cultural
survivals and acculturation. This dates to the 1920s, when
anthropologist Melville Herskovits first tried to show that it
31 was a pernicious myth to believe that the African in the
Americas had no past. He challenged the notion of
sociologist E. Franklin Frazier that slavery had stripped its
34 victims of their African heritage. Over the next decades,
Herskovits and his followers searched for the retention of
specific African cultural traits in the Americas, emphasizing
37 carry-overs in the arts and especially religion. Much of this
research, however, subsequently drew criticism for treating
Africa as a single cultural area, a concept of culture very
40 much in fashion at that time, but inaccurate in portraying the
diversity and complexity of cultures found in just West
Africa alone. The search for vestiges of an African culture in
43 areas where he and his followers worked — Suriname, the
Caribbean and the US South — consequently proved so
generalized as to provide little understanding of the
46 distinctive black cultures that formed in the Americas.

Judith A. Carney and Robert A. Voeks. **Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. In: Progress in human geography,** 2/27/2003, p. 141 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text II, it can be correctly deduced that

(1) African slaves were forced to drain swamps to create fields for their masters.
(2) African slaves cultivated the wild rice they found in tropical America.
(3) the agricultural skills of African slaves were an advantage in establishing the quilombos.

(4) until the 1920s, it was commonly believed that the history of African slaves had been effectively eliminated when they were brought to the Americas.

(5) Herskovits was criticized for concentrating only on West Africa when searching for African roots in the Americas.

1: Incorrect – In line 7, 'reclaiming swamps for cultivation' does not suggest there is an idea of being forced, but rather that the slaves applied their knowledge to create their own food supplies;
2: Incorrect – In line 9, the text says they established rice using wetland farming techniques. There is no mention of wild rice being found;
3: Correct – In line 13, 'such knowledge' refers to the agricultural skills of the African slaves. The text then links these skills to being necessary for survival and to establish the quilombos (lines 14 and 15);
4: Correct – It was in the 1920s that Herskovits challenged this previous view. The previous view held is detailed in lines 32-34;
5: Incorrect – Herskovits was criticized for portraying African as a single cultural area (line 39).

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Judge if each item below presents a correct re-writing of the information contained in the phrase "There has been a measured willingness, particularly by anthropologists and geographers, to concede (...)" (*l.*24-25) of text II.

(1) Anthropologists and geographers have cautiously agreed to concede (...).

(2) There has been an enthusiastic willingness, particularly by anthropologists and geographers, to concede (...).

1: Correct – The use of 'measured' implies caution;
2: Incorrect – Enthusiastic is too strong a word to use. They showed a 'measured willingness', not enthusiasm.

GABARITO 1C, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) According to text II, judge the following items.

(1) The verb phrase "had stripped" (*l.*33) can be correctly replaced by had prevented.

(2) In line 34, the word "Over" can be correctly replaced by During.

(3) The phrase "emphasizing carry-overs in the arts" (*l.*36-37) refers to the artifacts slaves took with them to America.

1: Incorrect – Strip means to deprive or to remove. Prevent means to keep something from happening;
2: Correct – In this context, both mean throughout a period;
3: Incorrect – This refers to the cultural traits that spilled over into the arts. There is no mention of any artifacts being brought from Africa.

GABARITO 1E, 2C, 3E

Text III

1 Today Brazil has the largest single population of African-Americans outside of the United States (US). It is, according to some, a population in which at least 60 percent
4 is of African descent. Statistics on the number of slaves imported into Brazil range from 1.025 million: for the rest of South America the figure runs at approximately 400,000. In
7 some parts of colonial Latin America, the ratio of African to European populations was 151, and in some cities, nearly half of the populations were of partial African descent. By
10 independence, two thirds of Brazil's total population of about four million were of African descent. Brazilian society, like a few of the other plantation-dependent colonies of Latin
13 America and the Caribbean, could not have existed without the constant supply of black laborers.

Throughout history, Africans and Afro-Hispanics
16 have been a major force in the development of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and Latin
19 America. Iberian-African relations did not begin with the transatlantic slave trade, nor did it begin in the Americas. African Muslims were involved in the historical development
22 of the political, economic, intellectual, and social structures of the Iberian Peninsula, as rulers and conquerors, centuries before their eventual defeat by the emerging monarchical
25 powers of Spain and Portugal. That experience left long and enduring marks on the course of historical events that led to the emergence of the modern nation-states of Spain and
28 Portugal, and their imperial "conquest" and colonization of the "New World".

Walton Brown. **Democracy and race in Brazil, Britain and the United States.**
Internet: <http://www.brazil-brasil.com/blajan99.htm>. Access on April/2004 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text III, judge the following items.

(1) A close look at the world's population distribution would lead us to conclude that the USA has the largest single number of African-American inhabitants.

(2) Comparing the number of African-Americans who came to Brazil to work basically in agricultural activities with the number of those of the rest of meridian America, it can be seen that Brazil had three times as much the number of those workers.

(3) By 1822, the number of Brazilians of non-African descent was of more than 1 million people.

(4) Undoubtedly, the African culture now found not only on the Iberian Peninsula, but also in the countries colonized by Spain and Portugal can be traced back to the Muslim presence.

1: Correct – In lines 1-2, the text states that 'Brazil has the largest single population of African-Americans outside of the US;
2: Incorrect – In lines 5-6, we can compare the figures: Brazil 1.025 million slaves to the rest of South America 400,000. Therefore, Brazil did not have three times as many slaves;
3: Correct – In lines 10-11, the text states that by independence (1822) 'two thirds of 'Brazil's population (4 million) were of African descent;
4: Correct – In line 25, 'that experience' refers to the influence of African culture. The text goes on to detail in lines 25-29 the extent of this in the Iberian Peninsula and the colonies of Spain and Portugal.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Judge if each item below presents a correct re-writing of the information contained in the sentence "Throughout (...) Latin America" (*l.*15-19) of text III.

(1) All along their stories, American and Afro-Iberian have represented an important strength in the evolution of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and Latin America.

(2) During the whole course of history, African and Afro-Iberian have played a crucial force in the development of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and South America.

(3) Throughout their history, Africans and Afro-Hispanics have played a major role in the evolution of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula and Latin America.

1: Incorrect – The stories or histories of American and Afro-Iberian's dates back much further than those relating to the Iberian Peninsula;
2: Incorrect – 'During the whole course of history is inaccurate. The use of the word 'crucial' can be seen as an overstatement;
3: Correct – This accurately reflects the text.

GABARITO 1E, 2E, 3C

Considered the best illustrator of 19th-century Brazil, Jean Baptiste Debret left us a monumental set of masterpieces that, until today, have not been surpassed in Brazilian iconography. Born in Paris in 1768, he studied at Beaux Arts Institute, but received a degree in engineering and in 1814 was invited by Joachin Lebreton to join the French Mission that came to Brazil. Never dreaming he would stay in Brazil for 15 years, Debret landed in Rio in 1816 and was given the title Official Painter of the Emperor. Debret fell in love with the environment he lived in and with everything that happened around him.

Nothing escaped the careful eye of this painter, who made faithful renditions with his sketches of everything he saw: the noblemen, the slaves, animals and costumes, streets and houses. All this work culminated in almost 200 engravings of Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. His journeys in Brazil produced what is maybe his best work, Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, comprising 151 plates in three editions, the first dedicated to Indians and the forest, the second to slaves and craftsmen, and the third to urban costumes and political events. Ironic and sometimes tough, libertarian and conservative, Debret managed to record the enchantment of Brazil with the discipline of a historian and the finesse of an inspired artist. One could write a thesis about every one of Jean Baptiste Debret's pictures.

Internet: <http://www.debret.com/english/debret.asp> (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on the text above, it is true to say that

(1) up to now, Debret is, beyond the shadow of any doubt, the best Brazilian painter.

(2) Debret can be considered a popular artist to the extent that he used to portray scenes of everyday Brazilian life in the 19th century.

(3) Debret's interest in imperial Brazil was quite absorbing. Despite being an official appointee of the Brazilian ruler, he included in his works not only Blacks in their daily tasks but also native Brazilians.

(4) Debret most certainly noticed the conditions under which Blacks used to work in Brazil.

(5) Debret's works, if comprehensively analyzed by experts in art and history, can be described as those of a painter endowed with the discipline of a historian and the finesse of an inspired artist.

1: Incorrect – Debret was considered the best illustrator of 19th century Brazil. Iconography can be considered a narrower field than all painting in general;
2: Correct – In the definition of 'popular' being representing or coming from the general population;
3: Correct – The first of his plates was dedicated to Indians and the second to slaves and craftsmen;
4: Correct – In the phrase "Nothing escaped the careful eye of this painter", we can assume that while painting slaves, as is made evident in the text, he noticed their working conditions;
5: Correct – The first part of this statement is somewhat vague – no mention is given to art or history experts or careful analysis – this has to be deduced from the statement in the last sentence regarding a thesis. However, the second part is clearly true as the text refers to his discipline (historian) and finesse (inspired artist).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

1 W.E.B. du Bois summed up the black man's ordeal
in America eloquently when he wrote, "One ever feels his
twoness — an American, a Negro; two souls, two thoughts,
4 two unreconciled strivings; two warring ideals in one dark
body, whose dogged strength alone keeps it from being torn
asunder". Much has happened since Du Bois wrote these
7 words in 1903, yet they remain relevant to the subject of race
relations.
It is not surprising that debates on "twoness" have
10 often led to a discussion of the Brazilian situation. Many
observers believed this feeling never disturbed
Afro-Brazilians the way they troubled Afro-Americans. They
13 looked excitedly to Brazil as a model of "racial democracy"
from which the United States might learn. Robert Allen
Christopher summarized the ideal nicely in a 1953 essay,
16 The Human race in Brazil. Said Christopher:
"Perhaps the most poignant illustration of the
difference between the United States and Brazil in the matter
19 of race relation is the fact that a Brazilian Negro generally
considers himself first and foremost a *brasileiro* and only
second a *preto* (black man). Can the equivalent be said for
22 the US Negro? Far too many cannot help thinking of
themselves as Negroes first and US citizens second, which is
the real meaning of second class citizenship".

Robert Brent Toplin. **Freedom and Prejudice**

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on the text of Robert Brent Toplin, judge the following items.

(1) The substitution of the phrases "summed up" (*l.*1) and "black man's ordeal" (*l.*1) by added up and black man's ordering respectively would keep the same morphological and semantic relations as those presented in the text.

(2) In line 4, "warring ideals" means conflicting ideals.

(3) The phrase "whose dogged strength alone keeps it from being torn asunder" (*l.*5-6) can be correctly paraphrased as: whose obstinate strength in itself prevents it from being ripped apart.

(4) "poignant" (*l.*17) means keenly distressing to the feelings.

(5) The situation of Afro-Brazilians could be said to differ from that experienced by the black population in the United States; however, some people think that the "twoness" (*l.*9) problem also prevails in Brazil.

(6) A striking difference between blacks in the United States and in Brazil can most certainly be said to be that, whereas in the US the former consider themselves first blacks and secondly citizens, the latter see themselves the other way round.

(7) The expression "first and foremost" (*l.*20) has the same meaning as above all.

(8) Brazilian and American negroes can both be said to hold the same kind of second class citizenship.

1: Incorrect - 'Summed up' means to condense or to capture. 'Add up' means the summation of. Ordeal refers to suffering whereas ordering refers to classification;
2: Correct;
3: Correct – Dogged refers to stubbornness or obstinacy. Torn asunder means to be broken apart or ripped apart;
4: Correct – Poignant means profoundly moving or touching;
5: Correct – This is difficult to surmise. In line 10, the text mentions 'many observers' not all observers. Thus, we could assume there are others who do not share this opinion;
6: Correct – This is clearly stated in lines 19-24;
7: Correct;
8: Incorrect – The whole idea of the text is to show that Brazilian negroes do not experience the same kind of second class citizenship as American negroes (line 24).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C, 6C, 7C, 8E

Text I

Brazilian diplomacy

The duties of the diplomat are synthesized in the classic formula: inform, represent and negotiate. The diplomat must keep his (or her) country informed about international affairs, work constantly to mark the presence and spread the image of his country abroad, and be prepared to defend national interests in foreign negotiations of a bilateral or multilateral nature.

A fourth task must be added to this formula that places emphasis on the work of the diplomat overseas, namely, internal coordination. Identifying the interests of the nation lies at the base of the diplomat's work. The diplomat must be permanently articulating with other government employees, members of the Congress, and organized sectors of civil society, in order to be able to define national interests and defend them in proper fashion abroad.

The reality of the diplomatic career is far removed from that other widespread cliché, which claims that this is a

professional option for those who want the chance to live in pleasant places overseas. In fact, the great majority of diplomats invariably undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family. Furthermore, diplomats must often undergo situations of internal or external conflict in the country to which they are posted. At other times they themselves are the targets of violent actions for political motives. For these reasons, Brazil's diplomatic service is legally bound to endeavour to assign each civil servant to serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher.

Mônica Hirst, João Hermes Pereira de Araújo and Raul Mendes Silva. CD Rom **Brazilian Diplomacy: Past and Present**. Log On Informática. (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) According to text I, it is correct to say that diplomats

(1) should expect to perform complex tasks.
(2) should spread every possible information concerning their country the world over.
(3) may take part in foreign negotiations involving more than two countries.
(4) living outside their own countries have an extra role added to those they have when living in their own countries.
(5) must be perfectly aware of the interests of their countries.

1: Correct – In the first paragraph, the text affirms three complex tasks: 1) to keep his (or her) country informed about international affairs; 2) to work constantly to mark the presence and spread the image of his country abroad; and 3) to be prepared to defend national interests in foreign negotiations;
2: Incorrect – In the first paragraph, the text confirms that diplomats should spread the image of their country, but the text mentions nothing concerning "every possible information". Special Note – "Every possible information" is poor use of English collocation. The correct collocation is "all possible information" because "information" is an uncountable word. The word "every" requires a countable noun in the singular form. E.g. every music – NOT POSSIBLE / every song – POSSIBLE;
3: Correct – In the first paragraph, the author explicitly shows that diplomats are supposed to "be prepared to defend national interests in foreign negotiations of a bilateral or multilateral nature", thus confirming negotiations involving more than two countries;
4: Correct – In the last paragraph, the text confirms that diplomats living abroad will often have to "undergo situations of internal or external conflict in the country to which they are posted", thus confirming the extra role;
5: Correct – In the second paragraph, the author explains that diplomats are expected to "identify the interests of the nation", as well as to "be able to define national interests and defend them", thus confirming the awareness of the country's interests.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) It can be deduced from text I that

(1) the diplomatic career offers a unique chance for those who want to live in the best countries all over the world.
(2) rarely do diplomats have to live in unfavorable conditions.
(3) diplomacy should not always be considered a safe career.
(4) risky countries ought to be avoided by the diplomatic service.
(5) it is illegal to assign diplomats to serve in countries where conditions are unpleasant.

1: Incorrect – In the last paragraph, the texts explicitly confirms that the reality of the career is "far removed from that other widespread cliché, (...) that this is a professional option for those who want the chance to live in pleasant places overseas", thus proving that the career offers varying experiences, not only in the best countries all over the world;
2: Incorrect – In the last paragraph, the text confirms there is a tendency to have diplomats "serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", and that diplomats "invariably (regularly) undergo the experience of living in difficult countries", thus proving that this is not rare;
3: Correct – In the last paragraph, the text explicitly reveals that diplomats often "undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family" and that diplomats are sometimes "the targets of violent actions for political motives", thus proving the lack of safety that diplomats can often face;
4: Incorrect – In the last paragraph, the text explains that "diplomatic service is legally bound to endeavor to assign each civil servant serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", proving that avoiding risky countries is not an option for diplomats. In fact, the great majority of diplomats invariably undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family;
5: Incorrect - In the last paragraph, the text explains that "diplomatic service is legally bound to endeavor to assign each civil servant serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", proving that assigning diplomats to serve in countries where conditions are unpleasant is, in fact, legal.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

Text II

1 Thank you very much Minister Nkate. Minister Merafhe and Minister Seretse, thank you for inviting us here to open this very important Competitiveness Hub[1].
4 What is this Hub? What is this all about? In October of 2001, president Bush at the AGOA Forum announced that the United States was going to open trade centers to encourage
7 Africans, that is all of Africa, to export goods all over the world.
We call these the Competitiveness Hubs and they are in Botswana, where we are going to unveil the plaque today, they
10 are in Ghana and they are in Kenya. And these three

Competitiveness Hubs try to, and hopefully will succeed, get all
of sub-Saharan Africa to prepare their goods and services for the
13 markets all over the world — Europe, Intra-Africa, North
America, and the Far East. This is about getting African business
services ready to compete around the world.
16 And you know our belief is, and I believe the Europeans
share this belief, that African goods and products can be
competitive. They can compete and, given the chance, I think
19 they will compete very effectively. So what does this Hub do?
What are we going to try and accomplish? You know we are
going to, number one, explain the rules. Trade has rules, the rules
22 to the game. And one of the things that we are going to do is
explain the rules to export to the United States. We are going to
explain the rules — how to export to Europe, and how to export
25 to the Koreans or to Japan.

[1]Hub — central point of activity, interest or importance, focal point Internet: <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/20401.htm >. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Judge the following items related to text II.

(1) The text consists of some oral remarks.

(2) A possible title for this text could be: Sub-Saharan Africa global competitiveness hub: exporting goods

(3) The passage described in the text was marked by a formal ceremony.

(4) President Bush showed interest in African goods in the late 1990's.

(5) Every African country is liable to export goods.

(6) Europeans believe African products are highly competitive.

1: Correct – On line 1, the text opens with the speaker thanking people you are present at the speech, a mark of oral remarks;
2: Correct – On lines 5 to 8, the text (speech) reveals that the competitiveness hubs are aimed at helping African countries to export their goods;
3: Correct – On lines 2 and 3, the text reveals that it is the opening ceremony for the Competitiveness Hub in Botswana;
4: Incorrect – The text shows that President Bush's interest in African goods was in 2001, not in the 1990s;
5: Correct – On lines 11 to 15, the speech reveals that the Hub, if successful, will prepare "all sub-Saharan" African countries to export goods around the world;
6: Incorrect – On lines 18 and 19, the speaker reveals his belief in African goods becoming highly competitive, but there is nothing that confirms Europeans think the same way.

GABARITO 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Based on text II, judge the following items.

(1) African countries will not be able to export their goods to Europe.

(2) It seems that in some African countries international export rules still need to be taught.

(3) The rules to export to the United States differ from those to export to Europe.

(4) Asiatic countries are not included in the speaker's comments.

1: Incorrect – On lines 23 and 24, the text shows that, provided the rules are followed, Africa will be able to export goods to Europe;
2: Correct – On lines 21 to 25, the speaker emphasizes that rules must be taught on how to export to other countries, inferring that there is a need for such teachings;
3: Correct – On lines 22 to 24, the speaker separates the United States from Europe, emphasizing that the rules to each place need to be taught. Such separation suggests the rules are different. This is made even more emphatic when the rules to some Asian countries are further separated;
4: Incorrect – On line 25, the speaker mentions two Asian countries: Korea and Japan.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) In text II,

(1) the first "What" (*l*.4) can be correctly replaced by Which.

(2) "hopefully" (*l*.11) means the opposite of hopelessly.

(3) "succeed" (*l*.11) is synonymous with come after.

(4) "their" (*l*.12) refers to all African countries.

(5) "around the world" (*l*.15) is the same as all over the world.

(6) "accomplish" (*l*.20) is the same as achieve.

1: Incorrect – The word "which" is used when there is a choice or a selection of nouns. In the question "What is this Hub?", no choice is being made; the aim of the question is to define or clarify;
2: Correct – In this text, the adverb "hopefully" expresses an idea that expectations are high. The adverb "hopelessly" expresses an idea in which expectations are very low or non-existent;
3: Incorrect – In this text, "succeed" means to "achieve something", while "come after" means to "follow". "Succeed" can have the meaning of to "come after and take the place of" when the context involves a person taking another's position or job;
4: Incorrect – The word "their" refers to all the countries in sub-Saharan Africa, which is not all African countries;
5: Correct – The terms "around the world" and "all over the world" are synonymous, as is "the world over";
6: Correct – In this text, "accomplish" and "achieve" are synonymous.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

Text III

1 Preventing nuclear proliferation is an enduring American interest pursued by Presidents and Congresses since 1945. The Senate's October 1999
4 vote against the Test Ban Treaty raised concerns at home and abroad that the United States (US) might be walking away from its traditional leadership of
7 international non-proliferation efforts. I am confident that this was not the intent of the Senate. In my conversations, I have found broad bipartisan support
10 for strengthened US leadership of a comprehensive international campaign against proliferation.
I recommend that the next Administration work
13 closely with Congress and US allies to mount a more integrated response to the dangers posed by the spread of nuclear weapons, that it appoint a Deputy National
15 Security Advisor for Non-Proliferation to oversee policy coordination and implementation, and that it revisit the Test Ban Treaty in the context of the direct
19 and indirect contributions it can make to this policy.

Internet: <http://www.state.gov/www/global/arms/ctbtpage/ctbt-release.html>. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) It can be concluded from text III that

(1) the US has been worried about nuclear proliferation for more than half a century.

(2) the American Senate always wanted to ban nuclear weapons of mass destruction.

(3) never have there been international worries in relation to American nuclear policy.

(4) its author is against nuclear test ban treaties.

(5) its author was not considering himself as part of the next US Administration when he wrote it.

1: Correct – On line 3, the first sentence mentions "since 1945", making it more than 50 years;
2: Incorrect – The text does not make it clear that the Senate "always" wanted to ban nuclear weapons of mass destruction. There is no reference to how long this desire has lasted;
3: Incorrect – On lines 3 to 7, the author identifies "raised concerns at home and abroad" that the Senate could be wavering on its "traditional leadership of international non-proliferation efforts", which suggests that worries on the Senate's intent and efforts to ban nuclear weapons have reached foreign shores;
4: Incorrect – On lines 16 to 19, the author emphasizes the need to revise the Test Ban Treaty to improve its contributions. He is for improvements, not against the Treaty;
5: Correct – On lines 12 and 13, the author makes recommendations to the next Administration, suggesting that he would not be part of it.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) In text III,

(1) "this" (*l.*8) refers back to "traditional leadership" (*l.*6).

(2) "I have found" (*l.*9) can be correctly replaced by found.

(3) "comprehensive" (*l.*10) is the same as understandable.

(4) "appoint" (*l.*15) can be replaced by appoints.

(5) "oversee" (*l.*16) means to make certain that it is being done correctly.

1: Incorrect – The reference word "this" refers back to the interpretation that it might be "walking away from traditional leadership of international non-proliferation efforts". It refers more specifically to the "walking away", rather than the "leadership" itself;
2: Incorrect – The sentence does not offer a specific time reference. This reinforces the need to employ the present perfect to emphasize that his conversations have been occurring for some time, even though "for how long" is not made clear. This verb tense also suggests that conversations may still continue. Using the simple past form would suggest that the conversations took place in the past and that there will be no more conversations. Special Note: In modern grammar studies, it is now acceptable to replace the present perfect with the simple past form, although it should be noted that this is predominantly an American style;
3: Incorrect – "Comprehensive" means "broad" or "all-encompassing". Although a derivative of the verb "comprehend", the adjective has a completely different meaning;
4: Incorrect – Taking the beginning of the sentence "I recommend" and joining it with the second item on the list "that it appoint a Deputy National Security Advisor for Non-Proliferation", it becomes evident that the structure is subjunctive. After the verb structure "recommend that" the following verb should take the subjunctive form. For example, "I recommend that he study", not "he studies". In this structure, the verb form for all persons (1st, 2nd, 3rd), both singular and plural, will remain the same: subjunctive (infinitive without "to");
5: Correct – In this text, "oversee" means to "supervise", "manage" or "make certain that something is being done correctly". As a contrast, "overlook" means to "look, but fail to see", as in "When I was correcting your essay, I overlooked the spelling mistakes" = "I corrected your essay, but I did not correct the spelling mistakes in it".

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

Text IV

Explanation of Vote in Security Council by John D. Negroponte,
US Representative to the United Nations (UN)

Thank you Mr. President, Mr. Secretary-General. The lifting of sanctions marks a momentous event for the people of Iraq. It is the turning of a historical page that should brighten the future of a people and a region.

My government called for this vote this morning because we firmly believed that each additional day of debate over the language of this important text would further hinder recovery. The gas lines are long, despite blessedly little damage to Iraq's residual infrastructure. After more than a decade of being frozen out of the world economy, it is time for the Iraqi people to benefit from their natural resources.

President Bush and Prime Minister Blair said last month at Hillsborough that the United Nations should play a vital role in rebuilding Iraq. In passing this resolution, we have achieved much for the Iraqi people. By recognizing the fluidity of the political situation and that decisions will be made on the ground, the Security Council has provided a flexible framework under Chapter VII for the Coalition Provisional Authority, member states, the United Nations and others in the international community to participate in the administration and reconstruction of Iraq and to assist the Iraqi people in determining their political future, establishing new institutions, and restoring economic prosperity to the country.

The resolution establishes transparency in all processes and the United Nations participation in monitoring the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds.

Internet: <http:www.state.gov/p/io/rls/rm/2003/20860.htm>. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Based on text IV, judge the following items.

(1) The suspension of sanctions in Iraq is important for its future.

(2) The vote calling was an American initiative.

(3) The sooner the sanctions are lifted the better for the Iraqis.

(4) Iraqi recent war seriously damaged its oil fields.

(5) Sanctions on Iraq have lasted for more than 10 years.

(6) In Mr. Negroponte's opinion, the Iraqis couldn't benefit from their natural resources.

(7) It is now commonsense that the UN has a crucial task in Iraq's reconstruction.

(8) The UN will help to bring international recognisance to the Iraqi future government.

(9) The UN will act only as an observer on how the Iraqi people will determine their political future.

1: Correct – In the first paragraph, the speaker identifies the importance of lifting sanctions (The lifting of sanctions marks a momentous event for the people of Iraq), and how this will effect the future of Iraqis and the region ([It] should brighten the future of a people and a region);
2: Correct – The speaker, Mr. John D. Negroponte, who is a US representative to the UN (see title of text), in paragraph two, explicitly says "my government called for this vote";
3: Correct – John D. Negroponte explains, in the second paragraph, that "each additional day of debate (…) would further hinder recovery", meaning each additional would make recovery more difficult. Thus, the sooner sanctions are lifted, the sooner recovery (which is a good thing) will be possible;
4: Incorrect – In the second paragraph, the speaker explicitly mentions that the gas lines suffered "blessedly little damage", meaning "happily minimal destruction". The use of the adverb "blessedly" expresses and emphasizes the relief felt that the gas lines were not seriously damaged;
5: Correct – In the second paragraph, the speaker explicitly mentions that Iraq had been "frozen out of the world economy" for "more than a decade";
6: Correct – In the second paragraph, the speaker explains that now sanctions have been lifted, "it is time for the Iraqi people to benefit from their natural resources", suggesting that before, during sanctions, the Iraqi people were not able to benefit from such resources;
7: Incorrect – In the question, the term "commonsense" seems to be employed incorrectly. The term means "sound practical judgment". For example, it is common sense to cross the street at the traffic lights, rather than jaywalking. In Portuguese, this is best translated as "bom senso". The Portuguese term "senso comum" is best translated as "common knowledge" which would seem more fitting in this case. In spite of this possible mistranslation, in the text, the only people that expressed conviction that the UN has a crucial task in Iraq's reconstruction were "President Bush and Prime Minister Blair", which they did "last month at Hillsborough". This is hardly enough to claim "common sense" or "common knowledge";
8: Incorrect – The word "recognisance" is an archaic and obsolete form of "recognition". It is more commonly employed to refer to a "bail bond" (a form of fiança) for people being criminally charged in a court. Furthermore, there is nothing explicit in the text to identify international "recognition". There is international participation and reconstruction, but nothing clearly focused on recognition. The only time "recognition" is mentioned in the text is in the third paragraph when the Security Council recognizes "the fluidity of the political situation and that decisions will be made on the ground", which is not "international" recognition;
9: Incorrect – In the third paragraph, the speaker reveals that the UN's Security Council has prepared a flexible framework in which the United Nations and others in the international community will participate in the administration and reconstruction of Iraq, this proving that the UN will not merely observe, but will be actively engaged in efforts.

GABARITO Nosso 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9E

GABARITO Oficial 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7C, 8C, 9E/

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) The passage "The resolution establishes transparency in all processes and the United Nations participation in monitoring the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds" in text IV can be replaced by

(1) The resolution sets up transparency in every process and the United Nations participation in keeping track of the sale of Iraqi oil reserves and expenses of oil proceeds.

(2) The resolution settles transparency in all processes and the United Nations participation in watching carefully the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds.

3) The resolution foresees transparency in each process and the United Nations cooperation in controlling the purchase of Iraqi oil resources and expenditure.

(4) The conclusion settles down transparency in all processes and the UN will take part in monitoring the sale of Iraqi renewable resources and expenditure.

(5) The resolution must establish transparency in all processes and the United Nations participation will be restricted to buying and selling oil resources and proceeds.

1: Correct – In the sentence, "establish" is synonymous with "set up"; "all" is usually followed by plural nouns, while "every" is followed by nouns in the singular form (no change to meaning); "monitor" is synonymous with keep track of"; and "expenditure" is synonymous with "expenses";
2: Incorrect – "Settle" is not synonymous with "establish". "Settle" can mean "reconcile", "establish a home (not transparency)", "become peaceful", "decide/choose (e.g. settle on a color)", "to pay (a bill)", "to land (a bird settles on a branch)". The use with "transparency" is not the correct collocation;
3: Incorrect – "Foresee" means to predict, rather than "establish", but it is a possibility, if not the best one. "Cooperation" suggests that others will also monitor the sale, while "participation" suggests that the UN's contribution will be to monitor the sale, which does not suggest it will work in cooperation with another entity. "Controlling" means "to regulate" and "have power over", while "monitor" means to verify and "accompany". This suggests a more aggressive role for the UN, thus changing the meaning of the sentence. "Purchase", in this case, is a reasonable substitute for "sale" as one is not possible without the other;
4: Incorrect – "Settle down" means to "establish a home and family", not to establish transparency. "Renewable resources" are not the same as "oil resources" as the idea can incorporate other sources of energy, including wind, natural gas, etc.;
5: Incorrect – "Must" conveys and idea of obligation, which the original sentence did not contain. Changing the idea of monitoring sales to restricted to buying and selling", changes the UN's role in this effort, making this answer incorrect.

GABARITO Nosso 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

GABARITO Oficial 1C, 2C, 3E, 4E, 5E/

Atenção: Para responder as próximas seis questões, considere o texto abaixo.

During his interview with the Financial Times last Friday, Celso Amorim, Brazil's foreign minister, admitted to feeling tired, frustrated and as if he had a bad hangover. "If the party has been good, a hangover is OK," he said. "But if it's been a bad party and your girlfriend has left with somebody else…"

Mr Amorim has every reason to look back on the collapse of the Doha round of talks at the World Trade Organisation

in Geneva last week as a grim episode. Brazil's leadership of the G20 group of developing nations, which briefly showed so much promise, has come to nothing. Deep splits in the group emerged during the final days of the talks, with India, China and even Argentina putting protection of their own manufacturers and producers ahead of the interests of global free trade.

Mr Amorim, his team, Brazil and the world all deserved (A)_____ *, and even in failure and frustration Mr Amorim deserves recognition for the statesmanlike role he played throughout the talks. Brazil's farmers are among the most efficient in the world and they have achieved that status with none of the coddling handed out to their competitors in developed nations. Brazil has the expertise and land – most of it far away from the Amazon and other sensitive areas – to supply the world with the food it so badly needs.* Instead*, as Mr Amorim* warns*, what the world will get is more starvation and destabilisation.*

Jonathan Wheatley (http://www.brazilmax.com/forum/message.cfm?MID=1005)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A palavra que preenche corretamente a lacuna **A**, no texto, é

(A) good.
(B) best.
(C) better.
(D) worse.
(E) worst.

A: Incorrect – This does not form a recognized collocation. Another way to look at this is that "deserve" is a transitive verb, which means it requires a noun (object). The comparative adjective "better" can represent a noun in some specific cases, such as this one. "Good" is not used in this fashion;
B: Incorrect – The superlative form of good. Not appropriate here and would require 'the' definite article – the best;
C: Correct - The comparative form of good. This forms the correct collocation – to deserve better. The verb "deserve" is transitive, which means it requires a noun (object). The comparative adjective "better" can represent a noun in some specific cases, such as this one;
D: Incorrect - The comparative form of bad. This does not make sense within the context of the text;
E: Incorrect- The superlative form of bad. Not appropriate here and would require 'the' definite article – the worst.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) In the text, 'their' refers to

(A) India, China and Argentina.
(B) India.
(C) China.
(D) India and China.
(E) Argentina.

A, B, C, D e E: "Their" is a possessive adjective and refers to all three countries (India, China and Argentina.). Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: manufacturers and producers = their – belonging to the three countries.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for *Instead* in the above text is

(A) In spite of.
(B) Likewise.
(C) Therefore.
(D) However.
(E) In addition.

A: Incorrect – Variant of despite. Prepositional phrase showing contrast or surprise;
B: Incorrect – Adverb – similar to similarly, equally;
C: Incorrect – Adverb – showing a logical conclusion – similar to thus, consequently;
D: Correct – Conjunction – similar to although, on the other hand, yet. The best option in terms of instead meaning in the text – in place of something;
E: Incorrect – Adverb – similar to moreover, furthermore, besides.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O verbo *warns*, no texto, indica

(A) confirmação.
(B) sugestão.
(C) probabilidade.
(D) necessidade.
(E) alerta.

A, B, C, D e E: Celso Amorim notifies of the negative consequences that will occur. In this sense, he alerts.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text, Mr Amorim

(A) believes that due to the failure of the Doha round of talks the world will be in greater need of food.
(B) is exhilarated by the outcome of the Doha round of talks.
(C) was frustrated because he only played a minor role in the Doha round of talks.
(D) had a bad hangover during a party at the Doha round of talks.
(E) failed to grant Brazilian farmers the customs protection developed countries enjoy.

A: Correct – Mr Amorim warns that the world will see more starvation, i.e. a greater need for food;
B: Incorrect – Exhilarated is to feel happy and energetic. The text explicitly says Mr Amorim felt tired and frustrated;
C: Incorrect – He was frustrated about the outcome of the talks, not about his role in the talks. On the contrary, the text states he had a statesman-like role in the talks;
D: Incorrect – Mr Amorim uses the idea of a hangover figuratively. 'As if he had a bad hangover';
E: Incorrect – There is no suggestion that this was Mr Amorim's objective in the talks. It is true that other farms are portrayed as being overly protected – (coddled).
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Infere-se do texto que

(A) grande parte dos alimentos de que o mundo precisa chega a seu destino em más condições de consumo.
(B) grande parte da terra produtiva do Brasil encontra-se próxima à região amazônica.
(C) os fazendeiros do Brasil, caso tivessem os subsídios de seus concorrentes dos países desenvolvidos, poderiam tornar-se os mais eficientes do mundo.
(D) a rodada de Doha falhou porque alguns países colocaram seus próprios interesses acima dos interesses globais.

(E) o Brasil, como lider do grupo G20, teve um desempenho bastante frustrante na rodada de Doha.

A: Incorrect – No evidence to support this;
B: Incorrect – The text states most agricultural land is far away from the Amazon;
C: Incorrect – The text says Brazilian farmers are among the most efficient farmers – not the most efficient. The text does not allow inference about what would happen if they received more subsidies;
D: Correct – The Doha round did fail. As the text states, countries put their own interests ahead of global free trade (paragraph 2) – i.e. countries prioritised their own individual interests;
E: Incorrect – This is too strong to state. The text says that Brazil's leadership came to nothing, i.e. had no result. However, the blame for the failure of the talks is other countries, not Brazil.

GABARITO "D"

Instruções: Para responder as próximas quatorze questões, considere o texto abaixo.

Brazil's foreign policy: ___TITLE___

Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to be? It is a small force, but of huge symbolic significance. This month, 1,200 Brazilian troops arrived in Haiti, the country's biggest foreign military deployment since the Second World War. Brazil is commanding a United Nations peacekeeping force of 6,700 mainly Latin American troops and 1,600 police which is taking over from American and French forces in the Caribbean island. This marks a new departure. Brazil has long been a gentle and introverted giant, content to be a bystander on the world stage. 34.

Luiz Inácio Lula da Silva, the country's left-leaning president, is carving out a role for Brazil as spokesman for poor countries, most notably by founding the G20 group which lobbies for rich countries to open up farm trade. His government is playing a more active role across South America. And it is seeking a permanent seat on the UN Security Council. "Brazil has begun to flex its muscles as a regional superpower," says Miguel Díaz of the Centre for Strategic and International Studies, a Washington-based think-tank.

If so, it is a paradoxical one. On the one hand, Brazil's fondest wish is to mitigate the United States' dominance of global affairs and thereby to enhance Brazil's influence. The foreign minister, Celso Amorim, calls for "a more balanced world" and justifies the Haiti mission in part as a step towards it. "You can't be a supporter of multilateralism and when it comes to act say it's [too] dangerous," says Mr Amorim.

On the other hand, Brazil's new activism often, though B, coincides with the interests of the United States. Both countries want democracy and stability in places in the Américas where these seem fragile. In some of those places, Lula's Brazil has more friends and influence than George Bush's more abrasive United States. The two sometimes back rivals in these countries, but that is one source of Brazil's usefulness.

Lula did not start Brazil's international activism. In recent years, Brazilian troops have joined UN missions in East Timor and Angola. In 1996, Brazil acted with Argentina and the United States to forestall a coup in Paraguay – recognition that the defence of democracy in the region should take precedence over a tradition of non-intervention in the affairs of neighbours.

The search for a stable South America has long been an axiom of Brazil's foreign policy, but demographics have given it greater urgency. Brazilians, once described as clinging to the coast like crabs, have scurried westwards and northwards. The building of Brasília, which replaced Rio de Janeiro as the capital in 1960, helped to spark development of the interior, a process accelerated by an agricultural boom in such western states as Mato Grosso. The Amazon, Brazil is learning, is both a resource and weak spot, vulnerable to guerrillas, drug traffickers and land-grabbers.

For most of its history as an independent country, Brazil saw Argentina as its chief rival and strategic threat. That changed with the formation of Mercosur, an incipient customs union also involving Paraguay and Uruguay. This has allowed Brazil to shift much of its army from its southern border to the north-western jungles near Colombia and Peru.

Brazil's sense of neighbourhood may be widening. Yet, argues Mr Valladão, Brazil has not decided what sort of neighbour to be. At times, it portrays itself as a team player. In theory, it negotiates on trade as a member of Mercosur. But Brazil also sees itself as a "whale", with the heft and appetite to act on its own. Mr Amorim's answer is that, in a world likely to be dominated by blocks, Brazil's best option is to co-operate as much as possible with its neighbours and other developing countries. Whales, he notes, "are gregarious animals."

(Adapted from **The Economist**, June 11, 2004)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for taking over from in the text is

(A) bringing together.
(B) joining.
(C) replacing.
(D) defeating.
(E) wiping out.

A: Incorrect - To connect, unite;
B: Incorrect – To unite, connect;
C: Correct – Taking over means to assume control or take responsibility, i.e. to replace;
D: Incorrect - To bet, to win over;
E: Incorrect – To completely destroy.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerando o sentido do texto, a melhor tradução para This marks a new departure é:

(A) Isso sinaliza uma nova atitude.
(B) Este é o marco de uma nova partida.
(C) Este é um sinal de sucesso.
(D) Essa é a marca do novo governo.
(E) Isso indica um novo rompimento.

A: Correct – Departure – deviation, divergence – showing in this context that Brazil is taking a new position;
B: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with leaving;
C: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with success;
D: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with a new government;
E: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with a rupture of ideas.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) The alternative that correctly completes the first paragraph of the above text is

(A) *And so it will remain.*
(B) *At last it is playing a minor role.*
(C) *As usual, a Latin American leader.*
(D) *Now that is changing.*
(E) *No more troops for Haiti.*

A: *Incorrect – This is illogical by what follows in paragraph 2;*
B: Incorrect - This is illogical by what follows in paragraph 2;
C: *Incorrect – This neither concludes the first paragraph nor links into the second paragraph;*
D: Correct – This phrase logically concludes paragraph 1, discussing Brazil's previous attitude, and provides a link to the second paragraph, which goes on to discuss the change that Brazil has made;
E: Incorrect – Paragraph one states that the large number of troops will be in charge of in Haiti.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *In the text, the pronoun one refers to*

(A) *UN Security Council.*
(B) *the country's left-leaning president.*
(C) *active role.*
(D) *farm trade.*
(E) *G20 group.*

A, B, C, D e E: active role refers back to paragraph 2 – the text says this government is playing a more active role in South America. This should remind students to read both texts above the target language to help identify what the pronoun refers to.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Preenche corretamente a lacuna B, no texto:

(A) not seldom.
(B) usually.
(C) sometimes.
(D) never.
(E) not always.

A: Incorrect – Seldom, rarely – this would be illogical;
B: Incorrect - This would not be logical as 'though' demands a contrast to often;
C: Incorrect – This would not be logical as 'though' demands a contrast to often;
D: Incorrect – This would not form a logical phrase;
E: Correct – This combines with the previous phrase – often, though not always – to provide a restriction to the phrase.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) In the text, these refers to

(A) places.
(B) democracy and stability.
(C) both countries.
(D) friends and influence.
(E) the Americas.

A, B, C, D e E: In the sentence, this is what both countries want – these – plural of this. This demonstrative pronoun refers back to the plural that comes immediately before, which, in this case, is democracy and stability.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for back in the text is

(A) command.
(B) enhance.
(C) support.
(D) deploy.
(E) mitigate.

A; Incorrect – To command rivals in this context does not make sense;
B: Incorrect – To enhance/improve rivals in this context does not make sense;
C: Correct – To back (verb) means to support;
D: Incorrect – You cannot deploy rivals – normal use is to deploy troops;
E: Incorrect – You cannot mitigate rivals – normal use it to mitigate the effects of something.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Infere-se, pelo texto, que

(A) os países ricos estão empenhados em abrir suas fronteiras aos produtos do grupo G-20
(B) o Brasil tem enviado tropas ao Haiti desde a Segunda Guerra Mundial.
(C) um dos objetivos do grupo G-20 é fazer os países ricos abdicarem do protecionismo aos seus produtos agrícolas.
(D) o grupo G-20 foi criado para incentivar a comercialização dos produtos agrícolas entre seus membros.
(E) o Presidente Lula pretende ser o porta-voz dos países pobres da América do Sul.

A: Incorrect – There is no information to suggest the position of the rich countries on trade with the G20 group;
B: Incorrect – The Haiti operation is the biggest mission for Brazilian troops since the Second World War;
C: Correct – (Paragraph 2) the G20 group which lobbies for rich countries to open up farm trade. (To lobby – to try to influence), (to open up – to ease restrictions.);
D: Incorrect – This is not stated;
E: Incorrect – The role is for Brazil, not Lula (paragraph 2, line 1).
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text, Mr Amorim

(A) concedes that Brazil should not support Haiti.
(B) believes Brazil should not get involved in regional disputes.
(C) claims that it is too dangerous to side with multilateralism.
(D) does not think a "balanced world" will ever be possible.
(E) believes Brazil's mission in Haiti will contribute to a more balanced world.

A: Incorrect – The opposite is true. Brazil is taking an active role in Haiti;
B: Incorrect – No evidence to support this;
C: Incorrect – (Paragraph 3) the opposite is true. If you support multilateralism, you must be willing to act even when it is dangerous;
D: Incorrect – No evidence to support this;
E: Correct – (Paragraph 3) Mr Amorim justifies that the peace mission in part as a step towards it. In this case, 'it' represents a more balanced world.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) One can infer from the text that

(A) Brazil may be more influential in South America than the U.S. due to President Lula's friends in the region.
(B) Brazil and the U.S. have always had the same interests in Latin America.
(C) the U.S. are not really interested in promoting democracy in South America.
(D) Brazil and the U.S. are, in fact, rivals in South America.
(E) Brazil is useful in the international scene due to its alliances with the United States.

A: Correct – (Paragraph 4) – In some of these places, Lula has more friends and influence than George Bush's abrasive/rough/annoying United States;
B: Incorrect – (Paragraph 4) - The two (i.e. Brazil and the U.S.) sometimes back rivals. This shows the countries sometimes support rival parties/political stances in Latin American countries;
C: Incorrect – No evidence to support this;
D: Incorrect – This is too strong a statement to support. Sometimes they differ, but Paragraph 4 shows that their interests often, though not always, coincide;
E: Incorrect – No evidence to support this.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) De acordo com o texto, o objetivo prioritário da política externa do Brasil é

(A) a participação ativa em organizações internacionais multilaterais.
(B) a estabilidade política da América do Sul.
(C) a não intervenção nos assuntos de outros países.
(D) a segurança de suas fronteiras.
(E) o apoio aos governos democráticos dos países vizinhos.

A: Incorrect – The text suggests this is an interest, but it is not a priority;
B: Correct – (Paragraph 6) the search for a stable South America has long been an axiom of Brazil's foreign policy. Axiom = an established rule;
C: Incorrect – Mr Amorim even says that you can not back out when things become too dangerous. This suggests that "non-intervention" is not the policy;
D: Incorrect – No evidence that this is a priority of Brazilian foreign policy;
E: Incorrect - The text suggests this is an interest, but it is not a priority.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text,

(A) although Brasilia has encouraged many Brazilians to move inland, most of its population still lives along the coast.
(B) the creation of Mercosur allowed Brazil to move a large part of its troops to more troublesome regions like the Amazon.
(C) in spite of the Mercosur, Argentina is still viewed as a strategic threat to Brazil.
(D) Paraguay has always been a threat to the democracy in South America.
(E) the sudden agricultural boom of the state of Mato Grosso has contributed to a more balanced demographic distribution.

A: Incorrect – No evidence to support where the majority of the population now lives;
B: Correct – Yes, it has moved its troops to these areas (Paragraph 7) and (in Paragraph 6) the text mentions the Amazon jungle as a weak spot, vulnerable to guerillas, drug traffickers and land-grabbers – therefore, a troublesome region;
C: Incorrect – The contrary is true. (Paragraph 7) Brazil has shifted much of its army to the north-western jungles near Columbia and Peru;
D: Incorrect – The text only mentions an intervention in 1996 (Paragraph 5) to forestall/prevent a coup. Therefore, it has not always been a threat to democracy;
E: Incorrect – This is too strong to support. Yes, there has been development and population growth in Mato Grosso, but to say it is more balanced is an exaggeration.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) One can infer from the text that

(A) the "whale", as suggested by Mr Valadão, is a perfect metaphor, not only for Brazil but also for all Mercosur members.
(B) Mr Valadão and Mr Amorim agree that Brazil has been a responsible neighbour in South America.
(C) Mr Amorim endorses the idea that Brazil is a whale, acting on its own.
(D) the future of Brazil's foreign policy will be to side with a larger number of developing countries, even beyond South America's borders.
(E) Brazil is willing to cooperate with developed countries in order to widen its influence in South America

---

A: Incorrect – The whale metaphor is suitable only for Brazil as it refers to its 'heft', i.e. size/power and aspirations. The metaphor cannot be extended to the other Mercosur countries;
B: Incorrect – There is no evidence to show an agreement between the Mr Valadão and Mr Amorim;
C: Incorrect – Mr Amorim says that, like whales, Brazil should be co-operative and sociable/gregarious;
D: Correct – Paragraph 8 – Mr Amorim states that Brazil's best option is to co-operate as much as possible with its neighbours and other developing countries;
E: Incorrect – No evidence to support this.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) The phrase that completes the TITLE of the text in the best way is:

(A) We are the world
(B) Dwindling light
(C) Playing second fiddle.
(D) The UN wakes up
(E) A giant stirs

A: Incorrect - No relevance;
B: Incorrect - Dwindling means to lessen gradually – the sense in the text is of Brazil's expanding, not reducing role;
C: Incorrect – To play second fiddle means to perform a minor/secondary role – this is not the focus of the text;
D: No evidence that the UN is doing this;
E: Correct - This is the most appropriate as the giant is Brazil and to stir means to awaken/arouse and to take action.
GABARITO "E"

Instruções: Para responder as próximas cinco questões, considere o texto abaixo.

The best of enemies

On a surprising range of foreign-policy issues, the rivals have morphed into each other. But differences remain.

Vin Weber, a former Republican congressman for Minnesota, once joked that Americans treat foreign policy much as they treat dentistry – something they

would rather not think about unless they have to. The first three presidential elections after the end of the cold war, in 1992, 1996 and 2000, saw C discussion of the world beyond America's borders. The economy trumped international affairs, the culture wars diplomacy. Even in 2004, when America was really at war, values seemed to matter much more than abroad did.

This year will be different. Foreign policy will define the election almost as much as America's troubled economy. The next American president will inherit the most difficult international situation since Richard Nixon won power in 1968: two nasty wars, in Iraq and Afghanistan, in their fifth and seventh year respectively; an Iran bent on acquiring nuclear weapons; instability in Pakistan; deeply strained relations with a prickly Russia; rivalry with booming China; a catastrophic drop in America's standing around the world; and a backlash against globalisation.

The candidates, Barack Obama and John McCain, are the products of different worlds. Nevertheless, they see eye-toeye on many big issues. First, both genuinely understand that the next president must strive to improve America's global image. A big majority of Americans agree that their country's reputation has been badly damaged in the Bush years. This not only makes it difficult for America to exercise moral leadership; it also hinders its exercise of hard power. In the run up to the invasion of Iraq the Turkish government felt obliged to refuse American troops permission to operate from its soil.

Things can only get better

The good news is that either candidate is well-placed to improve America's image. And if you are in the business of improving America's brand, there is no better way to start than by replacing the current president. That said, Mr Obama would clearly do a lot more to rebuff America's image than Mr McCain ever could. Some 250,000 people turned out to see him in Berlin in July; Mr McCain's earlier visit to Europe went virtually unnoticed.

Both candidates also advocate specific policies that are designed to clear some of the blemishes on America's image. They both propose a policy of cap-and-trade to deal with global warming, an issue on which American leadership has been sorely lacking for the past eight years. They both oppose the use of torture – Mr McCain with the authority of a man who was himself tortured by the Vietnamese. They both want to close Guantánamo Bay.

The second area where the two men have more in common than one might expect is the "war on terror". They have plenty of disagreements, to be sure: Mr Obama does not go as far as Mr McCain in describing it as the defining struggle of the time, and he sounds less preoccupied with state sponsors of terrorism. But whoever wins the presidency will continue to place militant Islam at the centre of his foreign policy.

But for all that they agree on the need for a fresh, more multilateral approach, there remain some hefty differences between the two men, even if the pressures of the campaign have narrowed them a little. Most simply put, Mr McCain remains significantly more hawkish than Mr Obama. No voter should doubt that, as president, he would be more inclined to favour a robust approach, whether that be the use of military means, or the use of tougher diplomatic ones.

The second big difference is over diplomacy. Mr Obama hopes to use the power of negotiation to tackle some of the world's most intractable problems. During the primary He promised to hold unconditional talks with America's enemies, including the theocratic government of Iran. He promised to back talks between Israel and Syria in a bid to break Damascus's military alliance with Tehran. He also put a lot of emphasis on using diplomatic tools to solve the impasse over Israel and Palestine. Mr McCain gives the impression that he thinks talk has its limits.

(Adapted from **The Economist**, October 2nd 2008)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A palavra que preenche a lacuna C, no texto, corretamente é

(A) *many.*
(B) *few.*
(C) *such..*
(D) *little.*
(E) *much.*

A: Incorrect – "Many" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun;
B: Incorrect – "Few" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun;
C: Incorrect – "Such" is a determiner used to refer back to a previously mentioned idea. In the sentence prior to the one in question, the author argues that there was no discussion. Thus, "such" would refer back to an idea that was not given;
D: Correct – "Little" is a quantifier used with uncountable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun. "Little" also reinforces the idea that is given in the previous sentence, i.e. Americans "would rather not think about" foreign policy. This is reinforced in the following sentence, when the author argues that "values seemed to matter much more than abroad did";
E: Incorrect – "Many" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Segundo o texto,

(A) o resultado das eleições americanas já é previsível face às posições antagônicas advogadas pelos dois candidatos.
(B) a política externa proposta pelos candidatos será um dos fatores determinantes do resultado das eleições americanas.
(C) a política externa sempre foi uma das maiores preocupações dos presidentes eleitos após a Guerra Fria.
(D) os problemas internacionais atuais dos Estados Unidos são decorrentes, em grande parte, do governo Nixon.
(E) foi graças ao fim da Guerra Fria que as relações entre os Estados Unidos e a Rússia tornaram-se amistosas.

A: Incorrect – The last sentence in the sixth paragraph clearly shows that no foreseeable outcome is offered in the text. "*But whoever wins the presidency will continue to place militant Islam at the centre of his foreign policy";*
B: Correct – The beginning of the second paragraph clearly states that "*Foreign policy will define the election almost as much as America's troubled economy";*
C: Incorrect – The first paragraph clearly states that *"the first three*

presidential elections after the Cold War (…) saw little discussion of the world beyond America's borders";
D: Incorrect – The second paragraph mentions: "*The next American president will inherit the most difficult international situation* **since** *Richard Nixon won power in 1968". The word since in this sentence offers a comparison between the government that Nixon inherited and the one that the next president will inherit. No blame is attributed;*
E: Incorrect – There is no mention of this in the text. In the second paragraph, reference is made to "*deeply strained relations with a prickly Russia", but no reference to friendly relations.*
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text,

(A) Mr Obama is better suited to improve America's image abroad.
(B) the US has always set a moral example to the international community in spite of resorting to hard power occasionally.
(C) due to the positive views the US enjoys around the world, it was allowed to base its troops in Turkey before an attack on Iraq.
(D) Mr McCain enjoyed a large audience during his visit to Europe.
(E) Mr Bush can't be blamed, alone, for America's damaged image.

A: Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states "*Mr Obama would clearly do a lot more to rebuff America's image than Mr McCain ever could." In this context, the word "rebuff" has the idea of shine, revive;*
B: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states: "*This not only makes it difficult for America to exercise moral leadership; it also hinders its exercise of hard power", proving that the US has NOT always set the moral example;*
C: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states: "*In the run up to the invasion of Iraq the Turkish government felt obliged to* **refuse** *American troops permission to operate from its soil";*
D: Incorrect – At the end of the fifth paragraph, the text clearly states "*Mr McCain's earlier visit to Europe went virtually* **unnoticed***";*
E: Incorrect – In the fourth paragraph, blame is attributed to Mr. Bush: "*A big majority of Americans agree that their country's reputation has been badly damaged in the Bush years." However, there is no mention of blame being attributed to him alone, nor to another president.*
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O trecho American leadership has been sorely lacking for the past eight years significa que a liderança americana

(A) vem sendo injustamente criticada há oito anos.
(B) está gravemente ameaçada há oito anos.
(C) foi bastante comprometedora durante oito anos.
(D) tem sido extremamente ativa nesses últimos oito anos.
(E) tem sido praticamente inexistente nesses últimos oito anos.

A: Incorrect – There is no reference to "criticism";
B: Incorrect – There is no reference to "threats";
C: Incorrect – There is no reference to the leadership being "compromising", in the sense of "a risk";
D: Incorrect – There is no reference to "activity";
E: Correct – The collocation "sorely lacking" means "extreme inexistence" or "major absence".
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Segundo o texto, os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos têm pontos de vista divergentes em relação

(A) à posição que deve ocupar a guerra ao terrorismo islâmico na política externa.
(B) ao uso do poder militar para resolver impasses diplomáticos.
(C) à política relativa ao aquecimento global.
(D) ao fechamento da Baía de Guantanamo.
(E) à tortura de prisioneiros.

A: Incorrect – In the sixth paragraph, the text clearly states: "*The second area where the two men have more* **in common** *than one might expect is the "war on terror";*
B: Correct – In the last paragraph, the author shows how "*Mr Obama hopes to use the power of negotiation". This is reiterated in the following sentences when he refers to the "talks" Mr. Obama plans to have with several countries. The author emphasizes the difference between the candidates in the last sentence "Mr McCain gives the impression that he thinks talk has its limits";*
C: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They* **both propose** *a policy of cap-and-trade to deal with* **global warming***";*
D: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They both want to close Guantanamo Bay";*
E: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They both oppose the use of torture".*
GABARITO "B"

1 As a new form of international diplomacy develops
to deal with a number of emerging issues in which science
and technology play a central role, the United Nations (UN)
4 risks being relegated to the sidelines. The influence and
effectiveness of diplomats and international civil servants
will increasingly depend on the extent to which they can
7 mobilize scientific and technical expertise in their work. This
need not require the UN to acquire extensive in-house
scientific competence, but the organization — especially the
10 office of the secretary general — must learn to tap advisory
services to identify, mobilize, and use the best available
expertise.
13 Although a large number of UN agencies, programs,
and treaties rely on scientific and technological expertise for
their work, they are not designed to receive systematic
16 science advice as a key component of effective performance.
In most cases, science is used in the UN to support special

interests and political agendas that do not necessarily
19 advance the goals of the organization. But this should not
come as a surprise. The UN was founded and grew to
prominence in the era of the Cold War, when much of
22 diplomacy was devoted to dealing with threats arising from
external aggression. Today, attention is turning to issues such
as infectious diseases, environmental degradation, electronic
25 crimes, weapons of mass destruction, and the impacts of new
technologies, which in the past would have been the concern
of individual nations but have now grown to international
28 stature. The UN's capacity to deal with these questions must
also grow.

What is notable about the UN is that it includes
31 organizations that cater to a wide range of jurisdictions but
not to the growing community of science advisors. Even
agencies such as the UN Educational, Scientific and Cultural
34 Organization (UNESCO) have done little to provide a
platform for the world's science advisors. Specialized
agencies such as UNESCO, the Food and Agriculture
37 Organization, the World Health Organization, and the UN
Industrial Development Organization relate to the UN
secretary general's office through a bureaucratic hierarchy
40 that is not responsive to timeliness. They are generally
accountable to their governing bodies and are heavily
influenced by the interests of activist states.

University of Texas at Dallas (with adaptations).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Science and technology now play an important role in international diplomacy the same way as uncountable other emerging matters do.

(2) Diplomats and international civil servants must now increase their technical and scientific knowledge to cope with the new demands coming from emerging issues.

(3) Numerous UN agencies depend upon scientific and technological advice to carry out their tasks, however they are yet to be ready to receive systematic science consultancy as a crucial component of effectual performance.

(4) The present use of science by UN does not in every case act in its best interest so as to enforce its goals.

(5) When the UN began its activities, its sole concern had to do with dealing with issues concerning the Cold War.

(6) Problems that once were coped with by individual nations have now become international subjects which led the UN to devote its time to them.

(7) Due to the lack of world's science consultants, the UN specialized agencies would rather report to their governing staff to escape being influenced by the interest of the activist states.

(8) The gist of the text above can be said to be the importance of specialized advice to the UN in a new globalized era.

1: Incorrect – There is no clear evidence to substantiate this claim. "Other uncountable emerging matters" is so vague it's impossible to say they play the same role as science and technology;

2: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states the issue is about how diplomats and civil servants "*mobilize scientific and technical expertise in their work*". It is not about increasing knowledge, but rather about how they use and organize the scientific knowledge they have and receive;

3: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that a large number of UN agencies "**are not designed** *to receive systematic science advice as a key component of effective performance";*

4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that *"science is used in the UN to support special interests and political agendas that* **do not necessarily advance** *the goals of the organization";*

5: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that the *"UN was founded* (began) *and grew to prominence* (grew in important) *in the era of the Cold War, when much of diplomacy was devoted to dealing with threats arising from* **external aggression***"*. "External aggression", in this context, is not contained to issues related to the Cold War;

6: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that the UN's attention is now on issues *"which* **in the past** *would have been* **the concern of individual nations** *but have* **now grown to international stature***";*

7: Incorrect – In the third paragraph, the text states that the specialized agencies are, in fact, "*accountable to their governing bodies*", but the text does not confirm that this is due to the lack of the scientists, nor that it is to escape influence from activist states;

8: Correct – The gist, or the general idea, conveyed in the text involves specialized information (scientific and technological) and the importance of dealing with it as the circumstances have become more international (new globalized era).

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) the word "little" (*l*.34) means **not much**.

(2) the word "heavily" (*l*.41) is the opposite of **roughly**.

1: Correct – The collocation "to do little" means "not to do much";

2: Correct – Within the context, the expression "heavily influenced" means "influenced a great deal" or "very much influenced". When "roughly" is used together with "influenced", it means "somewhat influenced", or "more or less influenced", taking on an aspect of opposition.

GABARITO 1C, 2C

1 A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved only partially successful in stemming a torrent of anti-Christian
4 anger, and in some places violence, in the Islamic world.

Speaking from the balcony of his residence at Castel Gandolfo outside Rome, the pontiff used his Sunday blessing
7 on September 17th to say he was "deeply sorry" for the "reactions in some countries" to a speech he gave on Tuesday last week.

10 He insisted that the words of a medieval text he quoted — an outburst against Islam by a late Byzantine emperor — "do not in any way express my personal
13 thought". In Turkey, where a papal visit planned for November has now been called into question, the top Muslim official said the Pope's expression of respect for Islam
16 amounted to a "civilised position". But in many Muslim nations people grumbled that the Pope appeared to be regretting the reactions to the speech, but not the speech
19 itself.

The Muslim Brotherhood, a powerful international association whose offshoots include the Palestinian
22 movement Hamas, said the Pope's statement of regret was welcome but would not satisfy all Muslims. A wave of small protests and some violence continued over the weekend in
25 several Muslim countries. On Sunday an Italian nun in Mogadishu, Somalia's capital, was shot dead at the entrance to a hospital; many feared a link to the papal row. Half a
28 dozen churches in the West Bank were attacked, as the Palestinian prime minister, Ismail Haniya, appealed for restraint.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Pope Benedict XVI succeeded in stopping the angry reaction against Christians.
(2) Many countries reacted against the Pope's speech.
(3) The Byzantine Emperor mentioned is still alive.
(4) The Pope's visit to Turkey has been questioned.
(5) For many the Pope's apology refers to people's reaction against his speech.
(6) Several Muslim countries reacted violently to Pope Benedict's speech during the weekend.

1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states: *"A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved* **only partially successful** *in stemming a torrent of anti-Christian anger".* There was some success, but not total success;
2: Incorrect - In the first paragraph, the text clearly states that the Pope was *"deeply sorry for the reactions in* **some countries**", not many countries;
3: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states: *"an outburst against Islam by a* **late** *Byzantine emperor".* In this context, the word "late" means deceased or departed;
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states: *"In Turkey, where a papal visit planned for November* **has now been called into question**". In this context, the collocation "to call something into question" is synonymous with "to question";
5: Correct - In the second paragraph, the text clearly states: *"But in* **many Muslim nations** *people grumbled that the Pope appeared to be* **regretting the reactions** *to the speech,* **but not the speech itself**";
6: Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"A wave of small protests and some* **violence** *continued* **over the weekend** *in several Muslim countries".*

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "deeply sorry" (*l*.7) is the same as **dreadfully sorry**.
(2) "was shot dead" (*l*.26) means **was killed**.

1: Correct – Within the context, "dreadfully" has the meaning of "extremely", which is synonymous with "deeply";
2: Correct – The collocation "to be shot dead" means that somebody shot the victim, and that the shot killed the victim.

GABARITO 1C, 2C

1 Raymond Mikesell, a professor of economics at the University of Oregon, died on Thursday September 14th at the age of 93. Mr Mikesell's old age brought with it a
4 noteworthy achievement. He was thought to be the last surviving economist present at the conference in 1944 at Bretton Woods, New Hampshire, which saw the
7 establishment of the post-war economic regime and with it the birth of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. As the annual autumn meeting of the two
10 institutions gets underway in Singapore, Mr Mikesell's death is a reminder to the ageing figures of international finance that they may also have a natural lifespan.

13 The organisations were born into a world torn apart by war. The economists meeting at Bretton Woods also had sharp memories of the international financial crisis of the
16 1930s, when mercantilist policies and the failure of the international-payments system devastated world trade. They hoped to avert future crises by setting up multilateral
19 institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction. The bank's first job was rebuilding Europe; the IMF oversaw the fixed exchange-rate system
22 established at Bretton Woods. Later on the pair sought new roles as the stewards of global economic development and financial stability.

25 Now the IMF and World Bank have fewer jobs to do. Markets work better, as do other financial institutions. Helped by improved economic theory, the world has grown
28 richer and more stable. As for helping the poorest, a multilateral model of giving poor countries money and advice for running their economies is under fire from both
31 left and right. Conservatives argue that such interventions cause more problems than they solve. The left complains that developing nations get too little money and not enough
34 control over how it is spent. Both sides fear that the institutions' structures are outdated, hinting, increasingly loudly, that retirement is due.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, it can be deduced that

(1) Professor Mikesell was 41 when he attended the Bretton Woods' Conference.

(2) the Bank's sole job was to rebuild Europe.

(3) the world richness and stability were supported by economic theory.

1: Incorrect – If Professor Mikesell died in 2006 (date of the text) at the age of 93, he was born in 1913. In 1944, when he attended the Bretton Woods' Conference, he would have been 31, not 41;

2: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states *"The bank's* **first** *job was rebuilding Europe"*. Rebuilding Europe was the "first" job, not the "only" job;

3: Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"***Helped by improved economic theory**, *the world has* **grown richer** *and* **more stable***"*.

GABARITO 1E, 2E, 3C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, the IMF and the World Bank

(1) began their activities in the late 40's..

(2) meet once a year.

(3) were born to solve the international financial crisis of the 1930's.

(4) were created to avoid new crises.

1: Incorrect – Essentially, these two institutions began work at the conference held in 1944, i.e. before the middle of the decade. Therefore, they did NOT start in the late 40's;

2: Correct – In the first paragraph, the text clearly states: *"As the annual autumn meeting of the two institutions gets underway in Singapore,…"* The word "annual" means "once a year";

3: Incorrect –The institutions were set up in 1944. It was too late to solve the 1930's crisis;

4: Correct – In the second paragraph, the text affirms that the institutions "*hoped to* **avert future crises** *by setting up multilateral institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction"*. The initial

job was to rebuild Europe, but the institutions became *"the stewards of global economic development and* **financial stability***"*, meaning they would manage the economy to avoid financial crises.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "economic" (*l.*7) is synonymous with economical.

1: Incorrect – "Economic" is related to the economy, while "economical" is related with the idea of saving or not spending money.
GABARITO 1E

Mrs. Green calls at the Bank:

— I'd like to cash this check for fifty dollars for me, please.

— Have you an account with us?

— Yes, my husband and I have a checking account. I also want to deposit these other checks in our account at the same time.

— I see. Have you made out a deposit slip?

(Mrs Green hands teller deposit slip with checks for deposit) — I hope that I have made it out correctly.

— It seems to me all right. How do you want this other check cashed, Mrs. Green? Will five tens be all right?

— That will be fine. (Accepts bills) I also want to ask you about starting a savings account. My husband and I have been thinking of opening a small savings account in which we could perhaps put aside a few dollars each week.

— The procedure is very simple. You can open a savings account at any time with an initial deposit of five dollars or more. Five dollars is the minimum original deposit. After that you deposit or withdraw money as you wish. You bring your bank book with you each time and the deposit or withdrawal is entered in your book. The amount carries interest of 2••• % and the interest is added to your account every six months. That's about all there is to it. If you'd like to open an account you can talk with the manager or with one of his assistants. They will be glad to take care of you.

Dixson, **Everyday Dialogues**, p. 1-2 (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) From the text above, it can be concluded that

(1) Mrs Green has already started a savings account.

(2) to start a savings account you cannot deposit more than five dollars.

(3) savings accounts carry interest of 21/2 % every other six months.

(4) the teller couldn't open the savings account.

1: Incorrect – Mrs. Green clearly asks about starting a savings account: *"I also want to ask you about* **starting a savings account***";*
2: Incorrect – The bank teller clearly explains that to start a savings account, the initial deposit is five dollars. The issue of depositing more is not mentioned, but, "five dollars is the **minimum original deposit***";*
3: Incorrect – The teller clearly explains that "interest is added to your account every six months", which translates into two interest payments per year. The expression "every other six months" carries the idea that interest payments are made only once a year;
4: Correct – The teller clearly states that "If you'd like to open an account you can **talk with the manager** *or with one of his assistants." Candidates should infer that his referral to the manager or one of his assistants means that he himself could not open the savings account.*
GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C

Juan Gonzales visits New York City and has to ask his way around:

1 — I'm sorry, sir. I'm trying to find my way to Columbia University. Can you direct me? This is my first time in New York City.
4 (Passerby, looking bewildered) — Let's see! Columbia University? That's in the Bronx, isn't it?
— I haven't the faintest idea. The only thing I know is
7 that someone told me it was "uptown".
— Yeah! That's right. It's in the Bronx. Well, you take the subway here. There's a station on the next corner. You
10 have to walk down the stairs and take the uptown train.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text above, it can be deduced that

(1) Juan Gonzales had already been to New York.

(2) the passerby was sure that Columbia University was in the Bronx.

(3) "faintest" (*l.*6) is synonymous with **slightest**.

(4) "subway" (*l.*9) is the same as **underground**.

1: Incorrect – Juan clearly states "*This is my* **first time** *in New York City";*
2: Incorrect – The passerby uses a tag question (isn't it?), which suggests a level of uncertainty concerning what he has said. *"That's in the Bronx,* **isn't it***?";*
3: Correct – Within this context, the word "faintest" means almost none. "Slightest" means a small amount, or almost none. Hence, they are synonymous;
4: Correct – "Subway" is the American term for "underground". The British use two terms: the "underground", and the "tube".
GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

1 The experience of sending the Strykers to Baghdad
indicates that more troops could help in the short term.
A growing number of analysts in Washington, including
4 some conservative supporters of the Bush Administration,
have called for a substantial increase in U.S. troop levels to
stop Iraq's slide into civil war. But expanding the total U.S.
7 force in Iraq remains unlikely — military officials
interviewed by TIME say that the U.S. command remains
reluctant to make a major manpower boost. To some, that
10 reluctance is indicative of the leadership's broader failure to
heed complaints about U.S. troop strength that have been
voiced by officers in Iraq for more than three years. "I know
13 I could have used more forces," says a Lieut. Colonel who
served in Iraq. "We could have held more territory... I asked,
but I'm not sure the request ever made it."

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, it can be said that

(1) it is easy to know who was the "Lieut. Colonel" (*l*.13) mentioned.
(2) the Lieut. Colonel is in doubt whether he is going to get more troops.
(3) to solve Iraq's problem is just a matter of sending more troops.
(4) increasing US troop level is thought to be able to prevent a civil war in Iraq.
(5) the United States commanders hesitate about increasing man power in Iraq.

1: Incorrect – The title "Lieut. Colonel" is a reference to his rank, not to his name. He served in Iraq, but so did many other Lieut. Colonels. Who this Lieut. Colonel is remains a mystery;
2: Correct – The Lieut. Colonel clearly states that he asked for more troops, *"but I'm* **not sure** *the request ever made it"*;
3: Incorrect – *"A substantial increase in U.S. troop levels"* is an idea sustained by some analysts in Washington, but military officials have proved to be *"reluctant to make a major manpower boost."* There is no clear answer to solve Iraq's problem;
4: Correct – The text clearly states that some analysts in Washington think that *"A substantial increase in U.S. troop levels* **stop Iraq's slide into civil war***";*
5: Correct – The text clearly states that military officials have proved to be *"***reluctant** *to make a major manpower* **boost***."* Within this context, being "reluctant" is synonymous with "hesitate", while "increase" and "boost" have similar meanings.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "in the short term" (*l*.2) is the opposite of in the long run.
(2) "have called" (*l*.5) is the same as have asked.
(3) "boost" (*l*.9) is the same as decrease.

1: Correct – The collocation "in the long run" is synonymous with "in the long term", the opposite of "in the short term";
2: Correct – The phrasal verb "call for" can mean "ask for". Within the context of this text, the meanings are the same;
3: Incorrect – The word "boost" in a synonym for "increase", not "decrease".
GABARITO 1C, 2C, 3E

1 The idea of the triumph of one people being the tragedy of another is eloquently captured in Sandy Tolan's book, **The Lemon Tree** — essential reading for anyone
4 seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-Palestinian conflict. Tolan chronicles the true story of Dalia Eshkenazi, whose family flees post-Holocaust Bulgaria in
7 1948 to live the Zionist dream of building a Jewish state in the Holy Land. The new Israeli government provides them with an abandoned Arab house in the town of Ramla, in
10 which she grows up. One summer morning in 1967, she's sitting in the garden near the old lemon tree, when Bashir Khairi knocks on the gate. Khairi is the son of the man who
13 planted the lemon tree; he was born in the house and lived there until age 4, when he and his family, and hundreds of others, were forced onto buses by Israeli soldiers and driven
16 to the West Bank, where they have lived as refugees ever since.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) Reading Sandy Tolan's book is basic for those interested in solving the Israeli and Palestinian conflict.
(2) Sandy Tolan deals with the victory of Israel and the tragedy of Palestine.
(3) Bashir and Dalia were born in the same house.
(4) Bashir and Dalia have nothing in common.
(5) Bashir's father used to live in Dalia's house.
(6) Khairi's family abandoned their house in 1967.

1: Incorrect – The text states that Sandy Tolan's book is *"**essential** reading for anyone seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-Palestinian conflict."* This suggests that the book can help people understand and it is highly recommended. However, there is no reference to its level of difficulty, i.e., whether it is basic or complex;
2: Correct – The text clearly states that *"the idea of the* **triumph of one people** *being the* **tragedy of another** *is eloquently captured in Sandy Tolan's"* book. The triumph is clearly attributed to the Israeli people later in the text, when it states Bashir Khairi and his family *"were* **forced onto buses by Israeli soldiers***";*
3: Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi *"***was born in the house** *and lived there until age 4"*, but Dalia, after fleeing post-Holocaust Bulgaria with her family, moves in and grows up there. She was not born there;
4: Incorrect – The text clearly states that they grew up in the same house, albeit at different moments;
5: Correct – The text affirms that Bashir Khairi lived in the house with his family, including his father, who planted the lemon tree there;
6: Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi's family did not abandon the house; they were forced to leave. This happened well before 1967, because that is the year he returns and meets Dalia who, at this time, is living in the house. *"One summer morning* **in 1967**, **she's sitting** *in the garden near the old lemon tree,* **when Bashir Khairi knocks on the gate**.*"*

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "chronicles" (*l*.5) is the plural of **chronicle**.
(2) "he" (*l*.13) refers to "Khairi" (*l*.12).

1: Incorrect – In this text, the word "chronicles" is being used as a verb, not a noun. It is in the 3rd person singular *"***Tolan** *chronicl***es** *the true story";*
2: Correct – The word "he" is the subject of a secondary clause. The word "he" refers back to the subject in the first clause. The use of the semi-colon in this sentence creates a syntactic-semantic link between the two clauses, reinforcing the reference back to the first subject. "Khairi is the son of the man who planted the lemon tree; he was born in the house …".

GABARITO 1E, 2C

1 The democratic race has never seemed so intriguing or so close, with each election's results closely watched and delegates agreed, each vote really does seem to count this time around. Numbers of those turning out to the polls have reached new highs for a primary election, and one of the main drivers is the head-to-head race between Obama and Clinton. After Super Tuesday,
4 Clinton was in the lead and sitting pretty. But since then, election after election has turned to Obama's favor. Some big elections coming up include Texas and Ohio, both of which have Hillary in the lead.
But how different are these two candidates? People seem passionate about their candidates, but when looking at the two
7 side by side, they are overall very similar. There are some who hate Hillary, and would not want her to be president, but the same is not true for Obama. At the same time, if my candidate of choice wasn't elected president, I think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination. Which raises the question of a joint ticket[1] between the two.
10 In the recent California debate Obama and Clinton were asked if they would consider a joint ticket, and both said yes. It seems interesting. They are both strong and successful and wouldn't back down[2] if the other didn't see eye-to-eye with them. That's the kind of relationship I want between my President and Vice President, if you pick a pair who agree on everything, what good
13 does that serve? What if no one is looking at the issue from another angle?
However, I would be worried about the two partnering together with the red states, I think together they can seem too liberal and might not be the winning ticket. I still think a middle of the road white male would be the best ticket for both. Although,
16 personally I would be all for a joint ticket.

[1] joint ticket – agreement.
[2] back down – to stop supporting a position.
Internet: <2008myvote.wordpress.com> (adapted).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) It is the first time that the democratic elections look so interesting.
(2) Never before has every single vote been so important for the democratic party.
(3) Clinton remains in the lead election after election.
(4) Obama and Clinton don't seem to share any characteristics.
(5) People hate both candidates the same way.
(6) It is indifferent for the author whether either Clinton or Obama wins the election.
(7) According to the author, it would be a good idea to have two candidates with the same point of view.

1: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"The democratic race* **has never seemed so intriguing** *or so close..."* The word "never" implies that the democratic elections that were held before were not as interesting as these [ones]. Therefore, this is the first time they seem so interesting;
2: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"***each vote** *really does seem* **to count** *this time around".* The importance is reiterated in the second sentence when the author uses the term "**head-to-head race**", showing how close the election is and, consequently, how important each vote is;
3: Incorrect – The text clearly states that *"election after election* **has turned to Obama's favor***"*, meaning Obama has been in the lead election after election;
4: Incorrect – The text clearly states *"…but when looking at the two side by side, they are overall* **very similar***".* The similarities are reiterated later in the text, when the author claims *"They are* **both strong and successful**";
5: Incorrect - Some hate Hillary and do not want her to be president, whereas others hate Obama, but do not state they don't wish him to be president (lines 7-8);
6: Gabarito Oficial – ANULADA / Nosso Gabarito – Correct – The author affirms that "…if my candidate of choice wasn't elected president, I ***think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination***." The author's lack of opposition to the other candidate can be construed as indifference;
7: Incorrect – The author shows that he is against the idea of two candidates with the same point of view when he writes "if you pick a pair who agree on everything, ***what good does that serve***?"

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6ANULADA, 7E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "both of which" (*l*.5) refers to "Texas and Ohio" (*l*.5).
(2) "coming up" (*l*.5) is synonymous with **happening soon**.
(3) "who" (*l*.7) can be correctly replaced by **whom**.

1: Correct – The collocation "both of which" works as a non-restrictive relative pronoun that refers back to a two-noun phrase (both = two). The only two-noun phrase in the sentence is Texas and Ohio;
2: Correct – The phrasal verb "coming up" means "looming", "on the agenda", or "happening soon";
3: Incorrect – The word "who" in the sentence "*There are some* **who** *hate Hillary*" functions as a relative pronoun referring back to the word or idea "*some (people)*". However, it also functions as the subject of the verb "*hate*". The relative pronoun "whom" can never function as a subject, but rather as an object, e.g. an unpopular politician is Hillary, whom many people hate. In the example, "many people" is the subject of the transitive verb "hate". "Whom" represents the object of the transitive verb "hate" (Many people hate Hillary).

GABARITO 1C, 2C, 3E

The Golden State Gets Greener

1 Governor Arnold Schwarzenegger has signed
Executive Order S-3-05 which establishes greenhouse gas
(GHG) emission reduction targets for California. The California
4 Air Resources Board, which oversees the state's pollution, has
announced a sweeping plan designed to cut the state's current
greenhouse gas emissions 30% by 2020.
7 The proposed rules come after two years of debate,
public meetings, and consultations with scientists, economists,
and policy experts from around the world. After accepting
10 comments on the plan, the California Air Resources Board will
vote on it 1 January 2009. If they approve it, regulations could
be in place as early as January 2010. For his part, California
13 Governor Arnold Schwarzenegger said at a Florida climate
conference that he wants his state's citizens to prepare for the
long haul. "America did not get into this mess overnight, and we
16 are not going to get out of this mess overnight. We need to
change our energy policies and our thinking, and stick with it".
Its emission reduction goals put California in the forefront of
19 efforts to regulate greenhouse gases.
The signature proposal is the greenhouse gas cap. It
would target 85% of California's carbon dioxide and other
22 greenhouse gas emissions, mainly from power plants, oil
refineries, and factories. The reductions are roughly three times
more aggressive than the eight-state Regional Greenhouse Gas
25 Initiative adopted in the U.S. northeast, which goes into force
next year.
If the rules are enacted, the state's greenhouse pollution
28 in 2020 will equal its 1990 emissions. Over time, the plans
could create jobs and tax revenue by growing new green
industries like solar power, energy-efficient appliance
31 manufacture, or alternative fuel development.
California also wants to contribute to global efforts to
avert potential catastrophes such as sea level rise.

Eli Kintisch. **Science NOW. Daily News**. Internet: <www.sciencenow.sciencemag.org.> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, it can be inferred that

(1) California's Air Resources Board is the state agency responsible for monitoring and regulating greenhouse gas emission sources in California.

(2) the proposal aims to improve air quality and reduce greenhouse gas emissions throughout the United States of America.

(3) one proposal goal is to reduce California greenhouse gas emissions to 1990 levels by 2010.

(4) the standards will reduce greenhouse gas emissions by 85 per cent relative to current models.

(5) reducing greenhouse gas emissions will be enough to avoid sea level rise.

1: Correct – In the first sentence, the California Air Resources Board is clearly stated as the agency "*which* **oversees the state's pollution**" and which is responsible for the "**plan** *designed to cut the state's current* **greenhouse gas emissions** *30% by 2020*";

2: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that the proposal "*would target 85% of* **California's** *carbon dioxide and other greenhouse gas emissions*". In the third paragraph, the proposal is also compared to "*the* **eight-state** *Regional Greenhouse Gas Initiative adopted* **in the U.S. northeast**", suggesting that the proposal is not nationwide;

3: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*the state's greenhouse pollution* **in 2020** *will equal its 1990 emissions*", and not in 2010;

4: Incorrect – In the third paragraph, the text states that the standards "*would* **target 85%** *of California's carbon dioxide and other greenhouse gas emissions"*. Targeting 85% of the state's emissions does not mean an 85% reduction. It means that 85% of the sources for emissions will be targeted by the standards, but there is no guarantee that they will all be reduced;

5: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*California also wants to* **contribute to global efforts** *to avert potential catastrophes such as sea level rise*", which means that the state will help. It does not mean that the state alone will be able to avoid the sea level rise.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) It is correct to conclude from the text that

(1) the Greenhouse Gas Initiative adopted in the U.S. northeast is more radical than California's plan for GHC reduction.

(2) California's plan to cut greenhouse gas emissions could create new jobs in coming years.

(3) global warming is expected to raise temperatures between 8 and 10.4 degrees in California if greenhouse gas emissions are not cut.

(4) greenhouse gas emissions are mainly from power plants.

(5) "**The Golden State**", in the title, refers to the State of California.

1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The reductions [planned in California] are roughly* **three times more aggressive than** *the eight-state Regional Greenhouse Gas* **in the U.S. northeast**";
2: Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*Over time, the* **plans** *could* **create jobs** *and tax revenue by growing new green industries*";
3: Incorrect – In the text, there is no mention of how much global warming would raise temperatures;
4: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that greenhouse gas emissions are "*mainly from power plants,* **oil refineries**, *and* **factories**", thus including more than just power plants;
5: Correct – In the first paragraph, the only state mentioned in California, thus making the connection. Also, California is famously known as the Golden State.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "which" (*l*.2) refers to "Arnold Schwarzenegger" (*l*.1).

(2) "has announced" (*l*.4-5) can be replaced by **talked about**.

(3) "forefront" (*l*.18) means the same as **leading position**.

(4) "roughly" (*l*.23) could be replaced by **approximately**.

(5) "enacted" (*l*.27) means **not approved**.

1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*Arnold Schwarzenegger signed the* **Executive Order S-3-05 which** *establishes greenhouse gas emission reduction targets for California*". The word "*which*" is a relative pronoun referring back to "*the Executive Order S-3-05*" and a subject for the verb "*establishes*". Schwarzenegger signed the Executive Order, but the order establishes the targets. This is a grammar question. Obviously, Schwarzenegger and his advisors wrote the order, but the word "which" tells you where they have been established;
2: Incorrect – "The verb "to announce" means to proclaim to a large audience, to "publicize" or "make known". Meanwhile, "talk about" merely means to discuss, but not necessarily with a large audience;
3: Correct – The word "forefront" comes from the combination of the word "fore" (before) and "front". Together, it is a synonym for "leader", or "leading position";
4: Correct – The word "roughly" is an informal synonym for the word "approximately";
5: Incorrect – The word "enact" means to "ratify" or "endorse". In Portuguese, this is often translated as "promulgar", which is, essentially, the opposite of "not approved".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

The election of 1864

1 Dissatisfaction over the Civil War split the
Democratic Party. In the elections of 1864, many
Democrats joined the Republicans to form the Union
4 Party. This party chose the Republican Lincoln for the
Presidency and Andrew Johnson of Tennessee, a former
Democratic member of Congress but an opponent of the
7 Confederacy, for the Vice-Presidency. The Democratic
Party responded by naming General George B. McClellan
as its candidate for the Presidency.
10 Antiwar feeling was running so high in 1864 that
President Lincoln fully expected to be defeated. "We are
now on the brink of destruction, and I can hardly see a ray
13 of hope" he wrote to a friend.
The Union of northern states was fighting the
Confederacy of southern states. The tide of the war turned
16 in favor of the North shortly before the election. As a
result, Lincoln won an overwhelming victory.

This cartoon from the 1864 election seems to favor McClellan, who tries to keep his opponent, Lincoln, and Jefferson Davis from pulling the Union apart. But the voters gave Lincoln 212 electoral votes to McClellan's 21.

Lewis Paul Todd. **Rise of the American Nation**. Liberty Edition, 1982 (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Based on the information given by the text and shown in the picture above, judge the following items.

(1) The election of 1864 was conducted before the Civil War.

(2) In early 1864 Lincoln felt he would easily win re-election.

(3) The Confederates defeated the states located in the South of the United States.

(4) President Lincoln formed a new group called the National Union Party that included Republicans and Democrats.

1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The tide of the war turned in favor of the North* **shortly before** *the election*", showing that the war had already begun before the elections were held. This is reinforced in the political cartoon, showing the obvious conflict between the North and South **at the same time** the elections were being held;
2: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that "*Antiwar feeling was running so high* **in 1864** *that* **President Lincoln fully expected to be defeated**";
3: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The Union of northern states* **was fighting** *the Confederacy of southern states.*" The Confederates were the southern states;
4: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*many Democrats joined the Republicans* **to form the Union party**. *This party* **chose the Republican Lincoln** *for the Presidency*". Hence Lincoln did not form the party.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "Dissatisfaction" (*l*.1) means Not happy.

(2) "chose" (*l*.4) is the simple past form of the verb to chase.

(3) "its candidate" (*l*.9) refers to the candidate of the Republican Party.

(4) "fully" (*l*.11) can be correctly replaced by completely.

(5) The suffix -ern in "northern" (*l*.14) and "southern" (*l*.15) occur with names of directions like North and South.

(6) "overwhelming" (*l*.17) is the opposite insignificant.

1: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito Correct – While the essence of the word "dissatisfaction" means "not happy", the different morphological classification may have been the reason this question was annulled. "Dissatisfaction" is a noun, while "not happy" is an adjective. Had the option been "unhappiness" or "disappointment", the question would have been correct;
2: Incorrect – The word "chose" is the simple past form of the verb "to choose". The verb "chase" is a regular verb, and its simple past form is "chased";
3: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "***The Democratic Party responded*** by ***naming General George B. McClellan as its candidate*** for the Presidency", showing that McClellan was the Democratic Party's candidate, and not the Republican candidate;
4: Correct – In this context, the meaning of "fully" is synonymous with the meaning of "completely";
5: Correct – The suffix "-ern" is typically used with nouns of direction to make them adjectives. All the directions can receive the suffix: "eastern", "western". These words are usually capitalized when they are acting as names of places; when they are acting as directions, do not capitalize;
6: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito Incorrect – The word "overwhelming" in this context means "significant". The poor wording of the question may have been the reason it was annulled (…is the opposite of insignificant).

GABARITO 1ANULADA, 2E, 3E, 4C, 5C, 6ANULADA

1 Parents and guardians are bestowed with the
responsibility of protecting and educating children from all the
hazards that abound. It is not strange that children are often
4 injured in a familiar environment, such as the home and its
surroundings. Accidents could not be completely avoided, but
their occurrence could be prevented. Home accidents can be
7 avoided by child-proofing your home, as there are so many
different home safety products available today.
Reasonable supervision by an adult, and the use of
10 ordinary precautions against accidents, are outstanding as
means of prevention. The pictures below illustrate some general
instructions for parents and older children in order to prevent
13 home accidents.

- Children should never play on stairs.
- Furniture must be moved away to prevent children placing
16 tep-stones such as a chair next to a window, climbing up
and falling out.
- Prevent the child from sticking his small fingers in electric
19 sockets and electric fires.
- Keep matches and lighters where young children can't see
them or reach them, and also install proper cover to sockets.

22 Children, being less aware of danger, are one of the
most vulnerable groups. Younger children are more vulnerable
indoors, while older ones are more at risk outdoors. There
25 appear to be gender types of accidents; males tend to have more
accidents outdoors while females tend to have accidents
indoors.

Internet: <www.familymagazinegroup.com> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to text, judge the items below.

(1) At their first years of age, children are more protected from accidents that typically happen in the interior of a house or building.

(2) Children injuries caused by domestic accidents are very common.

(3) Prevention of children injuries and accidents can be successfully achieved when home safety measures are taken.

(4) In general, children under adult supervision will suffer fewer injuries.

(5) Male and female do not usually have the same types of accidents.

1: Incorrect – In the last paragraph, the text clearly states that "*Younger children are* **more vulnerable indoors**, while older ones are more at risk outdoors";
2: Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "*It is not strange that children are* **often injured in a familiar environment***,* **such as the home** *and its surroundings*";
3: Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "**Home accidents can be avoided by child-proofing your home**". This is reinforced in the second paragraph, where the text also clearly states that "Reasonable supervision by an adult, and the use of ordinary precautions against accidents, are outstanding as means of prevention." These ideas are given as ways to successfully prevent children from injuries and accidents;
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that "*Reasonable* **supervision by an adult** *(…) are* **outstanding as means of prevention**";
5: Correct – In the last sentence, the text clearly states that "**males** *tend to have* **more accidents outdoors** *while* **females** *tend to have* **accidents indoors**."

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "ordinary" (*l*.10) could be replaced by **special** without any change in meaning.

(2) "their" (*l*.6) is a possessive pronoun related to occurrence.

(3) "being less aware of danger" (*l*.22) can be replaced by **not perceiving danger as readily**.

(4) both "Younger" (*l*.23) and "older" (*l*.24) indicate comparisons.

(5) "gender" (*l*.25) refers to the kinds of accidents: indoor and outdoor accidents.

1: Incorrect – The word "ordinary" is the opposite of "special";
2: Incorrect – "The word "their" is a possessive adjective, and it is related to the word "accidents" at the beginning of the sentence. Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: the occurrence of accidents = their occurrence;
3: Correct – The expression "being less aware of danger" means "not noticing" or "not perceiving danger". The word "readily" means "easily";
4: Correct – The words "younger" and "older" contain the suffix "-er", which is used in English to make comparisons;
5: Incorrect – The word "gender" in English is strictly used when referring to the "sex" (masculinity or femininity) of something or somebody. It is not used to discriminate whether things are "indoor" or "outdoor".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

3. Política Internacional

Priscilla Negreiros

A prova de Política Internacional é uma das mais importantes do concurso de admissão à carreira diplomática, tanto por introduzir ao candidato temáticas que estarão no dia-a-dia da profissão do diplomata, quanto pelo peso quantitativo na nota final que é dedicado a esta matéria. Nos últimos dois concursos (2011 e 2012), o Teste de Pré-Seleção (TPS), organizado pela banca do CESPE, dedicou mais de 11 questões à Política Internacional, que tratam dos mais variados: relações multilaterais, bilaterais, conhecimentos sobre a dinâmica da política mundial, política externa brasileira, regimes internacionais, entre outros. Percebe-se uma preferência da Banca do CESPE por questões de atualidade e diretamente relacionadas com a agenda de prioridades do Ministério das Relações Exteriores. A leitura de jornais e revistas sobre política externa é, portanto, essencial na preparação do candidato à prova e à carreira.

A correção das questões de Política Internacional, desde a prova de 1997 até 2012, tem como objetivo sanar as dúvidas dos candidatos, mas também servir como elemento de estudo e revisão. Todas as informações apresentadas neste capítulo foram baseadas em livros recomendados pelo Instituto Rio Branco e fontes oficiais de informação (MRE, MDIC, FUNAG, entre outros). Atualmente, o concurso não indica mais uma bibliografia específica para a prova de Política internacional, mas algumas obras, citadas abaixo dos comentários das questões, podem ser úteis para a preparação do concurso.

O índice de questões está baseado no edital de 2012 e foi feita uma tentativa de organizar todas as questões comentadas por temática. Como diversas questões agrupam temas distintos, foi preferível não desagrupar as questões para manter a semelhança com a prova elaborada pelo CESPE. Deste modo, vale ressaltar que alguns itens não correspondem totalmente ao título do capítulo. Foi feita também uma tentativa de contabilizar o número de vezes que cada item é cobrado pela Banca. O número é aproximativo, porquanto, como se explicou anteriormente, as questões tratam de temas diversos.

Boa prova e boa preparação.

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, ATORES, PROCESSOS, INSTITUIÇÕES E PRINCIPAIS PARADIGMAS TEÓRICOS

An institution is a relatively stable set or "structure" of identities and interests. Such structures are often codified in formal rules and norms, but these have motivational force only in virtue of actors' socialization to and participation in collective knowledge. Institutions are fundamentally cognitive entities that do not exist apart from actors' ideas about how the world works. This does not mean that institutions are not real or objective, that they are "nothing but" beliefs. As collective knowledge, they are experienced as having an existence "over and above" the individuals who happen to embody them at the moment. In this way, institutions come to confront individuals as more or less coercive social facts, but they are still a function of what actors collectively "know".

Alexander Wendt, Anarchy is what states make of it. In: **International Organization**, vol. 46, n.o 2, 1992, p. 395.

(Diplomacia 2007) Com base no texto acima e considerando as instituições e suas características, assinale a opção correta.

(A) O texto reflete uma perspectiva construtivista, uma vez que realça aspectos subjetivos constitutivos das instituições e a relação entre os atores dessas instituições, suas percepções e idéias, e as estruturas de identidades e interesses que as conformam.

(B) O texto aborda as instituições de um ponto de vista preponderantemente liberal, pois valoriza a dimensão coletiva das instituições e os seus vínculos com a codificação de normas e regras definidoras de regimes internacionais.

(C) De forma neorrealista, o texto reporta-se aos componentes estruturais que definem as instituições internacionais e à preponderância da ação coercitiva dessas instituições sobre os atores que as integram.

(D) Ao fazer a distinção entre a existência das instituições e as ideias e crenças dos atores acerca delas, o texto defende a separação e a autonomia dos aspectos objetivos e subjetivos que conformam as instituições.

(E) Segundo o texto, dissocia-se a existência das instituições das ideias e do conhecimento que os atores desenvolvem acerca delas.

A: Correta. O primeiro indício de que o item está correto é o autor do texto indicado na questão, Alexander Wendt, é um teórico das relações internacionais que defende a perspectiva **construtivista**. O construtivismo surgiu como teoria das relações internacionais entre os anos 1980 e 1990 e envolve dois debates principais: sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais e sobre a antecedência ontológica entre agente e estrutura. Entre as principais premissas da teoria construtivista, pode-se destacar três que são comuns a maioria dos autores: (1) que o mundo não é predeterminado, mas construído a partir da ação dos agentes, ou seja, o mundo é uma construção social; (2) que não há qualquer antecedência ontológica entre agentes e estrutura. Ambos são co-constituídos uns dos outros e nenhum precede o outro nem no tempo nem na capacidade de influência; (3) que não se pode descartar as causas materiais, mas são as ideias e os valores que regem a relação do agente com o mundo material, desempenhando uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. Na metade dos anos 1990, o construtivismo passou a ocupar um lugar de destaque nas Relações Internacionais, principalmente com a obra de Alexander Wendt em 1999 com a obra *"Social Theory of International Politics"*. Segundo Wendt, a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflitos e competição, como

acreditam os realistas. Pelo contrário, **a anarquia pode reverter tanto lógica de conflitos quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela.** O item está, portanto, correto já que o texto sobrepõe os aspectos constitutivos das instituições e as relações entre os atores – percepções e ideias. Outros autores importantes para o construtivismo são Friedrich **Kratochwil e** Nicholas **Onuf.**
B: Incorreta. O item está incorreto porque o texto não possui características da teoria liberal. A **tradição liberal** nas relações internacionais, que foi fundamentada a partir da visão kantiana sobre a razão e o iluminismo, tem principalmente a preocupação de explicar a relação entre indivíduo, sociedade e governo. A liberdade do indivíduo é a preocupação central da teoria, além da criação de uma sociedade ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade. As instituições internacionais têm, portanto, papel primordial na redução dos conflitos e na mudança da natureza da política internacional segundo a teoria liberal. A fundação de instituições como a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas em 1945 ilustram a teoria, que propõe a ênfase nos ganhos absolutos dos Estados e na ideia de governança global.
C: Incorreta. A **teoria neorrealista** das relações internacionais surge no início dos anos 1980, em um período marcado por fortes crises econômicas e pelo aparecimento de novos atores de relevância, como empresas multinacionais, organizações internacionais e ONGs. Neste contexto, Kenneth Waltz publica em 1979, o "*Theory of International Politics*", com intenção de estabelecer uma nova análise realista do contexto internacional. Waltz trabalhou sua análise em bases mais científicas, estabelecendo explicações para a continuidade e repetições das guerras. Segundo Waltz, a existência de uma anarquia internacional é a causa da permanente recorrência à guerra.
D: Incorreta. De acordo com o trecho acima, as instituições são um conjunto de ideias e interesses que são codificadas em normas postas em ação pela socialização e participação social dos atores. Os atores têm uma participação acima e além das instituições e, como define a teoria de Wendt, ambos são co-constituídos, não havendo antecedência ontológica entre agente e estrutura. O texto não faz, portanto, como afirma o item, a distinção entre a existência da instituição e as ideias em torno delas.
E: Incorreta. O texto afirma exatamente o oposto, associando a existência de instituições com um conjunto de ideias e interesses que serão codificadas em normas e postas em ação pela participação dos atores.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Em política internacional, a consagrada expressão inglesa *"balance of power"* caracteriza habitualmente uma situação definível nos seguintes termos:

(A) Equilíbrio da balança de pagamentos de dois ou mais países em estado de concorrência pelo poder hegemônico.
(B) Equilíbrio do comércio entre países dentro de uma área de mercado comum.
(C) Correspondência entre o poder militar e o poder econômico de potências nucleares.
(D) Oscilação entre ganhos e perdas de poder de uma potência mundial.
(E) Um certo equilíbrio na distribuição do poder mundial.

E: Correta. O conceito de balança de poder (ou *balance of power*) foi recorrentemente invocado por teóricos realistas e escritores dedicados ao estudos das relações internacionais. A balança de poder é normalmente relacionada à ideia de *raison d'etat,* ou interesse do Estado, e é ligada à herança teórica de Maquiavel e Hobbes, muito estudados pela teoria realista das relações internacionais. Como afirma o item, a balança de poder caracteriza certo equilíbrio na distribuição do poder mundial e pressupõe a estabilidade entre o poder e a dominação dos Estados. Segundo os realistas, a balança de poder representa uma situação em que os Estados mais fracos, com fundamento em seu interesse nacional, decidem juntar-se a uma grande potência (***bandwagoning***) ou, esses mesmos Estados, ao se verem ameaçados pelo poder de uma grande potência, se juntam a outros Estados para tentar equilibrar o poder daquela potência (***balancing***). Para Hans Morgenthau, teórico realista das relações internacionais, a balança de poder é necessária para garantir a estabilidade de forças do sistema internacional. Já Kenneth Waltz, outro teórico realista das relações internacionais, acredita que a balança de poder é algo inerente a qualquer sistema internacional.
Sugestão de Leitura: Nogueira, João Pontes. Messari, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2002) O termo "balcanização" é comumente empregado para significar:

(A) A política de fragmentação de uma região em múltiplos centros de poder.
(B) Hegemonia dos Bálcãs nas relações internacionais.
(C) Formação de um Estado único para dar estabilidade à região dos Bálcãs.
(D) Os Bálcãs como foco de atenção em uma *"zone of turmoil"*.
(E) Intervenção das forças da OTAN na ex-Iugoslávia.

A: Correta. Segundo o dicionário de política de Norbeto Bobbio, balcanização é uma expressão política que significa a divisão de uma entidade continental, subcontinental ou regional em unidades politicamente separadas ou hostis entre si. O termo balcanização tem sua origem na fragmentação da região dos Bálcãs entre 1912-1913. No vocabulário político, o termo balcanização é correntemente utilizado em relação ao processo de descolonização e de independência vivido pelos territórios africanos, anteriormente unidos sob a mesma administração colonial. O termo Zone of turmoil, ou zona de agitação (em português), citado no item D, remete a uma região pobre, extremamente populosa, com tendência a desastres naturais e virtualmente nãogovernável (Robert E. Harkavy).
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Em geopolítica, diz-se que se forma um "Estado-Tampão" ou "Buffer-State" quando:

(A) um Estado não concede direito de passagem a tropas militares estrangeiras pelo seu território.
(B) um Estado obstrui as negociações com o objetivo de assinar um acordo militar.
(C) um Estado se interpõe como "amortecedor de conflitos" entre Estados vizinhos mais poderosos.
(D) um Estado, sem declarar formalmente a sua neutralidade, não participa diretamente de uma guerra que envolve países vizinhos.

C: Correta. O conceito de "*Buffer State*", ou "Estado-tampão" foi cunhado no século XVII. Atualmente ele é trabalhado pela a geopolítica e foi tratado em obras de autores como o americano Nicholas Spykman, importante autor da geografia política dos anos 1940. Segundo Skykman, o Estado-Tampão é uma maneira de entender o conceito de localização regional e define a localização de um Estado fraco entre dois Estados fortes. O autor acredita que a política externa de um Estado-Tampão tem de ser neutra, criando uma zona "tampão" ao invés de incentivar uma posição hostil que questione os objetivos militares e econômicos de seus Estados Vizinhos. Alguns Estados como o Uruguai, a Geórgia e a Bélgica podem ser citados como exemplos de Estado-tampão em sua criação, mas essa qualificação não é unânime.
D. Incorreta
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) As relações internacionais europeias da primeira metade do século XIX, depois da Era Napoleônica, foram marcadas por:

(A) Uma forte hegemonia coletiva, exercida por cinco Estados, conhecida como concerto europeu.
(B) Um enfraquecimento notório da força persuasiva da Inglaterra no mundo.
(C) Uma ampliação dramática dos conflitos internacionais, sob o mesmo padrão do período napoleônico.
(D) Fraca adesão do mundo extraeuropeu aos valores da abertura de mercados e da ampliação do comércio internacional.
(E) Permanente tensão entre as ex-colônias americanas independentes e suas ex-metrópoles europeias.

A. Correta. Segundo Eric Hobsbawn, o fim das guerras napoleônicas e dos quase vinte anos ininterruptos de revoluções, trouxe uma estabilização realista e sensata para a Europa. Esse arranjo político entre a Rússia, Áustria, Prússia, Grã-Bretanha e França que emergiu ao final da guerra formou o que ficou conhecido como o "Concerto Europeu". O momento que marca a instituição desta nova fase nas relações entre os países europeus foi a Conferência de Paz de 1815, conhecidas como o Congresso de Viena. Os estadistas de 1815 perceberam que seria necessário elaborar um mecanismo para a manutenção da paz para resolver os problemas à medida que eles aparecessem, estabelecendo, assim, um sistema de congressos regulares entre as grandes potências. Essa hegemonia coletiva assegurou uma paz relativamente duradoura durante o século XIX. Não houve enfraquecimento da força persuasiva inglesa, ao contrário, os ingleses foram a grande potência do século XIX. Sugestão de leitura: Eric Hobsbawn "Era das Revoluções".

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1996) A Diplomacia do "Pingue – Pongue" foi um momento de Détente e aproximação dos Estados Unidos com a China. Sob qual governo ela foi conduzida?

(A) Dwight Eisenhower.
(B) Jimmy Carter.
(C) George Bush.
(D) Richard Nixon.
(E) Gerald Ford.

A: Incorreta. **Dwight Eisenhower** foi presidente dos EUA entre 1953 e 1961. Eleito pelo partido Republicano.
B: Incorreta. **Jimmy Carter** foi presidente dos EUA entre 1977 e 1981. Eleito pelo Partido Democrata.
C: Incorreta. **George Bush** (pai) foi presidente dos EUA entre 1989-93. Eleito pelo Partido Republicano.
D: Correta. **Richard Nixon** foi presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974 pelo Partido Republicano. Ele cumpriu seu primeiro mandato e foi reeleito para o segundo, mas, em 1974, pediu demissão do cargo em consequência de escândalos de corrupção, conhecidos como caso Watergate. Nixon assume o cargo durante a Guerra Fria e em um período que marcou a erosão da superioridade nuclear americana. Não havia apoio popular à Guerra do Vietnã, que começou em 1959, e ela já mostrava sinais que não seria ganha pelos americanos. Além disso, a primazia econômica dos EUA estava sendo desafiada pelo crescimento econômico da Europa e do Japão. Segundo Henry Kissinger, Secretário de Estado americano no período, Nixon estabeleceu uma política externa menos ideológica que seus antecessores. Nixon priorizou os interesses nacionais americanos ao invés de centralizar sua política externa no combate ao comunismo internacional. Neste contexto, a Diplomacia do Ping-Pong refere-se a ida de jogadores de ping-pong americanos a um campeonato em Pequim, na República Popular da China em 1971. Foi a primeira delegação americana que visitou o país depois da Revolução Chinesa de 1949. O evento marcou a aproximação sino-americana e estreou um período de détente na Guerra Fria. A China comunista não tinha relações com os EUA desde 1949, e os americanos reconheciam oficialmente a ilha de Twain como a República da China. O afastamento sino-soviético em 1969 abriu a oportunidade da aproximação da China comunista com os EUA, já que o país não estava mais sob os auspícios da URSS e a influência dos EUA na região seria um grande benefícios para os americanos. Os principais eventos da aproximação com a República Popular da China foram a troca de jogadores de ping-pong em 1971 e a visita de Richard Nixon ao país em 1972.
E: Incorreta. **Gerald Ford** foi presidente dos EUA entre 1974 e 1977 – era vice-presidente de Richard Nixon e assume após sua demissão.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) George Kennan foi um diplomata dos Estados Unidos que defendeu:

(A) A Teoria do Pentagrama.
(B) Uma Política de Aproximação Com a China.
(C) As Teses da Contenção.
(D) Uma Nova Política para a América–Latina.
(E) O desarmamento Geral e Completo.

C: Correta. A partir de 1946, o medo de uma expansão soviética começou a difundir-se pela elite americana. A Segunda Guerra Mundial havia estabelecido uma aliança entre as potências vencedoras, das quais os EUA e a URSS destacavam-se pela supremacia política e econômica. A intransigência soviética sobre sua influência na Europa do Leste, e a presença de Stálin em Berlim trazia receio aos americanos, que tinham muitas dificuldades em negociar com o líder soviético. Neste contexto, em fevereiro de 1946, George Kennan, jovem diplomata especialista em Rússia, alocado na embaixada americana em Moscou, enviou um documento que interpretava conceitualmente e filosoficamente a política externa de Stálin. O documento, que ficou conhecido como o "Longo Telegrama", dizia que os EUA deviam parar de se auto-responsabilizar pela intransigência da política externa soviética, já que esta era um amálgama da ideologia comunista e do antigo expansionismo czarista. Segundo Kennan, a ideologia comunista estava no coração das atitudes soviéticas e que estas eram irreconciliáveis com as filosofias e objetivos americanos (Kissinger, Henry). Dois meses depois do envio do telegrama de Kennan, um memorando foi elaborado por Matthew Freeman tratando as disputas com a URSS como um problema endêmico ao sistema soviético. Neste momento, os EUA já possuíam a justificativa necessária para resistir abertamente ao expansionismo soviético. Em 1947, Kennan publica um famoso artigo na revista americana Foreign Affairs, com o heterônimo de "X" para explicar como a hostilidade em relação à democracia era inerente ao regime soviético e a única maneira de acabar com a estratégia soviética era estabelecer uma política para afirmar a **contenção** e confrontar os russos em todos os lugares que eles mostrassem sinais de desestabilizar a paz mundial. Essa política de contenção ao expansionismo soviético traduziu-se em ações diplomáticas, militares e econômicas, conhecidas como as Teses da Contenção. Entre as ações tomadas no contexto da doutrina da contenção destacam-se o Plano Marshall (ajuda econômica americana aos Estados europeus desolados pela Guerra) e a criação da Organização do Atlântico Norte (OTAN) em 1949.

Gabarito "C"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os itens que se seguem, referentes à teoria realista das relações internacionais.

(1) O realismo clássico, inspirado, em parte, na teoria da seleção natural darwiniana, defende a ideia de que a hegemonia e a sobrevivência dos Estados nacionais derivariam da competição no cenário internacional e a de que os mais aptos seriam premiados.
(2) A referida teoria baseia-se, em grande medida, no princípio da antropomorfização dos Estados nacio-

nais, no sentido de que estes podem ser caracterizados como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.

(3) De acordo com a teoria realista, as relações entre os Estados nacionais são mantidas por considerações de autointeresse e de poder, não havendo espaço para a verdadeira cooperação ou coordenação política entre os países.

(4) A mencionada teoria preconiza que a anarquia é uma circunstância contingente, e não uma condição necessária do sistema internacional, podendo os Estados organizarem-se em uma sociedade de nações amparada por regras universal e consensualmente estabelecidas.

1: Certo. Darwin sustentava a ideia de que as espécies estão expostas a uma luta constante pela sobrevivência, e essa luta se efetivaria a partir da *seleção natural*, princípio segundo o qual uma espécie é *selecionada*, ou ela apenas sobreviverá, se ela conservar as características favoráveis à sua sobrevivência e descartar as desfavoráveis. Diversos autores do realismo clássico retomaram a ideia de seleção natural de Darwin para explicar a hegemonia de algumas potências no cenário internacional. Segundo o autor realista Hans Morgenthau, em A política entre as nações, particularmente sob a influência das filosofias sociais de Darwin e Spencer, as ideologias relacionadas ao imperialismo adotaram argumentos de ordem biológica para explicar, na política internacional, a superioridade militar de uma nação forte sobre uma mais débil. Segundo esses autores, esta última está fadada a tornar-se o objeto de poder da primeira.

2: Certo. Segundo a concepção hobbesiana de estado de natureza, a natureza humana é egoísta, incontrolável e ambiciosa, buscando sempre a realização de seus interesses individuais. Sendo que Hobbes serviu de inspiração para muitos teóricos realistas das relações internacionais, houve uma antropomorfização – atribuição de características humanas a seres inanimados – do Estado como ator racional, egoísta e ambicioso no contexto internacional. O item está, portanto, correto, já que a teoria realista refere-se aos Estados nacionais como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.

3: Errado. O item está incorreto porque a teoria realista aceita a existência de cooperação e coordenação entre os Estados. Apesar de a maioria dos autores da teoria realista defenderem que nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência, isso não exclui a possibilidade de haver cooperação no cenário internacional. O mecanismo de balança de poder, muito presente na teoria realista de relações internacionais, prevê o estabelecimento de alianças que contemplem os interesses nacionais dos Estados. No entanto, a vigilância deve ser permanente porque a qualquer momento a cooperação pode ser rompida em nome do interesse nacional.

4: Errado. Para a teoria realista, a anarquia é o conceito central. Segundo os realistas, a anarquia é a ausência, no cenário internacional, de uma autoridade suprema que possa determinar e implementar regras de conduta. O item está incorreto porque a anarquia no modelo realista não é contingente, mas característica inerente do sistema internacional. Diferentemente do plano doméstico, no plano internacional não existe um único soberano que possua o monopólio do uso legítimo da força. Desse modo, o modelo internacional reflete o modelo hobbesiano de estado de natureza, no qual cada Estado estaria buscando sua sobrevivência, existindo um estado de permanente desconfiança entre os Estados. No entanto, os realistas acreditam que existe cooperação nas relações internacionais, principalmente em matéria de segurança, pela balança de poder.

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) As relações internacionais vêm se desenvolvendo em todo o mundo como uma disciplina que cresce e constrói seu ambiente cognitivo próprio. Com relação a esse assunto, julgue os itens.

(1) As relações internacionais são estudadas desde a Antiguidade, em obras clássicas da Grécia antiga.

(2) O único desenvolvimento consolidado da disciplina encontra-se no chamado mundo anglo-saxônico.

1: Certo. As relações entre os Estados são estudadas desde a Antiguidade em obras clássicas da Grécia antiga, como é o caso do trabalho de Tucídides, A Guerra do Peloponeso, que conta a história da guerra entre gregos e os povos do Peloponeso, liderados por Esparta. Igualmente, obras como Utopia, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu são leituras que apresentam a perspectiva das relações entre Estados. A disciplina de relações internacionais, no entanto, surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial, tornando-se matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Vale ressaltar que o primeiro departamento de Relações Internacionais é criado em 1917 na Universidade escocesa de Aberystwyth, com a preocupação normativa de organizar uma disciplina em torno da questão da guerra e, mais precisamente, com a finalidade de livrar a humanidade de seus efeitos nefastos.

2: Errado. O item está incorreto, porque a disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu em diversos países, além do mundo anglo-saxão. Destaca-se a **escola francesa** das relações internacionais com Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Segundo José Sombra Saraiva, Pierre Renouvin foi pioneiro no estudo da história das relações internacionais com a publicação de *Histoire de Relations Internationales* em 1953. A proposta era construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional, ou seja, ele rompe com a história sustentada no fato político e na personalidade do príncipe. Já Jean-Baptiste Duroselle, com a obra *Tout empire périra,* impunha o conhecimento histórico no centro dos estudos das Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que expandia a disciplina relacionando-a com questões econômicas e financeiras. Outras escolas como a **escola italiana** – com estudos de Frederico Chabod e Mario Toscano – e a escola suíça – com a pesquisa e o plano de estudos do Institut de Hautes Études Internationales – são escolas de destaque.

Gabarito 1C, 2E

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DESDE 1945, PRINCIPAIS VERTENTES E LINHAS DE AÇÃO

(Diplomacia 2008) Em 2008, comemoram-se cinquenta anos do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), que teve início com a troca de cartas pessoais entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. A respeito da OPA, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O objetivo central da OPA foi o combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina, visto como o principal problema do continente.

(2) A OPA era uma proposta de cooperação internacional baseada na tese de que o fim da miséria e o desenvolvimento seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exógenas e antidemocráticas.

(3) No entendimento de seus formuladores, a OPA poderia servir de paradigma para iniciativas semelhantes fora do hemisfério, com base na tese de que, também em outras regiões do mundo, a promoção

do desenvolvimento serviria ao propósito de conter o comunismo.

(4) Desde o seu lançamento, a OPA teve seus objetivos encampados por Washington, o que assegurou o êxito imediato dessa operação diplomática.

1: Certa. A Operação Pan-Americana (OPA) foi uma proposta de cooperação internacional entre a América Latina e os Estados Unidos que, como afirma o item, visava a lutar contra o subdesenvolvimento econômico na América Latina. O objetivo da Operação, proposta pelo então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em 1958, foi combater não apenas o subdesenvolvimento econômico, mas o subdesenvolvimento em sentido global. O lançamento da iniciativa aconteceu logo após a malsucedida visita do vice-presidente americano Richard Nixon à América Latina, na qual houve demonstrações de antiamericanismo em diversos países do continente. Além disso, havia no continente uma ampla insatisfação com as linhas de cooperação para o desenvolvimento levadas a cabo pelos Estados Unidos. A OPA teve início pela troca de cartas pessoais entre Juscelino e o então presidente americano Dwight Eisenhower. A OPA consistia na aplicação de capital privado em áreas atrasadas do continente, no aumento de volume de crédito das entidades internacionais, na assistência técnica, entre outros. Juscelino enfatizava a importância dos capitais públicos, em razão do elevado montante necessário para os setores básicos e os de infraestrutura.

2: Certa. A OPA, que era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exógenas e antidemocráticas no continente. A cooperação seria uma solução para países atrasados. Juscelino Kubistchek, idealizador da proposta, argumentava que a cooperação econômica daria força ao pan-americanismo, tornando-se um escudo à penetração de ideologias estranhas. JK situava a OPA, portanto, contra a ameaça antidemocrática do bloco soviético. É importante ressaltar que JK sempre se referia ao desenvolvimento da América Latina como um todo, e não apenas ao desenvolvimento brasileiro.

3: Certa. De acordo com as diretrizes da OPA, o subdesenvolvimento em geral, e não apenas na América Latina, abria a possibilidade de atuação do "inimigo", ou seja, da União Soviética. Além disso, o ideal comunista deslocava-se cada vez mais do confronto direto para uma estratégia de «penetração interna». Este fato era mais preocupante tendo em vista o progresso material e tecnológico do bloco «totalitário» e seu possível efeito propagandístico. Assim, a OPA propunha a associação entre o desenvolvimento econômico e a segurança. Mesmo se a OPA foi uma operação focada no continente latino-americano, esse era um paradigma que poderia servir em outros lugares do mundo, onde os Estados Unidos já efetuavam ajuda econômica.

4: Errada. O item está incorreto, porque desde início da OPA, a reação dos EUA foi de frieza em relação ao projeto. Os americanos evitavam, assim, assumir compromissos que implicassem mudanças na orientação já traçada sobre a relação com os países latino-americanos. Segundo os EUA, a questão do subdesenvolvimento latino-americano deveria ser respondida com empréstimos de instituições de crédito já existentes no continente e não com ajuda privada americana. É errôneo afirmar, no entanto, que a OPA não produziu resultados concretos. O resultado imediato da OPA, no contexto da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a criação de uma Comissão Especial incumbida de dar execução aos projetos da OPA – nesta comissão o chefe da delegação brasileira foi Augusto Frederico Schmidt. Outro importante resultado da OPA foi a criação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),** em 1958, com a função de promover projetos de desenvolvimento na região. Ainda, a fundação da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio** (ALALC) em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, teve também suas raízes na OPA e tinha como objetivos ampliar e estabilizar o intercâmbio comercial na região, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e instaurar um processo de substituição de importações na região. Enfim, a **Aliança para o Progresso**, proposta por Kennedy em 1961, em resposta à crise cubana, foi também um resultado positivo da OPA. Um dos grandes responsáveis pela política exterior no período, Osvaldo Aranha, criticava a falta de conversão da OPA em resultados práticos e defendia que nenhum país se desenvolveria apenas via empréstimos. Aranha propunha um crescimento que não excluísse a agricultura e a reforma agrária. Com efeito, a OPA não avançava pela falta de projetos concretos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Considerando a relevância da III Conferência de Chanceleres Americanos (Rio de Janeiro, 1942) para o destino dos países latino-americanos em face da Segunda Guerra Mundial e o próprio contexto histórico do conflito, assinale a opção correta.

(A) O presidente Roosevelt aceitou, com relativo conformismo, o predomínio das visões de neutralidade dos países latino-americanos em relação ao conflito que envolvera os EUA na guerra europeia.

(B) A transferência gradual do eixo de poder mundial da Europa para os EUA, bem como as oportunidades de investimento em projetos de industrialização e desenvolvimento, animaram países como o Brasil a buscar barganhas e negociar brechas na ordem internacional, durante a Segunda Guerra Mundial.

(C) Países como a Argentina, mesmo ante a relevância econômica de suas exportações de couros, cereais e carnes para países beligerantes, sentiam-se animados a optar, na Conferência do Rio de Janeiro, pelo alinhamento com os EUA e seus aliados na guerra.

(D) A visão da harmonia pan-americana, ideia que migrara do século XIX para o século XX no ideário político das Américas, teve discreta presença nos debates da III Conferência de Chanceleres Americanos.

(E) A agenda da integração latino-americana, criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, decorreu da percepção de que essa era a única saída política diante da hegemonia hemisférica norte-americana.

A: Incorreta. O item está incorreto, porque os Estados Unidos queriam o imediato e unânime rompimento da América Latina com o Eixo durante a Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. A guerra europeia havia provocado um recuo da presença comercial alemã na América Latina, o que estimulou a ofensiva ideológica e política americana na região. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, levou os americanos à convocação da Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942, com objetivo de criar uma "unidade continental" e persuadir as lideranças latino-americanas a declarar guerra aos inimigos americanos.

B: Correta. Os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial já eram um dos maiores parceiros econômicos brasileiros e já mostravam a sua força internacionalmente. Em relação à América Latina, os Estados Unidos procuraram aumentar sua influência na região sob a política da Boa Vizinhança do Presidente Roosevelt. Para isso, os americanos criaram o *Office of the Coordination of Inter-American Affairs*, estabelecendo um complexo programa de persuasão ideológica e penetração cultural pela imprensa, cinema e o *american way of life* nos Estados Latino-americanos. No Brasil, o sucesso de personagens como Zé Carioca e de Carmem Miranda, nos EUA, assim como a organização do famoso filme de Orson Welles, *It's All true*, enquadra-se neste esforço de aproximação com a América do Sul. Gerson Moura define a política externa brasileira no período, entre 1935 e 1941, como a **"equidistância pragmática"**, já que o Brasil tentou tirar proveitos dos interesses americanos na região ao mesmo tempo que continuava a negociar com os alemães. Em 1938, Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, proclama a neutralidade brasileira na guerra. A indefinição sobre qual lado o Brasil entraria na guerra promovia vantagens econômicas

ao país. O desenvolvimento nacional, segundo Vargas, dependia do aproveitamento das jazidas de minério de ferro. Iniciou-se, portanto, uma **barganha para construir a siderúrgica de Volta Redonda** e para **equipar as Forças Armadas**. Após a entrada americana na guerra em 1941, os EUA convocam uma Reunião de Consulta dos Chanceleres latino-americanos, no Rio de Janeiro em **1942**. O Eixo pressionava o Brasil para manter sua neutralidade, mas com a promessa de vantagens econômicas dos EUA, **o Brasil rompe relações com o Eixo no ano 1942.**

C: Incorreta. O item está incorreto, porque houve resistência tanto argentina, quanto chilena durante a Conferência dos Chanceleres de 1942 em adotar uma resolução que determinasse o rompimento das relações dos países latino-americanos com os países do Eixo. A resolução, resultado da Conferência de 1942 apenas recomendou o rompimento das relações. A Argentina somente declarou guerra ao Eixo em maio de 1945, depois da capitulação alemã em Paris. Já o Chile declarou a ruptura com o Eixo em janeiro de 1943.

D. Incorreta. O item está incorreto porque o sentimento pan-americano ganhou uma nova força no período e foi o grande protagonista da III Reunião de Chanceleres Latino-Americanos. As conferências pan--americanas, influenciada pela política da Boa Vizinhança, pregavam o princípio da solidariedade hemisférica repudiando qualquer tipo de intervencionismo para resolver os problemas da região. Entre as principais conferências do período, destacam-se:

- **Conferência de Buenos Aires de 1936**: é aprovado um mecanismo de consulta entre os países do hemisfério, além de estabelecer o princípio de que uma ameaça a um país da região significava uma ameaça a todos.
- **Conferência de Lima de 1938**: ampliou o sistema de consulta entre os países da região, mas não conseguiu estabelecer um tratado de segurança continental, que foi barrado pela Argentina.
- **Conferência de Consultas do Panamá em 1939:** foi uma reunião em função da guerra europeia que definiu a neutralidade do continente.
- **Conferência de Havana de 1940:** decidiu que qualquer agressão de um Estado não americano contra um Estado americano seria considerada agressão contra todos os Estados americanos.

E. Incorreta. O item está incorreto, inicialmente, porque a agenda de integração latino-americana não foi criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, existindo outras importantes conferências na região, como mencionado no comentário do item anterior. Além disso, não existia a percepção, durante a Segunda Guerra, que a hegemonia americana era a única saída. O Chile e a Argentina, por exemplo, optaram pela neutralidade durante grande parte do conflito, mantendo relações econômicas e política com o Eixo. O Brasil também manteve relações com o Eixo e, para aderir à bandeira americana, obteve ganhos econômicos e de infraestrutura.

Gabarito "B"

Sugestão de Leitura: Gerson MOURA. Autonomia na Dependência. / Gerson MOURA Sucessos e Ilusões.

(Diplomacia 2008) Acerca das principais linhas de ação e vertentes da política externa brasileira desde 1967, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A partir de 1967, o governo Costa e Silva procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar. A unidade de ação que se verifica a partir de então embasou-se na importância central conferida à doutrina de fronteiras ideológicas, que, como condicionante das estratégias a serem adotadas, definia as prioridades externas.

(2) Alguns aspectos do "pragmatismo responsável" adotado pelo governo Geisel, como a busca da autonomia decisória na política externa, encontravam antecedentes em ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro.

(3) A dívida externa assumiu relevância na ação internacional do Brasil a partir do início da década de 1980, sendo tratada de acordo com duas estratégias: a primeira, de orientação economicista, afastava a diplomacia das negociações acerca do tema e favorecia a busca de soluções monetaristas, negociadas bilateral e diretamente com a comunidade financeira internacional; a segunda, configurada no Consenso de Cartagena de 1984, propugnava um tratamento político da questão que equacionasse o pagamento da dívida com o crescimento econômico da América Latina. Prevaleceu, desde o início, esta última estratégia.

(4) A política externa brasileira era formulada, a partir do início da década de 1970, com a finalidade última de serem superadas dependências e de ser reforçada a autonomia do país. A área energética foi alvo de medidas que se enquadravam nessa linha de ação, sendo exemplo de tais medidas o acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha firmado em 1975.

1: Errada . A primeira parte do item, que afirma que o Governo Costa e Silva (1967-69) "procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar", está correta e é exatamente o que afirma Amado Luiz Cervo em "História da Política Externa Brasileira". De acordo com Amado Cervo, a partir de 1967, a política externa brasileira destinou a impulsionar o **desenvolvimento de forma autônoma**. A nova doutrina, instaurada no governo Costa e Silva, denominada "Diplomacia da Prosperidade", foi exposta pelo chanceler José de Magalhães Pinto em 1967. Os objetivos da nova política eram eliminar os conceitos de bipolaridade e de segurança coletiva e colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo de aproveitamento das oportunidades que o setor externo podia oferecer. O item está incorreto porque a política externa do período Costa e Silva não se baseou na "doutrina de fronteiras ideológicas", ao contrário, ela tinha um sentido realista, com isenção ideológica e visava ampliar a pauta de exportações brasileiras, a cooperação científica e aumentar o fluxo financeiro do país, sem considerar alianças ideológicas. O Brasil rejeita, nesse período, o poder associado à potência hegemônica ocidental – os Estados Unidos e associa-se aos poderes emergentes. Exemplos desta nova postura brasileira foram percebidos na atuação reivindicatória diante do Terceiro Mundo, em 1968, durante a II UNCTAD; na formulação da política nuclear brasileira que visava a obtenção de tecnologia para fins pacíficos; além da forte presença brasileira em foros multilaterais.

2: Certa. A definição "**pragmatismo responsável**" apareceu pela primeira vez no discurso do presidente Ernesto Geisel em março de 1974, quando o presidente batizou a política externa de seu governo de Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Azeredo da Silveira, que foi o chanceler brasileiro durante os anos Geisel, anunciou em 1975, em uma reunião no Congresso Nacional que o "raciocínio simplista [que] alimentou a Guerra Fria, favoreceu a repartição do mundo em blocos, estimulou os alinhamentos automáticos e criou o não alinhamento militante. Não sumiram as ambições hegemônicas; o direito à autodeterminação tem sido conquistado em oposição à ordem internacional vigente e não ajudado por ela. O Brasil se recusa a ver o mundo por essas óticas distorcidas que justificam os privilégios de umas poucas nações em detrimento dos legítimos interesses das demais". Azeredo retoma, como afirma o item, ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro para formular o Pragmatismo Responsável. O pragmatismo da política externa brasileira encontra suas raízes na Política Externa Independente (PEI) de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que foi instaurada em 1961 durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart. Tanto a PEI quanto o pragmatismo responsável de Geisel eram

contra os alinhamentos automáticos em política externa e pregavam a superação dos conflitos Leste-Oeste, para uma predominância dos conflitos Norte-Sul.

3: Errada. Um grande problema da década de 1980 foi o endividamento externo. Como afirma o item, a questão da dívida externa foi vista sob duas óticas distintas. A primeira foi a **visão economicista** – ligada ao Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e o Banco Central - para o problema. Este grupo tinha inclinações monetaristas e acreditava que a melhor estratégia para resolver os problemas financeiros brasileiros seria negociar diretamente com a comunidade financeira uma solução. A **segunda estratégia era levada a cabo pelo Itamaraty** e pregava um **tratamento político** ao problema de endividamento econômico, a exemplo do que ocorreu anteriormente com países europeus endividados no pós-Segunda Guerra Mundial O item está incorreto porque a visão que predominou no tratamento da dívida foi a economicista. O Itamaraty, que havia sido um dos grandes motivadores da negociação multilateral da dívida externa, ajudou na organização do Consenso de Cartagena em 1984. O foro reuniu 11 países da região responsáveis por 80% das dívidas externas do continente e tinha o objetivo de negociar melhores condições de pagamento da dívida externa do bloco. No entanto, como o Itamaraty foi inibido em sua defesa a uma solução política para a questão da dívida externa latino-americana, o Consenso de Cartagena já nasceu débil.

4: Certa. O contexto da política externa brasileira dos anos 1970 é marcado pela diversificação de parceiros comerciais e pelo não alinhamento com os EUA. Havia, no entanto, certa dependência tecnológica brasileira em relação aos americanos, que precisava ser superada. Diante da lentidão na transferência de tecnologia atômica, para fins pacíficos, por parte dos Estados Unidos, o Brasil assina em **1975 o Acordo de Cooperação Nuclear com a Alemanha,** para diversificação das fontes de energia. O acordo de 1975 com a Alemanha previa a implementação de 8 usinas nucleares; a prospecção e tratamento de urânio; a produção e instalação de reatores nucleares; além do enriquecimento do urânio e o processamento de combustíveis.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Dois fatos ocorridos em 1945 marcaram a história brasileira. Chegavam ao fim a Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas. A partir daí, o país se redemocratizava, fazia avançar seu projeto de modernização econômica, rapidamente se urbanizava, ao tempo em que convivia com uma ordem internacional de pronunciada tensão que atingia o continente americano, particularmente, entre fins da década de 50 do século passado e o decênio seguinte. Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o autoritarismo do regime militar, período que não deve ser entendido como uniforme e homogêneo, tanto na política interna quanto na externa. A partir de 1985, com a nova experiência democrática, o país passou a conviver com outra realidade mundial e nela procurou inserir-se, mantendo princípios permanentes de sua política internacional e fazendo uso de mecanismos e instrumentos próprios do novo contexto global.

(Diplomacia 2007) Tendo as informações acima como referência inicial e considerando as principais vertentes e linhas de ação da política externa brasileira, de 1945 aos dias atuais, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) ( ) Com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil alinhou-se à estratégia político-militar norte-americana, voltada, no contexto da Guerra Fria, para conter as forças consideradas inimigas do Ocidente democrático.

(2) ( ) Na primeira metade dos anos 60 do século passado, a Política Externa Independente procurou expressar um ponto de vista internacional do Brasil, entendido como instrumento essencial à conquista do desenvolvimento nacional e não submetido aos interesses das potências hegemônicas.

(3) ( ) O terceiro governo do ciclo militar, sob a liderança de Ernesto Geisel, adotou a linha do pragmatismo responsável, a qual, sob nova roupagem, retomava os padrões da política externa de Castelo Branco, fundamentada no relacionamento especial com os EUA e na conveniência de se distanciar de outros polos de poder no âmbito do capitalismo.

(4) ( ) O estreitamento das relações com a Argentina de Alfonsín, ocorrido durante o governo Sarney, ainda que não tenha resultado em aproximação mais objetiva, que redundasse em acordos econômicos entre Brasil e Argentina, teve o mérito de superar históricas rivalidades, atenuadas, apenas circunstancialmente, por ambos os regimes militares.

1: Certa. Segundo Amado Cervo, a política externa do governo Dutra ficou conhecida pelo alinhamento e desenvolvimento associado aos Estados Unidos. A Guerra Fria, que se instaurou depois da Segunda Guerra Mundial, acentuou uma bipolaridade ideológica que dividiu entre os EUA e a URSS o poder de influência sobre o mundo. A América Latina estava sob a hegemonia econômica e cultural americana, o que resultou em um alinhamento com os EUA. No que se refere ao Brasil, depois do sucesso da política externa do período Vargas - que havia conseguido empréstimos americanos para construção da Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros feitos - o Brasil esperava alcançar uma aliança privilegiada com os americanos e garantir novos empréstimos para o país. Os chanceleres brasileiros no período, **Raul Fernandes e João Neves da Fontoura**, comandaram uma política de alinhamento, acompanhando o voto americano nas Conferências da ONU e nas iniciativas dos EUA para a região. Exemplo desta política foi a criação em 1947 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que defendia que "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos" e a criação da Organização dos Estados Americanos em 1948 que, segundo Gerson Moura, representava a consolidação da influência americana na região. O alinhamento brasileiro também se refletia no combate ao comunismo internacional e resultou em 1947 no rompimento de relações diplomáticas com a URSS. Esta decisão foi tomada pelo chanceler Raul Fernandes depois de um desentendimento entre o Brasil e a URSS e não teve apoio dos EUA.

2: Certa. A política externa dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) provinha de um conjunto de ideais nacionalistas e desenvolvimentistas que vão constituir a **Política Externa Independente (PEI),** como ficou conhecida. Apesar da PEI não qualificar um projeto institucionalizado, ela foi um processo e um conjunto de políticas pragmáticas que visavam a mundialização das relações internacionais e comerciais do Brasil, a luta pelo desenvolvimento, pelo desarmamento, a autodeterminação dos povos e a não intervenção, sem o comprometimento com objetivos ideológicos, além de ressaltar um desejo do Brasil de participar nas decisões internacionais. A PEI tinha uma visão universal e enfatizava as relações não mais no contexto da Guerra Fria, Leste-Oeste, mas na órbita das relações Norte-Sul, procurando obter vantagens desta conjuntura sem promover qualquer alinhamento com as potências hegemônicas. O objetivo da PEI era, portanto, o desenvolvimento nacional pela via universal. Entre os grandes formuladores da PEI é essencial citar o nome de Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro, todos chanceleres durante os governos Jânio-Jango. Entre as políticas promovidas durante a PEI, destaca-se a abertura política para o continente africano, a possibilidade de comércio com o Extremo-Oriente e o Sudoeste asiático, assim como a opção de restaurar relações com o bloco comunista.

3: Errada. A política externa de Geisel foi projetada em um pragmatismo ecumênico e responsável. Segundo o próprio Geisel em seu discurso ao poder legislativo de 1975, "No caso do Brasil, sua política externa é baseada no que chamamos de 'pragmatismo responsável', no ecumenismo e num princípio que consideramos essencial: o princípio de não intervenção em assuntos internos de outros Estados (...). A política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética". Com Geisel, o Brasil teve que multiplicar seu contato com outras nações, diversificar os mercados para seus produtos e buscar novas fontes de financiamento e tecnologia. O chanceler e grande visionário da política do período foi Azeredo da Silveira. Ao contrário do que afirma o item, a política de Geisel não se baseava em um relacionamento especial com os EUA, ele procurou diversificar seu envolvimento com outros países desenvolvidos (Europa Oriental e Japão) ou mesmo com o Terceiro Mundo (América Latina e África). O item possui outro erro ao afirmar que a política externa de Geisel retoma os padrões da política de Castello Branco. O período Castello Branco, que teve Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães como chanceleres, ficou conhecido como o "passo fora da cadência" (Amado Cervo), por haver ocorrido um desmantelamento do PEI e a volta de uma aproximação com os Estados Unidos. Outro erro importante do item é que o governo Geisel (1974-1979) não foi o terceiro governo do ciclo militar, ele foi o quarto, depois de Castelo Branco (1964-1966); Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974).

4: Errada. Não obstante o estreitamento de relações entre a Argentina e o Brasil ter ocorrido no governo de José Sarney na presidência brasileira e Alfonsín na presidência argentina nos anos 1980, o item está incorreto porque esta aproximação resultou em uma série de acordos econômicos. Entre os principais acordos do período estão a Declaração de Iguaçu de 1985, que assume compromisso de aprofundamento das relações econômicas entre os países; o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) que já previa negociações setoriais para promover uma progressiva eliminação tarifária; e, em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com conteúdo vinculante que estabelecia um prazo de 10 anos para a eliminação das tarifas no comércio bilateral. Essa aproximação econômica é apontada como antecedentes da criação do MERCOSUL.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Entre as características da política externa brasileira contemporânea, inclui-se

(1) a menor participação em organismos multilaterais, em prol de uma atuação diplomática mais unilateral, com o Brasil buscando atuar no cenário internacional de maneira mais autônoma, especialmente em temas como segurança coletiva, meio ambiente e direitos humanos.

(2) a intensificação da denominada diplomacia presidencial.

(3) a maior aproximação comercial com a China, em relação à década passada, evidenciada pelo fato de esse país ter recentemente assumido a condição de principal parceiro comercial do Brasil.

(4) a maior integração sul-americana, com a extensão de programas como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para os demais países sul-americanos.

(5) a expansão da cooperação científica e técnica prestada pelo Brasil a países asiáticos e africanos, por intermédio, por exemplo, da criação de Laboratórios Virtuais (LabEx) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em países desses continentes.

1: Errado. A política externa brasileira, ao contrário do que afirma o item, tem forte histórico de participação em organismos multilaterais. Segundo Flávia Campos Mello, desde o final do século XIX, a política externa brasileira tem participação ativa em instituições e foros multilaterais. O Brasil esteve presente durante a segunda Conferência Internacional da Paz, realizada em Haia em 1907, além da Conferência de Paz de Versalhes em 1919, o que lhe garantiu presença na Liga das Nações. No pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil também marcou presença ativa durante a Conferência de Bretton Woods de 1944 e como membro fundador da ONU na reunião em São Francisco em 1945. Sobre as características da política externa brasileira contemporânea, em relação ao multilateralismo, vale destacar o papel protagonista brasileiro em diversos foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, nas diversas instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), no Mercosul, na UNASUL, entre outras. Além disso, a aspiração brasileira a um papel protagonista nos foros multilaterais é particularmente expressa na candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança no contexto de Reforma da ONU.

2: Certo. A diplomacia presidencial caracteriza a participação ativa de presidentes na condução, execução e formulação da política externa. A diplomacia presidencial ganhou ênfase nos últimos anos dada à frequência que se recorre aos chefes de Estado e governo em áreas que eram comuns a atuação de chanceleres. Segundo o cientista político Guilhon de Albuquerque, no Brasil, a diplomacia presidencial iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual a participação desse Chefe de Estado em assuntos de política externa foi muito ativa. O governo Luiz Inácio Lula da Silva também foi referenciado pela forte atuação presidencial em assuntos de política externa, tendo alguns temas de prevalência como a política Sul-Sul e as relações regionais.

3: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$77 bilhões**, sendo que o Brasil exportou para esse país US$44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Sobre relações políticas, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1974, em um momento de diversificação de parcerias internacionais por parte do Brasil. Segundo Henrique Altemani, dentro do projeto da política externa brasileira, que tem forte atuação nos fóruns multilaterais, a reaproximação com a China era fundamental para dar credibilidade e legitimidade à ação brasileira. Durante os anos 1980, houve importantes avanços na relação bilateral entre China e Brasil, verificado nas visitas dos Presidentes brasileiros João Figueiredo, em 1984, e José Sarney, em 1988 à China. O Brasil tinha motivações econômicas ao aproximar-se da China, com expectativas de contratos para as exportações brasileiras diante do impressionante crescimento da economia chinesa ao longo da década de 1980. Além disso, segundo o diplomata Oswaldo Biato Junior, havia a expectativa que uma relação estratégica entre os países fortaleceria as teses brasileiras nos foros internacionais, nos quais China e Brasil compartilhavam posições em matérias de não proliferação nuclear, de Agenda para a Paz e o Desenvolvimento, de relações Norte-Sul, de defesa do meio ambiente e de transferência de tecnologia. Em 1988, foi assinado o "Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres" (CBERS), projeto mais expressivo de cooperação científica e tecnológica entre dois países em desenvolvimento. Nesse sentido, em 1993, durante a gestão Itamar Franco, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre a China e o Brasil, com o objetivo de elevar as relações bilaterais a um novo patamar, ampliando planos de cooperação econômica e política. As relações sino-brasileiras no início do século XXI foram de maior proximidade ainda, como afirma o item, dada a intensificação do comércio entre os dois países. Entre as principais parcerias entre os dois países, vale destacar o engajamento conjunto no fortalecimento da reforma de instituições internacionais - FMI, Banco Mundial - a partir do BRICS e do G20 financeiro, no BASIC – na área de meio ambiente –, na parceira na área de ciência, tecnologia e inovação em matéria de energia, tecnologia espacial, entre outros.

4: Errado. O item está incorreto porque o FOCEM é um fundo criado para a convergência estrutural dos membros do MERCOSUL, não incluindo os demais países da América do Sul. O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do Mercosul, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados-partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos em quotas semestrais dos Estados-Partes do Mercosul, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. Atualmente o maior beneficiário é o Paraguai, com 17 projetos. O Brasil tem 5 projetos em seu território: a criação da Biblioteca da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu; a ampliação do sistema de esgoto sanitário de Ponto Porã (MT); o adensamento e complementação automotiva do Mercosul; a qualificação de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e do gás; a construção do esgoto sanitário em São Borja (RS).
5: Certo. O item está correto já que a EMBRAPA está promovendo a expansão da cooperação técnica e científica para países africanos e asiáticos por intermédio de vários programas, dos quais a criação de Laboratório Virtuais (Labex). O objetivo dos Laboratórios Virtuais é promover o conhecimento mútuo do estado da arte das ciências agrárias, além de enriquecer a cooperação científica, tecnológica e de inovação. Atualmente, a EMBRAPA possui laboratórios virtuais na Coréia do Sul, na China, no Senegal, em Gana, no Mali, em Moçambique, além de França, Reino Unido, Panamá, Equador, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos. A iniciativa, que visa fomentar a cooperação científica com outros países, teve início em 1998, com a abertura do Labex Estados Unidos.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação à política externa independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964), julgue os itens subsequentes.

(1) Por intermédio da Aliança para o Progresso, contemporânea do presidente John Kennedy, repudiou-se o intervencionismo norte-americano nos assuntos hemisféricos, visto que essa aliança era tida como deletéria aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos.

(2) O ingresso do Brasil no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e a sua participação, juntamente com Cuba, da Primeira Cúpula desse movimento, em 1961, em Belgrado, foram motivados pela política externa dos governos em tela.

(3) Nesse período, a intensificação das relações comerciais com todos os países ensejou o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e com Cuba.

(4) A política externa de ambos os governos preconizava o direito de Cuba à autodeterminação, especialmente em relação à preservação das conquistas da Revolução de 1959 e ao seu direito de adotar um sistema de partido único.

(5) No sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), admitia-se a presença de Cuba, de pleno direito; entretanto, recusava-se a política de isolamento da ilha, defendida pelos EUA na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, em Punta del Este, em 1961.

1: Errada. A Aliança para o Progresso foi um Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado pelos Estados Unidos e 22 outros países do hemisfério – entre eles o Brasil – com a assinatura da Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento, cabendo aos EUA auxiliar financeiramente, com uma parte minoritária do financiamento dos programas. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O projeto de cooperação interamericana já havia sido proposto em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek com a Operação Pan-Americana (OPA) sem que houvesse participação ativa dos EUA. Com a vitória da revolução em Cuba, em janeiro de 1959, foi evidenciando aos olhos dos formuladores da política hemisférica de Washington a necessidade de se mostrarem mais sensíveis às crescentes reivindicações de desenvolvimento econômico, progresso social e democracia, levantadas pela América Latina. O item está incorreto porque a Aliança para o Progresso não era vista como prejudicial aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos, além de não repudiar qualquer intervencionismo americano na região.
2: Errada. A Primeira Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não Alinhados em Belgrado, em 1961, que criou o Movimento de Países Não Alinhados, ao contrário do que afirma o item, contou com a presença de 23 países afro-asiáticos, um latino-americano – Cuba – e um europeu, a Iugoslávia. O Brasil não participou oficialmente do Movimento de Países Não Alinhados, mas esteve presente apenas com o *status* de membro Observador. O movimento dos Países Não Alinhados colocou em destaque a temática do desenvolvimento econômico dos países do Sul e passou a mobilizar ações coordenadas dos povos do Sul de distintas regiões, ao fim da década de 1950, com intuito de fazer prevalecer esse tema na agenda internacional. O Movimento surgiu em consequência da Conferência de Bandung de 1955, que foi considerada como um marco em relação à formação identitária dos países de Terceiro Mundo. Em Bandung, pela primeira vez, ocorreu um grande encontro de Cúpula que reunia Estados de Terceiro Mundo sem a participação de Estados europeus, dos EUA e da URSS. O "Terceiro Mundo" passava a agir menos como objeto e mais como ator coletivo, defendendo agenda própria internacional.
3: Errada. O período que comporta os governos de Jânio Quadros e João Goulart, na área de política externa, é visto como uma unidade, apesar de o Ministério das Relações Exteriores ter tido mais de cinco titulares em menos de três anos. O período ficou conhecido pela implementação da Política Externa Independente que possuía caráter pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos. Nesse período, como afirma o item, houve uma intensificação comercial com parceiros menos tradicionais, como países socialistas e africanos. O item está incorreto porque, apesar de existir a retomada das relações com a União Soviética, as relações diplomáticas com Cuba foram rompidas apenas em 1964 e retomadas em 1986. Sobre a URSS, o **restabelecimento das relações diplomáticas ocorre em 1961**, no governo João Goulart, trabalho que se deveu aos esforços do chanceler San Tiago Dantas. Desta forma, nota-se nos anos 1960 um aquecimento das relações comerciais URSS-Brasil com novos acordos de comércio e pagamentos entre os países e a concessão recíproca de nação mais favorecida no comércio e navegação. Em **1962**, cria-se a **Comissão para a Coordenação do comércio com o Leste Europeu (COLESTE)** e no ano seguinte a **Comissão Mista URSS-Brasil, de 1963.** Sobre Cuba, o Brasil já tinha relações diplomáticas com esse país desde 1906. As relações são rompidas em 1964 em razão da entrada da ditadura militar brasileira e são apenas retomadas em 1986.
4: Errada. Como afirma o item, a política externa do período Jânio-Jango por ver a possibilidade de comércio com o extremo-oriente e o sudoeste asiático, assim como a necessidade de restaurar relações com o bloco comunista, defendia a autodeterminação no caso cubano. O item está incorreto porque o Brasil não defendia o direito de Cuba adotar um sistema de partido único, apenas pregava a autodeterminação e a não

intervenção, recusando-se em apoiar os EUA em uma possível invasão a Cuba. Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil adotou uma posição conciliatória. San Tiago Dantas propôs a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério, o que fortificaria o princípio da não-intervenção e criaria a possibilidade de, por não ser regime democrático, neutralizar o regime cubano. No entanto, Cuba foi excluída da OEA em 1962. Brasil, Chile, Argentina, México, Equador e Bolívia, grupo conhecido como "The Outer Six" se abstiveram. O Brasil divergiu quanto às sanções à Cuba, mas continuava concordando com o restante das posições americanas quanto à condenação do comunismo internacional.

5: ANULADA. Cuba foi excluída da OEA em 1962 durante a Conferência de Punta del Este sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). O objetivo da Conferência era considerar "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". A Conferência estava centrada na situação política do governo de Cuba, cujo líder, Fidel Castro, havia declarado adesão ao marxismo-leninismo. O item está incorreto, porque não se admitia mais a presença de Cuba na OEA a partir de 1962.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E, 5ANULADA

3. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

(Diplomacia – 1999) Entre os resultados principais da Guerra do Pacífico (1879-83), pode-se incluir:

(A) A secessão do Panamá.
(B) A não demarcação da Cordilheira do Condor, na fronteira entre o Equador e o Peru.
(C) O agravamento da questão do Canal de Beagle entre a Argentina e o Chile.
(D) A anexação das cidades de Tacna e Arica pelo Peru.
(E) A mediterraneidade da Bolívia.

A: Incorreta. A secessão do Panamá do território colombiano, ou Independência do Panamá, ocorreu em 1903 sem relação com a Guerra do Pacífico.

B: Incorreta. A demarcação da fronteira entre o Equador e o Peru na região da Cordilheira do Condor não ocorreu por divergências bilaterais entre o Equador e o Peru e não pode ser vista uma consequência direta da Guerra do Pacífico.

C: Incorreta. A Guerra do Pacífico levou a assinatura no Tratado de Fronteiras de Limites entre o Chile e Argentina de 1881, que estabeleceu a base fronteiriça entre ambos os países, desmilitarizando o Estreito de Magalhães e resolvendo o longo conflito sobre as fronteiras na região da Patagônia. As deficiências de alguns artigos do Tratado deram origem ao conflito sobre a delimitação das fronteiras do canal de Beagle. Esse último foi resolvido definitivamente apenas na década de 1990, após a mediação da Santa Sé.

D: Incorreta. As cidades de Tacna e Arica foram anexadas pelo Chile por um período de 10 anos. Em 1929, em um acordo intermediado pelo presidente americano Hebert Hoover, Arica foi acordada ao Chile e Tacna devolvida ao Peru, com o pagamento de uma indenização.

E: Correta. A **Guerra do Pacífico** (1879-1883) foi um conflito da Bolívia e Peru contra o Chile. Ela teve origens nas desavenças entre a Bolívia e o Chile sobre a região do Atacama, rica em recursos minerais, principalmente o cobre. O território era controlado pela Bolívia, mas explorado economicamente pelo Chile. Em 1878, o presidente boliviano decretou o aumento sobre as taxas de exploração mineral, o que causou profundo desagrado no governo chileno e, inicialmente, uma crise diplomática que resultou na guerra em 1879. A Bolívia possuía uma aliança secreta com o Peru, que acabou entrando na guerra do lado boliviano. A Guerra do Pacífico durou até 1883 e teve consequências importantes para a Bolívia e o Peru. A Bolívia perdeu seu acesso ao Oceano Pacífico e tornou-se um país mediterrâneo, além de perder as valiosas reservas de cobre e nitrato da região. O Peru, pelo Tratado de Ancón, teve as províncias de Tacna e Arica ocupadas pelos chilenos por um período de 10 anos. O conflito pelas províncias perdurou e, em 1929, sob o intermédio do presidente americano Herbert Hoover, foi estabelecido um acordo que deixou Arica para o Chile e Tacna para o Peru. O Chile, em resposta a neutralidade argentina no conflito, deixou de disputar a região da Patagônia, que era um importante conflito territorial entre a Argentina e o Chile na época.

Gabarito "E"

Sugestão de Leitura: Leslie BETHELL, História da América Latina. Volume 5.

(Diplomacia – 1999) O processo de paz entre o Equador e Peru, concluído em Brasília, em outubro de 1998, contou com a participação ativa dos quatros países designados como garantes pelo Protocolo de Paz, amizade e limites do Rio de Janeiro.

(A) Argentina, Brasil, EUA e México.
(B) Argentina, Brasil, Uruguai e EUA.
(C) Brasil, Chile, Colômbia e EUA.
(D) Argentina, Brasil, Chile e EUA.
(E) Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai.

D: Correta. Em outubro de 1998, uma cerimônia no Palácio do Itamaraty, em Brasília, assinalou um final pacífico para um longo período de conflitos entre o Peru e o Equador. Foi assinado um «Acordo Global e Definitivo de Paz» que consumiu quatro anos de esforços de mediação de quatro países «garantes» (**Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos**). A distensão militar foi cingida pela missão de paz (MOMEP) e a negociação diplomática por meio de encontros constantes entre as partes, até a resolução definitiva e exitosa em outubro de 1998. O conflito entre o Peru e o Equador data do século XIX e surgiu pela confusa determinação sobre qual desses países controlaria as terras do "oriente" amazônico. Houve uma progressiva ocupação do território pela colonização peruana, que foi constantemente questionada pelo Equador. Em 1941, eclodiu uma crise entre os países que resultou na primeira atuação da mediação dos "garantes". Pelo Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, estabeleceu-se como a fronteira equatoriano-peruana o limite que correspondia em larga medida aos contornos históricos da ocupação efetiva de cada país. O Equador não reconheceu o Protocolo e, 43 anos depois, em 1995, produziu-se o mais grave enfrentamento bélico entre os dois países desde 1941. Em 17 de fevereiro de 1995, um acordo, consagrado sob o título de «Paz do Itamaraty», estabeleceu as condições preliminares para uma pacificação bilateral que terminaram em 1998. O acordo de 1998 assentou-se em concessões cruciais de ambos os lados: o Equador admitia a vigência do Protocolo em troca do reconhecimento peruano de que a conclusão da demarcação prevista naquele instrumento exigia antes resolver questões pendentes. Nestes dois âmbitos destacou-se a atuação brasileira, como coordenador as esferas militar e diplomática, construindo paulatinamente um papel de liderança no decorrer das negociações.

GABARITO: D

3.1. Integração na América do Sul

Tratado de Cooperação Amazônica

(Preâmbulo)

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, conscientes da importância que para cada uma das partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios, animadas do propósito comum de conjugar esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia,

que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes para elevar o nível de vida de seus povos a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, cônscias de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia, seguras de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns, contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina, persuadidas de que o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto, resolvem subscrever o presente Tratado.

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção que contempla um dos objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978.

(A) Estimular a ocupação da região amazônica, com obras de infraestrutura e concessão de incentivos fiscais.
(B) Estabelecer uma moratória comum aos países amazônicos em face dos empréstimos contraídos para obras na região.
(C) Promover um modelo de desenvolvimento da região que hoje se poderia denominar de sustentável.
(D) Impedir o avanço de frentes colonizadoras na região reforçando as fronteiras regionais.
(E) Impedir a bioprospecção por países externos à região.

A: Incorreto. O item está incorreto porque o Tratado de Cooperação Amazônico não tem como objetivo estimular a ocupação da região com a concessão de incentivos fiscais. O Pacto, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos 8 países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tem como objetivo estabelecer um instrumento jurídico para promover um modelo de complementação econômica e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.
B: Incorreto. O item está incorreto, porque não há qualquer acordo entre os membros do TCA que preveja a moratória comum aos países amazônicos.
C: Correto. O Tratado de Cooperação Amazônico tem como objetivo central, a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Em 1995, os países membros do TCA criaram uma Secretaria Permanente com personalidade jurídica e sede em Brasília, com objetivo de fortalecer a organização. A decisão, implementada em 1998 com a aprovação do Protocolo de Emenda ao TCA, criou a Organização dos Estados Amazônicos (OTCA).
D: Incorreto. A iniciativa de criar um Tratado de Cooperação que abarcasse os países amazônicos nasceu de uma proposta brasileira, que não tinha a intenção, como afirma o item, de impedir o avanço de frentes colonizadoras na região. O objetivo era institucionalizar o processo de cooperação regional que já vinha se desenvolvendo desde os anos 1960. De acordo com o texto do Tratado, é competência exclusiva dos países da região o desenvolvimento e proteção da Amazônia. Além disso, foi reforçado o princípio da soberania sobre a conservação dos recursos naturais na região.
E: Incorreto. Como foi afirmado no comentário do item anterior, o TCA tinha como objetivo reforçar a integração regional dos países amazônicos, prevendo o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, além do estabelecimento de infraestrutura e o incremento do comércio fronteiriço. O item está incorreto, porque não há qualquer menção sobre o impedimento a bioprospecção na região.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única afirmação correta:

A "Comunidade Andina":

(A) É uma união de todos os países sul-americanos para a conservação e desenvolvimento sustentável do meio ambiente ecológico da Cordilheira dos Andes.
(B) Foi a Comunidade que formaram o Peru e a Bolívia na chamada "Guerra do Pacífico" contra o Chile, em 1870.
(C) É uma união diplomática dos países andinos, que contempla a criação de Consulados comuns em terceiros países, para a proteção das comunidades locais de seus cidadãos no estrangeiro.
(D) É como ficou conhecido na história o pacto firmado por Bolívar e San Martin no encontro de Lima, em 1819, quando acertaram levar adiante separadamente a luta pela independência das colônias espanholas na América.
(E) É uma união de países andinos que visa ao estabelecimento de políticas comuns de comércio para os países que integram aquela Comunidade.

A: Incorreto. A Comunidade Andina é um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. O item está incorreto, porque a Comunidade Andina não é formada por todos os países sul-americanos e não tem como objetivo a conservação do meio ambiente na região dos Andes.
B: Incorreto. O item está incorreto, porque o Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, que teve forte influência da CEPAL e das ideias de Industrialização por Substituição de Importações. Na década de 1950, foi publicado um relatório pela CEPAL, de autoria do economista argentino Raul Prebisch, que estabelecia um diagnóstico sobre a necessidade de industrialização na região e das vantagens de uma possível integração econômica entre os países latino-americanos. Neste contexto, foi criada, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que reunia Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia, além de Colômbia, Equador, México e Venezuela. No entanto, a insatisfação de alguns participantes da ALALC, principalmente dos países de pequena economia que alegavam uma distribuição desigual dos mecanismos reguladores, incentivou a criação do Pacto Andino de 1969.
C: Incorreto. O item está incorreto porque a Comunidade Andina tem como principais pontos da agenda a integração econômica de seus membros, facilitando a criação de um mercado comum na região.
D: Incorreto. O item está incorreto, primeiramente, porque a criação da Comunidade Andina não tem qualquer relação com o encontro em Simón Bolivar e San Martin, patronos das independências na América Espanhola. Outro erro do item é que o encontro entre Simon Bolívar e San Martín ocorreu na cidade de Gauyaquil em 1822, não em Lima em 1819, como afirma o item.
E: Correto. A Comunidade Andina (CAN) visa o estabelecimento de políticas de comércio com países que integram a comunidade. Ela passou por diversas etapas desde sua criação em 1969 e, atualmente, a CAN vive o dilema entre o incentivo a uma integração regional entre os membros

do bloco e a adoção de Acordos Bilaterais de Livre Comércio com os Estados Unidos e a União Europeia. A Venezuela saiu recentemente do bloco, em 2006, por diversos motivos, mas principalmente porque Peru e Colômbia já possuíam Tratados de Livre Comércio com os EUA.

Gabarito "E".

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) A integração política e econômica da América do Sul consiste em uma das prioridades da política externa brasileira, o que pode ser evidenciado pela

(1) convergência política, técnica e macroeconômica entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) e a Comunidade Andina (CAN).

(2) convocação, em agosto e setembro de 2000, da primeira reunião de presidentes da América do Sul, em Brasília.

(3) indicação, no artigo 4.º, parágrafo único, da Constituição Federal (CF), de que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul.

(4) criação do Programa de Substituição Competitiva de Exportações, por meio do qual se buscou impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.

(5) instituição da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), durante a reunião de presidentes sul-americanos, cujo objetivo é conectar projetos de transporte, energia e comunicações entre os doze países sul-americanos.

1: Errada. O item está incorreto porque a ALBA, o MERCOSUL e a CAN não tentam convergência macroeconômica entre eles, atuando independentemente, apesar de firmarem acordos políticos e econômicos entre organizações. A Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) é uma organização regional da América Latina e do Caribe com bases doutrinárias de esquerda. A ALBA foi criada em Havana em dezembro de 2004 por um acordo entre a Venezuela e Cuba. Em 2006, a Bolívia entrou na organização, seguida pela Nicarágua e por Honduras, respectivamente em 2007 e 2008. Atualmente, além dos países mencionados, fazem parte da organização Antígua e Barbuda, República Dominicana, São Vicente e Granada e Equador. A proposta da ALBA não é estabelecer uma integração econômica neoliberal, mas focar na luta contra a pobreza, na exclusão social e no combate ao analfabetismo nos países membros do bloco. Já os membros da Comunidade Andina (CAN) formam um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. Como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a CAN tem o objetivo de formar um mercado comum entre seus membros, estimulando um regionalismo aberto. Vale ressaltar que muitos analistas consideram que a CAN perdeu muito do seu potencial integracionista com a saída da Venezuela do bloco em 2006. O MERCOSUL e a CAN possuem acordo de complementação econômica firmado no seio da ALADI (ACE 59) desde 2005 e há planos para o aprofundamento desse acordo. Além do acordo econômico, o MERCOSUL e a CAN possuem um Acordo de Residência com Bolívia e Chile, que permitirá residência interregional de imigrantes dos países envolvidos pela CAN, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; pelo Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; além do Chile; esse acordo aguarda autorização do Executivo para entrar em vigor.

2: Certa. A primeira reunião de presidentes da América do Sul foi realizada em agosto e setembro de 2000, em Brasília, a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O evento contou com a participação dos Chefes de Estado dos doze países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além da participação dos Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). Essa reunião de presidentes foi um marco histórico por ser a primeira na história da América do Sul. Os Presidentes trataram de temas como democracia, comércio, infraestrutura de integração, drogas ilícitas e delitos conexos, informação e tecnologia. O encontro de Brasília teve por objeto e consequência o fortalecimento do processo de integração no conjunto da América Latina e Caribe. Vale ressaltar que resultou desse encontro um programa específico centrado na integração das redes de infraestrutura da Região, conhecido como a IIRSA.

3: ANULADA. Segundo o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (I) independência nacional; (II) prevalência dos direitos humanos; (III) autodeterminação dos povos; (IV) não-intervenção; (V) igualdade entre os Estados; (VI) defesa da paz; (VII) solução pacífica dos conflitos; (VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo; (IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (X) concessão de asilo político." O parágrafo único anuncia "**A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações**". O item foi, provavelmente, anulado porque afirma que o Brasil "deve buscar" a integração e não "buscará" como está escrito na CF, o que deve ter provocado ambiguidade de interpretação.

4: Certa. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que foi criado em 2003 pelo Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tinha a premissa de fortalecer a integração política e socioeconômica da América do Sul. O objetivo do PSCI é impulsionar o comércio entre os países da região e o Brasil, substituindo, quando possível, as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da região. Entre as principais ações já tomadas estão: assinatura de memorando que cria um grupo de trabalho (GET) com o objetivo de discutir os impasses, monitorar o comércio e facilitar as importações de produtos provenientes de outros países sul-americanos; o lançamento do guia "Como Exportar para o Brasil"; financiamento de pesquisa de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil; Publicação da revista "América do Sul: Integração Competitiva", Rodadas de negócio bilaterais e multilaterais; entre outros.

5: Certa. A iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) surgiu no ano 2000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram, naquele momento, em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos do IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação.

GABARITO 1E, 2C, 3ANULADA, 4C, 5C

As disputas políticas entre os países sul-americanos estão afastando o investimento e atrapalhando a integração. No centro das brigas entre os vizinhos, existe de tudo: demarcações de terra, acesso ao mar, energia... Segundo analistas, discursos populistas, estilos de governo avessos a críticas e a ambição por um poder eterno também alimentam os atritos regionais.

Correio Braziliense, 14/12/2008, p. 22 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando o assunto abordado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A América do Sul apresenta-se como um elemento de valor positivo e útil à política externa brasileira e às visões que o Brasil tem acerca do papel dessa região no mundo complexo em que se vive.

(2) A integração da América do Sul objetiva apenas promover fluxos comerciais e atrair investimentos para essa região.

(4) O Brasil é país interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa.

(5) O tema da energia bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística sulamericana são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul.

1: Certo. A América do Sul é prioridade da política externa brasileira, sendo a estabilidade política e o fortalecimento institucional da integração no continente temas de destaque. O item está correto ao afirmar que a América do Sul é um elemento de valor positivo e útil à atual política externa brasileira. Vale recordar que a atual ênfase na América do Sul tem como um dos seus marcos principais a primeira reunião de Cúpula entre os presidentes sul-americanos, ocorrida em Brasília entre agosto e setembro de 2.000. Na Cúpula de Brasília, entre outras deliberações, foram lançadas as sementes do projeto da IIRSA (Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que sinaliza o resgate de uma visão mais estratégica e menos "comercialista" dos vínculos regionais. Entre as outras organizações que visam à integração da América do Sul destaca-se o MERCOSUL e a UNASUL.

2: Errado. *(ver o comentário sobre item 1)*

3: Certo. Para o Brasil, um maior vínculo político entre os países sul-americanos, o adensamento das relações comerciais e de investimentos e a cooperação em diversas áreas contribuirão, entre outros, para: o desenvolvimento socioeconômico da América do Sul e a preservação da paz na região. O item está correto ao afirmar que o Brasil está interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa. Além desse objetivo, destacam-se o desenvolvimento do mercado interno sul-americano, o aumento da competitividade dos países no mercado internacional e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais.

4: Certo. Como afirma o item, a energia, bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística na região sul-americana, são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul. Sobre a infraestrutura e o sistema logístico, destaca-se a iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que surgiu no ano 2.000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram naquele momento em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul, realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2.000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. Sobre a energia, destacam-se diversos projetos bilaterais empreendidos pelo Brasil na região, como a interconexão elétrica com o Uruguai e o gasoduto Brasil-Bolívia. Além disso, o Brasil, nos últimos anos, tem atuado fortemente na promoção dos biocombustíveis na região.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. O Mercosul: origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração

(Diplomacia 2009) Considerando os interesses e as perspectivas brasileiras em relação ao MERCOSUL e a evolução recente desse bloco, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Com o propósito de agilizar e desburocratizar o intercâmbio comercial no âmbito do MERCOSUL, o Brasil concebeu e implantou, em conjunto com a Argentina, mecanismo de pagamento em moeda local, o qual pode ser ampliado para os demais países do bloco.

(2) A prioridade brasileira conferida à consolidação e à expansão do MERCOSUL expressou-se no apoio às iniciativas de aprimoramento institucional do bloco, das quais são exemplos recentes a criação do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e do Parlamento do MERCOSUL.

(3) As dificuldades políticas e institucionais do MERCOSUL, a fragilidade de seus instrumentos comerciais e o recrudescimento do protecionismo nos países-membros levaram à continuada retração da corrente de comércio do Brasil com o bloco nos últimos cinco anos.

(4) Com a criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), os instrumentos e as disciplinas comerciais do MERCOSUL deverão ser gradativamente transferidos para aquele organismo, a fim de se evitar a duplicidade de regras e facilitar a criação de uma área de livre comércio em toda a América do Sul.

1: Certa . Com objetivo de reduzir os custos financeiros nas transações comerciais, o Conselho do Mercado Comum aprovou o **"Sistema de Pagamento em Moedas Locais" em 2007** para o comércio entre os Estados Partes do MERCOSUL. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local já está em funcionamento para operações entre o Brasil e a Argentina desde 2008, mas não se trata de um sistema obrigatório. A utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local tem como objetivo facilitar a troca comercial entre os membros do bloco, evitando operações de câmbio específicas e a conversão do produto em dólar. O acordo visa criar "um sistema bilateral de pagamentos em moedas locais, cujo objetivo é facilitar as transações entre os dois países em moedas locais e reduzir as transferências em divisas (dólares dos Estados Unidos) entre si".

2: Certa. Importantes reformas foram efetuadas no MERCOSUL no ano de 2006, com o objetivo de consolidar o bloco. Como afirma o item, foi criado **o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)** com objetivo de

tratar as assimetrias intrabloco em benefício às economias menores do MERCOSUL. O Fundo financia projetos com o objetivo de promover a convergência estrutural; o desenvolvimento da competitividade; a promoção da coesão social. O Fundo é formado por contribuições anuais dos Estados Partes que totalizam cem milhões de dólares. As contribuições dos Estados Partes foram estabelecidas segundo as seguintes percentagens: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%.Os recursos são distribuídos de forma inversamente proporcional ao montante das contribuições realizadas: Paraguai: 48%, Uruguai: 32%, Argentina: 10% e Brasil: 10%. O **Parlamento do MERCOSUL** foi outra iniciativa do bloco criada em 2006, que passou a funcionar em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), que tinha sido criada no Protocolo de Ouro Preto em 1994. O Parlamento do MERCOSUL foi criado não como órgão de representação dos Parlamentos dos Estados Partes, mas como órgão de representação dos povos, independente e autônomo. Conforme previsto na Decisão CMC Nº 23/05, a partir de 2014, o Parlamento do MERCOSUL estará integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto.

3: Errada. Apesar de uma suposta crise do MERCOSUL entre 1999 e 2002, o item está incorreto já que não há retração da corrente de comércio intrabloco nos últimos anos. Em 1999, decorrente das crises econômicas internacionais, o Brasil decidiu pela maxidesvalorização do real com o fim da âncora cambial brasileira. É categórico neste período o aumento substancial de contenciosos comerciais envolvendo os países do bloco, principalmente a Argentina e o Brasil. No entanto, a partir de 2004, o Brasil assume uma postura do grande incentivador da integração sul-americana, relançando o processo de integração. A iniciativa brasileira incentivou as relações comerciais que continuaram a serem importantes na pauta comercial dos países do bloco e não foram retraídas no período. Outro exemplo importante da fortificação institucional do MERCOSUL nos últimos anos foi a criação do FOCEM em 2006, destinado a diminuir as assimetrias intrabloco. O comércio no MERCOSUL chegou a 40 bilhões de dólares em 2011.

4: Errada. A União Sul-Americana de Nações (UNASAL) e o MERCOSUL são organizações de vocação regional independentes e complementares, estando o item, portanto, incorreto. A **UNASUL** é formada pelos doze países da América do Sul e o tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Diferente do MERCOSUL, que foi instituído como um acordo econômico entre 4 países, a UNASUL tem o objetivo de estimular a cooperação política e social entre os países do bloco, não sendo, portanto, um tratado econômico. O Tratado Constitutivo da UNASUL entrou em vigor em março de 2011 com a ratificação do Uruguai (o Brasil ratificou o Tratado em julho de 2011). A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças; e ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem, Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Acerca de fatos relacionados à criação e ao desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O crescimento do intercâmbio comercial entre os estados-membros está direcionado para a região Sul do Brasil, tendo em vista a grande extensão territorial do país e os altos custos decorrentes do transporte de mercadorias.

(2) Nascido da aproximação política entre os governos de Montevidéu e Assunção, em meados dos anos 80 do século passado, o MERCOSUL concretizou-se a partir do momento em que Argentina e Brasil aderiram ao projeto, superando sólidas e históricas rivalidades.

(3) O MERCOSUL constitui uma barreira aos investimentos de empresas transnacionais na indústria e em serviços, o que favorece o fortalecimento das economias no interior do bloco, a fim de se superar o tardio processo de industrialização vivido por seus estados-membros.

(4) Como os demais blocos econômicos formados nas décadas finais do séculos XX, o MERCOSUL surge com o propósito de oferecer aos seus membros, entre outros objetivos, condições mais favoráveis de inserção na economia mundial crescentemente globalizada e competitiva.

1: Errada. A pauta comercial brasileira em relação aos países do bloco do Mercosul apresenta especificidades que podem ser atribuídas, principalmente, à existência de **diferentes estruturas produtivas entre os países do bloco**. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) o Brasil exporta para os países do Mercosul principalmente produtos manufaturados, enquanto a sua pauta de importação em relação aos países do bloco se concentra em produtos primários. De acordo com dados do MDIC, a balança comercial brasileira é superavitária em relação aos países do Mercosul desde 2004 e em 2001 teve um saldo positivo de 8,4 bilhões. Do ponto de vista regional brasileiro e do comércio entre o Mercosul e as regiões do país, que é a questão abordada pelo item, os **estados brasileiros possuem pautas distintas de exportação e importação em relação aos países do bloco**. Cada estado ou região mantém relações específicas, em termos de comércio externo, com os países do MERCOSUL, e cada um sofre impactos diferenciados ao longo desse processo. As regiões do Brasil onde, naturalmente, concentra-se as maiores atenções no âmbito desse comércio — devido à proximidade e à capacidade produtiva — **são as do Sul e Sudeste.** O item está incorreto, porque não é a região Sul que concentra a maior troca comercial intrabloco. Apesar de ser uma região com importantes ligações comerciais com os países do MERCOSUL, pela pauta comercial brasileira, é ainda a região Sudeste que mais efetua trocas comerciais com os países do Mercosul (dados IPEA). Há, portanto, uma predominância das regiões Sul e Sudeste, com quase 90% de participação nos totais exportados e importados do país, enquanto que a região Nordeste tem a terceira maior participação, com taxas variando entre 7% e 8%. Em relação aos estados, é também clara a predominância dos estados do Sul e Sudeste: São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

2: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, foi firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do MERCOSUL. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-

-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

3: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não constitui uma barreira ao investimento de empresas transnacionais na indústria e serviços, ao contrário, o comércio extra-Mercosul, entre os países do bloco e outros países, constitui importante elemento da integração regional. A criação de blocos econômicos tem como objetivo a dinamização da economia regional para uma inserção global mais eficiente, e não teria como finalidade constituir uma barreira ao investimento de empresas transnacionais. A redução de tarifas alfandegárias e restrições ao comércio, que caracterizam o processo de formação de blocos regionais, têm a tendência de tornar as economias intrablocos mais competitivas e, igualmente, favorece a troca com as economias extra-bloco. No que se refere, por exemplo, às importações vindas do resto do mundo para os países do Mercosul, elas foram bastante dinâmicas desde a fundação do bloco.

4: Certa. De acordo com José Augusto Guilhon Albuquerque, a noção de blocos econômicos surge no início dos anos 1990 a partir da expectativa de que, com o fim da polarização política e militar vigente durante a Guerra Fria, os interesses econômicos predominariam nas relações internacionais. A formação de blocos econômicos, portanto, estaria baseada na ideia de fortalecimento econômico regional para uma atuação mais assertiva internacionalmente, dada a forte competição do comércio mundial. A criação do MERCOSUL em 1991 insere-se, portanto, nessa lógica de regionalização. Outros importantes blocos econômicos foram criados ou aprofundados no período, como a criação da União Europeia em 1992, o estabelecimento do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994, entre outros.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Sugestão leitura: ALBUQUERQUE, JOSÉ AUGUSTO GUILHON. O Brasil e os chamados blocos regionais. São Paulo Perspec. [online]. 2002, vol.16, n.1 [cited 2012-01-21], pp. 30-36 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) O bom relacionamento com os países sul-americanos representa dimensão prioritária da política externa brasileira, que tem o MERCOSUL, desde os anos 90 do século XX, como um instrumento privilegiado para a integração regional. Contudo, ao longo da presente década, novas iniciativas de alcance regional despontaram, alterando o panorama da política de integração na América do Sul. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) Os recorrentes conflitos comerciais com a Argentina e as divergências com o Paraguai e o Uruguai, relacionadas ao tratamento das assimetrias econômicas, resultaram em importante inflexão na política brasileira para a América do Sul, que deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional em favor da Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul, da Comunidade Sul-Americana de Nações e, mais recentemente, da UNASUL.

(2) Nos últimos anos, o MERCOSUL ficou relegado a uma posição secundária no contexto da política regional brasileira, preservando importância apenas na esfera comercial, visto que questões políticas e de segurança regional e outras áreas de cooperação passaram a ser tratadas no contexto da UNASUL.

(3) O MERCOSUL diferencia-se da UNASUL, como iniciativa de integração, porque seu objetivo último é a constituição de um mercado comum entre seus membros, por compreender uma rede de acordos comerciais de alcance extrarregional, e também por sua agenda no campo não econômico, que inclui as áreas de educação, cultura, justiça, meio ambiente e previdência social, razões pelas quais a consolidação e o aprofundamento do bloco constituem objetivo prioritário da política regional brasileira.

(4) Iniciativas como o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL e o Parlamento do MERCOSUL sinalizam a disposição do governo brasileiro de aprofundar o processo de integração no plano sub-regional de modo concomitante à construção de um arcabouço institucional genuinamente sul-americano representado pela UNASUL.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve inflexão política entre o MERCOSUL e a IIRSA, parte da UNASUL, sendo ambas organizações regionais complementares. Um dos pilares mais importantes da UNASUL concentra-se na integração da infraestrutura sul-americana. O projeto IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) foi lançado no ano 2.000, com objetivo de estabelecer projetos, além de uma metodologia na área de infraestrutura da região da América do Sul. O advento da UNASUL em 2008 serviu de catalisador para o reestabelecimento da IIRSA. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (Cosiplan), que gerencia atualmente a IIRSA. A IIRSA é financiada pelos membros da UNASUL, além de instituições financeiras multilaterais regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA), e principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) do Brasil. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. A UNASUL, ao contrário do que afirma o item, tem objetivos distintos do MERCOSUL, sendo esse último um órgão regional que tem maior enfoque nas relações econômicas regionais e na criação de um mercado comum entre seus membros. Sobre o tratamento das assimetrias econômicas no âmbito do MERCOSUL, vale ressaltar a criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do MERCOSUL, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$ 100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos pelos Estados Partes do MERCOSUL em quotas semestrais, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. O item está igualmente incorreto porque o Brasil não deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional e exagera ao falar das divergências entre os membros do Mercosul, que, por mais que existam de fato, não correspondem a um fator de fragilidade do Grupo. O MERCOSUL e a UNASUL são dois projetos que caminham concomitantemente, em complementaridade.

2: Errado. O item está incorreto porque o MERCOSUL não ficou relegado à posição secundária no contexto da política regional brasileira, ao contrário, o MERCOSUL continua prioritário para a política externa brasileira. Além disso, o MERCOSUL não trata apenas de questões comerciais, sendo um importante fórum regional de convergência

política, tratando de várias temáticas como educação, cultura, políticas sociais, entre outros. Nesse sentido, não é correto afirmar que a UNASUL substituiu o MERCOSUL, sendo ambas as organizações complementares. A UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social, econômico. A UNASUL prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente como temas prioritários da organização. A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças. A UNASUL conta ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem. Em março de 2011 entrou em vigor o Tratado de Brasília, ato constitutivo da UNASUL, após a ratificação do Uruguai, que completou as nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O Brasil ratificou o tratado da UNASUL em julho de 2011.
3: Certo. O item está correto e resume as diferenças entre o MERCOSUL e a UNASUL, tema muito cobrado pelo CESPE em provas relacionadas ao concurso de ingresso à carreira diplomática.
4: Certo. O item está correto, já que tanto o FOCEM como o Parlamento do MERCOSUL têm o objetivo de aprofundar o processo de integração no plano regional. Vale ressaltar que a UNASUL é um processo de integração e aprofundamento regional concomitante ao MERCOSUL.
GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

4. A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA; A ARGENTINA E O BRASIL

(Diplomacia 2007) A formação do MERCOSUL se deu em razão de uma tendência histórica, em que diversos fatores concorreram para estimular a cooperação entre Brasil e Argentina. Acerca desse processo, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O regime militar brasileiro iniciou entendimentos com o governo argentino no sentido de evitar uma possível corrida nuclear.

(2) Em 1986, os presidentes Sarney e Alfonsín foram os signatários do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.

(3) A globalização da década de 90 do século XX acentuou assimetrias entre os sistemas produtivos do Brasil e os da Argentina.

(4) O acordo destinado à criação da zona de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia foi concluído durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

1: Certa. Em 1979, o Brasil e a Argentina já delimitavam as bases da normalização das relações na região. A solução da "Questão de Itaipu", no mesmo ano, proporcionou a melhora do relacionamento bilateral. Sobre a questão nuclear, é importante ressaltar que os anos 1970, durante os governos militares brasileiro e argentino, houve forte estímulo de desenvolvimento de tecnologias nuclear. O Brasil, por exemplo, firmou um importante acordo com a Alemanha Ocidental em 1975 para a compra de oito reatores nucleares, afirmando sua intenção de enriquecer urânio. Da mesma maneira, a Argentina iniciava no período a instalação de usinas nucleares, o que gerava uma forte disputa regional pela liderança nuclear, além de suspeitas em relação à possibilidade de construção de armas nucleares em algum dos dois países. Argentina e Brasil iniciaram, no entanto, no fim dos anos 1970, uma maior cooperação na área nuclear com o objetivo de diminuir as desconfianças mútuas. A primeira etapa destes acordos foi a avaliação mútua dos respectivos programas nucleares, e o consequente **Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em maio de 1980.** O acordo serviu como marco inicial da cooperação bilateral na área nuclear e representou um passo importante na relação de ambos os países. Com a redemocratização na Argentina (1983) e no Brasil (1985), os objetivos de aproximação foram se consolidando, o que resultou na **Declaração de Iguaçu em 1985**, que tinha o objetivo duplo de criar um Grupo de Trabalho de Alto Nível bilateral e firmar compromissos de cooperação pacífica nuclear. Durante a década de 1980 foram firmados outros acordos sobre cooperação nuclear, com destaque para a **Declaração de Iperó de 1988**, que abriu a discussão sobre a possibilidade de um novo Tratado de Tlatelolco (1967), que estabelecesse salvaguardas próprias da integração bilateral. Na década de **1990,** no âmbito da integração nuclear, destacam-se **a Declaração de Fiscalização Mútua**, firmada em novembro de 1990, que marca a terceira etapa da cooperação bilateral nuclear entre Brasil e Argentina, criando um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) e a possibilidade de inspeções recíprocas. Em **1991**, firma-se o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, em Guadalajara, México, criando a **Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)**, com personalidade jurídica e sede no Rio de Janeiro.
2: Errada. O item está incorreto, porque o **Tratado de Assunção data de 1991** e foi assinado pelos presidentes Fernando Collor, do Brasil; Carlos Menem, da Argentina, Andrés Rodriguez, do Paraguai e Luis Alberto Lacalle, do Uruguai. O acordo que foi assinado em 1986, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, foi a **Ata para Integração Brasileiro-Argentina** que instituiu o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)**. O PICE estabelecia o princípio da simetria e previa tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados, adotando a estratégia de integração gradativa por setores industriais. O PICE foi uma marca importante no processo de integração regional e sua evolução resultou no Tratado de Integração Brasil-Argentina dos anos 1988. Na primeira fase do PICE foram firmados 12 protocolos, com o objetivo de fortificar trocas comerciais e promover mecanismos de assistência recíproca, além de promover o fim das barreiras tarifárias no comércio bilateral.
3: Certa. Apesar do MERCOSUL ter estimulado de forma significativa o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, o item está correto ao afirmar que a abertura econômica promovida em ambos sistemas produtivos nos anos 1990, acentuaram simetrias. A abertura econômica promovida pela Argentina foi muito mais rápida que a brasileira. Nos anos 1990, grande parte das barreiras tarifárias às importações foi removida do comércio argentino, efetuando uma liberalização geral do comércio, como demandava o Consenso de Washington. Já no Brasil, o processo de abertura foi muito mais lento, com um maior protecionismo, movido pelas preocupações sobre o imenso parque industrial brasileiro. Essas assimetrias foram destacadas, principalmente, durante as negociações de liberalização do comércio estabelecidas no MERCOSUL e na negociação sobre uma Tarifa Externa Comum para o bloco.
4: Errada. O item está incorreto, porque não foi concluído qualquer tratado de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia. As negociações entre MERCOSUL e União Europeia iniciaram-se em 1995, com a assinatura do "Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação", com objetivo de implementar um programa de liberalizarão progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contemplava objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros), além de responder à investida americana na América consubstanciada pela ALCA. As negociações para um acordo de livre comércio iniciaram-se em 1999, entre MERCOSUL +Chile e União Europeia. Foram realizadas, até 2004, 16 reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). No entanto, diante de impasses na negociação em 2004, o processo de estabelecimento de uma zona de livre comércio Mercosul-UE perdeu o ímpeto. Em 2010, após uma reunião em Madri intrablocos, as negociações foram relançadas.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Sugestão: OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. Rev. bras. polít. int. [online]. 1998, vol.41, n.1, pp. 5-23.

(Diplomacia 2007) A respeito da política externa argentina na primeira década do século XXI, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Mesmo com o esgotamento do realismo periférico que orientou a política externa argentina durante o governo Menem, o objetivo primordial de manter relacionamento privilegiado com os EUA permanece inalterado na Argentina da atualidade.

(2) ( ) No governo de Nestor Kirshner, a política externa argentina tem sido subordinada à necessidade de se restabelecerem condições para a retomada do equilíbrio econômico, o que explica a prioridade conferida às relações com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o alinhamento com as políticas preconizadas pelos organismos econômicos multilaterais.

(3) ( ) No plano regional, é prioridade para a Argentina a consolidação do MERCOSUL. Isso se manifesta no decidido apoio argentino às iniciativas de se solucionarem os litígios mantidos com os demais membros do bloco.

(4) ( ) Alinhados ideologicamente, Brasil e Argentina tratam, de forma convergente, de temas globais, como o enfrentamento do terrorismo internacional e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

1: Errada. O **"realismo periférico"** foi uma doutrina de política externa adotada durante o Governo de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando de La Rua (1999-2001) na Argentina. O pilar desta política era que o **alinhamento com os Estados Unidos** seria uma das precondições para o desenvolvimento da economia argentina. A doutrina foi a resposta encontrada pelo governo argentino para o dilema da crise da dívida externa nos anos 1980 e a estagnação do modelo de Estado desenvolvimentista. O termo "realismo periférico", para qualificar esta política, surgiu na obra de **Carlos Escudé** de 1991, que fazia uma análise histórica da política externa dos governos argentinos que, segundo o autor, "executavam políticas de poder sem poder, acreditando aplicar uma teoria realista a sua política exterior, mas sem possuir a posição de uma grande potência e continuando a ser uma potência periférica" (Escudé, *Realismo Periférico.* Buenos Aires: Planeta, 1992, p. 18). Segundo Escudé, já que a Argentina era um país periférico na política internacional, enfrentar grandes potências, como os Estados Unidos, acarretava grandes custos. Seria necessário, portanto, vincular-se de forma direta com essa potência, atuando de forma realista, mas periférica. A reformulação da política foi então construída na premissa que traria ganhos econômicos à Argentina e de que era necessário romper com os erros do passado. Escudé teve influência direta na política externa argentina do período já que era assessor do então Ministro das Relações Exteriores, Guido di Tella. Durante os anos 1990, a Argentina adotou posições diplomáticas norteadas pelo **Consenso de Washington** (que propunha medidas liberais de comércio aos países em desenvolvimento), que caracterizaram a abertura comercial e financeira, privatizações, esforços para controlar a inflação e gastos do governo federal. A **crise de 2001**, no entanto, significou o fim do realismo periférico na política externa argentina, afinal, ela foi constituída com a justificativa de trazer o crescimento econômico e prosperidade para a Argentina e garantir o apoio dos EUA no desenvolvimento nacional. A crise de 2001 foi, no entanto, uma das piores crises econômicas da história argentina e acabou com a política externa de alinhamento. A economia argentina só voltou a ganhar uma maior estabilidade após a eleição do Presidente Ernesto Kirschner em 2003. Seu governo marcou a retomada do crescimento e a estabilização política na Argentina, mas a área diplomática ficou marcada pelos atritos com o Brasil, o Chile e os Estados Unidos. O item está, portanto, certo em sua primeira parte, ao afirmar que o realismo periférico orientou a política argentina durante o governo Menem, mas erra ao afirmar que o relacionamento privilegiado com os Estados Unidos foi mantido. Kirschner adotou durante seu governo uma retórica bastante crítica à ordem econômica global e aos Estados Unidos, o que alimentou as tensões entre os dois países. É interessante notar que os principais líderes americanos quando de passagem pela América do Sul não visitaram a Argentina nos anos Kirschner, embora tenham estado em países como o Uruguai, o Paraguai e o Brasil.

2: Errada. A política externa durante o governo Kirschner teve que atuar sob um contexto de isolamento argentino do mercado internacional de capitais, fruto da crise econômica de 2001 e da moratória da dívida argentina. Essa variante, ao contrário do que afirma o item, acabou isolando a Argentina das grandes potências econômicas e dando como alternativa ao governo Néstor Kirchner a busca de afinidades com outras economias do continente como a Venezuela de Hugo Chávez. Foram evidenciados vários acordos entre Buenos Aires e Caracas desde 2003, o que foi mantido no governo de Cristina Kirchner, esposa e sucessora. No comércio internacional, a estratégia argentina foi atuar conjuntamente com o Brasil na OMC nas questões sobre agricultura. Igualmente, as relações dentro do MERCOSUL melhoraram e pode-se constar forte avanço do peso do bloco na política argentina.

3: ANULADA. Este item foi anulado com a justificativa que houve erro material ao inserir-se na prova uma versão não finalizada do item que, por essa razão, era passível de questionamentos. Assim, fez-se necessária a anulação do item.

4: Errada. As relações entre a Argentina e o Brasil durante os primeiros anos da administração Kirchner foram marcados por pontos de discordância e pontos de cooperação. As pretensões de Brasília em assumir um papel de liderança regional não agradaram aos argentinos, mas houve importante cooperação em temas do comércio internacional (Mercosul e OMC) e na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O item está incorreto, portanto, porque não houve alinhamento ideológico entre ambos os países e convergência em todos os temas da agenda bilateral. Buenos Aires não apoiou o protagonismo internacional brasileiro em sua ambição de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em sua participação no G8 e em fóruns da OCDE, ou mesmo no lançamento da Comunidade de Nações Sul-Americanas (União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, a partir de 2008). Além disso, houve o veto de Kirchner sobre uma possível moderação brasileira da crise das *papeleras* com o Uruguai. Uma famosa frase que teria sido proferida pelo então presidente argentino em 2005 mostra o incômodo argentino "Há um lugar na Organização Mundial do Comércio, o Brasil quer; há um lugar na ONU, o Brasil quer; há um lugar na FAO, ... Eles quiseram até eleger o papa". Apesar de certas discordâncias, houve cooperação na guerra global contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos após os ataques terroristas de 11 de setembro 2011. Kirchner e Lula cooperaram conjuntamente sobre a questão da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, apoiando a ação policial e de inteligência na área, como no Fórum 3+1 e no grupo de trabalho dedicado ao tema do terrorismo no Mercosul.

Gabarito 1E, 2E, 3ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2000) Entre as iniciativas abaixo, identifique qual não marcou a política externa argentina durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999):

(A) a aproximação com os Estados Unidos.

(B) A retirada da Argentina do Movimento dos Não Alinhados.

(C) A apresentação de proposta de criação, no âmbito das Nações Unidas, dos "capacetes brancos", força que atuaria em casos de crise humanitária.

(D) A solução de importantes disputas territoriais com o Chile.

(E) O lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil, que posteriormente levaria à constituição do Mercosul.

A: Correta. “Acreditando ter encontrado atalho para alçar a Argentina ao Primeiro Mundo, Menem optou por adotar as recomendações do Consenso de Washington e alinhar-se à superpotência vencedora da Guerra Fria” (CANDEAS, W.). A Argentina, portanto, aliou-se aos Estados Unidos, adotando uma política externa de alinhamento em matérias econômicas, de segurança, entre outras.
B: Correta. A decisão argentina de sair do Movimento de Países NãoAlinhados durante o governo Menem rompe com a atuação tradicional da política externa argentina. Ela faz parte do ideal argentino dos anos 1990 de ingressar no Primeiro Mundo e alcançar uma maior aproximação com os Estados Unidos. Como enfatizou o próprio Presidente Menem em uma entrevista: *“debemos buscar nuestra inserción en el grupo de naciones del Primer Mundo (...) Argentina debe encarar una retirada gradual, sin estridencias, pero persistente, del llamado “Movimiento de No Alineados”. En América Latina, debe aceptarse que nada logrará a espaldas o en contra de los Estados Unidos de América”* (Sopena Germán. Entrevista com Carlos Menem. Diario La Nación. 30.Septiembre.1989, p. 9)
C: Correta. A Argentina buscou, nos anos 1990, uma agenda bilateral de caráter prático com os EUA em relação a temas que eram sensíveis para os norte-americanos como segurança, narcotráfico, meio ambiente, corrupção, governança. A Comissão dos “Capacetes Brancos”, criada em outubro de 1993 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tinha como objetivo a prestação de ajuda humanitária e auxílio técnico em situações de crises internacionais como furacões, maremotos, terremotos, entre outros. A proposta atraiu a atenção dos americanos que ofereceram apoio, endossando junto às Nações Unidas o projeto. Até os dias atuais, a Comissão tem trabalhado com frequência em parceria com o sistema ONU e em Operações de Paz.
D: Correta. Alfonsín resolveu umas das mais graves questões de fronteira com o Chile, a disputa pelas ilhas do canal Beagle. Em 1979 foi estipulado uma mediação papal para o conflito, que acabou favorecendo, em seu laudo de 1984, o Chile. Em 1984, o governo Alfonsín levou a um plebiscito o laudo do Vaticano que favorecia o país vizinho. A maioria da população optou pelo sim e o governo chileno tomou posse do território que quase havia levado os dois países à guerra em 1979. Alfonsín via a resolução da disputa no Beagle como um modo de afastar os militares de um tema sensível, fortalecendo assim a redemocratização. No entanto, os conflitos só foram definitivamente resolvidos durante a administração Menem na Argentina com a assinatura dos últimos acordos que estabeleceram a paz na região.
E: Incorreta. O item está incorreto porque o lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil não ocorreu sob a presidência de Carlos Menem na Argentina, mas sob a presidência de Raul Alfonsín. Mesmo se não houve o lançamento da iniciativa durante o mandato de Menem, seu governo foi marcado pela manutenção nas negociações que resultaram no MERCOSUL, em 1991, pelo Tratado de Assunção. Em 1990, os presidentes Menem e Fernando Collor assinam a “Ata de Buenos Aires”, que previa a conformação do espaço econômico comum em cinco anos, reduzindo para 1995 o prazo anterior (1998) previsto pelo Tratado de Integração de 1988. Sobre essa base será assentada a primeira fase do Mercosul.
Sugestão de Leitura: Candeas, Alessandro Warley. Relações Brasil--Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 178-213 [2005]
Gabarito “E”

(Diplomacia – 1999) Qual das seguintes opções não representou fator de aproximação entre Brasil e a Argentina nos anos oitenta?

(A) Ata de Iguaçu.

(B) Processos nacionais de redemocratização.

(C) Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

(D) Pacto ABC.

(E) Reafirmação do reconhecimento brasileiro dos direitos argentinos sobre as Malvinas.

A: Correta. **A Ata de Iguaçu de 1985** foi assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e sublinha a aproximação econômica entre o Brasil e a Argentina nos anos 1980.
B: Correta. Os **processos nacionais de redemocratização** tanto na Argentina, iniciado em 1983, quanto no Brasil, em 1985, incentivaram os avanços históricos nas relações bilaterais, lançando os fundamentos de uma “cultura de amizade e integração” e elevando ainda mais o patamar da relação bilateral de forma irreversível.
C: Correta. **O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** de 1988 tinha como objetivo estabelecer um espaço econômico comum no prazo de 10 anos entre o Brasil e a Argentina, pela remoção gradual de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços nos territórios dos dois países.
D. Incorreta. O item está incorreto porque o **Pacto ABC** (Pacto de NãoAgressão, Consulta e Arbitragem) foi assinado em 1915 entre Argentina, Brasil e Chile, apesar de não referendado pelo Parlamento chileno. Segundo Amado Cervo, o Pacto ABC foi um importante projeto levado a cabo pelo Barão do Rio Branco enquanto ocupou a chancelaria brasileira entre 1902 e 1912, apesar de não ter sido concluído neste período. Com a negativa chilena, o Pacto ABC volta apenas a ser pauta da política externa regional com Juan Perón e Getúlio Vargas no poder nos anos 1950. Entre 1952-53 ocorrem negociações entre a Argentina e o Brasil sobre o Pacto, mas o clima político brasileiro era instável e tornou-se difícil para Vargas apoiar o projeto. Com o afastamento de Perón do governo Argentino, o Pacto foi enterrado.
E: Correta. O Brasil apoiou de forma inequívoca a reivindicação argentina pelas Malvinas durante a Guerra contra a Inglaterra iniciada em 1982. Apesar de não ter entrado na Guerra e mantido certa distância do conflito, nas duas reuniões de consultas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Brasil votou a favor das moções que condenavam o boicote da Comunidade Econômica Europeia à Argentina, apoiando a soberania do país vizinho sobre as Malvinas. Segundo Moniz Bandeira, o Brasil estabeleceu uma neutralidade imperfeita em relação à Guerra das Malvinas, já que acabou cedendo pilotos de caça e equipamentos bélicos ao governo argentino.
GABARITO: D

5. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia 2008) As relações do Brasil com alguns dos seus principais parceiros passaram por ajustes a partir da década de noventa do século passado. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Apesar de ainda apresentarem aspectos a serem aperfeiçoados, as relações entre Brasil e Estados Unidos da América têm-se caracterizado, a partir de meados da década citada, pelo esforço de ambos os países no desenvolvimento de uma agenda bilateral positiva.

(2) Em razão do protecionismo agrícola da União Europeia, as relações do Brasil com os países da Europa Ocidental não registraram, no período citado, qualquer evolução importante, seja no que se refere ao relacionamento econômico, seja no que diz respeito ao diálogo político.

(3) Assistiu-se a intenso processo de atualização e dinamização das relações econômicas do Brasil com a Ásia a partir da década mencionada, sendo esse relacio-

namento de alta prioridade para o Brasil. Contudo, ao contrário do que hoje ocorre nas relações entre a América do Sul e os países Árabes, ainda não existe, no plano birregional, foro específico para o diálogo entre países da América Latina e da Ásia.

(4) Na década de noventa do século XX, o processo de integração regional começou por iniciativa do Uruguai e do Paraguai, aos quais se juntaram o Brasil e a Argentina, para constituir o MERCOSUL.

1: Certo. Mônica Hirst define os anos 1990 no que cabe às relações Brasil- Estados Unidos como um período de ajustamento. Se por um lado, as críticas americanas sobre a falta de ajuste da economia brasileira aos princípios do Consenso de Washington e as relações comerciais entre os países trazia algumas tensões nas relações bilaterais. Por outro, a redemocratização brasileira permitiu uma inserção internacional brasileira mais assertiva em temas de direitos humanos, meio ambiente e não proliferação nuclear. As relações com os Estados Unidos neste período, como afirma o item, caracterizam-se por uma aproximação e uma interação cordial entre ambos os países.

2: Errado. A partir dos anos 1990, as relações bilaterais entre Brasil e União Europeia promoveram uma cooperação cada vez maior. No campo econômico, as relações foram extremamente importantes, tanto em termos comerciais quanto financeiros e, se tomarmos o continente em sua totalidade, a Europa foi a região que mais interagiu com o Brasil no período. As relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia encontram problemas em relação às barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos agrícolas por parte da União Europeia, ligados à Política Agrícola Comum (PAC). No entanto, esses problemas não impediram negociações comerciais. Em 1995 é negociado um Acordo entre União Europeia e Mercosul que buscava estabelecer uma área de livre comércio. Além deste objetivo econômico concreto, as negociações tinham um caráter de convivência de valores. Ao contrário do que afirma o item, o período mostrou uma importante evolução no campo político no que diz respeito a promoção e a defesa da democracia e dos direitos humanos. Neste campo, o diálogo mais importante foi estabelecido no âmbito do MERCOSUL e trouxe, indiretamente, o fortalecimento do Brasil como ator internacional.

3: Errado. Durante os anos 1990, o Leste Asiático passou a representar uma área de expressão estratégica no processo de inserção internacional brasileira com conteúdo tanto econômico quanto político (ALTEMANI). O Japão, a Coreia do Sul e a China eram economias com forte destaque no período, e o Brasil passa, portanto, a visualizar a região asiática como espaço especial de atuação. A atuação brasileira na Ásia passa a ser prioritária para o Brasil. O item está, no entanto, incorreto, porque em 1999 foi institucionalizado, por uma iniciativa de Cingapura e do Chile, o **Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL**) com o objetivo de promover diálogo político e econômico e a cooperação entre os países membros, sendo entendido como potencial instrumento para reforçar a presença de ambas as regiões no cenário internacional. O Fórum constitui o mecanismo mais abrangente de cooperação envolvendo a Ásia do Leste e a América Latina e reúne 34 países: 18 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e 16 da Ásia do Leste (Brunei, Camboja, China, Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Tailândia, Vietnã, Austrália e Nova Zelândia). Já foram realizadas quatro Reuniões de Chanceleres, sendo que a primeira delas aconteceu em Santiago, no Chile, em 2001, e estabeleceu três Grupos de Trabalho (Política, Cultura, Educação e Esporte - sob a co-presidência de Colômbia e Coreia do Sul; Economia e Sociedade - sob a co-presidência de Equador e Filipinas; e Ciência e Tecnologia - co-presidido por Brasil e Nova Zelândia). A II Reunião Ministerial ocorreu em 2004, em Manila, e tratou de temas de interesse de ambas as regiões como terrorismo, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, entre outros. A III Reunião ocorreu em Brasília em 2007 e enfatizou a necessidade de combate a pobreza e da promoção do sistema multilateral de comércio. Enfim, a IV e última Reunião ocorreu em 2010 em Tóquio, onde foi aprovada a criação de um secretariado virtual, que ficou à cargo da Coreia. Vale ressaltar que atualmente 17% das exportações brasileiras vão para a China e mais de 1/5 do comércio total brasileiro é com a Ásia. Em dezembro de 2011, o Brasil assinou o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN, tornando-se o único país latino-americano a aproximar-se formalmente do bloco do sudeste asiático. O atual embaixador do Brasil para a ASEAN é o senhor Paulo Alberto Da Silveira Soares.

4: Errado. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o
Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, vem sendo firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do Mercosul. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

6. RELAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES DO HEMISFÉRIO

(Diplomacia 2008) Considerando a trajetória recente e a atual agenda das relações entre Brasil e América Central, assinale a opção correta.

(A) A prioridade conferida à América do Sul, a baixa densidade das relações econômicas, as diferentes posições acerca de estratégias comerciais e o reconhecimento de que a América Central e o Caribe estão sob direta influência dos Estados Unidos da América são fatores que justificam o limitado investimento diplomático brasileiro nos países centro-americanos e caribenhos, nos últimos anos.

(B) A aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americano tem conotação eminentemente política, visto que, além de ser reduzida a corrente de comércio entre os dois blocos, as trocas comerciais encontram-se amparadas em regime preferencial no marco do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGP-D).

(C) A prioridade conferida pelo governo brasileiro às relações com Cuba representa sério obstáculo para o diálogo político e para a aproximação econômica do Brasil com os países centro-americanos e caribenhos, que ora priorizam as relações com os Estados Unidos da América.

(D) As perspectivas para o incremento das relações do Brasil com os países centro-americanos apóiam-se no expressivo incremento do comércio, no crescente fluxo de investimentos brasileiros para aquela região, na ampliação da cooperação técnica, científica e educacional e na cooperação para a estruturação de mercados para os biocombustíveis.

(E) As perspectivas de expansão do comércio brasileiro com os países centro-americanos estão associadas, no curto prazo, à conclusão das negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

A: Incorreta. A América Central e o Caribe foi, durante muito tempo, uma zona tradicionalmente marginal para a política externa brasileira. No entanto, durante o governo Lula a influência política e econômica do Brasil cresceu substantivamente na região. O item está incorreto, porque nos últimos anos houve um forte aprofundamento das relações comerciais e políticas com a América Central e Caribe. Além do mercado interno, a região oferece um acesso privilegiado ao mercado dos EUA graças aos acordos existentes de Livre Comércio entre a região e os americanos, como o Acordo de Livre Comércio com a América Central e a República Dominicana (Cafta-DR). Esses acordos permitem que os produtos brasileiros entrem sem taxas no mercado americano. Houve, nos último anos, um expressivo aumento do fluxo de investimentos brasileiros na região, em construção de estradas, hidrelétricas, termoelétricas, destilarias de biocombustível e fábricas de roupas e tecidos. No campo político, das 35 embaixadas criadas durante o governo Lula, oito estão na região da América Central e Caribe (São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia, Granada, Bahamas e Belize).

B: Incorreta. O item está incorreto porque a aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) tem um caráter prioritário econômico. Em 2004, na Guatemala, foi lançada a ideia de se iniciarem negociações de livre-comércio entre o MERCOSUL e o SICA, durante a visita do então Ministro Celso Amorim. Fazem parte do SICA: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Em 2005, foi realizada a Cúpula Brasil-SICA, na Cidade da Guatemala e, em maio de 2008, uma nova Cúpula ocorreu na cidade de São Salvador, em El Salvador. Nesta última, os presidentes do Brasil e dos países do SICA registraram no Comunicado Conjunto da Reunião o seu apoio ao processo de aproximação entre o MERCOSUL e o SICA e convocaram reunião exploratória para o segundo semestre de 2008. Assim, em setembro de 2008, durante a Presidência Pró-tempore brasileira do MERCOSUL, foi organizada, em Brasília, reunião MERCOSUL-SICA para examinar a possibilidade de aproximação econômico-comercial entre os dois blocos. Esta aproximação ainda está em negociação no seio do bloco (MRE).

C: Incorreta. O item está incorreto, porque não existe uma priorização das relações com Cuba dentro do contexto caribenho e o comércio entre o Brasil e a região vem aumentando a cada ano. O mercado da América Central e Caribe é principalmente marcado pela presença de países como Estados Unidos, México, membros da União Europeia, China e Japão.

D:Correta. Em termos econômicos, o intercâmbio do Brasil com os países centro-americanos e o México cresceu de US$ 3,8 bilhões em 2002 para US$ 6,7 bilhões em 2009 (aumento de 74,5%). Já com os países caribenhos, o intercâmbio comercial cresceu de US$ 933 milhões em 2002 para US$ 5,5 bilhões em 2009 (aumento de 495,4%) (MDIC). Além da questão econômica, as relações do Brasil com a região se concentram em outros temas, como obras de infraestrutura e concessão de crédito a empresas brasileiras que participam de projetos na região; promoção de intercâmbio de experiências e transferência de tecnologias relacionadas a programas de biocombustíveis e à eficiência energética; aperfeiçoamento das políticas de saúde locais; promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços básicos de educação – com ênfase para treinamento e à transferência de tecnologia em habilidades críticas de aviação, treinamento de recursos humanos nos campos da administração portuária e marítima, e treinamento de pessoal nas áreas de tecnologia da informação e da comunicação – a educação é umas das prioridades da cooperação técnica (CARICOM). Outras atividades na área agrícola incluem a instalação da Embrapa Américas no Panamá, que apoiará iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências, à segurança alimentar, entre outros temas. Na área energética destaca-se a promoção dos biocombustíveis em países centro-americanos e caribenhos. Entre os acordos firmados, destaca-se o Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre biocombustíveis, que prevê cooperação com Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis.

E: Incorreta. As negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA –, começaram com a Primeira Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994. Esse fato, ao contrário do que afirma o item, irá alavancar novas estratégias, posições e aproximações do governo brasileiro em suas relações com a região do América Central e Caribe. Desta maneira, desde 1994, registra-se o interesse brasileiro pelos dois principais foros da sub-região caribenha: o CARICOM, que o Brasil participa da Conferência de Chefes de Governo desde 1994, como país convidado e, desde 2004, o Brasil participa como membro observador junto a essa organização. Na Associação de Estados do Caribe, o Brasil foi admitido como observador em 1996. Outros encontros políticos relevantes entre as regiões ocorreram com a I e a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc), em dezembro de 2008, em Salvador, e em fevereiro de 2010, em Cancun, da qual participaram os chefes de Estado e de Governo. Estas Cúpulas, que ocorreram pela iniciativa brasileira, foram as primeiras reuniões não patrocinadas por potências fora da região. Na Cúpula da de Cancun, decidiu-se criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1998) Realizou-se nos dias 8 e 9 de novembro último, a VII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana no seguinte país:

(A) Venezuela.
(B) Portugal.
(C) Brasil.
(D) Argentina.
(E) Costa Rica.

A: Correta: A Conferência Ibero-americana nasceu na I Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Guadalajara, no México em 1991, constituída pelos Estados da América e Europa de língua espanhola e portuguesa. A realização de Cúpulas anuais e de outros encontros em diferentes âmbitos tem como objetivo a cooperação política, econômica, social e cultural, orientado para uma política de maior inserção dos países participantes. Em 2003, durante a XIII Cúpula em Santa Cruz la Sierra, na Bolívia, foi criada a Secretária Geral Ibero-americana (SEGIB), órgão permanente de apoio institucional e técnico com sede em Madri, na Espanha. Desde 2005 o Secretário Geral da SEGIB é o economista uruguaio Enrique Valentin Iglesias. Os membros plenos de direito são: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A VII Conferência Ibero-americana, mencionada na questão, ocorreu em Isla Marguerita, na Venezuela e discutiu principalmente temas ligados a participação política e a democracia.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1998) Em dezembro de 1986, foi criado o "mecanismo permanente de consulta e concertação política" que ficaria conhecido como o "Grupo do Rio". Em sua composição original, o Grupo do Rio tinha oito países latino-americanos: Colômbia, México, Panamá e Venezuela, que formavam o " Grupo de Contadora"; e Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, que formavam o "Grupo

de Apoio". Visando que objetivo foram originalmente criados os Grupos de Contadora e de Apoio?

(A) Contribuir para a solução de conflitos na América Central.
(B) Buscar formas para aliviar a crise da dívida externa.
(C) Estimular o processo regional de integração econômica.
(D) Promover a cooperação no combate ao narcotráfico.
(E) Fortalecer os mecanismos regionais de proteção ao meio ambiente.

A: Correta. O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) foi criado em dezembro de 1986, como consequência do bem sucedido trabalho político e diplomático dos Grupos da Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e de Apoio à Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), em favor da paz na América Central. Nos anos 1980, a Nicarágua, o El Salvador e a Guatemala estavam em violentas guerras civis. A eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA em 1981 significou uma notável escalada de ingerência americana nos conflitos da região. A ação americana mais direta, no entanto, foi a invasão de Granada em 1983, na operação que ficou conhecida como **Urgent Fury**. As tropas americanas tinham a intenção de derrubar o governo marxista-leninista que comandava o país desde 1979. No ano de 1983, México, Venezuela, Colômbia e Panamá decidiram fazer um esforço de mediação do conflito com objetivo de restabelecer a paz na América Central. O grupo logo ganhou um amplo apoio internacional, inclusive americano, e beneficiou, a partir de 1985, do apoio da Argentina, Peru, Brasil e Uruguai (Grupo de Apoio). A junção dos grupos resultou na redação do "Ato da Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central", cuja versão final foi enviada aos centro-americanos em setembro de 1985. Um ano depois, em dezembro de 1986, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, foi criado o **Grupo do Rio** como consequência das negociações bem sucedidas do Grupo da Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora. Ao longo de sua história, o Grupo do Rio firmou-se com mecanismo regional de diálogo e concertação política e interlocutor representativo da América Latina e do Caribe junto a outros países e grupos de países. Possui 24 membros atualmente.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1996) A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) propôs, nos anos 50 e 60, visão própria das .... Questões do desenvolvimento na região que teve grande influência no pensamento econômico .... Latino – americano. Quem foi o grande formulador dessa visão?

(A) Javier Pérez de Cuellar.
(B) Roberto Campos.
(C) Martínez de Hoz.
(D) Raul Prebisch.
(E) Domingo Cavallo.

A: Incorreta. **Javier Pérez de Cuellar** era diplomata peruano e foi Secretário Geral da ONU entre 1982 e 1991. Foi, até hoje o único latino-americano a ocupar o posto.
B: Incorreta. **Roberto Campos** foi político, diplomata e economista brasileiro que ocupou diversos cargos na administração pública, entre eles o de Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-67). Roberto Campos ficou conhecido por defender uma corrente não nacionalista do desenvolvimento brasileiro, que defendia a industrialização com ampla participação do setor privado.
C: Incorreta. **Martinez de Hoz** foi um político e economista argentino que assumiu o posto de Ministro da Economia entre 1976 e 1981, durante a ditadura militar no país. Ele é considerado um representante do liberalismo econômico argentino.
D: Correta. **Raul Prebisch** foi um importante economista argentino e Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) entre os anos de 1950 e 1963. Ele é conhecido pela sua significativa contribuição ao pensamento econômico estruturalista e sobre a tese da deterioração dos termos de troca, que compõe a Teoria da Dependência. Em 1950, no âmbito da CEPAL, ele publicou um estudo intitulado "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas". Na introdução no estudo, Prebisch descreve a formação da divisão mundial do trabalho e o papel da América Latina como produtora de bens primários destinados à exportação. O sistema mundial atual, segundo o autor, estaria dividido entre o centro (países industrializados que exportam produtos manufaturados) e a periferia (países como os da América Latina, que exportam produtos primários). Com o desenvolvimento tecnológico, o centro é capaz de absorver seus benefícios integralmente, já que possui forças sindicais e instituições comerciais desenvolvidas. Na periferia, no entanto, as empresas e os trabalhadores têm menos poder e devem submeter-se aos clientes do centro e estabelecer preços mais baixos aos seus produtos. A deterioração dos termos de troca entre países industrializados e países em desenvolvimento é a base da teoria de Presbich, que argumenta que a tecnologia e o desenvolvimento do comércio internacional acabam por beneficiar apenas o centro, privando a periferia de benefícios. Depois desta constatação, a Cepal transformou-se no alicerce do ativismo dos países periféricos no seio das Nações Unidas e criou a escola latino-americana de pensamento econômico. Durante seus anos na CEPAL, Raul Presbich adotou o ideal da política de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), doutrina que prega a industrialização pelo desenvolvimento da produção interna via controle das importações. Segundo o pensamento cepalino, essa política permitiria o desenvolvimento e a acumulação de capitais internos que gerariam um processo de desenvolvimento auto-sustentável aos países latino-americanos.
E: Incorreta. **Domingo Cavallo** foi Ministro da Economia na Argentina nos anos 1990, durante a presidência de Carlos Menem. Ele é conhecido pela implementação da lei de conversibilidade - pacote econômico de estabilização cambial na Argentina, que fixou a taxa de câmbio, na época o austral, com o dólar, promovendo a dolarização da econômica argentina.

Gabarito "D"

7. A UNIÃO EUROPEIA E O BRASIL

(Diplomacia 2008) Considerando a evolução recente das relações entre Brasil e União Europeia (UE), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) As relações UE–Brasil têm, no campo dos investimentos, uma de suas mais vigorosas dimensões, dada a condição do Brasil, entre os países emergentes, de grande receptor de investimentos diretos da União Europeia.
(2) O grande êxito da parceria estratégica UE–Brasil, apresentada durante a primeira reunião de cúpula bilateral, em julho de 2007, foi a superação dos impasses que impediam a conclusão da Rodada de Doha.
(3) As medidas protecionistas adotadas pela União Europeia e dirigidas particularmente aos produtos agrícolas têm levado à gradual redução, no último lustro, das exportações brasileiras para o mercado comunitário e à diminuição do *superavit* comercial alcançado pelo Brasil no comércio com aquele bloco.
(4) As diferentes posições do Brasil e da União Europeia em relação aos compromissos de redução das emissões de CO2 e aos impactos ambientais resultantes do aumento do uso de biocombustíveis e da energia nuclear não obstruem o diálogo político acerca de mudança climática e de segurança energética.

1: Certo. Em 2009, cinco dos países que mais investiram no Brasil fazem parte da União Europeia: Países Baixos, Espanha, Alemanha e França, que, juntos, responderam por 45% do ingresso de capital estrangeiro no País naquele ano. O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil, que em 2000 alcançava cerca de US$ 61 bilhões, chega a quase US$ 200 bilhões atualmente. (dados MRE).
2: Errado. A I Cúpula União Europeia-Brasil foi realizada em Lisboa em 2007 e nesta ocasião as partes estabeleceram uma Parceria Estratégica e um diálogo político. Foi reafirmado, durante a reunião, um forte empenho de ambas as partes na conclusão da Rodada Doha da OMC, afirmando um compromisso em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado, mas, diferente do que afirma o item, não houve a superação dos impasses que impedem a conclusão da reunião, nem um debate sobre os fortes subsídios levados a cabo pela União Europeia, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), que faz parte das maiores reivindicações do Brasil. A II Cúpula ocorreu no Rio de Janeiro em 2008 e discutiu temas como promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na III Cúpula Brasil-União Europeia, que ocorreu em Estocolmo em 2009, foram tratados temas relevantes da agenda internacional, como a mudança do clima, medidas para se reduzir os efeitos da crise financeira internacional, o processo de paz no Oriente Médio e a questão nuclear iraniana. Avançou-se na implementação das recomendações do Plano de Ação no que tange aos Diálogos Setoriais e ao aprofundamento da cooperação nas áreas técnicas de interesse mútuo. Durante a IV Cúpula no Brasil em julho de 2010, que celebrou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (1960), foram assinados o Acordo sobre Certos Aspectos da Aviação Civil e o Acordo sobre Segurança da Aviação.
3: Errada. A Europa se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil; o fluxo comercial bilateral saltou de US$ 36 bilhões, em 2003, para US$ 100 bilhões, em 2011, o que coloca a Europa como forte parceiro comercial, atrás da Ásia e pouco à frente da América Latina e Caribe. O item está incorreto já que o Brasil é superavitário em relação ao bloco desde 2000 e o superávit não sofreu uma alteração substantiva nos últimos anos.
4: Certa.O Brasil e a União Europeia, como afirma o item, têm posições distintas na negociação sobre mudanças climáticas. Os **Estados que eram membros da UE antes d**e 2004 fazem parte do Anexo 1 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**, o que significa que terão de reduzir, em conjunto, as suas emissões de gases com efeito de estufa em 8%** entre 2008 e 2012. O Brasil, país emergente, não tem metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa. Esta distinta situação traz divergências nas posições destes atores. Enquanto o Brasil defende a não determinação de metas obrigatórias para países que não estão no Anexo 1, a UE defende uma ampliação e aprofundamento das metas. Isso não impede, no entanto, negociações e proposições de ambos os grupos. Em 2008, durante a XIV Conferência das Partes (COP) em Poznan, a UE propôs um plano com metas próprias de combate às mudanças climáticas. Os grandes compromissos do plano são a redução de 20% das emissões de gases que provocam o efeito estufa até 2020, a redução do consumo de energia em 20% e a utilização de energia renovável em 20% do total que é consumido (projeto que ficou conhecido como 3x20). Para alcançar as metas de redução de emissões, as indústrias começarão a pagar pelos direitos de emissão que até agora recebiam de graça. O Brasil, durante a mesma COP em Poznan, também fez a proposta de reduzir voluntariamente 70% do desmatamento com base no ano de 1990, e trabalhar sob auspício de um Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O trabalho propositivo tanto da UE quanto do Brasil mostram a possibilidade de diálogo político, mesmo com a atuação divergente no regime de mudanças climáticas

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Tratados constitutivos e Adesão da Integração Europeia

TRATADO /ANO	MEMBROS	PRINCIPAIS PONTOS
Tratado de Paris /1951	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.	• Cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). • Tinha o objetivo de criar uma integração econômica entre as indústrias de carvão e aço • Robert Schumman e Jean Monnet foram um dos grandes entusiastas do projeto
Tratado de Roma /1957	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Cria a Comunidade Econômica Europeia (CEE) – união aduaneira • Cria a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM).
Tratado de Fusão /1965 (ou Tratado de Bruxelas)	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes (CECA, CEE e EURATOM)
Ato Único Europeu/ 1987	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Relança o processo de construção europeu com vista a concluir a realização do mercado comum • Institui o Conselho Europeu, que oficializa as conferências dos Chefes de Estado e de Governo •Estabelece pela primeira vez medidas supranacionais nas áreas de educação, meio ambiente.

Tratado de Masstrich /1992	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Congrega em um todo, que designa por União Europeia, as três Comunidades (Euratom, CECA e CEE) e as cooperações políticas institucionalizadas nos domínios da política externa, da defesa, da polícia e da justiça. • CEE passa a ser designada por Comunidade Europeia • Cria a União Econômica e Monetária, • Institui novas políticas comunitárias (educação, cultura, cooperação para o desenvolvimento e coesão) • Alarga as competências do Parlamento Europeu (procedimento de co-decisão).
Tratado de Amsterdam /1997	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Permitiu alargar as competências da União mediante a criação de uma política comunitária de emprego; • Permitiu a comunitarização de uma parte das questões que eram anteriormente da competência da cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos; • Criou medidas destinadas a aproximar a União dos seus cidadãos e a possibilidade de formas de cooperação mais estreitas entre alguns Estados-Membros (cooperações reforçadas). • Alargou o procedimento de co-decisão, bem como a votação por maioria qualificada, e introduziu a simplificação e a uma nova numeração dos artigos dos tratados.
Tratado de Nice /2001	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Incidiu principalmente na reforma das Instituições a fim de assegurar o funcionamento eficaz da União Europeia na sequência do seu alargamento em 2004 e 2007 para 27 Estados Membros. • Trata da composição da Comissão, da ponderação dos votos no Conselho e do alargamento dos casos de votação por maioria qualificada. • Simplificou e facilitou igualmente o recurso ao procedimento de cooperação reforçada e torna mais eficaz o sistema jurisdicional.
Tratado de Lisboa /2007	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995) + República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, da Polônia, da Eslovênia e Eslováquia (2004) + Bulgária e Romênia (2007)	• Aumenta o Poder do Parlamento Europeu em matérias de legislação e orçamento • Cidadãos podem apresentar propostas de lei à Comissão (1 milhão de assinaturas) •zPermite a possibilidade de um Estado membro sair da União Europeia • Votação de maioria qualificada – o cálculo baseado na dupla maioria: maioria dos Estados membros e da população. • Cria a Função de Presidente do Conselho Europeu • Cria a função do Alto Representante para Negócios Estrangeiros

8. POLÍTICA EXTERNA RUSSA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia – 2002) Por ocasião de sua visita à Rússia, em janeiro de 2002, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Vladimir Putin assinaram uma declaração conjunta, na qual:

(A) O Brasil apoiou a política russa em relação à Chechênia, enquanto a Rússia apoiou o direito brasileiro de manter uma estação científica na Antártica.

(B) O Brasil se comprometeu a oferecer assistência técnica na área da agricultura, através da Embrapa, enquanto a Rússia transferirá tecnologia de construção de cascos de submarino.

(C) O Brasil apoiou a posição russa contrária à retomada do projeto norte-americano conhecido como "Guerra nas Estrelas", enquanto a Rússia ratificou seu apoio à desnuclearização do Atlântico Sul.

(D) O Brasil apoiou o desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio e a Rússia afirmou considerar o Brasil como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(E) Está previsto o combate ao terrorismo em ações que sempre estejam sob a égide da Organização das Nações Unidas no plano mundial, ou de organismos internacionais regionais, como a Organização dos Estados Americanos.

D: Correta. A convite do Presidente da Federação Russa, Vladimir V, Putin, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, realizou uma visita oficial à Federação Russa no período de 13 a 16 de janeiro de 2002. Os presidentes, durante o encontro, assinalaram a positiva atuação da Comissão de Alto Nível instaurada entre os dois países, além debaterem sobre temas econômicos, tecnológicos, comerciais e nucleares. A Rússia concordou com a necessidade de atribuir um **caráter mais representativo ao Conselho de Segurança**, por meio da inclusão, entre outros, de países em desenvolvimento influentes, com o fim de aumentar sua eficácia com base no consenso que se forme na ONU. A **Rússia afirmou considerar o Brasil, membro influente da comunidade internacional, como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga** de membro permanente. Igualmente, o Brasil expressou seu apoio ao desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio, em condições mutuamente aceitáveis para a Rússia e para os países-membros da OMC. A entrada da Rússia na OMC como membro pleno ocorreu em dezembro de 2011.

Gabarito "D"

9. A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA, DA ÍNDIA E DO JAPÃO; RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia 2008) A Índia destaca-se como parceira de crescente importância política e econômica para o Brasil. Considerando o atual estágio e a agenda das relações bilaterais, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Brasil e Índia mantêm ativo diálogo político e empenham-se na coordenação de posições em foros multilaterais. Atuam conjuntamente, por meio do G-20, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e integram o G-4, grupo que propugna a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) A cooperação bilateral, em matéria de defesa e tecnologias nuclear e aeroespacial, é impossibilitada pelo fato de a Índia não ser signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e, ao contrário do Brasil, não ter aderido ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), que proíbe a cooperação com países não membros.

(3) No campo energético, destacam-se o Programa de Trabalho sobre Biocombustíveis e os acordos entre a Petrobras e empresas indianas para atuarem conjuntamente na exploração, produção e comercialização de gás, petróleo e derivados em ambos os países e em outras regiões.

(4) Nos últimos anos, observa-se forte incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Índia, o que tem estimulado a expansão do Acordo MERCOSUL-Índia, instrumento que ampara o comércio bilateral.

1: Certa. As relações bilaterais entre a Índia e o Brasil eram, há até alguns anos atrás, pouco significativas para a política externa brasileira. Uma aproximação, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi fortemente estimulada durante o Governo Lula, que propunha uma política externa baseada na diversificação de parcerias. Em 2003, ambos os países lideraram o grupo de países em desenvolvimento durante as negociações da Rodada Doha em Cancun, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Essa liderança resultou na criação do **G20 comercial** e na convergência da atuação de ambos os países sobre a questão agrícola. Pouco tempo depois, o Brasil e a Índia entraram no **G4** (Índia, Brasil, Japão e Alemanha) e fizeram uma aliança formal para propor sua entrada como membros permanentes no **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Além destes grupos, a Índia e o Brasil fazem parte do **G20 financeiro**, defendendo a posição conjunta sobre a Reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; são integrantes do **IBAS** (Fórum de Diálogo Brasil, Índia, África do Sul) estabelecido em junho de 2003; do **BRICS** (Agrupamento Brasil-Rússia--Índia-China-África do Sul) formado oficialmente em 2006; do **BASIC** (Brasil, Índia, África do Sul e China) que converge sobre o tema de mudanças climáticas e defende a posição conjunta de que os países do Anexo 1 da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas devem ser mantidos; de **Operações de Paz**, já que a Índia enviou tropas de apoio à missão da MINUSTAH no Haiti sob a liderança brasileira; e, em termos econômicos, do acordo de complementação econômica elaborado entre a Índia e o Mercosul.

2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, a cooperação bilateral em matéria de defesa e tecnologia nuclear não é impossibilitada pelo fato que a Índia não participa do Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Brasil possui apenas ressalvas sobre esta questão. No acordo bilateral assinado entre o Brasil e Índia em 2007, a cooperação na área de defesa e cooperação em tecnologia nuclear para fins pacífico foi citada no comunicado conjunto, mas ficou de fora dos acordos assinados entre os países. Por ocasião da visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso ao país em 1996, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a da Índia. No entanto, o instrumento foi denunciado em 1998 e nunca implementado, após os testes nucleares realizados pela Índia no mesmo ano. O item está ainda mais incorreto, porque o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), do qual o Brasil faz parte desde 1995, não proíbe a cooperação com os países não membros. O RCTM não impede programas espaciais nacionais ou cooperação internacional, desde que os programas não envolvam a contribuição para gerar armas de destruição em massa.

3: Certa. Em 2002 os governos, brasileiro e indiano, deram início à cooperação técnica bilateral no campo do etanol. Desde 2007, como afirma o item, a Petrobras, em parceria com empresas indianas, fez um acordo para explorar, produzir e comercializar petróleo, gás e derivativos tanto no Brasil quanto na Índia. Além disso, há uma troca importante de informação em temas de tecnologia e no programa de bicombustíveis, um claro exemplo de cooperação sul-sul.

4: Errada. A primeira parte do item está correta ao afirmar que houve um incremento nas relações bilaterais entre Brasil e Índia. O intercâmbio comercial teve crescimento de 630% nos últimos oito anos, passando de US$ 1,2 bilhão em 2002 para o patamar de US$ 7,7 bilhões em 2010 (MDIC). Entre janeiro e outubro de 2011, a corrente de comércio bilateral alcançou a soma de US$ 8,05 bilhões. No entanto, não é o acordo entre o Mercosul-Índia de complementação econômica que ampara o comércio bilateral. Em 2008, data da elaboração da prova, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercosul e a Índia ainda não havia sido concluído, já que ele entrou em vigor apenas dia 1 de julho de 2009. O ACP é a etapa intermediária para um Acordo de Livre Comércio e trata-se de um acordo de preferências tarifárias fixas. O escopo do acordo abrange aproximadamente 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias. Os 450 itens incluídos pela Índia distribuem-se entre o setor químico (120 itens), máquinas, caldeiras e aparelhos mecânicos (90 itens), têxteis (40 itens) e peles e couros (35 itens). Além de um texto base, contendo regras sobre comércio de bens, valoração aduaneira, antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, o Acordo possui anexos sobre regras de origem, salvaguardas preferenciais e solução de controvérsias. Em novembro de 2009 ocorreu a primeira Reunião em Montevidéu com o Comitê do ACP Mercosul-Índia, que demonstraram a vontade de aprofundar o ACP.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Assinale a opção correta, levando em conta a evolução e a agenda recente das relações entre Brasil e China.

(A) Apesar do sensível incremento observado na presente década, o relacionamento econômico bilateral enfrenta restrições decorrentes de questões políticas, como a da posição brasileira em relação a Taiwan e a do tratamento dos direitos humanos por parte do governo chinês.

(B) A despeito das diferentes estaturas demográficas, econômicas e militares desses países, a condição comum de grandes potências emergentes e os interesses convergentes em relação aos principais temas da agenda global facilitam a coordenação de posições do Brasil e da China nos principais fóruns multilaterais, como o das Nações Unidas e o da Organização Mundial do Comércio.

(C) Nos últimos anos, houve mudança do padrão de comércio bilateral, tendo a China obtido saldos positivos em setores mais intensivos em tecnologia, enquanto o Brasil manteve *superavit* no setor de produtos primários, como alimentos e recursos minerais.

(D) A partir de 2003, observou-se continuado decréscimo no comércio entre Brasil e China, mas com saldos favoráveis à China, o que foi compensado com o massivo ingresso, no Brasil, de investimentos diretos chineses.

(E) A cooperação no campo aeroespacial é uma das dimensões mais importantes e tradicionais das relações sino-brasileiras e tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias e de capacidades conjuntas de produção e lançamento de foguetes e de satélites de múltiplas aplicações.

A: Incorreta. Em 2009, a República Popular da China passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando na soma das exportações e importações uma posição mantida por 80 anos pelos Estados Unidos (ALTEMANI), sendo responsável por 13,2% das exportações brasileiras neste ano. Houve, portanto, como afirma o item, um importante incremento nas relações comerciais entre a China e o Brasil na última década. No entanto, o relacionamento econômico dos países não enfrenta restrições relacionadas a questões políticas. Em 2004, em uma declaração do então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, o Brasil concordou com a postura chinesa de que Taiwan e o Tibet seriam partes inseparáveis do território chinês e manifestou seu repúdio a ações unilaterais de movimentos separatistas. Em relações aos direitos humanos, o Brasil evita tratar do tema e não fez um repúdio direito a falta de tratamento dos direitos humanos pelos chineses.
B: Incorreta. Não obstante as diferenças em relação aos sistemas políticos, brasileiro e chinês, além das diferentes estaturas econômicas, demográficas e militares, o Brasil e China aproximaram-se no campo da política externa, demonstrando interesses comuns neste setor. Ambos defendem a determinação em assegurar a autonomia internacional, a ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. Além disso, ambos os países defendem a responsabilidade comum em relação à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial em oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos. No entanto, ao contrário do que afirma o item, estes **países não convergem nos fóruns multilaterais da OMC e nas Nações Unidas.** Uma das grandes críticas da parceria política entre o Brasil e a China é o não apoio explícito da China no interesse brasileiro em assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante a visita da presidenta Dilma Rousseff ao país, em abril de 2011, a China declarou seu apoio à reforma do Conselho de Segurança, mas não deixou explicito que é a favor das aspirações brasileiras em possuir um assento permanente no Conselho. Mesmo em relação à OMC, a aliança do Brasil e da China no G20 parece limitar-se ao tema da agricultura, pela diferenciação de suas trajetórias econômicas e produtivas. Um exemplo é a adesão da China ao *Information Technology Agreement*, enquanto o Brasil se recusa a assiná-lo. Além disso, o G20 financeiro é outra instância na qual há o embate entre os interesses chineses e brasileiros, com a constante crítica brasileira à política chinesa de desvalorização do Yuan.
C: Correta. As relações comerciais sino-brasileiras aumentaram a partir da década de 1990 devido a abertura econômica do Brasil e o avanço das reformas econômicas na China. No entanto, a pauta da balança comercial dos países sofreu significativas modificações desde o incremento das relações econômicas até hoje. Os principais produtos exportados para a China são a soja, minério de ferro, laminado e semimanufaturados de ferro e aço, além de automóveis e peças para veículos. Em suma, a maior parte das exportações brasileiras concentra-se em produtos primários. Apesar de a China ter sido uma importante exportadora de manufaturados de baixa qualidade durante os anos 1990, o país importa, hodiernamente, produtos de tecnologia, principalmente no setor de telecomunicações, além de microcomputadores, automóveis e produtos relacionados à informática.
D: Incorreta. O item está incorreto porque a partir dos anos 2000 houve um incremento significativo nas relações comerciais entre a China e o Brasil e, em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro. A balança comercial brasileira é superavitária em relação à China desde 2008 (MDIC – dados 2008-2011), tendo saldos favoráveis ao país. Além disso, em relação aos investimentos diretos chineses no Brasil, houve um aumento importante desde 2010, explicado pela vontade dos chineses de investirem em mercados emergentes.
E: Incorreta. Como afirma o item, a parceria sino-brasileira na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, com o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites (*China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS), é um dos elementos mais importantes da relação bilateral. Em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à China, os governos do Brasil e da República Popular da China assinaram um acordo para iniciarem um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e recursos financeiros dos dois países com o objetivo de construir satélites conjuntos para permitir uma maior independência na área de imagens. O primeiro satélite (CBERS-1) foi lançado em 1999 e o segundo (CBERS-2) em 2003, com objetivo de detectar e fiscalizar o desmatamento da região. Já o terceiro (CBERS-2B) foi lançado em 2007 e deu início a um novo programa de monitoramento da Amazônia. O lançamento dos primeiros satélites teve a união de recursos financeiros e tecnológicos entre o Brasil e a China, mas com um sistema de responsabilidades distinto, com 30% de investimento brasileiro e 70% de investimento chinês. O item está incorreto, porque o lançamento do satélite não é feito de maneira conjunta, sendo ainda a China a responsável por esta etapa do acordo. Foi feito um novo acordo em 2002 para o lançamento de mais dois satélites, os CBERS-3 e 4, com novas cargas úteis e uma nova divisão de investimentos de recursos entre o Brasil e a China - 50% para cada país. O acordo tem forte importância no contexto da cooperação Sul-Sul tanto para a China quanto para o Brasil.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2007) Uma das mais antigas civilizações da humanidade, a China tornou-se comunista em 1949, aproximou-se e afastou-se da URSS, conheceu momentos críticos e, a partir da morte de Mao Zedong e da ascensão de Deng Xiaoping (anos 1970-1980), promoveu significativa mudança de rota. Incorporou-se ao sistema político internacional ao ser admitida na ONU e, mais recentemente, ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), às normas que presidem a economia global. A respeito da experiência chinesa, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) ( ) A experiência atualmente vivida pela China não difere, em seus aspectos estruturais e definidores, daquela conduzida por Gorbachev na extinta URSS, ou seja, faz-se a adequação entre a abertura econômica e a liberalização política do regime.

(2) ( ) A ação externa da China centra-se na conquista de mercados em todos os continentes como forma de vencer a reduzida dimensão de seu mercado interno e sustenta-se no incentivo às importações e na elevação de sua massa salarial.

(3) ( ) A presença de uma comitiva recorde, composta por mais de 400 empresários, que acompanharam o presidente Lula em sua viagem à China, em 2004, aponta para o interesse objetivo de estreitamento dos laços comerciais entre os dois países. Nesse sentido, observa-se que, enquanto o Brasil é o principal exportador mundial de soja, a China é a maior importadora desse produto.

(4) ( ) Diferentemente do que ocorria no auge da Guerra Fria, as relações entre China e Taiwan apresentam-se, na atualidade, bem menos tensas, o que pode ser explicado pelo pragmatismo que tem conduzido as ações de ambos os governos, sobretudo no que se refere aos interesses econômicos.

1: Errada. O item está incorreto ao afirmar que não houve diferenças entre a abertura econômica e política da URSS nos anos 1980 àquela realizada pela China, no mesmo período. Quando **Mikhail Gorbatchev** assumiu o poder na União Soviética em 1985, o país acabava de passar por uma era que ficou conhecida como a "era da estagnação". O governo de Breznev, antecessor de Gorbachev na Secretaria Geral do Partido, foi marcado por baixo crescimento econômico, corrupção e crise. A URSS estava caminhando para uma ruptura sistemática e uma mudança no funcionamento do regime era demanda recorrente das elites soviéticas. Com Gorbatchev no poder, foram tomadas, a partir de 1986, medidas de abertura econômica e política do governo, com o objetivo de revigorar o Estado, a sociedade e a economia. As principais medidas do governo soviético foram a **Perestróica** (propunha a reestruturação do regime por reformas econômicas) e a **Glasnost** (propunha a abertura política e a transparência do regime, permitindo a liberdade de expressão), além das medidas de descentralização para reduzir o peso da burocracia central. Já a abertura chinesa, ocorreu de forma mais gradual e sob a liderança de **Deng Xiaping**, que assumiu a Secretária Geral do Partido em 1978, três anos após a morte de Mao Tse Tung. Os chineses introduziram medidas de abertura econômica e política, como os soviéticos, mas a reforma chinesa continuou autoritária, não permitindo uma verdadeira liberalização política no país. Gorbatchev não agradava todos os membros da elite soviética e não tinha forte respaldo popular, enquanto, no caso chinês, as elites apoiavam Deng e suas reformas. Ainda, a repressão aos grupos que se opunham ao regime chinês continuou vigorando (protestos na Praça da Paz Celestial em 1989), enquanto a Glasnost na URSS permitiu a liberdade de expressão e a ascensão de uma oposição ao regime vigente. Na URSS as reformas econômicas foram feitas com pouco planejamento e uma abertura abrupta do regime acabou dando fim ao Estado soviético. No caso chinês, as reformas foram feitas pelo mecanismo das **Zonas Econômicas Exclusivas**, que abriram o mercado chinês de maneira controlada e gradativa. Durante dez anos de abertura econômica, os investimentos estrangeiros poderiam apenas atuar nestas Zonas Econômicas Exclusivas associando-se com alguma empresa nacional, estatal ou coletiva do país, trazendo novas tecnologias à China e exportando toda a produção das empresas estrangeiras. Desse modo, a China praticou abertura e protecionismo, em um modelo considerado de sucesso. Enquanto houve o colapso da URSS em 1991, a China ascendeu como potência emergente.

2: Errada. Segundo Maurício Carvalho Lyrio, apesar da dimensão demográfica chinesa, o mercado interno chinês é pequeno, visto a fragilidade da classe média. A questão do mercado consumidor chinês se concentra principalmente na política de abertura econômica instituída pela China nos anos 1980, que optou pela não abertura do mercado chinês às empresas estrangeiras. Quem produzia para o mercado chinês eram as próprias empresas chinesas e por isso o item está incorreto ao afirmar que houve um incentivo às exportações. A abertura da economia e a diversificação da indústria na China, além do seu ingresso na OMC em 2001, ampliaram as possibilidades de comércio com esse país, que, atualmente, é um grande importador de matérias-primas.

3: Certa. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou à China em maio de 2004 e recebeu um apoio inédito por parte do empresariado brasileiro que foi representado por mais de 400 pessoas na comitiva. A resposta do governo chinês veio em novembro do mesmo ano com a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil. Essas visitas e referências de alto nível indicam o interesse e a vigência de uma nova fase ascendente nas relações entre Brasil e o continente asiático, e em especial, no interesse de ampliação do relacionamento com a China. A visita ocorreu no ano do aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, e foi marco da criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) com o objetivo de impulsionar o mercado bilateral. Entre outras parcerias comerciais e investimentos de destaque é possível ressaltar o papel da Embraer no mercado de aviação regional, com a instalação de uma fábrica em Harbin em parceria com a Avic, empresa chinesa. O Conselho Empresarial Brasil-China, composto por algumas das empresas de maior expressão dos dois países, tem o objetivo de fomentar a realização de missões empresariais e a promoção de uma imagem mais atualizada do Brasil na China. De acordo com os dados atualizados de 2009, 31,4% da pauta exportadora brasileira para China é composta de soja em grãos. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de soja, juntamente com os EUA e a China é a maior consumidora do produto no mundo, como afirma o item.

4: Certa. A complexa relação entre a República da China (Taiwan) e a República Popular da China está enraizada na complexa Guerra Civil chinesa que durou de 1946 a 1948 e terminou com a fuga, em 1949, do Partido Nacionalista para a ilha de Taiwan. Desde então, prevalece o conflito entre a insistência de Taiwan em manter seu status soberano, agindo como Estado independente, apesar de não reconhecido, e a posição da China continental com sua política "Uma só China", que considera Taiwan como parte inseparável do China. Durante a Guerra Fria, como afirma a questão, e principalmente durante os anos da Guerra da Coreia, em 1950, os Estados Unidos começaram a apoiar a causa taiwanesa e um verdadeiro clima de tensão prevaleceu na região até 1979, quando os EUA reconheceram a República Popular da China. Desde 1990, Taiwan não questiona sua soberania, mas a China não exclui, no entanto, a possibilidade do uso da força para que Taiwan volte ao seu comando. Desde os anos 2000, e ainda mais categoricamente em 2008, com a eleição do presidente taiwanês Ma Ying-Jeou, houve uma clara melhora das relações entre a China e Taiwan. A ascensão econômica chinesa promoveu certa marginalização do caso taiwanês e incentivou as relações econômicas entre as regiões. Em 2010 houve a assinatura de um **Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA)** que prevê a isenção de taxas para "mais de 800 produtos e serviços", proporcionando um aumento anual de 100 000 milhões de dólares no comércio bilateral, adiantou no início da semana um jornal de Pequim. Foi o acordo mais importante desde a Guerra Civil e marcou o pragmatismo nas relações entre China e Taiwan.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os próximos itens, a respeito das relações do Brasil com os países do leste da Ásia.

(1) Brasil e Japão mantêm alto grau de coordenação política no cenário internacional, sobretudo no que se refere às ações do Grupo dos 4 (G-4) para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) No âmbito da cooperação em ciência e tecnologia, Brasil e China decidiram recentemente interromper o programa espacial "Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres" (CBERS), mantido entre ambos os países desde a última década do século passado.

(3) No âmbito das relações do Brasil com os países da península coreana, o Brasil abriu, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embaixada em Pyongyang, ocasião em que apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

(4) A China consolidou-se, desde 2009, como o segundo principal destino das exportações brasileiras, logo depois da União Europeia, considerando-se este bloco como um todo.

1: Certo. As relações Brasil e Japão datam do século XIX e caracterizam-se pela forte cooperação, amizade e confiança. Os importantes fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil no começo do século e o exponencial crescimento da economia e da tecnologia japonesa nos anos 1970 e 1980 foram elementos essenciais para a aproximação do Japão e do Brasil. Durante a ditadura militar brasileira, o Brasil foi um dos países com maior recepção de investimentos e transferência de tecnologia japonesa. No mesmo período, o Japão tornou-se um dos maiores importadores de *commodities* brasileiras e parceiro em relação aos interesses estratégicos de desenvolvimento do governo brasileiro no período. O maior projeto de parceria era sobre cooperação em desenvolvimento agrícola no Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), concebido em 1974. Os anos 1980, no entanto, foram caracterizados pela diminuição dos investimentos japoneses no Brasil devido, principalmente, à crise econômica enfrentada pelo Brasil no período e ao interesse japonês pelo comércio com outros países asiáticos. As relações nipo-brasileiras tiveram um impulso importante a partir de 2005, explicado pelas diversas iniciativas que ocuparam o diálogo bilateral, como a formação do G4, que reúne Brasil, Japão, Alemanha e Índia, todos os quatro países que aspiram a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, sobre as relações bilaterais Brasil-Japão, vale destacar a parceria no sistema digital de televisão nipo-brasileiro, que gera forte comércio entre os países. Finalmente, vale ressaltar que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Japanese International Cooperation Agency (JICA) estão fomentando e desenvolvendo projetos agrícolas em Moçambique, conhecido como o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical do Moçambique, ou ProSavana, algo parecido ao que foi feito pelo PRODECER na década de 1970.

2: Errado. O projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) foi criado em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à República Popular da China. Nesse momento, ambos os Estados assinaram um acordo para dar início a um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e os recursos financeiros dos dois países. Para o Brasil, o engajamento nesse projeto marcou o início de uma nova etapa do programa espacial brasileiro e serviu como fator estratégico para a diversificação de parcerias no campo da ciência e da tecnologia. Na China, a implementação do projeto CBERS ficou a cargo da CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) e no Brasil, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O item está incorreto, porque o programa CBERS não foi interrompido. Ao contrário, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Wen Jiabao, no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012, foi confirmada, na Declaração Conjunta Final, a decisão de lançar os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres CBERS-03, em 2012, e CBERS-04, em 2014, e em estimular o trabalho conjunto para a distribuição internacional dos dados daqueles satélites.

3: Errado. Desde março de 2001, quando ocorreu a formalização do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e a Coreia do Norte, em Nova York, mediante comunicado conjunto assinado pelos Chefes de Missão na ONU, relações de maior proximidade estão sendo estabelecidas entre o Brasil e a Coreia do Norte. Como afirma o item, foi aberta durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente em maio de 2009, uma Embaixada Residente do Brasil em Pyongyang. No entanto, o item está incorreto, porque o Brasil, ao abrir a Embaixada, não apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. Vale ressaltar que o Brasil foi o primeiro país não socialista das Américas a abrir uma embaixada em Pyongyang. Segundo Arnaldo Carrilho, Embaixador designado para assumir o posto na Coreia do Norte em 2009, o Brasil é favorável à unificação das duas Coreias.

4: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$ 77 bilhões** com o Brasil, sendo que o Brasil exportou para esse país US$ 44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Se considerarmos a União Europeia como um grupo, ela ultrapassa a China em relação ao destino das exportações brasileiras, alcançando US$ 53 bilhões em 2011. O comércio total entre a União Europeia e o Brasil foi de US$ 99 bilhões em 2011, e o Brasil é superavitário em US$ 6 bilhões.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

10. ORIENTE MÉDIO: A QUESTÃO PALESTINA; IRAQUE; IRÃ

(Diplomacia 2008) Com a realização da Conferência de Annapolis, em 26 de novembro de 2007, articulada pelo governo norte-americano, pretendeu-se promover a retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Palestina, paralisadas durante sete anos. Considerando a questão palestina e a atual conjuntura no Oriente Médio, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A união dos palestinos em torno do Hamas, facção política radical e hostil a Israel, no comando da Autoridade Palestina desde janeiro de 2006, teve como consequência a radicalização por parte do governo israelense, por meio de ataques preventivos e de medidas restritivas à movimentação de pessoas na Faixa de Gaza.

(2) As principais questões em torno das quais há divergências entre israelenses e palestinos e que se mantêm na agenda das negociações de paz são a forma de um futuro Estado palestino, a divisão de Jerusalém e o destino dos refugiados palestinos exilados.

(3) O decidido alinhamento e o apoio dos Estados Unidos da América a Israel impedem aquela potência de atuar como articuladora junto à Autoridade Palestina e a alguns países árabes, como Síria e Líbano, razão pela qual o governo norte-americano tem procurado o engajamento, nas negociações, de outros atores que considera politicamente influentes na região.

(4) Os ataques israelenses no sul do Líbano em 2006 e o recente fechamento das fronteiras na Faixa de Gaza, apesar de provocarem vivas reações da opinião pública internacional, não foram objeto de manifestações formais das Nações Unidas.

1: Errado. O item está incorreto, porque não houve uma união geral dos palestinos em torno do Hamas, mesmo que eles tenham ganhado as

eleições legislativas em 2006, e, ademais, eles não estão no comando da Autoridade Palestina. Os Acordos de Oslo I (1993) e II (1995) estabeleceram autonomia palestina na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia, além de instituírem a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como entidade política e administrativa para os territórios ocupados. No âmbito dos Acordos de Oslo, a OLP reconheceu a existência do Estado de Israel e foi reconhecida por Tel Aviv como a legítima representante do povo palestino. Nesse contexto, Yasser Arafat, então Presidente do Comitê Executivo da OLP e membro do Fatah (partido político palestino), elege-se primeiro presidente da ANP, em 1996. Desde a morte do ex-líder palestino Yasser Arafat em 2005, é Mahamoud Abbas que assumiu a presidência da Organização de Libertação Palestina (OLP), outro membro do Fatah. Há onze partidos na Palestina, dentre os quais os principais são Fatah e Hamas. Em janeiro de 2006, o movimento Hamas, que não reconhece a existência do Estado de Israel, ganhou a maioria dos votos nas eleições para um novo Conselho Executivo Palestino. Estas eleições foram as primeiras legislativas, desde 1996, já que os conflitos entre Israel e Palestina impediam a realização das mesmas. Abbas pediu, após a eleição, que o então primeiro-ministro da Palestina Ahmed Qorei (FATAH), resigna-se do cargo, e assume-se Ismail Haniya do Hamas, como novo líder de governo. Em resposta a vitória do Hamas, Israel suspendeu a transferência de ingressos fiscais aos palestinos, além das principais doações externas, incluindo a ajuda dos EUA e da União Europeia. Houve um período de desentendimento entre as facções Hamas e Fatah e um ambiente de guerra se degenerou na região da Faixa de Gaza. No segundo semestre de 2006, fortes ataques militares na região provocaram bombardeamentos e várias mortes. A negociação para o fim dos conflitos na faixa de Gaza ocorreu apenas em janeiro de 2007.

2: Certo. Estes temas estiveram presentes nas principais rodas de negociações sobre o conflito e ainda estão na pauta do debate. Além destes temas, estão presentes recorrentemente nas negociações para paz, a questão dos assentamentos israelenses em território palestino ocupado, o reconhecimento do Estado Palestino, o traçado das fronteiras, a libertação de prisioneiros, a segurança de Israel e os recursos hídricos, além da questão dos direitos humanos na região.

Refugiados Palestinos: o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 foi acompanhado de hostilidades que resultaram em mais de 750 mil refugiados palestinos que fugiram para outros países árabes da região ou ainda para regiões mais longínquas. Com a guerra de 1967, mais 500 mil refugiados, de acordo com números da ONU, tiveram que fugir de suas casas. Em 1949, foi criado o Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (OOPS), que inicialmente tinha sede em Beirute, no Líbano, e tem como objetivo proporcionar socorro imediato aos refugiados palestinos. Desde 1996, a sede do OOPS foi transferida para Gaza e conta hoje com mais de 4,4 milhões de refugiados palestinos inscritos na Organização. Uma das maiores reivindicações palestinas é o direito de retorno dos refugiados palestinos aos territórios ocupados, que não recebem autorização do governo israelense.

Divisão de Jerusalém: a primeira resolução 181 da ONU de 1947 previa que Jerusalém seria desmilitarizada e ficaria sob a égide do Conselho de Administração das Nações Unidas, que prepararia um estatuto para a cidade e elegeria um governador. As hostilidades que seguiram não permitiram, todavia, que a resolução fosse aplicada. Israel ocupou o setor ocidental de Jerusalém e a Jordânia o setor oriental. Na guerra de 1967, Israel ocupou Jerusalém e declarou a cidade como capital do país, o que não foi reconhecido pelo Conselho de Segurança. Desde então, a maioria dos debates sobre a negociação da paz na região envolve a questão do estatuto de Jerusalém e sua divisão.

3: Errado. O item está incorreto, porque os Estados Unidos foram muitas vezes importantes articuladores nas negociações de paz entre Israel e Palestina. Os acordos finais das negociações de Olso, de 1993 e 1995, foram assinados em Washington sob auspícios dos Estados Unidos. Além disso, em 2007, depois que o presidente Abbas dissolveu o governo da Unidade Nacional palestino e declarou o Estado de exceção, depois da tomada política da Faixa de Gaza pelo grupo Hamas, houve o estímulo de uma nova negociação de paz. Os Estados Unidos e a União Europeia, na ocasião, decidiram aumentar sua ajuda aos palestinos. Em junho de 2007, o então presidente americano George Bush convocou a Conferência de Annnapolis, Maryland, com a presença do Primeiro Ministro de Israel Ehud Olmert e o Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas. Ademais, os Estados Unidos fazem parte do Quarteto, grupo formado em 2002, para monitoramento do processo de paz, formado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Estados Unidos, União Europeia e Federação Russa.

4: Errado. O item está incorreto, porque houve manifestações da comunidade internacional relativas a ambos os conflitos. O conflito no sul do Líbano em julho de 2006, envolveu Israel, o Líbano e principalmente as forças do Hezbollah, grupo político fundamentalista libanês que não aceita a existência do Estado de Israel. O estopim do conflito ocorreu após a captura e morte de três soldados israelenses na fronteira ao sul do Líbano pelo Hezbollah e a exigência da parte do grupo que prisioneiros libaneses fossem soltos das prisões israelenses. Além disso, o Hezbollah enviou mísseis ao norte do território de Israel. A resposta israelense veio com bombardeamentos ao sul do Líbano e de Beirute. O cessar-fogo foi determinado pela resolução 1701 de 11 de agosto de 2006 do Conselho de Segurança. No caso da Faixa de Gaza e do bloqueio israelense à região, tanto o Conselho de Segurança quanto o Conselho de Direitos Humanos da ONU se manifestaram contra a situação. Em 2007, o Conselho de Direitos Humanos criou uma Comissão para verificar os fatos na Faixa de Gaza.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Múltiplos fatores conjugam-se para fazer do Oriente Médio foco permanente de tensão e de conflitos, cujas repercussões não ficam restritas à região. No que concerne a esse quadro, que o início do século XXI não altera em relação ao que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Apesar do apoio do conjunto dos Estados árabes à decisão da ONU (1947) de encerrar o mandato britânico na Palestina e promover a partilha do território em dois Estados, apenas o de Israel materializou-se, razão pela qual não se dissipa a instabilidade na região.

(2) ( ) Bem mais que eventual importância estratégico-militar, o problema representado pela definição do status de Jerusalém é mais amplo e mostra-se até hoje incontornável: internacionalizada pela ONU, reivindicada como capital por israelenses e palestinos e sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo).

(3) ( ) O fundamentalismo islâmico teve no Irã depois da revolução xiita de 1979 um polo irradiador, que identificou no Ocidente seu principal inimigo, representado pelos EUA e seu histórico aliado regional, Israel.

(4) ( ) Nas duas vezes em que atacaram militarmente o Iraque, em 1991 e na atualidade, os EUA encontraram vigorosa resistência da população local, em larga medida incentivada pela reprovação à política de Washington manifestada pelo conjunto dos Estados árabes.

1: Errada. A Palestina, antes de 1947, era um território administrado pelo Reino Unido com um mandato que havia sido definido pela Sociedade das Nações em 1922. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a numerosa imigração judia para a região, que tinha forte oposição dos habitantes árabes, e o início de debates sobre a possível criação de dois Estados no território palestino, começou preocupar os mandatários. Em abril de 1947, cinco Estados árabes (Arábia Saudita, Egito, Iraque, Líbano e Síria), falando em nome do Estado palestino, tentaram, sem sucesso, pedir o fim do mandato britânico e a fundação do Estado

palestino. Surge, assim, a atuação da ONU para tentar mediar o conflito. Foi criado neste período a **UNSCOP (Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina)** para investigar todas as questões relativas ao problema da Palestina e a imigração judaica. A Comissão, ao final das investigações, elaborou **um Plano de Partilha**, mas não conseguiu consenso na sua aprovação. Em um segundo período de sessões, no mesmo ano de 1947, a Assembleia Geral adotou a resolução 181 de 29 de novembro de 1947, aprovando, com algumas modificações, o Plano de Partilha da UNSCOP que previa o fim do mandato inglês, a criação de um Estado árabe e um judeu, a divisão do território Palestino em 8 partes (3 para o lado israelense, 3 para o lado judeu, um que seria a cidade de Jaffa - enclave entre o território judeu e palestino; e Jerusalém, que ficaria sob a administração das Nações Unidas). O item está incorreto, porque esta **decisão da ONU não foi aceita pelos Estados árabes e os árabes palestinos**, que alegaram que a resolução violava as disposições da Carta das Nações Unidas, a qual outorgava o direito da população de decidir sobre seu próprio destino.

2: ANULADA. No item, afirma-se que **Jerusalém** é a “sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo)”. Diferentes acepções da palavra “sede” fazem com que o item apresente ambiguidade insuperável. Assim, fez-se necessária a anulação do item. (justificativa do CESPE para a anulação do item).

3:Certa. Em **1979, a Revolução Iraniana** derrubou o Xá Mohammad Reza Pahlevi do comando do país e instaurou uma República teocrática Islâmica sob o comando do **Aiatolá Khomeini**. Inicialmente a revolução não teve caráter islâmico, constituindo-se em greves gerais e manifestações contra o regime de Reza Pahlevi. Após as medidas econômicas de 1976, que promoveram uma abertura da economia iraniana ao Ocidente, um forte período de crise e inflação instaurou-se no país. Entre 1975 e 1976, Reza Pahlevi havia feito importantes reformas laicas, que haviam desagradado profundamente os grupos religiosos. A abertura pró-Ocidente, no entanto, era acompanhada de fortes repressões e censura aos opositores do governo Pahlevi. A insatisfação geral da população iraniana resultou em uma série de greves em todos os setores em 1978 e a repressão do governo apenas incitou mais a população a continuar a lutar. Em janeiro de 1979, o Xá Reza Pahlevi deixa o governo iraniano e exila-se nos EUA, deixando as portas abertas para o retorno ao Irã do Imã Khomenini, que estava no exílio havia 15 anos. Khomenini, ao voltar ao Irã, Proclama a República Islâmica do Irã e a revolução ganha um teor fundamentalista com a instituição do Conselho Revolucionário Islâmico. Khomenini, aos poucos, começa a adotar medidas fundamentalistas como o limite da liberdade de expressão, a declaração da ilegalidade do governo civil, a Sharia (lei islâmica) como lei do país, entre outros. Pelo fato que os EUA haviam concedido asilo ao Xá Reza Pahlevi e estavam por trás de várias das medidas pró-Ocidente anteriores à revolução, os americanos e Israel, principal aliado americano na região, tornaram-se os **inimigos da revolução**. O incidente mais conhecido envolvendo os dois países foi o sequestro dos membros da Embaixada norte-americana de Teerã em 1979 que durou até 1981.

4: Errada. O item está incorreto, porque houve participação militar de países árabes, como a Arábia Saudita e o Egito, durante a Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos atacaram militarmente o Iraque em 1991. Já a Guerra do Iraque em 2003, levada a cabo pelo governo do então presidente americano George W. Bush, não teve apoio da maioria da comunidade internacional.

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3C, 4E

11. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Diplomacia 2007) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada oficialmente em 1996, decisão que contou com vigorosa participação brasileira. Terceira língua do Ocidente, apenas superada pelo inglês e pelo espanhol, no que concerne a número de falantes, o português é a identidade linguística que une os integrantes da Comunidade. Relativamente ao processo de constituição e de funcionamento da CPLP, assinale a opção correta.

(A) O primeiro grande desafio a ser vencido por meio da criação dessa comunidade foi a inexistência de uma tradição histórica de trocas e de formas de relacionamento, no passado colonial, entre a metrópole ibérica, o Brasil e as colônias portuguesas na África.

(B) O discurso predominante na Política Externa Independente da primeira metade da década de 60 do século passado, que conferia peso hegemônico ao confronto entre Leste e Oeste, praticamente inviabilizou a aproximação do Brasil com o continente africano e a possível criação de uma comunidade integrada pelas antigas colônias portuguesas.

(C) A independência das colônias portuguesas na África, que ocorreu no contexto da revolução que derrubou o salazarismo, coincide, no Brasil, com uma fase do regime militar marcada pela adoção de uma política externa mais aberta, que incluía o incremento de relações políticas e econômicas com a África.

(D) A política externa adotada pelo governo Itamar Franco, estrategicamente voltada para o alinhamento ideológico com os EUA e para o estreitamento de laços comerciais com a emergente Ásia, em muito retardou o processo de instituição oficial da CPLP.

(E) Embora defensores da idéia de se criar a CPLP, o português Mário Soares e o brasileiro José Aparecido de Oliveira notabilizaram-se pela defesa da tese de que a Comunidade somente poderia ser instituída quando a estabilidade política e econômica fosse plenamente alcançada pelos países que a integrariam.

A: Incorreta. O projeto de criar a Comunidade de Estados de língua portuguesa, ao contrário do que afirma o item, baseia-se na existência de uma tradição histórica tanto no passado colonial quanto na evolução da presença brasileira no continente. O Brasil, que foi também colônia portuguesa, divide com os outros Estados da CPLP não apenas a língua, mas o fato de ter, entre sua população, vários descendentes da África portuguesa, que vieram ao Brasil enquanto perdurou a escravidão negra.

B: Incorreta. A Política Externa Independente (PEI), inaugurada nos governos de Jânio Quadros em 1961 e João Goulart (1961-64), ao contrário do que afirma o item, possibilitou a aproximação com o continente africano, já que propunha uma política mais universalista e de diversificação de parceiros. Segundo Amado Cervo, o Brasil tinha o projeto de ser o elo entre a África e o Ocidente no período.

C: Correta. Com o advento da Revolução dos Cravos, em 1974, e o consequente fim do regime autoritário de Antônio Salazar em Portugal, as relações do Brasil com a África evoluíram mais consideravelmente. As independências das colônias portuguesas na África entre 1974 e 1975 foram apoiadas pelo Brasil, que ficou conhecido por ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1974. Além disso, o Brasil favorecia a autonomia dos novos Estados e a consolidação de relações amistosas e equânimes desses com Lisboa. Neste período, sob a égide dos governos militares de Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), as relações do Brasil com as colônias portuguesas na África registram um substancial aprofundamento. Pela via da política do pragmatismo responsável, iniciada no Governo Geisel, o Brasil tornou-se parceiro privilegiado de países africanos, com destaque especial para a Nigéria, para os países da África austral e para as ex-colônias portuguesas.

D: Incorreta. A política externa do governo Itamar Franco não foi marcada, como afirma o item, por um alinhamento com os EUA e pelo estreitamento de relações comerciais com os emergentes da Ásia. A política externa brasileira dos anos 1990 é caracterizada, principalmente, por uma onda regionalista, em resposta a uma necessidade de ganhar

maior competitividade no mercado global. O Brasil neste período assume uma postura em prol do multilateralismo com uma atuação mais assertiva como ator internacional. Neste contexto, surgiu o projeto da criação da CPLP, que teve o apoio irrestrito e entusiasta do então presidente Itamar Franco, ainda que fundada em 1996, na presidência de Fernando Henrique Cardoso. As negociações foram extensas, pois foi necessário convencer setores lusitanos, que não queriam dividir suas influências sobre suas antigas colônias, além dos países africanos, que suspeitavam que a instituição pudesse dar margem para um novo colonialismo.

E: Incorreta. O brasileiro José Aparecido de Oliveira ocupava o cargo de Embaixador em Lisboa, durante a presidência de Itamar Franco, e foi um dos grandes articuladores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Com o apoio de Mário Soares, ex-presidente de Portugal, que também era um grande entusiasta do projeto, José Aparecido convenceu os novos países a respeito da necessidade de confiar na CPLP, visto que a presença brasileira neutralizaria a suspeita de que a instituição viesse a ser instrumento do novo colonialismo. O item está, portanto, incorreto.

Gabarito "C"

12. A AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL

12.1. O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais

Em contraste com a crise do multilateralismo dos anos 80, a última década do século XX constituiu um período de intensa mobilização dos foros diplomáticos parlamentares, fosse para enfrentar ameaças iminentes e localizadas à paz, fosse para apontar soluções para problemas de longo prazo que se vinham agravando no mundo desde o início da Idade Moderna. Uma das vertentes dessa mobilização, de escopo amplo e caráter não-imediatista, foi impulsionado pelo fortalecimento das sociedades civis e produziu uma série de grandes conferências sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) no campo social. Com características inéditas, essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional dos temas globais, antes reputadas matérias da alçada exclusiva das jurisdições nacionais.

Em 1990, os temas globais ainda eram chamados de novos temas na agenda internacional. A expressão se aplicava a algumas questões que não eram novas, mas vinham recebendo atenção renovada desde o início da distensão Leste-Oeste, na segunda metade dos anos 80, como o controle de armamentos, o narcotráfico, o meio ambiente e os direitos humanos. Envolvia, por outro lado, assuntos de definição imprecisa, como a democracia e o terrorismo, ou de natureza polêmica, como a prestação de auxílio humanitário externo às vítimas de conflitos civis contra a vontade do governo dominante.

José Augusto Lindgren Alves. Relações Internacionais e temas sociais: a **década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001, p. 31 e 43 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo como referência inicial o texto anterior, de José Augusto Lindgren Alves, e levando em conta as novas configurações do cenário mundial, julgue os itens que se seguem.

(1) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi o primeiro dos grandes encontros internacionais realizados na última década do século passado. Especialistas reconhecem que, ao lado de outros fatores, foi decisiva a ação do Brasil para que a reunião adotasse um enfoque acentuadamente social para a abordagem da questão ambiental.

(2) Dois dos mais importantes resultados da Rio-92 foram a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada em nível de chefes de Estado e de Governo, e a inovação conceitual presente na noção de desenvolvimento sustentável, embasado nos princípios do desenvolvimento como direito e da necessária vinculação da proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento.

(3) Especialistas e militantes da causa dos direitos humanos, ainda que por caminhos ou motivações diferentes, acreditam que a forma tímida como esse tema tem evoluído no âmbito dos Estados e na vida cotidiana das sociedades deriva, em larga medida, do fato de que ele continua a ser visto — inclusive nas grandes conferências internacionais — como um fim em si mesmo, em vez da desejável condição de instrumento para a consecução da plena cidadania.

(4) De 1948, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, aos dias de hoje, a política exterior do Brasil portou-se de forma distinta em relação ao tema. À época do regime militar, assumiu posições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais. Com a redemocratização, o país avança e, ao lado de outras medidas, adere às convenções internacionais contra as distintas formas de discriminação e de tortura, além das que salvaguardam os direitos da criança e do refugiado.

(5) Em aparente rota de colisão com a Carta de 1988, reconhecidamente voltada para a defesa dos direitos e das garantias individuais e coletivas, o Estado brasileiro tomou duas atitudes que foram alvo de protestos no país e no exterior. A primeira, menos de um ano após a promulgação da nova Constituição, foi não reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativamente a atos praticados por brasileiros. A segunda, mais recente, foi a extinção da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

1: Certo. A **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, inaugurou uma série de encontros internacionais sociais nos anos 1990. Segundo José Augusto Lindgren Alves, talvez a Rio 92 não entrasse no conjunto de Conferências sociais dos anos 1990 se não fosse pela atuação da sociedade civil, inclusive movimentos sociais de grande escopo e ONGs de direitos humanos. A ideia que um meio ambiente sadio pudesse entrar como direito de "terceira geração" estava sendo discutida há muitos anos nos meios acadêmicos e jurídicos, mas ela não tinha ainda respaldo em nenhum documento do direito internacional. O sucesso da Conferência ocorreu graças à atuação brasileira e pelo fato do país ser sede do evento. Os esforços brasileiros tinham interesse em assegurar o sucesso da Conferência. **Outras Conferências importantes** que ocorreram no período foram a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento que ocorreu no Cairo em 1994; a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, que aconteceu em Pequim em 1995; além da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos de 1993; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social que ocorreu em Copenhagen em 1995, entre outras.

2: Certo. A **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** foi elaborada durante a CNUMAD e foi um dos cinco instrumentos adotados ao final da Conferência (os outros foram: a Agenda 21, a Declaração das Florestas, a Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas). A Declaração foi adota ao nível de Chefes de Estado e Governo e estabeleceu 27 princípios que orientam a Agenda 21, entre eles o do "desenvolvimento sustentável", o da "preocupação" e o do "poluidor pagador". O conceito de **desenvolvimento sustentável** foi a principal inovação conceitual internacional que resultou da Rio 92. Oriunda do **Relatório Brundtland**, intitulado "Nosso Futuro Comum", de 1987, o princípio do desenvolvimento sustentável foi somado à Declaração do Rio de Janeiro e divulgado à comunidade internacional, referindo-se ao desenvolvimento como direito e integrando necessariamente a proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento. Ao reconciliar a ideia de desenvolvimento e progresso econômico, a Rio 92 superou o pensamento de que a natureza era incompatível com o desenvolvimento dos Estados, ideia extremamente defendida pela política externa brasileira.
3: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque o tema dos direitos humanos não tem evoluído de forma tímida nas relações internacionais. Durante os anos 1990, novos conceitos e experiências internacionais possibilitaram uma importante evolução na matéria de direitos humanos. A integração de elementos de direitos humanos nas novas Operações de Paz das Nações Unidas - como a UNTC no Camboja, a UNOSOM na Somália e a UNPROFOR, na ex-Iugoslávia - era uma forma de absorção do tema também pelo Conselho de Segurança da ONU. O campo semântico dos direitos humanos foi utilizado em várias outras conferências durante a década de 1990, mesmo naquelas que não tinham essa temática como central. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993, fortificou a ideia, já presente em outros documentos internacionais, da essencialidade da proteção dos direitos humanos e da sua indivisibilidade. Foi reconhecido pela primeira vez, por consenso, os direitos humanos como indubitavelmente universais no artigo 1º da Declaração. Eles foram vistos como um conjunto inextricável de atributos fundamentais de que são titulares todas as pessoas pelo simples fato de serem humanas – não como fim em si mesmos, mas como instrumentos para a consecução de todos os objetivos propostos.
4: Certo. A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, em uma conjuntura internacional caracterizada pelos constrangimentos do pós-guerra, foi essencial para conscientizar governos e sociedades da necessidade de definir e respeitar direitos fundamentais de todos os seres humanos. Durante os **anos 1970**, o Brasil tinha uma **atuação mais soberanista** em sua política externa em relação ao tratamento de questões de direitos humanos. Além disso, a ditadura militar vigente no país adotava uma posição mais defensiva quando se tratava destes temas. Mesmo se, em 1977, o Brasil foi eleito para ocupar uma cadeira na extinta Comissão de Direitos Humanos da ONU, o país tentou resguardar sua soberania dentro do órgão, adotando ações defensivas sobre este tema. Com a redemocratização, a partir de 1985, o Brasil entrou com o processo de ratificação de três importantes tratados gerais de proteção: os dois Pactos de Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Em 1989, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. A Convenção sobre o **Direito das Crianças** foi ratificada em 1990 e a Convenção sobre o **Direito dos Refugiados** em 1992. Em 1993, durante a Conferência internacional para Direitos Humanos em Viena, o Brasil ganhou papel de destaque na comissão para a redação da declaração final, com a presidência de Gilberto Sabóia na comissão.
5: Errado. A **Corte Interamericana de Direitos Humanos** é o principal órgão jurisdicional do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos e foi criado pelo Pacto de San José de 1969. O item está incorreto porque o Brasil, que ratificou o Pacto de San José em 1992, aceitou a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos por meio de decreto, em 2002, válido por prazo indeterminado. Portanto, não houve colisão com a Constituição de 1988, como afirma o item. O item possui outro erro, já que afirma que houve a extinção da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. A **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)** é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Criada em 1977, dentro do Ministério da Justiça, foi alçada ao status de ministério em 2003. No ano de 2010, a Secretaria ganhou o nome atual.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

12.2. Meio ambiente

(Diplomacia 2007) A questão ambiental logrou inscrever-se na agenda do mundo contemporâneo e ocupar posição relevante no cenário da política internacional. Em meio a opiniões divididas quanto aos efeitos da degradação ambiental e às possíveis soluções para problema de tamanha magnitude, há consenso quanto ao fato de que o aquecimento global é real e preocupante. Relativamente a esse tema, assinale a opção incorreta.

(A) A partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em 1992, chegou-se ao Protocolo de Kyoto, que, tendo sido assinado e ratificado pelo conjunto dos Estados integrantes da ONU, estabelece limites para a emissão de gases que ampliam o efeito estufa.

(B) O Brasil foi o autor da proposta conhecida como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando relacionados a aterros sanitários os dois primeiros projetos aprovados pelo país para a obtenção de créditos internacionais em troca da redução da emissão de gases poluentes.

(C) Nos últimos anos, o processo de alteração climática decorrente do efeito estufa, que é um fenômeno natural, vem-se acelerando mediante a ação do homem, pelo aumento descontrolado da emissão de gases poluentes na atmosfera, sobretudo pela indústria e pelos automóveis.

(D) Dono de uma das mais ricas biodiversidades e da maior floresta tropical do planeta, o Brasil confirmou sua adesão a importantes convenções e protocolos internacionais, entre os quais se destacam os relativos ao comércio de substâncias tóxicas, ao banimento gradual de poluentes orgânicos nocivos ao meio ambiente e às normas para a utilização segura de produtos transgênicos.

(E) A aprovação pelo Congresso Nacional é condição indispensável para que sejam ratificados acordos internacionais negociados pelo Poder Executivo em matéria ambiental.

A: Incorreta. A primeira parte do item está correta, já que **Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas** foi um dos cinco acordos negociados no âmbito da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Foi previsto na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, que, após a CNUMAD, promover-se-iam Conferências entre os Estados Partes (COP) para negociar sobre a temática de mudanças climáticas mais profundamente. O Protocolo de Kyoto foi, portanto, resultado da III COP, que ocorreu no Japão, na cidade de Kyoto em 1997. O primeiro erro do item está na afirmação que o Protocolo de Kyoto foi assinado e ratificado pelo conjunto dos integrantes da ONU. Segundo o artigo 22 do Protocolo, ele só poderá ser ratificado pelos Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, e não por todos os membros da ONU, como afirma o item. Além disso,

ele não foi ratificado nem por todos os membros da Convenção-Quadro, que conta hoje com 195 ratificações, enquanto o Protocolo possui atualmente 193 Estados Partes (192 Estados e um grupo regional, a União Europeia) – sendo que os EUA não ratificaram o Protocolo. O Protocolo de Kyoto determinou um tratamento diferenciado para as partes do acordo definindo em seu artigo 3, metas específicas para países presentes no Anexo 1 da Convenção (39 países desenvolvidos incluindo a Comunidade Econômica Europeia). A meta para os países do Anexo I era de reduzir as emissões de gases estufa em 5% sobre o que esses Estados emitiam em 1990, no período de 2008 a 2012. Existiu, portanto, o estabelecimento de limites para a emissão de gases estufa, como afirma o item, mas ele não foi feito para todos os Estados Partes no Tratado. Durante a 17ª COP que ocorreu em Durban em 2017, foi acertado a extensão do Protocolo de Kyoto até 2017. A Rússia, o Japão e o Canadá anunciaram, neste encontro, seu desvinculo com o acordo.

Gabarito "A"

Sugestão de leitura: "A Ordem Ambiental Internacional" de Wagner Costa Ribeiro.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Em dezembro de 2009, ocorre a Conferência das Nações Unidas acerca das mudanças climáticas — Conferência de Copenhague ou COP-15 —, na qual devem ser lançadas as bases de um regime internacional para o tema. Considerando as posições brasileiras a respeito das mudanças climáticas, julgue os itens que se seguem.

(1) As recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal, na costa brasileira, ao mesmo tempo em que atenuaram a ênfase da diplomacia brasileira nos biocombustíveis, aproximaram o Brasil das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América com relação às metas de redução das emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa.

(2) O país endossa, desde o Protocolo de Quioto, o princípio de responsabilidade comum entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global, razão pela qual defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa, como base de um regime internacional para o tema.

(3) Com base no princípio de responsabilidade comum mas diferenciada, o Brasil propugna aliar medidas de redução do desmatamento aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa e, ao mesmo tempo, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque as recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal não atenuaram a ênfase da política externa brasileira em relação aos biocombustíveis, visto como tema prioritário. Sobre os biocombustíveis, a preocupação brasileira é relacionar os biocombustíveis com o desenvolvimento sustentável, conforme seus três pilares (econômico, ambiental e social). O objetivo brasileiro é o reconhecimento do etanol como *commodity* energética. Além disso, outro erro do item é afirmar que o Brasil se aproximou das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América em relação às metas de redução de emissões. O Brasil, desde a 15ª Conferência das Partes, a COP-15, que se realizou em Copenhague, em dezembro de 2009, atua em convergência com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) em relação à temática das mudanças climáticas. O BASIC defende, principalmente, princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, em relação à temática das mudanças climáticas. Sobre o Protocolo de Quioto, o grupo defende que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa sejam feitos por países desenvolvidos, e que sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de restringir o aumento de temperatura em no máximo 2ºC, o que foi reconhecido durante a COP-16 de 2010 em Cancun, México.

2: Errado. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, no âmbito do Protocolo de Quioto, defende o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse princípio está em consonância com o princípio da equidade ao tratar os desiguais de maneira desigual, de forma a igualá-los materialmente com os Estados desenvolvidos. O Brasil, juntamente com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia, China), defende o estabelecimento de metas quantificadas de redução de emissões para os Estados-parte do Anexo I da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Nesse sentido, o item está igualmente incorreto ao afirmar que o Brasil defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa.

3: Certo. O item está correto porque o Brasil adota o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tanto para a redução do desmatamento quanto em relação aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa. O Brasil, nesse sentido, vem promovendo, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o estabelecimento de um sistema de incentivos financeiros para países que reduzam emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento. Além disso, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão de gases de efeito estufa.

GABARITO 1E, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) As questões ambientais e de mudanças climáticas chamam atenção do Brasil há algum tempo. Julgue os itens subsequentes, acerca desse tema.

(1) As posições do Brasil com relação às mudanças observadas no clima do planeta e às propostas de soluções para uma Terra mais limpa são consideradas conservadoras pelos organismos internacionais.

(2) Pressões de grupos e interesses internacionais exercem influência sobre discussões acerca da Amazônia e de seu desmatamento.

(3) As convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais.

(4) O Brasil tem cumprido as metas com relação à temática não apenas do clima, mas também da pobreza e de combate à fome, sendo um exemplo quanto a esse último aspecto.

1: Errado. As posições do Brasil na área de mudança climática não são consideradas conservadoras; pelo contrário, o Brasil é extremamente propositivo nessa área. Nos últimos anos, o Brasil tem tido um papel de liderança no debate internacional sobre mudanças climáticas. Durante a 15ª Conferência das Partes em Copenhagen, atuou ativamente na negociação do Acordo de Copenhagen e defendeu a constituição de um Fundo para financiar países pobres. Foi prometido 30 bilhões de dólares para o Fundo que seriam pagos principalmente pelos Estados Unidos, pelo Japão e pela União Europeia, a serem liberados entre 2010 e 2012. O Brasil não apenas apoiou a criação do Fundo, mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma contribuição financeira brasileira, se faltasse dinheiro.

2: Certo. A Amazônia desperta, como afirma o item, forte interesse da comunidade internacional tanto por suas questões ambientais, já que

ela abriga uma imensa diversidade biológica – 15% de todas as espécies de planta e animais conhecidas no mundo – quanto pelo enorme potencial econômico, oriundos dos recursos que se encontram na floresta tropical. Além disso, diversas organizações não governamentais nacionais e internacionais participam do forte debate da sociedade civil brasileira sobre desmatamento e a exploração econômica da região.
3: Errado. O item está incorreto porque as convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima **não** estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais. Um exemplo categórico é o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas verificáveis sobre a emissão de gases causadores do efeito estufa. O Protocolo, criado em 1997, em Kyoto, apenas entrou em vigor em 2005, após a ratificação da Rússia, atingindo o número mínimo de ratificações, o que corresponderia a 55% das emissões de gases em 1997. O Protocolo prevê que suas metas sejam cumpridas entre 2008 e 2012, ano em que o acordo expirará. Atualmente, diversas tentativas de chegar a um acordo estão sendo empreendidas, com grandes dificuldades de negociação de um novo acordo que substitua Kyoto. Exemplo dessa dificuldade é não adesão dos EUA, o maior emissor do mundo atualmente, com 25% das emissões.
4: Certo. Vale destacar, sobre a temática do clima, que além de o Brasil cumprir suas metas, o país assumiu a posição de vanguarda entre os países em desenvolvimento durante a COP-15, realizada em Copenhagen em 2009, ao apresentar metas ambiciosas de redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O compromisso brasileiro assumido na COP 15 foi legislado na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que está em fase de regulamentação. Já o combate contra a pobreza e contra a fome se insere entre os compromissos brasileiros relacionados aos Objetivos do Milênio (ODM). Resultado da **Declaração do Milênio** das Nações Unidas adotada em setembro de 2000, os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** (ODM) enumera uma série de objetivos concretos (meio ambiente, saúde, desenvolvimento social, direito das crianças, das mulheres, entre outros) que foram tratados em diversas Cúpulas internacionais durante os anos 1990. A Declaração traz, portanto, uma série de indicadores quantitativos que têm o intuito de medir as ações dos Estados nesses temas. O Brasil, a menos de cinco anos para terminar o prazo estipulado pelas Nações Unidas para que sejam atingidos os ODM, já atingiu alguns dos Objetivos com uma década ou mais de antecedência. Entre as principais áreas estão o combate à pobreza – com a eliminação de um quarto da população pobre do país – e o combate contra a fome – o país diminui em 50% a parcela da população que passa fome. A intenção brasileira é erradicar o problema da fome até 2015.

Gabarito 1E, 2C, 3E,4C

12.3. Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC)

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos à Organização Mundial do Comércio (OMC).

(1) São desafios centrais para a conclusão da Rodada de Doha a definição de modalidades de liberalização e redução de subvenções para produtos agrícolas, bem como o fechamento de acordo sobre o acesso a mercados para produtos não agrícolas.

(2) A eclosão da crise financeira em setembro de 2008 e o seu aprofundamento, que resultaram no estancamento do comércio internacional e na suspensão das negociações da Rodada de Doha, geraram condições para o recrudescimento do protecionismo em escala global.

(3) Os acordos da OMC versam, principalmente, sobre comércio de bens e de serviços e aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, ficando todos os paísesmembros sujeitos às disposições e aos compromissos neles estabelecidos.

(4) A diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio bem como a complexidade dos instrumentos e das medidas que conformam as políticas comerciais justificam a necessidade de compromissos e disciplinas multilaterais que orientem as ações dos governos e os agentes comerciais no campo do comércio internacional.

1: Certa. A Rodada Doha é uma rodada de negociações no âmbito da OMC e iniciou-se no Quatar no ano de 2001 com o nome de Rodada do Desenvolvimento. O mandato negociador da rodada estipulado em 2001 é muito amplo e envolve um número importante de temas, com o objetivo de contabilizar os interesses comerciais dos 154 países membros da OMC. Entre os principais temas e objetivos de negociação estão: redução dos picos tarifários, altas tarifas, escalada tarifária e barreiras não tarifárias em bens não agrícolas – *Non-Agricultural Market Access* – NAMA; discussão de temas relacionados à agricultura (subsídios, apoio interno, redução de tarifas e crédito à exportação; negociar a liberalização progressiva em serviços, conforme estabelecido nas discussões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS; ampliação do Acordo TRIMs – *Trade Related Investment Measures*, (investimentos em bens); discussão sobre a interação entre comércio e política de concorrência; negociação sobre maior transparência em compras governamentais; condução negociações que aprimorem as disciplinas dos Acordos sobre antidumping, subsídios e medidas compensatórias, preservando seus conceitos básicos (fonte: MDIC). Além destes temas, inclui-se a discussão sobre bens ambientais, propriedade intelectual e o aperfeiçoamento das regras no sistema geral de solução de controvérsias.
2: Errada. Mesmo se a eclosão da crise financeira em 2008 gerou um processo de recrudescimento de pressões protecionistas, o item está incorreto, primeiramente, porque não houve estancamento da economia mundial e porque a **Rodada Doha não foi suspensa**. Iniciada em 2001, a Rodada Doha de negociações em matéria de comércio internacional passa por um período de paralisia desde 2008, em razão dos impasses nas negociações, principalmente no que tange aos temas de agricultura e produtos não agrícolas (NAMA). Segundo a posição oficial do Itamaraty, no cenário atual de crise econômica e de consequente aumento das pressões protecionistas, a conclusão da Rodada torna-se ainda mais necessária, por fortalecer a credibilidade da OMC e do sistema multilateral de comércio. As negociações não se encontram, portanto, suspensas, passam apenas por um período de impasse.
3: Certa. Os acordos da OMC versam principalmente sobre bens agrícolas e não agrícolas, serviços e propriedade intelectual. Desde a criação da OMC, em 1995, e mesmo durante as negociações da Rodada do Uruguai (1986-1995), as negociações multilaterais de comércio são orientadas pelo princípio do ***single undertaking***. O princípio propõe que cada item da negociação é parte indivisível de todo o pacote da negociação e não pode ser acertado separadamente - "Nada é acordado até que tudo seja acordado". O princípio do *single undertanking* vai de encontro com o funcionamento do **GATT à la carte**, que previa a possibilidade que os Estados da negociação aceitassem apenas os acordos que lhes interessassem, não tendo obrigação de aceitar o pacote todo. Na OMC, todos os países ficam sujeitos aos compromissos estabelecidos nos tratados, como afirma o item. É por esse motivo que as negociações da OMC são mais difíceis e lentas do que aquelas feitas no GATT 47.
4: Certa. O item define a realidade atual do comércio internacional com uma vasta diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Considerando os interesses brasileiros na Rodada de Doha da OMC, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Nas negociações acerca de acesso a mercados, o Brasil objetiva a eliminação ou a redução de restrições tarifárias e nãotarifárias que incidem sobre suas

exportações de bens, de forma geral, priorizando o tratamento dos fatores que restringem e distorcem o comércio agrícola.

(2) ( ) Dada a participação majoritária do setor terciário na composição de seu Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil almeja o aumento de sua participação nas exportações mundiais de serviços, defendendo, por conseguinte, ampla liberalização dessa modalidade de comércio.

(3) ( ) Por dispor de um parque industrial amplo e diversificado, embora com diferenças setoriais quanto aos níveis de competitividade, o Brasil posiciona-se contrariamente ao aprofundamento de compromissos relativos a reduções tarifárias para produtos manufaturados.

(4) ( ) O Brasil propugna maior transparência na aplicação de medidas contra práticas desleais de comércio, em particular, medidas antidumping e antisubsídios, que afetam suas exportações para os países desenvolvidos.

1: Certa. O termo "acesso a mercado" está relacionado a medidas e instrumentos que afetam a entrada de produtos de um país em outros países, tais como as restrições e/ou limitações à importação (tarifas, quotas tarifárias, quotas de importação), com influência direta na competição entre produtos importados e domésticos. A negociação sobre acesso a mercados no âmbito da OMC foi colocada em pauta no mandato negociador da Rodada Doha, em 2001, em relação ao acesso a mercados agrícolas e não agrícolas. O Brasil, que é um forte importador de produtos primários, dá maior ênfase à negociação de produtos agrícolas no âmbito da OMC. Em relação ao setor agrícola, foi colocada na pauta a necessidade de uma redução significativa dos subsídios à produção agrícola e uma redução, com vistas à eliminação dos subsídios à exportação no setor. O item está, portanto, correto, já que o Brasil tem uma posição em geral a favor da eliminação das restrições ao acesso a mercados, priorizando-a principalmente na questão da agricultura.

2: Errada. Apesar de o Brasil ter uma forte participação do setor terciário no conjunto do seu PIB (de acordo com o IBGE, este setor concentrou em 2009 68,5% do PIB), o item está incorreto ao afirmar que o Brasil defenda ampla liberalização dessa modalidade de comércio na OMC. O instrumento jurídico que discute questões de serviços na OMC é o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), firmado em 1994, como um dos anexos do Acordo Constitutivo da OMC. Os compromissos em acesso a mercados foram definidos no GATS por meio da modalidade de «lista positiva». Por essa modalidade, os países especificam em listas nacionais anexas ao GATS, quais os setores que pretendem liberalizar e qual o nível e condições de acesso a mercados nos diferentes modos de prestação. Durante a negociação sobre o mandato negociador da Rodada Doha iniciada em 2001, o GATS foi considerado um acordo superficial, pois não impõe compromisso efetivo de liberalização desse comércio. O mercado de serviços, no entanto, é dominado pelos países desenvolvidos, o que traz certa desconfiança dos países em desenvolvimento sobre a maior abertura deste mercado. O Brasil, juntamente com estes países em desenvolvimento, não defende uma ampla liberalização do setor como afirma o item.

3: Errada. O comércio de produtos manufaturados, que representa mais de 73% do comércio mundial de mercadorias, é negociado na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio no âmbito do acordo de Acesso a Mercados de Bens Não Agrícolas (conhecidas por sua sigla em inglês, NAMA – *Non-Agricultural Market Access*). O NAMA envolve basicamente a liberalização do comércio de produtos manufaturados e interessa principalmente aos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento têm manifestado duas preocupações estratégicas sobre o tema: garantir maior acesso de seus principais produtos de exportação aos mercados dos países desenvolvidos e aumentar, ou ao menos preservar, o espaço de manobra para perseguir políticas de fomento à industrialização. O item está incorreto porque o Brasil não é contrário ao aprofundamento do NAMA. Mesmo se as tarifas brasileiras para produtos não agrícolas são extremamente altas (uma média de 31%), o país está aberto para negociações no setor. É comum que as negociações sobre o NAMA façam contrapartida às negociações agrícolas, já que o NAMA interessa aos países desenvolvidos e a liberalização agrícola interessa, principalmente, aos países em desenvolvimento. Em 2008, durante a reunião mini-ministerial que ocorreu em Genebra, o Brasil aceitou um corte importante nas tarifas dos produtos não agrícolas em troca da diminuição do subsídio agrícola. O acordo, no entanto, não foi possível pela falta de consenso em outros temas.

4: Certa. O item está correto e define a política comercial brasileira em relação aos subsídios e às políticas de dumping.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 consolida a crescente abertura do país de maior população do mundo. Tal fato foi marcado por vários anos de difíceis negociações com os principais parceiros internacionais, EUA e União Européia, com os quais teve que concluir prévios acordos sobre as modalidades concretas da mútua abertura das economias. Foi celebrada, portanto, mesmo que de maneira superficial, como uma forma de triunfo final da economia de mercado. Os pragmáticos chineses parecem nutrir a idéia básica que permitiu no passado os êxitos do Japão e dos tigres asiáticos: integrar-se ao mundo ainda dominado pelo Ocidente de maneira dinâmica, mas prudente, negociada e não imposta, sem deixar-se dominar.

Viktor Sukup. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. *In*: Revista **Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 45, n.o 2, 2002, p. 82 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens subsequentes, com relação ao tema focalizado no texto acima.

(1) A atual experiência de abertura posta em prática pela China teve seu início na década de 80 do século passado e, nos seus aspectos essenciais, está calcada na tentativa de reformas da extinta União Soviética, sob o comando de Gorbachev. Em ambos os casos, o ritmo de flexibilização política do regime, provavelmente por sua celeridade, interpôs obstáculos ao crescimento da economia, o que, no caso soviético, foi fatal e abreviou a existência do socialismo real.

(2) Embora gigantesca, a população chinesa apresenta uma bem reduzida capacidade de consumo, devido à diminuta média salarial. Entrar na OMC, depois de exaustivas negociações que redundaram no tratamento preferencial ao país, que pôde praticamente manter cerradas suas fronteiras aos produtos estrangeiros, foi a saída perseguida pela China para escoar sua produção pelos mercados mundiais.

(3) Na opinião do autor, expressa no texto, a estratégia chinesa de inserção no mercado global lembra a experiência nipônica da segunda metade do século XIX. Com efeito, entre outros significados, a Era Meiji correspondeu à decisão japonesa de se modernizar como meio de se desenvolver pela via da não subalternidade em relação ao Ocidente.

(4) Sucessora do GATT, a OMC é uma das mais conhecidas instâncias multilaterais dos dias atuais, tendo, entre outras, a missão de elaborar as normas regulado-

ras do comércio mundial, zelar pela sua observância e julgar os contenciosos entre os atores do mercado mundial.

(5) O Brasil teve destacada atuação na última grande reunião da OMC, realizada em Cancún, no México. Para muitos, ao chegar ao fim de seus trabalhos, tendo cumprido a extensa agenda previamente acertada, a reunião de Cancún, em vez de ter sido o fracasso que alguns apregoaram, foi plenamente proveitosa por ter levado às últimas consequências o debate em torno dos subsídios agrícolas que os países mais ricos teimam em continuar praticando.

1: Errado. O item está incorreto ao relacionar a abertura econômica chinesa com a abertura soviética e por afirmar que a inflexibilização do regime impôs problemas a ambas as economias. Como salienta Eric Hobsbawm, apesar dos seus atrasos e misérias, a China nunca teve os complexos tão típicos da URSS e de outros países socialistas que queriam a qualquer preço «alcançar e ultrapassar» os países capitalistas avançados. O cisma sino-soviético, que ocorreu em 1962, teve suas causas relacionadas com o afastamento ideológico entre a China e a Rússia de Kruschev, pela negação da URSS em transferir tecnologia nuclear para a China, além das mudanças no modelo econômico chinês que eram criticadas pelos soviéticos. Em relação a modernização chinesa, desde 1979, dois anos após a morte de Mao T'se Tung, e sob a liderança do veterano dirigente Deng Xiaoping, a China começou a se colocar na órbita da «modernização» e da economia «globalizada». Desde a chegada de Deng, a economia chinesa, quase totalmente fechada desde 1949, abriu-se de modo gradual, e mostrou uma das maiores taxas de crescimento do mundo, ao redor de 10% por ano. Já a abertura econômica soviética, iniciada através da **Perestróica**, não ocorreu de forma gradual e não foi bem sucedida como a chinesa, o que resultou no fim da União Soviética em 1991. Ou seja, a flexibilização do regime chinês não interpôs obstáculos diretos ao crescimento da economia chinesa, como afirma o item. De acordo com o economista Joseph Stiglitz, o modelo de gradualismo chinês opõe-se a terapia de choque soviética.

2: Errado. A **China** foi aceita na **Organização Mundial do Comércio** em setembro de **2001**, depois de exaustivas negociações que iniciaram em 1986, data que o país submeteu seu pedido de entrada à organização. O item está incorreto já que, ao final das negociações, a China aceitou uma série de compromissos visando liberalizar seu regime com o objetivo de integrar-se mais efetivamente na economia mundial. As negociações com os seus principais parceiros internacionais, Estados Unidos e União Europeia, estimularam a economia chinesa a concluir prévios acordos sobre modalidades concretas de mútua abertura das economias entre os acordos, a China concordou em estabelecer um tratamento de não discriminatório a todos os membros da OMC; abolir as práticas de estabelecimento de preços diferenciados entre produtos que estão destinados a serem vendidos na China e fora da China; além disso, o país não poderá controlar os preços para oferecer proteção aos seus fornecedores nacionais. Durante o processo de negociações, a China conseguiu manter o direito de conservar um regime de comércio de Estado exclusivo para produtos como cereal, tabaco, combustíveis e minerais. Por um período de 12 anos foi estipulado que um mecanismo de salvaguarda transitório seria aplicado no caso das importações de produtos de origem chinesa causarem dano a outros produtores. O item está incorreto, porque a China não manteve fechadas suas fronteiras aos produtos estrangeiros e não possui uma reduzida capacidade de consumo.

3: Certo. O autor estabelece no decorrer do texto uma **comparação entre a China e o Japão da época Meiji** (1868-1912). O Japão, neste período, estabeleceu medidas protecionistas, *nation building*, construção de estradas de ferro, progressos em educação e aprendizagem tecnológica, entre outros, e transformou o país industrialmente, consagrando-o como potência industrial e militar. Segundo o autor, os pragmáticos chineses pareceram nutrir a ideia básica que favoreceu o crescimento do Japão e dos tigres asiáticos: integrar-se ao mundo, dominado pelo Ocidente, de maneira dinâmica, mas prudente, sem se deixar dominar. Tanto os chineses quanto os japoneses da época Meiji souberam ser parceiros das grandes potências em condição de igualdade e sem serem subordinados a essas. Os japoneses do período Meiji, depois de dois séculos de isolamento quase que total, colocaram sua economia à altura do Ocidente sem abandonar sua cultura. Neste quesito, pode-se também estabelecer uma relação com a abertura chinesa dos anos 1980, o que faz que o item esteja correto.

4: Certo. A OMC (**Organização Mundial do Comércio**), fundada em 1995, pelos acordos de Marraqueche, é uma organização internacional que tem como objetivo regulamentar as negociações comerciais entre seus membros, acompanhar a aplicação e seguimento das políticas comerciais, solucionar as controvérsias e reforçar a capacidade comercial dos países em desenvolvimento. A OMC foi sucessora dos Acordos Gerais sobre Tarifas e Comércio de 1947 (GATT) e incorporou as resoluções decididas no âmbito deste organismo na sua criação. O GATT ainda vigora nos acordos da OMC sob o nome de GATT 1994.

5: Errado. A V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2003, realizada em Cancún, no México, encerrou-se sem produzir os resultados a que se propunha. Os embates que marcaram seus trabalhos, e que culminaram no impasse que levou Luis Emesto Derbez, Secretário de Relações Exteriores do México e Presidente da Conferência, a declarar de maneira abrupta o seu encerramento às 16h do último dia, terminaram a reunião sem nenhum acordo concreto. Ao invés de uma Declaração Ministerial que desse rumo à continuação da Rodada multilateral de negociações comerciais, iniciada em Doha em 2001, o encontro produziu um pequeno comunicado final de seis parágrafos, cuja parte operativa resumia-se a procurar manter vivo o processo negociador. O item está incorreto, portanto, quando afirma que a agenda do encontro foi cumprida e que se chegou ao fim dos trabalhos durante a reunião de Cancun. A reunião correspondeu ao fracasso previsto e não conseguiu encontrar uma solução para o contencioso agrícola. Segundo o ex-ministro Celso Amorim, a reunião de Cancún deteriorou-se graças a um acerto tático entre Estados Unidos e União Europeia, que, ao invés de auxiliar para o progresso das negociações, abriu a possibilidade de que os subsídios à exportação não fossem eliminados para certos produtos. A fórmula para acesso aos mercados não atendia, assim, aos interesses exportadores do Mercosul e de outros países em desenvolvimento. O item está, no entanto, correto na parte que afirma que o Brasil teve papel de destaque durante a reunião. Foi às vésperas da Reunião de Cancún, que o Brasil e outros Estados interessados no tema da agricultura se reuniram no G20, conhecido como G-20 comercial – uma vitória da diplomacia brasileira.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Sugestão de leitura: Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Política Externa - Vol. 12, nr. 3, «A Lição de Cancún».

(Diplomacia – 2002) O Grupo de Cairns:

(A) foi constituído em 1972, por países em desenvolvimento, para participar do consórcio internacional Intelsat, que construiu e lançou o primeiro satélite de comunicações civis.

(B) foi constituído em 1975, pelos maiores consumidores de petróleo entre os países em desenvolvimento, para obter melhores condições de importação dessa matéria-prima. Inicialmente, o Brasil participou como observador, tornando-se membro em 1982.

(C) foi constituído em 1990, por antigas colônias inglesas na África e Oceania, para coordenar as políticas de cooperação tecnológica com a então Comunidade Econômica Européia.

(D) foi constituído em 1990, por países em desenvolvimento, de modo a coordenar suas propostas tecnológicas no Âmbito da Rodada Uruguai do GATT.

(E) foi constituído em 1986, por países competitivos em agricultura, que têm buscado, desde o lançamento da Rodada Uruguai do GATT, a liberalização do comércio agrícola internacional.

E: Correta. O Grupo Cairns é uma coalizão de 19 países exportadores agrícolas que contam hoje com 25% da exportação agrícola mundial. O Grupo foi fundado em 1986, durante a Rodada do Uruguai no GATT, para defender os interesses destes Estados, principalmente, contra as medidas protecionistas europeias em relação à agricultura. Durante a Rodada Doha, da OMC, o grupo continuou insistindo na liberalização do comércio na área agrícola. O grupo tem como membros: **Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai.**

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2000) De 30 de novembro a 3 de dezembro de 1999, a cidade de Seattle, nos Estados Unidos, foi sede da III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos objetivos do encontro era o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Escolha a alternativa que melhor descreve as principais posições defendidas pelo Brasil na referida Conferência de Seattle.

(A) O Brasil foi contrário à idéia de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito da OMC, pois não desejava fazer quaisquer concessões aos Estados Unidos e a União Européia, que mantém altas barreiras à importação de produtos brasileiros.

(B) Ameaçado por importações de produtos de baixo preço, que causam dano à indústria nacional, o Brasil defendeu o afrouxamento das disciplinas sobre medidas de defesa comercial, de modo a permitir a ampla utilização de direitos "antidumping".

(C) O Brasil defendeu a introdução de exceções às regras da OMC sobre concessão de subsídios à produção agrícola, de modo a que todos os países membros da Organização possam aumentar os orçamentos de apoio à agricultura .

(D) O Brasil apoiou a ideia defendida pelos Estados Unidos de negociar novas regras no OMC para permitira introdução de barreiras comerciais a produtos de países nos quais há comprovada utilização do trabalho infantil.

(E) O Brasil defendeu a redução dos subsídios à produção e a exportação de produtos agrícolas e uma maior disciplina na OMC para coibir a utilização abusiva de instrumentos de defesa comercial, como o "antidumping".

E: Correto. A **III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio,** que ocorreu em Seattle, em dezembro de **1999**, tinha como objetivo a proposta de lançamento de uma nova rodada de negociações. Estava prevista para esta 3ª Conferência Ministerial o lançamento da 1ª rodada de negociações da história da OMC, que teria o nome de **Rodada do Milênio**. O representante brasileiro na Conferência foi o então ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que em seu discurso oficial ressaltou que o Brasil foi um dos primeiros países a apoiar uma nova rodada de negociações, para que tarefas inacabadas, como a distorção do comércio de bens agrícolas, pudessem ser tratadas de uma forma mais completa. O Brasil **defendeu a abertura dos mercados agrícolas**, o fim dos subsídios nas exportações do setor e uma maior atuação da OMC no tratamento destas questões, assim como na utilização exacerbada de instrumentos de defesa comercial. **A Rodada de Seattle foi considerada um fracasso**. Além dos fortes protestos internacionais contra a globalização, as negociações não alcançaram os resultados esperados. Em consequência, a Rodada do Milênio não foi lançada e foi adiada para 2001 na Conferência Ministerial de Doha, adotando o nome de Rodada Doha.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1996) A Assinatura dos Acordos da Rodada Uruguai, que permitiu a entrada em funcionamento da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1º de Janeiro de 1995, ocorreu na Cidade de:

(A) Washington.

(B) Cairo.

(C) Genebra.

(D) Montevidéu.

(E) Marraqueche

E: Correta. Entre 1947 e 1995, o comércio internacional foi regulado pelo **GATT** (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O GATT não era uma organização internacional, era um acordo executivo que não obrigava os Estados a internalizar suas normas e atuava a partir de uma lógica "à la carte" – cada Estado escolhia os tratados de comércio que lhe interessava. Os objetivos do GATT eram promover o comércio internacional e regular a atuação dos Estados em matéria comercial. Nos anos 1980, no entanto, o GATT mostrava ter fragilidades institucionais e jurídicas que não eram compatíveis com o desenvolvimento do comércio internacional. Ocorriam mudanças importantes na política internacional, como a diversificação de fluxos e a inovações tecnológicas, que acentuavam as vantagens comparativas de alguns países. Os choques do petróleo em 1973 e 1979, a mudança do padrão dólar-ouro e a importante estagflação na Europa nos anos 1970, afetam o mundo e comércio mundial e, portanto, criou-se a necessidade um instrumento para fortalecer o comércio multilateral. Neste contexto, inicia-se uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do GATT. A **Rodada do Uruguai** foi lançada na cidade de Punta Del Este em 1986 e terminou em 1994 com o **Acordo Constitutivo de Marraqueche,** que leva este nome porque foi negociado na cidade de Marraqueche, no Marrocos. O acordo entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995. A rodada do Uruguai negociou mais de 18 acordos sobre diversos temas e ao seu fim estabeleceu **a Organização Mundial do Comércio (OMC)** como novo instrumento jurídico que regularia as relações internacionais. A OMC é uma organização internacional e incorporou as normas do GATT, que é conhecido, hodiernamente, como GATT 94.

GABARITO: E

Perante um cenário que não avança para uma maior equidade do sistema de comércio internacional, mas, ao contrário, restringe cada vez mais as margens de manobra, e diante de um equilíbrio de poder muito mais complexo que o de rodadas anteriores, as negociações entraram em letargia, enquanto os países encontravam maneiras criativas de seguir adiante com políticas proibidas na OMC. Na análise de alguns acordos específicos da Rodada Uruguai, observa-se que houve uma restrição em termos gerais e que a flexibilidade é negociada por meio de solicitações de prorrogações, extensões, waivers e interpretações criativas. Nesse sentido, a OMC marcou o rumo geral da política comercial, mas não o nível nem a combinação possível de proteção produto a produto. As tensões e contradições entre normas deixam espaço

para diferentes soluções e arranjos e refletem as tensões e os conflitos entre os envolvidos. Isso significa que não existe um ideal político e econômico para o qual todas as normas convergem. Não há equilíbrio estável, não há fim da história.

Diana Tussie e Juliana Peixoto. **O colapso de Doha e lições da história.** *In:* **Governança Global, Cadernos Adenauer**, n.º 3, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 111 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, acerca das negociações da Rodada de Doha e da OMC.

(1) Diante do contexto descrito no texto acima, a atuação do Brasil nas negociações da Rodada de Doha tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações.

(2) O Brasil recorre crescentemente aos acordos regionais e arranjos preferenciais, a exemplo do Sistema Global de Preferências Comerciais, para se resguardar do eventual desmoronamento do sistema multilateral de comércio que o fracasso da Rodada de Doha possa implicar.

(3) O Brasil responde à escalada do protecionismo valorizando instâncias da própria OMC, particularmente o sistema de resolução de disputas comerciais, ao procurar resguardar a normativa multilateral como recurso em face de políticas e práticas comerciais consideradas desleais.

(4) O Brasil reconhece pragmaticamente o impasse das negociações e recorre, nessa circunstância, aos expedientes descritos no texto em tela para reagir às práticas comerciais dos demais países.

1: Errado. Esse item demanda esforço de interpretação de texto, já que se inicia com "Diante do contexto descrito no texto acima". O contexto descrito no texto faz referência aos mecanismos utilizados pelos Estados membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) para contornar as normas cada vez mais restritivas impostas ao comércio internacional. Segundo as autoras, os acordos da OMC não trazem maior equidade ao comércio internacional, eles restringem as margens de manobras comerciais e abrem espaço para exceções e flexibilizações que surgem em forma de *waivers* – exceção legal pela qual os membros da OMC podem autorizar excepcionalmente um país a derrogar as obrigações anunciadas nos Acordos da OMC – extensões, solicitações de prorrogação ou interpretações criativas. O item está incorreto porque diante do conteúdo do texto não se pode interpretar que o Brasil, nas negociações da Rodada Doha, tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações. Conquanto essa afirmação esteja correta, ela não representa o conteúdo do texto em referência.

2: Errado. O item está incorreto porque, apesar de o Brasil recorrer a acordos regionais e a arranjos preferenciais, isso não é feito com a intenção de resguardar um eventual desmoronamento do sistema multilateral do comércio. A possível não conclusão da Rodada Doha não representaria, necessariamente, o fim do sistema multilateral de comércio já que diversos outros acordos multilaterais em voga na instituição continuariam válidos, assim como o Sistema de Solução de Controvérsias da Organização. Segundo Paulo Roberto de Almeida em seu artigo intitulado "Acordos minilaterais de integração e de liberalização do comércio: uma ameaça potencial ao Sistema Multilateral de Comércio", a construção normativa do sistema multilateral de comércio registrou evolução paradoxal já que, por um lado, houve o reforço dos princípios tradicionais de nação mais favorecida, de tratamento nacional, de reciprocidade, de transparência e de igualdade de direitos e de obrigações; e, por outro lado, ocorreu o aprofundamento dos arranjos regionais. Nesse sentido, o item está incorreto, igualmente, porque os acordos regionais e preferenciais atuam concomitantemente com o sistema multilateral de comércio. Vale ressaltar, sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, que este foi constituído em abril de 1988 por um acordo entre o Grupo dos 77, que inclui o Brasil, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O SGPC tem o objetivo de promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não somente em benefício próprio, mas também em benefício do comércio global. No Brasil, o Acordo entrou em vigor em maio de 1991.

3: Certo. O item está correto já que dentro do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) – sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional – o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC tem se revelado um instrumento efetivo para lidar com problemas comerciais globais e para aportar um grau mais elevado de segurança jurídica nas relações multilaterais. O OSC é órgão jurisdicional e possui quatro etapas distintas em seu processo decisório, de acordo com as determinações da OMC: consultas; painel; apelação; e implementação. Todas essas fases são confidenciais e apenas as partes ou terceiros interessados, também Estados, podem ter acesso aos autos. A efetividade do OSC mostra-se tanto no cumprimento dos prazos para a solução dos litígios, como em relação ao alto índice de cumprimento das decisões jurídicas pelos membros da organização. Ao contrário do que ocorria no GATT, no qual era necessário que todos os membros aceitassem o relatório para que ele fosse adotado (consenso positivo), no OSC da OMC, há uma necessidade de consenso negativo, o que facilita a adoção dos relatórios e traz mais legitimidade para o sistema. Além disso, a análise feita pelo painel mostra forte apego jurídico e uniforme ao longo das decisões, o que estimula a participação de países em desenvolvimento no sistema.

4: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não está recorrendo a mecanismos para contornar as normas da OMC para responder aos impasses das negociações da Rodada Doha.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E

12.4 Sistema financeiro internacional

(Diplomacia 2008) O ciclo de crises financeiras que ocorreu durante a segunda metade da década de noventa do século XX suscitou discussão acerca da necessidade de se reformar o sistema financeiro internacional, almejando-se a prevenção de crises e a mitigação de seus impactos macro e microeconômicos nos planos domésticos. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A criação do Fórum para Estabilidade Financeira no G-7, a Convenção da Basiléia-2 e a instauração do Comitê sobre Sistema Financeiro Global no marco do Banco Internacional de Compensações (BIS) foram iniciativas tomadas, no plano institucional, para o fortalecimento do sistema financeiro internacional.

(2) Em razão dos impactos negativos dos fluxos de capitais de curto prazo, o Banco de Compensações Internacionais orientou os Bancos Centrais dos países a adotarem medidas de controle de entrada de capitais para se evitarem a alta volatilidade do capital e seus impactos negativos sobre as economias nacionais.

(3) Em consonância com o objetivo de fortalecer a estabilidade do sistema financeiro internacional por meio da melhoria da gestão bancária, o Comitê da Basiléia introduziu parâmetros para a avaliação e o gerenciamento de riscos de mercado e riscos operacionais.

(4) A adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das fortes oscilações do valor do dólar norte-americano e do euro, referências para as transações econômicas internacionais, faz parte das prescrições do Fundo Monetário Internacional e do Comitê da Basiléia para o enfrentamento das crises financeiras.

1: Certa

Fórum de Estabilidade Financeira (G7): Em fevereiro de 1999, os ministros das finanças e os presidentes dos bancos centrais do G7 decidiram instituir o Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum* – FSF) com os objetivos de avaliar a vulnerabilidade do sistema financeiro internacional; identificar atividades para a promoção da estabilidade financeira internacional por intermédio da melhoria do intercâmbio de informação e da cooperação internacional na supervisão e vigilância financeiras. O apoio administrativo ao FSF é prestado por um secretariado localizado no Banco Internacional de Compensações (BIS- *Bank for International Settlements*). O Brasil faz parte do Fórum desde 2009.

Convenção da Basileia II: foi o segundo Acordo da Basileia, que institui recomendações sobre leis bancárias e regulações. O Acordo é resultado do trabalho do Comitê da Basileia em Supervisão Bancária – um dos comitês do Banco Internacional de Compensações (BIS), que é formado pelos presidentes dos bancos centrais das principais nações industrializadas (o Brasil faz parte deste comitê). O BIS é uma organização internacional criada em 1930 que congrega representantes de 55 países. Além de atuar como banco tradicional acolhendo depósitos de bancos centrais, o BIS também funciona como instância de cooperação monetária internacional. A II Convenção da Basileia foi publicada em junho de 2004 e tinha como objetivo criar um sistema regulatório para os Bancos Centrais dos Estados partes. O Acordo foi elaborado para substituir o Acordo de Basileia I, elaborado em 1988, e tem o objetivo central de diminuir os riscos operacionais dos bancos privados. Foi estabelecido, portanto, padrões estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O acordo possui três pilares principais que são: o de requerimento de capitais; o de supervisão; e o de transparência e disciplina de mercado. O Brasil aderiu a esta Convenção. Atualmente está sendo negociado o III Acordo da Basileia.

Comitê sobre Sistema Financeiro Global: este Comitê também atua no âmbito do BIS. Ele foi estabelecido em 1971 com um mandato inicial de monitorar os mercados bancários internacionais. O enfoque inicial eram as implicações das políticas monetárias no rápido crescimento dos depósitos *off-shore* e nos mercados de empréstimos. No entanto, as mudanças e os diversos questionamentos sobre o sistema financeiro internacional e sua estabilidade, mudaram a estrutura do Comitê. Ele teve seu mandato revisado e, em 1999, o Comitê mudou seu nome para Comitê sobre Sistema Financeiro Global. O Brasil também faz parte deste Comitê. Atualmente, o mandato consiste em identificar os possíveis problemas no sistema financeiro global e promover uma melhora no funcionamento e na estabilidade destes mercados.

2: Errada. O item está incorreto porque o Banco Internacional de Compensações não orientou os países a estabelecer um controle de capitais. Além disso, com a crise financeira de 2008-2009, o FMI começou a recomendar a alguns países o controle para evitar maiores impactos econômicos. O controle de capitais é efetuado na forma de impostos sobre a entrada ou saída de aplicações financeiras do país. Esses impostos podem assumir a forma de requerimentos não remunerados de depósitos no Banco Central por um prazo determinado e tem a função principal regulamentar o fluxo de entrada e saída na balança de capitais de um país. O Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela supervisão do sistema financeiro e monetário internacional, sempre defendeu a preferência pela remoção de controles de capital, isto é, pela liberalização dos movimentos internacionais de capital. O Fundo reconhecia, no entanto, que controles limitados e temporários, para certos tipos de economias, pudessem ser esporadicamente utilizados em economias em crise. Após a crise Asiática de 1997, a visão ortodoxa de que o controle de capitais seria algo ruim para as economias começou a ser questionada, já que nações como a China e a Índia, que tinham mantido o controle de capitais durante a crise, foram menos prejudicadas se comparadas com as nações que seguiram as recomendações do FMI. Durante a crise econômica de 2008-2009, no entanto, o FMI aprovou a utilização de controle de capitais no tratamento da crise para algumas nações, como a Islândia. Vários países como o Brasil, a Coreia do Sul, Taiwan e a Rússia utilizaram deste método para tratarem dos problemas da crise econômica. Em abril de 2011, o FMI publicou o seu primeiro guia que regulava o uso de controle de capitais. Em novembro de 2011, na reunião do G20 financeiro em Cannes, foi concordado que uma maior liberdade do uso de controle de capital deveria ser permitida aos países em desenvolvimento.

3: Certa. O item está correto, já que o II Acordo da Basileia propõe precisamente o estabelecimento de parâmetros estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O **II Acordo da Basileia** foi definido em 3 principais pilares de ação. O Primeiro Pilar lida com a manutenção do capital regulatório (é o capital econômico mínimo exigido pelos órgãos reguladores, que tem como objetivo reduzir perdas inesperadas de crises sistêmicas), que é calculado em relação a três componentes principais de risco que um banco enfrenta: risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O Segundo Pilar cria uma resposta regulatória ao primeiro pilar, inserindo instrumentos de supervisão e fiscalização para que o Banco possa lidar com riscos sistêmicos, riscos estratégicos, riscos de liquidez, entre outros. Ele dá ao banco o poder de rever seu sistema de administração de riscos. O Terceiro Pilar tem o objetivo de propagar uma disciplina de mercado e uma maior transparência, com base na divulgação de dados, com detalhes sobre a amplitude da aplicação das normas, os riscos que estão expostos os bancos, o processo, além da adequação da instituição aos riscos.

4: Errada. O item está incorreto porque não houve a prescrições de adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das oscilações do dólar americano. Ao contrário do que afirma o item, o FMI prevê a conduta do câmbio flutuante desde os anos 1970, não alterando sua posição após as crises financeiras dos anos 2000.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008 trouxe, em seu bojo, o questionamento do papel dos organismos tradicionais que regem as relações econômicas internacionais e suscitou discussão acerca da necessidade de novas estruturas de governança econômica global. A partir dessa informação, julgue os próximos itens.

(1) Para o Brasil, é prioritário integrar os principais fóruns que tratam dos grandes temas econômicos globais, sendo considerados objetivos estratégicos da política exterior brasileira o ingresso do país na OCDE e o aprofundamento de sua participação no G-8, ao lado da China, da Índia, do México e da África do Sul.

(2) A crise econômica gerou para o Brasil a necessidade de propugnar nova arquitetura institucional para o tratamento das questões financeiras globais, em que se privilegie o G-20, que, no entendimento do governo brasileiro, melhor expressa a atual configuração da economia mundial e a importância dos países emergentes.

(3) A crítica brasileira à atuação dos organismos criados em razão da conferência de Bretton Woods, em par-

ticular o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, no contexto de crises econômicas e das ingerências consideradas nocivas na condução de políticas macroeconômicas, fundamenta a posição favorável do Brasil à criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, como o BRIC.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque não é prioridade da política externa brasileira o ingresso na OCDE. Desde a década de 1990, o Brasil tem ampliado o seu relacionamento com a OCDE por meio de adoção de normativas e diretrizes alinhadas às da organização, além da participação como membro pleno ou observador em vários dos comitês da OCDE (Comitês do Aço, de Comércio, da Concorrência, da Agricultura, de Investimentos e Empresas Multinacionais e de Gestão Pública). Em 2007, a organização fez o primeiro convite de ingresso para o Brasil, no entanto, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a OCDE é um "clube dos ricos", e o ingresso brasileiro poderia reduzir a autonomia nacional quanto às políticas de desenvolvimento adotadas na esfera doméstica. Além disso, os altos custos tributários de adesão seriam prejudiciais ao Brasil. A experiência malsucedida do México, único país latino-americano, junto ao Chile, que integra a OCDE, seria ainda fator adicional contrário à campanha pela entrada do Brasil. O item está incorreto, igualmente, porque a participação brasileira no G8 não ocorre apenas ao lado da China, Índia, México e África do Sul, mas junto com o G20. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira, junto com outros países em desenvolvimento, defendia que o G20 fosse mais efetivo, sendo órgão mais representativo e legítimo para tratar de temas econômicos globais. Já era uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global em 2008, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos Presidentes e Primeiros-Ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda reunião. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional.
2: Certo. O item está correto (ver comentário do item 1)
3: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque o Brasil não defende a criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, mas sim a reforma dos órgãos de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e de voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada, aproximadamente, de 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Além disso, o item está incorreto porque o BRIC não é um mecanismo alternativo às instituições de Bretton Woods. O BRICS é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. O termo BRIC apareceu pela primeira vez, em 2001, em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economics BRICS*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar às economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. As primeiras reuniões entre chanceleres do BRICS ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007, e a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo. O BRICS tem uma vasta agenda, que toca temas políticos, econômicos, de cooperação intrabloco e securitários. Na esfera econômica, o grupo dá ênfase à reforma das instituições financeiras internacionais, além de focar em importantes temas políticos como a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, o combate ao terrorismo internacional, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável.

GABARITO 1E, 2C, 3E

12.5. Desarmamento e não proliferação

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando as posições assumidas pelo Governo brasileiro em relação ao desarmamento e a não proliferação de armas.

(1) A preocupação e o interesse com o desenvolvimento tecnológico autônomo levaram o Brasil a manter-se, entre os anos sessenta e oitenta do século XX, à parte dos principais regimes de nãoproliferação e de controle de tecnologias sensíveis, posição esta revista a partir dos anos noventa do século XX, em razão de imperativos políticos e econômicos ditados pela necessidade, de parte do Brasil, de redefinir as bases de sua inserção internacional e de garantir acesso a insumos essenciais ao seu desenvolvimento econômico e científico-tecnológico.

(2) Apesar de ter assinado e ratificado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e de submeter-se ao regime de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear, o Governo brasileiro tem-se revelado preocupado com o caráter discriminatório do TNP e com eventuais restrições ao desenvolvimento autônomo de tecnologia nuclear para fins pacíficos, o que justifica a recusa do Brasil em assinar o Protocolo Adicional ao TNP.

(3) Durante o período da Guerra Fria, embora distanciado dos principais focos de tensão e da corrida armamentista, o Brasil prestou importante contribuição, no plano conceitual, à discussão multilateral sobre desarmamento no contexto da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, tendo também atuado ativamente em tal matéria no contexto do Conselho de Segurança, nas ocasiões em que o integrou na condição de membro não permanente.

(4) As dificuldades e os atrasos no desenvolvimento do Programa Aeroespacial Brasileiro decorrem do bloqueio ao acesso às tecnologias imposto pelos países desenvolvidos e pelos regimes de controle de tecnologias sensíveis — como o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, não adotado pelo Brasil —, o que justifica os esforços do Governo brasileiro de procurar superar tais dificuldades por meio da cooperação sul-sul.

1: Certa. O Brasil participa ativamente de questões ligadas ao regime nuclear desde os anos 1930-40, principalmente, como fornecedor de matéria-prima, já que o país possui uma reserva importante de urânio. Durante os anos 1950, vários institutos de pesquisa foram criados e equipados com reatores experimentais, laboratórios e grupos de estudos, mostrando a intenção brasileira de obter tecnologia nuclear. A criação do **CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nos anos 1950**, ilustra este objetivo de fomentar a obtenção de tecnologia nuclear. Em **1952**, o Brasil faz um acordo com os EUA para a **cessão de materiais estratégicos em troca de tecnologia nuclear**. Como afirma o item, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico autônomo na área nuclear, deixou o Brasil à parte dos

maiores regimes de desarmamento. É importante lembrar que em 1971, durante o governo Médici, o Brasil assinou com os EUA um acordo para a construção de 3 usinas de energia nuclear em Angra dos Reis. Logo após o primeiro teste nuclear indiano, em 1974, os EUA começam a efetuar uma forte pressão para que o Brasil assinasse o **Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968**, utilizando do acordo de 1971 como um meio de pressão para alcançar seu objetivo. O Brasil, no entanto, durante o governo Geisel e sob o mandato do chanceler Azeredo da Silveira, já tinha consciência da necessidade de superação da dependência tecnológica, o que resultou na assinatura do **Acordo Nuclear Brasil--Alemanha de 1975** para transferência tecnológica nuclear para fins pacíficos. O acordo previa a construção de oito novas usinas nucleares e dava uma certa independência do Brasil em relação ao desenvolvimento tecnológico. A partir da década de 1990, no entanto, o Brasil redefine sua inserção internacional e assume uma postura menos defensiva na área nuclear. Os primeiros passos desta mudança de atitude brasileira foram o acordo entre Brasil e Argentina de 1985, conhecido como a Declaração de Iguaçu, com um objetivo conjunto de criar um Grupo de Trabalho Conjunto de alto nível, presidido pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países e firmar os compromissos de cooperação nuclear pacífica. Com a redemocratização brasileira, a nova Constituição de 1988 proíbe a existência de armas nucleares no Brasil. Durante os anos 1990, o Brasil cria a **ABACC (Agência Brasileira e Argentina de Contabilidade e Controle)**, que propõe um sistema duplo de salvaguardas; ratifica o Tratado de **Tlatelolco** de 1967, que cria uma zona livre de armas nucleares na América Latina em 1994, além de **ratificar o Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1998**, mostrando uma mudança importante de sua atuação política.

2: ANULADA. O item foi anulado, dada a designação incorreta da Agência Internacional de Energia Atômica, que no item está designada como Agência Internacional de Energia Nuclear. Segundo o CESPE, esta leitura prejudicou o julgamento do item, razão pela qual a banca examinadora decidiu pela sua anulação. Pode-se comentar, no entanto, os motivos da recusa brasileira em assinar o **Protocolo adicional do TNP**. O principal instrumento internacional multilateral de controle de armas nucleares é o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Dentro do acordo do TNP estava delimitada a possibilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) fiscalizar a produção nuclear dos Estados membros. Nos anos 1990, no entanto, depois da Guerra do Golfo e da descoberta de programas secretos de fabricação de armas nucleares no Iraque (que é signatário do TNP) e na Coreia do Norte, a AIEA percebeu a necessidade de instituir um instrumento para ampliar as capacidades investigativas da Agência. O **"Programa 93+2" ou Protocolo Adicional do TNP** começou a ser escrito em 1993 e tinha a intenção de ser implementado em dois anos (por isso o nome "93+2), no entanto, só foi aprovado em 1997. O Protocolo Adicional prevê a possibilidade de visitas surpresa aos Estados pela AIEA e o fim da necessidade de autorização ao Estado com 30 dias de antecedência para a entrada da agência. Além disso, o Protocolo também estabelece grande liberdade de trânsito para os fiscais e o controle de radioatividade para verificar se houve uso de material nuclear, o que antes não era permitido. O Protocolo adicional de 1997 é facultativo e não foi ratificado por todos os Estados Partes do TNP. A posição oficial brasileira para não assinar o Protocolo Adicional é que enquanto não houver progressos no desarmamento nuclear mundial, o Brasil não irá assinar. Além disso, o país já está comprometido pela sua Constituição de não desenvolver armas nucleares.

3: Certa. **A Comissão de Desarmamento das Nações Unidas** foi criada em 1952 pela resolução da Assembleia Geral sob o auspício do Conselho de Segurança da ONU e com um mandato para tratar sobre questões de desarmamento. A Comissão possui um corpo deliberativo com a função de considerar e elaborar recomendações em vários assuntos no campo do desarmamento e no acompanhamento das decisões deste setor. O Brasil trabalhou, como afirma o item, ativamente na Comissão de Desarmamento e no Conselho de Segurança, sempre adotando uma posição a favor do desarmamento e da não proliferação de armas nucleares.

4: Errada. O item está incorreto porque o Brasil faz parte de **Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis** desde 1995 e não houve bloqueio ao acesso de tecnologias, apenas o afastamento da cooperação internacional ao projeto brasileiro. O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) foi criado em 1987 pela França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos, com o objetivo de conter a proliferação de sistemas de transporte de armas nucleares, além de aviões especializados em transportar mísseis ou armas de destruição em massa. O Brasil começou a fazer parte do sistema em 1995 quando aderiu ao grupo e, consequentemente, assumiu certos compromissos, como o limite em desenvolver lançadores de alcance de 300 km. O **Programa Espacial Brasileiro** está sendo desenvolvido, desde 1961, quando se iniciou a formação de cientistas em ciências espaciais e o estudo sobre a infraestrutura física, como a utilização da Barreira do Inferno em Natal/RN. O primeiro esboço do Programa Espacial brasileiro foi, no entanto, elaborado em 1979 na Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Previa-se a construção de dois satélites de coleta de dados e dois de observação da Terra. Esses satélites seriam projetados e desenvolvidos pelo então Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado na época ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e lançados do Brasil pelos Veículos Lançadores de Satélites (VLS). O centro de lançamento seria estabelecido em Alcântara, no Maranhão, com posição privilegiada para tais atividades por estar próximo a linha do equador. O grande objetivo, na época, era adquirir a tecnologia de satélites e foguetes a partir de projetos simples e com o auxilio internacional, em especial da França. O caráter dual do projeto brasileiro (civil e militar), no entanto, afastou a parceria internacional, resultando em inúmeros atrasos no projeto. O primeiro satélite brasileiro, o Satélite de Coleta de Dados 1 (SCD-1), foi lançado em 1993 por um foguete americano, 14 anos após a decisão de construí-lo. Enfim, a falta da parceria internacional, somada a um contexto internacional desfavorável, além da falta de recursos e a indecisão governamental, atrasou os projetos. Em 1997 e 1998, ocorreram duas tentativas de lançamento do modelo do VLS, mas ambas as tentativas foram fracassadas. Em 1999, foi lançado, a partir da China, o primeiro Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbers-1). Uma nova tentativa de lançamento brasileira foi feita em 2003, novamente frustrada.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3C, 4E

(Diplomacia – 1998) O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional, em 1997, proposta de adesão brasileira a importante tratado internacional. Trata-se do:

(A) Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco).
(B) Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).
(C) Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).
(D) Tratado para a proibição dos testes nucleares.
(E) Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA para aplicação de Salvaguarda (Acordo Quadripartide).

A: Incorreta. O **Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe** (Tratado de Tlatelolco) foi assinado em 1967 e tem como objetivo criar uma zona livre de armas nucleares na América Latina. O Brasil ratificou esse tratado em 1968 e, segundo Moniz Bandeira, com a ressalva de que a proscrição das armas nucleares na América Latina apenas atingia a fabricação de artefatos para fins bélicos e permitia, portanto, o direito de possuir armas nucleares para "fim pacífico". Em 1994, depois de ter seu texto emendado e ratificado por todos os países latino-americanos, inclusive Cuba, o tratado entrou em vigor.

B: Incorreta. **Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis** (MTCR em inglês) foi formado, inicialmente, em 1987 pela França, Alemanha, Canadá, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Japão. Esse regime é

uma associação informal de países com propósito de não proliferação de vetores de armas de destruição em massa e estabelece controle de exportação de tecnologia. Há reuniões anuais do grupo. O Brasil passou a fazer parte do Regime em 1995.
C: Correta. O **Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)** foi criado em 1968 e entrou em vigor em 1970 com inicialmente uma validade de 25 anos. O TNP comporta quatro disposições principais, inscritas em seus 6 primeiros artigos:

- Os Estados que possuem armas nuclear se comprometem a não transferir as armas nem a tecnologia ligada a fabricação das mesmas;
- A energia nuclear deve servir unicamente a fins pacíficos e essas garantias serão coordenadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Reconhece o direito dos Estados Partes de desenvolver pesquisa, produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos (artigo 4)
- Os Estados se comprometem a iniciar negociações sobre medidas eficazes de promover o desarmamento nuclear geral e completo sob um controle internacional estrito e eficaz (artigo 6).

Em 1995, o TNP foi prorrogado por uma duração indefinida. Atualmente é um tratado quase universal e é o principal instrumento internacional na área de desarmamento e não proliferação nuclear. Conta atualmente com 189 Estados Partes. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou em 1997 a proposta de adesão brasileira ao Congresso e este foi ratificado em 1998.
D: Incorreta. Existem dois Tratados relacionados aos Testes Nucleares. O primeiro é de 1963, **Tratado para a Proibição Parcial dos Testes Nucleares (PTBT)**, que o Brasil ratificou em 1965. E o segundo é o **Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares** (CTBT) que foi criado em 1996 e ainda não entrou em vigor. O Brasil ratificou em julho de 1998.
GABARITO: C

12.6. Terrorismo

(Diplomacia 2007) Os atentados de 11 de setembro de 2001 recolocaram as questões relativas à segurança no topo da agenda internacional e suscitaram reações e percepções diferenciadas acerca da forma de enfrentar o terrorismo internacional. Acerca desse tópico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O Brasil solidarizou-se com os EUA e abriu-se à participação efetiva no combate global ao terrorismo, defendendo o fortalecimento das instituições multilaterais como medida válida para tal fim.

(2) Ao se opor às ações militares deflagradas pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, o Brasil restringiu seu engajamento no combate ao terrorismo internacional ao que determinam a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

(3) A alegação dos EUA de que a região da tríplice fronteira abriga indivíduos vinculados a organizações terroristas provocou maior aproximação do Brasil às posições daquele país no combate ao terrorismo e fortalecimento da cooperação bilateral entre Brasil e EUA.

(4) Ao enfatizar a necessidade de se fortalecerem os mecanismos multilaterais globais e regionais para o enfrentamento do terrorismo global, o Brasil não se opôs aprioristicamente a intensificar e aprofundar a cooperação com os EUA.

1:Certa. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT) que determina a entrega de relatórios anuais pelos Estados partes relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com a estipulação de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. O Brasil tanto na resolução, quanto na atuação no CAT mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional.
2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não manifestou oposição às ações militares no Afeganistão em 2001, mas lamentou o início da Guerra no Iraque em 2003, ambas lideradas pelos Estados Unidos da América. No entanto, ao contrário do que afirma o item, o Brasil não restringiu seu combate ao terrorismo internacional na Organização dos Estados Americanos ou no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral. Celso Lafer, então chanceler, negou logo a ideia do envio de tropas ao Afeganistão, relembrando a tradição brasileira de participar apenas em Operações de paz que não estão sob auspício do capítulo VII da Carta da ONU.
3: Errada. Em 2005, no relatório anual dos EUA sobre o controle internacional de narcóticos, a região da Tríplice fronteira entre Brasil, a Argentina e o Paraguai foi colocada em suspeita como região de atividade terrorista, sobretudo de financiamento. O Governo dos EUA decidiu apresentar formalmente nomes de pessoas e instituições que, em seu entendimento, estariam envolvidas em atividades supostamente ligadas ao financiamento do terrorismo. A apresentação da mencionada lista de nomes foi objeto de ampla discussão entre as delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e dos EUA, por ocasião da V Reunião do Grupo 3 + 1 sobre a segurança na Tríplice Fronteira, realizada em dezembro de 2006, em Buenos Aires. Ao contrário do que afirma o item, as denúncias americanas não provocaram uma maior aproximação entre o Brasil e a posição americana sobre terrorismo. O Governo brasileiro entende que, à luz das informações disponíveis, não há indícios da ocorrência, naquela região, de atividades ligadas ao terrorismo ou a seu financiamento. Tal posição é compartilhada pelos Governos da Argentina e do Paraguai, conforme o comunicado conjunto adotado ao final da reunião de Buenos Aires.
4: Certa. O item resume a posição do Brasil em matéria de segurança internacional e terrorismo. A defesa da centralidade do multilateralismo e do direito internacional – inclusive por meio de uma reforma ampliadora do CSNU – faz parte das posições brasileiras sobre o tema. Não obstante esta posição ganhar força durante a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão, a cooperação brasileira no trato com os EUA sobre o tema de terrorismo continuou vigorando.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Na presente década, o enfrentamento ao terrorismo internacional tornou-se preocupação de segurança na agenda global, impulsionado, em grande medida, pelos atentados de 11/9/2001 e pelas pressões norte-americanas por um firme engajamento da comunidade internacional em tal sentido. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) A recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional reflete a preocupação do país de contrapor-se às propostas e ações unilaterais norte-americanas nesse campo e de valorizar a cooperação multilateral no plano global e no regional.

(2) Ao ratificar a Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo firmada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o Brasil, de maneira pragmática, optou por concentrar regionalmente seus esforços de cooperação na luta contra o terrorismo, por não se considerar alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional.

(3) O Brasil acompanha a tendência contemporânea de privilegiar a repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo como dimensão importante da cooperação internacional para o enfrentamento ao terrorismo, participando na condição de membro do Grupo de Ação Financeira e do Grupo de Ação Financeira da América do Sul.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT), que determina a entrega por parte dos Estados partes de relatórios anuais relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com o estabelecimento de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, tanto na resolução, quanto na atuação no CAT, mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional. O Brasil afirma que a matriz do terrorismo está relacionada à questão social, isto é, o subdesenvolvimento gera terrorismo (e outros problemas), o que leva o Brasil a reconhecer apenas um grupo terrorista, a Al-Qaeda. Além disso, o país critica a forma unilateral como a questão é, às vezes, tratada, privilegiando fóruns multilaterais para tratar o tema. Vale ressaltar que a postura do Brasil com relação ao terrorismo pode ser verificada na Constituição de 1988: o art.4, VIII, afirma o repúdio ao terrorismo como um dos princípios chaves das relações internacionais brasileiras, e o art.5, XLIII, considera o terrorismo como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

2: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não optou por concentrar regionalmente seus esforços ao combate do terrorismo internacional, ao contrário, a atuação brasileira a nível global no combate ao terrorismo é destaque na ONU. Vale ressaltar que o Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral.

3: Certo. O item está correto já que o Brasil vê o combate à lavagem de dinheiro internacional como meio de ação contra o terrorismo. Nesse sentido, o Brasil participa de duas organizações intergovernamentais: o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e o Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFISUD). O GAFI/FATF foi criado em 1989 e é uma organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O objetivo da organização é elaborar políticas visando a gerar a vontade política necessária para realizar reformas legislativas e regulatórias nessas áreas. Já o GAFISUD é um órgão regional no estilo do GAFI/FATF que atua na América do Sul. É composto por 10 países-membros, 5 países-associados e diversas organizações observadoras. Seu propósito é estimular seus membros a combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo na região, por meio do compromisso de melhorar permanentemente as políticas nacionais e os mecanismos de cooperação internacional dos países da América do Sul. O Brasil é membros de ambos os grupos.

GABARITO 1E, 2E, 3C

12.7. A reforma das Nações Unidas

(Diplomacia 2007) Nos últimos anos, a reforma da ONU ganhou lugar de destaque na agenda global, mobilizando esforços diplomáticos de toda a comunidade internacional. No que concerne a esse processo de reforma, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Tendo alcançado consenso acerca de questões políticas e institucionais, como a redefinição das competências do Secretariado Geral, do Conselho de Segurança e das agências especializadas do Sistema Nações Unidas, o processo de reforma concentrasse, no presente, no tratamento de questões administrativas, financeiras e de recursos humanos, assumindo conotação preponderantemente técnica.

(2) O dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança e o exercício do veto por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança têm impedido o avanço das reformas.

(3) Com a eleição e a posse do novo Secretário-Geral da ONU, reabriram-se automaticamente as negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança, que haviam sido suspensas com o término do mandato de Koffi Annan.

(4) O estabelecimento do Conselho de Direitos Humanos e o da Comissão de Construção da Paz representam avanços concretos no processo de reforma da ONU.

1: Errada. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 192 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado '***Renewing the United Nations: a programme for reform***'. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo**

mais seguro: nossa responsabilidade comum", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice¤Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes -, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que um consenso sobre questões políticas e institucionais foi alcançado, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso (explicação abaixo).

2: Errada. A atual estrutura do **Conselho de Segurança** apresenta quinze membros: os cinco permanentes com poder de veto (Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França) e dez membros rotativos, eleitos para um período de dois anos, sem direito a reeleição. Em **2005**, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan apresentou o projeto ***"In larger freedom: towards development, security and human rights for all"***. O relatório apresenta **dois modelos de reforma**. O primeiro propõe a criação de seis novos assentos permanentes, mas sem direito a veto (de acordo com distribuição regional: dois para África, dois para Ásia, um para Europa e outros e um para América Latina e Caribe) e três assentos não permanentes, com mandato de dois anos, não renováveis. O segundo modelo propõe a criação de oito assentos não permanentes, com mandato de quatro anos e com direito a reeleição, e um assento não permanente nos moldes atuais (mandato de dois anos, sem reeleição). Foi apenas em setembro de 2008, pela primeira vez, que a Assembleia Geral aprovou por consenso, que os membros deveriam dar início a uma negociação para a reforma do Conselho de Segurança, mas que não produziu efeitos práticos. Além destas propostas, outras duas foram elaboradas em vista de reformar o Conselho de Segurança. Uma proposta foi feita pelo grupo formado **por Alemanha, Brasil, Índia e Japão (G4)**, que estão mais alinhados com a primeira proposta e têm feito demandas fortes por uma ampliação de assentos permanentes. O outro grupo, chamado **"Unidos pelo consenso",** reúne, no entanto, países que se opõe ao G4, como Itália, Espanha, México, Argentina, Paquistão e Coréia do Sul. Estes países defendem que para uma reforma legítima seria necessário o consenso mais amplo possível, afirmando que os modelos apresentados pelo painel representam propostas, mas não soluções finais e que, dentre as duas opções, o segundo modelo seria mais flexível e permitiria uma representação mais justa. O item está incorreto porque, apesar do dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança, em nenhum momento ocorreu uma votação no próprio Conselho para aprovar qualquer reforma, não ocorrendo o exercício do veto pela parte de nenhum membro permanente. A reforma do Conselho de Segurança tem que ser primeiramente votada na Assembleia Geral e, em seguida, aprovada pelo Conselho.

3: Errada. Desde 1995, na gestão de Boutros Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU, a reforma da ONU já estava em pauta com a criação do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Nações Unidas. Em 1996, foi criado um grupo que apresentou o primeiro relatório sobre o tema, intitulado ONU21 (ONU para o Século XXI). Durante o mandato de Kofi Annan, de 1997 a 2006, a reforma continuou sendo objeto de destaque, sendo desenvolvidos no período amplos debates que, além de discutir a modernização do sistema de trabalho da Organização, apresentaram vários projetos para reformar o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e diversos outros órgãos da instituição. O item está incorreto porque com o fim do mandato de Kofi Annan em 2006, não houve o encerramento das negociações sobre o tema. O sul-coreano Ban Ki-moon, que assumiu o posto em 2007, continuou a reforma como item prioritário na agenda da organização.

4: Correta. Em 2005, quando as Nações Unidas comemoraram sessenta anos, foi realizada uma reunião de Cúpula da Organização, com cerca de 170 chefes de Estado e de governo. Celebrada para rever a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Cúpula de 2005 também constituiu oportunidade para avançar o debate sobre reformas institucionais das Nações Unidas. As duas grandes decisões da Cúpula relacionadas à reforma da ONU foram a **criação da Comissão de Consolidação da Paz** e a transformação da **Comissão de Direitos Humanos em Conselho de Direitos Humanos**.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

13. O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

(Diplomacia – 2006) Ainda com referência ao cenário mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, julgue os itens seguintes.

(1) Bretton Woods, Dumbarton Oaks, Ialta, Potsdam e São Francisco foram algumas das mais importantes reuniões ocorridas na etapa final da Segunda Guerra, quando aspectos fundamentais da ordem econômica e política, a vigorar após a cessação das hostilidades, foram fixadas mediante arranjos diplomáticos e militares.

(2) Após o fim da Segunda Guerra, já em clima de paz, a Conferência de Bretton Woods criou duas importantes instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

(3) Impedir a conversibilidade das moedas e restringir as facilidades de câmbio, como instrumentos necessários ao equilíbrio das finanças mundiais, eram, em síntese, os principais objetivos determinantes para a criação do FMI, os quais marcam sua atuação até hoje.

(4) Há consenso entre os especialistas de que o fracasso do sistema financeiro criado em Bretton Woods decorre de seu conservadorismo original e de sua pouca criatividade, responsáveis pelos sucessivos sobressaltos e pelo crescente fechamento da economia mundial pós-1945.

1: Certa

CONFERÊNCIA	ANO	DESCRIÇÃO
Bretton Woods	Julho / 1944	Tinha o objetivo de regularizar e estabelecer regras internacionais para o sistema monetário e econômico mundial. Os acordos de Bretton Woods ficaram conhecidos pela fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e por estabelecer regras de uma política monetária com uma taxa de câmbio fixa ao dólar, cujo valor seria estabelecido a partir da paridade dólar-ouro, em uma base fixa de 35 dólares por onça do ouro.

Dumbarton Oaks	Outubro / 1944	Conferência realizada nos Estados Unidos. Marca os acordos entre China, Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS sobre os objetivos, estrutura e funcionamento de uma possível organização mundial, que viria a ser a ONU em 1945. Foi uma reunião de caráter prático que estabeleceu as bases da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e da Corte Internacional de Justiça, além do Secretariado, que foi também previsto. O método de voto do Conselho de Segurança não foi decidido durante estas reuniões, mas foi elaborado um primeiro rascunho do que seria a Carta da ONU.
Ialta	Fevereiro / 1945	Consagrou a divisão entre aliados ocidentais e a União Soviética. Participaram da Conferência, realizada na região da Ucrânia, com a presença Franklin Roosevelt (EUA), Josef Stalin (URSS) e Winston Churchill (Grã-Bretanha). Ialta ficou conhecida pela repartição informal das zonas de influência entre Leste e Oeste. A conferência marcou a influência da URSS na Europa Oriental – a imposição soviética sobre a Romênia e a Bulgária acelerou o pessimismo de Roosevelt e Churchill durante a conferência.
São Francisco	Abril / 1945	Marca o nascimento da Organização das Nações Unidas e teve a presença de 50 Estados, entre os países que haviam declarado guerra à Alemanha e ao Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Foi assinada a Declaração das Nações Unidas, que se tornou um dos grandes instrumentos de regulação das relações internacionais, com 19 capítulos e 111 artigos
Potsdam	Entre julho e outubro / 1945	A Conferência de Potsdam reuniu URSS, EUA e Grã-Bretanha e marcou a divisão da Alemanha em 4 áreas de influência e estabeleceu uma ordem pós-guerra. Potsdam cuidou também da questão da Polônia e das tropas de Stálin que se instalaram no país. Vale lembrar que, em Potsdam, Churchill é substituído por Clement Atlee, e Roosevelt por Henry Truman.

2: Errada. O item está incorreto porque a Conferência de Bretton Woods não ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial, mas em julho de 1944, um ano antes do fim da guerra. Como afirma o item, duas importantes instituições foram criadas durante a Conferência: o **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (**BIRD), que foi criado para promover o desenvolvimento econômico a longo prazo trabalhando também com o financiamento de projetos de infraestrutura. A expressão Banco Mundial designa unicamente o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial compreende além do BIRD e da AID, outras três agências: a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (AMGI) e o Centro Internacional de Solução de Controvérsias relativos a Investimento. A outra instituição criada pelos Acordos de Bretton Woods foi o **Fundo Monetário Internacional**, que tem como objetivo prevenir crises econômicas mundiais e remediar problemas no balanço de pagamentos dos países membros. Ambas as instituições são agências especializadas das Nações Unidas e exercem funções complementares.
3: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o FMI, criado em 1944, adotou um modelo de câmbio fixo e estipulou uma conversibilidade do dólar em termos de ouro. A manutenção das taxas de câmbio, que estariam atreladas ao dólar, poderia ser ajustada, com o acordo do FMI, para corrigir problemas de "desequilíbrio fundamental" na balança de pagamentos dos países membros da organização. Além de estimular um padrão na conversibilidade de moedas, o FMI propunha a equilíbrio entre as moedas. Como os EUA eram o único país superavitário no período entre guerras e porque ele possuía mais 2/3 das reservas mundiais de ouro, o dólar americano passou a desempenhar função de moeda central do sistema. Em 1971, no entanto, Richard Nixon estipulou o fim da paridade dólar-ouro e ocorreu o fim do sistema Bretton Woods e do sistema de câmbio fixo.
4: Errada. Apesar do fim do sistema Bretton Woods em 1971, com o fim da paridade dólar-ouro, o sistema foi essencial para a estabilização e o controle do sistema financeiro internacional durante o pós-Guerra. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo de uma ordem monetária completamente negociada que tinha como objetivo regulamentar a governança monetária global, estabelecendo um sistema inovador de regras, instituições e procedimentos. Não obstante, o fim do sistema de paridade ouro-dólar em 1971, a regulação do sistema financeiro mundial e importantes financiamentos na área de desenvolvimento continuam a ser feitos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – instituições que nasceram do sistema Bretton Woods. Além disso, após 1945, não houve fechamento da economia mundial, mas uma maior abertura.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2004) Em face das info rmações apresentadas no texto acima e considerando aspectos históricos marcantes do sécu l o XX, contingenciadores da política internacional praticada no período, julgue os itens seguinte**s.**

(1) Em 1944, representantes de 44 países – entre os quais o Brasil – reuniram-se em *Bretton Woods* com o objetivo e criar mecanismos que livrassem o mundo de crises globais, a exemplo da decorrente Primeira guerra e, em especial, da Grande depressão dos anos 30.

(2) No pós-Segunda guerra e ao longo dos anos 50 do século XX, coincidindo com a "época de ouro" mencionada no texto, o sistema de *Bretton Woods* funcionou sem maiores atropelos. Contudo, na década de 60, ele começou a ser fortemente pressionado em função, sobretudo, do déficit em conta-corrente que os EUA passaram a registrar, processo acelerado em larga medida pelas despesas com a guerra no Vietnã.

(3) Em 1973, a guerra entre árabes e judeus é um dos símbolos do fim da "era de ouro". Sofrendo os efeitos da desvalorização do dólar decidida em 1971 (governo Nixon) e ante o apoio norte-americano a Israel, os países árabes quintuplicavam o preço do barril de petróleo, o que gera efeitos devastadores nas economias ocidentais.

(4) Em que pese a agressiva retórica protecionista expressa por quase todos os países, as duas ultimas décadas do século passado assistem à plena abertura dos mercados. Era a economia deixando de ser internacional para se tornar efetivamente mundial, o que exigiu o fim de instâncias reguladoras do comércio, como foi o caso do GATT.

(5) Em uma economia que se globaliza rapidamente, a formação de blocos regionais é justificada como

caminho adequado à melhor inserção internacional de seus integrantes. Nessa perspectiva, a União Européia, criada já como mercado comum pelo Tratado de Roma, de 1957, é o melhor exemplo de integração rápida, abrangente e completa que se conhece.

1: Certa. Os **acordos de Bretton Woods** estabelecidos em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, permitiram a reforma do sistema monetário e financeiro global, impondo o dólar ao conjunto do sistema capitalista e criando o **Fundo Monetário Internacional (FMI),** para financiamento temporário de países em crise na balança de pagamentos; e o **Banco Mundial**, com objetivo de financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Uma terceira organização que regulamentaria o comércio internacional deveria ser criada durante a reunião, mas os Estados não chegaram a um acordo final, estipulando o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) como o instrumento regulatório do comércio (este não era uma organização, mas apenas um acordo entre partes). A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi apenas criada em 1995. Durante a reunião de *Bretton Woods* dois protagonistas principais expuseram seus projetos: **John Maynard Keynes**, que dirigia a delegação britânica, e **Harry Dexter White**, da delegação americana. Keynes propunha a criação de um sistema monetário mundial fundado sobre uma unidade de reserva nãonacional, conhecida como "bancor". Venceu, no entanto, a proposição americana de fundar uma instituição capaz de avaliar a condição econômica dos Estados, adotando um mecanismo multilateral de regulação, baseado em taxas de câmbio fixas (mas adaptáveis) e garantindo o socorro dos Estados em caso de crise da balança de pagamentos. A unidade monetária adotada pelo sistema *Bretton Woods* foi o dólar americano, que seria conversível ao ouro – o preço em dólares do ouro seria de US$35 por onça. O **Brasil** foi um dos 44 países que participaram da reunião de *Bretton Woods*, tendo como chefe da delegação brasileira o Ministro da Fazenda Arthur da Souza Costa, e como delegados Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões.
2: Certa. Como afirma o item, durante os anos 1950, o sistema de *Bretton Woods* funcionou sem maiores atropelos. Todavia, os acordos não estipulavam nenhum controle limitando quantitativamente a emissão de dólares americanos. Para que o dólar cumprisse sua função de moeda com circulação internacional, os Estados Unidos tiveram que incorrer a constantes **déficits na balança de pagamentos**, exportando uma alta quantidade de capital para atender as necessidades de liquidez mundial. A enorme evasão de capitais dos EUA durante reconstrução europeia e um forte índice de inflação, causado principalmente pela recorrente criação de moeda durante a **Guerra do Vietnã** e da **necessidade de manter a liquidez mundial**, trouxe, a partir dos anos 1960, certa desconfiança sobre o dólar como ativo de reserva de valor internacional. Ainda, existia um descontentamento dos países europeus sobre a hegemonia da moeda americana. Alguns Estados começaram a adotar o ouro como reserva de valor e criaram alternativas como o Direito Especial de Saque, moeda definida pelo FMI em paridade com o ouro (1968). Em 1971, Richard Nixon decretou o fim da paridade dólar-ouro, o que levou ao **fim do sistema *Bretton Woods***.
3: Certa. Os conflitos entre árabes e israelenses se multiplicaram no decorrer do século XX e tiveram forte importância na definição da geopolítica do Oriente Médio. A **Guerra dos Seis Dias, de 1967**, foi um dos principais conflitos e resultou na tomada pelos israelenses da Faixa de Gaza, da Península do Sinai, da Cisjordânia, de Jerusalém oriental e dos planaltos do Golan. A **Guerra de Yom Kippur**, em **outubro de 1973**, foi, de certa maneira, uma resposta à Guerra dos Seis Dias. O conflito estabeleceu uma ofensiva generalizada na península do Sinai e no Golan que envolveu os principais países árabes da região contra o Estado de Israel. Os Estados Unidos apoiaram o Estado de Israel na ofensiva e, como arma política, a **Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPEP)** decidiu, em 1973, determinar medidas econômicas com o objetivo de isolar Israel no conflito e forçar sua saída dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. Entre as medidas estavam a decisão de **aumentar em 70% o preço do barril de petróleo** e a redução em 5% da produção, a cada mês que Israel se mantivesse nos territórios ocupados. Essa ação ficou conhecida como o **Primeiro Choque do Petróleo** e gerou uma forte estagnação nas economias ocidentais, acentuada principalmente pela desvalorização do dólar em 1971, no Governo de Richard Nixon.
4: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque a abertura econômica dos mercados nas décadas de 1980 e 1990 não foi plena. O Brasil, por exemplo, durante sua história econômica, assumiu posturas ora protecionistas ora liberais, de maneira a administrar questões internas como déficits na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas. Durante os anos 1990, o país abriu sua economia, mas mesmo assim manteve algumas alíquotas e tarifas de importação. Igualmente, **não houve qualquer exigência para o fim de instâncias reguladoras do comércio ou para a extinção do GATT**. Ao contrário, nos anos 1980, a diversificação das trocas comerciais estimulou o início das negociações da Rodada do Uruguai, em 1986, que resultariam na **Organização Mundial do Comércio,** fundada pelos Acordos de Marraqueche em 1995 – criando um maior adensamento jurídico na área comercial. Além disso, mesmo depois da criação da OMC, o GATT não foi extinto, ele foi incorporado ao corpo jurídico da Organização e ficou conhecido como GATT 94.
5: Errada. A primeira parte do item está correta e corresponde a uma visão, recorrente durante os anos 1990, sobre as vantagens da formação de blocos regionais como melhor alternativa para uma inserção mais positiva no comércio internacional. Desta corrente surgiram diversas organizações regionais como o Mercosul (Mercado Comum do Sul), o Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e Apec (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico). No entanto, a segunda parte do item está incorreta quando afirma que a União Europeia foi criada pelo **Tratado de Roma de 1957**. O Tratado de Roma de 1957 criou a **Comunidade Econômica Europeia (CEE),** que institui uma união aduaneira entre seus membros e apenas previa a criação de um mercado comum. A União Europeia foi instituída apenas em 1992, com o Tratado de Maastrich, que fortificou a união econômica entre os membros da União e criou uma unificação política entre o bloco. Não obstante a União Europeia ser o exemplo de integração mais completa que se conhece, ela não é exemplo de um processo de integração rápido, já que o processo se desenrolou desde os anos 1950 até hoje, passando por diversas etapas de integração.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 1999) Uma das características centrais da ordem internacional em gestão é a formação de agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo, ou já implementaram, a liberação (desagravação tarifária) do fluxos de comércio intrazona. Selecione, a seguir, a única alternativa que lista agrupamentos que se enquadrem na descrição acima:

(A) Mercosul, OMC, UE.
(B) UE, APEC, UNCTAD.
(C) NAFTA, APEC, OMC.
(D) Mercosul, APEC, OCDE.
(E) Mercosul, UE, NAFTA.

A: Incorreta. Neste item, tanto o Mercosul (Mercado Comum do Sul) quanto a UE (União Europeia) são grupos regionais que propõem a desagravação tarifária. A OMC (Organização Mundial do Comércio), no entanto, não é uma formação de agrupamentos econômicos regional, é uma organização internacional que lida com assuntos de comércio.
B: Incorreta. Neste item, tanto a UE e a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são blocos regionais e têm como um de seus objetivos a redução das taxas alfandegárias. A UNCTAD é (United *Nations Conference on Trade and Development*), no entanto, um **órgão das Nações Unidas** e um fórum de deliberação econômica.
C: Incorreta. Neste item, tanto o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – grupo que engloba EUA, México e Canadá) quanto a

APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são organizações regionais que têm como um dos seus objetivos a desagravação das taxas alfandegárias. A OMC (Organização Mundial do Comércio), no entanto, é uma organização internacional que lida com assuntos relacionados ao comércio.

D. Incorreta. Neste item tanto o Mercosul (Mercado Comum do Sul – que engloba o Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina) quanto a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são blocos econômicos regionais que têm como um de seus objetivos a desagravação tarifária. A OCDE é (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no entanto, uma organização internacional que reúne as maiores economias do mundo e tem como objetivo a cooperação econômica entre estes países, não propondo a desagravação tarifária.

E: Correta. Desagravação tarifária é a progressiva diminuição das tarifas de um país em vista dos compromissos que tenha assumido nas negociações comerciais internacionais. Essa redução pode se dar por progressivas diminuições ao longo dos anos ou de uma só vez. Tanto o **Mercosul**, a **União Europeia** e o **NAFTA** são agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo a liberação de desagravação tarifária.

Gabarito "E"

14. A DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

(Diplomacia 2007) No período pós-Guerra Fria, observa-se crescente ativismo da ONU no tocante às operações de paz. Com relação à participação do Brasil nessas operações, assinale a opção correta.

(A) Com o fim da Guerra Fria, as missões de paz perderam sua conotação ideológica, o que permitiu ao Brasil delas participar, pela primeira vez, com o envio de observadores militares e policiais civis ao Timor Leste.

(B) Em consonância com os princípios norteadores de sua política externa e de sua tradição diplomática, o Brasil privilegia o engajamento em missões que objetivam coibir graves violações dos direitos humanos, prevenir genocídios e prestar assistência em crises humanitárias.

(C) O exercício do comando político e militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) consolida a liderança e a intensa participação brasileira em missões de paz.

(D) Com o fim da Guerra Fria, a participação brasileira nas missões de paz da ONU intensificou-se em relação às décadas anteriores e tornou-se mais diversificada quanto às formas de colaboração prestada e às responsabilidades assumidas.

(E) O Brasil restringe sua participação a missões conduzidas em países em que não existam quaisquer interesses brasileiros em questão.

A: Incorreta. Durante a Guerra Fria, com o mundo dividido em dois blocos antagônicos, o veto recorrentemente paralisava o processo decisório do Conselho de Segurança, trazendo uma forte inoperância do sistema de segurança coletiva previsto na Carta das Nações Unidas. O item está incorreto porque durante o período de 1947 e 1987, foram criadas 13 Operações de Paz, e o Brasil participou de 6 destas operações, entre a primeira missão realizada em Suez em 1957. Com o fim da Guerra Fria, a distensão política entre a URSS e os EUA teve impacto no papel das Nações Unidas no setor de segurança e um período de forte atividade da ONU no campo da manutenção da paz, ocorrendo desde 1988 mais de 48 operações de paz. O Brasil efetivamente, como afirma o item, participou das Missões de Paz no Timor Leste que ocorreram em 1999 (UNTAET) e 2002 (UNMISET).

B: Incorreta. De acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a função de manter a paz e a segurança internacional, podendo, caso necessário, utilizar de medidas que impliquem o uso da força, como no caso de graves violações aos direitos humanos e genocídios. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não tem tradição em participar de força multinacionais autorizadas pelo capítulo VII do Conselho de Segurança. O Brasil participou, no entanto, em algumas missões sob o auspício do capítulo VII, como a Missão ao Timor Leste em 1999.

C: Incorreta. A MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) representa uma mudança quanto à participação brasileira em Operações de Paz. Tradicionalmente, o Brasil participa enviando tropas e militares, sem qualquer posição de liderança. O item está incorreto porque o exercício do comando de uma missão de manutenção de paz é um fato único na história brasileira neste tipo de operação.

D: Correta. Com o aumento do número de Operações de paz ao final da Guerra Fria, a participação do Brasil também aumentou consideravelmente no período (ver lista abaixo). Durante os anos 1960, a contribuição brasileira estava concentrada principalmente na cessão de militares, por exemplo, no envio de tropas para atuar no Egito (UNEF I) e na prestação de serviços de apoio aéreo no Congo (ONUC). Durante os anos 1990, no entanto, a contribuição brasileira ganhou um novo impulso, colocando a disposição das operações, civis e militares procedentes dos Três Poderes e dos Estados e Distrito Federal, além da cessão de 11 oficiais das Forças Armadas para servir no Departamento de Operações de Paz da ONU.

E: Incorreta. O item está incorreto porque uma das características da participação do Brasil em missões de paz é que ela se dá principalmente em países da América Latina e em países de língua portuguesa. Mesmo se esta ideia não é uma regra da atuação brasileira, ela reflete uma ligação cultural, linguística e de aproximação que mostrariam o interesse brasileiro nesta atuação. Durante a década de 1990, a política externa brasileira foi marcada pela ampliação de sua atuação regional e o aumento nas Operações de Paz mostra coerência na busca deste objetivo.

Missões de Paz que o Brasil participou com efetivo policial ou militar:

UNEF I (Faixa de Gaza/Sinai) -1956
ONUCA (Congo) -1960
UNSF (Nova Guiné Ocidental) -1962
UNFICYP (Chipre) – 1964
UNIPOM (Índia / Paquistão) – 1965
DOMREP (República Dominicana) – 1965
UNAVEM I /II /III (Angola) – 1988 /1991 / 1995
ONUCA (América Central) - 1989
ONUSAL (El Salvador) – 1991
UNPOFOR (Ex-Iugoslávia) – 1992
UNTAC (Camboja) – 1992
ONUMOZ (Moçambique) – 1992
UNOMIL (Libéria) – 1993
UNAMIR (Ruanda) – 1993
UNIMUR (Uganda-Ruanda) – 1993
UNCRO (Croácia) 1995 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNPREDED (República Ex-Iugoslávia da Macedônia) 1995
UNTAES (Croácia)1996 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMOP (Península de Prevakla) 1996
MINUGUA (Guatemala) 1997
MONUA (Angola) 1997
UNTAET (Timor Leste) 1999 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMISET (Timor Leste) 2002 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMIL (Libéria) 2003 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
MINUSTAH (Haiti) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNOCI (Costa do Marfim) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

Gabarito "D"

Sugestão: "O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas" de Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoyra (editora FUNAG) "O Brasil e as operações de Paz" Eugênio Diniz In. Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas. (Editora Saraiva)

15. O BRASIL E AS COALIZÕES INTERNACIONAIS: O G-20, O IBAS E O BRIC

(Diplomacia 2009) Reformas nas instituições políticas e econômicas internacionais têm sido objeto de debate bem como têm aumentado as articulações entre diversos grupos de países. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) A ampliação do G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo, aos quais se juntou a Rússia, tem sido cogitada por diversos países, mas enfrenta a resistência dos próprios membros do G-8, que não têm aceito manter mecanismos de diálogo com países em desenvolvimento.

(B) O grupo informal de países denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), embora citado em análises e estudos econômicos, ainda não propôs ações conjuntas nem promoveu encontro dos quatro países integrantes, agrupados sob sigla criada por economistas de um banco de investimentos internacional.

(C) O G-20 financeiro, que reúne as maiores economias industrializadas e emergentes do mundo, totalizando cerca de 85% do PIB mundial, foi criado em 2008 para discutir a crise econômica global.

(D) Órgão máximo da ONU responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança tem sido arguido quanto a representatividade e eficácia, situação agravada pelo fato de o Conselho não poder tomar decisões nem agir em nome de todos os Estados-membros da Organização.

(E) Criado em 1944, na Conferência de *Bretton Woods*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) dispõe de um processo decisório concentrado nos países que detêm maior número de quotas no Fundo, o que acarreta desequilíbrio entre a representação dos interesses desses países e a dos países em desenvolvimento.

A: Incorreta. O grupo denominado G8 nasceu em 1975, durante a presidência francesa de Valéry Giscard d'Estaing, que convidou os líderes da Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Itália para uma reunião no castelo de Rambouillet perto de Paris. O objetivo da reunião, na época, era discutir dos temas internacionais da atualidade, como a crise mundial do petróleo, em uma reunião informal. Foi decidido, na época, que o evento seria anual e o Canadá foi convidado no ano seguinte (G7). Em 1997, a Rússia se juntou ao grupo, transformando-se no grupo dos sete países mais desenvolvidos, mais a Rússia – exatamente como afirma o item da questão. O G8 era um grupo informal de coordenação que discute temas de interesse global. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira – junto com outros países em desenvolvimento – defendia que o G20 seria mais efetivo. O item está incorreto porque **não houve resistência dos membros do G8 quanto à participação de países em desenvolvimento no processo de coordenação global**. Já era mesmo uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos presidentes ou primeiros-ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional. O Grupo dos 20 inclui, além dos membros do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), os quatro membros da categoria dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e mais África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e União Europeia.

B:Incorreta. Como afirma o item, o BRICS (antigamente denominado BRIC) é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. Os cinco países são considerados potências emergentes, contando com 40% da população mundial e estando entre as 10 maiores economias mundiais. O termo BRIC apareceu pela primeira vez em 2001 em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar as economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. Além disso, o estudo previa que as quatro economias compreenderiam mais de 14% da produção mundial até o fim da década. Em 2011, eles já correspondem a 19% da produção global. As primeiras reuniões entre chanceleres dos BRIC ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007. O item está incorreto porque desde 2009, o BRIC organiza Cúpulas anuais, com a presença de Chefes de Estado e Governo, com o objetivo de discutir temas globais e estabelecer uma convergência de posições sobre temas diversos. A primeira cúpula ocorreu em Yekaterinbourg, na Rússia, em junho de 2009. A segunda Cúpula ocorreu em abril de 2010, em Brasília, conjuntamente com a IV Reunião de chefes de Estado e de Governo do Ibas. Durante esta Cúpula, houve uma institucionalização das cúpulas anuais dos BRIC e a convergência em diversos temas, como políticos e econômico-financeiros. Em abril de 2011, ocorreu a III Cúpula dos BRICS em Sanya, na China, que foi a primeira Cúpula desde a adesão da África do Sul em dezembro de 2010.

C: Incorreta. O item está incorreto porque desde 1999 os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 principais economias do mundo reuniam-se regularmente para examinar questões sistêmicas da economia global – formando o que é conhecido como G20 financeiro (para diferenciá-lo do G20 comercial formado no âmbito da OMC). Com a crise financeira de 2008-2009, por iniciativa brasileira, o grau de representação do grupo foi elevado a encontro em nível de chefes de Estado e Governo. Assim, em novembro de 2008, foi realizada em Washington a I Cúpula de Líderes do G-20, evidenciando a importância que o Grupo havia conquistado. A legitimidade do agrupamento materializou-se com a designação, em Pittsburgh, em setembro de 2009, do G-20 como principal foro para debate de temas econômico-financeiros. (Resumo Executivo Política Externa 2003-2010).

D: Incorreta. De acordo com o **Capítulo V** da Carta das Nações Unidas, que discute as funções e poderes destinados ao **Conselho de Segurança** (CS), o CS, com o objetivo de assegurar a pronta e efetiva ação em matéria de manutenção da paz e da segurança, **tem conferido por todos os Membros da Organização das Nações Unidas o poder de tomar resoluções**, que estão de acordo com os princípios e propósitos das Nações Unidas, e estas decisões tem força vinculante sobre os membros da ONU (artigo 24, 25 e 26 da Carta das Nações Unidas). O item está, portanto, incorreto, mesmo que exista atualmente um debate sobre a legitimidade de ação do Conselho, que possui apenas 5 membros permanentes e com poder de veto.

E: Correta. O **sistema de voto no Fundo Monetário Internacional**, criado em 1944 com os Acordos de *Bretton Woods*, não segue o padrão de alguns organismos internacionais, "um país, um voto", e utiliza de um sistema de **voto ponderado** – quanto maior a quota-parte do país no FMI (determinada pela magnitude do PIB do país), maior capacidade de voto possui esse país dentro do Fundo. As quotas determinam, portanto, de quanto será o pagamento para que o país possa ingressar no FMI, a magnitude do financiamento que esse país pode receber e seu número de votos no organismo. Quanto maior for o PIB, maior pode ser a quota – os Estados Unidos de América, por exemplo, possuem

a maior quota-parte do FMI, atualmente em 17,5% do total de quotas; já Palau, a menor economia do Fundo, possui 0,001% das quotas. Há uma revisão geral das quotas a cada 5 anos, mas para que seja aprovado o aumento de quotas para determinado país é necessária a aprovação de 85% dos votos (os EUA, consequentemente, são o único país com poder de veto, já que tem 17,5% de quotas-parte). A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada de aproximadamente 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Juntamente com Rússia, Índia e China, os países que formam o Bric, o Brasil passará a figurar entre os dez maiores quotistas do FMI. Trata-se de passo significativo na direção de um FMI mais representativo do peso dos países em desenvolvimento.

Gabarito "E"

16. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

(Diplomacia 2007) Nos últimos anos, a política externa brasileira tem enfatizado a importância do diálogo político e da cooperação sul-sul em resposta às disparidades de poder e às crescentes assimetrias internacionais. A respeito das iniciativas brasileiras voltadas para o diálogo político e a cooperação sul-sul, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O Brasil prioriza parcerias que reflitam afinidades e laços históricos e culturais, razão pela qual os países lusófonos apresentam-se como os mais importantes parceiros e interlocutores dos brasileiros no presente.

(2) Por atenderem prioritariamente ao interesse da promoção do desenvolvimento, as iniciativas brasileiras de cooperação privilegiam ações econômicas.

(3) As ações brasileiras tanto se amparam em eixos bilaterais quanto se desenvolvem por meio de coalizões e arranjos de alcance e composição variáveis.

(4) As ações de cooperação brasileiras conjugam temas tradicionais — econômicos, técnicos e científicos — com o tratamento de questões como inclusão e equidade social, combate à fome e à pobreza, segurança alimentar, promoção de direitos humanos e igualdade de gênero.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque apesar do Brasil dar ênfase às parcerias com países de língua portuguesa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, esses países não se apresentam como os mais importantes parceiros e interlocutores do Brasil no momento. A política Sul-Sul, como consta na questão, é uma das grandes prioridades do governo e trata-se de estabelecer uma maior cooperação entre países em desenvolvimento, também conhecida como **cooperação horizontal**. A cooperação Sul-Sul define-se, portanto, na atuação da cooperação brasileira em diferentes continentes, como a África, América do Sul e Caribe, Oceania e Ásia, sem priorizar necessariamente os países de língua portuguesa.

2: Errado. Embora a cooperação sul-sul brasileira também prime pelo desenvolvimento via ações econômicas, o Brasil prioriza a adoção de atuações não comerciais no âmbito de sua ação sul-sul, como forma de promover a autonomia dos parceiros envolvidos no processo. As ações de cooperação internacional consistem na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos e eventual doação de equipamentos e materiais. Além das áreas tradicionais de interesse brasileiro, como agricultura, educação, treinamento técnico e meio ambiente, o Brasil aumentou suas iniciativas na área de prevenção do trabalho infantil e em áreas sociais que envolvem violência social, pobreza, direitos humanos, igualdade de gênero, além de assuntos relacionados a cidadania e inclusão digital.

3: Certo. O item está correto já que, embora a vertente bilateral Sul-Sul seja a modalidade prioritária de cooperação técnica prestada pelo Brasil, parcerias triangulares com organismos internacionais também são possíveis. Em ambos os casos, cooperação bilateral ou triangular, a cooperação deve incluir os princípios da cooperação sul-sul brasileira, ou seja, "*demand driven*", incondicionalidades, uso de recursos locais e serem sem fins lucrativos. O Brasil já desenvolve cooperação técnica trilateral com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a Austrália, o Reino Unido e a França. Desenvolveu projetos com o Canadá e a Espanha. Assinou recentemente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica trilateral com Israel, Egito e Austrália. O Brasil desenvolve também cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, tais como OIT, FAO, PMA, UNFPA, UNESCO e UNODC.

4: Certo. Este item está correto e resume a vocação da cooperação brasileira, que é conduzida e financiada, principalmente, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação Sul-Sul inicia-se por meio de demandas à ABC por Governos estrangeiros ou Organismos Internacionais. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. A Agência atua hoje com mais de 70 instituições brasileiras assim que as embaixadas do Brasil e embora a maioria das demandas de cooperação esteja concentradas nas áreas de agricultura, saúde, educação e formação profissional, o leque de projetos da ABC na África, por exemplo, contempla outras áreas como tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, direitos humanos, desenvolvimento urbano, cultura, esportes, entre outros. Hoje a ABC conta com 81 projetos.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

17. QUESTÕES COMBINADAS

(Diplomacia – 2004) É a partir de 1968 (II Unctad) que o Brasil passou a expressar apoio mais denso aos foros multilaterais, movido pela convicção de ser essa atitude o "meio de neutralizar ou reduzir o considerável poder de coerção das superpotências e grandes poderes nas relações internacionais", como assinalou Antonio Augusto Cançado Trindade. Já para Clodoaldo Bueno, a continuidade seria o elemento definidor da política multilateral brasileira, a expressar o reconhecido grau de profissionalismo do Itamaraty. Para ele, a diplomacia brasileira teve tradicionalmente na ONU uma participação constante e cooperativa, fazendo do tema do desenvolvimento uma de suas preocupações centrais. A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem, relativos à inserção internacional do Brasil.

(1) A aproximação entre Argentina – governo Alfonsín – e Brasil - governo Sarney –, em meados dos anos 80 do século XX, foi o passo inicial para constituição do futuro Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e se deu em um contexto de crise econômica nos dois países recém-saídos de ditaduras militares.

(2) Ao se afastar, em 2003, das tratativas em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), abrindo mão de co-presidir – com os EUA – a comissão negociadora do megabloco continental, o Brasil emitiu sinais claros de repulsa às práticas norte-americanas de subsídios, nomeadamente aquelas em vigor na área agrícola.

(3) A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contou com ativa participação do

Brasil, ocorreu em um contexto histórico amplamente favorável. Com efeito, é na década de 90 do século XX que a política brasileira pra a África mais se robustece, com o sensível incremento das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas entre o Brasil e os Estados africanos.

(4) Enquanto o binômio segurança-desenvolvimento pautou, em linhas gerais, a política internacional implementada pelo regime militar, conferindo-lhe caráter mais defensivo, com a redemocratização do país, em meio ao novo cenário mundial surgido a partir de fins da década de 80 do século XX, o Brasil tratou de ampliar sua presença multilateral. Exemplos dessa estratégia seriam, entre outros, a realização da Eco-92 – Rio de Janeiro – e a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

(5) Retraída no combate às práticas protecionistas dos países e blocos economicamente mais fortes, a atuação brasileira na OMC é dura na oposição às medidas unilaterais. Já no âmbito da ONU, defende um Conselho de Segurança mais democrático, embora ainda não demonstre desconforto quanto à forma pela qual ele foi organizado, quando da criação das Nações Unidas, refletindo a *realpolitik* do sistema bipolar.

1: Certa. Os anos 1980 e 1990, contexto de crise econômica na América Latina e redemocratização dos regimes políticos da região, marcaram a reaproximação entre a Argentina e o Brasil. Vários foram os instrumentos que respaldaram esta aproximação, entre eles a **Declaração de Iguaçu** - que tinha como objetivo sedimentar a aproximação econômica e política entre os países, e a **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear** - que sublinhava a vocação pacífica dos projetos nucleares dos Estados, ambas de 1985. No âmbito econômico, foi criada a **Comissão Mista Brasil-Argentina**, desenhada para propor possíveis formas de integração. Em 1986, o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)** – também conhecido como a Ata de Integração, inicia a abertura econômica setorial. Enfim, o **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988** estabelece um prazo para a integração completa das economias brasileira e argentina no prazo de 10 anos e será o marco inicial do futuro MERCOSUL.

2: Errada. A **ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas)** foi proposta durante a I Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994, com o objetivo de abolir barreiras tarifárias e não tarifárias entre os 34 países do continente americano. Em 2005, dada as disparidades dos indicadores econômicos, sociais e dos interesses e expectativas distintos nas negociações, foi decretado, durante a reunião de Mar Del Plata, na IV Cúpula das Américas, o encerramento das negociações. O item está incorreto porque em 2003 o Brasil ainda não tinha "se afastado das tentativas em torno da implementação de uma área de livre comércio nas Américas". Ao contrário, o governo do presidente Lula propôs, em **2003**, reequilibrar as negociações com base na visão da **"ALCA possível"**, em um processo negociado em "três trilhos": (1) um acordo "guarda-chuva" que enunciasse conjunto de direitos e obrigações equilibrados, aplicáveis aos 34 sócios, (2) acesso a mercados para bens, serviços e investimentos negociados "bilateralmente", entre diferentes países e blocos, e (3) a possibilidade de conclusão de acordos plurilaterais mais profundos em temas e setores específicos, por países que desejassem fazê-lo (MRE). Mesmo tendo conseguido um compromisso nestas linhas, não foi possível estabelecer a ALCA. O item possui outro erro quando menciona que o Brasil abriu mão da co-presidência da ALCA com os EUA. **Brasil e Estados Unidos exerceram a Co-Presidência** até a conclusão das negociações em 2005. A afirmativa "que o Brasil emitiu sinais claros de repulsa às práticas norte-americanas de subsídios", está correta, pois o país era contra a recusa dos negociadores da ALCA em negociar subsídios agrícolas, e, entre outros, foi um dos motivos para o fim das negociações em 2005.

3: Errada. Criada em 1996, a **CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)** constitui foro com três objetivos gerais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. O item está incorreto, porque a **década de 1990** não qualifica um incremento nas **relações Brasil--África**. Segundo José Sombra Saraiva, a primeira metade dos anos 90 foi de perplexidade para a diplomacia brasileira e de um refluxo em sua política africana. Contudo, na medida em que o MERCOSUL se consolidava e a África do Sul encerrava a era do *apartheid*, abriram-se novas possibilidades. Saraiva fala em «opções seletivas» em relação à política brasileira para a África nos anos 1990, afirmando que o Brasil, neste período, ampliou suas relações com países que exerciam certa liderança regional, por meio da qual seria possível atingir um maior número de países, sem a necessidade de estar presente em todos eles ao mesmo tempo, reafirmando a ideia de "Estado mínimo» que prevaleceu nos anos 1990. Neste sentido, a aproximação com a África do Sul de Nelson Mandela e a iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) configuraram como elementos estratégicos para retomar-se as antigas relações com a África Austral e com os países do Golfo da Guiné. Além disso, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o **fechamento dos postos diplomáticos** em Adis Abeba (Etiópia), Dar es Salam (Tanzânia), Iaundê (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia), o que demonstra que não houve incremento nas relações com o continente.

4: Certa. A partir da década de 1980, o **multilateralismo brasileiro** recrudesce para se tornar hegemônico em sua capacidade de determinação sobre a política externa brasileira (Amado Cervo). Como afirma o item, durante a ditadura militar a política externa brasileira tinha um viés multilateral mais defensivo e com um traço mais autônomo. O **fim da Guerra Fria** sugeriu ao Brasil uma mudança radical na sua forma de inserção internacional, promovendo uma mudança da atuação brasileira em relação aos próprios regimes internacionais. O Brasil começa, nos anos 1980, a ser mais participativo em questões como meio ambiente e direitos humanos, adotando uma postura mais coletiva no trato das relações internacionais. A diplomacia brasileira apresentou-se, portanto, nos foros multilaterais para denunciar, discordar, protestar e sugerir mudanças no sistema. Diante da perspectiva de um ambiente em transição, o **Brasil propõe, em 1989,** durante a abertura da 44ª Assembleia Geral das Nações Unidas, **a ampliação do Conselho de Segurança**, com o objetivo de aumentar a participação dos Estados periféricos nas decisões internacionais. A candidatura oficial brasileira ao Conselho de Segurança como membro permanente foi lançada em 1994 durante o governo Itamar Franco. Além disso, durante os anos 1980, o Brasil fez sua candidatura para sediar a **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992**.

5: Errada. O item está errado, primeiramente, porque não existe uma posição retraída brasileira na **Organização Mundial do Comércio** em relação ao combate de práticas protecionistas dos países e blocos economicamente mais fortes. Dentro do **Sistema de Solução de Controvérsias** (SSC) da OMC (sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional), o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). A maioria das disputas brasileiras na área comercial ocorreu em relação aos Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia, em oposição, principalmente, a medidas unilaterais de comércio. A segunda parte do item também está incorreta ao afirmar que o Brasil não demonstrava desconforto quanto pela forma que o **Conselho de Segurança** foi organizado na criação das Nações Unidas em 1945. Desde a existência de seu predecessor, o Conselho Executivo da Liga das Nações, a diplomacia brasileira exalta a meta de compor como membro permanente o órgão internacional de maior decisão. Durante os debates de **1944, em *Dumbarton Oaks***, o Brasil já buscava apoio à sua candidatura como membro pleno do Conselho de Segurança. Os EUA, na época, foram favoráveis à candidatura brasileira, contudo, a delegação britânica e a delegação soviética recusariam a presença

brasileira no Conselho. Para ambos, afora os quatro grandes – Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e China – seria considerada tão-somente a admissão da França.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Nas últimas décadas do século XX e até a crise financeira de 1997, o leste asiático foi o espaço mais dinâmico da economia capitalista, aumentando de forma geométrica sua participação na riqueza mundial. Naquela região do mundo, entretanto, a maior parte dos Estados nasceu no século XX, sobre bases territoriais, sociais e culturais milenares.

Na Europa, a unificação é, sem dúvida, o fenômeno contemporâneo que mais instiga o imaginário e estimula a crença no fim dos Estados nacionais. Afinal, foi ali que eles nasceram, nos séculos XV e XVI, junto com a própria idéia de soberania, mas não há nada que corrobore essa crença, no processo de unificação européia, porque ninguém ali está se propondo dissolver em uma globalidade abstrata e cosmopolita. Se há algum lugar no mundo — além da dramática decomposição de alguns quase-países africanos — onde se pode falar de Estados fracos ou fragilizados pelo processo de globalização financeira é no território dos chamados mercados emergentes, em particular na América Latina.

José Luís Fiori. 60 lições dos 90: uma década de liberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 39-40 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima e também considerando os múltiplos aspectos da ordem política e econômica do mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

(1) A crise do Estado nacional, de crescente visibilidade a partir dos últimos decênios do século XX, na proporção direta em que avulta a atuação das grandes corporações transnacionais, adquire em larga porção da Ásia dimensão ainda maior. Na base da explicação desse fenômeno, como deixa entrever o texto, reside o que alguns especialistas denominam de baixa densidade histórica, que se explicaria pelo fato de serem Estados recentes, constituídos apenas no século XX.

(2) Infere-se do texto que o projeto da União Européia, paciente e meticulosamente construído ao longo dos anos, em um processo ainda inconcluso que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial, volta-se para a criação de um superestado, que, sem dissolver seus integrantes "em uma globalidade abstrata e cosmopolita", tenha condições de concorrer pelo poder e pela riqueza mundiais, em um cenário global de acentuada competitividade.

(3) O último parágrafo do texto permite supor que o autor acredita que o modelo de inserção internacional praticado por vários países latino-americanos, a partir das duas décadas finais do século XX, tenha exposto suas economias a uma situação de acentuada vulnerabilidade externa, por desregulá-las e abrir suas fronteiras sem os indispensáveis mecanismos de proteção.

(4) No Cone Sul, o processo de integração que levaria ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) teve sua origem na aproximação argentino-brasileira, em meados da década de 80 do século XX, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Naquela conjuntura de crise econômica, ambos os Estados viviam os primeiros passos da experiência de recomposição da democracia após cerca de duas décadas de regime autoritário, sob o comando de militares.

(5) Em meio a inegáveis resultados positivos, o MERCOSUL ainda não conseguiu superar alguns obstáculos e, sob determinada ótica, resultou em pontos flagrantemente negativos. Entre esses, destaca-se o fato de que a notável ampliação do volume de trocas entre Brasil e Argentina acabou por hiperatrofiar o comércio entre o Brasil e os demais parceiros (Uruguai e Paraguai), além de, paradoxalmente, a integração regional ter reduzido o poder de barganha de seus membros — como bloco ou isoladamente — no competitivo mercado mundial.

1: Errada. Este item demanda a interpretação do texto pelo candidato. O item está incorreto, primeiramente, porque não há uma crescente crise do Estado nacional, apesar de existir um debate acadêmico importante sobre a globalização e os efeitos deste fenômeno em relação ao modelo estatal. Consequentemente, o fenômeno da crise do Estado não é observada na Ásia.

2: Certa. Este item demanda a interpretação do texto pelo candidato. O item está correto, já que se pode inferir do texto que a unificação europeia é ainda um processo inconcluso que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial e esta é uma organização supra-estatal.

3: Certa. Este item demanda também a interpretação do texto pelo candidato. O item está correto, já que autor ressalta a América Latina como uma região com forte vulnerabilidade externa, fragilizada pelo processo de globalização financeira.

4: Certa. Durante os anos 1980, houve uma importante aproximação política entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Em um contexto de crise da dívida latino-americana (o período ficou conhecido como a Década Perdida), o processo de redemocratização ajudou a estabelecer as bases de integração econômica que resultaram na criação do Mercosul em 1991. Os principais instrumentos para a integração política e econômica entre Argentina e Brasil no período são: a **Declaração de Iguaçu** de 1985, o **Programa de Integração e Cooperação Econômica** de 1986 e o **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** de 1988.

5: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque mesmo se houve um aumento do fluxo de comércio entre o Brasil e a Argentina, este fluxo não hipertrofiou o comércio entre o Brasil e os demais parceiros do MERCOSUL. Ao contrário, para os quatro países a importância do bloco como destino e origem de exportações e importações aumentou consideravelmente durante a década de 1990. Houve, portanto, um **real incremento do comércio intrabloco**. Igualmente, a integração regional não reduziu o poder de barganha dos membros, mas estimulou a participação do bloco no comércio internacional. O estabelecimento de um comércio ampliado entre o bloco, a Bolívia e o Chile e os acordos de livre comércio entre o Mercosul e diversos países e agrupamentos regionais - Comunidade Andina, Israel, Palestina, Egito - mostra a capacidade do bloco em negociar acordos comerciais internacionais em conjunto. O início das negociações entre o Mercosul e a União Europeia, em 1995, patenteia uma identidade internacional do Mercosul e a capacidade de barganhar em conjunto.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Em relação ao processo de globalização e às características do sistema internacional contemporâneo, julgue os itens a seguir.

(1) Com o objetivo de realizar a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o processo de globalização vem sendo conduzido pela ONU de modo multilateral, sobretudo com o avanço das discussões entre as potências.

(2) A globalização é caracterizada pela supremacia econômica, cultural, política e militar dos EUA, que a exercem de maneira isolacionista e unilateral.

1: Errado. Conquanto a primeira parte do item esteja correta, ele foi considerado incorreto porque não houve avanço das discussões entre as potências sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 193 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado ***'Renewing the United Nations: a programme for reform'***. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum**", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice-Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes –, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que houve um avanço nas discussões entre as potências, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso.

2: Errado. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Diversos autores, como Samuel Huntington, acreditam que a globalização seja um meio de propagação e expansão da cultura ocidental, e isso conduziria necessariamente a um "choque de civilizações". Segundo Huntington, a expansão dos fluxos de interação entre povos levaria a expansão da cultura ocidental para outras culturas, o que geraria resistência e guerras. Outra contradição da globalização seria a perda da soberania do Estado frente às organizações supra-nacionais, já que haveria uma propagação das mesmas em resultado do aumento da velocidade de recursos e informação. Apesar das contradições em relação ao fenômeno, a globalização não é exercida pela atuação unilateral e isolacionista dos EUA na matéria, mas pela interação constante entre pessoas e diversos outros Estados. O item está incorreto porque a globalização não é caracterizada pela supremacia americana.

GABARITO 1E, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação à política de apoio e diálogo do Itamaraty com as comunidades brasileiras no exterior, julgue os itens seguintes.

(1) Entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior.

(2) Na criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBR), preconizou-se a eleição, para a Câmara de Deputados no Brasil, de até quatro representantes, entre os brasileiros maiores de 16 anos permanentemente domiciliados no exterior.

(3) A prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem.

1: Certo. Desde 2007, com a criação da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), pelo Decreto nº. 5.979/06, foi renovada a atenção dada pelo governo brasileiro aos brasileiros que vivem no exterior. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, essa decisão justificou-se não apenas pelo crescimento das comunidades brasileiras fora do país, mas também pela intensificação do fluxo de viajantes entre o Brasil e outros países. A mudança do perfil do Brasil, de país de imigração para emigração, bem como a maior projeção brasileira no cenário internacional, contribuíram para esses dois desenvolvimentos, que resultaram no aumento do número de demandas junto à rede consular brasileira e exigiram medidas para o seu adequado atendimento (MRE). Como afirma o item, entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior. Sobre o Conselho de Cidadãos, trata-se de um foro informal e apolítico de aconselhamento dos Consulados do Brasil no exterior, de composição rotativa, com o objetivo de aproximar os nacionais que vivem em países estrangeiros e a rede consular, estabelecendo a ponte entre o Governo e a Sociedade Civil no exterior. Os primeiros Conselhos Cidadão surgiram em 2011 nas cidades de Genebra, Zurique, Barcelona e Atenas com membros eleitos pelas comunidades locais. Sobre os Consulados Itinerantes, são missões feitas por consulados, por vice-consulados e por setores consulares de embaixada a cidades e regiões distantes de suas sedes, destinadas à prestação de serviços consulares às comunidades brasileiras no exterior. Já o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior, trata-se de auxilio jurídico à família de presos brasileiros no exterior.

2: Errado. O Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE) é um projeto com o objetivo de alcançar maior interlocução entre o Governo brasileiro e sua população no exterior, conforme foi decidido nas Conferências "Brasileiros no Mundo" realizadas no Rio de Janeiro, em julho e outubro de 2009. O CRBE é um sistema consultivo criado para atingir o objetivo de ser um sistema fácil e democrático que permita a participação da comunidade brasileira no exterior. O item está incorreto porque o CBRE não tem a função de eleger candidatos para a Câmera de Deputados, mas é um Conselho com 16 membros eleitos pela comunidade brasileira no exterior que tem como objetivo assessorar o Ministério das Relações Exteriores em assuntos de interesse das comunidades brasileiras no exterior. A distribuição das vagas do CRBE são: quatro para as Américas do Sul e Central; quatro para a América do Norte e Caribe; quatro para a Europa; e quatro para a Ásia, África, Oriente Médio e Oceania. As eleições para representantes do CRBE são feita pelo MRE e os membros terão mandato de dois anos cada.

3: Certo. Como afirma o item, a prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários, ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem. Se um imigrante brasileiro em situação irregular procurar o Consulado ou a Embaixada brasileira, por ser um cidadão brasileiro, ele será orientado e auxiliado sem que informações sejam repassadas às autoridades locais.

GABARITO 1C, 2E, 3C

18. OFICIAL DE CHANCELARIA

Texto para os itens das duas questões seguintes

Estrangeiras de olho no Brasil

Eles querem nossos alunos. O Brasil se tornou recentemente um mercado estratégico para universidades estrangeiras, principalmente norte-americanas e australianas. Não, elas não vão oferecer cursos aqui. Estão montando escritórios, promovendo eventos e oferecendo bolsas com o objetivo de levar os jovens a fazer graduação fora do país. "Queremos os melhores estudantes de todo o mundo e o Brasil, com China e Índia, é um dos nossos focos", diz o diretor de assuntos internacionais da Universidade de Yale. A Universidade de Harvard confirmou na semana passada que já alugou um escritório na Avenida Paulista e que os trabalhos começam no início de julho. "Não haverá cursos aqui. O Brasil é destaque na internacionalização da universidade", diz o diretor do escritório brasileiro. Uma bolsa específica para brasileiros em Harvard já começou neste ano. As universidades estrangeiras também deixam claro que o tamanho do Brasil importa nessa decisão estratégica. O país tem atualmente cerca de 9 milhões de alunos no ensino médio, etapa anterior ao ensino superior, com 4,1 milhões de estudantes. Alguns cursos, no entanto, não têm validação automática no ensino superior brasileiro, como Medicina e Arquitetura. As universidades públicas têm autonomia para reconhecer ou não os diplomas e os currículos cursados no exterior.

O Estado de S. Paulo, 19/6/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Tomando o texto como referência inicial, julgue os itens seguintes, quanto às relações entre educação e desenvolvimento nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil nos últimos anos.

(1) O Brasil, país tipicamente periférico, necessita criar, no exterior, recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, como forma de incrementar o desenvolvimento nacional.

(2) A formação de graduandos universitários no Brasil é predominantemente realizada, em termos quantitativos, pelas universidades públicas.

(3) A educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos.

(4) A educação média e superior em países como os EUA, com ênfase em valores e sistema de pensar e agir vinculados à cultura norte-americana, é perfeitamente compatível com a formação da cidadania brasileira e é muito superior à média da formação educacional em países como o Brasil.

(5) As universidades públicas brasileiras devem, ante a relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos.

1: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não necessita criar no exterior recursos humanos em todas as áreas. O texto acima não faz esta afirmação. Na verdade, o texto explicita que universidades estrangeiras, principalmente as americanas, estão oferecendo bolsas para estudantes brasileiros com intuito de atrair os melhores estudantes nacionais para suas universidades.

2: Errado. O item está incorreto porque o texto acima não faz essa afirmação. Na verdade, o texto faz referência às universidades públicas para afirmar que são elas que fazem as revalidações de diplomas estrangeiros no Brasil. Além disso, dos 4,1 milhões de estudantes universitários brasileiro apenas uma pequena porcentagem vai para as universidades públicas, que possuem vestibulares mais competitivos.

3: Certo. O item está correto já que a educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos. Segundo o Censo Escolar, em 2010, 51,5 milhões de estudantes foram matriculados na educação básica pública e privada no país. Desse total, 85,4% estudam nas redes públicas.

4: Errado. O item está incorreto porque os valores e o sistema de pensar norte-americano diferem do brasileiro e não são compatíveis com a cultura nacional, apesar de possuírem semelhanças em alguns aspectos. Além disso, é errôneo considerar a formação americana superior a países como o Brasil.

5: Errado. O item está incorreto porque as universidades públicas brasileiras não devem, apesar da relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos. Como é adotado para diversos países, o Brasil demanda que as universidades públicas reconheçam diplomas estrangeiros para analisar sua compatibilidade com os requisitos demandados pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que diversos projetos de cooperação para facilitar o reconhecimento dos diplomas estrangeiros estão em tramites de negociação, com destaque para os acordos com o MERCOSUL, que têm o intuito de aprimorar o processo de integração regional.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos ao processo de internacionalização do Brasil.

(1) A internacionalização do Brasil, pela via da adaptação do país à economia da globalização, leva inexoravelmente à abertura de mercados a interesses e projetos estratégicos de países mais avançados economicamente.

(2) A formação de coalizões internacionais como o G20 explicita que países do porte do Brasil busquem maneiras de participar das disputas em torno dos mercados globais de forma ativa e não apenas reativa.

(3) A internacionalização do Brasil, em todos os campos, inclusive no âmbito educacional, vem sendo apenas nociva aos interesses nacionais.

(4) A disputa por mercados, seja em torno de produtos materiais seja em torno de bens culturais imateriais, não é aspecto novo da formação da vida capitalista, no percorrer de longo caminho histórico desse sistema de produção, consumo, comercialização e financiamento.

(5) A ideia de transnacionalização das economias nacionais é um fenômeno intrinsecamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades dos Estados, sejam elas do centro sejam da periferia do sistema econômico global.

1: Certo. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Como afirma o item, ao internacionalizar-se nos anos 1990, o Brasil integrou-se ao processo de globalização que resultou

na abertura dos seus mercados a interesses e projetos de países mais avançados economicamente. Isso não significa, no entanto, que a economia brasileira ao internacionalizar-se tenha cedido aos interesses dos países desenvolvidos. Vale destacar que o Brasil é um dos países mais atuantes da Organização Mundial do Comércio, que estabelece as normas do comércio internacional, defendendo seus interesses perante os membros da organização, entre eles os países desenvolvidos.

2: Certo. O item está correto porque o G20, além de outras coalizões como o IBAS, BRICS, G20 comercial e G20 financeiro, BASIC são meios de o Brasil atuar no cenário internacional de forma ativa, buscando alcançar seus interesses.

3: Errado. Não é correto afirmar que a internacionalização do Brasil é nociva para o país no âmbito educacional. O Brasil, por meio de diversos programas oficiais, vem promovendo o intercâmbio de estudantes brasileiros em universidades estrangeiras. Um dos principais programas do Governo de Dilma Rousseff na área educacional é precisamente um programa de incentivo ao intercâmbio na área das Ciências. O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC).

4: Certo. Bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas em determinado país. Podem ser considerados bens imateriais os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; as manifestações literárias, as musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; os rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, além de mercados, feiras, santuários. Como afirma o item, a disputa pelo mercado de bens materiais e imateriais é característica constante da formação capitalista, estando presentes em todas as fases desse processo.

5: Errado. A transnacionalização das economias nacionais, ao contrário do que afirma o item, não é um fenômeno intrinsicamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades do Estado. Apesar de existirem linhas antiglobalização que acreditam que a transnacionalização econômica é prejudicial aos Estados, é errôneo afirmar que isso é prejudicial a todos os Estados, tanto Estados de centro quanto de periferia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

4. HISTÓRIA MUNDIAL

Leonardo Gill Correia Santos

1. ESTRUTURAS E IDEIAS ECONÔMICAS

1.1. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Tomando o texto III como referência inicial e considerando o cenário econômico mundial na passagem do século XIX ao século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) As transformações verificadas no sistema produtivo capitalista, a partir de meados do século XIX, tiveram na substituição do ferro e do carvão pelo aço e pela eletricidade o ponto de partida para a configuração da moderna industrialização.

(2) As últimas décadas do século XIX assistiram à disseminação da crença burguesa em um progresso ilimitado, do qual as exposições universais – tal como a citada no texto – eram símbolos poderosos.

(3) A inexistência de crises mais pronunciadas no sistema capitalista, ao longo da metade do século XIX, reforçava o ponto de vista de governos e de grandes empresários no tocante à perenidade do desenvolvimento material que estava em marcha.

(4) Assinada pelo Papa Leão XIII em 1891, encíclica Rerum Novarum, primeira grande manifestação oficial da Igreja Católica para elaboração de uma doutrina social-cristã, ao mesmo tempo em que atacava firmemente os excessos da exploração capitalista, expressava sutil apoio às teses socialistas.

1: Certa. Trata-se da passagem da Primeira Revolução Industrial para a Segunda. A utilização do aço, mais maleável que o ferro, e da eletricidade, mais eficaz e menos poluente que o carvão, marca essa evolução. Outro elemento comumente citado nessa passagem é a utilização da turbina a vapor, no lugar da máquina a vapor, e o uso de combustíveis líquidos, derivados do petróleo, no lugar do carvão. O desenvolvimento da siderurgia é também uma das características principais da Segunda Revolução Industrial, assim como a química, que passa a ocupar um espaço mais importante na indústria;

2: Certa. As exposições universais tinham, como objetivo central, celebrar o progresso da ciência através de aquisições tecnológicas. Eram grandes eventos, nos quais os expositores não buscavam, somente, expor novas máquinas, eram momentos para intercambiar tecnologias e difundir as inovações entre um grande público. Também existe um viés político por trás das exposições universais: eram eventos itinerantes, organizados, a cada ano, em alguma cidade (não necessariamente capitais) distinta da Europa, com o intuito de exaltar a grandeza nacional pela ciência e tecnologia. A exposição universal realizada em Paris, em 1889, foi uma das mais celebres, já que marcou a inauguração da Torre Eiffel, hoje símbolo histórico e turístico da cidade;

3: Errada. Entre 1873 e 1896, uma grande crise atingiu o mundo inteiro, sendo conhecida como a Grande Depressão de 1873 (o termo depois foi usado para classificar a crise de 1929; 1873 ficou conhecida como a Longa Depressão de 1873). De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, "Ao estudar a economia mundial em 1889, ano de fundação da Internacional Socialista, um ilustre especialista americano observou que ela se caracterizara, desde 1873, por «agitação sem precedentes e depressão do comércio». «Sua peculiaridade mais digna de nota, escreveu ele, foi sua universalidade; afetando tanto nações que se envolveram em guerras como as que mantiveram a paz; as que têm uma moeda estável com padrão ouro como as que têm moeda instável...; as que vivem num sistema de livre comércio de matérias-primas e aquelas onde há restrições comerciais, maiores ou menores. »" (p.57-58);.

4: Errada. A Encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* não ataca diretamente os excessos do capitalismo, pelo contrário, defende a propriedade privada dos meios de produção. Tampouco defende teses socialistas, atacando, por exemplo, o direito à greve. A encíclica adota um discurso mais moderado ao pedir para que os empregadores tratem os seus trabalhadores com mais dignidade e afirma estar de acordo com a formação de sindicatos cristãos. A Encíclica é, no entanto, revolucionária para a época no fato de defender a justiça social pela promoção dos direitos, algo inédito na Igreja católica.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da

modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) A moderna industrialização, a partir da Revolução Industrial inglesa, desvelou uma nova realidade histórica que o texto indica como visceralmente oposta ao que existia antes, tornando obsoletas as "formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Essa diferença manifesta-se, por exemplo, de modo "escancarado e estridente", na mudança do lócus tradicional da vida social – homens e mulheres fogem ou são expulsos do mundo agrário e rural para as cidades.

1: Certa. A urbanização é um dos efeitos da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no fim do século XVIII. Ao promover uma mudança significativa nos meios de produção, o sistema fabril motivou o êxodo rural. O efeito no campo foi significativo também, com mudanças importantes na escala da produção e nos preços. O avanço industrial modernizou as técnicas agrícolas, o que motivou o barateamento da produção. Aliado a um aumento populacional significante no século XVIII, a modernização no campo causou situações de subemprego. As condições de vida no campo tornaram-se dificultosas, notadamente em períodos de estiagem ou de má colheita. Dessa forma, os efeitos da industrialização no meio rural também motivaram a saída das pessoas e acelerou o processo de urbanização.

Gabarito C

1.2. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780)

No final do século XVIII e no início do XIX, após a introdução do bastidor hidráulico de Arkwright, uma onda de avanços técnicos impulsionou a segunda Revolução Industrial, movida a eletricidade, produtos químicos e óleos. Juntas, essas descobertas tornariam as indústrias mais limpas e eficientes do que as fábricas da etapa anterior, movidas a vapor e a carvão. E as novas técnicas alavancariam o comércio de maneira inimaginável. No final do século XIX, barcos a vapor, telégrafos e motores elétricos multiplicavam-se: Arkwright não podia ter previsto nada disso quando patenteou sua máquina fiandeira em 1769. Em um século e meio, o mundo mudou de forma irreversível nas esferas comercial, social e política.

Patrícia S. Daniels e Stephen G. Hyslop. **Atlas da História do Mundo.** National Geographic, São Paulo:Abril, 2004, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência e considerando o significado histórico da Revolução Industrial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Infere-se do texto que as incessantes inovações tecnológicas estão presentes no transcurso da Revolução Industrial, o que altera o tipo de força motriz que impulsiona a moderna industrialização e, certamente, contribui para a ampliação da capacidade produtiva e para a expansão do comércio mundial.

(2) O processo de industrialização iniciado na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, acelerou a substituição de antigas formas de produção pelo capitalismo, que se consolidava como sistema econômico dominante, com a atividade fabril suplantando o trabalho doméstico e a crescente prevalência do trabalho assalariado.

(3) As novas condições sociais geradas pela Revolução Industrial constituíram fermento de ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa, notadamente em 1848.

(4) Entre as transformações irreversíveis mencionadas no texto, produzidas pelo avanço da industrialização, o cenário existente em fins do século XIX assinalava a proibição do trabalho infantil e feminino, a regulamentação da jornada de trabalho e o surgimento dos serviços previdenciários, em meio a uma sociedade que lentamente se urbanizava.

1: Certa. A Revolução Industrial não foi um evento pontual na história, mas um processo que teve diferentes fases, e a Inglaterra, por ter sido o primeiro país, esteve, durante o século XIX, à frente desse processo. De acordo com o texto, primeiro, observa-se que, enquanto os outros países iniciavam seus processos de industrialização, a Inglaterra já havia iniciado a sua Segunda Revolução industrial, por intermédio de avanços técnicos (eletricidade, química e óleos). Esses avanços modificam o tipo de força motriz, da máquina a vapor para o motor a explosão, com uso de novos combustíveis. Finalmente, essa alteração na produção traz melhorias produtivas (indústrias mais limpas e mais eficazes) e permite a expansão do comércio global (novas técnicas alavancariam o comércio). Portanto, a resposta está correta pelo diálogo com o texto; 2: Certa. Essa afirmativa pode ser relacionada com o processo de industrialização do setor têxtil na Grã-Bretanha. Quando a indústria iniciou-se, teve a concorrência ainda de artesãos. A medida que a indústria têxtil mostrava-se mais eficaz, ele foi suplantando a produção doméstica, atraindo os trabalhadores para as fábricas. De acordo com Edward McNall Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "A tecelagem, porém, continuou a ser uma indústria doméstica até que a invenção de um tear mecânico barato e prático convenceu os empresários de que poderiam poupar dinheiro transferindo o processo das casas dos artesãos para as fábricas." (p.518);

3: Certa. Sem dúvida que boa parte das novas contestações sociais tiveram suas origens nas novas formas de produção advindas com a Revolução Industrial. Embora alguns levantes na Europa em 1848 tiveram um cunho nacionalista ou liberal, pode-se dizer que a Primavera dos Povos também estava dotada de reivindicações sociais originadas nesse mesmo processo. O historiador Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, afirma que: “No entanto, os fatos de 1848 provaram que havia então na França um outro elemento – talvez seja ainda impróprio dar-lhe o nome de consciência de classe – de que os governos não se davam conta. Se a Europa de meados do século XIX viu a classe média mais próxima do que nunca do centro do poder, viu também os trabalhadores chegando rapidamente, vindos da periferia. Suas barricadas podiam, se necessário, ser destruídas, e suas exigências deixadas de lado, mas apenas a um risco cada vez mais grave para o estado. Para florescer, o liberalismo burguês teria não só de aceitar fingidamente as exigências dos trabalhadores, mas em certa medida também atendê-las.” (p.569);

4: Errada. Podemos afirmar que sim, por um lado, havia um certo avanço na regulação do trabalho das mulheres, mas não sua proibição, como vemos em Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: “Tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX, embora os aspectos mais visíveis da emancipação feminina ainda estivessem, em larga medida, confinados às mulheres das classes médias.” (p.283-284). Da mesma forma, o trabalho infantil passou por uma série de regulações, sendo proibido em vários países, mas não na maioria até meados do século XX (e ainda...). As regulamentações das jornadas apareceram timidamente nessa época em alguns países, o que não se pode afirmar acerca dos serviços previdenciários. Finalmente, acerca do processo de urbanização, não se pode afirmar que, em fins do século XIX, havia um o processo lento de urbanização. A Inglaterra, por exemplo, já em 1850, alcançava um nível de população urbana superior a 50%. Em outros países europeus, os processos de urbanização chegariam aos mesmos níveis da Inglaterra ainda no século XIX.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Com relação ao peso da industrialização no desenvolvimento do capitalismo, do século XVIII aos nossos dias, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A fase inicial da industrialização, predominantemente inglesa, a partir do século XVIII, foi marcada pela produção de bens de consumo, especialmente os têxteis, e pela utilização do ferro e do carvão como base do processo produtivo.

(2) Embora emitindo sinais que apontavam para a universalização futura do capitalismo, a industrialização ascendente ao longo do século XIX foi monopolizada pela Inglaterra e manteve-se adstrita à Europa Ocidental.

(3) Novas formas de produção de energia, como a hidrelétrica, e novos combustíveis, como o petróleo, tiveram discreta participação no ciclo industrial que, já no final do século XIX, colocava o motor a explosão no centro do processo industrial.

(4) As formas de indústrias desenvolvidas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI modificaram o paradigma da linha clássica de produção em favor da produção informatizada e com alto grau de automação e tecnologia.

1: Certa. Trata-se de uma descrição resumida da primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Acerca dos bens de capitais, a Revolução Industrial inglesa foi a primeira a mecanizar o processo de produção e criar o consumo de massa. Pelo lado dos bens de consumo, a primeira indústria a surgir foi a do setor têxtil; pelos bens de capitais, as matérias-primas que vieram a suprir a demanda da própria produção, foi a indústria mineradora de carvão e ferro;

2: Errada. A Europa continental iniciara seu processo de industrialização seguindo a liderança britânica. Não se pode afirmar que foi um processo exclusivamente europeu. Os EUA são um exemplo de industrialização importante fora da Europa: com o início da marcha para o Oeste e da descoberta de novas fontes de riqueza, a industrialização dominou boa parte do território americano, e a Guerra de Secessão mostra esse alcance, com uma indústria de guerra como suporte para o conflito. Outro exemplo importante extraeuropeu seria o Japão da Era Meiji, que iniciara um processo de industrialização por volta de 1860;

3: Errada. A resposta está incorreta por dois aspectos. O primeiro concerne o motor a explosão que, inventado na sua forma industrial pelo alemão Nikolaus Otto em 1862, o motor substituiria a máquina a vapor em pouco tempo na segunda metade do século XIX, adotado principalmente pela indústria de transporte. O petróleo viria a ser a nova fonte de energia para esse tipo de motor, do qual, ainda no século XIX, não podemos falar de uma discreta participação no ciclo industrial. A própria introdução do motor a explosão exigia uma nova fonte de energia, diferente do carvão, mais eficiente e mais limpa, embora os combustíveis líquidos, derivados do petróleo, tenham sido inventados para servir a turbina a vapor, uma primeira evolução da máquina a vapor. A energia hidrelétrica também aparece nessa época, mas nesse caso, podemos ainda falar de uma discreta participação, pois sua importância seria mais significativa no século XX;

4: Certa. Essa afirmativa é melhor analisada pela geografia. De fato, a tendência da última revolução, ou Revolução da Informação, é de criar uma automação dos meios de produção, feito através da informática. A robótica é um dos fatores mais importantes da moderna industrialização. Para tanto, seria necessário fontes de energia mais eficazes e mais limpas. A Terceira Revolução Industrial, como é conhecida a Revolução da Informação, tem por características principais o uso de novas fontes de energia, como a nuclear e as energias renováveis, como a eólica e a solar. Verifica-se, também, o uso mais incisivo de fontes desenvolvidas durante a Segunda Revolução Industrial, mas que não foram amplamente utilizadas, como é o caso das hidroelétricas e dos combustíveis derivados do petróleo (gasolina e diesel). Finalmente, na Revolução da Informação, o advento da informática e do uso de satélites permite a ascensão de novos meios de comunicação, caracterizada pela ampla utilização de meios de comunicação móveis.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) Compreender o processo histórico protagonizado pelo século XIX e seus desdobramentos no século seguinte requer, em meio a tantos outros aspectos essenciais, o exame da trajetória seguida pelo capitalismo. A propósito desse cenário histórico, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A partir de meados do século XIX, o sistema capitalista adquire feições novas. Sem perder suas características fundamentais e definidoras, como a propriedade privada dos meios de produção e o objetivo da acumulação, ele se torna crescentemente monopolista e financeiro.

(2) A tendência à concentração de empresas e à centralização de capitais altera, na prática, as antigas formas de concorrência e elimina o antigo discurso liberal assentado no livre-cambismo, na liberdade dos mares e na condenação às práticas protecionistas.

(3) Instituição poderosa, com larga ascendência sobre governos e sociedades, a Igreja Católica adota, com o Papa Leão XIII, a corajosa atitude de expor sua doutrina social em um contexto de grave crise social — a depressão econômica dos anos 1870. O conteúdo da encíclica **Rerum Novarum** representava um convite aos católicos a combater o “capitalismo materialista” e, em decorrência, a apoiar pontos centrais do marxismo, em remota preparação ao advento da Teologia da Libertação, cem anos mais tarde.

(4) O equilíbrio de poder entre as potências européias tende a se romper à medida que se acirra a competição por áreas de influência e pelo domínio de territórios pelo mundo afora. Crises sucessivas, em que questões políticas, econômicas e militares se confundem com distintas expressões de nacionalismo, preparam o terreno para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. Trata-se de uma descrição do capitalismo na segunda metade do século XIX, quando se dá o início a Segunda Revolução Industrial. Pelos avanços técnicos da tecnologia, há um aumento na eficiência da produção, mas, pela lógica do capitalismo de manutenção da propriedade privada dos meios de produção, esses avanços ficam restritos aos agentes mais adiantados no processo industrial. Isso promove a criação de monopólios. Além disso, para escoar os excedentes da produção, também nessa época, são criados os Impérios coloniais. Com as transferências de capitais para financiar investimento em produção de matéria prima e para manter o estoques da acumulação, é nessa época que se desenvolvem, com maior pertinência, os sistemas financeiros internacionais, embora sem a complexidade nem a dimensão do sistema atual;

2: Errada. O acúmulo de capitais e de empresas é uma prática aceitável do liberalismo. Vale lembrar que foi com o liberalismo econômico que a Revolução Industrial pode ocorrer. Como afirma Hobsbawm, em *A Era do Capital*, “Certamente, os contemporâneos teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, o motor que, todos concordam, promoveu o progresso da indústria. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento da sua época: o liberalismo econômico. As barreiras institucionais que sobreviveram ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial.” (p.62);

3: Errada. A Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII aparece em 1891, fora do contexto descrito na afirmativa. Ela não apoia o marxismo, mas algumas medidas sociais, como proteção da dignidade dos trabalhadores e permite a criação de sindicatos cristãos. Finalmente, ela não combate o capitalismo em nenhum aspecto, pelo contrário, é favorável à manutenção da propriedade privada, com argumentos retirados dos escritos bíblicos;

4: Certa. O equilíbrio de poderes na Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial não conseguia mais sustentar-se. A unificação alemã trouxera uma potência forte no meio de uma dinâmica estruturada há muito tempo e que contava com a Prússia apenas como potência. Além disso, o cálculo da balança de poder europeu fazia-se a nível mundial, com o advento dos impérios coloniais. Será nos impérios que as crises vão ocorrer: Fachoda e Suez (1898), crises marroquinas (1905-1911). As crises, conjugadas com uma corrida aos armamentos e com uma política de Alianças (modelo bismarckiano) instável, além dos desequilíbrios econômicos entre nações constituem o cenário de instabilidade da Europa às vésperas da Primeira Guerra.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) O mundo que o século XX deixa para o XXI é, em linhas gerais, uma aldeia global, possível também pela acelerada revolução das comunicações e dos transportes. Nessa perspectiva, a globalização em marcha na atualidade corresponde a uma ruptura histórica com o capitalismo que a precedeu, tamanhas e fundas as diferenças entre o modelo econômico gestado pela Revolução Industrial e o praticado, em escala planetária, nos dias de hoje.

1: Errada. A afirmativa inicia com uma abordagem ampla, no princípio, sobre a dinâmica conectiva da globalização. De fato, a revolução nos transportes e nos meios de comunicação aproximou as regiões do planeta, transformando-o na “aldeia global” como está na afirmativa. O erro do item está no que afirma que a globalização rompeu com o capitalismo. Pelo contrário, a globalização faz parte do capitalismo, trata-se de um estágio de evolução do capitalismo. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem conceituada: “É necessário considerar os fenômenos da mundialização

e da internacionalização como etapas prévias da evolução do capitalismo rumo à globalização. Esta corresponde à soma de fluxos transnacionais que percebemos afetar o quotidiano das pessoas e levam à crise do Estado-nação, cujo universalismo e cuja soberania são questionados. [...] A modernidade afastou o tempo do espaço que antes se vivia, edificando uma aldeia global." (p.324). Finalmente, o conceito de "aldeia global", do filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980), surgido com o advento da televisão, pode ser entendido no contexto de interconectividade entre os indivíduos. O conceito sugere que o desenvolvimento de meios de comunicação mais rápidos e mais eficazes aproximaram os indivíduos e criou níveis de interdependências entre todas as regiões do mundo, o que justificaria a ideia de uma "aldeia global".

Gabarito Errada,

1.3. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o "New Deal"

(Diplomacia – 2002) A crise econômica mundial decorrente dos eventos ocorridos na bolsa de valores de Nova York em 1929 explicita um momento de grande desafio para a evolução do capitalismo, tendo em vista que ela:

(A) Geraria gradual mudança na forma de se conceber o liberalismo desenfreado no período anterior.

(B) Viria animar o redesenho de políticas mais abertas e liberais.

(C) Induziria a mudança do paradigma econômico em favor da abertura ampla dos mercados.

(D) Fortaleceria as concepções econômicas de Adam Smith acerca da riqueza das nações.

(E) Permitiria uma evolução gradual do capitalismo na direção do livre-cambismo.

Ideia geral de 1929: queda do liberalismo, aceitação da intervenção do Estado na economia.

A: Correta. A crise de 1929 vai limitar os avanços do liberalismo econômico. De fato, as instituições liberais não conseguiram prever a crise nem propor-lhe uma solução. Os economistas clássicos não conseguiam entender a causa do desemprego estrutural da época e não entendiam como o *Laissez-faire* ou a mão invisível de Adam Smith não conseguira trazer a economia ao seu nível anterior. Finalmente, a resposta veio na intervenção do Estado na economia, praticada de maneira mais ou menos descoordenada pelos governos. O Estado aumentaria seus gastos, via investimento ou via realização de trabalhos públicos, o que aumentaria a oferta por emprego e os salários dos trabalhadores. Com uma maior base salarial, a renda aumentaria, promovendo um aumento na demanda agregada, estimulando a economia. Dessa forma, é possível afirmar que a Grande Depressão de 1929 constitui um período de questionamento dos ideais liberais. O New Deal, de Franklyn D. Roosevelt constitui uma série de medidas econômicas como descritas acima, que deveriam motivar a economia e estancar os avanços do liberalismo econômico. A crise também permitiu a emergência de uma corrente econômica, o keynesianismo, do seu criador, John Maynard Keynes (1883-1946), que afirma que o desemprego estrutural não é necessariamente dado em função do nível da demanda do salário dos trabalhadores e deve ser compensado com a estimulação de empregos para estimular a demanda agregada;

O comentário acima é válido para as outras respostas:

B: Incorreta, pois trata-se da queda do liberalismo;

C: Incorreta, pois há um certo isolacionismo econômico depois de 1929, em favor da intervenção dos Estados em suas respectivas economias;

D: Adam Smith propôs a ideia de que a economia era autoregulável; a crise de 1929 mostrou que dificilmente essa situação seria resolvida sem a intervenção do Estado;

E: o livre-cambismo na verdade não foi tema de discussão em 1929, mas, como também associa-se ao liberalismo, ele não poderia ter ocorrido nos anos que se seguiram à crise.

Gabarito "A"

1.4. A prosperidade no segundo pós-guerra

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução europeia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela internacionalização da hegemonia americana. Foi, também, um período de enorme crescimento produtivo nos países desenvolvidos. O fato é que os primeiros trinta anos do pós-guerra constituíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes. A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou o que Hobsbawm definiu como "o grande salto". Era o Estado regulador ou de bem-estar social.

Enrique Serra Padrós. **Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social**. *In*: Daniel AarãoReis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (Orgs.).

O Século XX: o tempo das crises — revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 229-236 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência e considerando a realidade histórica mundial que se segue à Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Dois fatores foram decisivos para que se concretizasse a descolonização afro-asiática: o fortalecimento dos movimentos nacionais pela independência — a despeito de projetos e estratégias distintos que, não raro, defendiam — e o declínio europeu que a guerra evidenciara, sobretudo em relação à perda de poder das antigas potências coloniais.

(2) Os EUA souberam tirar proveito da expressiva queda na produção industrial e agrícola europeia durante a Segunda Guerra: sua produção industrial triplicou — em 1946, o país já respondia por metade da produção mundial — e a renda *per capita* mais que duplicou, o que indica o caminho definido, no texto, como "internacionalização da hegemonia americana".

(3) Embora desprovido de base teórica que orientasse suas ações, o Estado do pós-Segunda Guerra, classificado, no texto, como regulador ou de bem-estar social, teve êxito graças ao aumento da produção, da renda e do emprego, enquanto se comprimia a demanda como forma de impedir a volta da inflação.

(4) Foram extraordinárias a recuperação europeia e a japonesa na agricultura após 1945: modernização tecnológica e uso intensivo de máquinas aumentaram consideravelmente a produtividade no campo, fato potencializado, no Japão, pela reforma agrária iniciada durante a ocupação norte-americana.

1: Certa. O processo de descolonização na África e na Ásia ocorreu em função de um conjunto de fatores mais ou menos simultâneos que, isolados, talvez não tivessem tanto êxito, nem teriam permitido transformações tão importantes. Se por um lado temos os movimentos nacionais, um fator endógeno aos povos que buscavam sua independência, por outro, o declínio político e econômico europeu, como fator

exógeno, permitiu que os movimentos atingissem seus objetivos. No livro *História das Relações Internacionais*, organizado por José Flávio Sombra Saraiva, ressalta-se a importância desses fatores para a descolonização: "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental nas descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos." (p.221). É importante ressaltar que esses dois fatores foram importantes, porém não foram exclusivos. Na mesma obra, sobressai-se ainda a importância do contexto de Guerra Fria para permitir que a descolonização ocorresse, mais uma vez, não sendo um fator único e exclusivo. O importante, na realidade, são que esses fatores atingem diferentes níveis geográficos: "Assim, é um conjunto de fatores políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos que operaram sempre em três níveis – no das metrópoles, no internacional e no colonial – que oferece as pistas para a compreensão da emergência afro-asiática nas relações internacionais do final dos anos 1950 e na década de 1960." (p.221);

2: Certa. Os dados econômicos correspondem aos dos EUA no imediato pós-Guerra. De fato, o modelo de produção industrial americano, inspirado no fordismo, fora levado à Europa pouco depois, mas antes, esta precisaria passar por um processo de reconstrução. Para Hobsbawm, esse processo não foi tão impressionante para os EUA, pois simplesmente continuaram uma tendência do que já vinha sendo feito desde a década de 1930, após a Grande Depressão. Em *A Era dos Extremos*, ele afirma: "Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela [a expansão econômica] não foi tão revolucionária assim. [...] Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p.30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo." (p.254). Hobsbawm utiliza a ideia de que, o que ocorria no mundo pós-Segunda Guerra, era o que ocorria nos EUA antes de 1945: "por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista." (p.259). O historiador afirma, referente ao crescimento da renda per capita, que houve um aumento considerável, que pode ser comparável à cifra da afirmativa: "Bens e serviços [nos EUA] antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praia ensolarada. [...] O que antes era luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone." (p.259);

3: Errada. Como vimos, a situação econômica do pós-Segunda Guerra é de globalização do modelo americano para o resto do mundo. O modelo aplicado era o do keynesianismo da década de 1930, ou o de bem-estar social, que consistia em aumentar os gastos do governo, o que estimula a economia, aumentando a renda dos agentes e, em consequência, a demanda. Não se trata de comprimir a demanda, mas de estimulá-la. Foi essa a ideia que ilustrou a "globalização" do capitalismo americano no pós-guerra, ligado ao estímulo da demanda, principalmente de artigos que antes eram visto como luxo, tornando-se artigos comuns, consumidos em massa. A base teórica, no caso do pós-Segunda Guerra Mundial, é o próprio keynesianismo, o que desmente a ausência de uma base teórica verificado na afirmativa. Vale ressaltar uma definição do bem-estar ao qual a afirmativa faz referência, segundo Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais [...]." (p.278);

4: Certa. O Japão já havia iniciado um processo de reforma agrária durante a Era Meiji, no século XIX, mas, como a afirmativa fala apenas de uma reforma, e não da primeira reforma, podemos deduzir que se trata da reforma empreendida durante a ocupação americana, conhecida como "Comando Supremo das Forças Aliadas". De fato, trata-se de um processo modernizador, com ajuda americana, que trouxe o capitalismo, tanto na Europa como no Japão, para o campo, aumentando a produtividade nesse setor.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A contínua incorporação do conhecimento científico ao sistema produtivo contemporâneo, cujos passos iniciais foram dados ainda em meados do século XIX, quando o capitalismo mais e mais passava a ser controlado pelos capitais financeiros, adquire prodigiosa dimensão ao longo do século XX. A Era de Ouro da economia contemporânea, entre o pós-Segunda Guerra e o início da década de 70, amplia o processo de mundialização dos mercados, deixando para trás o que Hobsbawm chama de estágio de "economias nacionais" comandadas por Estados territoriais.

1: Certa. Uma afirmativa ampla que toca a temática do conhecimento científico em prol do sistema produtivo. Foi no século XIX que se iniciou a postura de criar e de inventar aparatos com algum intuito, algum fim na produção industrial. As máquinas que foram inventadas eram dotadas de alto nível de capital, e assim foram aperfeiçoadas. Era o capital financeiro que servia para melhorar e aprimorar a produção, uma tendência que ainda é válida hoje. Os anos que seguiram a Segunda Guerra marca a globalização do sistema de Bem-estar social nos países da Europa Ocidental, mais conhecido como modelo keynesiano, um período de prosperidade na Europa ocidental que ficou conhecido como anos dourados, ou "Les Trente Glorieuses", na expressão do economista francês Jean Fourastié. Finalmente, foi nessa época que surgiu, também, as primeiras tendências transnacionais, quando as determinações econômicas de um Estado já não dependiam tanto das decisões do Estado, intervencionista ou não. Hobsbawm descreve bem essa ideia, em *A Era dos Extremos*: "começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais *transnacional*, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma «economia mundial» que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer."

(p.272). Essa descrição corresponde ao processo de mundialização descrito no item, com o abandono progressivo das fronteiras estatais.

Gabarito C

1.5. O "Welfare State" e sua crise; O PósFordismo e a acumulação flexível

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Considerando a conjuntura apresentada no texto, verifica-se que, passados cerca de trinta anos, a realidade mundial era muito distinta da existente naqueles convulsionados anos 60. No que concerne ao novo quadro histórico que começou a ser consolidado na década de 80 do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Nos anos 80, havia uma nítida convergência das posições do governo dos EUA e do governo do Reino Unido. Com efeito, a Era Reagan-Thatcher notabilizou-se pela ação moderada e tolerante na política externa e, sob a ótica da economia, por ter levado ao extremo a defesa do Estado do Bem-Estar Social.

(2) Em uma economia que mais e mais aprofundava seu caráter global, a formação de blocos regionais e continentais passou a ser uma tendência, o que se justifica, entre outras motivações, pela necessidade de juntar forças para a atuação em um mercado acentuadamente competitivo.

(3) Brasil e Argentina, quando governados, respectivamente, por Sarney e Raúl Alfonsín, iniciaram um processo de aproximação cujo desdobramento foi a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que incorporou dois outros sócios – Paraguai e Uruguai.

(4) Há consenso entre os especialistas para explicar as dificuldades aparentemente intransponíveis encontradas pela União Européia (EU) em seu esforço para se transformar em um bloco continental poderoso. Para esses observadores, a falha da EU consistiu em voltar-se exclusivamente para as questões econômicas, deixando de lado aspectos políticos, sociais e culturais.

1: Errada. A convergência entre Ronald Reagan (1991-2004) e Margaret Thatcher (1925) nas posições políticas, no entanto, não foi como a afirmativa mostra. As intervenções externas não foram moderadas, como na Guerra das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra, ou particularmente determinados, como Reagan e sua *Strategic Defense Initiative* (mais popularmente conhecida como Guerra nas Estrelas), onde rechaçou medidas comumente aceitas no Estado do Bem-estar americano em prol da indústria militar nacional. É o momento do neoliberalismo, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor." (p.245);

2: Certa. Trata-se de uma justificativa para a integração dos mercados em blocos regionais. Com suas limitações, os blocos econômicos, até então, tinham melhor poder de negociação e para enfrentar os efeitos da globalização, o que não é uma verdade unânime. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), há uma descrição acerca da criação dos blocos: "Mas o processo de globalização encontra paralelo, ou compensação, no outro fenômeno característico do período, conhecido como regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos preferenciais (sob formas de zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns) em subsistemas geográficos regionais. A tendência desenvolveu-se a partir de meados dos anos 1980, quando a então Comunidade Econômica Europeia, superando anos de recessão e de "euroesclerose", lançou as bases, mediante o Ato Único Europeu de 1986, de ambicioso programa de eliminação de todos os entraves à constituição de um vasto mercado unificado, com calendário fixado para dezembro de 1992." (p.308);

3: Certa. Raúl Alfonsín (1927-2009) e José Sarney (1930) foram os presidentes respectivos de Argentina e Brasil no período de redemocratização. Após as tensões entre os dois países durante a década de 1970, os dois iniciam um processo de reconciliação, que materializou-se na Declaração de Iguaçu, de 1985. O encontrou deveria promover uma aproximação bilateral entre os dois países e trazer alguma resolução sobre a questão da energia nuclear. É criada a Comissão Nuclear Mista Brasil-Argentina. A aproximação foi mais profunda, pois lançou as bases para, na década de 1990, promover uma integração econômica regional, o Mercosul;

4: Errada. A UE tem, além da sua dinâmica puramente econômica, um viés político forte. Um dos pilares de Maastricht, por exemplo, foi a criação de uma política externa de segurança comum que, muito embora repleta de vicissitudes e com poucos avanços, é um setor político importante. A integração social também é forte, por exemplo, com a criação de um esboço de uma nacionalidade europeia e da livre circulação das pessoas no interior do espaço da União. Assim, a integração não é puramente econômica, mas abrange outros setores. Sobre os problemas e as dificuldades de uma integração mais abrangente, vale ressaltar que não há um consenso para explicar as dificuldades do processo de integração europeu.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos. Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).**São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A "desintegração de velhos padrões de relacionamento social", mencionada no texto e característica marcante do atual momento histórico, pode ser representada, entre outros possíveis aspectos, pela erosão das sociedades e religiões tradicionais, pelo fim da utopia pregada pelo socialismo real e pela exacerbação de um individualismo associal absoluto.

1: Certa. A frase que inspirou o item está quase toda explicada em *A Era dos Extremos*, de Hosbabwm: "A terceira transformação [do século XX], em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominam os valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores explorem suas consequências sociais. Apesar disso, encontravam-se as mesmas tendências em outras partes, reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do «socialismo real»." (p.24).

Gabarito 1C

2. REVOLUÇÕES

2.1. A revolução francesa e as revoluções burguesas; 2.2 Processos de independência na américa; militarismo e caudilhismo; 2.3 Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

(A) O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

(B) Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

(C) O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

(D) Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

(E) Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

A: Incorreta, pois na França não se pode dizer que houve despotismo esclarecido. A primeira parte da afirmativa descreve de maneira

correta o sentimento na França antes de 1789, embora não seja possível falar de um absolutismo anacrônico na Europa. Por outro lado, a dinastia dos Bourbon, personificada na imagem do rei Luís de XVI (1754-1793), não promoveu reformas que promovessem ideais iluministas no Estado, nem é um dos mais conhecidos praticante do despotismo esclarecido, encontrado, de maneira mais pertinente, em outros monarcas, como na dinastia dos Habsburgos. Como afirma Hobsbawm, em A Era das Revoluções: “Mas na maioria dos países de «despotismo esclarecido» essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado. Na França elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva.” (p.86-87);
B: Correta, pois descreve o período mais instável da Revolução, a República Jacobina. A Convenção Nacional (1792-1795) segue a Assembleia Constituinte (1789-1791) e a Monarquia Constitucional (1791-1792), período mais moderado da Revolução, com predominância dos girondinos no poder. O rei Luís XVI havia fugido de Paris, o que promoveu uma radicalização do movimento e a prisão do rei e da sua família. A Áustria declara então guerra à França, e os revolucionários ganham a batalha de Valmy, em 1792, a Convenção é declarada no dia seguinte (21 de setembro de 1792). Uma maioria girondina é eleita, o que dá início à uma República Girondina, até o dia 2 de junho de 1793, quando os jacobinos promovem um golpe de Estado, com a intervenção dos sans-cullotes e da Guarda Nacional. Uma Assembleia Constituinte é eleita e faz a Constituição do Ano I (24 de junho de 1793), com amplas aquisições sociais, tais como o sufrágio universal masculino, o fim da monarquia e a criação da Iª República. A figura de Maximilien de Robespierre (1758-1794) é destaque entre os Jacobinos na Convenção. É dele a ordem de execução do rei e sua esposa. A Convenção cria o Comitê de Salvação Pública para perseguir e julgar os dissidentes da Revolução, criando o ambiente de terror, como ficou conhecido o período da Convenção. Robespierre passa a usar o Comitê em seu favor ao promover a perseguição de seus opositores, como Georges Danton (1758-1794), da ala mais moderada dos jacobinos. Esse período de terror levará a uma reação conservadora, com o golpe do 9 Thermidor do Ano II (27 de julho de 1794), feito pelos Girondinos, unidos contra Robespierre. Em 1795, a Constituição do Ano III é declarada, inaugurando um período mais conservador da Revolução;
C: Incorreta. A resposta está correta na sua primeira parte, e Voltaire (1694-1778) também teve sua importância durante o Iluminismo ao publicar o *Dicionário Filosófico* (1764), entre outras obras. Defendeu a liberdade de expressão e de opinião. A separação dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário é uma teoria de Montesquieu (1689-1755), princípio defendido em sua obra de 1748, *O Espírito das Leis*;
D: Incorreta, pois a Inglaterra, na verdade, manteve-se, desde o início, favorável ao liberalismo político, pelo qual o capitalismo poderia ser difundido. Um Estado absolutista típico do Antigo Regime, onde havia forte intervencionismo na economia, dificilmente poderia ser benéfico à Inglaterra em plena expansão do capitalismo industrial. Como afirma o texto de Hobsbawm associado ao item, a Inglaterra tinha aversão aos regimes conservadores e absolutistas da Europa. Para a Inglaterra, o absolutismo era sinônimo de mercantilismo, o que ia de encontro aos ideias do livre comércio desenvolvidos por Adam Smith e sustentáculo da Revolução Comercial;
E: Incorreta. O período da Revolução que trata de estabelecer medidas mais populares foi o segundo período, como visto acima, durante a Convenção Nacional (1792-1795), com a aquisição do sufrágio universal masculino e a declaração da Iª República. Napoleão surge como uma liderança depois do Consulado, no terceiro período da Revolução (1795-1799), quando esta toma ares mais conservadores.

Gabarito “B”

Texto para a próxima questão

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se “autárquica”, “pura”

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Considerando-se os dados estritamente cronológicos, a exposição a que se refere o texto, ocorreu no último ano do século XIX. Tempo das revoluções, como é conhecido, o século XIX é também assinalado por grandes representações, a exemplo do industrialismo, do liberalismo, do nacionalismo e do socialismo. Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao quadro revolucionário de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

(1) A Revolução Francesa, iniciada em 1789, conheceu longa e complexa travessia em suas etapas. Ao ser concluída, com a era napoleônica, estavam parcial ou totalmente destruídas muitas das bases sobre as quais se assentava o Antigo Regime.

(2) Historicamente, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, em 1776, a qual integra o cenário em que se desenrolou a Revolução Francesa, exerceu notória influência nos movimentos de emancipação política das colônias ibéricas no continente americano.

(3) Na Europa, ondas revolucionárias em 1820, 1830 e 1848 demonstram não ser sido tarefa simples o aniquilamento do Antigo Regime, o qual, após o vendaval revolucionário francês, ganhou certo fôlego restauracionista com a queda de Napoleão Bonaparte.

(4) Pode-se afirmar que o processo revolucionário vivido pela Europa Ocidental apresentava, até 1848, clara simetria entre suas duas frentes – a econômica, representada pela Revolução Industrial, e a política, representada pelas revoluções liberais. A partir de 1848, a unidade, e a bandeira do liberalismo burguês assumiu contornos cada vez mais conservadores.

1: Certa. Embora o Congresso de Viena seja uma tentativa de trazer de volta as bases do Antigo Regime, dificilmente as reformas promovidas pela Revolução Francesa poderiam ser removidas. Há, certamente, um período de retrocesso, mas os ideais revolucionários, principalmente os fundamentos do liberalismo político, seriam, de fato, adquiridos. Para o historiador francies Ernest Labrousse (1895-1988), o período

de 1794 a 1814, Com Napolenao no poder, é conhecido como a *Era da Consolidação*, na qual os ideais da Revolução consolidam-se, e dificilmente o absolutismo do Antigo Regime poderia institucionalizar-se mais uma vez na Europa;
2: Certa. Trata-se de relacionar dois eventos importantes da segunda metade do século XVIII: a Independência Americana (13 colônias) de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. As Revoluções dos direitos humanos tiveram forte influências nos processos de emancipação das colônias ibéricas na América e são recorrentemente citadas como acontecimentos que motivaram os levantes revolucionários;
3: Certa. Em 1815, o Congresso de Viena tenta dar um fim aos avanços adquiridos pela Revolução, promovendo o período de Restauração na Europa. O Congresso apoiava-se em 4 princípios basilares: legitimidade, intervenção, compensação e equilíbrio. Além do viés diplomático, que criará o equilíbrio europeu, mantendo a paz entre as grandes potências na Europa, Viena também motiva uma base militar, criando a Santa Aliança, que tinha por objetivo controlar os movimentos revolucionários na Europa. O aspecto militar da reunião não teve o mesmo êxito que seu aspecto diplomático, pois não conseguiu evitar as revoluções que se seguiram na Europa. Ao mesmo tempo, as diversas ondas revolucionárias demonstram que tampouco foi fácil eliminar as instituições e os hábitos do Antigo Regime;
4: Certa. É verdade que o século XIX representou uma revolução generalizada, sob todos os aspectos. No começo, a Revolução parte de uma imensa maioria, o Terceiro Estado francês, que englobava pequena e alta burguesia, que exige direitos de representatividade contra uma minoria de nobres e do clero. Com as aquisições das diferentes ondas revolucionárias durante o século, aparecem divergências dentro de grupos antes coesos, que lutavam por uma mesma causa. O exemplo disso é a Revolução de 1848 na França: a alta burguesia se une aos trabalhadores e à baixa burguesia em fevereiro para derrubar a monarquia de julho, mas se vira contra eles em junho, durante as Jornadas de Junho, que terminou no massacre do general Cavaignac. Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, mostra como é essa evolução conservadora da burguesia: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p.568).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

2.2. Revoluções no século XX: Rússia e China

(Diplomacia 2009) Com relação à vitória comunista na China em 1949, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O Partido Comunista, liderado por Mao Tsé-tung (Mao Zedong), assumiu a vanguarda do movimento revolucionário.

(2) A revolução chinesa somente se tornou possível com o apoio ativo, desde 1936, da União Soviética à estratégia de luta armada do Partido Comunista chinês.

(3) O movimento revolucionário contou sobretudo com o apoio da classe operária urbana.

(4) A despeito da crise ocorrida em 1960, o regime comunista chinês manteve laços políticos estreitos com a União Soviética.

1: Certa. Foi Mao e o Partido Comunista Chinês (PCC) que levaram adiante a Revolução na China. Se as diferentes forças que disputavam o poder na China (o Nacionalista do Kuomintang de Chang Kai-chek, o PCC e os senhores de guerra) se reuniram para lutar juntos contra a invasão Japonesa da Manchúria entre 1937 e 1945, no que ficou conhecido como Frente Única Chinesa, estas facções separam-se ao fim da Segunda Guerra, e o PCC deve refugiar-se no campo. Será no interior da China, em uma guerra de guerrilha que o PCC vai encontrar o seu respaldo e sua popularidade, nos 4 anos de guerra contra os nacionalistas, até a Revolução de 1949, que consagra a chegada do PCC e de Mao ao poder na China. O Kuomintang refugia-se em Taiwan;
2: Errada. A URSS observava o movimento comunista e o PCC na China com pouco entusiasmo. Depois da derrota do Eixo, quando o PCC é obrigado a voltar-se para o campo e iniciar a guerrilha contra o Kuomintang, a URSS não fornece apoio aos comunistas chineses, que devem levar a ação sozinhos, numa guerra civil que motivará o suporte popular ao movimento. A Longa Marcha promovida por Mao e os comunistas, feita entre 1934 e 1935, inspirada em coluna de Luís Carlos Prestes (1898-1990) promoverá uma aliança entre o PCC e campesinato. O apoio popular será de fato importante para a Revolução, pois será um fator condicionante à uma estratégia de guerrilha vitoriosa. Só depois da Revolução chinesa de 1949 é que há uma aproximação de fato da União Soviética com o PCC. Este, finalmente no poder, promoverá uma reforma agrária inspirada no modelo das fazendas soviéticas, promoverá programas de planos quinquenais e incitará uma certa modernização, ainda voltada para a agricultura e para a indústria de base, associadas à produção de energia hidrelétrica e ao transporte ferroviário. Em 1950, Mao visita Moscou e assina o Tratado de Amizade, de Aliança e de Assistência Mútua com a União Soviética;
3: Errada. Mais uma vez, é crucial ressaltar a importância do apoio popular do campesinato para o êxito da Revolução Chinesa de 1949. O PCC teve de refugiar-se duas vezes para o campo: uma primeira vez em 1927, na primeira cisão com o Kuomintang de Chang Kai-chek, consequência do fracasso da insurreição comunista em zonas urbanas, o que deu início, em 1934, a Longa Marcha pelas regiões do interior da China; e uma segunda vez, após 1945, quando iniciou-se a terceira Guerra Civil chinesa (1945-1949) (a primeira foi de 1924 a 1927 e a segunda de 1927 a 1937). O que separa a derrota de 1927 e a vitória de 1949 é, sem dúvida o apoio popular dado à guerrilha comunista, adquirido durante a Longa Marcha. Hobsbawm afirma, em *A Era dos Extremos*: "o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas, e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes, em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquistá-la." (p.86);
4: Errada. Foi significante a ruptura entre Mao Tsé-tung (1893-1976) e o líder soviético Nikita Krushev (1894-1971) entre o fim da década de 1950 e durante a de 1960. Não foi uma ruptura pontual, mas uma separação processual, cujas crises foram acumulando-se. A origem vem da antiga desconfiança que Mao mantinha da URSS, quando durante a Terceira Internacional, os soviéticos preferiram apoiar os nacionalistas de Chang Kai-chek em vez do PCC. Em seguida, com Mao no poder e depois de uma reaproximação com Stalin, a morte do ditador soviético vai trazer Krushev, que, numa preocupação revisionista fomentará a cisão entre a URSS e a China. Primeiro, Kruschev, preocupado em melhorar as relações com os EUA, denuncia Stalin no discurso secreto do 20º encontro do Partido Comunista da URSS, em 1956, conhecido como "Sobre o culto à personalidade e suas consequências", a denúncia de Stalin será atribuída, por extensão, ao próprio Mao. A ruptura com as políticas de Stalin e a reabertura com os ideais marxista-leninistas promovida por Krushev não serão bem recebidas na República Popular da China. Segundo, a URSS não reage as aproximações entre os EUA e a República da China (Taiwan). Em abril de 1962, Moscou mostrar-se-á favorável à Índia no conflito sino-indiano pela questão do Tibete e, por outro lado, Mao criticará a URSS de ceder ao imperialismo americano na crise dos mísseis, em Cuba. Em 1963, uma animada troca de declarações alimenta a cisão sino-soviética, com as cartas revisando os ideais comunistas. A partir de 1964, a disputa será sobre

qual Estado é o líder do comunismo no mundo. Nesse mesmo ano, a China testa a bomba A e em 1967 a bomba H, programa nuclear que os chineses desenvolveram sem ajuda formal dos soviéticos, que se recusaram a transferir tecnologia nuclear para a China. Uma questão territorial piora ainda mais a situação entre as duas potências, sobre as ilhas nos rios Amur e Ussuri, na fronteira entre a URSS e RPC, ao norte. Todos essas pequenas crises deterioram as conexões entre Pequim e Moscou, e não se pode falar de laços estreitos entre as duas capitais na década de 1960.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) O texto indica o impacto da Revolução de Outubro de 1917 no plano das relações internacionais. Relativamente a esse acontecimento, que marcou a maior parte da trajetória histórica do século XX, assinale a opção correta.

(A) O processo revolucionário, que culminou com a chegada de Lenin ao poder, foi possível, entre outros fatores igualmente significativos, graças à unidade político-ideológica apresentada pelo movimento socialista russo.

(B) A primeira etapa do processo revolucionário russo foi cumprida já em fevereiro de 1917, quando ocorreu a implantação do regime parlamentar, que reforçava o caráter esclarecido do czarismo, o qual se afastara do modelo despótico clássico desde meados do século XIX.

(C) De Lenin a Stalin, a implantação do modelo econômico socialista fez-se de forma gradativa e, apesar das naturais dificuldades, não conheceu fase de retrocesso nem passou por eventuais adaptações ao longo do percurso.

(D) A morte de Lenin, em plena depressão econômica causada pela crise de 1929, possibilitou a vitória do ideal trotskista de revolução permanente e de universalização do socialismo sob modelo soviético.

(E) Os "dois grandes blocos de potências rivais", mencionados no texto, foram marcantes em grande parte no século XX e, para além das disputas político-militares e econômicas, expressavam nítido antagonismo ideológico.

A: Incorreta, pois não havia uma unidade político-ideológica na Rússia. Os socialistas estavam divididos entre Mencheviques e Bolcheviques. Os primeiros, com tendências mais moderadas, viam uma chegada no poder de maneira gradual, utilizando o pragmatismo para atuar politicamente. Esse grupo representava os interesses da minoria da população, ainda que fossem maioria no partido. Eles viam a Rússia como feudal, e, por essa razão, a revolução deveria ser do tipo burguês. Os segundos eram mais radicais e consideravam-se os portadores dos interesses da maioria da população. Dotados de marxismo, queriam juntar os proletários e os camponeses com o fim de fazer uma Revolução pontual, o que provocaria a queda do regime. Para eles, a Rússia era vista como capitalista, e, por isso, deveria ser posto em prática uma revolução proletária. Foram os Soviets, com maioria Bolchevique, que conseguiram levar o projeto adiante, quando a primeira Revolução eclodiu, em fevereiro de 1917, apesar de não serem os únicos a participar dessa primeira revolução, que englobava os socialistas (Mencheviques e Bolcheviques), liberais e kadetes. Um governo Provisório liberal-burguês instalou-se, mas houve um notável vazio de poder, preenchido pelos Soviets, organizações de trabalhadores que atuavam como conselheiros políticos. Em 24 de outubro de 1917, o golpe Bolchevique é dado, em função da recusa do governo provisório de cessar os conflitos com a Alemanha, criando a Revolução de Outubro;

B: Incorreta. O Czar Nicolau II cai em fevereiro de 1917, o que constitui o fim da dinastia dos Romanov. A Revolução de fevereiro cria um governo provisório dividido entre liberais e socialistas, impregnado pelos Soviets, organizações de trabalhadores;

C: Incorreta, pois há uma divergência entre Lenin (1870-1924) e Stalin (1878-1953). O primeiro, no poder entre 1917 e 1923, mostra um socialismo mais moderado, depois de realizar as reformas de base (reforma agrária e fim de propriedade privada dos meios de produção), Lenin aparece um pouco menos radical, criando uma Nova Política Econômica, ou NEP, em 1921, que permitia a pequena iniciativa privada e a entrada de capitais estrangeiros. Para Lenin, o contexto do fim do Comunismo de Guerra pedia esse pequeno retrocesso necessário. Após a morte de Lenin, em 1924, a NEP entra em decadência para ser extinta em 1928, com a chegada de Stalin no topo do Partido Comunista. Este promoverá um fortalecimento do Estado, com grande intervenção na economia, organizando metas em planos quinquenais de industrialização intensiva, financiados pela produção agrícola. Dessa forma, é difícil falar de um constância entre as políticas econômicas entre Lenin e Stalin;

D: Incorreta. Lenin morrera em 1924 (fora do poder desde 1922), antes da crise de 1929. Trotsky (1879-1940), que defendia um modelo parecido com o de Lenin, de abertura política e econômica gradual (ver NEP acima) foi expulso da direção do regime por Stalin e obrigado a exilar-se no México. Foi o modelo de Stalin que triunfou, do intervencionismo e dos planos quinquenais. Curiosamente, a URSS não será atingida pela Grande Depressão. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em

1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p.100); E: Correta. Trata de uma descrição da divergência entre EUA e URSS. De fato, após a Primeira Guerra, essa divergência será menos importante do que no pós-Segunda Guerra, pois os modelos ainda estão em processo de consolidação. A estrutura dual será mais incisiva e mais significativa no pós-Segunda Guerra, num contexto de bipolaridade da Guerra Fria e de expansão de seus respectivos modelos, o capitalismo e o comunismo.

Gabarito "E"

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1. Modelos e interpretações; O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Tendo o texto como referência inicial e considerando o quadro histórico do século XIX no Ocidente, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Apesar das ondas revolucionárias pós-1815, os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu, isto é, evitaram guerras de âmbito continental, como as que se seguiram à Revolução Francesa.

(2) O processo de expansão do capitalismo, a partir de meados do século XIX, fez-se à margem dos Estados nacionais, conduzido que foi pela iniciativa privada. Isso explica a reduzida intensidade das crises que envolveram os países europeus ao longo da corrida imperialista, quadro que tendeu a modificar-se apenas a partir dos anos 1930, devido ao impacto da grande depressão econômica.

(3) A onda revolucionária de 1848 evidenciou um aspecto historicamente decisivo daquele momento, isto é, o fato de as burguesias liberais terem assumido, resolutamente, a partir de então, as bandeiras revolucionárias da democracia social e de um socialismo mais atenuado, que não se confundia com aquele proposto por Marx e Engels.

(4) A partilha da África, decidida na Conferência de Berlim (1885), símbolo marcante dos princípios, métodos e objetivos da expansão capitalista, reiterou o caráter quase exclusivamente anglo-francês da competição por novas colônias na passagem do século XIX ao XX, já que praticamente inexistiam, à época, potências que com Inglaterra ou França pudessem rivalizar.

1: Anulada. "Uma vez que o comando da questão solicitava que fosse considerado o "quadro histórico do século XIX" e não apenas a primeira metade desse século, a assertiva de que, nesse período, "os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu" é controversa. Assim, fez-se necessária a anulação do item." (justificativa do CESPE). A afirmativa parece certa, pois o Congresso de Viena lança as bases do Concerto Europeu, que manteria uma paz relativa até a Primeira Guerra Mundial, com exceção da Guerra da Crimeia de 1854, como afirma Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*: "Na verdade, exceto pela Guerra da Crimeia, não houve nenhuma guerra que envolvesse mais do que duas grandes potências entre 1815 e 1914." (p.146);
2: Errada. A expansão do capitalismo teve participação importante dos Estados nacionais. Para Lenin, o imperialismo é a fase superior do capitalismo, quando os Estados passam a participar do processo de expansão do capitalismo. O imperialismo que vigorou na segunda metade do século XIX foi promovido pelos Estados como uma maneira de escoar o excesso da produção. A expansão do capitalismo através do imperialismo é resultado direto da Segunda Revolução Industrial, e não se pode dizer que foi feita sem participação dos Estados. Não será um período ausente de crises entre impérios, e crises de grande intensidade em alguns casos, entre França, Alemanha e Grã-Bretanha, que levariam, em parte, à Primeira Guerra Mundial;
3: Errada. O exemplo que contradiz essa afirmativa é o da burguesia francesa no âmbito das revoluções de 1848. A França passa por dois momentos revolucionários: em fevereiro de 1848, que termina na caída da Monarquia de Julho de Luís Filipe I (1773-1850), e em julho de 1848, que termina com a tomada de Paris e as intervenções sangrentas do general Eugène Cavaignac (1802-1857). A notável participação da burguesia, conjugada com a indefinição ideológica do liberalismo, mostra a sua articulação para chegar no poder. Nas jornadas de fevereiro, a burguesia alia-se à esquerda para fazer cair o regime de Luís Filipe I, levando a primeira Revolução, no entanto, nega-se a apoiar as "Jornadas de Junho" da imensa maioria de trabalhadores, voltando-se para a direita conservadora, impedindo uma Primavera dos Povos mais social na França. De acordo com Edward McNall Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a

imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p.568);
4: Errada. Difícil imaginar a expansão dos impérios sem Alemanha, Itália, Portugal, Bélgica e Espanha. Além disso, os EUA também estiveram presentes. Grã-Bretanha e França tinham os maiores impérios, mas isso não significava que eram exclusivamente rivais. A Alemanha, recentemente unificada vinha adquirindo representatividade significativa no âmbito europeu e tornava-se, gradativamente, uma rivalidade importante para a Grã-Bretanha.

Gabarito 1ANULADA, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) Relativamente ao "revolucionarismo endêmico" a que o texto se refere, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Com a derrota de Bonaparte, os países vitoriosos reuniram-se em Viena, em 1815, dispostos a restaurar o *status quo* vigente na Europa antes de 1789, o que pode ser entendido como tentativa de dar sobrevida ao Antigo Regime.

(2) A decisão de se criar a Santa Aliança, emanada do Congresso de Viena, subordinava-se, fundamentalmente, a dois objetivos: sufocar, na Europa, novas tentativas revolucionárias que pudessem surgir no rastro da Revolução Francesa e impedir que, na América, se concretizassem os ensaios emancipacionistas das colônias.

(3) A trajetória política vivida pelo Brasil, da independência aos primeiros anos do Segundo Reinado, apresenta semelhanças com o quadro de sucessivas ondas revolucionárias que atingiram parte considerável da Europa na primeira metade do século XIX. Disso é exemplo a Revolução Praieira, cujo sentido social se aproxima do ideário das revoluções européias de 1848.

(4) Quando a Era Revolucionária se esgotou, em 1848, o mapa político e social europeu em muito se aproximava do cenário pré-1789, o que demonstra ter sido o impacto da industrialização bem mais aparente que real para a configuração da nova sociedade liberal e burguesa.

1: Certa. O Congresso de Viena de 1815, onde se reuniram as nações que derrotaram Napoleão, mostra um interesse em dar um fim à onda revolucionária. Trata-se de um encontro entre representantes de monarcas simpatizantes do Antigo Regime: com a exceção do britânico Castlereagh (1769-1822) e provavelmente do francês Talleyrand (1754-1838) (que foi chanceler da França em todos os períodos desde Luís XVI), os representantes das monarquias do Antigo Regime eram Metternich (1773-1859) da Áustria, Hardemberg (1750-1822) da Prússia, e o próprio Czar Alexandre I (1777-1825). Eram representantes das dinastias do Antigo Regime, e, considerando os seus personalismos, é possível afirmar que o projeto de Restauração implementado pelo Congresso de Viena é uma tentativa de ressuscitar o Antigo Regime;
2: Certa. A Santa Aliança foi a base militar que emanou do Congresso de Viena. Sua função era, a princípio, ser um corpo militar que pudesse bloquear qualquer levante revolucionário, após 1815. Como o Congresso tratava de criar uma ordem que pudesse proteger as Monarquias do Antigo Regime, a Santa Aliança viu uma ameaça nos processos de independência em andamento na América Latina, nas colônias espanholas principalmente. O Congresso de Aix-la-Chapelle de 1818 delega à França a autoridade para intervir, que não teve êxito, talvez pelo fato da Inglaterra não ter apoiado a iniciativa. A Doutrina Monroe de 1823 foi de certa forma, um recado diplomático para a Santa Aliança. O fracasso da Santa Aliança ainda pode ser visto no êxito das revoluções que aconteceram na Europa depois de 1815: na década de 1820, na década de 1830 e em 1848;
3: Certa. As revoltas na Europa faziam-se sentir no Brasil depois de 1822. A Revolução Liberal do Porto, de 1820, forçou um retorno antecipado da família real em 1821, que levaria, indiretamente, à independência de 1822; as "Três Gloriosas" da França de 1830, que provocaram a queda de Carlos X e instaurou a Monarquia de Julho, de certa forma, suscitaram o mal-estar com a monarquia de D. Pedro I e a "noite das garrafadas", iniciando um processo interno de revoltas e forçando a renúncia do Imperador em 1831. Em 1848 não foi diferente. De acordo com Boris Fausto, em *História do Brasil*, "em 1848, surgiu em Pernambuco a Revolução Praieira. A denominação deriva de um jornal liberal – o *Diário Novo* – cuja sede ficava na Rua da Praia, no Recife. É importante lembrar que 1848 não foi um ano qualquer, pois nele uma série de revoluções democráticas varreu a Europa. [...] Como novidade [entre as reivindicações dos praieiros], aparece a defesa do sufrágio universal, ou seja, do direito de voto para todos os brasileiros, admitidas algumas restrições, como idade mínima para votar e ser votado, mas sem a exigência de um mínimo de renda." (p.178-179);
4: Errada. O impacto da industrialização foi importantíssimo para 1848 e, como em 1815, o pós-Revolução mostrou que as demandas por reformas da Primavera dos Povos teriam de ser acatadas um momento ou outro. Na França, apesar de em 1851 voltar a um Império, o sufrágio universal foi utilizado para eleger Luís Napoleão Bonaparte, por exemplo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2000) Na Batalha de Trafalgar, as forças navais britânicas obtiveram importante vitória, mas perderam seu comandante. Horatio Nelson, que faleceu em virtude de ferimentos recebidos durante o confronto. Qual das seguintes alternativas melhor descreve o contexto dessa batalha?

(A) Guerra de independência dos Estados Unidos.
(B) Primeiro Guerra Mundial.
(C) Desembarque na Normandia.
(D) Guerra das canhoneiras no Yantzé.
(E) Guerras napoleônicas.

O comandante Horatio Nelson (1758-1805) foi um importante oficial da Marinha Britânica. A Batalha de Trafalgar foi uma das mais importantes para a Inglaterra, receosa de bloquear os avanços de Napoleão. Em Trafalgar, ao largo da Costa do Sul da Espanha, Nelson, com uma frota menor do que os navios franceses e espanhóis, consegue vencer.

Não foi o primeiro feito do comandante, a Batalha do Nilo foi também importante, em 1798. A descrição trata, portanto, dos feitos dos ingleses contra os projetos expansionistas de Napoleão Bonaparte (1769-1821), coroado imperador em 1804, Napoleão I.

A: Incorreta. A Guerra de Independência dos EUA ocorreu entre 1775 e 1783 e opôs a Coroa Britânica e colonos das 13 colônias britânicas da América do Norte. A Inglaterra vinha de um longo conflito contra a França que, apesar de ter vencido a Guerra dos 7 anos (1756-1763), sentia agora os altos custos de manter o conflito. O Parlamento Britânico decide cobrar a conta do conflito dos colonos, criando uma estrutura de impostos nas 13 colônias. Estas, apesar de independentes entre si, mantinham alguma identidade cultural religiosa e linguística. A estrutura tributária não agrada aos colonos, que passaram a boicotar os produtos britânicos, que será sentido em Londres, revogando todas as leis, com exceção da Lei do Chá, de 1773. Os colonos afirmam que a taxação é injusta, pois ninguém representava os interesses das colônias no parlamento britânico. A ideia da representação teve efeitos em todas as 13 colônias, que passa a criar milícias de oposição. Finalmente a guerra inicia-se, em 1775, que num primeiro, por falta de coordenação, será favorável aos britânicos. Num segundo momento, com um amplo apoio popular às tropas do comandante George Washington e dos Franceses (Marquês de Lafayette, 1757-1834), há uma reviravolta favorável aos colonos, na Batalha de Yorktown, 1781. A Inglaterra reconhece a Independência em 1783, com o Tratado de Versalhes;

B: Incorreta. A Primeira Guerra Mundial ocorre entre 1914 e 1918;

C: Incorreta. O Desembarque da Normandia, do dia 6 de junho de 1944, o "Dia D", é um marco importante da Segunda Guerra Mundial, dia da entrada dos americanos na frente europeia da Guerra, pelas praias francesas da Normandia;

D: Incorreta. A Guerra das Canhoneiras do Yantzé faz referência aos ataques que navios de guerra de diferentes bandeiras sofreram sobre o rio Yantzé. Em 1937, um navio americano, o Panay, que fazia uma patrulha sobre o rio foi atacado por bombardeiros Japoneses. Os EUA exigiram reparações, o que foram pagas pelo Japão. Em 1949, um navio de guerra britânico, o Amethyst, voltava para Shanghai, para proteger a embaixada britânica durante a guerra civil chinesa. O navio fora atacado por batalhões do Exército de Liberação Nacional, o braço armado das tropas comunistas que tomariam o poder ainda naquele ano. Não há necessariamente uma guerra nesse caso, são mais conflitos isolados;

E: Correta. Pela descrição no começo dos comentários.

Gabarito "E"

3.2. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente)

No início da década de 1920, a maior parte do que fora antes de 1914 o Império Russo dos czares emergiu intacto como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicado à construção do socialismo mundial. Foi o único dos antigos impérios dinásticoreligiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, que despedaçara tanto o Império Otomano — cujo sultão era califa de todos os muçulmanos — quanto o Império Habsburgo, que mantinha relação especial com a Igreja romana.

Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 362 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Considerando os aspectos marcantes da história do século XX a que se refere o texto acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Consequência significativa da Grande Guerra de 1914, o desmoronamento do Império Turco abriu caminho para a nova configuração geopolítica do Oriente Médio, uma das mais estratégicas regiões do mundo contemporâneo.

(2) A desintegração do Império Austro-Húngaro, advinda da Primeira Guerra, permitiu o surgimento de novos Estados no leste europeu, o que livrou a região das pretensões expansionistas eslavas e, sobretudo, germânicas.

(3) Infere-se do texto que a Revolução de Outubro, cujo ideal era a construção de sociedade diferente e oposta ao capitalismo, rompeu com o passado da Rússia czarista e abdicou do projeto de constituição de uma entidade multiétnica, que abrangeria a totalidade da grande extensão territorial do país.

(4) Tensões nacionalistas semelhantes às que levaram ao desmonte de impérios existentes até a Primeira Guerra, a exemplo do Otomano e do Habsburgo, surgiram ou reapareceram em fins dos anos 80 do século passado, quando ocorreram o desmantelamento da União Soviética e o colapso da experiência do socialismo real na Europa do Leste.

1: Certa. O Império Otomano estava em declínio e mantinha, até o fim do século XIX, o apoio dos britânicos, preocupados em isolar a Rússia das passagens estratégicas de Bósforo e de Dardanelos. No início da Primeira Guerra, o Império possuía poucos territórios na Europa, a maior parte de suas terras encontrava-se no Oriente Médio e no Norte da África. Com a perda na Primeira Guerra, é assinado, em 1920, o tratado de Sèvres, que criava mandatos franceses na Síria e no Líbano e mandatos britânicos na Mesopotâmia e na Palestina. O tratado também determinava que a Anatólia Central fosse esfera de influência da Itália. Para o Império do Sultão, ficava Constantinopla, além do Norte e o Centro da Ásia Menor. Logo em seguida, as ações de Mustafá Kemal (Atatürk) revogariam as determinações do tratado, ao invadir a Armênia (o que teria causado o genocídio Armênio), ao expulsar os italianos da Anatólia e ao retomar parte do território europeu, que havia sido entregue à Grécia. Tomaram Constantinopla e proclamaram a República, o que levou a revisão de Sèvres, e a criação do tratado de Lausanne (Suíça), que entregaria os territórios conquistados pelos revolucionários aliados de Atatürk. Lausanne não tocou em nada na região que nos interessa aqui, pois os mandatos britânicos e franceses serão importantes para o desenho geopolítico do Oriente Médio contemporâneo;

2: Errada. Por um lado, a Primeira Guerra deu origem a novos Estados, porém, as problemáticas dos nacionalismos nos arredores do antigo Império Austro-Húngaro renderam guerras e conflitos até hoje inacabados. Primeiro, sobre a questão balcânica, Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, mostra como a nova modelagem geopolítica da região estava destinada ao fracasso: "Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria – mas na prática não inteiramente todas – de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores." (p.41). Sobre as expansões germânicas, verifica-se que, como o tratado de Versalhes havia criado o Corredor de Danzig (Corredor Polonês), que separava a Prússia Oriental do resto da Alemanha, criando uma saída marítima para a Polônia, uma parte da população alemã ficara separada do território. Hitler, ao assumir o poder, utiliza a bandeira do germanismo para dar início a um processo de expansão da Alemanha, sob a justificativa de "colocar todos os alemães sob a égide de seu Reich" (Burns, *História da Civilização Ocidental*, volume 2, p.723), anexando a Áustria em março de 1938. Em seguida, "Hitler declarou que a região dos Sudetos (Tchecoslováquia) era uma parte natural do Reich e que pretendia ocupá-la" (p.723) e derrota a Tchecoslováquia. "Após a extinção da Tchecoslováquia, Hitler exigiu a abolição do Corredor Polonês [...]. O Corredor continha uma grande população alemã, que, segundo declarou Hitler, devia ser reintegrada à Alemanha." (p.724). Dessa forma, não se

pode falar que o leste europeu ficara livre, após a Primeira Guerra, das pretensões expansionistas dos nacionalismos eslavos ou germânicos; 3: Errada. Na verdade, a Revolução de Outubro propunha-se a expandir-se internacionalmente, além das fronteiras da Rússia. A afirmativa está correta no que se refere a romper com o passado czarista. O equívoco aparece na "abdicação de uma entidade multiétnica", primeiro porque a Revolução é feita na Rússia inteira e segundo porque é ela que mantém o Estado unificado, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "a Revolução Bolchevique preservou a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos." (p.71). Em seguida, é importante ressaltar que o projeto dos Bolcheviques era de expandir a Revolução de Outubro para o resto do mundo e, muito embora ela não tenha ocorrido como Lenin havia planejado, há de convir que ela influenciou um número importante de revoluções pelo mundo, como afirma Hobsbawm: "A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna. [...] Após trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos «Dez dias que abalaram o mundo» (rede, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista." (p.62);
4: Certa. É possível traçar um paralelo entre os dois acontecimentos. O historiador francês Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945*, propõe uma análise sobre o tema, além de fazer um recorrido sucinto sobre os diferentes movimentos (tradução livre): "A falência dos regimes da Europa do Leste foi acompanhada da ressureição dos nacionalismos e dos problemas das fronteiras. [...] Brutalmente, a Europa reencontra seus demônios de 1914 e redescobre que o império dos Habsburgos, que agrupava todos os povos da Europa central, tinha suas vantagens. O sobressalto polonês fundou-se em grande parte na base da nação polonesa, ligada à Igreja católica. Na Hungria, manifestações nacionalistas ocorreram no dia 14 de março de 1989 na ocasião da morte da imperatriz Zita, última rainha da Hungria. Na Romênia, a minoria húngara (3 milhões de pessoas) presente na Transilvânia, antiga província húngara, reivindica sua autonomia. As minorias romenas agitam-se na Moldávia ex-soviética. Surgem tensões entre Húngaros e Eslovacos. O caso mais dramático é o da Iugoslávia. [...] Na Iugoslávia, o lento desmantelamento do sistema comunista a partir da morte de Tito em 1980 foi acompanhado de um ressurgimento dos nacionalismos e das paixões que a firmeza de Tito conseguira dominar ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao impor um Estado federal com seis repúblicas e duas províncias autônomas. [...] Finalmente, a Tchecoslováquia, criada ao fim da Primeira Guerra Mundial nas ruínas da Áustria-Hungria, explodem em uma República Tcheca e uma Eslováquia, que se divorciam pacificamente (1º de janeiro de 1993), após setenta e quatro anos de vida em comum.' (p.184-185). Finalmente, é necessário deter-nos sobre o conceito de "socialismo real" abordado na afirmativa. Trata-se da experiência socialista que foi praticada em algum momento. Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, consagra um capítulo inteiro para pormenorizar sobre as experiências socialistas no pós-guerra: "Essa era a parte do mundo [onde o socialismo existiu de fato] cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de "socialismo realmente existente"; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato." (p.364).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 1999) A crise iugoslava, que degeneraria em diferentes conflitos, armados, teve início com a declaração de independência de que república, até então parte da República Federação Socialista da Iugoslávia?

(A) Eslovênia.

(B) Macedônia.

(C) Bósnia-Herzegovina.

(D) Kosovo.

(E) Zagreb.

A: Correta. A Eslovênia foi o primeiro país a separar-se da Iugoslávia em 25 de junho de 1991;
B: Incorreta. A Macedônia separou-se em 8 de setembro de 1991;
C: Incorreta. A Bósnia-Herzegovina se separou do que restou da Iugoslávia, controlada pela Sérvia, 1º de março de 1992;
D: Incorreta. O Kosovo declarou sua independência em 17 de fevereiro de 2008. O Brasil ainda não reconheceu a independência do país, embora a Corte Internacional de Justiça tenha reconhecido a independência em 22 de junho 2010, e a ONU acatou a decisão. Como ponto de referência, vale lembrar em 1999, ano da pergunta, o Kosovo estava em guerra, quando tropas da OTAN atacaram instalações em Belgrado;
E: Incorreta. Zagreb é a capital da Croácia, e nunca se tornou independente. A Croácia, por outro lado, tornou-se independente da Iugoslávia no mesmo dia que a Eslovênia, em 25 de junho de 1991.

Gabarito "A"

3.3. Causas da Primeira Guerra Mundial

(Diplomacia 2009) Acerca do processo histórico que desencadeou a I Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A ascensão econômica e política do Império Austro-Húngaro levou-o a confrontar os interesses ingleses nos Bálcãs. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, permitiu que se atribuísse ao imperialismo britânico a responsabilidade pelo clima de tensão regional, e constituiu o marco inicial da guerra.

(2) A expansão econômica da Alemanha levou-a a competir com a Inglaterra e com a França.

(3) Na França, o governo do presidente Poincaré, acossado por reivindicações nacionalistas, encontrou na guerra uma alternativa para desviar as atenções dos problemas internos.

(4) No início, a guerra reforçou a coesão nacional no Império Austro-Húngaro e na Rússia.

1: Errada. Primeiro, dificilmente pode-se falar de uma ascensão política e econômica no Império Austro-Húngaro. Segundo, e mais importante, não se pode falar de um interesse direto britânico na região dos Bálcãs. De fato, a Grã-Bretanha tinha outros objetivos antes da Primeira Guerra, como afirma Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "Seus grandes objetivos eram: (1) manter as linhas vitais de comunicação do império; (2) conservar desimpedidas as vias marítimas para suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e (3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma dela jamais se tornasse bastante forte para atacar a Grã-Bretanha." (p.665). De acordo com o mesmo autor, era outro império que mantinha interesses na região balcânica, a Rússia, por ser uma região geograficamente estratégica, e que, de certa forma, será um dos primeiros países a reagir ao atentado contra o arquiduque austríaco: "Uma grande ambição da Rússia consistia em obter o controle dos estreitos de Bósforo e dos Dardanelos. A realização dessa antiga meta impediria que a esquadra russa ficasse imobilizada no mar Negro em caso de guerra. Além disso proporcionaria acesso pleno ao Mediterrâneo e, provavelmente, o controle de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia tornar-se-ia herdeira dos Bálcãs." (p.665). Nesse caso, é possível afirmar que a Inglaterra tinha algum interesse nos Bálcãs, que era bloquear as pretensões russas na região, mas essa afirmativa pode ser relativizada. A rivalidade entre as duas nações foi importante durante a primeira metade do século XIX, mas o declínio do império russo, sentido no início do século XX, marcado pela derrota contra o Japão na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), limitou a expansão russa. Dessa forma, a Grã-Bretanha não buscaria mais com o mesmo rigor bloquear os avanços russos, a não ser que

causassem instabilidades continentais. Finalmente, um último fator que mostra a atuação russa na região balcânica, é o pan-eslavismo, um tipo de nacionalismo que queria reunir todos os eslavos da Europa no mesmo Estado. Burns afirma assim: “Argumentava-se [...] que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos deveria atuar como guia e protetor das nações eslavas menores dos Bálcãs. O pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria.” (p.666-667);

2: Certa. A unificação alemã trouxe um novo competidor de peso para o equilíbrio europeu, que havia conseguido manter o século XIX em um certo patamar de estabilidade, contrabalanceando o peso das nações e levando a uma instabilidade da estrutura informal. O crescimento econômico da Alemanha vai ter uma influência no jogo de poder a nível europeu e mundial. A economia de uma nação, no período que separa os séculos XIX e XX, passa a ser um fator determinante para que seja reconhecida como potência. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, “Agora era impossível conceber uma «grande nação» que não fosse ao mesmo tempo uma «grande economia» [...].” e continua sobre a Alemanha “cujo assombroso crescimento industrial lhe conferiu um peso internacional incomparavelmente que o que tiver a Prússia.” (p.438). O historiador ainda questiona o fato de esse crescimento ter levado a um desequilíbrio de poder evidente que pudesse trazer ameaças efetivas, e encontrou uma justificativa no jogo de alianças: “A Grã-Bretanha defendeu ao máximo a preservação do *status quo* e a Alemanha sua modificação – inevitavelmente, mesmo se não intencionalmente, às custas da Grã-Bretanha. Nessas circunstâncias e dada a rivalidade econômica entre as indústrias dos dois países, não admira que a Grã-Bretanha considerasse a Alemanha o mais provável e perigoso de seus adversário potenciais. Era lógico que [a Grã-Bretanha] se aproximasse da França e [...] da Rússia [...].” (p.442);

3: Errada. O presidente Raymond Poincaré (1860-1934) assumiu a presidência da França entre 1913 e 1920. Durante esse período, a França teve problemas internos, associados com as reivindicações de partidos de esquerda, com muitas greves ligadas aos partidos socialistas. Estes haviam conseguido algumas vitórias durante a Terceira República na França (1870-1940), mas sentiam que sua representatividade permanecia inferior. Nos anos anteriores à Primeira Guerra, muitas greves eclodiram, o que levou à uma instabilidade social, manifestada pela radicalização dos partidos de esquerda. Em geral, esses partidos defendiam o pacifismo e eram contra a guerra, manifestado principalmente na figura de Jean Jaurès (1859-1914), assassinado por um nacionalista, Raoul Villain. Os nacionalistas, ao contrário do que é dito na afirmativa, eram favoráveis à guerra, e mostravam o seu apoio ao conflito reivindicando a retomada da região da Alsácia-Lorena, entregue à Alemanha 1870, ao fim da guerra Franco-Prussiana (região estratégica, rica em minérios de carvão e de aço). Serão os nacionalistas que alimentarão esse sentimento de revanchismo presente na França de 1914, que levará a nação à guerra. Não se trata, portanto, de desviar as atenções da população, como afirma o item;

4: Certa. Os desdobramentos dos nacionalismos na região balcânica foram um dos fatores que motivaram a guerra. A Rússia via-se como defensora dos eslavos da Europa, instigada pelo pan-eslavismo, o que justifica, de certa forma, a atitude russa na região após o atentado contra o arquiduque Francisco Ferdinando. De acordo com Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: “o pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria.” (p.666-667). Para completar esse pensamento e argumentar sobre o Império Austro-Húngaro, Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, também descreve acerca dos entusiasmos nacionalistas verificados neste império multinacional e na Rússia, ao falar sobre os ânimos nacionais e como surgiu apoio ao conflito logo do início da Primeira Guerra Mundial: “Mas os governos se enganaram no que tange a um ponto crucial: foram pegos de surpresa, assim como os que se opunham à guerra, pela extraordinária vaga de entusiasmo patriótico com que seus povos pareciam mergulhar num conflito no qual ao menos 20 milhões de pessoas seriam mortas ou feridas, [...]. Na Áustria não foi só o povo dominante que foi abalado por uma breve onda de patriotismo. Como reconheceu o líder socialista austríaco Victor Adler: «mesmo entre as nacionalidades, lutar na guerra era uma espécie de libertação, uma esperança de que algo diferente viria». Até na Rússia, onde haviam sido previstos um milhão de desertores, todos, salvo poucos milhares dos 15 milhões, obedeceram à convocação.” (p.449-450).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Não são poucos os historiadores que veem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o fim do historicamente longo século XIX. Quer pela complexidade de suas causas, quer por seus efeitos profundos, um dos quais a vitória bolcheviques na Rússia, a Grande Guerra assinala o epílogo de uma era e o início propriamente dito do século XX. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Entre os fatores determinantes para a eclosão do conflito mundial em 1914 podem ser destacados o exacerbado nacionalismo – não raro revestido das cores da xenofobia – e as disputas ditadas pelos interesses imperialistas.

(2) A rápida ascensão da Alemanha no pós-1870 constituiu fator desestabilizante no cenário europeu. Ainda que tenha mantido permanente aliança econômica com a Grã-Bretanha, sua disputa com a França por influência política criou condições à guerra.

(3) A expressão “paz armada” consagrou-se como a melhor caracterização do cenário europeu nos anos imediatamente anteriores a 1914. Nesse contexto, por temerem as consequências da guerra, os diversos Estados renunciaram à velha prática da diplomacia secreta visto que esta os amarraria a uma perigosa teia de acordos militares.

(4) Impulsionada pelas circunstâncias da guerra, que explicitaram ainda mais a grave situação interna da Rússia, a Revolução Russa de 1917 significou a primeira grande fissura na unidade capitalista que a Revolução Industrial e as revoluções liberais burguesas haviam começado a edificar desde as últimas décadas do século XVIII.

1: Certa. Os nacionalismos estão entre os fatores que motivaram a Guerra. Na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o

conflito, por sinal, é palco de muitos territórios associados às nacionalidades, muitas delas com divergências de fronteiras. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também se considera um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurès, assassinado pouco antes do início dos conflitos. No nível das disputas imperiais, será nesse contexto que as crises que motivarão a guerra mais tarde, ocorrerão: Fachoda e Suez (1898) e as crises marroquinas (1904-1911);
2: Errada. Não houve acordo econômico entre a Grã-Bretanha e a Alemanha entre 1870 e 1914. Por outro lado, também está errada a afirmativa acerca da disputa por influência política com a França. Havia sentimento de revanchismo na França desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870, quando o território então francês da Alsácia Lorena foi adquirido pelos alemães. Nos jogos de aliança do sistema bismarckiano havia uma vontade de criar alianças suficientemente poderosas a ponto de dissuadir o inimigo, mas não a ponto de levar ao conflito. Talvez os desequilíbrios econômicos e as divergências imperiais tenham sido mais importantes nesse aspecto ao advento da Guerra;
3: Errada. A diplomacia secreta foi um dos fatores que também motivaram a guerra. A "paz armada" do período pré-guerra existiu quando o sistema de alianças tentou equilibrar-se, as nações das alianças tentando equiparar-se em termos de material bélico. Mas a diplomacia secreta continuou existindo, e foi o primeiro ponto que Wilson criticou ao final da Guerra, no seu famoso discurso dos Quatorze Pontos;
4: Certa. A afirmativa traça de maneira sucinta o aspecto simbólico da Revolução Russa de 1917: modificar os padrões das revoluções anteriores em todos os seus aspectos, políticos, econômicos e socioculturais. Também houve uma conjunção de fatores, que não datam necessariamente do período de guerra (revoltas populares de 1905 e falência da dinastia dos czares), mas é verdade que o contexto de guerra amplifica as razões que levam à Revolução, argumento conrifmado pelo Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 3 de março de 1918 entre a Rússia e as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária), que reconhece a retirada da Rússia do conflito.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A Grande Guerra de 1914 resulta, entre tantos e múltiplos fatores, das disputas interimperialistas — notadamente aquelas que colocam frente a frente duas forças econômicas, a declinante Grã-Bretanha e a ascendente Alemanha — e do peso ponderável do nacionalismo, em particular daquele conduzido e manipulado pelos Estados. Quando o conflito chega ao fim, uma Europa em crise assiste à emergência mundial dos Estados Unidos da América (EUA) e à quase generalizada decadência dos regimes políticos liberais.

1: Certa. Trata de uma abordagem ampla dos anos da guerra, as causas e as consequências desta. Entre as causas, é necessário abordar o tema do concerto europeu, pois era o sistema internacional vigente antes da guerra. O Congresso de Viena de 1815 construiu as bases desse sistema, que se sustentava no equilíbrio entre potências. O sistema funcionou durante boa parte do século XIX, até que os desequilíbrios dentro dele não puderam mais manter a paz. O desequilíbrio surgiu em parte pela ascensão da Alemanha, recém unificada, que competia economicamente com a Grã-Bretanha. Esta mantinha um império colonial que lhe era rentável, mas difícil de controlar, enquanto que aquela estava mais preocupada com seu potencial interno, principalmente, militar (embora possuísse algumas colônias na África). O nacionalismo de Estado também pode ser considerado uma das causas da Guerra. Por exemplo, na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o conflito, é uma área que abrange muitos territórios associados à diferentes nacionalidades. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também considera-se um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurés, assassinado pouco antes do início dos conflitos. Finalmente, a afirmativa fala do pós-Guerra. Por um lado, os EUA eram primeira potência mundial desde 1914 e, depois da Guerra, passaram a ser credores a nível mundial. Não é de se surpreender que a crise de 1929, iniciada nos EUA, tem consequências no mundo inteiro. É dessa crise que surge a ideia da decadência do liberalismo, pois esse era em parte o modelo adotado pelos países europeus. A medida será, na maioria dos casos, intervencionismo estatal na economia, atacando a premissa primeira do liberalismo. Os regimes que surgirão dessa crise condenam o liberalismo de Estado e assumem posturas radicais, com tendências fascistas.

Gabarito 1C

(Diplomacia – 2000) A Primeira Guerra Mundial, chamada por seus contemporâneos de a Grande Guerra,

(A) expôs a eficácia do sistema europeu de poder sustentado nas alianças rígidas e secretas entre os Estados.
(B) Ocorreu única e exclusivamente para atender à *weltpolitik* alemã.
(C) Teve amplitude territorial maior que a Segunda Guerra Mundial.
(D) Evidenciou a deterioração da balança de poder herdada do final do século XIX.
(E) Contou, desde o início, com o engajamento militar dos Estados Unidos.

A: Incorreta, pois a Primeira Guerra mostrou que o sistema de Alianças e a diplomacia secreta foram fatores de instabilidade que iniciaram os conflitos. O sistema europeu de equilíbrio entre potências falira em

1914, pois as divergências entre potências tornaram-se insustentáveis. No pós-guerra, Wilson lançara os seus Quatorze Pontos, nos quais ele denuncia as políticas de aliança e a diplomacia secreta como fatores de instabilidade;
B: Incorreta, pois havia outras dinâmicas expansionistas na Europa além da *Weltpolitik*, a "Política Mundial" alemã. É possível afirmar que a *Weltpolitik* marcava as aspirações expansionistas da Alemanha, o que contribuiu para o início do conflito, mas a Primeira Guerra tem origens nas estruturas de poder vigente na Europa e não foi a atitude única e exclusiva da Alemanha que levou ao conflito. Um exemplo é o enfrentamento entre projetos expansionistas associados a nacionalismos. O Pan-germanismo, ideia de reunir todos os alemães da Europa em um mesmo território, confrontava-se ao Pan-eslavismo, que tinha o mesmo intuito com os povos eslavos dos Bálcãs e da Rússia;
C: Incorreta. A Primeira Guerra, em seus confrontos militares, teve um *front* menor que o da Segunda Guerra. O palco europeu foi central na guerra de 1914, enquanto que a de 1939 teve *fronts* múltiplos, como é o caso da Guerra no Pacífico;
D: Correta. O sistema europeu não tinha mais sustento em 1914. O equilíbrio de poder do concerto europeu, estabelecido no Congresso de Viena, conseguira manter a paz entre as grandes potências europeias. No entanto, com fortes desequilíbrios entre as nações, devido a uma expansão do poder em potências imperiais, com a ascensão da Alemanha unificada e a decadência gradual britânica, o concerto europeu não tinha mais como sustentar-se;
E: Incorreta, pois os EUA só entraram na Guerra em 1917. Depois da intercepção pelos americanos do Telegrama Zimmermann, mandado pelo Ministro de Relações Exteriores alemão Arthur Zimmermann (1864-1940) ao embaixador alemão no México e que visava encorajar o México a entrar em guerra contra os EUA, comprovando a ameaça da Alemanha contra os EUA, estes decidiram entrar em guerra. As afinidades com o liberalismo também motivaram a entrada dos EUA para ajudar a Tríplice Entente.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1998) O que não é correto afirmar sobre guerras:

(A) Nos quase cem anos que vão de 1816 a 1913, não houve guerra que envolvesse mais do que duas das maiores potências da época (Inglaterra, França, Prússia/Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Itália, Estados Unidos e Japão), à exceção da Guerra da Criméia, da qual participaram Rússia, Inglaterra e França.

(B) A Primeira Guerra Mundial envolveu todos os países europeus, exceto Inglaterra, Espanha e Holanda, os três países escandinavos e Suíça.

(C) Entre as guerras internacionais no período de 1816 a 1965, as quatro que mais provocaram mortes ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China (1937-1939) e a Guerra da Coréia.

(D) A proibição do emprego de armas químicas em conflitos internacionais, estabelecida pela Convenção de Viena de 1925, foi respeitada durante a Segunda Guerra Mundial, mas não durante a Guerra Irã-Iraque, nos anos oitenta, em que substâncias químicas foram utilizadas contra soldados e civis.

(E) A Guerra Civil Americana foi, para os Estados Unidos, o mais sangrento de todos os conflitos, tendo provocado tantas mortes de norte-americanos quanto todas as guerras de que os Estados Unidos participaram posteriormente, incluindo as duas guerras mundiais, a Guerra da Coréia e a Guerra do Vietnã.

A: Correta. Trata-se do sistema de equilíbrio de potência estabelecido pelo Concerto Europeu, no Congresso de Viena. O Concerto Europeu é um sistema internacional informal que baseava-se no equilíbrio de poder entre as potências europeias para evitar maiores confrontos entre eles. De fato, com a exceção da Guerra da Crimeia, entre 1853 e 1856, que opôs as potências continentais contra o expansionismo russo. A Inglaterra, em 1815, desejava estabelecer um equilíbrio de poder a nível europeu para poder expandir o capitalismo da Revolução Industrial para outros continentes. O único empecilho seria se algum Estado continental constituísse algum fator de instabilidade. Por isso ela mantem interesse em bloquear os projetos expansionistas da Rússia. Às vésperas de 1914, esse sistema encontrava-se falho, dissolvido nas desigualdades dos impérios coloniais, das corridas aos armamentos e nos extremismos do nacionalismo;
B: Incorreta. Primeiro porque a Inglaterra esteve diretamente envolvida no conflito. Ela estava aliada à França pela Tríplice Entente, uma aliança política constituída por Grã-Bretanha, França e Rússia. Depois dos efeitos regionais do assassinato do arquiduque Francisco Fernando, da Áustria, por radicais eslavos, em Sarajevo, a Grã-Bretanha declara guerra contra a Alemanha em 4 de agosto de 1914. A Holanda manteve-se neutra, assim como a Suíça, a Noruega e a Suécia. A Finlândia só se tornou independente da Rússia em 1917, até então não existia como Estado, mas estava na guerra do lado Russo;
C: Correta. Considerando-se os períodos e determinando o foco em conflitos internacionais, de fato, os 4 conflitos foram os que provocaram mais mortes: A Segunda Guerra (1939-1945) com a Guerra Sino-Japonesa (1937-1939) fez algo como 70 milhões de mortos; a Primeira Guerra (1914-1918), algo em torno de 15 milhões de mortos; a Guerra da Coréia (1950-1953), mais ou menos 3 milhões de mortos;
D: Incorreta. Não existe uma Convenção de Viena sobre armas químicas, existe o Protocolo de Genebra para a Proibição do Uso em uma Guerra de Asfixiantes, Venenos ou outros Gases, e de Métodos Bacteriológicos, de 17 de junho de 1925. O protocolo proíbe o uso de agentes químicos e bacteriológicos em qualquer tipo de conflito, não só os internacionais, entre os seus signatários. Acerca dos conflitos, não há registro oficial de uso durante os confrontos militares da Segunda Guerra Mundial, apesar do receio de que fossem usadas. Na guerra entre o Irã e o Iraque (1980-1988), o Iraque usou armas químicas, notadamente, gás mostarda, contra as tropas iranianas e as populações iranianas e curdos. Não há um número efetivo de atingidos pelas armas, dado que o efeito das armas ainda hoje faz vítimas. Estima-se mais de 100.000 mortes;
E: Correta. As mortes de norte-americanos na Guerra Civil (1861-1865) elevam-se a 625.000, civis e soldados somados. Na Segunda Guerra (1939-1945, EUA a partir de 1941), calcula-se que morreram 405.399 pessoas diretamente ligadas ao conflito. Esse número cai para 116.516, na Primeira Guerra (1914-1918, EUA a partir de 1917) e para 58.151 na Guerra do Vietnã (1955-1975, EUA, efetivamente, pois já possuíam tropas no Vietnã desde 1955, a partir de 1964).

Gabarito oficial "B"
/Gabarito nosso: Anulada (duas respostas incorretas)

3.4. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939); A Liga das Nações

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações

internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Infere-se do texto que "o advento de um novo período na política mundial", no final do primeiro parágrafo, vincula-se, entre outros aspectos, ao(à)

(A) fato de que a supremacia das potências européias, na passagem do século XIX ao XX, deixara de sofrer as contestações tão comuns à época da expansão imperialista.

(B) surgimento de novos atores importantes no cenário internacional, a exemplo da Rússia, dos EUA e, no Extremo Oriente, do Japão.

(C) Grande Guerra de 1914, responsável pela exclusão definitiva das potências derrotadas, como a Alemanha, das principais decisões mundiais.

(D) substituição dos Estados nacionais pelas grandes corporações transnacionais na condução do processo de disputas por mercados consumidores e por áreas de investimentos.

(E) recrudescimento da posição de liderança inconteste do sistema capitalista por parte dos países mais industrializados da Europa Ocidental, à frente dos quais se apresentavam França e Inglaterra.

A: Incorreta, pois o advento desse novo período, como o texto afirma, refere-se à aparição de novos atores importantes para a configuração da estrutura do sistema internacional. A aparição das novas potências implica, indiretamente, o declínio da velha estrutura de equilíbrio europeia. Essa estrutura era alvo da crítica tanto de Wilson como de Lenin;
B: Correta, pois é da aparição das novas potências que trata o texto. "O advento de um novo período na política mundial" corresponde à aparição dos EUA, triunfante da Primeira Guerra, da Rússia como URSS, líder da Revolução, e do Japão, cada vez mais presente nas relações internacionais;
C: Incorreta. Embora o tratado de Versalhes impõe severa sanções à Alemanha, não se pode dizer que a exclui do cenário internacional, muito menos de maneira definitiva. Em 1926, ainda sentindo os efeitos da Guerra, a Alemanha é incluída na Liga das Nações, como membro do Conselho, para sair em 1933, com a ascensão de Hitler;
D: Incorreta, pois não se pode afirmar que as relações transnacionais, no período entre guerras ou pós-Segunda Guerra, sobrepunham a atuação dos Estados ainda. Essa tendência é mais recente, década de 1980 e princípios do século XXI, e ainda é controversa. No período citado, ainda é importante a presença dos Estados no centro do sistema internacional;
E: Incorreta, pois a Inglaterra, tanto no entre guerras, como no pós-Segunda Guerra, entra em um declínio formal, aceitado por ela, que concede as independências de suas colônias de maneira negociada. A França também perde o seu império, em alguns casos, consequência de guerras de independência (Indochina e Argélia). O pós-Guerra é marcado pela ascensão rápida do Japão, com um processo de reconstrução rápido, e posteriormente, a chegada da Alemanha também será significativo, após a unificação e 1989, como o país com a melhor balança comercial da Europa. Finalmente, é importante afirmar que, no período citado não houve um retorno da posição de liderança do sistema capitalista. O texto refere-se à ascensão da Rússia ao nível de potência mundial, que durante quase todo o século XX, esteve em oposição ao modelo capitalista e à propriedade privada, adotando a socialização dos meios de produção.

Gabarito "B"

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O curto período entre as duas guerras mundiais do século em XX (1919-1939) testemunhou a crise profunda do modelo econômico e político liberal. No que concerne a esse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens, ainda considerando o texto.

(1) A humilhante derrota militar da Alemanha, que chegou ao fim da Primeira Guerra invadida e ocupada pelas tropas inimigas, determinou a queda do regime monárquico nesse país e ascensão ao poder das forças socialistas – República de Weimar.

(2) A entrada dos EUA na etapa final do conflito (1917) foi decisiva para selar a derrota dos chamados impérios centrais. Terminada a guerra, esse país viu-se na inovadora condição de grande credor internacional, com excepcionais condições de se transformar em potência mundial.

(3) Sob o ponto de vista político, a crise do estado liberal que se seguiu à Grande Guerra de 1914 materializou-se, sobretudo, na ascensão de regimes totalitários, dos quais as mais diversas formas de fascismo seriam exemplos exponenciais.

(4) As práticas intervencionistas, às quais o texto alude, decorreram da necessidade imperiosa de se enfrentar a Grande Depressão que se seguiu à Crise de 1929 e foram implementadas por quase todos os países. A esse respeito, notável exceção se deu nos EUA, onde nem mesmo o New Deal conseguiu arranhar os sólidos princípios liberais, que sempre caracterizaram a economia e as instituições políticas norte-americanas.

1: Errada. Não foi o fim da Guerra que permitiu a ascensão do socialismo, os ideais já existiam antes de 1918, com Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919), dois comunistas que, antes da guerra, fundaram a Liga Espartaquista, virando um partido no pós-guerra, o KPD. A Liga Espartaquista, junto com o PSD e UPSD

(partidos socialdemocratas), reivindicavam o armistício e a queda da monarquia. Será a socialdemocracia alemã que, após a fuga do rei Guilherme II para a Holanda, constituirá um governo provisório, o Conselho dos Comissários do Povo, em 10 de novembro de 1918 e que irá declarar o armistício em 11 de novembro. Os Espartaquistas não apoiaram o Conselho, denunciando o seu continuísmo com o regime anterior. Uma república provisória é declarada em 10 de janeiro de 1919, e será algo, junto com o movimento Espartaquista de uma contrarrevolução, levada por grupos de direitas e por militares veteranos da guerra. Rosa e Karl são assassinados, o que deu fim à tentativa de revolução socialista na Alemanha. A Constituição é declarada em 11 de agosto 1919 e assim surge a República de Weimar, que aceita a democracia, mas nos moldes liberais;

2: Certa. Os EUA saíram como grandes vencedores da guerra em todos os aspectos. A sua entrada foi fundamental para selar o conflito e depois, para definir as linhas da Paz. Durante o conflito, os EUA recebem um montante financeiro para o esforço de guerra que, liberado no sistema capitalista liberal, contribui, em parte, para transformá-los em potência econômica mundial no pós-guerra. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem explicada: "A Primeira Guerra Mundial provocou um remanejamento nas posições de certas nações como potências econômicas. Os Estados Unidos, que já eram a primeira potência industrial em 1914, haviam-se tornado, em 1919, os primeiros também como potência comercial e financeira, dispondo de grandes estoques de ouro. Entre as moedas importantes, somente o dólar conservaria a conversibilidade no pós-guerra." (p.135);

3: Certa. A ascensão dos fascismos no pós-guerra vem da crise do liberalismo. A ideologia liberal não conseguira evitar a guerra de 1914, nem a Grande Depressão de 1929, e os argumentos para alimentar regimes radicais, dotados de exaltação nacional, estavam prontos. Hobsbawm chama esse período, em *A Era dos Extremos*, de "A queda do liberalismo";

4: Errada. O *New Deal* adota medidas intervencionistas para estimular a demanda. A ideia por trás do *New Deal* era fornecer um pacote de medidas para estimular a criação de empregos (grandes construções, empréstimos para empresários e investidores). Isso criaria e aumentaria a renda dos trabalhadores, que passariam a demandar mais, isto é, um aumento na demanda agregada. Esse aumento é que causa o efeito multiplicador e estimula a economia, em sintonia com as teses keynesianas.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

3.5. As causas da Segunda Guerra Mundial

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O texto faz do ano de 1939 – não por acaso, o que assinala o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – seu marco cronológico final. A propósito desse conflito, cujo caráter mundial é bem mais acentuado do que o daquele que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Entre os múltiplos fatores que levaram à Segunda Guerra, um dos mais determinantes foi a acentuada desestruturação da economia mundial, que, mal recuperada dos efeitos da Primeira Guerra, sucumbiu ao quadro de profunda depressão advinda do crash financeiro nova-iorquino

(2) Apesar de nãoexpansionistas, os regimes nazifacistas contribuíram para que a Segunda Guerra Mundial acontecesse ao insistirem nos métodos econômicos intervencionista e nos maciços investimentos militares.

(3) Nos encontros entre os líderes aliados, na etapa final da Segunda Guerra, traçou-se a estratégia de uma nova ordem internacional, na qual ficaram nítidas a força e a intenção dos vitoriosos de conter o poderio dos integrantes do Eixo.

(4) Apesar de ter participado diretamente do conflito, ao ceder bases aéreas e navais no Nordeste, ao constituir a Força Aérea Brasileira (FAB) e ao enviar para a Itália os contingentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Brasil do Estado de Novo getulista passou ao largo dos efeitos democratizantes trazidos pelo término da guerra, com a derrota do totalitarismo nazifascista.

1: Certa. O crash financeiro de 1929 foi uma das causas estruturais da Segunda Guerra Mundial. Para solucionar a crise, foi necessário abandonar em parte o liberalismo, mas nenhum modelo econômico que se seguiu estabeleceu qual o limite da intervenção do Estado na economia. Como resposta, muitos países adotaram regimes radicais para responder a crise, o que gerou a instabilidade pré-guerra. O recrudescimento do protecionismo, em função da intervenção mais importante do Estado na economia, também foi um fator de instabilidade que motivaram o conflito;

2: Errada. Não se pode dizer que os regimes nazifascistas não eram expansionistas. Hitler, ao chegar ao poder, inicia um processo de unificação de todas as nações alemãs, a começar pela Áustria, seguido da Tchecoslováquia e, por fim, da Polônia, para reaver os territórios alemães separados pela saída de Danzig, o que motivou uma ação em resposta, pelas forças aliadas, iniciando o conflito em 1939;

3: Certa. Stalin, Roosevelt e Churchill, ou seus respectivos ministros de relações exteriores, mantiveram reuniões mais ou menos regulares durante a Guerra. Antes do fim da Guerra, em Teerã, novembro de 1943, os três líderes já vinham discutindo o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste, e foi esboçada a divisão da Alemanha entre as nações aliadas. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e implementou-se a divisão da Alemanha. De certa forma, as conferências trilaterais criam a nova ordem que entrará em vigor no pós-guerra, com as zonas de influências e os interesses bem determinados;

4: Errada. A afirmativa está correta ao falar sobre a participação do Brasil na guerra, mas equivoca-se ao afirmar que a queda dos regimes fascistas na Europa não teve efeitos democratizantes no Brasil. Foi muito mais em função da contradição interna do Estado, lutando em prol da democracia contra ditaduras na Europa, mas mantendo um regime do tipo autoritário. Essa contradição motivou a opinião pública no Brasil, que demandava uma maior abertura com a queda dos regimes na Europa. Um golpe de Estado, feito por militares, derrubou o Estado Novo de Getúlio em 29 de outubro de 1945.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.).

Pensar o século XX. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Os dois grandes conflitos mundiais do século XX tiveram origens e motivações distintas. Enquanto a Grande Guerra de 1914 teve, desde o início, caráter mundial, em função, sobretudo, do colonialismo europeu que estendia seus tentáculos por vários continentes, a Segundo Guerra circunscreveu-se ao palco europeu, malgrado ter contado com a participação de países que resistissem ao comunismo.

1: Errada. O item acerta ao afirmar que as origens e as motivações dos conflitos são distintas. A Primeira Guerra pode até ter envolvido os impérios, mas o seu palco principal de conflito foi a Europa, notadamente as frentes na Alemanha ao Leste a ao Oeste. A Segunda Guerra iniciou-se com as invasões de Hitler na Europa central, mas teve frentes distintas, como a frente do Pacífico, onde as tropas japonesas dominavam parte dos territórios dos impérios coloniais. Também no âmbito dos impérios coloniais, a frente Africana foi crucial durante a Segunda Guerra, onde as tropas americanas enfrentaram forças do eixo nas colônias francesas e alemãs.

Gabarito E

(Diplomacia – 1999) Que fato histórico, ocorrido na Europa na década dos 30, ficou conhecido como Anschluss?

(A) a remilitarização da Renânia.

(B) a anexação da Áustria pela Alemanha.

(C) a denúncia do Tratado de Versalhes pela Alemanha.

(D) a ocupação da região dos Sudetos pela Alemanha.

(E) a primeira prova de perseguição dos judeus na Alemanha nazista.

A: Incorreta. A remilitarização da Renânia foi feita a partir de 1936, quando Hitler rejeitou os Acordos de Locarno. Já em 1935, ele negou os acertos do Tratado de Versalhes e restabeleceu o serviço militar obrigatório;
B: Correta. A Anschluss fazia parte dos projetos expansionistas de Hitler, que queria unificar os povos alemães num Estado. Em 1938, ele anexa a Áustria, e em seguida, anexaria a Tchecoslováquia e os Sudetos. Não haveria retaliação até a invasão polonesa, quando a França e a Inglaterra reagiram, o que deu início ao conflito;
C: Incorreta. O Tratado de Versalhes foi denunciado desde sua assinatura, não só pelos Alemães, como também pelos EUA, que viram, desde o princípio as fortes sanções contra a Alemanha um fator de instabilidade no futuro. Na Inglaterra e na França havia quem criticasse a dureza das punições de Versalhes e viam como legítimas as reclamações dos Alemães, o que levou a uma política de apaziguamento por partes dos Estados aliados, que constituía em ceder concessões aos avanços expansionistas da Alemanha;
D: Incorreta. A ocupação dos Sudetos (região disputada entre a Alemanha e a então Checoslováquia) é feita depois da Anschluss, em 1938, depois que os a Alemanha ocupa a Tchecoslováquia;
E: Incorreta. A primeira prova de perseguição dos judeus foi feita com a lei alemã de restauração da função pública, que permitia aos dirigentes nazistas destituírem os judeus ou qualquer opositor ao regime de sua função pública. A lei foi promulgada em 7 de abril de 1933, alguns meses depois da chegada de Hitler no poder, em 30 de janeiro de 1933.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1998) Em novembro de 1939, no Ministério das Relações Exteriores da União Soviética, Molotov, regozijava-se de que, naquele momento, nada mais restava "deste fruto monstruoso do Tratado de Versalhes". A que país se referia?

(A) Finlândia.

(B) Alemanha.

(C) Polônia.

(D) Lituânia.

(E) Bélgica.

A, B, C, D, E: Em 23 de agosto de 1939, os ministros de relações exteriores da Alemanha e da União Soviética, respectivamente, Joachim von Ribbentrop (1893-1946) e Viatcheslav Molotov (1890-1986), assinam o Pacto Germano-Soviético de não agressão, ou Pacto Ribbentrop-Molotov. Foi um tratado secreto assinado em Moscou, no qual os ministros entraram em acordo para estabelecer o que seria feito depois da invasão da Polônia, pois a Alemanha tinha interesse em recuperar a Prússia Oriental e o corredor de Danzig, territórios cedidos à Polônia no Tratado de Versalhes de 1919. "Por força de tais atos, caso houvesse mudança a leste, a Polônia seria repartida entre ambos, e zonas de influência seriam criadas: a Lituânia ficaria com a Alemanha, cabendo a União Soviética a Finlândia, a Estônia, a Letônia e a Bessárabia. Era um arranjo que atendia reinvindicações nacionais egoístas que vinham do passado e que, do lado russo, sacrificava a ideologia aos interesses imediatos. A sorte da Polônia estava lançada." (*História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.)) (p.166). Hitler sabia que, ao invadir a Polônia, os vencedores de 1918 iriam reagir, pois tratava-se de um espaço vital. Até então, França e Grã-Bretanha haviam deixado Hitler expandir a Alemanha ao Leste, pela Áustria, a Tchecoslováquia e os Sudetos, numa política de "apaziguamento". Invadir a Polônia seria tocar em um tema delicado do que fora decidido em 1919, pelo Tratado de Versalhes. A guerra parecia inevitável para Hitler, que precisava de matéria prima, e a Polônia era uma solução. Daí a afirmativa do Ministro Molotov, e a resposta correta é a C.

Gabarito "C"

3.6. As conferências de Moscou, Teerã, Yalta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) À medida que os acontecimentos da Segunda Guerra apontavam para o término do conflito, com a derrocada militar das forças do eixo nazifascista, delineavam-se os contornos do novo sistema de poder mundial que doravante vigoraria, algo cada vez mais presente nas reuniões de cúpula dos aliados, a exemplo do ocorrido em Teerã, em novembro de 1943, Yalta, em fevereiro de 1945, e Potsdam, em julho de 1945.

1: Certa. As conferências entre Stalin, Roosevelt e Churchill, que se realizaram a partir de 1943 mostram, gradualmente, a estrutura do sistema internacional a partir do final da Guerra. Em Teerã, novembro de 1943, os três líderes discutiram o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945, sem Roosevelt, morto em abril; Truman estava no seu lugar; Churchill estava no início, mas foi substituído por Clement Attlee (1883-1967), novo primeiro-ministro britânico, eleito em 27 de julho de 1945, no meio da conferência, pelo Partido Trabalhista) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e como seria dividida a Alemanha. É importante ressaltar que nessas três reuniões, só estavam presentes os representantes da Grã-Bretanha, da URSS e dos EUA, portanto, não foi uma plenária com os vencedores, como em São Francisco, em outubro de 1945.

Gabarito Certa,

3.7. A Organização das Nações Unidas

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) A mesma linha idealista que presidiu a criação da Liga das Nações após a Grande Guerra de 1914, guardadas as naturais singularidades de um outro momento histórico, está presente na Conferência de São Francisco (1945), da qual surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU). A existência de uma Assembleia Geral com poder deliberativo, em que todos os Estados se igualam no direito à voz e ao voto, e de um Conselho de Segurança com razoável simetria entre seus membros, reforça o clima de concórdia que, pouco mais de duas décadas antes, embalara os 14 pontos do presidente Wilson.

1: Errada. Há uma diferença crucial entre a Liga das Nações e a ONU. Embora ambas tenham na base um teor idealista, pragmaticamente, a Liga tornou-se rapidamente obsoleta. O item equivoca-se ao descrever a dinâmica que rege o Conselho de Segurança. Não há uma simetria razoável entre os membros, pois apenas alguns, os membros permanentes, possuem o poder de veto das decisões. O Conselho de Segurança é a instituição da ONU encarregada de tomar as decisões relacionadas à manutenção da paz e da segurança internacional, enquanto que a Assembleia Geral pode deliberar sobre qualquer tema que afete os princípios contidos na Carta da ONU de forma consultiva, emitindo pareceres não vinculantes.

Gabarito E

3.8. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon)

Seis décadas após o fim da Segunda Guerra, a Aliança do Atlântico, firmada entre a Europa e os Estados Unidos, estava em desalinho. De certo modo, a situação era o resultado previsível do fim da Guerra Fria — embora pouca gente desejasse seu desmantelamento, a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido.

A Aliança fora criada para compensar a incapacidade da Europa Ocidental de se defender sem a ajuda norte-americana. O fracasso contínuo dos governos europeus em constituir a sua própria força militar eficaz foi responsável pela sobrevivência da organização. Dez anos depois da assinatura do Tratado de Maastricht, a União

Europeia (UE) estava prestes a estabelecer uma Força de Reação Rápida, composta por 60 mil indivíduos, para realizar intervenções e missões de paz.

Tony Judt. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.773-4 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o cenário histórico mundial desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi a aliança militar celebrada entre os EUA e países da Europa Ocidental no contexto da bipolaridade que marcou as relações internacionais no pós-Segunda Guerra e explicitou a condição de superpotências mundiais dos EUA e da URSS.

(2) Certamente por cálculo estratégico, mas também para não ampliar os gastos de uma economia em relativo estado de escassez, o governo soviético — sob o comando de Stalin e seus sucessores, até a década de 60 do século passado — optou por não criar estrutura militar semelhante à OTAN, embora mantivesse elevados investimentos na produção de arsenal nuclear e na corrida espacial.

(3) Sugere-se, no texto, que, decorridos mais de sessenta anos desde o fim da Segunda Guerra, subsistem as condições que motivaram a criação da OTAN.

(4) No processo de constituição do bloco europeu, sacramentado em Maastricht, as questões militares foram suprimidas, dada a prioridade máxima conferida à unificação econômica e a seus desdobramentos políticos, sociais e culturais.

1: Certa. A OTAN foi criada em 4 de abril de 1949, ainda no início da Guerra Fria, quando o sentimento de bipolaridade já era evidente. As potências vencedoras, principalmente a URSS, haviam feito um esforço para que suas zonas de influências fossem reconhecidas nos acordos ao fim da Segunda Guerra Mundial, o que mostrava a constituição eminente de blocos ideológicos antagonistas. Os países da Europa ocidental, no imediato pós-Guerra, em pleno processo de reconstrução, teriam dificuldade de assegurar sua segurança caso fossem atacados, de onde surge a ideia de uma Aliança de assistência mútua em caso de ataque a um dos membros;

2: Errada. Uma instituição parecida com a OTAN fora criada do lado soviético, conhecida como o Pacto de Varsóvia, de 14 de maio de 1955. Trata-se também de um Tratado de Amizade, de Cooperação e de Assistência mútua, firmado entre a URSS e outros Estados de sua zona de influência: Polônia, Alemanha Oriental, Romênia, Albânia, Bulgária, Hungria e Tchecoslováquia. O Pacto foi assinado depois da integração da Alemanha Ocidental à OTAN;

3: Errada. Se nos baseamos somente no texto, "a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido", vemos que as condições mudaram desde a criação da OTAN. De fato, após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim do Pacto de Varsóvia, em 1991, a Guerra Fria não existia mais, a Organização perdeu seu sentido original. É correto afirmar, por outro lado, que a OTAN agora destina-se a combater outras ameaças aos Estados da Aliança. Desde 1989, primeiro a Organização ampliou a quantidade de seus membros, atingindo, na última década, países que, antigamente, faziam parte do Pacto de Varsóvia. A OTAN também teve importância nos conflitos originados com a separação da antiga Iugoslávia, notadamente na Bósnia, em 1995, e no Kosovo, em 1999. Os ataques às Torres Gêmeas, em 2001, motivaram o artigo 5 da Carta da OTAN, referente à Assistência Mútua, o que levou os membros, em uma demonstração de solidariedade aos EUA, a entrarem em guerra contra o Afeganistão, mas as operações foram dominadas pela atuação americana. Somente em 2003, após algumas crises internas relacionadas à guerra no Iraque, os membros da Organização entraram em acordo para liderar a ISAF, ou Força Internacional de Assistência e de Segurança, a missão de guerra no Afeganistão, estabelecida pela resolução 1386 da ONU. Em 2011, a OTAN foi utilizada na Líbia, onde os países membros deram apoio logístico aéreo aos rebeldes na guerra civil contra o General Kadafi. Verifica-se, nesse contexto, que a natureza da OTAN e sua justificativa foram modificadas e adaptadas às novas realidades da segurança internacional e ameaças aos seus Estados membros;

4: Errada. O tratado de Maastricht, de 7 de fevereiro de 1992, cria a União Europeia e instaura o sistema de pilares. O primeiro pilar trata de questões comunitárias, ou seja, de decisões supranacionais, portanto, questões comerciais, na qual os Estados cederam em nome da supranacionalidade. O segundo pilar trata de questões ligadas à segurança, ou, como é conhecido esse pilar, da Política Externa de Segurança Comum. Sabendo que dificilmente haveria uma concertação tão automática entre os países quanto a que existe no primeiro pilar, as decisões neste pilar permaneceram a caráter intergovernamental, portanto, tomadas por unanimidade. O segundo pilar torna a afirmativa incorreta, pois há, de fato, uma questão militar que, embora precária e delicada, é um pilar inteiro do tratado que cria a União Europeia. É necessário lembrar que, na base, mesmo se a comunidade nasceu em torno da indústria pesada do aço e do carvão, a ideia de uma união integradora vinha de um projeto pacifista que pudesse reunir as indústrias pesadas (e por consequente, indústria de guerra) dos países rivais do continente, França e Alemanha, portanto, um acordo pacifista. Finalmente, o terceiro pilar de Maastricht cria uma cooperação policial e judiciária entre os Estados membros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) No que respeita ao novo tempo nas relações internacionais que marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial, como expresso no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O processo de declínio da Europa Ocidental, iniciado com a Grande Guerra de 1914, consolida-se quando a Segunda Guerra Mundial chega ao fim. Expressões dessa nova realidade pós-1945 seriam, entre outras, a emergência de dois polos de poder mundial — os EUA e a URSS — e a descolonização afro-asiática.

(2) Sucessivos encontros entre as principais lideranças aliadas, no decorrer da Segunda Guerra, não foram capazes de, pelo menos, delinearem o novo sistema mundial que prevaleceria após o conflito. Foi preciso que a URSS dominasse a tecnologia nuclear para receber a concordância do Ocidente para seu propósito de fazer do Leste europeu área de sua influência direta.

(3) As posições terceiro-mundistas ganharam visibilidade internacional a partir de meados dos anos 1950. Nesse sentido, a Conferência de Bandung desempenhou o importante papel de catalisador das aspirações de jovens nações africanas e asiáticas em busca de ação mais autônoma em relação às duas superpotências, sentimento que também se difundiu por outras áreas periféricas do planeta.

(4) O êxito do Plano Marshall deve-se menos ao montante de dólares liberados por Washington do que à abrangência da área em que foi desenvolvido. Lançado bem antes da oficialização da ruptura entre EUA e URSS, geradora do esquema bipolar que sustentou a Guerra Fria, o programa de recuperação européia patrocinado por Washington contemplou também a URSS e os países do Leste europeu.

1: Certa. O fato de que a URSS e os EUA tiveram que intervir ao lado dos países europeus mostra a que ponto é o grau de declínio das antigas potências ocidentais. Ambos Estados vinham despontando, antes mesmo da guerra, sinais de que seriam potências no futuro. Outro sinal do declínio das antigas potências foi a desestruturação de seus antigos impérios coloniais;

2: Errada. Na verdade, antes de usar a arma atômica contra o Japão, os EUA precisavam do apoio soviético na frente do Pacífico. Stalin aproveitou a situação e na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, determina quais seriam as zonas de influências soviéticas, ao leste europeu;

3: Certa. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);

4: Errada. O Plano Marshall fazia parte da Doutrina Truman, destinado à recuperação dos países aliados na Segunda Guerra Mundial. A ideia do plano era evitar que os países virassem economias comunistas após a guerra, durante os esforços de reconstrução. A Alemanha Ocidental recebeu parte da ajuda, assim como a Itália também. Não consta que nem a URSS nem os países em sua esfera de influência tenha desfrutado da ajuda.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o panorama mundial do pós-Segunda Guerra, julgue os itens seguintes.

(1) Presença marcante nas duas guerras mundiais do século XX, W. Churchill notabilizou-se pelo esforço de aproximar Truman (EUA) e Stalin (URSS) no pós-1945, cruzada que levou o líder britânico a ser laureado, nos anos 1950, com o Prêmio Nobel da Paz.

(2) Ao passo que, na primeira metade do século XIX, a Doutrina Monroe sublinhava o interesse dos EUA no hemisfério americano, a Doutrina Truman, formulada em 1947, transferia para a Europa o centro da política externa norte-americana, definindo na contenção do expansionismo soviético o eixo da estratégia a ser seguida por Washington.

(3) Sistemas militares da Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia surgiram quase que simultaneamente e, no caso do último, a força coercitiva de Moscou garantiu a presença de todos os países comunistas europeus.

(4) A Crise dos Mísseis, em 1962, trouxe para o continente americano toda a carga de dramaticidade que envolvia o sistema bipolar do pós-Segunda Guerra. Após tensas negociações secretas, a URSS concordou em retirar os armamentos instalados em Cuba ante o compromisso norte-americano de não mais investir na derrubada do regime cubano.

1: Errada. Churchill foi importante no desenrolar da Primeira Guerra, atuando no front no estreito de Dardanelos e na França. Durante a

Segunda Guerra, foi primeiro ministro britânico e, sem dúvida, teve papel importante na aproximação da URSS e dos EUA. O problema é que ele nunca recebeu o Prêmio Nobel da Paz, tendo recebido o Nobel de Literatura, em 1953, com a justificativa oficial: "for his mastery of historical and biographical description as well as for brilliant oratory in defending exalted human values";

2: Certa. Trata-se do viés político da doutrina Truman. O presidente Truman, ao ver as dificuldades dos Britânicos para manter a Grécia e a Turquia fora da esfera da URSS e do comunismo, decide ajudar a Europa Ocidental para evitar que as forças comunistas possam influenciar politicamente a região. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A tradução econômica da doutrina apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições europeias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental." (p.200-201);

3: Errada. Na verdade, os sistemas militares não foram quase simultâneos, e não há dúvida que um é resposta do outro. A OTAN é criada em 1949 e o Pacto de Varsóvia, em 1955. Por um lado, o item está incorreto porque o Pacto de Varsóvia surge em um segundo momento da Guerra Fria, depois da morte de Stalin. A afirmativa também erra ao afirmar que todos os países comunistas europeus aderiram ao Pacto. Na verdade, a Iugoslávia de Tito não se alinhou com Moscou, preferindo a neutralidade. Tito havia rompido com Stalin em 1948 e desejava seguir sua política de maneira autônoma com relação ao Comunismo da URSS;

4: Certa. A crise dos mísseis em Cuba foi, de fato, o momento em que a Guerra Fria atingiu o continente americano de maneira mais incisiva. Cuba virara-se para o Leste depois que os EUA iniciara um embargo sobre sua produção de açúcar. Em seguida, dissidentes cubanos e opositores de Castro exilados, com apoio logístico e tático da CIA, invadiram a Baía dos Porcos, em 1961, com a intenção de derrubar o regime cubano. A ação foi controlada e desmantelada pelos próprios cubanos, mas gerou desconfiança com relação aos EUA. Em retaliação, a URSS dispôs mísseis nucleares em Cuba, próximo ao território americano. Inicia-se uma crise que durará treze dias, em que Kennedy tentará estabelecer algum diálogo com Krutschev, para evitar assim uma catástrofe maior. As duas potências entram em acordo, levando a retirada do armamento de Cuba, mesmo contra a vontade de Castro. A condição estabelecida foi o compromisso dos EUA. A crise mostra um o aspecto estratégico da Détente, que é o poder da dissuasão nuclear.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) A guerra fria assinalou a fase de confronto entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, tendo seu clímax após o anúncio da Doutrina Truman, pela qual os Estados Unidos da América (USA) se dispunham a apoiar os países que resistissem ao comunismo.

1: Certa. Antes do fim da Segunda Guerra, EUA e URSS, junto com a Grã-Bretanha, vinham mantendo reuniões mais ou menos regulares acerca da partição do mundo em esferas de influência. Em Yalta, fevereiro de 1945, Stalin estabelece a sua zona na Europa do Leste, o que os EUA cederam em troca do apoio soviético na frente pacífica. Para consolidar essa divisão em blocos no pós-Guerra, a Guerra Fria tornou-se uma guerra ideológica, onde o modelo soviético do comunismo opunha-se ao modelo capitalista americano. A confirmação do confronto é dado, como mostra a afirmativa, logo após o anúncio da Doutrina Truman. O presidente Truman, preocupado com os avanços do comunismo na Europa, propõe no parlamento americano uma série de medidas, políticas e econômicas, para evitar a adoção do modelo soviético durante os esforços de reconstrução e de recuperação no pós-guerra. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A mensagem de Truman virou doutrina e associou-se à ideia de uma declaração informal de desafio à União Soviética. Alguns dos assessores de Truman trataram posteriormente

de minimizar o tom emocional da mensagem presidencial, vinculando-a a uma circunstância precisa. Na prática, no entanto, a força doutrinal das ideias daquele discurso ecoou durante muitos anos na imaginação política do gigante ocidental. A política exterior e as concepções acerca do mundo estiveram profundamente marcadas até muito pouco tempo, nos Estados Unidos, pela doutrina Truman." (p.200-201)

Gabarito C

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) A bipolaridade do pós-Segunda Guerra, também conhecida como o período da Guerra Fria, apresenta, entre outras, uma singularidade em relação a sistemas de poder mundial que a antecederam. Além de evidenciar uma situação de confronto entre duas superpotências situadas fora do tradicional eixo de poder europeu, a URSS e os EUA, também serviu — pelo menos em termos retóricos — ao embate travado entre dois sistemas distintos, o capitalista e o socialista.

1: Certa. O item descreve corretamente a bipolaridade da Guerra Fria e ressalta a sua característica inédita até então. Um aspecto relevante que o item toca é o embate entre os dois modelos da Guerra Fria, o capitalismo e o socialismo.

Gabarito C

(Diplomacia – 2000) De 1945 a 1950, desenvolve-se o processo de reorganização de forças no plano internacional que conduz a Guerra Fria. Entre as opções abaixo, indique qual não corresponde a um marco do referido período:

(A) o lançamento da Doutrina Truman.
(B) O lançamento do Plano Marshall.
(C) O estabelecimento da OTAN.
(D) A construção do Muro de Berlim.
(E) O surgimento da República Federal da Alemanha.

A: Correta. A Doutrina Truman é proposta ao Congresso americano pelo presidente Truman em 12 de março de 1947. Trata-se de uma doutrina para bloquear os avanços comunistas nos países da Europa Ocidental;
B: Correta. O Plano Marshall é o viés econômico da Doutrina Truman, apresentado pela primeira vez na aula inaugural da Universidade de Harvard, em 5 de junho de 1947. O Plano destinaria um pacote financeiro para ajudar a reconstrução dos países no pós-guerra, à condição que se mantivessem controlado os avanços comunistas;
C: Correta. A assinatura do tratado que criou, em 4 de abril de 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, em Bruxelas, marca o aspecto político e militar dos países ocidentais, ou capitalistas, no âmbito da Guerra Fria. Em reação à OTAN e à adesão da Alemanha Ocidental à Aliança, a URSS promove a assinatura do Pacto de Varsóvia, em 14 de maio de 1955, na Polônia, que seria o equivalente da OTAN para os países socialistas, com exceção da Iugoslávia, cujo líder, Tito, preferia a equidistância à aliança ideológica;
D: Incorreta. Depois da crise de Berlim (1948-1949), em que a URSS decidiu bloquear o acesso à Berlim Ocidental (Berlim, além de dividida em dois blocos, ficara encravada na parte soviética da Alemanha, a República Democrática da Alemanha), o que levou a uma das primeiras e mais importantes crises da Guerra Fria. Terminado o bloqueio, ao longo dos anos seguintes, assistiu-se a uma leva de emigração de moradores de Berlim Oriental e da RDA com direção à Berlim Ocidental e à RFA (República Federal da Alemanha, sob proteção aliada). Essas ondas migratórias agregadas a outros motivos associados às divergências entre os blocos motivaram a construção do muro de Berlim, em 13 de agosto de 1961;
E: Correta. RFA, ou Alemanha Ocidental, surgiu em 23 de maio de 1949. A ideia de fragmentar a Alemanha entre potências vencedoras foi discutida na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945. A partição foi feita entre os Britânicos, ao Norte, os Franceses, ao Oeste, os Americanos, no Sul, com alguns pontos estratégicos ao Norte, e a URSS ao Leste. Com o agravamento da Guerra Fria, os Estados aliados ao Oeste decidiram unir suas zonas administrativas, a República Federal da Alemanha.

Gabarito "D"

3.9. Os conflitos localizados

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas

hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativos ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Exemplos marcantes de guerras localizadas – de que foi pródigo o século XX, como lembra o texto – são as ocorridas no Oriente Médio, salientando o caráter estratégico da região, na qual se mesclam motivações de ordem religiosa, geopolítica e econômica, esta diretamente ligada às abundantes reservas de petróleo lá existentes.

1: Certa. O Oriente Médio foi, durante o século XX, mais especificamente, na segunda metade, palco de conflitos causados em distintas esferas. Os conflitos, por diversas vezes, têm motivações religiosas, como também de problemas relacionados temas políticos e econômicos. Os Estados da região quase todos têm sua origem na separação dos territórios do antigo Império Otomano ao fim da Primeira Guerra. Ao fim da Segunda Guerra, a França, que tinha como protetorado o Líbano e parte da Síria, é pressionada pela Grã-Bretanha a ceder a independência às nações, em agosto de 1945. Esta já havia cedido, antes mesmo da guerra, a independência do Iraque em 1930, do Egito em 1936 (com algumas salvaguardas acerca do canal de Suez). Em 1946, a Transjordânia torna-se independente. Até aqui, as independências foram processos relativamente estáveis. O problema surgiu na criação de Israel. Uma ideologia sionista surgiu no fim do século XIX com Theodor Herzl, que defendia a ideia de que os judeus deveriam ter um território. A noção de retorno a terra prometida provocou uma migração massiva de populações judias com destino à Palestina a partir de então, e a Grã-Bretanha foi compreensiva, em um primeiro momento, cedendo, com a Declaração de Balfour (1917). Ao perceber a chegada, a decisão pela criação de um Estado pareceu primordial, ainda mais depois do genocídio. A Inglaterra, pressionada, cede a independência à Palestina, em 14 de maio de 1948 e, no mesmo dia, Israel proclama a criação do Estado. O problema regional será amplificado pela Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a Guerra do Yom Kipour, em 1973. A esse conflito agrega-se as questões das riquezas regionais, em que o Oriente Médio, logo de sua independência, à chegada de multinacionais interessadas na exploração do petróleo motivou também conflitos na região. A exploração de petróleo motivará um desenvolvimento econômico desigual, ampliando as desigualdades sociais. As disputas geradas pelas desigualdades geradas pela exploração de petróleo, nas quais as populações exigiam algum um retorno sobre a exploração das grandes empresas, também são consideradas origem de conflitos mais importantes no futuro. A questão dos nacionalismos regionais também será palco de enfrentamento, como foi a crise de Suez em 1956, quando Nasser decidiu nacionalizar o canal e obteve uma reação de Israel, Grã-Bretanha e França. O conflito foi favorável politicamente a Nasser e abriu um antecedente para a elevação dos nacionalismos regionais. Suez dá início também a uma série de conflitos entre Israel e os países árabes vizinhos. Portanto, o conflito não será reservado às indefinições acerca das suas fronteiras com a Palestina.

3.10. A "détente"

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) O fato de a URSS de Stálin ter conseguido fabricar a bomba atômica, mas não a de hidrogênio, impediu que durante a fase de tensão mais pronunciada da guerra fria houvesse um equilíbrio entre as superpotências em termos de poder de destruição do inimigo, o que levou o governo de Moscou a manter uma atitude de prudente cautela em momentos críticos, como os ocorridos na Coréia (1951), Vietnã (1954) e Cuba (1962).

1: Errada. A URSS testa a sua primeira bomba nuclear em 1949. Em 1952, os EUA testam a bomba de hidrogênio, e os soviéticos testam a sua no ano seguinte, o que mostra o primeiro erro do item, num aspecto factual. O item também está equivocado acerca da estrutura

que emana do fato de as duas potências possuírem as mesmas armas. A partir do momento que a URSS adquire o seu arsenal nuclear, inicia-se o período da dissuasão, baseada em uma estratégia que, se um país atacar o outro, este possui a capacidade para revidar, o que produziria um aniquilamento mútuo. O nome comum dessa estratégia é a MAD, de *Mutual Assured Destruction*. O fato de os dois países terem acesso as mesmas armas quase simultaneamente mostra que, na verdade, não era por causa de uma superioridade militar que se estabelecia uma cautela entre um e outro. Era na verdade, o medo do outro revidar. A estratégia MAD, apesar de nunca ter sido comprovada, funcionava nos momentos de crises: os Estados comunicavam para evitar um ataque que podia levar ao aniquilamento mútuo. Um exemplo importante dessa fase é crise dos Mísseis de Cuba, de 1962. A partir de então, foi estabelecido um canal de comunicação inédito entre os dois países.

Gabarito Errada,

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) No período correspondente à coexistência pacífica, tal como concebido pelo texto, a crise dos mísseis — como ficou conhecido o episódio de instalação desses artefatos pela URSS em Cuba, descoberto pelos EUA, que reagiram vigorosamente — acirrou o quadro de confronto entre as duas superpotências e foi visto por muitos como causa de um iminente e aterrador embate nuclear, que não se concretizou. O estratégico recuo de Kennedy, ante a firme decisão de Krushev de não retirar os mísseis, pôs fim ao contencioso.

1: Errada. Kennedy não cedeu às provocações, impôs um bloqueio de navios vindos da URSS em direção à Cuba e ameaçou atacar os navios que quebrassem o bloqueio. EUA e URSS tinham o mesmo arsenal de armas, bastava que um lado atacasse que o outro reagiria. Dessa forma, Krushev recuou, depois do bloqueio, no entanto, não sem antes exigir que os EUA retirassem o seu arsenal nuclear da Turquia. Ao observar sob essa perspectiva, na verdade, não houve recuo acerca da Crise dos Mísseis, a dinâmica da dissuasão foi mais forte e evitou um ataque que, provavelmente, teria levado os dois países à destruição mútua.

Gabarito E

3.11. A crise e a desagregação do bloco soviético

(Diplomacia – 2002) Qual dos fatos abaixo é correto?

(A) Os Estados Unidos da América se retiraram da Sociedade das Nações em 1933, com a ascensão do Nazismo na Alemanha.

(B) Com a extinção da União Soviética, o número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU diminuiu.

(C) Com o fim da guerra do Vietnã em 1975, o país dividiu-se em Vietnã do Norte (capital Hanói) e Vietnã do Sul (capital Saigon).

(D) A organização ETA, principal agente do terrorismo na Espanha, reivindica a soberania política da Catalunha.

(E) A Tchecoslováquia se dividiu em 1993 em dois Estados soberanos.

A: Incorreta. Os EUA não participaram inicialmente da Sociedade das Nações, apesar de terem proposto a ideia à origem de sua criação. Em 1919, a opinião pública americana teve influência sobre o presidente Wilson, e na eleição desse ano, elegeram a oposição republicana. Os EUA preferiram isolar-se como o tinham feito antes e uma emenda fora votada pelo Congresso, rejeitando a participação americana na Sociedade das Nações;

B: Incorreta. Ao fim da União Soviética, a ONU, em comissão de análise, considerou que a Rússia seria a sucessora legal da União Soviética no Conselho de Segurança, portanto, dos Estados que surgiram com o colapso da URSS, a Rússia foi a única que manteve a permanência no Conselho de Segurança e o poder de veto;

C: Incorreta. A Indochina, ao tornar-se independente da França, dividiu-se em 4 Estados: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. As populações de Vietnã do Sul e de Vietnã do Norte decidiram que haveria um plebiscito para saber se queriam unir-se, o que não agradou as autoridades do Sul. Apoiados pelos EUA, iniciou-se a guerra contra os Vietcongs, população do Sul favorável à unificação com o Norte. Em uma guerra de guerrilha violenta, os EUA desistem do conflito, em 1975, o que permitiu a unificação dos dois Estados em um só, a República Socialista do Vietnã, com a capital Hanói, em 1976;

D: Incorreta. A sigla ETA, em basco, significa Pátria Basca e Liberdade. O grupo terrorista reivindica a independência da região do país Basco, e não da Catalunha;

E: Correta. A Tchecoslováquia terminou em 1993. O Estado, que ficara independente do Império Austro-Húngaro depois da Primeira Guerra Mundial, manteve-se sob o mesmo território duas nacionalidades distintas, a tcheca e a eslovaca. Em seguida, a Tchecoslováquia foi anexada à Alemanha de Hitler em 1938. O Estado passará a ser dominado pela influência soviética, a partir de 1948. Com a intervenção em Praga pelas forças soviéticas em 1968, houve um recrudescimento do sentimento nacional. Com o fim da URSS em 1989, inicia-se um processo de redemocratização, conhecido como Revolução de Veludo, liderado pelo dramaturgo Václac Havel (1936-2011), que viria a ser presidente da Tchecoslováquia até 1993. Não conseguindo fazer frente às dissidências nacionais, animadas pela redemocratização, a decisão de dividir o Estado em dois foi tomada no parlamento eslovaco, em 1992, que deveria ser efetivada no dia 31 de dezembro de 1992. Em 1993, os dois Estados foram criados.

Gabarito "E"

4. COLONIALISMO, IMPERIALISMO, POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO

4.1. O fim do colonialismo do Antigo Regime; A nova expansão europeia

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) No quadro mais amplo da contemporaneidade, o texto aproxima e distingue tendências do século XIX e do século XX. Nesse contexto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Revolução Industrial consolida novas relações de produção e, ao promover a expansão imperialista, contemplando novas formas de dominação colonial, estende a atuação do moderno capitalismo às mais distantes regiões do planeta.

(2) Ao contrário da Ásia e, particularmente, da África, ambas repartidas entre as principais potências ocidentais, a América Latina praticamente não sofreu a ação do imperialismo, o que se explica pelo fato de, em larga medida, as antigas colônias ibéricas terem conquistado sua independência na primeira metade do século XIX.

(3) Liberalismo e socialismo são duas das grandes representações do século XIX que estendem sua presença no século seguinte. Ao passo que o socialismo foi empunhado por setores da burguesia comprometidos com a justiça social e com uma face mais humanizada do capitalismo, o liberalismo mostrou, desde o primeiro momento, ser o abrigo natural dos grupos democrático-radicais.

(4) Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as disputas imperialistas e o jogo de interesses conflitantes entre as grandes potências européias inscrevem-se entre os fatores determinantes, mas não únicos, para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. O item pode ser analisado sob a perspectiva de Lenin acerca do imperialismo. O pensador russo afirmava que o imperialismo é a fase superior do capitalismo. De fato, o contexto no qual a expansão imperialista se dá é a Segunda Revolução Industrial. Esse período é marcado por crises (1873-1896), ainda incipientes, de excesso de produção. O imperialismo justifica-se nesse contexto, com o repasse do capital excedente de produção para as colônias e pelo aproveitamento dos recursos coloniais;
2: Errada. Como ressaltam muitos historiadores, a independência da América Latina no século XIX foi política, mas não econômica. Durante boa parte do século, embora em contradição com as linhas da doutrina Monroe, a Inglaterra pode exercer sua influência sobre os países latino-americanos autônomos. Com a Segunda Revolução Industrial, os países europeus necessitavam de uma quantidade maior de matérias primas, boa parte presente fora da Europa. A América Latina, endividada com as guerras de independência, foi o palco para a entrada de capitais europeus, que investiram em infraestrutura de transporte e de logística nesses países. Os jogos imperiais foram motivo de conflito entre países latino-americanos, como as duas guerras do Pacífico entre Chile e Bolívia. Há que ressaltar uma última ideia. A Inglaterra, na segunda metade do século XIX, deixa a América Latina em segundo plano, muito embora os países ainda mantivessem dívidas com ela, e inicia a sua empreitada em suas novas colônias, na África e na Ásia, onde sua atuação era mais direta. A saída da Inglaterra do palco latino-americano é marcado pela chegada de um novo ator, os EUA, que, no final do século XIX e princípios do século XX, praticava uma política mais ofensiva e mais imperialista, o Big Stick, do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919);
3: Errada. Primeiro, não se pode dizer qual classe social associou-se de maneira exclusiva com uma ideologia ou outra. Segundo, as associações estão equivocadas. O liberalismo na Europa associou-se mais com setores da burguesia urbana em sua maioria, com tendências a esquerda ou a direita, mas sempre em oposição à autoridade ou ao *status quo*. O socialismo foi adotado por operários emanados do processo de industrialização. As ideias de democracia estiveram presentes em ambas ideologias e ambos grupos, em função das tendências do momento;
4: Certa. Mais uma afirmativa que trata do desequilíbrio de poderes como uma das causas da Primeira Guerra, que levou à crises nos impérios e às divergências de interesse. Entre os outros fatores que podem ser citados estão as questões dos nacionalismos na Europa do Leste, principalmente a questão dos eslavos nos Bálcãs. Também estão os contextos de militarizações e de corridas aos armamentos praticados em quase todos os países europeus. Em muitos casos, fatores internos também foram importantes. O revanchismo francês com relação à Guerra Franco-Prussiana de 1870 foi um forte motivador de nacionalismo nesse país.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005) Na segunda metade do século XIX, o imperialismo – inclusive por sua vertente neocolonialista – atesta o grau de desenvolvimento do capitalismo e sua incessante busca de conquista dos mercados mundiais. A respeito desse processo de expansão, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O surgimento de uma Alemanha unificada, a partir de 1870, adicionou elemento novo e potencialmente

explosivo na acirrada competição por colônias e mercados encetadas pelas potências industrializadas. Esse novo elemento está a raiz de sucessivas crises que, em princípios do século XX, desnudaram a precariedade do equilíbrio de poder e do quadro de paz existente na Europa.

(2) A Conferência de Berlim, em fins da década de 80, tratou da partilha da África entre os grandes Estados europeus. Digna de destaque foi a preocupação registrada no documento oficial do encontro, qual seja, a de se respeitada a identidade étnico-cultural dos povos africanos no momento da definição das fronteiras coloniais.

(3) A fragilidade do Estado chinês, imerso em profunda crise interna, facilitou a presença, nesse país, do imperialismo ocidental na segunda metade do século XIX. Em pouco tempo, boa parte do litoral da China passou ao controle das potências ocidentais e, graças a tratados desiguais, a elas foi conferido o direito de extraterritorialidade.

(4) Foge aos padrões tradicionais a forma pela qual o Japão reagiu às pressões externas para que abrisse seu mercado ao comércio internacional. A Era Meiji, iniciada nesse contexto de expansão do capitalismo, significou a decisão de se proceder à modernização do país, inserindo-o na nova economia mundial, sem que se abdicasse da soberania.

1: Certa. A afirmativa mostra claramente o efeito da Alemanha unificada para a balança de poder europeia. Ela também ressalta o fato de que não foi o único fator que estimulou o rompimento da balança de poder. A Segunda Revolução Industrial havia aumentado o potencial produtivo de cada país, levando a excesso de produção. Esse excesso passa a ser escoado para os impérios coloniais. Tanto os excessos de produção como as dimensões dos impérios coloniais foram importantes para causar um desequilíbrio importante na balança de poderes europeias. As crises iniciam-se nos fins do século XIX, como em Suez e Fachoda, em 1898;

2: Errada. A identidade étnico-cultural dos povos colonizados não foi um tema abordado durante a Conferência de Berlim. Tratou-se de uma partilha que não necessariamente respeitou as especificidades das populações autóctones, e os efeitos serão sentido, por exemplo, no período da descolonização, com graves e violentos conflitos tribais pelos territórios independentes. Uma justificativa realçada durante a Conferência de Berlim foi o dever civilizatório que os europeus tinham de levar às populações colonizadas, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", de acordo com Rudyard Kipling (1865-1936);

3: Certa. As crises internas da China haviam causados problemas para a dinastia presente. O levante dos Boxers, uma sociedade secreta contra a presença dos estrangeiros, entre 1899 e 1901 é um exemplo comumente citado. A dinastia Qing estava enfraquecida desde a rebelião Taiping, entre 1851 e 1864, o que permitiu a entrada de potências estrangeiras, que repartiram regiões da Manchúria, através de tratados desiguais, não sem antes uma intervenção americana em prol da política *Open door*, criando zonas de influência na Manchúria;

4: Certa. O Japão inicia um processo de industrialização e de abertura por volta de 1860, que ficará conhecido com a era Meiji. Foi o único país da Ásia a passar por um processo tão avançado e, com exceção dos EUA, foi o único fora da Europa, de onde extrai o seu caráter exclusivo.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

4.2. Os debates acerca da natureza do Imperialismo; a partilha da África e da Ásia

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) Seguindo a trajetória ascensional da economia capitalista ao longo do século XIX, a Europa exerce incontrastável supremacia mundial quando do início do século XX. Ao comandar a expansão imperialista, especialmente em termos de neocolonialismo, as principais potências européias dividem o globo segundo seus interesses, muitas vezes justificando sua ação dominadora por meio de um construto ideológico — a missão civilizadora do branco europeu sobre povos e regiões considerados atrasados.

1: Certa. A afirmativa aborda vários temas e é bem abrangente. A primeira referência que se tem é sobre a Europa durante o século XIX e início do século XX, em que se verifica a sua supremacia mundial. De fato, a Europa é o centro do mundo durante o século XIX, pois foi onde surgiu as bases para as ideologias políticas que se mostrariam importantes no século seguinte. De maneira mais precisa, foi onde surgiu a Revolução industrial, que mudou, antes de tudo, o modelo de produção até então vigente, além de modificar permanentemente as antigas formas de produção, provocando processos de urbanização, por exemplo. Um segundo aspecto aborda a temática dos imperialismos, em que as potências europeias marcaram seus territórios no mundo. De fato, um efeito provocado pela Segunda Revolução Industrial, de 1850 em diante, foram os primeiros excedentes de produção, o que levou as potências a buscarem colônias em outros continentes, principalmente na África e na Ásia, onde pudessem escoar os excessos. Esse efeito levou o pensador russo Lenin a afirmar que o imperialismo nada mais é que um estágio avançado do capitalismo. A partilha da África foi, formalmente, finalizada na Conferência de Berlin de 1885. Finalmente, um último tema abordado, é sobre o dever de colonização que utilizavam as potências europeias para justificar a expansão do

imperialismo. Convencidos de sua superioridade, as potências da época utilizavam o argumento de que a civilização tem de ser levada para outros continentes. É desse argumento que surge o dever civilizatório dos europeus, e por isso tinham que colonizar as populações "selvagens" do mundo, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", como usou o britânico Rudyard Kipling (1865-1936).

Gabarito 1C

4.3. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão

(Diplomacia 2009) No que concerne ao domínio de potências coloniais na Ásia, no início do século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A China, civilização milenar e até então com estrutura política própria, foi dividida em protetorados sob domínio das potências ocidentais, ficando o imperador com sua autoridade restrita a Pequim e arredores.

(2) O Japão preservou sua independência ao promover modernização de grande envergadura, assimilando métodos e costumes ocidentais.

(3) A tentativa de modernização promovida pela imperatriz Tsenhi, na Reforma dos Cem Dias, gerou tensões que provocaram sua deposição, tendo a Revolução de 1911, que proclamou a República, posto fim à dinastia Manchu na China.

(4) O novo poderio militar japonês ficou comprovado na guerra de 1904-1905 contra a Rússia.

1: Errado. Na verdade, a China foi dividida em zonas de influências entre as potências, não em protetorados. As potências em questão são França, Grã-Bretanha, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e o Japão, este último passara recentemente por um processo de ocidentalização. Depois, foi a imperatriz regente Tzu-hsi (ou Tsenhi) (1835-1908), viúva do imperador, que permaneceu no poder na hora da repartição, embora a China encontrava-se enfraquecida politicamente na época. Enfraquecida politicamente, a imperatriz teve que ceder a entrada dos estrangeiros e a criação de esferas de influência;

2: Certo O Japão iniciou um processo de Ocidentalização em meados do século XIX, que permitiu que se tornasse uma potência imperial. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e ideias ocidentais – e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e das conquistas militares?" (p.53); "apenas o Japão foi bem sucedido nessa tarefa difícil, e em 1900 tornou-se um lobo entre os lobos." (p.387);

3: Errado. A Reforma dos Cem dias foi feita em 1898 pelo imperador Guangxu, sobrinho da imperatriz Tsenhi. Os seguidores da imperatriz, ala mais conservadora e xenófoba, promoveram um golpe ao cabo dos cem dias, o que transferiu o poder efetivo para a imperatriz, embora Guangxu permanecesse o imperador de fato até sua morte em 1908, destituído de todos os seus privilégios. O imperador Pu Yi (1906-1967) assume, aos dois anos de idade, sendo forçado a abdicar em 1912, em decorrência da Revolução que instaurou a República. Pu Yi foi o último imperador da China e o último da Dinastia Qing (ou Manchu), no poder desde 1644;

4: Certo. Como já fora comentado, o Japão, ao romper o seu isolamento e ao iniciar um processo de ocidentalização, comprovou o seu poderio militar na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Embora tivesse assinado um acordo com a Grã-Bretanha em 1902, uma Aliança militar, esta não teve participação no conflito, deixando o Japão derrotar a Rússia por conta própria.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

4.4. A descolonização

(Diplomacia 2008) Ao chegar ao fim, a Segunda Guerra Mundial desvelava um novo cenário mundial. Ao declínio europeu e à emergência de um sistema internacional bipolar, soma-se o movimento de independência na Ásia e na África. Relativamente a esse processo de descolonização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A descolonização ocorre em meio ao novo quadro internacional, no qual despontam, de um lado, os EUA e sua hegemonia sobre o mundo capitalista e, de outro lado, o prestígio alcançado pela URSS à frente do nascente bloco socialista.

(2) O processo de descolonização foi marcado pelo ambiente de tensão próprio da Guerra Fria, mas não pode ser a esta debitada influência exclusiva sobre as motivações e a forma de condução da luta pela emancipação das colônias.

(3) As semelhanças verificadas na descolonização de regiões distintas, como a África Negra, o Magreb, o Sudeste Asiático, o Oriente Próximo e o Extremo Oriente, explicam-se pela uniformidade da ação imperialista nessas áreas.

(4) Tendo em conta que a libertação nacional era objetivo comum, não se verificam diferenças significativas no pensamento e na ação de líderes como Nehru (Índia), Lumumba (Congo), Nasser (Egito) e Ho Chi Minh (Vietnã).

1: Certa. A afirmativa descreve o quadro estrutural da Guerra Fria. De fato, é nesse período que ocorre a maior parte das descolonizações, em duas fases distintas, entre 1945 e 1955 (primeira fase) e entre 1955 e 1962 (segunda fase), vale ressaltar que uma terceira fase também ocorreu, com as independências tardias, relativa às antigas colônias portuguesas (a partir de 1975). A divisão do mundo em blocos, como descritos na afirmativa, vai contribuir em parte para o sucesso do processo de independência dos antigos impérios europeus na África e na Ásia;

2: Certa. De fato, a Guerra Fria vai ter influência importante no processo de descolonização, mas não necessariamente será a única causa que motivou os povos dos regimes coloniais contra às suas respectivas metrópoles. Também são importantes os fatores internos aos regimes coloniais, como levantes nacionalistas ou crises sociais entre os povos dominados e dominadores. Outro fator importante, sem dúvida, foi o declínio das metrópoles, os antigos impérios haviam sofrido graves perdas políticas e econômicas e apenas conseguiam manter os seus regimes. Esse contexto, agregado ao contexto de guerra fria, é que possibilita o processo de descolonização. Conforme consta em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental na descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Estes, por sua vez, não se desenvolveram, na maioria dos casos, à revelia de apoios de grupos políticos e da opinião pública metropolitanos. [...] A presença mais ativa dos Estados Unidos e da União Soviética em alguns países e regiões era compensada pela quase total indiferença em outros." (p.221). A parte mais interessante desse contexto foi que configurou-se um novo sistema, do ponto de vista dos países do terceiro mundo, caso das novas nações que surgiram. Em vez de alinharem-se no conflito ideológico da Guerra Fria, o terceiro mundo abriu espaço para outro tipo de inserção internacional, no que ficou conhecido como "Movimento dos Não Alinhados", materializado na Conferência de Bandung de 1955: "Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);

3: Errada. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização

realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul);

4: Errada. Certo que o objetivo de todos era, de fato, a libertação nacional do jugo imperialista, no entanto, não o fizeram em contexto similares, muito menos empregando métodos ou ideologias parecidos. O jovem Lumumba (1925-1961), no Congo belga, tinha ideias socialistas, mas estava motivado pela febre nacionalista para render a independência do seu país; após a independência (30 de junho de 1960), os desdobramentos internos e as divergências pelo poder levam à internacionalização do conflito, num contexto de Guerra Fria, até a morte de Lumumba, em 1961. Nehru (1889-1964), na Índia, seguirá uma ideologia parecida, com tendências socialistas, mas o método empregado por ele será bem mais pacífico, muito embora o qualificativo seja contestado por alguns adversários; vira primeiro ministro depois da independência (15 de agosto de 1947) e permanece como chefe do governo até a sua morte. Nasser (1918-1970) vinha de uma linhagem militar, e conseguira uma popularidade importante no Egito, o que contribuiu para construir uma imagem carismática entre a população; no entanto, o Egito já era independente desde 1922 da Grã-Bretanha, que conseguira o mandato sobre o território logo após o desmantelamento do Império Otomano (1920); a sua popularidade vinha das lutas pela república, contra a monarquia (república declarada em 18 de junho de 1953) e pela sua atitude na Guerra de Suez (1956), quando nacionalizou o canal, o que gerou um conflito contra Grã-Bretanha e a França, que Nasser vence. Ho Chi Minh (1890-1969), voltado para o comunismo como ideologia, depois da Segunda Guerra, luta contra os franceses e torna o Vietnã do Norte independente em 1954, e incita os Vietcongs a fazerem o mesmo no Vietnã do Sul, que culmina na unificação em julho de 1976.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Entre as numerosas transformações trazidas pela Segunda Guerra Mundial, destacou-se a emergência da África e da Ásia, assinalada pela libertação das antigas colônias localizadas nesses continentes. A respeito desse processo de descolonização, decisivo para a configuração da nova realidade mundial pós-1945, assinale a opção correta.

(A) No processo de independência da Índia, destacou-se a ação política de Mahatma Gandhi, que tinha por princípio a não violência, expressa na resistência pacífica aos dominadores britânicos. Quando assumiu o cargo de primeiro-ministro, em face das dissensões políticas internas, Gandhi optou pela renúncia.

(B) Embora pacífico em praticamente todas as suas fases, o processo de independência da Indochina culminou na Guerra do Vietnã, região que, sucessivamente dominada por norte-americanos, japoneses e franceses, se tornou independente em face da ação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

(C) O atual Iraque, alvo de invasão militar norte-americana que culminou na prisão e na morte de Saddam Hussein, foi uma criação artificial do pós-Segunda Guerra, por imposição de Moscou, com a intenção de estabelecer, no Oriente Médio, uma área de influência soviética quando a Guerra Fria se apresentava mais ativa.

(D) Depois de nove anos de guerra, que deixou número expressivo de vítimas e que assinalou a firme disposição francesa de não abrir mão de sua colônia, a Argélia conquistou a independência em 1962, em meio a uma conjuntura emancipacionista que envolveu parte significativa do continente africano.

(E) O império colonial português na África foi um dos primeiros a desintegrar-se, provavelmente pelo fato de que ele jamais se submetera às condições impostas pelo moderno capitalismo de base acentuadamente financeira e crescentemente globalizado.

A: Incorreta. A primeira parte está correta sobre Gandhi (1869-1948), líder espiritual e político do processo de independência indiano. A segunda parte descreve, em parte, a carreira política de Nehru (1889-1964), que foi primeiro ministro de 1947 até sua morte. A afirmativa também erra nesse ponto, que, mesmo com as divergências de poder internas à Índia, principalmente a questão do Paquistão, Nehru manteve-se no poder até sua morte;

B: Incorreta. A guerra da Indochina não foi um processo pacífico, nem para os Franceses, nem para os Ingleses e muito menos para os americanos. A Indochina era uma colônia francesa que, durante a Segunda Guerra Mundial, fora dominada pelos japoneses, e os franceses motivaram as populações locais contra o ocupante. Depois da Segunda Guerra, a Indochina inicia, com Ho Chi-Minh uma guerra pela independência do país, que ele adquire dos franceses depois da vitória de Dien Bien Phu, em 1954. A vitória é dada e a França reconhece a independência na Conferência de Genebra, dividindo a Indochina em 4 partes: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. O Vietnã do Norte de Ho Chi-Minh adota o comunismo e estabiliza-se, enquanto que o Vietnã do Sul é entregue a um governo instável, apoiado pelas potências ocidentais. O Vietnã do Norte passa a tentar incorporar o Sul para criar um Estado único, através de um plebiscito, que o Sul recusa. Inicia então uma guerra dos Vietcongs (Comunistas no Sul), apoiados pelo Vietnã do Norte, contra o próprio Estado do Vietnã do Sul, que logo atrairá os EUA para o conflito, com o argumento de evitar um efeito dominó comunista na Ásia do Sudeste. A guerra de guerrilha que se inicia dos Vietcongs contra os EUA culmina em um conflito violento, favorável ao Vietnã do Norte. A guerra termina em 1975 e a unificação é feita em 1976, e o novo Estado passa a ser a República Socialista do Vietnã;

C: Incorreta. A Grã-Bretanha adquire os territórios do Iraque por mandato depois do desmembramento do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial (Tratado de Sèvres de 1920). Em 1932, a independência do país é negociada com a Grã-Bretanha, com o fim do mandato, e no mesmo ano é reconhecida, passando o Estado a fazer parte da Liga das Nações;

D: Correta. A Guerra da Argélia cria um antecedente importante para os processos de independência na África como um todo. A França exercia uma colonização "total" em suas colônias, com a instalação de civis com suas famílias, além dos militares. Em 1953, havia 600 mil franceses "Pieds Noirs" morando na Argélia, e dada a maior penetração dessa sociedade na vida pública, o processo de independência foi complicado e violento. A opinião pública na França dividir-se-á, visto o contexto instável da IV República (1946-1958). O FLN (Frente de Liberação Nacional pró-independência), a partir de 1953, inicia uma guerra de guerrilha, em resposta aos grupos paramilitares terroristas franceses atuando entre 1950 e 1953 (OAS-Organização da Armada Secreta). Após um *referendum* em 1961 na França, a independência é adquirida em 1962;

E: Incorreta. O império colonial português foi o último a cair, conhecido como processos de descolonização tardia. As independências só serão adquiridas depois da Revolução dos Cravos, que pôs fim ao Estado Novo de Salazar (morto de 1971). Guiné Bissau foi a pri-

meira nação a emergir, seguido por Angola e Moçambique. Os dois últimos países entrarão em dinâmicas da Guerra Fria e serão palco de enfrentamentos indiretos.

Gabarito "D"

Texto para a próxima questão

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Na conjuntura mundial de que trata o texto, uma das mais significativas manifestações de que um novo cenário nascia dos escombros da Segunda Guerra Mundial foi a emergência afro-asiática. Com efeito, enquanto Moscou e Washington concebiam o mundo como condomínio a ser disputado por dois síndicos poderosos, consolidava-se o processo de afirmação nacional na Ásia e, na África, avançava o movimento anticolonial. Tendo em vista esses acontecimentos, julgue (C e E) os itens subsequentes.

(1) Considera-se o ano de 1947 a data simbólica do início da dissolução dos impérios coloniais: é a data da independência da Índia e de sua partilha entre hindus e mulçumanos, que resultou na criação do Paquistão.

(2) O processo de emancipação dos novos povos colonizados não seguiu um modelopadrão, variou de região para região e foi contingenciado por fatores diversos, entre os quais, os métodos utilizados pelo colonizador e as condições internas de cada colônia.

(3) Nas colônias ou nas metrópoles, não foram poucos os intelectuais que assumiram a luta emancipacionista. Nesse sentido, um exemplo se impõe: o de Jean-Paul Sartre, que se notabilizou como a grande voz da consciência européia contra o colonialismo.

(4) Na Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), 29 países procuraram materializar o conceito de Terceiro Mundo, pronunciaram-se pelo neutralismo em face do sistema bipolar e comprometeram-se a apoiar a luta pela libertação dos povos ainda colonizados.

1: Certa. O processo de descolonização ocorreu primeiro na Ásia, iniciando na década de 1940 em alguns países. Para tanto, os exemplos da Índia e do Paquistão são cruciais, em 1947, constituindo um precedente para futuros processos;

2: Certa. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul). Os fatores internos em cada colônia também condicionarão a maneira como o processo desenvolver-se-á. Os movimentos, exaltados pelo nacionalismo e/ou, embora sempre em segundo plano, por ideais emergidos das dinâmicas da Guerra Fria, motivaram também processos de descolonização distintos;

3: Certa. A opinião pública nas metrópoles foi importante para aceitar o processo de descolonização. No caso francês, o filósofo Jean-Paul Sartre (1905-1980) mostrou-se liderança, principalmente no caso da Argélia. Na sua revista *Les Temps Modernes*, ele se mostra favorável à independência e ao direito de autodeterminação dos povos. A manutenção dos exércitos militares tinha um alto custo, o que não tinha respaldo positivo na opinião pública. Quando os apoiadores da Frente de Liberação Nacional passam a ser julgados, Sartre toma partido em favor dos rebeldes. Sua atitude será alvo de ataques da oposição, quando grupos de extrema direita, favoráveis à manutenção da Argélia como território francês, farão atentados terroristas contra ele e a edição da revista;

4: Certa. Na Conferência de Bandung, 1955, os países que desejavam manter uma equidistância com relação aos dois lados da Guerra Fria, reuniram-se para mostrar suas intenções. É em Bandung que surge a ideia de um movimento de não alinhados com as ideologias dos blocos soviético ou americano.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

4.5. A Conferência de Bandung

(Diplomacia 2007) Tal como oficialmente apresentada, a Conferência de Bandung, realizada em 1955, procurou criar um novo bloco que tivesse capacidade de ação política internacional diante dos dois polos de poder dominantes. A bússola que orientaria essa terceira força seria, conforme a declaração assinada ao final do encontro, a busca da paz por meio da cooperação internacional. Julgue (C ou E) os itens que se seguem, concernentes a esse contexto histórico do mundo pós-1945.

(1) A Conferência de Bandung consagrou uma linha política de não alinhamento, ou seja, uma opção diplomática de equidistância em relação ao sistema bipolar que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial.

(2) O êxito do espírito de Bandung deveu-se, sobretudo, à capacidade de superação de divergências históricas entre países asiáticos e africanos, de que seria exemplo emblemático a cordial e amistosa convivência entre Índia e Paquistão após a conquista das respectivas independências.

(3) A Conferência de Bandung condenou explicitamente toda e qualquer forma de colonialismo, identificado como um mal que devia ser extinto imediatamente,

por ser visceralmente contrário à Carta das Nações Unidas e aos direitos humanos.

(4) Na Ásia do pós-Segunda Guerra, os dois países mais populosos do mundo percorreram trajetórias distintas no caminho de sua afirmação: enquanto a Índia optou pelo reformismo liberal, a China assumiu a via revolucionária de esquerda, concretizada com a proclamação da República Popular em 1949.

1: Certa. É essa a premissa mesmo do Movimento dos Não Alinhados e da Conferência de Bandung. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);
2: Errada. A Índia, que adquiriu a independência em 1947, tem em Nehru um dos principais líderes de Bandung. No entanto, a independência indiana foi marcada por divergências internas, principalmente de ordem religiosa, que levará o país ao conflito por duas vezes contra o Paquistão, as guerras indo-paquistanesas, em 1965 e 1971. A primeira foi em função da fronteira da Cachemira, e a segunda, em função do apoio que a Índia prestou ao Paquistão Oriental (Bangladesh), quando de sua independência, em 1971. A Cachemira é, até hoje, uma região instável e contestada entre os dois países, e inclusive foi, em parte, responsável pelo aumento das tensões dos dois países, que levou à nuclearização de ambos;
3: Certa. Na Conferência, houve a redação de dez princípios que foram aprovados pela unanimidade. Entre esses princípios estão a nãoingerência e a nãointervenção, assim como o direito à autodeterminação dos povos. Muito embora não se encontre a palavra colonialismo, podemos deduzir do direito à autodeterminação que a prática é condenável. Os princípios fazem sempre referência à Carta da ONU, que é mencionada três vezes, para realçar o fato que os princípios de Bandung estão calcados na Carta, e é dela que se pode extrair a noção de direitos humanos;
4: Certa. A Índia declara a República com uma Constituição parlamentar, em 26 de janeiro de 1950, o que mostra o seu aspecto liberal, como é afirmado em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A força espiritual da independência da Índia e o experimento do parlamentarismo lá adotado tornariam a transição indiana modelar. " (p.222). A China, por outro lado, após a Segunda Guerra, entra em uma sangrenta guerra civil, em que o Parido Comunista Chinês, liderado por Mao, refugia-se para o campo e inicia uma guerra de guerrilha contra os Nacionalistas do Kuomintang. Finalmente, após adquirir apoio da população, o PCC chega ao poder em 1949, depois da Revolução Chinesa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

5. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NAS AMÉRICAS

5.1. A expansão territorial nos EUA; A Guerra de Secessão; A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando as duas primeiras ondas revolucionárias do século XIX, citadas no texto, e sua vinculação, direta ou indireta, com o continente americano, assinale a opção correta.

(A) Fatores internos, ainda que existentes, tornaram-se irrelevantes para a desintegração do sistema colonial ibérico frente à influência exercida pela conjuntura revolucionária européia no processo de independência latino-americana, conforme sugerido pelo texto.

(B) Entre os grandes libertadores da América espanhola, Simon Bolívar notabilizou-se pelo destemor com que se lançou à luta para emancipar a atual Argentina e pela convicção de que a prosperidade da América subordinava-se à existência de Estados plenamente autônomos.

(C) A onda revolucionária de 1848, por sua amplitude e espontaneidade, foi amplamente exitosa em suas aspirações populares, tanto na Europa — com o fim do sistema eleitoral censitário — quanto na América — com as reformas de Jackson (EUA).

(D) Semelhantemente ao ocorrido quando da invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas de Napoleão (1808), a Revolução Espanhola de 1820 contribuiu para o recrudescimento da luta pela independência das colônias latino-americanas.

(E) Inexistência de mercado interno expressivo e impossibilidade de aplicação de capitais pela via de empréstimos aos Estados são dois poderosos motivos que explicam o reduzido impacto da expansão capitalista européia, ocorrida na segunda metade do século XIX, sobre a América Latina.

A: Incorreta. Os movimentos internos tiveram importância. A primeira onda revolucionária descrita encaixa-se aqui, pois foi quando os movimentos de emancipação na América Espanhola passaram a ter êxito. Logo das invasões napoleônicas na península ibérica, um primeiro levante havia ocorrido, sem êxito, em circunstâncias distintas, dado a falta de uma articulação madura entre as elites políticas "crioulas" locais. Além disso, a Inglaterra ainda estava muito ocupada a época em conter os avanços expansionistas de Napoleão I. Nesse segundo momento, após 1815, com a Inglaterra aplicando sua política de *Splendid isolation* com relação às relações europeias e com um diálogo mais importante entre as elites locais, as revoltas de independência tiveram um outro destino, levando às emancipações das colônias americanas da Espanha;
B: Incorreta, trata-se de uma descrição de Simón Bolívar (1783-1830) que erra ao afirmar que ele fora responsável pela independência da Argentina. No Sul, a figura de José de San Martin (1778-1850) foi mais importante, liderando processos de emancipação na Argentina e Chile (neste último caso, feita conjuntamente com o militar Bernardo O'Higgins (1778-1842). A figura de Bolívar será importante nos processos ao Norte, com as independências da Grã-Colômbia (atuais Venezuela, Colômbia e Equador) e Bolívia. Os dois líderes também foram importantes na independência do Peru;
C: Incorreta. Por duas razões. Primeiro porque não se pode dizer que foi a Revolução de 1848 que terminou com o voto censitário. Mesmo que o sufrágio universal masculino tenha sido usado na França em 1848 para eleger Luís Napoleão Bonaparte como presidente, o mesmo não se pode afirmar das outras nações europeias. O próprio Luís Napoleão utilizará o sufrágio para ratificar, por plebiscito, o seu golpe de 1851. Segundo, não se pode dizer que as reformas do presidente Andrew Jackson (1767-1845) tenham sido influenciadas pela onda revolucionária de 1848. As reformas de Jackson foram implementadas durante a sua presidência (1829-1837). Elas almejavam ampliar a participação eleitoral nos EUA. É dessas reformas que Alexis de Tocqueville (1805-1859) se inspira para escrever *De la Démocratie en Amérique* (1835-1840);
D: Correta, pois foi a Revolução de 1820 na Espanha que trouxe de volta os ânimos da primeira leva de independência, na década de 1810. A Revolução restaura a Constituição de Cádiz de 1812, revogada em 1814, quando do retorno dos Bourbons e de Fernando VII ao poder. A Constituição pode parecer liberal na Europa, mas será considerada conservadora nas Colônias e promoverá a onda revolucionária que levará às independências. É correto afirmar que, em 1812, a Constituição tinha tido outro efeito nas colônias, ao promover os primeiros levantes. Até então, o processo de independência da América Espanhola não era visto como algo incontornável. Em 1820, a situação é distinta, dada a uma melhor articulação entre as elites nas colônias. As independências fizeram-se, dessa forma, em consequência da Revolução de 1820 e da adoção da Constituição de Cádiz;
E: Incorreta. Não se pode falar de um impacto inferior da expansão do capitalismo na América Latina. Pode-se dizer que ele foi desigual, em função de uma fraca e incipiente industrialização nas nações que surgiram depois de 1820, de economias ainda atreladas ao sistema de grande propriedade agrícola e de Estados com fronteiras ainda indefinidas. É possível afirmar que a ausência de um mercado interno também influenciou a repartição desigual do impacto do capitalismo, mas não se pode afirmar que houve pouca entrada de capitais na América Latina durante esse período, marcado pelo forte endividamento dos Estados. Os processos de independência aumentaram a dívida externa das nações, com as retribuições às colônias e com financiamento dos conflitos de independência. Durante a segunda metade do século XIX, a Revolução industrial consolidadava-se na Europa e a necessidade de matérias primas atraiu grandes investimentos europeus na América Latina. A entrada de capitais serviria, por exemplo, à construção de ferrovias. É importante ressaltar que a entrada de investimentos europeus motivaram, inclusive, conflitos regionais, como as guerras do Pacífico, entre Chile, Peru e Bolívia. Dessa forma, a expansão do capitalismo na América Latina teve um impacto considerável.

Gabarito "D"

5.2. A doutrina Monroe e sua aplicação; A política externa dos EUA na América Latina

(Diplomacia 2007) Seguindo uma tendência que a África e a Ásia levaram ao extremo, também a América Latina teve sua trajetória marcada pela radicalização política nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A onda de regimes políticos nacionalistas e reformistas na América Latina, iniciada com a Revolução Mexicana, que Cárdenas retomou a partir de 1934, ressurgiu na década de 50 do século passado, especialmente na Guatemala e na Bolívia.

(2) Vitoriosa em 1959, a Revolução Cubana, comandada por Fidel Castro, assumiu, em 1961, o caráter socialista de inspiração marxista e aprofundou os processos de coletivização de terras, nacionalização de empresas e monopolização do poder político.

(3) O Chile protagonizou a experiência latino-americana, inédita até então, de adoção do socialismo pela via eleitoral, que se deu com a vitória de Salvador Allende. Em 1973, um golpe de Estado pôs fim ao governo socialista e mergulhou o país em uma das mais ferozes ditaduras do Cone Sul.

(4) A chegada dos sandinistas ao poder nicaraguense, graças à vitória nas eleições de 1979 e ao apoio ostensivo de Washington, encerrou o ciclo de uma das mais duradouras ditaduras latino-americanas, a de Somoza.

1: Certa. O presidente Lázaro Cárdenas (1895-1970) esteve no poder no México entre 1934 e 1940. Durante esse período retoma os ideais da Revolução Mexicana de 1910 e promove uma serie de reformas nacionalistas, como nacionalização de empresas estrangeiras. A política de boa vizinhança dos EUA (1938) irá amenizar as dívidas contraídas, Cárdenas fará uma negociação. Além disso, ele organiza um reforma agrária de acordo com os ideais da Revolução, que era a vontade do líder revolucionário campesino Zapata. E para exaltar esse nacionalismo, Cárdenas promove a retomada histórica e cultural da Revolução, observado no Muralismo de Diego Rivera (1886-1957). Na Guatemala da década de 1950, o presidente Jacobo Arbenz (1913-1970) tenta também fazer uma reforma agrária e promover reformas no país, mas teve de enfrentar a oposição das poderosas multinacionais presentes no país. Por causa desse conflito, os EUA, por intermédio da CIA e grupos de oposição, promoveram um golpe que o tirou do poder em 1954, e ajudaram a instalar um ditadura no país. Na Bolívia foi a figura de Víctor Paz Estenssoro (1907-2001) que personifica o movimento nacionalista, com sua chegada ao poder em 1952 (vindo do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário). Ele promove uma reforma agrária no país assim como a nacionalização das minas de estanho;
2: Certa. É uma descrição da evolução da Revolução Cubana de 1959. Os EUA criam um embargo ao açúcar cubano, o que motiva a aproximação de Fidel com a União Soviética e a adoção de ideais comunistas, como descrito na afirmativa;
3: Certa. A eleição de Salvador Allende (1908-1973) chega à presidência chilena pela via democrática em 1970 com a Unidade Popular (UP), partido de esquerda. Ele promove reformas de cunho socialistas, com as nacionalizações das minas de cobre. As medidas de Allende não agradarão a todas as correntes políticas e a oposição generalizada leva à uma ingovernabilidade. O golpe é dado dia 11 de setembro de 1973 por Pinochet (1915-2006) e inicia uma ditadura até 1990, uma das mais violentas da América latina;
4: Errada. Os sandinistas não são eleitos, eles tomam o poder da família Somoza (Luís Somoza) em 1979, que estava na presidência desde

1936, no que ficou conhecido como a Revolução Sandinista. Depois da tomada do poder, os sandinistas, inspirados na figura de Augusto Sandino (1895-1934), iniciam reformas de cunho socialista moderado, como nacionalizações e reforma agrária, e atraem a atenção e o apoio da classe média. Os "Contras", um grupo de oposição nicaraguense, com o apoio tático e financeiro dos EUA, promovem ataques terroristas para desestabilizar o regime dos sandinistas. Mesmo com a condenação da atitude dos EUA na Nicarágua pela ONU, a guerra civil irá devastar o país, no que hoje é um dos países menos desenvolvidos da América.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Resguardadas as condições específicas de cada país e os aspectos singulares e próprios de seus processos históricos, é possível proceder-se à síntese da experiência latino-americana nas últimas cinco décadas. Relativamente a esse quadro geral, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Regimes autoritários, normalmente chefiados por militares, prevaleceram entre os anos 60 e 80 do século passado. Mantendo sua condição de "Suíça da América Latina", o Uruguai conseguiu ser a exceção democrática em um Cone Sul dominado por governos ditatoriais.

(2) Líder de movimento armado similar ao empreendido pelos guerrilheiros de Sierra Maestra, Salvador Allende foi o primeiro presidente socialista da América do Sul. Com sua queda, em 1973, o país mergulhou em uma das mais truculentas ditaduras do período, que foi chefiada pelo general Augusto Pinochet.

(3) Na Argentina, sucessivos golpes militares interromperam a experiência reformista em curso desde o final dos anos 1950 e conseguiram minar, possivelmente em definitivo, a força política que o peronismo historicamente possuíra no país.

(4) De maneira geral, o fim do ciclo autoritário na América Latina coincidiu com o esgotamento do modelo econômico por ele adotado. Não por outra razão, o retorno à democracia se fez acompanhar por novo surto de prosperidade econômica, razão direta da redução dos níveis de desigualdade social na região.

1: Errada. O Uruguai teve uma ditadura militar, entre os anos de 1973 e 1985;

2: Errada. Allende não foi líder guerrilheiro. Era socialista, da Unidade Popular (UP) e foi eleito democraticamente em 1970. Saiu do poder em 1973, depois do golpe de Pinochet;

3: Errada. A Argentina teve, de 1950 em diante, 4 golpes militares, 1955, 1962, 1966 e 1976. O primeiro deles tira Juan Domingos Perón (1895-1974) do poder. Militar de carreira, entrou na política, ironicamente, através de um golpe militar em 1943, liderado pelo GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*, do qual Perón faz parte), contra o presidente Ramón Castillo (1873-1944). Chega ao poder em 1946, por intermédio de dissidência dentro do exército. Exerce uma presidência aprovando medidas extremamente populares, que lhe dará renome entre os trabalhadores. O fato é que, mesmo com todos os golpes que sucederam, graças a essas medidas populares, o peronismo resistiu e até hoje perdura na política nacional. Perón é eleito presidente em 1952, seu segundo mandato, e cai com o golpe de 1955, o que obriga a exilar-se na Espanha. Ele volta em 1973 e é eleito no mesmo ano, até morrer em 1974, deixando no poder a vice-presidente, sua esposa, Isabel Perón, que cai com o golpe de 1976. O peronismo ainda é uma força política importante na argentina, englobando partidos e sindicatos da esquerda até a direita;

4: Errada. A maioria dos países, ao caírem as ditaduras, encontravam-se em crises econômicas. Não é por acaso que os anos de 1980 ficaram conhecidos como a "década perdida". Tomando o exemplo brasileiro, não se pode falar de um surto de prosperidade: a inflação só seria controlada com o Plano Real, de 1994. Em seguida, na maior parte dos países, adotou-se medidas neoliberais seguindo o modelo do Consenso de Washington. Os modelos contribuíram por um momento com uma estabilização econômica, mas não conseguiram reduzir as desigualdades. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu desfazer-se de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania." (p.310).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 1999) O ano de 1998 marcou o centenário da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos da América, por conta da qual a Espanha perdeu as seguintes colônias:

(A) Cuba, Uruguai e Porto Rico.

(B) Cuba, México e Venezuela.

(C) Filipinas, México e Bolívia.

(D) Filipinas, Cuba e Porto Rico.

(E) Porto Rico, México e Bolívia.

Anos de Independências:

- Cuba: 10 de outubro de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)
- Filipinas: 25 de julho de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)

• Porto Rico: 12 de junho de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)
Em 10 de dezembro de 1898, o Tratado de Paris é assinado, encerrando a Guerra Hispano-Americana, reconhecendo as independências de Cuba, Filipinas e Costa Rica com relação à Espanha. Os territórios foram cedidos aos EUA ao fim do conflito, de acordo com o Tratado de Paris. Cuba declarou a república em 20 de maio de 1902, mas de acordo com Emenda Platt, concedia aos EUA o direito de intervenção na política cubana. A Emenda Platt será revogada por Fulgêncio Batista em 1933. No ano seguinte das Filipinas, as populações locais declaram uma república, que será recusada pelos EUA, dando início à Guerra Filipino-Americana. Dada a sua posição estratégica, o território será palco de conflitos durante a Segunda Guerra, sendo invadido pelos japoneses. Ao fim da Guerra, a independência é concedida em 4 de julho de 1946. Porto-Rico é, desde a independência, um território dos EUA com um governo autônomo. As outras independências se dão em:
• Uruguai: 25 de agosto de 1825 (declarada), 27 de agosto de 1828 (reconhecia, do Brasil)
• México: 16 de setembro de 1810 (declarada), 27 de setembro de 1821 (reconhecida)
• Venezuela: 5 de julho de 1811 (declarada), 30 de março de 1845 (reconhecida)
• Bolívia: 6 de agosto de 1825 (declarada), 21 de julho de 1847 (reconhecida)

Gabarito "D"

5.3. O Pan-Americanismo; A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Ainda que próximo dos EUA, especialmente em termos comerciais, o Brasil da segunda metade da década de 40 do século XX – governo Gaspar Dutra – procurou manter-se equidistante no cenário de polarização ideológica e de retórica demasiado agressiva da guerra fria, eximindo-se de assumir atitudes políticas que pudessem significar comprometimento ou ruptura com as superpotências.

1: Errada. O item equivoca-se ao afirmar que Dutra (1883-1974) mantem uma postura equidistante. O presidente, eleito em 1945, ao chegar ao poder, alinha-se automaticamente com os EUA. Trata-se de um período de Americanismo ideológico da política externa brasileira, na qual o Brasil vai optar por seguir os ditames americanos, pelos quais, segundo Dutra, o Brasil alcançará seus interesses. Não faltam exemplos que mostrem esse alinhamento: em 1945, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a URSS, a pedido dos EUA; o PCB entra para a ilegalidade nesse mesmo ano; na Conferência Interamericana de segurança hemisférica, o Brasil é favorável à criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de acordo com a vontade americana; o Brasil vota, na Assembleia Geral da ONU, a favor da presença de Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança, em detrimento da República Popular da China, em 1949, a pedido dos EUA. Dutra, pensando que o alinhamento ideológico poderia ser usado como uma maneira de conseguir concessões financeiras dos EUA, sente um certo grau de frustração ao fim do seu mandato. Os EUA, ocupados com a reconstrução europeia e com a aplicação da Doutrina Truman, desviaram a atenção das questões hemisféricas, o que não foi favorável ao Brasil e terá efeitos já no governo Dutra e nos próximos anos.

Gabarito E

6. IDEIAS E REGIMES POLÍTICOS

6.1. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente

norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico ao qual ele se reporta, assinale a opção incorreta.

(A) As ondas revolucionárias citadas no texto refletem, ao lado de outros fatores, o choque entre as forças comprometidas com o Antigo Regime e as identificadas com o anseio de transformações na sociedade européia na primeira metade do século XIX.

(B) O segundo período do texto revela um dos principais objetivos do Congresso de Viena, qual seja, o de impedir a repetição da experiência libertária que a França protagonizara a partir de 1789 e que Bonaparte, a despeito de sua vocação imperial, disseminara pela Europa.

(C) Tendo ficado imune às ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa continental, a Grã-Bretanha recusou-se a aceitar as determinações do Congresso de Viena e, internamente, a promover reformas em suas instituições políticas.

(D) A Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820, inscreveu-se no contexto da primeira onda revolucionária européia e, em seus desdobramentos, provocou o retorno de D. João VI a Portugal e a adoção de medidas recolonizadoras pela metrópole, o que impulsionou o processo de independência do Brasil.

(E) O Nacionalismo já se manifestava nas ondas revolucionárias mencionadas no texto e teve, nas unificações alemã e italiana, na segunda metade do século XIX, dois de seus símbolos mais expressivos.

A: Correta, pois estabelece um paralelo entre os dois lados que se enfrentariam, ao longo da primeira metade do século XIX: de um lado, a Restauração, do outro, a Revolução;

B: Correta. O Congresso de Viena consagra o sistema de Metternich, refletindo o equilíbrio de poder na Europa, que manteria uma paz relativa até 1914. A reunião informal de diplomatas marca o início da Restauração, série de medidas reacionárias à Revolução de 1789, para terminar com a sua disseminação, principalmente, de seus ideais iluministas e liberais;

C: Incorreta. O representante britânico, o Visconde de Castlereagh, defende os interesses da Inglaterra, que era estabelecer um mecanismo que garantisse o equilíbrio continental. Ao ser atingido, a Europa continental entraria em relativa estabilidade, o que possibilitaria à Inglaterra explorar seu império e expandir o capitalismo, a produção da sua revolução industrial. Nesse embate, a única nação que poderia impedir a plena expansão dos interesses britânicos seria a Rússia, representada pelo Czar Alexandre I, império forte que poderia ameaçar a Inglaterra. Finalmente, o Congresso, salvo algumas exceções, impõe o Sistema de Metternich, o Concerto Europeu, que estabelecerá o equilíbrio de poderes na Europa até 1914, quando o sistema falha em impedir a Guerra. A Inglaterra, de certa forma, atinge seu objetivo. O outro objetivo, que era restaurar o Antigo Regime, a Santa Aliança, ordem militar criada no Congresso, da qual a Inglaterra não participou, fracassara em suas poucas atuações. Com a Europa estabilizada, a Inglaterra inicia o seu *Splendid Isolation*, uma política externa que redireciona suas prioridades e seus interesses para outros continentes;

D: Correta. Trata-se de uma descrição dos eventos da Revolução liberal de Porto, e é dessa descrição que pode ser encaixada na primeira fase das Revoluções. Com a família real no Brasil, Portugal passa a ser uma entidade dependente das ordens vindas do Rio de Janeiro. A abertura dos portos de 1808 e os tratados de 1810 foram sentidos de maneira negativa em Porto e Lisboa, cidades portuárias. Assim, um primeiro levante deu-se em Lisboa, em 1817. Em 24 de agosto de 1820, a Revolução eclode em Porto, com a instalação de uma Junta Provisória que, mais tarde, quando a insurreição atingir Lisboa, fará uma única Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, com o intuito de promover uma constituinte. Em janeiro de 1821, uma Constituição provisória entra em vigor. A família real volta em 1821, com Dom João VI à frente e Dom Pedro tendo permanecido no Brasil. A estratégia de Dom João era utilizar o Brasil como barganha, dado que as reivindicações dos revolucionários baseavam-se no retorno ao Império centralizado em Lisboa, caso a Constituição não lhe fosse favorável. O Brasil tornar-se-ia independente nesse caso. Por esse motivo, a Revolução do Porto impulsionou o processo de independência do Brasil;

E: Correta. As unificações alemã e italiana utilizarão de premissas presentes nos movimentos do nacionalismo como justificativa para motivar as populações. De fato, nesse caso, não serão necessariamente revoluções que motivarão as unificações, mas processos lentos de aceitação de um governo único.

Gabarito "C"

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) O espírito revolucionário que acompanha o século XIX, "tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo", como afirma o texto, foi embalado pelas grandes ideias que arrebata-

ram, naquele contexto histórico, o Ocidente, em especial a Europa: liberalismo, nacionalismo e socialismo. A respeito desse cenário, no qual se gesta o século XX, assinale a opção correta.

(A) O sentimento nacional, que aflora sobretudo com a Revolução Francesa, amplia-se na medida em que o movimento social e as lutas políticas se intensificam. Exemplo especial disso foi a luta pela independência da Grécia, na primeira metade do século XIX, causa a que aderiram combatentes libertários oriundos de várias nações.

(B) Os socialistas aparecem na cena política europeia participando de movimentos revolucionários ou insurrecionais, a partir do momento em que as obras de Marx e Engels são mais divulgadas e estudadas, o que acontece nas décadas finais do século XIX.

(C) Movimento anarquista, a Comuna de Paris (1870) constituiu-se, concreta e objetivamente, no "assalto ao poder" por parte do operariado, utopia que tanto estimulava as ações dos grupos socialistas. O êxito do movimento, que levou pânico às elites europeias, garantiu aos revolucionários o controle da capital da França até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

(D) As unificações políticas da Alemanha e da Itália foram alcançadas graças à mobilização popular e à força de movimentos sociais. Esse fato explica o viés pacifista e levemente socialista que ambos os Estados passaram a ostentar, em flagrante oposição à realidade da época.

(E) A unificação política da Alemanha seguiu trajetória singular. Ela se fez a despeito da mais absoluta ausência de unidade econômica entre os Estados germânicos e da adoção do mais extremado liberalismo.

A: Correta. O nacionalismo foi um dos movimentos mais importantes do século XIX e intensificou-se com a ideologia do liberalismo, em que o ideal da liberdade era visto como um sentimento romântico a seguir-se, principalmente nos casos de povos oprimidos. A independência da Grécia é evidência desse fato, como vemos nos quadros de Delacroix (1798-1863), um dos mais famosos sendo "O Massacre de Quios" (1824). De acordo com Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*, "a perene luta dos pastores de ovelhas e dos heróis-bandoleiros contra *qualquer* governo efetivo se fundiu com as ideias do nacionalismo da classe média e da Revolução Francesa: a luta grega pela independência (1821-1830). Portanto, não foi por acaso que a Grécia se tornou o mito inspirador dos nacionalistas e liberais de todo o mundo. Pois somente na Grécia todo um povo se insurgiu contra o opressor de uma maneira que poderia ser identificada de forma plausível com a causa da esquerda europeia; e, por sua vez, o apoio da esquerda europeia, encabeçada pelo poeta Byron, que lá morreu, foi uma considerável ajuda para a conquista da independência grega." (p.200);

B: Incorreta. O socialismo tem uma origem ideológica e outra prática, e ambas remontam a bem antes dos escritos de Max e Engels. Movimentos na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX aparecem com a criação de sindicatos (Unions) e com as reivindicações do Cartismo, cujos líderes serão condenados a morte. Na ideologia, houve o que se pode chamar de socialismo utópico, surgido do esforço intelectual de pensadores na primeira metade do século XIX. Inspirados das ideias de Gracchus Babeuf (1760-1797), eles desenvolveram ideais socialistas, como a alteração da propriedade privada. São famosos os socialistas utópicos como Saint-Simon (1760-1820), Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) e os britânicos da Fabian Society. Só a partir de 1848, Marx e Engels verão um potencial prático e um ideológico que é necessário unir para criar os ideais socialistas como são conhecidos;

C: Incorreta, pois a Comuna de Paris de 1871 durou apenas alguns meses, de março até maio, quando foi fortemente reprimida pelas tropas do presidente provisório Adolphe Thiers (1797-1877), com o apoio da Prússia. O levante se deu em reação a derrota francesa contra a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870;

D: Incorreta. Embora seja possível afirmar que a parte descritiva esteja certa com relação à Itália. A unificação alemã deu-se graças a autoridade de Bismarck, que a forçou a unificação com conflitos e jogos diplomáticos com seus vizinhos. Por outro lado, em ambos os casos não se pode falar de um viés pacífico: se por um lado, Bismarck teve de enfrentar a Dinamarca, a Áustria e a França, a Itália teve duas frentes, no Norte com o Piemonte e no Sul com Garibaldi, além de receber apoio financeiro, prático e logístico de Napoleão III contra a Áustria;

E: Incorreta. Por dois motivos. O primeiro é a que afirma uma ausência de unidade econômica, pois nos Estados alemães, desde 1834, foi criado o Zollverein, ou a união aduaneira. Dissolvido em 1866, em função da Guerra Austro-Prussiana, ele retorna em 1867, incluindo os Estados do Sul, integrados à Prússia. O segundo erro é afirmar que Bismarck adota o liberalismo. Bismarck chega à chancelaria da Prússia em 1862, a pedido do rei Guilherme I, para resolver os dilemas acerca da cobrança de impostos no Parlamento de Frankfurt: os liberais não aceitavam a unificação imposta, mas através do liberalismo. A autoridade de Bismarck impõe aos parlamentares a condição da unidade nacional em detrimento do liberalismo.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Três grandes forças ideológicas que perpassaram, ainda que em tempos históricos não concomitantes, o século XIX, no plano das ideias políticas, foram:

(A) O liberalismo, os movimentos das nacionalidades e o fascismo.

(B) O militarismo, o nacionalismo e liberalismo.

(C) O socialismo, o autonomismo e o nacionalismo.

(D) Os movimentos das nacionalidades, o liberalismo e o socialismo.

(E) O autonomismo, o fascismo e o socialismo.

A resposta certa encontra-se no quesito D:

Liberalismo: ideologia criada depois da Revolução Francesa e que tornou-se predominante entre as sociedades burguesa do século XIX. É uma corrente que defende os direitos individuais, o indivíduo está à frente da razão de Estado, e critica, dessa forma, os direitos coletivos e associativos. Trata-se também de uma ideologia da liberdade, reconhecida entre os monarcas, e que defende a propriedade privada. Dessa ideia emana a oposição à toda forma de autoridade absoluta, e, por essa razão, a lei deve ser respeitada e consagrada, de forma a limitar o poder dos dirigentes. Finalmente, o liberalismo é uma ideologia que se associa a uma corrente parlamentar, mais ou menos republicana, como regime para sua prática, embora não necessariamente defenda ideais democráticos;

Movimento das Nacionalidades: o movimento das nacionalidades também pode ser considerado um movimento do século XIX. A Revolução de 1789 era de início universalista, mas logo teve seu projeto redirecionado em direção a exaltação das nacionalidades, como uma busca pela identidade. É nesse âmbito que se dá a criação do Estado-nação, que delimita as fronteiras do Estado a uma série de padrões culturais comuns, como língua, história e a geografia. Trata-se da função política da nacionalidade, de determinar características comuns a uma população. Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, define bem a ideia: "Definiremos o nacionalismo como um sentimento com raízes em amplas circunstâncias históricas, geográficas, linguísticas ou culturais. Ele se caracteriza pela consciência que tem um grupo de pertencer a uma tradição derivada dessas circunstâncias, as quais diferem das tradições de outros grupos. A formação nacional é a realização política dos propósitos do nacionalismo, a tradução do sentimento em poder." (p.573);

Socialismo: o socialismo foi primeiramente praticado e depois teorizado. Ele encontrou forma antes de 1850, na reivindicação social dos

operários a serviço da primeira Revolução Industrial, por melhores condições de trabalhos. Os primeiros a pensar sobre o socialismo foram os socialistas utópicos, como o Saint-simonismo, entre outros. O socialismo passou a ser uma ideologia corrente a partir de 1850, com os pensadores do movimento operário, entre os quais se destacam Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). A primeira internacional operária ocorre em 1864, com a reunião de sindicatos e de grupos operários em Londres, criando um ideal de classe operária que passa as fronteiras do Estado-Nação;
Esses três movimentos foram importante ao longo do século XIX, portanto, a resposta D é a correta dessa pergunta. Vejamos brevemente os outros movimentos citados:
Fascismo: foi criado nos anos de 1920 na Itália como uma reação ao modelo liberal, praticando um forte intervencionismo de Estado em todas as camadas da sociedade. O ideal do fascismo, em muitas de suas variantes, era a exaltação da Nação e defende os interesses dos seus dirigentes;
Autonomismo: deriva do socialismo e teve sua importância a partir da década de 1960. Ele pede que os trabalhadores sejam autônomos na produção, ou seja, opõe-se a autoridade do capitalista e, por consequente, do Estado. É um movimento que reivindica a descentralização do Estado, e associou-se, além das suas vertentes socialistas, com ideais anarquistas;
Militarismo: trata-se de um conceito antigo, utilizado bem antes do século XIX, com origens incertas. Ele afirma que uma sociedade deve basear-se em suas vertentes militares, ou seja, num tipo de governo dirigido à exaltação militar, e a segurança do Estado é a prioridade do governo. O movimento reapareceu em fins do século XIX, com a corrida aos armamentos promovida pelo sistema de Aliança de Bismarck. O militarismo então contribuirá, em parte, para criar a instabilidade característica do pré-guerra.

Gabarito "D"

6.2. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália

(Diplomacia 2008) Entre os movimentos nacionalistas que se destacaram na Europa do século XIX, poucos poderiam rivalizar, em termos de importância, com as unificações alemã e italiana. Fatores internos e externos se conjugaram para que, ao fim de complexo processo de luta, Alemanha e Itália surgissem como Estados nacionais. A propósito desses acontecimentos, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Absorvido pela política interna da Prússia, o chanceler Otto von Bismarck não empreendeu projetos na área econômica que pudessem contribuir para a Alemanha como um todo.

(2) Para reduzir custos e ampliar a possibilidade de alianças externas, Bismarck optou por não investir na modernização do exército prussiano, apostando na via diplomática e na ação política para isolar a Áustria, cujo interesse era a manutenção de uma Alemanha fragmentada.

(3) A guerra de 1870 contra a França surpreendeu o chanceler Bismarck, que considerava o conflito empecilho perigoso a seus planos de unificação da Alemanha.

(4) Na Itália, o processo de unificação, que teve em Mazzini e Garibaldi lideranças exponenciais, envolveu necessariamente confrontos externos, até porque seu território era alvo de interesses múltiplos, a exemplo dos interesses austríacos, dos pontifícios e dos franceses.

1: Errada. O chanceler Bismarck (1815-1898) chegou ao cargo em 1862, na Prússia, para resolver um problema relativo aos impostos. Realista político, Bismarck via a Prússia como a região que iria liderar a unificação alemã, e para isso, a região tinha de permanecer unida, para mostrar-se forte. No parlamento da Prússia, desde 1859, os liberais haviam atingido uma maioria e impediam a aprovação de projetos que aumentasse a parte do orçamento destinada aos gastos militares. O rei da Prússia, Guilherme I (1797-1888) entrega a chancelaria para Bismarck, resolver esse impasse. Resolveu o dilema mostrando autoridade e centralismo de poder, em prol do poder da Prússia e em detrimento do liberalismo. Dessa forma, conseguiu a aprovação de várias propostas de impostos no parlamento. Não se pode dizer bem se ele empreendeu políticas econômicas, antes da unificação, que contribuíssem para a Alemanha como um todo, no entanto, depois da unificação, ele promoveu a criação de tarifas alfandegárias para proteger a nascente indústria alemã, ainda repartida de maneira desigual pelo território. Finalmente, não se pode afirmar que Bismarck esteve absorvido pela política interna da Prússia, dado que sua *Realpolitik* consistia em unificar todos os Estados alemães sob a liderança da Prússia, o mais poderoso de todos. E foi Bismarck que conseguiu tal façanha, em apenas 8 anos na chancelaria, além de resolver os problemas internos da Prússia, como o dilema entre nacionalismo unificador ou nacionalismo liberal, que divergia os liberais no parlamento da Prússia. Bismarck forçou a unificação em detrimento do liberalismo;
2: Errada. A unificação alemã foi marcada pelo reforço do exército e por conflitos em suas fronteiras, ações que promoveriam a unificação da nação alemã. Sua chegada à chancelaria da Prússia foi para resolver o dilema acerca do aumento dos gastos militares, do qual era favorável, mas o parlamento, de maioria liberal, opunha-se. Bismarck, que era a favor da modernização do exército, tratou de conseguir a força a aprovação do projeto, entre outros impostos que ele conseguiu criar. Para o seu projeto unificador, com a Prússia na liderança, Bismarck sabia que a Áustria (Áustria-Hungria desde 1867) não deveria estar integrada à Alemanha, o que enfraqueceria o poder prussiano. Primeiro, Bismarck convida a Áustria, em 1864, para ajudá-lo contra a Dinamarca pela tomada do Schleswig e do Holstein. Como havia planejado, a Áustria reivindicou um dos territórios, o que motivou um conflito entre os dois reinados, em 1866, a Guerra das Sete Semanas, marcada pela Batalha de Sadova (3 de julho de 1866). A Prússia leva o conflito facilmente, o território da Venécia é entregue à Itália e a Áustria fica de fora dos projetos de Bismarck, além de não ser mais nenhum empecilho à unificação alemã;
3: Errada. Bismarck via no conflito contra a França um mal necessário à unificação dos Estados alemães. De fato, os Estados alemães do Sul, como Bavária, Baden e Wurttemberg, próximos da fronteira com a França, ainda não tinham aceitado integrar-se ao projeto unificador alemão de Bismarck. Em um jogo diplomático brilhante, o chanceler consegue motivar os franceses a entrarem em guerra contra a Prússia. O rei Guilherme I foi de encontro ao embaixador francês em Ems, cidade da Prússia, para discutirem sobre uma questão da sucessão ao trono espanhol, que os Hohenzollerns tinham interesse. O embaixador recusa a proposta do rei, e Guilherme I envia uma mensagem para Bismarck para contar o ocorrido, mensagem que ficou conhecida como o "despacho d'Ems". O chanceler difunde parte da mensagem, e as palavras do rei não agradaram aos franceses. Bismarck ainda aproveitou para tornar público documentos que afirmavam intenções de invasão dos Franceses sobre a Renânia, região estratégica alemã, para assim, exaltar os ânimos nacionalistas alemães. A Guerra Franco-Prussiana, declarada pela França em 19 de julho de 1870, motivou os Estados do Sul em favor da Prússia, completando a unificação. Iniciou-se em 2 de agosto de 1870 e terminou-se em 4 de setembro. A guerra foi um êxito das jogadas diplomáticas de Bismarck, que além de vencer facilmente, recebeu a Alsácia-Lorena da França e terminou o seu projeto de unificação alemã;
4: Certa. A afirmativa retoma as grandes linhas da unificação italiana. Apesar de ter sido levado adiante pelos liberais, com o conde de Cavour (1810-1861) à frente do processo, os ideais democráticos e republicanos de Mazzini (1805-1872) motivavam os jovens revolucionários românticos do "Jovem Itália", ideais que tiveram ecos favoráveis na pequena e média burguesia de Milão, Veneza e Roma. Garibaldi também terá sua importância,

mas como um homem de ação, na unificação, por empreender campanhas e batalhas pelo Sul da Itália. Carismático e romântico, ele será visto mais tarde, junto com Mazzini, Cavour e Vítor Emanuel II (1820-1878) como os principais homens da unificação italiana. A Itália terá uma série de confrontos externos que lhe serão necessários na unificação. Napoleão III (1808-1873) será um de seus maiores articuladores, demonstrando, muitas vezes, atitudes contraditórias. Após o atentado de Orsini, em 14 de janeiro de 1858, o Imperador encontra Cavour em 21 de julho de 1858, e compromete-se a ajudar as tropas do Piemonte. Sua ajuda será essencial contra a Áustria, nas batalhas de Magenta e Solferino, respectivamente, 4 e 24 de junho de 1859, que renderá a Lombardia ao Piemonte. Garibaldi, ao Sul, junto com a Expedição dos Mil, haviam desembarcado na Sícilia em 11 de maio de 1860, tomam Nápoles e Palermo, em setembro, e ameaçam entrar em Roma. A atitude é condenada por Napoleão III, que defendia, acima de qualquer ideal nacionalista, o catolicismo e os Estados Pontifícios de Roma. Napoleão III retira as tropas francesa que empurravam os piemonteses ao Norte contra a Áustria, e ameaça Garibaldi. Em 1862, Garibaldi é obrigado a recuar frente aos territórios papais, a pedido de Vítor Emanuel II, e ambos assinam a "Convenção de Setembro" em 1864, na qual Garibaldi compromete-se em não entrar em Roma. Finalmente, a Venécia é entregue à Itália após a Batalha de Sadova, em 1866. Restam apenas os Estados Pontifícios, que serão integrados à Itália em 1870, depois da derrota de Napoleão III contra Bismarck.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

6.3. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo

(Diplomacia 2008) Com relação aos regimes políticos autoritários no século XX e às ideologias concorrentes nesses regimes e nos de caráter democrático, assinale a opção correta.

(A) O ideário liberal e democrático serviu, no século XX, como alternativa política aos regimes fechados, muito embora tenha havido dificuldades para serem universalizadas suas características por todo o mundo.

(B) Como fenômeno histórico, o fascismo esgotou-se com a derrota na Segunda Guerra Mundial, e seu ideário, ainda que amainado e diluído em formas menos radicais, não encontra condições para sobreviver desde então.

(C) Os regimes de caráter autoritário — tanto os de direita, como o fascismo italiano, quanto os de esquerda, como o socialismo real soviético — foram discretos na utilização de técnicas da propaganda como forma de fomento à sua legitimidade.

(D) O regime nazista manteve-se na Alemanha, mesmo com baixa adesão das classes populares e elevada reação dos setores tradicionais da política alemã.

(E) Mesmo sofrendo o impacto da crise econômica e política das décadas de 1920 e 1930, o continente americano conseguiu reagir aos efeitos da crise sem apelar para a solução autoritária ou adotar regimes mais acentuadamente centralizados, o que significou manter praticamente intactas as instituições liberais.

A: Correta. Essa afirmativa mostra como o ideário liberal foi aceito de melhor maneira durante o século XX, através da democracia. Embora possa ser afirmada que constituía uma alternativa aos regimes centralizados, não confirma que tivera êxito o modelo. Ao fim da Primeira Guerra, muitos Estados aceitam a democracia liberal como modelo político, como parte do processo de transformação que a Guerra promovera. Deve-se ressaltar que ainda existiam impérios na África e na Ásia, com modelos políticos particulares, diferentes, em sua maioria, das democracias liberais das metrópoles. Além disso, o período entreguerras marca o recrudescimento do modelo liberal democrático, com a ascensão de regimes centralizados e, muitas vezes, autoritários. Hobsbawm chega ao ponto de mencionar, em um dos capítulos de *A Era dos Extremos*, a queda do liberalismo (p.113-143) e fala da dificuldade de manter um regime pouco atraente: "a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz." (p.140). Mesmo assim, a liberal democracia foi um modelo alternativo aos regimes fechados;
B: Incorreta. Não se pode falar do fim do fascismo com o fim da Segunda Guerra Mundial. Alguns Estados ainda mantiveram a população sob o fascismo mesmo depois da Guerra. É o caso da Espanha de Franco, cujo Caudilho esteve no poder entre 1939 e 1975, com um partido surgido na década de 1960, o *Fuerza Nueva*, que não tem mais tanta relevância assim. O Estado Novo de Salazar também tinha alguns traços fascistas, embora alguns historiadores questionam o caráter fascista do ditador português. Na América Latina, nos anos de 1970, principalmente, e na década de 1980, em alguns casos, algumas ditaduras militares adotavam ideais e elementos fascistas. Eram, sobretudo, regimes autoritários. Ainda assim, é difícil afirmar que o fascismo, como fenômeno histórico, encontra dificuldade de manter-se. O que de fato houve foi uma decadência de sua forma política de Estado. Como fenômeno social, ainda é possível encontrar grupos que se autodenominam "neofascistas", muito embora com pouca representatividade, mas com peso social importante. Outra ideia é a de Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, que faz uma reflexão sobre o radicalismo religioso, os "fundamentalistas", que ele não afirma serem uma forma de fascismo, mas a comparação é suficiente para dar uma ideia de sua opinião. De fato, para o autor, "O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas" (p.541), e que, em tempos de crises e em movimentos de massa, os dogmatismos podiam levar aos extremos políticos, como nos fascismos do período entre guerra: "Não pela primeira vez, a combinação de nulidade intelectual com uma forte e mesmo desesperada emoção de massa se mostrava politicamente poderosa em tempo de crise, insegurança e [...] Estados e instituições em desintegração. Como os movimentos de ressentimento do entre guerras, que tinham gerado o fascismo, os protestos religioso-políticos num mundo em desintegração [...] forneciam o húmus em que podiam crescer forças políticas efetivas." (p.545-546);
C: Incorreta, pois a propaganda foi um instrumento essencial dos regimes fascistas, para divulgar as ideologias e manter certa estabilidade social na população. A propaganda atingia vários níveis, desde a difusão da informação nos meios de comunicação, até o doutrinamento nas escolas, com materiais que provocavam a glorificação ao movimento e ao líder;
D: Incorreta. Embora a chegada de Hitler à chancelaria da República de Weimar fora controversa, em 1933, ele recebeu amplo apoio popular em um plebiscito ratificando a sua decisão de unir a presidência e a chancelaria alemã, com 90% dos votos;
E: Incorreta. Embora a resposta esteja certa até a última afirmativa. De fato, em resposta à crise de 1929, os governos não deixaram os regimes caírem na centralização ou em regimes políticos autoritários. Não significa que mantiveram instituições liberais intactas, pelo contrário, tratou-se de negar o liberalismo econômico. Até então, a solução para momentos de crise econômica era o famoso *laissez faire* dos clássicos, que acreditavam na resolução automática das crises. Logo verificou-se um tipo de desemprego independente do nível de renda demandado pelos agentes de trabalho, isto é, a oferta de emprego não era suficiente para suprir a demanda, havia mão de obra ociosa. A saída da crise foi abandonar o liberalismo econômico, em todos os países, e promover o intervencionismo do Estado na economia, o que corresponde a um aumento acelerado dos gastos públicos, que estimulava a mão de obra pela criação do emprego, o que aumentava a renda dos agentes, para assim aumentar a demanda agregada e estimular a economia.

Gabarito "A"

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) O período entre as duas guerras mundiais do século XX foi marcado pela radicalização política. A instalação de regimes totalitários em vários países europeus contribuiu para o acirramento das tensões, que, ao lado de outros fatores, colaborou decisivamente para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A respeito desse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Embora tenha participado da aliança vitoriosa na Primeira Guerra Mundial, a Itália afastou-se das democracias liberais na medida em que, já na década de 20 do século passado, o país se tornou vítima dos métodos violentos do fascismo, que não encontrou resistência organizada.

(2) Na Alemanha, o totalitarismo nazista aproximava-se dos demais regimes fascistas, entre outros fatores, pela adoção do racismo como política de Estado.

(3) Espanha, Portugal, Polônia, Iugoslávia e Hungria são exemplos de Estados europeus que adotaram regimes ditatoriais de cunho fascista que não sobreviveram à vitória dos Aliados, derrubados nos anos que se seguiram ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

(4) Nas Américas, enquanto o new deal, de Roosevelt, reiterava a aposta dos EUA na viabilidade do modelo ultraliberal de capitalismo, a experiência brasileira sob o regime de Vargas, no Estado Novo, apontava para a crescente presença estatal na economia.

1: Certa. A afirmativa trata da ascensão do fascismo na Itália. Sai da Guerra vitoriosa, mas não recebe as indenizações que lhe eram devidas, e as dissidências internas vão motivar a chegada de Mussolini (1883-1945) no poder em 1922, nomeado primeiro ministro. O fascismo logo torna-se culto diário na Itália, impregnando a sociedade, que não ofereceu muita resistência organizada;

2: Errada. Não era pelo racismo, mas por outras características que o nazismo se aproximava do fascismo. Havia uma diferença crucial entre fascismo e nazismo, era que o primeiro concentrava os esforços na exaltação do Estado, e o segundo tinha por interesse a glorificação do ser. É no fascismo que se busca uma utopia, enquanto que o nazismo queria criar uma raça superior. Por essa razão, as ideologias diferem, e o racismo é uma prática exclusiva do nazismo;

3: Errada. Os dois únicos Estados em que podemos ver algo de fascismo, ainda que a afirmativa seja controversa e muitos estudos estão em processo de revisão, são Portugal de Salazar, com o Estado Novo (1933-1974) e a Espanha de Franco (1939-1975). Ambos regimes, neutros durante a Segunda Guerra, resistiram ao conflito e perduraram por aproximadamente 30 anos, e caíram em função de dinâmicas internas, sem intervenções estrangeiras. Iugoslávia era uma monarquia, até ser invadida durante a Guerra pelas forças do Eixo, e retomada em 1945 pelas tropas de Tito, que transformaram as diversas nações em uma federação comunistas, sem muitos traços de fascismo. Polônia também cai num regime comunista após a Guerra, instaurado pela URSS, que tampouco pode-se dizer fascista, e praticamente o mesmo, salvo algumas distinções, pode ser afirmado com relação à Hungria;

4: Errada. O New Deal de Roosevelt foi uma série de medidas intervencionistas na economia americana, que será consagrado, mais tarde, como modelo keynesiano, que nada tem de liberalismo. A crise estrutural de 1929 mostrou que a mão invisível e o *laissez-faire* dos clássicos não conseguia resolver a crise, e justificou assim a intervenção estatal na economia. O mesmo ocorre no Brasil de Vargas em que o Estado passa a intervir na economia, ordenando as queimas dos estoques, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**.São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) A partir das observações formuladas no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando o desenrolar do século XX.

(1) Os regimes totalitários de direita comandaram os destinos de muitos países europeus, entre os anos 20 e 40 do século XX. O discurso nazifascista condenava o capitalismo, preconizando forte controle do Estado e das instituições políticas liberais e democráticas, consideradas incapazes de oferecer resposta rápida e satisfatória às demandas de uma sociedade em crise profunda.

(2) A Revolução Russa de 1917, com a coletivização dos meios de produção e o Estado posto a serviço dos trabalhadores, inaugura uma nova forma de utopia, que exerceria forte impacto na história do século XX, qual seja, a construção de uma sociedade distinta daquela que atendia aos interesses do capitalismo. A experiência soviética, contudo, ruiu em fins do século XX, não sem antes ter sido alvo de questionamento e de crítica, inclusive de setores da esquerda, quanto ao modelo político totalitário que adotara.

(3) Na Segunda Guerra Mundial, o Japão aliou-se à Alemanha, tal como já fizera na Primeira Guerra.

(4) Entre as características marcantes do século XX, uma enquadra-se perfeitamente no que o texto identifica como o fim "de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Trata-se do fenômeno da urbanização, a alterar radicalmente, entre outros aspectos próprios da sociedade de massas, modos de pensar, consumir, morar, vestir-se, comunicar-se e locomover-se.

1: Certa. A afirmativa descreve o argumento do nazismo para justificar sua chegada ao poder. De fato, o liberalismo era percebido como um fator principal à origem da hiperinflação que havia acometido a Alemanha durante a crise de 1929. O nazismo afirmava que era necessário abandonar o liberalismo, inclusive seus ideais políticos, e a democracia, para assim poder mudar a sociedade;

2: Certa. A Revolução realmente pretendia criar um sociedade diferente, livre do capitalismo. Num primeiro momento, os seus líderes, entre os quais Lenin e Trotsky, pareciam querer abrandar a coletivização dos meios de produção, em um modelo um pouco mais aberto, conhecido como a NEP. Com a morte de Lenin e a chegada de Stalin ao poder, esse processo de abertura é abandonado e Trotsky é obrigado a exilar-se. Com uma radicalização do socialismo de Stalin, o regime será duramente criticado até mesmo de dentro da URSS, pela própria esquerda. Em 1980, na Polônia, estoura o movimento sindical Solidariedade, contrário ao regime político e econômico da União Soviética, liderado pelo futuro presidente polonês, Lech Walesa. A própria queda do regime, levada pelas reformas de Gorbatchev, comunista, mostra que nem mesmo a esquerda tolerava as linhas diretórias da União Soviética;

3: Errada. De fato, o Japão aliou-se à Alemanha na Segunda Guerra. Na Primeira Guerra, consequência da aliança com os Ingleses de 1902, o Japão alia-se à Grã-Bretanha e à França, contra a Alemanha;

4: Certa. De fato, a urbanização entra nessa lógica. O século XIX marca um processo de urbanização importante, em função da Revolução Industrial, e as relações do homem com o campo serão modificadas para sempre.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Liberalismo e socialismo, 'as duas grandes utopias da modernidade", como afirma o texto, encontraram seus limites à mesma época, ainda que por motivos e caminhos distintos. Com efeito, a crise social, política e econômica verificada nas décadas de 20 e 30 do século XX destruiu as bases do Estado liberal – substituído pelos modelos totalitários fascistas – e eliminou todo e qualquer apoio ideológico ao stalinismo soviético.

1: Errada. O item apresenta erro no final, ao afirmar que a crise do modelo liberal, consubstanciada na crise de 1929, eliminou o apoio ideológico ao stalinismo soviético. O modelo ainda seria copiado depois da crise e, ainda, depois da guerra. A crise de 1929 teve efeitos nulos sobre a União Soviética, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultrarrápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo

dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p.100). Nos anos que seguiram a crise, foi comum ver nos Estados os embates entre a direita extrema do fascismo e a esquerda com base nas ideias de Stalin. O modelo que se seguiu para sair da crise foi, em geral, o de forte intervencionismo do Estado na economia, que, de certa forma, corresponde ao que vinha sendo feito desde 1929 na URSS de Stalin com os planos quinquenais para a indústria.

Gabarito E

6.4. Ditaduras e regimes fascistas; 6.5 O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo; 6.6 O liberalismo no século XX

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**.Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Exemplos de violência não faltam neste século XX, classificado também no texto como o tempo "do medo e das tragédias injustificáveis". Entre eles, podem ser destacados os artefatos nucleares e os fascismos, síntese incontrastável do que Hannah Arendt definiu como a banalização do mal.

1: Certa. A afirmativa remonta a um conceito criado pela cientista política alemã, naturalizada americana, Hanna Arendt (1906-1975). O conceito deriva das reflexões que faz após assistir ao julgamento, em Israel, de Adolf Eichmann (1906-1962), político alemão e tenente da SS. Ela percebe que Eichmann não possui um caráter maldoso, nem antissemita, e que, na verdade, cometeu os crimes obedecendo ordens de seus superiores. Tratava-se de um burocrata dentro de um sistema de Estado, que seguia as instruções que lhe eram notificadas. A banalização do mal vem dessa ideia de que, dentro do sistema, não existe racionalidade por parte do indivíduo, sua capacidade de raciocinar está completamente minada pelos interesses do sistema. Muito embora haja algo de inocência no indivíduo, Hanna Arendt ressalta que os seus atos não se justificam. Parte violenta do século XX foi também obra de poucos que muitos seguiram, cooptados por uma dinâmica generalizada, nem sempre compartilhada por todos. Os fascismos tiveram êxito nesse âmbito, a aquisição de armas nucleares foi aceita nessa dinâmica.

Gabarito C

7. A VIDA CULTURAL

7.1. A cultura do imperialismo

(Diplomacia 2009) No que se refere a aspectos das manifestações culturais da civilização ocidental contemporânea, assinale a opção **incorreta**.

(A) Com variações devidas à passagem do tempo e às individualidades nacionais, o Romantismo, que dominou a Europa, na primeira metade do século XIX, pode ser entendido como um movimento de valorização da subjetividade.

(B) Embora essencialmente nacionalista, o Romantismo tornou-se um movimento internacional, em escala europeia e, mesmo, mundial.

(C) Entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, como reflexo das transformações estruturais em curso — ou seja, do avanço da industrialização e da sociedade urbana de massa —, verificou-se a perda das referências tradicionais, o que favoreceu a inovação e a experimentação nas artes.

(D) Nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX, período da grande expansão neocolonialista do imperialismo, a criação artística europeia prosperou vigorosamente, sem abrir espaço a influências provindas da Ásia, da África ou mesmo das Américas.

(E) Considerado uma das importantes inovações artísticas formais surgidas antes da Primeira Guerra Mundial, o Dadaísmo buscava surpreender ou escandalizar os admiradores da arte burguesa convencional.

A questão foi anulada, por haver uma ambiguidade no item E. De acordo com a justificativa: "A primeira manifestação concreta do Dadaísmo se deu, efetivamente, durante a Primeira Guerra Mundial. Há, portanto, erro na parte inicial da opção relativa a esse movimento artístico, o que invalida a questão em seu conjunto. A Banca examinadora decide pela anulação da questão." Se buscamos que outra alternativa pode ter erro, pode ser o item D. Em muitos movimentos artísticos europeus de vanguardas, encontram-se influências africanas e asiáticas. De acordo com Hobsbawm, em A Era dos Impérios: "O imperialismo ocasionou um aumento notável do interesse ocidental em formas de espiritualidade

derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas. [...] No campo da arte, e especialmente das artes visuais, as vanguardas ocidentais trataram as culturas nãoocidentais em total pé de igualdade. Na verdade, inspiraram-se preponderantemente nelas nesse período. Isso é verdade não só em relação a artes que se pensava representarem civilizações sofisticadas, por mais exóticas que fossem (como a japonesa, cuja influência nos pintores franceses foi marcante), mas em relação às encaradas como «primitivas», notadamente as da África e da Oceania." (p.120-121).

Gabarito ANULADA

(Diplomacia 2008) Para o surrealista André Breton, "a beleza tem que ser convulsiva para deixar de sê-lo". Uma arte que se concentrava na visão interna é o que se depreende da afirmativa de Picasso de que a arte "não é o que você vê, mas o que você sabe que está lá". Considerando esses pontos de vista e o cenário cultural do Ocidente nas primeiras décadas do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Ainda que com temas recorrentes, a arte do início do século XX caracterizava-se, entre outros aspectos, pela rapidez com que os estilos se sobrepunham.

(2) A preocupação em retratar grandes eventos históricos, seguindo a trilha aberta pelos românticos do século XIX, em vez das cenas da vida quotidiana, marca a pintura do início do século XX.

(3) Infere-se das citações de Breton e Picasso, acima reproduzidas, que, na visão desses artistas, a arte do século XX deveria ser desafiadoramente realista.

(4) O Cubismo é o exemplo por excelência de um estilo artístico bem recebido pelo grande público e cuja aceitação transcendeu, de imediato, os meios mais familiarizados com a pintura.

1: Certa. Uma das características do «modernismo» era sua constante ruptura com o passado. A cisão permanente motivava a criação de novos estilos, cada vez que um estilo passava a representar o passado. E dessa constante ruptura emanava parte do gênio artístico da época, entre outros. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "O que fez os artistas de *avant-garde* seguirem em frente não foi, portanto, uma visão de futuro, mas um visão invertida do passado. De fato, eles eram com frequência, como na arquitetura e na música, eminentes praticantes de estilos derivados da tradição, os quais abandonaram apenas porque, como o ultrawagneriano Schonberg, sentiram-se incapazes de suportar modificações adicionais. [...] Há muito tempo os pintores estavam conturbados pela inadequação das antigas convenções à representação da realidade externa e de seus próprios sentimentos, porém – fora os que iniciaram a «abstração» total, às vésperas da guerra (notadamente os da *avant-garde* russa) – acharam difícil deixar de pintar *algo*. A *avant-garde* tentou várias direções, mas, de maneira geral, optou tanto por aquilo que pareceu, a observadores como Max Raphael, a supremacia da cor e da forma sobre o conteúdo, como pela busca única de um conteúdo nãofigurativo sob a forma de emoção («expressionismo») ou por várias maneiras de demolir os elementos convencionais da realidade representacional e remontá-los segundo diferentes tipos de ordem ou desordem (cubismo)." (p.327);

2: Errada. Na verdade, a pintura do início do século XX rejeita o antigo. Os pintores dos movimentos de vanguarda negam a maneira como os movimentos anteriores a eles observam o passado, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "Em certo sentido, a *avant-garde* acusou tanto os tradicionalistas como os modernistas *fin-de-siècle* daquilo que Marx acusara os revolucionários de 1789-1848, ou seja, de «invocar os espíritos do passado a seu serviço e tomar emprestados seus nomes, lemas de batalha e trajes para apresentar a nova cena de história mundial sob esse disfarce consagrado pela tradição e com essa linguagem emprestada». Só que eles não tinham uma linguagem nova, ou não sabiam como seria. Pois qual era a linguagem para expressar o novo mundo, especialmente quando seu único aspecto identificável (for a tecnologia) era a desintegração do antigo? Esse era o dilema do «modernismo» no início do novo século." (p.326-327);

3: Errada. Um dos dilemas do período era o seu diálogo com a realidade. Não se trata de buscar pela realidade, mas sim de buscar o real. Esse questionamento havia surgido já com o impressionismo, em que se tratava de representar o «real» de outras formas que pela sua realidade visual. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "As dificuldades para tornar a realidade «real», em sentido «científico» ou objetivo, levaram os pintores impressionistas, por exemplo, muito além da linguagem visual da conformidade representativa, embora, como o sucesso demonstrou, não além da compreensão do leigo. O impressionismo levou seus seguidores consideravelmente longe, ao pontilhismo de Seurat (1859-1891) e à procura da estrutura básica como oposta à aparência da realidade visual, com os cubistas, que, reivindicando a autoridade de Cézanne (1839-1906), pensaram poder discernir em algumas formas geométricas tridimensionais." (p.323);

4: Errada. Ao falar sobre a maneira como foram recebidos as vanguardas europeias, entre as quais o cubismo, Hobsbawm afirma que não necessariamente foram bem recebidas. De fato, havia um grau de abstração alto no movimento que não refletia os gostos das massas, nem o dos grupos que, por assim dizer, frequentavam os meios artísticos. Em *A Era dos Extremos*, sobre o período das vanguardas, afirma-se que: "jamais devemos esquecer que, durante todo esse período, continuou isolada dos gostos e preocupações das massas do próprio público ocidental, embora agora o invadisse mais do que esse público em geral admitia. A não ser por uma minoria um tanto maior que antes de 1914, não era do que maioria das pessoas real e conscientemente gostavam." (p.181).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

7.2. O modernismo e A pós-modernidade

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou – se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Com o auxílio do texto julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando o século XIX com o laboratório em que foi gerado o século XX, a despeito das singularidades de cada um dos períodos.

(1) O Romantismo, espécie de escoradouro de aspirações e perplexidade típicas do século XIX, encontrou, nas primeiras décadas do século XX, o espaço ideal para se expandir, particularmente, na literatura, na música erudita e nas artes plásticas.

(2) Apesar de reduzido impacto científico, a teoria da relatividade, exposta pelo físico alemão Albert Einstein em 1905, repercutiu intensamente no campo da produção artística, estimulando o surgimento de obras sintonizadas com a concepção de um espaço estático e inflexível, de que decorreram trabalhos essencialmente subordinados ao formalismo acadêmico, ao conformismo burguês e à utilização de cores suaves.

(3) Nos anos 20 do século passado, o cinema mudo alcançou seu apogeu. Hollywood despontou com uma produção marcante, em que se destacaram a comédia - aponte-se o sucesso de Charles Chaplin – e as chamadas superproduções, que tiveram em Cecil B. de Mille sua mais fulgurante estrela.

(4) Provavelmente em razão da crise que sobreveio à Primeira Guerra Mundial, os anos 20 do século passado foram marcadamente pobres em produção literária, não se registrando textos que tenham merecido a atenção dos leitores e influenciando as gerações seguintes.

1: Errada. O movimento que surge no início do século XX, o modernismo, tenta evitar inspirações no tradicionalismo e na história, apesar de ser conectado de certa forma à subjetividade do ser humano, é um movimento objetivo e mais racional. Nega o sentimentalismo e o tradicionalismo presentes no romantismo;

2: Errada. A teoria da relatividade de Einstein (1879-1955) não teve um impacto científico reduzido, pelo contrário, ela inaugura uma nova forma de ver e analisar a ciência. Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, realça a importância da teoria: "A maravilhosa teoria da relatividade de Einstein, que descrevia a gravidade como uma manifestação da curvatura do espaço-tempo, na verdade introduziu uma perturbadora dualidade na natureza: «de um lado estaca o palco – o espaço-tempo curvo, a gravidade; de outro, os atores – os elétrons, os prótons, os campos eletromagnéticos – e não havia ela entre eles» (Weinberg, 1979, p. 43). Durante os últimos 40 anos de sua vida, Einstein, o Newton do século XX, mourejou para produzir uma «teoria de campo unificada» que unisse eletromagnetismo e gravidade, mas não conseguiu – e agora havia mais duas classes de força, aparentemente não relacionadas na natureza, sem relações aparentes com o eletromagnetismo e a gravidade." (p.521-522);

3: Certa. O cinema, inventado pelos irmãos Lumières, em 1895, inaugurou o cinema como uma nova arte. Os artistas das vanguardas logo usariam dessa arte para criar trabalhos, e de fato, o apogeu do cinema mudo deu-se na década de 1920, depois da Primeira Guerra. Segundo Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O cinema foi cooptado pela vanguarda durante algum tempo durante a Primeira Guerra, depois de inexplicavelmente ignorado por ela. Não apenas se tornou essencial admirar essa arte, e notadamente sua maior personalidade, Charles Chaplin, como também os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mas especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção." (p.182);

4: Errada. O item está errado pois é possível falar de uma produção literária importante ocorrida no pós-Primeira Guerra e, principalmente, na década de 1920. Muitos autores, decepcionados com os horrores da guerra e com o fato de que os armistícios não foram sinais de paz efetiva, promoverão a criação de grandes obras literárias, dentro de movimentos artísticos específicos, dos quais destacam-se o Futurismo, o Dadaísmo, o Surrealismo. O Manifesto Surrealista de André Breton (1896-1966) surgiu em 1924. Na Alemanha, Erich Maria Remarque (1898-1970) publica *Nada de Novo no Front* em 1929 e, junto com Hermann Hesse (1877-1962), que publicou *Sidarta* em 1922, constituem o bloco alemão. Os norte-americanos Ernest Hemingway (1899-1961) e F. Scott Fitzgerald (1896-1940) publicarão, respectivamente, *Adeus às Armas* (1929) e *O Grande Gatsby* (1925). Finalmente, não se pode afirmar que essas obras não terão influência nas gerações seguintes. Pelo contrário, as vanguardas do pós-Guerra, principalmente o Dadaísmo e o Surrealismo, serão movimentos importantes para a constituição de correntes artísticas literárias no futuro, tendo o Tropicalismo da década de 1960 no Brasil um exemplo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

5. História do Brasil

Rodrigo Goyena Soares

1. O PERÍODO COLONIAL

1.1. A configuração territorial da América Portuguesa

(Diplomacia - 2008) Acerca da cultura, economia e administração no período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir

(1) O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.

(2) Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

(3) O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

(4) A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

1: Errado. Os colonizados, constituídos por índios, africanos e homens livres pobres, foram submetidos à hegemonia econômica e cultural portuguesa. Embora Gilberto Freyre ressalte a miscigenação da sociedade colonial, as relações de poder eram estruturadas de forma unipolar. A exploração por parte dos colonizadores e dos colonos, por meio da ação dos jesuítas e da escravidão africana, ratificava a dominação portuguesa;
2: Certo. No século XVII, sob a vigência da União Ibérica, o padre Antônio Vieira, em *Os sermões*, evidenciou a necessidade de recuperar o poder político antes garantido exclusivamente a Lisboa. Além de sugerir o fortalecimento da máquina mercantil do Estado, o padre Vieira propôs a transferência da capital metropolitana para a colônia do Brasil;
3: Certo. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, notabilizou-se, em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, pelas pesquisas estatísticas, nas quais realizava um levantamento das atividades econômicas da Colônia, tendo como foco norteador os lucros e os custos dos engenhos açucareiros. A Coroa portuguesa confiscou a obra por temor a despertar a cobiça de outros Estados europeus;
4: Errado. O primeiro esforço de colonização, consubstanciado pela criação de capitanias hereditárias, em 1532, constituiu uma iniciativa descentralizadora que buscou cooperar com o setor privado, para por em prática a ocupação, a exploração e a defesa da Colônia. A Carta de Doação e o Foral elencavam os direitos e os deveres dos donatários. Com os insucessos das capitanias – ressalvados os casos de São Vicente, de Pernambuco, e consoante alguns autores, da Baía de Todos os Santos - em 1549, Lisboa criou o Governo-Geral do Brasil, com sede em Salvador. A Tomé de Sousa, o primeiro governador geral, foi atribuída a tarefa de centralizar a organização colonial. Outro exemplo de expansão colonial não conduzida pelo modelo estatal diz respeito à ação dos jesuítas e dos bandeirantes. É de rigor ressaltar que, à época da Colônia e do Império, os bandeirantes eram denegridos e negligenciados pela historiografia. Capistrano de Abreu e Varnhagen resgataram o papel pioneiro e desbravador dos bandeirantes, assim como o fez Vianna Moog, em *Bandeirantes e pioneiros*. A Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, mistificará a figura dos expedicionários paulistas: é nesse momento que serão valorizadas as pinturas de Benedito Calixto retratando, de forma ficcional, o pioneirismo bandeirante.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

Texto para a próxima questão

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Anna Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Partindo do tema tratado no texto II e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A posição portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental das especiarias.

(2) A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defende-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o memento da independência.

(3) A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

(4) Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

1: Certo. O início efetivo da colonização ocorreu a partir de 1532 com o estabelecimento das capitanias hereditárias e fundamentou-se tanto na avaliação dos possíveis lucros que poderia auferir a Colônia recentemente descoberta quanto na defesa territorial contra franceses e holandeses. No que concerne à exploração econômica, as capitanias hereditárias eram doadas, em formato de sesmarias, no intuito de encetar a produção agrícola e de transferir os lucros derivados da exploração à Coroa. Em relação à cobiça dos outros Estados europeus, a França e a Holanda buscaram contestar o Tratado de Tordesilhas, entendido como verdadeiro testamento de Adão. Os franceses, em 1555, fundaram a França Antártica, no atual Rio de Janeiro, e a França Equinocial, em 1612, no atual Maranhão. A Holanda, por sua vez, organizou um serie de expedições, entre 1624 e 1630, objetivando capturar as cidades de Salvador e de Recife. Os invasores foram derrotados pelos portugueses e seus aliados indígenas, no caso das ocupações francesas, e pela Insurreição Pernambucana, de 1654, no que diz respeito aos holandeses;
2: Errado. À iniciativa privada, malgrado o caráter anacrônico do termo, delegou-se as tarefas de ocupar, de explorar e de defender, entre os anos de 1532 e de 1549. O fracasso das capitanias hereditárias ensejou a interferência centralizadora da Coroa que, em 1549, implementou o Governo-Geral com sede em Salvador. Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, contou com auxiliares nomeados pela Coroa. Eram esses o provedor-mor, o capitão-mor e o ouvidor-mor. A partir de então, a Coroa assumiu o ônus da colonização, retirando dos donatários a iniciativa privada antes concedida;
3: Errado. Consoante a tese dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, à exploração do pau-brasil seguiu-se, a partir de 1550, a produção agrícola vinculada à cana-de-açúcar. O pau-brasil, nesse sentido, não garantiu o êxito da empreitada colonizadora: foi rapidamente substituído por outras atividades econômicas mais rentáveis.

Ciclos Econômicos

No modelo dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, haveria um apogeu e um declínio das culturas de produção. Ao término de um ciclo, seria esse abandonado em proveito de outro em franca expansão. O gráfico a seguir ilustra o pensamento do autor. O eixo da ordenada indica o ápice e o declínio das culturas; o eixo da abscissa, a seu turno, indica o século de produção.

Críticas ao modelo dos ciclos econômicos

A crítica ao modelo dos ciclos econômicos, conforme ilustra o gráfico a seguir, indica que, à exceção do ciclo do ouro, não é de rigor assinalar o começo, o apogeu e o declínio de uma cultura. As culturas não teriam sido abandonadas em proveito de outras. Haveria uma coexistência de culturas ao longo dos séculos coloniais.

Atividades complementares

A análise das atividades complementares ratifica a tese que critica a teoria dos ciclos. O gráfico seguinte retrata uma simultaneidade de existência das atividades econômicas que conformavam a economia colonial.

Tipo de mão de obra e localização das principais culturas produtivas

Fonte: THERY, H. e APARECIDA DE MELLO, N., Atlas do Brasil, 2ª edição, Edusp, São Paulo, 2008. Página 39.

4: Certo. A circulação de mercadorias caracterizou a primeira fase do capitalismo. O período em questão não se singularizou pela acumulação de capitais com vistas a garantir o aumento do volume de poupança. A título de exemplo, o ciclo de pau-brasil articulou-se mediante o escambo entre portugueses e indígenas. O meio circulante monetário era, portanto, relativamente escasso.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

Texto para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco e o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz e milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos. A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Avelar e A. O. Cintra (org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005) Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

(2) Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidor da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

(3) Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias – o pacto colonial – inviabilizava, na pratica, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

(4) A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

1: Certo. A colonização das colônias ibero-americanas estiveram subordinadas ao surgimento do capitalismo europeu de base mercantil, entendido como conjunto de medidas econômicas que buscavam estabelecer companhias de exploração e de extração das riquezas sob a forma de monopólios. O mercantilismo português e o espanhol caracterizaram-se, sobretudo, pelo bulionismo ou metalismo;
2:Certo. Embora Fernando Novais, em *História geral do Brasil*, assinale a coexistência de culturas produtivas, prevaleceram os latifúndios, como estrutura fundiária de produção, a escravidão, como modelo de mão de obra, e a monocultura, como paradigma produtivo;
3: Errado. Não haveria um Pacto Colonial propriamente dito, já que as relações de dominação eram unilaterais. Não havia consentimento colonial quanto as medidas administrativas adotadas pela centralidade da Coroa. As atividades econômicas não diretamente voltadas para a

exportação, como a pecuária, foram as responsáveis por garantir o êxito das culturas voltadas para o mercado externo, como a do açúcar. Com efeito, a pecuária fornecia o vestuário, o transporte e a alimentação dos produtores de açúcar. Nesse sentido, o gado assegurou a interiorização do pais, via o leito do rio São Francisco, e sustentou a capacidade produtiva das atividades, como o açúcar, atreladas ao mercado externo;
4: Errado. A agroindústria açucareira não monopolizou a economia colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII. Embora encontre nesse período seu apogeu, a pecuária e extração das drogas do sertão coexistiram com a produção do açúcar. Esta contou, ainda, com o financiamento holandês, que foi coibido pela Espanha à época da União Ibérica (1580-1640).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005) Ao mencionar a existência de "centros mineradores" (l. 7-8), o texto V refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região – neste caso, São Paulo – cujo elevado dinamismo econômico requeria incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

(2) Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

(3) Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi predominante, evidenciada pelo elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

(4) A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

1: Errado. As expedições bandeirantes procuravam capturar o gentio, resgatá-lo da ação dos jesuítas, aprisionar africanos foragidos e explorar as drogas do sertão e os metais preciosos. Não havia um dinamismo econômico inerente ao modo de exploração bandeirante, que não era produtivo, mas extrativo; a interiorização das expedições, nesse sentido, não se explica pela necessidade de incorporar novas áreas ao crescente desenvolvimento, mas pela procura do gentio, do escravo e do ouro. A historiografia recente aponta outras razões que estimulariam a formação das bandeiras na região paulista. Havia, no período, um comércio endógeno feito por jesuítas e portugueses na região de São Paulo, responsável pela produção de gêneros de subsistência que eram comerciados entre regiões da própria América portuguesa. John Monteiro, em *Os negros da terra*, assinala como os colonos da atual região paulista começaram a produzir trigo em larga escala e como eles vendiam esta produção a outras regiões da própria América Portuguesa. Como esse comércio não era tão lucrativo como os latifúndios açucareiros, não havia dinheiro para comprar escravos negros, estimulando a ação de bandeirantes na busca de índios para trabalhar nas fazendas paulistas de trigo, contrariando a lei de 1596, que proibia a mão de obra escrava indígena;
2: Certo. O ciclo do ouro caracterizou-se pelo rápido surgimento de núcleos urbanos, onde a mão de obra era menos estratificada do que na indústria açucareira. Aos escravos africanos somavam-se os escravos de serviço, os alforriados e os homens pobres livres. Ainda, a interiorização das atividades produtivas, liderada pelo ciclo do ouro, permitiu o deslocamento, para o Centro-Sul, da pecuária e a progressiva emergência de novas culturas nessas localidades;
3: Errado. Embora houvesse intervenção do Estado metropolitano no Nordeste açucareiro, configurado no exclusivo colonial, a ação regulamentadora metropolitana vincula-se mais ao ciclo da mineração. A ascendência da Coroa sobre o usufruto das minas fundamentou-se na instituição do quinto real, do imposto da capitação sobre a posse de escravos e da derrama, pelo meio da qual Lisboa confiscava posses privadas caso não se atingisse o patamar extrativo de 1,5 tonelada de ouro por ano. A Coroa, contudo, não investiu diretamente na região, relegando à iniciativa privada o ônus da extração. Os lucros, sob a forma de impostos, eram encaminhados a Lisboa. A Guerra dos Emboabas, de 1708-1709, evidencia os embates entre as entidades privadas, no caso entre paulistas e nativos de províncias nordestinas, pela exploração do ouro e dos diamantes;
4: Certo. O deslocamento do centro produtivo para a região Centro-Sul, que se caracterizou pela transferência da pecuária e do açúcar, deu margem à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A estrada real, que liga o porto do Rio de Janeiro e de Paraty aos centros de extração auríferos, permitia à Coroa maior fiscalização sobre o deslocamento do ouro e seu encaminhamento para a metrópole. Outrossim, com a sede do governo-geral no Rio de Janeiro, Lisboa garantia maior ascendência sobre as disputas territoriais platinas.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de colonização do Brasil, julgue os itens seguintes.

(1) A mineração, além de ter gerado uma sociedade rigidamente estratificada e patriarcal, deslocou o centro das atenções econômicas para o interior da colônia, os chamados sertões, embora o poder político se mantivesse em Salvador, na Bahia.

(2) Primeiro movimento emancipacionista ocorrido no Brasil, a Inconfidência Mineira foi formada e liderada por representantes das camadas mais simples da população, a exemplo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

(3) A conquista e a colonização das terras americanas, entre as quais o Brasil, inscreveram-se no contexto de expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna, processo pioneiramente liderado pelos países ibéricos.

(4) O texto sugere que a exploração econômica de uma colônia como o Brasil estava subordinada aos princípios gerais que conduziam as práticas mercantilistas vigentes na Europa, entre as quais se destacavam a balança de comércio favorável e o monopólio de comércio por parte da metrópole.

(5) Desenvolvida amplamente na região de São Vicente, a economia açucareira assentava-se no latifúndio, no atendimento prioritário da demanda interna e na exploração da mão de obra escrava indígena.

1: Errado. A sociedade oriunda do economia mineradora, cuja maior pujança ocorreu na primeira metade do século XVIII, caracterizou-se por uma incipiente flexibilização dos estratos sociais. Embora seja certo que houve deslocamento das atenções econômicas para o interior da Colônia, o poder político não se manteve em Salvador. Pelo contrário, em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se a sede do governo colonial.

2: Errado. Por um lado, não há consenso historiográfico sobre o ineditismo da Inconfidência Mineira na série de movimentos emancipacionistas que caracterizaram o Brasil até 1822. Por outro, a Inconfidência Mineira foi um movimento essencialmente elitista.
3: Certo. A colonização das terras americanas advém do pioneirismo lusitano e hispânico na expansão das rotas comerciais. Em Portugal, a Revolução de Avis, de 1385, promoveu centralização do Estado, que, por sua vez, fomentou os incentivos à expansão marítima.
4: Certo. A colonização econômica do Brasil estava subordinada ao mercantilismo europeu. O mercantilismo define-se como um conjunto de práticas econômicas que objetivavam enriquecer o tesouro dos Estados por meio do robustecimento da balança comercial e da consolidação do exclusivo colonial. Há, portanto, intervenção do Estado na economia sob o regime mercantilista. Em largos traços, pode-se sustentar que houve quatro tipos de mercantismo: o ibérico ou bulhonista, que visava o acúmulo de metais; o francês ou colbertista, que dava destaque à produção de artigos de luxo; o britânico ou comercialista, que dava ênfase ao comércio; e o holandês ou cameralista, que dava destaque à instituição de Câmaras de Comércio monopolistas nas colônias.
5: Errado. As descrições correspondem mais a região de Pernambuco do que a de São Vicente, como então se chamava a atual região de São Paulo. Outros erros do item dizem respeito à mão de obra da região de São Vicente, que não era indígena, mas africana, e à economia, que era de exportação, e não atendia, somente, a demanda interna.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Após as primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e na grande propriedade. Ao lado da grande empresa colonial e do regime de grande propriedade, acrescentamos um terceiro elemento: o trabalho compulsório.

Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 47-8 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o fragmento de texto acima e o quadro geral vigente no período colonial brasileiro, julgue os próximos itens.

(1) A cana-de-açúcar foi o principal produto agrícola de exportação do Brasil no período colonial, com produção concentrada na região de São Vicente, substituindo a extração aurífera que entrara em decadência.

(2) No Brasil, a exploração do trabalho escravo ultrapassou a etapa de colonização e foi formalmente extinta apenas em fins do regime monárquico, com a Lei Áurea de 1888.

(3) Ao longo do século XVIII, a mineração consolidou a ocupação do litoral do Brasil e gerou uma sociedade impermeável e essencialmente ruralizada.

(4) A colonização do Brasil decorreu da expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna e subordinou-se às exigências de um nascente capitalismo de base comercial.

(5) No texto, sugere-se a existência de um tripé, sob o qual se assentou a colonização do Brasil, composto por latifúndio, monocultura e escravidão.

1: Errado. Embora a cana-de-açúcar ganhou destaque como produto de exportação do Brasil, não foi o principal artigo de comercialização durante a integridade do período colonial. Nem o único. A historiografia aponta o pau-brasil como primeiro produto de exportação. A extração aurífera, que superou a cana na pauta de exportações durante a primeira metade do século XVIII, substituiu a produção de açúcar. Ainda, malgrado a diversidade de regiões produtoras de cana-de-açúcar, não foi São Vicente, mas a região Nordestina, que se caracterizou pela produção do açúcar.
2: Certo. O regime escravocrata de produção econômica ultrapassou a etapa de colonização, ganhando ímpeto durante o Império. A extinção formal da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888, com a edição da Lei Áurea.
3: Errado. A mineração promoveu o adensamento da interiorização econômica do Brasil colonial, gerando uma sociedade menos impermeável - e, portanto, mais flexível em termos de mobilidade social -, e mais urbana. A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, tornou-se o símbolo da urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. A colonização do Brasil em muito se associou à expansão marítima ibérica e à subordinação ao capitalismo europeu de base mercantilista e comercial.
5: Certo. Embora não haja consenso na historiografia acerca desse tripé, pode-se afirmar que a colonização se assentou sobre as bases do latifúndio, do monocultura e da escravidão.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Acerca das características econômicas e sociais da América Portuguesa Colonial, julgue os seguintes itens.

(1) Nos séculos XVI e XVII, a América Portuguesa era escravocrata, rural e patriarcal.

(2) No período da economia açucareira, os portugueses lucravam na produção do açúcar, no seu refino e em sua distribuição na Europa.

(3) Na atividade açucareira, havia maior diversidade ocupacional (administradores, artistas, artesãos etc.) do que na economia de mineração, que era voltada para a extração de ouro.

(4) Os paulistas descobriram as minas de ouro e foram os primeiros a explorá-las.

1: Certo. A escravidão, a estrutura econômica agrária e o patriarcalismo foram características da América Portuguesa.
2: Errado. Ao passo que os portuguesas lucravam com a produção do açúcar, os holandeses dominavam o transporte, o refino e a distribuição do produto no continente europeu. Visto que comercializar era mais rentável do que produzir, os holandeses auferiram mais dividendos da empresa açucareira do que os portugueses.
3: Errado. A economia da mineração teve maior diversidade ocupacional do que a açucareira. Um dos vértices explicativos constitui a forte urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. As ações desbravadoras dos bandeirantes culminaram na descoberta de jazidas de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

1.2. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão

(Diplomacia 2009) Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

(A) A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis

fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.

(B) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.

(C) Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.

(D) Os tratados de limites firmados entre as coroas espanhola e portuguesa extinguiram-se no século XVIII.

(E) O ciclo dos currais e do gado, iniciado no sul do país, correspondeu a um dos capítulos mais importantes da ocupação territorial do Brasil no período colonial.

A: Correto. A superação do Tratado de Tordesilhas, de 1494, ocorreu devido a quatro fatores basilares: i) a fundação das missões jesuíticas, tanto no Sul como no vale amazônico, permitiu a ocupação de áreas originalmente pertencentes à Espanha, ii) a União Ibérica adensou a construção de cidades no que se acreditava ser a embocadura do Amazonas: o Forte do Presépio, de 1616, garantiu acesso português ao rio Tocantins. Para a Espanha era mais factível escoar o ouro da América via o que hoje é o Panamá, e mais tarde via Buenos Aires, do que transpassar os Andes e ganhar acesso ao Atlântico, iii) a pecuária garantiu, a um só tempo, o abastecimento do mercado interno e o acesso ao interior via o leito do rio São Francisco, iv) as expedições bandeirantes, que tiveram por escopo apresar o gentio, capturar africanos foragidos, extrair as drogas do sertão e os metais preciosos. A União Ibérica, portanto, permitiu que Portugal adentrasse o território continental em situação bélica relativamente amena com Espanha; essa expansão territorial, contudo, ao desrespeitar o Tratado de Tordesilhas, deu lugar, em 1750, ao Tratado de Madri, que objetivou estabelecer novo entendimento lindeiro entre Portugal e Espanha. Ressalte-se que a União Ibérica, entre 1580 e 1640, mesmo tendo resultado na invasão da Espanha continental a metrópole portuguesa, não afetou a administração das colônias portuguesas na América, já que a América portuguesa continuou tendo uma administração própria;
B: Incorreto. A agroindústria açucareira concentrou-se, sobremaneira, no litoral. A ampliação do domínio territorial português ocorreu devido à pecuária, que embora atrelada à indústria do açúcar, forneceu sustento a outras atividades econômicas. Os próprios bandeirantes esforçaram-se para levar o gado do litoral ao interior do continente;
C: Incorreto. Os atritos entre colonos espanhóis e portugueses estruturaram o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. Os entendimentos lindeiros entre Espanha e Portugal têm início com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, seguido do Tratado de Madri, de 1750, o de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e o de Badajoz, de 1801. O último foi um acordo de paz que deu fim à Guerra das Laranjas, mas teve consequências para as fronteiras dos países ibéricos. De forma sucinta, a tabela a seguir traça as características principais dos tratados acima referidos.

Tratado	**Questões lindeiras referentes a** • Sete Povos, originalmente de fundação espanhola • Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, com o objetivo o de garantir a presença lusitana no comércio da Bacia do Prata Região • Amazônica e Centro-Oeste	Conteúdo do Tratado	Resultado do Tratado
Tratado de Madri 1750 – Assinado por Alexandre de Gusmão, por Portugal, e por José de Carvajal y Lancaster, pela Espanha	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha Portugal garante a posse do Amazonas e do Centro-Oeste	O Tratado de Madri foi um ajuste global entre a Espanha, que havia descumprido o diploma de 1494 ao estender seus domínios na Ásia, e Portugal, que avançou na América. Resultou em uma permuta entre Sete Povos e Colônia do Sacramento	A resistência jesuíta, simbolizada pela Guerra Guaranítica, inviabilizou a permuta
Tratado de El Pardo, 1761 Assinado no reinado de Dom José I e no ministério de Pombal	Sete Povos: em posse da Espanha-Colônia do sacramento: em posse de Portugal	O Marquês de Pombal priorizou a Colônia do Sacramento. Ainda, expulsou os jesuítas, pois eram esses "um Estado dentro do Estado"	Anulação do Tratado de Madri de 1750
Tratado de Santo Ildefonso, 1777 – Assinado no reinado de Maria I, A "Viradeira"	Sete Povos: em posse da Espanha Colônia do sacramento: em posse de Espanha	Espanha ocupa a região de Desterro (atual Santa Catarina), já que, ao aproximar essa região de Sete Povos, poderia levar à retirada completa de Portugal do espaço em disputa	Em 1777, Portugal troca Colônia do Sacramento por Desterro. As fronteiras não foram demarcadas
Tratado de Badajoz, 1801.Tratado de paz que dá fim à Guerra das Laranjas. Não foi um tratado de limites	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha	Tratado de paz entre Espanha e Portugal	A Guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal ocasionou a perda da Praça Forte de Olivença, que ficou em mãos espanholas. A retaliação portuguesa levou à anexação de Sete Povos.

D: Incorreto. Os tratados de limites tiveram vigência depois de declaradas as independências do Brasil e as dos países da América espanhola. Consoante a tese de Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro faz uso, no século XIX, do consagrado princípio de *uti possidetis*, para negociar os tratados de limites com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859 e com a Bolívia, em 1867. A América espanhola, a seu turno, advogou em benefício do Tratado de Santo Ildefonso, fazendo valer o princípio de *uti possidetis juris*, que preconiza o validade dos acordos jurídicos para demarcar as fronteiras, e não a posse efetiva do território; E: Incorreto. O ciclo dos currais e do gado inicia-se no século XVII, no Nordeste. A penetração da pecuária aconteceu via o leito do rio São Francisco. A transmigração da pecuária para o Sul e o Sudeste ocorreu no século XVIII, quando se fez exponencial o crescimento demográfico de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso do Sul devido ao ciclo do ouro. É de rigor, no que concerne às atividades econômicas da Colônia, salientar que a tese dos ciclos, proposta por Roberto Simonsen, não encontra respaldo histográfico na atualidade. Ilmar Mattos contesta a teoria dos ciclos para propor a tese da coexistência das culturas. Não haveria um apogeu e um declínio dessas traçável no tempo, exceção feita ao ciclo do ouro, o que realça a inter-relação econômica constante entre Colônia e Metrópole. Na expressão de Ilmar Mattos, esse sistema de relações consubstanciariam a "moeda colonial", cuja liga seria o monopólio da Coroa.

Gabarito "A".

(Diplomacia 2009) Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do *uti possidetis*, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

(A) cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
(B) não pode haver posse se não houver propriedade.
(C) entre a cruz e a espada, a razão não pode prevalecer.
(D) o uso da força deslegitima o direito de posse.
(E) cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

A, B, C, D e E: A expressão *uti possidetis* provém do princípio de direito romano *uti possidetis, ita possideatis*, o qual significa "como possuís, assim possuais". Em outras palavras, "quem possui de direito, possui de fato". O princípio, empregado por Alexandre de Gusmão, foi destacado nas negociações lindeiras posteriores por Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Segundo Reinado, e pelo Barão do Rio Branco, na República Velha. O princípio de direito romano deu posse jurídica aos territórios nos quais habitavam portugueses e brasileiros. A título de exemplo, no caso do Tratado de Petrópolis, de 1903, o Barão do Rio Branco valeu-se do critério para realçar a posse efetiva do Acre.

Gabarito "E".

(Diplomacia 2002) Assinale a única opção correta que completa a seguinte afirmação: "O princípio do *Uti Possidetis* foi usado pela diplomacia brasileira..."

(A) Nas negociações com Portugal, que culminaram com a restituição dos restos mortais de D. Pedro I, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.
(B) Para fundamentar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra os países do Eixo.
(C) Para justificar o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, no âmbito das forças da OEA que participaram da pacificação interna daquele país em 1965.
(D) Para defender, perante a Corte Internacional da Haia, a legalidade jurídica internacional dos dispositivos da Constituição de 1946 que asseguravam a propriedade do Estado sobre o subsolo mineral brasileiro.
(E) Em negociações para a fixação de fronteiras, dentro da tradição estabelecida ainda no período colonial pela diplomacia portuguesa.

A, B, C, D e E: A princípio de uti possidetis consubstanciou as disputas lindeiras, tanto durante a época colonial como na independente. Ver explicação acima.

Gabarito "E".

(Diplomacia 1996) Alexandre de Gusmão, Brasileiro de Santos, São Paulo, é conhecido como o "Avô da Diplomacia Brasileira" por sua participação na negociação do:

(A) Tratado de Madri
(B) Tratado de Petrópolis.
(C) Tratado de Santo Ildefonso
(D) Tratado de Versailles.
(E) Tratado do Rio de Janeiro.

A, B, C, D e E: Tratado de Madri (Ver tabela acima).

Gabarito "A".

2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

2.1. O Brasil sede do Estado monárquico português

A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da revolução industrial, do peso das forças reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole, da transformação do continente americano em área de competição internacional.

Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores. Outros dois devem-lhes ser somados: por um lado, a experiência e o conhecimento da realidade internacional, acumulados na corte do Rio de Janeiro, desde 1808, adquiridos na rotina do serviço diplomático, com as representações estrangeiras no Brasil e as representações luso-brasileiras no exterior; por outro lado, a importância atribuída às questões externas, na própria organização do Estado nacional, após a ruptura com Portugal.

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992, p. 20-1.

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do significado da transferência da sede do Estado português para sua colônia americana, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) A decisão de transferir a sede do governo metropolitano vincula-se à tensa conjuntura da política europeia em princípios do século XIX, quando duas forças poderosas — a França napoleônica e a Inglaterra — disputam espaços e áreas de influência.
(2) A presença da corte bragantina no Rio de Janeiro alterou substancialmente a situação da colônia brasileira.

O primeiro sinal dessa transferência, que se mostrou fundamental para o encaminhamento do processo de independência, foi a abertura dos portos ao comércio internacional, decisão que fazia desaparecer o eixo central do sistema colonial: o monopólio metropolitano.

(3) O fim do exclusivo de comércio (monopólio metropolitano) foi decisão difícil, visto que foi preciso vencer a implacável resistência britânica. Como país pioneiro e líder da Revolução Industrial, a Inglaterra temia perder o potencialmente promissor mercado brasileiro ante a concorrência de outras potências.

(4) Infere-se do texto que a política externa joanina bem como a que foi implementada pelo nascente Estado brasileiro afastaram-se paulatinamente de influências europeias, superaram condicionamentos históricos e abriram perspectivas na direção da crescente aproximação do Brasil com os vizinhos americanos.

1: Certo. A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro, consoante expressão de Maria Odila Leite Dias, atrelou-se às guerras napoleônicas no continente europeu. O bloqueio continental decretado pela França, após a derrota de Trafalgar contra a Inglaterra, aproximou Portugal desta, e a Espanha daquela. Pelo Tratado de Fontainebleu de 1807, a Espanha cedia passagem às tropas napoleônicas para adentrar o território lusitano, forçando a Coroa de Lisboa a transmigrar para o Brasil, na esteira das recomendações anteriores de Dom Rodrigo de Sousa Continho, que foi ministro de Estado português entre 1796 e 1801. Pelo Tratado referido, Portugal seria dividido entre a Espanha, a França e Godoy, diplomata espanhol que articulou o acordo de passagem. A Inglaterra financiou e escoltou a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro;

2: Certo. A transferência da Coroa caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico da Colônia, pela abertura dos portos às nações amigas e pelo fim do exclusivo colonial. Ainda, revogou-se o alvará de 1785, pelo meio do qual a produção de manufaturas ficava sob o monopólio metropolitano. Maria Odila Leite Dias, em *A Interiorização da metrópole,* descreve como a presença portuguesa no Rio de Janeiro provocou um enraizamento da corte na região do Centro Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Os membros da corte portuguesa transformaram o Rio de Janeiro, causando um significativo povoamento da cidade, que resultou em uma crise de abastecimento. A crise foi resolvida com o desenvolvimento de uma rede de comércio importante entre o Rio de Janeiro e as capitanias da região, o que favoreceu um adensamento dos interesses portugueses na América, além de fomentar uma transformação substancial na colônia brasileira. Os principais homens da corte portuguesa começam a investir na América, criando laços com os habitantes locais e com o comércio e desenvolvimento da região, fato que acaba postergando a volta da Corte e de Dom João VI para Lisboa;

3: Errado. A Inglaterra beneficiou-se pelo Tratado de Comércio e Navegação, visto que as tarifas alfandegárias aplicadas à Inglaterra foram estipuladas em 15%, enquanto a Portugal era aplicado o percentual de 16%. Às demais nações amigas, era imposta a tarifa de 24%. Note-se que a competitividade industrial britânica dava notável vantagem à Inglaterra em detrimento das demais nações; as tarifas, nesse sentido, ainda que tivessem sido aplicadas de forma homogênea a todos os Estados, não teriam prejudicado as exportações inglesas;

4: Errado. Consoante tese de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno, até a entrada em vigor da Tarifa Alves Branco, em 1844, a Colônia e o Brasil tiveram de administrar o imobilismo. Em outros termos, a política externa durante os anos finais da Colônia e os primeiros do Brasil independente estava umbilicalmente vinculada aos tratados de comércio com a Inglaterra. Ainda, o período que se estende de 1822 a 1851 é marcado por sucessivos atritos com os vizinhos americanos, notadamente os embates ligados à Guerra Cisplatina, em 1825, e a Guerra contra Rosas, em 1851.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

2.2. A influência das ideias liberais e sua recepção no Brasil

(Diplomacia – 2008) No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção INCORRETA acerca desse período.

(A) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.

(B) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.

(C) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.

(D) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.

(E) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

A: Correto. O padre Antônio Vieira, no século XVII, assim como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no decurso das últimas décadas do século XVIII, propuseram a criação de um Império transoceânico governado pela dinastia dos Bragança, com sede no Rio de Janeiro. A proposta de Souza Continho ficou conhecida como projeto de um vasto e poderoso Império. A transmigração da Coroa e a interiorização da metrópole no Rio de Janeiro ocorreram na esteira das guerras napoleônicas, no continente europeu. Com a vitória inglesa na batalha de Trafalgar, Lord Nelson assegurou à Inglaterra supremacia marítima sobre a França. Napoleão, a seu turno, por meio do decreto de Berlim, articulou um bloqueio continental à Inglaterra, cujo escopo era beneficiar a indústria francesa no continente. O bombardeio de Copenhague pela Inglaterra, devido ao temor britânico quando a adesão da Dinamarca ao bloqueio continental, causou temor a Portugal, que vislumbrou, assim, a possibilidade de Lisboa ser o próximo alvo. Nesse sentido, pressões inglesas incitaram a aproximação de Lisboa e Londres. O Tratado de Fontainebleu, assinado em 1807, mediante o qual Portugal seria divido entre a Espanha e a França, levou Dom João VI a valer-se da proposta de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e transferir, em 1807, a sede da Coroa para o Rio de Janeiro. Destarte, a transmigração de 1808 não foi uma fuga, pois havia projeto anterior, nem uma consequência exclusivamente advinda de pressões inglesas.

B: Incorreto. Em 1785, contrariando as disposições anteriormente implementadas pelo Marquês de Pombal, Maria I, “a Viradeira”, adotou alvará proibindo a produção de manufaturas nas coloniais portuguesas. Com a transmigração da coroa, em 1807, Dom João VI revogou o alvará de 1785, dando início a expressivo crescimento econômico da colônia do Brasil.

C: Correto. O Conde de Palmela representou Portugal no Congresso de Viena, de 1815. Decorrente do pensamento restaurador, o Império é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

D: Correto. No que concerne às invasões de territórios sob dominação francesa, como resposta às guerras napoleônicas em Portugal, Dom João IV interveio, em 1809, na Guiana Francesa e tomou Caiena. A presença imperial durou até 1817, quando os acordos advindos do Congresso de Viena deram lugar à retirada das tropas imperiais

de Caiena. No que diz respeito ao intervencionismo platino, duas investidas portuguesas apossaram-se de Montevidéu. A primeira, em 1811, é prontamente contestada pela Inglaterra, que antevendo possíveis desvios de comércio, aconselha Portugal a retirar-se da banda oriental. A segunda intervenção ocorre em 1816. Foi uma retaliação à perda da Praça Forte de Olivença, em 1801. O êxito da anexação leva à criação da Província Cisplatina, que será objeto de embate entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825.
E: Correto. A Revolução de 1820, no Porto, conclamava o regresso de Dom João VI a Portugal, embora fosse agenciada em benefício da limitação do poder real. A face conservadora do Vintismo, conforme título que se deu a revolução, exigia a vinculação do Brasil colônia a Portugal; em outras termos, optava-se pelo *status quo ante.* Fazendo alusão às instáveis Repúblicas hispano-americanas, Dom João VI entregou o poder ao filho, Dom Pedro I: "antes para ti, meu filho, do que para um aventureiro", teriam sido as palavras do príncipe regente. O Vintismo terminou exigindo, também, a volta de Dom Pedro I a Portugal, fato que justificou, entre outras razões, a proclamação da independência do Brasil.
Gabarito "B"

2.3. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil

Não foi a independência do Brasil produto de um processo premeditado, linear e homogêneo, imbuído de uma consciência nacional profunda, transcorrido nos termos de uma simples oposição entre colônia e metrópole, ou entre Liberalismo e Absolutismo, estando suas bases já dadas desde a crise do Antigo Sistema Colonial, a transmigração da Corte portuguesa ou mesmo a revolução vintista. Se esses últimos fatos constituem, sem dúvida, marcos decisivos do processo, não o explicam de todo.

Marcello Octávio N. de C. Basile. **O Império brasileiro: panorama político**. In: Maria Yedda Linhares (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed., Rio de Janeiro:Elsevier, 1990, p. 208 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Acerca do assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A independência brasileira, planejada pelo menos desde 1820 por José Bonifácio, somente pôde ser desencadeada com o apoio das elites, a partir de agosto de 1822.

(2) A Revolução antiliberal portuguesa de 1820, ao defender o retorno do absolutismo real e do exclusivismo comercial, levou a elite brasileira a aderir à ideia da independência.

1: Errado. Embora não seja possível datar o início do processo de independência em agosto de 1822, visto que a corrente historiográfica predominante advoga a data de 1808 como ponto nodal do processo de emancipação, pode-se sustentar que a independência se fez premente com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 1821, e com o "dia do fico", em 9 de janeiro de 1822. Antes, portanto, de agosto de 1822.
2: Errado. A Revolução do Porto não era antiliberal. Pelo contrário, era liberal em suas feições metropolitanas, mas conservadora em seus matizes coloniais. Preconizava-se um estreitamento de vínculos administrativos entre o Portugal e o Brasil, mas não um retorno ao absolutismo real, nem muito menos ao exclusivismo comercial.
Gabarito 1E, 2E

3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

3.1. A Constituição de 1824

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os seguintes itens, relativos à vida política do Império do Brasil.

(1) A primeira Constituição Brasileira foi imposta por D. Pedro I, fato que contribuiu para desencadear a revolta da Confederação do Equador.

(2) Nas lutas políticas do período regencial, o cerne do debate foram os temas da centralização ou descentralização política, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

(3) O parlamentarismo foi introduzido pela Constituição Liberal de 1847, que criou o cargo de presidente do conselho de ministros (equivalente a primeiro ministro), o qual seria indicado pelo imperador.

1: Certo. A primeira Constituição brasileira foi outorgada, e não promulgada, por Dom Pedro I em 1824. Em decorrência da dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, grupos republicanos advogaram a cisão, por um lado, entre o Brasil e, por outro, o Ceará, do Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Frei Caneca ergueu-se como arauto da Confederação do Equador, de 1824.
2: Certo. O item faz referência às revoltas que ocorreram durante a Regência, que questionavam, em parte, a centralização política do regime. Com a ausência do Rei e a chegada ao poder de representantes mais liberais, adotar-se-á uma série de medidas mais descentralizadoras, o que deu margem à eclosão dos levantes, dos quais muitos reivindicavam uma distensão da centralidade do poder em torno do Rei, representado pela Regência, com algum caráter emancipatório, no caso da Revolta Farroupilha. No que concerne às Forças Armadas, é importante destacar que, muito embora a regência tenha tido um regente provisório militar, Francisco de Lima e Silva, havia um certo receio com relação aos militares, associados aos portugueses e ao Rei, o que justificava a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, para conter eventuais excessos por parte dos militares.
3: Errado. Não houve uma Constituição Liberal em 1847. Durante o Quinquênio Liberal (1844-1848) que precede o Período Saquarema, D. Pedro II cria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847.
Gabarito 1C, 2C, 3E

3.2. Quadro político interno

(Diplomacia - 2009) Com relação à Independência e às primeiras décadas da formação do Estado imperial no Brasil, assinale a opção correta.

(A) As tarifas aduaneiras impostas pelo Brasil no século XIX começaram a ser implementadas a partir de 1840 e impulsionaram o país, já no Império, para um programa de franca industrialização do tipo inglesa.

(B) José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", deixou o legado de um pensamento voltado para a preservação da unidade política nacional.

(C) A crise regencial e a consolidação do Império ocorridas entre as décadas de 30 e 40 do século XIX não afetaram a harmonia entre centralização e descentralização do poder político e das instituições.

(D) O termo regressista, na acepção forjada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi empregado, a partir de 1840, para qualificar a defesa do liberalismo político e do fortalecimento das autoridades provinciais.

(E) A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, fortaleceu o poder das assembleias legislativas provinciais.

A: Incorreto. As tarifas aduaneiras de cunho protecionista somente foram adotadas em 1844, com a Tarifa Alves Branco. Por meio dessa, estipulava-se que, se o produto importado tivesse semelhante no Brasil, seria adotada uma tarifa de 60% sobre o valor agregado do bem e, caso não tivesse semelhante, de 30%. Se é verdade que, por um lado, a Tarifa Alves Branco causou um surto industrial, justificado, ainda, pelo aumento do fluxo de capitais advindos do fim do tráfico negreiro, em 1850, e pela diversificação e urbanização resultantes do processo de expansão do café; por outro, a industrialização não foi perene, nem de tipo inglesa. Em 1860, a Tarifa Silva Ferraz revogou a Tarifa Alves Branco, abrindo espaço para a importação de bens industrializados. A concorrência com os produtos britânicos e a oposição das elites rurais à industrialização levaram ao fim do surto, simbolizado pelo declínio da Era Mauá. Consoante Caio Prado Júnior, a Inglaterra opôs-se ao projeto industrialista encetado com a Tarifa Alves Branco, visto que a edição da Bill Aberdeen, que outorgava aos britânicos o direito de afundar e capturar navios negreiros no Atlântico sul, teria sido uma resposta às leis protecionistas brasileiras de 1844;
B: Correto. José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", preconizava uma monarquia constitucional, visto que seria a garantia da unidade política nacional. Chefiado por ele, o primeiro ministério nacional, de 1823, consolidou a independência, afirmando a necessidade de centralizar o poder. Bonifácio e seus irmãos, Martim Francisco e Antônio Carlos, opuseram-se veementemente à corrente exaltada da organização partidária brasileira: ao passo que aqueles defendiam a monarquia e a centralização, esta, sob os auspícios de Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Cunha Barbosa, advogava a autonomia provincial. Na compreensão de Bonifácio, a centralização teria sido determinante para a unidade nacional;
C: Incorreto. O período regencial foi marcado pela oposição à centralização do Império. O Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder e outorgou maior autonomia às províncias. O Ato concedeu às Assembleias Legislativas Provinciais a faculdade de editar leis, tornou o Rio de Janeiro município neutro, suspendeu o Poder Moderador e transformou, por intermédio de eleições nas assembleias provinciais, a Regência Trina em Regência Una. Outra medida descentralizadora foi a reforma do Código do Processo Criminal, em 1832, que institui a figura do Juiz de Paz. Esse instituto aproximava a população da justiça, o que, segundo a obra *O juiz de paz na roça*, de Martins Pena, não impediu o desenvolvimento da corrupção local. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, os regressistas, ou restauradores, posicionaram-se contra o Ato Adicional, ensejando um conflito de interesses entre esses e os progressistas, ou moderados. Os exaltados, ou farroupilhas, a seu turno, fizeram eclodir as revoltas provinciais. As eleições de 1836 resultam no estabelecimento de maioria regressista na Câmara, o que pôs fim à regência de Feijó. Sob Araújo Lima, a Regência Una ganhou nova tonalidade centralizadora, ao reprimir as revoltas provinciais e ao decretar o Lei Interpretativa do Ato Adicional, em 1840, que retirava do Ato Adicional seu viço descentralizador. Emblemático dessa mudança de horizonte é o caso Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi liberal em 1820, tornou-se moderado em 1831, foi redator do Ato Adicional em 1834 e advogou em prol dos regressistas em 1835, pois atribuía à descentralização a responsabilidade pelas revoltas provinciais. Marco Morel, em *O período das Regências, 1831-1840,* combate a ideia segundo a qual o Brasil teria tido, sob a Regência, uma experiência republicana, visto que tanto os regressistas quanto os progressistas pregavam a unidade territorial, a monarquia e a escravidão;
D: Incorreto. O termo regressista, sinônimo de restaurador, caramuru ou corcunda, surge em 1834, com a morte de Dom Pedro I e o posicionamento dos restauradores contra o Ato Adicional. Composto pelas antigas elites portuguesas e pelos brasileiros conservadores, os regressistas preconizavam, até 1834, a volta de Dom Pedro I e a centralização do Estado;
E: Incorreto. A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, alterou o Ato Adicional no sentido centralizador.
Gabarito "B".

(Diplomacia – 2000) A Confederação do Equador foi:

(A) uma aliança política, logo após a independência, que visava a transformação de províncias do Nordeste em **ESTADOS SOBERANOS, SOB A DIREÇÃO DE UM PODER CENTRAL COM SEDE NO RECIFE.**

(B) Uma aliança entre Liberais e Conservadores nordestinos, ligados à cana-de-açúcar, de protesto contra a **LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS.**

(C) Um movimento sedicioso de escravos, precursor dos Quilombos.

(D) A primeira manifestação política coletiva das classes dirigentes nordestinas em favor da República.

A, B, C, D e E: A Confederação do Equador, liderada por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, em 1824, opôs-se a Dom Pedro I devido à excessiva concentração de força nas mãos do Poder Moderador, à noite da agonia e à Carta constitucional outorgada de 1824. A Confederação associava o Ceará, o Pernambuco, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, tendo seu foco vital em Recife (destaque-se, também, a importância da figura de Cipriano Barato nesse contexto) . O movimento separatista foi debelado em 1825 com a execução de Frei Caneca.
Gabarito "A".

4. A REGÊNCIA (1831-1840)

4.1. Centralização versus descentralização: reformas institucionais

(Diplomacia - 2008) Durante a Regência (1831-1840), o Brasil passou por reformas institucionais que consolidaram o Estado Nacional, cuja política exterior tomou rumos distintos das orientações da época da Independência. Acerca da Regência e da nova política exterior no início do Segundo Reinado, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) O pensamento político e os dirigentes dividiam-se entre liberais e conservadores, sendo os primeiros defensores da centralização do poder e, os segundos, do federalismo.

(2) Entre os conservadores, Bernardo Pereira de Vasconcelos esteve presente na origem do partido político que defendia a centralização do poder do Estado.

(3) O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre liberais e protecionistas, sendo estes últimos defensores da industrialização do país.

(4) Por força da lei de 1831 que definiu a competência dos regentes, tratados de qualquer natureza haveriam de passar pela prévia aprovação da Assembleia (Câmara e Senado) antes de serem ratificados.

1: Errado. O pensamento político organizou-se, finda a Regência, no embate bipolar entre liberais, ou luzias; e conservador, ou saquaremas. Ainda que, na expressão de Holanda Cavalcanti, "nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder", havia divergências entre luzias e saquaremas. Os liberais preconizavam a descentralização de poder, que era uma exigência dos progressistas à época da Regência, e o protecionismo, como vislumbrou-se com a Tarifa Alves Branco de 1844. Os conservadores, a seu turno, aconselhavam a centralização do poder, na esteira do pensamento regressistas da Regência, e o livre-comércio, pois haveria reciprocidade e queda do preço dos importados. Cabe lembrar que, não obstante as dicotomias partidárias, havia convergência de pensamento entre luzias e saquaremas no que concerna à unidade territorial, à monarquia e à manutenção da escravidão. Por

fim, os partidos republicanos de ordem provincial, surgidos depois de 1870, não eram vetados por Dom Pedro II;

2: Certo. Ao longo da Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos notabilizou-se por flexibilizar seu pensamento político, favorecendo, progressivamente, as máximas regressistas em detrimento das progressistas. Em 1820, Vasconcelos foi liberal: opôs-se a Dom Pedro I e responsabilizou-se pela abdicação de 7 de abril de 1831. No início da Regência, tornou-se chimango, ou moderado: foi redator do Ato Adicional de 1834. O ano de 1835 marcou sua ruptura com o pensamento liberal, pois acusava-o de ter promovido as forças e as revoltas descentralizadoras da segunda metade da Regência. Teria o novo conservador dito "fui liberal e lutei pela liberdade nova, nas mentes, mas ainda não na lei, agora é preciso fazer parar o carro da revolução";

3: Certo. O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre conservadores, que advogavam liberalismo comercial, e liberais que, consoante o economista alemão Friedrich List, eram favoráveis ao protecionismo como vetor de proteção das indústrias nascentes. Note-se que o debate se trata do pensamento liberal tal como entendido pelos defensores do livre-comércio, e não pelo partido Liberal definido nos estertores da época regencial;

4: Certo. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em *História da política exterior do Brasil*, salientam a importância da Assembleia durante a Regência no que concerna à aprovação de tratados internacionais. Os acordos internacionais eram assinados pelo Executivo, aprovados em dois turnos pela Assembleia e, finalmente, ratificados pelos regentes.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C.

(Diplomacia – 2006) Enquanto a Europa vivia sua Era Revolucionária, o Brasil promovia sua independência política e buscava organizar-se como Estado nacional. A respeito dessa fase da história brasileira, assinale a opção incorreta

(A) Internamente liberal, a Revolução do Porto, em 1820, pôs fim ao absolutismo português e, simultaneamente, impôs a adoção de medidas para reverter o grau de relativa autonomia conquistado pela colônia brasileira. Daí ser essa revolução considerada fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na declaração de independência do Brasil, em 1822.

(B) A onda liberal que levou às revoluções de 1830 na Europa também se fez presente no Brasil, embora adaptada às condições locais. Esse foi o quadro de adensamento da crise do Primeiro Reinado (1822-1831), que teve seu epílogo no afastamento (abdicação) de D. Pedro I.

(C) O embate entre os defensores do centralismo monárquico — concentração do poder na capital — e as posições federalistas, que advogavam mais autonomia das províncias, é fator significativo para a eclosão de movimentos em várias regiões do país, ao longo do período regencial.

(D) Ao contrário da Cabanagem, movimento armado conduzido pelas elites paraenses, a Revolução Farroupilha foi longamente sustentada pelo Rio Grande do Sul e caracterizou-se como um movimento essencialmente popular, do qual ricos estancieiros se recusaram a participar

(E) Em meio à crise política prolongada, que em larga medida foi alimentada pelo choque entre posições centralistas e federalistas, o período regencial chegou ao fim por meio de um golpe sem armas, materializado na antecipação da maioridade de D. Pedro II e na vitória dos defensores da monarquia parlamentar centralizada.

A: Correto. A dupla face do Vintismo, ou Revolução do Porto, de 1820, foi fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na independência do Brasil. Se, por um lado, a Revolução era liberal na metrópole; por outro, mostrava-se conservadora na colônia.

B: Correto. As revoluções de 1830, na Europa, repercutiram no continente americano, promovendo novas revoltas e quedas de regime. No caso do Brasil, a crise do Primeiro Reinado desdobrou-se com a queda de Dom Pedro I e com o surgimento da Regência Trina Provisória, em 7 de abril de 1831. Para parte da historiografia, notadamente Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho, a verdadeira independência do Brasil foi consolidada nessa data.

C: Correto. O período regencial caracterizou-se pelo embate entre defensores da centralização e advogados das posições federalistas. O Ato Adicional de 1834 promoveu ampla descentralização, o que, na visão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, teria ocasionado a eclosão de revoltas e de movimentos separatistas nas províncias.

D: Incorreto. A Cabanagem foi uma revolta popular, encabeçada por massas populares do Pará. A Revolução Farroupilha, em contraste, caracterizou-se como movimento elitista pela proclamação da República de Piratini. Note-se que, no caso das revoltas populares, a repressão foi mais violenta do que aquela impingida aos movimentos elitistas.

E: Correto. O episódio de 23 de julho de 1840 - denominado Golpe da Maioridade- objetivou dar o trono abandonado em 1831 a Dom Pedro II, à época com 14 anos. Vislumbrava-se no golpe sem armas o arrefecimento da forças centrífugas dissidentes e dos movimentos revoltosos nas províncias, visto que a consagração de Dom Pedro II no poder era exigência de algumas das revoltas. O Clube da Joana, ou Facção Áulica, liderado por Aureliano Coutinho, encarregou-se de preparar e influenciar o jovem Imperador para o exercício do poder. Note-se, outrossim, que foram os liberais que trouxeram Dom Pedro II ao poder de forma a alijar os conservadores instituídos no governo desde as eleições de 1836, que marcaram a ascensão de Araújo Lima à Regência.

Gabarito "D".

4.2. O Ato Adicional de 1834 e as revoltas provinciais

O processo de descolonização, um tanto desacelerado pela transmigração da corte, revela-se na série de movimentos liberais e liberal-nacionais, desde as insurreições republicanistas no Nordeste, em 1817 e 1824, a Independência em 1822, prosseguindo depois na expulsão de Pedro I em 1831 e nos conflitos, levantes e revoluções do período regencial (1831-40). Quando Pedro II assumiu a Coroa com o golpe da maioridade em 1840, definiu-se a "paz" do Segundo Império. Nesse percurso, o novo Estado inseriu-se no sistema mundial de dependência sob a tutela inglesa.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: SENAC/SP, 2008, p. 306(com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o texto acima e o processo de independência e consolidação do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX, julgue os itens que se seguem.

(1) O período regencial, vigente em face da menoridade de Pedro II, transcorreu em absoluta paz em razão da convergência e da acomodação dos interesses das elites brasileiras.

(2) A hegemonia econômico-financeira britânica, indiscutível no transcurso do século XIX em outras partes do mundo, apenas tangencialmente se fez sentir na América Latina, incluindo o Brasil.

(3) A Conjuração (Inconfidência) Mineira e a Insurreição Pernambucana são exemplos de movimentos libertários que antecedem à proclamação da independência do Brasil.

(4) Por injunções da política europeia da época, a Corte portuguesa viu-se obrigada a transferir-se para a colônia brasileira, o que acabou por determinar a suspensão do elemento definidor do pacto colonial, ou seja, o monopólio de comércio.

1: Errado. O período regencial caracterizou-se pelo recrudescimento de insubordinações sociais e de sedições populares e elitistas. Não houve, portanto, acomodação dos interesses das elites brasileiras.

2: Errado. A presença econômico-financeira britânica na América latina se estendeu ao longo do século XIX. Empréstimos eram contraídos em casas bancárias inglesas, assim como a maior parte dos investimentos externos alocados no Brasil provinham de Londres.

3: Certo. Tanto a Inconfidência Mineira, de 1789, quanto a Insurreição Pernambucana, de 1817, podem ser considerados exemplos de movimentos libertários que antecederam a proclamação de independência do Brasil, em 1822.

4: Certo. Embora não haja consenso quanto à noção de pacto colonial, a transmigração da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro acompanhou-se da abertura dos portos para as nações amigas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

5.1. O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial

Texto - para a próxima questão

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só poderiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o sistema político em vigor no Segundo Reinado (1840-1889), assinale a opção incorreta

(A) Em seus contornos básicos, a organização política do Estado brasileiro foi estabelecida pela Constituição de 1824. Nela, a divisão dos poderes contemplava, além dos clássicos Executivo, Legislativo e Judiciário, um quarto poder, o Moderador, que ampliava o espaço de atuação do imperador.

(B) O parlamentarismo brasileiro, extinto com o advento do regime republicano, apresentava traços que fugiam claramente do esquema clássico europeu, notadamente do modelo inglês, razão pela qual era chamado de "às avessas". Exemplo disso era a prerrogativa do monarca de nomear e demitir livremente os ministros de Estado.

(C) Nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder. A frase famosa, pronunciada por uma importante personalidade política do Império, reforça a fragilidade doutrinária e ideológica dos dois grandes partidos brasileiros do Segundo Reinado, além de expressar um sistema de representação política elitista e excludente.

(D) Infere-se do texto que era reduzido o percentual de eleitores no conjunto da população brasileira, situação que tendia a ser revertida com as reformas eleitorais ocorridas nos anos finais do Império e que propiciaram a extensão da plena cidadania a uma parcela significativamente maior da sociedade.

(E) Pelas informações contidas no texto, chega-se à conclusão de que o sistema político vigente no Segundo Reinado caracterizava-se pela centralização, pela baixa representatividade e pela aliança entre Coroa, elite política, grande comércio e grande lavoura.

A: Correto. A Carta Constitucional outorgada de 1824 instituía, além da centralização, quatro poderes: i) o Executivo, que seria exercido pelo Imperador e pelos ministros por ele nomeados – a figura do presidente de gabinete surgiu em 1847; ii) o Legislativo bicameral, estruturado por senadores vitalícios, escolhidos em lista tríplice pelo Imperador e por deputados. A Câmara e o Senado conformavam a Assembleia Geral do Império; iii) o Judiciário, consubstanciado pelo Supremo Tribunal do Império; e iv) o Poder Moderador (PM), de atribuição exclusiva do Imperador e cuja origem adveio de Benjamin Constant, o francês que advogava a necessidade de interferência do PM nos outros poderes caso situações de ingovernabilidade ocorressem. Ainda, a Carta de 1824 manteve o instituto do padroado e do beneplácito, pelo meio do qual o Estado tinha primazia sobre a Igreja. Votavam homens livres, excluídos os escravos e alforriados, os maiores de 25 anos, exceção feita aos casados e aos bacharéis em direito. Em 1881, com a reforma Saraiva, as eleições tornavam-se diretas, proibidas aos analfabetos, e eleva-se o patamar censitário de 100 mil para 200 mil reis para a caracterização do eleitor;

B: Correto. O parlamentarismo brasileiro, à época do Império, distan-

ciou-se do modelo inglês na medida em que o Imperador gozava da faculdade de nomear e de demitir os ministros de Estado, de dissolver a Câmara de Deputados e de indicar sua preferência por presidentes de gabinete;
C: Correto. Consoante Holanda Cavalcanti, *"nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder.* A máxima denota a fragilidade doutrinaria dos dois grandes partidos. Na compreensão da personalidade política, não haveria fronteiras ideológicas entes os partidos, mas embates e adversidades entres os homens que os consubstanciavam;
D: Incorreto. A reforma eleitoral de 1881, denominada Lei Saraiva, reduziu substancialmente o número de eleitores, ampliando a característica excludente das eleições e a fragilidade da cidadania. No entendimento de José Murilo de Carvalho, até 1881, votava 10% da população. Com a reforma, esse percentual caiu para 2%;
E: Correto. A característica elitista do sistema político vigente no Segundo Reinado adveio, precisamente, da conjunção entre a centralização, as eleições manipuladas e a representação dos grandes interesses comerciais e fundiários a serviço da Coroa.
Gabarito "D".

(Diplomacia – 2002) O Brasil assistiu, na segunda metade do século XIX, as modificações na vida política e econômica como:

(A) A regressão do regime político à forma imperial e autocrática.

(B) A mudança do sistema social de produção em favor do escravismo.

(C) A gradual erosão das instituições políticas nascidas em 1822.

(D) A gravitação do poder econômico das elites do oeste paulista em direção ao nordeste do pais.

(E) O endurecimento da economia autárquica em detrimento da agroexportação.

A, B, C, D e E: As instituições políticas nascidas em 1822 foram progressivamente transformadas, embora tenha havido momentos de ruptura e outros de continuidade, até o advento da Primeira República.
Gabarito "C".

5.2. Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; as questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai

(Diplomacia - 2009) O Império Brasileiro, a partir de 1850, redefiniu suas relações internacionais e envolveu-se em situações de tensão e conflitos na região platina da América do Sul. A partir de algumas dessas redefinições forjaram-se conceitos e práticas da política exterior do Brasil que perduraram até o início da República. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

(A) Ao se transformar no principal mercado consumidor do café brasileiro, a Inglaterra, em contrapartida, ampliou o volume de manufaturados exportados para o Brasil, o que consolidou o grau de dependência comercial brasileira em relação à principal potência europeia no século XIX.

(B) Embora significativas, as tensões políticas entre o Brasil Imperial e a Inglaterra estiveram limitadas a duas questões interligadas: a do tráfico negreiro e a da abolição da escravatura no Brasil.

(C) Os Estados Unidos da América consolidaram-se, já na segunda metade do século XIX, como país parceiro do Brasil no contexto internacional, o que possibilitou a substituição, no reinado de Pedro II, da hegemonia britânica.

(D) A historiografia recente comprova que a Guerra da Tríplice Aliança esmagou o modelo original e distributivo da riqueza engendrado pelo humanismo autocrático de Solano López no Paraguai.

(E) No fim do período imperial e início da República no Brasil, as tensões platinas, que envolveram o Império Brasileiro, e o sucesso econômico do modelo agroexportador da Argentina contribuíram para acirrar a rivalidade entre os dois países, ainda que mantidos os laços de amizade.

A: Incorreto. A Inglaterra não era o principal mercado consumidor do café brasileiro. A Europa o era, em sua totalidade, porém, individualmente, os Estados Unidos auferiam maior dividendo. Por sua vez, o volume de manufaturas exportadas pela Inglaterra passou por fluxos e refluxos: o período de 1844 a 1860 caracterizou-se por maior protecionismo brasileiro, enquanto de 1810 a 1844 houve notável influxo de mercadorias britânicas;
B: Incorreto. Se o tráfico negreiro constituiu significativo foco de tensão entre o Brasil Imperial e a Inglaterra; a Questão Christie, outro caso de atrito, marcou a ruptura de relações diplomáticas entre ambos os países. A questão consubstanciou-se por dois episódios: o primeiro teve origem no naufrágio do navio inglês Príncipe de Gales, no sul do Brasil, que teve sua carga roubada. Christie, secretario da Foreign Office, exigiu indenizações, que, mediante arbitragem do Rei da Bélgica, foram consentidas pelo Brasil. O segundo diz respeito à prisão de dois oficias ingleses por arruaça pública. Apoiando-se nos Tratados de 1810, que davam extraterritorialidade judicial à Inglaterra, os britânicos exigiram a instauração de um Tribunal Especial. Negado pelo Brasil, a insistência inglesa ensejou a ruptura de relações. No que concerne às pressões inglesas contra o tráfico negreiro, cabe destacar os motivos que as explicam: i) existência de ideais liberais na Inglaterra: as petições dos trabalhadores da cutelaria solicitaram ao parlamento britânico medidas contra o tráfico, malgrado o benefício auferido pela existência da escravatura, moeda de troca com a cutelaria; ii) fim do tráfico nas colônias britânicas em 1807; iii) pressões dos colonos ingleses prejudicados pela existência da escravidão; iv) para a burguesia britânica, o trafico encarecia a matéria-prima, o que prejudicava suas industrias: com efeito, o alto custo da compra de escravos arrefecia a potencialidade de vendas dos produtores de manufaturas; v) afirmação da Inglaterra como potência mundial: não se vislumbrava no escravo um potencial consumidor, mas objetivava-se transformar o comprador de escravos em consumidor de manufaturas inglesas;
C: Incorreto. A hegemonia britânica não foi debelada, na segunda metade do século XIX, pelos Estados Unidos. O americanismo torna-se uma prioridade para o Brasil apenas no transcurso dos primeiros anos da República Velha; a Inglaterra, contudo, continuou participando no influxo de capitais para o Brasil, como ratifica o Funding Loan de 1898, sob a presidência de Campos Sales;
D: Incorreto. A historiografia que sustenta a característica distributiva de riquezas, o modelo de desenvolvimento autônomo e a franca industrialização do Paraguai data dos anos de 1960, sendo Júlio José Chiavenato o arauto dessa análise. Sob essa perspectiva, o Paraguai teria liderado uma verdadeira cruzada contra o analfabetismo, e a Inglaterra teria manipulado a Argentina e o Brasil para entrar na guerra, visto que retiraria dividendos do conflito. A historiografia de 1960 foi superada pelo revisionismo, que relembra o rompimento de relações entre o Brasil Imperial e a Inglaterra em 1863, no que se denominou Questão Christie. O viés analítico dessa historiografia privilegia a consolidação dos Estados Nacionais e desconstitui o argumento que vislumbra no Paraguai um modelo industrial. Outra análise diz respeito à historiografia tradicional, que caracteriza Solano López como um ditador de grandes ambições. O Paraguai, nessa ótica, teria invadido o Brasil em busca de uma saída para o Oceano Atlântico;

E: Correto. Finda a Guerra do Paraguai, o Brasil negocia um Tratado de Paz, em 1872, em separado com o Paraguai, pois temia as pretensões argentinas concernentes à anexação do Grande Chaco. Durante a década de 1870, o Paraguai tornou-se o foco de rivalidade entre o Brasil e a Argentina: a manutenção de tropas brasileiras até 1876, com o consentimento do presidente paraguaio Gill, coaduna-se na mesma lógica. A partir de 1880, inicia-se um período de distensão com os presidentes argentinos Avellaneda e Roca: o único atrito era a Questão de Palmas. Com a proclamação da República, Quintino Bocaiúva tece laços ideológicos de amizade com a Argentina. À aproximação entres ambos os países; contudo, não se ausentaram pressões quanto ao crescimento econômico argentino, que constituiria uma ameaça às relações exteriores do Brasil. Fernando Cardim destaca três grandes momentos no conjunto das relações entre o Brasil e a Argentina: i) 1822-1902: política platina; ii) 1902-1960: política hemisférica; e iii) 1960-2000: política globalista.

Gabarito "E".

(Diplomacia - 2007) Julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca da extensão atual do território nacional, bem como da fixação das fronteiras brasileiras.

(1) O arbitramento das fronteiras foi uma prática introduzida pelo Visconde do Uruguai no início do Segundo Reinado.

(2) A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré incluía-se na problemática de estabelecimento dos limites entre Brasil e Bolívia.

(3) Em geral, os tratados de limites do século XIX buscavam atender também ao objetivo de aumento da navegação e do comércio com os vizinhos.

(4) A abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1866 resultou de acordo negociado com os EUA.

1: Errado. Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, conformou, na expressão de Ilmar Mattos, a trindade saquarema, com Eusébio de Queiroz e Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. A obra do Visconde de Uruguai, no ministério dos negócios estrangeiros, consubstanciou-se pela intervenção no Uruguai, contra Oribe, presidente uruguaio, e contra Rosas, presidente da Confederação Argentina. Interessado em recuperar o Vice-Reino do Rio da Prata, Rosas buscou aproximar-se de Oribe, líder do partido blanco e contrário aos interesses do Brasil no Prata. Vislumbrando riscos de contágio republicano no Brasil e de fragmentação do sul do país, o Visconde do Uruguai preferiu a intervenção ao arbitramento. As políticas do Visconde derrubaram Oribe e impingiram à Argentina a derrota na batalha de Monte Caseros, evento que deu a Paulino José o título de Visconde. Com a queda de Oribe, fixou-se o Tratado de Limites 1851 com o Uruguai. Sob a presidência do favorável ao Brasil partido colorado, o Estado platino abriu o rio Uruguai à livre navegação. A medida era de grande importância para o Brasil, visto que garantia o acesso ao Mato Grosso via a bacia do Prata;
2: Correto. Pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, o Brasil cedeu pequena porção do Mato Grosso à Bolívia em troca do Acre e da promessa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que garantiria o escoamento da borracha boliviana pelo Atlântico. Em consórcio liderado por industriais americanos, a ferrovia foi quase integralmente concluída, mas com a queda do preço da borracha, não obstante, abandonou-se sua manutenção. Os interesses brasileiros no Acre provieram de uma dupla razão: i) a região era habitada por brasileiros e ii) apresentava vastos recursos naturais para a exploração de borracha e de petróleo. Sob arrendamento à empresa americana Bolivian Syndicate, consoante tese de Synesio Sampaio Goes Filho, a região constituía um vazio soberano que representava uma ameaça ao Brasil, considerando-se a política do Big Stick dos EUA. Nesse sentido, o Barão do Rio Branco indenizou, primeiramente, a empresa norte-americana e, em seguida, entabulou as negociações com a Bolívia. Uma serie de revoltas no Acre, tendo na independência declarada por Gálvez seu maior exemplo, impulsionou o Brasil a resolver prontamente a disputa territorial com a Bolívia. O princípio de *uti possidetis* foi o fundamento norteador da questão;
3: Certo. Os Tratados de limites com o Uruguai, o Peru, a Venezuela e a Bolívia buscavam atender ao objetivo de garantir a navegação brasileira no continente, assim com ampliar as relações comerciais. No caso do Uruguai, objetivava-se assegurar o acesso ao Mato Grosso via o rio Uruguai. No caso da Peru e da Venezuela, a livre navegação do rio Amazonas permitiria ampliar as relações comerciais com os vizinhos andinos;
4: Errado. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, foi um ato unilateral brasileiro. Objetivava-se angariar o apoio dos Estados vizinhos sul-americanos contra Solano López, presidente do Paraguai em guerra contra o Brasil.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

(Diplomacia – 2000) Com relação à Guerra do Paraguai, assinale a opção incorreta.

(A) D. Pedro II não teve, durante a guerra, contatos com Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores.

(B) Dadas as dificuldades de comunicação, não foi possível ao governo imperial impedir a penetração das tropas de Solano López na província de Mato Grosso.

(C) A vitória naval de Riachuelo serviu ao Império pela elevação de esperanças quanto ao destino da guerra.

(D) Os interesses dos estancieiros gaúchos e dos brasileiros residentes na Banda Oriental levaram o governo imperial ao apoio a Flores.

(E) A Tríplice Aliança terminou por favorecer aos Aliados, pois as antigas rivalidades luso-espanholas poderiam conduzir a resultados imprevisíveis.

A: Incorreto. Dom Pedro II e o gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos foram aliados de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, e de Venâncio Flores, presidente do Uruguai. Para além da convergência ideológica entre lideres liberais, Mitre e o gabinete imperial apoiavam a livre navegação na região, da qual era favorável o partido colorado de Flores. O partido blanco do Uruguai, por sua vez, opunha-se ao acesso brasileiro ao Prata, em claro apoio ao presidente do Paraguai, Solano López, que vislumbrava uma união de interesses com os federalistas argentinos, consubstanciados nas figuras de Urquiza, da província de Entre Rios, e de Virasoro, de Corrientes. Com a vitória de Mitre sobre Urquiza e Virasoro, na Batalha de Pavón, de 1862, afirmou-se o unitarismo na Argentina, o que proporcionou a aliança entre a Argentina e o Império contra os presidentes blancos do Uruguai, Berro e Aguirre. A intervenção imperial, no Uruguai, em 1864, depôs o partido blanco, trazendo Flores ao poder. Ao ver-se isolado, Solano López invadiu o Mato Grosso, no intuito de prestar assistência aos seus aliados blancos, e mandou tropas para Entre Rios e Corrientes. Foi o estopim para a deflagração do conflito. Temendo a eclosão de um novo embate entre federalistas e unitaristas, Mitre aliou-se a Dom Pedro II contra López, Urquiza e Virasoro; os dois últimos aderiram prontamente à causa de Mitre. Com adesão de Flores, conformou-se a Tríplice Aliança contra o Paraguai. A campanha militar consubstanciou-se por um conjunto de vitórias aliadas, sendo emblemática a vitória na Batalha Naval de Riachuelo, em 1865, que puseram fim a ofensiva paraguaia; pelo contra-ataque aliado, retratado pela rendição de Uruguaiana, por uma fase de estagnação e de guerra de posições, constituindo a derrota aliada na Batalha de Curupaiti exemplo notório; e pela invasão e tomada de Assunção. Curupaiti marcou um ponto de inflexão na guerra, visto que depôs o gabinete Zacarias e trouxe ao poder o ministério conservador de Caxias. A mudança de partidos no Império levou a uma reformulação na aliança com a Argentina, que passou, então, a se caracterizar por percalços e desavenças. O Tratado de Paz de Assunção, de 1872, na esteira dessa desunião, foi assinado em separado pelo Brasil, que buscava conter

o expansionismo territorial argentino no Paraguai. No que concerne à historiografia sobre as causas da guerra do Paraguai, Francisco Doratioto, em Maldita guerra, aponta a consolidação dos Estados nacionais como pano de fundo dos conflitos bélicos. Ainda, a análise microhistórica outorga relevância à convergência de interesses entre estanceiros gaúchos e o partido colorado, que autorizava o comércio pecuário e a flexibilização das fronteiras, em oposição aos blancos, advogados de um projeto econômico de cunho protecionista.

Gabarito "A".

5.3. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só podiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Mencionada no texto, a Lei de Terras de 1850 também se relaciona à forma pela qual o processo abolicionista foi conduzido no Brasil do século XIX. Sabendo-se que essa lei obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição de terras devolutas (desocupadas), exceto a realizada por compra, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Lei de Terras dificultava, quando não impedia propriamente, o acesso à propriedade da terra por parte do trabalhador livre pela evidente razão de que lhe faltavam os recursos financeiros para comprá-la.

(2) Pelo que dispunha, a Lei de Terras de 1850 cristalizava uma realidade do início da colonização, ou seja, a concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos.

(3) Se prejudicava o trabalhador livre pobre, dificultando-lhe o acesso à terra, assim como o ex-cativo, a Lei de Terras apresentava-se como forte atrativo à mão-de-obra imigrante europeia, que, ao contrário dos nacionais, geralmente possuía recursos suficientes para a aquisição de pequenas e médias propriedades rurais.

(4) A Lei de Terras foi combatida por setores da aristocracia rural justamente porque ameaçava a sobrevivência da grande lavoura e a posição privilegiada dos grupos sociais envolvidos nessa atividade econômica.

1: Certo. A Lei de Terras objetivava dificultar o acesso à propriedade aos escravos alforriados, aos imigrantes e aos trabalhadores livres. Perpetuou, nesse sentido, a lógica da grande propriedade fundiária;
2: Certo. A Lei de Terras, ao excluir a possibilidade de trabalhadores livres tornarem-se pequenos proprietários, consolidou a estrutura fundiária em mãos de poucos;
3: Errado. O imigrante europeu, assim como os trabalhadores livres nacionais e os ex-cativos, não possuía recursos suficientes para se tornar proprietário. O impedimento à aquisição de terras devolutas excluía a possibilidade de posse por usucapião, medida ainda atualmente em vigor. Restava ao imigrante a associação com o Estado em regime de subvenção e o sistema de parceria com o fazendeiro. Ambos os sistemas de atração de mão de obra colocavam o imigrante europeu em situação de semiescravidão no Brasil;
4: Errado. A Lei de Terras beneficiou os setores da aristocracia rural, visto que garantiu as sobrevivência da grande lavoura e os privilégios fundiários dos grandes proprietários.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2000) A transição do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, ocorreu:

(A) Em clima de ruptura profunda e irreconciliável das novas forças políticas com as elites dirigentes do Império.

(B) No ambiente de uma revolução industrial sem precedentes na história brasileira.

(C) No contexto de rápida supressão das heranças do sistema escravista, especialmente no que se refere ao destino social dos afro-brasileiros.

(D) No bojo de um movimento popular e radical que propunha transformação profunda nas instituições sociais e econômicas.

(E) No descompasso entre a situação anacrônica das instituições imperiais e as modificações econômicas e sociais que vinham sendo operadas na sociedade brasileira da segunda metade do século.

As causas responsáveis pela crise do Segundo Reinado.

i. A Guerra do Paraguai.

Consequências da Guerra do Paraguai
A Guerra do Paraguai gerou custos elevados e levou à mobilização de 200 mil homens – a título de comparação, a Segunda Guerra Mundial teve uma mobilização brasileira de 20 mil homens. O orçamento imperial de vinte anos foi gasto em seis. A manutenção de operações militares na caça a Solano López, quando já concluída a guerra, deterioram ainda mais o orçamento imperial. A Argentina e o Uruguai saíram antes da guerra e a persistência de Pedro II lhe valeram críticas. Com a Guerra de 1864-1870, o Exército desdobrou-se nas províncias: o resultado foi a organização e o fortalecimento do Exército brasileiro.

ii. As questões
Debate Historiográfico.
Conjunto de Questões:
a) Religiosa.
b) Servil.
c) Republicana.
d) Militar.
Para Emília Viotti da Costa, na visão historiográfica dos anos de 1960, as quatro questões tiveram peso igual, embora ressalte que as questões religiosa e servil foram superestimadas no imediato período que sucedeu a proclamação da República. Para Boris Fausto, nos anos de 1990, apenas as duas últimas se destacaram. Para José Murilo de Carvalho, nos anos 2000 reabilitou-se a relevância da questão servil. Ângela Alonso, a seu turno, salienta a importância das ideias da geração de 1870.

Questão Religiosa, 1872-1875	**Questão Servil**	**Questão Republicana**	**Questão Militar**
Consubstanciou-se por atritos entre a Igreja e o Estado. Com a unificação italiana, a Igreja viu-se fragilizada. O Papa Pio IX promoveu a *Bula Syllabus*, impetrando a excomunhão dos maçons, que constituíam a elite política brasileira. Dois Bispos brasileiros não acataram à revelia imperial à Bula: o Bispo do Pará e o de Olinda. Ao prendê-los, o governo imperial causou uma revolta entre os padres e os membros da Igreja. Os atritos estenderam-se até 1875, quando o Papa flexibilizou sua posição e Dom Pedro II revogou o decreto de prisão dos Bispos. Surgiu; contudo, a ideia de defesa do Estado laico.	Opôs escravocratas vãos emancipacionistas graduais e abolicionistas imediatistas. Prevalece o gradualismo, conforme o conjunto de leis de 1871, de 1885 e de 1888. *Lei de 28 de Setembro de 1871: Lei Rio Branco – Ventre Livre.* Concede a condição de ingênuo ao filho de escravo: não é escravo, mas tampouco é livre. O patrão daria a guarda do escravo, aos oito anos de idade, ao Estado ou ficaria com posse do cativo até os vinte e um anos desse. A Lei deu ao escravo o direito de poupar, o que o transformaria em escravo de ganho. A Lei previa a compra da alforria, com valores fixados pelo Estado, e criou o Fundo Provisório de Emancipação para alforria. *Lei Saraiva-Cotegipe dos Sexagenários, 28 de Setembro de 1885.* Concede alforria escalonada ao escravo a partir dos 60 anos do cativo. Aos 61 anos, requerer-se-ia um quarto do valor para alforria; aos 62 anos, um terço; aos 63, metade. Após 65, estaria liberto. A Lei proibia tráfico interprovincial. *Lei Áurea – 1888* Em 1888, 90% dos escravos já estavam alforriados. A Lei Áurea, nesse sentido, é mais uma constatação dos fatos do que uma real emancipação. As três leis assinadas por Princesa Isabel têm sua origem no movimento abolicionista organizado, que contava com o apoio dos jornais, dos intelectuais e dos estadistas. Na expressão do Barão de Cotegipe, a Princesa Isabel teria "libertado uma raça, mas perdido a Coroa". O fim da escravidão provocou a cisão entre os Barões do Café do Vale do Paraíba e a Coroa, visto que, em sintonia com os preceitos de Clóvis Bevilacqua em favor da retroatividade da lei em casos excepcionais, não teriam sido os fazendeiros indenizados pela perda da posse de escravos.	Na esteira do declínio da Liga Progressista, surgiu o radicalismo político. O *Clube Radical* propôs reformas políticas e sociais: advogou o abolicionismo e o republicanismo associado ao federalismo defendido pelos fazendeiros de café do Oeste paulista. O *Clube Reformista* propôs a reforma do código do processo penal e o fim do Senado vitalício. Em 1870, foi divulgado o Manifesto Republicano por Quintino Bocaiúva: criticava o Poder Moderador. Defendia a República – o que seria uma forma de aproximação com América do Norte e do Sul – e a descentralização. Note-se que lideranças republicanas não se manifestaram perante a questão servil, visto que poderia promover uma colisão de interesses nocivos ao advento da República	Consubstanciou-se por atritos entre o governo (o gabinete de Ouro Preto) e o Clube Militar (porta-voz do Exército). O Clube Militar era formado por oficiais e subdividia-se em dois grupos: i) os tarimbeiros, que eram os veteranos da Guerra do Paraguai. Entre eles, figurava o Marechal Deodoro. Exigiam maior reconhecimento do Exército; e ii) mocidade militar, formada nas escolas militares e associada ao cientificismo, preconizava a ciência como forma de sanar as mazelas do Império. O positivismo, corrente do cientificismo foi adotado nessas escolas. Seria uma religião racional para humanidade: haveria três estágios da civilização; o religioso, o metafísico e o positivo. Exigiam a institucionalização da meritocracia. Benjamin Constant, o brasileiro, foi o arauto da causa.

Na análise de Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, a emergência dos militares como força política surgiu com a dissolução do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1868. Na ocasião, em plena Guerra do Paraguai e após a derrota dos aliados na Batalha de Curupaiti, Caxias foi nomeado, à revelia, comandante-chefe das forças armadas. Insatisfeito pelos ataques da imprensa liberal e julgando não ter o apoio do gabinete de Zacarias, Caxias pediu demissão. Dom Pedro II, que via na figura de Caxias o último baluarte para a vitória da guerra, dissolveu a Câmara e destitui o gabinete de Zacarias. Seria, consoante o autor, a primeira incursão dos militares no poder.

Gabarito "A".

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os próximos itens, relativos a aspectos socioeconômicos do Império do Brasil.

(1) A chamada Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibia o tráfico negreiro apenas formalmente, pois se manteve inalterada a entrada de africanos no Brasil.

(2) As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução da mão de obra assalariada, mas se diferenciavam quanto ao destino da produção: a do vale era principalmente para o mercado interno, e a do Oeste Paulista, basicamente para exportação.

1: Errado. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, culminou no arrefecimento completo do tráfico de escravos no Brasil. A última embarcação negreira registrada no país data de 1852; houve, portanto, alteração na entrada de africanos no Brasil, contrariamente a Lei Feijó, de 1831, que não logrou deter o ingresso de escravos.

2: Errado. As economias cafeeiras do Vale da Paraíba e do Oeste Paulista não tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução de mão de obra assalariada. Se decerto o Vale da Paraíba era o baluarte escravocrata-conservador, o Oeste Paulista, malgrado o influxo de imigrantes europeus e asiáticos, tampouco logrou assentar o dinamismo capitalista das economias industrializadas. Ainda, ambos os mercados eram precipuamente voltados para a agroexportação.

Gabarito 1E, 2E

5.4. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão, em parte, frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vargas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Nos estertores do regime monárquico, a abolição do trabalho escravo pela Lei Áurea, ainda que tenha desagradado a uma significativa parcela da classe proprietária, não foi capaz de promover a inclusão social dos negros recém-libertados, reforçando um quadro de subalternidade dos afrodescendentes, ainda visível em pleno início do XXI.

1: Certo. Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes*, salienta a ausência dos negros recém-libertos, a um só tempo, na estratificação social - o que os convertia em grupos subalternos - e na cidadania política e econômica - o que arrefecia a possibilidade fazer pública a voz dissonante do ex-escravo. Nesse sentido, a Lei Áurea, que contou com a insatisfação dos Barões do café do Vale do Paraíba, não foi capaz de tornar o escravo um cidadão do Império e, tampouco, a República os tornou cidadãos republicanos, em assertiva continuidade com a exclusão social impingida desde a época colonial.

Gabarito 1C.

O Primeiro Reinado assinala breve, mas importante, período de composição entre o elemento nacional avançado e o nacionalismo português. A Regência foi provavelmente a fase mais rica da história do Brasil como manifestação popular e tomada de consciência. Foi um período turbulento, em contraste com o longo Segundo Reinado, de relativa paz e da estabilidade sob o comando de Pedro II. Explicam essa ordem as lutas da Regência, susto dos políticos: percebem a necessidade de compor-se, mesmo com os de outras correntes, para sobrevivência do regime. O conservadorismo não é só do Partido Conservador, mas do Liberal também.

Francisco Iglésias. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989, p. 157-61 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os próximos itens, tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo histórico brasileiro ao longo do século XIX.

(1) Um exemplo clássico da atitude política vigente no Segundo Reinado — a necessidade de compor-se, como se afirma no texto — foi a criação do Gabinete da Conciliação, no qual liberais e conservadores repartiam entre si as cadeiras no ministério.

(2) A instituição do regime republicano livrou o Brasil das características políticas do Império, ou seja, a Primeira República perdeu o caráter elitista, conservador e oligárquico que marcou a trajetória do regime deposto pelo golpe de Estado comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

(3) O bipartidarismo, criado no Império, manteve-se ao longo da Primeira República, tendo desaparecido apenas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na Revolução de 1930.

(4) A independência do Brasil correspondeu a uma radical ruptura com a antiga metrópole, o que explica a inexistência de políticos lusitanos no governo de Pedro I.

(5) No texto, faz-se alusão à manifestação popular e à tomada de consciência no período regencial, que podem ser exemplificadas, entre outros episódios, pelas revoltas armadas que estouraram no país afora, como a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

1: Correto. O Ministério da Conciliação, que vigorou entre 1853 e 1856 sob os comandos de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, caracterizou-se por ser um momento de apaziguamento de rivalidades entre liberais e conservadores.
2: Errado. A passagem da Monarquia para a República não promoveu arrefecimento das características elitista, conservadora e oligárquica da sociedade brasileira de então. Pelo contrário, parte significativa da historiografia acusa a República de ter adensado essas características.
3: Errado. O bipartidarismo ruiu nos derradeiros anos do Império, nos quais se formaram as bases dos partidos republicanos estaduais. Esses, a seus respectivos turnos, deram agência à vida política republicana. A Revolução de 1930 operou novo ordenamento partidário, no qual arrefeceram as agremiações políticas da Primeira República, e surgiram outras, de teor nacional.
4: Errado. A independência do Brasil insere-se mais em um lógica de continuidade política do que de ruptura. Prova disso, Dom Pedro I era filho de Dom João VI. Ainda no âmbito da Corte, permaneceram empossados no Brasil ministros e conselheiros ligados à antiga metrópole.
5: Certo. O período regencial é compreendido por parte da historiografia como momento de tomada de consciência política a respeito do sentido da independência do Brasil. Não raro, essa corrente enxerga no 7 de abril de 1831, isto é, na queda de Dom Pedro I, a real emancipação brasileira. Ainda, durante a Regência, estourou uma série de sedições populares - elitistas, por vezes, e marcadamente centrífugas, por outras -, entre as quais tiveram destaque a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

5.5. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico- financeiras; a política alfandegária e suas consequências

(Diplomacia 2008) Durante o Segundo Reinado (1840-1889), Europa e Estados Unidos da América (EUA) desempenharam importante papel na formação interna e inserção internacional do Brasil. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Ao término do Segundo Reinado, os EUA deram alento à economia agrícola ao substituírem os europeus como grandes consumidores do café brasileiro.

(2) William Trousdale, representante inglês no Rio de Janeiro na década de 1850, discordava da pressão norte-americana sobre D. Pedro II para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

(3) No seio do partido liberal brasileiro, havia defensores da industrialização do país, a ser realizada com o auxílio de política alfandegária protecionista, proposta que entrava em choque com as pretensões britânicas a favor do livre-comércio.

(4) Quando a escravidão entrou em crise, as diplomacias de Brasil e Argentina alinharam-se e rivalizaram com a dos Estados Unidos da América, tendo em vista a captação, na Europa, de imigrantes que proveriam de mão-de-obra as suas lavouras.

1: Errado. Ao término do Segundo Reinado, os EUA ergueram-se como maiores consumidores do café brasileiro, substituindo a Inglaterra como principal mercado importador. O continente europeu, contudo, permaneceu sendo o destino que auferiu maiores dividendos aos exportadores de café brasileiros.
2: Errado. William Trousdale, secretário das relações exteriores dos Estados Unidos, advogou a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, o que realmente ocorreu, em 1866, finda a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. As relações com os Estados Unidos, embora tivessem tido bom trânsito devido ao precoce reconhecimento da independência do Brasil, sofreram desequilíbrios à época do expansionismo norte-americano.
3: Certo. O partido liberal brasileiro constituía um foco protecionista de resistência ao livre-comércio advogado pela Inglaterra. Vislumbrava-se na proteção alfandegária uma forma de proteger as indústrias nascentes brasileiras e de aumentar o orçamento do Estado, que derivava, em sua quase totalidade, dos tributos advindos da alfândega. A Tarifa Alves Branco, de 1844, é um exemplo emblemático desse pensamento protecionista. Consoante tese de Caio Prado Júnior, o Bill Aberdeen, de 1845, foi uma represália inglesa à Tarifa de 1844.
4: Errado. Tanto o Brasil quando a Argentina promoveram políticas de atração de imigrantes desde a década de 1850, quando a escravidão, no Brasil, começou a entrar em crise devido a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro. As diplomacias do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos rivalizavam entre elas, não havendo alinhamento qualquer, visto que os Estados buscavam atrair maior contingente imigrante em seus respectivos solos. No caso brasileiro, a imigração de europeus justificava-se, economicamente, pela lógica econômica das lavouras e, moralmente, pelas políticas de branqueamento da população em voga nos estertores do século XIX. Existiam duas modalidades de obtenção de mão de obra: i) a imigração subvencionada, que era custeada pelo Estado e obrigava o imigrante a permanecer na fazenda de destino; e ii) o sistema de parceria financeira entre os fazendeiros e os imigrantes: ficavam estes atrelados àqueles até que suas dívidas fossem ressarcidas. Devido ao tratamento em regime de semiescravidão impingido aos seus nacionais, a Itália e a Alemanha proibiram a imigração ao Brasil. Por último, a Lei de Terras, de 1850, restringia o acesso à propriedade, visto que a transferência de terras devolutas teria de ser feita mediante a compra e a venda, e não nas modalidades de usucapião ou de doação. Sem recursos financeiros, nem os escravos libertos nem os imigrantes poderiam ter acesso à propriedade da terra no Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia - 2007) No Brasil, a instabilidade da política alfandegária prevaleceu no século XIX - estendendo-se até o advento da República - e foi uma das causas da baixa industrialização. A respeito das tarifas praticadas e do comércio exterior brasileiro nesse período, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Os tratados de comércio da época da Independência do Brasil inauguraram um período de baixas tarifas, o que provocou *déficit* na balança comercial brasileira.

(2) Na década de 40 do século XIX, o pensamento industrialista se impôs à política de comércio exterior, abrindo possibilidades para a criação de manufaturas.

(3) Os Estados Unidos da América (EUA) dificultavam a importação do café por meio das altas tarifas que aplicavam à entrada do produto brasileiro no país.

(4) No Brasil, durante as décadas finais da Monarquia, o *deficit* do comércio exterior contribuiu para a queda desse regime.

1: Certo. Os Tratados de Navegação e de Comércio com a Inglaterra inauguraram um período de baixas tarifas e de subsequente déficit na balança comercial. A Tarifa Alves Branco, contudo, representava uma ruptura nessa lógica;
2: Certo. A Tarifa Alves Branco, de 1844, representava a expressão do protecionismo industrialista brasileiro advogado pelo partido liberal. A proteção às indústrias nascentes propiciou um breve surto industrial. Com efeito, em 1860, a Tarifa Silva Ferraz reduziu as barreiras alfandegárias, o que favoreceu as manufaturas inglesas;
3: Errado. Os Estados Unidos constituíram o principal mercado importador de café brasileiro. No contexto do advento da República, o Tratado Blaine-Mendonça, de 1891, articulou-se no sentido de garantir a exportação de café e de açúcar brasileiros aos Estados Unidos em troca da importação de manufaturas norte-americanas;
4: Errado. Em grandes traços, a balança comercial brasileira permaneceu positiva até 1860, quando sofreu um influxo de importações. A partir de 1874, contudo, o saldo comercial foi nitidamente favorável ao Brasil. Os Estados Unidos e a Europa eram os principais mercados importadores de produtos brasileiros; essencialmente bens agrícolas. O debate historiográfico acerca da crise do Segundo Reinado aponta quatro questões explicativas: a religiosa, a servil, a republicana e a militar. Pandiá Calógeras e Emília Viotti da Costa, nos anos de 1960, deram importância igual às quatro questões. Boris Fausto, na década de 1990, preferiu o viés explicativo que prioriza as questões republicana e militar. José Murilo de Carvalho, mais recentemente, reabilitou a relevância da questão servil. Outra corrente, encabeçada por Ângela de Castro Gomes, advoga a existência de uma corrente de pensamento, denominada, geração de 1870, que teria influenciado diretamente, por oportunismo ou possibilismo, a queda do Império.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005) A única alteração importante verificada no cenário econômico colonial, à época da independência, foi o desenvolvimento da cultura do café. A propósito desse e de outros aspectos relativos ao sentido histórico dos acontecimentos de 1822, assinale a opção correta.

(A) O surgimento do Estado nacional brasileiro em 1822, em face da decisão do príncipe regente, configurou-se como um indiscutível processo revolucionário, visto que foram rompidos padrões essenciais que sustentaram os três séculos de dominação colonial.

(B) A manutenção das relações escravistas de produção, mesmo que após a independência, explica-se pela configuração, naquele momento, do capitalismo mundial, o qual, impulsionado pelos negócios britânicos, exigia a expansão do consumo nas regiões periféricas do sistema.

(C) A novidade trazida pelo café consistia na incorporação de conceitos e métodos capitalistas modernos nas fazendas do Vale do Paraíba, o que explica a posição de liderança do produto na pauta de exportações brasileiras já na década 30 do século XIX.

(D) O texto reitera o caráter inovador e, sob determinado prisma, revolucionário do café no contexto da economia brasileira na primeira metade do século XIX, a começar pela mudança que esse cultivo impôs nas formas de trabalho e pelo volume de sua exportação.

(E) A onda revolucionária que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa e que se expressou nos movimentos de 1820, 1830, 1848 também repercutiu no Brasil, a exemplo da própria independência – na esteira da revolução do porto – e da abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A: Incorreto. O surgimento do Estado nacional brasileiro não rompeu com as estruturas produtivas que sustentaram os três séculos de dominação colonial. A estrutura produtiva guardou assuas características fundiária e monoexportadora. Não se tratou, ainda, de uma revolução, visto que Dom João VI legou a seu filho, Dom Pedro I, a Coroa do Brasil;
B: Incorreto. Os ingleses combateram, desde os Tratados de 1810, o trato negreiro no Brasil. A manutenção das relações escravistas de produção, nesse sentido, em muito contrastava com a emergência, na Europa, de uma classe trabalhadora assalariada, que consumia bens e acumulava capitais;
C: Incorreto. A estrutura produtiva do café reproduziu a forma colonial de produção, baseada na mão de obra escrava e no latifúndio. A incorporação de métodos capitalistas de produção deu-se progressivamente a partir de 1850, com a emergência do trabalho imigrante –sobretudo nas fazendas de café do Oeste Paulista, e não na conservadora região dos Barões do café do Vale do Paraíba - e a proibição do tráfico negreiro. Ainda, o café constitui-se como principal produto na pauta de exportações a partir da segunda metade do século XIX;
D: Incorreto. Foi somente na segunda metade do século XIX que o café incorpora mudanças nas formas de trabalho e assume liderança no volume de exportações. O surgimento da cultura, por volta de 1830, atrelou-se à estrutura fundiária e escravista de produção;
E: Correto. As ondas revolucionários de 1820, de 1830 e de 1848 repercutiram, no Brasil, respectivamente, na Revolução do Porto, de 1820, na abdicação de Dom Pedro I, em 1831 e na Revolução Praieira, em 1848.

Gabarito "E".

(Diplomacia – 2005) Considerando a revolução do processo histórico do Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A importância do café na história brasileira transcende o aspecto totalmente econômico, sendo também decisivo o seu papel para a configuração político-institucional do país, que se tornara independente em 1822.

(2) Quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência, havia convergência de pontos de vista entre as elites brasileiras, unidas pelo compromisso inarredável de garantir a unidade do país.

(3) As riquezas geradas pelo café foram importantes para que se assegurasse a estabilidade política do Império, particularmente visível entre 1850 e 1870, além de respaldarem os investimentos no país e os empréstimos contraídos no exterior.

(4) A ação empreendedora de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, marcada, do principio ao fim, pelo êxito e pelos lucros expressivos, somente foi possível porque a economia cafeeira produzia os capitais necessários ao financiamento das atividades industriais requeridas pelo moderno capitalismo.

1: Certo. Para além se seu papel estrutural na economia do Brasil independente, o café moldou as relações de poder e configurou a política do país. Os barões de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, exerceram notável influência na política econômica e escravista durante o Segundo Reinado. Os cafeicultores do Oeste paulista, por sua vez,

tiveram papel fundamental no arrefecimento da escravidão, na queda da monarquia e na consolidação da República;
2: Errado. Não havia consenso entre as elites brasileiras quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência. Exemplo notável dessa ausência de convergência política foi a proclamação da Confederação do Equador, em 1824. Sob a liderança de Pernambuco, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba romperam a incolumidade do território nacional ao desvincularem-se da Coroa e proclamarem uma Constituição semelhante a da República da Colômbia. A Confederação opunha-se ao autoritarismo de Dom Pedro I, consubstanciado pelo Poder Moderador e pela noite da agonia, que dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a carta constitucional de 1824. O movimento foi debelado e seu líder, o Frei Caneca, fuzilado. Note-se que o exército de Dom Pedro I era composto por mercenários, o que denota a ausência de nacionalidade no seio das forças armadas;
3: Certo. O café garantiu estabilidade econômica e política ao Império na medida em que os dividendos alfandegários auferidos da exportação do bem agrícola permitiam à Coroa respaldar os investimentos no país e assegurar os empréstimos contraídos no exterior;
4: Errado. O surto industrial consubstanciado pelos empreendimentos capitalistas de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, derivou de investimentos britânicos, e não de empréstimos diretamente vinculados à produção de café. Ainda, se a Tarifa Alves Branco, o fim do tráfico negreiro e a urbanização do Rio de Janeiro permitiram a expansão dos empreendimentos do Barão; a Tarifa Silva Ferraz, a concorrência britânica e as elites rurais brasileiras pautaram o fim da Era Mauá. Note-se, ainda, que os investimentos de Irineu Evangelista de Souza não eram direcionados à indústria pesada, mas às iniciativas capitalistas, como a criação de estaleiros, de bancos e de companhias de gás e de navegação. A falência de Mauá, para além das razões acima apontadas, deveu-se ao desequilíbrio orçamentário da inédita construção da linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

6. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889- 1930)

6.1. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais

(Diplomacia – 2009) A história da Primeira República, ou República Velha, no Brasil, foi marcada por tensões políticas e econômicas relevantes para o entendimento da Revolução de 1930. A respeito desse período e de suas contradições, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Inspirado na Carta inglesa, o marco constitucional de 1891 reproduziu a deformação política do voto censitário, mantendo herança do Império e adotando fundamentos de constituição europeia.

(2) Na República Velha, a economia agroexportadora, tecnologicamente moderna, apresentou elevada produtividade e introduziu as bases sustentáveis para o amplo processo de industrialização iniciado pelos próprios agroexportadores nessa fase histórica.

(3) Nesse período, as oligarquias políticas dos estados, congregadas em partidos políticos, atuavam, na prática, em torno de bases, interesses e projetos locais e regionais.

(4) Nessa quadra histórica do Brasil, adotou-se sistema eleitoral que, na prática, submetia-se ao controle dos chefes políticos locais, sobretudo no campo, o que ficou conhecido como *voto de cabresto*.

1: Errado. A Carta Constitucional de 1891 inspirou-se no modelo presidencialista dos Estados Unidos. No que concerne aos direitos políticos, a carta Instaurou o voto para os homens alfabetizados. Ainda, instituiu a laicidade, a tripartição de poderes e a organização federativa do Estado. A República, nesse sentido, rompeu com a herança do Império;
2: Errado. A economia agroexportadora da República Velha não era tecnologicamente moderna, nem produtiva. Sua rentabilidade variava em função do preço internacional do café, produto que apresentava baixa elasticidade-preço da demanda e baixa elasticidade-renda da demanda. O Convênio de Taubaté, de 1906, representou uma articulação financeira entre os governos estaduais e o federal para garantir, com cobertura da União, os empréstimos externos destinados a comprar os excessos da produção e sustentar, por conseguinte, o preço do café. Embora Amaury Gremaud veja no surto industrial de 1914-1918 o marco da industrialização do Estado, Celso Furtado atribui o início da industrialização brasileira exclusivamente ao governo Vargas. Nesse sentido, ainda que a importação de máquinas, a escassez de manufaturas na Europa, devido a Primeira Guerra Mundial, e o tênue deslocamento de interesses dos agricultores para a indústria tenham contribuído para lançar as bases da produção de manufaturados no Brasil, a industrialização começou apenas a partir de 1930;
3: Certo. A política dos governadores, instaurada na gestão Campos Sales, constituía uma articulação personalista entre o Presidente da República e as oligarquias regionais, que garantiam a eleição dos candidatos oficiais no Congresso, o que permitia a aprovação das leis de interesses do Executivo. A base local, portanto, atrelava as famílias oligárquicas à União. No caso de dissidências, o sistema engessava e o Executivo da União e dos Estados enfrentavam situações de ingovernabilidade e de disputa personalista. A Comissão de Verificação de Poderes, azeite na máquina da política dos governadores, estava vinculada ao Legislativo, que se encarregava de oficializar os resultados das eleições. As fraudes eram constantes;
4: Certo. As oligarquias, além de vincularem-se ao Executivo nacional, teciam laços com os coronéis locais. Em um complexo sistema de favores fundados na relação de compadrio descrito por Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto,* os coronéis submetiam o sistema eleitoral aos seus interesses e àqueles das oligarquias. Os votos dos eleitores que iam ao encontro das demandas dos coronéis eram conhecidos como *votos de cabresto.* Caso houvesse indisciplina, os jagunços encarregavam-se de impingir sua violência aos eleitores.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto - para as próximas duas questões.

O oligarca é um coronel como outro qualquer - ou um representante dele - que se mantém no poder pela liderança, pelo autoritarismo, pelas obrigações que impõe e pelos favores que concede a seus aliados – os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual. Sem isso e as obrigações que se impõem, dificilmente se manteria no poder. Os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual.

Edgard Carone. A República velha. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 269-70 (com adaptações).

(Diplomacia - 2007) Tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca do Brasil da Primeira República (1889-1930).

(1) O regime político adotado favorecia o exercício do poder a serviço dos interesses nacionais em detrimento dos interesses individuais dos dirigentes.

(2) Durante esse período, o conceito de propriedade separava os bens da classe fundiária do bem público gerido pelo Estado.

(3) Os dissidentes encontravam, nesse período, concretas possibilidades de ascensão política, em razão da mobilidade social.

(4) Nesse período, estreito vínculo estabeleceu-se entre governo e partido, envolvendo lealdade entre ambos, porém sobrepondo os interesses deste aos daquele.

1: Errado. O exercício do poder, durante o regime político adotado na Primeira República, era profundamente individual e personalista. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, salienta a característica excludente da República de 1889. Os cidadãos teriam sido manipulados pelos coronéis locais e pelas oligarquias regionais, não podendo exercer o poder que, consoante a Constituição de 1891, lhes foi conferido juridicamente pelo instituto do voto;
2: Errado. O período caracterizou-se pela confusão entre bem público e privado. As oligarquias apropriavam-se do bem público para seu interesse próprio, distorcendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a efetividade que deveriam constituir a essência da administração pública;
3: Errado. A estrutura de poder, na República Velha, era essencialmente estática. Poucas famílias controlavam o poder do Estado e a mobilidade social ficava restrita às vontades dessas classes dominantes. A família Accioli, no Ceará, assim como os Tarrasca, em Minas Gerais, são exemplos dessas oligarquias fundiárias;
4: Certo. O poder era exercido pelos partidos republicanos vinculados aos Estados. Estabelecia-se, assim, laços de lealdade entre os grupos dominantes e o governo, que, a rigor, era cooptado pelo sistema de alianças partidárias instituídas no poder.

Gabarito 1E, 2E, 3E,4C.

(Diplomacia - 2007) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos ao Brasil da Primeira República.

(1) O regime oligárquico favorecia, também no cenário político, o domínio das famílias socialmente hegemônicas.

(2) Durante a Primeira República, apesar do regime político, observam-se, por vezes, sucessões de oligarquias nos estados da Federação.

(3) Borges de Medeiros manteve-se como detentor do poder oligárquico no governo do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas.

(4) Nesse período, os governantes eram, na maioria das vezes, dominados por indivíduos, famílias ou grupos.

1: Certo. As famílias socialmente hegemônicas articulavam-se de forma a perpetuar-se no poder. Em *A invenção republicana*, Renato Lessa evidencia a institucionalização do sistema oligárquico de poder mediante três variáveis: a gestão do Estado pelos atores políticos coletivos; as relações de poder entre a União e os Estados; e a articulação de interesses entre Executivo e Legislativo. As oligarquias dos Tarrasca, em Minas Gerais; dos Medeiros, no Rio Grande do Sul; dos Accioli, no Ceará; dos Nery, no Amazonas; dos Rosa e Silva, no Pernambuco; e do Partido Republicano Paulista, em São Paulo, moldavam o quadro político da República Velha, participando ativamente das variáveis de poder mencionadas por Renato Lessa;
2: Certo. A contradição essencial, em termos conceituais, da Primeira República diz respeito à inexistência, consoante José Murilo de Carvalho, de uma *res publica* - ou coisa pública - atrelada à emanação do poder pelos cidadãos. A República era sucessivamente tomada pelas oligarquias como se de um bem privado se tratasse. Não haveria uma cidadania plena, mas em negativo; em outros termos, expressava-se por intermédio de revoltas e agitações populares, mas não era demandante e ativa no exercício do voto;
3: Certo. A oligarquia dos Medeiros perpetuou-se no poder, no Rio Grande do Sul, por mais de duas décadas. Com efeito, Borges de Medeiros exerceu a presidência gaúcha de 1898 a 1922;
4: Certo. O exercício do poder, no decurso da República Velha, foi essencialmente personalista.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C.

Texto para a próxima questão

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, - embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) A partir da caracterização da Primeira República (1889-1930) apresentada no texto, além de outros aspectos significativos da etapa inicial do regime republicano brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A implantação da República foi um golpe de Estado que assinala, formal e diretamente, a entrada dos militares no primeiro plano do cenário político brasileiro, presença que se tornou comum na trajetória republicana, mesmo quando eles não estavam à frente do governo.

(2) Apesar da reconhecida habilidade política que demonstraram possuir, obtendo considerável apoio no Congresso Nacional, os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto enfrentaram dificuldades incontornáveis, razão pela qual não conseguiram cumprir seus respectivos mandatos.

(3) Especialmente a partir do governo Campos Sales, o "acordo oligárquico" mencionado no texto ganhou densidade, sendo bem representado pela Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, por meio da qual o atendimento às demandas das oligarquias estaduais era a contrapartida ao apoio político dado aos seus representantes, que momentaneamente ocupavam o governo federal.

(4) A manutenção regular e sem maiores sobressaltos do pacto oligárquico requeria a realização de eleições periódicas, com voto secreto, embora não universal, já que o sistema censitário excluía da condição de eleitores as mulheres, os analfabetos e os pobres.

1: Certo. A implantação da República é explicada, em parte, pela questão militar, que foi um conjunto de atritos entre o gabinete de Ouro Preto

e o Clube Militar, que era formado por oficiais tarimbeiros, veteranos da Guerra do Paraguai, e pela Mocidade Militar. Os primeiros exigiam maior reconhecimento do Exército, que haveria sido desfavorecido em favor da Marinha. Os segundos advogavam o positivismo e a ordem republicana. A união entre tarimbeiros e a Mocidade Militar forjou o golpe que findou o Segundo Reinado. Note-se que o Marechal Deodoro era um tarimbeiro da ala monarquista enquanto a Mocidade era formada por classes baixas e médias. À radicalização da Mocidade juntou-se o oportunismo dos tarimbeiros, o que permitiu a queda do gabinete de Ouro Preto e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Não havia, ainda, homogeneidade no seio da Mocidade Militar: os revolucionários agrupavam-se sob a liderança de Silva Jardim; os republicanos históricos, sob Quintino Bocaiúva: e os evolucionistas, sob Aristides Lobo. A Primeira República marcou o início da incursão militar no poder, que se perpetuou, com fluxos e refluxos, ao longo do século XX na trajetória republicana brasileira;

2: Errado. O Marechal Deodoro da Fonseca notabilizou-se por repetidos atritos com o Congresso Nacional, o que ocasionou sua renúncia depois da tentativa de alijar o poder legislativo de suas funções. O Marechal Floriano Peixoto, a seu turno, reabriu o Congresso e restabeleceu as garantias constitucionais embargadas pela decretação de estado de sítio durante o governo de Deodoro. Por outro lado, Floriano interveio no sistema federalista ao depor os governadores que apoiaram Deodoro quando decretou a dissolução do Congresso. Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, era vice de Deodoro e, malgrado a ordem constitucional que compelia a realização de novas eleições caso o presidente não completasse 24 meses de governo – o que foi o caso de Deodoro -, manteve-se no poder até 1894, em nítido embate com o Congresso Nacional. Durante seu governo, Floriano combateu com êxito a Revolta da Armada e a Revolução Federalista;

3: Certo. Em *A invenção republicana,* Renato Lessa salienta o fim dos anos entrópicos e a institucionalização da Política dos Estados com o advento do governo de Campos Sales. Ao compromisso de não intervenção do governo federal interpôs-se a articulação de interesses entre as oligarquias estaduais de maior envergadura, como as de São Paulo e Minas Gerais, o que garantiria a estabilidade do regime. A Comissão de Verificação dos Poderes asseguraria o controle das eleições e a manutenção das elites oligárquicas no poder. As demandas estaduais seriam, portanto, atendidas pela federação, em uma simbiose de interesses entre os municípios, os Estados e a União;

4: Errado. O pacto oligárquico sofreu três maiores sobressaltos: i) nas eleições de 1910, quando Rui Barbosa reuniu os interesses da Bahia e de São Paulo contra o Marechal Hermes da Fonseca, que contava com o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Rui Barbosa, em sua campanha civilista, denunciava a articulação coronelista do poder sob os auspícios dos militares; ii) nas eleições de 1922, quando Arthur Bernardes, com o apoio de São Paulo e de Minas Gerais, confrontou Nilo Peçanha, que reunia os interesses do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Pará e do Rio Grande do Sul. As dissidências tenentistas enfrentaram-se a Arthur Bernardes, visto que, segundo o episódio das cartas falsas, teria criticado o Exército e exaltado o pacto oligárquico; e iii) nas eleições de 1930, que abalaram a ordem institucionalizada por Campos Sales e deram fim à Primeira República. Durante o regime instituído em 1889, o voto era secreto e universal masculino; não era, portanto, censitário. A exigência de alfabetização está diretamente vinculada com a baixa participação eleitoral, o que, em outros termos, reflete as fragilidades educacionais do período. Contrariamente à Carta de 1824, a Constituição Federal de 1889 não instituía a obrigatoriedade do ensino primário gratuito.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A estrutura política vigente na República Velha preservou, como afirma o texto, a dominação oligárquica herdada do Império. Formalmente inspirado nos EUA, o modelo republicano adotado é presidencialista, mas, diferentemente de sua fonte inspiradora, mostra-se profundamente centralizado e sustentado por poucos – mas poderoso – partidos políticos nacionais.

1: Errado. À estrutura oligárquica centralizadora do Império sucedeu, na República Velha, uma dominação oligárquica federalista, o que denota a forte inspiração no modelo presidencialista e federal dos EUA. As forças dominantes estavam umbilicalmente vinculadas aos interesses estaduais. O presidente da República, a seu turno, advinha de uma convergência de interesses díspares articulados mediantes pactos e acordos de estabilidade política. Nesse sentido, a política dos governadores representou um consenso acerca da rotatividade na chefia da União e dos interesses estaduais na pessoa do presidente representados.

Gabarito 1E.

O estabelecimento da República, a bem da verdade o estabelecimento da Federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, e assumissem o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo.

Hamilton de Mattos Monteiro. **Da República Velha ao Estado Novo**. *In:* Maria Yedda Linhares (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro:Campus, 1996, p. 233 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o texto acima e os aspectos marcantes da República brasileira em suas primeiras décadas, julgue os itens subsequentes.

(1) O coronelismo foi fenômeno político exclusivo da Primeira República e, em certa medida, um tipo de prática política razoavelmente democrática.

(2) Embora oligárquica, a Primeira República caracterizou-se por eleições livres, fiscalizadas pela justiça eleitoral, e por estar assentada no voto secreto.

(3) As crises que se multiplicaram na década de 20 do século passado anunciavam o colapso da Primeira República, processo que se completou com a Revolução de 1930.

(4) O federalismo constituiu-se em diferença marcante em relação ao Império, cuja estrutura unitária conferia amplos poderes ao governo central.

1: Errado. O coronelismo não foi fenômeno político exclusivo da Primeira República. Antecedeu-a, durante o Império, e ultrapassou-a, com a renovação política promovida pela Revolução de 1930. Vitor Nunes Leal define o coronelismo como *"complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como caracteres secundários o mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos - e abrange todo o sistema político do pais, durante a República Velha".* Não há, portanto, semelhança entre coronelismo e prática democrática.

2: Errado. A Primeira República, além de oligárquica, não se caracterizou por eleições livres, nem secretas. O voto secreto, no Brasil, foi institucionalizado em 1932 por intermédio da promulgação do primeiro Código Eleitoral.

3: Certo. As sucessivas crises políticas e econômicas que pautaram o andar da década de 1920 deram claros sinais de desgaste da Primeira República. O processo de arrefecimento desse regime completou-se com a Revolução de 1930.

4: Certo. A centralização politico-administrativa do Império cedeu lugar ao federalismo da Primeira República, que acresceu o poder executivo e o legislativo aos Estados federados.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

6.2. A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas

Texto para a próxima questão.

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Ainda considerando o assunto abordado no texto, o termo revolução, embora questionado, é de uso frequente na historiografia brasileira quando se trata de denominar o movimento que, em 1930, depôs Washington Luís e alçou o gaúcho Getúlio Vargas à chefia do governo federal. No que respeita à crise que abalou o pacto oligárquico e que culminou com a vitória do movimento armado dirigido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A predominância econômica de São Paulo e de Minas Gerais tinha correspondência na hegemonia política que exerciam, popularmente sintetizada na expressão Política do café-com-leite. Não havia, contudo, unanimidade quanto a essa liderança nacional, razão pela qual as sucessões presidenciais, não raro, geravam dissensões entre setores das oligarquias.

(2) Os anos 20 do século passado assistiram ao aprofundamento da crise que corroeu o pacto oligárquico. O movimento tenentista, do qual decorreram duas insurreições armadas (em 1922, no Rio e em 1924, em São Paulo) e a própria Coluna Prestes, demonstra o grau de crescente insatisfação com os costumes políticos típicos do regime vigente nessa época.

(3) Antecedendo Washington Luís, o período de governo do mineiro Artur Bernardes transcorreu em estado de sítio em praticamente todo o período, em clara demonstração do esgotamento do modelo político em que se assentava a Primeira República.

(4) Por não ser um país industrializado, o Brasil passou incólume pela Crise de 1929 e, apenas tangencialmente, sentiu o impacto da grande depressão econômica do início dos anos 1930, o que explica o sucesso da política econômica adotada pelo governo Vargas.

1: Certo. A institucionalização da Política do café-com-leite não significou sua perpetuação sem sobressaltos durante a Primeira República. As eleições de 1910 e de 1930 ratificaram a frágil unanimidade quanto a essa liderança nacional e as dissensões entes setores das oligarquias;

2: Certo. Os levantes tenentistas, consubstanciados pelos episódios de 18 do Forte, em 1922, e pela Revolução Paulista, de 1924, denotam as insatisfações dos militares de baixa patente do Exército quanto ao pacto oligárquico;

3: Certo. O governo do mineiro Arthur Bernardes transcorreu em estado de sítio, visto que os levantes tenentistas causaram grandes abalos à estrutura oligárquica. Embora Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, o tenha sucedido, a articulação do poder entre São Paulo e Minas Gerais esgotou-se, já que as oligarquias paulistas não tolerariam outro regime, como o de Bernardes -economicamente ortodoxo no que concerna às políticas de valorização do café. Em outras palavras, se a insatisfação do tenentismo adensou o esgotamento do modelo política da Primeira República, os atritos entre as oligarquias também se desdobram na corrosão do sistema político;

4: Errado. Malgrado a inexistência de laços causais entre a eclosão da crise em outubro de 1929 e as conturbadas eleições de 1930, cujos candidatos adversários formaram suas respectivas chapas, em maio do mesmo ano, o *crack* de Nova Iorque derrubou os preços do café em 90%, quando 70% das exportações do Brasil derivavam desse produto. As políticas de estoque e queima do café adotadas por Vargas agiam no sentido de preservar o preço do produto; a prioridade do governo, contudo, era a industrialização do país.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira, que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiênciabrasileira (1500-200) : a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A década de 20 do século passado assinalou o acirramento da crise que levou a República Velha ao fim. Além das cisões interoligárquicas, de que a própria Aliança Liberal seria símbolo, movimentos sociais – mesmo aqueles carentes de organicidade e de coesão doutrinária – emergem na contestação às deterioradas estruturas vigentes no país, como foi o caso do tenentismo.

1: Certo. A década de 1920 caracterizou-se pelo surgimento de movimentos tenentistas, que acirraram a crise final da República Velha. Razões endógenas e exógenas ao regime explicam a corrosão de suas bases. Internamente, as cisões entre os grupos oligárquicos conduziram a uma ruptura do pacto de rotatividade no poder e, portanto, de governabilidade. Externamente, as classes baixas e médias, em harmonia com os tenentes e oficiais de baixa patente, encabeçavam movimentos cujo escopo era duplo: revelar o caráter excludente da República e debelar a ação dos grupos dominantes.

Gabarito 1C.

6.3. A Revolução de 1930

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Quando o texto se reporta aos "anos críticos" em meio à década de 30 do século passado, certamente alude ao clima de radicalização político-ideológica vivido pelo país naquela conjuntura, em larga medida resultante da mobilização de massa de dois movimentos políticos nacionais: a Ação Integralista Brasileira, de direita, e a Aliança Nacional Libertadora, de conotação esquerdista.

1. Certo. Os anos críticos da República Velha caracterizaram-se pela radicalização dos grupos políticos, consubstanciados por dissidências oligárquicas, classes médias e novas alianças políticas, como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Gabarito 1C.

(Diplomacia – 1999) "O Estado que nasce (...) e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café é deslocada do poder, em consequência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir o controle; os "tenentes" fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem frequentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia. 'O Estado encontrará condições de se abrir a

todos tipos de pressões sem se subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas (...)'".

O trecho acima descreve o contexto que se seguiu a que evento histórico brasileiro?

(A) Proclamação da República.
(B) Revolução de 1930.
(C) Suicídio de Getúlio Vargas.
(D) Renúncia de Jânio Quadros.
(E) Redemocratização sob a Nova Ordem República.

A, B, C, D e E: a questão descreve a Revolução de 1930.
Gabarito "B"

6.4. A política externa: a obra de Rio Branco; o pan-americanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabeleceram, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "...se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo é que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias".

(Diplomacia - 2007) Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objeto de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

(A) Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.
(B) O Barão do Rio Branco criou a doutrina do *uti possidetis,* aplicada nas negociações de limites.
(C) Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.
(D) O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.
(E) Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

A: Incorreto. Os fronteiros do Brasil, tanto no período colonial como independente, foram, em grande medida, matéria de negociação diplomática. Com a América espanhola, destacam-se os Tratados de Madri, de 1750, de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e de Badajoz, de 1801. Em relação ao período independente, as obras de Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Império, assim como as do Barão do Rio Branco, durante a República, consubstanciaram-se pela negociação pacífica. Exemplo notório da prevalência da diplomacia sobre a guerra foi a indicação do Barão do Rio Branco para o prêmio Nobel da Paz, convite rejeitado pelo chanceler brasileiro;
B: Incorreto. A doutrina do *uti possidetis* foi sustentada pelo Brasil desde o Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão notabilizou-se por fazer recurso do instituto do direito romano, criando um precedente que foi advogado pelo Brasil nas questões lindeiras dos primeiros anos republicanos;
C: Correto. O princípio de *uti possidetis* salienta que a posse efetiva garante a posse de direito. Consagrado o princípio pelo Tratado de Madri, os Estados independentes da América espanhola, e especialmente a Colômbia, combateram-no advogando o princípio de *uti possidetis iuris,* consoante o qual a posse teria de dar-se, exclusivamente, com base em diplomas jurídicos;
D: Incorreto. O Tratado de Limites concluído entre o Brasil e o Peru, em 1851, pautou-se pelo princípio de *uti possidetis* e pela negociação diplomática acerca da livre navegação do rio Amazonas. O Tratado de 1859, com a Venezuela, valeu-se dos mesmos critérios de negociação. A obra de Duarte da Ponte Ribeiro, nesse sentido, gozou de amplo êxito, exceção feita ao Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia. Em plena Guerra do Paraguai, o Brasil Imperial optou pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, de forma a angariar apoio político das demais nações sul-americanas em detrimento do Paraguai. As negociações com a Bolívia, nesse sentido, careciam do poder de barganha no que diz respeito à navegação do rio Amazonas. Parte da literatura atribui ao Tratado de 1867 com a Bolívia as futuras dificuldades lindeiras com esse país andino, que somente foram resolvidas pelo Tratado de Petrópolis, de 1903;
E: Incorreto. A Questão de Palmas, que opôs o Brasil à Argentina, foi objeto de arbitragem pelo presidente dos EUA, Grover Cleveland. O Barão do Rio Branco fundamentou-se no artigo V do Tratado de Madri, de 1750, para certificar a posse brasileira da região de Palmas. A Argentina, a seu turno, preconizou a base jurídica do Tratado de Santo Ildefonso, consoante o qual a região de Sete Povos ficara sob o domínio da coroa espanhola. O fundamento geográfico, que alicerçava a validade da fronteira fluvial entre os Estados, foi o princípio basilar na avaliação de Cleveland. A rivalidade em torno da disputa alcançou seu paroxismo anos antes, em 1890, quando o então chanceler Quintino Bocaiuva, em gesto de fraternidade republicana, advogou a divisão do território em duas partes iguais. A realização da proposta, rejeitada pelo Congresso brasileiro, ligaria o Rio Grande do Sul ao Brasil por uma estreita faixa de terra de 200 km, o que, considerando a disputa gaúcha entre federalistas e republicanos, questionaria a incolumidade do território brasileiro. O êxito do negociador brasileiro, o Barão do Rio Branco, aproximou-o da possibilidade de assumir o comando do Itamaraty, ao passo que, nitidamente contrariado, o chanceler argentino, Zeballos, valeu-se do fracasso para dar início a uma escalada de tensões entre os Estados fronteiriços.
Gabarito "C".

(Diplomacia – 1998) A chamada "Questão de Palmas", resolvida por meio de laudo arbitral do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos, foi um dos .... para cuja solução o Barão do Rio Branco desempenhou papel crucial. Que país vizinho se opunha ao Brasil nessa questão?

(A) Uruguai.
(B) Chile.
(C) Colômbia.
(D) Argentina.
(E) Peru.

A, B, C, D e E: A Argentina se opunha ao Brasil.
Gabarito "D"

6.5. Sociedade e cultura: o Modernismo

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democraciabloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota(org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Paradoxalmente, a Semana de Arte moderna de 1922 acabou por oferecer apoio ao regime oligárquico que começava a ser combatido com mais firmeza. Em que pese sua estética inovadora e até revolucionária, sua obsessão em valorizar uma cultura genuinamente brasileira e livre dos cânones europeus reforçou o conservadorismo político que tanto interessava aos donos do poder.

(2) O que os modernistas procuravam fazer na década de 20 do século passado, isto é, era uma nova forma de olhar o Brasil, estimulando a mudança da imagem que o brasileiro fazia de si mesmo e do país, ganha considerável impulso na década seguinte. É quando, entre outros intelectuais que se lançam à tarefa de interpretar o Brasil, Gilberto Freyre publica Casa Grande & Senzala, defendendo a extraordinária força da mestiçagem cultural brasileira.

1: Errado. A Semana de Arte moderna, de 1922, caracterizou-se pelo combate ao atraso cultural que significava a política oligárquica alicerçada no modelo agroexportador e no conservadorismo ideológico. A associação das classes dominantes com os antigos valores europeus instigou os autores da Semana de Arte Moderna a propor a deglutição do que é estrangeiro para criar o que nacional;

2: Certo. A identidade nacional antropofágica advogada por Oswald de Andrade coincide, em numerosos aspectos, com a tese de Gilberto Freyre, consoante a qual o Brasil teria suas raízes na miscigenação étnica. A reabilitação da importância do negro e do indígena, segundo a obra de Freyre, na fundação das estruturas familiares brasileiras encontra respaldo na máxima de Oswald de Andrade "Tupi or not tupi, that is the question". Nela, Andrade retoma conhecido aforismo de Shakespeare para inseri-lo na construção antropofágica de uma nova identidade nacional.

Gabarito 1E, 2E.

(Diplomacia – 2000) Em 1897, caiu o Arraial de Canudos. Sua importância para a história brasileira reside:

(A) No fato de ter sido apenas um fenômeno local sem ressonância para a República nascente.

(B) Na compreensão das condições de vida do sertão, do universo mental dos sertanejos e da força espiritual do catolicismo rústico.

(C) Na personalidade de um beato pregador da vida ascética, Antônio Conselheiro, que se tornou líder de uma grande rebelião nacional, de caráter nacionalista.

(D) Na fraca capacidade de resistência dos habitantes do Arraial de Canudos.

(E) No exemplo que representou para o conjunto de movimentos de conteúdo revolucionário e socialista que tomou conta dos sertões do Brasil no período.

A, B, C, D e E: A revolta no Arraial de Canudos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, opôs-se às políticas coronelistas, à Igreja, que vislumbrava em Conselheiro um foco de perda de controle social, e à República, visto que o laicismo de 1889 teria afetado os laços religiosos de socialização que existiam durante a Monarquia. Na visão de Euclides da Cunha, a rebelião de Canudos foi "Nossa Vendeia"; em outros termos, uma contrarrevolução em benefício da Monarquia. Se, em um primeiro momento, Euclides da Cunha preconizou a intervenção em Canudos, pois seria um empecilho ao progresso brasileiro; em um segundo, constituiu um quadro explicativo para entender as revoltas de Canudos. Nele, identificou o sebastianismo e o milenarismo de Canudos às mazelas sociais dos estratos sociais excluídos do regime de 1889.

Gabarito "B".

7. A ERA VARGAS (1930-1945)

7.1. O processo político e o quadro econômico financeiro

(Diplomacia - 2009) As crises sucessivas dos anos 20 do século passado anunciavam o esgotamento da Primeira República, cujo colapso foi precipitado pela Revolução de 1930, que deu início à Era Vargas, cuja última etapa foi o Estado Novo (1937-1945), período ostensivamente ditatorial. A respeito desse período da história do Brasil, assinale a opção correta.

(A) Os anos 20 do século passado foram marcados pelos levantes tenentistas, que, reprimidos na primeira tentativa (Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1922), obtiveram duas expressivas vitórias militares contra as forças federais - em São Paulo, em 1924, e com a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927.

(B) O consenso em torno da candidatura presidencial de Vargas, em 1929, sendo João Pessoa candidato a vice-presidente, refletia a convergência de interesses

entre os grupos políticos dominantes em São Paulo e Minas Gerais, fortalecia a "política do café-com leite" e afastava o perigo de ruptura institucional.

(C) Característica marcante da Era Vargas foi, desde o início, a crescente ampliação da capacidade de intervenção do Estado na economia, na sociedade e na condução da política nacional, que restringia o poder das oligarquias regionais e a força do federalismo.

(D) O clima de crescente radicalização e mobilização ideológica, em meados da década de 30 do século passado, quando a irrupção do novo fenômeno de uma política de massas tomou conta do Brasil, teve, na Ação Integralista Brasileira e na Aliança Nacional Libertadora, respectivamente, os principais expoentes das posições políticas de esquerda e de direita.

(E) A uniformidade de posições que caracterizava o Estado Novo e que dera a Vargas a sustentação política para editar as leis de proteção ao trabalho, como a CLT, também se manifestou na esfera militar, o que explica a decisão de entrar na guerra contra o nazi-fascismo pouco depois de iniciado o conflito mundial.

A: Incorreto. Os levantes tenentistas foram sucessivamente reprimidos pelas forças federais. No episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte, de 1922, o governo de Epitácio Pessoa combateu a insatisfação de 17 tenentes, que se opuseram as forças legalistas. Sobreviveram apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Na compreensão de José Murilo de Carvalho, o tenentismo, conformado por oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro, levantou-se contra a própria situação dos tenentes no seio dos Forças Armadas, contra a perenização das oligarquias no poder, contra o voto de cabresto e secreto, e em benefício da reforma na educação pública. Em 1924, Miguel Costa, apesar de ser um oficial de alta patente, liderou a Revolução Paulista. Bombardeada a cidade de São Paulo pelas forças legalistas, Costa fugiu para Foz, onde surgiu a Coluna Miguel Costa-Prestes. Embora a Coluna não tenha conhecido derrotas, ficou distante do objetivo basilar de controlar o Rio de Janeiro. Nesse sentido, não é de rigor salientar uma vitória militar. Miguel Costa abandonou a Coluna no exílio, na Bolívia, e foi tão somente a partir de 1930 que Prestes se declarou comunista;
B: Incorreto. A Revolução de 1930 deriva do apoio de Washington Luís ao paulista Júlio Prestes, que se opôs, nas eleições desse ano, ao mineiro Antônio Carlos e à chapa encabeçada por Vargas e por João Pessoa como vice. O embate caracterizou o rompimento da política do café com leite, visto que a Aliança Liberal, que congregava as dissidências oligárquicas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, era contrária ao candidato paulista. Júlio Prestes ganhou com 57% dos votos, mas o crime passional que levou à morte de João Pessoa foi usado como pretexto para impedir a posse do candidato eleito e para dar início à Revolução de 1930;
C: Correto. As primeiras medidas de Vargas foram agenciadas em benefício do arrefecimento das forças oligárquicas regionais. Na esfera municipal, aumentou-se a repressão ao coronelismo, promoveram-se cassações políticas e criou-se a Justiça Eleitoral, atrelada ao Judiciário. Substituiu-se, nesse sentido, a Comissão de Verificação de Poderes, que empregava a degola para evitar a diplomação dos eleitos contrários aos interesses da República. No nível estadual, Vargas promoveu políticas de repressão aos Estados indisciplinados. Nomeou, para esse fim, interventores vinculados à União. No âmbito federal, reprimiu-se a política do café com leite;
D: Incorreto. A Ação Integralista Brasileira era a principal expoente das posições políticas de direita e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda. A primeira era nacionalista, pregava o militarismo corporativista, o anticomunismo e o antiliberalismo. Plínio Salgado era seu arauto. A Aliança Nacional Libertadora – que não se confunde com a Aliança Libertadora Nacional, fundada durante a Ditadura de 1964 – preconizava, por sua vez, a suspensão da dívida externa, a intervenção do Estado na economia, o anti-imperialismo, o antifascismo e a reforma agrária. Tinha na figura de Prestes seu o principal líder. Os embates entre a AIB e a ANL ocasionaram a criação da Lei de Segurança Nacional, que se contrapunha ao lema "todo poder à ANL", de cunho leninista;
E: Incorreto. A uniformidade de posições do Estado Novo derivou mais da censura imposta pelo governo, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, do que de uma real unidade política. A sistematização do programa oficial do governo, coordenada em forma de palestras ministradas por Antônio Marcondes Filho, deu origem à "A hora do Brasil", com exibições radiofônicas diárias. Na visão de Francisco Weffort, seria uma manipulação de Vargas das massas populares. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, não obstante, salientam uma lógica de reciprocidade entre os trabalhadores, que apoiavam Vargas, e o chefe do Executivo, que agia em benefício daqueles. Note-se, outrossim, que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, na expressão de Gerson Moura, pela equidistância pragmática de sua política externa. Em outras palavras, o apoio incondicional do Brasil aos Aliados ocorreu tardiamente. O rompimento de relações diplomáticas teve lugar em 1942, assim com a declaração de guerra. O envio de tropas, constituídas sob a Força Expedicionária Brasileira, somente aconteceu em 1944.

Gabarito "C".

7.2. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo

(Diplomacia - 2007) Assinale a opção correta a respeito do Estado Novo, implantado pela Constituição de 1937.

(A) Comparada à Constituição de 1934, a nova carta apresentava como característica nítida a descentralização do poder.

(B) O Plano Cohen serviu de pretexto para o reforço do autoritarismo.

(C) A Lei de Segurança Nacional, até hoje vigente, foi proposta após a instauração da nova carta.

(D) Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, foi um dos grandes beneficiados pelo novo regime político.

(E) Imediatamente após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas substituiu todos os governadores de estado.

A: Incorreto. A Constituição de 1937 era fortemente centralizadora. Permitia ao presidente do Executivo nacional a nomeação de interventores estaduais em qualidade de cargos de confiança. Não diferia, nesse sentido, da Carta de 1934. A queima das bandeiras estaduais, na Praça XV, que deu origem à emergência da literatura regionalista, é símbolo do repúdio ao estadualismo. Ressalte-se, não obstante, que todas as Constituições republicanas do Brasil mantiveram a estrutura federativa de governo;
B: Correto. O Plano Cohen foi forjado por Olímpio Mourão Filho com o objetivo de combater uma hipotética segunda intentona comunista – a primeira ocorrera em 1935 - orquestrada por um judeu comunista. Embora o plano de contenção carecesse de veracidade, Vargas utilizou-o para dar o golpe silencioso, pois sem oposição, de 30 de setembro de 1937. Mourão Filho, que não teve ligação com a difusão do documento, foi preso por atuar sem autorização do governo;
C: Incorreto. A Lei de Segurança Nacional de 1935 definia crimes militares de orientação política e contra a segurança do Estado. A Lei de Segurança Nacional em vigor assegurava a segurança nacional em caso de desordem e desacato à lei na esfera estadual;
D: Incorreto. Embora Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), tenha beneficiado-se da nomeação para o Ministério da Educação no início do Estado Novo, disputas entre o governo e a AIB levaram à ruptura de entendimentos, que culminou no Levante Integralista, de

1938. Com efeito, Vargas fechou os partidos, entre os quais a AIB, e proibiu a maçonaria;

E: Incorreto. Os interventores instituídos por Vargas surgem na Revolução de 1930; não houve, portanto, imediata substituição dos governadores de Estado com a implantação do Estado Novo em 1937.

Gabarito "B".

(Diplomacia – 2006) Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945. Esses quinze anos da Era Vargas sintonizaram o país com a história mundial, seja pela adoção de nova concepção de Estado, crescentemente centralizadora e autoritária, seja pela participação direta na Segunda Guerra, ou, ainda, pela decisão de modernizar a economia brasileira. Assinale a opção que NÃO apresenta aspectos marcantes desse período.

(A) Se, na Primeira República, a questão social era vista como "caso de polícia", com Vargas, o Brasil adota a moderna concepção de direitos sociais, de que seriam exemplos exponenciais as sucessivas leis trabalhistas que dão origem, em pleno Estado Novo, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

(B) As negociações que envolveram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contribuíram para que o país decolasse relativamente à indústria pesada, ponto de partida para a moderna industrialização. Símbolo desse processo foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com a construção da usina de Volta Redonda.

(C) Rompendo com os padrões conservadores da Primeira República, a liderança de Getúlio Vargas distinguiu-se por opções claras e lineares, não hesitando em colocar-se ao lado dos países que combateram as potências do Eixo na Segunda Guerra.

(D) Para concretizar o golpe de 1937, origem do ditatorial Estado Novo, Vargas contou com o apoio das lideranças militares, além de se valer do clima de radicalização ideológica que, acompanhando o panorama europeu, era protagonizado pelas forças políticas de esquerda e de direita - esta majoritariamente conduzida pela Ação Integralista Brasileira.

(E) Visto por muitos como manifestação brasileira dos vários fascismos que vicejaram na Europa dos anos 1930, o Estado Novo suprimiu o Poder Legislativo, cassou o registro dos partidos políticos, asfixiou a federação, estabeleceu férrea censura e fez uso contínuo da repressão e de instrumentos de propaganda do regime e de seu líder máximo.

A: Correto. José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, destaca o arrefecimento dos direitos sociais, na Primeira República, sem prejuízo para a consolidação, ao menos jurídica, dos direitos políticos e civis. Nesse sentido, não surpreende que as questões sociais fossem vistas como casos de polícia. A lógica adotada, no Estado Novo, inverteu-se: foram privilegiados os direitos sociais em detrimentos dos civis e dos políticos. Exemplo notório desse favorecimento é a lei de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que instituía direitos mínimos, o salário mínimo e a obrigatoriedade de possuir a carteira profissional;

B: Correto. A aproximação com os EUA foi negociada, durante a era Vargas, de forma a obter investimentos para o desenvolvimento da indústria pesada nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional é o maior símbolo dessa política de barganhas;

C: Incorreto. Consoante expressão de Gerson Moura, o Brasil adotou a estratégia de equidistância pragmática, até 1940, privilegiando ora os países do Eixo, ora os Estados Aliados. Nesse sentido, em discurso a bordo do porta-aviões Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, por ocasião da comemoração do aniversário da Batalha do Riachuelo, Vargas insinuou uma aproximação maior com os regimes fascizantes. Os EUA, em resposta, outorgaram ao Brasil a possibilidade de desenvolver a indústria pesada nacional, o que associou definitivamente o país aos Aliados;

D: Correto. O golpe de 1937 contou com o apoio das lideranças militares e da Ação Integralista Brasileira. O Plano Cohen, nesse sentido, refletiu a simbiose ideológica entre Vargas e as alas militares. No plano interno, destacava-se o iminente risco de nova intentona comunista, que reproduziria os anseios não concretizados daquela de 1935.E: Correto. A Constituição de 1937, de autoria de Francisco Campos, o "Chico Ciência", previa a instituição da República, do federalismo e da tripartição de poderes; previa-se, não obstante, uma votação para referendá-la, o que, ao não ocorrer, legou plenos poderes ao Executivo. Outras características da Carta de 1937 engolfam a previsão da decretação de estado de sítio, de defesa e de emergência: esses institutos jurídicos agiam no sentido de reforçar a figura do presidente, que governava por decretos-lei sem interferência do Legislativo. Suprimido o Poder Legislativo, cassados os registros dos partidos políticos e asfixiada a federação devido à consagração da figura do interventor, o controle de imprensa e os instrumentos de propaganda, em sintonia com os regimes fascizantes da Europa, eram articulados pelo Departamento de Imprensa e Propagando (DIP). O Departamento de Administração e Serviço Público (DASP), por sua vez, fazia a gestão do pessoal vinculado ao governo.

Gabarito "C"

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) As duas tendências assumidas pela Era Vargas (1930-1945), a que o texto faz alusão, constituíram-se em indisfarçável anacronismo político em face de uma contexto internacional que, fatigado pelas crises e guerras, cada vez mais abria espaço para os regimes democráticos.

1: Errado. A duas tendências assumidas pela Era Vargas, as quais o texto faz alusão, correspondem ao espírito político do cenário internacional. No cenário internacional, forças democráticas coligaram-se contra ascendentes autoritarismos e totalitarismos. Nesse sentido, a equidistância pragmática da política externa varguista em muito coincidia com as oscilações entres essas duas vertentes de organização política.

Gabarito 1E.

7.3. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Quanto ao processo político brasileiro no século XX, julgue os itens subsequentes.

(1) Durante a Primeira República, os estados tinham ampla autonomia política e financeira.

(2) A Revolução de 1930 colocou no poder Getúlio Vargas, que nele permaneceu como ditador por quinze anos, no chamado Estado Novo. Deposto em 1945, Vargas voltou à presidência pelo voto popular em 1950, mas suicidou-se em 1954, antes de concluir o mandato.

(3) Uma das causas do golpe militar de 1964 foi a tentativa do presidente João Goulart de implementar o Programa de Reformas de Base de caráter socialista, que propunha a coletivização das terras.

1: Correto. O tipo de federalismo adotado durante a Primeira República dava amplas competências aos Estados federados, notadamente a cobrança de tributos oriundos das exportações. Os Estados tinham autonomia militar, em que podiam criar seus próprios exércitos; judiciária, com os tribunais de justiça estaduais; eleitoral, para a eleição de prefeitos e de presidentes de estado; finalmente, os estados tinham autonomia para contrair empréstimos externos.
2: Errado. A Revolução de 1930, embora inaugurasse período de restrição política, tanto no que concerne aos Estados como às liberdades individuais, não encetou uma ditadura de quinze anos ininterruptos. Prova disso é a promulgação da Constituição de 1934, que somente em 1937, com a instituição do Estado Novo, veio a ser tolhida em suas bases democráticas.
3: Errado. Embora o Programa de Reformas de Base faça parte do receituário econômico adotado por João Goulart, o que não agradava as alas liberais-conservadoras, não se entabulou processo de coletivização das terras. A reforma agrária de João Goulart buscou promover a redistribuição das terras, nas bases da propriedade privada, e não a coletivização agrária, conforme se acusou Goulart no âmbito das Forças Armadas.

Gabarito 1C, 2E, 3E

7.4. Industrialização e legislação trabalhista

(Diplomacia – 2005) O histórico padrão econômico seguido pelo Brasil somente “começou a ser desmontado após 1930”. No que concerne ao papel da Revolução de 30 no contexto da experiência republicana brasileira, julgue (C ou E) os itens que se segue.

(1) A Revolução de 30 rompeu com a hegemonia política em mãos da burguesia do café ao longo de toda a Republica Velha. A perda de poder político das antigas elites, substituídas por novos grupos ascendentes, foi a tônica do período iniciado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

(2) Na década de 20, acentuou-se o quadro de crise crescente que prenunciava o colapso da Republica Velha, de que são exemplos notáveis, entre outros, as revoltas tenentistas e o prolongado estado de sitio que vigorou sob a presidência de Artur Bernardes.

(3) Foi flagrante o impacto sobre a economia brasileira da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929. Ao atingir vigorosamente o café, contribuiu para o agravamento da crise institucional que desaguou na deposição do presidente Washington Luís.

(4) Sob os efeitos da depressão dos primeiros anos da década de 30, o governo Vargas propôs a reorientação da economia brasileira, estimulando a diversificação agrícola e, sobretudo, sinalizando para a necessária adoção de uma política industrial que inserisse o país no ritmo da economia mundial.

1: Errado. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder não se caracterizou pelo arrefecimento completo das antigas elites rurais. As sucessivas políticas de valorização do café, agenciadas após a Revolução de 1930, denotaram a coordenação governamental da política agrícola. Exemplos emblemáticos são os institutos brasileiros do café, do álcool e do açúcar. Vargas, no que concerne a sua procedência política, fazia parte das estruturas oligárquicas de poder, embora tenha buscado debelá-las após 1930;
2: Certo. A emergência do tenentismo no episódio dos 18 do Forte, em 1922, e na Revolução Paulista, em 1924, levaram o regime de 1889 a seus estertores finais. A crise eleitoral e 1930, a seu turno, foi o estopim para o surgimento de uma nova estrutura política de poder;
3: Certo. Embora a crise de 1929 não esteja na raiz do término da República Velha, contribuiu substancialmente para o agravamento da crise institucional. A vertiginosa queda no preço do café atiçou o conflito entre as elites rurais e os movimentos dissidentes;
4: Certo. Sob os efeitos da crise de 1929, o governo de Vargas propôs o reordenamento produtivo brasileiro, ao incentivar, a um só tempo, a diversificação agrícola e a adoção de uma política industrial, consubstanciada na industrialização por substituição de importações. A análise de Celso Furtado assinala o início da industrialização no advento da Revolução de 1930. A Teoria dos Choques Adversos, não obstante, advoga a existência de focos industriais durante a República Velha. Consoante essa teoria, choques externos à economia brasileira – como o cambial, o comercial e o estrutural, configurado pela Primeira Guerra Mundial - teriam ensejado a industrialização do pais. Nesse sentido, o Estado não teria papel basilar na industrialização da produção. Furtado, em nítido contraste, caracteriza esses focos industrias como surtos não planejados e, portanto, efêmeros: o Estado, por conseguinte, seria a garantia da implantação de um processo de industrialização de longo prazo.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção correta. Em relação à maneira como foi implantado o processo de industrialização do Brasil no século XX, chama a atenção

(A) A ruptura total dos esquemas da produção agrária advinda de tempos anteriores.

(B) O reforço do industrialismo de corte revolucionário muito semelhante aos processos da Revolução Industrial inglesa

(C) A indução, por parte do Estado, de políticas de substituições de importações.

(D) A maneira adversa com que as elites dirigentes do Estado, em especial depois de 1930, tratariam o esforço de industrialização.

(E) A forma excepcionalmente positiva com que a grande população recebia a mudança do paradigma econômico.

A, B, C, D e E: O Estado desenvolvimentista de Vargas advogou a intervenção pública na economia, de forma a promover a industrialização do país. As políticas de substituições de importações foram articuladas nesse sentido.

Gabarito "C".

8. A REPÚBLICA LIBERAL (1945-1964)

8.1. A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946

Texto - para as próximas duas questões.

Com a queda do Estado Novo, grupos organizados passaram a defender projetos de sociedade, de economia, de organização social e de cultura. Retomar a tradição liberal interrompida com a Revolução de 1930 ou dar continuidade às políticas públicas intervencionistas era a discussão que passou a dominar os debates. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos e valorização do capital humano com redes de proteção social permitiram que, na década de 50, os próprios comunistas aderissem às propostas dos trabalhistas.

Outro projeto seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras. Esse projeto liberal-conservador tinha na UDN seu principal instrumento político e caracterizava-se, entre outros aspectos, pelo antigetulismo, pelo moralismo e pelo anticomunismo. Durante toda a experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, ambos os projetos disputaram a preferência do eleitorado. No entanto, três momentos resultaram em situações de grande conflito: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade de 1961.

Jorge Ferreira. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In*: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Considerando o contexto histórico do regime liberal-conservador brasileiro, vigente entre 1946 e 1964, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Iniciado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra assinalou, entre outros aspectos, a inserção do Brasil nas teias da Guerra Fria, que então se inaugurava. Entre as decisões tomadas pelo país no período, citam-se o apoio à diplomacia norte-americana, o rompimento de relações com a União Soviética e a cassação do registro do Partido Comunista, com a consequente perda do mandato dos parlamentares.

(2) O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 teve profunda repercussão política, embora seus efeitos tenham-se diluído nos meses seguintes. Com o suicídio do presidente Vargas, desarticularam-se as forças políticas trabalhistas, fator decisivo para o resultado alcançado nas eleições presidenciais do ano seguinte.

(3) Os Anos JK trouxeram, do ponto de vista da administração pública, a inovação do planejamento, consubstanciado no Plano de Metas. A repressão política foi compensada pelas fartas realizações do período, as quais estimularam a autoestima nacional, e, graças à austeridade fiscal e monetária, a inflação manteve-se em níveis irrisórios.

(4) Líder populista e carismático, típico exemplo de político de esquerda gerado pela histórica desigualdade latino-americana, Jânio Quadros venceu por pequena diferença de votos as eleições de 1960, a despeito da cerrada oposição que lhe foi movida pelas elites empresariais e políticas do país.

1: Certo. Em 1947, George Kennan, diplomata norte-americano, lançou a doutrina da contenção, que preconizava o arrefecimento da expansão do comunismo. Em claros sinais de alinhamento com os EUA, o Brasil aderiu prontamente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e não reconheceu a República Popular da China, estabelecida, em 1949, por Mao Zedong. O rompimento das relações diplomáticas com a URSS, em 1947, não está diretamente vinculado ao alinhamento com EUA; tratou-se de um reflexo da política interna na externa, visto que, no mesmo ano, o PCB e seus membros foram cassados. O governo de Dutra e a chancelaria de Raul Fernandes buscavam, com o alinhamento, ampliar os investimentos dos EUA no Brasil. O fracasso dessa política de barganhas é retratado, na expressão de Gerson Moura, em *Sucessos e ilusões,* pelo alinhamento sem recompensas. Em 1950, Raul Fernandes entregou ao embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Herschel Johnson, o memorando da frustação, no qual o Brasil fazia transparecer suas insatisfações com o alinhamento aos EUA;
2: Errado. O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 deu lugar a um renovado viço das forças políticas trabalhistas. Os EUA e a UDN foram acusados pelo suicídio de Vargas. A sede da UDN foi invadida e a embaixada norte-americana atacada. O PCB aliou-se artificialmente aos seguidores de Vargas. Nas eleições de 1955, o PTB associou-se ao PSB, para apoiar a candidatura de JK. Note-se que, entre as causas que levaram ao suicídio de Vargas, a historiografia salienta: i) a crise do aumento de 100% do salário mínimo; ii) a demissão forçada de João Goulart do Ministério do Trabalho; iii) o manifesto dos coronéis contra Vargas; iv) a Força Aérea Brasileira e a instauração da República do Galeão; v) as pressões da UDN; e vi) as pressões dos EUA contra o monopólio instituído da Petrobras;
3: Errado. Não há consenso historiográfico sobre a existência de um real planejamento consubstanciado no Plano de Metas. Ao passo que, por um lado, parte da historiografia aponta para a improvisação e a ausência de um orçamento fixo; por outro, não se descuidou de salientar a materialidade do Plano. Os anos de JK não se caracterizaram pela repressão política. No contexto econômico, as contas do governo entraram em déficit e ampliou-se a dívida externa. A inflação disparou e as acusações de corrupção fizeram-se presentes. Não por acaso, a campanha de Jânio Quadros advogava o saneamento das contas públicas, o controle da inflação e o combate à corrupção;
4: Errado. Jânio Quadros foi eleito, em 1960, por uma ampla coligação liderada pela UDN, partido urbano encabeçado pelas elites empresariais. Nessas eleições, Jânio obteve esmagadora vitória contra o Marechal Henrique Lott, mas não conseguiu eleger seu vice, Milton Campos. Ao antigetulismo de Quadros somou-se ao petebismo do vice-presidente eleito, João Goulart. A chapa Jan-Jan, como ficou conhecida, marcou o início da situação de ingovernabilidade que caracterizou o curto governo de Quadros, de janeiro a agosto de 1961.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo histórico brasileiro entre 1945 e 1964, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A instituição do monopólio estatal do petróleo, simultaneamente à criação da PETROBRAS, decorreu de ampla campanha de mobilização popular ("o petróleo é nosso"), momento singular em que, pela primeira e única vez, defensores dos projetos nacional-desenvolvimentista e liberal-conservador se uniram, convictos do caráter estratégico daquela decisão para o futuro do país.

(2) Sob o ponto de vista econômico, o governo JK se opôs à política getulista, o que explica, em larga medida, o rompimento, em sua sucessão, da aliança PSD–PTB, fato facilitador da vitória do oposicionista Jânio Quadros, candidato escolhido pela UDN.

(3) A renúncia de Jânio à presidência da República, poucos meses depois de iniciado seu governo, jogou o país em grave crise política, na qual se fez presente a perspectiva de guerra civil. Acusado de esquerdista e de comprometido com o radicalismo sindical, o vice-presidente, João Goulart, teve sua posse contestada pelos adversários do getulismo, representados, naquela tensa conjuntura, pelos três ministros militares.

(4) Considerada por alguns como solução de compromisso e, por outros, como golpe branco, a adoção do parlamentarismo possibilitou a Jango assumir a chefia do Estado. O retorno ao presidencialismo, por força do plebiscito de 1963, permitiu a Goulart executar seu programa reformista, excetuando-se a reforma agrária.

1: Questão anulada. A anulação foi justificada pela banca do CESPE com base na ideia que a UDN teria chegado a apresentar um projeto substitutivo aquele que criaria a Petrobras. Em 1953, o Senado outorgou o monopólio estatal do petróleo, exceção feita às distribuidoras e às refinarias anteriores ao ano referido. A criação subsequente da Petrobras derivou de intensa campanha nacional-desenvolvimentista, a qual aliaram-se alguns setores liberais-conservadores, encabeçados pela UDN. Nesse sentido, a UDN participou da campanha "o petróleo é nosso". A união entre nacionais-desenvolvimentistas e liberais-conservadores ocorreu novamente na política brasileira. Exemplo disso é a aproximação da ala denominada "Bossa Nova" com JK. A "Bossa Nova" era um grupo dissidente da "Banda de Música", composta por udenistas radicais, dentre os quais Carlos Lacerda;

2: Errado. O governo JK não se opôs à política getulista; tendo, em certa medida, prosseguido o pensamento intervencionista característico de Vargas. A sucessão de JK articulou-se na campanha formada pelo PSD e pelo PTB, na qual foram lançados os nomes de Marechal Henrique Lott, para a presidência, e de João Goulart, para a vice-presidência;

3: Certo. As incompatibilidades entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional levaram à crise de agosto de 1961, na qual Jânio fracassou ao tentar comprovar a fidelidade do poder Legislativo ao seu governo. Inspirado em Nasser, presidente do Egito de 1954 a 1970, que ameaçava renunciar nos casos nos quais o Congresso a ele se opusesse, Quadros tentou aplicar a fórmula no Brasil e, sem êxito, renunciou. A sociedade brasileira polarizou-se, de um lado, entre o PTB e os sindicalistas urbanos, que advogavam a legalidade constitucional; e, de outro, entre a UDN e os três ministros militares, que preconizavam o golpe. A solução foi negociada no Congresso Nacional. Emendou-se a Constituição Federal de 1946 com a adoção do parlamentarismo: João Goulart seria o chefe do Estado e Tancredo Neves, do governo. O plebiscito de 1965 daria ao povo o direito de eleger o sistema de governo. Ao antecipá-lo, em 1963, João Goulart promoveu a restauração do presidencialismo e o fim do parlamentarismo, que contou com três primeiros-ministros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima;

4: Errado. A volta ao presidencialismo permitiu a Goulart retomar suas reformas de base; entre elas, a agrária, a urbana, a bancária e a educacional. Em março de 1964 assinou-se a Lei da Reforma Agrária, pelo meio da qual se indenizariam as desapropriações com títulos da dívida pública. O rápido apoio das Ligas Camponesas, encabeçadas por Francisco Julião, às reformas de Goulart levaram ao paroxismo as tensões com as facções militares. Essa polarização, que deu lugar ao golpe de abril de 1964, surgiu no fracasso das negociações de Jango com o Congresso e da subsequente preferência do presidente por angariar apoio político diretamente nas ruas, por meio de comícios, para aprovar suas leis. O quadro a seguir lista os fatores de radicalização política:

Gabarito 1 Anulada, 2E, 3C, 4E

Texto – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) A crise final do regime instaurado em 1946 ocorreu, nos convulsionados primeiros anos da década de 60, expresso no texto VI. Assinale a opção correta acerca do período de quase duas décadas de normalidade democrática vivida pelo país, após a derrocada da ditadura getulista.

(A) Em meio à estrutura partidária que comandou o processo político brasileiro a partia de 1946, o Partido Social Democrático (PSD), criado à revelia de Vargas, notabilizou-se pela defesa de um agressivo reformismo e pelo combate ao tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha.

(B) Entre as grandes agremiações partidárias existentes nesse período, nenhuma se comprometeu mais com o desenvolvimento autárquico do país, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros, que a União Democrática Nacional (UDN).

(C) A trajetória eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi ascensional e, quanto mais o partido se livrara de seus componentes fisiológicos, acentuando uma consistência ideológica que o identificava crescentemente com a defesa de posições nacionalistas e reformistas, mais ampliava sua base eleitoral e sua representação parlamentar.

(D) O Brasil não teve participação no período áureo da Guerra Fria, sequer indireta. Isso se explica, provavelmente, pela pouca visibilidade internacional do país naquela conjuntura.

(E) No pós-Segunda Guerra, o Brasil avançou em seu projeto de modernização econômica, em larga medida sustentado pela industrialização, a qual, por mais paradoxal que possa parecer, não se fez acompanhar de urbanização que modificasse a fisionomia do país.

A: Incorreto. O Partido Social Democrático (PSD) não surgiu à revelia de Vargas, visto que os eleitos por esse partido eram, na maioria, antigos interventores do Estado Novo. Tampouco o PSB combateu o tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha, já que sua base de apoio eram os proprietários rurais. As principais lideranças do PSD articulavam-se com Dutra e JK;
B: Incorreto. A União Democrática Nacional (UDN) tinha por base de apoio as classes médias urbanas, os profissionais liberais e os setores empresariais; não era, portanto, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros. A exceção a essa lógica comportamental constituiu a campanha "o petróleo é nosso, quando a UDN associou--se ao nacional-desenvolvimentismo para garantir o monopólio da Petrobras. A UDN conglomerava lideranças como as de Carlos Lacerda, de Afonso Arinos e de Raul Fernandes;
C: Correto. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contava com o apoio dos sindicatos urbanos e dos empresários urbanos. Sua ascensão configurou--se pela homogeneidade ideológica em defesa de posições nacionalistas e reformistas, em nítida oposição à UDN. Vargas fundou-o em 1946 e contou, ainda com o respaldo de João Goulart e de Leonel Brizola;
D: Incorreto. O Brasil participou da Guerra Fria, consoante Gelson Fonseca Jr., como potência média, capaz de afetar a estrutura das relações internacionais, mas não de a determinar ou a influenciar – retomando conceitos de Robert Keohane. Ao passo que os governos de Dutra e de Castelo Branco advogaram maior alinhamento com os EUA; sob a gestão de Quadros/Goulart, Geisel e Figueiredo optou-se por um padrão de inserção principista e pragmático, orientado pela autodeterminação dos povos e pela diversificação de parcerias;
E: Incorreto. Na virada dos anos de 1960 para os de 1970, o Brasil tornou-se um país majoritariamente urbano, com especial destaque para o crescimento exponencial das metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. O processo de urbanização seguiu estreitamente o de industrialização.
Gabarito "C".

(Diplomacia – 2005) Relativamente ao "esforço de modernização nacional" que, conforme o texto VI, a Era Vargas o iniciara e os anos 50 o impulsionaram, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, surgidas na Era Vargas, expressavam um projeto de desenvolvimento que, ante a carência de capitais privados nacionais, requeria a forte presença do Estado como agente econômico.

(2) A criação da Petrobras, em 1953, coroou um processo de ampla mobilização popular, marcado pela convergência de pontos de vista entre o poder público, os partidos políticos e o conjunto do empresariado brasileiro.

(3) Os Anos JK inauguraram uma forma inovadora de administração pública em que grupos executivos, em ação paralela à dos ministérios e à dos órgãos administrativos tradicionais, puderam planejar e propor, com muito mais desenvoltura, ações menos sujeitas às amarras burocráticas.

(4) O Plano de Metas de JK teve em Brasília a nova capital construída em tempo recorde na área central do país, sua meta síntese, entendida como indutora da interiorização do desenvolvimento nacional.

1: Certo. A Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce surgiram na esteira dos investimentos do Eximbank, no Brasil, como forma de angariar o apoio nacional na Segunda Guerra Mundial. Devido à escassez dos capitais públicos e privados nacionais, o governo Vargas não se eximiu da faculdade de captar recursos externos para promover o desenvolvimento interno.2: Errado. A campanha o petróleo é nosso caracterizou-se pelo embate político entre os denominados nacionalistas e os pejorativamente chamados de entreguistas. Eram as forças varguistas opondo-se aos liberais conservadores, que iam de encontro ao monopólio brasileiro do petróleo. A UDN, paradoxalmente, optou por alinhar-se com a ideologia nacionalista na campanha em questão; 3: Certo. Os anos de JK garantiram maior celeridade do processo democrático na medida em que o Congresso era formado pela base aliada ao presidente, qual seja a do PSB e do PTB. Ainda, a criação de grupos executivos, que propunham metas de industrialização, arrefeceu a morosidade burocrática, visto que não se vinculavam ao processo legislativo. Ainda, o Conselho de Desenvolvimento Econômico assegurou maior participação da sociedade civil no processo decisório; 4: Certo. A meta síntese, consubstanciada na construção da nova capital, asseguraria a interiorização do país. Seria a força centrípeta das rodovias radiais, da expansão do emprego e da indústria e do desenvolvimento dos vazios territoriais.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes, buscando alterar a ordem liberal excludente, se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso

revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) O Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (*UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram as principais forças político-partidárias brasileiras na denominada República liberal-conservadora, surgida com a queda da ditadura estado novista. À medida que avançava a crise do regime, os dois primeiros partidos se aproximaram na construção de um bloco reformista, ao passo que o trabalhismo adquiria feições crescentemente conservadoras.

1: Errado. Os três partidos mencionados nasceram com a queda do Estado Novo, dois deles sob os auspícios de Vargas, quais sejam o PSD e o PTB. O PSD congregou as antigas elites rurais e os antigos interventores; não era, portanto, reformista em sua essência. O PTB, por sua vez, reuniu as forcas sindicais e os empresários urbanos, tornando-se, a partir de 1962, o segundo maior partido brasileiro; não era, portanto, um partido conservador. A UDN, originalmente, surgiu da Frente de Oposição a Vargas e ao Estado Novo. À época, era formada por liberais e comunistas urbanos. Em meados de 1945, não obstante, a UDN assumiu feições liberais e conservadoras.

Gabarito 1E.

(Diplomacia – 1996) A campanha nacionalista "o petróleo é nosso" foi desenvolvida durante o governo:

(A) Juscelino Kubitschek.
(B) João Goulart.
(C) Castelo Branco.
(D) Jânio Quadros.
(E) Getúlio Vargas.

A, B, C, D e E: Durante o governo de Getúlio Vargas.

Gabarito "E"

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbanos industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar, enfim, todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de novo pacto político. Nesse contexto, Vargas assumiu o poder, situando-se como uma espécie de árbitro dos conflitos. Com o afastamento de Vargas, em 1945, a realização de eleições gerais e a elaboração de novo texto constitucional, as principais forças políticas puderam pactuar a montagem do regime democrático.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A república brasileira: pactos e rupturas**. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e VerenaAlberti (Orgs.). **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 462, 473 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto acima e nos aspectos marcantes da Era Vargas (1930-45) e do processo histórico brasileiro pós-1945, julgue os itens a seguir.

(1) A Era Vargas marca o início do processo de efetiva modernização econômica do país, com a implantação da indústria de base, que teve, na Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, seu grande símbolo.

(2) As principais forças políticas que atuaram no Brasil, entre 1946 e 1964, podem ser sintetizadas nos três grandes partidos do período: PSD, UDN e PTB.

(3) Por meio da ruptura institucional de 1964, instalou-se no Brasil um período de exceção, com vinte e um anos de regime militar.

(4) Com Geisel, o regime autoritário fortalece-se, fecha-se ainda mais e há a edição do Ato Institucional n.º 5, que amplia os poderes discricionários do Poder Executivo.

(5) A eleição direta de Fernando Collor marca o fim do regime militar.

(6) A Era Vargas teve início com a vitória do político gaúcho nas eleições de 1930.

(7) Embora com tendência à centralização político-administrativa, a Era Vargas desconheceu um período claramente ditatorial.

1: Certo. A Era Vargas, embora não tenha, em suas primórdios, abandonado as políticas de modernização agrária, destacou-se pelo adensamento da modernização industrial. A indústria de base foi o alvo principal dos investimentos públicos, constituindo a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, erguida em 1941, seu grande símbolo.
2: Certo. O período da República Liberal, que se estendeu de 1946 a 1964, teve como forças partidárias maiores a UDN, caracterizada pelo pensamento liberal conservador, o PSD, cujo estrato social eram o grupos rurais, e o PTB, que aglomerou as camadas urbanas trabalhadoras.
3: Certo. A ruptura institucional de 1964, isto é, o golpe militar, deu início ao período de constituição de mecanismos de controle político e de repressão pública. Estendeu-se até 1985, quando iniciou-se o processo de redemocratização.
4: Errado. O governo Geisel caracterizou-se por uma abertura lenta, gradual e segura. Foi, portanto, o princípio da distensão política, que culminou na redemocratização de 1985. O AI-5, mencionado no item, foi aprovado em dezembro de 1968, durante o governo Costa e Silva. Em agosto de 1978, durante o governo Geisel, o AI-5 é revogado pela Emenda Constitucional nº11.
5: Errado. A eleição indireta de Tancredo Neves, composta em conjunção com José Sarney, marcou o início do processo de redemocratização. E a eleição de Collor, assim como seu impeachment, são marcas da consolidação do regime democrático.
6: Errado. Nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal, perdeu para Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista. A Era Vargas tem início, portanto, no dia 3 de outubro de 1930, quando eclodiram os primeiros levantes, no Rio Grande do Sul, contra as oligarquias que conformavam a Primeira República.
7: Errado. A Era Vargas, especialmente no que se refere ao Estado Novo, caracterizou-se pela instituição de mecanismo de controle político e de repressão pública, conformando, portanto, período ditatorial.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6E, 7E

8.2. Industrialização e urbanização

(Diplomacia – 2006) A ideia de modernização no Brasil ganha forte ímpeto durante o governo JK. Em cada item a seguir, julgue (C ou E) se o item apresenta uma realização do governo JK.

(1) instalação da indústria automobilística.
(2) construção da hidrelétrica de Itaipu.
(3) instalação da Companhia Siderúrgica Nacional.
(4) construção da rodovia Belém-Brasília.

1: Certo. O governo de JK promoveu o adensamento do parque automobilístico brasileiro. O desenvolvimento de rodovias radiais, longitudinais, transversais, diagonais e de ligação, assim como a criação de Brasília, ratificam a preferência pela expansão do uso do automóvel;
2: Errado. A criação da hidrelétrica de Itaipu, em consórcio binacional entre o Brasil e o Paraguai, logo ampliado pelo acordo tripartite de 1979 à Argentina, data de aio de 1974. O governo JK foi o responsável pela criação da Hidrelétrica de Três Marias, na região do rio São Francisco;
3: Errado. A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em 1942 pelo governo Vargas;
4: Certo. A rodovia Belém-Brasília constitui uma rodovia radial presente no Plano de Metas de JK.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

O Estado brasileiro, dilapidado por elites espertas e sob o peso burocrático, quebrou no final dos anos 80. Sua máquina apodreceu em várias partes. É quase impossível imaginar que o Estado volte a ter o papel que desempenhou no passado, seja no regime democrático de 1945-1964, seja no regime militar; mas é quase impossível também imaginá-lo reduzido ao Estado mínimo.

Bóris Fausto. **História do Brasil**. 2ª ed., São Paulo, 1995, p. 555 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Considerando o assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Tanto no regime militar, quanto na década de 50 do século XX, houve forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia.
(2) Com o objetivo de acelerar a industrialização da economia brasileira, o governo de Juscelino Kubitschek concedeu grandes facilidades para o capital estrangeiro.
(3) O esforço industrializante do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) fortaleceu os vínculos entre empresas estatais e o capital estrangeiro.

1: Certo. A década de 1950 caracterizou-se, na esteira do pensamento econômico de Getúlio Vargas, pela forte incidência do Estado nas atividades econômicas. O regime militar, instituído em 1964, embora deslocasse a política econômica da heterodoxia para a ortodoxia, serviu-se do Estado para regular a economia. Havia, nesse sentido, uma finalidade econômica ortodoxa demarcada por instrumentos heterodoxos de regulação.
2: Certo. O financiamento dos investimentos promovidos durante o governo de Juscelino Kubitschek deu-se conforme o que se convencionou denominar de tripé econômico. O governo arcaria com os investimentos em infraestrutura; o capital estrangeiro, com a produção de bens duráveis, conforme ratifica a instalação da Volkswagen no Brasil; e o capital privado nacional, com a produção de bens não duráveis.
3): Errado. Desmantelou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) durante o segundo governo de Vargas, o que se traduziu por arrefecimento dos investimentos externos no país. A criação de Petrobrás, em 1953, embora derivada dos projetos da CMBEU, operou-se com base no capital público nacional. Tamanha foi a campanha para a instituição do monopólio público do petróleo que inclusive a UDN, de características liberais-conservadores, aderiu ao projeto que fez da Petrobrás uma empresa estatal.
Gabarito 1C, 2C, 3E,

8.3. Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a "Operação Pan-Americana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU

(Diplomacia - 2007) Quanto às relações entre Brasil e EUA durante a República Liberal (1945-1964), assinale a opção incorreta.

(A) Na maior parte desse período, prevaleceu o bom entendimento político entre os dois governos.
(B) Os EUA voltavam sua política exterior para o combate ao comunismo, e o Brasil para a promoção de seu desenvolvimento.
(C) O acordo bilateral de cooperação denominado Comissão Mista foi o principal responsável pela construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.
(D) A Política Externa Independente promoveu o universalismo brasileiro em detrimento do alinhamento na Guerra Fria.
(E) O fornecimento brasileiro de minerais estratégicos aos EUA foi elemento importante nas negociações bilaterais durante a década de 50 do século XX.

A: Correto. Durante o período, privilegiou-se ora um alinhamento automático com os EUA, no decorrer da gestão Dutra, ora um desenvolvimento associado, com JK; ora um não-alinhamento, no exercício da Política Externa Independente;
B: Correto. Em um contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram articular a estrutura das relações internacionais de forma a adensar o combate ao comunismo. O Brasil, por sua vez, vislumbrava na bipolaridade um meio de aprofundar o desenvolvimento nacional;
C: Incorreto. A Comissão Mista Brasil-EUA para o desenvolvimento econômico (CMBEUA) foi criada no final da década de 1950 com o escopo de elaborar estudos e projetos de infraestrutura, assim como garantir financiamento para esses. Em contraste com a Comissão Técnica Mista Brasil-EUA, de 1947, também conhecida como Missão Abbink, a CMBEUA financiou projetos no Brasil, ainda que de pequeno vulto. O surgimento do BNDE, em 1952, possui estreito vínculo com a Comissão. Muitos projetos, ainda, foram aproveitados por JK. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda em nada coincide com a CMBEUA, visto que foi criada em 1942, na esteira da cooperação entre o Brasil e os Estados para o desenvolvimento e para a segurança internacional em tempos de guerra;
D: Correto. A PEI fundamentou-se no não-alinhamento, na autonomia, na não-ingerência, na autodeterminação dos povos e na diversificação de parcerias;
E: Correto. O acordo bilateral Brasil-EUA para venda de minerais estratégicos, entre os quais as areias monazíticas, foi de grande importância em um contexto no qual a URSS detonou sua primeira bomba nuclear, em 1949. O governo de Vargas almejava ampliar os investimentos norte-americanos no Brasil com o acordo, mas recebeu apenas cerca de 300 milhões de dólares pelos minérios.
Gabarito "C".

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda

metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da AméricaLatina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O texto VI lembra que a Política Externa Independente (PEI) "refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das área periféricas". A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) A política exterior dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart pautava-se pelo atrelamento a Washington, condição imposta pela radicalização ideológica interna do momento e pelas contingências da Guerra Fria.

(B) A PEI, ainda que não possa ser classificada como revolucionária, buscou conquistar espaços em um mundo que se transformava rapidamente e em que as áreas periféricas do capitalismo procuravam encontrar meios para a superação do subdesenvolvimento.

(C) O grupo que internamente, à direita ou à esquerda, lutaram pela conquista do Estado como instrumento para a implementação de seus projetos não se apropriaram do tema política externa. Certamente, isso se deveu à pouca importância atribuída ao tema ao longo da história brasileira.

(D) Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base hostilizaram a PEI justamente por considerá-la tímida em excesso ante uma ordem internacional injusta e reprodutora das desigualdades sociais e regionais.

(E) O texto confirma a tese de que a PEI, apesar de sua retórica atraente aos embates ideológicos que então se travavam no Brasil, teve importância não mais que secundária nos embates parlamentares que antecederam – e prepararam – o cenário para o golpe de 1964.

A: Incorreto. A política externa de Jânio Quadros e de João Goulart consubstanciou a Política Externa Independente, que preconiza o não alinhamento, a autonomia no cenário estrutural de Guerra Fria, a autodeterminação dos povos e a diversificação de parcerias. Nesse sentido, não houve atrelamento à política externa de Washington;
B: Correto. Um dos pilares da PEI foi a diversificação de parcerias. No plano hemisférico, estreitaram-se as relações com o Chile, o Peru e o Paraguai, no governo Quadros. Com o Chile, firmou-se uma Declaração Conjunto com vistas a promover a autonomia externa e a incrementar o comércio entre ambos os países. Com o Peru, previu-se a criação da BR-029, no intuito de ligar o Acre ao Peru e promover o escoamento dos produtos brasileiros via o oceano pacífico. Com o Paraguai, um acordo de cooperação para uso pacifico da energia nuclear foi assinado. No governo Goulart, as relações com o Uruguai, com a Bolívia e com o México adensaram-se. Vislumbrou-se perseverar no construção da ALALC e, no caso da Bolívia, dar prosseguimento aos Acordos de Roboré, pelo meio dos quais se estipulava a criação da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Ainda, a Argentina firmou-se como parceira estratégica do Brasil. Os encontros de Uruguaiana, entre Quadros e Frondizi, deram margem à criação de uma Comissão Mista para a cooperação econômica e ao Convênio de Amizade e Consulta, aberto à adesão de outros Estados. Outro exemplo emblemático de diversificação de parcerias é o estreitamento de relações com a África. Abriram-se diversas embaixadas no continente, criou-se, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos e a divisão da África no seio do Itamaraty, sob chefia de Ítalo Zappa. As políticas de aproximação com a África evidenciam-se, também, no cenário interno. Quadros anelou consolidar a as raízes africanas do Brasil; nesse sentido, nomeou Raimundo de Souza Dantas para a embaixada em Acra, em Gana, e o professor Milton Santos, para representante da Casa Civil na Bahia;
C: Incorreto. A política externa, na esteira da análise de Robert Putnam, tem incidências na determinação e condução da política interna, assim como a recíproca é verdadeira. No caso do Brasil, especificamente no período em questão, a política externa polarizou as forças de esquerda e de direita no contexto interno;
D: Incorreto. Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base, entre os quais o presidente João Goulart, consubstanciavam as alas cepalinas no Brasil, corrente que se assemelhava aos princípios basilares da PEI;
E: Incorreto. A retórica da PEI buscou desideologizar, sem êxito, os embates políticos ligados à Guerra Fria. A UDN e as forças de direita usaram-na, por um lado, para polarizador os atritos parlamentares e, por outro, para preconizar um alinhamento com os EUA. Não é por acaso que a política externa de Castelo Branco, governo militar que sucedeu a Goulart, aproximou ideologicamente Brasília de Washington.

Gabarito "B".

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo

padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Sem paralelo com qualquer outro momento vivido pela diplomacia brasileira no período republicano, a Política Externa Independente, nos primeiros anos da década de 60 do século passado, levou o Brasil a romper com suas tradições em termos de política internacional, assumindo posição de confronto com os EUA e a Europa Ocidental, de crescente rivalidade com a Argentina e de apoio explícito ao bloco socialista nos fóruns multilaterais, particularmente na ONU.

1: Errado. A Política Externa Independente (PEI), que se assemelha, consoante Patrícia Soares Leite, em *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva,* ao pragmatismo ecumênico e responsável de Ernesto Geisel e à diplomacia de Luiz Inácio Lula da Silva, sob a chancelaria de Celso Amorim, não assumiu posição de confronto com os EUA e com a Europa Ocidental. A política externa de Quadros e de Goulart alicerçava-se na autonomia de suas ações, buscando desvinculá-las dos embates ideológicos fundamentados na Guerra Fria. Tampouco alinhou-se ao Movimento dos Não-Alinhados, preconizando independência na formulação de suas diretrizes. A PEI aproximou o Brasil da Argentina, no que ficou conhecido como espírito de Uruguaiana.

Gabarito 1E.

(Diplomacia – 1999) A política externa do governo Juscelino Kubitschek tem como um de seus destaques:

(A) A doutrina do "pragmatismo responsável".
(B) A "Política Externa Independente".
(C) O lançamento da Operação Pan-Americana.
(D) O lançamento da Aliança para o Progresso.
(E) A crítica sistemática ao "congelamento".

A, B, C, D e E: A Operação Pan-Americana (OPA), lançada em 1958, tinha por fundamento o combate à pobreza, visto que seria esta fator de subversão ideológica. O subdesenvolvimento era entendido como propulsor do comunismo; seria do interesse dos Estados Unidos, portanto, outorgar recursos financeiros à América latina de forma a arrefecer a expansão de possíveis alianças com a URSS. Na esteira da OPA, foi lançado o Comitê dos 21, no âmbito da Organização dos Estados Americanos para avaliar as possibilidades de implementação do ideário da OPA. Do advento do Comitê dos 21 surgiu o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Se, inicialmente, a OPA não contou entre as prioridades da Casa Branca; em 1959, com a revolução cubana, Washington lançou a Aliança para o Progresso, que calcava alguns pilares da OPA sem, contudo, reproduzi-los em sua integralidade.

Gabarito "C".

9. O REGIME MILITAR (1964-1985)

9.1. A Constituição de 1967 e as modificações de 1969

(Diplomacia - 2007) Entre os instrumentos legais do Regime Militar no Brasil, os atos institucionais destinavam-se ao fortalecimento do Poder Executivo. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Com o Ato Institucional nº 1, de 1964, o presidente Castelo Branco dissolveu o Congresso, que não mais se reuniu durante seu mandato.
(2) A reforma eleitoral que extinguiu os partidos políticos então existentes e criou apenas dois, ARENA e MDB, precedeu a Constituição de 1967.
(3) O Ato Institucional nº 5 deu impulso à repressão a movimentos e lideranças de esquerda.
(4) As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas antes de expirar o mandato de João Batista Figueiredo, o último general-presidente.

1: Errado. O Ato Institucional I, de 1964, ordenou as cassações de mandatos eletivos dos políticos não alinhados ao regime militar; manteve, contudo, o Congresso aberto e os partidos políticos vigentes à época. Durante a gestão Castelo Branco, o Congresso foi fechado em 1966-1967 para a aprovação da Constituição de 1967. Note-se que, em contraste com o Estado Novo, o regime de 1964 fechou o Congresso apenas em três ocasiões: entre 1966 e 1967, em 1968, com a edição do Ato Institucional V e em 1977, por ocasião do denominado Pacote de Abril, sob a gestão Ernesto Geisel;
2: Certo. O Ato Institucional II, de 1966, instaurou o bipartidarismo articulado entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os antigos PSD e UDN atrelaram-se a ARENA, enquanto o PTB preferiu o MDB. O pluripartidarismo foi restaurado em 1979;
3: Certo. O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o Executivo - outorgando maior possibilidade de intervenção nos Estados e Municípios -, suspendeu o *habeas corpus,* decretou a incomunicabilidade dos presos políticos por dez dias e instaurou a pena de morte por crimes políticos. Consoante tese de Elio Gaspari, o AI V institucionalizou a *ditadura escancarada.* Sem formas de resistência legal, os movimentos de resistência, exemplificados pela Luta Armada e pelo MR8, orquestraram a rebeldia à opressão. A título de exemplo, destaque-se o sequestro dos embaixadores dos EUA, da Suíça, da Alemanha e do Japão organizados como moeda de troca para a libertação de presos políticos. 4: Errado. As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas em 1989. Durante a gestão Figueiredo, contudo, o movimento das *Diretas Já* organizou-se em decorrência à rejeição legislativa ao projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, que instituiria as eleições diretas para a presidência. Note-se que a autorização de realizar eleições diretas para governadores estaduais, em 1982, ampliou a possibilidade a ação dos movimentos de resistência, o que deu alento tanto à Emenda Dante de Oliveira como ao movimento das *Diretas Já.*

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A ruptura institucional de 1964 foi bem mais que mero golpe militar. Ela representou a vitória – e a conquista do estado – de um dos projetos para o país que estava em jogo, de forma ideologicamente polarizada, especialmente ao longo do governo João Goulart. Impondo a derrota da difusa proposta reformista conduzida pelo presidente, o novo bloco de poder colocou em marcha um processo de modernização conservadora do Brasil, assentada sobre o autoritarismo político.

1: Certo. O golpe militar de 1964 rompeu com as reformas estruturais de João Goulart e aproximou o Brasil dá órbita de influência dos Estados Unidos, no que concerne à política externa de Castelo Branco. Polarizou, nesse sentido, a política interna, dando início a um período de autoritarismo e de repressão.

Gabarito 1C.

(Diplomacia – 1999) Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar baixou ato que, entre outras medidas suspendeu a garantia de habeas-corpus e definiu as condições para que o Presidente da República pudesse decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Trata-se de :

(A) Ato Adicional nº 2.

(B) Ato Complementar de 13/12/68.

(C) Ato Interpretativo nº 4.

(D) Ato Institucional nº 5.

(E) Ato Adicional nº 5.

A, B, C, D e E: O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o poder Executivo, cassou mandatos eletivos, aumentou as possibilidades de intervenção nos Estados, suspendeu o *habeas corpus*, decretou a incomunicabilidade dos presos por dez dias consecutivos e autorizou a pena de morte para crimes políticos. Foi o apogeu repressivo do regime instituído em 1964.

Gabarito "E".

No início de 1964, havia claros sinais de que a ordem constitucional seria superada por conspirações golpistas. Restavam dúvidas, entretanto, sobre o lado do espectro político que daria o golpe. A aliança civil-militar que depôs Jango pode ser entendida como uma conjugação de forças que, a partir de motivações distintas, convergiram para um único objetivo imediato. Nos anos em que Costa e Silva exerceu a presidência, consumou-se o divórcio entre os projetos civis e militares. O governo Médici foi marcado por extremo autoritarismo. Geisel empenhou-se em estabelecer canais de contato com lideranças civis, preconizando a tese de uma transição gradual, mas segura, rumo à democracia. Após a derrota da emenda das eleições diretas, transferiu-se o objetivo da mobilização popular para o projeto da candidatura indireta de Tancredo Neves.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A República brasileira: pactos e rupturas**. *In:* Angela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 482-92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, a respeito da história republicana brasileira na segunda metade do século XX.

(1) Além de inesperado, o golpe que depôs João Goulart foi articulado e conduzido por lideranças das três forças armadas, sem nenhuma ingerência de políticos civis.

(2) O Ato Institucional n.º 5 significou o início do processo de abertura política, com o abrandamento do caráter autoritário do regime militar.

(3) A eleição de Tancredo Neves se fez dentro do Colégio Eleitoral, instrumento que, criado pelo regime militar, serviu para decretar o fim do autoritarismo.

(4) A primeira etapa da redemocratização, a partir de 1985, foi marcada pela crise econômica, com inflação em alta e crescimento rápido e excessivo da dívida externa.

(5) A trajetória política republicana, a partir de 1946, foi marcada por crises: um presidente suicidou-se (Getúlio Vargas), outro teve a posse contestada (Juscelino Kubitschek) e um terceiro renunciou com poucos meses de governo (Jânio Quadros).

1: Errado. Não há consenso sobre a característica inesperada do Golpe de 1964. Tampouco é de rigor salientar que não houve ingerência qualquer de políticos civis no golpe, especialmente se considerarmos que alguns membros da UDN tendiam mais para o lado da intervenção militar contra João Goulart do que para o respeito a legalidade democrática. Para além do apoio político civil, cabe ressaltar que os militares receberam respaldo significativo de grupos da sociedade civil, como da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) organizou a Marcha da Família com Jesus pela Liberdade, pedindo o golpe de Estado. Verifica-se, portanto, um viés civil no golpe de 1964, caracterizando a Ditadura Civil-Militar.

2: Errado. O Ato Institucional número 5 foi, provavelmente, o ápice da repressão política que caracterizou o regime militar. Por meio dele, concedeu-se poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de vereadores; outorgou-se poder ao Presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; brindou-se poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; deu-se poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibiu-se manifestações populares de caráter político; suspendeu-se o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular); e impôs-se a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.
3: Certo. Após a rejeição, em 1984, da emenda Dante de Oliveira no Congresso, que advogava a instituição das eleições diretas para Presidente da República, Tancredo Neves foi eleito por intermédio do Colégio Eleitoral, criado preteritamente pelo regime militar.
4: Certo. A redemocratização, malgrado as esperanças socioeconômicas a ela associadas, não se traduziu em arrefecimento da inflação e na retomada do crescimento. Paralelamente, a dívida externa não fez senão crescer durante o período.
5: Certo. As três crises mencionadas correspondem aos períodos evocados.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens que se seguem, a respeito do processo político brasileiro a partir de 1964.

(1) O regime militar foi fascista, pois mobilizou e organizou as massas em seu apoio e construiu um partido político, a ARENA.

(2) A Constituição Federal de 1988 garantiu a extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

(3) As primeiras eleições diretas para presidente da República, em 1989, foram feitas em meio à crise econômico-financeira, e, no segundo turno, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

1: Errado. O regime militar de 1964 não foi fascista. Não se caracterizou pela mobilização e pela organização das massas. Tampouco constituiu um partido único. Malgrado períodos de maior repressão política, de ruptura partidária, de cerceamento do poder Legislativo e de cerceamento às liberdades individuais, o regime militar manteve o bipartidarismo, constituído pela ARENA o pelo MDB e, a partir da eleição de Ernesto Geisel, a faculdade de existência de uma oposição partidária. Não há proximidade, nesse sentido, entre o regime militar brasileiro e os fascismos europeus das décadas de 1930 e de 1940.
2: Certo. A Constituição de 1988 buscou estender os direitos civis, sociais e políticas a todos os cidadãos, incluídas as minorias étnicas, por esse motivo ficou também conhecida como "Constituição Cidadã".
3: Certo. As primeiras eleições diretas para Presidente da República ocorreram em 1989, quando findava o mandato de José Sarney, que havia sucedido o Presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente. Na contenda eleitoral de 1989, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores.
Gabarito 1E, 2C, 3C

9.2. O processo de transição política

Se é certo que o processo de abertura, no Brasil, durante os governos Geisel e Figueiredo, foi impulsionado, no primeiro momento, pelas contradições do aparelho militar, não devemos ignorar o papel exercido pela oposição e pelas associações tradicionais na defesa das liberdades democráticas. Com uma visão mais ampla e, portanto, menos conjuntural, convém lembrar também as transformações da sociedade e das formas de organização gestadas no curso do governo militar.

Bóris Fausto; Fernando J. Devoto. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 454-5 (com adaptações).

(Diplomacia - 2009) Tendo o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, entre outras, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

(2) Entre as transformações da sociedade ocorridas nesse período, pode-se citar o surgimento de importante movimento operário na região do chamado ABC, em São Paulo.

(3) É exemplo de contradição no aparelho militar a posição dos jovens oficiais, que, já influenciados por ideias de modernização política, mostravam-se contrários à censura prévia da imprensa, medida adotada por Geisel, o qual, por sua vez, agira pressionado pela alta oficialidade que havia participado diretamente do golpe de 1964.

(4) O governo Geisel não conseguiu vencer a forte resistência provinda do setor contrário à abertura política, o que se evidenciou pelo recrudescimento das torturas de presos políticos. Coube ao governo seguinte, o do general Figueiredo, controlar esse setor e criar as condições para o retorno à democracia, o que ocorreu com a extinção do Ato Institucional nº 5 e com a assinatura do ato de anistia política.

1: Errado. Se a Ordem dos Advogadas do Brasil, lançando a candidatura de Raimundo Faoro à presidência da República, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro e a Conferência Nacional de Bispos faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), assim como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram entidades anticomunistas fundadas em 1959, com o objetivo de opor-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado para divulgar as ciências sociais no Brasil. Os embates entre, de um lado, o IBAD e o IPES e, de outro, o ISEB levaram à extinção deste em 1964. Ao passo que Hélio Jaguaribe, pelo ISEB, promovia a divulgação de teses consideradas precocemente estruturalistas, o IBAS e o IPES agenciaram intensa campanha radiofônica, televisiva e jornalística em prol da queda de João Goulart e da Revolução de 1964;
2: Certo. A região do ABC paulista, em outras palavras, o trinômio sindical constituído pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, foi responsável pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores, que não estava vinculado aos tradicionais partidos representados até então nas esferas do poder. O líder sindical Luiz Inácio Lula Da Silva ergueu-se como candidato dos operários, lançando sua candidatura para a presidência nas eleições de 1989 contra Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional;
3: Errado. Embora alguns jovens oficiais apoiassem a liberalização do sistema repressivo, não foi contra Geisel que a insatisfação desses dirigiu-se. Os fluxos e refluxos da abertura política promovida por Geisel em 1974, caracterizados pelo que se convencionou denominar abertura lenta, gradual e segura agiram de encontro à linha dura, que se opunha a ala castelista, ou sorbonista, encabeçada pela presidência de 1974

a 1979. Motivos internos e externos explicam a abertura política de Geisel. Internamente, pressões do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Igreja católica e da Comunhão Eclesiástica de Base, que se coadunava com a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, estimulavam a presidência a arrefecer a censura e a repressão sistemática. Ainda, a própria estrutura repressiva desgovernou-se, o que seria uma perda de controle das Forças Armadas. Emblemático desse descontrole é caso do Capitão Guimaraes, que teria vinculado suas funções à máfia e ao jogo de apostas. Externamente, Dom Helder Câmara denunciou as violações aos direitos humanos no Brasil, e a presidência de Jimmy Carter, nos EUA, lançou uma campanha pela promoção dos direitos humanos na América latina. De forma a conciliar a linha dura com os castelistas, Geisel promoveu uma serie de medidas liberalizantes e autoritárias a um só tempo. Entre as liberalizantes, destacaram-se o fim da censura prévia, a demissão de ministros linha dura e o fim do AI 5. Entre as autoritárias, a Lei Falcão, de 1976, e o Pacote de Abril, de 1977. Constate-se que, na historiografia contemporânea, Carlos Fico esvazia de sentido a cisão entre os castelistas e os militares da linha-dura: haveria, consoante o autor, mudanças de personalidades e de contextos socioeconômicos, que teriam influências decisivas na fluxos e refluxos liberalizantes e autoritários;

4: Errado. Embora seja certo que a anistia foi decretada sob a presidência de Figueiredo, o governo Geisel encabeçou o processo de abertura lenta, gradual e segura. O próprio AI V foi extinto em 31 de dezembro de 1978. Note-se, outrossim, que malgrado a distensão encetada por Geisel, o pluripartidarismo e as eleições diretas surgiram somente na década de 1980.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

9.3. A economia

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo e pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo de máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Ao se referir aos "atos de força que depuseram Goulart", o texto VI remete ao golpe de Estado que se deu início ao regime militar vigente no país por cerca de duas décadas. Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos a esse período.

(1) Vencido o primeiro desafio econômico, que era controlar a espiral inflacionária, o regime militar adotou uma política de desenvolvimento que, nos primeiros anos, logrou êxito considerável – eram os tempos do "milagre econômico", nos quais o Brasil ostentou índices de crescimento compatíveis com os obtidos pela China nos dias de hoje.

(2) A política econômica conduzida por Delfin Neto assegurou notável sucesso entre 1969 e 1973, sustentando-se, internamente, no rígido controle dos salários e, externamente, na fácil captação de recursos, os quais preenchiam o vazio da baixa poupança nacional.

(3) No conflagrado Oriente Médio, um novo conflito entre árabes e judeus propiciou o uso político do petróleo. A histórica majoração dos preços do barril do petróleo, em 1973, repercutiu imediatamente na economia mundial e, em países periféricos como o Brasil, cujo modelo de desenvolvimento em muito dependia do petróleo importado e de capitais externos, a repercussão foi ainda mais intensa.

(4) A última fase do regime militar, correspondente ao governo do general João Figueiredo, caracterizou-se pela aguda instabilidade política, muito embora a inflação estivesse sob controle e os índices de crescimento econômico fossem bastante expressivos.

1: Certo. O governo de Castelo Branco, no que concerne à política econômica, institui o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que teve êxito na recuperação do crescimento econômico e na redução da inflação. À ortodoxia dos objetivos, associou-se a heterodoxia dos métodos. A intervenção do Estado na economia, mediante as reformas tributária e financeira, ocasionou o aumento dos investimentos e da poupança, dando viço renovado à expansão do PIB. O "milagre econômico", que caracterizou o governo de Médici, alicerçou-se nas reformas do PAEG. A expressão "milagre" deve-se à taxa anual de crescimento econômico de 11%, ao controle da inflação e a estabilidade do balanço de pagamentos;

2: Certo. Delfim Neto, ministro da Fazenda no governo de Médici, assegurou o controle da inflação mediante a política de achatamento salarial e de controle de preços, consubstanciada no Conselho Interministerial de Preços. Externamente, o fortalecimento das empresas privadas contou com a Lei de Mercado de Capitais, que facilitou a captação de recursos externos;

3: Certo. O Choque do Petróleo de 1973, que derivou da Guerra do Yom Kippur, quadriplicou o preço do barril, atingindo Estados, como o brasileiro, fortemente ancorados na matriz energética petroleira. Visto que o petróleo possuía, no Brasil, uma demanda inelástica ao preço, o impacto de 1973 resultou no aumento da inflação e na queda do crescimento, atingindo, outrossim, a capacidade de captar recursos externos. Nesse sentido, os programas energéticos vinculados ao Proálcool foram articulados de forma a reduzir a dependência referente ao petróleo;

4: Errado. O governo do general Figueiredo caracterizou-se pelo agravamento da inflação e pelas baixas taxas de crescimentos, no biênio 1979-1980. As políticas expansionistas de Delfim Neto foram substituídas pelo contracionismo fiscal e monetário. Nesse sentido, o biênio 1981-1982 ensejou o ajuste recessivo que permitiu a retomada do crescimento econômico, ainda que de forma instável, nos anos de 1983 e de 1984.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E.

(Diplomacia – 1996) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) constituiu a última etapa do processo de substituição de importações do Brasil, prevendo investimentos pesados especialmente no setor de insumos básicos. O II PND teve forte impacto da economia nacional e foi adotado pelo Presidente:

(A) Juscelino Kubitschek.
(B) Castelo Branco.
(C) Emílio Garrastazu Médici.
(D) Ernesto Geisel.
(E) João Baptista Figueiredo.

O II PND, adotado pelo Presidente Ernesto Geisel, cujo escopo era manter o crescimento econômico mediante o desenvolvimento do parque industrial, financiou-se pela captação direta de recursos externos e indiretos via o BNDE.

	Energia	Petróleo	Bens de Capital	Tecnologia
Frentes de Ação	1- Energia elétrica: em 1973, firmou-se acordo de Itaipu com o Paraguai. 2- Energia nuclear: Angra I e Angra II 3- Álcool. 4- Prospecção de petróleo.	Construção de refinarias nacionais.	Indústria bélica e exportação de tanques e lança-foguetes para o Iraque, em guerra contra o Irã (1980-1988)	Criação de centros de pesquisa: Cenpes (Petrobras), Cepel (Eletrobrás), Centro Aeronáutico de São José dos Campos, fortalecimento do CNPq

Lógica vislumbrada

Se, em 1974, a balança das transações correntes era negativa, devido às importações de petróleo, de bens de capital e de insumos; vislumbrava-se, para o ano de 1984, a reversão da situação na medida em que as importações de petróleo cederiam e o Brasil passaria a exportar bens de alto valor agregado.

Gabarito "D"

9.4. Política externa: relações com os EUA; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU

(Diplomacia - 2007) Acerca da política exterior do regime militar, nos diferentes governos do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O governo de Costa e Silva recuperou princípios básicos da Política Externa Independente.
(2) O entendimento político entre Brasil e EUA resultou em importante acordo de cooperação nuclear entre os dois países à época do governo de Ernesto Geisel.
(3) O chanceler brasileiro Azeredo da Silveira teve importante atuação no contencioso brasileiro-argentino acerca do aproveitamento dos rios da bacia do Prata para fins energéticos.
(4) No governo Castelo Branco, lançaram-se as bases para a criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa.

1: Certo. Sob o governo de Costa e Silva, a chancelaria de Magalhães Pinto caracterizou-se pela adoção da denominada diplomacia da prosperidade. Retomando os princípios básicos da Política Externa Independente (PEI), Costa e Silva aproximou-se dos países do terceiro mundo, advogando a contestação à bipolaridade, o não-alinhamento e a autonomia nacional. Sintomático do reatamento com a PEI, em 1968, durante a II Conferência da UNCTAD, em Nova Delhi, o Brasil demandou a revisão da ordem internacional, aliou-se à Índia e destacou a necessidade de privilegiar os foros multilaterais. Outro símbolo do não-alinhamento é o discurso de Araújo de Castro, em 1971, na ONU, no qual destacou o congelamento do poder mundial decorrente do Tratado de Não-Proliferação, de 1968: o Estado que tivesse aderido ao Tratado ser-lhe-ia vedada a possibilidade de obter o armamento nuclear, enquanto os países nucleares afirmariam seu supremacia;

2: Errado. A diplomacia pragmática e ecumênica de Ernesto Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, distanciou-se dos EUA no que concerne à cooperação nuclear. Se, por um lado, o governo de Médici assinou um acordo com os EUA, em 1972, com vistas a construir três usinas nucleares em Angra dos Reis pela empresa norte-americana Westinghouse Company; por outro, as pressões dos EUA para forçar o Brasil a aderir ao TNP incentivaram Azeredo da Silveira a aproximar-se da República Federal da Alemanha (RFA). Em 1975, assinou-se o acordo nuclear com a RFA, que previa a construção de oito usinas e transferência de tecnologia. A aproximação com o governo alemão decorreu, igualmente, da condenação do Brasil ao teste nuclear da Índia, em 1974. A desaprovação levou o Brasil a romper o acordo Brasil-Índia, de 1968, para o uso pacífico de materiais nucleares;

3: Certo. Em 1973, o Tratado de Itaipu ocasionou o crescimento de tensões com a Argentina, no que ficou conhecido como o contencioso Itaipu-Corpus. A construção de Itaipu, consoante tese argentina, inviabilizaria a hidrelétrica de Corpus. A escalada de tensões levou ao fechamento de fronteiras em 1977. Nesse contexto, Azeredo da Silveira levou a questão à ONU, na qual o Brasil obteve o apoio da maioria dos Estados, inclusive dos países árabes, que denunciavam a aproximação entre Argentina e Israel e aplaudiam a condenação brasileira ao sionismo. O contencioso Itaipu-Corpus foi resolvido em 1979, por ocasião da assinatura do Tratado Tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, no qual se previa o aproveitamento comum do potencial hidrelétrico do rio Paraná;

4: Errado. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Surgiu da proposta de José Sarney, que vislumbrava na Comunidade um instrumento de promoção cultural entre os Estados soberanos. No governo Castelo Branco, propôs-se a criação de uma comunidade afro-luso-brasileira, que garantiria, a um só tempo, a missão civilizadora de Portugal na África e a liderança do Brasil no Atlântico Sul. Os contrastes entre as propostas não permitem tecer laços de causalidade ou de identidade entre elas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

10. O PROCESSO DEMOCRÁTICO A PARTIR DE 1985

10.1. Evolução da política externa

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional

mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança. O Estado normal, invenção latino-americana dos anos noventa, foi assim denominado pelo expoente da comunidade epistêmica argentina, Domingo Cavallo, em 1991, quando era ministro das Relações Exteriores do governo de Menem. Aspiram a ser normais os governos latino-americanos que se instalaram em 1989-90 na Argentina, Brasil, Peru, Venezuela, México e outros países menores. O terceiro é o paradigma do Estado logístico, que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, de modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado.

Amado Luiz Cervo. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *In:* Revista Brasileira de Política Internacional, ano 45, nº. 1, 2002, p. 6-7 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema nele focalizado, julgue os itens seguintes.

(1) Da Era Vargas ao fim do regime militar, o paradigma do Estado desenvolvimentista foi a tônica da política externa brasileira, ainda que tenha havido variações em sua execução ao longo desse período. Esse "Estado empresário", como o classifica o autor do texto, deixou marcas profundas na construção da moderna indústria de base do país, a exemplo, entre tantos, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, da ETROBRAS, de hidrelétricas, de rodovias, da ELETROBRAS, da EMBRAER e da EMBRATEL, muitas das quais privatizadas no passado recente.

(2) Um caso típico de clara identificação entre política interna e política externa, na história republicana do Brasil, foi o ocorrido na Era Vargas. O projeto de modernização do país buscou na política exterior importante ponto de apoio, tanto na tentativa de equilíbrio em face de Berlim e Washington com vistas à obtenção de vantagens, quanto na negociação com os EUA, que culminou na entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

(3) Descompasso entre as políticas externa e interna, conquanto não seja a norma, pode ocorrer. No Brasil da primeira metade da década de 60 do século passado, enquanto a Política Externa Independente cumpria um papel inovador, propugnando por uma ordem internacional menos assimétrica e francamente anticolonial, no campo interno, o Estado assumia posições cada vez mais inflexíveis na defesa da ordem estabelecida e refratários a qualquer política reformista.

(4) Pela nomenclatura adotada no texto, o Chile que saiu do regime de força comandado pelo general Augusto Pinochet e que, com determinadas adaptações, prossegue no mesmo modelo econômico já na atual fase democrática, deve ser classificado como protótipo do paradigma de Estado normal.

(5) A grande crítica que se faz ao Estado normal é que, embora não seja subserviente em relação ao centro hegemônico do sistema capitalista e não fragmente nem aliene o setor central mais vigoroso da economia nacional, acaba por transferir muita renda para o exterior e, com isso, interfere negativamente no dinamismo da economia nacional.

1: Certo. A fase desenvolvimentista caracterizou-se, no Brasil, pela intervenção do Estado na política econômica internacional com vistas a patrocinar o desenvolvimento interno. A tabela a seguir recapitula as três formas de Estado analisadas por Amado Cervo, adaptando-as à evolução histórica do Estado brasileiro.

	Arranjo institucional	Tipo de Intervenção	Racionalidade
Fase desenvolvimentista 1930-1990	Atores estatais	Intervenção direta via estatais e indireta via mecanismos e programas de proteção da indústria	Substitutiva ao mercado
Fase liberal 1990-2003	Desestatização e gestão administrativa por agências reguladoras	Intervenção indireta	Corretora do mercado
Fase neodesenvolvimentista 2003-2010	Parcerias Público-Privada (Estado coordenador dos incentivos públicos, mas o grande ator é a empresa privada)	Intervenção direta através da tributação	Indutora do mercado

2: Certo. A ação externa da Era Vargas coadunou-se à política interna de desenvolvimento nacional. As oscilações entre o alinhamento com os EUA ou a aproximação com a Alemanha configuraram, mais que uma hesitação ideológica, uma estratégia de política externa com vistas a angariar recursos financeiros para a realização do objetivo maior de promoção da indústria nacional. Nesse sentido, a ação externa torna-se uma variável estrutural para a garantia da concretização de interesses internos;

3: Errado. Se é verdade que, por um lado, polarizações internas podem fragmentar a consensualidade da política externa; por outro, os anos Jânio Quadros/João Goulart se caracterizaram pela coincidência entre política interna e política externa. As políticas interna reformista de Goulart coadunavam-se com a Política Externa Independente, que, em certa medida, propugnava por uma reforma das assimetrias nacionais;

4: Errado. O Chile, consoante Amado Cervo, é exemplo notório de Estado logístico, qual seja aquele que advoga a ordem burocrática na qual o Estado não substitui o mercado, mas o induz em certa direção. A transferência de iniciativas empreendedoras do Estado para a sociedade civil caracteriza a empresa privada como ator central na economia. O Estado, nesse sentido, coordena os incentivos públicos;

5: Errado. Na expressão de Amado Cervo, o Estado normal latino-americano representou a consagração da identidade periférica e subserviente em relação às potências centrais. A América latina, nos anos de 1990, teria, na visão do autor, adotado políticas neoliberais que alijaram o empresariado nacional de suas capacidades de inovação, considerando-se sua exposição ao capital privado externo.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E.

Nossa aventura histórica é singular. Por isso e por realizar-se nos trópicos, ela é inteiramente nova. Se nossas classes dominantes se revelam infecundas, o mesmo não se passa com o povo, no seu processo de autocriação. E é com essa vantagem de sermos mestiços, que vamos chegar ao futuro.

Foi, aliás, em busca do futuro que passamos todo um século a indagar quem somos, e o que queremos ser, e a projetar imagens de nós mesmos, espelho contra espelho. A cada sístole e a cada diástole desses cem anos corresponderam visões otimistas e pessimistas, barrocas e contidas, esperançosas e desalentadas. Pois cada momento - o da Belle Époque, o da Revolução de 30, o do Estado Novo, o da redemocratização, o do dia seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, o do desenvolvimentismo dos anos 50, o do regime militar e o da segunda redemocratização - refez o retrato do Brasil. Mudou, ao longo do tempo, a linguagem com que nos descrevemos. E mudou também o país acerca do qual se dissertava. Lidos um após outro, os nossos evangelistas soam dissonantes, mas, juntos, se corrigem ou polifonicamente se completam.

Alberto da Costa e Silva. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500–2000) — a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 38, (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto apresentado e considerando aspectos significativos da trajetória republicana brasileira, julgue os itens que se seguem.

(1) Ao falar em sístole e diástole ao longo da república brasileira, o autor reitera o ponto de vista, hoje majoritário na historiografia, da linearidade do processo histórico vivido pelo país ao longo do século XX. Momentos de crise, ainda que agudos em determinadas circunstâncias, não foram suficientes para alterar um quadro geral de continuidade que levou o Brasil a apresentar no fim do século XX uma fisionomia bastante próxima da que tinha nas primeiras décadas republicanas.

(2) Tal como ocorria na Europa à mesma época, a *Belle Époque*, cronologicamente situada em princípios do século XX, correspondeu a um período de prosperidade no Brasil, com o país se urbanizando, promovendo inédita e relativamente expressiva desconcentração de renda, politicamente ampliando os níveis de participação da sociedade e, em termos de política externa, enfatizando as alianças com a América Latina.

(3) A Revolução de 30 constituiu-se na maior inflexão da história republicana brasileira, quer pela radical ruptura que promove em relação aos métodos e às práticas políticas da República Velha, quer pelo modelo inovador - para muitos verdadeiramente revolucionário - de Estado que implantou. Seu maior legado foram as modernizações econômica e política do país, além de ter inaugurado uma política externa de elevado grau de autonomia, que colocou o país fora da rota de polarização ideológica que caracterizava a política internacional às vésperas da Segunda Guerra.

(4) O Estado Novo (1937–1945), período da ditadura sem disfarces da Era Vargas, assinalou o ápice do processo de centralização estatal, em que até mesmo a federação deixou de existir. Monolítico e sem espaços para dissensos, o núcleo do poder não escondeu as afinidades do regime com o modelo fascista, algo que se materializa plenamente com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

(5) Entre 1946 e 1964, período em que o autor destaca a redemocratização, no dia seguinte ao suicídio de Vargas e no desenvolvimentismo dos anos 50, o Brasil avançou em termos de participação política, experimentou uma das mais altas e rápidas taxas de urbanização conhecidas no mundo contemporâneo e, em especial sob os governos Gaspar Dutra e Juscelino Kubistchek, praticou uma política externa altiva, que possibilitou ao país passar ao largo da Guerra Fria e adiar sobremaneira a internacionalização de sua economia.

1: Errado. A corrente historiográfica que preconiza a linearidade do processo histórico não é hoje majoritária; essa análise foi duramente criticada por apresentar uma avaliação teleológica dos acontecimentos. Ao contrário, os críticos da corrente linear advogam uma circularidade espiral do tempo, na qual momentos de sístole e de diástole caracterizariam, respectivamente, acontecimentos rugosos e conservadores, e fluídos e revolucionários. Não haveria, destarte, razão na associação do Brasil de 1889 com o de hoje, visto que a feição espiral do tempo rechaça o retorno ao ponto inicial;
2: Errado. Embora houvesse, durante a *Belle Époque*, no Brasil, um crescimento da população urbana, essa alteração no quadro demográfico não representou uma desconcentração de renda, nem se traduziu pelo aumento nos níveis de participação da sociedade na política. Pelo contrário, a República Velha caracterizou-se por haver concentrado a renda e excluído grande parcela da população do seu direito ao voto. Na política externa, sobretudo à época da chancelaria do Barão do Rio Branco, houve uma inflexão de prioridades. As relações hemisféricas foram enfatizadas, com especial destaque para os Estados Unidos, e Argentina e o Chile;
3: Errado. Embora seja possível enxergar a Revolução de 1930 como maior ponto de inflexão da história republicana brasileira, especialmente por ter promovido uma restruturação da lógica estatal que se perenizou até os anos de 1990; a política externa de Vargas não escapou às polarizações sistêmicas que moldaram as relações internacionais de sua época. O padrão de inserção internacional do Brasil, nesse sentido, orientou-se pela bipolaridade de modelos, quais sejam o democrático norte-americano e o fascista europeu, advogando afinidades ideológicas sob forma de pretexto para angariar recursos externos;
4: Errado. O Estado Novo, embora tenha promovido maior centralização mediante a figura dos interventores, não alterou a forma federativa do Brasil. No que concerne às relações internacionais, a aliança com os EUA, na Segunda Guerra Mundial, evidenciou contradições entre a política interna e a externa; ao passo que, no seio do governo, se afincavam os pilares fascistas de governo, no âmbito internacional, o Estado Novo aproximava-se das democracias. Parte de historiografia aponta nessa contradição intestina em uma das causas do fim do regime de 1937;
5: Errado. As políticas externas de Eurico Gaspar Dutra, sob o ministério de Neves da Fontoura e de Raul Fernandes, e de Juscelino Kubitschek, cujos chanceleres foram Macedo Soares, Negrão de Lima e Horácio Lafer, não passaram ao largo da Guerra Fria. Pelo contrário, a bipolaridade externa estruturou o padrão de inserção internacional do Brasil. Ao passo que Dutra optou por um alinhamento incondicional com os EUA, o que, em seu entender, promoveria a internacionalização da economia brasileira, JK preconizou um desenvolvimentismo associado, no qual o

capital externo desempenharia ações conjuntas com o capital interno. Note-se que o período de 1946 a 1964 constitui um marco singular na urbanização do Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Com o advento da República, a política externa brasileira voltou-se para uma deliberada aproximação com os EUA, país que reconhecera, quase que de imediato, o novo regime político do Brasil. Isso não significou que houvessem sido abandonadas as ligações com a Europa, especialmente com a Grã-Bretanha, marca registrada das relações exteriores durante o Império. Mas articulavam--se, com o barão do Rio Branco à frente do ministério, as novas bases de uma identidade continental, que garantiria um alinhamento do Brasil com os EUA, mantido, apenas com pequenas alterações, até o presente.

Maria Lígia Prado. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500–2000) — a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 326 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a inserção internacional do Brasil ao longo do período republicano, julgue os itens subsequentes.

(1) Figura emblemática da diplomacia brasileira, Rio Branco veio do Império para se agigantar como estadista nas primeiras décadas republicanas. À frente do Itamaraty por dez anos, teve papel preponderante na resolução de problemas de fronteira e, no que concerne à intenção de consolidar uma identidade continental para o país, vislumbrou a crescente importância que teriam os EUA no cenário mundial.

(2) Entre os momentos em que "o alinhamento do Brasil com os EUA" - mantido, segundo o texto, ao longo do período republicano - sofreu algum tipo de constrangimento, pode-se citar a fase da Política Externa Independente. Lançada na primeira metade dos anos 60 do século passado, ela refletia os anseios de se praticar um ponto de vista internacional a partir dos interesses nacionais em um rico e complexo contexto histórico, no qual se destacavam, entre outros marcantes acontecimentos, os impactos da Revolução Cubana e a emergência das novas nações africanas.

(3) Malgrado suas indisfarçáveis similitudes e de terem convivido no mesmo contexto histórico, o justicialismo peronista e o trabalhismo getulista não conseguiram se aproximar, quer em termos de propostas de ação, quer pela atuação conjunta propriamente dita. Mais que mera possibilidade, é provável que esse desencontro tenha sido motivado pelo histórico contencioso entre Argentina e Brasil, que tiveram nas disputas pela hegemonia na região platina, no século XIX, seu elemento definidor.

(4) Enquanto os primeiros governos do regime militar instaurado em 1964 faziam nítida opção pelo alinhamento com Washington, na provável busca de um relacionamento especial e privilegiado com a grande potência ocidental, sob Geisel o regime reorienta a ação diplomática do Brasil. Esgrimindo um pragmatismo responsável, o Brasil aproxima-se de outros importantes centros capitalistas - de que decorre, por exemplo, o acordo nuclear com a Alemanha - e implementa significativa política para o continente africano, que teria no rápido reconhecimento de Angola uma de suas cargas mais simbólicas.

(5) A forma efusiva como o presidente Fernando Henrique Cardoso foi recebido por George W. Bush demonstra que, a despeito da impressão insatisfatória deixada na Casa Branca à maneira pela qual o Brasil reagiu aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, propondo prudência e cautela na reação norte-americana e se recusando a apoiar atitudes sustentadas por uma visão maniqueísta do mundo, a política internacional é conduzida por princípios conceituais, de modo que as divergências tendem a ser superadas.

1: Certo. O ministério do Barão do Rio Branco, de 1902 a 1912, caracterizou-se pela aproximação com os EUA, pela consolidação da identidade continental do país e pelo pragmatismo das iniciativas conjugado à busca pelo prestígio em suas intenções. Filho do Visconde do Rio Branco, José Maria Da Silva Paranhos Júnior, o futuro Barão, acompanhou seu pai na definição das politicas platinas do Império. Ainda sob o regime monárquico, consoante Álvaro Lins, em *Barão do Rio Branco*, Paranhos Júnior observou, sob os auspícios de seu pai, minuciosamente a Guerra do Paraguai e, anos mais tarde, foi cônsul--geral em Liverpool. Na República, o Barão agigantou-se como estadista que marcou um ponto de inflexão na diplomacia nacional;

2: Certo. A Política Externa Independente deu início a um período no qual, embora os EUA continuassem a influenciar a inserção internacional do Brasil, não a determinaram. A autonomia característica da PEI, nesse sentido, contrasta com maior alinhamento aos EUA promovido anteriormente. A Revolução Cubana e a emergência das novas nações africanas acirram a polarização internacional durante a Guerra Fria; em face desses acontecimentos, contudo, a PEI não se pautou pelo comportamento dos EUA;

3: Errado. Embora existam similitudes entre o justicialismo peronista e o trabalhismo varguista, a convergência de modelos de governo não se traduziu em uma conjunção de ações. Juan Domingo Perón emergiu na política argentina como secretário do trabalho do Grupo de Oficiais Unidos, no governo entre 1943 e 1946. Com a redemocratização argentina de 1946, Perón associou o justicialismo às leis trabalhistas e ao corporativismo agenciado pela Central Única de Trabalhadores. Em clara ruptura com a Unión Cívica Radical, o justicialismo dos anos de 1940 promoveu maior centralização do Estado. Às feições que assemelham Perón a Vargas, contudo, não se sobrepõem convergências no que concerne à política externa. A UDN associava a Argentina de Perón a uma República Sindicalista, o que alijou a possibilidade de constituir, consoante iniciativa peronista, um novo Pacto ABC. Raul Fernandes e Joao Neves Fontoura, ambos udenistas, opunham-se às investidas de Perón na América do Sul, o que levou o mandatário argentino a atribuir ao Itamaraty a morosidade de um possível processo de integração regional. No segundo mandato de Vargas, Perón propôs a criação do ATLAS (Agrupación de Trabajadores Latinoamericanos Sindicalistas), ao qual o Brasil não se vinculou. As desavenças entre o Brasil e Argentina, nesse período, encontram mais sua origem nas incompatibilidades conjunturais do que em uma rivalidade histórica movida pelas disputas lindeiras do século XIX; Alessandro Candeias, nessa ótica, denomina o período das relações Brasil-Argentina que se estende de 1898 a 1962 como instabilidade conjuntural, com busca de cooperação e com momentos de rivalidade. A política externa argentina era fator de discórdia com

o Brasil, visto que, ao passo que Perón preconizava a adoção de uma terceira posição, o Brasil advogava maior aliança com os EUA. É nesse sentido que Moniz Bandeira, em *Brasil, Argentina e Estados Unidos, da Tríplice Aliança ao Mercosul,* vislumbra na ação externa norte-americana o desencontro entre Brasil e Argentina;

4: Gabarito oficial: Certo. Nosso gabarito: Errado. A política externa de Costa e Silva, ao retomar os princípios da Política Externa Independente, rompe o alinhamento com Washington advogado por Castelo Branco. A partir de 1967, nesse sentido, a política externa brasileira assumiu progressivamente as feições dadas durante a PEI; haveria continuidade nas ações do Itamaraty desde o governo de Quadros, com exceção do primeiro governo militar;

5: Errado. Conforme apontou Fernando Henrique Cardoso, naquela visita de 2001 ao Salão Oval, houve "um ar de certa arrogância, de certo distanciamento". A partir dos atentados de 11 de setembro, os EUA deslocaram sua ação internacional para o combate ao terrorismo, deixando a América do Sul desvinculada das prioridades de Washington.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

6. Geografia

Felipe Ferreira Ramos e Thiago Rocha

1. HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

1.1. As principais correntes metodológicas da Geografia

(Diplomacia 2006) O geógrafo Milton Santos define espaço como *acumulação desigual de tempos*. Conforme sejam compatíveis com essa definição, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O espaço é fixo e permanente.

(2) O espaço atual não revela o passado – só o presente.

(3) O espaço transcende o contexto social.

(4) A cada momento da história, há um espaço diferente.

1: Errado. Em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos fala sobre a "remodelagem" do planeta no período que ele denomina "técnico-científico", em que o espaço vai se transformando de acordo com alterações comandadas pela natureza e especialmente pela sociedade;

2: Errado. Ainda em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos dedica o segundo capítulo à procura do objeto de estudo da Geografia: o espaço. Entre as inúmeras considerações feitas pelo geógrafo baiano, ressalta-se a afirmação de que o espaço pode ser considerado de três modos: em sentido absoluto; como espaço relativo; e como espaço relacional, percebido como conteúdo que revela outros tipos de relação, como a de tempo passado e presente;

3: Errado. É incorreto dizer que o espaço transcende o contexto social, pois, na verdade, o social é, junto com a natureza, um dos elementos constituintes do conceito de espaço para Milton Santos. O espaço contém diferentes formas, cada uma composta de partes da sociedade em movimento;

4: Certo. Para Milton Santos, o espaço é formado por um conjunto de objetos, naturais e sociais, e pela vida que anima tais objetos. Desse modo, o espaço muda ao longo da história, dependendo dos objetos existentes (por exemplo, as construções que os homens erguem) e das atividades exercidas nele e nas demais localidades naturais (por exemplo, um campo com fim recreativo ou com fim produtivo).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

2. A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

2.1. Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com relação ao crescimento da população brasileira, ilustrado no mapa acima, e ao padrão de distribuição territorial dessa população, julgue os itens a seguir.

(1) Quanto à distribuição da população brasileira no território, verifica-se a ocorrência de um processo de interiorização de seu contingente.

(2) A construção de estradas teve influência direta nos fluxos de migração e no povoamento de determinadas áreas do país, favorecendo o surgimento de cidades.

(3) A região Norte apresenta, de acordo com o mapa, o maior contingente de população do país.

(4) O crescimento da população verificado em determinadas áreas está ligado ao processo de desconcentração das atividades industriais vivido pelo país na atualidade.

(5) A partir dos dados do mapa em questão, é correto inferir que o Sudeste deixou de ser uma região de saldo positivo em relação aos fluxos migratórios.

1: Certo. Verifica-se pelo mapa um crescimento populacional maior no interior do país, em especial em Boa Vista, Macapá, Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá, Palmas, Brasília e Goiânia. O Censo de 2010, elaborado pelo IBGE, confirma que as taxas mais altas do crescimento populacional no Brasil encontram-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste, devido, em grande parte, às migrações e ao processo de interiorização do país. As regiões Norte e Centro-Oeste são também as que apresentam as maiores taxa de crescimento urbano do país;
2: certo. A construção de estradas sempre ajuda para o aprofundamento dos fluxos migratórios e, como conseqüência, no povoamento de áreas da cercania por onde passa. No Brasil, vale lembrar a importância da rodovia BR-116 na intensificação dos fluxos migratórios do século passado, ao ligar o Nordeste do país ao Sul e Sudeste;
3: Errado. O mapa mostra não a quantidade de pessoas por região, mas a taxa de crescimento entre os anos 1991 e 2000. O Norte do país é uma das regiões menos habitadas do Brasil. Segundo o Censo 2010, os estados mais populosos do Brasil são: São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Bahia; Rio Grande do Sul; e Paraná, juntos concentram cerca de 58% da população total do País.;
4: Certo. Exemplo disso está no Norte do país, com a cidade de Manaus representada em uma tonalidade de cinza mais escura, e no Sudoeste, com a cidade de São Paulo representada em uma cor próxima ao branco, o que indica dois polos industriais do Brasil - o primeiro ser recente e o segundo ser mais antigo - com taxa de crescimento alta e baixa, respectivamente. O processo de desconcentração industrial, bem como a modernização da agricultura, incentiva o crescimento das cidades-médias, onde os custos do território e da mão de obra são mais baixo;
5: Errado. Apesar de não mostrar o fluxo migratório, o mapa apresenta dados de crescimento populacional que podem, no mínimo, ser um indício de que o Sudeste tem saldo positivo em relação aos fluxos migratórios, visto que as taxas de crescimento populacional são positivas na região. Para além do que refletem os dados do mapa, o Sudeste continua sendo um destino atrativo de migrantes, mesmo que hoje existam outros destinos para a migração nacional.

Gabarito: 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

2.2. Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais

As migrações aparecem como característica permanente da espécie humana. Max Sorre afirma que a mobilidade é a lei que rege todos os grupos humanos, portanto, o estudo da circulação ocupa lugar importante na Geografia Humana. Nele está inserida a discussão das raças e das miscigenações, levando à definição das etnias.

A. Damiani. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 51 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) Considerando o texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A abertura de fronteiras à entrada de migrantes é uma realidade em determinados países desenvolvidos, dada a carência de mão de obra em setores das atividades econômicas.

(2) A quantidade de fluxos migratórios vem diminuindo no contexto de mercado de trabalho globalizado, uma vez que a facilidade atual de circulação de mercadorias substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores.

(3) Com a miscigenação e o multiculturalismo – atualmente presentes em diversos países –, as diferenças étnicas deixaram de ser causa para migração e conflitos sociais.

(4) O Brasil apresenta tanto a saída de população como a entrada de migrantes estrangeiros em busca de emprego e melhor nível de qualidade de vida.

1: Certo. Enquanto países centrais da Europa têm fechado suas fronteiras para a entrada de imigrantes, e os Estados Unidos da América seguem pelo mesmo caminho, países desenvolvidos, como o Canadá ou a Nova Zelândia, abrem suas fronteiras a migrantes para que eles trabalhem em setores da economia em que há carência de mão de obra;
2: Errado. Não se pode falar em diminuição nos fluxos migratórios; o que há é uma alteração no padrão migratório, com a prevalência das migrações entre países periféricos, a chamada migração "sul-sul". A facilidade da circulação de mercadorias não deve ser vista como um fator que substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores. Tal movimentação está muito mais ligada a fatores de repulsão e atração de indivíduos (como desastres naturais, conflitos armados e subdesenvolvimento) do que a necessidades dos processos produtivos e comerciais (apesar de estes fazerem parte dos fatores de atração e repulsão). Vale assinalar ainda que a própria afirmativa acerca da globalização do mercado de trabalho é questionável, uma vez que a globalização, por um lado, facilita a circulação de bens, mas, por outro, vem colocando empecilhos à circulação de mão de obra;
3: Errado. No decorrer do século XX e no início do XXI, os incontáveis conflitos interétnicos que forçaram as populações perseguidas a fugir, foram um dos principais fatores de repulsão populacional. Ainda que o multiculturalismo esteja presente em muitas sociedades e em diversos discursos políticos, ele ainda não é uma realidade efetiva no mundo;
4: Certo. Considera-se hoje que, no Brasil, o saldo migratório aproxima-se de zero. Em outras palavras, há um "empate técnico" entre a quantidade de migrantes que entram e a dos que saem do país. Estima-se que atualmente existam cerca de 2 milhões de emigrantes brasileiros, com os maiores contingentes concentrados nos Estados Unidos, no Paraguai e no Japão, por ordem de grandeza.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações

Em todos os países da América Latina, a partir de meados da década de 70 do século passado, retoma-se a tendência de queda da mortalidade, tanto a geral como a infantil.

No caso do Brasil, como consequência da generalização dos serviços de saúde e do aumento da escolarização, começa a observar-se uma redução significativa nos padrões históricos da desigualdade regional relativa à mortalidade no país. Além desses fatores, a ampliação dos serviços de saneamento básico a áreas até então excluídas, os programas de saúde materno-infantil – sobretudo os voltados para o pré-natal –, a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares, as campanhas de vacinação, entre outras medidas, em muito colaboraram para a continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil e infantojuvenil, principalmente a partir dos anos 80 do século XX.

Oliveira Simões, 1997 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) O gráfico a seguir apresenta a evolução da população brasileira de acordo com os censos demográficos, além de uma projeção dessa evolução até o ano de 2050.

Evolução da população total, segundo os censos demográficos e projeção Brasil – 1950/2050

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período de 1980-2050 – Revisão 2008.

Tendo as informações apresentadas acima como referência, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à evolução da população brasileira.

(1) A projeção de desaceleração da taxa de crescimento da população brasileira evidenciada no gráfico tem como um de seus fatores a queda da fecundidade.

(2) Verifica-se, com base no gráfico, que, no Brasil, haverá aumento da mortalidade geral a partir de 2040, razão pela qual a população entrará em processo de decrescimento.

(3) Considerando-se o quadro de altas taxas de mortalidade infantil no Brasil no período compreendido entre 1950 e 1970, conclui-se que o crescimento populacional registrado no gráfico para esse período deveu-se principalmente aos grandes fluxos imigratórios.

(4) No momento histórico correspondente ao ponto mais alto da curva correspondente ao gráfico mostrado, a média etária do conjunto da população brasileira será inferior à atual.

1: Certo. A projeção do gráfico é de que, a partir de 2040, haja uma desaceleração na taxa de crescimento da população brasileira. Tal projeção reflete o que hoje vem sendo identificado como a "quinta fase" da transição demográfica. O modelo original de transição demográfica de uma nação pré-industrial elaborado pelo demógrafo norte-americano Warren Thompson nos anos 1920 consiste apenas em quatro fases: a primeira apresenta taxas de natalidade e mortalidade altas e é uma fase ainda pré-industrial; na segunda, com os avanços na medicina, as melhores condições sanitárias e a urbanização, a taxa de mortalidade cai, mas a taxa de natalidade permanece alta, o que leva a um rápido crescimento populacional, relacionado à Revolução Industrial; na terceira fase, a taxa de natalidade cai devido a métodos anticoncepcionais e ao aumento do planejamento familiar; e na quarta fase, as taxas de natalidade e mortalidade se estabilizam. A quinta fase, já amplamente aceita nos dias de hoje e prevista no gráfico, ocorre em diversos países desenvolvidos, sobretudo na Europa, e define-se pela redução da população, com uma taxa de mortalidade superior à de natalidade (morrem menos pessoas do que nascem), o que se explica pela diminuição da fecundidade feminina no país (nascem menos crianças por mulher), e não pelo aumento da taxa de mortalidade;

2: Errado. Como explicado no item anterior, a queda do crescimento demográfico previsto para 2040 associa-se à redução da taxa de fecundidade, e não no aumento da mortalidade geral;

3: Errado. Não é correto falar em "altas taxas de mortalidade infantil" nos períodos referidos, já que o próprio texto citado na questão afirma que houve "continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil" a partir dos anos 1980. Outro erro está em atribuir o crescimento populacional aos fluxos imigratórios do período de 1950 a 1970, quando na verdade observa-se um declínio nos fluxos migratórios para o Brasil a partir dos anos 1940, com uma ressalva necessária ao momento do pós-guerra;

4: Errado. A expectativa normal para o ponto mais alto da curva é que a média etária do conjunto da população brasileira seja superior à atual, pois trata-se do momento em que a taxa de mortalidade será mais baixa (as pessoas viverão mais, aumentando a idade média da população), assim como a taxa de natalidade (o número de novas crianças se reduzirá, também contribuindo para uma média etária mais alta).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue o item seguinte.

(1) Atualmente, o Brasil assemelha-se a muitos países desenvolvidos, pois, desde meados do século XX, vem avançando em aspectos econômico e social, graças à superação das desigualdades regionais, alcançada após a industrialização e a integração produtiva e financeira do mercado interno.

1: Errado. Além de ser delicado falar que o Brasil "assemelha-se a muitos países desenvolvidos", é impossível afirmar que o país superou as desigualdades regionais, considerando que em 2005, ano da prova, a região Norte representava 5% do PIB nacional; e a região Sudeste, mais de 50%.

Gabarito 1E

3. GEOGRAFIA ECONÔMICA

3.1. Globalização e divisão internacional do trabalho

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue o item que se segue, referentes a geopolítica.

(1) Com a homogeneização crescente dos espaços, os lugares, e mesmo a região, já não são elementos essenciais para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais.

1: Errado. O lugar é um dos elementos mais importantes para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais, pois estes são, de certo modo, o elo entre todos os lugares do globo.

Gabarito 1E

(Diplomacia 2005) Segundo Bertha Becker, "o rompimento da divisão do espaço e do poder mundiais em dois blocos e a distensão daí decorrente trouxeram à luz as diferenciações espaciais, significando a definição de territórios". Considerando essa análise e demais aspectos significativos do atual processo de globalização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A globalização econômica ajuda a manter a unidade dos territórios nacionais rompida durante a Guerra Fria e marcada pelo esgotamento do padrão de acumulação e de relações de poder calcado tanto na centralização quanto na produção em larga escala.

(2) Entre as causas de instabilidade no mundo atual, estão a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental.

(3) O Estado deixou de ser a principal representação política, e o território nacional tampouco é a única escala de referência de poder, lacunas que foram preenchidas pelo poder técnico-econômico.

(4) Nas novas relações geopolíticas entre Estado, território e movimentos sociais, estes, cujo expoente é o movimento ambientalista, apresentam-se como perenes.

1: Errado. A afirmativa alude ao mito da "aldeia global", de Marshall McLuhan, segundo o qual a globalização traria uma unicidade ao mundo, acabando com as fronteiras culturais e políticas entre os povos. Hoje, porém, observa-se que essa ideia não reflete a realidade, tendo em vista a instabilidade social gerada quando os interesses de atores externos são impostos à população de uma localidade. A globalização, nesse caso, não traz a "unidade dos territórios nacionais", mas ressalta a singularidade das localidades nacionais;

2: Certo. No livro "Geografia: conceitos e temas", organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, Bertha Becker explica como a revolução científico-tecnológica (que causou alterações na organização da produção e do trabalho) e a crise ambiental (que gerou mudanças e impôs novas formas de relacionamento com a natureza) distorceram a dinâmica sociopolítica e a organização do espaço e do território, provocando instabilidade e imprevisibilidade no mundo globalizado de hoje;

3: Certo. O gabarito oficial é taxativo ao dizer que o "Estado deixou de ser a principal representação política". Berta Becker defende que o Estado não pode mais ser considerado como unidade *exclusiva* de poder, pois tal entendimento omitiria a importância de outros atores, como empresas, organizações internacionais e movimentos da sociedade civil. É neste sentido que devemos interpretar a afirmativa do item: o Estado não perdeu sua importância, mas a viu relativizada em virtude dos novos atores da geopolítica atual. Também é interessante levar em conta o resto da afirmativa: segundo Becker, o território nacional de fato não é mais a única escala de referência de poder, juntando-se ao espaço a questão do tempo, isto é, da logística que potencializa a utilização do espaço territorial (é o que se deve entender por "poder técnico-econômico").

4: Errado. Os movimentos sociais não apresentam extensa longevidade, pois eles refletem os interesses e inquietações do momento. É falacioso também afirmar que os ambientalistas são expoentes entre os inúmeros movimentos sociais, visto que o tema ambiental entrou na agenda reivindicatória da sociedade civil apenas em meados do século XX, enquanto outras reivindicações sociais datam do final do século XVII.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições –, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se; e, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações).

(Diplomacia 2005) Tendo o texto como referência inicial, assinale a opção incorreta.

(A) O entendimento do conteúdo geográfico permite perceber a relação entre o espaço e os movimentos sociais, construídos a partir dos objetos que nos cercam.

(B) Na atualidade, vive-se a mobilidade dos homens, que mudam de lugar, assim como de produtos, mercadorias, imagens e ideias, o que evidencia transformações na relação espaço-tempo.

(C) O entendimento de lugar como eixo de sucessões, eixo de tempos internos, de coexistências de tempo e espaço conduz às ideias de desterritorialização ou de desculturalização.

(D) O texto refere-se ao espaço cotidiano como marca identitária entre pessoas. Nesse sentido, o lugar, por se opor à globalidade, mantém a integridade, o que permite que sejam compostos espaços geográficos singulares.

(E) Enquanto a globalidade se identifica nos processos coletivos que se distribuem em diferentes espaços, o mundo é composto pela singularidade de cada local.

A: Correto. Entender o conteúdo geográfico, segundo Milton Santos, é justamente conseguir perceber a relação entre o natural e o social, sempre com ênfase nos fluxos sociais;

B: Correto. Podemos entender aqui o que Milton Santos chama de "meio técnico-científico-informacional", que começou após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou nos anos 1970. A natureza deixa de ser a parte mais significativa do nosso meio ambiente, já que o domínio que exercemos sobre ela é considerável. É ele que permite, por exemplo, modificar o solo de uma região pouco fértil ou irrigar outra região seca. Assim, os homens não estão mais limitados a plantar "onde a natureza mandar";
C: Correto. Em seu livro "Metamorfose do espaço habitado", no segundo capítulo, Milton Santos define o *lugar* como um ponto no planeta onde se realizam algumas possibilidades do mundo, o que, em última análise, leva ao entendimento de que o mundo é formado por uma infinidade de pontos, que podem ser entendidos como pontos de *desterritorialização* e *desculturalização*;
D: Incorreto. A primeira frase do texto já afirma: "A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela". A análise de Milton Santos não se coaduna com os mitos da aldeia global, da redução das distâncias ou da morte do Estado, porém reconhece o fenômeno da globalização, o que torna difícil falar em oposição à globalidade e manutenção da integridade;
E: Correto. Milton Santos admite a contradição entre o local e o global, pois cada lugar é extremamente diferente dos outros, mas todos são ligados entre si de forma clara.

Gabarito D

(Diplomacia 2005) Milton Santos, em uma de suas obras, afirma que os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social, na segunda metade do século passado. Segundo o autor, essas formas de pobreza, de dívida social, são a pobreza-marginalidade, a pobreza incluída e a pobreza estrutural globalizada. Essa classificação está atrelada ao processo de globalização perversa. Tendo em mente as características desse tipo de globalização, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Associada ao processo econômico da divisão social do trabalho internacional ou interna, a pobreza-marginalidade é considerada a doença da civilização e o consumo apresenta-se como centro da explicação das diferenças e das percepções das situações.

(2) A pobreza incluída iniciou-se como um processo associado a problemas privados, assistencialistas e locais, porém a globalização tem mudado o perfil dessa forma de pobreza.

(3) A pobreza estrutural globalizada impôs-se como natural nos tempos atuais, pois há uma produção globalizada da pobreza, mais presente, sem dúvida, nos países pobres.

(4) Com relação à dívida social, os pobres já foram incluídos; posteriormente, foram marginalizados; e, atualmente, estão sendo excluídos.

1: Certo. Em seu livro "Por uma outra globalização", capítulo III, Milton Santos afirma que os países subdesenvolvidos passaram, ou passam, por no mínimo três tipos de pobreza: o primeiro tipo é o da "pobreza incluída", que o geógrafo caracteriza como "pobreza acidental", gerada em virtude de algum desastre natural ou fato parecido; o segundo tipo é identificado como a "doença da civilização", isto é, a marginalidade, a pobreza produzida pela estrutura econômica e pela divisão do trabalho (no plano internacional ou interno), aquela que se buscou sanar ao longo dos últimos séculos; o terceiro tipo de pobreza é o que existe hoje, "a pobreza estrutural", que Milton Santos define como uma "dívida social", uma pobreza globalizada;
2: Errado. A "pobreza incluída", primeiro tipo de pobreza identificada por Milton Santos, não teve seu perfil alterado pela globalização. Na verdade, pode-se afirmar que ainda existe a "pobreza acidental", como também é chamada, pois esta ocorre em virtude de forças maiores, como, por exemplo, uma safra ruim ou um desastre natural. Assim, sua solução é que pode ser "assistencialista e local", e não sua causa;
3: Certo. Para Milton Santos, a "pobreza estrutural" é o mal dos nossos tempos e caracteriza-se por ser global e resultar diretamente de um sistema de ações deliberadas. A crítica do geógrafo brasileiro à globalização refere-se ao entendimento da pobreza nos dias de hoje como algo "natural", o que banaliza a dívida social da qual são vítimas os que antes eram "incluídos", foram "marginalizados" e hoje são "excluídos";
4: Certo. A resposta está ainda no capítulo III do livro "Por uma outra globalização", em que, antes de falar do papel dos intelectuais como importantes atores para a criação de um discurso de inclusão, Milton Santos explica como os pobres, objeto da dívida social, já foram incluídos, passaram a marginalizados e hoje são excluídos, uma exclusão que obedece a um processo racional que a Geografia deve se esforçar para mudar.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais

(Diplomacia 2004) Acerca dos determinantes políticos e econômicos que caracterizaram o processo de consolidação do bloco econômico do Mercosul, julgue os itens subsequentes.

(1) O Mercosul, orientado pela lógica da globalização, segue o modelo adotado pela União Europeia, que prioriza o intercâmbio comercial.

(2) O núcleo geoeconômico do Mercosul compreende concentrações industriais, áreas agrícolas modernas, portos e terminais de corredores de comércio exterior do Centro-Sul brasileiro, o que favorece a integração de cadeias produtivas dos países-membros.

(3) A integração física da região do Mercosul carece ainda de infra-estrutura adequada de transportes, em razão do isolamento comercial e cultural do Brasil, em relação aos países vizinhos sul-americanos.

1: Errado. Pode-se afirmar que o Mercosul insere-se na lógica da globalização, na medida em que busca dar mais competitividade aos os países-membros por meio da cooperação comercial entre eles. Trata-se de um bloco econômico de regionalismo aberto, a única forma de regionalismo permitida pela Organização Internacional do Comércio. Porém, se para o Mercosul a questão comercial é o centro de seus objetivos, o mesmo não vale para a União Europeia, que hoje não prioriza o intercâmbio comercial, mas busca, em vez disso, uma *integração econômica*, social e política. Enquanto a União Europeia guia-se hoje por uma lógica de integração, o Mercosul ainda consolida-se como uma união aduaneira;
2: Certo. O núcleo geoeconômico do Mercosul ainda concentra-se no Centro-Sul do país, o que favorece as relações dos estados do Sul, mas mantém tímida a inserção das indústrias do Nordeste do país no processo de integração produtiva;
3: Certo. Nosso gabarito, porém, difere do gabarito oficial e considera que o item está Errado. É fato que a integração física entre os países-membros do Mercosul ainda deixa a desejar; contudo, é extremamente delicado afirmar que existe um "isolamento comercial" entre o Brasil e seus vizinhos membros do bloco quando verifica-se que a Argentina é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens que se seguem, referentes a geopolítica.

(1) O Brasil busca inserir-se na economia global a partir do reforço e da ampliação dos vínculos com a migração maciça de corporações transnacionais. Nesse sentido, como resultado do papel do Estado na regulação da atividade econômica e na formação

da renda interna, o mercado nacional ganhou mais autonomia no contexto mundial.

(2) Alguns dos reflexos da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram o aumento de trocas entre corporações e o crescente processo de transnacionalização de empresas nacionais, fatos que levaram ao crescimento da participação do Brasil no comércio latino-americano.

(3) O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), criado em 1994, favoreceu as trocas comerciais entre os países envolvidos e se consolidou como o primeiro passo para a mundialização da ação de empresas nacionais desses países.

1: Certo. A ampliação dos vínculos econômicos tem sido uma estratégia do Estado brasileiro a fim de se inserir definitivamente e com peso na economia global. Quanto maior for o número de empresas com interesses econômicos no Brasil, maior será a voz do país no contexto mundial, pois a geopolítica hoje está muito mais ligada a interesses de corporações transnacionais do que a conquistas territoriais, como ocorria outrora;
2: Errado. A Alca nunca foi criada, sendo apenas uma proposta dos Estados Unidos da América, a qual contou, inclusive, com oposição do Estado brasileiro, que considerava injustas as vantagens que o acordo traria para os diferentes países;
3: Certo. Existe um erro quanto ao ano de criação do MERCOSUL, 1991, e não 1994, porém, por se tratar de uma questão de geografia, o ano deve ser um detalhe ao analisar o item.

Gabarito 1C, 2E, 3C

3.3. Energia, logística e reordenamento territorial pós-fordista

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) As indústrias de alta tecnologia localizam-se, preferencialmente, onde existem sistema acadêmico e de pesquisa bem organizado, serviços urbanos modernos e base industrial.

1: Certo. Por via de regra, as indústrias de alta tecnologia situam-se perto de polos acadêmicos, universidades e instituições de pesquisa. A lógica é simples: aproveitar o conhecimento gerado em tais instituições para a produção industrial. No Brasil, as indústrias de alta tecnologia encontram-se majoritariamente no interior paulista, perto das duas maiores universidades do estado, USP e Unicamp, nas cidades de São Carlos e Campinas.

Gabarito 1C

Todas as fontes devem ser aproveitadas, dentro de suas especificidades. (...) o Plano Nacional de Energia 2030 mostra exatamente isso: a existência de só uma ou duas fontes não significa uma solução. O Brasil necessita, principalmente, daquelas fontes que geram energia em grande escala e têm alta disponibilidade, dando segurança ao sistema e tranquilidade aos consumidores.

Internet: <http://www.aben.com.br>.

(Diplomacia 2008) Com relação a fontes de energia, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas foi possível graças à tecnologia desenvolvida no Brasil, a qual, hoje, é exportada para outros países.

(2) Em razão de ter-se tornado autossuficiente em petróleo em 2006, o Brasil deixou de importar esse produto e seus derivados.

(3) Sendo o etanol uma fonte de energia limpa, sua produção e seu consumo não acarretam danos ambientais ou sociais.

(4) No Brasil, a biomassa tem sido bastante explorada para a geração de energia, o que resulta no fortalecimento da agroindústria brasileira.

1: Certo. Mais da metade da área dos blocos exploratórios da Petrobras encontra-se em águas com profundidade maior que 400 metros. A perspectiva de descobrir petróleo em tais profundidades levou a Petrobras, nos últimos anos, a aumentar cada vez mais suas atividades de pesquisa na área, de forma que a empresa brasileira é hoje referência mundial e vem assinando parcerias de exploração e produção de petróleo em águas brasileiras e estrangeiras;
2: Errado. O Brasil efetivamente se tornou autossuficiente em petróleo no ano de 2006; porém, tal feito não é o bastante para que o país deixe de importar esse recurso, visto que a qualidade do petróleo é tão importante quanto a quantidade explorada. O Brasil ainda é deficitário no que diz respeito ao petróleo leve, mas a expectativa é de que esse quadro venha a se alterar com o petróleo extraído da camada pré-sal;
3: Errado. O etanol não deve ser considerado "energia limpa". Na verdade, ele é uma alternativa mais limpa aos tradicionais combustíveis fósseis, mas sua produção e seu consumo geram danos ambientais (na produção, a prática de queimadas e a mecanização da colheita, assim como a emissão de CO2 no consumo, colaboram para a poluição do ar) e danos sociais (a produção em larga escala exige a concentração de grandes propriedades, o que contribui para o êxodo rural e o crescimento desregulado das cidades);
4: Certo. O etanol brasileiro é o exemplo mais nítido de tal exploração. Produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar, o bioetanol nacional tem ganhado espaço no mercado mundial, concorrendo com os biocombustíveis norte-americanos a base de milho e contribuindo para o crescimento da agroindústria brasileira.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2000) Quanto à localização da indústria petroquímica brasileira, qual assertiva é a correta?

(A) Majoritariamente na zona costeira.
(B) Concentrada na Região Metropolitana de São Paulo.
(C) Concentrada no eixo Rio-São Paulo.
(D) Majoritariamente na região Sul do país.
(E) Concentrada no Recôncavo Baiano.

A: Correto. A indústria petroquímica brasileira concentra-se na zona costeira, em grande parte devido ao fato de a maior parte do petróleo do país estar em águas oceânicas. Assim, a indústria de produção de derivados de petróleo encontra-se próxima do lugar de extração, destacando-se a Bacia de Campos e a cidade de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, como locais com maior extração de petróleo no Brasil. Já o Polo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari, no litoral baiano, é responsável por quase 50% da capacidade de produção nacional dos chamados petroquímicos básicos e das resinas termoplásticas;
B: Incorreto. O polo petroquímico mais importante de São Paulo é o Polo Petroquímico de Paulínia, considerado o maior polo industrial da América Latina. Porém, ele faz parte não da Região Metropolitana de São Paulo, mas de Campinas;

C: Incorreto. Esta opção desconsidera os maiores polos petroquímicos do país: Camaçari, Paulínia e o Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul;
D: Incorreto. Esta opção desconsidera os importantes polos petroquímicos do Nordeste e Sudeste do país;
E: Incorreto. Apesar de o Recôncavo Baiano ser considerado uma região rica em petróleo, ele não detém a concentração petroquímica nem do país, nem da região.

Gabarito A

(Diplomacia 2000) A Ferrovia "Norte-Sul", em fase final de construção, estabelecerá a ligação entre:

(A) o Complexo de Carajás e o Porto de Itaqui (MA).
(B) a região Centro-Oeste e o Sistema Portuário da Ilha de São Luís (MA).
(C) a região Centro-Oeste e o Complexo Guri, na fronteira com a Venezuela.
(D) a região do Alto São Francisco e o Porto de Pecém (CE).
(E) o Recôncavo Baiano e o Porto de Suape (SE).

A: Incorreto. A ferrovia que liga o Complexo de Carajás com o Porto de Itaqui é a Estrada de Ferro Carajás, operada pela Companhia Vale do Rio Doce, inaugurada em 1985;
B: Correto. A Ferrovia "Norte-Sul" teria inicialmente 1550 quilômetros de trilhos, passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Em 2008, a obra foi expandida para 3100 quilômetros, a fim de poder incorporar os trechos Açailândia-Belém e Anápolis-Panorama. A construção da ferrovia ainda não terminou, mas existem diversos trechos em que o transporte há muito já funciona, como os 215 quilômetros entre as cidades de Estreito e Açailândia, no Maranhão, onde ocorre a conexão com a Estrada de Ferro Carajás, que dá acesso ao Porto de Itaqui, na cidade de São Luís;
C: Incorreto. Não há estrada de ferro que passe pelo Complexo Hidroelétrico de Guri. O estado de Roraima, onde se encontra o Complexo, sequer tem estrada de ferro;
D: Incorreto. Não existe ferrovia que ligue o porto cearense com o alto do São Francisco. Esse trajeto é feito por meio de rodovias;
E: Incorreto. Não seria prioritário para o Governo Federal construir uma ferrovia no Recôncavo Baiano ou no Sergipe, que contam, respectivamente, com os portos da Baía de Todos-os-Santos e um porto menor. Além disso, na Bahia, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste ligará a cidade costeira de Ilhéus à cidade interiorana de Figueirópolis, no Tocantins.

Gabarito B

3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil

(Diplomacia 2004) Diversos mapas temáticos do território brasileiro geralmente apresentam fortes contrastes inter e intrarregionais. Acerca dessas disparidades e das tendências de mudança, julgue os itens a seguir.

(1) A concentração espacial das atividades produtivas do país é resultado das características naturais do território. Assim, o Centro-Sul é mais propício ao desenvolvimento econômico do que o Nordeste, marcado pela semiaridez e, portanto, fadado à estagnação econômica.
(2) Os contrastes nos sistemas de produção agrícola no país são bastante evidentes. As atividades da agricultura moderna coexistem com cultivos de subsistência praticados em minifúndios.
(3) Ainda hoje, a produção industrial tem-se firmado cada vez mais na região Sudeste, em relação às demais regiões do país, em razão da necessidade de complementaridade entre as cadeias produtivas.
(4) O país viveu uma explosão urbana derivada de seu processo de industrialização e vê diminuindo, na atualidade, a concentração espacial de sua população, em função dos fluxos migratórios em direção às áreas de fronteira econômica.
(5) A atual rede urbana nacional, ainda não totalmente elaborada, caracteriza-se pela integração territorial desigual e atesta a continuidade da modernização industrial vivenciada pelo país.
(6) Do ponto de vista social, os índices de mortalidade infantil, de esperança de vida e de saneamento básico são similares entre as diversas regiões brasileiras, embora ocorram discrepâncias na comparação entre a população rural e a urbana do país.

1: Errado. As ideias expressas no item são exemplo típico de determinismo geográfico, contrárias à corrente teórica da banca do concurso. Não são as características naturais do território do Sul ou do Nordeste que explicam a atual situação e as perspectivas futuras das regiões, mas sim um conjunto de fatores sociais e naturais. Como exemplo, há o sistema de *plantations*, que foi implementado no Nordeste com alta concentração de terra e intensificou a exclusão social, enquanto a agricultura baseada na pequena propriedade que encontramos no Sul contribui para uma maior equidade social;
2: Certo. O Brasil hoje é um país que depende tanto da atividade agrícola de grandes propriedades modernizadas, com alto lucro e com forte participação no mercado internacional (o que se evidencia nas lavouras de cana, café, soja, milho, laranja e outras), como da pequena propriedade, os minifúndios com baixo grau de modernização e responsáveis pelo cultivo de bens alimentícios para o mercado interno;
3: Errado. A produção industrial brasileira não segue mais à risca a lógica da "complementaridade entre as cadeias produtivas". O processo de desmetropolização ilustra bem essa realidade. Com o crescimento do interior do Brasil e os investimentos públicos no Nordeste, apesar de o Sudeste ainda concentrar a maior parte da indústria do país, não podemos dizer que esta região se firma "cada vez mais" em relação às outras;
4: Certo. A explosão urbana no Brasil, ou a urbanização do país, efetivamente acompanhou o processo de industrialização. No entanto, não se deve aceitar essa relação como uma máxima dos dois processos. Hoje, os maiores fluxo migratórios do Brasil não se dirigem mais para os grandes polos industriais já estabelecidos; ao contrário, o novo foco migratório do país são as cidades médias do interior. Desse modo, a concentração espacial da população diminui com o movimento rumo às novas fronteiras econômicas;
5: Certo. O item refere-se ao processo de desmetropolização do país, em que o desenvolvimento cada vez maior da indústria brasileira colabora para a expansão do processo produtivo e conduz a população para além das megalópoles São Paulo e Rio de Janeiro;
6: Errado. O Brasil ainda é marcado pelas desigualdades regionais. O item afirma que não há grandes diferenças entre as áreas urbanas do Sul e do Norte do país, ou seja, que os índices de bem-estar e desenvolvimento das populações são similares. Tal afirmativa torna-se completamente incongruente quando comparamos as condições de vida em cidades como Maceió e Curitiba.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Os dados do Censo de 2000 não confirmaram a ideia do Centro-Sul brasileiro rico, mas apontam para uma disparidade intrarregional, bem como macrorregional, quando se compara essa região ao Norte e Nordeste brasileiros. Acerca dessas disparidades socioeconômicas, julgue os itens que se seguem.

(1) O processo de industrialização no Brasil promoveu a diminuição das disparidades socioeconômicas inter-regionais.

(2) A atual dinâmica econômica do país, apesar do crescimento do produto interno bruto (PIB) de outras regiões, revela uma concentração no Centro-Sul.

(3) O Norte e o Nordeste brasileiros são áreas agrícolas estagnadas economicamente, com baixo índice de renda *per capita*.

1: Errado. O processo de industrialização no Brasil não fez senão aumentar as disparidades socioeconômicas do país. O Sudeste, que comandou o processo de industrialização com o capital privado nacional, atraía migrantes de todo o país em busca de melhores condições de vida para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro;

2: Certo. O Centro-Sul brasileiro continua concentrando a maior parte da atividade econômica do Brasil, mesmo com a crescente participação de outras regiões no PIB nacional, sendo possível afirmar que o comando da atividade econômica do país é exercido no Centro-Sul;

3: Errado. Não se pode falar em estagnação econômica nas áreas agrícolas do Norte e sobretudo do Nordeste, as quais, ao contrário, assumem um papel importante no agronegócio brasileiro e internacional, com a presença da soja no interior e da fruticultura no médio São Francisco, bem como no Vale do Açu.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Diplomacia 2008) Acerca da estrutura agrária e de questões ambientais atuais no Nordeste brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Na região Nordeste, apesar da semiaridez predominante, é possível encontrar ilhas de umidade, nas quais se registra desenvolvimento agrícola intenso.

(2) Verifica-se que, nos últimos anos, houve aumento de área irrigada no Vale do São Francisco, o que está associado ao destaque dado à produção de frutas *in natura* para exportação.

(3) A escassez de chuvas durante as secas no Nordeste brasileiro reduz a produção agrícola e causa desemprego generalizado no campo. Esse condicionamento dos problemas sociais por questões ambientais é característico das regiões áridas e semiáridas de todo o mundo.

(4) O agreste nordestino, região de transição entre a zona da mata e o sertão, é a parte mais povoada do interior do Nordeste brasileiro, registrando-se variações populacionais nos períodos mais secos.

1: Certo. Os chamados brejos ou ilhas de umidade são comuns em meio à aridez da caatinga nordestina. O solo é fértil e proporciona intenso desenvolvimento agrícola, a exemplo da Serra de Baturité ou de Ibiapaba, no Ceará;

2: Certo. Os maiores exemplos de tal produção são as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), às margens do rio São Francisco. É interessante lembrar a importância da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (Codevasf) nos projetos de infraestrutura e irrigação do vale do São Francisco. Dos nove polos de desenvolvimento da região, sete resultaram em grande parte da irrigação promovida pela Companhia (norte de Minas, Guanambi, Formoso/Correntina, Barreiras, Irecê, Juazeiro/Petrolina e baixo São Francisco);

3: Errado. O item apresenta dois problemas fundamentais que não podem passar despercebidos: ao afirmar que os problemas sociais estão "condicionados" a questões ambientais, oferece uma justificativa determinista para os problemas do Nordeste, o que não é nem a explicação da banca nem do Estado para a condição atual da região; o segundo problema é que, ao dizer que esse determinismo é "característico" das demais regiões áridas e semiáridas do mundo, o texto negligencia regiões como o Estado de Israel, entre outras;

4: Certo. O agreste nordestino pode ser entendido como uma região de transição da Zona da Mata (região mais populosa e próspera do interior Nordeste, com o solo mais rico e as melhores condições ambientais) para o sertão (interior seco, com baixos índices de desenvolvimento humano e que sofre sistematicamente com as secas).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

4. GEOGRAFIA AGRÁRIA

4.1. Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo

(Diplomacia 2008) A análise da dinâmica da modernização da agricultura brasileira é importante para o entendimento da sociedade do Brasil contemporâneo. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Atualmente, observa-se, nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil, um sistema produtivo intenso e mecanizado, que gera poucos empregos diretos e baixo índice de urbanização e de migrações.

(2) Devido à consolidação da agricultura irrigada – parcialmente voltada para a exportação – e da produção moderna de grãos, bem como à modernização dos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, a região Nordeste do Brasil apresenta, atualmente, bons índices de desenvolvimento no que se refere a indicadores sociais, superando, inclusive, índices do Centro-Sul.

(3) O cerrado brasileiro é um bioma propício à atividade agrícola, como comprova sua alta produtividade nas últimas décadas, graças, especialmente, à fertilidade do seu solo, que não exige corretivos.

(4) O fato de as indústrias deixarem de se concentrar no Sudeste do Brasil tem relação com o processo de modernização da agricultura brasileira.

1: Errado. Atualmente observa-se que a expansão da fronteira agrícola no Brasil baseia-se em diversas atividades econômicas. A Amazônia, como última fronteira agrícola do país, reflete bem os diferentes padrões e atividades envolvidos nesse processo: na pecuária, predomina uma produção extensiva e desenvolvida em grandes propriedades, com baixo nível de mecanização, enquanto a mineração gera uma quantidade de empregos diretos que não deve ser considerada baixa. A ideia de que os fluxos migratórios para as regiões relacionadas à expansão da fronteira agrícola são pequenos tampouco pode ser confirmada, visto que contraria o conceito de fronteira agrícola;

2: Errado. Apesar de nas últimas décadas participar de um processo sério de desenvolvimento social, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado, o Nordeste brasileiro ainda apresenta os índices de desenvolvimento mais baixos do país, enquanto o Centro-Sul continua a liderar os números nacionais;

3: Errado. O cerrado brasileiro é um bioma com solo deficiente em nutrientes, o que dificulta o plantio de bens agrícolas em suas terras. Apenas a partir dos anos 1970, com os trabalhos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é que o cerrado tornou-se viável como local de produção agrícola e passou a se articular mais estreitamente com o mercado do Centro-Sul do país e com o resto do mundo;

4: Certo. A interiorização do país, que implica a desconcentração das indústrias do Sudeste, entre várias outras consequências, está intimamente ligada à modernização da agricultura brasileira. Quando pensamos na soja, por exemplo, que pode ser plantada no interior de Mato Grosso e Goiás graças ao desenvolvimento tecnológico,

tal relação torna-se evidente, pois as áreas até então com pouca atividade econômica passam a gerar mais riquezas e a requerer mais bens industriais, tanto para o processo produtivo quanto para sua população.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) O desenvolvimento da indústria e da agroindústria resultou na diferenciação e especialização do espaço regional brasileiro por meio da criação de novas estruturas produtivas, como observado na Amazônia brasileira.

1: Certo. O item refere-se indiretamente à Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento econômico implementado no coração da Amazônia com três diferentes polos econômicos: o comercial, cujo maior êxito ocorreu na década de 1980, quando o regime econômico ainda era o de uma economia fechada; o industrial, que é considerado a base da Zona Franca, possui cerca de 600 indústrias, gera mais de meio milhão de empregos e produz de geladeiras a celulares, passando por motocicletas; e o polo agropecuário, com projetos voltados para a alimentação, turismo, agroindústria e outros.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2008) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A integração mundial do mercado dos produtos agropecuários favorece o comércio agroexportador do Brasil com outros países ou blocos de países, pois o mercado articula-se em torno de blocos que possuem interesses comerciais comuns.

(2) Na Amazônia, o crescimento do agronegócio e a expansão das culturas de *commodities* têm sido observados em um grande número de pequenas propriedades, o que se justifica por serem tais empreendimentos prioritários para a desconcentração da propriedade da terra.

(3) Influenciada pelo agronegócio, a agricultura familiar ou de subsistência praticada atualmente na Amazônia tem sido apoiada por inovações tecnológicas e pela utilização dos créditos ambientais subsidiados por políticas públicas de preservação, que objetivam recompensar o abandono da prática de derrubada ou queimada da floresta ou da vegetação secundária.

1: Errado. O mercado mundial de produtos agropecuários não favorece o comércio exportador do Brasil, que, ao contrário, na atual Rodada de Doha da OMC, é um dos principais atores a exigir um novo acordo em torno da agricultura;
2: Errado. Não é correto falar em “grande número de pequenas propriedades” no que se refere ao crescimento do agronegócio e à expansão das culturas de *commodities*, visto que esses empreendimentos ainda são fundamentalmente baseados nas grandes propriedades e têm como objetivo não a desconcentração de terra, mas sim interesses econômicos;
3: Errado. Não é correto associar “créditos ambientais subsidiados” pelo governo com agricultura familiar ou de subsistência, pois tal incentivo limita-se à agricultura em grande escala.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Considerando que as informações contidas no gráfico abaixo ajudam no estabelecimento de algumas conclusões a respeito da produção agrícola nacional, julgue os itens seguintes.

Cereais, leguminosas e oleaginosas
Área e Produção - Brasil
1980 a 2008
Produção (t)
Área (ha)
140.000.000
120.000.000
100.000.000
80.000.000
60.000.000
40.000.000
20.000.000
0
1980 1982 1984 1986 1988 1990 1992 1994 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008

(1) O aumento na produção, conforme mostrado no gráfico, é decorrente tanto do incremento da área cultivada quanto da modernização tecnológica da agricultura.

(2) Quanto à mecanização das áreas agrícolas, as características do relevo brasileiro, como no caso das chapadas, impedem o aumento em ritmo maior das terras incorporadas à agricultura.

(3) De modo geral, a expansão de determinados setores industriais no país tem demandado maior quantidade de produtos da agricultura, fomentando a agroindústria.

1: Certo. O gráfico mostra um pequeno aumento da área cultivada, mas o crescimento brutal da produção não é proporcional ao primeiro dado. Por isso, a maior eficiência agrária e o aproveitamento do espaço estão ligados, sobretudo, à modernização tecnológica da agricultura;
2: Errado. O cerrado do Centro-Oeste é o local onde se verificam, ao mesmo tempo, a maior concentração de chapadas do país e a constante modernização do agronegócio brasileiro. Portanto, não se poderia presumir que a afirmativa fosse correta;
3: Certo. Mesmo que o agronegócio represente apenas 6% do total do PIB brasileiro, ele tem participação importante em vários setores produtivos da economia nacional, como, por exemplo, na indústria de sucos de laranja, em que, para atender ao crescimento da demanda por essa bebida, a fábrica de sucos pressiona o produtor da fruta a aumentar seu cultivo.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens subsequentes, relativos à agricultura no Brasil.

(1) O aproveitamento integral do calendário agrícola, o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações e a maior disponibilidade de crédito são alguns dos fatores que indicam o início do período técnico-científico--informacional na agricultura brasileira.

(2) A modernização da agricultura no Nordeste do Brasil vem ocorrendo em áreas contínuas e especializadas no cultivo de frutas, legumes e soja.

(3) As fronteiras agrícolas do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, vincularam-se à expansão das vias de circulação, aos movimentos espontâneos de imigração e à colonização oficial e privada, à especialização da produção nos diversos ramos agropecuários e às diferenças quanto ao grau de tecnificação.

1: Certo. O conhecimento que permite elaborar um sistema de crédito mais acessível, bem como o aproveitamento integral do calendário agrícola com o encurtamento dos ciclos vegetais, são evidências de que a informação está tendo um papel estruturador do espaço geográfico. Da mesma forma, a velocidade da circulação de produtos e as demais modernizações específicas da agricultura são indícios de que a técnica está modificando o espaço geográfico tanto da cidade como do campo, caracterizando, assim, o chamado "período técnico--científico-informacional", termo cunhado pelo geógrafo Milton Santos;
2: Errado. A modernização da agricultura no Nordeste é uma realidade, porém não ocorre em áreas contínuas; o que há são "polos de modernidade", como no caso das cidades de Juazeiro e Petrolina, ilhas de modernidade no médio São Francisco;
3: Certo. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil caminhou para se tornar o país integrado de hoje, e o papel da expansão da fronteira agrícola nesse processo não pode ser minimizado. Na verdade, trata-se de um movimento interdependente: ao mesmo tempo que era necessário preencher o vazio demográfico no Centro-Oeste, por exemplo, era preciso desenvolver uma atividade produtiva para a população que iria se instalar ali, produção essa que não se destinaria (ao menos não de imediato) à região recém-povoada. Assim, a expansão das vias de circulação de pessoas e sobretudo de mercadorias vincula-se intimamente à expansão da fronteira agrícola.

Gabarito 1C, 2E, 3C

4.2. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro

(Diplomacia 2004) Considerando que o desenvolvimento capitalista no Brasil tem promovido a reordenação territorial no campo, julgue os itens que se seguem.

(1) Nas últimas décadas, ocorreu grande expansão na produção primária destinada à exportação, o que atesta o caráter eminentemente agrícola do país.

(2) O crescimento agrícola do país se deu não só pela modernização tecnológica, mas também em função do aumento das terras cultivadas, com a instauração de processos erosivos e perdas de solo.

(3) O progresso técnico generalizado na produção agrícola brasileira ocasionou o desaparecimento das relações não capitalistas de produção.

1: Errado. É incorreto afirmar que o Brasil tem "caráter eminentemente agrícola", pois os números demonstram que, atualmente, cerca de apenas 40% de todo o território nacional é considerado rural e que somente 10% do total do território brasileiro é utilizado para a lavoura e 20% para a pecuária;
2: Certo. O crescimento agrícola do Brasil está intimamente ligado ao desenvolvimento de novas tecnologias modernizadoras da agricultura, mas esses avanços dependiam da necessidade de buscar novos solos cultiváveis, como os do cerrado, uma vez que os processos erosivos ameaçavam o uso das terras férteis do país;
3: Errado. O item refere-se à agricultura de subsistência como "relações não capitalistas de produção", prática que, apesar de ter diminuído em função do progresso técnico da produção agrícola brasileira e da crescente urbanização do país, não desapareceu, mas continua a ser uma realidade para muitos brasileiros no interior do país.

Gabarito 1E, 2C, 3E

5. GEOGRAFIA URBANA

5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O avanço das fronteiras econômicas, como a agropecuária na região Centro-Oeste e a mineral na região Norte, contribuiu para a expansão do sistema de cidades.

1: Certo. Ao longo do século XX, o Brasil passou por um processo de interiorização que vem contribuindo para a expansão do sistema de cidades do país. À medida que a população cresce e a necessidade de ocupar novos espaços se materializa, as fronteiras econômicas são levadas cada vez mais para o interior do país. Cabe lembrar, porém, que a fronteira agrícola ainda é uma realidade no Brasil, notadamente na Amazônia. Ao mesmo tempo, o processo de desmetropolização no qual nos encontramos vem aumentando a importância das cidades médias no país, ampliando o sistema de cidades.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2006) Tendo o gráfico abaixo como referência

As 100 maiores cidades do mundo até 2015

(A) O aumento contínuo da participação da África e da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo ao longo do período representado no gráfico reflete o processo de globalização da economia, que enseja a inserção de países periféricos e a superação de seu passado colonial.

(B) O aumento da participação da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo indica o rápido processo de urbanização calcado na industrialização, que não se faz acompanhar de adequada e suficiente oferta de empregos urbanos no setor secundário da economia.

(C) O declínio na participação de determinados continentes é justificado pela interposição de barreiras à entrada de migrantes e, principalmente, pela diminuição de suas populações, tendo eles já realizado sua transição demográfica.

(D) No Brasil, o crescimento urbano e a urbanização foram alimentados por um forte êxodo rural e fluxos migratórios entre regiões, o que possibilitou melhor distribuição da população no território.

(E) O caráter urbano e metropolitano do Brasil, com o estabelecimento de bem distribuída rede de cidades, está restrito ao Sul e Sudeste do país, uma vez que estas foram as regiões que experimentaram o maior desenvolvimento industrial ao longo da história do país.

A: Incorreto. O fenômeno da macrocefalia – em que os centros urbanos são grandes demais e concentram a população mais carente, na maioria das vezes de forma desorganizada e pouco segura – é uma característica do desenvolvimento dos países do terceiro mundo,.e o aumento da participação dos continentes das antigas colônias no conjunto das cem maiores cidades do mundo está intimamente relacionado ao seu passado., Com a industrialização tardia desses países de terceiro mundo, todo o processo de urbanização foi acelerado e, em vez de surgirem, como na Europa e nos Estados Unidos, diversas cidades espalhadas pelo território, capazes de assimilar com o passar do tempo o crescimento da demanda por um espaço urbano, as pessoas se aglomeram em uma cidade que cresce de modo rápido e desordenado. Para exemplificar tal fenômeno, podemos comparar a população de 70 milhões da Alemanha e os apenas 4 milhões da cidade de Berlim aos 40 milhões de habitantes da Argentina e os cerca de 15 milhões que vivem em Buenos Aires;
B: Correto. A atual urbanização da América Latina relaciona-se ao setor terciário da economia. Isso porque o êxodo rural, que leva migrantes do campo para a cidade, é um fenômeno que, nos países periféricos como um todo, atinge majoritariamente indivíduos com pouco conhecimento técnico para serem integrados ao setor secundário da economia; diante disso, ao chegarem às cidades, eles dedicam-se ao chamado setor terciário inferior;
C: Incorreto. O declínio de continentes como a América do Norte e a Europa no contingente das maiores cidades do planeta pouco ou nada tem a ver com questões de política migratória. Na realidade, esse declínio está ligado ao fato de os países desses continentes terem começado seu processo de urbanização nos séculos XVIII e XIX, o que lhes rendeu uma rede de cidades mais espalhadas e menor concentração urbana que as dos países da Ásia, África e América do Sul;
D: Incorreto. O crescimento urbano e a urbanização no Brasil não favoreceram a melhor distribuição da população no território nacional. Ao contrário, isso levou os migrantes da área rural a se concentrarem no Sudeste do país ou, em menor escala, nas grandes cidades de suas regiões (por exemplo: os migrantes do Ceará dividem-se entre os que podem deslocar-se até o Sudeste do Brasil e os que limitam sua migração à metrópole mais próxima, principalmente por motivos econômicos; em ambos os casos, tais migrações contribuem para concentrar a população, em vez de distribuí-la);
E: Incorreto. Não é possível falar em uma rede de cidades "bem distribuída" no Sudeste do país, pois basta lembrar a macrocefalia dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Gabarito B

(Diplomacia 2003) O mapa abaixo permite inferências acerca de vários aspectos da dinâmica social, econômica e espacial do Brasil. Nesse sentido, julgue os itens subsequentes.

(1) Em uma retrospectiva histórica, a estruturação da rede de cidades, concentrada na costa centro-sul do país, corresponde a um determinismo geográfico, uma vez que o clima foi um fator desfavorável ao povoamento no interior, extremamente chuvoso ou tendendo para a semiaridez.

(2) Em relação à extensão territorial do Brasil, há um número limitado de cidades com características de metrópole articulando a rede urbana, devido ao lento e gradual processo de urbanização vivido pelo país, como consequência de sua recente industrialização.

(3) O mapa comprova que as diferenças nas taxas de natalidade entre as regiões brasileiras são um dos fatores explicativos dos diferentes ritmos de crescimento das cidades brasileiras.

(4) É reconhecida a tendência de modificação do quadro da hierarquia urbana do país motivada por uma desconcentração industrial, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado brasileiro.

(5) As regiões mais fracamente povoadas do Brasil são evidentemente aquelas com incipiente desempenho econômico, visto que o deslocamento da força de trabalho acompanha o crescimento das atividades econômicas.

1: Errado. A estruturação da rede de cidades concentrada na costa centro-sul do país não corresponde a um determinismo geográfico, cujas ideias não coadunam com as da banca. Assim, não são as características naturais do território do centro-sul ou do norte que explicam a estruturação das redes de cidades nas duas regiões, mas o conjunto de fatores sociais e naturais que construíram a presente conjuntura dos territórios. Desses fatores, o sistema de *plantations*, baseado nas grandes propriedades, na monocultura e na mão de obra escrava, é o principal culpado pela atual concentração de terra no Nordeste. De modo semelhante, podemos atribuir o desenvolvimento de uma rede de cidades mais elaborada no Sul à agricultura baseada na pequena propriedade que predominou ao longo dos séculos na região;

2: Errado. Atualmente, há no Brasil doze metrópoles e 37 regiões metropolitanas, o que pode ser visto como um "número limitado", se considerarmos a extensão territorial do país e que mais da metade dos estados não conta com sequer uma metrópole nacional. Porém, é incorreto afirmar que o processo de urbanização vivido pelo país foi "lento e gradual"; ao contrário, em consonância com o que ocorre na maioria dos países em desenvolvimento, o processo foi acelerado;

3: Errado. O mapa não comprova diferença nas taxas de natalidade, limitando-se a apresentar a densidade populacional nas diferentes regiões do país;

4: Certo. Existe efetivamente uma modificação na hierarquia urbana do país, com o crescimento acelerado de capitais como Manaus, Goiânia e Fortaleza ou ainda de cidades como Ribeirão Preto. A afirmativa de que tal tendência de modificação é fruto de investimentos do Estado não deve ser questionada, sendo claro o esforço estatal para melhorar a distribuição da população e da atividade produtiva pelo país;

5: Errado. O vazio demográfico na região Norte do Brasil não reflete o faturamento bilionário da Zona Franca de Manaus, assim como o

vazio do Centro-Oeste mato-grossense não indica os altos lucros do agronegócio da soja concentrado na região.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos e definições que caracterizam o processo de urbanização brasileira.

(1) No Brasil, o processo de urbanização foi acelerado após a Segunda Guerra Mundial, apresentando mudanças no uso do território resultantes da integração dos meios de comunicação, o que facilitou fluxos de população, mercadorias e ideias. Os ritmos distintos dessa urbanização levaram às diferenciações regionais.

(2) A expansão urbana ocorrida nas últimas décadas caracterizou-se pela ocupação desordenada do solo. Contudo, por coincidir com significativa melhora das finanças públicas, esse processo foi acompanhado do atendimento das demandas sociais, razão pela qual foram minimizados os problemas das metrópoles.

(3) O fenômeno da metropolização, presente em diferentes estados brasileiros, se deu, geralmente, a partir da junção de municípios a uma grande cidade, concentradora de modernidade, de população e de recursos econômicos e financeiros.

1: Certo. A unificação do território brasileiro e a urbanização acelerada evidenciaram-se após a Segunda Guerra Mundial, havendo até então uma interligação entre as regiões do país extremamente precária. Assim, os investimentos em sistemas de transporte e comunicação, a construção de Brasília, o projeto do nacional-desenvolvimentismo e o Plano de Metas facilitaram os fluxos de pessoas, a aproximação de mercados e a circulação de ideias;
2: Errado. Não se pode falar em minimização dos problemas das metrópoles se as demandas sociais ainda não foram atendidas. As metrópoles brasileiras têm sérios problemas com a criminalidade, oriunda da marginalização das camadas mais pobres da sociedade;
3: Certo. A metropolização é uma realidade em todos os estados brasileiros. Nesse fenômeno, certas cidades crescem mais do que as outras e terminam por concentrar grande parte da atividade econômica e da população da região. A legislação brasileira adotou o conceito de região metropolitana para facilitar a administração dos municípios. Quando se pensa em uma cidade como o Rio de Janeiro, que conta com mais da metade de sua força trabalhadora residindo fora do município, fica clara a necessidade de tal instrumento legal para coordenar os fluxos da "migração pendular", onde uma metrópole polariza as atividades profissionais de todo um conjunto de municípios nos quais, em um movimento diário, pendular, milhares de indivíduos migram de um município para o outro.

Gabarito 1C, 2E, 3C

5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A industrialização brasileira conheceu um processo de dispersão que, por ter ocorrido de forma ordenada, evitou a metropolização dos novos centros industriais.

(2) Depois de décadas de concentração econômica na cidade de São Paulo, observa-se um processo inverso, determinado, entre outras causas, pelas chamadas deseconomias de aglomeração.

1: Errado. A industrialização brasileira, assim como a da maioria dos países do terceiro mundo, não foi nada ordenada e não passou por um processo de dispersão; ao contrário, concentrou-se em demasia no Sudeste do país, notadamente em São Paulo. A metropolização do país foi uma realidade ao longo do século XX e hoje há, segundo o IBGE, 12 Metrópoles no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre;
2: Certo. A industrialização do Brasil fundamentou-se em uma economia de aglomeração que, por diversos motivos, concentrou em São Paulo a maioria das indústrias do país. Hoje, porém, com o fenômeno da desmetropolização no país, a cidade de São Paulo está deixando de ser apenas um polo produtivo e passando a exercer muito mais a função de comando financeiro da economia nacional do que a de local primário da produção. Nesse contexto, as empresas estão deslocando cada vez mais fábricas para o interior do país atrás de preços mais cômodos para sua produção: é o fenômeno da "deseconomia de aglomeração".

Gabarito 1E, 2C

5.3. Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) Ainda hoje, verifica-se a polarização exercida pelas metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, por meio da concentração de indústrias e de serviços.

1: Certo. Apesar de essa polarização estar sendo reduzida, a concentração de indústrias e serviços nas duas maiores metrópoles do país ainda é uma realidade, assim como em boa parte dos países em desenvolvimento.

Gabarito 1C

5.4. O papel das cidades médias na modernização do Brasil

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) No século XXI, tem-se observado crescente fluxo migratório das cidades médias para as grandes metrópoles nacionais, que ainda se mantêm como os maiores polos de atração populacional do país.

(2) Tal como ocorre com países desenvolvidos e altamente industrializados, no espaço urbano brasileiro predominam as atividades do setor terciário, que emprega a maior a parte da população ativa.

1: Errado. O enunciado da pergunta refere-se às redes urbanas no Brasil, o que facilita a resposta, pois hoje o país passa por um processo de desmetropolização, que representa não o encolhimento das metrópoles

– as quais seguem crescendo, ainda que a um ritmo menor que a média nacional –, mas o crescimento proporcionalmente maior das cidades médias, que se tornaram o novo polo de atração populacional do país. Enquanto a média nacional de crescimento populacional é de 1,17%, a cidade de São Paulo tem um crescimento de 1%, enquanto sua vizinha Ribeirão Preto apresenta um crescimento anual de 3%;
2: Certo. Dos três setores, efetivamente o terciário é aquele que mais emprega trabalhadores brasileiros, atraindo cerca de 70% da população economicamente ativa. Vale lembrar, porém, que há quem faça uma separação do setor terciário em superior (aquele a que pertencem advogados e médicos) e inferior (o que emprega camareiras e motoristas).

Gabarito 1E, 2C

6. GEOGRAFIA POLÍTICA

6.1. Relações entre Estado e território

(Diplomacia 2002) Assinale o único país com o qual o Brasil não faz fronteira:

(A) Equador.
(B) Colômbia.
(C) Suriname.
(D) Bolívia.
(E) Paraguai.

A: Correto. Na América do Sul, o Brasil apenas não tem fronteiras com o Equador e o Chile: o primeiro faz fronteira apenas com o Peru e a Colômbia, enquanto o segundo tem fronteiras com Bolívia, Argentina e Peru;
B: Incorreto. O estado do Amazonas faz fronteira com a Colômbia;
C: Incorreto. Os estados do Pará e do Amapá fazem fronteira com o Suriname;
D: Incorreto. Nossa fronteira mais extensa é com a Bolívia, sendo quatro os estados brasileiros que fazem fronteira com o país andino: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre (do sul ao norte);
E: Incorreto. Os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná fazem fronteira com o Paraguai.

Gabarito A

(Diplomacia 1996) Com quantos países o Brasil faz fronteira?

(A) 7
(B) 8
(C) 9
(D) 10
(E) 11

A: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de sete países;
B: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de oito países;
C: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de nove países;
D: Correto. O Brasil atualmente tem fronteira com dez países. Do sul ao norte, são eles: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (França). Vale lembrar que os únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não faz fronteira são Chile e Equador;
E: Incorreto. O Brasil não tem fronteira com mais de dez países.

Gabarito D

(Diplomacia 1996) O programa Calha Norte objetiva:

(A) irrigar as áreas desertificadas da região amazônica.
(B) enfrentar as carências socioeconômicas e assegurar a garantia da soberania e integridade territorial da região amazônica.
(C) interligar a malha fluvial do Norte com o Centro-Oeste do país.
(D) conservar o meio ambiente nas várzeas do rio Amazonas.
(E) proteger e, se possível, fomentar a cultura dos índios ianomami.

A: Incorreto. De acordo com a definição da Convenção Mundial de Luta Contra a Desertificação, no Brasil, a única área suscetível à desertificação está na região Nordeste, não havendo desertificação no bioma da região amazônica.nem programa nacional que vise irrigá-la;
B: Correto. O programa Calha Norte, criado em 1985 pelo governo federal, hoje está subordinado ao Ministério da Defesa e tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento e para a segurança da soberania da Amazônia. Devido à demanda, o programa atua majoritariamente em áreas próximas às nossas fronteiras, visando também aumentar e efetivar a presença do poder público na região;
C: Incorreto. Nos Programas Programa de Aceleração do Crescimento I e II, há previsão para a integração da malha fluvial brasileira, no entanto o Programa Calha Norte não objetiva adensar a comunicação entre as malhas fluviais;
D: Incorreto. É bem verdade que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) já definiu inúmeras áreas de preservação permanente e outras de uso sustentável a fim de conservar as várzeas e os igapós na região amazônica, esta prática, porém, não está associada ao Programa Calha Norte;
E: Incorreto. Existem vários programas que levam em conta a proteção e que buscam fomentar a cultura de diversas tribos indígenas do país. Hoje, o principal ator no plano federal que trabalha nesse sentido é a Fundação Nacional do Índio, a Funai, criada em 1967 e vinculada ao Ministério da Justiça.

Gabarito B

6.2. Formação territorial do Brasil

Texto para as próximas duas questões

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Ana Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia 2005) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos marcantes da colonização brasileira, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No início do processo da colonização brasileira (1530), a introdução das *plantations* de cana-de-açúcar marcou a forma de apropriação dos recursos naturais e a formação territorial do país.
(2) No Brasil atual, o latifúndio, uma das principais marcas socioambientais do período colonial, mantém-se como traço do poder.

(3) A Lei de Terras, promulgada no Brasil em 1850, tinha como similar, nos Estados Unidos da América (EUA), o *Homestead Act*, que democratizou o acesso à terra naquele país.

(4) A disponibilidade de vasta extensão de terras nas mãos de elites rurais respondeu, e ainda responde, às demandas do mercado mundial.

1: Certo. Apesar de as primeiras embarcações portuguesas terem chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização demorou cerca de 30 anos para se efetivar. A partir de 1534 foram feitas as primeiras doações de capitanias hereditárias (prática já adotada pelos portugueses na Madeira e em Cabo Verde), nas quais de imediato, a exemplo das experiências anteriores de Portugal, começou-se a plantar cana para a agromanufatura do açúcar. O termo "*plantations*" serve, assim, para descrever o sistema agrícola brasileiro dos primeiros anos de colonização, o qual baseava-se na monocultura latifundiária, explorava a mão de obra escrava e voltava-se para a exportação;
2: Certo. Um latifúndio é uma propriedade rural extensa, característica marcante da colonização brasileira, desde as doações de capitanias hereditárias até as de sesmarias, e importante na dinâmica da economia rural, já que é sinal de poder ser proprietário de tanta terra. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 15,6% do total dos estabelecimentos rurais do país ocupam mais de 75% de toda a área rural, confirmando que a estrutura latifundiária persiste no país;
3: Errado. Realmente se pode dizer que o *Homestead Act* (1862) dos Estados Unidos democratizou o acesso à terra naquele país, atraindo a mão de obra do continente europeu para comprar terras do Estado norte-americano. Já o objetivo da Lei de Terras brasileira era justamente o contrário, pois visava prender o imigrante europeu às grandes propriedades e dificultar-lhe a compra de terras. Enquanto o *Homestead Act* fora elaborado com o intuito de "conquistar o oeste", a Lei de Terras brasileira surgiu como maneira de substituir a já escassa (e cara) mão de obra escrava pela mão de obra de imigrantes ingleses, sem que isso implicasse possíveis perdas aos latifundiários brasileiros;
4: Certo. No início do processo de colonização brasileiro, as grandes propriedades rurais eram voltadas para a exportação do açúcar. Essa estrutura econômica para a exportação sobreviveu ao declínio do açúcar e se impôs com a ascensão do café. Hoje, as vastas extensões de terras concentradas nas mãos de elites rurais acompanham a interiorização do país, de forma que o cultivo da soja e a pecuária nos estados centrais e do norte do país preservam a lógica da agroexportação presente na economia nacional desde o século XVI.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2005) Considerando o assunto abordado no texto , julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) O empobrecimento dos solos, o desequilíbrio ecológico e a perda da biodiversidade tiveram início no período colonial.

(2) A rápida urbanização brasileira, principalmente a partir do século passado, é um dos fatores que têm contribuído para a degradação ambiental em diferentes biomas brasileiros.

1: Certo. O empobrecimento dos solos ocorreu desde os primórdios da colonização, devido ao fato de a cana-de-açúcar ser uma planta que cresce rapidamente, o que exige muito da terra. A monocultura também é associada a tal empobrecimento, bem como as eventuais queimadas. É possível considerar que em virtualmente todo processo de colonização há um desequilíbrio ecológico inevitável, uma vez que a presença de uma nova forma de vida em um ecossistema implica mudanças no ambiente. Quanto à perda da biodiversidade, o caso mais evidente é o do quase extinto pau-brasil, a ibirapitanga dos tupis;
2: Certo. A rápida urbanização, e o crescimento acelerado das metrópoles do país contribuíram para a degradação de diferentes biomas, no século passado, os casos mais perceptíveis foram o da Amazônia, e do Cerrado, notadamente com as metrópoles Brasília e Goiânia, e demais cidades médias da região. Porém o bioma mais desmatado do país é a Mata Atlântica, que conta hoje com cerca de 10% de sua vegetação original.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia 2005) Considerando o Brasil em sua divisão regional na década de 60 do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O Sudeste do Brasil, região que emergira com o crescimento cafeeiro e com a industrialização, representava a área core do país naquele década.

(2) O Sul do país era uma região rica e populosa em razão do desenvolvimento da agricultura voltada para a exportação de alimentos e de matérias-primas para outras regiões do Brasil.

(3) O Nordeste pertencia às chamadas áreas deprimidas, embora apresentasse estrutura industrial incipiente, a qual lhe assegurava alguma autonomia econômica.

(4) No Centro-Oeste, na vegetação do bioma cerrado, iniciava-se o processo de desmatamento, resultante da abertura da fronteira agrícola e da urbanização.

1: Certo. A região do Sudeste emergiu com o cultivo do café e mais tarde com a industrialização, sendo inegável que na década de 1960 representava (como ainda representa, o que não invalida a afirmativa) o core do país. Tal fato pode ser traduzido pelo termo "região concentrada", escolhido por Milton Santos para denominar a região que concentra a maior quantidade de pessoas, dinheiro e meios técnico-científicos, definição em que se enquadram os estados do Sul e do Sudeste;
2: Certo. Na década de 1960, prevaleceu a divisão regional elaborada pelo IBGE em 1942, na qual São Paulo fazia parte da região Sul; apenas no último ano da década é que São Paulo foi incorporada à nova região Sudeste. Assim, é possível afirmar que, naquela época, o Sul era a região mais rica do país e com a maior densidade populacional, além de grande exportador de matérias-primas para o Brasil e o mundo;
3: Errado. Não é possível afirmar que havia no Nordeste uma "autonomia econômica" na década de 1960. A região apresentava de fato uma indústria incipiente, com investimentos em infraestrutura e na produção de bens de consumo, mas tais iniciativas estavam intrinsecamente ligadas aos interesses e às verbas provenientes do centro-sul do país. Como exemplo, há o progresso gerado pelos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, criada em 1959), que realmente surtiram efeito no decorrer dos anos 1960, mas cujos recursos ainda eram provenientes dos capitais do centro-sul;
4: Certo. Os anos 1960 começaram com a inauguração de Brasília e, consequentemente, com a migração e o desmatamento gerado nas cercanias da nova cidade. A "diáspora gaúcha", migração de populações rurais do Sul para terras também rurais do Centro-Oeste, especialmente do Mato Grosso, é outra característica do período que levou ao esperado desmatamento. Vale lembrar que a lavoura da soja aparece apenas nos anos 1970, não contribuindo para o fenômeno descrito no item.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2005) Quanto à dinâmica da industrialização brasileira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A expansão da indústria brasileira, em diferentes estados do país, dá-se em estreita relação com a concentração demográfica.

(2) Transporte e estrutura agrária têm sido obstáculos à circulação de mercadorias e, portanto, empecilhos ao desenvolvimento industrial de certas áreas do país.

(3) As indústrias mais desenvolvidas do país localizam-se em áreas onde houve implantação de ferrovias de estradas de rodagem.

(4) Os estados que mais se destacaram na cumulação industrial na década de 60 do século XX foram Rio de Janeiro e São Paulo; os produtos eram daí exportados para a região Sul e para o eixo Norte-Nordeste.

1: Certo. A expansão da indústria brasileira em diferentes momentos históricos esteve relacionada à concentração demográfica, como se nota pela industrialização das cidades de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e outras metrópoles do país. Não é prudente, no entanto, afirmar que tal relação é direta ou que uma é causa da outra. Na verdade, hoje podemos observar o caso da capital paulista, cuja concentração demográfica segue crescendo enquanto as indústrias têm deixado a cidade em direção ao interior do estado e do país;
2: Certo. Hoje já não se defendem como outrora as teses de "Localização industrial", de Alfred Webber – segundo as quais a indústria teria de se estabelecer no local mais próximo da matéria-prima, do mercado consumidor e da fonte energética –, uma vez que os avanços tecnocientíficos vêm permitindo a relativização dessa proximidade. No Brasil, além de as dificuldades de transporte devidas à extrema densidade vegetal de certas áreas do país atrapalharem a circulação de mercadorias e de matérias-primas e, portanto, o desenvolvimento industrial, a estrutura agrária latifundiária, em vez de contribuir para encurtar as distâncias, também gera empecilhos para a circulação de mercadorias;
3: Certo. Milton Santos, em parceria com Maria Laura Silveira, no livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI", discorre sobre como as estradas de ferro, as rodovias, os portos e as usinas de eletricidade foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria em certas regiões do país. No Sul e no Sudeste, esses avanços tecnológicos foram se incorporando ao meio natural e transformando-o aos poucos em um meio tecnocientífico. Por outro lado, na Amazônia, fortemente dominada pelo meio natural, verificou-se a enorme dificuldade que era conseguir estabelecer um sistema de estradas de ferro e rodovias, de modo que a industrialização não pôde ocorrer com o mesmo sucesso;
4: Errado. A construção de Brasília, em 1960, e a transferência da capital foram responsáveis pela alteração do eixo de exportação para o Centro-Oeste e marcaram o início do declínio econômico do Rio de Janeiro, que, vale lembrar, dividiu-se em dois, com a cidade do Rio de Janeiro tornando-se o estado da Guanabara. Em razão disso, a acumulação industrial deixou de ser uma realidade no estado fluminense.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2005) Segundo Bertha Becker e Cláudio Egler, as premissas do projeto geopolítico do regime militar instaurado em 1964 não foram determinadas pela geografia do país nem se restringiram à apropriação física do território. O marco desse novo projeto foi a intencionalidade do domínio de vetor científico-tecnológico moderno para o controle de tempo e do espaço, entendido pelas Forças Armadas como condição para a constituição do Estado-nação na nova era mundial.

Considerando as observações apresentadas no texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir, tendo em vista a modernização conservadora e a reestruturação do território brasileiro.

(1) O projeto geopolítico de modernização brasileira, iniciado no pós-guerra, não atendia prioritariamente ao plano de ação das Forças Armadas.

(2) A integração territorial brasileira, na perspectiva da modernização conservadora, foi um recurso ideológico utilizado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais.

(3) A modernização brasileira gerenciou a pobreza por meio de políticas sociais massificadas e qualidade nos serviços oferecidos.

(4) A modernização conservadora reconheceu que eram necessárias a autonomia tecnológica e a instrumentalização de espaço como bases para a acumulação de riqueza e a legitimação do Estado; por isso, o espaço foi dotado de operacionalidade.

1: Certo. O presidente Dutra (1946-1951) manteve um alinhamento militar e ideológico com os Estados Unidos desde os primeiros dias de seu mandato, e tal alinhamento não condizia com o projeto geopolítico de modernização brasileira defendido pelos militares e nacionalistas da época, que pregavam maior independência para os projetos militares e desenvolvimentistas do país;
2: Certo. O termo "modernização conservadora", originalmente utilizado para descrever o processo capitalista na Alemanha e no Japão, é usado no Brasil para falar do desenvolvimentismo brasileiro do pós-1964, que se realizou sem retirar do poder a antiga sociedade pré-industrial. A integração territorial do regime militar, sob forte influência das teorias elaboradas pela Escola Superior de Guerra, pautava-se nos princípios de segurança e integridade do território nacional, e, a política adotada para assegurar esses fatores era a ocupação das regiões de fronteira. O objetivo era ocupar e desenvolver os "espaços vazios", a chamada "fronteira oca", levando para as regiões dois elementos básicos para seu progresso: mão de obra e capital;
3: Errado. O velho jargão do regime militar, "Aumentar o bolo para depois dividi-lo", pode ser útil para pensar as políticas sociais da época. Na visão dos governos militares, o combate, a inflação e o aumento da competitividade da economia brasileira eram mais importantes para o país do que, por exemplo, o valor do salário real dos trabalhadores;
4: Certo. Podemos citar o caso da Amazônia, que foi peça fundamental na política de integração territorial do regime militar e no qual a instrumentalização do espaço com enorme emissão de títulos de propriedade tinha o intuito de ocupar de forma legal a região e combater a oposição, como a Guerrilha do Araguaia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 1996) O Brasil tem uma base de lançamento de foguetes em:

(A) Iperó.
(B) Cabo Canavial.
(C) São José dos Campos.
(D) Canoas.
(E) Alcântara.

A: Incorreto. O município paulista de Iperó é mais conhecido por abrigar desde o início do século XIX a Fundição Ipanema, berço da siderurgia nacional;
B: Incorreto. Cabo Canavial é uma faixa de terra na Flórida, Estados Unidos, onde se encontra a Estação da Força Aérea de Cabo Canavial (CCAFS), base de lançamentos de foguetes do Departamento de Defesa daquele país;
C: Incorreto. Apesar de ser um dos grandes tecnopolos das Américas, sede de diversos institutos de renome (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto de Aeronáutica e Espaço, Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Embraer), o município paulista não abriga nenhuma base de lançamentos de foguetes;
D: Incorreto. O município gaúcho de Canoas é o segundo maior do estado, conhecido por ser o endereço da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), e também não abriga base de lançamento de foguetes;
E: Correto. O município de Alcântara, no Maranhão, é sede da segunda base de lançamento de foguetes do Brasil, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), criado em 1989 como alternativa ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), do município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

Gabarito E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Acerca da organização e das características de espaços regionais brasileiros, julgue os próximos itens.

(1) A partir dos anos 70 do século XX, a região da Amazônia brasileira sofreu significativa mudança: à estruturação baseada nos rios e nas cidades nodais acrescentaram-se a implementação de rodovias e a melhoria de hidrovias e de redes de telecomunicações, o que favoreceu o aumento de fluxos migratórios e econômicos.

(2) A exploração das terras amazônicas tem favorecido estratégias geopolíticas, militares, demográficas e de desenvolvimento econômico congruentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável, o que assegura a conservação da biodiversidade local, a melhoria das condições de vida de suas populações e a inserção dessa região na economia global.

(3) Os processos sociais e econômicos que interferiram na organização espacial brasileira a partir da década de 50 do século XX influenciaram a formação de três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste, divisão geoeconômica que expressa, entre outros aspectos, as transformações operadas no capitalismo mundial e brasileiro.

(4) A região Nordeste do Brasil padece de vulnerabilidades socioeconômicas, geoambientais, científico-tecnológicas e político-institucionais. No campo geoambiental, considera-se como problema mais grave e insolúvel a escassez de recursos hídricos.

1: Certo. A década de 1970 foi o ponto culminante de uma política de integração da região Norte (Amazônia) ao resto do país, a qual já se delineava desde os anos 1950. Diversas políticas públicas foram implementadas nesse sentido, incentivando grandes projetos agropecuários e minerais, bem como a construção de estradas, tudo impulsionado pelos resultados da criação da Zona Franca de Manaus em 1967;

2: Errado. A exploração de terras amazônicas não vem sendo congruente com o paradigma do desenvolvimento sustentável, visto que grande parte dessa exploração é feita por meio do desmatamento e das queimadas, deixando as áreas em questão em um estado do qual não podem ser recuperadas. Do mesmo modo, falar em "conservação da biodiversidade local" não é correto, apesar dos esforços federais nesse sentido. É importante, porém, frisar que o Programa de Prevenção e de Controle do Desmatamento, implementado em 1995, vem provocando a queda substantiva no desmatamento: em 1995, 27000 km2 eram desmatados, 0,5% da Amazônia, hoje os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam para um desmatamento de 6000 km2, 0,12% do território da Amazônia brasileira;

3: Certo. Essa divisão corresponde à elaborada pelo geógrafo Pedro Geiger, em 1967, para melhor representar os complexos regionais do Brasil segundo regiões geoeconômicas. Anos depois, devido ao aumento significativo do agronegócio nos estados do Centro-Oeste e à alteração da dinâmica econômica, Milton Santos propôs uma divisão em quatro unidades: Região Amazônica, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada;

4: Errado. A transposição do rio São Francisco, independentemente dos possíveis efeitos negativos que produza, é uma solução para as secas do semiárido nordestino.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

7. GEOGRAFIA E GESTÃO AMBIENTAL

7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O conceito de reserva tem sido internacionalmente adotado, como forma de se destacar a necessidade de conservação, recuperação, desenvolvimento sustentável e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida.

1: Certo. O conceito de reserva, que no debate político internacional é discutido por preservacionistas e conservacionistas (os primeiros defendem que o meio ambiente é intocável, sob o risco de extinção total de espécies da flora e fauna do planeta, e os segundos advogam o uso racional do meio ambiente, pautado na apropriação cautelosa da natureza pelo homem), vem tornando-se unanimidade nas ações ambientais dos Estados. No Brasil, duas figuras jurídicas foram criadas para limitar a exploração plena do meio ambiente: as Reservas Legais (área delimitada dentro de uma propriedade rural, onde a vegetação nativa deve ser obrigatoriamente mantida e preservada) e as Áreas de Preservação Permanente (onde, diferentemente das Reservas Legais, a vegetação não precisa ser nativa e o objetivo da preservação é assegurar a estabilidade geológica, a biodiversidade e o bem estar da população, assim como proteger os recursos hídricos, a paisagem e o solo). É importante lembrar que as APPs podem abranger tanto propriedades privadas como públicas.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2006) A propósito do tratamento internacional ao tema do meio ambiente nas três últimas décadas do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ganhou relevo a tese que atribuía a existência dos problemas ambientais do planeta à explosão demográfica dos países pobres.

(2) O documento "Nosso Futuro Comum", produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987, procurou isolar o tratamento da temática ambiental das questões demográficas e sociais.

(3) O desenvolvimento sustentável é aquele em que a maior parte da população mundial se vê privada do atendimento de suas necessidades básicas – alimento, vestuário, moradia e saneamento – para sustentar elevados níveis de consumo de uma parcela da população, concentrada nos países desenvolvidos.

(4) A Agenda 21 – programa de ações de curto, médio e longo prazos aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 – prevê, além da adequação ambiental dos novos investimentos produtivos, a recuperação de áreas degradadas pelo uso predatório dos recursos naturais.

1: Certo. Nas reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma e técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT) publicaram um relatório ("Limites para o crescimento") que teria grande influência na Conferência. Segundo esse documento, o crescimento da economia mundial e sobretudo o crescimento descontrolado dos países do terceiro mundo são os grandes responsáveis pelos impactos danosos ao meio ambiente;
2: Errado. O documento "Nosso futuro comum", publicado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracteriza-se fundamentalmente por defender a adoção do desenvolvimento sustentável e julgar que as questões demográficas e sociais são intrinsecamente ligadas aos desafios referentes ao meio ambiente. Entre as medidas defendidas pelo relatório, estão a contenção do crescimento demográfico, o controle da urbanização acelerada e desordenada, e a implementação de um programa voltado ao desenvolvimento social;
3: Errado. O desenvolvimento sustentável é um conceito apresentado pelo relatório "Nosso futuro comum", ou Relatório Bruntdland, de 1987, e que passa a ser mais empregado no início dos anos 1990, em especial após a Conferência Rio 1992. Ele abarca o comprometimento com gerações futuras sem abrir mão do desenvolvimento necessário para as gerações do presente. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, falamos de uma política norteada pela máxima de não privar gerações futuras dos recursos dos quais dispomos hoje, ao mesmo tempo reconhecendo a importância do desenvolvimento para os dias atuais;
4: Certo. A "Agenda 21" é um dos cinco documentos normativos que resultaram da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Trata-se de um plano de ação multitemático (entre seus tópicos, destacam-se o desmatamento, a biodiversidade e o financiamento para projetos) em que foram estabelecidas datas e orientações para diversos problemas ambientais.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A cidade de Edo, atualmente Tóquio, tornou-se a capital do Japão em 1603. Sua população chegou a um milhão de habitantes, a maior cidade do mundo. Era uma cidade próspera, tanto do ponto de vista econômico como cultural, embora não dispusesse das tecnologias mais modernas da época. A razão desse sucesso pode ser, em parte, atribuída a movimentos de nutrientes entre o mar, a cidade e as áreas agrícolas, mediados pela ação humana.

A baía de Edo recebia grandes quantidades de nutrientes provenientes dos rios que desciam das montanhas e das águas usadas pela população urbana. Entretanto, pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas. Os primeiros, ao trazerem peixe fresco, algas e outros produtos marinhos para a população de Edo, eficientemente deslocavam, contra a gravidade, materiais de volta para as partes altas da região. Os agricultores coletavam regularmente os excrementos da população urbana e os transportavam, também contra a gravidade, para as terras onde praticavam a agricultura.

Embora o potencial dos excrementos humanos como fertilizantes tivesse sido reconhecido ocasionalmente pelos agricultores japoneses na Idade Média, seu uso sistemático começou durante a era Edo. De fato, a população fazia contratos com os agricultores para que estes retirassem regularmente o material acumulado nas latrinas e o levassem para as montanhas e terraços. Como pagamento, recebia vegetais frescos, grãos ou dinheiro. Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo.

(Diplomacia 2005) Com o auxílio do texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Sustentabilidade é um conceito que envolve sinergia entre fenômenos naturais e ações humanas, como ilustra o desenvolvimento de Edo. Ali, ciclos naturais de nutrientes tornaram-se ativos parceiros nas atividades econômicas.

(2) Práticas modernas de tratamento de esgoto, como, por exemplo, aquelas que envolvem a tecnologia do lodo ativado, em que a matéria orgânica é decomposta aerobicamente por micro-organismos, permitem que os esgotos continuem a servir como fertilizantes de terras agrícolas.

(3) De acordo com o texto, o processo de eutrofização, decorrente do aumento da concentração de nutrientes, ocorreu em Edo graças à ação de pescadores e de agricultores.

(4) No texto, as referências à força da gravidade sugerem que processos como preparação do solo para agricultura, produção e distribuição de alimento requerem investimento de energia. Para realizar essas atividades, a agricultura moderna adota, em vez da energia obtida a partir da força muscular de homens e animais, a oriunda de combustíveis fósseis.

1: Certo. Sustentabilidade é o que se espera obter por meio do desenvolvimento sustentável, política de desenvolvimento que une os anseios de progresso do presente com o cuidado de preservar recursos naturais e o meio ambiente para gerações futuras. No texto verificamos a presença dessa ideia em trechos como "mediados pela ação humana (...)", "pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas" e "Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo";
2: Errado. Além de conter erros técnicos quanto ao processo de decomposição da matéria orgânica, a tecnologia do lodo ativado não pode ser considerada moderna, visto que está prestes a completar cem anos de existência;
3: Errado. O texto afirma justamente o contrário: as ações dos pescadores e dos agricultores ajudaram a evitar o indesejado processo de eutrofização, isto é, o excesso de nutrientes em uma massa de água;
4: Certo. Todo trabalho que requeira qualquer tipo de movimento físico demanda o investimento de energia, e quanto maior for o esforço, como no caso do trabalho do campo, maior será a energia ou força muscular gasta para realizar a tarefa. Para maximizar os resultados e reduzir o esforço físico de homens ou animais, a agricultura moderna tem utilizado cada vez mais máquinas para realizar o trabalho duro do campo, e o combustível que nutre os tratores e caminhões no meio rural são os combustíveis fósseis, como o petróleo, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

7.2. Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O grau de devastação sofrido pela Mata Atlântica explica-se, em parte, pela sua localização, que favoreceu o desenvolvimento dos ciclos econômicos e, mais recentemente, a indústria madeireira.

(2) Embora apresentem características comuns – como a densidade da cobertura vegetal e a grande biodiversidade – o bioma amazônico e a Mata Atlântica distinguem-se quanto à pluviosidade, uma vez que os índices pluviométricos daquele são muito superiores aos desta.

1: Certo. O bioma mata atlântica é o mais devastado do Brasil: estima-se que cerca de 90% da sua cobertura original foi destruída. Entre as muitas explicações que podem ser dadas para tal fato, a colonização litorânea no bioma da mata atlântica é uma das mais convincentes. Hoje, à medida que o país se interioriza cada vez mais, o bioma que mais sofre devastação é o cerrado;

2: Errado. A pluviosidade não é um fator que possa ser utilizado para distinguir os dois biomas, pois tanto a floresta amazônica quanto a mata atlântica são florestas tropicais, o que caracteriza a ambas como locais de alta pluviosidade.

Gabarito 1C, 2E

(Diplomacia 2005) A respeito das bacias hidrográficas brasileiras e da água como recurso hídrico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) As bacias do Atlântico Nordeste, Leste e Sudeste drenam as áreas menos populosas do país.

(2) As bacias hidrográficas brasileiras são dependentes das características ambientais dominantes relacionadas a precipitações no espaço e no tempo, tipo de geologia, solo dos terrenos e formas de ocupação que contribuem para o fornecimento de sedimentos para os rios.

(3) No Brasil, a bacia Amazônica ocupa mais da metade do território e conta com os seguintes divisores topográficos: planalto das Guianas, cordilheira dos Andes e planalto Brasileiro.

(4) A bacia do São Francisco atravessa os estados de Minas Gerais e Bahia, e apenas nas nascentes registram-se médias pluviométricas anuais acima de 1.000 mm; no restante da bacia, as médias são bastante baixas.

1: Errado. A bacia Atlântica do Sudeste é responsável pela drenagem das áreas mais populosas do Brasil, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. A bacia Amazônica é a que drena a área menos populosa do país;

2: Certo. Os rios brasileiros pertencem ao regime pluvial, isto é, são alimentados pela chuva e apresentam cheias de dezembro a março, período chuvoso do verão. A exceção é o rio Amazonas, que pertence ao regime complexo, passando por dois períodos de cheias, um ligado às chuvas e outro ao derretimento das geleiras dos Andes;

3: Errado. É incorreto afirmar que a "bacia Amazônica ocupa mais da metade do território" brasileiro, considerando que o total desse território é estimado em torno de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e que a bacia Amazônica abarca por volta de 3,8 milhões de quilômetros quadrados;

4: Errado. As médias pluviométricas nas nascentes da bacia do São Francisco são baixas, ao passo que, em trechos da bacia mais próximos do litoral, na Zona da Mata, os índices não podem ser considerados baixos.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2002) Todas as árvores a seguir, exceto uma, vêm relacionadas entre as espécies nativas do Brasil no livro "Árvores Brasileiras" de Harri Lorenzi. Assinale a exceção:

(A) Aroeira.

(B) Jatobá.

(C) Sucupira.

(D) Plátano.

(E) Jequitibá.

A: Incorreto. As árvores popularmente denominadas aroeiras são da família das Anacardiaceae, da qual várias são nativas dos biomas brasileiros caatinga e cerrado;

B: Incorreto. A palavra "jatobá" vem do tupi, e a árvore é nativa do território brasileiro, podendo ser encontrada na floresta amazônica e na mata atlântica;

C: Incorreto. A sucupira, palavra de origem tupi, é nativa do cerrado brasileiro e da transição para a floresta da mata atlântica. É uma árvore de madeira muito resistente, o que explica o seu uso extensivo pelo homem e a ameaça de extinção;

D: Correto. As árvores denominadas plátano são originárias da América do Norte e da Eurásia, são altas e comumente têm o tronco fino à mostra e uma folhagem volumosa em cima;

E: Incorreto. O jequitibá (o nome é de origem tupi, como sugere a acentuação da última sílaba, comum às palavras dessa língua) é nativo da mata atlântica brasileira. Trata-se de uma árvore grande, com tronco e galhos grossos.

Gabarito D

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Considerando o mapa abaixo, julgue os próximos itens, sobre as interfaces existentes entre os aspectos naturais do território brasileiro, as atividades econômicas desenvolvidas, suas repercussões ambientais e formas de preservação.

IBAMA, 2000

(1) No mapa, encontram-se representados todos os ecossistemas brasileiros, desconsideradas as áreas já desmatadas.

(2) Os regimes pluviométricos existentes no país influenciam na variedade de biomas encontrados no Brasil.

(3) O latossolo é um solo rico em nutrientes, o que justifica a presença de densas florestas ocupando grandes extensões do território brasileiro.

(4) Entre os biomas representados no mapa, o amazônico, caracterizado por sua cobertura florestal, é, percentualmente, o mais devastado em função das atividades agropecuárias praticadas.

(5) O estudo de impactos ambientais é um instrumento utilizado para a preservação dos recursos naturais do país, exigido para a implantação de determinadas

atividades produtivas.

(6) A pecuária extensiva, praticada durante várias décadas no país antes da recente modernização agrícola, contribuiu para a degradação do solo em biomas brasileiros.

1: Errado. O mapa representa todos os biomas e não os ecossistemas brasileiros, considerando, inclusive, as áreas já desmatadas dos diferentes biomas, ou seja, a mata atlântica costeira, o cerrado e o interior da Amazônia. Vale ressaltar a diferença entre os dois termos, enquanto os biomas são unidades biogeográfica regionais, caracterizados por traços climáticos, fitogeográficos e topográficos comuns, os ecossistemas devem ser entendidos como um sistema integrado, onde elementos bióticos e abióticos interagem, e cujas dimensões podem variar consideravelmente, assim, não há uma escala definida para os ecossistemas;
2: Certo. Podemos identificar três tipos de áreas pluviométricas no Brasil que contribuem para a variedade de biomas no território brasileiro: aquelas com índice pluviométrico superior a 3.000 mm por ano (no litoral do Amapá e nas escarpas da serra do Mar, em São Paulo); as com índices pluviométricos inferiores a 500 mm por ano, quantidade baixíssima e característica do sertão nordestino e do vale do médio São Francisco; e as áreas pluviométricas com índice entre 1.500 e 3.000 mm por ano;
3: Errado. O latossolo não é rico em nutrientes, mas um solo pouco fértil de cor avermelhada presente em grandes extensões do cerrado brasileiro;
4: Errado. O bioma brasileiro mais devastado é a mata atlântica, de cuja cobertura vegetal resta menos que a metade. O cerrado também deve ser lembrado, pois já teve mais da metade de sua área devastada. A Amazônia, hoje, pode ser entendida como o bioma em maior risco, porém não o mais devastado;
5: Certo. Para atividades que venham a modificar o meio ambiente, a legislação exige, desde 1986, a elaboração de um documento técnico que avalie as consequências que tais atividades trarão o meio ambiente. Um desses instrumentos técnicos é o "Estudo de Impacto Ambiental" (EIA), feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente;
6: Certo. A pecuária é uma atividade rural que provoca danos tanto ao solo quanto às águas dos biomas onde é praticada. O sobrepastoreio do gado é responsável por um pisoteio excessivo que leva à compactação do solo, prejudicando seu uso para a lavoura e para o pastoreio futuro. A contaminação da água – com dejetos animais, por exemplo –, muitas vezes é outra consequência da pecuária.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

7.3. Política e gestão ambiental no Brasil

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela UNESCO em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) No Brasil, a política ambiental está voltada para a proteção legal de florestas tropicais e de outros biomas, incluindo-se áreas de grande interesse ecológico, como as chamadas *paisagens de exceção*, de que o Pantanal é exemplo.

1: Certo. O termo "paisagens de exceção" foi cunhado pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáberem em seu livro "Brasil, paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense, patrimônios básicos", no qual o autor promove uma discussão ética a respeito da proteção e exploração desses dois biomas. Exemplos de medidas para a proteção legal de florestas tropicais e outros biomas do Brasil não faltam, já que, apesar da dificuldade que se encontra para a implementação de tais políticas, é indiscutível que o Estado brasileiro está cada vez mais empenhado em proteger seu patrimônio ambiental.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2008) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) o item a seguir.

(1) Não é apenas a dimensão do desmatamento em curso na Amazônia que preocupa, mas também os prejuízos à biodiversidade advindos desse desmatamento, bem como o aumento da grilagem de terras públicas.

1: Certo. O prejuízo à biodiversidade advindo do desmatamento vem sendo o grande enfoque do discurso ambientalista no Brasil. A geógrafa Bertha Becker é renomada por ser uma das primeiras a defender a tese de que a Amazônia deve ser preservada, com o argumento de que as riquezas naturais da grande biodiversidade da floresta têm mais valor econômico a ser explorado do que qualquer lucro que a terra desmatada poderia trazer por meio da agricultura ou pecuária.

Gabarito 1C

A figura abaixo, que está relacionada à proposta de ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata, mostra o istmo entre os rios Alegre e Aguapei, que quase se tocam,

mas seguem separados, como cursos quase diametralmente opostos: o primeiro vai em direção ao norte, e o segundo, ao sul, unindo, dessa forma, as desembocaduras das duas grandes bacias a milhares de quilômetros uma da outra.

Hilgard O'Reilly. Sternberg. Proposals for a South American Waterway. 48th International Congress of Americanists.University of Stockholm, 1995.

(Diplomacia 2008) A partir da análise da figura acima, referente à perspectiva de integração das bacias do Prata e do Amazonas, assinale a opção correta a respeito das implicações de tal intervenção no território brasileiro.

(A) O estabelecimento da interconexão entre as bacias mencionadas deve ser visto como elemento de um sistema único de vias fluviais brasileiras, o que dispensa, portanto, acordos e cooperação internacionais.

(B) Os impactos ambientais relacionados à construção da hidrovia podem ser previamente identificados e cartografados, o que permite estabelecer medidas de mitigação e compensação dos possíveis efeitos deletérios ao meio ambiente.

(C) O sistema de navegação, uma vez implementado nesse território, poderá contribuir para o desenvolvimento econômico, provendo infraestrutura e servindo às atividades do bloco econômico regional do MERCOSUL.

(D) A perspectiva de realização de grandes investimentos nesse projeto, cujo objetivo é transportar apenas uma *commodity*, a soja, tem gerado dúvida quanto aos efetivos benefícios da construção da hidrovia.

(E) Uma vantagem identificável na implantação da hidrovia é o fato de ela não ameaçar ecossistemas florestais, visto que inexistentes naquela área, nem prejudicar outros biomas ricos em biodiversidade.

A: Incorreto. Devido ao fato de que ambas as bacias não se encontram exclusivamente em território brasileiro (a bacia do Amazonas estende-se pelo Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil, enquanto a do Prata abrange áreas argentinas, bolivianas, paraguaias, uruguaias e brasileiras), qualquer projeto de integração entre elas precisaria do respaldo de um acordo internacional, por implicar consequências diretas aos territórios vizinhos;
B: Incorreto. É possível especular previamente a respeito dos eventuais impactos ambientais resultantes da construção da hidrovia. Porém, qualquer conclusão não passará de hipóteses, pois não há como prever com grande precisão os impactos futuros, o que impede que se estabeleçam medidas de mitigação e compensação;
C: Correto. A maior facilidade de transporte gerada pelo sistema de navegação seria, de fato, uma grande contribuição para as atividades econômicas e de integração dos países do Mercosul e dos países do bloco em parceria com os do norte do continente;
D: Incorreto. Não há limitação à soja nos objetivos da integração das bacias. Ao contrário, os investimentos trariam benefícios diretos e indiretos tanto para os produtores das regiões quanto para as populações;
E: Incorreto. Qualquer projeto de tamanha ambição acarretará prejuízos ambientais e sequelas a ecossistemas da redondeza. Basta pensar na fauna, notadamente as aves, que naturalmente se deslocará para as proximidades e, com sua presença, causará mudanças em seu novo habitat.

Gabarito C

(Diplomacia 2005) Considerando o assunto abordado no texto II, julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) A reflexão sobre o meio ambiente, com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento sustentável, exige o estabelecimento de paradigmas que alterem a relação homem-natureza verificada desde o princípio colonial.

(2) A apropriação e a preservação de territórios e ambientes sem uso produtivo imediato é uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

1: Certo. A ideia de desenvolvimento sustentável altera o paradigma dominante da relação entre o homem e a natureza, em que esta sempre foi tratada como um recurso à inteira disposição das necessidades daquele, , assegurando o progresso da humanidade. Hoje, o desenvolvimento sustentável prega uma prática mais moderada, a necessidade de controlar os desejos desenfreados que os homens nutrem pelo progresso. Esse conceito baseia-se na tese de que o uso da natureza pelo homem de hoje não pode impedir que o homem de amanhã desfrute das mesmas riquezas naturais;
2: Certo. Essa é a visão defendida por Bertha Becker, que enfatiza a importância da valorização dos diferentes elementos da natureza num patamar superior ao da importância dada a seu uso imediato para fins produtivos. Em um exemplo concreto, mais vale conservar

a biodiversidade da Amazônia do que utilizar a área para a pecuária ou agricultura, pois se considera a biodiversidade como uma fonte de informação inigualável para os avanços da biotecnologia.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia 2004) A Amazônia que você aprendeu na escola não existe mais. Hoje, você procura uma aldeia de índios e encontra uma fábrica ou uma fazenda moderna. Onde só tinha mato 10 anos atrás, agora você pode ser atropelado.

(1) Atualmente, ações como a demarcação de áreas de preservação ambiental e a implantação de projetos de exploração econômica e ecologicamente viáveis na região comprovam a completa mudança na postura governamental e na iniciativa privada em relação ao que ocorria no passado na região amazônica.

(2) Políticas territoriais levadas a efeito pelo Estado inibiram a formação de latifúndios na região amazônica, em razão dos projetos de colonização implantados na segunda metade do século passado.

(3) A instabilidade política na Amazônia internacional impulsionou projetos voltados para a segurança da faixa de fronteiras na Amazônia brasileira.

1: Errado. Não se pode falar em uma "completa mudança" nas ações governamentais e da iniciativa privada. O que há (inclusive já em 2004, ano do concurso) é um empenho maior voltado para a sustentabilidade. Prova de que não se pode afirmar completa mudança na postura do governo é a constância do discurso brasileiro em foros internacionais de meio ambiente;
2: Errado. Os projetos de ocupação da Amazônia, em especial durante o regime militar, não tinham o intuito de inibir a formação de latifúndios. Ao contrário, hoje verificamos a existência de muitos latifúndios na região amazônica;
3: Certo. Em razão de sua extensão, da densidade de sua floresta e da quantidade de países com fronteiras na região, pode-se considerar que a Amazônia tem potencial para constante instabilidade política. Assim, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de 1978, assinado pelos seis países com os quais o Brasil tem fronteiras amazônicas (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Equador, com o qual o Brasil não faz fronteira, mas que também é um país amazônico), é o maior exemplo de projeto voltado para a segurança da faixa de fronteiras na região. Além disso, em 1998, os países membros do TCA criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a finalidade de atribuir uma estrutura institucional ao tratado e facilitar as ações dos projetos que visam à segurança. Ressalta-se ainda o Programa Calha Norte, de 1985 do governo Sarney, que busca reduzir as carências socioeconômicas e assegurar soberania da região amazônica.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Diplomacia 2003) A consciência ecológica desenvolvida nas últimas décadas trouxe novos desafios para as políticas e medidas a serem estabelecidas no Brasil. O desempenho ambiental do país tem fortes implicações em suas relações internacionais. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

(1) Em face da necessidade de investimentos econômicos e de promoção da justiça social, o Brasil se vê diante do desafio de equacionar a contradição existente entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental.

(2) Bacias hidrográficas no Brasil são temas de gestão ambiental e de planejamento em nível internacional, isto é, envolvendo países vizinhos.

(3) A erosão no Brasil, entendida como um problema ambiental apenas pertinente ao espaço rural, tem-se agravado em razão de técnicas empregadas na agricultura de larga escala.

(4) O disciplinamento, o uso racional da terra e o estabelecimento de limites territoriais são elementos significativos nas medidas de conservação da biodiversidade brasileira.

(5) No que diz respeito ao gerenciamento de seus recursos hídricos, o Brasil apresenta-se vulnerável diante das prováveis mudanças climáticas globais, haja vista, por exemplo, o quadro de saneamento básico precário no país.

1: Errado. Não há contradição entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. A conciliação dos dois é, na verdade, a base do conceito de desenvolvimento sustentável defendido pelo governo;
2: Certo. As bacias Amazônica, do Paraguai, do Paraná e do Uruguai não se limitam ao território brasileiro, o que, segundo o Direito Internacional, requer que o planejamento e a gestão ambiental das bacias sejam matéria tratada com os demais países que contam com a presença delas em seu território;
3: Errado. O processo de erosão não deve ser entendido como algo limitado ao espaço rural. A erosão no espaço urbano não está ligada ao plantio e à qualidade do solo, mas pode levar ao desabamento de edifícios, ao surgimento de buracos nas estradas e à destruição da rede de esgoto. Como o Brasil tem altas taxas pluviométricas nos grandes centros urbanos, a erosão do solo é uma realidade em muitas cidades do país;
4: Certo. O Estado brasileiro está cada vez mais empenhado na preservação da biodiversidade do país. A lógica agora afirma, por exemplo, que a conservação da floresta amazônica, com suas riquíssimas fauna e sobretudo flora, será mais lucrativa para o país do que o desmatamento com objetivos econômicos imediatos;
5: Certo. Mesmo se levarmos em conta os avanços obtidos na área de saneamento básico nos últimos anos, o que relativizaria a afirmativa de que tal quadro é "precário", o item deve ser considerado certo, pois as prováveis mudanças climáticas do globo (entre as quais certamente se inclui o aumento dos índices pluviométricos) tornam o Brasil vulnerável, o que é ilustrado pelo fato de que, todo ano, do Sul ao Nordeste e passando pelo Sudeste, a população sofre com desabamentos e inundações gerados pelas chuvas fortes.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue os itens seguintes.

(1) Um dos problemas que acometem a sociedade moderna industrializada é o de dispor inadequadamente resíduos sólidos que prejudicam diretamente

o solo e a água (subterrânea e superficial). No Brasil, esse problema vem sendo sanado graças a políticas públicas voltadas para a criação, nos municípios, de aterros sanitários controlados.

(2) No Brasil, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana acarretam custos sociais que atingem mais acentuadamente a população pobre.

(3) Águas subterrâneas são aquelas que, no subsolo, ocupam as zonas saturadas dos aquíferos. No Brasil, os problemas relacionados com a superexploração dos aquíferos, a contaminação dos recursos hídricos e o comprometimento de drenagens foram resolvidos com a aplicação dos instrumentos criados pela Política Nacional dos Recursos Hídricos.

(4) A bacia do rio São Francisco tem uma história de uso e ocupação dos seus rios e afluentes marcada pela degradação. São algumas causas dessa degradação: a existência de siderúrgicas consumidoras de carvão mineral, o avanço da fronteira agrícola para o oeste baiano, que provoca a morte de rios tributários do rio São Francisco, e a presença da pecuária extensiva.

(5) O desenvolvimento da consciência ambiental e a vontade política fazem que o Brasil tenha, hoje, grande parte de seu território constituído por unidades de conservação de proteção integral com preservação da riqueza contida nesse território.

1: Errado. Não se pode falar que, no Brasil, a maioria dos aterros seja controlada. Pode-se dividir em três os tipos de locais destinados a receber a deposição final dos resíduos resultantes da ação humana: o aterro não controlado, que é popularmente conhecido como lixão e constitui o sistema menos desejado, pois não há tratamento para o chorume que sai do lixo nem preparação do solo para receber os resíduos; o aterro controlado, onde os resíduos são jogados diretamente no solo sem que este tenha sido impermeabilizado, mas em que há um sistema de controle mínimo para reduzir os impactos negativos do lixo no meio ambiente; e o aterro sanitário, onde o solo que recebe o lixo é impermeabilizado e há um sistema de caneletas para coletar o chorume a fim de enviá-lo para uma estação de tratamento de esgoto. No Brasil, dados apontam que por volta de 76% de todo o lixo acaba nos aterros não controlados, 13% nos aterros controlados e apenas 10% estão nos aterros sanitários; somente o 1% restante passa por tratamento;

2: Certo. No Brasil e no mundo, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana, como a impermeabilização do solo, a ausência de saneamento ambiental, a falta de tratamento de resíduos sólidos e a ocupação de locais inadequados para viver, como morros e mangues, afetam principalmente a população mais pobre;

3: Errado. Não se deve falar em "superexploração dos aquíferos" brasileiros, visto que os maiores aquíferos do país, o Aquífero do Guarani e o recém-descoberto Aquífero do Alter Chão, ainda não são explorados. Da mesma forma, é incorreto afirmar que a contaminação das águas subterrâneas foi resolvida, pois os fertilizantes e químicos nos solos constituem uma das principais ameaças do agronegócio;

4: Certo. A degradação da bacia do rio São Francisco é uma realidade histórica do país, relacionada quase exclusivamente ao seu uso e à sua ocupação pelo homem, desde os bandeirantes paulistas aos boiadeiros do Nordeste, bem como à presença de siderúrgicas, como indica o item;

5: Errado. A consciência ambiental brasileira vem se aprofundando nas últimas décadas, mas é errôneo afirmar que grande parte do nosso território constitui-se de unidades de conservação, ainda mais com proteção integral. As discussões em torno do novo Código Florestal evidenciam que a vontade política permanece dividida em relação a como lidar com as novas questões ambientais.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

7. Direito Internacional

Renan Flumian e Pedro Sloboda

1. FONTES DO DIP

(Diplomacia 2009) O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) relaciona o que se costuma designar por fontes do direito internacional público, a serem aplicadas para a resolução das controvérsias submetidas àquela Corte. Acerca desse tema e da jurisdição da CIJ, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Como o artigo 38 do Estatuto da CIJ lista as fontes em estrito nível hierárquico, os tratados devem sempre ter precedência sobre os costumes.

(2) Atos unilaterais dos Estados, tais como o protesto e o reconhecimento de Estado, apesar de serem frequentes nas relações internacionais e de criarem efeitos jurídicos, não são considerados pela CIJ na decisão de controvérsias, já que não constam da lista do artigo 38 do referido estatuto.

(3) *Pacta sunt servanda*e *res iudicata* são princípios gerais de direito aceitos pela CIJ e discutidos em casos a ela submetidos.

(4) Uma vez que a existência de um costume internacional é reconhecida mediante a comprovação de uma "prática geral aceita como sendo o direito", um Estado pode lograr obstar a aplicação de um costume por meio de atos que manifestem sua "objeção persistente" à formação da regra costumeira, a menos que esta tenha caráter imperativo (*ius cogens*).

1: Errado, pois não existe hierarquia entre as fontes do direito internacional público e até um novo costume pode derrogar uma antiga regra oriunda de um tratado internacional;

2: Errado. Mesmo não constando no rol do artigo 38, podem ser indicados também como fonte do direito internacional tanto as resoluções emanadas das organizações internacionais como os atos unilaterais dos Estados (denominadas pela doutrina como fontes extra estatutárias). Não é todo e qualquer ato unilateral, contudo, que tem o condão de produzir normas jurídicas, sendo caracterizado, portanto, como fonte de DIP. Para serem efetivamente vinculantes, os atos unilaterais devem ser (i) públicos; e (ii) acompanhados da vontade de se obrigar, como afirmou a Corte Internacional de Justiça, em sua decisão no caso testes nucleares, de 1974. Nesse mesmo caso concreto, a CIJ reconheceu a natureza vinculante dos atos unilaterais e considerou vinculante para a França suas declarações de que não realizaria mais testes nucleares atmosféricos no Pacífico Sul.

3: Certo. O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determina que a função da Corte é decidir as controvérsias que lhe forem submetidas com base no direito internacional. Ademais, indica as fontes que serão utilizadas pelos juízes na tomada de suas decisões, a saber: **a)** as convenções internacionais; **b)** o costume internacional; **c) os princípios gerais de direito** reconhecidos pelas nações civilizadas; **d)** as decisões judiciárias e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações. Por fim, ainda aponta a possibilidade de a Corte decidir por equidade (*ex aequo et bono*), desde que convenha às partes. Os princípios gerais de direito são axiomas valorativos que servem de instrumento para os juízes aplicarem o direito internacional em conformidade com os valores jurídicos compartilhados pela comunidade internacional. De forma prática, os princípios gerais de direito são, em sua maioria, extraídos das constituições nacionais. Desse modo, para um princípio ser alçado à categoria de princípio geral de direito, é necessário que seja previsto na maior parte das constituições nacionais (princípio majoritariamente compartilhado pela comunidade internacional). A fórmula empregada no Estatuto da CIJ refere-se aos princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas, o que foi apontado pelos novos países independentes como manifestação do colonialismo europeu. O uso da expressão "nações civilizadas" deve ser repreendido, porque desatualizado, mas explica-se pelo contexto em que foi inserido no estatuto da antiga Corte Permanente de Justiça internacional, no início da década de 1920. Proposto pelo barão Descamps, e emendado por E. Root e Lord Phillipmore durante os debates no Comitê de Juristas que redigiu o Estatuto da CPJI, os princípios gerais de direito foram inseridos com o objetivo de evitar o *non liquet*, vale dizer, para evitar que a Corte deixasse de julgar um caso em razão de eventual lacuna jurídica. A expressão "reconhecidos pelas nações civilizadas" guarda pouca atualidade, mas deixa claro que esses são valores jurídicos derivados do direito interno dos estados; não se trata, portanto, de princípios de direito internacional. Podem-se elencar como princípios gerais de direito: o princípio da boa-fé, o *pacta sunt servanda*, o princípio da **coisa julgada (*res iudicata*)** e a ampla defesa, entre outros.

4: Certo. O item trata da figura do negador persistente, reconhecido pela Corte Internacional de Justiça no caso Pescarias (Reino Unido vs Noruega), julgado em 1951. Na ocasião, a Corte afirmou que não era claro se existia a norma costumeira invocada pelo Reino Unido, relativa ao limite de 10 milhas marítimas ao qual, supostamente, deveria confinar-se a zona de pesca exclusiva da Noruega (o que evidencia a importância da codificação do costume internacional, de modo a garantir a segurança jurídica das normas internacionais). De toda forma, a Corte afirmou que a Noruega não poderia estar vinculada à suposta norma das dez milhas, porque ela teria sempre objetado a aplicação da norma à sua costa. Dessa afirmação surgiria a doutrina do negador persistente: em homenagem ao voluntarismo, os estados que se opõem a uma prática durante o processo de gestação do costume não estarão vinculados pela norma quando esta se consagrar. De toda forma, o negador persistente não se pode eximir do cumprimento de normas de *jus cogens*, que, afinal, criam obrigações *erga omnes*, que vinculam a comunidade internacional dos estados como um todo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2002) Ao artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça — que dispõe sobre o direito aplicável pelo tribunal para solução de controvérsias que lhe forem submetidas — podem-se acrescentar, na hora atual, as seguintes fontes:

(A) Algumas decisões de organizações internacionais e Constituição dos Estados.

(B) Contratos internacionais e decisões de organizações internacionais.

(C) Determinados atos unilaterais dos Estados e algumas decisões de organizações internacionais.

(D) Constituição dos Estados e "lex mercatoria".

(E) "Lex mercatoria" e determinados atos unilaterais dos Estados.

A, B, C, D e E: O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determina que a função da Corte é decidir as controvérsias que lhe forem submetidas com base no direito internacional. Ademais, indica as fontes que serão utilizadas pelos juízes na tomada de confecção de suas decisões, a saber: **a)** as convenções internacionais; **b)** o costume internacional; **c)** os princípios gerais do direito; e **d)** as decisões judiciárias e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações. Por fim, o artigo ainda aponta a possibilidade de a Corte decidir por equidade (*ex aequo et bono*), desde que convenha às partes. Mesmo não constando no rol do artigo 38, pode-se indicar também como fonte do direito internacional tanto as decisões emanadas das organizações internacionais como os atos unilaterais dos Estados (denominadas pela doutrina como fontes extra estatutárias). E apesar de indicarem-se como fonte as *decisões* das OIs, os atos emanados pelas OIs podem revestir-se das mais variadas formas, como, por exemplo, recomendações, pareceres, decisões, regulamentos etc. Assim, é importante ter em mente certa diferenciação entre tais atos, pois podem acarretar consequência jurídica diversa. Para elucidar esse terreno, o art. 288 do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia é muito útil, pois dispõe que as decisões, os regulamentos e as resoluções são atos de caráter vinculante e as recomendações e os pareceres não têm obrigatoriedade. Além disso, há muito as resoluções são consideradas como possíveis exemplos da manifestação do costume internacional, pois têm um valor político e moral intrínseco e, com a *opinio juris,* tornam-se costume legal. É imperioso ter consciência de que, cada vez mais, o costume é obra da ação coletiva dos Estados no interior das OIs. Mas isso não é tudo, pois a OI, quando adota uma resolução dirigida aos seus membros, produz normas de Direito Internacional (quando estas forem de caráter obrigatório). Esse poder normativo da OI é exercido geralmente em relação aos seus membros (poder normativo interno). Entretanto, existem situações em que surge o dito *poder normativo externo* das OIs, isto é, suas resoluções afetam terceiros Estados ao arrepio do tradicional princípio consensualista. Exemplo disso são as OIs criadas para gerir espaços internacionalizados determinados, como as Comissões instituídas para disciplinar a navegação em rios internacionais (Comissão Central do Reno, do Elba, do Danúbio etc.). Ora, nesses casos, as regulamentações que disciplinam a navegação são aplicadas a todos indistintamente, inclusive aos Estados (estes exercem jurisdição sobre o navio que arvora sua bandeira) que não fazem parte da OI. Outro exemplo que se encaixa no poder normativo externo das OIs é o da ONU, pois os artigos 2º, §6º e 35, §2º de sua carta deixam transparecer a possibilidade de, em certas situações, emitirem-se resoluções que obriguem terceiros Estados. A razão aqui reside no caráter indivisível da paz e coletivo da segurança internacional, assuntos que tratam da sobrevivência de toda a humanidade. Percebe-se que, nesse quadro, a resolução da ONU será obrigatória para todos os Estados, sem distinção, inclusive para os não membros. Por fim, deve-se notar que a interpretação do alcance jurídico de qualquer resolução ou recomendação tem por base a análise do texto e do contexto de seu surgimento, entre outros fatores. Em outras palavras, é necessária uma análise caso a caso. Deve-se ressaltar ainda que essa fonte só não aparece no rol do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça porque sua elaboração ocorreu em uma época em que as OIs não desfrutavam da relevância atual. Ademais, a aceitação dessa fonte inscreve-se na mudança paradigmática instalada pelo dito direito internacional pós-moderno. Já os atos unilaterais poderão criar direitos e obrigações se cumprirem dois requisitos: o ato unilateral deve ser público e o Estado deve ter a intenção de se obrigar pelo ato unilateral produzido (princípio de estoppel). A *lex mercatoria* – entendida como leis costumeiras utilizadas entre comerciantes, principalmente no século XIX e meados do século XX – e as Constituições nacionais, ambas mencionadas nos itens da questão não são consideradas fontes do direito internacional.

Gabarito "C"

Segue tabela para consolidar o assunto fontes do Direito Internacional Público.

FONTES	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Tratados / Convenções*	• Acordo formal destinado a produzir efeitos jurídicos • Forma escrita • Celebrados por pessoas jurídicas de direito internacional • Podem ser bilaterais ou multilaterais	• Convenção de Viena sobre Tratados de 1969
Costumes*	• Prática geral e reiterada – elemento objetivo • Convicção quanto à obrigatoriedade da prática (*opinio juris*) – elemento subjetivo	• Julgamento do caso da Plataforma Continental do Mar do Norte em 1969 – CIJ
Princípios Gerais de Direito*	• Axiomas valorativos • Valores compartilhados pela comunidade internacional • Forte grau de abstração e generalidade	• Exemplos: *res iudicata; pacta sunt servanda*; ampla defesa • Princípios encontrados *in foro domestico* • Não se confundem com os princípios de direito internacional
Jurisprudência* **	• Decisões reiteradas em um mesmo sentido • Proferidas por tribunais internacionais e até mesmo domésticos	• Efeitos formais *inter partes* • Não existe precedente vinculante (*stare decisis)* em direito internacional
Doutrina* **	• Estudos de especialistas em Direito Internacional	• Importância de instituições como a Comissão de Direito Internacional e o *institut de Droit International* para o desenvolvimento progressivo do direito internacional

Decisões de Organizações Internacionais	• Sua obrigatoriedade deve estar prevista no tratado constitutivo da respectiva organização internacional • Podem ter diversas denominações específicas (decisões, resoluções, regulamentos, diretrizes etc.)	• Ex: resoluções do Conselho de Segurança são vinculantes por força do artigo 25 da Carta da ONU
Atos Unilaterais de Estado	• Para serem vinculantes devem ser públicos e acompanhados da vontade de se obrigar • Expressos ou tácitos	• Princípios diretores (*guiding principles*) da Comissão de Direito Internacional, 2006.

* Constam no rol de fontes do **artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça** (CIJ).

** Considerados meios auxiliares da determinação da regra jurídica

2. SUJEITOS DO DIP

(Diplomacia 2002) Assinale a opção em que figurem, tão só, exemplos de sujeitos de direito internacional:

(A) Estados, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Santa Sé ou Estado do Vaticano.
(B) Estados, Santa Sé ou Estado do Vaticano, organizações não governamentais (ONGs) e indivíduos.
(C) Estados, organizações internacionais e empresas multinacionais.
(D) Estados, Organização das Nações Unidas (ONU) e ONGs.
(E) Indivíduos, ONGs, organizações internacionais e Santa Sé ou Estado do Vaticano.

A: Correta. O Estado é o sujeito por excelência do direito internacional, tanto que a teoria clássica defende que ele é o único existente. Já a teoria eclética ou heteropersonalista trata como sujeitos de direito internacional o Estado, a organização internacional (incluindo os blocos regionais, como o Mercosul) e a pessoa humana, e é a teoria que prevalece. Em relação à Santa Sé e ao Estado do Vaticano, os desencontros doutrinários são intermináveis. «Inicialmente cabe advertir que a Santa Sé e o Vaticano são dois entes distintos, que têm em comum o vínculo com a Igreja Católica. A Santa Sé é a cúpula da Igreja Católica, chefiada pelo Papa. É sediada na Cidade do Vaticano, e seu poder não é limitado por nenhum outro Estado. A Santa Sé é um sujeito de Direito Internacional, *status* adquirido ao longo de séculos de influência na vida mundial, que remontam à época em que o poder do papado era amplo e abrangia a capacidade de estabelecer regras de conduta social válidas para o mundo inteiro, de resolver conflitos internacionais e de governar os Estados Pontifícios. Além disso, a Santa Sé pode celebrar tratados, participar de organizações internacionais e exercer direito de legação (direito de enviar e receber agentes diplomáticos), e o Papa goza de *status* e prerrogativas de chefe de Estado. A polêmica (sobre a personalidade jurídica da Santa Sé) diminuiu a partir do Tratado de Latrão, celebrado entre a Itália e a Santa Sé em 1929, que cedeu a esta um espaço em Roma, onde foi criado a cidade estado do Vaticano dentro da qual a autoridade suprema da Igreja Católica se encontra instalada. Autores como Hildebrando Accioli afirmam que o Vaticano é um ente estatal e, portanto, tem personalidade jurídica de direito internacional. O principal papel do Vaticano é conferir o suporte material para que a Santa Sé possa exercer suas funções. Outros autores, como Brownlie e Mello, não consideram o Vaticano como Estado, apoiados na suposta incompatibilidade de seus fins com os típicos propósitos temporais de um ente estatal;
B: Incorreta. As ONGs não são criadas por Estados nem reguladas pelo direito internacional, mas sim pelo direito interno do país onde forem constituídas. As ONGs podem ser classificadas em função de sua finalidade. Vejamos alguns exemplos: **a)** finalidade humanitária: Anistia Internacional, Cruz Vermelha Internacional, Assistência Médica Internacional (Médicos Sem Fronteiras) etc.; **b)** finalidade social, cultural e recreativa: Rotary Club International, Lyons Club etc.; e **c)** finalidade política: Internacional Socialista. Portanto, as ONGs não têm, em princípio, personalidade jurídica internacional, embora esse caráter tenha sido atribuído, de forma especial, ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha pela comunidade internacional em função da prestação de verdadeiro serviço público em escala global, o que é confirmado pelos tratados firmados e pelo exercício do direito de legação. Com isso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha pode relacionar-se diretamente com os Estados e as organizações intergovernamentais nas matérias abrangidas por seu campo específico de atuação. Cabe tecer algumas considerações sobre o indivíduo como sujeito de direito internacional. A atribuição de personalidade jurídica internacional aos seres humanos data da segunda metade do século XX, sendo uma evolução do processo de reconstrução da dignidade humana. Destarte, o indivíduo adquiriu capacidade processual para pleitear direitos na esfera internacional. Outro fato que contribuiu para a concretização da personalidade jurídica internacional do indivíduo é, sem dúvida, a adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) pela Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998. A partir de então, foi possível contar com um tribunal permanente para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade. Tal fato corrobora a ideia de responsabilidade internacional do indivíduo, de acordo com o que se iniciou com os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio e, depois de Ruanda e da Iugoslávia. Ora, só os sujeitos de direito internacional podem ser responsabilizados perante a comunidade internacional. Sob esse prisma, também se pode afirmar que o ser humano é um sujeito de direito internacional. Para Cançado Trindade, essa emancipação do ser humano perante a comunidade internacional é consequência da corrosão do positivismo voluntarista, o qual considerava os Estados como únicos sujeitos de direito internacional e excluía o destinatário final das normas jurídicas: a pessoa humana;
C: Incorreta, pois as empresas não são sujeitos de direito internacional; sua personalidade jurídica é limitada ao direito interno dos estados em que se constituírem e atuarem.
D e **E:** Incorretas, pois, como visto no comentário sobre a assertiva B, as ONGs não são sujeitos de direito internacional.
Gabarito "A"

2.1. Estados: conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro).

(Diplomacia 2009) Nascida na ambiência político-jurídica da América Latina do século XIX, a possibilidade de concessão de asilo político é comumente acolhida como garantia facultada pelo Estado Democrático de Direito. Acerca dessa garantia no ordenamento jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Questões pertinentes à concessão de asilo político não podem ser reguladas em medida provisória.
(2) O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e está inserido como direito e garantia fundamental, nos termos do art. 5.º da Lei Maior.

(3) O instituto jurídico do asilo político figura entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

(4) O instituto jurídico do asilo político tem natureza infraconstitucional e está positivado, com exclusividade e especialidade, em legislação ordinária.

O asilo territorial é o acolhimento pelo Estado, em seu território, de estrangeiro perseguido no seu país por causa de dissidência política, de delitos de opinião ou por crimes que, relacionados com a segurança do país, não configurem infração penal comum. O direito do Estado de conceder asilo tem fundamento em sua soberania e deve ser respeitado pelos outros Estados. Esse tipo de asilo é concedido pelo chefe de Estado. Já o asilo diplomático é o acolhimento pelo Estado, em sua representação diplomática, do estrangeiro que busca proteção. O asilo diplomático é considerado provisório; é o prelúdio do asilo territorial. A concessão de asilo diplomático, todavia, não assegura automaticamente a concessão de asilo territorial. O asilo diplomático é tradicionalmente considerado um costume regional latino-americano, mas não vincula todos os estados da região. Como reconheceu a Corte Internacional de Justiça no caso Haya de la Torre, julgado em 1951, apenas os estados que efetivamente aderiram à referida prática podem ser considerados parte nesse costume regional. Não era o caso do Peru, na lide julgada pela CIJ. Os pressupostos do asilo diplomático são, em última análise, os mesmos do asilo territorial, isto é, a natureza política dos delitos atribuídos ao perseguido e a iminência da persecução. Por fim, os locais onde esse asilo pode ocorrer são os locais das missões diplomáticas – não das repartições consulares.

1: Certo. O art. 62 da CF regula a possibilidade de o Presidente da República usar medida provisória com força de lei em caso de relevância e urgência, e o §1º, I, do artigo 62 lista as matérias que não podem ser reguladas por medida provisória. Em relação à assertiva da questão, o Presidente da República não poderá regular a concessão de asilo político via medida provisória por expressa vedação do art. 62, §1º, I, *a*, da CF;

2: Errado. O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (art. 4º, X, da CF). Os outros princípios são: a) independência nacional; b) prevalência dos direitos humanos; c) autodeterminação dos povos; d) não intervenção; e) igualdade entre os Estados; f) defesa da paz; g) solução pacífica dos conflitos; h) repúdio ao terrorismo e ao racismo; e i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Deve-se notar, contudo, que o instituto jurídico do asilo político não está insculpido no artigo 5º da CF, e não constitui direito subjetivo do solicitante. A faculdade de conceder asilo é um direito do estado, que mantém total discricionariedade ao concedê-lo.

3: Certo (Reler o comentário sobre a assertiva anterior);

4: Errado. (Reler o comentário sobre a assertiva 2).

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Fritz, casado com Helga, é, há cinco anos, cônsul da República da Gemênia no Brasil. Ambos são gemênicos, ou seja, têm a nacionalidade daquele pais e têm um filho de quatro anos, chamado Hans, nascido em território brasileiro. Para cuidar do filho Hans, o casal contratou, em julho de 2003, uma empregada, chamada Helen, que passou a fazer o trabalho de babá na residência do cônsul. Helen, atualmente com 17 anos de idade, nascida na Gemênia, casada no Brasil, é filha de pais brasileiros, sendo que nenhum deles estava naquele país a serviço da República Federativa do Brasil. Em fevereiro de 2004, Helen vendeu a Helga um relógio alegando ser de ouro legítimo. Posteriormente, Helga descobriu que o relógio era falsificado e não era, sequer, de ouro de baixa qualidade.

Helen, ao efetuar a venda, tinha pleno conhecimento de que o relógio era falso. Foi, então, demitida do seu emprego no consulado, sem receber seus direitos trabalhistas.

(Diplomacia 2004) Ante a situação hipotética descrita acima e considerando que a República da Gemênia não seja um país de língua portuguesa e adota o *jus sanguinis* como critério de atribuição da nacionalidade originária, julgue os itens a seguir.

(1) Hans, ainda que tenha nascido em território brasileiro, não adquiriu nacionalidade originária brasileira, não obstante o fato de o Brasil adotar, em regra, o *jus soli*, como critério de atribuição de nacionalidade originária. Apesar disso, Hans, de nacionalidade gemênica, tem capacidade para ser titular de direitos e deveres na ordem civil, de acordo com o direito brasileiro.

(2) Caso Helen, após a fixação de residência na República Federativa do Brasil, tenha optado pela nacionalidade brasileira, ela será considerada brasileira nata, sendo plenamente capaz para exercer por vontade própria atos da vida civil. Nessas circunstâncias, Helen não poderá jamais perder a condição de brasileira.

(3) Caso Helen não tenha optado pela nacionalidade originária brasileira nem tenha sido naturalizada em outro país, ela será considerada apátrida. Nessa hipótese, ela poderá ser extraditada, mas somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, consoante o previsto na Constituição brasileira.

(4) Presentes o elemento objetivo e o elemento subjetivo, caracterizadores do vício do consentimento, o negócio jurídico configurado pela compra e venda do relógio é anulável em decorrência de dolo negativo, reticente ou por omissão, cabendo a Helen responder pelas perdas e danos que advierem do negócio.

(5) Se Helen quiser ingressar com ação judicial contra a repartição consular estrangeira, com o objetivo de pleitear os direitos trabalhistas a que considera fazer jus, a justiça trabalhista brasileira deverá declarar-se incompetente para julgar o caso, tendo em vista a imunidade de jurisdição atribuída pelo direito internacional público aos diplomatas e cônsules estrangeiros e respectivos familiares.

1: Certo, pois, segundo o inciso I do artigo 12, serão brasileiros natos: **a) os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país**; **b)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desvinculados do serviço público, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no território nacional e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. A segunda parte da assertiva também está correta, porque está em consonância com a redação do art. 5º, *caput*, da CF;

2: Errado, pois Helen poderia se tornar brasileira nata com base no art. 12, I, *c*, da CF. Todavia, atualmente, tal hipótese requer que o postulante tenha atingido a maioridade (18 anos) e, como vimos na questão, Helen tem 17 anos. Além disso, brasileiro nato pode perder a nacionalidade caso adquira, voluntariamente, outra nacionalidade;

3: Errado. Não tendo optado pela nacionalidade originária brasileira, nem tendo sido naturalizada em outro país, e considerando ainda que a Gemênia adota o *ius sanguinis*, e que o casamento não é critério para a aquisição de nacionalidade brasileira, o enunciado indica que Helen é apátrida. Por mais que o direito internacional tente reduzir os casos de apatridia, ainda há muitos indivíduos sem nacionalidade. O erro do item é, contudo, a restrição das hipóteses de extradição de Helen, que poderá ser extraditada por qualquer crime tipificado no Brasil e no

estado solicitante (princípio da dupla tipicidade) e punido com pena privativa de liberdade não inferior a dois anos (princípio da bagatela, previsto no artigo 82 VI da nova lei de migração).
4: Errado, pois se trata de dolo comissivo, e não omissivo (arts. 145 e 171, II, ambos do Código Civil);
5: Errado. Em primeiro lugar, a questão não está bem formulada, pois se Helen interpelar judicialmente a repartição consular estrangeira, quem será processada pelas dívidas trabalhistas é a República da Gemênia, não os seus cônsules e respectivos familiares. De toda forma, os estados estrangeiros não possuem imunidade de jurisdição decorrente de atos de gestão, como questões trabalhistas, de modo que eventual ação movida por Helen em face de Gemênia poderia ser conhecida pelos tribunais brasileiros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

Para consolidar o tema da nacionalidade no Brasil, deve-se observar que o artigo 12 da CF regula a condição de brasileiro nato e naturalizado, assim como as situações de perda da nacionalidade brasileira:

1) Segundo o inciso I do artigo 12, serão brasileiros natos: **a)** os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; **b)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desvinculados do serviço público, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no território nacional e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira[1].
2) Consoante o inciso II do artigo 12, serão brasileiros naturalizados: **a)** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; e **b)** os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira - conhecida como naturalização extraordinária.
3) De acordo com o §4º do artigo 12, existem duas situações em que o brasileiro perderá sua nacionalidade. Em uma delas (inciso II), a extinção do vínculo patrial pode atingir tanto o brasileiro nato quanto o naturalizado, bastando para isso que adquira outra nacionalidade, por naturalização voluntária. Tal possibilidade admite duas exceções: uma é no caso de a lei estrangeira reconhecer a nacionalidade originária, e a outra é quando a lei estrangeira impõe a naturalização ao brasileiro residente em país estrangeiro como condição para a permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Na outra situação (inciso I), apenas o brasileiro naturalizado poderá perder sua nacionalidade, o que ocorrerá quando a naturalização for cancelada, por sentença judicial, pelo exercício de atividade contrária ao interesse nacional. Nesse último caso, só é possível readquirir a nacionalidade brasileira por meio de ação rescisória, que é cabível somente quando a sentença judicial já estiver transitada em julgado.

(Diplomacia – 2002) Um Estado soberano define-se basicamente como:

(A) Um Estado que detém poder superior ao de outros Estados em uma determinada região geopolítica.
(B) Um Estado independente com jurisdição reconhecida sobre um determinado território.
(C) Um Estado que exerce poder hegemônico em uma reconhecida "esfera de influência".
(D) Um Estado cujo poder supremo é exercido por um monarca.
(E) Um Estado que não permite que empresas multinacionais operem em seu território.

A, B, C, D e E: Estado é um agrupamento humano estabelecido em um território determinado e guiado por um governo independente. Com a análise do conceito supracitado, conclui-se que os elementos constitutivos do Estado são: **a)** população permanente; **b)** território determinado; **c)** governo independente; e **d)** capacidade de manter relações com os demais Estados. Além disso, a personalidade jurídica do Estado é originária, em contrapartida à das organizações internacionais, que é derivada.

Gabarito "B"

2.2 Organizações internacionais: definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica

(Diplomacia 2008) É considerado divisor de águas no direito internacional o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça no caso Reparação de danos a serviço das Nações Unidas acerca da morte de Folke de Bernadotte, mediador que, no exercício de suas funções, foi assassinado por extremistas israelenses em Jerusalém, em 1948. Essa consideração justifica-se porque o parecer

(A) declarou a existência da Palestina como território insurgente.
(B) homologou a jurisdição penal do Estado de Israel.
(C) reconheceu a personalidade jurídica das organizações internacionais.
(D) incorporou o princípio da legítima defesa internacional.
(E) consagrou o pacifismo e a não violência como deveres jurídicos.

A, B, C, D e E: As organizações internacionais são constituídas, de forma permanente, pela vontade coletiva dos Estados ou de outras organizações internacionais, entre elas ou com os Estados, e têm personalidade jurídica de direito internacional. Apesar de o conceito de organizações internacionais não suscitar muitas discussões, cabe lembrar que o reconhecimento da personalidade jurídica das organizações internacionais é um pouco recente, e ocorreu no parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça para o caso *Folke de Bernadotte*: "A Corte, em parecer consultivo de 11 de abril de 1949, deixa claro que em semelhante hipótese a própria organização sofre um dano em seus serviços, e à conta desse dano – que não se confunde com aqueles causados diretamente às vítimas e a seus sucessores – tem direito a uma reparação adequada. Transparece do texto a convicção de que, por igual, a organização, titular que é de personalidade jurídica distinta das de seus Estados componentes, pode acaso ser autora de um ilícito e sofrer as respectivas consequências. A responsabilidade internacional, assim, pode envolver organizações internacionais tanto como autoras quanto como vítimas do ato ilícito segundo o direito das gentes"[2]. O citado parecer ainda deu origem ao instituto da *proteção funcional* (variante da proteção diplomática), que permite às organizações internacionais protegerem seus agentes quando estes, a seu serviço, forem vítimas de ato ilícito. É nesse sentido que apontam as palavras de Francisco Rezek: "no parecer consultivo referente ao caso *Bernadotte*, a Corte da Haia revelou que não apenas os Estados podem proteger seus nacionais no plano internacional, mas também as organizações internacionais encontram-se habilitadas a semelhante exercício, quando um agente a

1. Deve-se comentar que essa terceira hipótese foi disciplinada pela EC nº 54/2007, que ainda criou o artigo 95 do ADCT: "Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil".

2. BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, pág. 110. Editora Saraiva, 1º ed, 2009.

seu serviço é vítima de ato ilícito. Não há entre o agente e a organização um vínculo de nacionalidade, mas um substitutivo deste para efeito de legitimar o endosso, qual seja, o vínculo resultante da função exercida pelo indivíduo no quadro da pessoa jurídica em causa. A essa moderna variante da proteção diplomática dá-se o nome de proteção funcional"[3]. Para entender melhor o instituto da proteção funcional, é preciso saber que o instituto da proteção diplomática é a assunção da defesa de nacional pelo seu Estado. Em outras palavras, o nacional – pessoa física ou jurídica – que for vítima de um procedimento estatal arbitrário no exterior e restar impossibilitado de fazer valer seus direitos pede ao seu país que lhe represente, isto é, pede a proteção diplomática.

Gabarito "C"

2.3 Organização das Nações Unidas

(Diplomacia 2009) A Organização das Nações Unidas (ONU) celebrou em 2008 os 60 anos de suas operações de manutenção de paz, que tiveram início em 1948, com o envio de observadores militares para a Palestina. Visto que a expressão "manutenção da paz" não é encontrada na Carta das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU, sugeriu que essas operações pertenceriam ao "Capítulo Seis e Meio" da Carta. Com relação à ONU, a seus órgãos e operações de paz, assinale a opção correta.

(A) Desde sua criação, em 1945, o Conselho de Segurança da ONU é composto por 5 membros permanentes e 10 não permanentes.

(B) Consenso das partes, imparcialidade e proibição do uso da força a não ser em legítima defesa e em defesa do mandato são os três princípios básicos das operações de manutenção de paz da ONU.

(C) As operações de manutenção de paz, desde sua origem até os dias de hoje, podem ser empregadas apenas em situações de conflito entre Estados, não sendo autorizada sua adoção, pelo Conselho de Segurança, para situações de conflitos internos ou guerras civis, o que seria considerado ação intervencionista.

(D) Devido à ausência de previsão expressa no texto da Carta da ONU, o Brasil tem por princípio não participar de operações de paz da ONU ou de só fazê-lo com autorização do Congresso Nacional.

(E) Devido ao uso recorrente do direito de veto por algum de seus membros, o Conselho de Segurança, com base no Capítulo VII da Carta da ONU ("Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão"), jamais autorizou o emprego de força militar contra um país em nome da segurança coletiva.

A: Incorreta. No início, o Conselho de Segurança era composto de cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e URSS) e seis membros não permanentes (totalizando 11 membros), os quais eram eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Após reforma na Carta da ONU, em 1963, o Conselho de Segurança passou a ser formado pelos mesmos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais continuam sendo eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, e as decisões, quando processuais, dependem do voto afirmativo de nove membros. No restante das matérias, o mesmo quórum é necessário, mas, nos termos do artigo 27(3) da Carta, todos os membros permanentes devem votar afirmativamente – é o chamado *direito de veto*. Em que pese o dispositivo literal da Carta prever a unanimidade dos membros permanentes, a prática tem permitido que os membros permanentes se abstenham da votação ou estejam ausentes, sem que isso vete a resolução; configura-se, assim, a consensualidade, e não a unanimidade;
B: Correta. Tais princípios foram construídos na que viria a ser propriamente a primeira operação de manutenção de paz – a UNEF -, que foi levada a cabo pela ONU e atuou na Península do Sinai após a crise do Suez. A iniciativa de criar tais operações surgiu no mandato de Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU. No início da década de 1990, o princípio do consentimento das partes envolvidas seria mitigado por obra do Secretário--Geral Boutros Ghali, autor do relatório "Uma Agenda para a Paz". Trata-se das chamadas missões de paz "de segunda geração".
C: Incorreta, visto que a Carta das Nações Unidas não disciplinou expressamente as operações de manutenção de paz, não existe uma proibição declarada a atuação das operações de manutenção de paz em conflitos internos ou guerras civis. Além do que, a maioria das operações se deram em situações de conflitos internos. Como exemplo, há a conhecida – pelo grande fracasso - operação de manutenção de paz na Somália (UNOSOM), no início da década de 1990;
D: Incorreta, pois o Brasil é um dos mais tradicionais contribuintes de efetivos militares para operações de manutenção da paz das Nações Unidas. A atuação constante do Brasil nessas operações está embasada no art. 4º, VI e VII, da CF, no fato de o país ser membro fundador da ONU e no de essa organização ter por principal propósito manter a paz e a segurança internacionais. É interessante lembrar que o Brasil comandou a Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH);
E: Incorreta. Em diversas ocasiões o Conselho de Segurança autorizou o emprego da força militar com base no capítulo VII da Carta da ONU. É bem verdade que, durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança pouco atuava em razão do veto de seus membros permanentes. A partir da Guerra do Golfo, contudo, como explica o embaixador Antonio Patriota (O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo), o Conselho entrou em uma nova era. Em 1990, por meio da resolução 678, o Conselho autorizou os membros a ONU a usarem todos os meios necessários (*all necessary means)* para garantir a imediata e incondicional retirada das tropas iraquianas do Kwaite. Nos anos seguintes, o Conselho autorizaria o uso da força em Ruanda (1994), no Haiti, (1994 e 2004), na Albânia (1997), na República Centro-Africana (1997), no Timor Leste (1999), na Libéria (2003), na Costa do Marfim (2003), na República Democrática do Congo (2003), na Líbia (2011), e, de modo algo ambíguo, no Iraque e na Síria contra o Estado Islâmico (2015).

Gabarito "B"

(Diplomacia 2002) O Conselho de Segurança das Nações Unidas:

(A) Foi criado como órgão deliberativo da Assembleia Geral nas Nações Unidas em decorrência da situação gerada pela primeira guerra israelo-palestina de 1958 e logo em seguida ao atentado que vitimou o então Secretário-Geral Dag Hammarskjold.

(B) É um organismo das Nações Unidas, encarregado de velar pela segurança do imóvel ocupado pela Organização em Nova York e pela segurança das delegações dos diversos países-membros.

(C) E um órgão das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e cinco membros não permanentes em representação de cada um dos cinco continentes.

(D) É um órgão das Nações Unidas onde estão representados os Ministérios da Defesa dos países membros da Organização.

---

3. Direito Internacional Público, pág. 281. Ed. Saraiva , 11º edição, 2008.

(E) É um dos órgãos das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e dez membros não permanentes.

A, B, C, D e E: O Conselho de Segurança é um dos seis órgãos principais da ONU, nos termos do artigo 7 da Carta. Atualmente, é formado por cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais são eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, e as decisões, quando processuais, dependem do voto afirmativo de nove membros. No restante das matérias, o mesmo quórum é necessário, sendo que nenhum membro permanente pode votar contra. O Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais e pode solucionar controvérsias por meios pacíficos, com base no capítulo VI da Carta, ou por meios coercitivos – que podem até envolver o uso da força - com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1998) A Carta das Nações Unidas estabelece seis "órgãos principais" da Organização. Qual dos seguintes não se inclui nessa qualificação?

(A) Assembleia Geral.
(B) Conselho de Tutela.
(C) Secretariado.
(D) Comissão de Direitos Humanos.
(E) Corte Internacional de Justiça.

Art. 7 (1) da Carta das Nações Unidas: "Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado".

A: Incorreta, pois a Assembleia Geral é um dos órgãos principais, composta de todos os membros da ONU, cabendo a cada um deles apenas um voto e no máximo cinco representantes. Eles reúnem-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que preciso for. As resoluções da Assembleia Geral são adotadas pela maioria simples dos membros presentes e votantes, ou por dois terços em casos importantes. Entre suas funções estão: **a)** a aprovação do orçamento; **b) a** eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e dos membros do Conselho Econômico e Social; **c)** a nomeação do Secretário-Geral da Nações Unidas; e **d)** a eleição, em conjunto com o Conselho de Segurança, dos juízes da Corte Internacional de Justiça;

B: Incorreta, pois o Conselho de Tutela é um dos órgãos principais, criado para controlar o exercício da tutela sobre territórios não autônomos. Esse Conselho sucedeu a Comissão de Mandatos da SDN e, após a independência de Palau (último território sob tutela), em 1º de novembro de 1994, a sua atividade foi suspensa, embora continue a existir formalmente;

C: Incorreta, pois o Secretariado, braço executivo da ONU, é um dos órgãos principais. No ápice de sua hierarquia encontra-se o Secretário-Geral da ONU, eleito pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. O Secretário-Geral atua como o principal funcionário administrativo da Organização, devendo, conforme o art. 98 da Carta da ONU, comparecer a todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social, além de desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas por esses órgãos;

D: Correta, pois a Comissão de Direitos Humanos não era um dos órgãos principais. No organograma da ONU, o órgão com atuação destacada no que se refere aos direitos humanos é o Conselho Econômico e Social, o qual, segundo o art. 62 da Carta da Nações Unidas, tem competência para promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais, incluindo as de direitos humanos. No que tange a estes, o Conselho Econômico e Social tem o papel de fazer recomendações com o fito de promover sua observância, além de confeccionar projetos de convenções que serão submetidos à Assembleia Geral. Com essas responsabilidades, o Conselho Econômico e Social pode criar comissões para melhor executar suas funções e com suporte em tal competência, a Comissão de Direitos Humanos da ONU foi criada em 1946, mas conviveu com pesadas críticas e, por fim, foi substituída em 16 de junho de 2006 pelo Conselho de Direitos Humanos – CDH – mediante a Resolução 60/251 adotada pela Assembleia Geral. A criação desse Conselho foi uma tentativa simbólica de conferir paridade ao tema dos direitos humanos em relação aos temas de segurança internacional e cooperação social e econômica, os quais têm conselhos específicos (respectivamente, Conselho de Segurança e Conselho Econômico e Social). O CDH é um órgão subsidiário da Assembleia Geral e tem como principais competências: **a)** promover a educação e o ensino em direitos humanos; **b)** auxiliar os Estados na implementação e na devida fiscalização das políticas de direitos humanos assumidas em decorrência das Conferências da ONU; **c)** submeter um relatório anual à Assembleia Geral; e **d)** propor recomendações acerca da promoção e proteção dos direitos humanos. Pode-se afirmar que o CDH se insere no sistema global de proteção dos direitos humanos como um mecanismo não convencional, destoando dos mecanismos convencionais de proteção instituídos pelas Convenções da ONU. A fonte material do sistema não convencional são as resoluções elaboradas pelos órgãos da ONU (notadamente o Conselho de Direitos Humanos, a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social). Sua composição é determinada pelo voto direto e secreto da maioria da Assembleia Geral, que elege 47 Estados-membros, respeitada a distribuição geográfica equitativa, a qual possibilitou que os países pobres e em desenvolvimento contassem com uma expressiva maioria;

E: Incorreta, pois a Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU. A Corte funciona com base em seu Estatuto e nas chamadas *Regras da Corte,* espécie de código de processo. A competência da Corte é ampla: em relação à competência *ratione materiae,* a Corte pode analisar todas as questões levadas até ela, como também todos os assuntos previstos na Carta da ONU ou em tratados e convenções em vigor (art. 36, ponto 1, do Estatuto da CIJ), ao passo que a competência *ratione personae* é mais limitada, pois a Corte só pode receber postulações de Estados, sejam ou não membros da ONU (art. 34, ponto 1, do Estatuto da CIJ). O art. 36, ponto 2, do Estatuto da CIJ assim dispõe: "Os Estados-partes do presente Estatuto poderão, em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória *ipso facto* e sem acordo especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição do Tribunal em todas as controvérsias jurídicas que tenham por objeto: **a)** a interpretação de um tratado; **b)** qualquer questão de direito internacional; **c)** a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional; e **d)** a natureza ou a extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional". A declaração de reconhecimento da jurisdição da Corte pode ser feita pura e simplesmente, ou sob condição de reciprocidade ou ainda por prazo determinado (art. 36, ponto 3, do Estatuto da CIJ), e a CIJ resolverá qualquer dúvida que surgir sobre a sua jurisdição (art. 36, ponto 6, do Estatuto da CIJ). Como o artigo 96 da Carta da ONU prevê uma função consultiva para a Corte, órgãos das Nações Unidas e agências especializadas poderão lhe requerer parecer consultivo, embora os Estados-membros não possam solicitá-lo diretamente. Tal função permite à Corte ser um órgão produtor de doutrina internacional. Enquanto os pareceres consultivos não têm caráter vinculativo, as decisões baseadas em sua competência contenciosa são de caráter obrigatório (art. 59 do Estatuto da CIJ), ou seja, cada membro das Nações Unidas compromete-se a se conformar com a decisão da Corte em qualquer caso em que for parte (artigo 94, ponto 1, da Carta da ONU). Se uma das partes em determinado caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança, que poderá, se o julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença (artigo 94, ponto 2, da Carta da ONU). A sentença da Corte é definitiva e inapelável,

mas em caso de controvérsia quanto ao seu sentido e alcance, e desde que solicitado por qualquer das partes, a Corte a interpretará (art. 60 do Estatuto da CIJ). O pedido de revisão da sentença só pode ser feito em razão de fato novo suscetível de exercer influência determinante e que, na ocasião em que foi proferida a sentença, era desconhecido da Corte e também da parte que solicita a revisão, contanto que tal desconhecimento não se tenha devido à negligência (art. 61, ponto 1, do Estatuto da CIJ). A Corte é composta de quinze juízes eleitos de três em três anos para um período de nove anos, com a possibilidade de reeleição. Porém, não é possível que seja eleito mais de um juiz da mesma nacionalidade. Em relação às qualificações necessárias para ser eleito, reproduzimos o art. 2 do Estatuto: "a Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, entre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional". Por fim, o art. 31, ponto 1, do Estatuto da CIJ dispõe que "os juízes da mesma nacionalidade de qualquer das partes conservam o direito de funcionar numa questão julgada pela Corte", e o ponto 3 do artigo prossegue: "se a Corte não incluir entre os seus membros nenhum juiz de nacionalidade das partes, cada uma destas poderá proceder à escolha de um juiz". Assim, perante um caso prático, o Estado envolvido que não tenha juiz da mesma nacionalidade na Corte poderá indicar um juiz de sua nacionalidade para participar do julgamento.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) Entre os Membros Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Incluem-se os seguintes países:

(A) Estados Unidos, Alemanha e Japão.
(B) China, França e Reino Unido.
(C) Estados Unidos, Japão e Reino Unido.
(D) Estados Unidos, Rússia e Alemanha.
(E) Estados Unidos, França e Japão.

A, B, C, D e E: Desde sua criação, são cinco os membros permanentes do Conselho de Segurança: China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O Conselho de Segurança das Nações Unidas compõe-se de:

(A) 6 Membros Permanentes e 9 Rotativos.
(B) 4 Membros Permanentes, 5 Semipermanentes e 5 Rotativos.
(C) 5 Membros Permanentes e 10 Não Permanentes.
(D) 5 Membros Permanentes e 8 Não Permanentes.
(E) 7 Membros Permanentes e 11 Não Permanentes.

A, B, C, D e E: No início, o Conselho de Segurança era composto de cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e URSS) e seis membros não permanentes (totalizando 11 membros), os quais são eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Depois de modificado em 1963, o Conselho de Segurança passou a ser formado pelos mesmos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais continuam sendo eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, sendo que os membros permanentes têm poder de veto em resoluções não procedimentais.

Gabarito "C"

3. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

(Diplomacia 2008) O Caso do Canal de Beagle quase provocou conflito armado entre o Chile e a Argentina, em razão da disputa territorial pelas ilhas de Lennox, Picton e Nueva, no Natal de 1978. Prevaleceram, todavia, os meios pacíficos de solução de controvérsias, sob a forma de mediação papal, o que evitou o confronto. Acerca do Caso Beagle, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Foi objeto de arbitragem pela Corte Internacional de Justiça e passou a constituir referência a respeito dos limites do instituto arbitral diante do voluntarismo de Estados refratários ao cumprimento de laudos formalmente proferidos.
(2) Foi solucionado pela intervenção do Estado da Cidade do Vaticano, mediante arbitragem pontifícia conduzida pelo Papa Paulo VI.
(3) Foi levado à Corte Internacional de Justiça, que se absteve de julgar o caso diante da revelia das partes.
(4) Foi solucionado pelos bons ofícios do Papa Paulo VI, que atuou como *amicus curiae* junto ao Tribunal Canônico do Vaticano.

1: Anulado, pois enseja dupla interpretação no que se refere à participação de juízes da Corte Internacional de Justiça na arbitragem do caso Beagle;
2: Errado, pois o caso Beagle foi resolvido não mediante arbitragem, mas sim pela mediação da Santa Sé. Antes de a Santa Sé atuar no caso, ele foi objeto de Corte Arbitral em 1971, que decidiu a favor da posição chilena. Todavia, tal decisão não foi aceita pela Argentina e, devido ao risco iminente de guerra, a Santa Sé entrou em cena para mediar o caso. É importante reforçar que a Santa Sé é sujeito de direito internacional, e o Vaticano é uma cidade-estado que serve de sede da Santa Sé. Logo, foi a Santa Sé que mediou o caso, e não a Cidade do Vaticano. Fica claro aqui que a principal função do Vaticano é conceder condições materiais para que a Santa Sé exerça suas atribuições.
3 e **4**: Errados. Rever o comentário sobre a assertiva 2.

Gabarito 1 Anulada, 2E, 3E, 4E

3.1. Tribunais Internacionais

(Diplomacia 2009) Entre os princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, estão a prevalência dos direitos humanos e a solução pacífica dos conflitos (art. 4.º da Constituição Federal). Com relação à tendência contemporânea de institucionalização jurídica internacional, assinale a opção correta.

(A) Todos os Estados-membros da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos estão, *ipso facto*, sujeitos à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, na Costa Rica.
(B) A Corte Internacional de Justiça foi o primeiro tribunal internacional de caráter permanente estabelecido por tratado multilateral.
(C) Os tribunais de Nuremberg e de Tóquio, instituídos ao final da Segunda Guerra Mundial, foram estabelecidos com base em resoluções do então recém-criado Conselho de Segurança das Nações Unidas.
(D) A jurisdição do Tribunal Penal Internacional restringe-se a situações ocorridas no território de um Estado-Parte do Estatuto de Roma.

(E) Como mecanismo para a solução de controvérsias marítimas, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (também conhecida como Convenção de Montego Bay), estabeleceu o Tribunal Internacional do Direito do Mar.

A: Incorreta, pois os Estados-membros da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica devem aceitar de forma expressa e inequívoca a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (art. 62 da Convenção Americana de Direitos Humanos). O Brasil reconheceu a competência obrigatória da Corte em 10 de dezembro de 1998, reconhecimento chancelado pelo Decreto 4.463, de 8 de novembro de 2002 (Decreto nº 4.463).
B: Incorreta. Segundo Francisco Rezek, "a instituição pioneira – o primeiro órgão de jurisdição internacional permanente – teve âmbito geográfico regional. Trata-se da Corte de Justiça Centro-Americana, instituída por tratado de 20 de dezembro de 1907 entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Durou dez anos essa experiência, precoce em vários aspectos. A Corte era aberta até mesmo à ação do particular, nacional de um de seus Estados-membros, que em determinadas circunstâncias pretendesse processar outro Estado. No seu breve período de existência, a Corte de Justiça Centro-Americana julgou uma dezena de feitos, quatro dos quais ajuizados por particulares".[4] Cabe apontar que a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) de 1922 foi a primeira Corte internacional de âmbito geográfico universal, sendo substituída pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), criada em 1945. Atualmente, existem inúmeras cortes ou tribunais internacionais, tanto de âmbito global como regional, que são permanentes, compõem-se de juízes independentes e têm competência para dirimir disputas com supedâneo no direito internacional. Seguem alguns exemplos: **a)** a Corte Internacional de Justiça, no âmbito da ONU; **b)** o Tribunal Internacional do Direito do Mar, que foi instituído pela Convenção de Montego Bay; **c)** o Tribunal Penal Internacional, que foi instituído para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade; **d)** a Corte Europeia de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho da Europa; e **e)** a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no âmbito da OEA;
C: Incorreta. Tanto o Tribunal de Nuremberg como o de Tóquio foram instituídos para julgar os crimes de guerra, crimes contra a paz e contra a humanidade perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial. Nenhum dos dois foi criado pelo Conselho de Segurança, contudo. Instituído pelo Acordo de Londres, o Tribunal de Nuremberg tinha por missão julgar os líderes nazistas (o julgamento começou em 20 de novembro de 1945) e foi idealizado pelos Aliados (os principais eram EUA, URSS, Reino Unido e França) da Segunda Guerra, que escalaram o Chefe da Justiça estadunidense, Robert Jackson, para ser o seu coordenador. Cabe lembrar que a experiência de Nuremberg marcou a primeira vez em que crimes de guerra foram julgados por um tribunal internacional. Já o Tribunal de Tóquio, ou Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, foi criado por uma decisão de Douglas MacArthur, comandante supremo das forças aliadas no Japão, com base nos acordos de rendição japoneses, e tinha por missão julgar os líderes do império japonês (o julgamento começou em 3 de maio de 1946). Uma crítica que se faz aos dois tribunais é que se tratou de uma "justiça dos vencedores";
D: Incorreta. Em casos de crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade, o TPI pode julgar indivíduos que tenham cometido esses crimes no território de estado que reconheça a jurisdição do TPI ou que tenham a nacionalidade de estado que reconheça essa jurisdição. Não é necessária cumulatividade desses dois critérios. Por exemplo, em fevereiro de 2021, a Câmara de Instrução I confirmou que o TPI tem jurisdição para julgar supostos crimes de guerra cometidos por israelenses na Palestina, inclusive em territórios ocupados. Isso porque, apesar de Israel não ser parte do TPI, a Palestina é estado membro do Estatuto de Roma e, nessa condição, reconhece a jurisdição do tribunal. A exceção a essa regra é o crime de agressão, que para ser analisado pela Corte, deve ter sido cometido por nacional de estado parte nas emendas de Kampala contra território de estado igualmente parte nessas emendas. Além disso, caso o CSNU remeta uma situação ao TPI, não há necessidade sequer de que o crime tenha sido cometido por nacional ou em território de estado parte. É o caso do mandado de prisão em nome de Omar al-Bashir, ex-presidente do Sudão, por crimes contra a humanidade cometidos em Darfur, então território sudanês. Mesmo que o Sudão não seja parte no Estatuto de Roma, o TPI possui jurisdição sobre o caso.
O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi constituído na Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998, na qual se aprovou o Estatuto de Roma, que entrou em vigor internacionalmente em 1º de julho de 2002 e passou a valer para o Brasil em 1º de setembro do mesmo ano. A partir de então, pôde-se contar com um tribunal permanente para julgar **indivíduos** acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade, independentemente de exercerem funções governamentais ou cargos públicos (art. 27 do Estatuto de Roma). A criação do TPI corrobora a ideia de responsabilidade internacional do indivíduo, consoante o que se iniciou com os tribunais *ad hoc* de Nurembergue e de Tóquio e, depois, de Ruanda e da Iugoslávia. O Tribunal é uma entidade independente da ONU, tem sede em Haia, nos Países Baixos. Ademais, tem personalidade jurídica de direito internacional e é formado pela Presidência, Câmara de Instrução, Câmara de Julgamento em Primeira Instância, Câmara de Apelação, Procuradoria e Secretaria. A grande característica do tribunal é sua *complementaridade*, isto é, a jurisdição do TPI somente será exercida se a Câmara de Instrução verificar que existem provas suficientes para o acusado ser levado a julgamento e também concluir que algum sistema jurídico nacional tenha sido incapaz ou não tenha demonstrado interesse em julgar o caso. Esse último requisito pode ser verificado quando ocorrem demora injustificada no procedimento, falta de independência do poder judiciário e até falta de capacidade para realizar a justiça penal. Conforme dispõe o art. 29 do Estatuto de Roma, os crimes da competência do TPI não prescrevem. A acusação, referente à prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma, poderá ser levada até o conhecimento do TPI, **que tem jurisdição para julgar os crimes cometidos nos territórios dos estados partes ou dos estados que reconheçam sua competência**, por meio de algum estado parte, pelo Conselho de Segurança (nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU) ou pelo procurador-geral do TPI. Se a acusação for devidamente processada e aceita pela Câmara Preliminar, o TPI poderá julgar o caso. Se o indiciado for culpado, a pena imposta terá de respeitar o limite máximo de 30 anos. Todavia, se o crime for de extrema gravidade, poderá ser aplicada a pena de prisão perpétua. Concomitantemente, poderá ser aplicada a pena de multa e de confisco, caso reste comprovado que o culpado adquiriu bens de forma ilícita (art. 77 do Estatuto de Roma). Além de sanções de natureza penal, o TPI pode determinar a reparação às vítimas de crimes e aos seus respectivos familiares, principalmente por meio da restituição, da indenização ou da reabilitação. O Tribunal ainda poderá, por meio de ofício ou requerimento, em circunstâncias excepcionais, determinar a extensão e o nível dos danos, da perda ou do prejuízo causados às vítimas ou aos titulares do direito à reparação, com a indicação dos princípios nos quais fundamentou a sua decisão (art. 75 do Estatuto de Roma). A maior inovação do Estatuto foi a criação do instituto da *entrega* ou *surrender,* que consiste na entrega de um Estado para o TPI, a pedido deste, de indivíduo que deva cumprir pena por prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma. A título de comparação, a extradição é a entrega de um Estado para outro Estado, a pedido deste, de indivíduo que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime de certa gravidade, sendo, portanto, de interesse do país requerente, ao passo que a *entrega* é de interesse de toda a comunidade internacional. A grande finalidade do instituto da *entrega* é garantir o julgamento do acusado, pois o TPI não julga indivíduos à revelia. Em outras palavras, a *entrega* nada mais é do que o cumprimento de ordem emanada do

---

4. Direito Internacional Público, pág. 355. Ed. Saraiva, 11ª edição, 2008.

Tribunal Penal Internacional. A legitimidade de tal autoridade reside no fato de o tribunal realizar os anseios de justiça de toda a comunidade internacional, julgando e condenando autores de crimes tão nefastos para a humanidade. Assim, o Estado, como signatário do estatuto de Roma, deve cooperar e entregar até mesmo seus nacionais para serem julgados pelo TPI.

Quanto aos crimes que o TPI tem competência para julgar, são eles:

I) **crime de genocídio**: a Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, adotada pela Resolução 260 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1948, definiu no seu art. 2º que "crime de genocídio é a conduta criminosa que tenha a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, religioso ou racial". Tal definição foi reproduzida no art. 6º do Estatuto de Roma, e o próprio art. 2 indica os tipos de conduta que podem ser considerados como genocídio (também reproduzidos pelo art. 6 do Estatuto de Roma): **a)** assassinato de membros do grupo**; b)** atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; **c)** submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; **d)** medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e **e)** transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo. Além desses elementos materiais (*actus reus)*, é necessário ainda um elemento subjetivo (*mens rea)*, que é o dolo especial, a intenção de destruir no todo ou em parte um determinado grupo. Nesse sentido, o genocídio é um crime doloso por definição. Além disso, o art. 3 do Estatuto de Roma dispõe que, além do genocídio, serão punidas as seguintes condutas: **a)** o acordo com vista a cometer genocídio; **b)** o incitamento, direto e público, ao genocídio; **c)** a tentativa de genocídio; e **d)** a cumplicidade no genocídio;

II) **crime contra a humanidade**: o art. 7 do Estatuto de Roma define que o "crime contra humanidade é a conduta criminosa cometida no quadro de um ataque, sistemático ou generalizado, contra qualquer população civil, desde que haja conhecimento deste ataque". O mesmo artigo indica quais são os tipos de conduta que podem configurar crimes contra a humanidade: **a)** homicídio; **b)** extermínio; **c)** escravidão; **d)** deportação ou transferência forçada de uma população; **e)** prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; **f)** tortura; **g)** agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; **h)** perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, ou ainda em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido nestas alíneas ou com qualquer crime da competência do Tribunal; **i)** desaparecimento forçado de pessoas; **j)** crime de *apartheid;* **k)** outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental;

III) **crime de guerra**: o art. 8º do Estatuto de Roma define que o "crime de guerra é a conduta criminosa cometida como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes". O mesmo artigo indica, em uma lista extensa, quais são os tipos de crimes de guerra. Basicamente, tais crimes foram disciplinados pelas Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, bem como o direito costumeiro aplicado em tempos de guerra, sejam elas internacionais ou de caráter não internacional.

IV) **crime de agressão**: o Estatuto de Roma não definiu o crime de agressão, e somente em junho de 2010, na Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, realizada em Kampala, capital de Uganda, essa lacuna foi preenchida, determinando que o "crime de agressão é a conduta criminosa cometida por pessoa que detenha controle ou poder de direção efetivo sobre a ação política ou militar de um país, desde que sua conduta cause, por suas gravidade, características e escala, uma violação latente da Carta das Nações Unidas". Além da prática do crime de agressão, serão punidos também o planejamento, a preparação e a tentativa do crime de agressão. Para que o TPI exercesse sua jurisdição sobre esse crime, era necessário: (i) decurso de um ano após o depósito do trigésimo instrumento de ratificação das emendas de Kampala, o que ocorreu em 2017; e (ii) nova decisão, pelos estados partes, de acionar a jurisdição do tribunal. Esta decisão poderia ser tomada a partir de janeiro de 2017. Em dezembro de 2017, na Assembleia dos Estados Partes do TPI, foi decidido que o tribunal poderá julgar indivíduos acusados de crimes de agressão que ocorram a partir de 17 de julho de 2018, desde que cometidos por nacional de estado parte nas emendas de Kampala e contra o território de outro estado parte nas emendas de Kampala. Percebe-se que essa regra é peculiar, e difere da aplicada aos demais crimes do artigo 5, para cuja afirmação de jurisdição basta que tenham sido cometidos por nacional ou no território de um estado parte no Estatuto de Roma.

E: Correta. O Tribunal Internacional do Direito do Mar, criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (também conhecida como Convenção de Montego Bay) e sediado em Hamburgo, tem por missão a solução de controvérsias marítimas. O Tribunal é devidamente regulado pelo Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar (Anexo VI da Convenção de Montego Bay). Segundo os arts. 2º, ponto 1, e 5º, ponto 1, ambos do Estatuto, o Tribunal é composto de 21 membros independentes e eleitos por nove anos, com direito a reeleição. Os membros são escolhidos entre pessoas que gozem da mais alta reputação pela sua imparcialidade e integridade e sejam de reconhecida competência em matéria de direito do mar. Mas o ponto 2 do artigo 2º faz uma ressalva: "A representação dos principais sistemas jurídicos do mundo e uma distribuição geográfica equitativa devem ser asseguradas na composição global do Tribunal". Outra ressalva em relação aos membros – a qual, aliás, sempre aparece nos tribunais internacionais – é a de que o Tribunal não pode ter como membros mais de um nacional do mesmo Estado (art. 3º, ponto 1, do Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar). Os membros do Tribunal, no exercício das suas funções, gozam de privilégios e imunidades diplomáticos (art. 10 do Estatuto), e há a exigência de que 11 deles estejam presentes para atingir o quórum mínimo necessário para a constituição do Tribunal (art. 13 do Estatuto). O Estatuto cria a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar (art. 14 do Estatuto) e acena para a possibilidade de o Tribunal estabelecer câmaras especiais quando considerá-lo necessário para o deslinde de certa controvérsia (art. 15, ponto 1, do Estatuto). Um ponto muito importante é o referente à jurisdição do Tribunal, que só pode ser provocada pelos Estados-partes (art. 20, ponto 1, do Estatuto). O Tribunal tem jurisdição sobre todas as controvérsias e pedidos que lhe sejam submetidos em conformidade com a Convenção de Montego Bay, bem como sobre todas as questões especialmente previstas em qualquer outro acordo que lhe confira jurisdição (art. 21 do Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar). Além disso, também terá jurisdição se todas as partes de um tratado ou convenção já em vigor sobre matérias cobertas pela presente Convenção assim o acordarem, e qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação de tal tratado ou convenção pode, em conformidade com esse acordo, ser submetida ao Tribunal (art. 22 do Estatuto). Por fim, para entender a amplitude da missão institucional do Tribunal Internacional do Direito do Mar, não há nada melhor do que estudar a sua competência, a qual é disciplinada no art. 187 da Convenção de Montego Bay, que tem a seguinte redação: "A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos terá competência, nos termos da presente parte e dos anexos com ela relacionados, para solucionar as seguintes categorias de controvérsias referentes a atividades na área: **a)** controvérsias entre Estados-partes relativas à interpretação ou aplicação da presente parte e dos anexos com ela relacionados; **b)** controvérsias entre um Estado-parte e a Autoridade relativas a: i) atos ou omissões da Autoridade ou de um Estado-parte que se alegue constituírem violação das disposições da presente parte ou dos anexos com ela relacionados ou das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade adotados de conformidade com as mesmas disposições; ou ii) atos da Autoridade que se alegue constituírem abuso ou desvio de poder; **c)** controvérsias entre partes num contrato, quer se trate de

Estados-partes, da Autoridade ou da empresa, de empresas estatais e de pessoas jurídicas, singulares ou coletivas, referidas na alínea *b* do nº 2 do artigo 153º, relativas a: i) interpretação ou execução de um contrato ou de um plano de trabalho; ou ii) atos ou omissões de uma parte no contrato relacionados com atividades na área que afetem a outra parte ou prejudiquem diretamente os seus legítimos interesses; **d)** controvérsias entre a Autoridade e um candidato a contratante que tenha sido patrocinado por um Estado, nos termos da alínea *b* do nº 2 do artigo 153, e preenchido devidamente as condições estipuladas no nº 6 do artigo 4º e no nº 2 do artigo 13 do anexo III, relativas a uma denegação de um contrato ou a uma questão jurídica suscitada na negociação do contrato; **e)** controvérsias entre a Autoridade e um Estado-parte, uma empresa estatal ou uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, patrocinada por um Estado-parte nos termos da alínea *b* do nº 2 do artigo 153, quando se alegue que a Autoridade incorreu em responsabilidade nos termos do artigo 22 do anexo III; **f)** quaisquer outras controvérsias relativamente às quais a jurisdição da Câmara esteja expressamente prevista na presente Convenção".

Gabarito E

4. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

(Diplomacia 2009) Em 2009, comemoram-se 60 anos da assinatura das quatro Convenções de Genebra de 1949, as quais, juntamente com seus dois protocolos adicionais de 1977, são consideradas os principais instrumentos do direito internacional humanitário. Acerca desse ramo do direito internacional público, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A reciprocidade é um dos mecanismos de implementação de normas humanitárias ao facultar, a uma das partes em combate, a inobservância das obrigações assumidas na exata proporção da violação sofrida.

(2) As Convenções de Genebra de 1949 estabelecem normas de conduta para combatentes em conflitos armados internacionais e, subsidiariamente, em conflitos armados de caráter não internacional.

(3) A assistência humanitária, na forma de ações de socorro emergencial de índole humanitária, imparcial e não discriminatória, é direito previsto pelo direito internacional humanitário, que pode ser levado a cabo por Estados, organizações internacionais e organizações não governamentais.

(4) Ao contrário do direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário não se vale de tribunais para sua implementação, já que não se espera que partes em conflito aberto submetam-se a decisões judiciais.

1: Errado. As chamadas "represálias beligerantes" são proibidas pelo direito internacional contemporâneo. Era comum, durante a maior parte do direito das gentes, que os estados deixassem de respeitar as normas relacionadas ao direito da guerra como retaliação por eventuais violações do direito humanitário. Em seu curso de 1953 na Academia da Haia de Direito Internacional, por exemplo, Hans Kelsen usava a suspensão do *jus in bello* para exemplificar os meios legítimos de represália. Atualmente, contudo, diversos tratados internacionais proíbem as represálias beligerantes. É o caso da Terceira Convenção de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra prisioneiros de guerra, da Quarta Convenção de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra pessoas protegidas e seus bens, bem como do Protocolo Adicional I, de 1977, às convenções de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra populações civis. Além disso, a Convenção da Haia de 1954 proíbe represálias contra o patrimônio cultural em tempos de guerra, obrigação que, caso violada, também constitui crime de guerra. Apesar dos dispositivos convencionais e por mais que as represálias beligerantes sejam absolutamente "contrárias às leis da humanidade e às exigências da consciência pública", já apresentadas como limites às contramedidas pelo *Institut de Droit International* em sua resolução de 1934, ainda atualmente, a prática de alguns estados permite que sejam lançadas dúvidas quanto à natureza consuetudinária dessa limitação. De fato, ainda é comum o desrespeito recíproco pelo direito humanitário por parte de beligerantes. Além disso, muitos estados parecem arrogar-se o direito de atacar civis inocentes, sob o pretexto de fazer valer o *jus in bello*, diante de uma violação dessas normas pela parte inimiga. Apesar da prática lastimável de alguns estados, a natureza costumeira da proibição de represálias contra civis em zonas de combate não deve ser posta em xeque. Com base na famosa cláusula Martens, ela foi consagrada pelo Tribunal Penal *Ad Hoc* para a Ex-Iugoslávia, no caso *Prosecutor vs Martic*, em decisão de 8 de março de 1996, quando a Câmara de Julgamento do tribunal afirmou que "no que diz respeito ao direito costumeiro, a regra segundo a qual a população civil, bem como os indivíduos civis, não podem ser objeto de ataque, é uma regra fundamental do direito internacional humanitário, aplicada a todos os conflitos armados". No caso *Prosecutor vs Kupreskic*, julgado em 2000, a Câmara de Julgamento do Tribunal Penal *Ad Hoc* para a Ex-Iugoslávia, se, por um lado, reconheceu que não havia uma prática estatal consistente que fundamentasse como norma costumeira a proibição das represálias beligerantes, afirmou que: "Realmente, não parece ter emergido recentemente um corpo de prática estatal consistentemente a favor da proposição de que tomou forma um dos elementos do costume, nomeadamente, o *usus* ou *diuturnas*. Essa é uma área, contudo, em que a *opinio iuris sive necesitatis* pode exercer um papel muito mais importante que o *usus*, como consequência da já mencionada cláusula Martens. À luz da forma como estados e tribunais a têm implementado, essa cláusula mostra claramente que princípios de direito internacional humanitário podem emergir por meio de um processo costumeiro pautado pela pressão das demandas de humanidade ou dos ditames da consciência pública, mesmo onde a pratica estatal é escassa ou inconsistente". Atualmente, não pode haver dúvida, apesar da reincidência dos estados, a proibição de represálias beligerantes, em particular contra civis desarmados, que não tomam parte nas hostilidades, é proibida por norma costumeira com natureza de *jus cogens*. Sua violação acarreta, portanto, responsabilidade agravada para os perpetradores. Obrigações decorrentes das normas fundamentais de direito internacional humanitário não podem ser suspensas com base na reciprocidade.

2: Certo. O Direito de Genebra protege os não combatentes em guerras internacionais. Historicamente, é esse o objeto desse ramo do Direito Humanitário. Ocorre que, com base nos princípios de humanidade e nos ditames da consciência pública (já invocados na cláusula Martens), o artigo 3, comum às quatro Convenções de Genebra de 1949, assegura proteção mínima aos não combatentes também em guerras de caráter não internacional. Nas duas décadas após a adoção das Convenções de Genebra, o mundo testemunhou um aumento no número de conflitos armados não internacionais e de guerras por independência. Em resposta a isso, foram adotados em 1977 dois Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949. Eles fortalecem a proteção às vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I) e não internacionais (Protocolo II) e determinam limites aos métodos de guerra. O Protocolo II foi o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado às situações de conflitos armados não internacionais.

3: Certo. A assistência humanitária cuida do auxílio às vítimas de conflitos armados nacionais ou internacionais. O auxílio é executado por meio pacífico, de que é exemplo o envio de remédios e alimentos. Não se confunde, de modo algum, com a intervenção humanitária, que envolve o uso da força contra Estado ou movimento armado no interior de algum Estado, sob o pretexto de fazer cessar graves violações de direitos humanos. A intervenção humanitária só será lícita quando autorizada pelo Conselho de Segurança (como no caso da Líbia, em

2011); se praticada de modo unilateral (como em 2018, contra a Síria), constitui inequívoco ato de agressão.
4: Errado. O Tribunal Penal Internacional (TPI), constituído pelo Estatuto de Roma, de 1998, é considerado um tribunal de direito internacional humanitário. Trata-se do chamado Direito de Roma, a evitar impunidade quando da prática de crimes de maior gravidade.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2000) Com relação ao tema dos direitos humanos ao longo da história, assinale a opção incorreta.

(A) A existência da democracia na Atenas clássica comprova o respeito aos direitos humanos já na Antiguidade.
(B) A Declaração dos Direitos, surgida por ocasião da Revolução Gloriosa, simbolizou a subordinação do rei ao Parlamento e, nesse sentido, o fim do absolutismo na Inglaterra.
(C) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um símbolo da derrocada do Antigo Regime na França.
(D) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada há mais de 50 anos na ONU, foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.
(E) A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em 1993, consagrou o desenvolvimento econômico dos povos como um direito universal.

A: Incorreta, pois não é possível comprovar o respeito aos direitos humanos pela simples existência da democracia como forma de governo. A democracia é imprescindível para a realização dos direitos humanos, mas ela por si só não garante o respeito à dignidade da pessoa humana. Ademais, sabe-se que a democracia em Atenas era débil se comparada com as experiências democráticas atuais, pois cabe dizer que escravos existiam na Grécia Antiga e não eram considerados cidadãos;
B: Correta. A Revolução Gloriosa, cujo estopim foi o nascimento de um herdeiro do trono que possibilitaria a continuidade da religião católica na coroa (a herdeira até então, Maria de Stuart, era protestante), ocorreu no Reino Unido de 1688 a 1689, e teve por consequência a queda e posterior fuga do rei Jaime II, da dinastia Stuart. O trono, depois de declarado vago pelo Parlamento, foi oferecido, conjuntamente, ao genro do rei, o nobre neerlandês Guilherme, Príncipe de Orange, e à filha do rei, Maria de Stuart. Mas tal oferta comportava uma condição: se a coroa inglesa fosse aceita, também se admitiria a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) votada pelo Parlamento. A oferta do trono e a condição foram aceitas e os novos soberanos passaram a se chamar Guilherme III e Maria II. A Declaração de Direitos de 1689, que foi influenciada diretamente pelas ideias de John Locke, é um documento legal confeccionado pelo Parlamento inglês e figura como um dos textos constitucionais mais importantes do Reino Unido. Entre outros efeitos, ela limitou os poderes do rei e disciplinou os direitos relacionados com o Parlamento, como a liberdade de expressão dos parlamentares e o estabelecimento de eleições regulares para o Parlamento. Também determinou que todos os súditos têm direito de petição ao rei, assim como tornou o Parlamento competente para legislar e criar tributos, funções antes exercidas pelo monarca. Tais medidas asseguraram certo poder para o Parlamento no Reino Unido e representaram a instauração institucional da separação de poderes, mais tarde reconhecida e elogiada por Montesquieu. Ademais, a propriedade privada também foi regulada e garantida. Dessa forma, a Declaração de Direitos de 1689, como o *Act of Settlement* de 1701, é ainda hoje uma das principais leis sobre sucessão de trono no Reino Unido. A maior importância do *Bill of Rights* para os direitos humanos reside, sem dúvida, na separação institucional dos poderes acima apontada. A partir desse momento, o indivíduo passou a ter uma garantia institucional (em teoria) de que o interesse dos governados guiaria a formulação das leis e de que o Parlamento seria o órgão encarregado de proteger os súditos perante o rei;
C: Correta. A Revolução Francesa é apontada como o marco inicial da civilização europeia moderna, pois os conceitos modernos de nação, cidadania, radicalismo, igualdade e democracia apareceram de fato no pós-revolução. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada pela Assembleia Constituinte da França em 1789, foi influenciada diretamente pela Revolução Francesa e pela Revolução Americana de 1776. Pela primeira vez, observou-se uma declaração generalizante, isto é, com o propósito de fazer referência não só a seus cidadãos, mas a toda a humanidade, por isso a menção aos direitos do *homem* também. A Declaração teve por base os conceitos de *liberdade, igualdade, fraternidade, propriedade, legalidade* e *garantias individuais*, síntese do pensamento iluminista liberal e burguês. Mas o seu ponto central era a supressão dos privilégios especiais ("acabar com as desigualdades"), outrora garantidos para os estamentos do clero e da nobreza. Ao lado de declarações de direitos constantes nas Constituições francesas de 1791 e 1793, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reproduz claramente as ideias de Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau. Em relação às do primeiro, afirma a necessidade de uma limitação institucional dos poderes do governo, e em relação às teses do pensador genebrino, defende que a legitimidade do governo provém apenas da vontade geral do povo. É comum afirmar que as origens do sistema de representação política moderna são a Constituição Americana e a Revolução Francesa, e que os direitos constantes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foram ampliados por ocasião da reformulação da declaração de direitos pela Convenção Nacional em 1793 (sob contexto revolucionário reinante no governo jacobino). Essa reformulação e seu corolário de ampliação de direitos já havia ocorrido antes, quando foi promulgada a Constituição de 1791;
D: Correta. O processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações desses direitos perpetradas pelo nazi fascismo. O maior exemplo de tal processo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. Em conjunto com os dois Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, eles constituem a "Carta Internacional de Direitos Humanos". A Declaração Universal prevê direitos civis e políticos (art. 3º a 21) e direitos econômicos, sociais e culturais (art. 22 a 28). É importante esclarecer que ela é um exemplo de *soft law*, porque, formalmente, não é vinculante. Apesar disso, a maior parte da DUDH reflete, atualmente, o direito costumeiro internacional. Revisitando a ideia do direito a ter direitos, de Hannah Arendt, segundo a Declaração, a condição de pessoa humana é requisito único e exclusivo para ser titular de direitos. Com isso corrobora-se o caráter universal dos direitos humanos, isto é, todo indivíduo é cidadão do mundo e, dessa forma, detentor de direitos que salvaguardam sua dignidade;
E: Correta. O art. 10 da Declaração de Direitos Humanos de Viena assim dispõe: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma o direito ao desenvolvimento, previsto na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento, como um direito universal e inalienável e parte integral dos direitos humanos fundamentais". O termo "desenvolvimento econômico" ainda aparece duas vezes na Declaração de Direitos Humanos de Viena. O art. 2º assim afirma: "Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural". Já o art. 9º tem a seguinte redação: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os países menos desenvolvidos que optaram pelo processo de democratização e reformas econômicas, muitos dos quais se situam na África, devem ter o apoio da comunidade internacional em sua transição para a democracia e o desenvolvimento econômico".

Gabarito "A"

5. DIREITO DA INTEGRAÇÃO

(Diplomacia 2008) Segundo a doutrina da integração regional, que se desenvolve com a disseminação e o aprofundamento dos blocos econômicos, o MERCOSUL recebe a classificação de união aduaneira imperfeita. Tal classificação justifica-se porque

(A) há expressa previsão legal a esse respeito, conforme definido no preâmbulo do Código Aduaneiro do MERCOSUL.

(B) há um regime de exceções tributárias decorrente das assimetrias internas que impede a aplicação de um único imposto aduaneiro, comum a todos os países-membros do bloco regional.

(C) essa união aduaneira não dispõe de personalidade jurídica internacional, sendo reconhecida apenas no MERCOSUL como um todo, conforme previsto no Protocolo de Ouro Preto.

(D) não existe, no MERCOSUL, livre circulação de trabalhadores, com direito de estabelecimento, como ocorre na União Europeia.

(E) sua tarifa externa comum (TEC) é ainda muito elevada e incompatível com os padrões internacionais de liberalização comercial.

A: Errado, pois não existe tal previsão;

B: Certo. O Mercosul é uma união aduaneira formada por Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai e Venezuela (a Bolívia encontra-se em processo de adesão), funciona pela cooperação intergovernamental. Apesar de seu objetivo ser a constituição um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de fatores produtivos, conforme previsto no Tratado de Assunção, de 1991, o Mercosul é ainda uma união aduaneira (ou alfandegária), caracterizada pela tarifa externa comum (TEC). Todavia, o Mercosul vem sendo considerado uma união aduaneira imperfeita, devido às listas de exceções à tarifa externa comum, impostas pelos países-membros em decorrência de suas assimetrias internas.

C: Errado. É indiscutível a personalidade jurídica de direito internacional ostentada pelo Mercosul, ao menos desde a celebração do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, cujo artigo 34 determina: "O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional". Como se sabe, conforme consagrado no Parecer Consultivo sobre reparação de danos causados a serviço das Nações Unidas, proferido pela Corte Internacional de Justiça em 1949, a personalidade jurídica das organizações internacionais é objetiva, sendo oponível a terceiros estados. Ela não é limitada, portanto, a seus estados membros.

D: Errado. A rigor, não existe, de fato, livre circulação de trabalhadores com direito de estabelecimento no Mercosul. Em 2004, foi celebrado, contudo, o Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, segundo o qual "os empresários nacionais dos Estados Partes poderão estabelecer-se no território de qualquer dos outros Estados Partes para o exercício de suas atividades, sem outras restrições além daquelas emanadas das disposições que rijam as atividades exercidas pelos empresários no Estado receptor".

E: Errado, pois apesar de a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul ser alta (em torno de 30% de média da tarifa consolidada), ela é **compatível** com os padrões internacionais de liberalização comercial. Vale lembrar que o artigo XXIV do GATT identifica o regionalismo aberto como uma das exceções ao princípio da não-discriminação, princípio esse informador do comércio internacional.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O MERCOSUL foi criado pelo(a):

(A) Tratado de Foz do Iguaçu, de 1991.

(B) Tratado de Assunção, de 1991.

(C) Tratado Quadripartile de Buenos Aires, de 1990.

(D) Declaração para a União Econômica do Mercado Comum do Sul, de Punta del Este, de 1989.

(E) Declaração de integração do Cone Sul, de Ouro Preto, de 1993.

A, B, C, D e E: O Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, de 1991, celebrado por Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai (os membros fundadores do Mercosul). Apesar de seu objetivo ser a constituição um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de fatores produtivos, o bloco é ainda uma união aduaneira, caracterizada pela tarifa externa comum (TEC)

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O Tratado de Maastricht tem por objetivo:

(A) Regulamentar Experiências com Armamentos Químicos.

(B) prescrever usos considerados de energia nuclear.

(C) fortalecer a construção da União Europeia.

(D) fomentar as relações comerciais entre a Europa e o Japão.

(E) disciplinar o comércio de armas entre a Europa e o Oriente Médio.

A, B, C, D e E: A União Europeia é uma união econômica e monetária que configura não um superestado, mas sim uma entidade supranacional, ou melhor, uma entidade que funciona por cooperação supranacional. Pode ser também caracterizada, por uma perspectiva mais sociológica, como um projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução. Anteriormente ao atual estágio, alguns países europeus constituíram, pelo Tratado de Paris, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), e, em 1957, esses países assinaram os Tratados de Roma, ampliando a cooperação estabelecida no âmbito da Ceca com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). A União Europeia foi formalmente criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em sete de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993, mas apenas obteve personalidade jurídica de direito internacional com o Tratado de Lisboa, em 2009.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 1996) Sobre o NAFTA pode-se dizer se trata de:

(A) Um Mercado Comum entre Estados Unidos, Canadá, Porto Rico e México.

(B) Uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México e União Europeia.

(C) Um Mercado Comum que une todos os Países da América Central e Setentricoal.

(D) Um Acordo de Imigração e Cooperação entre Estados Unidos, Canadá e México.

(E) Uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México.

A, B, C, D e E: Existem inúmeras maneiras de se proceder à integração regional, normalmente apontadas como um processo evolucional. Conforme a tipologia das etapas do processo de integração elaborada pelo economista húngaro Béla Balassa, são elas:

a) zona de preferência tarifária – dois ou mais países gozam de tarifas mais baixas do que as aplicadas a outros que não possuem acordo preferencial. É o caso da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração);

b) zona de livre comércio – os países do bloco reduzem drasticamente ou eliminam as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles.

É o caso do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), formado por Estados Unidos, Canadá e México;
c) união aduaneira – além de os países do bloco eliminarem as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles, estabelecem as mesmas tarifas de importação (TEC – Tarifa Externa Comum) para o comércio internacional fora do bloco. O melhor exemplo é o Mercosul, apesar de este ser considerado uma união aduaneira imperfeita;
d) mercado comum – conserva as características da união aduaneira (em que existe tão somente a livre circulação de bens), com o acréscimo das outras liberdades fundamentais do mercado (livre circulação de pessoas, serviços e capitais). O Benelux, formado por Bélgica, Holanda e Luxemburgo, pode ser apontado como exemplo.
e) união econômica e monetária – conserva todas as características anteriormente apresentadas, com o acréscimo de possuir uma política macroeconômica unificada. A principal diferença entre o mercado comum e a união econômica e monetária reside na política macroeconômica, que é coordenada no primeiro e unificada no segundo. Para solapar possíveis dúvidas, a adoção de moeda única não é condição para constituição da união econômica e monetária, mas sim o ponto alto de tal modalidade de integração. Esse é o caso da União Europeia.

Gabarito "E"

6. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

(Diplomacia 2008) O Brasil é um dos mais frequentes usuários do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual foi dinamizada e fortalecida com a adesão recente de importantes países. Com relação à OMC, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O sistema de solução de controvérsias da OMC corresponde à forma arbitral de composição de conflitos e, como tal, não é passível de pedido recursal.

(2) As decisões contidas nos relatórios dos *panels* só se aplicam mediante a manifestação favorável de todos os membros da organização, levando-se em consideração a regra basilar do direito internacional público, que é o consenso.

(3) As conclusões dos relatórios finais dos *panels* conformam decisões estritamente jurídicas e independem de qualquer convalidação política.

(4) Cuba e a República Popular da China, membros plenos da OMC, submetem-se ao sistema de solução de controvérsias dessa organização.

1: Errado. Os relatórios dos grupos especiais (painéis) e o do Órgão Permanente de Apelação (OPA) não têm natureza jurisdicional propriamente dita (nem arbitral, nem judicial), porque não são juridicamente vinculantes até serem adotados pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Além disso, os relatórios dos painéis podem ser objeto de recurso ao OPA.
2: Errado. Diferentemente do sistema de solução de controvérsias do antigo GATT 47, que se pautava pela regra do consenso, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC adota o consenso negativo, ou invertido. Dessa forma, o OSC apenas pode rejeitar um relatório dos painéis ou do OPA por consenso. Isso assegurou a prevalência do legalismo sobre os interesses políticos no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC.
3: Errado, pois, como dito no comentário anterior, o relatório técnico somente será vinculante após a convalidação política pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Na prática, contudo, essa adoção é virtualmente automática, em virtude da regra do consenso negativo. Afinal, o relatório apenas poderia ser rejeitado caso houvesse consenso em não o aprovar. Isso dificilmente acontecerá, porque ao menos o estado beneficiado pelo relatório deverá votar pela sua aprovação.
4: Certo. Cuba e China são membros da OMC desde 1995 e 2001, respectivamente, e, como todos os membros da organização, estão sujeitas ao seu sistema de solução de controvérsias. Considera-se, nesse sentido, que o sistema é compulsório para os membros, que não podem se recusar a participar de uma lide sob a alegação de não reconhecerem a autoridade do mecanismo.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2002) Uma das cláusulas mais conhecidas no comércio internacional é a chamada "cláusula da nação mais favorecida". Sobre esta cláusula, assinale a única afirmação abaixo que é correta:

(A) Ela reflete a realidade discriminatória na prática comercial entre os Estados.

(B) Ela foi um subterfúgio criado no século XIX para que as nações industrializadas legitimassem o protecionismo.

(C) Ela consagra o princípio da igualdade de tratamento entre os Estados no comércio internacional.

(D) Ela foi abolida pelo "General Agreement on Tariffs and Trade" (GATT), desde a sua criação em 1947, em nome do princípio da não discriminação comercial entre países ricos e pobres.

(E) Ela foi estabelecida para legalizar um sistema geral de preferências no comércio internacional.

A, B, C, D e E: A cláusula de nação mais favorecida é um desdobramento do princípio da não discriminação, afinal, no sistema multilateral de comércio, todas as nações devem receber igual tratamento. A cláusula remonta ao século XIX, quando a Inglaterra firmava tratados comerciais por meio dos quais qualquer vantagem oferecida a um terceiro estado deveria ser automaticamente estendida à Inglaterra – a "nação mais favorecida". Atualmente, a aplicação da cláusula no sistema multilateral de comércio significa que qualquer vantagem tarifária concedida a um país deve ser automaticamente estendida aos demais, sem discriminação. O sistema aceita, contudo, exceções, para comportar o regionalismo aberto e o sistema geral de preferências.

Gabarito "C"

A título de consolidação, as rodadas de negociação na história do sistema multilateral de comércio são:

GATT:

a) 1ª rodada: Genebra – 1947; 23 países participantes; tema coberto: tarifas;

b) 2ª rodada: Annecy – 1949; 13 países participantes; tema coberto: tarifas;

c) 3ª rodada: Torquay – 1950-51; 38 países participantes; - tema coberto: tarifas;

d) 4ª rodada: Genebra – 1955-56; 26 países participantes; tema coberto: tarifas;

e) 5ª rodada: Dillon – 1960-61; 26 países participantes; tema coberto: tarifas;

f) 6ª rodada: Kennedy – 1964-67; 62 países participantes; temas cobertos: tarifas e medidas *antidumping*;

g) 7ª rodada: Tóquio – 1973-79; 102 países participantes; temas cobertos: tarifas, medidas não tarifárias, cláusula de habilitação;

h) 8ª rodada: Uruguai – 1986-93; 123 países participantes; temas cobertos: tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico, OMC.

OMC:

i) 9ª rodada: Doha – 2001-; 149 países participantes; temas cobertos: tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio, solução de controvérsias, regras em sentido geral.

7. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

(Diplomacia 2009) Conhecida do judiciário brasileiro desde o Império, a cooperação jurídica internacional tem adquirido importância crescente nos últimos anos, ao permitir a tutela jurisdicional, mesmo quando elementos indispensáveis ao processo se encontrem em jurisdição estrangeira. À luz da prática brasileira de cooperação jurídica internacional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A Convenção de Palermo, ratificada pelo Brasil, tem como objetivo promover a cooperação jurídica e policial no combate e na prevenção do crime organizado transnacional.

(2) A decisão de cooperar com um Estado estrangeiro, prestando-lhe o necessário auxílio, insere-se no contexto das relações internacionais que devem ser mantidas pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal. Portanto, os pedidos de auxílio e as cartas rogatórias devem tramitar pela via diplomática ou por meio de autoridade central prevista em tratado.

(3) O Estado brasileiro realiza atos de cooperação jurídica internacional em matéria tanto cível quanto penal, desde que haja, no segundo caso, tratado internacional em vigor que a discipline.

(4) Mecanismo tradicional de cooperação jurídica em matéria penal, a extradição, no Brasil, só se realiza após ter sido submetida a julgamento no Supremo Tribunal Federal, órgão que tem a competência originária para tal.

1: Certo. A Convenção de Palermo, ou Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.015 de 2004. Segundo seu art. 1º, "O objetivo da presente Convenção consiste em promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional";
2: Certo. O art. 4º, IX, da CF aponta que um dos princípios em que o Brasil terá de se basear para reger as suas relações internacionais é o da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Para garantir a efetividade jurisdicional em tempos marcados pelo cosmopolitismo humano impulsionado pela globalização econômica, cultural e política, é imprescindível a cooperação entre as diferentes jurisdições. Muitas são as situações em que um juiz depende do judiciário de outro país para efetuar uma diligência judicial. O instrumento pelo qual um juiz doméstico pede auxílio a um juiz estrangeiro denomina-se *carta rogatória*. O juiz que pede é o *rogante*; e o que recebe, o *rogado*. A carta rogatória é o meio processual adequado para a realização de diligências fora da jurisdição de um determinado Estado, e compreende tanto os atos ordinatórios (citação, notificação, intimação etc.) como os instrutórios (coleta de provas, oitiva de testemunhas) e executórios (que implicam alguma medida constritiva). Seu fundamento é um tratado que regula o instituto processual ou o princípio da reciprocidade. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dá as coordenadas sobre o assunto: *"Art. 12, §2º A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pele lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências"*. Assim, pode-se afirmar que o juiz brasileiro (rogado), depois de concedido o *exequatur*, deverá cumprir a carta rogatória emitida pelo juiz estrangeiro (rogante). Em relação ao *exequatur* ("execute-se"), a carta rogatória deve sempre respeitar a ordem pública do país em que será cumprida (art. 17 da LINDB). Os efeitos do cumprimento ou da denegação da carta rogatória fazem apenas coisa julgada formal, ou seja, permitem a reapresentação da carta rogatória. No Brasil, a competência para conceder *exequatur* às cartas rogatórias era do STF, mas desde a edição da EC n. 45 em 2004, essa competência passou para o STJ (art. 105, I, *i*, da CF), que também é competente para homologar as sentenças estrangeiras. As cartas rogatórias no Brasil tramitam pelo seguinte procedimento: **a)** o pedido é recebido do estado estrangeiro pelas vias diplomáticas, ou, caso haja tratado de cooperação entre os países, pela Autoridade Central (enquanto regra, o Ministério da Justiça); **b)** o presidente do STJ recebe a carta e concede o *exequatur*, cabendo distribuição para julgamento pela Corte Especial em caso de impugnação; **c)** após a concessão de *exequatur*, a carta rogatória é remetida para o juiz federal competente para cumpri-la; **d)** após o cumprimento, o juiz tem o prazo de dez dias para devolvê-la ao Presidente do STJ, o qual a encaminhará ao Ministério da Justiça ou ao Ministério das Relações Exteriores, que retornará a carta rogatória ao juiz rogante. O Superior Tribunal de Justiça, ao conceder *exequatur* às cartas rogatórias, realizará mero juízo de delibação, uma vez que o Brasil segue o sistema belga de contenciosidade limitada no que diz respeito à cooperação jurídica internacional. Isso significa que o STJ não analisará o mérito do ato jurisdicional; simplesmente identificará os requisitos procedimentais e a compatibilidade com a ordem pública brasileira.
O auxílio direto, por sua vez, é modalidade de cooperação jurídica internacional em que não existe ato jurisdicional estrangeiro (definitivo ou interlocutório) a ser delibado. Foi introduzido na resolução 9 do STJ, de 2005, e consagrado nos artigos 28 a 34 do Novo CPC. Não se confunde com a carta rogatória: "O pedido de cooperação jurídica internacional, na modalidade de auxílio direto, possui natureza distinta da carta rogatória. Nos moldes do disposto nos arts. 28, 33, caput, e 40, todos do Código de Processo Civil, caberá auxílio direto quando 'a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira', enquanto necessitará de carta rogatória quando for o caso de cumprir decisão jurisdicional estrangeira". (STF, Pet 5946/DF. Relator Min. Marco Aurélio. Primeira Turma. Julgamento: 16/08/2016). O auxílio direto poderá tramitar por via judicial ou administrativa, conforme necessite ou não de sentença judicial brasileira. Insta esclarecer que eventual decisão judicial não será a concessão de *exequatur* (execute-se) a ato jurisdicional estrangeiro (inexistente), mas uma decisão 100% brasileira, que será o próprio objeto da cooperação. De acordo com Antenor Madruga, "podem ser objeto de pedido de auxílio direto uma ampla gama de medidas que variam desde a comunicação de atos processuais, a obtenção de provas, a oitiva de testemunhas, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático, a localização de bens e indivíduos, o sequestro de bens, o congelamento de contas bancárias até a repatriação de bens ou valores ilicitamente remetidos ao exterior". Conforme previsto no item, o pedido de auxílio direto poderá tramitar pelas vias diplomáticas ou pela Autoridade Central, a depender de seu fundamento – promessa de reciprocidade ou tratado internacional.
3: Errado, a existência de tratado em vigor não é imprescindível para a cooperação jurídica internacional em matéria penal. Na ausência de tratado que regulamente a matéria, as cartas rogatórias poderão tramitar pelas vias diplomáticas, e o auxílio direto e a extradição poderão ser concedidos com base em promessa de reciprocidade;
4: Certo. A extradição é o envio de um indivíduo para outro Estado, para responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime. A grande finalidade da extradição é garantir, por meio da cooperação internacional, que a prática de crime não fique sem punição. O fundamento jurídico do pedido de extradição pode ser a existência de um tratado que preveja tal hipótese. Na falta deste, a promessa de reciprocidade funciona como suporte jurídico para a extradição. No procedimento brasileiro de extradição passiva (solicitada ao Brasil por estado estrangeiro) tem início pela via diplomática ou diretamente

pela Autoridade Central, caso haja tratado entre os países. O pedido deve ser instruído com a cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória, da de pronúncia ou da que decretar a prisão preventiva, proferida por juiz ou autoridade competente. O Ministério da Justiça (Autoridade Central), ao receber o pedido, identificará seu fundamento. Caso seja simples promessa de reciprocidade, caberá, nessa fase administrativa, análise de conveniência e oportunidade. Caso o pedido seja fundado em tratado internacional, o Ministério da Justiça não poderá recusar sumariamente o pedido, e deverá transmiti-lo ao STF, para a análise dos requisitos de legalidade. Trata-se de competência originária do Supremo Tribunal Federal, prevista no artigo 102, I, *g* da CF/88, conforme afirmado no item. O STF deverá identificar os requisitos de legalidade previstos no artigo 82 da nova Lei de Migração. Entre outros, o referido artigo veda a extradição: de brasileiro nato; de asilado; por crime político ou de opinião; para ser julgado por tribunal de exceção; e por crime punível com pena de prisão inferior a dois anos. Se todos os requisitos legais estiverem presentes, caberá ao Presidente da República proceder à extradição, podendo realizar novo juízo de conveniência e oportunidade, em caso de pedido fundado em promessa de reciprocidade ou tratado com margem de apreciação política. Decidindo extraditar, deverá assegurar-se que o estado estrangeiro realize as promessas previstas no artigo 96 da nova Lei de Migração, entre elas, a de comutar penas corporal, perpétua ou de morte em penas privativas de liberdade de no máximo 30 anos; de computar o tempo de prisão que eventualmente tiver sido imposta durante o processo de extradição; e de não considerar qualquer motivo político para agravar a pena.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

8. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Diplomacia 2008) O Pacto de Paris de 1928, que passará à história com a conjugação dos nomes de seus firmatários, os ministros do exterior da França e dos Estados Unidos da América, simboliza importante avanço do direito das gentes. Acerca do conteúdo jurídico desse documento, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Esse pacto propugna pela abolição das guerras coloniais e de conquista.

(2) Esse documento obriga os países europeus a reconhecerem direitos soberanos dos Neo-Estados africanos.

(3) Esse pacto proscreve a guerra, para considerá-la a violação suprema do direito.

(4) Esse documento lança as bases da aliança atlântica e do pacto Anti-Komiterm.

1, 2, 3 e 4: No espírito pacifista – alguns diriam irenista, outros, utópico – do entre guerras, foi celebrado o Pacto de Paris, ou Pacto Briand-Kellog, que proscrevia a guerra nas relações internacionais. Era composto por 3 singelos artigos. Por meio do artigo 1, as partes contratantes condenavam o recurso à guerra para a solução de controvérsias internacionais e a ela renunciavam como instrumento de política nacional em suas relações mútuas. Pelo artigo 2, os estados signatários reconheciam a necessidade de resolver suas controvérsias por meios pacíficos, e o último artigo identificava as condições para a entrada em vigor do tratado. O ano de 1939 demonstraria que a guerra não seria extinta por uma simples declaração de intenções. Em 1945, a Carta da ONU consagraria instrumento jurídico mais sofisticado, a manter a paz e a segurança internacionais; universal, vinculante até para não membros, dotada de um sistema de sanções institucionalizado na figura do Conselho de Segurança, órgão decisório ao qual foi atribuído o monopólio do uso da força no direito internacional – ressalvado o direito inerente à legítima defesa.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

Presidente visita Benguela

O presidente da República inicia hoje uma viagem pelo continente africano. Seu primeiro compromisso no exterior diz respeito à assinatura de um tratado comercial com a República de Benguela, envolvendo exportação de produtos agrícolas e medicamentos, e ajuda financeira.

A República de Benguela é país recém-criado, surgido em decorrência de desmembramento de parte do território de um outro país.

Um governador de estado acompanha a comitiva presidencial, pois tem interesse em um segundo tratado, pelo qual uma sociedade de economia mista do estado-membro participaria das obras de infraestrutura necessárias à organização do novo país. A imprensa não foi informada acerca de qual governador acompanhará o presidente.

O Planeta Diário, 1º de abril de 2003 (com adaptação).

(Diplomacia 2004) Supondo que seja verdadeira a notícia hipotética acima transcrita, julgue os itens seguintes.

(1) O primeiro tratado, devidamente assinado pelo presidente da República, somente produzirá eficácia no Brasil quando ocorrer sua incorporação à ordem jurídica interna; essa incorporação é ato subjetivamente complexo, devendo resultar da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Poder Legislativo, mediante a edição de decreto legislativo pelo Congresso Nacional, e a do Poder Executivo, por meio de decreto editado pelo presidente da República.

(2) O segundo tratado deverá ser assinado pelo governador de estado, em nome do estado-membro da Federação que representa, pois o estado-membro é ente dotado de autonomia política e de personalidade jurídica de direito público. O presidente da República não poderá participar deste acordo, a menos que este envolva algum interesse direto da União, pois o princípio federativo impede a União de interferir em assuntos restritos aos interesses internos dos demais entes da Federação.

(3) No sistema jurídico brasileiro vigente, um tratado internacional, a exemplo do aludido na notícia acima transcrita, ao ser regularmente incorporado ao direito interno, situar-se-á nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, estando hierarquicamente subordinado à autoridade normativa da Constituição da República e sendo sujeito tanto ao controle de constitucionalidade difuso quanto ao concentrado.

(4) O primeiro tratado, após devidamente assinado pelas partes, é um tratado bilateral e de natureza contratual, que deverá ser interpretado de boa-fé, segundo o sentido comum atribuível aos termos no contexto e à luz de seu objeto e finalidade. Deverá ser declarado nulo se, no momento de sua conclusão, conflitar com alguma norma imperativa de direito internacional geral.

(5) Considerando que o território da República da Benguela era parte de um país, que continua a existir, a referida República não deverá ficar responsável pelo pagamento de nenhuma parcela de dívida externa contraída pelo país predecessor, ainda que ambos os países tenham diversamente acordado, haja vista a

existência de norma impositiva de direito internacional público a respeito dessa matéria.

(6) Para que fosse aceito como país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em condição de plena igualdade com os demais países-membros, a República da Benguela teria que comprovar o atendimento dos requisitos exigidos por aquela pessoa jurídica de direito público internacional para o ingresso na organização, tais como o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de população e de extensão territorial.

(7) Caso houvesse conflito entre a República da Benguela e o país predecessor, em decorrência de problemas sucessórios envolvendo, por exemplo, tratados, bens, arquivos e dívidas, tais litígios seriam passíveis de julgamento pela Corte Internacional de Justiça, situada em Haia na Holanda. Essa Corte é composta de quinze juízes, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, para mandato de nove anos.

(8) A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma agência vinculada à ONU, com personalidade jurídica própria de direito internacional, criada para regular o comércio internacional. Assim, a adesão da República de Benguela à OMC deveria ser subordinada ao atendimento dos seguintes requisitos: ser membro da ONU, adequar a legislação interna aos acordos existentes no âmbito da OMC, fazer concessões nas tarifas aduaneiras e ser aceita por todos os países membros da OMC.

(9) Para que a República de Benguela pudesse firmar qualquer tratado específico com algum Estado-membro da União Europeia (UE), que é uma pessoa jurídica de direito público internacional, esse tratado deveria estar em harmonia com o direito comunitário da UE, visto que a ordem jurídica comunitária integra o direito interno de cada Estado-membro da UE, não podendo este invocar a legislação nacional para impedir a aplicação do direito comunitário.

(10) De acordo com as normas jurídicas brasileiras atualmente vigentes, para que um ocupante de cargo da carreira diplomática — obrigatoriamente, portanto, de nacionalidade originária brasileira — fosse nomeado chefe de missão diplomática que o Brasil estabelecesse na República de Benguela em caráter permanente, seria necessária a edição de um decreto de nomeação pelo presidente da República, posteriormente à aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.

1: Certo. A ratificação é ato administrativo unilateral mediante o qual a pessoa jurídica de direito internacional, signatária de um tratado, exprime definitivamente, no plano internacional, seu consentimento. A ratificação tem de ser expressa, e a sua consumação é obtida com a troca dos instrumentos de ratificação com a outra parte contratante ou com a sua entrega ao depositário. Nesse último caso, trata-se geralmente dos tratados multilaterais. O depositário é na maioria das vezes o Estado onde o tratado foi assinado, ou, no caso dos tratados celebrados no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, a sede dessas organizações. No Brasil, é necessário um procedimento complexo para proceder à ratificação de tratados: o Congresso Nacional tem de aprovar o texto do tratado por meio de um decreto legislativo; depois, cabe ao Presidente da República ratificar ou não (a aprovação congressional não obriga a ulterior ratificação do tratado pelo Presidente da República); e por fim, o tratado regularmente concluído depende da promulgação e da publicação levadas a efeito pelo Presidente da República para integrar o ordenamento jurídico brasileiro, ocorrendo a primeira por meio de decreto presidencial e a segunda com a publicação no Diário Oficial;

2: Errado. Um estado federado até pode ser sujeito de direito internacional, caso a Constituição do estado federal reconheça. Na Alemanha, na Suíça e nos Estados Unidos, por exemplo, os estados subnacionais têm capacidades jurídicas limitadas, reconhecidas pelos respectivos textos constitucionais. Não é o caso do Brasil, contudo. Na federação brasileira, o único sujeito de direito internacional público é a República Federativa do Brasil.

3: Certo. A afirmação genérica apresentada no item deve ser considerada correta, pois, enquanto regra, desde o famigerado RE 80.004/SP, de 1977, o Supremo Tribunal Federal considera que os tratados internacionais equivalem a leis ordinárias federais. Isso significa que, abstraído o critério da especialidade, um tratado internacional revogará lei anterior com ele incompatível, mas terá sua execução suspensa em caso de lei posterior antinômica, sujeitando o Brasil à responsabilidade internacional por eventual descumprimento do tratado. Desde que a questão foi cobrada, em 2004, contudo, o direito brasileiro evoluiu. Pela emenda constitucional 45, de 2004, determinou-se que os tratados internacionais de direitos humanos aprovados no Congresso Nacional por maioria de 3/5 nas duas casas em dois turnos equivalem a emendas constitucionais. Terão hierarquia constitucional, portanto. Pelo RE 466.343/SP, de 2008, o STF atribuiu status supralegal - mas infraconstitucional - a todos os demais tratados de direitos humanos, independentemente das formalidades de aprovação congressual. Atualmente, o julgamento da RE 460.320/PR (ainda inconcluso) tende a retomar a interpretação original do artigo 98 do Código Tributário Nacional, para reconhecer status supralegal também aos tratados em matéria tributária. Dessa forma, percebe-se que, gradativamente, o direito brasileiro evolui para uma jurisprudência mais consentânea com os princípios da boa-fé e do *pacta sunt servanda*, previstos na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, da qual o Brasil é parte.

4: Anulado. O item está correto, mas a classificação utilizada, entre tratado-contrato e tratado-lei é controversa, imprecisa e enganosa. Os doutrinadores que adotam a classificação procuram distinguir os tratados-contrato, assim chamados porque, por meio deles, as partes regulam interesses recíprocos dos Estados, normalmente de natureza bilateral, e os tratados-leis, os quais têm por escopo criar normas gerais de direito internacional e são usualmente pactuados entre muitos Estados. A inutilidade de tal classificação é ancorada no fato de que todos os tratados têm características de ambos os tipos. Quando menos, o tratado contratual terá seu texto regrado pelas cláusulas finais, cujo caráter normativo é inegável. A parte final da assertiva está correta, pois os tratados devem ser interpretados de boa fé, de acordo com seu sentido comum, em seu contexto e à luz de seu objeto e finalidade, nos termos do artigo 31 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969. Ao mesmo tempo, o artigo 53 do mesmo tratado dispõe: "É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral.

5: Errado. A Convenção de Viena sobre sucessão de estados em matéria de bens, dívidas e arquivos ainda não está em vigor mas reflete, grosso modo, as normas costumeiras que regulamentam o tema. Enquanto regra, as dívidas odiosas e as dívidas de governo não são transmitidas ao estado sucessor. As demais dívidas são distribuídas entre estados sucedido e sucessor com base em critérios equitativos, que levam em consideração, principalmente, o benefício auferido pelo território com a contração da dívida. De toda forma, os estados sempre podem acordar alguma distribuição que se baseie em critérios distintos. Não existe norma imperativa de direito internacional público a respeito da matéria.

6: Errado. De acordo com o artigo 4 da Carta da ONU, podem ser admitidos na organização os (i) estados (ii) amantes da paz que (iii) aceitem, (iv) estejam aptos e (v) dispostos a cumprir as obrigações previstas na Carta. No Parecer consultivo sobre a admissão de novos membros na ONU, proferido em 1948, a Corte Internacional de Justiça afirmou que esses cinco requisitos são exaustivos. Dessa forma, o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de

população e de extensão territorial não são requisitos para a admissão de um estado nas Nações Unidas.

7: Certo. A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU e funciona com base em seu Estatuto e nas chamadas *Regras da Corte*, espécie de código de processo. A competência da Corte é ampla. Em relação à competência *ratione materiae*, a Corte pode analisar todas as controvérsias jurídicas levadas a ela (art. 36, ponto 1, do Estatuto da CIJ). Já a competência *ratione personae* é mais limitada, pois a Corte só pode receber postulações de Estados, sejam ou não membros da ONU (art. 34, ponto 1, do Estatuto da CIJ). A Corte é composta por quinze juízes eleitos de três em três anos para um período de nove anos, com a possibilidade de reeleição. Não é possível que seja eleito mais de um juiz da mesma nacionalidade. A eleição é feita pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança por maioria absoluta de votos, a partir de lista apresentada pelos grupos nacionais da Corte Permanente de Arbitragem. Em relação às qualificações necessárias para ser eleito o art. 2 do Estatuto determina: "a Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, entre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional". Os eleitores devem ter presente ainda que a Corte deve assegurar a representação dos principais sistemas jurídicos do mundo.

8: Errado, pois a OMC não faz parte da "constelação onusiana"[5]. A OMC é uma organização internacional, com sede em Genebra, na Suíça, e cuja função é zelar pelas normas que regem o comércio entre os países, no plano mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional especializada de vocação universal. De maneira mais ampla, a OMC é uma organização para a liberalização do comércio, um fórum para que os governos negociem acordos comerciais e um lugar para que resolvam suas diferenças comerciais. Ademais, é encarregada de aplicar um sistema de normas comerciais – o chamado *sistema de resolução de controvérsias da OMC*. Podem ser membros da OMC estados e territórios aduaneiros, como Hong Kong e Taiwan.

9: Errado. De fato, o princípio do efeito direto, consagrado no caso Van Gend en Loss, de 1963, e o princípio da supremacia do direito comunitário (atualmente chamado direito da União Europeia), consagrado no caso Costa vs Enel, de 1964, são dois dos mais notáveis princípios do direito da União Europeia. No entanto, não existe nenhuma proibição de que Benguela celebre tratado com um estado da União Europeia. A responsabilidade por eventual descumprimento do direito da União Europeia recairia sobre o estado europeu parte em tratado antinômico com o ordenamento jurídico comunitário.

10: Certo, pois o descrito na assertiva reproduz as etapas procedimentais necessárias para um diplomata ser nomeado chefe de missão diplomática permanente na República de Benguela (art. 39 da Lei nº 11.440/2006).

Gabarito: 1C, 2E, 3C, 4 Anulada, 5E, 6E, 7C, 8E, 9E, 10C/

(Diplomacia – 2003) Acerca do direito internacional público (DIP), julgue os itens a seguir.

(1) Desde o início do século XX, consolidou-se na prática internacional a aceitação de que todo indivíduo tem personalidade jurídica de direito internacional, fato que é corroborado por haver cortes internacionais que julgam indivíduos que cometeram crimes de guerra e também por haver tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos do Homem, que admitem a possibilidade de indivíduos atuarem como partes nos processos por elas julgados.

(2) Está consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) o entendimento de que, no ordenamento jurídico brasileiro, as convenções internacionais ocupam o mesmo patamar hierárquico das leis ordinárias, com exceção dos tratados que definem direitos humanos, aos quais se reconhece estatura constitucional.

(3) Considere a seguinte situação hipotética: Brasil e Uruguai, após várias tentativas de negociação direta, não chegaram a um consenso acerca da aplicação das regras do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) à importação de pneumáticos remodelados. De um lado, o Brasil defendia que as portarias ministeriais que proibiam a importação desses pneumáticos não contrariavam nenhuma regra de DIP. De outro, o Uruguai sustentava que a proibição da importação desse tipo de bem violava regras do MERCOSUL. Para dirimir essa controvérsia, foi constituído um tribunal arbitral que decidiu pela procedência da argumentação uruguaia e determinou que o Brasil retirasse de sua legislação interna restrições à importação de pneumáticos remodelados. Nessa situação, é correto afirmar que, se o Brasil viesse a editar uma lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados, esse ato caracterizaria descumprimento da referida decisão arbitral e, portanto, configuraria ilícito internacional que acarretaria para a República Federativa do Brasil o dever de indenizar o Estado uruguaio por eventuais danos advindos da proibição de importação de pneumáticos remodelados imposta pela referida lei.

(4) Diversamente da Organização Mundial do Comércio (OMC), o MERCOSUL não é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito internacional e não tem competência para celebrar tratados internacionais.

(5) Dada a imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, o poder judiciário brasileiro não possui competência para julgar o cônsul de um Estado europeu pela prática de um homicídio passional. Não obstante, se houvesse provas contundentes da prática do ato criminoso pelo cônsul, o poder executivo brasileiro poderia expulsá-lo do território nacional, dado que a expulsão é um ato administrativo que não caracteriza a imposição de uma punição.

1: Errado. É bem verdade que já no início do século XX, o primeiro tribunal internacional criado na história, a Corte Centro-americana de Justiça (1908-1918), já reconhecia aos indivíduos o direito de petição. No entanto, o reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional seria consolidado de forma clara apenas na segunda metade do século passado. De fato, a sistematização do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a criação de tribunais penais internacionais, a julgar indivíduos, e o reconhecimento do direito de petição individual em alguns tribunais internacionais, contribuiu para essa consolidação da personalidade jurídica do ser humano. Ainda assim, a matéria manteve-se controvertida por décadas, e ainda hoje existem autores que se filiam à doutrina clássica, dificilmente compatível com o direito internacional do século XXI, de que os indivíduos não seriam sujeitos de direito das gentes. De todo modo, o item apresenta um erro claro: a Corte Interamericana de Direitos Humanos só pode ser acionada pelos

5. Nesse sentido: "Ademais, conforme salienta Giorgio Sacerdoti, a OMC não pode ser considerada como uma agência especializada da ONU, não apenas porque resulta de um Acordo completamente independente, mas também porque sua composição é notavelmente diferente. Além disso, o referido autor, no mesmo trabalho (p. 52), opine que a OMC é uma organização internacional sob todos os aspectos, o que implica que *não* se constitui nem em mero tratado nem em agência internacional especializada" (NETO, José Cretella. Curso de *Direito Internacional Econômico*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 420).

estados partes ou pela Comissão; o indivíduo, conforme art. 61 da Convenção, fica proibido de apresentar petição à Corte. Os indivíduos podem tão somente solicitar à Corte, nos casos em que sejam partes, medidas provisórias em situações de extrema gravidade e urgência, desde que verificado risco de dano irreparável à vítima ou às vítimas, nos termos do art. 63 (2) da Convenção Americana de Direitos Humanos. Isso não representa, contudo, um acesso direto ao tribunal, que sempre deverá ser provocado pela Comissão ou por estados.

2: Errado. Desde o famigerado RE 80.004/SP, de 1977, a jurisprudência do Supremo Tribuna Federal, minimiza a relevância do princípio *pacta sunt servanda*, previsto nos artigos 26 e 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, e considera que os tratados internacionais têm hierarquia normativa equivalente à de lei ordinária federal. Isso significa que o juiz brasileiro não aplicará um tratado internacional, caso exista lei posterior com ele incompatível. Eventual descumprimento do tratado pelo Poder Judiciário sujeitará o estado brasileiro à responsabilidade internacional. A posição exarada no item, de que todos os tratados de direitos humanos (independentemente do quórum de aprovação no Congresso) deveriam ter status constitucional, é uma das poucas teses que consegue reunir a virtual unanimidade dos doutrinadores brasileiros. Na interpretação de Cançado Trindade, esse status estaria consagrado no art. 5º §2º da CF/88, dispositivo constitucional que foi sugerido, à época da Constituinte, pelo próprio internacionalista. Contudo, essa tese ainda não encontra aderência na jurisprudência brasileira. É bem verdade que foi esposada pelo Ministro Celso Mello no julgamento do RE 466.343/SP, em 2008, e seguida por outros 4 ministros. Prevaleceu, contudo, a tese defendida à época pelo ministro Gilmar Mendes, que logrou angariar outros 5 votos, no sentido de que o direito constitucional brasileiro é aberto ao direito internacional, *ma non troppo*. Consagrou-se, no julgamento, que os tratados de direitos humanos são supralegais, mas terão hierarquia constitucional apenas os que forem aprovados por 3/5 dos membros de cada uma das casas do Congresso em 2 turnos de votação, conforme previsto no art. 5º §3º da CF/88, introduzido em 2004 pela EC-45.

3: Certo. Não há nada de hipotético na situação relatada. Em 2002, o Brasil foi condenado pelo Tribunal Arbitral do Mercosul, ainda sob a égide do antigo Protocolo de Brasília sobre solução de controvérsias, devido a restrição à importação de pneus recauchutados do Uruguai. Na decisão, o tribunal arbitral determinou que o Brasil adaptasse a sua legislação. Dessa forma, a adoção de lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados representaria uma conduta incompatível com uma obrigação internacional, derivada, no caso, de uma decisão arbitral. Como se sabe, seria o caso de um ato internacionalmente ilícito que acarretaria responsabilidade internacional e a consequente obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados, nos termos o projeto de artigo sobre responsabilidade internacional dos estados, de 2001. Com relação aos pneus recauchutados, o Brasil seria condenado, posteriormente, no sistema de solução de controvérsias da OMC, em disputa iniciada pela União Europeia. Em relatório de 2007, o Órgão Permanente de Apelação determinou que o Brasil poderia restringir a importação desses pneus, de modo a proteger o meio ambiente, mas não poderia exercer discriminação em favor do Mercosul – como fazia até então, para cumprir o laudo arbitral. A controvérsia e, em particular, a compatibilização das decisões, seria resolvida, definitivamente, por meios diplomáticos.

4: Errado, pois o Mercosul tem personalidade jurídica de direito internacional, expressamente prevista no art. 34 do Protocolo de Ouro Preto: "O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional". Pode, dessa forma, celebrar tratados internacionais, como os já celebrados com Egito, Israel e Palestina, e como atualmente negociado com a União Europeia. A titularidade da personalidade jurídica do Mercosul é exercida pelo Conselho Mercado Comum, órgão superior da organização, a quem compete negociar acordos internacionais em nome do Mercosul, conforme previsto no Protocolo de Ouro Preto.

5: Errado, em primeiro lugar, porque os cônsules (funcionários consulares) gozam de imunidade penal, civil e administrativa *ratione materiae*, vale dizer, apenas no tocante aos atos relacionados às suas funções (não por atos particulares), e em segundo lugar, porque um funcionário consular não pode ser, a princípio, expulso; pode, em realidade, ser declarado *persona non grata*, recebendo um prazo razoável para se retirar do país. Caso o cônsul não se retire no prazo estabelecido, o estado receptor não estará mais obrigado a reconhecê-lo como um membro da repartição consular; em outras palavras, não estará obrigado a assegurar-lhe imunidade, podendo julgá-lo, ou, se for o caso, até expulsá-lo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2003) A República de Utopia e o Reino de Lilliput são dois Estados nacionais vizinhos cuja relação tornou-se conflituosa nos últimos anos devido à existência de sérios indícios de que Lilliput estaria prestes a desenvolver tecnologia suficiente para a fabricação de armamentos nucleares, fato que Utopia entendia como uma ameaça direta a sua segurança. Após várias tentativas frustradas de fazer cessar o programa nuclear lilliputiano, a República de Utopia promoveu uma invasão armada a Lilliput em dezembro de 2001 e, após uma guerra que durou três meses, depôs o rei e promoveu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que outorgou a Lilliput sua atual constituição. Nessa constituição, que é democrática e republicana, as antigas províncias foram convertidas em estados e foi instituído, no lugar do antigo Reino de Lilliput, a atual República Federativa Lilliputiana.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) Se o Reino de Lilliput houvesse rechaçado a invasão, a celebração da paz entre esses dois países não teria o condão de restaurar a vigência dos tratados bilaterais de cooperação comercial anteriormente firmados entre os dois países, pois a guerra acarreta a extinção de tratados dessa natureza, e não apenas a suspensão dos seus efeitos.

(2) Considerando que o Reino de Lilliput havia contraído empréstimos perante a República de Atlântida, é correto afirmar que o direito consuetudinário internacional determina que a extinção da pessoa jurídica de direito internacional Reino de Lilliput não implica a extinção de todas as obrigações jurídicas de que ela era titular, pois a República Federativa Lilliputiana é considerada sucessora do Reino de Lilliput em suas obrigações internacionais, especialmente no que se refere a empréstimos contraídos por este Reino perante outros sujeitos de direito internacional, inclusive no que se refere às dívidas contraídas para sustentar a guerra contra Utopia.

(3) Considerando que a constituição da República Federativa Lilliputiana define que os tratados internacionais têm primazia sobre as leis internas, é correto afirmar que o referido Estado adota a teoria dualista das relações entre direito internacional e direito interno, pois sua constituição confere tratamento diferenciado a esses dois elementos.

(4) O direito internacional não consagra o princípio de que a República Federativa Lilliputiana teria direito a substituir o Reino de Lilliput nas organizações internacionais de que este reino fizesse parte.

(5) A República Federativa Lilliputiana deve obediência aos costumes internacionais gerais que eram vigentes no momento em que ela adquiriu personalidade jurí-

dica de direito internacional, não obstante essas regras terem sido estabelecidas antes do próprio surgimento desse Estado.

1: Certo, pois a guerra ocasiona a extinção de tratados bilaterais de cooperação comercial previamente firmados. Nesse sentido, o art. 62, ponto 1, *a*, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados disciplina a possibilidade de as partes extinguirem o tratado em hipótese de fundamental alteração das circunstâncias que deram origem ao acordo (cláusula *rebus sic stantibus)*, e logicamente a situação de um conflito armado ocasiona uma grande alteração fática;
2: Errado. O item está prejudicado, pois o caso hipotético não trata de sucessão de Estado, mas de mudança de governo, e de nova ordem constitucional. Não foi extinta, portanto, a personalidade jurídica do Estado, e tampouco se pode falar em Estado sucessor;
3: Errado. Segundo a tese monista, o direito internacional e o nacional fazem parte do mesmo sistema jurídico. As doutrinas monistas se subdividem em: **a)** monismo internacionalista, que prega a prevalência pelo direito internacional sobre o direito nacional, como defendia Hans Kelsen; e **b)** monismo nacionalista, que prega a prevalência do direito interno sobre o direito internacional, como defendia Max Wenzel. A jurisprudência internacional consagra o princípio da supremacia do direito internacional sobre o direito interno, já afirmado pelo juiz Max Huber na arbitragem do caso da Ilha de Palmas: "O direito interno é mero fato para o direito internacional". Atualmente, a tese, decorrente do *pacta sunt servanda*, consagra-se no artigo 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados: "Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado". Nos tribunais domésticos, contudo, nem sempre a prevalência do direito internacional é reconhecida. Já a tese dualista advoga que direito interno e direito internacional pertencem a sistemas jurídicos distintos. Para Heinrich Triepel, o maior expoente do dualismo, o direito internacional não se relaciona de modo algum com o direito interno, sequer existindo antinomia entre eles. A doutrina posterior a Triepel subdividiu o dualismo em: **a)** dualismo radical: impõe a edição de uma lei distinta para incorporação do tratado; e **b)** dualismo moderado: não exige lei para a incorporação do tratado, mas apenas um procedimento complexo, com aprovação do Congresso e promulgação do Executivo. Ora, por todo o dito, não se pode afirmar que um país adotou a tese dualista apenas por ter adotado a primazia dos tratados internacionais sobre as leis internas na sua Constituição. No Brasil, a Constituição Federal silenciou neste aspecto, e em virtude da omissão constitucional a jurisprudência do STF afirma a corrente dualista moderada. Isso porque o tratado só passará a ter validade interna após ter sido aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado e promulgado pelo Presidente da República, mas sem a necessidade de edição de lei; a promulgação é efetuada mediante decreto presidencial;
4: Essa assertiva está prejudicada, e seria pertinente sua anulação, uma vez que a situação apresentada na questão trata da mudança da forma de governo e não da extinção e sucessão de Estado. No mais, caso se estivesse falando de verdadeira sucessão de Estados, a afirmação estaria correta, pois não existe direito de sucessão automática em matéria de participação em organizações internacionais;
5: Certo, pois a República Federativa Lilliputiana faz parte da comunidade internacional e, destarte, deve obedecer às regras costumeiras que regem a convivência nessa comunidade marcada pela interdependência dos Estados.

Gabarito oficial: 1C, 2E, 3E, 4C, 5C
Gabarito dos autores: 1C, 2 E, 3E, 4 Anulada, 5C

(Diplomacia 2002) O Tratado da Antártida, assinado em Washington em 1959, acaba de completar quarenta anos de vigência (1961-2001) e tem sido considerado um instrumento de notável eficácia e solidez tanto do ponto de vista jurídico quanto político. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que não constitui princípio adotado no texto do referido tratado:

(A) A utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos.
(B) A liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas.
(C) Congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico.
(D) A internacionalização da Antártida, que passou a ser considerada "patrimônio comum da Humanidade".
(E) Direito de cada uma das partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais.

O Tratado da Antártida, assinado em primeiro de dezembro de 1959 e ratificado pelo Brasil em 1975 (Dec. 75.963), tem por objetivo garantir que a Antártida seja sempre utilizada para fins pacíficos. Os princípios informadores desse tratado são os seguintes: **a)** a utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos; **b)** a liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas; **c)** o congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico; **d)** o direito de cada uma das partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais; e **e)** a preservação e a conservação dos recursos vivos na Antártida (art. 9(1) do Tratado da Antártida).
A: Incorreta, pois o art. 1 (1), do Tratado da Antártida assim dispõe: "A Antártida será utilizada somente para fins pacíficos. Serão proibidas, *inter alia*, quaisquer medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas". Ademais, isso é declarado expressamente como princípio pelo art. 9 (1)(*a*) do Tratado da Antártida;
B: Incorreta, pois tais princípios são adotados pelo tratado, expressamente pelo art. 9(1)(*b*) e (*c*), do Tratado da Antártida. É importante ler também os arts. 2 e 3(1), do mesmo Tratado;
C: Incorreta. O art. 4(2), do Tratado da Antártida é imperativo: "Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente Tratado, constituirá base para programar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida, ou para criar direitos de soberania na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente Tratado estiver em vigor";
D: Correta, pois o Tratado da Antártida não possui tal previsão. Apesar de não ser prevista expressamente no texto do Tratado, a "internacionalização, como modo de exclusão das pretensões de apropriação com intuito de exercer a soberania estatal, se deu e, todavia, se encontra em curso em relação aos espaços polares. Alguns países pretenderam alegações de reivindicações sobre parcelas da Antártica. Mas esta se considera aqui dentre os espaços internacionalizados, e a prática internacional tem sido em tal sentido"[6].
E: Incorreta, pois o direito de inspeção está disciplinado no art. 7 do Tratado da Antártida.

Gabarito "D"

6. CASELLA, Paulo Borba. *Direito Internacional dos Espaços*, pág. 572. Ed. Atlas, 2009.

8. Direito Interno

Renan Flumian, Wander Garcia e Teresa Melo

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1. Constituição

1.1.1. Conceito, Classificações e Primado da Constituição

(Diplomacia 1996) O sistema parlamentarista de governo poderá ser adotado no Brasil:

(A) Por lei de iniciativa do Presidente da República.
(B) Por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
(C) Somente por Assembleia com Poderes Constituintes Originários.
(D) Por Sessão Conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
(E) Por emenda constitucional.

A, B, C, D e **E**: O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a Constituição na vigência dos estados de sítio e de defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). **Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)**. Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são: a) a forma federativa de Estado; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. É importante lembrar que há a possibilidade de criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar o regime de governo, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (pois não se fundamenta em qualquer poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova Constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça".[1]

Gabarito C

(Diplomacia 1996) A duração do mandato do Presidente da República e a vedação de sua reeleição podem ser alteradas:

(A) Por decreto do Presidente da República.
(B) Por emenda constitucional.
(C) Por lei iniciativa exclusiva do Presidente da República.
(D) Por lei iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.
(E) Por decreto legislativo.

A, B, C, D e **E**: Quanto ao processo de mudança, as constituições classificam-se em rígidas, flexíveis e semirrígidas. As constituições rígidas são modificáveis por um procedimento mais solene e dificultoso que o utilizado para alterar as normas infraconstitucionais. É o caso da atual Constituição brasileira, que só pode ser alterada por meio de emenda constitucional (art. 60 da CF). Além disso, a CF é considerada por alguns doutrinadores como super-rígida, pois além de haver um procedimento mais dificultoso para alterá-la, existem as cláusulas pétreas, que são imodificáveis por emenda constitucional (art. 60, § 4º, da CF). Já as constituições flexíveis podem ser modificadas pelo mesmo procedimento previsto para a alteração das leis, ou seja, utiliza-se o mesmo procedimento para alterar a Constituição e as leis. Por sua vez, as semirrígidas preveem um procedimento mais dificultoso para a alteração de apenas uma parcela de seus preceitos, enquanto os outros são alterados de forma ordinária, ou seja, da mesma forma que as leis o são. Por todo o dito, a alternativa correta é a B, pois a Constituição brasileira só pode ser alterada por emenda constitucional.

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) O Brasil adota a forma federativa de Estado, constituída pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal. Qual das afirmações a seguir é a correta?

(A) A forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional de iniciativa do Poder Executivo.
(B) A forma federativa pode ser alterada mediante a convocação de uma assembleia com poderes constituintes originários.
(C) A forma federativa é inalterável em qualquer circunstância.
(D) A forma federativa pode ser alterada mediante resolução legislativa.
(E) A forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional referendada por dois terços dos estados-membros.

A, B, C, D e **E**: O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a constituição na vigência dos estados de sítio e de defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II,

---

1. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p.110.

III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). As cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são: **a) a forma federativa de Estado**; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. É importante observar que há a possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar a forma federativa de Estado, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (visto que não se fundamenta em qualquer poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça".2

Gabarito "B"

1.1.2. Controle de Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos

(Diplomacia 2002) Constitui instrumento próprio para a declaração da inconstitucionalidade de lei em tese:

(A) ação direta de inconstitucionalidade.
(B) mandado de segurança.
(C) ação civil pública.
(D) *habeas corpus*.
(E) ação monitória.

A: Correto, pois a ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) tem por escopo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou estadual está em harmonia com a Constituição brasileira. A lei que for objeto da ADIN tem de ser tomada no seu sentido amplo, o qual engloba todos os tipos legislativos listados no art. 59 da CF (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções). A ADIN está regulada no art. 102, I, *a*, da CF e na Lei n. 9.868/1999, e os legitimados para interpor tal ação estão elencados no art. 103 da CF, que assim dispõe: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". Os parágrafos do art. 103 trazem importantes regras, a saber: **a)** o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal (§ 1º); **b**) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias (§ 2º); **c)** quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado (§3º); **B: Incorreto.** O mandado de segurança tem o objetivo de proteger o direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX, da CF). O mandado de segurança está disciplinado na Lei n. 12.016/2009; **C: Incorreto.** A ação civil pública tem o fito de proteger o meio ambiente, o consumidor, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e qualquer outro interesse difuso e coletivo contra infração da ordem econômica, da economia popular e da ordem urbanística (art. 1º, *caput* e incisos, da Lei n. 7.347/1985). Os legitimados para interpor tal ação estão elencados no art. 5º da Lei n. 7.347/1985; são eles: a) o Ministério Público; b) a Defensoria Pública; c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; d) a autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista; e) a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. O requisito referente ao prazo de 1 ano de existência ("desde a constituição") da associação pode ser flexibilizado pelo juiz no caso concreto; **D: Incorreto.** O *habeas corpus* tem por objetivo proteger a liberdade de locomoção das pessoas contra a ilegalidade e o abuso de poder (art. 5º, LXVIII, da CF). Importante dizer que esse remédio constitucional cabe tanto na situação de efetiva violência contra a liberdade de locomoção do indivíduo (feição repressiva) como na de fundado temor de violência (feição preventiva do *habeas corpus*); **E: Incorreto.** A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível, infungível, ou de bem móvel ou imóvel, ou, ainda, adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (art. 700, I a III, do CPC).

Gabarito "A"

(Diplomacia 2000) Assinale a opção em que consta pessoa ou ente não legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

(A) Governador de Estado.
(B) Partido político com representação no Congresso Nacional.
(C) Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
(D) Mesa da Câmara dos Deputados.
(E) Procurador-Geral da República.

A, B, C, D e **E**: O art. 103 da CF assim dispõe: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; **III - a Mesa da Câmara dos Deputados**; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; **V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal**; **VI - o Procurador-Geral da República**; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; **VIII - partido político com representação no Congresso Nacional**; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". Pela leitura do artigo, percebe-se que a assertiva a ser assinalada é a "C".

Gabarito "C"

1.2. Estado

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) A respeito da evolução constitucional do Brasil, julgue os seguintes itens.

(1) O Estado laico sempre foi uma constante constitucional no Brasil, pois, até mesmo na Constituição do Império, de 1824, assegurava-se a inexistência de uma religião oficial do Estado.

2. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.* 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p.110.

(2) A primeira Constituição republicana do Brasil manteve a forma unitária de Estado, preexistente na Constituição do período monárquico, bem como a existência de quatro poderes políticos: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o moderador.

1: Incorreto. A Constituição de 1824 manteve a religião católica apostólica romana como oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões – apesar dessa previsão, na prática, existia liberdade religiosa; **2: Incorreto.** No dia 25 de novembro de 1889 foi fundada a República brasileira, isto é, passou-se do regime monárquico para o republicano e tal passagem pode ser vista historicamente como um golpe militar, pois muitos historiadores apontam que ela foi arquitetada pela elite do Exército em conjunto com os ricos cafeicultores. E, em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,3 que, nos seus arts. 72 a 78, traz uma declaração de direitos. Dentre os quais, podemos destacar a total liberdade religiosa – o Brasil tornou-se um estado laico. Foi instituído o voto direto e universal (contra o antigo indireto e censitário), mas os analfabetos e as mulheres continuavam sem o direito de votar. Como já apontamos em relação a forma de governo (República), a Constituição também inovou quando instituiu a federação como forma de estado (contra o antigo estado unitário) e estabeleceu o regime de governo presidencialista. Ato-consequência da mudança da forma de estado é a substituição das províncias por estados-membros. Por fim, o Poder Moderador foi extinto e remanesceu apenas o Executivo, Legislativo e Judiciário, consoante preconizou o Barão de Montesquieu.

Gabarito 1E, 2E

1.3. Organização dos Poderes no Direito Brasileiro

(Diplomacia 2009) O Conselho da República, previsto como órgão superior de consulta do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, cuida de relevantes assuntos da vida do Estado. Acerca da atuação desse Conselho, assinale a opção correta.

(A) Algumas atribuições do Conselho da República são compartilhadas com o Conselho de Defesa Nacional, com o qual, no entanto, o primeiro não se confunde.

(B) O Conselho da República decide, em última instância, sobre questões relevantes para a estabilidade e a continuidade das instituições democráticas.

(C) O Ministro de Estado das Relações Exteriores dele participa como membro nato e, portanto, está dispensado de convocação para as reuniões.

(D) O Conselho da República é composto por membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da sociedade civil.

(E) Havendo composição plena, o Conselho da República atua de forma conjunta com o Conselho Nacional de Justiça.

A, B, C, D e **E:** O Conselho da República é o órgão superior de consulta do Presidente da República, e é formado pelo Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução (art. 89, *caput* e incisos, da CF). O Conselho tem competência para se pronunciar nos casos de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de sítio e nas questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas (art. 90, I e II, da CF). O Presidente da República pode convocar um Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho quando constar na pauta questão relacionada com o respectivo Ministério. Por sua vez, o Conselho da Defesa Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e é formado pelo Vice Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça, Ministro de Estado de Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro do Planejamento e comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército (art. 91, *caput* e incisos, da CF). O Conselho tem competência para: **a)** opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz; **b)** opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; **c)** propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; e **d)** estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias para garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático (art. 91, § 1º, I, II, III e IV, da CF). Por todo o dito, a única assertiva correta é a primeira (A), porque tanto o Conselho da República como o Conselho de Defesa Nacional participam da decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal (arts. 90, I, e 91, § 1º, II).

Gabarito "A"

(Diplomacia 2009) No que concerne à súmula com efeito vinculante, introduzida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 45 de 2004, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em se tratando de matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso de matéria infraconstitucional, a súmula com efeito vinculante amplia o poder decisório dos juízes singulares.

(2) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou pelos tribunais superiores, confirma ou modifica o poder decisório dos juízes singulares.

(3) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada com exclusividade por tribunais superiores, consolida a atividade judicante de primeiro grau, sem qualquer exceção.

(4) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada pelo Supremo Tribunal Federal, restringe o poder decisório dos juízes singulares.

"Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao

3. O nome é mais um indicativo da escolha da Constituição dos Estados Unidos da América como paradigma inspirador.

Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso".

1: Incorreto, pois somente o STF pode editar súmula vinculante. Ademais, a súmula com efeito vinculante diminui – e não amplia, como quer a assertiva – o poder decisório dos juízes singulares (art. 103-A da CF); **2** e **3: Errados**. Reler o comentário à assertiva anterior; **4: Correto**, pois os juízes singulares deverão decidir em conformidade com o que preceitua a súmula com efeito vinculante.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

As principais súmulas vinculantes são:

a) Súmula Vinculante nº 3: Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;

b) Súmula Vinculante nº 5: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição;

c) Súmula Vinculante nº 10: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte;

d) Súmula Vinculante nº 11: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado;

e) Súmula Vinculante nº 13: A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal;

f) Súmula Vinculante nº 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo;

g) Súmula Vinculante nº 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

(Diplomacia 2008) Tendo em vista a disciplina constitucional acerca dos Poderes Legislativo e Executivo, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Como regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas pela maioria absoluta dos votos de seus membros.

(2) A sanção presidencial só é exigida nos projetos de lei de competência privativa do presidente da República.

(3) Não perderá o mandato o deputado ou senador investido no cargo de ministro de Estado, governador de território, secretário de estado, do Distrito Federal, de território, de prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária.

(4) No caso de agressão estrangeira, é competência privativa do presidente da República declarar guerra, autorizado pelo Congresso Nacional, ou referendado por ele caso a agressão ocorra no intervalo das sessões legislativas, bem como celebrar a paz, autorizado ou referendado pelo Congresso Nacional.

1: Incorreto, pois, como regra, as deliberações são tomadas pela maioria simples ou relativa dos votos, desde que esteja presente a maioria absoluta da composição do colegiado (comissão ou plenário). Por exemplo: certa comissão do Senado tem 17 membros e a sua maioria absoluta, portanto, é 9. Com a presença de 9 senadores, serão necessários 5 votos a favor; se estiverem presentes 11 membros, serão necessários 6 votos a favor. Tal regra é o que se chama de maioria simples ou relativa (em relação ao número de presentes), e é definida pelo art. 47 da CF: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Assim, só existirá quórum especial se isso estiver expressamente previsto; **2: Incorreto.** A sanção é a manifestação favorável do Chefe do Poder Executivo quanto ao projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. O art. 48 da CF assim determina: "Cabe ao Congresso Nacional, **com a sanção do Presidente da República**, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União (...)". Pela redação do art. 48 da CF, percebe-se que a regra é a participação, pela sanção ou veto, do Presidente da República no processo legislativo. Essa regra será afastada nos casos de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF), de competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51 da CF) e de competência privativa do Senado Federal (art. 52 da CF); **3: Correto**, pois reflete o disposto no art. 56, I, da CF; **4: Correto**, pois reflete o texto do art. 84, XIX e XX, da CF.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2002) Qual das opções não contempla cargo privativo de brasileiro nato?

(A) Vice-Presidente da República.

(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

(C) Diplomata.

(D) Presidente da Câmara do Deputados.

(E) Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

A, B, C, D e **E**: A redação do art. 12, § 3º, da CF é a seguinte: "São privativos de brasileiro nato os cargos: **I - de Presidente e Vice-Presidente da República**; **II - de Presidente da Câmara dos Deputados**; **III - de Presidente do Senado Federal**; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; **V - da carreira diplomática**; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa". Vale lembrar que o Presidente da Mesa do Congresso Nacional é o Presidente do Senado Federal (art. 57, §5º, da CF).

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) As seguintes atribuições competem privativamente ao Presidente da República, dispensada a aprovação prévia do Congresso Nacional:

(A) Autorizar referendo e convocar plebiscito.

(B) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.

(C) Dispor sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e Órgãos da Administração Pública.

(D) Dispor sobre telecomunicações e radiodifusão.

(E) Fixar e modificar os efetivos das Forças Armadas.

A: Incorreto, pois a referida atribuição é competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, XV, da CF); **B: Incorreto,** pois destoa do disposto no art. 84, XIV, da CF: "nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei"; **C: Correta** (art. 84, I e II, da CF); **D: Incorreto,** pois tal função é competência do Congresso Nacional (arts. 22, IV, e 48, XII, ambos da CF); **E: Incorreto,** pois essa atribuição é competência do Congresso Nacional (art. 48, III, da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) O Tribunal de Contas da União é:

(A) Órgão integrante do Poder Judiciário.

(B) Um poder autônomo.

(C) Órgão auxiliar do Congresso Nacional para o controle externo.

(D) Órgão integrante do Poder Executivo.

(E) Órgão incumbido do controle interno.

A, B, C, D e **E**: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (art. 70 da CF). No caso do controle externo, este será realizado com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71 da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes eleitos em cada Estado e no Distrito Federal por um dos seguintes sistemas eleitorais:

(A) Por Colégios eleitorais.

(B) Pelo voto majoritário.

(C) Pelo voto proporcional.

(D) Pelo voto proporcional misto.

(E) Por nenhum deles.

A, B, C, D e **E**: O art. 45, *caput*, da CF assim dispõe: "A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal eleitos por um dos seguintes sistemas eleitorais:

(A) Voto proporcional.

(B) Voto majoritário.

(C) Voto proporcional misto.

(D) Colégios eleitorais.

(E) Nenhum deles.

A, B, C, D e **E**: O art. 46, *caput*, da CF assim dispõe: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário".

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) Qual a idade mínima para um cidadão brasileiro ser elegível Presidente da República?

(A) 35 anos.

(B) 30 anos.

(C) 21 anos.

(D) 40 anos.

(E) 25 anos.

A, B, C, D e **E**: O art. 14, § 3º, VI, *a*, da CF determina que uma das condições de elegibilidade para o cargo de Presidente da República é ter a idade mínima de 35 anos, a qual é também uma das condições para alguém se eleger Vice-Presidente da República e Senador.

Gabarito "A"

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A Constituição Federal estabelece duas formas de controle da utilização dos recursos públicos. A primeira, denominada controle externo, é de responsabilidade do Congresso Nacional, que é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União. O controle interno, por sua vez, é exercido dentro dos poderes, pelos próprios agentes. Com referência a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

(1) É atribuição legal do controle externo apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.

(2) Caso ocorra, em relação ao erário, dano decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, as contas serão julgadas irregulares.

1: Incorreto, pois a atribuição apresentada pelo item 1 não faz parte da lista de funções a serem realizadas pelo controle externo, conforme dispõe o art. 71 da CF; **2: Correto**, pois nesse caso é obrigatório declarar como irregulares as contas prestadas.

Gabarito 1E, 2C

1.4. Processo Legislativo Brasileiro

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao processo legislativo brasileiro.

(1) A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias cabe, na forma e nos casos previstos na Constituição, a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos.

(2) No exercício de sua autonomia política e legislativa, os estados não estão obrigados a seguir compulsoriamente as regras do processo legislativo federal. Por essa razão, pode o constituinte estadual adotar normas acerca da formação das espécies normativas que não guardem simetria com o modelo básico previsto na Constituição Federal.

(3) Compete ao Presidente da República, entre outras atribuições, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição.

(4) Após ser aprovada por ambas as casas do Congresso Nacional, a emenda constitucional não é encaminhada para sanção presidencial, devendo ser promulgada, com o respectivo número de ordem, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

1: Correto, pois a assertiva reflete integralmente a redação do art. 61 da CF; 2: **Incorreto.** Em função do princípio da simetria constitucional, os estados-membros devem obedecer às regras estipuladas na Constituição. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da CF e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos

municípios (frise-se que município não tem Constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário; **3: Correto**, pois a assertiva reflete o disposto no art. 84, IV e XXIII, da CF; **4: Correto**, pois a assertiva reflete o disposto no art. 60, §§ 2º e 3º, da CF.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2009) Objeto de constantes disputas entre os Poderes, a medida provisória tem sido importante instrumento de governo à disposição do Presidente da República. No entanto, há limitações constitucionais que vedam sua edição em relação a matérias expressamente definidas. Acerca de medidas provisórias, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O poder investigatório do Ministério Público e sua ingerência no inquérito policial, objeto de veemente debate nacional, foram motivados por edição de medida provisória.

(2) É vedada a edição de medidas provisórias em matéria eleitoral, ainda que aprovadas antes do início do ano das eleições de que cuida a norma.

(3) Os ativos financeiros, como, por exemplo, poupanças privadas, podem ser objeto de medida provisória que determine detenção temporária ou sequestro de bens.

(4) A instituição ou majoração de impostos podem ser objeto de edição de medida provisória.

1: Incorreto, pois esse não foi o motivo que originou o debate nacional citado. Deve-se lembrar que o Ministério Público tem a função institucional de exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, VII, da CF); **2: Correto** (art. 62, § 1º, I, *a*, da CF); **3: Errado** (art. 62, § 1º, II, da CF); **4: Correto** (art. 62, § 2º, da CF).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 1996) Os Poderes da União são constituídos do Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais são independentes e harmônicos entre si. No entanto, em linha com as modernas doutrinas constitucionais, a Constituição Brasileira prevê mecanismos de controles recíprocos entre os poderes. Indique qual o mecanismo de controle que o Executivo pode exercer sobre o Legislativo.

(A) Apresentação de projeto de lei que altere as leis já aprovadas pelo Congresso.

(B) Edição de medidas provisórias que alterem leis já aprovadas pelo Congresso.

(C) Convocação de referendo popular sobre projetos de lei aprovados pelo Congresso.

(D) Veto a projetos de lei submetidos à sanção do Presidente da República.

(E) Propositura de mandato de segurança pelo Presidente da República contra a aprovação de projetos de lei pelo Congresso.

Cada poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – exerce sua função típica e também tem funções atípicas. No caso do Executivo, a função típica é administrar, mas o chefe do executivo também cumpre funções legislativas, como vetar ou sancionar uma lei (art. 84, IV e V, da CF). Ele pode ainda propor projeto de lei (arts. 84, III, e 61, ambos da CF), na forma e nos casos previstos na Constituição, e editar medidas provisórias (art. 62 da CF) e leis delegadas (art. 68 da CF) quando autorizado, no primeiro caso pela Constituição e no segundo pelo Congresso Nacional. **A: Incorreto,** pois são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas e que disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; e f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva; **B: Incorreto,** pois é vedada a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República (art. 62, § 1º, IV, da CF). Ora, se situação menor impossibilita a edição de medida provisória, fica patente a impossibilidade de editar medida provisória que altere lei já aprovada pelo Congresso Nacional, até porque tal edição só é permitida em caso de relevância e urgência, e, logicamente, uma situação fática já regulada por lei nunca cumpriria os requisitos autorizadores da edição de MP; **C: Incorreto.** O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que o regime de governo, no Brasil, será uma democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Pelo dito, percebe-se que o referendo funciona como instrumento de participação política direta do povo no governo, ou seja, é um controle popular – e não do Poder Executivo – sobre a atividade legislativa. Por fim, a diferença entre plebiscito e referendo é que, enquanto no primeiro a consulta popular é prévia ao ato que se deseja aprovar, no segundo, é posterior; **D: Correto,** pois, como mencionado, o Presidente da República tem a função de participar do processo legislativo aprovando ou vetando leis (art. 84, IV e V, da CF). O veto funciona como um mecanismo de controle exercido pelo Executivo sobre o Legislativo e pode ser de dois tipos, consoante o disposto no art. 66, § 1º, da CF: político (em função do interesse público) e jurídico (em função da inconstitucionalidade aferida); **E: Incorreto,** pois contraria a Súmula 266 do STF, que assim preceitua: "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese".

Gabarito "D"

(Diplomacia 1996) O Supremo Tribunal Federal decidiu que determinadas normas constitucionais, chamadas "cláusulas pétreas", não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Constitui uma das cláusulas pétreas:

(A) O sistema presidencialista de governo.

(B) O princípio da igualdade entre empresas nacionais e empresas estrangeiras.

(C) O sistema tributário nacional.

(D) O voto direto, secreto, universal e periódico.

(E) O monopólio tributário nacional.

A, B, C, D e **E**: As cláusulas pétreas são: a) a forma federativa de Estado; b) **o voto direto, secreto, universal e periódico**; c) a separação dos Poderes; d) os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, da CF).

Gabarito "D"

1.5. Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988

É precisamente no ato e no momento da interpretação-aplicação que o juiz desempenha o papel de agente redutor da distância entre a generalidade da norma e a singularidade do caso concreto.

Inocêncio Mártires Coelho. **Interpretação constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris (Editor), 1997.

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca da interpretação e da aplicação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

(1) Os princípios constitucionais exigem métodos e critérios hermenêuticos distintos dos que são adotados para a interpretação das leis em geral.

(2) A Constituição deve ser interpretada em sua aplicação a problemas jurídicos concretos, reais ou imaginários, pois somente ao ser aplicada aos casos é que se revela o conteúdo significativo de uma norma.

(3) Podem ser enunciados como princípios da interpretação constitucional: o da unidade da Constituição, o do efeito integrador, o da máxima efetividade e o da conformidade funcional.

1: Correto. Luís Roberto Barroso cuidou devidamente do tema: "É, todavia, no *modo de aplicação* que reside a principal distinção entre regra e princípio. Regras se aplicam na modalidade *tudo ou nada*: ocorrendo o fato descrito em seu relato ela deverá incidir, produzindo o efeito previsto. Exemplos: implementada a idade de 70 anos, o servidor público passa para a inatividade; adquirido o bem imóvel, o imposto de transmissão é devido. Se não for aplicada à sua hipótese de incidência, a norma estará sendo violada. Não há maior margem para elaboração teórica ou valoração por parte do intérprete, ao qual caberá aplicar a regra mediante *subsunção*: enquadra-se o fato na norma e deduz-se uma conclusão objetiva. Por isso se diz que as regras são *mandados ou comandos definitivos (*...) Já os princípios indicam uma direção, um valor, um fim. Ocorre que, em uma ordem jurídica pluralista, a Constituição abriga princípios que apontam em direções diversas, gerando tensões e eventuais colisões entre eles. Alguns exemplos: a livre iniciativa por vezes choca com a proteção do consumidor; o desenvolvimento nacional nem sempre se harmoniza com a preservação do meio ambiente; a liberdade de expressão frequentemente interfere com o direito de privacidade. Como todos esses princípios têm o mesmo valor jurídico, o mesmo *status* hierárquico, a prevalência de um sobre outro não pode ser determinada em abstrato; somente à luz dos elementos do caso concreto será possível atribuir maior importância a um do que a outro. Ao contrário das regras, portanto, princípios não são aplicados na modalidade tudo ou nada, mas de acordo com a *dimensão* de peso que assumem na situação específica. Caberá ao intérprete proceder à *ponderação* dos princípios e fatos relevantes, e não a uma subsunção do fato a uma regra determinada. Por isso se diz que princípios são *mandados de otimização*: devem ser realizados na maior intensidade possível, à vista dos demais elementos jurídicos e fáticos presentes na hipótese4"; **2: Correto.** Mais uma vez Barroso esclarece o tema: "(...) E, em segundo lugar, porque vem conquistando crescente adesão na ciência jurídica a tese de que a norma não se confunde com o enunciado normativo – que corresponde ao texto de um ou mais dispositivos –, sendo, na verdade, o produto da interação texto/realidade. Nessa visão, não existe norma em abstrato, mas somente norma concretizada5"; **3: Correto.** O princípio da unidade dispõe que a Constituição deve sempre ser interpretada em sua totalidade. A Constituição é um sistema unitário de regras e princípios. Já o princípio do efeito integrador determina, consoante explicado por Canotilho, que tanto a interpretação como a solução de antinomias sejam guiadas no sentido de favorecer a integração política e social, como também para prestigiar a unidade política. Por sua vez, o princípio da máxima efetividade deve levar o intérprete a buscar a efetividade concreta da norma. Tal interpretação tem função relevante no campo da realização dos direitos fundamentais, ou melhor eficiência de tais direitos. Por fim, o princípio da conformidade funcional ou justeza prega o dever de respeito à repartição constitucional de competências, tal como definido pelo poder constituinte originário. Podemos, com base na doutrina de Canotilho, indicar também os princípios da concordância prática ou harmonização, da força normativa, da interpretação conforme a Constituição e proporcionalidade ou razoabilidade.

Gabarito 1C, 2C, 3C

Para lutar contra a discriminação racial e a desigualdade, é preciso reaprender a olhar. Olhar para ver que são quase sempre negras as crianças famélicas que fazem malabarismos com bolinhas nos sinais de trânsito das grandes cidades; são quase sempre negras as famílias que dormem sob as marquises, na imundice das sarjetas das nossas ruas; quase sempre negras são as vítimas da violência policial e da tortura. Olhar para ver que a miséria no Brasil tem cor.

Daniel Sarmento. **Direito constitucional e igualdade étnico-racial**. In: Flávia Piovesan e Douglas Martins de Souza (Coord.). **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR.

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens seguintes quanto à perspectiva de direitos e garantias fundamentais na forma em que são previstos constitucionalmente.

(1) A Constituição de 1988 tem um compromisso com a concretização do princípio da igualdade, donde decorre que a isonomia entre brancos e negros prevista pela Constituição é a isonomia formal.

(2) Com vistas ao combate da intolerância racial, a Constituição Federal brasileira previu expressamente a vedação de diferença salarial, de exercício de funções e de critérios de admissão motivados na cor.

(3) A concretização do princípio da isonomia exige que ao negro sejam dadas as mesmas condições reais de oportunidades e direitos, propugnando-se, em concomitância a isso, o seu direito à diferença, mediante a proteção da identidade cultural dos negros e a proteção das manifestações das culturas afro-brasileiras.

1: Incorreto. O compromisso com a efetiva concretização do princípio da igualdade passa pela busca da isonomia material, tendo por base a máxima que manda tratar desigualmente os desiguais. Cabe lembrar que as ações afirmativas são políticas ou programas públicos ou privados de concessão de benefícios a grupos sociais que foram (justiça compensatória) ou são (justiça distributiva) vítimas de algum preconceito. Cabe apenas frisar que as políticas promocionais devem ser temporárias, do contrário pode até violar a própria isonomia material; **2: Correto.** Vide art. 7º, XXX, da CF; **3: Correto.** Reler comentário sobre o item 1.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Diplomacia 2002) A figura do "habeas corpus", uma conquista jurídica da liberal-democracia, identifica-se como:

(A) um direito à inviolabilidade do corpo humano.

(B) direito secular que se origina na separação entre o corpo e a alma.

(C) direito de associação livre em corporações.

(D) direito de ir e vir assegurado contra abuso de autoridade.

(E) estado de direito protegido por um Corpus Juris.

A, B, C, D e E: O art. 5º, LXVIII, da CF assim dispõe: "conceder-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de

4. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 207/208.

5. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 307/308.

sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

Gabarito "D"

(Diplomacia 2002) Assinale a opção em que não consta princípio fundamental que rege o Brasil nas suas relações internacionais:

(A) autodeterminação dos povos.
(B) repúdio ao terrorismo.
(C) intervenção militar para a defesa de interesses nacionais.
(D) concessão de asilo político.
(E) igualdade entre os Estados.

A, B, C, D e **E**: "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; **III - autodeterminação dos povos**; IV - não intervenção; **V - igualdade entre os Estados**; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; **VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo**; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; **X - concessão de asilo político.**" Mediante a leitura do art. 4º, fica nítida a posição central da proteção à dignidade da pessoa humana na Constituição, assim cabe fazer algumas importantes ponderações. Fruto da redemocratização, a Constituição de 1988 torna esse princípio um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF). Outros fundamentos que reforçam o *status* dos direitos humanos no país são a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (respectivamente art. 1º, II, IV e V, da CF). O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que a forma de governo, no Brasil, será a democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Ademais, um dos objetivos fundamentais do Brasil, segundo a CF, é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Outros objetivos que posicionam nuclearmente os direitos humanos no Brasil são o que determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e aquele que se refere à construção de uma sociedade livre, justa, solidária (art. 3º, I) e desenvolvida economicamente (art. 3º, II). Também sacramenta a nuclearidade dos direitos humanos no país aquilo que dispõe o art. 4º, II, da CF, ou seja, que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelo *princípio da prevalência dos direitos humanos*. O art. 4º da CF ainda corrobora a nuclerаridade dos direitos humanos por meio dos seguintes incisos: a) repúdio ao terrorismo e ao racismo (inc. VIII); b) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inc. IX); e c) concessão de asilo político (inc. X). Ora, além dos direitos humanos fundamentarem a existência da república brasileira, estes são também vetores para o estabelecimento da política nacional e da externa. Por fim, é regra básica da hermenêutica jurídica que a aplicação da lei deve levar em conta os valores constitucionais que irradiam sobre todo o ordenamento jurídico. Como os direitos humanos ocupam lugar central na CF (logo, são direitos fundamentais), toda interpretação e aplicação de alguma norma do ordenamento jurídico brasileiro devem ser balizadas pela dignidade da pessoa humana. Assim, a interpretação que violar a dignidade da pessoa humana não será válida, ou melhor, será inconstitucional.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2002) A propósito do princípio da igualdade, consagrado em vários dispositivos da Constituição, é correto afirmar que:

(A) As pessoas jurídicas não são protegidas por esse princípio.
(B) Brasileiros e estrangeiros devem ter, em todas as relações sociais, o mesmo tratamento da lei.
(C) É possível o tratamento legislativo diferenciado de indivíduos, desde que a distinção não seja arbitrária.
(D) O princípio da igualdade configura tão somente diretriz política de ação do legislador, não cabendo ao Judiciário declarar a invalidade de uma lei por cogitada afronta a este princípio.
(E) Após a Reforma Administrativa de 1998, o princípio da isonomia deixou de ter implicações jurídicas no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos.

A: Incorreto, pois é pacífico que o art. 5º da Constituição Federal também se aplica às pessoas jurídicas, no que couber; **B: Incorreto,** pois a própria Constituição Federal trata de modo diferenciado, para determinadas situações, brasileiros e estrangeiros. Isso se dá, por exemplo, em relação ao provimento de alguns cargos, que são privativos de brasileiros natos (art. 12, § 3º, da CF); **C: Correto,** pois o princípio da isonomia impõe que se tratem os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de sua desigualdade. Assim, é possível que haja tratamentos desiguais entre as pessoas, desde que o discrímen seja pertinente e atenda a uma finalidade protegida pela ordem jurídica. Por exemplo: é perfeitamente possível estabelecer idade mínima para alguém participar de concurso público de juiz de direito, pois há, segundo o STF, pertinência em tal condição, em face da necessidade de grande maturidade e experiência de vida para que se assuma um cargo dessa natureza; **D: Incorreto,** pois nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF); E**: Incorreto,** pois essa reforma também valoriza o princípio da isonomia. Um exemplo é o dispositivo que permite a acumulação de cargos públicos não só em favor dos médicos, como também em favor de outros profissionais da saúde com profissão regulamentada (art. 37, XVI, "c", da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 2000) A respeito do princípio da separação dos poderes, é correto afirmar que:

(A) não foi adotado expressamente pela Constituição Federal, mas vem sendo aceito pela jurisprudência pátria.
(B) Impede que qualquer membro de um Poder venha a desempenhar cargo em outro Poder, a não ser havendo renúncia ao cargo do Poder de origem.
(C) Não impede que haja, em certos casos, a fiscalização de um poder pelo outros.
(D) Somente se refere ao relacionamento dos três Poderes da União, não se estendendo à organização dos Poderes estaduais.
(E) Tendo em vista a ampliação das atividades do Estado contemporâneo, ele não mais existe.

A: Incorreto, pois o princípio é uma das cláusulas pétreas, isto é, faz parte do núcleo intangível da Constituição (art. 60, § 4º, III); **B: Incorreto.** A Declaração de Direitos ou *Bill of Rights* de 1689 é um documento legal confeccionado pelo Parlamento inglês e que, entre outros efeitos, limitou os poderes do rei e disciplinou os direitos relacionados ao Parlamento, como a liberdade de expressão dos parlamentares e o estabelecimento de eleições regulares. Também determinou que todos os súditos têm direito de petição ao rei e tornou o Parlamento competente para legislar e criar tributos, funções antes exercidas pelo monarca. Tais medidas asseguraram certo poder para o Parlamento no Reino Unido e representaram a instauração institucional da separação de poderes, mais tarde reconhecida e elogiada por Montesquieu. A partir de tal momento, o indivíduo passou a ter uma garantia institucional (em teoria) de que o interesse dos governados guiaria a formulação das leis e de que o

Parlamento seria o órgão encarregado de proteger os súditos perante o rei. Percebe-se que, desde o início, a separação dos poderes tem a um só tempo a função de evitar a concentração de poderes e a de permitir que eles se fiscalizem entre si. "(...) Essencialmente, a *separação de poderes* consiste em distinguir três funções estatais – legislação, administração e jurisdição – e atribuí-las a três órgãos, ou grupos de órgãos, reciprocamente autônomos, que as exercerão com exclusividade, ou ao menos preponderantemente".6 Por todo o dito, o princípio da separação dos poderes não tem relação com o descrito na assertiva. Ademais, o mais comum é a nomeação de deputado ou senador eleito para ocupar certo ministério, isto é, passa-se do poder legislativo para o executivo, e isso não significa que o parlamentar perca o mandato para o qual foi eleito; **C: Correto,** pois é o que determina, por exemplo, o art. 70 da CF: "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder"; **D: Incorreto,** pois o princípio da separação dos poderes também incide na organização dos poderes estaduais, já que vige o princípio da simetria constitucional (ler os arts. 25 a 28 da CF); **E: Incorreto,** pois, como dito no comentário sobre a assertiva A, trata-se de cláusula pétrea (art. 60, § 4º, III, da CF). Porém, deve-se admitir que hodiernamente existe uma interpenetração dos poderes, com destaque para o ativismo político do STF e, em geral, do judiciário ao redor do mundo7. Al*ém disso, há* a nova tripartição de poderes – *policy determination*, *policy execution* e *policy control* – sugerida por Karl Loewenstein.

Gabarito "C"

(Diplomacia 1999) Qual das seguintes afirmações é correta?

(A) A pena de morte é totalmente proibida pela Constituição brasileira, sem exceções.

(B) A pena de morte é proibida pela Constituição brasileira, salvo em caso de guerra declarada.

(C) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de crime hediondo.

(D) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de reincidência em crimes hediondos.

(E) A Constituição brasileira não inclui dispositivo relativo à pena de morte.

A, B, C, D e **E**: Em relação à pena de morte, cabe esclarecer que esta é admitida no Brasil, desde que cumpridas as seguintes condições: **a)** existência de guerra declarada em virtude de agressão externa e **b)** a prática, por brasileiro ou estrangeiro, do crime de alta traição (arts. 5º. XLVII, *a*, e 84, XIX, ambos da CF). Lembrando que o crime de alta traição é disciplinado no Código Penal Militar – CPM. Logo, em tempos de paz, não é possível a aplicação da pena capital no Brasil, a qual também está abolida para todos os crimes não militares. A título de curiosidade, o CPM disciplina que a execução da pena capital será por fuzilamento.

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) Entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais, encontram-se:

(A) independência nacional, autodeterminação dos povos e concessão de asilo político.

(B) independência nacional, autodeterminação dos povos e combate ao narcotráfico.

(C) independência nacional, concessão de asilo político e amplo acesso à imigração.

(D) autodeterminação dos povos, solução pacífica de controvérsias e igualdade entre brasileiros e estrangeiros.

(E) autodeterminação dos povos, igualdade entre brasileiros e estrangeiros e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

A, B, C, D e **E:** "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: **I - independência nacional**; II - prevalência dos direitos humanos; **III - autodeterminação dos povos**; IV - não intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; **X - concessão de asilo político**". Mediante a leitura do art. 4º, fica nítida a posição central da proteção da dignidade da pessoa humana na Constituição, assim cabe fazer algumas importantes ponderações. Fruto da redemocratização, a Constituição de 1988 torna a dignidade da pessoa humana um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF). Outros fundamentos que reforçam o *status* dos direitos humanos no Brasil são a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (respectivamente, art. 1º, II, IV e V, da CF). O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que a forma de governo, no Brasil, será uma democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Ademais, um dos objetivos fundamentais do Brasil, segundo a CF, é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Outros objetivos que posicionam nuclearmente os direitos humanos no Brasil são o que determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e aquele que se refere à construção de uma sociedade livre, justa, solidária (art. 3º, I) e desenvolvida economicamente (art. 3º, II). Também sacramenta a nuclearidade dos direitos humanos no país aquilo que dispõe o art. 4º, II, da CF, ou seja, que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelo *princípio da prevalência dos direitos humanos*. O art. 4º da CF ainda corrobora a dita nuclearidade dos direitos humanos por meio dos seguintes incisos: a) repúdio ao terrorismo e ao racismo (inc. VIII); b) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inc. IX); e c) concessão de asilo político (inc. X). Ora, além dos direitos humanos fundamentarem a existência da república brasileira, estes são também vetores para o estabelecimento da política nacional e da externa. Por fim, cabe dizer que é regra básica da hermenêutica jurídica aquela que a aplicação da lei deve levar em conta os valores constitucionais que irradiam sobre todo o ordenamento jurídico. Como os direitos humanos ocupam lugar central na CF (logo, são direitos fundamentais), toda interpretação e aplicação de alguma norma do ordenamento jurídico brasileiro deverão ser balizadas pela dignidade da pessoa humana. Assim, a interpretação que violar a dignidade da pessoa humana não será válida, ou melhor, será inconstitucional.

Gabarito "A"

1.6. Noções de Organização do Estado na CF/88

1.6.1. Competências da União, dos Estados-Membros e dos Municípios

(Diplomacia 2009) Acerca do Estado federal brasileiro e do sistema de repartição de competências entre os entes federativos, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O Estado federal brasileiro – a República Federativa do Brasil – é pessoa jurídica de direito público internacional, e sua organização político-administrativa

6. Manoel Gonçalves Ferreira Filho. *Curso de Direito Constitucional*. 37 ed. São Paulo, Saraiva, 2011, p. 161.

7. Tate, C. Neal & Vallinder, Tobjörn. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York University Press, 1995.

compreende a União, os estados e o Distrito Federal, mas não os municípios, pois estes não são entidades federativas, visto que constituem divisões político--administrativas dos estados.

(2) Competência concorrente é a faculdade que todas as entidades federativas têm de legislar ou praticar certos atos, conjuntamente e em situação de igualdade, em um campo comum de atuação, sem que o exercício de uma exclua a competência da outra.

(3) A Constituição Federal adota um sistema de repartição de competências no qual enumera os poderes da União, dos estados e dos municípios, deixando, para o Distrito Federal, poderes remanescentes.

(4) Não é passível de deliberação a proposta de emenda constitucional que desvirtue a forma republicana de governo, a qual está prevista como cláusula pétrea; no entanto, pode o Congresso Nacional, no exercício do poder constituinte derivado reformador, promover modificação do modelo federal, de modo a transformar o Brasil em Estado unitário.

1: Incorreto. O primeiro trecho da assertiva está correto: é o governo central que responderá perante a comunidade internacional, visto que é o representante do Estado como um todo, e este é o único detentor de personalidade jurídica internacional. Vale recordar que a federação de estados ou Estado federal é a união permanente de dois ou mais estados, na qual cada um deles conserva apenas a autonomia interna, pois a soberania externa é exercida por um órgão central, normalmente denominado *governo federal*. O Brasil é Estado federal desde a Constituição Federal de 1891. Pode-se afirmar que a divisão de autonomias em relação às competências internas não interfere na responsabilização internacional. Já o segundo trecho da assertiva está errado, uma vez que o município faz parte, sim, da organização político-administrativa do Brasil, conforme o art. 1º, *caput*, da CF: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (…)" e o art. 18, *caput*, da CF: "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". Portanto, o Município é um ente político possuidor de capacidade administrativa, política e de auto-organização; **2: Incorreto.** A competência legislativa concorrente (art. 24, *caput*, da CF) atribui à União a tarefa de editar leis gerais (art. 24, § 1º) e aos Estados e Distrito Federal a função de suplementar a legislação federal no que couber (art. 24, § 2º). Na ausência de lei geral da União, os Estados devem legislar plenamente para atender às suas peculiaridades, mas, com a edição superveniente de lei federal que trace normas gerais, a lei estadual ficará suspensa no que contrariar a lei geral da União (art. 24, §§ 3º e 4º). No tocante à competência, cabe citar o art. 25, § 1º, da CF, que cuida da competência residual dos estados, e o art. 30, I e II, da CF, que dispõe sobre a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; **3: Incorreto,** pois quem tem competência residual ou remanescente é o estado (art. 25, § 1º, da CF), e não o Distrito Federal. Assim, o estado pode disciplinar tudo que não for do âmbito de competência de outro ente político; **4: Incorreto.** O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas esse poder não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a Constituição na vigência dos estados de sítio e defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. É importante observar que há possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Assim, a primeira parte da assertiva está incorreta porque a forma republicana de governo é uma limitação implícita, e não expressa, ao poder constituinte derivado reformador. A segunda parte também está incorreta, visto que a forma federativa de Estado é cláusula pétrea, ou seja, uma limitação explícita ao poder constituinte derivado reformador.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que concerne ao Estado federal, julgue os itens subsequentes.

(1) O federalismo baseia-se na união de coletividades políticas autônomas, sendo a Federação a união de entes federados.

(2) No Estado federal, cada componente da Federação detém soberania e autodeterminação para desempenhar relações de direito público internacional.

(3) No Brasil, o Estado federal está fundado no princípio da divisibilidade.

1: Correto. Nos Estados compostos por coordenação existe ou uma associação de Estados soberanos ou uma associação de unidades autônomas, todas iguais entre si e mantenedoras de autonomia interna. O poder soberano é investido em um órgão central. Esse tipo de Estado pode ser formado de três maneiras: **a)** união pessoal; **b)** confederação de Estados; e **c)** federação de Estados. A união pessoal é a reunião de dois ou mais Estados sob a autoridade de um soberano comum, e ela só pode ocorrer pela forma monárquica. Como exemplo, podemos citar a Bélgica e o Congo entre 1885 e 1908. A confederação de Estados é a associação de Estados soberanos que mantêm a autonomia e a personalidade internacional, mas conferem certas funções à autoridade central, como, por exemplo, a manutenção de paz entre os Estados confederados. É o caso da Confederação Germânica entre 1815 e 1866. Por fim, a federação de Estados ou Estado federal é a união permanente de dois ou mais Estados, em que cada um deles conserva apenas a autonomia interna, pois a soberania externa é exercida por um órgão central, normalmente denominado *governo federal*. O Brasil é Estado federal desde a Constituição Federal de 1891. Portanto, sempre é o governo central que atuará perante a comunidade internacional, já que é o representante do Estado como um todo, o qual, por sua vez, é o único detentor de personalidade jurídica internacional; **2: Incorreto.** Reler o comentário sobre a assertiva anterior; **3: Incorreto.** Fernanda Dias Menezes de Almeida8 divide a competência constitucional em dois planos, um vertical, outro horizontal. No **plano vertical** há distribuição de matéria **idêntica** entre as entidades federativas, compreendendo as **competências comuns** (art. 23 da CF) **e as concorrentes** (art. 24 da CF) de **todas** as unidades da federação; já no **plano horizontal** há distribuição de matérias **distintas** (com base na preponderância dos interesses) entre as entidades federativas, compreendendo as **competências exclusivas** (art. 21 da CF) **e as privativas** (art. 22 da CF) de **cada** unidade da federação. O Brasil congrega os dois planos desde a Constituição de 1934, não somente o princípio da divisibilidade. O plano

8. *Competências na Constituição de 1988*. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

vertical é próprio do constitucionalismo alemão (**compartilhamento de competências)** e o plano horizontal é próprio do constitucionalismo estadunidense (**compartimentação de competências**).

Gabarito 1C, 2E, 3E

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1. Atividade Administrativa do Estado Brasileiro

2.1.1. Controle de Legalidade dos Atos da Administração

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É certo que a Administração Pública, dentre outras situações,

(A) está sujeita à fiscalização administrativa de seus atos, sendo-lhe vedada a revogação de seus atos discricionários.

(B) tem o dever de velar pela execução da lei, facultada a anulação dos atos ilegais que praticar.

(C) sujeita-se ao controle jurisdicional de sua atuação, mas não ao controle legislativo de seus atos.

(D) não pode descumprir a lei a pretexto de sua inconstitucionalidade, mas pode atuar, em qualquer situação, *contra legem* ou *praeter legem*.

(E) deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos discricionários inconvenientes ou inoportunos.

A: Incorreto, pois a Administração pode revogar os seus atos, nos termos do princípio da autotutela, pelo qual "a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos" (art. 53 da Lei 9.784/1999); **B: Incorreto,** pois a Administração não tem a faculdade de anular os atos ilegais, mas o DEVER de anular os atos ilegais (art. 53 da Lei 9.784/1999); **C: Incorreto,** pois o Legislativo exerce, sim, controle da Administração, nos termos do art. 70 da CF; **D: Incorreto,** pois, em virtude do princípio da legalidade, a Administração não pode agir contra a lei, nem fora da lei; **E: Correto,** nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999.

Gabarito "E"

2.2. Organização da Administração Pública

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com relação à organização administrativa da União, julgue os itens subsequentes.

(1) As agências reguladoras são autarquias de natureza especial, pertencentes ao quadro de órgãos da administração indireta.

(2) As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) são consideradas órgãos da administração pública indireta.

(3) O termo de parceria é o instrumento de mediação da relação entre as agências reguladoras e os respectivos ministérios supervisores.

(4) Define-se como empresa pública toda entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da administração indireta.

(5) Caracteriza-se como autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

1: Incorreto, pois agências reguladoras são pessoas jurídicas e não meros órgãos; **2: Incorreto,** pois as OSCIPs são pessoas jurídicas, e não órgãos; além disso, as OSCIPs não fazem parte da administração pública direta e indireta, tratando-se de pessoas jurídicas não estatais; **3: Incorreto,** pois o termo de parceria é o nome do instrumento celebrado entre a administração e uma OSCIP (art. 9º da Lei 9.790/1999); **4: Incorreto,** pois a empresa pública é autorizada pela lei e não criada por esta (art. 37, XIX, da CF); ademais, a *empresa pública* é constituída exclusivamente com capital público, podendo se revestir de qualquer forma societária, diferente da *sociedade de economia mista*, que tem necessariamente capital público e privado e só pode ter a forma de sociedade anônima; **5: Correto,** pois traz a adequada definição de autarquia, nos termos do Dec.-lei 200/1967.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, referentes a aspectos da administração pública.

(1) A União pode estabelecer contrato com empresas estatais ou privadas para realizar atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

(2) Empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não gozando de privilégios fiscais que não sejam extensivos ao setor privado.

1: Incorreto, pois há monopólio estatal no que diz respeito às atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios nucleares e seus derivados (art. 21, XXIII, da CF); **2: Correta** (art. 173, § 2º, da CF).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6C

2.3. Agentes Públicos

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É certo que

(A) ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de assessoramento ou de cargo de provimento em comissão de Natureza Especial não é devida retribuição pelo seu exercício.

(B) o servidor público federal que se afastar em caráter transitório para o exterior fará jus a passagens e diárias, destinadas à indenização de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção.

(C) a compensação de despesas de instalação do servidor público federal que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter definitivo, é denominada de auxílio-moradia.

(D) o servidor público federal que realizar despesas com a utilização de qualquer meio de locomoção, seja próprio, de terceiros ou do Poder Público para a execução de serviços externos, faz jus ao auxílio-transporte.

(E) o ressarcimento das despesas realizadas pelo servidor público federal com aluguel ou meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês, não havendo imóvel funcional, é denominado de ajuda de custo.

A: Incorreto, pois é devida sim a retribuição pelo seu exercício (art. 62 da Lei 8.112/1990); **B:** Correta (art. 58 da Lei 8.112/1990); **C: Incorreto,**

pois essa compensação de despesas tem o nome de ajuda de custo (art. 53 da Lei 8.112/1990); **D: Incorreto,** pois o servidor faz jus, no caso, à "indenização de transporte" e não ao "auxílio-transporte" (art. 60 da Lei 8.112/1990); **E: Incorreto,** pois esse ressarcimento é denominado auxílio-moradia (arts. 60-A e 60-B, I, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto anuir com a assertiva seguinte:

(A) O período de afastamento do servidor federal para missão ou estudo no Exterior não excederá a 4 (quatro) anos, prorrogável, desde que imediato, sem interrupção e por um período de mais 2 (dois) anos.

(B) Ao servidor público federal beneficiado com afastamento para estudo no exterior, em qualquer hipótese, poderá ser concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do referido afastamento.

(C) O afastamento de servidor público federal, para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, dar-se-á com perda total da remuneração.

(D) As hipóteses, condições de tempo, forma e remuneração previstas na lei que dispõe sobre o regime jurídico único do servidor público federal, aplicam-se por extensão aos servidores do judiciário, dos Tribunais de Contas e da carreira diplomática.

(E) O servidor do Poder Executivo federal, titular de cargo efetivo, à exceção dos ocupantes de cargo em comissão, ou que estejam em estágio probatório, poderão ausentar-se do País para missão oficial por autorização do Poder Legislativo.

A: Incorreto, pois após 4 anos não cabe prorrogação imediata, sendo que apenas decorrido igual período de afastamento é que será permitida nova ausência (art. 95, § 1º, da Lei 8.112/1990); vale ressaltar que tal regra não se aplica aos servidores da carreira diplomática (art. 95, § 3º, da Lei 8.112/1990); **B: Incorreto,** nos termos do comentário à alternativa "A"; **C: Correta** (art. 96 da Lei 8.112/1990); **D: Incorreto,** pois tal aplicabilidade é direta e não por extensão, já que tais servidores pertencem à administração direta federal; **E: Incorreto,** pois a autorização, no caso do servidor do Executivo, deve se dar pelo Presidente da República (art. 95, caput, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "C"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca dos servidores públicos, de seus direitos e de suas obrigações, julgue os próximos itens.

(1) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos e aos naturalizados.

(2) É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.

(3) Excetuadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei como de livre nomeação e exoneração, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.

(4) Como forma de participação do cidadão na administração pública direta e na indireta, está previsto o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, desde que observado o sigilo quando este for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(5) Os atos danosos a terceiros praticados por servidor público, no exercício da função, geram a responsabilidade da administração pública, sendo, no entanto, incompatível com o atual sistema legal o direito de regresso contra o responsável pelo dano, nos casos de dolo ou culpa.

1: Incorreto. O inciso I do art. 37 da CF é cabal: "I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros**, na forma da lei"; **2: Incorreto.** O servidor público tem direito à livre associação sindical (art. 37, VI, da CF), mas o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (art. 37, VII, da CF), isto é, não é de exercício irrestrito. Sobre o tema (greve dos servidores públicos) cabe ponderar que o STF julgou três mandados de injunção impetrados, respectivamente, pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil no Estado do Espírito Santo – SINDIPOL–, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa – SINTEM-, e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará – SINJEP–, em que se pretendia fosse garantido aos seus associados o exercício do direito de greve previsto no art. 37, VII, da CF. O Tribunal, por maioria, conheceu dos mandados de injunção e propôs a solução para a omissão legislativa com a aplicação, no que couber, da Lei 7.783/1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada (MI 670/ES, rel. orig. Min. Maurício Corrêa, rel. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 708/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 712/PA, rel. Min. Eros Grau, 25.10.2007); **3: Correto,** pois em consonância com a redação do inciso II do art. 37 da CF: "II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"; **4: Correto,** pois em conformidade com o disposto pelo art. 37, § 3º, II, da CF; **5: Incorreto,** pois existe o citado direito de regresso. O art. 37, § 6º, da CF assim dispõe: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os seguintes itens.

(1) O uso de vestimentas adequadas ao exercício da função pública é assunto que dispensa determinações pelo referido código de ética.

(2) Os empregados das sociedades de economia mista não estão subordinados ao disposto no Decreto n.º 1.171/1994, para fins de apuração de seu comprometimento ético.

1: Incorreto, pois há determinação nesse sentido no item XIV, *p*, do Decreto 1.171/1994; **2: Incorreto,** pois, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado (item XXIV do Decreto 1.171/1994).

Gabarito 1E, 2E

2.4. Processo Administrativo

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que tratam do processo administrativo na administração pública federal.

(1) De acordo com o disposto na Lei n.º 9.784/1999, órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, enquanto entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e indireta.

(2) São considerados legitimados como interessados no processo administrativo inclusive aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

1: Incorreto, pois é justamente o contrário, ou seja, órgão é unidade de atuação da estrutura da administração direta e indireta e *entidade* é unidade de atuação dotada de personalidade jurídica (art. 1º, § 2º, I e II, da Lei 9.784/1999); **2: Correto** (art. 9º, II, da Lei 9.784/1999).

Gabarito 1E, 2C

2.5. Responsabilidade Civil do Estado no Direito Brasileiro

(Diplomacia 2003) Um acidente de trânsito ocorreu em território brasileiro, envolvendo um veículo de propriedade de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) e um veículo pertencente a empresa pública do Distrito Federal, prestadora de serviço público, criada no ano de 1999.

Esse veículo era dirigido por uma funcionária estrangeira daquele organismo, que estava temporariamente prestando serviços no Brasil. Ela alegou que não tinha culpa no acidente por desconhecer as especificidades da legislação de trânsito brasileira.

O veículo da empresa pública era dirigido por um empregado daquela empresa. No momento do acidente, ele assinou uma declaração comprometendo-se a pagar o conserto do veículo do organismo internacional. Entretanto, não tinha a menor intenção de fazê-lo, tendo assinado o documento somente com o intuito de acalmar a condutora do veículo. Posteriormente, o laudo pericial concluiu que ambos os motoristas eram culpados pelo acidente: ela, por negligência; ele, por imperícia.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

(1) O litígio envolve um veículo de propriedade de pessoa jurídica de direito público externo e um veículo pertencente a pessoa jurídica de direito privado, ou seja, ambos os proprietários dos veículos são entes detentores de personalidade jurídica reconhecida pelo direito brasileiro.

(2) A alegação da funcionária do organismo internacional – de que não tinha culpa no acidente por desconhecer as especificidades da legislação de trânsito brasileira – não procede, uma vez que, no direito civil brasileiro, o erro de direito não é aceito seja para eximir alguém da responsabilidade por ato ilícito, seja para anular ato ou negócio jurídico praticado em razão do erro jurídico.

(3) De acordo com a Constituição da República, a empresa pública mencionada responde objetivamente pelos prejuízos decorrentes do acidente, não sendo admissível no caso apresentado sequer o acolhimento da alegação de culpa concorrente com vistas a obter redução do valor da indenização.

(4) O ato do motorista da empresa pública de assinar uma declaração comprometendo-se a pagar o conserto sem qualquer intenção de cumprir o prometido, mas somente para acalmar a condutora do outro veículo, caracteriza reserva mental insuficiente para, segundo o direito civil brasileiro, tornar nulo ou anulável o documento.

(5) De acordo com a Constituição da República, a empresa pública referida deve ter sido criada mediante autorização dada por meio de lei federal específica. Além disso, o empregado deve ter sido contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, após prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, e deve responder perante a empresa pelos prejuízos que causou, em decorrência da prática de ato considerado culposo.

1: Correto. As OIs têm personalidade jurídica e esta pode ser dividida em interna e internacional: a interna refere-se aos seus Estados-membros e aos Estados hospedeiros, enquanto a internacional vincula-se aos direitos, obrigações e prerrogativas dos outros sujeitos de direito internacional. A questão que suscita mais dúvidas é a da oponibilidade da personalidade jurídica internacional da OI em relação aos outros sujeitos de direito internacional. Ainda não existe um consenso em relação a todas as OIs, **mas pode-se afirmar, por exemplo, que a ONU e suas organizações especializadas ("constelação onusiana") têm personalidade jurídica internacional *erga omnes*, ou seja, extensível a todos os sujeitos de direito internacional, inclusive aos Estados não membros.** Tratando-se da personalidade jurídica internacional das OIs, é de importância indiscutível o art. 6º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais: "a capacidade de uma organização internacional para celebrar tratados rege-se pelas regras dessa organização". Isso significa que cada OI regula as características de sua personalidade jurídica. Porém, se o ato constitutivo de uma OI for omisso a esse respeito, isso não possibilita a contestação de sua personalidade jurídica (interna e internacional), que é um atributo de toda organização social (como a OI o é), pois sem ela não é possível agir em nome próprio no mundo do direito. Existe ainda uma distinção entre a personalidade jurídica internacional dos Estados, que é plena, e a personalidade jurídica internacional das organizações internacionais, que é, de certa forma, limitada. A limitação ocorre em função de o reconhecimento da personalidade jurídica estar umbilicalmente associado aos objetivos perseguidos pela OI. Dito de outro modo, a personalidade jurídica internacional das OIs é um atributo instrumental à realização dos objetivos sobre os quais elas têm competência. Enquanto os Estados têm personalidade jurídica internacional *de per si*, a personalidade jurídica internacional é fundamental para as OIs porque, como dito, todas desempenham missões que implicam uma capacidade de ação autônoma nas relações internacionais, exercida a par ou mesmo à margem dos Estados-membros, sendo, portanto, uma personalidade jurídica internacional distinta destes. Ademais, o art. 42 do CC assim dispõe: "São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público". Segundo Wander Garcia, as empresas estatais podem ser conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado especial e são criadas pelo Estado, autorizado por lei específica, com a finalidade de executar serviço público ou explorar atividade econômica não ligada a esse tipo de serviço, em caráter suplementar, desde que seja necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante ao interesse coletivo. O § 1º do artigo 173 da Constituição dispõe que "a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade

de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços públicos". Repare que tais entidades são criadas, então, para atuar na atividade econômica, seja na área de produção ou comercialização de produtos (como a Petrobras), seja na prestação de serviços (como os Correios). Como tais empresas realizam típica atividade econômica e por isso têm regime jurídico de direito privado, de modo que não podem ser chamadas a titularizar serviço público, mas apenas para serem delegatárias de serviço, ou seja, apenas para realizar a mera execução desse tipo de serviço;9 **2: Incorreto.** O *erro de direito* não se confunde com a *ignorância do direito* e com o *erro de fato:* o primeiro é o conhecimento equivocado da lei, o segundo é o total desconhecimento da lei, e o terceiro é o que recai sobre uma situação fática. A ignorância do direito não é aceita para eximir alguém da responsabilidade por ato ilícito ou para anular ato ou negócio jurídico praticado, pois, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, "ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece" (art. 3º). Já o erro de fato e o erro de direito (neste caso, o erro é o motivo único e principal a determinar a vontade e não recai sobre norma cogente ou de ordem pública) têm o condão de determinar a anulação de um negócio jurídico. Dessa forma, como o erro de direito pode, em alguns casos, servir de fundamento para a anulação de um negócio jurídico, a afirmativa está errada; **3: Incorreto.** De fato, a empresa pública, quando prestadora de serviço, responde objetivamente, nos termos do art. 37, § 6º, da CF, que estabelece a responsabilidade desse tipo de entidade, independentemente de culpa. Apesar disso, a existência de culpa corrente tem o condão, sim, de diminuir a indenização devida pela empresa pública, conforme entendem a doutrina e a jurisprudência nacionais; **4: Correto.** Sobre o instituto da reserva mental, o art. 110 do Código Civil dispõe que "a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento". O enunciado da questão não aponta que a funcionária estrangeira (destinatária do documento) sabia que o motorista não tinha interesse em cumprir o que prometera. Portanto, a manifestação de vontade do motorista subsiste, não sendo nulo ou anulável o documento por ele assinado; **5: Incorreto.** É verdade que a criação de empresas estatais depende de autorização de lei específica (art. 37, XIX, da CF); que o agente público de empresa pública (empregado público) deve ser enquadrado no regime celetista e previamente aprovado em concurso público (art. 37, II, da CF); e que a responsabilidade dos agentes de empresas públicas concessionárias de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de culpa ou dolo (art. 37, § 6º, da CF). Contudo, há uma informação errada na afirmativa: a de que a criação da empresa pública de que trata o enunciado depende de autorização de lei específica *federal.* Na realidade, por se tratar de empresa pública do Distrito Federal, é necessária a lei autorizativa do Distrito Federal, também chamada de *lei distrital.*

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

2.6. Licitação Pública

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Os contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), no âmbito da Administração Pública, podem ser alterados, com a devida justificativa,

(A) unilateralmente, pela Administração ou por acordo das partes.
(B) pelos Tribunais de Contas, a pedido da parte interessada.
(C) pela Justiça Federal *ex officio*.
(D) por terceiros, em quaisquer hipóteses.
(E) pelo Legislativo, em caso de interesse público.

A alternativa "A" é a única correta, pois, segundo o art. 65, I e II, da Lei 8.666/1993, os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes.

Gabarito "A"

3. DIREITO FINANCEIRO

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) No que concerne à Lei Orçamentária Anual, analise:

I. Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
II. Compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
III. Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
IV. Incluirá as despesas relativas às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

É verdadeiro anuir que

(A) estão corretas as assertivas I, II e IV.
(B) a única afirmação correta é a IV.
(C) existem apenas duas afirmações verdadeiras.
(D) apenas a afirmação III está correta.
(E) existem três afirmações falsas.

I: Correto, pois, de fato, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias que disciplinará a reserva de contingência; **II: Correto.** Vide art. 165, § 5º, II, da CF; **III: Incorreto,** pois tal função cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165, § 2º, da CF); IV: Correto. Vide art. 165, § 5º, I, da CF.

Gabarito "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Os créditos especiais

(A) não podem ser prorrogados em qualquer circunstância.
(B) independem de autorização do Poder Legislativo.
(C) têm por finalidade reforçar dotação orçamentária já existente.
(D) destinam-se a atender despesas urgentes e imprevisíveis.
(E) dependem da existência de recursos disponíveis para seu financiamento.

A, B, C, D e **E:** Os créditos especiais tem por escopo financiar programas novos, que não possuem dotação específica no orçamento em vigor. Logo, vão depender da existência de recursos disponíveis para seu financiamento.

Gabarito "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) São classificadas como despesas correntes

(A) as aquisições de materiais permanentes.
(B) as concessões de empréstimos.
(C) as subvenções econômicas para obras públicas.
(D) as participações em constituição de aumento de capital de empresas industriais ou agrícolas.
(E) os juros da dívida pública.

A, B, C, D e **E:** Os juros da dívida pública são classificados como despesas correntes.

Gabarito "E"

9. *Super-Revisão – Doutrina para Concursos e OAB*, pág. 559. Ed. Foco, 2012

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Despesas de exercícios anteriores são despesas

(A) contabilizadas pelo regime de caixa, mas pagas pelo regime de competência.
(B) orçamentárias.
(C) extra-orçamentárias.
(D) inscritas em restos a pagar no exercício anterior e não canceladas.
(E) para as quais ainda não subsiste o direito do credor do ente público.

A, B, C, D e **E:** Orçamentárias.
Gabarito "B"

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Orçamento público é o documento que prevê as quantias de moeda que, em determinado período, devem entrar e sair dos cofres públicos, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes. Acerca do orçamento público, julgue os seguintes itens.

(1) O orçamento possui funções alocativa, distributiva e estabilizadora.
(2) O orçamento clássico, ou tradicional, é um instrumento de operacionalização das ações de governo, em consonância com os planos e diretrizes formulados no planejamento.
(3) Segundo o princípio orçamentário do equilíbrio, o orçamento é uno, ou seja, todas as receitas e despesas devem estar em uma só lei orçamentária.

1: Correto, pois classificou corretamente as funções do orçamento; **2: Incorreto,** pois é justamente o contrário. O orçamento clássico ou tradicional se caracteriza por ser um documento que faz apenas a previsão da receita e a autorização da despesa. Assim, sem qualquer consonância com os planos e diretrizes formulados no planejamento. No Brasil, o orçamento moderno foi instituído pela Lei 4.320/1964; **3: Incorreto,** pois o princípio orçamentário do equilíbrio estatui que o montante de despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receita estimada para o mesmo período.
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Quanto aos planos e orçamentos da União, julgue os próximos itens.

(1) As emendas ao projeto de lei do orçamento podem ser aprovadas, caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e caso indiquem os recursos necessários, provenientes da anulação de despesas, exceto daquelas procedentes de dotações para pessoal e encargos e de serviço da dívida.
(2) Os créditos especiais e extraordinários, quando tiverem seu ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, poderão ser reabertos no limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

1: Incorreto. O art. 166, § 3º, da CF assim dispõe: "As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou III - sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei". E o § 4º sacramenta: "As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual"; **2: Correto,** pois em consonância com o art. 167, § 2º, da CF.
Gabarito 1E, 2C

4. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Analise:

I. Aquele que oferece ou promete, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público para que pratique, omita ou retarde ato de sua competência.
II. Funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse econômico ou não.

Referidas condutas caracterizam, respectivamente, os crimes de

(A) tráfico de influência e corrupção passiva.
(B) corrupção passiva e corrupção ativa.
(C) corrupção ativa e prevaricação.
(D) prevaricação e corrupção passiva.
(E) corrupção ativa e tráfico de influência.

I: Trata-se do crime de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); **II:** Trata-se do crime de prevaricação (art. 319 do Código Penal).
Gabarito "C"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os próximos itens, que se referem aos diversos temas tratados pela Constituição Federal brasileira no título que trata da ordem social.

(1) O Estado brasileiro não pode dar tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à pesquisa tecnológica que esteja voltada para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional, em decorrência da necessidade de guardar respeito ao princípio da liberdade da investigação científica.
(2) Não somente obras, edificações e outros espaços destinados às manifestações culturais podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro, mas também objetos e documentos, como mapas e certidões.
(3) Aos índios, a suas comunidades e a suas organizações não se reconhece o direito de ingressar em juízo como partes legítimas para a defesa dos próprios direitos, sem que sejam assistidos pelo Ministério Público Federal.

1: Incorreto, pois em total desacordo com o art. 218, *caput* e parágrafos, da CF; **2: Correto.** O art. 216 da CF dispõe que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Ou seja, qualquer bem poderá ser considerado como patrimônio cultural brasileiro, inclusive mapas e certidões, desde que, como visto, sejam portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; **3: Incorreto,** pois o art. 232 da CF assim dispõe: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito da legislação que dispõe acerca do regime jurídico único dos servidores públicos civis e sobre a Lei de Licitações.

(1) A investidura do cargo público ocorre com o provimento.

(2) A Lei n.º 8.112/1990 instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias, exceto daquelas constituídas em regime especial, e das fundações públicas federais.

(3) A legislação não proíbe a participação de servidor público como acionista em sociedade comercial.

(4) A Lei de Licitações dispõe que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem cumprir, sequencialmente, as seguintes exigências: apresentação de projeto básico, de projeto executivo, que pode ser desenvolvido concomitantemente à execução das obras ou à prestação dos serviços, quando autorizado pela administração, bem como a execução das obras e serviços.

(5) A legislação vigente exige a realização de licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

(6) É vedada a participação, em uma mesma licitação, de empresa consorciada em mais de um consórcio concorrente.

1: Incorreto, pois o provimento é apenas a designação do servidor; em seguida à designação originária (nomeação), o servidor tem um prazo para tomar posse; uma vez tomada a posse, aí sim ocorre o fenômeno da investidura (art. 7º da Lei 8.112/1990); **2: Incorreto,** pois a Lei 8.112/1990 instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias, INCLUSIVE daquelas constituídas em regime especial (art. 1º da Lei 8.112/1990); **3: Correto;** o que a legislação proíbe é que o servidor seja gerente ou administrador de sociedade privada, mas mero sócio o servidor pode ser (art. 117, X, da Lei 8.112/1990); **4: Correto** (art. 7º, I a III, da Lei 8.666/1993); **5: Incorreto,** pois esse caso enseja dispensa de licitação (art. 24, XXIV, da Lei 8.666/1993); **6: Correta** (art. 33, IV, da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca do cometimento de crimes de responsabilidade pelo presidente da República e por seus ministros, julgue os itens subsequentes.

(1) São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo presidente da República assim previstos na Constituição Federal, independentemente de serem definidos em outra norma infraconstitucional.

(2) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República e os seus ministros de Estado, por crime de responsabilidade, e compete ao Senado Federal realizar o julgamento.

(3) O presidente da República ficará suspenso de suas funções a partir do momento em que o Senado Federal instaurar o processo por crime de responsabilidade, cessando a suspensão caso o prazo de 180 dias transcorra sem que o julgamento seja concluído.

1: Incorreto. Pois a redação completa do art. 85 da CF é a seguinte: "São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. **Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento". Típico exemplo de norma de eficácia limitada, segundo a tradicional classificação de José Afonso da Silva; 2: Incorreto**. O art. 51, I, da CF dispõe nesse sentido: "Compete privativamente à Câmara dos Deputados: I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado". Ora, a primeira parte da assertiva está correta porque, de fato, cabe à Câmara dos Deputados autorizar o julgamento de ambos. Entretanto, o art. 52, I, da CF assevera que: "Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles". Tal previsão constitucional prejudica o acerto da assertiva por inteiro, pois os Ministros de Estado somente serão julgados pelo Senado Federal se praticarem crimes de responsabilidade e em conexão com o praticado pelo Presidente da República ou o Vice-Presidente. Assim, exige-se dois requisitos: crime de responsabilidade e conexão com o crime de responsabilidade perpetrado pelo Presidente da República ou pelo Vice-Presidente. Por fim, cabe citar o art. 86 da CF que dessa forma estatui: "Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade"; **3: Correto**. O § 1º do art. 86 da CF dispõe que: "O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; **II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal". E** o § 2º do art. 86 da CF comprova a correção da assertiva: "Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo".

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com relação ao Ministério Público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

(1) São vedados aos membros do Ministério Público o recebimento de honorários, o exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, e o exercício de atividade político-partidária.

(2) O Ministério Público, que não faz parte da estrutura de nenhum dos poderes políticos, seja do Executivo, seja do Legislativo, seja do Judiciário, detém autonomia financeira e administrativa.

(3) O Ministério Público Federal é constituído pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público Militar, e o Ministério Público dos Estados, pelos ministérios públicos instituídos em cada unidade da Federação e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

1: Correto, pois reflete o disposto nos incisos I, IV e V da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993); **2: Correto**. O MP é

uma função essencial à justiça, assim como a Advocacia e a Defensoria Pública. O art. 127 da CF assim dispõe: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". E o art 127, §§ 2º e 3º, da CF e o art. 3º da Lei 8.625/1993 sublinham a autonomia financeira e administrativa da Instituição; **3: Incorreto**. Segundo o artigo 128 da CF, a instituição se organiza da seguinte forma: a) o Ministério Público da União que compreende: o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; b) os Ministérios Públicos dos Estados.

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Diplomacia 2008) À luz da Constituição em vigor e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção **incorreta**.

(A) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas dos estados e municípios.

(B) Eventual conflito entre norma do poder constituinte do estado-membro com alguma regra editada pelo poder constituinte originário resolve-se pela prevalência desta última.

(C) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea, o que impede que o Brasil se transforme em Estado unitário.

(D) Os tratados e as convenções internacionais que forem aprovados no Congresso Nacional por maioria absoluta têm *status* constitucional, sendo considerados, portanto, superiores às leis ordinárias e às leis complementares.

(E) As regras básicas do processo legislativo previstas na Constituição Federal devem, obrigatoriamente, ser seguidas pelos estados-membros.

A: Correto, pois reflete cabalmente a redação do art. 32, § 1º, da CF; **B: Correto,** pois sempre prevalecerão as normas constitucionais, que são condição de validade para todas as outras normas; **C: Correta** (art. 60, § 4º, da CF); **D: Incorreto.** Depois de internalizado, o tratado é equiparado hierarquicamente à norma infraconstitucional. Assim, as normas infraconstitucionais preexistentes ao tratado serão derrogadas quando com ele colidirem, mas resta a dúvida sobre quando uma lei posterior ao tratado com ele colidir. O tema já foi decidido pelo STF na ADI-MC 1.480/DF, momento em que se exarou entendimento de que os tratados internacionais, em geral, ingressam no sistema jurídico brasileiro com força de lei ordinária federal e, portanto, podem ser revogados por lei posterior e de mesma natureza que com ele colidir, ainda que isso gere responsabilidade no plano internacional. Tal dúvida não existe em matéria tributária, pois o artigo 98 do CTN adotou a prevalência do tratado sobre o direito interno, determinando que a legislação tributária posterior ao tratado deve-lhe obediência. Com a edição da Emenda Constitucional 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – consoante o que determina o art. 5º, § 3º, da CF. Dessa forma, tais tratados terão hierarquia constitucional. Muito já se discutiu em relação à hierarquia dos tratados de direitos humanos que foram internalizados anteriormente à edição da EC 45. Mas, em 3 de dezembro de 2008, o Min. Gilmar Mendes, no *RE* 466.343-SP, defendeu a tese da supralegalidade de tais tratados, ou seja, sua superioridade às normas infraconstitucionais e inferioridade às normas constitucionais. O voto do Min. Gilmar Mendes foi acompanhado pela maioria. Todavia, tal assunto desperta calorosas discussões. Exemplo disso é que, no mesmo recurso extraordinário em que foi exarada a tese da supralegalidade, o Min. Celso de Mello defendeu o caráter constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente do quórum de aprovação. Apesar de a tese da supralegalidade ser um avanço da jurisprudência brasileira, deve-se apontar que uma leitura mais acurada da CF permite apontar que os tratados de direitos humanos internalizados sem o procedimento especial têm *status* constitucional. Isso porque o § 2º do art. 5º da CF inclui os direitos humanos provenientes de tratados entre os seus direitos protegidos, ampliando o seu bloco de constitucionalidade. A propósito, o bloco de constitucionalidade é composto de todas as normas do ordenamento jurídico que possuem *status* constitucional; **E: Correto,** pois tal dever emana do princípio da simetria constitucional. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da Constituição Federal e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos municípios (frise-se que município não tem constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário.

Gabarito "D"

(Diplomacia 2003) A Assembleia Legislativa de determinado estado-membro da Federação aprovou emenda à Constituição Estadual, estabelecendo que a sucessão dos bens de estrangeiros situados no território daquele estado seria deferida em partes iguais aos cônjuges ou companheiros e aos filhos brasileiros do estrangeiro, sempre que não lhes fosse mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.

Um partido político com representação no Congresso Nacional propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ação direta de inconstitucionalidade da emenda constitucional referida.

Com respeito a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) A Constituição da República assegura que a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*; tratando-se de norma definidora de direitos e garantias fundamentais, tal disposição constitucional tem aplicação imediata

(2) Considerando que os estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal, ao qual devem sujeitar-se, a emenda à Constituição Estadual mencionada padecerá de vício de inconstitucionalidade formal se não houver sido aprovada, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa daquele estado-membro.

(3) A emenda à Constituição Estadual referida padece de vício de inconstitucionalidade material, porquanto conflita com dispositivo da Constituição da República protegido constitucionalmente por meio de cláusula pétrea, o que impede a sua abolição até mesmo por meio de emenda à Constituição Federal.

(4) A mencionada emenda à Constituição Estadual contém vício de inconstitucionalidade por contrariar o princípio da repartição de competências, consectário do princípio federativo, uma vez que a Constituição da República atribui competência privativa à União para legislar acerca de direito civil; todavia, tratando-se de emenda à Constituição Estadual, essa não se sujeita ao controle de constitucionalidade perante o STF por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

(5) Não estando as especificidades da questão atinente à sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil reguladas por meio de lei federal, a Constituição da República autoriza o estado-membro a exercer a com-

petência legislativa plena acerca da matéria para atender às suas peculiaridades, legislação essa que permanecerá válida até que haja superveniência de lei federal acerca do assunto; entretanto, a emenda à Constituição Estadual mencionada é inconstitucional, por não cuidar de especificidades, mas de modificação substancial do dispositivo da Constituição da República.

1: Correto, pois o art. 5º, XXXI, da CF assim dispõe: "a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*". Também é verdadeiro que todas as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (art. 5º, § 1º, da CF), isto é, o juiz pode aplicar diretamente os direitos fundamentais, sem a necessidade de qualquer lei que os regulamente. Tal regra tem por base o *princípio da força normativa da Constituição* idealizado por Konrad Hesse; **2: Correto.** Em função do princípio da simetria constitucional, os estados-membros devem obedecer às regras estipuladas na Constituição. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da Constituição Federal e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos municípios (frise-se que município não tem constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário. Quanto ao procedimento de votação das emendas constitucionais, o art. 60, § 2º, da CF assim dispõe: "A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros"; **3: Correto.** O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas esse poder não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a constituição na vigência dos estados de sítio e defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são a forma federativa de estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e **os direitos e garantias individuais**. É importante observar que há possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre os assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar o regime de governo, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (pois não se fundamenta em nenhum poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça";10 **4: Incorreto.** A primeira parte da assertiva está correta, pois a União de fato tem competência privativa para legislar sobre direito civil (art. 22, I, da CF). Todavia, a segunda parte da assertiva está incorreta, visto que a ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) tem por escopo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou **estadual** está em harmonia com a Constituição brasileira. Cabe notar que a lei que for objeto de ADIN tem de ser tomada no seu sentido amplo, o qual engloba todas os tipos legislativos listados no art. 59 da CF (**emendas à Constituição**, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções). A ADIN está regulada no art. 102, I, *a*, da CF e na Lei 9.868/1999; **5: Incorreto,** pois a primeira parte da assertiva descreve de forma errônea a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24 da CF), e o caso abordado na questão cuida da competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da CF). A competência legislativa concorrente (art. 24, *caput*, da CF) atribui à União a tarefa de editar leis gerais (art. 24, § 1º) e aos Estados e Distrito Federal a função de suplementar a legislação federal no que couber (art. 24, § 2º). Contudo, na ausência de lei geral da União, os Estados devem legislar plenamente para atender às suas peculiaridades, mas, com a edição superveniente de lei federal que trace normas gerais, a lei estadual ficará suspensa no que contrariar a lei geral da União (art. 24, §§ 3º e 4º). Além disso, a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil é regulada pela lei brasileira (Código Civil) por força da exceção benéfica à regra de conexão *lex domicilii* do defunto ou do desaparecido (art. 10, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com o que se afasta a aplicação da regra de conexão *lex domicilii* do defunto ou do desaparecido para se aplicar a *lex fori* na sucessão de bens de estrangeiros situados no país, desde que não seja mais favorável para o cônjuge ou os filhos brasileiros a lei pessoal do *de cujus*. Tal regra, como visto, é reforçada pela mesma previsão insculpida na Constituição brasileira (art. 5º, XXXI), sendo um exemplo de aplicação do princípio da pluralidade sucessória, o que destoa da concepção unitarista adotada pelo Direito Internacional Privado brasileiro. Já a afirmação da segunda parte da assertiva está correta, pois a emenda constitucional estadual de fato desvirtuou a regra estabelecida no art. 5º, XXXI, da CF.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia 1998) Que par abaixo representa associação equivocada entre uma constituição brasileira e uma característica do sistema eleitoral nela previsto?

(A) Constituição de 1824: preservação do modelo censitário herdado do período colonial.
(B) Constituição de 1891: abolição do voto censitário.
(C) Constituição de 1934: instituição do voto secreto.
(D) Constituição de 1946: estabelecimento do voto distrital.
(E) Constituição de 1967: instituição de eleição indireta para Presidente da República.

A: Incorreto. A Constituição de 1824 foi a primeira Constituição brasileira e se inscreveu de maneira muito importante no processo de consolidação da independência e de construção do Estado brasileiro. No seu Título 8º, ela abordava as disposições gerais e as garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Essa Constituição é conhecida por ter sido outorgada pelo Imperador Dom Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte, que fora instalada para a confecção da primeira Constituição brasileira, e por criar um sistema político monárquico, hereditário e constitucional, além de manter a religião católica apostólica romana como oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões (apesar dessa previsão, na prática, a liberdade religiosa era total). Outros pontos dessa Constituição que merecem destaque são o estabelecimento do voto indireto e censitário (com exclusão das mulheres e dos analfabetos) e a divisão política do país em províncias, sendo o presidente de cada uma escolhido pelo Imperador (configuração de um Estado unitário). Seu ponto mais ino-

10. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 110.

vador foi a instituição do Poder Moderador (que compunha a divisão do poder político juntamente com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), cujo surgimento na letra da lei foi atribuído a Martim Francisco de Andrada, um grande admirador de Benjamin Constant. Esse Poder serviria para resolver impasses e assegurar o funcionamento do governo mediante a concentração das atribuições nas mãos do Imperador; **B: Incorreto.** No dia 25 de novembro de 1889, foi fundada a República brasileira, isto é, passou-se do regime monárquico para o republicano. Tal passagem é vista historicamente como um golpe militar, pois foi arquitetada pela elite do Exército em conjunto com os ricos cafeicultores. Em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, cujos arts. 72 a 78 apresentam uma declaração de direitos, entre os quais se destaca a total liberdade religiosa, isto é, o Brasil tornou-se um Estado laico. Também foi instituído o voto direto e universal (contra o antigo voto indireto e censitário), mas os analfabetos e as mulheres continuaram sem o direito de votar. Assim como mudou a forma de governo (República), a Constituição inovou ao estabelecer a federação como forma de Estado (contra o antigo Estado unitário) e o regime de governo presidencialista. Ato-consequência da mudança da forma de Estado foi a substituição das províncias por estados-membros. Por fim, o Poder Moderador foi extinto e remanesceram apenas o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, consoante preconizou o Barão de Montesquieu (Charles Louis de Secondat, Baron de la Brède et de Montesquieu); **C: Incorreto.** A Constituição promulgada em 1934 não difere substancialmente de sua antecessora e foi inspirada pela Constituição alemã de 1919 ("Constituição de Weimar"). O título III da Constituição de 1934 contém dois capítulos, um denominado Dos Direitos Políticos e o outro Dos Direitos e Das Garantias Individuais. De forma inovadora, nessa Constituição ainda há títulos que cuidam da ordem econômica e social (IV), da família, da educação e cultura (V) e da segurança nacional (VI), o que indica seu nítido caráter social. Ela é constantemente lembrada por ter estendido o direito de voto às mulheres e tê-lo tornado secreto. Destacam-se também os avanços alcançados nos direitos trabalhistas e a adoção do princípio do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória; **D: Correto.** Com o fim do Estado Novo, o Brasil reinstaurou o regime de governo presidencialista e elegeu Eurico Gaspar Dutra em 1945. A Constituição promulgada em 1946 tem roupagem nitidamente liberal-democrática, o que a afasta da Constituição anterior, de 1937, apesar de as duas terem algumas similaridades. Em relação à ordem social, a Constituição de 1946 manteve, de certa forma, os benefícios mínimos assegurados na Constituição de 1934, mas no plano dos direitos políticos, foi a de 1946 que determinou a igualdade entre homens e mulheres (pela Constituição de 1934, só algumas mulheres podiam votar). O voto distrital não foi estabelecido pela Constituição de 1946 e por nenhuma outra na história política brasileira; **E: Incorreto.** Em 1964, houve o golpe militar, com propósitos de modernização conservadora. A Constituição outorgada em 1967 escolheu a segurança nacional exacerbada em prejuízo dos direitos fundamentais. Essa situação piorou com a edição dos Atos Institucionais, notadamente o 5, que inaugurou a fase dos "anos de chumbo" ou da "ditadura escancarada" na acepção de Elio Gaspari. Além disso, desde 1964, com o Ato Institucional 1, as eleições para Presidente da República tornaram-se indiretas e com o Ato Institucional 3, de 1966, as eleições para governadores também tornaram-se indiretas: art. 1º: "A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal. § 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembleia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição. § 2º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos. § 3º - Limitados a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples." As eleições diretas para governadores foram reestabelecidas em 1982, enquanto as para Presidente da República somente em 1990, com e eleição de Fernando Affonso Collor de Mello.

Gabarito "D"

9. Economia

André Roncaglia de Carvalho

1. MICROECONOMIA

1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.

(Diplomacia 2009) Uma pequena economia apresenta demanda interna por certo bem descrita por Q = 1000 - 25 P, em que Q e P representam, respectivamente, quantidade (número de unidades) e preço do bem (em R$). Quando não há intercâmbio comercial com o resto do mundo, são consumidas 250 unidades do bem, entendendo o governo ser a oferta interna do bem insuficiente para permitir a satisfação de uma demanda potencialmente maior, haja vista que o preço praticado internacionalmente, no valor de R$ 10, é inferior ao observado no país. Nessa situação hipotética, para atender a uma demanda de 650 unidades, o governo deveria aplicar a tarifa *ad valorem* de importação correspondente a

(A) 10%.
(B) 20%.
(C) 30%.
(D) 40%.
(E) 50%.

Primeiramente, devemos organizar os dados do problema:
· Demanda interna sem intercâmbio – 250 unidades
· O preço de mercado sem intercâmbio com o resto do mundo é facilmente encontrado substituindo-se a demanda pela variável "Q" da equação, de sorte que 250 = 1000 - 25p, isto é, **p = 30**.
Assim, se o governo deseja atender a uma demanda estimada de 650 unidades, o preço do bem no mercado interno deverá ser 650 = 1000 – 25p, isto é, **p = 14**. Se o preço do bem no mercado internacional é de R$ 10, temos que o governo deve aplicar uma tarifa de 40% sobre o preço do bem no mercado internacional, ou seja, 10 x (1+ 40%) = 14. Portanto, a alternativa **D** é a correta.
Gabarito "D"

(Diplomacia 2009) Para produzir Q unidades de certo bem, uma firma arca sempre com um custo fixo (CF) de R$ 100, além de um custo variável (CV) que depende da quantidade produzida, sendo marginalmente crescente e assim definido: CV = 2 Q^2.

Nessa situação hipotética, o custo médio total (CMT) da firma na produção de 10 unidades é igual a

(A) R$ 12.
(B) R$ 20.
(C) R$ 30.
(D) R$ 50.
(E) R$ 100.

O custo total (CT) da firma é obtido pela somatória de seus custos fixos (CF) e seus custos variáveis (CV), de modo que a equação de custo total dessa firma é dada, segundo os dados do problema por:
CT = CF + CV
CT = 100 + $2q^2$
Para 10 unidades, temos, portanto:
CT = 100 + 2 $(10)^2$
CT = 300
O custo total médio (CTMe) também pode ser entendido como custo unitário, ou custo por unidade produzida, sendo encontrado por meio da divisão do custo total pela quantidade produzida. Logo, o custo total médio é dado por CT/Q = 300 / 10 = **R$ 30**. A alternativa C é a correta.
Gabarito "C"

(Diplomacia 2009) Em uma pequena economia, inicialmente, sem relações comerciais com o resto do mundo, certo consumidor dispunha de renda de R$ 36 e tinha preferências distribuídas entre dois bens: 1 e 2. A restrição orçamentária do referido consumidor é descrita, no gráfico acima, pela curva AB, cujos eixos representam quantidades (em unidades) dos bens 1 e 2. Posteriormente, em razão da eliminação de barreiras ao comércio, o consumidor se deparou com novas possibilidades de consumo, representadas no triângulo ABC.

Considerando a situação hipotética apresentada e supondo que esse consumidor, sempre maximizando sua utilidade, escolhesse consumir 3 e 4 unidades do bem 1, respectivamente, antes e depois da abertura da economia, assinale a opção que apresenta, respectivamente, a diferença entre as quantidades do bem 2 consumidas depois e antes da abertura e a proporção entre os preços do bem 2 depois e antes da abertura.

(A) 1 e 1/3
(B) 1 e 2/3
(C) 1 e 1
(D) 3 e 1/3
(E) 3 e 2/3

Pelo enunciado sabemos que a abertura comercial trouxe melhoria à economia no que diz respeito ao nível de consumo, barateando, devido à concorrência externa, os bens disponíveis internamente.
O gráfico nos indica que a abertura beneficiou apenas o consumidor do bem 2, uma vez que aumentou a quantidade acessível de bens caso toda a renda fosse utilizada em seu consumo, como vemos pela rotação para cima da linha de possibilidades de consumo no eixo y. Ou seja, antes da abertura, o máximo que o consumidor conseguiria comprar com R$ 36 seria 18 unidades do bem 2; com a abertura comercial, a renda disponível do consumidor lhe permitira adquirir 27 unidades. Com isso, deduzimos que o preço do bem 2 sofreu redução.
Além disso, o gráfico nos informa que antes da abertura o consumidor escolheu 3 unidades do bem 1, de forma que consumira 12 unidades do bem 2. Após a abertura, passa a consumir 4 unidades do bem 1 e 15 unidades do bem 2. Com isso, eliminamos 3 alternativas, uma vez

que apenas as opções D e E assinalam uma diferença de 3 unidades. Cumpre agora encontrar a variação no preço do bem 2.

Sabendo-se que a renda deve ser dividida entre o consumo dos dois bens, chegamos à igualdade orçamentária, dada por

Renda = Consumo do bem 1 + Consumo do bem 2

O consumo em valores monetários é dado pelo preço do bem multiplicado pela quantidade consumida, de sorte que

Renda = [p(1) x q(1)] + [p(2) x q(2)]

Para encontrar o preço do bem 2, basta supor que a quantidade do bem 1 seja nula e atribuir o valor máximo (limite superior do eixo y no gráfico) à quantidade do bem 2.

*Renda (**antes da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)a x q(2)a]*

R$ 36 = 0p(1) + 18p(2)a

p(2)a = 2

O mesmo procedimento deve ser adotado para o segmento CB, o qual representa a cesta de consumo **depois** da abertura comercial.

*Renda (**depois da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)d x q(2)d]*

R$ 36 = 0p(1) + 27p(2)

p(2)d = 1,33.

Dividindo p(2)d por p(2)a, temos que p(2)d equivale a **2/3 de p(2)a**, conforme no indica a alternativa E.

Gabarito "E"

(Diplomacia 2009) Considere uma pequena economia com as curvas, abaixo representadas, da oferta e da demanda internas de certo bem internacionalmente comercializado ao preço de R$ 14. Considere, ainda, que o governo cogite aplicar cada uma ou uma combinação das seguintes medidas de política comercial afetas ao bem: livre comércio, apoio ao produtor mediante subsídios à produção ou imposição de quota de importação ou de tarifa de importação.

Com base nessas condições hipotéticas, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em livre-comércio com o resto do mundo, sem qualquer intervenção do governo, o preço do bem em equilíbrio seria de R$ 26, e a demanda do bem, na referida economia, equivaleria a 4 mil unidades.

(2) Caso o governo imponha apenas uma tarifa específica de importação, equivalente a R$ 6 por unidade importada, serão importadas 4 mil unidades, e o preço do bem em equilíbrio será de R$ 14.

(3) Caso o governo imponha apenas uma quota de importação de 2 mil unidades do referido bem, a parte da demanda atendida pela oferta interna será superior, em mil unidades, à parte provida pela importação.

(4) Caso o governo opte por manter o livre-comércio e, ao mesmo tempo, por apoiar o produtor doméstico mediante a provisão de subsídios específicos à produção doméstica equivalentes a R$ 12 por unidade, a demanda total será de 6 mil unidades, e a parte produzida internamente, 2 vezes superior à parte importada.

1: Incorreta. Em livre comércio com o resto do mundo, os preços internos tendem a convergir aos patamares vigentes no mercado internacional, uma vez que, dado o diferencial de preços (R$ 26 internamente e R$ 14 no mercado exterior), os importadores seriam incentivados a aumentar a oferta de bens até que os preços internos se equiparassem aos externos. O preço de mercado sem abertura comercial é de R$ 26;

2: Incorreta. Se o governo impuser uma tarifa de R$ 6, o preço do bem será de R$ 20 e a demanda a esse preço será de 5.000 unidades. Como a oferta interna, neste nível de preço, apenas garante 3.000 unidades, deduz-se que as importações suprirão as outras 2.000 unidades.

3: Correta. Se o governo permitir a importação de apenas 2.000 unidades, deduz-se que a diferença entre oferta e demanda deverá ter este mesmo valor. Pelo gráfico, notamos que isso ocorre quando o preço é R$ 20, de maneira que as importações permitidas (2.000 unidades) representam 2/3 do abastecimento interno (3.000 unidades).

4: Correta. Um subsídio governamental tem o efeito de reduzir o custo de produção de um determinado bem. Graficamente, o subsídio implica um deslocamento da curva de oferta para a direita até o preço cair na medida do subsídio. Neste caso, a curva de oferta se deslocaria até que o preço fosse R$ 14, ou seja, relativo a 6.000 unidades. Como a oferta interna, na ausência de subsídios, seria de 4.000 unidades, tem-se que as importações seriam, em contexto de livre comércio, de 2.000 unidades. Dessa forma, com o subsídio, a produção interna (6.000 unidades) representa duas vezes a quantidade importada. Em outras palavras, a produção interna engolfará, no gráfico, a diferença entre 6 mil e 2 mil unidades; enquanto a importação atenderá a 2 mil unidades. Portanto, a produção interna representará duas vezes a quantidade importada

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2009) Considere as condições de equilíbrio de mercados em concorrência perfeita, de um lado, e, de outro, de mercados sujeitos ao monopólio. Considere, também, que, em ambas as condições, os produtores visem ao lucro (L), que resulta da maximização do excedente da receita total (RT) em relação ao custo total da produção (CT). Considere, ainda, que, ao maximizar o lucro, os produtores levem em consideração, entre outras variáveis, o preço (P), a quantidade produzida (Q), a receita marginal (RMg) e o custo marginal (CMg). Com base nessas considerações, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Em ambas as condições citadas, os preços equivalem ao custo marginal.

(2) Na condição de mercados sujeitos ao monopólio, a receita marginal (RMg) equivale ao custo marginal (CMg), ou seja, RMg = CMg.

(3) Em concorrência perfeita, o custo total médio (CT/Q) equivale ao custo marginal (CMg).

(4) Em concorrência perfeita, o preço é igual à receita marginal, mas inferior ao custo marginal, ou seja, P = RMg < CMg.

1: Incorreta. Em monopólio, o preço se encontra acima do custo marginal. A quantidade escolhida é aquela que iguala custo marginal e receita marginal. Como não há curva de oferta em monopólio, haja vista que a produção se ajusta à demanda, temos um lucro econômico positivo. Já em concorrência perfeita, o preço é igual ao custo marginal, que se

equipara à receita marginal, de forma que o lucro econômico é zero.
2: Correta. Explicação teórica conforme item anterior.
3: A questão foi anulada por que está incompleta. O custo total médio pode ser igual, maior ou menor do que o custo marginal. A afirmativa não é conclusiva, o que impede aferir sua veracidade.
4: Incorreta. Conforme já mencionado no item (1), em concorrência perfeita, por definição, tem-se P = RMg = CMg. Caso o custo marginal seja maior do que a receita, o lucro econômico será negativo, expulsando do mercado as empresas menos produtivas, reduzindo a oferta e elevando os preços e a receita marginal, o que restaura a igualdade entre os termos.

(Diplomacia 2008) Considere-se que, em determinado mercado, a curva de demanda de um bem seja dada por *Qd* = 10 - 3p, e a curva de oferta desse mesmo bem seja dada por *Qo* = 5 + 2p, em que p seja o preço do bem. Nessas condições, é correto concluir que o equilíbrio nesse mercado será atingido para

(A) p = 1.
(B) p = 2.
(C) p = 3.
(D) p = 5.
(E) p = 10.

O preço de equilíbrio é aquele que iguala a oferta à demanda. Para encontrá-lo basta igualar as duas funções:
Qo = Qd
5 + 2p = 10 – 3p
5p = 5
p = 1
Assim, a alternativa correta é a letra A.
Gabarito "A"

(Diplomacia 2008) A elasticidade preço da demanda de um bem é fundamental para se compreender a reação da quantidade demandada a mudanças em seu preço. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Quando o módulo da elasticidade preço de demanda de um bem é superior a 1, esse bem tem demanda elástica, e a receita total se reduz quando seu preço se eleva.
(2) Quando o módulo da elasticidade preço da demanda de um bem é igual a 1, a receita total não se altera quando há variações no preço.
(3) Bens que têm pequena participação no orçamento tendem a ter uma demanda inelástica em relação ao preço.
(4) Bens essenciais têm demanda elástica em relação ao preço.

1: Correta. Quando o módulo da elasticidade é maior do que 1, temos que uma elevação do preço do bem em 1% gera uma queda na quantidade demandada maior que 1% e, logo, o bem tem demanda elástica. Assim, quando o preço sobe, temos que o ganho de receita obtido com o aumento do preço é menor do que a perda de receita por conta da queda no volume vendido.
2: Correta. Pelo mesmo raciocínio descrito anteriormente, a elasticidade-preço da demanda é unitária, de forma que aquilo que se perderia com a queda no volume vendido é proporcional ao ganho de receita resultante do aumento do preço do bem.
3: Correto. Segundo a teoria econômica, quanto maior a importância do bem no orçamento, maior é a sua elasticidade. Assim, quanto menor for a importância relativa do bem, menor será a propensão do consumidor de reduzir o seu consumo, uma vez que a elevação do preço deste bem não tende a gerar grandes impactos no orçamento como um todo.
4: Incorreta. Os bens ditos essenciais são menos sensíveis ao preço cobrado pela sua aquisição. Por terem esse nome, os bens essenciais indicam importância primeira, de forma que o preço do bem não é variável relevante à decisão do consumidor. Exemplos de bens essenciais são água, energia elétrica, medicamentos, *hobbies* etc.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2004) A microeconomia estuda o comportamento individual dos agentes econômicos e, por essa razão, constitui sólido fundamento à análise dos agregados econômicos. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

(1) O recrudescimento, na Ásia, da gripe do frango, conhecida cientificamente como influenza aviária, abre novos mercados para o produto brasileiro e desloca, para cima e para a direita, a curva por demanda de por carne de frango no Brasil.
(2) A comercialização dos bilhetes das companhias aéreas realizada por via eletrônica, ao reduzir os custos dessas empresas, desloca, para baixo e para a direita, a curva de ofertas de passagens aéreas.
(3) Contrariamente ao que ocorre com empresas monopolistas, a curva de receita marginal de firmas que atuam em mercados competitivos situa-se abaixo da curva de receita média.

1: Correto. A gripe aviária desloca a demanda asiática para o setor externo dos países. Isso implica maior demanda pelos produtos brasileiros. Internamente, a produção de carne de frango recebe maiores pedidos de compra, o que pode fazer com que os preços subam, caso a indústria não consiga atender à demanda tanto interna quanto externa.
2: Correto. Neste caso, são reduzidos os gastos com publicidade e processos administrativos de recebimentos. O resultado é uma elevação da oferta, reduzindo preços.
3: Incorreto. É exatamente a empresa monopolista que detém uma curva de receita marginal abaixo da receita média, uma vez que nesta empresa, a receita é dada pela curva de demanda, a qual está sempre acima da curva de receita marginal.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Diplomacia – 2003) Considerando os conceitos básicos da análise econômica e de sua evolução, julgue os itens a seguir.

(1) A recente retomada econômica nos Estados Unidos da América (EUA) contribuiu para reduzir os níveis de desemprego naquele país. Como conseqüência, a curva de possibilidades de produção da economia americana foi deslocada para cima e para a direita.
(2) Quando as datas do concurso de admissão à carreira de diplomata coincidem com aquelas do concurso para assessor legislativo, o custo de oportunidade de fazer a segunda seleção aumenta substancialmente para os candidatos que tencionam submeter-se aos dois certames.
(3) Supondo que a criminalidade e os gastos com o consumo de drogas são positivamente relacionados e que a demanda de drogas é preço-inelástica, políticas antidrogas fundamentadas no combate ao tráfico elevarão o preço das drogas e aumentarão os gastos com esses produtos, agravando, assim, os níveis de criminalidade.
(4) O pacote recente do governo brasileiro que injetou crédito de R$ 400 milhões para a compra de eletrodomésticos deslocará a curva de demanda de

eletroeletrônicos para cima e para a direita, e a curva de oferta desses bens, para baixo e para a esquerda.

(5) A crítica marxista considerava que as leis econômicas, em vez de proposições gerais, estavam associadas a estágios históricos específicos coincidindo, nesse aspecto, com a análise de John Stuart Mill.

1: Incorreta. A retomada do crescimento econômico dos EUA já a partir de 2002 se deve a uma maior utilização da capacidade instalada que havia sido reduzida devido à crise das pontocom. Assim, migrou-se de um ponto abaixo da fronteira em direção à plena utilização da capacidade produtiva.
2: Correta. Aqueles que não desejam concorrer nos dois processos têm seu custo de oportunidade inalterado. Porém, aqueles que desejam os dois têm uma escolha a fazer, para a qual é relevante avaliar o custo de oportunidade de cada opção, uma vez que optar por um implica abrir mão do outro.
3: Correta. O raciocínio é exatamente o exposto pela afirmativa. Na medida em que políticas antidrogas se tornam efetivas, aumenta-se o risco envolvido em atividades associadas ao tráfico de drogas, ocasionando uma taxa de rentabilidade maior via aumento de preços. Dada a inelasticidade-preço da demanda por este tipo de bem, observa-se uma maior alocação de recursos orçamentários das famílias a este fim. Com efeito, amplia-se a lucratividade do tráfico, cedendo às organizações maior poder financeiro.
4: Incorreta. A medida do governo afeta apenas o lado da demanda, que será estimulada, gerando, portanto, um deslocamento para cima e para a direita. Todavia, a oferta não sofre deslocamentos de qualquer magnitude, apenas se ajusta às condições de demanda, aumentando o preço do bem na proporção de sua capacidade de atender a essa demanda adicional.
5: Incorreta. A crítica marxista nega a disposição de leis econômicas e enfatiza que a economia é apenas o pano de fundo da história, esta sim dotada de um motor único: a luta de classes. John Stuart Mill é o codificador da abordagem clássica do século XIX e se enquadraria no que Marx chamava de "economistas vulgares" por defenderem por meio de suas teorias, mesmo sem o saberem, os interesses das classes dominantes. Marx era contrário a buscar leis econômicas universais, tal como faziam os clássicos, mas favorável à busca da compreensão de como os diferentes modos de produção se organizavam e criavam oposições sociais entre os integrantes de um grupo social.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Suponha que um setor estratégico da economia encontra-se dominado por um produtor monopolista. A esse respeito, assinale a opção correta:

(A) independentemente das características do bem produzido, se o monopolista em questão for o setor público, a alocação de recursos produzida nesse mercado, do ponto de vista da sociedade, será considerada ótima.

(B) a implementação de um preço regulado, sob a forma de um preço máximo, inferior ao preço de equilíbrio monopolista, poderá garantir um crescimento sustentável para o setor em questão.

(C) o racionamento do uso do bem produzido pelo monopolista poderá solucionar o problema da baixa quantidade transacionada nesse mercado.

(D) a longo prazo, a implementação de um imposto específico nesse setor solucionará o problema da oferta reprimida.

(E) se o setor em questão produzir um bem comercializável, a abertura internacional desse mercado poderá trazer grandes ganhos de produtividade, e, conseqüentemente, maior eficiência alocativa.

A opção correta é a letra E. Nesse caso, é verdade que um mercado interno dominado por apenas um produtor pode levar a uma situação subótima do ponto de vista social. Com efeito, a presença de concorrentes externos pode levar a um aumento na oferta do bem por meio da concorrência, reduzindo as margens excepcionais de lucro do monopolista e promovendo maior bem-estar à população.
A: É incorreta porque o fornecimento do bem por parte do setor público apenas é socialmente ótimo se se tratar de um monopólio natural, isto é, um bem de difícil definição de direitos de propriedade, como a proteção de recursos naturais, de segurança nacional etc. Todavia, a característica do bem é determinante para definir se o monopólio estatal é desejável.
B: Incorreta, porque a definição de um preço abaixo do equilíbrio depende de forças de mercado competitivas. No caso do monopólio, o equilíbrio se dá ao longo da curva de demanda, de forma que a empresa ajusta a produção para atender a demanda. Neste sentido, a regulação de um preço abaixo do lucro máximo de monopólio pode levar a empresa a reduzir a produção, de sorte a recompor a sua margem de lucro, por meio de custos menores.
C: Incorreta. Como se viu no item anterior, ao monopolista basta reduzir a quantidade produzida de maneira a reduzir seus custos de produção, para que a empresa mantenha a sua margem de lucro.
D: Incorreta. A longo prazo, a aplicação de um imposto apenas gerará ajuste no preço, para que se mantenha a margem do lucro da empresa monopolista, sendo esse repasse condicionado pela elasticidade-preço da demanda. O que o imposto pode fazer é diminuir a demanda pelo produto, e, assim, a penalização maior recairá sobre o consumidor, que não contará com substitutos para o bem.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2002) A análise da oferta e demanda, que estuda as interações entre vendedores e compradores em uma economia de mercado, constitui o cerne do estudo dos fenômenos econômicos. A esse respeito, assinale a opção correta:

(A) a redução recente do preço da telefonia celular, que conduziu a um aumento considerável do uso desses serviços, representa um deslocamento da curva de demanda por esses serviços, para cima e para a direita.

(B) se o preço de mercado de um determinado bem encontra-se abaixo do seu nível de equilíbrio, então, ocorre um excesso de oferta para esse bem.

(C) a queda recente do preço das ações, no mercado acionário brasileiro, contribui para estimular a demanda dos diferentes bens e serviços vendidos no Brasil.

(D) um aumento no preço do aço, utilizado pela indústria automobilística, desloca a curva de oferta de automóveis para a direita.

(E) Se, no sistema bancário, computadores e bancários são substitutos, então, a redução do preço dos computadores, que se traduz em uma maior informatização do setor, contribuirá para reduzir o emprego desse setor.

A alternativa E é a correta, por exemplificar o problema do desemprego tecnológico, na medida em que a informatização do setor bancário resulta na substituição de bancários por máquinas a taxas favoráveis a estas últimas.
No item A, a redução do preço se dá pelo aumento da oferta, via concorrência no setor de telefonia e não pelo aumento da demanda, o que teria o efeito contrário.
A opção B é errônea, por que o nível de preços abaixo do equilíbrio acarretará uma maior disposição dos consumidores a adquirir os bens, ao passo que gerará um ganho abaixo do lucro planejado pelo vendedor, o que desencadeará uma situação de excesso de demanda.
O item C confunde as esferas societária e a de consumo, uma vez

que não há qualquer relação entre o preço das empresas no mercado acionário e demanda pelos seus bens no mercado consumidor.
Por fim, a letra D está incorreta ao afirmar que um aumento de custos leva a uma elevação da quantidade ofertada, já que a teoria nos ensina exatamente o oposto, isto é, quando se aumentam os custos de produção, reduzem-se as margens de lucro, de forma que o empresário se vê menos disposto a produzir, reduzindo-se, portanto, a oferta naquele mercado.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2000) Utilizando os diferentes conceitos de elasticidade, assinale a alternativa correta:

(A) *ceteris paribus*, se uma redução de 10% nos preços dos pacotes turísticos para o Nordeste implicar um aumento de 5% nos gastos com esses pacotes, então, a curva de demanda e preço-elástica.
(B) As altas recentes no preço internacional do petróleo reduzem não somente a demanda por esse produto, mas aumentam, também, o consumo de álcool, deslocando para a esquerda a curva de demanda desse produto.
(C) Bens de primeira necessidade, como alimentos e remédios, caracterizam-se por apresentarem altas elasticidades preço e renda da demanda.
(D) Variações na quantidade demandada ocorrem quando os consumidores decidem comprar mais (ou menos) do que anteriormente, ao nível de preços prevalecente no mercado e, por isso, distinguem-se de variações na demanda.
(E) Quando a expansão da produção provoca aumentos significativos dos preços dos insumos utilizados no processo produtivo, então, a curva de oferta é altamente elástica.

A: A alternativa correta é a letra A. Uma queda de 10% nos preços implica um aumento de 5% na quantidade demandada; logo, os consumidores são sensíveis ao preço do bem, o que torna a curva de demanda preço-elástica.
B: A letra B está correta até dizer que o aumento do preço do petróleo "desloca para a esquerda" a curva de demanda pelo etanol. Um aumento na demanda deste bem por conta da substituição da gasolina leva a um deslocamento para a direita da curva de demanda.
C: A opção C se equivoca ao colocar grandes agregados de produtos como sendo preço-elásticos. Diz a teoria microeconômica que quanto mais ampla a definição do bem, de sorte a incorporar diversos itens sob uma definição guarda-chuva, mais inelástica se torna a demanda. Por exemplo, "manteiga" pode ser substituída por "margarina", mas o que substituirá "alimentos"? Logo, medicamentos e alimentos são, por definição, preço-inelásticos.
D: A letra D apenas faz um jogo de palavras, distinguindo quantidade demandada e demanda, quando os termos explicitam fundamentalmente o mesmo conceito.
E: Por fim, a letra E define uma produção inelástica, porém a rotula de elástica; é exatamente a incapacidade de uma indústria de produzir mais sem elevar custos que demonstra sua densidade tecnológica, ou seja, as possibilidades de atender a uma aumento na demanda de forma rápida, na quantidade desejada e com o menor preço possível - em outras palavras, de forma eficiente.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) No contexto das discussões sobre episódios de crise no funcionamento do sistema financeiro internacionais, a que tipo de problema se refere a expressão "risco moral" (moral hazard)?

(A) O comportamento agressivo e eticamente duvidoso de indivíduos ou instituições que se enriquecem mediante práticas de especulação financeira.
(B) A presença de altos níveis de corrupção no sistema bancário dos países emergentes.
(C) A insensibilidade das instituições financeiras multilaterais aos problemas de pobreza e desemprego nos países em desenvolvimento.
(D) A tendência a um comportamento irresponsável por parte de agentes econômicos, tomadores de empréstimos.
(E) A tendência à deterioração das condições de vida nos países mais pobres quando suas moedas nacionais sofrem ataques especulativos.

A alternativa D é a correta. O risco moral (*moral hazard*) explica um comportamento oportunista resultante de uma assimetria de informações dentro de uma relação contratual. Assim, dado um acordo entre duas partes, uma delas se vê em posse de informações não disponíveis à outra parte, de maneira que passa a desrespeitar as condições que sustentam o contrato, uma vez que a outra parte não dispõe de mecanismos de monitoramento de sua conduta.
Assim, o comportamento agressivo e duvidoso no mercado financeiro (opção A) é simplesmente chamado de especulação predatória.
A presença de corrupção no sistema bancário é rotulada de fraude bancária (letra B).
A alternativa C simplesmente remete a uma hierarquia de prioridades das instituições financeiras.
A opção E fala dos efeitos de ataque especulativo sobre as condições socioeconômicas nos países que vivem esses fenômenos.
Gabarito "D"

2. MACROECONOMIA

2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do deficit público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil.

(Diplomacia 2009) A demanda agregada total (doméstica e externa) de uma economia aberta equivale ao seu produto interno bruto (PIB), sendo os seguintes os seus principais componentes: consumo, investimento, compras do governo e exportação líquida de bens e serviços. Supondo-se que essa economia gere um PIB anual de R$ 1 trilhão, mantenha uma taxa de investimento igual a 20% do PIB e que, nessa economia, o consumo e os gastos do governo sejam respectivamente 3,1 e 0,7 vezes superiores ao investimento, é correto concluir que o saldo exportador dessa economia será de

(A) R$ 38 bilhões.
(B) R$ 40 bilhões.
(C) R$ 76 bilhões.

(D) R$ 80 bilhões.

(E) R$ 102 bilhões.

Tomando nota dos dados, temos os seguintes valores:
PIB = R$ 1 tri
I = R$ 0,2 tri
G =0,7 x (I) = R$ 0,14 tri
C= 3,1 x (I) = R$ 0,62 tri
Pela ótica da demanda, temos que:
PIB = C + I + G + (X – M)
Substituindo os valores sem as unidades, para facilitar a operação algébrica, temos
1 = 0,62 + 0,2 + 0,14 + (X - M)
Rearranjando os termos, conclui-se que o saldo exportador (X-M) = R$ 0,04 tri, ou R$ 40 bilhões, conforme nos indica a alternativa B.

Gabarito "B"

(Diplomacia 2009) Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Os juros registrados na conta de renda de transações correntes superavaliam os encargos da dívida externa brasileira, porque incorporam todos os gastos relacionados ao pagamento desses juros.

(2) A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

(3) Um *deficit* de 100 dólares na conta de transações correntes implica, necessariamente, a perda do mesmo valor nas reservas internacionais.

(4) Remessas de máquinas e equipamentos de uma companhia estrangeira para sua filial no Brasil não precisam ser registradas no balanço de pagamentos, visto que tal operação não envolve entrada ou saída de divisas.

1: Incorreta. Os serviços de juros não superavaliam porque são o registro preciso dos pagamentos dessa natureza efetuados pelo país.
2: Incorreta. A diferença é dada apenas pelo saldo das transferências unilaterais, as quais são emissões ou recebimentos de divisas sem qualquer contrapartida em serviços ou bens. Já a conta de renda, formada pelos lucros (remuneração do capital), juros (remuneração da poupança) e salários (remuneração do trabalho) exige uma contrapartida, seja de serviços financeiros, investimentos, capital intelectual etc.
3: Incorreta. Um déficit em transações correntes implica, pelo princípio das partidas dobradas, um crédito de mesmo montante na conta de capital e financeira, ficando as reservas internacionais inalteradas em função desse resultado.
4: Incorreta. Uma transferência de máquinas gera movimentação financeira e deve ser contabilizada como entrada de capital no país.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) A tabela a seguir apresenta dados em unidades monetárias (u. m.) do país Alfa em determinado ano.

As transações do país Alfa com o resto do mundo nesse mesmo ano são mostradas na tabela seguinte.

Com base nessa situação hipotética, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) As poupanças dos residentes no país Alfa foram capazes de financiar todo o investimento realizado por esse país no ano considerado.

(2) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi superior à Renda Interna Bruta desse país.

(3) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi inferior à Renda Disponível Bruta desse país.

1: Incorreta. Por definição, o investimento é igual à poupança bruta doméstica. Neste caso, a poupança é insuficiente para suprir as necessidades de financiamento agregado do investimento, uma vez que o país sofre uma perda de poupança resultante do envio de rendas para o exterior por parte de não-residentes (10) maior do que o recebimento de renda por parte de emigrantes do país Alfa.
2: Incorreta. A diferença entre Renda Nacional Bruta e Renda Interna Bruta é a renda líquida enviada ao exterior. Em termos matemáticos,
Renda Nacional Bruta = Renda Interna Bruta – Renda Enviada ao Exterior + Renda Recebida do Exterior
Como a renda enviada (pagamentos de salários a não-residentes por empresas do país Alfa) é maior do que a renda recebida do exterior (remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa), a Renda líquida enviada ao exterior é positiva, isto é, o envio é maior do que o recebimento. Com efeito, a renda nacional bruta é menor do que a renda interna bruta.
3: Incorreta. A renda disponível está associada a impostos diretos, desconto de lucros retidos, contribuições previdenciárias e transferências governamentais às famílias, dados que o problema não oferece ao candidato, inviabilizando a conclusão da afirmativa.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Diplomacia – 2004) A escolha em situação de escassez, as interações entre o governo e os mercados privados e a evolução da análise econômica são tópicos relevantes para o exame dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

(1) A redução do imposto sobre operações financeiras (IOF), ao incentivar a poupança, contribui para deslocar, para cima para a direita, a fronteira de possibilidades de produção da economia.

(2) Economistas que se proclamam não-intervencionistas advogam a adoção de regras fixas de política econômica, tais como orçamento equilibrado e constância da taxa de crescimento do estoque monetário.

(3) O postulado marxista de que cada estágio da história é governado por leis econômicas distintas corrobora a visão clássica, que exclui a existência de leis universais, como ilustrado no princípio malthusiano do crescimento populacional.

(4) De acordo com a visão keynesiana, o aumento da oferta de moeda reduz as taxas de juros, o que provoca a expansão do investimento e da demanda agregada.

1: Correta. A redução do IOF permite, segundo os postulados da economia neoclássica, uma ampliação da poupança nacional que acarretará um aumento do investimento. Ampliando-se a produção, o produto nacional será maior. Acelerando-se o crescimento econômico, a fronteira de possibilidades de produção se desloca para a direita.
2: Correta. Trata-se de deixar às forças equilibradoras do mercado o equacionamento do problema econômico. Neste sentido, caberia ao governo interferir o mínimo possível. Isto é feito por meio de contas fiscais equilibradas e injeção de moeda apenas em quantidade suficiente para permitir um crescimento estável do produto.
3: Incorreto. A visão marxista busca exatamente definir as leis universais de funcionamento da História, diferentemente do esquema teórico do equilíbrio, a partir do qual inúmeros agentes perseguindo o seu próprio interesse geram resultados sociais ótimos, tal qual o postulado da mão invisível, formulado por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*. Nesse sentido, haveria, na visão marxista, um motor histórico que remonta ao

início dos tempos da humanidade, a qual apenas estaria travestida de diferentes organizações sociais. Para Marx, a História é fundamentalmente dirigida pela luta de classes, pela oposição entre atores sociais que, pelo devir histórico, culminaria no socialismo, por meio da ditadura do proletariado. Mesmo assim, Marx via certa lógica no argumento de Malthus, muito embora não o acatasse para todo o sempre. Segundo Malthus, haveria uma lei natural a governar a dinâmica populacional: o aumento da produção implicaria aumento dos alimentos disponíveis e melhoria do bem-estar das classes trabalhadoras. Estes seriam induzidos, pela baixa condição moral em que viviam, a se reproduzirem. O rápido aumento da população superaria o ritmo de crescimento dos alimentos semeando a fome e a propagação das doenças que viriam a reduzir o contingente populacional, reequilibrando o sistema à disponibilidade de alimentos. Como se pode deduzir, o argumento de Malthus pressupunha um estoque imutável de tecnologia agrícola, vetando-lhe acesso à conclusão de que a produção poderia sofrer surtos de expansão, com base no avanço das técnicas agrícolas, como ficou evidenciado a partir de meados do século XIX.

4: Correto. O aumento na oferta de moeda faz com que as pessoas demandem mais títulos, o que provoca o aumento do preço destes, levando a uma queda da taxa de juros. Isso se deve ao fato de que a taxa de juros é a diferença entre o preço presente do título e o preço futuro. Quando aumenta a demanda pelo título, seu preço presente se eleva, reduzindo a diferença entre este e o preço final, ou a taxa de juros. Assim, uma queda na taxa de juros levaria a uma maior propensão a investir, já que os títulos financeiros oferecem menores oportunidades de retorno. Keynes era, porém, enfático ao afirmar que a taxa de juros apenas pode ter esse efeito positivo sobre o investimento - e, por conseguinte, sobre a demanda agregada - se houver a excitação do "espírito animal" dos empresários, isto é, uma disposição destes para enfrentar a incerteza que permeia o ambiente econômico, volatilizando as expectativas sobre os lucros auferidos com sua atividade real.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2004) Em relação aos conceitos básicos da macroeconomia e da economia monetária, julgue os itens seguintes.

(1) Os juros auferidos por investidores alemães no mercado brasileiro integram tanto a renda nacional quanto o produto interno bruto do Brasil.

(2) Nas variações observadas nos índices de preço ao consumidor, verifica-se a tendência a subestimarem-se os efeitos da inflação, porque ignoram-se as possibilidades de substituição dos bens que compõem os gastos dos consumidores.

(3) Em presença de indexação incompleta, a inflação não altera os preços relativos e, portanto, não modifica a alocação de recursos na economia.

(4) Aumentos nos coeficientes de encaixe compulsório, por interferirem diretamente no nível de reservas bancárias, reduzem o efeito multiplicador e, conseqüentemente, a liquidez da economia.

(5) Taxas de juros mais elevadas aumentam o custo de oportunidade de detenção da moeda e, portanto, contribuem para se expandir a demanda da moeda.

1: Incorreta. Os juros são contabilizados como renda de fatores de produção. Neste caso, fazem parte do produto interno bruto, mas não compõem a renda nacional, uma vez que são enviados para fora do país, pela conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos.

2: Incorreta. Os índices de preço ao consumidor são estimados com base nos hábitos médios de consumo, bem como nos preços médios da cada categoria de produtos. Assim, na média, capta-se com razoável sucesso os efeitos da inflação, uma vez que produtos mais caros que contarem com substitutos próximos, terão sua demanda reduzida e, como consequência, seus preços minorados.

3: Incorreta. A indexação incompleta desequilibra a estrutura de preços da economia, já que alguns preços se atualizam automaticamente e outros permanecem defasados. Com isso, uma série de desequilíbrios setoriais se aprofunda, ocasionando distorções na alocação de recursos da economia.

4: Correta. Os depósitos compulsórios são um instrumento importante no controle da liquidez da economia. Como eles reduzem as reservas dos bancos, sobram menos recursos para os bancos emprestarem. Com efeito, o multiplicador bancário se reduz, gerando menos meios de pagamentos na economia.

5: Incorreta. É verdadeiro que a taxa de juros mais elevada aumenta o custo de oportunidade de manutenção da moeda. Justamente por esse motivo, sua elevação tende a reduzir a demanda por moeda e elevar a demanda por ativos.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2003) A análise macroeconômica — incluindo-se aí a mensuração dos grandes agregados — é fundamental à compreensão do funcionamento das economias de mercado. Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

(1) A eventual contratação de engenheiros ingleses e venezuelanos para trabalhar na recuperação da indústria petrolífera no Iraque expandiria o produto interno bruto (PIB) iraquiano, porém não alteraria a renda nacional bruta desse país.

(2) Quando o governo, para debelar um processo inflacionário, reduz seus gastos, porém o Banco Central mantém uma política monetária expansionista, a contração do investimento privado, resultante dessa política, limitará o crescimento da renda contribuindo para a queda da inflação.

(3) A tendência recente à redução dos juros no Brasil, ao diminuir o custo de oportunidade de detenção da moeda, contribui para expandir a demanda desse ativo.

(4) O crescimento da oferta monetária, decorrente de políticas monetárias expansionistas, será tanto maior quanto menor for a razão reserva/depósito.

(5) A curva de demanda agregada é negativamente inclinada porque uma queda no nível de preços reduz as taxas de juros e deprecia a moeda nacional contribuindo, assim, para aumentar as exportações líquidas.

1: Correta. O PIB aumentaria por conta do aumento da produção propiciado pelo emprego de mais trabalhadores. Todavia, como o rendimento desses trabalhadores seria enviado para seus respectivos países, a renda nacional permaneceria a mesma. Isso se dá, porém, se considerarmos a inexistência de efeitos multiplicadores da renda, a partir do crescimento econômico, tal como nos ensina a teoria keynesiana. Assim, somos obrigados a supor que toda a renda adicional gerada pelos trabalhadores estrangeiros será transferida de volta ao seu país de origem.

2: Incorreta. Uma política de austeridade fiscal com queda da taxa de juros gera o "efeito deslocamento do governo" da atividade produtiva, convidando o empresário do setor privado a investir mais e ampliar a produção. É exatamente o que Keynes chamou de "eutanásia do rentista" em referência à busca constante por manter a taxa de juros baixa, e assim a evitar a euforia do ganho fácil nos mercados financeiros. Em termos teóricos, pode-se alegar que a redução do gasto seria compensada por um aumento na quantidade de moeda, sustentando a demanda por investimentos que passaria a ser maior.

3: Correta. Diante da presença dessa tendência da política monetária,

reduz-se o custo de oportunidade da manutenção da moeda, de forma que as pessoas veem menos atrativos na aplicação financeira, optando pelo gasto presente dos recursos monetários.

4: Correta. Quanto mais reservas os bancos detiverem em seus balanços, maior será sua disposição em emprestá-las às famílias e empresas. Quanto maiores os volumes de empréstimos, maior será o agregado M1, referente aos meios de pagamentos da economia, os quais consideram a base monetária (papel moeda em poder do público + encaixes monetários no Banco Central) somada aos depósitos à vista criados pelos bancos. Logo, maior será a oferta monetária.

5: Correta. Entre as explicações possíveis para a inclinação da curva de demanda agregada, essa é uma correta. É importante notar, todavia, que se trata aqui de uma economia aberta, o que o exercício deveria ter explicitado. Neste sentido, o raciocínio está correto. Quanto menores os preços, menos moeda será demandada, aumentando a demanda por títulos financeiros. Isso reduzirá a taxa de juros da economia, e gerará, portanto, menos atração aos capitais estrangeiros à procura de lucros advindos da exploração de diferencial entre taxas de juros de países diversos, o que implicará a desvalorização da taxa de câmbio. Esta, por sua vez, levará ao crescimento das exportações, aumentando assim o saldo comercial.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

(Diplomacia – 2002) A mensuração dos grandes agregados como o PIB (Produto Interno Bruto) e o PNB (Produto Nacional Bruto) é crucial para se avaliar apropriadamente a atividade econômica. Considerando os diferentes aspectos de tais agregados, pode-se afirmar que:

(A) no Brasil, o investimento é o maior componente do PIB.

(B) um carro novo, produzido em 1999, mas vendido em 2001, deve ser contabilizado no PIB de 2001, porque, nesse ano, ele foi vendido, pela primeira vez, como bem final.

(C) contrariamente ao PIB, que é um conceito geograficamente delimitado, o PNB inclui a produção e a renda dos nacionais geradas tanto dentro do país como no exterior.

(D) se uma indústria de confecção compra R$ 200,00 de tecido e R$ 100,00 de linhas de costura e utiliza esses insumos para produzir uma peça de vestuário no valor de R$500,00, então sua contribuição para o PIB é de R$ 800,00.

(E) como o PIB nominal em 1997 foi superior ao PIB nominal em 1996, pode-se, então, concluir que houve um aumento da produção entre esses dois anos.

A alternativa C é a correta, por considerar o PNB como uma medida de nacionalidade e não de territorialidade, uma vez que mede também os fluxos de renda emitidos e recebidos por uma país, a partir do número de residentes no exterior e não-residentes estrangeiros dentro de suas fronteiras.

A opção A é incorreta por que o maior componente do PIB no Brasil é o consumo, representando cerca de 60% dele.

A opção B não considera que um carro produzido e não vendido em 1999 é contabilizado como variação de estoques, não sendo novamente contabilizado o valor de sua venda em 2001.

A alternativa D confunde valor bruto de produção com valor adicionado pela indústria de confecção, uma vez que este último resulta da diferença entre o valor de venda do bem (R$ 500) e os custos dos insumos produtivos, ou seja, R$ 300 (R$ 200 + R$ 100 = R$ 300).

Por fim,a opção E desconsidera o efeito dos preços sobre o PIB nominal (calculado pela somatória dos valores de mercado de todos os setores da economia, isto é, preço x quantidade), cujo aumento entre dois anos pode ocorrer simplesmente porque os preços dos bens aumentaram na média, podendo a produção (quantidade) ter estagnado no período, o que ainda assim geraria um PIB nominal maior. É por esse motivo que se calcula o PIB real, que deflaciona o PIB nominal, para que se revele o volume adicional produzido.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) Na Economia Política, a categoria "valor" expressa uma relação "homem/natureza", mediada pelo "tempo". Este último, porém, nem sempre entendido no seu sentido histórico. Com base nessa premissa, assinale a opção que contém uma imprecisão:

(A) Na concepção mercantilista, "valor" é sinônimo de "moeda", uma vez que os autores desta corrente desconheciam a origem do "valor", e a identificavam com a acumulação de metais raros.

(B) Concepção análoga, num certo sentido, é a dos monetaristas neoliberais, uma vez que identificam na livre-circulação de mercadorias e moedas a fonte de toda riqueza.

(C) Para os "fisiocratas", no entanto, o "valor" nasce em função dos "usos" dos recursos naturais, bastante diversificados, de modo que um recurso muito utilizado é valorizado em função da sua demanda.

(D) Mesmo antes do surgimento da escola fisiocrática, já surgira a noção de "valor-trabalho", embutida na idéia de que o "preço natural" de uma mercadoria dependia da quantidade de trabalho necessária para a sua produção.

(E) Os marxistas, como os liberais, esposam a tese de que o valor do trabalho é invariável, o que o qualifica como medida real do valor.

As alternativas A, B, D e E estão precisas em seu conteúdo e não requerem ressalvas. Já a alternativa C contém um equívoco ao atribuir aos fisiocratas uma função de diversificação da produção. Na verdade, para os pensadores dessa escola, a riqueza emanava da terra, porém não de forma extrativista e predatória. Ao contrário, a prosperidade adviria da ampliação da produção renovável por meio de técnicas de maximização da utilização do solo, via sistemas de rotação e de fertilização. Estava em questão, para estes pensadores, o formato capitalista da produção agrícola e não uma estratégia de aumento especulativo dos preços dos produtos que um país deveria produzir.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) O entendimento dos fenômenos monetários e financeiros é importante para se entender o funcionamento das economias de mercado. Em relação a esse tópico, pode-se afirmar que:

(A) a base monetária é constituída de moeda (notas e moedas metálicas) e de depósitos dos bancos comerciais junto ao Banco Central.

(B) a teoria monetarista afirma que, devido ao fato de a velocidade de circulação da moeda ser constante, aumentos no estoque monetário implicam aumentos proporcionais na renda.

(C) o custo de oportunidade de detenção da moeda é a taxa de juros real.

(D) a inflação incentiva a poupança porque ela aumenta a taxa líquida de retorno das aplicações financeiras.

(E) no Brasil, compete ao Banco Central estimular a aplicação de poupanças privadas no mercado acionário.

A alternativa A é a correta, por se tratar da própria definição de base monetária.

A opção B está errada ao confundir aumentos proporcionais na renda a

aumentos nos preços, uma vez que estes são elevados como resposta a um aumento na quantidade de moeda, seguindo a equação quantitativa MV = PT, de maneira que M -> P, mantida constante a velocidade de circulação da moeda.

A letra C está incorreta porque o custo de oportunidade da moeda é a taxa de juros nominal, uma vez que a taxa de juros real exige o conhecimento da inflação futura, dado indisponível ao agente econômico no momento de sua decisão.

A inflação não aumenta, conforme nos diz a opção D, a taxa de poupança da economia, uma vez que a renda passa a ser corroída pela inflação, diminuindo a capacidade geral da economia de formar poupança. Tudo que se faz é deslocar renda de um grupo sem possibilidades de reajuste constante de preços para aqueles grupos formadores de preço.

Por fim, a letra E atribui à autoridade monetária o papel de sistema financeiro, ao passo que a ela cabe apenas controlar a base monetária e os meios de pagamentos, fiscalizar o sistema financeiro e custodiar as reservas internacionais. A aplicação da poupança depende dos mercados financeiros e não do Banco Central.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) A macroeconomia discute importantes questões que estão na pauta do debate econômico nas modernas economias de mercado. Valendo-se de seus conhecimentos dos conceitos macroeconômicos básicos, assinale a alternativa correta.

(A) A taxa natural de desemprego corresponde àquela que existe quando a taxa de desemprego iguala-se a taxa de inflação.

(B) A inflação reduz o poder de compra dos consumidores, mas não afeta a distribuição de riqueza entre agentes credores e agentes devedores.

(C) Os aumentos recentes no preço da gasolina têm levado consumidores a cortar gastos com esse produto contribuindo, assim, para reduzir o viés de substituição associado à mensuração dos índices de custo de vida.

(D) Quando uma firma estrangeira fabrica um automóvel no Brasil, mesmo com componentes importados, isso contribui para aumentar o Produto Interno Bruto brasileiro.

(E) Se uma firma compra R$1.000,00 de matéria prima, gasta R$500,00 reais com salários, paga R$100,00 de aluguel, R$100,00 de juros e dividendos e vende sua produção por R$2000,00, então, sua contribuição para o PIB é R$700,00.

A alternativa correta é a D. O Produto Interno Bruto é a soma dos gastos em consumo, investimento, gastos do governo, exportações menos as importações de bens e serviços. Quando uma empresa compra insumos de fora, entende-se que houve uma ampliação da oferta global da economia (PIB + importações). Assim, as importações de bens intermediários contribuem com a produção nacional, permitindo a criação de valores que não ocorreria na sua ausência.

A alternativa A diz respeito à taxa natural de desemprego, que tem por definição "a taxa de desemprego que garante uma inflação zero". Essa teoria refere-se à chamada Curva de Phillips, que afirma haver uma relação negativa entre desemprego e inflação, de sorte que um aumento no desemprego leva a uma queda nos salários, diminuindo gastos de consumo das famílias e, portanto, conduzindo os preços para baixo; o inverso ocorre, caso haja uma redução nos níveis de desemprego, com elevações nos salários dos trabalhadores que aceleram o consumo tornando inviável o acompanhamento por parte da oferta, gerando aceleração no aumento dos preços.

A opção B está incorreta por não considerar a transferência de renda entre credores e devedores. A inflação implica, além da perda do poder de compra por parte dos consumidores, uma corrosão do valor das dívidas. A taxa de juros é pré-fixada em contrato sobre um valor nominal, de maneira que a inflação reduz o montante real (taxa de juros nominal – inflação) que será recebido pelo credor, reduzindo, por contrapartida contábil, também o valor real da dívida do devedor (taxa de juros – inflação).

A alternativa C é incorreta porque há uma ponderação feita pelos institutos de pesquisa dentro do item combustíveis, de maneira que as substituições se cancelam no agregado "combustíveis".

Por fim, a letra E é incorreta porque considera gasto com insumos uma contribuição ao PIB, segundo a ótica do valor adicionado. A contribuição efetiva é dada pelo valor de venda menos o custo dos insumos, de maneira que o valor adicionado pela emprese é: R$ 2.000 (valor da venda bruta) – R$ 1.000 (MP) = R$ 1.000. O restante dos valores é inserido naquela etapa produtiva; logo, valor adicionado.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) O que é estagflação?

(A) Deflação permanente.

(B) Alternância entre períodos de inflação alta e de deflação.

(C) Hiperinflação.

(D) Combinação entre inflação alta e estagnação econômica.

(E) Estagnação da inflação a partir de medidas emergenciais.

A: Errada. A deflação permanente é um processo que traz consigo uma recessão intensa, uma vez que a queda dos preços inviabiliza a formação de lucros, desincentivando a produção.

B: Errada. A alternação entre inflação alta e deflação não encontra termos formais.

C: Errada. A hiperinflação é o crescimento explosivo e incontrolável dos preços, que culmina na total deterioração da moeda, bem como na completa repulsa a ela por parte da população.

D: Correta. "Estagflação" foi um termo cunhado ao final dos anos 1960, mediante o processo de esgotamento do modelo do pós-guerra, particularmente nos EUA. Nos anos 1970, esse país passou a enfrentar uma estagnação econômica combinada a uma forte e sustentada elevação de preços (ao menos para os seus padrões históricos), o que deu origem à expressão.

E: Errada. Estagnação a partir de medidas emergenciais é simplesmente chamada de política recessiva.

Gabarito "D"

3. ECONOMIA INTERNACIONAL

---

3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da

conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais.

(Diplomacia – 2002) Um déficit em transações correntes no Balanço de Pagamentos de um país pode expressar:

(A) Um superávit na balança comercial que não é compensado por investimentos diretos.

(B) Uma variação negativa das reservas internacionais devido à amortização de dívidas.

(C) Um déficit na balança de serviços que não é compensado por um superávit da balança comercial.

(D) Um excesso de exportações sobre importações de bens e serviços.

(E) Um crescimento inesperado do recebimento de transferências unilaterais.

A alternativa C é a correta, pois as transações correntes resultam da somatória dos saldos das contas comerciais, de serviços e de transferências unilaterais. Assim, se ocorre, em serviços, um déficit maior do que o superávit comercial, teremos uma conta-corrente deficitária.
A opção A insere erroneamente os investimentos diretos na conta-corrente, quando deveriam ser contabilizados na conta capital do balanço de pagamentos.
Na letra B, o erro se encontra em que amortização de dívidas faz parte da conta capital.
Quanto à alternativa D, o superávit comercial não explica um déficit em transações correntes.
E a letra E é incorreta por que um aumento no recebimento de transferências unilaterais faria aumentar o saldo desta conta, o que levaria a um resultado melhor em transações correntes e não a um déficit nesta conta.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a regimes cambiais.

(1) Em regime de câmbio fixo, o mercado define o valor da taxa de câmbio, e a autoridade monetária determina o nível das reservas internacionais do país.

(2) Em regime de câmbio fixo, a autoridade monetária tem poder limitado na determinação da política monetária.

(3) Em regime de câmbio flutuante, a oferta de divisas é determinada pelas exportações do país.

(4) Nos anos 90 do século XX, em alguns países da América Latina, foram usadas âncoras cambiais como instrumento de estabilização de preços.

1: Incorreta. A alternativa seria correta se indicasse o funcionamento do regime de câmbio flutuante. Em regime de câmbio fixo, cabe à autoridade monetária ofertar qualquer quantidade de divisas demandada pelo mercado à taxa vigente.
2: Correta. Nesse caso, a política monetária depende da quantidade de divisas internacionais, uma vez que são estas que determinam o lastro da moeda doméstica. Assim, o governo não pode expandir os meios de pagamentos autonomamente, porque isso implicaria uma alteração entre as quantidades de moeda nacional e internacional, levaria a uma desvalorização do câmbio e romperia, portanto, o regime de câmbio fixo.
3: Anulada, pois é parcialmente verdadeira. Além das exportações, os fluxos de capitais de curto e longo prazos também determinam a oferta de divisas internacionais no país em questão.
4: Correta. Argentina, México e Brasil são exemplos de países que utilizaram âncoras cambiais para promover planos de estabilização, muito embora o formato e os mecanismos adotados difiram entre as experiências. Por exemplo, a Argentina adotou o *currency board*, ou conselho da moeda, em que a moeda argentina tornou-se plenamente conversível ao dólar, resultando em um forte atrelamento da quantidade da atividade econômica à disponibilidade de divisas estrangeiras, que passaram a complementar a base monetária doméstica. A taxa de câmbio passou, portanto, a regular a política monetária, retirando do país um amplo espaço de manobra em termos de política econômica doméstica.

Gabarito 1E, 2C, 3ANULADA, 4C

(Diplomacia – 2004) Na fase atual de globalização do espaço econômico, o estudo da economia internacional é crucial para a inserção adequada no cenário mundial. Considerando as noções básicas da teoria econômica internacional, julgue os itens a seguir.

(1) A demanda de produtos importados aumenta durante as recessões porque a propensão marginal a importar é positiva.

(2) No modelo ricardiano das vantagens comparativas, o papel desempenhado pelas economias de escala na produção é fundamental para o entendimento das razões do comércio entre os países.

(3) Quando nisseis brasileiros que trabalham remetem parte de suas economias a seus familiares, no Brasil, essa transação é registrada como uma transferência unilateral e constitui parte integrante da conta de transações correntes.

(4) Em presença de um sistema de taxas de câmbio fixas, a solução de crises no balanço de pagamentos exige ajustamentos consideráveis nas políticas econômicas domésticas.

(5) Em economias pequenas, cuja taxa de câmbio é flutuante, as políticas fiscais são particularmente eficazes, porque a expansão das despesas públicas, ao reduzir a taxa de câmbio, contrai as importações e aumenta a produção doméstica.

(6) *Deficits* em conta-corrente implicam que o montante de divisas arrecadado com as exportações é superior àquele exigido para financiar suas importações e transferências unilaterais líquidas.

1: Incorreta. Por definição, no sistema de mercado, a importação é positiva. Nenhum país prescinde do comércio com outras nações, de maneira que sempre haverá uma parcela da oferta de um país oriunda das importações. Em verdade, durante as recessões, a demanda por importados tende a cair por dois motivos: o primeiro é que as exportações do país diminuem e, por isso, há menos divisas para se gastar com produtos importados; e o segundo é que a recessão leva a uma diminuição da renda em função do desemprego e da redução do gasto agregado. Como resultado, as pessoas compram menos produtos importados.
2: Incorreta. O modelo ricardiano toma como pressuposto a noção de rendimentos decrescentes de escala, isto é, conforme se utiliza um insumo produtivo, seu rendimento, mantidos constantes todos os outros fatores, sofre quedas. Exatamente por esse motivo é que os países deveriam se especializar, de maneira a reduzir as perdas decorrentes do uso excessivo de um insumo, tal como a terra ou o trabalho humano.
3: Correta. Todas as transferências que não têm contrapartida na forma de bens e serviços são contabilizadas em transações correntes, na subconta "transferências unilaterais". Nesse caso, o Brasil recebe renda de brasileiros residentes no Japão, o que torna a transação positiva em termos cambiais.
4: Correta. O regime de câmbio fixo exige um equilíbrio quantitativo entre a soma de divisas estrangeiras e a base monetária doméstica. Assim, no evento de uma crise financeira, nota-se, geralmente, uma forte fuga

de divisas estrangeiras, o que obriga os países, diante da impotência na contenção dessa fuga, a fazer reduções bruscas em sua base monetária.
5: Incorreta. Em economias pequenas, a política fiscal é eficiente, porém gera um movimento no setor externo da economia contrário ao que indica a afirmativa, uma vez que o aumento do gasto do governo leva a uma ampliação da renda. Esta conduz ao aumento das importações e, por meio da elevação da taxa de juros doméstica, à atração de capitais estrangeiros, de modo que o déficit em transações correntes que passa a emergir seja financiado com poupança externa. Em caso de esta não ser abundante o suficiente, a taxa de câmbio se desvaloriza, levando a uma contração das importações.
6: Incorreta. Déficit em transações correntes significa que o saldo composto de contas comerciais e de serviços e rendas e transferências unilaterais está negativo. Significa, isso sim, que o montante de divisas recebidas por meio da exportação é insuficiente para financiar as importações de bens e de serviços e as remessas de renda para o exterior, reclamando-se a entrada de capitais estrangeiros de empréstimo na conta de capital.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6E

Em geral, países da América Latina continuam a se dedicar pesadamente à exploração direta da riqueza de seus recursos naturais visando à exportação.

R. Gwynne e C. Kay. **Latin America transformed, globalization and modernity**. New York: Arnold Publishers, 1999 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Considerando o assunto abordado no texto acima e as questões a ele relacionadas, julgue os itens seguintes.

(1) Com a globalização econômica atual, em geral há uma tendência para o incremento das exportações da América Latina de produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico.

(2) Embora com alguns impactos negativos, a economia baseada na exportação de produtos primários livrou a América Latina, ao longo do século passado, dos efeitos das recessões mundiais e da consequente flutuabilidade dos preços, visto que tais produtos possuíam mercado assegurado.

(3) O Brasil pode ser excluído do grupo de países considerados como periferia global de recursos, uma vez que sua pauta de exportações o coloca como país industrializado, apesar de esse fenômeno ter-se dado tardiamente.

(4) No Brasil, o crescimento do setor primário, levado a efeito por meio de intensa modernização por todo o seu território, tem contribuído para diminuir as desigualdades geográficas e eliminar enclaves regionais.

(5) O comprometimento da sustentabilidade ecológica e econômica é uma conseqüência do modelo de exploração intensa de recursos naturais, entre as quais pode-se destacar o deflorestamento no Brasil.

1: Correto. Essa tendência secular se deve à estrutura de recursos naturais disponíveis aos países latino-americanos, historicamente produtores de bens primários. Tal especialização gerou atraso nas políticas de desenvolvimento de competências produtivas e tecnológicas nas áreas industrial e de tecnologia da informação, novo carro-chefe da economia mundial.
2: Incorreto. A volatilidade dos preços dos bens primários é a principal causa do atraso econômico da América Latina. Isso porque a economia do século XX tornou-se fortemente vulnerável aos fenômenos que se desdobravam nos países centrais, dificultando a formação de capital e a dilatação do horizonte de planejamento capitalista, ambas elementos cruciais à acumulação de capital e, por conseguinte, ao crescimento econômico.
3: Incorreto. O Brasil persiste como exportador de bens primários, muito embora haja cada vez mais tecnologia por bem primário exportado. A pauta de exportações brasileira ainda é predominantemente composta de soja, cana-de-açúcar, minério de ferro, carne bovina e de frango etc. Os bens manufaturados exportados pelo país são aqueles produzidos com baixa intensidade de tecnologia, em geral por processamentos fabris dos bens primários. Porém, no que concerne ao comércio Sul-Sul, as exportações brasileiras tendem a ser de manufaturados, especialmente para os países da América latina.
4: Incorreto. O modelo agrário brasileiro é fundado sobre a grande propriedade fundiária, de maneira que os ganhos acumulados no setor agroindustrial são concentrados sobretudo em empresas multinacionais detentoras de propriedade intelectual sobre fertilizantes, defensores agrícolas, máquinas e equipamentos, bem como em empresas nacionais fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro, na esteira do processo de internacionalização de grupos nacionais fortes e com grande poder de mercado.
5: Correto. O Brasil se insere na divisão internacional do trabalho como fornecedor mundial de bens primários. Como a obtenção destes exige vastas faixas de terra, é necessário o desmatamento agressivo para a formação de pastos e plantações, o que leva a um acelerado processo de deterioração ambiental que supera as forças de contenção do governo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Diplomacia – 2003) Em um mundo globalizado, o estudo da teoria do comércio internacional é imprescindível à compreensão dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

(1) O livre comércio, ao expor à concorrência externa os setores protegidos por elevadas barreiras tarifárias, contrai a produção desses setores e, portanto, leva à redução da renda do trabalho, no conjunto da economia.

(2) Se o investimento doméstico excede a poupança doméstica, então, o investimento líquido é positivo e a economia apresenta um excedente na balança comercial.

(3) De acordo com a hipótese da paridade do poder de compra, a longo prazo, a taxa de câmbio entre duas moedas nacionais quaisquer deve refletir o diferencial de inflação existente entre essas duas economias.

(4) Em uma economia globalizada, taxas de juros elevadas em um país, ceteris paribus, atrairão mais capital estrangeiro, provocando a apreciação da moeda nacional e a expansão das exportações e do PIB.

(5) Em um regime de taxas de câmbio flexíveis, a imposição de restrições ao comércio, tais como quotas às importações ou tarifas, não afeta a renda, porque a apreciação da moeda nacional aumenta as importações, compensando o aumento inicial das exportações líquidas.

1: Incorreto. O livre comércio tende a estimular a produção por meio do aumento da concorrência, de maneira que os setores submetidos a ela buscam renovar processos produtivos e incrementar o conteúdo tecnológico, ampliando a produção.
2: Incorreto. Se o investimento é maior do que a poupança, a tendência é que ocorra um déficit em transações correntes, de forma que um ingresso de capitais se faz necessário para complementar a poupança interna.
3: Correto. A definição da teoria da paridade do poder de compra é que desequilíbrios de preços entre nações tendem a criar ganhos de

arbitragem, os quais são eliminados ao longo do tempo e, dessa forma, refletem exclusivamente as inflações entre os países.

4: Incorreto. A atração de capitais estrangeiros leva a uma apreciação do câmbio, o que implica queda das exportações e aumento das importações.

5: Incorreto. A imposição de barreiras comerciais apenas afetará a taxa de câmbio caso as importações como um todo sofrerem queda. Dado que as barreiras são especificadas por produto, não é necessário haver uma apreciação ou depreciação da moeda. As importações tendem a aumentar somente se houver uma inflação muito forte que eleve os preços dos bens domésticos a ponto de eliminar o efeito das barreiras tarifárias.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

No bojo dos investimentos, não se pode esquecer que Mercedes-Benz e Volkswagen construíram no Brasil as fábricas mais modernas do mundo. Justamente por causa dessa massa de investimentos, se Frankfurt não vai ao Brasil, o Brasil tem que ir a Frankfurt. Para compensar a grande ociosidade das fábricas brasileiras, exportar é mais do que uma ordem — transformou-se em "religião". A meca dos investimentos das montadoras, e não só das alemãs, agora é a China.

Renato Acciarto. Brasil perde para China preferência das montadoras. *In*: **Gazeta Mercantil**. 11/9/2003, p. A1 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) O texto acima expressa importantes processos em curso no mundo. Considerando esse texto, julgue os itens a seguir.

(1) Mundializam-se os mercados, porém não os processos de produção, já que o desenvolvimento tecnológico é do domínio dos países mais industrializados.

(2) Com a crescente internacionalização da economia capitalista, observa-se uma interdependência das economias nacionais.

(3) A busca da maior lucratividade é um dos fatores determinantes para o crescente processo de especialização regional da produção.

(4) No processo de globalização econômica, que suplanta fronteiras e culturas, é irrelevante o papel do Estado, prescindindo-se também de ações conciliatórias entre os governos.

(5) No desenvolvimento econômico contemporâneo, identificam-se formas de protecionismo e a formação de blocos econômicos regionais, como o MERCOSUL, o qual é relevante para a ampliação de mercados e melhora da competitividade do Brasil.

1: Errada. A partir dos anos 1980, nota-se uma tendência dos mercados a se mundializar, tornando os fluxos de comércio e de finanças cada vez mais intensos e velozes. Todavia, a tecnologia de produção – que, segundo muitos estudiosos, é o centro dinâmico do sistema, graças à constante inovação dos processos e mecanismos produtivos – ainda é predominantemente liderada pelos países mais industrializados, com as exceções da China e da Coreia do Sul.

2: Correta. Adam Smith já havia observado que a extensão do mercado é um importante componente do nível de especialização das tarefas produtivas. Nesse sentido, a internacionalização da economia capitalista tende a aprofundar as especializações produtivas de cada nação e, assim, aumentar o nível de dependência mútua entre elas, o que pode ser benéfico para o ritmo da produção, mas também pode constituir importante mecanismo de ressonância de crises deflagradas em pontos localizados do sistema.

3: Incorreta. A especialização regional deriva do acesso aos recursos produtivos disponíveis, dentro da divisão internacional da produção. Atualmente, sob o amplo poder das grandes corporações, a produção está associada aos custos da mão de obra, à disponibilidade de matérias-primas e à possibilidade de isenções fiscais por parte dos governos. A lucratividade assumiu, a partir dos anos 1980, um caráter global dentro das empresas, visto que cada corporação distribui as etapas de seu processo produtivo entre diversos países, de acordo com sua estratégia de ampliação do poder de mercado e de redução de custos.

4: Errada. Essa tese vem sendo defendida por inúmeros estudiosos do processo de globalização. O ponto fulcral reside em que, perante os fluxos comerciais existentes dentro das grandes empresas (mediante trocas comerciais entre filiais da mesma corporação), os governos se veem cada vez mais impotentes, já que qualquer tipo de interferência nessas transações é ineficaz. Ademais, os fluxos financeiros em escala e velocidade inéditas tornaram os governos crescentemente dependentes da esfera financeira, como se percebe pela recente crise europeia (2010-2012) e pelas dificuldades de financiamento que os governos da periferia da Zona do Euro vêm encontrando. Todavia, deve-se reconhecer que o papel do Estado, apesar de ter sofrido alterações em sua extensão e em sua natureza, persiste relevante neste processo. Deve-se frisar que o Brasil vem advogando a relevância do Estado no processo de regulamentação da globalização, por meio de ações conciliatórias entre governos, que tem sido a marca do século XXI, bem como a formação de grupos mirando alguma forma de governança global por meio de grupos e arenas decisórias, tais como o G-20, o Fórum Econômico Mundial (Davos) etc.

5: Incorreta. A primeira parte da afirmativa é verdadeira, uma vez que cresce a disposição dos países em aliar-se a determinados blocos comerciais que alinhem interesses menos conflitantes e regionalmente determinados. Contudo, a formação desses blocos geralmente consolida parcerias históricas, como o Nafta, o Mercosul e a Aladi. Assim, em vez da ampliação dos mercados, assiste-se à desaceleração das possibilidades de novas conexões comerciais. Ademais, a afirmativa peca por desconsiderar o regionalismo aberto do Mercosul: houve criação de comercio, e não desvio de comércio (que seria uma forma de regionalismo fechado, conforme ocorreu com a ALALC e as ondas de regionalismo dos anos 1960).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Em um mundo globalizado, as questões concernentes às relações econômicas internacionais são cruciais. Nesse contexto, assinale a opção correta:

(A) Um aumento do preço (medido em R$/US$) da moeda norte-americana no mercado de câmbio brasileiro corresponde a uma apreciação do Real.

(B) Os dispêndios feitos pelos turistas brasileiros em Nova York são contabilizados como um crédito na balança comercial brasileira.

(C) O Brasil é um país membro do MERCOSUL, da ALADI e do NAFTA.

(D) Uma recessão econômica tende a reduzir o déficit no balanço de pagamentos.

(E) Uma das desvantagens de um sistema de câmbio flexível é que o governo não pode adquirir moedas estrangeiras para acumular reservas.

A: Incorreta, pois o aumento do dólar equivale ao enfraquecimento do real. Uma vez que aquele agora vale mais, é preciso ter mais reais para comprar a mesma quantidade de dólares.

B: Incorreta, pois os gastos no exterior são um débito na conta de serviços, na rubrica viagens ao exterior.

C: Incorreta, pois insere o Brasil no Nafta, mas o país pertence apenas ao Mercosul e ao Aladi (Tratado de Montevidéu de 1980).

D: Correta, porque quando o país se encontra em recessão, a renda tende a diminuir, de forma que as famílias consomem menos do exterior,

melhorando o resultado comercial e, portanto, diminuindo o déficit no balanço de pagamentos.

E: Incorreta, porque ao Banco Central é facultado adquirir reservas internacionais, contanto que não interfira direta e desequilibradamente sobre o resultado de mercado de câmbio para garantir a flexibilidade da taxa de câmbio. Apesar disso, a autoridade monetária deve impedir que movimentos bruscos, advindos de instabilidades externas, gerem impactos sobre a economia, bem como efetuar as esterilizações monetárias, operações que objetivam reduzir, por meio da venda de títulos da dívida pública, a oferta de moeda gerada pela compra de divisas estrangeiras por parte do Banco Central.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1999) Você está servindo no setor Econômico de uma Embaixada brasileira. Durante almoço oferecido pelo Embaixador, uma alta autoridade local confidencia-lhe que, "entre a mão de Smith e o juízo de Prebisch", seu governo se estaria inclinado cada vez mais pelo segundo. Qual das reflexões abaixo você deveria incluir em seu relatório ao Embaixador sobre a conversa, para efeitos de comunicação à Chancelaria brasileira?

(A) A avaliação de que o governo local estaria preparando um acordo com o Fundo Monetário Internacional como forma de assegurar maior estabilidade aos fluxos de investimento externo.

(B) A consideração de que seriam crescente dentro do governo local as forças em favor da adoção de políticas de desenvolvimento que favorecessem a intervenção do Estado na economia.

(C) A sugestão de que o Brasil estivesse pronto a considerar um pedido de negociações de um acordo de livre comércio com aquele país.

(D) A advertência de que o governo local estaria adotando uma linha cada vez mais aberta à chamada globalização dos mercados financeiros.

(E) A impressão de que o governo estaria contemplando afastar-se da esfera de influência do governo de Washington em favor do de Bonn.

A, C, D, E: Incorretas, pois indicam ou circunstâncias que em nada se associam ao sugerido pela autoridade do país (A e E) ou circunstâncias diametralmente opostas (C e D).

B: Correta. A autoridade do país em questão utilizou os nomes dos autores para indicar opções de políticas econômicas. No caso de Adam Smith, trata-se de uma política liberal com baixa intervenção estatal na economia, ou seja, que deixa o desenvolvimento econômico ocorrer pelas forças espontâneas dos mercados, a fim de acelerar a especialização das tarefas produtivas e, com isso, alastrar pela economia os ganhos de eficiência, ampliando o bem-estar. No caso de Prebisch, trata-se da abordagem cepalina, associada ao economista Raúl Prebisch, idealizador e fundador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) nos anos 1950. Prebisch defendia que as forças de mercado conduzem a desequilíbrios entre as nações, de forma que aquelas que produzem artigos primários sempre perderiam valor em relação aos países produtores de manufaturas. Assim, caberia aos governos nacionais implementar políticas industrializantes para reduzir a dependência externa das nações e alavancar o crescimento econômico em moldes industriais.

Gabarito "B"

4. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de 1930 e 1940a. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos 1980. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação.

(Diplomacia 2009) No que se refere à industrialização brasileira antes da Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Há consenso entre os historiadores econômicos a respeito dos efeitos favoráveis do encilhamento sobre a indústria brasileira.

(2) A produção industrial cresceu significativamente entre os anos 1915 e 1917 a despeito das dificuldades enfrentadas, pelo país, na importação de máquinas e equipamentos, em razão da Primeira Guerra Mundial.

(3) A crise de 1929 proporcionou maior influxo de investimentos estrangeiros no Brasil.

(4) A desvalorização cambial provocada pela crise de 1929 encareceu as importações de máquinas e equipamentos, o que resultou em declínio considerável da produção da indústria brasileira na década de 30 do século XX.

1: Incorreta. O encilhamento é um dos temas mais controversos na historiografia brasileira, dadas as múltiplas dimensões da realidade histórica em que se insere. Todavia, é razoavelmente estabelecido que o encilhamento implicou uma forte especulação financeira, a qual ocasionou posteriormente a falência de numerosas empresas, a maioria associada à nascente indústria brasileira. Deve-se ressaltar que o encilhamento se segue à Lei Bancária, de 1890, de Rui Barbosa, que outorgava aos bancos o direito de emitir moeda. A terceirização do meio circulante, malgrado os tetos de emissão e o lastro em títulos públicos, teriam redundado na crise do encilhamento. Rui Barbosa via na multiplicação monetária um meio de industrializar o país. Entretanto, é quanto aos resultados dessa política que vigora a divergência historiográfica.

2: Correta. A economia de guerra teve efeitos ambíguos sobre a indústria. Dadas as restrições para importar, a indústria expandiu-se com base em sua capacidade instalada, construída no período prévio de forte crescimento da economia mundial, entre 1906 e 1913, quando intensos investimentos foram efetuados no setor.

3: Incorreta. O estouro da bolha financeira em Wall Street em outubro de 1929 acarretou uma virulenta fuga de divisas estrangeiras do Brasil, levando à completa drenagem de nossas reservas já no início do ano de 1930. Por adotar o regime do padrão-ouro, por intermédio de caixa de estabilização, o governo Washington Luís se viu impotente diante da força dos eventos (interrupção dos fluxos de capital estrangeiro e brusca queda do preço do café no mercado internacional). Os desdobramentos forçaram o governo revolucionário de Getúlio Vargas a abdicar do regime de câmbio fixo no final de 1930.

4: Incorreta. A desvalorização cambial efetuada pelo novo governo empossado encareceu todos os produtos importados, entre os quais estavam as máquinas e os equipamentos industriais. Contudo, a política econômica desempenhou um papel mais importante, haja vista que, ao fomentar a produção interna por meio da defesa dos interesses cafeeiros, dinamizou a demanda interna que levou a indústria a utilizar a ampla margem de capacidade ociosa do ainda incipiente parque

industrial brasileiro. Com efeito, a indústria cresceu substancialmente na década de 1930, apoiada pelo protagonismo estatal no planejamento da economia, ainda que de forma pouco sistemática.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Em **Formação Econômica do Brasil**, Celso Furtado analisa os efeitos diretos e indiretos da crise de 1929 sobre a economia brasileira. Segundo o autor, a política de defesa do setor cafeeiro implementada no período teria favorecido a rápida recuperação da economia: "É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira que se manifesta a partir de 1933 não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros".

Com relação à economia brasileira no período posterior à crise de 1929, assinale a opção que apresenta afirmativa consistente com a análise de Celso Furtado acima resumida.

(A) As alterações na política de defesa do setor cafeeiro introduzidas a partir da crise de 1929 tiveram como principal objetivo manter relativamente estável a demanda agregada pelos bens produzidos internamente, evitando-se, assim, a acumulação de estoques indesejados e a consequente redução nos níveis de produção.

(B) Dificuldades de importação associadas à conjuntura de crise nos países industrializados impediram o crescimento da produção industrial brasileira nos anos 30 do século passado, retardando o processo de industrialização no Brasil.

(C) A alta elasticidade-renda dos principais produtos brasileiros de exportação, associada à recuperação dos países industrializados, promoveu crescimento significativo dos saldos positivos na Balança Comercial brasileira a partir de 1936.

(D) De acordo com Celso Furtado, a alta elasticidade-preço da demanda pelo café permitiu aumento das receitas dos cafeicultores, a despeito de queda substancial nos preços do café.

(E) Os efeitos da política de defesa dos cafeicultores sobre o mercado cambial provocaram aumento na demanda dos brasileiros por bens produzidos internamente, incentivando o processo de substituição de importações na década de 30 do século passado.

A: Incorreta. O propósito da política econômica pós-crise de 1929 era solucionar o problema das contas externas, resultante da drenagem de divisas sofrida pelo país quando da irrupção da crise. Como o café era o principal produto exportado pelo país, era necessário defender a sua produção, sob pena de criar uma crise generalizada de abastecimento interno, bem como a irradiação da queda da demanda efetiva para outros setores da economia.

B: Incorreta. De acordo com a tese de Furtado, a redução das importações dos países centrais gerou o estrangulamento externo da economia brasileira, a qual se valeu dos mecanismos de defesa da cafeicultura, como a desvalorização da taxa de câmbio. Esta teve o resultado de socializar as perdas dos cafeicultores e manter o nível interno da renda, o que, por sua vez, consolidou o mercado interno como centro dinâmico da economia, substituindo os estímulos advindos do setor externo. Com efeito, segundo o autor, foi a crise das exportações que propiciou as condições para a maturação de um eixo industrial na condução da matriz produtiva nacional.

C: Incorreta. Residia exatamente na baixa elasticidade-renda dos bens primários o principal problema da exportação brasileira, uma vez que os países de renda elevada já estavam no nível de saturação do café, deixando pouco espaço para o aumento das vendas externas do produto.

D: Incorreta. A elasticidade-preço do café era, para Furtado, muito baixa, de modo que uma queda dos preços não levaria a um maior consumo por parte das economias centrais. Essa é uma das formas que o autor encontra para justificar a política de sustentação dos preços do café por parte do governo de Getúlio Vargas.

E: Correta. Essa é exatamente a tese de Furtado quanto ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor externo para o mercado interno. É importante lembrar que Furtado menciona a transferência de capital não do setor externo para a indústria, mas daquele para o mercado interno, tanto para a produção de outras culturas agrícolas, como para o comércio, serviços e indústrias.

Gabarito "E"

(Diplomacia 2009) Graças ao crescimento acelerado dos preços na primeira metade dos anos 80 do século XX, o combate à inflação transformou-se em meta prioritária da política econômica do governo Sarney (1985- 1989), dando origem a três planos de estabilização consecutivos: o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Os três planos mostraram-se incapazes de reduzir as taxas de inflação, que apresentaram variação negativa somente no ano de 1986. A taxa anual de crescimento dos preços, medida pelo IGP, praticamente dobrou de 1985 a 1987 e de 1987 a 1988. O fracasso desses planos tem sido atribuído, em especial, a interpretações errôneas e(ou) incompletas das verdadeiras causas da inflação.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos planos econômicos citados.

(A) Para os formuladores do Plano Cruzado, os aumentos de preço resultavam basicamente do excesso de oferta de moeda. Para reverter o processo inflacionário, avaliavam que a principal medida a ser tomada seria dotar o Banco Central de independência.

(B) A política inflacionária do Plano Cruzado reduziu as expectativas de lucro dos empresários, provocando redução substancial na produção industrial com consequências adversas no nível de emprego.

(C) O diagnóstico da inflação que fundamentou o Plano Bresser atribuía a inflação em vigor não só à indexação geral da economia, mas também a um excesso de demanda. Com base nesse diagnóstico, o plano propunha tanto medidas políticas antiinflacionárias ortodoxas quanto heterodoxas.

(D) O Plano Verão foi um plano estritamente ortodoxo de combate à inflação.

(E) O severo ajuste fiscal ocorrido em 1989 contribuiu para o relativo sucesso do Plano Verão. As taxas de inflação foram substancialmente reduzidas em 1990.

A: Incorreta. O Plano Cruzado diagnostica a inflação como sendo exclusivamente inercial, isto é, decorrente da indexação generalizada dos preços. O problema da independência do Banco Central apenas veio à tona com a Medida Provisória que cria a URV, durante a segunda etapa do Plano Real, em 1994.

B: Incorreta. Ao contrário, o *boom* de consumo que se seguiu à implementação do plano se somou ao forte crescimento da economia, que já vinha acontecendo graças ao sucesso do ajuste externo promovido até 1984. Mesmo que posteriormente frustradas, as expectativas eram positivas no início do plano. A estratégia do choque heterodoxo criava entraves como a não neutralidade distributiva, isto é, preços relativos em desequilíbrio, uma vez que, no momento do congelamento, alguns

preços haviam sido reajustados recentemente, enquanto outros estavam às vésperas do reajuste.

C: Correta. O Plano Bresser é um plano teoricamente híbrido, por contemplar heterodoxia (congelamento de preços) e ortodoxia (ajuste fiscal). Por questões associadas ao calendário político, o ajuste fiscal que sustentava o plano jamais foi implantado, frustrando os esforços do Ministro da Fazenda, que abandonou o cargo no início de 1988.

D: Incorreta. Assim como todos os outros planos, o Plano Verão foi um plano híbrido. Por ter incorporado a estratégia do congelamento de preços e salários, ele não pode ser definido como estritamente ortodoxo, muito embora medidas desse tipo já tenham sido tomadas como suporte aos mecanismos heterodoxos de controle de preços.

E: Incorreta. Não foi possível a efetivação do ajuste fiscal por ser ano eleitoral e o governo não dispor de apoio do poder legislativo para medidas impopulares. Com efeito, é incorreto afirmar que o suposto ajuste tenha contribuído com a queda da inflação. Ademais, a perturbada campanha eleitoral – as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960 – veio a dificultar ainda mais as medidas do Plano Verão, levando ao descontrole dos preços que, no início de 1990 já passavam dos 50% ao mês.

Para que o candidato ganhe clareza quanto ao intenso debate sobre as causas da inflação brasileira no início da década de 1980, elencamos as três as principais vertentes e suas respectivas propostas de terapia antiinflacionária, a saber:

i. **Pacto Social (Universidade de Campinas), visão marxista**: Inflação decorre da luta de classes. A renda mal distribuída ocasiona a luta por maiores salários, a partir de cujo sucesso ocorre um aumento do preço por parte dos produtores, para contrabalançar o aumento dos custos de produção, e assim sucessivamente. A inflação seria, segundo esta vertente, um problema estrutural, associado à distribuição da renda. Como solução, propõe-se o Pacto Social, no qual ambos os lados (empresários e trabalhadores) fariam concessões para se atingir uma distribuição adequada ao crescimento econômico sem inflação.

ii. **Visão ortodoxa, Fundação Getúlio Vargas:** Inflação deriva dos desequilíbrios fiscal e monetário (excesso de emissão e conta movimento do BB). A solução residiria na política fiscal austera e na política monetária disciplinada e restritiva.

iii. **Visão heterodoxa, UFRJ e parte da PUC-RJ**: Problema da inflação é sua inércia. A inércia inflacionária era mentida por causa da indexação dos contratos, que permitiam o repasse automático da inflação passada aos preços presentes. Ex: se 100% de inflação no Ano I, no Ano II, com repasse pela indexação, teríamos inflação do Ano I + inflação do Ano II, ou seja, 100% + inflação do Ano II. Solução: congelamento preços para conter indexação. Duas terapias nasceram desta escola. A primeira foi a proposta do **Choque Heterodoxo** de Francisco Lopes, o qual preconizava um congelamento de preços surpresa que zeraria a memória inflacionária, eliminando o aspecto inercial da inflação. Esta foi a proposta ancampada pelo Plano Cruzado. A segunda era o **Plano Larida** (André Lara Resende e Persio Arida) era a porposta desta escola e sugeria que a Inflação provinha do desequilíbrio fiscal e da inércia inflacionária. Propunha-se, portanto, indexação da moeda, e não dos preços. Esta foi base teórica para a formulação do Plano Real de 1994: 1 URV, no Ano I, = Cr$ 2000, no Ano I. Com correção pelo índice de preços, no Ano II, 1 URV = Cr$ 2.125, por exemplo. Logo, a ideia consistia em substituir, virtualmente, a moeda pelo sua unidade real de valor (URV), até que esta assumisse o poder liberatório na forma de meio circulante, como se deu no primeiro dia de julho de 1994.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2008) A crise deflagrada nos Estados Unidos da América no último trimestre de 1929 afetou as políticas econômicas implementadas e o desempenho da economia brasileira. Acerca desse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A queda de renda nos Estados Unidos da América reduziu proporcionalmente a quantidade demandada de café brasileiro e provocou redução no volume de exportações brasileiras desse produto.

(2) Os efeitos da crise mundial sobre o comércio externo brasileiro não permitiram ao Governo Provisório qualquer interferência no mercado cambial brasileiro.

(3) No Brasil, a manutenção de uma política de defesa do setor cafeeiro, a despeito das alterações introduzidas em sua implementação na década de 1930, contribuiu para minorar os efeitos adversos da crise de 1929 sobre a renda nacional.

(4) Durante o período de recessão mundial, as atividades voltadas para o mercado interno brasileiro não cresceram, dada a inexistência de capacidade ociosa para o aumento da produção, entre outras condições desfavoráveis.

1: Incorreta. A demanda internacional pelo café era inelástica à renda e ao preço, de maneira que havia certa rigidez para a queda da demanda. Mesmo assim, houve diminuição das compras estrangeiras, porém em menor intensidade do que a queda da renda norte-americana.

2: Incorreta. Com vistas a produzir uma política de caráter anticíclico, Getúlio Vargas efetuou uma agressiva política de desvalorização cambial e de bloqueio de bens supérfluos, além de conceder ao Banco do Brasil o monopólio cambial. Poder-se-ia dizer que foi exatamente a crise que forçou a adoção de controles cambiais, em diametral oposição ao regime fundado no padrão-ouro que vigorava no Brasil até então. De 1906 a 1914, vigora a Caixa de Conversão, e de 1926 a 1930, tem-se a Caixa de Estabilização, ambas as experiências mais sistemáticas do regime do padrão-ouro no Brasil.

3: Correta. Trata-se do mecanismo de defesa da cafeicultura, de que fala Celso Furtado em capítulo de mesmo título. O efeito da socialização dos prejuízos advindos do quadro externo permitiu ao cafeicultor minorar suas próprias perdas, o que lhe garantiu rentabilidade pela lavoura produtiva e manteve o emprego no setor cafeeiro. Dada a ampla dependência do mercado interno em relação a esse setor, a manutenção de seu funcionamento irradiava impulsos por toda a economia, impedindo uma queda maior da atividade econômica.

4: Incorreta. Exatamente ao contrário do que afirma o item, havia elevada capacidade ociosa na indústria nacional, assim como um mercado interno com acesso bloqueado às importações de bens. Essa combinação permitiu a expansão e a consolidação do mercado interno como motor do crescimento econômico, de acordo com o processo que Furtado nomeou de "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) A análise da história econômica do Brasil é importante para se entender a situação da economia brasileira. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens subseqüentes.

(1) Na República Velha, a desvalorização cambial usada para proteger, em moeda nacional, os lucros do setor cafeeiro repassava, por meio da inflação, ao conjunto da sociedade as perdas do setor cafeeiro, o que resultou no que Celso Furtado denominou de socialização das perdas.

(2) No pós-guerra, a política econômica adotada pelo governo Dutra foi marcada por políticas fiscais e monetárias mais flexíveis conjugadas com políticas mais restritivas para o comércio exterior.

(3) De 1956 a 1963, as elevadas taxas de crescimento econômico coexistiram com reduções substanciais do deficit público e da inflação.

(4) Para aumentar a eficiência e a competitividade do sistema financeiro, a reforma do período 1964-1967, além de permitir a captação direta de recursos externos pelas empresas privadas nacionais, modificou a legislação, para facilitar remessas de lucros para o exterior, contribuindo, assim, para ampliar a abertura da economia ao capital externo.

1: Correta. A socialização das perdas se dava pelo encarecimento do produto importado, devido à desvalorização do câmbio. Em razão da relevância dos bens importados na estrutura de consumo das classes urbanas, pode-se argumentar que os cafeicultores ganhavam à custa dos consumidores que importavam bens, por meio da elevação dos preços destes.

2: Anulada. O motivo da anulação da está associado ao que alternativa diz sobre o governo Dutra, o qual é marcado por duas fases, tanto na política monetária e fiscal quanto na política cambial. No que se refere às questões monetárias e fiscais, o governo empreendeu enorme esforço de austeridade até 1949, relaxando, com a saída de Corrêa e Casto do Ministério da Fazenda, a política monetária a partir de então. No caso da política cambial, o câmbio foi mantido fixo – segundo os padrões do recém-assinado Acordo de Bretton Woods – até 1947, quando o governo, perante a forte saída de divisas internacionais, adotou os controles cambiais por via de licenças de importação. Portanto, a afirmativa é vaga e não abre possibilidades para uma avaliação criteriosa, o que pode ter sido a causa de sua anulação.

3: Incorreta. Entre 1956 e 1963, houve três governos: Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. JK e Jango formularam planos econômicos diferentes, mas com efeitos fiscais idênticos, apesar das também diferentes magnitudes. Jânio Quadros não permaneceu tempo suficiente para chamar sua gestão fiscal de austera. Assim, a afirmativa é falsa por que, no período, observa-se um crescente descontrole fiscal, dadas a ineficiência e a irracionalidade do sistema tributário e a incontinência de gastos do governo de caráter desenvolvimentista (no caso de JK) e trabalhista (no caso de Jango). Esse descompasso entre receitas e despesas apenas viria a ser abordado com profundidade em 1964, com a formulação e posterior execução do Plano de Ação Econômica do Governo, no mandato militar do presidente Castelo Branco.

4: Correta. Uma das marcas principais das reformas efetuadas durante o PAEG foi o tratamento dispensado ao capital estrangeiro. Foi revogada a lei de remessa de lucros celebrada por João Goulart, a qual impunha severas restrições à saída de capitais. Assim, buscava-se uma complementação da poupança nacional por meio do ingresso de capitais estrangeiros, que aproveitaram as oportunidades na esteira do processo de internacionalização das empresas norte-americanas, na chamada Era de Ouro do capitalismo no pós-guerra, entre 1945 e 1970.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3E, 4C

(Diplomacia – 2004) O estudo da formação da economia brasileira é relevante para a compreensão da atual situação econômica. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) o modelo agroexportador que predominou na economia brasileira durante o período 1900-1930 caracterizou-se pela existência de taxas elevadas de crescimento populacional, decorrente dos fluxos migratórios, e de taxas baixas de crescimento e volatilidade da produção.

(2) Na visão de Celso Furtado, contrariamente ao que ocorreu no setor açucareiro, cujas decisões de produção e comercialização eram dissociadas, na economia cafeeira, os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados em razão de a vanguarda do café ser formada por empreendedores com experiência comercial, situação que permitiu ao país tirar proveito da expansão do comércio mundial.

1: Incorreto. Os fluxos migratórios são interregionais, de modo que não interferem sobremaneira sobre o crescimento populacional. Além disso, no mesmo período, percebe-se uma intensa volatilidade nas taxas de crescimento econômico, em grande parte devida ao modelo agroexportador, que refletia as condições econômicas externas, mas também devida ao oscilante comportamento do investimento, o qual dependia da capacidade da economia para importar. Observa-se o seguinte ciclo: contracionismo com Campos Sales, expansionismo com Rodriguez Alves e Afonso Pena, seguido por um novo declínio a partir do governo Hermes da Fonseca, e, após este, um surto de crescimento com Primeira Guerra. Finzaliza-se a República Velha com o contracionismo de Arthur Bernardes, sucediso pelo novo influxo expansionista com Washington Luis.

2: Correto. A comercialização do açúcar em um mercado internacional altamente competitivo ocorria, em geral, por meio de companhias estrangeiras. Diferente era a situação do café, pois o Brasil praticamente detinha o monopólio mundial do produto, e isso lhe permitia internalizar o centro de comercialização do bem, articulando-a com a realidade produtiva das lavouras. Os produtores tinham uma percepção capitalista da produção cafeeira, o que lhes oferecia uma visão estratégica sobre suas potencialidades comerciais.

Gabarito 1E, 2C

5. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos 1990. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

(Diplomacia 2008) No que diz respeito à análise da economia brasileira contemporânea, assinale a opção correta.

(A) Apesar do aumento expressivo dos salários reais, a contenção da inflação no período do chamado milagre econômico foi possível graças à existência de capacidade ociosa na economia brasileira.

(B) Na década de 1980, grande parte do *deficit* em conta-corrente deveu-se ao aumento dos encargos da dívida externa, provocado pelos elevados juros vigentes no mercado externo.

(C) O insucesso do Plano Cruzado em conter, de forma duradoura, a inflação deveu-se principalmente à adoção de políticas monetárias restritivas, que culminaram na alta das taxas de juros reais e na valorização expressiva dos ativos financeiros.

(D) No início dos anos 90 do século XX, a coexistência de altas taxas de inflação com *deficits* fiscais operacionais elevados exemplifica o que se convencionou chamar de Efeito-Tanzi às avessas.

(E) No processo de abertura econômica no governo Collor, reduziram-se substancialmente as tarifas de importação e adotou-se o câmbio livre, porém não se alterou a miríade de barreiras não-tarifárias que impunham sérias restrições ao comércio externo.

A: Incorreta. A política salarial adotada pelo regime militar já em 1965 indexava os salários sempre abaixo da inflação, implicando severas perdas reais aos trabalhadores.

B: Correta. A crise da dívida advém exatamente da incapacidade de honrar os pagamentos dos serviços de juros da dívida externa, obrigando o

Brasil a buscar auxílio junto ao FMI, em uma reedição contemporânea dos *funding loans* do início do século XX.
C: Incorreta. O fracasso do Plano Cruzado está associado, entre outros fatores, à política econômica francamente expansionista, que gerou ampla liquidez na economia por meio de baixas taxas de juros e de um reajuste salarial responsável por injetar ânimo na demanda sem considerar o lado da oferta. É na lassidão fiscal e monetária que reside a causa do fracasso do plano.
D: Incorreta. O "efeito Tanzi às avessas" demonstra que, sob inflação crescente, o déficit público tende a diminuir, uma vez que as receitas são indexadas à inflação, ao passo que os gastos do governo são medidos em unidades monetárias e corroídos ao longo do ano. No início da década de 1990, o déficit operacional havia sido zerado, exatamente por conta do "efeito Tanzi às avessas".
E: Incorreta. Não só foram reduzidas abruptamente as tarifas de importação, como centenas de produtos tiveram suas alíquotas zeradas, o que resultou em uma rápida e virulenta abertura comercial do país.
Gabarito "B"

A economia brasileira tem como uma de suas características básicas o elevado grau de internacionalização de seu sistema produtivo. Desde o início do processo de industrialização, mais particularmente a partir de meados da década de 50, as filiais de empresas estrangeiras estabeleceram liderança em vários setores industriais. Mais recentemente, os investimentos estrangeiros verificados na década passada aumentaram ainda mais o grau de internacionalização do sistema produtivo brasileiro.

A. A. et al. Castro. (Org). *In*: **Brasil em desenvolvimento I, Economia, tecnologia e competitividade**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 295 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes.

(1) O aumento da integração do mercado interno foi promovido pela industrialização em substituição às importações vividas anteriormente pelo país.

(2) Em cifras e volumes, a maior parte das exportações brasileiras ocorre com países da América do Sul devido às barreiras alfandegárias impostas por países de outros continentes.

(3) Nos últimos anos, se assistiu no país a um aumento do protecionismo comercial como forma de incentivar a modernização econômica, para facilitar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

1: Correto. O modelo que substituiu as importações entre 1930 e 1980 foi a estratégia de industrialização adotada na experiência desenvolvimentista vivida pelo Brasil. Com efeito, a fonte desse crescimento industrial estava focada na transferência de tecnologia por meio da incorporação das empresas estrangeiras ao parque industrial. Tais empresas centravam-se nos ramos com maior densidade de tecnologia e menor concorrência, como o setor de bens duráveis e o de bens intermediários e de capital.
2: Incorreto. Ao longo do período em questão, apenas durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma elevação sensível da participação da América Latina na pauta de exportações brasileiras. Em geral, porém, Europa e Estados Unidos foram os principais destinos de nossas vendas naquele período, com predominância do último a partir do pós-guerra.
3: Incorreto. O que se observou no Brasil dos anos 1990 foi uma ênfase na ponta do comércio exterior relativa à concorrência, e não na ponta referente à competitividade. A rápida abertura comercial - efetuada por meio da queda sistemática das tarifas de importação - submeteu o empresário nacional a uma acirrada concorrência com empresas estrangeiras, atualizadas conforme o paradigma tecnológico dos anos 1990 e cujos custos de produção eram muito inferiores aos dos produtores brasileiros. Como resultado, a partir dessa década, ocorreu uma significativa entrada de empresas estrangeiras por meio da compra de companhias nacionais à beira da falência ou de empresas fortes, para a ampliação dos mercados nos quais essas grandes corporações atuam.
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Diplomacia – 2002) Sobre a industrialização brasileira, é incorreto afirmar que:

(A) Nos últimos anos apresentou tendência à reconcentração espacial no Centro-Sul do país.

(B) Está assentada basicamente na exploração de recursos naturais abundantes, e voltada para a exportação.

(C) Tem seus setores mais dinâmicos vinculados ao ambiente tecno-científico próprio das áreas metropolitanas.

(D) Procura atender primordialmente ao mercado interno.

(E) É fortemente dependente da poupança externa.

(A) Correta. A partir da década de 1970, com a execução do II PND pelo governo Geisel, iniciou-se um processo de distribuição espacial do investimento, isto é, a desconcentração das fontes nacionais do crescimento industrial. Graças a isso, ganharam estímulo os processos industriais no Norte e Nordeste. No entanto, a partir da década de 1980, com o surto inflacionário, houve uma tendência, consolidada nos anos 1990, à reconcentração da indústria no Sul e Sudeste. Nesse último caso, a região ainda representa mais de 60% produção nacional.
(B) Incorreta. O Brasil se tornou uma economia industrial já a partir dos anos 1950, com a implementação do Plano de Metas, em que se busca a construção de uma matriz industrial com vistas à soberania nacional e à redução da dependência econômica em relação aos centros decisórios do sistema capitalista.
(C) Correta. O crescimento econômico é fundamentalmente motivado pela organização urbana, que orienta a alocação de recursos produtivos para atender às demandas oriundas desse novo processo de ordenamento da vida nacional.
(D) Correta. O Brasil é ainda um dos países mais fechados do mundo no que se refere ao comércio exterior, uma vez que seu fluxo de comércio (importação + exportações) equivale a menos de 20% do PIB, enquanto o do México, por exemplo, representa mais de 60%; e o da China, 80%.
(E) Correta. A taxa de poupança nacional é insuficiente para financiar todo o investimento. Essa realidade torna inevitável a complementação da poupança interna com a poupança externa (os chamados fluxos de capital), tanto por meio de investimentos diretos externos, quanto por aportes de capital financeiro, isto é, endividamento externo.
Gabarito "B"

Tabela para as próximas duas questões

Brasil – Balança Comercial Janeiro/Dezembro – 1998/97 US$ milhões FOB

	Dezembro		Variação %	Janeiro a Dezembro		Variação %
	1998	1997	98/97	1998	1997	98/97
Exportação	3.944	4.534	13.01	51.120	52.990	-3.53
Importação	4.538	5.240	13.40	57.550	61.347	6.19
Saldo	594	706	15.86	6.430	8.357	23.06
Corrente de comércio	8.482	9.774	13.22	108.670	114.337	4.96

Fonte: SISCOMEX

Com base nos dados apresentados na tabela acima, pode-se afirmar que:

(Diplomacia – 2000) No ano de 1998, o déficit comercial brasileiro foi de:

(A) mais de 6 bilhões de dólares.
(B) menos 23.06%.
(C) mais 23.06%.
(D) aproximadamente 6,4 milhões de dólares.
(E) aproximadamente 4,9 milhões de dólares.

A: Correta, por ser a única alternativa que considera um valor plausível em relação à tabela apresentada, a qual nos informa um resultado entre Exportações e Importações em um montante superior a US$ 6 bilhões. É importante atentar para a unidade de medida da tabela, cujos valores estão na unidade de milhares e devem ser multiplicados por "US$ milhões", conforme o cabeçalho.
B e C: Incorretas, pois indicam variações percentuais, o que não é compatível com o enunciado do problema, que pede valores absolutos, e não comparativos a qualquer ano.
D e E: Incorretas, pois apresentam valores em milhões.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) De 1997 a 1998:

(A) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, em virtude de um incremento da corrente de comércio.
(B) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, apesar de uma redução do saldo.
(C) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das importações.
(D) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das exportações.
(E) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar da redução da corrente de comércio.

A: Errada, pois se percebem oscilações mais frequentes por conta da sequência de crises financeiras nos Tigres Asiáticos (1997) e na Rússia (1998), as quais causaram temor nos mercados internacionais. Além disso, as importações têm uma leve tendência altista, conforme a tabela, e o comportamento da corrente de comércio (exportações + importações) tem tendência equilibrada.
B: Errada, porque a balança comercial fica menos equilibrada, como se observa na tabela.
D e C: Erradas, pois atestam a elevação das exportações e das importações, o que é negado pelos valores da tabela, em que se indica a queda de ambas.
E: Certa. Segundo a tabela acima, a balança comercial teve saldo negativo em US$ 8,36 bilhões em 1997 e déficit de US$ 6,4 bilhões em 1998, e a corrente de comércio reduziu-se de US$ 114 bilhões (1997) para US$ 108 bilhões (1998).
Gabarito "E"

6. MATEMÁTICA FINANCEIRA

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação a regra de três, porcentagens e juros simples e compostos, cada um dos próximos itens apresenta uma situação-problema, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Cada grupo de empregados do setor de montagem de uma fábrica de veículos recebe gratificação, para ser dividida igualmente entre os membros do grupo, de R$ 150,00 por cada veículo montado, e um grupo de 5 desses empregados, trabalhando durante 6 horas, consegue montar 3 veículos. Além disso a quantidade de trabalho de cada empregado desse setor é a mesma para todos eles. Nessa situação, se um grupo de 15 desses empregados trabalhar durante 4 horas, ao final, cada empregado desse grupo receberá, de gratificação pelos veículos que conseguirem montar, mais de R$ 70,00.
(2) Determinado capital, aplicado à taxa de juros simples de 12% ao mês, ao final de 32 meses, produziu o montante de R$ 9.680,00. Nessa situação, o capital aplicado foi superior a R$ 1.900,00.
(3) De seu salário mensal, ao final de cada mês, um indivíduo conseguia economizar X reais. Então ele fez um plano de investimento desses X reais, à taxa de 5% de juros simples ao mês. No dia 1.º de janeiro de determinado ano e a cada dia 1.º dos meses seguintes, até o dia 1.º de novembro desse mesmo ano, ele investiu os X reais. Nessa situação, o montante dos investimentos, no dia 1.º de dezembro desse mesmo ano, corresponde a mais de 15X reais.
(4) Uma pessoa necessitará de R$ 48.800,00 daqui a um ano e, para isso, procurou uma instituição financeira

que capta investimentos pagando 1,7% de juros compostos ao mês. Nessa situação, considerando 1,22 como valor aproximado para $1,017^{12}$, é correto afirmar que a quantia que essa pessoa deverá investir pelo prazo de 12 meses e obter o montante almejado é superior a R$ 38.000,00.

(5) Mário tomou um empréstimo de R$ 15.000,00, à taxa de juros compostos de 12% ao mês. Nessa situação, ao final do 3.º mês, a dívida de Mário será superior a R$ 20.000,00.

(6) Um capital, investido a determinada taxa mensal de juros compostos, produziu de juros, em dois meses, o equivalente a 44% do capital investido. Nessa situação, a taxa de juros foi superior a 21%.

1: Incorreta. A situação 1 é a retratada pelo exercício. Como a produtividade por trabalhador é a mesma, cada indivíduo acaba ganhando menos, não porque é menos produtivo, mas porque o grupo de 15 pessoas trabalhou menos horas, o que implicou um ganho menor do que $70 para cada. O raciocínio é o seguinte. Cinco empregados trabalhando por seis horas somam 30 horas-homem e, se produzirem 3 automóveis, tem-se que cada automóvel exige 10 horas-homem para ser montado. Como a gratificação é de $ 150 para cada automóvel, temos o resultado de $ 450 a ser divididos por 5 empregados, gerando o resultado de $ 90 por indivíduo que participara da produção. Na situação dois, trata-se de 15 homens trabalhando por 4 horas, o que implica 60 horas-homem. Mantida a produtividade, esse total significa a produção de 6 carros, os quais gratificam o grupo em $ 150, totalizando uma gratificação de $ 900, a qual, dividida pelos 15 integrantes, resulta em $ 60 para cada um. A tabela abaixo dá os resultados. O candidato deve atentar para as operações que devem ser feitas, explicitadas dentro dos parênteses após a descrição em cada linha. Quando constar "dado", trata-se de elementos oferecidos pelo enunciado.

		Situação 1	Situação 2
A	Empregados	5	15
B	Gratificação do grupo por veículo produzido (dado)	150	150
C	Gratificação individual por veículo produzido (**B/A**)	30	10
D	Horas trabalhadas (dado)	6	4
E	Total horas trabalhadas pelo grupo (**E x A**)	30	**60**
F	Total de Veículos (dado)	3	**6**
G	Horas-homem por veículo (**F/E**)	10	10
H	Gratificação total de cada indivíduo (**F x C)**	90	**60**

2: Correta. A operação é a seguinte:
Valor Futuro = (Valor Presente) x [1+(*taxa de juros x número de períodos*)]
Assim, queremos saber qual o valor presente que, levado a juros simples por 32 meses, resultará no valor de $ 9.680. Substituindo na fórmula, teremos:
3: Incorreta. Há duas formas de resolver esse exercício. A primeira é mais conceitual e envolve saber que, com juros simples, tudo o que devemos fazer é multiplicar a taxa de juros pelo número de meses que cada aplicação renderá até a data de vencimento que, segundo o enunciado, é 1º. de dezembro. Assim, Sabemos que uma aplicação feita em janeiro, terá 11 meses de rendimento até a referida data, de forma que o valor do primeiro investimento será de {*X* *[1+(0,05*11)]}= (X*1,55) (*o sinal asterisco significa multiplicação simples*). Em seguida, basta calcular os valores dos meses seguintes, os quais serão, pela mesma fórmula, respectivamente (X*1,50; X*1,45; X*1,40; X*1,35; X*1,30; X*1,25; X*1,20; X*1,15; X*1,10; X*1,05). Como o valor final será a somatória de todos eles, teremos: X*(1,55+1,50+1,45+1,40+1,35+1,30+1,25+1,20+1,15+1,10+1,05) = X * 14,30; logo, menor do que 15 vezes. A segunda forma é mais didática. Supondo X = 100, para efeito de simplificação de cálculo numérico, chegamos ao valor final de cada aplicação, seguindo a fórmula acima. A tabela mostra os resultados.

Meses até o final do investimento **(a)**	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	**Total**
Mês corrente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	
Valor Mensal do Investimento (**X=100**)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Taxa de Juros Simples (**b**)	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	
Valor da Aplicação Mensal **{X * [1+(b*a)]}**	155	150	145	140	135	130	125	120	115	110	105	**1430**

4: Correta. Substituindo na fórmula de juros compostos:
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
48.800 = (Valor Presente) x $(1+0,017)^{12}$
= (Valor Presente) = 39.862,85 (>38.000)
5: Correta. Novamente, basta substituir na fórmula de juros compostos.
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1+taxa de juros)$^{(\text{número de períodos})}$
Valor Futuro = (15.000) x $(1 + 0,12)^3$
Valor Futuro = 21.073,92 (>20.000)
(6) Incorreta. A resolução desse exercício é inteiramente conceitual. Aplicando-se a fórmula de juros compostos, teremos:

Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
Queremos saber qual a taxa de juros que gera um valor de 44% do valor investido, ou seja, do valor presente. Rearranjando a fórmula, chegamos à seguinte igualdade:
= (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
1,44 = (1 + taxa de juros)^2 => = (1+*taxa de juros*)
1,20 = (1+taxa de juros) => 1,20 – 1 = taxa de juros
O lado direito da equação deve ser igual a 1,44 (100% referente ao valor presente, mais os 44% referentes aos juros). Como passaram-se apenas 2 meses
1,44 = (1 + *taxa de juros*)^2 => = (1 + *taxa de juros*)
1,20 = (1 + *taxa de juros*) => 1,20-1 = taxa de juros
Portanto, a , menor do que os 21% afirmados na alternativa.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

7. TÓPICOS DE CONTABILIDADE

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca da contabilização dos eventos de uma empresa comercial, julgue os itens seguintes.

(1) O registro de aquisição de ações de outras companhias sem a intenção de comercialização futura não afeta o total do ativo da empresa investidora.

(2) O registro do pagamento de despesas de salários apropriadas no período anterior proporcionará decréscimo no passivo e redução no patrimônio líquido.

(3) O registro da venda de mercadorias à vista, considerando o inventário periódico, ocasiona débito no resultado e crédito no estoque de mercadorias, além de débito no disponível e crédito na conta de receita de vendas.

(4) O registro do recebimento de doações e subvenções aumenta o valor do ativo disponível e o valor do resultado do exercício.

(5) O pagamento de despesas de impostos com a utilização de créditos tributários, no caso de a empresa não possuir créditos suficientes para quitar totalmente a obrigação tributária, ocorre com débito na conta de despesas de impostos, crédito na conta de impostos antecipados e crédito no disponível.

---

(1) Correta. Quando uma empresa adquire ações com o intento ora mencionado, os valores apenas são transferidos do Ativo Circulante, para o Ativo Não Circulante, subgrupo Investimentos. (2) Errada. As despesas foram apropriadas no período anterior, o que equivale dizer que o fator gerador contábil ocorreu também no período passado, logo o patrimônio líquido foi reduzido nessa mesma ocasião. Este atual evento financeiro, promove a redução do passivo, pois liquida-se uma dívida, acompanhado da redução do ativo circulante, em virtude da redução das disponibilidades financeiras. (3) Errada. A baixa de estoque retratada nessa questão demonstra o atendimento a um modelo de estoque permanente, no qual a cada venda se realiza a diminuição do saldo de produtos estocados. No inventário periódico as vendas não geram lançamentos contábeis para diminuição do estoque, dado que tais baixas são feitas no final do período, quando é realizado o procedimento de inventário físico. (4) Errada. Doações e Subvenções à luz do CPC 07 (Subvenção e Assistências Governamentais) não devem transitar pelo resultado e sim serem contabilizadas no patrimônio líquido na conta de Reservas Fiscais. (5) Correta. Tendo que o enunciado nos diz que a empresa não possui créditos tributários suficientes para realizar a quitação integral da dívida, ocorre que o restante ela deverá pagar em espécie, sendo assim debita-se a despesa pelo reconhecimento do valor do tributo, credita-se a conta de impostos antecipados pela baixa dos ativos representantes dos créditos tributários e credita-se o passivo pelo montante excedente que deverá ser purgado nessa ocasião por disponibilidades financeiras.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

10. Informática

Victor Soares Bursztyn

Atenção: Para responder às 10 questões a seguir, considere as informações abaixo, bem como a respectiva correspondência entre os itens abaixo enumerados na tabela com as questões, no que se refere à execução das atividades que cumprem corretamente as tarefas apresentadas.

O Diretor de um certo órgão público incumbiu alguns funcionários das seguintes tarefas:

Item	Tarefa
1	Verificar a disponibilidade de um nome de domínio Internet que possa ser usado pelo órgão em seu novo portal.
2	Minimizar o risco de invasão de hackers nos computadores conectados à Internet.
3	Gravar um DVD no microcomputador, com a apresentação da fala do presidente do órgão, que se encontra gravada em vídeo formato .AVI, no hard disk.
4	Instalar um dispositivo que possa ajudar o processador do micro a gerar gráficos tridimensionais de forma mais eficiente.
5	Garantir que a maior parte dos dados gravados nos computadores não seja perdida em caso de sinistro.
6	Ao instalar um novo dispositivo, lembrar sempre de utilizar um módulo de software que será responsável por informar ao sistema operacional como controlar aquele determinado componente de hardware.
7	Sempre que uma planilha de cálculo usar valores que representem dinheiro, os números, em cada célula, deverão ser alinhados à direita e os símbolos "R$" deverão ser alinhados à esquerda (ref. Microsoft Excel 2000).
8	A planilha de custos, apresentada mensalmente à diretoria, deve conter o gráfico de valores do tipo "Colunas" com os valores correspondentes a cada coluna exibidos na parte superior de cada uma (ref. Microsoft Excel 2000).
9	Em todos os textos editados deverão ser controladas as linhas órfãs/viúvas (ref. Microsoft Word 2000).
10	Quando uma tabela criada no editor de texto contiver valores em colunas que devam ser totalizados, utilizar a instrução de soma apropriada para isto e cuidar para que, quando um novo valor ou uma modificação for inserida em uma coluna, seu total seja corrigido(ref. Microsoft Word 2000).

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 1. A disponibilidade é diretamente pesquisada na internet em

(A) http://www.usp.br
(B) http://www.fatesp.br
(C) http://www.registro.br
(D) http://www.ipt.br
(E) http://www.dominio.br

(A) Incorreto. O domínio www.usp.br se refere à Universidade de São Paulo, que não se relaciona com a verificação de disponibilidade de um domínio na internet.
(B) Incorreto. O domínio www.fatecsp.br se refere a uma faculdade tecnológica do estado de São Paulo, que também não se relaciona com a verificação de disponibilidade de um domínio na internet.
(C) Correto. O domínio www.registro.br se refere ao órgão registro.br, entidade responsável por manter os registros de domínios na internet brasileira. Antes de propriamente realizar um novo registro, o registro.br precisa ser acessado para que se consulte a disponibilidade de um novo nome terminado com a extensão ".br".
(D) Incorreto. O domínio www.ipt.br se refere ao Instituto de Pesquisa Tecnológica do estado de São Paulo, que não tem relações com a tarefa de manutenção dos registros da internet brasileira.
(E) Incorreto. O domínio www.dominio.br não diz respeito a órgão algum, pois sequer se trata de um domínio existente.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 2. Minimizar o risco de invasão é mais garantido com

(A) a instalação de um firewall.
(B) a execução de um antivírus.
(C) o estabelecimento de programas de orientação de segurança.
(D) a gravação de arquivos criptografados.
(E) a utilização de certificação digital.

(A) Correto. O chamado “firewall” é a categoria de software responsável por proteger um determinado dispositivo de computação de acessos externos não autorizados. O risco de invasão, nesse sentido, está sempre presente aos dispositivos de computação conectados à internet e pode ser mitigado com o uso apropriado de um firewall.
(B) Incorreto. A execução de um antivírus apenas detecta e, se possível, anula ameaças presentes na memória do dispositivo de computação. No caso de uma invasão, a ameaça não é diretamente um vírus, mas sim um usuário não autorizado que tem a intenção de usar a rede para obter acesso indevido ao sistema. Executar um antivírus, portanto, não é uma forma direta de combate às invasões.
(C) Incorreto. Embora programas de orientação de segurança sejam bem vindos, a maneira mais automática e confiável para minimizar os riscos de segurança em um dispositivo de computação é muni-lo das defesas apropriadas. Em uma analogia, estabelecer programas de orientação de segurança, apenas, seria como orientar um indivíduo a não realizar atividades de risco, mas sem nunca tê-lo oferecido vacinas – por sua vez, amplamente disponíveis no universo da computação. Se a defesa pode ser instalada com um firewall, esta alternativa não é a mais interessante.
(D) Incorreto. A criptografia é um conjunto de técnicas capazes de aumentar a proteção das informações gravadas em um dispositivo de computação, ou transmitidas por ele. A gravação de arquivos criptografados pode ajudar a resguardar um usuário contra os efeitos danosos causados por um acesso não autorizado já obtido, mas não ajuda a combater a origem do problema. Portanto, não é a resposta correta.
(E) Incorreto. Os certificados digitais são mecanismos que trazem para o mundo digital a capacidade de uma entidade comprovar a autenticidade de um documento ou espaço – um sítio da internet, por exemplo –, tal como um carimbo poderia autenticar um documento em nome de uma entidade de controle. São instrumentos cruciais para a evolução tecnológica das empresas e dos órgãos de governo, pois permitiram que a internet colocasse sua velocidade a serviço de processos seguros e controlados por entidades reais. No entanto, em nada se relacionam ao combate a invasões a um dispositivo de computação.

GABARITO “A”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 3. Um aplicativo bastante utilizado para realizar tal tarefa é o

(A) Adobe Reader.
(B) Excel.
(C) Nero.
(D) PowerPoint.
(E) Word.

(A) Incorreto. O software “Adobe Reader”, do inglês “leitor Adobe”, é usado apenas para a leitura de arquivos no formato *.pdf (acrônimo para “portable document format”). Não se refere à tarefa mencionada, mas sim à visualização de documentos transmitidos muitas vezes através de emails, ou de mídias portáteis.
(B) Incorreto. O software “Excel” é usado para a organização de planilhas e, frequentemente, para a automação de operações entre os elementos (i.e., linhas e colunas) de uma planilha. Em nada se relaciona à tarefa destacada.
(C) Correto. O programa “Nero” é a resposta correta, pois é a solução a ser usada para a tarefa. Ele trata-se de um software capaz de copiar o vídeo em formato *.avi, com a fala do presidente do órgão, para a mídia introduzida no microcomputador. O Nero, para todos os efeitos, é capaz de gravar dados em CDs e DVDs.
(D) Incorreto. O software “PowerPoint” pertence ao mesmo pacote que o software “Excel” (item b) e foi projetado para capacitar o usuário a realizar apresentações em slides. Com ele, provavelmente, o presidente do órgão poderia guiar sua audiência ao longo de um discurso – mas não se refere à tarefa de gravá-lo a uma mídia.
(E) Incorreto. O software “Word”, por fim, também pertence ao pacote que contém os softwares “PowerPoint” (item d) e “Excel” (item b). Tal pacote, denominado “Office”, traz consigo ferramentas capazes de criar e editar arquivos e documentos frequentemente requisitados por um usuário de um microcomputador. Porém, não auxiliam na gravação desses arquivos para mídias complementares ao microcomputador. O Word, nesse sentido, foi projetado para a editoração de documentos em texto, sendo o mais popular editor de textos existente.

GABARITO “C”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 4. O dispositivo a ser instalado é

(A) um HD de alta definição.
(B) uma placa de vídeo 3D.
(C) um monitor de alta definição.
(D) um conector USB de alta definição.
(E) uma porta auxiliar 3D.

(A) Incorreto. Aqui, a alternativa foi escrita de forma inapropriada para confundir o leitor. Um “HD” (do inglês “*hard drive*” – ou “*disco rígido*”, em português) é a peça de hardware, dentro da especificação física de um dispositivo de computação, responsável pelo armazenamento dito “persistente” de um dado. Arquivos podem ser gravados, lidos, atualizados ou removidos, a partir da existência desta peça física, de hardware, no microcomputador em questão.
Por outro lado, o termo “HD” também é usado dentro do universo da computação gráfica, para remeter a “*high definition*” (ou “*alta definição*”, em português). Nesse sentido, HD *significa* alta definição. A alternativa a), portanto, tentou cruzar siglas de áreas distintas a fim de induzir o candidato em dúvida a marcá-la.
(B) Correto. A chamada “placa de vídeo” é precisamente a peça de hardware, dentro da especificação física de um dispositivo de computação (i.e. o hardware do microcomputador), responsável pelo processamento gráfico. Isso significa que a instalação de uma placa de vídeo 3D capacita o dispositivo a realizar processamento gráfico em três dimensões. Esta, portanto, é a opção correta para solucionar o problema enunciado.
(C) Incorreto. O monitor é a peça de hardware responsável por exibir as imagens que foram processadas pelo dispositivo de computação, com suas peças mais internas, de processamento. É um erro comum, para o usuário leigo, imaginar que o monitor tem qualquer outra função além da exibição do conteúdo – ele frequentemente se limita a isso. Quando muito, um monitor mais moderno pode ser classificado como “*touchscreen*” (tela multi-toques), o que quer dizer que, além de exibir o resultado, ele também permite que o usuário interaja, enviando sinais ditos “de entrada” às partes de processamento do dispositivo. Também é comum, dentro da computação, classificar um monitor que não seja *touchscreen* como um “dispositivo de saída”, enquanto um teclado, por exemplo, pode ser chamado de “dispositivo de entrada”. Para resolver o problema enunciado, é necessário incorporar um dispositivo que não seja nem de entrada, nem de saída: uma peça capaz de realizar processamento. O processamento 3D, assim, é resolvido com uma placa de vídeo 3D (vide item b).
(D) Incorreto. O termo “alta definição” surge novamente como uma manobra para confundir o candidato, incorretamente usado para qualificar a peça “conector USB”. O dito “conector USB” é uma popular “interface de conexão”, que serve para ligar novos dispositivos a um dispositivo de computação. O “conector USB”, assim, além de “interface de conexão”, também pode ser chamado de “porta USB”. Todos os termos

descrevem o mesmo conceito: uma maneira de conectar, de integrar um dispositivo a outro. Nada tem a ver com o problema enunciado.
(E) Incorreto. A "porta auxiliar" é uma conexão que pode estar presente, ou não, em roteadores – peças responsáveis por realizar a comunicação entre dispositivos de computação em redes, como a própria internet. O uso da terminologia "3D", aqui de novo, serve para qualificar incorretamente algo que nada tem a ver com o processamento gráfico e, portanto, com a tarefa enunciada.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 5. Tal garantia é possível se forem feitas cópias dos dados

(A) após cada atualização, em mídias removíveis mantidas nos próprios computadores.
(B) em arquivos distintos nos respectivos hard disks, desde que estes dispositivos sejam desligados após o expediente.
(C) em arquivos distintos nos respectivos hard disks, desde que estes dispositivos permaneçam ligados ininterruptamente.
(D) após cada atualização, em mídias removíveis mantidas em local distinto dos computadores.
(E) da política de segurança física.

(A) Incorreto. Se as mídias removíveis forem mantidas nos próprios computadores, não haverá qualquer acréscimo de proteção em caso de sinistro – diante de um incêndio, por exemplo, tanto os dados originais quanto as cópias estariam em igual risco. Para que haja, de fato, uma garantia de proteção, as cópias feitas a cada atualização devem permanecer em local distinto ao dos computadores que armazenam os dados originais.
(B) Incorreto. Mesmo se desligados após o expediente, há outros potenciais focos de incêndio. Se tanto o arquivo original quanto sua cópia de segurança estiver em hard disks localizados em um mesmo ambiente, então não há qualquer garantia de proteção em caso de sinistro.
(C) Incorreto. Ainda pior que o item anterior, a permanência ininterrupta da força pode aumentar os riscos de incêndio, além das possibilidades externas ao dispositivo de computação. Persiste, por fim, o argumento do item b): se original e cópia estiverem no mesmo local, a redundância não cumpre o propósito de aumentar a proteção contra desastres.
(D) Correto. Como corrigido no item a), o sentido de realizar cópias de segurança, para o risco de sinistro, é mantê-las em local distinto ao dos dados originais. Assim, as chances de dois desastres ocorrerem ao mesmo tempo ficam devidamente minimizadas. A frequência, por fim, com que as cópias devem ser realizadas está relacionada à frequência com que os arquivos originais mudam – isto é, são atualizados.
(E) Incorreto. Realizar a cópia da política de segurança física nada tem a ver com a questão trazida, já que a única versão dos dados continuaria igualmente vulnerável em caso de sinistro.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 6. A recomendação refere-se ao uso de elementos tais como um

(A) conector físico de dispositivo.
(B) drive de disco.
(C) conector de porta de dispositivo.
(D) driver de dispositivo.
(E) módulo físico de memória cache.

(A) Incorreto. O sistema operacional (também conhecido como "SO") é um *software*, de modo que o que se pede na questão é um módulo de *software* que instrua o SO a controlar um novo dispositivo físico (*hardware*). Quando se fala de "conector físico", a dica é categorizar o item como *hardware* e avaliar que se trata, naturalmente, de uma resposta incorreta.
(B) Incorreto. Há uma tentativa, aqui, de confundir o leitor fazendo alusão à resposta correta, usando o termo "driver" em um contexto que não é o correto. Como a questão diz respeito a um novo dispositivo, de forma abrangente, esta particularização está incorreta.
(C) Incorreto. O conector de porta de um dispositivo também se refere a uma estrutura física e, tal como disposto no item a), está incorreto.
(D) Correto. O driver de um dispositivo é justamente o módulo de software que precisa ser instalado para instruir o sistema operacional a controlar aquele novo hardware. Pense no sistema operacional como o sistema motor do ser humano e o novo dispositivo como um novo membro: nos computadores, isso é possível – e é o driver que irá ensinar o sistema motor a coordenar a extensão que acaba de ser acoplada ao corpo do computador.
(E) Incorreto. O módulo físico da memória cache já poderia ser descartado como resposta correta a partir do raciocínio descrito no item a). Ainda pior, refere-se à memória cache, que nada tem a ver com o problema enunciado: para futura referência, trata-se da parte da memória do dispositivo de computação que se dedica a armazenar dados que precisam ser acessados de forma recorrente, agilizando o funcionamento de inúmeras aplicações. Mas reiterando, nada tem a ver com a questão.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 7. Para esta tarefa existe uma opção específica na guia "Número", em "Formatar células", que é

(A) Contábil.
(B) Número.
(C) Especial.
(D) Moeda.
(E) Científico.

(A) Correto. Na formatação de células (com o botão direito do mouse, opção "Formatar células"), o modo "Contábil" permite alinhar qualquer unidade monetária à esquerda da célula, enquanto que o valor numérico pode ser alinhado à direita da mesma célula. A subopção ainda permite realizar a configuração das casas decimais que exibirão os centavos da moeda. É uma forma rápida e prática de se manipular valores monetários no software em questão.
(B) Incorreto. O modo "Número" permite formatar o valor de uma célula com propriedades numéricas, como o uso de sinal negativo, ou o uso do ponto para designar a casa do milhar. No entanto, não é a opção correta para necessidades contábeis, onde se deve exibir símbolos monetários (no caso, o real R$).
(C) Incorreto. O modo "Especial" é ideal para formatações que – como o próprio nome sugere – são mais atípicos para o universo das planilhas. O candidato deve lembrar, aqui, que o uso de valores monetários é recorrente e que, certamente, o Excel possui um modo para atender à necessidade enunciada.
(D) Incorreto. O modo "Moeda" seria o grande concorrente à resposta correta, nesta questão. No entanto, a restrição dada quanto ao alinhamento do símbolo R$ é crucial para que a resposta correta seja o item a). O modo "Moeda" mantém o símbolo monetário adjacente ao valor numérico, ao invés de mantê-lo como coluna, à esquerda da célula formatada.
(E) Incorreto. O modo "Científico" nada tem a ver com o que foi enunciado, já que permite configurar o conteúdo de uma célula para que seja exibido como notação científica. A notação científica é constituída de um valor-base elevado a potências de dez e tem como aspecto visual o surgimento de "E+" entre números.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 8. Para isto, no "Assistente de gráfico – etapa 3 de 4 – opções de gráfico", na guia "Rótulos de dados", escolher:

(A) Exibir Tabela de dados.

(B) Mostrar rótulo.
(C) Nenhum.
(D) Mostrar valor.
(E) Exibir sequência.

(A) Incorreto. “Exibir Tabela de dados” não se relaciona com o que é pedido, tampouco com a guia “Rótulos de dados”.
(B) Incorreto. “Mostrar rótulo”, embora presente na guia, não é a opção correta – atente para o enunciado: “deve conter o gráfico (...) com os valores correspondentes a cada coluna (...)”. A opção correta precisa exibir o valor numérico.
(C) Incorreto. A questão explicita, afinal, que o gráfico precisa ter informações numéricas correspondentes às colunas.
(D) Correto. A guia “Rótulos de dados” permite que o usuário configure a exibição de dados (rótulos ou valores) próximos às partes que compõem o gráfico – no caso, as colunas. É com esse recurso que o usuário poderá colocar os valores correspondentes a cada coluna, seguindo o enunciado da questão. Dentre as opções disponíveis, “Mostrar valor” será aquela que exibirá o valor numérico correspondente a cada coluna.
(E) Incorreto. “Exibir sequência” sequer consta na guia “Rótulos de dados”.
GABARITO “D”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 9. Esta tarefa é cumprida mediante a habilitação, no editor de texto, da opção correspondente (Controle de linhas órfãs/viúvas) na guia

(A) “Quebras de linha e de página” do menu “Formatar”, opção “Parágrafo”.
(B) “Recuos e espaçamento” do menu “Formatar”, opção Colunas”.
(C) “Recuos e espaçamento” do menu “Formatar”, opção “Parágrafo”.
(D) “Quebras de linha e de página” do menu “Formatar”, opção “Capitular”.
(E) “Quebras de coluna” do menu “Formatar”, opção “Parágrafo”.

(A) Correto. A habilitação de “Quebras de linha e de página” na opção “Parágrafo” do menu “Formatar” é a forma correta de se controlar as linhas órfãs/viúvas, que são aquelas com apenas uma palavra remanescente. É preciso atentar, aqui, que o menu “Formatar” não estabelece qualquer diferencial entre os itens da questão, ao contrário da opção “Parágrafo”, que está presente em três dos itens. Entre eles, avaliaremos a seguir as razões pelas quais apenas o item a) é o correto.
(B) Incorreto. O comando “Recuos e espaçamento”, como o próprio nome sugere, permite regular as características espaciais de um parágrafo, como a distância entre linhas e o tamanho do recuo anterior à primeira palavra do parágrafo. A correção de linhas viúvas é ligada às preferências do usuário quanto às *quebras de linhas*, e não aos espaçamentos.
(C) Incorreto. Pela mesma razão do item b), não é a resposta correta.
(D) Incorreto. Aqui, a opção “Capitular” do menu “Formatar” refere-se às preferências que o usuário pode definir para a primeira letra de um parágrafo. É por essa opção que se pode enfatizar o início de um parágrafo, dando destaque à primeira letra da palavra de abertura.
(E) Incorreto. O comando “Quebras de coluna” é uma tentativa de confundir o candidato, que poderia ficar em dúvida entre ele e o comando correto (“Quebras de linha...” – afinal, são *linhas* viúvas).
GABARITO “A”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 10. A instrução apropriada, que deve ser obtida no menu Tabela, e a correção do valor, que deve ser feita mediante o pressionamento do botão direito do mouse na célula contendo o total, são, respectivamente,

(A) Soma e Conferir.
(B) Fórmula e Atualizar campo.
(C) Fórmula somar e Modificar campo de valor.
(D) Fórmula e Modificar.
(E) Soma e Atualizar valor.

(A) Incorreto. A questão deixa claro que a instrução deve ser obtida diretamente do menu “Tabela”, portanto a resposta correta seria “Fórmula”. “Conferir” tampouco é a resposta correta para a segunda parte do enunciado.
(B) Correto. O Word permitirá aplicar cálculos e comparações às células de uma tabela, digitando a fórmula ou colando funções e indicadores no menu proveniente da opção “Fórmula”, dentro do menu “Tabela”. É possível atualizar o resultado de fórmulas ao usar o botão direito e escolher a opção “Atualizar campo”. Alternativamente, é possível pressionar F9 para atualizar o resultado.
(C) Incorreto. Embora a primeira parte do item sinalize algo parecido com a resposta correta, a segunda parte deixa claro que o item está incorreto. “Modificar campo de valor” significaria mudar o conteúdo da célula, e não atualizá-lo com o novo resultado da fórmula.
(D) Incorreto. De forma similar ao item c), o item d) é incorreto.
(E) Incorreto. De forma similar ao item a), o item e) já não estaria correto devido à primeira parte da resposta. Considerando a segunda, ainda, o termo correto seria “Atualizar campo”.
GABARITO “B”

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada abaixo esteja em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP e que utiliza uma conexão ADSL para acessar a Internet. A página *web* mostrada na área de páginas do IE6 foi obtida a partir de navegação por meio de *hyperlinks* contidos no sítio do Ministério das Relações Exteriores cujo URL é http://www.mre.gov.br. A partir das informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

(1) De acordo com as informações contidas na página *web* mostrada, o BrazilTradeNet consiste, de fato, em um *chat* no qual empresários podem trocar informações relativas aos processos de importações de produtos no Brasil, utilizando protocolos que garantem a segurança e a confidencialidade nas transações pela Internet.

(2) Por meio do botão e após determinadas operações, é possível obter a janela ilustrada a seguir, que implementa funcionalidades que permitem comunicação por meio da Internet utilizando-se recursos de voz, imagem e vídeo entre usuários. Esses usuários podem, em princípio, estar conectados à Web em qualquer lugar do mundo, mas a qualidade de serviço (QoS) obtida na referida comunicação depende, entre outros fatores, do tipo de conexão que esses usuários têm com a Internet. Se o acesso à Internet por parte desses usuários for realizado por meio de uma conexão em banda larga, como a ADSL por exemplo, a comunicação será realizada com QoS melhor que a obtida em uma comunicação realizada utilizando-se recursos de uma conexão *dial-up*.

(3) É possível obter-se a janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada a seguir, em que o conteúdo mostrado na área de páginas da janela do IE6 acima é inserido automaticamente na área de mensagens do OE6 e um arquivo do tipo doc é anexado à mensagem que se está editando, utilizando-se, respectivamente, o conjunto de botões na janela do IE6, e o botão , na janela do OE6.

(1) Incorreto. Segundo as informações contidas na página *web* mostrada na imagem, o *BrazilTradeNet* é um banco de dados pelo qual o usuário pode navegar, gratuitamente, entre empresas importadoras que atuam em território brasileiro, além de informações relacionadas ao mercado de importação e exportação: análises de mercado, oportunidades de negócios, seminários e publicações acadêmicas de áreas correlacionadas etc. Todas as informações são validadas a fim de se garantir a qualidade da informação oferecida e não há, ao contrário do que é disposto no item, qualquer aviso extraordinário sobre protocolos de segurança. Sobretudo, a página não se trata de um *chat*, como também é definido pelo item. Portanto, é incorreto.

(2) Correto. Não só as afirmações estão perfeitas, como também é importante ressaltar ao candidato que ferramentas que transmitem voz e vídeo pela Internet tendem a ser mais “pesadas”, isto é, exigem mais do serviço de Internet contratado. É dito que a transmissão (ou *streaming*) de voz e vídeo consome mais banda do serviço. A QoS (do inglês, “Quality of Service”) é um jargão técnico comum para referir-se à qualidade de um serviço computacional. Podemos dizer, portanto, que a manutenção da QoS na transmissão de voz e vídeo pela Internet consome mais banda da Internet do usuário, sendo computacionalmente mais custosa que a transmissão de texto.

(3) Correto. Os dois botões destacados oferecem precisamente as funcionalidades descritas, em seus respectivos *softwares*. É importante lembrar, apenas, a função de cada programa: enquanto o IE6 trata-se de um navegador, usado para visualizar e interagir com páginas na *web*, o OE6 é um *software* para comunicação por *emails*. Existe, como visto no item, uma comunicação entre ambos – ainda assim, é importante lembrar as funções de cada um.

GABARITO 1E, 2C, 3C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere as janelas abaixo, executadas em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP, e julgue os itens seguintes, referentes a procedimentos de *backup*.

(1) As informações contidas nas janelas acima são suficientes para concluir-se que um processo de *backup* de arquivos contidos no computador está se desenvolvendo. Esse processo é iniciado pelo assistente de *backup* do Windows e é possível que o resultado de sua execução completa seja o arquivo de *backup* associado ao ícone ilustrado na janela a seguir.

(2) Existem, atualmente, sítios web que permitem a salvaguarda de arquivos de usuários e que, por isso, constituem recurso para a realização de *backup*. Uma das vantagens de se realizar *backup* de arquivos utilizando-se recursos da Web é o fato de que esses arquivos podem estar à disposição dos usuários a qualquer momento e a partir de qualquer lugar do mundo que disponha de acesso à rede mundial de computadores.

(1) Correto pelo gabarito oficial, incorreto pelo nosso gabarito.
Não apenas com a dica do enunciado, mas também se baseando na identidade visual das telas, é possível entender que se trata do assistente de *backup* do Windows. Nele, é possível identificar que o processo está estimando a quantidade (tanto em número de arquivos quanto em bytes) de material que deverá ser copiado. Na primeira tela, somos capazes de avaliar, ainda, que as métricas que indicam o começo da cópia estão lá: nenhum arquivo copiado (totalizando zero bytes), nenhum segundo decorrido e barra de progresso vazia.
No entanto, atente para um detalhe na última tela: o tamanho do arquivo de backup (5.256 KB) é muito menor que a estimativa que está sendo feita nas primeiras telas (1.657.697.629 bytes é muito maior que 5.256 KB, sabendo que 1 KB equivale a 1.024 bytes). Muito embora o gabarito oficial considere, sim, ser um resultado possível para a execução completa do processo de *backup*, nosso gabarito há de considerar

improvável que o processo indicado gere uma cópia tão pequena.
(2) Correto. A alternativa está perfeita! Aproveitando o tema, é apropriado destacar ao candidato que as vantagens citadas no item são frequentemente encontradas em aplicações feitas "na nuvem" (do inglês *cloud-computing*). Optar por um serviço de backup, no caso, através da internet traz dois grandes benefícios: o serviço estará acessível enquanto o site estiver online e, pela natureza da internet, a partir de qualquer computador conectado a ela.

GABARITO 1C, 2C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os próximos itens, considerando a figura abaixo, que ilustra uma janela do Word 2003 contendo um documento em edição e que está sendo executada em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP.

Documento1 - Microsoft ...
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar
Ferramentas Tabela Janela Ajuda

Estatuto·do·Centro·Internacional·de·
Engenharia·Genética·e·Biotecnologia¶
¶
Preâmbulo¶
¶
Os·Estados·Partes·do·Presente·Estatuto¶
¶
Reconhecendo·a·necessidade·de·
desenvolver·e·concretizar·as·aplicações·
pacíficas·da·engenharia·genética·e·da·
biotecnologia·em·benefício·da·humanidade,¶
¶
Convencidos·de·que·o·potencial·da·

Pág 1 Seção 1 1/1 Em 7,8 cm

(1) Considere a realização das seguintes ações na situação em que se encontra a janela mostrada: pressionar e manter pressionada a tecla Ctrl; clicar sobre "Biotecnologia"; clicar N; clicar [centralizar].
Após a realização dessas ações, o primeiro parágrafo mostrado do documento ficará centralizado e com a fonte em negrito.

(2) No *menu* Arquivo, encontram-se, entre outras, as opções apresentadas na figura a seguir. Por meio da opção Visualizar página da Web, é possível visualizar o documento em edição como uma página HTML no navegador padrão instalado no computador em uso.

Visualizar página da Web
Configurar página...
Visualizar impressão

(3) Considere que, ao se clicar com o botão direito do *mouse*, seja exibida a lista de opções mostrada na figura abaixo.

As Estadas Partes
Ignorar sentença
Gramática...
Consultar...
Recortar
Copiar
Colar

Nessa situação, é correto afirmar que a ferramenta de verificação de grafia e gramática do Word está ativada e que, caso se clique Colar, na referida lista de opções, o termo sublinhado contido no documento será substituído por As Estadas Partes.

(1) Correto. A tecla "Ctrl" faz com que o clique sobre a palavra "Biotecnologia" selecione todo o bloco de texto referente ao primeiro parágrafo. Em seguida, os botões enunciados executam, respectivamente, a aplicação do negrito e a centralização do texto. Portanto, a resposta está correta.
(2) Correto. A opção "Visualizar página da Web" irá acionar o navegador configurado como padrão e exibir o documento como uma página Web. Seria possível confirmar que o item está correto lembrando que a opção "Visualizar impressão", logo abaixo, também realiza a exibição do documento, apenas para um meio diferente.
(3) Incorreto. O termo "As Estadas Partes", destacado em negrito, refere-se à parte do texto que recebeu o clique direito e que estava sublinhada pelo corretor gramatical. Caso o leitor clique em "Colar", o software irá inserir o último texto copiado através de "Ctrl + C" ou comando correspondente. Não significa, portanto, que "Colar" irá inserir o termo mencionado.
Vamos lembrar, nesse contexto, que o corretor ortográfico é uma ferramenta poderosa. No mesmo submenu, a opção "Ignorar sentença" teria desabilitado o corretor para o termo que recebeu o clique (no caso, "As Estadas Partes"); já a opção "Gramática" teria avançado às possibilidades de correção daquele mesmo trecho.

GABARITO 1C, 2C, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) A figura abaixo ilustra uma janela do Excel 2003 que contém uma planilha com as cotações, em reais, de moedas de alguns países, praticadas em 7/7/2006. Considerando essa janela, julgue os próximos itens, relativos ao Excel 2003.

Microsoft Excel - Pasta1
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar
Ferramentas Dados Janela Ajuda
Arial 10
A6

	A	B	C
1	Moeda	Taxa compra	Taxa venda
2	BIRR/ETIOPIA	0,247802	0,25046
3	BATH/TAILANDIA	0,057331	0,057519
4	BALBOA/PANAMA	2,17136	2,18086
5	BOLIVAR/VENEZUELA	0,0010124	0,0010147
6			
7			

Plan1 / Plan2 / Plan3
Pronto

(1) Para determinar o valor de compra, em reais, de 2.000 balboas, de forma que o resultado seja apresentado na célula **A6** da planilha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: digitar **=2000*B4** e, a seguir, teclar Enter.

(2) Sabendo-se que 1 U$ estava cotado a R$ 2,1757 no dia 7/7/2006, então, o valor de venda, em U$, de 1.000 bolívares será corretamente apresentado na célula A6 da planilha mostrada, caso se digite =1000/(C5*2,1757) e, a seguir, tecle Enter.

(1) Correto. A afirmação está perfeita, pois a coluna B4 refere-se ao valor de compra da moeda balboa. Se o desejo é determinar, em reais, o valor de 2.000 balboas, a operação a ser feita é de fato a de multiplicação: "=2000*B4", na célula em que se deseja visualizar o resultado.
(2) Incorreto. Como as cotações da tabela estão em reais, é preciso primeiro fazer a conversão de bolívares para reais e, então, de reais para dólares, na cotação de R$ 2,1757. A operação acaba sendo composta por uma sequência de duas multiplicações: i) Para converter de bolívares para reais, é preciso multiplicar o valor de venda da célula C5 por 1.000 unidades, análogo ao que foi feito no item 1; ii) Para converter para dólares, deve-se aproveitar o resultado do processo anterior e multiplicá-lo pela taxa de venda fornecida. Assim, aninhando o resultado de i) com o processo de ii), temos que a expressão "=(C5*1000)*2,1757" deve retornar o resultado na célula selecionada.
GABARITO 1C, 2E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação à figura abaixo, que mostra uma janela do navegador Internet Explorer 6 (IE6) com a página do Ministério das Relações Exteriores, e a conceitos de Internet e intranet, julgue os itens a seguir.

Considerando que cada item da lista mostrada na referida página e iniciado pelo nome Argentina constitui um *link*.

(1) Como na Internet, o navegador IE6 pode ser utilizado como interface para acesso a *intranet*.

(2) O protocolo TELNET deve ser instalado ao se configurar o computador para se ter acesso à Internet.

(3) Após se preencher o campo Data inicial com a informação 01/01/2008, é possível pesquisar notícias internacionais clicando-se o botão ou o botão procurar.

(4) Ao clicar o *link* ● Argentina - Agência DERF com o botão direito do mouse e selecionar a opção Abrir em uma nova janela, uma nova janela do IE6 será apresentada contendo a página indicada pelo *link*.

(1) Correto. *Intranet* é o nome normalmente usado para referir-se à rede interna de alguma organização. Assim como permitem acessar páginas e sistemas na Internet – que nada mais é que uma rede de computadores com abrangência mundial –, os navegadores também possibilitam a interação com sistemas de uma intranet. Como o IE6 (ou Internet Explorer 6) é um navegador, ele pode servir para intermediar o acesso à *intranet*.
(2) Incorreto. O TELNET é um protocolo básico de internet que permite a comunicação bilateral entre cliente (de onde o usuário interage) e servidor, na forma de texto. Possui um aspecto visual similar aos terminais ou, mais popularmente, ao D.O.S., que antecedeu a interface gráfica do Windows. Não é necessário instalá-lo para obter acesso à Internet, logo a alternativa é incorreta.
(3) Incorreto. O botão indicado pelo ícone pertence à interface do IE6, estando atrelado a funções gerais do navegador, aplicável a qualquer página da Internet. Especificamente, quer dizer que o ícone situado na parte superior da tela não equivale ao *link* "procurar" na parte central da tela, isto é, dentro da página. Mesmo que o significado, na cabeça do usuário leigo, possa equivaler, os comandos pertencem a entidades diferentes: um ao browser, outro à página.
(4) Correto. A alternativa está perfeita.
GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Tendo como referência a figura abaixo, julgue os itens subsequentes, acerca do Outlook Express.

(1) Na figura, a opção Caixa de saída indica que existe uma mensagem que não foi enviada.

(2) É possível identificar na figura acima que o Outlook está configurado para receber mensagens enviadas para "jose" e "maria".

(3) No Outlook Express, o limite para envio de arquivo anexo é de 1,44 Mb.

---

(1) Correto. No painel "Pastas", o campo "Caixa de saída" não apenas está em negrito, o que indica a existência de conteúdo não visto, como vem seguida de "(1)". O número indicado entre parênteses sugere a quantidade exata de conteúdos que não foram vistos, ou que estão com atividades pendentes, contidos naquela pasta. Portanto, a afirmação está correta.

(2) Incorreto. Os campos "jose" e "maria" pertencem ao painel intitulado "Contatos", o que é análogo a uma agenda telefônica: registros com as informações pessoais e de contato devidamente organizadas. Não significa que o Outlook irá receber a comunicação enviada para tais registros, já que dizem respeito a outras pessoas, com outras contas de email.

(3) Incorreto. Usualmente, o limite para anexos é definido em 20 Mb, devido às restrições da maioria dos ISPs (provedores de serviços de Internet). A restrição diz respeito à soma de arquivos que porventura ultrapasse 20 Mb, ou a um único arquivo superior a esse limite. O valor usado no item (1,44 Mb) diz respeito à limitação de espaço dos disquetes, certamente para confundir o leitor desatento.

GABARITO 1C, 2E, 3E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca do Word 2003 e considerando a figura abaixo, que mostra um parágrafo de texto em edição no referido *software*, julgue os itens subsequentes.

(1) Ao se clicar antes do primeiro parágrafo e pressionar a tecla Tab, será inserido um recuo na primeira linha.

(2) Ao se dar um clique triplo no parágrafo, ele será selecionado.

(3) Para formatar o parágrafo com alinhamento justificado é suficiente clicar a ferramenta

(4) Ao se clicar o botão , serão impressas 3 páginas com o texto.

(5) Para se visualizar a impressão do texto é suficiente clicar a ferramenta .

---

(1) Correto. A tecla Tab (de tabulação), quando usada dentro de um bloco de texto, no Word, insere um espaçamento. Com o clique antes do primeiro parágrafo, o cursor é devidamente posicionado ao começo da primeira linha – onde o recuo será então inserido.

(2) Correto. O primeiro clique posicionará o cursor; o clique duplo resultará na seleção da palavra à qual se aponta; e o clique triplo selecionará o bloco de texto ao qual se aponta. Portanto, correto.

(3) Correto. Para aplicar a formatação justificada a um parágrafo onde o cursor esteja posicionado, não é necessário nada além do enunciado. Caso a intenção fosse aplicar a formatação justificada a um bloco de texto maior – digamos, com outros parágrafos –, haveria a necessidade de primeiro selecionar a região do texto.

(4) Incorreto. O ícone destacado refere-se ao *menu* de impressão. Nele, o usuário pode configurar livremente uma série de opções para imprimir o documento, como, por exemplo, a quantidade de cópias que deseja fazer. Portanto, a afirmativa está incorreta: o ícone não está diretamente vinculado à impressão de três páginas com o texto. Isso poderá ser escolhido, ou não, no *menu* de impressão que será aberto.

(5) Incorreto. A visualização da impressão do texto é possível por meio do *menu* de impressão, como indicado na explicação do item anterior.

GABARITO 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Tendo a planilha mostrada na figura abaixo como referência, julgue os itens seguintes, acerca do Excel 2003.

(1) Para se calcular o total dos valores em reais mostrados na planilha é suficiente selecionar as células B2 e C2 e clicar a ferramenta Σ.

(2) Para se formatar as células da planilha com borda dupla é suficiente seguir o seguinte procedimento: selecionar as células de A1 até D5; clicar a opção Células do menu Formatar; clicar a guia Borda; selecionar o estilo de linha duplo; clicar os botões Contorno e Interna e clicar OK.

(3) Para se centralizar os títulos das colunas é suficiente selecioná-los e clicar a ferramenta .

(4) A ferramenta A permite organizar os itens em ordem alfabética.

(5) Para se alterar o nome da planilha é suficiente dar um duplo clique em Plan1; digitar o nome e pressionar a tecla Enter.

---

(1) Incorreto. Para calcular o total dos valores em reais, o somatório precisa ser feito após uma seleção que contenha as quatro células da coluna C. O item enuncia os campos incorretamente. Por isso, ao invés de selecionar as células B2 e C2, a forma correta seria: clicar na célula C2; clicar na célula C5; e, então, seguir com a operação tal como foi descrita.
(2) Correto. Note a importância de se escolher a região correta da planilha, bem como de se recorrer ao *menu* que trate da operação desejada. Dificilmente a ordem das suboperações seria o ponto crítico a ser decorado.
(3) Incorreto. O ícone usado no item refere-se à centralização de um texto na região de um conjunto de células selecionadas. O ícone correto para que o texto fique centralizado, dentro de uma célula, é: ☰
(4) Incorreto. O ícone usado no item permite que se mude a cor de um texto. A ordenação alfabética, por sua vez, é feita primeiro selecionando a coluna que contém os textos e, depois, clicando no seguinte ícone da barra de ferramentas: A↓Z
(5) Correto. Perfeito: as ações descritas são suficientes para alterar o nome da planilha.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Considerando a situação em que um computador esteja com o Windows XP instalado, julgue os próximos itens.

(1) O *menu* Ferramentas do Windows Explorer apresenta opção para *backup* e compactação de arquivos.

(2) Ao se copiar um arquivo de um disco rígido para um *pendrive* é necessário realizar a sua compactação.

(3) No Windows Explorer, é possível criar uma pasta com o nome País e subpastas para a organização dos arquivos de diversos países.

---

(1) Incorreto. O *menu* Ferramentas oferece ao usuário capacidades complementares ao uso rotineiro do Windows Explorer, ainda ligadas ao ato de navegar pelas pastas. Por exemplo, são disponibilizadas ferramentas para ajudar a compartilhar pastas entre unidades que pertencem à mesma rede; ou a possibilidade de se editar algumas preferências de uso do Windows Explorer. Porém, esse *menu* não apresenta o recurso de compactação de arquivos. Isso, por si só, já torna a afirmação falsa.
(2) Incorreto. Um disco rígido (ou "HD", do inglês "*hard drive*") e um *pendrive* são dispositivos que se comunicam livremente, até que o limite de espaço de algum deles seja atingido, implicando, aí sim, na necessidade de liberação de espaço por meio de ações como: compactação de arquivos que estejam em seu estado original, isto é, não compactado; ou remoção de arquivos antigos, sendo estas cópias dispensáveis. Discos rígidos tendem a ser mais espaçosos na comparação com a capacidade de armazenamento dos *pendrives*, mas isso não coloca qualquer impedimento para que arquivos não compactados sejam transmitidos de um dispositivo ao outro.
(3) Correto. O Windows Explorer oferece a capacidade de organizar arquivos dentro de uma hierarquia de pastas, criada a critério do usuário. Isso significa, portanto, que é perfeitamente possível criar uma pasta com o título "País" e, dentro dela, incorporar subpastas para cada nome de país. Esse é apenas um exemplo do extenso poder de organização disponibilizado pelo Windows Explorer e a sua estrutura de pastas.

GABARITO 1E, 2E, 3C

11. Raciocínio Lógico

Rafael Merighi Valenciano

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Certo dia, Alfeu e Gema foram incumbidos de, no dia seguinte, trabalharem juntos a fim de cumprir uma certa tarefa; entretanto, como Alfeu faltou ao serviço no dia marcado para a execução de tal tarefa, Gema cumpriu-a sozinha. Considerando que, juntos, eles executariam a tarefa em 3 horas e que, sozinho, Alfeu seria capaz de executá-la em 5 horas, o esperado é que, sozinha, Gema a tenha cumprido em

(A) 6 horas e 30 minutos.
(B) 7 horas e 30 minutos.
(C) 6 horas.
(D) 7 horas.
(E) 8 horas.

Esse tipo de questão é muito recorrente nas provas de lógica elaboradas pela FCC.

Aqui, devemos primeiramente imaginar determinada tarefa, a fim de facilitar a resolução. Por exemplo: imaginemos que Alfeu e Gema foram incumbidos de efetuar a montagem de 06 cadeiras para determinada fábrica de móveis.

Conforme a questão informa, os **dois juntos** efetuaram a tarefa em **03 horas**.

Desse modo, Alfeu e Gema montaram, **juntos**, uma média de **02 cadeiras** para **cada hora** trabalhada **(6 cadeiras ÷ 3 horas).**

No entanto, a questão indica que Alfeu, **sozinho**, é capaz de montar as **06 cadeiras** em **05 horas**. Deste modo, Alfeu consegue montar, em média, **1,2 cadeiras** por **cada hora** trabalhada **(6 cadeiras ÷ 5 horas).**

Se os dois juntos conseguem montar 02 cadeiras para cada hora trabalhada e Alfeu, sozinho, consegue montar 1,2 cadeiras para cada hora trabalhada, é fácil concluir que **Gema**, **sozinho**, é capaz de montar **0,8 cadeiras** para **cada hora** trabalhada (**2 - 1,2**).

Deste modo, se Gema leva 01 hora para montar 0,8 cadeiras, para descobrir o tempo necessário para que ele monte 06 cadeiras, basta fazer a seguinte conta (considerando que **X** é o **tempo** necessário para que Gema monte as 06 cadeiras):

X * 0,8 = 6
X = 6 ÷ 0,8
X = 7,5 (ALTERNATIVA B = 7 horas e 30 minutos).

Outra forma de solucionar a questão é utilizando **regras de três**:

Vejamos:

- Alfeu efetuou 100% da tarefa em 5 horas. Então, quantos por cento (%) ele efetuaria em 3 horas?:

Tarefa	→	**Tempo**
100%	→	**5 horas**
X	→	**3 horas**

5*X = 300
X = 60%

Se Alfeu efetuou 60% do trabalho em 3 horas, significa que o restante (40%) foi realizado por Gema (já que os dois juntos realizaram 100% da tarefa em 3 horas).

Agora, basta fazer outra regra de três, para descobrir o tempo que Gema levaria sozinho para executar 100% da tarefa:

Tarefa	→	**Tempo**
40%	→	**3 horas**
100%	→	**X horas**

40*X = 300
X = 300 ÷ 40
X = 7,5 horas.

GABARITO “B”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Godofredo e Lili aniversariam nos respectivos meses de agosto e setembro, em um mesmo dia da semana. Se o dia do aniversário de Godofredo é o sêxtuplo do dia do de Lili, então a soma das datas em que os dois aniversariam é

(A) 28
(B) 35
(C) 7
(D) 14
(E) 21

Aqui é possível encontrar a resposta da questão através de **teste das alternativas**.

Primeiramente, a questão diz que Godofredo e Lili aniversariam **nos respectivos** meses de agosto e setembro. Ou seja, **Godefredo faz aniversário em Agosto e Lili em setembro**.

Depois a questão diz que o **dia do aniversário de Godofredo é o sêxtuplo do dia do de Lili.**

Assim, o **dia “maior”** (sêxtuplo) deve estar **em agosto**, enquanto o **dia “menor”** estará **em setembro**.

Ao analisarmos as alternativas, percebemos que aparecem os seguintes números como soma das datas em que os dois aniversariam **(7, 14, 21, 28 e 35).**

Assim, o **aniversário de Lili** só poderá ser nos dias **1, 2, 3, 4 ou 5 de <u>setembro</u>**.

E o aniversário de Godofredo só poderá ser nos dias **6, 12, 18, 24 ou 30 de <u>agosto</u>**.

Agora, uma dica: Para que os dois aniversários caiam no mesmo dia da semana, **a diferença entre as datas deve ser sempre um múltiplo de 7.**

Em outras palavras: o número de dias de uma data até a outra deve ser múltiplo de 07.

Outra dica: como o número menor está no mês de setembro basta **adicionar 31** a esse número e subtrair o resultado pelo número maior. Essa será a diferença de dias entre as datas! (adicionamos 31, pois o mês de agosto tem 31 dias).

Vamos testar as alternativas:

Alternativa A:
Godofredo = 24/08
Lili = 04/09
(**31 +** 4) – 24 = 11 (11 não é múltiplo de 7).
Portanto, alternativa A está incorreta.

Alternativa B:
Godofredo = 30/08
Lili = 05/09
(**31 +** 5) – 30 = 6 (6 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa B está incorreta.

Alternativa C:
Godofredo = 06/08
Lili = 01/09
(**31 +** 1) – 6 = 26 (26 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa C está incorreta.

Alternativa D:
Godofredo = 12/08
Lili = 02/09
(**31 +** 2) – 12 = 21 (21 é múltiplo de 07). Portanto, **a alternativa D é a CORRETA**.

Alternativa E:

Godofredo = 18/08
Lili = 03/09
(**31** + 3) – 18 = 16 (16 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa E está incorreta.
Outra forma de resolver a questão é desenhando um calendário (dias de agosto em quadros cinza e dias de setembro em quadros branco):

D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	**12**	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	01	**02**	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

GABARITO OFICIAL "D" – GABARITO NOSSO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Zeus é um aficionado em matemática, pois quando lhe perguntaram sobre sua idade, ele respondeu: *"Para saber a minha idade você deve decifrar o criptograma aritmético seguinte, que corresponde, de modo codificado, à adição de dois números naturais. Decifrado o criptograma, a minha idade é igual à soma dos algarismos que correspondem às letras da palavra* **FISCO**."

```
 FOSSO
+FOSSO
 CISCO
```

Considerando que letras distintas correspondem a algarismos distintos, quantos anos tem Zeus?

(A) 25
(B) 24
(C) 30
(D) 22
(E) 28

Aqui, devemos sempre buscar informações lógicas, a fim de dar início à resolução da questão.
E a primeira informação é que a **letra O** só pode representar o **nº zero**. Isso por que qualquer outro número que fosse colocado no lugar da letra O na soma, jamais se repetiria no resultado. **Apenas o nº zero!**
A segunda informação é um pouco mais difícil de decifrar. É preciso fazer testes. Vejamos:
Vamos focalizar apenas essa parte da soma:

```
SS
SS
SC
```

Percebam que **um mesmo número aparece quatro vezes na parte da soma e se repete no resultado**.
Primeiro, podemos afirmar que necessariamente esse número que se repete é **maior ou igual a 5**. Isso por que, se fosse menor, no resultado obrigatoriamente teríamos dois números iguais. Vejamos:

```
11   22   33   44
11   22   33   44
22   44   66   88
```

E o nº 5 também já podemos descartar, caso contrário apareceria a letra O no resultado, pois, como vimos, a letra O representa o nº zero. E a soma de dois números 5 faria aparecer um nº zero no resultado! Mas vamos testar, como treino:

```
1
55
55
10
```

Confirmamos que o número 5 não se repete no resultado. Portanto, teste reprovado.
Vamos então substituir a letra S pelo o nº 6:

```
1
66
66
32
```

Teste reprovado. O nº 6 não se repetiu no resultado. Vamos para o nº 7:

```
1
77
77
54
```

Teste reprovado. O nº 7 não se repetiu no resultado. Vamos para o nº 8:

```
1
88
88
76
```

Teste reprovado. O nº 8 também não se repetiu no resultado. Já podemos afirmar, então, que a letra S representa o nº 9. Mas vamos testar, apenas para comprovar:

```
1
99
99
98
```

Olhem só: já deciframos mais duas letras! A **letra C** representa o **nº 8** e a **letra S** representa o **nº 9**.
Vamos continuar a conta, que agora ficou fácil (já vou substituir letras por números – em cinza):

```
  1 1
F0990
F0990
8I980
```

Fica fácil visualizar que a **letra I** representa o **nº 1** e que a **letra F** só pode ser o **nº 4**. Nem é preciso explicação!
Assim, a conta completa fica assim:

```
  1 1
40990
40990
81980
```

A questão quer saber a idade de Zeus, que, segundo ele, é soma dos números que formam a palavra **FISCO.**
Então:
4 + 1 + 9 + 8 + 0 = 22 anos.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considere a sucessão dos números naturais múltiplos de 3, dispostos na seguinte forma:

0 3 6 9 1 2 1 5 1 8 2 1 2 4 2 7 3 0 3 3 3 6 3 9 . . .

Nessa sucessão, o algarismo que deve ocupar a 126ª posição é

(A) 6
(B) 0
(C) 1
(D) 5
(E) 3

Primeiramente, podemos verificar que a sequência se refere a **múltiplos de 3 (iniciando pelo número zero)**.
Então, podemos usar a seguinte lógica:
Na sequência, existem quantos números contendo apenas **01 algarismo**?
Resposta: **04 números**, os quais ocupam **4 posições** (apenas 0 , 3 , 6 , 9).
Quantos números com **02 algarismos**?
Para descobrir a resposta, vai uma dica: basta pegar o último número de dois algarismos (99), subtrair pelo último número de um algarismo (9) e dividir o resultado por 3. Vejamos:
(99 – 9) ÷ 3 = **30** (como são números de 02 algarismos, temos **60 posições**).
Até aqui, são **64 posições** (4 + 60).
Para chegarmos na **126ª posição**, temos que verificar **quantos números de 03 algarismos ainda serão necessários**?
Simples: como faltam 62 posições **(126 - 64)**, temos que **dividir 62 por 03** (já que os números serão de 03 algarismos).
62 ÷ 3 = 20 (sobram 2).
Assim, para chegarmos à 126ª posição da sequência, precisaremos de 20 números inteiros com 03 algarismos, MAIS DUAS POSIÇÕES do 21º número com 03 algarismos (a sobra da divisão).
Em outras palavras, a 126ª posição da sequência será ocupada pelo 2º algarismo do 21º número com 03 algarismos.
E como saber qual o 21º número com três algarísmos?
Primeiro, multiplicamos 21 por 03:
21 x 3 = **63**.
Agora, basta **somar 63 a 99**, para chegarmos ao 21º número com 03 algarismos:
X = 63 + 99
X = 162
1 **6** 2 **(alternativa A)**
Outra forma de resolver a questão (mais trabalhosa) é escrever todos os números, até chegar à 126ª posição:
0 3 6 9 1 2 1 5 1 8 2 1 2 4 2 7 3 0 3 3 3 6 3 9 4 2 4 5 4 8 5 1 5 4 5 7 6 0 6 3 6 6 6 9 7 2 7 5 7 8 8 1 8 4 8 7 9 0 9 3 9 6 9 9 1 0 2 1 0 5 1 0 8 1 1 1 1 1 4 1 1 7 1 2 0 1 2 3 1 2 6 1 2 9 1 3 2 1 3 5 1 3 8 1 4 1 1 4 4 1 4 7 1 5 0 1 5 3 1 5 6 1 5 9 1 **6** 2
Aconselho a todos que treinem esse tipo de questão. Imaginem múltiplos de 04 na sequência e achem a 156ª posição? Ou, então, múltiplos de 02 e achem a 137ª posição? Aqui é fácil inventar questões!
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Questionados sobre a falta ao trabalho no dia anterior, três funcionários do Ministério das Relações Exteriores prestaram os seguintes depoimentos:

– Aristeu: "Se Boris faltou, então Celimar compareceu."
– Boris: "Aristeu compareceu e Celimar faltou."
– Celimar: "Com certeza eu compareci, mas pelo menos um dos outros dois faltou."

Admitindo que os três compareceram ao trabalho em tal dia, é correto afirmar que

(A) Aristeu e Boris mentiram.
(B) os três depoimentos foram verdadeiros.
(C) apenas Celimar mentiu.
(D) apenas Aristeu falou a verdade.
(E) apenas Aristeu e Celimar falaram a verdade.

Essa questão diz respeito às denominadas **proposições**, que nada mais são do que frases **declarativas**, que obrigatoriamente têm um **verbo**, e possuem um **valor lógico – verdadeiro ou falso**.
As proposição **jamais** serão frases **exclamativas**, **interrogativas** ou **imperativas**.
PROPOSIÇÃO = FRASE DECLARATIVA + VERBO + VALOR LÓGICO.
Exemplo:
"Rafael vive intensamente" – trata-se de uma proposição, pois é uma frase **declarativa**, que contém **verbo,** para a qual é possível atribuir um **valor lógico**.
Ainda: uma proposição jamais pode ter mais de um valor lógico, ou seja, jamais pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Ou será verdadeira, ou será falsa.
E, é óbvio, uma proposição não poderá ser qualquer outra coisa, ou é verdadeira ou é falsa.
As proposições podem ser **simples** ou **compostas**.
Proposições simples são frases declarativas únicas, que não são ligadas a outras frases, não podem ser subdividas. Exemplo:
"Pedro é arquiteto."
A negação de uma proposição simples é fácil. Basta colocar a palavra "não" antes do verbo. Exemplo:
"Pedro **não** é arquiteto"
A negação de determinada proposição é representada pelos símbolos ¬ ou **~.**
Para negar uma proposição que já tem a palavra "não" também é simples. Basta retirar a palavra "não" da frase. Exemplo:
Proposição (A): "hoje **não** vai chover"
Negação (~A): "hoje vai chover"
As proposições compostas são aquelas em que duas ou mais proposições simples são ligadas por **conectivos lógicos**. Existem vários tipos de proposições compostas. Abaixo, seguem alguns exemplos:
"Pedro é arquiteto **e** João é advogado" (**conjunção**) – representação simbólica: **A** ^ **B**
"José é professor **ou** funcionário público" (**disjunção**) – representação simbólica: **A** v **B**
"**Ou** José é professor **ou** é funcionário público" (**disjunção exclusiva**) – representação simbólica: **A** v **B**
"**Se** chover, **então** não irei à praia" (**condicional**) – representação simbólica: **A** → **B**
"Renan estuda **se somente se** faz sol" (**bicondicional**) – representação simbólica: **A ¤ B**
Vamos a uma breve explicação de cada uma delas:
As proposições **conjuntivas (conectivo "e")** somente serão verdadeiras se as duas proposições simples que as compõem forem verdadeiras. Em todos os demais casos, serão falsas.
Abaixo, segue a tabela verdade das proposições conjuntivas:

A	B	A ^ B
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

As proposições **disjuntivas (conectivo "ou")** somente serão falsas se as duas proposições simples que as compõem forem falsas. Em todos os outros casos, serão verdadeiras.

A	**B**	**A v B**
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

As proposições **disjuntivas exclusivas (conectivo "ou..ou")** somente serão verdadeiras se uma das proposições for verdadeira e a outra for falsa (uma exclui a outra). Em todos os outros casos, serão falsas.

A	**B**	**A v B**
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Aqui, uma **observação importante**. Em muitas questões, a banca organizadora **cespe-UNB** considera o conectivo lógico **"ou...ou"** uma **disjunção** e não uma disjunção exclusiva. Muitas vezes, ela até explicita o entendimento no enunciado da questão, mas em outras não. Por isso, nas provas dessa banca, fiquem atentos nas questões com o conectivo "ou..ou" e, se não houver nenhuma explicação no enunciado, aconselho a considerá-lo como disjunção.
As proposições **condicionais (conectivo "se...então")** somente serão falsas se a primeira proposição **(condição suficiente)** for verdadeira e a segunda proposição **(condição necessária)** for falsa. Em todos os demais casos, serão verdadeiras.
Observação: nas proposições condicionais, as frases podem ser feitas de outras formas. Exemplos:
"Se chover, então não vou à praia"
"Chover é condição suficiente para que eu não vá à praia"
"Não ir à praia é condição necessária para chover"
Abaixo a tabela verdade:

A	**B**	**A → B**
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Por fim, as proposições **bicondicionais (conectivo "se somente se")** somente serão verdadeiras quando as duas proposições que a compõem tiverem valores lógicos iguais (as duas verdadeiras, ou as duas falsas). Nos outros casos, serão falsas.
Observação: essa proposição composta também pode ser representada de outra forma:
(**A** → **B**) ^ (**B** → **A**) (por isso, chamada de bicondicional).
Abaixo a tabela verdade:

A	**B**	**A □ B**
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Vimos as principais tabelas para auxiliar na resolução de questões com proposições compostas.
Algumas dicas:

As primeiras colunas dessas tabelas, que se referem às proposições simples, são sempre iguais. O que muda são as demais colunas, conforme as negações feitas ou conectivos utilizados.
As tabelas com apenas **01 proposição** sempre terão **02 linhas** (a primeira coluna é sempre igual).
As tabelas com **02 proposições** terão sempre **04 linhas** (as 02 primeiras colunas são sempre iguais).
As tabelas com **03 proposições** terão sempre **08 linhas** (as 03 primeiras colunas são sempre iguais).
E as tabelas com **04 proposições** terão **16 linhas** (as 04 primeiras colunas são sempre iguais. Essas são mais difíceis de aparecer).
Exemplos:
Tabela com 2 linhas:

A	**~A**	**Av~A**
V	F	V
F	V	V

Tabela com 04 linhas:

A	**B**	**A^B**
V	**V**	V
V	**F**	F
F	**V**	F
F	**F**	F

Tabela com 08 linhas:

A	**B**	**C**	**~C**	**(A^B)**	**(A^B) v ~C**
V	**V**	**V**	F	V	V
V	**V**	**F**	V	V	V
V	**F**	**V**	F	F	F
V	**F**	**F**	V	F	V
F	**V**	**V**	F	F	F
F	**V**	**F**	V	F	V
F	**F**	**V**	F	F	F
F	**F**	**F**	V	F	V

Sempre, no momento de elaborar essas tabelas, as primeiras colunas serão iguais!
Outra dica: No momento de resolver as questões, sempre **trocar as frases por letras e símbolos**. Facilita a resolução.
Agora, vamos resolver a questão:
O que já sabemos: **os três compareceram ao trabalho (proposição verdadeira)**. Podemos transformar isso em **03 proposições verdadeiras**:
Aristeu compareceu ao trabalho (proposição A)
Boris compareceu ao trabalho (proposição B)
Celimar compareceu ao trabalho (proposição C)
Ao se justificar, cada um disse o seguinte:
– Aristeu: "Se Boris faltou, então Celimar compareceu."
Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"se Boris não compareceu, então Celimar compareceu"**
Transformando isso em letras e símbolos:
~B → C
Substituindo por V (verdadeiro) ou F (falso):
F → V (consultando a tabela verdade das proposições condicionais, percebemos que essa proposição é VERDADEIRA, então Aristeu disse a verdade).
– Boris: "Aristeu compareceu e Celimar faltou."
Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"Aristeu compareceu e Celimar não compareceu"**
Transformando isso em letras e símbolos:
A ^ ~C

V ^ F (consultando a tabela verdade das proposições conjuntivas, percebemos que essa proposição é FALSA, então Boris mentiu).

– Celimar: "Com certeza eu compareci, mas pelo menos um dos outros dois faltou."

Aqui, pela simples leitura da frase, é possível perceber que Celimar mentiu, pois, como sabemos, é verdade que os três compareceram, mas ele diz que "pelo menos um dos outros dois faltou".

No entanto, vamos trabalhar com as proposições, apenas para treinar. Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"Celimar compareceu, e Boris não compareceu ou Aristeu não compareceu".**

É importante perceber que muitas vezes a palavra "mas" pode ser substituída pelo conectivo "e", mostrando que se trata de uma proposição conjuntiva.

E também, quando a frase diz que **pelo menos um** dos outros dois **não compareceu**, significa que **um dos dois não compareceu**, ou ainda que **os dois não compareceram** (em qualquer uma dessas hipóteses, o valor lógico da proposição será verdadeiro. Por isso trata-se de uma disjunção). Aqui, é importante perceber que **não se trata de uma disjunção exclusiva**, na qual para que o valor lógico seja verdadeiro, **necessariamente um deve ter comparecido e o outro deve ter faltado** (uma exclui a outra).

Transformando isso em letras e símbolos:

C ^ (~A v ~B)

Trata-se de uma proposição composta por três proposições simples. Vamos construir a tabela verdade para três proposições (que, nesse caso, sempre terá oito linhas e as três primeiras colunas sempre serão iguais):

A	B	C	~A	~B	(~A v ~B)	C ^ (~A v ~B)
V	**V**	**V**	F	F	F	**F**
V	V	F	F	F	F	F
V	F	V	F	V	V	V
V	F	F	F	V	V	F
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	V	F	V	F
F	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	V	V	F

A linha que se encaixa na questão é justamente a primeira, pois sabemos que as proposições A, B e C são verdadeiras. Portanto, a proposição C ^ (~A v ~B) é FALSA, o que comprova que Celimar mentiu.

Observação: sempre que vamos fazer uma tabela verdade com três proposições, faremos do mesmo jeito e na mesma sequência acima: primeiro as 03 proposições (que, como vimos, terão as três primeiras colunas sempre iguais). Depois, as negações. Depois, tudo o que está dentro dos parênteses. E, por último, o que está fora dos parênteses. Basta treinar bastante em outras questões, que fica bem fácil!

A **ALTERNATIVA D**, então, é a **correta**, pois apenas Aristeu disse a verdade.

GABARITO "D"

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE)

Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras — V —, ou falsas — F —, mas não cabem a elas ambos os julgamentos.

As proposições simples são frequentemente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto, e as proposições compostas são conexões de proposições simples.

Uma expressão da forma AvB é uma proposição composta que tem valor lógico V quando A e B forem ambas V e, nos demais casos, será F, e é lida "A e B".

A expressão ¬A, "não A", tem valor lógico F se A for V, e valor lógico V se A for F.

A expressão AVB, lida como "A ou B", tem valor lógico F se ambas as proposições A e B forem F; nos demais casos, é V.

A expressão A → B tem valor lógico F se A for V e B for F. Nos demais casos, será V, e tem, entre outras, as seguintes leituras: "se A então B", "A é condição suficiente para B", "B é condição necessária para A".

Uma argumentação lógica correta consiste de uma sequência de proposições em que algumas são premissas, isto é, são verdadeiras por hipótese, e as outras, as conclusões, são obrigatoriamente verdadeiras por consequência das premissas.

Considerando as informações acima, julgue os itens abaixo.

(1) Considere a seguinte lista de sentenças:

I – Qual é o nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores?

II – O Palácio Itamaraty em Brasília é uma bela construção do século XIX.

III – As quantidades de embaixadas e consulados gerais que o Itamaraty possui são, respectivamente, x e y.

IV – O barão do Rio Branco foi um diplomata notável. Nessa situação, é correto afirmar que entre as sentenças acima, apenas uma delas não é uma proposição.

(2) A sentença "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" é uma proposição sempre verdadeira.

(3) A sentença "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais e o Departamento de Promoção Comercial não estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ∧(¬B).

(4) Considerando todos os possíveis valores lógicos, V ou F, atribuídos às proposições simples A e B, é correto afirmar que a proposição composta ¬[(¬A) ∧ (¬B)] possui exatamente dois valores lógicos V.

(5) Considerando que A e B simbolizem, respectivamente, as proposições "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty" e "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty", então a proposição B→A é uma simbolização correta para a proposição "Uma condição necessária para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty".

(6) Considere que as proposições B e A→(¬B) sejam V. Nesse caso, o único valor lógico possível para A é V.

(7) As proposições compostas A→(¬B) e B→(¬A) têm exatamente os mesmos valores lógicos, independentemente das atribuições V ou F dadas às proposições simples A e B.

(8) Considere como premissas as seguintes proposições:

• "Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática."

• "O candidato não pode inscrever-se no concurso para ingresso na carreira diplomática." Nesse caso, obtém-se uma argumentação lógica correta se for apresentada como conclusão a proposição: "O candidato não é brasileiro nato."

(9) Sabe-se que as proposições ¬(A⋀B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B. Então a negação da proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" pode ser simbolizada da forma (¬A)VB.

(10) Considere que as premissas de um argumento incluem a proposição: "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado". Nesse caso, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" é uma conclusão que torna o argumento correto.

Como se percebe, o enunciado da questão é um excelente resumo a respeito das proposições.

Vamos analisar as alternativas, a fim de verificar se estão certas ou erradas.

Considere a seguinte lista de sentenças:

I – Qual é o nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores?

II – O Palácio Itamaraty em Brasília é uma bela construção do século XIX.

III – As quantidades de embaixadas e consulados gerais que o Itamaraty possui são, respectivamente, x e y.

IV – O barão do Rio Branco foi um diplomata notável.

Nessa situação, é correto afirmar que entre as sentenças acima, apenas uma delas não é uma proposição.

Como vimos, proposições são frases **declarativas**, que obrigatoriamente têm um **verbo**, e para as quais é possível atribuir um **valor lógico – verdadeiro ou falso**.

As proposição **jamais** serão frases **exclamativas**, **interrogativas** ou **imperativas**.

PROPOSIÇÃO = FRASE DECLARATIVA + VERBO + VALOR LÓGICO.

A primeira frase é uma interrogação. Por isso, já podemos afirmar que não se trata de uma proposição.

A segunda frase é declarativa e é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). E, ainda, a declaração possui um verbo! Por isso, podemos afirmar que se trata de uma proposição.

A segunda frase é declarativa. No entanto, não é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). Isso por que as letras x e y estão ocultando uma informação na frase, o que impossibilita afirmar se a mesma é verdadeira ou falsa. Assim, mesmo sendo uma frase declarativa e possuindo um verbo, **não** se trata de uma proposição.

A quarta frase é declarativa e é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). E, ainda, a declaração possui um verbo! Por isso, podemos afirmar que se trata de uma proposição.

Assim, temos DUAS frases que não são uma proposição (alternativa ERRADA).

A sentença "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" é uma proposição sempre verdadeira.

Aqui basta fazer a tabela verdade da disjunção (conectivo "ou"). Vamos considerar as proposições:

"No palácio do Itamaraty há quadros de Portinari" **(A)**

"No palácio do Itamaraty não há quadros de Portinari" **(~A)**

"No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" **(A v ~A)**

Percebam que se trata de uma tabela verdade com apenas uma proposição (A), a qual, por isso, terá 02 linhas.

A	~A	A v ~A
V	F	**V**
F	V	**V**

Portanto, a declaração "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" será sempre verdadeira. Alternativa CORRETA.

A sentença "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais e o Departamento de Promoção Comercial não estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ⋀(¬B).

Aqui, basta substituir frases por símbolos. Vamos considerar as proposições:

"O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais" **(A)**

"O Departamento de Promoção Comercial estimula o fluxo de turistas para o Brasil" **(B)**

Como vimos, para fazer a negação de uma proposição simples, basta colocar a palavra "não" antes do verbo. Portanto, a negação da segunda proposição ficaria "O Departamento de Promoção Comercial **não** estimula o fluxo de turistas para o Brasil" **(¬B)**.

As proposições ligadas pelo conectivo **"e"** são chamadas de conjunção e, como vimos, esse conectivo pode ser representado pelo símbolo ⋀.

Assim, a frase "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais **e** o Departamento de Promoção Comercial **não** estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ⋀(¬B). Alternativa CORRETA**.**

(4) Considerando todos os possíveis valores lógicos, V ou F, atribuídos às proposições simples A e B, é correto afirmar que a proposição composta ¬[(¬A) ⋀ (¬B)] possui exatamente dois valores lógicos V.

Basta fazer a tabela verdade para **duas proposições** (que terá **sempre quatro linhas**):

A	B	~A	~B	~A ^ ~B	~ (~A ^ ~B)
V	V	F	F	F	**V**
V	F	F	V	F	**V**
F	V	V	F	F	**V**
F	F	V	V	V	F

Alternativa INCORRETA, pois a proposição composta ¬[(¬A) ⋀ (¬B)] possui exatamente TRÊS valores lógicos V.

(5) Considerando que A e B simbolizem, respectivamente, as proposições "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty" e "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty", então a proposição B→A é uma simbolização correta para a proposição "Uma condição necessária para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty".

Trata-se de uma condicional. Aqui a **primeira frase** (antecedente) é sempre a **CONDIÇÃO SUFICIENTE**, enquanto a **segunda frase** (consequente) é sempre uma **CONDIÇÃO NECESSÁRIA**. Devemos memorizar isso!

Assim, na proposição B→A, temos:

B = condição suficiente.

A = condição necessária.

Sabemos que:

B = "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty"

A = "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty"

A alternativa diz: "**Uma condição necessária** para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty **é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty**".

Portanto, a alternativa está CORRETA.

(6) Considere que as proposições B e A→(¬B) sejam V. Nesse caso, o único valor lógico possível para A é V.

Sabemos o seguinte:

B = verdadeiro

A→(¬B) = verdadeiro

A questão quer saber o único valor lógico possível para A, considerando as premissas acima?

Vamos fazer a tabela verdade:

A	**B**	**~B**	**A→(¬B)**
V	V	F	F
V	F	V	V
F	**V**	F	**V**
F	F	V	V

Alternativa ERRADA, pois nesse caso, o único valor lógico possível para A é F.

(7) As proposições compostas A→(¬B) e B→(¬A) têm exatamente os mesmos valores lógicos, independentemente das atribuições V ou F dadas às proposições simples A e B.

Vamos elaborar as tabelas verdade:

A	**B**	**~B**	**~A**	**A→(¬B)**	**B→(¬A)**
V	V	F	F	**F**	**F**
V	F	V	F	**V**	**V**
F	V	F	V	**V**	**V**
F	F	V	V	**V**	**V**

Percebam que essa alternativa está correta, pois os valores lógicos nas últimas duas colunas são exatamente os mesmos. Trata-se por isso de duas proposições **equivalentes**. Alternativa CORRETA.

Abaixo seguem algumas equivalências de proposições, que ajudam muito no momento de resolver esse tipo de questão:

Equivalências:

A ^ A = A

A v A = A

A ^ B = B ^ A

A v B = B v A

A ◘ B = B ◘ A

A → B = ~B → ~A

A → B = ~A v B

A ^ (A v B) = A

A v (A ^ B) = A

~ (A ^ B) = ~A v ~B

~ (A v B) = ~A ^ ~B

~ (A → B) = A ^ ~B

~(~A) = A

A ^ (B ^ C) = (A ^ B) ^ C

A v (B v C) = (A v B) v C

A ^ (B v C) = (A ^ B) v (A ^ C)

A v (B ^ C) = (A v B) ^ (A v C)

Todo A **não é** B = **Nenhum** A é B

Nenhum A **não é** B = **Todo** A é B

(8) Considere como premissas as seguintes proposições:

• "Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática."

• "O candidato não pode inscrever-se no concurso para ingresso na carreira diplomática." Nesse caso, obtém-se uma argumentação lógica correta se for apresentada como conclusão a proposição: "O candidato não é brasileiro nato."

Vamos considerar as seguintes proposições:

O candidato é brasileiro nato **(A)**

O candidato pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática **(B)**

O candidato **não** é brasileiro nato **(~A).**

O candidato **não** pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática **(~B)**

Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática (**Av~B**).

A questão informa que a 4ª e a 5ª frases acima são premissas verdadeiras.

Vamos elaborar uma tabela verdade, considerando o conectivo "ou... ou" uma disjunção exclusiva:

A	**B**	**~A**	**~B**	**Av~B**
V	V	F	F	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	**V**	**V**	**V**

Percebam que apenas na **quarta linha da tabela** a 4ª e a 5ª frases são verdadeiras. Portanto, chega-se à conclusão que a 3ª frase - O candidato **não** é brasileiro nato **(~A)** - deve ser considerada VERDADEIRA, a fim de se chegar a uma argumentação lógica correta. Neste caso, a alternativa estaria CORRETA.

No entanto, temos que nos atentar a uma **OBSERVAÇÃO IMPORTANTÍSSIMA**: A banca organizadora desta prova (**cespe-UNB**) considerou que o conectivo **"ou...ou"** é uma **disjunção** e não uma disjunção exclusiva! Nesse entendimento, a tabela verdade ficaria assim:

A	**B**	**~A**	**~B**	**Av~B**
V	V	F	F	V
V	F	**F**	**V**	**V**
F	V	V	F	F
F	F	**V**	**V**	**V**

Percebam que, neste caso, **tanto na segunda, quanto na quarta linha da tabela**, a 4ª e a 5ª frases são verdadeiras. Portanto, chega-se à conclusão que a 3ª frase - O candidato **não** é brasileiro nato **(~A)** - pode ser considerada VERDADEIRA ou FALSA, a fim de se chegar a uma argumentação lógica correta. Alternativa ERRADA.

Neste caso, **a alternativa foi considerada ERRADA**.

(9) Sabe-se que as proposições ¬(A⋀B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B. Então a negação da proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" pode ser simbolizada da forma (¬A)VB.

Vamos considerar as seguintes proposições:

1) O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi **(A)**

2) O Brasil possui embaixada em Marrocos **(B)**

3) O Brasil não possui embaixada em Abu Dhabi **(~A)**

4) O Brasil não possui embaixada em Marrocos **(~B)**

A proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" seria representada por: **(A^~B).**

A negação dessa proposição, então, seria: **~(A^~B)**

O exercício pergunta se essa negação poderia ser também representada por **~A v B.** Ou seja, o exercício quer saber se as proposições **~(A^~B)** e **~A v B** são equivalentes.

Se tivéssemos na memória as principais equivalências, seria fácil solucionar a questão, pois, conforme visto acima:

~ (A ^ B) = ~A v ~B

Assim:

~ (A ^ ~B) = ~A v B (são equivalentes).

No entanto, podemos também elaborar a tabela verdade das proposições:

A	B	~A	~B	~Av~B	(A^B)	~(A^B)	A^~B	~(A^~B)	~AvB
V	V	F	F	F	V	F	F	**V**	**V**
V	F	F	V	V	F	V	V	**F**	**F**
F	V	V	F	V	F	V	F	**V**	**V**
F	F	V	V	V	F	V	F	**V**	**V**

Apenas a título de comprovação, elaboramos uma tabela verdade completa. Vejam que realmente as proposições ¬(A∧B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B, conforme indica o exercício (basta olhar a 5ª e 7ª colunas). Isso significa o que? Que são proposições equivalentes.

Fizemos então a tabela verdade para **~(A^~B)** e para **~A v B** e pudemos comprovar que essas duas proposições também são equivalentes (**colunas 9 e 10**). Portanto, a alternativa está CORRETA.

(10) Considere que as premissas de um argumento incluem a proposição: "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado". Nesse caso, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" é uma conclusão que torna o argumento correto.

Vamos imaginar as proposições:

O barão do Rio Branco foi professor. **(A)**

San Tiago Dantas foi advogado. **(B)**

San Tiago Dantas **não** foi advogado **(~B)**

O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado **(A ^ B)**

Se San Tiago Dantas **não** foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor **(~B→A)**

Agora, vamos elaborar a tabela verdade:

A	B	~B	A^B	~B→A
V	V	F	**V**	**V**
V	F	V	F	V
F	V	F	F	V
F	F	V	F	F

A questão considera premissa verdadeira a frase "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado", que é representada por **A^B.** Desta forma, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" (**~B→A)** é uma conclusão que torna o argumento correto (basta olhar a primeira linha da tabela). Alternativa CORRETA.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C

12. Cultura Geral

Renan Flumian e Eloy Gustavo de Souza

(Diplomacia – 2004)

É na visão retrospectiva que se descobrem as características (boas ou más) da cultura nacional, cuja originalidade não precisa ser proposta nem defendida, mas pode ser constatada e criticada. A liberdade de criação será maior se o artista, o escritor ou o pensador, como Machado de Assis e Clarice Lispector, não tiverem de criar uma arte, uma literatura ou um pensamento supostamente nacionais.

Uma tal perspectiva não significa abdicar do nacional em detrimento do universal, do local em detrimento do global, pois, se o universalismo pode ser visto como uma visão eurocêntrica, a universalidade não tem centro. Embora desigual e assimetricamente, valores, ideias, expressões culturais e costumes – nacionais e locais – migram, farão isso mais frequentemente com a maior facilidade das comunicações e sempre terão o potencial de universalizar-se. As obras de Machado de Assis e Clarice Lispector, sem deixar de ser brasileiras, são um claro exemplo dessa possibilidade de universalização.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos da cultura, julgue os itens seguintes.

(1) O Renascimento dos séculos XV e XVI, malgrado sua força criativa, não se enquadra naquilo que o texto classifica de universalismo como "invenção eurocêntrica". A rigor, figuras como Camões, Shakespeare, Michelangelo, da Vinci, Rafael ou Miguel de Servet, entre tantos outros, expressam – na literatura, nas artes plásticas e na ciência – uma cultura não mais que local, desprovida de suficiente latitude para representar uma visão do mundo que transcendesse horizontes europeus.

(2) Diferentemente do ocorrido na América de colonização espanhola, em larga medida circunstanciada pela exploração de ouro e prata, o Brasil colônia constituiu uma sociedade essencialmente rural, muito dependente da agroindústria açucareira e, mais tarde, do café. Essa ausência de vida urbana é a razão mais plausível para que, no período colonial brasileiro, não sobressaíssem nomes na área artístico-cultural, como a arquitetura, na escultura, na literatura, na pintura ou na música sacra.

(3) A obra de Machado de Assis, que o texto reconhece ser brasileira sem perder a possibilidade da universalização, além de marco na literatura brasileira, não perde sua atualidade ante a passagem do tempo. Livros como **Memórias Póstumas de Brás Cubas** e **Dom Casmurro** sintetizam a magnitude de uma obra que ocupa posição central na tradição brasileira de literatura urbana.

(4) Ao longo do século XX, especialmente a partir dos 1930, o processo de modernização econômica e política do país – de que seriam símbolos o fim da República Velha e o esforço de industrialização – se fez acompanhar de sensível renovação em determinadas áreas da cultura, como na música – a exemplo da obra de Heitor Villa-Lobos – e na pintura – com o trabalho de Cândido Portinari.

(5) As encenações de **Vestido de noiva**, em 1943, e de **Álbum de Família**, dois anos depois, definitivamente colocaram seu autor – Nélson Rodrigues – no primeiro plano da dramaturgia brasileira. Contudo, por maior que tenha sido seu impacto, a obre rodrigueana não revolucionou os padrões vigentes no teatro brasileiro desde o século XIX, talvez por não ter ousado em termos formais e temáticos.

(6) Ministro da Educação e Cultura na época do Estado Novo de Vargas, Gustavo Capanema instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atitude considerada essencial para preservar a memória do país, decisivo para estancar um processo em marcha de destruição de relíquias arquitetônicas que remontavam ao passado colonial. Na formulação e na execução de sua política cultural, Capanema cercou-se de nomes expressivos da intelectualidade brasileira, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Augusto Meyer, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Villa-lobos e Mário de Andrade.

(7) Oscar Niemeyer, considerado por muitos o maior arquiteto brasileiro e, certamente, um dos maiores do mundo, identificado com o Modernismo, percorreu uma trajetória que, iniciada como o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, e tendo em Brasília um de seus pontos mais expressivos, o levou a várias partes do mundo.

(8) A música popular brasileira talvez seja uma das mais admiradas internacionalmente pela riqueza melódica, profusão rítmica e variedade temática. Especialmente a partir dos anos 1930, tornaram-se célebres compositores como Noel Rosa, mesclando boleros com tintas de tango argentino; Ary Barroso e suas letras intimistas, sem ma concessão a exaltações nacionalistas e patrióticas; Antônio Carlos Jobim, escrevendo letras precisas; Chico Buarque de Hollanda e sua particular apreensão da música erudita.

(9) Em 1958, pela primeira vez, o futebol brasileiro conquistava uma copa do Mundo, disputada na Suécia. No mesmo ano, uma "batida" diferente do violão do baiano João Gilberto, na canção **Chega de Saudade**, lançava um estilo que viria caracterizar a bossa nova, passaporte para a música popular brasileira ganhar o mundo.

(10) Contemporâneo da bossa nova, o cinema novo inaugurou uma estética diferente para os padrões cinematográficos nacionais. Ao se afastar completamente da temática agrária/rural, assume feições tipicamente *hollywoodianas*, quer pelo esmero e gigantismo das produções, quer pela assepsia dos temas focalizados.

1: errado. Os autores mencionados tratam em suas obras de questões que vão além da cultura em que se inserem, pois dizem respeito à condição humana: obras como D. Quixote, Rei Lear ou Davi são conhecidas inclusive fora do mundo ocidental;
2: errado. No século XVIII, a economia mineradora que se desenvolveu na região das Minas Gerais propiciou também um desenvolvimento urbano que foi acompanhado um florescimento artístico com o despontar de artistas de relevo. Entre os mais importantes estão o arquiteto e escultor Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), o pintor Manuel da Costa Ataíde, o compositor Lobo de Mesquita e o poeta Tomás Antônio Gonzaga;
3: certo. Machado de Assis foi um escritor de estatura invulgar, celebrado pela crítica nacional e estrangeira, que ainda hoje se debruça sobre a sua obra e extrai dela significados inéditos. Embora tenha cultivado com brilhantismo diversos gêneros - como a crônica, o teatro e a crítica literária - sua obra de contista e romancista se destaca;
4: certo. O Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema, arregimentou artistas intelectuais, independentemente da sua visão ideológica, a serviço da modernização do país. São exemplos da participação desses dois artistas o Canto Orfeônico de Villa-Lobos, ambicioso projeto de educação musical nas escolas, e os afrescos que Portinari pintou para o Edifício-sede do Ministério;
5: Errado. A peça Vestido de Noiva já traz a marca de seu autor e revoluciona os temas tratados no teatro, ao abordar abertamente dos desejos sexuais transgressores da protagonista. Além disso, a peça inova nos elementos cenográficos, ao dividir o palco em três partes (alucinação, realidade e memória), sendo duas de representação psicológica da personagem;
6: certo. Como comentado no item quatro, Gustavo Capanema mobilizou figuras importantes do cenário intelectual do país e empreendeu projetos importantes na área cultural, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
7: certo. A importância de Niemeyer pode ser avaliada pela quantidade e importância das obras feitas em diversos países. Podem-se citar, entre muitas, a Sede do Partido Comunista Francês em Paris, o Centro Cultural Le Havre e Centro Cultural Internacional Niemeyer em Avilés, na Espanha;
8: errado. Noel Rosa é sambista e foi buscar inspiração e parceria dos Bambas do Estácio, músicos negros de origem humilde como Ismael Silva. Ary Barroso cultivou musicas intimistas como Folha Morta, mas é principalmente lembrado por uma vertente de samba que inaugura, o samba exaltação, de caráter nacionalista e ufanista, cujo exemplo mais perfeito é Aquarela do Brasil. Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque são músicos importantes, porém de período posterior. Além disso, cabe ao primeiro, a afirmação sobre sua ligação com a música erudita;
9: certo. João Gilberto, Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes são considerados os pais da bossa nova, cujo sucesso internacional pode ser atestado pelo grande número de gravações por artistas estrangeiros, como Frank Sinatra (americano), Damien Rice (irlandês) e Pierre Barouh (francês);
10: errado. O cinema novo apresenta características exatamente opostas às descritas na questão. Propunha um cinema do possível, frente à falta de recursos, seu lema era "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça". Os filmes tratavam de questões políticas e sociais prementes do país e suas imagens chocavam, por vezes, pela crueza. Algumas obras, retomando a literatura de 30, debruçavam-se sobre as condições de vida dos desvalidos do campo como "Vidas Secas" e "Deus e o Diabo na Terra do Sol".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E,9C, 10E

(Diplomacia – 2002) Foram coetâneos os dois pintores relacionados em uma das opções a seguir:

(A) Rubens e Mondrian.
(B) Rembrant e Piero Della Francesca.
(C) Matisse e Picasso.
(D) Monet e Velásquez.
(E) Modigliani e Goya.

A, B, C, D e E: Henri Matisse (31 de dezembro de 1869 - 3 de novembro de 1954) e Pablo Picasso (25 de outubro de 1881 - 8 de abril de 1973) foram coetâneos. Matisse, um artista francês reconhecido pela utilização da cor e desenhos fluidos e originais, e Picasso, um renomado pintor, escultor e desenhista espanhol. Picasso é considerado um dos fundadores do cubismo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Arquiteto de renome internacional que teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa:

(A) Frank Lloyd Wright.
(B) Walter Gropius.
(C) Le Corbusier.
(D) Alvar Aalto.
(E) Mies van der Rohe.

A, B, C, D e E: Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista e pintor francês. É considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX e foi o criador do conceito Unité d'Habitation.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) O filósofo que propôs, a partir da capacidade de raciocínio humano, a dúvida metódica e a revisão de todo o conhecimento, foi:

(A) Francis Bacon.
(B) Montesquieu.
(C) Diderot.
(D) René Descartes.
(E) Voltaire.

A, B, C, D e E: o Racionalismo é uma concepção filosófica que afirma a razão como única faculdade a propiciar o conhecimento adequado da realidade. Defende que a existência das coisas tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrada de fato, como a origem do Universo. Assim, privilegia a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento. Considera a dedução como o método superior de investigação filosófica. Os principais pensadores dessa escola são René Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), os quais introduzem o racionalismo na filosofia moderna. E, por seu turno, Friedrich Hegel (1770-1831) defende o racional como real, em virtude da total inteligibilidade desse último. O racionalismo é baseado nos princípios da busca da certeza e da demonstração, sustentados por um conhecimento *a priori*, ou seja, conhecimentos que não vêm da experiência e sim oriundos da razão. Por fim, René Descartes é considerado o fundador do racionalismo moderno.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Os quatro grandes teatrólogos da Grécia clássica de quem nos chegaram peças inteiras ou quase inteiras foram:

(A) Sócrates, Platão, Aristóteles, Heráclito.
(B) Hesíodo, Homero, Safo, Píndaro.
(C) Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes.
(D) Péricles, Leônidas, Trasíbulo, Epaminondas.
(E) Górgias, Diógenes, Zenon, Empédocles.

A, B, C, D e E: os tragediógrafos, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes nos legaram obras como "Prometeu Acorrentado", "Édipo rei" e "As Bacantes". Já, do comediógrafo Sófocles, temos peças como "As Nuvens".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) O "Encouraçado Potemkin" é uma obra de arte de valor indiscutível, feita por encomenda do governo soviético para comemorar um motim a bordo de um encouraçado da frota russa no Mar Negro. A obra em questão é:

(A) Um filme do diretor Aleksander Petrovitch Dovjenko.
(B) Uma peça sinfônica de Igor Stravinski.
(C) Uma ópera de Rimski-Korsakov.
(D) Uma peça teatral de Stanislavski.
(E) Um filme de Eisenstein.

A, B, C, D e E: o Encouraçado Potemkin foi um filme russo realizado, em 1925, pelo cineasta Sergei Mikhailovich Eisenstein. O filme conta a história de marinheiros de um navio do Czar que se rebelam contra a opressão de seus comandantes e assumem o controle do Potemkin. A população de Odessa apóia a revolta, mas as forças repressoras do regime czarista esmigalham o movimento com violência desmedida. Trata-se de um filme muito conhecido, sobretudo em função da utilização de técnicas de filmagem consideradas inovadoras para a época.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única afirmação incorreta:

(A) Heitor Villa-Lobos foi um dos maiores compositores brasileiros modernos de música clássica.
(B) São nomes do jazz contemporâneo Joshua Redman, Bill Charlap e Joe Lovano.
(C) O MPB-4 é um grupo vocal masculino que esteve, nos anos 60 e 70, na linha de frente da combativa Música Popular Brasileira e permanece ativo.
(D) Com libreto de Lorenzo da Ponte, Mozart compôs sua ópera Don Giovanni, encenada em Praga em 1787.
(E) O dodecafonismo é um termo pejorativo utilizado pelo compositor austríaco Arnold Schonberg para designar as formas tradicionais de composição tonal baseadas no emprego rígido das doze notas musicais.

A, B, C, D e E: a única alternativa que apresenta uma informação falsa é a "E", pois o dodecafonismo é um sistema de organização de alturas musicais criada na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schoenberg.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Perguntado sobre que livro estava lendo no momento, alguém, querendo exibir erudição e cultura clássica, cometeu um grande fiasco ao responder que estava lendo:

(A) Antígona, de Sófocles.
(B) Ética a Nicômaco, de Sócrates.
(C) Poética, de Aristóteles.
(D) Catilinárias, de Cícero.
(E) O Banquete, de Platão.

A, B, C, D e E: Ética a Nicômaco é a principal obra sobre ética escrita por Aristóteles. Nela se expõe sua concepção teleológica e eudemonista de racionalidade prática, sua concepção da virtude como mediania e suas considerações acerca do papel do hábito e da prudência. Importante apontar que no Livro V dessa obra, Aristóteles trata do conceito de *justiça*. Esse conceito está ligado a três ideias: a) virtude; b) bem; c) busca do meio termo. Para Aristóteles, a justiça é uma virtude. Trata-se da mais elevada expressão da excelência moral. Essa virtude deve conter a busca pelo bem do próximo. E, na prática da justiça, o indivíduo deve se orientar pela busca do meio termo. Para Aristóteles, as extremidades trazem a injustiça, e o meio-termo, a justiça. Assim, percebe-se que Aristóteles traz duas definições de virtude. Uma delas em relação ao hábito, onde a *virtude* é uma disposição de caráter, um hábito adquirido. Nesse sentido, a ética vai sempre orientar o homem para a incorporação de hábitos virtuosos, os quais o encaminham para a perfeição. E em relação à mediania, onde a *virtude* é uma disposição para agir de um modo deliberado, que consiste numa *mediania* determinada de maneira racional pelo homem prudente, dotado de sabedoria prática. A ação virtuosa consiste, portanto, numa escolha preferencial baseada numa deliberação racional.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) O "Abaporu" foi pintado por:

(A) Emiliano Di Cavalcanti.
(B) Cândido Portinari.
(C) Tarsila do Amaral.
(D) Anita Malfatti.
(E) Lasar Segall.

A, B, C, D e E: o *Abaporu* foi pintado por Tarsila do Amaral. Essa tela foi pintada em 1928 em função do aniversário de Oswald de Andrade, seu marido na época, e retrata uma crítica à desvalorização do trabalho intelectual.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale o enunciado que não se coaduna com a defesa do relativismo histórico-cultural e do relativismo cognitivo:

(A) Os valores de uma cultura não se medem pelos valores de outra cultura diferente.
(B) Os fatos históricos só podem ser interpretados na perspectiva dos valores culturais.
(C) Os valores culturais são incomensuráveis.
(D) Não há verdade objetiva.
(E) Há verdades universais.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contraria o relativismo é a "E", pois essa defende a existência de verdades universais, isto é, totalmente contrária a ideia defendida pelo relativismo histórico-cultural e cognitivo.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) O que significa essencialmente a conhecida expressão atribuída ao "maquiavelismo político" ou "realpolitik": "Os fins justificam os meios"?

(A) Quaisquer que sejam os fins, os meios se ajustarão a eles.
(B) Se os fins são justificáveis, os meios adequados à sua realização serão também justificáveis.
(C) Os fins só se justificam quando os meios são justos.
(D) Se os meios são justos, os fins também o serão.
(E) Quaisquer que sejam os meios, os fins sempre se realizam com justiça.

A, B, C, D e E: a alternativa "B" traz o correto significado da expressão "os fins justificam os meios".

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) A partir de 11 de setembro de 2001, a espada de Dâmocles ganhou assento cativo em todos os debates sobre segurança no mundo ocidental. A expressão "espada de Dâmocles", que remonta a um cortesão de Dionísio I de Siracusa, é hoje usada para designar:

(A) Ameaça constante e assustadora de perigo iminente.
(B) Preocupação constante com investimentos em segurança.

(C) A busca obsessiva de uma arma tão devastadora quanto uma espada de poderes mágicos.

(D) Uma arma de guerra similar à espada do legendário Rei Artur.

(E) Uma circunstância em que não haja outra saída senão a de desembainhar a espada.

A, B, C, D e E: a expressão “a espada de Dâmocles” provém de uma parábola moral da Antiguidade. Dâmocles, cortesão do rei Dionísio, apenas via os privilégios que a condição de monarca propiciava. O rei se dispõe a trocar de lugar com ele por um dia, mas manda pendurar uma espada sobre o trono, presa apenas por um fio de rabo de cavalo, de modo a representar, em meio aos prazeres do cargo, o perigo das traições que também o acompanha. A expressão passou a designar, por extensão, a iminência de algum mal.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção correta. Uma das características do romance Memórias Póstumas de Brás Cubas é:

(A) O uso da metalinguagem.

(B) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.

(C) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.

(D) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.

(E) A linearidade da narrativa.

A, B, C, D e E: a função metalinguística ocorre nas passagens em que o narrador explica os processos constitutivos do romance que escreve, como, por exemplo, a sua condição singular de defunto autor.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Qual dos seguintes romances foi escrito por Graciliano Ramos?

(A) Grande Sertão: Veredas.

(B) Seara Vermelha.

(C) Pedra Bonita.

(D) Angústia.

(E) Os Sertões.

A, B, C, D e E: Graciliano Ramos, um maiores dos escritores da segunda geração modernista, escreveu quatro romances: Caetés, São Bernardo, Angústia e Vidas Secas.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 2002) A obra Os Sertões foi escrita por Euclides da Cunha tendo como referência histórica o seguinte movimento social:

(A) O Quilombo do Palmares.

(B) Guerra de Canudos.

(C) Guerra do Contestado.

(D) A Balaiada.

(E) Revolução Farroupilha.

A, B, C, D e E: Os Sertões de Euclides da Cunha conta a história da Guerra de Canudos, como uma denúncia contra as autoridades responsáveis pelo massacre ocorrido com os sertanejos de Belo Monte.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 2002) Podemos considerar um exemplo da fase heroica do modernismo brasileiro:

(A) o movimento antropofágico.

(B) a narrativa do pós-guerra.

(C) o teatro revolucionário de 1955.

(D) a obra Grande Sertão: Veredas.

(E) a poesia concreta de Augusto de Campos (1953).

A, B, C, D e E: a fase heróica do modernismo brasileiro costuma ser situada pelos historiadores entre 1922 e 1930. Nesse período, surgiram alguns movimentos estéticos como a Poesia Pau Brasil, o Verde-amarelismo e a Antropofagia.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2000) O Instituto Rio Branco está preparando o lançamento do livro “O Itamaraty na cultura brasileira”, para homenagear os diplomatas que, além de se terem destacado profissionalmente, aportaram importante contribuição para as artes e o pensamento nacionais. Uma personalidade, entre as listadas abaixo, não poderia ser incluída no referido livro. Trata-se de:

(A) Brasílio Itiberê.

(B) Basílio da Gama.

(C) Joaquim Nabuco.

(D) Sérgio Buarque de Holanda.

(E) João Cabral de Melo Neto.

A, B, C, D e E: de todas as alternativas, a “D” é a única que traz alguém que não foi diplomata. Ademais, o livro foi publicado em 2002 e é organizado pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 2000) O delta do Rio Níger, na África, é rico em reservas petrolíferas. Este fato estimulou uma das mais sangrentas guerras civis ocorridas naquele continente. Como era também conhecida a região onde se situa o referido delta, região que tentou separar-se do restante do país?

(A) Cabinda.

(B) Abujão.

(C) Biafra.

(D) Suazilândia.

(E) Sokoto.

A, B, C, D e E: a República do Biafra foi um estado secessionista no sudeste da Nigéria. O Biafra era habitado majoritariamente pelo povo ibo e existiu de 30 de Maio de 1967 a 15 de Janeiro de 1970. Lembrando que o desmembramento ou a secessão ocorre pela formação de dois ou mais estados provenientes da divisão de um Estado. Como grande exemplo tem-se o processo de desmembramento da República Socialista Federativa da Iugoslávia. As outras modalidades de extinção de estado são: fusão e transferência territorial. A fusão ocorre quando dois ou mais estados passam a constituir um único. A fusão pode tomar várias formas, por exemplo, um estado pode deixar de existir e se integrar a outro, como também os dois estados deixam de existir e formam um novo estado. E a transferência territorial ocorre quando parcela territorial integrante de um estado transfere-se para outro. Como grande exemplo, tem-se o Acre, pois em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil recebeu a posse definitiva do Acre. O território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo sobre a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Deve-se aventar que nesta hipótese não se configura surgimento ou desaparecimento de soberania, mas somente uma mudança da soberania incidente sobre a parcela territorial transferida.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2000) O antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed*, o Banco Central norte-americano, foi:

(A) George Schultz.
(B) James Baker.
(C) James Brady.
(D) Paul Volker.
(E) Jimmy Carter.

A, B, C, D e E: o antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed* foi Paul Volker, que foi presidente de *Fed* de 1979 a 1987, passando pelos governos de Jimmy Carter e Ronald Reagan.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual das seguintes tríades pode ser associada à figura de Joaquim Nabuco?

(A) monarquista/ liberal/ baiano.
(B) Republicano/ anti-escravista/ baiano.
(C) Republicano/ anti-escravista/ pernambucano.
(D) Monarquista/ anti-escravista/ pernambuco.
(E) Diplomata/ anti-escravista/ carioca.

A, B, C, D e E: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 19 de agosto de 1849 - Washington, 17 de janeiro de 1910) foi um político, diplomata, historiador, jurista e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. E, de fato, era conservador e antiescravista, tendo, inclusive, escrito importantes livros como O Abolicionismo, Um Estadista do Império e Minha Formação. "Por motivos opostos, isto é, por impaciência com a atuação do imperador com relação à abolição, que considerava tímida, Joaquim Nabuco usou também a metáfora teatral para caracterizar o sistema imperial. Ela aparece principalmente em *O Abolicionismo,* de 1883, mas está também presente no mais meditado *Um Estadista do Império,* escrito já na República. É neste último livro, por exemplo, que Nabuco repete Vianna ao dizer que o imperador passou 50 anos a fingir governar um povo livre, só que em sentido positivo e elogioso. No texto de *O Abolicionismo*, o sistema imperial é caracterizado como um jogo de aparências, de falsas realidades, de ficção. A metáfora teatral é nele vinculado a metáfora da sombra. O governo seria a sombra da escravidão; esta, ao final, se tornara também sombra, assim como os políticos eram sombra do poder imperial. A metáfora da sombra já ocorrera a Vianna em discurso de 1882. O parlamento, disse ele nesse discurso: é espectro, sombra de outra sombra, porque não há país constituinte nem país constituído" (José Murilo de Carvalho. A Construção da Ordem & Teatro de Sombras, pág. 419-420. Ed. Civilização Brasileira, 4º edição, 2008).

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Oscar Niemeyer é o arquiteto brasileiro de maior renome internacional. Selecione, a seguir, a opção que lista apenas obras de sua autoria.

(A) Palácio da Alvorada (Brasília), Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro), Palácio das Liberdades (Belo Horizonte).
(B) Palácio Itamaraty (Brasília), Palácio da Indústria (edifício da Bienal de São Paulo), Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro).
(C) Teatro Nacional (Brasília), Igreja de São Francisco (Belo Horizonte), Memorial JK (Brasília).
(D) Sede do Partido Comunista Francês (Paris), Memorial da América Latina (São Paulo), edifício da Petrobrás (Rio de Janeiro).
(E) Catedral de Brasília, Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A, B, C, D e E: a única alternativa que apenas lista obras de autoria de Oscar Niemeyer é a "C".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Cesar Gaviria, atual Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, foi Presidente:

(A) do Panamá.
(B) Da Colômbia.
(C) Do México.
(D) Do Uruguai.
(E) Da Costa Rica.

A, B, C, D e E: Cesar Gaviria foi Presidente da Colômbia de 1990 a 1994 e Secretário-Geral da OEA de 1994 a 2004. A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional que tem por objetivo garantir a paz e a segurança no continente americano. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação regional. Foi instituída, na Nona Conferência Internacional Americana, que se reuniu em Bogotá (Colômbia), em 1948, pela Carta da Organização dos Estados Americanos e é considerada como organismo regional das Nações Unidas. E a possibilidade de ingresso na OEA é aberta a todo estado independente americano. No quesito ingresso cabe fazer uma ponderação em relação a Cuba, pois tal país foi suspenso da OEA em 31 de janeiro de 1962, após seu governo declarar o caráter socialista da Revolução Cubana e se aliar à URSS. A suspensão foi revogada em três de junho de 2009 pela 39ª Assembleia Geral da OEA. A resolução que cessa a suspensão de Cuba determina que seu ingresso será pautado por um processo de diálogo com suporte nas práticas, propósitos e princípios da OEA. Os principais órgãos do OEA são: a) Assembleia Geral: órgão superior da OEA, ela é composta pelos representantes de todos os estados-membros, os quais têm direito a um voto cada e reúne-se anualmente; b) Conselhos: a OEA conta com o Conselho Interamericano Econômico e Social, o Conselho Permanente e o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, todos caudatários da Assembleia Geral; c) Comissão Jurídica Interamericana: a Comissão Jurídica Interamericana é o órgão consultivo em relação aos assuntos jurídicos, mas também atua no desenvolvimento e codificação do direito internacional; d) Comissão Interamericana de Direitos Humanos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem por função primordial promover o respeito e a defesa dos direitos humanos, além de ser o órgão consultivo no referente aos assuntos humanitários; e) Secretaria-Geral: a Secretaria-Geral é regida pelo Secretário-Geral, o qual será eleito para um mandato de cinco anos e, atualmente, com impossibilidade de reeleição. É importante aventar que o Secretário-Geral não pode ser sucedido por pessoa de mesma nacionalidade.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2000) Faleceu, em 1999, Julius Nyerere, que teve papel de destaque, como não só líder da independência de seu país, mas também um dos mais respeitados estadistas africanos de sua geração. De que país foi ele Presidente?

(A) Zimbábue.
(B) Sudão.
(C) Uganda.
(D) Tanzânia.
(E) Zâmbia.

A, B, C, D e E: Julius Nyerere foi Presidente da Tanzânia.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Cada opção a seguir faz referência a mulheres que, a despeito das diferenças, têm ao menos um ponto em comum: passaram para a galeria de celebridades históricas. Assinale a opção em que não há relação entre a personagem e o que se diz dela.

(A) Cornélia, filha de Cipião, o Africano, e mãe dos irmãos Graco. Ficou conhecida na história sobretudo por suas virtudes e larga cultura.
(B) Tereza de Jesus, chamada de Santa Tereza de Ávila, ilustre representante do misticismo espanhol, doutora da Igreja, escreveu várias obras entre suas poesias.
(C) Inês de Castro, personagem mitológica, foi morta por D. Pedro, seu esposo, e vingada posteriormente pelo rei D. Afonso IV.
(D) Salomé, princesa judia, filha de Herodes Felipe e Herodíades, conseguiu de seu tio, Herodes Antipas, acabeça de João Batista como recompensa por uma exibição de dança.
(E) Heloísa, discípula de Abelardo, com quem se casou secretamente, fez votos de castidade, ao se separar. Mantiveram ambos uma correspondência caracterizada por um misto de piedade e paixão.

A, B, C, D e E: a única alternativa que apresenta uma correlação falsa é a "C". Inês de Castro foi uma nobre galega, amada pelo futuro rei D. Pedro I de Portugal, de quem teve quatro filhos. Foi executada às ordens do pai deste, o Rei D. Afonso IV.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Mais uma vez, um filme brasileiro disputou o cobiçado *Oscar*, na categoria de melhor filme estrangeiro, em 2000. Trata-se de *Orfeu*, cujo diretor é:

(A) Arnaldo Jabor.
(B) Cacá Diegues.
(C) Luís Carlos Barreto.
(D) Nelson Pereira dos Santos.
(E) Miguel Farias.

A, B, C, D e E: Cacá Diegues, cineasta brasileiro, autor de clássicos como "Joana Francesa" e "Bye bye Brasil", dirigiu em 1999 uma refilmagem do clássico francês de 1959, "Orfeu Negro" de Marcel Camus, o qual, por sua vez, era baseado na peça "Orfeu da Conceição" de Vinícius de Moraes.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2000) Os anos 60 foram marcantes para a vida social e política do século que se encerra. Indique o evento não ocorrido ao longo da referida década.

(A) A afirmação de rebeldia dos jovens das grandes metrópoles mundiais levou à contestação de vários dos padrões sociais vigentes.
(B) A bandeira da defesa do meio ambiente foi agitada pelos radicais.
(C) A Guerra das Malvinas viria a demonstrar, na década, a eficácia do sistema de defesa das Américas.
(D) A chegada do homem à Lua foi um impulso à capacidade criadora e um salto na evolução tecnológica e espacial.
(E) Os festivais televisionados de música no Brasil arrebataram os jovens e dividiram opiniões em movimentos como o da música de protesto e o da jovem guarda.

A, B, C, D e E: dos eventos listados na presente questão, o único que não ocorreu nos anos 60 foi a Guerra das Malvinas ou Falklands War. Essa guerra se deu entre Argentina e Reino Unido, entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982, e foi motivada pela disputa de controle soberano sobre estes arquipélagos austrais tomados por força em 1833 e dominados, a partir de então, pelo Reino Unido. O saldo final da guerra foi a recuperação do arquipélago pelo Reino Unido e a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e 3 civis das ilhas. Na Argentina, a derrota no conflito fortaleceu a queda da Junta Militar e a restauração da democracia como regime de governo. Por outro lado, a vitória no confronto permitiu ao governo conservador de Margaret Thatcher obter a vitória nas eleições de 1983.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Em uma universidade estrangeira que acolhe estudantes de várias procedências, um angolano, fascinado por nossa cultura, pede a um colega brasileiro informações sobre um tal Negrinho do Pastoreiro. A resposta seria correta se dissesse tratar-se de:

(A) personagem do folclore do Rio Grande do Sul; a quem lhe promete cotos de vela, o Negrinho do Pastoreiro faz encontrar objetos perdidos.
(B) Personagem de folguedos de Santa Catarina, associado à Farra do Boi; diverte-se puxando as cabeleiras de moças virgens.
(C) Personagem de uma folia de reis do interior de São Paulo, particularmente do Vale do Paraíba; tem o hábito de fazer tranças nos rabos dos cavalos não castrados.
(D) Misto de curupira e saci-pererê; tem um pé só, virado para trás e, nas noites de sem lua, costuma perseguir éguas prenhes.
(E) Personagem do folclore mineiro; tem particular devoção a Nossa Senhora e promete proteção a quem a ele recorre no mês de maio, para arrumar casamento.

A, B, C, D e E: a alternativa "A" contém informações corretas sobre o Negrinho do Pastoreiro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) Em um famoso dicionário, o verbete Beccaria vem assim exposto:

> **Beccaria (Cesare Bonesana, marquês de)**. *Jurista italiano (Milão 1738 – 1794). (...) denunciou no seu tratado Dos delitos e das penas (1764) a tortura e a pena de morte, assim como a desigualdade das penas, segundo as pessoas. Esta obra conheceu um grande sucesso na Europa das Luzes*.

Uma das opções a seguir contém algo que não é compatível com a Europa das Luzes.

(A) Período do pensamento europeu, caracterizado pela ênfase na experiência e na razão.
(B) Europa de Newton e de Locke na Inglaterra.
(C) Europa dos enciclopedistas e iluministas, marcada pela filosofia anti-racionalista.
(D) Europa de Kant e Lessing na Alemanha.
(E) Europa de Voltaire, Diderot e Rousseau na França.

A, B, C, D e E: o Iluminismo é um movimento intelectual que aparece no séc. XVIII e que repousa totalmente na razão humana, pois a razão levaria ao progresso e à felicidade. O iluminismo apareceu aos olhos do mundo primeiramente na França e depois se estendeu aos outros países europeus. E uma obra de grande destaque, no período, foi a Enciclopédia, coordenada por Denis Diderot e Jean D"Alembert, que reunia todas as realizações técnicas, científicas e humanísticas da humanidade. De uma forma geral, podemos classificar o iluminismo como um movimento empirista e materialista. E o liberalismo é fundamentado nas teorias racionalistas e empiristas do Iluminismo e na expansão econômica gerada pela industrialização. O socialismo surgiu como um contraponto ao liberalismo e ao capitalismo, pois denunciava

a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Mas também é fundamentado pelas teorias empiristas e materialistas.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) A partir de 1978, a República Popular da China conheceu um período, que se prolonga até hoje, de reformas econômicas e de abertura ao exterior. Assinale o nome do principal líder associado a esse período.

(A) Chou Enlai.
(B) Hue Kuofeng.
(C) Mao Zedong.
(D) Deng Xiaoping.
(E) Kim Llsung.

A, B, C, D e E: Deng Xiaoping foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992. É o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) A atividade precípua de uma das pessoas abaixo identificadas está incorreta. Qual?

(A) Eduardo Escorel – música.
(B) Rodrigo Pederneiras – coreografias para balé.
(C) Paulo Pasta – artes plásticas.
(D) Maureen Bisilliat – fotografia.
(E) Lilia M. Schwarcz – antropologia.

A, B, C, D e E: Eduardo Escorel trabalha com cinema, nas funções de roteirista, editor e diretor. É dele o importante filme "Lição de amor", adaptação do romance de Mário de Andrade, "Amar, verbo intransitivo".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) Em Os Lusíadas, de Camões, a posição expressa no discurso do "Velho do Restelo" é:

(A) de incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas vantagens econômicas que poderiam advir para Portugal das ligações comerciais com a Ásia.
(B) De incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas suas conseqüências para o fortalecimento político e moral do povo português.
(C) De incentivo genérico ao empreendimento das navegações portuguesas, sem especificar as razões que as podiam justificar.
(D) De crítica ao empreendimento das navegações portuguesas.
(E) Indiferente à questão das navegações portuguesas.

A, B, C, D e E: embora o objetivo da epopeia seja louvar o povo português e o seu empreendimento marítimo, há dois momentos discordantes desse propósito: o episódio do velho do Restelo e o epílogo. Naquele, no momento da saída de Vasco da Gama de Portugal rumo ao Oriente, um velho "só de experiências feito" critica a glória de mandar e a vã cobiça dos que vão buscar a fama longe de casa e causam muito sofrimento ao povo português.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) O poeta português, Antônio Gedeão (1906- 1995), no poema "Lição sobre a Água", após descrever várias propriedades dessa substância, conclui com esta estrofe:

Foi neste líquido que numa noite cálida de Verão,
Sob um luar gomoso e branco de camélia,
Apareceu a botar o cadáver de Ofélia
Com um nenúfar na mão.

(Antologia da poesia portuguesa contemporânea: um panorama seleção e introdução, de Alberto da Costa e Silva e Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. Pág. 54)

O nome Ofélia, citado no terceiro verso, refere-se a:

(A) personagem da mitologia medieval, equivalente às Ninfas Gregas.
(B) Personagem da tragédia *Hamlet*, de Shakespeare, que se suicidou, após ter enlouquecido.
(C) Ninfa grega, protetora de fontes e rios, morta por Vênus por inveja de sua imensa beleza.
(D) Personagem da tragédia *Otelo*, que, por ciúme, se atira nas águas do Tâmisa.
(E) Personagem de *Dama das Camélias*, que, sabendo-se tuberculosa, se atira nas águas de um turbulento rio.

A, B, C, D e E: Ofélia era noiva de Hamlet e filha de Polônio, após o assassinato deste por aquele, ela enlouquece e morre afogada num lago, havendo a suspeita de suicídio.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) "*Juro*! Deixe ver os olhos, Capitu.

Tinha-me lembrado a definição que José Dias dera deles, 'olhos de cigana oblíqua e dissimulada' . Eu não sabia o que era oblíquo, mas dissimulada sabia, e queria ver se podiam chamar assim."

O namoro de Bentinho e Capitu é tema de que romance brasileiro?

(A) Mar Morto.
(B) O Cortiço.
(C) Dom Casmurro.
(D) A Moreninha.
(E) Menino de Engenho.

A, B, C, D e E: no romance Dom Casmurro, o narrador Bentinho traça um retrato de Capitu a fim de se convencer de que ela não apenas o traiu, mas de que seu romance juvenil já vinha marcado pelo interesse e pela manipulação.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999)

flor da boca da pele do céu
pele do céu da flor da boca
céu da flor da boca da pele
boca da pele do céu da flor

(Augusto de Campos)

Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari destacaram-se como expoentes de que movimento poético brasileiro?

(A) romantismo.
(B) naturalismo.
(C) concretismo.
(D) parnasianismo.
(E) simbolismo.

A, B, C, D e E: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari formam em 1952 o grupo concretista e lançam a revista Noigrandes,

defendendo uma poesia mais experimental em oposição ao conservadorismo de alguns poetas da chamada Geração de 45.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) De quem são estes versos, dos mais belos do cancioneiro popular brasileiro?

"...Queixo-me às rosas, mas que bobagem,

as rosas não falam

simplesmente as rosas exalam

o perfume que roubam de ti..."

(A) Lupicínio Rodrigues.
(B) Cartola.
(C) Herivelto Martins.
(D) Antonio Carlos Jobim.
(E) Chico Buarque de Holanda.

A, B, C, D e E: os versos pertencem ao sambista Agenor de Oliveira, mais conhecido pelo apelido "Cartola", um dos fundadores da escola de samba "Estação Primeira de Mangueira".

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999)

"Este leito que aí está assim revolto, desfeito,

Onde humilde beijei teus pés, as mãos, o busto.

Na ausência do teu corpo a que ele está afeito,

Mudou-se, para mim, em leito de Procusto."

(Emílio de Menezes).

Sobre leito de Procusto, está correta apenas uma das afirmações que se seguem:

(A) Trata-se da alusão a um personagem mitológico responsável pelo sono eterno.
(B) É uma expressão de caráter indecoroso, já que Procusto foi um rei devasso.
(C) É uma expressão ofensiva, pois Procusto é um personagem lendário que costumava submeter suas vítimas à humilhação de se deitarem à força em um leito infame.
(D) Remete ao martírio a que o lendário Procusto submetia sua vítimas, cortando-lhes ou esticando-lhes as pernas para fazê-las caber no leito.
(E) É uma expressão que lembra o tratamento que o lendário Procusto reservava a suas amantes.

A, B, C, D e E: personagem da mitologia grega, Procusto possuía uma cama que dizia ser exatamente do seu tamanho, ele fazia suas vítimas se deitarem nela: aos que eram maiores que a cama, ele lhes cortava os membros; aos que eram menores, ele os esticava.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) Em jantar oferecido em homenagem a ilustre visitante, um Embaixador estrangeiro, residente em Brasília, comenta ter-se impressionado com a alta qualidade da produção de dois Programas especiais que a Rede Globo de Televisão levou ao ar, recentemente, O Auto da Compadecida e Chiquinha Gonzaga. Animada a conversa, Vira-se o Embaixador para você e Pergunta – Quem é mesmo o autor d´O Auto da Compadecida? -, ao que você só poderá responder:

(A) Ariano Suassuna.
(B) João Ubaldo Ribeiro.
(C) José Cândido de Carvalho.
(D) Mario Palmério.
(E) Manoel Antônio Gonzaga.

A, B, C, D e E: Ariano Suassuna é o autor d'O Auto da Compadecida.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Em 30 de dezembro último, celebrou-se o centenário de nascimento do pesquisador Luís da Câmara Cascudo, autor de mais de cem livros, entre os quais A História de Nossos Gestos. Renderam-lhe o justo reconhecimento pela qualidade e relevância de suas pesquisas na área de:

(A) Circo.
(B) Mímica.
(C) Folclore.
(D) Filosofia.
(E) Teatro.

A, B, C, D e E: Luís da Câmara Cascudo (Natal, 30 de dezembro de 1898 - Natal, 30 de julho de 1986) foi um historiador, antropólogo, advogado e jornalista que se dedicou ao estudo da cultura brasileira. Uma de suas mais importantes obras é o Dicionário do Folclore Brasileiro.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) No último Festival de Cinema de Brasília, Amor e Cia recebeu os prêmios de melhor filme e melhor atriz (Patrícia Pilar). A obra original, intitulada Alves e Cia., que inspirou o filme, é de:

(A) Eça de Queiroz.
(B) Machado de Assis.
(C) Rachel de Queiroz.
(D) José de Alencar.
(E) José Sarney.

A, B, C, D e E: Eça de Queiroz, romancista realista português e um dos maiores escritores em língua portuguesa, possui uma obra que, embora centenária, continua despertando interesse, como atesta a constante adaptação de seus livros para o cinema e o teatro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) A Pinacoteca do Estado de São Paulo inaugurou, em setembro último, grande retrospectiva dos trabalhos de Francisco Brennand, consagrado em que campo das artes e filho orgulhoso de que Estado da Federação?

(A) Escultura / Pernambuco.
(B) Tapeçaria / Minas Gerais.
(C) Pintura / Rio Grande do Sul.
(D) Fotografia / Pará.
(E) Gravura / Mato Grosso.

A, B, C, D e E: Francisco de Paula de Almeida Brennand nasceu em Recife, no dia 11 de junho de 1927. É um escultor e artista plástico que desenvolve seu trabalho com diversos suportes. Entretanto, é mais conhecido pelo seu trabalho como ceramista.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Dividido entre duas etnias e com a parte de seu território tendo declarado secessão, não reconhecida pela comunidade internacional, o país é palco de uma das mais antigas operações de paz da ONU. Trata-se:

(A) Angola.

(B) Chipre.
(C) Coréia.
(D) Líbano.
(E) Somália.

A, B, C, D e E: a ilha de Chipre, em sua totalidade, é um país independente. Todavia, em 1974, após 11 anos de violência entre as comunidades e um golpe de Estado de nacionalistas cipriotas gregos, a Turquia invadiu e ocupou a parte norte da ilha. A violência entre as comunidades e a posterior invasão turca levou ao deslocamento de um grande contingente de cipriotas e também o estabelecimento de uma entidade turco-cipriota separada politicamente ao norte, reconhecida internacionalmente somente pela própria Turquia. O tema reconhecimento de estado comporta uma antiga divergência doutrinária. A parcela maior da doutrina defende que o reconhecimento de um estado pelos seus pares tem natureza *declaratória* (é a posição adotada pelo Instituto de Direito Internacional), ao passo que a outra parcela defende que tal reconhecimento tem natureza *constitutiva.* O aclamado princípio da autodeterminação dos povos dá suporte à tese da natureza declaratória do reconhecimento. Pelo dito e pela análise fática recente, pode-se afirmar que o reconhecimento de um estado por outro tem mesmo natureza simplesmente declaratória. Discussões à parte, o reconhecimento pode ser *expresso* ou *tácito*, mas deve ser inequívoco. Exemplos de reconhecimento expresso são: tratado, decreto, nota etc. E exemplos do tácito são: início das relações diplomáticas ou a celebração de um tratado qualquer com o novo Estado. Pode também ser *de jure* ou *de facto.* O reconhecimento *de jure* é definitivo, já o *de facto* é provisório ou limitado. Ainda se pode classificar o reconhecimento como *individual* ou *coletivo.* O individual é efetuado por apenas um estado, já o coletivo por vários estados. Deve-se apontar que na atualidade o reconhecimento coletivo tem maior incidência, isto porque está ligado à aderência do novo estado à Organização das Nações Unidas.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) Academia Sueca resolveu reconhecer um escritor de língua portuguesa, concedendo a José o prêmio Nobel de Literatura de 1998. Qual da seguinte obras não é de Saramago?

(A) ....do Convento.
(B) ....Cerco de Lisboa.
(C) A Cidade e as Serras.
(D) O Evangelho segundo Jesus Cristo.
(E) Ensaio sobre a Cegueira.

A, B, C, D e E: A questão foi anulada devido ao erro de impressão que omitiu parcialmente os nomes das obras constantes nos itens A e B (Memorial do Convento e História do Cerco de Lisboa). A alternativa correta seria, contudo, a "C", por se tratar de uma obra de Eça de Queiroz.

Gabarito ANULADA

(Diplomacia – 1999) "O homem não é mais que um caniço, o mais frágil da natureza; mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: uma névoa, uma gota d'água basta para matá-lo. (...) Toda a nossa dignidade consiste, pois no pensamento. (...) Empenhemo-nos, então, em pensar bem: eis o princípio da moral."

Esses fragmentos são autoria de um famoso pensador do século XVII (1623-1662). Prodigiosa união de matemático, físico e filósofo, com Pierre Fermat lançou a base da teoria moderna das probabilidades. Religioso, ligado aos jansenitas de Port-Royal, deixou os célebres Pensées (1670), obra clássica da filosofia.Trata-se de :

(A) René Descartes.
(B) Soren Kirkegaard.
(C) Henri Bergson.
(D) Antoine Arnauld.
(E) Blaise Pascal.

A, B, C, D e E: a metáfora "caniço pensante" de Pascal para designar o ser humano é bastante conhecida e citada. Há uma referência a ela, por exemplo, em "Memórias Póstumas de Brás Cubas": no capítulo "Virgília", Machado cita-a para formular um dos conceitos básicos de sua visão de mundo, o da "errata pensante".

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Não é necessário saber de cor textos completos de autores/pensadores famosos para reconhecer-lhes a autoria. Exemplo disso é o trecho que se segue:

> *"...perguntando sempre aos outros o que somos e não ousando jamais interrogarmo-nos a nós mesmos sobre esse assunto, e em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximos sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão e sabedoria e prazer sem felicidade. Basta ter provado não ser esse absoluto o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e a desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram, desse modo, todas inclinações naturais."*

A leitura do texto permite afirmar que seu autor é:

(A) Voltaire.
(B) Hume.
(C) Bosset.
(D) Platão.
(E) Rousseau.

A, B, C, D e E: Rousseau é o expoente da *teoria da soberania popular*, segundo a qual, para limitar o poder, é imperativa a participação de todos os cidadãos. Assim, uma vez que o poder pertence a todos, é como se não pertencesse totalmente a ninguém. A contenção do abuso do poder dá-se pela mudança do seu titular, ou seja, o povo - titular do poder em substituição ao monarca - não pode exercer o poder que lhe pertence contra si mesmo. E Rousseau toma como ponto de partida o estado natural, que é aquele no qual o homem é senhor de si mesmo, sendo o único juiz dos meios apropriados à sua conservação. No estado natural, há uma desigualdade entre os homens, que consiste na diferença de idade, da saúde, das forças corporais. Essa desigualdade permite a submissão do mais fraco pelo mais forte. Posto que nenhum homem possui uma autoridade natural sobre seu semelhante e que a força não produz nenhum direito, resta o contrato social como base de toda autoridade legítima entre os homens. Para Rousseau, o contrato social resulta numa vontade geral que deve ser obedecida por todos. Importante dizer que a vontade geral não é a da maioria; a vontade geral é a resultante dos interesses comuns de todos os cidadãos. Somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, que é o bem comum.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Celebra-se esta ano o centenário de nascimento de um escritor de língua espanhola que, que apesar de ter legado ampla obra, para muitos considerada como extraordinária, nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura. Trata-se de:

(A) Camilo José Cela.
(B) Jorge Luis Borges.
(C) Octavio Paz.
(D) Pablo Neruda.
(E) Grabiel Garcia Márquez.

A, B, C, D e E: Jorge Luis Borges nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) Quem é o "Estadista do Império" a que se refere o título da obra célebre de Joaquim Nabuco?

(A) Padre Feijó.
(B) José Thomaz Nabuco de Castro.
(C) Barão do Rio Branco.
(D) Bernado Pereira de Vasconcellos.
(E) Dom Pedro II.

A, B, C, D e E: a obra o "Estadista do Império" se refere a José Thomaz Nabuco de Castro.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) A que episódio marcante da história da França está ligada a famosa carta aberta, publicada por Emile Zola, no jornal L´Aurore, sob o título J´Accuse...! ("Eu acuso...!")?

(A) A destruição da Comuna de Paris.
(B) A derrota francesa na guerra franco-prussiana.
(C) O caso Dreyfus.
(D) O escândalo envolvendo a construção da Torre Eiffel.
(E) O ínicio da colonização da Argélia.

A, B, C, D e E: Dreyfus foi um capitão do exército francês acusado injustamente de vender segredos de guerra aos prussianos. Pelo fato de ser judeu, seu processo acendeu um forte sentimento antissemita. Em 1898, Zola publicou sua carta aberta ao presidente da República, desencadeando um apaixonado debate nacional que levou mais tarde à revisão do caso com a conclusão de inocência do militar, que foi reabilitado.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) O que significa a expressão latina delenda Carthago, usada por Catão?

(A) Cartago deve ser destruída.
(B) Cartago deve ser preservada.
(C) Ainda vive a lenda de Cartago.
(D) Lembre-se de Cartago.
(E) Cartago não se rende.

A, B, C, D e E: a expressão latina *delenda Carthago* significa *Cartago deve ser destruída*.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Segundo o Senador Arthur da Távola, Chão de Estrela, Carinhoso, Luar do Sertão e Aquarela do Brasil podem ser considerados como hinos da MPB. Qual dos compositores abaixo, importante embora, não foi autor de nenhuma das quatros músicas citadas?

(A) Vinicius de Moraes.
(B) Orestes Barbosa.
(C) Pixinguinha.
(D) Catulo da Paixão Cearense.
(E) Ary Barroso.

A, B, C, D e E: Chão de Estrela foi composta por Sílvio Caldas e Orestes Barbosa; Carinhoso foi composta por Pixinguinha e João de Barro; Luar do Sertão foi composta por Catulo da Paixão Cearense e João Pernambuco; Aquarela do Brasil foi composta por Ary Barroso. Logo, a alternativa que deve ser assinalada é a "A".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em 1º de janeiro último, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu posse aos Ministros e Secretários da sua nova equipe de governo. A esse respeito, qual informação abaixo está incorreta?

(A) Luiz Felipe Lampreia: Políticas Regionais.
(B) Ovídio de Ângelis: Políticas Regionais.
(C) Francisco Dornelles: Indústria, Comércio e Turismo.
(D) Luiz Carlos Bresser Pereira: Ciência e Tecnologia.
(E) Rodolfo Tourinho: Minas e Energia.

A, B, C, D e E: a única alternativa que não corresponde aos ministérios indicados por FHC é a "C".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) O que é incorreto afirmar sobre o teatro Brasileiro?

(A) No século XIX, as comédias teatrais foram cultivadas por autores como Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e Artur Azevedo e os dramas, por Gonçalves dias, Pinheiro Guimarães e Castro Alves.
(B) Nas primeiras décadas do século XX, denominam-se dramaturgos como Graça Aranha e Pinheiro Machado.
(C) O "Teatro Brasileiro de Comédia" (TBC), fundado em 1948, contribuiu para profissionalização do teatro nacional, mas deu preferência a autores estrangeiros, alguns dos quais encenou por primeira vez no Brasil.
(D) O "teatro de Arena", fundado no início da década de 50 contribuiu para a renovação da linguagem teatral nacional, por meio da promoção de autores brasileiros, como Edvaldo Viana Filho, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri.
(E) O "Teatro Oficina", fundado em 1963 e dirigido por José Celso Martinez Correia, destacou-se pela ousadia de suas experiências e Inovações, de que é exemplo a Montagem de O rei da Vela De Oswald de Andrade.

A, B, C, D e E: Pinheiro Machado foi um influente político gaúcho da Republica Velha. Graça Aranha foi um diplomata e intelectual brasileiro que escreveu o importante romance Canaã, foi dos poucos escritores já consagrados antes do Modernismo que apoiou os jovens modernistas.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Suponha que, como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, você esteja acompanhando uma comitiva de arquitetos de nosso país, numa visita à famosa catedral de Chartres. Sabendo-se que todos os membros da comitiva são profundos conhecedores da história da arquitetura, que (?)

(A) Estamos diante de um monumento suntuoso da arquitetura gótica.
(B) Eis o exemplo típico de um estilo arquitetônico cuja expressão mais alta são as catedrais.
(C) Os senhores estão diante da síntese suprema do estilo barroco em terras de França.
(D) As catedrais de Chartres, Rheims e Notre Dame são expressões maiúsculas de um mesmo estilo arquitetônico na França.
(E) Observem a quantidade e a beleza dos famosos vitrais de Chartres: constituem um ponto de destaque dessa catedral, cheia de luz e cores.

A, B, C, D e E: como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, o certo é dizer o que está contemplado na alternativa “C”, pois, de fato, a Catedral de Chartres é a síntese suprema do estilo barroco na França.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 1998) Eminente personalidade do cenário político brasileiro, ele nasceu em Minas Gerais no início do século. Como Ministro da Educação e da Saúde, foi autor de ampla reforma do ensino. Criou o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ajudou a fundar o Partido Social Democrático (PSD). Trata-se de:

(A) Francisco Campos.
(B) Milton Campos.
(C) Paulo Mendes Campos.
(D) Otávio Mangabeira.
(E) Gustavo Capanema.

A, B, C, D e E: a questão faz uma breve descrição histórica de Gustavo Capanema.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1998) “Um movimento que queria apresentar-se como uma imagem da superação do conflito entre a consciência de que a versão do projeto do Ocidente oferecida pela cultura popular e de massas nos Estados Unidos era potencialmente libertadora... e o horror da humilhação que representa a capitulação a interesses estreitos de grupos dominantes, em casa ou nas relações internacionais. Era também uma tentativa de encarar a coincidência (mera?), nesse país tropical, da onda da contracultura com a voga dos regimes autoritários”.

Retirada de um livro de publicação recente, a citação acima refere-se a que movimento cultural brasileiro?

(A) tropicalismo.
(B) modernismo.
(C) simbolismo.
(D) neo-realismo.
(E) parnasianismo.

A, B, C, D e E: o trecho em questão faz parte do livro “Verdade Tropical”, escrito por Caetano Veloso, um dos idealizadores do movimento Tropicalista.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 1998) A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, consagrou definitivamente o princípio do “desenvolvimento sustentável”. Alguns anos antes, uma importante personalidade internacional presidira a Comissão das Nações Unidas que preparou relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, que tinha como principal base conceitual a ideia de “desenvolvimento sustentável”. Quem foi esta personalidade?

(A) Javier Peres de Cuellar.
(B) Gro Harlem Brundtland.
(C) Al Gore.
(D) Maurice Strong.
(E) Sting.

A, B, C, D e E: a personalidade apontada na questão é Gro Harlem Brundtland. O princípio do desenvolvimento sustentado é aquele que determina a harmonização entre o desenvolvimento econômico e social e a garantia da perenidade dos recursos ambientais.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1998) Antes da Segunda Guerra Mundial, mulher ocupar cargo público de relevo era raro e, em alguns países, inimaginável. Depois de 1945 e, em particular, depois do primeiro governo nacional liderado por uma mulher no Sri Lanka, em 1960, mais de quinze mulheres já chefiaram governos em vários países. Qual país, entre os abaixo citados, nunca teve mulher como Chefe de Governo?

(A) Índia.
(B) Israel.
(C) Reino Unido.
(D) Noruega.
(E) Alemanha.

A, B, C, D e E: essa questão está prejudicada, visto que Angela Dorothea Merkel é a atual chefe de governo da Alemanha.

Gabarito Oficial “E”/Gabarito Nosso “ANULADA”

(Diplomacia – 1998) A moeda a ser adotada pelos países da União Econômica e Monetária chamar-se-á:

(A) Eco.
(B) Marco.
(C) Florin.
(D) Euro.
(E) Franco.

A, B, C, D e E: a União Europeia é uma união econômica e monetária e adotou o euro como moeda única. A União Europeia não é um superestado, mas sim uma entidade supranacional, ou, ainda melhor, uma entidade que funciona por cooperação supranacional. Pode-se também dizer, por uma perspectiva mais sociológica, que é um projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução. Sabe-se que anteriormente ao atual estágio, alguns países europeus constituíram, pelo Tratado de Paris em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), e, em 1957, estes países assinaram os Tratados de Roma, prorrogando e ampliando a cooperação estabelecida no âmbito da CECA com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA). A União Europeia foi formalmente criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em sete de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993. Hoje conta com 27 países-membros e continua em processo de ampliação. Interessante analisar os principais órgãos supranacionais da União Europeia: A) Parlamento: o Parlamento Europeu é o local onde os povos dos estados-membros são representados. A eleição dos deputados se dá mediante sufrágio universal direto, em escrutínios realizados simultaneamente em todos os países comunitários. E desempenha três funções principais: **a)** debate e aprova a legislação da UE (juntamente com o Conselho); **b)** fiscaliza outras instituições da UE, nomeadamente a Comissão, a fim de assegurar que funcionam de forma democrática; **c)** debate e aprova o orçamento da UE (juntamente com o Conselho); B) Conselho: o Conselho Europeu é composto por um representante de cada estado-membro, cuja presidência é exercida rotativamente por seus integrantes no período de seis meses. Cabe ao Conselho definir as principais políticas para a manutenção e aperfeiçoamento da União Europeia; C) Comissão: a Comissão Europeia deve garantir o respeito às regras e aos princípios comunitários, propor políticas ao Conselho com o fito de desenvolver as políticas comunitárias, como também executar as políticas comunitárias com suporte nas decisões do Conselho ou diretamente nos Tratados. É composta por nacionais dos estados-membros, nomeados de comum acordo pelos governos; D) Tribunal de Justiça: o Tribunal de Justiça da União Europeia tem competência para anular os

atos da Comissão, do Conselho ou emanados dos governos nacionais quando contrariarem os Tratados, como também pronunciar-se, a pedido de tribunal ou juiz nacional, sobre a correta interpretação das normas comunitárias. Existe ainda a competência de emitir pareceres vinculantes sobre os acordos que a União Europeia firmar com estados terceiros. O Tribunal é composto por 27 juízes, sendo cada um destes indicados por cada estado-membro e com mandato renovável de seis anos. Deve-se ponderar, por fim, que o Tribunal exerce função de grande relevância na uniformização da interpretação das normas comunitárias e na criação destas mesmas normas.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Para evitar o controle exercido pelos órgãos de censura, conhecido compositor brasileiro assinou algumas obras suas como "Julinho da Adelaide". Foi:

(A) Chico Buarque.
(B) Caetano Veloso.
(C) Edu Lobo.
(D) Gilberto Gil.
(E) Carlos Lyra.

A, B, C, D e E: esse subterfúgio foi utilizado por Chico Buarque.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Alguns críticos consideram que o cinema brasileiro, depois de anos de acanhada produção, estaria vivendo, na década de 90, uma espécie de renascimento atribuído, em grande parte, a medidas governamentais de fomento, de que é exemplo a Lei do Audiovisual. De que trata essa Lei?

(A) de quotas de exibição para filmes brasileiros nas salas comerciais.
(B) De incentivos fiscais para empresas e indivíduos que invistam em cinema.
(C) De financiamento direto do governo à produção de filmes nacionais.
(D) Da realização em diferentes estados do país de mostras e festivais internacionais de cinema.
(E) Da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais pelas redes emissoras de televisão.

A, B, C, D e E: o art. 1º da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) assim dispõe: "Até o exercício fiscal de 2016, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE".

Gabarito Oficial "D"/Gabarito Nosso "B"

(Diplomacia – 1998) "Hegel observou em uma das suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar a primeira como tragédia, a segunda como farsa".

Em que obra encontramos originalmente esse famoso comentário:

(A) O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx.
(B) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber.
(C) A Era das Revoluções, de Eric Hobsbawn.
(D) A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.
(E) As Origens do Capitalismo, de Hannah Arendt.

A, B,C, D e E: a obra "O 18 de Brumário de Luis Bonaparte" visa a criticar o golpe de estado empreendido por Luís Bonaparte, que, a exemplo de seu tio Napoleão Bonaparte, derrubou a república, proclamando-se imperador.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Se, em 1923, a Academia Brasileira de Letras organizasse um encontro internacional com os grandes escritores da época para inaugurar sua nova sede, o Petit Trianon, doado naquele ano pelo governo francês, quem não poderia ser convidado, por estar morto ou não Ter ainda nascido:

(A) James Joyce.
(B) Franz Kafka.
(C) Fernando Pessoa.
(D) Victor Hugo.
(E) Thomas Mann.

A, B, C, D e E: Victor-Marie Hugo nasceu em Besançon, no dia 26 de fevereiro de 1802, e faleceu em Paris, no dia 22 de maio de 1885. Foi um novelista, poeta, dramaturgo, ensaísta, artista, estadista e também ativista pelos direitos humanos com grande atuação política na França.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Hoje em dia, a questão da cidadania é tema presente em toda discussão que envolva a consciência dos direitos e deveres dos brasileiros. José Murilo de Carvalho escreveu sobre a matéria um livro que já se tornou clássico, cujo título é:

(A) Os Bestializados.
(B) Os Marginalizados.
(C) Os Esacndalizados.
(D) Os Estigmatizados.
(E) Os Excluídos.

A, B, C, D e E: o livro citado na questão é "Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi" de autoria do José Murilo Carvalho.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) "Cada uma de nossas concepções principais, cada ramo do nosso conhecimento passa *sucessivamente por três estágios teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo... Considerada na sua acepção mais antiga e mais comum, a palavra positivo designa o real, por oposição ao quimérico."*

A citação acima é de um filósofo que exerceu grande influência sobre diversos políticos republicanos brasileiros no final do séc. XIX. Trata-se de:

(A) Montesquieu.
(B) Auguste Comte.
(C) Isaac Newton.
(D) Thomas Hobbes.
(E) Adam Smith.

A, B, C, D e E: Auguste Comte desenvolveu um pensamento que refutava a preocupação com questões teológicas e metafísicas, enfatizando o valor da ciência. e objetivando o progresso social. Seu pensamento teve grande penetração no Brasil do fim do século XIX, em especial na jovem oficialidade militar, que passou, com isso, a apoiar o ideal republicano.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) "... movimento que atribuiu, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos de.... da opinião, do senso comum, da vontade da comunidade em geral - aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento..."

Extraída do Dicionário de Política, de Bobbio, Matteucci e Pasquino, a citação define o:

(A) Socialismo.
(B) Absolutismo.
(C) Anarquismo.
(D) Liberalismo.
(E) Comunismo.

A, B, C, D e E: a passagem do Dicionário de Política de Bobbio, Matteuci e Pasquino define claramente o anarquismo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) No aniversário de um amigo seu, conhecido apreciador de música barroca, você pensa em presenteá-lo com CDs de representantes típicos dessa escola. Que compositores você procuraria?

(A) Pergolesi e Beethoven.
(B) Corelli e Albinoni.
(C) Boccherini e Schumann.
(D) Vivaldi e Schubert.
(E) Bach e Brahms.

A, B, C, D e E: Arcangelo Corelli (1653-1713) e Tomaso Albinoni (1671-1751) foram músicos e compositores barrocos, destacando-se o primeiro também como exímio violinista.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) "A perspectiva central cede lugar a um modo de ver que reproduz o objeto simultaneamente de vários ângulos visuais. A velha geometria pictórica, orientada pela percepção da realidade, foi acrescida de uma estrutura política autônoma e desenvolvida apenas a partir da tela..."

A citação acima refere-se a que escola?

(A) Cubismo.
(B) Impressionismo.
(C) Fauvismo.
(D) Surrealismo.
(E) Expressionismo.

A, B, C, D e E: a arte moderna, em especial as vanguardas artísticas do século XIX, rompeu com a representação realista na arte. O cubismo tinha como uma de suas características marcantes a geometrização das formas, com o emprego de muitas retas e de ângulos retos, o que levou um crítico descontente a comentar que a tela era uma sucessão de cubos. Paradoxalmente, mas não raro em arte, o comentário que tinha fins depreciativos acabou sendo adotado pelos artistas que passaram a se designar cubistas.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) A atriz Fernanda Montenegro recebeu, na versão deste ano do Festival de Berlim, o "Urso de Prata", por sua atuação no filme Central do Brasil. O filme trouxe igualmente para o Brasil o "Urso de Ouro" (melhor filme), entregue a seu diretor, que é:

(A) Joaquim Pedro de Andrade.
(B) Miguel Faria.
(C) Walter Salles.
(D) Bruno Barreto.
(E) Nelson Pereira dos Santos.

A, B, C, D e E: cineasta de renome internacional, Walter Salles, que já havia chamado a atenção com o filme "Terra Estrangeira" de 1995, consagrou-se em definitivo com "Central do Brasil" de 1998, que, além de diversos prêmios importantes como o Urso e Ouro, recebeu duas indicações ao Oscar.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) A reflexão "governo do povo, pelo povo e para o povo" é fecho de um discurso famoso, pronunciado por:

(A) Winston Churchill.
(B) John F. Kennedy.
(C) Thomas Jefferson.
(D) Abraham Lincoln.
(E) Getúlio Vargas.

A, B, C, D e E: foi no Discurso de Gettysburg que o então Presidente dos EUA Abraham Lincoln pronunciou a tão conhecida reflexão.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Anísio Teixeira foi:

(A) Um poeta do realismo português.
(B) Ministro da Agricultura, no governo de Washington Luís.
(C) O cientista brasileiro que primeiro denunciou o desmatamento da Amazônia.
(D) Um educador que lutou pela renovação do ensino brasileiro.
(E) Um político pioneiro na campanha pela reforma agrária no Brasil.

A, B, C, D e E: Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro que teve papel central na história da educação no Brasil, marcadamente nas décadas de 1920 e 1930, quando difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Teus olhos são negros, negros.

Como as noites sem luar...

São ardentes, são profundos

Como o negrume do mar.

Essa quadra de versos heptassílabos é de autoria do conhecido poeta brasileiro, cujo sesquincetenário de nascimento foi comemorado em 1997 (14 de março). Trata-se de:

(A) Olavo Bilac.
(B) Álvares de Azevedo.
(C) Castro Alves.
(D) Casimiro de Abreu.
(E) Gonçalves Dias.

A, B, C, D e E: trata-se de Castro Alves, poeta romântico brasileiro que ficou conhecido como o "Poeta dos Escravos" pelo seu empenho contra a escravidão, mas que também cultivou poesia lírico-amorosa como a que vem presente na questão.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) Menino de Engenho, Doidinho, Banguê, O Moleque Ricardo e Usina formam o “ciclo da cana-de-açúcar”, famoso conjunto de romances brasileiros, cujo autor é:

(A) Graciliano Ramos.
(B) José Lins do Rego.
(C) Érico Veríssimo.
(D) Guimarães Rosa.
(E) Jorge Amado.

A, B, C, D e E: na década de trinta, escritores nordestinos produziram obras de valor que retratavam sua região com seus problemas, dando novo alento a uma vertente importante da literatura brasileira: o regionalismo. Entre eles, José Lins do Rego criou o ciclo da cana-de-açúcar que abordava a vida nos engenhos de cana e a posterior decadência desse modelo e sua substituição pela usina.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1998) O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em julho de 1955, com vistas à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. Qual dos nomes abaixo se identifica com o que se convencionou chamar “pensamento isebiano”?

(A) Gustavo Corção.
(B) Paulo Freire.
(C) Sérgio Buarque de Hollanda.
(D) Ferreira Gullar.
(E) Hélio Jaguaribe.

A, B, C, D e E: Hélio Jaguaribe foi um dos fundadores de ISEB e um dos seus principais teorizadores.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1998) “O Homem Cordial”, “O Bom Selvagem” e “O Eterno Retorno” são conceitos celebrizados, respectivamente, pelos seguintes autores:

(A) Montesquieu, Voltaire e Benedeto Croce.
(B) Sérgio Buarque de Holanda, Jean-Jacques Rousseau e Nietzsche.
(C) Paulo Prado, Albert Camus e Hegel.
(D) Gilberto Freyre, Herbert Spencer e Maquiavel.
(E) Platão, Goethe e Flaubert.

A, B, C, D e E: os conceitos constam, respectivamente, das seguintes obras dos autores citados: “Raízes do Brasil”; “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” e “A Gaia Ciência”.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1998) O Barão do Rio Branco adotou como divisa as palavras latinas “URBIQUE PATRIAE MEMOR”. Qual é a tradução correta em português dessa divisa:

(A) não há pátria sem memória.
(B) A memória é o fundamento da pátria.
(C) A pátria é a lembrança maior.
(D) A pátria está em todo lugar.
(E) Em toda parte, lembro-me da pátria.

A, B, C, D e E: URBIQUE: em toda parte; PATRIAE: da pátria; MEMOR: lembro-me.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1998) Você está servindo em um posto na América Latina, e uma universidade local convida-o para proferir palestra sobre cultura brasileira pós-64. Qual dos autores abaixo não poderia ser mencionado como expressão do período?

(A) Euclides da Cunha.
(B) Florestán Fernandes.
(C) Darcy Ribeiro.
(D) Caetano Veloso.
(E) José Guilherme Melquior.

A, B, C, D e E: Euclides da Cunha, figura que já se destaca no final do período monárquico como um aspirante a oficial rebelde e republicano e teve seu reconhecimento intelectual em 1902 com a publicação de “Os Sertões”, morreu em 1909.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Cineasta Italiano de grande projeção que dirigiu os filmes A Aventura, A Noite e O Eclipse:

(A) Federico Fellini.
(B) Luchino Visconti.
(C) Ettore Scola.
(D) Dino Rossi.
(E) Michelangelo Antonioni.

A, B, C, D e E: Michelangelo Antonioni praticava um cinema introspectivo, com economia de planos, longas tomadas e poucos de diálogos ações. A câmera acompanhava seus personagens angustiados de forma lenta em ações cuja motivação nem sempre é clara, o que torna sua estética desinteressante para o grande público. Entre suas grandes obras, está a trilogia da alienação composta pelos três filmes citados na questão.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Considerado o principal representante do surrealismo no cinema:

(A) Ernest Lubitsch.
(B) Jean Renoir.
(C) Roberto Rosselini.
(D) D. W. Grifth.
(E) Luis Buñuel.

A, B, C, D e E: Buñuel é um cineasta espanhol. O sucesso do filme “O Cão Andaluz”, realizado com Salvador Dalí, permitiu a ambos o ingresso no grupo surrealista de André Breton. Fez carreira nos anos 40 e 50 no México, dirigindo inclusive filmes de apelo comercial para poder sobreviver, até que o sucesso de Viridiana, curiosamente feito na Espanha franquista, lhe permitiu a voltar a filmar na França, onde gozou de maior liberdade no controle de seus filmes.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Você está em uma recepção, e seu interlocutor revela gosto por música barroca. Para manter conversação, Você pergunta-lhe qual seu autor favorito. Qual dos compositores abaixo poderia ser mencionado na Resposta de seu interlocutor?

(A) Richard Wagner.
(B) Ludwig Van Beethover.
(C) Wolfgang A. Mozart.
(D) Frédérich Chopin.
(E) Johan Sebastian Bach.

A, B, C, D e E: instrumentista e compositor alemão, Johan Sebastian Bach (1685-1750) provém de uma grande família de músicos e é considerado uma das maiores expressões do Barroco na música.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Não foi Secretário – geral das Nações Unidas:

(A) Javier Pérez de Cuellar.
(B) Dag Hammarskjöld.
(C) Henry Kissinger.
(D) U Thant.
(E) Trygver Lie.

A, B, C, D e E: das pessoas indicadas, a única que não foi Secretário--Geral da ONU é Henry Kissinger. Lembrando que Kissinger ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1973, pela sua participação ativa no acordo que visava o cessar-fogo da Guerra do Vietnam. Ademais, escreveu o conhecido livro intitulado "Diplomacia".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) O Barão de Itararé foi:

(A) Humorista que se consagrou em "A Manhã".
(B) Negociador Brasileiro na crise de Fronteiras com o Equador.
(C) Primeiro Embaixador do Brasil em Washington.
(D) Herói da cruenta Batalha de Itararé.
(E) Líder dos Liberais no Segundo Império.

A, B, C, D e E: Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, também conhecido pelo falso título nobiliárquico de Barão de Itararé, foi um jornalista, escritor e pioneiro no humorismo político brasileiro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Mauá: Empresário do Império: Jorge Caldeira.
(B) Chatò, o Rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand: Fernado Morais.
(C) Estrela Solitária: um Brasileiro chamado garrincha: Sérgio Cabral.
(D) Chega de Saudade: a história e as histórias da Bossa Nova: Ruy Castro.
(E) Vinícius de Moraes: o poeta da paixão / uma biografia: José Castello.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém correlação errônea é a "C", pois o autor de "Estrela Solitária: um Brasileiro Chamado Garrincha" é Ruy Castro e não Sérgio Cabral.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Uma das seguintes óperas foi composta por Richard Wagner:

(A) Fidelio.
(B) O Navio Fantasma.
(C) A Flauta Mágica.
(D) Falstaff.
(E) Wozzeck.

A, B, C, D e E: a ópera "O Navio Fantasma" foi composta por Richard Wagner.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Emílio Goeldi é uma instituição cultural criada para:

(A) Pesquisar a Flora, a Fauna e a cultura da Região Amazônica.
(B) Promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha.
(C) Receber Missionários e representantes das ONG`s.
(D) Preservar o acervo da gravura Brasileira.
(E) Preservar o equilíbrio ecológico da Ilha do Marajó.

A, B, C, D e E: localizado em Belém do Pará, o Museu Emílio Goeldi leva o nome de um de seus diretores, o naturalista suíço que foi um dos responsáveis por dotar o museu da importância que tem hoje.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Compositor considerado como o responsável pela elaboração da escala dodecafônica:

(A) Igor Stravinski.
(B) Paul Hindemith.
(C) Arnold Schoenberg.
(D) Serguei Prokofiev.
(E) Gustav Mahler.

A, B, C, D e E: o dodecafonismo é um sistema de organização de alturas musicais criado na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schoenberg.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Único filme Brasileiro a ganhar a Palma de Ouro do Festival de Cannes:

(A) Terra em Transe.
(B) Memórias do Cárcere.
(C) Os Fuzis.
(D) O Bandido da Luz Vermelha.
(E) O Pagador de Promessas.

A, B, C, D e E: o Pagador de Promessas, o filme brasileiro de 1962 dirigido por Anselmo Duarte e baseado na peça de Dias Gomes, ainda hoje emociona o público com a tragédia da fé simples, mas sincera e decidida, em choque contra a intolerância e a maldade.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Importantes biógrafos do Barão do Rio Branco:

(A) Álvaro Lins e Luiz Viana Filho.
(B) Ruy Castro e Fernando Morais.
(C) Jorge Caldeira e Lídia Besouchet.
(D) José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré.
(E) Stanley Hilton e Thomas Skidmore.

A, B, C, D e E: Álvaro Lins e Luiz Viana Filho foram destacados biógrafos do Barão de Rio Branco.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Peça que não é de autoria de Nelson Rodrigues:

(A) Os Sete Gatinhos.
(B) Navalha na Carne.
(C) Vestido de Noiva.
(D) Bonitinha mas ordinária.
(E) Dorotéia.

A, B, C, D e E: a única das peças indicadas na questão que não é de autoria de Nelson Rodrigues é a "Navalha na Carne", que foi escrita por Plínio Marcos.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Arquiteto que mais inspirou os modernistas brasileiros e a construção de Brasília:

(A) Walter Gropius.
(B) Frank Lloyd.
(C) Joseph Boos.
(D) Le Corbusier.
(E) Phillip Johnson.

A, B, C, D e E: Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista e pintor francês. É considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX e foi o criador do conceito Unité d'Habitation. Deve-se destacar que o arquiteto francês teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Abaporu é nome de:

(A) Uma ave do Centro- oeste.
(B) Uma fruta do nordeste.
(C) Um instrumento musical de origem africana.
(D) Uma tribo indígena da região amazônica.
(E) Um quadro famoso de Tarsila do Amaral.

A, B, C, D e E: o *Abaporu* foi pintado por Tarsila do Amaral. Essa tela foi pintada em 1928 em função do aniversário de Oswald de Andrade, seu marido na época, e retrata uma crítica à desvalorização do trabalho intelectual.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Construção: Chico Buarque.
(B) Águas de Março: Antônio Carlos Jobim.
(C) Sabiá: Caetano Veloso.
(D) Domingo no Parque: Gilberto Gil.
(E) Argumento: Paulinho da viola.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "C", pois a música Sabiá foi composta por Chico Buarque e Tom Jobim e não por Caetano Veloso.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Brasileiro que presidiu a Assembleia Geral das Nações Unidas quando foi criado o Estado de Israel e que teve papel destacado nas negociações que precederam á decisão.

(A) Afonso Ariano de Melo Franco.
(B) Raul Fernandes.
(C) João Neves da Fontoura.
(D) Pedro Leão Velloso.
(E) Oswaldo Aranha.

A, B, C, D e E: em 1947, Oswaldo Aranha foi designado como chefe da delegação brasileira na recém-criada Organização das Nações Unidas e presidiu a II Assembléia Geral da ONU, ocasião em que foi votado o Plano da ONU para a partição da Palestina e que ocasionou a criação do Estado de Israel; aliás, tal fato lhe rendeu eternas gratidões dos judeus e sionistas.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Em que país o Brasil não conquistou a Copa do Mundo de Futebol?

(A) México.
(B) Suécia.
(C) Uruguai.
(D) Chile.
(E) Estados Unidos.

A: incorreta, pois o Brasil conquistou de forma memorável o tricampeonato mundial na competição realizada no México, em 1970;
B: incorreta, pois o Brasil conquistou seu primeiro título mundial na Copa do Mundo da Suécia de 1958;
C: correta, pois o Uruguai foi a sede e o campeão da primeira Copa do Mundo, a de 1930;
D: incorreta, pois o Brasil conquistou o bicampeonato mundial na competição realizada no Chile, em 1962;
E: incorreta, pois o Brasil sagrou-se tetracampeão mundial em 1994, quando a competição foi realizada nos EUA e o time brasileiro guiado pela dupla de ataque Romário e Bebeto.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) O historiador José Honório Rodrigues tem vários textos em que defende as ideias de:

(A) Uma política externa independente.
(B) Uma política externa responsável.
(C) Uma política externa pragmática.
(D) Uma diplomacia voltada para o Ocidente.
(E) Uma diplomacia regionalista.

A, B, C, D e E: o historiador José Honório Rodrigues é defensor ferrenho da política externa independente. "O notável crescimento econômico da Era JK deixou enormes problemas para o governo Jânio Quadros, que assumiu em janeiro de 1961. Eleito pela UDN, enquanto a vice-presidência ficava com João Goulart da ala sindicalista do PTB. Jânio e o seu Chanceler Afonso Arinos lançavam a *Política Externa Independente* (PEI), que tinha como princípios a expansão das exportações brasileiras para qualquer país, inclusive os socialistas, a defesa do direito internacional, da autodeterminação e a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações, uma política de paz, desarmamento e coexistência pacífica, apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes e a formulação autônoma dos planos nacionais de desenvolvimento e encaminhamento da ajuda externa.
A crise desatada pela condecoração de Che Guevara levou o Presidente à renúncia, a qual representou uma tentativa sua de golpe para tentar governar com poderes excepcionais. Para surpresa de Quadros, o Congresso aceitou sua renúncia e os militares vetaram a posse do vice. O país dividiu-se entre uma facção golpista que desejava o *impeachment* de Goulart, e os que defendiam a ordem constitucional. Para evitar um confronto armado, chegou-se a um compromisso com a implantação de um regime parlamentarista. Goulart retornou ao Brasil, assumindo a presidência, enquanto Tancredo Neves, do PSD, assumiu como primeiro ministro. No plano diplomático, o novo Chanceler, San Tiago Dantas, aprofundou a PEI como *defesa do interesse nacional*. Na noite do dia 31 de março para 1 de abril de 1964, várias unidades militares sublevaram-se, marchando sobre Brasília e Rio de Janeiro. Deflagrado o golpe, o regime populista não reagiu, temendo colocar em risco a estrutura social brasileira. Com a queda de Goulart, encerrava-se um ciclo da história brasileira, a do populismo nacionalista." (Paulo Fagundes Vizentini. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro, trechos da pág. 21-24. Editora UFRGS, 2º ed., 2004).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Compositor de música popular Brasileira, autor de Rosa, Carinhoso e Lamento:

(A) Noel Rosa.
(B) Lamartine Babo.
(C) Pixinguinha.

(D) Cartola.

(E) Braguinha.

A, B, C, D e E: o autor das músicas citadas é Pixinguinha.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Qual dos poetas seguir listados pertenceu aos quadros do Itamaraty?

(A) Manoel de Barros.

(B) Vinicius de Moraes.

(C) Mário Quintana.

(D) Carlos Drummond de Andrade.

(E) Olavo Bilac.

A, B, C, D e E: dos poetas listados, aquele que pertenceu aos quadros do Itamaraty foi Vinícius de Moraes. "Ao menos, nessa exata acepção de menosprezo e repugnância, a palavra *poetinha* teria sido dita pelo General Presidente Costa e Silva ao então Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, quando o desligou da carreira diplomática. Um caudilho de ocasião cortava-lhe abruptamente a profissão, que ele cumprira décadas a fio e da qual retirava seu sustento pessoal. Com efeito, tendo em vista o que constava do processo MRE 312.4/69, Vinícius foi aposentado em 29 de abril de 1969, pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, como primeiro secretário da Carreira de Diplomata" (Organização de Alberto da Costa e Silva. O Itamaraty na Cultura Brasileira, pág. 420. Editora Francisco Alves, 2002).

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) J. J. Rousseau: O Espírito das Leis.

(B) Platão: A República.

(C) Aristóteles: A Política.

(D) Thomas More: A Utopia.

(E) Erasmo: Elogio da Loucura.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "A", pois a obra O Espírito das Leis foi escrita por Montesquieu e não por Rousseau.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Importante romancista de língua alemã que se estabeleceu no Brasil fugindo do nazifascimo europeu e escreveu obra de amor ao país, intitulada Brasil, País do Futuro

(A) Otto Maria Carpeaux.

(B) Anathol Rosenfeld

(C) Stefan Zweig.

(D) Gunther Grass.

(E) Afonso Schmidt.

A, B, C, D e E: o autor da obra citada na questão – Brasil, País do Futuro – é Stefan Zweig.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Samuel Beckett: Esperando Godot.

(B) Ibsen: Casa de Bonecas.

(C) Eugene O'Neil: Quem Tem Medo de Virginia Wolf.

(D) Moliére: O Misantropo.

(E) Jean-Paul Sartre: As Moscas.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "C", pois "Quem Tem Medo de Virginia Wolf" é um filme estadunidense de 1966, do gênero drama, dirigido por Mike Nichols. O roteiro é uma adaptação da peça teatral homônima, escrita por Edward Albee.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) A Encíclica Populorum Progressio sobre o progresso das condições sociais teve grande repercussão no Pensamento católico contemporâneo e foi adotada no papado de:

(A) João XXIII.

(B) João Paulo I.

(C) Paulo VI.

(D) Pio XII.

(E) João Paulo II.

A, B, C, D e E: a Encíclica *Populorum Progressio* (Progresso dos Povos) foi adotada no papado de Paulo VI, em 1967.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Jasper Johns e Edward Hopper foram:

(A) Cientistas Político Britânicos.

(B) Artistas Plásticos dos Estados Unidos.

(C) Jornalistas dos Estados Unidos.

(D) Diplomatas que ajudaram a formular a política de Washington para o vietname.

(E) Membros da Administração Nixon.

A, B, C, D e E: Edward Hopper (1882-1967) foi um pintor das paisagens rurais e urbanas norte-americanas, nas quais se pode perceber uma certa melancolia da solidão. Jasper Johns (1930) é um dos mais destacados artistas da Pop Art.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Louis Althusser foi:

(A) Discípulo de Freud.

(B) Poeta Alemão.

(C) Renovador do Expressionismo Francês.

(D) Romancista Austríaco.

(E) Teórico Marxista.

A, B, C, D e E: Louis Althusser foi um importante teórico marxista.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Quem Compôs a música do Hino Nacional Brasileiro:

(A) D. Pedro I.

(B) Francisco Manoel da Silva.

(C) Heitor Villa – lobos.

(D) Carlos Gomes.

(E) Regente Feijó.

A, B, C, D e E: o Hino Nacional Brasileiro foi composto por Francisco Manoel da Silva.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Um dos seguintes Títulos é de autoria de Sergio Buarque de Holanda:

(A) Raízes do Brasil.

(B) Formação do Brasil Colonial.

(C) Sobrados e Mocambos.

(D) História Econômica do Brasil.
(E) História das Relações Brasil – Estados Unidos.

A, B, C, D e E: das obras listadas, aquela que foi escrita por Sérgio Buarque de Holanda é a indicada na alternativa "A", ou seja, Raízes do Brasil.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Uma das principais obras do fundador da psicanálise, Sigmund Freud, é:

(A) A Interpretação dos Sonhos.
(B) O ser e o Nada.
(C) Libido e Sexualidade.
(D) Sonho e Realidade.
(E) A Interpretação da Realidade.

A, B, C, D e E: sem dúvida, a obra "A Interpretação dos Sonhos" é um dos principais escritos de Sigmund Freud.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Giuseppe Verdi: Aida.
(B) Wofgang A. Mozart: As Bodas de Figaro.
(C) Georges Bizert: Carmen.
(D) Carlos Gomes: Bachianas Brasileiras.
(E) Giacomo Puccini: Madame Butterfly.

A, B, C, D e E: os pares se ordenam segundo o critério: compositor de música erudita e uma de suas obras. O único par que apresenta inadequação é o da letra "D". As Bachianas Brasileiras são de autoria de Villa-Lobos.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Rafael Caldeira, Ernesto Samper, Juan Carlos Wasmosy, Gonzalo Sanchez de Losada e Eduardo Frei são, Respectivamente, Presidente de:

(A) Bolívia, Colômbia, Uruguai, Venezuela e Chile.
(B) Venezuela, Colômbia, Paraguai, Bolívia e Chile.
(C) Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru.
(D) Venezuela, Chile, Paraguai, Uruguai e Equador.
(E) Equador, Venezuela, Chile, Bolívia e Paraguai.

A, B, C, D e E: em 1996, Rafael Caldeira era o presidente da Venezuela, Ernesto Samper da Colômbia, Juan Carlos Wasmosy do Paraguai, Gonzalo Sanchez de Losada da Bolívia e Eduardo Frei do Chile.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) No Brasil, o movimento Artístico "concretista" teve, na poesia, uma de suas manifestações importantes, da qual foram expoentes:

(A) Augusto dos Anjos, Ferreira Gullar e Manuel Bandeira.
(B) Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari.
(C) Décio Pignatari, João Cabral de Mello Neto a Ariano Suassuna.
(D) João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Ariano Suassuna.
(E) Carlos Drummond de Adrade, Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles.

A, B, C, D e E: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari formam em 1952 o grupo concretista e lançam a revista Noigrandes, defendendo uma poesia mais experimental em oposição ao conservadorismo de alguns poetas da chamada Geração de 45.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Quem Pintou "Las Meninas"?

(A) Salvador Dalí.
(B) Francisco Goya.
(C) Diego Velázquez.
(D) Antônio Tápies.
(E) Pablo Picasso.

A, B, C, D e E: "Las Meninas" foi a obra-prima do pintor espanhol Diego Velázquez.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Receberam o Prêmio Nobel de Literatura os seguintes autores latino – americanos:

(A) Pablo Neruda e Gabriel García Marquez.
(B) Mario Vargas Llosa e Alejo Carpentier.
(C) Julio Cortázar e Jorge Amado.
(D) Miguel Angel Asturias e Jorge Luís Borges.
(E) Octavio Paz e Adolfo Bioy Casares.

A, B, C, D e E: Pablo Neruda recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1971 e Gabriel García Marquez em 1982. Cabe dizer que o autor latino-americano Mario Vargas Llosa ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2010.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Identifique o personagem da mitologia grega que roubou o fogo, elemento que faltava aos mortais para desenvolverem uma civilização, e entregou a chama aos homens.

(A) Egeu.
(B) Prometeu.
(C) Teseu.
(D) Héracles.
(E) Perseu.

A, B, C, D e E: Prometeu deu o fogo aos homens e, como castigo, Zeus determinou que fosse amarrado por toda a eternidade a um rochedo onde uma águia lhe comeria o fígado que se recompunha ao fim do dia.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Barravento, Filme de 1961, teve como diretor:

(A) Glauber Rocha.
(B) Nelson Pereira dos Santos.
(C) Arnaldo Jabor.
(D) Roberto Farias.
(E) Paulo Cesar Sarraceni.

A, B, C, D e E: trata-se do primeiro longa-metragem do principal cineasta do Cinema Novo, Glauber Rocha.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) A Sagração da Primavera estreou em 1913, na França, e causou grande escândalo nos meios musicais. Qual o compositor da obra?

(A) Maurice Ravel.
(B) Sergei Prokofiev.
(C) Alban Berg.
(D) Igor Stravinsky.

(E) Claude Débussy.

A, B, C, D e E: o compositor da obra “A Sagração da Primavera” é o russo Igor Stravinsky.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 1996) A que país cabe pronunciar o discurso de abertura, a cada ano, do debate geral das Sessões ordinárias da Assembléia Geral das Nações Unidas?

(A) Estados Unidos.
(B) Brasil.
(C) Reino Unido.
(D) Suíça.
(E) Os integrantes do Conselho de Segurança em sistema de rodízio.

A, B, C, D e E: o Brasil é responsável de pronunciar o discurso de abertura. Lembrando que a Assembleia Geral é composta por todos os membros da ONU, cabendo a cada estado-membro apenas um voto e a representação por no máximo cinco indivíduos. Ela reúne-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que preciso for. As decisões da Assembleia Geral são tomadas pela maioria simples dos membros presentes e votantes. Mas pode-se definir que o quórum será de dois terços quando tratar de questões consideradas importantes. Dentre algumas de suas funções pode-se citar: **a)** aprovação do orçamento; **b)** eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e dos membros do Conselho Econômico e Social; **c)** a nomeação do Secretário-Geral da Nações Unidas; **d)** a eleição, em conjunto com o Conselho de Segurança, dos juízes da Corte Internacional de Justiça; dentre outras.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Antoni Gaudí, catalão que se tornou conhecido pela Casa Vicens e pela surpreendente Sagrada Família, tem sua obra concentrada no campo da:

(A) Arquitetura.
(B) Escultura.
(C) Música.
(D) Pintura.
(E) Literatura.

A, B, C, D e E: arquiteto de obras grandiosas, muitas das quais ligadas ao catolicismo, percebe-se, no recorrente emprego de ogivas por Antonio Gaudi, uma influência da arquitetura gótica.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Quem foi o primeiro teórico do surrealismo?

(A) Marinetti.
(B) Blaise Cendras.
(C) Georges Bataille.
(D) André Breton.
(E) André Malraux.

A, B, C, D e E: o primeiro teórico do surrealismo foi André Breton.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 1996) Participaram da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, os seguintes artistas plásticos:

(A) Alfredo Volpi, Tarsila do Amaral e José Lins do Rego.
(B) Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.
(C) Artur Piza, Tomie Othake e Victor Brecheret
(D) Di Cavalcanti, Carlos Scliar e Iberê Camargo.
(E) Antônio Portinari, Iberê Camargo e Raul Bopp.

A, B, C, D e E: evento que tinha, como um dos seus objetivos, a divulgação das inovações estéticas no acanhado panorama cultural do Brasil da época, cujo público ainda tinha seu gosto ligado aos padrões do academicismo, a Semana de Arte Moderna contou com a participação de jovens artistas que mal despontavam no horizonte artístico do país, como as pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, e o escultor Vítor Brecheret.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Foi parceiro de composição da Sinfonia de Brasília:

(A) Antônio Carlos Jobim.
(B) Heitor Villa-Lobos.
(C) Camargo Guarneiri.
(D) Cláudio Santoro.
(E) Lorenzo Fernandez.

A, B, C, D e E: Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes compuseram, a pedido do governo, uma sinfonia, “Sinfonia da Alvorada” ou “Sinfonia de Brasília”, para saudar a nova capital que surgia em 1960.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Chamado de Annus Mirabilis, 1989 registrou eventos que iriam mudar o curso da História contemporânea. Dentre esses eventos, podem-se destacar:

(A) A invação do Kuaite pelas tropas de Saddam Hussein.
(B) O Término da Rodada Uruguai do GATT.
(C) O Impeachment do Presidente Fernando Collor.
(D) A Assinatura do Tratado de Tlatelolco.
(E) A Queda do Muro de Berlim.

A, B, C, D e E: em 1989, com consequência imprevista do processo de abertura promovido por Gorbatchev desde 1986, chegava a fim um dos maiores símbolos da Guerra Fria, .o Muro de Berlim.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Terra em Transe: Deus e o Diabo na Terra do Sol.
(B) Querelle: Berlin Alexanderplatz.
(C) O Discreto Charme da Burguesia: O Cão Andaluz.
(D) Amarcord: O Inocente.
(E) Fanny e Alexander: Morangos Silvestres.

A, B, C, D e E: Os pares constituem-se de filmes importantes de um mesmo diretor: A) Glauber Rocha, B) Rainer Werner Fassbinder, C) Luis Buñuel, E) Ingmar Bergman. A única exceção é a letra “D”, pois “Amacord” é de Federico Fellini e “O Inocente” é de Luchino Visconti.

GABARITO “D”

(Diplomacia – 1996) As Capelas do Paço, que abrigam as famosas cenas da Paixão de Jesus Cuja Autoria é Atribuída a Aleijadinho, encontram-se em:

(A) Ouro Preto.
(B) Congonhas do Campo.
(C) São João del Rei.
(D) Mariana.
(E) Tiradentes.

A, B, C, D e E: as Capelas do Paço estão situadas em Congonhas do Campo.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) A Dieta é:

(A) A Troika da Antiga União Soviética.
(B) O Comitê de Coordenação das Antigas Repúblicas Soviéticas.
(C) A Assembléria do Povo da Repúblicas Popular da China.
(D) A Designação do Regime Imperial Japonês.
(E) O Parlamento Japonês.

A, B, C, D e E: entre os seus significados, Dieta designa historicamente algumas assembléias deliberativas antigas, em especial as europeias, e algumas modernas, entre elas a do Japão.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) A Ópera L`Orfeo foi composta por:

(A) Giacomo Puccini.
(B) Cláudio Monteverdi.
(C) Gaetano Donizetti.
(D) Georges Bizet.
(E) Giuseppe Verdi.

A, B, C, D e E: levada aos palcos pela primeira vez em 1607 em Mântua, a obra L'Orfeu de Monteverdi, é uma das primeiras composições a ser considerada ópera.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Chefe de Estado Brasileiro que permaneceu mais tempo no poder:

(A) José Sarney.
(B) João Baptista Figueiredo.
(C) Getúlio Vargas.
(D) Prudente de Moraes.
(E) D. Pedro II.

A, B, C, D e E: Dom Pedro II do Brasil (2 de dezembro de 1825 - 5 de dezembro de 1891), alcunhado *o Magnânimo*, foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado por 58 anos.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Foram Ministros das Relações Exteriores de Governo Republicanos:

(A) Carlos Lacerda, Francisco Rezek, Ramiro Saraiva Guerreiro.
(B) Celso Lafer, Petrônio Portella, Antônio Azeredo da Silveira.
(C) Celso Lafer, Horácio Lafer, Ramiro Saraiva Guerreiro.
(D) Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rezek, José Sarney.
(E) Fernando Henrique Cardoso, Rubens Ricuparo, Ramiro Saraiva Guerreiro.

A, B, C, D e E: Celso Lafer foi duas vezes Ministro das Relações Exteriores, nos governos de Fernando Collor e FHC; Horácio Lafer, tio de Celso Lafer, foi Ministro das Relações Exteriores no governo Juscelino Kubitschek; e Ramiro Saraiva Guerreiro foi Ministro das Relações Exteriores no governo João Figueiredo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Quem formulou o Slogan: " A América para os Americanos "?

(A) James Monroe.
(B) Thomas Jefferson.
(C) George Washington.
(D) Benjamin Franklin.
(E) Simon Bolivar.

A, B, C, D e E: o conhecido slogan citado na questão foi formulado por James Monroe, que foi o quinto Presidente dos EUA (1817-1825).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Quando em mau estado de conservação, a Bandeira Nacional deve, no Dia da Bandeira, ser:

(A) Incinerada.
(B) Enterrada.
(C) Guardada em Lugar Digno.
(D) Devolvida ao Setor Encarregado de Preservar o Patrimônio Nacional.
(E) Jogada ao Mar.

A, B, C, D e E: o art. 32 da Lei n. 5.700/71 assim dispõe: "As Bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues a qualquer Unidade Militar, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar". Cabe apontar também que os símbolos nacionais são: **a)** bandeira nacional; **b)** hino nacional; **c)** armas nacionais; e **d)** selo nacional (art. 1º da Lei n. 5.700/71).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Que personagem criado por Machado de Assis viveu a dúvida sobre a fidelidade de sua mulher e a paternidade de seu filho?

(A) Bentinho.
(B) Brás Cubas.
(C) Conselheiro Aires.
(D) Quincas Borba.
(E) Félix.

A, B, C, D e E: trata-se de Bentinho, protagonista do romance Dom Casmurro, que, suspeitando que sua mulher, Capitu, o havia traído com seu melhor amigo, Escobar, arruína o casamento pelo qual tanto se empenhara para conseguir.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, foi escrito por:

(A) Oswald de Andrade.
(B) Jorge de Andrade.
(C) Carlos Drummond de Andrade.
(D) Mário de Andrade.
(E) Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A, B, C, D e E: Macunaíma é o protagonista do romance homônimo, escrito em 1928 por Mário de Andrade, que retoma de forma inovadora a vertente indianista da literatura brasileira.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Primeiro presidente e fundador da Academia Brasileira de Letras:

(A) José de Alencar.
(B) Rui Barbosa.
(C) Machado de Assis.
(D) Coelho Neto.
(E) Olavo Bilac.

A, B, C, D e E: Machado de Assis chegou a um grande reconhecimento em vida do seu valor literário, esteve no grupo dos fundadores da ABL e, quando da sua criação, foi eleito pelos seus pares como seu primeiro presidente.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Escritor Contemporâneo cuja obra literária reserva ênfase à violência urbana:

(A) Josué Montello.
(B) Darcy Ribeiro.
(C) Silviana Santiago.
(D) Luís Fernando Veríssimo.
(E) Rubem Fonseca.

A, B, C, D e E: autor de muitas histórias que descrevem o submundo carioca com sua rica galeria de bandidos, prostitutas, drogados e policiais, Rubem Fonseca enfoca, de forma contundente, a violência presente nesse mundo.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) “A Hora e Vez de Augusto Matraga”, filmado em 1963 por Roberto dos Santos, é baseado em obra homônima de:

(A) Graciliano Ramos.
(B) José Lins do Rego.
(C) Guimarães Rosa.
(D) Bernardo Guimarães.
(E) José Américo de Almeida.

A, B, C, D e E: publicado em 1946, Sagarana é a estreia de Guimarães Rosa e tem entre os seus melhores contos “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 1996) Os Sertões, de Euclides da Cunha, relata o Episódio Histórico da:

(A) Campanha de Canudos.
(B) Batalha dos Guararapes.
(C) Abolição da Escravatura.
(D) Campanha do Contestado.
(E) Trajetória de Lampião.’

A, B, C, D e E: enviado como repórter junto à quarta expedição contra Canudos, Euclides da Cunha horrorizou-se com o que viu e, além da cobertura jornalística, decidiu pesquisar a história do conflito, do que resultou em 1902 a publicação do livro “Os Sertões”.

GABARITO “A”

WANDER GARCIA, ANA PAULA GARCIA
E RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

4ª
EDIÇÃO
2021

CONCURSOS DA DIPLOMACIA E CHANCELARIA

1ª FASE

1.600

QUESTÕES COMENTADAS

COMO PASSAR

ERRATA:

2. Inglês

Mark Hughes, Anthony Rosenberg e Rodrigo Armstrong

Substituição do arquivo de Inglês, que se inicia na **página 105**, pelo novo arquivo (inserção de questões)

EDITORA FOCO

2. Inglês

Mark Hughes, Anthony Rosenberg e Rodrigo Armstrong*

TEXT I

Heatwaves are killing people

In recent days heatwaves have turned swathes of America and Europe into furnaces. Despite the accompanying blast of headlines, the implications of such extreme heat are often overlooked or underplayed. Spectacular images of hurricanes or floods grab attention more readily, yet heatwaves can cause more deaths. Heat is one of climate change's deadliest manifestations. Sometimes its impact is unmistakable – a heatwave in Europe in 2003 is estimated to have claimed 70,000 lives. More often, though, heatwaves are treated like the two in the Netherlands in 2018. In just over three weeks, around 300 more people died than would normally be expected at that time of year. This was dismissed as a "minor rise" by officials. But had those people died in a flood, it would have been front-page news.

The havoc caused by extreme heat does not get the attention it merits for several reasons. The deaths tend to be more widely dispersed and do not involve the devastation of property as do the ravages of wind and water. Moreover, deaths are not usually directly attributable to heatstroke. Soaring temperatures just turn pre-existing conditions such as heart problems or lung disease lethal.

Heatwaves will inevitably attract more attention as they become more frequent. As greenhouse gases continue to accumulate in the atmosphere, not only will temperatures rise overall but extremes of heat will occur more frequently. Britain's Met Office calculates that by the 2040s European summers as hot as that of 2003 could be commonplace, regardless of how fast emissions are reduced. Urbanisation intensifies the risk to health: cities are hotter places than the surrounding countryside, and more people are moving into them.

The good news is that most fatalities are avoidable, if three sets of measures are put in place. First, people must be made aware that extreme heat can kill and warning systems established. Heatwaves can be predicted with reasonable accuracy, which means warnings can be given in advance advising people to stay indoors, seek cool areas and drink plenty of water. Smart use of social media can help. In 2017 a campaign on Facebook warning of the dangers of a heatwave in Dhaka, Bangladesh's capital, reached 3.9m people, nearly half the city's population.

Second, cool shaded areas and fresh water should be made available. In poor places, air-conditioned community centres and schools can be kept open permanently. In Cape Town, spray parks have been installed to help people cool down. Third, new buildings must be designed to be resilient to the threat of extreme heat and existing ones adapted. White walls, roofs or tarpaulins, and extra vegetation in cities, all of which help prevent heat from building up, can be provided fairly cheaply. A programme to install "cool roofs" and insulation in Philadelphia reduced maximum indoor temperatures by 1.3°C.

It is a cruel irony that, as with other effects of climate change, the places that are hardest hit by heatwaves can least afford to adapt. In poor countries, where climates are often hotter and more humid, public-health systems are weaker and preoccupied with other threats. Often, adaptation to extreme heat is done by charities if it is done at all. Particular attention should be paid to reaching both remote areas and densely populated urban ones, including slums where small dwellings with tin roofs packed together worsen the danger that uncomfortably high temperatures will become lethal.

Adaptation is not an alternative to cutting emissions; both are necessary. But even if net emissions are reduced to zero this century, the persistence of greenhouse gases in the atmosphere means that heatwaves will continue to get worse for decades to come. As the mercury rises, governments in rich and poor countries alike must do more to protect their populations from this very real and quietly deadly aspect of climate change.

Heatwaves are killing people. Available at: <www.economist.com>. Retrieved on: Aug. 22. 2019, with adaptations.

(IADES Diplomacia 2019) Considering the ideas and the vocabulary in the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) In the first paragraph, the word "swathes" (line 1) can be correctly replaced with **areas**.

(2) In the first paragraph, the word blast (line 3) can be correctly replaced with number.

(3) Deaths caused by heatwaves do not shock much as deaths by other natural disasters do.

(4) Heatwaves are probably more lethal than floods.

1: *Correct. The word "swathe" means "a long piece of land, especially one on which the plants or crops have been cut; a large piece or area of something" (Oxford Dictionary)*

2: *Wrong. In this case, "blast" is a metaphor with the same meaning of "explosion".*

3. *Correct. "Despite the accompanying blast of headlines, the implications of such extreme heat are often overlooked or underplayed. Spectacular images of hurricanes or floods grab attention more readily, yet heatwaves can cause more deaths".*

4. *Correct. "More often, though, heatwaves are treated like the two in the Netherlands in 2018. In just over three weeks, around 300 more people died than would normally be expected at that time of year. This was dismissed as a "minor rise" by officials. But had those people died*

* Rodrigo Armstrong (comentou 2013, 14, 15, 16 e 17), Mark Hughes e Anthony Rosenberg (comentaram 2010, 11 e 12)

in a flood, it would have been front-page news."

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(IADES Diplomacia 2019) Considering the ideas and the vocabulary in the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) In the second paragraph, the words "havoc" (line 16) and "ravages" (line 19) both mean "extensive or devastating destruction".

(2) The cause-effect relationship between heatwaves and deaths is not obvious.

(3) Not only do heatwaves kill immediately but they also lead to eventual deaths.

(4) Emissions need to be stopped if a heatwave like the one in 2003 is to be avoided.

1: *Correct. Both words are synonymous with destruction, devastation or chaos.*

2: *Correct. "Moreover, deaths are not usually directly attributable to heatstroke. Soaring temperatures just turn pre-existing conditions such as heart problems or lung disease lethal."*

3: *Correct. The answer is located in the passage: "Moreover, deaths are not usually directly attributable to heatstroke. Soaring temperatures just turn pre-existing conditions such as heart problems or lung disease lethal."*

4: *Wrong. "Adaptation is not an alternative to cutting emissions; both are necessary. But even if net emissions are reduced to zero this century, the persistence of greenhouse gases in the atmosphere means that heatwaves will continue to get worse for decades to come".*

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

TEXT II

Since 1914 the structure of the world has changed. Compared to the present struggle between West and East, the rivalries of the eighteenth and nineteenth centuries sink into insignificance. Today we are faced, not with a clash of interests, but with a fight between the desire on the one hand to defend individual liberties and the resolve on the other hand to impose a mass religion. In the process the old standards, conventions and methods of international negotiation have been discredited. Had it not been for the invention of the atomic bomb, we should already have been subjected to a third world war.

Members of the Communist bloc today are convinced that sooner or later they will acquire world dominion and will succeed in imposing their faith and their authority over the whole earth. They strain towards this

objective with religious intensity and are prepared to devote to its achievement their lives, their comfort and their prospects of happiness. Anything that furthers their purpose is "right"; anything that obstructs it is "wrong"; conventional morality, even the creation of confidence, has no part in this scheme of things. Truth itself has lost its significance. Compared to the shining truth of their gospel, all minor forms of veracity are merely bourgeois inhibitions. The old diplomacy was based upon the creation of confidence, the acquisition of credit. The modern diplomat must realize that he can no longer rely on the old system of trust; he must accept the fact that his antagonists will not hesitate to falsify facts and that they feel no shame if their duplicity be exposed. The old currency has been withdrawn from circulation; we are dealing in a new coinage.

This transformation of values has been aided by a new or "democratic" conception of international relations. In the old days the conduct of foreign affairs was entrusted to a small international élite who shared the same sort of background and who desired to preserve the same sort of

world. Today the masses are expected to take an interest in foreign affairs, to know the details of current controversies, to come to their own conclusions, and to render these conclusions effective through press and parliament. At the same time, however, current issues have been rendered complex and interconnected; it is not possible to state issues, such as the Common Market, in short and simple terms. Thus, whereas the man in the street is expected to have an opinion on international problems, the very complexity of these problems has rendered it difficult to provide him with the information on which to base his judgment.

Nicolson, H. (1963) (3rd edition) *Diplomacy*. Oxford: OUP, with adaptations.

(IADES Diplomacia 2019) As far as grammar is concerned and based on the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) Another correct preposition used with the verb "Compared" (line 2) is **with**, as in "to compare with".

(2) The expression "Had it not been" (line 9) describes a hypothetical action that would have occurred in the past.

(3) In the fragment "to its achievement" (line 17), the underlined pronoun refers to "religious intensity" (line 16).

(4) In the fragment "Thus, whereas the man in the street" (line 43), the underlined adverb means "as a result of what has just been said or stated" and can be replaced with **hence**.

1: *Correct. Both prepositions are accepted with the word "compared".*

2: *Correct. "Had it not been…" is the third conditional inversion equivalent of "if it had not been…".*

3: *Wrong. "Its" refers to "objective".*

4: *Correct. Both "thus" and "hence" are conjunctions that introduce a consequence.*

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(IADES Diplomacia 2019) Based on the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) The ultimate goal of the author of the text is to draw attention to the importance of nuclear deterrence.

(2) It can be inferred from the text that world diplomacy had then been increasingly dominated by religious fanaticism and financial interests.

(3) The author urges Western diplomats to resort to the same unprincipled conduct their Eastern colleagues engage in.

(4) The general tenor of the text reflects the bipolar world order prevalent in the diplomatic scene after the Second World War.

1: *Wrong. The only mention to nuclear deterrence is at the end of the first paragraph, when he mentions how such weapons were able to prevent a third world war. The rest of the text is about how the Cold War has changed diplomacy.*

2: *Wrong. The religion is used metaphorically to refer to communist, and there is not mention of financial interests.*

3: *Wrong. He only goes as far as saying they must be prepared to deal with such practices: "The modern diplomat must realize that he can no longer rely on the old system of trust; he must accept the fact that his antagonists will not hesitate to falsify facts and that they feel no shame if their duplicity be exposed. The old currency has been withdrawn from circulation; we are dealing in a new coinage."*

4: *Correct. The text is an example of the political rigidity generated by bipolarity: "Compared to the present struggle between West and East, the rivalries of the eighteenth and nineteenth centuries sink into insignificance. Today we are faced, not with a clash of interests, but with a fight between the desire on the one hand to defend individual liberties and the resolve on the other hand to impose a mass religion. In the process the old standards, conventions and methods of international negotiation have been discredited."*

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(IADES Diplomacia 2019) As far as lexical comprehension is concerned, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) In the fragment "resolve on the other hand to impose a mass religion." (lines 6 and 7), the underlined word means "alternative".

(2) In the fragment "They strain towards this objective" (lines 15 and 16), the underlined word is synonymous with "move".

(3) In "their prospects of happiness." (lines 17 and 18) the underlined word can be correctly replaced with **chances** or **possibilities**.

(4) In "and to render these conclusions effective" (lines 38 and 39), the underlined word means "to make".

1: *Wrong. "Resolve" in this case means "determination" (Merriam--Webster Dictionary).*

2: *Wrong. "Strain" means "to exert effort" (Merriam-Webster Dictionary).*

3: *Correct. That is the meaning given by The Merriam-Webster Dictionary.*

4: *Correct. "To render" means "to make" or "to cause to become" (Merriam-Webster Dictionary).*

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

TEXT III

Towards a fairer distribution

Translation and interpretation in matters of diplomacy is tricky. Language enthusiasts particularly enjoy the story of the Treaty of Wuchale, signed between Ethiopia and Italy in 1889. The text didn't read the same in Amharic and Italian. The former guaranteed Ethiopia's king Menelik II a good measure of autonomy in conducting foreign affairs. The latter established an Italian protectorate with no flexibility. The culprit: one verb, forming a permissive clause in Amharic and a mandatory one in Italian. Six years later, the differing interpretations led to war. Ethiopia won.

If only the Ethiopians and Italians had modern translators at their side. Treaty translation is big business today. The European Union, for example, spends an estimated €300m annually on translating between its 23 official languages. (While this is a big chunk of money, it's less than 1% of the EU's annual budget.) Three of those—English, French, and German—are working languages in most meetings. In reality, English is most commonly used. But because each document must be faithfully recreated in each of the EU's 23 languages, creating authentic versions can be expensive and time-consuming. Thankfully, most problems are dealt with in *procès-verbal*, a way to introduce technical corrections to treaties without revisiting

negotiations. It might still delay matters. Last year, for example, Ireland's ratification of an EU treaty was delayed by grammatical errors in the Irish version. There are obvious trade-offs to language equality, but the EU has calculated that the delays and costs are worth it.

The United Nations should revisit its own calculations. It has just six official and two working languages. The task of translation here in Geneva, home to most UN organs, is thus decidedly simpler. The UN's official languages are geographically diverse—combined, native speakers of Arabic, English, French, Mandarin, Russian and Spanish number over 2.2 billion. But the two working languages are bound to tradition. The persistence of French is attributed to its history as the "language of diplomacy". In the hallways of the New York headquarters, English is (naturally) favored, and French is preferred in Geneva. Treaties registered with the United Nations Treaty Series are always translated into French and English. Documents are always provided in French and English. This city's Geneva Conventions, written in equally authentic French and English versions, laid part of the groundwork for the international system.

Towards a fairer distribution. Available at: <www.economist.com>. Retrieved on: Aug. 15. 2019, with adaptations.

(IADES Diplomacia 2019) Concerning the grammatical and semantic aspects of the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) The passage "the text didn't read the same" (line 4) considers that the treaty had different meanings in Amharic and in Italian.

(2) The word "former" (line 5) refers to someone who created the Treaty.

(3) The word "latter" (line 7) relates to how slow the establishment of the Italian protectorate was.

(4) Mistranslation of a verb led Ethiopia and Italy to war.

1: *Correct. The expression "to (not) read the same" means "to have the same meaning" when one refers to written text.*

2: *Wrong. The word "former" refers to "Amharic".*

3: *Wrong. It refers to "Italian".*

4: *Correct. "The culprit: one verb, forming a permissive clause in Amharic and a mandatory one in Italian. Six years later, the differing interpretations led to war. Ethiopia won."*

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(IADES Diplomacia 2019) Considering the grammatical and semantic aspects of the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) In the passage "The United Nations should revisit its own calculations." (line 29), the underlined word can be correctly replaced with **reconsider**.

(2) "Trade-offs" (line 27) means "bad deals".

(3) The phrase "Bound to" (line 36) means "forced to keep a promise to".

(4) The expression "laid […] the groundwork for" (line 44) can be correctly replaced with **prepared.**

1: *Correct. That is one of the meanings of the verb "to revisit", according to the Merriam-Webster Dictionary.*

2: *Wrong. The expression means "a balancing of factors all of which are not attainable at the same time" (Merriam-Webster Dictionary)*

3: *Correct. The expression means inextricably connected to.*

4. *Correct. That is precisely the definition of this expression (Merriam--Webster Dictionary).*

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

TEXT IV

On any person who desires such queer prizes, New York will bestow the gift of loneliness and the gift of privacy. It is this largess that accounts for the presence within the city's walls of a considerable section of the population; for the residents of Manhattan are to a large extent strangers who have pulled up stakes somewhere and come to town, seeking sanctuary or fulfillment or some greater or lesser grail. The capacity to make such dubious gifts is a mysterious quality of New York. It can destroy an individual, or it can fulfill him, depending a good deal on luck. No one should come to New York to live unless he is willing to be lucky.

[…]

There are roughly three New Yorks. There is, first, the new York of the man or woman who was born here, who takes the city for granted and accepts its size and its turbulence as natural and inevitable. Second, there is the New York of the commuter—the city that is devoured by locusts each day and spat out each night. Third, there is the New York of the person who was born somewhere else and came to New York in quest of something. Of these three trembling cities the greatest is the last—the city of final destination, the city that is a goal. It is this third city that accounts for New York's high-strung disposition, its poetical deportment, its dedication to the arts, and its incomparable achievements. Commuters give the city its tidal restlessness; natives give it solidity and continuity; but the settlers give it passion. And whether it is a farmer arriving from Italy to set up a small grocery store in a slum, or a young girl arriving from a small town in Mississippi to escape the indignity of being observed by her neighbors, or a boy arriving from the Corn Belt with a manuscript in his suitcase and a pain in his heart, it makes no difference: each embraces New York with the intense excitement of first love, each absorbs New York with the fresh eyes of an adventurer, each generates heat and light to dwarf the Consolidated Edison Company.

White, E.B. (1999) *Here is New York*. New York: The Little Book Room, with adaptations.

(IADES Diplomacia 2019) Considering the text, mark the following items as right (C) or wrong (E).

(1) The word "largess" (line 3) could be correctly replaced with **generosity**.

(2) The word "bestow" (line 2) could be correctly replaced with **exchange**.

(3) The fragment "to dwarf the" (line 36) could be correctly replaced with **that contribute to**.

(4) The fragment "sanctuary or fulfillment or some greater or lesser grail" (lines 7 and 8) could be correctly replaced with **refuge or satisfaction or some greater or lesser prize**.

1: *Correct. That is the meaning of "largess" (Merriam-Webster Dictionary).*

2: *Wrong. "To bestow" means "to convey as a gift" (Merriam-Webster Dictionary).*

3: *Wrong. The expression means "to cause to appear smaller or to seem inferior" ((Merriam-Webster Dictionary).*

4: *Correct. All of the substitutions are proper synonyms.*

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(IADES Diplomacia 2019) Mark the following items as right (C) or wrong (E) in summarizing the views of the author of the text.

(1) Loneliness and privacy are unambiguously valuable gifts.

(2) While Native Americans gave New York solidity and continuity, European settlers gave it passion.

(3) The influx of people from other places is eroding New York's unique character.

(4) A young girl arriving in New York from a small town in Mississippi will embrace New York with the intense excitement of first love, even though she will now suffer the indignity of being observed by her neighbors.

1: *Wrong. The two words represent the negative and positive consequences of becoming anonymous in such a city.*

2: *Wrong. By settlers the text means those people who were not born in New York but have come to live there, be them from other regions of the United States or from abroad.*

3: *Wrong. Those are the people who give New York its strength and unique qualities: "Of these three trembling cities the greatest is the last—the city of final destination, the city that is a goal".*

4. *Wrong. The young girl in the text was observed by her neighbors in Mississippi.*

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Text I

With this report, our aim is to present initial reflections on diplomacy in the digital age. In the ongoing debate amongst international relations scholars, information and communication technology (ICT) experts, digital strategists, social media advocates and others, the first question for us is: what is happening to diplomacy? And the obvious answer is what has always happened to it: diplomacy is responding to changes in the international and domestic environments, in the main centres of authority, particularly states, and in the character of societies at home and abroad.

"Newness" in diplomacy today has everything to do with the application of new communications technologies to diplomacy. This issue goes right to the heart of diplomacy's core functions, including negotiation, representation and communication. Given the centrality of communication in diplomacy, it is hardly surprising that the rise of social media should be of interest to practitioners of diplomacy. Most of them, like people outside diplomatic culture, are in the process of adjusting their "analogue" habits and finding their own voice in a new information sphere. This takes time, and for technological enthusiasts to simply proclaim the arrival of a "new statecraft" in the

form of what is variously termed e-diplomacy, digital diplomacy, cyber diplomacy and "twiplomacy" is too simplistic.

Paradoxically, greater complexity encourages shallow, hurried analyses and the search for simple explanations about what is happening to diplomacy as the regulating mechanism of the society of states. As in other epochs of fast technological change, the lure of quick fixes addressing multifaceted processes of change in diplomacy appears almost irresistible.

Brian Hocking and Jan Melissen. Diplomacy in the digital age. 2015, p. 9. Internet: (adapted).

(Cespe Diplomacia 2018) Decide whether the following statements are right (C) or wrong (E) according to text I.

(1) For the authors, the changes brought about by new communications technologies are affecting the essence of diplomacy as never before.

(2) The text lists three different kinds of change which affect diplomacy: those originated in international and domestic scenarios; those coming from the main centres of authority; and the ones which are related to societal transformations.

(3) Due to the close relationship that exists between diplomacy and communication, diplomats have managed to bring their communicative skills to perfection in order to work autonomously with new digital media.

(4) The authors are critical of the kind of explanation analysts have given for the phenomenon of diplomacy in the digital age, which, according to the authors, should be approached more thoroughly.

1: *Wrong. The text says diplomacy is adapting to change as it has always done: "And the obvious answer is what has always happened to it: diplomacy is responding to changes in the international and domestic environments, in the main centres of authority, particularly states, and in the character of societies at home and abroad".*

2: *Correct. "And the obvious answer is what has always happened to it: diplomacy is responding to changes in the international and domestic environments, in the main centres of authority, particularly states, and in the character of societies at home and abroad"*

3: *Wrong. Diplomats are still learning to manage digital media: "Most of them, like people outside diplomatic culture, are in the process of adjusting their "analogue" habits and finding their own voice in a new information sphere. This takes time […]."*

4: *Correct. "[…] for technological enthusiasts to simply proclaim the arrival of a "new statecraft" in the form of what is variously termed e-diplomacy, digital diplomacy, cyber diplomacy and "twiplomacy" is too simplistic."*

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Cespe Diplomacia 2018) Decide whether the following statements are right (C) or wrong (E) according to text I.

(1) In the first paragraph, the words "ongoing" (R.2) and "advocates" (R.5) can be correctly and respectively replaced by far-reaching and lawyers without this changing the meaning of the passage.

(2) The passage "what has always happened to it:" (R.7) can be correctly replaced by what has always happened to it, which means that or by what has always happened to it, which is to say.

(3) In the end of the second paragraph, the authors express the opinion that the so-called 'new statecraft' (R.22), also known as "digital diplomacy" (R.23), is "too simplistic" (R.24). E

(4) The passage "the lure of quick fixes addressing multifaceted processes of change" (R. 29 and 30) could be replaced by the temptation of finding easy solutions for manifold processes of change and this would still keep the paragraph coherent.

1: *Wrong. In this context, the two words mean "current" and "enthusiasts", respectively.*

2: *Correct. The substitution of the colon for the non-defining relative clause maintains meaning.*

3: *Wrong. The authors state that the act of acting proclaiming the existence of a new form of statecraft is too simplistic.*

4: *Correct. According to The Merriam-Webster Dictionary, one of the meanings of "lure" is "appeal", which is the case here. Similarly, the expressions "quick fixes" and "easy solutions" are also equivalent. Finally, "multifaceted" and "manifold" both mean "marked by diversity", according to Merriam-Webster.*

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Text II

What do politically minded visitors to a zoo feel when they stand in front of the panda bear's cage? The previously cute panda may suddenly strike them as strange – there is an intuitive knowledge that this panda, constantly eating bamboo in front of a cheerful and amazed audience, is deeply charged with political agency.

Estrangement from the familiar is the start of every theory. Unfortunately, it was only recently that political scientists have embarked on exploring diplomacy systematically as a conceptual phenomenon, generating one unquestionable axiom: that of representation. As with any axiom, it is unprovable, but it is the taken-for-granted starting point for all further research: most scholars agree on the basic postulate that diplomacy is about people representing polities (most often a state) vis-à-vis another polity.

One should mention that the notion of political representation is a theoretical axiom applicable to all countries, but let us explore the example given by the panda bear and, consequently, by China a little further.

It is often correctly perceived that the speech of an accredited Chinese ambassador is attributable to the Chinese government. It is "China" who spoke, not (just) the individual person. This is the basis of representation. But what is often forgotten is how non-human material can represent polities – they are also diplomats, but mute.

It may sound ridiculous, if not provocative, to posit that the panda bear in the zoo is China. But this is merely an extension of the basic premise of diplomatic theory. Why should only human individuals be able to represent a state? In periods of conflict, flags (material objects) are burnt, walls are erected, monuments torn down; in times of better political mood, heads of states exchange precious gifts with each other, while embassy buildings in foreign countries enjoy a "sacred" legal status. Flags, walls, monuments, gifts, and the embassies re-present, i.e. "bring into presence," a country, and actions toward these objects address the states they represent.

And there are good grounds for sensing a foreign policy

tool in the giant pandas that now reside in zoos all over the world. They prominently embody China's modern public diplomacy; they are non-human material deliberately deployed by the Chinese government to the soil of other states; and they have, at times, served as the primary means of expressing inter-state sentiment – during times of both conflict and cooperation —, in instances of the so-called "panda diplomacy".

Andreas Pacher. The Diplomat. Nov./2017. Internet: (adapted).

(Cespe Diplomacia 2018) Decide whether the following statements are right (C) or wrong (E) according to text II.

(1) The author starts his text by mentioning people who stand apart from most because of their understanding of the political implications which may arise from the presence of panda bears in countries other than China.

(2) The passage "The previously cute panda may suddenly strike them as strange" (R. 2 and 3) indicates that people may become aware that panda bears kept outside China can be signs of international political forces.

(3) One can correctly infer from the text that the author is against the exploitation of animals for political or diplomatic ends.

(4) The view on representation expressed by the author is broader and more flexible than the one which considers that "diplomacy is about people representing polities" (R.14).

1: *Annulled. This question was originally considered correct, given that it refers to the "politically minded visitors". But the text then talks about "intuitive knowledge" rather than "understanding", as stated in the question. This dissonance renders the question ambiguous.*
2: *Correct. The verb "to strike" in this case means "to come into awareness".*
3: *Wrong. There is no reference to how the panda bears are treated in the text.*
4: *Correct. This view is expressed throughout the second-to-last and last paragraphs in the references to animals and inanimate objects.*

Gabarito 1Anulado, 2C, 3E, 4C

(Cespe Diplomacia 2018) Considering the grammatical and semantic aspects of text II, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) The point made by the author in "Unfortunately, it was (…) that of representation" (R. 8 to 11) would remain the same if this passage were rewritten as Sadly, only recently have political scientists started to actively engage in the study of diplomacy as a conceptual phenomenon, and this delay has led to the irrefutable axiom of representation.

(2) As used in the text, the word "posit" (R.26) is synonymous with ignore.

(3) In "But this is merely an extension" (R. 27 and 28), the word "this" refers to the statement that "the panda bear in the zoo is China" (R.27).

(4) Because the word "deployed" (R.40) can be related to the meaning of putting troops or weapons in a position ready to be used, in the text it reinforces the idea that panda bears have acquired political and strategic significance.

1: *Wrong. In the original sentence, it is the exploration of diplomacy as a conceptual phenomenon that has led to the axiom of representation, not the delay to do so.*
2: *Wrong. The verb "to posit" means "to suggest as an explanation".*
3: *Wrong. The word "this" refers to the act of positing that the panda bear in the zoo is China, whereas the passage "the panda bear in the zoo is China" is merely the sentence object of the verb "to posit".*
4: *Correct. The use of "deployed" creates the metaphor expressed in the question.*

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Text III

Much has been written about the superlative qualities desirable in diplomacy. Few persons can embody them all, but the greater part of a diplomat's armoury can be developed and improved by sincere application guided by advice and example of his/her seniors. One must be concerned primarily with the foundations on which to build. For these the selectors must be satisfied there is a hard core to the applicant's personality. On it will rest the courage, toughness in confrontation, patience and perseverance without which many more brilliant gifts can come to grief. Contrary to popular belief, diplomacy is not a career for the compliant. It often imposes on an officer the duty of defending the interests of his/her country in places not of his/her choice, where he/she must be prepared to withstand the moral attrition to which he/she may be exposed in the front line of international politics.

Lord Gore-Booth and Desmond Pakenham. Satow's guide to diplomatic practice. 5.th ed. London and New York: Longman, 1979, p. 79 (adapted)

(Cespe Diplomacia 2018) Considering the grammatical and semantic aspects of text III, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The word "armoury" (R.3) can be correctly replaced by arsenal since both words can be used in the context to indicate the skills a diplomat should have.

(2) In "On it will rest the courage" (R.8), the pronoun "it" refers to "the applicant's personality" (R.7).

(3) The expression "come to grief" (R.10) means to end in failure.

(4) The passage "Contrary to popular (…) for the compliant" (R. 10 and 11) can be correctly rewritten as In opposition to what most people believe, a yielding person is not suited to a career in diplomacy without this changing the meaning of the text.

1: *Correct. Both words create the metaphor related to the weapons or tools a diplomat should have.*
2: *Annulled. The word "it" really refers to the expression "hard core", but, semantically, this "hard core" is part of the applicant's personality. Hence the ambiguity of the question.*
3: *Correct. That is precisely the definition given by The Oxford Dictionary.*
4: *Correct. The word "yielding" here has the meaning of "someone who gives in", while the word "compliant" means "someone who follows other people's wishes".*

Gabarito 1C, 2Anulada, 3C, 4C

Text IV

A central conjecture of the social studies of finance is that equipment matters: it changes the nature of the economic agent, of economic action, and of markets.

Consider, for example, physical equipment such as the stock ticker or trading screens connected in electronic networks, which circumvent the most basic of all bodily limitations – the inability to be in two places at once. They made fine-grained knowledge of price movements available in close to real time to geographically dispersed market participants. Alex Preda conjectures, for instance, that the ticker helped prompt the rise of "chartism" or "technical analysis": the belief – still widespread – that patterns can be found in price graphs that have predictive value. Actors' equipment goes beyond physical technologies: their "conceptual equipment" also matters, or so the social studies of finance posit. Financial markets are complicated places. Given the limited memory and computational capacity of the human brain, economic agents must develop and acquire systematic ways of making sense of markets. Organizations must develop procedures for interacting with markets, and to an increasing extent those procedures are implemented in algorithms in automated pricing, trading and risk-management systems.

Sometimes, the ways of thinking, procedures, and algorithms that are employed derive from financial economics. Probably more often, however, practitioners' ways of thinking and associated ways of acting have no direct connection to "academic" economics or indeed are regarded by economists as mistaken. Chartism is an example of the latter: financial economists regard it as on a par with astrology, but many traders take it seriously, and act on the basis of it.

"Public facts", such as the LIBOR1, technical equipment, graphical presentations, and "conceptual equipment" are all aspects of the diverse cognitive and calculative processes that take place in financial markets. These processes are "distributed" in the sense that a given task is often performed not by a single unaided human but by multiple human beings, objects, and technical systems. To understand cognition that involves multiple collaborating human beings and/or interaction with objects and technical systems, one must go beyond the psychological or cognitive science analysis of the individual "bounded by the skin".

As Hutchins puts it, "a group performing [a] cognitive task may have cognitive properties that differ from the cognitive properties of any individual".

*LIBOR stands for London interbank offered rate. The interest rate at which banks offer to lend funds (wholesale money) to one another in the international interbank market (source: Financial Times). Donald MacKenzie. Material Markets. New York: Oxford University Press, 2009, p. 13-6 (adapted)

(Cespe Diplomacia 2018) Considering the grammatical and semantic aspects of text IV, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) According to the text, automated trading and other new technologies have made financial economics hegemonic among traders as a tool to interpret the gyrations of the financial Market.

(2) It may be inferred from the text that Hutchins posits that the complexity of financial markets calls for analysis based on groupthink, as psychological or cognitive science analysis of the individual is clearly insufficient.

(3) Using based on instead of "on the basis of" (R.31) would not alter the general meaning of the sentence.

(4) The expression "on a par with" (R.30) means competing.

1: *Wrong. Chartism is still used by many analysts: "Probably more often, however, practitioners' ways of thinking and associated ways of acting have no direct connection to "academic" economics or indeed are regarded by economists as mistaken"*

2: *Wrong. "Groupthink" has a specific definition: "a pattern of thought characterized by self-deception, forced manufacture of consent, and conformity to group values and ethics" (Merriam-Webster Dictionary)*

3: *Correct. The two expressions are synonymous.*

4: *Wrong. The expression "on a par with" means "at the same level or standard as (someone or something else)". (Merriam-Webster Dictionary)*

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

Text V

Ages ago, I acquired two recordings that inspire a feeling of weirdness whenever I listen to them, or even think about them. Both are performances of the great Lerner and Loewe musical My Fair Lady in languages other than English. Each of them has a special twist of irony. At the core of the original story is how the coarse Cockney girl Liza Doolittle is as a challenge, taken in by the insufferably smug but utterly enthralled professor Henry Higgins, and through painful exercises – "The rain in Spain falls mainly in the plain" – acquires such an impeccably upper-class Oxbridge way of speaking English that at her (and his) ultimate test, a posh ball that she attends incognito, drifting among the cream of British society, the keenest linguistic sleuth in the land dances with this mysterious beauty and in the end declares her too good to be true, and hence not English elite at all, but Hungarian!

The whole idea of de-anglicizing this story strikes me as really nutty – and yet there they are, those recordings on my shelf. And so, on what wet plains do those heavy, drenching rains mainly fall, in Mi Bella Dama? And in the Hungarian version, to what elite nationality is the too-good to-be-true unrecognized Cockney girl assigned? Of course, the truly strange part in both cases is that the whole time she is speaking Spanish or Hungarian, the charade is maintained that she is actually speaking English, and, unlike most plays or movies where one language is made to pass for another, the linguistic medium here is not just an incidental fact, but the very crux of the entire plot. I suppose the suspension of disbelief involved is no more strained than our willingness to accept as "reality" a story that is occasionally interrupted by the actors' breaking into lyrical song, and then, as suddenly as it started, the singing is over and apparent normalcy resumes on stage.

Douglas R. Hofstadter. Le ton beau de Marot: in praise of the music of language. New York: Basic Books, 1997, p. 198 (adapted)

(Cespe Diplomacia 2018) In text V, without altering the general meaning of the sentence, "enthralled" (R.8) could be replaced by (mark right – C – or wrong – E)

(1) bewitched.

(2) captivated.
(3) eccentric.
(4) colorful.

1 – bewitched: correct; **2 –** captivated: correct; **3 –** eccentric: wrong; **4 –** colorful: wrong.
According to The Merriam-Webster Dictionary, the word "enthralled" means: ***1:*** *to hold spellbound: charm;* ***2:*** *to hold in or reduce to slavery. In the context of the article, the first meaning is the one used.*

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Cespe Diplomacia 2018) Considering the grammatical and semantic aspects of text V, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) From the author's account, it can be inferred that the plot of My Fair Lady is an homage to British social class structure.
(2) The stage performance of My Fair Lady is punctuated by musical numbers.
(3) The word "sleuth" (R.13) is used in a disparaging way.
(4) The author thinks that the most important point of the plot of My Fair Lady gets lost in translation.

1: *Wrong. The author seems to believe My Fair Lady lends criticism to such class structure: "At the core of the original story is how the coarse Cockney girl Liza Doolittle is as a challenge, taken in by the insufferably smug but utterly enthralled professor Henry Higgins", where the words "coarse" and "Cockney" mean "of ordinary or inferior value" and "a native of London and especially of the East End of London" respectively, whereas "smug" means "arrogant".*
2: *Correct. "I suppose the suspension of disbelief involved is no more strained than our willingness to accept as "reality" a story that is occasionally interrupted by the actors' breaking into lyrical song".*
3: *Wrong. "Sleuth" means "detective".*
4: *Correct. " […] the truly strange part in both cases is that the whole time she is speaking Spanish or Hungarian, the charade is maintained that she is actually speaking English, and, unlike most plays or movies where one language is made to pass for another, the linguistic medium here is not just an incidental fact, but the very crux of the entire plot."*

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Text VI

President Trump's remarks in recent weeks – contending that fellow NATO members "owe [the United States] a tremendous amount of money," labeling the European Union a trade "foe" and calling Russian President Vladimir Putin "a good competitor," for example – have heightened the anxiety of observers who question the resilience of the postwar order. Some focus on the challenges posed by external actors – whether the selective revisionism of China as a complex competitor-cum-partner or the more confrontational behavior of Russia, which appears to have calculated that it can obtain more short-term influence by destabilizing the system than by integrating into it.

Others are more concerned with internal stresses. Trump's "America First" approach to foreign policy – which has surfaced and amplified simmering economic and demographic anxieties among a significant segment of the American public – articulates a sharp critique of the order's alleged strategic benefits to the United States, its leading architect. Across the pond, meanwhile, increasingly powerful populist forces from a broad ideological spectrum are contesting the legitimacy of the European project.

While these various accounts go a long way in explaining the postwar order's woes, they discount an important explanation: having thus far succeeded in achieving its foundational goal – averting a third world war – the postwar order lacks imperatives of comparable urgency to impel its modernization.

It is misleading to characterize the postwar era as a "long peace." Proxy wars, civil wars and genocides have killed tens of millions over the past three-quarters of a century. Nor do observers agree why a war between great powers has not occurred during that time: they have offered explanations as diverse as "war aversion", nuclear weapons, the U.S. alliance system and Enlightenment values.

Still, the headline accomplishment remains: no global conflagration has occurred under the aegis of the postwar order. However, this is not to suggest that the system is performing well; to the contrary, its limitations are widely understood and increasingly apparent. It is insufficiently responsive to and reflective of the evolving balance of power, which continues to shift eastward.

The modernization of the world order would ideally result from farsighted diplomacy. It is more likely, though, that policymakers will do little more than push for incremental improvements to an inadequate system, thereby enabling the aforementioned forces —ranging from external challenges to populist uprisings – to continue testing its foundations. The potential result of indefinite erosion – a vacuum in order, without a coherent alternative to replace it – is unpalatable. In a nuclear age, though, it is terrifying to consider what might have to occur for a new order to emerge.

Ali Wyne. A new world order will likely arise only from calamity. The Washington Post, jul./2018 (adapted)

(Cespe Diplomacia 2018) Considering the grammatical and semantic aspects of text VI, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The phrase "obtain more" (R. 10 and 11) could be correctly replaced by accrue, without altering the meaning of the passage.
(2) The word "aegis" (R.36) could be replaced by auspices in this particular context.
(3) The idiom "Across the pond" (R.19) could be replaced by Overseas, without altering the meaning of the sentence.
(4) The word "simmering" (R.15) could be replaced by vocal without altering the general meaning of the passage.

1 – *Correct. According to the Merriam-Webster Dictionary, "to accrue" means "to accumulate or be added periodically".*
2 – *Correct. According to the Merriam-Webster Dictionary, "aegis" means "auspices, sponsorship".*
3 – *Wrong. The expression "across the pond" means "the other side of the Atlantic Ocean", i.e., Europe, not "overseas", which is much more general. (The Merriam-Webster Dictionary).*
4 – *Wrong. The verb "to simmer" means "to be in a state of incipient development" or "just bellow boiling point" (Merriam-Webster Dictionary), which in this case is the opposite of "vocal".*

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

Text I

1 Diplomacy has never enjoyed a wholly favourable
reputation. Often confused with its clandestine cousin,
espionage, it has for centuries been associated with deviousness
4 and duplicity. Only the other day, when I was giving a talk, a
woman came up to me afterwards and expressed astonishment
that I had actually given straight answers to questions. "I
7 expected", she said, "the usual wishy-washy that you get from
diplomats." In modern times, diplomacy has also become
associated with appeasement of one kind or another, with
10 kowtowing to foreign governments.
These criticisms have acquired the rancid flavour of
class warfare, a deeply ingrained British pastime. For centuries,
13 diplomacy recruited from the aristocracy and upper classes
When I joined the Foreign Office in 1966, recruitment had
become more widely meritocratic; but it was overwhelmingly
16 a male meritocracy drawn from a few elite universities. Today,
the recruitment pool is vastly bigger in every way. But, the old
myths persist. The image of a diplomat clad in pinstripes,
19 quaffing champagne, and leading the good life in a magnificent
embassy, dies hard.

Christopher Meyer. Getting Our Way: 500 Years of Adventure and Intrigue: the Inside Story of British Diplomacy. London: Weidenfeld & Nicolson, 2009, p. 6 (adapted).

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Decide whether the following statements are right(C)or wrong(E) according to textI.

(1) It can be correctly inferred from the text that there tends to be presently more female diplomats, as well as diplomats with more diverse social backgrounds, than in1966.

(2) It can be correctly concluded from the text that the recruitment methods adopted in the past have fuelled suspicion against diplomats and created a fallacious idea about their work.

(3) For the author, the bad reputation diplomacy holds has to do with the frequent international negotiations in which diplomats deal with foreign officials.

(4) The woman mentioned in the first paragraph didn't expect the author to reveal his true opinions.

1: Correct. "When I joined the Foreign Office in 1966, recruitment had become more widely meritocratic; but it was overwhelmingly a male meritocracy drawn from a few elite universities. Today, the recruitment pool is vastly bigger in every way." The expression "every way" implies that young diplomats come from many different universities and that there are more women that before, once the comparison relates to the previous clause.

2: Correct. "These criticisms have acquired the rancid flavour of class warfare, a deeply ingrained British pastime. For centuries, diplomacy recruited from the aristocracy and upper classes."

3: Wrong. In the sentence "In modern times, diplomacy has also become associated with appeasement of one kind or another, with kowtowing to foreign governments", the word "kowtowing" means "Act in an excessively subservient manner". Thus, the bad reputation results from more than just engaging in negotiations.

4: Annulled. This question was annulled because the expression "wishy-washy" does not imply one is lying, but merely avoiding a direct answer.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4ANULADA

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Considering the grammatical and semantic aspects of text I, decide whether the following items are right (C) or wrong(E).

(1) The words "clad" (R. 18) and" quaffing"(R.19) could be correctly replaced by dressed and sipping without this altering the meaning of the sentence, although this substitution would make the text less humorous.

(2) There would be no change in the meaning of the passage from "Often"(R.2) to "duplicity"(R.4) if it were replaced by Even though it is often confused with espionage, which is its illegitimate cousin, diplomacy has been linked with misbehaviour and duplicity for centuries.

(3) The excerpt "that you get from diplomats"(R.7and8) could be correctly replaced by which one gets from diplomats without this changing the meaning of the text.

(4) The recruitment policy of the British diplomatic service was designed and planned by elite academics and university intellectuals.

1: Wrong. The word "clad" does mean "dressed", but the verb to "to quaff" means "to drink (something, especially an alcoholic drink) heartily", while "to sip" means "to drink (something) by taking small mouthfuls."

2: Wrong. The original sentence acts as an explanation for the sentence that came before, although the conjunction is omitted. The rewrite, beginning with though, chances that relation to one of concession regarding the clause that begins with "diplomacy has been linked…".

3: Correct. "Which" can replace "that" when they act as relative pronouns, and the usage of "you" as an indefinite subject can be replaced by more formal form "one", which agrees with the 3rd person singular.

4: Wrong. In the sentence "When I joined the Foreign Office in 1966, recruitment had become more widely meritocratic; but it was overwhelmingly a male meritocracy drawn from a few elite universities", the expression "drawn from" means "recruited from".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

Text II

1 When I joined the Foreign Office, I was astonished
at the lack of formal preparation for the job. In those days,
the Civil and Diplomatic Service entrance exams took place
4 in three stages, by the end of which hundreds of unsuccessful
candidates had been knocked out. Only a score or so survived
the final stage to be admitted to the Foreign Office.
7 My induction course lasted about a month. Then,
one morning, I was taken to the West and Central Africa
Department, told that I would be responsible for
10 French-speaking African countries plus Liberia. And that
was that. I was now, at the tender age of twenty-two,
a wet-behind-the-ears but fully functioning British diplomat.
13 I was put unsparingly to the test in my first month.
I was summoned to the office of the Minister of State,
a genial politician called George Thompson, who was about
16 to receive an oficial visitor from the Central African Republic.
I was there to interpret between English and French. The usual
pleasantries of a courtesy call were easy enough to translate.
19 But, just as I was beginning to relax, the official told
Thompson that one of the main exports from his country
was roselle. What on earth was roselle? With panic rising
22 in my gorge, something made me blurt out "jute". To my
horror, there ensued a lively conversation in which Thompson
said "jute" and the African minister Said roselle.
25 After the meeting, I raced back to my Office and
looked in my dictionary. Roselle was not there. I tried out
the mystery Word on a French friend, but he had not heard
28 of it either. But the next day, he called back. What was
a British minister doing, He asked, talking to a politician from
the Central African Republic about a plant that was used as
31 a diuretic and food-colouring agent? My heart sank. I saw my
career slipping beneath the waves before it had hardly begun.
"Oh, and by the way," he added, "it's also used sometimes as
34 a substitute for jute fibre — if that's of any interest to you.".

Christopher Meyer. Getting Our Way: 500 years of adventure and intrigue: the inside story of british diplomacy. London: Weidenfeld & Nicolson, 2009, p. 7-9 (adapted).

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Considering the ideas and the vocabulary of text II, decide whether the statements below are right (C) or wrong(E).

(1) After all stages of the Civil and Diplomatic Service entrance exams, the number of candidates admitted was around 20.

(2) With the expression "And that was that"(R.10and11),the author reinforces the idea indicated by "the lack of formal preparation for the job" (R.2).

(3) The word "genial"(R.15) means unusually intelligent.

(4) It can be correctly inferred that, when it came to hiring, the Foreign Office had a clear preference for bright Young people.

1: Correct. "Around 20" is the meaning of "score" in "Only a score or so survived the final stage to be admitted to the Foreign Office."
2: Correct. This expression is used to emphasize that the brief preparation described in the two previous sentences suddenly came to an end.
3: Wrong. "Genial" means "friendly and cheerful" (Oxford Dictionary).
4: Wrong. There is no mention of the candidates' profiles, except for what Meyer mentions about himself.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Decide whether the statements below, which concern the ideas of text II and the vocabulary used in it, are right (C) or wrong (E).

(1) The fact that the author didn't know the meaning of the word "roselle" and translated it as "jute" was prejudicial to the British Minister.

(2) The passage "a wet-behind-the-ears but fully functioning British diplomat"(R.12)indicates that the author's inexperience didn't prevent him from getting a position of responsibility in the Foreign Office.

(3) From the author's account, it can be correctly inferred that he was expected to be able to translate from French to English and vice versa, as part of his job as a diplomat.

(4) The Word "unsparingly"(R.13) can be correctly replaced by unmercifully, without this changing the meaning of the text.

1: Wrong. Meyer got lucky and "jute" turned out to be one of the possible meanings of "roselle".
2: Correct. The expression "wet-behind-the-ears" means "lacking experience".
3: Correct. "I was summoned to the office of the Minister of State, a genial politician called George Thompson, who was about to receive an official visitor from the Central African Republic. I was there to interpret between English and French. The usual pleasantries of a courtesy call were easy enough to translate."
4: Correct. The verb "to spare" has, among its meanings, the following "refrain from killing, injuring, or distressing". Thus, if one is "unsparing", that person has no mercy or gives no respite.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

Text III

1 At the end of every summer, the French diplomatic
service summons all its ambassadors from around the world
to Paris for a week of brainstorming and fine cuisine. Usually,
4 the assembled crowd is monochrome, middle-aged and male.
Since 2015, however, it has been marked by silk scarves
and coloured jackets: in that year, nearly a third of the
7 ambassadorial corps was made up ofwomen,comparedto19%
in Britain and 26% in the United States.
Indeed, France has transformed the place of female
10 diplomats. Surely, this has not happened without an official
push: a few years ago, in 2012, France decided to reserve
a share of top public-service appointments for women,
13 with a target of 40% by 2018.
Does a female ambassador change anything?
Besides the pressing linguistic question of whether to call
16 her Madame l'Ambassadrice (favoured by some younger
diplomats) or Madame l'Ambassadeur (which some prefer
in order to avoid being taken for an ambassador'swife),
19 the answer may be: not all that much. Perhaps most
importantly, a less male representation projects a less fusty
national image at a time when soft Power counts for evermore.
22 In fact, feminisation seems to be part of a broader French effort
to "renew our global diplomacy for the 21st century",
said Laurent Fabius, the foreign minister, whose predecessor
25 but one was a woman, Michèle Alliot-Marie.

Nolongersomaleandstale.Internet:<www.economist.com>(adapted).

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Decide whether the statements below, concerning the ideas and the vocabulary of text III, are right (C) or wrong(E).

(1) In spite of some passages which might be taken as ironic, it is correct to conclude that the text considers the changes in French diplomacy to be positive.

(2) According to the text, the foreign minister Laurent Fabius was appointed immediately after Mrs.Alliot-Marie' sterm.

(3) The mentioning of "finecuisine"(R.3)suggests that the French ambassadors were in Paris also to learn about French gastronomy, due to its relevance in French culture.

(4) The contrast between the images created by the expressions "monochrome, middle-aged and male" and "silk scarves and coloured jackets" functions as a rhetorical resource which reinforces the Idea that French diplomacy is becoming a more feminine realm.

1: Correct. "Perhaps most importantly, a less male representation projects a less fusty national image at a time when soft power counts for ever more. In fact, feminisation seems to be part of a broader French effort to "renew our global diplomacy for the 21st century", said Laurent Fabius, the foreign minister, whose predecessor but one was a woman, Michèle Alliot-Marie."

2: Wrong. "Whose predecessor but one was a woman" means that the immediate predecessor was a man.

3: Wrong. The goal of the gathering was "brainstorming". The mention to "fine cuisine" is part of the text's lightheartedness.

4: Correct. In this passage, "monochrome" refers to the male diplomats' attires, whereas the "colored jackets" refer to the female diplomats' clothes, thus reinforcing the idea that the French foreign service is becoming increasingly feminine.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Text IV

1 When did Americans start sounding funny to English
ears? The story is not as simple as some believe. Thanks to a
remarkable kind of linguistic melting pot process, early
4 Americans spoke with a standard dialect all their own that was
often met with approval by English observers, in contrast to
how certain American accents are sometimes judged today.
7 From the early eighteenth century, while British
English speakers could easily reveal details about their
background through their speech, it was much harder to
10 pinpoint an American speaker's background in the same way
Many described the American dialect of the day as being,
surprisingly, pretty close to the accepted British grammatical
13 standard of London "polite" society, even if there were some
accent differences and linguistic variation. While these would
have been indicators of lower status in England, in colonial
16 America speakers of all classes and regions might have used
these forms, diluting them as signs of social status.
Some fairly resilient linguistic myths have arisen as
19 folk explanations for why British and American dialects are the
way they are, including the often-cited belief that Shakespeare
sounded much more American than he did British, and thus
22 American English must be free from any modern linguistic
"corruption" that followed.
George Philip Krapp, among others, makes a
25 compelling argument against the theory that a transplanted
dialect or language suddenly has its linguistic development
arrested, so that examples like American English or Acadian
28 French must simply be more archaic than the dialects that
continued evolving in their home countries.
Far from being an isolated community, the American
31 colonies developed culturally and linguistically while being in
constant contact with the outside world and with a healthy flow
of immigrants from many different backgrounds. The truth is,
34 in the context of a linguistic melting pot, a kind of linguistic
leveling occurs, and a common mode of speech, or koine,

emerges. No single dialect is really transplanted intact and
37 unchanging. American English is not eighteenth-century British English frozen in time while British English varieties changed in a different direction. American English behaves no
40 differently from any other dialect in this way; it develops and innovates but also maintains certain linguistic characteristics meaningful to its speech community, in the same way that
43 British English does.
But in order for linguistic innovation to really take root, you need a bunch of colonial babies. The founding
46 generation of settlers wasn't immediately followed by a huge influx of immigrants with other dialects and languages until an American koine was already mostly established by newer
49 generations of Americans, at which point more recent immigrant waves began to adopt the prevailing ways of speaking. Many eventually abandoned their native tongue and
52 assimilated into the wider linguistic community.
So by the time of the signing of the Declaration of Independence, it's clear Americans didn't have to hold their
55 tongue with the British — they spoke with the national dialect that had steadily evolved for at least two generations before 1776.

Chi Luu. When Did Colonial America Gain Linguistic Independence? Internet: <https://daily.jstor.org> (adapted).

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Decide whether the following statements are right(C)or wrong(E) according to text IV.

(1) According to the text, the fact that social origin was not as easy to identify based on the koine of eighteenth-century Americans as was the case with contemporary Britons reflected the early American colonies' egalitarian ethos.

(2) It can be said from the text that to British ears, contemporary American accents belie declining grammar standards in America as compared to Colonial times.

(3) The author criticizes Krapp's argument that exemplars of transplanted languages or dialects such as Acadian French are more archaic than the original ones, which continued evolving in their home countries.

(4) The author asserts that the early dialect of colonial Americans was not influenced and shaped by large waves of immigrants from many origins.

1: Wrong. In the passage "Thanks to a remarkable kind of linguistic melting pot process, early Americans spoke with a standard dialect all their own that was often met with approval by English observers", it becomes clear that early Americans' standard dialect came into being naturally through the "melting pot" process rather than through an egalitarian project.

2: Wrong. The verb "to belie" means "fail to give a true impression of (something)". In reality, contemporary Britons believe some American accents and dialects are inferior.

3: Wrong. The author agrees with Krapp, who "makes a compelling argument against the theory that a transplanted dialect or language suddenly has its linguistic development arrested, so that examples like American English or Acadian French must simply be more archaic than the dialects that continued evolving in their home countries."

4: Correct. "The founding generation of settlers wasn't immediately followed by a huge influx of immigrants with other dialects and languages until an American koine was already mostly established by newer generations of Americans, at which point more recent immigrant waves began to adopt the prevailing ways of speaking. Many eventually abandoned their native tongue and assimilated into the wider linguistic community."

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2017 – CESPE) In text IV, without altering the general meaning of the sentence, "pinpoint" (R.10) could be replaced by(mark right—C— or wrong — E)

(1) ascertain.
(2) determine.
(3) compare.
(4) convey.

According to the Oxford Dictionary, "to pinpoint" is "find or identify with great accuracy or precision." Therefore:

1: Correct. "To ascertain" means " to find (something) out for certain; make sure of."

2: Correct. "To determine" means "Ascertain or establish exactly by research or calculation."

3: Wrong. "To compare" means "Ascertain or establish exactly by research or calculation."

4: Wrong. "To convey" means "Make (an idea, impression, or feeling) known or understandable."

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Considering the grammatical and semantic aspects of text IV, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The word "assimilated"(R.52)could be correctly replaced by

BLENDED, WITHOUT ALTERING THE MEANING OF THE PASSAGE.

(2) The adjective "compelling" (R.25) could be replaced by **THOROUGH IN THIS PARTICULAR CONTEXT.**

(3) The expression "hold their tongue with"(R.54and55) could be replaced by uphold their dialect against without altering the meaning of the sentence.

(4) The expression "a bunch of" (R.45) could be replaced by a cluster of without altering the meaning of the passage.

1: Correct. In this sentence, the both words mean "to become integrated".

2: Wrong. In this case, "compelling" means convincing, whereas "thorough" means "complete".

3: Wrong. The original passage means that Americans could be proud of their version of English in relation to the British version, whereas the second sentence means they did not have to "defend their dialect".

4: Annulled. This question was annulled. "A bunch of" can mean "many" and "a large group of", whereas "a cluster of" means only "a group of". In the text, "a bunch of" is better interpreted as "many". Thus, this is an ambiguous question.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4ANULADA

Text V

As Hegel observed of the emerging democracies of the
nineteenth century, in the universe of modern political subjects
"what is to be authoritative…derives its authority, not at all
4 from force, only to a small extent from habit and custom, really
from insight and argument." Under democracies, at least,
argumentation complements pure force and arbitrary choice as
7 a basic source of world-shaping decisions. Rationality itself has
Become a source of power; consensual political systems require
agreement in thought as well as acquiescence in behavior.
10 Twisting the liberalism of Hegel's point in light of decades of
discussion of the politics of representation, we must ask how
any given claim comes to count as an insight and from what
13 source arguments derive their social force.
This problem hás been addressed most explicitly in the
sociology of knowledge. Recent social studies of science have
16 termed the epistemological standpoint that assumes a relation
between power and knowledge an "equivalence postulate".
Barry Barnes and David Bloor, for example, describe this
19 position as follows:
"Our equivalence postulate is that all beliefs are on a
par with one another with respect to the causes of their
22 credibility. It is not that all beliefs are equally true or equally
false, but that regardless of truth and falsity the fact of their credibility
is to be seen as equally problematic…Regardless of
25 whether the sociologist evaluates a belief as true or rational, or
as false and irrational, he must search for the causes of its
credibility. Is a belief enjoined by the authorities of the society?
28 Is it transmitted by established institutions of socialization or
supported by accepted agencies of social control? Is it bound
up with patterns of vested interest?" (…)
31 Instead of looking for fixed, universal Laws of logic
guaranteeing the connection of particular phenomena to general
concepts, sociologists of knowledge seek the learned,
34 contingent principles of thought actually used by human
groups. (…) To investigate signification and justification as
social practices, we have to explain why cognitive approaches
37 differ without appealing to the 'facts' of the world.

Paul N. Edwards. The Closed World: Computers and the Politics of DiscourseinColdWarAmerica.Cambridge:MITPress,1996(adapted).

(Diplomacia – 2017 – CESPE) Considering the grammatical and semantic aspects of text V, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The expression "on a par" (R. 20 and 21) means competing.

(2) The text asserts that facts should be judged to be the sole standard against which to define beliefs.

(3) The word "contingent"(R.34) is synonymous with necessary.

(4) The word "enjoined"(R.27) can not be replaced by endorsed in this particular context.

1: Wrong. "On a par" means "at the same level".
2: Wrong. "It is not that all beliefs are equally true or equally false, but that regardless of truth and falsity the fact of their credibility is to be seen as equally problematic… Regardless of whether the sociologist evaluates a belief as true or rational, or as false and irrational, he must search for the causes of its credibility".
3: Wrong. In philosophy, "contingent" means "True by virtue of the way things in fact are and not by logical necessity."
4: Correct. In this case, both words means "supported".

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Text I

1 On a visit to Beirut during the terrible civil war of
2 1975-1976 a French journalist wrote regretfully of the gutted
3 downtown area that "it had once seemed to belong to the
4 Orient of Chateaubriand and Nerval". He was right about the
5 place, of course, especially so far as a European was
6 concerned. The Orient was almost a European invention, and
7 had been since antiquity a place of romance, exotic beings,
8 haunting memories and landscapes, remarkable experiences.
9 Now it was disappearing; in a sense it had happened, its time
10 was over.
11 Americans will not feel quite the same about the
12 Orient, which for them is much more likely to be associated
13 very differently with the Far East (China and Japan, mainly).
14 Unlike the Americans, the French and the British — less so the
15 Germans, Russians, Spanish, Portuguese, Italians, and Swiss —
16 have had a long tradition of what I shall be calling Orientalism,
17 a way of coming to terms with the Orient that is based on the
18 Orient's special place in European Western experience. The
19 Orient is not only adjacent to Europe; it is also the place of
20 Europe's greatest and richest and oldest colonies, the source of
21 its civilizations and languages, its cultural contestant, and one
22 of its deepest and most recurring images of the Other. In
23 addition, the Orient has helped to define Europe (or the West)
24 as its contrasting image, idea, personality, experience. The
25 Orient is an integral part of European material civilization and
26 culture. Orientalism expresses and represents that part
27 culturally and even ideologically as a mode of discourse with
28 supporting institutions, vocabulary, scholarship, imagery,
29 doctrines, even colonial bureaucracies and colonial styles. In
30 contrast, the American understanding of the Orient will seem
31 considerably less dense.
32 To speak of Orientalism therefore is to speak mainly,
33 although not exclusively, of a British and French cultural
34 enterprise, a project whose dimensions take in such disparate
35 realms as the imagination itself, the whole of India and the
36 Levant, the spice trade, colonial armies and a long tradition of
37 colonial administrators, a formidable scholarly corpus,
38 innumerable Oriental "experts" and "hands", an Oriental
39 professorate, many Eastern sects, philosophies, and wisdoms
40 domesticated for local European use — the list can be
41 extended more or less indefinitely. From the beginning of the
42 nineteenth century until the end of World War II, France and
43 Britain dominated the Orient and Orientalism; since World
44 War II America has dominated the Orient, and approaches it as
45 France and Britain once did. Out of that closeness, whose
46 dynamic is enormously productive even if it Always
47 demonstrates the comparatively greater strength of the
48 Occident (British, French, or American), comes the large body
49 of texts I call Orientalist.

E. W. Said. Orientalism. New York: Pantheon, 1978, p. 1-4 (adapted).

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Decide whether the following statements are right (C) or wrong (E) according to text I.

(1) The author asserts that the Orient, as Europeans tend to see it, is a culturally ancient creation.

(2) The Portuguese as well as other European peoples share the exact same Orientalist tradition as the British.

(3) Even though the Orient neighbours Europe, the peoples of this region are the most likely to appear as Europe's Other.

(4) It can be said that the French journalist quoted in the text was disappointed not to find the landscape once described by the referred writers.

1: Correct. "The Orient was almost a European invention, and had been since antiquity a place of romance, exotic beings, haunting memories and landscapes, remarkable experiences".

2: Wrong. In the sentence "Unlike the Americans, the French and the British — less so the Germans, Russians, Spanish, Portuguese, Italians, and Swiss — have had a long tradition of what I shall be calling Orientalism, a way of coming to terms with the Orient that is based on the Orient's special place in European Western experience", the expression "less so" means that those other nations did not experience the Orient the same way as the British and the French.

3: Correct. "The Orient is not only adjacent to Europe; it is also the place of Europe's greatest and richest and oldest colonies, the source of its civilizations and languages, its cultural contestant, and one of its deepest and most recurring images of the Other". Although this item starts with a concessive conjunction, the message matches that of the text regarding the issue of the "Other".

4: Correct. That disappointment is expressed by the word "regretfully" in "On a visit to Beirut during the terrible civil war of 1975-1976 a French journalist wrote regretfully of the gutted downtown area that "it had once seemed to belong to the Orient of Chateaubriand and Nerval".

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Considering the grammatical and semantic aspects of text I, decide whether the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The word "Orientalist" (R.49) could be correctly replaced by Orientalists.

(2) The texts defined by E. W. Said as Orientalist, albeit numerous, always suggest the Occident's superiority.

(3) The adjective "remarkable" (R.8) could be replaced by significant or uncanny in the context of the text.

(4) The expression "coming to terms with" (R.17) could be replaced by assimilating, without altering the meaning of the sentence.

1: Wrong. In English, adjectives have no plural form.

2: Correct. "Out of that closeness, whose dynamic is enormously productive even if it always demonstrates the comparatively greater strength of the Occident (British, French, or American), comes the large body of texts I call Orientalist."

3: Correct. In the sentence, the word implies that such experiences were somehow supernatural or extraordinary. In addition, the word "uncanny" means "Strange or mysterious, especially in an unsettling way."

4: Annulled. This question was annulled. According to the Oxford Dictionary, the expression "coming to terms with" means "come to accept (a new and painful or difficult event or situation); reconcile oneself to". The word "assimilating" fits into this role problematically.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4 ANULADA

(Diplomacia – 2016 – CESPE) According to text I, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) The notion of Orientalism, which the author intends to investigate, is built upon a volume of written texts throughout the centuries.

(2) The Orient has taken part in molding the contemporary European experience.

(3) The British and French tradition of Orientalism is forged through the colonial experience and academic corpora.

(4) Presently, America situates itself in a different position towards the Orient, regarding British and French perspectives.

1: Correct. That is the meaning of the expression "a formidable scholarly corpus" in "[…]the whole of India and the Levant, the spice trade, colonial armies and a long tradition of colonial administrators, a formidable scholarly corpus, innumerable Oriental "experts" and "hands", an Oriental professorate, many Eastern sects, philosophies, and wisdoms domesticated for local European use"

2: Correct. "[…] a long tradition of what I shall be calling Orientalism, a way of coming to terms with the Orient that is based on the Orient's special place in European Western experience".

3: Correct. "To speak of Orientalism therefore is to speak mainly, although not exclusively, of a British and French cultural enterprise, a project whose dimensions take in such disparate realms as the imagination itself, the whole of India and the Levant, the spice trade, colonial armies and a long tradition of colonial administrators, a formidable scholarly corpus, innumerable Oriental "experts" and "hands", an Oriental professorate, many Eastern sects, philosophies, and wisdoms domesticated for local European use".

4: Wrong. "[…] since World War II America has dominated the Orient, and approaches it as France and Britain once did."

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2016 – CESPE) In text I, without altering the meaning of the sentence, the noun "realms" (R.35) could be replaced by (mark right — C — or wrong — E):

(1) spheres.

(2) domains.

(3) grounds.

(4) divisions.

The meaning of the word "realm" is "A field or domain of activity or interest" (Oxford Dictionary).

1: Correct. In this case, "spheres" also means "field or domain".

2: Correct, as stated by the definition.

3: Annulled. One of the possible meanings of "ground" is "An area of knowledge or subject of discussion or thought." This definition fits into the sentence ambiguously.

4: Wrong. The word "division" does not fit into the above definition.

Gabarito 1C, 2C, 3ANULADA, 4E

Text II

1 The way, today, we tell any of the tales of "voyage of discovery", is in terms of crossing and conquering space. Cortés voyaged across space, found Tenochtitlán, and took it.
4 "Space", in this way of telling things, is an expanse we travel across. We know "globalisation" in its current form is not the
7 result of a law of nature. It is a project. It is not a description of the world as it is so much as an image in which the world is being made.
10 This much is now well established in critiques of today's globalisation. But it is perhaps less often made explicit that one of the crucial manoeuvres at work within it, to
13 convince us of the ineluctability of this globalisation, is a sleight of hand in terms of the conceptualisation of space and time. And this has social and political effects. It says that
16 Mozambique and Nicaragua are not really different from "us". We are not to imagine them as having their own trajectories, their own particular histories, and the potential for their own,
19 perhaps different, futures. They are not recognised as coeval others. They are merely at an earlier stage in the one and only narrative it is possible to tell. That cosmology of "only one
22 narrative" obliterates the multiplicities, the contemporaneous heterogeneities of space. It reduces simultaneous coexistence to place in the historical queue. In the context of a world which
25 is, indeed, increasingly interconnected, the notion of place has come to have totemic resonance.

D. Massey. For space. London: Sage Publications, 2005, p. 4-5 (adapted).

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Considering the ideas and the vocabulary of text II, decide whether the statements below are right (C) or wrong (E).

(1) The word "ineluctability" (R.13) is synonymous with questionability.
(2) The expression "sleight of hand" (R.14) carries the notion of skilful deception.
(3) The author asserts that, even though "space" is an extension to be travelled, it is nowadays intertwined with the notion of time.
(4) The adjective "coeval" (R.19) could be replaced by coetaneous without changing the meaning of the sentence.

1: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "ineluctable" means "Unable to be resisted or avoided; inescapable."
2: Correct. The expression means "manual dexterity, typically in performing tricks." In broader contexts, it translates as "skillful deception.
3: Correct. In "They are merely at an earlier stage in the one and only narrative it is possible to tell. That cosmology of "only one narrative" obliterates the multiplicities, the contemporaneous heterogeneities of space. It reduces simultaneous coexistence to place in the historical queue", the author's argument – that, in how globalization is currently described, countries are placed on a continuum of different stages of development – evidences the correlation of space and time.
4: Correct. According to the Oxford Dictionary, both "coeval" and "coetaneous" mean "Having the same age or date of origin; contemporary".

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Decide whether the statements below, concerning the ideas and the vocabulary of text II, are right (C) or wrong (E).

(1) The social and political consequences of the definition of globalisation are that some countries may be regarded as delayed in their historic progression.
(2) The phrase "obliterates the multiplicities" (R.22) can be replaced by removes diversities, without changing the meaning of the sentence.
(3) In the text, the adjective "totemic" (R.26) is the same as emblematic.
(4) Globalisation, as a project, intends to respect and promote different futures and dynamics for different countries.

1: Annulled. This item was annulled due to a grammar mistake – instead of "historic", the correct word would have been "historical".
2: Annulled. This item was also annulled. The missing article before "diversities" created ambiguity.
3: Correct. According to the Oxford Dictionary, the word "totem" means "A natural object or animal that is believed by a particular society to have spiritual significance and that is adopted by it as an emblem."
4: Wrong. "We are not to imagine them as having their own trajectories, their own particular histories, and the potential for their own, perhaps different, futures. They are not recognised as coeval others. They are merely at an earlier stage in the one and only narrative it is possible to tell. That cosmology of "only one narrative" obliterates the multiplicities, the contemporaneous heterogeneities of space".

Gabarito 1 ANULADA, 2 ANULADA, 3C, 4E

Text III

1 Pierre Englebert's attempt to measure all of Africa
using the yardstick of a single historical factor is highly
problematic. In this regard, Englebert's book suffers from four
4 tendencies, the first two of which involve a dominant mode in
current writing about Africa, and the third and fourth of which
reflect the constraints of academic publishing, particularly in
7 the United States of America. Current writing about Africa is
characterised, firstly, by a remarkable tendency to generalize
about the entire continent, which no author specialising in
10 Asia, for example, would dare contemplate. This usually
involves the extrapolation of a single empirical situation to the
entire continent. In Englebert's case, this clearly relates to his
13 experience in the eastern Congo, which is made to serve as an
example for all of sub-Saharan Africa. This tendency is
associated, secondly, with an intensive search for a single
16 factor that would explain the plight of Africa, a conceptual
master key that can unlock the puzzle of the "African
exception". Englebert's book is a typical example of this
19 tendency to substitute historical explanations with a philosophy
of history. He is not concerned with the identification of
contingent factors which, through their myriad combinations
22 and mutual (correlated) causal processes, have led to the
emergence of the current complex situation on the African
continent. Instead, he claims that the entire situation arose from
25 a single historical moment — that of decolonisation — and
evolved by necessity from this, and that this historical moment
gave birth to a structure of post-coloniality, from which
28 African states are fundamentally incapable of liberating
themselves (while non-African post-colonies apparently are
capable). Here, the argument becomes outright theological:
31 The sovereignty accorded by outside actors represents the
"original sin" of African statehood. As a consequence, and
keeping in line with this theological mode of thinking,
34 post-colonial Africa can be saved only by others.

T. Bierschenk. Book Review — Pierre Englebert (2009), Africa: unity, sovereignty, and sorrow.
Internet: <http://journals.sub.uni-hamburg.de> (adapted).

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Decide whether the following statements, concerning the grammatical and semantic aspects of text III, are right (C) or wrong (E).

(1) Both the author of the book itself and the reviewer agree that African countries should not have had their independence determined by outside forces.

(2) Most publications tend to propose explanations for the situation of African and Asian countries in a generalised form.

(3) If "yardstick" (R.2) is replaced by criterion in the text, it would be necessary to change the preposition following it — "of" — in order to maintain grammatical accuracy.

(4) The author of the review blames the problems of Englebert's book mostly on his search for a single answer for the issues concerning African countries.

1: Wrong. That is Englebert's argument - "Here, the argument becomes outright theological: 31 The sovereignty accorded by outside actors represents the "original sin" of African statehood". Bierschenk is critical of this argument, as the same passage evidences.

2: Wrong. Such generalization does happen regarding Asia: "Current writing about Africa is characterised, firstly, by a remarkable tendency to generalise about the entire continent, which no author specialising in Asia, for example, would dare contemplate".

3: Wrong. The same preposition would follow "criterion".

4: Correct. "Pierre Englebert's attempt to measure all of Africa using the yardstick of a single historical factor is highly problematic."

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2016 – CESPE) The statements below are about the ideas of text III and the vocabulary used in it. Decide whether those statements are right (C) or wrong (E).

(1) The author of the review understands the problems of the African continent as a more complex issue.

(2) The word "myriad" (R.21) is synonymous with

intricate.

(3) Englebert's experience in the eastern Congo is paradigmatic for the elaboration of his thesis.

(4) The noun "constraints" (R.6) could be correctly replaced by limitations.

1: Correct. "Englebert's book is a typical example of this tendency to substitute historical explanations with a philosophy of history. He is not concerned with the identification of contingent factors which, through their myriad combinations and mutual (correlated) causal processes, have led to the emergence of the current complex situation on the African continent".

2: Wrong. "Myriad" means "a countless or extremely great number of people or things", while "intricate" means "very complicated or detailed" (Oxford Dictionary).

3: Correct. "This usually involves the extrapolation of a single empirical situation to the entire continent. In Englebert's case, this clearly relates to his experience in the eastern Congo, which is made to serve as an example for all of sub-Saharan Africa."

4: Correct. According to the Oxford Dictionary, "constraint" means "A limitation or restriction".

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Text IV

1 The basic instruments of public diplomacy are hardly
2 new. The United States, for example, has conducted
3 educational and cultural exchange programs for almost
4 sixty years. Cultural diplomacy is usually an exercise in
5 deferred gratification, since such exchange programs typically
6 don't offer immediate or obvious payoffs. Instead, programs
7 such as the Fulbright educational exchanges represent a
8 long-term strategic investment in establishing mutual trust and
9 understanding. Similarly, the US information programs
10 overseas have a long pedigree: the daily Washington File
11 (formerly the Wireless File) began operation in the State
12 Department in 1935 after an ambassador complained that the
13 slow distribution of official information was "about as useful
14 as a Roman ruin in a fast-changing world".
15 The flow of information since has neither slowed nor
16 stopped changing. In recent months, the biggest internal
17 change, of course, has been integration. Public diplomacy
18 programs, once administered by the US Information Agency,
19 are now integrated into the Department of State under the
20 Under Secretary for Public Diplomacy and Public Affairs.
21 Moreover, public diplomacy officers serve in each of the
22 Department's regional and functional bureaus and in public
23 affairs sections of the embassy.

Internet: <www.publicdiplomacy.org> (adapted).

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Considering the content of text IV, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) US educational and cultural exchange programs have been in place for over sixty years.

(2) The US information programs abroad started operating due to an ambassador's complaint.

(3) The basic instruments of public diplomacy have practically remained the same.

(4) Public diplomacy programs still remain disconnected across government agencies.

1: Wrong. The text says "for almost sixty years", instead of "for over sixty years". The different prepositions lead to a change in meaning.

2: Correct. "Similarly, the US information programs overseas have a long pedigree: the daily Washington File (formerly the Wireless File) began operation in the State Department in 1935 after an ambassador complained that the slow distribution of official information was "about as useful as a Roman ruin in a fast-changing world".

3: Correct. "The basic instruments of public diplomacy are hardly new."

4: Wrong. "Public diplomacy programs, once administered by the US Information Agency, are now integrated into the Department of State under the Under Secretary for Public Diplomacy and Public Affairs."

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Decide whether the statements below are right (C) or wrong (E) according to the ideas and information of text IV.

(1) Integration is bigger than any other internal change.

(2) Public diplomacy programs have long been integrated into the Department of State.

(3) Public diplomacy officers serve either in the Department's regional and functional bureaus or in public affairs sections of the embassy.

(4) The flow of information has been slowing its pace for years.

1: Correct. "In recent months, the biggest internal change, of course, has been integration."

2: Wrong. They used to be administered by the US Information Agency.

3: Wrong. They serve in the bureaus and in the embassies.

4: Wrong. "The flow of information since has neither slowed nor

stopped changing".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2016 – CESPE) In text IV the expression "deferred gratification" (R.5) could be replaced, without changing of meaning, by (decide whether the items below are right — C — or wrong — E):

(1) expected gratification.
(2) generous expectation.
(3) paid-off expectation.
(4) put-off gratification.

The verb to defer means "Put off (an action or event) to a later time; postpone" (Oxford Dictionary). Taking that into consideration:

1: Wrong. "Expected" does not mean that the gratification will happen.
2: Wrong. "Generous" does not relate to time, but rather to quality, and "expectation" does not mean that the gratification will happen.
3: Wrong. "To pay off" means "(of a course of action) yield good results; succeed"; thus, it cannot replace "deferred". In addition, there is the aforementioned issue of "expectation" replacing "gratification".
4: Correct. As mentioned, the verb to defer means "Put off (an action or event) to a later time; postpone."

Gabarito 1E, 2E ,3E, 4C

Text V

Most trade between friendly nations, particularly those who operate within the multilaterally agreed rules of the World Trade Organisation (WTO) and other relevant international agreements, proceeds smoothly. However, disputes do arise, and they fall into three main categories: (i) Conflicts of policy between sovereign governments which then have an impact on their mutual trade and investment; (ii) Disputes over practical trade actions which are initiated by governments, or get escalated to the intergovernmental level; and (iii) Disputes over the proper application to trade of internationally agreed standards in broader policy areas like environmental protection or labour conditions. All such disputes require diplomatic intervention, sometimes by generalist diplomats, but most often by technical trade specialists.

Sometime ago, the most visible trade-related dispute was that between the United States Government and BP over the disastrous Macondo oil leak in the Gulf of Mexico. However, this is not a typical case. The principal company involved happens to be UK-based (though BP has almost as many US shareholders as British), but a similar disaster could occur at any time to a US-based operator. No intergovernmental differences of substance are at stake — the British Government became involved only indirectly, and because of the knock-on effects which the costs of this accident will have on BP shareholders and on pension funds in the UK.

Michael Johnson. The impact of political and diplomatic disputes on international business activity. Internet: <www.ibde.org> (adapted).

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Based on text V, decide whether the statements below are right (C) or wrong (E).

(1) There has never been any conflict between members of WTO.
(2) Trade disputes can be categorized into at least three facets.
(3) Friendly nations are those ones which belong to WTO.
(4) The majority of international trade is carried out free of difficulties.

1: Wrong. The text says that most trade between WTO members happens without disputes, but that conflicts do happen: "Most trade between friendly nations, particularly those who operate within the multilaterally agreed rules of the World Trade Organisation (WTO) and other relevant international agreements, proceeds smoothly. However, disputes do arise"
2: Correct. "However, disputes do arise, and they fall into three main categories".
3: Wrong. WTO members are friendly nations, but friendly nations are not restricted to the WTO: "Most trade between friendly nations, particularly those who operate within the multilaterally agreed rules of the World Trade Organisation (WTO) and other relevant international agreements, proceeds smoothly."
4: Correct. "Most trade between friendly nations, particularly those who operate within the multilaterally agreed rules of the World Trade Organisation (WTO) and other relevant international agreements, proceeds smoothly."

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2016 – CESPE) Decide whether the following statements are right (C) or wrong (E) according to text V.

(1) Disputes on international issues neither demand the intervention of diplomats nor of technical trade experts.
(2) Never before has there been a dispute between the US Government and BP.
(3) The main company involved in the Macondo accident is, just by chance, based in UK.
(4) Intergovernmental differences of substance are not involved in the case.

1: Wrong. "All such disputes require diplomatic intervention, sometimes by generalist diplomats, but most often by technical trade specialists."
2: Wrong. The text simply states this dispute was the most known one: "the most visible trade-related dispute was that between the United States Government and BP over the disastrous Macondo oil leak in the Gulf of Mexico".
3: Correct. That is the meaning of the expression "happens to be" in "The principal company involved happens to be UK-based".
4: Correct. "No intergovernmental differences of substance are at stake", in which the expression "at stake" means "at issue or in question".

Gabarito 1E, 2E, 3C ,4C

Text for questions from 32 to 34

1 Most of the recent scholarly works on the evolution
of diplomacy highlight the added complexity in which "states
and other international actors communicate, negotiate and
4 otherwise interact" in the 21st century. Diplomacy has to take
into account "the crazy-quilt nature of modern
interdependence". Decision-making on the international stage
7 involves what has been depicted as "two level games" or
"double-edged diplomacy". With accentuated forms of
globalization the scope of diplomacy as the "engine room" of
10 International Relations has moved beyond the traditional core
concerns to encompass a myriad set of issue areas. And the
boundaries of participation in diplomacy — and the very
13 definition of diplomats — have broadened as well, albeit in a
still contested fashion. In a variety of ways, therefore, not only
its methods but also its objectives are far more expansive than
16 ever before.
Yet, while the theme of complexity radiates through
the pages of this book, changed circumstances and the
19 stretching of form, scope, and intensity do not only produce
fragmentation but centralization in terms of purposive acts.
Amid the larger debates about the diversity of principals,
22 agents, and intermediaries, the space in modern diplomacy for
leadership by personalities at the apex of power has expanded.
At odds with the counter-image of horizontal breadth with an
25 open-ended nature, the dynamic of 21 -century diplomacy
remains highly vertically oriented and individual-centric.
To showcase this phenomenon, however, is no to
28 suggest ossification. In terms of causation, the dependence on
leaders is largely a reaction to complexity. With the shift to
multi-party, multi-channel, multi-issue negotiations, with
31 domestic as well as international interests and values in play,
leaders are often the only actors who can cut through the
complexity and make the necessary trade-offs to allow
34 deadlocks to be broken. In terms of communication and other
modes of representation, bringing in leaders differentiates and
elevates issues from the bureaucratic arena.
37 In terms of effect, the primacy of leaders reinforces
elements of both club and network diplomacy. In its most
visible manifestation via summit diplomacy, the image of club
40 diplomacy explicitly differentiates the status and role of
insiders and outsiders and thus the hierarchical nature of
diplomacy. Although "large teams of representatives" are
43 involved in this central form of international practice, it is the
"organized performances" of leaders that possess the most
salience. At the same time, though, the galvanizing or catalytic
46 dimension of leader-driven diplomacy provides new avenues
and legitimation for network diplomacy, with many decisions
of summits being outsourced to actors who did not participate
49 at the summit but possess the technical knowledge, institutional
credibility, and resources to enhance results.

Andrew F. Cooper. The changing nature of diplomacy. In: Andrew F. Cooper and Jorge Heine. The Oxford Handbook of Modern Diplomacy. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 36 (adapted).

(Diplomacia – 2015 – CESPE) In reference to the text, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) The hierarchical structure of the diplomatic services in the 21st century is remarkably different from that prevalent in the previous centuries.
(2) In the first paragraph, the author presents the main ideas he collected from "Most of the recent scholarly works" (R.1) on which his argument is built along the text.
(3) The text presents an opposition between club diplomacy and network diplomacy, which are different and irreconcilable ways of settling international conflicts.
(4) Discussions about inclusiveness and diversity in diplomatic circles have led to the expansion of the power of some countries.

1: Wrong. "At odds with the counter-image of horizontal breadth with an open-ended nature, the dynamic of 21st -century diplomacy remains highly vertically oriented and individual-centric."
2: Correct. He states "Diplomacy has to take into account 'the crazy-quilt nature of modern interdependence'. Decision-making on the international stage involves what has been depicted as "two level games" or "double-edged diplomacy'". Based on this assessment, he builds his main argument that this complexity has, contrary to what most people thought, increased the importance of presidential diplomacy.
3: Wrong. "In terms of effect, the primacy of leaders reinforces elements of both club and network diplomacy" and "At the same time, though, the galvanizing or catalytic dimension of leader-driven diplomacy provides new avenues and legitimation for network diplomacy, with many decisions of summits being outsourced to actors who did not participate at the summit but possess the technical knowledge, institutional credibility, and resources to enhance results."
4: Wrong. There is no mention to the distribution of power among countries in the text.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) In relation to the content and the vocabulary of the text, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) From the third paragraph, it is correct to infer that the more complex the diplomatic scenario, the more necessary the presence of leaders is.
(2) As far as textual unity is concerned, "Yet" provides a transition from the first to the second paragraphs, and establishes a contrast between the ideas in each of them.
(3) The expressions "two level games" (R.7) and "double-edged diplomacy" (R.8) refer to a kind of diplomacy characterized by the presence of two types of actors: political leaders and technical diplomats.
(4) The idea expressed by the fragment "diversity of principals, agents, and intermediaries" (R. 21 and 22) stands in sharp contrast to the one introduced by "horizontal breadth with an open-ended nature" (R. 24 and 25).

1: Correct. "In terms of causation, the dependence on leaders is largely a reaction to complexity. With the shift to multi-party, multi-channel, multi-issue negotiations, with domestic as well as international interests and values in play, leaders are often the only actors who can cut through the complexity and make the necessary trade-offs to allow deadlocks to be broken".
2: Correct. "Yet" establishes a concession, which, in this case, is also reinforced by the following subordinate sentence beginning with "while".
3: Wrong. It refers to broadened scope of agents involved in international affairs, from diplomats themselves to local decision-makers.
4: Wrong. It reinforces the idea of "horizontal breadth", once these principals, agents and intermediaries are not grouped within a specific hierarchy.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) Each of the fragments from the text presented below is followed by a suggestion of rewriting. Decide whether the suggestion given maintains the meaning, coherence and grammar correction of the text (C) or not (E).

(1) "At odds with" (R.24): As bizarre as
(2) "make the necessary trade-offs to allow deadlocks to be broken" (R. 33 and 34): strike a compromise as a way out of an impasse
(3) "to encompass a myriad set of issue areas" (R.11): to comprise a vast range of fields of interest
(4) "To showcase this phenomenon, however, is no to suggest ossification" (R. 27 and 28): Highlighting this fact does not amount to acknowledging stagnation.

1: Wrong. "At odds with" means "disagreeing with".
2: Correct. A "trade-off" is a compromise, while a "deadlock" is an impasse.
3: Correct. "To encompass" and "to comprise" mean "to include", while "myriad" means "a variety of".
4: Annulled. This item was cancelled because it the usage of "acknowledging" and "stagnation" is ambiguous. According to the Oxford Dictionary, "to acknowledge" means "to recognize as a fact", while "to suggest" means either one proposes something is a fact, or one is simply vents it is a possibility. In addition, "ossification" means "to become rigid", whereas "stagnation" means "to stop flowing or growing".
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4ANULADA

Text for questions from 35 to 38

1 Barbara Dawson, director of the Hugh Lane Gallery
in Dublin, remembers very clearly the day in 1997 when she
climbed the steep stairs and entered Francis Bacon's studio at
4 7 Reece Mews, South Kensington. It had been left the way it
was when he passed away, on April 28 1992, and it was a
chaos of slashed canvases, paint-splashed walls, cloths,
7 brushes, champagne boxes, and a large mirror. She stood and
stared for a long time, in a kind of incredulity, "and actually it
became quite beautiful." She began to see "paths cut through
10 it," and details. "The last unfinished painting was on the easel

when I went in there, and on the floor underneath the easel was a short article on George Michael, the singer, about how he
13 liked to be photographed from one side. It was like looking into somebody's mind".

7 Reece Mews was tiny, and apart from the studio
16 consisted of two rooms — a kitchen that contained a bath, and a living room that doubled as a bedroom. The studio had one skylight, and Bacon usually worked there in the mornings. He
19 tried to paint elsewhere — in South Africa, for example, when he was visiting family, but couldn't. (Too much light, was the rather surprising objection.) He liked the size and general
22 frugality, too.

Dawson recognised that the studio was the making of Bacon's art in a more profound sense than just being a
25 comfortable space to paint in, and determined that it should not be dismantled. John Edwards, to whom Bacon had bequeathed Reece Mews, felt similarly, and after months of painstaking
28 cataloguing by archaeologists, conservators and photographers, the Hugh Lane Gallery took delivery of the studio, in 1998. It was opened to the public in 2001.

31 What is visible now, in a climate-controlled corner of the gallery, a gracious neo-classical building on Parnell Square in Dublin, is in fact a kind of faithful "skin" of objects; the
34 tables and chairs have all been returned to their original places, the work surfaces seem as cluttered as they were — but the deep stuff, the bedrock, has been removed and is kept in
37 climate-controlled archival areas. In the end, there were 7,500 items — samples of painting materials, photographs, slashed canvasses, umpteen handwritten notes, drawings, books,
40 champagne boxes.

Bacon was homosexual at a time when it was still illegal, and while he was open about his sexuality, his notes for
43 prospective paintings refer to "bed[s] of crime]", and his homosexuality was felt as an affliction, says Dawson. It wasn't easy. The sense of guilt is apparent in his work, as well as his
46 fascination with violence. "His collections of pictures, dead bodies, or depictions of violence — he's not looking at violence from the classic liberal position". It was all, concedes
49 Dawson, accompanied by intellectual rigour, and an insistente attempt at objectivity — "he's trying to detach from himself as well."

52 Everything was grist, and in his studio even his own art fed other art. He returned to his own work obsessively, repeating and augmenting. And of course, he responded
55 negatively — and violently — as well as positively; a hundred is a lot of slashed canvasses to keep around you when you're working, especially when they are so deliberately slashed. In
58 a way, all this might serve as a metaphor for the importance of our understanding of his studio as a whole.

Aida Edemarian. Francis Bacon: box of tricks. Internet: <www.theguardian.com> (adapted).

(Diplomacia – 2015 – CESPE) Decide whether the statements below are right (C) or wrong (E) according to the ideas and facts mentioned in the text.

(1) The two driving forces behind the Hugh Lane Gallery project were Dawson and Edwards.
(2) Bacon left part of his properties to Edwards.
(3) The author of the text claims that the fact that George Michael liked having his profile photographed revealed a lot about his personality.
(4) Bacon believed that his inability to work in South Africa was due to the visits of his relatives.

1: Correct. Dawson is the director of the gallery, while Edwards was the one responsible for the studio after Bacon's death.
2: Correct. That is the meaning of the verb "to bequeath", in "John Edwards, to whom Bacon had bequeathed Reece Mews".
3: Wrong. The author says that the magazine article seemed to have inspired Bacon in the composition of his last unfinished painting.
4: Wrong. He complained about the studio there having too much light.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) According to the text and in reference to Bacon's studio, decide whether the statements below are right (C) or wrong (E).

(1) Bacon's original studio was transplanted and reassembled in the Irish capital city.
(2) The studio at 7 Reece Mews will soon provide an invaluable and lasting wealth of information and enjoyment for experts on Bacon's art.
(3) The interior of Bacon's studio is in sharp contrast to Hugh Lane Gallery's front façade.
(4) Bacon's studio was rather small but its living room was twice the size of the bedroom.

1: Correct. "What is visible now, in a climate-controlled corner of the gallery, a gracious neo-classical building on Parnell Square in Dublin, is in fact a kind of faithful "skin" of objects".
2: Wrong. The studio and its materials have been transported to the Gallery.
3: Correct. The Gallery's studio is a representation of the actual studio. The material Bacon used is stored safely: "What is visible now, in a climate-controlled corner of the gallery, a gracious neo-classical building on Parnell Square in Dublin, is in fact a kind of faithful "skin" of objects; the tables and chairs have all been returned to their original places, the work surfaces seem as cluttered as they were — but the deep stuff, the bedrock, has been removed and is kept in climate-controlled archival areas. In the end, there were 7,500 items — samples of painting materials, photographs, slashed canvasses, umpteen handwritten notes, drawings, books, champagne boxes."
4: Wrong. There is no such mention of measures in the text. In the sentence "a living room that doubled as a bedroom", the word "doubled" means the living room was also a bedroom.

Gabarito 1C, 1E, 2C, 3E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) According to the information given in the text about Bacon's personal life, his relationship with art, and his work, decide whether the statements below are right (C) or wrong (E).

(1) Heinous crimes provided the seeds for Bacon's major works.
(2) Bacon makes a deliberate effort not to allow his personal life to take central stage in his art.
(3) Bacon objected to the manner in which artists from the classical period approached violence as a subject matter.
(4) The fact that Bacon ripped a considerable number of paintings is consistent with his personality but plays a minor role in understanding his art.

1: Wrong. He felt guilty about homosexuality because he lived at time when it was illegal. He often refers to "crimes of bed", whereas a "heinous crime" is outrageously evil, wicked or abominable, such as rape or murder.
2: Correct. 'It was all, concedes Dawson, accompanied by intellectual rigour, and an insistent attempt at objectivity — "he's trying to detach from himself as well."'
3: Wrong. He is fascinated by violence, instead of taking a traditional approach to it: "The sense of guilt is apparent in his work, as well as his fascination with violence. "His collections of pictures, dead bodies, or depictions of violence — he's not looking at violence from the classic liberal position"
4: Wrong. It is evidence of his obsession: "He returned to his own work obsessively, repeating and augmenting. And of course, he responded negatively — and violently — as well as positively; a hundred is a lot of slashed canvasses to keep around you when you're working, especially when they are so deliberately slashed."

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) About the vocabulary the author uses in his text, decide whether the statements below are right (C) or wrong (E).

(1) "umpteen" (R.39) could be correctly replaced by torn.
(2) "cluttered" (R.35) is synonymous with scratched.
(3) "prospective paintings" (R.43) can be understood as paintings about which Bacon was still thinking or planning.
(4) "took delivery" (R.29) means received something that has already been paid for.

1: Wrong. "Umpteen" means "indefinitely many; a lot of"
2: Wrong. "Cluttered" means "crowd (something) untidily; fill with clutter."
3: Correct. "Prospective" means "expected or expecting to be something particular in the future."
4: Correct. The expression means to receive something.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Text for questions from 39 to 42

1 He — for there could be no doubt of his sex, though
the fashion of the time did something to disguise it — was in
the act of slicing at the head of an enemy which swung from
4 the rafters. It was the colour of an old football, and more or
less the shape of one, save for the sunken cheeks and a strand
or two of coarse, dry hair, like the hair on a coconut. Orlando's
7 father, or perhaps his grandfather, had struck it from the
shoulders of a vast Pagan who had started up under the moon

in the barbarian fields of Africa; and now it swung, gently,
10 perpetually, in the breeze which never ceased blowing through the attic rooms of the gigantic house of the lord who had slain him.
13 Orlando's fathers had ridden in fields of asphodel, and stony fields, and fields watered by strange rivers, and they had struck many heads of many colours off many shoulders,
16 and brought them back to hang from the rafters. So too would Orlando, he vowed. But since he was sixteen only, and too young to ride with them in Africa or France, he would steal
19 away from his mother and the peacocks in the garden and go to his attic room and there lunge and plunge and slice the air with his blade. (…) His fathers had been noble since they had been
22 at all. They came out of the northern mists wearing coronets on their heads. Were not the bars of darkness in the room, and the yellow pools which chequered the floor, made by the sun
25 falling through the stained glass of a vast coat of arms in the window? Orlando stood now in the midst of the yellow body of a heraldic leopard. When he put his hand on the window-sill
28 to push the window open, it was instantly coloured red, blue, and yellow like a butterfly's wing. Thus, those who like symbols, and have a turn for the deciphering of them, might
31 observe that though the shapely legs, the handsome body, and the well-set shoulders were all of them decorated with various tints of heraldic light, Orlando's face, as he threw the window
34 open, was lit solely by the sun itself. A more candid, sullen face it would be impossible to find. Happy the mother who bears, happier still the biographer who records the life of such
37 a one! Never need she vex herself, nor he invokes the help of novelist or poet. From deed to deed, from glory to glory, from office to office he must go, his scribe following after, till they
40 reach whatever seat it may be that is the height of their desire. Orlando, to look at, was cut out precisely for some such career. The red of the cheeks was covered with peach down; the down
43 on the lips was only a little thicker than the down on the cheeks. The lips themselves were short and slightly drawn back over teeth of an exquisite and almond whiteness. Nothing
46 disturbed the arrowy nose in its short, tense flight; the hair was dark, the ears small, and fitted closely to the head. But, alas, that these catalogues of youthful beauty cannot end without
49 mentioning forehead and eyes. Alas, that people are seldom born devoid of all three; for directly we glance at Orlando standing by the window, we must admit that he had eyes like
52 drenched violets, so large that the water seemed to have brimmed in them and widened them; and a brow like the swelling of a marble dome pressed between the two blank
55 medallions which were his temples. Directly we glance at eyes and forehead, thus do we rhapsodize. Directly we glance at eyes and forehead, we have to admit a thousand disagreeables
58 which it is the aim of every good biographer to ignore.

Virginia Woolf. Orlando – A biography, 1928 (adapted).

(Diplomacia – 2015 – CESPE) According to the text, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) Lunging, plunging and slicing the air with a blade were activities with which Orlando engaged as some sort of rehearsal for the roles he believed he would eventually play.
(2) Orlando acquired, from an early age on, a disconcerting habit of cross-dressing.
(3) One could find some live animals up in the attic of Orlando's house.
(4) Orlando cut a striking figure.

1: Correct. "So too would Orlando, he vowed. But since he was sixteen only, and too young to ride with them in Africa or France, he would steal away from his mother and the peacocks in the garden and go to his attic room and there lunge and plunge and slice the air with his blade"
2: Wrong. The text simply mentions that, at the time, boys and girls dressed alike.
3: Wrong. The leopard mentioned in the text was simply the result of light coming through the coat of arms on the stained glass window.
4: Correct. "those who like symbols, and have a turn for the deciphering of them, might observe that though the shapely legs, the handsome body, and the well-set shoulders were all of them decorated with various tints of heraldic light, Orlando's face, as he threw the window open, was lit solely by the sun itself"

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2015 – CESPE) In relation to Orlando's family, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) Orlando's family have enjoyed their title from time immemorial.
(2) Orlando's mother was a victim of his, because he would make off with her money while she was busy in the garden.
(3) Orlando's father or his grandfather traversed vast expanses of land beheading people of different races along the way.
(4) His mother, when pregnant, foresaw a life of success for Orlando, a life which would make her happy.

1: Correct. "His fathers had been noble since they had been at all."
2: Wrong. There is no mention of him harming his mother or stealing her money. He simply took things from the garden so he could play with them in the attic.
3: Correct. "Orlando's fathers had ridden in fields of asphodel, and stony fields, and fields watered by strange rivers, and they had struck many heads of many colours off many shoulders, and brought them back to hang from the rafters"
4: Wrong. There is no mention to when Orlando's mother was pregnant with him. The text merely says that she is lucky to have such a son: "Happy the mother who bears, happier still the biographer who records the life of such a one! Never need she vex herself, nor he invokes the help of novelist or poet."

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) As far as Orlando's physical features are concerned, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) His eyes and brow were his most striking facial features.
(2) Orlando's lips and cheeks had a sweet fragrance reminiscent of fresh fruit.
(3) There was some fine, silky, soft hair both on his lips and cheeks.
(4) His teeth were not perfectly aligned and had the colour of nuts.

1: Correct. "But, alas, that these catalogues of youthful beauty cannot end without mentioning forehead and eyes". In this sentence, the word "alas", which is used express grief, pity, concern, or bewilderment, highlights what is to be said about Orlando's eyes and forehead (brow).
2: Wrong. In "The red of the cheeks was covered with peach down", the word "down" means "silky, soft hair".
3: Correct. That is the meaning of "down", as previously mentioned.
4: Wrong. The text says nothing about his teeth being crooked (bent or twisted out of shape or out of place) – "The lips themselves were short and slightly drawn back over teeth of an exquisite and almond whiteness"

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2015 – CESPE) In reference to the content of the text, its vocabulary and syntactic structure, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) The use of the words "dome" (R.54) and "temples" (R.55) has the effect of creating a faint aura of saintliness and religiousness about Orlando.
(2) By being informed that Orlando had a "sullen face" (R. 34 and 35), the reader learns that Orlando was a serious and grave young man.
(3) In lines 4, 7 and 9, although with different syntactic functions, the word it refers to the same thing: "the head of an enemy which swung from the rafters" (R. 3 and 4).
(4) The repetition of single words and of phrases results in a tiresome text, one in which the author tries to tell a story but is stuck in descriptive language.

1: Wrong. The word "dome" suggests he had a large forehead, and the word "temples" refers to "the flat part of either side of the head between the forehead and the ear" (Oxford Dictionary).
2: Correct. According to the Oxford Dictionary, the word sullen means "bad-tempered and sulky; gloomy."
3: Correct. "It was the colour of an old football"; "had struck it from the shoulders"; "and now it swung". The three occurrences of it refer to the head of the enemy.
4: Wrong. There are no instances of such repetition of phrases.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Text for questions 43 and 44

1 When Memory Banda's younger sister was forced to marry at just 11 years old, Memory became determined to ensure that no more girls had to experience her sister's fate.
4 Since then, this remarkable young woman from rural Malawi has helped to persuade her government to raise the minimum

age of marriage across her country, and is blazing a trail for
7 girls that we all should follow.
Memory's sister became pregnant during a traditional
sexual "cleansing ceremony", a rite of passage in some parts of
10 Malawi that is supposed to prepare pubescent girls for
womanhood and marriage. She was forced to marry the father
of her unplanned child, a man in his early 30s, and was
13 burdened with all the responsibilities of adulthood. Now 16,
she is raising three children alone; she has been unable to
return to school.
16 The incident inspired Memory to push for a better
future for girls. She became involved with a local grassroots
group, Girls Empowerment Network, joining other young
19 women and civil-society groups across Malawi to urge village
authorities and parliamentary ministers to put an end to child
marriages. Last month, Memory's efforts — along with those
22 of thousands of others — paid off, when Malawi's government
enacted a new law that sets the minimum age for marriage
at 18.
25 Memory's achievement is an important one. Every
year, some 15 million girls are married before the age of 18,
and their plight is all too often ignored. A girl forced into
28 marriage typically faces pressure to bear children before she is
physically or emotionally ready to do so. And the result can be
deadly. Girls who give birth before they turn 15 are five times
31 more likely to die in pregnancy or childbirth than women in
their 20s.
The consequences of child marriage are lifelong.
34 Child brides typically drop out of school, losing the chance to
acquire the skills and knowledge needed to lift themselves and
their families out of poverty. Like Memory's sister, they often
37 are married to older men — a situation that leaves them less
able to ensure that they are treated well.
Education for girls is crucial to ending child marriage.
40 The transition from primary school to secondary school is
particularly important, as it usually coincides with adolescence,
a period in a girl's life that lays the foundation for success and
43 wellbeing in womanhood. Girls with secondary education are
up to six times less likely to marry early compared to girls with
little or no education.
46 Girls must be convinced and assured of their worth,
but they should not be left to end child marriage on their
own. Families, communities, and societies share a joint
49 responsibility to end it. Governments need to adopt legislation
that sets 18 as the minimum age for marriage — leaving no
room for exceptions such as traditional practices or parental
52 consent — the same way that fathers, brothers, and male
leaders must be engaged to care for and empower girls.
It is up to all of us to serve as role models for the girls
55 in our lives. We have all benefited from the wisdom of our
parents, partners, colleagues, and mentors. It is now up to us to
nourish and nurture girls' ambitions. Let girls be girls, not
58 brides.

Mabel van Oranje and Graça Machel. Girls, not brides. Apr. 22nd 2015. Internet: <www.project-syndicate.org> (adapted).

(Diplomacia – 2015 – CESPE) In reference to the ideas presented in the text, decide whether the statements below are right (C) or wrong (E).

(1) Programs and campaigns to end child marriage should focus on girls who are already attending secondary school.

(2) The authors regard Memory Banda's efforts as successful because she was able to get her young sister divorced from her older husband.

(3) The text reveals two elements of child marriage which work together to disempower women: gender and age difference.

(4) One can correctly deduce from the text that Memory's sister became pregnant with the complicity of those involved in her cleansing ceremony.

1: Wrong. "Education for girls is crucial to ending child marriage. The transition from primary school to secondary school is particularly important, as it usually coincides with adolescence, a period in a girl's life that lays the foundation for success and well-being in womanhood. Girls with secondary education are up to six times less likely to marry early compared to girls with little or no education."
2: Wrong. Although the text does say that her sister is raising her three children alone, the authors consider Banda successful because she was able to persuade the government to pass legislation prohibiting girls who are younger than 18 years old from getting married: "this remarkable young woman from rural Malawi has helped to persuade her government to raise the minimum age of marriage across her country, and is blazing a trail for girls that we all should follow"
3: Correct. "Like Memory's sister, they often are married to older men — a situation that leaves them less able to ensure that they are treated well."
4: Correct. It happened during a "cleansing ceremony", meaning there were many people involved.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2015 – CESPE) In reference to the linguistic features of the text, decide whether the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) In the sentence "Since then (...) should follow" (R. 4 to 7), the reference to Memory's sister is based on the fragment "this remarkable young woman" and the two occurrences of "her".

(2) By using the expression "blazing a trail" (R.6), the authors inform the reader that Memory has opened a glowing and intense path as a result of her work.

(3) The adjective "grassroots" (R.17) indicates that Memory became involved with an elite group from rural areas of Malawi.

(4) The meaning and the grammar correction of the extract "Every year (…) often ignored" (R. 25 to 27) are maintained if this sentence is replaced by: Annually circa 15 million girls marry before turning 18, but their predicament is ignored by all more often than not.

1: Wrong. The two occurrences of "her" refer to Memory herself.
2: Correct. The expression "to blaze a trail" means to be a pioneer.
3: Wrong. The word "grassroots" refers to a movement that uses the people in a given district, region, or community as the basis for a political or economic movement. It does not refer to elite groups.
4: Wrong. There are two issues with this sentence. First, the substitution of "and" for "but", connecting the two clauses, changes the relationship between them, causing the rewritten version to read less emphatically than the original. Second, the expression "ignored by all more often not" lacks clarity. It may mean that, sometimes, everyone ignores the girls' plight, and sometimes they do not. The original sentence states that, frequently, their plight is ignored.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Text 1

Book Review 1 –

Karachi: Ordered Disorder and the Struggle for the City

by Laurent Gayer

With an official population approaching fifteen million, Karachi is one of the largest cities in the world. It is also the most violent. Since the mid-1980s, it has endured endemic political conflict and criminal violence, which revolve around control of the city and its resources (votes, land and bhatta — "protection" money). These struggles for the city have become ethnicized. Karachi, often referred to as a "Pakistan in miniature", has become increasingly fragmented, socially as well as territorially.

Despite this chronic state of urban political warfare, Karachi is the cornerstone of the economy of Pakistan. Gayer's book is an attempt to elucidate this conundrum. Against journalistic accounts describing Karachi as chaotic and ungovernable, he argues that there is indeed order of a kind in the city's permanent civil war. Far from being entropic, Karachi's polity is predicated upon organisational, interpretative and pragmatic routines that have made violence "manageable" for its populations. Whether such "ordered disorder" is viable in the long term remains to be seen, but for now Karachi works despite — and sometimes through — violence.

Source: <www.amazon.com>. Retrieved on: March 2, 2014.

Text 2

Book Review 2 –

The China-Pakistan Axis: Asia's New Geopolitics

by Andrew Small

1 The Beijing-Islamabad axis plays a central role in
Asia's geopolitics, from India's rise to the prospects for a
post-American Afghanistan, from the threat of nuclear
4 terrorism to the continent's new map of mines, ports and
pipelines. China is Pakistan's great economic hope and its most
trusted military partner; Pakistan is the battleground for
7 China's encounters with Islamic militancy and the heart of its

efforts to counter-balance the emerging US-India partnership.
For decades, each country has been the other's only
10 'all-weather' friend. Yet the relationship is still little
understood. The wildest claims about it are widely believed,
while many of its most dramatic developments are hidden from
13 the public eye. This book sets out the recent history of
Sino-Pakistani ties and their ramifications for the West, for
India, for Afghanistan, and for Asia as a whole. It tells the
16 stories behind some of its most sensitive aspects, including
Beijing's support for Pakistan's nuclear program, China's
dealings with the Taliban, and the Chinese military's planning
19 for crises in Pakistan. It describes a relationship increasingly
shaped by Pakistan's internal strife, and the dilemmas China
faces between the need for regional stability and the imperative
22 for strategic competition with India and the USA.

Source: <www.amazon.com>. Retrieved on: March 2, 2014.

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the information conveyed by the two book reviews, judge the items right (C) or wrong (E).

(1) The first review implies that the book author's point of view is explicit in the narrative, whereas the second indicates the book presents an impartial account of the state of affairs.
(2) Though based on real facts, both books belong to the fiction genre.
(3) The two books approach political issues in Pakistan from an international perspective.
(4) The books are connected inasmuch as the issues discussed in the first one influence Pakistan's international relationships.

1: Correct. Text 1: "Against journalistic accounts describing Karachi as chaotic and ungovernable, he argues that there is indeed order of a kind in the city's permanent civil war." Text 2: ". This book sets out the recent history of Sino-Pakistani ties and their ramifications for the West, for India, for Afghanistan, and for Asia as a whole." The verbs confirm the item's statement.
2: Wrong. Both books deal with social and political analysis.
3: Annulled. This question was annulled, because, even though the first book focus on domestic Pakistani issues pertaining Karachi, these issues have international consequences.
4: Correct. Text 1 states Karachi is Pakistan's most important city economically, while Text 2 mentions China's economic clout over Pakistan and its geopolitical consequences.

Gabarito 1C, 2E, 3ANULADA, 4C

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on Book Review 1, judge the items right (C) or wrong (E).

(1) The conflicts and violence in Karachi contrast with what happens in the country as a whole.
(2) The book tries to clarify Karachi's enigmatic situation.
(3) The book shows a view of the city of Karachi that is different
(4) Karachi has become ungovernable due to its warfare constant condition.

1: Wrong. They reflect what happens in the country as a whole: "Karachi, often referred to as a 'Pakistan in miniature', has become increasingly fragmented, socially as well as territorially."
2: Correct. "Gayer's book is an attempt to elucidate this conundrum".
3: Correct. "Against journalistic accounts describing Karachi as chaotic and ungovernable, he argues that there is indeed order of a kind in the city's permanent civil war. "
4: Wrong. "Far from being entropic, Karachi's polity is predicated upon organisational, interpretative and pragmatic routines that have made violence 'manageable' for its populations. Whether such 'ordered disorder' is viable in the long term remains to be seen, but for now Karachi works despite — and sometimes through — violence."

Gabarito: 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on Book Review 2, judge the items right (C) or wrong (E).

(1) The word "wildest" (R.11) indicates that the claims the reviewer refers to lack basis or evidence.
(2) Mutual interests between China and Pakistan include economic as well as military issues.
(3) The book scrutinizes the relationship between China and Pakistan as well as some of their internal issues.
(4) The book explains the military and political tensions between China and Pakistan on one side, and India and the USA on the other.

1: Correct. In this usage, "wildest" means ludicrous or absurd.
2: Correct. "China is Pakistan's great economic hope and its most trusted military partner".
3: Correct. "It describes a relationship increasingly shaped by Pakistan's internal strife, and the dilemmas China faces between the need for regional stability and the imperative for strategic competition with India and the USA."
4: Wrong. The tensions arise between China and India, with Pakistan acting as an ally of the former and the United States as an ally of the latter.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Text 3 for questions from 35 to 37.

1 In addition to her impending, and no doubt ultimately
2 successful, quest for Senate confirmation, Janet Yellen will
3 have a lot on her plate in the coming months. Now that House
4 Republicans and Senate Democrats have come to yet another
5 temporary agreement on the budget and debt ceiling, there still
6 exists another threat to the economy: The Federal Reserve's
7 temptation to pursue an overly ambitious monetary policy
8 aimed at offsetting the damage to the economy arising from
9 poorly conducted fiscal policy. Now that President Obama's
10 Fed Chairman nominee has been announced, the Fed needs to
11 shift its focus from wondering who will lead it to what its
12 realistic goals can be. Substantially different views are held by
13 Fed hawks and doves.
14 The economy is still on uncertain footing, and public
15 frustration with the Fed is increasing, especially since the May-
16 taper into September-no-taper serious misstep. The Fed seems
17 to be making up policy as it goes along. It has become
18 distracted with trying to fix problems it is not well-equipped to
19 handle, including sustained lower unemployment and a faster
20 pace of growth than is obtainable during a period of fiscal
21 consolidation and weak global growth.
22 The Fed's post-financial crisis mission creep, since
23 2008, has fueled an unhealthy codependence between it and the
24 market, akin to the infamous pre-crisis "Greenspan put,"
25 whereby the Greenspan Fed was expected to — and did —
26 step in to support financial markets whenever there arose a threat to
27 rising asset markets. Markets assume the Fed can and will fix
28 any problems, such as the latest episode of Washington's fiscal
29 policy bungling, that might harm the economy or depress stock
30 prices. Once necessary, but now dangerous, improvisations of
31 monetary policy — quantitative easing and forward guidance
32 in particular — have become alternately ineffective and conter
33 productive, as the recent tapering trauma has shown. Yellen, as
34 the primary author of the Fed's new communication strategy,
35 needs to identify ways to improve the Fed's communication
36 with markets and the public.
37 The Fed has come a long way since its founding one
38 hundred years ago. Its original role was to be the lender of last
39 resort in a financial crisis. That role, as a temporary emergency
40 supplier of liquidity in a panic, has continued and should
41 continue going forward. But in the post financial crisis period,
42 the Fed has been forced to accommodate the extra cash
43 demands of households and firms confronting a world of
44 elevated uncertainty about the direction and conduct of
45 monetary and fiscal policy. That is because higher uncertainty
46 has forced firms and wealthy households to self-insure against
47 possible bad outcomes and to preserve optionality in the face
48 of unforeseen shocks and opportunities.
49 Failure by the Fed to satisfy higher cash demands
50 worsened the Great Depression in the United States and the
51 deflationary lost decade in Japan. These elevated, postcrisis
52 cash needs explain why the Fed's rapid additions to the
53 monetary base through quantitative easing have been followed
54 by disinflation, not inflation, as many have predicted. Chairman
55 Yellen will have to be vigilant to avoid tightening too soon,
56 while uncertainty remains high.

Makin, John H. The challenge of a lifetime. In: The international economy. Fall 2013, p. 10-11. Available at: <http://www.
international- economy.com>. Adapted. Retrieved on: March 1, 2014.

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the article (text 3), decide if the items are right (C) or wrong (E).

(1) According to Makin, Americans are dissatisfied with the Federal Reserve because of its inability to cater for unemployment and slow economic growth.
(2) Fed members differ as to what the goals for the Federal Reserve shall be from now on.
(3) The author compares the Federal Reserve's post-financial crisis policy with the pre-financial policy which consisted of supporting asset markets financially whenever they were at risk.
(4) Despite the wrong decisions taken by the Federal Reserve, the US economy is heading to stability.

1: Wrong. The public is unsatisfied because the Fed has been unclear if it will stop providing extra liquidity or not – "The economy is still on uncertain footing, and public frustration with the Fed is increasing, especially since the May taper into September-no-taper serious misstep."
2: Correct. "Now that President Obama's Fed Chairman nominee has been announced, the Fed needs to shift its focus from wondering who will lead it to what its realistic goals can be. Substantially different views are held by Fed hawks and doves." Hawks are those to adopt more aggressive stances, and doves are those who defend more moderate policies.
3: Annulled. This item was annulled. It was supposed to be Correct. "The Fed's post-financial crisis mission creep, since 2008, has fueled an unhealthy codependence between it and the market, akin to the infamous pre-crisis "Greenspan put," whereby the Greenspan Fed was expected to — and did — step in to support financial markets whenever there arose a threat to rising asset markets." However, the text says "whenever there arose a threat to rising assets", meaning whenever price stopped rising. That can be considered different from "whenever they were at risk".
4: Wrong. "The economy is still on uncertain footing", which means it is still unstable.

Gabarito 1E, 2C, 3ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Considering the information about the Federal Reserve conveyed in the article (text 3), decide if the items are right (C) or wrong (E).

(1) It played an important role to lessen the disastrous effects during both the Great Depression and the Lost Decade in Japan.
(2) The tapering changes made in 2013 showed the Federal Reserve is acting according to a global plan of financial restructuring.
(3) Its procedures to counterbalance the consequences of the government's fiscal policy are a threat to the country's economy.
(4) It has moved away from its sole original mission of supporting the financial system in times of crisis.

1: Wrong. Its inaction worsened the effects of the Great Depression and the Lost Decade in Japan: "Failure by the Fed to satisfy higher cash demands worsened the Great Depression in the United States and the deflationary lost decade in Japan.
2: Wrong. The Fed seems to be improvising: "The Fed seems to be making up policy as it goes along."
3: Annulled. This item was also cancelled: the word "threat" is too strong here. The Fed's attempt to offset the government's tight fiscal policy is a problem, but the text does not explicitly states it threatens the economy. Thus, this item is ambiguous. "The Federal Reserve's temptation to pursue an overly ambitious monetary policy aimed at offsetting the damage to the economy arising from poorly conducted fiscal policy. Now that President Obama's Fed Chairman nominee has been announced, the Fed needs to shift its focus from wondering who will lead it to what its realistic goals can be. Substantially different views are held by Fed hawks and doves."
4: Wrong. That mission continues, but others have been added: "Its original role was to be the lender of last resort in a financial crisis. That role, as a temporary emergency supplier of liquidity in a panic, has continued and should continue going forward."

Gabarito 1E, 2E, 3ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the article (text 3), decide if the items are right (C) or wrong (E).

(1) The word "creep" (R.22) refers to widening of the Federal Reserve's mission in the post-financial crisis.
(2) By saying that Janet Yellen "will have a lot on her plate in the coming months" (R.2-3), the author implies she will have too many issues to worry about or deal with during her chairmanship.
(3) The use of "hawks and doves" (R.13) to refer to the Fed members illustrates the extent of the divergence between the two opposing groups in the organization.
(4) "bungling" (R.29) can be replaced by recovery without changes in the original meaning of the sentence.

1: Correct. According to the Oxford Dictionary, "creep" means "Slow steady movement, especially when imperceptible."
2: Annulled. This item was annulled because the expression "to have a lot on one's plate" means the person is extremely busy and has many issues to handle, but it does not imply failure to accomplish something, as the use of "too many issues to worry about" suggests. Thus, this is an ambiguous item.
3: Correct. As mentioned in question 35, item 2, when one talks about policy, "hawks" are those who favor more aggressive stances, while "doves" are generally moderate.
4: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "to bungle" means "to carry out (a task) clumsily or incompetently."

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3C, 4E

Text 4 for questions from 38 to 40.

Bertrand Russell once predicted that the socialization of reproduction — the supersession of the family by the state — would "make sex love itself more trivial," encourage "a certain triviality in all personal relations," and "make it far more difficult to take an interest in anything after one's own death." At first glance, recent developments appear to have refuted the first part of this prediction. Americans today invest personal relations, particularly the relations between men and women, with undiminished emotional importance. The decline of childrearing as a major pre-occupation has freed sex from its bondage to procreation and made it possible for people to value erotic life for its own sake. As the family shrinks to the marital unit, it can be argued that men and women respond more readily to each other's emotional needs, instead of living vicariou-sly through their offspring. The marriage contract having lost its binding character, couples now find it possible, according to many observers, to ground sexual relations in something more solid than legal compulsion. In short, the growing determination to live for the moment, whatever it may have done to the relations between parents and children, appears to have established the preconditions of a new intimacy between men and women.

This appearance is an illusion. The cult of intimacy con-ceals a growing despair of finding it. Personal relations crumble under the emotional weight with which they are burdened.

The inability "to take an interest in anything after one's own death," which gives such urgency to the pursuit of

close personal encounters in the present, makes intimacy more elusive than ever. The same developments that have weakened the tie between parents and children have also undermined relations between men and women. Indeed the deterioration of marriage contributes in its own right to the deterioration of care for the young. This last point is so obvious that only a strenuous propaganda on behalf of "open marriage" and "creative divorce" prevents us from grasping it. It is clear, for example, that the growing incidence of divorce, together with the ever-present possibility that any given marriage will end in collapse, adds to the instability of family life and deprives the child of a measure of emotional security. Enlightened opinion diverts attention from this general fact by insisting that in specific cases, parents may do more harm to their children by holding a marriage together than by dissolving it. More often the husband abandons his children to the wife whose company he finds unbearable, and the wife smothers the children with incessant yet perfunctory attentions. This particular solution to the problem of marital strain has become so common that the absence of the father impresses many observers as the most striking fact about the contemporary family. Under these conditions, a divorce in which the mother retains custody of her children merely ratifies the existing state of affairs — the effective emotional desertion of his family by the father. But the reflection that divorce often does no more damage to children than marriage itself hardly inspires rejoicing.

Christopher Lasch. The Cult of Narcissism. Abacus, Londres, 1980 p. 320-322 (adapted).

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the text, decide if the following statements about the author's assessment of the family situation in America are right (C) or wrong (E).

(1) Engaging in sexual intercourse exclusively for pleasure enhances mutual affection between individuals thus creating a healthier relationship not only between the couple but also between them and their children.

(2) It is an oversimplification to attribute the destruction of the basic fabric of the traditional family to the search for sex for its own sake and to the increasing growth of the rate of divorce.

(3) The seeds of the destruction of the family in America can be ultimately found in people's inability to rise above the trivialization of personal relations.

(4) The emergence of the nuclear family is the product of recent developments in social behavior.

1: Wrong. The text says that the superficiality and instability of relationships between men and women weakens the bonds between parents and children: "The inability 'to take an interest in anything after one's own death,' which gives such urgency to the pursuit of close personal encounters in the present, makes intimacy more elusive than ever. The same developments that have weakened the tie between parents and children have also undermined relations between men and women. Indeed the deterioration of marriage contributes in its own right to the deterioration of care for the young."

2: Annulled. This item was annulled because it is has two possible answers. It can be considered correct if one looks at the complex processes described in the second paragraph: "The cult of intimacy conceals a growing despair of finding it. Personal relations crumble under the emotional weight with which they are burdened." But it can also be considered incorrect when one considers the obvious results of the undoing of the traditional family, as stated in "This last point is so obvious that only a strenuous propaganda on behalf of "open marriage" and "creative divorce" prevents us from grasping it".

3: Correct. "The inability "to take an interest in anything after one's own death," which gives such urgency to the pursuit of close personal encounters in the present, makes intimacy more elusive than ever."

4: Wrong. Recent developments point to the growing absence of the father in the family, with single mothers raising their children: "This particular solution to the problem of marital strain has become so common that the absence of the father impresses many observers as the most striking fact about the contemporary family."

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3C, 4E

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the text, decide if the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) Living one's children's lives and dreams used to be a far more widespread feature of traditional families in the US than it is nowadays.

(2) Men and women in the US have become increasingly aware that it takes money to improve their personal relations.

(3) The fewer children a couple has, the less binding the nature of their marriage vows becomes.

(4) The less emphasis Americans place on the procreative role of sex, the more likely they are to succeed in enjoying playful sex.

1: Correct. That is the meaning of "vicariously" in "As the family shrinks to the marital unit, it can be argued that men and women respond more readily to each other's emotional needs, instead of living vicariously through their offspring."

2: Wrong. There is no such mention to the financial needs of relationships.

3: Wrong. According to the next, having children can even make divorce more likely, since the general argument is that bad marriages can hurt children: "Enlightened opinion diverts attention from this general fact by insisting that in specific cases, parents may do more harm to their children by holding a marriage together than by dissolving it."

4: Correct. "The decline of childrearing as a major preoccupation has freed sex from its bondage to procreation and made it possible for people to value erotic life for its own sake."

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the text, decide if the following statements about the author's position about the trivialization of personal relations are right (C) or wrong (E).

(1) He is non-committal about it, assuming this is an inescapable trend in contemporary American life.

(2) He is critical of it because he believes it led to the loosening of the bond between parents and children.

(3) He is receptive to it for he believes traditional child raising consumes a disproportionate amount of a couple's efforts and energy.

(4) He has mixed feelings about it.

1: Wrong. He criticizes it: "The cult of intimacy conceals a growing despair of finding it. Personal relations crumble under the emotional weight with which they are burdened."

2: Correct. "Indeed the deterioration of marriage contributes in its own right to the deterioration of care for the young."

3: Wrong. He believes that both parents and children are hurt by these trends, as evidenced, for example, by the text's last sentence: "the reflection that divorce often does no more damage to children than marriage itself hardly inspires rejoicing."

4: Wrong. He is critical of it. "To have mixed feelings" means one is undecided about the overall negative or positive quality of something.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Text 5 for questions from 41 to 44.

1 In the pre-dawn of June 16th, a lone voice broke the stillness. The mullahs summoned the men to prayers; for two hours the priests called and the men responded in a gathering
4 rhythmic crescendo to psych them up to fight and die. The defenders crouched behind their makeshift barricades, listening to the eerie chants rising and falling in the darkness
7 beyond. La Vallete had sent reinforcements across and the defenders, if already weary, were well ordered. Each man had his duty and his post. They were grouped in threes: one
10 arquebusier to two pikemen. Large quantities of fire weapons had been stock piled, rocks gathered, and quantities of bread soaked in wine. Barrels of water stood behind the parapets into
13 which men torched by adhesive fire could hurl themselves. As the sun rose, there was a searching barrage of fire 'so that the earth and the air shook', and then Mustapha
16 signalled the advance along a huge crescent. Suleiman's imperial standard was unfurled; a turban was hoisted on a spear, farther down the line there was an answering puff of
19 smoke. An extraordinary array of banners and shields were visible surging forward, 'painted with extraordinary designs, some with devices of different birds, some with scorpions and
22 with Arab lettering'. In the front rank men ran wildly towards the walls, calling out the name of Allah in a crescendo of shouts. From the battlements came the Christian countercalls:
25 Jesus, Mary, St Michael, St James and St George — 'according to the devotion of each man'. There was a furious push towards the bridge; scaling ladders were put to the walls and battle was
28 joined. The whole front was a struggling mass of humanity fighting hand to hand.

Roger Crowley. Empires of the Sea, The Final Battle for the Mediterranean, 1521-1580, Faber and Faber, 2008, p. 1-2.

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the text, decide if the following statements concerning the author's intentions are right (C) or wrong (E).

(1) He describes in detail the high standards the military had attained in the fields of war tactics and weaponry by the time of the Crusades.
(2) He aims mainly at creating an atmosphere that brings to his readers' minds all the colours, sounds, smells and actions of a particular event.
(3) He describes some of the build-up to a battle between adherents of Islam and Christians.
(4) He expresses strong criticism of both Christians and Muslims' bigotry and religious fanaticism.

1: Wrong. The battle was largely unorganized and rudimentary: "The whole front was a struggling mass of humanity fighting hand to hand."
2: Wrong. There is no mention of smells in the text.
3: Correct. The whole text, up until the last two sentences, narrates the preparations for this battle.
4: Wrong. The text is merely descriptive. At no point does the author make such a judgement.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Decide if the statements about the following sentence are right (C) or wrong (E): "Barrels of water stood behind the parapets into which men torched by adhesive fire could hurl themselves" (R.12-13).

(1) Even in a situation of conflict, water is essential for soldiers' personal hygiene.
(2) Soldiers would pour boiling water on their enemies if they tried to climb up the walls of their fortress.
(3) Men who had been set fire to needed water badly to relieve the pain caused by burns.
(4) Soldiers needed this water to quench their thirst since this battle probably took place in a dry place.

1: Wrong. The water was intended for men to put out the adhesive fire that might stick on them.
2: Wrong. for the same reason described above.
3: Correct. That was the intention of the water barrels.
4: Wrong. Hydrating the soldiers was the not what the water barrels were for.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Based on the text, decide if the following statements about the battle ground are right (C) or wrong (E).

(1) Christian soldiers, unlike their Muslim counterparts, adopted a clearly syncretic approach as they sought divine protection.
(2) Standards and banners were not key items in the war paraphernalia Christians had at their disposal in medieval times.
(3) The actual fight in the battlefield erupted only when

daylight broke.

(4) Mustapha is probably one of Suleiman's generals.

1: Wrong. There is no evidence in the text that the Christians appealed to deities that did not originally belong to Christian faith and tradition.
2: Wrong. While the text does not mention such paraphernalia on the side of the Christians, it does not say that they did not have it. In reality, this would have been a good item to be left blank.
3: Correct. "As the sun rose, there was a searching barrage of fire 'so that the earth and the air shook', and then Mustapha signalled the advance along a huge crescent"
4: Correct. He was the one who the orders for the troops to advance.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2014 – CESPE) Concerning the battle proper, decide based on the text if the following statements are right (C) or wrong (E).

(1) The Muslim preference for animals such as birds and scorpions suggests that they are wild warriors.

(2) At the time of the battle described, there was a widely held belief among catholics that female saints were of little avail in war.

(3) The Muslims seemed to be defending a fortified building.

(4) Both groups sought spiritual and psychological support in their respective religions to engage in warfare.

1: Wrong. The text does not state that anywhere.
2: Wrong. There is no such suggestion in the text, and one of the deities mentioned is Mary.
3: Wrong. The Christians are the ones defending the castle or fortress.
4: Correct. "In the front rank men ran wildly towards the walls, calling out the name of Allah in a crescendo of shouts. From the battlements came the Christian countercalls: Jesus, Mary, St Michael, St James and St George — 'according to the devotion of each man'."

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

This text refers to questions from 29 through 32.

1 It is one of the most pressing questions of our time:
what is the relationship between financial and environmental
meltdown? Are the two crises the same thing, needing to be
4 dealt with together? Or do we, as even some business leaders
suggest, have to fix the environment before we can fix the
economy? A slew of books, ebooks, pamphlets and journals
7 are tackling this thorny question.
You might expect a strong "yes" from the greens to
fixing the environment ahead of the economy. And in The
10 Environmental Debt: The hidden costs of a changing global
economy, long-time Greenpeace activist Amy Larkin does
Make a cogente argument for this. The high costs of coping with
13 extreme weather, pollution and declining resources are, she
says, catching up with capitalism. Our carefree attitude to the
"externalities" of wealth generation has run up an
16 environmental debt that is loading unsustainable financial debt
on us all.
But environmentalists are not the only ones making
19 the link. In Wall Street and the City, there is similar talk that
the worst fears of environmentalists are coming to pass. As
shortages of natural resources push up prices, a looming
22 resource crunch is manifested in market meltdown.
Paul Donovan and Julie Hudson, economists for the
Swiss bank UBS, agree. They argue that "there is a second
25 credit crunch", an environmental one. By ransacking global
resources and enfeebling ecosystems, the authors say, we are
drawing down environmental credit as surely as reckless
28 spending on a credit card draws down financial credit. The two
crunches have "a symbiotic relationship", they argue: "The
party has to stop."
31 The synergies between financial and environmental
Crunches may be complex, but at root, many economistas argue
that reckless consumption, driven by easy credit, helped fuel
34 financial crisis. Environmentalists agree that the same
consumer binge drove up environmental debt.

F. Pearce. What do we fix first – environment or economy? Newscientist. July 8th, 2013 (adapted).

(Diplomacia – 2013 – CESPE) According to the text,

(A) Both environmentalists and economists agree that consumption is at the heart of the current financial and environmental crises.

(B) the need to understand the current capitalist crisis is urging environmentalists and economists to launch publications on the issue.

(C) financial and environmental debts have been primarily affecting wealthy countries due to their reckless consumption attitude.

(D) Business and finance experts hadwarned Greenpeace activists about the financial consequences of natural resource shortages.

(E) The synergetic link between economy and environment points to the need to tackle financial issues ahead of environmental ones.

A: Correct. This item is correct. Last paragraph: "economists argue that reckless consumption, driven by easy credit, helped fuel the financial crisis. Environmentalists agree that the same consumer binge drove up environmental debt."

B: Correct. This item can also be considered correct, although it less explicit than the previous one: "A slew of books, e-books, pamphlets and journals 7 are tackling this thorny question."(line 6). Then, in the next two paragraphs, the text goes to say that both environmentalists and economists are making the claim that the two crises go hand-in-hand. Since this second item can be considered correct, the whole question was annulled.

C: Wrong. There is no such mention to the differences in impact caused by countries with different level of development.

D: Wrong. There is no such mention to such warning. The connection between environmentalists and business and finance experts happens through the following sentence: "In Wall Street and the City, there is similar talk that the worst fears of environmentalists are coming to pass" (Line 19)

E: Wrong. The text explicitly mentions handling the environment first: "As shortages of natural resources push up prices, a looming resource crunch is manifested in market meltdown." (Line 21)

Gabarito ANULADA

(Diplomacia – 2013 – CESPE) Based on the text, choose the correct answer.

(A) The expression. "consumer binge"(R.35) is used as an antonym for the expression. "reckless consumption" (R.33).

(B) The word "cogent"(R.12) suggests that the argument put forward by Amy Larkinisill-founded.

(C) If the verb "catching up with" (R.14) is replaced by stemming from, the meaning of the sentence remains unaltered.

(D) The word "looming" (R.21) is used as a synonym for unlikely.

(E) The words "crunch" (R.22) and "crunches" (R.29) are used as synonyms for crisis and crises, respectively.

A: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "binge" means "A period of excessive indulgence in an activity, especially drinking alcohol or eating", while "reckless" means "Heedless of danger or the consequences of one's actions; rash or impetuous." The expressions are thus synonymous.

B: Wrong. "Cogent" means, according to the Oxford Dictionary, "(of an argument or case) clear, logical, and convincing." Therefore, her argument is credible.

C: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "to catch up with" means "Succeed in reaching a person who is ahead of one", while "to stem from" means "Originate in or be caused by."

D: Wrong. "To loom" means "Appear as a vague form, especially one that is large or threatening."

E: Correct. One of the meanings of the word "crunch" is "A severe shortage of money or credit." In this case, it is synonymous with "crisis", and they both have the plural forms "crunches" and "crises".

Gabarito E

(Diplomacia – 2013 – CESPE) The sentence "By ransacking global (…) credit card draws down financial credit" (R.25-28) meansthat,

(A) By ignoring the need to protect the environment, our society is increasingly focused on profit rather than quality of life.

(B) due to our reckless behavior towards the environment, less financial support has been assigned to nature-saving projects.

(C) due to the scarcity of environmental fund-raising actions, mankind is making the exploitation of natural resources financially unviable.

(D) by tampering with the world biomass, we are affecting investments in the area as much as economic problems affect us.

(E) By destroying nature, we are reducing our environmental funds just like too many debts reduce our financial credibility.

First, it is necessary to understand the sentence, which means that, because humanity is using natural resources irresponsibly, it is accumulating environmental debt, just like people who accumulate financial debt because of overusing their credit cards.

A: Wrong. There is no mention to profits in the original sentence.

B: Wrong. There is no mention to such projects.

C: Wrong. There is no mention to such fund-raising actions.

D: Wrong. There is no mention to investments in biomass.

E: Correct. That is the aforementioned comparison.

Gabarito E

(Diplomacia – 2013 – CESPE).Based on the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) Wall Street and the City experts foresee a complete market breakdown.

(2) As far as the main issue of the text is concerned, the two economists of the Swiss bank are of the same opinion as the ecologist-author.

(3) Several bank owners claim the economic crisis should be solved first.

(4) Amy Larkin believes the worldwide scarcity of resources is affecting the world's economy.

1: Wrong. They believe that a crisis is already occurring and the issues must be addressed together: "In Wall Street and the City, there is similar talk that the worst fears of environmentalists are coming to pass. As shortages of natural resources push up prices, a looming resource crunch is manifested in market meltdown" (Line 20).

2: Annulled. This question was supposed to be correct, since, in line 9, the text says "And in The Environmental Debt: The hidden costs of a changing global economy, long-time Greenpeace activist Amy Larkin does make a cogent argument for this. The high costs of coping with extreme weather, pollution and declining resources are, she says, catching up with capitalism", while, in line 23, it says "Paul Donovan and Julie Hudson, economists for the Swiss bank UBS, agree." However, this line refers more easily to the arguments offered by Wall Street and City experts, not to Ami Larkin. This weak link caused the item to be annulled.

3: Wrong. On line 8, the text says "You might expect a strong "yes" from the greens to fixing the environment ahead of the economy". And that is the argument with which the financial experts agree.

4: Correct. Starting on line 8, the text says: "You might expect a strong "yes" from the greens to fixing the environment ahead of the economy. And in The Environmental Debt: The hidden costs of a changing global economy, long-time Greenpeace activist Amy Larkin does make a cogent argument for this. The high costs of coping with extreme weather, pollution and declining resources are, she says, catching up with capitalism".

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3E, 4C

This text refers to questions 33 and 34.

1 The leaders of the G8 are convening in Northern
Ireland for the 39th G8 Summit. The backdrop for this two-day
Meeting of the globe's preeminente economic powers is a world
4 facing multiple global crises, all of which demand that summit
participants engage in constructive dialogue that leads to
measurable progress. Despite that need, the annual G8
7 Summits are known more for eliciting empty political promises
And saddling host cities with exorbitant costs.
The baby boomer generation presidents and prime
10 ministers at the G8 Summit are facing increasingly frustrated
populations. With economic instability entrenching in the
West, a still teetering world financial order, and escalating
13 tensions in the Middle East, an entire generation of Young
people is growing up without opportunity, and with few
Prospects for change. But persistente unemployment, declining
16 standards in health care and education, and environmental
Degradation are also driving growing numbers of Young people
To demand sophisticated and coordinated global action.
19 From this mess, two significant questions arise: are
The boomer generation leaders simply incapable of consensus-
driven international cooperation, one that sets aside national
22 Interests for the collective good of humanity? And if this is the
case, are tomorrow's Facebook generation leaders doomed to
Inherit the quagmire of their political predecessors?

R. Onley. The future of global diplomacy. June 17th, 2013(adapted).

(Diplomacia – 2013 – CESPE) Based on the text, choose the correct statement.

(A) The cities that host G8 summits generally profit from the presence of presidentes and ministers.
(B) The reasons for young people's frustrations include political, financial and economic issues.
(C) In the 39th G8 Summit meeting, empty promises will give room to debates on the global crises.
(D) Young people are planning demonstrations to show their dissatisfaction to the G8 Summit leaders.
(E) The actions taken for international cooperation are condemned by the new Facebook generation leaders.

A: Wrong. See lines 7 and 8: "the annual G8 Summits are known more [...] saddling host cities with exorbitant costs".

B: Correct. Starting on line 11, the text confirms such issues: "With economic instability entrenching in the West, a still teetering world financial order, and escalating tensions in the Middle East, an entire generation of young people is growing up without opportunity, and with few prospects for change."

C: Wrong. The author does not know if the leaders are capable of more than promises, as stated in the last paragraph: "From this mess, two significant questions arise: are the boomer generation leaders simply incapable of consensus driven international cooperation, one that sets aside national interests for the collective good of humanity?"

D: Wrong. Although young people are demanding action, there is no mention to such demonstrations – meaning, street protests.

E: Wrong. The text asks if the Facebook generation will be able to coordinate global action better than the baby boomer generation once they reach positions of power.

Gabarito B

(Diplomacia – 2013 – CESPE) In the text, "that need" (R.6) refers to

(A) convening in Ireland.
(B) measuring progress.
(C) engaging in dialogue.
(D) facing global crises.
(E) making promises.

The passage is the following: "The backdrop for this two-day meeting of the globe's preeminent economic powers is a world facing multiple global crises, all of which demand that summit participants engage in constructive dialogue that leads to measurable progress. Despite that need, the annual G8 summits are known more for eliciting empty political promises and saddling host cities with exorbitant costs." The need to which the last sentence refers is "that summit participants engage in constructive dialogue", as the relation between the word "demand" and "need" evidences. The only alternative that matches that is letter C.

Gabarito C

This text refers to questions 35 and 36.

1 The Oxford Learner's Dictionary defines
diplomacy as "(…) the management of relations between
Countries (…) art of or skill in dealing with people; tact (…)".
4 Indeed it is the art of convincing others to perceive things your
way, or at least to have second thoughts about theirs. It is the
Combination of logic and Science on the one hand with the gift
7 of proper language packaging and presentation necessary to
convince others.
The power of language rests on the fact that it
10 contains ideas: and ideas are, according to Plato, more
enduring, indeed more permanent than matter. Ideas can be
suppressed, or go underground but unlike a statue or any other
13 material things they cannot be shattered. They can only be met
and dealt with by other ideas. Historically it is the magic of
words that bewitched, enthralled and sometimes intoxicated
16 people and led them to great or mean deeds. The language of
diplomacy, often like poetry, has the ability to move people
from mood to mood. Whether demagogy or whether giving
19 expression to noble ideologies, theories, or even religious
creeds, ordinary language or that of diplomacy has a
momentum and an inner driving force that is ageless.

K.S. Abu Jaber, Language and Diplomacy. In:
J. Kurbalija; H. Slavi (Eds.) Language and Diplomacy, p. 53. Malta: DiploProjects, 2001.

(Diplomacia – 2013 – CESPE) According to the author,

(A) common language opposes poetry.
(B) diplomacy is related to persuasion.
(C) ideas last less than material things.
(D) Language is a demagogical expression.
(E) ideologies require a proper language.

A: Wrong. The text does not mention a common language shared between people. The text does mention ordinary language (Line 19 and 20), but there is no such opposition.
B: Correct. Starting on line 4: "(Diplomacy) is the art of convincing others to perceive things your way, or at least to have second thoughts about theirs".
C: Wrong. The text says that, according to Plato, ideas are more enduring than matter.
D: Wrong. According to the text, starting on line 17, the language of diplomacy can either demagogical or noble.
E: Wrong. The text does not comment such need.
Gabarito B

(Diplomacia – 2013 – CESPE) In relation to the pronouns shown in bold in the text above, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) The pronoun "that" (R.21) refers to "language" (R.20).
(2) The pronoun "theirs" (R.5) refers to "others" (R.4).
(3) The pronoun "It" (R.5) refers to "diplomacy" (R.2).
(4) The pronoun "they" (R.13) refers to "Ideas" (R.11).

1: Wrong. It refers to "driving force".
2: Wrong. It refers to the others' thoughts or ideas.
3: Correct. One change "it" for "diplomacy" and say "Diplomacy is the art of convincing others…".
4: Correct. The substitution "ideas cannot be shattered" works.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

This text refers to questions from 37 through 39.

Taking a Cue From Bernanke a Little Too Far

1 Financial advisers have been fieldingcallsfrom
Shaken investors in recente weeks, particular lyretirees, who are
nervous that a bond Market crash is on the horizon.
4 You can hardly blame them. Investors have been
fleeing bonds in droves; a record $ 76.5 billion poured out of
bond funds and exchange-traded funds since June. That
7 exceeds the previous record, according to TrimTabs, when
$ 41.8 billion streamed out of the funds in October 2008 and
the financial crisis was in full force.
10 But the rush for the exits really means one thing:
Investors are betting that interest rates are about to begin their
Upward trajectory, something that's been expected for several
13 years now.
Their cue came from the Federal Reserve chairman,
BenBernanke, who recently suggested that the economic
16 recovery might allow the central bank to ease its efforts to
stimulate the economy. That includes scaling back its bond-
buying program beginning later this year.
19 So the big fear is that interest rates are poised to rise
much further, driving down bond prices; the two move in
opposite directions.
22 A Barclays index tracking a broad swath of
investment-grade bonds lost 3.77 percent from the beginning
of May through Thursday, according to Morningstar. United
25 States government notes with maturities of 10 years or longer,
however, lost an average of 10.8 percent over the same period.
Making a bet on interest rates is no diferente from
28 trying to predict the next big drop in stocks, or jumping into
the Market when it appears to be poised to surge higher. These
sort of emotional moves are exactly why research shows that
31 investors' returns tend to trail the broader market.
And it's also why many financial advisers suggest
ignoring the noise, as long as you have a smart assortment of
34 bond funds that will provide stability when stocks inevitably
tumble once again.
"It's a futile game to base portfolio moves on interest
37 rate guesses," said Milo Benningfield, a financial adviser in
San Francisco. "We don't have to look any further than highly
regarded Pimco manager Bill Gross, whose horrible interest
40 rate bet against Treasuries in 2011 landed him in the bottom 15
percent of fund managers in his category that year. Investors
should take a strategic approach designed around the reason
43 they hold bonds — and then sit tight whenever hedge funds
and other institutions shake the ground around them."
The main reason longer-term investors hold bonds, of
46 course, is to provide a steadying force. And though today's
Lower yields provide less of a cushion — the 10-year Treasury
Is yielding about 2.5 percent — bonds still remain the best, if

49 imperfect, foil to stocks.
"The role of bonds in a portfolio has Always been to
be a ballast or a diversifier to equity risk," said Francis
52 Kinniry, a principal in the Vanguard Investment Strategy
Group. "And that is very true today. Yields are low, but this is
What a bear Market in bonds looks like."

Internet: <www.nytimes.com>(adapted).

(Diplomacia – 2013 – CESPE) The words "poised" (R.19) and "yields" (R.47 and 53) mean, respectively,

(A) etiolated and profits.
(B) shaken and gains.
(C) ready and risks.
(D) bolstered and outlay.
(E) on the verge and returns.

According to the Oxford Dictionary, "to be poised" means: "Be ready and prepared to do something". Example: '*teachers are poised to resume their attack on government school tests*'. In turn, "yield" means "An amount produced of an agricultural or industrial product" and "A financial return". Therefore:
A: Wrong. "Etiolated" means "pale and drawn out due to a lack of light".
B: Wrong.
C: Wrong.
D: Wrong. "To bolster" means "to support or strengthen", and "outlay" means "An amount of money spent on something". E Right.
Gabarito E

(Diplomacia – 2013 – CESPE) According to the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) According to at least one financial adviser, it's naïve to correlate bonds with interest rates.
(2) The main contention of the article is that investors should be skeptical about Bernanke's remark in relation to the effects of the American economic recovery.
(3) The bond market is in such a predicament due to misjudgment on the part of the American central bank's chairperson.
(4) In general, bonds provide stability to an investor's portfolio.

1: Wrong. In the 5th paragraph, it is clearly stated: "So the big fear is that interest rates are poised to rise much further, driving down bond prices; the two move in opposite directions."
2: Wrong. The main argument of the text is that portfolio decisions should not be based on interest rate guesses – see line 36: "'It's a futile game to base portfolio moves on interest rate guesses,' said Milo Benningfield, a financial adviser in San Francisco."
3: Wrong. The instability comes from investors' herd behavior – see line 29: "These sort of emotional moves are exactly why research shows that investors' returns tend to trail the broader market."
4: Correct. Line 50: "'The role of bonds in a portfolio has always been to be a ballast or a diversifier to equity risk,' said Francis Kinniry, a principal in the Vanguard Investment Strategy Group".
abarito: 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2013 – CESPE) Regarding the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) The word "from" in the excerpt "Making a bet on interest rates is no different from trying to predict the next big drop in stocks, or jumping into the Market when it appears to be poised to surge higher. " (R.27-29) may be replaced by the word then with no interference in the grammar correction of the sentence.
(2) In the sentence "Their cue came from the Federal Reserve chairman, Bem Bernanke, who recently suggested that the economic recovery might allow the central bank to ease its efforts to stimulate the economy. " (R.14-17) the relative pronoun "who" may be replaced by whom in more formal contexts.
(3) In the sentence "That includes scaling back its bond-buying program beginning later this year." (R.17-18), the pronoun "its" refers to "economy", in the previous sentence.
(4) In the sentence "United States government notes with maturities of 10 years or longer, however, lost an average of 10.8 percent over the same period." (R.24-26), the adverb. "however" may be moved to the beginning of the sentence without interfering in the meaning.

1: Wrong. This question would have been correct if the suggested word were "than", not "then". The former is used for comparisons; the latter to refer to a point in time.
2: Wrong. The relative pronoun "who" is used to refer to people and it acts as the subject of a sentence. The relative pronoun "whom" also refers to people, but it acts as the object of a verb or clause.
3: Wrong. "Its" refers to the central bank.
4: Correct. The conjunction may be placed at the beginning or in the middle of the sentence.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

This text refers to question 40.

(…)

1 But the devotion of Minor's whole strength was
Beginning to prove taxing. His kindly friend Doctor Nicholson
Retired in 1895 — still in pain from being attacked by a patient
4 six years earlier, who hit him on the head with a brick
Concealed in a sock. He was replaced by Doctor Brayn, a man
Selected (for more than his name alone, one trusts) by a Home
7 Office that felt a stricter regime needed to be employed at the asylum.
Brayn was indeed a martinet, a jailer of the old school
10 who would have done well at any prison farm. But he did as
the government required: There were no escapes during his
term of office (there had been several before, causing
13 widespread alarm), and in the first year two hundred Thousand
hours of solitary confinement were logged by the more
fractious inmates. He was widely feared and loathed by the
16 patients — as well as by Doctor Murray, who thought he was
treating Minor heartlessly.
(…)
19 One curious snippet of information came from the
United States later that same year, when it was noted rather
Laconically that two of Minor's Family had recently killed
22 themselves — the letter going on to warn the staff at
Broadmoor that great care should be taken lest whatever
madness gripped their patient turned out to have a hereditary
25 nature. But even if the staff thought Minor a possible suicide
risk, no restrictions were placed on him as a result of the
American information.
28 Some years before he had asked for a pocket knife,
with which he might trim the uncut pages of some of the first
Editions of the books he had ordered: There is no indication
31 that he was asked to hand it back, even with the harsh Doctor
Brayn in charge. No other patient was allowed to keep a knife,
but with his twin cells, his bottles, and his books, and with his
34 part-time servant, William Minor seemed still to belong to a
different category from most others in Broadmoor at the time.
In the year following the disclosure about his
37 relatives, the files speak of Minor's having started to take
walks out on the Terrace in all weathers, angrily denouncing
those who tried to persuade him to come back in during one
40 especially violent snowstorm, insisting in his imperious way
That it was his business alone if he wished to catch a cold. He
Had more freedom of choice and movement than most.
43 (…)

Simon Winschester. The Professor and the Madman–A Tale of Murder, Insanity, and the Making of the Oxford English Dictionary. Harper Perennial, 2005, p. 182-3(adapted).

(Diplomacia – 2013 – CESPE) Each of the options below presents an excerpt taken from the text and a version of the same excerpt. Choose the one which has retained most of the original meaning found in the text.

(A) "In the year following the disclosure about his relatives, the files speak of Minor's having started to take walks out on the Terrace in all weathers, angrily denouncing those who tried to persuade him to come back in…" (R.36-39) /In the year after the revelation about his relatives, the archives show that Minor had started to take walks out on the Terrace during any kind of weather, angrily extolling people who tried to convince him to come back in…

(B) "He was replaced by Doctor Brayn, a man selected (…) by a Home Office that felt a stricter regime needed to be employed at the asylum." (R.5-8) / He was substituted by Doctor Brayn, a man picked over (…) by a Home Office who believed a more rigid regimen needed to be established at the asylum.

(C) "Brayn was indeed a martinet, a jailer of the old school who would have done well at any prison farm" (R.9-10) /Brayn was really punctilious, a traditional jailer who would have been successful working at any prison farm.

(D) "There were no escapes during his term of office (…), and in the first year two hundred thousand hours of solitary confinement were logged by the more fractious inmates." (R.11-15)/ No one escaped while he was in office (…), and in the first year of his mandate two hundred thousand hours of solitary confinement were registered by the more ingratiating prisoners.

(E) "One curious snippet of information came from the United States later that same year, when it was noted rather laconically that two of Minor's Family had recently killed themselves…" (R.19-22) /One odd piece of information came from the United States later that same year, when it was noted rather verbosely that two of Minor's relatives had recently killed themselves…

A: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "to extol" means "to praise highly".

B: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "to pick over" means "to examine an assortment of items". "Regime" and "regimen" can indeed be synonymous.

C: Correct. According to the Oxford Dictionary, "martinet" means "a strict disciplinarian", while "punctilious" means "strict or exact in observance of the conduct of actions".

D: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "ingratiating" means "charming and pleasing".

E: Wrong. According to the Oxford Dictionary, "laconically" means "using few words", i.e. the opposite of "verbosely".

Gabarito C

This text refers to the following three questions.

Godzilla's grandchildren

1 In Japan there is no kudos in going to jail for your art. Bending the rules, let alone breaking them, is largely taboo. That was one reason Toshinori Mizuno was terrified as he
4 worked undercover at the Fukushima Dai-ichi nuclear-power plant, trying to get the shot that shows him in front of the mangled third reactor holding up a referee's red card. He was
7 also terrified of the radiation, which registered its highest reading where he took the photograph. The only reason he did not arouse suspicion, he says, is because he was in regulation
10 radiation kit. And in Japan people rarely challenge a man in uniform.

Mr. Mizuno is part of ChimPom, a six-person
13 collective of largely unschooled artists who have spent a lot of time getting into tight spots since the disaster, and are engagingly thoughtful about the results.

16 It is easy to dismiss ChimPom's work as a publicity stunt. But the artists' actions speak at least as loudly as their images. There is a logic to their seven years of guerrilla art that
19 has become clearer since the nuclear disaster of March 11th 2011. In fact, Noi Sawaragi, a prominent art critic, says they may be hinting at a new direction in Japanese contemporary
22 art.

Radiation and nuclear annihilation have suffused Japan's subculture since the film *Gojira* (the Japanese
25 Godzilla) in 1954. The two themes crop up repeatedly in manga and anime cartoons.

Other young artists are ploughing similar ground.
28 Kota Takeuchi, for instance, secretly took a job at Fukushima
Dai-ichi and is recorded pointing an angry finger at the camera
that streams live images of the site. Later he used public news
31 conferences to pressure Tepco, operator of the plant, about the
conditions of its workers inside. His work, like ChimPom's,
blurs the distinction between art and activism.
34 Japanese political art is unusual and the new
subversiveness could be a breath of fresh air; if only anyone
noticed. The ChimPom artists have received scant coverage in
37 the stuffy arts pages of the national newspapers. The group
held just one show of Mr. Mizuno's reactor photographs in
Japan. He says: "The timing has not been right. The media will
40 just want to make the work look like a crime."

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) According to the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) Toshinori Mizuno was more concerned with the radiation he was exposed to while he was at the nuclear-power plant than with the fact that his art challenged the Japanese established rules.

(2) Some Fukushima Dai-ichi employers have turned into political activists after the accident of 2011.

(3) The Japanese in general are enthusiastic about artists who get in trouble for breaking the traditional dogmas prevalent in the artistic milieu.

(4) Mr. Mizuno believes the radiation kit protected him from more than the radiation in the area.

1: Wrong. It cannot be asserted that he was more afraid of the radiation. He was equally 'terrified' of both being caught and of the radiation (lines 3 and 7);
2: Wrong. The artists deliberately took jobs in order to gain access to the plant. They were not employees of the company before the accident;
3: Wrong. (Line 1) There is no kudos/acclaim/praise in Japan for going to jail for your art;
4: Correct. (Line 10) He believes it also protected him from being challenged and from arousing suspicion due to Japanese deference to people in official uniforms.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) The words "mangled" (*l*.6) and "suffused" (*l*.23) mean respectively

(A) ruined and permeated.
(B) mutilated and obscured.
(C) subdued and covered.
(D) humongous and imbued.
(E) torn and zeroed in on.

A: Correct. Mangled means mutilated or ruined. Suffused means pervaded or permeated;
B: Wrong. Mutilated means mangled. Obscured means concealed or hidden;
C: Wrong. Subdued means calm or conquered. Covered is too physical to mean suffused;
D: Wrong. Humungous means enormous. Imbued means permeated;
E: Wrong. Torn is the past participle of tear – this could work as a synonym for mangled but not quite as strong. Zeroed in on means to target or to focus on.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, it is correct to say that ChimPom

(A) adopts some artistic-political stance which is being largely ignored by the Japanese media nationwide.
(B) produces art which is dissonant with its members' attitudes.
(C) is unique in mixing art with political protest.
(D) is a large group of untrained artists whose work blend art and political activism.
(E) creates art which is avant-garde, and is setting the path of modern art in Japan.

A: Correct. The group adopts a combination of art and politics, but it receives scant/little attention (line 36) from the stuffy/formal arts pages of national newspapers;
B: Wrong. Dissonant means unharmonious/disagreeing – as the members are so committed, this is a strange assertion to make;
C: Wrong. (Line 28) Kota Takeuchi is also an artist/activist and is not a member of ChimPom;
D: Wrong. Largely means mainly and does not refer to how many people are in the group;
E: Wrong. It is only stated that the group may be hinting at a new direction in Japanese contemporary art. Hinting at - to give a slight indication – setting the path then is too strong an assertion to agree with.

Gabarito "A"

This text refers to the following three questions.

Can a planet survive the death of its sun? Scientists find two that did.

1 Natalie Batalha has had plenty of experience fielding questions from both layfolk and other scientists over the past couple of years — and with good reason. Batalha is the deputy 4 principal investigator for the spectacularly successful Kepler space telescope, which has found evidence of more than 2,000 planets orbiting distant stars so far — including, just last week, 7 a world almost exactly the size of Earth.

But Kepler is giving astronomers all sorts of new information about stars as well, and that's what an European 10 TV correspondent wanted to know about during an interview last year. Was it true, she asked, that stars like the sun will eventually swell up and destroy their planets? It's a common 13 question, and Batalha recited the familiar answer, one that's been in astronomy textbooks for at least half a century: Yes, it's true. Five or six billion years from now, Earth will be burnt 16 to a cinder. This old news was apparently quite new to the European correspondent, because when she reported her terrifying scoop, she added a soupçon of conspiracy theory to 19 it: NASA, she suggested, was trying to downplay the story.

It was not a proud moment for science journalism, but unexpectedly, at about the same time the European 22 correspondent was reporting her nonbulletin, Kepler scientists did discover a whole new wrinkle to the planet-eating-star scenario: it's apparently possible for planets to be swallowed 25 up by their suns and live to tell the tale. According to a paper just published in *Nature*, the Kepler probe has taken a closer look at a star called KOI 55 and identified it as a "B 28 subdwarf", the red-hot corpse of a sun like star, one that already went through its deadly expansion. Around it are two planets, both a bit smaller than Earth — and both so close to their home 31 star that even the tiniest solar expansion ought to have consumed them whole. And yet they seem, writes astronomer Eliza Kempton in a *Nature* commentary, "to be alive and well. 34 Which begs the question, how did they survive?"

How indeed? A star like the sun takes about 10 billion years to use up the hydrogen supply. Once the hydrogen is 37 gone, the star cools from white hot to red hot and swells dramatically: in the case of our solar system, the sun's outer layers will reach all the way to Earth. Eventually, those outer 40 layers will waft away to form what's called a planetary nebula while the core shrinks back into an object just like KOI 55.

If a planet like Earth spent a billion years simmering 43 in the outer layers of a star it would, says astronomer Betsy Green, "just evaporate. Only planets with masses very much larger than the Earth, like Jupiter or Saturn, could possibly survive." 46 And yet these two worlds, known as KOI 55.01 and KOI 55.02, lived through the ordeal anyway. The key to this seeming impossibility, suggest the astronomers, is that the

49 planets may have begun life as gas giants like Jupiter or Saturn, with rocky cores surrounded by vast, crushing atmospheres. As the star expanded, the gas giants would have spiraled inward
52 until they dipped into the stellar surface itself. The plunge would have been enough to strip off their atmospheres, but their rocky interiors could have survived — leaving,
55 eventually, the bleak tableau of the naked cores of two planets orbiting the naked core of an elderly star.

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The recent discovery of a planet with some features very similar to those of the Earth is one of the interesting finds of the Kepler space telescope.

(2) The European TV correspondent reported a scientific find that had been long known as if it were a recent breakthrough.

(3) The researchers seem baffled by the recent find of the probe, since they did not expect planets to survive their sun's expansion and subsequent shrinkage.

(4) The article mocks the European TV correspondent's disinformation about astronomy.

1: Wrong. The discovery was of 2,000 planets and their stars. The world similar in size to Earth was no more interesting than any other discovery made by Kepler. (lines 6-7) This could be just as easily argued to be correct – a tricky question and perhaps worth missing out;

2: Correct. (Lines 13-16) It was old news, the scientist gave a familiar answer, it has been in astronomy books for at least half a century;

3: Correct. Baffled/bewildered/confused – (line 22) to add a new wrinkle – to add a new unknown element. (Line 34) – Which begs the question – which poses the question – this would mean the scientists were confused or baffled;

4: Wrong. The article does mock the correspondent, i.e. to ridicule her. However, disinformation relates to deliberately giving out false information usually by governments or intelligence services. In this case it was not disinformation. It could be construed as poor use of information, but not disinformation.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2012 – CESPE) According to the text, judge if the items below about Natalie Batalha are right (C) or wrong (E).

(1) She is the chief researcher of the space project that involves the Kepler telescope.

(2) She was taken aback by the European TV correspondent's ignorance about the natural process of a star's living cycle.

(3) Natalie Batalha demonstrated how planets can survive the death of the star they orbit.

(4) Natalie Batalha is used to talking about her research to specialists and non-specialists alike.

1: Wrong. She is the deputy principal investigator (line 4), therefore, she is not the chief. Deputy – an assistant to another;

2: Wrong. Taken aback means surprised/confused. No evidence to suggest how she reacted to the correspondent's ignorance;

3: Wrong. Astronomer Betsy Green (line 43) demonstrated this, not Natallie Batalha;

4: Correct. (Lines 2-3) plenty of experience fielding questions/dealing with questions form scientists (specialists) and layfolk (non-specialists).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Each of the options below presents a sentence of the text and a version of this sentence. Choose which one has retained most of the original meaning found in the text.

(A) "A star like the sun takes about 10 billion years to use up the hydrogen supply" (*l*.35-36) / **It would take a sun like star around 10 billion years to supply the necessary hydrogen.**

(B) "Eventually, those outer layers will waft away to form what's called a planetary nebula while the core shrinks back into an object just like KOI 55" (*l*.39-41) / **Eventually, those outer layers will spew away to shape what's called a planetary nebula while the core shrinks back into an object just like KOI 55**.

(C) "Natalie Batalha has had plenty of experience fielding questions from both layfolk and other scientists over the past couple of years — and with good reason" (*l*.1-3) / **Natalie Batalha was quite adept at discerning which questions were made by layfolk or by other scientists over the past couple of years — and with good reason**.

(D) "at about the same time the European correspondent was reporting her nonbulletin, Kepler scientists did discover a whole new wrinkle to the planet-eating-star scenario" (*l*.21-24) / **at about the same time the European correspondent was reporting her nonbulletin, Kepler scientists did stumble upon a whole new crease to the planet-eating-star scene**.

(E) "This old news was apparently quite new to the European correspondent, because when she reported her terrifying scoop, she added a soupçon of conspiracy theory to it" (*l*.16-19) / **This old news was apparently quite new to the European correspondent, because when she reported her terrifying scoop, she added a dab of conspiracy theory to it.**

A: **Wrong. To 'use up' means consume completely; it is the opposite idea of to supply;**

B: Wrong. 'Waft away' means to go away gently. In contrast, 'spew away' means to violently/with great force go away;

C: Wrong. Adept would mean skillful. It isn't clear if she was good at it or not, just that she had lots of experience. There is no evidence that she had to discern/distinguish which questions came from scientists or layfolk;

D: Wrong. Crease and wrinkle are synonyms in terms of clothes which are creased or wrinkled – crumbled. In this context, wrinkle means a problem. Stumble upon means to find by accident;

E: Correct. **Soupçoun is a synonym of dab/a small amount.**

Gabarito "E"

This text refers to the following three questions.

1 While on their way, the slaves selected to go to the
great House farm would make the dense old woods, for miles
around, reverberate with their wild songs, revealing at once the
4 highest joy and the deepest sadness. (...) They would sing, as
a chorus, to words which to many would seem unmeaning
jargon, but which, nevertheless, were full of meaning to
7 themselves. I have sometimes thought that the mere hearing of
those songs would do more to impress some minds with the
horrible character of slavery, than the reading of whole
10 volumes of philosophy on the subject could do.
I did not, when a slave, understand the deep meaning
of those rude and apparently incoherent songs. I was myself
13 within the circle; so that I neither saw nor heard as those
without might see and hear. They told a tale of woe which was
then altogether beyond my feeble comprehension; they were
16 tones loud, long, and deep; they breathed the prayer and
complaint of souls boiling over with the bitterest anguish.
Every tone was a testimony against slavery, and a prayer to
19 God for deliverance from chains. The hearing of those wild
notes always depressed my spirit, and filled me with ineffable
sadness. I have frequently found myself in tears while hearing
22 them. The mere recurrence to those songs, even now, afflicts
me; and while I am writing these lines, an expression of feeling
has already found its way down my cheek. To those songs I
25 trace my first glimmering conception of the dehumanizing
character of slavery. I can never get rid of that conception.
Those songs still follow me, to deepen my hatred of slavery,
28 and quicken my sympathies for my brethren in bonds. If any
one wishes to be impressed with the soul-killing effects of
slavery, let him go to Colonel Lloyd's plantation, and, on
31 allowance-day, place himself in the deep pine woods, and there
let him, in silence, analyze the sounds that shall pass through
the chambers of his soul, and if he is not thus impressed, it will
34 only be because "there is no flesh in his obdurate heart."

Frederick Douglass. **Narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave**.
Charleston (SC): Forgotten Books, 2008, p. 26-7 (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) To state that the songs "told a tale of woe" (*l*.14) means that the songs

(A) were accounts of intertribal warfare.
(B) were hymns praising God.
(C) were delusions of grandeur of an African idyllic time.
(D) had to do with grief and sorrow.
(E) had the purpose of keeping slaves' minds away from their hard work.

A: Wrong. There is no mention of warfare in this text;
B: Wrong. Not all hymns tell a tale of "woe", that is sadness and grief;
C: Wrong. "Woe" makes no reference to grandeur;
D: Correct. "Woe" refers to deep distress, grief or sorrow;
E: Wrong. There is no reference as to the purpose of these songs.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The music produced by the slaves had the power to incite them to rebel against their appalling condition.

(2) The author of the text ascribes his nascent political awareness regarding slavery to the tunes he heard the slaves sing.

(3) The narrator believes that his fellow slaves managed to translate their dire predicament into moving tunes.

(4) To outsiders, the music sung by the slaves would probably sound like babbling.

1: Wrong. There is no mention of a connection between rebellion and the slave music;
2: Correct. (Line 25) the author traces a first glimmering conception of how dehumanizing slavery was;
3: Correct. They were fellow slaves as he describes them as brethren (line 28) and as being part of their circle (line 13). Dire means desperate/terrible. The author describes in lines 16-19 how the songs were a cry of anguish against their condition as slaves;
4: Correct. Babbling means to make confusing or meaningless sounds. The author states in lines 6-7 the sound of the singing would be like unmeaning jargon.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Regarding the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) The fragment "quicken my sympathies for my brethren in bonds" (*l.*28) means that the narrator is fast when it comes to forging emotional and spiritual bonds with his own real family through music.

(2) In "than the reading of whole volumes" (*l.*9-10), the omission of the definite article would not interfere with the grammar correction of the sentence.

(3) The relationship the word "within" (*l.*13) bears with "without" (*l.*14) is one of opposition.

(4) Although the slaves' songs touched the narrator's heart, the uncultured quality of their music sometimes annoyed him, as shown in the fragment "The hearing of those wild notes always depressed my spirit" (*l.*19-20).

1: Wrong. The idea is not one of speed but one of intensity or awakening. That is, to make the author more deeply sympathetic or to revive the author's sympathies;
2: Wrong. If the definite article was omitted, the sentence would have to be changed to – than reading whole volumes – i.e. the preposition 'of' would also have to be omitted. Employing the preposition "of" after a noun (post modification) usually requires the use of an article before said noun;
3: Correct. In this context, it refers to a circle to be within/part of or to be without – not part of/outside the circle. It does not refer to without in terms of not possessing, i.e. to be without money;
4: Wrong. The songs did not annoy him, but stirred him. The wild notes were a representation of the slaves' sadness and the depression came from the salves' predicament, not the quality of their singing.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

This text refers to the following three questions.

Darkness and light

1 Caravaggio's art is made from darkness and light. His pictures present spotlit moments of extreme and often agonized human experience. A man is decapitated in his bedchamber,
4 blood spurting from a deep gash in his neck. A woman is shot in the stomach with a bow and arrow at point-blank range. Caravaggio's images freeze time but also seem to hover on the
7 brink of their own disappearance. Faces are brightly illuminated. Details emerge from darkness with such uncanny clarity that they might be hallucinations. Yet always the
10 shadows encroach, the pools of blackness that threaten to obliterate all. Looking at his pictures is like looking at the world of flashes of lightning.
13 Caravaggio's life is like his art, a series of lightning flashes in the darkness of nights. He is a man who can never be known in full because almost all that he did, said and thought
16 is lost in the irrecoverable past. He was one of the most electrifying original artists ever to have lived, yet we have only one solitary sentence from him on the subject of painting —
19 the sincerity of which is, in any case, questionable, since it was elicited from him when he was under interrogation for the capital crime of libel.
22 When Caravaggio emerges from the obscurity of the past he does so, like the characters in his own paintings, as a man in extremis. He lived much of his life as a fugitive, and

25 that is how he is preserved in history — a man on the run, heading for the hills, keeping to the shadows. But he is caught, now and again, by the sweeping beam of a searchlight. Each
28 glimpse is different. He appears in many guises and moods. Caravaggio throws stones at the house of his landlady and sings ribald songs outside her window. He has a fight with a
31 waiter about the dressing on a plate of artichokes. His life is a series of intriguing and vivid tableaux — scenes that abruptly switch from low farce to high drama.

Andrew Graham-Dixon. **Caravaggio: a life sacred and profane**. New York – London: W. W. Norton & Company, 2010 (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) In the second paragraph, the author suggests that information collected under duress is not reliable.

(2) The text is built on images associated with darkness, which suggests that Caravaggio's life, as well as the quality of his art, was shadowy and shady.

(3) The author provides the opening paragraph with a cinematic quality for he attempts to create dynamic scenes.

(4) From the passage "He is a man who can never be known in full because almost all that he did, said and thought is lost in the irrecoverable past." (*l*.14-16) it can be correctly inferred that the author is of the opinion that the study of history is a futile attempt to reconstruct events from the past.

1: Correct. The information was elicited/brought about under interrogation. If interrogated, it is feasible to say the information was elicited under duress/under threat or coercion;
2: Wrong. This is a question with many possible interpretations. Shadowy can mean lacking substance or full of dark shadows. Shady can mean full of shade or being of dubious quality. If we accept the second definition in both cases, the question is clearly incorrect as Caravaggio's art is not of dubious quality. Perhaps it is too much to infer from the information in the text about his life or that darkness in the text represented him, his life and his work. A difficult question requiring a deep understanding of the vocabulary used in the text and question;
3: Correct. It is possible to say that in lines 3-7 the author provides a dynamic, open scene, similar to that of a film;
4: Wrong. This is too strong an assertion to agree with. We only have information about Caravaggio and not about history and its study on the whole.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2012 – CESPE) In line 5, "at point-blank range" means

(A) in a cold-blooded manner.
(B) summarily.
(C) without intention.
(D) fatally.
(E) within a short distance.

A: Wrong. This means without pity/ruthlessly;
B: Wrong. This means quickly and without ceremony;
C: Wrong. This means by accident;
D: Wrong. This means causing death;
E: Correct. To shoot someone at point-blank range means at a short distance.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) In the last paragraph of the text, the cause for Caravaggio's disagreement with the waiter was

(A) the sauce served with the artichokes.
(B) the inartistic appearance of the food.
(C) the unaffordable price of the plate.
(D) the frugality of the dish.
(E) the lack of freshness of the artichokes.

A: Correct. Dressing (noun) refers to a sauce usually for salads;
B: Wrong. No evidence;
C: Wrong. No evidence;
D: Wrong. Frugality refers to meanness/small portion;
E: Wrong. No evidence.

Gabarito "A"

This text refers to the next three questions.

1 Nobel was an ardent advocate of arbitration, though not of disarmament, which he thought a foolish demand for the present. He urged establishment of a tribunal and agreement
4 among nations for a one-year period of compulsory truce in any dispute. He turned up in person, though incognito, at a Peace Congress in Bern in 1892 and told Bertha von Suttner
7 that if she could "inform me, convince me, I will do something great for the cause". The spark of friendship between them had been kept alive in correspondence and an occasional visit over

10 the years and he now wrote her that a new era of violence seemed to be working itself up: "one hears in the distance its hollow rumble already." Two months later he wrote again,
13 "I should like to dispose of my fortune to found a prize to be awarded every five years" to the person who had contributed most effectively to the peace of Europe. He thought that it
16 should terminate after six awards, "for if in thirty years society cannot be reformed we shall inevitably lapse into barbarism". Nobel brooded over the plan, embodied it in a will drawn in
19 1895 which allowed man a little longer deadline, and died the following year.

Barbara Tuchman. **The proud power**.
MacMillan Company, 1966, p. 233 (adapted).

(Diplomacia 2011) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) It can be inferred from the text that Nobel did a dramatic volte-face concerning his stance on peace or disarmament.

(2) Nobel predicted that peace would only last thirty years, because violence in Europe was increasing.

(3) Nobel suggested that ominous signs of impending violence could be discerned in the offing

(4) The author puts forward a tentative suggestion that Nobel's continued commitment to the cause of arbitration rendered him impervious to the idea of disarmament.

1: Correct. On lines 1 to 3, Nobel is described as a man who was not an advocate of disarmament, meaning he believed in people bearing arms. On lines 12 to 15, Nobel changes his mind, offering his fortune, in the form of a prize, to anyone who had contributed to peace. The fact that two months after meeting Bertha von Suttner he should suddenly wish for peace, instead of arbitration (line 1), proves his volte-face (180º change of mind);
2: Wrong. Nobel did not predict peace would last 30 years, but rather that peace should be established in this period. He originally wanted to cancel the prize if peace had not been established within 30 years. He believed that after 30 years, if there were no peace, society would have already collapsed into barbarianism;
3: Correct. On lines 10 to 12, Nobel wrote a letter to Bertha von Suttner in which he mentions a new era of violence. "In the offing" (imminent, looming) is equivalent, in this case, to "in the distance". The "hollow rumble of violence" suggests it is "ominous";
4: Wrong. The author makes no such correlation of cause and effect concerning arbitration and disarmament. On lines 1 and 2, the author identifies these traits, but does not suggest any cause or effect between them.

Gabarito 1C, 2E, 3C 4E

(Diplomacia 2011) In the text,

(1) "brooded over" and "will", both on line 18, mean respectively **pondered** and **an official statement disposing of a person's property after his or her death.**

(2) the pronoun "it" (*l*.15) refers to Nobel's fortune.

(3) the word 'for' (*l*.16) can be replaced by since with no change in the original meaning of the sentence.

(4) the term "spark" (*l*.8) is used in its connotative meaning.

1: Correct. "Brood" means "dwell on", "ponder", "contemplate". "Will" and "testimony" are words used to talk about the official document concerning one's estate after decease;
2: Wrong. The word "it" refers to the "prize" on line 13 (which should terminate after 6 editions, or 30 years);
3: Correct. "For" and "since" can both be conjunctions used in adverbial structures of cause/reason. "For" tends to be used more in literary texts;
4: Correct. The connotative meaning of a word is that which is figurative or symbolic. The denotative meaning is literal. As there is no real fire involved in this question, the connotative meaning of "spark", in this case, "sparkle", "ignite", and "flicker", is more fitting.

Gabarito 1C, 2E, 3C 4C

(Diplomacia 2011) Which of the following statements about the verbs in the text is correct?

(A) The forms "brooded" (*l*.18), "embodied" (*l*.18) and "died" (*l*.19) can be replaced, respectively, by has brooded, has embodied and has died without effecting a significant change in the original meaning of the text.

(B) In "The spark of friendship between them had been kept alive" (*l*.8-9), the use of the form "had been" implies the connection between von Suttner and Nobel took place after the Peace Congress.

(C) The verbal form 'should' (*l*.13) could be replaced by would without effecting a significant change in the meaning of the text.

(D) The use of the form 'to be awarded' (*l*.13-14) directs the focus of the sentence to those who award the prize.

(E) In 'I will do something great' (*l*.7-8), the use of 'will' conveys the idea of imposition.

A: Wrong. Due to the fact that Nobel is dead, none of his actions can be referred to in the present perfect. All must necessarily be in the past;
B: Wrong. The use of the perfect structure here does not suggest that the "spark/connection" took place after the Peace Congress, but rather it took place AT the Peace Congress and continued on "after" it;
C: Correct. In this case, "should" is the more formal modal verb, while "would" is the less formal, to express preference, desire, offer or inclination. They are completely synonymous in this case;
D: Wrong. The use of the passive voice does not direct focus to the awarder, but rather to the prize itself. The focus is on what is to be awarded, not on the giver, nor on the receiver;
E: Wrong. The modal verb "will", in this case, does not express an idea of imposition, but rather one of a decision made at the time of speaking which refers to a future action.

Gabarito "C"

This text refers to the next five questions.

1 It may not stir up international outrage like its seminamesake
WikiLeaks, but Wikipedia sparks debate. The free
online encyclopedia, which celebrates its tenth birthday on
4 January 15th, is a symbol of unpaid collaboration and one of the
most popular destinations on the Internet, attracting some
400m visitors a month. It also faces serious charges of elitism.
7 Wikipedia offers more than 17m articles in 247
languages. Every day thousands of people edit entries or add
new ones in return for nothing more than the satisfaction of
10 contributing to the stock of human knowledge. Wikipedia
relies on its users' generosity to fill its coffers as well as its
pages. Recent visitors to the website were confronted with
13 images of Jimmy Wales, a co-founder, and a request for
donations. The campaign was annoying but effective, raising
$ 16m in 50 days.
16 With its emphasis on bottom-up collaboration and the
broad dissemination of knowledge, the online encyclopedia is
in many ways an incarnation of the fundamental values of the
19 web. But Wikipedia also reveals some of the pitfalls of the
increasingly popular "crowdsourcing" model of content
creation. One is maintaining accuracy. On the whole,
22 Wikipedia's system of peer reviewing does a reasonable job of
policing facts. But it is vulnerable to vandalism. Several
politicians and TV personalities have had their deaths
25 announced in Wikipedia while they were still in fine fettle.
Some observers argue the site should start paying
expert editors to produce and oversee content, and sell
28 advertising to cover the cost. Problems with accuracy "are an
inevitable consequence of a free-labour approach", argues Alex
Jannykhin, of WikiExperts, which advises organisations on
31 how to create Wikipedia articles (the very existence of such
outfits hints at Wikipedia's importance, as well as its
susceptibility to outside influence). The encyclopedia's bosses
34 retort that such concerns are overblown and that taking
advertisers would dent its appeal to users.

Wikipedia. The promise and perils of crowdsourcing content.
In: **The Economist**, January 15th-21st, 2011, p. 69 (adapted).

(Diplomacia 2011) Based on the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) The basic concepts behind Wikipedia are inconsistent with the usefulness of unhindered access to the Internet.

(2) It is possible to deduce from the text that Wikipedia resorted to an appeal for public monetary contributions.

(3) One of the major concerns regarding the content of the online encyclopedia is its vulnerability to inclusion of imprecise information.

(4) Not all articles in Wikipedia must be submitted by personal individual collaborators.

1: Wrong. On lines 17 to 19, the text confirms that the online encyclopedia incarnates the fundamentals of the web, which are bottom-up collaboration and the broad dissemination of the knowledge. This confirms consistency between the concepts of both systems;

2: Correct. On lines 12 to 15, the text affirms the co-founder's online request for donations. The text even emphasized how annoying the request was;

3: Correct. On lines 28 to 30, one of the WikiExperts admits to problems with accuracy and how they are the inevitable consequence of the free-labour approach. On lines 26 to 27, observers offering solutions confirms that there are concerns over such inaccuracy;

4: Correct. On line 20, the term "crowdsourcing" is the act of making an open request for a job or activity to a wider audience. This audience may consist of individuals or organizations. The latter is also referenced on line 30, where the text confirms that there is a service to help organizations when producing articles for Wikipedia.

Gabarito 1E, 2C, 3C 4C

(Diplomacia 2011) According to the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) On line 25, "while they were still in fine fettle" can be correctly rewritten as even before their bodies could be prepared for burial, without change in meaning.

(2) On line 23, "But it is vulnerable to vandalism" can be correctly replaced by Furthermore, it falls prey to vandalism, without change in meaning

(3) From the last paragraph, it is correct to infer that volunteer work is inherently slovenly and deceptive.

(4) The terms "stir up" (*l*.1) and "sparks" (*l*.2) bear a semantic relationship to the verb to fuel.

1: Wrong. To be in "fine fettle", is to be in excellent condition. The text refers to "living" politicians and TV personalities, whose death was (pre) announced even though they were still alive. "Fine fettle" refers to them as living people, not to their corpses;

2: Wrong. To be "vulnerable" means there is a chance, in this case, of vandalism. To say they "fall prey" confirms the vandalism, which the text does not;

3: Wrong. On line 34, Wikipedia bosses find such accusations "overblown", meaning they are exaggerated. On line 33, the "susceptibility to outside influence" does not necessarily confirm slovenly or deceptive work. Such influence could be well-written and well-researched;

4: Correct. Both "stir up" and "spark" connotatively refer to "ignite" or "fuel", all words with a meaning of "provoke".

Gabarito 1E, 2E, 3E 4C

(Diplomacia 2011) According to what the text states, choose the correct option.

(A) Underlying the idea of Wikipedia is the premise of a profitable approach to the compilation and diffusion of human values and customs.

(B) Contributions to Wikipedia come both in the form of spontaneous inclusion and reviewing of texts as well as of gifts of money.

(C) Advertising would increase the reliability and acceptance of Wikipedia, according to its owners.

(D) The bulk of Wikipedia articles deliberately misguide its users as to the actual death of some celebrities.

(E) Wikipedia is not free of charge, for it launches aggressive worldwide fund-raising campaigns.

A: Wrong. On line 4, the text confirms that collaboration is "unpaid" as does the term "free-labour approach". On lines 10 and 11, the text explains that "Wikipedia relies on "its users' generosity to fill its coffers", meaning all inflow of product and money is donated, thus no profit-based system is used;

B: Correct. On line 4, the term "unpaid collaboration", together with the information on lines 8 to 10, that people "edit entries or add new ones in return for nothing more than the satisfaction of contributing to the stock of human knowledge" confirms that people spontaneously include and review texts. On lines 12 to 15, the text confirms financial donations were requested and effectively raised "$16m in 50 days";

C: Wrong. It is not the owners, but rather some "observers" that believe Wikipedia, as cited on lines 26 to 28, "should start paying expert editors to produce and oversee content, and sell advertising";

D: Wrong. On lines 21 to 23, the text confirms that Wikipedia's peer reviewing system "does a reasonable job of policing facts", meaning that, while some articles are misleading, it is not the bulk (most) of articles that misguide users with false information;

E: Wrong. On lines 13 and 14, the text confirms that the fund-raising campaign was based on "donations". The service is still free to those who choose not to make a donation.

Gabarito "B"

(Diplomacia 2011) In the text, the word "overblown" (*l*.34) is synonymous with

(A) excessive.

(B) widespread.

(C) fundamental.

(D) grave.

(E) mounting.

A: Correct. "Overblown" means "exaggerated" or "overstated", also synonyms of "excessive";

B: Wrong. This adjective does not refer to the magnitude of the issue, but rather to its reach or range of dissemination;

C: Wrong. This adjective "belittles" the issue, or states that it is "essential" – neither of which are suitable synonyms;

D: Wrong. This adjective refers to the "seriousness" of the issue. On line 34, the text confirms that Wikipedia bosses "retorted", meaning that they disagreed with observers who were "overstating" the problem. Such disagreement with the observers negates the seriousness of the issue;

E: Wrong. This adjective refers to the idea that the issue is "increasing" or "growing". This is not the case.

Gabarito "A"

(Diplomacia 2011) In the text, the expression "peer reviewing" (*l*.22) refers to

(A) a thorough check of facts and figures carried out by individuals who have spotless academic reputations.

(B) an enforcement of rules similar to that performed by police officers.

(C) the system used by Wikipedia to minimize the publication of false information.

(D) the mounting pressure brought to bear on an individual by his or her colleagues.

(E) a friendly way of going over factual research.

A: Wrong. The text does not confirm who the individuals are that check information. There is no indication in the text that such individuals have spotless academic reputations;

B: Wrong. The verb "to police", on line 23, refers to an idea of "verifying" or "checking", and does not involve the law enforcement authorities in any way;

C: Correct. On lines 22 and 23, the text confirms that Wikipedia uses this system to police (verify) information;

D: Wrong. "Peer reviewing" may be inferred as a "pressure" on an individual, but this is not mentioned in this text;

E: Wrong. "Peer reviewing" may be inferred as "friendly", but this is not mentioned in this text. The term "peer" merely suggests that reviewers are not necessarily academic experts. It does not mean that it is a friendly approach to verification of facts.

Gabarito "C"

This text refers to the next four questions

1 Remembrance of things past is often dearest to those
who are bored or driven to despair by the world around them.
To these the contemplation of times gone by brings surcease
4 from current burdens too heavy to bear. "Take not away from
me" implored the Emperor Julian, world-weary monarch in
another age of disenchantment, "this mad love for that which
7 no longer is. That which has been is more splendidly beautiful
than all that is…" To others, concerned as watchers and
movers with the challenge of today and the promise or menace
10 of tomorrow, the tale of many yesterdays, reconstructed by the
history and the science of living men and women, has another
meaning.
13 By revealing what has gone before, it illumines the
act of the human adventure now being played and suggests the
pattern of acts to come. The drama of earthborn and
16 earthbound humanity, despite all its crises and intermissions,
is a continuous story. All the characters are prisoners of time.
All the problems of the now are forever shaped by the
19 experiences of a then which extends back in unbroken
sequence to the origins of life. Each generation has freedom to
choose among alternative designs for destiny, and opportunity
22 to win some measure of mastery over its fate, only to the extent
of its comprehension of where it stands in the cavalcade of
years, decades, centuries, and millennia ticked off by the
25 spinning planet.

Frederick L. Schuman. **International politics: the destiny of the Western state system.** New York: McGraw-Hill, 1948, p. 1 (adapted).

(Diplomacia 2011) Based on the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) One can infer from the text that backward or nostalgic views of the world have existed for more than a thousand years.

(2) According to the text, although past events should be taken into consideration, humankind can choose its future and destiny freely.

(3) The author of the text suggests that nostalgia is the preserve of desperate people.

(4) The author's clear intention in the first paragraph is to rightly extol the virtues of extreme political reactionarism.

1: Correct. The reference to the nostalgia of Emperor Julian (lines 5-8) allow us to infer this;

2: Wrong. On lines 22 to 25, the idea that humanity is free to choose is limited to the understanding of its position over a long stretch of time (comprehension of where it stands in the cavalcade of years, decades, centuries, and millennia). Therefore, the future and destiny cannot be chosen freely;

3: Correct. On lines 1 and 2, the author confirms that remembrance (nostalgia) is "dearest to those (…) driven to despair", or desperate people;

4: Wrong. The first paragraph muses on how the past affects the present, using the example of Emperor Julian. The first paragraph, while making references to political positions ("watchers and movers" lines 8 and 9), does not refer to extreme reactionism, but rather to interpretations of the present and past.

Gabarito 1C, 2E, 3C 4E

(Diplomacia 2011) As far as the semantic and grammar features of the text are concerned, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The word "and" (*l*.15) is used as a stylistic device to bring together two synonymous words, "earthborn" (*l*.15) and "earthbound" (*l*.16).

(2) The pronoun "it" (R13) refers to "another meaning" (*l*.11-12

(3) A more up-to-date manner to convey the notion expressed by "illumines" (*l*.13) is sheds light on.

(4) The expression "watchers and movers" (*l*.8-9) refers to people who play clearly distinct roles as far as political action is concerned.

1: Wrong. While the coordinating conjunction "and" is joining two adjectives, they are not synonymous. The former (earthborn) refers to the origin of humanity, while the latter (earthbound) refers to the limits or limitations of it;

2: Wrong. The word "it" refers to "the tale of many yesterdays", or, if you prefer, the past. It is not "another meaning", but rather the past that "illumines the act of the human adventure now being played and

suggests the pattern of acts to come";
3: Correct. "To shed light on" something is synonymous with "to illuminate";
4: Correct. "Watchers" refers to those that are responsible for observing and policing political action, while "movers" refers to those that take action.

Gabarito 1E, 2E, 3C 4C

(Diplomacia 2011) Still in the fields of semantics and grammar of the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) If "ticked off" (*l*.24) and "spinning" (*l*.25) were replaced respectively by marked off and rotating, there would occur no grammar mistakes in the sentence.

(2) The words "crises" (*l*.16) and "millennia" (*l*.24), as well as theses and fulcra, can only be found in their plural forms.

(3) In the fragment "All the problems of the now are forever shaped by the experiences of a then" (*l*.18-19), the words "now" and "then" can be replaced respectively by here and there without effecting changes in the meaning and the grammatical correction of the passage.

(4) In the first paragraph, the words "world-weary" (*l*.5) and "disenchantment" (*l*.6) establish a semantic relation which reveals the pessimism which was felt by the "monarch" (*l*.5) and characterized his "age" (*l*.6)

1: Correct. "Marked off" and "rotating", respectively, are not only synonyms, but their morphological categories are perfect matches (the former being a subordinating restrictive adjective clause reduced by the past particle, and the latter, a gerund acting as a simple adjective);
2: Wrong. "Crisis" is the singular form of "crises"; "millennium" is the singular form of "millennia"; "thesis" is the singular form of "theses", and "fulcrum" is the singular form of "fulcra" (prop or support in the physical sense). Therefore, all four words have singular and plural forms;
3: Wrong. "Now" and "then" are adverbs of time, while "here" and "there" are adverbs of place. Therefore, substitution would cause a major change in meaning;
4: Correct. "World-weary" suggests that the monarch had vast experience in the past and that this had tired him, thus he was old. "Disenchantment", in its turn, suggests that his experience had made him cynical and pessimistic about the world. Also, the fact that this was not his first disenchantment (another age, line 6) places emphasis on his age.

Gabarito 1C, 2E, 3E 4C

(Diplomacia 2011) The particle "as" (*l*.8) is used in the text

(A) to express the idea of in the same way..
(B) to describe the purpose or quality of someone or something.
(C) to express the idea of because.
(D) to express the idea of while.
(E) in a comparison to refer to the degree of something.

A: Wrong. In this case, "as" is not comparing watchers and movers;
B: Correct. The word "as", in this case, suggest that somebody is "working as", or "acting as", which is a direct reference to purpose/ with the aim of;
C: Wrong. In this case, "as" is not expressing an idea of reason;
D: Wrong. In this case, "as" is not expressing an idea of time;
E: Wrong. In this case, "as" is not expressing an idea of intensity, nor is there any comparison made.

Gabarito "B"

This text refers to the next four questions.

Oriana, the agitator

1 Oriana Fallaci, the Italian writer and journalist best known for her abrasive tone and provocative stances, was for two decades, from the mid-nineteen-sixties to the
4 mid-nineteen-eighties, one of the sharpest political interviewers in the world. Her subjects were among the world's most powerful figures: Yasser Arafat, Golda Meir,
7 Indira Ghandi, Haile Selassie, Deng Xiaoping. Henry Kissinger, who later wrote that his 1972 interview with her was "the single most disastrous conversation I have ever had
10 with any member of the press," said that he had been flattered into granting it by the company he'd be keeping as part of Fallaci's "journalistic pantheon." It was more like a collection
13 of pelts: Fallaci never left her subjects unskinned.
Her manner of interviewing was deliberately unsettling: she approached each encounter with studied
16 aggressiveness, made frequent nods to European existentialism (she often disarmed her subjects with bald questions about death, God, and pity), and displayed a
19 sinuous, crafty intelligence. It didn't hurt that she was *petite* and beautiful, with perfect cheekbones, straight, smooth hair that she wore parted in the middle or in pigtails; melancholy

22 blue-grey eyes, set off by eyeliner; a cigarette-cured voice;
and an adorable Italian accent. During the Vietnam War, she
was sometimes photographed in fatigues and a helmet; her
25 rucksack bore handwritten instructions to return her body to
the Italian Ambassador "if K.I.A." In these images she looked
slight and vulnerable as a child. Her essential toughness never
28 stopped taking people — men, especially — by surprise.
Fallaci's journalism was infused with a "mythic sense
of political evil", an almost adolescent aversion to power,
31 which suited the temperament of the times. "Whether", she
would say, "it comes from a despotic sovereign or an elected
president, from a murderous general or a beloved leader, I see
34 power as an inhuman and hateful phenomenon… I have
always looked on disobedience towards the oppressive as the
only way to use the miracle of having been born." In her
37 interview with Kissinger, she told him that he had become
known as "Nixon's mental wet nurse," and lured him into
boasting that Americans admired him because he "always
40 acted alone" — like "the cowboy who leads the wagon train
by riding ahead alone on his horse, the cowboy who rides all
alone into the town." Political cartoonists mercilessly
43 lampooned this remark, and, according to Kissinger's
memoirs, the quote soured his relations with Nixon (Kissinger
claimed that she had taken his words out of context). But the
46 most remarkable moment in the interview came when Fallaci
bluntly asked him, about Vietnam, "Don't you find, Dr.
Kissinger, that it's been a useless war?", and he began his
49 reply with the words, "On this, I can agree."

Internet: <www.newyorker.com> (adapted).

(Diplomacia 2010) From the previous text, it can be inferred that Oriana Fallaci

(A) seemed at times defenceless, vulnerable, and child-like.
(B) had just quit smoking cigarettes.
(C) tried deliberately to use the music-like quality of her mother tongue to lure her interviewers.
(D) grew tired of the Vietnam War.
(E) had become a close friend of the Italian Ambassador in Hanoi at the time of the war.

A: Correct. Use of the word 'slight' (line 27) (small-frail) and child-like' support this answer;
B: Wrong. (Line 22 – cigarette-cured voice refers to the tone of her voice having changed due to smoking, not that she had quit smoking;
C: Wrong. Even though the text states her Italian accent was adorable (line 23), it does not imply that she deliberately used it to seduce (lure) interviewers;
D: Wrong. On lines 23 and 24, the word "fatigues", in this text, is a noun meaning "army or military clothing". It is not the adjective "fatigued";
E: Wrong. There is no evidence to suggest a strong relationship with the Ambassador.

Gabarito "A"

(Diplomacia 2010) In the fragment, "lured him into boasting that Americans admired him" (*l*.38-39), the words "lured" and "boasting" mean, respectively,

(A) pressed and stating.
(B) tempted and denying.
(C) enticed and bragging.
(D) challenged and acknowledging.
(E) coerced and showing off.

A: Wrong. Pressed means to force. To state means to declare;
B: Wrong. Tempted works as a synonym for lure; however, deny does not, for boasting;
C: Correct. To entice means to lure or to seduce. To brag is a close synonym of to boast;
D: Wrong. Neither challenge nor acknowledging work as synonyms here;
E: Wrong. Coercion has the idea of force or compel. Showing off could work as a synonym for bragging.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2010) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) The highly professional sense of Fallaci as a journalist in search of truth made her avoid any sort of tricks in approaching her interviewees, both powerful figures and common people.

(2) Fallaci had either been a heavy smoker or had smoked for a long time.

(3) Fallaci exploited Kissinger's somewhat big ego to trick him into making some public statements he would later regret.

(4) Kissinger seems to suggest that Fallaci was not entirely professionally ethical or honest when dealing with the interview he had granted her.

1: Wrong. No mention in the text about professionalism and it does mention that she was crafty (sneaky or wily) and sinuous (devious) (line 19) in her approach;
2: Correct. Due to her cigarette-cured (line 22) voice, we can infer this is correct. To cure (verb) is to process or preserve in smoke;
3: Correct. By suggesting that he was Kissinger's wet-nurse (line 38) (nanny or carer), she played to Kissinger's ego. He clearly states that the interview was his most disastrous interview ever (line 9 and 10), and it negatively affected his relations with Nixon;
4: Correct. Kissinger said that she took his words out of context (line 45). This would represent unethical and dishonest behavior.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2010) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) the following items.

(1) Although fascinated by power, Fallaci was more lenient with democratically elected politicians.

(2) Fallaci, in her interview with Kissinger, praised President Nixon to constraint Kissinger.

(3) Kissinger believed he rightfully belonged to the very select group of world politicians Fallaci had already interviewed.

(4) One of the basic criteria Fallaci adopted to handpick her interviewees was gender-based: half of them had to be necessarily women politicians.

1: Wrong. Fallaci treated everyone equally and had a dislike of tyrants and elected politicians alike. She found power to be inhuman and hateful (line 34);
2: Wrong. Fallaci never praises Nixon. There is therefore no evidence that she tries to restrain (inhibit or hold back) Kissinger by doing this;
3: Correct. The use of 'the company he would be keeping' (line 11) allows us to infer that Kissinger felt he should be among the famous people who had been interviewed by Fallaci. It is difficult to say he felt he rightfully belonged to this group, but it can be inferred from the way Kissinger is presented as boasting and acting vain in the rest of the text;
4: Wrong. There is no evidence to support this. Men, especially men (line 28), were surprised by her, but that does not allow us to infer how she selected her interviewees.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

This text refers to the next four questions.

Amartya Sen

1 Freedom, in the eyes of Amartya Sen, the famous
Indian economist and philosopher, does not consist merely of
being left to our own devices. It also requires that people have
4 the necessary resources to lead lives that they themselves
consider to be good ones. The focus on the individual has led
some critics to accuse Sen of "methodological individualism"
7 — not a compliment. Communitarian opponents, in particular,
think that he pays insufficient regard to the broader social
group. In response, he — usually an unfailingly courteous
10 writer — becomes a bit cross, pointing out that "people who
think, choose and act" are simply "a manifest reality in the
world". Of course communities influence people, "but
13 ultimately it is individual valuation on which we have to draw,
while recognising the profound interdependence of the
valuations of people who interact with each other".
16 Nor is Sen easily caricatured as an egalitarian:
"capabilities", for example, do not have to be entirely equal.
He is a pluralist, and recognises that even capabilities cannot
19 always trump other values. Liberty has priority, Sen insists,
but not in an absurdly purist fashion that would dictate
"treating the slightest gain of liberty — no matter how small
22 — as enough reason to make huge sacrifices in other
amenities of a good life — no matter how large".
Throughout, Sen remains true to his Indian roots. One
25 of the joys of his recently published book entitled **The Idea**

of Justice is the rich use of Indian classical thought — the debate between 3rd-century emperor Ashoka, a liberal
28 optimist, and Kautilya, a downbeat institutionalist, is much more enlightening than, say, a tired contrast between Hobbes and Hume.
31 Despite these diverting stories, the volume cannot be said to fall into the category of a "beach read": subtitles such as "The Plurality of Non-Rejectability" provide plenty of
34 warning. But for those who like their summer dinner tables to be filled with intelligent, dissenting discourse, the book is worth the weight. There is plenty here to argue with. Sen
37 wouldn't have it any other way.

Internet: <http://entertainment.timesonline.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2010) Based on the text above, it can be said that the relationship established between the ideas of "unfailingly courteous" (*l*.9) and "cross" (*l*.10) is one of

(A) contrast.
(B) reiteration.
(C) inclusion.
(D) result.
(E) addition.

A: Correct. Courteous means to be polite, whilst cross is to be angry or in a bad mood. The two behaviors are contrasted;
B: Wrong. This means to repeat;
C: Wrong. This means to include;
D: Wrong. This means there was a cause and effect. There is not;
E: Wrong. This means that the two attitudes are similar. They are not.

Gabarito "A"

(Diplomacia 2010) In the fragment, "even capabilities cannot always trump other values" (*l*.18-19), the verb "trump" means

(A) to be bracketed with.
(B) to foster.
(C) to vie against.
(D) to prevail over.
(E) to hold on to.

A: Wrong. This means to be placed in the same category;
B: Wrong. This means to encourage;
C: Wrong. This means to compete against;
D: Correct. To trump means to get the better of or to prevail over;
E: Wrong. This means to secure.

Gabarito "D"

(Diplomacia 2010) According to the text, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) South-east Asian classical economics rather than European philosophy laid the main theoretical and practical foundation for Sen's theses.
(2) Communitarian opponents make up the largest and most vocal group of Sen's critics.
(3) Sen's work, although focused on the individual and on the idea of liberty, does not lose sight of the inherent dynamics of the different communities.
(4) Sen dismisses out of hand the ideas advanced by English philosophers of the XVII and XVIII centuries.

1: Wrong. The second part of the question is correct – Hobbes and Hume are considered European philosophers. The reference on line 26 is not to economics, but to 'classical thought', i.e. that of the political sciences in general;
2: Wrong. With reference to line 7, communitarian opponents focus on a particular aspect of Sen's theory. It is too much to infer that they are the most vocal or the largest group of opponents;
3: Correct. In line 12, Sen states that of course communities influence people – more decisively is the direct quotation in line 14 which acknowledges, "The profound interdependence" and 'those who interact with each other". These views substantiate the view that Sen recognizes the inherent dynamics of different communities;
4: Wrong. To dismiss out of hand means to completely disregard or reject. Sen does not do this; rather it is the author of the article that complains about the English philosophers. (line 29 – a tired contrast, i.e. a boring or an overused contrast).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2010) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) the following items.

(1) Communitarians' major objection against Sen is based on his vigorous defence of unmitigated individualism.
(2) Sen finds the theses put forward by Ashoka and Kautilya to be more ground-breaking and insightful than those proposed by some major Western philosophers 14 or 15 centuries later.
(3) Even Sen's followers resent the sheer lack of purism in his championing of freedom.
(4) Despite having a usually gentle disposition, Sen often flies into a nasty temper whenever any of his ideas are challenged.

1: Wrong. The major objection of Communitarians is Sen's lack of focus on 'the broader social group' (line 10), but later, on lines 14 and 15, Sen clearly states that we must recognize "the profound interdependence of the valuations of people who interact with each other". And, on line 20, it states that he does not view things in an 'absurdly purist fashion'. These parts show he does not defend "unmitigated" individualism, but a more "relative" individualism;
2: Wrong. There is no evidence to support that Sen thinks this. In fact, it is the author's value judgment that Sen's examples are enlightening (insightful) and groundbreaking (new or innovative);
3: Wrong. There is no mention of Sen's followers or what they think of his position;
4: Wrong. The text does not say he is gentle, but rather that he is unfailingly polite (always with good manners). A nasty temper is an overstatement as becoming 'a bit cross' line 10 is far weaker and shows only mild irritation.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

This text refers to the next four questions.

1 "For heaven's sake," *1* my father said, seeing me off at the airport, "don't get drunk, don't get pregnant — and don't get involved in politics." He was right to be concerned.
4 Rhodes University in the late 1970s, with its Sir Herbert Baker-designed campus and lush green lawns, looked prosperous and sedate. But the Sunday newspapers had been
7 full of the escapades of its notorious drinking clubs and loose morals; the Eastern Cape was, after the riots of 1976, a place of turmoil and desperate poverty; and the campus was thought
10 by most conservative parents to be a hotbed of political activity.

The Nationalist policy of forced removals meant
13 thousands of black people had been moved from the cities into the nearby black "homelands" of Transkei and Ciskei, and dumped there with only a standpipe and a couple of huts
16 for company; two out of three children died of malnutrition before the age of three. I arrived in 1977, the year after the Soweto riots, to study journalism. Months later, Steve Biko
19 was murdered in custody. The campus tipped over into turmoil. There were demonstrations and hunger strikes. For most of us, Rhodes was a revelation. We had been
22 brought up to respect authority. Here, we could forge a whole new identity, personally and politically. Out of that class of 1979 came two women whose identities merge with the
25 painful birth of the new South Africa: two journalism students whose journey was to take them through defiance, imprisonment and torture during the apartheid years.

28 One of the quietest girls in the class, Marion Sparg, joined the ANC's military wing, Umkhonto we Sizwe (MK), and was eventually convicted of bombing two police stations.
31 An Asian journalist, Zubeida Jaffer, was imprisoned and tortured, yet ultimately chose not to prosecute her torturers.

Today you can trace the footprints of my classmates
34 across the opposition press in South Africa and the liberal press in the UK — The Guardian, the Observer and the Financial Times. Even the Spectator (that's me). Because
37 journalism was not a course offered at "black" universities, we had a scattering of black students. It was the first time many of us would ever have met anyone who was black and
40 not a servant. I went to hear Pik Botha, the foreign minister, a Hitlerian figure with a narrow moustache, an imposing bulk and a posse of security men. His reception was suitably
43 stormy, even mocking — students flapping their arms and saying, "Pik-pik-pik-P-I-I-K!', like chattering hens.

But students who asked questions had to identify
46 themselves first. There were spies in every class. We never worked out who they were, although some of us suspected the friendly Afrikaans guy with the shark's tooth necklace.

Janice Warman. **South Africa's Rebel Whites.**
In: **The Guardian Weekly**, 20/11/2009 (adapted).

(Diplomacia 2010) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) Of the three journalism students mentioned in the text, it can be said that the most self-effacing and reserved of them all turned out to be the one to deliver a most violent blow against the apartheid security apparatus.

(2) The university the author attended can be described as a place where neither the teaching staff nor school officials exacted blind obedience from students.

(3) The author clearly underscores the striking resemblance the Nationalist Party of South Africa bears to its Nazi counterpart.

(4) Students decided to burlesque Botha's performance as an ineffectual and chicken-hearted foreign minister by doing a ludicrous and crude imitation of a bird.

1: Correct. Of the two named journalists, there is no evidence of what they actually did to damage apartheid, only that one joined the ANC and the other was arrested and tortured. The third journalist, the author (line 36 – the Spectator, that's me), went on in her own words to play a part in shaping the liberal press in the UK (line 34). We can assert she was self-effacing (modest) and reserved by the fact that she gives more attention to her other two classmates and not herself and by the use of "even the Spectator" (implying that it is not such an influential newspaper as the other named). We find this to be an extremely difficult question which would require sound knowledge of the vocabulary used, a deep reading of the text, as well as some knowledge of the context (journalism);
2: Correct. Even though it seemed respectable, the university is described as a 'hotbed' line 10 (breeding ground) of political activity. Line 22 shows that, in contrast to their obedient backgrounds, students could forge new political and personal perspectives, thus showing the lack of control and blind obedience;
3: Wrong. Striking resemblance refers to a physical resemblance. Although he had a moustache, Botha is described as having an imposing bulk (i.e. big and strong/burly). The adjective Hitlerian refers to being suggestive of Hitler in style and manner, not look;
4: Wrong. To burlesque (to imitate or mock humoursly). Yes, students mocked Botha by parodying his name with the sound of a chicken. It is less clear that this was meant to imply being ineffectual (useless or worthless) or chicken-hearted (cowardly). As Botha was a much feared leader of a violent regime (lines 41 and 42), perhaps it is quite a leap to consider him both ineffectual and a coward.

Gabarito Oficial 1C, 2C, 3E, 4C/ Gabarito Nosso 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2010) The author creates in the reader's mind the distinct impression that her father was

(A) an overprotective and controlling individual who wanted to be an integral part in all aspects of his daughter's life.

(B) prudish parent who persistently demanded that his daughter be or appear to be very prim, proper, modest and righteous at all times.

(C) a paranoid father who refused to let go, and clamped her down with hard and fast rules and strict discipline.

(D) a doting father whose motto could very well be "Spare the rod, spoil the child".

(E) a caring parent who was well-aware of the peculiar atmosphere that pervaded college campuses in the late '70s: permissive, in a state of constant political unrest, and overindulgent in terms of drinking.

A: Wrong. Genuine parental advice is given in the opening paragraph – this is not a suggestion of controlling or overprotection;
B: Wrong. Too much inference. His advice was parental guidance, but he did not demand modesty or righteousness;
C: Wrong. The father in question merely gives advice. If this were the case, his daughter would not be allowed to go away to university;
D: Wrong. While the father may be doting (extremely loving), the motto implies the use of physical punishment to discipline children – this is not mentioned in the text;
E: Correct. The father's advice in lines 1-3 reflects exactly this statement.

Gabarito "E"

(Diplomacia 2010) The overall view the author outlines of late '70s South Africa is

(A) unduly optimistic, coloured by the typically unattainable idealism of young people.

(B) predictably hopelessly distorted by the author's white middle-class background and petit bourgeois values.

(C) inherently flawed and, therefore, pointless for it fails to place the country in a broader regional, African, or world context.

(D) basically descriptive and provides information about a politically, socially, and racially unequal and unfair society poised on the verge of momentous changes.

(E) oddly detached and unemotional due, perhaps, to the fact that she can only sympathize with the oppressed black population's plight up to a point.

A: Wrong. Unduly (excessively) is too strong a statement to support;
B: Wrong. The author can be said to be white (line 39) and probably middle class as she comes from and obedient background and is a university student; however, the points on 'hopeless distorted' and 'petit bourgeois values' cannot be substantiated by evidence in the text;
C: Wrong. No evidence to support this at all. Vague… what about… The author makes several references concerning the importance of the region (lines 8, 14, 17) and how this mattered to the world (33 to 36);
D: Correct. It is descriptive as it focuses on the author's first hand experiences. The text touches on all the aspects mentioned in this option;
E: Wrong. There is no evidence that the author's sympathy with the oppressed black population is limited. To agree with this would be an extreme extrapolation of her position in society.

Gabarito "D"

Note : A difficult question in terms of choosing an option – by elimination it would come down to D or E, with D being the least risky option.

(Diplomacia 2010) In the text,

(1) "hotbed" (*l*.10) is synonymous with **breeding ground**..

(2) "tipped over" (*l*.19) can be replaced by **was plunged**.

(3) "scattering" (*l*.38) can be paraphrased as **an unruly mob**.

(4) "posse" (*l*.42) and **entourage** are interchangeable.

1: Correct. Both good synonyms;
2: Correct. To tip over (overturn). Plunged means to fall quickly;
3: Wrong. Scattering (a small amount) neutral connotation. Unruly mob (riotous group which is difficult to control) pejorative sense;
4: Wrong. Both mean group, However, posse has the connotation of a gang, whilst entourage has the connotation of an official group surrounding an important person. Synonyms in the broadest sense; but, perhaps, not always when used in context.

Gabarito Oficial 1C, 2C, 3E, 4C/ Gabarito Nosso 1C, 2C, 3E, 4E

WANDER GARCIA • ANA PAULA GARCIA
RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

CONCURSOS DA DIPLOMACIA E CHANCELARIA

1ª FASE

1.600 QUESTÕES COMENTADAS

CAPÍTULOS ON-LINE

3ª Edição 2018

COMO PASSAR

Professores Altamente Especializados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

10 ANOS EDITORA FOCO

EDITORA FOCO

SUMÁRIO

05. HISTÓRIA DO BRASIL 295

06. GEOGRAFIA 339

07. DIREITO INTERNACIONAL 363

01. Língua Portuguesa

Eloy Gustavo de Souza e Fernanda Franco

Texto para as próximas duas questões

O que é o que é?

1 Se recebo um presente dado com carinho por pessoa
de quem não gosto — como se chama o que sinto? Uma
pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da
4 gente — como se chama essa mágoa e esse rancor? Estar
ocupado, e de repente parar por ter sido tomado por uma
desocupação beata, milagrosa, sorridente e idiota — como se
7 chama o que se sentiu? O único modo de chamar é perguntar:
como se chama? Até hoje só consegui nomear com a própria
pergunta. Qual é o nome? e é este o nome.

Clarice Lispector. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 199.

(Diplomacia 2009) Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Em "Se recebo um presente" (*l*.1), a substituição do conectivo por Caso seria sintaticamente correta e dispensaria alterações formais.

(2) Nos trechos "— como se chama o que sinto? " (*l*.2) e "— como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4), o emprego do travessão equivale gramaticalmente ao de vírgula.

(3) Nos segmentos "— como se chama o que sinto?" (*l*.2) e "e que não gosta mais da gente" (*l*.3-4), os pronomes relativos exercem a mesma função sintática.

(4) O referente dos pronomes demonstrativos "essa" e "esse", em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4) é "Uma pessoa" (*l*.2-3).

1: Errado (Análise sintática – conjunção) A substituição proposta do conectivo implica alteração da flexão do verbo para o presente do subjuntivo: **Original:** Se recebo um presente...e **Alterada:** Caso receba um presente...;
2: Certo (Pontuação) Em ambos os casos os travessões estão separando orações. No primeiro caso, separa-se uma condicional da sua principal; no segundo, elas são coordenadas, embora se possa perceber que há implicitamente uma estrutura semelhante à do primeiro caso;
3: Errado (Análise sintática – função sintática do relativo) No primeiro caso, o relativo tem como antecedente o demonstrativo "o" e exerce a função de objeto direto da forma verbal "sinto". No segundo caso, o relativo tem como antecedente o substantivo "pessoa" e exerce a função de sujeito da forma verbal "gosta";
4: Errado (Coesão) O referente dos dois demonstrativos não se encontra num termo no texto, ele é uma situação expressa pelas orações adjetivas anteriores e os seus referentes: "pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da gente".

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação a aspectos gramaticais e aos sentidos do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) É gramaticalmente correto flexionar no plural a forma verbal em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (*l*.4), tendo como resultado como se chamam (...).

(2) Em "de repente parar por ter sido tomado por uma desocupação" (*l*.5-6), a preposição "por" introduz termo com valor causal, na primeira ocorrência, e o agente da passiva, na segunda.

(3) O trecho final — "Qual é o nome? e é este o nome." (*l*.9) — resume a tese de que a propriedade da linguagem de denominar é limitada.

(4) No título do texto, as duas ocorrências da forma verbal "é" são sintaticamente equivalentes.

1: Certo (Concordância verbal) O sujeito do verbo em questão é composto e seu primeiro núcleo é singular: portanto, pode-se empregar tanto a concordância atrativa quanto a gramatical, ou seja, o verbo pode ficar no singular ou no plural;
2: Certo (Análise sintática – oração reduzida) A primeira preposição "por" introduz uma oração reduzida que traz o motivo da ação de parar expresso na oração principal; a segunda subordina o termo "desocupação" à locução verbal de voz passiva "ter sido tomado" na qual expressa o valor semântico de agente;
3: Certo (Interpretação) "Qual é o nome? e é este o nome" significa que, para aquilo que não se possui nome, nós o "nomeamos" com sua descrição, descrição que apareceria na pergunta sobre o seu nome;
4: Errado (Interpretação - Análise sintática) Na sua primeira ocorrência, a forma verbal "é" deve ser classificada como de ligação e, na segunda, como intransitiva (no sentido de "existir"). O título do texto é equivalente a "O que é o (aquilo) que é (existe)?" e faz referência ao assunto do texto: a inexistência de nomes (o que é) para muitas situações e sentimentos (aquilo que existe).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

Canção do Ver (fragmento)

1 Por viver muitos anos
dentro do mato
Moda ave
4 O menino pegou
um olhar de pássaro –
Contraiu visão fontana.
7 Por forma que ele enxergava
as coisas
Por igual
10 como os pássaros enxergam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
13 Pedra não era ainda a palavra pedra. E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
Podiam ficar em qualquer posição.
16 Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
19 E, se quisesse caber em uma abelha, era só abrir a
[palavra abelha e entrar dentro dela.
Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros. **Poemas rupestres**.
Rio de Janeiro: Record, 2004.

(Diplomacia 2009) A respeito do vocabulário do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

(A) "Moda" (*v*.3) significa conjunto de opiniões, gostos e apreciações críticas, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos, aceitos por determinado grupo humano em um dado momento histórico.

(B) O sentido do vocábulo "Contraiu" (*v*.6) restringe as possibilidades semânticas de "pegou" (*v*.4).

(C) Na expressão "visão fontana" (*v*.6), o vocábulo sublinhado, adjetivo derivado de **fonte**, foi metaforicamente empregado com sentido de originário, gerador, causal, seminal.

(D) Em "As palavras eram livres de gramáticas" (*v*.14), o vocábulo sublinhado alude a regras gramaticais.

(E) O vocábulo "posição" (*v*.15) refere-se à sintaxe, entendida como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase.

A: Errado (Interpretação) A definição de 'moda' presente na alternativa está correta: contudo, essa palavra foi empregada metaforicamente no texto de forma que o seu sentido adquirido difere do usual. Ela deve ser entendida em combinação com o substantivo 'ave' que lhe serve de adjetivo, ou seja, ela indica os modos que o menino adquiriu decorrente do seu isolamento: ele passou a se comportar como uma ave (moda ave);

B: Certo (Interpretação) O verbo "pegar" é bastante polissêmico, na passagem em questão poderia significar, por exemplo, "flagrar": "o menino flagrou um olhar de pássaro", ou seja, percebeu que uma ave olhava para ele. A ocorrência do verbo "contrair", contudo, torna claro o sentido do verso pretendido pelo poeta e, consequentemente, o valor com que foi empregado o verbo "pegar": "o menino passou a olhar as coisas como uma ave olharia", ou seja, contraiu a visão de uma ave;

C: Certo (Interpretação) A interpretação do sentido de 'fontana' na alternativa é plausível, uma vez que descreve como se dá o olhar do menino sobre as coisas – ele as vê de um modo original, como se as observasse pela primeira vez;

D: Certo (Interpretação) Uma vez que a 'visão pássaro' dotou o menino de uma liberdade na língua que lhe permitiu eliminar o significante ou subverter o significado consensual dos signos linguísticos, podemos supor que essa mesma potência poderia subverter as regras gramaticais;

E: Certo (Interpretação) A possibilidade de as palavras ficarem em qualquer posição pode ser interpretada como uma daquelas liberdades que a linguagem do menino adquiriu e que a livrou das regras gramaticais, ou seja, nesse caso a de não seguir os impositivos da chamada sintaxe de colocação.

GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em "Por viver muitos anos/dentro do mato" (v.1-2) e "ele enxergava/as coisas/Por igual" (v.7-9), a preposição "Por", nas duas ocorrências, introduz uma circunstância de modo nos períodos em que se insere.

(2) No trecho "era só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela" (v.19-20), verifica-se redundância de efeito estilístico.

(3) As ideias expressas nos versos de 17 a 19 ilustram o sentido de "inaugurar" (v.16).

(4) O verso final — "Como se fosse infância da língua" — equivale semanticamente a: Como se fosse reinvenção da língua.

1: Errado (Análise sintática) Na primeira ocorrência, a preposição "por" introduz circunstância de causa, devendo inclusive a oração ser classificada como adverbial causal: o fato de ter habitado durante muito tempo o mato é a causa de sua visão peculiar das coisas. Na segunda ocorrência, a preposição introduz circunstância de modo;

2: Certo (Figura de Linguagem) A redundância encontra-se no emprego da locução prepositiva "dentro de" com o complemento do verbo "entrar";

3: Certo (Interpretação) O olhar pássaro referido no texto leva a uma percepção livre dos objetos, de modo que se lhes pode atribuir livremente características, ainda que absurdas. Isso é o ato de inaugurar, e algumas das suas possibilidades são as que vêm arroladas nos versos 17, 18 e 19;

4: Errado (Interpretação) A infância da língua seria o momento da invenção (não o da reinvenção como está na questão), ou seja, o momento em que o homem pela primeira vez passou a estabelecer signos linguísticos para designar sua realidade.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas três questões

A diferença na linguagem

1 “Para os 1 gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na
arte da escrita, o que se vê ainda pelo uso que fazem dos
acentos, muitos dos quais fazem alguma distinção ou evitam
4 algum equívoco para os olhos mas não para os ouvidos.”
Neste texto Rousseau nos sugere que, para ler bem, é preciso
prestar ouvidos à voz original, adivinhar as diferenças de
7 acento que a articulam e que se tornaram imperceptíveis no
espaço homogêneo da escrita. Na leitura, o olho treinado do
Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido
10 atento à melodia que dá vida aos signos: estar surdo à
modulação da voz significa estar cego às modalidades do
sentido. Na oposição que o texto faz entre a arte de falar e a
13 arte de escrever, podemos encontrar não apenas as razões da
desqualificação da concepção gramatical da linguagem, mas
também a indicação do estatuto que Rousseau confere à
16 linguagem. O que é importante notar aqui é que a oposição
entre falar e escrever não se funda mais na oposição entre
presença e *ausência*: não é a ausência do sujeito falante que
19 desqualifica a escrita, mas a atonia ou a homogeneidade dos
signos visuais. Se a essência da linguagem escapa à
Gramática, é porque esta desdobra a linguagem num elemento
22 essencialmente homogêneo.

Bento Prado Jr. **A retórica de Rousseau**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 129-130.

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias do texto 3, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Segundo o texto, na fala, a altura e a intensidade da voz contribuem, no entender de Rousseau, para as possibilidades de sentido.

(2) A palavra “acentos” (*l*.3) refere-se a sinais gráficos, ao passo que “acento” (*l*.7) designa qualidades como inflexão ou modulação.

(3) O autor do texto afirma que Rousseau valoriza o caráter melódico da palavra falada, mas considera que a palavra escrita é mais apta a desvendar as sutilezas do sentido.

(4) Ao caracterizar como “treinado” (*l*.8) o olho do “Gramático” ou do “Lógico”, o autor dá a entender que estes consideram a leitura como decodificação mecânica.

1: Certo (Interpretação) A altura e a intensidade da voz são elementos que entram na pronúncia das palavras, e, segundo Rousseau, essa dimensão sonora do texto escrito deve ser recuperado pelo leitor, pois ele é um elemento que confere significado;
2: Certo (Interpretação) O trecho em que ocorre a palavra “acentos” trata da representação gráfica dos sons da fala, portanto trata-se de notações gráficas. Já, no momento em que aparece a palavra “acento”, está-se tratando de uma percepção auditiva de um texto durante a sua leitura, quer dizer, deve-se ler procurando perceber como o texto seria pronunciado O “acento” aqui, portanto, seria um dos elementos da pronúncia;
3: Errado (Interpretação) Segundo o texto, deve-se ler procurando reproduzir o modo pelo qual o texto seria pronunciado, pois a pronúncia é responsável pela criação de sentido;
4: Certo (Interpretação) Ao dizer que o “olho treinado do Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido atento à melodia que dá vida aos signos”, o autor sugere que a leitura feita por esses especialistas, ainda que dotada de método e técnica, é insuficiente, o que poderíamos caracterizar como “decodificação mecânica”.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, extraído da obra **A retórica de Rousseau**, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) No período inicial do texto, há três orações subordinadas adjetivas com sentido restritivo.

(2) Seria correto empregar, no texto, vírgula antes da conjunção “mas” (*l*.4) e depois da locução adverbial “Neste texto” (*l*.5).

(3) No trecho “e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita” (*l*.7-8), seria admissível, de acordo com o padrão escrito da língua portuguesa, a colocação do pronome “se” após a forma verbal “tornaram”.

(4) O emprego das aspas, no trecho inicial do texto, indica a voz do autor de A retórica de Rousseau.

1: Certo pelo Gabarito oficial (Análise sintática) O Gabaritoestá errado, pois há cinco orações adjetivas restritivas: “Para os gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na arte da escrita, o (1)que se vê ainda pelo uso (2)que *fazem* dos *acentos*, muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* não para os ouvidos.” **Nota:** na terceira oração adjetiva, o relativo “os quais” foi empregado com valor partitivo. Independentemente desse valor partitivo, as orações coordenadas alternativa e adversativa que se seguem à terceira subordinam-se também como adjetivas ao indefinido “muitos”. Essa estruturação de subordinadas que se coordenam entre si chama-se equipolência, e é comum que nelas o conector subordinativo (no caso,

o pronome relativo) seja expresso apenas na primeira oração, ficando em zeugma nas demais: muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou (muitos dos quais) evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* (muitos dos quais) não (evitam) para os ouvidos.";
2: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de separar uma oração coordenada adversativa com verbo elíptico. No segundo, um adjunto adverbial invertido;
3: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, deve-se empregar próclise;
4: Errado (Pontuação) Segundo informação do texto, o trecho em questão é uma citação de Rousseau;
E o autor de A Retórica de Rousseau é Bento Prado Júnior.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E / Gabaritonosso: 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

(A) O uso recorrente de vocábulos pertencentes aos campos semânticos da visão e da audição prejudica a coerência e a coesão do texto.
(B) Em suas duas ocorrências, a forma verbal "fazem" (*l.*2 e l.3) concorda com sujeitos distintos.
(C) Os operadores "não apenas" (*l.*13) e "mas também" (*l.*14- 15) possibilitam ao autor a apresentação de dois argumentos mutuamente excludentes.
(D) Na linha 16, a expressão "é que" é expletiva.
(E) É a mesma a justificativa para o uso de inicial maiúscula em "Gramático" (*l.*9) e em Gramática (*l.*21)

A: Errado (Coesão) Ao contrário do que foi afirmado, a recorrência desses vocábulos garantem a coesão e a coerência do texto, pois este defende a tese da necessidade de uma leitura (visão) que leve em conta o aspecto da pronúncia (audição) para que se possa estabelecer o seu preciso sentido;
B: Certo (Análise sintática) Na primeira ocorrência, o sujeito é oculto "os gramáticos"; na segunda, é o relativo "os quais" que tem com referente "muitos (dos acentos)";
C: Errado (Análise sintática - conector) Os operadores em questão estabelecem entre os argumentos uma adição enfática;
D: Errado (Partícula de Realce) A expressão "é que" não é expletiva, por desempenhar na frase função de conector e, consequentemente, não poder ser suprimida. Trata-se de verbo de ligação e conjunção integrante;
E: Errado (Interpretação) O emprego de "Gramático" e "Lógico" com letra maiúscula e artigo definido visa a se fazer uma referência genérica a esses especialistas: não se trata de um gramático ou lógico específicos, mas de especialistas em abstrato. Já, em "Gramática", trata-se do emprego de maiúscula para nomes de áreas do conhecimento.
GABARITO "B"

Texto para as próximas duas questões

1 Em **Emílio**, Rousseau constrói a temporalidade da vida
de Emílio como uma ficção, jamais se teria proposto a aplicá-la.
O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado
4 para existir. Trata-se de um artifício lógico-dedutivo para
meditar sobre a educação e as orientações do ensino. Emílio
é alegoria para reflexão sobre o ato de educar as crianças.
7 Emílio, que não é filho, tampouco é aluno... É um construto
teórico e um suporte operatório para a análise conceitual do
ato educativo.
10 Se o discípulo não se separa do mestre desde o
nascimento até a maturidade, pode-se supor que o "criador"
do Emílio tenha pretendido que o relato da trajetória de vida
13 do ser individual correspondesse a uma reconstituição das
etapas trilhadas pela espécie humana em direção à civilização.
Emílio, ao nascer, é o homem do estado de natureza; o Emílio
16 bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador
— é o homem civil, que vive em uma sociedade corrompida,
mas que, a despeito disso, pode ser considerado apto para
19 fundar o legítimo contrato social. O traçado de educação de
Emílio propõe-se ao educador como metáfora para reflexão,
uma meditação sobre a arte de formar os homens. Com a
22 mesma estrutura hipotético-dedutiva que orientara seus
escritos políticos, Rousseau constrói seu educando — um
discípulo que não é e que não pretende ser empírico, mas que
25 tem sua própria temporalidade inscrita na narrativa dos seus
primeiros 25 anos de vida em educação.

Carlota Boto. **O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauniano**. *In*: José Oscar de Almeida Marques (Org.). **Verdades e mentiras. 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau**. Ijuí–RS: Unijuí, 2005, p. 379-84 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Com relação às ideias do texto e aos seus aspectos textuais, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Existe consenso a respeito da ideia de que o "menino Emílio" (*l*.3) foi construído pelo filósofo francês, na obra Emílio, com propósito de orientação psicológica.

(2) Ao analisar a narrativa de Rousseau, a autora emprega, reiteradas vezes, o presente histórico — em vez dos tempos verbais pretéritos —, para imprimir assertividade à sua argumentação.

(3) A repetição de palavras e o uso de paráfrases contribuem para estabelecer a coesão do texto.

(4) A diversidade de temas no trecho "Trata-se ... ato educativo." (*l*.4-9) compromete a coerência do texto.

1: Errado (Interpretação) O propósito é de orientação pedagógica;

2: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O uso do presente do indicativo pelo perfeito do indicativo ocorre em geral em narrativas de fatos já ocorridos, para conferir um maior realce à narração – é o chamado presente histórico. Desse uso consagrado, podemos estender, por se tratar de um texto dissertativo, que a finalidade da autora seria a de "imprimir maior assertividade à sua argumentação";

3: Certo (Coesão) Como exemplo de repetição de palavras, podemos citar "Emílio" que aparece nove vezes no texto. Com relação às paráfrases, trata-se da repetição da mesma ideia – a de que Emílio é um artifício teórico – por formas diferentes;

4: Errado (Interpretação) No trecho em questão, há três frases, sendo as duas últimas paráfrases da primeira, ou seja, os temas são os mesmos.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Com relação aos aspectos morfossintáticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Haveria prejuízo para o sentido original do texto se, no trecho "O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado para existir" (*l*.3-4), os termos grifados fossem substituídos pela conjunção coordenativa nem.

(2) Caso o trecho "Emílio, que não é filho, tampouco é aluno..." (*l*.7) fosse alterado para: Emílio não é filho nem aluno, o período ganharia em concisão, estaria coerente com a informação original do texto, mas teria diminuído seu efeito retórico.

(3) Se fossem retirados os travessões do trecho "o Emílio bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador — é o homem civil" (*l*.15-17), deveria ser empregada uma vírgula antes do pronome "que" e outra após "educador", para que o sentido original do texto não fosse prejudicado.

(4) O enunciado "que vive em uma sociedade corrompida" (*l*.17) tem, no período em que se insere, sentido explicativo.

1: Errado (Análise sintática - conector) Nesse caso, as expressões "e não" e "nem" são equivalentes: coordenam aditivamente orações negativas;

2: Certo (Análise sintática - conector) A alteração proposta reduziria para uma oração absoluta um período composto misto, o que de fato aumentaria a concisão. O sentido seria mantido, mas a ênfase se perderia com a substituição da oração adjetiva (Emílio, que não é filho) por simples adjunto adnominal (Emílio não é filho) e a eliminação do termo "tampouco";

3: Certo (Pontuação) Os travessões isolam uma oração adjetiva, conferindo-lhe valor explicativo. Caso sejam retirados, devem ser substituídos por vírgulas, para que o sentido do texto não seja prejudicado;

4: Certo (Análise sintática) O fato de a oração vir isolada por vírgula mostra a intenção do autor de conferir a essa oração adjetiva um valor explicativo, ou seja, todos os homens civis vivem em sociedades corrompidas.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

Textos para as próximas seis questões

Texto I

1 Em sucessivos relatórios do ministro da Fazenda em
meados da década de 1880, aludia-se ao fato de várias
assembleias provinciais estabelecerem impostos sobre a
4 exportação, uma parte da receita dos quais podiam reter,
e também sobre a importação, o que era expressamente
vedado pela Constituição. Sob pressão de associações
7 comerciais e dos delegados regionais da Fazenda,
diversas assembleias foram forçadas a votar a supressão
desses impostos. O Visconde Paranaguá, em seu relatório
10 para 1883, informava que apenas Pernambuco, Bahia e
Maranhão ainda resistiam. A questão da repartição dos
impostos e das competências de cada ente federativo
13 parece, portanto, mais antiga que a própria República.

Gustavo H. B. Franco (organização, introdução e comentários).
A economia em **Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 59 (com adaptações).

Texto II

Impostos inconstitucionais...

1 Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos
inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo, eu é que,
ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais
4 gordos, não os conheci imediatamente. Conheci-os pela voz, *vox
clamantis in deserto.* Disseram-me que tinham chegado no último
paquete. O mais velho acrescentou até que agora hão de repetir
7 com regularidade estas viagens à corte.
— A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu
ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das
10 probabilidades. Uma chegadinha à corte, de quando em quando,
não faz mal a ninguém, exceto...
— Exceto...?
13 — Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos
íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há
coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for.
16 Falei de um modo geral e abstrato. (...)
— São todos inconstitucionais?
— Todos.
19 — Vamos aqui para calçada. E agora, que tencionam
fazer?
— Agora temos de ir ao imperador, mas confesso, meu
22 amigo, receamos perder tempo. Você conhece a velha máxima que
diz que a história não se repete?
— Creio que sim.
25 — Ora bem, é o nosso caso. Receamos que o imperador,
ao dar conosco, fique aborrecido de ver as mesmas caras e, por
outro lado, como a história não se repete... Você, se fosse
28 imperador, que é que faria?
— Eu, se fosse imperador? Isso agora é mais complicado.
Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o
31 primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata,
faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.
— Os adjetivos?
34 — Vocês não calculam como os adjetivos corrompem
tudo, ou quase tudo; e, quando não corrompem, aborrecem a
gente, pela repetição que fazemos da mais ínfima galanteria.
37 Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.
— Mas que temos nós outros com isso?
— Tudo; vocês como simples impostos são excelentes,
40 gorduchos e corados, cheios de vida. O que os corrompe e faz
definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um
decreto todos os adjetivos de Estado, resolvia de golpe esta velha
43 questão, e cumpria esta máxima que é tudo o que tenho colhido da
história e da política, que aí dou por dois vinténs a todos os que
governam o mundo: os adjetivos passam, e os substantivos ficam.

Machado de Assis. *In*: **Gazeta de notícias** (1881–1900). Balas de Estalo. Rio de Janeiro, 16/5/1885.

(Diplomacia 2009) Com relação ao texto 5 e ao texto 6, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No texto 5, narrativa de cunho histórico acerca de tema da economia brasileira, o autor emprega predominantemente linguagem referencial e objetiva.

(2) O emprego de "portanto", na linha 13 do texto 5, permite que se afirme que os fatos narrados acerca dos impostos fundamentam a conclusão do autor de que os problemas relativos a esse assunto precederam o regime republicano.

(3) Caso, no texto 5, o pronome "própria" (*l.*13) fosse substituído por **mesma**, seria mantido o sentido da frase, embora se prejudicasse a ênfase dada, no texto, ao termo "República" (*l.*13).

(4) Embora pertençam a diferentes gêneros e adotem registros distintos, os textos 5 e 6 versam sobre temática comum.

1: Certo (Funções da Linguagem) O relato de fatos de importância histórica permite classificar o texto como uma narrativa de cunho histórico, e o emprego de uma linguagem denotativa e impessoal igualmente pode ser chamada de referencial e objetiva;

2: Certo (Análise sintática) O emprego da conjunção "portanto" estabelece uma conclusão acerca do que se apresentou antes;

3: Errado (Emprego de Pronomes) Os pronomes demonstrativos "mesmo" e "próprio" são empregados para reforçar o termo a que se ligam e possuem o mesmo valor, portanto a troca não prejudicaria a ênfase;

4: Certo (Interpretação) Ambos os textos tratam da disputa fiscal entre províncias e corte.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2009) Acerca das ideias e dos sentidos do texto 6, assim como de suas estruturas linguísticas e organização textual, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor valeu-se do discurso indireto livre, que consiste em dar voz e atribuir características e sentimentos humanos a seres inanimados.

(2) O narrador recorreu à função metalinguística da linguagem para formular, ao final da crônica, sua máxima, carregada de arbitrariedade.

(3) O trecho "Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo." (*l.*30-31) produz efeito humorístico, por sua incongruência interna e por desviar-se do "caso de que se trata" (*l.*31).

(4) A frase "vox clamantis in deserto" (*l.*4-5) está em itálico, porque remete o interlocutor ao respectivo texto-fonte e faz parte da memória coletiva nacional.

1: Errado (Tipos de discurso e Figuras de linguagem) Há dois erros nesta alternativa. O primeiro é a definição apresentada de discurso indireto livre; na verdade, essa definição se aplica à figura de linguagem denominada personificação ou prosopopeia. O segundo é que, em todo o texto, não há discurso indireto livre; no primeiro parágrafo há dois trechos de discurso indireto ("que tinham chegado no último paquete" e "que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte"), e todo o restante do texto está em discurso direto;

2: Certo (Funções da linguagem) A máxima "os adjetivos passam, os substantivos ficam" se constrói por meio da função metalinguística por empregar termos gramaticais, e é arbitrária por simplificar de forma inaceitável uma questão complexa: a do litígio sobre a legalidade da cobrança de impostos;

3: Certo (Interpretação) A incongruência interna é a de um imperador ser o maior cético do seu tempo, pois, ao exercer o papel de chefe de estado, se esperaria dele que não apenas defendesse os valores da sociedade que representa, mas ainda que os encarnasse. O assunto tratado é o da legitimidade dos impostos, portanto, ao tecer considerações sobre ser imperador e decidir a questão por meio da supressão do adjetivo, o narrador está propondo a substituição do debate sobre a legalidade pela ação arbitrária do executivo. Essa ação é caracterizada como contumaz prática do poder, ou seja, da questão da legitimidade dos impostos passa-se à da legitimidade das formas de se exercer o poder;

4: Errado (Emprego de itálico) Pode-se justificar o itálico da frase, por ela estar escrita em latim. Além disso, ela constitui uma passagem dos evangelhos que fala de São João Batista, pertence, portanto, à memória coletiva cristã.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Assinale a opção que apresenta a correta equivalência de sentido entre o vocábulo ou o segmento sublinhado, empregado no texto 6, e a acepção que o segue.

(A) "ao voltar uma esquina" (*l.*1) — prosseguir por um novo rumo ou direção

(B) "no último paquete" (*l.*5-6) — conjunto de medidas relacionadas a um tema

(C) "é querer perscrutar" (*l.*13) — dar atenção a

(D) "ao dar conosco" (*l.*26) — presentear-nos

(E) "resolvia de golpe" (*l.*42) — violentamente

A: Certo (Vocabulário) O ato de "se voltar uma esquina" equivale ao de "se dobrar uma esquina", ou seja, significa mudar de direção para que se continue no mesmo quarteirão;

B: Errado (Vocabulário) Paquete e um tipo de embarcação náutica: portanto, o sentido é que os dois últimos impostos (personificação) vieram de Pernambuco no último navio;

C: Errado (Vocabulário) "investigar minuciosamente";

D: Errado (Vocabulário) "nos encontrar";

E: Errado (Vocabulário) "imediatamente"

GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Com base no texto 6, assinale a opção em que a supressão da palavra ou expressão sublinhada provoca erro gramatical.

(A) "eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci" (*l.*2-4).

(B) "Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for." (*l.*14-15).

(C) "Você, se fosse imperador, que é que faria?" (*l.*27-28).

(D) "Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular" (*l.*31-32).

(E) "Mas que temos nós outros com isso?" (*l.*38).

A: Errado (Partícula de realce) A estrutura "é que" não desempenha papel sintático na frase e pode ser retirada sem prejuízo de sentido, apenas com perda da ênfase do sujeito (eu);

B: Errado (Emprego de palavras) Uma vez que a indicação da ausência de "coisa" está indicada pela negação no verbo "haver", a colocação do indefinido "nenhuma" apenas enfatiza a ausência, e sua eliminação não acarreta alteração de sentido;

C: Errado (Partícula de realce) O trecho "que é que" equivale no contexto em que aparece a um pronome interrogativo (que) reforçado por uma partícula de realce (é que). Embora apenas a partícula de realce seja dispensável, a retirada do trecho proposto mantém a gramaticalidade e o sentido original, porque o "que" restante passa a valer como pronome interrogativo;

D: Certo (Análise sintática) O trecho "de que" corresponde a uma preposição e um pronome relativo. A retirada do primeiro implicaria uma transgressão de regência e a do segundo uma desestruturação

da frase, já que não há a possibilidade desse relativo ser empregado elipticamente nesse caso;
E: Errado (Emprego de palavras) O trecho "nós outros" é o sujeito do verbo "ter", que, por estar conjugado, dispensaria para fins de sentido a explicitação do sujeito.
GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) Em cada uma das opções abaixo reproduz-se um trecho dos textos 5 ou 6, com mudança na colocação de uma palavra, que aparece sublinhada. Assinale a opção em que a mudança **não** altera o sentido do trecho original.

(A) O Visconde Paranaguá, em seu relatório para 1883, informava que Pernambuco, Bahia e Maranhão apenas ainda resistiam. (texto 5, *l*. 9-11)
(B) A questão da repartição dos impostos e das competências de cada ente federativo,portanto, parece mais antiga que a própria República. (texto 5, *l*. 11-13)
(C) Até o mais velho acrescentou que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte. (texto 6, *l*. 6-7)
(D) Temos de ir ao imperador, mas confesso agora, meu amigo, receamos perder tempo. (texto 6, *l*. 21-22)
(E) (...) que dou por dois vinténs a todos os que aí governam o mundo: (texto 6, *l*. 44-45)

A: Errado (Palavra denotativa) A palavra denotativa "apenas" traz a ideia de "exclusão" e se liga a um determinado termo de acordo com a posição que ocupa. Na frase original, ela se refere aos três estados citados, dando a entender que nenhum outro resistia. Na frase modificada, ela passa a se ligar ao verbo "resistir", o que sugere que os três estados citados não faziam nada além de resistir;
B: Certo (Análise sintática - conector) As conjunções conclusivas podem ocorrer fora da sua posição típica – no início da oração de que fazem parte –, sem que isso acarrete alteração de sentido;
C: Errado (Palavra denotativa) A palavra denotativa "até" se liga a um determinado termo de acordo com a posição que ocupa. Na frase original, ela se refere ao que o velho acrescentou, de modo a reforçar a ideia da presença dos impostos inconstitucionais de Pernambuco na capital. Na frase modificada, ela passa a se ligar ao termo "o mais velho", o que sugere que não seria esperado que ele acrescentasse algo;
D: Errado (Análise sintática) A mudança da colocação do advérbio de uma oração para outra faz com que ele se desvincule de um termo da primeira (temos de ir) e passe a se referir a algum da segunda (confesso);
E: Errado (Análise sintática) A mudança da colocação do advérbio de uma oração para outra faz com que ele se desvincule de um termo da primeira (dou) e passe a se referir a algum da segunda (governam).
GABARITO "B"

(Diplomacia 2009) Acerca das ideias dos textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Nos textos 1, 2 e 6, evidencia-se, de formas diferentes, a plena capacidade da linguagem de refletir a realidade, por meio da denominação.
(2) Os textos 2 e 3 apresentam pontos de vista coincidentes com relação à gramática da língua.
(3) O tema dos textos 2 e 4 é o mesmo: a linguagem infantil.
(4) O texto 5 ensejou a elaboração do texto 6.

1: Errado (Interpretação) O texto 1 é o que mais se opõe ao que está no enunciado, uma vez que afirma a inexistência de palavras para dar conta de todas as situações possíveis;
2: Errado (Interpretação) No texto 2, a Gramática é apresentada como um limitador para apreensão do mundo. No texto 3, é vista como limitada na interpretação do sentido, por não levar em conta os elementos semantizantes da pronúncia;
3: Errado (Interpretação) O tema do texto 2 é uma percepção do mundo livre dos condicionamentos semânticos que a aquisição de uma determinada língua traz. Já o texto três tem como foco a discussão da natureza do livro *Emílio* de Rousseau;
4: Errado (Interpretação) Há um problema cronológico que impede tal inferência. Embora o texto 5 não venha com sua data de publicação expressa, é possível pela referência no final à República dizer que ele é posterior a 1889. Já o texto 6 tem sua data de publicação indicada: 1885. Portanto, sendo o texto 5 posterior ao 6, aquele não poderia ter ensejado a elaboração deste.
Gabarito1E, 2E, 3E, 4E

Texto para as próximas quatro questões

As primeiras cartas

O importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora. Avô Mariano

1 Escapo-me dali, me apressando entre os atalhos. Quando reentro em casa não encontro vivalma. Todos foram para o caminho da areia assistir à desgraça, consolando Ultímio. De soslaio, parece-me ouvir um ruído. Entro na sala fúnebre e nada vejo, senão o aquietado corpo do velho Mariano. Lá está o desfinado, entre flores e velas. Subo para o quarto. De novo, sobre a
4 cabeceira, uma outra carta. A tremência em minhas mãos não me ajuda a ler:
Estas cartas, Mariano, não são escritos. São falas. Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute. Você não veio a esta Ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento.
7 *Para colocar o nosso mundo no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão morrendo não por doença, mas por desmérito do viver.*
É por isso que visitará estas cartas e encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher, com
10 *suas caligrafias. Como se diz aqui: feridas da boca se curam com a própria saliva. Esse é o serviço que vamos cumprir aqui, você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura. Para salvarmos Luar-do-Chão, o lugar onde ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos.*
13 *Comece em seu pai, Fulano Malta. Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai. Entre no seu coração, entenda aquela rezinguice dele, amoleça os medos dele. Ponha um novo entendimento em seu velho pai. Às vezes, seu pai lhe tem raiva? Pois lhe digo: aquilo não é raiva, é medo. Lhe explico: você despontou-se, saiu da Ilha, atravessou a fronteira do mundo. Os lugares*

16 *são bons e ai de quem não tenha o seu, congênito e natural. Mas os lugares nos aprisionam, são raízes que amarram a vontade da asa.*
A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende
19 *ao chão. E você saltou essa fronteira. Se afastou não em distância, mas se alonjou da nossa existência.*
Antes, seu pai estava bem consigo mesmo, aceitava o tamanho que você lhe dava. Desde a sua partida ele se tornou num estranho, alheio e distante. Seu velhote passou a destratá-lo? Pois ele se defende de si mesmo. Você, Mariano, lhe lembra
22 *que ele ficou, deste lado do rio, amansado, sem brilho de viver nem lustro de sonhar.*

Mia Couto. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 64-5.

(Diplomacia 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, de acordo com o texto.

(1) Assim que voltou a Luar-do-Chão para o funeral do pai, ao reentrar na casa, Mariano deparou com os mortos.

(2) Mariano encontrou cartas, que mais pareciam relatos e comentários orais do que mensagens escritas, e cuja leitura lhe causou assombro.

(3) Quando voltou para a Ilha, Mariano percebeu que a saudade do pai havia-se transformado em tristeza e desapontamento.

(4) Na Ilha de Luar-do-Chão, a prisão psicológica vivenciada pelos habitantes os tornava impotentes para dali saírem, por medo do desconhecido.

1: Errado (Interpretação) Extrapolação: há a informação de que ele se deparou apenas com um morto, o velho Mariano;
2) Anulado (Interpretação);
3: Errado (Interpretação) Extrapolação: em nenhum momento do texto, é dito que Mariano ou seu pai tenham sentido saudade do que quer que seja;
4: Certo (Interpretação) O seguinte trecho comprova a veracidade da afirmação: *A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende ao chão.*

Gabarito 1E, 2Anulada, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) A propósito dos componentes semântico e estilístico do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A epígrafe do texto estrutura-se em um jogo de palavras.

(2) No texto, a oposição ou contraste como estratégia argumentativa pode ser exemplificada em vários enunciados, entre eles: *"Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida."* (*l.*7) e *"encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher"* (*l.*9).

(3) O sentido do trecho *"feridas da boca se curam com a própria saliva"* (*l.*10) equivale ao do clássico provérbio Amor com amor se paga.

(4) É exemplo de paralelismo sintático o estilo de construção do trecho "você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura" (*l.*11).

1: Certo (Gêneros Textuais) Jogo de palavras é uma reescrita de um texto, empregando-se parcialmente as palavras originais, mas, em geral, de forma a se alterar o sentido. No caso, o segundo verso retoma o primeiro por meio de um jogo de palavras;
2: Certo (Figuras de linguagem) Podem-se apontar pelo menos as seguintes antíteses nos trechos presentes na questão: morto x vida // folha escrita x vazio;
3: Errado (Interpretação) O provérbio "amor com amor se paga" pode ser interpretado como uma retribuição igualitária do sentimento amoroso. Já o trecho "feridas da boca se curam com a própria saliva", como um fato ou uma recomendação de que aquele que sofre um mal irá resolvê-lo com seus próprios recursos. Em outras palavras, o primeiro se constrói com a ideia de reciprocidade e o segundo com a de reflexibilidade;
4: Certo (Paralelismo) Há três coordenações de termos sintaticamente equivalentes: 1ª de pronomes pessoais, 2ª de locuções e 3ª e mais significativa de orações de mesma estrutura sintática: pronome pessoal como sujeito, verbo "dar" e um substantivo com artigo como objeto direto.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) A propósito da sintaxe de regência do português do Brasil, comparativamente à variedade encontrada no texto do moçambicano Mia Couto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) Em "*comparecer perante um funeral*" (*l.*6), a preposição a substitui corretamente a que foi empregada.

(2) Em "*Comece em seu pai, Fulano Malta*" (*l.*13), o emprego do verbo transitivo indireto obedece à prescrição gramatical brasileira.

(3) No trecho *"ele se tornou num estranho, alheio e distante"* (*l.*20-21), a regência do verbo tornar corresponde à que é prescrita no português do Brasil.

(4) Para adequar o trecho "*lhe lembra que ele ficou*" (*l.*21-22) à prescrição gramatical brasileira, seria necessário acrescentar a preposição de antes da conjunção "que".

1: Certo (Regência Verbal) Abaixo a descrição parcial desse verbo como aparece no Dicionário de Regência Verbal de Celso Pedro Luft:
a) aparecer, apresentar-se em local determinado.
VI: *O funcionário tem comparecido.*
VTI, a/em: *O funcionário tem comparecido à repartição/na repartição.*
b) Ir a juízo, por si ou por seu procurador, perante magistrado ou autoridade judicial a que foi intimado; apresentar-se a autoridade (judicial), prestar contas.
VTI, a/em/ante/perante: *É intimado a comparecer perante o Tribunal para responder por crimes;*
2: Errado (Regência Verbal) A proposta feita ao leitor da carta é que ele salve a família. O verbo **começar**, portanto, é um auxiliar cujo principal, que é transitivo direto, e complemento, que é OD, estão em elipse: "comece a salvar a família (ou "os familiares") em seu pai". O termo "em seu pai" deve ser classificado como adjunto adverbial de ordem;
3: Errado pelo gabarito oficial. (Análise sintática) O gabarito está errado, pois essa regência está registrada nos dicionários de regência de Celso Pedro Luft e de Francisco Fernandes;
4: Errado (Regência Verbal) O verbo **lembrar** está empregado no sentido de **trazer à lembrança** e rege dois complementos. A oração iniciada pela conjunção **que** não pode receber preposição por exercer a função de objeto direto.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E / Gabarito nosso: 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) As opções a seguir descrevem marca(s) linguística(s) contida(s) no texto. Assinale a opção em que a(s) marca(s) apontada(s) **não** corresponde(m) a traço(s) de oralidade do texto.

(A) Emprego do vocativo “Mariano” e uso do pronome você, para construir o discurso direto.

(B) Flexibilidade na colocação de pronomes átonos, como em “Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute” (*l.*5) e “Lhe explico” (*l.*15).

(C) O emprego do vocábulo “Pois” como marcador discursivo no trecho “Pois lhe digo” (*l.*14-15).

(D) Ocorrência de interrogações em discurso direto, como em “Às vezes, seu pai lhe tem raiva?” (*l.*14) ou “Seu velhote passou a destratá-lo?” (*l.*21).

(E) Não-contração da preposição “de” com o pronome “ele”, que é sujeito de infinitivo, conforme ocorre em “Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai” (*l.*13).

A: Certo (Tipos de Discurso) A carta representa a fala de uma personagem e, por ter sido transcrita no texto, sem reelaboração do narrador, corresponde a uma fala em discurso direto. A presença de **vocativo** e do pronome **você** caracterizam um diálogo e são, portanto, podem ser traços de oralidade;

B: Certo (Colocação pronominal) Iniciarem-se orações com pronome oblíquo átono constitui marca de oralidade, por ser essa uma colocação informal;

C: Certo (Marcador Discursivo) Marcadores discursivos são palavras invariáveis que são provenientes de várias classes e que assumem uma determinada função semântica de interação entre falantes num determinado contexto. A palavra “pois” como conjunção poderia assumir três valores: conjunção coordenativa explicativa, coordenativa conclusiva ou subordinativa causal. No contexto em questão, ela vale, contudo, como um marcador discursivo que indica que o emissor vai retificar um pensamento do seu interlocutor. Como marcam interação entre interlocutores, eles são marcas de oralidade;

D: Certo (Tipos de Discurso) As interrogações são em geral marcas de interlocução. No caso das selecionadas, há a presença de pronomes de terceira pessoa com valor de segunda, o que assegura a presença da interlocução, traço de oralidade;

E: Errado (Preposicionamento do sujeito) O fato descrito – a não contração de preposição com sujeito de infinitivo – é um preceito da norma culta pouco comum na oralidade.

GABARITO “E”

Texto para as próximas quatro questões.

1 Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais a uma fazenda bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernâni, pobres
4 arquitetos profissionais, achem que não.

Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve ser habitável porém inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se
7 devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos. Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe.

10 Quando acaso descerem ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas; e como crianças são animais levianos, é preciso que se intriguem um pouco, tenham uma certa perspectiva histórica, meditem que, por mais incrível e extraordinário que pareça, as pessoas grandes também já foram crianças, a sua avó já foi a bailes, e outras coisas instrutivas que são um pouco
13 tristes mas hão de restaurar, a seus olhos, a dignidade corrompida das pessoas adultas.

Convém que as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo do escuro, ou de aranhas--caranguejeiras,
será o grande medo do Tempo, esse bicho que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras
16 os sapatos da criança, sua roupinha, sua atiradeira, seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a própria criança.

O único perigo é que o porão faça da criança, no futuro, um romancista introvertido, o que se pode evitar desmoralizando periodicamente o porão com uma limpeza parcial para nele armazenar gêneros ou utensílios ou mais facilmente tijolo, por
19 exemplo; ou percorrendo-o com uma lanterna elétrica bem possante que transformará hienas em ratos e cadafalsos em guarda--louças.

Ao construir o porão deve o arquiteto obter um certo grau de umidade, mas providenciar para que a porta de uma das
22 entradas seja bem fácil de arrombar, porque um porão não tem a menor utilidade se não supomos que dentro dele possa estar escondido um ladrão assassino, ou um cachorro raivoso, ou ainda anarquistas búlgaros de passagem por esta cidade.

Um porão supõe um alçapão aberto na sala de jantar. Sobre a tampa desse alçapão deve estar um móvel pesado, que fique
25 exposto ao sol ao menos duas horas por dia, de tal modo que à noite estale com tanto gosto que do quarto das crianças dê a impressão exata de que o alçapão está sendo aberto, ou o terrível meliante já esteja no interior da casa.

Rubem Braga. **Um pé de milho**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 129-31 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos sintático--semânticos do texto.

(1) No segundo parágrafo, tanto o emprego da palavra “cemitério” (*l.*7) quanto a comparação entre o porão e o “subconsciente dos vivos” (*l.*8) evidenciam que o sentido produzido, nesse trecho do texto, é o de fim completo das coisas.

(2) Na linha 10, a substituição do vocábulo "acaso" por **caso** prejudicaria o sentido do período, mas a substituição do mesmo vocábulo por **porventura** manteria a coerência textual do trecho.

(3) Conclui-se da leitura do texto que nenhuma criança que more em casa sem porão se transformará em um romancista introvertido.

(4) Depreende-se do texto que moralizar o porão significa mantê-lo razoavelmente limpo e iluminado.

1: Errado (Interpretação) Um cemitério e o subconsciente não se prestariam a representar metaforicamente o fim completo das coisas, pois elas continuam a existir ainda que no estado precário de restos mortais ou de existência aquém da consciência. No texto, eles representam a guarda de objetos sem utilidade num local em que acabem sendo esquecidos. Eles, contudo, estão lá preservados e podem ser redescobertos e, com isso, o tempo a que pertenceram pode ser evocado;
2: Certo (Vocabulário) Os advérbios "acaso" e "porventura" são sinônimos e conferem fortuidade às ações a que se relacionam. Já a o termo "caso" prejudicaria a estruturação sintática por tender a ser interpretado como conjunção num contexto em que já há a presença de outra: quando;
3: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola o texto: este dá a entender que o porão é um elemento possível de transformação de uma criança num romancista introvertido (5º parágrafo), mas não que o porão seja indispensável para que isso ocorra;
4: Errado (Interpretação) Pelo que consta no texto, a limpeza e a iluminação desmoralizam o porão (5º parágrafo), entendido isso como a retirada do seu poder de impressionar a imaginação da criança e causar-lhe medo.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) No terceiro parágrafo, nas expressões "a sua avó" (*l*.12) e "a seus olhos" (*l*.13), os pronomes possessivos remetem ao referente "pessoas grandes" (*l*.12).

(2) Na linha 17, o termo "um romancista introvertido" exerce função sintática de predicativo do objeto "da criança".

(3) Em "a menor utilidade" (*l*.22), o emprego do adjetivo no grau superlativo estabelece comparação entre as três possíveis utilidades supostas para um porão.

(4) Caso o acento grave de "à noite" (*l*.25) seja suprimido, a coesão e a coerência textuais do período em que se insere essa expressão serão prejudicadas.

1: Errado (Coesão) O referente dos possessivos é "crianças";
2: Certo (Análise sintática - predicativo) O verbo "faça" é, no contexto em que aparece, transitivo predicativo, ou seja, além do objeto (ser que sofreu transformação: criança) pede também um predicativo desse objeto (estado transformado do ser: um romancista introvertido);
3: Errado (Flexão de Grau do Adjetivo) As três suposições citadas constituem condições necessárias para que o porão seja útil, e não a indicação de sua utilidade. O superlativo, portanto, expressa enfaticamente a ausência de utilidade, caso aquelas três suposições não sejam possíveis. Além disso, não há comparação entre essas suposições;
4: Certo (Crase) A supressão da crase alteraria a função sintática do termo que de adjunto adverbial de tempo passaria a ser o sujeito do verbo "estalar". A coesão estaria, portanto, prejudicada, já que se perderia o valor anafórico que a elipse do sujeito possui de retomada do termo "móvel pesado". A coerência, igualmente, seria prejudicada de modo que ou o texto passaria a ser incoerente, ou teria que ser interpretado metaforicamente, mas ainda assim se distanciando do sentido pretendido pelo emissor.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) Acerca da organização, da linguagem e dos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Em "incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco" (*l*.2), o vocábulo sublinhado pode ser corretamente substituído por **inclusive**.

(2) Em "Nada sei dessas coisas" (*l*.2-3), "entendo alguma coisa de arquitetura urbana" (*l*.3), "a primeira coisa a respeito de uma casa" (*l*.5), "cemitério das coisas" (*l*.7) e "coisas instrutivas" (*l*.12), a palavra "coisas" (ou seu singular "coisa") está empregada com o mesmo sentido.

(3) O recurso a processos de formação de palavras derivadas pode ser exemplificado em "habitável porém inabitado" (*l*.6).

(4) O sentido de *posição inferior*, em "sob os pés da família" (*l*.7-8) e "subconsciente" (*l*.8), é expresso, respectivamente, por meio do uso de uma preposição e de um prefixo.

1: Errado (Coesão) Embora a substituição proposta preserve o sentido, ela gera um problema de coesão: a repetição de palavras, pelo fato de os termos "incluindo" e "inclusive" serem cognatos;
2: Errado (Vocabulário) Nada sei dessas coisas = Nada sei desse assunto/dos requisitos essenciais de uma fazenda lírica. // entendo alguma coisa de arquitetura urbana = tenho alguns rudimentos de arquitetura urbana // a primeira coisa a respeito de uma casa = o elemento mais essencial a respeito de uma casa // cemitério das coisas = cemitério dos objetos // coisas instrutivas = fatos instrutivos;
3: Certo (Formação de palavras) Para reforçar de forma sucinta o paradoxo da condição de se ter num porão boas condições para a ocupação, mas não se ter ninguém ocupando, empregaram-se duas palavras cognatas que, pelo concurso de afixos, geraram o paradoxo: habitável = derivação sufixal // inabitado = derivação imprópria seguida de prefixal;
4: Certo (Estrutura de palavras) Ambos, de fato, possuem sentido de posição inferior e possuem classificação gramatical diferente: sob = preposição (forma livre) // sub = prefixo (forma presa).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) A crônica de Rubem Braga

(A) parafraseia as páginas de Ciro dos Anjos.

(B) contém recomendações arquitetônicas dignas de profissionais.

(C) exige que toda casa tenha um porão que vá da frente aos fundos do terreno.

(D) confere ao porão grande relevância para as crianças.

(E) define o porão como um espaço de horror e repulsa infantil.

A: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: o texto de Ciro dos Anjos serve apenas de mote ao de Rubem Braga;
B: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: as apreciações sobre arquitetura são de caráter poético e psicológico;
C: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: o porão deve ir da frente ao fundo da casa, não do terreno;
D: Certo (Interpretação) O porão no texto cumpre um papel relevante no imaginário da criança, seja como meio que permite que ela reflita sobre a vida pregressa de seus parentes, seja como elemento que lhe serve de percepção e consequente temor, ainda que não de todo consciente, da passagem do tempo;
E: Errado (Interpretação) A afirmação extrapola: de acordo com o texto, as crianças devem sentir "um certo medo"; além disso ele dá a entender que elas o visitariam, portanto o porão deve causar mais fascínio do que repulsa.

GABARITO "D"

Texto para as próximas seis questões.

Origem das culturas

1 O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua por causa da
namorada comum, que devia chamar-se Marlene. O duelo durou vinte minutos e cinquenta pessoas assistiram. A dificuldade total
foi reconstituir o delito, porque tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz as espontâneas e numerosas
4 testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. Como começara e como findara a luta foi impossível apurar. E
todos tinham assistido...
Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando
7 ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da
narrativa. Imagine-se há milênios...
A visão do homem pré-histórico padece dessas dificuldades. Reerguer as cidades em ruínas sem a orientação do plano
10 anterior. Paisagens de intermitências que antes eram continuidades lógicas.
Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense. A
velha divisão de Thomsen (Chistian Jungensen Thomsen, 1788-1865) data de 1835; estudando o Homem pelas indústrias iniciais
13 — Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida, Idade dos Metais —, fixa a origem insofismável das culturas.
Creio que do ponto de vista didático o nascimento da cultura humana iniciou-se com os vestígios materiais da indústria
lítica, enfrentando pela inteligência o complexo atordoador da natureza hostil e virgem. Articulá-la com o esforço animal, na
16 plenitude do instinto defensivo, é apenas um exercício intelectual em favor da ditadura biológica. Essa exaltação do orgânico em
detrimento do social reduz a tenacidade do esforço humano, em centenas e centenas de séculos, ao humilhante plano da
causalidade ou do fatalismo, inaceitáveis ambos. Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo
19 primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*, porque justamente o tipo menos biologicamente
resistente foi o escolhido para a vitória fisiológica de todas as forças brutas, bestiais e telúricas, ensinar-nos da aprendizagem pela
observação zoológica jamais provará por que o Rei da Criação, senhor das técnicas, não conseguiu a perfeição maquinal das
22 formigas, das abelhas e dos castores. E continua tendo problemas de organização e de acomodação no meio dos semelhantes,
inquietos e desconfiados.
Creio que a cultura nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato. Diante da premência da fome, frio e
25 desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica improvisada pela urgência vital.

Luís da Câmara Cascudo. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. 2.ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983, p. 65-6 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) De acordo com as ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Por não estarem sujeitas a testemunhos divergentes, as narrativas de episódios longínquos do passado são mais fiáveis que as de eventos mais recentes.

(2) Os estudos de Thomsen, que datam da primeira metade do século XIX, dedicam-se às culturas do início da Revolução Industrial.

(3) A explicação meramente biológica dos primórdios da cultura humana não faz jus ao engenho humano.

(4) O termo "o Rei da Criação" (*l*.21) refere-se a um ente divino.

1: Errado (Interpretação) Contradição: se o texto afirma que a memória tem um efeito transfigurador sobre os fatos vividos, o que comprometeria sua fiabilidade, que dirá daqueles que são transmitidos por gerações e, portanto, sofrem o efeito da memória daqueles que os vivenciaram e dos que dele tomam contato por documentos ou relatos;

2: Errado (Interpretação) Troca de informação: os estudos de Thomsen dedicam-se a fatos pertencentes à Pré-História;

3: Certo (Interpretação) Segundo o autor, a cultura humana é produto da sua inteligência e, ainda que nos primórdios esta tenha se empenhado a dar conta do desafio representado por uma natureza hostil e virgem (causa biológica), a gênese da cultura humana não pode ser explicada apenas como resultante do instinto defensivo animal;

4: Errado (Interpretação) Troca de informação: o termo refere-se ao ser humano.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Acerca dos sentidos e dos elementos de coesão e de referenciação presentes no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O substantivo "duelo" (*l*.2) resume, com certa dose de ironia, o episódio narrado no primeiro período do texto.

(2) O termo "Esse processo transfigurador da memória" (*l*.6) está empregado em referência a um vocábulo específico dos dois últimos períodos do primeiro parágrafo do texto.

(3) O termo "dessas dificuldades" (*l*.9) sumaria os efeitos da transfiguração da memória descritos no parágrafo anterior.

(4) O termo "Essa exaltação do orgânico em detrimento do social" (*l*.16-17) retoma e amplia a idéia de "um exercício intelectual em favor da ditadura biológica" (*l*.16).

1: Certo (Figuras de linguagem) Empregar-se o termo duelo – que pode significar um combate ordenado de cavaleiros por questões de honra – para designar uma briga de rua de motivação reles revela de fato uma ironia;

2: Errado (Coesão) O termo refere-se ao fato de as testemunhas terem prestado depoimentos inteiramente contraditórios;

3: Certo (Coesão) O termo "dessas dificuldades" refere-se aos elementos presentes nas cinco orações adjetivas reduzidas de gerúndio que indicam no que consiste o processo transfigurador da memória: "desajustando", "confundido", "antecipando ou postergando", "perturbando";

4: Certo (Coesão) A exaltação do orgânico é justamente a perspectiva de maior relevância do aspecto biológico na criação e desenvolvimento da cultura, pois esse aspecto considera a cultura um desdobramento da busca de defesa do homem no ambiente hostil da natureza.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Acerca dos aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A complementação da forma verbal “assistiram” (*l.*2) pelo pronome pessoal **o**, na modalidade **no**, manteria a correção gramatical do período.

(2) No período “Esse processo transfigurador da memória, desajustando e confundindo os elementos formadores do episódio, antecipando ou postergando a sucessão temática, interfere como autodefesa inconsciente e instintiva, perturbando a sequência lógica da narrativa” (*l.*6-8), o núcleo do predicado da oração principal é um verbo empregado sem complemento.

(3) Na oração “Não sendo conhecida de doutrina alguma contemporânea a explicação, mesmo primária, do processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*” (*l.*18-19), o adjetivo “contemporânea” modifica o substantivo “explicação”.

(4) O fragmento “Diante da premência da fome, frio e desabrigo” (*l.*24-25) pode, sem que se contrarie a prescrição gramatical, ser reescrito da seguinte forma: *Diante da premência da fome, do frio e do desabrigo*.

1: Errado (Regência verbal) O verbo “assistir” no sentido de “ver” e “presenciar” rege objeto indireto com preposição “a”. Ele, contudo, não aceita emprego de oblíquo átono como objeto (lhe), portanto, se se quiser explicitar o complemento do verbo, empregando-se pronome pessoal, obter-se-á a seguinte forma: assistiram a ele;
2: Certo (Análise sintática) Sendo a oração principal “Esse processo transfigurador da memória, (...) interfere como autodefesa inconsciente e instintiva...”, o núcleo do seu predicado é a forma verbal “interfere” cujo objeto está elíptico;
3: Errado (Análise sintática) O adjetivo “contemporânea” é um adjunto adnominal do substantivo “doutrina”;
4: Certo (Paralelismo) Todos os três elementos ligam-se ao substantivo “premência” por meio da preposição “de”. Na frase original, essa preposição se encontra em zeugma nos dois últimos termos; na reescrita, ela foi explicitada.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2008) Com relação à organização, à linguagem e aos aspectos gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor vale-se da narrativa, na introdução do texto, para captar a atenção do leitor, conduzir-lhe o raciocínio e ilustrar a ideia a ser desenvolvida.

(2) O autor emprega linguagem precisa em “Possuímos documentos da atividade humana desde o Pleistoceno, ou seja, do Paleolítico inferior, período chelense” (*l.*11) e “processo diferenciador dos primatas superiores ao *Homo sapiens*” (*l.*19).

(3) No quinto parágrafo, o autor constrói, para a forma verbal “reduz” (*l.*17), um complemento verbal composto: “a tenacidade do esforço humano” (*l.*17) e “em centenas e centenas de séculos” (*l.*17).

(4) Para evitar a estrutura oracional e tornar o texto mais conciso, o autor recorreu ao processo de derivação de palavras em “nasce do útil-necessário, no ambiente do real-imediato” (*l.*24).

1: Certo (Interpretação) A narrativa consiste num elenco de fatos encadeados de modo a se ter um começo e um fim, ou seja, é um texto no qual se conta uma história. No caso, temos a narração da luta do soldado com o marinheiro;
2: Certo (Interpretação) A presença de termos técnicos caracteriza a linguagem como precisa;
3: Errado (Análise sintática) O verbo **reduz** é transitivo direto e indireto e possui, portanto, dois objetos: um direto - “ a tenacidade do esforço humano, em centenas e centenas de séculos” e outro indireto - “ao humilhante plano da causalidade ou do fatalismo”. O termo “em centenas e centenas de séculos” é um adjunto adnominal do substantivo “esforço”;
4: Errado (Análise sintática) O processo que nomeia a junção de radicais ou palavras numa única palavra é a composição. A derivação nomeia, basicamente, processos de junção de afixos a radicais ou a palavras.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Cada uma das opções subsequentes reproduz períodos do texto, aos quais se acrescentaram uma ou mais vírgulas, que aparecem negritadas e sublinhadas, seguindo-se uma justificativa. Assinale a opção em que é **improcedente** a justificativa apresentada para o acréscimo da(s) vírgula(s).

(A) O soldado e o marinheiro permutaram bofetadas, mais ou menos teóricas, numa esquina de minha rua**,** por causa da namorada comum, que devia chamar-se Marlene. **Justificativa**: a vírgula separa adjuntos adverbiais que expressam noções diferentes.

(B) O duelo durou vinte minutos**,** e cinquenta pessoas assistiram. **Justificativa**: a vírgula separa orações coordenadas que, unidas pela conjunção “e”, têm sujeitos diferentes.

(C) A dificuldade total foi reconstituir o delito, porque**,** tanto no inquérito policial quanto na formação de culpa perante o juiz**,** as espontâneas e numerosas testemunhas prestaram depoimentos inteiramente contraditórios. **Justificativa**: as vírgulas isolam o adjunto adverbial antecipado.

(D) Como começara e como findara a luta**,** foi impossível apurar. **Justificativa**: a vírgula isola oração subordinada adverbial antecipada.

(E) Diante da premência da fome, frio e desabrigo, o primeiro material foi o mais próximo e a primeira técnica**,** improvisada pela urgência vital. **Justificativa**: a vírgula indica elipse do verbo.

A alternativa “D” está errada (Pontuação). Trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta justaposta que tem como termo subordinante o verbo “apurar”. A virgulação se explica pelo fato de ela estar deslocada para o início do período, figura de colocação chamada prolepse.

GABARITO “D”

(Diplomacia 2008) Considerando os sentidos do texto, assinale a opção em que o vocábulo em negrito é sinônimo contextual do termo transcrito.

(A) “padece” (*l.*9) — **prescinde**
(B) “lítica” (*l.*15) — **pétrea**
(C) “tenacidade” (*l.*17) — **desvario**
(D) “telúricas” (*l.*20) — **ferozes**
(E) “maquinal” (*l.*21) — **mecânica**

A: Errado (Vocabulário) padece = sofre / prescinde = não necessita;
B: Errado (Adequação Vocabular) Embora “lítico” e “pétreo” possam ser sinônimos, equivalentes à locução adjetiva “de pedra”, o emprego de lítico é mais adequado pelo fato de se estar tratando de períodos da Pré-história que possuem esse radical nos seus nomes: Paleolítico e Neolítico;

C: Errado (Vocabulário) tenacidade = resistência / desvario = loucura;
D: Errado (Vocabulário) telúricas = que se origina da Terra ou do solo / ferozes = bravios;
E: Certo (Adequação vocabular) Ambos os termos enaltecem a perfeição das formigas, conferindo-lhe a ideia de precisão.
GABARITO "E"

Texto para as próximas quatro questões.

1 Há algo que une técnicos e humanistas. Ambos se
crêem marcados por um fator distintivo, inerente a seus
cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do
4 trabalhador manual ou mecânico. Gramsci percebe nessa
crença um ranço ideológico da divisão do trabalho:
"Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e
7 degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um
mínimo de atividade intelectual criadora.
Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer, mas
10 nem todos os homens têm na sociedade a função de
intelectuais. Não se pode separar o *Homo faber do Homo*
sapiens."
13 O que distingue, portanto, a figura pública do homem
da palavra é a rede peculiar de funções que os intelectuais
costumam desempenhar no complexo das relações sociais.
16 À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico,
restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o
humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão
19 fechando em suas *pseudototalidades*. O seu conhecimento
político decairá. E o sistema, contentando-se com alguns
profissionais mais à mão, alijará dos centros de decisão a
22 maior parte dos intelectuais.
Um Gramsci puramente historicista talvez não pudesse
dizer mais nada. Os fatos têm a sua razão, os intelectuais são
25 o que são, e ponto-final. Mas Gramsci foi um pensador
revolucionário. Por isso, via uma possibilidade de projeto no
intelectual moderno, que sucederia, nesse caso, o apóstolo e
28 o reformador de outrora.

Alfredo Bosi. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Ática, 1988, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Com base no texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Segundo Gramsci, quanto mais complexa for a relação social, mais tênue será a distinção entre *Homo faber e Homo sapiens*.

(2) De acordo com o Gramsci historicista, as funções desempenhadas pelos intelectuais na sociedade distinguem-nos dos trabalhadores manuais tanto quanto o dom da inteligência.

(3) A especialização pode comprometer a competência política tanto dos intelectuais quanto dos técnicos.

(4) Na atividade intelectual, a competência política é mais relevante que a competência técnica do profissional.

1: Errado (Interpretação) O aumento da complexidade da relação social pressupõe um aumento da especialização profissional, o que tenderia a separar aqueles que se dedicam a atividades intelectuais daqueles que exercem trabalhos manuais ou mecânicos;
2: Errado (Interpretação) Segundo Gramsci, o dom da inteligência não é exclusivo dos intelectuais ou técnicos (1º parágrafo);
3: Certo (Interpretação) A afirmação pode ser validada pela seguinte passagem: "À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão fechando em suas pseudototalidades. O seu conhecimento político decairá.";
4: Errado (Interpretação) Em nenhuma parte do texto são estabelecidos graus comparativos de relevância para essas duas competências, o que se defende é a importância do conhecimento político.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Em cada um dos itens abaixo é apresentada, em relação a trechos do texto, uma alternativa de colocação pronominal. Com base na prescrição gramatical, julgue (C ou E) cada proposta apresentada.

(1) "que os apartaria" (*l*.3) / **que apartá-los-ia**

(2) "Ambos se crêem marcados" (*l*.1-2) / **Ambos crêem-se marcados**

(3) 'Não se pode separar' (*l*.11) / **Não pode-se separar**

(4) "um e outro se irão fechando" (*l*.18-19) / **um e outro irão-se fechando**

1: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, emprega-se próclise;
2: Certo (Colocação pronominal) Questão problemática: embora a palavra "ambos" não apareça como fator de próclise em diversos autores, ela é assim descrita na "Nova Gramática do Português contemporâneo" de Celso Cunha e Lindley Cintra, que constava da bibliografia recomendada pelo concurso;
3: Errado (Colocação pronominal) Em locuções verbais com palavra atrativa, não se deve colocar o oblíquo enclítico ao auxiliar. Há, portanto, duas possibilidades: "Não se pode separar" e "Não pode separar-se";
4: Errado (Colocação pronominal) Há dois motivos que impedem a ênclise: 1º "um e outro" é uma locução pronominal indefinida, que é fator de próclise. 2º Ainda que não houvesse fator de próclise, no lugar da ênclise, deveria ter sido empregada a mesóclise, pois a forma verbal "irão" está no futuro do presente.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Acerca de aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A inserção do fragmento **que é** imediatamente antes da expressão "inerente a seus cérebros" (*l*.2-3), apesar de atender a preceito gramatical, não resultaria em estrutura mais adequada estilisticamente que a original, se considerado o contexto do período.

(2) O emprego de acento gráfico na forma verbal "crêem" (*l*.2) atende à mesma regra que determina a acentuação gráfica das seguintes formas verbais flexionadas no plural: têm, vêem, vêm e dêem.

(3) O período "Todos os (...) de intelectuais" (*l*.9-11) poderia, sem que se alterasse seu sentido original, ser corretamente reescrito da seguinte forma: Pode-se dizer que, apesar de não exercer sempre, na sociedade, a função de intelectual, todo o ser humano é intelectual.

(4) A forma verbal "apartaria" (*l*.3) está flexionada no futuro do pretérito porque denota uma ação que compõe uma hipótese, uma suposição.

1: Certo (Análise sintática) A substituição proposta transformaria o adjunto adnominal "inerentes a seus cérebros" em uma oração adjetiva restritiva. Embora gramaticalmente possível, tal troca é desnecessária, pois a escolha pelo emprego de adjunto adnominal deixa o trecho mais conciso;
2: Errado (Acentuação gráfica) A regra que determinava a acentuação das formas "crêem", 'vêem" e "dêem" é diferente da que ainda determina a acentuação das formas "têm" e "vêm". As formas verbais "crer", "dar", "ler" e "ver" – mnemonicamente designadas por credelevê – e suas formas derivadas eram acentuadas na terceira pessoa do plural – "crêem", "dêem", "lêem" e "vêem" –, o recente acordo ortográfico extinguiu esse acento. Os verbos "ter" e "vir" e formas derivadas recebem acento diferencial na terceira pessoa do plural do presente do indicativo para distingui-las das formas plurais: ele tem, ele contém, ele vem, ele convém // eles têm, eles contêm, eles vêm, eles convêm;
3: Errado (Emprego dos pronomes) O trecho "todo o ser humano" refere-se à totalidade dos seres humanos;
Deveria, portanto, ser escrita da seguinte maneira: "todo ser humano";
4: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O verbo "apartaria" expressa uma condição que se constitui numa crença que será questionada no texto, daí o emprego do futuro do pretérito do indicativo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que a relação lógica estabelecida no período traduz, de forma coerente, ideia apresentada no texto.

(A) Porquanto técnicos e intelectuais creiam serem marcados por um fator distintivo, há algo que os discrimina.

(B) Quando técnicos e intelectuais se isolam, há comprometimento de seu conhecimento político.

(C) À proporção que o trabalho manual se torna menos mecânico, mais degradado ele se torna.

(D) O sistema estabelecido afasta de tal forma parte dos intelectuais da tomada de decisão, que se restringe a recrutar somente técnicos mais disponíveis.

(E) Embora fosse um historicista, Gramsci admitiu a possibilidade de projeto no intelectual moderno, que superaria a prevalência do técnico na sociedade.

A alternativa "B" está certa (Interpretação) O trecho que prova que a alternativa B é a correta é o seguinte: "À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, *um e outro se irão fechando* em suas pseudototalidades. *O seu conhecimento político decairá*."

Gabarito "B"

(Diplomacia 2007) Entre as opções a seguir, que formam em seu conjunto um texto, assinale a que **não** apresenta erro de pontuação.

(A) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia seriam filosofia de não-filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura.

(B) Ora, tanto os técnicos, quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois, é nos pólos isolados da estrutura ou do sujeito, que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter, próprio da política em face da economia.

(C) Paradoxalmente, esse modo de pensar Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico.

(D) Para Gramsci, a vontade é, não só a condição de existência da política mas, um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce.

(E) O intelectual que ignora o tecido de vínculo e violência com que se amarram as classes sociais não poderá atingir o limiar da "consciência da necessidade", que é, por sua vez, condição para que se produza uma vontade de agir sobre as estruturas. É preciso que ele se encaminhe para uma teoria rigorosa, sem a qual os seus ímpetos de demolir estruturas poderão ser truncados pela tecnologia míope ou diluídos pelo humanismo retórico.

Trechos adaptados de Alfredo Bosi. *Op. cit.*, p. 243-4.

A: Errado (Pontuação) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia(1) seriam

filosofia de não-filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria(2), via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura. (1): falta a vírgula que isolaria a expressão de exemplificação. (2): falta a vírgula que isolaria a expressão adverbial;

B: Errado (Pontuação) Ora, tanto os técnicos,(1) quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois,(2) é nos polos isolados da estrutura ou do sujeito,(3) que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter,(4) próprio da política em face da economia.

(1): separa indevidamente os núcleos do sujeito composto coordenado pela estrutura "tanto...quanto". (2) e (3): isola indevidamente o objeto indireto, separando, inclusive, o termo "é" do "que", os quais constituem uma partícula de realce. (4): separa indevidamente o adjunto adnominal do seu núcleo, gerando um sentido não desejado;

C: Errado (Pontuação) Paradoxalmente, esse modo de pensar(1) Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce(2) que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal(3) a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico. (1): falta a vírgula que isolaria o objeto pleonástico invertido. (2): falta a vírgula que tornaria, como é desejável, a oração adjetiva restritiva em explicativa. (3): falta a vírgula que com a anterior isolaria o predicativo do objeto;

D: Errado (Pontuação) Para Gramsci, a vontade é,(1) não só a condição de existência da política mas,(2) um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce. (1): separa indevidamente o predicativo do verbo de ligação. (2): separa os núcleos do predicativo coordenados pela estrutura "não só...mas";

E: Certo.

GABARITO "E"

Texto para as próximas três questões.

1 Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a
sociedade indiana em mais de 2.000 castas, os 60 anos dos
ideais liberais de Gandhi e os 10 anos da legalização do
4 casamento entre castas revelam-se impotentes para
transformar a organização hierárquica da sociedade. Em
confronto direto com o costume milenar, o governo da Índia
7 oferece uma recompensa de R$ 2.400 para homens e mulheres
de diferentes grupos sociais que formalizem sua união.
O dinheiro equivale ao dobro da renda per capita
10 anual do país. O governo justifica que a medida é um passo
para a reacomodação das desigualdades. Para grande parte da
sociedade, é um passo no escuro.
13 O governo — que já enfrenta protesto contra cotas em
universidades — vê-se, agora, diante de um desafio maior.
O esquema está sob ataque de todos os lados. Os
16 conservadores alegam que a medida é gatilho para o caos
social. Os liberais sustentam que poucos vão receber a oferta
porque o dinheiro vai desaparecer no bolso de autoridades
19 corruptas.
Indianos de castas mais baixas dizem que rejeitariam
a recompensa, pois perderiam o acesso preferencial às
22 universidades, garantido pelas já controversas cotas. Hoje, o
governo oferece 22,5% das vagas aos intocáveis, os últimos
na hierarquia hindu, mas pretende aumentá-las para 50%.
25 "Sei que esta não é a única maneira de pôr um fim à
discriminação, mas é preciso começar de algum lugar",
defende a ministra da Justiça Social. Para a socióloga Radhika
28 Chopra, a oferta é uma forma de sinalizar que esses
casamentos não devem ser condenados. "Com a medida, o
governo apoia os indivíduos que transgrediram barreiras
31 sociais e mostra que podem funcionar como exemplos",
acrescenta a socióloga.

Jornal do Brasil, 17/12/2006 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) No que se refere a funções da linguagem, predomina, no texto, a função

(A) fática, visto que o autor do texto busca, de forma sutil, convencer os leitores dos benefícios do projeto que visa incentivar o casamento entre pessoas pertencentes a castas diferentes.

(B) metalinguística, haja vista o foco em aspectos intertextuais, como demonstram as diversas vozes que acompanham a informação divulgada.
(C) emotiva, dado que são as falas das autoridades entrevistadas que direcionam a forma como as informações são apresentadas.
(D) conativa, visto que as opiniões expressas estão devidamente referenciadas, não havendo, portanto, perda de objetividade na transmissão das informações.
(E) referencial, dado que a ênfase recai nas informações a respeito de determinado assunto.

A alternativa certa é a "E" (Funções da linguagem) Sendo um texto de reportagem típico – impessoal, com linguagem objetiva –, tem-se o predomínio da função referencial.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) Com base no texto, assinale a opção correta.

(A) Na Índia, a recompensa estabelecida para casamentos entre pessoas pertencentes a castas diferentes é abonada pelos intelectuais hindus, especialmente pelos sociólogos.
(B) Algumas pessoas indianas de castas mais baixas não se casam com as de castas mais altas para não perderem direito de acesso automático à universidade.
(C) Apesar de, na Índia, a organização social em castas ter ruído há mais de uma década, os comportamentos sociais pouco se alteraram.
(D) O tema principal que se depreende da notícia veiculada é a dificuldade de superação de valores sociais em sociedade marcadamente tradicionalista e rigorosamente hierarquizada.
(E) É correto concluir do texto que a recompensa estabelecida na Índia para casamentos entre indivíduos pertencentes a castas diferentes é um benefício que não contempla casamentos realizados anteriormente à vigência da lei.

A: Errado (Interpretação) É dito no texto que o "esquema está sob ataque de todos os lados";
B: Errado (Interpretação) O texto dá a entender que é a aceitação da recompensa que leva à perda do acesso preferencial (não "automático") à universidade;
C: Errado (Interpretação) Não é dito no texto que a organização social em castas ruiu, mas sim que os casamentos entre castas foram permitidos há dez anos. A leitura do texto também não permite afirmar que os comportamentos sociais pouco se alteraram;
D): correto;
E: Errado (Interpretação) A recompensa destina-se não aos que casaram, mas aos que formalizarem sua união; pode, portanto, ser entregue aos que anteriormente casados decidam formalizá-la.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que a reescrita de segmentos do texto, em registro formal da linguagem e baseada exclusivamente nas informações apresentadas, **não** imprimiria precisão ao texto original.

(A) "Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a sociedade indiana" (*l*.1-2) / **Em face da tradição hindu, que dividiu há 2.500 anos atrás, a sociedade indiana**.
(B) "oferece uma recompensa de R$ 2.400" (*l*.7) / **assegura recompensa correspondente a 2.400 reais**.
(C) "para homens e mulheres de diferentes grupos sociais que formalizem sua união" (*l*.7-8) / **a homens e mulheres que formalizem sua união com pessoa pertencente a casta distinta da sua**.
(D) "O esquema está sob ataque de todos os lados" (*l*.15) / **A medida enfrenta opositores de todos os lados**.
(E) "os últimos na hierarquia hindu" (*l*.23-24) / **os pertencentes à mais baixa casta na hierarquia hindu**.

A alternativa errada é o item "A" (Vício de linguagem) A alteração padece de um pleonasmo vicioso: o emprego do verbo "haver", indicador de tempo transcorrido, com o termo "atrás". Além disso, o emprego do presente na frase original enfatiza que a divisão de castas continua forte até hoje.

GABARITO "A"

Texto para as próximas três questões

As três almas do poeta

1 Ênio, poeta latino do século II a. C., falava três
línguas: o grego, que ele tinha aprendido por ser, na época, a
língua de cultura dominante no sul da Itália; o latim, em que
4 escreveu suas obras; e o osco (uma língua aparentada com o
latim), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa.
O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com
7 as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o
osco, nas regiões rurais. E Ênio, que sabia as três, costumava
dizer que tinha "três almas".
10 É curioso observar que ele exprimiu com isso uma
coisa muito importante relativa ao conhecimento de uma
língua: não se trata simplesmente de "uma outra maneira de
13 dizer as coisas" (table em vez de mesa, te quiero em vez de
eu te amo), mas de outra maneira de entender, de conceber,
talvez mesmo de sentir o mundo.
16 A ideia de que a diferença entre as línguas se resume

em maneiras distintas de se referir aos objetos do mundo
natural pode ser chamada a "teoria ingênua" da relação entre
19 a língua e a realidade. E, como a maior parte das teorias
ingênuas, é, ao mesmo tempo, simples, evidente e incorreta
(não é óbvio que o Sol nasce no leste? Mas não é o Sol que
22 nasce, é a terra que gira).
Examinemos um exemplo, quanto ao significado das
palavras nas línguas. Temos, em português, a palavra dedo,
25 que nos parece muito concreta; Diríamos que é simplesmente
o nome que damos, em nossa língua, a um objeto que nos é
dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma
28 parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de
designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras
para "dedo": finger e toe, que não são a mesma coisa. Um
31 finger é um dedo da mão, e um toe é um dedo do pé; para nós
são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes.
Esse é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam
34 diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra
portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma
coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua
37 a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma
definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo
das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores
40 também é bastante ilustrativo disso.
Falar uma língua é, portanto, ver o mundo de certa
maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a
43 43 capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes.
Talvez fosse isso que o velho Ênio estivesse tentando dizer,
quando afirmou que tinha três almas.

Mário A. Perini. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 41-52 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Acerca de fatos linguísticos do primeiro parágrafo do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Na oração "por ser, na época, a língua de cultura dominante no sul da Itália" (*l.*2-3), pode-se substituir "de" por **da** sem prejuízo para o sentido original do texto.

(2) No primeiro parágrafo, há mais de um aposto.

(3) Há, no primeiro parágrafo, quatro orações subordinadas de natureza explicativa.

(4) No trecho "O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o osco, nas regiões rurais" (*l.*6-8), utiliza-se uma forma de elipse, por meio da qual se evitam repetições.

1: Errado (Emprego do artigo) Sem artigo, "dominante" refere-se a "língua de cultura", ou seja, há uma língua de cultura que domina na região. Com o artigo, "dominante" refere-se a "cultura", ou seja, uma língua que pertence à cultura dominante na região;

2: Certo (Análise sintática) Há 3 apostos: 1 "poeta latino do século II a. C. / 2 "o grego (...), o latim (...) e o osco" / 3 "uma língua aparentada com o latim";

3: Certo (Análise sintática) o grego, que ele tinha aprendido / o latim, em que escreveu suas obras / o osco (...), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa. / E Ênio, que sabia as três.

4: Certo (Figuras de linguagem) Trata-se da zeugma (elipse de um termo que já ocorreu antes) da conjunção integrante "que" e da locução verbal "fosse usado" : O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; que o grego fosse usado nas grandes cidades;
E que o osco fosse usado nas regiões rurais.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Julgue (C ou E) os próximos itens com relação aos sentidos do texto.

(1) Depreende-se do texto que há dúvidas quanto aos lugares e às circunstâncias em que cada uma das três línguas mencionadas era usada por seus falantes.

(2) Segundo o autor do texto, a definição das coisas precede a designação delas por meio de signos linguísticos.

(3) A "teoria ingênua" da relação entre a língua e a realidade pressupõe que as línguas recortem a realidade, ou seja, categorizem-na, da mesma maneira.

(4) O autor do texto alude ao fato de o poeta latino afirmar que tinha três almas — por falar três línguas — para comprovar que o domínio de língua estrangeira compromete a autenticidade do indivíduo.

1: Certo (Interpretação) O caráter duvidoso se constrói pelo emprego das orações indicativas de circunstância ou lugar como predicativas da oração "o mais provável é";

2: Certo (Interpretação) Comprova-se essa afirmação com o seguinte trecho: "Agora podemos ver que a palavra portuguesa **dedo** não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira.";
3: Certo (Interpretação) A categorização da mesma maneira diz respeito ao fato de palavras de idiomas diferentes que nomeiam um mesmo referente conferirem a ele o mesmo significado, tese que será refutada ao longo do texto;
4: Errado (Interpretação) Segundo o texto, o domínio de línguas estrangeiras amplia o conhecimento do mundo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando a articulação de elementos textuais, bem como aspectos semânticos e morfossintáticos do texto.

(1) O vocábulo "simplesmente" é empregado com o mesmo sentido nas linhas 12, 25 e 35 do texto.

(2) No trecho "mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo" (*l*.14-15), observa-se a ocorrência de um único termo como complemento de três verbos.

(3) A posposição de "certa" na expressão "certa maneira" (*l*.37) prejudicaria a coerência do texto.

(4) A substituição de "Tanto é assim que" (*l*.37) por **Tanto que** prejudicaria o sentido do período em que tal expressão se insere.

1: Certo (Vocabulário) Nas três ocorrências, o vocábulo "simplesmente" equivale ao termo "apenas", sendo, portanto, palavra denotativa de exclusão;
2: Certo (Análise sintática) Trata-se do termo "o mundo" que, por coesão por elipse, é o complemento de três verbos: "mas de outra maneira de entender *o mundo*, de conceber *o mundo*, talvez mesmo de sentir *o mundo*";
3: Certo (Emprego de Pronomes) A palavra "certo", quando empregada como adjunto adnominal, muda de sentido e de classe gramatical de acordo com a posição em relação ao substantivo: antes dele, é um pronome indefinido e indica que o conhecimento da "maneira" mencionada não é preciso; após ele, é um adjetivo e indica que se trata da "maneira" correta;
4: Errado pelo gabarito oficial (Análise sintática - conectores) Questão polêmica: embora não seja registrado o termo "tanto é assim que", as expressões "tanto que" e "tanto assim que" são indicadas no dicionário *Houaiss* e em *Othon M. Garcia* como sinônimas, e o sentido indicado para elas no dicionário – *a prova disso é que* – cabe no trecho em questão:
"Agora podemos ver que a palavra portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. *Tanto é assim que / A prova disso é que* o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores também é bastante ilustrativo disso."
Se o sentido é igual, podemos supor, então, que o acréscimo do "é" seria uma questão de ênfase: desse modo, "prejudicar o sentido" (como está no enunciado) não seria "alterar o sentido" mas, no caso, "diminuir a sua força".

Gabarito Oficial 1C, 2C, 3C, 4E /
Gabarito Nosso: 1C, 2C, 3C, 4Anulada

Texto para as próximas três questões.

1 A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio.
No caso da África, antes do século XVII, é particularmente
válido o definir-se a história como o adivinhar do passado.
4 Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo
Islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a
escrita e nos deixaram alguns poucos documentos — poucos,
7 muitas vezes tardios e também contaminados por lendas —,
sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal
arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a
10 partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde,
os portugueses e outros europeus, bem como o que nos
chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros.
13 Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que
fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita,
o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa
16 que ele frequente a narrativa e nela se imiscua, é porque é
também importante contar, ao lado do que se julga ter
realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e
19 os fatos que se vestiram de imaginário, porque se
incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por
isso, o marcam, definem e distinguem. Oraniã, Xangô,
22 Tsoede, Cibinda Ilunga aparecem como personagens neste
livro de história porque pertencem iniludivelmente à realidade
dos iorubas, dos nupês, e dos lundas e quiocos. Eles estão
25 aqui como Enéias e sua viagem de Tróia ao Lácio, e como
Réia Sílvia, a loba, Rômulo e Remo, nos compêndios sobre
História romana, cujos autores os sabem mitos, mas não
28 ignoram que fecundaram um destino.

Alberto da Costa e Silva. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.** 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 3-4.

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos do texto acima, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O vocábulo "abstraídas" (*l*.4) pode ser substituído por **consideradas conjuntamente**, sem que se altere o sentido do período.

(2) A palavra "húmus" está empregada, na primeira oração do texto, com o sentido de **praga**. Do desdobramento dessa metáfora advém a ideia de que os documentos históricos africanos são "contaminados por lendas" (*l*.7).

(3) Na linha 16, "se imiscua", forma verbal no modo subjuntivo, tem o sentido de **se intrometa**.

(4) A palavra "iniludivelmente" (*l*.23) significa, no texto, **indubitavelmente**.

1: Errado (Vocabulário) No contexto em questão, o termo "abstraídas" significa "com exceção de";

2: Errado (Interpretação) A leitura total do texto permite concluir que os relatos fantasiosos também cumprem um papel no trabalho historiográfico. Isso fica claro com o seguinte trecho: "é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem.". A palavra "húmus", metáfora de imaginação, não pode ser, portanto, entendida pejorativamente como "praga", é sinônimo de "fertilizante" e equivale, denotativamente, a "algo favorável à atividade historiográfica";

3: Certo (Flexão verbal e Vocabulário) A forma "se imiscua" é o presente do subjuntivo do verbo "imiscuir-se" e, entre os seus sentidos, está o de "intrometer-se";

4: Certo (Vocabulário) Embora o sentido original das expressões "iniludivelmente" e "indubitavelmente" seja "de modo não iludível" e "de modo não duvidoso", a primeira toma o sentido da segunda, no contexto em que aparecem, passando ambas a serem sinônimos contextuais.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Com base, exclusivamente, no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O autor do texto procura transmitir a seguinte mensagem: o historiador deve ignorar as narrativas mitológicas em benefício da objetividade e da precisão de suas pesquisas.

(2) A historiografia referente à África de antes do século XVII vale-se de fontes como crônicas orais autóctones e relatos de viajantes provenientes de outros continentes.

(3) Na alusão a "textos em que se profetiza às avessas" (*l*.13), o autor refere-se à transcrição de mitos transmitidos oralmente pelos povos negros.

(4) Conclui-se do texto que "Tsoede" e "Cibinda Ilunga", citados na linha 22, são importantes figuras históricas pertencentes, respectivamente, aos povos lunda e quioco.

1: Errado (Interpretação) Ao contrário disso, é proposta a inclusão das lendas como material historiográfico;

2: Certo (Interpretação) O seguinte trecho comprova a afirmação feita na questão: "sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus (relatos de viajantes provenientes de outros continentes), (crônicas orais autóctones) bem como o que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros". Nota: caso a afirmação contivesse, após a forma "vale-se", um termo de exclusão como "apenas", isso a tornaria errada, pois o texto registra a existência de áreas africanas em que há documentos escritos anteriores ao século XVII;

3: Errado (Interpretação) A alusão é sobre os textos historiográficos: a forma "profetizar às avessas" significa estudar (profetizar) o passado (às avessas: o passado no lugar do futuro);

4: Errado (Interpretação) Ao dizer que tais figuras estavam lá como "Enéias" (personagem mítico presente na Ilíada e na Eneida) na sua viagem, fica claro o caráter mítico de tais figuras.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 3, a supressão simultânea dos artigos definidos que antecedem "definir-se" e "adivinhar" não prejudicaria a correção gramatical do período.

(2) O complemento da forma verbal "sabemos" (*l*.8) tem mais de um núcleo.

(3) A expressão "neste livro de história" (*l*.22-23) designa o livro do qual se extraiu o texto.

(4) Nas linhas 27 e 28, as orações em que se inserem as formas verbais "ignoram" e "fecundaram" têm o mesmo sujeito.

1: Errado (Emprego de artigo) A retirada dos artigos implicaria a retirada também da preposição "de" regida pelo substantivo "adivinhar", pois, como ele voltaria a ser verbo, o seu complemento passaria de nominal a verbal e, sendo um objeto direto, não seria mais regido por preposição;

2: Certo (Análise sintática) Seu complemento possui três núcleos constituídos por pronomes demonstrativos seguidos por orações adjetivas: "**sabemos** apenas *o* que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, *o* que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus, bem como *o* que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros;

3: Certo (Emprego de pronomes) Trata-se de função dêitica: o pronome "este" indica o livro de que faz parte o trecho;

4: Errado (Análise sintática - coesão) O sujeito de ambos é oculto. No caso de "ignoram", trata-se de "cujos autores", que está em zeugma para se evitar a repetição; no caso de "fecundaram", são as figuras míticas africanas.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas três questões.

1 A maior contribuição da América Latina para a cultura
ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade
e pureza*: esses dois conceitos perdem o contorno exato do seu
4 significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade
cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos
latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz.
7 A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização
ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e
destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os
10 europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de
que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão
estrangeira nem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento
13 e inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição,
seu produto seria mera cópia — silêncio —, uma cópia muitas
vezes fora de moda. Sua geografia deve ser uma geografia de
16 assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de
falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao
desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda
19 fila, é, no entanto, preciso que assinale sua diferença, marque sua
presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria
a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco
22 sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder
conquistador.

* Em artigo de significativo título, **Sol da Meia-Noite**, Oswald de Andrade percebia, por detrás da Alemanha nazista, os valores de unidade e pureza e, no seu estilo típico, comentava com rara felicidade: "A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot* do futuro. Precisa mulatizar-se." (**Ponta de Lança**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 62.)

Silviano Santiago. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 18-9 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A substituição da expressão "à medida que" (*l*.5) por **na medida que** não implicaria prejuízo para o conteúdo semântico ou a correção gramatical do texto.

(2) Na linha 6, a partícula "se" que antecede a forma verbal "afirma" é índice de indeterminação do sujeito.

(3) O emprego de itálico em *"paraíso"* (*l*.12) realça o sentido objetivo desse vocábulo.

(4) Nos termos "seu produto" (*l*.14) e "Sua geografia" (*l*.15), os pronomes possessivos remetem ao mesmo referente.

1: Errado (Análise sintática - conectores) A locução "na medida que" não é aceita pela norma. Há duas locuções conjuntivas muito parecidas, mas de emprego distinto: - **à medida que**: à proporção que / - **na medida em que**: porque;

2: Errado (Funções do "se") O "se" pode ser classificado como PIV (parte integrante do verbo), se se considerar o verbo "afirmar" como pronominal "afirmar-se"; ou, em caso contrário, como partícula apassivadora;

3: Errado (Vocabulário) A palavra "paraíso" é empregada no sentido metafórico de lugar aprazível;

4: Certo (Coesão) Eles referem-se à América Latina.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2007) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Depreende-se do texto que a tradição cultural do Ocidente valoriza positivamente os conceitos de "unidade" e "pureza".

(2) No período "Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência" (*l*.15-17), a palavra "geografia" deve ser entendida como estudo do espaço físico, pois se relaciona com a ideia de "lugar no mapa da civilização ocidental" (*l*.7-8).

(3) O termo "o eco sonoro" (*l*.21-22) retoma a ideia anteriormente expressa em "mera cópia" (*l*.14).

(4) O trecho citado na nota do texto revela que Oswald de Andrade considerava benéfica a miscigenação.

1: Certo (Interpretação) Como foi dito que a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental foi a destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza, subentende-se que tais conceitos eram valorizados pelo Ocidente;

2: Errado (Interpretação) Tanto "geografia" quanto "lugar no mapa da civilização ocidental" dizem respeito ao papel que cabe a América Latina desempenhar para as nações ocidentais, e não ao seu espaço físico;

3: Certo (Interpretação) Os termos "eco sonoro" e "mera cópia" são

metáforas que se referem à recepção passiva, não transfiguradora, dos elementos que os europeus exportam para o Novo Mundo;
4: Certo (Interpretação) Ao afirmar que a Alemanha nazista precisa mulatizar-se, ele revela não apenas a valorização da miscigenação, mas um repúdio ao conceito de pureza e superioridade raciais.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Assinale a opção que corresponde a interpretação correta do texto.

(A) A verdadeira vocação da cultura latino-americana é a de reencontrar a inocência que prevalecia antes da invasão estrangeira.

(B) A produção cultural da América Latina, dado o seu alto nível, assemelha-se progressivamente à da Europa, tornando-se impossível a distinção entre uma e outra.

(C) A cultura da América Latina deve ser impermeável aos valores da cultura dominante.

(D) Ao incorporar elementos da cultura europeia, a América Latina os altera e os transfigura.

(E) A assimilação dos elementos da cultura dominante deve implicar a reação contra a pureza indígena latino-americana.

A: Errado (Interpretação) O texto afirma que isso é impossível: "(...)a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira nem reencontrar sua condição de *paraíso*, de isolamento e inocência(...)";
B: Errado (Interpretação) Ao contrário, por ser diferente da europeia, a produção cultural latino-americana tem interesse para os europeus;
C: Errado (Interpretação) Ao contrário, ela deve recebê-la e transfigurá-la;
D: Certo (Interpretação) Pode-se constatar isso na seguinte passagem: "A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo";
E: Errado (Interpretação) Se há proposta de transfiguração da influência europeia em moldes próprios, não se pode criticar qualquer tipo de valorização do que é autóctone, até por ser isso uma medida de defesa contra uma força muito maior. Além disso, em nenhum momento do texto se menciona "pureza indígena".

GABARITO "D"

Texto para as próximas três questões.

1 Desde o primeiro contato Jadon admitiu a precariedade
das suas relações com os companheiros de refeitório. E a
atitude de permanente alheamento que assumiam na sua
4 presença, ele a recebeu como possível advertência à conduta
que deveria manter no seio daquela comunidade. Sem
manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam,
7 conjecturava se eles não acabariam por se tornar mais
expansivos.
Era-lhe penoso, entretanto, encontrá-los sempre na
10 mesma posição, a aparentar indiferença pela comida que lhes
serviam e por tudo que se passava ao redor. Enquanto Jadon
almoçava, permaneciam quietos, os braços caídos, os olhos
13 baixos. Ao jantar, lá estavam nos mesmos lugares, diante das
compridas mesas espalhadas pelo salão. Assentavam-se em
grupos de vinte, deixando livres as cabeceiras. Menos uma,
16 justamente a da mesa central, onde ficava um velho alto e
pálido. Este, a exemplo dos demais, nada comia, mantendo-se
numa postura de rígida abstração, como a exigir que
19 respeitassem o seu recolhimento. Malgrado a sua recusa em se
alimentar, silenciosos criados substituíam continuamente os
pratos ainda cheios.
22 A princípio Jadon espreitava-os discretamente, na
esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre
si. Logo verificou a inutilidade do seu propósito: jamais
25 desviavam os olhos da toalha e prosseguiam com os lábios
cerrados. Experimentou o recurso de dirigir-se bruscamente aos
vizinhos, e desapontou-se por não conseguir despertar-lhes a
28 atenção. Mantinham-se impassíveis, mesmo quando as frases
eram ásperas ou acompanhadas de gritos.
Após essa experiência, seguiu-se um período em que
31 Jadon desistiu de penetrar na intimidade daqueles cavalheiros
taciturnos que, apesar de manifestarem evidente desinteresse
pelos alimentos, apresentavam-se saudáveis e tranquilos. Esta

34 observação seria o suficiente para convencê-lo de que os
comensais evitavam comer somente durante a sua permanência
no recinto. Por certo aguardavam sua saída para se atirarem
37 avidamente às especialidades da casa. Nesse momento talvez se
estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam
desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser
40 bastante desagradável para todos.

Murilo Rubião. **O convidado: contos**. São Paulo: Ática, 1988, p. 89-90 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A relação entre Jadon e seus companheiros de refeitório era de mútua indiferença.

(2) Ao longo da narrativa, percebem-se mudanças na atitude de um dos personagens.

(3) No trecho reproduzido, o narrador revela as conjecturas de Jadon, mas não as dos demais personagens.

(4) O silêncio no refeitório foi mantido durante o período a que corresponde o relato.

1: Errado (Interpretação) Jadon se intriga com a aparente atitude de indiferença de seus companheiros.
2: Certo (Interpretação) A atitude de Jadon frente à impassibilidade de seus companheiros de refeitório passa por três fases: observação dissimulada, tentativa de estabelecer contato e desistência de entender o comportamento deles;
3: Certo (Interpretação) Em nenhum momento nos é dado saber o que pensam os acompanhantes de Jadon;
4: Errado (Interpretação) Jadon gritou no refeitório, quando tentava estabelecer contato com os outros.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) Entre as opções abaixo, que reproduzem períodos do texto com a pontuação alterada, assinale a que apresenta **erro** de emprego da vírgula, segundo a norma gramatical.

(A) Desde o primeiro contato, Jadon admitiu a precariedade das suas relações com os companheiros de refeitório.

(B) Nesse momento, talvez se estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser bastante desagradável para todos.

(C) A princípio, Jadon espreitava-os discretamente, na esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre si.

(D) Sem manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam, conjecturava se eles não acabariam, por se tornar mais expansivos.

(E) Por certo, aguardaram sua saída para se atirarem, avidamente, às especialidades da casa.

A alternativa "D" está errada (Pontuação) A segunda vírgula separa equivocadamente uma locução verbal: "acabariam por se tornar".

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) Assinale a opção em que o vocábulo em negrito **não** é sinônimo contextual do termo transcrito.

(A) "constrangiam" (*l*.6) – **compeliam**

(B) "Malgrado" (*l*.19) – **Inconveniente**

(C) "espreitava" (*l*.22) – **espiava**

(D) "taciturnos" (*l*.32) – **calados**

(E) "desprimorosas" (*l*.39) – **indelicadas**

A alternativa "B" está errada (Vocabulário) O termo "malgrado" foi empregado como preposição com valor concessivo e não pode ser substituído pelo adjetivo "inconveniente".

GABARITO "B"

Texto para as próximas cinco questões.

Cujas Canções

1 É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos
cartões de visitas. No tempo das guerras cisplatinas até ficou
famoso alguém que assim se apresentava: "José Maria da
4 Conceição — tenente dos Colorados".
Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns
títulos da generosidade de seus conterrâneos. Se pusesse todos
7 eles, seria pedante; Escolher um só seria indelicadeza para
com os outros proponentes.
Quanto a mim, sempre fui de opinião que bastava o
10 nome da pessoa, sem a vaidade de títulos secundários. Mas eis
que a minha camareira fez-me cair em tentação. Dá-se o caso
que saiu a edição do meu livro *Canções*, ilustrado por Noêmia
13 e que, ao ser noticiado por Nilo Tapecoara no *Bric-à-brac da
vida*, este o publicou com o meu retrato em duas colunas e,
abaixo do mesmo, uma notícia que assim principiava, com a

16 primeira linha impressa em letras maiúsculas: MÁRIO QUINTANA, CUJAS CANÇÕES etc. etc...
Ora, na manhã daquele dia, ao servir-me o café na
19 cama, sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia: "Cujas canções, hein, cujas canções!"
22 O seu maior respeito era devido, sem dúvida, à misteriosa palavra "cujas".

Mario Quintana. **Poesia completa**. Rio deJaneiro: Nova Aguilar, 2005, p. 959.

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos a análises de fatos linguísticos do texto.

(1) O emprego da vírgula após "No tempo das guerras cisplatinas" (*l*.2) seria justificado pela prescrição gramatical e estaria adequado ao ritmo do período.

(2) Os deslocamentos de termos da oração em "até ficou famoso alguém" (*l*.2-3) e em "que assim se apresentava" (*l*.3) contribuem para realçar a atitude do personagem mencionado na frase.

(3) O emprego de "Ora", no início do segundo parágrafo, sugere raciocínio silogístico, que se apoia, no texto, em premissas seguidas de prova e em conclusão irônica.

(4) Os termos "quem" (*l*.5), "mim" (*l*.9) e "hóspede" (*l*.20) estão empregados em referência a pessoas diferentes.

1: Certo (Pontuação) Trata-se da virgulação de um longo adjunto adverbial invertido;
2: Certo (Análise sintática) Na primeira oração, ocorre a posposição do sujeito (alguém) para o fim da oração; na segunda , o predicativo (assim) está anteposto ao verbo;
3: Certo (Interpretação) **Premissa maior:** É costume cada um colocar sua profissão ou títulos nos cartões de visitas. **Prova da premissa maior:** No tempo das guerras cisplatinas até ficou famoso alguém que assim se apresentava: "José Maria da Conceição — tenente dos Colorados. **Premissa menor:** Ora, quem escreve estas linhas já recebeu alguns títulos da generosidade de seus conterrâneos. **Conclusão irônica:** Se pusesse todos eles, seria pedante;
Escolher um só seria indelicadeza para com os outros proponentes. 4: Errado (Coesão) Todos se referem ao autor do texto.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006) Com base no texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Depreende-se do texto que a palavra "cujas" junto ao nome de Mario Quintana foi entendida pela camareira no sentido empregado no texto que ela lera.

(2) O tratamento "sia" (*l*.19) remonta à época do descobrimento do Brasil.

(3) A forma "sia" (*l*.19) é redução de *sinhá*, vocábulo sinônimo de *sinhara* — proveniente de *senhora*.

(4) Em "sia Benedita não podia ocultar o orgulho que lhe causava o seu hóspede e repetia" (*l*.19-20), deveria haver vírgula depois de "orgulho" e antes de "e", em decorrência do sentido explicativo da oração introduzida pelo "que".

1: Errado (Interpretação) Pelo texto, fica claro que a admiração sentida pela camareira provém do desconhecimento da palavra "cujas", já que ela cita um trecho em que esta palavra, por estar sem referente, está destituída de sentido;
2: Errado (Etimologia) Sabendo-se que a forma "sinhá", da qual se originou a forma "sia", constitui o tratamento dado pelos escravos à senhora, conclui-se que esse vocábulo não poderia existir no Brasil na época do descobrimento, pois a escravidão foi implementada posteriormente;
3: Certo (Etimologia) Segundo o Dicionário Houaiss: **sia** *B mesmo que sinhá* / **sinhá** (1877) *B infrm* forma de tratamento com que os escravos designavam a senhora ou patroa; siá, sá, sinha e sinhara;
4: Errado (Pontuação) A oração adjetiva tem claro valor restritivo (não "explicativo" como está na afirmação), pois o orgulho sentido pela camareira poderia ter diversas origens, portanto a oração especifica esse orgulho.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006) Considerando os sentidos e aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O mal-entendido narrado na conclusão do texto sugere uma visão irônica quanto à importância dos títulos.

(2) Na locução "eis que" (*l*.10-11), a palavra "eis" perde não só o traço semântico de imprevisão, ou de ocorrência súbita, mas também sua equivalência com a forma *veja*.

(3) O pronome "este" (*l*.14) refere-se a seu antecedente, o "*Bric-à-brac da vida*".

(4) Na linha 14, a proximidade imediata entre "com o meu retrato" e "em duas colunas" gera ambiguidade quanto a haver um ou dois retratos do autor.

1: Certo (Análise sintática) A tentação quanto à importância dos títulos que o autor diz sentir devido à admiração da empregada revela-se uma ironia, quando se percebe que ela se equivocara e sua admiração provinha do desconhecimento de uma palavra, e não da compreensão do mérito apontado no artigo;
2: Errado (Palavra demonstrativa) A imprevisão decorre do fato de o autor do texto, que se declarara contra a vaidade dos títulos agregados aos nomes, ter se mostrado sensível à admiração de sua camareira por um deles. *Mas eis/veja que a minha camareira fez-me cair em tentação;*
3: Errado pelo Gabaritooficial (Coesão) Questão polêmica que mereceria ser anulada. O emprego do termo "este" com valor anafórico pode sugerir que há pelo menos dois elementos que poderiam servir de sujeito do verbo "publicou", fato que reforça uma outra suposição: a de que o termo *Bric-à-brac da vida* seja o nome de uma publicação, ou mesmo, uma forma irônica para se referir a um tipo de publicação. Isso pode levar a uma leitura que fica clara com o seguinte exemplo: *ao ser noticiado por Nilo Tapecoara na revista X, esta o publicou com o meu retrato em duas colunas* (o "esta" pode ser anafórico tanto de "revista" quanto de Nilo Tapecoara);
4: Certo (Análise sintática) O termo "em duas colunas", pela posição em que se encontra, tanto pode ser um adjunto adverbial do verbo "publicou" – o texto está em duas colunas – quanto um adjunto adnominal de "retrato" – o retrato está em duas colunas.

Gabaritonosso: 1C, 2E, 3Anulada, 4C

GabaritoOficial 1C, 2E, 3E, 4C /

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção correta acerca do segundo parágrafo do texto.

(A) No segundo período desse parágrafo, o emprego do ponto-e-vírgula assinala a omissão do verbo.

(B) Para se atender ao rigor gramatical no que respeita ao paralelismo sintático entre as estruturas separadas pelo ponto-e-vírgula, uma opção correta seria substituir "escolher um só seria indelicadeza" (*l*.7) por **se escolhesse um só, seria indelicado**.

(C) Deveria haver vírgula depois da oração "escolher um só" (*l*.7) pela mesma razão que sustenta a presença de vírgula depois de "Se pusesse todos eles" (*l*.6-7).

(D) Depreende-se do trecho em questão que, para a indicação de títulos em cartões de visita, uma das alternativas citadas é melhor que a outra.

(E) A palavra "generosidade" (*l*.6) pode ser substituída por **indulgência**, sem que o sentido da frase se altere.

A questão foi anulada por haver mais de uma alternativa correta. A: Errado (Pontuação) O ponto-e-vírgula separa orações coordenadas; B: Certo (Paralelismo) As orações coordenadas passariam a ter parcialmente a mesma estrutura sintática: condicional (conjunção + VTD + OD) + principal (VL + PS). Nota: teríamos assim o paralelismo sintático, embora não o rítmico, pois a semelhança é parcial;
C: Errado (Virgulação) O segmento "escolher um só" é sujeito do verbo "seria", portanto não pode haver vírgula entre eles;
D: Errado (Interpretação) Ambas as alternativas são igualmente refutadas, ainda que por motivos diferentes. Se pusesse todos eles, seria pedante; Escolher um só seria indelicadeza para com os outros proponentes;
E: Certo (Vocabulário) Podem ser sinônimos contextuais.
GabaritoAnulada

Texto para as próximas quatro questões.

Como e por que sou escritor, sem deixar de ser um tanto sociólogo

1 O que principalmente sou? Creio que escritor. Escritor
literário. O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista
social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor.
4 Se bom ou mau escritor é outro assunto.
Como tentativa de oferecer, a esse respeito, um
depoimento ou uma confissão de possível interesse
7 sociológico, procurarei fixar aqui algumas das orientações que
considero essenciais à afirmação de um escritor como
escritor, e que se baseiam até certo ponto na minha própria
10 experiência. Sobre elas, por outro lado, se apoia minha
esperança de ser escritor, sem ser, exatamente, beletrista.
Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem
13 de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de
rotina. A sociologia da atividade de escritor está ainda por
fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente
16 tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das
chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios
ou de artes. Ele é um pouco de tudo isso sem pertencer mais
19 especificamente a nenhum desses grupos profissionais. É
inseguro. Sabe-se de companhias de seguros que têm
segurado por altas somas mãos de pianistas. Mas não, mãos
22 de escritor.

Gilberto Freire. **Como e por que sou e não sou sociólogo**.
Brasília: EDUnB, 1968, p. 165 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A inversão sintática observada em "O que principalmente sou?" (*l*.1) condiz com a estrutura gramatical interrogativa e apresenta-se como legítimo recurso de ênfase.

(2) Por meio da expressão "Escritor literário." (*l*.1-2), o autor critica os escritores que não se dedicam à literatura.

(3) A palavra "ancilares" (*l*.3) significa **próximas**, enquanto "beletrista" (*l*.11) equivale a **especialista em redação**.

(4) Em "sem ser, exatamente, beletrista" (*l*.11), o vocábulo sublinhado tem sentido de **sobretudo**.

1: Certo (Análise sintática) A anteposição do pronome ou advérbio interrogativo é comum nas frases interrogativas e serve para realçá-las;
2: Errado (Interpretação) A expressão serve apenas para diferenciá-lo daqueles que se dedicam à escrita apenas como um veículo da especialidade que possuem;
3: Errado (Vocabulário) ancilar = auxiliar, acessório // beletrista = criador de obras literárias;
4: Errado (Vocabulário) O vocábulo "sobretudo" daria a entender que ele refuta totalmente a condição de beletrista. O emprego de "exatamente", ao contrário, dá a ideia de que ele, em certa medida, pode ser considerado um beletrista.
Gabarito1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Com base, exclusivamente, nas informações contidas no texto, assinale a opção correta.

(A) O escritor, como tal, não é diferente de outros homens.
(B) A vida de aventuras é essencial para haver êxito na produção literária.
(C) O escritor está sujeito à insegurança da liberdade, sendo, portanto, um profissional liberal.
(D) Embora difícil, é desejável traçar uma sociologia da atividade do escritor.
(E) Na prática do escritor, a rotina de trabalho é irrelevante.

A: Errado (Interpretação) O seguinte trecho mostra o equívoco da afirmação feita na questão: *É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
B: Errado (Interpretação) Atividade de aventura no texto deve ser entendida como uma atividade que foge muitas vezes ao regular e metódico: *Ser escritor é desenvolver uma atividade que nada tem de burocrática. É uma atividade mais de aventura que de rotina;*
C: Errado (Interpretação) O seguinte trecho mostra o equívoco da afirmação feita na questão: *É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
D: Certo (Interpretação) O seguinte trecho mostra que a afirmação feita na questão está correta: *A sociologia da atividade de escritor está ainda por fazer. É uma sociologia difícil de ser traçada, tão diferente tende a ser o escritor de outros homens, quer dos das chamadas profissões liberais, quer dos que vivem de ofícios ou de artes;*
E: Errado (Interpretação) O fato de se afirmar que se trata de uma atividade mais de aventura do que de rotina deixa implícito que há sim uma rotina.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Valendo-se exclusivamente das informações contidas no texto, considere a menção ao fato de que, ao contrário das mãos dos escritores, as mãos dos pianistas têm sido objeto de seguro e julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O texto alude às qualidades artísticas das atividades do pianista e do escritor.
(2) O autor valoriza o pianista, mais dependente de suas mãos do que o escritor, já que este pode recorrer ao texto ditado.
(3) Na opinião do autor, os pianistas deveriam ser impedidos de fazer seguro, por contrato, das mãos.
(4) Enquanto o pianista usa as duas mãos, o escritor usa uma só, o que explica as altas somas pelas quais aquelas são seguradas.

1: Certo (Interpretação) Quando compara o escritor ao pianista, está levando em conta um aspecto diferente nos dois tipos de artistas: é certo que o pianista saudável consiga executar bem sua arte, mas não é certo que um escritor consiga sempre escrever algo de grande valor ou de sucesso;
2: Errado (Interpretação) O autor apenas expressa as especificidades dos dois artistas sem demonstrar preferência por nenhum;
3: Errado (Interpretação) O autor relata um fato relacionado aos pianistas, mas não expressa julgamento sobre ele;
4: Errado (Interpretação) O seguro das mãos de um pianista se justifica pelo fato de que uma lesão nelas poderia impedi-lo de exercer seu ofício, e não pelo fato de ele usar as duas mãos em vez de uma.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) No terceiro parágrafo do texto, o autor afirma que a atividade de escritor nada tem de burocrática;

Com isso, quer significar que ela se distingue por ser

(A) não-administrativa.
(B) de natureza privada.
(C) desprovida de regras sistemáticas.
(D) pouco eficiente.
(E) dotada de base sociológica.

A alternativa "C" está certa (Interpretação) A burocracia é quase sempre associada a procedimentos repetitivos e normatizados.

GABARITO "C"

Texto para as próximas três questões.

Contos de vigário

1 Passam-se tempos sem que ouçamos falar em contos
de vigário. Muito bem. Tornamo-nos otimistas, imaginamos
que, se a reportagem não menciona esses espantosos casos de
4 tolice combinada com safadeza, certamente os homens
ficaram sabidos e melhoraram.
Pensamos assim e devemos estar em erro.
7 Provavelmente esse negócio continua a florescer, mas as
vítimas têm vergonha de queixar-se e confessar que são
idiotas. Raras vezes um cidadão se resolve a afrontar o
10 ridículo, e vai à polícia declarar que, não obstante ser parvo,
teve a intenção de embrulhar o seu semelhante.
O que ele faz depois de logrado é meter-se em casa,
13 arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de
cama, procedimento que todos nós adotamos quando, em
consequência de um disparate volumoso, nos sentimos
16 inferiores ao resto da humanidade. Convenientemente curado,
cicatrizado, esquecida a fraqueza, o sujeito levanta-se e
adquire consistência para realizar nova tolice. E assim por
19 diante, até a hora da tolice máxima, em que ninguém reincide
porque isto é impossível.

Graciliano Ramos. **Linhas tortas: obra póstuma**. 11.a ed.
Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1984. p. 154.

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção em que o sinônimo proposto corresponde à acepção com que o termo foi empregado no texto.

(A) "combinada" (*l*.4) — organizada
(B) "afrontar" (*l*.9) — ofender
(C) "declarar" (*l*.10) — desvendar
(D) "embrulhar" (*l*.11) — tapear
(E) "logrado" (*l*.12) — alcançado

A alternativa "D" está certa (Vocabulário) O termo "embrulhar" é bastante utilizado com o sentido de tapear.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O autor considera que existe má-fé no comportamento da vítima do conto-do-vigário.
(2) Depreende-se do texto que os contos-do-vigário não são abordados pela imprensa por serem assunto tabu.
(3) Na linha 10, a substituição de "não obstante" por **além de** não acarretaria alteração no sentido da frase.
(4) O vocábulo "procedimento" (*l*.14) resume, de forma irônica, a sequência de ações descritas nas orações que o precedem no período.

1: Certo (Interpretação) A vítima é iludida pela perspectiva de um lucro ou benefício indevido sobre aquele que se valerá disso para enganá-la;
2: Errado (Interpretação) A imprensa não trata desses casos, porque as vítimas não se manifestam, por estarem com vergonha;
3: Errado (Análise sintática - conector) O termo "não obstante" tem valor concessivo; o "além de", de inclusão;
4: Certo (Figura de linguagem) A ironia reside no emprego da palavra "procedimento" – palavra que está muito associada à ideia de técnica, método – para designar um conjunto de atos decorrentes de um descontrole emocional.
Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2006) Quanto à descrição gramatical de elementos do texto, assinale a opção correta.

(A) A forma verbal "Passam-se" (*l*.1) está no plural para atender à regra gramatical de concordância com o sujeito da oração.
(B) Em "Tornamo-nos" (*l*.2), a supressão do **s** é prescrita para se evitar o efeito de eco.
(C) O verbo "queixar-se" (*l*.8), utilizado no texto como verbo pronominal, conjuga-se facultativamente sem o pronome.
(D) Em "nos sentimos inferiores ao resto da humanidade" (*l*.15-16), houve transgressão dos requisitos gramaticais para a colocação pronominal.
(E) Em "levanta-se" (*l*.17), a partícula "se" indica a indeterminação do sujeito.

A: Certo (Análise sintática) O sujeito é o termo que está após o verbo (os tempos). O pronome "se" é nesse caso partícula de realce;
B: Errado (Emprego dos pronomes) Trata-se de uma adaptação fonética: o emprego enclítico do pronome oblíquo átono de primeira pessoa do plural (nos) em verbos também na primeira pessoa do plural leva sempre à supressão dos "s" da desinência "mos";
C: Errado (Verbo) Uma das características do verbo pronominal é a obrigatoriedade da presença do pronome oblíquo átono que o acompanha;
D: Errado (Colocação pronominal) A próclise se justifica por ser uma oração subordinada;
E: Errado (Funções do "se") O pronome "se" pode ser classificado como parte integrante do verbo (PIV), caso se considere o verbo "levantar-se" como pronominal; ou como objeto direto reflexivo.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os itens abaixo, com base no padrão gramatical e estilístico da modalidade escrita da língua portuguesa culta.

(1) O pesquisador cumpriu suas metas rigorosamente dentro do prazo e do orçamento e, portanto, honrou uma vez mais sua própria autobiografia.
(2) Os resultados da pesquisa foram divulgados através de relatório impresso e boletim eletrônico, que rapidamente disseminaram-se na comunidade científica, da qual uma maior consciência das questões de pesquisa se tornou cada vez mais evidenciada.
(3) Antes de mais nada, é preciso aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos as qualidades textuais do relatório, que inclusive contêm a indicação de planos futuros de aproveitamento comercial dos produtos.
(4) Em que pese o bom andamento da pesquisa, contudo, essa comissão sugere a manutenção da mesma equipe, não obstante, a contratação de estagiários, conforme carta com pedido em anexo.

1: Errado (Vícios de linguagem) Pleonasmo vicioso: sua própria autobiografia;
2: Errado (Conector) A locução prepositiva "através de" tem valor espacial, deve ser substituída por "por meio de". (Vícios de linguagem) O distanciamento da oração adjetiva gera ambiguidade: o que se disseminou? Os resultados da pesquisa ou o relatório impresso e o boletim eletrônico? (Colocação pronominal) Deve ser empregada a próclise em "disseminaram-se", por se tratar de uma oração subordinada e por haver palavra atrativa de pronome. (Regência) Para que a adjetiva final passe a ter algum sentido, deve-se substitui a preposição "de" do relativo por "em": na qual;
3: Errado (Estilística) O emprego desnecessário de dois infinitivos pessoais gera eco: *aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos*. (Concordância - Acentuação) O verbo "contêm" está no plural, mas deveria estar no singular para concordar com o antecedente do relativo "que" (relatório);
4: Errado (Estilística) Texto incoerente.
(Análise sintática - conector) Emprego equivocado da locução conjuntiva "em que pese", pois ela deve ser utilizada com valor concessivo: "em que pese (apesar de) um possível prejuízo do bom andamento do trabalho". (Pontuação) O termo "não obstante" refere-se à contratação de estagiários, portanto não deveria haver vírgula.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Texto para as próximas cinco questões.

1 A história do Brasil, nos três primeiros séculos, está
intimamente ligada à da expansão comercial e colonial
europeia na Época Moderna. Parte integrante do império
4 ultramarino português, o Brasil-colônia refletiu, em todo o
largo período de sua formação colonial, os problemas e os
mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial
7 lusitana. Por outro lado, a história da expansão ultramarina e
da exploração colonial portuguesa desenrola-se no amplo
quadro da competição entre as várias potências, em busca do
10 equilíbrio europeu; Dessa forma, é na história do sistema geral
de colonização europeia moderna que devemos procurar o
esquema de determinações no interior do qual se processou a
13 organização da vida econômica e social do Brasil na primeira
fase de sua história e se encaminharam os problemas políticos
de que esta região foi o teatro.

Fernando A. Novais. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 45.

(Diplomacia – 2006) Com relação a aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No trecho “ligada à da expansão comercial e colonial europeia” (*l.*2-3), o acento grave indica crase de preposição e pronome, o qual substitui “história”.

(2) O emprego do artigo “o”, no trecho “em todo o largo período de sua formação colonial” (*l.*4-5), reflete opção estilística do autor, visto que o artigo poderia ser eliminado, sem prejuízo para o sentido da frase.

(3) A substituição de “no interior do qual” (*l.*12) por **em cujo interior** seria justificada pela prescrição gramatical.

(4) O pronome “que” (*l.*15) tem como antecedente “os problemas políticos” (*l.*14).

1: Certo (Crase) Trata-se da crase da preposição exigida pelo termo “ligada” com pronome demonstrativo “a” que retoma o termo “história”: “ligada à (história) da expansão comercial e colonial europeia”;
2: Errado (Emprego de pronomes) O sentido muda: todo + artigo = por inteiro // todo (sem artigo) = qualquer;
3: Certo (Análise sintática – emprego do relativo) O relativo “cujo(a)(s)” pode ser empregado quando houver valor de posse: “esquema de determinações em cujo interior” = “no interior desse esquema de determinações”;
4: Certo (Coesão) Transformando-se os termos abaixo sublinhados (o suposto antecedente e a oração adjetiva) em um período simples, prova-se que o primeiro termo é de fato o antecedente do relativo.
se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro // esta região foi o teatro daqueles problemas políticos

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Situação das Fronteiras quando da Independência

Diante do vai-e-volta das relações luso-hispânicas, o Brasil independente herdou de Portugal todas as suas questões de limites; Com a agravante de que, enquanto Portugal teve que lidar apenas com a Espanha e a França, agora era necessário encetar negociações com a França, a Holanda e a Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto o Chile, muitas das quais pretendiam confinar, simultaneamente, com o novo Império, nas mesmas regiões.

Mauro Pereira de Mello. **A questão dos limites entre os estados do Acre e de Rondônia (aspectos históricos e formação do território).** *In:* **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, (52), n.º 4.

(Diplomacia – 2006) A respeito dos vocábulos empregados no texto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O adjetivo “hispânico”, embora seja empregado corriqueiramente como sinônimo de **espanhol**, equivale originalmente a **ibérico**.

(2) O verbo “encetar”, no texto, está empregado na acepção de **instigar**, **encorajar**, **impelir**.

(3) No texto, o vocábulo “agravante” é um termo adjetivo, marcado pela terminação típica dessa classe de palavras (-nte).

(4) O verbo **confinar** tem a mesma significação no texto e na frase seguinte: **De acordo com o mapa da época, via-se que vários reinos confinavam**.

1: Certo (Vocabulário) “Hispânia” era o nome dado pelos romanos à península Ibérica;
2: Errado (Vocabulário) encetar: dar início a, principiar, começar;
3: Errado (Formação de palavras) A palavra agravante está empregada como substantivo por derivação imprópria, como mostra a anteposição do artigo: “*com a agravante de...*”;
4: Certo (Vocabulário) “confinar” pode ser entendido nos dois contextos como “fazer fronteira”._

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

Texto para as próximas cinco questões.

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em
luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na
organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem
dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação
mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o
aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um
monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do
africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao
mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In***: Obra completa**.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) No primeiro parágrafo, a antecipação das causas e das explicações é um recurso de ênfase que reforça a afirmação final do autor.

(2) O pronome “lhe”, na oração “que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária” (*l*.2-3), funciona como objeto indireto usado com sentido possessivo.

(3) No trecho “Insulado (...) à terra” (*l*.1-4), observa-se perfeito paralelismo sintático.

(4) Pode-se substituir “por bem dizer” (*l*.4-5) pela expressão **por assim dizer**, sem causar prejuízo ao sentido do período.

1: Certo (Análise sintática) O predicativo invertido no trecho tem valor circunstancial de causa ou explicação, o que pode ser comprovado pela possibilidade de ser transformado em orações causais pelo acréscimo de “por” e verbo no infinitivo: *por estar insulado / por estar em luta aberta com o meio / por ser nômade ou mal fixo à terra;*
2: Certo (Análise sintática) O pronome “lhe” desempenha o papel do possessivo “seu”:
que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária
que parece haver estampado na sua organização e no seu temperamento a sua rudeza extraordinária”
3: Errado (Paralelismo) A coordenação das três características atribuídas ao sertanejo (1ª insulado deste modo no país; 2ª em luta aberta com o meio; 3ª nômade ou mal fixo à terra), embora apresentem alguma semelhança, estão longe de caracterizarem um perfeito paralelismo sintático. Entre as diferenças de estruturação, pode-se citar o fato de que as duas primeiras característica têm subordinadas a si orações adjetivas, o que não ocorre na terceira; 4)Errado (Vocabulário) “por assim dizer”: dizer com eufemismo ou por aproximação // “por bem dizer”: dizer com precisão.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Ainda com relação ao texto, assinale a opção correta.

(A) No primeiro parágrafo, a escolha lexical reflete uma visão do mundo que atribui influência determinante do meio sobre o homem.

(B) Em “a sua rudeza extraordinária” (*l*.3), o referente de “sua” é o termo “o sertanejo” (*l*.4).

(C) Em “se afeiçoar a situação mais alta” (*l*.5-6), é opcional a omissão do acento grave indicativo de crase.

(D) Os adjetivos contidos no período “É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas.” (*l*.11-13), conforme classificação da gramática tradicional, são termos essenciais das orações a que pertencem.

(E) Na referência à “fusão de estádios emocionais distintos” (*l*.14), nota-se um problema de coesão textual, porque os sentidos dos vocábulos “fusão” e “estádios” não se explicam pelo que os antecede.

A: Certo (Vocabulário) Segue uma transcrição do primeiro parágrafo cujos termos em negrito comprovam a afirmativa feita na questão: **Insulado** deste modo no país, que o não conhece, em **luta aberta com o meio**, que lhe **parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária**, nômade ou mal fixo à terra, sertanejo não tem, por bem dizer, ainda **capacidade orgânica** para se afeiçoar a situação mais alta;
B: Errado (Coesão) O referente de “sua” é o termo “o meio”;
C: Errado (Crase) Embora a colocação da crase seja possível, ela não é opcional, pois ela alteraria o sentido: a ideia de “situação mais alta” passaria do genérico para uma “situação mais alta específica”;
D Errado (Análise sintática) Os cinco adjetivos presentes exercem a função de adjunto adnominal, são, portanto, termos acessórios da oração: “É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas”.
Funções Sintáticas segundo a NGB
(Nomenclatura Gramatical Brasileira)

Termos Essenciais Sujeito Predicado - predicação verbal - predicativo	**Termos Integrantes** Complementos Verbais - Objeto Direto - Objeto Indireto Complemento Nominal Agente da Passiva
Termos Acessórios Adjunto Adnominal Adjunto Adverbial Aposto	**Termo à Parte** Vocativo

E: Errado (Coesão) O termo "fusão de estádios emocionais distintos" diz respeito à mistura de dois estágios de religiosidade: o monoteísmo com as crenças africanas e indígenas.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos a aspectos semânticos de termos presentes no texto.

(1) "Insulado" (*l.*1) integra o campo semântico de **ilha**.

(2) O prefixo **extra-**, nos vocábulos "extraordinária" (*l.*3) e "extravagante" (*l.*10), tem efeito de superlativo.

(3) Os termos "monoteísmo" (*l.*9), "misticismo" (*l.*9) e "fetichismo" (*l.*10) constituem exemplos do uso do sufixo **-ismo**, que se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.

(4) Na forma verbal "revelaria" (*l.*14), a terminação **-ria** exprime ideia de hipótese ou possibilidade.

1: Certo (Estrutura de palavras) O termo provém do latim "*insula*", que significa ilha;
2: Errado (Estrutura de palavras) Nos dois casos, o prefixo tem valor de "fora de". Em "extraordinário", designa algo que foge daquilo que seria normal;
Em "extravagante", o que está fora de uso;
3: Certo (Estrutura de palavras) Pode-se atribuir às palavras o sentido de movimento ou prática religiosos;
4: Certo (Emprego de tempos e modos verbais) A ideia de possibilidade está no fato de a revelação depender de que se faça uma análise das superstições: *(se se fizesse) uma análise destas, (ela) revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.*_

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Texto para as próximas quatro questões.

Religião mestiça (cont.)

1 A sua [do sertanejo] religião é como ele — mestiça.
Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de
que surge, [o sertanejo] sumaria-lhes identicamente as
4 qualidades morais. É um índice da vida de três povos. E suas
crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de
tendências distintas. É desnecessário descrevê-las. As lendas
7 arrepiadoras do caapora travesso e maldoso, atravessando
célere, montado em caititu arisco, as chapadas desertas, nas
noites misteriosas de luares claros; os sacis diabólicos, de
10 barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário,
nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os
lobisomens e mulas sem cabeça noctívagos; todos os
13 mal-assombramentos, todas as tentações do maldito ou do
diabo — esse trágico emissário dos rancores celestes em
comissão na terra; as rezas dirigidas a S. Campeiro,
16 canonizado *in partibus*[1], ao qual se acendem velas pelos
campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos;
as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para amassar
19 e vender sezões; todas as visualidades, todas as aparições
fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos;
e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas
22 as manifestações completas de religiosidade indefinida são
explicáveis.

[1]*In partibus infidelium* [Lat.]. 1.Nos países ocupados pelos infiéis. 2.Diz-se do bispo cujo título é meramente honorífico. 3. Por extensão. Não efetivo, nominal. In: Ferreira, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. *Idem, ibidem*.

(Diplomacia – 2006) Considerando, exclusivamente, as informações contidas no texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A "religião mestiça" do sertanejo emergiu da mescla de crenças próprias dos três povos que o constituíram.

(2) A convivência de manifestações religiosas heterogêneas explica-se pela "aproximação violenta de tendências distintas" (*l.*5-6).

(3) A afirmação "É desnecessário descrevê-las." (*l.*6) deve ser entendida literalmente.

(4) "S. Campeiro" (*l.*15) é a denominação atribuída pelo Vaticano ao **santo do campo, da escuridão e das coisas perdidas**.

1: Certo (Interpretação) Além da contribuição negra e indígena, citadas claramente no texto, podemos perceber a branca pela menção ao monoteísmo;
2: Certo (Interpretação) Segundo o texto é dessa "aproximação violenta de crenças distintas" que surgem as crenças singulares do sertanejo, que são um fruto do sincretismo;
3: Errado (Figuras de linguagem) Se se entendesse literalmente, haveria contradição, pois o autor em seguida passa a descrevê-las;
4: Errado (Figura de linguagem) A menção à canonização é irônica, trata-se de uma crendice popular.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Referentemente a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção **incorreta**.

(A) A gramática normativa desautoriza a colocação pronominal enclítica em "sumaria-lhes" (*l*.3), recomendando a forma **sumar-lhes-ia**.

(B) O vocábulo "caapora" (*l*.7) é variante do vocábulo caipora, de origem tupi.

(C) Estão dicionarizadas as grafias com hífen de **mula-sem-cabeça** e "mal-assobramentos" (*l*.13), mas "*lobisomens*" (*l*.12) se escreve, obrigatoriamente, sem hífen.

(D) Em uma de suas ocorrências no texto, o itálico é meio de realce de expressão latina.

(E) A reiteração da conjunção "e" (*l*.21) imprime continuidade e fluidez ao texto, sugerindo movimentos ininterruptos ou rápidos.

A opção errada é a "A" (Colocação pronominal) A forma "sumaria" corresponde ao presente do indicativo e, portanto, não aceita mesóclise.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2006) A propósito da significação de palavras no texto, assinale a associação correta.

(A) "célere" (*l*.8) — perverso

(B) "aziagas" (*l*.11) — aflitivas

(C) "noctívagos" (*l*.12) — noctíferos

(D) "cabalísticas" (*l*.18) — misteriosas

(E) "sezões" (*l*.19) — colheitas

A: Errado (Vocabulário) célere: rápido;
B: Errado (Vocabulário) aziaga: azarentas;
C: Errado (Vocabulário) noctívagos: quem tem hábitos noturnos; noctíferos: quem ou o que traz a noite;
D: Certo (Vocabulário);
E: Errado (Vocabulário) sezões: forças, vigores.

GABARITO "D"

Texto I – para as próximas duas questões

Que outras lições poderia eu receber de um português que viveu no século XVI, que compôs as rimas e as glórias, os naufrágios e desencantos pátrios de Os Lusíadas, que foi um gênio poético absoluto, o maior de nossa literatura por muito que isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se proclamou como o Super – Camões dela? Nenhuma lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição que eu fosse capaz de aprender, salvo as mais simples que me poderia ser oferecida pelo homem Luis Vaz de Camões na sua extrema humanidade, por exemplo, a humildade orgulhosa de um autor que vai chamando a todas as portas à procura de quem esteja disposto a publicar – lhe o livro escreveu, sofreu por isso o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a indiferença desdenhosa de rei e da sua companhia de poderosos, o escárnio com que, desde sempre, o mundo tem recebido a visita dos poetas, dos visionários e dos loucos.

Ao menos uma vez na vida, todos os autores tiveram ou terão de ser Luís de Camões, mesmo se não escreveram as redondilhas entre fidalgos da corte e censores do Santo Ofício, entre os amores de antanho e as desilusões da velhice prematura, entre a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no palco da peça de teatro chamada: Que Farei com Este Livro?, em cujo final ecoa uma outra pergunta, aquela que nunca saberemos se alguma vez chegará a ter resposta suficiente: " Que farei com este livro?"

José Saramago. **Discurso por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura**. Estocolmo, 1998 (com adaptações.)

(Diplomacia – 2005) No discurso de José Saramago, a obra **Os Lusíadas** seu autor, Luís de Camões, são mencionados com admiração e reverência. Julgue (C ou E) os itens a seguir, com base no texto I.

(1) O trecho "as rimas e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de Os Lusíadas" (*l*.2 – 4) refere – se a episódios do período das grandes navegações portuguesas.

(2) José Saramago alude a Fernando Pessoa como o "Super – Camões" (*l*. 7) relativizando o sentido do predicado " um gênio poético absoluto"

(3) O trecho "que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço" (l . 29 – 30) caracteriza – se pelo emprego dos recursos da redundância e do eufemismo.

(4) Pelo que se depreende o texto, José Saramago examinou a obra camoniana no drama Que **Farei com Este Livro?** Representado no palco do paço português.

1: Certo pelo Gabaritooficial (Interpretação) Questão problemática: na enumeração destacada, indiscutivelmente, três termos fazem referências a episódios das grandes navegações: glórias, naufrágios e desencantos; o termo "rima", contudo, faz referência à atividade artística de Camões: fazer versos;
2: Errado (Interpretação) O autor cita o epíteto de Super-Camões, que Fernando Pessoa dava a si mesmo, para contestá-lo, portanto o caráter "absoluto" atribuído antes ao gênio poético de Camões é ratificado;
3: Certo (Figuras de linguagem) O emprego em conjunto das expressões "não", "nunca" e "mais" caracterizam a redundância de efeito estilístico. O emprego da expressão "perturbar os sentidos" em vez de "seduzir" caracteriza o eufemismo;
4: Errado (Interpretação) Pelo texto, percebemos que a peça tratará da vida do poeta e não de sua obra. Além disso, não é especificado qual é o teatro em cujo palco se representará a peça.

GabaritoNosso: 1E, 2E, 3C, 4E

GabaritoOficial 1C, 2E, 3C, 4E /

(Diplomacia – 2005) Quanto a descrição gramatical de elementos do texto I, assinale a opção correta.

(A) Em "por muito que isso pese a Fernando Pessoa" (*l*. 5 – 6), a forma "pese" remete a peso e está empregada como verbo transitivo direto.

(B) É opcional a regência como transitivo ou transitivo indireto do verbo chamar com o sentido empregado em " que vai chamando a todas as portas " (*l*. 12 – 13).

(C) O emprego da conjunção alternativa em "todos os autores tiveram ou terão de ser Luís Camões" (*l*. 20 – 21) implica alusão a fases do fenômeno temporal.

(D) Os vocábulos "redondilhas" (*l*. 22) e "antanho" (l . 24) estão em desuso no português contemporâneo.

(E) No último parágrafo a menção a Luís de Camões está construída por meio de paralelismo sintático introduzido pela forma "foi a este".

A: Errado (Analise sintática) A forma "**pese**" remete a "desgoste" e está empregada como verbo transitivo indireto, sendo "a Fernando Pessoa" seu complemento - objeto indireto;
B: Errado (Analise sintática) No contexto em que aparece, o verbo "chamar" foi empregado como intransitivo: que (pronome relativo empregado como sujeito) vai chamando (locução verbal intransitiva) a todas as portas (adjunto adverbial de lugar);
C: Errado (Interpretação) Esta alternativa poderia ser escolhida como a certa, não fosse a maior correção da alternativa E. Podemos contestá-la, argumentando que a conjunção alude à inevitabilidade da condição que todo escritor terá que enfrentar: a luta para que sua obra seja publicada;
D: Errado (Vocabulário Ainda que se possa afirmar isso do termo "antanho" (antigamente), no caso de "redondilha" (versos pentassílabos ou heptassílabos), trata-se de um termo técnico de versificação ainda utilizado pelos que estudam, mesmo no ensino médio, a poesia do Humanismo e do Classicismo português;
E: Certo (Paralelismo) Pelo esquema abaixo, pode-se perceber a repetição das seguintes estruturas sintáticas: foi + a + este + substantivo + adjetivo ou locução adjetiva + oração adjetiva
1) foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer,
2) foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma,
3) foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço
GABARITO "E"

Texto II

O Estado – nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil – colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além – mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau – Brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou – se a primeira vítima: o pau – Brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ana Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção incorreta a respeito do texto II.

(A) Caso fosse omitida a vírgula logo após "mercantis" (*l.* 3), o texto não sofreria prejuízo do ponto de vista estritamente sintático, mas a informação expressa no trecho de ocorrência da vírgula ficaria prejudicada do ponto de vista histórico.

(B) Se acatado o rigor gramatical, os adjetivos "portuguesa" (*l.* 4) e espanhola (*l.* 5) deveriam estar flexionados no plural.

(C) Contribuiria para precisão da informação expressa no segundo período do texto a seguinte reescritura do texto "ou de produtos (...) lucro" (*l.* 6 – 8): ou de outros produtos de alto valor comercial que pudessem ser, também, transacionados com muito lucro nos mercados europeus.

(D) Há elementos no texto, em especial, o emprego do advérbio "ironicamente" (*l.* 13) e da expressão "a primeira vítima"(*l.* 14), que permitem a interferência de que o Brasil, desde que se tornou Estado – Nação, assim como o produto de que se originou seu nome, pode ser percebido como vítima de seu saque.

(E) No período situado nas linhas de 8 a 12, há uma comparação subjacente que enaltece os "diversos povos indígenas nômades e seminômades" (*l.* 11 – 12) e que está marcada linguisticamente pelo contraste de "[recursos naturais] manejados" (*l.* 11) com "alvo do saque aos recursos naturais" (*l.* 10 – 11), expressão atribuída aos europeus.

A: Certo (Pontuação) A vírgula após o termo "mercantis" confere à oração adjetiva que lhe segue um valor explicativo. Embora, com a omissão da vírgula, o texto continue gramaticalmente correto, o sentido sofreria alteração: na frase original, afirma-se que toda a burguesia mercantil estava aliada à monarquia; na alterada, afirma-se que apenas uma parte se aliaria;
B: Errado (Concordância Nominal) Como existe apenas uma monarquia portuguesa e uma espanhola, ou se pluraliza o substantivo, como foi feito; ou se empregam demonstrativos que retomem o substantivo: *"aliadas à monarquia, sobretudo a portuguesa e a espanhola"*. **Nota:** A pluralização dos adjetivos proposta na questão não é incorreta gramaticalmente, mas gera o sentido incoerente de se haver mais de uma monarquia espanhola e mais de uma portuguesa;
C: Certo (Análise sintática) A alteração da ordem do termo "de alto valor comercial" e a inclusão dos termos "outros" e "também" deixam claro que a oração adjetiva presente no trecho se refere apenas ao substantivo "produtos";
D: Certo (Interpretação) O termo "ironicamente" revela que o comércio do produto que viria dar nome ao país foi feito dentro dos princípios da expansão mercantil-colonial europeia, ou seja, destinava-se a enriquecer a metrópole em detrimento da colônia. A expressão "vítima" dada ao pau-brasil expressa metaforicamente que o seu comércio além de ter sido feito em prejuízo para o país levou ao esgotamento desse bem natural. O ordinal "primeiro", por outro lado, sugere que à exploração desse bem seguiram outras. Essas interpretações aliadas à afirmação inicial de que o Estado-nação brasileiro tem suas raízes nesse estado de coisas e ao conhecimento do papel que a ele coube no comércio internacional permitem afirmar que o Brasil, como nação independente, foi também alvo de saque;
E Certo (Interpretação) Em tempos de consciência ecológica e busca do chamado "desenvolvimento sustentável, a ideia de manejo de recursos naturais em oposição a saque ganha uma conotação laudatória ao tipo de interação dos índios com a natureza.
GABARITO "B"

Texto III

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou-se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava-se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar-se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Com base no texto III, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Atenderia às exigências linguísticas puristas a alteração na linha 4, de "causando" por: o que causou.

(2) A concordância verbal em "comprovou-se" (*l.* 5) atende regra segundo a qual, em construções com posposição de sujeito composto, é obrigatória a concordância do verbo com o primeiro núcleo do sujeito.

(3) Considerando os elementos de coesão textual, verifica-se que a expressão "ao espetáculo" (*l.* 5) tem como referência "Exposição Universal de Paris" (*l.* 3 – 4).

(4) O emprego das aspas em "autárquica" e "pura" (*l.* 14 – 15) indica que a atribuição de sentido às duas palavras não deve ser exatamente a corrente, a usual.

1: Certo (Análise sintática) Os gramáticos mais conservadores condenam o emprego de orações adjetivas reduzidas de gerúndio como um estrangeirismo;

2: Errado (Concordância verbal) A posposição de um verbo a um sujeito composto permite que ele concorde com a totalidade dos núcleos do sujeito ou com o núcleo mais próximo;

3: Errado (Coesão) O referente é a iluminação das 5 mil lâmpadas;

4: Certo (Figuras de linguagem) A atribuição das palavras "autárquica" e "pura" à arte deixa claro que se trata de emprego metafórico.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C

Texto IV

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, ás condições dominantes em 1914;

De 1924-28ª 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929;

De 1932-33 a 19393, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Com relações ao texto IV, assinale a opção incorreta

(A) O texto é composto por apenas um longo período. Para se atender ao estilo da escrita contemporânea – textos com períodos curtos – e à prescrição gramatical, esse período poderia ser transformado em quatro. Para tal, bastaria substituir o sinal de dois-pontos (*l.*2) por ponto e fazer corresponder, com os devidos ajustes nas letras maiúsculas, um período a cada uma das "três grandes fatias".

(B) A forma como as datas estão dispostas demonstra que o período a que o texto se refere é delimitado por uma perspectiva científica, e não meramente cronológica. Nesse contexto, a oração adjetiva "que se segui à Grande Guerra" (*l.*1) poderia, sem perda da precisão histórica, ser substituída pela expressão pós-Grande Guerra.

(C) A elipse na oração ao longo segmento oracional "quando todos os países europeus procuraram" (*l.* 3-4).

(D) Há redundância em "os resquícios deixados pela guerra" (*l.* 4), o que permite a alteração para os resquícios da guerra.

(E) O paralelismo sintático seria observado com mais rigor gramatical caso se substituísse "com o grande surto de prosperidade" (*l.*7) por: quando se assistiu ao grande surto de prosperidade.

A opção errada é a "A" (Análise sintática) As alterações propostas não bastariam para a obtenção de quatro períodos. Seria necessária a inclusão de verbos para a configuração de orações principais nas três últimas frases. Abaixo está a transcrição da reescrita tal como proposta na alternativa, os termos sublinhados são as orações subordinadas. Note-se que os trechos não sublinhados a que elas se ligam não possuem verbo.

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias.

De 1919 a 1924–28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914.

De 1924–28 a 1931–33, com o grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929.

De 1932–33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

GABARITO "A"

Texto V – para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz. Milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; E centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In:* Avelar e A. O. Cintra (org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção em que, na reescrita do segundo período do texto (*l.* 2-8), mantém-se a informação original e a correção gramatical.

(A) Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência.

(B) Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência.

(C) Era composta por latifúndios, voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno - feijão, arroz, milho - e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros minerados já em fase de decadência.

(D) Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência.

(E) Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

A alternativa "C" não possui erro, as demais são transcritas abaixo e o sublinhado indica os erros de pontuação: A) Era composta por latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis como: o açúcar, o tabaco, o algodão, fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência;
B) Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno, feijão, arroz, milho, e à criação de gado. Estas sobretudo no norte e no sul, e centros mineradores já em fase de decadência;
D) Era composta por latifúndios voltados para: produção de mercadorias exportáveis como, açúcar, tabaco, algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno como, feijão, arroz, milho e criação de gado, sobretudo no norte e no sul; e em centros mineradores já em fase de decadência;
E) Era composta por latifúndios. Voltados para a produção de mercadorias exportáveis (o açúcar, o tabaco, o algodão), fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho, criação de gado), sobretudo, no norte, e no sul e centros mineradores, já em fase de decadência.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2005) Julgue (C ou E) os itens a seguir, que dizem respeito ao período: "Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo" (*l.* 18-20).

(1) Nesse contexto, a conjugação "Mas" tem a função de estabelecer relação de coordenação entre as duas orações do período.

(2) Esse período é composto por duas orações justapostas que mantêm entre si relação de dependência semântica e sintática, exercendo a segunda oração a função de predicativo da primeira.

(3) O advérbio "também", por acrescentar uma circunstancia ao verbo, não poderia ser retirado da frase, sob pena de provocar prejuízo à estrutura de base da oração.

(4) O período permanecera perfeitamente em conformidade com os padrões da escrita culta se "baseado" for substituído por: que se baseava.

1: Errado (Análise sintática) A conjunção estabelece coordenação entre a frase em que ela aparece e a frase anterior;
2: Errado (Análise sintática) As orações são justapostas (sem conector), e a segunda ("era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo") é subordinada adverbial causal;
3: Errado (Palavra denotativa) A ausência do termo "também" causa alteração semântica, mas não prejudica a estruturação sintática;
4: Certo (Análise sintática) A alteração consiste no desenvolvimento da oração adjetiva.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C

Texto VI – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção correta com relação a aspectos linguísticos do texto VI.

(A) Nas linhas 2 e 3, atenderia à prescrição gramatical a escolha da seguinte regência verbal: culminaram nos atos de força.

(B) Entre as expressões "Com efeito" (*l.* 6) e "Nessa conjuntura" (*l.* 14), encontra-se uma explicitação dos acontecimentos que constituem o tópico inicial do texto.

(C) Em "à obtenção" (*l.* 16), o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

(D) Nas linhas 20 e 21, os parênteses sinalizam uma retificação.

(E) Sem que ocorra erro de pontuação, a vírgula que aparece logo após "e" (*l.* 22) pode ser deslocada para imediatamente antes dessa conjugação.

A: Certo (Regência verbal) O verbo "culminar" rege objeto indireto com as preposições "em" ou "com";
B: Errado (Interpretação) Os acontecimentos (modernização da era Vargas e da era JK) são anteriores aos acontecimentos presentes no tópico inicial do texto (crises da primeira metade da década de 60);
C: Errado (Crase) A retirada da crase seria possível pela retirada do artigo, isso implicaria uma alteração de sentido;
D: Errado (Interpretação) Eles constituem um aposto enumerativo do termo "novas posições", são, portanto, a explicitação de um termo genérico;
E: Errado (Pontuação) A vírgula junto com a que lhe segue marcam a intercalação de um adjunto adverbial ("ante a acentuada radicalização interna") numa oração coordenada sindética aditiva, portanto a primeira vírgula deve estar após o conector.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2005) No primeiro período do texto VI: "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930" (*l.* 1- 6), a locução sublinhada estabelece entre frases uma relação lógica de

(A) causa
(B) concessão
(C) condição
(D) conformidade
(E) consequência

A alternativa "C" é a certa (Análise sintática) O valor condicional da locução conjuntiva "sem que" fica claro quando a substituímos por uma conjunção com esse valor, como "caso": "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos caso não se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930".

GABARITO "C"

Texto VII – texto para as próximas três questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar - um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições -, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se;

E, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Analisando a relação entre as informações veiculadas pelo texto VII e a articulação dos elementos textuais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 15, o enunciado causal que antecede e em que se sustenta a afirmação "a vida social individualiza-se" é insuficiente para justificar o paradoxo "social/individual", o que, considerando-se as ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo, gera incoerência na linha argumentativa do texto.

(2) No trecho "do qual lhe vêm solicitadas e ordens precisas de ações condicionadas" (*l.* 20-21), há uma sucessão de vocábulos do campo semântico de determinação, o que é produtivo para a defesa do autor de seu ponto de vista determinista da política mundial, confirmado no apelo romântico às "paixões humanas" (*l.* 22) ao caracterizar "lugar" (*l.* 19).

(3) Predomina, no texto, a função referencial da linguagem e verifica-se, também, a utilização pontual da linguagem em sua função poética, como recurso para expressar o conceito de "lugar" por meio da metáfora "o teatro insubstituível das paixões humanas" (*l.* 21-22)

(4) A forma verbal prevalente no texto é o presente do indicativo, o que equivale a dizer que o texto se compõe de enunciados categóricos, os quais produzem o tom de certeza na abordagem do tema.

1: Errado (Interpretação) A ideia do exercício de uma ação própria é um dos fatores que permite que, em meio ao fator coercitivo da vida social sobre seus integrantes, irrompa um espaço para a individualidade;
2: Errado (Interpretação) No texto, a ideia expressa pelo termo "paixões humanas" se opõe como um fator arbitrário e imprevisível ao determinismo, de modo a atenuá-lo como móbil das ações humanas;
3: Certo (Funções da linguagem) A função referencial é a centrada no referente, pede clareza e impessoalidade, tem como exemplo típico o texto ensaístico. A função poética e marcada pelo emprego de recursos expressivos – como a metáfora –, que dão ao texto valor estético;
4: Certo (Emprego dos tempos verbais) O presente do indicativo, entre outros valores, expressa processos vistos como verdadeiros, como nas formulações científicas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2005) Considerando as ideias e as estruturas morfossintáticas do texto VII, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) No primeiro período do texto, a noção de oposição é produzida, via semântica, pelo emprego de duas antíteses: "localidade"/"globalidade" e "opõe"/confunde"

(2) Atenderiam aos princípios de coesão e ás prescrições gramaticais as duas seguintes alterações do primeiro período do texto: A localidade e a globalidade confundem-se. Opõe-se e confundem-se também a localidade à globalização.

(3) As considerações iniciais do autor a respeito da essência e da existência do mundo (*l.* 2-5) encontram seu correlato, no sistema linguístico, na distinção semântica do par verbal ser/estar.

(4) É possível estabelecer uma analogia entre "tempos externos das escalas superiores" (*l.* 7-8) e sincronia e, entre "eixo dos tempos internos" (*l.* 8) e diacronia.

1: Certo (Interpretação) A oposição entre "localidade" e "globalidade" se faz pelo valor já presente nos termos. A de "opõe" e "confunde" fica clara quando se percebe o sentido que este último termo tem no texto: identifica, integra;

2: Errado (Concordância) A primeira reescrita confere um valor de reciprocidade que não está de todo claro no trecho original; a segunda apresenta solecismo de concordância: o verbo "confundem-se" deveria estar no singular já que o sujeito é o termo "localidade";
3: Certo (Interpretação) A essência define aquilo que se é, independentemente da aparência. Já a existência pode casualmente mascarar a essência com estados que, por não serem essenciais, não são imutáveis;
4: Errado (Emprego dos tempos verbais) A sincronia corresponde ao enfoque das ações e estados num tempo determinado; a diacronia trata das suas modificações ao longo do tempo.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, a respeito das ideias e das estruturas lexicais, morfossintáticas e semânticas do texto VII.

(1) O conteúdo desse excerto resume-se em conceituar e explanar a localidade como uma manifestação próxima, cotidiana, pragmática da globalidade.

(2) A coexistência tem lugar no "mundo", e não, no "lugar".

(3) A expressão "nosso Próximo" (*l.* 5-6) exerce a mesma função sintática que o trecho entre travessões nas linhas 12 e 13.

4( ) No texto, dois campos semânticos confrontam-se: de um lado: "localidade" / "existência" / "eixo da coexistência" / "cooperação";

DO OUTRO: "GLOBALIDADE" / "ESSÊNCIA" / "EIXO DOS TEMPOS INTERNOS" / "CONFLITOS".

1: Certo (Interpretação) Os seguintes trechos comprovam a afirmação: "A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela."; "O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo...";
2: Errado (Interpretação) O seguinte trecho desmente a afirmação: "No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências...";
3: Certo (Análise sintática) Ambos são apostos;
4: Errado (Coesão) O eixo dos tempos internos é o eixo da coexistência, ele se opõe ao eixo das sucessões.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

Texto VIII – para as próximas três questões

circum-lóquio
(pur troppo non allegro)
sobre o neoliberalismo terceiro mundista
7.

1 o neoliberalismo
sonha um admirável
mundo fixo
4 de argentários e multinacionais
terratenentes terrapotentes
coronéis políticos
7 milenaristas (cooptados) do
perpétuo
status quo:
10 um mundo prive
palácio de cristal
à prova de balas:
13 bunker blau
durando para sempre – festa
estática
16 (ainda que sustente sobre
fictas
palafitas
19 e estas sobre uma lata
de lixo)

Haroldo de Campos. **Poema inédito**. In: Folha de S. Paulo. 12/6/1998

(Diplomacia – 2005) Haroldo de Campos lançou, em 1956, o movimento nacional e internacional de Poesia Concreta. Julgue (C ou E) os itens a seguir, considerando o contexto histórico, cultural e temático do poema acima (texto VIII)

(1) O poeta, carioca que ainda vive em sua cidade natal, lançou o movimento concretista com o irmão Humberto de Campos e com o artista plástico Décio Pignatari.

(2) A Poesia Concreta foi o movimento literário que acendeu a consciência plástica da linguagem poética da linguagem poética, nas dimensões sonora e visual.

(3) A expressão "admirável mundo fixo" (v. 2 e 3) remete a conhecida obra do escritor inglês Aldous Huxley.

(4) A temática do poema é a apologia ao neoliberalismo, programa econômico globalizante identificado a partir da década de 80 do século passado.

1: Errado (Literatura) Os três principais mentores e poetas do movimento concretista na literatura foram os irmãos Campos (Haroldo e Augusto) e Décio Pignatari. Todos os três paulistas e fundadores na cidade de São Paulo da revista Noigrandes, órgão de difusão das ideias do movimento;
2: Certo (Literatura) A Poesia Concreta passou a se valer, por exemplo, da disposição das palavras no texto, a qual passou de simples meio de transmissão do texto poético para possuir ela própria significado e valor estético;
3: Certo (Literatura) Trata-se da obra Brave New World, em português Admirável Mundo Novo, romance que narra um futuro em que a ciência e a técnica se desenvolveram a ponto de criarem uma sociedade "perfeita". Nela, os seus cidadãos, pelo condicionamento bio-psicológico, desempenham satisfeitos funções pré-determinadas, não havendo espaço para a livre escolha ou crítica;
4: Errado (Interpretação) A temática do poema é a crítica ao neoliberalismo, por associá-lo a práticas de exploração econômica (argentário, coronéis políticos) e a miséria dela decorrente (palafitas, lata de lixo).

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005) Com base na analise do vocabulário da estrofe transcrita no texto VIII, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A estrofe esquematiza-se da seguinte maneira:

(2) O autor utiliza os seguintes estrangeirismos: "terrapotentes", status quo", "bunker blau" e fictas", que deveriam ter sido obrigatoriamente escritos em itálico.

(3) Nos versos 2 e 3, "sonha um admirável / mundo fixo", a posição dos adjetivos que modificam o substantivo "mundo" é evidência de que a ordem das palavras na oração diz respeito à sintaxe e também à semântica. Caso se alterasse a ordem (sonha um mundo / admirável fixo), haveria significativa mudança de sentido.

(4) A composição por justaposição, como processo de formação de palavras, prevalece no texto, tendo como exemplos: "neoliberal", "multinacionais", "terratenentes" e "terrapotentes".

1: Certo pelo Gabaritooficial (Interpretação) Ainda que a esquematização proposta descreva a estrofe até o décimo quinto verso, os cinco últimos, que estão entre parênteses, não apenas fazem parte desta estrofe, como ainda encerram o reverso do "admirável mundo fixo" - a miséria que o sustenta. Contribuem, portanto, de forma imprescindível para o sentido da estrofe e não podem ser desconsiderados num esquema dela, a não ser que se informe que esta é parcial. Seria melhor que a questão tivesse sido anulada ou o Gabaritoalterado para ERRADO;
2: Errado (Formação de palavras) O adjetivo "fictas" é um termo da língua portuguesa e "terrapotentes" é um neologismo;
3: Certo (Análise sintática) Na colocação original, o adjetivo "admirável" qualifica o conjunto formado por "mundo fixo": "um mundo fixo que é admirável". Na alteração proposta, o adjetivo "fixo" passa a qualificar o conjunto formado por "mundo admirável": "um mundo admirável que é fixo";
4: Certo (Formação de palavras) Embora possam ser confundidos com prefixos, os termos "multi" e "neo" são radicais.
Gabarito1C, 2E, 3C, 4C /
Gabarito nosso: 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2005) Assinale a opção incorreta quanto à descrição gramatical.

(A) O verbo sonhar, além da regência expressa no verbo 2, tem emprego também, conforme prescrição gramatical, como intransitivo e transitivo indireto.

(B) O uso dos dois-pontos depois de "status quo" (v. 9) tem a função de introduzir uma explicação.

(C) Nos cinco últimos versos, os parênteses assinalam isolamento sintático e semântico.

(D) A locução conjuntiva "ainda que" (v. 16) tem o mesmo sentido de posto que.

(E) A fragilidade das bases do mundo neoliberal é reforçada pelo adjetivo "fictas" (v. 17), que significa falsas.

A: Certo (Regência) VI: Eu sonhei muito ontem. // VTI: Eu sonhei com um mundo novo;
B: Certo (Análise sintática) Eles introduzem um aposto do explicativo que pode ter como fundamental tanto o termo "um admirável mundo fixo" quanto "o perpétuo status quo", pois ambas as atribuições são coerentes com o sentido do poema;
C: Errado (Análise sintática) O trecho se constitui de uma oração adverbial concessiva subordinada à oração anterior, portanto não há isolamento sintático. A relação semântica entre o trecho em questão com o resto do texto é de oposição, trata-se da contrapartida do mundo de luxo e conforto a que tem acesso uma parcela privilegiada da população;
D: Certo (Análise sintática - conector) Ambas as locuções conjuntivas têm valor concessivo;
E: Certo (Vocabulário) Segundo o dicionário Houaiss, "ficto" tem como primeiro grupo de significado: "em que há simulação; falso, inventado, simulado".
GABARITO "C"

Texto I

Para entender a atual e multifacetada crise cultural, precisamos adotar uma perspectiva extremamente ampla e analisar a situação no contexto da evolução cultural humana. Os historiadores estão longe de elaborar uma teoria abrangente da dinâmica cultural, mas parece que todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração.

Segundo os antigos filósofos chineses, todas as manifestações da realidade são geradas pela integração dinâmica entre dois pólos de força: o yin e o yang. Heráclito, na Grécia antiga, comparou a ordem do mundo a "um fogo eternamente vivo que se acende e a apaga conforme a medida". Empédocles atribuiu as mudanças no universo ao afluxo e refluxo de duas forças complementares, a que chamou amor e ódio.

Entre os mais notáveis, mesmo que mais hipotéticos, estudos dessas curvas de ascensão e queda de civilizações, cumpre-nos citar a importante obra A Study of History, se Arnold Toynbee. Os padrões culturais descritos por Toynbee parecem-se ajustar muito bem à nossa situação atual. Ao observarmos a natureza dos nossos desafios, podemos reconhecer a confluência de diversas transições.

A primeira transição, e talvez a mais profunda, segundo esse autor, deve-se ao lento, relutante, mas inevitável declínio do patriarcado. A periodicidade associada ao patriarcado é de, pelo menos, três mil anos, e são mínimas as informações de que dispomos acerca das eras pré-patriarcais. Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante. Ele tem influenciado nossas ideias mais básicas acerca da natureza humana e da nossa relação com o universo – a natureza do homem e a relação "dele" com o universo, na linguagem patriarcal. O patriarcado era o único sistema que, até a data recente, não tinha sido abertamente desafiado em toda a história documentada e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis da natureza; na verdade, eram, usualmente, apresentadas como tais. Hoje, porém, a desintegração do patriarcado tornou-se evidente. O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais dos tempos atuais e terá profundo efeito sobre a futura evolução humana.

A segunda transição, que terá profundo impacto sobre nossa vida, nos é imposta pelo declínio da era do combustível fóssil. Os combustíveis fósseis têm sido as principais fontes de energia da moderna era industrial e, quando se esgotarem, essa era chegará ao fim. Esta década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para uma era solar, acionada por energia renovável oriunda do sol;

Essa mudança envolverá transformações radicais nos atuais sistemas econômicos e políticos.

A terceira transição também está relacionada com valores culturais. Envolve o que hoje é frequentemente chamado de "mudança de paradigma" – uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam determinada visão da realidade. Esse paradigma compreende certo número de ideias e valores que diferem nitidamente dos da Idade Média, valores que estiveram associados, na cultura ocidental, à revolução científica, ao Iluminismo e à Revolução Industrial. Nesse paradigma, incluem-se a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento e a concepção de que a vida em sociedade é uma luta competitiva pela existência. Nas décadas mais recentes, concluiu-se que todas essas ideias e valores necessitam de uma revisão radical.

De acordo com nossa ampla perspectiva da evolução cultural, a atual mudança de paradigma faz parte de um processo mais vasto, de uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontada ao longo de toda a civilização ocidental e na maioria das outras culturas.

Fritjof Capra. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982, p.24-9 (com adaptações)

(Diplomacia – 2004) Julgue os itens a seguir, que se referem à compreensão, à interpretação e aos aspectos gramaticais do texto I.

(1) A expressão "a atual e multifacetada crise cultural" (linha 1), embora imprecisa, tem cada um de seus vocábulos explicitados por meio do desenvolvimento das seguintes ideias: existe uma crise cultural nos dias atuais e essa crise (degradação de valores éticos) é "multifacetada" por se estender a raças diferentes e diferentes ecossistemas.

(2) A relação lógica entre os dois primeiros parágrafos pode ser descrita assim: no segundo parágrafo, enuncia-se a idéia da existência de forças geradoras que, como apontam pensadores de outras épocas, foram responsáveis pelas mudanças cíclicas, elencadas no primeiro parágrafo.

(3) Os dados e os argumentos apresentados pelo autor asseguram a objetividade do discurso, incisivo e científico. No entanto, para se eliminarem os traços de subjetividade, seriam necessárias as seguintes alterações: retirada de "parece que" (linha 3) e troca de "parecem ajustar-se" (linha 10) por **ajustam-se**.

(4) As "transições" apontadas por Toynbee organizam-se diacronicamente de tal forma que são excludentes, e efetivamente ocorreram na ordem em que foram apresentadas.

(5) A regra de acentuação gráfica ilustrada em "pólos" (linha 6) não diz respeito à terminação da palavra, o que também ocorre com os vocábulos **pôr** (verbo) e **às** (substantivo).

(6) Na linha 6, observa-se que a palavra "ordem" não recebeu acento gráfico, assim como seu plural também não o receberia. Isso ocorre porque as palavras paroxítonas terminadas em –em/ens não se acentuam, regra da qual a palavra **hífens** é exceção.

(7) As reescrituras de "a que chamou" (linhas 7 e 8) e de "de que dispomos" (linha 13) como, respectivamente, **que chamou de** e **que dispomos** estão ambas de acordo com a modalidade escrita padrão da língua portuguesa e preservam o sentido original do texto.

(8) Na linha 9, a ligação estabelecida entre os adjetivos "notáveis" e "hipotéticos" manter-se-ia coerente com o texto, assim como seria mantida a correção gramatical da frase, caso se substituísse "mesmo que" por **embora** ou **posto que**.

(9) No período "Tem sido extremamente difícil entender o poder do patriarcado, por ser ele totalmente preponderante" (linha 14), não se contrariaria o sentido original do texto, se a expressão grifada fosse substituída por **hegemônico**.

(10) Na linha 16, o pronome "que" exerce a mesma função sintática do termo que o antecede: predicativo do sujeito.

(11) Os pronomes relativos "que" (linha 16) e "cujas" (linha 17) têm como elemento antecedente a mesma expressão nominal.

(12) O pronome "tais" (linha 18), sem referência própria, tem seu sentido atribuído pelo termo antecedente "universalmente aceitas" (linha 17).

(13) A oração "que terá profundo impacto sobre nossa visa" (linha 21) poderia estar entre parênteses ou entre travessões, mas não sem as vírgulas, porque, neste caso, assumiria um caráter explicativo, o que acarretaria incoerência textual.

(14) Os vocábulos "dos" e "da" (linha 27) provêm ambos da contração da preposição **de** com outro vocábulo: em "dos", com um pronome demonstrativo e, em "da", com um artigo definido.

(15) Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto, se o último parágrafo for reescrito do seguinte modo: Nessa ampla perspectiva de evolução cultural, cuja mudança do atual paradigma, percebe-se um processo mais vasto, com uma flutuação notavelmente regular de sistemas de valores, que pode ser apontado ao longo de toda a civilização ocidental e da maioria das outras culturas.

1: Errado (Interpretação) Embora se possa entender que o adjetivo "multifacetada" aplicado à mencionada crise cultural possa significar que ela atinja muitas comunidades diferentes em diferentes países, não se pode utilizar no lugar da ideia de "comunidades" termos como "raças" ou "etnias";

2: Certo (Interpretação) Os pensadores e as forças geradoras por eles citadas são os antigos filósofos chineses e o yin e yan; Heráclito e o fogo eternamente vivo;

Empédocles e o amor e o ódio. Essas forças explicam os processos cíclicos de gênese, nascimento, colapso e desintegração;

3: Errado (Interpretação) A presença do verbo "parecer" nas duas ocorrências revela que a afirmação feita carece de plena certeza. Isso, contudo, não constitui marca de subjetividade, pois essa incerteza não é atribuída apenas ao autor do texto, mas generalizada. A subjetividade ocorreria caso houvesse a presença do oblíquo "me" como objeto indireto: "parece-me que";

4: Errado (Interpretação) A primeira transição, declínio do patriarcado, embora antiga, continua ainda ocorrendo. A segunda transição, declínio da era do combustível fóssil, ainda não começou. A terceira, mudança de paradigma, é bastante recente, se comparada à primeira, mas ambas ainda estão ocorrendo;

5: Certo (Acentuação Gráfica) A 14ª e 15ª regras de acentuação gráfica do Formulário Ortográfico de 1943 determina que esses três vocábulos - "pólos", "pôr", "ás" - recebam acento para diferenciá-los de outras palavras homógrafas. **Nota:** pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que passará a vigorar plenamente a partir de 1º de janeiro de 2013, das três palavras, apenas "ás" conservará o acento;

6: Errado (Acentuação Gráfica) As paroxítonas terminadas em "n" são acentuadas, mas as terminadas em "ens" não o são: hífen/hifens, pólen/polens, gérmen/germens, etc.;

7: Errado (Regência) A retirada da preposição na oração adjetiva "a que chamou" mantém a correção e o sentido, pois o verbo "chamar", que rege o relativo, pode ser empregado como transitivo direto ou indireto no sentido de "nomear". No segundo caso, a retirada da preposição mantém a correção gramatical, mas altera o sentido. O verbo "dispor" com o sentido com que foi empregado no texto, "ter a posse de", é transitivo indireto e pede a preposição "de";

8: Certo (Análise sintática) A conjunção "embora" e as locuções conjuntivas "mesmo que" e "posto que" apresentam o mesmo valor: concessão. **Nota:** o emprego da locução "posto que", como causal ou explicativa, no lugar de porque, constitui desvio de norma;

9: Certo (Interpretação) Os termos "preponderante" e "hegemônico" são sinônimos;

10: Errado (Análise sintática) O relativo "que" exerce a função de sujeito da locução verbal "tinha sido desafiado" e tem, como antecedente, o termo "o único sistema", que exerce a função de predicativo do sujeito "o patriarcado";

11: Certo (Coesão) Ambos os relativos são anafóricos do termo "o único sistema";

12: Errado (Coesão) O termo "tais" é anafórico de "leis da natureza";

13: Errado (Pontuação) A oração "que terá profundo impacto em nossa

vida" é uma subordinada e, portanto, não pode vir isolada por parênteses. As orações que aceitam ser isoladas por parênteses ou travessões são as chamadas de parentéticas ou interferentes;
14: Certo (Pronome) O vocábulo "os" contraído na forma "dos" é um pronome demonstrativo, pois vale como anafórico de um termo "valores" e vem qualificado por um adjunto adnominal "da Idade Média". O "a", por outro lado, acompanha o substantivo "Idade Média" que lhe segue, sendo, portanto, um artigo;
15: Errado (Análise sintática) A frase reescrita não altera apenas o sentido da original. Ela sequer faz sentido, pois possui uma oração adjetiva "cuja mudança atual do paradigma", que está incompleta por lhe faltar verbo.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7E,
8C, 9C, 10E, 11C, 12E, 13E, 14C, 15E

Texto II

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Isso significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. Elas são criadas por meio de atos de linguagem.

Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Por exemplo, segundo o linguista Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças, os elementos – os signos – que constituem uma língua não têm qualquer valor absoluto. Reencontramos, aqui, não a ideia de diferença como produto, mas como a operação ou o processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais, como a identidade, por exemplo.

Derrida acrescenta a isso a ideia de traço: o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente a diferença.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a reações de poder. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

Tomaz Tadeu da Silva. Identidade **e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 76 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Com relação ao texto II, julgue os itens a seguir.

(1) Comprometer-se-ia o sentido original do período situado entre as linhas 3 e 6, caso se substituísse a construção na voz passiva analítica "à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" (linhas 5 e 6) pela passiva pronominal correspondente.

(2) Atendendo-se às prescrições gramaticais, o segmento "Somos nós que as fabricamos" (linha 8) poderia ser substituído por **Somos nós quem as fabrica**.

(3) Ao final do 3º parágrafo, mantendo-se a coerência e a coesão textuais, poderia ser acrescentado o seguinte trecho: Em outras palavras, é a própria dicotomia um dos meios pelos quais o significado é fixado.

(4) No texto, afirma-se que os grupos sociais que estão assimetricamente situados são os que lutam para garantir o acesso aos privilégios, como evidencia o emprego das vírgulas na linha 28.

(5) De acordo com o texto, identidade e diferença devem ser compreendidas em sua dimensão simbólica, de representação, e analisadas com base nas relações de poder.

1: Certo (Voz passiva) A passagem dos verbos em voz passiva analítica do trecho "não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas" para a voz passiva sintética "não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de se revelarem ou descobrirem, respeitarem ou tolerarem" confere ambiguidade a esse trecho, pois se pode interpretar o pronome "se" como uma marca de reflexibilidade ou reciprocidade;
2: Certo (Concordância Verbal) Quando o sujeito de uma frase é colocado entre a partícula de realce "é quem", a concordância do verbo é feita com o pronome, flexionando-se o verbo na terceira do singular: Somos nós quem as fábrica. Modernamente admite-se a concordância com o sujeito de fato: Somos nós quem as fabricamos. Caso se empregue a partícula de realce "é que", o verbo concordará exclusivamente com o sujeito de fato: Somos nós que as fabricamos;
3: Certo (Interpretação) Entendendo-se que "dicotomia" é o mesmo que "dualidade" e que ela se refere ao par opositivo semelhança/diferença, o trecho proposto constitui um reforço do que se disse antes;
4: Errado (Pontuação) A presença de vírgulas no trecho "assimetricamente situados" confere-lhe valor explicativo, ou seja, todos os grupos sociais estão assimetricamente situados e, portanto, todos eles lutam para garantir o acesso aos privilégios;
5: Certo (Interpretação) O texto em geral e a última frase em particular comprovam afirmação da questão: O poder de definir (dimensão simbólica) a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto III

A ética contemporânea faz grande alvoroço em torno das diferenças culturais. Sua concepção do outro tem em vista essencialmente esse tipo de diferenças. E seu grande ideal é a coexistência tranquila das comunidades culturais, religiosas, nacionais etc., a recusa da "exclusão".

Mas é preciso sustentar que essas diferenças não têm qualquer interesse para o pensamento, não são mais que a evidente multiplicidade infinita da espécie humana, a qual é tão flagrante em mim e meu primo de Lyon como entre a comunidade xiita do Iraque e os cowboys do Texas.

O embasamento objetivo (ou à maneira de historiador) da ética contemporânea é o culturalismo, a fascinação verdadeiramente turística pela multiplicidade dos hábitos, dos costumes, das crenças. E especialmente pela inevitável bizarria das formações imaginárias (religiões, representações sexuais, formas de encarnação da autoridade...). Sim, o essencial da "objetividade" ética provém de uma sociologia vulgar, diretamente herdade do espanto colonial diante dos selvagens, ficando entendido que os selvagens estão também entre nós (drogados dos subúrbios, comunidades religiosas, seitas: todo o aparato jornalístico da ameaçadora alteridade interna), ao que a

ética, sem mudar o dispositivo de investigação, opõe seu "reconhecimento" e seus trabalhadores sociais.

Contra essas descrições fúteis (tudo o que nos contam ali é uma realidade ao mesmo tempo evidente e por si mesma inconsistente), o pensamento verdadeiro deve afirmar o seguinte: sendo as diferenças o que há, e toda verdade sendo o vir-a-ser do que ainda não é, as diferenças são precisamente o que toda verdade deposita, ou faz aparecer, como insignificante. Nenhuma situação concreta é esclarecida em função do "reconhecimento do outro". Em toda configuração coletiva moderna, há pessoas de toda parte, que comem diferentemente, falam múltiplos idiomas, usam diferentes chapéus, praticam diferentes ritos, têm uma relação complicada e variável com a coisa sexual, amam a autoridade ou a desordem;
E assim segue o mundo.

A. Badiou. Ética: um ensaio sobre a consciência do mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ,1995, p. 40-1 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Com relação às ideias do texto III e a aspectos morfossintáticos, julgue os itens subseqüentes.

(1) A articulação das ideias do texto não permite a inferência de que, no passado, as diferenças culturais eram relegadas pela ética e, no momento, são alardeadas em razão dos frequentes processos de exclusão social.

(2) Segundo o autor do texto, os guardiões da ética contemporânea explicam toda forma de exclusão com base no determinismo cultural porque idealizam a convivência pacífica entre os povos.

(3) No último parágrafo, o autor sustenta que as diferenças, mais do que ilusórias, são falseadas pela crença de uma verdade estável, resultante do raciocínio silogístico frágil por meio do qual a corrente culturalista concebe a alteridade.

(4) O texto é composto essencialmente por enunciados categóricos, como evidencia o emprego reiterado de formas verbais no presente do indicativo.

(5) O texto informa que a concepção culturalista, cujos fundamentos advêm da sociologia vulgar, postula que o "outro" corresponde ao segmento selvagem, que estará sempre presente como o outro ameaçador, o bárbaro. Assim, para essa corrente, a ética prevalente é ainda a do branco colonizador.

(6) O trecho "a fascinação (...) imaginárias" (linhas 12 a 15) suscita duas observações: há, nele, indicadores da subjetividade do autor – fascinação verdadeiramente turística" e "inevitável bizarria" –; a inserção da vírgula após "crenças" (linha 14), no lugar do ponto, seguida de alteração da inicial maiúscula, atenderia ao que prescreve a norma gramatical.

(7) Preserva o sentido do texto original e a correção gramatical a seguinte paráfrase do período expresso entre as linhas 25 e 31: Em oposições a essas descrições superficiais, o verdadeiro pensamento deve postular que o que existe são as diferenças e toda a verdade, o vir-a-ser daquilo, que ainda não é. Logo, as diferenças são exatamente o que a verdade toda imprime e faz emergir como sem significado.

(8) Atendendo-se à prescrição gramatical e mantendo-se a coerência com as ideias defendidas no texto, o seguinte período poderia dar continuidade ao texto III: Ou seja, a alteridade é simplesmente o que há. Existe, portanto, igual diferença entre, digamos, um camponês chinês e um funcionário norueguês tal qual entre eu e qualquer pessoa, inclusive, eu mesmo.

1: Certo (Interpretação) O fato de que no texto se afirma que a ética contemporânea "faz grande alvoroço em torno das diferenças culturais" não permite que se conclua que elas eram relegadas anteriormente. Apenas se mudou o enfoque: da condenação da diferença e mesmo da imposição de padrões passou-se à consideração respeitosa da diversidade;
2: Errado (Interpretação) Depreende-se do texto que a exclusão provém do desrespeito à diversidade, da visão de um grupo de que seus padrões são universalmente aceitos e, portanto, aqueles que não os seguem devem sofrer sanções;
3: Errado (Interpretação) O autor do texto não considera as diferenças como ilusórias;
Ele afirma, no final do parágrafo, que elas existem de fato. O raciocínio silogístico que aparece no trecho é do autor e não da corrente culturalista. Ele visa a defender a ideia de que a verdade na ética não está na diferença que há, mas sim no vir-a-ser;
4: Certo (Interpretação) O presente do indicativo, segundo Celso Cunha, serve "para indicar ações e estados permanentes ou assim considerados, como uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei";
5: Errado (Interpretação) Embora, segundo o texto, o culturalismo proceda em parte da sociologia vulgar, sua postura em relação ao diferente é a de respeito pela diferença;
6: Certo (Interpretação) O emprego do adjetivo "turística" e do substantivo "bizarria" expressam um juízo de valor demasiadamente depreciativo e que fere, portanto, a objetividade. A frase que se segue ao termo "crenças" é um complemento nominal do substantivo "fascinação" e é, portanto, continuação da frase anterior;
7: Errado (Pontuação da oração adjetiva) A oração adjetiva "que ainda não é" tem como termo subordinante o pronome demonstrativo neutro "aquilo" e é indispensável para que esse pronome tenha sentido no texto. Essa oração adjetiva tem, portanto, caráter restritivo e deve vir sem vírgula;
8: Errado (Emprego dos pronomes pessoais) Os pronomes pessoais "eu" e "tu" só podem ser do caso reto e, portanto, não podem ser regidos por preposição. A palavra "entre" é uma preposição, logo o trecho "entre eu e qualquer pessoa" deve ser reescrito da seguinte forma "entre mim e qualquer pessoa".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8E

(Diplomacia – 2004) Com relação aos textos II e III, julgue os seguintes itens.

(1) No texto II, o autor refuta abordagem em que se examinem a identidade e a diferença culturais dissociadas e como evidências em si, como algo estanque, dado, fixo e natural, como é o enfoque do texto III.

(2) No texto II, o autor assume que as relações de poder permeiam a construção de identidade, ao passo que, no texto III, essas relações são sugeridas pelos julgamentos de valor ali presente, sem que, no entanto, seja ressaltada a relação assimétrica entre os grupos sociais.

1: Certo (Interpretação) No início do texto II, já é afirmada a interdependência de identidade e diferença como conceitos que são criados linguisticamente. No texto III, ainda que o autor critique o alvoroço que a ética faz das diferenças, ele não questiona a existência objetiva delas, como se pode ver na última frase do texto;
2: Certo (Interpretação) No texto II, a diferença e a identidade são construídas com base nas relações de poder, de forma a garantir privilégios a certos grupos. No texto III, a diferença e a identidade, já existentes, levam a atitudes de exclusão, por um grupo julgar que os seus valores, ao contrário, dos outros grupos, são os que de fato são válidos verdadeiros.

Gabarito 1C, 2C

Mistura lingüística

1 Muita gente, em vários países, fala um pouco de inglês todo
dia sem perceber. Sem contar o "informatiquês", cujos verbetes —
como *megabyte, browser, hard disk, software* — são expressões do
4 mais puro inglês, muitas outras palavras do dia-a-dia de brasileiros,
franceses, alemães e, principalmente, japoneses têm origem no
idioma bretão. Futebol (*football*), sanduíche (*sandwich*) e deletar
7 (verbo criado a partir de to delete, suprimir) são exemplos
conhecidos de anglicismo (uso de expressões em inglês ou
originadas dele) no português. Os alemães apertam o *resetknopf*
10 (*reset button* ou botão de *reset*) para iniciar o computador. E os
franceses, conhecidos por sua ojeriza a estrangeirismos,
despedem-se dos colegas de trabalho na sexta-feira dizendo
13 *bon weekend*.
A situação do japonês é particularmente curiosa. Estima-se
que cerca de vinte mil palavras do vocabulário moderno tenham
16 origem no inglês. Sorvete é *aisukurimu*, de *ice cream*. Ar
condicionado é *eacon*, de *air conditioner*. E banheiro deixou de ser
obenjyo para se tornar *toiré*, de *toillet*.
19 A história dessa imposição lingüística certamente desperta
animosidades. Na Índia, por exemplo, onde o inglês é uma das
línguas oficiais, ele não é muito ouvido nas ruas. Falar inglês ainda
22 lembra um passado de opressão.

Galileu, fev./2002, p. 37 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens a seguir, que se referem às ideias e às estruturas do texto acima.

(1) A seleção de argumentos e do vocabulário mostra o grau de engajamento do autor em face do assunto: paralelamente às funções referencial e metalinguística, que veiculam informações objetivas, há marcadores linguísticos que deixam entrever elementos subjetivos.

(2) O autor organiza sintaticamente o período "Sem contar (...) bretão" (*l*.2-6) a partir da oposição regra/exceção, em que a regra é o "mais puro inglês", e a exceção, o inglês impuro ou degenerado.

(3) De acordo com a norma padrão do português, é correta a substituição de "cujos verbetes" (*l*.2) por **do qual os verbetes**.

(4) Constata-se que a expressão inglesa "*reset button*" (*l*.10) está presente tanto no vocábulo alemão como na expressão portuguesa, com a substituição de um de seus componentes.

(5) O autor empregou "*bon weekend*" (*l*.13) como um exemplo elucidativo da ideia de que os franceses têm "ojeriza a estrangeirismos" (*l*.11).

1: Certo (Interpretação) Expressões com marcas de imprecisão ou informalidade conferem ao texto esse aspecto subjetivo: muita gente, informatiquês, mais puro inglês, etc.;

2: Errado (Interpretação) O período não forma um par opositivo "exceção e regra". Pode-se falar apenas que a oração iniciada por "sem contar" tem um valor de exclusão que cumpre a finalidade de enfatizar a existência de muitas palavras de origem inglesa cuja forma aportuguesada nem sempre permite perceber o empréstimo linguístico (sanduíche, futebol). Além disso, não se pode afirmar que uma palavra de origem estrangeira aportuguesada seja degenerada;

3: Certo (Emprego de pronome relativo) O relativo "cujo", como ocorre com os demais pronomes desse tipo, geralmente pode ser substituído pelas formas "o qual, os quais, a qual, as quais"; para isso, contudo, é necessário o acréscimo da preposição "de" para que o valor de posse se mantenha;

4: Certo (Interpretação) Em alemão: resetknopf;
Em português: botão de reset;

5: Errado (Interpretação) A expressão "bon weekend" mostra que, apesar da ojeriza a estrangeirismos, os franceses não estão isentos de utilizá-los.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5E

Texto I

PODER

Etimologia. Sobre as formas verbais latinas potes, 'pode', potui, "pude", poteram, "pudera", potero, poderei', potens, potentis, 'aquele que pode' etc. (todos do verbo lat. posse, 'poder, ter o poder de, ser capaz de'), forma-se o infinitivo lat. vulg. *potere*, 'poder, ter o poder de,

ser capaz de', que conviveu com o lat. cláss. posse até suplantá-lo por volta do séc. VIII d.C. *Potere* é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. *potere*, fr. *pouvoir*, ambos do séc. XII, ing. *power*, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas. O vocábulo al. *Macht* traduz o port. esp. *poder* e demais vernacularizações.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo - Rio de Janeiro: **Encyclopaedia Britannica** do Brasil. Publicações Ltda. 1977, p. 9.001 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens subsequentes, relativos ao sentido e às estruturas morfossintática, semântica e discursiva do texto I.

(1) Segundo o verbete de enciclopédia acima, o vocábulo "poder" existe na língua portuguesa desde o século XII e sua forma primitiva foi o vocábulo do latim clássico *"posse"*.

(2) Têm a mesma origem que a do português "poder" os vocábulos equivalentes do italiano, do francês e do inglês, respectivamente, *"potere", "pouvoir"* e *"power"*.

(3) "*Potere*" e "poder" têm descrição fonética muito semelhante, destacando-se as seguintes mudanças: a consoante surda /t/ do primeiro vocábulo se sonoriza no segundo; a vogal final do primeiro sofre queda.

(4) O vocábulo alemão "*Macht*" não tem a mesma origem do vocábulo português "poder", mas tem o mesmo significado.

(5) Está em conformidade com a significação proposta no verbete e está expressa de acordo com as normas da língua escrita culta do português a seguinte asserção: **Os vocábulos latinos posse e potere têm o mesmo significado, mas pertencem a variantes linguísticas diferentes, respectivamente, clássica e vulgar**.

1: Certo (Interpretação) Segundo o texto, "poder" surgiu nos séculos XII-XIII de um termo do latim vulgar "potere", que, por sua vez, se originou das formas conjugadas de um termo do latim clássico "posse". Pode-se inferir, portanto, que a forma primitiva do vocábulo "poder" tenha sido esta última;
2: Certo (Interpretação) Conforme aparece no seguinte período do texto: Potere é a origem do port. esp. poder, do século XII-XIII, it. potere, fr. pouvoir, ambos do séc. XII, ing. power, de 1297-1325, que já se registram como substantivo nessas datas;
3: Certo (Fonética) As consoantes /t/ e /d/ são fonemas homorgânicos, ou seja, ambas são oclusivas linguodentais, diferindo apenas no papel das cordas vocais: na primeira, elas não vibram e a consoante é chamada de surda; na segunda, as cordas vibram e a consoante é chamada de sonora;
4: Certo (Interpretação) Como é dito que o vocábulo "Macht" *traduz* o termo "poder" em alemão e como as formas das duas palavras não possuem nenhuma semelhança entre si, é possível pressupor que elas não têm a mesma origem;
5: Certo (Interpretação) O texto não apresenta transgressões de norma e descreve bem a relação entre as duas palavras: uma vez que as duas têm o mesmo sentido, trata-se de um caso de variantes linguísticas.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4C, 5C

Texto II

1 Conceituação de poder. "O conceito fundamental da ciência social é o poder, no mesmo sentido em que a energia é o conceito fundamental da física" — afirma, em livro hoje clássico, o
4 filósofo inglês Bertrand Russel. Se não há dúvida acerca da importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências sociais, as dificuldades são inúmeras, para definir-lhe a natureza
7 e a substância. O próprio termo *poder* encontra impugnadores entre sociólogos e cientistas políticos, que chegam a recomendar-lhe o banimento científico; e não raro se emprega,
10 com aproximada sinonímia, nas expressões influência, controle, autoridade, liderança, comando. Prevalece, todavia, nos estudos recentes, apenas o parentesco entre os dois primeiros termos —
13 poder e influência —, reservadas as outras categorias para fenômenos específicos, embora conexos ao conceito básico, que é o poder.

Idem, ibidem.

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens seguintes, referentes à conceituação de poder expressa no texto II.

(1) A conceituação de "**poder**" permanece a mesma e está expressa de acordo com as normas da escrita padrão, se reescrita do seguinte modo: **O conceito fundamental da física é a energia, assim como o poder é o conceito fundamental da ciência social.**

(2) Em discurso indireto, o trecho "O conceito (...) Russel" (*l.* 1-4) permanecerá correto, de acordo com a escrita padrão, e manterá as ideias da redação original se for reescrito da seguinte forma: **Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social seria o poder, no mesmo sentido que a energia foi o conceito fundamental da física.**

(3) O bom entendimento do emprego do conectivo "nem" (*l.*5) sugere que esse vocábulo pode ser substituído, nesse contexto, por **e não**.

(4) O pronome "lhe" (*l.*6) refere-se a "(d)o fato **poder**" (*l.*5).

(5) Na linha 9, "se emprega" equivale, segundo análise tradicional, a **é empregado** e tem como sujeito (elíptico) "O próprio termo *poder*" (*l.*7).

1: Certo (Análise sintática) As estruturas linguísticas "assim como" e "no mesmo sentido em que" são sinônimas nos trechos em que ocorrem;
2: Errado (Tipos de discurso) Segue o trecho com uma das alterações possíveis para torná-lo correto: "Em livro hoje clássico, o filósofo inglês Bertrand Russel afirmou que o conceito fundamental da ciência social era o poder, no mesmo sentido em que a energia era o conceito fundamental da física.";
3: Errado (Adequação Vocabular) Para se manter o sentido original, seria necessário substituir o "nem" por "e se não há dúvida acerca";
4: Certo (Coesão) "para definir-lhe a natureza" = "para definir a natureza do fato poder";
5: Certo (Vozes verbais) A substituição de "se emprega" por "é empregado" constitui a passagem da voz passiva sintética para a analítica. O sujeito, de fato, é "o próprio termo poder".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

(Diplomacia – 2003) A respeito da compreensão e da interpretação dos textos I e II e dos recursos semânticos e discursivos neles utilizados, julgue os itens que se seguem.

(1) O vocábulo "**poder**" e seus sinônimos, conforme apresentados no texto II, mantêm os dois sentidos do infinitivo *potere*, apresentados no texto I, como, por exemplo, em **O gerente pode (= tem o poder de) dispensar o funcionário** e em **Ele pode (= é capaz de) escrever com a mão esquerda**.

(2) Entende-se, no texto II, em "Se não há dúvida acerca da importância do fato **poder**, nem de sua expressão nas ciências sociais" (*l.*4-6), que o vocábulo "Se" estabelece uma condição para que a asserção que vem a seguir ocorra.

(3) Demonstra adequação à escrita culta padrão e bom entendimento do sentido expresso no trecho "O próprio (...) comando" (*l.*7-11) do texto II a seguinte frase: **Sociólogos e cientistas políticos recomendam a abolição do termo poder, impugnando-o e empregando, em seu lugar, sinônimos aproximados**.

(4) Entende-se, nos dois últimos períodos do texto II, que, em estudos anteriores, vários sinônimos de "**poder**" eram empregados em seu lugar, mas esses vocábulos tiveram o sentido especializado, exceto um, que mantém o parentesco.

(5) Ambos os textos veiculam a informação de que, em cada uma das várias línguas citadas, o termo "**poder**" (verbo e nome) tem sinônimo(s) que pode(m) substituí-lo.

1: Errado (Interpretação) No texto 2, o vocábulo "poder" e seus sinônimos (influência, controle, autoridade, liderança, comando) estão enfocados dentro do âmbito político. Portanto, não teria relação com pelo menos um dos sentidos definidos no texto 1: o de se ter a capacidade de fazer alguma coisa;
2: Errado (Análise sintática) O vocábulo "se" possui valor concessivo na oração em que ocorre: "Embora não haja dúvida acerca da importância do fato poder, nem de sua expressão nas ciências sociais, as dificuldades são inúmeras...";
3: Certo (Interpretação) Embora a reescrita não apresente exemplo dos sinônimos, como no texto original, ela conserva o seu sentido;
4: Certo (Interpretação) Segundo o texto, o termo "influência" continua sendo empregado como sinônimo de "poder". Já os outros, que também eram sinônimos, passaram a ser empregados para nomear outros fenômenos;
5: Errado (Interpretação) No texto 1, não são indicados sinônimos da palavra "poder". Ele trata da etimologia dessa palavra e a sua correspondência em outras línguas. O texto dois trata de sinônimos desse vocábulo apenas na sua acepção política.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Texto III

1 Nas relações de poder, o indivíduo A determina a
conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja
evitar as sanções que aquele empregaria se B tentasse
4 evitar o cumprimento de suas prescrições e ordens. No
vínculo de influência, a manifestação de A sobre B, isenta
de sanções diretas, varia desde a autoridade, o controle, a
7 liderança até a ameaça de sanções, enquanto que a
coerção se apresenta no caso limite — o poder — em toda
a sua amplitude.
10 O fenômeno do poder e das relações de comando
e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário,
o poder político se enquadra no campo mais amplo do
13 poder social: as probabilidades de impor a outrem a
própria vontade (de um indivíduo, de uma associação, de
um grupo ou de um quadro administrativo) alcançam
16 todos os setores da vida coletiva. No espectro das relações
quantitativas, separam-se setores particulares. Poder —
desde o controle até a liderança, desde a influência até a
19 autoridade — pode manifestar-se mesmo na atividade
artística, tanto quanto na economia.

Idem, ibidem (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Com referência à compreensão e à interpretação do texto III, julgue os itens a seguir.

(1) No contexto do primeiro parágrafo, entende-se que os pronomes, “aquele” (*l*.3) e “suas” (*l*.4) referem-se a “indivíduo A” (*l*.1).

(2) Na linha 5, a vírgula colocada antes de “isenta”, empregada para dar ênfase, pode ser retirada sem que isso acarrete mudanças significativas na estrutura e no sentido da frase.

(3) No primeiro parágrafo, o autor já explicita que vai tratar das relações entre os diversos sinônimos de “poder”, os quais se apresentam, no texto, da seguinte maneira:

VÍNCULOS ENTRE A E B	SANÇÕES INDIRETAS	SANÇÕES DIRETAS
INFLUÊNCIA	AUTORIDADE E LIDERANÇA	CONTROLE
PODER	AMEAÇA	COERÇÃO

(4) Ao trecho “O fenômeno do poder e das relações de comando e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário” (*l*.10-11) segue-se uma explanação sobre como o fenômeno é restrito em outros campos.

(5) Está implícito no último período do texto que as atividades artística e econômica são comparáveis quanto à manifestação de poder, mas apenas parcialmente: à primeira associam-se liderança e autoridade; à segunda, controle e influência.

1: Certo (Coesão) Pode-se verificar a referência de um termo, empregando-se a coesão por repetição: “Nas relações de poder, o indivíduo A determina a conduta do indivíduo B, na medida em que B deseja evitar as sanções que A empregaria se B tentasse evitar o cumprimento das prescrições e ordens de A.”;
2: Errado (Pontuação) A vírgula em questão faz par com a que lhe vem a seguir, de modo a se isolar o adjunto adverbial. Se apenas a primeira vírgula fosse retirada, a segunda passaria a constituir uma incorreção por estar separando o sujeito do verbo;
3: Errado (Interpretação) Na descrição feita no texto, a “ameaça” se encontra como “influência”, não como “poder”. Um quadro mais fiel das relações entre influência e poder pode ser construído como o abaixo:

vínculos entre A e B	
influência	autoridade, controle, liderança, ameaça de sanções
poder	coerção

4: Errado (Interpretação) A explanação mostra que o “poder” se aplica amplamente em diversos setores, sendo o poder político uma parte do poder social;
5: Errado (Interpretação) Não há a ideia de parcialidade para a manifestação do poder na atividade artística ou econômica: liderança e autoridade, controle e influência manifestam-se em ambas as atividades.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Diplomacia – 2003) Com relação aos aspectos gramaticais do texto III, julgue os itens a seguir.

(1) O conector “na medida em que” (*l*.2) apresenta uma forma variável também aceita na escrita padrão culta: **a medida em que**.

(2) Na linha 3, o vocábulo “que” refere-se a “sanções”.

(3) Os travessões empregados nas linhas 8 e 17-19 podem ser corretamente substituídos por vírgulas ou parênteses.

(4) Caso se vá além das convenções ortográficas, ao se analisar o vocábulo “exaure” (*l*.11), verifica-se que ele tem algo em comum com **excelente**, **exato** e **exercício**: os dois primeiros fonemas.

(5) A presença do pronome em “separam-se” (*l*.17) indica que o sujeito desse verbo é indeterminado.

1: Errado (Análise sintática) A locução conjuntiva “a medida em que” não é aceita na norma culta. Existe a forma “à medida que”, que tem valor proporcional;
2: Certo (Análise sintática) O vocábulo “que” é um pronome relativo que retoma o termo “sanções” e exerce, no seu lugar, a função de objeto direto do verbo “empregaria”;
3: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de se isolar um aposto; no segundo, um adjunto adverbial;
4: Errado (Fonética) Em “exaure”, “exato” e “exercício”, a letra “x” representa uma consoante fricativa linguodental sonora. Em “excelente”, o dígrafo “xc” representa uma consoante fricativa linguodental surda;
5: Errado (Análise sintática) O pronome “se” é partícula apassivadora, e o sujeito é determinado: “setores particulares”.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Assinale o item que obedece às normas gramaticais.

(A) – Ainda que mal pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

(B) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

(C) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de aonde deixei meus óculos?

(D) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de aonde deixei meus óculos?

(E) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

A, B, C, D e E: O termo “mal” subordina-se ao verbo “pergunte”, é, portanto, um advérbio e deve ser grafado com “l”. A forma verbal “tem” caracteriza a terceira pessoa do singular e concorda corretamente com o seu sujeito, o pronome indefinido “alguém”, que é singular. O advérbio “onde” subordina-se ao verbo “deixar” como um adjunto adverbial de lugar. Como a preposição adequada para essa subordinação seria “em” e o advérbio “onde” não aceita a sua explicitação, deve-se empregar apenas o advérbio. A forma “aonde” é adequada para a subordinação a verbos que estejam regendo a preposição “a”.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale o item que obedece às normas gramaticais.

(A) Tanto os antigos livros sagrados: da Índia os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.

(B) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega foram escritos em línguas de uma mesma família.

(C) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas quanto os da filosofia grega; foram escritos em línguas de uma mesma família.

(D) Tantos os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.

(E) Tanto os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os, da filosofia grega foram escritos em línguas da mesma família.

A, B, C, D e E: As duas vírgulas da alternativa B isolam o aposto explicativo "os Vedas" do seu termo fundamental "os antigos livros sagrados da Índia". O termo "da Índia" não pode ser separado de "livros" por ser seu adjunto adnominal. A vírgula entre as palavras "grega" e "foram" é incorreta por estar separando o sujeito do seu verbo.

GABARITO "B".

(Diplomacia – 2002) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(A) Ele foi à pé para casa.

(B) O rapaz cedeu lugar àquele senhor.

(C) Gostaria de submeter o assunto a Vossa Excelência.

(D) A sessão de cinema começa às oito da noite.

(E) Nesta época do ano, às vezes chove três dias sem parar.

A, B, C, D e E: A locução adverbial "a pé" não pode receber crase pelo fato de o seu núcleo ser um substantivo masculino. O termo "àquele senhor" recebe crase por estar subordinado ao verbo "ceder" como seu objeto indireto. Pronomes de tratamento não aceitam artigo ou crase, com exceção de "senhora", "senhorita" e "dona". Locuções adverbiais de base feminina e introduzidas pela preposição "a" recebem crase: "às oito da noite" e "às vezes".

GABARITO "A".

(Diplomacia – 2002) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(A) Gosto de comprar à vista, nunca a prazo.

(B) Ele foi a casa da namorada e já deve voltar.

(C) Acorda cedo para passear a cavalo.

(D) As cidades cresceram à margem da estrada.

(E) Para esta regra, a exceção é uma só.

A, B, C, D e E: O adjunto adverbial "à casa da namorada" deve ser grafado com crase pelo fato de a palavra "casa" vir acompanhada de determinante: Ele foi à casa da namorada e já deve voltar.

GABARITO "B".

(Diplomacia – 2002) Entre os itens abaixo, assinale aquele que contenha frase semanticamente aceitável e que obedeça às normas de pontuação da língua portuguesa:

(A) Assim, como os filósofos, que antecederam, Plantão também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.

(B) Assim como os filósofos, que o antecedem, Plantão, também queria encontrar algo de eterno e imutável, em meio a todas as mudanças.

(C) Assim, como os filósofos que o antecederam, Plantão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.

(D) Assim como os filósofos que o antecederam, Plantão também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.

(E) Assim, como os filósofos que o antecederam Plantão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.

A, B, C, D e E: São cinco as vírgulas que aparecem nas alternativas: Assim,(1) como os filósofos,(2) que antecederam,(3) Platão,(4) também queria encontrar algo de eterno e de imutável,(5) em meio a todas as mudanças. A primeira, caso ocorra, torna o termo "assim" um adjunto adverbial;
Caso não ocorra, "assim" e "como" formam uma locução conjuntiva de comparação. A segunda não pode ocorrer, pois a oração adjetiva que lhe segue tem caráter restritivo. A terceira tem que ocorrer, pois separa a oração principal da subordinada adverbial comparativa que lhe antecede. A quarta não pode ocorrer, pois separa sujeito de verbo. A quinta é facultativa, pois isola o adjunto adverbial que está no final da frase. Pelo comentário sobre as vírgulas, conclui-se que a frase melhor pontuada é a da alternativa "D".

GABARITO "D".

(Diplomacia – 2002) Assinale o item abaixo que é uma paráfrase do seguinte trecho, retirado da revista Época, de 26/11/2001. Observe também as normas gramaticais. "Para explicar sua trajetória, Dom Paulo parodia a máxima do pensador espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens."

(A) Dom Paulo, afim de parodiar a máxima do pensador espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, explica sua trajetória.

(B) Com a finalidade de parafrasear a lógica do filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (...) sob as circunstâncias na vida dos homens, Dom Paulo explica seu trajeto.

(C) A fim de explicar o caminho que tem seguido, Dom Paulo parodia a máxima sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...).

(D) Com a intenção de explicar a máxima do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, Dom Paulo cita sua trajetória.

(E) Para explicar o trabalho de Dom Paulo, há uma paródia em relação à máxima do filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (...) sobre o peso das situações da vida dos homens.

A, B, C, D e E: Nas alternativas A, B e D, invertem-se as circunstâncias de modo e finalidade das ações de Dom Paulo; na E, Dom Paulo deixa de ser o autor da paródia. Além disso, ocorrem as seguintes impropriedades gramaticais: na alternativa A, emprega-se equivocadamente o adjetivo "afim" no lugar da locução prepositiva "a fim de"; alternativa B, emprega-se a preposição "sob" no lugar de "sobre", alterando o valor do termo que ela introduz de "assunto" para "condição".

GABARITO "C".

(Diplomacia – 2002) Assinale a única palavra que deve ser acentuada graficamente:

(A) Faisca.

(B) Xiita.

(C) Distribuindo.

(D) Peras.

(E) Somente.

A, B, C, D e E: A regra de acentuação do hiato faz com que a palavra "faísca" seja acentuada. Acentuam-se o "i" ou o "u" tônicos que forem segunda vogal de um hiato;
Estiverem sozinhos na sílaba ou forem seguidos da letra "s"; não formarem hiato com vogal idêntica e não forem seguidos de "nh".

GABARITO "A".

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que nenhuma palavra deve ser acentuada graficamente:

(A) lapis, canoa, abacaxi, jovens.
(B) ruim, sozinho, aquele, traiu.
(C) saudade, onix, grau, orquidea.
(D) voo, legua, assim, tenis.
(E) diretriz, sauva, despota, androide.

A, B, C, D e E: As palavras das alternativas que, na época da prova, deveriam receber acento são lápis, ônix, orquídea, vôo, légua, tênis, saúva, déspota, andróide. **Nota:** pelo novo acordo ortográfico, as seguintes palavras perderam o acento: voo, androide.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção com apenas um erro de acentuação gráfica:

(A) tênis, núcleo, lápis, perua.
(B) éter, fôlego, côres, álbum.
(C) virgula, tôda, tonico, capítulo.
(D) fêmea, íbero faróis, anéizinhos.
(E) fluído, pessôa, busilis, parcimonia.

A, B, C, D e E: Apresentam-se a seguir as palavras erradas de cada alternativa, já corrigidas: a) sem palavras erradas;
B) cores;
C) toda, tônico;
D) ibero, aneizinhos;
E) pessoa, busílis, parcimônia.

GABARITO "B"

As próximas três questões dizem respeito ao texto abaixo:

1 Abjuraste as concepções conformistas e a velha retórica, portadora de mentiras.
Cautela higiênica. Mas deixaste que os teus impulsos de protesto e tua constante recusa se transformassem em exercício vão de revolta.
4 Na verdade, aos teus desejos mais puros a vida não correspondeu. E se, nas intermitências de
solidão e fome, saías à rua, era para te atordoares coma a festa, e fazer do baixo erotismo o teu banho de lama terapêutico. E porque te descomediste mais que os outros
7 na abjeção e na embriaguez, cedo te desiludiste do fácil recurso.
Eis que da energia consumida nada te sobra. E já agora nem podes pressentir as primeiras estrelas no céu límpido
do mundo que sonhavas – presos como te achas entre os
10 Íntimos escombros daquele que em ti se destruiu.

Aníbal M. Machado, Cadernos de João.

(Diplomacia – 2002) No texto acima, o narrador se dirige a um interlocutor, que é também personagem da narrativa. Assinale o item que não corresponde a uma interpretação correta do texto:

(A) O narrador julga legítimo o inconformismo do personagem, mas considera que seu impulso original der rebeldia se dissipou inutilmente.
(B) O "fácil recurso" (linha 7) mencionado pelo narrador seria o de entregar-se a uma vida dissoluta, como forma de renegar as regras estabelecidas.
(C) A utilização no texto de vocábulos relacionados às ideias antagônicas de limpeza ("higiênica", "puros", "límpido") e de sujeira ("banho de lama") serve ao intuito de opor o idealismo inicial do personagem a seu comportamento mundano.
(D) Diante da inutilidade da atitude contestatária do personagem, o narrador advoga uma solução conservadora, fundada necessariamente em elevados valores espirituais e avessa ao erotismo.
(E) Ao utilizar a expressão "íntimos escombros daquele que em ti se destruiu", o narrador se refere, de foram figurada, aos insanáveis malefícios provocados pela desilusão no espírito outrora sonhador de seu interlocutor.

A, B, C, D e E: Apesar da crítica do narrador ao caráter mundano das atitudes da personagem, não se pode inferir ele advogue uma solução conservadora, muito menos que ela seja fundada em valores espirituais.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Nos itens a seguir, as formas verbais constantes do mesmo texto acima poderiam ser substituídos pelas indicadas entre parênteses, sem alteração essencial do sentido, exceto em:

(A) abjuraste (invocaste).
(B) deixaste (permitiste).
(C) atordoares (aturdires).
(D) descomediste (excedeste).
(E) desiludiste (desenganaste).

A, B, C, D e E: O verbo "abjurar" significa renunciar a crença ou convicção.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item em que os vocábulos presentes no mesmo texto acima não poderiam ser substituídos por aqueles entre parênteses, sem alteração essencial do sentido da frase em que estão inseridos:

(A) em exercício vão de revolta (em exercício inútil de revolta).
(B) nas intermitências de solidão e fome (nos intervalos de solidão de fome).
(C) na abjeção (na recusa).
(D) no céu límpido (no céu desanuviado).
(E) entre os íntimos escombros (entre as íntimas ruínas).

A, B, C, D e E: O substantivo "abjeção" significa torpeza, degradação, aviltamento.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção em que o verbo está acentuado corretamente:

(A) Ela vém à reunião.
(B) Eles releêm a obra.
(C) Seu depoimento convém a todos.
(D) Esta festa provêm do folclore.
(E) Os benefícios advém da nova legislação.

A, B, C, D e E: Apresentam-se a seguir as palavras erradas de cada alternativa, já corrigidas:
A) vem;
B) relêem;
D) provém;
E) advêm. Nota: pelo novo acordo ortográfico, a palavra "releem" deve ser escrita sem acento.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Observe as frases:

I. Ele foi, logo eu não fui.
II. O menino, disse ele, não vai.
III. Deus, que é Pai, não nos abandona.
IV. Saindo ele e os demais, os meninos ficarão sós.
Assinale a afirmativa correta:

(A) na opção I há erro de pontuação.
(B) nas opções II e III as vírgulas podem ser retiradas.
(C) na afirmativa I, pode-se alterar o sentido da frase, mudando-se a vírgula de posição.
(D) na II, falam dois pontos depois de disse.

A, B, C, D e E: Em "Ele foi, logo eu não fui", a palavra "logo" é uma conjunção que atribui à segunda oração um valor de conclusão em relação ao que já foi dito. Em "Ele foi logo, eu não fui.", "logo" passa a ser advérbio de tempo e perde-se a ideia de conclusão que a segunda oração possuía.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) "Age com _______________ , _______________ queres fazer ______________ à curiosidade alheia". Marque a opção correta.

(A) discreção – senão – conseções.
(B) discrição – se não – concessões.
(C) discrição – senão – conseções.
(D) discreção – se não – concessões.
(E) discreção – senão – concessões.

A, B, C, D e E: A forma "discreção" não existe. A segunda oração é um condicional. Deve-se, portanto, empregar a conjunção "se". A forma "conseções" também é inexistente.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale o conjunto de palavras que completa corretamente, quanto à regência, as frases abaixo:

(1) "Seriam recordações ___________ detalhes nem me quero lembrar".
(2) "A profissão ___________ você aspira tem aspectos interessantíssimos".

(A) 1. cujos 2. a qual.
(B) 1. cujos 2. que.
(C) 1. os quais 2. que.
(D) 1. cujos 2. a que.
(E) 1. de cujos2. a que.

A, B, C, D e E: O segmento "de cujos detalhes" exerce a função sintática de objeto indireto do verbo pronominal "lembrar-se", que pede preposição "de". O segmento "a que" exerce a função sintática do verbo "aspirar", que pede preposição "a".
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Qual a opção em que todas as palavras devem ser completas com z?

(A) ali ____ar; sacerdoti ____ a; va ____ o.
(B) verni ____; gi ____; ba ____ ar.
(C) pi____ar: pê____ames; desli____e.
(D) prince____a; rique____a; jui____.
(E) ga____ ela; ca____ebre; fu____ível.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) alisar, sacerdotisa, vaso;
C) pisar, pêsames, deslize;
D) princesa, riqueza, juiz;
E) gazela, casebre, fusível.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção em que todas as palavras devem ser completadas com s:

(A) le___ar; atrá___; destre____a; parali____ar.
(B) defe____a; quero____ene; qui____er; va____inho; fu____ilar.
(C) Brá____; Vene____a; Queiró____; Sou____a; eli____a.
(D) ga____eificar; ga____olina; empre____a; bi____ar; anali____ar.
(E) pre____ado; co____inha; fuga____; ro____áceo; xadre____.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) lesar, atrás, destreza, paralisar;
B) defesa, querosene, quiser, vasinho, fuzilar;
C) Brás/Braz, Veneza, Queirós/Queiroz, Sousa/Souza, Elisa/Eliza;
E) prezado, cozinha, fugaz, rosáceo, xadrez.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção cujos vocábulos devem ser escritos, em sua totalidade, com j:

(A) gor____eta; pa____em; gen____iva.
(B) ____iló; lison____ear; ti____ela.
(C) va____em; sar____eta; gran____ear.
(D) ____eito; salsu____em; ma____estoso.
(E) man____edoura; gor____eio; ____ibóia.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
A) gorjeta, pajem, gengiva;
B) jiló, lisonjear, tigela;
C) vagem, sarjeta, granjear;
D) jeito, salsugem, majestoso.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Há erro de concordância em:

(A) Eles mesmos pediriam desculpas.
(B) Custaram-lhe caro aquelas bicicletas importadas.
(C) Pessoas bastantes compareceram à final do campeonato.
(D) Quando cheguei, era meio-dia e meio.
(E) Havia bastantes pessoas no estádio.

A, B, C, D e E: A expressão correta é "meio-dia e meia", por estar subentendida após o numeral fracionário "meia" a palavra "hora".
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Aponte a opção correta:

“Fazia oposição sistemática _________ evasão do capital estrangeiro, porque o supunha imprescindível _________ progresso, e mostrava-se propenso ________ aceitá-lo sem restrições.”

(A) à; com o; em.
(B) contra a; com o; em.
(C) à; ao; a.
(D) com a; no; a.
(E) da; ao; para.

A, B, C, D e E: Trata-se de uma questão de regência nominal: “oposição a”; “imprescindível a/em/para” ; “propenso a/para”.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) A concordância está correta no item:

(A) - Muito obrigadas! – disseram as representantes das alunas ao se despedirem.
(B) Procura-se empregos.
(C) Desde que receba algum incentivo, a empresa estará quites com os impostos.
(D) Elas mesmo fariam os relatórios mensais.
(E) Deixou incluso alguns relatórios administrativos.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
B) Procuram-se empregos;
C) ...a empresa estará quite com os impostos;
D) Elas mesmas fariam...;
E) Deixou inclusos...

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a presença/ ausência da preposição acarreta alteração semântica:

(A) Meu filho sempre aspirou ao ar puro aqui do campus. / Meu filho sempre aspirou o ar puro aqui do campus.
(B) A criança ama seus familiares. / A criança ama a seus familiares.
(C) Ao advogado nunca teve enganar. / Nunca tente enganar o advogado.
(D) Meu filho sempre precisou de que o amparassem. / Meu filho sempre precisou que o amparassem.
(E) Meu filho sempre necessitou de que o amparassem. / Meu filho sempre necessitou que o amparassem.

A, B, C, D e E: “aspirar ao ar puro” = “desejar o ar puro” / “aspirar o ar puro” = “inalar o ar puro”

GABARITO “A”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a mudança da posição da conjunção acarreta alteração semântica:

(A) Está tudo bem com o jovem, contudo não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, contudo, o apoio da família.
(B) Está tudo bem com o jovem, todavia não tem apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, todavia, o apoio da família.
(C) Está tudo bem com o jovem, porém não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, porém, o apoio da família.
(D) Está tudo bem com o jovem, entretanto não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, entretanto, o apoio da família.
(E) Está tudo bem com o jovem, pois tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; tem, pois, o apoio, da família.

A, B, C, D e E: A conjunção “pois”, no início da oração que introduz, equivale a “porque” e possui valor causal ou explicativo. Deslocada, essa conjunção equivale a “portanto” e possui valor conclusivo.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção em que a mudança de posição entre o substantivo e o adjetivo não acarreta alteração semântica importante:

(A) O grande centroavante assustou o goleiro. / O centroavante grande assustou o goleiro.
(B) Um pobre doente aguarda a cirurgia. / Um doente pobre aguarda a cirurgia.
(C) Um bom livro me distrai por muitas horas. / Um livro bom me distrai por muitas horas.
(D) A alta funcionária examinou o relatório. / A funcionária alta examinou o relatório.
(E) O meu mais velho amigo lhe ofereceu apoio. / O meu amigo mais velho lhe ofereceu apoio.

A) grande centroavante = exímio centroavante / centroavante grande = centroavante alto;
B) pobre doente = doente que inspira piedade / doente pobre = doente sem recursos financeiros;
D) alta funcionária = funcionária graduada / funcionária alta = funcionária grande E) velho amigo = amigo de longa data / amigo velho = amigo de idade avançada.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção que completa corretamente, e em sequência, as lacunas das frases abaixo:

A festa será no fim de semana ____________ surgir nenhum imprevisto.
O documento deverá ser entregue no prazo, ____________ o contrato será cancelado.
Discutimos _______________ uma melhor solução para o caso.
________________ uma semana discutíamos uma melhor solução para o caso.

(A) senão – senão – há cerca de – Acerca de.
(B) se não – se não – há cerca de – Acerca de.
(C) se não – senão – acerca de – Há cerca de.
(D) senão – se não – acerca de – Há cerca de.

A, B, C, D e E: “se não”: introduz oração condicional; “senão”: “em caso contrário” / “acerca de”: locução prepositiva introdutora de adjunto adverbial de assunto; “há cerca de”: verbo impessoal “haver” com o sentido de “tempo decorrido” e locução prepositiva “cerca de” com valor de quantidade aproximada.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 2002) Há erro de concordância em:

(A) Elas mesmas vieram pedir-nos o apoio à campanha.
(B) Envio-lhe inclusas as certidões solicitadas.
(C) Finalmente estás quite com os impostos.
(D) Houve crime de lesa-pátria no Congresso.
(E) Enviamos anexo os resultados dos exames de aptidão.

A, B, C, D e E: O adjetivo “anexo” concorda com o termo a que se refere: “Enviamos anexos os resultados dos exames de aptidão.”

GABARITO “E”

(Diplomacia – 2002) Aponte a opção em que todas as palavras estão corretas quanto à acentuação gráfica:

(A) abençôo, ágeis, desdêem, íbero, paúl.
(B) escrevêsseis, férteis, fósseis, trá-lo-as.
(C) hífen, tênue, vácuo, tupi.
(D) retém-no, vêmo-la, cânon, júri.
(E) celtíbero, lápis, série, búzio.

A, B, C, D e E: Seguem as formas corretas das demais alternativas:
a) ibero, paul;
B) trá-lo-ás;
D) vemo-la;
E) celtibero.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale o item correto:

(A) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que cito.
(B) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que sito.
(C) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna excessão, no caso que sito.
(D) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna essessão, no caso que cito.
(E) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna exceção, no caso que cito.

A, B, C, D e E: As formas "previlégio" e "excessão" não existem. A forma "sito" é adjetivo (que se situa) ou substantivo (bolor).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção correta. Uma das características do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é:

(A) O uso da metalinguagem.
(B) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.
(C) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.
(D) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.
(E) A linearidade da narrativa.

A, B, C, D e E: A função metalinguí**stica** ocorre nas passagens em que o narrador explica os processos constitutivos do romance que escreve, como, por exemplo, a sua condição singular de defunto autor.
GABARITO "A"

"Que a região X é perigosa, não resta a menor dúvida. O coronel Garcia, comandante do Departamento de Operações de Fronteira, uma polícia de elite que reúne 70 homens, classifica a área como uma "clínica geral", um lugar em que se pratica todo tipo de atividade."

Isto É, em 10/11/99, p. 34, (com adaptações).

(Diplomacia – 2000) Para que a pontuação do parágrafo acima respeite as normas gramaticais, são necessárias:

(A) duas vírgulas.
(B) Três vírgulas.
(C) Quatro vírgulas.
(D) Cinco vírgulas.
(E) Seis vírgulas.

A, B, C, D e E: Das cinco vírgulas presentes no texto, quatro são obrigatórias e todas elas isolam aposto.
"Que a região X é perigosa, *(esta vírgula não é obrigatória)* **não resta a menor dúvida. O coronel Garcia,** *(1)* comandante do Departamento de Operações de Fronteira, *(2)* uma polícia de elite que reúne 70 homens, *(3)* classifica a área como uma "clínica geral", *(4)* um lugar em que se pratica todo tipo de atividade."
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Qual das frases abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(A) Os trabalhadores começaram a segar o trigo.
(B) Por ter reclamado do som, o cantor foi assuado pelo público.
(C) Depois de dada a ordem, os policiais começaram a agir incontinenti.
(D) Ele não tem medo de coisa alguma, é um intemerato.
(E) O juiz só defere os requerimentos cujas petições sejam justas.

A, B, C, D e E: O termo "intemerato" significa "imaculado", "íntegro". Para se expressar a ideia de "ausência de medo", "valentia" deveria se empregar a palavra "intimorato". "Segar" significa "cortar"; "assuado" é sinônimo de "vaiado"; "incontinenti" significa, no contexto, "imediatamente" e "deferir" é o mesmo que "despachar favoravelmente sobre o que se pede em requerimento".
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Assinale o período que não respeita as normas de concordância verbal.

(A) Razões não hão de faltar para que se justifiquem os fatos.
(B) Considero mais conveniente aceitar a norma a infringi-la.
(C) Afastou-se da empresa por motivos que não interessa relatar no momento.
(D) Hão de haver opositores à ideia.
(E) Poderiam ter ocorrido mortes naquele acidente rodoviário.

A, B, C, D e E: Os verbos impessoais são empregados apenas na terceira pessoa do singular por não possuírem sujeito. Caso constituam uma locução, o seu auxiliar também se flexiona nesse tempo e pessoa: Há de haver opositores à ideia.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual frase contém incorreção?

(A) Trinta cadeiras é suficiente.
(B) É com este livro que se pretende homenagear os diplomatas.
(C) Era compreensível ter dúvida diante de tamanho surtimento de mercadorias.
(D) Ela disse que não podem existir sombras entre nós.
(E) Não consigo conversar com pessoas cheias de idiossincrasias.

A, B, C, D e E: A forma correta da palavra presente no texto é "sortimento".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) "Vão ______ ao processo vários depoimentos de que a moça estava _______ narcotizada. Cremos que. Assim, ela _______ admitirá o fato".

Qual o único conjunto de palavras que pode completar as lacunas acima?

(A) Incluso – meia – mesmo.

(B) Incluso – meio – mesma.
(C) Incluso – meia – mesmo.
(D) Inclusos – meio – mesma.
(E) Inclusos – meia – mesma.

A, B, C, D e E: O adjetivo "incluso" flexiona-se no masculino plural para concordar com o seu subordinante "vários depoimentos". A palavra "meio" no texto é um advérbio, uma vez que se subordina ao adjetivo "narcotizada", e, portanto, é invariável. A palavra "mesmo" flexiona-se no feminino singular para concordar com o pronome "ela" a que se refere, sendo classificado como pronome demonstrativo.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual frase abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(A) Estava determinado a perscrutar os mistérios da religião.
(B) Entrou na sala de supetão e viu o que não queria ver.
(C) Os problemas ganharam, ele virou alcólatra.
(D) Há meses, digladiam uma polêmica desabrida.
(E) A calvície não o incomodava.

A, B, C, D e E: A correta grafia da palavra é "alcoólatra.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) Qual das alternativas abaixo não contém incorreções ortográficas?

(A) Obsessão, tiróide, tijela.
(B) Obsessão, tireóide, tijela.
(C) Obseção, tiróide, tigela.
(D) Obsessão, tireóide, tigela.
(E) Obseção, tireóide, tijela.

A, B, C, D e E: Grafias corretas: "obsessão" e "tigela". A forma "tireóide" apresenta a forma variante "tiroide".
GABARITO "D"

Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade
É verdade, Senhor, que hei delinquido,
Delinquido vos tenho, e ofendido.
Ofendido vos tem minha maldade.

(Gregório de Matos).

(Diplomacia – 1999) Se reescrevêssemos o último verso permutando a expressão **minha maldade** por **minhas maldades**, o resultado seria:

(A) Ofendidos vos têm minhas maldades.
(B) Ofendidos vos tem minhas maldades.
(C) Ofendido vos têm minhas maldades.
(D) Ofendidas vos têm minhas maldades.
(E) Ofendido vos tem minhas maldades.

A, B, C, D e E: Como o termo "minha maldade" é o sujeito da locução verbal "tem ofendido", a sua pluralização faria com que o auxiliar da locução também fosse para o plural: "têm ofendido".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(A) Beneficente, extensão, companhia.
(B) Beneficente, estensão, companhia.
(C) Beneficiente, estensão, companhia.
(D) Beneficiente, extensão, compania.
(E) Beneficente, extensão, compania.

A, B, C, D e E: As formas "beneficiente", "estensão" e "compania" não existem.
GABARITO "A"

Segundo os padrões da norma culta da Língua Portuguesa, apenas uma frase, em cada uma das três questões seguintes, está gramaticalmente correta. Assinale-a em cada um.

(Diplomacia – 1999)

(A) Só faltava cinco minutos para ela chegar.
(B) Faltam conseguir verbas para a realização do projeto.
(C) Poucos dias falta para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso.
(D) Ainda faltam verificarmos todos os dados.
(E) Falta ainda trabalhar três meses antes das férias.

Na alternativa E, a forma verbal "falta" está no singular porque seu sujeito é a oração reduzida de infinitivo que lhe segue: "ainda trabalhar três meses antes das férias". Seguem as demais alternativas corrigidas:
A) Só faltavam cinco minutos para ela chegar;
B) Falta conseguir verbas para a realização do projeto;
C) Poucos dias faltam para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso;
D) Ainda falta verificarmos todos os dados.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999)

(A) Os jovens, de excessiva vaidade, e orgulho, têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(B) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(C) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têem muitas vezes desejo e ação inadequadas.
(D) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes desejo e ação inadequados.
(E) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes, desejo e ação inadequados.

A, B, C, D e E: As únicas vírgulas possíveis no texto são as que isolam o adjunto adverbial "muitas vezes". A forma verbal "têem" não existe. O adjetivo "inadequados", na função de predicativo do objeto, concorda com a totalidade dos núcleos.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999)

(A) Os médicos permitiram-lhe sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(B) Os médicos permitiram-no sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(C) Os médicos permitiram-no a sair mais cedo, do que o previsto do hospital
(D) Os médicos permitiram-lhe a sair mais cedo do que o previsto, do hospital.
(E) Os médicos permitiram-no de sair mais cedo, do que o previsto do hospital.

A, B, C, D e E: O verbo "permitir" deve ser empregado no texto como transitivo direto e indireto (permitir algo a alguém).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(A) Reivindicação, pretensioso, paralisar.
(B) Reividicação, pretensioso, paralisar.
(C) Reividicação, pretensioso, paralizar.
(D) Reivindicação, pretencioso, paralizar.
(E) Reivindicação, pretensioso, paralizar.

A, B, C, D e E: Os termos "reividicação", "pretencioso" e "paralizar" não existem.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Diz o *Talmud*: A palavra falada é como abelha: tem mel e tem ferrão.

Há de fato, situações onde somos traídos pelas palavras. Quando nos damos conta, já dissemos .... Qual dos enunciados abaixo não tem ..... explicitamente, qualquer denunciador de preconceito de quem as tiver proferido?

(A) Até a bancada feminina percebeu o alcance do projeto de lei e votou a favor.
(B) Quem não mentiria para salvar a vida de um justo?
(C) É menino de rua, mas não é contraventor.
(D) As torcidas uniformizadas, que são baderneiras, estão voltando aos campos de futebol.
(E) Os partidos passaram a agir com mais patriotismo e menos politicagem.

Segue-se o comentário dos preconceitos das alternativas que as contêm.
A) A bancada feminina não consegue perceber os projetos que merecem ser apoiados;
C) Os meninos de rua são contraventores;
D) O emprego de uma oração adjetiva explicativa dá a ideia de que todas as torcidas uniformizadas são baderneiras;
E) Os partidos agiam mais por politicagem do que por patriotismo.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em Português?

(A) Dignatário, cataclisma, discrição.
(B) Dignatário, cataclismo, discreção.
(C) Dignatário, cataclisma, discreção.
(D) Dignitário, cataclisma, discreção.
(E) Dignitário, cataclismo, discrição.

A, B, C, D e E: A palavra "dignitário" possui a forma variante "dignatário", ou seja, ambas são corretas. As formas "cataclisma" e "discreção" não existem.

GABARITO "E"

1 A montagem do espetáculo Calabar – **O Elogio da**
Traição estava pronta, quando, em outubro de 1974, foi
censurada e a exibição do espetáculo foi proibida nos palcos
4 brasileiros. A repressão era tamanha que nem a notícia da
proibição pôde ser divulgada. Escrita por Ruy Guerra e Chico
Buarque, a peça recupera a saga histórica das invasões
7 holandesas do século XVII. Domingos Fernandes Calabar
(1600-1635), o protagonista, posiciona-se a favor da Holanda,
o país invasor, contra os colonizadores portugueses. Os
10 autores, no entanto, não têm uma visão negativa do episódio.
Ao contrário, veem em Calabar um libertador da opressão
portuguesa. A censura da ditadura militar enxergou na
13 montagem um alto teor subversivo, por acreditar que o texto
atentava contra os bons costumes e, principalmente, promovia
uma inversão dos valores da história do Brasil ao mostrar um
16 traidor como salvador da pátria. A suspeita dos censores não
estava totalmente errada: após o fim da ditadura, os escritores
confirmaram a analogia com a época vivida, em que Calabar
19 representava a resistência ao autoritarismo do governo militar.

O bom traidor. *In:* **Revista de História**, ano 7, n.º 73, out./2011 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Com relação aos aspectos gramaticais e interpretativos do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego da voz passiva, tal como em "foi censurada" (*l*.2-3) e "a exibição do espetáculo foi proibida" (*l*.3), e a atribuição de "censura" (*l*.12) e de "autoritarismo" (*l*.19) a referentes genéricos — tal como em, respectivamente, à "ditadura militar" (*l*.12) e ao "governo militar" (*l*.19) — são recursos linguísticos utilizados para se evitar a atribuição da responsabilidade das ações expressas pelos verbos a indivíduos específicos.

(2) Caso as formas verbais "recupera" (*l*.6), "posiciona-se" (*l*.8), "têm" (*l*.10) e "veem" (*l*.11) fossem substituídas, respectivamente, pelas formas **recuperava**, **posicionava-se**, **tinham** e **viam**, não seriam necessários ajustes gramaticais no restante do texto.

(3) O principal objetivo do texto é descrever como heroica a figura histórica de Domingos Fernandes Calabar, suposto traidor da coroa portuguesa.

(4) Entre as orações do período "A repressão era tamanha que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada" (*l*.4-5) estabelece-se uma relação de proporcionalidade.

1: Certo **(Vozes verbais)** A voz verbal é um recurso da língua que permite ao mesmo tempo evidenciar certas informações e evitar outras. A escolha da voz passiva coloca em destaque o que foi feito e permite não nomear o agente da ação. No texto em questão, a informação mais relevante é "o espetáculo" e por isso ele aparece como sujeito paciente. Os referentes genéricos dos responsáveis corroboram com tal escolha: o foco do texto está no objeto censurado e não nos censuradores. Essas escolhas linguísticas demonstram a intenção já indicada na primeira frase: trata-se de um texto sobre a peça.

2: Certo **(conjugação verbal/ valor semântico)** Típico do discurso jornalístico, o uso dos verbos no presente do indicativo confere atualidade ao assunto do texto e coloca o leitor mais próximo dos acontecimentos, uma vez que transmite a ideia de que o fato ocorre no momento da leitura. No entanto, por se tratarem de eventos ocorridos no passado, todos os outros elementos linguísticos estão de acordo com o tempo cronológico da narrativa. A alteração do tempo verbal para o pretérito imperfeito não prejudicaria a construção geral do texto, apenas distanciaria os fatos da realidade do leitor.

3: Errado **(Interpretação de texto)** Já na primeira frase do texto é declarada sua intenção: mostrar como a montagem do espetáculo foi censurada por abordar um tema incômodo à ditadura (*A montagem do espetáculo Calabar – O Elogio da Traição estava pronta, quando, em outubro de 1974, foi censurada e a exibição do espetáculo foi proibida nos palcos brasileiros*). A retomada histórica de Calabar é feita para contextualizar o leitor no assunto e tornar claras as razões da ditadura para a censura, bem como a revelação final de que existia de fato um paralelo entre a história do holandês e a resistência à ditadura militar. Sem a informação, o entendimento do texto exigiria conhecimento prévio do leitor ou pesquisa externa.

4: Errado **(Período composto – orações adverbiais)** A oração principal "a repressão era tamanha" e a sua subordinada adverbial "que nem a notícia da proibição pôde ser divulgada" é consecutiva, ou seja, oração subordinada apresenta qual a consequência direta de a repressão ser tão forte. A conjunção "que", usada para unir as orações estabelece entre elas que a primeira, a principal, originou os fatos da segunda, a subordinada. Para que exista relação de proporcionalidade, seria necessário que ambas as coisas, a saber, repressão e proibição, ocorressem concomitantemente.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E

1 No estudo da história, tem-se a impressão de que, quanto mais se recua no tempo, mais dura parece ter sido a vida das crianças do passado — e mais privilegiada parece a da garotada de
4 hoje. Quando se pensa em como era a infância séculos atrás, uma das primeiras imagens que vêm à cabeça é a de meninos dando duro em minas ou limpando chaminés. A ideia de que essa fase da vida
7 era simplesmente ignorada e de que as pessoas passavam de bebês a trabalhadores, do dia para a noite, é reforçada por inúmeras pinturas antigas retratando crianças sérias, tristemente vestidas como
10 miniadultos. As fontes de informações medievais, entretanto, quando analisadas de perto, não oferecem evidência alguma de que as pessoas daquela época tivessem, com relação às crianças, atitudes
13 muito diferentes das de hoje — com exceção, talvez, apenas do uso em excesso de castigos físicos, que, de qualquer modo, também eram aplicados em adultos. Apesar de o estilo de vida da época ser
16 muito diferente do nosso, as crianças medievais cresciam, em muitos aspectos, de maneira semelhante à de seus "primos" modernos.

Nicholas Orme e Fernanda M. Bem. **Pequenos na Idade Média.** *In:* **BBC História**, ano 1, ed. n.o 4 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) A respeito das estruturas linguísticas e das ideias do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Nas sequências "a da" (*l*.3), "a de" (*l*.5) e "das de" (*l*.13), sem núcleo nominal expresso, pode-se depreender que os artigos definidos "a", "a" e "as", na ordem das sequências, são portadores de propriedades anafóricas e retomam os seguintes referentes, respectivamente: "vida", "imagem" e "crianças".

(2) Na linha 17, é facultativo o emprego do acento indicativo de crase, dada a possibilidade contextual de emprego, apenas, da preposição a, exigida pela regência de "semelhante".

(3) Na linha final do texto, as aspas duplas dão sentido particular ou figurado ao vocábulo por elas destacado.

(4) O vocábulo "entretanto" (*l*.10) é um elemento coesivo que introduz uma relação de adversidade entre a informação expressa no período de que faz parte e as informações expressas nos períodos anteriores.

1: Errado **(Artigo/coesão textual)** O artigo definido tem função definidora do termo que acompanha, restringindo aquele de que se fala de outros de um grupo de semelhantes. Por exemplo, ao se dizer "as crianças da Idade Média" o artigo colabora com a definição das crianças como desse tempo específico. No português esse fato contribui para a possibilidade da retomada do termo definido em outro momento apenas pelo artigo apoiado no contexto, (há caráter de pronome demonstrativo atribuído ao artigo, e há divergências entre os teóricos quanto à classificação do termo. Esse comentário segue a análise de BECHARA, 2006, em que o artigo recebe valor de pronome demonstrativo). É necessário, portanto, que se observe os referentes do artigo para que exista conexão entre as partes do texto, de forma a evitar a repetição e colaborar com a construção de sentido. Observa-se que o primeiro caso "a da" (l.3) o artigo refere-se a "vida" em "mais dura parece ter sido a **vida** das crianças do passado", em forma de comparação com a vida de crianças atuais. O segundo caso, "a de" (l.5) tem referência no termo "imagem" em 'uma das primeiras **imagens** que vem à cabeça". Já no terceiro caso, o referente do artigo de "das de" encontra seu referente no termo "atitudes", como se lê na frase "**atitudes** muito diferentes das de hoje"

2: Errado **(Crase)** A presença da crase no trecho é obrigatória devido, primeiramente, à presença do artigo "a", que, a exemplo do item anterior, retoma o termo anterior na frase "maneira", estabelecendo relação de sentido e evitando a repetição do termo. Nesse caso, o artigo não aparece acompanhando diretamente o substantivo, mas como elemento de coesão. Um segundo aspecto que torna a crase obrigatória é a regência do adjetivo "semelhante", que, para fins de comparação entre dois termos, exige a presença da preposição "a". Da união desses elementos, resulta, necessariamente, o acento indicativo de crase.
3: Certo **(Pontuação)** O uso das aspas pode indicar que um termo está usado em sentido figurado. A comparação entre as crianças da época atual e medieval não é uma relação de familiaridade direta de primos, mas sim de semelhança de experiências. O termo "primos" é, portanto, usado para evidenciar essas semelhanças em alguns aspectos, o que justifica o uso das aspas.
4: Certo **(Conjunção)** A função da palavra "entretanto" é de estabelecer uma relação de sentido entre as informações anteriores do texto e as que virão dali em diante. Uma conjunção, ao funcionar como elemento de coesão entre as partes do texto, também estabelece uma relação de sentido entre essas partes. No texto a informação introduzida pela conjunção é contrária àquilo que foi estabelecido pelo que veio antes, portanto, há uma relação de contrariedade, ou adversidade, estabelecida por ela.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

1 As práticas judiciais e penais mobilizaram boa parte do
debate sobre a Inquisição dos séculos XVI, XVII e XVIII. O Santo
Ofício afirmou-se desde cedo como um tribunal que se sobrepunha
4 a todos os privilégios de jurisdição existentes, mas a afirmação do
seu poder contra os interesses de Estados particulares suscitou
protestos, nomeadamente em Veneza, em Nápoles e nos Países
7 Baixos. A prática de condenação na base de testemunha singular
deflagrou a grande controvérsia penal do século XVIII.

Francisco Bethencourt. **Muito além do catolicismo.** *In:* **Revista de História**, ano 7, nº 73, out./2011 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Acerca dos sentidos e dos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) A substituição de "deflagrou" (*l.*8) **por tornou pública**, embora não implique prejuízo estritamente gramatical para a estrutura da oração em que esse termo se insere, acarreta mudança no sentido do trecho.

(2) A expressão "todos os privilégios" (*l.*4) poderia ser substituída por **todas as prerrogativas**, sem prejuízo para o sentido do período em questão e sem a necessidade de ajustes gramaticais no texto.

1: Certo **(Vocabulário)** O verbo "deflagrar" tem sua origem ligada à ideia de combustão ou chamas. O seu sentido estendido ao contexto por derivação figurada é de "fazer aparecer ou surgir repentinamente; incitar, provocar, irromper" (dicionário Houaiss). Ao se substituir o verbo pela expressão "tornar pública", ainda que garantidas as questões gramaticais de concordância e regência, perde-se o caráter semântico de surgimento e provocação do verbo original.
2: Certo **(Concordância)** A expressão original "todos os privilégios" não vem acompanhada dos termos "de jurisdição" e "existentes", ambos termos de dupla concordância com feminino e masculino. Portanto, feita a substituição, não haveria qualquer necessidade de alterações no texto. Quanto ao sentido dos termos, "prerrogativa" (privilégio ou vantagem que possuem os indivíduos de uma determinada classe ou espécie; apanágio, regalia, segundo o dicionário Houaiss) aparece como sinônimo direto do termo "privilégio" no contexto.

Gabarito 1C, 2C

1 Olinda é conhecida no mundo inteiro pela fama
dos seus mamulengos e bonecos carnavalescos gigantes,
que, sendo tão populares, também participam dos festejos
4 da Semana Santa. A origem da arte de fazer bonecos
gigantes em Olinda remete à Europa de séculos atrás,
onde, durante a Idade Média, eram criadas figuras
7 enormes e malignas para criticar a repressão da
Inquisição. A criação e a execução dos bonecos
constituem uma arte que, passada de geração para geração
10 familiar, é preservada por iniciativas como a do Museu do
Mamulengo. Esse museu, além de realizar apresentações
diárias, conta com cerca de mil e quinhentas peças em seu
13 acervo.

Priscila Gorzoni. **Olinda e a tradição dos bonecos.** *In:* **Língua Portuguesa**, ed. 21 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) No que concerne à estrutura linguística e às ideias do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A oração "que (...) é preservada por iniciativas como a do Museu do Mamulengo" (*l.*9-11) restringe o sentido do vocábulo "arte" (*l.*4).

(2) O primeiro período do texto — "Olinda é conhecida (...) da Semana Santa." — poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical para o texto, da seguinte maneira: A fama de seus mamulengos e bonecos carnavalescos gigantes, que, sendo tão populares, também participam dos festejos da Semana Santa, faz com que Olinda seja conhecida no mundo inteiro.

(3) Na linha 5, a presença do acento indicativo de crase em "à Europa" justifica-se pela regência de "remete" e pela relação de restrição estabelecida entre o vocábulo "Europa" e a expressão "de séculos atrás"; caso seja retirada do texto essa expressão, deve-se também suprimir o acento grave em " à Europa".

(4) Na oração "onde, durante a Idade Média, eram criadas figuras enormes e malignas" (*l.*6-7), o sujeito está explícito.

(5) No segundo período do texto, ao se empregar, entre outros termos, a expressão "a repressão da Inquisição" (*l.*7-8), possibilita-se que o leitor recorra a conhecimentos intertextuais referentes a acontecimentos históricos da Idade Média.

1: Anulada – (Período composto/oração adjetiva) A oração subordinada "que, passada de geração para geração familiar, é preservada por iniciativas como a do Museu do Mamulengo" é uma oração subordinada adjetiva restritiva do termo "arte", ou seja, ao mesmo tempo em que qualifica o sentido do termo a que se refere, também restringe seu significado em relação às outras artes. No entanto, é importante notar que a construção gramatical do trecho torna sua interpretação confusa, uma vez que o trecho "passada de geração para geração familiar" encaixado ao meio da oração subordinada, torna confuso o sentido da preservação da arte. É confuso definir o que de fato garante a preservação desse tipo de arte: as iniciativas de museus ou a tradição familiar.

2: Certo (Coesão) – A reescrita do trecho original baseia-se principalmente na alteração da ordem dos termos, destacando como termo principal os Mamulengos em oposição à cidade, como aparece na escrita original. A razão de Olinda ser conhecida é a fama dos bonecos, relação estabelecida no trecho original por meio da preposição "por" em contração com o artigo (per+a = pela), "Olinda é conhecida no mundo inteiro pela fama(...)". No trecho reescrito, essa mesma relação de causa é feita pela expressão "faz com que'".

3: Errado (Crase) A crase é indicativo da presença do "a" preposição", exigido pela regência do verbo "remeter", e do "a" artigo que acompanha o substantivo feminino "Europa", que aceita o artigo. Há casos em que topônimos femininos repelem a presença do artigo como acompanhante e apenas o aceitam em caso de o substantivo vir acompanhado de um determinante. É o caso de "Portugal", que repele o artigo feminino, a menos que tenha seu sentido delimitado por uma expressão (ex. Voltei a Portugal/Voltei à Portugal de meus pais). É importante ressaltar que "Europa" não segue essa regra, sendo o uso do acento grave no texto validado pelas regras gerais de uso da crase ("a" preposição + "a" artigo), independentemente do determinante posterior.

4: Certo (Análise sintática – sujeito) A oração "eram criadas figuras enormes e malignas" está na voz passiva, ou seja o seu sujeito é o que foi criado (paciente da ação) e não o criador (agente da ação). O sujeito é, portanto, "figuras enormes e malignas". Como é comum em casos de voz passiva, o sujeito aparece posposto ao verbo, sem qualquer prejuízo gramatical ou de significado.

5: Certo (Interpretação de texto) A origem dos bonecos está na Europa da Idade Média e na crítica à inquisição do período. O texto, no entanto, não apresenta qualquer explicação de como era a repressão combatida ou em que contexto os bonecos apareciam no período. O texto delega ao leitor a responsabilidade de conhecer historicamente os elementos referidos para entender a origem dos bonecos.

Gabarito 1 Anulada, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Considerando que os trechos apresentados nos itens que se seguem, adaptados de http://www.itamaraty.gov.br/temas, constituem segmentos de correspondência oficial, julgue-os com relação à adequação da linguagem e à correção gramatical.

(1) Conforme é do conhecimento de Vossa Senhoria, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vista em criar o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. O objetivo primordial do Tratado de Assunção foram a integração dos quatro Estados partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum – TEC, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e a harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do MERCOSUL e o dotou de personalidade jurídica internacional.

(2) Conforme esclarecemos em correspondência anterior, os projetos de prestação de cooperação técnica são financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e realizam-se a partir de demandas recebidas de governos estrangeiros ou organismos internacionais, por meio das embaixadas e delegações do Brasil no exterior, das embaixadas e escritórios de organismos internacionais em Brasília ou de visitas de missões oficiais estrangeiras ao Brasil. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países interessados, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos.

(3) Diante da demanda apresentada por este Organismo Internacional em correspondência de 21 de outubro passado, viemos esclarecer-lhe de que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem, entre suas competências, as seguintes: a) coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do país; b) coordenar e financiar a cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento; e c) identificar, elaborar, aprovar a execução e monitorar projetos de cooperação técnica sul-sul. A ABC interage constantemente com as mais de 70 instituições brasileiras envolvidas com projetos, bem como com as embaixadas do Brasil, que servem de canais de comunicação com os governos locais.

(4) Na oportunidade, esclarecemos que, embora o maior número de demandas por cooperação se concentre em agricultura, saúde, educação e formação profissional, a carteira de projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África contempla muitas outras áreas, como governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, saneamento básico, biocombustíveis,

transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, comércio exterior, direitos humanos e esportes.

1: Errado (Concordância) O problema do item aparece no trecho "O objetivo primordial do Tratado de Assunção foram a integração dos quatro Estados partes". O núcleo do sujeito do verbo "foram" é "objetivo", o que exigiria o verbo no singular. Por se tratar de um verbo de ligação (ser – que atribui um estado ao sujeito), a concordância poderia ser feita com o predicativo do sujeito, que tem como núcleo o termo "integração", o que também obrigaria o verbo na forma do singular. A oração transcrita corretamente seria "O objetivo primordial do Tratado de Assunção foi a integração dos quatro Estados partes"
2: Certo (Concordância/regência) O trecho não apresenta desacordos com a norma culta. Uma possível confusão seria derivada do excesso de informações encadeadas nos complementos da expressão "demandas recebidas", já que há uma série de possibilidades, todas corretamente introduzidas pela preposição regente "de". Há ainda a possiblidade de confusão com relação ao termo "integradas" no feminino, uma vez que o termo a que se refere, "missões" aparece distante e são intercalados por diversas outras informações.
3: Errado (Regência) A incorreção quanto à adequação a norma culta está no trecho "viemos esclarecer-lhe de que". O verbo esclarecer é transitivo direto, ou seja, não rege seu complemento material, o que é esclarecido, com o uso de preposição. No trecho, o objeto, na forma de oração, vem introduzido pela preposição "de", quando não deveria haver preposição alguma. O trecho escrito corretamente seria "viemos esclarecer-lhe que (...). O uso do pronome "lhe" é justificado por se designar a quem se esclarece o assunto, já que a reposta foi demandada por um Organismo Internacional, apesar de se tratar de um excesso linguístico desnecessário. A frase estaria mais clara se redigida na forma "viemos esclarecer que".
4: Certo (Regência) Em oposição ao item anterior, a regência do verbo "esclarecer" é aqui feita corretamente como transitivo direto.
Gabarito1E, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Considerando as normas que regem a comunicação oficial, julgue o próximo item.

(1) Caso um ministro pretenda enviar expediente ao presidente da República, para propor alguma medida do interesse de mais de um ministério, ele deverá redigir exposição de motivos denominada interministerial, que deverá ser assinada por todos os ministros envolvidos.

1: Certo (Redação oficial) O Manual de Redação da Presidência da República está disponível para consulta no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm, de onde se lê: "4. Exposição de Motivos/ 4.1. Definição e Finalidade/ Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto;/ b) propor alguma medida; ou/ c) submeter a sua consideração projeto de ato normativo. / Em regra, a exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um Ministério, a exposição de motivos deverá ser assinada por todos os Ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de *interministerial."*
Gabarito 1C

Texto para as duas questões abaixo.

1 Estereótipos não são, necessariamente, étnicos. É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo
é uma camisa de força, uma forma de controle social. Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma
comunidade nacional, não importando se essas classes estão definidas etnicamente. Na verdade, a
4 definição de estereótipo como noção ligada a questões étnicas serve apenas para reforçar e justificar
preconceitos. Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que
enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o
7 estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial, um
reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira. Isso tudo não altera o fato de que, seja quem
for a vítima e seja qual for o motivo, os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua
10 individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor
em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima.
O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado, imediatamente, na
13 visão que o percebedor tem do papel sociocultural de seu receptor e do seu próprio. Mais precisamente,
o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do
percebedor e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis. Em lugar nenhum tal fato é
16 mais aparente do que na situação de colonialismo, do qual a escravatura africana no Novo Mundo foi
somente uma variante.

D. Brookshaw. **Raça e cor na literatura brasileira**. Marta Kirst (Trad.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 10 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das ideias expressas no texto, julgue os itens que se seguem.

(1) Depreende-se do texto que o estereótipo resulta da forma pela qual o sujeito percebe o outro. Assim, conclui-se que a formação de estereótipos decorre da observação objetiva da realidade social em que esses sujeitos estão inseridos.

(2) O texto estende o conceito de estereótipo a categorias outras que a étnica, explorando os efeitos negativos dos estereótipos sobre aqueles que o sofrem.

(3) Infere-se do texto que o conceito de estereótipo origina-se de questões e conflitos coloniais.

(4) O autor estabelece uma relação entre o preconceito de classe existente na Inglaterra e aquele observado no Brasil, ambos de fundamentação essencialmente racial.

(5) A experiência colonial é apresentada como elemento que, ao mesmo tempo, exemplifica e corrobora os argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

1: Errado (Interpretação de texto) Pode-se depreender do texto que o estereótipo é resultado da forma como o sujeito percebe o outro. No entanto, isso não é decorrente de observação objetiva da realidade social, mas sim de conceito pré formado, ou preconceitos, dos observadores, como justificam os trechos "dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor" e "O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado (..)"
2: Certo (Interpretação de texto) A justificativa de como o texto estende o conceito de estereótipo fica clara no trecho "os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima". Ainda fica claro nesse mesmo trecho a definição do conceito de estereótipo como algo negativo, já que aqueles estereotipados são "vítimas" da ausência de individualidade e da adaptação preconceituosa da visão do percebedor.
3: Errado (Interpretação de texto) Não é possível inferir do texto a origem do conceito de estereótipo. O texto apenas traz como exemplo irrefutável da aplicação desse conceito a organização social do período colonial, em particular com relação ao estereótipo racial e a escravidão, como se lê no trecho "Em lugar nenhum tal fato *é mais aparente do que na situação de colonialismo*, do qual a escravatura africana no Novo Mundo *foi somente uma variante*."
4: Errado (interpretação de texto) Apesar de estabelecer uma relação entre os estereótipos preconceituosos da burguesia sobre aquele que sai ascende de uma classe social mais baixa, o texto estabelece a origem do estereótipo inglês em questões fundamentalmente sociais e o brasileiro em questões sociais e raciais, como se lê no trecho "Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no *preconceito social* existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de *preconceito social e racial*, um reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira."
5: Certo (Interpretação de texto) A organização da sociedade colonial encerra o texto trazendo elementos que agrupam toda a argumentação desenvolvida anteriormente. Como observado no item 3, é um fato histórico que demonstra propriamente os conceitos de estereótipo.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens a seguir, referentes às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

(1) As expressões "por isso" (*l*.2), "enquanto" (*l*.6), "ainda" (*l*.11) e "portanto" (*l*.15) têm, no texto, a mesma função sintática e discursiva, o que justifica estarem isoladas por vírgulas.

(2) A relação estabelecida, no texto, entre estereótipo e "camisa de força" (*l*.2) ressalta o fato de a vítima da visão estereotipada estar presa à imagem que a ela é atribuída, independentemente de suas ações.

(3) A expressão "*a priori*" (*l*.10) complementa o sentido da forma verbal "se adaptam" (*l*.10), indicando que a adaptação das características do receptor ocorreu a partir de elementos pressupostos.

1: Errado (Conjunção) Apesar de se tratarem de conjunções e serem gramaticalmente classificados da mesma forma, os termos não funcionam sintática e discursivamente da mesma forma no contexto. A locução conjuntiva "por isso" (l.2) estabelece uma relação de conclusão entre a oração coordenada assindética, já que não há presença de conjunção nela, anterior (É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social) e a oração coordenada sindética conclusiva, pela presença da conjunção de mesmo valor semântico (Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma comunidade nacional). Já a conjunção "enquanto" (l.6), estabelece que as orações subordinadas, a principal "Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa," e a subordinada temporal "enquanto, no Brasil, o estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial" aconteceram concomitantemente. No terceiro caso, da conjunção "ainda" (l.11) funciona como uma partícula enfática na enumeração de alternativas, sendo dispensável para o entendimento geral do trecho em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima. O último caso, o da conjunção "portanto" (l.15), aparece com a mesma função e significado da primeira, relacionando duas orações coordenadas e estabelecendo entre elas uma relação de conclusão, a saber, o trecho "e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis" é conclusão a partir do que foi dito no trecho "Mais precisamente, o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do percebedor"
2: Certo (Semântica) É possível estabelecer a relação entre estereótipo e camisa-de-força, uma vez que o texto define estereótipo como uma visão pré-concebida que reforça a imobilidade social: aquele que o é sempre será, independentemente de suas ações ou individualidade. O dicionário Houaiss define camisa-de-força, por extensão de sentido como "algo que limita ou impede movimento ou ação", definição paralela a como o texto define estereótipo, como se lê em "É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo é uma camisa de força, uma forma de controle social."
3: Errado (Coesão) A expressão "a priori" se liga ao termo "ponte de vista" e indica que o ponto de vista do percebedor está pré-concebido, é anterior a qualquer relação que se estabeleça com o estereotipado. E que a visão do percebedor é adaptada a esse ponto de vista anterior, atribuindo características pré designadas e ignorando qualquer característica de fato do receptor possa ter, como se lê no trecho "dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista a priori do percebedor"

Gabarito1E, 2C, 3E

Texto para duas questões abaixo

1 A questão de uma identidade latino-americana tornou-se não apenas atual, mas premente, sobretudo ao longo do século XX. Sua origem está em uma experiência marcante de contraste e de contradição com a memória do regime colonial, com os projetos nacionais e liberais decorrentes dos
4 processos de autonomia política, com os mecanismos de dependência econômica e financeira e, principalmente, com a pluralidade da composição social de suas populações.
Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas
7 desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos, que passam a desempenhar papel relevante no cenário mundial. A América que vinha sendo dita latina por terceiros

10 quer proclamar-se América e latina por si própria. A simples contraposição com a Europa (em especial
com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O
sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas
13 não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na
América de fala espanhola e portuguesa. E isso mesmo se essas Américas receberam significativa
contribuição de correntes migratórias renovadas. Os caminhos percorridos nos Estados Unidos da
16 América (EUA) e no Canadá foram — e são — bem distintos dos que percorrem as Américas latinas.
Assim, são os próprios latino-americanos ou brasileiros que procuram ser latino-americanistas
ou brasilianistas, não apenas por sorte de ousadia política, mas por força de abordagem científica da
19 constituição eventual de uma latino-americanidade alçada dos traços de formação social e cultural de suas
sociedades. O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latinoamericanos,
não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu
22 ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas,
é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade
macrorregional latino-americana.

E. C. R. Martins. **América Latina: cultura histórica e identidade**. In: C. B. Carmona e H. Sewierski (Orgs.). **Heranças e desafios da América Latina: Brasil e Chile**. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 29-30 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto, julgue os itens subsequentes.

(1) Depreende-se do texto que são os latino-americanos que devem construir o significado de latino-americanidade, pondo fim a uma era em que esse sentido era definido pelo olhar estrangeiro do estudioso europeu ou estadunidense, por exemplo.

(2) O texto apresenta uma crítica àqueles que alicerçam sua visão de América Latina na diferença ou na oposição entre essa região e a Europa ou a América de colonização britânica.

(3) O texto deixa transparecer a relação entre literatura e questões de identidade, o que permite vincular o fazer literário a temas como pertencimento e ideologia culturais.

(4) O texto tem natureza essencialmente descritiva, uma vez que informa o leitor a respeito das mudanças paradigmáticas e epistemológicas no estudo de questões ligadas à identidade de cada nação latino-americana.

1: Certo (Interpretação de texto) O texto apresenta uma série de comparações teóricas, não apenas na constituição do conceito de América Latina, mas também das diferentes concepções de identidades das regiões devido às diferenças sociais entre as elas, definindo as concepções europeia e norte-americana como etnocêntricas, enquanto a latino-americana deve privilegiar a pluralidade. Defende, portanto, que, por terem diferentes histórias, não é possível que outros povos definam corretamente e com resultados positivos a América Latina. Tal concepção lê-se no trecho "O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latinoamericanos, não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas, é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade macrorregional latino-americana." "A América que vinha sendo dita latina por terceiros quer proclamar-se América e latina por si própria."

2: Certo (Interpretação de texto) Como visto no item anterior conceber a América Latina a partir dos moldes europeu e norte-americano gera falhas na definição do que a América Latina. Concebê-la como extensão da história europeia levaria ao mesmo erro, uma vez que a América Latina seria apenas uma continuação da história europeia. Essa crítica aparece de forma mais clara no trecho "A simples contraposição com a Europa (em especial com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na América de fala espanhola e portuguesa", inclusive pela restrição da caracterização europeia na América Latina pelas línguas faladas, e não pela colonização, desmerecendo esta como pilar da formação social e abrindo margem para a pluralidade dessa formação.

3: Certo (Interpretação de texto) O trecho que transparece a importância da produção literária na reformulação da identidade latino-americana é "Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos", trecho que, além de colocar a literatura como auto definidora da identidade social, associa a produção literária a conquistas das ciências sociais.

4: Errado (Interpretação de texto) O texto é majoritariamente analítico e não descritivo. Propõe uma argumentação e reflexão acerca da forma como se estuda e concebe a sociedade latino-americana, deixando evidente seu posicionamento com relação ao tema. A própria análise do item 2 comprova esse poder analítico do texto, uma vez que apresenta uma crítica do autor com relação à concepção da identidade latino-americana em padrões pré-formulados.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens que se seguem.

(1) A expressão "alçada dos" (*l*.19) tem o sentido de erigida sobre os ou fundamentada nos, podendo ser por essas substituída sem prejuízo semântico nem gramatical ao texto.

(2) As palavras "premente" (*l*.1), "decorrentes" (*l*.3), "correntes" (*l*.15) e "relevante" (*l*.23) são formadas pela adição de um sufixo a uma forma verbal e são usadas, no texto, como adjetivos.

(3) O pronome "Sua" (*l*.2) tem como referente a expressão "identidade latino-americana" (*l*.1).

(4) A expressão "as Américas latinas" (*l*.16) exerce a função de sujeito da forma verbal "percorrem" (*l*.16).

(5) O vocábulo “sorte” (*l*.18) refere-se às venturas advindas da ousadia política.

1: Certo (Vocabulário) A definição do dicionário Houaiss para o termo “alçado(a)” é “conduzido para cima; erguido, levantado, alteado”. A ideia, então é que os traços de formação social e cultural de suas (latino-americanas) sociedades serviu como base para a abordagem científica da constituição eventual de uma latino-americanidade. Os dois termos sugeridos pelo item seguem o mesmo campo semântico do termo original e a proposta de substituição contempla a regência preposicional de cada um dos termos corretamente, o que garante a adequação gramatical.
2: Errado (Morfologia) Apesar de todos os termos serem formados por um verbo acrescido do sufixo –nte, o termo “correntes” aparece no texto com acepção de substantivo, no sentido de movimento, e caracterizado pelo adjetivo “migratórias”.
3: Errado (Pronome/coesão) O pronome possessivo funciona como elemento de coesão entre as partes do texto. Por se tratar de um pronome feminino deve-se buscar por um referente anterior no texto também feminino e que se adeque ao contexto do conteúdo a que se liga. No caso do pronome “sua” (l.2), é possível identificar que o referente é o termo em questão na frase anterior, a saber, “a questão”. No entanto, o contexto não permite que essa identificação seja feita sem dúvidas, uma vez que o termo “identidade”, apesar de também se referir à “questão”, cumpra com todas as exigências textuais para que seja referente do pronome, o que gera ambiguidade estrutural. Devido à essa ambiguidade, a questão deveria ser anulada.
4: Certo (Análise sintática/sujeito) “As Américas latinas” funciona como sujeito do verbo percorrer, o que é possível observar tanto pela estrutura gramatical da frase, como pelo contexto, uma vez que o autor defende que a América latina seja a própria definidora de sua identidade, ou seja, ela é personificada a fazer ela mesma o que foi feito por outro, não nomeados, nos outros territórios. O fato de no período os Estados Unidos e o Canadá funcionarem como adjuntos adverbiais de lugar em que foram percorridos os caminhos (sujeito do verbo percorre na oração anterior), associado à posição do sujeito após o verbo pode levar o leitor a confundir a função que as Américas latinas cumpre na oração.
5: Errado (Coesão) Pelo contexto, é possível depreender que o vocábulo “sorte” não é sinônimo de ventura e sua relação com ousadia política não é de consequência, ou seja, não é devido a ousadia política que houve alguma mudança. O vocábulo funciona como definidor do tipo de ousadia política que se poderia fazer, uma ousadia que teria por objetivo a mudança do paradigma de identidade da América Latina. A acepção do termo que se aplica é de “subdivisão de uma categoria; gênero, classe, espécie, tipo” (Dicionário Houaiss)

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Texto para as quatro questões abaixo.

1 Quando começa a modernidade? Bem antes que
tentassem me convencer de que a data de nascimento da
modernidade era um espirro cartesiano, ou então novo interesse
4 empírico pela natureza que transpira das páginas do *Novum*
Organum de Bacon, ou ainda a abertura dos primeiros bancos
— bem antes de tudo isso, quando era rapaz, se ensinava que
7 a modernidade começou em outubro de 1492. Nos livros da
escola, o primeiro capítulo dos tempos modernos eram e são as
grandes explorações. Entre elas, a viagem de Colombo ocupa
10 um lugar muito especial. Descidas Saara adentro ou
intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de
nada valiam comparadas com a aventura do genovês. É preciso
13 conceber o alcance simbólico do pulo além de Gibraltar, não
pela costa, mas reto para frente. É preciso, em outras palavras,
evocar o mar Mediterrâneo — esse pátio comum navegável e
16 navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado —
para entender por que a viagem de Colombo acabou e continua
sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado, do
19 abandono da casa materna e paterna.
Havia duas ordens de explicações para as grandes
descobertas e para a viagem de Colombo. A materialista não
22 faltava nunca: procura de novas riquezas e necessidade de
conquistas. Outra, mais ideológica, ou mesmo idealizada,
também sempre presente, atribuía o empreendimento ao
25 indomável desejo de saber e conhecer novas coisas. Aqui,
Dante era regularmente convocado em sua descrição da última
viagem de Ulisses que, apesar de ter tanto desejado voltar para
28 sua casa e família, toma de novo o caminho do mar aberto.
Dante escreve quase um século e meio antes da
viagem de Colombo, logo quando o espírito da modernidade
31 produzia a dita segunda Renascença. E ele é certamente um dos
ideólogos da modernidade. A visão dantesca de Ulisses é quase
uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto,

34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo.
O herói de Homero volta para seu lugar após os longos anos do
sítio de Troia e 10 anos de Odisseia; ele volta para o lugar onde
37 sua legitimidade de rei, esposo e pai é atributo eterno de seu ser
e onde, apesar da longa ausência e dos usurpadores, ele sempre
será reconhecido. Já o Ulisses moderno de Dante se cansa
40 desse lugar demasiado "seu" e deixa reino e família para
embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação
e sem volta. Ulisses retoma a estrada ou, melhor dito, o oceano
43 para, segundo o poeta italiano, conhecer o mundo, os vícios
humanos e o valor. Esse objetivo pode ser entendido de duas
maneiras.
46 Por um lado, tem-se a paixão de descobrir vícios e
valores de outros homens — uma espécie de curiosidade
antropológica especificamente moderna. Por outro lado, os
49 vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus
companheiros podem ser seus próprios. Nesse caso, Ulisses
abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai)
52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas
funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no
presente e mais em um futuro a ser inventado.

C. Calligaris. **A psicanálise e o sujeito colonial**. *In:* E. L. A. Susa (Org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 11-3 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens a seguir, referentes às relações semânticas e discursivas do texto.

(1) A expressão "espirro cartesiano" (*l*.3) pode ser interpretada como crítica à visão da modernidade como manifestação do cientificismo e racionalismo.

(2) Com o trecho entre travessões nas linhas 15 e 16, o autor quer enfatizar o caráter xenofóbico e de isolamento cultural associado a "mar Mediterrâneo" (*l*.15).

(3) Segundo o texto, há controvérsias quanto à data fundacional da modernidade. Essa discordância é o ponto de partida da argumentação do autor.

(4) Na linha 1, como a função da pergunta é prender a atenção do leitor, o ponto de interrogação pode ser corretamente substituído por ponto-final ou dois-pontos.

1: Certo (Interpretação de texto) Ao utilizar o termo "espirro" para caracterizar a corrente filosófica cartesiana, o autor atribui caráter pejorativo ao termo, uma vez que um espirro é associado a doenças e secreções. A interpretação desse item exige do leitor conhecimento prévio das bases da filosofia de Descartes, como associada aos conceitos de razão e ciência, e seu status como símbolo da filosofia moderna.
2: Errado (Interpretação de texto) Lê-se no trecho entre travessões: "esse pátio comum navegável e navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado". Os termos "comum" e "compartilhado" mostram que o mar Mediterrâneo não é fonte de isolamento pátrio, mas sim de contato entre os povos da região, um local onde todas as nações que o circundam dividiram a navegação durante milênios e partiram em buscas comuns de novos espaços.
3: Certo (Interpretação de texto) O autor inicia o texto mostrando que já teve contato com diversas datações do início da modernidade, a saber, espirro cartesiano, o Novum Organum de Bacon, a abertura dos primeiros bancos, outubro de 1492 (representando as navegações). Essas possibilidades são respostas à pergunta inicial do texto e é a partir desse disparador pergunta-respostas que o autor analisa o tema.
4: Errado (Interpretação de texto/pontuação) O uso da interrogação é fundamental para que as respostas que se seguem sejam compreendidas como contextualizadoras da questão a ser discutidas. Se fosse feita a substituição da pontuação, seria necessário alterar o formato das respostas e da estrutura do parágrafo como um todo para que houvesse coerência entre as partes do texto.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das estruturas gramaticais e semânticas e dos processos coesivos do texto, julgue os itens que se seguem.

(1) A inserção de se ou de **quando** imediatamente antes de "comparadas" (*l*.12) manteria a correção gramatical e o sentido do período.

(2) As formas verbais "tentassem" (*l*.2) e "se ensinava" (*l*.6) indicam ações realizadas por sujeitos que permanecem indeterminados no texto, assim como a forma verbal "É" (*l*.14).

1: Certo (Conjunção/período composto) A forma "comparadas" pode funcionar como a forma reduzida de particípio para a oração subordinada adverbial. Não se usa conjunção como elemento de conexão entre a oração principal e a forma reduzida da oração subordinada. A inserção de qualquer uma das conjunções propostas pelo item manteriam a correção e sentido, pois transformariam a reduzida em subordinada adverbial completa, com a forma verbal "fossem" oculta, para evitar excessos e tornar o discurso mais coerente. Ambas as conjunções manteriam a relação de sentido de condição entre as duas orações. Teríamos as possibilidades: "Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de nada valiam se (fossem) comparadas com a aventura do genovês" ou "Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de nada valiam quando (fossem) comparadas com a aventura do genovês"
2: Errado (Análise sintática/sujeito) O verbo tentassem (l.2) conjugado na 3ª pessoa do plural e sem referente óbvio é indicador de sujeito indeterminado, não se sabe quem pratica a ação de tentar convencer. Nos caso da forma "se ensinava" (l.6) o agente da ação não é referenciado pelo verbo, apesar de posteriormente ser relacionado aos "livros da escola". Ainda assim, a forma do verbo ensinar, transitivo direto, é uma forma de voz passiva sintética e seu sujeito é paciente, ou seja, o

termo que funciona como sujeito na oração é o paciente, aquilo que é ensinado, a saber, a oração subordinada substantiva subjetiva "que a modernidade começou em outubro de 1492" e não o agente. No caso do verbo "é" (l.14), trata-se de um período composto por subordinação em que temos o verbo de ligação "é", seguido do predicativo do sujeito "preciso" e da oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo "evocar o mar Mediterrâneo", que funciona como sujeito do verbo em questão, ou seja, o sujeito é determinado e aparente no formato da oração.

Gabarito 1C, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação ao texto, julgue os itens seguintes.

(1) Na linha 22, o sinal de dois-pontos introduz uma explicação para a motivação materialista das viagens marítimas associadas às grandes descobertas dos séculos XV e XVI.

(2) Nos dois primeiros períodos do terceiro parágrafo, o autor reconhece o papel de Cristóvão Colombo na construção do conceito de modernidade que se concretiza com o domínio colonial: Colombo é incluído entre os "ideólogos da modernidade" (*l.*32).

(3) O adjetivo "dantesca" (*l.*32) é utilizado metaforicamente para designar algo assustador, uso que remete à visão que se tinha das viagens por mar na Antiguidade.

(4) O fragmento "apesar da longa ausência e dos usurpadores" (*l.*38) pode ser deslocado para o final do período sem prejuízo para a correção gramatical do trecho, desde que mantida a vírgula antes de "apesar" e omitida a vírgula logo após "usurpadores".

(5) O gênero textual predominante no texto consiste em tratado científico, conforme se conclui da presença de vocabulário especializado e de linguagem objetiva, literal e impessoal.

(6) Segundo o texto, a descoberta da América sobrepõe-se a quaisquer outras atividades exploratórias dos europeus realizadas até então.

1: Certo (Interpretação de texto/pontuação) O termo "materialista" é associado a "explicação, do período anterior, por intermédio do artigo "a", que funciona como elemento de coesão, deixando claro que o trecho se refere às causas das viagens. Os dois pontos introduzem um aposto da oração "a materialista não faltava nunca", e, como tal, explicita o sentido do termo "materialista", explicando e exemplificando (riquezas e conquistas).

2: Errado (Interpretação de texto) O ideólogo da modernidade é Dante, que explica antecipadamente as razões da viagem de Colombo. A confusão pode decorrer do uso do pronome "ele" ao início do segundo período do parágrafo, no entanto a construção textual posterior e o uso de conceitos e vocabulários não deixam margem para ambiguidade. Colombo é apenas exemplo prático da teorização de Dante, como se lê em "A visão dantesca de Ulisses é quase uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto, 34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo"

3: Errado (Interpretação de texto/vocabulário) Apesar de o termo "dantesco" ser popularmente usado e conhecido como sinônimo de horror (a caracterização do inferno, talvez a mais assustadora da literatura, proposta por Dante em "A Divina comédia" é a origem da associação de significado), no trecho em questão ele é usado como aquilo que é ideia desenvolvida pelo autor em seus escritos. Trata-se de outra referência textual clara que não diretamente "o Inferno", mas sim o personagem que remete ao viajante de Homero, Ulisses: "Já o Ulisses moderno de Dante se cansa desse lugar demasiado "seu" e deixa reino e família para embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação e sem volta."

4: Certo (Coesão/pontuação) O trecho "apesar da longa ausência e dos usurpadores" é uma locução adverbial de concessão e, devido à circunstância que expressa e sua relação com o conteúdo do período, deve vir isolada por vírgulas do restante da oração. Ao ser transposta para o fim do período, deve-se, portanto, manter a vírgula anterior, que isola a expressão, mas não se deve manter a final, uma vez que haveria dupla pontuação (,.)

5: Errado (Interpretação de texto/gênero textual) O gênero predominante é de opinião. Há traços de subjetividade e pessoalidade, como se vê pela presença do pronome de primeira pessoa no trecho "Bem antes que tentassem me convencer de que a data de nascimento da modernidade era um espirro cartesiano", e em geral o texto possui diversas marcas de argumentação literária, com referências históricas e textuais, referências usadas numa construção de argumentação bastante distante do discurso científico, na criação de hipóteses com embasamento especulativo apenas, sem qualquer demonstração empírica, como se nota pelo uso do verbo no futuro do pretérito no trecho "Nesse caso, Ulisses abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai) 52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no presente e mais em um futuro a ser inventado."

6: Certo (Interpretação de texto) A importância da descoberta da América é demonstrada em duas frentes: primeiro, na anterioridade dela como definidora da modernidade em relação às outras possibilidades. Segundo, por ser a representação máxima da busca do homem da descoberta de si mesmo longe do lugar seguro, como demonstrada na analogia do Ulisses de Dante. Além disso, pode-se ver resumida toda a importância da viagem de Colombo para o conceito de modernidade no trecho "viagem de Colombo acabou e continua sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado", uma vez que é colocada como metáfora das mudanças advindas da modernidade.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Os itens a seguir apresentam reescrita do trecho retirado do texto "Por outro lado, os vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios." (*l.*48-50). Julgue-os quanto à correção gramatical e à manutenção do sentido original do trecho.

(1) Por outro lado, os vícios e o valor almejados por Ulisses e seus companheiros podem ser o deles mesmos.

(2) Outrossim, os vícios e o valor determinados por Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

(3) Não obstante, os vícios e o valor que precederam Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

1: Errado (Concordância/coesão/pronome) Na construção do texto original, os vícios e o valor são os "seus próprios" (de Ulisses e seus companheiros). Na reescrita, o pronome que reformula o trecho final da frase aparece no singular, ou seja, refere-se apenas a um termo, não podendo ser referente de vícios e valor, como era no trecho original. A redação correta seria "Por outro lado, os vícios e o valor almejados por Ulisses e seus companheiros podem ser os deles mesmos."

2: Errado (Vocabulário/valor semântico) Primeiramente, o advérbio "outrossim" significa "do mesmo modo; igualmente" (Dicionário Houaiss), ou seja, exatamente oposto à ideia da expressão "por outro lado", o que tornaria a coesão entre o trecho estacado e o anterior incorreta. Em segundo lugar, Ulisses e seus companheiros partem em busca de vícios e valor. O termo "determinados" indica que esses vícios e valor foram previamente estipulados, ou ainda que são notórios. O trecho não nos deixa perceber isso, indicando apenas que são objeto de busca e não causa dela.

3: Errado (Vocabulário/valor semântico) Assim como no item anterior, o problema dessa reformulação reside primeiramente na substituição do termo "por outro lado". "Não obstante" é uma expressão de caráter concessivo, ou seja, é sinônimo de "apesar de" e não substitui

corretamente o original, que tem valor de adversativo. Há também um segundo problema na substituição de "atrás dos quais correm" por "precederam". O original coloca os vícios e o valor como objetivo da busca de Ulisses e seus companheiros, enquanto "preceder" coloca os vícios e o valor como anteriores.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Aryon Dall'Igna Rodrigues — **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. *In:* **Revista Ciência e Cultura**, ano 57, n.º 2, abril/maio/jun./2005, p. 35-6 —, julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Dados demográficos revelam a situação preocupante da maioria das línguas indígenas no Brasil. No plano mundial, tem-se considerado que qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas está ameaçada de extinção.

(2) Todas as línguas indígenas em terras brasileiras tem menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tikúna falada no alto Solimões apenas, ultrapassa os 30 mil. O aspecto mais grave é que muitas dessas línguas contam com menos de 1 mil falantes.

(3) A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é de 1992.

(4) Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. Presentemente, são faladas no Brasil 181 línguas indígenas.

(5) Esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, e é possível que nele estejam incluídas duas ou três línguas que deixaram de ser faladas nos últimos cinco anos.

1: Certo **(Colocação pronominal)** O item não apresenta qualquer problema de adequação gramatical. É possível que ocorra dúvidas com relação à colocação do pronome "se" em posição de ênclise do verbo "tem". No entanto, a forma não fere as regras de colocação (não há palavra atrativa que obrigue a próclise ao verbo tem, e, como este é antecedido de vírgula, a próclise em relação a ele é, de fato, incorreta), apesar de ser mais comum a forma proclítica ao verbo no particípio: tem se falado.
2: Errado **(Conjugação verbal/concordância)** O sujeito do verbo "tem" é "Todas as línguas indígenas em terras brasileiras" e seu núcleo é o substantivo no plural "línguas". O verbo deveria, portanto, ser conjugado na 3ª pessoa do plural, u seja, "têm"
3: Certo **(Coesão)** Apesar de não haver erros gramaticais no item, a construção de orações intercaladas torna o entendimento do trecho mais sujeito a confusões, uma vez que são apresentadas duas datas. Pode-se confundir que o dado "antes da colonização desta parte da América do Sul, como sendo de 1992. No entanto, o trecho entre vírgulas é um aposto de "há 500 anos" e a construção gramatical está correta.
4: Certo **(Coesão)** O termo "atual" se liga a "território" e designa a limitação do espaço de que se fala. No entanto, por se tratar de um texto com referências cronológicas, um leitor desatento pode confundir o termo como relacionado ao número de línguas de antigamente (1,2 mil) e ler incoerentemente a informação de que no presente há apenas 181 línguas indígenas. Não há qualquer erro gramatical, mas o trecho poderia ser escrito de maneira mais clara.
5: Certo **(Conjugação verbal)** O verbo "incluir" admite dupla forma do particípio – incluso e incluído. Em geral, o particípio regular é usado na voz ativa, com os verbos auxiliar "ter" e "haver" e a forma irregular com "ser" e "estar" como auxiliares. No entanto, atualmente, a forma "incluso" é usada somente quando a forma cumprir função de adjetivo e não deve ser usadas em locuções verbais. Portanto, o trecho está de acordo com a norma.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

1 Axé, afoxé e babalorixá são termos bastante comuns
na fala dos brasileiros. Eles foram incorporados à nossa cultura
pelo candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de
4 Roger Bastide e Pierre Verger. Mas outra forma de candomblé
vem experimentando expansão e popularidade desde o final da
década de 80 do século XX: a da nação angola ou,
7 simplesmente, o candomblé angola. Valorizada pelo ativismo
dos movimentos negros e reforçada por iniciativas como a
criação de um curso de língua quicongo na Universidade da
10 Bahia, essa vertente passou a ganhar atenção e estudos. E isso
dentro de um contexto de resgate do papel do povo banto na
construção da afro-brasilidade.
13 A sequência de eventos que vai do primeiro
desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da
colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou
16 a precedência dos africanos bantos na formação da civilização
brasileira. Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás,
voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo
19 da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos
(nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também
os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil.

Nei Lopes. **Novidade ou tradição? Subestimado por etnólogos como Verger, o candomblé angola emerge e se expande pelo Brasil.** *In:* **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n.º 62, nov./2010, p. 38 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Acerca das relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) De acordo com o autor do texto, as tradições religiosas de origem banto foram negligenciadas por estudiosos no Brasil, argumento que justifica o emprego de "resgate" (*l.*11).

(2) As palavras de origem africana empregadas ao longo do texto são conhecidas do leitor brasileiro; por isso, prescinde-se do uso de aspas ou recursos explicativos.

(3) Em "à nossa cultura" (*l.*2), é facultativo o uso do acento grave, o que permite sua omissão sem que ocorra erro gramatical.

(4) Em "a da nação angola" (*l.*6), o pronome "a" retoma o elemento "forma de candomblé" (*l.*4).

(5) O texto indica que a religião banto está presente no Brasil desde o início da colonização portuguesa.

(6) Infere-se da leitura do texto que Roger Bastide e Pierre Verger eram estudiosos das práticas religiosas de origem africana.

1: Certo **(Interpretação de texto)** Segundo o texto foi o candomblé de origem nagô o estudado por teóricos e que apresenta maior relevância no vocabulário brasileiro. É apenas a partir da década de oitenta do século XX que o banto recebe atenção. O termo resgate se deve ao fato de a atenção se iniciar no referido período, mas a presença dessa vertente na formação da cultura brasileira é até mesmo anterior a do nagô, como se lê em "Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás, voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo 19 da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil."

2: Errado **(Vocabulário/pontuação)** Apesar de não serem termos usuais de algumas parcelas da população, o texto se insere em um contexto de estudo da africanidade e candomblé em que os termos referentes ao candomblé nagô são comuns, como argumenta o texto. Trata-se, portanto, de termos inseridos no contexto de maneira natural, não representando estrangeirismos, estranhezas ou sentidos figurados. Explicá-los seria prejudicial à própria argumentação do autor, de que o candomblé nagô é mais bem representado. É por isso que os termos advindos da cultura banto são explicados entre parênteses, a saber, "os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também os objetos que as contêm)" já que é uma cultura em resgate e ainda não totalmente inserida no cotidiano linguístico de que se fala.

3: Certo **(Crase)** A regência do adjetivo "incorporado" exige o uso da preposição "a" para introduzir seu complemento. O termo que funciona como complemento é feminino, "cultura" e admite o uso do artigo feminino para acompanhá-lo, o que resultaria na forma craseada "à". No entanto, o substantivo "cultura" vem determinado pelo pronome possessivo "nossa" e já é por ele determinado, o que torna facultativo o uso do artigo. Caso a escolha fosse pelo não uso do artigo, teríamos a forma "incorporados a nossa cultura", uma vez que permanece a preposição da regência de incorporados, mas se optou pela ausência do artigo.

4: Certo **(Coesão)** O artigo "a" com valor de pronome demonstrativo (há caráter de pronome demonstrativo atribuído ao artigo, e há divergências entre os teóricos quanto à classificação do termo. Esse comentário segue a análise de BECHARA, 2006, em que o artigo recebe valor de pronome demonstrativo), usado na expressão "a da nação angola" é um elemento de coesão que retoma o termo anterior e evita a repetição, criando relação entre as partes do texto e tornando a leitura mais clara e objetiva. Por se tratar de uma forma feminina singular, remete corretamente ao substantivo "forma", relação facilmente percebida pelo contexto do trecho.

5: Certo **(Interpretação de texto)** De acordo com o texto, a necessidade do resgate cultural é justamente devido ao grande papel que a cultura banto tem na formação da cultura brasileira desde o início. Apesar de não aprofundar os fatos, o texto diz: "A sequência de eventos que vai do primeiro desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou a precedência dos africanos bantos na formação da civilização brasileira.", ou seja, os bantos precedem os nagôs, apesar de não haver datação no texto da presença dos últimos na cultura brasileira.

6: Certo **(Interpretação de texto)** É possível inferir que se trata de estudiosos uma vez que o texto diz que ambos publicaram trabalhos em que o candomblé nagô de que derivam os termos que iniciam o texto é ratificado justamente por estarem presentes nesses trabalhos, como se lê no trecho "candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de Roger Bastide e Pierre Verger."

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C

Texto para as duas questões seguintes.

1 A Convenção para a Proteção e a Promoção da
Diversidade das Expressões Culturais lida com campos
temáticos específicos mencionados na Declaração Universal da
4 UNESCO para a Diversidade Cultural. São documentos cuja
existência aponta para a necessidade de se reconhecer que os
bens e os serviços culturais comunicam identidades, valores e
7 significados e, por isso, não podem ser considerados meras
mercadorias ou bens de consumo quaisquer. Por sua vez,
também os Estados precisam tomar todas as medidas
10 apropriadas para proteger e promover a diversidade das
expressões culturais, garantindo o livre fluxo de ideias e obras.
Finalmente, é necessário redefinir a noção de cooperação
13 internacional, elemento central da Convenção, na medida em
que cada forma de criação traz em si as sementes de um
diálogo contínuo.
16 A Convenção lida com muitas formas de expressão
cultural que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e
sociedades, enquanto comunicam conteúdos culturais com
19 sentido simbólico, bem como valores artísticos e culturais que

se originam de identidades culturais ou as expressam. As expressões culturais — qualquer que seja o meio ou a
22 tecnologia usada — são transmitidas pelas atividades, pelos bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural).
25 Por esse motivo, tais bens e serviços não podem ser tratados como objetos de negociações comerciais.
Ao enfocar a proteção e a promoção da diversidade
28 das expressões culturais, a Convenção reconhece que, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade
31 de expressões culturais, tanto as do seu país quanto as de outros. Entretanto, esse potencial ainda não se materializou totalmente no atual contexto global.

Revista Ciência e Cultura. Ano 57, n.º 2, abr-maio-jun/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto, julgue os itens subsecutivos.

(1) Os bens culturais são apresentados como sendo de livre acesso a todos, o que não significa que eles sejam sempre gratuitos.

(2) É correto concluir da leitura do texto que a globalização é o principal elemento motivador da diversidade de bens culturais e da circulação desses bens nos países em desenvolvimento.

(3) O texto classifica-se como informativo, sendo o assunto nele tratado o programa de proteção e promoção da diversidade cultural imposto às nações em nível mundial.

1: Certo (Interpretação de texto) De acordo com o texto, bens culturais muitas vezes representam a união entre a representação econômica e a cultural. Ao mesmo tempo que não podem ser tratados como meros bens de consumo, devido ao seu caráter simbólico de valores culturais, possuem valor comercial. É justamente o papel da Convenção proteger o duplo aspecto dos bens culturais: "são transmitidas pelas atividades, pelos bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural)". Devido ao seu caráter cultural e levando em conta seu valor econômico, a Convenção procura garantir que esses bens sejam amplamente divulgados e disponíveis para todos aqueles que se interessarem em adquiri-los: "a Convenção reconhece que, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade de expressões culturais"

2: Errado (Interpretação de texto) A diversidade cultural representa diversas identidades localizadas e é papel de cada um dos Estados proteger e promover essas expressões, promovendo o diálogo internacional entre elas, ou seja, não há comunicação generalizada entre elas. Ao contrário do que propõe o item, essas expressões não atingiram divulgação universal, ou seja, as muitas expressões não são acessíveis a todas as pessoas, apesar de o mundo ser cada vez mais conectado.

3: Errado (Interpretação de texto) O caráter informativo do texto fica claro pela exposição do conteúdo e da função da Convenção em um suporte comunicativo que cumpre tal função, a saber, uma revista. No entanto, o texto não apresenta qualquer caráter impositivo da Convenção, mas sim indicativo. A sua função é orientar as nações nos meios de proteção e na promoção dos bens culturais sem qualquer regra explícita de obrigatoriedade, o que fica claro pelo último trecho do texto, que afirma que a intencionalidade dos objetivos da Convenção não atingiram caráter global. (O documento completo da convenção em português encontra-se no link http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf)

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens subsequentes, relativos às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

(1) A inserção de vírgula logo após "significados" (*l*.7) manteria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar suas relações de coesão.

(2) Em "resultam da" (*l*.17), o vocábulo "da", resultante da junção da preposição **de** com o artigo definido **a**, pode ser substituído por **na** sem que se altere o sentido original do texto.

(3) A expressão "enquanto" (*l*.18) tem valor concessivo, o que dá à oração por ela iniciada a função de exprimir sentido oposto ao expresso pela oração antecedente.

(4) A substituição de "enfocar" (*l*.27) por **exaltar** alteraria as informações veiculadas no texto, assim como suas relações semânticas e discursivas.

(5) A forma adjetiva "livre" (*l*.30) está empregada no singular para concordar com o elemento a que se liga: "cada indivíduo" (*l*.29).

(6) No último período do texto, "Entretanto" estabelece um contraste entre a promoção da diversidade de expressões culturais atual e o seu potencial ainda inexplorado.

(7) O pronome "cuja" (*l*.4) assume valor possessivo, motivo pelo qual poderia ser corretamente substituído por **de quem** ou **por dos quais**.

1: Certo (Coesão/pontuação) Em geral, não se usa vírgula quando termos são ligados pelo conectivo "e". Quando o "e" une orações coordenadas, que são orações sintaticamente independentes, mas com relação de sentido entre si, estabelece entre elas uma relação de adição; a segunda adiciona informações ao que diz a primeira. Apesar de não haver impedimentos gerais para seu uso junto ao "e", há dois casos em que se indica o uso da vírgula acompanhando a intermediação da conjunção aditiva. O primeiro, quando há intenção adversativa, ou seja, a segunda oração traz uma informação contrária à da primeira, por exemplo, "Maria usou ovos, farinha e leite de qualidade, e o bolo desandou". O uso da expressão enfática "por isso" nega que possa se fazer uso da vírgula com essa finalidade, já que expressa uma relação de similaridade entre as orações. O outro caso é quando as orações coordenadas possuem sujeitos diferentes, por exemplo, "Maria jogou bola com os meninos e fez vários gols", mesmo sujeito, Maria, jogou bola e fez gols, e "Maria jogou bola com os meninos, e João preferiu as bonecas", sujeitos diferentes, Maria jogou bola e João preferiu bonecas. Com o uso da vírgula no trecho sugerido, portanto, teríamos a alteração do referente do sujeito: no original o sujeito da segunda

oração são "os bens e os serviços culturais", o mesmo da oração do verbo "comunicam". Na reescrita, com o uso da vírgula, a repetição do sentido do sujeito anterior não fica clara, podendo causar ambiguidade com relação ao referente e impedir a identificação do sujeito da oração. Apesar de não ferir regras da norma culta da língua, o uso da vírgula não é recomendado, pois tornaria o trecho confuso.
2: Errado (Regência/preposição) A preposição funciona como conector entre termos do texto e estabelece entre eles uma relação de sentido. O verbo "resultar" admite duas possibilidades de complemento: aquele que é causa do resultado ou o que é o resultado em si. A preposição "de", no texto contraída ao artigo "a" (de+a=da) tem valor semântico de causa, ou seja, intermedia a relação do verbo com o causador do resultado: as expressões culturais são consequências da criatividade. Ao se substituir pela preposição "em", na forma contraída "na" (em+a=na), o valor semântico da preposição, e portanto da relação entre os termos, é de consequência: nesse caso a criatividade é que seria a consequência das diversas expressões culturais.
3: Errado (Conjunção) A conjunção tem função coesiva no texto, ou seja, intermedia relação de sentido entre duas orações, sendo a principal aquela a que se liga uma oração subordinada, que vem introduzida pela conjunção e funciona como termo sintático da primeira, estabelecendo, nos casos de orações adverbiais, entre elas um valor semântico. A conjunção "enquanto" no texto tem valor de "na qualidade de" e introduz uma oração subordinada que indica uma explicação da declaração da oração principal, ou seja, é exatamente porque comunicam conteúdos culturais com sentido simbólico que são expressão cultural. Esse uso da conjunção é, em geral, condenado pelos teóricos da gramática. As conjunções de valor concessivo introduzem orações subordinadas adverbiais que indicam um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. O item apresenta, portanto, para o conceito de concessão uma definição equivocada, já que define concessão como oposição. A ideia de oposição é transmitida pelas conjunções adversativas que, além da diferença de valor semântico, também compõem outra espécie de estrutura gramatical: as orações unidas por conjunções adversativas são sintaticamente independentes, ou seja, são coordenadas não tendo a introduzida pela conjunção sua ideia subordinada à estrutura de uma oração principal.
4: Certo (Vocabulário/valor semântico) "Enfocar" indica que a Convenção tem como função a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. A substituição pelo verbo "exaltar", alteraria a função da Convenção, para apenas a demonstração elevada de tais indícios e não a atuação sobre eles.
5: Errado (Concordância) O termo "livre" não pode ser lido independente, uma vez que sua morfologia está complementada em outro termo. "Livre" designa a maneira como cada indivíduo pode acessar a diversidade cultural, portanto, trata-se de um advérbio de modo, a saber, livremente. Para evitar a repetição e evitar cacofonias, ao se utilizar conjuntamente dois ou mais advérbios terminados pelo sufixo –mente, este deve aparecer apenas no último, sendo os anteriores grafados na sua forma de adjetivo. A estrutura textual não permite qualquer outro entendimento da expressão "livre e imediatamente" que não a de dois advérbios de modo adequados a regras de economia e plasticidade linguística. A referência do termo, portanto, não é o indivíduo, mas sim o verbo "acessar" e, como indicador de circunstância, função do advérbio, é invariável e não admite plural.
6: Errado (Interpretação de texto/conjunção) O valor semântico da conjunção "entretanto" é, de fato, adversativo, ou seja, de contraste. No entanto, há a inversão no item dos valores de cada uma das orações que a conjunção une. De acordo com o texto, o potencial inexplorado é justamente o de promoção da diversidade cultural que, como afirmado anteriormente no parágrafo, é de uma rica diversidade e, de fato, bastante explorada.
7: Errado (Pronome/coesão) Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação intermediada pela preposição "de". O termo substituído é aquele que "é de" algo. A ideia do trecho apresentado, se apresentada a oração subordinada independente da principal é de que "A existência dos documentos aponta para a necessidade(...)", ideia que cumpre corretamente com os objetivos do pronome em questão e as exigências da regência do substantivo "existência" com a preposição "de". A substituição pela expressão "de quem" acarreta em problemas já que, além de não cumprir com as exigências semânticas do trecho supracitado, também faz uso do pronome relativo "quem", que tem seu uso restrito a substituir termos na oração subordinada quando estes são pessoas (por exemplo: "o menino de quem gosto saiu", a oração principal "o menino saiu" possui intercalada uma oração subordinada adjetiva "de quem gosto", que restringe de que menino o enunciador fala, e, assim, ambas tem em comum o termo "menino", que aparece substituído pelo pronome relativo "quem" na oração subordinada). A segunda possibilidade de substituição, além de não cumprir com as exigências semânticas da relação que o cujo possibilita, também encontra problemas na escolha da preposição que intermedia a relação entre as orações. Ao se reescrever a oração subordinada independente da principal temos a forma acima citada "A existência dos documentos aponta para a necessidade". Ao se usar a preposição "por", o que fica subentendido é "A existência por documentos aponta para a necessidade", e não obedece às regras de regência do substantivo "existência".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando que funcionário de determinado ministério precise escrever ofício dirigido a funcionário que ocupa posição hierárquica superior à sua, julgue os itens que se seguem, no que concerne às características desse tipo de documento.

(1) É preciso que o funcionário identifique-se como autor do ofício, devendo, pois, informar seu nome e o cargo que ocupa logo abaixo do local reservado para sua assinatura.

(2) O trecho abaixo corresponde a fecho adequado para o documento que o funcionário deve escrever. Subscrevo-me cortês e atenciosamente.

(3) Caso o assunto já seja de conhecimento do destinatário, o funcionário pode redigir o ofício sem se preocupar em numerar os parágrafos ou em dar número de identificação ao documento.

1: Certo (Redação oficial) Como indica o padrão estabelecido pelo Manual de Redação Oficial da República: "**2.3. Identificação do Signatário:** Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura."
2: Errado (Redação oficial) Por ser quem escreve um funcionário de posição inferior, a forma correta seria "respeitosamente", segundo o Manual de Redação Oficial da República: "O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria n° 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente,"
3: Errado (Redação oficial) Como rege o Manual de Redação Oficial da República, apesar de não haver a necessidade de parágrafos no caso de documento de encaminhamento ("desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; Em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento."), caso eles existam, devem estar numerados: " Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos". Todo ofício deve se iniciar com as informações que o identificam: "**Partes do documento no** Padrão Ofício. O *aviso*, o *ofício* e

o *memorando* devem conter as seguintes partes: a) **tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede**: Exemplo: Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME"

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Julgue os itens seguintes, acerca de correspondências oficiais.

(1) Caso uma funcionária pública deseje comunicar ao setor de pessoal do órgão em que trabalha a necessidade de se ausentar para realizar tratamento médico, ela deverá redigir um aviso.

(2) Em um documento encaminhado por ministro a um bispo brasileiro, deve ser empregada a forma de tratamento Vossa Excelência Reverendíssima.

(3) A redação da correspondência oficial deve-se pautar pela correção gramatical e pelo uso de linguagem clara; por isso, palavras incomuns ou desconhecidas devem ser evitadas mesmo quando o redator tem bom domínio da língua portuguesa.

(4) O uso de forma de tratamento específica em determinado documento é definido por critérios ligados a questões de ordem hierárquica e à área de atuação do destinatário.

1: Errado (Redação oficial) De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência, a funcionário deveria redigir um ofício: "*Aviso* e *ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares."

2: Certo (Redação oficial) Acerca dos pronomes de tratamento para religiosos, lê-se no Manual de Redação Oficial da Presidência: "Os pronomes de tratamento para religiosos, de acordo com a hierarquia eclesiástica, são: *Vossa Santidade*, em comunicações dirigidas ao Papa. O vocativo correspondente é: Santíssimo Padre. *Vossa Eminência* ou *Vossa Eminência Reverendíssima*, em comunicações aos Cardeais. Corresponde-lhe o vocativo: Eminentíssimo Senhor Cardeal, ou Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal. V*ossa Excelência Reverendíssima* é usado em comunicações dirigidas a Arcebispos e Bispos; *Vossa Reverendíssima* ou *Vossa Senhoria Reverendíssima* para Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos. *Vossa Reverência* é empregado para sacerdotes, clérigos e demais religiosos."

3: Certo (Redação oficial) O item aborda diretamente o texto que define a Redação Oficial no Manual da Presidência, e descreve com outras palavras exatamente a sua definição. É interessante retomar o trecho: "A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência* (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão."

4: Certo (Redação oficial) O uso dos pronomes de tratamento obedece a tradição secular de dirigir-se a autoridades ressaltando um atributo em sinal de distinção e respeito à posição superior ocupada por alguém. Como explica Said Ali, no Manual de Redação Oficial da Presidência: ""Outro modo de tratamento indireto consistiu em fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente da pessoa de categoria superior, e não a ela própria. Assim aproximavam-se os vassalos de seu rei com o tratamento de *vossa mercê*, *vossa senhoria* (...); assim usou-se o tratamento ducal de *vossa excelência* e adotaram-se na hierarquia eclesiástica *vossa reverência*, *vossa paternidade*, *vossa eminência*, *vossa santidade."*

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

1 Medir a desigualdade de uma troca desigual e
avaliar até que ponto ela é determinante na forma como afeta
as condições de vida e as trajetórias das pessoas ou dos
4 grupos envolvidos não é tarefa fácil, sobretudo porque as
relações de poder não ocorrem isoladas, mas em cadeias, em
sequências ou em constelações. Em determinada situação de
7 exercício de poder, pode dar-se uma convergência entre elos
da cadeia de desigualdade tão diversos como raça, sexo,
classe, idade, nacionalidade, recursos educativos etc., e,
10 embora a situação seja quase sempre organizada e
enquadrada discursivamente pelo elo mais próximo ou por
aquele que funciona no modo de alta tensão, o elo mais
13 próximo pode não ser necessariamente o mais desigual ou o
mais determinante no conjunto de desigualdades que
constituem as trajetórias de vida e as oportunidades de uma
16 dada pessoa ou de um grupo social. Pela mesma razão,
aquilo que interacionalmente surge em determinação externa
de uma dada relação de poder é quase sempre uma
19 manifestação da mesma constelação de poder em um de seus
elos anteriores e mais remotos. É por isso que as pessoas
frequentemente aceitam como sendo troca igual aquilo que,
22 de fato, é uma troca desigual. É evidente que a máscara de
igualdade que o poder assume é uma ilusão, mas, por ser
necessária como ilusão, tem o seu "quê" de verdade.

Boaventura de Souza Santos. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 267 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens de 1 a 6, a respeito da organização das estruturas linguísticas no desenvolvimento do texto acima.

(1) O uso do singular em "não é tarefa fácil" (*l*.4) ressalta a ideia de que aquilo que poderia ser considerado duas tarefas isoladas, "Medir" (*l*.1) e "avaliar" (*l*.2), caso se optasse pelo uso da flexão de plural, **não são tarefas fáceis**, constitui, na verdade, uma integração de tarefas ou uma tarefa em duas partes.

(2) A preposição em "pelo elo" (*l*.11) é exigida pelo termo "organizada" (*l*.10); e a preposição em "por aquele" (*l*.11-12) é exigida por "enquadrada" (*l*.11); o que mostra o paralelismo que se estabelece entre as ideias de organizar e "Medir" (*l*.1), por um lado, e enquadrar e "avaliar" (*l*.2), por outro.

(3) Pela organização dos argumentos e das estruturas sintáticas, subentende-se, no desenvolvimento das ideias do texto, que a inserção do termo **do que outros** depois de "desigual" (*l*.13) ou de "determinante" (*l*.14) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(4) No contexto da argumentação desenvolvida, a palavra "trajetórias" (*l*.15) admite, sem prejuízo para a correção gramatical nem para a coerência textual, ser substituída pela palavra **escolhas**.

(5) O trecho "as trajetórias de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social" (*l*.15-16) admite ser considerado complemento da forma verbal "constituem" (*l*.15).

(6) O conector "por isso" (*l*.20) explicita uma relação lógica entre duas ideias do texto: as pessoas aceitarem como igual uma relação de desigualdade (efeito) e a máscara da igualdade ser uma ilusão (causa).

1: Certo **(Concordância)** O sujeito do verbo "é" é representado por duas orações, a primeira centrada no verbo "medir" e a segunda no verbo "avaliar", que se relacionam por intermédio da conjunção "e", que estabelece entre elas relação de coordenação aditiva. A regra de concordância geral indica que se há dois núcleos de sujeito para um mesmo verbo este deve concordar no plural. No entanto, permanece no singular o verbo que tem como sujeito duas ou mais orações coordenadas entre si, como é o caso mostrado no trecho. Fazer a concordância no plural é algo a ser evitado, a menos que seja explícita a intensão de que as ações demonstradas pelas orações subjetivas sejam absolutamente distintas.

2: Errado **(Regência)** Os termos "organizada" e "enquadrada" regem seus complementos agentes com a preposição por. Ambos os termos aparecem complementados pelas duas expressões subsequentes introduzidas corretamente por "pelo" (per+o) e por. Essa complementação de duplo valor só é possível se os termos regentes utilizarem a mesma preposição para intermédio semântico e procurarem a mesma complementação de sentido; tanto aquilo que organiza como o que enquadra são os mesmos. Não há qualquer evidência de que se forme um paralelismo entre os termos analisados e as ações iniciais, mas sim que há paralelismo entre eles mesmos, já que compartilham elementos gramaticais e de significado.

3: Errado **(Grau do adjetivo)** O adjetivo "desigual" aparece acompanhado de um artigo definido "o", assim como acontece com o adjetivo "determinante". Esse tipo de construção cria uma relação entre o elemento caracterizado dessa forma, a saber, o elo, de superlativo, que ressalta, com vantagem ou desvantagem, a relação de um ser em relação a um grupo de outros seres. Ou seja, trata-se de o elo mais desigual ou o mais determinante dentre todos os elos. O acréscimo sugerido pelo item é uma construção típica do grau comparativo do adjetivo, ou seja, de quando compara-se a qualidade de um ser com relação a um outro: um elo é mais desigual ou mais determinante do que outro. O acréscimo tornaria o trecho incoerente.

4: Certo **(Valor semântico)** A palavra "trajetória"significa "espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro" (Dicionário Houaiss). No texto, não se trata de uma trajetória física, de movimento, mas sim de uma metáfora para a sequência de experiências que formam a vida. Nesse contexto, o termo "escolhas" substitui corretamente, podendo assumir o mesmo valor semântico do termo anterior, uma vez que a sequência de experiências vividas são as escolhas que se fazem.

5: Certo **(Análise sintática)** Lê-se na oração completa "que constituem as trajetórias de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social." O sujeito do verbo está representado pelo pronome relativo "que", que substitui em significado o termo "desigualdades". O verbo é transitivo direto, ou seja, exige complemento de sentido para que seja compreendido e se relaciona a esse complemento sem intermédio de preposição e seu objeto é duplo, ou seja, há dois substantivos que funcionam como núcleo e representam ideias distintas do que as desigualdades constituem: trajetórias e oportunidades. Trata-se uma construção simples, sujeito-verbo-objetos.

6: Errado **(Coesão/interpretação de texto)** O trecho "que as pessoas frequentemente aceitam como sendo troca igual aquilo que, de fato, é uma troca desigual" de fato designa o efeito daquilo que a expressão relaciona. No entanto, "a máscara da igualdade ser uma ilusão" não é a causa de tal efeito, mas sim uma conclusão que resume os elementos do texto como um todo. A causa de fato é a externalidade aparente das relações de poder, como se vê no trecho imediatamente anterior ao conector.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6E

1 Em geral, o chamado multiculturalismo apoia-se em
um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para
com a diversidade e a diferença. É particularmente
4 problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade.
Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar
a existência da diversidade possa servir de base para uma
7 pedagogia que coloque, no seu centro, a crítica política da
identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a
diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas,
10 cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou
fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição.
Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente
13 recomendada é de respeito e tolerância para com a
diversidade e a diferença. Mas será que as questões da
identidade e da diferença se esgotam nessa posição liberal?

Tomás Tadeu da Silva. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da organização do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O desenvolvimento das ideias no texto faz subentender uma relação explicativa entre o segundo e o terceiro períodos sintáticos, situados entre as linhas 3 e 8; por isso, ligá-los pela conjunção **porque**, fazendo-se os necessários ajustes na pontuação e nas letras maiúsculas, preservaria a correção e a coerência textual.

(2) No desenvolvimento das ideias do texto, o uso da forma verbal de indicativo "limita" (*l*.5) representa uma opção pela ideia de declaração, em contraste com a ideia de hipótese, que seria corretamente expressa pelo uso do modo subjuntivo: limite.

(3) Para manter o respeito ao padrão culto da língua portuguesa e preservar a correção gramatical do texto

e a coerência entre os argumentos, deve-se evitar o neologismo "essencializadas" (*l*.10), substituindo-o por **essenciais**.

(4) O uso da voz passiva nas duas orações do mesmo período, "São tomadas" (*l*.10) e "se deve tomar posição" (*l*.11), deixa subentender, como agente das duas ações, o "multiculturalismo" (*l*.1).

(5) Por finalizar a argumentação do parágrafo, a pergunta retórica, que não exige resposta, pois serve apenas de orientação para a organização e aceitação dos argumentos, admite a substituição do ponto de interrogação que a encerra, na linha 15, pelo sinal de ponto, sem prejudicar a correção nem a coerência da argumentação.

1: Certo **(Coesão)** Apesar da ausência de conjunção, as ideias do texto estão encadeadas de forma clara. É legítimo e coerente que períodos independentes estabeleçam relações de sentido de maneira direta, sem intermédio. O desenrolar da argumentação faz perceber que, logo após o fato, aparece sua justificativa. A presença da conjunção, dadas as adaptações de pontuação, mantém coerente o discurso e explicita a relação.
2: Certo **(Conjugação verbal)** O modo indicativo é usado ao se tratar de fatos e da realidade, enquanto o modo subjuntivo se caracteriza como detentor das ideias hipotéticas. A forma verbal "limita" traz ao texto força argumentativa, uma vez que trata os fatos como certezas explícitas e não possibilidades discursivas.
3: Errado **(Valor semântico/morfologia)** O neologismo é um recurso da língua que permite ao autor buscar mecanismos para a elaboração de um vocabulário próprio do tema quando este ainda não existe. A presença do sufixo de particípio em "essencializadas" atribui ao termo caráter passivo, ou seja, a diferença e a identidade sofreram o processo de serem transformadas em essências artificialmente. A substituição por "essenciais", como sugerido pelo item, além de ter um significado distinto, retiraria do termo esse importante aspecto semântico-argumentativo.
4: Errado **(Voz passiva)** A forma verbal 'são tomadas" tem como sujeito paciente oculto os termos "diferença" e "identidade". Devido ao distanciamento textual, embora permitido pela semelhança semântica, é pouco provável que o agente da ação seja o multiculturalismo, especialmente porque no período anterior, em que são explicitados os sujeitos do verbo em questão é apresentada como alicerce da argumentação "a diversidade", sendo o mais provável agente. É importante notar que a construção da voz passiva permite excluir do contexto o agente uma vez que privilegia o paciente. Já na segunda forma verbal, "se deve tomar", o sujeito paciente é o termo posposto "posição" e, pela construção "diante dos quais", fica evidente que o agente não é mais um conceito abstrato, mas sim os indivíduos, todos nós. O uso da voz passiva sintética privilegia o paciente, a ação a ser tomada, evita, assim, nomear aqueles que o devem fazer e torna genérica a figura do agente.
5: Errado **(Pontuação)** Uma pergunta retórica é uma interrogação que não tem o objetivo de obter uma informação ou uma resposta, mas sim provocar um efeito no destinatário do discurso, eventualmente ajudando na argumentação que está sendo feita. Apesar de não exigir resposta, nada exclui a necessidade de a pontuação indicar que trata-se de uma pergunta. Sem a pontuação a própria ideia da entonação retórica do texto está perdida.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5E

1 Os indivíduos, evidentemente, não existem à
margem da sociedade. O próprio Robinson Crusoé, antes de
sobreviver isolado na sua ilha, precisou formar-se no
4 convívio organizado com outras pessoas: teve de se
socializar, aprendendo uma série de coisas imprescindíveis
à sua capacidade de subsistir, sozinho. O indivíduo, então,
7 como dizia Marx, é o ser social; ele é tão intrinsecamente
social que somente ao longo de sua história em sociedade é
que o homem, depois de muitos séculos, chegou a se
10 individualizar (já que, nas comunidades mais primitivas, os
indivíduos não contavam e existiam exclusivamente em
função da coletividade a que pertenciam). Essa compreensão
13 que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais
concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o
reconhecimento da necessidade de se associarem, mas cria
16 importantes exigências, novas, quanto ao caráter das
associações.

Leandro Konder. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 79-80 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) No que se refere ao uso das estruturas linguísticas na organização das ideias no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) O sinal indicativo de crase em "à margem" (*l*.1-2) indica que o sentido com que está empregado o verbo **existir** exige a preposição **a** na sua complementação.

(2) A relação entre a citação de que o "indivíduo, (...), é o ser social" (*l*.6-7) e as ideias do texto mostram que, de forma resumida, a argumentação trata da relação entre homem e sociedade, destacando os processos de individualização e de socialização ao longo da história.

(3) O fato de que "os indivíduos não contavam" (*l*.10-11) nas sociedades primitivas configura a razão pela qual a humanidade vivia em função da coletividade.

(4) Preservam-se a coerência e a correção gramatical do período ao se trocar de lugar os termos nas linhas de 12 a 14, iniciando-se assim o período sintático: Os indivíduos estão adquirindo essa compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco (...).

(5) O desenvolvimento dos argumentos permite a inserção da preposição **de** antes do trecho "que os indivíduos estão adquirindo" (*l*.13), sem se prejudicar a coerência nem a correção gramatical do texto.

(6) O uso de duas vírgulas demarcando o adjetivo "novas" (*l*.16), gramaticalmente opcional, sugere ênfase à qualidade da ideia expressa em **importantes exigências**.

1: Errado **(Crase)** O verbo existir tem como sujeito a expressão "os indivíduos". Trata-se de um verbo intransitivo, ou seja, seu sentido está

completo em si só e não exige complemento algum. A locução "à margem da sociedade" traz à oração uma circunstância de lugar, é onde os indivíduos não existem. As expressões com essa função chamamos de adjunto adverbial de lugar. A locução, por ser centrada em uma palavra feminina, exige internamente a presença da crase: o "a" preposição com valor semântico de lugar se une ao "a" artigo feminino que acompanha o substantivo "margem"

2: Certo **(Interpretação de texto)** Durante todo o texto é possível notar, devido aos exemplos literários e históricos e referências teóricas, que o texto tem como tese a necessidade do ser humano de se associar, mesmo em tempos de exaltação do indivíduo. O trecho "O indivíduo, então, como dizia Marx, é o ser social" vem acompanhado de uma expressão enfática, "então", que explicita a ideia de Marx como a central do texto.

3: Errado **(Interpretação de texto)** Todo o trecho entre parênteses, tanto o fato de os indivíduos não contarem, como da existência ser exclusivamente em função da coletividade (fatos unidos em relação de coordenação pela conjunção aditiva "e") vem introduzido pela conjunção "já que", que o une ao anterior indicando a causa do que foi primeiro dito, ou seja, todo o trecho entre parênteses é causa de a individualização só ocorrer depois de muitos séculos da história da humanidade.

4: Errado **(Coerência/coesão)** A redação do trecho apresenta duas orações em relação de subordinação, sendo a oração principal "Essa compreensão não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" que tem como subordinada adjetiva intercalada a oração "que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco", que funciona como qualificadora do termo "compreensão". A redação proposta pelo item exclui a relação de coesão entre as orações, feita pelo pronome relativo "que" e transforma a subordinada em oração principal, o que tornaria incoerente a leitura do trecho que se segue e que originalmente tinha a função de principal, já que fica sem referente de sujeito. Teríamos: "Os indivíduos estão adquirindo essa compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem

5: Errado **(Regência)** Como visto no item anterior, o trecho "Essa compreensão que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" é constituído por uma oração principal e uma subordinada adjetiva. A relação entre as orações é feita pelo pronome relativo "que", que cumpre duas funções: a de ligar as orações e a de substituir o termo de que a oração subordinada fala nela mesma, uma vez que ele é referenciado apenas na oração principal. No caso, o termo de que trata a subordinada é "compreensão" e o pronome relativo admite a função sintática que o termo teria na oração subordinada. Se desmembrarmos as orações, teríamos: "Essa compreensão não enfraquece o reconhecimento da necessidade de se associarem" e "os indivíduos estão adquirindo compreensão cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco", Na oração isolada, vemos que o termo "compreensão" cumpre função sintática de objeto direto do verbo "adquirir" e, como tal, não vem acompanhado de preposição. Como no trecho combinado o "que" assume o papel de objeto direto, seria incorreto pela regência do verbo que viesse acompanhado de preposição.

6: Certo **(Pontuação)** O adjetivo "novas" é qualificador do termo "exigências". Pela construção natural do texto, o adjetivo deveria aparecer antes do substantivo, juntamente com o outro qualificador "importantes". O deslocamento da posição esperada do adjetivo exige seu isolamento por vírgulas, para desfazer qualquer possível má interpretação resultante dessa irregularidade da distribuição dos adjetivos para um mesmo nome. O efeito desse isolamento é que o termo ganha destaque, já que exige do leitor uma pausa mental para seu entendimento. O fato de as exigências serem novas é, de fato, o foco central da argumentação do texto e justifica esse isolamento de ênfase.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6C

1 Os primeiros anos do século XIX assistiram à
consumação de um processo iniciado dois séculos antes, de
reestruturação das instituições políticas a partir do conceito,
4 cada vez mais central, de cidadania. Nesse processo, toda a
concepção de mundo que legitimava a velha ordem, fundada
na subordinação dos indivíduos e seus interesses ao conjunto
7 da sociedade, na desigualdade e na hierarquia, foi sendo
substituída pela visão individualista, pela ideia fundamental
de os indivíduos serem livres e iguais em direitos.
10 Concomitantemente, a ideia de a ordem social ser dada,
preexistindo aos seus integrantes, destituídos de poder sobre
seus fundamentos, foi sendo substituída pela imagem do
13 contrato social. A sociedade surge por decisão consciente
dos contratantes, interessados em escapar dos inconvenientes
do isolamento.

Roberto Freire, Vilma Figueiredo e Caetano E. P. de Araújo. **Contemporâneos do futuro**. Brasília: EdUnB, 1997, p. 50 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da organização das ideias do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Representa uma reescrita gramaticalmente correta do primeiro período sintático do texto o seguinte: No início do século XIX, as pessoas participaram do processo de reestruturação das instituições políticas, que tinha como foco a noção de cidadania.

(2) Para que o texto utilize linguagem mais clara e adequada ao tipo argumentativo, deve ser explicitado o sujeito da estrutura sintático-semântica da primeira oração, inserindo, por exemplo, **as pessoas** antes de "assistiram" (*l*.1).

(3) Na linha 6, a inserção da preposição **de** antes de "seus interesses" preservaria a correção gramatical e a coerência do texto, além de ressaltar que se trata de elemento coordenado com "dos indivíduos" e não com "subordinação".

(4) No desenvolvimento da argumentação, a ideia de "velha ordem" (*l*.5) opõe-se a "visão individualista" (*l*.8).

(5) A retirada do gerúndio em “foi sendo” (*l*.7) preservaria a correção gramatical do texto, mas deixaria de ressaltar a ideia de processo gradativo da ação e enfraqueceria a relação entre os argumentos.

(6) Na linha 9, não se usa a contração da preposição “de” com o artigo, formando **dos**, porque o termo “os indivíduos” tem a função de sujeito sintático.

(7) Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual, na linha 9, ao se usar o infinitivo não flexionado em lugar de “serem”, já que a estrutura sintática deixa clara a referência a “indivíduos”.

(8) O uso do termo “Concomitantemente” (*l*.10) ressalta a ideia de que a “imagem do contrato social” (*l*.12-13) deve ser considerada equivalente a “visão individualista” (*l*.8), no que se refere ao valor semântico e argumentativo das duas expressões no texto.

1: Certo **(Interpretação de texto)** A reescrita retoma os elementos principais do texto clara e corretamente no aspecto gramatical, portanto cumpre com as exigências do enunciado. No entanto, essa reformulação não mantém o foco, designado pela personificação do início do século XIX como observador de fatos generalizados, indicado pelo texto de que a transformação possui uma datação histórica que remete a fatos anteriores e que vinha acontecendo paulatinamente, e não feita por indivíduos declarados com uma determinada intenção, a cidadania, como deixa entender a reformulação.

2: Errado **(Valor semântico/análise sintática)** Como indicado no item anterior, o sujeito do verbo assistiram é a expressão “Os primeiros anos do século XIX”, personificados com a intenção argumentativa de revelar a importância do período e da passagem do tempo no processo de transformação. Caso o sujeito fosse “as pessoas” o foco seria alterado dos fatos em si e de seus posicionamentos históricos para a generalização sem nome e sem ação propriamente dita.

3: Certo **(Regência/coesão)** O substantivo “subordinação” rege complementos com a preposição “a”, indicando a que se subordina, e com a preposição “de”, o que se subordina. Essa relação está corretamente indicada pela introdução com “dos” (de+os) no trecho “dos indivíduos e seus interesses” e “ao” (a+o) em “ao conjunto da sociedade”. No primeiro caso há dois complementos regidos pela mesma preposição (indivíduos e interesses) e a supressão dela não resulta em prejuízo gramatical, principalmente pela presença do pronome possessivo que designa os interesses como aqueles que são dos indivíduos. No entanto, é possível e correto que a preposição seja duplicada e apareça introduzindo cada um dos complementos do substantivo “subordinação”. Apesar de desnecessário, esse excesso facilita a leitura do paralelismo entre os dois complemento.

4: Certo **(Interpretação de texto)** Se retiradas as orações intercaladas que explicam a velha ordem, temos como resultado “Nesse processo, toda a concepção de mundo que legitimava a velha ordem foi sendo substituída pela visão individualista”. Essa leitura torna mais clara a visão de que houve um processo de transformação, de troca de uma velha ordem por algo diferente e novo. Ao se ler as definições da velha ordem, notamos que se trata de uma ordem em que a sociedade tem maior valor do que o indivíduo, notamos que não são apenas diferentes, mas opostas. Todo o texto se dirige neste sentido: demonstrar que a mudança, apesar de paulatina, foi drástica.

5: Certo **(Interpretação de texto)** Como indicado nos itens anteriores, já desde o início do texto fica claro que as mudanças ocorreram ao longo do tempo. A ideia do gerúndio é justamente de demonstrar um processo em andamento, no caso, no passado e ao longo dos séculos. Retirá-lo causa no texto uma mudança semelhante à do item 1.

6: Certo **(Análise sintática/preposição)** Diz a norma culta da língua que o sujeito tem função hierarquicamente superior e os outros termos do discurso quese organizam em torno dele. Se a preposição fosse unida ao determinante do núcleo do sujeito essa relação seria invertida e o sujeito seria visto primeiramente como parte de um trecho anterior e não como um termo essencial. No trecho, o sujeito do verbo “serem” é “os indivíduos”. A oração completa é subordinada substantiva completiva nominal do termo “ideia”. Para que fique clara a função dessa ligação geral e a função de cada termo da oração, não se deve contrair preposição e artigo.

7: Errado **(Conjugação verbal)** O uso do infinitivo flexionado se faz obrigatório em casos em que o sujeito léxico está expresso. O sujeito do verbo, como analisado no item anterior é “os indivíduos”, sintagma da 3ª pessoa do plural, que aparece logo à frente do verbo, obrigando a sua flexão em concordância.

8: Errado **(Vocabulário)** O termo “concomitantemente” é sinônimo de “simultaneamente”, ou seja, indica que ao mesmo tempo em que a visão coletiva foi substituída pela individualista, a visão social pré-determinada foi substituída pela construída pelos indivíduos. “Concomitantemente” não possui valor de equivalência de sentido, mas sim apenas temporal.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E

1 Os grandes centros urbanos sempre foram
considerados os maiores vilões das relações interpessoais.
Mas agora há uma corrente de pensadores que sustenta o
4 oposto. Liderados pelo psicólogo norte-americano John
Cacioppo, um grupo de acadêmicos tem defendido que
metrópoles do porte de Nova Iorque, Tóquio e São Paulo
7 não contribuem para o distanciamento de seus moradores.
Pelo contrário, estimulam a vida em sociedade graças à sua
efervescência. Segundo Cacioppo, assim como a fome, a
10 solidão é um tipo de alarme, que soa sempre que a coesão do
grupo se torna necessária. “Nossos ancestrais reuniam-se
para se defender de ataques de predadores”, diz o
13 pesquisador. “Hoje, nos estressamos por razões diferentes e
precisamos dos outros por motivos distintos, como para
organizar nossa rotina, para prosperar ou mesmo
16 sobreviver”. Viver só não significa estar condenado à
solidão. O saudável é equilibrar os momentos de isolamento
e reclusão com os de interação com a família e amigos.
19 Assim, é possível ser feliz sozinho.

Istoé. 28/10/2009 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A argumentação desenvolvida no texto mostra, resumidamente, como os grandes centros urbanos, antes considerados "vilões das relações interpessoais" (*l*.2), contribuem para minimizar a sensação de solidão nas grandes metrópoles.

(2) Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência textual se, em lugar da flexão de plural em "Liderados" (*l*.4), fosse usada a flexão de singular.

(3) Por meio do conectivo "assim como" (*l*.9), o texto estabelece uma comparação entre a vida efervescente em sociedade e os estados de fome e solidão.

(4) O desenvolvimento das ideias do texto permite que se considere o termo "sua efervescência" (*l*.8-9) de maneira generalizada; nesse caso, a ausência do sinal indicativo de crase em "à" (*l*.8) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(5) Apesar de seu caráter predominantemente argumentativo, o texto apresenta trechos descritivos na reprodução das falas de Cacioppo, nas linhas 11-12 e 13-16.

(6) Na linha 16, o deslocamento de "só" para depois de "significa" preservaria a correção gramatical do texto e a coerência entre as ideias, apesar de deslocar a ênfase para "estar condenado" (*l*.16).

1: Certo **(Interpretação de texto)** O texto apresenta a teoria defendida pelo estudioso Cacioppo, que centra-se exatamente em desmistificar a ideia de que as grandes metrópoles geram solidão. O ponto central da argumentação está na expressão "(as metrópoles) estimulam a vida em sociedade graças à sua efervescência".

2: Certo **(Concordância)** O termo "liderados" qualifica "acadêmicos" e, assim, concorda com ele no plural. Podemos notar que o próprio termo "acadêmicos" é o núcleo de uma locução adjetiva, "de acadêmicos", que restringe o sentido do termo "grupo", que funciona como núcleo do sujeito da oração. Trata-se de um caso especial de concordância, pois o núcleo sintático é o termo no singular, mas ele apenas indica que se trata de uma determinada quantidade de acadêmicos, que é de fato o núcleo semântico, ou seja, é nele que reside o significado do enunciado. Esse caso admite dupla regência, podendo, portanto, "liderados" concordar no plural com "acadêmicos", como no original, levando em conta o caráter semântico, ou concordar no singular, "liderado", com "um grupo", privilegiando o caráter sintático.

3: Errado **(Conjunção/coesão)** A conjunção de fato estabelece uma relação comparativa, no entanto, a comparação é feita entre os termos "fome" e "solidão", ambos funcionam da mesma forma, como um alarme. O próprio fato de ambos os termos comparados estarem no mesmo período facilita o entendimento.

4: Certo **(Crase)** A efervescência é característica das grandes metrópoles e, apesar de aparecer no singular, se refere a mais de uma cidade. O sinal da crase indica que existe a união da preposição "a", exigida pela regência de "graças" em uma expressão fixa, "graças a", e o artigo feminino singular "a" que antecede o substantivo "efervescência", que determina o termo como específico dentre um grupo. Por se tratar de um termo que possui referente genérico, a determinação feita pelo artigo é não só dispensável como recomendável.

5: Errado **(Interpretação de texto/gênero textual)** A fala do pesquisador é tão argumentativa quanto o resto do texto. É usada, inclusive, como um argumento de autoridade em que um especialista, por meio da comparação histórica, defende seu estudo. Até mesmo a própria descrição no texto de opinião tem papel argumentativo, uma vez que serve de embasamento para o ponto de vista.

6: Errado **(Coesão)** O termo só no contexto constitui um caso de alteração de significado em função da posição. Na posição original tem acepção de "sozinho", "em solidão", ou seja, é a maneira como se vive. Se colocado após o não, passa a significar, na composição da expressão "não só", que o texto proporá uma dição de ideias ao que é "viver sozinho". Há ainda a possibilidade de significado proposta pelo item, em que o deslocamento é feito para após o verbo "significa", em que assume o significado de "somente", ou seja, o significado de "viver sozinho" vai além do que é proposto logo após o verbo.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

1 A luta pela recuperação do ser humano como sujeito
pressupõe uma diferença entre os conceitos de "ser humano"
e "sujeito". Se não estabelecemos claramente essa diferença,
4 podemos cair no equívoco de criticar a situação vigente com
base na ideia de que sistemas de dominação objetivam o ser
humano. Essa crítica pressupõe a possibilidade de uma
7 relação não objetivante no interior de um sistema ou de uma
instituição. Ora, sistemas ou instituições funcionam porque
as pessoas que fazem parte deles cumprem papéis sociais que
10 são esperados delas. Em outras palavras, não é possível que
instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação
de seres humanos, ou sem que a própria dinâmica do sistema
13 ou da instituição determine ou delimite os papéis a serem
vividos pelas pessoas que fazem parte delas. O problema não
consiste em determinação ou objetivação inevitáveis em todo
16 o sistema, mas sim na redução do ser humano a determinados
papéis. Redução que nega outras potencialidades do ser
humano.

Jung Mo Sung. **Para além do sistema.** *In:* **Educação e Psicologia**. Editora Segmento, vol. 1, p. 56 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens subsequentes, a respeito da organização das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A conjunção "Se" (*l.*3) introduz uma condição — estabelecer claramente essa diferença — que evita uma crítica equivocada em torno de qual seja o objeto de trabalho dos sistemas de dominação.

(2) Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre as relações semânticas do texto ao se usar, em lugar do verbo "objetivam" (*l.*5), uma expressão que dê ênfase à oração: têm por objetivo.

(3) Preservam-se as relações de sentido entre as ideias do texto com o uso da expressão **Ademais** em lugar de "Em outras palavras" (*l.*10).

(4) O uso do modo verbal em "funcionem" (*l.*11) ressalta a ideia de possibilidade ou probabilidade, em oposição à de existência ou constatação, que seria corretamente expressa no texto pelo modo indicativo: instituições funcionam.

(5) Preservam-se a coerência textual, a clareza de ideias e a correção gramatical ao se substituir o termo "delas" (*l.*14) por **deles**, uma vez que seu antecedente também pode ser "seres humanos" (*l.*12).

(6) O uso da preposição **em**, nos termos "em determinação" (*l.*15) e "na redução" (*l.*16), é exigido pela acepção com que o verbo **consistir** está empregado no texto.

(7) Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre os argumentos, além de tornarem-se explícitas as relações de coesão entre os termos do texto, ao se inserir, na linha 17, o pronome **esta** depois de "Redução".

1: Certo **(Interpretação de texto)** A condição estabelecida pela conjunção não é de evitar o equívoco em torno de qual é o objeto que recebe a ação, e sim do próprio ato de objetivação. Ao não se seguir a condição, estabelecer claramente a diferença entre sujeito e ser humano, pode-se vir a pensar que sistemas de dominação podem ou não ser objetivantes, quando na verdade, de acordo com a argumentação do texto, sempre o são, ou seja, seu trabalho é sempre de fazer com que "as pessoas que fazem parte deles cumprem papéis sociais que são esperados delas". É necessário análise minuciosa do enunciado do item no que concerne a expressão "objeto de trabalho", que, pelo contexto filosófico em que se insere, pode ser entendido tanto como o conceito como o indivíduo.
2: Errado **(Coerência/vocabulário)** O termo central do texto é objetivar e seus derivados. Trata-se de um termo de base filosófica e que define o sujeito em suas relações de poder. Objetivar assume significados intrínsecos ao discurso e não pode ser substituído por termos semelhantes que não carregam o mesmo valor crítico. "Objetivar" não se trata apenas de uma construção de ênfase, mas sim do cerne da discussão do texto.
3: Errado **(Coesão)** O termo "ademais" significa "além disso, além do mais" (Dicionário Houaiss) e carrega consigo a ideia de que será adicionada uma nova e inédita ideia à previamente apresentada. A expressão "em outras palavras" relaciona as partes do texto como enfática de uma explicação de algo que já foi dito e que será reapresentado de maneira diferente.
4: Errado **(Conjugação verbal)** A forma verbal "funcionem" é núcleo da oração subordinada com função de sujeito "que instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação de seres humanos", que funciona como sujeito do verbo da oração principal "não é possível". Esse modelo de período composto e o uso do termo "possível" como caracterizador das informações da oração subordinada exigem a forma do verbo no subjuntivo, indicando uma hipótese. O uso do indicativo tornaria o trecho incoerente, uma vez que o conceito de possibilidade é de algo que ainda não é concreto.
5: Errado **(Coesão)** A contração da preposição com o pronome (de+elas) funciona como elemento coesivo do texto, retomando um termo anterior e evitando a repetição. Por se tratar de um pronome feminino plural, o único termo a que o pronome pode se referir é "instituições". Nota-se que o termo aparece relativamente distante no trecho, mas cumpre com as regras de concordância, coesão e sentido textual ("Em outras palavras, não é possível que instituições funcionem sem nenhum processo de objetivação de seres humanos, ou sem que a própria dinâmica do sistema ou da instituição determine ou delimite os papéis a serem vividos pelas pessoas que fazem parte delas."). Não há margem de interpretação para que qualquer outro termo seja o referente, uma vez que o fato de as pessoas fazerem parte das instituições é um dos elementos principais da argumentação do texto.
6: Certo **(Regência)** A regência do verbo "consistir" na acepção usada no texto, a saber, "fundamentar-se, resumir-se em (algo)" (Dicionário Houaiss), é de que seus complementos devem ser introduzidos pela preposição "em". No trecho, o verbo possui dois objetos: "O problema não consiste em determinação ou objetivação inevitáveis em todo o sistema, mas sim na redução do ser humano a determinados papéis", o primeiro, composto de dois núcleos, negativo e o segundo afirmativo, ambos corretamente regidos.
7: Certo **(Coesão/pronome)** O pronome demonstrativo cumpre papel de elemento de coesão relacionando trechos do texto em retomadas explícitas ou substituições. No trecho original, a ausência do pronome não causa prejuízo ao entendimento, já que o termo retomado é repetido sem ferir as regras da norma culta. Na reescrita proposta, "mas sim na redução do ser humano a determinados papéis. Redução esta que nega outras potencialidades do ser humano", o pronome explicita a relação que já havia sido indicada pela repetição.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C, 7C

1 As relações sociais institucionalizadas pela
participação do homem nas diversas comunidades da
contemporaneidade não degradam ou deformam a
4 consciência individual, porém interagem e pressionam o
nível e o caráter da sua socialização, o que conserva, para
sua sobrevivência, o potencial individual do eu dentro dos
7 fatos, deveres, direitos, níveis de conhecimento e da ética,
sempre em correspondência com as características das
sociedades, em um processo de interação estabelecido pelas
10 condições concretas de tempo, espaço, desenvolvimento
sociocultural e posturas políticas dos envolvidos nele.

Juan F. S. Mederos. **Essência, possibilidades e projeções da comunicação política na sociedade.** *In:* **Polifonia**. Mato Grosso: FAPEMAT, n.º 11, 2005-2006, p. 92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens a seguir, a respeito da organização do texto acima.

(1) A argumentação desenvolvida no texto centra-se na ideia de que a identidade individual do homem encontra-se em constante interação com as identidades coletivas no seio da sociedade.

(2) Depreende-se, a partir das ideias desenvolvidas no texto, que as "relações sociais institucionalizadas" (*l*.1) contribuem para a manutenção do *status* da individualidade, uma vez que são vitais para o indivíduo.

(3) A preposição **por**, usada em "pela participação do homem" (*l*.1-2), tem a função de introduzir um agente para a institucionalização das "relações sociais" (*l*.1).

(4) Por fazer parte de uma estrutura sintática negativa, a conjunção "ou", em "não degradam ou deformam" (*l*.3), equivale semanticamente a **nem**.

(5) Nas relações de coesão textual, o vocábulo "nele" (*l*.11) retoma, como antecedente, "desenvolvimento" (*l*.10).

1: Certo **(Interpretação de texto)** A informação do item resume genericamente a argumentação do texto: a formação da individualidade em meio à coletividade, como demonstra o trecho "não degradam ou deformam a consciência individual, porém interagem e pressionam o nível e o caráter da sua socialização"

2: Certo **(Interpretação de texto)** "As relações institucionalizadas" é a primeira informação do texto, ou seja, tem posição de privilégio na conceituação que o autor pretende criar. Além da posição de destaque, funciona essencialmente como sujeito das ações do texto e é, portanto, a medida teórica da formação do indivíduo e de suas relações sociais.

3: Certo **(Preposição)** As relações são caracterizadas como "institucionalizadas", termo de formação do particípio que indica tratar-se de algo que sofreu o processo de se transformar no que. É possível atribuir no texto a realização de tal processo ao agente "participação do homem nas diversas comunidades da contemporaneidade". A relação de agente do termo paciente vem geralmente intermediada pela preposição por e suas contrações, como no texto, a contração entre a preposição de agente e o artigo que acompanha o núcleo "participação" (por+a)

4: Certo **(Conjunção)** A conjunção "nem" tem caráter aditivo para sentenças de cunho negativo. No trecho "não degradam ou deformam a consciência individual", a conjunção que une as duas orações coordenadas é "ou", de caráter alternativo equivalente, ou seja, apesar de indicar a ideia de opção uma alternativa não exclui a outra, o que permite o uso de uma conjunção aditiva sem qualquer prejuízo à semântica do trecho.

5: Errado **(Coesão)** A forma "nele" (em, preposição regida pelo adjetivo "envolvidos" mais "ele", pronome) tem papel coesivo, pois retoma um termo anterior do texto e evita a repetição dele estabelecendo relações de sentido entre as partes do texto. O referente do pronome é "processo", e não há qualquer margem para dupla interpretação. "Processo" é o único termo masculino singular, portanto, concorda com o pronome na forma "nele", que aparece no trecho isoladamente semanticamente. Os outros termos de mesma concordância aparecem encadeados em uma enumeração e não são representações fortes para se tornarem referentes. Além disso, o termo "processo" aparece introduzido no discurso pela preposição "em", exatamente a mesma que antecede o pronome. Essa equivalência pode aparentar uma mera coincidência de regência, no entanto, tem o mesmo propósito: mostrar que todo o contexto analisado se insere nesse processo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C, 5E

1 A relação que acontece entre valores e avaliações
necessita de um procedimento genealógico (avaliar um valor
no próprio surgimento) para que saibamos o que são tais
4 construções. O pressuposto válido é um só, porque a vida
não está centrada em nenhum lugar além dos fenômenos
entendidos como aquilo que é aparente, ou melhor: como
7 aquilo que aparece. Portanto, um projeto ético desponta de
tudo isso e pretende fundar-se em uma cosmologia que diz o
seguinte: não há outra vida fora desta e, se existe uma vida
10 eterna, a mesma é a própria vida terrena. Aquilo que seria
"vir-a-ser" é transformado imediatamente em "ser": o ser que
se é, que não indica outra coisa fora a vida como vontade de
13 poder (relações de forças). Por esse olhar temos o ser no
devir.

Filosofia contemporânea e a existência humana. *In:* **Ciência e Vida**, n.º 8, edição especial, ano II, p. 36 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Com base no texto acima, julgue os itens de **1** a **6**.

(1) A argumentação do texto centra-se na ideia de que um projeto ético válido deve ter dois focos: a relação entre os "valores e avaliações" (*l*.1) e a pressuposição de que a vida está centrada em fenômenos pertencentes ao aqui e ao agora.

(2) Os parênteses utilizados nas linhas 2 e 3 têm a função de inserir uma informação que explicita como "um procedimento genealógico" (*l*.2) deve ser compreendido; por isso, a sua substituição por dois travessões preservaria a correção e a coerência do texto.

(3) Subentende-se, no desenvolvimento das ideias do texto, que a expressão "tais construções" (*l*.3-4) retoma dois antecedentes: "valores" e "avaliações", ambos na linha 1.

(4) Preserva-se o respeito à correção gramatical e à coerência entre os argumentos ao se utilizar o sinal de dois-pontos em lugar da vírgula depois de "só" (*l*.4).

(5) No desenvolvimento do texto, os valores semânticos e argumentativos de "além" (*l*.5) e "fora" (*l*.12) estão tão estreitamente relacionados que a troca de posição entre as duas palavras preservaria tanto a coerência quanto a correção gramatical do texto, desde que "a vida" (*l*.12) fosse substituída por **da vida**.

(6) A expressão "ou melhor" (*l*.6), seguida de dois-pontos, estabelece uma relação de significados entre "aquilo que é aparente" (*l*.6) e "aquilo que aparece" (*l*.7) que, no desenvolvimento da argumentação, torna as duas estruturas intercambiáveis.

1: Certo **(Interpretação de texto)** O conteúdo do item resume a argumentação aos seus fatores essenciais, a saber, o ponto em discussão *per se* e seu pressuposto, ambos fundamentadores da necessidade do projeto ético do ser no devir.
2: Certo **(Pontuação)** A função dos parênteses é a de isolar um aposto, termo sintático que especifica, exemplifica ou explica um termo anterior que pode ser desconhecido do leitor ou que exija aprofundamento para o contexto. O aposto deve ser isolado do resto do texto e normalmente isso é feito pelo uso das vírgulas, mas são válidas as opções dos parênteses ou dos travessões sem qualquer prejuízo ao enunciado.
3: Certo **(Coesão)** "Tais construções" retoma dois termos do trecho anterior que possuem função semelhante na construção da argumentação, já que são referenciados em um termo genérico e plural. A única situação em que isso acontece é nos elementos que compõem a relação, ou seja, "os valores" e "as avaliações". Além disso, o contexto deixa claro que é necessário que esses dois elementos sejam analisados pela genealogia com a finalidade de entender a relação entre eles e suas consequências.
4: Errado **(pontuação/coesão)** A presença dos dois pontos seria indicativo de que a seguir seria apresentado um aposto, ou seja, uma explicitação do significado de "um só". No entanto, o trecho subsequente apresenta a causa de ser apenas um. O valor dessa relação é estabelecido pela conjunção "porque", o que impede o uso das vírgulas.
5: Certo **(valor semântico/interpretação de texto)** Os dois termos, "além" e "fora" são fundamentais no processo argumentativo, pois colaboram para a definição da vida como única e exclusivamente a vida corpórea e social. São equivalentes no aspecto de exclusão de outras formas e na localização da vida centrada no "aparecer". Apesar da equivalência semântica, os termos possuem regência diferente, o que exige a adaptação gramatical com a regência da preposição "de" no uso do termo "além"
6: Certo **(interpretação de texto/aposto)** O termo que aparece apresentado pelos dois-pontos, "como aquilo que aparece", é aposto e cumpre a função de explicitar o sentido da expressão anterior "aquilo que é aparente". Por se tratar de um aposto de caráter explicativo, e uma vez estabelecida a relação, a substituição de um pelo outro ao longo do texto já está fundamentada nessa relação gramatical.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C

1 No começo da modernidade, Torquato Accetto
defendeu a ideia de uma "dissimulação honesta" como a
necessidade, própria do caráter precário da condição
4 humana, de adiamento da verdade na esfera pública. Não
seria necessariamente a sustentação da mentira, mas um jeito
de sobreviver em um mundo de paixões. Um mundo que
7 deseja a honestidade, mas ao mesmo tempo a teme e,
portanto, se especializa em contatos indiretos com ela.
Enquanto simular é mostrar o que não está presente,
10 dissimular é não deixar aparecer aquilo que está presente.
A hipervalorização da vida privada como algo
passível de "aparição" (blogs, fotologs, videologs, culto às
13 celebridades ou a si mesmo) corresponde ao extermínio do
espaço público que se sustenta em caricaturizações da
política, da arte e do próprio conhecimento. Essa
16 hipervalorização resulta de uma espécie de mutilação
existencial. A privação de biografia leva à caricaturização da
vida privada. A experiência pessoal não aparece na
19 parafernália impressa ou virtual senão como fantasmagoria.
A biografia da qual somos privados ressurge em sua versão
larval nesses meios como promessa de identidade, de
22 inserção, de contemplação por parte do outro.

Márcia Tiburi. **Neobovarismo: a correspondência entre a insatisfação e a dissimulação nossa de cada dia.** *In:* **Cult**, 139, ano 12, p. 41 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir da argumentação do texto acima, bem como das estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens a seguir.

(1) Na organização das ideias do texto, o pensamento defendido por "Torquato Accetto" (*l*.1) é citado para justificar a ideia na qual se apoia a argumentação: não há dissimulação honesta.

(2) O uso das aspas, tanto na linha 2 quanto na linha 12, sinaliza um uso irônico de expressões não peculiares ao vocabulário característico do autor ou do teor do assunto do texto.

(3) O caráter explicativo do aposto nas linhas 3 e 4 permite que sejam inseridos os termos **que é** antes de "própria" (*l*.3), transformando-o em oração subordinada, sem se prejudicar a correção gramatical nem a coerência do texto.

(4) De acordo com a argumentação do texto, a busca por "um jeito de sobreviver em um mundo de paixões" (*l*.5-6) justificaria a necessidade de "mostrar o que não está presente" (*l*.9).

(5) Vocábulos como "blogs, fotologs, videologs"(*l*.12) são exemplos de como a variedade de morfemas da língua portuguesa é usada para formar novas unidades significativas, construídas a partir de unidades já existentes.

(6) Na organização do texto, a troca da preposição em "resulta de" (*l*.16) por **em** preservaria a correção

gramatical, mas provocaria mudanças nas relações de sentido que prejudicariam a coerência da argumentação.

(7) Sem que sejam necessárias quaisquer outras alterações no texto, preservam-se a correção e a coerência textuais ao se substituir o termo "senão" (*l*.19) por **porém**.

1: Errado **(Interpretação de texto)** O pensamento do teórico é citado como o objetivo de demonstrar como a dissimulação é um fato e uma necessidade da sobrevivência no mundo moderno. A argumentação central do texto é justamente em torno das necessidades de "aparição" da vida privada, ou seja, da simulação e dissimulação. O teórico aparece como um argumento de autoridade de ponto de partida para uma discussão não mais sobre a necessidade da dissimulação ou sua honestidade, mas sim de como o mundo atual se relaciona com tais conceitos.
2: Errado **(Valor semântico/pontuação)** São as expressões entre aspas "dissimulação honesta" e "aparição". Em ambos os casos, as aspas foram usadas para indicar que os termos são usados de maneira figurada. No primeiro caso, a autora resumiu o conceito de Torquato Accetto em uma expressão que deve ser entendida com o cuidado do aparato teórico. Já no segundo caso, o termo é originalmente próximo de "surgimento", no sentido de que algo novo vem à tona. No texto, é usado figurativamente como a necessidade de estar à mostra. Apesar da nova significação, não há qualquer traço de ironia nos sentidos que os termos assumem.
3: Certo **(Análise sintática)** O aposto tem como função explicar um termo anterior, trazendo informações que podem facilitar o entendimento do leitor e a contextualização do tema. Essa mesma função pode ser cumprida por uma oração subordinada adjetiva explicativa, que é essencialmente diferente do aposto pela presença de um verbo como centro sintático e por se ligar ao termo que explica na estrutura de um período composto. A sugestão feita pelo item leva em conta justamente a semelhança de objetivo e a diferença sintática entre o aposto e a oração explicativa, ou seja, trata-se de uma possibilidade que, pela adaptação com a presença do pronome relativo e do verbo, mantém a intenção e a correção gramatical do trecho.
4: Errado **(Interpretação de texto)** O texto define dissimular como "não deixar aparecer aquilo que está presente". Diz ainda que, devido ao caráter precário da condição humana, é necessário adiar a verdade na esfera pública. Sobreviver em um mundo de paixões justifica, então, esconder o que está presente (dissimular), e não mostrar o que não está (simular)
5: Errado **(Morfologia)** Os termos em questão são resultantes da apropriação que a língua portuguesa faz de termos originários de outras línguas, é o processo de formação de novas palavras por estrangeirismo, ou seja, trata-se de termos que são apropriados e adaptados à morfologia do português. Esse é um mecanismo legítimo e típico da necessidade do surgimento de um novo vocabulário para coisas novas, em geral, originárias também do estrangeiro. O advento da virtualização e da globalização facilita a inserção de termos estrangeiros na língua, muitas vezes em caráter excessivo, e que deve ser evitado, em que se usa um termo em inglês para substituir um que já existia previamente em português.
6: Certo **(Regência)** O verbo resultar é transitivo e admite dupla regência: "resultar em" indica que o complemento será o resultado do processo, e "resultar de" indica que o complemento é a origem dele. Ao se fazer a substituição proposta no item, mantém-se a correção, uma vez que o verbo permite ambas as possibilidades, no entanto o sentido será alterado e argumentação prejudicada.
7: Errado **(Coesão)** O termo "senão" é usado no texto como preposição e significa "com exceção de, a não ser; salvo, exceto". Ou seja, a experiência pessoal não é "aparece" e sua única possível aparição, exceção à regra, é como fantasmagoria. "Porém" é uma conjunção adversativa, ou seja, indica que a ideia a seguir será oposta a anterior, é não de exceção como no original. Para seu uso, seria necessário reformular o trecho, retirando o "não", "A experiência pessoal aparece na parafernália impressa ou virtual, porém como fantasmagoria.", e ainda assim, apesar de correto gramaticalmente e textualmente coerente, altera-se a intenção argumentativa.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A partir do fragmento de texto acima, julgue os seguintes itens, a respeito da elaboração de documentos oficiais.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

(1) O verbo flexionado na primeira pessoa do singular, em "Faço" e "sanciono" (no caput da lei), não desrespeita as normas de impessoalidade, porque o documento é assinado por quem exerce a vice-presidência da República.

(2) A localização da ementa deve ser, sempre, no início do documento, mas o alinhamento à esquerda ou à direita depende do espaço deixado disponível pelo título.

(3) Como a ementa, iniciada em "Dispõe sobre", é a parte do ato que sintetiza o conteúdo e destaca sua finalidade, sua estrutura linguística não precisa apresentar características argumentativas.

(4) O uso de iniciais maiúsculas em "Decreto-Lei" e em "Medida Provisória" indica que se trata de nomes de atos já identificados por número e procedência.

1: Certo **(Redação oficial)** O trecho analisado segue a orientação de redação para que se determine a autoridade de promulgar. Apesar de se manter a impessoalidade, trata-se de autoria, que torna necessário o uso da 1ª pessoa. Como se lê no Manual: " **Preâmbulo:** O *preâmbulo* contém a declaração do nome da autoridade, do cargo em que se acha investida e da atribuição constitucional em que se funda para promulgar a lei e a *ordem de execução* ou *mandado de cumprimento*, a qual prescreve a força coativa do ato normativo. Exemplo de autoria: **O Presidente da República** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei (...)"
2: Errado **(Redação oficial)** A formatação dos documentos oficiais é padronizada e cada uma das partes tem sua estrutura definida, não dependendo de relações internas com outras partes do texto. A padronização é de alinhamento à direita. Ainda sobre a ementa, no Manual: "**11.3.1.3. Ementa ou Rubrica da Lei** A *ementa* é a parte do ato que sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada. Exemplo de ementa: **(Alinhado à esquerda)** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. A síntese contida na ementa deve resumir o tema central ou a finalidade principal da lei;
Evite-se, portanto, mencionar apenas um tópico genérico da lei acompanhado do clichê '*e dá outras providência'*." Para consulta a respeito da formatação: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dicas/Ementa.htm
3: Certo **(Redação oficial) Como visto no item anterior, "**A síntese contida na ementa deve resumir o tema central ou a finalidade principal da lei;
Evite-se, portanto, mencionar apenas um tópico genérico da lei acompanhado do clichê '*e dá outras providências*'."
4: Certo **(Redação oficial)** Quando se especifica o número ou o nome do decreto-lei ou da medida provisória, o termo se converte em nome próprio, exigindo a letra maiúscula. Não há, no entanto, qualquer referência direta ao uso de maiúsculas no manual oficial da presidência. No entanto, há no próprio manual oficial a redação dos termos com letra minúscula e maiúscula sem estabelecimento de critérios específicos, sendo aconselhável a padronização de acordo com a prática vigente em maiúscula.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

1 O Brasil e o Paraguai vão discutir a revisão do
Tratado de Itaipu e uma possível renegociação da dívida de
US$ 19,6 bilhões da hidrelétrica com o Tesouro Nacional.
4 A decisão foi tomada durante um encontro entre os
presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e o paraguaio Fernando
Lugo, paralelamente à Cúpula da América Latina e Caribe.
7 Lugo assumiu recentemente a presidência
temporária do MERCOSUL. Sob suas ordens, a delegação
do Paraguai já havia impedido a aprovação de duas medidas
10 impulsionadas pelo Brasil por serem consideradas essenciais
para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL
— o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e o
13 Código Aduaneiro Comum. Os paraguaios não deram
explicações concretas para essas obstruções.
Ao ser questionado se a dívida de Itaipu faz parte
16 dos débitos ilegítimos que seu país pretende reavaliar, Lugo
afirmou que Itaipu era intocável e, agora, será possível entrar
nas contas da hidrelétrica, com a auditoria na parcela
19 paraguaia da dívida, de US$ 9,8 bilhões.

Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de **1** a **10**.

(1) A dívida do Paraguai com o Tesouro Nacional já está em US$ 19,6 bilhões.

(2) Infere-se das informações do texto que o próprio Fernando Lugo já havia apoiado a obstrução de medidas em relação às quais o Brasil era favorável.

(3) O Brasil apoiou medidas consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL.

(4) O fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e a aprovação do Código Aduaneiro Comum prejudicariam a união aduaneira do MERCOSUL.

(5) Para Lugo, os termos do Tratado de Itaipu e os débitos de seu país devem passar por uma reavaliação, porque são considerados ilegítimos.

(6) O sinal indicativo de crase em "à Cúpula" (*l*.6) justifica-se pela regência de "paralelamente", que exige preposição **a**, e pela presença de artigo definido feminino singular.

(7) A expressão "essas obstruções" (*l*.14) retoma a informação antecedente: "a delegação do Paraguai já havia impedido a aprovação de duas medidas" (*l*.8-9).

(8) A substituição de "Ao ser" (*l*.15) por **Quando foi** prejudica a correção gramatical e a informação original do período.

(9) Trata-se de trecho do gênero reportagem em que predomina o tipo textual dissertativo/argumentativo.

(10) De acordo com as escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo autor, é correto afirmar que este se coloca explicitamente no texto de forma subjetiva e pessoal.

1: Errado. O valor de US$19,6 bilhões é da hidrelétrica com o Tesouro Nacional. A dificuldade na compreensão do sentido é devida à ordem em que os termos se apresentam. A frase poderia ser reescrita da seguinte maneira para diminuir tais problemas: "O Brasil e o Paraguai vão discutir a revisão do Tratado de Itaipu e uma possível renegociação da dívida da hidrelétrica com o Tesouro Nacional, no valor de US$19,6 bilhões". A informação do item pode ser comprovada também como errada ao se observar as linhas 18 e 19 em que se afirma que a parcela paraguaia da dívida da hidrelétrica está em US$9,8 bilhões. Um elemento que facilita a compreensão do texto é o conhecimento prévio sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que é localizada no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e produz energia renovável aos dois países e, portanto, é de responsabilidade dos dois países. Como se lê na política da empresa: "**Integração binacional** - Comprometimento constante na busca conjunta de soluções concretas das necessidades dos dois países, internas ou externas à empresa, simétricas ou não, constituindo-se um exemplo de binacionalidade e instrumento de integração da América do Sul.";
2: Certo. É possível inferir tal informação pelo texto da linha 8 e 9: "Sob suas ordens, a delegação paraguaia já havia impedido a aprovação de duas medidas (...)". O pronome possessivo "suas" tem como referente o agente da oração anterior, Lugo, sendo, portanto, parte do processo de obstrução anterior;
3: Certo. A informação é dada nas linhas 10 e 11: "(medidas) impulsionadas pelo Brasil por serem consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL". No entanto, é preciso notar que a redação do texto permite que a interpretação seja mais sutil do que a proposta no item. De acordo com o texto original, o que impulsionou o apoio do Brasil às medidas é que o país as considerou essenciais. No item se lê que as medidas eram consideradas essenciais e o Brasil as apoiou. Não é claro, então, no texto que as medidas são vistas por todos os países que compõem o MERCOSUL como essenciais, o que pode ser lido no item, uma vez que a indefinição de quem considera tais medidas necessárias torna essa qualificação genérica, e, portanto, de acordo geral entre os países;

4: Errado. As informações apresentadas no item aparecem no texto como aposto da informação das linhas 10 e 11 e explicam porque as medidas são consideradas essenciais para o aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL, exatamente o oposto do apresentado no item;
5: Errado. O item apresenta uma relação de causa e consequência na fala de Lugo: a razão para que passem por uma reavaliação é porque são ilegítimos. No texto original tal relação é estabelecida pela questão feita a Lugo. Sua resposta tenta, inclusive, se esquivar de estabelecer tal relação, afirmando apenas que Itaipu era intocável;
6: Certo. Trata-se de um caso de regência nominal em que o advérbio "paralelamente" exige a preposição "a". O termo regido é feminino singular e introduzido pelo artigo "a". A crase consiste no encontro de duas vogais "a". Quando temos um caso como o apresentado no item, podemos comprovar a presença das vogais ao se substituir o termo regido por um masculino, por exemplo, "grupo", teríamos "paralelamente ao grupo". A presença do artigo masculino "o" unido a uma preposição "a" mostra que no original deveríamos ter "aa", que em português se transcreve por "à", uma vez que a palavra subsequente era feminina;
7: Certo. O pronome demonstrativo "essa" retoma uma informação anterior, algo que já foi dito e precisa ser retomado, evitando assim a repetição, tornando o texto mais dinâmico. Ao se observar atentamente a que se refere o pronome, notamos que as obstruções previamente mencionadas são as informações apresentadas na linha 9, "impedido a aprovação de duas medidas". Reconhecer os elementos de coesão do texto, ou seja, aqueles que conectam as partes e estabelecem relações entre informações, é parte essencial do trabalho de seu entendimento;
8: Errado. O item pode ser considerado errado por uma sutil diferença na relação estabelecida pelos conectivos. "Ao ser" indica a relação temporal entre o que foi perguntado e a resposta dada, mas também estabelece que a pergunta foi a causa de um certo comportamento, no caso, Lugo ter se esquivado de responder diretamente o que foi perguntado. Já o conectivo "quando foi" não carrega essa relação de consequência na resposta, indicando apenas que ele foi questionado e apresentou uma resposta;
9: Errado. Trata-se, na verdade, de um texto do gênero informativo, publicado em um jornal, uma vez que a informação é apresentada de maneira objetiva e não há a defesa explícita de qualquer ponto de vista. O texto tem por objetivo apenas fazer com que o leitor conheça fatos, sem apresentar conclusões a respeito deles;
10: Errado. As escolhas lexicais (de vocabulário) e sintáticas (de combinação dos termos) segue a tradicional escrita do gênero informativo. Não há a presença da primeira pessoa do discurso na apresentação do texto ou qualquer adjetivação que indique pessoalidade na escrita. A organização sintática do texto é clara e objetiva.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7C, 8E, 9E, 10E

Texto para as próximas duas questões

1 A Alemanha vai enfrentar a pior recessão desde a
2.ª Guerra Mundial e já planeja, para 2009, um novo pacote
de estímulo à economia. As medidas serão anunciadas
4 assim que o novo presidente norte-americano, Barack
Obama, tomar posse, no final de janeiro. Há menos de um
mês, o governo alemão anunciou um pacote de medidas de
7 US$ 63 bilhões para fortalecer a economia. Agora, a
oposição quer que outros 25 bilhões sejam usados no pacote.
A crise está obrigando governos, como o da
10 Alemanha, a atuarem em meio a uma tormenta, o que
políticos na Europa já haviam esquecido. "Não temos muita
experiência com esse estado de choque", admitiu a chanceler
13 alemã Angela Merkel.

Jamil Chade. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O sinal indicativo de crase em "à economia" (*l*.3) justifica-se pela regência de "planeja" (*l*.2) e pela presença de artigo definido feminino.

(2) A substituição de "assim que" (*l*.4) por **logo que** mantém a correção gramatical do período.

(3) O nome "Barack Obama" (*l*.4-5) está entre vírgulas porque se trata de um aposto.

(4) O emprego de vírgula logo após "Agora" (*l*.7) justifica-se para isolar adjunto adverbial de tempo.

(5) Na linha 10, o termo "o que" refere-se ao antecedente "atuarem em meio a uma tormenta".

1: Errado**.** o verbo planeja tem como complemento a expressão "um novo pacote de estímulo" e rege seu complemento sem preposição (quem planeja, planeja um pacote e não a um pacote). "à economia" complementa o sentido do substantivo "estímulo" que rege seu complemento com a preposição a. A crase se justifica, portanto, pela regência do substantivo estímulo e pela presença do artigo definido feminino a que acompanha o substantivo economia;
2: Certo**.** "Assim que" introduz a ideia de "quando" as medidas serão anunciadas, é, portanto, uma conjunção que indica uma oração subordinada adverbial temporal. Uma conjunção que mantém o sentido de tempo dado à oração principal (as medidas serão anunciadas) substitui corretamente a original. É o caso de "logo que". É importante ressaltar que a ideia temporal do trecho é de que algo acontece logo após a condição estabelecida, é imediatamente consecutivo, sentido transmitido tanto por "assim que" como por "logo que";
3: Certo**.** O aposto é um termo da oração que explica, exemplifica ou restringe o sentido de uma informação imediatamente anterior a ele. Aparece isolado por pontuação (parênteses, travessão e, principalmente, vírgulas) e não possui verbo entre seus termos. "Barack Obama" vem isolado por vírgulas e explica ao leitor quem é o novo presidente norte-americano, informação imediatamente anterior;
4: Certo**.** A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo-complementos do verbo. Adjuntos adverbiais, como "agora", que

indica uma circunstância temporal, vêm associados à ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "agora";

5: Certo. A expressão "o que" é um elemento de coesão do texto, que liga informações evitando repetição. Ao observarmos a oração "o que políticos na Europa já haviam esquecido" podemos perguntar "o que os políticos na Europa já haviam esquecido?" e teremos como resposta a informação da oração anterior, "a atuarem em meio a uma tormenta". Tal relação entre as informações é estabelecida pela expressão 'o que'.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando que os fragmentos apresentados nos itens de **16** a **20** constituem partes sucessivas de um texto de Jamil Chade (**O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) O jornal alemão **Frankfurter Allgemeine Zeitung** divulgou as novas previsões do Ministério da Economia da Alemanha que indicam que o maior mercado da Europa sofrerão uma queda de pelo menos 3% em 2009. O encolhimento da economia poderá ser ainda maior se a recessão atingir outros países.

(2) Trata-se, de qualquer forma, do maior tombo na economia alemã desde a 2.ª Guerra Mundial e da mais profunda recessão no país no período pós-nazismo.

(3) A notícia obrigou a chanceler Angela Merkel anunciar um novo pacote de incentivo a economia que será implementado à partir de janeiro. O pacote incluiria bilhões de euros para obras de infraestrutura, comunicações e renovações de escolas.

(4) Ataques à Merkel estão fazendo que ela perca popularidade, mesmo diante do pacote de mais de US$ 60 bilhões e incentivos fiscais anunciados em novembro. Ela ainda é vista como tendo hesitando em apoiar um estrategismo europeu de combate a crise.

(5) Agora, a chanceler justifica sua nova posição diante do aprofundamento da crise. "Estamos vendo uma constante mudança nas previsões de crescimento, que apontam para tempos muito difíceis", afirmou.

1: Errado. O item apresenta um problema na concordância dos termos. No trecho "o maior mercado da Europa sofrerão uma queda", o sujeito da oração é "o maior mercado da Europa" e seu núcleo, mercado, está no singular. O verbo da oração deve concordar com o sujeito singular, no entanto, aparece no plural, "sofrerão". O escrita correta seria "o maior mercado da Europa sofrerá uma queda". A confusão pode ter sido causada pela troca do referente do verbo. O autor teria erroneamente concordado sofrer com "as previsões e acompanhado a concordância do verbo "indicam";

2: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer do verbo tratar e da informação que o segue ser dividida em duas partes: "o maior tombo" e "a mais profunda recessão". Mas é importante notar que ambos os termos são introduzidos pela preposição "de" e não funcionam como sujeitos do verbo, mas sim como objetos indiretos: eles recebem a ação de serem tratados. A presença da preposição é fundamental para que não exista confusão com o formato de oração em que o verbo se encontra na voz passiva sintética, indicada pela partícula "se", em que o sujeito paciente deve indicar a concordância do verbo no plural, já que sujeito não pode ser iniciado por preposição (a voz passiva ocorre apenas com verbos transitivos diretos). O que temos na oração é um caso de sujeito indefinido com verbo transitivo indireto mais a partícula "se";

3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo obrigar. O verbo é transitivo direto e indireto, quem obriga, obriga alguém a algo. O objeto direto do verbo é "a chanceler Angela Merkel", o alguém que foi obrigado. O objeto indireto, aquilo a que ela foi obrigada, é "anunciar um novo pacote de incentivo(...)", e deveria ser introduzido pela preposição "a", o que não ocorreu;

4: Errado. O item apresenta incorreção gramatical na construção da locução verbal "tendo hesitando". A combinação correta dos verbos seria "tendo hesitado". Ao se usar o verbo auxiliar "ter", ele passa a carregar todas as características da conjugação necessárias à construção da frase, deixando ao verbo principal "hesitar" apenas a função de sentido e a forma gramatical fixa em particípio. O item apresenta, no geral, uma construção gramatical bastante incomum, apesar de aceita pela norma culta. Um bom recurso de entendimento da informação é tentar reescrever o trecho com outras construções, apesar de ser auxílio somente à interpretação e não à correção gramatical;

5: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer da concordância do verbo "apontam", que poderia ser tomada como se referindo a "uma constante mudança" e, nesse caso, o verbo deveria estar no singular. No entanto, não há razões para discordar da concordância feita com "as previsões de crescimento", um sujeito de núcleo no plural e que exige a concordância do verbo tal qual aparece.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

1 A Cúpula da América Latina e Caribe (CALC),
realizada na Costa do Sauipe, na Bahia, representa o mais
novo passo dos 31 países da região para se afastarem da
4 órbita de influência dos Estados Unidos da América (EUA).
O evento reuniu quase todos os dirigentes da
América Latina e do Caribe, mas excluiu tanto os EUA como
7 a Europa, e evidencia, mais uma vez, a liderança indiscutível
do Brasil na região.
Lula não pôde impedir que os outros presidentes
10 aproveitassem a ocasião para atacar os EUA e a Europa por
seu papel na crise econômica global, que também afeta a
América Latina.
13 Os EUA tornaram-se o saco de pancadas nessa
cúpula. Raúl Castro não foi o único a responsabilizar os

EUA e o que chamou de seu modelo neoliberal pela crise do
16 crédito, que está comprometendo muitas outras economias.
"Em meio a uma crise global sem precedentes,
nossos países estão descobrindo que não são parte do
19 problema. Eles podem e devem ser parte da solução", disse
o presidente Lula.

Alexei Barrionuevo. **The New York Times.** *In:* **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de **1** a **6**.

(1) Em "para se afastarem" (*l*.3), o "se" indica sujeito indeterminado.

(2) Em "Os EUA tornaram-se" (*l*.13), o "se" indica voz passiva.

(3) A expressão "saco de pancadas" (*l*.13) confere ao texto um traço coloquial, informal.

(4) A forma verbal "está" (*l*.16) vem no singular porque concorda com "modelo *neoliberal*" (*l*.15).

(5) O emprego da vírgula logo após "crédito" (*l*.16) justifica-se porque a oração subsequente é subordinada adjetiva explicativa.

(6) A substituição de "estão descobrindo" (*l*.18) por **descobrem** prejudica a correção gramatical do período.

1: Errado. O "se" indica que os países devem afastar "a si mesmos". O sujeito é apresentado anteriormente à construção e é "31 países da região"(linha 2). O que temos na oração é o "se" indicando uma voz reflexiva, os países que afastam e ao mesmo tempo são eles que são afastados. É importante ressaltar que, sempre que a partícula "se" indica sujeito indeterminado, o verbo deve estar na 3ª pessoa do singular. Trata-se de uma forma fixa da língua, portanto é mais uma razão para que a formação do item seja incorreta;
2: Errado. O verbo "tornar-se" é classificado como um verbo reflexivo. A partícula "se" é parte integrante, nesse caso, do verbo e indica que a informação do verbo é do sujeito para si mesmo. Sintaticamente, pode ser classificado como verbo de ligação, ou seja, une o sujeito "os EUA" a uma característica sua, "saco de pancadas". Para que fosse uma voz passiva, o termo "os EUA" deveria sofrer a ação praticada por outro agente, o que não ocorre na oração;
3: Certo. Ao usar a expressão "saco de pancadas" para indicar que os EUA foram alvo de críticas e culpas, se confere sentido conotativo à expressão, de que os EUA apanhou. A expressão, assim como seu significado, é típica da língua oral e usada em situações em que não é exigida a norma culta da língua. A expressão no texto aparece em uma construção gramaticalmente correta e adequada aos padrões da língua escrita, no entanto, traz para a escrita jornalística o traço da linguagem do dia-a-dia;
4: Errado. O gabarito considera a alternativa incorreta por considerar que o referente do verbo "está" é "crise de crédito", a informação mais próxima da construção com o verbo. No entanto, se somados o fato de o verbo estar no singular, de os dois núcleos significativos anteriores (modelo e crise) estarem no singular e de se tratarem de expressões complementares (modelo neoliberal pela crise de crédito), é possível entender a oração "que está comprometendo muitas outras economias" como ambígua, uma vez que o referente não é óbvio;
5: Certo. Oração é toda construção da língua centrada em um verbo. Subordinada significa que ela cumpre uma função sintática dentro de outra oração, a principal. Adjetiva indica que ela qualifica um termo da oração principal e explicativa significa que não seleciona uma informação específica dentro de uma informação genérica, mas sim apenas esclarece o significado do que foi dito e sempre vem isolada, por vírgulas ou outro sinal de pontuação, da oração principal. A oração "que está comprometendo muitas outras economias" cumpre todas as exigências citadas. É centrada na locução verbal "está comprometendo". Cumpre função sintática de adjunto adnominal de um termo, "crise de crédito" (ver item acima), da oração anterior e o qualifica. É separada por vírgulas e esclarece ao leitor a informação prévia, devendo ser classificada como explicativa;
6: Errado. Há uma sutil alteração na mensagem transmitida, no entanto a gramática do período permanece correta. Ao se substituir a locução "estão descobrindo", que indica simultaneidade com o presente, por "descobrem", que indica uma narrativa presencial, o texto assuma caráter mais assertivo. Mas, essa alteração não resulta em mudança estrutural que prejudique a construção de caráter sintático da frase.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Na CALC, mesmo que os líderes latino-americanos
tenham falado de seu poder coletivo e de sua unidade
crescente, as tensões regionais ficaram evidentes.
4 O atrito entre Equador e Brasil é um exemplo: o
presidente equatoriano, Rafael Correa, expulsou executivos
da construtora brasileira Odebrecht e está questionando o
7 empréstimo feito pelo poderoso Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),
que financia projetos de obras públicas na América Latina.
10 Essas disputas, contudo, podem ter mais relação
com o perfil de potência regional do Brasil, uma vez que
suas empresas multinacionais competem de modo mais
13 agressivo por negócios além das fronteiras brasileiras.

Idem, ibidem.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008)

(1) O termo "mesmo que" (*l*.1) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: ainda que, por muito que, por mais que, porquanto, uma vez que.

(2) O sinal de dois-pontos, na linha 4, indica que o trecho subsequente é uma citação.

(3) O segmento "que financia projetos de obras públicas na América Latina" (*l*.9) constitui oração subordinada adjetiva restritiva.

(4) As palavras "líderes", "empréstimo", "Econômico" e "públicas" recebem acento gráfico com base na mesma justificativa gramatical.

(5) A expressão "uma vez que" (*l*.11) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituída por qualquer uma das seguintes: visto que, já que, pois, porque, porquanto.

1: Errado. A locução conjuntiva "mesmo que" indica relação de concessão entre a informação da oração principal e a subordinada. Significa que nada que for feito alterará a situação inicial. As tensões regionais ficam evidentes independente do esforço dos líderes em reforçar a coletividade. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que "porquanto" e "uma vez que" indicam relação de causa e alteram o sentido da informação original;
2: Errado. O sinal de dois-pontos indica que o trecho que segue é a complementação do sentido de exemplo. Será explicado após os dois pontos porque o atrito entre Equador e Brasil é um exemplo de conflito regional. Trata-se de uma oração subordinada substantiva apositiva, que cumpre a função de aposto de "exemplo" e é centrada em um núcleo verbal;
3: Errado. Trata-se de uma oração subordinada adjetiva, já que é centrada num verbo, caracteriza o termo da oração principal BNDES, no entanto, trata-se de uma explicativa e não de uma restritiva, pois aparece isolada por vírgula e apenas esclarece o que é o BNDES e não restringe a apenas um dentre um grupo de iguais;
4: Certo. Todas as palavras apresentadas no item possuem a mesma sílaba tônica, a antepenúltima e são, portanto proparoxítonas. A regra de acentuação gráfica versa que todas as palavras proparoxítonas devem receber acentuação;
5: Certo. A locução conjuntiva "uma vez que" indica causa e introduz orações subordinadas que se relacionem com a oração principal, transmitindo esse tipo de relação. Todas as expressões apresentadas constroem a mesma coesão entre as orações. A causa para que essas disputas tenham relação com a figura de potência do Brasil é que as empresas brasileiras são mais agressivas no mercado externo que as dos outros países do bloco. Qualquer uma das expressões apresentadas no item substitui corretamente "uma vez que" e mantém a relação de sentido original.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4C, 5C

Texto para as próximas duas questões

1 A Organização dos Países Exportadores de Petróleo
(OPEP) anunciou um corte de 2,2 milhões de barris diários
de petróleo, a maior redução feita de uma só vez pelos 11
4 países-membros do cartel. Em comunicado, o grupo
considerou a medida como parte complementar do corte
anterior de dois milhões de barris diários, anunciado em
7 setembro, como uma tentativa de estabilizar a cotação do
petróleo, que, desde julho, já caiu mais de US$ 100. Com
isso, a partir de janeiro de 2009, a produção terá redução
10 total de 4,2 milhões de barris diários. A medida, que foi
acompanhada por países fora do cartel, não conseguiu,
no entanto, segurar o preço da commodity, que caiu abaixo
13 dos US$ 40.

O Globo, 18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

(1) As expressões "cartel" (*l*.4 e 11) e "grupo" (*l*.4) constituem uma cadeia coesiva, pois retomam o antecedente "Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)" (*l*.1-2).

(2) A forma verbal "anunciado" (*l*.6) concorda com "corte anterior" (*l*.5-6), por isso está no masculino singular.

(3) O emprego das vírgulas que isolam o segmento "a partir de janeiro de 2009" (*l*.9) justifica-se por tratar-se de adjunto adverbial de tempo.

(4) O termo "no entanto" (*l*.12) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: porém, contudo, conquanto, contanto que.

1: Certo. Elementos de coesão são palavras que substituem termos anteriores apresentados no texto, retomando uma informação prévia e evitando a repetição. A coesão textual é essencial para dinâmica e estruturação do texto, garantindo agilidade e entendimento na leitura. As expressões "cartel" e "grupo" retomam o referente OPEP e garantem a compreensão de maneira global do sentido a ser transmitido;
2: Certo. Entender os referentes e as relações entre os termos do texto, é parte fundamental da compreensão. "anunciado em setembro" aparece isolado por vírgulas e funciona como aposto do termo "corte anterior". "Anunciado" é uma forma verbal nominal, o particípio, e cumpre função de adjetivo na elaboração da oração. Adjetivos são termos que acompanham o substantivo e com ele concordam em gênero e número. A forma do particípio "anunciado" deve concordar com seu termo regente "corte", por isso aparece no masculino singular;
3: Certo. A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo--complementos do verbo. Adjuntos adverbiais, como "a partir de janeiro de 2009", que indica uma circunstância temporal, vêm associados à

ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "a partir de janeiro de 2009";

4: Errado. A locução conjuntiva "no entanto" indica relação de contrariedade entre a informação da oração anterior e a transmitida pela subsequente, criando relação de adversidade . Significa que será apresentada uma informação que segue o caminho oposto ao antes apresentado. Ao fazer todas as medidas, o grupo esperava que o preço se mantivesse, mas isso não aconteceu. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que "conquanto" indica relação de concessão e "contanto que" indica uma relação de condição e não podem ser aplicadas.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens que se seguem, na ordem em que são apresentados, constituem partes sucessivas de um texto adaptado de **O Globo** (18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Para os analistas, a queda dos preços do petróleo indica que os investidores ainda estão preocupados com os rumos da economia mundial, que aproxima-se de uma longa recessão global, cuja vai afetar o consumo de combustíveis.

(2) Em apenas cinco meses, o barril perdeu toda a valorização acumulada nos últimos dois anos.

(3) Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou a destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes".

(4) O cartel alertou ainda que a contínua deterioração dos preços terá impacto negativo nos investimentos para garantir a oferta necessária de petróleo no médio e longo prazos. O governo norte-americano criticou a decisão da OPEP.

1: Errado. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Por exemplo, ao se unir as orações (1) O rapaz foi aprovado e (2) As notas do rapaz foram as melhores da sala. O elemento em comum entre elas é "o rapaz". Na segunda oração o rapaz é o "dono" das notas. Ao se unir as duas orações por meio do pronome relativo, teríamos o resultado: O rapaz, cujas notas foram as melhores da sala, foi aprovado. Na oração apresentada no item, a relação estabelecida entre os termos não é como a do exemplo e o pronome a ser utilizado deveria ser o pronome relativo universal "que": "(...)de uma longa recessão global, que vai afetar o consumo de combustíveis.";

2: Certo. A pontuação da oração está correta, isolando o adjunto adverbial, tanto concordância como regência seguem as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia nas palavras;

3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo levar que, no contexto, exige a preposição "a". O termo subsequente é feminino, "destruição", e é antecedido por artigo feminino. Ao se unir preposição "a", exigida pelo verbo, e artigo "a", que acompanha o objeto "destruição", o uso da crase se faz necessário. A forma correta seria então "Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou à destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes";

4: Certo. A concordância está correta, em especial na concordância do adjetivo no plural "prazos" com dois referentes singulares "médio" e "longo". A regência segue as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia ou pontuação.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

1 A Organização dos Estados Americanos (OEA)
naufraga em um mar de alternativas regionais, cujo acento
maior é a exclusão dos EUA. É o caso da proposta de uma
4 nova organização de países da América Latina e Caribe, que
se junta a outras iniciativas do mesmo teor, como o Grupo do
Rio e a UNASUL. O poder de Washington já fora avisado
7 por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA
corre o risco de perder vigência. Seria a quebra do mais
importante elo da cadeia de ações coletivas envolvendo
10 América Latina e EUA, com a predominância histórica dos
norte-americanos.
O primeiro golpe foi dado com o Grupo do Rio,
13 inspirado no fracassado Grupo de Contadora. Em 1984,
países latino-americanos se reuniram na ilha panamenha de
Contadora com o objetivo de encontrar soluções para a
16 guerra na América Central, que se tornara sangrenta, com
aberta intervenção norte-americana. Contadora chegou a
concluir um texto de proposta de paz. Mas sofreu operação
19 de bloqueio, conduzido por Constantine Menge, o
encarregado da América Latina no Conselho de Segurança

Nacional dos EUA na época. A revista Current History
22 divulgou documentos que estabeleciam como "estratégia do
governo Reagan" impedir negociações de paz na América
Central. A única coisa que importava era derrubar os
25 sandinistas na Nicarágua e, com isso, na visão reaganiana,
traçar uma "linha de contenção do comunismo em território
norte-americano".

Newton Carlos. **Folha de S.Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Julgue os itens que se seguem, relativos ao texto acima.

(1) A proposta de uma nova organização de países da América Latina e Caribe é um dos fatores que contribui para a vigência da OEA.

(2) A expressão "naufraga em um mar" (*l*.2) está sendo empregada em sentido conotativo.

(3) A substituição de "cujo" (*l*.2) por o qual mantém a correção gramatical do período.

(4) Em "de que a OEA" (*l*.7), o emprego de preposição "de" se deve à regência de "avisado" (*l*.6).

(5) A forma verbal "Seria" (*l*.8) está no futuro do pretérito e indica uma ação que provavelmente poderia ter acontecido no passado.

(6) As palavras "panamenha" (*l*.14) e "reaganiana" (*l*.25) são palavras estrangeiras adaptadas à língua portuguesa por derivação com o acréscimo de sufixos.

1: Errado. A nova organização seria um dos fatores predominantes para que a OEA perdesse seu valor como reunião de países, justamente por ser, segundo o texto, uma forma histórica de dominação dos EUA sobre os outros países da América. A proposta de nova organização é um dos exemplos das regionalidades em que naufraga a OEA;
2: Certo. "Conotativo" significa que os termos foram usados em seu sentido figurado, enquanto "denotativo" significa que o termo segue o sentido dado pelo dicionário. Naufragar, no dicionário, indica ir a fundo em água. No texto, a expressão aparece de forma figurada para indicar que a OEA está em rumos de sumir. "Mar" também é usado em sentido figurado, não é um mar de águas salgadas, como especificado pela expressão seguinte "de alternativas regionais";
3: Errado. A função de um pronome relativo é unir duas orações, uma principal e uma subordinada adjetiva e substituir um termo da oração principal na subordinada. O pronome relativo "cujo" estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao se separar as orações unidas pelo pronome, teríamos: (1) A Organização dos estados Americanos (OEA) naufraga em um mar de alternativas regionais. E (2) O acento maior das alternativas regionais é a exclusão dos EUA. Ao se substituir o pronome "cujo" por "o qual" a relação da preposição "de" se perde e altera tanto o sentido como torna o trecho incorreto gramaticalmente;
4: Certo. A oração "O poder de Washington já fora avisado por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA corre o risco de perder vigência" encontra-se na voz passiva analítica e possui locução verbal composta de verbo auxiliar "ser" conjugado em tempo e pessoa e verbo principal no particípio (fora avisado). O verbo principal, que carrega o sentido, cumpre as suas funções gramaticais da mesma maneira. É um verbo transitivo direto e indireto e "de que a OEA corre o risco de perder vigência" cumpre a função de objeto indireto do verbo, regido pela preposição "de";
5: Errado. A forma verbal no futuro do pretérito indica uma hipótese que se cumpre se algumas condições são atendidas. No texto, não há qualquer indicação de que isso ainda não seja possível, uma vez que as condições aparecem em um tempo que não acabou. Indica, portanto, uma possibilidade, algo que talvez possa acontecer;
6: Errado. Apesar de o item indicar corretamente com a formação da palavra "reaganiana", que deriva do nome do presidente americano Reagan, a palavra panamenha é formada pelo acréscimo do sufixo – enha, no entanto deriva de uma palavra da língua portuguesa, o nome do país Panamá.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

1 A Câmara dos Deputados brasileira aprovou, por
265 votos favoráveis e 61 contrários, a adesão da Venezuela
ao MERCOSUL, bloco regional formado por Brasil,
4 Argentina, Paraguai e Uruguai.
O protocolo de adesão, assinado em julho de 2006,
ainda precisa ser aprovado pelo Senado para entrar em vigor.
7 Os congressos do Uruguai, da Argentina e da própria
Venezuela já votaram pela entrada do país no MERCOSUL.
Apenas o Paraguai e o Brasil ainda não chancelaram o
10 acordo. Dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional mostram que a entrada do país resultará em um
bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de
13 12,7 milhões de km^2, PIB superior a U$ 1 trilhão
(aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e
comércio global superior a US$ 300 bilhões.
16 O deputado Arnaldo Madeira argumentou que o

ingresso da Venezuela no bloco pode ser prejudicial para a
economia da região, devido à postura polêmica do atual
19 presidente do país, Hugo Chávez. "Nós temos hoje um forte
antagonismo entre o presidente da Venezuela e vários
parceiros da região e isso poderá dificultar a integração com
22 outros blocos econômicos. Votamos contra por razões de
ordem econômica e não ideológica", disse.
Antônio Carlos Pannunzio lembrou ainda que a
25 Venezuela deixou de cumprir diversos requisitos
estabelecidos pelo protocolo de adesão. José Genoíno disse
que o isolamento da Venezuela poderia levar a uma crise e
28 a um fundamentalismo. "A integração entre países é
pluralista. Não podemos fazer um crivo ideológico sobre
quem está na Presidência da República para realizar a
31 integração", disse.

Maria Clara Cabral. **Folha de S.Paulo**,18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego de preposição em "ao MERCOSUL" (*l*.3) justifica-se pela regência de "contrários" (*l*.2), que exige preposição **a**.

(2) A palavra "chancelaram" (*l*.9) está sendo empregada com o sentido de **sancionaram**.

(3) A forma verbal "mostram" (*l*.11) está no plural porque concorda com "Relações Exteriores" (*l*.10) .

(4) Nas duas ocorrências de "superior a" (*l*.13 e 15), "a" funciona como artigo definido.

(5) O emprego de vírgulas logo após "habitantes" (*l*.12) e "km^2" (*l*.13) justifica-se por isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.

(6) O antagonismo a que o deputado Arnaldo Madeira se refere ocorre entre o Brasil e o presidente da Venezuela.

(7) O emprego de aspas nos dois últimos parágrafos indica que a citação da fala dos locutores foi transcrita literalmente.

(8) Pelas informações do texto, os deputados citados são todos contrários ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

(9) O termo "pelo" (*l*.26) é resultado da contração das formas antigas da preposição **per** e do artigo **lo**.

(10) Em "a um fundamentalismo" (*l*.28), o emprego de preposição deve-se à regência de "levar" (*l*.27), e não exige sinal indicativo de crase porque antecede artigo indefinido masculino.

1: Errado**.** O termo regente é "adesão". Vemos, pela leitura do texto, que o adjetivo "contrários" se encontra dentro do aposto "por 265 votos favoráveis e 61 contrários" e não se relaciona com a construção sintática do que se segue. Trata-se de um caso de regência nominal e o substantivo adesão pede para seu complemento a preposição "a". Associada a preposição "a" ao artigo masculino "o", que acompanha o substantivo masculino MERCOSUL, temos a forma final "ao";

2: Certo. De acordo com o dicionário Aurélio, uma das possíveis acepções do verbo chancelar é "aprovar"; se associado ao contexto legal de que trata o texto, observamos que se trata de sinônimo do verbo sancionar;

3: Errado. A forma verbal "mostram" concorda corretamente com o núcleo do sujeito da oração "dados" (l.10). São os dados que apresentam as informações subsequentes ao verbo. É importante notar que a distância entre o verbo e o núcleo, intercalados por uma série de informações, torna a identificação do referente mais difícil. É necessário ter cautela e atenção ao identificar as relações entre termos em construções complexas;

4: Errado. Em ambos os casos, "a" funciona como preposição exigida pela regência nominal do adjetivo superior. O termo regido não apresenta artigo, trata-se de um número plural e masculino e que não poderia ser antecedido de artigo feminino singular. Se houvesse artigo, no caso de um complemento que cumprisse as exigências para tal, seria necessário o uso da crase, indicando a presença de duas vogais "a";

5: Certo. Entre as linhas 12 e 15 são dados adjuntos adnominais que caracterizam o "bloco", sendo apresentados em sequência, corretamente separados por vírgulas;

6: Errado. O antagonismo a que se refere o deputado em sua fala é entre o presidente da Venezuela e vários parceiros da região (l.20 e 21). A confusão na resposta pode decorrer do início da fala do deputado "nós temos hoje...", mas que nada mais é do que uma maneira da língua oral de iniciar sua fala, sendo sinônimo de "a situação atual é de...";

7: Certo. O uso das aspas em um texto pode apresentar um termo estrangeiro ou usado de forma conotativa, ou a transcrição exata da fala de outra pessoa que não o autor do texto. No caso do item, trata-se claramente de uma transcrição literal, uma vez que os interlocutores são apresentados e acrescentam dados e opiniões relativas ao assunto do texto;

8: Errado. As opiniões contrárias ao ingresso da Venezuela são defendidas pelos deputados Arnaldo Madeira, que cita o desacorde entre a Venezuela e países parceiros, e pelo deputado Antônio Carlos Pannunzio, que lembrou a falta de cumprimento de exigências para a entrada no MERCOSUL por parte da Venezuela. Já José Genoíno assume uma visão pluralista e contrária a apresentada pelos outros dois deputados, argumentando sobre a necessidade de se olhar para além da ideologia do presidente do país;

9: Certo. A contração utilizada atualmente tem como significado os da preposição "por" e do artigo "o", mas é grafada com base nas formas antigas dessas palavras. Na contração há ainda a assimilação do -r final ao l- inicial (perlo ◘ pelo);

10: Certo. No contexto, o verbo levar exige a preposição a tem como significado "ter por consequência". Como visto no item, a palavra que segue a preposição é o artigo "um" o que impede a utilização de um artigo feminino "a" para que seja necessário o uso da crase.

Gabarito1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C,10C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando o seguinte requisito: "A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade" (**Manual de**

Redação da Presidência da República, 2002), cada um dos itens seguintes apresenta um fragmento de texto que deve ser julgado certo se atender ao citado requisito, ou errado, em caso negativo.

(1) Nas últimas décadas, assistimos à uma evolução significativa dos esforços de promoção e proteção dos direitos humanos. Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era a sessenta anos. Essa mudança tem tudo que ver com uma maior consciência a respeito da necessidade de reconhecer e respeitar os direitos humanos para todos.

(2) A legislação sobre os direitos humanos têm-se ampliado tanto na temática como na abrangência geográfica. Hoje os direitos humanos é reconhecido como universais, interdependentes, inter-relacionados, indivisíveis e mutuamente sustentáveis.

(3) A América Latina está ciente de como os direitos políticos e civis é essencial. Grande parte da região suportou por anos ou, em alguns casos, por décadas regimes ditatoriais ou autoritários em um passado não muito distante. Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos por cujos nossos povos lutaram.

(4) A promoção dos direitos políticos e civis também abrangem a luta contra o racismo e todos os jeitos de discriminação. De fato, como se afirmou em resolução originalmente proposta pelo Brasil, a democracia e o racismo são incompatíveis. A plena igualdade de gênero deve permanecer um tema central nas sociedades.

(5) A liberdade política e o progresso social está intimamente ligado. Um indivíduo não pode participar de forma integral da vida política de seu país sem o acesso apropriado à alimentação, à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, é crucial, para a justiça social o respeito aos direitos individuais, a liberdade de opinião, às leis e ao direito de escolher o próprio governo.

1: Errado. Na oração "Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era a sessenta anos", temos a grafia incorreta da expressão de período de tempo no passado, que deve ser indicada pelo verbo haver conjugado na 3ª pessoa do singular, "há". A oração correta seria: "Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era há sessenta anos". Outro problema da redação do item está na expressão "tem tudo que ver" de caráter informal. É um registro da norma popular da língua, que deve ser evitada em textos escritos;
2: Errado. Uma primeira questão gramatical a ser corrigida é a acentuação gráfica no verbo em "têm-se ampliado". A acentuação indica que o verbo está na 3ª pessoa do plural, no entanto o núcleo do sujeito do verbo é "a legislação". Por uma questão de uso mais frequente, pode parecer estranho ao falante do português do Brasil a colocação pronominal em ênclise em relação ao verbo auxiliar na locução "tem-se ampliado". No entanto trata-se de uma colocação aceita pela norma culta como correta. Há nesse item também um desacordo com as normais de concordância em "hoje os direitos humanos é reconhecido como universais (...)". O sujeito paciente "direitos humanos" exige a concordância em número da locução verbal, sendo a forma correta "são reconhecidos";
3: Errado. A primeira correção a ser feita é quanto a concordância do predicado "é essencial", já que o sujeito que rege verbo e predicativo, "os direitos políticos e civis" é plural. A forma correta seria "são essenciais". Gramaticalmente, ainda é necessário notar o uso do pronome relativo "cujos". Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. No item, ao se usar o cujo, se transmite a ideia de que os nossos povos são dos direitos humanos. O pronome a ser utilizado deveria ser o relativo "o qual", concordando com o seu referente, "direitos", e associado à preposição por: "Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos pelos quais nossos povos lutaram.";
4: Errado. A concordância do verbo abranger está em desacordo com o núcleo do sujeito que o rege, "promoção". A oração deveria ser escrita "A promoção dos direitos políticos e civis também abrange a luta contra o racismo e todos os jeitos de discriminação". Ainda no primeiro período, seria ideal evitar o termo "jeito", de caráter informal. Há ainda um problema de incoerência. O texto aborda principalmente o racismo e ao final defende a plena igualdade de gênero. Para tal conclusão, o texto deveria ser redigido para abordar todas as formas de preconceito igualmente;
5: Errado. O sujeito do primeiro período do item é composto e tem como núcleos os termos "liberdade" e "progresso", o que exige concordância diferente da apresentada, como verbo e predicativo no plural: "A liberdade política e o progresso social estão intimamente ligados". Outro problema é da pontuação no trecho "Ao mesmo tempo, é crucial, para a justiça social o respeito aos direitos individuais". A expressão "para a justiça social" é um adjunto adverbial e deveria vir isolado por vírgulas. Ao se usar apenas a vírgula inicial, é possível interpretar que o que se segue (a liberdade de opinião, às leis e ao direito de escolher o próprio governo.) são complementos de "é crucial" e a frase entre vírgulas se torna incoerente. Temos, ao fim do texto, também uma questão de regência. Há uma enumeração de termos de mesma função sintática, complementos nominais, regidos pelo termo "direitos". Todos os termos devem ser introduzidos pela preposição "a", exigida pelo termo regente. A expressão "a liberdade de opinião" deveria ser introduzida por crase, pela união da preposição "a", da regência, e do artigo "a" que acompanha o substantivo feminino "liberdade". Sem o uso da crase, poderíamos entender que "a liberdade de opinião" complementa o sentido de "é crucial", no entanto, isso resultaria em outros dois problemas: a concordância do verbo em "é crucial", que, por ter dois complementos, deveria ir para o plural, e a incoerência da expressão seguinte, "às leis do próprio governo", que ficaria sem referente. Vale ressaltar que os itens da questão, como um todo, apresentam informações sem profundidade e relações fracas entre si.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Texto para a próxima questão

1 Brasil. País do verde-amarelo. Terra do futebol, do
samba amigo e das mulatas sensuais. País da violência, das
riquezas minerais e da política corrupta. Terra de Ronaldinho
4 e de Chico Buarque. Alguma mentira? Não. Nosso país é de
uma diversidade e de uma adversidade espantosas. De altos
e baixos e extremos radicais. Riqueza, exuberância e miséria.
7 São tantas coisas que falar sobre ele parece ser fácil. Ou não.
São tantos extremos que evitar estereótipos parece difícil. Ou
não. Todos estão sujeitos aos estereótipos. A ignorância e a
10 arrogância permeiam esse caminho. A questão não é lutar
para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.
Todavia, não podemos apenas apontar como réu a
13 miopia estrangeira. Nós, brasileiros, principalmente os que
vivem fora, ajudamos a construir esse olhar defeituoso. Os
motivos? Vários, provavelmente. Principalmente quando se
15 pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma
idéia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade
mais complexa.
19 Grosseiramente falando, parece-me uma aplicação
da Escola de Frankfurt inadequada: junta-se toda a cultura e
dessa fusão sai não a soma, mas o rascunho desatento,
22 ignorando traços históricos, sociais e culturais. Nasce o
"Brasil para a massa estrangeira". Nosso país é resumido a
sexo, dança, mulher, praia e Amazônia. Nenhum desses
25 pontos é mentira. Temos, sim, isso tudo. Mas "apenas" isso?
Merecemos ser lembrados apenas por essas palavras-chaves?

Maíra Suspiro. **Estereótipos. Um olhar estrangeiro**. Internet: <www.cinemacomrapadura.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens a seguir quanto às estruturas linguísticas e à organização das ideias no texto acima.

(1) O fato de a palavra "verde-amarelo" (*l*.1) ser grafada com hífen mostra que se trata de uma composição vocabular em que o adjetivo **verde** passa a ser prefixo.

(2) Na linha 5, a flexão de plural em "espantosas" indica que esse adjetivo qualifica não só "adversidade", mas também "diversidade".

(3) Pelo desenvolvimento das idéias no texto, é correto afirmar que a troca entre os adjetivos "fácil" (*l*.7) e "difícil" (*l*.8) seria coerente, pois a correção gramatical do texto não seria prejudicada.

(4) O neologismo "deletá-los" (*l*.11) segue um processo comum de criação de novos vocábulos em língua portuguesa: o da criação de novos verbos de primeira conjugação (terminados em **ar**), a partir de uma base lexical de empréstimo ou vernácula.

(5) A substituição de "Os motivos?" (*l*.14-15) por outra interrogação de mesmo sentido, como **Por quê?** ou **As razões?**, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(6) Por estar associada a "muito menos" (*l*.16), a preposição em "a enfrentá-la" (*l*.17) corresponde a **do que**.

(7) Conclui-se da argumentação do texto que retratar o Brasil por meio de estereótipos é fazer-lhe um "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais" (*l*.21-22).

(8) Se fosse empregado o vocábulo "palavras-chaves" (*l*.26) em um texto de documento oficial, seria obrigatória a flexão de plural como **palavras-chave**, que é, das duas formas gramaticalmente corretas, a mais formal.

1: Errado. Trata-se de um adjetivo composto com dois termos de igual importância, ambas as palavras que compõem o termo são radicais com significado isolado, mas que combinam em uma nova palavra. Há palavras compostas grafadas com ou sem hífen (guarda-chuva ou passatempo), assim como há prefixos unidos ao radical por hífen ou sem (pré-história ou prefixo). O importante é, então que se note qual o valor semântico dos termos que compõem a formação da palavra: dois radicais que se combinam ou um radical de que derivam novas palavras pelo acréscimo de afixos;
2: Certo. Um mesmo adjetivo que se refere a dois termos deve concordar no plural. "Espantosas" qualifica os termos "diversidade" e também o termo "adversidade" e deve, portanto, considerar duas palavras na sua concordância, o que exige o uso do plural. Já que as duas palavras são femininas, o adjetivo manteve a flexão de gênero, pois deve concordar em gênero e número com os substantivos que acompanha;
3: Certo. Gramaticalmente, a troca seria de termos equivalentes, um adjetivo substituindo outro. O que permita que a troca seja de fato positiva é a construção que segue as orações: "ou não". Ela indica que não há um padrão exato de comportamento nas situações e que é possível existir também o oposto do que foi afirmado, fazendo a troca entre os adjetivos antônimos possível;

4: Certo. O processo de formação de palavras que dá origem ao verbo "deletar" é o de derivação por sufixação, ou seja, aquele em que se acrescenta um sufixo a uma outra palavra, no caso o estrangeiro "delete", que significa apagar e migrou para o português no contexto da informática, mais o sufixo –ar, indicador de verbo. Esse processo é visto em outros termos ligados originalmente ao novo campo lexical que surgiu com a popularização dos computadores, como por exemplo, lincar e logar. Apesar de originalmente o verbo "deletar" ter ficado restrito ao âmbito semântico da palavra de que deriva, a informática, ele é usado no texto em outro contexto, o que mostra que o neologismo se fixou na língua e atende a diversos campos. Ainda assim, a norma culta sugere que se evite o uso de deletar, priorizando apagar, suprimir ou remover (como sugere o dicionário Houaiss);
5: Errado. O texto perderia a coerência pela resposta dada à pergunta original: "Vários, provavelmente." O pronome indefinido "vários" concorda com o referente na pergunta, "motivos". As duas perguntas sugeridas para substituição não atendem a essa possibilidade de resposta mantendo a concordância, no caso de "as razões?", ou a coerência, no caso de "por que?" e seriam necessárias diversas alterações no texto subsequente para se manter a correção;
6: Certo. A expressão "muito menos (desgastante)" estabelece um relação de comparação entre duas informações, no caso "se submeter a uma ideia preconcebida" e "enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa". A mensagem é que uma é menos desgastante *do que* a outra. No texto, o termo que indica a comparação, "do que", foi substituído pela preposição "a", termo natural ao contexto e aceito pela norma culta para indicar relação de comparação;
7: Certo. O texto argumenta em favor de uma visão plural e sem estereótipos da cultura e da identidade do Brasil. É possível notar a argumentação em favor da ideia complexa de país em trechos como "Principalmente quando se pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma ideia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa" ou " Todos estão sujeitos aos estereótipos (...). A questão não é lutar para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.". Ao fim do texto, a autora apresenta sua conclusão sobre como o país é visto, "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais", na forma de uma analogia com o movimento da Escola de Frankfurt, mas que, diferentemente das obras positivas do movimento, não foi além da reunião primária para uma visão complexa de todos os elementos que se agrupam;
8: Errado. "Palavras-chaves" não é uma forma aceita pela norma formal. Apenas o primeiro elemento varia no plural de palavras compostas por dois substantivos em que o segundo limita o significado do primeiro (além de palavras-chave, temos, por exemplo, peixes-boi, públicos-alvo, salários-família, etc.). Em documentos oficiais, assim como em textos acadêmicos, a norma culta é exigida e o uso de "palavras-chaves" seria considerado um erro. O texto que dá base a questão apresenta-se como formal e deveria usar a forma "palavras-chave".

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E

Texto para a próxima questão

1 Em uma primeira aproximação, parece ser fácil
definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que
se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou
4 jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece
ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica
independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a
7 identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida
e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio,
também a diferença é concebida como uma entidade
10 independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade,
a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é
branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher".
13 Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nessa
perspectiva, concebida como algo que remete a si própria.
A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.
15 É fácil compreender, entretanto, que identidade
e diferença estão em uma relação de estreita dependência.
A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a
19 esconder essa relação. Em um mundo imaginário totalmente
homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma
identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.
22 De certa forma, é exatamente isso que ocorre com nossa
identidade de "humanos". É apenas em circunstâncias muito
raras e especiais que precisamos afirmar que "somos
25 humanos".

Tomaz Tadeu da Silva. **A produção social da identidade e da diferença.** *In***: Identidade e diferença**, p. 74-5 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) A partir do texto acima, julgue os itens de **9** a **18**.

(1) A argumentação do texto objetiva mostrar que a definição de "identidade" (*l*.2) deve ser estabelecida em estreita relação de dependência com a definição de "diferença" (*l*.9).

(2) De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, "positividade" (*l*.5) pode ser interpretada como uma entidade que "tem como referência a si própria" (*l*.7).

(3) Na organização da coesão textual, as expressões "Nessa perspectiva" (*l*.6) e "Na mesma linha de raciocínio" (*l*.8) remetem à mesma idéia de "Em uma primeira aproximação" (*l*.1).

(4) Por já ter sido marcado no termo "à identidade" (*l*.10), o sinal indicativo de crase é dispensável, mas subentendido, em "a diferença" (*l*.11).

(5) No desenvolvimento textual, o sujeito expresso por "o outro" (*l*.11) faz oposição ao sujeito expresso por "se" (*l*.3).

(6) Na linha 11, o sinal de dois-pontos introduz uma enumeração de afirmações que ilustram ou exemplificam a argumentação da oração anterior.

(7) O período sintático iniciado por "A forma afirmativa" (*l*.18) expressa uma idéia de identidade oposta, contrária àquela apresentada na definição do primeiro parágrafo.

(8) O emprego de **em que**, em lugar de "no qual" (*l*.20), preserva a coerência da argumentação e a correção do texto.

(9) Seriam mantidos a correção gramatical e o mesmo sentido de argumentação do texto caso se continuasse o período terminado em "não fariam sentido" (*l*.21) com a seguinte oração explicativa: porque só assim seria preservada a identidade própria de cada um.

(10) Mantêm-se a correção gramatical, a coerência argumentativa do texto e o nível formal da linguagem adequado a documentos oficiais se, em lugar de "É apenas em" (*l*.23), o último período sintático do texto for iniciado com **Apenas em**.

1: Certo. O autor inicia o texto definindo "identidade" e "diferença" para depois estabelecer a relação de necessidade entre os dois, defendendo a definição do termo "identidade" apenas possível quando em comparação com o que de diferente existe. Como afirma no trecho "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.". Não seria necessário ter identidade se não houvesse heterogeneidade. Há, em certo ponto, crítica à noção de identidade individualista e distante da relação com o outro, uma vez que o texto mostra a primeira definição, da identidade autossuficiente, como inválida;

2: Certo. O termo positividade vem explicado por um aposto entre parênteses ("aquilo que sou"). O resto do texto confirma a acepção do termo como aquela identidade que se auto-refere, uma vez que não estabelece relações com o outro; "a identidade é" e não "a identidade é o que tenho de relação com o que é diferente";

3: Certo. As duas expressões são elementos de coesão textual e procuram relacionar partes do texto de forma sequencial. Notamos que o autor inicia com uma informação, a definição de identidade é fácil, e retoma essa informação para acrescentar novas partes ao texto. Primeiramente, por meio da expressão "nessa perspectiva", acrescenta que a identidade é definida como autossuficiente, para depois, com o auxílio da expressão "na mesma linha de raciocínio", acrescentar a definição de diferença. Há nessas expressões de retomada elementos de coesão claros: o pronome "essa" e o pronome "mesma", que indicam se falar de algo já citado e utilizado, assim como a expressão completa, para evitar a repetição e conectar os trechos;

4: Errado. A crase em "à identidade" é resultado da união da preposição "a", regida pelo termo "oposição", e do artigo definido feminino que acompanha o substantivo feminino "identidade". O termo "a diferença" é o sujeito da oração em que se inserem as expressões entre vírgulas ("Apenas, neste caso, em oposição à identidade,") e não se relaciona sintaticamente com o termo "oposição" e não há preposição, mesmo que subentendida. Se houvesse, a oração seria lida de forma incorreta e estaria sintaticamente incoerente;

5: Certo. O pronome "se" (l.3) indica aquilo que alguém é. No texto, a noção inicial de identidade é centrada nessa definição. Para se definir a diferença, é dado como aquele que é "outro" que não o "alguém" inicial. As orações seguem padrões sintáticos semelhantes justamente para que a oposição entre os dois sujeitos fique clara. Tal construção também facilita a definição posterior dos termos "identidade" e "diferença";

6: Certo. A pontuação é utilizada para introduzir orações apositivas, ou seja, exemplos que expliquem e ilustrem o que foi dito antes. É importante notar que se trata da definição do outro e os exemplos são nomeados pelo pronome de 3ª pessoa "ela", em oposição à exemplificação inicial, que trazia como nomeação o pronome "eu" (l.3 e 4);

7: Errado. O trecho retoma a ideia de identidade apresentada no primeiro parágrafo. O termo "afirmativa" retoma o trecho anterior por se relacionar com a definição pelo que se é (positividade, l.5). Há, entre os dois trechos citados, um caminho em que se apresentam outras informações. "A forma afirmativa" funciona como elemento de coesão, por retomar o primeiro parágrafo sem prejuízo à leitura global e permitir estabelecer relações entre partes do texto;

8: Certo. "Que" é um pronome relativo universal e pode, quase sempre, substituir outros pronomes relativos, se associado às preposições necessárias e mantendo as relações anteriores. Na reescrita "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, em que todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.", a preposição original "em" foi mantida e a relação entre as orações principal e subordinada adjetiva é coerente, bem como a referência do pronome relativo (mundo imaginário). Também poderia ser feita a substituição sem qualquer prejuízo pelo pronome relativo "onde", uma vez que o referente é um lugar;

9: Errado. De acordo com o que sugere a argumentação do texto, em um mundo homogêneo não seria necessário haver a identidade de cada um, uma vez que a identidade se define necessariamente pela diferença. O acréscimo da oração explicativa seria incoerente, portanto, com todo o processo argumentativo do texto, em especial com o trecho a que se referiria, uma vez que o que "não faria sentido" são as próprias "afirmações de identidade";

10: Errado. O verbo "é" define o período como oração e possui um sujeito, a oração "que precisamos afirmar que 'somos humanos'" Caso o verbo fosse retirado, seria necessário reescrever a oração eliminando a relação sujeito-predicado. Teríamos: "Apenas em circunstâncias muito raras e especiais, precisamos afirmar que 'somos humanos'". Sem tal alteração o texto se tornaria incoerente e inadequado gramaticalmente à norma culta.

Gabarito1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8C, 9E, 10E

Texto para a próxima questão

1 As primeiras impressões deixadas pelos letrados
franceses sobre os indígenas brasileiros no século XVI, as de
Montaigne e de Jean de Léry, foram, por assim dizer, de
4 admiração. Mesmo o costume da antropofagia, tão comum
naquela época, não lhes pareceu tão condenável vistas as
circunstâncias em que os nativos se encontravam. A imagem
7 idealizada que criaram, especialmente a transmitida por
Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do
homem. Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança
10 de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a
uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo
Claude Lévy-Strauss quando visitou o interior do Brasil
13 nos anos 30 do século XX. Sua percepção pouco indulgente
também nos ajudou, pois "os franceses, usando a sua língua,
empregando os seus métodos, nos punham dentro do país",
16 como disse o professor Antônio Cândido.

O Brasil visto por franceses. Internet: <www.educaterra.terra.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) A argumentação do texto organiza-se no contraste entre duas visões diferentes, de intelectuais franceses, sobre os indígenas brasileiros: a idealizada, de Montaigne, no século XVI, e a realista, de Lévy-Strauss, no século XX.

(2) A expressão "por assim dizer" (*l*.3) tem a função textual de enfatizar e ressaltar a "admiração" (*l*.4) dos "letrados franceses" (*l*.1-2).

(3) O pronome "lhes" (*l*.5) está flexionado no plural para concordar com o substantivo a que se refere, "impressões" (*l*.1).

(4) O desenvolvimento do texto mostra que o termo "vistas" (*l*.5) corresponde a **visto que**.

(5) O deslocamento da frase "especialmente a transmitida por Montaigne" (*l*.7-8) para o final do período sintático em que ela ocorre preserva a correção gramatical do texto e as relações semânticas entre os termos, com a vantagem de tornar mais clara a informação e permitir a supressão das vírgulas.

(6) Na linha 11, a retirada do pronome em "a apresentada" preserva a correção gramatical e a coerência textual, pois o termo por ele retomado, "uma outra", mantém-se subentendido na flexão de feminino do particípio.

1: Certo. O contraste da argumentação é claro no trecho "Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss (...)". A primeira visão, do século XVI pode ser vista no trecho "A imagem idealizada que criaram, especialmente a transmitida por Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem", enquanto a segunda aparece no trecho "bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss";
2: Errado. A expressão "por assim dizer" traz certa dúvida em relação ao termo "admiração". O autor quer mostrar que não é o termo preciso, na sua concepção, mas é adequado para apresentar a visão dos intelectuais e, dessa forma, colabora com a argumentação do texto. Tal hesitação é corroborada pela explicação subsequente, sobre como uma prática condenada socialmente, o canibalismo, pareceu afetar a visão encantada dos letrados;
3: Errado. O pronome "lhes" complementa o sentido do verbo parecer, indicando *a quem* algo pareceu. O pronome lhe se refere sempre a uma pessoa e carrega em si o sentido de objeto introduzido por preposição. Poderia ser substituído corretamente por "aos letrados franceses", termo a que se refere e com o qual concorda em número plural;
4: Errado. O termo "vistas" corresponde ao termo "dadas" e significa que as circunstâncias apresentadas aos letrados eram aquelas. A construção do período com a conjunção "visto que" poderia ser aceitável se houvesse adaptação da informação subsequente como uma oração em que seria necessário acrescentar como eram de fato as condições encontradas;
5: Errado. A expressão "especialmente a transmitida por Montaigne" é aposto e explica a expressão "imagem idealizada". Na reescrita como propõe o item teríamos "A imagem idealizada que criaram inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem, especialmente a transmitida por Montaigne" e o deslocamento do aposto faria com que o entendimento fosse de que se refere ou a "teses", ressalvando-se que a concordância ("a transmitida") no singular tratar-se-ia de uma especificação dentro de um grupo, ou ao termo "bondade", pela maior proximidade e concordância entre os termos. Ainda é necessário ressaltar que o uso da vírgula se faria necessário da mesma forma, já que o aposto sempre vem isolado por pontuação;
6: Certo. O referente de sentido do termo "apresentada" é "uma outra (visão)". O pronome "a" auxilia na identificação da referência e na construção de um trecho posterior mais coeso. No entanto, não é um termo necessário, uma vez que o encadeamento dos termos da oração mostra o referente claramente.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

1 O começo, como se sabe, é a nudez. Nada
impressionou tanto os primeiros europeus que aqui
aportaram quanto a nudez dos nativos. Mais do que o pau-brasil,
4 mais do que os papagaios e as araras, o grande
sucesso da temporada das descobertas foram os índios e
índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus
7 corpos, que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio
e pelo pecado se tomaram de estupefação.
Exemplares de índios eram levados ao Velho
10 Continente para ser exibidos em feiras e festas. Na França,
fizeram grande sucesso. Ficou famosa a festa que, em 1550,
em Rouen, para celebrar a visita do rei Henrique II, teve
13 como principal atração a apresentação de índios do Brasil.
Autores importantes como Montaigne detiveram-se sobre
esses seres miraculosos, que consolavam o europeu já
16 carregado de história e de culpa com uma visão do paraíso.
Fortalecia-se e consolidava-se o mito do bom selvagem.
Rousseau, ele próprio um leitor dos antigos livros sobre as
19 miraculosas terras onde os homens e mulheres andavam nus,
baseia-se no bom selvagem para criar a tese da bondade
natural: o homem é naturalmente bom, a sociedade é que o
22 corrompe. Conseqüência: mudando-se a sociedade, pode-se
mudar o homem. Crie-se uma sociedade mais justa e
eqüitativa e os seres humanos reverterão à primeira natureza
25 da bondade.

Roberto Pompeu de Toledo. **A nudez que solapa e desorganiza**.
In: **Veja**, 29/8/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens de **25** a **33**, a respeito do texto acima.

(1) A substituição de "tanto" (*l*.2) por **mais** e de "quanto" (*l*.3) por **que** preserva a idéia de comparação e a correção gramatical do segundo período sintático do texto.

(2) A expressão "o grande sucesso" (*l*.4-5) inicia a oração principal do período sintático; oração esta que resume as idéias do primeiro parágrafo do texto.

(3) O sinal indicativo de crase em "à vontade" (*l*.6) é exigido pela regência do termo "Mais do que" (*l*.3), que comanda a relação semântica de intensidade construída no período.

(4) Na linha 10, para que as regras gramaticais exigidas na redação de um documento oficial sejam respeitadas, é obrigatório que se empregue a forma não flexionada do infinitivo de "ser" porque já foi feita a flexão de plural em "eram" (*l*.9).

(5) Ao se empregar a preposição **em** junto à expressão "a festa" (*l*.11), formando **na festa**, mantêm-se a correção gramatical e a coerência da argumentação.

(6) O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que a "tese da bondade natural" (*l*.20-21) do homem baseou-se na bondade e na religiosidade de índios brasileiros, que foram considerados miraculosos nas cortes européias.

(7) A função explicativa da frase introduzida pelo sinal de dois-pontos na linha 21 permite a substituição desse sinal pela expressão **ou seja**, entre vírgulas, sem prejuízo da correção ou da coerência do texto.

(8) O emprego do verbo "Crie-se" (*l*.23) sugere, no texto, uma hipótese que terá como conseqüência a volta dos seres humanos à sua primeira natureza, a bondade.

(9) A regência do verbo **reverter**, ao exigir o sinal indicativo de crase em "à primeira natureza" (*l*.24), mostra que o verbo **reverter** está empregado, nessa oração, com a acepção de **voltar**, **retornar**.

1: Certo, "tanto...quanto" é uma locução conjuntiva que indica comparação entre as informações apresentadas nas duas orações que se relacionam. A locução conjuntiva "mais... que" mantém exatamente o mesmo sentido de comparação e não há necessidade de qualquer alteração na escrita das orações para que exista coerência gramatical. O trecho reescrito ficaria "Nada impressionou mais os europeus que aqui aportaram que a nudez dos nativos";

2: Certo. "O grande sucesso da temporada das descobertas foram os índios e índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus corpos", centrada no verbo "foram", é a oração principal do período, pois possui outras orações que se conectam e dependem dela e que cumprem função sintática de termos da oração principal. São orações dependentes a oração subordinada adverbial consecutiva "que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio e pelo pecado se tomaram de estupefação", que traz uma consequência da surpresa que a nudez causou nos europeus, e as orações subordinadas adverbiais comparativas "Mais do que o pau-brasil" e "mais do que os papagaios e as araras", que comparam em grau de superioridade a nudez e outras novidades da terra recém-descoberta. Podemos observar na

oração principal a síntese do impacto da nudez na visão dos europeus sobre o novo mundo, já que resume em poucas palavras e retoma a primeira ideia do texto;
3: Errado, "à vontade" é uma locução adverbial de modo feminina singular e iniciada por preposição "a" mais artigo "a". O uso da crase não depende da regência de palavras anteriores, mas sim da constituição da expressão. Além disso, o termo "mais do que" indica relação de comparação com a oração principal e não comanda a intensidade de outros termos do período;
4: Errado. "Ser" é a forma nominal do infinitivo do verbo e compõem a locução verbal da voz passiva ("serem" é verbo auxiliar e "exibidos" é verbo principal) que faz parte de uma oração subordinada adverbial final reduzida. Na oração reduzida, o sujeito não é explícito, apesar de ser possível encontra seu referente de significado facilmente (índios). Apesar do referente plural, ao se usar o infinitivo sem o sujeito declarado, o foco da mensagem está na ação e não a quem ela se refere, o que permite o uso do infinitivo não flexionado "ser". Poderia ser usada também a forma flexionada sem qualquer prejuízo à correção gramatical da frase, e teríamos "exemplares de índios eram levados ao Velho Continente para serem exibidos em feiras e festas.";
5: Errado. "A festa" é sujeito do verbo "ficou" e rege também o termo "famosa", que funciona como predicativo do sujeito. Ao se acrescentar a preposição, o termo muda de função sintática na oração, tonando-se um adjunto adverbial de lugar, e ela se tornaria incoerente pela ausência de sujeito. A leitura seria de que alguém, que não sabemos quem, ficou famosa na festa;
6: Errado. O texto caracteriza o índio como miraculoso devido à visão que os portugueses tinham sobre como os nativos se sentiam à vontade com a nudez e como não carregavam em si as amarras da sociedade portuguesa. Era uma visão de pureza por sua liberdade. Não há no texto qualquer referência à bondade ou à religiosidade dos índios, ou até mesmo se os portugueses os consideravam miraculosos, apenas sabemos que sua forma de vida inspirou visões que criticavam os modelos de sociedade europeus. Não é possível, portanto, fazer inferências quanto às informações propostas no item;
7: Certo. Tanto a expressão "ou seja" como os dois pontos são formas de relacionar informações com suas explicações ou exemplificações. "Ou seja" é uma expressão explicativa usada para se dizer uma mesma coisa em outras palavras, o que substitui com coerência a relação de aposto estabelecida pelos dois pontos, uma vez que ambos têm o mesmo objetivo. Gramaticalmente, não há prejuízo, pois a alteração não causa incoerências sintáticas;
8: Certo. O verbo está conjugado no tempo presente do modo subjuntivo, o que transmite a ideia de algo que pode acontecer, mas não é certo ainda. Apresenta uma hipótese do possível. Se a possibilidade de uma sociedade mais justa se concretiza, a consequência proposta por Rousseau também se torna verdadeira. Tal condição é estabelecida no período anterior: "mudando-se a sociedade, pode-se mudar o homem.";
9: Certo. O verbo "reverter", no sentido de "retornar (à condição inicial, ao ponto de onde se partiu etc.); retroceder, regressar" (dicionário Houaiss), é classificado como transitivo indireto e exige a preposição "a" para seus objetos. O objeto do verbo, "à sua primeira natureza" possui crase pois, além da regência do verbo, há o artigo definido feminino "a", que acompanha o termo "natureza".

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Uma pessoa pode nascer e ser criada em condições
domésticas adversas ao desenvolvimento do amor próprio e
da auto-confiança e, ainda assim, encontrar recursos
4 psicológicos suficientes para fazer escolhas que permitam
mudar sua vida para melhor. Os tempos que correm são
propícios à imputação de culpas coletivas, de crença em
7 destinos definidos por raça ou classe social. Essas grandiosas
noções esquemáticas são imperfeitas porque minimizam o
poder de decisão individual das pessoas.

Carta ao leitor. *In*: **Veja**, 4/7/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os próximos itens, a respeito das estruturas linguísticas e da organização das ideias no texto acima.

(1) As estruturas lingüísticas do texto mostram que tanto "adversas" (*l*.2) quanto "propícios" (*l*.6) exigem complementos regidos pela preposição **a**.

(2) A presença da preposição **de** antes do termo "autoconfiança" (*l*.3) indica que esse termo é complemento de "desenvolvimento" (*l*.2), e não de "condições domésticas" (*l*.1-2).

(3) A oração iniciada por "e, ainda assim, encontrar" (*l*.3) apresenta uma idéia de conseqüência que se associa, por subordinação, à anterior.

(4) Os verbos no infinitivo, "nascer" (*l*.1), "encontrar" (*l*.3), "fazer" (*l*.4) e "mudar" (*l*.5) subordinam-se a "pode" (*l*.1); por isso, subentende-se "Uma pessoa" (*l*.1) como sujeito textual desses verbos.

(5) Os pronomes "que" (*l*.4) e "sua" (*l*.5) tomam como referência substantivos já explicitados no texto; por isso, funcionam como elementos coesivos de construção textual.

(6) A expressão "Essas grandiosas noções esquemáticas" (*l*.7-8) retoma as idéias de "amor próprio" (*l*.2), "auto-confiança" (*l*.3) e "recursos psicológicos" (*l*.3-4).

1: Certo. O adjetivo "adversas" exige a preposição para o seu complemento, como mostra a combinação prepositiva que o introduz: "ao desenvolvimento". A preposição "a" foi associada ao artigo masculino "o" que acompanha o substantivo "desenvolvimento". O termo regido pelo adjetivo "propícios" se inicia por crase, resultado da associação entre a preposição "a" e o artigo definido feminino "a" que acompanha o termo "imputação". Temos, portanto, dois casos de regência nominal de adjetivos que pedem a preposição "a";
2: Certo. Caso fosse complemento de "condições domésticas", seria regido pelo qualificador "adversas" e deveria vir introduzido pela preposição "a", exigida pela regência do adjetivo. Já o substantivo "desenvolvimento" rege a preposição "de" para seus complementos, como acontece com as expressões "do amor próprio" e "da autoconfiança". Trata-se, portanto, de um termo com dois complementos. A análise gramatical da regência auxilia na compreensão do texto, uma vez que indica os referentes e permite analisar as relações que se estabelecem entre as partes do texto;

3: Errado. Podemos substituir, sem prejuízo de sentido, a expressão "e, ainda assim," por "mas". A relação que se estabelece entre as orações é de coordenação, ou seja, são orações sintaticamente independentes, e trata-se de uma relação de adversidade. A segunda oração apresenta uma ideia oposta àquela apresentada na primeira: o que se espera de alguém que nasce e se cria em condições adversas é que não encontrem os recursos para mudar sua vida, no entanto, a informação da segunda oração diz exatamente o oposto, que é possível encontrar esses recursos;
4: Errado. Os verbos "nascer", "encontrar" e "fazer" representam complementos do verbo "pode", na forma de orações reduzidas em infinitivo, e possuem o mesmo sujeito "uma pessoa". No entanto, o verbo "mudar" é subordinado à forma verbal "permitam" que tem como sujeito significativo o termo "escolhas", e possui o mesmo sujeito significativo;
5: Certo. Pronomes são, por excelência, elementos coesivos, uma vez que retomam termos anteriores, evitam a repetição deles e estabelecem relações de significado, trazendo ao texto coerência e agilidade. O pronome relativo "que" substitui o termo "mudanças" na oração subordinada adjetiva "que permitam mudar sua vida para melhor", ao mesmo tempo que estabelece a relação dessa oração com a sua principal. Já o pronome "sua" retoma o termo "uma pessoa"(l.1), estabelecendo relação de posse entre ela e a vida;
6: Errado. A expressão "essas grandiosas noções esquemáticas" retoma as expressões "imputação de culpas coletivas" e "crença em destinos definidos por raça ou classe social", pois são indicadoras de imobilidade pessoal perante o contexto coletivo, como propõe a informação subsequente "porque minimizam o poder de decisão individual das pessoas". Além disso, o pronome demonstrativo "essas" indica proximidade da informação referida, o que impede que se refira aos termos propostos no item, textualmente distantes.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Empurrado pela falta de perspectivas e por um
presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o
seu país rumo a uma terra distante, que promete prosperidade
4 e bem-aventurança aos que tiverem coragem, perseverança
e disposição para pegar no pesado. O objetivo dos viajantes
é um só: trabalhar duro, economizar ao máximo e voltar para
7 casa, de bolsos cheios, o mais rápido possível. O passar do
tempo, as circunstâncias históricas e o curso da vida, no
entanto, fazem com que essa volta seja sucessivamente
10 adiada, até acabar definitivamente esquecida. E assim, para
os filhos dos filhos desses viajantes, a terra distante passa a
ser aquela que seus antepassados deixaram um dia.

Veja, 12/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base nas estruturas linguísticas, nos aspectos textuais e nas ideias apresentadas no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Apesar da possibilidade, textual e argumentativa, de se usar a paráfrase **algumas pessoas** para a expressão "um grupo de pessoas" (*l*.2), essa substituição desrespeitaria a correção gramatical do texto.

(2) Na argumentação do texto, "uma terra distante" (*l*.3) e "a terra distante" (*l*.11) referem-se à mesma **terra**.

(3) Embora se altere o modo verbal empregado, preservam-se a coerência de argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir "tiverem" (*l*.4) por **tem**.

(4) Como o vocábulo "possível" (*l*.7) desempenha função de adjunto adverbial, deveria ser grafado como **possivelmente**, já que possível é adjetivo e não advérbio.

(5) Na organização da coesão textual, a expressão "essa volta" (*l*.9) retoma a frase iniciada por "voltar para casa" (*l*.6-7).

(6) Subentende-se do desenvolvimento das idéias do texto que as novas gerações, descendentes dos viajantes, optam por permanecer na terra que lhes deu prosperidade.

1: Certo. "Um grupo de pessoas" funciona como sujeito do verbo "decide" e seu núcleo é a palavra "grupo". É com o núcleo que o verbo concorda em número e pessoa (3ª do singular). Ao se fazer a alteração de "um grupo de pessoas" para "algumas pessoas", o núcleo do sujeito passa a ser a palavra "pessoas" e exige do verbo a concordância na 3ª pessoa do plural, "decidem". Portanto haveria realmente prejuízo à gramática do texto, como afirma o item. É importante ressaltar que a expressão "um grupo de pessoas" admite dupla concordância. O verbo está corretamente no texto original concordando com o núcleo "grupo". No entanto, também seria possível a escrita como "um grupo de pessoas decidem", em que o verbo concorda com o qualificador "pessoas", que, apesar de sua função sintática de adjunto adnominal, é também o termo que carrega o principal significado no sujeito;
2: Errado. Na linha 3, a expressão "uma terra distante" se refere ao país para onde imigra o grupo de pessoas, como visto no trecho "um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Já na linha 11, "a terra distante" é o país de onde emigrou esse grupo de pessoas, como mostra a frase "ser aquela que seus antepassados deixaram um dia". É importante notar que o uso da mesma expressão para tratar de referentes diferentes causa certa dificuldade na interpretação e pode ser um problema na interpretação da coesão textual. É exatamente essa confusão que o item aborda. Há, no entanto, intenção do autor em repetir a mesma expressão para designar lugares diferentes;
3: Errado. O problema na alteração sugerida pelo item está na concordância entre verbo e seu sujeito. O sujeito da oração original é plural, representado no pronome "os", que compõem a expressão "aOS que". Para se fazer a alteração, seria necessário que o verbo estivesse conjugado também na 3ª pessoa do plural, ou seja, a forma verbal "têm", acentuada. Sem o acento gráfico, o verbo está conjugado no singular e não concordaria com o sujeito. Não haveria, no entanto, prejuízo gramatical ou de coerência em alterar o tempo do verbo "ter" do futuro do subjuntivo (tiverem) para o presente do indicativo (têm),

apesar de existir sutil alteração na mensagem que é transmitida. O futuro do pretérito indica uma hipótese, enquanto o presente do indicativo indica algo real;
4: Errado. Possível é um adjetivo. No texto, a palavra deve ser vista como parte integrante da expressão "o mais... possível", em que a palavra possível aparece ligada e concordando com o artigo que a antecede. A expressão inteira funciona como adjunto adverbial de intensidade ao adjetivo "rápido". Analisar o termo isoladamente traria prejuízo à sua compreensão sintática. Caso o termo fosse substituído pelo advérbio "possivelmente", haveria prejuízo de coerência textual e de correção gramatical;
5: Certo. O pronome demonstrativo "essa" busca seu referente em informação anterior do texto. Trata-se de um típico elemento de coesão textual. O substantivo que o acompanha, "volta", retoma no campo semântico o verbo "voltar", trazendo para a nova informação a ser apresentada o que foi dito anteriormente como referência;
6: Errado. A expressão-chave para inferir a informação sobre o movimento dos descendentes é "terra distante". No início do texto se lê "Empurrado pela falta de perspectivas e por um presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Essa terra distante é o país que recebe o grupo de pessoas e apresenta novas possibilidades. Ao se retomar a expressão ao fim do texto, o autor mostra que os descendentes desse grupo de pessoas buscam outra terra distante, com novas possibilidades. Exatamente aquela deixada pelos antepassados e que não apresentava perspectivas para a geração anterior. É possível subentender, então, que os descendentes optam por deixar a terra que trouxe prosperidade aos antepassados e buscam prosperidade exatamente naquela terra que não trouxe aos que vieram antes.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007)

O BATE-E-VOLTA DOS IMIGRANTES

Veja, 5/12/2007 (com adaptações)

Considerando as informações do texto verbal e do gráfico apresentados acima, julgue os itens de 1 a 4.

(1) A informação do texto verbal mais diretamente relacionada às informações do gráfico é apresentada pela expressão "imigrantes estrangeiros", porque o gráfico mostra como se distribuem, por nacionalidade, os imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos.

(2) A organização das idéias do texto permite a inserção do sinal de dois-pontos depois de "mostra" (*l*.2), sem prejuízo da correção gramatical.

(3) Subentende-se, das informações apresentadas, que se qualifica como "frustrados" (*l*.8) o grupo de imigrantes a que se refere o termo "Destes" (*l*.5).

(4) O desenvolvimento das idéias do texto admite a inserção do termo **dos imigrantes frustrados** depois de "restante" (*l*.10); mas, nesse caso, seria obrigatória a flexão do verbo **preferir** no plural, para que fosse respeitada a correção gramatical.

1: Errado. A expressão do texto verbal que se relaciona mais diretamente com o gráfico é "imigrantes frustrados". Isso pode ser observado pelo título dado à tabela: "Imigrantes que deixaram o país". Ao usar o termo "imigrantes", o texto trata de pessoas que chegaram a uma terra nova, e depois deixaram essa terra. O país do título é, portanto, o Brasil e os números indicam aqueles que desembarcaram no porto de Santos, mas que não permaneceram no país;
2: Errado. A inserção do sinal de dois-pontos após "mostra" é possível. No entanto, haveria excesso de elementos de coesão, uma vez que a pontuação exerceria a mesma função da conjunção "que", a de introduzir um complemento ao verbo "mostra". Para que os dois-pontos fossem usados seria, então, necessário retirar a conjunção "que". Caso contrário há prejuízo da correção gramatical;
3: Errado. O pronome demonstrativo "estes", acompanhado da preposição "de", retoma uma informação apresentada imediatamente anterior no texto. Trata-se, portanto, o grupo dos imigrantes "que desembarcaram no Porto de Santos". A ideia do texto é que desse grupo total que desembarcou 63% não permaneceu. O pronome demonstrativo funciona como elemento de coesão e retoma algo anteriormente dito para lhe acrescentar novos dados em uma parte posterior do texto;
4: Errado. É possível inserir a expressão "imigrantes frustrados" como qualificador de "restante". Como funcionaria como um qualificador, ou seja, um adjunto adnominal, o núcleo do sujeito, a que se refere o verbo continua o termo "restante", no singular. Portanto, não haveria necessidade de mudança na concordância do verbo, que permaneceria correto no singular. Também é importante notar que a inserção da expressão como qualificador seria um excesso e prejudicaria a coesão textual, uma vez que a expressão se repetiria em um espaço muito curto no texto. A coesão é boa e o referente claro apenas com o termo "restante", que claramente retoma a expressão presente linhas antes.

Gabarito1E, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

1 Estou comendo umas empanadas e bebendo um
vinho, ao entardecer, em uma modesta casa em Assunção,
capital do Paraguai. Há qualquer coisa de meigo por aqui.
4 E não é só porque entendem o português e aceitam o real
como moeda. Há uma simpatia pelo Brasil, apesar de nosso
fantasma imperialista, que vem desde aquela maldita guerra
7 que arrasou o país. E isso é curioso porque minha geração
dizia que imperialistas eram os norte-americanos. Mas aqui
dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é
10 leonino contra o Paraguai.

Affonso Romano de Sant'Anna. **Ali, no Paraguai.** *In*: **Correio Braziliense**, 16/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com base nos aspectos sintático-semânticos do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O deslocamento da expressão "em uma modesta casa em Assunção," (*l*.2) para o início do período sintático, com os devidos ajustes nas letras maiúscula e minúscula, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(2) O emprego da flexão de plural nos verbos "entendem" (*l*.4), "aceitam" (*l*.4) e "dão" (*l*.9) marca gramaticalmente um sujeito indeterminado que se depreende, pelo discurso, como **paraguaios**.

(3) A organização sintático-semântica do texto nas linhas 3 e 4 permite, sem prejuízo da correção gramatical, assim se iniciar o quarto período: É porque há uma simpatia.

(4) Conclui-se, da argumentação do texto, que a "represa de Itaipu" (*l*.9) é uma demonstração do imperialismo norte-americano no Paraguai.

(5) Na linha 9, o pronome relativo "cujo" estabelece a relação de posse entre "represa de Itaipu" e "contrato".

1: Errado. O termo "Assunção", que faz parte da expressão, recebe um aposto: "capital do Paraguai", e o aposto deve sempre estar imediatamente após o termo que explica. A expressão "em uma modesta casa em Assunção" funciona como adjunto adverbial de tempo na oração e, como tal, pode ser colocada em diversas posições, se respeitar as regras de pontuação e a coerência textual e de acordo com as intenções comunicativas do autor (a informação apresentada antes na oração adquire maior importância, apesar de não alterar a essência da mensagem). A oração reescrita, como sugere o item, seria: "Em uma modesta casa em Assunção, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer, capital do Paraguai". Para que a seja coerente, seria necessário que o aposto acompanhasse o termo que explica: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer". A alteração dessa forma estaria gramaticalmente correta, no entanto soa estranha pela falta de ordenação no uso dos adjuntos adverbiais. O mais natural seria que o adjunto adverbial de tempo, "ao entardecer", acompanhasse a posição do de lugar: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, ao entardecer, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho.";

2: Certo. Quando não há sujeito explícito ou identificado anteriormente, não é possível determinar a que se refere o verbo, se conjugado na terceira pessoa do plural. Não é possível identificar claramente no texto, ou nomear gramaticalmente, quem são aqueles que "entendem", "aceitam" ou "dão". Há, portanto, a ausência do referente do sujeito sintático, o que classifica o sujeito como indeterminado. No entanto, pelo contexto, é possível inferir que, já que o narrador está no Paraguai, esteja falando do povo desse país, mesmo sem a presença sintática do referente;

3: Certo. O período que se inicia por "Há uma simpatia pelo Brasil" estabelece uma relação de causa com o período "Há qualquer coisa de meigo por aqui", assim como o período "E não é só porque entendem o português e aceitam o real como moeda" também o faz, de forma negativa (a causa da meiguice não é só essa). A ausência do conectivo "porque" não causa prejuízo à leitura, justamente pela presença no período anterior. No entanto, é possível retomá-lo para a causa da afirmativa sem qualquer prejuízo. Seria uma repetição de estilo e adequada à coesão textual;

4: Errado. O último período do texto, "mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é leonino contra o Paraguai", retoma a informação dada em "apesar de nosso (Brasil) fantasma imperialista". A confusão de referente para o exemplo de imperialismo pode ser decorrente da oração encaixada entre a primeira e a segunda informação, uma curiosidade dada pelo autor de como a sua visão não condiz com o que a história conta: o Brasil é exemplo de imperialismo para os paraguaios, mas o próprio Brasil se sentiu alvo do imperialismo americano. Para entender as referências do fim do texto é necessário analisar o adjunto adverbial "aqui" em relação com o início do texto, em que o autor diz estar na capital do Paraguai, país assombrado pelo fantasma imperialista do Brasil ("desde aquela maldita guerra"). Outro importante fator é o conhecimento do leitor a respeito de Itaipu, a usina binacional Brasil-Paraguai. Em posse desse dado, não há porque existir confusão entre quem demonstra imperialismo com a represa;

5: Certo. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao separar as duas orações que compõem o período, teríamos:" (1) "Mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu" e (2) O contrato da represa de Itaipu é leonino contra o Paraguai". Podemos ver, então, que a relação entre "contrato" e "represa de Itaipu" é de posse e intermediada pelo pronome cujo.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

1 **Veja** — Quais são os riscos embutidos nesse projeto
de grande país?
Carvalho — É quase impossível um país como o
4 Brasil não exercer um papel de liderança regional, pelo
menos em relação a nações menores e de médio porte.
A idéia é tentadora, exatamente pelo tamanho do país e seus
7 recursos. O risco é que acabemos por desviar a atenção dos
problemas internos em busca do sonho de grandeza externa.
Hoje não há liderança externa sem que a casa esteja
10 arrumada. Não só na economia, mas principalmente no bemestar
da população.

Entrevista de José Murilo de Carvalho a **Veja**, 26/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Julgue os itens que se subseguem, a respeito do trecho de entrevista acima.

(1) Uma reescrita para o início da resposta do entrevistado, que eliminasse a dupla negativa — "impossível" e "não" — e respeitasse a correção gramatical e a coerência do texto, seria: É quase possível um país como o Brasil exercer um papel...

(2) A ausência de sinal indicativo de crase em "a nações" (*l.*5) respeita as regras gramaticais, pois o substantivo não está determinado por artigo.

(3) Do desenvolvimento das idéias do texto, depreende-se que "A idéia" (*l.*6) refere-se tanto a "projeto de grande país" (*l.*1-2) quanto a "papel de liderança regional" (*l.*4).

(4) A síntese objetiva da resposta à pergunta está na afirmação do período iniciado por "O risco é que" (*l.*7).

(5) O emprego coloquial de "acabemos por desviar" (*l.*7), admissível em um diálogo, deve ser substituído por **acabamos por desviar** em um texto de documento oficial, para que sejam respeitadas as regras do padrão culto da língua.

(6) Subentende-se, como oração principal da última frase da resposta: Não há liderança externa.

1: Errado. Da forma como foi reescrito, o trecho apresentou diferença de significado com o original principalmente pela presença do advérbio de intensidade "quase". "Quase possível" não é oposto a "quase impossível", já que o advérbio indica que algo "está próximo de ser". Para que a coerência fosse mantida, seria necessário alterar essa palavra por um advérbio de sentido positivo, por exemplo, "é bem possível um país como o Brasil exercer um papel de liderança regional";
2: Certo. O "a" que introduz a palavra "nações" é a preposição regida pelo substantivo "relação" para seu complemento. Esse complemento, "nações", está no plural e se viesse acompanhado de artigo, este deveria concordar em número e gênero com o substantivo; teríamos a presença de "as" antes de "nações". Caso o artigo estivesse presente, seria feita a contração das duas vogais "a", a preposição pedida por "relação" e o artigo determinante de "nações". Teríamos: "em relação às nações menores". A ausência do artigo no texto original não prejudica o entendimento do texto. É, na verdade, um recurso argumentativo, uma vez que não determina as nações lideradas, tornando o entendimento do leitor sobre elas generalizado, ou seja, não é necessário saber quais são;
3: Certo. A partir da pergunta feita, o entrevistado constrói seu raciocínio do que é o "projeto de grande país" colocando-o como "liderança regional". A expressão "a ideia" é uma retomada desse raciocínio na medida em que compara o país, de grande tamanho e recursos, com nações de menor porte. A sequência dos três termos que se referem acrescentando novas informações é um recurso de coesão do texto e torna-o mais dinâmico e fácil de ler, uma vez que colabora no encadeamento das ideias ao longo da leitura;
4: Certo. Nas primeiras linhas da resposta, o entrevistado contextualiza o leitor no campo temático de que trata, explicando o porquê de o Brasil ser um projeto de grande país, antes de apresentar os riscos que pode correr nessa posição. A retomada do termo "risco(s)" indica que, após esse primeiro momento, o entrevistado irá responder diretamente ao questionamento proposto. O uso da mesma palavra é uma repetição necessária e colabora na coesão das ideias entre pergunta e resposta;
5: Errado. A forma "acabemos" no texto original está correta. Trata-se da conjugação do verbo na primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo. O modo subjuntivo indica que a informação não possui necessariamente referente no mundo real, propondo uma hipótese ou desejo. Podemos ler a informação como: caso venha a se concretizar o projeto de grande país, pode ser que se desvie a atenção dos problemas internos em busca do sonho de grandeza externa. O usa da 1ª pessoa do plural é devido à posição em que o entrevistado se coloca, a de brasileiro e parte do projeto de grande país, e, portanto, também parte das possíveis consequências. No entanto, a conjugação utilizada não é comum e o item se aproveita da sonoridade estranha para propor outra resposta correta;
6: Errado. No último período do texto não há qualquer elemento de coesão que retome trechos anteriores. Portanto, gramaticalmente, a maior probabilidade recai sobre a conexão da oração com o termo mais próximo. Analisando o sentido do trecho, a possibilidade se confirma: a casa é que deve estar arrumada tanto na economia, como no bem-estar da população.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

1 O ser humano nos é revelado em sua complexidade:
ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente
cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela
4 qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos
totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente
culturais. O que há de mais biológico — o sexo, o
7 nascimento, a morte — é, também, o que há de mais
impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais
elementares, como comer e beber, estão estreitamente ligadas
10 a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja,
ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades
mais culturais — falar, cantar, dançar, amar, meditar —
13 põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos, portanto,
o cérebro.
A partir daí, o conceito de homem tem dupla entrada:
16 uma entrada biofísica, uma entrada psicossociocultural; duas
entradas que remetem uma à outra.
À maneira de um ponto de holograma, trazemos, no
19 âmbito de nossa singularidade, não apenas toda a
humanidade, toda a vida, mas também quase todo o cosmo,
incluso seu mistério, que, sem dúvida, jaz no fundo da
22 natureza humana.
Eis, pois, o que uma nova cultura científica pode
oferecer à cultura humanística: a situação do ser humano no
25 mundo, minúscula parte do todo, mas que contém a presença
do todo nessa minúscula parte. Ela o revela,
simultaneamente, em sua participação e em sua estranheza ao
28 mundo. Assim, a iniciação às novas ciências torna-se, ao
mesmo tempo, iniciação à nossa condição humana, por
intermédio dessas ciências.
31 Paradoxalmente, são as ciências humanas que, no
momento atual, oferecem a mais fraca contribuição ao estudo
da condição humana, precisamente porque estão desligadas,
34 fragmentadas e compartimentadas. Essa situação esconde
inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade, e
esconde o próprio ser humano. Tal como a fragmentação das
ciências biológicas anula a noção de vida, a fragmentação
das ciências humanas anula a noção de homem. Assim,
Lévi-Strauss acreditava que o fim das ciências humanas não
40 é revelar o homem, mas dissolvê-lo em estruturas.
Seria preciso conceber uma ciência antropossocial
religada, que concebesse a humanidade em sua unidade
43 antropológica e em suas diversidades individuais e culturais.

Edgar Morin. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 40-1 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base no texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No primeiro parágrafo, é apresentada a tese de que a complexidade do ser humano se evidencia na indissociabilidade dos planos biofísico e cultural.

(2) No primeiro período, considerando-se o paralelismo sintático, "ser", na segunda ocorrência, deve ser interpretado como substantivo.

(3) Nas linhas 3 e 4, as expressões adverbiais "por meio do qual", "pela qual" e "com a qual" denotam circunstância irrelevante para a construção da idéia principal que o autor do texto defende a respeito da complexidade humana.

(4) Nas linhas 3 e 4, na associação de órgãos do corpo humano à atividade que eles desenvolvem, representada por verbo, o emprego da vírgula é fundamental na construção do paralelismo sintático.

(5) As expressões “O que há de mais biológico” (.6) e “ao que há de mais especificamente cultural” (.11) revelam que o autor reconhece duas naturezas distintas no ser humano e a especificidade de cada uma delas.

(6) Se, nas linhas 6 e 7, em vez dos travessões, tivessem sido empregadas vírgulas, estaria correta a flexão do verbo **ser** na 3.ª pessoa do plural (**são**).

(7) Na linha 10, os vocábulos nominais coordenados integram o campo semântico de “cultura” (.8).

(8) Mais do que uma relação dialética entre natureza e cultura, o autor revela visão maniqueísta sustentada em dicotomia extrema, explicitada no trecho “o conceito de homem tem dupla entrada” (.15).

(9) Os vocábulos “biofísica” e “psicossociocultural” (.16), formados por composição, expressam, na morfologia, a proposta de abordagem interdisciplinar no estudo do ser humano apresentada por Edgar Morin.

(10) As acepções do vocábulo “holograma” (.18) são: *filme fotográfico em que se fixa imagem hográfica*; *gráfico que evidencia a presença do todo na parte e da parte no todo*. No texto, vigora a segunda acepção.

(11) A omissão da vírgula empregada após “mistério” (.21) iria alterar a informação expressa, visto que seria introduzido um sentido restritivo.

(12) A referência do pronome “Ela” (.26) é a expressão “uma nova cultura científica” (.23).

(13) Segundo o autor do texto, o conceito de homem tem duas entradas, que, embora remetam uma à outra, devem ser separadas para que as ciências humanas tenham condições de explicitar a noção de homem.

(14) A ciência antropossocial religada é uma área das ciências humanas que, historicamente, concebe o ser humano em uma perspectiva fragmentada, que despreza a complexidade da cultura.

(15) Edgar Morin cita Lévi-Strauss como o precursor da abordagem científica da antropologia social orientada para a diversidade da humanidade.

(16) Segundo o autor do texto, as ciências biológicas têm-se destacado porque não anulam a noção de homem, apesar de diluírem a noção de vida.

1: Certo. A afirmação se prova verdadeira já no início do parágrafo: “O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural.” Trata-se da tese do texto, a ser desenvolvida tanto no primeiro parágrafo (na citação de ações culturais e órgãos do corpo) como no desenvolvimento de toda a argumentação. Um texto argumentativo tende a se iniciar evidenciando qual o assunto tratado e que postura tomar diante dele, exatamente como ocorre aqui;
2: Certo. O paralelismo sintático consiste em relacionar termos em seus significados por aparecerem em um encadeamento de funções sintáticas idênticas ou um encadeamento de orações de valores sintáticos iguais. O termo “ser” aparece na primeira linha acompanhado do artigo “o”, do adjetivo “humano” e funciona como sujeito da oração. Podemos lê-lo na segunda linha da mesma maneira: “um ser que é, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural”. É possível que seja entendido como verbo, uma vez que a ideia de “ser” está implícita pela caracterização que se dá do ser humano e que, numa oração completa, apareceria como citado na interpretação da leitura (um ser que é). No entanto, ao se observar o paralelismo entre a primeira e a segunda oração, deve-se admitir o termo com diretamente correlacionado ao do primeiro período, e, portanto, com a mesma função de sujeito;
3: Errado. As expressões citadas são pronomes relativos associados a preposições, pronomes que introduzem orações subordinadas adjetivas e relacionam as duas partes constituintes da complexidade humana. O termo da oração principal, biológico, aparece substituído pelo pronome como adjunto adverbial de instrumento do verbo da oração subordinada. Ao reescrever as orações separadamente teríamos: (1) “O cérebro, a boca, a mão são órgãos totalmente biológicos (...)” e (2) “Pensamos por meio do cérebro, falamos pela boca, escrevemos com a mão”. A ausência dessas expressões prejudicaria a coerência textual e a ausência completa das orações subordinadas traria dano argumentativo ao texto, uma vez que a relação base da complexidade não seria descrita;
4: Certo. Em todos os casos, a expressão entre vírgulas é uma oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, caracterizam os elementos biológicos, que aparecem na oração principal, como instrumentos da ação cultural. A presença das vírgulas denota que as orações explicam como os elementos do corpo funcionam como instrumentos de ações culturais. Se não houvesse vírgulas, a classificação das orações seria como subordinada adjetiva restritiva e isso transformaria o entendimento delas. Elas são fundamentais, tanto argumentativamente como sintaticamente na construção completa do período;
5: Certo. Desde o início do texto, o autor relaciona as funções biológicas às funções culturais do ser humano como interdependentes e indissociáveis. As expressões deixam clara a argumentação do autor em perceber que, apesar de unidas, são duas partes distintas e que podem ser vistas como tais até o ponto em que não prejudicam a compreensão global da complexidade humana. “o que há de mais” indica que são questões reconhecidamente marcantes em determinado âmbito do entendimento humano, já que o autor as coloca como exemplos máximos de atividades biológicas ou culturais. Essa separação é argumentada posteriormente no texto como necessária, mas exagerada;
6: Errado. A concordância do verbo ser na linha 3 se faz com o seu sujeito sintático, o pronome demonstrativo “o”, no singular. Entre travessões, assim como seria entre vírgulas, temos um aposto que exemplifica o que é que há de mais biológico, no entanto não interfere sintaticamente na relação entre sujeito significativo e predicado;
7: Certo. A sequência de substantivos na linha 10 funciona como complemento nominal do adjetivo “ligadas” e são todos introduzidos pela preposição “a”, que não se repete porque todos os vocábulos cumprem a mesma função sem alteração gramatical. A retomada do campo semântico da cultura, que surgiu na linha 8, fica clara no trecho introduzido pela expressão explicativa “ou seja”, que resume todos os vocábulos em “o que há de mais especificamente cultural”, expressão também ligada ao adjetivo “ligadas” pela mesma preposição e que cumpre a mesma função sintática;
8: Errado. Durante toda a sua argumentação, o autor visa claramente condenar a visão maniqueísta e isolada das duas áreas da complexidade humana. A expressão que finaliza explicação iniciada na linha 15 deixa claro que não é possível tratar essas áreas como inimigas e incompatíveis, uma vez que sempre “remetem uma à outra” e, portanto, devem manter constante diálogo para que façam sentido. Trata-se de uma dupla entrada, mas que interferem diretamente uma na outra, e separá-las como partes distintas faz com que o estudo de ambas seja enfraquecido;
9: Certo. Palavras formadas por composição são aquelas que unem dois ou mais radicais de significados distintos para a criação de um novo termo. Como há mais de um radical, há mais de um campo semântico abordado. No total dos dois termos, temos cinco radicais: “bio”, “física”, “psico”, “sócio” e “cultural”. Juntos, esses radicais denotam a pluralidade com que deve ser tratada a questão. Por estarem compostos em termos complexos, se mostram indissociáveis, inter-relacionados e interdependentes;
10: Certo. A segunda acepção do termo indica que estão relacionados parte e todo e que um é visível no outro. Como segue o texto a partir da linha 19, vemos que o autor defende que no singular é possível enxergar toda a existência, ao mesmo tempo em que todo o mistério da existência reside na singularidade humana. Portanto se enxerga o todo a partir da visão do singular ao mesmo tempo em que se vê que esse todo existe dentro do que é único que participa do todo, como se lê no trecho “a situação do ser humano no mundo, minúscula

parte do todo, mas que contém a presença do todo nessa minúscula parte (linha 24-26);
11: Certo. O trecho após a vírgula, introduzido pelo pronome relativo “que”, é uma oração subordinada adjetiva explicativa. O pronome relativo relaciona o substantivo “mistério”, que está na oração principal, a uma caracterização sua, a oração subordinada. A presença das vírgulas indica que a oração é explicativa, o que significa que todo o mistério do cosmo está incluso na relação com a vida e jaz no fundo da natureza humana. Sem as vírgulas, a oração subordinada seria restritiva e o sentido da oração seria significativamente alterado. Seria dizer que dentre todo o mistério do cosmo, apenas aquele que está incluso na relação com a vida é que jaz no fundo da raça humana;
12: Anulada. O pronome “ela” deveria funcionar como elemento de coesão entre os trechos do texto. No entanto, a quantidade de informações e a estrutura complexa da frase anterior, não permitem deixar claro qual é o referente do pronome no trecho. Não podemos afirmar com certeza sintática se “ela” se refere a “cultura científica”, “cultura humanística” ou até mesmo “a situação do ser humano” ou “presença”, uma vez que são todas expressões femininas e singulares e o conteúdo relacionado nas linhas 27 e 28 é associável a qualquer uma das expressões. Assim, o item só não seria anulado se tratasse da ambiguidade sintática e de sentido presente no trecho;
13: Errado. É justamente a separação entre as duas entradas de conceito de homem que impede que as ciências humanas expliquem a noção de homem. Justamente por estarem fragmentadas é que as ciências humanas não abordam “inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade”, e, portanto, a noção de homem;
14: Errado. É preciso que se observe dois pontos de discordância entre o item e o texto. Primeiramente, a ciência antropossocial é apresentada como uso do verbo conjugado no futuro do pretérito, “seria necessária” e que, por existir em hipótese de futuro, não pode ser concebida como historicamente ativa. Em segundo lugar, a oração subordinada adjetiva que ajuda a definir antropossocial como uma ciência “que concebesse a humanidade em sua unidade antropológica e em suas diversidades individuais e culturais”, é oposta a uma perspectiva fragmentada e que leva em consideração toda a diversidade e complexidade cultural na sua concepção;
15: Errado. Lévi-Strauss é citado por ter reconhecido na fragmentação das ciências humanas a não-possibilidade de revelar o que é homem, mas sim dissolver esse conceito em estruturas pré-determinadas, a saber, as ciências humanas. A proposta do autor vai na linha contrária à do pensador: não dissolver o homem em diversas abordagens independentes, mas integrá-lo em uma ciência multifacetada; 16: Errado. Segundo a argumentação do autor, as ciências biológicas anulam a noção de vida (linha 17), e não simplesmente a diluem, assim como as ciências humanas anulam a noção de homem. O destaque dado às ciências biológicas no processo argumentativo é por poder oferecerem à cultura humanística a situação do ser humano no mundo (linha 23 a 25).

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C, 11C, 12Anulada, 13E, 14E, 15E, 16E

Texto para a próxima questão

1 Nas nove partes de **Tristes Trópicos**, de Claude
Lévi-Strauss, as reflexões sobre os índios brasileiros se
concentram entre a quinta e a oitava partes do livro.
4 Os nambiquaras, grupo que o antropólogo encontrou nos
sertões do Centro-Oeste, embasaram um dos capítulos-chave
do livro “Lição de Escrita”, que narra como o chefe da tribo,
7 mesmo não sabendo escrever, fingiu que o sabia, numa
mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do
seu povo: rabiscou “garatujas” que deveriam parecer
10 negociações comerciais em pé de igualdade com o homem
branco (no caso, o próprio Lévi-Strauss, forçado a entrar no
jogo). O episódio suscita considerações mais gerais sobre o
13 impacto da escrita na história humana, não tanto como
instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação
política.

Caio Liudvik. **O abc de Tristes Trópicos. Folha de S. Paulo**, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) As informações contidas no texto justificam o título do capítulo “Lição de Escrita” da obra **Tristes Trópicos**.

(2) A colocação do pronome após o verbo em “se concentram” (.2-3) desrespeitaria regra da língua padrão.

(3) Não contraria as idéias desenvolvidas no texto a seguinte análise: o gesto do chefe da tribo, se contextualizado historicamente, revela, por um lado, repetição das práticas dos colonizadores e, por outro, a necessidade de demonstração de poder frente à dominação da cultura estrangeira letrada.

(4) O registro de garatujas feito pelo chefe da tribo compõe uma *mise-en-scène* motivada pelas relações comerciais e sociais assimétricas entre índios e brancos.

(5) De acordo com o autor do texto, o estudo de Lévi-Strauss a respeito dos nambiquaras indica a impossibilidade dos indígenas de receberem a escrita como instrumento de saber civilizatório.

(6) O fato de “Lição de Escrita” ser um dos capítulos-chave do livro de Claude Lévi-Strauss atesta a importância das reflexões sobre os índios brasileiros para o conjunto das partes que compõem a obra **Tristes Trópicos**.

(7) Nas linhas 8 e 9, os pronomes “próprio” e “seu” referem-se a “o chefe da tribo” (.6).

(8) A expressão coloquial “em pé de igualdade” (.10) significa o mesmo que **regidas por eqüidade**.

(9) O segmento “forçado a entrar no jogo” (.11-12) indica que, entre o chefe da tribo e o antropólogo, houve acordo prévio para que o ato formal da negociação fosse escrito.

(10) Nas linhas 14 e 15, a preposição “de” antes de “saber”, “poder” e “dominação política” indica que os termos que ela introduz são subordinados ao núcleo nominal “instrumento” (.14). Utiariti, 17 de janeiro de 1938.

1: Certo. O título do capítulo é de fato justificado pelo texto, uma vez que é apresentado um resumo do conteúdo do capítulo de como o chefe da tribo ensinou a Lévi-Strauss o valor da escrita, mesmo sem de fato saber escrever. No entanto, a ausência de vírgulas para isolar o título do capítulo cria certa confusão na interpretação do texto. Sem conhecimento prévio do leitor, não é claro se “Lição de Escrita” é o título dado a um livro inspirado nos estudos dos índios que foram publicados em “Tristes Trópicos” ou um capítulo de “Tristes Trópico nomeado a partir da experiência. Para que não houvesse ambiguidade e o referente claro do título fosse o capítulo, a frase deveria ser: “(...) embasaram um dos capítulos-chave do livro, “Lição de Escrita”, que narra como o chefe da tribo (...)”. A questão deveria ser revista;
2: Errado. A colocação pronominal é a posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo: antes (próclise), depois (ênclise) e no meio (mesóclise) e deve seguir algumas regras específicas de acordo com o contexto gramatical apresentado. Por exemplo, a próclise é obrigatória em caso de palavra atrativa, por exemplo, de valor negativo. A forma “não concentram-se” seria incorreta. Também é regra que não se inicia período com pronome oblíquo átono, portanto, nesses casos é obrigatória a ênclise: “Se concentram” seria incorreto. Quando não há nenhuma regra que obrigue determinada colocação pronominal, é possível que o autor faça a escolha entre próclise e mesóclise a partir de estilo e naturalidade no discurso. Na frase apresentada no item não há qualquer regra que obrigue ou impeça a mudança da colocação do pronome “se” em relação ao verbo “concentra”. Tanto próclise como ênclise são validadas pela norma culta da língua. A reescrita seria: “as reflexões sobre os índios brasileiros concentram-se entre a quinta e a oitava partes do livro”;
3: Certo. A análise proposta no item é corroborada ao final do texto, em que são explicitadas as relações de poder e dominação da escrita ao longo da história humana. Além disso, o chefe teatraliza a escrita para reafirmar seu poder e para se colocar em grau de igualdade de força com o dominador perante seu povo, como visto no trecho: “numa mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do seu povo”;
4: Certo. A simulação de escrita é uma tentativa do chefe da tribo de se igualar ao homem branco. Isso prova que eram desiguais. O branco dominador, com o poder da escrita, se colocava acima do índio também nas relações comerciais, como demonstrado no trecho “(as garatujas) deveriam parecer negociações comerciais em pé de igualdade com o homem branco”;
5: Errado. A abordagem dada pelo antropólogo a relações entre escrita e sociedade não aborda tanto o processo civilizatório, mas sim as relações de poder estabelecidas pelo domínio do conhecimento, como visto em “O episódio suscita considerações mais gerais sobre o impacto da escrita na história humana, não tanto como instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação política”. Se os índios receberiam ou não a escrita e se ela auxiliaria no chamado processo civilizatório não são questões abordadas pelo texto;
6: Certo. Por ser caracterizado como um capítulo-chave de “Tristes Trópicos”, o texto dá a “Lição de Escrita” posição privilegiada dentro da obra do antropólogo. Os índios, personagens do capítulo, são o objeto de estudo e o meio usado por Lévi-Strauss para a formulação de ideias centrais de suas teorias. Há ressalva a ser feita quanto a coerência no texto sobre o entendimento de “Lição de Escrita” como capítulo. Sem o conhecimento prévio, o leitor poderia entendê-lo como outro livro, devido a falhas na pontuação. (ver item 1 da questão);
7: Certo. Os pronomes funcionam como elementos de coesão do texto, retomando a informação anterior “chefe” e relacionando-a a outras informações posteriores. Não há, na construção do texto, qualquer prejuízo ao entendimento do leitor, uma vez que não existe outro possível referente para os pronomes. Tanto “povo” como “prestígio” são posses claras do chefe e os pronomes indicam essa relação;
8: Certo, “em pé de igualdade” é uma expressão do registro coloquial da língua. “Regidas por equidade” carrega o mesmo significado, mas no registro formal. Ambas carregam a mesma mensagem: a simulação era de que nas relações comerciais existia equivalência de forças entre índios e brancos;
9: Errado. O termo “forçado” indica que o antropólogo não teve escolhas quanto ao seu papel na mise-en-scène. Não é dito no texto de que forma ele foi obrigado, mas fica claro que ele não estava de acordo com o posicionamento do chefe;
10: Certo. O substantivo é caracterizado pelas locuções adjetivas compostas de preposição “de” mais verbo no infinitivo. (de saber, de poder e de dominação política). Como seguem a mesma estrutura, não se faz necessário repetir para cada locução o termo caracterizado. A estrutura confere agilidade e dinâmica na leitura mantendo a coesão e coerência das ideias.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8C, 9E, 10C

Texto para a próxima questão

1 Meu caro senhor,
escrevo-lhe de Utiariti, aonde chegamos ontem, de caminhão, depois
4 de uma viagem difícil.(...)
Da viagem, não direi nada. Esta região do Brasil é um
matagal deserto e desesperador, através do qual viajamos por
7 700 km. Em Utiariti, fomos muito bem recebidos pela equipe do
telégrafo, que nos havia preparado um belo rancho à beira-rio,
localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível, junto do
10 acampamento nambiquara. De modo que lhe escrevo entre uns
quinze homens, mulheres e crianças na nudez mais agressiva (pois,
é uma pena, seus corpos não são bonitos), mas de humor
13 extremamente hospitaleiro, por mais que se trate do mesmo grupo
(e provavelmente dos mesmos indivíduos) que massacrou a missão
protestante de Juruema, há cinco anos. Infelizmente, o trabalho
16 promete ser de uma dificuldade extrema: nenhum intérprete à mão,
ignorância total do português e língua de uma fonética que parece
inabordável à primeira vista. Mas faz apenas 24 horas...
19 (...)
Minha mulher e eu enviamos nossos cumprimentos.
Claude Lévi-Strauss.

Folha de S. Paulo, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os seguintes itens a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do trecho acima, que faz parte de carta escrita por Lévi-Strauss a Mário de Andrade.

(1) Depreende-se do trecho destacado da carta que o autor gostou da localização do rancho que habitaria.

(2) Se o texto fosse de uma carta oficial, e não, de uma carta pessoal, os termos "aonde" (.3) e "mulher" (.20), de uso coloquial, deveriam ser substituídos, respectivamente, por **onde** e **esposa**.

(3) Na linha 5, o emprego de **Essa**, em vez de "Esta", atenderia melhor às exigências de coesão textual.

(4) Nessa carta, escrita em 1938, Lévi-Strauss registra impressões sobre os costumes indígenas, marcadas por índices que não se distanciam muito dos contidos nos relatos dos primeiros colonizadores a respeito dos indígenas. Entre esses índices, destacam-se: "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15).

(5) A forma verbal composta "havia preparado" (.8) é equivalente à forma simples **preparara**.

(6) Preserva-se tanto a coerência textual quanto a correção gramatical ao se utilizar **a que** em vez de "à qual" (.9).

(7) Depreende-se do desenvolvimento do texto que o pronome "lhe" utilizado na linha 10 refere-se a "equipe do telégrafo" (.7-8).

(8) O próprio nome da tribo — "nambiquara" (.10) — comprova ser procedente a observação do autor do texto de que essa tribo fala uma "língua de uma fonética que parece inabordável à primeira vista" (.17-18).

(9) A carta do antropólogo Claude Lévi-Strauss é um registro do encontro do homem branco e letrado com a cultura indígena.

(10) Na carta, ao considerar que os corpos nus dos índios da tribo nambiquara "não são bonitos" (.12), o autor emite um juízo de valor regulado por parâmetros análogos aos que embasam a cultura nambiquara.

(11) Se o autor quisesse conferir um tom menos gentil e mais afirmativo ao texto, ele deveria empregar o modo indicativo, **trata**, em lugar do modo subjuntivo, "trate" (.13), substituição que preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(12) Caso fossem suprimidos os sinais de parênteses na linha 14, seria necessária a alteração da flexão de singular em "massacrou" (.14) para plural: **massacraram**.

(13) A expressão "ignorância total do português" (.17) foi utilizada com sentido pejorativo, denotando deficiência linguística.

(14) A frase "Mas faz apenas 24 horas..." (.18) poderia ser corretamente substituída por: **No entanto, só cheguei a 24 horas atrás**.

1: Certo. A informação que comprova o gosto do autor pela localização está na linha 9: "localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível", trecho que pode ser interpretado como um apreço do antropólogo pelo local onde ficaria;

2: Errado. O termo "aonde" indica que houve movimento para se chegar a um lugar, situação contemplada, como lemos no trecho "aonde chegamos ontem, de caminhão". Já o termo "mulher" é aceito como sinônimo de esposa também em situações formais, como consta no dicionário Houaiss: "5 (sXIV) companheira conjugal;

Esposa Ex.: sua m. não poderá acompanhá-lo devido a compromissos profissionais". Seriam situações gramaticais, portanto, aceitas em situações de exigência de norma culta da língua;

3: Errado. O pronome demonstrativo "esta" é usado em situações textuais em que a informação a que se refere ainda será apresentada, ou seja, em que o referente do pronome é posterior a ele. "Esta" se refere a "região do Brasil". O uso do pronome "essa", da segunda pessoa, indicaria que a informação já foi apresentada e causaria danos ao entendimento por não atender corretamente às exigências de coesão textual;

4: Certo. Lévi-Strauss caracteriza o interior do Brasil e os indígenas como carentes de civilização e reforça o choque cultural entre o mundo "selvagem" dos trópicos e o civilizado mundo europeu. Os termos citados no item, "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15), carregam forte denotação negativa. A surpresa sentida pela nudez e a visão de choque pelo espaço ou pelas ações dos índios são bastante semelhantes a trechos das cartas dos primeiros colonizadores portugueses a aportar no Brasil, como a conhecida carta de Pero Vaz, datada da descoberta do Brasil. Nos termos citados, Lévi-Strauss é a figura do colonizador civilizado transposta para o contexto do século XX;

5: Certo. O pretérito mais-que-perfeito, tempo que indica uma ação anterior na linha temporal a outra também no passado, possui duas formas, sendo uma simples e outra em locução verbal. Ambas possuem exatamente o mesmo significado e podem ser permutadas sem prejuízo gramatical ou de sentido. "havia preparado" ou "preparara" são equivalentes. É a escolha do autor, baseada em questões de estilo, que definirá qual será usada;

6: Certo. O pronome relativo "que" é considerado universal e, feitas as devidas adaptações, pode substituir outros pronomes relativos. No trecho "por uma gentileza à qual fui muito sensível", o pronome "a qual" une o termo "gentileza" a uma oração subordinada adjetiva que o qualifica. O pronome relativo cumpre função sintática de complemento nominal do termo "sensível", que exige a preposição "a" para seu complemento. O pronome relativo está na sua forma feminina por substituir um termo feminino, "gentileza", por isso a exigência da crase, união da preposição pedida por "sensível" e da composição do pronome relativo. A substituição de "a qual" por "a que" mantém a regência, o sentido e o referente originais;

7: Errado. O pronome "lhe" refere-se ao interlocutor do autor, ou seja, a quem recebe a carta. Essa interpretação é confirmada pelo verbo a que o pronome serve de objeto, "escrevo", ou seja, lê-se "escrevo para você". A equipe dos telégrafos recebeu o antropólogo e não a carta do antropólogo;

8: Errado. "Nambiquara" é um termo que foi utilizado pelo autor sem qualquer dificuldade. A apropriação do nome da tribo não colabora com a argumentação da língua de fonética inabordável, uma vez que foi escrito. A dificuldade do autor diz respeito ao estranhamento que certos sons no que é dito pelos índios causa aos ouvidos do autor, uma vez que aspectos fonéticos dizem respeito à sonoridade das línguas;

9: Certo. A visão do antropólogo, civilizado e europeu, deixa claro o seu choque ao contato com os a cultura indígena, tanto no que diz respeito à língua como nos costumes da nudez e no medo de possíveis violências. O autor analisa a cultura indígena a partir de critérios pré-estabelecidos da sua cultura letrada;

10: Errado. O autor considera que os corpos nus não são bonitos a partir dos parâmetros culturais de beleza que carrega. Não há qualquer referência ao padrão cultural indígena de beleza ou em como o povo relaciona culturalmente beleza e nudez. Trata-se novamente do julgamento de valores de uma nova cultura a partir de conceitos pré-estabelecidos da cultura branca e letrada europeia;

11: Errado. A conjugação do verbo "tratar" é no tempo presente do subjuntivo, que indica uma hipótese, exigido pela estrutura da expressão "por mais que", uma conjunção que indica uma ideia de concessão. A alteração da conjugação do verbo para o presente do indicativo causaria danos à gramática, por não respeitar a estrutura do subjuntivo exigida

pela conjunção e tornaria o trecho incoerente, já que excluiria a ideia de hipótese necessária para a ideia de concessão;

12: Certo. Como aparece isolada por parênteses, a expressão de caráter explicativo "e provavelmente dos mesmos indivíduos" não interfere na estrutura gramatical da oração "por mais que se trate" e na sua relação com a oração subordinada adjetiva "que massacrou a missão protestante". Nesse caso, o pronome relativo "que" da oração subordinada se refere a "grupo" e exige a concordância do verbo no singular. Ao serem retirados os parênteses, o termo "indivíduos" passa a ser o referente do pronome relativo "que", por proximidade e coerência textual, e exige a concordância do verbo que acompanha o pronome no plural. A reescrita seria: "por mais que se trate do mesmo grupo e provavelmente dos mesmos indivíduos que massacraram a missão protestante de Juruema, há cinco anos.";

13: Errado. A ignorância total do português aparece como um dos elementos que compõem a dificuldade do trabalho. O termo ignorante possui popularmente conotação negativa, mas na carta indica apenas a ausência de conhecimento da língua. Tal interpretação é possível pela frase que antecede e indica que é um problema a falta de um intérprete, que facilmente resolveria o problema;

14: Errado. A substituição não é possível pois a expressão "a 24 atrás" não está de acordo com as exigências da norma culta. Para se indicar período de tempo no passado, é necessário usar o verbo "haver" conjugado na terceira pessoa do singular, "há". É também preciso considerar que o verbo assim conjugado já indicaria que se trata de algo que já aconteceu, assim como o termo "atrás. O uso de ambos seria considerado um excesso linguístico, um pleonasmo. Seria correto dizer, então "No entanto, só cheguei há 24 horas." Ou "No entanto, só cheguei 24 horas atrás".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C, 13E, 14E

Texto para a próxima questão

1 Nenhum povo está mais distante da noção ritualista da
vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio
social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode
4 iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude
polida consistir precisamente em uma espécie de mímica
deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem
7 cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmula.
Além disso, a polidez é, de algum modo, organização e defesa
ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do
10 indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça
de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual
preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.
13 No "homem cordial", a vida em sociedade é, de certo
modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em
viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas
16 as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para
os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social,
periférica, que, no brasileiro — como bom americano —, tende
19 a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasi**l. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Com base nas ideias e nas estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) As ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo estão sustentadas em dois campos semânticos opostos: de um lado, espontaneidade, forma natural, forma viva, cordialidade; De outro, mímica deliberada, fórmula, defesa, polidez.

(2) O texto ressalta a capacidade de emancipação no processo de vida organizada em sociedade do homem brasileiro, identificado como o homem cordial.

(3) Segundo o texto, aquilo que se configura como forma espontânea na polidez é convertido em fórmula pela cordialidade.

(4) A ideia expressa no primeiro período do texto pode ser reescrita, com correção gramatical, do seguinte modo: **Povo algum se distancia tanto da noção ritualista quanto o povo brasileiro**.

(5) No texto, os adjetivos "ordinária" (.2) e "polida" (.5) são antônimos.

(6) A parte inicial do trecho após o travessão, na linha 4, — "e isso (...) consistir" —, poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: **o que explica por que a atitude polida consiste**.

(7) Considerando-se as regras de concordância nominal, na oração "quando necessário" (.10), o adjetivo poderia receber flexão de gênero feminino, mas o sentido original do texto seria afetado.

(8) Como o adjetivo "intatas" (.12) está deslocado, seria correta a concordância com o núcleo nominal mais próximo, podendo ele, assim, assumir a forma de singular.

(9) O emprego das aspas na expressão "homem cordial" (.13) é fundamental para abonar a função de adjunto adverbial de lugar que essa expressão exerce na oração.

(10) Nas linhas 14 e 15, uma estrutura alternativa e correta para se evitar a repetição de palavras com o mesmo sentido seria: **em viver e apoiar-se consigo mesmo**.

(11) Infere-se do texto que a cordialidade, como "um viver nos outros" (.19), é um índice de dependência social.

1: Certo. A mímica se opõe à espontaneidade na medida em que a cordialidade não é natural ao brasileiro, mas decorre da cópia de uma atitude natural do "homem cordial". Coloca-se em oposição o que deveria ser, e o que era originalmente, a cordialidade como forma de vida e a mímica dessa cordialidade na aparência, o que denota que ela não existe;
2: Errado. O texto já começa por dizer que "nenhum povo está mais distante da noção ritualista da vida que o brasileiro", o que se desenvolve em dizer que a cordialidade é uma mímica aparente de uma essência cordial que não possui. Não há, portanto, por não haver noção ritualística da vida, processo de organização da vida em sociedade;
3: Errado. De acordo com o texto, aquilo que é uma forma espontânea de polidez se transforma em fórmula justamente pela ausência da cordialidade como característica natural. A manifestação espontânea de polidez é convertida em mímica e reproduzida na aparência;
4: Certo. O pronome indefinido "algum" muda de sentido de acordo com a sua colocação em relação ao substantivo que qualifica. Se aparece antes indica que existe algo, mas não se sabe definir o que. Se aparece depois, indica que não existe e é sinônimo de "nenhum". A reescrita proposta no item indica exatamente essa possibilidade;
5: Errado. Apesar de admitir acepção de caráter pejorativo, que denota má educação, descortesia ou grosseria, o adjetivo "ordinária" é usado no texto no sentido de conforme ao costume, comum, habitual, e, portanto, não corresponde ao antônimo de polida, que no texto significa de fina educação, cortês, atencioso. (Dicionário Houaiss);
6: Errado. A relação que se estabelece entre o trecho após o travessão e a oração anterior é de que a causa de ela poder iludir na aparência é a "a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial'". Essa relação é devida à forma do verbo "se explica", que está voz passiva sintética, ou seja, significa "isso é explicado pelo fato de". Na reescrita proposta pelo item, a relação seria exatamente oposta, pela utilização do verbo "explica" na voz ativa seguido da conjunção porque, e indicaria que ela poder iludir na aparência é a causa de a atitude polida consistir em uma mímica das manifestações espontâneas do "homem cordial";
7: Certo. Caso estivesse no feminino, a expressão indicaria que aquilo que seria necessário é a polidez. Então, quando se precisar de polidez, ela servirá de resistência. A reescrita sugerida pelo item seria correta, já que existe referente claro para o termo estar no feminino e há coerência nas ideias do trecho. No entanto o sentido original, de que quando a situação exigisse uma peça de resistência a polidez assim o serviria, foi alterado;
8: Certo. O adjetivo "inatas" aparece pré-posto aos substantivos que qualifica, "sensibilidade" e "emoções". A ordem natural seria que ele aparecesse após os substantivos. Quando o adjetivo é deslocado de sua posição natural pode concordar, em gênero e número, apenas com o mais próximo, mas ainda assim manter-se como referente a todos os termos que qualifica;
9: Certo. A expressão "no homem cordial" indica o lugar onde "a vida em sociedade é uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo". No entanto, homem cordial seria uma pessoa e não um lugar, o que tornaria a expressão incoerente no texto. Para que esse sentido figurativo seja aceito, a presença das aspas, que indicam uma leitura não-literal do termo, é fundamental;
10: Errado. O verbo apoiar tem como regência a preposição "sobre" para a circunstância de onde se apoiar, diferentemente do verbo viver que aceita a preposição "com" para indicar circunstância de companhia (a preposição aparece combinada ao pronome na forma "consigo"). Portanto, retirada da expressão "sobre si próprio" em favor de um único referente para os dois verbos, causaria prejuízo na coerência e na gramática textual. O excesso de expressões que indicam individualidade é um recurso de estilo do texto para reforçar a ideia de solidão. Uma possível reescrita, menos enfática na força de solidão, seria "viver consigo e apoiar-se em si";
11: Certo. "Um viver nos outros" é uma expressão que reforça a redução do indivíduo à parcela social e periférica (l.17), e sua dependência do outro, para libertá-lo do pavor da solidão. A maneira de expansão para a vida social é a cordialidade, a ritualística social, como desenvolvido ao longo do texto.

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C, 10E, 11C

Texto para a próxima questão

1 Se observamos o sistema capitalista em seu conjunto,
vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de
excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do
4 desenvolvimento; E, se observamos, em particular, o conjunto
dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no
sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. Essa massa
7 crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se
concentra nos países periféricos constitui por si mesma um
fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a
10 possibilidade de que ocorram, em determinados países, e
mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder
político, sob a pressão dessas massas, com modificações de
13 fundo na orientação geral do processo de desenvolvimento.
Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre
os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova
16 orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito
mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo
e reduzindo o desperdício provocado pela extrema
19 diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos
grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os
recursos não-reprodutíveis muito provavelmente se reduziria.

Celso Furtado. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.86-7.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No conjunto do sistema capitalista, predomina a tendência evolutiva, isto é, o capitalismo se orienta, progressivamente, em um sentido mais igualitário.

(2) Segundo o texto, duas das saídas para a provável redução da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis seriam o favorecimento de formas coletivas de consumo e a redução do desperdício verificado no consumo efetuado por grupos privilegiados.

(3) De acordo com o texto, mesmo sendo crescente a massa de excluídos, a atuação dela é inócua porque está restrita aos países periféricos.

(4) No estabelecimento de novas relações entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, deveria ser considerada a necessidade de elevação da capacidade de consumo das massas excluídas frente à dos grupos privilegiados.

(5) O trecho de "Se observarmos" (.1) "em vinte" (.6) não perde em coesão e em correção gramatical se a correlação entre as formas verbais "Se observarmos... vemos" (.1-2) for substituída por **Se observarmos... veremos**.

(6) Beneficiaria a clareza do trecho nas linhas 3 e 4 a seguinte reescrita: **excluir dos principais benefícios do desenvolvimento nove em cada dez pessoas**.

(7) Considerando-se a construção do período que se inicia após o ponto e vírgula na linha 4, é correta a substituição da conjunção condicional "se" pelas correlatas "caso" ou "desde que".

(8) A retirada de todos os traços de plural dos vocábulos da linha 14 não resulta em incorreção gramatical.

(9) As formas verbais "favorecendo" (.17) e "reduzindo" (.18) correspondem, respectivamente, a **que favoreça** e **que reduza**.

1: Errado. Como demonstra o trecho "vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento", o texto defende a ideia de que o capitalismo evolui para a exclusão de muitos e o privilégio de poucos, ou seja, que evolui para uma cada vez maior desigualdade social;

2: Certo. De acordo com o trecho final do texto, as resoluções em busca de uma situação mais igualitária, ou seja, o favorecimento das formas coletivas de consumo e a redução do desperdício dos padrões de consumo dos privilegiados, teria como consequência natural a redução da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis;

3: Errado. A afirmação do item se prova errada no trecho "Essa massa crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se concentra nos países periféricos constitui por si mesma um fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a possibilidade de que ocorram, em determinados países, e mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder político, sob a pressão dessas massas", ou seja, a massa dos excluídos é capaz de alterar o caminho da evolução do sistema;

4: Certo. Como diz o texto, "a nova orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito mais igualitário", ou seja, deve haver uma tentativa de equilibrar os excessos das classes privilegiadas com as faltas das massas excluídas. Como se lê entre as linhas 11 e 15, essas relações devem ser intermediadas pelo Estado, a partir da pressão política das massas para mudanças políticas, em relação com as empresas;

5: Errado. A primeira oração, introduzida pela conjunção "se", indica uma condição para o que é apresentado na segunda oração. Na gramática dessas orações, estaria correta a alteração do verbo do presente para o futuro, alterando-se apenas sutilmente a ênfase dada às informações observadas. É, no entanto, uma questão de coesão textual o paralelismo sintático entre esse primeiro conjunto de orações e o conjunto "e, se observamos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte", que também deve ser analisado pela proposta do item. Para que a alteração proposta pelo item não trouxesse qualquer prejuízo à coesão proposta pelo paralelismo, o ideal seria que a forma verbal "constatamos" sofresse a mesma alteração e teríamos "e, se observamos... constataremos";

6: Certo. Não há qualquer necessidade de correção gramatical para que se faça a alteração da ordem dos termos. "nove pessoas em dez" e "dos principais benefícios do desenvolvimento" funcionam como objetos do verbo e podem se organizar sem privilégio de ordem sintática. É possível reescrever o trecho para facilitar o entendimento para tornar a expressão "nove pessoas em dez" mais clara, exigência feita pela colocação da expressão após "dos principais benefícios do desenvolvimento". Apesar de exigida pela nova organização da frase, a reescrita da expressão não depende da posição e poderia ser feita sem alteração da ordem.

7: Errado. As conjunções "caso" e "desde que" introduzem uma relação de condição entre as informações, assim como a conjunção "se". No entanto, as conjunções sugeridas exigem a reescrita dos trechos para a adequação gramatical dos verbos de acordo com o que pedem as conjunções. Teríamos: "caso observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte" e "desde que observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte";

8: Certo. Na reescrita proposta, teríamos "Qualquer que seja a nova relação que se constitua entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas (...)", gramaticalmente correta. A alteração, no entanto, torna o trecho menos genérico, o que alteraria a interpretação do texto no que diz respeito a quantidade de alternativas para a nova relação;

9: Certo. As formas verbais "favorecendo" e "reduzindo" são partes constituintes de orações subordinadas adverbiais consecutivas reduzidas em gerúndio e podem ser desenvolvidas com o uso da conjunção "que", que mantém a relação de consequência entre a ação dos governos e a consequências de suas ações, e a forma do verbo conjugada no presente do subjuntivo, de modo a manter a correção gramatical do trecho.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Pensadores e estudiosos da vida brasileira não escamoteiam a relevância formidável da contribuição, na nossa arte, do talento de origem africana, indelevelmente
4 gravado em todas as etapas da evolução histórico-cultural do Brasil. Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que
7 então se formava —, vimos a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante diante do qual negros e mestiços formaram um dos mais preciosos grupos
10 de artistas do continente americano.
São pintores, escultores, arquitetos, ourives, desenhistas e músicos, de tendências diversas, barrocos,
13 clássicos, contemporâneos, abstratos, figurativos, carnavalescos e populares, que testemunham o trabalho riquíssimo da presença negra nas artes do Brasil.

Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O acréscimo de **Alguns** imediatamente antes do termo "Pensadores e estudiosos da vida brasileira" (*l*.1), desde que feito o ajuste na maiúscula em "Pensadores", permitiria a interpretação de que há pesquisadores ou ensaístas que escamoteiam a relevância da contribuição do talento de origem africana na arte brasileira.

(2) O emprego da primeira pessoa do plural em "nossa arte" (*l*.3) e em "vimos" (*l*.7) é um recurso estilístico que confere ao texto impessoalidade, distanciamento crítico, objetividade e exclusão do leitor como adepto do mesmo pensamento.

(3) O emprego da preposição no termo "do talento" (*l*.3) é exigido pela regência da palavra "relevância" (*l*.2).

(4) O sentido da expressão "Não bastasse" (*l*.5) permite a inserção de **ainda** ou de **também**, entre vírgulas, logo após a palavra "vimos" (*l*.7), sem que haja prejuízo para a sintaxe ou para a informatividade do período.

(5) Como se trata de um texto a respeito de artes plásticas, a palavra "tracejar" (*l*.6) está sendo empregada de acordo com jargão técnico, ou seja, no sentido de **prescrever**.

(6) Pelos sentidos do texto, é correto afirmar que "então" (*l*.7) estabelece, no período em que ocorre, uma relação de valor conclusivo.

(7) Pelas relações sintáticas do período, conclui-se que, em "se formava" (*l*.7), o "se" é índice de indeterminação do sujeito.

(8) O último parágrafo do texto complementa, amplia e explica a expressão antecedente: "um dos mais preciosos grupos de artistas do continente americano" (*l*.9-10).

(9) Eliminar a forma verbal "São" (*l*.11), a conjunção "que" (*l*.14) e a vírgula que a antecede, colocando-se a palavra "pintores" com letra inicial maiúscula, provocaria truncamento sintático no período.

1: Certo. Ao se acrescentar o pronome indefinido "alguns" como adjunto adnominal do sujeito, é selecionada dentro do total uma parcela indefinida dos pensadores e estudiosos da vida brasileira que não escamoteiam a relevância da contribuição de origem africana. Se parte não escamoteia, é possível se entender que outra parte o faz;
2: Errado. O uso da primeira pessoa do plural aproxima autor e leitor já que coloca os dois como partes de um mesmo grupo, nós. O autor compartilha da mesma experiência e faz parte do mesmo contexto do leitor. No caso do texto, o pronome possessivo "nossa" e o verbo "vimos" se referem ao povo brasileiro;
3: Errado. A expressão "do talento de origem africana" serve como qualificador ao substantivo "contribuição" que exige a preposição "de" na relação com seu termo regido. O substantivo "relevância" também exige o uso da preposição "de" na sua relação de regência. No entanto o termo que se liga a "relevância" é "da contribuição do talento de origem africana";
4: Certo. A formulação sintática "não bastasse" transmite a ideia de adição de informações: "o barroco primitivo" e "a mão afro-brasileira". As expressões "ainda" e "também", se devidamente pontuadas, transmitem a mesma ideia de adição e não trazem prejuízo à estrutura sintática do trecho, funcionando apenas como termo de ênfase. As reescritas seriam: "Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que então se formava —, vimos, também, a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante" e "Não bastasse o barroco primitivo — suficiente para tracejar as características definidoras da nacionalidade que então se formava —, vimos, ainda, a mão afro-brasileira compor, através dos séculos, um painel impressionante";
5: Errado. O verbo tracejar está empregado na construção da formação da nacionalidade e, portanto, apesar de o contexto ser das artes, o seu uso específico é figurado e significa delinear;
6: Errado. O termo "então" indica o contexto histórico em que o barroco tracejou as características definidoras da nacionalidade. Possui, portanto, valor temporal de passado;
7: Errado. O verbo "formar" é classificado com transitivo direto e pronominal, e admite caráter reflexivo. O pronome "se" que acompanha o verbo funciona como objeto direto e indica que a nacionalidade, que é o sujeito definido, tomava forma;
8: Certo. A enumeração de caracterizações dadas aos artistas colabora na construção do sentido do grupo como precioso pela heterogeneidade dos termos, e pelos campos semânticos que abordam, das profissões e das tendências, que tornam mais completa a visão proposta pela expressão no parágrafo anterior;
9: Errado. A estrutura sintática da proposta da reescrita não traria problemas na correção gramatical da frase, uma vez que a oração simples manteria as estruturas sintáticas básicas e sua coerência, descrevendo

como os artistas servem de testemunho para a presença negra nas artes. Teríamos: "Pintores, escultores, arquitetos, ourives, desenhistas e músicos, de tendências diversas, barrocos, clássicos, contemporâneos, abstratos, figurativos, carnavalescos e populares testemunham o trabalho riquíssimo da presença negra nas artes do Brasil."

Gabarito1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7E, 8C, 9E

Texto para as próximas duas questões

1 No amplo conjunto a que chamamos de cultura
popular, o núcleo pesado é formado pelas culturas
negro-brasileiras, com seus sentidos instauradores, seus
4 campos de força, valores e instituições. São culturas
negro-brasileiras, e não negro-africanas, das quais
descendem, é certo, mas de que se separam nos quinhentos
7 anos de história brasileira. Esse núcleo pesado, ou
hegemônico, caso se prefira, foi quase sempre tratado como
folclore: fixado e diminuído. Folclorizar é, pois, uma
10 maneira de não ver. (...)
A invisibilidade do negro é um suporte, ou
corolário, da ideologia da democracia racial, maneira pela
13 qual as desigualdades raciais se refletem, invertidas, no plano
das idéias. Por se refletirem invertidas, o direito como
esquerdo e vice-versa, é que constituem uma atroz ironia.
16 Na vida real, nunca houve, nem há, no Brasil, igualdade de
oportunidades entre os estoques raciais — o fato é
evidentíssimo. A desigualdade racial brasileira é apenas
19 uma forma peculiar, e essencial, da desigualdade social —
e é precisamente esse fato que aparece invertido, como
democracia racial, no plano das idéias.
22 Uma nação se redefine sem cessar. Na atual
redefinição do Brasil, a matriz africana e a tradição
negro-brasileira tendem a se tornar visíveis — na arte, na
no mundo: em suma, no corpo e na alma.

Joel Rufino dos Santos. **Prefácio**. *In:* Emanoel Araújo (org.).
A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) O primeiro período permaneceria sintaticamente correto e coerente caso se substituísse "a que chamamos" (*l.*1) por qualquer uma das seguintes expressões: **chamado; a que se tem chamado; a que se chama; que é chamado.**

(2) Pelas informações do texto, é correto inferir que, na expressão "núcleo pesado" (*l.*2), o adjetivo confere à ideia caráter negativo, pejorativo.

(3) No trecho "das quais descendem" (*l.*5-6), a regência do verbo **descender** justifica a presença da preposição em "das".

(4) As informações do texto e sua direção argumentativa defendem a ideia de que considerar a cultura negra como "folclore" é focalizar essa cultura com base em tratamento negativo e equivocado, procedimento que está sendo modificado pelas tendências contemporâneas.

1: Certo. A oração "a que chamamos de cultura popular (...)" funciona como caracterizadora do termo "conjunto", restringindo seu sentido e funcionando como adjunto adnominal do termo, e, portanto, é classificada como uma oração subordinada adjetiva restritiva. Qualquer opção que mantenha essa relação e o significado proposto por ela é válida. Ao fazermos a substituição "No amplo conjunto chamado de cultura popular (...)", a oração é reduzida à forma nominal do particípio do verbo (temos, então, uma oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de particípio), que funciona como adjetivo e mantém o sentido proposto. A substituição "No amplo conjunto a que se tem chamado de cultura popular (...)" altera o sujeito do verbo, da generalizante 1ª pessoa do plural, passa a um verbo com sujeito indeterminado. Em ambos os casos o foco está no que é chamado e está mantido o sentido amplo e não-específico de quem chama. Além disso, o tempo verbal é alterado de um presente simples para uma locução que indica atualidade à ação e, portanto, mantém a ideia original. Na substituição "No amplo conjunto a que se chama de cultura popular (...)", assim como na anterior, a principal mudança está no foco do sujeito, que passa a indeterminado e, portanto, mantém a generalização do original. Na proposta "No amplo conjunto que é chamado de cultura popular (...)" há alteração na voz verbal, da ativa para a passiva. Essa alteração suprime o uso da preposição na intermediação entre as orações, no entanto, não há prejuízo à coesão ou coerência textual. A mudança de voz verbal indica também a mudança do foco principal da mensagem. Como nos casos de sujeito indeterminado ou genérico, a proposta faz que a ação e seu objeto sejam prioritários em relação a quem a pratica. Em nenhum caso houve incoerência textual ou mudança de significado do original; 2: Errado. Núcleo pesado indica que se trata de algo central para a discussão. Em paralelo com a química, podemos definir o núcleo pesado como aquele que carrega a maior parte da massa do composto e que possui em si grande carga energética. No texto, o termo foi usado em seu sentido conotativo, mas conhecer o significado original resulta em entendimento de sua apropriação para outra área. Mesmo para

aqueles que não reconhecem as origens do termo, o contexto deixa claro o aspecto positivo que se dá à importância das culturas negro-brasileiras na formação da subjetividade popular, pela qualificação que segue o uso do termo: "sentidos instauradores, campo de forma, valores e instituições" são termos de valor positivo e são repassados para o termo original;
3: Certo. O trecho citado no item funciona como oração subordinada adjetiva do termo "culturas negro-africanas". A relação entre o termo e a oração é estabelecida pelo pronome relativo "que", que substitui o termo da oração principal na oração subordinada e cumpre função sintática nela. Podemos reescrever o trecho desencadeando as orações da seguinte forma: "São culturas negro-brasileiras que descendem de culturas negro-africanas". Na reescrita, assim como no original, o verbo descender rege a preposição "de" para o seu objeto indireto. O termo que completa o sentido do verbo deve, portanto, vir introduzido pela preposição. No texto, essa função é cumprida pelo pronome relativo, que substitui o termo significativo, presente na oração principal, "culturas negro-africanas". A compreensão da gramática da oração subordinada é um recurso essencial na interpretação da coesão dos termos da oração e no encadeamento de ideias pela retomada de referentes;
4: Certo. A argumentação citada no item, de que folclorizar é negativo, se comprova no trecho "(...) foi quase sempre tratado como folclore: fixado e diminuído. Folclorizar é, pois, uma maneira de não ver". Tratar a cultura como folclore é torná-la invisível. Já a segunda parte da argumentação interpretada pelo item, que afirma haver mudanças na maneira de se pensar, se comprova pelo final do texto: "Uma nação se redefine sem cessar. Na atual redefinição do Brasil, a matriz africana e a tradição negro-brasileira tendem a se tornar visíveis". É importante notar que o autor afirma que existe a tendência de mudança, e não que ela já é concreta.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Pelos sentidos do texto, a invisibilidade do negro tanto pode ser o fundamento como a natural consequência do pensamento de que não há desigualdade racial, ou seja, de que existe democracia racial.

(2) O emprego reiterado, em situação de proximidade, do mesmo verbo em tempos diferentes na expressão "nunca houve, nem há" (*l*.16) confere ênfase à ideia apresentada.

(3) Se as vírgulas que isolam a expressão "e essencial" (*l*.19) forem eliminadas, prejudica-se a correção gramatical do período.

(4) Ao se substituir o sinal de dois-pontos após "mundo" (*l*.26) por vírgula, o período permanece gramaticalmente correto.

(5) O último parágrafo do texto reforça a ideia de que as expressões "cultura negro-africana" e "cultura negro-brasileira" podem ser usadas indistintamente como sinônimas, uma vez que essa cultura está se tornando visível.

1: Certo. A interpretação do item se fundamenta no trecho "A invisibilidade do negro é um suporte, ou corolário, da ideologia da democracia racial". É necessário analisar o vocabulário escolhido pelo autor e seu paralelo no item, os termos correlatos se sustentam: "suporte" equivale a "fundamento", "corolário" a "natural consequência" e "pensamento de que não há" a "ideologia";
2: Certo. A ideia de ênfase se dá pelo reforço da continuidade de algo. Não é apenas no passado que existia e também não apenas no presente. O mesmo verbo conjugado nos dois tempos em proximidade indica que não houve alteração de status na situação e, por isso, reforça a ideia de imobilidade na passagem do tempo. Ainda há na expressão dois advérbios negativos que intensificam a ideia de imobilidade;
3: Errado. A vírgula é usada no trecho como recurso de ênfase. A expressão isolada recebe destaque do restante da caracterização. A retirada das vírgulas manteria a correção gramatical do período e a mensagem transmitida seria a mesma, no entanto, a importância dada à informação seria diminuída, o que causaria prejuízo na força argumentativa do trecho;
4: Certo. A expressão que se segue aos dois pontos, "em suma", significa resumidamente e é uma expressão que introduz explicação. Normalmente, essas expressões aparecem isoladas por vírgulas. Os dois-pontos reforçam a ideia de explicação, mas não alteram o significado tanto da expressão como da informação que ela introduz;
5: Errado. O último parágrafo do texto apresenta as duas ideias distintamente: a cultura negro-africana como aquela que dá origem a uma outra cultura, a negro-brasileira, que já traz em si os aspectos culturais da passagem do tempo no Brasil. Ao serem colocadas caracterizadas separadamente como "matriz" e "tradição" percebem-se notadamente distintas, apesar de relacionadas. Ainda temos a informação de que ambas tendem a ser reconhecidas, como a que deu origem e aquela de que fazemos parte.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

Texto para a próxima questão

1 Tão vigorosa foi a contribuição negra que, tal como
constatou Pierre Verger, os antigos escravos que retornaram
à África levaram para a terra onde nasceram os
4 conhecimentos e a criatividade que tinham desenvolvido no
Brasil. Aqui trabalhavam como arquitetos, construtores e
pintores. Era o primeiro contingente cultural que o Brasil
7 perdia, mas que transplantou para a Nigéria e para o Daomé
importantes aspectos da nossa ainda incipiente cultura. Foi
negra a primeira comunidade brasileira construída além de
10 nossas fronteiras.

Emanoel Araújo (org.). **Introdução e proposição.** *In*: **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Considerando as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) Na linha 1, o emprego de "tal" está associado ao emprego do antecedente "Tão", uma vez que esses termos constituem os dois componentes de uma locução que estabelece paralelismo sintático.

(2) A ausência de vírgulas isolando a oração "que retornaram à África" (*l*.2-3) é procedimento sintático que indica a natureza restritiva de tal segmento.

(3) Infere-se das informações do texto que os escravos, quando retornavam à África, preferiam, para difundir os novos conhecimentos, residir em região que não fosse aquela de onde provinham originalmente.

(4) Exemplo de que a língua portuguesa admite para o mesmo contexto uma forma linguística com grafia diferente, mas com o mesmo valor e função, é a palavra "incipiente" (*l*.8), que poderia, sem alteração do sentido do texto, ser substituída por **insipiente.**

1: Errado, "tal" funciona como conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial conformativa, ou seja, traz uma informação que comprova que a informação anterior está de acordo com algo proposto ou feito anteriormente, no caso a teoria de Pierre Verger, e poderia ser substituída por conjunções como "segundo", "de acordo com" ou "conforme". O termo "tão" se relaciona diretamente ao "que" (l.1) e à informação por ele introduzida. É estabelecida entre os dois termos uma relação de consequência: devido à contribuição é que seus reflexos aparecem em outras culturas;

2: Certo. A oração subordinada adjetiva restritiva "que retornaram à África" indica que dentre todos os antigos escravos, apenas um grupo retornou à África, e foi esse grupo que levou seus conhecimentos e criatividades. Se a oração aparecesse isolada por vírgulas, passaria a ser uma oração subordinada adjetiva explicativa e daria a entender que todos os antigos escravos retornaram à África;

3: Errado. Lê-se no texto "levaram para a terra onde nasceram", ou seja, define-se como região para onde retornavam exatamente aquela que tinham deixado, a sua terra de origem;

4: Errado. Os termos "incipiente" e "insipiente" possuem significados distintos. O primeiro significa iniciante, que nasce. O segundo significa ignorante, sem razão. A grafia das palavras carrega a origem de seus significados, uma vez que são reflexo dos radicais latinos que têm como base. São raríssimos os casos em que o português admite dupla grafia para termos e, em geral, trata-se de adaptações da fonética para a escrita (por exemplo, hidrelétrica e hidroelétrica). A grafia cuidadosa das palavras garante ao texto coerência.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Texto para as próximas duas questões

1 De onde poderia vir, senão da África, a força
expressionista contida na obra de Aleijadinho? A sua
escultura reducionista, geométrica, talhada com energia
4 angulosa, à maneira dos escultores nigerianos, pode ser
resultante da influência dos três escravos que trabalhavam
com ele, mas, mesmo assim, o inconsciente que dominava
7 aquele processo de criação era o do próprio Aleijadinho.
E as mulatices dos anjos e santos do Mestre Valentim, o
brutalismo ou gigantismo aparente de suas talhas, de onde
10 surgiram essas características? Isso reafirma de certo modo
a teoria do crítico George Nelson Preston sobre o
neo-africanismo — a real evolução da arte africana pelos
13 artistas negros das diásporas.

Idem, ibidem.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) A respeito do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A interrogação inicial do texto, que inclui em si a sua própria resposta, tem como uma das possibilidades de estrutura afirmativa correspondente a seguinte redação: A força expressionista contida na obra de Aleijadinho não poderia vir de outro lugar senão da África.

(2) Infere-se das informações do texto que o trabalho de Aleijadinho era compartilhado com escravos que estavam a seu serviço, os quais podem ter exercido alguma influência no resultado final das obras.

(3) Pelos sentidos textuais, no segmento "era o do próprio Aleijadinho" (*l*.7), subentende-se a palavra **inconsciente** logo após "o".

(4) O pronome "Isso" (*l*.10) é um recurso coesivo que retoma a ideia de que tanto Aleijadinho como Mestre Valentim apresentam características provenientes da matriz estética africana.

1: Certo. A pergunta que inicia o texto é uma retórica, ou seja, não espera resposta, apenas visa enfatizar que não existe outra possibilidade senão aquela proposta pela própria pergunta. A reescrita da afirmativa carrega a mesma ideia da pergunta sem qualquer prejuízo, uma vez que não era esperada uma resposta que completasse seu sentido;

2: Certo. O trecho que corrobora a informação apresentada no item é "A sua angulosa, à maneira dos escultores nigerianos, pode ser resultante da influência dos três escravos que trabalhavam com ele". Isso significa que é possível que em partes do trabalho do escultor estejam presentes elementos artísticos trazidos por seus assistentes de culturas africanas. Nota-se que o trabalho era compartilhado entre Aleijadinho e os escravos pelo uso da preposição "com", os escravos trabalhavam junto com o escultor;

3: Certo. Lê-se na frase "o inconsciente que dominava aquele processo de criação era o do próprio Aleijadinho." O pronome demonstrativo "o" que segue o verbo "era, retoma uma informação anterior, "inconsciente" e evita a repetição de termos, tornando o texto ágil e coeso. É possível, então, subentender que o termo está presente no significado da frase, mesmo que não apareça escrito;

4: Certo. O pronome demonstrativo "isso" retoma as informações anteriormente citadas de maneira genérica, isto é, sem delimitar o que é que comprova, abrangendo, portanto, toda a informação prévia. As características das obras dos dois artistas, bem como seus elementos e procedimentos, servem como prova para a teoria da influência de culturas africanas em contextos artísticos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Julgue os trechos que se seguem quanto à correção gramatical e ao respeito às exigências da redação de textos oficiais.

(1) Compete a Coordenação de Divulgação disseminar informações sobre a política externa brasileira no exterior e no Brasil; Divulgar, no exterior, aspectos da atualidade brasileira, em especial, no que se refere a direitos humanos, meio ambiente, processo democrático, avanço social, estabilidade econômica; E variedade étnica, climática e física.

(2) A Divisão de Operações de Difusão Cultural executa, planeja e analisa as atividades de difusão cultural em coordenação, à partir de banco de dados sobre projetos, produtos e promotores culturais. Além disso, organiza e coordena Comissões Mistas Culturais de caráter bilateral e multicultural.

(3) A Divisão de Temas Educacionais atua em três diferentes vertentes da cooperação educacional: a primeira, relativa à cooperação prestada, para a formação e treinamento de estrangeiros no Brasil; a segunda, referente à cooperação recebida, para a formação e treinamento de brasileiros no exterior; E, a terceira, no acompanhamento e tratamento de temas educacionais na agenda internacional, nos níveis bilateral e multilateral.

(4) A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa está encarregada de orientar, coordenar e executar a política cultural externa do Brasil, sob a vertente da difusão da língua portuguesa e da literatura e cultura brasileiras por intermédio das atividades dos Centros de Estudos Brasileiros, de cursos brasileiros em universidades estrangeiras, das Casas do Brasil e de instituições afins no exterior.

Itens adaptados da Internet: <http://www.dc.mre.gov.br>.

1: Errado. O verbo “competir” no trecho significa “ser da obrigação”, “ser da alçada” e exige a preposição “a” para seus complementos, sendo classificado como verbo transitivo indireto. A regência do verbo não foi respeitada. “Coordenação de divulgação” é uma expressão feminina singular vem antecedida de artigo feminino “a”. Para que a regência fosse respeitada, seria necessária a crase, indiciando o encontro entre “a” preposição exigida pelo verbo e “a” artigo que acompanha o objeto. Ainda causa estranhamento na leitura do trecho o uso de ponto e vírgula antes da expressão “e variedade étnica, climática e física”, já que essa pontuação foi usada para separar o que compete à Coordenação de Divulgação e o termo isolado é complemento de “aspectos da atualidade brasileira” que tem seus múltiplos complementos separados por apenas vírgulas;
2: Errado. A expressão “a partir de” é uma locução conjuntiva fixa e não admite crase em nenhuma hipótese, já que a palavra “partir” segue a preposição “a”, necessária na construção do sentido da expressão, e não admite artigo feminino como introdutor, o que impede a união de duas vogais “a” para a formação da crase;
3: Certo. Há duas possibilidades de confusão no trecho. A primeira é a concordância entre sujeito e verbo na primeira oração. O verbo “atuar” aparece no singular, pois concorda com o núcleo do sujeito “divisão”, palavra no singular. O adjunto adnominal “Temas Educacionais” pode trazer dúvidas quanto à concordância, por ser fundamental no sentido a ser transmitido. Uma segunda questão que merece atenção é a regência dos adjetivos “relativa” e “referente”. Ambos exigem a preposição “a” para a introdução de seus complementos nominais. Nos dois casos, o complemento vem acompanhado de vogal feminina singular “a”. As situações são, portanto, adequadas ao uso da crase;
4: Certo. A confusão que pode surgir no item diz respeito à concordância do adjetivo “brasileiras”. Ele está no plural porque qualifica múltiplos substantivos: literatura e cultura. Para evitar a repetição do termo e ainda assim indicá-lo como caracterizador das duas palavras, aparece ao fim da enumeração e concordando com todos os termos que dela participam.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

1 Qualquer brasileiro razoavelmente bem informado,
mesmo que não tenha lido artigos ou livros de história da
arte, é capaz de citar de memória um destes artistas, se
4 indagado sobre a arte dos tempos coloniais: o Aleijadinho e
Mestre Valentim. Na Bahia, a resposta seria provavelmente
Francisco das Chagas, o Cabra. O que teriam esses artistas
7 em comum? Como justificar a sobrevivência persistente
desses nomes na memória coletiva, em meio ao geral
esquecimento que envolve os de tantos outros artistas da
10 época, igualmente importantes?
Não justificam essa notoriedade apenas a excelência
da obra produzida e sua significação para a história da arte
13 no Brasil, conhecida apenas por especialistas. Há algo com
raízes mais profundas na psicologia do povo brasileiro, que
arriscaríamos chamar de uma espécie de sentido de
16 identidade nacional com esses artistas, todos eles, mulatos.

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 55 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Com relação às ideias e estruturas do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) Na linha 1, o advérbio "razoavelmente" modifica "bem", indicando com que intensidade o adjetivo "informado" deve ser compreendido.

(2) O conectivo "mesmo que" (*l*.2) liga orações e estabelece entre elas uma relação semântica que poderia ser expressa pelo conectivo **desde que**.

(3) O deslocamento da oração "se indagado sobre a arte nos tempos coloniais" (*l*.3-4) para antes da oração principal do mesmo período preserva a correção gramatical do texto, desde que feitos os ajustes necessários nas maiúsculas e na pontuação.

(4) A inserção do sinal de dois-pontos logo depois de "provavelmente" (*l*.5) provocaria incoerência textual e desrespeitaria as regras de pontuação.

(5) Subentende-se do texto que Aleijadinho é mais conhecido na Bahia como Francisco das Chagas, o Cabra.

(6) O texto sugere, na resposta às duas perguntas que finalizam o primeiro parágrafo, que os artistas mencionados produziram obras de excelente qualidade artística.

(7) Depreende-se do texto que, na psicologia da identidade brasileira, o fato de o artista ser mulato é condição necessária para que ele tenha reconhecida a sua criatividade artística.

1: Certo. O advérbio "bem" intensifica o adjetivo "informado". "razoavelmente" funciona como advérbio de intensidade e modifica o advérbio "bem". A supressão de "razoavelmente" alteraria a intensidade com que entendemos a informação do adjetivo "informado". Alguém "bem informado" possui muito mais informação do que alguém "razoavelmente bem informado";
2: Errado. O conectivo "mesmo que" introduz uma oração subordinada adverbial concessiva e indica não há interferência do fato da oração subordinada na informação expressa na oração principal. Como demonstra o trecho, não é preciso que se leiam artigos ou livros de história da arte par citar de memória Aleijadinho ou Mestre Valentim. O conectivo "mesmo que" pode ser substituído sem prejuízo à gramática ou ao entendimento por "ainda que" ou "embora", por exemplo. O conectivo "desde que" introduziria a ideia de condição e mudaria o sentido da mensagem, dizendo que seria absolutamente necessário ter se lido artigos ou livros de história da arte para se conhecer os mestres da pintura medieval citados;
3: Certo. Se a ideia da oração principal está mantida e o conectivo que une a oração subordinada a ela mantém a relação de sentido necessária, é possível que a ordem das orações seja alterada sem qualquer prejuízo de sentido. Ao realizar a alteração que sugere o item, teríamos: "Se indagado sobre a arte dos tempos coloniais, qualquer brasileiro razoavelmente bem informado, mesmo que não tenha lido artigos ou livros de história da arte, é capaz de citar de memória um destes artistas". As únicas alterações necessárias foram no uso da vírgula ao fim do trecho transposto para o início a mudança da maiúscula para aquela que inicia o período;
4: Errado. Os dois-pontos funcionariam apenas como um recurso expressivo de ênfase. A ideia de complemento para o verbo é mantida pela informação que se segue, coerente ao discurso e à estrutura gramatical do trecho;
5: Errado. A frase "Na Bahia, a resposta seria provavelmente Francisco das Chagas, o Cabra" mostra que há uma particularidade cultural na Bahia, em que seria lembrado um artista famoso regionalmente, mas que mantém os requisitos apresentados pelo texto para a memória popular, assim como Aleijadinho;
6: Certo. A informação dada no item é comprovada na construção "não justificam essa notoriedade apenas a excelência da obra produzida", que qualifica a arte como excelente, mas afirma que não é só essa a razão para serem lembrados;
7: Errado. É possível inferir da leitura do texto que esses artistas são lembrados pela população em geral por haver identificação entre eles e a identidade cultural do brasileiro, talvez, por serem mulatos. Não está em questão o reconhecimento artístico, mas sim a identificação cultual. Como o texto diz anteriormente, o valor artístico é reconhecido apenas por especialistas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

Texto para a próxima questão

1 A partir das últimas décadas do século XVIII,
quando a pintura mineira, principalmente caracterizada pelos
forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista, evolui
4 para o estilo rococó, com sua típica decoração em
concheados e trama arquitetônica vazada, já os artistas
mulatos, filhos de portugueses e escravas, sobrepujavam em
7 número os brancos, filhos de casais legítimos de portugueses
ou recentemente emigrados.

Olinto Rodrigues dos Santos Filho. **Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro.** *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica.** São Paulo: Tenenge, 1988, p. 101 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O fragmento é constituído por um só período sintático; por isso, seus sentidos são ambíguos e pouco claros, o que inviabilizaria a utilização dele em correspondência oficial.

(2) Alteram-se as relações de sentido, mas preserva-se a coerência textual, ao se substituir "A partir das" (*l*.1) por **Nas**; mas, nesse caso, torna-se obrigatória a retirada do advérbio "já" (*l*.5), para que seja também preservada a correção gramatical.

(3) As vírgulas logo depois de "XVIII" (*l*.1) e de "mineira" (*l*.2) demarcam um aposto de valor temporal, por isso nenhuma delas deve ser retirada para que o texto se mantenha gramaticalmente correto.

(4) O emprego da preposição em "sobrepujavam em número os brancos" (*l*.6-7) obedece às regras de regência da norma padrão para o verbo **sobrepujar**; por isso, seria incorreta do ponto de vista da regência a seguinte estrutura: sobrepujava o número de brancos.

(5) Depreende-se do fragmento que o estilo rococó foi o primeiro estilo arquitetônico utilizado nas igrejas de Minas, caracteriza-se por pinturas em perspectiva ilusionista e apresenta decoração em forma de concha e trama arquitetônica vazada.

1: Errado. Apesar de ser constituído por apenas um período, o texto possui encadeamento coerente. Os elementos de coesão funcionam de forma a evitar ambiguidade e é possível encontrar referentes claros do início ao fim do período. O que inviabiliza a utilização de determinada construção em documentos oficiais é a falta de adequação à norma culta, e não há restrições ao tamanho ou complexidade de textos;
2: Errado. Ao se substituir o conectivo temporal "a partir de" por "em", há sutil alteração de sentido. O primeiro indica que há o início de algo, já o segundo apenas localiza temporalmente o fato narrado. Não há qualquer prejuízo gramatical na alteração proposta. No entanto, a presença do advérbio temporal "já" confere outra relação de atualidade temporal ao momento em que ocorre o fato do texto e não é dependente sintaticamente da expressão temporal que inicia o texto, podendo ser mantido sem qualquer prejuízo de sentido ou gramatical. O termo "já" pode causar confusão no entendimento do leitor por estar deslocado da ordem que costumaria aparecer: "os artistas mulatos, filhos de portugueses e escravas, já sobrepujavam (...)";
3: Errado. A vírgula presente na linha 1 isola o adjunto adverbial de tempo "a partir das últimas décadas do século XVIII", que aparece deslocado da sua posição natural, ao fim do período, e portanto deve vir isolado por vírgula. Já a vírgula da linha 2 isola o aposto "principalmente caracterizada pelos forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista", que se refere ao termo pintura mineira e deve vir isolado por vírgulas. Tais vírgulas não podem ser retiradas, mas não funcionam juntas demarcando aposto, cada uma cumpre a sua função acima descrita. A oração iniciada na segunda linha, inclusive, continua após o aposto de "pintura mineira: "quando a pintura mineira evolui para o estilo rococó";
4: Errado. O verbo sobrepujar, no sentido de ultrapassar, vencer ou levar vantagem, como é usado no texto, é transitivo direto e não pede o intermédio de uma preposição para seu objeto. No texto, recebe como objeto a expressão "os brancos". "Em número" é um qualificador do verbo e funciona como adjunto adverbial de modo. Na construção proposta pelo item, "sobrepujava o número de brancos", o objeto direto do verbo passa a ser "o número de brancos". Ambas as construções estão corretas sintaticamente e seguem as regras de regência. Também não há alteração significativa de sentido;
5: Errado. De acordo com o texto, o estilo rococó, caracterizado pela decoração em forma de conchas e trama arquitetônica vazada, substitui um outro que já existia na pintura mineira e que tinha como característica os forros de igrejas pintados em perspectiva ilusionista.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Texto para a próxima questão

1 A ourivesaria foi o ofício que concentrou, durante o
período colonial, o maior número de oficiais de origem negra.
Os balangandãs que as crioulas da Bahia usavam nos
4 dias festivos, de procissão, são as peças mais características da
joalheria de escravas, além das pulseiras de "copo". Essas
pencas de objetos, lembranças de amor, pagamento de
7 promessas, figas, cruzes, ferraduras e outras "sortes"; frutas,
animais, pandeiros, paus de angola, cilindros ocos, os mais
variados símbolos, mesclando culto católico com cultos
10 africanos, indicam a presença do artífice negro na oficina do
ourives.

Jaelson Bitran Trindade. **Arte colonial: corporação e escravidão**. *In*. Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 129 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Quanto às ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Alteram-se as relações semânticas do texto ao se substituir "concentrou" (*l*.1) por **se concentrou** e "o maior número" (*l*.2) por **no maior número**.

(2) A argumentação do texto permite inferir que a palavra "oficiais" (*l*.2) está sendo tomada como sinônimo textual de "artífice" (*l*.10).

(3) Na linha 4, a expressão "de procissão" funciona como uma restrição a "dias festivos", indicando que nem todos os dias festivos eram de procissão.

(4) A supressão do trecho "lembranças (...) africanos" (*l*.6-10) e das vírgulas que o isolam preserva a correção gramatical do texto, respeitando as regras de concordância verbal.

(5) O valor semântico do gerúndio "mesclando" (*l*.9) permite sua substituição por **que mesclam**, sem prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos do texto.

(6) A substituição da preposição "com" (*l*.9) por **e** provoca erro gramatical, por desrespeitar as regras de regência verbal da norma padrão.

1: Certo. Lê-se na substituição proposta: "A ourivesaria foi o ofício que se concentrou, durante o período colonial, no maior número de oficiais de origem negra." O sentido é alterado substancialmente do original que coloca os negros como grandes participantes da prática da ourivesaria para dizer inversamente que a maior parte dos oficiais de origem negra possuíam como prática a ourivesaria;
2: Certo. Lê-se na definição do dicionário Houaiss para o termo "artífice": " obreiro ou oficial que executa sua arte consoante as encomendas que recebe", são, portanto termo correlatos e podem ser admitidos como sinônimos no texto. De acordo com o contexto, podemos chegar a essa conclusão ao observar que a ourivesaria é tratada como "ofício" e, portanto, aquele que nela trabalha como "oficial". A produção de objetos artísticos, como balangandãs, permite o paralelo com o termo "artífice";
3: Errado. por vir indicada entre vírgulas, a expressão "de procissão" deve ser entendida como explicativa do antecessor "dias festivos". A interpretação é que todos os dias festivos são aqueles de procissão. Caso não houvesse vírgulas, o sentido seria restritivo, indicando que apenas nos dias festivos, dentre todos os outros, é que as crioulas usavam os balangandãs;
4: Certo. O trecho isolado por vírgulas que vai de "lembranças"(l.6) a "africanos"(l.10) funciona como aposto do termo "pencas de objetos", exemplificando quais e de que tipo eram. As vírgulas dentro desse trecho servem como recurso de enumeração de termos pertencentes à mesma

função textual, a saber, os exemplos do aposto. A sua supressão faz com que o texto perca em estilo e profundidade, no entanto, gramaticalmente, se retirado por completo, incluindo sua pontuação, não há qualquer prejuízo gramatical ao texto, uma vez que o verbo "indicam" concorda com o seu sujeito "pencas";

5: Certo. A forma nominal "mesclando" indica uma oração subordinada adjetiva reduzida que pode ser desenvolvida na sua forma complexa, com pronome relativo "que" e verbo conjugado no tempo presente "mesclam" sem qualquer prejuízo gramatical ou de sentido. Teríamos: "os mais variados símbolos, que mesclam culto católico com cultos africanos". Trata-se de uma escolha de estilo do autor do texto, que confere dinâmica à escrita;

6: Errado. O verbo mesclar possui mais de uma possibilidade de construção de regência, admitindo tanto a construção com objeto direto (culto católico) e indireto pela preposição "com" (com cultos africanos), como também com dois objetos diretos interligados por "e" (culto católico e cultos africanos), como propõe o item. Como ambas possibilidades são aceitas pela norma culta, não haveria prejuízo gramatical ou de sentido em fazer a substituição sugerida.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

1 Quando, no carnaval de 1888, surgiu, nas ruas do Rio
de Janeiro, a Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Cucumbis,
instalava-se, a partir dali, um jeito novo, uma contribuição
4 renovadora, um dado revolucionário nos festejos que até então
não tinham incorporado a população negra. Os Cucumbis,
variante dos Congos, tinham um toque de fantasia e imaginação
7 porque os negros que deles participavam vestiam trajes de
indisfarçável origem tribal. (...)
O artista negro, o artesão negro, vincou a sua marca
10 nos instrumentos, nas fantasias e nas alegorias. Ontem, nos
cordões e nos ranchos, hoje, nos blocos e nas escolas de samba.
Pela mão negra os ingredientes adquirem formato e textura
13 novas, herança secular de uma raça que, nas suas várias etnias,
manteve o ponto comum do uso social da criação artística.
Da máscara ao instrumento musical.

Haroldo Costa. **O Barracão e o carnavalesco.** *In*: Emanoel Araújo (Org.). **A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988, p. 349 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Depreende-se do texto que "Cucumbis" (*l*.2) também pode ser entendido como outro nome dado ao conjunto da população negra nos festejos carnavalescos.

(2) As expressões "a partir dali" (*l*.3) e "até então" (*l*.4) remetem, espacial e temporalmente, à mesma situação: o surgimento da Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Cucumbis.

(3) As expressões "um jeito novo" (*l*.3), "uma contribuição renovadora" (*l*.3-4) e "um dado revolucionário" (*l*.4) constituem uma enumeração de características que reforça a idéia de mudança.

(4) Na linha 9, o emprego do singular em "vincou" indica que as expressões "artista negro" e "artesão negro" devem ser entendidas como sinônimas.

(5) Provoca-se erro gramatical e prejudica-se a coerência textual, ao se substituir "Pela mão negra" (*l*.12) pela expressão no plural **Por mãos negras.**

(6) Apesar de a expressão "herança secular" (*l*.13) estar empregada no singular, textualmente ela retoma "ingredientes" (*l*.12).

(7) Para manter a mesma significação, mas evitar que a última frase do texto seja uma oração sem sujeito e desrespeite as regras gramaticais, deve-se retirar o ponto final logo depois de "artística" (*l*.14), unir as orações e ajustar as maiúsculas.

1: Errado. Não podemos entender "Cucumbis" como a totalidade da população negra no carnaval. Trata-se de uma parcela, mas que trouxe mudança significativa na forma de festejar. O trecho "porque os negros que deles participavam vestiam trajes de indisfarçável origem tribal." deixa claro se tratar de uma parcela, já que a oração adjetiva que acompanha o termo "negros" é uma restritiva, ou seja, dentro da totalidade dos negros, uma parcela participava dos Cucumbis;

2: Certo. As expressões "a partir dali" e "até então" delimitam temporalmente as informações que acompanham e remetem diretamente ao carnaval de 1888, situação em que surgiram os Cucumbis. É importante notar que, apesar do seu aspecto espacial, a expressão "a partir dali" contextualiza a contribuição renovadora, e auxilia na ideia de novidade, já que indica que algo se inicia, em um espaço no tempo, o surgimento da Sociedade. A expressão "até então", introduz a situação que é finalizada pelo surgimento dos Cucumbis, a saber, a falta da incorporação da população negra;

3: Certo. A enumeração com três expressões que crescem progressivamente em força argumentativa, se inicia com "novo", se passa para "renovadora" e se chega a "revolucionário", é um recurso do texto para reforçar a ideia de que algo mudou, e muito. O recurso da enumeração associada ao da gradação torna o texto mais apelativo ao leitor;

4: Certo. A expressão "artesão negro" aprece entre vírgulas e pode ser entendida como aposto do sujeito "artista negro". Essa interpretação é corroborada pela concordância do verbo no singular, o que indica que há apenas um núcleo no sujeito, "artista", e que os outros termos antecedentes ao verbo se referem a esse termo. A ideia implícita pelas vírgulas é a de explicação de quem é o artista: "O artista negro, ou seja, o artesão negro, vincou sua marca nos instrumentos";

5: Errado. A expressão no singular e acompanhada do artigo "a", "pela mão negra" indica uma generalização de quem é o instrumento da renovação, exatamente a mesma ideia transmitida pela expressão no plural e sem artigo "por mãos negras". Em ambos os casos não se sabe exatamente quais são as mãos, mas entende-se que são muitas;

6: Errado. A expressão "herança secular" está no singular por expressar um resumo de todas as informações anteriores, explicitadas também no termo "marca" (l.9). É a retomada semântica da ideia original do texto,

de que é essa característica que trouxe transformação. Em paráfrase: "trata-se da herança secular de uma raça que (...)";
7: Errado. A última frase do texto está separada por ponto da anterior como uma forma de ênfase na informação. Não é uma oração sem sujeito, já que não há verbo ou estrutura sintática que indique oração. Trata-se de uma expressão que se liga a oração anterior, funcionando como adjunto adverbial de lugar (onde se manteve o ponto comum do uso social da criação artística). Para uma reescrita correta, mas sem o recurso enfático da pontuação, seria possível unir os trechos: "manteve o ponto comum do uso social da criação artística da máscara ao instrumento musical."

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E, 7E

Texto para a próxima questão

1 O mundo do percussionista pernambucano Naná
Vasconcelos é feito de sons e ritmos. Faz do corpo fonte
inesgotável de batuques. Seus instrumentos têm todas as
4 formas e tamanhos: gongo, chocalho, tamanco, folha
de flandres, tambor, garrafa, caxixi, ganzá, sininho.
E berimbau, o Pai Grande:
7 "Eu não toco o berimbau. É ele quem me toca".
Tirou das rodas de capoeira o instrumento dos
escravos e introduziu nas orquestras sinfônicas. Em 1966,
10 foi para o Rio de Janeiro como baterista do frevista
Capiba. Correu mundo. Misturou berimbau com ciranda
e maracatu em festivais de jazz.

Almanaque Brasil, agosto/2002 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Quanto às estruturas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Uma paráfrase possível para transformar os dois primeiros períodos sintáticos do texto em apenas um, mantendo-se as mesmas relações semânticas, seria: Sons e ritmos fazem do corpo do percussionista pernambucano Naná Vasconcelos um mundo inesgotável de batuques.

(2) O sinal de dois-pontos logo após "tamanhos" (*l.*4) anuncia uma enumeração que esclarece a variedade de formas e tamanhos explicitada antes.

(3) A substituição do pronome 'quem' (*l.*7) pelo pronome **que** preservaria a correção gramatical do texto, mas deixaria de reforçar a ideia de personificação do berimbau, o de ser o instrumento a exercer a função do músico e inverter a relação.

(4) A expressão "o instrumento dos escravos" (*l.*8-9) retoma 'berimbau' (*l.*7) e acrescenta-lhe uma informação histórica para estabelecer a coesão textual.

(5) A inserção do pronome **o** imediatamente antes de "introduziu" (*l.*9) preserva a correção gramatical e a coerência textual.

1: Errado. A paráfrase, como sugere o item, criaria nova relação entre as informações do texto e não apenas interpretaria com outras palavras a mensagem original. Lê-se no original que o mundo do artista é composto de sons e ritmos e que os batuques são produto de seu corpo. Na paráfrase lê-se que os sons e ritmos não compõem o mundo, mas servem de recurso para que seu corpo componha o mundo de batuques. Uma reescrita possível seria intercalar a segunda oração à primeira com base no seu elemento comum: "O mundo do percussionista pernambucano Naná Vasconcelos, que faz do corpo fonte inesgotável de batuques, é feito de sons e ritmos.";
2: Certo. O sinal de dois-pontos é usado para intermediar a relação entre um termo e uma explicação sobre ele. No caso, estabelece relação de explicação entre as formas e tamanhos, anunciando exemplos de instrumentos de diversas formas e tamanhos;
3: Certo. O pronome relativo "quem" é usado nas orações subordinadas adjetivas para relacionar uma pessoa a uma ação. Normalmente, pode ser substituído pelo pronome "que", universal, sem prejuízo de sentido ou gramatical. O instrumento berimbau sofreu no texto um processo de personificação, ou seja, é um objeto inanimado que passa a praticar ações típicas de ser humano, no caso, tocar. A ação do instrumento já torna esse processo claro, no entanto, o uso do pronome "quem" reforça a ideia de ver o berimbau como alguém que pratica a ação;
4: Certo. A substituição de um termo por uma expressão correlata é um recurso típico da coesão textual, usado para evitar a repetição e relacionar informações no texto. Além disso, a escolha da expressão sinônima já pode trazer para o texto uma nova informação, tornando-o mais dinâmico e agradável à leitura e aprofundando semanticamente o texto;
5: Certo. O pronome oblíquo "o" cumpriria função de coesão textual, retomando o termo "berimbau" para a nova informação do texto. Seu acréscimo não traria qualquer prejuízo ao texto original. No entanto, não é necessário usá-lo, uma vez que a construção do texto torna clara a referência da frase pela ideia de adição entre "Tirou das rodas de capoeira o instrumento dos escravos", oração que já apresenta elemento de coesão (instrumento dos escravos), e "introduziu nas orquestras sinfônicas".

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

1 Poucas coisas mudaram no mundo nos últimos 100
mil anos. Naquela época, os primeiros seres humanos
modernos surgiram na África e começaram a se espalhar
4 por outros continentes. Eles eram praticamente idênticos
aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o
planeta. De lá para cá, os únicos retoques que a nossa
7 espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes
ambientes — mudanças exteriores para lidar melhor com
lugares frios, secos ou com ventos mais fortes. O lado
10 triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as
diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à
primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos.
8 Milhões foram escravizados, mortos ou discriminados por
causa da aparência física.

Rafael Kenski. **Vencendo na raça**. *In*: **Superinteressante**, abr./2003, p. 42 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Infere-se do texto I que

(1) a adaptação ao meio ambiente foi uma das causas das poucas coisas que mudaram no mundo nos últimos 100 mil anos.

(2) avaliar pessoas pela aparência física é desconhecer as verdadeiras e profundas mudanças que aconteceram nos seres humanos ao longo do tempo.

(3) escravização, morte e discriminação por causa da aparência física são decorrências nefastas das mudanças exteriores que ocorreram nos seres humanos ao se espalharem pelo planeta.

(4) algumas raças são superiores às outras apenas por pequenas alterações decorrentes da adaptação ao meio ambiente.

(5) adaptações ao clima e ao espaço geográfico devem provocar mutações genéticas que favorecem — ou desfavorecem — o desenvolvimento de habilidades socialmente prestigiadas e levar a especificações na classificação da raça humana.

1: Certo. A interpretação pode ser considerada correta a partir da leitura atenta do trecho "De lá para cá, os únicos retoques que a nossa espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes ambientes". Analisada em contexto, a expressão "de lá para cá" significa exatamente "nos últimos 100mil anos" e "retoques" dá a ideia de pequenas mudanças, que não alteram o essencial;

2: Errado. Como diz o texto, os primeiros seres humanos modernos eram praticamente idênticos aos de hoje, ou seja, não houve mudanças profundas no que é ser humano. As pequenas diferenças dizem respeito a adaptações ambientais, como se lê no trecho "Eles eram praticamente idênticos aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o planeta. De lá para cá, os únicos retoques que a nossa espécie sofreu foram pequenas adaptações aos diferentes ambientes";

3: Certo. O texto coloca como consequência negativa da capacidade de adaptação ambiental dos seres humanos o uso das diferenças físicas como superioridade ou inferioridade: "O lado triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos.";

4: Errado. O texto analisa as diferenças físicas como mudanças apenas exteriores que decorrem da adaptação ao ambiente. A superioridade ou inferioridade pela aparência seria um "mau uso" , que não possui fundamento científico, das diferenças ao longo da história como justificativa para dominação;

5: Errado. As mudanças são exteriores às adaptações ambientais. Como diz o texto, pouco mudou em 100 mil anos da história do homem moderno, os primeiros eram praticamente idênticos aos atuais. A apropriação dessas adaptações como prestígio ou modo de classificação em superior ou inferior é indevida.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas no texto I.

(1) As expressões "Naquela época" (*l*.2) e "lá" (*l*.6) referem-se ao mesmo período temporal, que se distancia 100 mil anos do período referido por "cá" (*l*.6) e "hoje" (*l*.5).

(2) Em "aos" (*l*.5), o emprego da preposição a é exigência do adjetivo "idênticos" (*l*.4) e o artigo é exigência do substantivo "pessoas" (*l*.5).

(3) Se a expressão "diferentes ambientes" (*l*.7-8) fosse empregada com sentido indeterminado, deveria ser precedida apenas pela preposição a.

(4) Mantêm-se a correção gramatical e a coerência textual se o trecho "avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos" (*l*.11-12) for assim empregado na voz passiva: **que pessoas sejam avaliadas à primeira vista e atribuídas qualidades e defeitos.**

(5) De acordo com o desenvolvimento das ideias no texto, provoca-se incoerência ao substituir "escravizados, mortos ou discriminados" (*l*.13) por seus correspondentes femininos.

1: Certo. As expressões "naquela época" e "lá" indicam distanciamento da situação atual e, no texto, correspondem ao período do surgimento do homem moderno, ou seja, há 100 mil anos. Já as expressões "cá" e "hoje" indicam proximidade da situação atual, a da fala do autor, ou seja, a atualidade;

2: Errado. O adjetivo "idênticos" exige complemento nominal intermediado pela preposição "a". No texto, o complemento do termo é "aos mais de 6 bilhões de pessoas que habitam hoje o planeta". "os" funciona, em conjunto com a expressão "mais de", no trecho como determinante do número 6 bilhões, que é o núcleo sintático do complemento nominal. A palavra "pessoas", que é feminina e não poderia exigir um artigo masculino, também qualifica o núcleo 6 bilhões;

3: Certo. O artigo que acompanha a expressão funciona como determinante dela, ou seja, não são quaisquer diferentes ambientes. O artigo definido delimita o sentido da expressão, enquanto a ausência dele em favor da construção com apenas a preposição torna a interpretação mais aberta a possibilidades;

4: Errado. A voz passiva é formada a partir do verbo transitivo direto e do objeto direto na voz ativa. Para a transposição para a voz passiva analítica, como sugerido no item, o objeto direto é transformado em sujeito paciente, o verbo passa para a voz passiva (verbo auxiliar "ser" + particípio do verbo principal) e o sujeito, se houver, passa a ser o agente da passiva. Os outros termos sintáticos que compõem a oração permanecem nas suas funções originais. O verbo atribuir possui dois objetos: um direto, defeitos e qualidades, e um indireto, lhes, pronome que carrega em si a ideia de preposição e no trecho significa "às pessoas". É impossível, por ser objeto indireto, que o termo "as pessoas" funcione como sujeito paciente do verbo atribuir na voz passiva, devendo permanecer como era na voz ativa. A transposição correta seria: "que pessoas sejam avaliadas e lhes sejam atribuídas qualidades e defeitos";

5: Errado. É possível substituir os termos por seus femininos pois eles qualificam um termo feminino, "pessoas". Na frase não está evidente o referente "pessoas" e, portanto, a concordância é feita com o determinante no sujeito "milhões". No entanto, é possível inferir que são "milhões de pessoas" e a concordância seria feita com a ideia de acordo com a coesão do trecho com o resto do texto.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E, 5E

1 Píndaro nos preveniu de que o futuro é muralha espessa,
além da qual não podemos vislumbrar um só segundo. O poeta
tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus
4 contemporâneos nas competições dos estádios quanto
compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da
vida. Dele é a constatação de que o homem é apenas o sonho de
7 uma sombra. Apesar de tudo, ele se consolará no mesmo poema:
e como a vida é bela!
O século XX, que para alguns foi curto, para outros foi
10 dilatado em seu sofrimento. Foi o século da mais renhida luta
entre a opressão totalitária e a dignidade dos seres humanos. É
provável que nele não tenha havido um só dia sem algum
13 confronto bélico. Mas, em que século os seres humanos
conheceram a paz?
Todos os tempos são opressivos, mas o nosso tempo é o
16 mais pesado de todos, e não só porque nele nos toca viver.
A tecnologia nunca serviu tanto à tortura, ao vilipêndio e à morte
quanto serve hoje. Não há mais liberdade em nenhum lugar do
19 mundo: os satélites nos ouvem e nos seguem pelas câmeras de
televisão, pelo telefone celular, pelo uso do cartão de crédito,
pelo desenho de nossos olhos. Podemos morrer, ao atender a uma
22 chamada telefônica, e grilhões explosíveis por controle remoto
impedem aos prisioneiros um direito sempre reconhecido, o de
buscar a própria liberdade.

Mauro **Santayana**. Sonhos e sombras. In: Correio **Braziliense**. "Opinião", 1.º/1/2003 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Com relação ao emprego das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

(1) Pelo emprego dos pronomes na primeira pessoa do plural — "nos" (*l.*1, 16 e 19), "nosso" (*l.*15) e "nossos" (*l.*21) — e da forma verbal "Podemos" (*l.*21), o autor procura compartilhar as ideias com o leitor, inserindo-o no texto.

(2) As expressões "O poeta" (*l.*2), "Dele" (*l.*6) e "ele" (*l.*7) constituem uma cadeia anafórica relativa a um mesmo referente: "Píndaro" (*l.*1).

(3) A inserção de vírgula imediatamente após "estádios" (*l.*4) torna o período gramaticalmente errado.

(4) Ao se substituir "quanto" (*l.*4) por **como**, o período torna-se incoerente.

(5) Em "de que o homem" (*l.*6), a preposição sublinhada é exigida pelas regras de regência do substantivo "constatação" (*l.*6).

(6) Embora o efeito de sentido seja diferente, no lugar do futuro do presente em "consolará" (*l.*7), estaria gramaticalmente correto e textualmente coerente o emprego do futuro do pretérito **consolaria** ou do pretérito perfeito **consolou**.

(7) Na linha 14, subentende-se da interrogação a ideia de que, em determinados séculos, os seres humanos conheceram a paz.

(8) Considerando-se a enumeração dos itens, o sinal indicativo de crase em "à morte" (*l.*17) pode ser dispensado sem outras alterações no período e o efeito será uma generalização de sentidos.

(9) Na linha 19, se o sinal de dois-pontos fosse substituído por ponto final e o artigo subsequente estivesse em letra maiúscula, o texto permaneceria coerente e gramaticalmente correto.

(10) Imediatamente após a palavra "reconhecido" (*l.*23), a vírgula poderia ser substituída por sinal de dois-pontos sem prejuízo para a correção gramatical do período.

1: Certo. Ao usar a primeira pessoa do plural, o autor procura aproximar-se do leitor por se inserir no mesmo contexto sociocultural que ele. Ao mesmo tempo, por referência a esse contexto, traz o leitor para dentro do texto, propondo que ele se coloque nas situações vividas por estar presente no contexto. "Nosso" tempo é ao mesmo do autor e do leitor, assim como os olhos e as ações compartilhadas por todos "nós";

2: Certo. A presença de sinônimos como poeta" e dos pronomes "ele" são recursos de coesão que retomam o elemento "Píndaro" e o relacionam a novas informações, colaborando para a coerência e dinâmica do texto, evitando repetições. Pela concordância, no masculino singular, e

pelo contexto em que se inserem, não restam confusões com relação ao termo a que as expressões do item se referem;
3: Errado. As orações "tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios" e "quanto compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida" possuem entre si, relação de adição, ou seja, acrescentam informações uma a outra e poderiam ser escritas : "admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios e compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida". Essa relação de adição, como está no texto original, entre duas orações pode ou não vir intermediada por vírgulas, dependendo do autor e de suas escolhas estilísticas, usar ou não a vírgula que estaria absolutamente correta, assim como está o texto original, sem vírgulas;
4: Errado. O conectivo "como" estabelece em conjunto com o conectivo "tanto" no início do texto relação de adição entre os dois períodos, mantendo a coerência textual e a correção gramatical. Teríamos o resultado: "tanto admirava a força, a agilidade e a coragem de seus contemporâneos nas competições dos estádios como compreendia a fragilidade dos seres humanos no curto instante da vida";
5: Certo. A oração "de que o homem é apenas o sonho de uma sombra" funciona como complemento nominal do substantivo "constatação". A relação entre o substantivo e seu complemento é intermediada pela preposição "de", exigida pela regência do substantivo;
6: Certo. O verbo "consolar" está no futuro no texto original para indicar uma progressão temporal dentro do texto citado: após a constatação, no mesmo texto, ele se consola. Por se tratar de uma referência a um texto escrito, é possível que a marcação temporal se altere sem prejuízo gramatical ou ao entendimento. Seriam reescritas possíveis: "apesar de tudo, ele se consolaria no mesmo poema", que indicaria uma leitura da citação na progressão temporal pretérito e futuro: após ter feito a constatação, ele se consolaria, e "apesar de tudo, ele se consolou no mesmo poema", que indicaria uma leitura da citação com progressão toda no pretérito;
7: Errado. O contexto para a interrogação é a descrição do século XX como um século de violência. A introdução da questão com o conectivo adversativo indica a possibilidade de uma visão oposta, a de, talvez, outro século sem violência. No entanto, a estrutura da pergunta não permite inferir que existiu um século de paz. Apesar de se tratar de uma questão reflexiva para reforço argumentativo, a resposta à questão poderia ser "nunca", sem qualquer prejuízo de coerência;
8: Errado. Os termos "tortura", "vilipêndio" e "morte" funcionam como objetos indiretos do verbo servir e indicam a quem a tecnologia serve e, como tais, vêm introduzidos pela preposição "a", exigida pelo verbo. Por serem palavras femininas e acompanhadas de artigo feminino singular, "tortura" e "morte" aparecem introduzidas por crase, que indica a união do "a" preposição e do "a" artigo. Por serem termos sintáticos que são regidos por preposição, a ausência dela em qualquer um deles poderia trazer problemas de coesão ao texto, não deixando claro qual o seu referente;
9: Certo. Os dois-pontos introduzem exemplos de como a liberdade não existe mais. Trata-se de uma pontuação de ênfase para a relação entre as partes do texto. Sem a pontuação enfática para indicar a relação, ainda assim o texto seguiria sua sequência lógica e a ideia de exemplificação continuaria presente pela progressão textual;
10: Certo. Os dois-pontos trariam ênfase ao sentido da expressão que no original aparece após a vírgula como uma complementação do termo "direito". Esse recurso não traria prejuízo textual ou alteração na gramática do texto justamente por ser apenas uma pontuação enfática. A relação entre direito e sua explicação está clara devido ao intermédio do pronome demonstrativo "o", que funciona como elemento de coesão entre as informações.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10C

1 As colonizações nas Américas produziram
encontros desiguais, fundamentalmente experiências
históricas, envolvendo trocas culturais, dominação,
4 conflitos, protestos e confrontos, que inventaram novas
europas e áfricas. Do século XV ao século XIX, navios
de várias procedências cruzaram mares. Levavam e
7 traziam mercadorias, produtos e também ideias e
experiências. Em um processo histórico de longa
duração, os mundos do trabalho encontraram-se por
10 meio de um movimento transatlântico, envolvendo povos
e etnias, e produziram identidades das mais diversas. Nas
Américas, nesse processo, o trabalho compulsório
13 constituiu um fato social — sequer questionado no início
— para o desdobramento da colonização e a produção de
riquezas.

Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). **História da cidadania**, p. 462 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem, a respeito das ideias e das expressões presentes no texto acima.

(1) A preferência pela expressão no plural "As colonizações" (*l.*1) enfatiza as diferenças entre as várias formas de colonização.

(2) Se a forma verbal "cruzaram" (*l.*6) fosse substituída pela forma no pretérito imperfeito — **cruzavam** —, o período apresentaria problemas de coerência, porque os sentidos seriam alterados.

(3) A expressão "encontraram-se" (*l.*9) e especialmente o uso do pronome "se" como indicador de reflexividade reforçam a ideia de que "os mundos do trabalho" (*l.*9) a que o texto faz referência eram diversos e distantes uns dos outros.

(4) Caso o trecho entre vírgulas "envolvendo povos e etnias" (*l.*10-11) fosse colocado imediatamente após a palavra "duração" (*l.*9), a informação e as relações de sentido do texto permaneceriam inalteradas.

(5) A expressão "produziram identidades" (*l.*11) refere-se a "povos e etnias" (*l.*10-11).

1: Certo. A expressão no plural torna o seu significado menos genérico, ou seja, é possível se caracterizar diversos tipos de colonização. Se fosse usado o termo no singular, a interpretação seria do processo de colonização nas Américas como um todo, de maneira geral;
2: Errado. Não haveria problemas de coerência ou de correção gra-

matical na alteração pois o pretérito imperfeito transmite a ideia de uma ação contínua e duradoura no passado, o que é corroborado pelo advérbio de tempo "do século XV ao século XIX", que, mesmo antes da alteração, transmite a ideia de um longo período de duração para a ação da oração. A alteração, no entanto, no estilo do texto, torna a oração alterada como parte de um contexto a ser explicado (algo aconteceu em meio a essa navegação) e não como a ação principal desse contexto (o que se fazia de era a navegação);
3: Certo. O uso do pronome "se" reflexivo junto ao verbo "encontrar" cria a ideia de reciprocidade entre os elementos que compõem o sujeito, "os mundos". Significa que os mundos do trabalho encontravam uns aos outros, do que podemos inferir que eram distantes e desconhecidos. O processo descrito como transatlântico reforça a ideia de distante e complexo;
4: Errado. A oração "envolvendo processos e etnias" funciona como oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio e explica o termo "movimento transatlântico". Caso a oração fosse deslocada, assumiria um novo referente, "processo", o que alteraria significativamente a interpretação do trecho, apesar de não causar problemas na correção gramatical;
5: Errado. O sujeito do verbo "produziram" está oculto. Para encontrar o sujeito significativo do verbo, é necessário analisar a relação entre as orações "os mundos do trabalho encontraram-se por meio de um movimento transatlântico" e "produziram identidades das mais diversas", intermediada pelo conectivo "e", que indica adição. Por essa estrutura, de paralelismo sintático podemos identificar como sujeito significativo do verbo "produziram" o mesmo do verbo "encontraram-se", ou seja, "os mundos do trabalho" .

Gabarito" 1C, 2E, 3C, 4E, 5E"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue se os fragmentos de texto nos itens abaixo respeitam as normas da língua na modalidade escrita formal.

(1) A experiência de luta e organização dos trabalhadores no Brasil está marcada tão-somente pela formalização jurídica decretada pela Abolição.

(2) Com o fim da escravidão — como um sistema social amparado por leis —, o processo de lutas e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparece.

(3) A caracterização e a reprodução das desigualdades ganham outras dimensões. O escravo vira negro. Como? Não mais havendo a distinção jurídica entre os trabalhadores, a marca étnica — e histórica da população negra é reinventada como fato social.

(4) A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumentaria tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente.

(5) A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houveram mesmo políticas públicas, no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização, e repressão nas áreas urbanas.

Itens adaptados de Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). História da cidadania, p. 463 (com adaptações).

1: Certo. O trecho está absolutamente adequado à gramática da norma culta. A confusão na interpretação pode decorrer da concordância do verbo "está", isso pela presença do trecho "luta e organização" que poderia indicar sujeito composto. No entanto ambos os termos são adjuntos adnominais e se referem a "experiência", o núcleo do sujeito simples com que concorda o verbo;
2: Errado. O verbo "desaparecer" deveria aparecer conjugado no plural, já que seu sujeito possui dois núcleos significativos "processo" e "desigualdades", ambos não desapareceram. A confusão na concordância é decorrente da distância entre sujeito e verbo, já que estão separados por uma oração intercalada. Seria reescrita correta: "Com o fim da escravidão — como um sistema social amparado por leis —, o processo de lutas e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparecem";
3: Errado. A expressão "e histórica" deveria vir isolada por travessões, já que funciona como expressão explicativa, ou deveria se alterar a concordância de "marca", no caso de ausência de pontuação, já que no caso "histórica" funcionaria como caracterizador do termo "marca", que passaria a ser de dois tipos: étnica e histórica. Seriam reescritas corretas: "a marca étnica — e histórica – da população negra é reinventada como fato social" e "as marcas étnica e histórica da população negra é reinventada como fato social.";
4: Errado. O problema do trecho está na dupla de verbos "reproduz e aumentaria". Como ambos possuem o mesmo sujeito, "sociedade brasileira" e o mesmo contexto, deveriam seguir o mesmo padrão de conjugação para tornar o texto coerente. São possíveis duas reescritas. A primeira alteraria apenas o verbo "aumentaria" para o presente "aumenta", transmitindo a ideia de atualidade dos fatos. Teríamos: "A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumenta tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente." Outra possível leitura dependeria também de uma alteração na pontuação, isolando o adjunto adverbial de tempo "a partir de 1888", que adequaria o sentido transmitido pela conjugação no futuro do pretérito, que passaria a ser usado pelos dois. Teríamos: "A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais, a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduziria e aumentaria tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente.";
5: Errado. O verbo "haver", quando significa existir, é impessoal e conjugado sempre na 3ª pessoa do singular, portanto, não deve ser usado no plural. A reescrita correta seria: "A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houve mesmo políticas públicas, no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização, e repressão nas áreas urbanas".

Gabarito1C, 2E, 3E, 4E, 5E

1 Com a emergência da burguesia, o conceito de cidadão
passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade
de direitos. A noção de cidadania se construiu com a definição
4 político-jurídica do sujeito, até então um "sujeito-religioso"
subordinado ao dogma cristão.
A transição do feudalismo para o capitalismo trouxe
7 mudanças fundamentais nas relações entre os indivíduos, sendo
que o fim dos laços de dependência pessoal que existiam entre o
vassalo e o senhor feudal permitiu a definição político-jurídica do
10 sujeito com a exigência da igualdade de direitos.
Esse novo sujeito, o "sujeito-de-direito", não mais
subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e
13 deveres iguais, o sujeito das sociedades de Estado-capitalista,
sujeito que emerge com a burguesia, é o cidadão. Esse
sujeito-de-direito é um sujeito que nega o "sujeito-religioso",
16 16 nega seus laços de dependência pessoal.

Suzy Lagazzi. **Guerra dos Mascates: a constituição do cidadão brasileiro no século XVIII**. In: Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. **Língua e cidadania: o português no Brasil,** p. 31 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Das seguintes características de cidadão, duas estão em desacordo com as ideias do texto: (a) é sujeito que surge com a emergência da burguesia; (b) é regido pela igualdade de direitos e deveres; (c) subverte o dogma cristão; (d) rompe laços de dependência pessoal com o senhor feudal; (e) define-se como sujeito político-jurídico.

(2) A preposição "Com" (*l.*1) introduz no texto uma noção temporal.

(3) As idéias do texto excluem a possibilidade de se interpretar como indicador de reflexividade o pronome "se", na expressão "se construiu" (*l.*3).

(4) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se iniciar o segundo parágrafo da seguinte forma: **Com a transição**.

(5) Pelo significado textual, a forma verbal "existiam" (*l.*8) admite a substituição por **haviam**.

(6) Mantêm-se o valor adjetivo da oração e a coerência textual ao se substituir o aposto "não mais subordinado ao dogma cristão" (*l.*11-12) pela oração subordinada **que não é mais subordinado ao dogma cristão**.

1: Errado. Todas as características são corretas, como provam os trechos: (a) sujeito que emerge com a burguesia (l.14); (b) o conceito de cidadão passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade de direitos. (l.1-3); (c) não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e deveres iguais (l.11-13); (d) nega seus laços de dependência pessoal (l.16); (e)A noção de cidadania se construiu com a definição político-jurídica do sujeito(l.3-4);
2: Certo. A emergência da burguesia inaugura um novo momento na história. A preposição "com" indica esse sentido à expressão, de um novo período temporal iniciado por uma mudança fundamental;
3: Certo. O pronome "se" funciona no trecho como apassivador e indica que a oração está na voz passiva sintética, isto é, a noção de cidadania sofreu a ação de ser construída. O agente da ação não aparece, pois o interesse está no objeto da ação, que no trecho é o sujeito paciente "a noção de cidadania";
4: Errado. Ao se iniciar o período com a preposição "com" se indica que o trecho "A transição do feudalismo para o capitalismo" é contexto para outra ação. O trecho seria incoerente, já que "transição" funciona como núcleo do sujeito do verbo "trouxe" e a alteração impossibilitaria essa referência gramatical, deixando o verbo sem agente da ação e a frase sem sentido;
5: Errado. A substituição de "existir" por 'haver' é possível, no entanto, seria necessário fazer a adaptação da concordância do verbo, já que o verbo haver, quando significa existir, é impessoal e não admite plural. A adaptação correta seria: "sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que havia entre o vassalo e o senhor feudal (...)";
6: Certo. Tanto o aposto como a oração subordinada adjetiva entre vírgulas possuem o mesmo valor: de explicação do termo a que se ligam. Por se tratarem de termos isolados por vírgulas, não haveria qualquer prejuízo à coerência textual dos outros elementos do texto, sendo a preocupação com a estrutura interna do termo.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

1 No contexto da importância que a questão agrária tem
assumido no Brasil, é fundamental articulá-la com outras
questões e movimentos sociais. Trata-se de uma questão
4 nacional, como poucas que atualmente têm mobilizado o país e
seus vários setores sociais, políticos e econômicos. Tornar-se
uma questão nacional tem sido um desafio para a questão racial
7 no Brasil. É fundamental incluir no debate sobre a questão
agrária no Brasil a questão étnica, especialmente as experiências

do cativeiro — com os quilombos/mocambos e formas de
10 protesto de ocupação de terra — e aquelas do período
pós-emancipação, com as comunidades remanescentes.
A recuperação da história dos quilombos é importante capítulo
13 das lutas em torno do acesso à terra — face importante da luta
pela cidadania — no Brasil.

Flávio dos Santos Gomes. **Sonhando com a terra, construindo a cidadania**. In: Jaime Pinsky (Org.). **História da cidadania**, p. 463.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Quanto ao emprego das estruturas linguísticas e às ideias do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) De acordo com a argumentação do texto, poucas questões que têm mobilizado o país e seus setores sociais, políticos e econômicos apresentam abrangência nacional.

(2) No terceiro período do texto, há estrutura sintática que exemplifica sujeito constituído por oração reduzida de infinitivo.

(3) O complemento do verbo "incluir" (*l*.7), antecedido por adjunto adverbial de lugar, é "a questão étnica" (*l*.8).

(4) De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, a palavra "especialmente" (*l*.8) introduz um detalhamento da expressão "a questão agrária no Brasil" (*l*.7-8).

(5) Se o texto fosse utilizado como parte de um relatório, os duplos travessões deveriam ser eliminados para que fossem respeitadas as exigências de formalidade de documentos oficiais.

1: Certo. É possível perceber que a questão agrária, uma questão nacional, é exceção, pelo trecho "(...) como poucas que atualmente têm mobilizado o país e seus vários setores sociais, políticos e econômicos" (l.4-5);

2: Certo. O verbo da oração principal no terceiro período é "tem sido" e tem como sujeito a oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo "tornar-se uma questão nacional" , pois cumpre a função que normalmente seria cumprida por um substantivo ou equivalente na função de sujeito da oração e porque, no lugar de uma construção com conjunção e verbo conjugado (que se torne uma questão nacional), é usado o verbo no infinitivo;

3: Certo. O verbo "incluir" exige objeto direto, aquilo que deve ser incluído. A resposta a essa estrutura no texto é "a questão étnica" e o adjunto adverbial de lugar contextualiza a ação, indicando onde se deve incluir a questão étnica. A frase poderia ser reescrita alterando a ordem dos termos sem prejuízo de sentido ou de correção gramatical: "É fundamental incluir a questão étnica no debate sobre a questão agrária no Brasil", no entanto, seria necessário intercalar os detalhamentos que acompanham a expressão "questões étnicas";

4: Errado. a palavra "especialmente introduz um aposto que especifica o sentido de "questões étnicas", o que é percebido pela proximidade textual entre o referente e seu detalhamento;

5: Errado. Os duplos travessões cumprem a mesma função de isolar termos explicativos, exemplos ou detalhamentos que cumpririam as vírgulas, sem qualquer prejuízo à norma culta da língua. Não há, portanto, necessidade de se alterar a pontuação do texto.

Gabarito1C, 2C, 3C 4E,5E

Texto II

1 Ter um ministro negro no Supremo Tribunal Federal
representa um avanço, não há dúvida, em um país onde os negros
há séculos são passageiros de terceira classe. Igualmente,
4 representa muito ter negros no ministério, uma boa bancada
negra no Congresso, negros na diretoria de grandes empresas, na
universidade, nas profissões chamadas liberais e na imprensa.
7 Tudo o que signifique para os negros possibilidades de ascensão
social mais amplas do que as oferecidas pelo antigo e caricato
binômio futebol/música popular representará um passo
10 importante na criação de uma sociedade harmônica e civilizada.
Ainda assim...
Ainda assim, fica-se cogitando se a ênfase não está sendo
13 posta na ponta errada da contradição social. Temos um negro no
Supremo, mas não os temos entre os garçons, nos restaurantes
dos Jardins, em São Paulo. Temos negros no ministério e no
16 Congresso, mas faltam negros nas lojas dos shopping centers
chiques das várias cidades do país. O desemprego entre os negros
é maior do que entre os brancos não só por causa do nível
19 educacional mais baixo, mas também da barreira odiosa
representada pelo medo do patrão de, recrutando-os, espantar a
freguesia, quando não se espantam eles próprios. É o estigma de
22 outra caricata tradição da vida brasileira, aquela que se esconde
sob o rótulo sinistro da "boa aparência".

Roberto Pompeu de Toledo. **Negros, coronéis — e Sócrates.** *In*: **Veja,** 14/5/2003, p. 130 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens a seguir, considerando o emprego do verbo **representar** no texto II.

(1) O sujeito como oração reduzida de infinitivo exige o verbo na terceira pessoa, tal como está na primeira ocorrência (*l*.2).

(2) Na segunda ocorrência (*l*.4), o verbo "ter" está no infinitivo porque é o complemento de uma oração sem sujeito cujo predicado é encabeçado por "representa".

(3) O emprego do tempo futuro do presente, na terceira ocorrência (*l*.9), é exigência do emprego do modo subjuntivo em "signifique" (*l*.7).

(4) Na quarta ocorrência (*l*.20), o verbo integra uma estrutura sintática de voz passiva sintética.

(5) O verbo está empregado nas quatro ocorrências com o sentido de **significar** e a substituição por este verbo, nos tempos e modos correspondentes, preservaria a coerência textual.

1: Certo. Por se tratar de uma oração completa, o sujeito do verbo "representa" deve estar na 3ª pessoa do singular. Para efeitos de interpretação e análise da concordância, uma oração subordinada substantiva pode sempre ser substituída pelo pronome "isso" para tornar a análise mais simples: "isso representa um avanço";
2: Errado. O verbo "ter" é parte da oração da oração subordinada substantiva que funciona como sujeito do verbo representar na linha 4. O sujeito aparece posposto ao predicado, "representa muito" e é representado pelo verbo "ter" e uma sequência de seus complementos: "ter negros no ministério, uma boa bancada negra no Congresso, negros na diretoria de grandes empresas, na universidade, nas profissões chamadas liberais e na imprensa";
3: Errado. O modo subjuntivo do verbo "significar" indica uma hipótese no presente e exige que o verbo da oração que se segue indique uma possibilidade real de ocorrência, admitindo-se múltiplas possibilidades temporais do modo indicativo, mantida a coerência e coesão textual. O tempo do verbo "representar" na linha 9 indica que as possibilidades são futuras, construção de acordo com a argumentação do texto sobre a mudança de status social da população negra, ainda em curso;
4: Errado. Na linha 20, o verbo "representar" está na forma nominal do particípio e funciona como parte de uma oração subordinada adjetiva de particípio que restringe o significado de 'barreira odiosa";
5: Errado. As três primeiras ocorrências do verbo são sinonímias de "significar" e podem ser substituídas por ele sem prejuízo de sentido ou de coerência gramatical. No entanto, a última ocorrência, o verbo significa figura como símbolo e não admite a substituição.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem quanto ao emprego das estruturas linguísticas do texto II.

(1) Preserva-se a coerência textual ao se mover a expressão "há séculos" (*l*.3) para qualquer uma das seguintes posições: imediatamente antes de "em um país" (*l*.2), imediatamente antes de "os negros" (*l*.2) ou imediatamente depois de "terceira classe" (*l*.3).

(2) No período entre as linhas 13 e 15, a coesão se constrói misturando plural e singular.

(3) Os sentidos do texto permitem subentender, imediatamente após "mais baixo" (*l*.19), a expressão **entre estes**.

(4) Em um nível mais formal de linguagem, a contração da preposição **de** com o artigo **o**, em "medo do patrão" (*l*.20), deve ser evitada.

(5) O pronome demonstrativo "aquela" (*l*.22) desempenha no texto a mesma função de coesão que o pronome **a** desempenharia.

1: Errado. O pronome relativo "onde" indica o início de uma nova oração (subordinada adjetiva) e, portanto, de um novo encadeamento de ideias. A alteração da expressão indicativa de tempo "há séculos" dentro da oração é possível e não causa danos à coerência. Seriam corretas, portanto, as alterações propostas: "em um país onde há séculos os negros são passageiros de terceira classe" e "em um país onde os negros são passageiros de terceira classe há séculos". No entanto, ao se deslocar a expressão temporal para fora da oração subordinada, seu referente passa a ser outro. Portanto, a primeira opção de alteração, "não há dúvida, há séculos em um país onde os negros são passageiros de terceira classe", mudaria o sentido do texto, já que a expressão se referiria a "não há dúvidas";
2: Certo. O pronome oblíquo "os" (l.14) tem por referente "um negro", expressão no singular, no entanto, o pronome aparece no plural sem qualquer prejuízo à coesão, já que é possível interpretar que não temos "negros entre os garçons". A coesão se dá pela referência clara ao termo anterior, mas também pela argumentação de todo o texto, que tem como foco principal a situação dos negros na aceitação social;
3: Errado. O pronome demonstrativo "estes" indica que o referente no discurso é o mais próximo, no caso, "brancos". A expressão que pode ser subentendida pelo contexto se refere aos negros, o termo sintaticamente mais distante, o que exigiria a escrita com o pronome "aqueles", indicador de distância textual;
4: Errado. A contração entre preposições e artigos é um recurso necessário da língua, tanto na norma culta como no coloquial. A contração deve ser evitada apenas em casos de indicativo de sujeito na oração introduzida pelo artigo, o que não ocorre na expressão, já que os verbos que indicam as ações do patrão vêm em forma de oração reduzida em gerúndio de causa, "recrutando-os" e reduzida de infinitivo como complemento nominal do substantivo medo, do qual o patrão é agente;
5: Certo. O pronome demonstrativo se refere a "tradição da vida brasileira", termo sintaticamente próximo, o que permite o uso do pronome "a". O uso de "aquela" é uma questão de estilo, que busca trazer ao leitor um ideia de estigma social no rótulo, já que o pronome que indica distanciamento busca referências culturais externas ao texto.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue se os fragmentos de texto nos itens a seguir respeitam as normas da língua na modalidade escrita formal.

(1) Há três grandes pensadores que pertencem a mesma geração. Entre eles, Gilberto Freyre manteve mais continuamente (deixando de lado pequenas fugas para a literatura) dentro de um campo específico, a Sociologia.

(2) A produção de Sérgio Buarque sempre assume contornos de obra de historiador; vai da crítica literária e da crítica cultural mais ampla para o ensaio sociológico, e, daí, para a História, onde se expande de forma admirável.

(3) Caio Prado Jr., por seu lado, foi desde o início historiador, e sua obra vai-se desdobrando na reflexão filosófica, na análise econômica e no ensaio político, mas, em relação ao Brasil, mantém sempre o referencial histórico.

(4) No conjunto, esses autores, ainda que em direções diferentes e até contrastantes, legam-nos sugestões, análises e contribuições tão fecundas, que suas obras se inscrevem indelevelmente no panorama da cultura brasileira.

(5) Contribuíram para que entendêssemos o Brasil, isto é, entendêssemos a nós mesmos, deixando de ser, como disse um deles, "estrangeiros em nossa própria terra".

Itens adaptados de Fernando Novais. **Introdução à formação do Brasil contemporâneo**. *In*: Caio Prado Jr. **Intérpretes do Brasil,** v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000, p. 1.118-9.

1: Errado. O erro do trecho está na expressão "a mesma geração". O verbo "pertencer" rege seu complemento com a preposição "a". O objeto indireto do verbo é "a mesma geração", expressão feminina e introduzida por artigo "a". A união da preposição e do artigo deveria ser indicada pelo sinal de crase: "Há três grandes pensadores que pertencem à mesma geração"
2: Certo. Não há problemas quanto à adequação gramatical do trecho. A dúvida poderia surgir no uso do pronome relativo "onde", que indica relação de lugar, relação esta que não é clara no texto. É preciso analisar o trecho na sua ideia de movimento. A produção de Sérgio Buarque vai de um ponto a outro, ou seja, muda de lugar. O contexto torna o uso do pronome adequado;
3: Certo. O trecho está correto tanto nos aspectos gramaticais quanto na coerência textual. Um possível estranhamento talvez seja a colocação pronominal em "vai-se desdobrando". Em locuções verbais, quando não há regras específicas, a norma culta admite a colocação em ênclise ao verbo auxiliar, em que o pronome deve aparecer ligado ao verbo por hífen;
4: Errado. O termo "indelevelmente" está acentuado de maneira incorreta. A palavra de que se origina o termo, "indelével", é proparoxítona e leva acento. No entanto, a palavra derivada tem sua tonicidade alterada pelo sufixo. No português, a sílaba tônica só pode ser uma das três últimas. Não é possível que se acentue a quarta sílaba do fim ao começo, como aparece no texto;
5: Certo. Não há problemas na estrutura do trecho. Podem surgir dúvidas quanto à concordância do verbo "ser" que se refere a "estrangeiros". No entanto, quando o verbo está na sua forma nominal de infinitivo acompanhado de preposição "de" em uma locução que complementa o sentido de um verbo (deixando), deve ser impessoal e não admite concordância.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Os fragmentos abaixo compõem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

I. Ambos se ligam às classes dominantes, de duas regiões que, entretanto, evoluem de forma divergente.

II. Caio Prado Jr., ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser. Se essa visão pode considerar-se utópica, a primeira é certamente nostálgica.

III. Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre formam um curioso contraponto.

IV. Gilberto Freyre, em vista disso, analisa sempre o Brasil a partir de seu passado, isto é, daquilo que deixou de ser.

V. No Nordeste, ao contrário, a decadência econômica faz declinar inexoravelmente o peso de suas elites no conjunto da nação.

VI. Se, em São Paulo, pode-se pensar em um declínio do estilo aristocratizante de uma elite da camada dominante, essa classe como um todo está em franca ascensão econômica.

Itens adaptados. *Idem, ibidem*.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens a seguir, acerca da observância desse pressuposto em relação ao texto acima.

(1) O fragmento III é o introdutório, pois não apresenta referência a antecedentes.

(2) O fragmento I deve suceder ao fragmento III para manter a referência de "Ambos" (I).

(3) O fragmento II é imediatamente subsequente ao fragmento VI, já que é uma inferência permitida pelo texto a ideia de que Caio Prado Jr. representa São Paulo.

(4) A expressão "ao contrário", no fragmento V, indica que este deve ser imediatamente subsequente ao fragmento I.

(5) Como Gilberto Freyre é representante do Nordeste, o fragmento IV deve vir imediatamente antes do fragmento V.

1: Certo. Não encontramos no fragmento III qualquer elemento de coesão, o que nos possibilita entender como o inicial a que outros trechos farão referência. Além disso, a informação apresentada no fragmento é exatamente aquela que é explicada por todos os outros: o curioso contraponto;
2: Certo. O fragmento III é o único do texto que apresenta informações sobre os dois pensadores. "Ambos" funciona como elemento de coesão retomando essa informação da frase introdutória. A informação do fragmento coloca em perspectiva o contraponto: os dois possuem algo em comum que se encaminha para diferenças;
3: Errado. É possível inferir pelo texto que a ideia de Caio Prado Jr. representa São Paulo. No entanto, no trecho II, há uma expressão de coesão textual que a liga a outra imediatamente anterior: "ao contrário" coloca a informação sobre Caio Prado Jr. em oposição a sobre Gilberto Freyre. O fragmento anterior ao II é, portanto, o IV;
4: Errado. A expressão de coesão "ao contrário" indica que a informação no trecho V, sobre a situação econômica do Nordeste e seus reflexos, se liga em oposição a situação vista em São Paulo. O trecho V deve vir, portanto, imediatamente após o trecho IV;
5: Errado. O fragmento IV deve vir imediatamente após o fragmento V, ordem indicada pela expressão "em vista disso" que indica que a informação do trecho IV, a visão de Gilberto Freyre, é consequência da informação do trecho V, a situação das elites no Nordeste. Assim, a reescrita do texto na ordem correta seria: III - Prado Jr. e Gilberto Freyre formam um curioso contraponto. I- Ambos se ligam às classes dominantes, de duas regiões que, entretanto, evoluem de forma divergente. VI - Se, em São Paulo, pode-se pensar em um declínio do estilo aristocratizante de uma elite da camada dominante, essa classe como um todo está em franca ascensão econômica. V - No Nordeste, ao contrário, a decadência econômica faz declinar inexoravelmente o peso de suas elites no conjunto da nação. IV - Gilberto Freyre, em vista disso, analisa sempre o Brasil a partir de seu passado, isto é, daquilo que deixou de ser. II - Caio Prado Jr., ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser. Se essa visão pode considerar-se utópica, a primeira é certamente nostálgica.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E

Texto III

1 Tudo parece ter começado a mudar nos últimos anos e as
revisões profundas por que estão passando os discursos e as
práticas identitárias deixam no ar a dúvida sobre se a concepção
4 hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das
tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se
inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se
7 está perante uma inversão de tendências ou antes perante
cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito
difícil ser-se linear. Porque estamos em uma fase de revisão
10 radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem
possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por
outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido
13 sem nada ter mudado no objeto do olhar, ainda que, para maior
complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser
sequer pensado sem o olhar que o olha. Se o nosso olhar
16 conceber o seu objeto como parte de um processo histórico de
longa duração, é bem possível que as mudanças do presente não
sejam mais que pequenos ajustamentos.

Boaventura de Sousa Santos. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. *In*: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 5, n.[06] 1-2, nov./1994, p. 39 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Julgue os itens que se seguem, referentes às várias ocorrências da partícula "se" no texto III.

(1) A ocorrência da linha 3 e a primeira ocorrência da linha 6 introduzem circunstâncias de hipótese.

(2) Por se tratar de pronome reflexivo, não se provoca erro gramatical no caso de a ocorrência na linha 4 ser posposta e ligada à forma verbal por hífen: **equivocou--se**.

(3) Para que seja evitada a sequência das partículas na linha 6, os sentidos textuais permitem deixar subentendida a que representa reflexividade, mas não a que representa condicionalidade.

(4) Por indicar índice de indeterminação do sujeito, a partícula na linha 9 pode, pelos sentidos textuais, ser suprimida.

1: Certo. A partícula "se" na linha 3 e a primeira da linha 6, assim como a primeira ocorrência da linha 5 ligam-se ao termo "dúvida", o que deixa clara a ideia de hipótese que carregam. O "se" como conjunção integrante sempre transpõem uma oração interrogativa total, ou seja, aquela que, apesar da ausência de unidade interrogativa, carrega seu sentido. No trecho, com o auxílio da preposição "sobre", liga o substantivo e seus complementos nominais;
2: Certo. O "se" como pronome reflexivo deve seguir as regras de colocação pronominal. Na linha 4, aparece indicando que quem pratica a ação de equivocar é o mesmo que receba o equívoco e é, portanto, pronome. Não há no trecho qualquer regra que obrigue a próclise (como palavra atrativa) ou a ênclise (como verbo no início de oração), o que permite que a posição do pronome siga somente a decisão de estilo do autor. É possível, então, sem qualquer prejuízo gramatical ou de coerência que se use a ênclise "equivocou-se";
3: Errado. O primeiro "se" funciona como conjunção integrante que liga o substantivo dúvida ao seu complemento nominal "está perante uma inversão de tendências ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito difícil ser-se linear" e carrega em si o sentido de hipótese. O segundo "se" é índice de indeterminação do sujeito e indica que não se define quem está perante uma inversão de tendências. Ambos são constituintes da construção do sentido do texto, apesar do estranhamento causado pela repetição dos termos em sequência. Para evitar o estranhamento, seria possível suprimir o segundo "se" e subentender que o sujeito está indeterminado na terceira pessoa do singular, apesar de essa construção dificultar o entendimento;
4: Certo. O verbo no infinitivo sem referente claro pode ser entendido como sem sujeito determinado, fato auxiliado pelo contexto e pela construção de todo o trecho. A partícula "se" que o acompanha apenas reforça a ideia de indeterminação.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) A respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto III, julgue os itens subsequentes.

(1) Apesar de ser uma conjunção aditiva, o "e" (*l*.2) também tem no texto a função de introduzir uma causa para a oração anterior.

(2) Na linha 2, o emprego da preposição "por" é obrigatório, exigido pela regência verbal de "passando".

(3) Se a oração iniciada por "Porque" (*l*.9) fosse deslocada para o final do período sintático em que ocorre, as relações de causa e consequência expressas seriam mantidas, mas a ênfase nas ideias seria alterada.

(4) A substituição de "não parece crível" (*l*.12) por **parece incrível** preserva a ideia de negação, mas altera a ênfase das ideias.

(5) A expressão "ainda que" (*l*.13) une orações pela noção de concessão, mas sua substituição por **embora** provocaria erro de natureza sintática no texto.

(6) Pelo desenvolvimento do texto, o emprego do advérbio "sequer" (*l*.15) indica dúvida que pode ser também expressa por **talvez**.

1: Errado. O conectivo aditivo "e" na segunda linha une os dois termos que funcionam como núcleos do sujeito da forma verbal "estão passando", "os discursos" e "as práticas identitárias", colaborando à coesão

interna da oração, mas sem criar relações de sentido entre termos de outras orações. Já na primeira linha, a conjunção aditiva "e" une a primeira oração à segunda com a ideia de adição, mas deixa implícito que a segunda oração pode ser a causa de tudo ter começado a mudar;
2: Certo. O verbo "passar" é o núcleo verbal de uma oração subordinada adjetiva que qualifica "revisões profundas". A relação entre as orações é estabelecida pelo pronome relativo "que", que une as duas em sentido e substitui o termo referido na sintaxe da oração subordinada. A regência do verbo "passar" exige a preposição "por" para introduzir seu objeto indireto que, em sentido é "mudanças profundas", mas que sintaticamente representado na oração pelo pronome "que", que, portanto, vem corretamente acompanhado da preposição;
3: Certo. A oração iniciada pela conjunção "porque" é uma subordinada adverbial e tem relação de causa com a oração principal do período. Em geral, as orações subordinadas adverbiais podem aparecer em diversas posições em relação à principal, assim como os adjuntos adverbiais, se mantidos o sentido, a pontuação e a correção gramatical. A regra se aplica ao caso, sendo possível a reescrita "É bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando, porque estamos em uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna". No entanto, há alteração na ênfase dada às informações. A informação considerada mais importante é sempre aquela que aparece primeiro e a alteração inverte a importância das informações que compõem o período;
4: Certo. O prefixo in- ligado ao adjetivo converte o sentido original em seu negativo. "Incrível" é, portanto, aquilo em que não se pode crer. A ideia de negação é, então, mantida. No entanto, ao se dizer "parece incrível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar" temos a impressão de que é a ocorrência dessa mudança é positiva por seu status de superioridade (além do crível). A ideia original, expressa pelo advérbio "não" era exatamente a oposta, de status negativo de algo que não poderia acontecer e causa desconfiança;
5: Errado. "Ainda que" é uma conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial com circunstância de concessão, ou seja, independente das condições apresentadas na oração subordinada, o fato da oração principal não se altera. A conjunção "embora" cumpre exatamente a mesma função e não altera com prejuízos a sintaxe do texto, não sendo necessária qualquer adaptação na estrutura do texto. Teríamos: "Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar, embora, para maior complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser sequer pensado sem o olhar que o olha";
6: Errado. O advérbio "sequer" é equivalente em sentido a "nem mesmo " e indica ênfase na negativa. Não seria possível, portanto, substituí-lo por um advérbio que indica dúvida.

Gabarito1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) De acordo com o texto III, a ideia de "identificação das tendências dos processos sociais" (*l*.4-5).

(1) comprova-se como resultado de um equívoco da concepção hegemônica da modernidade nos últimos anos.

(2) provoca revisões profundas nos discursos e nas práticas identitárias.

(3) suscita a dúvida de terem tais processos sofrido inversões em tempos recentes.

(4) pode ser decorrência de mudança do olhar, ao mesmo tempo em que o próprio objeto se altera ante esse olhar.

1: Errado. Não é possível comprovar-se a teoria proposta no item, como justifica a construção a partir da palavra "dúvida" no trecho "deixam no ar a dúvida sobre se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais";
2: Errado. A relação entre as informações é inversa: a revisão nos discursos e nas práticas identitárias é que provocam as dúvidas quanto à concepção da modernidade sobre a identificação das tendências dos processos sociais. Caso a relação fosse como proposta no item, seriam necessárias alterações na estrutura textual;
3: Certo. A informação do item se comprova no trecho "ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes". O referente retomado no termo tendências não deixa dúvidas quanto à relação entre a identificação das tendências dos processos sociais e sua inversão. A relação de dúvida fica clara pela conjunção integrante "se", que carrega em seu significado a ideia de questionamento;
4: Certo. A ideia presente no item pode ser comprovada no trecho "é bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar", ou seja, é possível que ocorram mudanças tanto no referencial de observação como no objeto da observação. A mudança na maneira de se ver altera a identificação, mas também existe a possibilidade de apenas existir mudança na maneira como se vê a identificação.

Gabarito1E, 2E, 3C, 4C

Atenção: O texto abaixo, para as próximas cinco questões, foi extraído de correspondência do renomado escritor norte-americano Norman Mailer endereçada ao crítico literário Peter Balbert.

1º de fevereiro de 1998

Caro Peter,

1 *Entre as coisas que temos em comum está a depressão*
cultural. Reflito sobre a minha vida, especialmente
depois de ter completado cinquenta anos de literatura, e
sinto que todas as coisas pelas quais trabalhei e lutei estão
5 *em decadência. O que antes eu via como o inimigo e, com*
grande otimismo, como o inimigo que haveria de ser
derrotado, acabou na verdade por nos vencer. [...]
A questão diante de nós dois é: onde está a culpa?
Estava em nós? Por nunca termos feito o suficiente, por
10 *mais que achássemos que sim? Ou estará na abstração*
que chamamos de "natureza humana"? Teremos ajustado
as nossas crenças a um conceito de homens e mulheres
que não se adequava aos fatos rasteiros?
Às vezes me pergunto se isso não será puro elitismo
15 *de minha parte, e se a verdadeira premissa da democracia,*
a de que os sem-banho tenham acesso a sabonete
barato, desodorante e roupas de plástico, como um dos
degraus da escalada a um nível mais alto, não seria o que
está acontecendo. Ou se, como temo, estaremos caindo
20 *numa sociedade do homem e da mulher medíocres*
onipresentes, governados por altas mediocridades. [...]
Tudo de bom,
Norman Mailer.

(Adaptado de Cartas Políticas, O mundo nas cordas, revista **Piauí**, 27, p.32)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa que acolhe comentário condizente com as características da carta é:

(A) Registra inconveniente intimidade nas saudações inicial e final, as quais, uma vez substituídas por "Prezado" e "Sem mais", respectivamente, restituiriam ao texto a formalidade que seu tema requer.

(B) Focaliza a atuação profissional dos interlocutores, especialmente no que diz respeito aos modos como conceberam e trataram homens e mulheres ao produzirem textos literários.

(C) Por explorar temática sociocultural, ultrapassa os limites da subjetividade e transforma as queixas do remetente em afirmações categóricas acerca da necessidade de engajamento político da elite.

(D) Preservando tom subjetivo, expõe reflexões acerca do impacto de atitudes individuais sobre cenários mais amplos, revelando dupla apreensão: com específico sentimento de culpa e com o futuro da sociedade.

(E) Em discretos matizes, como a indicação do destinatário pelo prenome e do remetente por nome e sobrenome, insinua a existência de relação hierárquica entre o escritor e o crítico.

A (Interpretação) A informalidade é cabível devido à intimidade entre os interlocutores.

B (Interpretação) O questionamento do autor não diz respeito à sua atuação profissional ou, pelo menos, apenas a ela, ele questiona sua atuação na luta contra seu inimigo, sem especificar claramente em que ela consistiu.

C (Interpretação) Mais do que afirmações categóricas, o texto expressa as dúvidas do seu autor, inclusive quanto à suficiência das ações por ele cometidas. É, portanto, um texto de natureza reflexiva, não contendo um apelo ao engajamento.

E (Interpretação) Nada na carta permite a conclusão da existência de uma relação hierárquica entre eles. O prenome com o adjetivo "caro" indica, ao contrário, proximidade entre esses interlocutores.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O excerto demonstra que o autor

(A) considera-se culpado das mazelas sociais, seja por não ter agido nos momentos graves, seja por operar com crenças contraditórias e demasiadamente abstratas.

(B) compartilha com o interlocutor a sensação de estar declinando culturalmente, apesar dos diversos anos dedicados a atividade intelectual nobre.

(C) acredita ter contribuído, em outras épocas, para o real aprimoramento de homens e mulheres, posteriormente submetidos à universal mediocridade.

(D) hesita em relação à possibilidade de preceitos democráticos estarem sendo postos em prática na época em que escreve a carta.

(E) concorda com a premissa de que os desfavorecidos devam receber o necessário para a manutenção da dignidade: sabonete barato, desodorante e roupas de *plástico*.

A (Interpretação) O autor questiona se tem culpa pela decadência de "todas as coisas" pelas quais ele trabalhou e lutou.

B (Interpretação) O declínio são das "coisas" caras aos interlocutores e não necessariamente deles.

C (Interpretação) Ele questiona a validade da sua luta, portanto não se pode afirmar que ele acredita ter contribuído para aprimoramento de homens e mulheres.

D (Interpretação) Nas linhas 18 e 19, a pergunta "não seria o que está acontecendo" questiona se a melhoria das condições de vida que estava ocorrendo seria um preceito democrático sendo colocado em prática, ou seja, ele não tem certeza disso.

E (Interpretação) Não somente não há uma afirmação clara de que ele concorde com isso, mas também ele se questiona se isso apenas pode manter a dignidade de um ser humano.

GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Tendo em vista o contexto, a alternativa correta acerca de recurso linguístico explorado na carta é:

(A) Na linha 19, *Ou se*, por introduzir conteúdo adicional à sequência de questionamentos que inicia o parágrafo, pode ser substituído por "E, ainda, se", preservando o sentido original.

(B) Os fragmentos por nos vencer (linha 7) e *por altas mediocridades* (linha 21) exercem idêntica função sintática.

(C) Na linha 10, por remeter a termos antecedentes, *sim* pode dar lugar a "era o suficiente".

(D) A ordem dos termos na coordenação do *homem e da mulher* (linha 20) expõe restrições do autor quanto à igualdade entre os gêneros.

(E) Em O que ***antes** eu **via*** (linha 5) como o inimigo, os itens destacados indicam que o autor havia se equivocado em sua percepção anterior, isto é, que não se tratava de um inimigo.

A (ASPC: orações coordenadas) A conjunção "ou" não pode ser substituída pela "e", pois introduz uma resposta ao questionamento, que se opõe à resposta anterior como uma outra opção, ou seja, o seu valor é alternativo.

B (ASPS: identificação de função sintática) "por nos vencer": o "por vencer" é parte de uma locução verbal (acabou por vencer) e o pronome "nos" é o seu objeto direto // "por altas mediocridades": agente da passiva.

D (Interpretação) A mera ordem dos termos não permite essa conclusão.

E (Interpretação) O que mudou é a percepção de que o inimigo em questão poderia ser vencido.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa correta sobre expressões do texto é:

(A) O segmento com *grande otimismo* (linhas 5 e 6), de caráter apositivo, qualifica o termo o *inimigo*.

(B) Nas linhas 8 e 9, o contraste entre *nós dois* e nós explicita que, apenas na primeira ocorrência, o autor refere-se a si e ao seu interlocutor.

(C) As formas *alto* (linha 18) e *altas* (linha 21) têm exatamente o mesmo significado, embora ocupem posições diferentes em relação aos substantivos e correspondam a diferentes flexões do adjetivo.

(D) *Reflito* (linha 2) e *sinto* (linha 4) podem ser permutados, respectivamente, por "conscientizo-me" e "lamento", sem prejuízo do sentido original.

(E) Quanto ao significado, *crenças* (linha 12) inclui *abstração* (linha 10) e opõe-se a fatos rasteiros (linha 13).

A (ASPS: identificação de função sintática) Trata-se de um adjunto adverbial de modo.

B (Coesão) Em ambos os casos, o referente do pronome é o emissor e o seu receptor.

C (Adjetivo: posição e valor) No primeiro caso, alto refere-se a altura; no segundo caso, a grau.

D (Vocabulário) Embora a substituição mantenha a coerência do texto, o sentido não permanece o mesmo.

GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A alternativa correta acerca do uso de tempos verbais na carta é:

(A) A substituição da forma *Teremos* (linha 11) por "Teríamos" atenuaria o valor hipotético da frase.

(B) No segundo parágrafo, a incerteza acerca do tempo, expressa pela alternância entre está, estava e estará, reforça o sentido de dúvida presente no trecho.

(C) A correlação entre as orações *Reflito sobre a minha vida (linha 2) e depois de ter completado cinquenta anos de literatura* (linha 3) expressa que a vida anterior ao aniversário mencionado não é objeto de meditação.

(D) O emprego da forma será (linha 14) torna o enunciado mais assertivo do que o seria se a forma escolhida fosse "é".

(E) O segmento acabou... por nos vencer (linha 7) indica finalização recente da ação nele descrita.

A (Verbo: emprego dos modos e tempos verbais) A substituição intensificaria o valor hipotético da frase.
C (Interpretação) O advérbio "especialmente" dá a ideia de que a reflexão é anterior aos cinquenta anos.
D (Vocabulário) Embora a substituição mantenha a coerência do texto, o sentido não permanece o mesmo.
E (Interpretação) No contexto, a locução verbal "acabou por vencer" indica que a vitória foi definitiva (no fim o inimigo nos venceu), não que ela seja necessariamente recente.

GABARITO "B"

Atenção: As próximas quatro questões referem-se ao texto que segue.

1 *Humes observou certa vez que a civilização*
humana como um todo subsiste porque "uma geração
não abandona de vez o palco e outra triunfa, como
acontece com as larvas e as borboletas". Em algumas
5 *guinadas da história, porém, em alguns picos críticos,*
pode caber a uma geração um destino parecido com o
das larvas e borboletas. Pois o declínio do velho e o
nascimento do novo não são necessariamente
ininterruptos; entre as gerações, entre os que, por uma
10 *razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que*
pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já
cresceram com ela [...] está rompida a continuidade e
surge um "espaço vazio", espécie de terra de ninguém
histórica, que só pode ser descrita em termos de "não
15 *mais e ainda não". Na Europa, essa absoluta quebra de*
continuidade ocorreu durante e após a Primeira Guerra
Mundial. É essa ruptura que dá um fundo de verdade a
todo o falatório dos intelectuais, geralmente na boca dos
"reacionários", sobre o declínio necessário da civilização
20 *ocidental ou a famosa geração perdida, tornando-se,*
portanto, muito mais atraente do que a banalidade do
pensamento "liberal", que nos apresenta a alternativa de
avançar ou recuar, a qual parece tão desprovida de
sentido justamente porque ainda pressupõe uma linha
25 *de continuidade sem interrupções.*

(ARENDT, Hannah. "Não mais e ainda não". In **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 187)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Na organização do texto, a autora

(A) toma como tema certo pensamento de Humes, que detalha para convencer o leitor sobre esta compreensão que ela tem do que seja a civilização: "A natureza não dá saltos".

(B) vale-se de Humes como argumento de autoridade, considerando irretorquível o pensamento citado.

(C) tira proveito da constatação de Humes, de caráter universal, para ratificá-la no plano mais particular que ela aborda no seu discurso.

(D) cita Humes porque a comparação que ele faz entre os homens e os animais se aplica, ipsis litteris, à concepção que ela tem acerca do que ocorre com gerações em momentos críticos.

(E) refere comentário do filósofo Humes e o desconstrói, pois o desfaz para reconstruí-lo em outras bases.

A, B, C, D e E (Interpretação) A autora parte de uma observação de Hume, mas em seguida (como revela a locução adverbial "em algumas guinadas da história" e a conjunção "porém") mostra que nem sempre o que o filósofo afirmou ocorre.

GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *Pois o declínio do velho e o nascimento do novo não são necessariamente ininterruptos;*

Entre as gerações, entre os que, por uma razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já cresceram com ela [...] está rompida a continuidade...

Considerado o fragmento acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) "entre os que" estabelece relação de estrita colateralidade entre os segmentos "os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos" e "[os que] já cresceram com ela".

(B) a expressão "não são necessariamente ininterruptos" equivale a "é prescindível que ocorram de modo contínuo".

(C) justificam-se as duas contíguas ocorrências da preposição "entre" porque introduzem termos que remetem a dois aspectos, semântica e sintaticamente distintos.

(D) a conjunção "ou" estabelece uma relação de simultaneidade entre os dois termos que conecta.

(E) a expressão "os que", em suas duas ocorrências, remete aos mesmos seres.

A (Interpretação) A colateralidade estabelecida pela estrutura em questão se faz entre os elementos desses dois segmentos (os que pressentem e os que cresceram) e os que pertencem ao velho.
B (Vocabulário) "prescindível" significa "não necessário".
C (ASPS) O segundo "entre" introduz um aposto enumerador do substantivo "gerações" introduzido pelo primeiro "entre". Não há, portanto, distinção semântica entre aquilo que introduzem.
D (Interpretação) A conjunção tem valor de exclusão.
E (Coesão) Na primeira ocorrência, ela remete à geração que pertence ao passado; na segunda, à que vivencia o presente.

GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento que, no contexto, exprime uma consequência é:

(A) (linhas 12 e 13) *e surge um "espaço vazio".*

(B) (linhas 24 e 25) *ainda pressupõe uma linha de continuidade sem interrupções.*

(C) (linhas 23 e 24) *a qual parece tão desprovida de sentido.*

(D) (linhas 15 e 16) *essa absoluta quebra de continuidade ocorreu.*

(E) (linhas 14 e 15) *só pode ser descrita em termos de "não mais e ainda não".*

A, B, C, D e E (ASPC: valores semânticos do "e") O surgimento de um espaço vazio é consequência do que vem expresso antes: o rompimento da continuidade.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Quando a autora refere-se ao "espaço vazio",

(A) toma-o como ponto fraco do ideário "liberal", que, equivocadamente, entende essa espécie de terra de ninguém histórica como o momento crucial para a decisão de avançar ou recuar.

(B) busca exprimir a ideia de que, mesmo diante de acontecimentos nefastos, há espaço para o acolhimento do novo, para inovadora ordem social, proposta por geração recém-surgida.

(C) caracteriza-o com expressões que deixam entrever a dificuldade que sente para conceituá-lo, dada sua natureza indefinida ou ambígua, área sobre a qual as gerações em confronto não têm controle.

(D) caracteriza-o lançando mão da história, meio de exprimir sua visão de que a ação humana, suspensa nesse oco, provocou os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial.

(E) entende-o como ponto que legitima de modo pleno a verve dos grupos ditos "reacionários" quando defendem a necessidade do declínio da civilização ocidental.

A, B, C, D e E (Interpretação) As expressões são "espécie de terra de ninguém" e "não mais", "ainda não". Trata-se de um momento histórico em que os conceitos anteriores não mais se aplicam, e os novos e adequados à nova situação ainda não foram forjados.

GABARITO "C"

Atenção: As próximas seis questões referem-se ao texto que segue.

1 *O ataque cético à cientificidade das narrações históricas*
insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria
às narrações ficcionais. As narrações históricas
não falariam da realidade, mas sim de quem as construiu.
5 *Inútil objetar que um elemento construtivo está*
presente em certa medida até nas chamadas ciências
"duras": mesmo estas foram objeto de uma crítica análoga
[...]. Falemos, então, de historiografia. Que ela
[tem] um componente subjetivo [...] é sabido; mas as
10 *conclusões radicais que os céticos tiraram desse dado*
concreto não levaram em conta uma mudança fundamental
mencionada por Bloch nas suas reflexões metodológicas
póstumas. "Hoje [1942-3]..., até mesmo nos
testemunhos mais resolutamente voluntários", escrevia
15 *Bloch, "aquilo que o texto nos diz já não constitui o*
objeto preferido de nossa atenção." As Mémoires de
Saint-Simon ou as vidas dos santos da alta Idade Média
nos interessam (continuava Bloch) não tanto por suas
referências aos dados concretos, volta e meia inventados,
20 *mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de*
quem escreveu esses textos. "Na nossa inevitável
subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao
menos no sentido de que, embora permanecendo condenados
a conhecê-lo exclusivamente com base em
25 *seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a*
seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer".
E concluía: "Olhando bem, trata-se de uma grande revanche
da inteligência sobre o mero dado concreto".

(GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício (Introdução). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correta paráfrase do primeiro período do texto – *O ataque cético à cientificidade das narrações históricas insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria às narrações ficcionais.* – o que se lê em:

(A) A credulidade abalada gerou ataques ao cientificismo característico da história, e, quando se insistiu em que deveria assumir o viés subjetivo, suas semelhanças com as narrativas ficcionais avultaram.
(B) O ceticismo que nutre a ciência dá às narrativas, inclusive às de cunho histórico, um matiz subjetivo, o que foi apontado pelos críticos como um fator inerente a qualquer tipo de relato.
(C) O que caracteriza o relato de fatos históricos é sua natureza científica; se esse traço fosse minimizado e abrisse espaço para a subjetividade – dizem certos críticos –, esse tipo de relato estaria próximo das narrativas ficcionais.
(D) A acusação dos que não acreditavam no caráter científico das narrações históricas enfatizava o seu caráter subjetivo, traço que as tornaria semelhantes às narrações ficcionais.
(E) O que sempre se enfatizou como determinante de um texto é o seu cunho particular, fator de subjetividade que sempre irmanou os relatos, os científicos (como os históricos) e os ficcionais (inventados pelo autor), como reconhecem até os mais severos ataques.

A (Interpretação) No período, questiona-se se a história de fato é científica.
B (Interpretação) No período, não se afirma que o ceticismo nutre a ciência nem que todo relato possui um matiz subjetivo.
C (Interpretação) No período, questiona-se se a história de fato é científica.
E (Interpretação) No período, não se trata do relato das ciências naturais.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerada a totalidade do excerto, é correto afirmar:

(A) (linhas 7 e 8) A referência a uma crítica análoga impõe que se entenda o emprego das aspas, em *"duras"*, como indicador de tom pejorativo.
(B) (linha 4) O emprego do verbo "falar" no tempo e modo adotados sinaliza que o entendimento sobre a natureza da história expresso na frase deve ser atribuído aos que desferiram o citado ataque (linha 1).
(C) (linhas 4 e 5) Escrevendo de outro modo a frase *mas sim de quem as construiu*, o sentido e a correção originais estarão preservados se a nova formulação for "mas sim daqueles que a construíram".
(D) (linhas 3 e 4) Na frase *As narrações históricas não falariam da realidade* está implícita a ideia de que a história deveria rever o viés metodológico tradicionalmente adotado.
(E) (linha 5) A expressão *um elemento construtivo* remete à ideia de *cientificidade* referida anteriormente (linha 1).

A (Interpretação) O termo "duro" para as ciências da natureza e "mole" para as humanas são consagrados e não expressam juízo de valor.
B (Verbo: emprego dos tempos e modos) O emprego do futuro do pretérito no trecho mostra que o autor do texto está expressando uma conclusão que não é a sua sobre o que foi afirmado anteriormente.
C (Coesão) A mudança do pronome "as" para o singular "a" altera o seu antecedente de "narrativas" para "realidade", o que modifica substancialmente o sentido.
D (Interpretação) A crítica não se dirige a um método que gera subjetividade, mas ao caráter incontornavelmente subjetivo das narrativas históricas.
E (Coesão) A expressão "um elemento construtivo" remete à ideia de falta de cientificidade
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A expressão que está corretamente entendida, considerada a situação de uso no excerto, é:

(A) (linhas 27 e 28) grande revanche da *inteligência* / descomedida vingança da perspicácia.
(B) (linha 5) *Inútil objetar* / é desaconselhável admitir.
(C) (linhas 12 e 13) *reflexões metodológicas póstumas* / confissões de erros de método legadas aos pósteros.
(D) (linha 14) *testemunhos mais resolutamente voluntários* / depoimentos rigorosamente fortuitos.
(E) (linhas 21 e 22) *Na nossa inevitável subordinação ao passado* / Na sujeição ao passado, à qual não podemos nos furtar.

A (Vocabulário) O termo "descomedido" tem um valor pejorativo que "grande", no contexto, não possui.
B (Vocabulário) "objetar" = criticar, opor-se
C (Vocabulário) Os trechos possuem por inteiro significados distintos, "reflexões", por exemplo, não é o mesmo que "confissões".
D (Vocabulário) "fortuito" = por acaso, casual.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que, no excerto,

(A) o enunciado *"aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção"* (linhas 15 e 16) contém pressuposto introduzido pelo advérbio já.
(B) o autor deixa que o leitor tenha acesso à voz de Saint--Simon, ao lado da sua própria e da de Bloch.
(C) as ideias de Bloch vêm exclusivamente incorporadas à voz de Carlo Ginzburg, que não permite ao leitor entrar em contato direto com as formulações do estudioso que ele cita.
(D) o enunciado Falemos, então, *de historiografia* (linha 8) revela que o autor, por carência de um único argumento que seja, não ousa debater em outro campo que não o da história.
(E) o enunciado *Que ela tem um componente subjetivo é sabido* (linhas 8 e 9) é exemplo de frase truncada, em que faltam elementos sintáticos essenciais à expressão de um sentido completo, só apreensível com o apoio do contexto.

A (Interpretação) O advérbio "já" gera o pressuposto que antes o que o texto dizia constituía o objeto preferido da atenção.
B (Interpretação) Os trechos entre aspas que constituem transcrições são exclusivamente de Bloch.
C (Interpretação) Os trechos entre aspas que constituem transcrições de Bloch.
D (Interpretação) O termo "então", no trecho em que foi empregado, sugere que o autor já abordou outro campo do conhecimento.
E (ASPC) Não há truncamento, o que ocorreu foi a anteposição da oração subordinada à sua principal.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considere as afirmações abaixo.

I. *A mudança fundamental* citada refere-se ao fato de que a historiografia acabou adotando uma perspectiva oblíqua no seu modo de conhecimento: passou a considerar como mais significativo para a apreensão de uma época não o que uma possível testemunha conscientemente informe sobre "dados concretos", mas aquilo que seu modo de contar possa deixar entrever, até mesmo à sua revelia, sobre o espírito que concebeu tal relato.

II. Na exposição do seu raciocínio, o autor da frase final do excerto faz uso da expressão *Olhando* bem (linha 27) para chamar a atenção sobre ideia que corrige outra anteriormente enunciada por ele.

III. O autor julgou necessário interferir no discurso alheio por meio dos colchetes, na linha 9, para direcionar a leitura, oferecendo ponto de referência pedido pelo advérbio *Hoje*, que remete ao momento em que um dado locutor está elaborando seu discurso.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, somente.
B) I, somente.
(C) I e II, somente.
(D) II, somente.
(E) I, II e III.

A, B, C, D e E (Interpretação) Afirmação II: Como o verbo dicendi que introduz o excerto já revela, o trecho constitui-se duma conclusão do que foi dito antes.

GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *"Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer".*

Ao desenvolver suas ideias no período acima, o autor

(A) adotou o tempo e modo presentes na forma verbal *resolvera* porque considerou eventual o fato expresso.
(B) utilizou a expressão *no sentido de* com o mesmo valor observável na frase "No sentido de ajudá-lo, propus ampliar o prazo do contrato".
(C) cometeu um deslize quanto ao padrão culto escrito, que exige o emprego de uma vírgula depois da palavra *respeito*.
(D) se valeu de uma proposição paradoxal *("Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos...")* e, na argumentação, minimizou a contradição entre as ideias que a constituem.
(E) empregou o pronome "o" (em *conhecê-lo*) porque se referia a passado; se estivesse se referindo a uma *pessoa*, o padrão culto escrito exigiria o "lhe" ("conhecer- lhe").

A (Verbo: emprego de tempos e modos) O mais-que-perfeito do indicativo indica que a noção expressa pelo verbo "resolver" é anterior à expressa pelos verbos "emancipar" e "conseguir".
B (Interpretação) No texto, a expressão serve para indicar uma delimitação de significado. Na frase da alternativa, ela indica finalidade.
C (Pontuação) A virgulação da oração subordinada adverbial posposta é facultativa.
E (Emprego dos pronomes) O pronome oblíquo "lhe(s)" só pode ser empregado como complemento verbal, se este for um objeto indireto.

GABARITO "D"

Atenção: As próximas duas questões referem-se ao texto que segue.

Nas diversas épocas da história, a colonização assumiu formas que podem ter sido diferentes, mas que também se superpuseram umas às outras. Dominar outros povos foi de fato o motor da expansão, qualquer que tenha sido o motivo declarado desse "imperialismo", religioso no tempo dos árabes, religioso ainda nas expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejam consolidar a expansão de sua fé, nos séculos XVI e XVII.

O interesse político pôde ser o companheiro de todas essas formas de cruzadas. [...] O interesse econômico surge bem antes da denominada era imperialista, e afirma-se sobretudo quando, com os Atos de Navegação (1651)*, a expansão ultramarina é considerada um monopólio de toda a nação inglesa – e não apenas o interesse de seus comerciantes*.

(FERRO, Marc. **História das colonizações:** das conquistas às independências – séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O fragmento acima está sintetizado de maneira clara e correta em:

(A) A colonização – fruto, efetivamente, do desejo de domínio – realizou-se de maneiras possivelmente distintas, mas também associadas: apresentou-se, em muitos momentos, sob o signo da religião, convivendo com a motivação política; a motivação econômica firma-se no século XVII, quando a expansão ultramarina é considerada privilégio de toda uma nação (a inglesa).
(B) É passível que as colonizações sejam diferentes, mas se entrelacem, pois seu objetivo é igual – dominar povos; o imperialismo religioso dos árabes, dos católicos e protestantes, companheiro dos interesses político e econômico posterior a 1651, antes da "era imperialista", acaba no monopólio com a Inglaterra sobre a expansão ultramarina.
(C) A colonização, como a história mostra, é uma forma de cruzada, assumida de modo semelhante em alguns momentos – como no caso das várias religiões –, mas sempre significando domínio de outros povos; as expedições religiosas conviveram bem com o jogo político das nações, e que tardou com os interesses econômicos: estes dependeram da chegada de 1651 para surgir com vigor, sob o domínio inglês.
(D) Alternando, a colonização foi, nas etapas históricas, assumindo procedimentos distintos e camuflando a sua verdadeira causa: várias vezes de ordem religiosa, outra política e outra econômica; Esta é resultado dos interesses que passaram dos comerciantes para a nação inglesa como um todo, antes de surgir o imperialismo propriamente dito.
(E) O domínio dos outros povos gerou a expansão da colonização que variou de forma, inclusive superpondo causas: das diferentes religiões, que o poder

político acompanhou até o surgimento do interesse econômico, em 1651, quando a navegação, direito dos comerciantes, passou a ser da Inglaterra.

A, B, C, D e E (Interpretação) Um erro comum a todas as alternativas, com exceção da A, é que elas afirmam ter o interesse econômico surgido a partir de 1651. A alternativa A, ao contrário, afirma que ela se firmou no século XVI, ou seja, já existia anteriormente.

GABARITO "A".

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento do texto que, transformado, mantém-se em consonância com o padrão culto escrito é:

(A) surge quando mau se havia cumprido os primeiros cinquenta anos do século XVII.

(B) formas acerca de cuja eficácia ninguém tem dúvida.

(C) reações a domínio, em sua também diversidade, igualmente se superpõe uns à outros.

(D) quaisquer que, naquele momento, possa terem sido as razões.

(E) quando desejam consolidar a expansão de sua fé, grupos religiosos distintos degladiam-se um contra o outro.

A (Emprego de certas palavras / Concordância) surge quando mal se haviam cumprido os primeiros cinquenta anos do século XVII.
C (Concordância / Crase) reações a domínio, em sua também diversidade, igualmente se superpõem uns a outros.
D (Concordância / Emprego de infinitivo) quaisquer que, naquele momento, possam ter sido as razões.
E (Ortografia) quando desejam consolidar a expansão de sua fé, grupos religiosos distintos digladiam-se uns contra os outros.

GABARITO "B".

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A frase estruturada de maneira clara e em total conformidade com o padrão culto escrito é:

(A) A discussão sobre questões pertinentes aos vários temas dos grupos inscritos demandaram muita organização, que ninguém questionou porque se fazia necessário, tendo em vista que a reflexão necessita, e se deu, com serenidade.

(B) Entre tais e tão tristes casos reportados nos jornais de hoje como as enchentes, os desastres rodoviários e os regimes de excessão, o que mais me comoveu foi de ter lido sobre a falta de assistência a desprotegidos.

(C) Eles estavam ali conversando sei lá de quê; não certamente de dinheiro, como alguns imaginaram, ainda que falassem de "títulos"; mas não existem só títulos "bancários", também os há acadêmicos, como cheguei a comentar com os mexeriqueiros.

(D) Já tinha muito porque se atormentar, por isso tentava esquecer, e o fazia com muita persistência, das notícias que pareciam ter chegado a pouco, mas já eram conhecidas por todos.

(E) Não tinham sequer levantado hipótese de que fosse feito, e pelo coordenador, reparos ao texto definitivo, e ainda mais extemporaneamente, inclusive porque tinham havido já muitos comentários positivos para o grupo, vindos de renomado especialista.

A (Concordância / Regência) A discussão sobre questões pertinentes aos vários temas dos grupos inscritos demandou muita organização, que ninguém questionou porque se fazia necessária, tendo em vista que a reflexão necessita de serenidade e se deu com ela.
B (Ortografia) Entre tais e tão tristes casos reportados nos jornais de hoje, como as enchentes, os desastres rodoviários e os regimes de exceção, o que mais me comoveu foi ter lido sobre a falta de assistência a desprotegidos.
D (Concordância / Emprego de certas palavras / Regência) Já havia muito por que se atormentar, por isso tentava esquecer, e o fazia com muita persistência, as notícias que pareciam ter chegado há pouco, mas já eram conhecidas por todos.
E (Concordância) Não tinham sequer levantado hipótese de que fossem feitos, e pelo coordenador, reparos ao texto definitivo, e ainda mais extemporaneamente, inclusive porque tinha havido já muitos comentários positivos para o grupo, vindos de renomado especialista.

GABARITO "C".

Atenção: As próximas sete questões referem-se ao texto que segue.

Caracterização de Walter Benjamin

1 *O nome do filósofo, que acabou com sua própria vida durante a fuga ante os esbirros de Hitler, foi ganhando uma aura nos mais de vinte anos que desde então transcorreram, e isso apesar do caráter esotérico*
5 *dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos. A fascinação de sua pessoa e oeuvre só deixou a alternativa da magnética atração ou da rejeição horrorizada. Sob o olhar de suas palavras – onde quer que ele caísse –, tudo se metamorfoseava,*
10 *como se tivesse se tornado radioativo. A capacidade de incessantemente projetar novos aspectos – não tanto mediante a ruptura crítica de convenções quanto pela maneira, dada pela organização intrínseca, de se comportar em relação ao objeto, como se as*
15 *convenções não tivessem poder sobre ele – dificilmente conseguirá também ser captada pelo conceito de originalidade. Nenhuma das intuições desse pensador inesgotável apresentava-se como mera intuição. O sujeito, a quem pessoalmente cabiam*
20 *todas as experiências fundantes que a filosofia oficial contemporânea apenas discute de modo formal, parecia ao mesmo tempo não ter nenhuma participação nelas, mesmo porque a sua maneira, sobretudo a arte da formulação instantânea – definitiva*
25 *–, também se despojou do que, no sentido tradicional – é espontâneo e esfuziante. Ele não dava a impressão de ser alguém que criava a verdade ou a adquiria ao pensar, mas de que a citava pelo pensamento como um refinado instrumento de conhecimento, no qual imprimia a sua marca.*

(ADORNO, Theodor. Caracterização de Walter Benjamin. **Prismas**:crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 2001, p. 223-224). **Obs.**: *oeuvre*: obra.

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que o autor do excerto

(A) julga o refinado pensamento do filósofo não como original ou espontâneo, mas como verdadeiro.

(B) oferece precisa caracterização do filósofo e de sua obra, valendo-se de conceitos que lhes são aplicáveis com justeza.

(C) expõe os artifícios formais de que se valeu o filósofo para, apropriando-se dos achados da tradição, requisitar autenticidade para seu trabalho.

(D) aponta inconsistência nas formulações do filósofo, que, pouco amadurecidas mas perenes, se despegaram do necessário aporte empírico da filosofia.

(E) atribui força transformadora ao modo como o filósofo concebia e expressava seus pensamentos.

A (Interpretação) Embora o texto faça um elogio do pensamento de Benjamin, ele se dirige sobretudo ao modo como é elaborado e não se pode pressupor disso que considera sempre como verdadeiro.
B (Interpretação) O texto é muito curto e trata apenas de um aspecto da obra de Benjamim para que se possa falar em "precisa caracterização".
C (Interpretação) O texto não menciona artifícios formais.
D (Interpretação) O texto não menciona qualquer tipo de inconsistência.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O excerto autoriza a seguinte afirmação:

(A) as constantes inovações do filósofo acompanharam- se de desveladas críticas às convenções vigentes.

(B) o filósofo e sua obra adquiriram, com o tempo, unânime aprovação, atribuível à comoção gerada por seu suicídio.

(C) a natureza dos trabalhos iniciais e finais do filósofo não obscurece sua personalidade e sua obra, impactantes sob qualquer julgamento.

(D) a infinidade de novos aspectos inseridos nas análises do filósofo tornou-as tão herméticas que não podem ser captadas por espíritos menos originais.

(E) as inéditas ideias do filósofo devem ser creditadas aos seus métodos, fundamentados em experiências da filosofia oficial.

A (Interpretação) Afirma-se que o filósofo agia como se as convenções não tivessem poder sobre ele, não que ele as criticava.
B (Interpretação) Não se afirma que o filósofo e a obra tenham aprovação unânime nem que ela se deva ao seu suicídio.
D (Interpretação) Embora haja menção à dificuldade de compreensão da obra em questão, não se afirma que ela não possa ser captada por espíritos menos originais.
E (Interpretação) Ao contrário, o método do filósofo provém de uma liberdade frente às discussões formais da filosofia oficial.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto afirmar que, na obra de Benjamin,

(A) o sujeito é destituído da função central que tinha na filosofia anterior, na medida em que esse filósofo opta por não se fazer notar em seus escritos.

(B) a verdade é apenas tangenciada, já que o filósofo cita concepções já aceitas como inquestionáveis, mas não ousa nelas interferir.

(C) o diálogo com a filosofia oficial engendra-se na arte da formulação instantânea, que pressupõe o descarte de conceitos tradicionais.

(D) o modo de presença da intuição gera uma subjetividade da qual emerge não o espontâneo, mas o particular.

(E) a originalidade do pensamento, derivada da organização que lhe é intrínseca, carece de vivacidade e autenticidade, tal como as entendemos.

A (Interpretação) Não há informação que permita a inferência de que não se faz notar em seus escritos.
B (Interpretação) Ao contrário, como diz o texto, o filósofo tem uma capacidade de projetar incessantemente novos aspectos sobre aquilo que analisa.
C (Interpretação) Não há informações que permitam a inferência de que ocorre o descarte de conceitos tradicionais.
E (Interpretação) Se, como se afirma no final do texto, o filósofo imprimia sua marca na verdade que expressava, não se pode afirmar que lhe falta autenticidade.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *O nome do filósofo, que acabou com sua própria vida durante a fuga ante os esbirros de Hitler, foi ganhando uma aura nos mais de vinte anos que desde então transcorreram, e isso apesar do caráter esotérico dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos*.

Considerado o período acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) Substituindo "transcorrer" por "se passar", a frase mantém a correção gramatical com a forma "se passou".

(B) O título do texto é determinante para que a frase *que acabou com sua própria vida* tenha valor explicativo, e não restritivo.

(C) A reflexividade observada no segmento *acabou com sua própria vida* é exatamente do mesmo tipo da encontrada em "Machucaram-se muito com as ofensas recíprocas".

(D) A presença da preposição *durante* contamina a frase articulada em torno do verbo "acabar", conferindo-lhe aspecto durativo e frequentativo.

(E) A preposição *ante* tem mesmo valor do segmento grifado em "antiamericano".

A (Concordância) Uma vez que o verbo "passar" não é impessoal, ele deve concordar com o seu sujeito. No caso, o sujeito é o relativo "que", o que faz com que a concordância se faça com o antecedente: "os mais de vinte anos".
B (Pontuação: vírgula na oração adjetiva) A presença da vírgula confere valor explicativo à oração adjetiva, o que é possível pelo fato de o título já restringir o termo "filósofo", ou seja, indica de que filósofo se trata.
C (Emprego dos pronomes) No primeiro caso, a reflexividade indica que a ação praticada pelo sujeito recai sobre si mesmo; no segundo caso, que a ação é trocada entre os indivíduos que constituem o sujeito, é o que se chama também de reciprocidade.
D (Verbo: aspecto) A preposição "durante" confere a ideia de aspecto durativo (a ação possui uma certa duração) à ação que é expressa pelo substantivo "fuga". A locução verbal "acabou por se matar" tem aspecto pontual. O frequentativo é o aspecto das ações que se repetem como o que aparece no verbo "saltitar" devido ao sufixo "it".
E (Interpretação) "ante" tem valor locativo: em frente a, diante de; "anti" tem valor de oposição.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *O nome do filósofo [...] foi ganhando uma aura [...], apesar do caráter esotérico dos seus primeiros trabalhos e fragmentário dos últimos*.

Em redação clara e totalmente em concordância com o padrão culto escrito, o sentido da frase acima está preservado em:

(A) Foi ganhando uma aura o filósofo, que já tinha nome, ainda que seus trabalhos sejam de caráter esotérico e fragmentário, respectivamente os primeiros e últimos.

(B) Ainda que os primeiros trabalhos do filósofo padecessem de caráter esotérico e os últimos fragmentários, seu nome foi ganhando uma aura.

(C) Embora se considerem o caráter esotérico e fragmentário dos primeiros e últimos trabalhos, seu nome de filósofo foi recebendo aura.

(D) A despeito de os primeiros trabalhos do filósofo terem caráter esotérico e os últimos, fragmentário, seu nome foi ganhando uma aura.

(E) Seu nome de filósofo foi ganhando aura mesmo sendo esotérico nos primeiros trabalhos, e tendo caráter fragmentário nos últimos.

A (Interpretação) O nome do filósofo é que foi ganhando uma aura. Deve-se colocar "o" antes de "último" para se manter o paralelismo.
B (Interpretação) O emprego do verbo "padecer" confere um tom de crítica ausente na redação original. O trecho "últimos fragmentários" não está inserido de modo favorável sintaticamente no período.
C (Interpretação) Dá-se a entender que os primeiros e últimos trabalhos do filósofo eram ambos esotéricos e fragmentários.
E (Interpretação) O trecho "seu nome de filósofo" dá a entender que ele possui um nome só para a atividade de filósofo; além disso, é feita a afirmação de que ele é esotérico tem caráter fragmentário, já o texto original atribui essas características ao seu trabalho.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O segmento do texto que está corretamente entendido é:

(A) *como se tivesse se tornado radioativo* / à semelhança de algo que adquirisse propriedade de emanar energia.

(B) *fascinação de sua pessoa e* oeuvre / forte encantamento que elidia criador e criatura.

(C) *magnética atração* / fascínio emitido de forças internas inexploradas.

(D) *rejeição horrorizada* / desdém que provoca pânico coletivo.

(E) *tudo se metamorfoseava* / o entorno adquiria formas que se sucediam ininterruptamente.

B (Vocabulário) elidir = eliminar, retirar.
C (Interpretação) O trecho "forças internas inexploradas" não se justifica.
D (Interpretação) O trecho "provoca pânico coletivo" não se justifica.
E (Interpretação) Apenas "adquiria formas" tem alguma relação com o trecho original.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerado o contexto, é correto o que se afirma em:

(A) A expressão ao *pensar* (linhas 27 e 28) traduz uma condição.

(B) O emprego de só, na linha 6, traz implícita uma ideia de exclusão.

(C) O advérbio *mesmo*, em mesmo porque (linha 23), introduz retificação acerca do afirmado anteriormente.

(D) Em *onde quer que ele caísse* (linha 9), onde está empregado em conformidade com o padrão culto escrito, assim como o está em: "Se ele insistir, é onde direi que tenho dele as piores impressões".

(E) Ao acolherem termo sinônimo de *formulação instantânea,* sem nada lhe acrescentar, os travessões (linhas 24 e 25) justificam-se como recurso para dar ênfase à expressão que caracteriza a arte (linha 24).

A (ASPC: orações reduzidas) Ela traduz a ideia de tempo.
C (ASPC) Ele introduz uma ratificação do que foi afirmado anteriormente.
D (ASPC: emprego do "onde") Ele só pode ser empregado com valor adverbial de "lugar".
E (ASPS) O termo "definitiva" não é um qualificador do termo "formulação".
GABARITO "B"

1 Madri, 14 de julho de 1857.
Senhor,
Chegou a hora de poder humildemente comparecer
4 ante o Trono de Vossa Majestade Imperial com o segundo
volume concluído da **História geral do Brasil**, depois de
haver trabalhado às vinte horas por dia, de forma que quase
7 sinto que estes últimos seis anos da vida me correram tão
largos como os trinta e tantos anteriores. Ao ver afinal
concluída a obra, não exclamei, Senhor, cheio de orgulho,
10 "*Eregi monumentu aere perennius*" a minha triste
peregrinação pela terra. Porém caí de joelhos, dando graças
a Deus não só por me haver inspirado a idéia de tal grande
13 serviço à nação e às demais nações, e concedido saúde e vida
para o realizar (sustentando-me a indispensável perseverança
para convergir sobre a obra desde os anos juvenis, direta e
16 indiretamente, todos os meus pensamentos), como por haver
permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de
Vossa Majestade Imperial, Cujo Excelso Nome a posteridade
19 glorificará, como já o universo todo glorifica a sua sabedoria
e justiça.

Senhor! Permita-me Vossa Majestade Imperial que,
22 aproveitando-me, entretanto, dos méritos que devo haver
contraído perante o Seu espírito justiceiro com a conclusão
da **História geral** da civilização da Sua e minha pátria, eu
25 lhe abra todo o meu coração, e Lhe descubra até os mínimos
refolhos e rugas (boas e más) que nele se achem. (...)
Estas considerações dão-me por vezes horas de
28 grande tristeza... E confesso, Senhor, que, sobretudo quando
haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes
listas de despachos, e vi nelas generosamente contemplados
31 com títulos do Conselho, com crachás, com fidalguias a
tantos que eu cria terem feito pelo país e por Vossa
Majestade Imperial menos do que eu, gemi e calei (...).
34 Dirá Vossa Majestade Imperial que sou ambicioso.
E por que não, Senhor?! — A maior glória e honra do
homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é também Vossa
37 Majestade Imperial ambicioso da glória? Mal do Brasil, se
o não fora, como é, mercê de Deus. (...)
Sei que não falta gente que, insistindo em
40 considerar-me como meio literato, meio empregado
diplomático de cortesias (como dizem) fingem não saber
tudo quanto eu, politicamente, além do grande serviço desta
43 História, tenho trabalhado em favor de Vossa Majestade
Imperial e do Império. (...)
Senhor,
46 De Vossa Majestade Imperial,
O mais submisso e leal súdito
Francisco Adolfo de Varnhagen

Renato Lemos (Org.). **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 58-63 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com base no que preceituam os manuais de redação oficial e as gramáticas normativas, julgue os itens a seguir, relativos a trechos destacados da carta enviada por Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II.

(1) A impessoalidade e a reverência a autoridade superior, que caracterizam o primeiro parágrafo, contrapõem-se à forma como o remetente da carta extravasa subjetividade nos demais parágrafos apresentados.

(2) Tanto o conteúdo quanto a forma da carta são semelhantes aos de uma exposição de motivos, bastando a inserção de numeração nos parágrafos e a alteração do fecho da carta, para que o texto atendesse à formalidade adequada a uma comunicação oficial do tipo exposição de motivos.

(3) Para a correta concordância com o pronome de tratamento "Vossa Majestade Imperial" (*l*.21), o pronome possessivo "Seu", na expressão "perante o Seu espírito justiceiro" (*l*.23), deveria ser alterado para **Vosso**.

(4) O emprego do acento gráfico nas palavras "concluída" e "caí" atende à mesma regra gramatical.

(5) As formas verbais do trecho "quando haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes listas de despachos" (*l*.28-30) correspondem, quanto ao sentido, respectivamente, a **faz e foram publicadas**.

(6) Para se estabelecer a ordem direta dos elementos do período situado entre as linhas 28 e 33, deve-se suprimir a vírgula que antecede as orações coordenadas "gemi e calei" (*l*.33) e deslocá-las para a posição logo após a palavra "sobretudo" (*l*.28).

(7) Há elipse da forma verbal sou no período "E por que não, Senhor?!" (*l*.35).

(8) No período entre as linhas 39 e 44, o remetente da carta vale-se de eufemismo para mencionar que o julgamento desfavorável de algumas pessoas deve estar influenciando as escolhas de nomes para as listas de despachos.

(9) Sem se contrariar a correção gramatical, a forma verbal "fingem" (*l*.41) poderia ser substituída pela forma **finge**.

1: Errado. (Gêneros textuais) O primeiro parágrafo não é impessoal, uma vez que o emissor e o destinatário estão franca e repetidamente presentes nele. A reverência à autoridade superior também percorre todo o texto, não sendo uma exclusividade do primeiro parágrafo.

2: Errado. (Gêneros textuais) A exposição de motivos é um modelo oficial e normatizado de texto dirigido ao Presidente ou Vice-Presidente da República. Ainda que seja dirigido ao chefe do Poder Executivo da época, o texto em questão não pode ser considerado como uma exposição de motivos por diversas razões: pelo seu assunto, que é a queixa de seu emissor por não ter sido agraciado por títulos e o desejo de que isso seja reparado; pelo seu tom, em que se faz fortemente presente a função emotiva da linguagem;

E pela sua forma, que não possui as características de diagramação e organização dos assuntos requeridas por esse tipo de texto. Para maiores informações, consultar o Manual de Redação da Presidência da República:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm#_Toc26002107
3: Errado. (Emprego dos pronomes) Os pronomes de tratamento pedem concordância em terceira pessoa.
4: Certo. (Acentuação gráfica) Ambas são acentuadas pela regra do hiato: possuem como sílaba tônica um "i", que é segunda vogal de uma hiato, está sozinho na sílaba, não vem precedido por "nh", nem forma hiato com vogal idêntica.
5: Certo. (ASPS: verbo impessoal e voz passiva) Tanto o verbo "haver" quanto o "fazer" na indicação de tempo são impessoais e, portanto, não podem estar no plural. Como indicam tempo transcorrido, o seu emprego no presente do indicativo é mais natural do que no futuro. O trecho "se publicaram" constitui voz passiva sintética e pode ser substituído sem prejuízo de sentido por "foram publicadas".
6: Errado. (ASPS: ordem dos termos na oração) Seriam necessárias outras modificações para se colocar o trecho na ordem direta. São exemplos de partes deslocadas: a oração adverbial temporal "haverá pouco mais de dois anos", que está inserida entre a conjunção "quando" e o resto da sua oração principal; o adjunto adverbial "nelas", que está entre o verbo "vi" e o seu complemento "a tantos".
7: Errado. (Figuras de linguagem: elipse) A forma verbal em elipse é "seria" ou "serei".
8: Certo. (Figuras de linguagem: eufemismo) A expressão "meio literato, meio empregado diplomático de cortesias" pode ser entendida como um ataque a qualidade do trabalho intelectual do autor da carta, que é visto como um bajulador em busca de favores.
9: Certo. (Figuras de linguagem: silepse de número) O emprego da forma "fingem" com o sujeito "gente" se justifica pelo emprego da concordância siléptica, nada impede, contudo, que se empregue a concordância gramatical e o verbo vá para o singular.
Gabarito1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6E, 7E, 8C, 9C

Soy loco por ti, América

1 "A interpretação da nossa realidade com esquemas
alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais
desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais
4 solitários." Fomos "descobertos" ou reinventados pelos
colonizadores, que impuseram o sentido que mais lhes
convinha à nossa história. "Insistem em medir-nos com o
7 metro que se medem a si mesmos" e assim se consideram
"civilizados" e a nós, "bárbaros". Não se dão conta de que
"os estragos da vida são iguais para todos" e que a busca da
10 identidade própria é tão árdua e sangrenta para nós como foi
para eles. Talvez os ex-colonizadores — hoje imperialistas
— fossem mais compreensivos conosco — os "bárbaros" —,
13 se olhassem melhor para o seu próprio passado, sem a
mistificação com que o envolveram antes de exportá-lo para
nós.
16 A América Latina e o Caribe reivindicam o direito
de ter uma história própria, assim como temos uma cultura
e um esporte próprios — tão admirados por eles.
19 "A solidariedade com nossos sonhos não nos fará sentir
menos solitários, enquanto não se concretize com atos de
apoio legítimo aos povos que assumam a ilusão de ter uma
22 vida própria na divisão do mundo."
"Por que a originalidade que nos é admitida, sem
reservas na literatura, nos é negada com todo tipo de
25 suspeitas em nossas tão difíceis tentativas de transformação
social, que os colonizadores tiveram tanta dificuldade — eles
também — para encontrar e, ainda assim, com defeitos, que
28 cada vez mais ficam evidentes? Por que nos condenar a viver
"como se não fosse possível outro destino senão o de viver
à mercê dos grandes donos do mundo? Este é, amigos, o
31 tamanho da nossa solidão."
A Vila Isabel desfilou este ano, na passarela do
Sambódromo, com o tema ***Soy loco por ti, América***,
34 originalmente na música de Capinam e de Gil, reatualizando
as citações do discurso com que García Márquez recebeu o
Prêmio Nobel de Literatura em 8 de dezembro de 1982 —
37 já lá vai um quarto de século.

Emir Sader. **Jornal do Brasil**, 26/2/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com referência ao texto "***Soy loco por ti, América***", julgue os itens seguintes.

(1) Evidencia-se, no trecho selecionado, a intertextualidade, marcada explicitamente pelo emprego das aspas, estabelecendo-se, no discurso, a relação entre a voz do autor do texto e a do escritor Gabriel García Márquez bem como a remissão ao texto de Capinam e Gilberto Gil e ao desfile da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel.

(2) Há elementos no texto que permitem a inferência de que o processo de emancipação do povo latino-americano não sofreu significativas alterações no período de dezembro de 1982 a fevereiro de 2006.

(3) No discurso de García Márquez, o emprego dos pronomes de primeira e terceira pessoa expressa a tensão entre os interesses dos povos latino-americanos, "bárbaros" (*l*.8 e 12) — **nós** —, e os dos povos "civilizados" (*l*.8), os "grandes donos do mundo" (*l*.30) — **eles**.

(4) Com correção gramatical, a idéia principal desse texto assim poderia ser expressa: É necessário a ruptura com interpretações baseadas em esquemas alheios aos povos latino-americanos, tal como a mistificação do passado colonial, visto que elas constituem impecilho à compreensão da identidade destes povos bem como a sua efetiva emancipação.

(5) O trecho "que impuseram o sentido que mais lhes convinha à nossa história" (*l*.5-6) constitui uma restrição ao sentido do antecedente nominal "colonizadores" (*l*.5), o que justifica o emprego da vírgula após este vocábulo.

(6) A expressão "à nossa história" (*l*.6) é complemento do verbo **impor**, e, nela, é facultativo o emprego do acento indicativo da crase.

(7) Seria correta a substituição da forma verbal 'Insistem' (*l*.6) por **Insiste-se**, dado que tanto a partícula se quanto a flexão do verbo na terceira pessoa do plural são procedimentos legítimos de indeterminação do sujeito.

1: Certo. (Interpretação de texto) Embora o texto possua muitas passagens entre aspas que sugerem intertextualidade, não há uma indicação clara de que sejam citações de Gabriel García Márquez. O item 3 desta questão, contudo, esclarece a dúvida e permite que se afirme que de fato se trata da retomada do discurso do escritor colombiano.
2: Certo. (Interpretação de texto) O ano de 1982 é o do discurso de Gabriel García Márquez, o de 2006 é o do texto de Emir Sader. Este cita trechos do discurso, ligando-os por meio de um texto com verbos no presente, atualizando, portanto, o conteúdo dos trechos como o de uma situação ainda válida em 2006.
3: Certo. (Coesão) Gabriel García Márquez fala em nome da América Latina e do Caribe, sendo ele próprio um colombiano, temos o emprego da primeira pessoa do plural. O termo "bárbaros" constitui a depreciação que o autor diz esses povos sofrerem pelos antigos colonizadores – eles –, que se julgam civilizados.
4: Errado. (Concordância; ortografia;
Coesão) O texto apresenta algumas transgressões de norma: É necessária a ruptura com interpretações baseadas em esquemas alheios aos povos latino-americanos, tais como a mistificação do passado colonial, visto que elas constituem empecilho à compreensão da identidade desses povos bem como a sua efetiva emancipação.
5: Errado. (Pontuação: oração adjetiva) Ao contrário, a presença da vírgula confere à oração adjetiva um valor explicativo, ou seja, a informação que ela contém se aplica a todos os colonizadores.
6: Certo. (Crase) A presença do pronome possessivo torna a presença do artigo facultativa e, consequentemente, a da crase também.
7: Errado. (ASPS: voz passiva) A forma verbal "insistem" não possui sujeito indeterminado, uma vez que é possível depreendê-lo pelo contexto. A substituição proposta, que geraria um sujeito indeterminado, não é, portanto, cabível.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7E

1 O menos que se pode dizer é que a simbiose cultural
França/Brasil é coisa do passado, história, aliás, mais
interessante do que sugerem os enfoques superficiais e
4 fragmentários que, em geral, lhe têm sido consagrados, quase
sempre preocupados com o pitoresco. Lembremos, a título de
curiosidade, que, no século XVI, era o Brasil que exercia
7 influência sobre a França, seja como terra de missão, seja por
projetos de geopolítica, seja pelo tradicional atrativo que o
exótico exerce sobre o ideário francês, passando pelas
10 contaminações de vocabulário, como as palavras indígenas
que, segundo Lévi-Strauss, incorporaram-se à língua francesa
sem intermediação do português.
13 Do lado brasileiro, era um exemplo de *bovarysmo*
intelectual, que, nos oitocentos e novecentos, resultava em
inquietante, e não raro ridícula, desnacionalização mental,
16 repetindo-se, em nossos dias, com relação ao inglês e aos
Estados Unidos. Contudo, desde os começos do século XIX,
Ferdinand Denis aconselhava aos escritores que, para criar
19 uma literatura brasileira, era preciso abandonar os modelos
estrangeiros em favor da temática nacional.
Acrescentemos a tradicional "visão tropicalista" que
22 condiciona o "horizonte de expectativa francês" com relação
às literaturas latino-americanas e que nós, de nossa parte,
fazemos de tudo para encorajá-la com a imagem folclórica
25 sobre nós mesmos. Daí decorre, para lembrar apenas um
caso, que Machado de Assis seja visto no exterior como
pouco brasileiro, pois o protótipo brasileiro é Jorge Amado.

Wilson Martins. **Jornal do Brasil**, 19/11/2005 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os próximos itens.

(1) O texto permite inferir-se que "os enfoques superficiais e fragmentários" (*l*.3-4) sobre a relação entre a cultura brasileira e a francesa privilegiam a forma como esta se apresenta nos séculos XIX e XX.

(2) Depreende-se da argumentação do autor do texto que a literatura produzida por Jorge Amado atende à expectativa dos franceses, visto que reproduz a imagem folclórica do povo brasileiro.

(3) No segmento "era o Brasil que exercia influência sobre a França" (*l*.6-7), foi empregada a expressão de realce "era (...) que", compatível com o conteúdo da informação aí expressa.

(4) Mantendo-se os sentidos do texto e preservando-se a correção gramatical, o trecho "aconselhava aos escritores que (...) era preciso" (*l*.18-19) poderia ser substituído por **alertava aos escritores de que (...) precisavam**.

1: Certo. (Interpretação de texto) Quando o autor, ao criticar "os enfoques superficiais e fragmentários", pede que se lembre que no século XVI o Brasil exercia influência sobre a França, pode-se pressupor que o superficial se explica na ideia de que sempre a influência era de lá para cá e que o fragmentário, por sua vez, se explica pela concepção de que ela é fenômeno dos séculos XIX e XX.

2: Certo. (Interpretação) A parte final do texto justifica esta afirmação: *"Acrescentemos a tradicional "visão tropicalista" que condiciona o "horizonte de expectativa francês" com relação às literaturas latino-americanas e que nós, de nossa parte fazemos de tudo para encorajá-la com a imagem folclórica sobre nós mesmos. Daí decorre, para lembrar apenas um caso, que Machado de Assis seja visto no exterior como pouco brasileiro, pois o protótipo brasileiro é Jorge Amado."*

3: Certo. (ASPS: partícula de realce) A possibilidade da estrutura "é que" ser retirada, sem que isso acarrete problemas na estrutura sintática, revela ser essa estrutura uma partícula de realce ou expletiva.

4: Errado. (Regência) A reescrita proposta faria com que o verbo "alertar" fosse empregado com dois objetos indiretos (o termo "aos escritores" e a oração iniciada por "de que..."), o que a norma condena no caso desse verbo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Consciente de que, em um contexto organizacional, a redação deve apresentar correção, clareza, objetividade, coerência, adequação e concisão, considere que o seguinte trecho faça parte de um texto a ser revisto:

"Em resposta a seu estimado pedido de 10 de novembro, que lemos com atenção, pedimos-lhe a fineza de dizer a quantidade exata de cada item solicitado."

A respeito dos padrões de qualidade do texto, julgue os itens a seguir.

(1) Nesse trecho, a mensagem pode ser compreendida, mas a linguagem não é objetiva.

(2) O fragmento "Em resposta a seu estimado pedido" estaria mais adequado à comunicação oficial caso fosse reescrito da seguinte forma: Em resposta a sua prezada solicitação.

(3) Retirar a oração "que lemos com atenção" juntamente com a vírgula que a sucede torna o texto mais conciso.

(4) Há erro no emprego da forma verbal em "pedimos-lhe". O correto seria **pedimo-lhes**.

(5) No que se refere ao emprego de "dizer", é correto afirmar que esse verbo, no contexto em que aparece, apresenta o problema de ser genérico. Em seu lugar seria mais adequado o verbo **especificar**.

1: Certo. (Gêneros textuais) A presença do adjetivo "estimado", por exemplo, revela marcas de subjetividade na mensagem, uma vez que revela envolvimento emocional do enunciador.

2: Errado. (Gêneros textuais) A troca do adjetivo "estimulado" por "prezado" mantém a subjetividade.

3: Certo. (Pontuação: oração adjetiva) A oração adjetiva em questão traz uma informação de caráter explicativo que, além disso, não possui nenhuma dado importante para o entendimento do texto.

4: Errado. (Emprego de pronomes) O pronome "lhe(s)" não acarreta nenhuma alteração fonética nos verbos em que aparecer enclítico ou mesoclítico.

5: Certo. (Adequação vocabular) A variação e a precisão vocabulares são itens importantes para se obter um bom texto.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Um dos mecanismos de concisão textual consiste em eliminar ou em substituir por construções mais curtas vocábulos, expressões e até orações. Com base nessa prática, julgue a adequação e a correção gramatical das reescrituras propostas, na 2.ª parte de cada item, para os trechos apresentados a seguir.

(1) Espero que me respondas, a fim de que seja feito o esclarecimento das dúvidas. — Espero sua resposta, para que sejam esclarecidas as dúvidas.

(2) Será apresentado oportunamente o que programamos. — Será apresentado oportunamente os programas.

(3) Pediu a ele a devolução do documento que fora enviado por ocasião do término da auditoria. — Pediu-lhe a devolução, ao término da auditoria, do documento enviado.

(4) Não há qualquer coisa que possibilite a nós proceder ao pagamento que nos foi solicitado. — Não há possibilidade de nosso procedimento do pagamento solicitado.

(5) Na ocasião em que o expediente tiver início, é devido que os memorandos sejam preparados logo em seguida. — No momento que o expediente for iniciado, é devido que os memorandos se preparem logo em seguida.

(6) Nada mais havendo a tratar, subscrevemo-nos. — Atenciosamente,

---

1: Certo. (Concisão) Reescrita adequada.

2: Errado. (Concordância) Serão apresentados oportunamente os programas.

3: Certo. (Interpretação de texto) A reescrita acarreta mudança de sentido: o "término da auditoria" indicava o momento do envio do documento, passa a indicar o do pedido de devolução. O gabarito, portanto, deveria ter sido alterado para ERRADO.

4: Errado. (Interpretação de texto) A reescrita acarreta prejuízo semântico: o trecho "possibilidade de nosso procedimento do pagamento solicitado" não faz sentido.

5: Errado. (ASPC) Ambas as frases apresentam problemas de estruturação sintática que prejudicam o entendimento: No momento que o expediente for iniciado, devem-se preparar em seguida os memorandos.

6: Certo. (Interpretação de texto) O termo "atenciosamente" deixa implícita a ideia de não haver mais nada a tratar e antecede tradicionalmente a assinatura.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) As palavras de ligação são cruciais como elementos de coesão textual. Por explicitar as relações entre as idéias, tornam o texto mais claro e fácil de ser entendido. Em cada um dos itens a seguir, são apresentadas duas frases, intercaladas por uma proposta de ligação (entre parênteses). Sem se preocupar com outras mudanças a não ser a ligação entre as frases, estando elas em um único período e mantendo-se a ordem em que se encontram, julgue apenas se o elemento de coesão proposto é adequado.

(1) Chovia torrencialmente. (contudo) O trabalho não pôde ser concluído.

(2) O funcionário foi despedido. (e) Abandonou o trabalho sem concluí-lo.

(3) A secretária não se intimidou. (apesar de) O chefe era muito severo.

(4) O projeto é muito oneroso. (pois) O departamento não pode aceitá-lo.

(5) Aquela é uma indústria rica. (por isso) A população do bairro local é pobre.

1: Errado. (ASPC) Chovia torrencialmente. (portanto) O trabalho não pôde ser concluído. (relação de conclusão)

2: Certo. (ASPC) Conector adequado (relação de consequência ou conclusão, o que pode ser expresso pela conjunção "e")

3: Certo. (ASPC) Conector adequado (relação de concessão)

4: Errado. (ASPC) O projeto é muito oneroso. (portanto) O departamento não pode aceitá-lo. (relação de conclusão)

5: Errado. (ASPC) Aquela é uma indústria rica. (apesar de/mas) A população do bairro local é pobre. (relação de concessão ou oposição)

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que as frases a seguir, que contêm numerais, estejam em textos genéricos, isto é, não estejam ligadas às áreas de matemática ou de cálculo. Com base nesse ponto de vista, julgue os itens abaixo quanto ao emprego dos numerais.

(1) Os participantes discutiram vinte projetos de lei e apenas nove deles foram aprovados.

(2) Das 31 propostas, vinte ficaram para a reunião seguinte.

(3) Ao redigir a nota, observe o art. 3.º da Lei Complementar n. 95, de 1998 (LC 95/98).

(4) Naquela região, cerca de 1,2 milhões de pessoas vivem da economia informal.

1: Certo. (Redação Oficial) Em dezenas redondas e na indicação de zero a nove, o padrão é escrever os números por extenso.

2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. Como "31" não é uma dezena redonda, o mais comum é que ele será indicado por algarismos arábicos. Talvez a banca esteja considerando a regra de não se empregarem esses algarismos em começo de frase, essa regra, contudo, não se aplica no caso, pois o que inicia a frase é o "das", preposição contraída com artigo.

3: Certo. (Redação Oficial) Na numeração de artigos de leis, decretos e portarias, usa-se o ordinal até nove, e o cardinal, de dez em diante: Art. 1º (primeiro). Art. 9º (nono). Art. 10 (dez). Art. 91 (noventa e um).

4: Errado. (Concordância) Com decimais, a concordância do termo "milhão" deve ser feita com o número que aparece antes da vírgula: cerca de 1,2 milhão de pessoas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, tendo em vista o uso tecnicamente recomendado para a grafia de números, datas e horas.

(1) Foram levadas em consideração pesquisas feitas nos anos de 1.991, 1.996 e 2.001.

(2) O endereço oficial fica na Avenida das Nações, 1.020, ap. 304.

(3) Já foram gastos 3.450 milhões de reais nessa obra.

(4) O contrato expira em 1.º de dezembro de 2007.

(5) Essa fase do projeto vai de 10/8/06 a 9/8/07.

(6) O intervalo será de 10h15 a 10h30.

(7) O ponteiro parou às 13 h 20 min. 10 s.

1: Errado. (Redação Oficial) A identificação do ano não deve conter ponto entre a classe do milhar e a da centena.

2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. A regra diz que as classes são separadas por pontos (ex.: 1.750 páginas), exceto no caso de ano (ex.: em 1750), de código postal (ex.: CEP 70342-070) e de especificação de caixa postal (ex.: 1011). No caso, "1.020" não é caixa postal, mas a numeração da do endereço, portanto não se poderia afirmar categoricamente que está errado.

3: Errado. (Redação Oficial) A forma "3.450 milhões" é incorreta, ou se escreve 3,45 milhões ou 3 milhões e 450 mil.

4: Certo. (Redação Oficial) As datas devem ser grafadas por extenso, sem o numeral zero à esquerda. Exemplo: "4 de março de 1998, 1º de maio de 1998."

5: Certo (Redação Oficial) Também estaria correto se se escrevesse "de 10/8/2006 a 9/8/2007".

6 e 7: Certo e errado. (Redação Oficial) Em se tratando de horas (hora legal), recomenda-se o uso de algarismos arábicos, seguido de abreviatura, sem espaço (ex.: 12h; das 13 às 18h30).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que tratam do uso das siglas em contexto organizacional.

(1) Na primeira vez em que a sigla é mencionada no texto, o nome correspondente deve aparecer sempre antes, por extenso, seguido da sigla, que deve estar antecedida de traço, como em: Universidade de Brasília – UnB.

(2) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas, como em GDF, U.N.E., ONU.

(3) Se, em um texto, for escrito "BRB — Banco de Brasília", a forma como a sigla foi empregada deve ser considerada correta.

(4) Siglas com quatro letras ou mais têm emprego livre: podem ser escritas com todas as letras maiúsculas ou apenas com a inicial maiúscula, como em **Detran** e **INSS**.

1: Errado. (Redação Oficial) Sendo a primeira vez que a sigla aparece em um texto, é recomendável que o nome correspondente apareça por extenso, mas não é obrigatório.

2: Certo. (Redação Oficial) Essa é a recomendação oficial.

3: Certo. (Redação Oficial) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas.

4: Errado (Redação Oficial) Siglas com quatro letras ou mais serão escritas com letras maiúsculas, se todas forem pronunciadas; apenas a primeira letra será escrita com maiúscula, se a sigla for pronunciada como palavra.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere às questões técnicas para uniformidade do texto, julgue os itens subsequentes.

(1) A parte final do documento, que o encerra e por vezes contém o endereço do destinatário, denomina-se epígrafe.

(2) Para sintetizar o conteúdo do documento, o redator redige uma ementa, cuja estrutura é diferenciada em razão da natureza do documento.

(3) A identificação do signatário do documento, que é a autoridade que a expede, é feita da seguinte forma: ao final, após a assinatura, coloca-se o nome e o cargo.

(4) Para dar maior clareza ao formato do documento, deixa-se uma linha, no lugar onde o signatário poderá colocar sua assinatura.

1: Errado. (Redação Oficial) A epígrafe vem no início do documento definindo o seu assunto ou objeto.
2: Certo.
3: Certo.
4: Errado. (Redação Oficial) O local em que será feita a assinatura é indicada no final do documento pela presença do nome e abaixo dele do cargo do signatário. A assinatura é feita acima do nome, sem que haja linha alguma para determiná-la.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere o seguinte trecho de um documento:

(...)

Senhor Deputado,

1. (...)

2. Em sua proposta enviada, Sua Excelência faz uma apresentação de sugestão a fim de resolver o problema de falta de água potável na região, que temos a grata satisfação de estar registrando.

3. (...)

Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente,

(identificação do signatário)

Tendo o trecho de documento acima como referência, julgue os itens a seguir, referentes às características da redação em contexto organizacional.

(1) Nesse trecho, a saudação está redigida corretamente.

(2) A forma de tratamento está correta, mas deveria ser escrita do seguinte modo: S. Excia.

(3) No segundo parágrafo, há problemas de concisão, entre os quais se pode citar o emprego desnecessário de "enviada".

(4) O parágrafo transcrito apresenta vícios de linguagem, entre os quais estão a cacofonia e o gerundismo.

(5) O fecho é formal; portanto adequado a esse tipo de texto.

1: Errado. (Redação Oficial) Discordância quanto ao gabarito oficial. Segundo os seguintes manuais: MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MANUAL DE REDAÇÃO E DE ATOS OFICIAIS da ANA e Manual de Redação Oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a saudação está correta.
2: Errado. (Emprego de pronome) A forma "Sua" nos pronomes de tratamento indica que se está falando da autoridade; quando se fala com a autoridade, a forma mais comum é "Vossa". Pode-se, contudo, empregar a forma "Sua" para expressar extrema reverência. A abreviação, entretanto, deve ser V. Ex.ª.
3: Certo. (Vícios de linguagem) Outro exemplo de estrutura redundante é "faz uma apresentação de sugestão", que pode ser substituída por "sugere".
4: Errado. (Vícios de linguagem) A cacofonia resulta de uma ordem de palavras cuja leitura acaba por sugerir um termo licencioso, não há tal fato no texto. O gerundismo é o emprego de locuções verbais com gerúndio que são desnecessários e não fazem parte da tradição da língua, como no caso das formadas por verbo ir + infinitivo: "vou estar verificando" no lugar de "vou verificar". No caso, a locução "estar registrando" poderia ser, a bem da concisão, ser substituída por "registrar".
5: Errado. (Redação Oficial) O trecho "Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me" fere a objetividade e a concisão desejadas. Obs.: termo "Atenciosamente" é empregado para autoridades de mesma hierarquia ou hierarquia inferior; para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República, emprega-se "Respeitosamente".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

1 Há uma diferença fundamental entre a concepção
econômica do novo grupo dirigente cubano, à frente o
presidente Raúl Castro, e o modelo que está sendo
4 implantado na China. Na economia chinesa, a base é o
crescimento do PIB, enquanto na cubana é o crescimento do
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — mecanismo
7 que foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq
e pelo Prêmio Nobel Amartya Sen para avaliar outras
dimensões que não apenas o PIB e que é utilizado pela ONU
10 para medição da qualidade de vida de um povo. Segundo o
ex-assessor especial de Lula, Frei Betto, que chegou
recentemente de Cuba, onde esteve com Raúl Castro, de
13 quem é amigo pessoal, os cubanos fazem sérias ressalvas ao
processo chinês, exatamente por valorizar o crescimento
econômico sem levar em conta o desenvolvimento social.
16 Além do PIB *per capita* corrigido pela paridade do
poder de compra de cada país, o IDH leva em conta a
longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o
19 indicador se vale da expectativa de vida ao nascer. O item
educação é avaliado pelo analfabetismo e pela taxa de
matrícula em todos os níveis de ensino.

Merval Pereira. O Globo, 26/2/2008.

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Em relação às idéias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Cuba adota a mesma concepção econômica posta em prática pela China, sem maiores diferenças.

(2) O IDH é a base do modelo econômico adotado em Cuba.

(3) O trecho "que não apenas o" (*l*.9) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por além do.

(4) O trecho "que chegou recentemente de Cuba" (*l*.11-12) está entre vírgulas por tratar-se de oração subordinada adjetiva restritiva.

(5) Em "se vale" (*l*.19), o "se" indica sujeito indeterminado.

1: Errado (interpretação de texto) Toda a estruturação do texto se deve exatamente à diferença essencial entre os modelos cubano, baseado no IDH e o chinês, baseado no PIB, como demonstra o trecho inicial "Há uma diferença fundamental entre a concepção econômica do novo grupo dirigente cubano (...) e o modelo que está sendo implantado na China.
2: Certo (Interpretação de texto) O texto explica detalhadamente o que é e como funciona o modelo cubano. O trecho que comprova a informação do item é "na cubana (o modelo) é o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)".
3: Certo (Conjunção) O trecho introduzido pela locução conjuntiva "que não apenas" acrescenta uma informação semelhante às outras do contexto, numa enumeração do que é considerado para a medição do IDH. Estabelece-se, então, entre as partes do trecho uma relação de adição. É exatamente esse valor que traria a locução conjuntiva "além do". Ambas as estruturas, do original e da sugerida pelo item, seguem a mesma estruturação gramatical, não sendo necessária qualquer adaptação.
4: Errado (Período Composto) O trecho "que chegou recentemente de Cuba" qualifica o termo Frei Betto, presente em outra oração, e é centrado em torno de um verbo (chegou), e, por isso é uma oração subordinada adjetiva. A presença das vírgulas faz com que a relação entre a oração e o seu referente seja de explicação, ou seja, sabe-se quem é Frei Betto e apenas explica-se algo do contexto a respeito dele, não sendo necessário restringir o significado do termo em relação a outros. A oração em questão é, portanto, uma subordinada adjetiva explicativa, que deve vir isolada por vírgulas. As orações subordinadas adjetivas restritiva não são isoladas por vírgulas.
5: Errado (Análise sintática/sujeito) Lê-se no trecho "o indicador se vale da expectativa de vida ao nascer". O sujeito do verbo "valer" é o indicador e, por estar explícito e possuir um núcleo, é classificado como sujeito simples. A partícula "se" que acompanha o verbo tem valor de torná-lo pronominal, ou seja, trata-se de uma atitude própria do sujeito. A partícula "se" cumpre diversas funções na língua dentre elas a de apassivadora, como é incorretamente sugerido pelo item.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

1 As relações financeiras do Brasil com o restante do
mundo atravessam um momento excepcional. A passagem
do país para a condição de credor internacional é apenas um
4 marco simbólico dessa evolução, mas desperta tamanha
euforia que pode passar a falsa impressão de que o país
superou definitivamente a sua crônica dependência externa.
7 O Brasil tornou-se emprestador líquido porque o
Banco Central acumulou aplicações em dólares (reservas)
mais que suficientes para honrar toda a dívida externa —
10 a pública e a privada. Em uma situação hipotética extrema,
em que as fontes de crédito externo ao Brasil de súbito
secassem, haveria meios para saldar os compromissos
13 assumidos.
Países que equacionaram suas contas externas
tendem a ser vistos como menos arriscados pelos
16 investidores globais. Quando, além disso, as perspectivas de
crescimento da economia são favoráveis e a expectativa de
retorno de aplicações em ações e títulos públicos é elevada,
19 forma-se um caldo de cultura para a entrada maciça de
dólares sob diversas rubricas. É o caso do Brasil.

Folha de S.Paulo, 26/2/2008.

Julgue os itens que se seguem, relativos às idéias e a aspectos gramaticais do texto acima.

(1) A forma verbal "atravessam" (*l*.2) está no plural para concordar com a expressão "do Brasil com o restante do mundo" (*l*.1-2).

(2) O trecho "dessa evolução" (*l*.4) se refere à idéia antecedente expressa na primeira frase do texto.

(3) Subentende-se das informações do texto que o Brasil já superou completamente a sua dependência externa.

(4) A forma verbal de subjuntivo "secassem" (*l*.12) se justifica por se tratar da citação de uma situação hipotética.

(5) A entrada maciça de dólares no país decorre do equacionamento das contas externas, das perspectivas de crescimento e da expectativa de retorno de aplicações em ações e títulos públicos.

1: Errado (Concordância) O sujeito do verbo "atravessam" é "As relações financeiras do Brasil com o restante do mundo" e seu núcleo é o substantivo "relações". Trata-se de um termo no plural e a regra básica de concordância verbal diz que o verbo deve acompanhar seu referente em número.
2: Certo (Coesão) O pronome demonstrativo tem função coesiva entre as partes do texto, retomando ideias anteriores e relacionando-as a informações seguintes. O primeiro período do texto tem função introdutória e situa o assunto de que se fala de maneira positiva. O pronome dessa (de+essa) une a informação do segundo período àquela apresentação e retoma a ideia positiva na palavra que acompanha "evolução"
3: Errado (Interpretação de texto) O texto trata justamente da diferença entre independência econômica e possibilidade de honrar dívidas.

Como se vê no trecho “passar a falsa impressão de que o país superou definitivamente a sua crônica dependência externa”, pensar em independência é uma ideia falsa.
4: Certo (Interpretação de texto) O subjuntivo é considerado o modo verbal que ao invés de expressar uma certeza, como faz o indicativo, expressará uma ideia de dúvida, exprime uma ação irreal, hipotética. De acordo com o início do período, é exatamente essa a função do verbo e do trecho em que ele se insere.
5: Certo (Interpretação de texto) O equacionamento gera uma baixa taxa de risco que associada ao crescimento e expectativa de retorno, segundo o texto, gera “um caldo de cultura para a entrada maciça de dólares sob diversas rubricas.”

Gabarito1E, 2C, 3E, 4C, 5C

1 O boom no preço das commodities exportadas pelo
Brasil amplia o fôlego da economia nacional para absorver
importações crescentes sem ameaçar o equilíbrio externo.
4 O nível do câmbio, entretanto, também produz efeitos
adversos, não neutralizados pela política econômica.
O dólar minguante reduz o número de empresas
7 locais capazes de competir com rivais estrangeiras. Vai-se
concentrando em apenas dois segmentos — agropecuária e
mineração — a competitividade dos produtores nacionais.
10 O ponto fora da curva, a anomalia macroeconômica que
resiste aos tempos de bonança, continua sendo a taxa de juros
básica praticada no Brasil.I

Idem, ibidem.

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Em relação às palavras e expressões empregadas no todo acima, julgue os itens a seguir.

(1) A palavra “fôlego” (*l*.2) está sendo empregada em sentido conotativo e tem o mesmo significado de **força, resistência.**

(2) As palavras “equilíbrio” e “câmbio” recebem acento gráfico com base na mesma regra gramatical.

(3) O termo “entretanto” (*l*.4) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e a informação original do período, ser substituído por qualquer um dos seguintes: contudo, mas, porém, todavia, conquanto.

(4) A palavra “neutralizados” (*l*.5) está sendo empregada com o sentido que compreende as seguintes idéias: eliminados, solucionados, resolvidos.

(5) A substituição de “**Vai-se concentrando**” (*l*.7-8) por Vai sendo concentrado mantém a correção gramatical do período.

1: Certo (Valor semântico) “Fôlego” é originalmente um termo do campo semântico da respiração, mas já é antiga a associação do termo por derivação de sentido à ideia de esforço em campos mais genéricas. Apesar de inicialmente conotativa, a acepção já se encontra relativamente dicionarizada (ânimo para continuar algo que requer esforço; coragem – dicionário Houaiss).
2: Certo (Acentuação) Diz a regra de acentuação que palavras paroxítonas (a sílaba tônica é a penúltima) terminadas por ditongo oral (união de duas vogais em uma mesma sílaba, sendo a primeira fraca e a segunda forte) são acentuadas. Em ambos os casos a regra se cumpre. É importante que as regras de acentuação apenas marcam a tonicidade das sílabas, não diferenciando a necessidade de acento agudo (som aberto) e circunflexo (som fechado)
3: Errado (Conjunção) A conjunção “entretanto” tem valor de adversidade, ou seja, une duas informações opostas. Dentre as possibilidades de substituição propostas contudo, mas, porém e todavia possuem o mesmo valor. Já a conjunção conquanto tem valor de concessão, ou seja indicam um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração anterior.
4: Certo (Valor semântico) Os efeitos adversos do campo continuam a existir, portanto, é justamente a negativa da ideia de neutralizar da acepção “tornar(-se) nulo, inativo; fazer perder ou perder a força, a serventia; Eliminar, inutilizar(-se)” (Dicionário Houaiss) que foi usada.
5: Errado (Conjugação verbal) A partícula “se” cumpre diversas funções, entre elas a de apassivadora do verbo na formação da voz passiva sintética, que tem na sua forma analítica o verbo auxiliar ser mais o particípio do verbo principal. É esta transformação que erroneamente propõe o item. Na expressão “Vai-se concentrando” a partícula “se” participa da formação da ideia pronominal em que o verbo indica uma atitude própria do sujeito.

Gabarito1C, 2C, 3E, 4C, 5E

1 O Brasil só conseguiu passar da condição de país
temerário para a aplicação de recursos, em uma época de
prosperidade mundial, para a de mercado preferencial dos
4 investidores, justamente no auge de um período de
turbulência financeira nos mercados internacionais, porque
está colhendo agora os resultados de uma política econômica
7 ortodoxa. A preservação dessas conquistas e o seu
aprofundamento dependem da capacidade e da disposição
dos políticos em aprovar reformas como a tributária, que
10 precisará concentrar as atenções do Congresso neste ano.
Certamente, o recorde de atração de investimentos
externos confirmado agora tem relação direta com o fato

13 de o país ter-se transformado de devedor em credor
internacional. Ao assegurar um volume de reservas cambiais
superior ao necessário para garantir o pagamento da dívida
16 externa, o Brasil tranqüilizou os credores sobre a sua
possibilidade de honrar os compromissos. Com isso,
transferiu para o passado o clima de instabilidade permanente
19 dos tempos recentes, em que ainda se mostrava
excessivamente vulnerável.

Zero Hora (RS), 26/2/2008 (com **adaptações**).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com referência às idéias do texto acima e às estruturas linguísticas nele empregadas, julgue os itens abaixo.

(1) Imediatamente após “para a” (*l*.3), subentende-se o termo elíptico **condição**.

(2) Na época de prosperidade mundial, o Brasil era um país seguro para a aplicação de recursos.

(3) Uma política econômica ortodoxa resultou na queda do risco do Brasil em relação à rentabilidade das aplicações financeiras.

(4) A expressão “dessas conquistas” (*l*.7) refere-se diretamente ao segmento “atração de investimentos externos confirmado agora” (*l*.11-12).

(5) A substituição de “Ao assegurar” (*l*.14) por **Quando assegurou** prejudica a correção gramatical do período e altera as suas informações originais.

1: Certo (Coesão) O artigo “a”, com valor de pronome demonstrativo, tem função coesiva de retomar o termo anterior evitando a repetição e estabelecendo relações de sentido entre as partes do texto. Pelo contexto linguístico dos termos, indicado pelo uso da preposição “para” que liga o trecho subsequente à ideia do verbo passar (de algo para algo), podemos entender que o que muda é a condição, de temerário para preferencial.

2: Errado (Interpretação de texto) Na época de prosperidade o Brasil era visto como um investimento temerário. O que demonstra isso é o adjunto adverbial de tempo subsequente à informação no trecho “O Brasil só conseguiu passar da condição de país temerário para a aplicação de recursos, em uma época de prosperidade mundial”

3: Certo (Interpretação de texto) Lê-se no texto “os resultados de uma política econômica ortodoxa.” Os resultados são justamente a passagem de temerário para preferencial para os investidores.

4: Errado (Coesão) O pronome demonstrativo dessa (de+essa) tem papel coesivo e une o conteúdo do primeiro período do texto ao seguinte retomando toda a ideia da conquista econômica anteriormente explicada. Além da construção textual que não deixa margem para dupla interpretação da referência do pronome, o pronome demonstrativo de segunda pessoa (esse e flexões) faz referência àquilo que já foi dito no discurso, enquanto o de primeira pessoa (este e flexões) é que faz referência àquilo que vai ser dito posteriormente.

5: Errado (Oração subordinada) A expressão “ao assegurar” é uma oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo, ou seja, contextualiza temporalmente a informação da oração a que se liga, mas sem a necessidade de se ligar a ela por conjunção pela forma nominal em que está conjugado o verbo. Ao se transpor essa oração para a sua forma desenvolvida é necessária a presença de uma conjunção de valor temporal e que o verbo seja conjugado no tempo verbal adequado, exatamente como propõe o item.

Gabarito1C, 2E, 3C, 4E, 5E

1 O afastamento de Fidel Castro, como quer que deva
ser analisado de diversos pontos de vista, tem certamente
significado simbólico. Ele aponta para o fim de uma singular
4 experiência revolucionária no hemisfério, que, não obstante
o que aparece como sobrevida melancólica nas condições
de hoje, ao nascer incendiou romanticamente a imaginação
7 de muitos de nós e nos mobilizou. Eram os tempos
provavelmente mais quentes da Guerra Fria, e a fantasia de
uma alternativa socialista e revolucionária atraía muitos
10 jovens generosos, estimulados pela visão sartriana de um
furacão benigno sobre Cuba, protagonizado igualmente por
jovens abnegados e heróicos. A movimentação resultante
13 concorreu, naturalmente, para que o processo político
brasileiro desaguasse no desastre de 1964, enquanto em
plano mundial se evidenciava a face bárbara da
16 experimentação com o socialismo e se engendrava a
dinâmica que terminaria por inviabilizá-lo. Felizmente, as
circunstâncias do presente permitem, quando nada, evocar
19 com bom humor algo do clima do imediato pós-Revolução
Cubana — e quem sabe procurar refletir de novo sobre
importantes e perenes temas políticos.

Fábio Wanderley Reis. Valor Econômico, 24/2/2008 (com **adaptações**).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O pronome "Ele" (*l*.3) retoma o antecedente "Fidel Castro" (*l*.1).

(2) O termo "não obstante o" (*l*.4-5) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para as informações originais do período, ser substituído por apesar do ou a despeito do.

(3) A palavra "incendiou" (*l*.6) está sendo empregada em sentido conotativo, com o significado de estimulou.

(4) O trecho "incendiou romanticamente a imaginação de muitos de nós e nos mobilizou" (*l*.6-7) confere um traço de subjetividade ao texto.

(5) A expressão "se engendrava" (*l*.16) está sendo empregada com o sentido de **rejeitava, recusava**.

1: Errado (Interpretação de texto) O pronome "ele" retoma o termo "afastamento" de que fala, tanto a locução adjetiva "de Fidel Castro" como todo o conteúdo do primeiro período. O pronome funciona como elemento coesivo entre os dois períodos e retoma todo o conteúdo anterior para continuar o desenvolvimento da argumentação. A estrutura do texto não deixa margem para dupla interpretação, já que o texto como um todo vai desenvolver qual é o caráter simbólico do afastamento.

2: Certo (Conjunção) A relação estabelecida entre as partes do texto pela conjunção "não obstante" é de concessão, ou seja, indica um obstáculo que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. As conjunções apresentadas pelo item possuem o mesmo valor e, pela presença da preposição, podem substituí-la sem qualquer prejuízo gramatical ou de sentido.

3: Certo (Valor semântico) O campo semântico do verbo incendiar é originalmente o do sentidos táteis, o fogo, e seu significado é "fazer arder ou arder, inflamar(-se), incender(-se)". É de uso recorrente a ideia de incendiar associada aos ânimos pessoais, no sentido de aumentar o desejo de algo. Essa acepção, apesar de conotativa, encontra-se inclusive dicionarizada por derivação figurada, de acordo com o dicionário Houaiss: "tornar(-se) vivo, caloroso;
Excitar(-se), acalorar(-se), animar(-se)"

4: Certo (Interpretação de texto) A presença dos pronomes de primeira pessoa do plural dão caráter pessoal à argumentação, ou seja, deixa claro que o autor se envolve pessoalmente com o assunto. A primeira pessoa é a marca mais clara de subjetividade, uma vez que deixa claro qual é o sujeito que exprime a opinião. Além disso, termos como "romanticamente", "imaginação" e "mobilizou" tratam de valores sentimentais, outra marca da subjetividade.

5: Errado (Valor semântico) O verbo "engendrar" significa criar, gerar, produzir. Não há qualquer possibilidade de relação semântica de negação com o termo como propõe o item.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Luiz Carlos Azevedo (**Correio Braziliense**, 24/2/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Um dos maiores conquistadores que o mundo conheceu foi Gengis Khan (1162-1227), que unificou os mongóis, atravessou a Grande Muralha e conquistou a China, estendendo depois seu império até a Pérsia, a Turquia, a Rússia e a Ucrânia.

(2) Seus filhos e netos conquistariam mais tarde a Síria, a Indochina, a Sibéria, o Afeganistão, o Paquistão e uma parte da Índia. O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído ao gênio militar e à Horda Dourada, o formidável exército de arqueiros turcos montados, capazes de acertar uma flecha a 500 metros, que foi a mais temível artilharia ligeira da época.

(3) Gengis Khan, cujo nome significa "imperador do mundo" é um dos grandes personagens da Era Cristã, mas seu império desmoronou porque não foi capaz de constituir instituições sólidas.

(4) Nômades, os generais de Gengis Khan eram dominadores brutais — mataram mais de um milhão de persas — e viviam de uma economia adequada a manutenção de seus exércitos (a pecuária e o saque), mas que levou seus dirigentes sedentários à um beco sem saída histórico.

(5) Boa parte dos violentos conflitos étnicos nas sinuosas fronteiras do Oriente tem origem nesses antigos domínios. Os mongóis acabaram voltando aos territórios de origem, onde cultuam Khan e preservam seus costumes tribais.

1: Certo (Concordância) O sujeito da oração do verbo "foi" é representado por uma expressão partitiva, "um", que indica uma seleção de um elemento dentro de um grupo, acompanhada de uma locução adjetiva que explica de que grupo se fala, a saber no trecho, "dos maiores conquistadores que o mundo conheceu". O termo "um" cumpre o papel sintático de núcleo do sujeito, no entanto é esvaziado de sentido sem a locução. O núcleo semântico do sujeito é o termo "conquistadores". Essa estrutura pode fazer com que um leitor mais desatento identifique como núcleo sintático do sujeito o termo "conquistadores", e a reescrita da frase seria "Um dos maiores conquistadores que o mundo conheceu foram Gengis Khan", o que causaria um erro de concordância com o verbo no plural

2: Errado (Regência) No trecho "O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído ao gênio militar e à Horda Dourada", o verbo está na voz passiva, ou seja, o poderio de Gengis Khan é atribuído por alguém. O verbo atribuir tem dupla regência, ou seja, quem atribui, atribui algo a alguém. O complemento introduzido pela preposição "a" está na forma do pronome oblíquo "lhe", que substitui o nome do guerreiro para evitar a repetição, já que o termo aparece logo anteriormente (o poderio de Gengis Khan). Ao se introduzir os trechos "ao gênio militar" e "à Horda Dourada" pela preposição "a", o texto produz incoerência, já que o complemento pedido pela preposição, em regência e significado, está no pronome "lhe". As expressões têm função de agente da situação, são os elementos que fazem com que Gengis Khan tenha poder, são, portanto, agentes da passiva e deveriam ser regidos pela preposição "por". Na reescrita correta teríamos: "O poderio de Gengis Khan lhe é atribuído por seu gênio militar e pela Horda Dourada"

3: Errado(Pontuação) O termo "Gengis Khan" está acompanhado por uma oração subordinada adjetiva que explica o significado de seu nome, "cujo nome significa 'imperador do mundo'". Esse tipo de oração pode ocorrer de duas formas: quando isolada por vírgulas, tem função de explicar um termo já determinado e quando não aparece entre vírgulas restringe o sentido do termo qualificando-o dentro de um grupo de semelhantes. No trecho em análise, ocorre vírgula antes do início da oração, mas a pontuação não aparece para isolá-la do resto do trecho ao seu fim. Por se tratar de um personagem já conhecido, ou seja, é desnecessário a restrição do sentido do termo, a escrita com a pontuação mais adequada seria: "Gengis Khan, cujo nome significa "imperador do mundo" é um dos grandes personagens da Era Cristã"

4: Errado (Regência) O adjetivo adequado rege complemento com a preposição "a". No trecho "e viviam de uma economia adequada a manutenção de seus exércitos", a ausência da crase para introduzir o termo "manutenção", feminino singular e, assim, acompanhado do artigo, não cumpre com a exigência da regência do termo

5: Certo (Concordância) O verbo "ter", quando conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, deve ser grafado com acento circunflexo. O sujeito da oração é extenso e tem núcleo semântico no termo "conflitos", o que pode levar a uma concordância semântica do

verbo no plural. No entanto, o núcleo sintático do sujeito é o termo "parte", que vem acompanhado da locução adjetiva "dos violentos conflitos étnicos nas sinuosas fronteiras do Oriente". Como o núcleo sintático é um termo singular, é correto a grafia do verbo sem acento para que seja feita a concordância.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

O preço do saneamento

Falta saneamento básico para 2,6 bilhões de pessoas, ou 41% da população mundial. A ONU afirma que o problema poderia ser solucionado em duas décadas, com investimentos anuais de 10 bilhões de dólares.

A falta de saneamento causa: a morte de 42.000 pessoas por semana no mundo; a morte de uma criança a cada 20 segundos.

Seria possível solucionar o problema com: o equivalente a 1% dos investimentos militares feitos anualmente no mundo; o equivalente ao dinheiro gasto pelos europeus com sorvete.

Holofote. *In:* **Veja**, 13/2/2008, p. 42 (com adaptações).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Infere-se do texto que a população mundial é formada por mais de 6 bilhões de pessoas.

(2) Considere que, em cada ano das próximas duas décadas, não se consiga investir o total necessário para solucionar os problemas da falta de saneamento, mas apenas 60% do que for conseguido no ano anterior, e que, no primeiro ano das próximas duas décadas, seja investido o valor máximo estimado de 10 bilhões de dólares. Dessa forma, o valor investido no 5.º ano corresponderá a menos de 1 bilhão de dólares.

(3) Considerando que uma semana equivale a 7 dias de 24 horas cada, é correto afirmar, de acordo com o texto, que, das 42.000 mil pessoas que morrem por semana no mundo tendo como causa da falta de saneamento, mais de 70% são crianças.

(4) O texto permite concluir que o valor dos investimentos militares por ano, no mundo, é de cerca de 1 trilhão de dólares.

1: Certo (Interpretação de texto) O dado numérico do texto é "2,6 bilhões de pessoas", que vem acompanhado do aposto explicativo "41% da população". Se 2,6 bilhões de pessoas equivale a 41%, com cálculos rápidos é possível perceber que 100% é mais que 6 bilhões.

2: Errado (Interpretação de texto) Se a cada ano o valor diminui a 60%, temos 1º ano – 10 bilhões, 2º ano – 6 bilhões, 3º ano – 3,6 bilhões, 4º ano – 2,16 bilhões, 5º ano – 1,296, ou seja, no quinto ano o investimento ainda será maior que 1 milhão.

3: Certo (Interpretação de texto) O texto afirma que morre uma criança a cada vinte segundos, ou seja, são três crianças por minutos, 180 por hora, 4320 por dia e 30240 por semana, número que equivale a mais de 70% de 42 mil.

4: Certo (Interpretação de texto) 1% dos investimentos militares equivale a 10 bilhões, portanto 100% é igual a 1 trilhão

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A respeito da redação de atos normativos, julgue os itens a seguir.

(1) Um texto normativo deve dirigir-se sempre a pessoas de nível intelectual alto e homogêneo; portanto, para compreender o vocabulário utilizado, muitas vezes, o cidadão comum tem de recorrer à consulta a dicionário.

(2) Um requerimento a um departamento deve ser um texto impecável. No entanto, quem escreve um simples recado a um interlocutor com pouca escolaridade não precisa estar atento a certos aspectos lingüísticos, como, por exemplo, a correção gramatical.

(3) O emissor de uma mensagem, ao incorrer em inadequação vocabular ou rebuscamento, poderá não produzir o efeito pretendido no receptor, que, por não entender o teor da mensagem, ficará obrigado a novos contatos, a novas consultas.

(4) Quem escreve deve evitar a tautologia, que consiste na repetição de palavras com o mesmo sentido.

(5) Em resposta a uma consulta, o redator deve preocupar-se em responder apenas àquilo que lhe foi perguntado, sem considerar outras possíveis dúvidas do consulente.

(6) Na resposta a uma consulta, os aspectos positivos de uma situação devem ser apresentados antes dos negativos.

1: Errado (Redação oficial) É exigência dos textos oficiais que sejam acessíveis a todos os cidadãos. Para isso, "a redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade". O manual é bastante incisivo quanto à importância da acessibilidade do texto: "Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos"

2: Errado (Redação oficial) A citação do item anterior responde também às exigências deste. A fim de ser acessível a todos, a redação de atos normativos e comunicações oficiais deve seguir os mesmos cuidados: "A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações;

De outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade. As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada."

3: Certo (Redação oficial) Como visto nos outros itens, é inadequado à redação oficial que a escrita não permita o entendimento eficiente da mensagem. Uma mensagem mal formulada levaria a novas buscas por entendimentos ou até mesmo a erros de interpretação, algo condenado pelo manual de redação da presidência da república.

4: Certo (Redação oficial) Para que excessos sejam evitados, questões de estilo devem ficar em segundo plano, privilegiando a clareza. Assim dispõe o texto oficial: "LEI COMPLEMENTAR No 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.(...) CAPÍTULO II - DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS. (...) Seção II - Da Articulação e da Redação das Leis. (...) Art. 10. Os textos legais

serão articulados com observância dos seguintes princípios: II - para a obtenção de precisão: b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico"
5: Errado (Redação oficial) Como dispõe o manual oficial, a economia linguística não deve ser entendida como economia de ideias: "O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se devem eliminar passagens substanciais do texto no afã de reduzi-lo em tamanho." O leitor deve ser informado de maneira completa e eficiente sobre o assunto em questão.
6: Certo (Redação oficial) A hierarquização das informações nas respostas de consultas, padroniza que devem aparecer primeiramente àquelas que respondem positivamente ao consulente, sendo seguidas das informações negativas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Ao escrever um texto, determinado profissional produziu a frase:

A inflação é a maior inimiga da Nação. É meta prioritária do governo eliminá-la.

Insatisfeito, ele a reescreveu da seguinte maneira:

A inflação é a maior inimiga da Nação; logo, é meta prioritária do governo eliminá-la.

Acerca dessa situação, julgue os próximos itens.

(1) Ao reescrever a frase, o referido profissional preocupou-se com a coesão textual.

(2) O profissional poderia substituir "eliminá-la" por eliminar-lhe, e, dessa forma, a frase estaria mais bem formulada e de acordo com a escrita padrão.

1: Certo (Coesão) A conjunção "logo" é um elemento coesivo e une as duas orações do enunciado estabelecendo entre elas uma relação de consequência da segunda para com a primeira. Apesar de não haver qualquer problema gramatical ou de coerência no primeiro trecho, o segundo torna as relações textuais mais explícitas.
2: Errado (Pronome/regência) O verbo eliminar é transitivo direto, ou seja, não exige uma preposição para se relacionar ao seu objeto. Quando o objeto verbal é um pronome oblíquo átono, que serve como elemento de coesão, evitando a repetição de um termo anteriormente citado, devemos usar "o" e suas variantes (no texto, foi usado o feminino singular "a", transformado por adaptação fonética em "la") na ausência da preposição e "lhe" quando a ideia da preposição está inserida na posição que ocupa o pronome. Portanto, o verbo "eliminar" rege corretamente apenas o pronome "a".

Gabarito 1C, 2E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) No que concerne às qualidades essenciais do texto, julgue os itens seguintes.

(1) Se, em um texto de redação oficial, aquele que o escreve ou revisa decidir usar o trecho "Durante o ano de 2008", em vez de "Neste ano", estará tornando o texto menos conciso.

(2) A substituição da expressão "o mesmo" por o texto, em "A secretária redigiu um memorando. Espero que o mesmo agrade aos interessados", tornaria esse trecho mais claro e preciso.

(3) A frase "O jornal deu a notícia em primeira mão" ficaria mais precisa se a forma verbal "deu" fosse substituída por publicou, que é mais específica para o contexto.

(4) No trecho "Era um excelente médico. Todos os seus pacientes o adoravam", o uso do termo clientes no lugar de "pacientes" seria mais adequado, pois imprimiria mais precisão à frase.

1: Certo (Coesão) Deve-se observar que a prova em questão data de 2008, ou seja, "neste ano" é equivalente em contexto a "2008". Na escrita, a referência extratextual funciona como elemento de coesão, permitindo ao leitor o uso de certos dados implícitos para entendê-lo. Tornar um texto mais conciso é fazê-lo mais preciso e direto, elementos sempre recomendados pela redação oficial.
2: Certo (Coesão) O uso do termo "o mesmo" como pronome demonstrativo e elemento coesivo não é recomendado pela gramática formal. Seu uso pode levar a confusões de referência ao termo de que se fala e, em geral, pode ser facilmente substituído por termos mais claros e naturais ao texto. A proposta de substituição leva em conta exatamente isso: o termo "o texto" evita repetição como o pronome "mesmo" e torna a leitura mais natural que a escrita anterior, portanto, mais clara e precisa.
3: Certo (Valor semântico) O verbo "dar" é genérico e atende a diversas circunstâncias. Por se tratar de uma publicação, termos com valores semânticos do mesmo âmbito tornam a leitura mais precisa. A alteração proposta deixa claro que a notícia foi passada a outros por meio de sua publicação no jornal. Originalmente, poderia ser entendido que o jornal repassou-a de outras maneiras, por exemplo, a outros meios de comunicação.
4: Errado (Valor semântico) O termo "clientes" pode ser usado para tratar da relação entre um médico e a pessoa a ser atendida e encontra-se dicionarizada com esta acepção. No entanto, o uso recorrente da língua privilegia o termo "paciente", já que o médico presta um serviço específico de prestar assistência ao cliente, ou seja, quem recebe o atendimento é paciente do cuidado médico.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Os itens a seguir contêm orações absolutas que podem ser ligadas umas às outras por elementos coesivos e transformadas em períodos compostos. Julgue esses itens quanto à adequação do elemento coesivo proposto, entre parênteses, para fazer a ligação entre as orações.

(1) A inflação crescia. O preço das mercadorias aumentava. (porque)

(2) Aquele é um país rico em minérios. A maior parte da população é pobre. (mas)

1: Certo (Conjunção) A conjunção "porque" estabelece entre as orações uma relação de coordenação, ou seja, trata-se de orações com estruturas sintáticas independentes, mas que estabelecem entre elas uma relação semântica. A relação semântica entre elas é de explicação, ou seja, a segunda apresenta uma justificativa para o fato expressa na primeira, valor expresso pela conjunção proposta.
2: Certo (Conjunção) A relação entre as duas orações do item é também de coordenação, como explicado no item anterior, e a relação semântica entre elas é de oposição: ser rico em minérios contradiz que a população seja pobre. A conjunção "mas" é adversativa e sua função é exatamente a de unir informações opostas.

Gabarito 1C, 2C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, assinalando como errados aqueles que contêm frases em que há vício de linguagem e como certos aqueles em que não há esse tipo de vício.

(1) Ao saírem do trabalho, o diretor disse ao secretário que precisavam voltar ao seu escritório.

(2) Há um forte elo afetivo entre as pessoas daquela família.

(3) Já que eu não posso amar ela, vou procurar outro amor.

(4) No verão, a população sofre de desidratação.

(5) Há alguns anos atrás, ele emitia suas próprias opiniões pessoais mais facilmente.

(6) Aguarde, por favor. Ainda hoje, nosso representante vai estar lhe telefonando.

(7) Se o senhor ficar online, vou lhe mandar agora as instruções para achar facilmente nosso sítio, mas não espalhe que isso é em off.

(8) Foi feita, finalmente, uma faxina no escritório a nível de material de consumo.

(9) Em resposta ao seu pedido, seguem novamente as instruções para o novo trabalho.

(10) Solicito providências no sentido de se resolver o problema.

(11) Outrossim, acrescento que estarei a seu inteiro dispor.

(12) A diretoria decidiu iniciar o processo de inscrições para um concurso a ser realizado em âmbito nacional.

1: Errado (Vício de linguagem/Coesão/ambiguidade) O pronome possessivo "seu" gera dupla interpretação, Como o texto apresenta dois envolvidos homens e não especifica qual deles é o dono do escritório, o diretor ou o secretário, a referência do pronome é ambígua.

2: Certo (Vício de linguagem) A palavra "elo" permite o uso da preposição "entre" sem qualquer excesso ou redundância, já que a preposição apenas indica quais elementos estão unidos pelo "elo". Muitas vezes se lê "o elo de ligação", que constitui um pleonasmo, o que não é o caso do item.

3: Errado (Vício de linguagem/Pronome) Os pronomes pessoais são divididos em três tipos de acordo com sua função: os de tratamento, que indicam relação de respeito, os do caso reto, que funcionam essencialmente, como sujeito do verbo com o qual se relacionam, e os do caso oblíquo, que funcionam como objeto do verbo com que se relacionam. No item, o pronome pessoal "ela" foi usado na função de objeto. O pronome "que" cumpriria corretamente a função do "a" na forma "Já que não posso amá-la", já que sofreria uma adaptação fonética na ligação enclítica com o verbo.

4: Errado (Vício de linguagem/Eco) Apesar de muito apreciada na linguagem poética, a rima não funciona da mesma forma em outras situações. No exemplo, a terminação, num trecho curto de texto, de três palavras na mesma sílaba deve ser evitada por constituir um "eco" desagradável para a comunicação formal e não-literária em prosa.

5: Errado (Vício de linguagem/Pleonasmo) O enunciado apresenta excessos linguísticos, ou seja, repete desnecessariamente termos de mesmo valor semântico. São os casos de "Há muitos anos atrás" (o verbo haver, quando indica passagem de tempo, já tem em si a ideia de passado) e "suas próprias opiniões pessoais" (o pronome possessivo já indica que as opiniões são da própria pessoa, e, portanto, pessoais)

6: Errado (Vício de linguagem /Gerundismo) A forma nominal do gerúndio tem por objetivo indicar que uma ação está em curso, ou seja, deve ser usado quando se queira mostrar que uma ação pontual está inserida na passagem do tempo em que outro algo acontece. O uso do gerúndio desnecessariamente e em um formato também excessivo (ir+estar+gerúndio) constitui um vício de linguagem e deve ser evitado.

7: Errado (Vício de linguagem/Estrangeirismo) Considera-se como um barbarismo da língua o uso desnecessário de palavras de língua estrangeira, ou seja, quando já existe uma palavra ou expressão correspondente na língua portuguesa.

8: Errado (Vício de linguagem) "A nível de" é uma expressão do campo semântico das medidas e indica que dois elementos estão na mesma altura. O seu uso em outros campos semânticos indica uma associação de sentido que não é clara e deve ser evitada.

9: Certo (Concordância) A frase concorda corretamente o verbo "seguem" com seu sujeito plural posposto "as instruções".

10: Errado (Vício de linguagem/prolixidade) A frase apresenta um excesso linguístico na ligação entre as partes. Para que a escrita seja clara e coerente, excessos devem ser evitados. A expressão "no sentido de" indica direção e pode ser substituída por uma preposição de sentido mais claro e específico ao contexto: "solicito providências para resolver o problema"

11: Errado (Vício de linguagem/pleonasmo) É comum o uso da expressão "outrossim com o significado de "por outro lado". Isso constitui um erro, pois o seu significado dicionarizado é "além disso". Ou seja, a expressão tem o mesmo valor semântico do verbo "acrescento", ou seja, trata-se de um pleonasmo, a repetição de termos com o mesmo valor.

12: Certo (Vício de linguagem) O trecho apresenta vocabulário e estrutura adequados aos padrões da língua.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes à correspondência oficial.

(1) A redação oficial, ou seja, a maneira pela qual o Poder Público redige os atos normativos e comunicações, caracteriza-se pela linguagem formal e pela padronização e uniformidade dos documentos emitidos.

(2) Estão corretos os vocativos "Excelentíssimo Senhor Presidente da República", "Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal" e "Senhor Senador".

(3) No endereçamento de comunicação dirigida a autoridades tratadas por Vossa Excelência, como é o caso dos senadores, deve constar o seguinte:

Ao Digníssimo Senhor Senador
Fulano de Tal
Senado Federal

(4) Na identificação do signatário, a forma padrão deve ser:

(espaço para assinatura)
____
(NOME)

(5) O Manual de Redação da Presidência da República estabelece apenas dois fechos para todas as modalidades de comunicação oficial: "Respeitosamente" — para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República — e "Atenciosamente" — para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

1: Certo (Redação oficial) Lê-se na introdução do Manual de redação da presidência da república: "Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem.", ou seja, é necessário que certas regras e padrões organizem a escrita oficial para que esta seja clara.

2: Certo (Redação oficial) De acordo com o manual oficial, o uso dos pronomes de tratamento é regido pela tradição e hierarquia. Os exemplos pedidos pelo item atendem às exigências do manual: "O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo.: "Excelentíssimo Senhor Presidente da República,/Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,/Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal." As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo: "Senhor Senador,/Senhor Juiz,/ Senhor Ministro,/Senhor Governador".

3: Errado (Redação oficial) O item aborda corretamente o pronome de tratamento usado a senadores, "Vossa Excelência". No entanto, o uso do termo digníssimo não é recomendado: "Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD), às autoridades arroladas

na lista anterior (a saber, Vossa Excelência). A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação."
4: Errado (Redação oficial) Toda a assinatura de documento oficial deve vir acompanhada do cargo ocupado de signatário. Como se lê no manual: "Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte: (espaço para assinatura)/ Nome/Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República"
5: Certo (Redação oficial) O item lê corretamente as orientações do Manual: "O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria no 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente, b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: Atenciosamente. Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios, devidamente disciplinados no Manual de Redação do Ministério das Relações Exteriores."

Gabarito1C, 2C, 3E, 4E, 5C

02. Inglês

Mark Hughes e Anthony Rosenberg

This text refers to the next four questions.

1 Fundamentalism has one interesting insight.
It perceives the science-based, libertarian, humanist
culture of the modern era as being itself a kind of
4 new religion — and its deadly enemy. We fail to see
this because we are immersed in it, it dominates
more than nine-tenths of our lives, and it is so
7 amorphous. It has no officially recognised scriptures,
creeds, prophets or organisation. Rather, it is a loose
coalition of many different forces, kept on the move
10 and in constant self-criticism and self-correction by
an active and striving ethic derived from
Protestantism. So far as this new faith — if that is
13 what it is — has theologians, priests and prophets,
they are, respectively, the scientists and scholars
whose business it is to criticise and increase
16 knowledge, the artists who refine our perceptions and
open up new life-possibilities, and the armies of
idealistic campaigners who urge us to become active
19 in hundreds of good causes.
So seductive and compelling is this new faith
that it is somehow impossible to avoid adopting its
22 language and its way of thinking. They are
everywhere, and irresistible. That is what makes it
like a religion: once we are in the midst of it and do
25 not appreciate how strong and distinctive a flavour it
has, we are largely unaware of its awesome,
unstoppable, disruptive evangelistic power.

Don Cuppitt. **The sea of faith**. London: British Broadcasting Corporation, 1985, p. 181 (adapted).

(Diplomacia 2009) It can be concluded from the text that

(A) fundamentalism is more intuitively perceptive than secular culture.
(B) scientists and scholars act the same way as theologians, priests and prophets.
(C) idealism compels people to join good causes.
(D) modern humanist culture is subliminally pervasive.
(E) Protestantism is the backbone of modern humanist culture.

A: Incorrect - No comparison is made between the perception of secular culture or fundamentalism;
B: Incorrect - Comparatively they perform a similar function, but they do not act the same way, e.g. do the same things with the same motivations;
C: Incorrect - It is the campaigners who are idealistic (line 18), not those who get involved in good causes;
D: Correct – Lines 20-25 support this. It is everywhere (pervasive) and, once in the middle of it, not noticeable (subliminal);
E: Incorrect - Modern humanist culture is derived from Protestantism, but there is no evidence that it forms the backbone of it.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) Judge — right (C) or wrong (E) — the following items with reference to the text.

(1) The pronoun "its" (*l*.4) refers to "humanist culture" (*l*.2-3).
(2) The word "Rather" (*l*.8) means **more or less**.
(3) In context, the expression "So far as" (*l*.12) means **as though**.
(4) The word "business" (*l*.15) could be appropriately replaced by **concern**.

1: Incorrect - 'Its' refers to fundamentalism;
2: Incorrect - In this context, 'rather' means on the contrary;
3: Incorrect - In this context, it means to the extent that;
4: Correct – The example – It's none of your business or it's none of your concern illustrates this.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2009) Indicate which of the following words or phrases would **not** be an appropriate synonym for the word "once" in the phrase "once we are in the midst of it" (*l*.24).

(A) because.
(B) since
(C) whenever
(D) as
(E) inasmuch as

A: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. The reason we become "unaware" is because we are "in the midst of it". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being;
B: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "Since" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware";
C: Incorrect - As a form of when, this refers to an idea of a time or moment. The text, on line 5, suggests that we are ALWAYS immersed in the science-based, libertarian, humanist culture. This does not happen every now and then; it is a constant state of being. The word "once", therefore, cannot refer to time. It refers to the fact we are always in the midst of it, and that is WHY (the reason) we are unaware. In this case, the word "once" carries a sense of cause or reason and not time;
D: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "As" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being;
E: Correct – This would create a sense of cause or reason between the idea of "being in the midst of it" and "we are largely unaware". This is a possible interpretation of the text. "Inasmuch as" (because) we are "in the midst of it", we become "unaware". This is reinforced by the comment on line 5 "we are immersed in it", which suggests that this is not something that happens every now and then, but rather a constant state of being.

GABARITO "C"

(Diplomacia 2009) In the phrase "That is what makes it like a religion" (*l*.23-24), the word "That" refers to

(A) the language and way of thinking being everywhere.
(B) the fact that one cannot avoid adopting its language and rationale.
(C) the pervasiveness of modern humanist culture.
(D) the seductiveness of science-based thinking.
(E) the ubiquitousness of the new faith.

A: Incorrect – It does refer to the idea of being everywhere, but not to the language;
B: Correct - 'That' referring to the similarities between religion and modern humanist thought in terms of pervasiveness (line 22 – language and rationale are 'everywhere' line 23 and unavoidable (irresistible line 23). "B" is the 'best' option in this case as it provides the most complete description of the phrase;
C: Incorrect – It does refer to the pervasiveness, but also its rationale;
D: Incorrect – It does not refer to seductiveness. It is pervasive, but people are unaware (line 26), meaning that it is not seductive but rather deceitful;
E: Incorrect.
GABARITO "B"

This text refers to the next four questions.

1 German scientists have reconstructed an extraordinarily detailed picture of the domestic life of Martin Luther, the 16th-century reformer and father
4 of Protestantism, by trawling through his household waste uncovered during archaeological digs on sites where he used to live.
7 Despite the widespread belief that Luther lived in poverty, evidence suggests he was a well-fed man — weighing in at a hefty 150 kg when he died in
10 1546 at the age of 63.
Even Luther's claim that he came from humble circumstances has been dismissed. New
13 evidence has shown that his father owned land and a copper mill besides lending money for interest. His
16 mother meanwhile was born into an upper middle class family and it is unlikely, as Luther suggested, that she "carried all her wood on her back".
Extensive research carried out at the family
19 home in Wittenberg showed that Luther wrote his celebrated texts with goose quills under lamps lit by animal fat, in a heated room which overlooked the
22 River Elbe. It obviously suited him because he churned out 1,800 pages a year. It debunks something of the Luther myth to know he wrote the
25 95 theses on a stone toilet, which was dug up in 2004.
But the claim by historians which will
28 arguably be most upsetting for followers is the recently uncovered written evidence that it was not, as thought, a lightning bolt which led to the then 21-
31 year-old's spontaneous declaration he wanted to become a monk. Rather, it was his desperation to escape an impending arranged marriage.

Kate Connolly. **History digs up the dirt on Martin Luther**, *In*: **The Guardian,** Monday, 27 Oct./2008. Internet: <www.guardian.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2009) According to the text, recent archaeological finds

(A) have supplemented and adjusted the portrait of Luther.
(B) have revealed that Luther was not truly religious
(C) have perturbed Lutherans' beliefs.
(D) have proven that Luther misrepresented his parents' financial status.
(E) date back to the year 2004.

A: Correct – To give more information and to modify or adjust the previous information about Luther;
B: Incorrect - It merely questions why he decided to become a monk, not his inherent beliefs;
C: Incorrect – The archeological finds may perturb beliefs about him as a person, but not the beliefs he preached;
D: Incorrect - Luther's claim was that he came from 'humble circumstances' (line 12). This means unpretentious or modest and does not refer directly to financial status;
E: Incorrect - This refers to a previous archeological dig.
GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Indicate which of the following statements is **not** consistent with information the text provides.

(A) Luther's weight belies his supposed poverty.
(B) Luther's parents were relatively well-off.
(C) Luther lived in reasonable comfort at his home in Wittenberg.
(D) Luther's religious calling was not genuine.
(E) Luther's mother probably did not carry "all her wood on her back".

A: Incorrect - Belies means to misrepresent. It is true he was fat and thus we suppose he ate well. Therefore, he was not poor;
B: Incorrect - His father owned land and a mill and was able to lend out money (lines 13 and 14). His mother came from an upper-middle class family (line 17);
C: Incorrect - Lines 19-20 show the home comforts Luther enjoyed (light, heat and materials). These items constitute reasonable comforts;
D: Correct - We do not know anything about his motivation (calling) to become a monk, only about the reason for the spontaneity of the decision;
E: Incorrect - Line 17 uses the word 'unlikely'.
GABARITO "D"

(Diplomacia 2009) The word "digs" (*l*.5) is

(A) a noun referring to excavation.
(B) a noun referring to accommodation.
(C) a verb referring to mocking.
(D) a verb referring to accommodation.
(E) part of an adjectival phrase qualifying sites.

A: Correct;
B: Incorrect - A slang British term, but that is not the meaning in this context;
C: Incorrect – To take a dig at someone means to mock, but that is not the meaning in this text;
D: Incorrect – it is not a verb;
E: Incorrect – It is a noun.
GABARITO "A"

(Diplomacia 2009) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) The aim of describing Luther as "weighing in at a hefty 150 kg when he died" (*l*.9) is to suggest a humorous comparison with a heavy-weight boxer.

(2) The phrase "churned out 1,800 pages a year" (*l*.23) suggests that Luther was a careless writer.

(3) Luther's father indulged in usury.

(4) The reference to a "lightning bolt" (*l*.30) was meant to allude to putative divine intervention in Luther's calling.

1: Correct - To weight in at – is a phrasal verb from the world of sport (boxing/horse racing). This is humorous as it compares his supposed poverty with the strength and physical presence of a heavyweight boxer. Hefty is informal and means of considerable size;
2: Incorrect - The phrasal verb 'churned out' refers more to quantity of production rather than to quality;
3: Correct - Usury is a synonym for money lending (line 14);
4: Correct - This refers to a dramatic act of nature – lightning striking Luther. It is divine as it represents coming from a celestial force.
GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C

This text refers to the next four questions.

1 It's cold and early and Detlef Fendt repeats a morning ritual, heaving himself onto the side of his 28-year-old BMW motorbike and jumping with all his
4 might on the kick-start. It takes a few goes, but eventually the bike roars into life. After all, this is the sort of solid reliable machine that makes German
7 goods a household name for quality. It's that good name that means Germany is the world's top exporter. China may take the title soon, but for the moment
10 Germany is still a world-beater.
Detlef is part of that success story. For the last 40 years he's made machine tools for Daimler cars at
13 the Berlin plant. He started work when he was 16 and is now the plant's main union representative for IG Metall. But this year, thanks to the world credit crunch,
16 he'll be getting an unwanted seasonal break from his early morning ritual. The plant is closing down for an extra-long Christmas break, from mid-December to
19 mid-January, because of falling orders.
He tells me: "At the moment we are in a distribution crisis — the automobile industry is not
22 selling enough cars and lorries".
Consumer confidence was dented in Germany long before the credit crunch, and despite his union's
25 recent deal it is not returning.
Germany is now in recession and the figures have been worse than economists were predicting.
28 Equally bad statistics for the whole of the European Union are expected today. While consumers in America feel cowed, while Asia is jittery, the rest of Europe
31 watches fearfully as the biggest economy in Europe continues to shrink.

Mark Mardell. **Germany loses revs**. *BBC World News*. *At*: www.bbc.co.uk> (adapted).

(Diplomacia 2009) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) Fendt's motorbike starts up immediately because it is a reliable machine.

(2) German manufactures are renowned for their quality and durability.

(3) Fendt is being made redundant.

(4) IG Metall is a subsidiary of BMW.

1: Incorrect - Line 4 – 'it takes a few goes (attempts) and line 5 "eventually";
2: Correct - Line 7 – 'a household name' (commonly known);
3: Incorrect - He is being given a longer Christmas break than usual. Being made redundant or laid off would mean he has no job to go to;
4: Incorrect - IG Metall is the trade union, not a subsidiary (not serving or aiding) of BMW.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Judge — right (C) or wrong (E) — the following items with reference to the text.

(1) In context, the phrase "household name" (*l*.7) could be appropriately replaced by **synonym**.

(2) "After all" (*l*.5) is equivalent to **Eventually**.

(3) The Berlin factory is closing temporarily owing to a slump in demand

(4) The word "dented" (*l*.23) suggests an acute effect.

1: Correct - But perhaps a better use of collocation would be 'synonymous with';
2: Incorrect - In the context, 'eventually' means after some time or in the end. 'After all' means in spite of evidence to the contrary;
3: Correct - It is possible to assert that the plant is closing down due to a slump (fall/drop/sudden decline) – i.e. falling orders (line 19) in demand. It is stated that time period is from December to mid-January (line 18 and 19) – this reveals it is temporary. They plan to re-open in January;
4: Incorrect - Dented means to have a diminishing effect. In this case, to dent confidence would mean to negatively affect it. To say that it was acute (sharp or intense) dent would have to be modified with 'severely', i.e. severely dented.
GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) In the phrase "consumers in America feel cowed, while Asia is jittery" (*l*.29-30), the most appropriate synonyms for "cowed" and "jittery" are respectively

(A) bovine and aggressive.
(B) herded and troubling.
(C) threatened and apprehensive.
(D) confined and alacritous.
(E) bent over and trembling.

A: Incorrect – Bovine refers to the animal, while aggressive means angry;
B: Incorrect – Herded refers to grouping of animals, while troubling means worrying;
C: Correct - Cowed means threatened, frightened or overawed. Jittery means apprehensive or nervy;
D: Incorrect – Confined refers to restrictions or grouping, while alacritous means willingness;
E: Incorrect – Bent over refers to a physical position (touching your toes), while trembling means physically shaking.
GABARITO "C"

(Diplomacia 2009) In context, "might" (*l*.4) and "kick-start" (*l*.4) are respectively

(A) a conditional verb and a noun.
(B) a noun and a verb.
(C) an auxiliary verb and a transitive verb.
(D) an auxiliary verb and a noun.
(E) a noun and a noun.

A, B, C, D e E: Might means weight or power (noun). Kick start is a component on the motorbike (noun).
GABARITO "E"

Text for the next three questions.

European energy

1 The European Union (EU) revealed on January 23rd 1 , 2008, how it plans to save the world. A mammoth climate-change plan spells out in detail how much pain each of its 27 members will have to bear if the EU is to meet ambitious targets set by national leaders last March.

4 The aim is to cut greenhouse-gas emissions by 2020 by at least a fifth, and more than double to 20% the amount of energy produced from renewable sources such as wind or wave power. If fuel from plants proves green enough, 10% of the fuel used in transport must come from biofuels by the same date. The new plan turns
7 these goals into national targets. Cue much grumbling, and no doubt months of horse-trading, as the European Commission's recommendations are turned into binding law by national governments and the European Parliament.

10 Countries with greenery in their veins are being asked to take more of the burden than newer members. Sweden, for example, is being invited to meet 49% of its energy from renewables. At the other end, Malta gets a renewables target of just 10%. It is a similar story when it comes to cutting greenhouse gases: by 2020,
13 Denmark must cut emissions by 20% from 2005 levels; Bulgaria and Romania, the newest members, may let their emissions rise by 20%.

EU leadership on climate change will not come cheap. The direct costs alone may be i60 billion ($87
16 billion), or about 0.5% of total EU GDP, by 2020, said the commission's president, José Manuel Barroso. But this is still presented as a bargain compared with the cost of inaction, which Mr. Barroso put at ten times as high. Oh, and leading the world in the fight against climate change need not cost jobs, even in the most heavily
19 polluting branches of heavy industry. "We want to keep our industry in Europe", insisted Mr. Barroso.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia 2008) Based on the text, it can be concluded that

(1) the European Union plans to save the world from gas emissions is an easy task.

(2) the targets thought of were set up last year.

(3) greenhouse-gas emissions can be reduced as much as a fifth by 2020 and, along the same period, energy produced from renewable sources should more than double.

(4) "mammoth" (*l*.1) means huge.

1: Incorrect – On lines 1 and 2, words such as "mammoth" (referring to the magnitude), "pain" (referring to the difficulty) and "bear" (referring to the suffering) all suggest the task is difficult;
2: Correct – On line 1, the EU revealed the plan on January 23, 2008. The actual setting up of the plan had to have taken place long before that;
3: Correct – On lines 4 and 5, the text affirms "the aim to cut greenhouse-gas emission by a fifth by 2020", and "to double the amount of energy produced from renewable sources";
4: Correct.

GABARITO Oficial 1E, 2C, 3C, 4E/ GABARITO Nosso 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Considering the text above, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) 10% of the fuel used in transport ought to come from plants in twelve years' time.

(2) Newer members are now being requested to place more of the burden on themselves.

(3) National Governments won't easily endorse the European Commission's recommendations.

(4) The word "Cue" (*l*.7) means queue.

1: Incorrect – This is conditioned to the fact that fuel from plants must be proven to be truly "green", as stated on lines 5 and 6. There is no guarantee. "Ought to" in this question is synonymous with "should";
2: Incorrect – On line 10, the text affirms that countries with more ecological experience (greenery in their veins) are to take more of the burden than newer members;
3: Incorrect – On lines 7 to 10, the text affirms that national governments are turning the EC's recommendations into law, but there is no mention of whether this is an easy or difficult task. There is an idea, on line 7, that there will be some complaints and negotiating, but this does not explicitly refer to difficulty or ease;
4: Incorrect – In this case, "cue" has the meaning of "prompt" or "signal". This word is often used in TV. It is the signal given by the cameraman or director to the actor or presenter that the recording will begin. In this text, the author uses the word to explain that as soon as the targets are to be converted into law, the complaints will start. The word "queue" means a line of people.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) Based on the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) The problem with renewables is the same as that of greenhouse gases.

(2) The cost of inaction is ten times as high as the expenses arisen from the climatic control.

(3) The highest polluting offices will have to dismiss their employees.

(4) In the text, "need not cost" (*l*.18) can be correctly replaced by does not need to cost.

1: Incorrect – No problem is related to renewable energy in the text. The reader is lead to believe that renewables are still undergoing a testing phase (line 4 and 5 – if fuel from plants proves green enough);
2: Correct – On line 11, the author quotes Mr. Barroso, who believes the cost ($60 billion) "is still presented as a bargain compared with the cost of inaction", which he believes is ten times as high;
3: Incorrect – On lines 12 and 13, the author affirms, somewhat ironically, that "polluting branches of heavy industry" will not need to cut jobs;
4: Correct – The collocation "need not cost" is the use of "need" as

a modal (auxiliary) verb. In this case, it maintains the meaning, but the usage requires it to be followed by the infinitive verb without "to" (bare infinitive). It is more commonly used in the negative form "need not" and means "does not need to".

GABARITO Nosso 1E, 2C, 3E, 4C

GABARITO Oficial 1E, 2ANULADA, 3E, 4C/

Text for the next three questions.

1 Two weeks after the Islamists of Hamas toppled the border fence, letting hundreds of thousands of inhabitants of the Gaza Strip spill briefly into Egypt, the situation appears to have returned to what counts as normal. But normal is not good.

4 Gaza's 1.5 million people remain besieged, generally unable to leave, and with imports restricted to minimal amounts of staple food and fuel. The Hamas militants who have run Gaza since ousting their secular-minded Fatah rivals last summer have continued to fire rockets and mortars into

7 Israeli towns and farms.

As a possible harbinger of more violence to come, Hamas has also taken again to sending suicide bombers into Israel. In the first such Hamas operation since blowing up two buses in Beersheba

10 in 2004, a pair of suicide bombers, reportedly former inmates of Israeli prisons from Hebron in the West Bank, killed a 73-year-old woman in the southern Israeli town of Dimona on February 4th 2008. Israel responded the same day with new missile attacks, killing nine armed Hamas men.

13 Now, a fortnight since Hamas forces engineered the Gaza break-out, the Egyptian authorities have resealed and reinforced the border, some 12 km (7.5 miles) long, with thick coils of razor wire and hundreds of extra troops; they say they will resist another attempt to knock a hole in it.

16 Their will was tested this week, when Egyptian security forces clashed with stone-throwing Palestinians.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia 2008) According to the text, judge — right (C) or wrong (E) — the following items.

(1) Gaza's inhabitants can only have access to basic foods which come from abroad.

(2) The Hamas militants joined the Fatah rivals to fire rockets and mortars into Israeli urban and rural areas.

(3) The most recent Hamas suicide operation resulted in the blowing up of two buses.

(4) The word "harbinger" (*l*.8) means: a sign that something will happen soon, often something bad.

1: Incorrect – On lines 4 and 5, the author explains that imports are restricted to basic foods (staples), but this does not mean that people's access to basic foods is restricted. Some basic food could also come from within the borders;
2: Incorrect – On lines 5 and 6, the text confirms that Hamas ousted (removed) the Fatah rivals (enemies) last summer. The Hamas, without the Fatah, continued to fire rockets and mortars into Israel;
3: Incorrect – On line 9, the use of the word "since" reveals that the two buses in Beersheba were blown up before the suicide bombers acted. Their action was the first "since" the bus explosion in Beersheba;
4: Correct – The word "harbinger" means "omen" or "indication" of something that will happen.

GABARITO Nosso 1E, 2E, 3E, 4C

GABARITO Oficial 1ANULADA, 2E, 3E, 4C/

(Diplomacia 2008) In accordance with the text, judge — right (C) or wrong (E) — the items below.

(1) The two suicide bombers were kept in ordinary prisons.

(2) It took Israel a lot of time to launch a counterattack which killed nine Hamas militants

(3) After a fortnight period the situation in Gaza Strip seems to have become what can be considered as normal.

(4) In the text, "besieged" (*l*.4) means surrounded.

1: Incorrect - There is no evidence to suggest the prison was ordinary or special. The assumption is that the statement must be incorrect;
2: Incorrect – On lines 11 and 12, the author confirms the Israeli counterattack occurred the same day;
3: Correct – On lines 2 and 3, the author confirms that "the situation appears to have returned to what counts as normal";
4: Correct – "Besieged" means "surrounded" or "cornered".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2008) Based on the text, it can be deduced that

(1) the Egyptian authorities and Hamas forces both have the same position regarding Egyptian people who want to cross the border to go to Gaza strip.

(2) the border between the Gaza strip and Egypt is about 12 km in length.

(3) a possible title for this article could be: Back to abnormal.

(4) the word "clashed" (*l*.16) is synonymous with fought, in the context.

1: Incorrect – On lines 13 and 14, the text reveals that the Egyptian authorities do not want Hamas members to come into Egypt, as they "resealed and reinforced the border". This shows their opposing position to Hamas, which had "toppled the border fence" two weeks earlier;
2: Correct – On line 14, the text explicitly reveals the length of the border (12km/7.5 miles);
3: Correct – On line 3, the author explains that things are back to normal, but counters this by saying "normal is not good". This suggests that

"normal" is a bad or unwanted situation. It is normal due to its regularity, but the chaos is, by many, considered abnormal;
4: Correct – "Clash" means "fight", "conflict" or "oppose".
GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

Text for the next three questions.

Nationalisation is becoming rather fashionable. State bailouts of banks are all the rage too. There is just one snag: western institutions are not getting their cash from ministers in London or Washington, but from functionaries in Beijing.

While Britain's chancellor still balks at taking Northern Rock into public ownership, his counterparts in China have no qualms about investing state money in the private sector. This week Beijing bought a 10% stake in the Wall Street blue chip Morgan Stanley; in May it took a slab of the private-equity giant Blackstone. Those two deals, worth just over £4bn, were made by the China Investment Corporation (CIC), a fund set up and run by the government. With over £100bn to burn, it is bound to make more big deals — and big headlines — over the coming year. CIC is one of a new breed of sovereign wealth funds (SWFs) created by nations awash with excess cash from exporting goods or oil. Most oil-producing Arab countries have one, as do Russia, Korea and Singapore, and the funds are estimated to be worth a total of a trillion pounds. The logic behind them is simple: if energy-rich Russia is earning around £425m from exports every day, it naturally wants to invest that money for a higher return. But the impact of these new vehicles is far less straightforward, and it has largely been left to economics wonks to worry about them (even now, a Google search for "SWFs" brings up page after page about some graphic-design software). At last, however, they are entering political debate. The IMF is working on a code of conduct for the funds, while the rich nations' club, the OECD, is coming up with guidelines for recipients. Such users' manuals have their place, but on their own they are not an adequate answer to the issues raised by SWFs.

At their most basic level, these funds (which are projected to be worth £7.5 trillion within a decade) embody a shift of economic power from Europe and America to China, Russia and elsewhere. They sum up one of the global economy's problems too: the west is consuming far more than it is producing. SWFs are also a new and very different kind of investor.

From **The Guardian Weekly**, 4/1/2008 (adapted).

(Diplomacia 2008) According to the text, it can be said that

(A) China would never invest money in dubious bargains.
(B) CIC spent a lot more than £4bn on Morgan Stanley and Blackstone.
(C) most probably, China will put more money in bigger deals.
(D) SWFs were created to avoid exporting excess of goods or oil.
(E) Russia's everyday export earnings are saved so as to be better invested in the long run.

A: Incorrect – There is nothing in the text that suggests China does not consider dubious investments;
B: Incorrect – On lines 6 and 7, the text explicitly reveals that the deals totaled "just over £4bn", which is not the same as "a lot more than £4bn";
C: Correct – On line 8, the author explicitly confirms that China "is bound to make more big deals". "To be bound to do something" refers to the high likelihood or probability of something happening;
D: Incorrect – The SWFs were created not to avoid anything. They were created due to the fact that nations were "awash with excess cash" (had extra money) which came from "exporting goods or oil";
E: Incorrect – On line 12, the text shows that Russia is not expected to save the earnings from exports, but rather "invest that money for a higher return".
GABARITO "C"

(Diplomacia 2008) Taking the text into consideration, it can be deduced that

(A) the new economic trends have long been IMF concern.
(B) OECD issued rules to be followed by recipient countries.
(C) the influence of new economic features has almost completely been left to those who work or study too much this subject.
(D) SWFs most probably will follow the guidelines established by OECD
(E) the west is producing more than it is consuming, whereas in the east it is the other way.

A: Incorrect – On lines 14 and 15, the term "at last" suggests that this economic trend has been happening for a while, but not that the IMF has shown concern. This is reinforced by the fact that the IMF is working on a code of conduct, a new and unfinished project;
B: Incorrect – On lines 15 and 16, the OECD has not yet issued any rules, but is currently "coming up with the guidelines". "Coming up with" means "creating";
C: Correct – On line 13, the text explicitly reveals that the issue "has largely been left to economics wonks to worry about them". "Wonks" are specialists in their field, similar to "pundits";
D: Incorrect – There is no explicit mention in the text of the SWFs following or not the OECD guidelines. On line 16 and 17, the author suggest that the rules or manuals may not be enough to resolve problems caused by SWF, but there is no mention that they will most likely follow the guidelines;
E: Incorrect – On line 20, the text explicitly affirms that the west is "producing more than it is consuming"; however, there is no mention in the text that the east is doing the opposite.
GABARITO "C"

(Diplomacia 2008) A suitable title for this text can be

(A) When Beijing goes lending.
(B) When Beijing goes selling.
(C) When Beijing goes wasting.
(D) When Beijing goes sparing.
(E) When Beijing goes buying.

A: Incorrect – "Lending" means to "loan" or "to give something to another for a period of time". There is no mention of this in the text;
B: Incorrect – On line 5, the author explicitly refers to China buying a stake in Wall Street, not selling it;
C: Incorrect – "Wasting" means "squandering" or "frittering away". All these synonyms refer to the idea of using money unwisely. The author does not suggest that China is being unwise with its money;
D: Incorrect – "Sparing" means to be "frugal" or "economical";
E: Correct – On line 5, the text explicitly refers to China buying a stake in Wall Street, while on lines 7 and 8, the author refers to China having money "to burn".
GABARITO "E"

Text for the next six questions.

No burqa bans

Why is it nearly always wrong to outlaw the wearing of the Muslim veil?

1 What you wear is a statement of who you are. From the old man's cardigan and frayed tie to the youngster's torn jeans plus lip-stud, dress stands for identity. For that reason laws on
4 clothing should be avoided unless there is a compelling case for them. There is no such case for the Dutch government's plan to outlaw the wearing in all public places of the face-covering
7 *burqa and niqab by* Muslim women.

As it happens, the plan's announcement by Rita Verdonk, the hardline Dutch immigration minister, was a
10 political stunt aimed at reviving her party's flagging fortunes before this week's election. But a new Dutch government, when one is eventually formed, may still adopt it. And the proposed
13 ban follows a big debate about the Muslim veil in many other European countries.

In 2004 France passed a law to stop the wearing of the
16 Muslim *hijab* (headscarf) by girls in state schools. Several German states have banned teachers from wearing the headscarf. One Belgian town has outlawed *the burqa and niqab*
19 from its streets. Recently a former British foreign secretary, Jack Straw, caused a row by inviting his Muslim constituents to remove their veils when they met him; and a lawsuit confirmed
22 that British schools could sack teachers who wore face-covering garments. Turkey, a mostly Muslim country, has banned the wearing of the veil in public buildings ever since
25 Ataturk established the modern republic in the 1920s.

Those who favour such bans put forward four main arguments. First, the veil (especially *the burqa and niqab*)
28 shows a refusal by Muslims to integrate into broader society; Britain's Tony Blair called it a "mark of separation". Second, such clothing is testimony to the oppression of Muslim women;
31 they are said to don veils largely at the behest (or command) of their domineering menfolk. Third, the display of religious symbols is an affront to secular societies (this line resonates
34 especially in France and Turkey). And fourth, there are settings — the schoolroom, the courthouse — in which the wearing of Muslim veils can be intimidating or off-putting to pupils or
37 juries.

Some of these arguments are stronger than others. But none supports a blanket Dutch-style ban. Muslim dress can
40 indeed appear as a mark of separation, but racial and sectarian discrimination surely counts far more — and bans on religious clothing are likely to aggravate it. Oppression of female
43 Muslims is regrettably common, and should be resisted; but many women choose to wear the veil for cultural reasons, and others do so (as they do in Arab countries) as a sign of
46 emancipation, or even as a fashion statement. France and Turkey have fiercely secular traditions that can be interpreted to justify restrictions on religious symbols; but such restrictions
49 are best applied sparingly, and only in state offices, not in the streets. Similarly, decisions to bar the wearing of Muslim dress _____ courts or by teachers and pupils are surely better left
52 _____ local discretion than imposed nationally.

Adapted from **No burqa bans.** *In*: **The Economist**, Nov. 25th 2006, p. 15.

(Diplomacia 2007) According to the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) The Dutch immigration minister has exploited the ban on the Muslim veil for political gain.

(2) The Dutch government's introduction of the ban on the wearing of the burqa and niqab in all public places has had a disastrous impact on the local Muslim community.

(3) The idea conveyed by the proverb in English Clothes make men can be found in this text.

(4) Turkey is the only Muslim country where women have never been allowed to wear veils in public.

1: Correct - In line 10, the text refers to a 'political stunt' action to attract attention. In the same line, it refers to the flagging fortunes (declining popularity). Thus, the ban was used to boost the party;
2: Incorrect – There is no mention of how the Muslim community was affected by the ban;
3: Correct – In line 1, 'what you wear is a statement of who you are', reflects the meaning of the proverb. The more common version of the proverb is "Clothes maketh the man";
4: Incorrect – Turkey is described as 'mostly a Muslim country' (line 23). Furthermore, it is described as having a secular (non-religious) society (line 33).

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each statement below.

(1) One of the arguments offered by supporters of the ban on veils is that women are forced by their male relatives to wear them.

(2) The idea that Muslim women are said to don veils largely at the behest (or command) of their domineering menfolk can be summarized as: authoritarian men force their female relatives to cover their heads and faces.

(3) One of the arguments offered by the opponents of the ban on veils is that women are forced by their male relatives to wear them.

(4) The wearing of the veil is an unequivocal and universal symbol of female oppression.

1: Correct – Lines 30-31, 'oppression' forced to don (wear) by domineering (controlling) menfolk (males);
2: Correct – Lines 30-31, as above;
3: Incorrect – Those opposed to the ban, i.e. those who support the veil, do not state this;
4: Incorrect – Unequivocal means clear or unambiguous. In line 46, we see that some women voluntarily wear the veil as a sign of emancipation (freedom).

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of prepositions that fill in the blanks.

"Similarly, decisions to bar the wearing of Muslim dress _____ courts or by teachers and pupils are surely better left _____ local discretion than imposed nationally."

(A) from – to
(B) to – for
(C) on – for
(D) inside – up
(E) in – to -

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – This is better than option A as it refers to baring (banning) the veil from inside courts as it may intimidate the jury. "In court" and "leave something to somebody's discretion" are common collocations in English.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In the fragment "Recently a former British foreign secretary" (*l*.19-20), the antonym of "former" is

(A) latter.
(B) chief.
(C) actual.
(D) previous.
(E) current.

A: Incorrect – This is used to describe the second of two things mentioned;
B: Incorrect – The word former means "previous" or "prior";
C: Incorrect - False cognate – In this context, it does not mean present;
D: Incorrect – This is the synonym, not the antonym;
E: Correct – This is used to contrast who IS now the foreign secretary with who WAS the foreign secretary.

GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) In the text, "constituents" (*l*.20) means the same as voters.

(2) In the text, "constituents" (*l*.20) means the same as components.

(3) In the text, "secular" (*l*.47) is the same as non-religious.

(4) In the text, "secular" (*l*.47) is the same as centuries-old.

1: Correct - Constituents as a resident of an area represent by an elected official;
2: Incorrect – This is an alternative definition of constituents, i.e. constituent parts (components);
3: Correct;
4: Incorrect - Secular can mean this, but not in the context of the text.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2007) In the sentence "But none supports a blanket Dutch-style ban" (*l*.38-39) the word "blanket" can be replaced, with no change in the meaning, by

(A) partial.
(B) temporary.
(C) warm.
(D) protective.
(E) unlimited.

A, B, C e D: Incorrect; E: Correct – Blanket, in this case, means encompassing or applying to all areas. Therefore, it is unlimited.

GABARITO "E"

Text for the next four questions

1 Unlike Pombal, who had used the power of the state to ruthlessly force through a crash program of modernization, Salazar froze Portugal's economic and social patterns. "We are
4 antiparliamentarians, antidemocrats, antiliberals", Salazar said in 1936. "We are opposed to all forms of internationalism, communism, socialism, syndicalism." To govern, he said,
7 without apology, "is to protect the people from themselves".

Yet Salazar enjoyed sizable support. He had rooted his regime sufficiently in Portuguese social realities to garner for
10 it a small measure of popular approbation. The church and the small landholders of the heavily Catholic north backed him. So did the latifundiários, the owners of big farming estates in the
13 central and southern regions who feared a loss of their holdings if the left took power. The outlawed Portuguese Communist Party, formed in 1921, was especially strong in the south.

16 But Salazar could not freeze the world. In 1961, India seized Goa from a 3,500-man Portuguese garrison that had been ordered to "conquer or die". In Africa, as the French and
19 British were freeing their colonies, African nationalist guerrillas rose up against the Portuguese in Angola (1961), Guinea (1962), and Mozambique (1964).

22 Portugal was the last European power in Africa to cling tenaciously to the panoply of formal domination. This was no accident. For a long time Portugal very successfully disguised
25 the nature of her presence ____ a skilful amalgam of historical mythmaking, claims ____ multiracialism, and good public relations.

Adapted from Kenneth Maxwell. The making of portuguese democracy. CUP, 1997, p.18-9.

(Diplomacia 2007) In accordance with the previous text, judge — right (C) or wrong (E) — each item below.

(1) Land owners feared Salazar would freeze their properties.

(2) The setting free of the French and British colonies took place approximately at the same time as the fight for political freedom in some of the Portuguese African dominions.

(3) Salazar's support in the south of Portugal derived from the fact that landowners believed that if communists came to power they would confiscate their land.

(4) The word "Unlike" (*l*.1) introduces the notion that Pombal's and Salazar's view on progress differed.

1: Incorrect – Not Salazar, but the left-wing parties (Line 14);
2: Correct – Line 19 'as the French and British'. Here 'as' is a conjunction of time, meaning at roughly the same time;
3: Correct – In line 14, it discusses the landowners' fear of the left. Holdings refer to properties. Lines 14-15 mention that the Communist party was particularly strong in the south;
4: Correct – Unlike means different. Lines 1-3 refer to a comparison between Pombal and Salazar in terms of their views on development.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) In the sentence "He had rooted his regime sufficiently in Portuguese social realities to garner for it a small measure of popular approbation" (*l*.8-10), "rooted" and "to garner" mean, respectively,

(A) planted and to mirror. Incorrect
(B) sowed and to avoid. Incorrect
(C) approached and to save. Incorrect
(D) established and to gather.
(E) viewed and to reject. Incorrect

A, B, C, e E: Incorrect;
D: Correct - To root means to become settled or established. Garner means to gather.

GABARITO "D"

(Diplomacia 2007) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of words that fill in the blanks, keeping the main ideas of the text.

"For a long time Portugal very successfully disguised the nature of her presence ____ a skilful amalgam of historical mythmaking, claims ____ multiracialism, and good public relations."

(A) in – with
(B) behind – for
(C) in – for
(D) with – in
(E) behind – of

A, C, D: Incorrect;
B: Incorrect – 'Claims for' means to demand or to request;
E: Correct – Disguised means hidden or to hide behind. In this case, 'claims of' means declaration or affirmation.
GABARITO "E"

(Diplomacia 2007) In the second line of the text, the word "crash" means

(A) unexpected and notorious.
(B) strong and efficient.
(C) quick and complete.
(D) partial and questionable.
(E) modern and efficient.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – Similar to a 'crash course' it refers to speed and intensity. Whether it means complete is debatable, but it is by far the best option to choose from here.
GABARITO "C"

Read the following text to answer the next three questions.

1 The BBC, Britain's mammoth public-service broadcaster, has long
been a cause for complaint among its competitors in television, radio and
educational and magazine publishing. Newspapers, meanwhile, have been
4 protected from it because they published in a different medium.
That's no longer the case. The Internet has brought the BBC and
newspapers in direct competition — and the BBC looks like coming
7 _________ best.
The success online of Britain's lumbering giant of a public-service
broadcaster is largely down to John Birt, a former director-general who
10 "got" the Internet before any of the other big men of British media. He
launched the corporation's online operations in 1998, saying that the BBC
would be a trusted guide for people bewildered by the variety of online
13 services.
The BBC now has 525 sites. It spends £15m ($ 27m) a year on its
news website and another £51m on others ranging from society and culture
16 to science, nature and entertainment. But behind the websites are the vast
newsgathering and programme-making resources, including over 5,000
journalists, funded by its annual £2.8 billion public subsidy.
19 For this year's election, the news website offered a wealth of easy-to use
statistical detail on constituencies, voting patterns and polls. This week
the BBC announced free downloads of several Beethoven symphonies
22 performed by one of its five in-house orchestras. That particularly annoys
newspapers, whose online sites sometimes offer free music downloads —
but they have to pay the music industry for them.
25 It is the success of the BBC's news website that most troubles
newspapers. Newspapers need to build up their online businesses because
their offline businesses are flagging. Total newspaper readership has fallen
28 by about 30% since 1990 and readers are getting older as young people
increasingly get their news from other sources — principally the Internet. In
1990, 38% of newspaper readers were under 35. By 2002, the figure had
31 dropped to 31%.

Adapted from "Old News and a New Contender", **The Economist**, June 18th 2005, p. 27-8.

(Diplomacia – 2006) Choose the option that fills in the following blank with the correct preposition. "... and the BBC looks like coming ____ best." (R.6-7)

(A) at
(B) on
(C) by
(D) over
(E) off

A: Incorrect – "At best" means "in the best possible hypothesis";
B: Incorrect – "To come on" means "to progress". In the text, the emphasis is not on the BBC's progress, but rather its success and achievements;
C: Incorrect – "To come by" means to "acquire" something or to "find" something by accident;
D: Incorrect - "To come over" means to "visit" or to "appear" (my remark came over wrong = my remarks sounded bad/offensive). As the sentence structure is "look like", which also means "appear", it would be inappropriate to use another collocation with the same meaning immediately after it;
E: Correct – "To come off best" is an idiomatic expression that means "to be successful".
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2006) In the text,

(A) "mammoth" (R.1) means ancient.
(B) "lumbering" (R.8) means expanding.
(C) "bewildered" (R.12) means angry.
(D) "annoys" (R.22) means upsets.
(E) broadcasting (as in BBC) means journalism.

A: Incorrect – "Mammoth" means "large" or "vast";
B: Incorrect – "Lumbering" means "massive" or "colossal";
C: Incorrect – "Bewildered" means "overwhelmed" or "perplexed";
D: Correct – "Annoy" means "upset" or "irritate";
E: Incorrect – "Broadcasting" is used for the transmission via TV or radio airwaves of ANY information, not necessarily journalistic, to the general public.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2006) Choose the correct statement, according to the text.

(A) Mr. Birt's headstart made the success of the BBC on the Internet a cinch.
(B) Readership of British newspapers is graying because young cohorts flock to other media
(C) The BBC's success on the Internet is due to its being a state monopoly.
(D) State ownership of the BBC smothers the competition on the Internet.
(E) The BBC's venture into site creation sought to rein in the Internet's content.

A: Incorrect – "A cinch" means "very easy". On lines 14 to 18, the text reveals how complex BBC's Internet operations are;
B: Correct – "Graying" means "losing its advantage", while "cohorts" refers to the percentage of young people that have shown a preference (flock = move in large numbers) for other media. With this, the answer is consistent with the text, on lines 28 and 29, which states that "young people increasingly get their news from other sources — principally the Internet";
C: Incorrect – On lines 8 to 10, the BBC's success is not attributed to its status as a state monopoly, but rather to Mr. Birt's commercial foresight;
D: Incorrect – On lines 25 and 26, the competition, newspapers in this case, are mostly troubled by the success of the BBC's news website and not the fact that it is owned by the state;
E: Incorrect – On lines 11 to 13, the aim of the venture was not to rein in Internet content, but rather to provide people with a "trusted guide", especially for those "bewildered by the variety of online services."
GABARITO "B"

Read the following text to answer the next three questions.

1 Today, Ramses II's burial site, the Ramesseum, is a vacant and
rather sad place. The heads have been struck off the Osirian pillars.
Fallen stones and broken sculptures lie scattered like the cast-off
4 playthings of a young giant.
"Ozymandias" was one name for Ramses II. It was by this
name that the Romantic poet Percy Shelley referred to one of the
7 damaged statues, in his sonnet of that title. Shelley describes a stone
colossus, put up by a mighty ancient emperor in a bid for posterity:
And on the pedestal these words appear:
10 *"My name is Ozymandias, king of kings,*
Look on my works, ye Mighty, and despair!"
Nothing beside remains. Round the decay
13 *Of that colossal wreck, boundless and bare,*
The lone and level sands stretch far away.
The words of Shelley's broken colossus speak of the fragility
16 and impermanence of empires and manmade things.
Written in 1818, when Britain's global hegemony was greater
than ever before, "Ozymandias" expressed a timely and moving
19 indictment of empire. The Napoleonic Wars had left Britain
triumphant. But they had also left it with massive debts, widespread

unemployment, huge numbers of demobilized soldiers, industrial
22 discontent, and a visibly unrepresentative Parliament in need of
reform. The "Peterloo massacre" of 1819, at which soldiers opened
fire on an apparently peaceful workers' rally at St. Peter's Fields in
25 Manchester, pointed to the uglier possibilities of the peace.
It looked as if just the things that Napoleon had represented might
be visited on Britain, too. "Ozymandias" held a mirror up
28 ________Britain that reflected a frightening image ________.

Adapted from Jasanoff, Maya. **Edge of empire: lives, culture, and conquest in the East, 1750-1850**. N. York: Alfred A. Knopf, 2005. p. 261.

(Diplomacia – 2006) In the text, "*level*" (*l.*14) means

(A) barren.
(B) molten
(C) even.
(D) infinite.
(E) rolling.

A: Incorrect – "Barren" means "desolate" and "empty";
B: Incorrect – "Molten" is the past participle or "melt", which means "liquefy" or "turn into liquid";
C: Correct – "Even" means "smooth", "flat" and "level";
D: Incorrect – "Infinite" means "never-ending" or "endless";
E: Incorrect – "Rolling" means "hilly" or "undulating".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2006) In the context of the last paragraph, the phrase "visited on Britain, too" (*l.*27) suggests that

(A) the effects of the Napoleonic Terror would extend to Britain.
(B) Napoleon's example would instill hubris into British society.
(C) workers in Manchester would rally around the liberal values Napoleon represented.
(D) the British would fall victim to imperialist overreach
(E) antiliberal government would take root in Britain.

A: Incorrect – The effects would not be from his terror, but rather from his style of government;
B: Incorrect – "Hubris" means "arrogance" or "self-pride". The fact that the soldiers, who represent the State, shot at peaceful workers suggest that Napoleon's form of government was to be instilled, not his arrogance;
C: Incorrect – The fear was not of workers embracing liberal values, but rather that the State would stifle such values;
D: Incorrect – On line 24, the text explains that it is "the things that Napoleon had represented" that would be visited on Britain. Napoleon did not run an imperialist administration; Britain did. The fear was of what Napoleon represented, not Britain;
E: Correct – The fear was that Napoleon's antiliberal style of government would become the norm in Britain.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2006) The last sentence of the text has been left with two blank spaces. Choose the option below that contains the correct sequence of prepositions that fill in the blanks.

"Ozymandias" held a mirror up_______Britain that reflected a frightening image _________.

(A) at – back
(B) for – over
(C) for – back
(D) to – over
(E) to – back

A: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". "Back" is correct;
B: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". Mirrors cannot reflect images "over" something. At best, a mirror can reflect a light over something;
C: Incorrect – The collocation is not "to hold a mirror up for", but rather "to hold a mirror up to". "Back" is correct;
D: Incorrect – Mirrors cannot reflect images "over" something. At best, a mirror can reflect a light over something. "To" is correct;
E: Correct – "To hold a mirror up to" something is a common collocation meaning "to show a mirror to" or "to place a mirror in front of" something. An image is reflected "back" from a mirror – another common collocation.
GABARITO "E"

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em
luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na
organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem
dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação
mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o
aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um
monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do
africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao

mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006) É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **Os Sertões**.

Choose the most adequate rendering into English of the above excerpt from Euclides da Cunha's Os Sertões.

(A) He is primitive Man, garrulous and strong, but at the same time naïve, prone to be in the grip of the most outrageous superstitions. An analysis of these shall reveal a mix of distinct emotional stages.

(B) He is the primitive individual, bold and strong, but at the same time credulous, readily permitting himself to be led astray by the most absurd superstitions. An analysis of these will reveal a fusion of different emotional stages.

(C) He is man at his most primitive, brazen and strong, but at once credulous, easily beholden to superstitions most absurd, an analysis of which shall reveal a fusion of distinct emotional states.

(D) He is the primitive individual, audacious and strong, but at once naïve, prone to be unwittingly taken in by the most brazen superstitions. An analysis of those will reveal a mix of molten distinct emotional states.

(E) He is the primitive individual, brazen and strong, though at once credulous, prone to be cinched by the most outrageous superstitions. An analysis of these will reveal a fusion of diverse emotional stages.

A: Incorrect – It has the following problems: At once = immediately; Garrulous = talkative; In the grip = controlled by; Shall = contractual language;
B: Correct;
C: Incorrect - It has the following problems: Most primitive = changes the meaning of the original; Beholden = obliged; Superstitions most absurd = Portuguese structure;
D: Incorrect - It has the following problems: At once = immediately; Brazen superstitions = changes the meaning (brazen = audacioso); Those = used to refer to things in a previous paragraph or outside the text; Molten = used for steel or metals;
E: Incorrect - It has the following problems: Though = adding words that are not in the original; To be cinched = odd structure with the word "cinch" (cinch = easy task).

GABARITO "B"

Text I

A taxing battle

Nobody wants to pay taxes. No wonders, then, that so many companies spend so much effort trying to avoid them. Almost every big corporate scandal of recent years, from Enron to Parmalat, has involved tax-dodging in one form or another.

In the latest revelation on January 26th, Dick Thornburgh, the man appointed to look at the collapse of World-Com, released a report claiming that, as well as the slew of other crooked dealings of which the bankrupted telecoms company is guilty, it also bilked the Internal Revenue Service (IRS) of hundreds of millions of dollars in taxes through a tax shelter cooked up by KPMG, its auditor.

Tax authorities around the world rightly fret that such cases are the tip of a large iceberg, and they are starting to act. In America, home to many of the best-known corporate-tax scams of recent years, the Bush administration has announced a series of anti-tax-dodging measures in its new budget, which will be presented to Congress on February 2nd, including an extra $300 million to boost enforcement and the shutting of corporate-tax dodges that could bring in, it reckons, up to $45 billion over the next ten years.

The Economist, January 31st – February 6th, 2004, p. 71 (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) Judge if each item below presents a correct rewriting of the information contained in lines 6 to 12 of text I.

(1) In the latest revelation on 26th January, Dick Thornburgh, the man nominated to examine the fall of Word-Com, delivered a report saying that, as well as a lot of other dishonest transactions of which the insolvent telecoms company is blameworthy, it also swindled the International Revenue Service (IRS) out of hundreds of millions of dollars in taxes by means of a tax shelter dishonestly invented by KPMG, its auditor.

(2) In the last revelation on 26th, Dick Thornburgh, the man accredited to look into the breach of World-Com, reported that, as well as a slew of other false dealings for which the undetermined telecoms companies are to be criticized, it also defrauded the International Revenue Service (IRS) of heaps of dollars through a tax cover created by KPMG, its accountant.

(3) In the latest revelation, Dick Thornburgh, the man in charge of evaluating the failure of World-Com, issued hearsay evidence stating that, not only many other crooked dealings are to be attributed to broken telecoms company, but that it also deprived the International Revenue Service (IRS) of great sums of dollars using a tax device invented by KPMG, its auditor.

1: Correct – The vocabulary used here reflects that of the original text; dishonest transactions (crooked dealings), blameworthy (guilty), swindled (bilked), dishonestly invented (cooked up);
2: Incorrect – The vocabulary does **not** reflect that of the original text: breach (to tear or to break a rule), undetermined (unknown or undecided);
3: Incorrect -The vocabulary does **not** reflect that of the original text: failure (to not work correctly) this is not a good synonym for bankrupted, hearsay evidence (unverified or based on a rumor).

GABARITO 1C, 2E, 3E

(Diplomacia – 2004) Still in relation to text I, judge the following items.

(1) The expression "fret that such cases are tip of a large iceberg" (lines 13-14) means that **many other similar cases have been found**.

(2) The substitution of the phrase "slew of" (line 9) and the verb "boost" (line 19) by **mess of** and **soar** respectively would keep the same semantic and syntactic relations as those presented in the text.

(3) The author's purpose is to show that governments around the world are scrabbling for scarce corporate taxes.

(4) According to the graphic, from 1970 to 2001, accumulated corporate income tax receipts in North American countries displayed better results than European ones.

1: Incorrect – This expression means that there may be many more cases to emerge;
2: Incorrect – Slew means a large amount. Boost means to raise or increase. Mess of (noun) means to be in disorder. Soar (verb) means to increase rapidly (intransitive verb);
3: Correct – Scrabbling for scarce corporate taxes means to desperately get hold of limited amounts of corporate taxes. The evidence comes in paragraph 3, 'tax authorities around the world rightly fret…….they are starting to act". "Fret" suggests an idea of desperation. This question relies on knowing the word scrabbling and to assume that they are regarded as scarce;
4: Incorrect – The graph shows that there has been a drop in the US' tax receipts, while Canada has shown no change whatsoever. In Europe, all but Germany showed an increase. Therefore, the accumulated result is higher in Europe.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E

Text II

The world's major economies are _________(1) and 2004 looks likely to be the best growth year for the United States since the bubble __________(2). There are signs that Japan and Germany may finally be turning the corner after years of __________(3). Yet doubt still hangs over the big economies like a cloud, producing an increasingly joyless recovery. As global chieftains gather this week at the World Economic Forum in Davos to mull over the theme of prosperity and security, they are finding that prosperity is returning most brightly outside the major markets, in places like China, Southeast Asia end even parts of Latin America and Africa. There is still plenty of talk of bubbles and overheating in some emerging markets, but not all markets are created equal, and a pack of bulls believes a new golden age is falling on these countries as a whole. "This is turning out to be the best period for emerging markets since 1993," says Ruchir Sharma, co-head of global emerging markets at Morgan Stanley.

The economic forecasters back up the bulls. Southeast Asia is predicted to grow faster than 6 percent, Russia and Poland more than 5 percent, Africa better than 4 percent, and even beleaguered Latin America is expected to rise above 3 percent. According to Global Insight's research, the growth rebound will be most dramatic in current or former pariah economies: Venezuela will snap back from a 10 percent recession in 2003 to top 5 percent this year, and growth in war-torn Iraq will jump from negative 21.2 percent to a positive 39.7 percent.

Newsweek, January 26th, 2004 (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) Considering the ideas and expressions found in text II, judge the following items.

(1) Blanks numbered 1, 2 and 3 can be properly filled in with **picking up, burst** and **sluggishness** respectively.

(2) From the text, it can be inferred that the global recovery is oddly joyless in big markets, newly confident in emerging ones.

(3) According to the economic forecasters, in 2004 Southeast Asia will grow faster than Russia, which will grow more than Africa and Latin America. Venezuela will decrease 5 percent this year and Iraq will jump 60.9 percent from 2003 to 2004.

1: Correct – Picking up means improving; burst means collapsed and forms a common collocation with bubble burst. Sluggishness means listless or lacking vitality;
2: Correct – Oddly means strangely. There is still a cloud over the big economies, i.e. depression or lack of joy. This is strange as one would expect the big economies to be booming. It is made even stranger by the fact that the emerging economies are 'returning most brightly', i.e. performing well;
3: Incorrect – Southeast Asia will grow faster than Russia and will grow more than Africa and Latin America, but Venezuela will 'top 5%', i.e. exceed 5%. The statement on Iraq is correct.

GABARITO 1C, 2C, 3E

Text III

Every year forests four times the size of Switzerland are lost because of clearing and degradation. In the 1980's, an average of 38 million acres of tropical forest were destroyed each year. Those trends have shown no signs of decreasing in the 1990's. Subsistence farming, unsustainable logging, unsound development of large-scale industrial projects, and national policies that distort markets and subsidize forest conversion to other uses are causing deforestation worldwide, from Cambodia to Colombia, from Cameroon to western Canada and the Western United States.

The loss of forests has major implications for the world. Forests are home to 70 percent of all land-living animals and plants. They replenish the Earth's atmosphere and provide the planet with fresh air by storing carbon and producing oxygen. They help filter pollution out of the water and protect against flooding, mudslides and erosion. Forests provide timber, medicines, food and jobs.

The United States has an enormous stake in the sustainable management of the world's forests. We are a major forest products importer and exporter. Our growing pharmaceutical and food processing industries have a vested interest in protecting the source materials for new medicines, pharmaceuticals, and flood additives. Forests and their ability to absorb carbon dioxide lower the rate of global climate change.

The president of the United States has committed to the goal of achieving sustainable management of our forests by the year 2004. And the State Department and other agencies have been working closely with our global partners to slow deforestation around the world.

Document from the US Sate Department (with adaptations).

(Diplomacia – 2004) In relation to the text above, judge the following items.

(1) In line 6, the world "unsound" means **unheard**.

(2) In line 13, the world "replenish" is synonymous with **fill up**.

(3) In line 18, the phrase "an enormous mistake" indicates that the United States is facing huge financial losses to keep up the sustainable management of the world's forests.

(4) In lines 21-22, the phrase "a vested interest in protecting' can be correctly replaced by **a particular reason to protect**.

(5) The text can be associated with the following statement: "The leaves of the trees are for the healing of the nations".

(6) The main idea of the text can be correctly said to be: The problem of deforestation seems to overcome the human capability of finding a final solution to it. Lots of economic interests prevail over the unquestionable need to control the sensible use of the forests worldwide. Forest management turns out to be a crucial factor not only for rural but also for urban life. The effect of the pharmaceutical industry on forest resources is rather than alarming, and that is the reason why the USA is so keen on trying to maintain the sustainable management of the world's forests.

1: Incorrect – Unsound means either not strong or not logically valid. Unheard of means not listened to, not heard or unknown (unheard of);
2: Correct - The phrasal verb fill up is a good synonym for replenish in this context;
3: Incorrect – The phrase in the text is 'an enormous stake' meaning large scale involvement/interest in forest management;
4: Correct – To have a vested interest means to have a special or particular reason for wishing to protect or sustain something as it is to you advantage;
5: Correct – This is true due to the references to how forests aid the earth's atmosphere and provide fresh strong air. There is a wider idea here that trees compensate for some of the damage nations do to themselves through polluting activities;
6: Incorrect - The following vocabulary in the statement is incorrect: 'deforestation seems to overcome the human capability of finding a solution to it'. This is overstated. The text discusses how the President is committed to achieving sustainable forest management. The use of 'alarming', i.e. worrying is untrue as it is not stated in the text.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

Text I

Diplomacy, the conduct of inter-state relations, is an old business, and has remained surprisingly constant across three millennia and five continents. Despite vast changes in its social and economic context, its goals and methods have remained strikingly similar over time, so as the shape of the character of the people active in it.

Perpetually, it has the same core activities: representation, negotiation, observation, reporting, analysis and policy advice. Its meat and drink is politics, trade promotion, economic relations, and consular protection. But nowadays, its scope has widened to cover the whole range of government business in a global society.

The diplomat operates in a field of tensions, between war and peace, depending on the relations between the sending and receiving state. He must be adaptable to both. Psychologically, he is always located somewhere along this spectrum, part man of peace, seeking a productive balance of interests, part man of power, seeking national advantage in the global struggle.

He is by nature ambiguous: a voyager between two worlds, an interpreter between alien cultures, a man who can see both points of view and find common ground. He is a front-line officer who risks being shot in the chest or in the back.

Internet: <http://www.diplomat21.com/diplomacy/necessity.htm> (with adaptations).

(Diplomacia – 2003) It can be inferred from the text I that

(1) diplomatic concerns are restricted to intra-state relations.

(2) diplomacy has been present all over the world for centuries on end.

(3) diplomacy has never experienced any kind of changes in its activities.

(4) diplomatic activity includes political advice.

(5) the diplomat is always subject to tensions, having to decide between war and peace.

1: Incorrect – In the second paragraph, the text explicitly reveals that the scope of diplomatic concerns "has widened to cover the whole range of government business in a global society", thus they were not restricted;
2: Correct – In the first paragraph, the text explicitly reveals that diplomacy "has remained surprisingly constant across three millennia";
3: Incorrect – In the second paragraph, the widening of the scope is a change to the activities of diplomacy;
4: Correct – In the second paragraph, politics is considered part of its meat and drinks (essential parts), while policy advice is considered a core activity;
5: Incorrect – In the third paragraph, diplomats work under tense circumstances, but do not decide between war and peace. Sometimes the context in which they work could be times of war or times of peace, but the decision-making power for war and peace is not, according to this text, up to diplomats.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2003) Based on text I, judge the following items.

(1) The diplomat sometimes has to face contradictory situations.

(2) The diplomat must be ready to compromise.

(3) Both as man of peace and as a man of power the diplomat has the same goals.

(4) The diplomat should be familiar with foreign cultures.

(5) Diplomacy can be a risky activity.

1: Correct – In the third and fourth paragraph, the text verifies the dichotomy of the nature of the job, oscillating between contradictory issues, such as war and peace, peace and power, risks of being shot in the chest (suggesting confrontation) and shot in the back (dishonesty or deceit);
2: Correct – In the third and fourth paragraph, respectively, the text confirms compromise (negotiate to reach agreement) for diplomats, as they seek "a productive balance of interests", and "find common ground";
3: Incorrect – In the third paragraph, the text shows that the goals as a man of peace are to seek "a productive balance of interests", and that diplomats as men of power seek "national advantage in the global struggle" – both very different goals;

4: Correct – In the fourth paragraph, the text confirms that a diplomat should be "a voyager between two worlds, an interpreter between alien cultures"; hence, he must have knowledge of foreign (alien) cultures;
5: Correct – In the fourth paragraph, a diplomat is considered "a front-line officer who risks being shot in the chest or in the back". The risk of being shot makes this a risky activity.

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4C, 5C

Text II

It has become clear that preventive diplomacy is only one of a class of actions that can be taken to prevent disputes from turning into armed conflict. Others in this class are preventive deployment of military and(or) police personnel; preventive humanitarian action, for example, to manage and resolve a refugee situation in a sensitive frontier area; and preventive peace-building, which itself comprises an extensive menu of possible actions in the political, economic and social fields, applicable especially to possible internal conflicts.

All these preventive actions share the following characteristics: they all depend on early warning that the risk of conflict exists; they require information about the causes and likely nature of the potential conflict so that the appropriate preventive action can be identified; and they require the consent of the party or parties within whose jurisdiction the preventive action is to take place.

The element of timing is crucial. The potential conflict should be ripe for the preventive action proposed. Timing is also an important consideration in peace-making and peace-keeping. The prevention, control and resolution of a conflict is like the prevention, control and cure of a disease. If treatment is prescribed at the wrong moment in the evolution of a disease, the patient does not improve, and the credibility of both the treatment and the physician who prescribed it is compromised.

Internet: <http://www.un.org/Docs/SG/SG-Rpt/ch4b.htm> (with adaptations).

(Diplomacia – 2003) From text II, it can be deduced that

(1) preventive diplomacy has just been considered the only possible action to avoid war.
(2) military actions will necessarily lead to armed conflict.
(3) many problems involving refugees occur in frontier areas.
(4) preventive peace-building demands several types of action.
(5) preventive diplomatic actions should rely on previous intelligence.

1: Incorrect – In the first paragraph, preventative diplomacy is considered "only one" of a class of actions to prevent war from taking place. There are others;
2: Incorrect – In the first paragraph, the type of military deployment (dispatch or sending) is "preventative", thus suggesting that armed conflict may be avoided;
3: Incorrect – There is nothing in the text that confirms that "many" refugee situations occur in frontier areas. This can be inferred from common knowledge involving refugee situations, but the text has no explicit mention of this;
4: Correct – In the first paragraph, the text explicitly affirms that preventive peace-building "comprises an extensive menu of possible actions in the political, economic and social fields", thus confirming the demand for several types of action;
5: Correct – In the second paragraph, the text explicitly states that preventative diplomatic actions "all depend on early warning that the risk of conflict exists". Early warning suggests previous intelligence.

GABARITO Nosso 1E, 2E, 3E, 4C, 5C
GABARITO Oficial 1E, 2E, 3C, 4C, 5C/

(Diplomacia – 2003) Based on text II, it can be concluded that

(1) preventive diplomacy demands just two conditions to succeed.
(2) preventive diplomacy usually deals with armed conflicts.
(3) in any case, the sooner preventive actions are implemented the better.
(4) the resolution of a conflict can be compared to the cure of a disease.
(5) the physician and the diplomat both play the same role in armed conflicts.

1: Incorrect – In the second paragraph, the text lists at least three conditions for success: 1) they all depend on early warning that the risk of conflict exists;
2) they require information about the causes and likely nature of the potential conflict; and 3) they require the consent of the party or parties within whose jurisdiction the preventive action is to take place;
2: Incorrect – In the first paragraph, the texts confirms other issues that preventative diplomacy deals with, such as humanitarian action, for example;
3: Incorrect - In the third paragraph, the text makes several references to "timing", but it does not state that such "timing" should be earlier. Prevention, control and resolution of a conflict at the wrong time could prove risky to those involved, but there is no confirmation that actions should be implemented earlier;
4: Correct – In the third paragraph, such a comparison is actually present in the text, affirming that "If treatment is prescribed at the wrong moment in the evolution of a disease, the patient does not improve, and the credibility of both the treatment and the physician who prescribed it is compromised";
5: Incorrect – Despite the comparison between preventative action and disease in the third paragraph, in armed conflicts, the text does not affirm that the physician will perform the same role as a diplomat. One can assume that physicians will be focused on healing the injured, while diplomats will be focused on helping restore peace.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of preposition to fill the blanks:

_____ the bottom of French society, the poor sank deeper _____ misery and degradation.

Between a third and a half of the people of France lived _____ the margin of subsistence, spending as much as 80 percent of their income_____food alone. The numbers of the poor multiplied. Homelessness increased. Public roads were thronged_______beggars, abandoned children, broken families, and able-bodied men without work.

(A) by / out of / below / for / by.
(B) in / into / at / in / by.
(C) from / under / by / with / for.
(D) at / in / near / on / with.
(E) across / from / over / with / with.

A, B, C e E: Incorrect;
D: Correct - This is the only correct pattern possible from the choices available: At the bottom, sank deeper in misery, lived near the margin, spending on, thronged (full of) with.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of words to fill the blanks:

In 1739, a bizarre_______ called the War of Jenkins' Ear began between Britain and Spain.

This was a commercial ___________ that grew ________ one of the first Jingo-wars in modern

History. It started after Spanish officials _________ an English interloper named Captain Robert

Jenkins by cutting off his ear. Captain Jenkins presented the ___________ ear to Parliament in a handsome mahogany box. It became a cause of war between two great powers.

(A) episode / war / out of / killed / missing.
(B) event / wrangling / towards / disfigured / removed.
(C) conflict / dispute / into / mutilated / severed.
(D) passage / rivalry / through / amputated/amputated.
(E) incident /disagreement / during / offended / other.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – In terms of the best collocation and meaning, this is the only option possible. Grew into means developed.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

For most of the past year, investors ____________ (assume) that ____________ (be) Argentina to default on its debts, Brazil ____________ (follow) suit. Yet this week they ______________ (appear) to have second thoughts. With Argentina closer than ever to default, Brazil's financial markets and its currency ___________ (soar) to their highest levels since before September 11th.

(A) assumed / was / following / were appearing / soar.
(B) Have assumed / is / will follow / are appearing / soar.
(C) Assumed / were / would follow / appear / soaring.
(D) Assumed / were / followed / appear / are soaring.
(E) Have assumed / were / would follow / appeared/ soared.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – As the text says, 'for most of the past year' implies that the period has not yet finished. Last year would clearly be past; past year can include the current year. This idea requires the present perfect, i.e. I have been busy this week. Were + subject + to infinitive is used as a 2nd conditional inversion and replaces; if + subject + simple past. Would is used again as a conditional - we are imagining a hypothetical situation. The verb appear cannot be used in the present perfect, even though we have the expression – this week – as it a state verb. Soared is used as it reflects an action that is completed.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Select the correct replacements for the words in **bold** type:

The Securities & Exchange Commission has issued a warning that it is investigating a rumour of fraud in stock trading. A leading London broker apparently transferred large quantities of top-performing stock to a partner firm following an attempt by a rival company to assume control of the broker. The Commission is calling for those in the know to volunteer.

(A) put forward / coming across / turned out / take up / step down.
(B) put out / breaking into / ran across / run down / step out.
(C) given out / looking into / made over / take over / come forward.
(D) turned out / bringing up / made off with / break up / make out.
(E) put out / checking up on / made over / take on / let out.

A: Incorrect - Put forward means to propose / coming across means to find accidentally / turned out means to occur, to happen, to be present at an event / take up means to continue, to start / to step down means to leave an important position;
B: Incorrect - Put out means to extinguish, to issue / breaking into means to enter illegally / ran across means to meet accidentally / to run down means to reduce in size, to lose power / to step out means to leave for a short period;
C: Correct – In terms of use of language, you do not put forward a warning, put out a warning or turn out a warning. Looking into is the closest definition for investigating. Made over is to transfer ownership, take over is to take control of something and to come forward is to volunteer;
D: Incorrect - Turned out means to produce / bringing up means to raise a subject, or a person / made off with means to steal / break up means to separate / make out means to understand, to write a cheque;
E: Incorrect - Put out means to extinguish, to issue / check up on means to verify, supervise / made over means to transfer ownership / to take on means to adopt, to confront / to let out means to slacken, to be allowed to avoid something unpleasant.
GABARITO "C"

Read the following text and complete the exercise:

Inside the valley of fear

The Fergana Valley is sometimes called the tinderbox of Central Asia. In the streets of Namangan, the eye can pick out bits of tinder. The Muslim men in their traditional black pillbox hats look down on miniskirted young girls. The dour, functional government offices overlook bustling, sprawling oriental bazaars. This could pass for a scene of tolerant multiculturalism, except that at every street corner stand groups of grey-uniformed police. On the 190-mile road from Tashkent, this correspondent's car was held up on ten occasions at checkpoints guarded by Kalashnikov-toting soldiers.

After the Soviet Union broke up in 1991, there was an explosive religious revival in the valley. Militant Islamic factions following the strict teachings of the Arabian Wahhabi set up their own security force, demanding the imposition of sharia law and a share of power. They gained a huge following at the expense of moderate Muslim groups.

The timeless, bucolic appearance of the countryside, with its neat apricot orchards, villages of low white houses and winding roads lined with mulberry trees to feed the silkworms, belies the harsh reality. In return for their produce, farmers are paid by the State up to a year late and then only in grain and cooking oil. The State decides what crops they grow, and the harvest is turned over to officials – a much resented practice retained since Soviet times.

Adapted from The Economist, 10 November 2001

(Diplomacia – 2002) The underlined verbs in the text mean, respectively:

(A) select / represent / stopped / separated / created.
(B) distinguish / be considered / halted / disintegrated / established.
(C) discard / be interpreted as / threatened / fractured / formed.
(D) reject / be mistaken for / investigated / dismembered / instituted.
(E) see / seem / delayed / crumbled / disbanded.

A: Incorrect – Select means to choose, while pick out means to identify or distinguish;
B: Correct - Pick out means distinguish / pass for means to be considered / held up means halted / broke up means disintegrated / established means set up;
C: Incorrect – Discard means to throw away, while pick out means to distinguish or identify;
D: Incorrect – Reject means to decline or discard, while pick out means to distinguish or identify;
E: Incorrect – Disbanded means to separate a group, while set up means to establish.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) The text suggests that the Fergana Valley:

(A) is a haven for peaceful cohabitation.
(B) is governed by sharia law.
(C) is run by Muslims.
(D) has a thriving agricultural community.
(E) is a potential trouble spot.

A: Incorrect - This is contrary to the idea of policemen on every block, rockblocks with soldiers, the rivalries between different Muslim factions and the resentment of the farmers towards the state;
B: Incorrect - The militant Islamic factions demanded sharia law – it is not stated if this was indeed granted;
C: Incorrect - Not clear. We know that the area is still controlled by the state. Whether the state is run by Muslims is not clarified in the text;
D: Incorrect – There is no evidence that agriculture is thriving;
E: Correct - By referring to 'tinder', which means something inflammatory or dangerous and as the valley is sometimes called the 'tinderbox' of Asia. Tinderbox refers to a potentially explosive place or situation.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) In the text:

(A) the drab office buildings contrast with the messy markets.
(B) the farmers are paid twice for their produce.
(C) the guards at the roadblocks wave rifles in the air.
(D) the streets of Namangan are dangerous.
(E) the bazaars are not functional.

A: Correct - The word dour means gloomy or harsh. It gives the idea of being drab (gray or dull). This is contrasted with the sprawling markets. Sprawling means spreading in different directions in an unplanned/messy style;
B: Incorrect - Turned over in this context means given to or delivered to;
C: Incorrect - Toting means to carry. There is no connotation of them waving the rifles in the air;
D: Incorrect - Not necessarily as there are police on every corner to maintain the peace;
E: Incorrect - The words bustling means busy with activity, and sprawling means spreading in different directions in an unplanned or messy style.
GABARITO "A"

Read the following text and complete the exercise:

Even before the terrorist attacks, the financial system was under duress. Banks were wobbling under a pile of bad loans that had doubled in a year to $192 billion. Hedge-fund stars such as George Soros and Julian H. Robertson Jr. had self-destructed. Mutual-fund investors had deserted equities. And online brokers were limping from the dramatic fall in trading, while their traditional rivals were struggling to make profits form dirt-cheap commissions.

(Diplomacia – 2002) Select replacements for the words in **bold** type:

(A) siege / crushed / emptied / hurting / seeking
(B) pressure / staggering / quit / reeling / striving.
(C) pressure / engulfed / abandoned / hurting / trying.
(D) hardship / tottering / quit / faltering / vying
(E) hardship / wavering / abandoned / bankrupt / vying.

A: Incorrect - Under siege would be too physical, crushed is too strong, emptied does not mean to leave, seeking does not have the same connotation of effort as striving;
B: Correct – Under pressure or under duress, wobbling and staggering meaning to be unsteady, to desert means to leave or to quit, reeling means thrown off balance or staggering, struggling means striving to make great efforts to achieve something;
C: Incorrect - Pressure is fine, engulfed (usually engulfed by flames) covered is too strong, abandoned is a good synonym for deserted, hurting can work here as a synonym for limping. Trying does not have the same strength as struggling;
D: Incorrect - Hardship means suffering or privation. It is not common to collocate under hardship. Tottering is a good synonym for wobbling, quit can work as a synonym here for deserted. Faltering does not mean damaged or injured it means to be hesitant or unsteady, vying means striving or competing and would work in this context for struggling;
E: Incorrect - Hardship means suffering or privation. It is not common to collocate under hardship. Wavering means to be indecisive but is used in the context of making a decision or being resolute and not to be 'wavering under a pile of bad debts'. Abandoned is a good synonym for deserted, bankrupted is too strong here, this would imply they were no longer able to trade at all, vying means striving or competing and would work in this context for struggling.
GABARITO "B"

Read the following text and complete the exercise:

After researchers identify a viral target, they can enlist various techniques to find drugs that are able to perturb it. Drug sleuths can, for example, take advantage of standard genetic engineering (introduced in the 1970s) to produce pure copies of a selected protein for use in drug development. They insert the corresponding gene into bacteria or other types of cells, which synthesize endless copies of the encoded protein.. the resulting protein molecules can then form the basis of rapid screening tests: only substances that bind to them are pursued further.

(Diplomacia – 2002) In the text:

(A) enlist (line 1) means to catalog
(B) sleuths (line 2) means assays.
(C) synthesize (line 6) means to streamline.
(D) screening (line 7) means visualizing.
(E) to pursue (line 8) means to investigate.

A: Incorrect - Enlist means to engage the support of. Catalog means to make an itemized list of something;
B: Incorrect - Sleuths means detectives (noun). Assays (verb) means to examine or analyze;
C: Incorrect - Synthesize means to combine to form a new product. Streamline means to reorganize in a manner which simplifies or makes something appearance or efficiency;
D: Incorrect - Screening means an examination done to detect unwanted particles. Visualizing means to form a mental image;
E: Correct - To pursue (track, trail) and to investigate are good synonyms in this context.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

Using the mouse, I_______ on the area of the video screen where I wanted the robot to go. The machine's motors __________ loudly as they turned the wheels, first pointing the robot in the right direction and then _________ it to the indicated spot. Then I _______ a tougher challenge: I ________ the machine to smash into the wall on the other side of the room. Fortunately for the robot, it stopped just shy of the wall, ______ my destructive intentions.

(A) pushed / banged / casting / plotted / ordered / finishing.
(B) pointed / whirred / sending / proposed / directed / evading.
(C) clicked / whirred / driving / devised / directed / thwarting.
(D) pointed / screeched / driving / invented / told / frustrating.
(E) clicked / buzzed / moving / devised / told / forgetting.

A: Incorrect – Push is not commonly collocated with mouse;
B: Incorrect – Direct is not collocated this way;
C: Correct – Clicked is the most accurate verb for a mouse and it fits with the preposition on. The sound of a motor is most closely associated with whirred. Driving is the most appropriate word in terms of driving the robot in the right direction. Devised meaning invented or came up with is best here. Directed is the best option in terms of directing a mechanical object. Thwarting (preventing) is the best option here in terms of thwarting the driver's intentions;
D: Incorrect – Point on is not the correct collocation in English;
E: Incorrect – Forgetting does not collocate with robots.
GABARITO "C"

Read the article below and answer the questions that follow:

To bludge or not to…

Is Helen Clark, New Zealan's Prime Minister, a bludger? Conservative opposition leader Jenny Shipley thinks so. She bluntly accuses Labour's leading light of playing silly bludgers with the nation's security. Convinced that New Zealand does not really have any enemies, Ms. Clark plans to abolish most of its air force, including the Skyhawk fighter jets. This is the "bludger's option," says Mrs. Shipley. "Cuts, isolation, and bludging," whinged the National party's Max Bradford. "A peacenik pandering to pacifists." But Ms. Clark was having none of it. The 31-year-old planes had never fired guns in anger, she said, although they once buzzed an errant fishing boat. U.S.-made replacements were far too expensive and not needed, she told parliament. "Is the difference between being a bludger and not being a bludger whether you have 17 clapped-out Skyhawks?"

This is a difficult question to answer without first defining terms. To bludge is to cadge, scourge or shirk responsibilities. A bludger is a hanger-on or a loafer. Mrs. Shipley was implying that, under Labour's plan, New Zealand would have to depend on Australia for its defence. The critics recalled the importance of air power during the battle of Crete or bemoaned the demotion of the armed services to fishery patrols and other people's peacekeeping. Ms. Clark is probably correct in assuming that no invasion by Indonesia is imminent, and she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study.

As the debate rages on, a retired defence force chief, Sir Somerford Teagle, summed up New Zealand's dilemma in plaintive terms: "Here we are, sitting in the ocean, all alone." There is no arguing with that.

Adapted from The Guardian Weekly, May 17-23 2001

(Diplomacia – 2002) In the text, **bluntly** means:

(A) ironically.
(B) naturally.
(C) abruptly.
(D) frankly.
(E) candidly.

A, B, C, D e E: Bluntly means abruptly and disconcertingly frank in speech. The gabarito is incorrect as there is no idea of irony in the accusation. Options E – candidly, D – frankly and C – abruptly seem to be appropriate. The only notion of irony could be the play in words with 'playing silly bludgers'. This is an idiomatic expression well beyond any interpretation of the text.
GABARITO Oficial "A" / GABARITO Nosso "E", "D" or "C"

(Diplomacia – 2002) In the text, **cadge** means:

(A) get something without paying.
(B) get something at a lower price.
(C) borrow.
(D) buy what is strictly necessary.
(E) pay one's debts.

A: Correct – To cadge a lift means to get a lift for free, to cadge a cigarette is to get one for free by asking someone else for one. It can also mean to beg or to mooch;
B, **D** e **E**: Incorrect;
C: Incorrect – While colloquially people use borrow as a synonym for cadge, there is no idea of returning the item borrowed. Hence, it is only used for petty or intangible items (cigarettes, a lift, a dollar).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) In the text, **bemoaned** means:

(A) spoke in pain.
(B) pointed out.
(C) refused.
(D) lamented.
(E) firmly complained.

A, B, C, e E: Incorrect;
D: Correct - Bemoaned means to lament, express grief or to express disapproval.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Max Bradford believes New Zealand's Prime Minister is:

(A) providing what their neighbours want.
(B) acting as a pacifist.
(C) providing what pacifists want.
(D) a genuine pacifist.
(E) advocating word peace.

A, B, D e E: Incorrect;
C: Correct – In the phrase, "A peacenik pandering to pacifists." Pandering means to provide for the tastes/desires of others. It is used pejoratively. Peacenik means a pacifist.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) The Guardian article states that:

(A) Indonesia is not planning any attack on New Zealand.
(B) Ms. Clark has showed the world what to do in terms of peace.
(C) Labour leaders should follow Ms Clark's example.
(D) Labour leaders may do well to look into Ms. Clark's disarmament plans.
(E) New Zealand needn't fear any attack from other countries.

A: Incorrect – It says any attack is not imminent – coming soon. This statement is too categorical;
B: Incorrect – There is no evidence that her ideas have any worldwide impact;
C: Incorrect – This is too strong a statement;
D: Correct – In the phrase, "she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study", might can be substituted for may and look into can be substituted for study;
E: Incorrect – It does not state this. Furthermore, it is clearly stated that New Zealand is alone sitting in the ocean and therefore susceptible to attack.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Is the Conservative Party _____________? Can it ever come back? Not just by June – or even June 2005 - _____________? The questions aren't mine: they were ___________ long before this election began by Michael Brown, an intelligent, thoughtful ex-Tory MP who lost his ___________ in '97. But here they come again, with redoubled force, _____________ on the wind of Tapsell.

(A) done / but ever / asked / seat / born.
(B) washed up / but now / posed / place / brought up.
(C) washed up / but ever / posed / seat / born.
(D) finished / but soon / put forward / position / born.
(E) forgotten / but ever / posed / bench / appearing.

A: Incorrect – "Done" has too many possible interpretations;
B: Incorrect – An MP has a seat, not a place. Bring up on has an idea that someone taught them this;
C: Correct - Washed up means no longer successful. Posed means asked, seat refers to his elected position for a certain constituency, born on the wind is metaphoric and means deriving from;
D: Incorrect – An MP has a seat, not a position;
E: Incorrect – Forgotten would only work if the verb tense was present perfect (Have they been forgotten?).
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

The Organization ________ Economic Cooperation and Development (OECD) _________last week that an international _________________ on tax havens was still ___________, despite the United States government's decision to ____________ its support for central parts of the plan.

(A) of / insisted / attack / being developed / refused.
(B) for / said / law / on track / asunder. Asunder means into separate parts
(C) in / granted / crackdown / on the road / scrap. Scrap is an informal expression to give up a plan.
(D) for / insisted / crackdown / on track / withdraw.
(E) of / published / law / being examined / refuse.

A: Incorrect – Refused is in the wrong verb tense;
B: Incorrect – Asunder is not a verb, but an adjective or adverb meaning separated;
C: Incorrect – Grant means to offer or give;
D: Correct – The only option with the specific vocabulary to fit the spaces. Insist is stronger than said, crackdown means an attempt to forcefully restrain or regulate, on track – going a planned, to withdraw support means to recall or retract support;
E: Incorrect – Publish is a direct transitive verb, making "that" an improbable object.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Pirates have provided material for writers _________ so long that one _________ thinks _________ could be any literary treasure _____________, but here is a book that proves ____________.

(A) for / never / it / left / the opposite.
(B) during / hardly / there / buried / otherwise.
(C) since / rarely / there / still / something else. Rarely is an adverb of frequency.
(D) for / barely / it / left / the opposite.
(E) for / hardly / there / left / otherwise.

A: Incorrect – "It could be any literary treasure left" is impossible in English;
B: Incorrect – During so long is not the English collocation;
C: Incorrect – Since so long is not the English collocation;
D: Incorrect – For opposite to be correct, the original text would require a definite article, i.e., proves **the** opposite;
E: Correct – For so long is the only correct preposition to use here. Hardly is an adverb meaning the same as barely or just. Otherwise (adverb) means differently.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Choose the correct sequence of words to fill in the blanks:

One of the most explosive ___ in Australian politics is the growing ___ for a government apology for the physical and cultural genocide the Aborigenes ___ since white people ___ on ___ continent.

(A) questions / claims / have gone through / arrived / the new.
(B) problems / clamour / have experienced / reached / their.

(C) issues / clamour / have endured / set foot / their.

(D) complaints / outcry / have undergone / set foot / the.

(E) matters / outcry / have suffered / were introduced / the new.

A: Incorrect – Claims (plural) / is the growing (singular) – the concordance would be incorrect;
B: Incorrect – Reached is not followed by the preposition on;
C: Correct – An issue can be described as explosive, clamour means outcry. All the options offered work here, but endured is the most appropriate as it has the connotation of suffering. To set foot goes with the preposition on – to set foot on. "Their" is a possessive pronoun referring to the Aborigines;
D: Incorrect – Complaints seems out of place for the context of politics;
E: Incorrect – People are not introduced to a place; animals and agriculture are.
GABARITO "C"

Assinale a única resposta certa a cada uma das duas seguintes questões. Leia o texto a seguir e responda às perguntas:

Kosovo: Peace Now?

On the hill near the Serbian village of Drsnik in central Kosovo I counted smoke billowing from eight houses. Or at least I thought they were houses. Some proved to be haystacks. For Albanians taking revenge, even Serbian haystacks must now be burned.

In the northern town of Mitrovica I sat on a wall with Meli Uka, a pretty, twenty-two-year-old student. We sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars ands tractor-trailers. They looked no different from the Kosovars I had seen who had been expelled from Kosovo a few weeks earlier.

The New York Review of Books. 12/08/1999.

(Diplomacia – 2000) Com base no texto acima, indique a única afirmação correta:

(A) The author witnessed eight houses burning.

(B) Smoke was rising slowly from the houses.

(C) Less than eight houses were on fire. Correct

(D) The Serbs were burning Albanian property.

(E) It was necessary to burn the haystacks.

A: Incorrect – In the first paragraph, the author admits to being mistaken. Not all fires were in houses; some were in haystacks;
B: Incorrect – The word "billowing" in the first paragraph means that smoke was coming out of the fires quickly and copiously;
C: In the first paragraph, the text confirms that the author initially thought there were eight houses, but he quickly realizes his mistake. Not all the eight fires were in houses; some were in haystacks. Thus, there were less than 8 houses on fire;
D: Incorrect – In the first paragraph, the texts shows that it was quite the opposite; Albanians were burning Serbian haystacks (and probably their houses);
E: Incorrect – There is nothing in the text that confirms the necessity to burn the haystacks. Such fires are attributed to revenge (in the first paragraph).
GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Na frase we sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars.

(A) as significa while.

(B) As significa equally.

(C) Packed significa stored their luggage.

(D) Fleeing é um verbo no gerúndio.

(E) A column é o mesmo que a post.

A: Correct – "As", in this case, is a subordinating conjunction of time, used to emphasize the concurrent actions;
B: Incorrect – "As", in this case, is not part of a comparative structure. Such a structure requires the use of an adjectives and another "as". (as fast as);
C: Incorrect – In this case, "packed into cars" is a no-restrictive adjective clause reduced by the past participle of the verb "to pack" and means "crowded into cars". It suggests that the cars were full to their capacity;
D: Incorrect – While "fleeing" is a gerund form derived form the verb "to flee", its role here is not that of a verb, but rather one of an adjective describing the Serbs;
E: Incorrect – In this context, a column means a long line.
GABARITO "A"

Leia o texto a seguir e responda as três próximas perguntas:

Fiddling as the Planet Burns

It's a tall order to expect Western politicians to cut the rhetoric, but unless they do something soon to reduce carbon dioxide emissions, the ambitious targets they set at the Kyoto climate change conference in 1997 are likely to be missed.

The consequences for future generations are unclear, but scientists say they could include a further rise in world temperatures, with a variety of adverse, possibly irreversible effects, including severe storms, a rise in the sea level, the spread of disease and the loss of species.

The mere threat of these horrors ought to be enough to make politicians take the issue of greenhouse gases seriously.

Yet to judge by two new studies, they are not doing so. Instead, they are fiddling while the planet burns.

Guardian Weekly, 10/11/1999

(Diplomacia – 2000) Depreende-se do texto que:

(A) Western governments do not intend to cut carbon dioxide emissions.

(B) It is probable people will feel the absence of the Kyoto targets.

(C) World temperatures will inevitably rise.

(D) Many diseases are a direct consequence of pollution.

(E) It is unrealistic to expect Western economies to contain their industrial activities.

A: Incorrect – In the first paragraph, it is evident that Western governments have the intention to cut carbon dioxide emissions because they set ambitious targets at the Kyoto climate change conference in 1997. While they are in no hurry, by setting targets, their intention is evident;
B: Incorrect – "Likely to be missed" in the first paragraph does not mean that people will feel the absence, but rather that the targets will not be reached;

C: Incorrect – In the second paragraph, the rising of temperatures is considered a possibility (could include a further rise), but not inevitable;
D: Incorrect – While the spread of disease (second paragraph) could be a possible consequence of rising temperatures, there is no reference to the number nor to whether the link is direct or not;
E: Correct. – The term "it's a tall order", on the first line, means that something is very difficult, but can be construed as unrealistic. Note: Such interpretation is made in a very wide sense. To be a tall order does not necessarily mean "unrealistic", but it can be inferred.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2000) No texto:

(A) cut the rhetoric significa make shorter speeches.
(B) likely significa positively.
(C) they na frase "scientists say they could include" refere-se a scientists.
(D) mere sugere que the threat is small.
(E) to judge by significa according to.

A: Incorrect – In the text, "cut the rhetoric" means to "stop talking and start acting";
B: Incorrect – In the text, "likely" means "probably";
C: Incorrect – "They" in the specific sentence refers to the "consequences". (The consequences could include a further rise in world temperatures);
D: Incorrect – "Mere" in the text means "just" or "itself" or "own its own";
E: Correct – "To judge by" in this text means "according to". (According to two new studies,...).
GABARITO "E"

(Diplomacia – 2000) Com relação ao texto:

(A) yet is an adverb of time.
(B) Further is the comparative form of far and means additional.
(C) Soon means not immediately.
(D) Adverse, like possibly, is an adverb.
(E) Rise is a noun derived from the verb raise.

A: Incorrect – In the text, "yet" is a conjunct of contrast, similar to "nevertheless" or "however";
B: Correct – Far / Farther / Farthest – relates to distance. Far / Further / Furthest – relates to additional;
C: Incorrect – In the text, "soon" means "immediately" or "almost immediately";
D: Incorrect – In the text, "adverse" is an adjective that describes the effects – adverse effects (adverse [and] possibly irreversible effects);
E: Incorrect – "Rise" is an intransitive verb (the sun rises), while "raise" is a transitive verb (the government raises taxes). One is not derived from the other.
GABARITO "B"

Leia o texto a seguir e responda as duas próximas perguntas:

Looking to Tame a Big Neighbor

From its hilltop perch in central Helsinki, a Russian Orthodox church looms over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace. It's a reminder of the days when the Grand Duchy of Finland was a jewel in the Russian crown.

With fewer than 100 years of self-rule behind them and the cold war barely over, the Finns hardly need such reminders. But instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe. And they think natural gas is the way to do it. "It has been possible with nuclear issues, and we think it's possible with other issues as well" says a Finnish Foreign Ministry official.

Business Week, 11/10/1999

(Diplomacia – 2000) Com base no texto, pode-se concluir que:

(A) Finland is a former Soviet Republic.
(B) The Finn's majority religion is the Russian Orthodox Church.
(C) The Finns prefer not to engage their powerful neighbor directly.
(D) The Finns think gas can be a key to Northeastern Europe.
(E) Russia has traditionally disparaged Finland.

A: Incorrect – In the first paragraph, the Grand Duchy of Finland is revealed as part of the Russian Empire, but not a member of the Soviet Union;
B: Incorrect – In the first paragraph, the text confirms the presence of a Russian Orthodox church near the Presidential Palace in Helsinki, but this does not confirm the majority religion in the country;
C: Incorrect – In the second sentence in the second paragraph, the author shows that "instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe", a form of direct engagement;
D: Correct – The last two sentences of the second paragraph confirm that the Finns "think natural gas is the way" to bring Russia into Europe;
E: Incorrect – "To disparage" means to "ridicule". While the author suggests that Finns may not want to remember the past, there is no clear evidence that Russia has poked fun at Finland.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) No texto:

(A) hardly significa with difficulty.
(B) Hardly significa do not.
(C) Barely significa incompletely.
(D) Looms significa overlooks.
(E) Natural significa open-air.

A: Incorrect – In the text, "hardly" means "almost not" or "do not";
B: Correct – In the text, "hardly" means "almost not" or "do not";
C: Incorrect – In the text, "barely" means "only just" or "a short time ago";
D: Incorrect – In the text, "looms" means "emerges" or "stands threateningly". Special Note – "looms over" means overlooks. The fact that the question omitted the preposition from the phrasal verb complicates the answer. In this case, if "looms" means "overlooks", the sentence, in the case of substitution, would read "a Russian Orthodox church overlooks over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace", which is not possible;
E: Incorrect – In this text, "natural" means "unprocessed".
GABARITO "B"

Leia o texto seguinte e responda às três próximas perguntas formuladas:

For all the triumphs of war and peace, the british Empire as it stood in 1763 had many weaknesses. Them in terms of one single design. It was an empire held together by sea power, but that alone was not enough to control it, let alone to govern it. Nor was trading supremacy guaranteed. Asa Briggs, A Social History of England.

(Diplomacia – 1999) Com base no texto acima, pode-se concluir que:

(A) Britain`s sea power ensured its trading supremacy.
(B) The Empire was weak owing to the wars.
(C) Britain's naval power was sufficient to control the Empire.
(D) Britain's Navy was the cohesive force sustaining the Empire.
(E) The british empire could not be governed alone.

A: Incorrect - Sea power is not specifically linked to trade and trading supremacy;
B: Incorrect - War is not presented as causing weakness. War and peace are in fact presented as positive aspects;
C: Incorrect - The use of 'that alone', referring to sea power, makes this statement false. The implication is that more than sea power was needed to control the empire;
D: Correct – The term 'held together by sea power' refers to the role of the Navy in providing cohesion;
E: Incorrect – The term 'let alone' means much less/not to mention. This refers to the fact that sea power was not enough to control much less govern it.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) Na primeira frase, a expressão *For all* significa:

(A) to the benefit of.
(B) because of.
(C) including.
(D) subsequent to.
(E) despite.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – Despite or notwithstanding could be both used in this context to show an idea of contrast, which is the same meaning as 'for all' (specifically in this context).
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Na perífrase *the British Empire as it stood in* 1763, a expressão as *it stood* significa:

(A) the way it was.
(B) so long it resisted.
(C) while it resisted.
(D) at the time was established.
(E) when it rose.

A: Correct – This can always be used as 'the way things stand right now', i.e. the way things are;
B, C, D e E: Incorrect.
GABARITO "A"

Leia o texto seguinte e responda as duas próximas perguntas formuladas:

The initial international response to Central America´s tragedy has been generous. The Clinton administration has pledged U$ 80 million and sent troops to help clean up the horrible damage caused by the hurricane Mitch.

But as the long-term impact of this catastrophe becomes clear, so does the inadequacy of the response to date. Honduras and Nicaragua in particular have suffered a once-in-a-century kind of blow.

Governments from Cuba to Sweden have promised help, but what is needed now is a coordinated international response. Private banks, multilateral lenders such as the World Bank and major investors must be involved along with governments.

The International Herald Tribune, 17/XI/98

(Diplomacia – 1999) Como o texto acima avalia a resposta internacional?

(A) Good.
(B) Adequate but not generous.
(C) Excellent.
(D) Insufficient.
(E) U$ 80 million have been sent.

A, B, C e E: Incorrect;
D: Correct – The overall evaluation of the response is of being insufficient. Evidence for this is found in the phrase, 'so does the inadequacy of the response to date'. Inadequate clearly refers to insufficient. Further evidence is found in the last paragraph where the text states, 'what is needed now is a coordinated international response' and also in 'must be involved along with governments'.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) No mesmo texto, a expressão once-in-a-century significa:

(A) An event that happens every century.
(B) Something that occurs regularly over a long period of time.
(C) An event that takes place during an entire century.
(D) Something that occurs very often.
(E) An event that occurs very infrequently.

A, B, C e D: Incorrect;
E: Correct – Once-in-a-century is not a literal expression. It refers to a freak or rare occurrence – such as the extent of the hurricane damage mentioned in the text.
GABARITO "E"

Leia o texto seguinte e responda as duas próximas perguntas formuladas:

"Under a government which bolted on a women´s minister as an afterthought, women in Britain are doing all right. The new women´s minister, Baroness Jay, has every reason to be proud of her government's record: the new child-care strategy, the push to a "family-friendly" work package, social security, reforms that include a big increase in child benefit, and a sharing of pensions on divorce. Like most other European states, Britain has seen women making major advances in the professions – equal numbers entering law and medicine and even more females taking business studies than men".

The Guardian Weekly, 15/XI/98, pg. 12

(Diplomacia – 1999) Com base no texto acima, a única afirmação correta é:

(A) There are more women than men doing law Great Britain.
(B) In all European countries women have equal rights.
(C) The women´s minister was one of the first minister to be appointed.
(D) There are more men doing business studies than women, in Great Britain.
(E) Baroness Jay is doing a good job.

A: Incorrect – There are equal numbers entering law and medicine;
B: Incorrect -This is not stated;
C: Incorrect – The opposite is true, she was 'bolted on as an afterthought', i.e. included as a last thought;
D: Incorrect – The text clearly states that there are, 'even more females taking business studies than men";
E: Correct – In line 2, the text states 'the Baronesss has every reason to be proud'. This is reinforced by the statement in line 1 where it says that 'Under a government……women are doing all right'. The implication is that the government in which the Baroness serves is doing a good job.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) No mesmo texto,

(A) Under significa below.
(B) Bolted significa moved slowly.
(C) Push significa strong action.
(D) Sharing significa refusing.
(E) Major significa more.

A: Incorrect – This means under the auspices of a government or under the mandate of a government. Below is too literal;
B: Incorrect – Bolted means attached to, or secured to;
C: Correct – Push refers to a strong action, i.e. in a government push for health reform;
D: Incorrect – Sharing means to have equal responsibility for doing something, paying for something etc.;
E: Incorrect – Major means significant.

GABARITO "C"

The Amazon Rainforest

1 The Amazon Rainforest, also known in English as
Amazonia or the Amazon Jungle, is a moist broadleaf forest
that covers most of the Amazon Basin of South America. This
4 basin encompasses seven million square kilometers, of which
five and a half million square kilometers are covered by the
rainforest. This region includes territory belonging to nine
7 nations. The majority of the forest is contained within Brazil,
with 60% of the rainforest, followed by Peru with 13%, and
with minor amounts in Colombia, Venezuela, Ecuador, Bolivia,
10 Guyana, Suriname and France (French Guiana). States or
departments in four nations bear the name Amazonas after
them. Amazonia represents over half of the planet's remaining
13 rainforests, and it comprises the largest and most species-rich
tract of tropical rainforest in the world.
The basin is drained by the Amazon River, the world's
16 largest river in terms of discharge, and the second longest river
in the world after the Nile.
Wet tropical forests are the most species-rich biome,
19 and tropical forests in the Americas are consistently more
animal and plant species rich than the wet forests in Africa and
Asia. As the largest tract of tropical rainforest in the Americas,
22 the Amazonian rainforests have unparalleled biodiversity. One
in ten known species in the world lives in the Amazon
Rainforest. This constitutes the largest collection of living
25 plants and animal species in the world.
The Amazon Rainforest was short-listed in 2008 as a
candidate for one of the New7Wonders of Nature by the New
28 Seven Wonders of the World Foundation. As of February 2009
the Amazon ranked first in Group E, the category for forests,
national parks and nature reserves.

The Amazon: the world's largest rainforest. Internet: <http://rainforests.mongabay.com/amazon> and **Amazon Forest**. Internet: <http://en.wikipedia.org/wiki/Amazon_rainforest> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Based on the text above, judge the following items.

(1) With an astounding biodiversity, the Amazon Rainforest is home to more species of plants and animals than any other terrestrial ecosystem on the planet.
(2) The expression "are the most species-rich biome" (*l.*18) could be replaced by **have a great diversity of plant species** without changing the original meaning of the text.
(3) Although the Amazon River basin is home to the largest rainforest on Earth, it is the second most voluminous river on Earth.
(4) The Amazon River basin includes parts of eight South American countries: Brazil, Bolivia, Peru, Ecuador, Colombia, Venezuela, Guyana, and Suriname, as well as French Guiana, a department of France.

1: Correct - In line 13, the text says, 'it represents the largest and most species-rich tract (area) of tropical rainforest in the world;
2: Incorrect – In the text, the phrase is a superlative 'the most'. The

suggested replacement is not a superlative and, therefore, does not have the same meaning;
3: Incorrect – While the Nile is the longest river (line 18), the Amazon is the most voluminous in terms of its discharge/emission (line 16);
4: Correct – Lines 8-12 identify this. French Guiana is considered to be part of France or an overseas French department.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

Cleaning up after nature plays a trick

1 It was a storm of record consequence, disrupting large
swaths of the Northeast in ways large and small: towns were
buried in dense snowfalls, closing down streets, schools and
4 even, in some cases, Halloween celebrations.
By the time the great snowstorm of October 2011
finally ended early Sunday, more than three million customers
7 would find themselves without power and with the prospect of
enduring several more days without it. The unseasonably early
nor'easter had utility companies struggling to restore electricity
10 to homes and businesses. By early Monday, the number of
customers without power was still above 2 million but falling.
People emptied stores of generators and chain saws
13 and flocked to town halls to charge phones on emergency
power. In Worcester, Mass., a wedding with cranberry dresses
and flowers the colors of fall foliage ended up soggy and white.
16 In Glen Rock, N.J., orderly suburban blocks became a maze,
with fallen branches draped across nearly every street.
Communities in New Jersey, Connecticut,
19 Massachusetts and New Hampshire expected schools to remain
closed for several days as they cleaned up downed electrical
wires and fallen branches. And in Central Park, as many as
22 1,000 trees may be lost — eight times the damage suffered
after Tropical Storm Irene.
But in the most telling sign of how the snow had
25 turned seasons topsy-turvy — throwing an icy and sometimes
lethal blanket over trees whose leaves were often still green —
the storm threatened to obliterate Halloween.

New York Times. Internet: < www.nytimes.com> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Judge the following items based on what is stated in the text above.

(1) Throughout the entire US north and east regions there were hundreds of schools closed, many lacked power and trees littered roads after a surprise snow on Sunday.

(2) In "as they cleaned up downed electrical wires and fallen branches" (*l*.20-21), the term "downed" (*l*.20) could be replaced by turned down without changing the original meaning of the text.

(3) Because of the unexpected snowstorm, there was a large power failure in the storm-struck region.

(4) The storm's lingering effects snow were all solved late Sunday.

(5) Despite the snowstorm, many schools in New Jersey, Connecticut and Massachusetts were back to the normal routine the day after.

1: Incorrect – In line 2, the text refers to 'swaths'; these represent tracks or paths and do not represent the entire Northeastern area;
2: Incorrect – In this sense, 'downed' means thrown down to the ground. The phrasal verb, 'turned down' refers to lowering the volume – turn down the volume of the radio. It can also refer to rejection – He turned down the job offer (he rejected the job offer);
3: Correct – In lines 7-8, the text refers to unseasonably early nor'easter meaning – weather which was unexpected at that time of the year; and also, in line 7, the text refers to the fact that customers would find themselves without power (this is using 'would' in the sense of recounting a past event – On that day, they would discover the key to the mystery;
4: Incorrect – Lingering, here, means to remain/last. The text clearly states (line 10) that early Monday the number of those without power was still above 2 million. Loss of power was a consequence of the snowfall;
5: Incorrect – (Line 19-20) there was an expectation that schools would remain closed for several days in New Hampshire and Massachusetts. Several – a small number, but more than one day.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

Obama tries to speed response to shortages in vital medicines

1 President Obama will issue an executive order on Monday that the administration hopes will help resolve a growing number of critical shortages of vital medicines used to
4 treat life-threatening illnesses, among them several forms of cancer and bacterial infections.
The order offers drug manufacturers and wholesalers
7 both a helping hand and a gloved fist in efforts to prevent or resolve shortages that have worsened greatly in recent years, endangering thousands of lives.
10 It instructs the F.D.A. to do three things: broaden reporting of potential shortages of certain prescription drugs; speed reviews of applications to begin or alter production of
13 these drugs; and provide more information to the Justice Department about possible instances of collusion or price gouging.
16 Such efforts are included in proposed legislation that has been pending in Congress since February despite bipartisan support for its provisions.
19 The order is part of a series of recent executive orders involving such disparate issues as mortgage relief and jobs for veterans. They are intended to show that the president, plagued
22 by low approval ratings, is working to resolve the nation's problems despite a Congress largely paralyzed by partisan disagreements.

New York Times. Internet:< www.nytimes.com> (adapted).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Judge the following items according to the text above.

(1) President Obama signed the executive order without the Congress approval.

(2) Because hospitals are running out of many key drugs, Obama administration is considering creating a stockpile for crucial cancer medicines.

(3) In "the administration hopes will help resolve a growing number of critical shortages of vital medicines" (*l*.2-3), the verb "resolve" could be replaced by finding the solution for without any changes in meaning.

(4) In "and provide more information to the Justice Department about possible instances of collusion or price gouging" (*l*.13-15), the expression "price gouging" could be correctly replaced by pricing over market.

(5) In "They are intended to show that the president, plagued by low approval ratings, is working to resolve the nation's problems" (*l*.21-23), if the verb "plagued" was replaced by pleased it would give the opposite idea to the sentence.

(6) President Obama's executive order aims to address an increasing shortage of prescription drugs that are used to treat cancer and other diseases.

1: Incorrect – (In line 17) the legislation has been pending/in the process of being approved/impending, and has bipartisan support;
2: Incorrect – To stockpile is to accumulate a large store for future use. Obama is trying to get medicines to deal with critical shortages (line 3) not to stockpile the medicine;
3: Correct – To resolve means to solve or find a solution for something (to resolve a problem);
4: Correct - Price gouging has a negative connotation of squeezing or wringing out profit through dishonest/unscrupulous means. In the context, price gouging would mean pricing above the market;
5: Correct – In the text, plagued means annoyed or bothered. Therefore, to be pleased would have the opposite idea;
6: Correct – (Line 3) resolve a growing number of critical shortages, i.e. an increasing number of critical shortages for vital/essential drugs.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5C, 6C

Text I

1 Slavery in Brazil was not like slavery in the United
States of America (US), where slaves were totally debased to
the extent that every effort was made to destroy the African
4 language, culture, religion and intellectual capacity. In
Brazil, the number of slaves imported was quite large.
Moreover, most slaves in Brazil came from parts of Africa
7 with developed culture.
The first system of private education in Brazil was
begun by the African Muslim Societies whose members
10 came from West Africa. The African slaves who came from
the literary and West African college system were hired to
teach the children of the Portuguese slave masters. At the
13 same time, these slaves created their own schools.
Brazil has retained many aspects of African culture
from the very beginning of its colonial history. The Africans
16 sent to Brazil came from a number of important kingdoms
and empires.
Some aspects of African culture that Africans in
19 Africa are allowing missionaries from the European and
Arab world to destroy are the traditional African spiritualist
religions such as Vadu and Shango. African religions thrive
22 in Brazil, whether it is *Umbanda*, *Candomblé*, or the Orisha
tradition. These religions are like a steel bond that holds
Afro-Brazilians to their African heritage and culture.

Paul Barton. **Brazil's black renaissance is happening**. Internet: <http://www.raceandhistory.com.br>. Access on April/2004 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text I, it can be correctly inferred that

(1) the main difference between slavery in Brazil and that in the United States is that Brazilian slave owners tried to destroy African culture because its high level of development threatened their domination of the slaves.

(2) slaves who taught the children of Portuguese slave owners had come from an already existing educational system in Africa.

(3) the strength of black culture in Brazil is a result of the origins of slaves in organized African societies.

(4) Brazil is keeping alive cultural traditions that are being threatened in Africa.

1: Incorrect – There is no evidence to support this statement. It was in the US that slaves were totally 'debased' (line 2);

2: Correct – Lines 10-12 "The African slaves who came from the literary and Western African college system were hired to teach the children of the Portuguese slave masters";

3: Correct – The text alludes to the fact that the slaves brought to Brazil from Africa already had a 'developed culture', (line 7). In lines 16-17, the author highlights slaves brought to Brazil came from 'important kingdoms and empires.' These facts help to maintain black culture in Brazil;

4: Correct – Certain African religions thrive (Line 21), i.e. flourish in Brazil such as Candomblé and Umbanda, whereas in Africa they are under threat from European or Arab missionaries (line 19).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text I, judge the following items.

(1) The word "like" (*l*.1) can be correctly replaced by **alike**.

(2) "Moreover" (*l*.6) means **also and more importantly**.

(3) The words "who" (*l*.10) and "hired" (*l*.11) can be correctly replaced by **that** and **rent** respectively.

(4) In line 14, the word "retained" can be correctly replaced by **restricted**.

(5) The word "thrive" (*l*.21) can be correctly replaced by **flourish**.

(6) The sentence "These religions are like a steel bond that holds Afro-Brazilians to their African heritage and culture" (*l*.23-24) can be correctly replaced by: These religions imprison African-Brazilians rigidly within their historical background.

1: Incorrect – Like in this context means 'in the same way as'. Alike refers to closely resembling something or someone;

2: Correct - Moreover means in addition to what has been said, similar to in addition and furthermore;

3: Incorrect – Who is a relative pronoun. If 'that' were used it would imply that we were restricting only slaves coming from a certain area and that there was logically another group that did not come form this area. Hired and rent have different connotations – you can hire staff, a worker, a car. You can rent a car, a house. You cannot rent an employee. Special Note: For restrictive usage, "that" and "who" are interchangeable. By using that, the semantics change slightly, but they are synonymous here;

4: Incorrect – Retained means to keep, hold or maintain possession of. Restricted on the other hand means to limit or curb;
5: Correct;
6: Incorrect – The original sentence is positive. The steel bond is a link. The second sentence by using 'imprison' implies tying or restricting African-Brazilians and is negative.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Text II

1 Enslaved Africans transformed the landscapes of
tropical America, not merely for plantations but also for
subsistence, a process that established many foods of African
4 origin on the other side of the Atlantic. While the plantation
economy developed due to the Portuguese, slaves pioneered
forms of landscape management that would serve their
7 dietary preferences. In reclaiming swamps for cultivation,
they relied upon their sophisticated knowledge of wetland
farming to establish rice, a West African food staple.
10 Recognition of botanical families, valued in Africa for
medicine and poison, ritual and material culture, similarly led
to conscious plant selection and environmental manipulation
13 in the Americas. Such knowledge proved additionally critical
in the survival strategies of runaway slaves, whose expertise
in tropical farming nurtured their repeated attempts to
16 establish free, independent African communities (quilombos)
in the tropical forest hinterlands of Brazil and the Guianas.
While the survival strategies of Afro-Brazilians were
19 undoubtedly shaped by Amerindian achievements, the
contribution of Brazil's black pioneers remains ignored. Yet
their legacy in manipulating plant resources for subsistence,
22 survival, resistance and identity resonates in Afro-Brazilian
culture to this day.
There has been a measured willingness, particularly
25 by anthropologists and geographers, to concede that Africans
played a significant role in shaping the cultural landscape of
the Americas since 1500. Among the long-standing themes
28 in African history in the Americas is the debate over cultural
survivals and acculturation. This dates to the 1920s, when
anthropologist Melville Herskovits first tried to show that it
31 was a pernicious myth to believe that the African in the
Americas had no past. He challenged the notion of
sociologist E. Franklin Frazier that slavery had stripped its
34 victims of their African heritage. Over the next decades,
Herskovits and his followers searched for the retention of
specific African cultural traits in the Americas, emphasizing
37 carry-overs in the arts and especially religion. Much of this
research, however, subsequently drew criticism for treating
Africa as a single cultural area, a concept of culture very
40 much in fashion at that time, but inaccurate in portraying the
diversity and complexity of cultures found in just West
Africa alone. The search for vestiges of an African culture in
43 areas where he and his followers worked — Suriname, the
Caribbean and the US South — consequently proved so
generalized as to provide little understanding of the
46 distinctive black cultures that formed in the Americas.

Judith A. Carney and Robert A. Voeks. **Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. In: Progress in human geography,** 2/27/2003, p. 141 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text II, it can be correctly deduced that

(1) African slaves were forced to drain swamps to create fields for their masters.
(2) African slaves cultivated the wild rice they found in tropical America.
(3) the agricultural skills of African slaves were an advantage in establishing the quilombos.

(4) until the 1920s, it was commonly believed that the history of African slaves had been effectively eliminated when they were brought to the Americas.

(5) Herskovits was criticized for concentrating only on West Africa when searching for African roots in the Americas.

1: Incorrect – In line 7, 'reclaiming swamps for cultivation' does not suggest there is an idea of being forced, but rather that the slaves applied their knowledge to create their own food supplies;
2: Incorrect – In line 9, the text says they established rice using wetland farming techniques. There is no mention of wild rice being found;
3: Correct – In line 13, 'such knowledge' refers to the agricultural skills of the African slaves. The text then links these skills to being necessary for survival and to establish the quilombos (lines 14 and 15);
4: Correct – It was in the 1920s that Herskovits challenged this previous view. The previous view held is detailed in lines 32-34;
5: Incorrect – Herskovits was criticized for portraying African as a single cultural area (line 39).

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Judge if each item below presents a correct re-writing of the information contained in the phrase "There has been a measured willingness, particularly by anthropologists and geographers, to concede (...)" (*l*.24-25) of text II.

(1) Anthropologists and geographers have cautiously agreed to concede (...).

(2) There has been an enthusiastic willingness, particularly by anthropologists and geographers, to concede (...).

1: Correct – The use of 'measured' implies caution;
2: Incorrect – Enthusiastic is too strong a word to use. They showed a 'measured willingness', not enthusiasm.

GABARITO 1C, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) According to text II, judge the following items.

(1) The verb phrase "had stripped" (*l*.33) can be correctly replaced by had prevented.

(2) In line 34, the word "Over" can be correctly replaced by During.

(3) The phrase "emphasizing carry-overs in the arts" (*l*.36-37) refers to the artifacts slaves took with them to America.

1: Incorrect – Strip means to deprive or to remove. Prevent means to keep something from happening;
2: Correct – In this context, both mean throughout a period;
3: Incorrect – This refers to the cultural traits that spilled over into the arts. There is no mention of any artifacts being brought from Africa.

GABARITO 1E, 2C, 3E

Text III

1 Today Brazil has the largest single population of
African-Americans outside of the United States (US). It is,
according to some, a population in which at least 60 percent
4 is of African descent. Statistics on the number of slaves
imported into Brazil range from 1.025 million: for the rest of
South America the figure runs at approximately 400,000. In
7 some parts of colonial Latin America, the ratio of African to
European populations was 151, and in some cities, nearly
half of the populations were of partial African descent. By
10 independence, two thirds of Brazil's total population of
about four million were of African descent. Brazilian society,
like a few of the other plantation-dependent colonies of Latin
13 America and the Caribbean, could not have existed without
the constant supply of black laborers.
Throughout history, Africans and Afro-Hispanics
16 have been a major force in the development of the cultures,
political systems, societies, and economies of the nations of
the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and Latin
19 America. Iberian-African relations did not begin with the
transatlantic slave trade, nor did it begin in the Americas.
African Muslims were involved in the historical development
22 of the political, economic, intellectual, and social structures
of the Iberian Peninsula, as rulers and conquerors, centuries
before their eventual defeat by the emerging monarchical
25 powers of Spain and Portugal. That experience left long and
enduring marks on the course of historical events that led to
the emergence of the modern nation-states of Spain and
28 Portugal, and their imperial "conquest" and colonization of
the "New World".

Walton Brown. **Democracy and race in Brazil, Britain and the United States.**
Internet: <http://www.brazil-brasil.com/blajan99.htm>. Access on April/2004 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on text III, judge the following items.

(1) A close look at the world's population distribution would lead us to conclude that the USA has the largest single number of African-American inhabitants.

(2) Comparing the number of African-Americans who came to Brazil to work basically in agricultural activities with the number of those of the rest of meridian America, it can be seen that Brazil had three times as much the number of those workers.

(3) By 1822, the number of Brazilians of non-African descent was of more than 1 million people.

(4) Undoubtedly, the African culture now found not only on the Iberian Peninsula, but also in the countries colonized by Spain and Portugal can be traced back to the Muslim presence.

1: Correct – In lines 1-2, the text states that 'Brazil has the largest single population of African-Americans outside of the US;
2: Incorrect – In lines 5-6, we can compare the figures: Brazil 1.025 million slaves to the rest of South America 400,000. Therefore, Brazil did not have three times as many slaves;
3: Correct – In lines 10-11, the text states that by independence (1822) 'two thirds of 'Brazil's population (4 million) were of African descent;
4: Correct – In line 25, 'that experience' refers to the influence of African culture. The text goes on to detail in lines 25-29 the extent of this in the Iberian Peninsula and the colonies of Spain and Portugal.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Judge if each item below presents a correct re-writing of the information contained in the sentence "Throughout (...) Latin America" (*l.*15-19) of text III.

(1) All along their stories, American and Afro-Iberian have represented an important strength in the evolution of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and Latin America.

(2) During the whole course of history, African and Afro-Iberian have played a crucial force in the development of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula — Spain and Portugal — and South America.

(3) Throughout their history, Africans and Afro-Hispanics have played a major role in the evolution of the cultures, political systems, societies, and economies of the nations of the Iberian Peninsula and Latin America.

1: Incorrect – The stories or histories of American and Afro-Iberian's dates back much further than those relating to the Iberian Peninsula;
2: Incorrect – 'During the whole course of history is inaccurate. The use of the word 'crucial' can be seen as an overstatement;
3: Correct – This accurately reflects the text.

GABARITO 1E, 2E, 3C

Considered the best illustrator of 19th-century Brazil, Jean Baptiste Debret left us a monumental set of masterpieces that, until today, have not been surpassed in Brazilian iconography. Born in Paris in 1768, he studied at Beaux Arts Institute, but received a degree in engineering and in 1814 was invited by Joachin Lebreton to join the French Mission that came to Brazil. Never dreaming he would stay in Brazil for 15 years, Debret landed in Rio in 1816 and was given the title Official Painter of the Emperor. Debret fell in love with the environment he lived in and with everything that happened around him.

Nothing escaped the careful eye of this painter, who made faithful renditions with his sketches of everything he saw: the noblemen, the slaves, animals and costumes, streets and houses. All this work culminated in almost 200 engravings of Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. His journeys in Brazil produced what is maybe his best work, Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, comprising 151 plates in three editions, the first dedicated to Indians and the forest, the second to slaves and craftsmen, and the third to urban costumes and political events. Ironic and sometimes tough, libertarian and conservative, Debret managed to record the enchantment of Brazil with the discipline of a historian and the finesse of an inspired artist. One could write a thesis about every one of Jean Baptiste Debret's pictures.

Internet: <http://www.debret.com/english/debret.asp> (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on the text above, it is true to say that

(1) up to now, Debret is, beyond the shadow of any doubt, the best Brazilian painter.

(2) Debret can be considered a popular artist to the extent that he used to portray scenes of everyday Brazilian life in the 19th century.

(3) Debret's interest in imperial Brazil was quite absorbing. Despite being an official appointee of the Brazilian ruler, he included in his works not only Blacks in their daily tasks but also native Brazilians.

(4) Debret most certainly noticed the conditions under which Blacks used to work in Brazil.

(5) Debret's works, if comprehensively analyzed by experts in art and history, can be described as those of a painter endowed with the discipline of a historian and the finesse of an inspired artist.

1: Incorrect – Debret was considered the best illustrator of 19th century Brazil. Iconography can be considered a narrower field than all painting in general;
2: Correct – In the definition of 'popular' being representing or coming from the general population;
3: Correct – The first of his plates was dedicated to Indians and the second to slaves and craftsmen;
4: Correct – In the phrase "Nothing escaped the careful eye of this painter", we can assume that while painting slaves, as is made evident in the text, he noticed their working conditions;
5: Correct – The first part of this statement is somewhat vague – no mention is given to art or history experts or careful analysis – this has to be deduced from the statement in the last sentence regarding a thesis. However, the second part is clearly true as the text refers to his discipline (historian) and finesse (inspired artist).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

1 W.E.B. du Bois summed up the black man's ordeal
in America eloquently when he wrote, "One ever feels his
twoness — an American, a Negro; two souls, two thoughts,
4 two unreconciled strivings; two warring ideals in one dark
body, whose dogged strength alone keeps it from being torn
asunder". Much has happened since Du Bois wrote these
7 words in 1903, yet they remain relevant to the subject of race
relations.

It is not surprising that debates on "twoness" have
10 often led to a discussion of the Brazilian situation. Many
observers believed this feeling never disturbed
Afro-Brazilians the way they troubled Afro-Americans. They
13 looked excitedly to Brazil as a model of "racial democracy"
from which the United States might learn. Robert Allen
Christopher summarized the ideal nicely in a 1953 essay,
16 The Human race in Brazil. Said Christopher:

"Perhaps the most poignant illustration of the
difference between the United States and Brazil in the matter
19 of race relation is the fact that a Brazilian Negro generally
considers himself first and foremost a *brasileiro* and only
second a *preto* (black man). Can the equivalent be said for
22 the US Negro? Far too many cannot help thinking of
themselves as Negroes first and US citizens second, which is
the real meaning of second class citizenship".

Robert Brent Toplin. **Freedom and Prejudice**

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2004) Based on the text of Robert Brent Toplin, judge the following items.

(1) The substitution of the phrases "summed up" (*l*.1) and "black man's ordeal" (*l*.1) by added up and black man's ordering respectively would keep the same morphological and semantic relations as those presented in the text.

(2) In line 4, "warring ideals" means conflicting ideals.

(3) The phrase "whose dogged strength alone keeps it from being torn asunder" (*l*.5-6) can be correctly paraphrased as: whose obstinate strength in itself prevents it from being ripped apart.

(4) "poignant" (*l*.17) means keenly distressing to the feelings.

(5) The situation of Afro-Brazilians could be said to differ from that experienced by the black population in the United States; however, some people think that the "twoness" (*l*.9) problem also prevails in Brazil.

(6) A striking difference between blacks in the United States and in Brazil can most certainly be said to be that, whereas in the US the former consider themselves first blacks and secondly citizens, the latter see themselves the other way round.

(7) The expression "first and foremost" (*l*.20) has the same meaning as above all.

(8) Brazilian and American negroes can both be said to hold the same kind of second class citizenship.

1: Incorrect - 'Summed up' means to condense or to capture. 'Add up' means the summation of. Ordeal refers to suffering whereas ordering refers to classification;
2: Correct;
3: Correct – Dogged refers to stubbornness or obstinacy. Torn asunder means to be broken apart or ripped apart;
4: Correct – Poignant means profoundly moving or touching;
5: Correct – This is difficult to surmise. In line 10, the text mentions 'many observers' not all observers. Thus, we could assume there are others who do not share this opinion;
6: Correct – This is clearly stated in lines 19-24;
7: Correct;
8: Incorrect – The whole idea of the text is to show that Brazilian negroes do not experience the same kind of second class citizenship as American negroes (line 24).

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C, 6C, 7C, 8E

Text I

Brazilian diplomacy

The duties of the diplomat are synthesized in the classic formula: inform, represent and negotiate. The diplomat must keep his (or her) country informed about international affairs, work constantly to mark the presence and spread the image of his country abroad, and be prepared to defend national interests in foreign negotiations of a bilateral or multilateral nature.

A fourth task must be added to this formula that places emphasis on the work of the diplomat overseas, namely, internal coordination. Identifying the interests of the nation lies at the base of the diplomat's work. The diplomat must be permanently articulating with other government employees, members of the Congress, and organized sectors of civil society, in order to be able to define national interests and defend them in proper fashion abroad.

The reality of the diplomatic career is far removed from that other widespread cliché, which claims that this is a

professional option for those who want the chance to live in pleasant places overseas. In fact, the great majority of diplomats invariably undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family. Furthermore, diplomats must often undergo situations of internal or external conflict in the country to which they are posted. At other times they themselves are the targets of violent actions for political motives. For these reasons, Brazil's diplomatic service is legally bound to endeavour to assign each civil servant to serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher.

Mônica Hirst, João Hermes Pereira de Araújo and Raul Mendes Silva. CD Rom **Brazilian Diplomacy: Past and Present**. Log On Informática. (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) According to text I, it is correct to say that diplomats

(1) should expect to perform complex tasks.

(2) should spread every possible information concerning their country the world over.

(3) may take part in foreign negotiations involving more than two countries.

(4) living outside their own countries have an extra role added to those they have when living in their own countries.

(5) must be perfectly aware of the interests of their countries.

1: Correct – In the first paragraph, the text affirms three complex tasks: 1) to keep his (or her) country informed about international affairs; 2) to work constantly to mark the presence and spread the image of his country abroad; and 3) to be prepared to defend national interests in foreign negotiations;
2: Incorrect – In the first paragraph, the text confirms that diplomats should spread the image of their country, but the text mentions nothing concerning "every possible information". Special Note – "Every possible information" is poor use of English collocation. The correct collocation is "all possible information" because "information" is an uncountable word. The word "every" requires a countable noun in the singular form. E.g. every music – NOT POSSIBLE / every song – POSSIBLE;
3: Correct – In the first paragraph, the author explicitly shows that diplomats are supposed to "be prepared to defend national interests in foreign negotiations of a bilateral or multilateral nature", thus confirming negotiations involving more than two countries;
4: Correct – In the last paragraph, the text confirms that diplomats living abroad will often have to "undergo situations of internal or external conflict in the country to which they are posted", thus confirming the extra role;
5: Correct – In the second paragraph, the author explains that diplomats are expected to "identify the interests of the nation", as well as to "be able to define national interests and defend them", thus confirming the awareness of the country's interests.

GABARITO 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) It can be deduced from text I that

(1) the diplomatic career offers a unique chance for those who want to live in the best countries all over the world.

(2) rarely do diplomats have to live in unfavorable conditions.

(3) diplomacy should not always be considered a safe career.

(4) risky countries ought to be avoided by the diplomatic service.

(5) it is illegal to assign diplomats to serve in countries where conditions are unpleasant.

1: Incorrect – In the last paragraph, the texts explicitly confirms that the reality of the career is "far removed from that other widespread cliché, (…) that this is a professional option for those who want the chance to live in pleasant places overseas", thus proving that the career offers varying experiences, not only in the best countries all over the world;
2: Incorrect – In the last paragraph, the text confirms there is a tendency to have diplomats "serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", and that diplomats "invariably (regularly) undergo the experience of living in difficult countries", thus proving that this is not rare;
3: Correct – In the last paragraph, the text explicitly reveals that diplomats often "undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family" and that diplomats are sometimes "the targets of violent actions for political motives", thus proving the lack of safety that diplomats can often face;
4: Incorrect – In the last paragraph, the text explains that "diplomatic service is legally bound to endeavor to assign each civil servant serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", proving that avoiding risky countries is not an option for diplomats. In fact, the great majority of diplomats invariably undergo the experience of living in difficult countries that offer risks to the health and security of both themselves and their family;
5: Incorrect - In the last paragraph, the text explains that "diplomatic service is legally bound to endeavor to assign each civil servant serve alternately in posts where life is agreeable and in others where living conditions are harsher", proving that assigning diplomats to serve in countries where conditions are unpleasant is, in fact, legal.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

Text II

1 Thank you very much Minister Nkate. Minister Merafhe and Minister Seretse, thank you for inviting us here to open this very important Competitiveness Hub[1].
4 What is this Hub? What is this all about? In October of 2001, president Bush at the AGOA Forum announced that the United States was going to open trade centers to encourage
7 Africans, that is all of Africa, to export goods all over the world.
We call these the Competitiveness Hubs and they are in Botswana, where we are going to unveil the plaque today, they
10 are in Ghana and they are in Kenya. And these three

Competitiveness Hubs try to, and hopefully will succeed, get all
of sub-Saharan Africa to prepare their goods and services for the
13 markets all over the world — Europe, Intra-Africa, North
America, and the Far East. This is about getting African business
services ready to compete around the world.
16 And you know our belief is, and I believe the Europeans
share this belief, that African goods and products can be
competitive. They can compete and, given the chance, I think
19 they will compete very effectively. So what does this Hub do?
What are we going to try and accomplish? You know we are
going to, number one, explain the rules. Trade has rules, the rules
22 to the game. And one of the things that we are going to do is
explain the rules to export to the United States. We are going to
explain the rules — how to export to Europe, and how to export
25 to the Koreans or to Japan.

[1]Hub — central point of activity, interest or importance, focal point Internet: <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/20401.htm >.
Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Judge the following items related to text II.

(1) The text consists of some oral remarks.
(2) A possible title for this text could be: Sub-Saharan Africa global competitiveness hub: exporting goods
(3) The passage described in the text was marked by a formal ceremony.
(4) President Bush showed interest in African goods in the late 1990's.
(5) Every African country is liable to export goods.
(6) Europeans believe African products are highly competitive.

1: Correct – On line 1, the text opens with the speaker thanking people you are present at the speech, a mark of oral remarks;
2: Correct – On lines 5 to 8, the text (speech) reveals that the competitiveness hubs are aimed at helping African countries to export their goods;
3: Correct – On lines 2 and 3, the text reveals that it is the opening ceremony for the Competitiveness Hub in Botswana;
4: Incorrect – The text shows that President Bush's interest in African goods was in 2001, not in the 1990s;
5: Correct – On lines 11 to 15, the speech reveals that the Hub, if successful, will prepare "all sub-Saharan" African countries to export goods around the world;
6: Incorrect – On lines 18 and 19, the speaker reveals his belief in African goods becoming highly competitive, but there is nothing that confirms Europeans think the same way.

GABARITO 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Based on text II, judge the following items.

(1) African countries will not be able to export their goods to Europe.
(2) It seems that in some African countries international export rules still need to be taught.
(3) The rules to export to the United States differ from those to export to Europe.
(4) Asiatic countries are not included in the speaker's comments.

1: Incorrect – On lines 23 and 24, the text shows that, provided the rules are followed, Africa will be able to export goods to Europe;
2: Correct – On lines 21 to 25, the speaker emphasizes that rules must be taught on how to export to other countries, inferring that there is a need for such teachings;
3: Correct – On lines 22 to 24, the speaker separates the United States from Europe, emphasizing that the rules to each place need to be taught. Such separation suggests the rules are different. This is made even more emphatic when the rules to some Asian countries are further separated;
4: Incorrect – On line 25, the speaker mentions two Asian countries: Korea and Japan.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) In text II,

(1) the first "What" (*l*.4) can be correctly replaced by Which.
(2) "hopefully" (*l*.11) means the opposite of hopelessly.
(3) "succeed" (*l*.11) is synonymous with come after.
(4) "their" (*l*.12) refers to all African countries.
(5) "around the world" (*l*.15) is the same as all over the world.
(6) "accomplish" (*l*.20) is the same as achieve.

1: Incorrect – The word "which" is used when there is a choice or a selection of nouns. In the question "What is this Hub?", no choice is being made; the aim of the question is to define or clarify;
2: Correct – In this text, the adverb "hopefully" expresses an idea that expectations are high. The adverb "hopelessly" expresses an idea in which expectations are very low or non-existent;
3: Incorrect – In this text, "succeed" means to "achieve something", while "come after" means to "follow". "Succeed" can have the meaning of to "come after and take the place of" when the context involves a person taking another's position or job;
4: Incorrect – The word "their" refers to all the countries in sub-Saharan Africa, which is not all African countries;
5: Correct – The terms "around the world" and "all over the world" are synonymous, as is "the world over";
6: Correct – In this text, "accomplish" and "achieve" are synonymous.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

Text III

1 Preventing nuclear proliferation is an enduring
American interest pursued by Presidents and
Congresses since 1945. The Senate's October 1999
4 vote against the Test Ban Treaty raised concerns at
home and abroad that the United States (US) might be
walking away from its traditional leadership of
7 international non-proliferation efforts. I am confident
that this was not the intent of the Senate. In my
conversations, I have found broad bipartisan support
10 for strengthened US leadership of a comprehensive
international campaign against proliferation.
I recommend that the next Administration work
13 closely with Congress and US allies to mount a more
integrated response to the dangers posed by the spread
of nuclear weapons, that it appoint a Deputy National
15 Security Advisor for Non-Proliferation to oversee
policy coordination and implementation, and that it
revisit the Test Ban Treaty in the context of the direct
19 and indirect contributions it can make to this policy.

Internet: <http://www.state.gov/www/global/arms/ctbtpage/ctbt-release.html>. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) It can be concluded from text III that

(1) the US has been worried about nuclear proliferation for more than half a century.

(2) the American Senate always wanted to ban nuclear weapons of mass destruction.

(3) never have there been international worries in relation to American nuclear policy.

(4) its author is against nuclear test ban treaties.

(5) its author was not considering himself as part of the next US Administration when he wrote it.

1: Correct – On line 3, the first sentence mentions "since 1945", making it more than 50 years;
2: Incorrect – The text does not make it clear that the Senate "always" wanted to ban nuclear weapons of mass destruction. There is no reference to how long this desire has lasted;
3: Incorrect – On lines 3 to 7, the author identifies "raised concerns at home and abroad" that the Senate could be wavering on its "traditional leadership of international non-proliferation efforts", which suggests that worries on the Senate's intent and efforts to ban nuclear weapons have reached foreign shores;
4: Incorrect – On lines 16 to 19, the author emphasizes the need to revise the Test Ban Treaty to improve its contributions. He is for improvements, not against the Treaty;
5: Correct – On lines 12 and 13, the author makes recommendations to the next Administration, suggesting that he would not be part of it.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) In text III,

(1) "this" (*l*.8) refers back to "traditional leadership" (*l*.6).

(2) "I have found" (*l*.9) can be correctly replaced by found.

(3) "comprehensive" (*l*.10) is the same as understandable.

(4) "appoint" (*l*.15) can be replaced by appoints.

(5) "oversee" (*l*.16) means to make certain that it is being done correctly.

1: Incorrect – The reference word "this" refers back to the interpretation that it might be "walking away from traditional leadership of international non-proliferation efforts". It refers more specifically to the "walking away", rather than the "leadership" itself;
2: Incorrect – The sentence does not offer a specific time reference. This reinforces the need to employ the present perfect to emphasize that his conversations have been occurring for some time, even though "for how long" is not made clear. This verb tense also suggests that conversations may still continue. Using the simple past form would suggest that the conversations took place in the past and that there will be no more conversations. Special Note: In modern grammar studies, it is now acceptable to replace the present perfect with the simple past form, although it should be noted that this is predominantly an American style;
3: Incorrect – "Comprehensive" means "broad" or "all-encompassing". Although a derivative of the verb "comprehend", the adjective has a completely different meaning;
4: Incorrect – Taking the beginning of the sentence "I recommend" and joining it with the second item on the list "that it appoint a Deputy National Security Advisor for Non-Proliferation", it becomes evident that the structure is subjunctive. After the verb structure "recommend that" the following verb should take the subjunctive form. For example, "I recommend that he study", not "he studies". In this structure, the verb form for all persons (1st, 2nd, 3rd), both singular and plural, will remain the same: subjunctive (infinitive without "to");
5: Correct – In this text, "oversee" means to "supervise", "manage" or "make certain that something is being done correctly". As a contrast, "overlook" means to "look, but fail to see", as in "When I was correcting your essay, I overlooked the spelling mistakes" = "I corrected your essay, but I did not correct the spelling mistakes in it".

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

Text IV

Explanation of Vote in Security Council by John D. Negroponte,
US Representative to the United Nations (UN)

Thank you Mr. President, Mr. Secretary-General. The lifting of sanctions marks a momentous event for the people of Iraq. It is the turning of a historical page that should brighten the future of a people and a region.

My government called for this vote this morning because we firmly believed that each additional day of debate over the language of this important text would further hinder recovery. The gas lines are long, despite blessedly little damage to Iraq's residual infrastructure. After more than a decade of being frozen out of the world economy, it is time for the Iraqi people to benefit from their natural resources.

President Bush and Prime Minister Blair said last month at Hillsborough that the United Nations should play a vital role in rebuilding Iraq. In passing this resolution, we have achieved much for the Iraqi people. By recognizing the fluidity of the political situation and that decisions will be made on the ground, the Security Council has provided a flexible framework under Chapter VII for the Coalition Provisional Authority, member states, the United Nations and others in the international community to participate in the administration and reconstruction of Iraq and to assist the Iraqi people in determining their political future, establishing new institutions, and restoring economic prosperity to the country.

The resolution establishes transparency in all processes and the United Nations participation in monitoring the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds.

Internet: <http:www.state.gov/p/io/rls/rm/2003/20860.htm>. Accessed in June/2003 (with adaptations).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) Based on text IV, judge the following items.

(1) The suspension of sanctions in Iraq is important for its future.

(2) The vote calling was an American initiative.

(3) The sooner the sanctions are lifted the better for the Iraqis.

(4) Iraqi recent war seriously damaged its oil fields.

(5) Sanctions on Iraq have lasted for more than 10 years.

(6) In Mr. Negroponte's opinion, the Iraqis couldn't benefit from their natural resources.

(7) It is now commonsense that the UN has a crucial task in Iraq's reconstruction.

(8) The UN will help to bring international recognisance to the Iraqi future government.

(9) The UN will act only as an observer on how the Iraqi people will determine their political future.

1: Correct – In the first paragraph, the speaker identifies the importance of lifting sanctions (The lifting of sanctions marks a momentous event for the people of Iraq), and how this will effect the future of Iraqis and the region ([It] should brighten the future of a people and a region);
2: Correct – The speaker, Mr. John D. Negroponte, who is a US representative to the UN (see title of text), in paragraph two, explicitly says "my government called for this vote";
3: Correct – John D. Negroponte explains, in the second paragraph, that "each additional day of debate (…) would further hinder recovery", meaning each additional would make recovery more difficult. Thus, the sooner sanctions are lifted, the sooner recovery (which is a good thing) will be possible;
4: Incorrect – In the second paragraph, the speaker explicitly mentions that the gas lines suffered "blessedly little damage", meaning "happily minimal destruction". The use of the adverb "blessedly" expresses and emphasizes the relief felt that the gas lines were not seriously damaged;
5: Correct – In the second paragraph, the speaker explicitly mentions that Iraq had been "frozen out of the world economy" for "more than a decade";
6: Correct – In the second paragraph, the speaker explains that now sanctions have been lifted, "it is time for the Iraqi people to benefit from their natural resources", suggesting that before, during sanctions, the Iraqi people were not able to benefit from such resources;
7: Incorrect – In the question, the term "commonsense" seems to be employed incorrectly. The term means "sound practical judgment". For example, it is common sense to cross the street at the traffic lights, rather than jaywalking. In Portuguese, this is best translated as "bom senso". The Portuguese term "senso comum" is best translated as "common knowledge" which would seem more fitting in this case. In spite of this possible mistranslation, in the text, the only people that expressed conviction that the UN has a crucial task in Iraq's reconstruction were "President Bush and Prime Minister Blair", which they did "last month at Hillsborough". This is hardly enough to claim "common sense" or "common knowledge";
8: Incorrect – The word "recognisance" is an archaic and obsolete form of "recognition". It is more commonly employed to refer to a "bail bond" (a form of fiança) for people being criminally charged in a court. Furthermore, there is nothing explicit in the text to identify international "recognition". There is international participation and reconstruction, but nothing clearly focused on recognition. The only time "recognition" is mentioned in the text is in the third paragraph when the Security Council recognizes "the fluidity of the political situation and that decisions will be made on the ground", which is not "international" recognition;
9: Incorrect – In the third paragraph, the speaker reveals that the UN's Security Council has prepared a flexible framework in which the United Nations and others in the international community will participate in the administration and reconstruction of Iraq, this proving that the UN will not merely observe, but will be actively engaged in efforts.

GABARITO Oficial 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7C, 8C, 9E/
GABARITO Nosso 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2003) The passage "The resolution establishes transparency in all processes and the United Nations participation in monitoring the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds" in text IV can be replaced by

(1) The resolution sets up transparency in every process and the United Nations participation in keeping track of the sale of Iraqi oil reserves and expenses of oil proceeds.

(2) The resolution settles transparency in all processes and the United Nations participation in watching carefully the sale of Iraqi oil resources and expenditure of oil proceeds.

3) The resolution foresees transparency in each process and the United Nations cooperation in controlling the purchase of Iraqi oil resources and expenditure.

(4) The conclusion settles down transparency in all processes and the UN will take part in monitoring the sale of Iraqi renewable resources and expenditure.

(5) The resolution must establish transparency in all processes and the United Nations participation will be restricted to buying and selling oil resources and proceeds.

1: Correct – In the sentence, "establish" is synonymous with "set up"; "all" is usually followed by plural nouns, while "every" is followed by nouns in the singular form (no change to meaning); "monitor" is synonymous with keep track of"; and "expenditure" is synonymous with "expenses";
2: Incorrect – "Settle" is not synonymous with "establish". "Settle" can mean "reconcile", "establish a home (not transparency)", "become peaceful", "decide/choose (e.g. settle on a color)", "to pay (a bill)", "to land (a bird settles on a branch)". The use with "transparency" is not the correct collocation;
3: Incorrect – "Foresee" means to predict, rather than "establish", but it is a possibility, if not the best one. "Cooperation" suggests that others will also monitor the sale, while "participation" suggests that the UN's contribution will be to monitor the sale, which does not suggest it will work in cooperation with another entity. "Controlling" means "to regulate" and "have power over", while "monitor" means to verify and "accompany". This suggests a more aggressive role for the UN, thus changing the meaning of the sentence. "Purchase", in this case, is a reasonable substitute for "sale" as one is not possible without the other;
4: Incorrect – "Settle down" means to "establish a home and family", not to establish transparency. "Renewable resources" are not the same as "oil resources" as the idea can incorporate other sources of energy, including wind, natural gas, etc.;
5: Incorrect – "Must" conveys and idea of obligation, which the original sentence did not contain. Changing the idea of monitoring sales to restricted to buying and selling", changes the UN's role in this effort, making this answer incorrect.

GABARITO Oficial 1C, 2C, 3E, 4E, 5E/
GABARITO Nosso 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

Atenção: Para responder as próximas seis questões, considere o texto abaixo.

During his interview with the Financial Times last Friday, Celso Amorim, Brazil's foreign minister, admitted to feeling tired, frustrated and as if he had a bad hangover. "If the party has been good, a hangover is OK," he said. "But if it's been a bad party and your girlfriend has left with somebody else…"

Mr Amorim has every reason to look back on the collapse of the Doha round of talks at the World Trade Organisation

in Geneva last week as a grim episode. Brazil's leadership of the G20 group of developing nations, which briefly showed so much promise, has come to nothing. Deep splits in the group emerged during the final days of the talks, with India, China and even Argentina putting protection of their own manufacturers and producers ahead of the interests of global free trade.

Mr Amorim, his team, Brazil and the world all deserved (A)_____ *, and even in failure and frustration Mr Amorim deserves recognition for the statesmanlike role he played throughout the talks. Brazil's farmers are among the most efficient in the world and they have achieved that status with none of the coddling handed out to their competitors in developed nations. Brazil has the expertise and land – most of it far away from the Amazon and other sensitive areas – to supply the world with the food it so badly needs.* Instead*, as Mr Amorim* warns*, what the world will get is more starvation and destabilisation.*

Jonathan Wheatley (http://www.brazilmax.com/forum/message.cfm?MID=1005)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A palavra que preenche corretamente a lacuna **A**, no texto, é

(A) good.
(B) best.
(C) better.
(D) worse.
(E) worst.

A: Incorrect – This does not form a recognized collocation. Another way to look at this is that "deserve" is a transitive verb, which means it requires a noun (object). The comparative adjective "better" can represent a noun in some specific cases, such as this one. "Good" is not used in this fashion;
B: Incorrect – The superlative form of good. Not appropriate here and would require 'the' definite article – the best;
C: Correct - The comparative form of good. This forms the correct collocation – to deserve better. The verb "deserve" is transitive, which means it requires a noun (object). The comparative adjective "better" can represent a noun in some specific cases, such as this one;
D: Incorrect - The comparative form of bad. This does not make sense within the context of the text;
E: Incorrect- The superlative form of bad. Not appropriate here and would require 'the' definite article – the worst.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) In the text, 'their' refers to

(A) India, China and Argentina.
(B) India.
(C) China.
(D) India and China.
(E) Argentina.

A, B, C, D e E: "Their" is a possessive adjective and refers to all three countries (India, China and Argentina.). Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: manufacturers and producers = their – belonging to the three countries.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for *Instead* in the above text is

(A) In spite of.
(B) Likewise.
(C) Therefore.
(D) However.
(E) In addition.

A: Incorrect – Variant of despite. Prepositional phrase showing contrast or surprise;
B: Incorrect – Adverb – similar to similarly, equally;
C: Incorrect – Adverb – showing a logical conclusion – similar to thus, consequently;
D: Correct – Conjunction – similar to although, on the other hand, yet. The best option in terms of instead meaning in the text – in place of something;
E: Incorrect – Adverb – similar to moreover, furthermore, besides.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O verbo *warns*, no texto, indica

(A) confirmação.
(B) sugestão.
(C) probabilidade.
(D) necessidade.
(E) alerta.

A, B, C, D e E: Celso Amorim notifies of the negative consequences that will occur. In this sense, he alerts.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text, Mr Amorim

(A) believes that due to the failure of the Doha round of talks the world will be in greater need of food.
(B) is exhilarated by the outcome of the Doha round of talks.
(C) was frustrated because he only played a minor role in the Doha round of talks.
(D) had a bad hangover during a party at the Doha round of talks.
(E) failed to grant Brazilian farmers the customs protection developed countries enjoy.

A: Correct – Mr Amorim warns that the world will see more starvation, i.e. a greater need for food;
B: Incorrect – Exhilarated is to feel happy and energetic. The text explicitly says Mr Amorim felt tired and frustrated;
C: Incorrect – He was frustrated about the outcome of the talks, not about his role in the talks. On the contrary, the text states he had a statesman-like role in the talks;
D: Incorrect – Mr Amorim uses the idea of a hangover figuratively. 'As if he had a bad hangover';
E: Incorrect – There is no suggestion that this was Mr Amorim's objective in the talks. It is true that other farms are portrayed as being overly protected – (coddled).
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Infere-se do texto que

(A) grande parte dos alimentos de que o mundo precisa chega a seu destino em más condições de consumo.
(B) grande parte da terra produtiva do Brasil encontra-se próxima à região amazônica.
(C) os fazendeiros do Brasil, caso tivessem os subsídios de seus concorrentes dos países desenvolvidos, poderiam tornar-se os mais eficientes do mundo.
(D) a rodada de Doha falhou porque alguns países colocaram seus próprios interesses acima dos interesses globais.

(E) o Brasil, como lider do grupo G20, teve um desempenho bastante frustrante na rodada de Doha.

A: Incorrect – No evidence to support this;
B: Incorrect – The text states most agricultural land is far away from the Amazon;
C: Incorrect – The text says Brazilian farmers are among the most efficient farmers – not the most efficient. The text does not allow inference about what would happen if they received more subsidies;
D: Correct – The Doha round did fail. As the text states, countries put their own interests ahead of global free trade (paragraph 2) – i.e. countries prioritised their own individual interests;
E: Incorrect – This is too strong to state. The text says that Brazil's leadership came to nothing, i.e. had no result. However, the blame for the failure of the talks is other countries, not Brazil.
GABARITO "D"

Instruções: Para responder as próximas quatorze questões, considere o texto abaixo.

Brazil's foreign policy: ___TITLE___

Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to be? It is a small force, but of huge symbolic significance. This month, 1,200 Brazilian troops arrived in Haiti, the country's biggest foreign military deployment since the Second World War. Brazil is commanding a United Nations peacekeeping force of 6,700 mainly Latin American troops and 1,600 police which is taking over from American and French forces in the Caribbean island. This marks a new departure. Brazil has long been a gentle and introverted giant, content to be a bystander on the world stage. 34.

Luiz Inácio Lula da Silva, the country's left-leaning president, is carving out a role for Brazil as spokesman for poor countries, most notably by founding the G20 group which lobbies for rich countries to open up farm trade. His government is playing a more active role across South America. And it is seeking a permanent seat on the UN Security Council. "Brazil has begun to flex its muscles as a regional superpower," says Miguel Díaz of the Centre for Strategic and International Studies, a Washington-based think-tank.

If so, it is a paradoxical one. On the one hand, Brazil's fondest wish is to mitigate the United States' dominance of global affairs and thereby to enhance Brazil's influence. The foreign minister, Celso Amorim, calls for "a more balanced world" and justifies the Haiti mission in part as a step towards it. "You can't be a supporter of multilateralism and when it comes to act say it's [too] dangerous," says Mr Amorim.

On the other hand, Brazil's new activism often, though B, coincides with the interests of the United States. Both countries want democracy and stability in places in the Américas where these seem fragile. In some of those places, Lula's Brazil has more friends and influence than George Bush's more abrasive United States. The two sometimes back rivals in these countries, but that is one source of Brazil's usefulness.

Lula did not start Brazil's international activism. In recent years, Brazilian troops have joined UN missions in East Timor and Angola. In 1996, Brazil acted with Argentina and the United States to forestall a coup in Paraguay – recognition that the defence of democracy in the region should take precedence over a tradition of non-intervention in the affairs of neighbours.

The search for a stable South America has long been an axiom of Brazil's foreign policy, but demographics have given it greater urgency. Brazilians, once described as clinging to the coast like crabs, have scurried westwards and northwards. The building of Brasília, which replaced Rio de Janeiro as the capital in 1960, helped to spark development of the interior, a process accelerated by an agricultural boom in such western states as Mato Grosso. The Amazon, Brazil is learning, is both a resource and weak spot, vulnerable to guerrillas, drug traffickers and land-grabbers.

For most of its history as an independent country, Brazil saw Argentina as its chief rival and strategic threat. That changed with the formation of Mercosur, an incipient customs union also involving Paraguay and Uruguay. This has allowed Brazil to shift much of its army from its southern border to the north-western jungles near Colombia and Peru.

Brazil's sense of neighbourhood may be widening. Yet, argues Mr Valladão, Brazil has not decided what sort of neighbour to be. At times, it portrays itself as a team player. In theory, it negotiates on trade as a member of Mercosur. But Brazil also sees itself as a "whale", with the heft and appetite to act on its own. Mr Amorim's answer is that, in a world likely to be dominated by blocks, Brazil's best option is to co-operate as much as possible with its neighbours and other developing countries. Whales, he notes, "are gregarious animals."

(Adapted from **The Economist**, June 11, 2004)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for taking over from in the text is

(A) bringing together.
(B) joining.
(C) replacing.
(D) defeating.
(E) wiping out.

A: Incorrect - To connect, unite;
B: Incorrect – To unite, connect;
C: Correct – Taking over means to assume control or take responsibility, i.e. to replace;
D: Incorrect - To bet, to win over;
E: Incorrect – To completely destroy.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considerando o sentido do texto, a melhor tradução para This marks a new departure é:

(A) Isso sinaliza uma nova atitude.
(B) Este é o marco de uma nova partida.
(C) Este é um sinal de sucesso.
(D) Essa é a marca do novo governo.
(E) Isso indica um novo rompimento.

A: Correct – Departure – deviation, divergence – showing in this context that Brazil is taking a new position;
B: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with leaving;
C: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with success;
D: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with a new government;
E: Incorrect – Departure, here, has nothing to do with a rupture of ideas.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) The alternative that correctly completes the first paragraph of the above text is

(A) *And so it will remain.*
(B) *At last it is playing a minor role.*
(C) *As usual, a Latin American leader.*
(D) *Now that is changing.*
(E) *No more troops for Haiti.*

A: *Incorrect – This is illogical by what follows in paragraph 2;*
B: Incorrect - This is illogical by what follows in paragraph 2;
C: *Incorrect – This neither concludes the first paragraph nor links into the second paragraph;*
D: Correct – This phrase logically concludes paragraph 1, discussing Brazil's previous attitude, and provides a link to the second paragraph, which goes on to discuss the change that Brazil has made;
E: Incorrect – Paragraph one states that the large number of troops will be in charge of in Haiti.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) *In the text, the pronoun one refers to*

(A) *UN Security Council.*
(B) *the country's left-leaning president.*
(C) *active role.*
(D) *farm trade.*
(E) *G20 group.*

A, B, C, D e E: active role refers back to paragraph 2 – the text says this government is playing a more active role in South America. This should remind students to read both texts above the target language to help identify what the pronoun refers to.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Preenche corretamente a lacuna B, no texto:

(A) not seldom.
(B) usually.
(C) sometimes.
(D) never.
(E) not always.

A: Incorrect – Seldom, rarely – this would be illogical;
B: Incorrect - This would not be logical as 'though' demands a contrast to often;
C: Incorrect – This would not be logical as 'though' demands a contrast to often;
D: Incorrect – This would not form a logical phrase;
E: Correct – This combines with the previous phrase – often, though not always – to provide a restriction to the phrase.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) In the text, these refers to

(A) places.
(B) democracy and stability.
(C) both countries.
(D) friends and influence.
(E) the Americas.

A, B, C, D e E: In the sentence, this is what both countries want – these – plural of this. This demonstrative pronoun refers back to the plural that comes immediately before, which, in this case, is democracy and stability.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A synonym for back in the text is

(A) command.
(B) enhance.
(C) support.
(D) deploy.
(E) mitigate.

A; Incorrect – To command rivals in this context does not make sense;
B: Incorrect – To enhance/improve rivals in this context does not make sense;
C: Correct – To back (verb) means to support;
D: Incorrect – You cannot deploy rivals – normal use is to deploy troops;
E: Incorrect – You cannot mitigate rivals – normal use it to mitigate the effects of something.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Infere-se, pelo texto, que

(A) os países ricos estão empenhados em abrir suas fronteiras aos produtos do grupo G-20
(B) o Brasil tem enviado tropas ao Haiti desde a Segunda Guerra Mundial.
(C) um dos objetivos do grupo G-20 é fazer os países ricos abdicarem do protecionismo aos seus produtos agrícolas.
(D) o grupo G-20 foi criado para incentivar a comercialização dos produtos agrícolas entre seus membros.
(E) o Presidente Lula pretende ser o porta-voz dos países pobres da América do Sul.

A: Incorrect – There is no information to suggest the position of the rich countries on trade with the G20 group;
B: Incorrect – The Haiti operation is the biggest mission for Brazilian troops since the Second World War;
C: Correct – (Paragraph 2) the G20 group which lobbies for rich countries to open up farm trade. (To lobby – to try to influence), (to open up – to ease restrictions.);
D: Incorrect – This is not stated;
E: Incorrect – The role is for Brazil, not Lula (paragraph 2, line 1).
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text, Mr Amorim

(A) concedes that Brazil should not support Haiti.
(B) believes Brazil should not get involved in regional disputes.
(C) claims that it is too dangerous to side with multilateralism.
(D) does not think a "balanced world" will ever be possible.
(E) believes Brazil's mission in Haiti will contribute to a more balanced world.

A: Incorrect – The opposite is true. Brazil is taking an active role in Haiti;
B: Incorrect – No evidence to support this;
C: Incorrect – (Paragraph 3) the opposite is true. If you support multilateralism, you must be willing to act even when it is dangerous;
D: Incorrect – No evidence to support this;
E: Correct – (Paragraph 3) Mr Amorim justifies that the peace mission in part as a step towards it. In this case, 'it' represents a more balanced world.
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) One can infer from the text that

(A) Brazil may be more influential in South America than the U.S. due to President Lula's friends in the region.

(B) Brazil and the U.S. have always had the same interests in Latin America.

(C) the U.S. are not really interested in promoting democracy in South America.

(D) Brazil and the U.S. are, in fact, rivals in South America.

(E) Brazil is useful in the international scene due to its alliances with the United States.

A: Correct – (Paragraph 4) – In some of these places, Lula has more friends and influence than George Bush's abrasive/rough/annoying United States;
B: Incorrect – (Paragraph 4) - The two (i.e. Brazil and the U.S.) sometimes back rivals. This shows the countries sometimes support rival parties/political stances in Latin American countries;
C: Incorrect – No evidence to support this;
D: Incorrect – This is too strong a statement to support. Sometimes they differ, but Paragraph 4 shows that their interests often, though not always, coincide;
E: Incorrect – No evidence to support this.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) De acordo com o texto, o objetivo prioritário da política externa do Brasil é

(A) a participação ativa em organizações internacionais multilaterais.

(B) a estabilidade política da América do Sul.

(C) a não intervenção nos assuntos de outros países.

(D) a segurança de suas fronteiras.

(E) o apoio aos governos democráticos dos países vizinhos.

A: Incorrect – The text suggests this is an interest, but it is not a priority;
B: Correct – (Paragraph 6) the search for a stable South America has long been an axiom of Brazil's foreign policy. Axiom = an established rule;
C: Incorrect – Mr Amorim even says that you can not back out when things become too dangerous. This suggests that "non-intervention" is not the policy;
D: Incorrect – No evidence that this is a priority of Brazilian foreign policy;
E: Incorrect - The text suggests this is an interest, but it is not a priority.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text,

(A) although Brasilia has encouraged many Brazilians to move inland, most of its population still lives along the coast.

(B) the creation of Mercosur allowed Brazil to move a large part of its troops to more troublesome regions like the Amazon.

(C) in spite of the Mercosur, Argentina is still viewed as a strategic threat to Brazil.

(D) Paraguay has always been a threat to the democracy in South America.

(E) the sudden agricultural boom of the state of Mato Grosso has contributed to a more balanced demographic distribution.

A: Incorrect – No evidence to support where the majority of the population now lives;
B: Correct – Yes, it has moved its troops to these areas (Paragraph 7) and (in Paragraph 6) the text mentions the Amazon jungle as a weak spot, vulnerable to guerillas, drug traffickers and land-grabbers – therefore, a troublesome region;
C: Incorrect – The contrary is true. (Paragraph 7) Brazil has shifted much of its army to the north-western jungles near Columbia and Peru;
D: Incorrect – The text only mentions an intervention in 1996 (Paragraph 5) to forestall/prevent a coup. Therefore, it has not always been a threat to democracy;
E: Incorrect – This is too strong to support. Yes, there has been development and population growth in Mato Grosso, but to say it is more balanced is an exaggeration.
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) One can infer from the text that

(A) the "whale", as suggested by Mr Valadão, is a perfect metaphor, not only for Brazil but also for all Mercosur members.

(B) Mr Valadão and Mr Amorim agree that Brazil has been a responsible neighbour in South America.

(C) Mr Amorim endorses the idea that Brazil is a whale, acting on its own.

(D) the future of Brazil's foreign policy will be to side with a larger number of developing countries, even beyond South America's borders.

(E) Brazil is willing to cooperate with developed countries in order to widen its influence in South America

---

A: Incorrect – The whale metaphor is suitable only for Brazil as it refers to its 'heft', i.e. size/power and aspirations. The metaphor cannot be extended to the other Mercosur countries;
B: Incorrect – There is no evidence to show an agreement between the Mr Valadão and Mr Amorim;
C: Incorrect – Mr Amorim says that, like whales, Brazil should be co-operative and sociable/gregarious;
D: Correct – Paragraph 8 – Mr Amorim states that Brazil's best option is to co-operate as much as possible with its neighbours and other developing countries;
E: Incorrect – No evidence to support this.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) The phrase that completes the TITLE of the text in the best way is:

(A) We are the world

(B) Dwindling light

(C) Playing second fiddle.

(D) The UN wakes up

(E) A giant stirs

A: Incorrect - No relevance;
B: Incorrect - Dwindling means to lessen gradually – the sense in the text is of Brazil's expanding, not reducing role;
C: Incorrect – To play second fiddle means to perform a minor/secondary role – this is not the focus of the text;
D: No evidence that the UN is doing this;
E: Correct - This is the most appropriate as the giant is Brazil and to stir means to awaken/arouse and to take action.
GABARITO "E"

Instruções: Para responder as próximas cinco questões, considere o texto abaixo.

The best of enemies

On a surprising range of foreign-policy issues, the rivals have morphed into each other. But differences remain.

Vin Weber, a former Republican congressman for Minnesota, once joked that Americans treat foreign policy much as they treat dentistry – something they

would rather not think about unless they have to. The first three presidential elections after the end of the cold war, in 1992, 1996 and 2000, saw C discussion of the world beyond America's borders. The economy trumped international affairs, the culture wars diplomacy. Even in 2004, when America was really at war, values seemed to matter much more than abroad did.

This year will be different. Foreign policy will define the election almost as much as America's troubled economy. The next American president will inherit the most difficult international situation since Richard Nixon won power in 1968: two nasty wars, in Iraq and Afghanistan, in their fifth and seventh year respectively; an Iran bent on acquiring nuclear weapons; instability in Pakistan; deeply strained relations with a prickly Russia; rivalry with booming China; a catastrophic drop in America's standing around the world; and a backlash against globalisation.

The candidates, Barack Obama and John McCain, are the products of different worlds. Nevertheless, they see eye-toeye on many big issues. First, both genuinely understand that the next president must strive to improve America's global image. A big majority of Americans agree that their country's reputation has been badly damaged in the Bush years. This not only makes it difficult for America to exercise moral leadership; it also hinders its exercise of hard power. In the run up to the invasion of Iraq the Turkish government felt obliged to refuse American troops permission to operate from its soil.

Things can only get better

The good news is that either candidate is well-placed to improve America's image. And if you are in the business of improving America's brand, there is no better way to start than by replacing the current president. That said, Mr Obama would clearly do a lot more to rebuff America's image than Mr McCain ever could. Some 250,000 people turned out to see him in Berlin in July; Mr McCain's earlier visit to Europe went virtually unnoticed.

Both candidates also advocate specific policies that are designed to clear some of the blemishes on America's image. They both propose a policy of cap-and-trade to deal with global warming, an issue on which American leadership has been sorely lacking for the past eight years. They both oppose the use of torture – Mr McCain with the authority of a man who was himself tortured by the Vietnamese. They both want to close Guantánamo Bay.

The second area where the two men have more in common than one might expect is the "war on terror". They have plenty of disagreements, to be sure: Mr Obama does not go as far as Mr McCain in describing it as the defining struggle of the time, and he sounds less preoccupied with state sponsors of terrorism. But whoever wins the presidency will continue to place militant Islam at the centre of his foreign policy.

But for all that they agree on the need for a fresh, more multilateral approach, there remain some hefty differences between the two men, even if the pressures of the campaign have narrowed them a little. Most simply put, Mr McCain remains significantly more hawkish than Mr Obama. No voter should doubt that, as president, he would be more inclined to favour a robust approach, whether that be the use of military means, or the use of tougher diplomatic ones.

The second big difference is over diplomacy. Mr Obama hopes to use the power of negotiation to tackle some of the world's most intractable problems. During the primary He promised to hold unconditional talks with America's enemies, including the theocratic government of Iran. He promised to back talks between Israel and Syria in a bid to break Damascus's military alliance with Tehran. He also put a lot of emphasis on using diplomatic tools to solve the impasse over Israel and Palestine. Mr McCain gives the impression that he thinks talk has its limits.

(Adapted from **The Economist**, October 2nd 2008)

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) A palavra que preenche a lacuna C, no texto, corretamente é

(A) *many.*
(B) *few.*
(C) *such..*
(D) *little.*
(E) *much.*

A: Incorrect – "Many" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun;
B: Incorrect – "Few" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun;
C: Incorrect – "Such" is a determiner used to refer back to a previously mentioned idea. In the sentence prior to the one in question, the author argues that there was no discussion. Thus, "such" would refer back to an idea that was not given;
D: Correct – "Little" is a quantifier used with uncountable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun. "Little" also reinforces the idea that is given in the previous sentence, i.e. Americans "would rather not think about" foreign policy. This is reinforced in the following sentence, when the author argues that "values seemed to matter much more than abroad did";
E: Incorrect – "Many" is a quantifier used with countable words. In this text, the word "discussion" is being used as an uncountable noun.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Segundo o texto,

(A) o resultado das eleições americanas já é previsível face às posições antagônicas advogadas pelos dois candidatos.
(B) a política externa proposta pelos candidatos será um dos fatores determinantes do resultado das eleições americanas.
(C) a política externa sempre foi uma das maiores preocupações dos presidentes eleitos após a Guerra Fria.
(D) os problemas internacionais atuais dos Estados Unidos são decorrentes, em grande parte, do governo Nixon.
(E) foi graças ao fim da Guerra Fria que as relações entre os Estados Unidos e a Rússia tornaram-se amistosas.

A: Incorrect – The last sentence in the sixth paragraph clearly shows that no foreseeable outcome is offered in the text. "*But whoever wins the presidency will continue to place militant Islam at the centre of his foreign policy";*
B: Correct – The beginning of the second paragraph clearly states that "*Foreign policy will define the election almost as much as America's troubled economy";*
C: Incorrect – The first paragraph clearly states that *"the first three*

presidential elections after the Cold War (…) saw little discussion of the world beyond America's borders";
D: Incorrect – The second paragraph mentions: "*The next American president will inherit the most difficult international situation* **since** *Richard Nixon won power in 1968". The word since in this sentence offers a comparison between the government that Nixon inherited and the one that the next president will inherit. No blame is attributed;*
E: Incorrect – There is no mention of this in the text. In the second paragraph, reference is made to "*deeply strained relations with a prickly Russia", but no reference to friendly relations.*
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) According to the text,

(A) Mr Obama is better suited to improve America's image abroad.
(B) the US has always set a moral example to the international community in spite of resorting to hard power occasionally.
(C) due to the positive views the US enjoys around the world, it was allowed to base its troops in Turkey before an attack on Iraq.
(D) Mr McCain enjoyed a large audience during his visit to Europe.
(E) Mr Bush can't be blamed, alone, for America's damaged image.

A: Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states "*Mr Obama would clearly do a lot more to rebuff America's image than Mr McCain ever could." In this context, the word "rebuff" has the idea of shine, revive;*
B: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states: "*This not only makes it difficult for America to exercise moral leadership; it also hinders its exercise of hard power", proving that the US has NOT always set the moral example;*
C: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states: "*In the run up to the invasion of Iraq the Turkish government felt obliged to* **refuse** *American troops permission to operate from its soil";*
D: Incorrect – At the end of the fifth paragraph, the text clearly states "*Mr McCain's earlier visit to Europe went virtually* **unnoticed***";*
E: Incorrect – In the fourth paragraph, blame is attributed to Mr. Bush: "*A big majority of Americans agree that their country's reputation has been badly damaged in the Bush years." However, there is no mention of blame being attributed to him alone, nor to another president.*
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) O trecho American leadership has been sorely lacking for the past eight years significa que a liderança americana

(A) vem sendo injustamente criticada há oito anos.
(B) está gravemente ameaçada há oito anos.
(C) foi bastante comprometedora durante oito anos.
(D) tem sido extremamente ativa nesses últimos oito anos.
(E) tem sido praticamente inexistente nesses últimos oito anos.

A: Incorrect – There is no reference to "criticism";
B: Incorrect – There is no reference to "threats";
C: Incorrect – There is no reference to the leadership being "compromising", in the sense of "a risk";
D: Incorrect – There is no reference to "activity";
E: Correct – The collocation "sorely lacking" means "extreme inexistence" or "major absence".
GABARITO "E"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Segundo o texto, os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos têm pontos de vista divergentes em relação

(A) à posição que deve ocupar a guerra ao terrorismo islâmico na política externa.
(B) ao uso do poder militar para resolver impasses diplomáticos.
(C) à política relativa ao aquecimento global.
(D) ao fechamento da Baía de Guantanamo.
(E) à tortura de prisioneiros.

A: Incorrect – In the sixth paragraph, the text clearly states: "*The second area where the two men have more* **in common** *than one might expect is the "war on terror";*
B: Correct – In the last paragraph, the author shows how "*Mr Obama hopes to use the power of negotiation". This is reiterated in the following sentences when he refers to the "talks" Mr. Obama plans to have with several countries. The author emphasizes the difference between the candidates in the last sentence "Mr McCain gives the impression that he thinks talk has its limits";*
C: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They* **both propose** *a policy of cap-and-trade to deal with* **global warming***";*
D: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They both want to close Guantanamo Bay";*
E: Incorrect – In the fifth paragraph, the text clearly states: "*They both oppose the use of torture".*
GABARITO "B"

1 As a new form of international diplomacy develops
to deal with a number of emerging issues in which science
and technology play a central role, the United Nations (UN)
4 risks being relegated to the sidelines. The influence and
effectiveness of diplomats and international civil servants
will increasingly depend on the extent to which they can
7 mobilize scientific and technical expertise in their work. This
need not require the UN to acquire extensive in-house
scientific competence, but the organization — especially the
10 office of the secretary general — must learn to tap advisory
services to identify, mobilize, and use the best available
expertise.
13 Although a large number of UN agencies, programs,
and treaties rely on scientific and technological expertise for
their work, they are not designed to receive systematic
16 science advice as a key component of effective performance.
In most cases, science is used in the UN to support special

interests and political agendas that do not necessarily
19 advance the goals of the organization. But this should not
come as a surprise. The UN was founded and grew to
prominence in the era of the Cold War, when much of
22 diplomacy was devoted to dealing with threats arising from
external aggression. Today, attention is turning to issues such
as infectious diseases, environmental degradation, electronic
25 crimes, weapons of mass destruction, and the impacts of new
technologies, which in the past would have been the concern
of individual nations but have now grown to international
28 stature. The UN's capacity to deal with these questions must
also grow.

What is notable about the UN is that it includes
31 organizations that cater to a wide range of jurisdictions but
not to the growing community of science advisors. Even
agencies such as the UN Educational, Scientific and Cultural
34 Organization (UNESCO) have done little to provide a
platform for the world's science advisors. Specialized
agencies such as UNESCO, the Food and Agriculture
37 Organization, the World Health Organization, and the UN
Industrial Development Organization relate to the UN
secretary general's office through a bureaucratic hierarchy
40 that is not responsive to timeliness. They are generally
accountable to their governing bodies and are heavily
influenced by the interests of activist states.

University of Texas at Dallas (with adaptations).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Science and technology now play an important role in international diplomacy the same way as uncountable other emerging matters do.

(2) Diplomats and international civil servants must now increase their technical and scientific knowledge to cope with the new demands coming from emerging issues.

(3) Numerous UN agencies depend upon scientific and technological advice to carry out their tasks, however they are yet to be ready to receive systematic science consultancy as a crucial component of effectual performance.

(4) The present use of science by UN does not in every case act in its best interest so as to enforce its goals.

(5) When the UN began its activities, its sole concern had to do with dealing with issues concerning the Cold War.

(6) Problems that once were coped with by individual nations have now become international subjects which led the UN to devote its time to them.

(7) Due to the lack of world's science consultants, the UN specialized agencies would rather report to their governing staff to escape being influenced by the interest of the activist states.

(8) The gist of the text above can be said to be the importance of specialized advice to the UN in a new globalized era.

1: Incorrect – There is no clear evidence to substantiate this claim. "Other uncountable emerging matters" is so vague it's impossible to say they play the same role as science and technology;
2: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states the issue is about how diplomats and civil servants "*mobilize scientific and technical expertise in their work*". It is not about increasing knowledge, but rather about how they use and organize the scientific knowledge they have and receive;
3: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that a large number of UN agencies "**are not designed** *to receive systematic science advice as a key component of effective performance";*
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that *"science is used in the UN to support special interests and political agendas that* **do not necessarily advance** *the goals of the organization";*
5: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that the *"UN was founded* (began) *and grew to prominence* (grew in important) *in the era of the Cold War, when much of diplomacy was devoted to dealing with threats arising from* **external aggression***".* "External aggression", in this context, is not contained to issues related to the Cold War;
6: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that the UN's attention is now on issues *"which* **in the past** *would have been* **the concern of individual nations** *but have* **now grown to international stature***";*
7: Incorrect – In the third paragraph, the text states that the specialized agencies are, in fact, "*accountable to their governing bodies*", but the text does not confirm that this is due to the lack of the scientists, nor that it is to escape influence from activist states;
8: Correct – The gist, or the general idea, conveyed in the text involves specialized information (scientific and technological) and the importance of dealing with it as the circumstances have become more international (new globalized era).

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) the word "little" (*l*.34) means **not much**.

(2) the word "heavily" (*l*.41) is the opposite of **roughly**.

1: Correct – The collocation "to do little" means "not to do much";
2: Correct – Within the context, the expression "heavily influenced" means "influenced a great deal" or "very much influenced". When "roughly" is used together with "influenced", it means "somewhat influenced", or "more or less influenced", taking on an aspect of opposition.

GABARITO 1C, 2C

1 A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved only partially successful in stemming a torrent of anti-Christian
4 anger, and in some places violence, in the Islamic world.
Speaking from the balcony of his residence at Castel Gandolfo outside Rome, the pontiff used his Sunday blessing
7 on September 17th to say he was "deeply sorry" for the "reactions in some countries" to a speech he gave on Tuesday last week.
10 He insisted that the words of a medieval text he quoted — an outburst against Islam by a late Byzantine emperor — "do not in any way express my personal
13 thought". In Turkey, where a papal visit planned for November has now been called into question, the top Muslim official said the Pope's expression of respect for Islam
16 amounted to a "civilised position". But in many Muslim nations people grumbled that the Pope appeared to be regretting the reactions to the speech, but not the speech
19 itself.
The Muslim Brotherhood, a powerful international association whose offshoots include the Palestinian
22 movement Hamas, said the Pope's statement of regret was welcome but would not satisfy all Muslims. A wave of small protests and some violence continued over the weekend in
25 several Muslim countries. On Sunday an Italian nun in Mogadishu, Somalia's capital, was shot dead at the entrance to a hospital; many feared a link to the papal row. Half a
28 dozen churches in the West Bank were attacked, as the Palestinian prime minister, Ismail Haniya, appealed for restraint.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Pope Benedict XVI succeeded in stopping the angry reaction against Christians.
(2) Many countries reacted against the Pope's speech.
(3) The Byzantine Emperor mentioned is still alive.
(4) The Pope's visit to Turkey has been questioned.
(5) For many the Pope's apology refers to people's reaction against his speech.
(6) Several Muslim countries reacted violently to Pope Benedict's speech during the weekend.

1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states: *"A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved* **only partially successful** *in stemming a torrent of anti-Christian anger".* There was some success, but not total success;
2: Incorrect - In the first paragraph, the text clearly states that the Pope was *"deeply sorry for the reactions in* **some countries***"*, not many countries;
3: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states: *"an outburst against Islam by a* **late** *Byzantine emperor".* In this context, the word "late" means deceased or departed;
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states: *"In Turkey, where a papal visit planned for November* **has now been called into question***".* In this context, the collocation "to call something into question" is synonymous with "to question";
5: Correct - In the second paragraph, the text clearly states: *"But in* **many Muslim nations** *people grumbled that the Pope appeared to be* **regretting the reactions** *to the speech,* **but not the speech itself***";*
6: Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"A wave of small protests and some* **violence** *continued* **over the weekend** *in several Muslim countries".*

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "deeply sorry" (*l.*7) is the same as **dreadfully sorry**.
(2) "was shot dead" (*l.*26) means **was killed**.

1: Correct – Within the context, "dreadfully" has the meaning of "extremely", which is synonymous with "deeply";
2: Correct – The collocation "to be shot dead" means that somebody shot the victim, and that the shot killed the victim.

GABARITO 1C, 2C

1 Raymond Mikesell, a professor of economics at the University of Oregon, died on Thursday September 14th at the age of 93. Mr Mikesell's old age brought with it a
4 noteworthy achievement. He was thought to be the last surviving economist present at the conference in 1944 at Bretton Woods, New Hampshire, which saw the
7 establishment of the post-war economic regime and with it the birth of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. As the annual autumn meeting of the two
10 institutions gets underway in Singapore, Mr Mikesell's death is a reminder to the ageing figures of international finance that they may also have a natural lifespan.

13 The organisations were born into a world torn apart by war. The economists meeting at Bretton Woods also had sharp memories of the international financial crisis of the
16 1930s, when mercantilist policies and the failure of the international-payments system devastated world trade. They hoped to avert future crises by setting up multilateral
19 institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction. The bank's first job was rebuilding Europe; the IMF oversaw the fixed exchange-rate system
22 established at Bretton Woods. Later on the pair sought new roles as the stewards of global economic development and financial stability.

25 Now the IMF and World Bank have fewer jobs to do. Markets work better, as do other financial institutions. Helped by improved economic theory, the world has grown
28 richer and more stable. As for helping the poorest, a multilateral model of giving poor countries money and advice for running their economies is under fire from both
31 left and right. Conservatives argue that such interventions cause more problems than they solve. The left complains that developing nations get too little money and not enough
34 control over how it is spent. Both sides fear that the institutions' structures are outdated, hinting, increasingly loudly, that retirement is due.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, it can be deduced that

(1) Professor Mikesell was 41 when he attended the Bretton Woods' Conference.

(2) the Bank's sole job was to rebuild Europe.

(3) the world richness and stability were supported by economic theory.

1: Incorrect – If Professor Mikesell died in 2006 (date of the text) at the age of 93, he was born in 1913. In 1944, when he attended the Bretton Woods' Conference, he would have been 31, not 41;

2: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states *"The bank's* **first** *job was rebuilding Europe"*. Rebuilding Europe was the "first" job, not the "only" job;

3: Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"***Helped by improved economic theory**, *the world has* **grown richer** *and* **more stable** *"*.

GABARITO 1E, 2E, 3C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, the IMF and the World Bank

(1) began their activities in the late 40's..

(2) meet once a year.

(3) were born to solve the international financial crisis of the 1930's.

(4) were created to avoid new crises.

1: Incorrect – Essentially, these two institutions began work at the conference held in 1944, i.e. before the middle of the decade. Therefore, they did NOT start in the late 40's;

2: Correct – In the first paragraph, the text clearly states: *"As the annual autumn meeting of the two institutions gets underway in Singapore,…"* The word "annual" means "once a year";

3: Incorrect –The institutions were set up in 1944. It was too late to solve the 1930's crisis;

4: Correct – In the second paragraph, the text affirms that the institutions "*hoped to* **avert future crises** *by setting up multilateral institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction"*. The initial

job was to rebuild Europe, but the institutions became *"the stewards of global economic development and* **financial stability***"*, meaning they would manage the economy to avoid financial crises.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "economic" (*l*.7) is synonymous with economical.

1: Incorrect – "Economic" is related to the economy, while "economical" is related with the idea of saving or not spending money.
GABARITO 1E

Mrs. Green calls at the Bank:

— I'd like to cash this check for fifty dollars for me, please.

— Have you an account with us?

— Yes, my husband and I have a checking account. I also want to deposit these other checks in our account at the same time.

— I see. Have you made out a deposit slip?

(Mrs Green hands teller deposit slip with checks for deposit) — I hope that I have made it out correctly.

— It seems to me all right. How do you want this other check cashed, Mrs. Green? Will five tens be all right?

— That will be fine. (Accepts bills) I also want to ask you about starting a savings account. My husband and I have been thinking of opening a small savings account in which we could perhaps put aside a few dollars each week.

— The procedure is very simple. You can open a savings account at any time with an initial deposit of five dollars or more. Five dollars is the minimum original deposit. After that you deposit or withdraw money as you wish. You bring your bank book with you each time and the deposit or withdrawal is entered in your book. The amount carries interest of 2••• % and the interest is added to your account every six months. That's about all there is to it. If you'd like to open an account you can talk with the manager or with one of his assistants. They will be glad to take care of you.

Dixson, **Everyday Dialogues**, p. 1-2 (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) From the text above, it can be concluded that

(1) Mrs Green has already started a savings account.

(2) to start a savings account you cannot deposit more than five dollars.

(3) savings accounts carry interest of 21/2 % every other six months.

(4) the teller couldn't open the savings account.

1: Incorrect – Mrs. Green clearly asks about starting a savings account: *"I also want to ask you about* **starting a savings account***"*;
2: Incorrect – The bank teller clearly explains that to start a savings account, the initial deposit is five dollars. The issue of depositing more is not mentioned, but, "five dollars is the **minimum original deposit***";*
3: Incorrect – The teller clearly explains that "interest is added to your account every six months", which translates into two interest payments per year. The expression "every other six months" carries the idea that interest payments are made only once a year;
4: Correct – The teller clearly states that "If you'd like to open an account you can **talk with the manager** *or with one of his assistants." Candidates should infer that his referral to the manager or one of his assistants means that he himself could not open the savings account.*
GABARITO 1E, 2E, 3E, 4C

Juan Gonzales visits New York City and has to ask his way around:

1 — I'm sorry, sir. I'm trying to find my way to Columbia University. Can you direct me? This is my first time in New York City.
4 (Passerby, looking bewildered) — Let's see! Columbia University? That's in the Bronx, isn't it?
— I haven't the faintest idea. The only thing I know is
7 that someone told me it was "uptown".
— Yeah! That's right. It's in the Bronx. Well, you take the subway here. There's a station on the next corner. You
10 have to walk down the stairs and take the uptown train.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text above, it can be deduced that

(1) Juan Gonzales had already been to New York.

(2) the passerby was sure that Columbia University was in the Bronx.

(3) "faintest" (*l*.6) is synonymous with **slightest**.

(4) "subway" (*l*.9) is the same as **underground**.

1: Incorrect – Juan clearly states "*This is my* **first time** *in New York City*";
2: Incorrect – The passerby uses a tag question (isn't it?), which suggests a level of uncertainty concerning what he has said. *"That's in the Bronx,* **isn't it***?";*
3: Correct – Within this context, the word "faintest" means almost none. "Slightest" means a small amount, or almost none. Hence, they are synonymous;
4: Correct – "Subway" is the American term for "underground". The British use two terms: the "underground", and the "tube".
GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

1 The experience of sending the Strykers to Baghdad
indicates that more troops could help in the short term.
A growing number of analysts in Washington, including
4 some conservative supporters of the Bush Administration,
have called for a substantial increase in U.S. troop levels to
stop Iraq's slide into civil war. But expanding the total U.S.
7 force in Iraq remains unlikely — military officials
interviewed by TIME say that the U.S. command remains
reluctant to make a major manpower boost. To some, that
10 reluctance is indicative of the leadership's broader failure to
heed complaints about U.S. troop strength that have been
voiced by officers in Iraq for more than three years. "I know
13 I could have used more forces," says a Lieut. Colonel who
served in Iraq. "We could have held more territory... I asked,
but I'm not sure the request ever made it."

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, it can be said that

(1) it is easy to know who was the "Lieut. Colonel" (*l*.13) mentioned.
(2) the Lieut. Colonel is in doubt whether he is going to get more troops.
(3) to solve Iraq's problem is just a matter of sending more troops.
(4) increasing US troop level is thought to be able to prevent a civil war in Iraq.
(5) the United States commanders hesitate about increasing man power in Iraq.

1: Incorrect – The title "Lieut. Colonel" is a reference to his rank, not to his name. He served in Iraq, but so did many other Lieut. Colonels. Who this Lieut. Colonel is remains a mystery;
2: Correct – The Lieut. Colonel clearly states that he asked for more troops, *"but I'm* **not sure** *the request ever made it"*;
3: Incorrect – *"A substantial increase in U.S. troop levels"* is an idea sustained by some analysts in Washington, but military officials have proved to be *"reluctant to make a major manpower boost."* There is no clear answer to solve Iraq's problem;
4: Correct – The text clearly states that some analysts in Washington think that *"A substantial increase in U.S. troop levels* **stop Iraq's slide into civil war***";*
5: Correct – The text clearly states that military officials have proved to be *"***reluctant** *to make a major manpower* **boost***."* Within this context, being "reluctant" is synonymous with "hesitate", while "increase" and "boost" have similar meanings.
GABARITO 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "in the short term" (*l*.2) is the opposite of in the long run.
(2) "have called" (*l*.5) is the same as have asked.
(3) "boost" (*l*.9) is the same as decrease.

1: Correct – The collocation "in the long run" is synonymous with "in the long term", the opposite of "in the short term";
2: Correct – The phrasal verb "call for" can mean "ask for". Within the context of this text, the meanings are the same;
3: Incorrect – The word "boost" in a synonym for "increase", not "decrease".
GABARITO 1C, 2C, 3E

1 The idea of the triumph of one people being the
tragedy of another is eloquently captured in Sandy Tolan's
book, **The Lemon Tree** — essential reading for anyone
4 seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-
Palestinian conflict. Tolan chronicles the true story of Dalia
Eshkenazi, whose family flees post-Holocaust Bulgaria in
7 1948 to live the Zionist dream of building a Jewish state in
the Holy Land. The new Israeli government provides them
with an abandoned Arab house in the town of Ramla, in
10 which she grows up. One summer morning in 1967, she's
sitting in the garden near the old lemon tree, when Bashir
Khairi knocks on the gate. Khairi is the son of the man who
13 planted the lemon tree; he was born in the house and lived
there until age 4, when he and his family, and hundreds of
others, were forced onto buses by Israeli soldiers and driven
16 to the West Bank, where they have lived as refugees ever
since.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) Reading Sandy Tolan's book is basic for those interested in solving the Israeli and Palestinian conflict.
(2) Sandy Tolan deals with the victory of Israel and the tragedy of Palestine.
(3) Bashir and Dalia were born in the same house.
(4) Bashir and Dalia have nothing in common.
(5) Bashir's father used to live in Dalia's house.
(6) Khairi's family abandoned their house in 1967.

1: Incorrect – The text states that Sandy Tolan's book is *"***essential** *reading for anyone seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-Palestinian conflict."* This suggests that the book can help people understand and it is highly recommended. However, there is no reference to its level of difficulty, i.e., whether it is basic or complex;
2: Correct – The text clearly states that *"the idea of the* **triumph of one people** *being the* **tragedy of another** *is eloquently captured in Sandy Tolan's"* book. The triumph is clearly attributed to the Israeli people later in the text, when it states Bashir Khairi and his family *"were* **forced onto buses by Israeli soldiers***";*
3: Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi *"***was born in the house** *and lived there until age 4"*, but Dalia, after fleeing post-Holocaust Bulgaria with her family, moves in and grows up there. She was not born there;
4: Incorrect – The text clearly states that they grew up in the same house, albeit at different moments;
5: Correct – The text affirms that Bashir Khairi lived in the house with his family, including his father, who planted the lemon tree there;
6: Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi's family did not abandon the house; they were forced to leave. This happened well before 1967, because that is the year he returns and meets Dalia who, at this time, is living in the house. *"One summer morning* **in 1967**, **she's sitting** *in the garden near the old lemon tree,* **when Bashir Khairi knocks on the gate**.*"*

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "chronicles" (*l.*5) is the plural of **chronicle**.
(2) "he" (*l.*13) refers to "Khairi" (*l.*12).

1: Incorrect – In this text, the word "chronicles" is being used as a verb, not a noun. It is in the 3rd person singular *"***Tolan** *chronicl***es** *the true story";*
2: Correct – The word "he" is the subject of a secondary clause. The word "he" refers back to the subject in the first clause. The use of the semi-colon in this sentence creates a syntactic-semantic link between the two clauses, reinforcing the reference back to the first subject. "Khairi is the son of the man who planted the lemon tree; he was born in the house …".

GABARITO 1E, 2C

1 The democratic race has never seemed so intriguing or so close, with each election's results closely watched and delegates agreed, each vote really does seem to count this time around. Numbers of those turning out to the polls have reached new highs for a primary election, and one of the main drivers is the head-to-head race between Obama and Clinton. After Super Tuesday,
4 Clinton was in the lead and sitting pretty. But since then, election after election has turned to Obama's favor. Some big elections coming up include Texas and Ohio, both of which have Hillary in the lead.

But how different are these two candidates? People seem passionate about their candidates, but when looking at the two
7 side by side, they are overall very similar. There are some who hate Hillary, and would not want her to be president, but the same is not true for Obama. At the same time, if my candidate of choice wasn't elected president, I think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination. Which raises the question of a joint ticket[1] between the two.

10 In the recent California debate Obama and Clinton were asked if they would consider a joint ticket, and both said yes. It seems interesting. They are both strong and successful and wouldn't back down[2] if the other didn't see eye-to-eye with them. That's the kind of relationship I want between my President and Vice President, if you pick a pair who agree on everything, what good
13 does that serve? What if no one is looking at the issue from another angle?

However, I would be worried about the two partnering together with the red states, I think together they can seem too liberal and might not be the winning ticket. I still think a middle of the road white male would be the best ticket for both. Although,
16 personally I would be all for a joint ticket.

[1] joint ticket – agreement.
[2] back down – to stop supporting a position.
Internet: <2008myvote.wordpress.com> (adapted).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) It is the first time that the democratic elections look so interesting.
(2) Never before has every single vote been so important for the democratic party.
(3) Clinton remains in the lead election after election.
(4) Obama and Clinton don't seem to share any characteristics.
(5) People hate both candidates the same way.
(6) It is indifferent for the author whether either Clinton or Obama wins the election.
(7) According to the author, it would be a good idea to have two candidates with the same point of view.

1: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"The democratic race* **has never seemed so intriguing** *or so close..."* The word "never" implies that the democratic elections that were held before were not as interesting as these [ones]. Therefore, this is the first time they seem so interesting;
2: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"***each vote** *really does seem* **to count** *this time around".* The importance is reiterated in the second sentence when the author uses the term "**head-to-head race**", showing how close the election is and, consequently, how important each vote is;
3: Incorrect – The text clearly states that *"election after election* **has turned to Obama's favor***"*, meaning Obama has been in the lead election after election;
4: Incorrect – The text clearly states *"…but when looking at the two side by side, they are overall* **very similar***".* The similarities are reiterated later in the text, when the author claims *"They are* **both strong and successful**";
5: Incorrect - Some hate Hillary and do not want her to be president, whereas others hate Obama, but do not state they don't wish him to be president (lines 7-8);
6: Gabarito Oficial – ANULADA / Nosso Gabarito – Correct – The author affirms that "…if my candidate of choice wasn't elected president, I ***think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination***." The author's lack of opposition to the other candidate can be construed as indifference;
7: Incorrect – The author shows that he is against the idea of two candidates with the same point of view when he writes "if you pick a pair who agree on everything, ***what good does that serve***?"

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6ANULADA, 7E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "both of which" (*l.*5) refers to "Texas and Ohio" (*l.*5).
(2) "coming up" (*l.*5) is synonymous with **happening soon**.
(3) "who" (*l.*7) can be correctly replaced by **whom**.

1: Correct – The collocation "both of which" works as a non-restrictive relative pronoun that refers back to a two-noun phrase (both = two). The only two-noun phrase in the sentence is Texas and Ohio;
2: Correct – The phrasal verb "coming up" means "looming", "on the agenda", or "happening soon";
3: Incorrect – The word "who" in the sentence "*There are some* **who** *hate Hillary*" functions as a relative pronoun referring back to the word or idea "*some (people)*". However, it also functions as the subject of the verb "*hate*". The relative pronoun "whom" can never function as a subject, but rather as an object, e.g. an unpopular politician is Hillary, whom many people hate. In the example, "many people" is the subject of the transitive verb "hate". "Whom" represents the object of the transitive verb "hate" (Many people hate Hillary).

GABARITO 1C, 2C, 3E

The Golden State Gets Greener

1 Governor Arnold Schwarzenegger has signed
Executive Order S-3-05 which establishes greenhouse gas
(GHG) emission reduction targets for California. The California
4 Air Resources Board, which oversees the state's pollution, has
announced a sweeping plan designed to cut the state's current
greenhouse gas emissions 30% by 2020.
7 The proposed rules come after two years of debate,
public meetings, and consultations with scientists, economists,
and policy experts from around the world. After accepting
10 comments on the plan, the California Air Resources Board will
vote on it 1 January 2009. If they approve it, regulations could
be in place as early as January 2010. For his part, California
13 Governor Arnold Schwarzenegger said at a Florida climate
conference that he wants his state's citizens to prepare for the
long haul. "America did not get into this mess overnight, and we
16 are not going to get out of this mess overnight. We need to
change our energy policies and our thinking, and stick with it".
Its emission reduction goals put California in the forefront of
19 efforts to regulate greenhouse gases.
The signature proposal is the greenhouse gas cap. It
would target 85% of California's carbon dioxide and other
22 greenhouse gas emissions, mainly from power plants, oil
refineries, and factories. The reductions are roughly three times
more aggressive than the eight-state Regional Greenhouse Gas
25 Initiative adopted in the U.S. northeast, which goes into force
next year.
If the rules are enacted, the state's greenhouse pollution
28 in 2020 will equal its 1990 emissions. Over time, the plans
could create jobs and tax revenue by growing new green
industries like solar power, energy-efficient appliance
31 manufacture, or alternative fuel development.
California also wants to contribute to global efforts to
avert potential catastrophes such as sea level rise.

Eli Kintisch. **Science NOW. Daily News**. Internet: <www.sciencenow.sciencemag.org.> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, it can be inferred that

(1) California's Air Resources Board is the state agency responsible for monitoring and regulating greenhouse gas emission sources in California.

(2) the proposal aims to improve air quality and reduce greenhouse gas emissions throughout the United States of America.

(3) one proposal goal is to reduce California greenhouse gas emissions to 1990 levels by 2010.

(4) the standards will reduce greenhouse gas emissions by 85 per cent relative to current models.

(5) reducing greenhouse gas emissions will be enough to avoid sea level rise.

1: Correct – In the first sentence, the California Air Resources Board is clearly stated as the agency "*which* **oversees the state's pollution**" and which is responsible for the "**plan** *designed to cut the state's current* **greenhouse gas emissions** *30% by 2020*";

2: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that the proposal "*would target 85% of* **California's** *carbon dioxide and other greenhouse gas emissions*". In the third paragraph, the proposal is also compared to "*the* **eight-state** *Regional Greenhouse Gas Initiative adopted* **in the U.S. northeast**", suggesting that the proposal is not nationwide;

3: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*the state's greenhouse pollution* **in 2020** *will equal its 1990 emissions*", and not in 2010;

4: Incorrect – In the third paragraph, the text states that the standards "*would* **target 85%** *of California's carbon dioxide and other greenhouse gas emissions".* Targeting 85% of the state's emissions does not mean an 85% reduction. It means that 85% of the sources for emissions will be targeted by the standards, but there is no guarantee that they will all be reduced;

5: Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*California also wants to* **contribute to global efforts** *to avert potential catastrophes such as sea level rise*", which means that the state will help. It does not mean that the state alone will be able to avoid the sea level rise.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) It is correct to conclude from the text that

(1) the Greenhouse Gas Initiative adopted in the U.S. northeast is more radical than California's plan for GHC reduction.

(2) California's plan to cut greenhouse gas emissions could create new jobs in coming years.

(3) global warming is expected to raise temperatures between 8 and 10.4 degrees in California if greenhouse gas emissions are not cut.

(4) greenhouse gas emissions are mainly from power plants.

(5) "**The Golden State**", in the title, refers to the State of California.

1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The reductions [planned in California] are roughly* **three times more aggressive than** *the eight-state Regional Greenhouse Gas* **in the U.S. northeast**";
2: Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*Over time, the* **plans** *could* **create jobs** *and tax revenue by growing new green industries*";
3: Incorrect – In the text, there is no mention of how much global warming would raise temperatures;
4: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that greenhouse gas emissions are "*mainly from power plants,* **oil refineries**, *and* **factories**", thus including more than just power plants;
5: Correct – In the first paragraph, the only state mentioned in California, thus making the connection. Also, California is famously known as the Golden State.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "which" (*l*.2) refers to "Arnold Schwarzenegger" (*l*.1).

(2) "has announced" (*l*.4-5) can be replaced by **talked about**.

(3) "forefront" (*l*.18) means the same as **leading position**.

(4) "roughly" (*l*.23) could be replaced by **approximately**.

(5) "enacted" (*l*.27) means **not approved**.

1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*Arnold Schwarzenegger signed the* **Executive Order S-3-05 which** *establishes greenhouse gas emission reduction targets for California*". The word "*which*" is a relative pronoun referring back to "*the Executive Order S-3-05*" and a subject for the verb "*establishes*". Schwarzenegger signed the Executive Order, but the order establishes the targets. This is a grammar question. Obviously, Schwarzenegger and his advisors wrote the order, but the word "which" tells you where they have been established;
2: Incorrect – "The verb "to announce" means to proclaim to a large audience, to "publicize" or "make known". Meanwhile, "talk about" merely means to discuss, but not necessarily with a large audience;
3: Correct – The word "forefront" comes from the combination of the word "fore" (before) and "front". Together, it is a synonym for "leader", or "leading position";
4: Correct – The word "roughly" is an informal synonym for the word "approximately";
5: Incorrect – The word "enact" means to "ratify" or "endorse". In Portuguese, this is often translated as "promulgar", which is, essentially, the opposite of "not approved".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

The election of 1864

1 Dissatisfaction over the Civil War split the
Democratic Party. In the elections of 1864, many
Democrats joined the Republicans to form the Union
4 Party. This party chose the Republican Lincoln for the
Presidency and Andrew Johnson of Tennessee, a former
Democratic member of Congress but an opponent of the
7 Confederacy, for the Vice-Presidency. The Democratic
Party responded by naming General George B. McClellan
as its candidate for the Presidency.
10 Antiwar feeling was running so high in 1864 that
President Lincoln fully expected to be defeated. "We are
now on the brink of destruction, and I can hardly see a ray
13 of hope" he wrote to a friend.
The Union of northern states was fighting the
Confederacy of southern states. The tide of the war turned
16 in favor of the North shortly before the election. As a
result, Lincoln won an overwhelming victory.

This cartoon from the 1864 election seems to favor McClellan, who tries to keep his opponent, Lincoln, and Jefferson Davis from pulling the Union apart. But the voters gave Lincoln 212 electoral votes to McClellan's 21.

Lewis Paul Todd. **Rise of the American Nation**. Liberty Edition, 1982 (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Based on the information given by the text and shown in the picture above, judge the following items.

(1) The election of 1864 was conducted before the Civil War.

(2) In early 1864 Lincoln felt he would easily win re-election.

(3) The Confederates defeated the states located in the South of the United States.

(4) President Lincoln formed a new group called the National Union Party that included Republicans and Democrats.

1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The tide of the war turned in favor of the North* **shortly before** *the election*", showing that the war had already begun before the elections were held. This is reinforced in the political cartoon, showing the obvious conflict between the North and South **at the same time** the elections were being held;
2: Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that "*Antiwar feeling was running so high* **in 1864** *that* **President Lincoln fully expected to be defeated**";
3: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The Union of northern states* **was fighting** *the Confederacy of southern states.*" The Confederates were the southern states;
4: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*many Democrats joined the Republicans* **to form the Union party**. *This party* **chose the Republican Lincoln** *for the Presidency*". Hence Lincoln did not form the party.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "Dissatisfaction" (*l*.1) means Not happy.

(2) "chose" (*l*.4) is the simple past form of the verb to chase.

(3) "its candidate" (*l*.9) refers to the candidate of the Republican Party.

(4) "fully" (*l*.11) can be correctly replaced by completely.

(5) The suffix -ern in "northern" (*l*.14) and "southern" (*l*.15) occur with names of directions like North and South.

(6) "overwhelming" (*l*.17) is the opposite insignificant.

1: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito Correct – While the essence of the word "dissatisfaction" means "not happy", the different morphological classification may have been the reason this question was annulled. "Dissatisfaction" is a noun, while "not happy" is an adjective. Had the option been "unhappiness" or "disappointment", the question would have been correct;
2: Incorrect – The word "chose" is the simple past form of the verb "to choose". The verb "chase" is a regular verb, and its simple past form is "chased";
3: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "***The Democratic Party responded*** by ***naming General George B. McClellan as its candidate*** for the Presidency", showing that McClellan was the Democratic Party's candidate, and not the Republican candidate;
4: Correct – In this context, the meaning of "fully" is synonymous with the meaning of "completely";
5: Correct – The suffix "-ern" is typically used with nouns of direction to make them adjectives. All the directions can receive the suffix: "eastern", "western". These words are usually capitalized when they are acting as names of places; when they are acting as directions, do not capitalize;
6: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito Incorrect – The word "overwhelming" in this context means "significant". The poor wording of the question may have been the reason it was annulled (…is the opposite of insignificant).

GABARITO 1ANULADA, 2E, 3E, 4C, 5C, 6ANULADA

1 Parents and guardians are bestowed with the responsibility of protecting and educating children from all the hazards that abound. It is not strange that children are often
4 injured in a familiar environment, such as the home and its surroundings. Accidents could not be completely avoided, but their occurrence could be prevented. Home accidents can be
7 avoided by child-proofing your home, as there are so many different home safety products available today. Reasonable supervision by an adult, and the use of
10 ordinary precautions against accidents, are outstanding as means of prevention. The pictures below illustrate some general instructions for parents and older children in order to prevent
13 home accidents.

- Children should never play on stairs.
- Furniture must be moved away to prevent children placing
16 tep-stones such as a chair next to a window, climbing up and falling out.
- Prevent the child from sticking his small fingers in electric
19 sockets and electric fires.
- Keep matches and lighters where young children can't see them or reach them, and also install proper cover to sockets.

22 Children, being less aware of danger, are one of the most vulnerable groups. Younger children are more vulnerable indoors, while older ones are more at risk outdoors. There
25 appear to be gender types of accidents; males tend to have more accidents outdoors while females tend to have accidents indoors.

Internet: <www.familymagazinegroup.com> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to text, judge the items below.

(1) At their first years of age, children are more protected from accidents that typically happen in the interior of a house or building.

(2) Children injuries caused by domestic accidents are very common.

(3) Prevention of children injuries and accidents can be successfully achieved when home safety measures are taken.

(4) In general, children under adult supervision will suffer fewer injuries.

(5) Male and female do not usually have the same types of accidents.

1: Incorrect – In the last paragraph, the text clearly states that "*Younger children are* **more vulnerable indoors**, while older ones are more at risk outdoors";
2: Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "*It is not strange that children are* **often injured in a familiar environment***,* **such as the home** *and its surroundings*";
3: Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "**Home accidents can be avoided by child-proofing your home**". This is reinforced in the second paragraph, where the text also clearly states that "Reasonable supervision by an adult, and the use of ordinary precautions against accidents, are outstanding as means of prevention." These ideas are given as ways to successfully prevent children from injuries and accidents;
4: Correct – In the second paragraph, the text clearly states that "*Reasonable* **supervision by an adult** *(…) are* **outstanding as means of prevention**";
5: Correct – In the last sentence, the text clearly states that "**males** *tend to have* **more accidents outdoors** *while* **females** *tend to have* **accidents indoors**."

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "ordinary" (*l*.10) could be replaced by **special** without any change in meaning.

(2) "their" (*l*.6) is a possessive pronoun related to occurrence.

(3) "being less aware of danger" (*l*.22) can be replaced by **not perceiving danger as readily**.

(4) both "Younger" (*l*.23) and "older" (*l*.24) indicate comparisons.

(5) "gender" (*l*.25) refers to the kinds of accidents: indoor and outdoor accidents.

1: Incorrect – The word "ordinary" is the opposite of "special";
2: Incorrect – "The word "their" is a possessive adjective, and it is related to the word "accidents" at the beginning of the sentence. Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: the occurrence of accidents = their occurrence;
3: Correct – The expression "being less aware of danger" means "not noticing" or "not perceiving danger". The word "readily" means "easily";
4: Correct – The words "younger" and "older" contain the suffix "-er", which is used in English to make comparisons;
5: Incorrect – The word "gender" in English is strictly used when referring to the "sex" (masculinity or femininity) of something or somebody. It is not used to discriminate whether things are "indoor" or "outdoor".

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

03. Política Internacional

Priscilla Negreiros

A prova de Política Internacional é uma das mais importantes do concurso de admissão à carreira diplomática, tanto por introduzir ao candidato temáticas que estarão no dia-a-dia da profissão do diplomata, quanto pelo peso quantitativo na nota final que é dedicado a esta matéria. Nos últimos dois concursos (2011 e 2012), o Teste de Pré-Seleção (TPS), organizado pela banca do CESPE, dedicou mais de 11 questões à Política Internacional, que tratam dos mais variados: relações multilaterais, bilaterais, conhecimentos sobre a dinâmica da política mundial, política externa brasileira, regimes internacionais, entre outros. Percebe-se uma preferência da Banca do CESPE por questões de atualidade e diretamente relacionadas com a agenda de prioridades do Ministério das Relações Exteriores. A leitura de jornais e revistas sobre política externa é, portanto, essencial na preparação do candidato à prova e à carreira.

A correção das questões de Política Internacional, desde a prova de 1997 até 2012, tem como objetivo sanar as dúvidas dos candidatos, mas também servir como elemento de estudo e revisão. Todas as informações apresentadas neste capítulo foram baseadas em livros recomendados pelo Instituto Rio Branco e fontes oficiais de informação (MRE, MDIC, FUNAG, entre outros). Atualmente, o concurso não indica mais uma bibliografia específica para a prova de Política internacional, mas algumas obras, citadas abaixo dos comentários das questões, podem ser úteis para a preparação do concurso.

O índice de questões está baseado no edital de 2012 e foi feita uma tentativa de organizar todas as questões comentadas por temática. Como diversas questões agrupam temas distintos, foi preferível não desagrupar as questões para manter a semelhança com a prova elaborada pelo CESPE. Deste modo, vale ressaltar que alguns itens não correspondem totalmente ao título do capítulo. Foi feita também uma tentativa de contabilizar o número de vezes que cada item é cobrado pela Banca. O número é aproximativo, porquanto, como se explicou anteriormente, as questões tratam de temas diversos.

Boa prova e boa preparação.

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, ATORES, PROCESSOS, INSTITUIÇÕES E PRINCIPAIS PARADIGMAS TEÓRICOS.

An institution is a relatively stable set or "structure" of identities and interests. Such structures are often codified in formal rules and norms, but these have motivational force only in virtue of actors' socialization to and participation in collective knowledge. Institutions are fundamentally cognitive entities that do not exist apart from actors' ideas about how the world works. This does not mean that institutions are not real or objective, that they are "nothing but" beliefs. As collective knowledge, they are experienced as having an existence "over and above" the individuals who happen to embody them at the moment. In this way, institutions come to confront individuals as more or less coercive social facts, but they are still a function of what actors collectively "know".

Alexander Wendt, Anarchy is what states make of it. In: **International Organization**, vol. 46, n.o 2, 1992, p. 395.

(Diplomacia 2007) Com base no texto acima e considerando as instituições e suas características, assinale a opção correta.

(A) O texto reflete uma perspectiva construtivista, uma vez que realça aspectos subjetivos constitutivos das instituições e a relação entre os atores dessas instituições, suas percepções e idéias, e as estruturas de identidades e interesses que as conformam.

(B) O texto aborda as instituições de um ponto de vista preponderantemente liberal, pois valoriza a dimensão coletiva das instituições e os seus vínculos com a codificação de normas e regras definidoras de regimes internacionais.

(C) De forma neorrealista, o texto reporta-se aos componentes estruturais que definem as instituições internacionais e à preponderância da ação coercitiva dessas instituições sobre os atores que as integram.

(D) Ao fazer a distinção entre a existência das instituições e as ideias e crenças dos atores acerca delas, o texto defende a separação e a autonomia dos aspectos objetivos e subjetivos que conformam as instituições.

(E) Segundo o texto, dissocia-se a existência das instituições das ideias e do conhecimento que os atores desenvolvem acerca delas.

A: Correta. O primeiro indício de que o item está correto é o autor do texto indicado na questão, Alexander Wendt, é um teórico das relações internacionais que defende a perspectiva **construtivista**. O construtivismo surgiu como teoria das relações internacionais entre os anos 1980 e 1990 e envolve dois debates principais: sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais e sobre a antecedência ontológica entre agente e estrutura. Entre as principais premissas da teoria construtivista, pode-se destacar três que são comuns a maioria dos autores: (1) que o mundo não é predeterminado, mas construído a partir da ação dos agentes, ou seja, o mundo é uma construção social; (2) que não há qualquer antecedência ontológica entre agentes e estrutura. Ambos são co-constituídos uns dos outros e nenhum precede o outro nem no tempo nem na capacidade de influência; (3) que não se pode descartar as causas materiais, mas são as ideias e os valores que regem a relação do agente com o mundo material, desempenhando uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. Na metade dos anos 1990, o construtivismo passou a ocupar um lugar de destaque nas Relações Internacionais, principalmente com a obra de Alexander Wendt em 1999 com a obra *"Social Theory of International Politics"*. Segundo Wendt, a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflitos e competição, como

acreditam os realistas. Pelo contrário, **a anarquia pode reverter tanto lógica de conflitos quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela.** O item está, portanto, correto já que o texto sobrepõe os aspectos constitutivos das instituições e as relações entre os atores – percepções e ideias. Outros autores importantes para o construtivismo são Friedrich **Kratochwil e** Nicholas **Onuf.**

B: Incorreta. O item está incorreto porque o texto não possui características da teoria liberal. A **tradição liberal** nas relações internacionais, que foi fundamentada a partir da visão kantiana sobre a razão e o iluminismo, tem principalmente a preocupação de explicar a relação entre indivíduo, sociedade e governo. A liberdade do indivíduo é a preocupação central da teoria, além da criação de uma sociedade ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade. As instituições internacionais têm, portanto, papel primordial na redução dos conflitos e na mudança da natureza da política internacional segundo a teoria liberal. A fundação de instituições como a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas em 1945 ilustram a teoria, que propõe a ênfase nos ganhos absolutos dos Estados e na ideia de governança global.

C: Incorreta. A **teoria neorrealista** das relações internacionais surge no início dos anos 1980, em um período marcado por fortes crises econômicas e pelo aparecimento de novos atores de relevância, como empresas multinacionais, organizações internacionais e ONGs. Neste contexto, Kenneth Waltz publica em 1979, o "*Theory of International Politics*", com intenção de estabelecer uma nova análise realista do contexto internacional. Waltz trabalhou sua análise em bases mais científicas, estabelecendo explicações para a continuidade e repetições das guerras. Segundo Waltz, a existência de uma anarquia internacional é a causa da permanente recorrência à guerra.

D: Incorreta. De acordo com o trecho acima, as instituições são um conjunto de ideias e interesses que são codificadas em normas postas em ação pela socialização e participação social dos atores. Os atores têm uma participação acima e além das instituições e, como define a teoria de Wendt, ambos são co-constituídos, não havendo antecedência ontológica entre agente e estrutura. O texto não faz, portanto, como afirma o item, a distinção entre a existência da instituição e as ideias em torno delas.

E: Incorreta. O texto afirma exatamente o oposto, associando a existência de instituições com um conjunto de ideias e interesses que serão codificadas em normas e postas em ação pela participação dos atores.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Em política internacional, a consagrada expressão inglesa *"balance of power"* caracteriza habitualmente uma situação definível nos seguintes termos:

(A) Equilíbrio da balança de pagamentos de dois ou mais países em estado de concorrência pelo poder hegemônico.

(B) Equilíbrio do comércio entre países dentro de uma área de mercado comum.

(C) Correspondência entre o poder militar e o poder econômico de potências nucleares.

(D) Oscilação entre ganhos e perdas de poder de uma potência mundial.

(E) Um certo equilíbrio na distribuição do poder mundial.

E: Correta. O conceito de balança de poder (ou *balance of power*) foi recorrentemente invocado por teóricos realistas e escritores dedicados ao estudos das relações internacionais. A balança de poder é normalmente relacionada à ideia de *raison d'etat,* ou interesse do Estado, e é ligada à herança teórica de Maquiavel e Hobbes, muito estudados pela teoria realista das relações internacionais. Como afirma o item, a balança de poder caracteriza certo equilíbrio na distribuição do poder mundial e pressupõe a estabilidade entre o poder e a dominação dos Estados. Segundo os realistas, a balança de poder representa uma situação em que os Estados mais fracos, com fundamento em seu interesse nacional, decidem juntar-se a uma grande potência (***bandwagoning***) ou, esses mesmos Estados, ao se verem ameaçados pelo poder de uma grande potência, se juntam a outros Estados para tentar equilibrar o poder daquela potência (***balancing***). Para Hans Morgenthau, teórico realista das relações internacionais, a balança de poder é necessária para garantir a estabilidade de forças do sistema internacional. Já Kenneth Waltz, outro teórico realista das relações internacionais, acredita que a balança de poder é algo inerente a qualquer sistema internacional.

Sugestão de Leitura: Nogueira, João Pontes. Messari, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2002) O termo "balcanização" é comumente empregado para significar:

(A) A política de fragmentação de uma região em múltiplos centros de poder.

(B) Hegemonia dos Bálcãs nas relações internacionais.

(C) Formação de um Estado único para dar estabilidade à região dos Bálcãs.

(D) Os Bálcãs como foco de atenção em uma *"zone of turmoil"*.

(E) Intervenção das forças da OTAN na ex-Iugoslávia.

A: Correta. Segundo o dicionário de política de Norbeto Bobbio, balcanização é uma expressão política que significa a divisão de uma entidade continental, subcontinental ou regional em unidades politicamente separadas ou hostis entre si. O termo balcanização tem sua origem na fragmentação da região dos Bálcãs entre 1912-1913. No vocabulário político, o termo balcanização é correntemente utilizado em relação ao processo de descolonização e de independência vivido pelos territórios africanos, anteriormente unidos sob a mesma administração colonial. O termo Zone of turmoil, ou zona de agitação (em português), citado no item D, remete a uma região pobre, extremamente populosa, com tendência a desastres naturais e virtualmente nãogovernável (Robert E. Harkavy).

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Em geopolítica, diz-se que se forma um "Estado-Tampão" ou "Buffer-State" quando:

(A) um Estado não concede direito de passagem a tropas militares estrangeiras pelo seu território.

(B) um Estado obstrui as negociações com o objetivo de assinar um acordo militar.

(C) um Estado se interpõe como "amortecedor de conflitos" entre Estados vizinhos mais poderosos.

(D) um Estado, sem declarar formalmente a sua neutralidade, não participa diretamente de uma guerra que envolve países vizinhos.

C: Correta. O conceito de "*Buffer State*", ou "Estado-tampão" foi cunhado no século XVII. Atualmente ele é trabalhado pela a geopolítica e foi tratado em obras de autores como o americano Nicholas Spykman, importante autor da geografia política dos anos 1940. Segundo Skykman, o Estado-Tampão é uma maneira de entender o conceito de localização regional e define a localização de um Estado fraco entre dois Estados fortes. O autor acredita que a política externa de um Estado-Tampão tem de ser neutra, criando uma zona "tampão" ao invés de incentivar uma posição hostil que questione os objetivos militares e econômicos de seus Estados Vizinhos. Alguns Estados como o Uruguai, a Geórgia e a Bélgica podem ser citados como exemplos de Estado-tampão em sua criação, mas essa qualificação não é unânime.

D. Incorreta

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) As relações internacionais europeias da primeira metade do século XIX, depois da Era Napoleônica, foram marcadas por:

(A) Uma forte hegemonia coletiva, exercida por cinco Estados, conhecida como concerto europeu.
(B) Um enfraquecimento notório da força persuasiva da Inglaterra no mundo.
(C) Uma ampliação dramática dos conflitos internacionais, sob o mesmo padrão do período napoleônico.
(D) Fraca adesão do mundo extraeuropeu aos valores da abertura de mercados e da ampliação do comércio internacional.
(E) Permanente tensão entre as ex-colônias americanas independentes e suas ex-metrópoles europeias.

A. Correta. Segundo Eric Hobsbawn, o fim das guerras napoleônicas e dos quase vinte anos ininterruptos de revoluções, trouxe uma estabilização realista e sensata para a Europa. Esse arranjo político entre a Rússia, Áustria, Prússia, Grã-Bretanha e França que emergiu ao final da guerra formou o que ficou conhecido como o "Concerto Europeu". O momento que marca a instituição desta nova fase nas relações entre os países europeus foi a Conferência de Paz de 1815, conhecidas como o Congresso de Viena. Os estadistas de 1815 perceberam que seria necessário elaborar um mecanismo para a manutenção da paz para resolver os problemas à medida que eles aparecessem, estabelecendo, assim, um sistema de congressos regulares entre as grandes potências. Essa hegemonia coletiva assegurou uma paz relativamente duradoura durante o século XIX. Não houve enfraquecimento da força persuasiva inglesa, ao contrário, os ingleses foram a grande potência do século XIX. Sugestão de leitura: Eric Hobsbawn "Era das Revoluções".

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1996) A Diplomacia do "Pingue – Pongue" foi um momento de Détente e aproximação dos Estados Unidos com a China. Sob qual governo ela foi conduzida?

(A) Dwight Eisenhower.
(B) Jimmy Carter.
(C) George Bush.
(D) Richard Nixon.
(E) Gerald Ford.

A: Incorreta. **Dwight Eisenhower** foi presidente dos EUA entre 1953 e 1961. Eleito pelo partido Republicano.
B: Incorreta. **Jimmy Carter** foi presidente dos EUA entre 1977 e 1981. Eleito pelo Partido Democrata.
C: Incorreta. **George Bush** (pai) foi presidente dos EUA entre 1989-93. Eleito pelo Partido Republicano.
D: Correta. **Richard Nixon** foi presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974 pelo Partido Republicano. Ele cumpriu seu primeiro mandato e foi reeleito para o segundo, mas, em 1974, pediu demissão do cargo em consequência de escândalos de corrupção, conhecidos como caso Watergate. Nixon assume o cargo durante a Guerra Fria e em um período que marcou a erosão da superioridade nuclear americana. Não havia apoio popular à Guerra do Vietnã, que começou em 1959, e ela já mostrava sinais que não seria ganha pelos americanos. Além disso, a primazia econômica dos EUA estava sendo desafiada pelo crescimento econômico da Europa e do Japão. Segundo Henry Kissinger, Secretário de Estado americano no período, Nixon estabeleceu uma política externa menos ideológica que seus antecessores. Nixon priorizou os interesses nacionais americanos ao invés de centralizar sua política externa no combate ao comunismo internacional. Neste contexto, a Diplomacia do Ping-Pong refere-se a ida de jogadores de ping-pong americanos a um campeonato em Pequim, na República Popular da China em 1971. Foi a primeira delegação americana que visitou o país depois da Revolução Chinesa de 1949. O evento marcou a aproximação sino-americana e estreou um período de détente na Guerra Fria. A China comunista não tinha relações com os EUA desde 1949, e os americanos reconheciam oficialmente a ilha de Twain como a República da China. O afastamento sino-soviético em 1969 abriu a oportunidade da aproximação da China comunista com os EUA, já que o país não estava mais sob os auspícios da URSS e a influência dos EUA na região seria um grande benefícios para os americanos. Os principais eventos da aproximação com a República Popular da China foram a troca de jogadores de ping-pong em 1971 e a visita de Richard Nixon ao país em 1972.
E: Incorreta. **Gerald Ford** foi presidente dos EUA entre 1974 e 1977 – era vice-presidente de Richard Nixon e assume após sua demissão.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) George Kennan foi um diplomata dos Estados Unidos que defendeu:

(A) A Teoria do Pentagrama.
(B) Uma Política de Aproximação Com a China.
(C) As Teses da Contenção.
(D) Uma Nova Política para a América–Latina.
(E) O desarmamento Geral e Completo.

C: Correta. A partir de 1946, o medo de uma expansão soviética começou a difundir-se pela elite americana. A Segunda Guerra Mundial havia estabelecido uma aliança entre as potências vencedoras, das quais os EUA e a URSS destacavam-se pela supremacia política e econômica. A intransigência soviética sobre sua influência na Europa do Leste, e a presença de Stálin em Berlim trazia receio aos americanos, que tinham muitas dificuldades em negociar com o líder soviético. Neste contexto, em fevereiro de 1946, George Kennan, jovem diplomata especialista em Rússia, alocado na embaixada americana em Moscou, enviou um documento que interpretava conceitualmente e filosoficamente a política externa de Stálin. O documento, que ficou conhecido como o "Longo Telegrama", dizia que os EUA deviam parar de se auto-responsabilizar pela intransigência da política externa soviética, já que esta era um amálgama da ideologia comunista e do antigo expansionismo czarista. Segundo Kennan, a ideologia comunista estava no coração das atitudes soviéticas e que estas eram irreconciliáveis com as filosofias e objetivos americanos (Kissinger, Henry). Dois meses depois do envio do telegrama de Kennan, um memorando foi elaborado por Matthew Freeman tratando as disputas com a URSS como um problema endêmico ao sistema soviético. Neste momento, os EUA já possuíam a justificativa necessária para resistir abertamente ao expansionismo soviético. Em 1947, Kennan publica um famoso artigo na revista americana Foreign Affairs, com o heterônimo de "X" para explicar como a hostilidade em relação à democracia era inerente ao regime soviético e a única maneira de acabar com a estratégia soviética era estabelecer uma política para afirmar a **contenção** e confrontar os russos em todos os lugares que eles mostrassem sinais de desestabilizar a paz mundial. Essa política de contenção ao expansionismo soviético traduziu-se em ações diplomáticas, militares e econômicas, conhecidas como as Teses da Contenção. Entre as ações tomadas no contexto da doutrina da contenção destacam-se o Plano Marshall (ajuda econômica americana aos Estados europeus desolados pela Guerra) e a criação da Organização do Atlântico Norte (OTAN) em 1949.

Gabarito "C"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os itens que se seguem, referentes à teoria realista das relações internacionais.

(1) O realismo clássico, inspirado, em parte, na teoria da seleção natural darwiniana, defende a ideia de que a hegemonia e a sobrevivência dos Estados nacionais derivariam da competição no cenário internacional e a de que os mais aptos seriam premiados.
(2) A referida teoria baseia-se, em grande medida, no princípio da antropomorfização dos Estados nacio-

nais, no sentido de que estes podem ser caracterizados como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.

(3) De acordo com a teoria realista, as relações entre os Estados nacionais são mantidas por considerações de autointeresse e de poder, não havendo espaço para a verdadeira cooperação ou coordenação política entre os países.

(4) A mencionada teoria preconiza que a anarquia é uma circunstância contingente, e não uma condição necessária do sistema internacional, podendo os Estados organizarem-se em uma sociedade de nações amparada por regras universal e consensualmente estabelecidas.

1: Certo. Darwin sustentava a ideia de que as espécies estão expostas a uma luta constante pela sobrevivência, e essa luta se efetivaria a partir da *seleção natural*, princípio segundo o qual uma espécie é *selecionada*, ou ela apenas sobreviverá, se ela conservar as características favoráveis à sua sobrevivência e descartar as desfavoráveis. Diversos autores do realismo clássico retomaram a ideia de seleção natural de Darwin para explicar a hegemonia de algumas potências no cenário internacional. Segundo o autor realista Hans Morgenthau, em A política entre as nações, particularmente sob a influência das filosofias sociais de Darwin e Spencer, as ideologias relacionadas ao imperialismo adotaram argumentos de ordem biológica para explicar, na política internacional, a superioridade militar de uma nação forte sobre uma mais débil. Segundo esses autores, esta última está fadada a tornar-se o objeto de poder da primeira.

2: Certo. Segundo a concepção hobbesiana de estado de natureza, a natureza humana é egoísta, incontrolável e ambiciosa, buscando sempre a realização de seus interesses individuais. Sendo que Hobbes serviu de inspiração para muitos teóricos realistas das relações internacionais, houve uma antropomorfização – atribuição de características humanas a seres inanimados – do Estado como ator racional, egoísta e ambicioso no contexto internacional. O item está, portanto, correto, já que a teoria realista refere-se aos Estados nacionais como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.

3: Errado. O item está incorreto porque a teoria realista aceita a existência de cooperação e coordenação entre os Estados. Apesar de a maioria dos autores da teoria realista defenderem que nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência, isso não exclui a possibilidade de haver cooperação no cenário internacional. O mecanismo de balança de poder, muito presente na teoria realista de relações internacionais, prevê o estabelecimento de alianças que contemplem os interesses nacionais dos Estados. No entanto, a vigilância deve ser permanente porque a qualquer momento a cooperação pode ser rompida em nome do interesse nacional.

4: Errado. Para a teoria realista, a anarquia é o conceito central. Segundo os realistas, a anarquia é a ausência, no cenário internacional, de uma autoridade suprema que possa determinar e implementar regras de conduta. O item está incorreto porque a anarquia no modelo realista não é contingente, mas característica inerente do sistema internacional. Diferentemente do plano doméstico, no plano internacional não existe um único soberano que possua o monopólio do uso legítimo da força. Desse modo, o modelo internacional reflete o modelo hobbesiano de estado de natureza, no qual cada Estado estaria buscando sua sobrevivência, existindo um estado de permanente desconfiança entre os Estados. No entanto, os realistas acreditam que existe cooperação nas relações internacionais, principalmente em matéria de segurança, pela balança de poder.

GABARITO 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) As relações internacionais vêm se desenvolvendo em todo o mundo como uma disciplina que cresce e constrói seu ambiente cognitivo próprio. Com relação a esse assunto, julgue os itens.

(1) As relações internacionais são estudadas desde a Antiguidade, em obras clássicas da Grécia antiga.

(2) O único desenvolvimento consolidado da disciplina encontra-se no chamado mundo anglo-saxônico.

1: Certo. As relações entre os Estados são estudadas desde a Antiguidade em obras clássicas da Grécia antiga, como é o caso do trabalho de Tucídides, A Guerra do Peloponeso, que conta a história da guerra entre gregos e os povos do Peloponeso, liderados por Esparta. Igualmente, obras como Utopia, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu são leituras que apresentam a perspectiva das relações entre Estados. A disciplina de relações internacionais, no entanto, surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial, tornando-se matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Vale ressaltar que o primeiro departamento de Relações Internacionais é criado em 1917 na Universidade escocesa de Aberystwyth, com a preocupação normativa de organizar uma disciplina em torno da questão da guerra e, mais precisamente, com a finalidade de livrar a humanidade de seus efeitos nefastos.

2: Errado. O item está incorreto, porque a disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu em diversos países, além do mundo anglo-saxão. Destaca-se a **escola francesa** das relações internacionais com Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Segundo José Sombra Saraiva, Pierre Renouvin foi pioneiro no estudo da história das relações internacionais com a publicação de *Histoire de Relations Internationales* em 1953. A proposta era construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional, ou seja, ele rompe com a história sustentada no fato político e na personalidade do príncipe. Já Jean-Baptiste Duroselle, com a obra *Tout empire périra,* impunha o conhecimento histórico no centro dos estudos das Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que expandia a disciplina relacionando-a com questões econômicas e financeiras. Outras escolas como a **escola italiana** – com estudos de Frederico Chabod e Mario Toscano – e a escola suíça – com a pesquisa e o plano de estudos do Institut de Hautes Études Internationales – são escolas de destaque.

Gabarito 1C, 2E

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DESDE 1945, PRINCIPAIS VERTENTES E LINHAS DE AÇÃO.

(Diplomacia 2008) Em 2008, comemoram-se cinquenta anos do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), que teve início com a troca de cartas pessoais entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. A respeito da OPA, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O objetivo central da OPA foi o combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina, visto como o principal problema do continente.

(2) A OPA era uma proposta de cooperação internacional baseada na tese de que o fim da miséria e o desenvolvimento seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exógenas e antidemocráticas.

(3) No entendimento de seus formuladores, a OPA poderia servir de paradigma para iniciativas semelhantes fora do hemisfério, com base na tese de que, também em outras regiões do mundo, a promoção

do desenvolvimento serviria ao propósito de conter o comunismo.

(4) Desde o seu lançamento, a OPA teve seus objetivos encampados por Washington, o que assegurou o êxito imediato dessa operação diplomática.

1: Certa. A Operação Pan-Americana (OPA) foi uma proposta de cooperação internacional entre a América Latina e os Estados Unidos que, como afirma o item, visava a lutar contra o subdesenvolvimento econômico na América Latina. O objetivo da Operação, proposta pelo então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em 1958, foi combater não apenas o subdesenvolvimento econômico, mas o subdesenvolvimento em sentido global. O lançamento da iniciativa aconteceu logo após a malsucedida visita do vice-presidente americano Richard Nixon à América Latina, na qual houve demonstrações de antiamericanismo em diversos países do continente. Além disso, havia no continente uma ampla insatisfação com as linhas de cooperação para o desenvolvimento levadas a cabo pelos Estados Unidos. A OPA teve início pela troca de cartas pessoais entre Juscelino e o então presidente americano Dwight Eisenhower. A OPA consistia na aplicação de capital privado em áreas atrasadas do continente, no aumento de volume de crédito das entidades internacionais, na assistência técnica, entre outros. Juscelino enfatizava a importância dos capitais públicos, em razão do elevado montante necessário para os setores básicos e os de infraestrutura.

2: Certa. A OPA, que era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exógenas e antidemocráticas no continente. A cooperação seria uma solução para países atrasados. Juscelino Kubistchek, idealizador da proposta, argumentava que a cooperação econômica daria força ao pan-americanismo, tornando-se um escudo à penetração de ideologias estranhas. JK situava a OPA, portanto, contra a ameaça antidemocrática do bloco soviético. É importante ressaltar que JK sempre se referia ao desenvolvimento da América Latina como um todo, e não apenas ao desenvolvimento brasileiro.

3: Certa. De acordo com as diretrizes da OPA, o subdesenvolvimento em geral, e não apenas na América Latina, abria a possibilidade de atuação do "inimigo", ou seja, da União Soviética. Além disso, o ideal comunista deslocava-se cada vez mais do confronto direto para uma estratégia de «penetração interna». Este fato era mais preocupante tendo em vista o progresso material e tecnológico do bloco «totalitário» e seu possível efeito propagandístico. Assim, a OPA propunha a associação entre o desenvolvimento econômico e a segurança. Mesmo se a OPA foi uma operação focada no continente latino-americano, esse era um paradigma que poderia servir em outros lugares do mundo, onde os Estados Unidos já efetuavam ajuda econômica.

4: Errada. O item está incorreto, porque desde início da OPA, a reação dos EUA foi de frieza em relação ao projeto. Os americanos evitavam, assim, assumir compromissos que implicassem mudanças na orientação já traçada sobre a relação com os países latino-americanos. Segundo os EUA, a questão do subdesenvolvimento latino-americano deveria ser respondida com empréstimos de instituições de crédito já existentes no continente e não com ajuda privada americana. É errôneo afirmar, no entanto, que a OPA não produziu resultados concretos. O resultado imediato da OPA, no contexto da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a criação de uma Comissão Especial incumbida de dar execução aos projetos da OPA – nesta comissão o chefe da delegação brasileira foi Augusto Frederico Schmidt. Outro importante resultado da OPA foi a criação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),** em 1958, com a função de promover projetos de desenvolvimento na região. Ainda, a fundação da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio** (ALALC) em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, teve também suas raízes na OPA e tinha como objetivos ampliar e estabilizar o intercâmbio comercial na região, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e instaurar um processo de substituição de importações na região. Enfim, a **Aliança para o Progresso**, proposta por Kennedy em 1961, em resposta à crise cubana, foi também um resultado positivo da OPA. Um dos grandes responsáveis pela política exterior no período, Osvaldo Aranha, criticava a falta de conversão da OPA em resultados práticos e defendia que nenhum país se desenvolveria apenas via empréstimos. Aranha propunha um crescimento que não excluísse a agricultura e a reforma agrária. Com efeito, a OPA não avançava pela falta de projetos concretos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Considerando a relevância da III Conferência de Chanceleres Americanos (Rio de Janeiro, 1942) para o destino dos países latino-americanos em face da Segunda Guerra Mundial e o próprio contexto histórico do conflito, assinale a opção correta.

(A) O presidente Roosevelt aceitou, com relativo conformismo, o predomínio das visões de neutralidade dos países latino-americanos em relação ao conflito que envolvera os EUA na guerra europeia.

(B) A transferência gradual do eixo de poder mundial da Europa para os EUA, bem como as oportunidades de investimento em projetos de industrialização e desenvolvimento, animaram países como o Brasil a buscar barganhas e negociar brechas na ordem internacional, durante a Segunda Guerra Mundial.

(C) Países como a Argentina, mesmo ante a relevância econômica de suas exportações de couros, cereais e carnes para países beligerantes, sentiam-se animados a optar, na Conferência do Rio de Janeiro, pelo alinhamento com os EUA e seus aliados na guerra.

(D) A visão da harmonia pan-americana, ideia que migrara do século XIX para o século XX no ideário político das Américas, teve discreta presença nos debates da III Conferência de Chanceleres Americanos.

(E) A agenda da integração latino-americana, criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, decorreu da percepção de que essa era a única saída política diante da hegemonia hemisférica norte-americana.

A: Incorreta. O item está incorreto, porque os Estados Unidos queriam o imediato e unânime rompimento da América Latina com o Eixo durante a Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. A guerra europeia havia provocado um recuo da presença comercial alemã na América Latina, o que estimulou a ofensiva ideológica e política americana na região. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, levou os americanos à convocação da Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942, com objetivo de criar uma "unidade continental" e persuadir as lideranças latino-americanas a declarar guerra aos inimigos americanos.

B: Correta. Os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial já eram um dos maiores parceiros econômicos brasileiros e já mostravam a sua força internacionalmente. Em relação à América Latina, os Estados Unidos procuraram aumentar sua influência na região sob a política da Boa Vizinhança do Presidente Roosevelt. Para isso, os americanos criaram o *Office of the Coordination of Inter-American Affairs,* estabelecendo um complexo programa de persuasão ideológica e penetração cultural pela imprensa, cinema e o *american way of life* nos Estados Latino-americanos. No Brasil, o sucesso de personagens como Zé Carioca e de Carmem Miranda, nos EUA, assim como a organização do famoso filme de Orson Welles, *It's All true*, enquadra-se neste esforço de aproximação com a América do Sul. Gerson Moura define a política externa brasileira no período, entre 1935 e 1941, como a **"equidistância pragmática"**, já que o Brasil tentou tirar proveitos dos interesses americanos na região ao mesmo tempo que continuava a negociar com os alemães. Em 1938, Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, proclama a neutralidade brasileira na guerra. A indefinição sobre qual lado o Brasil entraria na guerra promovia vantagens econômicas

ao país. O desenvolvimento nacional, segundo Vargas, dependia do aproveitamento das jazidas de minério de ferro. Iniciou-se, portanto, uma **barganha para construir a siderúrgica de Volta Redonda** e para **equipar as Forças Armadas**. Após a entrada americana na guerra em 1941, os EUA convocam uma Reunião de Consulta dos Chanceleres latino-americanos, no Rio de Janeiro em **1942**. O Eixo pressionava o Brasil para manter sua neutralidade, mas com a promessa de vantagens econômicas dos EUA, **o Brasil rompe relações com o Eixo no ano 1942.**

C: Incorreta. O item está incorreto, porque houve resistência tanto argentina, quanto chilena durante a Conferência dos Chanceleres de 1942 em adotar uma resolução que determinasse o rompimento das relações dos países latino-americanos com os países do Eixo. A resolução, resultado da Conferência de 1942 apenas recomendou o rompimento das relações. A Argentina somente declarou guerra ao Eixo em maio de 1945, depois da capitulação alemã em Paris. Já o Chile declarou a ruptura com o Eixo em janeiro de 1943.

D. Incorreta. O item está incorreto porque o sentimento pan-americano ganhou uma nova força no período e foi o grande protagonista da III Reunião de Chanceleres Latino-Americanos. As conferências pan-americanas, influenciada pela política da Boa Vizinhança, pregavam o princípio da solidariedade hemisférica repudiando qualquer tipo de intervencionismo para resolver os problemas da região. Entre as principais conferências do período, destacam-se:

• **Conferência de Buenos Aires de 1936**: é aprovado um mecanismo de consulta entre os países do hemisfério, além de estabelecer o princípio de que uma ameaça a um país da região significava uma ameaça a todos.

• **Conferência de Lima de 1938**: ampliou o sistema de consulta entre os países da região, mas não conseguiu estabelecer um tratado de segurança continental, que foi barrado pela Argentina.

• **Conferência de Consultas do Panamá em 1939:** foi uma reunião em função da guerra europeia que definiu a neutralidade do continente.

• **Conferência de Havana de 1940:** decidiu que qualquer agressão de um Estado não americano contra um Estado americano seria considerada agressão contra todos os Estados americanos.

E. Incorreta. O item está incorreto, inicialmente, porque a agenda de integração latino-americana não foi criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, existindo outras importantes conferências na região, como mencionado no comentário do item anterior. Além disso, não existia a percepção, durante a Segunda Guerra, que a hegemonia americana era a única saída. O Chile e a Argentina, por exemplo, optaram pela neutralidade durante grande parte do conflito, mantendo relações econômicas e política com o Eixo. O Brasil também manteve relações com o Eixo e, para aderir à bandeira americana, obteve ganhos econômicos e de infraestrutura.

Gabarito "B"

Sugestão de Leitura: Gerson MOURA. Autonomia na Dependência. / Gerson MOURA Sucessos e Ilusões.

(Diplomacia 2008) Acerca das principais linhas de ação e vertentes da política externa brasileira desde 1967, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A partir de 1967, o governo Costa e Silva procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar. A unidade de ação que se verifica a partir de então embasou-se na importância central conferida à doutrina de fronteiras ideológicas, que, como condicionante das estratégias a serem adotadas, definia as prioridades externas.

(2) Alguns aspectos do "pragmatismo responsável" adotado pelo governo Geisel, como a busca da autonomia decisória na política externa, encontravam antecedentes em ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro.

(3) A dívida externa assumiu relevância na ação internacional do Brasil a partir do início da década de 1980, sendo tratada de acordo com duas estratégias: a primeira, de orientação economicista, afastava a diplomacia das negociações acerca do tema e favorecia a busca de soluções monetaristas, negociadas bilateral e diretamente com a comunidade financeira internacional; a segunda, configurada no Consenso de Cartagena de 1984, propugnava um tratamento político da questão que equacionasse o pagamento da dívida com o crescimento econômico da América Latina. Prevaleceu, desde o início, esta última estratégia.

(4) A política externa brasileira era formulada, a partir do início da década de 1970, com a finalidade última de serem superadas dependências e de ser reforçada a autonomia do país. A área energética foi alvo de medidas que se enquadravam nessa linha de ação, sendo exemplo de tais medidas o acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha firmado em 1975.

1: Errada . A primeira parte do item, que afirma que o Governo Costa e Silva (1967-69) "procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar", está correta e é exatamente o que afirma Amado Luiz Cervo em "História da Política Externa Brasileira". De acordo com Amado Cervo, a partir de 1967, a política externa brasileira destinou a impulsionar o **desenvolvimento de forma autônoma**. A nova doutrina, instaurada no governo Costa e Silva, denominada "Diplomacia da Prosperidade", foi exposta pelo chanceler José de Magalhães Pinto em 1967. Os objetivos da nova política eram eliminar os conceitos de bipolaridade e de segurança coletiva e colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo de aproveitamento das oportunidades que o setor externo podia oferecer. O item está incorreto porque a política externa do período Costa e Silva não se baseou na "doutrina de fronteiras ideológicas", ao contrário, ela tinha um sentido realista, com isenção ideológica e visava ampliar a pauta de exportações brasileiras, a cooperação científica e aumentar o fluxo financeiro do país, sem considerar alianças ideológicas. O Brasil rejeita, nesse período, o poder associado à potência hegemônica ocidental – os Estados Unidos e associa-se aos poderes emergentes. Exemplos desta nova postura brasileira foram percebidos na atuação reivindicatória diante do Terceiro Mundo, em 1968, durante a II UNCTAD; na formulação da política nuclear brasileira que visava a obtenção de tecnologia para fins pacíficos; além da forte presença brasileira em foros multilaterais.

2: Certa. A definição "**pragmatismo responsável**" apareceu pela primeira vez no discurso do presidente Ernesto Geisel em março de 1974, quando o presidente batizou a política externa de seu governo de Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Azeredo da Silveira, que foi o chanceler brasileiro durante os anos Geisel, anunciou em 1975, em uma reunião no Congresso Nacional que o "raciocínio simplista [que] alimentou a Guerra Fria, favoreceu a repartição do mundo em blocos, estimulou os alinhamentos automáticos e criou o não alinhamento militante. Não sumiram as ambições hegemônicas; o direito à autodeterminação tem sido conquistado em oposição à ordem internacional vigente e não ajudado por ela. O Brasil se recusa a ver o mundo por essas óticas distorcidas que justificam os privilégios de umas poucas nações em detrimento dos legítimos interesses das demais". Azeredo retoma, como afirma o item, ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro para formular o Pragmatismo Responsável. O pragmatismo da política externa brasileira encontra suas raízes na Política Externa Independente (PEI) de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que foi instaurada em 1961 durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart. Tanto a PEI quanto o pragmatismo responsável de Geisel eram

contra os alinhamentos automáticos em política externa e pregavam a superação dos conflitos Leste-Oeste, para uma predominância dos conflitos Norte-Sul.

3: Errada. Um grande problema da década de 1980 foi o endividamento externo. Como afirma o item, a questão da dívida externa foi vista sob duas óticas distintas. A primeira foi a **visão economicista** – ligada ao Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e o Banco Central - para o problema. Este grupo tinha inclinações monetaristas e acreditava que a melhor estratégia para resolver os problemas financeiros brasileiros seria negociar diretamente com a comunidade financeira uma solução. A **segunda estratégia era levada a cabo pelo Itamaraty** e pregava um **tratamento político** ao problema de endividamento econômico, a exemplo do que ocorreu anteriormente com países europeus endividados no pós-Segunda Guerra Mundial O item está incorreto porque a visão que predominou no tratamento da dívida foi a economicista. O Itamaraty, que havia sido um dos grandes motivadores da negociação multilateral da dívida externa, ajudou na organização do Consenso de Cartagena em 1984. O foro reuniu 11 países da região responsáveis por 80% das dívidas externas do continente e tinha o objetivo de negociar melhores condições de pagamento da dívida externa do bloco. No entanto, como o Itamaraty foi inibido em sua defesa a uma solução política para a questão da dívida externa latino-americana, o Consenso de Cartagena já nasceu débil.

4: Certa. O contexto da política externa brasileira dos anos 1970 é marcado pela diversificação de parceiros comerciais e pelo não alinhamento com os EUA. Havia, no entanto, certa dependência tecnológica brasileira em relação aos americanos, que precisava ser superada. Diante da lentidão na transferência de tecnologia atômica, para fins pacíficos, por parte dos Estados Unidos, o Brasil assina em **1975 o Acordo de Cooperação Nuclear com a Alemanha,** para diversificação das fontes de energia. O acordo de 1975 com a Alemanha previa a implementação de 8 usinas nucleares; a prospecção e tratamento de urânio; a produção e instalação de reatores nucleares; além do enriquecimento do urânio e o processamento de combustíveis.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Dois fatos ocorridos em 1945 marcaram a história brasileira. Chegavam ao fim a Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas. A partir daí, o país se redemocratizava, fazia avançar seu projeto de modernização econômica, rapidamente se urbanizava, ao tempo em que convivia com uma ordem internacional de pronunciada tensão que atingia o continente americano, particularmente, entre fins da década de 50 do século passado e o decênio seguinte. Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o autoritarismo do regime militar, período que não deve ser entendido como uniforme e homogêneo, tanto na política interna quanto na externa. A partir de 1985, com a nova experiência democrática, o país passou a conviver com outra realidade mundial e nela procurou inserir-se, mantendo princípios permanentes de sua política internacional e fazendo uso de mecanismos e instrumentos próprios do novo contexto global.

(Diplomacia 2007) Tendo as informações acima como referência inicial e considerando as principais vertentes e linhas de ação da política externa brasileira, de 1945 aos dias atuais, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) ( ) Com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil alinhou-se à estratégia político-militar norte-americana, voltada, no contexto da Guerra Fria, para conter as forças consideradas inimigas do Ocidente democrático.

(2) ( ) Na primeira metade dos anos 60 do século passado, a Política Externa Independente procurou expressar um ponto de vista internacional do Brasil, entendido como instrumento essencial à conquista do desenvolvimento nacional e não submetido aos interesses das potências hegemônicas.

(3) ( ) O terceiro governo do ciclo militar, sob a liderança de Ernesto Geisel, adotou a linha do pragmatismo responsável, a qual, sob nova roupagem, retomava os padrões da política externa de Castelo Branco, fundamentada no relacionamento especial com os EUA e na conveniência de se distanciar de outros polos de poder no âmbito do capitalismo.

(4) ( ) O estreitamento das relações com a Argentina de Alfonsín, ocorrido durante o governo Sarney, ainda que não tenha resultado em aproximação mais objetiva, que redundasse em acordos econômicos entre Brasil e Argentina, teve o mérito de superar históricas rivalidades, atenuadas, apenas circunstancialmente, por ambos os regimes militares.

1: Certa. Segundo Amado Cervo, a política externa do governo Dutra ficou conhecida pelo alinhamento e desenvolvimento associado aos Estados Unidos. A Guerra Fria, que se instaurou depois da Segunda Guerra Mundial, acentuou uma bipolaridade ideológica que dividiu entre os EUA e a URSS o poder de influência sobre o mundo. A América Latina estava sob a hegemonia econômica e cultural americana, o que resultou em um alinhamento com os EUA. No que se refere ao Brasil, depois do sucesso da política externa do período Vargas - que havia conseguido empréstimos americanos para construção da Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros feitos - o Brasil esperava alcançar uma aliança privilegiada com os americanos e garantir novos empréstimos para o país. Os chanceleres brasileiros no período, **Raul Fernandes e João Neves da Fontoura**, comandaram uma política de alinhamento, acompanhando o voto americano nas Conferências da ONU e nas iniciativas dos EUA para a região. Exemplo desta política foi a criação em 1947 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que defendia que "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos" e a criação da Organização dos Estados Americanos em 1948 que, segundo Gerson Moura, representava a consolidação da influência americana na região. O alinhamento brasileiro também se refletia no combate ao comunismo internacional e resultou em 1947 no rompimento de relações diplomáticas com a URSS. Esta decisão foi tomada pelo chanceler Raul Fernandes depois de um desentendimento entre o Brasil e a URSS e não teve apoio dos EUA.

2: Certa. A política externa dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) provinha de um conjunto de ideais nacionalistas e desenvolvimentistas que vão constituir a **Política Externa Independente (PEI),** como ficou conhecida. Apesar da PEI não qualificar um projeto institucionalizado, ela foi um processo e um conjunto de políticas pragmáticas que visavam a mundialização das relações internacionais e comerciais do Brasil, a luta pelo desenvolvimento, pelo desarmamento, a autodeterminação dos povos e a não intervenção, sem o comprometimento com objetivos ideológicos, além de ressaltar um desejo do Brasil de participar nas decisões internacionais. A PEI tinha uma visão universal e enfatizava as relações não mais no contexto da Guerra Fria, Leste-Oeste, mas na órbita das relações Norte-Sul, procurando obter vantagens desta conjuntura sem promover qualquer alinhamento com as potências hegemônicas. O objetivo da PEI era, portanto, o desenvolvimento nacional pela via universal. Entre os grandes formuladores da PEI é essencial citar o nome de Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro, todos chanceleres durante os governos Jânio-Jango. Entre as políticas promovidas durante a PEI, destaca-se a abertura política para o continente africano, a possibilidade de comércio com o Extremo-Oriente e o Sudoeste asiático, assim como a opção de restaurar relações com o bloco comunista.

3: Errada. A política externa de Geisel foi projetada em um pragmatismo ecumênico e responsável. Segundo o próprio Geisel em seu discurso ao poder legislativo de 1975, "No caso do Brasil, sua política externa é baseada no que chamamos de 'pragmatismo responsável', no ecumenismo e num princípio que consideramos essencial: o princípio de não intervenção em assuntos internos de outros Estados (...). A política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética". Com Geisel, o Brasil teve que multiplicar seu contato com outras nações, diversificar os mercados para seus produtos e buscar novas fontes de financiamento e tecnologia. O chanceler e grande visionário da política do período foi Azeredo da Silveira. Ao contrário do que afirma o item, a política de Geisel não se baseava em um relacionamento especial com os EUA, ele procurou diversificar seu envolvimento com outros países desenvolvidos (Europa Oriental e Japão) ou mesmo com o Terceiro Mundo (América Latina e África). O item possui outro erro ao afirmar que a política externa de Geisel retoma os padrões da política de Castello Branco. O período Castello Branco, que teve Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães como chanceleres, ficou conhecido como o "passo fora da cadência" (Amado Cervo), por haver ocorrido um desmantelamento do PEI e a volta de uma aproximação com os Estados Unidos. Outro erro importante do item é que o governo Geisel (1974-1979) não foi o terceiro governo do ciclo militar, ele foi o quarto, depois de Castelo Branco (1964-1966); Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974).

4: Errada. Não obstante o estreitamento de relações entre a Argentina e o Brasil ter ocorrido no governo de José Sarney na presidência brasileira e Alfonsín na presidência argentina nos anos 1980, o item está incorreto porque esta aproximação resultou em uma série de acordos econômicos. Entre os principais acordos do período estão a Declaração de Iguaçu de 1985, que assume compromisso de aprofundamento das relações econômicas entre os países; o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) que já previa negociações setoriais para promover uma progressiva eliminação tarifária; e, em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com conteúdo vinculante que estabelecia um prazo de 10 anos para a eliminação das tarifas no comércio bilateral. Essa aproximação econômica é apontada como antecedentes da criação do MERCOSUL.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Entre as características da política externa brasileira contemporânea, inclui-se

(1) a menor participação em organismos multilaterais, em prol de uma atuação diplomática mais unilateral, com o Brasil buscando atuar no cenário internacional de maneira mais autônoma, especialmente em temas como segurança coletiva, meio ambiente e direitos humanos.

(2) a intensificação da denominada diplomacia presidencial.

(3) a maior aproximação comercial com a China, em relação à década passada, evidenciada pelo fato de esse país ter recentemente assumido a condição de principal parceiro comercial do Brasil.

(4) a maior integração sul-americana, com a extensão de programas como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para os demais países sul-americanos.

(5) a expansão da cooperação científica e técnica prestada pelo Brasil a países asiáticos e africanos, por intermédio, por exemplo, da criação de Laboratórios Virtuais (LabEx) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em países desses continentes.

1: Errado. A política externa brasileira, ao contrário do que afirma o item, tem forte histórico de participação em organismos multilaterais. Segundo Flávia Campos Mello, desde o final do século XIX, a política externa brasileira tem participação ativa em instituições e foros multilaterais. O Brasil esteve presente durante a segunda Conferência Internacional da Paz, realizada em Haia em 1907, além da Conferência de Paz de Versalhes em 1919, o que lhe garantiu presença na Liga das Nações. No pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil também marcou presença ativa durante a Conferência de Bretton Woods de 1944 e como membro fundador da ONU na reunião em São Francisco em 1945. Sobre as características da política externa brasileira contemporânea, em relação ao multilateralismo, vale destacar o papel protagonista brasileiro em diversos foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, nas diversas instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), no Mercosul, na UNASUL, entre outras. Além disso, a aspiração brasileira a um papel protagonista nos foros multilaterais é particularmente expressa na candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança no contexto de Reforma da ONU.

2: Certo. A diplomacia presidencial caracteriza a participação ativa de presidentes na condução, execução e formulação da política externa. A diplomacia presidencial ganhou ênfase nos últimos anos dada à frequência que se recorre aos chefes de Estado e governo em áreas que eram comuns a atuação de chanceleres. Segundo o cientista político Guilhon de Albuquerque, no Brasil, a diplomacia presidencial iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual a participação desse Chefe de Estado em assuntos de política externa foi muito ativa. O governo Luiz Inácio Lula da Silva também foi referenciado pela forte atuação presidencial em assuntos de política externa, tendo alguns temas de prevalência como a política Sul-Sul e as relações regionais.

3: Certo**.** A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$77 bilhões**, sendo que o Brasil exportou para esse país US$44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Sobre relações políticas, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1974, em um momento de diversificação de parcerias internacionais por parte do Brasil. Segundo Henrique Altemani, dentro do projeto da política externa brasileira, que tem forte atuação nos fóruns multilaterais, a reaproximação com a China era fundamental para dar credibilidade e legitimidade à ação brasileira. Durante os anos 1980, houve importantes avanços na relação bilateral entre China e Brasil, verificado nas visitas dos Presidentes brasileiros João Figueiredo, em 1984, e José Sarney, em 1988 à China. O Brasil tinha motivações econômicas ao aproximar-se da China, com expectativas de contratos para as exportações brasileiras diante do impressionante crescimento da economia chinesa ao longo da década de 1980. Além disso, segundo o diplomata Oswaldo Biato Junior, havia a expectativa que uma relação estratégica entre os países fortaleceria as teses brasileiras nos foros internacionais, nos quais China e Brasil compartilhavam posições em matérias de não proliferação nuclear, de Agenda para a Paz e o Desenvolvimento, de relações Norte-Sul, de defesa do meio ambiente e de transferência de tecnologia. Em 1988, foi assinado o "Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres" (CBERS), projeto mais expressivo de cooperação científica e tecnológica entre dois países em desenvolvimento. Nesse sentido, em 1993, durante a gestão Itamar Franco, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre a China e o Brasil, com o objetivo de elevar as relações bilaterais a um novo patamar, ampliando planos de cooperação econômica e política. As relações sino-brasileiras no início do século XXI foram de maior proximidade ainda, como afirma o item, dada a intensificação do comércio entre os dois países. Entre as principais parcerias entre os dois países, vale destacar o engajamento conjunto no fortalecimento da reforma de instituições internacionais - FMI, Banco Mundial - a partir do BRICS e do G20 financeiro, no BASIC – na área de meio ambiente –, na parceira na área de ciência, tecnologia e inovação em matéria de energia, tecnologia espacial, entre outros.

4: Errado. O item está incorreto porque o FOCEM é um fundo criado para a convergência estrutural dos membros do MERCOSUL, não incluindo os demais países da América do Sul. O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do Mercosul, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados-partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos em quotas semestrais dos Estados-Partes do Mercosul, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. Atualmente o maior beneficiário é o Paraguai, com 17 projetos. O Brasil tem 5 projetos em seu território: a criação da Biblioteca da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu; a ampliação do sistema de esgoto sanitário de Ponto Porã (MT); o adensamento e complementação automotiva do Mercosul; a qualificação de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e do gás; a construção do esgoto sanitário em São Borja (RS).
5: Certo. O item está correto já que a EMBRAPA está promovendo a expansão da cooperação técnica e científica para países africanos e asiáticos por intermédio de vários programas, dos quais a criação de Laboratório Virtuais (Labex). O objetivo dos Laboratórios Virtuais é promover o conhecimento mútuo do estado da arte das ciências agrárias, além de enriquecer a cooperação científica, tecnológica e de inovação. Atualmente, a EMBRAPA possui laboratórios virtuais na Coréia do Sul, na China, no Senegal, em Gana, no Mali, em Moçambique, além de França, Reino Unido, Panamá, Equador, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos. A iniciativa, que visa fomentar a cooperação científica com outros países, teve início em 1998, com a abertura do Labex Estados Unidos.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação à política externa independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964), julgue os itens subsequentes.

(1) Por intermédio da Aliança para o Progresso, contemporânea do presidente John Kennedy, repudiou-se o intervencionismo norte-americano nos assuntos hemisféricos, visto que essa aliança era tida como deletéria aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos.

(2) O ingresso do Brasil no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e a sua participação, juntamente com Cuba, da Primeira Cúpula desse movimento, em 1961, em Belgrado, foram motivados pela política externa dos governos em tela.

(3) Nesse período, a intensificação das relações comerciais com todos os países ensejou o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e com Cuba.

(4) A política externa de ambos os governos preconizava o direito de Cuba à autodeterminação, especialmente em relação à preservação das conquistas da Revolução de 1959 e ao seu direito de adotar um sistema de partido único.

(5) No sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), admitia-se a presença de Cuba, de pleno direito; entretanto, recusava-se a política de isolamento da ilha, defendida pelos EUA na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, em Punta del Este, em 1961.

1: Errada. A Aliança para o Progresso foi um Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado pelos Estados Unidos e 22 outros países do hemisfério – entre eles o Brasil – com a assinatura da Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento, cabendo aos EUA auxiliar financeiramente, com uma parte minoritária do financiamento dos programas. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O projeto de cooperação interamericana já havia sido proposto em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek com a Operação Pan-Americana (OPA) sem que houvesse participação ativa dos EUA. Com a vitória da revolução em Cuba, em janeiro de 1959, foi evidenciando aos olhos dos formuladores da política hemisférica de Washington a necessidade de se mostrarem mais sensíveis às crescentes reivindicações de desenvolvimento econômico, progresso social e democracia, levantadas pela América Latina. O item está incorreto porque a Aliança para o Progresso não era vista como prejudicial aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos, além de não repudiar qualquer intervencionismo americano na região.
2: Errada. A Primeira Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não Alinhados em Belgrado, em 1961, que criou o Movimento de Países Não Alinhados, ao contrário do que afirma o item, contou com a presença de 23 países afro-asiáticos, um latino-americano – Cuba – e um europeu, a Iugoslávia. O Brasil não participou oficialmente do Movimento de Países Não Alinhados, mas esteve presente apenas com o *status* de membro Observador. O movimento dos Países Não Alinhados colocou em destaque a temática do desenvolvimento econômico dos países do Sul e passou a mobilizar ações coordenadas dos povos do Sul de distintas regiões, ao fim da década de 1950, com intuito de fazer prevalecer esse tema na agenda internacional. O Movimento surgiu em consequência da Conferência de Bandung de 1955, que foi considerada como um marco em relação à formação identitária dos países de Terceiro Mundo. Em Bandung, pela primeira vez, ocorreu um grande encontro de Cúpula que reunia Estados de Terceiro Mundo sem a participação de Estados europeus, dos EUA e da URSS. O "Terceiro Mundo" passava a agir menos como objeto e mais como ator coletivo, defendendo agenda própria internacional.
3: Errada. O período que comporta os governos de Jânio Quadros e João Goulart, na área de política externa, é visto como uma unidade, apesar de o Ministério das Relações Exteriores ter tido mais de cinco titulares em menos de três anos. O período ficou conhecido pela implementação da Política Externa Independente que possuía caráter pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos. Nesse período, como afirma o item, houve uma intensificação comercial com parceiros menos tradicionais, como países socialistas e africanos. O item está incorreto porque, apesar de existir a retomada das relações com a União Soviética, as relações diplomáticas com Cuba foram rompidas apenas em 1964 e retomadas em 1986. Sobre a URSS, o **restabelecimento das relações diplomáticas ocorre em 1961**, no governo João Goulart, trabalho que se deveu aos esforços do chanceler San Tiago Dantas. Desta forma, nota-se nos anos 1960 um aquecimento das relações comerciais URSS-Brasil com novos acordos de comércio e pagamentos entre os países e a concessão recíproca de nação mais favorecida no comércio e navegação. Em **1962**, cria-se a **Comissão para a Coordenação do comércio com o Leste Europeu (COLESTE**) e no ano seguinte a **Comissão Mista URSS-Brasil, de 1963.** Sobre Cuba, o Brasil já tinha relações diplomáticas com esse país desde 1906. As relações são rompidas em 1964 em razão da entrada da ditadura militar brasileira e são apenas retomadas em 1986.
4: Errada. Como afirma o item, a política externa do período Jânio-Jango por ver a possibilidade de comércio com o extremo-oriente e o sudoeste asiático, assim como a necessidade de restaurar relações com o bloco comunista, defendia a autodeterminação no caso cubano. O item está incorreto porque o Brasil não defendia o direito de Cuba adotar um sistema de partido único, apenas pregava a autodeterminação e a não

intervenção, recusando-se em apoiar os EUA em uma possível invasão a Cuba. Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil adotou uma posição conciliatória. San Tiago Dantas propôs a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério, o que fortificaria o princípio da não-intervenção e criaria a possibilidade de, por não ser regime democrático, neutralizar o regime cubano. No entanto, Cuba foi excluída da OEA em 1962. Brasil, Chile, Argentina, México, Equador e Bolívia, grupo conhecido como “The Outer Six” se abstiveram. O Brasil divergiu quanto às sanções à Cuba, mas continuava concordando com o restante das posições americanas quanto à condenação do comunismo internacional.
5: ANULADA. Cuba foi excluída da OEA em 1962 durante a Conferência de Punta del Este sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). O objetivo da Conferência era considerar “as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos”. A Conferência estava centrada na situação política do governo de Cuba, cujo líder, Fidel Castro, havia declarado adesão ao marxismo-leninismo. O item está incorreto, porque não se admitia mais a presença de Cuba na OEA a partir de 1962.

GABARITO 1E, 2E, 3E, 4E, 5ANULADA

3. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

(Diplomacia – 1999) Entre os resultados principais da Guerra do Pacífico (1879-83), pode-se incluir:

(A) A secessão do Panamá.
(B) A não demarcação da Cordilheira do Condor, na fronteira entre o Equador e o Peru.
(C) O agravamento da questão do Canal de Beagle entre a Argentina e o Chile.
(D) A anexação das cidades de Tacna e Arica pelo Peru.
(E) A mediterraneidade da Bolívia.

A: Incorreta. A secessão do Panamá do território colombiano, ou Independência do Panamá, ocorreu em 1903 sem relação com a Guerra do Pacífico.
B: Incorreta. A demarcação da fronteira entre o Equador e o Peru na região da Cordilheira do Condor não ocorreu por divergências bilaterais entre o Equador e o Peru e não pode ser vista uma consequência direta da Guerra do Pacífico.
C: Incorreta. A Guerra do Pacífico levou a assinatura no Tratado de Fronteiras de Limites entre o Chile e Argentina de 1881, que estabeleceu a base fronteiriça entre ambos os países, desmilitarizando o Estreito de Magalhães e resolvendo o longo conflito sobre as fronteiras na região da Patagônia. As deficiências de alguns artigos do Tratado deram origem ao conflito sobre a delimitação das fronteiras do canal de Beagle. Esse último foi resolvido definitivamente apenas na década de 1990, após a mediação da Santa Sé.
D: Incorreta. As cidades de Tacna e Arica foram anexadas pelo Chile por um período de 10 anos. Em 1929, em um acordo intermediado pelo presidente americano Hebert Hoover, Arica foi acordada ao Chile e Tacna devolvida ao Peru, com o pagamento de uma indenização.
E: Correta. A **Guerra do Pacífico** (1879-1883) foi um conflito da Bolívia e Peru contra o Chile. Ela teve origens nas desavenças entre a Bolívia e o Chile sobre a região do Atacama, rica em recursos minerais, principalmente o cobre. O território era controlado pela Bolívia, mas explorado economicamente pelo Chile. Em 1878, o presidente boliviano decretou o aumento sobre as taxas de exploração mineral, o que causou profundo desagrado no governo chileno e, inicialmente, uma crise diplomática que resultou na guerra em 1879. A Bolívia possuía uma aliança secreta com o Peru, que acabou entrando na guerra do lado boliviano. A Guerra do Pacífico durou até 1883 e teve consequências importantes para a Bolívia e o Peru. A Bolívia perdeu seu acesso ao Oceano Pacífico e tornou-se um país mediterrâneo, além de perder as valiosas reservas de cobre e nitrato da região. O Peru, pelo Tratado de Ancón, teve as províncias de Tacna e Arica ocupadas pelos chilenos por um período de 10 anos. O conflito pelas províncias perdurou e, em 1929, sob o intermédio do presidente americano Herbert Hoover, foi estabelecido um acordo que deixou Arica para o Chile e Tacna para o Peru. O Chile, em resposta a neutralidade argentina no conflito, deixou de disputar a região da Patagônia, que era um importante conflito territorial entre a Argentina e o Chile na época.

Gabarito “E”

Sugestão de Leitura: Leslie BETHELL, História da América Latina. Volume 5.

(Diplomacia – 1999) O processo de paz entre o Equador e Peru, concluído em Brasília, em outubro de 1998, contou com a participação ativa dos quatros países designados como garantes pelo Protocolo de Paz, amizade e limites do Rio de Janeiro.

(A) Argentina, Brasil, EUA e México.
(B) Argentina, Brasil, Uruguai e EUA.
(C) Brasil, Chile, Colômbia e EUA.
(D) Argentina, Brasil, Chile e EUA.
(E) Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai.

D: Correta. Em outubro de 1998, uma cerimônia no Palácio do Itamaraty, em Brasília, assinalou um final pacífico para um longo período de conflitos entre o Peru e o Equador. Foi assinado um «Acordo Global e Definitivo de Paz» que consumiu quatro anos de esforços de mediação de quatro países «garantes» (**Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos**). A distensão militar foi cingida pela missão de paz (MOMEP) e a negociação diplomática por meio de encontros constantes entre as partes, até a resolução definitiva e exitosa em outubro de 1998. O conflito entre o Peru e o Equador data do século XIX e surgiu pela confusa determinação sobre qual desses países controlaria as terras do “oriente” amazônico. Houve uma progressiva ocupação do território pela colonização peruana, que foi constantemente questionada pelo Equador. Em 1941, eclodiu uma crise entre os países que resultou na primeira atuação da mediação dos “garantes”. Pelo Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, estabeleceu-se como a fronteira equatoriano-peruana o limite que correspondia em larga medida aos contornos históricos da ocupação efetiva de cada país. O Equador não reconheceu o Protocolo e, 43 anos depois, em 1995, produziu-se o mais grave enfrentamento bélico entre os dois países desde 1941. Em 17 de fevereiro de 1995, um acordo, consagrado sob o título de «Paz do Itamaraty», estabeleceu as condições preliminares para uma pacificação bilateral que terminaram em 1998. O acordo de 1998 assentou-se em concessões cruciais de ambos os lados: o Equador admitia a vigência do Protocolo em troca do reconhecimento peruano de que a conclusão da demarcação prevista naquele instrumento exigia antes resolver questões pendentes. Nestes dois âmbitos destacou-se a atuação brasileira, como coordenador as esferas militar e diplomática, construindo paulatinamente um papel de liderança no decorrer das negociações.

GABARITO: D

3.1. Integração na América do Sul

Tratado de Cooperação Amazônica

(Preâmbulo)

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, conscientes da importância que para cada uma das partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios, animadas do propósito comum de conjugar esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia,

que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes para elevar o nível de vida de seus povos a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, cônscias de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia, seguras de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns, contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina, persuadidas de que o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto, resolvem subscrever o presente Tratado.

(Diplomacia – 2006) Assinale a opção que contempla um dos objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978.

(A) Estimular a ocupação da região amazônica, com obras de infraestrutura e concessão de incentivos fiscais.

(B) Estabelecer uma moratória comum aos países amazônicos em face dos empréstimos contraídos para obras na região.

(C) Promover um modelo de desenvolvimento da região que hoje se poderia denominar de sustentável.

(D) Impedir o avanço de frentes colonizadoras na região reforçando as fronteiras regionais.

(E) Impedir a bioprospecção por países externos à região.

A: Incorreto. O item está incorreto porque o Tratado de Cooperação Amazônico não tem como objetivo estimular a ocupação da região com a concessão de incentivos fiscais. O Pacto, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos 8 países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tem como objetivo estabelecer um instrumento jurídico para promover um modelo de complementação econômica e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

B: Incorreto. O item está incorreto, porque não há qualquer acordo entre os membros do TCA que preveja a moratória comum aos países amazônicos.

C: Correto. O Tratado de Cooperação Amazônico tem como objetivo central, a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Em 1995, os países membros do TCA criaram uma Secretaria Permanente com personalidade jurídica e sede em Brasília, com objetivo de fortalecer a organização. A decisão, implementada em 1998 com a aprovação do Protocolo de Emenda ao TCA, criou a Organização dos Estados Amazônicos (OTCA).

D: Incorreto. A iniciativa de criar um Tratado de Cooperação que abarcasse os países amazônicos nasceu de uma proposta brasileira, que não tinha a intenção, como afirma o item, de impedir o avanço de frentes colonizadoras na região. O objetivo era institucionalizar o processo de cooperação regional que já vinha se desenvolvendo desde os anos 1960. De acordo com o texto do Tratado, é competência exclusiva dos países da região o desenvolvimento e proteção da Amazônia. Além disso, foi reforçado o princípio da soberania sobre a conservação dos recursos naturais na região.

E: Incorreto. Como foi afirmado no comentário do item anterior, o TCA tinha como objetivo reforçar a integração regional dos países amazônicos, prevendo o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, além do estabelecimento de infraestrutura e o incremento do comércio fronteiriço. O item está incorreto, porque não há qualquer menção sobre o impedimento a bioprospecção na região.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única afirmação correta:

A "Comunidade Andina":

(A) É uma união de todos os países sul-americanos para a conservação e desenvolvimento sustentável do meio ambiente ecológico da Cordilheira dos Andes.

(B) Foi a Comunidade que formaram o Peru e a Bolívia na chamada "Guerra do Pacífico" contra o Chile, em 1870.

(C) É uma união diplomática dos países andinos, que contempla a criação de Consulados comuns em terceiros países, para a proteção das comunidades locais de seus cidadãos no estrangeiro.

(D) É como ficou conhecido na história o pacto firmado por Bolívar e San Martin no encontro de Lima, em 1819, quando acertaram levar adiante separadamente a luta pela independência das colônias espanholas na América.

(E) É uma união de países andinos que visa ao estabelecimento de políticas comuns de comércio para os países que integram aquela Comunidade.

A: Incorreto. A Comunidade Andina é um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. O item está incorreto, porque a Comunidade Andina não é formada por todos os países sul-americanos e não tem como objetivo a conservação do meio ambiente na região dos Andes.

B: Incorreto. O item está incorreto, porque o Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, que teve forte influência da CEPAL e das ideias de Industrialização por Substituição de Importações. Na década de 1950, foi publicado um relatório pela CEPAL, de autoria do economista argentino Raul Prebisch, que estabelecia um diagnóstico sobre a necessidade de industrialização na região e das vantagens de uma possível integração econômica entre os países latino-americanos. Neste contexto, foi criada, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que reunia Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia, além de Colômbia, Equador, México e Venezuela. No entanto, a insatisfação de alguns participantes da ALALC, principalmente dos países de pequena economia que alegavam uma distribuição desigual dos mecanismos reguladores, incentivou a criação do Pacto Andino de 1969.

C: Incorreto. O item está incorreto porque a Comunidade Andina tem como principais pontos da agenda a integração econômica de seus membros, facilitando a criação de um mercado comum na região.

D: Incorreto. O item está incorreto, primeiramente, porque a criação da Comunidade Andina não tem qualquer relação com o encontro em Simón Bolivar e San Martin, patronos das independências na América Espanhola. Outro erro do item é que o encontro entre Simon Bolívar e San Martín ocorreu na cidade de Gauyaquil em 1822, não em Lima em 1819, como afirma o item.

E: Correto. A Comunidade Andina (CAN) visa o estabelecimento de políticas de comércio com países que integram a comunidade. Ela passou por diversas etapas desde sua criação em 1969 e, atualmente, a CAN vive o dilema entre o incentivo a uma integração regional entre os membros

do bloco e a adoção de Acordos Bilaterais de Livre Comércio com os Estados Unidos e a União Europeia. A Venezuela saiu recentemente do bloco, em 2006, por diversos motivos, mas principalmente porque Peru e Colômbia já possuíam Tratados de Livre Comércio com os EUA.

Gabarito "E".

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) A integração política e econômica da América do Sul consiste em uma das prioridades da política externa brasileira, o que pode ser evidenciado pela

(1) convergência política, técnica e macroeconômica entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) e a Comunidade Andina (CAN).

(2) convocação, em agosto e setembro de 2000, da primeira reunião de presidentes da América do Sul, em Brasília.

(3) indicação, no artigo 4.º, parágrafo único, da Constituição Federal (CF), de que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul.

(4) criação do Programa de Substituição Competitiva de Exportações, por meio do qual se buscou impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.

(5) instituição da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), durante a reunião de presidentes sul-americanos, cujo objetivo é conectar projetos de transporte, energia e comunicações entre os doze países sul-americanos.

1: Errada. O item está incorreto porque a ALBA, o MERCOSUL e a CAN não tentam convergência macroeconômica entre eles, atuando independentemente, apesar de firmarem acordos políticos e econômicos entre organizações. A Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) é uma organização regional da América Latina e do Caribe com bases doutrinárias de esquerda. A ALBA foi criada em Havana em dezembro de 2004 por um acordo entre a Venezuela e Cuba. Em 2006, a Bolívia entrou na organização, seguida pela Nicarágua e por Honduras, respectivamente em 2007 e 2008. Atualmente, além dos países mencionados, fazem parte da organização Antígua e Barbuda, República Dominicana, São Vicente e Granada e Equador. A proposta da ALBA não é estabelecer uma integração econômica neoliberal, mas focar na luta contra a pobreza, na exclusão social e no combate ao analfabetismo nos países membros do bloco. Já os membros da Comunidade Andina (CAN) formam um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. Como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a CAN tem o objetivo de formar um mercado comum entre seus membros, estimulando um regionalismo aberto. Vale ressaltar que muitos analistas consideram que a CAN perdeu muito do seu potencial integracionista com a saída da Venezuela do bloco em 2006. O MERCOSUL e a CAN possuem acordo de complementação econômica firmado no seio da ALADI (ACE 59) desde 2005 e há planos para o aprofundamento desse acordo. Além do acordo econômico, o MERCOSUL e a CAN possuem um Acordo de Residência com Bolívia e Chile, que permitirá residência interregional de imigrantes dos países envolvidos pela CAN, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; pelo Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; além do Chile; esse acordo aguarda autorização do Executivo para entrar em vigor.

2: Certa. A primeira reunião de presidentes da América do Sul foi realizada em agosto e setembro de 2000, em Brasília, a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O evento contou com a participação dos Chefes de Estado dos doze países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além da participação dos Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). Essa reunião de presidentes foi um marco histórico por ser a primeira na história da América do Sul. Os Presidentes trataram de temas como democracia, comércio, infraestrutura de integração, drogas ilícitas e delitos conexos, informação e tecnologia. O encontro de Brasília teve por objeto e consequência o fortalecimento do processo de integração no conjunto da América Latina e Caribe. Vale ressaltar que resultou desse encontro um programa específico centrado na integração das redes de infraestrutura da Região, conhecido como a IIRSA.

3: ANULADA. Segundo o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (I) independência nacional; (II) prevalência dos direitos humanos; (III) autodeterminação dos povos; (IV) não-intervenção; (V) igualdade entre os Estados; (VI) defesa da paz; (VII) solução pacífica dos conflitos; (VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo; (IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (X) concessão de asilo político." O parágrafo único anuncia "**A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações**". O item foi, provavelmente, anulado porque afirma que o Brasil "deve buscar" a integração e não "buscará" como está escrito na CF, o que deve ter provocado ambiguidade de interpretação.

4: Certa. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que foi criado em 2003 pelo Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tinha a premissa de fortalecer a integração política e socioeconômica da América do Sul. O objetivo do PSCI é impulsionar o comércio entre os países da região e o Brasil, substituindo, quando possível, as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da região. Entre as principais ações já tomadas estão: assinatura de memorando que cria um grupo de trabalho (GET) com o objetivo de discutir os impasses, monitorar o comércio e facilitar as importações de produtos provenientes de outros países sul-americanos; o lançamento do guia "Como Exportar para o Brasil"; financiamento de pesquisa de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil; Publicação da revista "América do Sul: Integração Competitiva", Rodadas de negócio bilaterais e multilaterais; entre outros.

5: Certa. A iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) surgiu no ano 2000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram, naquele momento, em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos do IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação.

GABARITO 1E, 2C, 3ANULADA, 4C, 5C

As disputas políticas entre os países sul-americanos estão afastando o investimento e atrapalhando a integração. No centro das brigas entre os vizinhos, existe de tudo: demarcações de terra, acesso ao mar, energia... Segundo analistas, discursos populistas, estilos de governo avessos a críticas e a ambição por um poder eterno também alimentam os atritos regionais.

Correio Braziliense, 14/12/2008, p. 22 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) Considerando o assunto abordado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A América do Sul apresenta-se como um elemento de valor positivo e útil à política externa brasileira e às visões que o Brasil tem acerca do papel dessa região no mundo complexo em que se vive.

(2) A integração da América do Sul objetiva apenas promover fluxos comerciais e atrair investimentos para essa região.

(4) O Brasil é país interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa.

(5) O tema da energia bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística sulamericana são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul.

1: Certo. A América do Sul é prioridade da política externa brasileira, sendo a estabilidade política e o fortalecimento institucional da integração no continente temas de destaque. O item está correto ao afirmar que a América do Sul é um elemento de valor positivo e útil à atual política externa brasileira. Vale recordar que a atual ênfase na América do Sul tem como um dos seus marcos principais a primeira reunião de Cúpula entre os presidentes sul-americanos, ocorrida em Brasília entre agosto e setembro de 2.000. Na Cúpula de Brasília, entre outras deliberações, foram lançadas as sementes do projeto da IIRSA (Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que sinaliza o resgate de uma visão mais estratégica e menos "comercialista" dos vínculos regionais. Entre as outras organizações que visam à integração da América do Sul destaca-se o MERCOSUL e a UNASUL.

2: Errado. *(ver o comentário sobre item 1)*

3: Certo. Para o Brasil, um maior vínculo político entre os países sul-americanos, o adensamento das relações comerciais e de investimentos e a cooperação em diversas áreas contribuirão, entre outros, para: o desenvolvimento socioeconômico da América do Sul e a preservação da paz na região. O item está correto ao afirmar que o Brasil está interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa. Além desse objetivo, destacam-se o desenvolvimento do mercado interno sul-americano, o aumento da competitividade dos países no mercado internacional e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais.

4: Certo. Como afirma o item, a energia, bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística na região sul-americana, são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul. Sobre a infraestrutura e o sistema logístico, destaca-se a iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que surgiu no ano 2.000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram naquele momento em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul, realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2.000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. Sobre a energia, destacam-se diversos projetos bilaterais empreendidos pelo Brasil na região, como a interconexão elétrica com o Uruguai e o gasoduto Brasil-Bolívia. Além disso, o Brasil, nos últimos anos, tem atuado fortemente na promoção dos biocombustíveis na região.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. O Mercosul: origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração

(Diplomacia 2009) Considerando os interesses e as perspectivas brasileiras em relação ao MERCOSUL e a evolução recente desse bloco, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Com o propósito de agilizar e desburocratizar o intercâmbio comercial no âmbito do MERCOSUL, o Brasil concebeu e implantou, em conjunto com a Argentina, mecanismo de pagamento em moeda local, o qual pode ser ampliado para os demais países do bloco.

(2) A prioridade brasileira conferida à consolidação e à expansão do MERCOSUL expressou-se no apoio às iniciativas de aprimoramento institucional do bloco, das quais são exemplos recentes a criação do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e do Parlamento do MERCOSUL.

(3) As dificuldades políticas e institucionais do MERCOSUL, a fragilidade de seus instrumentos comerciais e o recrudescimento do protecionismo nos países-membros levaram à continuada retração da corrente de comércio do Brasil com o bloco nos últimos cinco anos.

(4) Com a criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), os instrumentos e as disciplinas comerciais do MERCOSUL deverão ser gradativamente transferidos para aquele organismo, a fim de se evitar a duplicidade de regras e facilitar a criação de uma área de livre comércio em toda a América do Sul.

1: Certa . Com objetivo de reduzir os custos financeiros nas transações comerciais, o Conselho do Mercado Comum aprovou o **"Sistema de Pagamento em Moedas Locais" em 2007** para o comércio entre os Estados Partes do MERCOSUL. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local já está em funcionamento para operações entre o Brasil e a Argentina desde 2008, mas não se trata de um sistema obrigatório. A utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local tem como objetivo facilitar a troca comercial entre os membros do bloco, evitando operações de câmbio específicas e a conversão do produto em dólar. O acordo visa criar "um sistema bilateral de pagamentos em moedas locais, cujo objetivo é facilitar as transações entre os dois países em moedas locais e reduzir as transferências em divisas (dólares dos Estados Unidos) entre si".

2: Certa. Importantes reformas foram efetuadas no MERCOSUL no ano de 2006, com o objetivo de consolidar o bloco. Como afirma o item, foi criado **o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)** com objetivo de

tratar as assimetrias intrabloco em benefício às economias menores do MERCOSUL. O Fundo financia projetos com o objetivo de promover a convergência estrutural; o desenvolvimento da competitividade; a promoção da coesão social. O Fundo é formado por contribuições anuais dos Estados Partes que totalizam cem milhões de dólares. As contribuições dos Estados Partes foram estabelecidas segundo as seguintes percentagens: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%.Os recursos são distribuídos de forma inversamente proporcional ao montante das contribuições realizadas: Paraguai: 48%, Uruguai: 32%, Argentina: 10% e Brasil: 10%. O **Parlamento do MERCOSUL** foi outra iniciativa do bloco criada em 2006, que passou a funcionar em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), que tinha sido criada no Protocolo de Ouro Preto em 1994. O Parlamento do MERCOSUL foi criado não como órgão de representação dos Parlamentos dos Estados Partes, mas como órgão de representação dos povos, independente e autônomo. Conforme previsto na Decisão CMC Nº 23/05, a partir de 2014, o Parlamento do MERCOSUL estará integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto.

3: Errada. Apesar de uma suposta crise do MERCOSUL entre 1999 e 2002, o item está incorreto já que não há retração da corrente de comércio intrabloco nos últimos anos. Em 1999, decorrente das crises econômicas internacionais, o Brasil decidiu pela maxidesvalorização do real com o fim da âncora cambial brasileira. É categórico neste período o aumento substancial de contenciosos comerciais envolvendo os países do bloco, principalmente a Argentina e o Brasil. No entanto, a partir de 2004, o Brasil assume uma postura do grande incentivador da integração sul-americana, relançando o processo de integração. A iniciativa brasileira incentivou as relações comerciais que continuaram a serem importantes na pauta comercial dos países do bloco e não foram retraídas no período. Outro exemplo importante da fortificação institucional do MERCOSUL nos últimos anos foi a criação do FOCEM em 2006, destinado a diminuir as assimetrias intrabloco. O comércio no MERCOSUL chegou a 40 bilhões de dólares em 2011.

4: Errada. A União Sul-Americana de Nações (UNASAL) e o MERCOSUL são organizações de vocação regional independentes e complementares, estando o item, portanto, incorreto. A **UNASUL** é formada pelos doze países da América do Sul e o tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Diferente do MERCOSUL, que foi instituído como um acordo econômico entre 4 países, a UNASUL tem o objetivo de estimular a cooperação política e social entre os países do bloco, não sendo, portanto, um tratado econômico. O Tratado Constitutivo da UNASUL entrou em vigor em março de 2011 com a ratificação do Uruguai (o Brasil ratificou o Tratado em julho de 2011). A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças; e ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem, Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Acerca de fatos relacionados à criação e ao desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O crescimento do intercâmbio comercial entre os estados-membros está direcionado para a região Sul do Brasil, tendo em vista a grande extensão territorial do país e os altos custos decorrentes do transporte de mercadorias.

(2) Nascido da aproximação política entre os governos de Montevidéu e Assunção, em meados dos anos 80 do século passado, o MERCOSUL concretizou-se a partir do momento em que Argentina e Brasil aderiram ao projeto, superando sólidas e históricas rivalidades.

(3) O MERCOSUL constitui uma barreira aos investimentos de empresas transnacionais na indústria e em serviços, o que favorece o fortalecimento das economias no interior do bloco, a fim de se superar o tardio processo de industrialização vivido por seus estados-membros.

(4) Como os demais blocos econômicos formados nas décadas finais do séculos XX, o MERCOSUL surge com o propósito de oferecer aos seus membros, entre outros objetivos, condições mais favoráveis de inserção na economia mundial crescentemente globalizada e competitiva.

1: Errada. A pauta comercial brasileira em relação aos países do bloco do Mercosul apresenta especificidades que podem ser atribuídas, principalmente, à existência de **diferentes estruturas produtivas entre os países do bloco**. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) o Brasil exporta para os países do Mercosul principalmente produtos manufaturados, enquanto a sua pauta de importação em relação aos países do bloco se concentra em produtos primários. De acordo com dados do MDIC, a balança comercial brasileira é superavitária em relação aos países do Mercosul desde 2004 e em 2001 teve um saldo positivo de 8,4 bilhões. Do ponto de vista regional brasileiro e do comércio entre o Mercosul e as regiões do país, que é a questão abordada pelo item, os **estados brasileiros possuem pautas distintas de exportação e importação em relação aos países do bloco**. Cada estado ou região mantém relações específicas, em termos de comércio externo, com os países do MERCOSUL, e cada um sofre impactos diferenciados ao longo desse processo. As regiões do Brasil onde, naturalmente, concentra-se as maiores atenções no âmbito desse comércio — devido à proximidade e à capacidade produtiva — **são as do Sul e Sudeste.** O item está incorreto, porque não é a região Sul que concentra a maior troca comercial intrabloco. Apesar de ser uma região com importantes ligações comerciais com os países do MERCOSUL, pela pauta comercial brasileira, é ainda a região Sudeste que mais efetua trocas comerciais com os países do Mercosul (dados IPEA). Há, portanto, uma predominância das regiões Sul e Sudeste, com quase 90% de participação nos totais exportados e importados do país, enquanto que a região Nordeste tem a terceira maior participação, com taxas variando entre 7% e 8%. Em relação aos estados, é também clara a predominância dos estados do Sul e Sudeste: São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

2: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, foi firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do MERCOSUL. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-

-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

3: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não constitui uma barreira ao investimento de empresas transnacionais na indústria e serviços, ao contrário, o comércio extra-Mercosul, entre os países do bloco e outros países, constitui importante elemento da integração regional. A criação de blocos econômicos tem como objetivo a dinamização da economia regional para uma inserção global mais eficiente, e não teria como finalidade constituir uma barreira ao investimento de empresas transnacionais. A redução de tarifas alfandegárias e restrições ao comércio, que caracterizam o processo de formação de blocos regionais, têm a tendência de tornar as economias intrablocos mais competitivas e, igualmente, favorece a troca com as economias extra-bloco. No que se refere, por exemplo, às importações vindas do resto do mundo para os países do Mercosul, elas foram bastante dinâmicas desde a fundação do bloco.

4: Certa. De acordo com José Augusto Guilhon Albuquerque, a noção de blocos econômicos surge no início dos anos 1990 a partir da expectativa de que, com o fim da polarização política e militar vigente durante a Guerra Fria, os interesses econômicos predominariam nas relações internacionais. A formação de blocos econômicos, portanto, estaria baseada na ideia de fortalecimento econômico regional para uma atuação mais assertiva internacionalmente, dada a forte competição do comércio mundial. A criação do MERCOSUL em 1991 insere-se, portanto, nessa lógica de regionalização. Outros importantes blocos econômicos foram criados ou aprofundados no período, como a criação da União Europeia em 1992, o estabelecimento do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994, entre outros.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Sugestão leitura: ALBUQUERQUE, JOSÉ AUGUSTO GUILHON. O Brasil e os chamados blocos regionais. São Paulo Perspec. [online]. 2002, vol.16, n.1 [cited 2012-01-21], pp. 30-36 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) O bom relacionamento com os países sul-americanos representa dimensão prioritária da política externa brasileira, que tem o MERCOSUL, desde os anos 90 do século XX, como um instrumento privilegiado para a integração regional. Contudo, ao longo da presente década, novas iniciativas de alcance regional despontaram, alterando o panorama da política de integração na América do Sul. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) Os recorrentes conflitos comerciais com a Argentina e as divergências com o Paraguai e o Uruguai, relacionadas ao tratamento das assimetrias econômicas, resultaram em importante inflexão na política brasileira para a América do Sul, que deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional em favor da Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul, da Comunidade Sul-Americana de Nações e, mais recentemente, da UNASUL.

(2) Nos últimos anos, o MERCOSUL ficou relegado a uma posição secundária no contexto da política regional brasileira, preservando importância apenas na esfera comercial, visto que questões políticas e de segurança regional e outras áreas de cooperação passaram a ser tratadas no contexto da UNASUL.

(3) O MERCOSUL diferencia-se da UNASUL, como iniciativa de integração, porque seu objetivo último é a constituição de um mercado comum entre seus membros, por compreender uma rede de acordos comerciais de alcance extrarregional, e também por sua agenda no campo não econômico, que inclui as áreas de educação, cultura, justiça, meio ambiente e previdência social, razões pelas quais a consolidação e o aprofundamento do bloco constituem objetivo prioritário da política regional brasileira.

(4) Iniciativas como o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL e o Parlamento do MERCOSUL sinalizam a disposição do governo brasileiro de aprofundar o processo de integração no plano sub-regional de modo concomitante à construção de um arcabouço institucional genuinamente sul-americano representado pela UNASUL.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve inflexão política entre o MERCOSUL e a IIRSA, parte da UNASUL, sendo ambas organizações regionais complementares. Um dos pilares mais importantes da UNASUL concentra-se na integração da infraestrutura sul-americana. O projeto IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) foi lançado no ano 2.000, com objetivo de estabelecer projetos, além de uma metodologia na área de infraestrutura da região da América do Sul. O advento da UNASUL em 2008 serviu de catalisador para o reestabelecimento da IIRSA. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (Cosiplan), que gerencia atualmente a IIRSA. A IIRSA é financiada pelos membros da UNASUL, além de instituições financeiras multilaterais regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA), e principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) do Brasil. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. A UNASUL, ao contrário do que afirma o item, tem objetivos distintos do MERCOSUL, sendo esse último um órgão regional que tem maior enfoque nas relações econômicas regionais e na criação de um mercado comum entre seus membros. Sobre o tratamento das assimetrias econômicas no âmbito do MERCOSUL, vale ressaltar a criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do MERCOSUL, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$ 100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos pelos Estados Partes do MERCOSUL em quotas semestrais, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. O item está igualmente incorreto porque o Brasil não deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional e exagera ao falar das divergências entre os membros do Mercosul, que, por mais que existam de fato, não correspondem a um fator de fragilidade do Grupo. O MERCOSUL e a UNASUL são dois projetos que caminham concomitantemente, em complementaridade.

2: Errado. O item está incorreto porque o MERCOSUL não ficou relegado à posição secundária no contexto da política regional brasileira, ao contrário, o MERCOSUL continua prioritário para a política externa brasileira. Além disso, o MERCOSUL não trata apenas de questões comerciais, sendo um importante fórum regional de convergência

política, tratando de várias temáticas como educação, cultura, políticas sociais, entre outros. Nesse sentido, não é correto afirmar que a UNASUL substituiu o MERCOSUL, sendo ambas as organizações complementares. A UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social, econômico. A UNASUL prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente como temas prioritários da organização. A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças. A UNASUL conta ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem. Em março de 2011 entrou em vigor o Tratado de Brasília, ato constitutivo da UNASUL, após a ratificação do Uruguai, que completou as nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O Brasil ratificou o tratado da UNASUL em julho de 2011.

3: Certo. O item está correto e resume as diferenças entre o MERCOSUL e a UNASUL, tema muito cobrado pelo CESPE em provas relacionadas ao concurso de ingresso à carreira diplomática.

4: Certo. O item está correto, já que tanto o FOCEM como o Parlamento do MERCOSUL têm o objetivo de aprofundar o processo de integração no plano regional. Vale ressaltar que a UNASUL é um processo de integração e aprofundamento regional concomitante ao MERCOSUL.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4C

4. A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA; A ARGENTINA E O BRASIL

(Diplomacia 2007) A formação do MERCOSUL se deu em razão de uma tendência histórica, em que diversos fatores concorreram para estimular a cooperação entre Brasil e Argentina. Acerca desse processo, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O regime militar brasileiro iniciou entendimentos com o governo argentino no sentido de evitar uma possível corrida nuclear.

(2) Em 1986, os presidentes Sarney e Alfonsín foram os signatários do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.

(3) A globalização da década de 90 do século XX acentuou assimetrias entre os sistemas produtivos do Brasil e os da Argentina.

(4) O acordo destinado à criação da zona de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia foi concluído durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

1: Certa. Em 1979, o Brasil e a Argentina já delimitavam as bases da normalização das relações na região. A solução da "Questão de Itaipu", no mesmo ano, proporcionou a melhora do relacionamento bilateral. Sobre a questão nuclear, é importante ressaltar que os anos 1970, durante os governos militares brasileiro e argentino, houve forte estímulo de desenvolvimento de tecnologias nuclear. O Brasil, por exemplo, firmou um importante acordo com a Alemanha Ocidental em 1975 para a compra de oito reatores nucleares, afirmando sua intenção de enriquecer urânio. Da mesma maneira, a Argentina iniciava no período a instalação de usinas nucleares, o que gerava uma forte disputa regional pela liderança nuclear, além de suspeitas em relação à possibilidade de construção de armas nucleares em algum dos dois países. Argentina e Brasil iniciaram, no entanto, no fim dos anos 1970, uma maior cooperação na área nuclear com o objetivo de diminuir as desconfianças mútuas. A primeira etapa destes acordos foi a avaliação mútua dos respectivos programas nucleares, e o consequente **Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em maio de 1980.** O acordo serviu como marco inicial da cooperação bilateral na área nuclear e representou um passo importante na relação de ambos os países. Com a redemocratização na Argentina (1983) e no Brasil (1985), os objetivos de aproximação foram se consolidando, o que resultou na **Declaração de Iguaçu em 1985**, que tinha o objetivo duplo de criar um Grupo de Trabalho de Alto Nível bilateral e firmar compromissos de cooperação pacífica nuclear. Durante a década de 1980 foram firmados outros acordos sobre cooperação nuclear, com destaque para a **Declaração de Iperó de 1988**, que abriu a discussão sobre a possibilidade de um novo Tratado de Tlatelolco (1967), que estabelecesse salvaguardas próprias da integração bilateral. Na década de **1990,** no âmbito da integração nuclear, destacam-se **a Declaração de Fiscalização Mútua**, firmada em novembro de 1990, que marca a terceira etapa da cooperação bilateral nuclear entre Brasil e Argentina, criando um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) e a possibilidade de inspeções recíprocas. Em **1991**, firma-se o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, em Guadalajara, México, criando a **Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)**, com personalidade jurídica e sede no Rio de Janeiro.

2: Errada. O item está incorreto, porque o **Tratado de Assunção data de 1991** e foi assinado pelos presidentes Fernando Collor, do Brasil; Carlos Menem, da Argentina, Andrés Rodriguez, do Paraguai e Luis Alberto Lacalle, do Uruguai. O acordo que foi assinado em 1986, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, foi a **Ata para Integração Brasileiro-Argentina** que instituiu o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)**. O PICE estabelecia o princípio da simetria e previa tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados, adotando a estratégia de integração gradativa por setores industriais. O PICE foi uma marca importante no processo de integração regional e sua evolução resultou no Tratado de Integração Brasil-Argentina dos anos 1988. Na primeira fase do PICE foram firmados 12 protocolos, com o objetivo de fortificar trocas comerciais e promover mecanismos de assistência recíproca, além de promover o fim das barreiras tarifárias no comércio bilateral.

3: Certa. Apesar do MERCOSUL ter estimulado de forma significativa o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, o item está correto ao afirmar que a abertura econômica promovida em ambos sistemas produtivos nos anos 1990, acentuaram simetrias. A abertura econômica promovida pela Argentina foi muito mais rápida que a brasileira. Nos anos 1990, grande parte das barreiras tarifárias às importações foi removida do comércio argentino, efetuando uma liberalização geral do comércio, como demandava o Consenso de Washington. Já no Brasil, o processo de abertura foi muito mais lento, com um maior protecionismo, movido pelas preocupações sobre o imenso parque industrial brasileiro. Essas assimetrias foram destacadas, principalmente, durante as negociações de liberalização do comércio estabelecidas no MERCOSUL e na negociação sobre uma Tarifa Externa Comum para o bloco.

4: Errada. O item está incorreto, porque não foi concluído qualquer tratado de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia. As negociações entre MERCOSUL e União Europeia iniciaram-se em 1995, com a assinatura do "Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação", com objetivo de implementar um programa de liberalizarão progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contemplava objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros), além de responder à investida americana na América consubstanciada pela ALCA. As negociações para um acordo de livre comércio iniciaram-se em 1999, entre MERCOSUL +Chile e União Europeia. Foram realizadas, até 2004, 16 reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). No entanto, diante de impasses na negociação em 2004, o processo de estabelecimento de uma zona de livre comércio Mercosul-UE perdeu o ímpeto. Em 2010, após uma reunião em Madri intrablocos, as negociações foram relançadas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Sugestão: OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. Rev. bras. polít. int. [online]. 1998, vol.41, n.1, pp. 5-23.

(Diplomacia 2007) A respeito da política externa argentina na primeira década do século XXI, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Mesmo com o esgotamento do realismo periférico que orientou a política externa argentina durante o governo Menem, o objetivo primordial de manter relacionamento privilegiado com os EUA permanece inalterado na Argentina da atualidade.

(2) ( ) No governo de Nestor Kirshner, a política externa argentina tem sido subordinada à necessidade de se restabelecerem condições para a retomada do equilíbrio econômico, o que explica a prioridade conferida às relações com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o alinhamento com as políticas preconizadas pelos organismos econômicos multilaterais.

(3) ( ) No plano regional, é prioridade para a Argentina a consolidação do MERCOSUL. Isso se manifesta no decidido apoio argentino às iniciativas de se solucionarem os litígios mantidos com os demais membros do bloco.

(4) ( ) Alinhados ideologicamente, Brasil e Argentina tratam, de forma convergente, de temas globais, como o enfrentamento do terrorismo internacional e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

1: Errada. O **"realismo periférico"** foi uma doutrina de política externa adotada durante o Governo de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando de La Rua (1999-2001) na Argentina. O pilar desta política era que o **alinhamento com os Estados Unidos** seria uma das precondições para o desenvolvimento da economia argentina. A doutrina foi a resposta encontrada pelo governo argentino para o dilema da crise da dívida externa nos anos 1980 e a estagnação do modelo de Estado desenvolvimentista. O termo "realismo periférico", para qualificar esta política, surgiu na obra de **Carlos Escudé** de 1991, que fazia uma análise histórica da política externa dos governos argentinos que, segundo o autor, "executavam políticas de poder sem poder, acreditando aplicar uma teoria realista a sua política exterior, mas sem possuir a posição de uma grande potência e continuando a ser uma potência periférica" (Escudé, *Realismo Periférico.* Buenos Aires: Planeta, 1992, p. 18). Segundo Escudé, já que a Argentina era um país periférico na política internacional, enfrentar grandes potências, como os Estados Unidos, acarretava grandes custos. Seria necessário, portanto, vincular-se de forma direta com essa potência, atuando de forma realista, mas periférica. A reformulação da política foi então construída na premissa que traria ganhos econômicos à Argentina e de que era necessário romper com os erros do passado. Escudé teve influência direta na política externa argentina do período já que era assessor do então Ministro das Relações Exteriores, Guido di Tella. Durante os anos 1990, a Argentina adotou posições diplomáticas norteadas pelo **Consenso de Washington** (que propunha medidas liberais de comércio aos países em desenvolvimento), que caracterizaram a abertura comercial e financeira, privatizações, esforços para controlar a inflação e gastos do governo federal. A **crise de 2001**, no entanto, significou o fim do realismo periférico na política externa argentina, afinal, ela foi constituída com a justificativa de trazer o crescimento econômico e prosperidade para a Argentina e garantir o apoio dos EUA no desenvolvimento nacional. A crise de 2001 foi, no entanto, uma das piores crises econômicas da história argentina e acabou com a política externa de alinhamento. A economia argentina só voltou a ganhar uma maior estabilidade após a eleição do Presidente Ernesto Kirschner em 2003. Seu governo marcou a retomada do crescimento e a estabilização política na Argentina, mas a área diplomática ficou marcada pelos atritos com o Brasil, o Chile e os Estados Unidos. O item está, portanto, certo em sua primeira parte, ao afirmar que o realismo periférico orientou a política argentina durante o governo Menem, mas erra ao afirmar que o relacionamento privilegiado com os Estados Unidos foi mantido. Kirschner adotou durante seu governo uma retórica bastante crítica à ordem econômica global e aos Estados Unidos, o que alimentou as tensões entre os dois países. É interessante notar que os principais líderes americanos quando de passagem pela América do Sul não visitaram a Argentina nos anos Kirschner, embora tenham estado em países como o Uruguai, o Paraguai e o Brasil.

2: Errada. A política externa durante o governo Kirschner teve que atuar sob um contexto de isolamento argentino do mercado internacional de capitais, fruto da crise econômica de 2001 e da moratória da dívida argentina. Essa variante, ao contrário do que afirma o item, acabou isolando a Argentina das grandes potências econômicas e dando como alternativa ao governo Néstor Kirchner a busca de afinidades com outras economias do continente como a Venezuela de Hugo Chávez. Foram evidenciados vários acordos entre Buenos Aires e Caracas desde 2003, o que foi mantido no governo de Cristina Kirchner, esposa e sucessora. No comércio internacional, a estratégia argentina foi atuar conjuntamente com o Brasil na OMC nas questões sobre agricultura. Igualmente, as relações dentro do MERCOSUL melhoraram e pode-se constar forte avanço do peso do bloco na política argentina.

3: ANULADA. Este item foi anulado com a justificativa que houve erro material ao inserir-se na prova uma versão não finalizada do item que, por essa razão, era passível de questionamentos. Assim, fez-se necessária a anulação do item.

4: Errada. As relações entre a Argentina e o Brasil durante os primeiros anos da administração Kirchner foram marcados por pontos de discordância e pontos de cooperação. As pretensões de Brasília em assumir um papel de liderança regional não agradaram aos argentinos, mas houve importante cooperação em temas do comércio internacional (Mercosul e OMC) e na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O item está incorreto, portanto, porque não houve alinhamento ideológico entre ambos os países e convergência em todos os temas da agenda bilateral. Buenos Aires não apoiou o protagonismo internacional brasileiro em sua ambição de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em sua participação no G8 e em fóruns da OCDE, ou mesmo no lançamento da Comunidade de Nações Sul-Americanas (União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, a partir de 2008). Além disso, houve o veto de Kirchner sobre uma possível moderação brasileira da crise das *papeleras* com o Uruguai. Uma famosa frase que teria sido proferida pelo então presidente argentino em 2005 mostra o incômodo argentino "Há um lugar na Organização Mundial do Comércio, o Brasil quer; há um lugar na ONU, o Brasil quer; há um lugar na FAO, ... Eles quiseram até eleger o papa". Apesar de certas discordâncias, houve cooperação na guerra global contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos após os ataques terroristas de 11 de setembro 2011. Kirchner e Lula cooperaram conjuntamente sobre a questão da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, apoiando a ação policial e de inteligência na área, como no Fórum 3+1 e no grupo de trabalho dedicado ao tema do terrorismo no Mercosul.

Gabarito 1E, 2E, 3ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2000) Entre as iniciativas abaixo, identifique qual não marcou a política externa argentina durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999):

(A) a aproximação com os Estados Unidos.

(B) A retirada da Argentina do Movimento dos Não Alinhados.

(C) A apresentação de proposta de criação, no âmbito das Nações Unidas, dos "capacetes brancos", força que atuaria em casos de crise humanitária.

(D) A solução de importantes disputas territoriais com o Chile.

(E) O lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil, que posteriormente levaria à constituição do Mercosul.

A: Correta. "Acreditando ter encontrado atalho para alçar a Argentina ao Primeiro Mundo, Menem optou por adotar as recomendações do Consenso de Washington e alinhar-se à superpotência vencedora da Guerra Fria" (CANDEAS, W.). A Argentina, portanto, aliou-se aos Estados Unidos, adotando uma política externa de alinhamento em matérias econômicas, de segurança, entre outras.

B: Correta. A decisão argentina de sair do Movimento de Países NãoAlinhados durante o governo Menem rompe com a atuação tradicional da política externa argentina. Ela faz parte do ideal argentino dos anos 1990 de ingressar no Primeiro Mundo e alcançar uma maior aproximação com os Estados Unidos. Como enfatizou o próprio Presidente Menem em uma entrevista: *"debemos buscar nuestra inserción en el grupo de naciones del Primer Mundo (...) Argentina debe encarar una retirada gradual, sin estridencias, pero persistente, del llamado "Movimiento de No Alineados". En América Latina, debe aceptarse que nada logrará a espaldas o en contra de los Estados Unidos de América"* (Sopena Germán. Entrevista com Carlos Menem. Diario La Nación. 30.Septiembre.1989, p. 9)

C: Correta. A Argentina buscou, nos anos 1990, uma agenda bilateral de caráter prático com os EUA em relação a temas que eram sensíveis para os norte-americanos como segurança, narcotráfico, meio ambiente, corrupção, governança. A Comissão dos "Capacetes Brancos", criada em outubro de 1993 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tinha como objetivo a prestação de ajuda humanitária e auxílio técnico em situações de crises internacionais como furacões, maremotos, terremotos, entre outros. A proposta atraiu a atenção dos americanos que ofereceram apoio, endossando junto às Nações Unidas o projeto. Até os dias atuais, a Comissão tem trabalhado com frequência em parceria com o sistema ONU e em Operações de Paz.

D: Correta. Alfonsín resolveu umas das mais graves questões de fronteira com o Chile, a disputa pelas ilhas do canal Beagle. Em 1979 foi estipulado uma mediação papal para o conflito, que acabou favorecendo, em seu laudo de 1984, o Chile. Em 1984, o governo Alfonsín levou a um plebiscito o laudo do Vaticano que favorecia o país vizinho. A maioria da população optou pelo sim e o governo chileno tomou posse do território que quase havia levado os dois países à guerra em 1979. Alfonsín via a resolução da disputa no Beagle como um modo de afastar os militares de um tema sensível, fortalecendo assim a redemocratização. No entanto, os conflitos só foram definitivamente resolvidos durante a administração Menem na Argentina com a assinatura dos últimos acordos que estabeleceram a paz na região.

E: Incorreta. O item está incorreto porque o lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil não ocorreu sob a presidência de Carlos Menem na Argentina, mas sob a presidência de Raul Alfonsín. Mesmo se não houve o lançamento da iniciativa durante o mandato de Menem, seu governo foi marcado pela manutenção nas negociações que resultaram no MERCOSUL, em 1991, pelo Tratado de Assunção. Em 1990, os presidentes Menem e Fernando Collor assinam a "Ata de Buenos Aires", que previa a conformação do espaço econômico comum em cinco anos, reduzindo para 1995 o prazo anterior (1998) previsto pelo Tratado de Integração de 1988. Sobre essa base será assentada a primeira fase do Mercosul.

Sugestão de Leitura: Candeas, Alessandro Warley. Relações Brasil--Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 178-213 [2005]

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1999) Qual das seguintes opções não representou fator de aproximação entre Brasil e a Argentina nos anos oitenta?

(A) Ata de Iguaçu.

(B) Processos nacionais de redemocratização.

(C) Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

(D) Pacto ABC.

(E) Reafirmação do reconhecimento brasileiro dos direitos argentinos sobre as Malvinas.

A: Correta. **A Ata de Iguaçu de 1985** foi assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e sublinha a aproximação econômica entre o Brasil e a Argentina nos anos 1980.

B: Correta. Os **processos nacionais de redemocratização** tanto na Argentina, iniciado em 1983, quanto no Brasil, em 1985, incentivaram os avanços históricos nas relações bilaterais, lançando os fundamentos de uma "cultura de amizade e integração" e elevando ainda mais o patamar da relação bilateral de forma irreversível.

C: Correta. **O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** de 1988 tinha como objetivo estabelecer um espaço econômico comum no prazo de 10 anos entre o Brasil e a Argentina, pela remoção gradual de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços nos territórios dos dois países.

D. Incorreta. O item está incorreto porque o **Pacto ABC** (Pacto de NãoAgressão, Consulta e Arbitragem) foi assinado em 1915 entre Argentina, Brasil e Chile, apesar de não referendado pelo Parlamento chileno. Segundo Amado Cervo, o Pacto ABC foi um importante projeto levado a cabo pelo Barão do Rio Branco enquanto ocupou a chancelaria brasileira entre 1902 e 1912, apesar de não ter sido concluído neste período. Com a negativa chilena, o Pacto ABC volta apenas a ser pauta da política externa regional com Juan Perón e Getúlio Vargas no poder nos anos 1950. Entre 1952-53 ocorrem negociações entre a Argentina e o Brasil sobre o Pacto, mas o clima político brasileiro era instável e tornou-se difícil para Vargas apoiar o projeto. Com o afastamento de Perón do governo Argentino, o Pacto foi enterrado.

E: Correta. O Brasil apoiou de forma inequívoca a reivindicação argentina pelas Malvinas durante a Guerra contra a Inglaterra iniciada em 1982. Apesar de não ter entrado na Guerra e mantido certa distância do conflito, nas duas reuniões de consultas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Brasil votou a favor das moções que condenavam o boicote da Comunidade Econômica Europeia à Argentina, apoiando a soberania do país vizinho sobre as Malvinas. Segundo Moniz Bandeira, o Brasil estabeleceu uma neutralidade imperfeita em relação à Guerra das Malvinas, já que acabou cedendo pilotos de caça e equipamentos bélicos ao governo argentino.

GABARITO: D

5. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia 2008) As relações do Brasil com alguns dos seus principais parceiros passaram por ajustes a partir da década de noventa do século passado. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Apesar de ainda apresentarem aspectos a serem aperfeiçoados, as relações entre Brasil e Estados Unidos da América têm-se caracterizado, a partir de meados da década citada, pelo esforço de ambos os países no desenvolvimento de uma agenda bilateral positiva.

(2) Em razão do protecionismo agrícola da União Europeia, as relações do Brasil com os países da Europa Ocidental não registraram, no período citado, qualquer evolução importante, seja no que se refere ao relacionamento econômico, seja no que diz respeito ao diálogo político.

(3) Assistiu-se a intenso processo de atualização e dinamização das relações econômicas do Brasil com a Ásia a partir da década mencionada, sendo esse relacio-

namento de alta prioridade para o Brasil. Contudo, ao contrário do que hoje ocorre nas relações entre a América do Sul e os países Árabes, ainda não existe, no plano birregional, foro específico para o diálogo entre países da América Latina e da Ásia.

(4) Na década de noventa do século XX, o processo de integração regional começou por iniciativa do Uruguai e do Paraguai, aos quais se juntaram o Brasil e a Argentina, para constituir o MERCOSUL.

1: Certo. Mônica Hirst define os anos 1990 no que cabe às relações Brasil- Estados Unidos como um período de ajustamento. Se por um lado, as críticas americanas sobre a falta de ajuste da economia brasileira aos princípios do Consenso de Washington e as relações comerciais entre os países trazia algumas tensões nas relações bilaterais. Por outro, a redemocratização brasileira permitiu uma inserção internacional brasileira mais assertiva em temas de direitos humanos, meio ambiente e não proliferação nuclear. As relações com os Estados Unidos neste período, como afirma o item, caracterizam-se por uma aproximação e uma interação cordial entre ambos os países.

2: Errado. A partir dos anos 1990, as relações bilaterais entre Brasil e União Europeia promoveram uma cooperação cada vez maior. No campo econômico, as relações foram extremamente importantes, tanto em termos comerciais quanto financeiros e, se tomarmos o continente em sua totalidade, a Europa foi a região que mais interagiu com o Brasil no período. As relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia encontram problemas em relação às barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos agrícolas por parte da União Europeia, ligados à Política Agrícola Comum (PAC). No entanto, esses problemas não impediram negociações comerciais. Em 1995 é negociado um Acordo entre União Europeia e Mercosul que buscava estabelecer uma área de livre comércio. Além deste objetivo econômico concreto, as negociações tinham um caráter de convivência de valores. Ao contrário do que afirma o item, o período mostrou uma importante evolução no campo político no que diz respeito a promoção e a defesa da democracia e dos direitos humanos. Neste campo, o diálogo mais importante foi estabelecido no âmbito do MERCOSUL e trouxe, indiretamente, o fortalecimento do Brasil como ator internacional.

3: Errado. Durante os anos 1990, o Leste Asiático passou a representar uma área de expressão estratégica no processo de inserção internacional brasileira com conteúdo tanto econômico quanto político (ALTEMANI). O Japão, a Coreia do Sul e a China eram economias com forte destaque no período, e o Brasil passa, portanto, a visualizar a região asiática como espaço especial de atuação. A atuação brasileira na Ásia passa a ser prioritária para o Brasil. O item está, no entanto, incorreto, porque em 1999 foi institucionalizado, por uma iniciativa de Cingapura e do Chile, o **Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL**) com o objetivo de promover diálogo político e econômico e a cooperação entre os países membros, sendo entendido como potencial instrumento para reforçar a presença de ambas as regiões no cenário internacional. O Fórum constitui o mecanismo mais abrangente de cooperação envolvendo a Ásia do Leste e a América Latina e reúne 34 países: 18 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e 16 da Ásia do Leste (Brunei, Camboja, China, Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Tailândia, Vietnã, Austrália e Nova Zelândia). Já foram realizadas quatro Reuniões de Chanceleres, sendo que a primeira delas aconteceu em Santiago, no Chile, em 2001, e estabeleceu três Grupos de Trabalho (Política, Cultura, Educação e Esporte - sob a co-presidência de Colômbia e Coreia do Sul; Economia e Sociedade - sob a co-presidência de Equador e Filipinas; e Ciência e Tecnologia - co-presidido por Brasil e Nova Zelândia). A II Reunião Ministerial ocorreu em 2004, em Manila, e tratou de temas de interesse de ambas as regiões como terrorismo, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, entre outros. A III Reunião ocorreu em Brasília em 2007 e enfatizou a necessidade de combate a pobreza e da promoção do sistema multilateral de comércio. Enfim, a IV e última Reunião ocorreu em 2010 em Tóquio, onde foi aprovada a criação de um secretariado virtual, que ficou à cargo da Coreia. Vale ressaltar que atualmente 17% das exportações brasileiras vão para a China e mais de 1/5 do comércio total brasileiro é com a Ásia. Em dezembro de 2011, o Brasil assinou o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN, tornando-se o único país latino-americano a aproximar-se formalmente do bloco do sudeste asiático. O atual embaixador do Brasil para a ASEAN é o senhor Paulo Alberto Da Silveira Soares.

4: Errado. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, vem sendo firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do Mercosul. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

6. RELAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES DO HEMISFÉRIO

(Diplomacia 2008) Considerando a trajetória recente e a atual agenda das relações entre Brasil e América Central, assinale a opção correta.

(A) A prioridade conferida à América do Sul, a baixa densidade das relações econômicas, as diferentes posições acerca de estratégias comerciais e o reconhecimento de que a América Central e o Caribe estão sob direta influência dos Estados Unidos da América são fatores que justificam o limitado investimento diplomático brasileiro nos países centro-americanos e caribenhos, nos últimos anos.

(B) A aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americano tem conotação eminentemente política, visto que, além de ser reduzida a corrente de comércio entre os dois blocos, as trocas comerciais encontram-se amparadas em regime preferencial no marco do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGP-D).

(C) A prioridade conferida pelo governo brasileiro às relações com Cuba representa sério obstáculo para o diálogo político e para a aproximação econômica do Brasil com os países centro-americanos e caribenhos, que ora priorizam as relações com os Estados Unidos da América.

(D) As perspectivas para o incremento das relações do Brasil com os países centro-americanos apóiam-se no expressivo incremento do comércio, no crescente fluxo de investimentos brasileiros para aquela região, na ampliação da cooperação técnica, científica e educacional e na cooperação para a estruturação de mercados para os biocombustíveis.

(E) As perspectivas de expansão do comércio brasileiro com os países centro-americanos estão associadas, no curto prazo, à conclusão das negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

A: Incorreta. A América Central e o Caribe foi, durante muito tempo, uma zona tradicionalmente marginal para a política externa brasileira. No entanto, durante o governo Lula a influência política e econômica do Brasil cresceu substantivamente na região. O item está incorreto, porque nos últimos anos houve um forte aprofundamento das relações comerciais e políticas com a América Central e Caribe. Além do mercado interno, a região oferece um acesso privilegiado ao mercado dos EUA graças aos acordos existentes de Livre Comércio entre a região e os americanos, como o Acordo de Livre Comércio com a América Central e a República Dominicana (Cafta-DR). Esses acordos permitem que os produtos brasileiros entrem sem taxas no mercado americano. Houve, nos último anos, um expressivo aumento do fluxo de investimentos brasileiros na região, em construção de estradas, hidrelétricas, termoelétricas, destilarias de biocombustível e fábricas de roupas e tecidos. No campo político, das 35 embaixadas criadas durante o governo Lula, oito estão na região da América Central e Caribe (São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia, Granada, Bahamas e Belize).

B: Incorreta. O item está incorreto porque a aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) tem um caráter prioritário econômico. Em 2004, na Guatemala, foi lançada a ideia de se iniciarem negociações de livre-comércio entre o MERCOSUL e o SICA, durante a visita do então Ministro Celso Amorim. Fazem parte do SICA: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Em 2005, foi realizada a Cúpula Brasil-SICA, na Cidade da Guatemala e, em maio de 2008, uma nova Cúpula ocorreu na cidade de São Salvador, em El Salvador. Nesta última, os presidentes do Brasil e dos países do SICA registraram no Comunicado Conjunto da Reunião o seu apoio ao processo de aproximação entre o MERCOSUL e o SICA e convocaram reunião exploratória para o segundo semestre de 2008. Assim, em setembro de 2008, durante a Presidência Pró-tempore brasileira do MERCOSUL, foi organizada, em Brasília, reunião MERCOSUL-SICA para examinar a possibilidade de aproximação econômico-comercial entre os dois blocos. Esta aproximação ainda está em negociação no seio do bloco (MRE).

C: Incorreta. O item está incorreto, porque não existe uma priorização das relações com Cuba dentro do contexto caribenho e o comércio entre o Brasil e a região vem aumentando a cada ano. O mercado da América Central e Caribe é principalmente marcado pela presença de países como Estados Unidos, México, membros da União Europeia, China e Japão.

D:Correta. Em termos econômicos, o intercâmbio do Brasil com os países centro-americanos e o México cresceu de US$ 3,8 bilhões em 2002 para US$ 6,7 bilhões em 2009 (aumento de 74,5%). Já com os países caribenhos, o intercâmbio comercial cresceu de US$ 933 milhões em 2002 para US$ 5,5 bilhões em 2009 (aumento de 495,4%) (MDIC). Além da questão econômica, as relações do Brasil com a região se concentram em outros temas, como obras de infraestrutura e concessão de crédito a empresas brasileiras que participam de projetos na região; promoção de intercâmbio de experiências e transferência de tecnologias relacionadas a programas de biocombustíveis e à eficiência energética; aperfeiçoamento das políticas de saúde locais; promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços básicos de educação – com ênfase para treinamento e à transferência de tecnologia em habilidades críticas de aviação, treinamento de recursos humanos nos campos da administração portuária e marítima, e treinamento de pessoal nas áreas de tecnologia da informação e da comunicação – a educação é umas das prioridades da cooperação técnica (CARICOM). Outras atividades na área agrícola incluem a instalação da Embrapa Américas no Panamá, que apoiará iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências, à segurança alimentar, entre outros temas. Na área energética destaca-se a promoção dos biocombustíveis em países centro-americanos e caribenhos. Entre os acordos firmados, destaca-se o Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre biocombustíveis, que prevê cooperação com Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis.

E: Incorreta. As negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA –, começaram com a Primeira Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994. Esse fato, ao contrário do que afirma o item, irá alavancar novas estratégias, posições e aproximações do governo brasileiro em suas relações com a região do América Central e Caribe. Desta maneira, desde 1994, registra-se o interesse brasileiro pelos dois principais foros da sub-região caribenha: o CARICOM, que o Brasil participa da Conferência de Chefes de Governo desde 1994, como país convidado e, desde 2004, o Brasil participa como membro observador junto a essa organização. Na Associação de Estados do Caribe, o Brasil foi admitido como observador em 1996. Outros encontros políticos relevantes entre as regiões ocorreram com a I e a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc), em dezembro de 2008, em Salvador, e em fevereiro de 2010, em Cancun, da qual participaram os chefes de Estado e de Governo. Estas Cúpulas, que ocorreram pela iniciativa brasileira, foram as primeiras reuniões não patrocinadas por potências fora da região. Na Cúpula da de Cancun, decidiu-se criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Gabarito “D”

(Diplomacia – 1998) Realizou-se nos dias 8 e 9 de novembro último, a VII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana no seguinte país:

(A) Venezuela.

(B) Portugal.

(C) Brasil.

(D) Argentina.

(E) Costa Rica.

A: Correta: A Conferência Ibero-americana nasceu na I Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Guadalajara, no México em 1991, constituída pelos Estados da América e Europa de língua espanhola e portuguesa. A realização de Cúpulas anuais e de outros encontros em diferentes âmbitos tem como objetivo a cooperação política, econômica, social e cultural, orientado para uma política de maior inserção dos países participantes. Em 2003, durante a XIII Cúpula em Santa Cruz la Sierra, na Bolívia, foi criada a Secretária Geral Ibero-americana (SEGIB), órgão permanente de apoio institucional e técnico com sede em Madri, na Espanha. Desde 2005 o Secretário Geral da SEGIB é o economista uruguaio Enrique Valentin Iglesias. Os membros plenos de direito são: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A VII Conferência Ibero-americana, mencionada na questão, ocorreu em Isla Marguerita, na Venezuela e discutiu principalmente temas ligados a participação política e a democracia.

Gabarito “A”

(Diplomacia – 1998) Em dezembro de 1986, foi criado o "mecanismo permanente de consulta e concertação política" que ficaria conhecido como o "Grupo do Rio". Em sua composição original, o Grupo do Rio tinha oito países latino-americanos: Colômbia, México, Panamá e Venezuela, que formavam o " Grupo de Contadora"; e Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, que formavam o "Grupo

de Apoio". Visando que objetivo foram originalmente criados os Grupos de Contadora e de Apoio?

(A) Contribuir para a solução de conflitos na América Central.
(B) Buscar formas para aliviar a crise da dívida externa.
(C) Estimular o processo regional de integração econômica.
(D) Promover a cooperação no combate ao narcotráfico.
(E) Fortalecer os mecanismos regionais de proteção ao meio ambiente.

A: Correta. O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) foi criado em dezembro de 1986, como consequência do bem sucedido trabalho político e diplomático dos Grupos da Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e de Apoio à Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), em favor da paz na América Central. Nos anos 1980, a Nicarágua, o El Salvador e a Guatemala estavam em violentas guerras civis. A eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA em 1981 significou uma notável escalada de ingerência americana nos conflitos da região. A ação americana mais direta, no entanto, foi a invasão de Granada em 1983, na operação que ficou conhecida como **Urgent Fury**. As tropas americanas tinham a intenção de derrubar o governo marxista-leninista que comandava o país desde 1979. No ano de 1983, México, Venezuela, Colômbia e Panamá decidiram fazer um esforço de mediação do conflito com objetivo de restabelecer a paz na América Central. O grupo logo ganhou um amplo apoio internacional, inclusive americano, e beneficiou, a partir de 1985, do apoio da Argentina, Peru, Brasil e Uruguai (Grupo de Apoio). A junção dos grupos resultou na redação do "Ato da Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central", cuja versão final foi enviada aos centro-americanos em setembro de 1985. Um ano depois, em dezembro de 1986, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, foi criado o **Grupo do Rio** como consequência das negociações bem sucedidas do Grupo da Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora. Ao longo de sua história, o Grupo do Rio firmou-se com mecanismo regional de diálogo e concertação política e interlocutor representativo da América Latina e do Caribe junto a outros países e grupos de países. Possui 24 membros atualmente.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 1996) A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) propôs, nos anos 50 e 60, visão própria das .... Questões do desenvolvimento na região que teve grande influência no pensamento econômico .... Latino – americano. Quem foi o grande formulador dessa visão?

(A) Javier Pérez de Cuellar.
(B) Roberto Campos.
(C) Martínez de Hoz.
(D) Raul Prebisch.
(E) Domingo Cavallo.

A: Incorreta. **Javier Pérez de Cuellar** era diplomata peruano e foi Secretário Geral da ONU entre 1982 e 1991. Foi, até hoje o único latino-americano a ocupar o posto.
B: Incorreta. **Roberto Campos** foi político, diplomata e economista brasileiro que ocupou diversos cargos na administração pública, entre eles o de Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-67). Roberto Campos ficou conhecido por defender uma corrente não nacionalista do desenvolvimento brasileiro, que defendia a industrialização com ampla participação do setor privado.
C: Incorreta. **Martinez de Hoz** foi um político e economista argentino que assumiu o posto de Ministro da Economia entre 1976 e 1981, durante a ditadura militar no país. Ele é considerado um representante do liberalismo econômico argentino.
D: Correta. **Raul Prebisch** foi um importante economista argentino e Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) entre os anos de 1950 e 1963. Ele é conhecido pela sua significativa contribuição ao pensamento econômico estruturalista e sobre a tese da deterioração dos termos de troca, que compõe a Teoria da Dependência. Em 1950, no âmbito da CEPAL, ele publicou um estudo intitulado "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas". Na introdução no estudo, Prebisch descreve a formação da divisão mundial do trabalho e o papel da América Latina como produtora de bens primários destinados à exportação. O sistema mundial atual, segundo o autor, estaria dividido entre o centro (países industrializados que exportam produtos manufaturados) e a periferia (países como os da América Latina, que exportam produtos primários). Com o desenvolvimento tecnológico, o centro é capaz de absorver seus benefícios integralmente, já que possui forças sindicais e instituições comerciais desenvolvidas. Na periferia, no entanto, as empresas e os trabalhadores têm menos poder e devem submeter-se aos clientes do centro e estabelecer preços mais baixos aos seus produtos. A deterioração dos termos de troca entre países industrializados e países em desenvolvimento é a base da teoria de Presbich, que argumenta que a tecnologia e o desenvolvimento do comércio internacional acabam por beneficiar apenas o centro, privando a periferia de benefícios. Depois desta constatação, a Cepal transformou-se no alicerce do ativismo dos países periféricos no seio das Nações Unidas e criou a escola latino-americana de pensamento econômico. Durante seus anos na CEPAL, Raul Presbich adotou o ideal da política de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), doutrina que prega a industrialização pelo desenvolvimento da produção interna via controle das importações. Segundo o pensamento cepalino, essa política permitiria o desenvolvimento e a acumulação de capitais internos que gerariam um processo de desenvolvimento auto-sustentável aos países latino-americanos.
E: Incorreta. **Domingo Cavallo** foi Ministro da Economia na Argentina nos anos 1990, durante a presidência de Carlos Menem. Ele é conhecido pela implementação da lei de conversibilidade - pacote econômico de estabilização cambial na Argentina, que fixou a taxa de câmbio, na época o austral, com o dólar, promovendo a dolarização da econômica argentina.

Gabarito "D"

7. A UNIÃO EUROPEIA E O BRASIL

(Diplomacia 2008) Considerando a evolução recente das relações entre Brasil e União Europeia (UE), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) As relações UE–Brasil têm, no campo dos investimentos, uma de suas mais vigorosas dimensões, dada a condição do Brasil, entre os países emergentes, de grande receptor de investimentos diretos da União Europeia.
(2) O grande êxito da parceria estratégica UE–Brasil, apresentada durante a primeira reunião de cúpula bilateral, em julho de 2007, foi a superação dos impasses que impediam a conclusão da Rodada de Doha.
(3) As medidas protecionistas adotadas pela União Europeia e dirigidas particularmente aos produtos agrícolas têm levado à gradual redução, no último lustro, das exportações brasileiras para o mercado comunitário e à diminuição do *superavit* comercial alcançado pelo Brasil no comércio com aquele bloco.
(4) As diferentes posições do Brasil e da União Europeia em relação aos compromissos de redução das emissões de CO2 e aos impactos ambientais resultantes do aumento do uso de biocombustíveis e da energia nuclear não obstruem o diálogo político acerca de mudança climática e de segurança energética.

1: Certo. Em 2009, cinco dos países que mais investiram no Brasil fazem parte da União Europeia: Países Baixos, Espanha, Alemanha e França, que, juntos, responderam por 45% do ingresso de capital estrangeiro no País naquele ano. O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil, que em 2000 alcançava cerca de US$ 61 bilhões, chega a quase US$ 200 bilhões atualmente. (dados MRE).

2: Errado. A I Cúpula União Europeia-Brasil foi realizada em Lisboa em 2007 e nesta ocasião as partes estabeleceram uma Parceria Estratégica e um diálogo político. Foi reafirmado, durante a reunião, um forte empenho de ambas as partes na conclusão da Rodada Doha da OMC, afirmando um compromisso em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado, mas, diferente do que afirma o item, não houve a superação dos impasses que impedem a conclusão da reunião, nem um debate sobre os fortes subsídios levados a cabo pela União Europeia, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), que faz parte das maiores reivindicações do Brasil. A II Cúpula ocorreu no Rio de Janeiro em 2008 e discutiu temas como promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na III Cúpula Brasil-União Europeia, que ocorreu em Estocolmo em 2009, foram tratados temas relevantes da agenda internacional, como a mudança do clima, medidas para se reduzir os efeitos da crise financeira internacional, o processo de paz no Oriente Médio e a questão nuclear iraniana. Avançou-se na implementação das recomendações do Plano de Ação no que tange aos Diálogos Setoriais e ao aprofundamento da cooperação nas áreas técnicas de interesse mútuo. Durante a IV Cúpula no Brasil em julho de 2010, que celebrou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (1960), foram assinados o Acordo sobre Certos Aspectos da Aviação Civil e o Acordo sobre Segurança da Aviação.

3: Errada. A Europa se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil; o fluxo comercial bilateral saltou de US$ 36 bilhões, em 2003, para US$ 100 bilhões, em 2011, o que coloca a Europa como forte parceiro comercial, atrás da Ásia e pouco à frente da América Latina e Caribe. O item está incorreto já que o Brasil é superavitário em relação ao bloco desde 2000 e o superávit não sofreu uma alteração substantiva nos últimos anos.

4: Certa.O Brasil e a União Europeia, como afirma o item, têm posições distintas na negociação sobre mudanças climáticas. Os **Estados que eram membros da UE antes d**e 2004 fazem parte do Anexo 1 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**, o que significa que terão de reduzir, em conjunto, as suas emissões de gases com efeito de estufa em 8%** entre 2008 e 2012. O Brasil, país emergente, não tem metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa. Esta distinta situação traz divergências nas posições destes atores. Enquanto o Brasil defende a não determinação de metas obrigatórias para países que não estão no Anexo 1, a UE defende uma ampliação e aprofundamento das metas. Isso não impede, no entanto, negociações e proposições de ambos os grupos. Em 2008, durante a XIV Conferência das Partes (COP) em Poznan, a UE propôs um plano com metas próprias de combate às mudanças climáticas. Os grandes compromissos do plano são a redução de 20% das emissões de gases que provocam o efeito estufa até 2020, a redução do consumo de energia em 20% e a utilização de energia renovável em 20% do total que é consumido (projeto que ficou conhecido como 3x20). Para alcançar as metas de redução de emissões, as indústrias começarão a pagar pelos direitos de emissão que até agora recebiam de graça. O Brasil, durante a mesma COP em Poznan, também fez a proposta de reduzir voluntariamente 70% do desmatamento com base no ano de 1990, e trabalhar sob auspício de um Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O trabalho propositivo tanto da UE quanto do Brasil mostram a possibilidade de diálogo político, mesmo com a atuação divergente no regime de mudanças climáticas

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Tratados constitutivos e Adesão da Integração Europeia

TRATADO /ANO	MEMBROS	PRINCIPAIS PONTOS
Tratado de Paris /1951	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.	• Cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). • Tinha o objetivo de criar uma integração econômica entre as indústrias de carvão e aço • Robert Schumman e Jean Monnet foram um dos grandes entusiastas do projeto
Tratado de Roma /1957	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Cria a Comunidade Econômica Europeia (CEE) – união aduaneira • Cria a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM).
Tratado de Fusão /1965 (ou Tratado de Bruxelas)	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes (CECA, CEE e EURATOM)
Ato Único Europeu/ 1987	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Relança o processo de construção europeu com vista a concluir a realização do mercado comum • Institui o Conselho Europeu, que oficializa as conferências dos Chefes de Estado e de Governo •Estabelece pela primeira vez medidas supranacionais nas áreas de educação, meio ambiente.

Tratado de Masstrich /1992	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Congrega em um todo, que designa por União Europeia, as três Comunidades (Euratom, CECA e CEE) e as cooperações políticas institucionalizadas nos domínios da política externa, da defesa, da polícia e da justiça. • CEE passa a ser designada por Comunidade Europeia • Cria a União Econômica e Monetária, • Institui novas políticas comunitárias (educação, cultura, cooperação para o desenvolvimento e coesão) • Alarga as competências do Parlamento Europeu (procedimento de co-decisão).
Tratado de Amsterdam /1997	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Permitiu alargar as competências da União mediante a criação de uma política comunitária de emprego; • Permitiu a comunitarização de uma parte das questões que eram anteriormente da competência da cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos; • Criou medidas destinadas a aproximar a União dos seus cidadãos e a possibilidade de formas de cooperação mais estreitas entre alguns Estados-Membros (cooperações reforçadas). • Alargou o procedimento de co-decisão, bem como a votação por maioria qualificada, e introduziu a simplificação e a uma nova numeração dos artigos dos tratados.
Tratado de Nice /2001	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Incidiu principalmente na reforma das Instituições a fim de assegurar o funcionamento eficaz da União Europeia na sequência do seu alargamento em 2004 e 2007 para 27 Estados Membros. • Trata da composição da Comissão, da ponderação dos votos no Conselho e do alargamento dos casos de votação por maioria qualificada. • Simplificou e facilitou igualmente o recurso ao procedimento de cooperação reforçada e torna mais eficaz o sistema jurisdicional.
Tratado de Lisboa /2007	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995) + República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, da Polônia, da Eslovênia e Eslováquia (2004) + Bulgária e Romênia (2007)	• Aumenta o Poder do Parlamento Europeu em matérias de legislação e orçamento • Cidadãos podem apresentar propostas de lei à Comissão (1 milhão de assinaturas) •zPermite a possibilidade de um Estado membro sair da União Europeia • Votação de maioria qualificada – o cálculo baseado na dupla maioria: maioria dos Estados membros e da população. • Cria a Função de Presidente do Conselho Europeu • Cria a função do Alto Representante para Negócios Estrangeiros

8. POLÍTICA EXTERNA RUSSA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia – 2002) Por ocasião de sua visita à Rússia, em janeiro de 2002, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Vladimir Putin assinaram uma declaração conjunta, na qual:

(A) O Brasil apoiou a política russa em relação à Chechênia, enquanto a Rússia apoiou o direito brasileiro de manter uma estação científica na Antártica.

(B) O Brasil se comprometeu a oferecer assistência técnica na área da agricultura, através da Embrapa, enquanto a Rússia transferirá tecnologia de construção de cascos de submarino.

(C) O Brasil apoiou a posição russa contrária à retomada do projeto norte-americano conhecido como “Guerra nas Estrelas”, enquanto a Rússia ratificou seu apoio à desnuclearização do Atlântico Sul.

(D) O Brasil apoiou o desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio e a Rússia afirmou considerar o Brasil como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(E) Está previsto o combate ao terrorismo em ações que sempre estejam sob a égide da Organização das Nações Unidas no plano mundial, ou de organismos internacionais regionais, como a Organização dos Estados Americanos.

D: Correta. A convite do Presidente da Federação Russa, Vladimir V, Putin, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, realizou uma visita oficial à Federação Russa no período de 13 a 16 de janeiro de 2002. Os presidentes, durante o encontro, assinalaram a positiva atuação da Comissão de Alto Nível instaurada entre os dois países, além debaterem sobre temas econômicos, tecnológicos, comerciais e nucleares. A Rússia concordou com a necessidade de atribuir um **caráter mais representativo ao Conselho de Segurança**, por meio da inclusão, entre outros, de países em desenvolvimento influentes, com o fim de aumentar sua eficácia com base no consenso que se forme na ONU. A **Rússia afirmou considerar o Brasil, membro influente da comunidade internacional, como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga** de membro permanente. Igualmente, o Brasil expressou seu apoio ao desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio, em condições mutuamente aceitáveis para a Rússia e para os países-membros da OMC. A entrada da Rússia na OMC como membro pleno ocorreu em dezembro de 2011.

Gabarito "D"

9. A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA, DA ÍNDIA E DO JAPÃO; RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia 2008) A Índia destaca-se como parceira de crescente importância política e econômica para o Brasil. Considerando o atual estágio e a agenda das relações bilaterais, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Brasil e Índia mantêm ativo diálogo político e empenham-se na coordenação de posições em foros multilaterais. Atuam conjuntamente, por meio do G-20, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e integram o G-4, grupo que propugna a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) A cooperação bilateral, em matéria de defesa e tecnologias nuclear e aeroespacial, é impossibilitada pelo fato de a Índia não ser signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e, ao contrário do Brasil, não ter aderido ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), que proíbe a cooperação com países não membros.

(3) No campo energético, destacam-se o Programa de Trabalho sobre Biocombustíveis e os acordos entre a Petrobras e empresas indianas para atuarem conjuntamente na exploração, produção e comercialização de gás, petróleo e derivados em ambos os países e em outras regiões.

(4) Nos últimos anos, observa-se forte incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Índia, o que tem estimulado a expansão do Acordo MERCOSUL-Índia, instrumento que ampara o comércio bilateral.

1: Certa. As relações bilaterais entre a Índia e o Brasil eram, há até alguns anos atrás, pouco significativas para a política externa brasileira. Uma aproximação, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi fortemente estimulada durante o Governo Lula, que propunha uma política externa baseada na diversificação de parcerias. Em 2003, ambos os países lideraram o grupo de países em desenvolvimento durante as negociações da Rodada Doha em Cancun, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Essa liderança resultou na criação do **G20 comercial** e na convergência da atuação de ambos os países sobre a questão agrícola. Pouco tempo depois, o Brasil e a Índia entraram no **G4** (Índia, Brasil, Japão e Alemanha) e fizeram uma aliança formal para propor sua entrada como membros permanentes no **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Além destes grupos, a Índia e o Brasil fazem parte do **G20 financeiro**, defendendo a posição conjunta sobre a Reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; são integrantes do **IBAS** (Fórum de Diálogo Brasil, Índia, África do Sul) estabelecido em junho de 2003; do **BRICS** (Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul) formado oficialmente em 2006; do **BASIC** (Brasil, Índia, África do Sul e China) que converge sobre o tema de mudanças climáticas e defende a posição conjunta de que os países do Anexo 1 da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas devem ser mantidos; de **Operações de Paz**, já que a Índia enviou tropas de apoio à missão da MINUSTAH no Haiti sob a liderança brasileira; e, em termos econômicos, do acordo de complementação econômica elaborado entre a Índia e o Mercosul.

2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, a cooperação bilateral em matéria de defesa e tecnologia nuclear não é impossibilitada pelo fato que a Índia não participa do Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Brasil possui apenas ressalvas sobre esta questão. No acordo bilateral assinado entre o Brasil e Índia em 2007, a cooperação na área de defesa e cooperação em tecnologia nuclear para fins pacífico foi citada no comunicado conjunto, mas ficou de fora dos acordos assinados entre os países. Por ocasião da visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso ao país em 1996, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a da Índia. No entanto, o instrumento foi denunciado em 1998 e nunca implementado, após os testes nucleares realizados pela Índia no mesmo ano. O item está ainda mais incorreto, porque o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), do qual o Brasil faz parte desde 1995, não proíbe a cooperação com os países não membros. O RCTM não impede programas espaciais nacionais ou cooperação internacional, desde que os programas não envolvam a contribuição para gerar armas de destruição em massa.

3: Certa. Em 2002 os governos, brasileiro e indiano, deram início à cooperação técnica bilateral no campo do etanol. Desde 2007, como afirma o item, a Petrobras, em parceria com empresas indianas, fez um acordo para explorar, produzir e comercializar petróleo, gás e derivativos tanto no Brasil quanto na Índia. Além disso, há uma troca importante de informação em temas de tecnologia e no programa de bicombustíveis, um claro exemplo de cooperação sul-sul.

4: Errada. A primeira parte do item está correta ao afirmar que houve um incremento nas relações bilaterais entre Brasil e Índia. O intercâmbio comercial teve crescimento de 630% nos últimos oito anos, passando de US$ 1,2 bilhão em 2002 para o patamar de US$ 7,7 bilhões em 2010 (MDIC). Entre janeiro e outubro de 2011, a corrente de comércio bilateral alcançou a soma de US$ 8,05 bilhões. No entanto, não é o acordo entre o Mercosul-Índia de complementação econômica que ampara o comércio bilateral. Em 2008, data da elaboração da prova, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercosul e a Índia ainda não havia sido concluído, já que ele entrou em vigor apenas dia 1 de julho de 2009. O ACP é a etapa intermediária para um Acordo de Livre Comércio e trata-se de um acordo de preferências tarifárias fixas. O escopo do acordo abrange aproximadamente 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias. Os 450 itens incluídos pela Índia distribuem-se entre o setor químico (120 itens), máquinas, caldeiras e aparelhos mecânicos (90 itens), têxteis (40 itens) e peles e couros (35 itens). Além de um texto base, contendo regras sobre comércio de bens, valoração aduaneira, antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, o Acordo possui anexos sobre regras de origem, salvaguardas preferenciais e solução de controvérsias. Em novembro de 2009 ocorreu a primeira Reunião em Montevidéu com o Comitê do ACP Mercosul-Índia, que demonstraram a vontade de aprofundar o ACP.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2009) Assinale a opção correta, levando em conta a evolução e a agenda recente das relações entre Brasil e China.

(A) Apesar do sensível incremento observado na presente década, o relacionamento econômico bilateral enfrenta restrições decorrentes de questões políticas, como a da posição brasileira em relação a Taiwan e a do tratamento dos direitos humanos por parte do governo chinês.

(B) A despeito das diferentes estaturas demográficas, econômicas e militares desses países, a condição comum de grandes potências emergentes e os interesses convergentes em relação aos principais temas da agenda global facilitam a coordenação de posições do Brasil e da China nos principais fóruns multilaterais, como o das Nações Unidas e o da Organização Mundial do Comércio.

(C) Nos últimos anos, houve mudança do padrão de comércio bilateral, tendo a China obtido saldos positivos em setores mais intensivos em tecnologia, enquanto o Brasil manteve *superavit* no setor de produtos primários, como alimentos e recursos minerais.

(D) A partir de 2003, observou-se continuado decréscimo no comércio entre Brasil e China, mas com saldos favoráveis à China, o que foi compensado com o massivo ingresso, no Brasil, de investimentos diretos chineses.

(E) A cooperação no campo aeroespacial é uma das dimensões mais importantes e tradicionais das relações sino-brasileiras e tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias e de capacidades conjuntas de produção e lançamento de foguetes e de satélites de múltiplas aplicações.

A: Incorreta. Em 2009, a República Popular da China passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando na soma das exportações e importações uma posição mantida por 80 anos pelos Estados Unidos (ALTEMANI), sendo responsável por 13,2% das exportações brasileiras neste ano. Houve, portanto, como afirma o item, um importante incremento nas relações comerciais entre a China e o Brasil na última década. No entanto, o relacionamento econômico dos países não enfrenta restrições relacionadas a questões políticas. Em 2004, em uma declaração do então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, o Brasil concordou com a postura chinesa de que Taiwan e o Tibet seriam partes inseparáveis do território chinês e manifestou seu repúdio a ações unilaterais de movimentos separatistas. Em relações aos direitos humanos, o Brasil evita tratar do tema e não fez um repúdio direito a falta de tratamento dos direitos humanos pelos chineses.

B: Incorreta. Não obstante as diferenças em relação aos sistemas políticos, brasileiro e chinês, além das diferentes estaturas econômicas, demográficas e militares, o Brasil e China aproximaram-se no campo da política externa, demonstrando interesses comuns neste setor. Ambos defendem a determinação em assegurar a autonomia internacional, a ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. Além disso, ambos os países defendem a responsabilidade comum em relação à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial em oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos. No entanto, ao contrário do que afirma o item, estes **países não convergem nos fóruns multilaterais da OMC e nas Nações Unidas.** Uma das grandes críticas da parceria política entre o Brasil e a China é o não apoio explícito da China no interesse brasileiro em assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante a visita da presidenta Dilma Rousseff ao país, em abril de 2011, a China declarou seu apoio à reforma do Conselho de Segurança, mas não deixou explicito que é a favor das aspirações brasileiras em possuir um assento permanente no Conselho. Mesmo em relação à OMC, a aliança do Brasil e da China no G20 parece limitar-se ao tema da agricultura, pela diferenciação de suas trajetórias econômicas e produtivas. Um exemplo é a adesão da China ao *Information Technology Agreement*, enquanto o Brasil se recusa a assiná-lo. Além disso, o G20 financeiro é outra instância na qual há o embate entre os interesses chineses e brasileiros, com a constante crítica brasileira à política chinesa de desvalorização do Yuan.

C: Correta. As relações comerciais sino-brasileiras aumentaram a partir da década de 1990 devido a abertura econômica do Brasil e o avanço das reformas econômicas na China. No entanto, a pauta da balança comercial dos países sofreu significativas modificações desde o incremento das relações econômicas até hoje. Os principais produtos exportados para a China são a soja, minério de ferro, laminado e semimanufaturados de ferro e aço, além de automóveis e peças para veículos. Em suma, a maior parte das exportações brasileiras concentra-se em produtos primários. Apesar de a China ter sido uma importante exportadora de manufaturados de baixa qualidade durante os anos 1990, o país importa, hodiernamente, produtos de tecnologia, principalmente no setor de telecomunicações, além de microcomputadores, automóveis e produtos relacionados à informática.

D: Incorreta. O item está incorreto porque a partir dos anos 2000 houve um incremento significativo nas relações comerciais entre a China e o Brasil e, em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro. A balança comercial brasileira é superavitária em relação à China desde 2008 (MDIC – dados 2008-2011), tendo saldos favoráveis ao país. Além disso, em relação aos investimentos diretos chineses no Brasil, houve um aumento importante desde 2010, explicado pela vontade dos chineses de investirem em mercados emergentes.

E: Incorreta. Como afirma o item, a parceria sino-brasileira na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, com o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites (*China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS), é um dos elementos mais importantes da relação bilateral. Em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à China, os governos do Brasil e da República Popular da China assinaram um acordo para iniciarem um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e recursos financeiros dos dois países com o objetivo de construir satélites conjuntos para permitir uma maior independência na área de imagens. O primeiro satélite (CBERS-1) foi lançado em 1999 e o segundo (CBERS-2) em 2003, com objetivo de detectar e fiscalizar o desmatamento da região. Já o terceiro (CBERS-2B) foi lançado em 2007 e deu início a um novo programa de monitoramento da Amazônia. O lançamento dos primeiros satélites teve a união de recursos financeiros e tecnológicos entre o Brasil e a China, mas com um sistema de responsabilidades distinto, com 30% de investimento brasileiro e 70% de investimento chinês. O item está incorreto, porque o lançamento do satélite não é feito de maneira conjunta, sendo ainda a China a responsável por esta etapa do acordo. Foi feito um novo acordo em 2002 para o lançamento de mais dois satélites, os CBERS-3 e 4, com novas cargas úteis e uma nova divisão de investimentos de recursos entre o Brasil e a China - 50% para cada país. O acordo tem forte importância no contexto da cooperação Sul-Sul tanto para a China quanto para o Brasil.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2007) Uma das mais antigas civilizações da humanidade, a China tornou-se comunista em 1949, aproximou-se e afastou-se da URSS, conheceu momentos críticos e, a partir da morte de Mao Zedong e da ascensão de Deng Xiaoping (anos 1970-1980), promoveu significativa mudança de rota. Incorporou-se ao sistema político internacional ao ser admitida na ONU e, mais recentemente, ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), às normas que presidem a economia global. A respeito da experiência chinesa, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) ( ) A experiência atualmente vivida pela China não difere, em seus aspectos estruturais e definidores, daquela conduzida por Gorbachev na extinta URSS, ou seja, faz-se a adequação entre a abertura econômica e a liberalização política do regime.

(2) ( ) A ação externa da China centra-se na conquista de mercados em todos os continentes como forma de vencer a reduzida dimensão de seu mercado interno e sustenta-se no incentivo às importações e na elevação de sua massa salarial.

(3) ( ) A presença de uma comitiva recorde, composta por mais de 400 empresários, que acompanharam o presidente Lula em sua viagem à China, em 2004, aponta para o interesse objetivo de estreitamento dos laços comerciais entre os dois países. Nesse sentido, observa-se que, enquanto o Brasil é o principal exportador mundial de soja, a China é a maior importadora desse produto.

(4) ( ) Diferentemente do que ocorria no auge da Guerra Fria, as relações entre China e Taiwan apresentam-se, na atualidade, bem menos tensas, o que pode ser explicado pelo pragmatismo que tem conduzido as ações de ambos os governos, sobretudo no que se refere aos interesses econômicos.

1: Errada. O item está incorreto ao afirmar que não houve diferenças entre a abertura econômica e política da URSS nos anos 1980 àquela realizada pela China, no mesmo período. Quando **Mikhail Gorbatchev** assumiu o poder na União Soviética em 1985, o país acabava de passar por uma era que ficou conhecida como a "era da estagnação". O governo de Breznev, antecessor de Gorbachev na Secretaria Geral do Partido, foi marcado por baixo crescimento econômico, corrupção e crise. A URSS estava caminhando para uma ruptura sistemática e uma mudança no funcionamento do regime era demanda recorrente das elites soviéticas. Com Gorbatchev no poder, foram tomadas, a partir de 1986, medidas de abertura econômica e política do governo, com o objetivo de revigorar o Estado, a sociedade e a economia. As principais medidas do governo soviético foram a **Perestróica** (propunha a reestruturação do regime por reformas econômicas) e a **Glasnost** (propunha a abertura política e a transparência do regime, permitindo a liberdade de expressão), além das medidas de descentralização para reduzir o peso da burocracia central. Já a abertura chinesa, ocorreu de forma mais gradual e sob a liderança de **Deng Xiaping**, que assumiu a Secretária Geral do Partido em 1978, três anos após a morte de Mao Tse Tung. Os chineses introduziram medidas de abertura econômica e política, como os soviéticos, mas a reforma chinesa continuou autoritária, não permitindo uma verdadeira liberalização política no país. Gorbatchev não agradava todos os membros da elite soviética e não tinha forte respaldo popular, enquanto, no caso chinês, as elites apoiavam Deng e suas reformas. Ainda, a repressão aos grupos que se opunham ao regime chinês continuou vigorando (protestos na Praça da Paz Celestial em 1989), enquanto a Glasnost na URSS permitiu a liberdade de expressão e a ascensão de uma oposição ao regime vigente. Na URSS as reformas econômicas foram feitas com pouco planejamento e uma abertura abrupta do regime acabou dando fim ao Estado soviético. No caso chinês, as reformas foram feitas pelo mecanismo das **Zonas Econômicas Exclusivas**, que abriram o mercado chinês de maneira controlada e gradativa. Durante dez anos de abertura econômica, os investimentos estrangeiros poderiam apenas atuar nestas Zonas Econômicas Exclusivas associando-se com alguma empresa nacional, estatal ou coletiva do país, trazendo novas tecnologias à China e exportando toda a produção das empresas estrangeiras. Desse modo, a China praticou abertura e protecionismo, em um modelo considerado de sucesso. Enquanto houve o colapso da URSS em 1991, a China ascendeu como potência emergente.

2: Errada. Segundo Maurício Carvalho Lyrio, apesar da dimensão demográfica chinesa, o mercado interno chinês é pequeno, visto a fragilidade da classe média. A questão do mercado consumidor chinês se concentra principalmente na política de abertura econômica instituída pela China nos anos 1980, que optou pela não abertura do mercado chinês às empresas estrangeiras. Quem produzia para o mercado chinês eram as próprias empresas chinesas e por isso o item está incorreto ao afirmar que houve um incentivo às exportações. A abertura da economia e a diversificação da indústria na China, além do seu ingresso na OMC em 2001, ampliaram as possibilidades de comércio com esse país, que, atualmente, é um grande importador de matérias-primas.

3: Certa. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou à China em maio de 2004 e recebeu um apoio inédito por parte do empresariado brasileiro que foi representado por mais de 400 pessoas na comitiva. A resposta do governo chinês veio em novembro do mesmo ano com a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil. Essas visitas e referências de alto nível indicam o interesse e a vigência de uma nova fase ascendente nas relações entre Brasil e o continente asiático, e em especial, no interesse de ampliação do relacionamento com a China. A visita ocorreu no ano do aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, e foi marco da criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) com o objetivo de impulsionar o mercado bilateral. Entre outras parcerias comerciais e investimentos de destaque é possível ressaltar o papel da Embraer no mercado de aviação regional, com a instalação de uma fábrica em Harbin em parceria com a Avic, empresa chinesa. O Conselho Empresarial Brasil-China, composto por algumas das empresas de maior expressão dos dois países, tem o objetivo de fomentar a realização de missões empresariais e a promoção de uma imagem mais atualizada do Brasil na China. De acordo com os dados atualizados de 2009, 31,4% da pauta exportadora brasileira para China é composta de soja em grãos. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de soja, juntamente com os EUA e a China é a maior consumidora do produto no mundo, como afirma o item.

4: Certa. A complexa relação entre a República da China (Taiwan) e a República Popular da China está enraizada na complexa Guerra Civil chinesa que durou de 1946 a 1948 e terminou com a fuga, em 1949, do Partido Nacionalista para a ilha de Taiwan. Desde então, prevalece o conflito entre a insistência de Taiwan em manter seu status soberano, agindo como Estado independente, apesar de não reconhecido, e a posição da China continental com sua política "Uma só China", que considera Taiwan como parte inseparável do China. Durante a Guerra Fria, como afirma a questão, e principalmente durante os anos da Guerra da Coreia, em 1950, os Estados Unidos começaram a apoiar a causa taiwanesa e um verdadeiro clima de tensão prevaleceu na região até 1979, quando os EUA reconheceram a República Popular da China. Desde 1990, Taiwan não questiona sua soberania, mas a China não exclui, no entanto, a possibilidade do uso da força para que Taiwan volte ao seu comando. Desde os anos 2000, e ainda mais categoricamente em 2008, com a eleição do presidente taiwanês Ma Ying-Jeou, houve uma clara melhora das relações entre a China e Taiwan. A ascensão econômica chinesa promoveu certa marginalização do caso taiwanês e incentivou as relações econômicas entre as regiões. Em 2010 houve a assinatura de um **Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA)** que prevê a isenção de taxas para "mais de 800 produtos e serviços", proporcionando um aumento anual de 100 000 milhões de dólares no comércio bilateral, adiantou no início da semana um jornal de Pequim. Foi o acordo mais importante desde a Guerra Civil e marcou o pragmatismo nas relações entre China e Taiwan.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os próximos itens, a respeito das relações do Brasil com os países do leste da Ásia.

(1) Brasil e Japão mantêm alto grau de coordenação política no cenário internacional, sobretudo no que se refere às ações do Grupo dos 4 (G-4) para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) No âmbito da cooperação em ciência e tecnologia, Brasil e China decidiram recentemente interromper o programa espacial "Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres" (CBERS), mantido entre ambos os países desde a última década do século passado.

(3) No âmbito das relações do Brasil com os países da península coreana, o Brasil abriu, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embaixada em Pyongyang, ocasião em que apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

(4) A China consolidou-se, desde 2009, como o segundo principal destino das exportações brasileiras, logo depois da União Europeia, considerando-se este bloco como um todo.

1: Certo. As relações Brasil e Japão datam do século XIX e caracterizam-se pela forte cooperação, amizade e confiança. Os importantes fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil no começo do século e o exponencial crescimento da economia e da tecnologia japonesa nos anos 1970 e 1980 foram elementos essenciais para a aproximação do Japão e do Brasil. Durante a ditadura militar brasileira, o Brasil foi um dos países com maior recepção de investimentos e transferência de tecnologia japonesa. No mesmo período, o Japão tornou-se um dos maiores importadores de *commodities* brasileiras e parceiro em relação aos interesses estratégicos de desenvolvimento do governo brasileiro no período. O maior projeto de parceria era sobre cooperação em desenvolvimento agrícola no Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), concebido em 1974. Os anos 1980, no entanto, foram caracterizados pela diminuição dos investimentos japoneses no Brasil devido, principalmente, à crise econômica enfrentada pelo Brasil no período e ao interesse japonês pelo comércio com outros países asiáticos. As relações nipo-brasileiras tiveram um impulso importante a partir de 2005, explicado pelas diversas iniciativas que ocuparam o diálogo bilateral, como a formação do G4, que reúne Brasil, Japão, Alemanha e Índia, todos os quatro países que aspiram a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, sobre as relações bilaterais Brasil-Japão, vale destacar a parceria no sistema digital de televisão nipo-brasileiro, que gera forte comércio entre os países. Finalmente, vale ressaltar que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Japanese International Cooperation Agency (JICA) estão fomentando e desenvolvendo projetos agrícolas em Moçambique, conhecido como o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical do Moçambique, ou ProSavana, algo parecido ao que foi feito pelo PRODECER na década de 1970.

2: Errado. O projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) foi criado em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à República Popular da China. Nesse momento, ambos os Estados assinaram um acordo para dar início a um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e os recursos financeiros dos dois países. Para o Brasil, o engajamento nesse projeto marcou o início de uma nova etapa do programa espacial brasileiro e serviu como fator estratégico para a diversificação de parcerias no campo da ciência e da tecnologia. Na China, a implementação do projeto CBERS ficou a cargo da CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) e no Brasil, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O item está incorreto, porque o programa CBERS não foi interrompido. Ao contrário, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Wen Jiabao, no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012, foi confirmada, na Declaração Conjunta Final, a decisão de lançar os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres CBERS-03, em 2012, e CBERS-04, em 2014, e em estimular o trabalho conjunto para a distribuição internacional dos dados daqueles satélites.

3: Errado. Desde março de 2001, quando ocorreu a formalização do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e a Coreia do Norte, em Nova York, mediante comunicado conjunto assinado pelos Chefes de Missão na ONU, relações de maior proximidade estão sendo estabelecidas entre o Brasil e a Coreia do Norte. Como afirma o item, foi aberta durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente em maio de 2009, uma Embaixada Residente do Brasil em Pyongyang. No entanto, o item está incorreto, porque o Brasil, ao abrir a Embaixada, não apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. Vale ressaltar que o Brasil foi o primeiro país não socialista das Américas a abrir uma embaixada em Pyongyang. Segundo Arnaldo Carrilho, Embaixador designado para assumir o posto na Coreia do Norte em 2009, o Brasil é favorável à unificação das duas Coreias.

4: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$ 77 bilhões** com o Brasil, sendo que o Brasil exportou para esse país US$ 44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Se considerarmos a União Europeia como um grupo, ela ultrapassa a China em relação ao destino das exportações brasileiras, alcançando US$ 53 bilhões em 2011. O comércio total entre a União Europeia e o Brasil foi de US$ 99 bilhões em 2011, e o Brasil é superavitário em US$ 6 bilhões.

GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

10. ORIENTE MÉDIO: A QUESTÃO PALESTINA; IRAQUE; IRÃ

(Diplomacia 2008) Com a realização da Conferência de Annapolis, em 26 de novembro de 2007, articulada pelo governo norte-americano, pretendeu-se promover a retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Palestina, paralisadas durante sete anos. Considerando a questão palestina e a atual conjuntura no Oriente Médio, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A união dos palestinos em torno do Hamas, facção política radical e hostil a Israel, no comando da Autoridade Palestina desde janeiro de 2006, teve como consequência a radicalização por parte do governo israelense, por meio de ataques preventivos e de medidas restritivas à movimentação de pessoas na Faixa de Gaza.

(2) As principais questões em torno das quais há divergências entre israelenses e palestinos e que se mantêm na agenda das negociações de paz são a forma de um futuro Estado palestino, a divisão de Jerusalém e o destino dos refugiados palestinos exilados.

(3) O decidido alinhamento e o apoio dos Estados Unidos da América a Israel impedem aquela potência de atuar como articuladora junto à Autoridade Palestina e a alguns países árabes, como Síria e Líbano, razão pela qual o governo norte-americano tem procurado o engajamento, nas negociações, de outros atores que considera politicamente influentes na região.

(4) Os ataques israelenses no sul do Líbano em 2006 e o recente fechamento das fronteiras na Faixa de Gaza, apesar de provocarem vivas reações da opinião pública internacional, não foram objeto de manifestações formais das Nações Unidas.

1: Errado. O item está incorreto, porque não houve uma união geral dos palestinos em torno do Hamas, mesmo que eles tenham ganhado as

eleições legislativas em 2006, e, ademais, eles não estão no comando da Autoridade Palestina. Os Acordos de Oslo I (1993) e II (1995) estabeleceram autonomia palestina na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia, além de instituírem a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como entidade política e administrativa para os territórios ocupados. No âmbito dos Acordos de Oslo, a OLP reconheceu a existência do Estado de Israel e foi reconhecida por Tel Aviv como a legítima representante do povo palestino. Nesse contexto, Yasser Arafat, então Presidente do Comitê Executivo da OLP e membro do Fatah (partido político palestino), elege-se primeiro presidente da ANP, em 1996. Desde a morte do ex-líder palestino Yasser Arafat em 2005, é Mahamoud Abbas que assumiu a presidência da Organização de Libertação Palestina (OLP), outro membro do Fatah. Há onze partidos na Palestina, dentre os quais os principais são Fatah e Hamas. Em janeiro de 2006, o movimento Hamas, que não reconhece a existência do Estado de Israel, ganhou a maioria dos votos nas eleições para um novo Conselho Executivo Palestino. Estas eleições foram as primeiras legislativas, desde 1996, já que os conflitos entre Israel e Palestina impediam a realização das mesmas. Abbas pediu, após a eleição, que o então primeiro-ministro da Palestina Ahmed Qorei (FATAH), resigna-se do cargo, e assume-se Ismail Haniya do Hamas, como novo líder de governo. Em resposta a vitória do Hamas, Israel suspendeu a transferência de ingressos fiscais aos palestinos, além das principais doações externas, incluindo a ajuda dos EUA e da União Europeia. Houve um período de desentendimento entre as facções Hamas e Fatah e um ambiente de guerra se degenerou na região da Faixa de Gaza. No segundo semestre de 2006, fortes ataques militares na região provocaram bombardeamentos e várias mortes. A negociação para o fim dos conflitos na faixa de Gaza ocorreu apenas em janeiro de 2007.

2: Certo. Estes temas estiveram presentes nas principais rodas de negociações sobre o conflito e ainda estão na pauta do debate. Além destes temas, estão presentes recorrentemente nas negociações para paz, a questão dos assentamentos israelenses em território palestino ocupado, o reconhecimento do Estado Palestino, o traçado das fronteiras, a libertação de prisioneiros, a segurança de Israel e os recursos hídricos, além da questão dos direitos humanos na região.

Refugiados Palestinos: o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 foi acompanhado de hostilidades que resultaram em mais de 750 mil refugiados palestinos que fugiram para outros países árabes da região ou ainda para regiões mais longínquas. Com a guerra de 1967, mais 500 mil refugiados, de acordo com números da ONU, tiveram que fugir de suas casas. Em 1949, foi criado o Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (OOPS), que inicialmente tinha sede em Beirute, no Líbano, e tem como objetivo proporcionar socorro imediato aos refugiados palestinos. Desde 1996, a sede do OOPS foi transferida para Gaza e conta hoje com mais de 4,4 milhões de refugiados palestinos inscritos na Organização. Uma das maiores reivindicações palestinas é o direito de retorno dos refugiados palestinos aos territórios ocupados, que não recebem autorização do governo israelense.

Divisão de Jerusalém: a primeira resolução 181 da ONU de 1947 previa que Jerusalém seria desmilitarizada e ficaria sob a égide do Conselho de Administração das Nações Unidas, que prepararia um estatuto para a cidade e elegeria um governador. As hostilidades que seguiram não permitiram, todavia, que a resolução fosse aplicada. Israel ocupou o setor ocidental de Jerusalém e a Jordânia o setor oriental. Na guerra de 1967, Israel ocupou Jerusalém e declarou a cidade como capital do país, o que não foi reconhecido pelo Conselho de Segurança. Desde então, a maioria dos debates sobre a negociação da paz na região envolve a questão do estatuto de Jerusalém e sua divisão.

3: Errado. O item está incorreto, porque os Estados Unidos foram muitas vezes importantes articuladores nas negociações de paz entre Israel e Palestina. Os acordos finais das negociações de Olso, de 1993 e 1995, foram assinados em Washington sob auspícios dos Estados Unidos. Além disso, em 2007, depois que o presidente Abbas dissolveu o governo da Unidade Nacional palestino e declarou o Estado de exceção, depois da tomada política da Faixa de Gaza pelo grupo Hamas, houve o estímulo de uma nova negociação de paz. Os Estados Unidos e a União Europeia, na ocasião, decidiram aumentar sua ajuda aos palestinos. Em junho de 2007, o então presidente americano George Bush convocou a Conferência de Annnapolis, Maryland, com a presença do Primeiro Ministro de Israel Ehud Olmert e o Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas. Ademais, os Estados Unidos fazem parte do Quarteto, grupo formado em 2002, para monitoramento do processo de paz, formado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Estados Unidos, União Europeia e Federação Russa.

4: Errado. O item está incorreto, porque houve manifestações da comunidade internacional relativas a ambos os conflitos. O conflito no sul do Líbano em julho de 2006, envolveu Israel, o Líbano e principalmente as forças do Hezbollah, grupo político fundamentalista libanês que não aceita a existência do Estado de Israel. O estopim do conflito ocorreu após a captura e morte de três soldados israelenses na fronteira ao sul do Líbano pelo Hezbollah e a exigência da parte do grupo que prisioneiros libaneses fossem soltos das prisões israelenses. Além disso, o Hezbollah enviou mísseis ao norte do território de Israel. A resposta israelense veio com bombardeamentos ao sul do Líbano e de Beirute. O cessar-fogo foi determinado pela resolução 1701 de 11 de agosto de 2006 do Conselho de Segurança. No caso da Faixa de Gaza e do bloqueio israelense à região, tanto o Conselho de Segurança quanto o Conselho de Direitos Humanos da ONU se manifestaram contra a situação. Em 2007, o Conselho de Direitos Humanos criou uma Comissão para verificar os fatos na Faixa de Gaza.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Múltiplos fatores conjugam-se para fazer do Oriente Médio foco permanente de tensão e de conflitos, cujas repercussões não ficam restritas à região. No que concerne a esse quadro, que o início do século XXI não altera em relação ao que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Apesar do apoio do conjunto dos Estados árabes à decisão da ONU (1947) de encerrar o mandato britânico na Palestina e promover a partilha do território em dois Estados, apenas o de Israel materializou-se, razão pela qual não se dissipa a instabilidade na região.

(2) ( ) Bem mais que eventual importância estratégico-militar, o problema representado pela definição do status de Jerusalém é mais amplo e mostra-se até hoje incontornável: internacionalizada pela ONU, reivindicada como capital por israelenses e palestinos e sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo).

(3) ( ) O fundamentalismo islâmico teve no Irã depois da revolução xiita de 1979 um polo irradiador, que identificou no Ocidente seu principal inimigo, representado pelos EUA e seu histórico aliado regional, Israel.

(4) ( ) Nas duas vezes em que atacaram militarmente o Iraque, em 1991 e na atualidade, os EUA encontraram vigorosa resistência da população local, em larga medida incentivada pela reprovação à política de Washington manifestada pelo conjunto dos Estados árabes.

1: Errada. A Palestina, antes de 1947, era um território administrado pelo Reino Unido com um mandato que havia sido definido pela Sociedade das Nações em 1922. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a numerosa imigração judia para a região, que tinha forte oposição dos habitantes árabes, e o início de debates sobre a possível criação de dois Estados no território palestino, começou preocupar os mandatários. Em abril de 1947, cinco Estados árabes (Arábia Saudita, Egito, Iraque, Líbano e Síria), falando em nome do Estado palestino, tentaram, sem sucesso, pedir o fim do mandato britânico e a fundação do Estado

palestino. Surge, assim, a atuação da ONU para tentar mediar o conflito. Foi criado neste período a **UNSCOP (Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina)** para investigar todas as questões relativas ao problema da Palestina e a imigração judaica. A Comissão, ao final das investigações, elaborou **um Plano de Partilha**, mas não conseguiu consenso na sua aprovação. Em um segundo período de sessões, no mesmo ano de 1947, a Assembleia Geral adotou a resolução 181 de 29 de novembro de 1947, aprovando, com algumas modificações, o Plano de Partilha da UNSCOP que previa o fim do mandato inglês, a criação de um Estado árabe e um judeu, a divisão do território Palestino em 8 partes (3 para o lado israelense, 3 para o lado judeu, um que seria a cidade de Jaffa - enclave entre o território judeu e palestino; e Jerusalém, que ficaria sob a administração das Nações Unidas). O item está incorreto, porque esta **decisão da ONU não foi aceita pelos Estados árabes e os árabes palestinos**, que alegaram que a resolução violava as disposições da Carta das Nações Unidas, a qual outorgava o direito da população de decidir sobre seu próprio destino.

2: ANULADA. No item, afirma-se que **Jerusalém** é a "sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo)". Diferentes acepções da palavra "sede" fazem com que o item apresente ambiguidade insuperável. Assim, fez-se necessária a anulação do item. (justificativa do CESPE para a anulação do item).

3:Certa. Em **1979, a Revolução Iraniana** derrubou o Xá Mohammad Reza Pahlevi do comando do país e instaurou uma República teocrática Islâmica sob o comando do **Aiatolá Khomeini**. Inicialmente a revolução não teve caráter islâmico, constituindo-se em greves gerais e manifestações contra o regime de Reza Pahlevi. Após as medidas econômicas de 1976, que promoveram uma abertura da economia iraniana ao Ocidente, um forte período de crise e inflação instaurou-se no país. Entre 1975 e 1976, Reza Pahlevi havia feito importantes reformas laicas, que haviam desagradado profundamente os grupos religiosos. A abertura pró-Ocidente, no entanto, era acompanhada de fortes repressões e censura aos opositores do governo Pahlevi. A insatisfação geral da população iraniana resultou em uma série de greves em todos os setores em 1978 e a repressão do governo apenas incitou mais a população a continuar a lutar. Em janeiro de 1979, o Xá Reza Pahlevi deixa o governo iraniano e exila-se nos EUA, deixando as portas abertas para o retorno ao Irã do Imã Khomenini, que estava no exílio havia 15 anos. Khomenini, ao voltar ao Irã, Proclama a República Islâmica do Irã e a revolução ganha um teor fundamentalista com a instituição do Conselho Revolucionário Islâmico. Khomenini, aos poucos, começa a adotar medidas fundamentalistas como o limite da liberdade de expressão, a declaração da ilegalidade do governo civil, a Sharia (lei islâmica) como lei do país, entre outros. Pelo fato que os EUA haviam concedido asilo ao Xá Reza Pahlevi e estavam por trás de várias das medidas pró-Ocidente anteriores à revolução, os americanos e Israel, principal aliado americano na região, tornaram-se os **inimigos da revolução**. O incidente mais conhecido envolvendo os dois países foi o sequestro dos membros da Embaixada norte-americana de Teerã em 1979 que durou até 1981.

4: Errada. O item está incorreto, porque houve participação militar de países árabes, como a Arábia Saudita e o Egito, durante a Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos atacaram militarmente o Iraque em 1991. Já a Guerra do Iraque em 2003, levada a cabo pelo governo do então presidente americano George W. Bush, não teve apoio da maioria da comunidade internacional.

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3C, 4E

11. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Diplomacia 2007) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada oficialmente em 1996, decisão que contou com vigorosa participação brasileira. Terceira língua do Ocidente, apenas superada pelo inglês e pelo espanhol, no que concerne a número de falantes, o português é a identidade linguística que une os integrantes da Comunidade. Relativamente ao processo de constituição e de funcionamento da CPLP, assinale a opção correta.

(A) O primeiro grande desafio a ser vencido por meio da criação dessa comunidade foi a inexistência de uma tradição histórica de trocas e de formas de relacionamento, no passado colonial, entre a metrópole ibérica, o Brasil e as colônias portuguesas na África.

(B) O discurso predominante na Política Externa Independente da primeira metade da década de 60 do século passado, que conferia peso hegemônico ao confronto entre Leste e Oeste, praticamente inviabilizou a aproximação do Brasil com o continente africano e a possível criação de uma comunidade integrada pelas antigas colônias portuguesas.

(C) A independência das colônias portuguesas na África, que ocorreu no contexto da revolução que derrubou o salazarismo, coincide, no Brasil, com uma fase do regime militar marcada pela adoção de uma política externa mais aberta, que incluía o incremento de relações políticas e econômicas com a África.

(D) A política externa adotada pelo governo Itamar Franco, estrategicamente voltada para o alinhamento ideológico com os EUA e para o estreitamento de laços comerciais com a emergente Ásia, em muito retardou o processo de instituição oficial da CPLP.

(E) Embora defensores da idéia de se criar a CPLP, o português Mário Soares e o brasileiro José Aparecido de Oliveira notabilizaram-se pela defesa da tese de que a Comunidade somente poderia ser instituída quando a estabilidade política e econômica fosse plenamente alcançada pelos países que a integrariam.

A: Incorreta. O projeto de criar a Comunidade de Estados de língua portuguesa, ao contrário do que afirma o item, baseia-se na existência de uma tradição histórica tanto no passado colonial quanto na evolução da presença brasileira no continente. O Brasil, que foi também colônia portuguesa, divide com os outros Estados da CPLP não apenas a língua, mas o fato de ter, entre sua população, vários descendentes da África portuguesa, que vieram ao Brasil enquanto perdurou a escravidão negra.

B: Incorreta. A Política Externa Independente (PEI), inaugurada nos governos de Jânio Quadros em 1961 e João Goulart (1961-64), ao contrário do que afirma o item, possibilitou a aproximação com o continente africano, já que propunha uma política mais universalista e de diversificação de parceiros. Segundo Amado Cervo, o Brasil tinha o projeto de ser o elo entre a África e o Ocidente no período.

C: Correta. Com o advento da Revolução dos Cravos, em 1974, e o consequente fim do regime autoritário de Antônio Salazar em Portugal, as relações do Brasil com a África evoluíram mais consideravelmente. As independências das colônias portuguesas na África entre 1974 e 1975 foram apoiadas pelo Brasil, que ficou conhecido por ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1974. Além disso, o Brasil favorecia a autonomia dos novos Estados e a consolidação de relações amistosas e equânimes desses com Lisboa. Neste período, sob a égide dos governos militares de Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), as relações do Brasil com as colônias portuguesas na África registram um substancial aprofundamento. Pela via da política do pragmatismo responsável, iniciada no Governo Geisel, o Brasil tornou-se parceiro privilegiado de países africanos, com destaque especial para a Nigéria, para os países da África austral e para as ex-colônias portuguesas.

D: Incorreta. A política externa do governo Itamar Franco não foi marcada, como afirma o item, por um alinhamento com os EUA e pelo estreitamento de relações comerciais com os emergentes da Ásia. A política externa brasileira dos anos 1990 é caracterizada, principalmente, por uma onda regionalista, em resposta a uma necessidade de ganhar

maior competitividade no mercado global. O Brasil neste período assume uma postura em prol do multilateralismo com uma atuação mais assertiva como ator internacional. Neste contexto, surgiu o projeto da criação da CPLP, que teve o apoio irrestrito e entusiasta do então presidente Itamar Franco, ainda que fundada em 1996, na presidência de Fernando Henrique Cardoso. As negociações foram extensas, pois foi necessário convencer setores lusitanos, que não queriam dividir suas influências sobre suas antigas colônias, além dos países africanos, que suspeitavam que a instituição pudesse dar margem para um novo colonialismo.

E: Incorreta. O brasileiro José Aparecido de Oliveira ocupava o cargo de Embaixador em Lisboa, durante a presidência de Itamar Franco, e foi um dos grandes articuladores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Com o apoio de Mário Soares, ex-presidente de Portugal, que também era um grande entusiasta do projeto, José Aparecido convenceu os novos países a respeito da necessidade de confiar na CPLP, visto que a presença brasileira neutralizaria a suspeita de que a instituição viesse a ser instrumento do novo colonialismo. O item está, portanto, incorreto.

Gabarito "C"

12. A AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL

12.1. O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais

Em contraste com a crise do multilateralismo dos anos 80, a última década do século XX constituiu um período de intensa mobilização dos foros diplomáticos parlamentares, fosse para enfrentar ameaças iminentes e localizadas à paz, fosse para apontar soluções para problemas de longo prazo que se vinham agravando no mundo desde o início da Idade Moderna. Uma das vertentes dessa mobilização, de escopo amplo e caráter não-imediatista, foi impulsionado pelo fortalecimento das sociedades civis e produziu uma série de grandes conferências sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) no campo social. Com características inéditas, essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional dos temas globais, antes reputadas matérias da alçada exclusiva das jurisdições nacionais.

Em 1990, os temas globais ainda eram chamados de novos temas na agenda internacional. A expressão se aplicava a algumas questões que não eram novas, mas vinham recebendo atenção renovada desde o início da distensão Leste-Oeste, na segunda metade dos anos 80, como o controle de armamentos, o narcotráfico, o meio ambiente e os direitos humanos. Envolvia, por outro lado, assuntos de definição imprecisa, como a democracia e o terrorismo, ou de natureza polêmica, como a prestação de auxílio humanitário externo às vítimas de conflitos civis contra a vontade do governo dominante.

José Augusto Lindgren Alves. Relações Internacionais e temas sociais: a **década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001, p. 31 e 43 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo como referência inicial o texto anterior, de José Augusto Lindgren Alves, e levando em conta as novas configurações do cenário mundial, julgue os itens que se seguem.

(1) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi o primeiro dos grandes encontros internacionais realizados na última década do século passado. Especialistas reconhecem que, ao lado de outros fatores, foi decisiva a ação do Brasil para que a reunião adotasse um enfoque acentuadamente social para a abordagem da questão ambiental.

(2) Dois dos mais importantes resultados da Rio-92 foram a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada em nível de chefes de Estado e de Governo, e a inovação conceitual presente na noção de desenvolvimento sustentável, embasado nos princípios do desenvolvimento como direito e da necessária vinculação da proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento.

(3) Especialistas e militantes da causa dos direitos humanos, ainda que por caminhos ou motivações diferentes, acreditam que a forma tímida como esse tema tem evoluído no âmbito dos Estados e na vida cotidiana das sociedades deriva, em larga medida, do fato de que ele continua a ser visto — inclusive nas grandes conferências internacionais — como um fim em si mesmo, em vez da desejável condição de instrumento para a consecução da plena cidadania.

(4) De 1948, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, aos dias de hoje, a política exterior do Brasil portou-se de forma distinta em relação ao tema. À época do regime militar, assumiu posições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais. Com a redemocratização, o país avança e, ao lado de outras medidas, adere às convenções internacionais contra as distintas formas de discriminação e de tortura, além das que salvaguardam os direitos da criança e do refugiado.

(5) Em aparente rota de colisão com a Carta de 1988, reconhecidamente voltada para a defesa dos direitos e das garantias individuais e coletivas, o Estado brasileiro tomou duas atitudes que foram alvo de protestos no país e no exterior. A primeira, menos de um ano após a promulgação da nova Constituição, foi não reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativamente a atos praticados por brasileiros. A segunda, mais recente, foi a extinção da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

1: Certo. A **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, inaugurou uma série de encontros internacionais sociais nos anos 1990. Segundo José Augusto Lindgren Alves, talvez a Rio 92 não entrasse no conjunto de Conferências sociais dos anos 1990 se não fosse pela atuação da sociedade civil, inclusive movimentos sociais de grande escopo e ONGs de direitos humanos. A ideia que um meio ambiente sadio pudesse entrar como direito de "terceira geração" estava sendo discutida há muitos anos nos meios acadêmicos e jurídicos, mas ela não tinha ainda respaldo em nenhum documento do direito internacional. O sucesso da Conferência ocorreu graças à atuação brasileira e pelo fato do país ser sede do evento. Os esforços brasileiros tinham interesse em assegurar o sucesso da Conferência. **Outras Conferências importantes** que ocorreram no período foram a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento que ocorreu no Cairo em 1994; a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, que aconteceu em Pequim em 1995; além da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos de 1993; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social que ocorreu em Copenhagen em 1995, entre outras.

2: Certo. A **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** foi elaborada durante a CNUMAD e foi um dos cinco instrumentos adotados ao final da Conferência (os outros foram: a Agenda 21, a Declaração das Florestas, a Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas). A Declaração foi adota ao nível de Chefes de Estado e Governo e estabeleceu 27 princípios que orientam a Agenda 21, entre eles o do "desenvolvimento sustentável", o da "preocupação" e o do "poluidor pagador". O conceito de **desenvolvimento sustentável** foi a principal inovação conceitual internacional que resultou da Rio 92. Oriunda do **Relatório Brundtland**, intitulado "Nosso Futuro Comum", de 1987, o princípio do desenvolvimento sustentável foi somado à Declaração do Rio de Janeiro e divulgado à comunidade internacional, referindo-se ao desenvolvimento como direito e integrando necessariamente a proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento. Ao reconciliar a ideia de desenvolvimento e progresso econômico, a Rio 92 superou o pensamento de que a natureza era incompatível com o desenvolvimento dos Estados, ideia extremamente defendida pela política externa brasileira.
3: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque o tema dos direitos humanos não tem evoluído de forma tímida nas relações internacionais. Durante os anos 1990, novos conceitos e experiências internacionais possibilitaram uma importante evolução na matéria de direitos humanos. A integração de elementos de direitos humanos nas novas Operações de Paz das Nações Unidas - como a UNTC no Camboja, a UNOSOM na Somália e a UNPROFOR, na ex-Iugoslávia - era uma forma de absorção do tema também pelo Conselho de Segurança da ONU. O campo semântico dos direitos humanos foi utilizado em várias outras conferências durante a década de 1990, mesmo naquelas que não tinham essa temática como central. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993, fortificou a ideia, já presente em outros documentos internacionais, da essencialidade da proteção dos direitos humanos e da sua indivisibilidade. Foi reconhecido pela primeira vez, por consenso, os direitos humanos como indubitavelmente universais no artigo 1º da Declaração. Eles foram vistos como um conjunto inextricável de atributos fundamentais de que são titulares todas as pessoas pelo simples fato de serem humanas – não como fim em si mesmos, mas como instrumentos para a consecução de todos os objetivos propostos.
4: Certo. A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, em uma conjuntura internacional caracterizada pelos constrangimentos do pós-guerra, foi essencial para conscientizar governos e sociedades da necessidade de definir e respeitar direitos fundamentais de todos os seres humanos. Durante os **anos 1970**, o Brasil tinha uma **atuação mais soberanista** em sua política externa em relação ao tratamento de questões de direitos humanos. Além disso, a ditadura militar vigente no país adotava uma posição mais defensiva quando se tratava destes temas. Mesmo se, em 1977, o Brasil foi eleito para ocupar uma cadeira na extinta Comissão de Direitos Humanos da ONU, o país tentou resguardar sua soberania dentro do órgão, adotando ações defensivas sobre este tema. Com a redemocratização, a partir de 1985, o Brasil entrou com o processo de ratificação de três importantes tratados gerais de proteção: os dois Pactos de Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Em 1989, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. A Convenção sobre o **Direito das Crianças** foi ratificada em 1990 e a Convenção sobre o **Direito dos Refugiados** em 1992. Em 1993, durante a Conferência internacional para Direitos Humanos em Viena, o Brasil ganhou papel de destaque na comissão para a redação da declaração final, com a presidência de Gilberto Sabóia na comissão.
5: Errado. A **Corte Interamericana de Direitos Humanos** é o principal órgão jurisdicional do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos e foi criado pelo Pacto de San José de 1969. O item está incorreto porque o Brasil, que ratificou o Pacto de San José em 1992, aceitou a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos por meio de decreto, em 2002, válido por prazo indeterminado. Portanto, não houve colisão com a Constituição de 1988, como afirma o item. O item possui outro erro, já que afirma que houve a extinção da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. A **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)** é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Criada em 1977, dentro do Ministério da Justiça, foi alçada ao status de ministério em 2003. No ano de 2010, a Secretaria ganhou o nome atual.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

12.2. Meio ambiente

(Diplomacia 2007) A questão ambiental logrou inscrever-se na agenda do mundo contemporâneo e ocupar posição relevante no cenário da política internacional. Em meio a opiniões divididas quanto aos efeitos da degradação ambiental e às possíveis soluções para problema de tamanha magnitude, há consenso quanto ao fato de que o aquecimento global é real e preocupante. Relativamente a esse tema, assinale a opção incorreta.

(A) A partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em 1992, chegou-se ao Protocolo de Kyoto, que, tendo sido assinado e ratificado pelo conjunto dos Estados integrantes da ONU, estabelece limites para a emissão de gases que ampliam o efeito estufa.

(B) O Brasil foi o autor da proposta conhecida como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando relacionados a aterros sanitários os dois primeiros projetos aprovados pelo país para a obtenção de créditos internacionais em troca da redução da emissão de gases poluentes.

(C) Nos últimos anos, o processo de alteração climática decorrente do efeito estufa, que é um fenômeno natural, vem-se acelerando mediante a ação do homem, pelo aumento descontrolado da emissão de gases poluentes na atmosfera, sobretudo pela indústria e pelos automóveis.

(D) Dono de uma das mais ricas biodiversidades e da maior floresta tropical do planeta, o Brasil confirmou sua adesão a importantes convenções e protocolos internacionais, entre os quais se destacam os relativos ao comércio de substâncias tóxicas, ao banimento gradual de poluentes orgânicos nocivos ao meio ambiente e às normas para a utilização segura de produtos transgênicos.

(E) A aprovação pelo Congresso Nacional é condição indispensável para que sejam ratificados acordos internacionais negociados pelo Poder Executivo em matéria ambiental.

A: Incorreta. A primeira parte do item está correta, já que **Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas** foi um dos cinco acordos negociados no âmbito da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Foi previsto na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, que, após a CNUMAD, promover-se-iam Conferências entre os Estados Partes (COP) para negociar sobre a temática de mudanças climáticas mais profundamente. O Protocolo de Kyoto foi, portanto, resultado da III COP, que ocorreu no Japão, na cidade de Kyoto em 1997. O primeiro erro do item está na afirmação que o Protocolo de Kyoto foi assinado e ratificado pelo conjunto dos integrantes da ONU. Segundo o artigo 22 do Protocolo, ele só poderá ser ratificado pelos Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, e não por todos os membros da ONU, como afirma o item. Além disso,

ele não foi ratificado nem por todos os membros da Convenção-Quadro, que conta hoje com 195 ratificações, enquanto o Protocolo possui atualmente 193 Estados Partes (192 Estados e um grupo regional, a União Europeia) – sendo que os EUA não ratificaram o Protocolo. O Protocolo de Kyoto determinou um tratamento diferenciado para as partes do acordo definindo em seu artigo 3, metas específicas para países presentes no Anexo 1 da Convenção (39 países desenvolvidos incluindo a Comunidade Econômica Europeia). A meta para os países do Anexo I era de reduzir as emissões de gases estufa em 5% sobre o que esses Estados emitiam em 1990, no período de 2008 a 2012. Existiu, portanto, o estabelecimento de limites para a emissão de gases estufa, como afirma o item, mas ele não foi feito para todos os Estados Partes no Tratado. Durante a 17ª COP que ocorreu em Durban em 2017, foi acertado a extensão do Protocolo de Kyoto até 2017. A Rússia, o Japão e o Canadá anunciaram, neste encontro, seu desvinculo com o acordo.

Gabarito "A"

Sugestão de leitura: "A Ordem Ambiental Internacional" de Wagner Costa Ribeiro.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Em dezembro de 2009, ocorre a Conferência das Nações Unidas acerca das mudanças climáticas — Conferência de Copenhague ou COP-15 —, na qual devem ser lançadas as bases de um regime internacional para o tema. Considerando as posições brasileiras a respeito das mudanças climáticas, julgue os itens que se seguem.

(1) As recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal, na costa brasileira, ao mesmo tempo em que atenuaram a ênfase da diplomacia brasileira nos biocombustíveis, aproximaram o Brasil das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América com relação às metas de redução das emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa.

(2) O país endossa, desde o Protocolo de Quioto, o princípio de responsabilidade comum entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global, razão pela qual defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa, como base de um regime internacional para o tema.

(3) Com base no princípio de responsabilidade comum mas diferenciada, o Brasil propugna aliar medidas de redução do desmatamento aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa e, ao mesmo tempo, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque as recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal não atenuaram a ênfase da política externa brasileira em relação aos biocombustíveis, visto como tema prioritário. Sobre os biocombustíveis, a preocupação brasileira é relacionar os biocombustíveis com o desenvolvimento sustentável, conforme seus três pilares (econômico, ambiental e social). O objetivo brasileiro é o reconhecimento do etanol como *commodity* energética. Além disso, outro erro do item é afirmar que o Brasil se aproximou das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América em relação às metas de redução de emissões. O Brasil, desde a 15ª Conferência das Partes, a COP-15, que se realizou em Copenhague, em dezembro de 2009, atua em convergência com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) em relação à temática das mudanças climáticas. O BASIC defende, principalmente, princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, em relação à temática das mudanças climáticas. Sobre o Protocolo de Quioto, o grupo defende que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa sejam feitos por países desenvolvidos, e que sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de restringir o aumento de temperatura em no máximo 2ºC, o que foi reconhecido durante a COP-16 de 2010 em Cancun, México.

2: Errado. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, no âmbito do Protocolo de Quioto, defende o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse princípio está em consonância com o princípio da equidade ao tratar os desiguais de maneira desigual, de forma a igualá-los materialmente com os Estados desenvolvidos. O Brasil, juntamente com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia, China), defende o estabelecimento de metas quantificadas de redução de emissões para os Estados-parte do Anexo I da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Nesse sentido, o item está igualmente incorreto ao afirmar que o Brasil defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO2 e de outros gases causadores do efeito estufa.

3: Certo. O item está correto porque o Brasil adota o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tanto para a redução do desmatamento quanto em relação aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa. O Brasil, nesse sentido, vem promovendo, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o estabelecimento de um sistema de incentivos financeiros para países que reduzam emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento. Além disso, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão de gases de efeito estufa.

GABARITO 1E, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008) As questões ambientais e de mudanças climáticas chamam atenção do Brasil há algum tempo. Julgue os itens subsequentes, acerca desse tema.

(1) As posições do Brasil com relação às mudanças observadas no clima do planeta e às propostas de soluções para uma Terra mais limpa são consideradas conservadoras pelos organismos internacionais.

(2) Pressões de grupos e interesses internacionais exercem influência sobre discussões acerca da Amazônia e de seu desmatamento.

(3) As convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais.

(4) O Brasil tem cumprido as metas com relação à temática não apenas do clima, mas também da pobreza e de combate à fome, sendo um exemplo quanto a esse último aspecto.

1: Errado. As posições do Brasil na área de mudança climática não são consideradas conservadoras; pelo contrário, o Brasil é extremamente propositivo nessa área. Nos últimos anos, o Brasil tem tido um papel de liderança no debate internacional sobre mudanças climáticas. Durante a 15ª Conferência das Partes em Copenhagen, atuou ativamente na negociação do Acordo de Copenhagen e defendeu a constituição de um Fundo para financiar países pobres. Foi prometido 30 bilhões de dólares para o Fundo que seriam pagos principalmente pelos Estados Unidos, pelo Japão e pela União Europeia, a serem liberados entre 2010 e 2012. O Brasil não apenas apoiou a criação do Fundo, mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma contribuição financeira brasileira, se faltasse dinheiro.

2: Certo. A Amazônia desperta, como afirma o item, forte interesse da comunidade internacional tanto por suas questões ambientais, já que

ela abriga uma imensa diversidade biológica – 15% de todas as espécies de planta e animais conhecidas no mundo – quanto pelo enorme potencial econômico, oriundos dos recursos que se encontram na floresta tropical. Além disso, diversas organizações não governamentais nacionais e internacionais participam do forte debate da sociedade civil brasileira sobre desmatamento e a exploração econômica da região.
3: Errado. O item está incorreto porque as convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima **não** estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais. Um exemplo categórico é o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas verificáveis sobre a emissão de gases causadores do efeito estufa. O Protocolo, criado em 1997, em Kyoto, apenas entrou em vigor em 2005, após a ratificação da Rússia, atingindo o número mínimo de ratificações, o que corresponderia a 55% das emissões de gases em 1997. O Protocolo prevê que suas metas sejam cumpridas entre 2008 e 2012, ano em que o acordo expirará. Atualmente, diversas tentativas de chegar a um acordo estão sendo empreendidas, com grandes dificuldades de negociação de um novo acordo que substitua Kyoto. Exemplo dessa dificuldade é não adesão dos EUA, o maior emissor do mundo atualmente, com 25% das emissões.
4: Certo. Vale destacar, sobre a temática do clima, que além de o Brasil cumprir suas metas, o país assumiu a posição de vanguarda entre os países em desenvolvimento durante a COP-15, realizada em Copenhagen em 2009, ao apresentar metas ambiciosas de redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O compromisso brasileiro assumido na COP 15 foi legislado na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que está em fase de regulamentação. Já o combate contra a pobreza e contra a fome se insere entre os compromissos brasileiros relacionados aos Objetivos do Milênio (ODM). Resultado da **Declaração do Milênio** das Nações Unidas adotada em setembro de 2000, os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** (ODM) enumera uma série de objetivos concretos (meio ambiente, saúde, desenvolvimento social, direito das crianças, das mulheres, entre outros) que foram tratados em diversas Cúpulas internacionais durante os anos 1990. A Declaração traz, portanto, uma série de indicadores quantitativos que têm o intuito de medir as ações dos Estados nesses temas. O Brasil, a menos de cinco anos para terminar o prazo estipulado pelas Nações Unidas para que sejam atingidos os ODM, já atingiu alguns dos Objetivos com uma década ou mais de antecedência. Entre as principais áreas estão o combate à pobreza – com a eliminação de um quarto da população pobre do país – e o combate contra a fome – o país diminui em 50% a parcela da população que passa fome. A intenção brasileira é erradicar o problema da fome até 2015.

Gabarito 1E, 2C, 3E,4C

12.3. Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC)

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos à Organização Mundial do Comércio (OMC).

(1) São desafios centrais para a conclusão da Rodada de Doha a definição de modalidades de liberalização e redução de subvenções para produtos agrícolas, bem como o fechamento de acordo sobre o acesso a mercados para produtos não agrícolas.

(2) A eclosão da crise financeira em setembro de 2008 e o seu aprofundamento, que resultaram no estancamento do comércio internacional e na suspensão das negociações da Rodada de Doha, geraram condições para o recrudescimento do protecionismo em escala global.

(3) Os acordos da OMC versam, principalmente, sobre comércio de bens e de serviços e aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, ficando todos os paísesmembros sujeitos às disposições e aos compromissos neles estabelecidos.

(4) A diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio bem como a complexidade dos instrumentos e das medidas que conformam as políticas comerciais justificam a necessidade de compromissos e disciplinas multilaterais que orientem as ações dos governos e os agentes comerciais no campo do comércio internacional.

1: Certa. A Rodada Doha é uma rodada de negociações no âmbito da OMC e iniciou-se no Quatar no ano de 2001 com o nome de Rodada do Desenvolvimento. O mandato negociador da rodada estipulado em 2001 é muito amplo e envolve um número importante de temas, com o objetivo de contabilizar os interesses comerciais dos 154 países membros da OMC. Entre os principais temas e objetivos de negociação estão: redução dos picos tarifários, altas tarifas, escalada tarifária e barreiras não tarifárias em bens não agrícolas – *Non-Agricultural Market Access* – NAMA; discussão de temas relacionados à agricultura (subsídios, apoio interno, redução de tarifas e crédito à exportação; negociar a liberalização progressiva em serviços, conforme estabelecido nas discussões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS; ampliação do Acordo TRIMs – *Trade Related Investment Measures*, (investimentos em bens); discussão sobre a interação entre comércio e política de concorrência; negociação sobre maior transparência em compras governamentais; condução negociações que aprimorem as disciplinas dos Acordos sobre antidumping, subsídios e medidas compensatórias, preservando seus conceitos básicos (fonte: MDIC). Além destes temas, inclui-se a discussão sobre bens ambientais, propriedade intelectual e o aperfeiçoamento das regras no sistema geral de solução de controvérsias.
2: Errada. Mesmo se a eclosão da crise financeira em 2008 gerou um processo de recrudescimento de pressões protecionistas, o item está incorreto, primeiramente, porque não houve estancamento da economia mundial e porque a **Rodada Doha não foi suspensa**. Iniciada em 2001, a Rodada Doha de negociações em matéria de comércio internacional passa por um período de paralisia desde 2008, em razão dos impasses nas negociações, principalmente no que tange aos temas de agricultura e produtos não agrícolas (NAMA). Segundo a posição oficial do Itamaraty, no cenário atual de crise econômica e de consequente aumento das pressões protecionistas, a conclusão da Rodada torna-se ainda mais necessária, por fortalecer a credibilidade da OMC e do sistema multilateral de comércio. As negociações não se encontram, portanto, suspensas, passam apenas por um período de impasse.
3: Certa. Os acordos da OMC versam principalmente sobre bens agrícolas e não agrícolas, serviços e propriedade intelectual. Desde a criação da OMC, em 1995, e mesmo durante as negociações da Rodada do Uruguai (1986-1995), as negociações multilaterais de comércio são orientadas pelo princípio do ***single undertaking***. O princípio propõe que cada item da negociação é parte indivisível de todo o pacote da negociação e não pode ser acertado separadamente - "Nada é acordado até que tudo seja acordado". O princípio do *single undertanking* vai de encontro com o funcionamento do **GATT à la carte**, que previa a possibilidade que os Estados da negociação aceitassem apenas os acordos que lhes interessassem, não tendo obrigação de aceitar o pacote todo. Na OMC, todos os países ficam sujeitos aos compromissos estabelecidos nos tratados, como afirma o item. É por esse motivo que as negociações da OMC são mais difíceis e lentas do que aquelas feitas no GATT 47.
4: Certa. O item define a realidade atual do comércio internacional com uma vasta diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2007) Considerando os interesses brasileiros na Rodada de Doha da OMC, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Nas negociações acerca de acesso a mercados, o Brasil objetiva a eliminação ou a redução de restrições tarifárias e nãotarifárias que incidem sobre suas

exportações de bens, de forma geral, priorizando o tratamento dos fatores que restringem e distorcem o comércio agrícola.

(2) ( ) Dada a participação majoritária do setor terciário na composição de seu Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil almeja o aumento de sua participação nas exportações mundiais de serviços, defendendo, por conseguinte, ampla liberalização dessa modalidade de comércio.

(3) ( ) Por dispor de um parque industrial amplo e diversificado, embora com diferenças setoriais quanto aos níveis de competitividade, o Brasil posiciona-se contrariamente ao aprofundamento de compromissos relativos a reduções tarifárias para produtos manufaturados.

(4) ( ) O Brasil propugna maior transparência na aplicação de medidas contra práticas desleais de comércio, em particular, medidas antidumping e antisubsídios, que afetam suas exportações para os países desenvolvidos.

1: Certa. O termo "acesso a mercado" está relacionado a medidas e instrumentos que afetam a entrada de produtos de um país em outros países, tais como as restrições e/ou limitações à importação (tarifas, quotas tarifárias, quotas de importação), com influência direta na competição entre produtos importados e domésticos. A negociação sobre acesso a mercados no âmbito da OMC foi colocada em pauta no mandato negociador da Rodada Doha, em 2001, em relação ao acesso a mercados agrícolas e não agrícolas. O Brasil, que é um forte importador de produtos primários, dá maior ênfase à negociação de produtos agrícolas no âmbito da OMC. Em relação ao setor agrícola, foi colocada na pauta a necessidade de uma redução significativa dos subsídios à produção agrícola e uma redução, com vistas à eliminação dos subsídios à exportação no setor. O item está, portanto, correto, já que o Brasil tem uma posição em geral a favor da eliminação das restrições ao acesso a mercados, priorizando-a principalmente na questão da agricultura.

2: Errada. Apesar de o Brasil ter uma forte participação do setor terciário no conjunto do seu PIB (de acordo com o IBGE, este setor concentrou em 2009 68,5% do PIB), o item está incorreto ao afirmar que o Brasil defenda ampla liberalização dessa modalidade de comércio na OMC. O instrumento jurídico que discute questões de serviços na OMC é o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), firmado em 1994, como um dos anexos do Acordo Constitutivo da OMC. Os compromissos em acesso a mercados foram definidos no GATS por meio da modalidade de «lista positiva». Por essa modalidade, os países especificam em listas nacionais anexas ao GATS, quais os setores que pretendem liberalizar e qual o nível e condições de acesso a mercados nos diferentes modos de prestação. Durante a negociação sobre o mandato negociador da Rodada Doha iniciada em 2001, o GATS foi considerado um acordo superficial, pois não impõe compromisso efetivo de liberalização desse comércio. O mercado de serviços, no entanto, é dominado pelos países desenvolvidos, o que traz certa desconfiança dos países em desenvolvimento sobre a maior abertura deste mercado. O Brasil, juntamente com estes países em desenvolvimento, não defende uma ampla liberalização do setor como afirma o item.

3: Errada. O comércio de produtos manufaturados, que representa mais de 73% do comércio mundial de mercadorias, é negociado na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio no âmbito do acordo de Acesso a Mercados de Bens Não Agrícolas (conhecidas por sua sigla em inglês, NAMA – *Non-Agricultural Market Access*). O NAMA envolve basicamente a liberalização do comércio de produtos manufaturados e interessa principalmente aos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento têm manifestado duas preocupações estratégicas sobre o tema: garantir maior acesso de seus principais produtos de exportação aos mercados dos países desenvolvidos e aumentar, ou ao menos preservar, o espaço de manobra para perseguir políticas de fomento à industrialização. O item está incorreto porque o Brasil não é contrário ao aprofundamento do NAMA. Mesmo se as tarifas brasileiras para produtos não agrícolas são extremamente altas (uma média de 31%), o país está aberto para negociações no setor. É comum que as negociações sobre o NAMA façam contrapartida às negociações agrícolas, já que o NAMA interessa aos países desenvolvidos e a liberalização agrícola interessa, principalmente, aos países em desenvolvimento. Em 2008, durante a reunião mini-ministerial que ocorreu em Genebra, o Brasil aceitou um corte importante nas tarifas dos produtos não agrícolas em troca da diminuição do subsídio agrícola. O acordo, no entanto, não foi possível pela falta de consenso em outros temas.

4: Certa. O item está correto e define a política comercial brasileira em relação aos subsídios e às políticas de dumping.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 consolida a crescente abertura do país de maior população do mundo. Tal fato foi marcado por vários anos de difíceis negociações com os principais parceiros internacionais, EUA e União Européia, com os quais teve que concluir prévios acordos sobre as modalidades concretas da mútua abertura das economias. Foi celebrada, portanto, mesmo que de maneira superficial, como uma forma de triunfo final da economia de mercado. Os pragmáticos chineses parecem nutrir a idéia básica que permitiu no passado os êxitos do Japão e dos tigres asiáticos: integrar-se ao mundo ainda dominado pelo Ocidente de maneira dinâmica, mas prudente, negociada e não imposta, sem deixar-se dominar.

Viktor Sukup. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. *In*: Revista **Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 45, n.o 2, 2002, p. 82 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Julgue os itens subsequentes, com relação ao tema focalizado no texto acima.

(1) A atual experiência de abertura posta em prática pela China teve seu início na década de 80 do século passado e, nos seus aspectos essenciais, está calcada na tentativa de reformas da extinta União Soviética, sob o comando de Gorbachev. Em ambos os casos, o ritmo de flexibilização política do regime, provavelmente por sua celeridade, interpôs obstáculos ao crescimento da economia, o que, no caso soviético, foi fatal e abreviou a existência do socialismo real.

(2) Embora gigantesca, a população chinesa apresenta uma bem reduzida capacidade de consumo, devido à diminuta média salarial. Entrar na OMC, depois de exaustivas negociações que redundaram no tratamento preferencial ao país, que pôde praticamente manter cerradas suas fronteiras aos produtos estrangeiros, foi a saída perseguida pela China para escoar sua produção pelos mercados mundiais.

(3) Na opinião do autor, expressa no texto, a estratégia chinesa de inserção no mercado global lembra a experiência nipônica da segunda metade do século XIX. Com efeito, entre outros significados, a Era Meiji correspondeu à decisão japonesa de se modernizar como meio de se desenvolver pela via da não subalternidade em relação ao Ocidente.

(4) Sucessora do GATT, a OMC é uma das mais conhecidas instâncias multilaterais dos dias atuais, tendo, entre outras, a missão de elaborar as normas regulado-

ras do comércio mundial, zelar pela sua observância e julgar os contenciosos entre os atores do mercado mundial.

(5) O Brasil teve destacada atuação na última grande reunião da OMC, realizada em Cancún, no México. Para muitos, ao chegar ao fim de seus trabalhos, tendo cumprido a extensa agenda previamente acertada, a reunião de Cancún, em vez de ter sido o fracasso que alguns apregoaram, foi plenamente proveitosa por ter levado às últimas consequências o debate em torno dos subsídios agrícolas que os países mais ricos teimam em continuar praticando.

1: Errado. O item está incorreto ao relacionar a abertura econômica chinesa com a abertura soviética e por afirmar que a inflexibilização do regime impôs problemas a ambas as economias. Como salienta Eric Hobsbawm, apesar dos seus atrasos e misérias, a China nunca teve os complexos tão típicos da URSS e de outros países socialistas que queriam a qualquer preço «alcançar e ultrapassar» os países capitalistas avançados. O cisma sino-soviético, que ocorreu em 1962, teve suas causas relacionadas com o afastamento ideológico entre a China e a Rússia de Kruschev, pela negação da URSS em transferir tecnologia nuclear para a China, além das mudanças no modelo econômico chinês que eram criticadas pelos soviéticos. Em relação a modernização chinesa, desde 1979, dois anos após a morte de Mao T'se Tung, e sob a liderança do veterano dirigente Deng Xiaoping, a China começou a se colocar na órbita da «modernização» e da economia «globalizada». Desde a chegada de Deng, a economia chinesa, quase totalmente fechada desde 1949, abriu-se de modo gradual, e mostrou uma das maiores taxas de crescimento do mundo, ao redor de 10% por ano. Já a abertura econômica soviética, iniciada através da **Perestróica**, não ocorreu de forma gradual e não foi bem sucedida como a chinesa, o que resultou no fim da União Soviética em 1991. Ou seja, a flexibilização do regime chinês não interpôs obstáculos diretos ao crescimento da economia chinesa, como afirma o item. De acordo com o economista Joseph Stiglitz, o modelo de gradualismo chinês opõe-se a terapia de choque soviética.

2: Errado. A **China** foi aceita na **Organização Mundial do Comércio** em setembro de **2001**, depois de exaustivas negociações que iniciaram em 1986, data que o país submeteu seu pedido de entrada à organização. O item está incorreto já que, ao final das negociações, a China aceitou uma série de compromissos visando liberalizar seu regime com o objetivo de integrar-se mais efetivamente na economia mundial. As negociações com os seus principais parceiros internacionais, Estados Unidos e União Europeia, estimularam a economia chinesa a concluir prévios acordos sobre modalidades concretas de mútua abertura das economias entre os acordos, a China concordou em estabelecer um tratamento de não discriminatório a todos os membros da OMC; abolir as práticas de estabelecimento de preços diferenciados entre produtos que estão destinados a serem vendidos na China e fora da China; além disso, o país não poderá controlar os preços para oferecer proteção aos seus fornecedores nacionais. Durante o processo de negociações, a China conseguiu manter o direito de conservar um regime de comércio de Estado exclusivo para produtos como cereal, tabaco, combustíveis e minerais. Por um período de 12 anos foi estipulado que um mecanismo de salvaguarda transitório seria aplicado no caso das importações de produtos de origem chinesa causarem dano a outros produtores. O item está incorreto, porque a China não manteve fechadas suas fronteiras aos produtos estrangeiros e não possui uma reduzida capacidade de consumo.

3: Certo. O autor estabelece no decorrer do texto uma **comparação entre a China e o Japão da época Meiji** (1868-1912). O Japão, neste período, estabeleceu medidas protecionistas, *nation building*, construção de estradas de ferro, progressos em educação e aprendizagem tecnológica, entre outros, e transformou o país industrialmente, consagrando-o como potência industrial e militar. Segundo o autor, os pragmáticos chineses pareceram nutrir a ideia básica que favoreceu o crescimento do Japão e dos tigres asiáticos: integrar-se ao mundo, dominado pelo Ocidente, de maneira dinâmica, mas prudente, sem se deixar dominar. Tanto os chineses quanto os japoneses da época Meiji souberam ser parceiros das grandes potências em condição de igualdade e sem serem subordinados a essas. Os japoneses do período Meiji, depois de dois séculos de isolamento quase que total, colocaram sua economia à altura do Ocidente sem abandonar sua cultura. Neste quesito, pode-se também estabelecer uma relação com a abertura chinesa dos anos 1980, o que faz que o item esteja correto.

4: Certo. A OMC (**Organização Mundial do Comércio**), fundada em 1995, pelos acordos de Marraqueche, é uma organização internacional que tem como objetivo regulamentar as negociações comerciais entre seus membros, acompanhar a aplicação e seguimento das políticas comerciais, solucionar as controvérsias e reforçar a capacidade comercial dos países em desenvolvimento. A OMC foi sucessora dos Acordos Gerais sobre Tarifas e Comércio de 1947 (GATT) e incorporou as resoluções decididas no âmbito deste organismo na sua criação. O GATT ainda vigora nos acordos da OMC sob o nome de GATT 1994.

5: Errado. A V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2003, realizada em Cancún, no México, encerrou-se sem produzir os resultados a que se propunha. Os embates que marcaram seus trabalhos, e que culminaram no impasse que levou Luis Emesto Derbez, Secretário de Relações Exteriores do México e Presidente da Conferência, a declarar de maneira abrupta o seu encerramento às 16h do último dia, terminaram a reunião sem nenhum acordo concreto. Ao invés de uma Declaração Ministerial que desse rumo à continuação da Rodada multilateral de negociações comerciais, iniciada em Doha em 2001, o encontro produziu um pequeno comunicado final de seis parágrafos, cuja parte operativa resumia-se a procurar manter vivo o processo negociador. O item está incorreto, portanto, quando afirma que a agenda do encontro foi cumprida e que se chegou ao fim dos trabalhos durante a reunião de Cancun. A reunião correspondeu ao fracasso previsto e não conseguiu encontrar uma solução para o contencioso agrícola. Segundo o ex-ministro Celso Amorim, a reunião de Cancún deteriorou-se graças a um acerto tático entre Estados Unidos e União Europeia, que, ao invés de auxiliar para o progresso das negociações, abriu a possibilidade de que os subsídios à exportação não fossem eliminados para certos produtos. A fórmula para acesso aos mercados não atendia, assim, aos interesses exportadores do Mercosul e de outros países em desenvolvimento. O item está, no entanto, correto na parte que afirma que o Brasil teve papel de destaque durante a reunião. Foi às vésperas da Reunião de Cancún, que o Brasil e outros Estados interessados no tema da agricultura se reuniram no G20, conhecido como G-20 comercial – uma vitória da diplomacia brasileira.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Sugestão de leitura: Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Política Externa - Vol. 12, nr. 3, «A Lição de Cancún».

(Diplomacia – 2002) O Grupo de Cairns:

(A) foi constituído em 1972, por países em desenvolvimento, para participar do consórcio internacional Intelsat, que construiu e lançou o primeiro satélite de comunicações civis.

(B) foi constituído em 1975, pelos maiores consumidores de petróleo entre os países em desenvolvimento, para obter melhores condições de importação dessa matéria-prima. Inicialmente, o Brasil participou como observador, tornando-se membro em 1982.

(C) foi constituído em 1990, por antigas colônias inglesas na África e Oceania, para coordenar as políticas de cooperação tecnológica com a então Comunidade Econômica Européia.

(D) foi constituído em 1990, por países em desenvolvimento, de modo a coordenar suas propostas tecnológicas no Âmbito da Rodada Uruguai do GATT.

(E) foi constituído em 1986, por países competitivos em agricultura, que têm buscado, desde o lançamento da Rodada Uruguai do GATT, a liberalização do comércio agrícola internacional.

E: Correta. O Grupo Cairns é uma coalizão de 19 países exportadores agrícolas que contam hoje com 25% da exportação agrícola mundial. O Grupo foi fundado em 1986, durante a Rodada do Uruguai no GATT, para defender os interesses destes Estados, principalmente, contra as medidas protecionistas europeias em relação à agricultura. Durante a Rodada Doha, da OMC, o grupo continuou insistindo na liberalização do comércio na área agrícola. O grupo tem como membros: **Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai.**

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2000) De 30 de novembro a 3 de dezembro de 1999, a cidade de Seattle, nos Estados Unidos, foi sede da III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos objetivos do encontro era o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Escolha a alternativa que melhor descreve as principais posições defendidas pelo Brasil na referida Conferência de Seattle.

(A) O Brasil foi contrário à idéia de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito da OMC, pois não desejava fazer quaisquer concessões aos Estados Unidos e a União Européia, que mantém altas barreiras à importação de produtos brasileiros.

(B) Ameaçado por importações de produtos de baixo preço, que causam dano à indústria nacional, o Brasil defendeu o afrouxamento das disciplinas sobre medidas de defesa comercial, de modo a permitir a ampla utilização de direitos "antidumping".

(C) O Brasil defendeu a introdução de exceções às regras da OMC sobre concessão de subsídios à produção agrícola, de modo a que todos os países membros da Organização possam aumentar os orçamentos de apoio à agricultura .

(D) O Brasil apoiou a ideia defendida pelos Estados Unidos de negociar novas regras no OMC para permitira introdução de barreiras comerciais a produtos de países nos quais há comprovada utilização do trabalho infantil.

(E) O Brasil defendeu a redução dos subsídios à produção e a exportação de produtos agrícolas e uma maior disciplina na OMC para coibir a utilização abusiva de instrumentos de defesa comercial, como o "antidumping".

E: Correto. A **III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio,** que ocorreu em Seattle, em dezembro de **1999**, tinha como objetivo a proposta de lançamento de uma nova rodada de negociações. Estava prevista para esta 3ª Conferência Ministerial o lançamento da 1ª rodada de negociações da história da OMC, que teria o nome de **Rodada do Milênio**. O representante brasileiro na Conferência foi o então ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que em seu discurso oficial ressaltou que o Brasil foi um dos primeiros países a apoiar uma nova rodada de negociações, para que tarefas inacabadas, como a distorção do comércio de bens agrícolas, pudessem ser tratadas de uma forma mais completa. O Brasil **defendeu a abertura dos mercados agrícolas**, o fim dos subsídios nas exportações do setor e uma maior atuação da OMC no tratamento destas questões, assim como na utilização exacerbada de instrumentos de defesa comercial. **A Rodada de Seattle foi considerada um fracasso**. Além dos fortes protestos internacionais contra a globalização, as negociações não alcançaram os resultados esperados. Em consequência, a Rodada do Milênio não foi lançada e foi adiada para 2001 na Conferência Ministerial de Doha, adotando o nome de Rodada Doha.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1996) A Assinatura dos Acordos da Rodada Uruguai, que permitiu a entrada em funcionamento da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1º de Janeiro de 1995, ocorreu na Cidade de:

(A) Washington.

(B) Cairo.

(C) Genebra.

(D) Montevidéu.

(E) Marraqueche

E: Correta. Entre 1947 e 1995, o comércio internacional foi regulado pelo **GATT** (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O GATT não era uma organização internacional, era um acordo executivo que não obrigava os Estados a internalizar suas normas e atuava a partir de uma lógica "à la carte" – cada Estado escolhia os tratados de comércio que lhe interessava. Os objetivos do GATT eram promover o comércio internacional e regular a atuação dos Estados em matéria comercial. Nos anos 1980, no entanto, o GATT mostrava ter fragilidades institucionais e jurídicas que não eram compatíveis com o desenvolvimento do comércio internacional. Ocorriam mudanças importantes na política internacional, como a diversificação de fluxos e a inovações tecnológicas, que acentuavam as vantagens comparativas de alguns países. Os choques do petróleo em 1973 e 1979, a mudança do padrão dólar-ouro e a importante estagflação na Europa nos anos 1970, afetam o mundo e comércio mundial e, portanto, criou-se a necessidade um instrumento para fortalecer o comércio multilateral. Neste contexto, inicia-se uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do GATT. A **Rodada do Uruguai** foi lançada na cidade de Punta Del Este em 1986 e terminou em 1994 com o **Acordo Constitutivo de Marraqueche,** que leva este nome porque foi negociado na cidade de Marraqueche, no Marrocos. O acordo entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995. A rodada do Uruguai negociou mais de 18 acordos sobre diversos temas e ao seu fim estabeleceu **a Organização Mundial do Comércio (OMC)** como novo instrumento jurídico que regularia as relações internacionais. A OMC é uma organização internacional e incorporou as normas do GATT, que é conhecido, hodiernamente, como GATT 94.

GABARITO: E

Perante um cenário que não avança para uma maior equidade do sistema de comércio internacional, mas, ao contrário, restringe cada vez mais as margens de manobra, e diante de um equilíbrio de poder muito mais complexo que o de rodadas anteriores, as negociações entraram em letargia, enquanto os países encontravam maneiras criativas de seguir adiante com políticas proibidas na OMC. Na análise de alguns acordos específicos da Rodada Uruguai, observa-se que houve uma restrição em termos gerais e que a flexibilidade é negociada por meio de solicitações de prorrogações, extensões, waivers e interpretações criativas. Nesse sentido, a OMC marcou o rumo geral da política comercial, mas não o nível nem a combinação possível de proteção produto a produto. As tensões e contradições entre normas deixam espaço

para diferentes soluções e arranjos e refletem as tensões e os conflitos entre os envolvidos. Isso significa que não existe um ideal político e econômico para o qual todas as normas convergem. Não há equilíbrio estável, não há fim da história.

Diana Tussie e Juliana Peixoto. **O colapso de Doha e lições da história.** *In:* **Governança Global, Cadernos Adenauer**, n.º 3, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 111 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, acerca das negociações da Rodada de Doha e da OMC.

(1) Diante do contexto descrito no texto acima, a atuação do Brasil nas negociações da Rodada de Doha tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações.

(2) O Brasil recorre crescentemente aos acordos regionais e arranjos preferenciais, a exemplo do Sistema Global de Preferências Comerciais, para se resguardar do eventual desmoronamento do sistema multilateral de comércio que o fracasso da Rodada de Doha possa implicar.

(3) O Brasil responde à escalada do protecionismo valorizando instâncias da própria OMC, particularmente o sistema de resolução de disputas comerciais, ao procurar resguardar a normativa multilateral como recurso em face de políticas e práticas comerciais consideradas desleais.

(4) O Brasil reconhece pragmaticamente o impasse das negociações e recorre, nessa circunstância, aos expedientes descritos no texto em tela para reagir às práticas comerciais dos demais países.

1: Errado. Esse item demanda esforço de interpretação de texto, já que se inicia com "Diante do contexto descrito no texto acima". O contexto descrito no texto faz referência aos mecanismos utilizados pelos Estados membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) para contornar as normas cada vez mais restritivas impostas ao comércio internacional. Segundo as autoras, os acordos da OMC não trazem maior equidade ao comércio internacional, eles restringem as margens de manobras comerciais e abrem espaço para exceções e flexibilizações que surgem em forma de *waivers* – exceção legal pela qual os membros da OMC podem autorizar excepcionalmente um país a derrogar as obrigações anunciadas nos Acordos da OMC – extensões, solicitações de prorrogação ou interpretações criativas. O item está incorreto porque diante do conteúdo do texto não se pode interpretar que o Brasil, nas negociações da Rodada Doha, tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações. Conquanto essa afirmação esteja correta, ela não representa o conteúdo do texto em referência.

2: Errado. O item está incorreto porque, apesar de o Brasil recorrer a acordos regionais e a arranjos preferenciais, isso não é feito com a intenção de resguardar um eventual desmoronamento do sistema multilateral do comércio. A possível não conclusão da Rodada Doha não representaria, necessariamente, o fim do sistema multilateral de comércio já que diversos outros acordos multilaterais em voga na instituição continuariam válidos, assim como o Sistema de Solução de Controvérsias da Organização. Segundo Paulo Roberto de Almeida em seu artigo intitulado "Acordos minilaterais de integração e de liberalização do comércio: uma ameaça potencial ao Sistema Multilateral de Comércio", a construção normativa do sistema multilateral de comércio registrou evolução paradoxal já que, por um lado, houve o reforço dos princípios tradicionais de nação mais favorecida, de tratamento nacional, de reciprocidade, de transparência e de igualdade de direitos e de obrigações; e, por outro lado, ocorreu o aprofundamento dos arranjos regionais. Nesse sentido, o item está incorreto, igualmente, porque os acordos regionais e preferenciais atuam concomitantemente com o sistema multilateral de comércio. Vale ressaltar, sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, que este foi constituído em abril de 1988 por um acordo entre o Grupo dos 77, que inclui o Brasil, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O SGPC tem o objetivo de promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não somente em benefício próprio, mas também em benefício do comércio global. No Brasil, o Acordo entrou em vigor em maio de 1991.

3: Certo. O item está correto já que dentro do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) – sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional – o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC tem se revelado um instrumento efetivo para lidar com problemas comerciais globais e para aportar um grau mais elevado de segurança jurídica nas relações multilaterais. O OSC é órgão jurisdicional e possui quatro etapas distintas em seu processo decisório, de acordo com as determinações da OMC: consultas; painel; apelação; e implementação. Todas essas fases são confidenciais e apenas as partes ou terceiros interessados, também Estados, podem ter acesso aos autos. A efetividade do OSC mostra-se tanto no cumprimento dos prazos para a solução dos litígios, como em relação ao alto índice de cumprimento das decisões jurídicas pelos membros da organização. Ao contrário do que ocorria no GATT, no qual era necessário que todos os membros aceitassem o relatório para que ele fosse adotado (consenso positivo), no OSC da OMC, há uma necessidade de consenso negativo, o que facilita a adoção dos relatórios e traz mais legitimidade para o sistema. Além disso, a análise feita pelo painel mostra forte apego jurídico e uniforme ao longo das decisões, o que estimula a participação de países em desenvolvimento no sistema.

4: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não está recorrendo a mecanismos para contornar as normas da OMC para responder aos impasses das negociações da Rodada Doha.

GABARITO 1E, 2E, 3C, 4E

12.4 Sistema financeiro internacional

(Diplomacia 2008) O ciclo de crises financeiras que ocorreu durante a segunda metade da década de noventa do século XX suscitou discussão acerca da necessidade de se reformar o sistema financeiro internacional, almejando-se a prevenção de crises e a mitigação de seus impactos macro e microeconômicos nos planos domésticos. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A criação do Fórum para Estabilidade Financeira no G-7, a Convenção da Basiléia-2 e a instauração do Comitê sobre Sistema Financeiro Global no marco do Banco Internacional de Compensações (BIS) foram iniciativas tomadas, no plano institucional, para o fortalecimento do sistema financeiro internacional.

(2) Em razão dos impactos negativos dos fluxos de capitais de curto prazo, o Banco de Compensações Internacionais orientou os Bancos Centrais dos países a adotarem medidas de controle de entrada de capitais para se evitarem a alta volatilidade do capital e seus impactos negativos sobre as economias nacionais.

(3) Em consonância com o objetivo de fortalecer a estabilidade do sistema financeiro internacional por meio da melhoria da gestão bancária, o Comitê da Basiléia introduziu parâmetros para a avaliação e o gerenciamento de riscos de mercado e riscos operacionais.

(4) A adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das fortes oscilações do valor do dólar norte-americano e do euro, referências para as transações econômicas internacionais, faz parte das prescrições do Fundo Monetário Internacional e do Comitê da Basiléia para o enfrentamento das crises financeiras.

1: Certa

Fórum de Estabilidade Financeira (G7): Em fevereiro de 1999, os ministros das finanças e os presidentes dos bancos centrais do G7 decidiram instituir o Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum* – FSF) com os objetivos de avaliar a vulnerabilidade do sistema financeiro internacional; identificar atividades para a promoção da estabilidade financeira internacional por intermédio da melhoria do intercâmbio de informação e da cooperação internacional na supervisão e vigilância financeiras. O apoio administrativo ao FSF é prestado por um secretariado localizado no Banco Internacional de Compensações (BIS- *Bank for International Settlements*). O Brasil faz parte do Fórum desde 2009.

Convenção da Basileia II: foi o segundo Acordo da Basileia, que institui recomendações sobre leis bancárias e regulações. O Acordo é resultado do trabalho do Comitê da Basileia em Supervisão Bancária – um dos comitês do Banco Internacional de Compensações (BIS), que é formado pelos presidentes dos bancos centrais das principais nações industrializadas (o Brasil faz parte deste comitê). O BIS é uma organização internacional criada em 1930 que congrega representantes de 55 países. Além de atuar como banco tradicional acolhendo depósitos de bancos centrais, o BIS também funciona como instância de cooperação monetária internacional. A II Convenção da Basileia foi publicada em junho de 2004 e tinha como objetivo criar um sistema regulatório para os Bancos Centrais dos Estados partes. O Acordo foi elaborado para substituir o Acordo de Basileia I, elaborado em 1988, e tem o objetivo central de diminuir os riscos operacionais dos bancos privados. Foi estabelecido, portanto, padrões estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O acordo possui três pilares principais que são: o de requerimento de capitais; o de supervisão; e o de transparência e disciplina de mercado. O Brasil aderiu a esta Convenção. Atualmente está sendo negociado o III Acordo da Basileia.

Comitê sobre Sistema Financeiro Global: este Comitê também atua no âmbito do BIS. Ele foi estabelecido em 1971 com um mandato inicial de monitorar os mercados bancários internacionais. O enfoque inicial eram as implicações das políticas monetárias no rápido crescimento dos depósitos *off-shore* e nos mercados de empréstimos. No entanto, as mudanças e os diversos questionamentos sobre o sistema financeiro internacional e sua estabilidade, mudaram a estrutura do Comitê. Ele teve seu mandato revisado e, em 1999, o Comitê mudou seu nome para Comitê sobre Sistema Financeiro Global. O Brasil também faz parte deste Comitê. Atualmente, o mandato consiste em identificar os possíveis problemas no sistema financeiro global e promover uma melhora no funcionamento e na estabilidade destes mercados.

2: Errada. O item está incorreto porque o Banco Internacional de Compensações não orientou os países a estabelecer um controle de capitais. Além disso, com a crise financeira de 2008-2009, o FMI começou a recomendar a alguns países o controle para evitar maiores impactos econômicos. O controle de capitais é efetuado na forma de impostos sobre a entrada ou saída de aplicações financeiras do país. Esses impostos podem assumir a forma de requerimentos não remunerados de depósitos no Banco Central por um prazo determinado e tem a função principal regulamentar o fluxo de entrada e saída na balança de capitais de um país. O Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela supervisão do sistema financeiro e monetário internacional, sempre defendeu a preferência pela remoção de controles de capital, isto é, pela liberalização dos movimentos internacionais de capital. O Fundo reconhecia, no entanto, que controles limitados e temporários, para certos tipos de economias, pudessem ser esporadicamente utilizados em economias em crise. Após a crise Asiática de 1997, a visão ortodoxa de que o controle de capitais seria algo ruim para as economias começou a ser questionada, já que nações como a China e a Índia, que tinham mantido o controle de capitais durante a crise, foram menos prejudicadas se comparadas com as nações que seguiram as recomendações do FMI. Durante a crise econômica de 2008-2009, no entanto, o FMI aprovou a utilização de controle de capitais no tratamento da crise para algumas nações, como a Islândia. Vários países como o Brasil, a Coreia do Sul, Taiwan e a Rússia utilizaram deste método para tratarem dos problemas da crise econômica. Em abril de 2011, o FMI publicou o seu primeiro guia que regulava o uso de controle de capitais. Em novembro de 2011, na reunião do G20 financeiro em Cannes, foi concordado que uma maior liberdade do uso de controle de capital deveria ser permitida aos países em desenvolvimento.

3: Certa. O item está correto, já que o II Acordo da Basileia propõe precisamente o estabelecimento de parâmetros estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O **II Acordo da Basileia** foi definido em 3 principais pilares de ação. O Primeiro Pilar lida com a manutenção do capital regulatório (é o capital econômico mínimo exigido pelos órgãos reguladores, que tem como objetivo reduzir perdas inesperadas de crises sistêmicas), que é calculado em relação a três componentes principais de risco que um banco enfrenta: risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O Segundo Pilar cria uma resposta regulatória ao primeiro pilar, inserindo instrumentos de supervisão e fiscalização para que o Banco possa lidar com riscos sistêmicos, riscos estratégicos, riscos de liquidez, entre outros. Ele dá ao banco o poder de rever seu sistema de administração de riscos. O Terceiro Pilar tem o objetivo de propagar uma disciplina de mercado e uma maior transparência, com base na divulgação de dados, com detalhes sobre a amplitude da aplicação das normas, os riscos que estão expostos os bancos, o processo, além da adequação da instituição aos riscos.

4: Errada. O item está incorreto porque não houve a prescrições de adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das oscilações do dólar americano. Ao contrário do que afirma o item, o FMI prevê a conduta do câmbio flutuante desde os anos 1970, não alterando sua posição após as crises financeiras dos anos 2000.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008 trouxe, em seu bojo, o questionamento do papel dos organismos tradicionais que regem as relações econômicas internacionais e suscitou discussão acerca da necessidade de novas estruturas de governança econômica global. A partir dessa informação, julgue os próximos itens.

(1) Para o Brasil, é prioritário integrar os principais fóruns que tratam dos grandes temas econômicos globais, sendo considerados objetivos estratégicos da política exterior brasileira o ingresso do país na OCDE e o aprofundamento de sua participação no G-8, ao lado da China, da Índia, do México e da África do Sul.

(2) A crise econômica gerou para o Brasil a necessidade de propugnar nova arquitetura institucional para o tratamento das questões financeiras globais, em que se privilegie o G-20, que, no entendimento do governo brasileiro, melhor expressa a atual configuração da economia mundial e a importância dos países emergentes.

(3) A crítica brasileira à atuação dos organismos criados em razão da conferência de Bretton Woods, em par-

ticular o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, no contexto de crises econômicas e das ingerências consideradas nocivas na condução de políticas macroeconômicas, fundamenta a posição favorável do Brasil à criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, como o BRIC.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque não é prioridade da política externa brasileira o ingresso na OCDE. Desde a década de 1990, o Brasil tem ampliado o seu relacionamento com a OCDE por meio de adoção de normativas e diretrizes alinhadas às da organização, além da participação como membro pleno ou observador em vários dos comitês da OCDE (Comitês do Aço, de Comércio, da Concorrência, da Agricultura, de Investimentos e Empresas Multinacionais e de Gestão Pública). Em 2007, a organização fez o primeiro convite de ingresso para o Brasil, no entanto, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a OCDE é um "clube dos ricos", e o ingresso brasileiro poderia reduzir a autonomia nacional quanto às políticas de desenvolvimento adotadas na esfera doméstica. Além disso, os altos custos tributários de adesão seriam prejudiciais ao Brasil. A experiência malsucedida do México, único país latino-americano, junto ao Chile, que integra a OCDE, seria ainda fator adicional contrário à campanha pela entrada do Brasil. O item está incorreto, igualmente, porque a participação brasileira no G8 não ocorre apenas ao lado da China, Índia, México e África do Sul, mas junto com o G20. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira, junto com outros países em desenvolvimento, defendia que o G20 fosse mais efetivo, sendo órgão mais representativo e legítimo para tratar de temas econômicos globais. Já era uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global em 2008, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos Presidentes e Primeiros-Ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda reunião. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional.
2: Certo. O item está correto (ver comentário do item 1)
3: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque o Brasil não defende a criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, mas sim a reforma dos órgãos de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e de voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada, aproximadamente, de 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Além disso, o item está incorreto porque o BRIC não é um mecanismo alternativo às instituições de Bretton Woods. O BRICS é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. O termo BRIC apareceu pela primeira vez, em 2001, em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economics BRICS*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar às economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. As primeiras reuniões entre chanceleres do BRICS ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007, e a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo. O BRICS tem uma vasta agenda, que toca temas políticos, econômicos, de cooperação intrabloco e securitários. Na esfera econômica, o grupo dá ênfase à reforma das instituições financeiras internacionais, além de focar em importantes temas políticos como a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, o combate ao terrorismo internacional, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável.

GABARITO 1E, 2C, 3E

12.5. Desarmamento e não proliferação

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando as posições assumidas pelo Governo brasileiro em relação ao desarmamento e a não proliferação de armas.

(1) A preocupação e o interesse com o desenvolvimento tecnológico autônomo levaram o Brasil a manter-se, entre os anos sessenta e oitenta do século XX, à parte dos principais regimes de nãoproliferação e de controle de tecnologias sensíveis, posição esta revista a partir dos anos noventa do século XX, em razão de imperativos políticos e econômicos ditados pela necessidade, de parte do Brasil, de redefinir as bases de sua inserção internacional e de garantir acesso a insumos essenciais ao seu desenvolvimento econômico e científico-tecnológico.

(2) Apesar de ter assinado e ratificado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e de submeter-se ao regime de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear, o Governo brasileiro tem-se revelado preocupado com o caráter discriminatório do TNP e com eventuais restrições ao desenvolvimento autônomo de tecnologia nuclear para fins pacíficos, o que justifica a recusa do Brasil em assinar o Protocolo Adicional ao TNP.

(3) Durante o período da Guerra Fria, embora distanciado dos principais focos de tensão e da corrida armamentista, o Brasil prestou importante contribuição, no plano conceitual, à discussão multilateral sobre desarmamento no contexto da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, tendo também atuado ativamente em tal matéria no contexto do Conselho de Segurança, nas ocasiões em que o integrou na condição de membro não permanente.

(4) As dificuldades e os atrasos no desenvolvimento do Programa Aeroespacial Brasileiro decorrem do bloqueio ao acesso às tecnologias imposto pelos países desenvolvidos e pelos regimes de controle de tecnologias sensíveis — como o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, não adotado pelo Brasil —, o que justifica os esforços do Governo brasileiro de procurar superar tais dificuldades por meio da cooperação sul-sul.

1: Certa. O Brasil participa ativamente de questões ligadas ao regime nuclear desde os anos 1930-40, principalmente, como fornecedor de matéria-prima, já que o país possui uma reserva importante de urânio. Durante os anos 1950, vários institutos de pesquisa foram criados e equipados com reatores experimentais, laboratórios e grupos de estudos, mostrando a intenção brasileira de obter tecnologia nuclear. A criação do **CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nos anos 1950**, ilustra este objetivo de fomentar a obtenção de tecnologia nuclear. Em **1952**, o Brasil faz um acordo com os EUA para a **cessão de materiais estratégicos em troca de tecnologia nuclear**. Como afirma o item, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico autônomo na área nuclear, deixou o Brasil à parte dos

maiores regimes de desarmamento. É importante lembrar que em 1971, durante o governo Médici, o Brasil assinou com os EUA um acordo para a construção de 3 usinas de energia nuclear em Angra dos Reis. Logo após o primeiro teste nuclear indiano, em 1974, os EUA começam a efetuar uma forte pressão para que o Brasil assinasse o **Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968**, utilizando do acordo de 1971 como um meio de pressão para alcançar seu objetivo. O Brasil, no entanto, durante o governo Geisel e sob o mandato do chanceler Azeredo da Silveira, já tinha consciência da necessidade de superação da dependência tecnológica, o que resultou na assinatura do **Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975** para transferência tecnológica nuclear para fins pacíficos. O acordo previa a construção de oito novas usinas nucleares e dava uma certa independência do Brasil em relação ao desenvolvimento tecnológico. A partir da década de 1990, no entanto, o Brasil redefine sua inserção internacional e assume uma postura menos defensiva na área nuclear. Os primeiros passos desta mudança de atitude brasileira foram o acordo entre Brasil e Argentina de 1985, conhecido como a Declaração de Iguaçu, com um objetivo conjunto de criar um Grupo de Trabalho Conjunto de alto nível, presidido pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países e firmar os compromissos de cooperação nuclear pacífica. Com a redemocratização brasileira, a nova Constituição de 1988 proíbe a existência de armas nucleares no Brasil. Durante os anos 1990, o Brasil cria a **ABACC (Agência Brasileira e Argentina de Contabilidade e Controle)**, que propõe um sistema duplo de salvaguardas; ratifica o Tratado de **Tlatelolco** de 1967, que cria uma zona livre de armas nucleares na América Latina em 1994, além de **ratificar o Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1998**, mostrando uma mudança importante de sua atuação política.

2: ANULADA. O item foi anulado, dada a designação incorreta da Agência Internacional de Energia Atômica, que no item está designada como Agência Internacional de Energia Nuclear. Segundo o CESPE, esta leitura prejudicou o julgamento do item, razão pela qual a banca examinadora decidiu pela sua anulação. Pode-se comentar, no entanto, os motivos da recusa brasileira em assinar o **Protocolo adicional do TNP**. O principal instrumento internacional multilateral de controle de armas nucleares é o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Dentro do acordo do TNP estava delimitada a possibilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) fiscalizar a produção nuclear dos Estados membros. Nos anos 1990, no entanto, depois da Guerra do Golfo e da descoberta de programas secretos de fabricação de armas nucleares no Iraque (que é signatário do TNP) e na Coreia do Norte, a AIEA percebeu a necessidade de instituir um instrumento para ampliar as capacidades investigativas da Agência. O **"Programa 93+2" ou Protocolo Adicional do TNP** começou a ser escrito em 1993 e tinha a intenção de ser implementado em dois anos (por isso o nome "93+2), no entanto, só foi aprovado em 1997. O Protocolo Adicional prevê a possibilidade de visitas surpresa aos Estados pela AIEA e o fim da necessidade de autorização ao Estado com 30 dias de antecedência para a entrada da agência. Além disso, o Protocolo também estabelece grande liberdade de trânsito para os fiscais e o controle de radioatividade para verificar se houve uso de material nuclear, o que antes não era permitido. O Protocolo adicional de 1997 é facultativo e não foi ratificado por todos os Estados Partes do TNP. A posição oficial brasileira para não assinar o Protocolo Adicional é que enquanto não houver progressos no desarmamento nuclear mundial, o Brasil não irá assinar. Além disso, o país já está comprometido pela sua Constituição de não desenvolver armas nucleares.

3: Certa. **A Comissão de Desarmamento das Nações Unidas** foi criada em 1952 pela resolução da Assembleia Geral sob o auspício do Conselho de Segurança da ONU e com um mandato para tratar sobre questões de desarmamento. A Comissão possui um corpo deliberativo com a função de considerar e elaborar recomendações em vários assuntos no campo do desarmamento e no acompanhamento das decisões deste setor. O Brasil trabalhou, como afirma o item, ativamente na Comissão de Desarmamento e no Conselho de Segurança, sempre adotando uma posição a favor do desarmamento e da não proliferação de armas nucleares.

4: Errada. O item está incorreto porque o Brasil faz parte de **Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis** desde 1995 e não houve bloqueio ao acesso de tecnologias, apenas o afastamento da cooperação internacional ao projeto brasileiro. O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) foi criado em 1987 pela França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos, com o objetivo de conter a proliferação de sistemas de transporte de armas nucleares, além de aviões especializados em transportar mísseis ou armas de destruição em massa. O Brasil começou a fazer parte do sistema em 1995 quando aderiu ao grupo e, consequentemente, assumiu certos compromissos, como o limite em desenvolver lançadores de alcance de 300 km. O **Programa Espacial Brasileiro** está sendo desenvolvido, desde 1961, quando se iniciou a formação de cientistas em ciências espaciais e o estudo sobre a infraestrutura física, como a utilização da Barreira do Inferno em Natal/RN. O primeiro esboço do Programa Espacial brasileiro foi, no entanto, elaborado em 1979 na Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Previa-se a construção de dois satélites de coleta de dados e dois de observação da Terra. Esses satélites seriam projetados e desenvolvidos pelo então Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado na época ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e lançados do Brasil pelos Veículos Lançadores de Satélites (VLS). O centro de lançamento seria estabelecido em Alcântara, no Maranhão, com posição privilegiada para tais atividades por estar próximo a linha do equador. O grande objetivo, na época, era adquirir a tecnologia de satélites e foguetes a partir de projetos simples e com o auxilio internacional, em especial da França. O caráter dual do projeto brasileiro (civil e militar), no entanto, afastou a parceria internacional, resultando em inúmeros atrasos no projeto. O primeiro satélite brasileiro, o Satélite de Coleta de Dados 1 (SCD-1), foi lançado em 1993 por um foguete americano, 14 anos após a decisão de construí-lo. Enfim, a falta da parceria internacional, somada a um contexto internacional desfavorável, além da falta de recursos e a indecisão governamental, atrasou os projetos. Em 1997 e 1998, ocorreram duas tentativas de lançamento do modelo do VLS, mas ambas as tentativas foram fracassadas. Em 1999, foi lançado, a partir da China, o primeiro Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbers-1). Uma nova tentativa de lançamento brasileira foi feita em 2003, novamente frustrada.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3C, 4E

(Diplomacia – 1998) O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional, em 1997, proposta de adesão brasileira a importante tratado internacional. Trata-se do:

(A) Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco).

(B) Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

(C) Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

(D) Tratado para a proibição dos testes nucleares.

(E) Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA para aplicação de Salvaguarda (Acordo Quadripartide).

A: Incorreta. O **Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe** (Tratado de Tlatelolco) foi assinado em 1967 e tem como objetivo criar uma zona livre de armas nucleares na América Latina. O Brasil ratificou esse tratado em 1968 e, segundo Moniz Bandeira, com a ressalva de que a proscrição das armas nucleares na América Latina apenas atingia a fabricação de artefatos para fins bélicos e permitia, portanto, o direito de possuir armas nucleares para "fim pacífico". Em 1994, depois de ter seu texto emendado e ratificado por todos os países latino-americanos, inclusive Cuba, o tratado entrou em vigor.

B: Incorreta. **Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis** (MTCR em inglês) foi formado, inicialmente, em 1987 pela França, Alemanha, Canadá, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Japão. Esse regime é

uma associação informal de países com propósito de não proliferação de vetores de armas de destruição em massa e estabelece controle de exportação de tecnologia. Há reuniões anuais do grupo. O Brasil passou a fazer parte do Regime em 1995.
C: Correta. O **Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)** foi criado em 1968 e entrou em vigor em 1970 com inicialmente uma validade de 25 anos. O TNP comporta quatro disposições principais, inscritas em seus 6 primeiros artigos:

- Os Estados que possuem armas nuclear se comprometem a não transferir as armas nem a tecnologia ligada a fabricação das mesmas;
- A energia nuclear deve servir unicamente a fins pacíficos e essas garantias serão coordenadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Reconhece o direito dos Estados Partes de desenvolver pesquisa, produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos (artigo 4)
- Os Estados se comprometem a iniciar negociações sobre medidas eficazes de promover o desarmamento nuclear geral e completo sob um controle internacional estrito e eficaz (artigo 6).

Em 1995, o TNP foi prorrogado por uma duração indefinida. Atualmente é um tratado quase universal e é o principal instrumento internacional na área de desarmamento e não proliferação nuclear. Conta atualmente com 189 Estados Partes. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou em 1997 a proposta de adesão brasileira ao Congresso e este foi ratificado em 1998.
D: Incorreta. Existem dois Tratados relacionados aos Testes Nucleares. O primeiro é de 1963, **Tratado para a Proibição Parcial dos Testes Nucleares (PTBT)**, que o Brasil ratificou em 1965. E o segundo é o **Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares** (CTBT) que foi criado em 1996 e ainda não entrou em vigor. O Brasil ratificou em julho de 1998.

GABARITO: C

12.6. Terrorismo

(Diplomacia 2007) Os atentados de 11 de setembro de 2001 recolocaram as questões relativas à segurança no topo da agenda internacional e suscitaram reações e percepções diferenciadas acerca da forma de enfrentar o terrorismo internacional. Acerca desse tópico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O Brasil solidarizou-se com os EUA e abriu-se à participação efetiva no combate global ao terrorismo, defendendo o fortalecimento das instituições multilaterais como medida válida para tal fim.

(2) Ao se opor às ações militares deflagradas pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, o Brasil restringiu seu engajamento no combate ao terrorismo internacional ao que determinam a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

(3) A alegação dos EUA de que a região da tríplice fronteira abriga indivíduos vinculados a organizações terroristas provocou maior aproximação do Brasil às posições daquele país no combate ao terrorismo e fortalecimento da cooperação bilateral entre Brasil e EUA.

(4) Ao enfatizar a necessidade de se fortalecerem os mecanismos multilaterais globais e regionais para o enfrentamento do terrorismo global, o Brasil não se opôs aprioristicamente a intensificar e aprofundar a cooperação com os EUA.

1:Certa. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT) que determina a entrega de relatórios anuais pelos Estados partes relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com a estipulação de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. O Brasil tanto na resolução, quanto na atuação no CAT mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional.
2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não manifestou oposição às ações militares no Afeganistão em 2001, mas lamentou o início da Guerra no Iraque em 2003, ambas lideradas pelos Estados Unidos da América. No entanto, ao contrário do que afirma o item, o Brasil não restringiu seu combate ao terrorismo internacional na Organização dos Estados Americanos ou no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral. Celso Lafer, então chanceler, negou logo a ideia do envio de tropas ao Afeganistão, relembrando a tradição brasileira de participar apenas em Operações de paz que não estão sob auspício do capítulo VII da Carta da ONU.
3: Errada. Em 2005, no relatório anual dos EUA sobre o controle internacional de narcóticos, a região da Tríplice fronteira entre Brasil, a Argentina e o Paraguai foi colocada em suspeita como região de atividade terrorista, sobretudo de financiamento. O Governo dos EUA decidiu apresentar formalmente nomes de pessoas e instituições que, em seu entendimento, estariam envolvidas em atividades supostamente ligadas ao financiamento do terrorismo. A apresentação da mencionada lista de nomes foi objeto de ampla discussão entre as delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e dos EUA, por ocasião da V Reunião do Grupo 3 + 1 sobre a segurança na Tríplice Fronteira, realizada em dezembro de 2006, em Buenos Aires. Ao contrário do que afirma o item, as denúncias americanas não provocaram uma maior aproximação entre o Brasil e a posição americana sobre terrorismo. O Governo brasileiro entende que, à luz das informações disponíveis, não há indícios da ocorrência, naquela região, de atividades ligadas ao terrorismo ou a seu financiamento. Tal posição é compartilhada pelos Governos da Argentina e do Paraguai, conforme o comunicado conjunto adotado ao final da reunião de Buenos Aires.
4: Certa. O item resume a posição do Brasil em matéria de segurança internacional e terrorismo. A defesa da centralidade do multilateralismo e do direito internacional – inclusive por meio de uma reforma ampliadora do CSNU – faz parte das posições brasileiras sobre o tema. Não obstante esta posição ganhar força durante a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão, a cooperação brasileira no trato com os EUA sobre o tema de terrorismo continuou vigorando.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Na presente década, o enfrentamento ao terrorismo internacional tornou-se preocupação de segurança na agenda global, impulsionado, em grande medida, pelos atentados de 11/9/2001 e pelas pressões norte-americanas por um firme engajamento da comunidade internacional em tal sentido. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) A recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional reflete a preocupação do país de contrapor-se às propostas e ações unilaterais norte-americanas nesse campo e de valorizar a cooperação multilateral no plano global e no regional.

(2) Ao ratificar a Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo firmada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o Brasil, de maneira pragmática, optou por concentrar regionalmente seus esforços de cooperação na luta contra o terrorismo, por não se considerar alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional.

(3) O Brasil acompanha a tendência contemporânea de privilegiar a repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo como dimensão importante da cooperação internacional para o enfrentamento ao terrorismo, participando na condição de membro do Grupo de Ação Financeira e do Grupo de Ação Financeira da América do Sul.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT), que determina a entrega por parte dos Estados partes de relatórios anuais relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com o estabelecimento de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, tanto na resolução, quanto na atuação no CAT, mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional. O Brasil afirma que a matriz do terrorismo está relacionada à questão social, isto é, o subdesenvolvimento gera terrorismo (e outros problemas), o que leva o Brasil a reconhecer apenas um grupo terrorista, a Al-Qaeda. Além disso, o país critica a forma unilateral como a questão é, às vezes, tratada, privilegiando fóruns multilaterais para tratar o tema. Vale ressaltar que a postura do Brasil com relação ao terrorismo pode ser verificada na Constituição de 1988: o art.4, VIII, afirma o repúdio ao terrorismo como um dos princípios chaves das relações internacionais brasileiras, e o art.5, XLIII, considera o terrorismo como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

2: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não optou por concentrar regionalmente seus esforços ao combate do terrorismo internacional, ao contrário, a atuação brasileira a nível global no combate ao terrorismo é destaque na ONU. Vale ressaltar que o Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral.

3: Certo. O item está correto já que o Brasil vê o combate à lavagem de dinheiro internacional como meio de ação contra o terrorismo. Nesse sentido, o Brasil participa de duas organizações intergovernamentais: o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e o Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFISUD). O GAFI/FATF foi criado em 1989 e é uma organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O objetivo da organização é elaborar políticas visando a gerar a vontade política necessária para realizar reformas legislativas e regulatórias nessas áreas. Já o GAFISUD é um órgão regional no estilo do GAFI/FATF que atua na América do Sul. É composto por 10 países-membros, 5 países-associados e diversas organizações observadoras. Seu propósito é estimular seus membros a combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo na região, por meio do compromisso de melhorar permanentemente as políticas nacionais e os mecanismos de cooperação internacional dos países da América do Sul. O Brasil é membros de ambos os grupos.

GABARITO 1E, 2E, 3C

12.7. A reforma das Nações Unidas

(Diplomacia 2007) Nos últimos anos, a reforma da ONU ganhou lugar de destaque na agenda global, mobilizando esforços diplomáticos de toda a comunidade internacional. No que concerne a esse processo de reforma, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Tendo alcançado consenso acerca de questões políticas e institucionais, como a redefinição das competências do Secretariado Geral, do Conselho de Segurança e das agências especializadas do Sistema Nações Unidas, o processo de reforma concentrasse, no presente, no tratamento de questões administrativas, financeiras e de recursos humanos, assumindo conotação preponderantemente técnica.

(2) O dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança e o exercício do veto por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança têm impedido o avanço das reformas.

(3) Com a eleição e a posse do novo Secretário-Geral da ONU, reabriram-se automaticamente as negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança, que haviam sido suspensas com o término do mandato de Koffi Annan.

(4) O estabelecimento do Conselho de Direitos Humanos e o da Comissão de Construção da Paz representam avanços concretos no processo de reforma da ONU.

1: Errada. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 192 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado '***Renewing the United Nations: a programme for reform***'. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo**

mais seguro: nossa responsabilidade comum", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice¤Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes -, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que um consenso sobre questões políticas e institucionais foi alcançado, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso (explicação abaixo).

2: Errada. A atual estrutura do **Conselho de Segurança** apresenta quinze membros: os cinco permanentes com poder de veto (Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França) e dez membros rotativos, eleitos para um período de dois anos, sem direito a reeleição. Em **2005**, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan apresentou o projeto ***"In larger freedom: towards development, security and human rights for all"***. O relatório apresenta **dois modelos de reforma**. O primeiro propõe a criação de seis novos assentos permanentes, mas sem direito a veto (de acordo com distribuição regional: dois para África, dois para Ásia, um para Europa e outros e um para América Latina e Caribe) e três assentos não permanentes, com mandato de dois anos, não renováveis. O segundo modelo propõe a criação de oito assentos não permanentes, com mandato de quatro anos e com direito a reeleição, e um assento não permanente nos moldes atuais (mandato de dois anos, sem reeleição). Foi apenas em setembro de 2008, pela primeira vez, que a Assembleia Geral aprovou por consenso, que os membros deveriam dar início a uma negociação para a reforma do Conselho de Segurança, mas que não produziu efeitos práticos. Além destas propostas, outras duas foram elaboradas em vista de reformar o Conselho de Segurança. Uma proposta foi feita pelo grupo formado **por Alemanha, Brasil, Índia e Japão (G4)**, que estão mais alinhados com a primeira proposta e têm feito demandas fortes por uma ampliação de assentos permanentes. O outro grupo, chamado **"Unidos pelo consenso",** reúne, no entanto, países que se opõe ao G4, como Itália, Espanha, México, Argentina, Paquistão e Coréia do Sul. Estes países defendem que para uma reforma legítima seria necessário o consenso mais amplo possível, afirmando que os modelos apresentados pelo painel representam propostas, mas não soluções finais e que, dentre as duas opções, o segundo modelo seria mais flexível e permitiria uma representação mais justa. O item está incorreto porque, apesar do dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança, em nenhum momento ocorreu uma votação no próprio Conselho para aprovar qualquer reforma, não ocorrendo o exercício do veto pela parte de nenhum membro permanente. A reforma do Conselho de Segurança tem que ser primeiramente votada na Assembleia Geral e, em seguida, aprovada pelo Conselho.

3: Errada. Desde 1995, na gestão de Boutros Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU, a reforma da ONU já estava em pauta com a criação do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Nações Unidas. Em 1996, foi criado um grupo que apresentou o primeiro relatório sobre o tema, intitulado ONU21 (ONU para o Século XXI). Durante o mandato de Kofi Annan, de 1997 a 2006, a reforma continuou sendo objeto de destaque, sendo desenvolvidos no período amplos debates que, além de discutir a modernização do sistema de trabalho da Organização, apresentaram vários projetos para reformar o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e diversos outros órgãos da instituição. O item está incorreto porque com o fim do mandato de Kofi Annan em 2006, não houve o encerramento das negociações sobre o tema. O sul-coreano Ban Ki-moon, que assumiu o posto em 2007, continuou a reforma como item prioritário na agenda da organização.

4: Correta. Em 2005, quando as Nações Unidas comemoraram sessenta anos, foi realizada uma reunião de Cúpula da Organização, com cerca de 170 chefes de Estado e de governo. Celebrada para rever a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Cúpula de 2005 também constituiu oportunidade para avançar o debate sobre reformas institucionais das Nações Unidas. As duas grandes decisões da Cúpula relacionadas à reforma da ONU foram a **criação da Comissão de Consolidação da Paz** e a transformação da **Comissão de Direitos Humanos em Conselho de Direitos Humanos**.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

13. O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

(Diplomacia – 2006) Ainda com referência ao cenário mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, julgue os itens seguintes.

(1) Bretton Woods, Dumbarton Oaks, Ialta, Potsdam e São Francisco foram algumas das mais importantes reuniões ocorridas na etapa final da Segunda Guerra, quando aspectos fundamentais da ordem econômica e política, a vigorar após a cessação das hostilidades, foram fixadas mediante arranjos diplomáticos e militares.

(2) Após o fim da Segunda Guerra, já em clima de paz, a Conferência de Bretton Woods criou duas importantes instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

(3) Impedir a conversibilidade das moedas e restringir as facilidades de câmbio, como instrumentos necessários ao equilíbrio das finanças mundiais, eram, em síntese, os principais objetivos determinantes para a criação do FMI, os quais marcam sua atuação até hoje.

(4) Há consenso entre os especialistas de que o fracasso do sistema financeiro criado em Bretton Woods decorre de seu conservadorismo original e de sua pouca criatividade, responsáveis pelos sucessivos sobressaltos e pelo crescente fechamento da economia mundial pós-1945.

1: Certa

CONFERÊNCIA	ANO	DESCRIÇÃO
Bretton Woods	Julho / 1944	Tinha o objetivo de regularizar e estabelecer regras internacionais para o sistema monetário e econômico mundial. Os acordos de Bretton Woods ficaram conhecidos pela fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e por estabelecer regras de uma política monetária com uma taxa de câmbio fixa ao dólar, cujo valor seria estabelecido a partir da paridade dólar-ouro, em uma base fixa de 35 dólares por onça do ouro.

Dumbarton Oaks	Outubro / 1944	Conferência realizada nos Estados Unidos. Marca os acordos entre China, Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS sobre os objetivos, estrutura e funcionamento de uma possível organização mundial, que viria a ser a ONU em 1945. Foi uma reunião de caráter prático que estabeleceu as bases da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e da Corte Internacional de Justiça, além do Secretariado, que foi também previsto. O método de voto do Conselho de Segurança não foi decidido durante estas reuniões, mas foi elaborado um primeiro rascunho do que seria a Carta da ONU.
Ialta	Fevereiro / 1945	Consagrou a divisão entre aliados ocidentais e a União Soviética. Participaram da Conferência, realizada na região da Ucrânia, com a presença Franklin Roosevelt (EUA), Josef Stalin (URSS) e Winston Churchill (Grã-Bretanha). Ialta ficou conhecida pela repartição informal das zonas de influência entre Leste e Oeste. A conferência marcou a influência da URSS na Europa Oriental – a imposição soviética sobre a Romênia e a Bulgária acelerou o pessimismo de Roosevelt e Churchill durante a conferência.
São Francisco	Abril / 1945	Marca o nascimento da Organização das Nações Unidas e teve a presença de 50 Estados, entre os países que haviam declarado guerra à Alemanha e ao Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Foi assinada a Declaração das Nações Unidas, que se tornou um dos grandes instrumentos de regulação das relações internacionais, com 19 capítulos e 111 artigos
Potsdam	Entre julho e outubro / 1945	A Conferência de Potsdam reuniu URSS, EUA e Grã-Bretanha e marcou a divisão da Alemanha em 4 áreas de influência e estabeleceu uma ordem pós-guerra. Potsdam cuidou também da questão da Polônia e das tropas de Stálin que se instalaram no país. Vale lembrar que, em Potsdam, Churchill é substituído por Clement Atlee, e Roosevelt por Henry Truman.

2: Errada. O item está incorreto porque a Conferência de Bretton Woods não ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial, mas em julho de 1944, um ano antes do fim da guerra. Como afirma o item, duas importantes instituições foram criadas durante a Conferência: o **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (**BIRD), que foi criado para promover o desenvolvimento econômico a longo prazo trabalhando também com o financiamento de projetos de infraestrutura. A expressão Banco Mundial designa unicamente o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial compreende além do BIRD e da AID, outras três agências: a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (AMGI) e o Centro Internacional de Solução de Controvérsias relativos a Investimento. A outra instituição criada pelos Acordos de Bretton Woods foi o **Fundo Monetário Internacional**, que tem como objetivo prevenir crises econômicas mundiais e remediar problemas no balanço de pagamentos dos países membros. Ambas as instituições são agências especializadas das Nações Unidas e exercem funções complementares.
3: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o FMI, criado em 1944, adotou um modelo de câmbio fixo e estipulou uma conversibilidade do dólar em termos de ouro. A manutenção das taxas de câmbio, que estariam atreladas ao dólar, poderia ser ajustada, com o acordo do FMI, para corrigir problemas de "desequilíbrio fundamental" na balança de pagamentos dos países membros da organização. Além de estimular um padrão na conversibilidade de moedas, o FMI propunha a equilíbrio entre as moedas. Como os EUA eram o único país superavitário no período entre guerras e porque ele possuía mais 2/3 das reservas mundiais de ouro, o dólar americano passou a desempenhar função de moeda central do sistema. Em 1971, no entanto, Richard Nixon estipulou o fim da paridade dólar-ouro e ocorreu o fim do sistema Bretton Woods e do sistema de câmbio fixo.
4: Errada. Apesar do fim do sistema Bretton Woods em 1971, com o fim da paridade dólar-ouro, o sistema foi essencial para a estabilização e o controle do sistema financeiro internacional durante o pós-Guerra. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo de uma ordem monetária completamente negociada que tinha como objetivo regulamentar a governança monetária global, estabelecendo um sistema inovador de regras, instituições e procedimentos. Não obstante, o fim do sistema de paridade ouro-dólar em 1971, a regulação do sistema financeiro mundial e importantes financiamentos na área de desenvolvimento continuam a ser feitos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – instituições que nasceram do sistema Bretton Woods. Além disso, após 1945, não houve fechamento da economia mundial, mas uma maior abertura.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2004) Em face das info rmações apresentadas no texto acima e considerando aspectos históricos marcantes do sécu l o XX, contingenciadores da política internacional praticada no período, julgue os itens seguinte**s.**

(1) Em 1944, representantes de 44 países – entre os quais o Brasil – reuniram-se em *Bretton Woods* com o objetivo e criar mecanismos que livrassem o mundo de crises globais, a exemplo da decorrente Primeira guerra e, em especial, da Grande depressão dos anos 30.

(2) No pós-Segunda guerra e ao longo dos anos 50 do século XX, coincidindo com a "época de ouro" mencionada no texto, o sistema de *Bretton Woods* funcionou sem maiores atropelos. Contudo, na década de 60, ele começou a ser fortemente pressionado em função, sobretudo, do déficit em conta-corrente que os EUA passaram a registrar, processo acelerado em larga medida pelas despesas com a guerra no Vietnã.

(3) Em 1973, a guerra entre árabes e judeus é um dos símbolos do fim da "era de ouro". Sofrendo os efeitos da desvalorização do dólar decidida em 1971 (governo Nixon) e ante o apoio norte-americano a Israel, os países árabes quintuplicavam o preço do barril de petróleo, o que gera efeitos devastadores nas economias ocidentais.

(4) Em que pese a agressiva retórica protecionista expressa por quase todos os países, as duas ultimas décadas do século passado assistem à plena abertura dos mercados. Era a economia deixando de ser internacional para se tornar efetivamente mundial, o que exigiu o fim de instâncias reguladoras do comércio, como foi o caso do GATT.

(5) Em uma economia que se globaliza rapidamente, a formação de blocos regionais é justificada como

caminho adequado à melhor inserção internacional de seus integrantes. Nessa perspectiva, a União Européia, criada já como mercado comum pelo Tratado de Roma, de 1957, é o melhor exemplo de integração rápida, abrangente e completa que se conhece.

1: Certa. Os **acordos de Bretton Woods** estabelecidos em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, permitiram a reforma do sistema monetário e financeiro global, impondo o dólar ao conjunto do sistema capitalista e criando o **Fundo Monetário Internacional (FMI),** para financiamento temporário de países em crise na balança de pagamentos; e o **Banco Mundial**, com objetivo de financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Uma terceira organização que regulamentaria o comércio internacional deveria ser criada durante a reunião, mas os Estados não chegaram a um acordo final, estipulando o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) como o instrumento regulatório do comércio (este não era uma organização, mas apenas um acordo entre partes). A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi apenas criada em 1995. Durante a reunião de *Bretton Woods* dois protagonistas principais expuseram seus projetos: **John Maynard Keynes**, que dirigia a delegação britânica, e **Harry Dexter White**, da delegação americana. Keynes propunha a criação de um sistema monetário mundial fundado sobre uma unidade de reserva nãonacional, conhecida como "bancor". Venceu, no entanto, a proposição americana de fundar uma instituição capaz de avaliar a condição econômica dos Estados, adotando um mecanismo multilateral de regulação, baseado em taxas de câmbio fixas (mas adaptáveis) e garantindo o socorro dos Estados em caso de crise da balança de pagamentos. A unidade monetária adotada pelo sistema *Bretton Woods* foi o dólar americano, que seria conversível ao ouro – o preço em dólares do ouro seria de US$35 por onça. O **Brasil** foi um dos 44 países que participaram da reunião de *Bretton Woods*, tendo como chefe da delegação brasileira o Ministro da Fazenda Arthur da Souza Costa, e como delegados Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões.
2: Certa. Como afirma o item, durante os anos 1950, o sistema de *Bretton Woods* funcionou sem maiores atropelos. Todavia, os acordos não estipulavam nenhum controle limitando quantitativamente a emissão de dólares americanos. Para que o dólar cumprisse sua função de moeda com circulação internacional, os Estados Unidos tiveram que incorrer a constantes **déficits na balança de pagamentos**, exportando uma alta quantidade de capital para atender as necessidades de liquidez mundial. A enorme evasão de capitais dos EUA durante reconstrução europeia e um forte índice de inflação, causado principalmente pela recorrente criação de moeda durante a **Guerra do Vietnã** e da **necessidade de manter a liquidez mundial**, trouxe, a partir dos anos 1960, certa desconfiança sobre o dólar como ativo de reserva de valor internacional. Ainda, existia um descontentamento dos países europeus sobre a hegemonia da moeda americana. Alguns Estados começaram a adotar o ouro como reserva de valor e criaram alternativas como o Direito Especial de Saque, moeda definida pelo FMI em paridade com o ouro (1968). Em 1971, Richard Nixon decretou o fim da paridade dólar-ouro, o que levou ao **fim do sistema *Bretton Woods*.**
3: Certa. Os conflitos entre árabes e israelenses se multiplicaram no decorrer do século XX e tiveram forte importância na definição da geopolítica do Oriente Médio. A **Guerra dos Seis Dias, de 1967**, foi um dos principais conflitos e resultou na tomada pelos israelenses da Faixa de Gaza, da Península do Sinai, da Cisjordânia, de Jerusalém oriental e dos planaltos do Golan. A **Guerra de Yom Kippur**, em **outubro de 1973**, foi, de certa maneira, uma resposta à Guerra dos Seis Dias. O conflito estabeleceu uma ofensiva generalizada na península do Sinai e no Golan que envolveu os principais países árabes da região contra o Estado de Israel. Os Estados Unidos apoiaram o Estado de Israel na ofensiva e, como arma política, a **Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPEP)** decidiu, em 1973, determinar medidas econômicas com o objetivo de isolar Israel no conflito e forçar sua saída dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. Entre as medidas estavam a decisão de **aumentar em 70% o preço do barril de petróleo** e a redução em 5% da produção, a cada mês que Israel se mantivesse nos territórios ocupados. Essa ação ficou conhecida como o **Primeiro Choque do Petróleo** e gerou uma forte estagnação nas economias ocidentais, acentuada principalmente pela desvalorização do dólar em 1971, no Governo de Richard Nixon.
4: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque a abertura econômica dos mercados nas décadas de 1980 e 1990 não foi plena. O Brasil, por exemplo, durante sua história econômica, assumiu posturas ora protecionistas ora liberais, de maneira a administrar questões internas como déficits na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas. Durante os anos 1990, o país abriu sua economia, mas mesmo assim manteve algumas alíquotas e tarifas de importação. Igualmente, **não houve qualquer exigência para o fim de instâncias reguladoras do comércio ou para a extinção do GATT**. Ao contrário, nos anos 1980, a diversificação das trocas comerciais estimulou o início das negociações da Rodada do Uruguai, em 1986, que resultariam na **Organização Mundial do Comércio,** fundada pelos Acordos de Marraqueche em 1995 – criando um maior adensamento jurídico na área comercial. Além disso, mesmo depois da criação da OMC, o GATT não foi extinto, ele foi incorporado ao corpo jurídico da Organização e ficou conhecido como GATT 94.
5: Errada. A primeira parte do item está correta e corresponde a uma visão, recorrente durante os anos 1990, sobre as vantagens da formação de blocos regionais como melhor alternativa para uma inserção mais positiva no comércio internacional. Desta corrente surgiram diversas organizações regionais como o Mercosul (Mercado Comum do Sul), o Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e Apec (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico). No entanto, a segunda parte do item está incorreta quando afirma que a União Europeia foi criada pelo **Tratado de Roma de 1957**. O Tratado de Roma de 1957 criou a **Comunidade Econômica Europeia (CEE),** que institui uma união aduaneira entre seus membros e apenas previa a criação de um mercado comum. A União Europeia foi instituída apenas em 1992, com o Tratado de Maastrich, que fortificou a união econômica entre os membros da União e criou uma unificação política entre o bloco. Não obstante a União Europeia ser o exemplo de integração mais completa que se conhece, ela não é exemplo de um processo de integração rápido, já que o processo se desenrolou desde os anos 1950 até hoje, passando por diversas etapas de integração.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 1999) Uma das características centrais da ordem internacional em gestão é a formação de agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo, ou já implementaram, a liberação (desagravação tarifária) do fluxos de comércio intrazona. Selecione, a seguir, a única alternativa que lista agrupamentos que se enquadrem na descrição acima:

(A) Mercosul, OMC, UE.
(B) UE, APEC, UNCTAD.
(C) NAFTA, APEC, OMC.
(D) Mercosul, APEC, OCDE.
(E) Mercosul, UE, NAFTA.

A: Incorreta. Neste item, tanto o Mercosul (Mercado Comum do Sul) quanto a UE (União Europeia) são grupos regionais que propõem a desagravação tarifária. A OMC (Organização Mundial do Comércio), no entanto, não é uma formação de agrupamentos econômicos regional, é uma organização internacional que lida com assuntos de comércio.
B: Incorreta. Neste item, tanto a UE e a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são blocos regionais e têm como um de seus objetivos a redução das taxas alfandegárias. A UNCTAD é (United *Nations Conference on Trade and Development*), no entanto, um **órgão das Nações Unidas** e um fórum de deliberação econômica.
C: Incorreta. Neste item, tanto o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – grupo que engloba EUA, México e Canadá) quanto a

APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são organizações regionais que têm como um dos seus objetivos a desagravação das taxas alfandegárias. A OMC (Organização Mundial do Comércio), no entanto, é uma organização internacional que lida com assuntos relacionados ao comércio.
D. Incorreta. Neste item tanto o Mercosul (Mercado Comum do Sul – que engloba o Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina) quanto a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - bloco econômico da região da Ásia-Pacífico) são blocos econômicos regionais que têm como um de seus objetivos a desagravação tarifária. A OCDE é (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no entanto, uma organização internacional que reúne as maiores economias do mundo e tem como objetivo a cooperação econômica entre estes países, não propondo a desagravação tarifária.
E: Correta. Desagravação tarifária é a progressiva diminuição das tarifas de um país em vista dos compromissos que tenha assumido nas negociações comerciais internacionais. Essa redução pode se dar por progressivas diminuições ao longo dos anos ou de uma só vez. Tanto o **Mercosul**, a **União Europeia** e o **NAFTA** são agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo a liberação de desagravação tarifária.
Gabarito "E"

14. A DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

(Diplomacia 2007) No período pós-Guerra Fria, observa-se crescente ativismo da ONU no tocante às operações de paz. Com relação à participação do Brasil nessas operações, assinale a opção correta.

(A) Com o fim da Guerra Fria, as missões de paz perderam sua conotação ideológica, o que permitiu ao Brasil delas participar, pela primeira vez, com o envio de observadores militares e policiais civis ao Timor Leste.

(B) Em consonância com os princípios norteadores de sua política externa e de sua tradição diplomática, o Brasil privilegia o engajamento em missões que objetivam coibir graves violações dos direitos humanos, prevenir genocídios e prestar assistência em crises humanitárias.

(C) O exercício do comando político e militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) consolida a liderança e a intensa participação brasileira em missões de paz.

(D) Com o fim da Guerra Fria, a participação brasileira nas missões de paz da ONU intensificou-se em relação às décadas anteriores e tornou-se mais diversificada quanto às formas de colaboração prestada e às responsabilidades assumidas.

(E) O Brasil restringe sua participação a missões conduzidas em países em que não existam quaisquer interesses brasileiros em questão.

A: Incorreta. Durante a Guerra Fria, com o mundo dividido em dois blocos antagônicos, o veto recorrentemente paralisava o processo decisório do Conselho de Segurança, trazendo uma forte inoperância do sistema de segurança coletiva previsto na Carta das Nações Unidas. O item está incorreto porque durante o período de 1947 e 1987, foram criadas 13 Operações de Paz, e o Brasil participou de 6 destas operações, entre a primeira missão realizada em Suez em 1957. Com o fim da Guerra Fria, a distensão política entre a URSS e os EUA teve impacto no papel das Nações Unidas no setor de segurança e um período de forte atividade da ONU no campo da manutenção da paz, ocorrendo desde 1988 mais de 48 operações de paz. O Brasil efetivamente, como afirma o item, participou das Missões de Paz no Timor Leste que ocorreram em 1999 (UNTAET) e 2002 (UNMISET).
B: Incorreta. De acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a função de manter a paz e a segurança internacional, podendo, caso necessário, utilizar de medidas que impliquem o uso da força, como no caso de graves violações aos direitos humanos e genocídios. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não tem tradição em participar de força multinacionais autorizadas pelo capítulo VII do Conselho de Segurança. O Brasil participou, no entanto, em algumas missões sob o auspício do capítulo VII, como a Missão ao Timor Leste em 1999.
C: Incorreta. A MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) representa uma mudança quanto à participação brasileira em Operações de Paz. Tradicionalmente, o Brasil participa enviando tropas e militares, sem qualquer posição de liderança. O item está incorreto porque o exercício do comando de uma missão de manutenção de paz é um fato único na história brasileira neste tipo de operação.
D: Correta. Com o aumento do número de Operações de paz ao final da Guerra Fria, a participação do Brasil também aumentou consideravelmente no período (ver lista abaixo). Durante os anos 1960, a contribuição brasileira estava concentrada principalmente na cessão de militares, por exemplo, no envio de tropas para atuar no Egito (UNEF I) e na prestação de serviços de apoio aéreo no Congo (ONUC). Durante os anos 1990, no entanto, a contribuição brasileira ganhou um novo impulso, colocando a disposição das operações, civis e militares procedentes dos Três Poderes e dos Estados e Distrito Federal, além da cessão de 11 oficiais das Forças Armadas para servir no Departamento de Operações de Paz da ONU.
E: Incorreta. O item está incorreto porque uma das características da participação do Brasil em missões de paz é que ela se dá principalmente em países da América Latina e em países de língua portuguesa. Mesmo se esta ideia não é uma regra da atuação brasileira, ela reflete uma ligação cultural, linguística e de aproximação que mostrariam o interesse brasileiro nesta atuação. Durante a década de 1990, a política externa brasileira foi marcada pela ampliação de sua atuação regional e o aumento nas Operações de Paz mostra coerência na busca deste objetivo.
Missões de Paz que o Brasil participou com efetivo policial ou militar:
UNEF I (Faixa de Gaza/Sinai) -1956
ONUCA (Congo) -1960
UNSF (Nova Guiné Ocidental) -1962
UNFICYP (Chipre) – 1964
UNIPOM (Índia / Paquistão) – 1965
DOMREP (República Dominicana) – 1965
UNAVEM I /II /III (Angola) – 1988 /1991 / 1995
ONUCA (América Central) - 1989
ONUSAL (El Salvador) – 1991
UNPOFOR (Ex-Iugoslávia) – 1992
UNTAC (Camboja) – 1992
ONUMOZ (Moçambique) – 1992
UNOMIL (Libéria) – 1993
UNAMIR (Ruanda) – 1993
UNIMUR (Uganda-Ruanda) – 1993
UNCRO (Croácia) 1995 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNPREDED (República Ex-Iugoslávia da Macedônia) 1995
UNTAES (Croácia)1996 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMOP (Península de Prevakla) 1996
MINUGUA (Guatemala) 1997
MONUA (Angola) 1997
UNTAET (Timor Leste) 1999 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMISET (Timor Leste) 2002 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNMIL (Libéria) 2003 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
MINUSTAH (Haiti) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
UNOCI (Costa do Marfim) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU
Gabarito "D"

Sugestão: "O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas" de Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoyra (editora FUNAG) "O Brasil e as operações de Paz" Eugênio Diniz In. Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas. (Editora Saraiva)

15. O BRASIL E AS COALIZÕES INTERNACIONAIS: O G-20, O IBAS E O BRIC

(Diplomacia 2009) Reformas nas instituições políticas e econômicas internacionais têm sido objeto de debate bem como têm aumentado as articulações entre diversos grupos de países. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) A ampliação do G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo, aos quais se juntou a Rússia, tem sido cogitada por diversos países, mas enfrenta a resistência dos próprios membros do G-8, que não têm aceito manter mecanismos de diálogo com países em desenvolvimento.

(B) O grupo informal de países denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), embora citado em análises e estudos econômicos, ainda não propôs ações conjuntas nem promoveu encontro dos quatro países integrantes, agrupados sob sigla criada por economistas de um banco de investimentos internacional.

(C) O G-20 financeiro, que reúne as maiores economias industrializadas e emergentes do mundo, totalizando cerca de 85% do PIB mundial, foi criado em 2008 para discutir a crise econômica global.

(D) Órgão máximo da ONU responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança tem sido arguido quanto a representatividade e eficácia, situação agravada pelo fato de o Conselho não poder tomar decisões nem agir em nome de todos os Estados-membros da Organização.

(E) Criado em 1944, na Conferência de *Bretton Woods*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) dispõe de um processo decisório concentrado nos países que detêm maior número de quotas no Fundo, o que acarreta desequilíbrio entre a representação dos interesses desses países e a dos países em desenvolvimento.

A: Incorreta. O grupo denominado G8 nasceu em 1975, durante a presidência francesa de Valéry Giscard d'Estaing, que convidou os líderes da Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Itália para uma reunião no castelo de Rambouillet perto de Paris. O objetivo da reunião, na época, era discutir dos temas internacionais da atualidade, como a crise mundial do petróleo, em uma reunião informal. Foi decidido, na época, que o evento seria anual e o Canadá foi convidado no ano seguinte (G7). Em 1997, a Rússia se juntou ao grupo, transformando-se no grupo dos sete países mais desenvolvidos, mais a Rússia – exatamente como afirma o item da questão. O G8 era um grupo informal de coordenação que discute temas de interesse global. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira – junto com outros países em desenvolvimento – defendia que o G20 seria mais efetivo. O item está incorreto porque **não houve resistência dos membros do G8 quanto à participação de países em desenvolvimento no processo de coordenação global**. Já era mesmo uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos presidentes ou primeiros-ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional. O Grupo dos 20 inclui, além dos membros do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), os quatro membros da categoria dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e mais África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e União Europeia.

B:Incorreta. Como afirma o item, o BRICS (antigamente denominado BRIC) é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. Os cinco países são considerados potências emergentes, contando com 40% da população mundial e estando entre as 10 maiores economias mundiais. O termo BRIC apareceu pela primeira vez em 2001 em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar as economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. Além disso, o estudo previa que as quatro economias compreenderiam mais de 14% da produção mundial até o fim da década. Em 2011, eles já correspondem a 19% da produção global. As primeiras reuniões entre chanceleres dos BRIC ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007. O item está incorreto porque desde 2009, o BRIC organiza Cúpulas anuais, com a presença de Chefes de Estado e Governo, com o objetivo de discutir temas globais e estabelecer uma convergência de posições sobre temas diversos. A primeira cúpula ocorreu em Yekaterinbourg, na Rússia, em junho de 2009. A segunda Cúpula ocorreu em abril de 2010, em Brasília, conjuntamente com a IV Reunião de chefes de Estado e de Governo do Ibas. Durante esta Cúpula, houve uma institucionalização das cúpulas anuais dos BRIC e a convergência em diversos temas, como políticos e econômico-financeiros. Em abril de 2011, ocorreu a III Cúpula dos BRICS em Sanya, na China, que foi a primeira Cúpula desde a adesão da África do Sul em dezembro de 2010.

C: Incorreta. O item está incorreto porque desde 1999 os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 principais economias do mundo reuniam-se regularmente para examinar questões sistêmicas da economia global – formando o que é conhecido como G20 financeiro (para diferenciá-lo do G20 comercial formado no âmbito da OMC). Com a crise financeira de 2008-2009, por iniciativa brasileira, o grau de representação do grupo foi elevado a encontro em nível de chefes de Estado e Governo. Assim, em novembro de 2008, foi realizada em Washington a I Cúpula de Líderes do G-20, evidenciando a importância que o Grupo havia conquistado. A legitimidade do agrupamento materializou-se com a designação, em Pittsburgh, em setembro de 2009, do G-20 como principal foro para debate de temas econômico-financeiros. (Resumo Executivo Política Externa 2003-2010).

D: Incorreta. De acordo com o **Capítulo V** da Carta das Nações Unidas, que discute as funções e poderes destinados ao **Conselho de Segurança** (CS), o CS, com o objetivo de assegurar a pronta e efetiva ação em matéria de manutenção da paz e da segurança, **tem conferido por todos os Membros da Organização das Nações Unidas o poder de tomar resoluções**, que estão de acordo com os princípios e propósitos das Nações Unidas, e estas decisões tem força vinculante sobre os membros da ONU (artigo 24, 25 e 26 da Carta das Nações Unidas). O item está, portanto, incorreto, mesmo que exista atualmente um debate sobre a legitimidade de ação do Conselho, que possui apenas 5 membros permanentes e com poder de veto.

E: Correta. O **sistema de voto no Fundo Monetário Internacional**, criado em 1944 com os Acordos de *Bretton Woods*, não segue o padrão de alguns organismos internacionais, "um país, um voto", e utiliza de um sistema de **voto ponderado** – quanto maior a quota-parte do país no FMI (determinada pela magnitude do PIB do país), maior capacidade de voto possui esse país dentro do Fundo. As quotas determinam, portanto, de quanto será o pagamento para que o país possa ingressar no FMI, a magnitude do financiamento que esse país pode receber e seu número de votos no organismo. Quanto maior for o PIB, maior pode ser a quota – os Estados Unidos de América, por exemplo, possuem

a maior quota-parte do FMI, atualmente em 17,5% do total de quotas; já Palau, a menor economia do Fundo, possui 0,001% das quotas. Há uma revisão geral das quotas a cada 5 anos, mas para que seja aprovado o aumento de quotas para determinado país é necessária a aprovação de 85% dos votos (os EUA, consequentemente, são o único país com poder de veto, já que tem 17,5% de quotas-parte). A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada de aproximadamente 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Juntamente com Rússia, Índia e China, os países que formam o Bric, o Brasil passará a figurar entre os dez maiores quotistas do FMI. Trata-se de passo significativo na direção de um FMI mais representativo do peso dos países em desenvolvimento.

Gabarito “E”

16. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

(Diplomacia 2007) Nos últimos anos, a política externa brasileira tem enfatizado a importância do diálogo político e da cooperação sul-sul em resposta às disparidades de poder e às crescentes assimetrias internacionais. A respeito das iniciativas brasileiras voltadas para o diálogo político e a cooperação sul-sul, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O Brasil prioriza parcerias que reflitam afinidades e laços históricos e culturais, razão pela qual os países lusófonos apresentam-se como os mais importantes parceiros e interlocutores dos brasileiros no presente.

(2) Por atenderem prioritariamente ao interesse da promoção do desenvolvimento, as iniciativas brasileiras de cooperação privilegiam ações econômicas.

(3) As ações brasileiras tanto se amparam em eixos bilaterais quanto se desenvolvem por meio de coalizões e arranjos de alcance e composição variáveis.

(4) As ações de cooperação brasileiras conjugam temas tradicionais — econômicos, técnicos e científicos — com o tratamento de questões como inclusão e equidade social, combate à fome e à pobreza, segurança alimentar, promoção de direitos humanos e igualdade de gênero.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque apesar do Brasil dar ênfase às parcerias com países de língua portuguesa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, esses países não se apresentam como os mais importantes parceiros e interlocutores do Brasil no momento. A política Sul-Sul, como consta na questão, é uma das grandes prioridades do governo e trata-se de estabelecer uma maior cooperação entre países em desenvolvimento, também conhecida como **cooperação horizontal**. A cooperação Sul-Sul define-se, portanto, na atuação da cooperação brasileira em diferentes continentes, como a África, América do Sul e Caribe, Oceania e Ásia, sem priorizar necessariamente os países de língua portuguesa.

2: Errado. Embora a cooperação sul-sul brasileira também prime pelo desenvolvimento via ações econômicas, o Brasil prioriza a adoção de atuações não comerciais no âmbito de sua ação sul-sul, como forma de promover a autonomia dos parceiros envolvidos no processo. As ações de cooperação internacional consistem na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos e eventual doação de equipamentos e materiais. Além das áreas tradicionais de interesse brasileiro, como agricultura, educação, treinamento técnico e meio ambiente, o Brasil aumentou suas iniciativas na área de prevenção do trabalho infantil e em áreas sociais que envolvem violência social, pobreza, direitos humanos, igualdade de gênero, além de assuntos relacionados a cidadania e inclusão digital.

3: Certo. O item está correto já que, embora a vertente bilateral Sul-Sul seja a modalidade prioritária de cooperação técnica prestada pelo Brasil, parcerias triangulares com organismos internacionais também são possíveis. Em ambos os casos, cooperação bilateral ou triangular, a cooperação deve incluir os princípios da cooperação sul-sul brasileira, ou seja, “*demand driven*”, incondicionalidades, uso de recursos locais e serem sem fins lucrativos. O Brasil já desenvolve cooperação técnica trilateral com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a Austrália, o Reino Unido e a França. Desenvolveu projetos com o Canadá e a Espanha. Assinou recentemente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica trilateral com Israel, Egito e Austrália. O Brasil desenvolve também cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, tais como OIT, FAO, PMA, UNFPA, UNESCO e UNODC.

4: Certo. Este item está correto e resume a vocação da cooperação brasileira, que é conduzida e financiada, principalmente, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação Sul-Sul inicia-se por meio de demandas à ABC por Governos estrangeiros ou Organismos Internacionais. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. A Agência atua hoje com mais de 70 instituições brasileiras assim que as embaixadas do Brasil e embora a maioria das demandas de cooperação esteja concentradas nas áreas de agricultura, saúde, educação e formação profissional, o leque de projetos da ABC na África, por exemplo, contempla outras áreas como tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, direitos humanos, desenvolvimento urbano, cultura, esportes, entre outros. Hoje a ABC conta com 81 projetos.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

17. QUESTÕES COMBINADAS

(Diplomacia – 2004) É a partir de 1968 (II Unctad) que o Brasil passou a expressar apoio mais denso aos foros multilaterais, movido pela convicção de ser essa atitude o “meio de neutralizar ou reduzir o considerável poder de coerção das superpotências e grandes poderes nas relações internacionais”, como assinalou Antonio Augusto Cançado Trindade. Já para Clodoaldo Bueno, a continuidade seria o elemento definidor da política multilateral brasileira, a expressar o reconhecido grau de profissionalismo do Itamaraty. Para ele, a diplomacia brasileira teve tradicionalmente na ONU uma participação constante e cooperativa, fazendo do tema do desenvolvimento uma de suas preocupações centrais. A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem, relativos à inserção internacional do Brasil.

(1) A aproximação entre Argentina – governo Alfonsín – e Brasil - governo Sarney –, em meados dos anos 80 do século XX, foi o passo inicial para constituição do futuro Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e se deu em um contexto de crise econômica nos dois países recém-saídos de ditaduras militares.

(2) Ao se afastar, em 2003, das tratativas em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), abrindo mão de co-presidir – com os EUA – a comissão negociadora do megabloco continental, o Brasil emitiu sinais claros de repulsa às práticas norte-americanas de subsídios, nomeadamente aquelas em vigor na área agrícola.

(3) A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contou com ativa participação do

Brasil, ocorreu em um contexto histórico amplamente favorável. Com efeito, é na década de 90 do século XX que a política brasileira pra a África mais se robustece, com o sensível incremento das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas entre o Brasil e os Estados africanos.

(4) Enquanto o binômio segurança-desenvolvimento pautou, em linhas gerais, a política internacional implementada pelo regime militar, conferindo-lhe caráter mais defensivo, com a redemocratização do país, em meio ao novo cenário mundial surgido a partir de fins da década de 80 do século XX, o Brasil tratou de ampliar sua presença multilateral. Exemplos dessa estratégia seriam, entre outros, a realização da Eco-92 – Rio de Janeiro – e a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

(5) Retraída no combate às práticas protecionistas dos países e blocos economicamente mais fortes, a atuação brasileira na OMC é dura na oposição às medidas unilaterais. Já no âmbito da ONU, defende um Conselho de Segurança mais democrático, embora ainda não demonstre desconforto quanto à forma pela qual ele foi organizado, quando da criação das Nações Unidas, refletindo a *realpolitik* do sistema bipolar.

1: Certa. Os anos 1980 e 1990, contexto de crise econômica na América Latina e redemocratização dos regimes políticos da região, marcaram a reaproximação entre a Argentina e o Brasil. Vários foram os instrumentos que respaldaram esta aproximação, entre eles a **Declaração de Iguaçu** - que tinha como objetivo sedimentar a aproximação econômica e política entre os países, e a **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear** - que sublinhava a vocação pacífica dos projetos nucleares dos Estados, ambas de 1985. No âmbito econômico, foi criada a **Comissão Mista Brasil-Argentina**, desenhada para propor possíveis formas de integração. Em 1986, o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)** – também conhecido como a Ata de Integração, inicia a abertura econômica setorial. Enfim, o **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988** estabelece um prazo para a integração completa das economias brasileira e argentina no prazo de 10 anos e será o marco inicial do futuro MERCOSUL.

2: Errada. A **ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas)** foi proposta durante a I Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994, com o objetivo de abolir barreiras tarifárias e não tarifárias entre os 34 países do continente americano. Em 2005, dada as disparidades dos indicadores econômicos, sociais e dos interesses e expectativas distintos nas negociações, foi decretado, durante a reunião de Mar Del Plata, na IV Cúpula das Américas, o encerramento das negociações. O item está incorreto porque em 2003 o Brasil ainda não tinha "se afastado das tentativas em torno da implementação de uma área de livre comércio nas Américas". Ao contrário, o governo do presidente Lula propôs, em **2003**, reequilibrar as negociações com base na visão da **"ALCA possível"**, em um processo negociado em "três trilhos": (1) um acordo "guarda-chuva" que enunciasse conjunto de direitos e obrigações equilibrados, aplicáveis aos 34 sócios, (2) acesso a mercados para bens, serviços e investimentos negociados "bilateralmente", entre diferentes países e blocos, e (3) a possibilidade de conclusão de acordos plurilaterais mais profundos em temas e setores específicos, por países que desejassem fazê-lo (MRE). Mesmo tendo conseguido um compromisso nestas linhas, não foi possível estabelecer a ALCA. O item possui outro erro quando menciona que o Brasil abriu mão da co-presidência da ALCA com os EUA. **Brasil e Estados Unidos exerceram a Co-Presidência** até a conclusão das negociações em 2005. A afirmativa "que o Brasil emitiu sinais claros de repulsa às práticas norte-americanas de subsídios", está correta, pois o país era contra a recusa dos negociadores da ALCA em negociar subsídios agrícolas, e, entre outros, foi um dos motivos para o fim das negociações em 2005.

3: Errada. Criada em 1996, a **CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)** constitui foro com três objetivos gerais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. O item está incorreto, porque a **década de 1990** não qualifica um incremento nas **relações Brasil--África**. Segundo José Sombra Saraiva, a primeira metade dos anos 90 foi de perplexidade para a diplomacia brasileira e de um refluxo em sua política africana. Contudo, na medida em que o MERCOSUL se consolidava e a África do Sul encerrava a era do *apartheid*, abriram-se novas possibilidades. Saraiva fala em «opções seletivas» em relação à política brasileira para a África nos anos 1990, afirmando que o Brasil, neste período, ampliou suas relações com países que exerciam certa liderança regional, por meio da qual seria possível atingir um maior número de países, sem a necessidade de estar presente em todos eles ao mesmo tempo, reafirmando a ideia de "Estado mínimo» que prevaleceu nos anos 1990. Neste sentido, a aproximação com a África do Sul de Nelson Mandela e a iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) configuraram como elementos estratégicos para retomar-se as antigas relações com a África Austral e com os países do Golfo da Guiné. Além disso, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o **fechamento dos postos diplomáticos** em Adis Abeba (Etiópia), Dar es Salam (Tanzânia), Iaundê (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia), o que demonstra que não houve incremento nas relações com o continente.

4: Certa. A partir da década de 1980, o **multilateralismo brasileiro** recrudesce para se tornar hegemônico em sua capacidade de determinação sobre a política externa brasileira (Amado Cervo). Como afirma o item, durante a ditadura militar a política externa brasileira tinha um viés multilateral mais defensivo e com um traço mais autônomo. O **fim da Guerra Fria** sugeriu ao Brasil uma mudança radical na sua forma de inserção internacional, promovendo uma mudança da atuação brasileira em relação aos próprios regimes internacionais. O Brasil começa, nos anos 1980, a ser mais participativo em questões como meio ambiente e direitos humanos, adotando uma postura mais coletiva no trato das relações internacionais. A diplomacia brasileira apresentou-se, portanto, nos foros multilaterais para denunciar, discordar, protestar e sugerir mudanças no sistema. Diante da perspectiva de um ambiente em transição, o **Brasil propõe, em 1989,** durante a abertura da 44ª Assembleia Geral das Nações Unidas, **a ampliação do Conselho de Segurança**, com o objetivo de aumentar a participação dos Estados periféricos nas decisões internacionais. A candidatura oficial brasileira ao Conselho de Segurança como membro permanente foi lançada em 1994 durante o governo Itamar Franco. Além disso, durante os anos 1980, o Brasil fez sua candidatura para sediar a **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992**.

5: Errada. O item está errado, primeiramente, porque não existe uma posição retraída brasileira na **Organização Mundial do Comércio** em relação ao combate de práticas protecionistas dos países e blocos economicamente mais fortes. Dentro do **Sistema de Solução de Controvérsias** (SSC) da OMC (sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional), o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). A maioria das disputas brasileiras na área comercial ocorreu em relação aos Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia, em oposição, principalmente, a medidas unilaterais de comércio. A segunda parte do item também está incorreta ao afirmar que o Brasil não demonstrava desconforto quanto pela forma que o **Conselho de Segurança** foi organizado na criação das Nações Unidas em 1945. Desde a existência de seu predecessor, o Conselho Executivo da Liga das Nações, a diplomacia brasileira exalta a meta de compor como membro permanente o órgão internacional de maior decisão. Durante os debates de **1944, em *Dumbarton Oaks***, o Brasil já buscava apoio à sua candidatura como membro pleno do Conselho de Segurança. Os EUA, na época, foram favoráveis à candidatura brasileira, contudo, a delegação britânica e a delegação soviética recusariam a presença

brasileira no Conselho. Para ambos, afora os quatro grandes – Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e China – seria considerada tão-somente a admissão da França.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Nas últimas décadas do século XX e até a crise financeira de 1997, o leste asiático foi o espaço mais dinâmico da economia capitalista, aumentando de forma geométrica sua participação na riqueza mundial. Naquela região do mundo, entretanto, a maior parte dos Estados nasceu no século XX, sobre bases territoriais, sociais e culturais milenares.

Na Europa, a unificação é, sem dúvida, o fenômeno contemporâneo que mais instiga o imaginário e estimula a crença no fim dos Estados nacionais. Afinal, foi ali que eles nasceram, nos séculos XV e XVI, junto com a própria idéia de soberania, mas não há nada que corrobore essa crença, no processo de unificação européia, porque ninguém ali está se propondo dissolver em uma globalidade abstrata e cosmopolita. Se há algum lugar no mundo — além da dramática decomposição de alguns quase-países africanos — onde se pode falar de Estados fracos ou fragilizados pelo processo de globalização financeira é no território dos chamados mercados emergentes, em particular na América Latina.

José Luís Fiori. 60 lições dos 90: uma década de liberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 39-40 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima e também considerando os múltiplos aspectos da ordem política e econômica do mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

(1) A crise do Estado nacional, de crescente visibilidade a partir dos últimos decênios do século XX, na proporção direta em que avulta a atuação das grandes corporações transnacionais, adquire em larga porção da Ásia dimensão ainda maior. Na base da explicação desse fenômeno, como deixa entrever o texto, reside o que alguns especialistas denominam de baixa densidade histórica, que se explicaria pelo fato de serem Estados recentes, constituídos apenas no século XX.

(2) Infere-se do texto que o projeto da União Européia, paciente e meticulosamente construído ao longo dos anos, em um processo ainda inconcluso que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial, volta-se para a criação de um superestado, que, sem dissolver seus integrantes "em uma globalidade abstrata e cosmopolita", tenha condições de concorrer pelo poder e pela riqueza mundiais, em um cenário global de acentuada competitividade.

(3) O último parágrafo do texto permite supor que o autor acredita que o modelo de inserção internacional praticado por vários países latino-americanos, a partir das duas décadas finais do século XX, tenha exposto suas economias a uma situação de acentuada vulnerabilidade externa, por desregulá-las e abrir suas fronteiras sem os indispensáveis mecanismos de proteção.

(4) No Cone Sul, o processo de integração que levaria ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) teve sua origem na aproximação argentino-brasileira, em meados da década de 80 do século XX, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Naquela conjuntura de crise econômica, ambos os Estados viviam os primeiros passos da experiência de recomposição da democracia após cerca de duas décadas de regime autoritário, sob o comando de militares.

(5) Em meio a inegáveis resultados positivos, o MERCOSUL ainda não conseguiu superar alguns obstáculos e, sob determinada ótica, resultou em pontos flagrantemente negativos. Entre esses, destaca-se o fato de que a notável ampliação do volume de trocas entre Brasil e Argentina acabou por hiperatrofiar o comércio entre o Brasil e os demais parceiros (Uruguai e Paraguai), além de, paradoxalmente, a integração regional ter reduzido o poder de barganha de seus membros — como bloco ou isoladamente — no competitivo mercado mundial.

1: Errada. Este item demanda a interpretação do texto pelo candidato. O item está incorreto, primeiramente, porque não há uma crescente crise do Estado nacional, apesar de existir um debate acadêmico importante sobre a globalização e os efeitos deste fenômeno em relação ao modelo estatal. Consequentemente, o fenômeno da crise do Estado não é observada na Ásia.

2: Certa. Este item demanda a interpretação do texto pelo candidato. O item está correto, já que se pode inferir do texto que a unificação europeia é ainda um processo inconcluso que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial e esta é uma organização supra-estatal.

3: Certa. Este item demanda também a interpretação do texto pelo candidato. O item está correto, já que autor ressalta a América Latina como uma região com forte vulnerabilidade externa, fragilizada pelo processo de globalização financeira.

4: Certa. Durante os anos 1980, houve uma importante aproximação política entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Em um contexto de crise da dívida latino-americana (o período ficou conhecido como a Década Perdida), o processo de redemocratização ajudou a estabelecer as bases de integração econômica que resultaram na criação do Mercosul em 1991. Os principais instrumentos para a integração política e econômica entre Argentina e Brasil no período são: a **Declaração de Iguaçu** de 1985, o **Programa de Integração e Cooperação Econômica** de 1986 e o **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** de 1988.

5: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque mesmo se houve um aumento do fluxo de comércio entre o Brasil e a Argentina, este fluxo não hipertrofiou o comércio entre o Brasil e os demais parceiros do MERCOSUL. Ao contrário, para os quatro países a importância do bloco como destino e origem de exportações e importações aumentou consideravelmente durante a década de 1990. Houve, portanto, um **real incremento do comércio intrabloco**. Igualmente, a integração regional não reduziu o poder de barganha dos membros, mas estimulou a participação do bloco no comércio internacional. O estabelecimento de um comércio ampliado entre o bloco, a Bolívia e o Chile e os acordos de livre comércio entre o Mercosul e diversos países e agrupamentos regionais - Comunidade Andina, Israel, Palestina, Egito - mostra a capacidade do bloco em negociar acordos comerciais internacionais em conjunto. O início das negociações entre o Mercosul e a União Europeia, em 1995, patenteia uma identidade internacional do Mercosul e a capacidade de barganhar em conjunto.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Em relação ao processo de globalização e às características do sistema internacional contemporâneo, julgue os itens a seguir.

(1) Com o objetivo de realizar a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o processo de globalização vem sendo conduzido pela ONU de modo multilateral, sobretudo com o avanço das discussões entre as potências.

(2) A globalização é caracterizada pela supremacia econômica, cultural, política e militar dos EUA, que a exercem de maneira isolacionista e unilateral.

1: Errado. Conquanto a primeira parte do item esteja correta, ele foi considerado incorreto porque não houve avanço das discussões entre as potências sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 193 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado ***'Renewing the United Nations: a programme for reform'***. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum**", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice-Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes –, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que houve um avanço nas discussões entre as potências, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso.

2: Errado. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Diversos autores, como Samuel Huntington, acreditam que a globalização seja um meio de propagação e expansão da cultura ocidental, e isso conduziria necessariamente a um "choque de civilizações". Segundo Huntington, a expansão dos fluxos de interação entre povos levaria a expansão da cultura ocidental para outras culturas, o que geraria resistência e guerras. Outra contradição da globalização seria a perda da soberania do Estado frente às organizações supra-nacionais, já que haveria uma propagação das mesmas em resultado do aumento da velocidade de recursos e informação. Apesar das contradições em relação ao fenômeno, a globalização não é exercida pela atuação unilateral e isolacionista dos EUA na matéria, mas pela interação constante entre pessoas e diversos outros Estados. O item está incorreto porque a globalização não é caracterizada pela supremacia americana.

GABARITO 1E, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com relação à política de apoio e diálogo do Itamaraty com as comunidades brasileiras no exterior, julgue os itens seguintes.

(1) Entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior.

(2) Na criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBR), preconizou-se a eleição, para a Câmara de Deputados no Brasil, de até quatro representantes, entre os brasileiros maiores de 16 anos permanentemente domiciliados no exterior.

(3) A prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem.

1: Certo. Desde 2007, com a criação da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), pelo Decreto nº. 5.979/06, foi renovada a atenção dada pelo governo brasileiro aos brasileiros que vivem no exterior. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, essa decisão justificou-se não apenas pelo crescimento das comunidades brasileiras fora do país, mas também pela intensificação do fluxo de viajantes entre o Brasil e outros países. A mudança do perfil do Brasil, de país de imigração para emigração, bem como a maior projeção brasileira no cenário internacional, contribuíram para esses dois desenvolvimentos, que resultaram no aumento do número de demandas junto à rede consular brasileira e exigiram medidas para o seu adequado atendimento (MRE). Como afirma o item, entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior. Sobre o Conselho de Cidadãos, trata-se de um foro informal e apolítico de aconselhamento dos Consulados do Brasil no exterior, de composição rotativa, com o objetivo de aproximar os nacionais que vivem em países estrangeiros e a rede consular, estabelecendo a ponte entre o Governo e a Sociedade Civil no exterior. Os primeiros Conselhos Cidadão surgiram em 2011 nas cidades de Genebra, Zurique, Barcelona e Atenas com membros eleitos pelas comunidades locais. Sobre os Consulados Itinerantes, são missões feitas por consulados, por vice-consulados e por setores consulares de embaixada a cidades e regiões distantes de suas sedes, destinadas à prestação de serviços consulares às comunidades brasileiras no exterior. Já o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior, trata-se de auxilio jurídico à família de presos brasileiros no exterior.

2: Errado. O Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE) é um projeto com o objetivo de alcançar maior interlocução entre o Governo brasileiro e sua população no exterior, conforme foi decidido nas Conferências "Brasileiros no Mundo" realizadas no Rio de Janeiro, em julho e outubro de 2009. O CRBE é um sistema consultivo criado para atingir o objetivo de ser um sistema fácil e democrático que permita a participação da comunidade brasileira no exterior. O item está incorreto porque o CBRE não tem a função de eleger candidatos para a Câmera de Deputados, mas é um Conselho com 16 membros eleitos pela comunidade brasileira no exterior que tem como objetivo assessorar o Ministério das Relações Exteriores em assuntos de interesse das comunidades brasileiras no exterior. A distribuição das vagas do CRBE são: quatro para as Américas do Sul e Central; quatro para a América do Norte e Caribe; quatro para a Europa; e quatro para a Ásia, África, Oriente Médio e Oceania. As eleições para representantes do CRBE são feita pelo MRE e os membros terão mandato de dois anos cada.

3: Certo. Como afirma o item, a prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários, ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem. Se um imigrante brasileiro em situação irregular procurar o Consulado ou a Embaixada brasileira, por ser um cidadão brasileiro, ele será orientado e auxiliado sem que informações sejam repassadas às autoridades locais.

GABARITO 1C, 2E, 3C

18. OFICIAL DE CHANCELARIA

Texto para os itens das duas questões seguintes

Estrangeiras de olho no Brasil

Eles querem nossos alunos. O Brasil se tornou recentemente um mercado estratégico para universidades estrangeiras, principalmente norte-americanas e australianas. Não, elas não vão oferecer cursos aqui. Estão montando escritórios, promovendo eventos e oferecendo bolsas com o objetivo de levar os jovens a fazer graduação fora do país. "Queremos os melhores estudantes de todo o mundo e o Brasil, com China e Índia, é um dos nossos focos", diz o diretor de assuntos internacionais da Universidade de Yale. A Universidade de Harvard confirmou na semana passada que já alugou um escritório na Avenida Paulista e que os trabalhos começam no início de julho. "Não haverá cursos aqui. O Brasil é destaque na internacionalização da universidade", diz o diretor do escritório brasileiro. Uma bolsa específica para brasileiros em Harvard já começou neste ano. As universidades estrangeiras também deixam claro que o tamanho do Brasil importa nessa decisão estratégica. O país tem atualmente cerca de 9 milhões de alunos no ensino médio, etapa anterior ao ensino superior, com 4,1 milhões de estudantes. Alguns cursos, no entanto, não têm validação automática no ensino superior brasileiro, como Medicina e Arquitetura. As universidades públicas têm autonomia para reconhecer ou não os diplomas e os currículos cursados no exterior.

O Estado de S. Paulo, 19/6/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Tomando o texto como referência inicial, julgue os itens seguintes, quanto às relações entre educação e desenvolvimento nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil nos últimos anos.

(1) O Brasil, país tipicamente periférico, necessita criar, no exterior, recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, como forma de incrementar o desenvolvimento nacional.

(2) A formação de graduandos universitários no Brasil é predominantemente realizada, em termos quantitativos, pelas universidades públicas.

(3) A educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos.

(4) A educação média e superior em países como os EUA, com ênfase em valores e sistema de pensar e agir vinculados à cultura norte-americana, é perfeitamente compatível com a formação da cidadania brasileira e é muito superior à média da formação educacional em países como o Brasil.

(5) As universidades públicas brasileiras devem, ante a relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos.

1: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não necessita criar no exterior recursos humanos em todas as áreas. O texto acima não faz esta afirmação. Na verdade, o texto explicita que universidades estrangeiras, principalmente as americanas, estão oferecendo bolsas para estudantes brasileiros com intuito de atrair os melhores estudantes nacionais para suas universidades.

2: Errado. O item está incorreto porque o texto acima não faz essa afirmação. Na verdade, o texto faz referência às universidades públicas para afirmar que são elas que fazem as revalidações de diplomas estrangeiros no Brasil. Além disso, dos 4,1 milhões de estudantes universitários brasileiro apenas uma pequena porcentagem vai para as universidades públicas, que possuem vestibulares mais competitivos.

3: Certo. O item está correto já que a educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos. Segundo o Censo Escolar, em 2010, 51,5 milhões de estudantes foram matriculados na educação básica pública e privada no país. Desse total, 85,4% estudam nas redes públicas.

4: Errado. O item está incorreto porque os valores e o sistema de pensar norte-americano diferem do brasileiro e não são compatíveis com a cultura nacional, apesar de possuírem semelhanças em alguns aspectos. Além disso, é errôneo considerar a formação americana superior a países como o Brasil.

5: Errado. O item está incorreto porque as universidades públicas brasileiras não devem, apesar da relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos. Como é adotado para diversos países, o Brasil demanda que as universidades públicas reconheçam diplomas estrangeiros para analisar sua compatibilidade com os requisitos demandados pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que diversos projetos de cooperação para facilitar o reconhecimento dos diplomas estrangeiros estão em tramites de negociação, com destaque para os acordos com o MERCOSUL, que têm o intuito de aprimorar o processo de integração regional.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos ao processo de internacionalização do Brasil.

(1) A internacionalização do Brasil, pela via da adaptação do país à economia da globalização, leva inexoravelmente à abertura de mercados a interesses e projetos estratégicos de países mais avançados economicamente.

(2) A formação de coalizões internacionais como o G20 explicita que países do porte do Brasil busquem maneiras de participar das disputas em torno dos mercados globais de forma ativa e não apenas reativa.

(3) A internacionalização do Brasil, em todos os campos, inclusive no âmbito educacional, vem sendo apenas nociva aos interesses nacionais.

(4) A disputa por mercados, seja em torno de produtos materiais seja em torno de bens culturais imateriais, não é aspecto novo da formação da vida capitalista, no percorrer de longo caminho histórico desse sistema de produção, consumo, comercialização e financiamento.

(5) A ideia de transnacionalização das economias nacionais é um fenômeno intrinsecamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades dos Estados, sejam elas do centro sejam da periferia do sistema econômico global.

1: Certo. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Como afirma o item, ao internacionalizar-se nos anos 1990, o Brasil integrou-se ao processo de globalização que resultou

na abertura dos seus mercados a interesses e projetos de países mais avançados economicamente. Isso não significa, no entanto, que a economia brasileira ao internacionalizar-se tenha cedido aos interesses dos países desenvolvidos. Vale destacar que o Brasil é um dos países mais atuantes da Organização Mundial do Comércio, que estabelece as normas do comércio internacional, defendendo seus interesses perante os membros da organização, entre eles os países desenvolvidos.

2: Certo. O item está correto porque o G20, além de outras coalizões como o IBAS, BRICS, G20 comercial e G20 financeiro, BASIC são meios de o Brasil atuar no cenário internacional de forma ativa, buscando alcançar seus interesses.

3: Errado. Não é correto afirmar que a internacionalização do Brasil é nociva para o país no âmbito educacional. O Brasil, por meio de diversos programas oficiais, vem promovendo o intercâmbio de estudantes brasileiros em universidades estrangeiras. Um dos principais programas do Governo de Dilma Rousseff na área educacional é precisamente um programa de incentivo ao intercâmbio na área das Ciências. O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC).

4: Certo. Bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas em determinado país. Podem ser considerados bens imateriais os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; as manifestações literárias, as musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; os rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, além de mercados, feiras, santuários. Como afirma o item, a disputa pelo mercado de bens materiais e imateriais é característica constante da formação capitalista, estando presentes em todas as fases desse processo.

5: Errado. A transnacionalização das economias nacionais, ao contrário do que afirma o item, não é um fenômeno intrinsicamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades do Estado. Apesar de existirem linhas antiglobalização que acreditam que a transnacionalização econômica é prejudicial aos Estados, é errôneo afirmar que isso é prejudicial a todos os Estados, tanto Estados de centro quanto de periferia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

04. História Mundial

Leonardo Gill Correia Santos

1. ESTRUTURAS E IDEIAS ECONÔMICAS

1.1. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Tomando o texto III como referência inicial e considerando o cenário econômico mundial na passagem do século XIX ao século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) As transformações verificadas no sistema produtivo capitalista, a partir de meados do século XIX, tiveram na substituição do ferro e do carvão pelo aço e pela eletricidade o ponto de partida para a configuração da moderna industrialização.

(2) As últimas décadas do século XIX assistiram à disseminação da crença burguesa em um progresso ilimitado, do qual as exposições universais – tal como a citada no texto – eram símbolos poderosos.

(3) A inexistência de crises mais pronunciadas no sistema capitalista, ao longo da metade do século XIX, reforçava o ponto de vista de governos e de grandes empresários no tocante à perenidade do desenvolvimento material que estava em marcha.

(4) Assinada pelo Papa Leão XIII em 1891, encíclica Rerum Novarum, primeira grande manifestação oficial da Igreja Católica para elaboração de uma doutrina social-cristã, ao mesmo tempo em que atacava firmemente os excessos da exploração capitalista, expressava sutil apoio às teses socialistas.

1: Certa. Trata-se da passagem da Primeira Revolução Industrial para a Segunda. A utilização do aço, mais maleável que o ferro, e da eletricidade, mais eficaz e menos poluente que o carvão, marca essa evolução. Outro elemento comumente citado nessa passagem é a utilização da turbina a vapor, no lugar da máquina a vapor, e o uso de combustíveis líquidos, derivados do petróleo, no lugar do carvão. O desenvolvimento da siderurgia é também uma das características principais da Segunda Revolução Industrial, assim como a química, que passa a ocupar um espaço mais importante na indústria;

2: Certa. As exposições universais tinham, como objetivo central, celebrar o progresso da ciência através de aquisições tecnológicas. Eram grandes eventos, nos quais os expositores não buscavam, somente, expor novas máquinas, eram momentos para intercambiar tecnologias e difundir as inovações entre um grande público. Também existe um viés político por trás das exposições universais: eram eventos itinerantes, organizados, a cada ano, em alguma cidade (não necessariamente capitais) distinta da Europa, com o intuito de exaltar a grandeza nacional pela ciência e tecnologia. A exposição universal realizada em Paris, em 1889, foi uma das mais celebres, já que marcou a inauguração da Torre Eiffel, hoje símbolo histórico e turístico da cidade;

3: Errada. Entre 1873 e 1896, uma grande crise atingiu o mundo inteiro, sendo conhecida como a Grande Depressão de 1873 (o termo depois foi usado para classificar a crise de 1929; 1873 ficou conhecida como a Longa Depressão de 1873). De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, "Ao estudar a economia mundial em 1889, ano de fundação da Internacional Socialista, um ilustre especialista americano observou que ela se caracterizara, desde 1873, por «agitação sem precedentes e depressão do comércio». «Sua peculiaridade mais digna de nota, escreveu ele, foi sua universalidade; afetando tanto nações que se envolveram em guerras como as que mantiveram a paz; as que têm uma moeda estável com padrão ouro como as que têm moeda instável...; as que vivem num sistema de livre comércio de matérias-primas e aquelas onde há restrições comerciais, maiores ou menores. »" (p.57-58);.

4: Errada. A Encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* não ataca diretamente os excessos do capitalismo, pelo contrário, defende a propriedade privada dos meios de produção. Tampouco defende teses socialistas, atacando, por exemplo, o direito à greve. A encíclica adota um discurso mais moderado ao pedir para que os empregadores tratem os seus trabalhadores com mais dignidade e afirma estar de acordo com a formação de sindicatos cristãos. A Encíclica é, no entanto, revolucionária para a época no fato de defender a justiça social pela promoção dos direitos, algo inédito na Igreja católica.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da

modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) A moderna industrialização, a partir da Revolução Industrial inglesa, desvelou uma nova realidade histórica que o texto indica como visceralmente oposta ao que existia antes, tornando obsoletas as "formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Essa diferença manifesta-se, por exemplo, de modo "escancarado e estridente", na mudança do lócus tradicional da vida social – homens e mulheres fogem ou são expulsos do mundo agrário e rural para as cidades.

1: Certa. A urbanização é um dos efeitos da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no fim do século XVIII. Ao promover uma mudança significativa nos meios de produção, o sistema fabril motivou o êxodo rural. O efeito no campo foi significativo também, com mudanças importantes na escala da produção e nos preços. O avanço industrial modernizou as técnicas agrícolas, o que motivou o barateamento da produção. Aliado a um aumento populacional significante no século XVIII, a modernização no campo causou situações de subemprego. As condições de vida no campo tornaram-se dificultosas, notadamente em períodos de estiagem ou de má colheita. Dessa forma, os efeitos da industrialização no meio rural também motivaram a saída das pessoas e acelerou o processo de urbanização.

Gabarito C

1.2. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780)

No final do século XVIII e no início do XIX, após a introdução do bastidor hidráulico de Arkwright, uma onda de avanços técnicos impulsionou a segunda Revolução Industrial, movida a eletricidade, produtos químicos e óleos. Juntas, essas descobertas tornariam as indústrias mais limpas e eficientes do que as fábricas da etapa anterior, movidas a vapor e a carvão. E as novas técnicas alavancariam o comércio de maneira inimaginável. No final do século XIX, barcos a vapor, telégrafos e motores elétricos multiplicavam-se: Arkwright não podia ter previsto nada disso quando patenteou sua máquina fiandeira em 1769. Em um século e meio, o mundo mudou de forma irreversível nas esferas comercial, social e política.

Patrícia S. Daniels e Stephen G. Hyslop. **Atlas da História do Mundo.** National Geographic, São Paulo:Abril, 2004, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência e considerando o significado histórico da Revolução Industrial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Infere-se do texto que as incessantes inovações tecnológicas estão presentes no transcurso da Revolução Industrial, o que altera o tipo de força motriz que impulsiona a moderna industrialização e, certamente, contribui para a ampliação da capacidade produtiva e para a expansão do comércio mundial.

(2) O processo de industrialização iniciado na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, acelerou a substituição de antigas formas de produção pelo capitalismo, que se consolidava como sistema econômico dominante, com a atividade fabril suplantando o trabalho doméstico e a crescente prevalência do trabalho assalariado.

(3) As novas condições sociais geradas pela Revolução Industrial constituíram fermento de ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa, notadamente em 1848.

(4) Entre as transformações irreversíveis mencionadas no texto, produzidas pelo avanço da industrialização, o cenário existente em fins do século XIX assinalava a proibição do trabalho infantil e feminino, a regulamentação da jornada de trabalho e o surgimento dos serviços previdenciários, em meio a uma sociedade que lentamente se urbanizava.

1: Certa. A Revolução Industrial não foi um evento pontual na história, mas um processo que teve diferentes fases, e a Inglaterra, por ter sido o primeiro país, esteve, durante o século XIX, à frente desse processo. De acordo com o texto, primeiro, observa-se que, enquanto os outros países iniciavam seus processos de industrialização, a Inglaterra já havia iniciado a sua Segunda Revolução industrial, por intermédio de avanços técnicos (eletricidade, química e óleos). Esses avanços modificam o tipo de força motriz, da máquina a vapor para o motor a explosão, com uso de novos combustíveis. Finalmente, essa alteração na produção traz melhorias produtivas (indústrias mais limpas e mais eficazes) e permite a expansão do comércio global (novas técnicas alavancariam o comércio). Portanto, a resposta está correta pelo diálogo com o texto;
2: Certa. Essa afirmativa pode ser relacionada com o processo de industrialização do setor têxtil na Grã-Bretanha. Quando a indústria iniciou-se, teve a concorrência ainda de artesãos. A medida que a indústria têxtil mostrava-se mais eficaz, ele foi suplantando a produção doméstica, atraindo os trabalhadores para as fábricas. De acordo com Edward McNall Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "A tecelagem, porém, continuou a ser uma indústria doméstica até que a invenção de um tear mecânico barato e prático convenceu os empresários de que poderiam poupar dinheiro transferindo o processo das casas dos artesãos para as fábricas." (p.518);

3: Certa. Sem dúvida que boa parte das novas contestações sociais tiveram suas origens nas novas formas de produção advindas com a Revolução Industrial. Embora alguns levantes na Europa em 1848 tiveram um cunho nacionalista ou liberal, pode-se dizer que a Primavera dos Povos também estava dotada de reivindicações sociais originadas nesse mesmo processo. O historiador Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, afirma que: "No entanto, os fatos de 1848 provaram que havia então na França um outro elemento – talvez seja ainda impróprio dar-lhe o nome de consciência de classe – de que os governos não se davam conta. Se a Europa de meados do século XIX viu a classe média mais próxima do que nunca do centro do poder, viu também os trabalhadores chegando rapidamente, vindos da periferia. Suas barricadas podiam, se necessário, ser destruídas, e suas exigências deixadas de lado, mas apenas a um risco cada vez mais grave para o estado. Para florescer, o liberalismo burguês teria não só de aceitar fingidamente as exigências dos trabalhadores, mas em certa medida também atendê-las." (p.569);
4: Errada. Podemos afirmar que sim, por um lado, havia um certo avanço na regulação do trabalho das mulheres, mas não sua proibição, como vemos em Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "Tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX, embora os aspectos mais visíveis da emancipação feminina ainda estivessem, em larga medida, confinados às mulheres das classes médias." (p.283-284). Da mesma forma, o trabalho infantil passou por uma série de regulações, sendo proibido em vários países, mas não na maioria até meados do século XX (e ainda...). As regulamentações das jornadas apareceram timidamente nessa época em alguns países, o que não se pode afirmar acerca dos serviços previdenciários. Finalmente, acerca do processo de urbanização, não se pode afirmar que, em fins do século XIX, havia um o processo lento de urbanização. A Inglaterra, por exemplo, já em 1850, alcançava um nível de população urbana superior a 50%. Em outros países europeus, os processos de urbanização chegariam aos mesmos níveis da Inglaterra ainda no século XIX.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) Com relação ao peso da industrialização no desenvolvimento do capitalismo, do século XVIII aos nossos dias, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A fase inicial da industrialização, predominantemente inglesa, a partir do século XVIII, foi marcada pela produção de bens de consumo, especialmente os têxteis, e pela utilização do ferro e do carvão como base do processo produtivo.

(2) Embora emitindo sinais que apontavam para a universalização futura do capitalismo, a industrialização ascendente ao longo do século XIX foi monopolizada pela Inglaterra e manteve-se adstrita à Europa Ocidental.

(3) Novas formas de produção de energia, como a hidrelétrica, e novos combustíveis, como o petróleo, tiveram discreta participação no ciclo industrial que, já no final do século XIX, colocava o motor a explosão no centro do processo industrial.

(4) As formas de indústrias desenvolvidas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI modificaram o paradigma da linha clássica de produção em favor da produção informatizada e com alto grau de automação e tecnologia.

1: Certa. Trata-se de uma descrição resumida da primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Acerca dos bens de capitais, a Revolução Industrial inglesa foi a primeira a mecanizar o processo de produção e criar o consumo de massa. Pelo lado dos bens de consumo, a primeira indústria a surgir foi a do setor têxtil; pelos bens de capitais, as matérias-primas que vieram a suprir a demanda da própria produção, foi a indústria mineradora de carvão e ferro;
2: Errada. A Europa continental iniciara seu processo de industrialização seguindo a liderança britânica. Não se pode afirmar que foi um processo exclusivamente europeu. Os EUA são um exemplo de industrialização importante fora da Europa: com o início da marcha para o Oeste e da descoberta de novas fontes de riqueza, a industrialização dominou boa parte do território americano, e a Guerra de Secessão mostra esse alcance, com uma indústria de guerra como suporte para o conflito. Outro exemplo importante extraeuropeu seria o Japão da Era Meiji, que iniciara um processo de industrialização por volta de 1860;
3: Errada. A resposta está incorreta por dois aspectos. O primeiro concerne o motor a explosão que, inventado na sua forma industrial pelo alemão Nikolaus Otto em 1862, o motor substituiria a máquina a vapor em pouco tempo na segunda metade do século XIX, adotado principalmente pela indústria de transporte. O petróleo viria a ser a nova fonte de energia para esse tipo de motor, do qual, ainda no século XIX, não podemos falar de uma discreta participação no ciclo industrial. A própria introdução do motor a explosão exigia uma nova fonte de energia, diferente do carvão, mais eficiente e mais limpa, embora os combustíveis líquidos, derivados do petróleo, tenham sido inventados para servir a turbina a vapor, uma primeira evolução da máquina a vapor. A energia hidrelétrica também aparece nessa época, mas nesse caso, podemos ainda falar de uma discreta participação, pois sua importância seria mais significativa no século XX;
4: Certa. Essa afirmativa é melhor analisada pela geografia. De fato, a tendência da última revolução, ou Revolução da Informação, é de criar uma automação dos meios de produção, feito através da informática. A robótica é um dos fatores mais importantes da moderna industrialização. Para tanto, seria necessário fontes de energia mais eficazes e mais limpas. A Terceira Revolução Industrial, como é conhecida a Revolução da Informação, tem por características principais o uso de novas fontes de energia, como a nuclear e as energias renováveis, como a eólica e a solar. Verifica-se, também, o uso mais incisivo de fontes desenvolvidas durante a Segunda Revolução Industrial, mas que não foram amplamente utilizadas, como é o caso das hidroelétricas e dos combustíveis derivados do petróleo (gasolina e diesel). Finalmente, na Revolução da Informação, o advento da informática e do uso de satélites permite a ascensão de novos meios de comunicação, caracterizada pela ampla utilização de meios de comunicação móveis.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) Compreender o processo histórico protagonizado pelo século XIX e seus desdobramentos no século seguinte requer, em meio a tantos outros aspectos essenciais, o exame da trajetória seguida pelo capitalismo. A propósito desse cenário histórico, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A partir de meados do século XIX, o sistema capitalista adquire feições novas. Sem perder suas características fundamentais e definidoras, como a propriedade privada dos meios de produção e o objetivo da acumulação, ele se torna crescentemente monopolista e financeiro.

(2) A tendência à concentração de empresas e à centralização de capitais altera, na prática, as antigas formas de concorrência e elimina o antigo discurso liberal assentado no livre-cambismo, na liberdade dos mares e na condenação às práticas protecionistas.

(3) Instituição poderosa, com larga ascendência sobre governos e sociedades, a Igreja Católica adota, com o Papa Leão XIII, a corajosa atitude de expor sua doutrina social em um contexto de grave crise social — a depressão econômica dos anos 1870. O conteúdo da encíclica **Rerum Novarum** representava um convite aos católicos a combater o "capitalismo materialista" e, em decorrência, a apoiar pontos centrais do marxismo, em remota preparação ao advento da Teologia da Libertação, cem anos mais tarde.

(4) O equilíbrio de poder entre as potências européias tende a se romper à medida que se acirra a competição por áreas de influência e pelo domínio de territórios pelo mundo afora. Crises sucessivas, em que questões políticas, econômicas e militares se confundem com distintas expressões de nacionalismo, preparam o terreno para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. Trata-se de uma descrição do capitalismo na segunda metade do século XIX, quando se dá o início a Segunda Revolução Industrial. Pelos avanços técnicos da tecnologia, há um aumento na eficiência da produção, mas, pela lógica do capitalismo de manutenção da propriedade privada dos meios de produção, esses avanços ficam restritos aos agentes mais adiantados no processo industrial. Isso promove a criação de monopólios. Além disso, para escoar os excedentes da produção, também nessa época, são criados os Impérios coloniais. Com as transferências de capitais para financiar investimento em produção de matéria prima e para manter o estoques da acumulação, é nessa época que se desenvolvem, com maior pertinência, os sistemas financeiros internacionais, embora sem a complexidade nem a dimensão do sistema atual;

2: Errada. O acúmulo de capitais e de empresas é uma prática aceitável do liberalismo. Vale lembrar que foi com o liberalismo econômico que a Revolução Industrial pode ocorrer. Como afirma Hobsbawm, em *A Era do Capital*, "Certamente, os contemporâneos teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, o motor que, todos concordam, promoveu o progresso da indústria. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento da sua época: o liberalismo econômico. As barreiras institucionais que sobreviveram ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial." (p.62);

3: Errada. A Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII aparece em 1891, fora do contexto descrito na afirmativa. Ela não apoia o marxismo, mas algumas medidas sociais, como proteção da dignidade dos trabalhadores e permite a criação de sindicatos cristãos. Finalmente, ela não combate o capitalismo em nenhum aspecto, pelo contrário, é favorável à manutenção da propriedade privada, com argumentos retirados dos escritos bíblicos;

4: Certa. O equilíbrio de poderes na Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial não conseguia mais sustentar-se. A unificação alemã trouxera uma potência forte no meio de uma dinâmica estruturada há muito tempo e que contava com a Prússia apenas como potência. Além disso, o cálculo da balança de poder europeu fazia-se a nível mundial, com o advento dos impérios coloniais. Será nos impérios que as crises vão ocorrer: Fachoda e Suez (1898), crises marroquinas (1905-1911). As crises, conjugadas com uma corrida aos armamentos e com uma política de Alianças (modelo bismarckiano) instável, além dos desequilíbrios econômicos entre nações constituem o cenário de instabilidade da Europa às vésperas da Primeira Guerra.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) O mundo que o século XX deixa para o XXI é, em linhas gerais, uma aldeia global, possível também pela acelerada revolução das comunicações e dos transportes. Nessa perspectiva, a globalização em marcha na atualidade corresponde a uma ruptura histórica com o capitalismo que a precedeu, tamanhas e fundas as diferenças entre o modelo econômico gestado pela Revolução Industrial e o praticado, em escala planetária, nos dias de hoje.

1: Errada. A afirmativa inicia com uma abordagem ampla, no princípio, sobre a dinâmica conectiva da globalização. De fato, a revolução nos transportes e nos meios de comunicação aproximou as regiões do planeta, transformando-o na "aldeia global" como está na afirmativa. O erro do item está no que afirma que a globalização rompeu com o capitalismo. Pelo contrário, a globalização faz parte do capitalismo, trata-se de um estágio de evolução do capitalismo. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem conceituada: "É necessário considerar os fenômenos da mundialização

e da internacionalização como etapas prévias da evolução do capitalismo rumo à globalização. Esta corresponde à soma de fluxos transnacionais que percebemos afetar o quotidiano das pessoas e levam à crise do Estado-nação, cujo universalismo e cuja soberania são questionados. [...] A modernidade afastou o tempo do espaço que antes se vivia, edificando uma aldeia global." (p.324). Finalmente, o conceito de "aldeia global", do filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980), surgido com o advento da televisão, pode ser entendido no contexto de interconectividade entre os indivíduos. O conceito sugere que o desenvolvimento de meios de comunicação mais rápidos e mais eficazes aproximaram os indivíduos e criou níveis de interdependências entre todas as regiões do mundo, o que justificaria a ideia de uma "aldeia global".

Gabarito Errada,

1.3. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o "New Deal"

(Diplomacia – 2002) A crise econômica mundial decorrente dos eventos ocorridos na bolsa de valores de Nova York em 1929 explicita um momento de grande desafio para a evolução do capitalismo, tendo em vista que ela:

(A) Geraria gradual mudança na forma de se conceber o liberalismo desenfreado no período anterior.

(B) Viria animar o redesenho de políticas mais abertas e liberais.

(C) Induziria a mudança do paradigma econômico em favor da abertura ampla dos mercados.

(D) Fortaleceria as concepções econômicas de Adam Smith acerca da riqueza das nações.

(E) Permitiria uma evolução gradual do capitalismo na direção do livre-cambismo.

Ideia geral de 1929: queda do liberalismo, aceitação da intervenção do Estado na economia.

A: Correta. A crise de 1929 vai limitar os avanços do liberalismo econômico. De fato, as instituições liberais não conseguiram prever a crise nem propor-lhe uma solução. Os economistas clássicos não conseguiam entender a causa do desemprego estrutural da época e não entendiam como o *Laissez-faire* ou a mão invisível de Adam Smith não conseguira trazer a economia ao seu nível anterior. Finalmente, a resposta veio na intervenção do Estado na economia, praticada de maneira mais ou menos descoordenada pelos governos. O Estado aumentaria seus gastos, via investimento ou via realização de trabalhos públicos, o que aumentaria a oferta por emprego e os salários dos trabalhadores. Com uma maior base salarial, a renda aumentaria, promovendo um aumento na demanda agregada, estimulando a economia. Dessa forma, é possível afirmar que a Grande Depressão de 1929 constitui um período de questionamento dos ideais liberais. O New Deal, de Franklyn D. Roosevelt constitui uma série de medidas econômicas como descritas acima, que deveriam motivar a economia e estancar os avanços do liberalismo econômico. A crise também permitiu a emergência de uma corrente econômica, o keynesianismo, do seu criador, John Maynard Keynes (1883-1946), que afirma que o desemprego estrutural não é necessariamente dado em função do nível da demanda do salário dos trabalhadores e deve ser compensado com a estimulação de empregos para estimular a demanda agregada;

O comentário acima é válido para as outras respostas:

B: Incorreta, pois trata-se da queda do liberalismo;

C: Incorreta, pois há um certo isolacionismo econômico depois de 1929, em favor da intervenção dos Estados em suas respectivas economias;

D: Adam Smith propôs a ideia de que a economia era autoregulável; a crise de 1929 mostrou que dificilmente essa situação seria resolvida sem a intervenção do Estado;

E: o livre-cambismo na verdade não foi tema de discussão em 1929, mas, como também associa-se ao liberalismo, ele não poderia ter ocorrido nos anos que se seguiram à crise.

Gabarito "A"

1.4. A prosperidade no segundo pós-guerra

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução europeia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela internacionalização da hegemonia americana. Foi, também, um período de enorme crescimento produtivo nos países desenvolvidos. O fato é que os primeiros trinta anos do pós-guerra constituíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes. A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou o que Hobsbawm definiu como "o grande salto". Era o Estado regulador ou de bem-estar social.

Enrique Serra Padrós. **Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social**. *In*: Daniel AarãoReis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (Orgs.).

O Século XX: o tempo das crises — revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 229-236 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência e considerando a realidade histórica mundial que se segue à Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Dois fatores foram decisivos para que se concretizasse a descolonização afro-asiática: o fortalecimento dos movimentos nacionais pela independência — a despeito de projetos e estratégias distintos que, não raro, defendiam — e o declínio europeu que a guerra evidenciara, sobretudo em relação à perda de poder das antigas potências coloniais.

(2) Os EUA souberam tirar proveito da expressiva queda na produção industrial e agrícola europeia durante a Segunda Guerra: sua produção industrial triplicou — em 1946, o país já respondia por metade da produção mundial — e a renda *per capita* mais que duplicou, o que indica o caminho definido, no texto, como "internacionalização da hegemonia americana".

(3) Embora desprovido de base teórica que orientasse suas ações, o Estado do pós-Segunda Guerra, classificado, no texto, como regulador ou de bem-estar social, teve êxito graças ao aumento da produção, da renda e do emprego, enquanto se comprimia a demanda como forma de impedir a volta da inflação.

(4) Foram extraordinárias a recuperação europeia e a japonesa na agricultura após 1945: modernização tecnológica e uso intensivo de máquinas aumentaram consideravelmente a produtividade no campo, fato potencializado, no Japão, pela reforma agrária iniciada durante a ocupação norte-americana.

1: Certa. O processo de descolonização na África e na Ásia ocorreu em função de um conjunto de fatores mais ou menos simultâneos que, isolados, talvez não tivessem tanto êxito, nem teriam permitido transformações tão importantes. Se por um lado temos os movimentos nacionais, um fator endógeno aos povos que buscavam sua independência, por outro, o declínio político e econômico europeu, como fator

exógeno, permitiu que os movimentos atingissem seus objetivos. No livro *História das Relações Internacionais*, organizado por José Flávio Sombra Saraiva, ressalta-se a importância desses fatores para a descolonização: "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental nas descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos." (p.221). É importante ressaltar que esses dois fatores foram importantes, porém não foram exclusivos. Na mesma obra, sobressai-se ainda a importância do contexto de Guerra Fria para permitir que a descolonização ocorresse, mais uma vez, não sendo um fator único e exclusivo. O importante, na realidade, são que esses fatores atingem diferentes níveis geográficos: "Assim, é um conjunto de fatores políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos que operaram sempre em três níveis – no das metrópoles, no internacional e no colonial – que oferece as pistas para a compreensão da emergência afro-asiática nas relações internacionais do final dos anos 1950 e na década de 1960." (p.221);

2: Certa. Os dados econômicos correspondem aos dos EUA no imediato pós-Guerra. De fato, o modelo de produção industrial americano, inspirado no fordismo, fora levado à Europa pouco depois, mas antes, esta precisaria passar por um processo de reconstrução. Para Hobsbawm, esse processo não foi tão impressionante para os EUA, pois simplesmente continuaram uma tendência do que já vinha sendo feito desde a década de 1930, após a Grande Depressão. Em *A Era dos Extremos*, ele afirma: "Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela [a expansão econômica] não foi tão revolucionária assim. [...] Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p.30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo." (p.254). Hobsbawm utiliza a ideia de que, o que ocorria no mundo pós-Segunda Guerra, era o que ocorria nos EUA antes de 1945: "por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista." (p.259). O historiador afirma, referente ao crescimento da renda per capita, que houve um aumento considerável, que pode ser comparável à cifra da afirmativa: "Bens e serviços [nos EUA] antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praia ensolarada. [...] O que antes era luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone." (p.259);

3: Errada. Como vimos, a situação econômica do pós-Segunda Guerra é de globalização do modelo americano para o resto do mundo. O modelo aplicado era o do keynesianismo da década de 1930, ou o de bem-estar social, que consistia em aumentar os gastos do governo, o que estimula a economia, aumentando a renda dos agentes e, em consequência, a demanda. Não se trata de comprimir a demanda, mas de estimulá-la. Foi essa a ideia que ilustrou a "globalização" do capitalismo americano no pós-guerra, ligado ao estímulo da demanda, principalmente de artigos que antes eram visto como luxo, tornando-se artigos comuns, consumidos em massa. A base teórica, no caso do pós-Segunda Guerra Mundial, é o próprio keynesianismo, o que desmente a ausência de uma base teórica verificado na afirmativa. Vale ressaltar uma definição do bem-estar ao qual a afirmativa faz referência, segundo Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais [...]." (p.278);

4: Certa. O Japão já havia iniciado um processo de reforma agrária durante a Era Meiji, no século XIX, mas, como a afirmativa fala apenas de uma reforma, e não da primeira reforma, podemos deduzir que se trata da reforma empreendida durante a ocupação americana, conhecida como "Comando Supremo das Forças Aliadas". De fato, trata-se de um processo modernizador, com ajuda americana, que trouxe o capitalismo, tanto na Europa como no Japão, para o campo, aumentando a produtividade nesse setor.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A contínua incorporação do conhecimento científico ao sistema produtivo contemporâneo, cujos passos iniciais foram dados ainda em meados do século XIX, quando o capitalismo mais e mais passava a ser controlado pelos capitais financeiros, adquire prodigiosa dimensão ao longo do século XX. A Era de Ouro da economia contemporânea, entre o pós-Segunda Guerra e o início da década de 70, amplia o processo de mundialização dos mercados, deixando para trás o que Hobsbawm chama de estágio de "economias nacionais" comandadas por Estados territoriais.

1: Certa. Uma afirmativa ampla que toca a temática do conhecimento científico em prol do sistema produtivo. Foi no século XIX que se iniciou a postura de criar e de inventar aparatos com algum intuito, algum fim na produção industrial. As máquinas que foram inventadas eram dotadas de alto nível de capital, e assim foram aperfeiçoadas. Era o capital financeiro que servia para melhorar e aprimorar a produção, uma tendência que ainda é válida hoje. Os anos que seguiram a Segunda Guerra marca a globalização do sistema de Bem-estar social nos países da Europa Ocidental, mais conhecido como modelo keynesiano, um período de prosperidade na Europa ocidental que ficou conhecido como anos dourados, ou "Les Trente Glorieuses", na expressão do economista francês Jean Fourastié. Finalmente, foi nessa época que surgiu, também, as primeiras tendências transnacionais, quando as determinações econômicas de um Estado já não dependiam tanto das decisões do Estado, intervencionista ou não. Hobsbawm descreve bem essa ideia, em *A Era dos Extremos*: "começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais *transnacional*, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma «economia mundial» que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer."

(p.272). Essa descrição corresponde ao processo de mundialização descrito no item, com o abandono progressivo das fronteiras estatais.

Gabarito C

1.5. O "Welfare State" e sua crise; O PósFordismo e a acumulação flexível

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Considerando a conjuntura apresentada no texto, verifica-se que, passados cerca de trinta anos, a realidade mundial era muito distinta da existente naqueles convulsionados anos 60. No que concerne ao novo quadro histórico que começou a ser consolidado na década de 80 do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Nos anos 80, havia uma nítida convergência das posições do governo dos EUA e do governo do Reino Unido. Com efeito, a Era Reagan-Thatcher notabilizou-se pela ação moderada e tolerante na política externa e, sob a ótica da economia, por ter levado ao extremo a defesa do Estado do Bem-Estar Social.

(2) Em uma economia que mais e mais aprofundava seu caráter global, a formação de blocos regionais e continentais passou a ser uma tendência, o que se justifica, entre outras motivações, pela necessidade de juntar forças para a atuação em um mercado acentuadamente competitivo.

(3) Brasil e Argentina, quando governados, respectivamente, por Sarney e Raúl Alfonsín, iniciaram um processo de aproximação cujo desdobramento foi a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que incorporou dois outros sócios – Paraguai e Uruguai.

(4) Há consenso entre os especialistas para explicar as dificuldades aparentemente intransponíveis encontradas pela União Européia (EU) em seu esforço para se transformar em um bloco continental poderoso. Para esses observadores, a falha da EU consistiu em voltar-se exclusivamente para as questões econômicas, deixando de lado aspectos políticos, sociais e culturais.

1: Errada. A convergência entre Ronald Reagan (1991-2004) e Margaret Thatcher (1925) nas posições políticas, no entanto, não foi como a afirmativa mostra. As intervenções externas não foram moderadas, como na Guerra das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra, ou particularmente determinados, como Reagan e sua *Strategic Defense Initiative* (mais popularmente conhecida como Guerra nas Estrelas), onde rechaçou medidas comumente aceitas no Estado do Bem-estar americano em prol da indústria militar nacional. É o momento do neoliberalismo, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor." (p.245);

2: Certa. Trata-se de uma justificativa para a integração dos mercados em blocos regionais. Com suas limitações, os blocos econômicos, até então, tinham melhor poder de negociação e para enfrentar os efeitos da globalização, o que não é uma verdade unânime. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), há uma descrição acerca da criação dos blocos: "Mas o processo de globalização encontra paralelo, ou compensação, no outro fenômeno característico do período, conhecido como regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos preferenciais (sob formas de zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns) em subsistemas geográficos regionais. A tendência desenvolveu-se a partir de meados dos anos 1980, quando a então Comunidade Econômica Europeia, superando anos de recessão e de "euroesclerose", lançou as bases, mediante o Ato Único Europeu de 1986, de ambicioso programa de eliminação de todos os entraves à constituição de um vasto mercado unificado, com calendário fixado para dezembro de 1992." (p.308);

3: Certa. Raúl Alfonsín (1927-2009) e José Sarney (1930) foram os presidentes respectivos de Argentina e Brasil no período de redemocratização. Após as tensões entre os dois países durante a década de 1970, os dois iniciam um processo de reconciliação, que materializou-se na Declaração de Iguaçu, de 1985. O encontrou deveria promover uma aproximação bilateral entre os dois países e trazer alguma resolução sobre a questão da energia nuclear. É criada a Comissão Nuclear Mista Brasil-Argentina. A aproximação foi mais profunda, pois lançou as bases para, na década de 1990, promover uma integração econômica regional, o Mercosul;

4: Errada. A UE tem, além da sua dinâmica puramente econômica, um viés político forte. Um dos pilares de Maastricht, por exemplo, foi a criação de uma política externa de segurança comum que, muito embora repleta de vicissitudes e com poucos avanços, é um setor político importante. A integração social também é forte, por exemplo, com a criação de um esboço de uma nacionalidade europeia e da livre circulação das pessoas no interior do espaço da União. Assim, a integração não é puramente econômica, mas abrange outros setores. Sobre os problemas e as dificuldades de uma integração mais abrangente, vale ressaltar que não há um consenso para explicar as dificuldades do processo de integração europeu.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A "desintegração de velhos padrões de relacionamento social", mencionada no texto e característica marcante do atual momento histórico, pode ser representada, entre outros possíveis aspectos, pela erosão das sociedades e religiões tradicionais, pelo fim da utopia pregada pelo socialismo real e pela exacerbação de um individualismo associal absoluto.

1: Certa. A frase que inspirou o item está quase toda explicada em *A Era dos Extremos*, de Hosbabwm: "A terceira transformação [do século XX], em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominam os valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores explorem suas consequências sociais. Apesar disso, encontravam-se as mesmas tendências em outras partes, reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do «socialismo real»." (p.24).

Gabarito 1C

2. REVOLUÇÕES

2.1. A revolução francesa e as revoluções burguesas; 2.2 Processos de independência na américa; militarismo e caudilhismo; 2.3 Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

(A) O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

(B) Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

(C) O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

(D) Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

(E) Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

A: Incorreta, pois na França não se pode dizer que houve despotismo esclarecido. A primeira parte da afirmativa descreve de maneira

correta o sentimento na França antes de 1789, embora não seja possível falar de um absolutismo anacrônico na Europa. Por outro lado, a dinastia dos Bourbon, personificada na imagem do rei Luís de XVI (1754-1793), não promoveu reformas que promovessem ideais iluministas no Estado, nem é um dos mais conhecidos praticante do despotismo esclarecido, encontrado, de maneira mais pertinente, em outros monarcas, como na dinastia dos Habsburgos. Como afirma Hobsbawm, em A Era das Revoluções: "Mas na maioria dos países de «despotismo esclarecido» essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado. Na França elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva." (p.86-87);

B: Correta, pois descreve o período mais instável da Revolução, a República Jacobina. A Convenção Nacional (1792-1795) segue a Assembleia Constituinte (1789-1791) e a Monarquia Constitucional (1791-1792), período mais moderado da Revolução, com predominância dos girondinos no poder. O rei Luís XVI havia fugido de Paris, o que promoveu uma radicalização do movimento e a prisão do rei e da sua família. A Áustria declara então guerra à França, e os revolucionários ganham a batalha de Valmy, em 1792, a Convenção é declarada no dia seguinte (21 de setembro de 1792). Uma maioria girondina é eleita, o que dá início à uma República Girondina, até o dia 2 de junho de 1793, quando os jacobinos promovem um golpe de Estado, com a intervenção dos sans-cullotes e da Guarda Nacional. Uma Assembleia Constituinte é eleita e faz a Constituição do Ano I (24 de junho de 1793), com amplas aquisições sociais, tais como o sufrágio universal masculino, o fim da monarquia e a criação da Iª República. A figura de Maximilien de Robespierre (1758-1794) é destaque entre os Jacobinos na Convenção. É dele a ordem de execução do rei e sua esposa. A Convenção cria o Comitê de Salvação Pública para perseguir e julgar os dissidentes da Revolução, criando o ambiente de terror, como ficou conhecido o período da Convenção. Robespierre passa a usar o Comitê em seu favor ao promover a perseguição de seus opositores, como Georges Danton (1758-1794), da ala mais moderada dos jacobinos. Esse período de terror levará a uma reação conservadora, com o golpe do 9 Thermidor do Ano II (27 de julho de 1794), feito pelos Girondinos, unidos contra Robespierre. Em 1795, a Constituição do Ano III é declarada, inaugurando um período mais conservador da Revolução;

C: Incorreta. A resposta está correta na sua primeira parte, e Voltaire (1694-1778) também teve sua importância durante o Iluminismo ao publicar o *Dicionário Filosófico* (1764), entre outras obras. Defendeu a liberdade de expressão e de opinião. A separação dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário é uma teoria de Montesquieu (1689-1755), princípio defendido em sua obra de 1748, *O Espírito das Leis*;

D: Incorreta, pois a Inglaterra, na verdade, manteve-se, desde o início, favorável ao liberalismo político, pelo qual o capitalismo poderia ser difundido. Um Estado absolutista típico do Antigo Regime, onde havia forte intervencionismo na economia, dificilmente poderia ser benéfico à Inglaterra em plena expansão do capitalismo industrial. Como afirma o texto de Hobsbawm associado ao item, a Inglaterra tinha aversão aos regimes conservadores e absolutistas da Europa. Para a Inglaterra, o absolutismo era sinônimo de mercantilismo, o que ia de encontro aos ideias do livre comércio desenvolvidos por Adam Smith e sustentáculo da Revolução Comercial;

E: Incorreta. O período da Revolução que trata de estabelecer medidas mais populares foi o segundo período, como visto acima, durante a Convenção Nacional (1792-1795), com a aquisição do sufrágio universal masculino e a declaração da Iª República. Napoleão surge como uma liderança depois do Consulado, no terceiro período da Revolução (1795-1799), quando esta toma ares mais conservadores.

Gabarito "B"

Texto para a próxima questão

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Considerando-se os dados estritamente cronológicos, a exposição a que se refere o texto, ocorreu no último ano do século XIX. Tempo das revoluções, como é conhecido, o século XIX é também assinalado por grandes representações, a exemplo do industrialismo, do liberalismo, do nacionalismo e do socialismo. Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao quadro revolucionário de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

(1) A Revolução Francesa, iniciada em 1789, conheceu longa e complexa travessia em suas etapas. Ao ser concluída, com a era napoleônica, estavam parcial ou totalmente destruídas muitas das bases sobre as quais se assentava o Antigo Regime.

(2) Historicamente, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, em 1776, a qual integra o cenário em que se desenrolou a Revolução Francesa, exerceu notória influência nos movimentos de emancipação política das colônias ibéricas no continente americano.

(3) Na Europa, ondas revolucionárias em 1820, 1830 e 1848 demonstram não ser sido tarefa simples o aniquilamento do Antigo Regime, o qual, após o vendaval revolucionário francês, ganhou certo fôlego restauracionista com a queda de Napoleão Bonaparte.

(4) Pode-se afirmar que o processo revolucionário vivido pela Europa Ocidental apresentava, até 1848, clara simetria entre suas duas frentes – a econômica, representada pela Revolução Industrial, e a política, representada pelas revoluções liberais. A partir de 1848, a unidade, e a bandeira do liberalismo burguês assumiu contornos cada vez mais conservadores.

1: Certa. Embora o Congresso de Viena seja uma tentativa de trazer de volta as bases do Antigo Regime, dificilmente as reformas promovidas pela Revolução Francesa poderiam ser removidas. Há, certamente, um período de retrocesso, mas os ideais revolucionários, principalmente os fundamentos do liberalismo político, seriam, de fato, adquiridos. Para o historiador francies Ernest Labrousse (1895-1988), o período

de 1794 a 1814, Com Napolenao no poder, é conhecido como a *Era da Consolidação*, na qual os ideais da Revolução consolidam-se, e dificilmente o absolutismo do Antigo Regime poderia institucionalizar-se mais uma vez na Europa;
2: Certa. Trata-se de relacionar dois eventos importantes da segunda metade do século XVIII: a Independência Americana (13 colônias) de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. As Revoluções dos direitos humanos tiveram forte influências nos processos de emancipação das colônias ibéricas na América e são recorrentemente citadas como acontecimentos que motivaram os levantes revolucionários;
3: Certa. Em 1815, o Congresso de Viena tenta dar um fim aos avanços adquiridos pela Revolução, promovendo o período de Restauração na Europa. O Congresso apoiava-se em 4 princípios basilares: legitimidade, intervenção, compensação e equilíbrio. Além do viés diplomático, que criará o equilíbrio europeu, mantendo a paz entre as grandes potências na Europa, Viena também motiva uma base militar, criando a Santa Aliança, que tinha por objetivo controlar os movimentos revolucionários na Europa. O aspecto militar da reunião não teve o mesmo êxito que seu aspecto diplomático, pois não conseguiu evitar as revoluções que se seguiram na Europa. Ao mesmo tempo, as diversas ondas revolucionárias demonstram que tampouco foi fácil eliminar as instituições e os hábitos do Antigo Regime;
4: Certa. É verdade que o século XIX representou uma revolução generalizada, sob todos os aspectos. No começo, a Revolução parte de uma imensa maioria, o Terceiro Estado francês, que englobava pequena e alta burguesia, que exige direitos de representatividade contra uma minoria de nobres e do clero. Com as aquisições das diferentes ondas revolucionárias durante o século, aparecem divergências dentro de grupos antes coesos, que lutavam por uma mesma causa. O exemplo disso é a Revolução de 1848 na França: a alta burguesia se une aos trabalhadores e à baixa burguesia em fevereiro para derrubar a monarquia de julho, mas se vira contra eles em junho, durante as Jornadas de Junho, que terminou no massacre do general Cavaignac. Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, mostra como é essa evolução conservadora da burguesia: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p.568).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

2.4. Revoluções no século XX: Rússia e China

(Diplomacia 2009) Com relação à vitória comunista na China em 1949, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O Partido Comunista, liderado por Mao Tsé-tung (Mao Zedong), assumiu a vanguarda do movimento revolucionário.

(2) A revolução chinesa somente se tornou possível com o apoio ativo, desde 1936, da União Soviética à estratégia de luta armada do Partido Comunista chinês.

(3) O movimento revolucionário contou sobretudo com o apoio da classe operária urbana.

(4) A despeito da crise ocorrida em 1960, o regime comunista chinês manteve laços políticos estreitos com a União Soviética.

1: Certa. Foi Mao e o Partido Comunista Chinês (PCC) que levaram adiante a Revolução na China. Se as diferentes forças que disputavam o poder na China (o Nacionalista do Kuomintang de Chang Kai-chek, o PCC e os senhores de guerra) se reuniram para lutar juntos contra a invasão Japonesa da Manchúria entre 1937 e 1945, no que ficou conhecido como Frente Única Chinesa, estas facções separam-se ao fim da Segunda Guerra, e o PCC deve refugiar-se no campo. Será no interior da China, em uma guerra de guerrilha que o PCC vai encontrar o seu respaldo e sua popularidade, nos 4 anos de guerra contra os nacionalistas, até a Revolução de 1949, que consagra a chegada do PCC e de Mao ao poder na China. O Kuomintang refugia-se em Taiwan;
2: Errada. A URSS observava o movimento comunista e o PCC na China com pouco entusiasmo. Depois da derrota do Eixo, quando o PCC é obrigado a voltar-se para o campo e iniciar a guerrilha contra o Kuomintang, a URSS não fornece apoio aos comunistas chineses, que devem levar a ação sozinhos, numa guerra civil que motivará o suporte popular ao movimento. A Longa Marcha promovida por Mao e os comunistas, feita entre 1934 e 1935, inspirada em coluna de Luís Carlos Prestes (1898-1990) promoverá uma aliança entre o PCC e campesinato. O apoio popular será de fato importante para a Revolução, pois será um fator condicionante à uma estratégia de guerrilha vitoriosa. Só depois da Revolução chinesa de 1949 é que há uma aproximação de fato da União Soviética com o PCC. Este, finalmente no poder, promoverá uma reforma agrária inspirada no modelo das fazendas soviéticas, promoverá programas de planos quinquenais e incitará uma certa modernização, ainda voltada para a agricultura e para a indústria de base, associadas à produção de energia hidrelétrica e ao transporte ferroviário. Em 1950, Mao visita Moscou e assina o Tratado de Amizade, de Aliança e de Assistência Mútua com a União Soviética;
3: Errada. Mais uma vez, é crucial ressaltar a importância do apoio popular do campesinato para o êxito da Revolução Chinesa de 1949. O PCC teve de refugiar-se duas vezes para o campo: uma primeira vez em 1927, na primeira cisão com o Kuomintang de Chang Kai-chek, consequência do fracasso da insurreição comunista em zonas urbanas, o que deu início, em 1934, a Longa Marcha pelas regiões do interior da China; e uma segunda vez, após 1945, quando iniciou-se a terceira Guerra Civil chinesa (1945-1949) (a primeira foi de 1924 a 1927 e a segunda de 1927 a 1937). O que separa a derrota de 1927 e a vitória de 1949 é, sem dúvida o apoio popular dado à guerrilha comunista, adquirido durante a Longa Marcha. Hobsbawm afirma, em *A Era dos Extremos*: "o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas, e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes, em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquistá-la." (p.86);
4: Errada. Foi significante a ruptura entre Mao Tsé-tung (1893-1976) e o líder soviético Nikita Krushev (1894-1971) entre o fim da década de 1950 e durante a de 1960. Não foi uma ruptura pontual, mas uma separação processual, cujas crises foram acumulando-se. A origem vem da antiga desconfiança que Mao mantinha da URSS, quando durante a Terceira Internacional, os soviéticos preferiram apoiar os nacionalistas de Chang Kai-chek em vez do PCC. Em seguida, com Mao no poder e depois de uma reaproximação com Stalin, a morte do ditador soviético vai trazer Krushev, que, numa preocupação revisionista fomentará a cisão entre a URSS e a China. Primeiro, Kruschev, preocupado em melhorar as relações com os EUA, denuncia Stalin no discurso secreto do 20º encontro do Partido Comunista da URSS, em 1956, conhecido como "Sobre o culto à personalidade e suas consequências", a denúncia de Stalin será atribuída, por extensão, ao próprio Mao. A ruptura com as políticas de Stalin e a reabertura com os ideais marxista-leninistas promovida por Krushev não serão bem recebidas na República Popular da China. Segundo, a URSS não reage as aproximações entre os EUA e a República da China (Taiwan). Em abril de 1962, Moscou mostrar-se-á favorável à Índia no conflito sino-indiano pela questão do Tibete e, por outro lado, Mao criticará a URSS de ceder ao imperialismo americano na crise dos mísseis, em Cuba. Em 1963, uma animada troca de declarações alimenta a cisão sino-soviética, com as cartas revisando os ideais comunistas. A partir de 1964, a disputa será sobre

qual Estado é o líder do comunismo no mundo. Nesse mesmo ano, a China testa a bomba A e em 1967 a bomba H, programa nuclear que os chineses desenvolveram sem ajuda formal dos soviéticos, que se recusaram a transferir tecnologia nuclear para a China. Uma questão territorial piora ainda mais a situação entre as duas potências, sobre as ilhas nos rios Amur e Ussuri, na fronteira entre a URSS e RPC, ao norte. Todos essas pequenas crises deterioram as conexões entre Pequim e Moscou, e não se pode falar de laços estreitos entre as duas capitais na década de 1960.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) O texto indica o impacto da Revolução de Outubro de 1917 no plano das relações internacionais. Relativamente a esse acontecimento, que marcou a maior parte da trajetória histórica do século XX, assinale a opção correta.

(A) O processo revolucionário, que culminou com a chegada de Lenin ao poder, foi possível, entre outros fatores igualmente significativos, graças à unidade político-ideológica apresentada pelo movimento socialista russo.

(B) A primeira etapa do processo revolucionário russo foi cumprida já em fevereiro de 1917, quando ocorreu a implantação do regime parlamentar, que reforçava o caráter esclarecido do czarismo, o qual se afastara do modelo despótico clássico desde meados do século XIX.

(C) De Lenin a Stalin, a implantação do modelo econômico socialista fez-se de forma gradativa e, apesar das naturais dificuldades, não conheceu fase de retrocesso nem passou por eventuais adaptações ao longo do percurso.

(D) A morte de Lenin, em plena depressão econômica causada pela crise de 1929, possibilitou a vitória do ideal trotskista de revolução permanente e de universalização do socialismo sob modelo soviético.

(E) Os "dois grandes blocos de potências rivais", mencionados no texto, foram marcantes em grande parte no século XX e, para além das disputas político-militares e econômicas, expressavam nítido antagonismo ideológico.

A: Incorreta, pois não havia uma unidade político-ideológica na Rússia. Os socialistas estavam divididos entre Mencheviques e Bolcheviques. Os primeiros, com tendências mais moderadas, viam uma chegada no poder de maneira gradual, utilizando o pragmatismo para atuar politicamente. Esse grupo representava os interesses da minoria da população, ainda que fossem maioria no partido. Eles viam a Rússia como feudal, e, por essa razão, a revolução deveria ser do tipo burguês. Os segundos eram mais radicais e consideravam-se os portadores dos interesses da maioria da população. Dotados de marxismo, queriam juntar os proletários e os camponeses com o fim de fazer uma Revolução pontual, o que provocaria a queda do regime. Para eles, a Rússia era vista como capitalista, e, por isso, deveria ser posto em prática uma revolução proletária. Foram os Soviets, com maioria Bolchevique, que conseguiram levar o projeto adiante, quando a primeira Revolução eclodiu, em fevereiro de 1917, apesar de não serem os únicos a participar dessa primeira revolução, que englobava os socialistas (Mencheviques e Bolcheviques), liberais e kadetes. Um governo Provisório liberal-burguês instalou-se, mas houve um notável vazio de poder, preenchido pelos Soviets, organizações de trabalhadores que atuavam como conselheiros políticos. Em 24 de outubro de 1917, o golpe Bolchevique é dado, em função da recusa do governo provisório de cessar os conflitos com a Alemanha, criando a Revolução de Outubro;

B: Incorreta. O Czar Nicolau II cai em fevereiro de 1917, o que constitui o fim da dinastia dos Romanov. A Revolução de fevereiro cria um governo provisório dividido entre liberais e socialistas, impregnado pelos Soviets, organizações de trabalhadores;

C: Incorreta, pois há uma divergência entre Lenin (1870-1924) e Stalin (1878-1953). O primeiro, no poder entre 1917 e 1923, mostra um socialismo mais moderado, depois de realizar as reformas de base (reforma agrária e fim de propriedade privada dos meios de produção), Lenin aparece um pouco menos radical, criando uma Nova Política Econômica, ou NEP, em 1921, que permitia a pequena iniciativa privada e a entrada de capitais estrangeiros. Para Lenin, o contexto do fim do Comunismo de Guerra pedia esse pequeno retrocesso necessário. Após a morte de Lenin, em 1924, a NEP entra em decadência para ser extinta em 1928, com a chegada de Stalin no topo do Partido Comunista. Este promoverá um fortalecimento do Estado, com grande intervenção na economia, organizando metas em planos quinquenais de industrialização intensiva, financiados pela produção agrícola. Dessa forma, é difícil falar de um constância entre as políticas econômicas entre Lenin e Stalin;

D: Incorreta. Lenin morrera em 1924 (fora do poder desde 1922), antes da crise de 1929. Trotsky (1879-1940), que defendia um modelo parecido com o de Lenin, de abertura política e econômica gradual (ver NEP acima) foi expulso da direção do regime por Stalin e obrigado a exilar-se no México. Foi o modelo de Stalin que triunfou, do intervencionismo e dos planos quinquenais. Curiosamente, a URSS não será atingida pela Grande Depressão. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em

1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p.100); E: Correta. Trata de uma descrição da divergência entre EUA e URSS. De fato, após a Primeira Guerra, essa divergência será menos importante do que no pós-Segunda Guerra, pois os modelos ainda estão em processo de consolidação. A estrutura dual será mais incisiva e mais significativa no pós-Segunda Guerra, num contexto de bipolaridade da Guerra Fria e de expansão de seus respectivos modelos, o capitalismo e o comunismo.

Gabarito "E"

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1. Modelos e interpretações; O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Tendo o texto como referência inicial e considerando o quadro histórico do século XIX no Ocidente, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Apesar das ondas revolucionárias pós-1815, os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu, isto é, evitaram guerras de âmbito continental, como as que se seguiram à Revolução Francesa.

(2) O processo de expansão do capitalismo, a partir de meados do século XIX, fez-se à margem dos Estados nacionais, conduzido que foi pela iniciativa privada. Isso explica a reduzida intensidade das crises que envolveram os países europeus ao longo da corrida imperialista, quadro que tendeu a modificar-se apenas a partir dos anos 1930, devido ao impacto da grande depressão econômica.

(3) A onda revolucionária de 1848 evidenciou um aspecto historicamente decisivo daquele momento, isto é, o fato de as burguesias liberais terem assumido, resolutamente, a partir de então, as bandeiras revolucionárias da democracia social e de um socialismo mais atenuado, que não se confundia com aquele proposto por Marx e Engels.

(4) A partilha da África, decidida na Conferência de Berlim (1885), símbolo marcante dos princípios, métodos e objetivos da expansão capitalista, reiterou o caráter quase exclusivamente anglo-francês da competição por novas colônias na passagem do século XIX ao XX, já que praticamente inexistiam, à época, potências que com Inglaterra ou França pudessem rivalizar.

1: Anulada. "Uma vez que o comando da questão solicitava que fosse considerado o "quadro histórico do século XIX" e não apenas a primeira metade desse século, a assertiva de que, nesse período, "os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu" é controversa. Assim, fez-se necessária a anulação do item." (justificativa do CESPE). A afirmativa parece certa, pois o Congresso de Viena lança as bases do Concerto Europeu, que manteria uma paz relativa até a Primeira Guerra Mundial, com exceção da Guerra da Crimeia de 1854, como afirma Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*: "Na verdade, exceto pela Guerra da Crimeia, não houve nenhuma guerra que envolvesse mais do que duas grandes potências entre 1815 e 1914." (p.146);
2: Errada. A expansão do capitalismo teve participação importante dos Estados nacionais. Para Lenin, o imperialismo é a fase superior do capitalismo, quando os Estados passam a participar do processo de expansão do capitalismo. O imperialismo que vigorou na segunda metade do século XIX foi promovido pelos Estados como uma maneira de escoar o excesso da produção. A expansão do capitalismo através do imperialismo é resultado direto da Segunda Revolução Industrial, e não se pode dizer que foi feita sem participação dos Estados. Não será um período ausente de crises entre impérios, e crises de grande intensidade em alguns casos, entre França, Alemanha e Grã-Bretanha, que levariam, em parte, à Primeira Guerra Mundial;
3: Errada. O exemplo que contradiz essa afirmativa é o da burguesia francesa no âmbito das revoluções de 1848. A França passa por dois momentos revolucionários: em fevereiro de 1848, que termina na caída da Monarquia de Julho de Luís Filipe I (1773-1850), e em julho de 1848, que termina com a tomada de Paris e as intervenções sangrentas do general Eugène Cavaignac (1802-1857). A notável participação da burguesia, conjugada com a indefinição ideológica do liberalismo, mostra a sua articulação para chegar no poder. Nas jornadas de fevereiro, a burguesia alia-se à esquerda para fazer cair o regime de Luís Filipe I, levando a primeira Revolução, no entanto, nega-se a apoiar as "Jornadas de Junho" da imensa maioria de trabalhadores, voltando-se para a direita conservadora, impedindo uma Primavera dos Povos mais social na França. De acordo com Edward McNall Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a

imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão.” (p.568);

4: Errada. Difícil imaginar a expansão dos impérios sem Alemanha, Itália, Portugal, Bélgica e Espanha. Além disso, os EUA também estiveram presentes. Grã-Bretanha e França tinham os maiores impérios, mas isso não significava que eram exclusivamente rivais. A Alemanha, recentemente unificada vinha adquirindo representatividade significativa no âmbito europeu e tornava-se, gradativamente, uma rivalidade importante para a Grã-Bretanha.

Gabarito 1ANULADA, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) Relativamente ao “revolucionarismo endêmico” a que o texto se refere, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Com a derrota de Bonaparte, os países vitoriosos reuniram-se em Viena, em 1815, dispostos a restaurar o *status quo* vigente na Europa antes de 1789, o que pode ser entendido como tentativa de dar sobrevida ao Antigo Regime.

(2) A decisão de se criar a Santa Aliança, emanada do Congresso de Viena, subordinava-se, fundamentalmente, a dois objetivos: sufocar, na Europa, novas tentativas revolucionárias que pudessem surgir no rastro da Revolução Francesa e impedir que, na América, se concretizassem os ensaios emancipacionistas das colônias.

(3) A trajetória política vivida pelo Brasil, da independência aos primeiros anos do Segundo Reinado, apresenta semelhanças com o quadro de sucessivas ondas revolucionárias que atingiram parte considerável da Europa na primeira metade do século XIX. Disso é exemplo a Revolução Praieira, cujo sentido social se aproxima do ideário das revoluções européias de 1848.

(4) Quando a Era Revolucionária se esgotou, em 1848, o mapa político e social europeu em muito se aproximava do cenário pré-1789, o que demonstra ter sido o impacto da industrialização bem mais aparente que real para a configuração da nova sociedade liberal e burguesa.

1: Certa. O Congresso de Viena de 1815, onde se reuniram as nações que derrotaram Napoleão, mostra um interesse em dar um fim à onda revolucionária. Trata-se de um encontro entre representantes de monarcas simpatizantes do Antigo Regime: com a exceção do britânico Castlereagh (1769-1822) e provavelmente do francês Talleyrand (1754-1838) (que foi chanceler da França em todos os períodos desde Luís XVI), os representantes das monarquias do Antigo Regime eram Metternich (1773-1859) da Áustria, Hardemberg (1750-1822) da Prússia, e o próprio Czar Alexandre I (1777-1825). Eram representantes das dinastias do Antigo Regime, e, considerando os seus personalismos, é possível afirmar que o projeto de Restauração implementado pelo Congresso de Viena é uma tentativa de ressuscitar o Antigo Regime;

2: Certa. A Santa Aliança foi a base militar que emanou do Congresso de Viena. Sua função era, a princípio, ser um corpo militar que pudesse bloquear qualquer levante revolucionário, após 1815. Como o Congresso tratava de criar uma ordem que pudesse proteger as Monarquias do Antigo Regime, a Santa Aliança viu uma ameaça nos processos de independência em andamento na América Latina, nas colônias espanholas principalmente. O Congresso de Aix-la-Chapelle de 1818 delega à França a autoridade para intervir, que não teve êxito, talvez pelo fato da Inglaterra não ter apoiado a iniciativa. A Doutrina Monroe de 1823 foi de certa forma, um recado diplomático para a Santa Aliança. O fracasso da Santa Aliança ainda pode ser visto no êxito das revoluções que aconteceram na Europa depois de 1815: na década de 1820, na década de 1830 e em 1848;

3: Certa. As revoltas na Europa faziam-se sentir no Brasil depois de 1822. A Revolução Liberal do Porto, de 1820, forçou um retorno antecipado da família real em 1821, que levaria, indiretamente, à independência de 1822; as “Três Gloriosas” da França de 1830, que provocaram a queda de Carlos X e instaurou a Monarquia de Julho, de certa forma, suscitaram o mal-estar com a monarquia de D. Pedro I e a “noite das garrafadas”, iniciando um processo interno de revoltas e forçando a renúncia do Imperador em 1831. Em 1848 não foi diferente. De acordo com Boris Fausto, em *História do Brasil*, “em 1848, surgiu em Pernambuco a Revolução Praieira. A denominação deriva de um jornal liberal – o *Diário Novo* – cuja sede ficava na Rua da Praia, no Recife. É importante lembrar que 1848 não foi um ano qualquer, pois nele uma série de revoluções democráticas varreu a Europa. [...] Como novidade [entre as reivindicações dos praieiros], aparece a defesa do sufrágio universal, ou seja, do direito de voto para todos os brasileiros, admitidas algumas restrições, como idade mínima para votar e ser votado, mas sem a exigência de um mínimo de renda.” (p.178-179);

4: Errada. O impacto da industrialização foi importantíssimo para 1848 e, como em 1815, o pós-Revolução mostrou que as demandas por reformas da Primavera dos Povos teriam de ser acatadas um momento ou outro. Na França, apesar de em 1851 voltar a um Império, o sufrágio universal foi utilizado para eleger Luís Napoleão Bonaparte, por exemplo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2000) Na Batalha de Trafalgar, as forças navais britânicas obtiveram importante vitória, mas perderam seu comandante. Horatio Nelson, que faleceu em virtude de ferimentos recebidos durante o confronto. Qual das seguintes alternativas melhor descreve o contexto dessa batalha?

(A) Guerra de independência dos Estados Unidos.

(B) Primeiro Guerra Mundial.

(C) Desembarque na Normandia.

(D) Guerra das canhoneiras no Yantzé.

(E) Guerras napoleônicas.

O comandante Horatio Nelson (1758-1805) foi um importante oficial da Marinha Britânica. A Batalha de Trafalgar foi uma das mais importantes para a Inglaterra, receosa de bloquear os avanços de Napoleão. Em Trafalgar, ao largo da Costa do Sul da Espanha, Nelson, com uma frota menor do que os navios franceses e espanhóis, consegue vencer.

Não foi o primeiro feito do comandante, a Batalha do Nilo foi também importante, em 1798. A descrição trata, portanto, dos feitos dos ingleses contra os projetos expansionistas de Napoleão Bonaparte (1769-1821), coroado imperador em 1804, Napoleão I.

A: Incorreta. A Guerra de Independência dos EUA ocorreu entre 1775 e 1783 e opôs a Coroa Britânica e colonos das 13 colônias britânicas da América do Norte. A Inglaterra vinha de um longo conflito contra a França que, apesar de ter vencido a Guerra dos 7 anos (1756-1763), sentia agora os altos custos de manter o conflito. O Parlamento Britânico decide cobrar a conta do conflito dos colonos, criando uma estrutura de impostos nas 13 colônias. Estas, apesar de independentes entre si, mantinham alguma identidade cultural religiosa e linguística. A estrutura tributária não agrada aos colonos, que passaram a boicotar os produtos britânicos, que será sentido em Londres, revogando todas as leis, com exceção da Lei do Chá, de 1773. Os colonos afirmam que a taxação é injusta, pois ninguém representava os interesses das colônias no parlamento britânico. A ideia da representação teve efeitos em todas as 13 colônias, que passa a criar milícias de oposição. Finalmente a guerra inicia-se, em 1775, que num primeiro, por falta de coordenação, será favorável aos britânicos. Num segundo momento, com um amplo apoio popular às tropas do comandante George Washington e dos Franceses (Marquês de Lafayette, 1757-1834), há uma reviravolta favorável aos colonos, na Batalha de Yorktown, 1781. A Inglaterra reconhece a Independência em 1783, com o Tratado de Versalhes;

B: Incorreta. A Primeira Guerra Mundial ocorre entre 1914 e 1918;

C: Incorreta. O Desembarque da Normandia, do dia 6 de junho de 1944, o "Dia D", é um marco importante da Segunda Guerra Mundial, dia da entrada dos americanos na frente europeia da Guerra, pelas praias francesas da Normandia;

D: Incorreta. A Guerra das Canhoneiras do Yantzé faz referência aos ataques que navios de guerra de diferentes bandeiras sofreram sobre o rio Yantzé. Em 1937, um navio americano, o Panay, que fazia uma patrulha sobre o rio foi atacado por bombardeiros Japoneses. Os EUA exigiram reparações, o que foram pagas pelo Japão. Em 1949, um navio de guerra britânico, o Amethyst, voltava para Shanghai, para proteger a embaixada britânica durante a guerra civil chinesa. O navio fora atacado por batalhões do Exército de Liberação Nacional, o braço armado das tropas comunistas que tomariam o poder ainda naquele ano. Não há necessariamente uma guerra nesse caso, são mais conflitos isolados;

E: Correta. Pela descrição no começo dos comentários.

Gabarito "E"

3.2. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente)

No início da década de 1920, a maior parte do que fora antes de 1914 o Império Russo dos czares emergiu intacto como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicado à construção do socialismo mundial. Foi o único dos antigos impérios dinásticoreligiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, que despedaçara tanto o Império Otomano — cujo sultão era califa de todos os muçulmanos — quanto o Império Habsburgo, que mantinha relação especial com a Igreja romana.

Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 362 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Considerando os aspectos marcantes da história do século XX a que se refere o texto acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Consequência significativa da Grande Guerra de 1914, o desmoronamento do Império Turco abriu caminho para a nova configuração geopolítica do Oriente Médio, uma das mais estratégicas regiões do mundo contemporâneo.

(2) A desintegração do Império Austro-Húngaro, advinda da Primeira Guerra, permitiu o surgimento de novos Estados no leste europeu, o que livrou a região das pretensões expansionistas eslavas e, sobretudo, germânicas.

(3) Infere-se do texto que a Revolução de Outubro, cujo ideal era a construção de sociedade diferente e oposta ao capitalismo, rompeu com o passado da Rússia czarista e abdicou do projeto de constituição de uma entidade multiétnica, que abrangeria a totalidade da grande extensão territorial do país.

(4) Tensões nacionalistas semelhantes às que levaram ao desmonte de impérios existentes até a Primeira Guerra, a exemplo do Otomano e do Habsburgo, surgiram ou reapareceram em fins dos anos 80 do século passado, quando ocorreram o desmantelamento da União Soviética e o colapso da experiência do socialismo real na Europa do Leste.

1: Certa. O Império Otomano estava em declínio e mantinha, até o fim do século XIX, o apoio dos britânicos, preocupados em isolar a Rússia das passagens estratégicas de Bósforo e de Dardanelos. No início da Primeira Guerra, o Império possuía poucos territórios na Europa, a maior parte de suas terras encontrava-se no Oriente Médio e no Norte da África. Com a perda na Primeira Guerra, é assinado, em 1920, o tratado de Sèvres, que criava mandatos franceses na Síria e no Líbano e mandatos britânicos na Mesopotâmia e na Palestina. O tratado também determinava que a Anatólia Central fosse esfera de influência da Itália. Para o Império do Sultão, ficava Constantinopla, além do Norte e o Centro da Ásia Menor. Logo em seguida, as ações de Mustafá Kemal (Atatürk) revogariam as determinações do tratado, ao invadir a Armênia (o que teria causado o genocídio Armênio), ao expulsar os italianos da Anatólia e ao retomar parte do território europeu, que havia sido entregue à Grécia. Tomaram Constantinopla e proclamaram a República, o que levou a revisão de Sèvres, e a criação do tratado de Lausanne (Suíça), que entregaria os territórios conquistados pelos revolucionários aliados de Atatürk. Lausanne não tocou em nada na região que nos interessa aqui, pois os mandatos britânicos e franceses serão importantes para o desenho geopolítico do Oriente Médio contemporâneo;

2: Errada. Por um lado, a Primeira Guerra deu origem a novos Estados, porém, as problemáticas dos nacionalismos nos arredores do antigo Império Austro-Húngaro renderam guerras e conflitos até hoje inacabados. Primeiro, sobre a questão balcânica, Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, mostra como a nova modelagem geopolítica da região estava destinada ao fracasso: "Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria – mas na prática não inteiramente todas – de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores." (p.41). Sobre as expansões germânicas, verifica-se que, como o tratado de Versalhes havia criado o Corredor de Danzig (Corredor Polonês), que separava a Prússia Oriental do resto da Alemanha, criando uma saída marítima para a Polônia, uma parte da população alemã ficara separada do território. Hitler, ao assumir o poder, utiliza a bandeira do germanismo para dar início a um processo de expansão da Alemanha, sob a justificativa de "colocar todos os alemães sob a égide de seu Reich" (Burns, *História da Civilização Ocidental*, volume 2, p.723), anexando a Áustria em março de 1938. Em seguida, "Hitler declarou que a região dos Sudetos (Tchecoslováquia) era uma parte natural do Reich e que pretendia ocupá-la" (p.723) e derrota a Tchecoslováquia. "Após a extinção da Tchecoslováquia, Hitler exigiu a abolição do Corredor Polonês [...]. O Corredor continha uma grande população alemã, que, segundo declarou Hitler, devia ser reintegrada à Alemanha." (p.724). Dessa forma, não se

pode falar que o leste europeu ficara livre, após a Primeira Guerra, das pretensões expansionistas dos nacionalismos eslavos ou germânicos;
3: Errada. Na verdade, a Revolução de Outubro propunha-se a expandir--se internacionalmente, além das fronteiras da Rússia. A afirmativa está correta no que se refere a romper com o passado czarista. O equívoco aparece na "abdicação de uma entidade multiétnica", primeiro porque a Revolução é feita na Rússia inteira e segundo porque é ela que mantém o Estado unificado, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "a Revolução Bolchevique preservou a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos." (p.71). Em seguida, é importante ressaltar que o projeto dos Bolcheviques era de expandir a Revolução de Outubro para o resto do mundo e, muito embora ela não tenha ocorrido como Lenin havia planejado, há de convir que ela influenciou um número importante de revoluções pelo mundo, como afirma Hobsbawm: "A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna. [...] Após trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos «Dez dias que abalaram o mundo» (rede, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista." (p.62);
4: Certa. É possível traçar um paralelo entre os dois acontecimentos. O historiador francês Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945*, propõe uma análise sobre o tema, além de fazer um recorrido sucinto sobre os diferentes movimentos (tradução livre): "A falência dos regimes da Europa do Leste foi acompanhada da ressureição dos nacionalismos e dos problemas das fronteiras. [...] Brutalmente, a Europa reencontra seus demônios de 1914 e redescobre que o império dos Habsburgos, que agrupava todos os povos da Europa central, tinha suas vantagens. O sobressalto polonês fundou-se em grande parte na base da nação polonesa, ligada à Igreja católica. Na Hungria, manifestações nacionalistas ocorreram no dia 14 de março de 1989 na ocasião da morte da imperatriz Zita, última rainha da Hungria. Na Romênia, a minoria húngara (3 milhões de pessoas) presente na Transilvânia, antiga província húngara, reivindica sua autonomia. As minorias romenas agitam-se na Moldávia ex-soviética. Surgem tensões entre Húngaros e Eslovacos. O caso mais dramático é o da Iugoslávia. [...] Na Iugoslávia, o lento desmantelamento do sistema comunista a partir da morte de Tito em 1980 foi acompanhado de um ressurgimento dos nacionalismos e das paixões que a firmeza de Tito conseguira dominar ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao impor um Estado federal com seis repúblicas e duas províncias autônomas. [...] Finalmente, a Tchecoslováquia, criada ao fim da Primeira Guerra Mundial nas ruínas da Áustria-Hungria, explodem em uma República Tcheca e uma Eslováquia, que se divorciam pacificamente (1º de janeiro de 1993), após setenta e quatro anos de vida em comum.' (p.184-185). Finalmente, é necessário deter-nos sobre o conceito de "socialismo real" abordado na afirmativa. Trata-se da experiência socialista que foi praticada em algum momento. Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, consagra um capítulo inteiro para pormenorizar sobre as experiências socialistas no pós-guerra: "Essa era a parte do mundo [onde o socialismo existiu de fato] cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de "socialismo realmente existente"; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato." (p.364).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 1999) A crise iugoslava, que degeneraria em diferentes conflitos, armados, teve início com a declaração de independência de que república, até então parte da República Federação Socialista da Iugoslávia?

(A) Eslovênia.
(B) Macedônia.
(C) Bósnia-Herzegovina.
(D) Kosovo.
(E) Zagreb.

A: Correta. A Eslovênia foi o primeiro país a separar-se da Iugoslávia em 25 de junho de 1991;
B: Incorreta. A Macedônia separou-se em 8 de setembro de 1991;
C: Incorreta. A Bósnia-Herzegovina se separou do que restou da Iugoslávia, controlada pela Sérvia, 1º de março de 1992;
D: Incorreta. O Kosovo declarou sua independência em 17 de fevereiro de 2008. O Brasil ainda não reconheceu a independência do país, embora a Corte Internacional de Justiça tenha reconhecido a independência em 22 de junho 2010, e a ONU acatou a decisão. Como ponto de referência, vale lembrar em 1999, ano da pergunta, o Kosovo estava em guerra, quando tropas da OTAN atacaram instalações em Belgrado;
E: Incorreta. Zagreb é a capital da Croácia, e nunca se tornou independente. A Croácia, por outro lado, tornou-se independente da Iugoslávia no mesmo dia que a Eslovênia, em 25 de junho de 1991.

Gabarito "A"

3.3. Causas da Primeira Guerra Mundial

(Diplomacia 2009) Acerca do processo histórico que desencadeou a I Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A ascensão econômica e política do Império Austro--Húngaro levou-o a confrontar os interesses ingleses nos Bálcãs. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, permitiu que se atribuísse ao imperialismo britânico a responsabilidade pelo clima de tensão regional, e constituiu o marco inicial da guerra.
(2) A expansão econômica da Alemanha levou-a a competir com a Inglaterra e com a França.
(3) Na França, o governo do presidente Poincaré, acossado por reivindicações nacionalistas, encontrou na guerra uma alternativa para desviar as atenções dos problemas internos.
(4) No início, a guerra reforçou a coesão nacional no Império Austro-Húngaro e na Rússia.

1: Errada. Primeiro, dificilmente pode-se falar de uma ascensão política e econômica no Império Austro-Húngaro. Segundo, e mais importante, não se pode falar de um interesse direto britânico na região dos Bálcãs. De fato, a Grã-Bretanha tinha outros objetivos antes da Primeira Guerra, como afirma Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "Seus grandes objetivos eram: (1) manter as linhas vitais de comunicação do império; (2) conservar desimpedidas as vias marítimas para suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e (3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma dela jamais se tornasse bastante forte para atacar a Grã-Bretanha." (p.665). De acordo com o mesmo autor, era outro império que mantinha interesses na região balcânica, a Rússia, por ser uma região geograficamente estratégica, e que, de certa forma, será um dos primeiros países a reagir ao atentado contra o arquiduque austríaco: "Uma grande ambição da Rússia consistia em obter o controle dos estreitos de Bósforo e dos Dardanelos. A realização dessa antiga meta impediria que a esquadra russa ficasse imobilizada no mar Negro em caso de guerra. Além disso proporcionaria acesso pleno ao Mediterrâneo e, provavelmente, o controle de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia tornar-se-ia herdeira dos Bálcãs." (p.665). Nesse caso, é possível afirmar que a Inglaterra tinha algum interesse nos Bálcãs, que era bloquear as pretensões russas na região, mas essa afirmativa pode ser relativizada. A rivalidade entre as duas nações foi importante durante a primeira metade do século XIX, mas o declínio do império russo, sentido no início do século XX, marcado pela derrota contra o Japão na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), limitou a expansão russa. Dessa forma, a Grã-Bretanha não buscaria mais com o mesmo rigor bloquear os avanços russos, a não ser que

causassem instabilidades continentais. Finalmente, um último fator que mostra a atuação russa na região balcânica, é o pan-eslavismo, um tipo de nacionalismo que queria reunir todos os eslavos da Europa no mesmo Estado. Burns afirma assim: "Argumentava-se [...] que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos deveria atuar como guia e protetor das nações eslavas menores dos Bálcãs. O pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria." (p.666-667);

2: Certa. A unificação alemã trouxe um novo competidor de peso para o equilíbrio europeu, que havia conseguido manter o século XIX em um certo patamar de estabilidade, contrabalanceando o peso das nações e levando a uma instabilidade da estrutura informal. O crescimento econômico da Alemanha vai ter uma influência no jogo de poder a nível europeu e mundial. A economia de uma nação, no período que separa os séculos XIX e XX, passa a ser um fator determinante para que seja reconhecida como potência. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, "Agora era impossível conceber uma «grande nação» que não fosse ao mesmo tempo uma «grande economia» [...]." e continua sobre a Alemanha "cujo assombroso crescimento industrial lhe conferiu um peso internacional incomparavelmente que o que tiver a Prússia." (p.438). O historiador ainda questiona o fato de esse crescimento ter levado a um desequilíbrio de poder evidente que pudesse trazer ameaças efetivas, e encontrou uma justificativa no jogo de alianças: "A Grã-Bretanha defendeu ao máximo a preservação do *status quo* e a Alemanha sua modificação – inevitavelmente, mesmo se não intencionalmente, às custas da Grã-Bretanha. Nessas circunstâncias e dada a rivalidade econômica entre as indústrias dos dois países, não admira que a Grã-Bretanha considerasse a Alemanha o mais provável e perigoso de seus adversário potenciais. Era lógico que [a Grã-Bretanha] se aproximasse da França e [...] da Rússia [...]." (p.442);

3: Errada. O presidente Raymond Poincaré (1860-1934) assumiu a presidência da França entre 1913 e 1920. Durante esse período, a França teve problemas internos, associados com as reivindicações de partidos de esquerda, com muitas greves ligadas aos partidos socialistas. Estes haviam conseguido algumas vitórias durante a Terceira República na França (1870-1940), mas sentiam que sua representatividade permanecia inferior. Nos anos anteriores à Primeira Guerra, muitas greves eclodiram, o que levou à uma instabilidade social, manifestada pela radicalização dos partidos de esquerda. Em geral, esses partidos defendiam o pacifismo e eram contra a guerra, manifestado principalmente na figura de Jean Jaurès (1859-1914), assassinado por um nacionalista, Raoul Villain. Os nacionalistas, ao contrário do que é dito na afirmativa, eram favoráveis à guerra, e mostravam o seu apoio ao conflito reivindicando a retomada da região da Alsácia-Lorena, entregue à Alemanha 1870, ao fim da guerra Franco-Prussiana (região estratégica, rica em minérios de carvão e de aço). Serão os nacionalistas que alimentarão esse sentimento de revanchismo presente na França de 1914, que levará a nação à guerra. Não se trata, portanto, de desviar as atenções da população, como afirma o item;

4: Certa. Os desdobramentos dos nacionalismos na região balcânica foram um dos fatores que motivaram a guerra. A Rússia via-se como defensora dos eslavos da Europa, instigada pelo pan-eslavismo, o que justifica, de certa forma, a atitude russa na região após o atentado contra o arquiduque Francisco Ferdinando. De acordo com Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2: "o pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria." (p.666-667). Para completar esse pensamento e argumentar sobre o Império Austro-Húngaro, Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, também descreve acerca dos entusiasmos nacionalistas verificados neste império multinacional e na Rússia, ao falar sobre os ânimos nacionais e como surgiu apoio ao conflito logo do início da Primeira Guerra Mundial: "Mas os governos se enganaram no que tange a um ponto crucial: foram pegos de surpresa, assim como os que se opunham à guerra, pela extraordinária vaga de entusiasmo patriótico com que seus povos pareciam mergulhar num conflito no qual ao menos 20 milhões de pessoas seriam mortas ou feridas, [...]. Na Áustria não foi só o povo dominante que foi abalado por uma breve onda de patriotismo. Como reconheceu o líder socialista austríaco Victor Adler: «mesmo entre as nacionalidades, lutar na guerra era uma espécie de libertação, uma esperança de que algo diferente viria». Até na Rússia, onde haviam sido previstos um milhão de desertores, todos, salvo poucos milhares dos 15 milhões, obedeceram à convocação." (p.449-450).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Não são poucos os historiadores que veem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o fim do historicamente longo século XIX. Quer pela complexidade de suas causas, quer por seus efeitos profundos, um dos quais a vitória bolcheviques na Rússia, a Grande Guerra assinala o epílogo de uma era e o início propriamente dito do século XX. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Entre os fatores determinantes para a eclosão do conflito mundial em 1914 podem ser destacados o exacerbado nacionalismo – não raro revestido das cores da xenofobia – e as disputas ditadas pelos interesses imperialistas.

(2) A rápida ascensão da Alemanha no pós-1870 constituiu fator desestabilizante no cenário europeu. Ainda que tenha mantido permanente aliança econômica com a Grã-Bretanha, sua disputa com a França por influência política criou condições à guerra.

(3) A expressão "paz armada" consagrou-se como a melhor caracterização do cenário europeu nos anos imediatamente anteriores a 1914. Nesse contexto, por temerem as consequências da guerra, os diversos Estados renunciaram à velha prática da diplomacia secreta visto que esta os amarraria a uma perigosa teia de acordos militares.

(4) Impulsionada pelas circunstâncias da guerra, que explicitaram ainda mais a grave situação interna da Rússia, a Revolução Russa de 1917 significou a primeira grande fissura na unidade capitalista que a Revolução Industrial e as revoluções liberais burguesas haviam começado a edificar desde as últimas décadas do século XVIII.

1: Certa. Os nacionalismos estão entre os fatores que motivaram a Guerra. Na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o

conflito, por sinal, é palco de muitos territórios associados às nacionalidades, muitas delas com divergências de fronteiras. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também se considera um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurès, assassinado pouco antes do início dos conflitos. No nível das disputas imperiais, será nesse contexto que as crises que motivarão a guerra mais tarde, ocorrerão: Fachoda e Suez (1898) e as crises marroquinas (1904-1911);
2: Errada. Não houve acordo econômico entre a Grã-Bretanha e a Alemanha entre 1870 e 1914. Por outro lado, também está errada a afirmativa acerca da disputa por influência política com a França. Havia sentimento de revanchismo na França desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870, quando o território então francês da Alsácia Lorena foi adquirido pelos alemães. Nos jogos de aliança do sistema bismarckiano havia uma vontade de criar alianças suficientemente poderosas a ponto de dissuadir o inimigo, mas não a ponto de levar ao conflito. Talvez os desequilíbrios econômicos e as divergências imperiais tenham sido mais importantes nesse aspecto ao advento da Guerra;
3: Errada. A diplomacia secreta foi um dos fatores que também motivaram a guerra. A "paz armada" do período pré-guerra existiu quando o sistema de alianças tentou equilibrar-se, as nações das alianças tentando equiparar-se em termos de material bélico. Mas a diplomacia secreta continuou existindo, e foi o primeiro ponto que Wilson criticou ao final da Guerra, no seu famoso discurso dos Quatorze Pontos;
4: Certa. A afirmativa traça de maneira sucinta o aspecto simbólico da Revolução Russa de 1917: modificar os padrões das revoluções anteriores em todos os seus aspectos, políticos, econômicos e socioculturais. Também houve uma conjunção de fatores, que não datam necessariamente do período de guerra (revoltas populares de 1905 e falência da dinastia dos czares), mas é verdade que o contexto de guerra amplifica as razões que levam à Revolução, argumento conrifmado pelo Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 3 de março de 1918 entre a Rússia e as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária), que reconhece a retirada da Rússia do conflito.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) A Grande Guerra de 1914 resulta, entre tantos e múltiplos fatores, das disputas interimperialistas — notadamente aquelas que colocam frente a frente duas forças econômicas, a declinante Grã-Bretanha e a ascendente Alemanha — e do peso ponderável do nacionalismo, em particular daquele conduzido e manipulado pelos Estados. Quando o conflito chega ao fim, uma Europa em crise assiste à emergência mundial dos Estados Unidos da América (EUA) e à quase generalizada decadência dos regimes políticos liberais.

1: Certa. Trata de uma abordagem ampla dos anos da guerra, as causas e as consequências desta. Entre as causas, é necessário abordar o tema do concerto europeu, pois era o sistema internacional vigente antes da guerra. O Congresso de Viena de 1815 construiu as bases desse sistema, que se sustentava no equilíbrio entre potências. O sistema funcionou durante boa parte do século XIX, até que os desequilíbrios dentro dele não puderam mais manter a paz. O desequilíbrio surgiu em parte pela ascensão da Alemanha, recém unificada, que competia economicamente com a Grã-Bretanha. Esta mantinha um império colonial que lhe era rentável, mas difícil de controlar, enquanto que aquela estava mais preocupada com seu potencial interno, principalmente, militar (embora possuísse algumas colônias na África). O nacionalismo de Estado também pode ser considerado uma das causas da Guerra. Por exemplo, na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o conflito, é uma área que abrange muitos territórios associados à diferentes nacionalidades. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também considera-se um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurés, assassinado pouco antes do início dos conflitos. Finalmente, a afirmativa fala do pós-Guerra. Por um lado, os EUA eram primeira potência mundial desde 1914 e, depois da Guerra, passaram a ser credores a nível mundial. Não é de se surpreender que a crise de 1929, iniciada nos EUA, tem consequências no mundo inteiro. É dessa crise que surge a ideia da decadência do liberalismo, pois esse era em parte o modelo adotado pelos países europeus. A medida será, na maioria dos casos, intervencionismo estatal na economia, atacando a premissa primeira do liberalismo. Os regimes que surgirão dessa crise condenam o liberalismo de Estado e assumem posturas radicais, com tendências fascistas.

Gabarito 1C

(Diplomacia – 2000) A Primeira Guerra Mundial, chamada por seus contemporâneos de a Grande Guerra,

(A) expôs a eficácia do sistema europeu de poder sustentado nas alianças rígidas e secretas entre os Estados.

(B) Ocorreu única e exclusivamente para atender à *weltpolitik* alemã.

(C) Teve amplitude territorial maior que a Segunda Guerra Mundial.

(D) Evidenciou a deterioração da balança de poder herdada do final do século XIX.

(E) Contou, desde o início, com o engajamento militar dos Estados Unidos.

A: Incorreta, pois a Primeira Guerra mostrou que o sistema de Alianças e a diplomacia secreta foram fatores de instabilidade que iniciaram os conflitos. O sistema europeu de equilíbrio entre potências falira em

1914, pois as divergências entre potências tornaram-se insustentáveis. No pós-guerra, Wilson lançara os seus Quatorze Pontos, nos quais ele denuncia as políticas de aliança e a diplomacia secreta como fatores de instabilidade;
B: Incorreta, pois havia outras dinâmicas expansionistas na Europa além da *Weltpolitik*, a "Política Mundial" alemã. É possível afirmar que a *Weltpolitik* marcava as aspirações expansionistas da Alemanha, o que contribuiu para o início do conflito, mas a Primeira Guerra tem origens nas estruturas de poder vigente na Europa e não foi a atitude única e exclusiva da Alemanha que levou ao conflito. Um exemplo é o enfrentamento entre projetos expansionistas associados a nacionalismos. O Pan-germanismo, ideia de reunir todos os alemães da Europa em um mesmo território, confrontava-se ao Pan-eslavismo, que tinha o mesmo intuito com os povos eslavos dos Bálcãs e da Rússia;
C: Incorreta. A Primeira Guerra, em seus confrontos militares, teve um *front* menor que o da Segunda Guerra. O palco europeu foi central na guerra de 1914, enquanto que a de 1939 teve *fronts* múltiplos, como é o caso da Guerra no Pacífico;
D: Correta. O sistema europeu não tinha mais sustento em 1914. O equilíbrio de poder do concerto europeu, estabelecido no Congresso de Viena, conseguira manter a paz entre as grandes potências europeias. No entanto, com fortes desequilíbrios entre as nações, devido a uma expansão do poder em potências imperiais, com a ascensão da Alemanha unificada e a decadência gradual britânica, o concerto europeu não tinha mais como sustentar-se;
E: Incorreta, pois os EUA só entraram na Guerra em 1917. Depois da intercepção pelos americanos do Telegrama Zimmermann, mandado pelo Ministro de Relações Exteriores alemão Arthur Zimmermann (1864-1940) ao embaixador alemão no México e que visava encorajar o México a entrar em guerra contra os EUA, comprovando a ameaça da Alemanha contra os EUA, estes decidiram entrar em guerra. As afinidades com o liberalismo também motivaram a entrada dos EUA para ajudar a Tríplice Entente.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1998) O que não é correto afirmar sobre guerras:

(A) Nos quase cem anos que vão de 1816 a 1913, não houve guerra que envolvesse mais do que duas das maiores potências da época (Inglaterra, França, Prússia/Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Itália, Estados Unidos e Japão), à exceção da Guerra da Criméia, da qual participaram Rússia, Inglaterra e França.

(B) A Primeira Guerra Mundial envolveu todos os países europeus, exceto Inglaterra, Espanha e Holanda, os três países escandinavos e Suíça.

(C) Entre as guerras internacionais no período de 1816 a 1965, as quatro que mais provocaram mortes ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China (1937-1939) e a Guerra da Coréia.

(D) A proibição do emprego de armas químicas em conflitos internacionais, estabelecida pela Convenção de Viena de 1925, foi respeitada durante a Segunda Guerra Mundial, mas não durante a Guerra Irã-Iraque, nos anos oitenta, em que substâncias químicas foram utilizadas contra soldados e civis.

(E) A Guerra Civil Americana foi, para os Estados Unidos, o mais sangrento de todos os conflitos, tendo provocado tantas mortes de norte-americanos quanto todas as guerras de que os Estados Unidos participaram posteriormente, incluindo as duas guerras mundiais, a Guerra da Coréia e a Guerra do Vietnã.

A: Correta. Trata-se do sistema de equilíbrio de potência estabelecido pelo Concerto Europeu, no Congresso de Viena. O Concerto Europeu é um sistema internacional informal que baseava-se no equilíbrio de poder entre as potências europeias para evitar maiores confrontos entre eles. De fato, com a exceção da Guerra da Crimeia, entre 1853 e 1856, que opôs as potências continentais contra o expansionismo russo. A Inglaterra, em 1815, desejava estabelecer um equilíbrio de poder a nível europeu para poder expandir o capitalismo da Revolução Industrial para outros continentes. O único empecilho seria se algum Estado continental constituísse algum fator de instabilidade. Por isso ela mantem interesse em bloquear os projetos expansionistas da Rússia. Às vésperas de 1914, esse sistema encontrava-se falho, dissolvido nas desigualdades dos impérios coloniais, das corridas aos armamentos e nos extremismos do nacionalismo;
B: Incorreta. Primeiro porque a Inglaterra esteve diretamente envolvida no conflito. Ela estava aliada à França pela Tríplice Entente, uma aliança política constituída por Grã-Bretanha, França e Rússia. Depois dos efeitos regionais do assassinato do arquiduque Francisco Fernando, da Áustria, por radicais eslavos, em Sarajevo, a Grã-Bretanha declara guerra contra a Alemanha em 4 de agosto de 1914. A Holanda manteve-se neutra, assim como a Suíça, a Noruega e a Suécia. A Finlândia só se tornou independente da Rússia em 1917, até então não existia como Estado, mas estava na guerra do lado Russo;
C: Correta. Considerando-se os períodos e determinando o foco em conflitos internacionais, de fato, os 4 conflitos foram os que provocaram mais mortes: A Segunda Guerra (1939-1945) com a Guerra Sino-Japonesa (1937-1939) fez algo como 70 milhões de mortos; a Primeira Guerra (1914-1918), algo em torno de 15 milhões de mortos; a Guerra da Coréia (1950-1953), mais ou menos 3 milhões de mortos;
D: Incorreta. Não existe uma Convenção de Viena sobre armas químicas, existe o Protocolo de Genebra para a Proibição do Uso em uma Guerra de Asfixiantes, Venenos ou outros Gases, e de Métodos Bacteriológicos, de 17 de junho de 1925. O protocolo proíbe o uso de agentes químicos e bacteriológicos em qualquer tipo de conflito, não só os internacionais, entre os seus signatários. Acerca dos conflitos, não há registro oficial de uso durante os confrontos militares da Segunda Guerra Mundial, apesar do receio de que fossem usadas. Na guerra entre o Irã e o Iraque (1980-1988), o Iraque usou armas químicas, notadamente, gás mostarda, contra as tropas iranianas e as populações iranianas e curdos. Não há um número efetivo de atingidos pelas armas, dado que o efeito das armas ainda hoje faz vítimas. Estima-se mais de 100.000 mortes;
E: Correta. As mortes de norte-americanos na Guerra Civil (1861-1865) elevam-se a 625.000, civis e soldados somados. Na Segunda Guerra (1939-1945, EUA a partir de 1941), calcula-se que morreram 405.399 pessoas diretamente ligadas ao conflito. Esse número cai para 116.516, na Primeira Guerra (1914-1918, EUA a partir de 1917) e para 58.151 na Guerra do Vietnã (1955-1975, EUA, efetivamente, pois já possuíam tropas no Vietnã desde 1955, a partir de 1964).

Gabarito oficial "B"
/Gabarito nosso: Anulada (duas respostas incorretas)

3.4. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939); A Liga das Nações

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações

internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Infere-se do texto que "o advento de um novo período na política mundial", no final do primeiro parágrafo, vincula-se, entre outros aspectos, ao(à)

(A) fato de que a supremacia das potências européias, na passagem do século XIX ao XX, deixara de sofrer as contestações tão comuns à época da expansão imperialista.

(B) surgimento de novos atores importantes no cenário internacional, a exemplo da Rússia, dos EUA e, no Extremo Oriente, do Japão.

(C) Grande Guerra de 1914, responsável pela exclusão definitiva das potências derrotadas, como a Alemanha, das principais decisões mundiais.

(D) substituição dos Estados nacionais pelas grandes corporações transnacionais na condução do processo de disputas por mercados consumidores e por áreas de investimentos.

(E) recrudescimento da posição de liderança inconteste do sistema capitalista por parte dos países mais industrializados da Europa Ocidental, à frente dos quais se apresentavam França e Inglaterra.

A: Incorreta, pois o advento desse novo período, como o texto afirma, refere-se à aparição de novos atores importantes para a configuração da estrutura do sistema internacional. A aparição das novas potências implica, indiretamente, o declínio da velha estrutura de equilíbrio europeia. Essa estrutura era alvo da crítica tanto de Wilson como de Lenin;
B: Correta, pois é da aparição das novas potências que trata o texto. "O advento de um novo período na política mundial" corresponde à aparição dos EUA, triunfante da Primeira Guerra, da Rússia como URSS, líder da Revolução, e do Japão, cada vez mais presente nas relações internacionais;
C: Incorreta. Embora o tratado de Versalhes impõe severa sanções à Alemanha, não se pode dizer que a exclui do cenário internacional, muito menos de maneira definitiva. Em 1926, ainda sentindo os efeitos da Guerra, a Alemanha é incluída na Liga das Nações, como membro do Conselho, para sair em 1933, com a ascensão de Hitler;
D: Incorreta, pois não se pode afirmar que as relações transnacionais, no período entre guerras ou pós-Segunda Guerra, sobrepunham a atuação dos Estados ainda. Essa tendência é mais recente, década de 1980 e princípios do século XXI, e ainda é controversa. No período citado, ainda é importante a presença dos Estados no centro do sistema internacional;
E: Incorreta, pois a Inglaterra, tanto no entre guerras, como no pós-Segunda Guerra, entra em um declínio formal, aceitado por ela, que concede as independências de suas colônias de maneira negociada. A França também perde o seu império, em alguns casos, consequência de guerras de independência (Indochina e Argélia). O pós-Guerra é marcado pela ascensão rápida do Japão, com um processo de reconstrução rápido, e posteriormente, a chegada da Alemanha também será significativo, após a unificação e 1989, como o país com a melhor balança comercial da Europa. Finalmente, é importante afirmar que, no período citado não houve um retorno da posição de liderança do sistema capitalista. O texto refere-se à ascensão da Rússia ao nível de potência mundial, que durante quase todo o século XX, esteve em oposição ao modelo capitalista e à propriedade privada, adotando a socialização dos meios de produção.

Gabarito "B"

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O curto período entre as duas guerras mundiais do século em XX (1919-1939) testemunhou a crise profunda do modelo econômico e político liberal. No que concerne a esse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens, ainda considerando o texto.

(1) A humilhante derrota militar da Alemanha, que chegou ao fim da Primeira Guerra invadida e ocupada pelas tropas inimigas, determinou a queda do regime monárquico nesse país e ascensão ao poder das forças socialistas – República de Weimar.

(2) A entrada dos EUA na etapa final do conflito (1917) foi decisiva para selar a derrota dos chamados impérios centrais. Terminada a guerra, esse país viu-se na inovadora condição de grande credor internacional, com excepcionais condições de se transformar em potência mundial.

(3) Sob o ponto de vista político, a crise do estado liberal que se seguiu à Grande Guerra de 1914 materializou-se, sobretudo, na ascensão de regimes totalitários, dos quais as mais diversas formas de fascismo seriam exemplos exponenciais.

(4) As práticas intervencionistas, às quais o texto alude, decorreram da necessidade imperiosa de se enfrentar a Grande Depressão que se seguiu à Crise de 1929 e foram implementadas por quase todos os países. A esse respeito, notável exceção se deu nos EUA, onde nem mesmo o New Deal conseguiu arranhar os sólidos princípios liberais, que sempre caracterizaram a economia e as instituições políticas norte-americanas.

1: Errada. Não foi o fim da Guerra que permitiu a ascensão do socialismo, os ideais já existiam antes de 1918, com Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919), dois comunistas que, antes da guerra, fundaram a Liga Espartaquista, virando um partido no pós-guerra, o KPD. A Liga Espartaquista, junto com o PSD e UPSD

(partidos socialdemocratas), reivindicavam o armistício e a queda da monarquia. Será a socialdemocracia alemã que, após a fuga do rei Guilherme II para a Holanda, constituirá um governo provisório, o Conselho dos Comissários do Povo, em 10 de novembro de 1918 e que irá declarar o armistício em 11 de novembro. Os Espartaquistas não apoiaram o Conselho, denunciando o seu continuísmo com o regime anterior. Uma república provisória é declarada em 10 de janeiro de 1919, e será algo, junto com o movimento Espartaquista de uma contrarrevolução, levada por grupos de direitas e por militares veteranos da guerra. Rosa e Karl são assassinados, o que deu fim à tentativa de revolução socialista na Alemanha. A Constituição é declarada em 11 de agosto 1919 e assim surge a República de Weimar, que aceita a democracia, mas nos moldes liberais;
2: Certa. Os EUA saíram como grandes vencedores da guerra em todos os aspectos. A sua entrada foi fundamental para selar o conflito e depois, para definir as linhas da Paz. Durante o conflito, os EUA recebem um montante financeiro para o esforço de guerra que, liberado no sistema capitalista liberal, contribui, em parte, para transformá-los em potência econômica mundial no pós-guerra. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem explicada: "A Primeira Guerra Mundial provocou um remanejamento nas posições de certas nações como potências econômicas. Os Estados Unidos, que já eram a primeira potência industrial em 1914, haviam-se tornado, em 1919, os primeiros também como potência comercial e financeira, dispondo de grandes estoques de ouro. Entre as moedas importantes, somente o dólar conservaria a conversibilidade no pós-guerra." (p.135);
3: Certa. A ascensão dos fascismos no pós-guerra vem da crise do liberalismo. A ideologia liberal não conseguira evitar a guerra de 1914, nem a Grande Depressão de 1929, e os argumentos para alimentar regimes radicais, dotados de exaltação nacional, estavam prontos. Hobsbawm chama esse período, em *A Era dos Extremos*, de "A queda do liberalismo";
4: Errada. O *New Deal* adota medidas intervencionistas para estimular a demanda. A ideia por trás do *New Deal* era fornecer um pacote de medidas para estimular a criação de empregos (grandes construções, empréstimos para empresários e investidores). Isso criaria e aumentaria a renda dos trabalhadores, que passariam a demandar mais, isto é, um aumento na demanda agregada. Esse aumento é que causa o efeito multiplicador e estimula a economia, em sintonia com as teses keynesianas.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

3.5. As causas da Segunda Guerra Mundial

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O texto faz do ano de 1939 – não por acaso, o que assinala o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – seu marco cronológico final. A propósito desse conflito, cujo caráter mundial é bem mais acentuado do que o daquele que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Entre os múltiplos fatores que levaram à Segunda Guerra, um dos mais determinantes foi a acentuada desestruturação da economia mundial, que, mal recuperada dos efeitos da Primeira Guerra, sucumbiu ao quadro de profunda depressão advinda do crash financeiro nova-iorquino

(2) Apesar de nãoexpansionistas, os regimes nazifacistas contribuíram para que a Segunda Guerra Mundial acontecesse ao insistirem nos métodos econômicos intervencionista e nos maciços investimentos militares.

(3) Nos encontros entre os líderes aliados, na etapa final da Segunda Guerra, traçou-se a estratégia de uma nova ordem internacional, na qual ficaram nítidas a força e a intenção dos vitoriosos de conter o poderio dos integrantes do Eixo.

(4) Apesar de ter participado diretamente do conflito, ao ceder bases aéreas e navais no Nordeste, ao constituir a Força Aérea Brasileira (FAB) e ao enviar para a Itália os contingentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Brasil do Estado de Novo getulista passou ao largo dos efeitos democratizantes trazidos pelo término da guerra, com a derrota do totalitarismo nazifascista.

1: Certa. O crash financeiro de 1929 foi uma das causas estruturais da Segunda Guerra Mundial. Para solucionar a crise, foi necessário abandonar em parte o liberalismo, mas nenhum modelo econômico que se seguiu estabeleceu qual o limite da intervenção do Estado na economia. Como resposta, muitos países adotaram regimes radicais para responder a crise, o que gerou a instabilidade pré-guerra. O recrudescimento do protecionismo, em função da intervenção mais importante do Estado na economia, também foi um fator de instabilidade que motivaram o conflito;
2: Errada. Não se pode dizer que os regimes nazifascistas não eram expansionistas. Hitler, ao chegar ao poder, inicia um processo de unificação de todas as nações alemãs, a começar pela Áustria, seguido da Tchecoslováquia e, por fim, da Polônia, para reaver os territórios alemães separados pela saída de Danzig, o que motivou uma ação em resposta, pelas forças aliadas, iniciando o conflito em 1939;
3: Certa. Stalin, Roosevelt e Churchill, ou seus respectivos ministros de relações exteriores, mantiveram reuniões mais ou menos regulares durante a Guerra. Antes do fim da Guerra, em Teerã, novembro de 1943, os três líderes já vinham discutindo o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste, e foi esboçada a divisão da Alemanha entre as nações aliadas. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e implementou-se a divisão da Alemanha. De certa forma, as conferências trilaterais criam a nova ordem que entrará em vigor no pós-guerra, com as zonas de influências e os interesses bem determinados;
4: Errada. A afirmativa está correta ao falar sobre a participação do Brasil na guerra, mas equivoca-se ao afirmar que a queda dos regimes fascistas na Europa não teve efeitos democratizantes no Brasil. Foi muito mais em função da contradição interna do Estado, lutando em prol da democracia contra ditaduras na Europa, mas mantendo um regime do tipo autoritário. Essa contradição motivou a opinião pública no Brasil, que demandava uma maior abertura com a queda dos regimes na Europa. Um golpe de Estado, feito por militares, derrubou o Estado Novo de Getúlio em 29 de outubro de 1945.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.).

Pensar o século XX. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Os dois grandes conflitos mundiais do século XX tiveram origens e motivações distintas. Enquanto a Grande Guerra de 1914 teve, desde o início, caráter mundial, em função, sobretudo, do colonialismo europeu que estendia seus tentáculos por vários continentes, a Segundo Guerra circunscreveu-se ao palco europeu, malgrado ter contado com a participação de países que resistissem ao comunismo.

1: Errada. O item acerta ao afirmar que as origens e as motivações dos conflitos são distintas. A Primeira Guerra pode até ter envolvido os impérios, mas o seu palco principal de conflito foi a Europa, notadamente as frentes na Alemanha ao Leste a ao Oeste. A Segunda Guerra iniciou-se com as invasões de Hitler na Europa central, mas teve frentes distintas, como a frente do Pacífico, onde as tropas japonesas dominavam parte dos territórios dos impérios coloniais. Também no âmbito dos impérios coloniais, a frente Africana foi crucial durante a Segunda Guerra, onde as tropas americanas enfrentaram forças do eixo nas colônias francesas e alemãs.

Gabarito E

(Diplomacia – 1999) Que fato histórico, ocorrido na Europa na década dos 30, ficou conhecido como Anschluss?

(A) a remilitarização da Renânia.
(B) a anexação da Áustria pela Alemanha.
(C) a denúncia do Tratado de Versalhes pela Alemanha.
(D) a ocupação da região dos Sudetos pela Alemanha.
(E) a primeira prova de perseguição dos judeus na Alemanha nazista.

A: Incorreta. A remilitarização da Renânia foi feita a partir de 1936, quando Hitler rejeitou os Acordos de Locarno. Já em 1935, ele negou os acertos do Tratado de Versalhes e restabeleceu o serviço militar obrigatório;
B: Correta. A Anschluss fazia parte dos projetos expansionistas de Hitler, que queria unificar os povos alemães num Estado. Em 1938, ele anexa a Áustria, e em seguida, anexaria a Tchecoslováquia e os Sudetos. Não haveria retaliação até a invasão polonesa, quando a França e a Inglaterra reagiram, o que deu início ao conflito;
C: Incorreta. O Tratado de Versalhes foi denunciado desde sua assinatura, não só pelos Alemães, como também pelos EUA, que viram, desde o princípio as fortes sanções contra a Alemanha um fator de instabilidade no futuro. Na Inglaterra e na França havia quem criticasse a dureza das punições de Versalhes e viam como legítimas as reclamações dos Alemães, o que levou a uma política de apaziguamento por partes dos Estados aliados, que constituía em ceder concessões aos avanços expansionistas da Alemanha;
D: Incorreta. A ocupação dos Sudetos (região disputada entre a Alemanha e a então Checoslováquia) é feita depois da Anschluss, em 1938, depois que os a Alemanha ocupa a Tchecoslováquia;
E: Incorreta. A primeira prova de perseguição dos judeus foi feita com a lei alemã de restauração da função pública, que permitia aos dirigentes nazistas destituírem os judeus ou qualquer opositor ao regime de sua função pública. A lei foi promulgada em 7 de abril de 1933, alguns meses depois da chegada de Hitler no poder, em 30 de janeiro de 1933.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1998) Em novembro de 1939, no Ministério das Relações Exteriores da União Soviética, Molotov, regozijava-se de que, naquele momento, nada mais restava "deste fruto monstruoso do Tratado de Versalhes". A que país se referia?

(A) Finlândia.
(B) Alemanha.
(C) Polônia.
(D) Lituânia.
(E) Bélgica.

A, B, C, D, E: Em 23 de agosto de 1939, os ministros de relações exteriores da Alemanha e da União Soviética, respectivamente, Joachim von Ribbentrop (1893-1946) e Viatcheslav Molotov (1890-1986), assinam o Pacto Germano-Soviético de não agressão, ou Pacto Ribbentrop-Molotov. Foi um tratado secreto assinado em Moscou, no qual os ministros entraram em acordo para estabelecer o que seria feito depois da invasão da Polônia, pois a Alemanha tinha interesse em recuperar a Prússia Oriental e o corredor de Danzig, territórios cedidos à Polônia no Tratado de Versalhes de 1919. "Por força de tais atos, caso houvesse mudança a leste, a Polônia seria repartida entre ambos, e zonas de influência seriam criadas: a Lituânia ficaria com a Alemanha, cabendo a União Soviética a Finlândia, a Estônia, a Letônia e a Bessárabia. Era um arranjo que atendia reinvindicações nacionais egoístas que vinham do passado e que, do lado russo, sacrificava a ideologia aos interesses imediatos. A sorte da Polônia estava lançada." (*História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.)) (p.166). Hitler sabia que, ao invadir a Polônia, os vencedores de 1918 iriam reagir, pois tratava-se de um espaço vital. Até então, França e Grã-Bretanha haviam deixado Hitler expandir a Alemanha ao Leste, pela Áustria, a Tchecoslováquia e os Sudetos, numa política de "apaziguamento". Invadir a Polônia seria tocar em um tema delicado do que fora decidido em 1919, pelo Tratado de Versalhes. A guerra parecia inevitável para Hitler, que precisava de matéria prima, e a Polônia era uma solução. Daí a afirmativa do Ministro Molotov, e a resposta correta é a C.

Gabarito "C"

3.6. As conferências de Moscou, Teerã, Yalta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) À medida que os acontecimentos da Segunda Guerra apontavam para o término do conflito, com a derrocada militar das forças do eixo nazifascista, delineavam-se os contornos do novo sistema de poder mundial que doravante vigoraria, algo cada vez mais presente nas reuniões de cúpula dos aliados, a exemplo do ocorrido em Teerã, em novembro de 1943, Yalta, em fevereiro de 1945, e Potsdam, em julho de 1945.

1: Certa. As conferências entre Stalin, Roosevelt e Churchill, que se realizaram a partir de 1943 mostram, gradualmente, a estrutura do sistema internacional a partir do final da Guerra. Em Teerã, novembro de 1943, os três líderes discutiram o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945, sem Roosevelt, morto em abril; Truman estava no seu lugar; Churchill estava no início, mas foi substituído por Clement Attlee (1883-1967), novo primeiro-ministro britânico, eleito em 27 de julho de 1945, no meio da conferência, pelo Partido Trabalhista) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e como seria dividida a Alemanha. É importante ressaltar que nessas três reuniões, só estavam presentes os representantes da Grã-Bretanha, da URSS e dos EUA, portanto, não foi uma plenária com os vencedores, como em São Francisco, em outubro de 1945.

Gabarito Certa.

3.7. A Organização das Nações Unidas

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) A mesma linha idealista que presidiu a criação da Liga das Nações após a Grande Guerra de 1914, guardadas as naturais singularidades de um outro momento histórico, está presente na Conferência de São Francisco (1945), da qual surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU). A existência de uma Assembleia Geral com poder deliberativo, em que todos os Estados se igualam no direito à voz e ao voto, e de um Conselho de Segurança com razoável simetria entre seus membros, reforça o clima de concórdia que, pouco mais de duas décadas antes, embalara os 14 pontos do presidente Wilson.

1: Errada. Há uma diferença crucial entre a Liga das Nações e a ONU. Embora ambas tenham na base um teor idealista, pragmaticamente, a Liga tornou-se rapidamente obsoleta. O item equivoca-se ao descrever a dinâmica que rege o Conselho de Segurança. Não há uma simetria razoável entre os membros, pois apenas alguns, os membros permanentes, possuem o poder de veto das decisões. O Conselho de Segurança é a instituição da ONU encarregada de tomar as decisões relacionadas à manutenção da paz e da segurança internacional, enquanto que a Assembleia Geral pode deliberar sobre qualquer tema que afete os princípios contidos na Carta da ONU de forma consultiva, emitindo pareceres não vinculantes.

Gabarito E

3.8. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon)

Seis décadas após o fim da Segunda Guerra, a Aliança do Atlântico, firmada entre a Europa e os Estados Unidos, estava em desalinho. De certo modo, a situação era o resultado previsível do fim da Guerra Fria — embora pouca gente desejasse seu desmantelamento, a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido.

A Aliança fora criada para compensar a incapacidade da Europa Ocidental de se defender sem a ajuda norte-americana. O fracasso contínuo dos governos europeus em constituir a sua própria força militar eficaz foi responsável pela sobrevivência da organização. Dez anos depois da assinatura do Tratado de Maastricht, a União

Europeia (UE) estava prestes a estabelecer uma Força de Reação Rápida, composta por 60 mil indivíduos, para realizar intervenções e missões de paz.

Tony Judt. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.773-4 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o cenário histórico mundial desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi a aliança militar celebrada entre os EUA e países da Europa Ocidental no contexto da bipolaridade que marcou as relações internacionais no pós-Segunda Guerra e explicitou a condição de superpotências mundiais dos EUA e da URSS.

(2) Certamente por cálculo estratégico, mas também para não ampliar os gastos de uma economia em relativo estado de escassez, o governo soviético — sob o comando de Stalin e seus sucessores, até a década de 60 do século passado — optou por não criar estrutura militar semelhante à OTAN, embora mantivesse elevados investimentos na produção de arsenal nuclear e na corrida espacial.

(3) Sugere-se, no texto, que, decorridos mais de sessenta anos desde o fim da Segunda Guerra, subsistem as condições que motivaram a criação da OTAN.

(4) No processo de constituição do bloco europeu, sacramentado em Maastricht, as questões militares foram suprimidas, dada a prioridade máxima conferida à unificação econômica e a seus desdobramentos políticos, sociais e culturais.

1: Certa. A OTAN foi criada em 4 de abril de 1949, ainda no início da Guerra Fria, quando o sentimento de bipolaridade já era evidente. As potências vencedoras, principalmente a URSS, haviam feito um esforço para que suas zonas de influências fossem reconhecidas nos acordos ao fim da Segunda Guerra Mundial, o que mostrava a constituição eminente de blocos ideológicos antagonistas. Os países da Europa ocidental, no imediato pós-Guerra, em pleno processo de reconstrução, teriam dificuldade de assegurar sua segurança caso fossem atacados, de onde surge a ideia de uma Aliança de assistência mútua em caso de ataque a um dos membros;

2: Errada. Uma instituição parecida com a OTAN fora criada do lado soviético, conhecida como o Pacto de Varsóvia, de 14 de maio de 1955. Trata-se também de um Tratado de Amizade, de Cooperação e de Assistência mútua, firmado entre a URSS e outros Estados de sua zona de influência: Polônia, Alemanha Oriental, Romênia, Albânia, Bulgária, Hungria e Tchecoslováquia. O Pacto foi assinado depois da integração da Alemanha Ocidental à OTAN;

3: Errada. Se nos baseamos somente no texto, "a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido", vemos que as condições mudaram desde a criação da OTAN. De fato, após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim do Pacto de Varsóvia, em 1991, a Guerra Fria não existia mais, a Organização perdeu seu sentido original. É correto afirmar, por outro lado, que a OTAN agora destina-se a combater outras ameaças aos Estados da Aliança. Desde 1989, primeiro a Organização ampliou a quantidade de seus membros, atingindo, na última década, países que, antigamente, faziam parte do Pacto de Varsóvia. A OTAN também teve importância nos conflitos originados com a separação da antiga Iugoslávia, notadamente na Bósnia, em 1995, e no Kosovo, em 1999. Os ataques às Torres Gêmeas, em 2001, motivaram o artigo 5 da Carta da OTAN, referente à Assistência Mútua, o que levou os membros, em uma demonstração de solidariedade aos EUA, a entrarem em guerra contra o Afeganistão, mas as operações foram dominadas pela atuação americana. Somente em 2003, após algumas crises internas relacionadas à guerra no Iraque, os membros da Organização entraram em acordo para liderar a ISAF, ou Força Internacional de Assistência e de Segurança, a missão de guerra no Afeganistão, estabelecida pela resolução 1386 da ONU. Em 2011, a OTAN foi utilizada na Líbia, onde os países membros deram apoio logístico aéreo aos rebeldes na guerra civil contra o General Kadafi. Verifica-se, nesse contexto, que a natureza da OTAN e sua justificativa foram modificadas e adaptadas às novas realidades da segurança internacional e ameaças aos seus Estados membros;

4: Errada. O tratado de Maastricht, de 7 de fevereiro de 1992, cria a União Europeia e instaura o sistema de pilares. O primeiro pilar trata de questões comunitárias, ou seja, de decisões supranacionais, portanto, questões comerciais, na qual os Estados cederam em nome da supranacionalidade. O segundo pilar trata de questões ligadas à segurança, ou, como é conhecido esse pilar, da Política Externa de Segurança Comum. Sabendo que dificilmente haveria uma concertação tão automática entre os países quanto a que existe no primeiro pilar, as decisões neste pilar permaneceram a caráter intergovernamental, portanto, tomadas por unanimidade. O segundo pilar torna a afirmativa incorreta, pois há, de fato, uma questão militar que, embora precária e delicada, é um pilar inteiro do tratado que cria a União Europeia. É necessário lembrar que, na base, mesmo se a comunidade nasceu em torno da indústria pesada do aço e do carvão, a ideia de uma união integradora vinha de um projeto pacifista que pudesse reunir as indústrias pesadas (e por consequente, indústria de guerra) dos países rivais do continente, França e Alemanha, portanto, um acordo pacifista. Finalmente, o terceiro pilar de Maastricht cria uma cooperação policial e judiciária entre os Estados membros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) No que respeita ao novo tempo nas relações internacionais que marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial, como expresso no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O processo de declínio da Europa Ocidental, iniciado com a Grande Guerra de 1914, consolida-se quando a Segunda Guerra Mundial chega ao fim. Expressões dessa nova realidade pós-1945 seriam, entre outras, a emergência de dois polos de poder mundial — os EUA e a URSS — e a descolonização afro-asiática.

(2) Sucessivos encontros entre as principais lideranças aliadas, no decorrer da Segunda Guerra, não foram capazes de, pelo menos, delinearem o novo sistema mundial que prevaleceria após o conflito. Foi preciso que a URSS dominasse a tecnologia nuclear para receber a concordância do Ocidente para seu propósito de fazer do Leste europeu área de sua influência direta.

(3) As posições terceiro-mundistas ganharam visibilidade internacional a partir de meados dos anos 1950. Nesse sentido, a Conferência de Bandung desempenhou o importante papel de catalisador das aspirações de jovens nações africanas e asiáticas em busca de ação mais autônoma em relação às duas superpotências, sentimento que também se difundiu por outras áreas periféricas do planeta.

(4) O êxito do Plano Marshall deve-se menos ao montante de dólares liberados por Washington do que à abrangência da área em que foi desenvolvido. Lançado bem antes da oficialização da ruptura entre EUA e URSS, geradora do esquema bipolar que sustentou a Guerra Fria, o programa de recuperação européia patrocinado por Washington contemplou também a URSS e os países do Leste europeu.

1: Certa. O fato de que a URSS e os EUA tiveram que intervir ao lado dos países europeus mostra a que ponto é o grau de declínio das antigas potências ocidentais. Ambos Estados vinham despontando, antes mesmo da guerra, sinais de que seriam potências no futuro. Outro sinal do declínio das antigas potências foi a desestruturação de seus antigos impérios coloniais;

2: Errada. Na verdade, antes de usar a arma atômica contra o Japão, os EUA precisavam do apoio soviético na frente do Pacífico. Stalin aproveitou a situação e na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, determina quais seriam as zonas de influências soviéticas, ao leste europeu;

3: Certa. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);

4: Errada. O Plano Marshall fazia parte da Doutrina Truman, destinado à recuperação dos países aliados na Segunda Guerra Mundial. A ideia do plano era evitar que os países virassem economias comunistas após a guerra, durante os esforços de reconstrução. A Alemanha Ocidental recebeu parte da ajuda, assim como a Itália também. Não consta que nem a URSS nem os países em sua esfera de influência tenha desfrutado da ajuda.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o panorama mundial do pós-Segunda Guerra, julgue os itens seguintes.

(1) Presença marcante nas duas guerras mundiais do século XX, W. Churchill notabilizou-se pelo esforço de aproximar Truman (EUA) e Stalin (URSS) no pós-1945, cruzada que levou o líder britânico a ser laureado, nos anos 1950, com o Prêmio Nobel da Paz.

(2) Ao passo que, na primeira metade do século XIX, a Doutrina Monroe sublinhava o interesse dos EUA no hemisfério americano, a Doutrina Truman, formulada em 1947, transferia para a Europa o centro da política externa norte-americana, definindo na contenção do expansionismo soviético o eixo da estratégia a ser seguida por Washington.

(3) Sistemas militares da Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia surgiram quase que simultaneamente e, no caso do último, a força coercitiva de Moscou garantiu a presença de todos os países comunistas europeus.

(4) A Crise dos Mísseis, em 1962, trouxe para o continente americano toda a carga de dramaticidade que envolvia o sistema bipolar do pós-Segunda Guerra. Após tensas negociações secretas, a URSS concordou em retirar os armamentos instalados em Cuba ante o compromisso norte-americano de não mais investir na derrubada do regime cubano.

1: Errada. Churchill foi importante no desenrolar da Primeira Guerra, atuando no front no estreito de Dardanelos e na França. Durante a

Segunda Guerra, foi primeiro ministro britânico e, sem dúvida, teve papel importante na aproximação da URSS e dos EUA. O problema é que ele nunca recebeu o Prêmio Nobel da Paz, tendo recebido o Nobel de Literatura, em 1953, com a justificativa oficial: "for his mastery of historical and biographical description as well as for brilliant oratory in defending exalted human values";

2: Certa. Trata-se do viés político da doutrina Truman. O presidente Truman, ao ver as dificuldades dos Britânicos para manter a Grécia e a Turquia fora da esfera da URSS e do comunismo, decide ajudar a Europa Ocidental para evitar que as forças comunistas possam influenciar politicamente a região. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A tradução econômica da doutrina apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições europeias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental." (p.200-201);

3: Errada. Na verdade, os sistemas militares não foram quase simultâneos, e não há dúvida que um é resposta do outro. A OTAN é criada em 1949 e o Pacto de Varsóvia, em 1955. Por um lado, o item está incorreto porque o Pacto de Varsóvia surge em um segundo momento da Guerra Fria, depois da morte de Stalin. A afirmativa também erra ao afirmar que todos os países comunistas europeus aderiram ao Pacto. Na verdade, a Iugoslávia de Tito não se alinhou com Moscou, preferindo a neutralidade. Tito havia rompido com Stalin em 1948 e desejava seguir sua política de maneira autônoma com relação ao Comunismo da URSS;

4: Certa. A crise dos mísseis em Cuba foi, de fato, o momento em que a Guerra Fria atingiu o continente americano de maneira mais incisiva. Cuba virara-se para o Leste depois que os EUA iniciara um embargo sobre sua produção de açúcar. Em seguida, dissidentes cubanos e opositores de Castro exilados, com apoio logístico e tático da CIA, invadiram a Baía dos Porcos, em 1961, com a intenção de derrubar o regime cubano. A ação foi controlada e desmantelada pelos próprios cubanos, mas gerou desconfiança com relação aos EUA. Em retaliação, a URSS dispôs mísseis nucleares em Cuba, próximo ao território americano. Inicia-se uma crise que durará treze dias, em que Kennedy tentará estabelecer algum diálogo com Krutschev, para evitar assim uma catástrofe maior. As duas potências entram em acordo, levando a retirada do armamento de Cuba, mesmo contra a vontade de Castro. A condição estabelecida foi o compromisso dos EUA. A crise mostra um o aspecto estratégico da Détente, que é o poder da dissuasão nuclear.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) A guerra fria assinalou a fase de confronto entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, tendo seu clímax após o anúncio da Doutrina Truman, pela qual os Estados Unidos da América (USA) se dispunham a apoiar os países que resistissem ao comunismo.

1: Certa. Antes do fim da Segunda Guerra, EUA e URSS, junto com a Grã-Bretanha, vinham mantendo reuniões mais ou menos regulares acerca da partição do mundo em esferas de influência. Em Yalta, fevereiro de 1945, Stalin estabelece a sua zona na Europa do Leste, o que os EUA cederam em troca do apoio soviético na frente pacífica. Para consolidar essa divisão em blocos no pós-Guerra, a Guerra Fria tornou-se uma guerra ideológica, onde o modelo soviético do comunismo opunha-se ao modelo capitalista americano. A confirmação do confronto é dado, como mostra a afirmativa, logo após o anúncio da Doutrina Truman. O presidente Truman, preocupado com os avanços do comunismo na Europa, propõe no parlamento americano uma série de medidas, políticas e econômicas, para evitar a adoção do modelo soviético durante os esforços de reconstrução e de recuperação no pós-guerra. De acordo com *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A mensagem de Truman virou doutrina e associou-se à ideia de uma declaração informal de desafio à União Soviética. Alguns dos assessores de Truman trataram posteriormente

de minimizar o tom emocional da mensagem presidencial, vinculando-a a uma circunstância precisa. Na prática, no entanto, a força doutrinal das ideias daquele discurso ecoou durante muitos anos na imaginação política do gigante ocidental. A política exterior e as concepções acerca do mundo estiveram profundamente marcadas até muito pouco tempo, nos Estados Unidos, pela doutrina Truman." (p.200-201)

Gabarito C

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) A bipolaridade do pós-Segunda Guerra, também conhecida como o período da Guerra Fria, apresenta, entre outras, uma singularidade em relação a sistemas de poder mundial que a antecederam. Além de evidenciar uma situação de confronto entre duas superpotências situadas fora do tradicional eixo de poder europeu, a URSS e os EUA, também serviu — pelo menos em termos retóricos — ao embate travado entre dois sistemas distintos, o capitalista e o socialista.

1: Certa. O item descreve corretamente a bipolaridade da Guerra Fria e ressalta a sua característica inédita até então. Um aspecto relevante que o item toca é o embate entre os dois modelos da Guerra Fria, o capitalismo e o socialismo.

Gabarito C

(Diplomacia – 2000) De 1945 a 1950, desenvolve-se o processo de reorganização de forças no plano internacional que conduz a Guerra Fria. Entre as opções abaixo, indique qual não corresponde a um marco do referido período:

(A) o lançamento da Doutrina Truman.
(B) O lançamento do Plano Marshall.
(C) O estabelecimento da OTAN.
(D) A construção do Muro de Berlim.
(E) O surgimento da República Federal da Alemanha.

A: Correta. A Doutrina Truman é proposta ao Congresso americano pelo presidente Truman em 12 de março de 1947. Trata-se de uma doutrina para bloquear os avanços comunistas nos países da Europa Ocidental;
B: Correta. O Plano Marshall é o viés econômico da Doutrina Truman, apresentado pela primeira vez na aula inaugural da Universidade de Harvard, em 5 de junho de 1947. O Plano destinaria um pacote financeiro para ajudar a reconstrução dos países no pós-guerra, à condição que se mantivessem controlado os avanços comunistas;
C: Correta. A assinatura do tratado que criou, em 4 de abril de 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, em Bruxelas, marca o aspecto político e militar dos países ocidentais, ou capitalistas, no âmbito da Guerra Fria. Em reação à OTAN e à adesão da Alemanha Ocidental à Aliança, a URSS promove a assinatura do Pacto de Varsóvia, em 14 de maio de 1955, na Polônia, que seria o equivalente da OTAN para os países socialistas, com exceção da Iugoslávia, cujo líder, Tito, preferia a equidistância à aliança ideológica;
D: Incorreta. Depois da crise de Berlim (1948-1949), em que a URSS decidiu bloquear o acesso à Berlim Ocidental (Berlim, além de dividida em dois blocos, ficara encravada na parte soviética da Alemanha, a República Democrática da Alemanha), o que levou a uma das primeiras e mais importantes crises da Guerra Fria. Terminado o bloqueio, ao longo dos anos seguintes, assistiu-se a uma leva de emigração de moradores de Berlim Oriental e da RDA com direção à Berlim Ocidental e à RFA (República Federal da Alemanha, sob proteção aliada). Essas ondas migratórias agregadas a outros motivos associados às divergências entre os blocos motivaram a construção do muro de Berlim, em 13 de agosto de 1961;
E: Correta. RFA, ou Alemanha Ocidental, surgiu em 23 de maio de 1949. A ideia de fragmentar a Alemanha entre potências vencedoras foi discutida na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945. A partição foi feita entre os Britânicos, ao Norte, os Franceses, ao Oeste, os Americanos, no Sul, com alguns pontos estratégicos ao Norte, e a URSS ao Leste. Com o agravamento da Guerra Fria, os Estados aliados ao Oeste decidiram unir suas zonas administrativas, a República Federal da Alemanha.

Gabarito "D"

3.9. Os conflitos localizados

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas

hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativos ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Exemplos marcantes de guerras localizadas – de que foi pródigo o século XX, como lembra o texto – são as ocorridas no Oriente Médio, salientando o caráter estratégico da região, na qual se mesclam motivações de ordem religiosa, geopolítica e econômica, esta diretamente ligada às abundantes reservas de petróleo lá existentes.

1: Certa. O Oriente Médio foi, durante o século XX, mais especificamente, na segunda metade, palco de conflitos causados em distintas esferas. Os conflitos, por diversas vezes, têm motivações religiosas, como também de problemas relacionados temas políticos e econômicos. Os Estados da região quase todos têm sua origem na separação dos territórios do antigo Império Otomano ao fim da Primeira Guerra. Ao fim da Segunda Guerra, a França, que tinha como protetorado o Líbano e parte da Síria, é pressionada pela Grã-Bretanha a ceder a independência às nações, em agosto de 1945. Esta já havia cedido, antes mesmo da guerra, a independência do Iraque em 1930, do Egito em 1936 (com algumas salvaguardas acerca do canal de Suez). Em 1946, a Transjordânia torna-se independente. Até aqui, as independências foram processos relativamente estáveis. O problema surgiu na criação de Israel. Uma ideologia sionista surgiu no fim do século XIX com Theodor Herzl, que defendia a ideia de que os judeus deveriam ter um território. A noção de retorno a terra prometida provocou uma migração massiva de populações judias com destino à Palestina a partir de então, e a Grã-Bretanha foi compreensiva, em um primeiro momento, cedendo, com a Declaração de Balfour (1917). Ao perceber a chegada, a decisão pela criação de um Estado pareceu primordial, ainda mais depois do genocídio. A Inglaterra, pressionada, cede a independência à Palestina, em 14 de maio de 1948 e, no mesmo dia, Israel proclama a criação do Estado. O problema regional será amplificado pela Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a Guerra do Yom Kipour, em 1973. A esse conflito agrega-se as questões das riquezas regionais, em que o Oriente Médio, logo de sua independência, à chegada de multinacionais interessadas na exploração do petróleo motivou também conflitos na região. A exploração de petróleo motivará um desenvolvimento econômico desigual, ampliando as desigualdades sociais. As disputas geradas pelas desigualdades geradas pela exploração de petróleo, nas quais as populações exigiam algum um retorno sobre a exploração das grandes empresas, também são consideradas origem de conflitos mais importantes no futuro. A questão dos nacionalismos regionais também será palco de enfrentamento, como foi a crise de Suez em 1956, quando Nasser decidiu nacionalizar o canal e obteve uma reação de Israel, Grã-Bretanha e França. O conflito foi favorável politicamente a Nasser e abriu um antecedente para a elevação dos nacionalismos regionais. Suez dá início também a uma série de conflitos entre Israel e os países árabes vizinhos. Portanto, o conflito não será reservado às indefinições acerca das suas fronteiras com a Palestina.

3.10. A "détente"

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) O fato de a URSS de Stálin ter conseguido fabricar a bomba atômica, mas não a de hidrogênio, impediu que durante a fase de tensão mais pronunciada da guerra fria houvesse um equilíbrio entre as superpotências em termos de poder de destruição do inimigo, o que levou o governo de Moscou a manter uma atitude de prudente cautela em momentos críticos, como os ocorridos na Coréia (1951), Vietnã (1954) e Cuba (1962).

1: Errada. A URSS testa a sua primeira bomba nuclear em 1949. Em 1952, os EUA testam a bomba de hidrogênio, e os soviéticos testam a sua no ano seguinte, o que mostra o primeiro erro do item, num aspecto factual. O item também está equivocado acerca da estrutura

que emana do fato de as duas potências possuírem as mesmas armas. A partir do momento que a URSS adquire o seu arsenal nuclear, inicia-se o período da dissuasão, baseada em uma estratégia que, se um país atacar o outro, este possui a capacidade para revidar, o que produziria um aniquilamento mútuo. O nome comum dessa estratégia é a MAD, de *Mutual Assured Destruction*. O fato de os dois países terem acesso as mesmas armas quase simultaneamente mostra que, na verdade, não era por causa de uma superioridade militar que se estabelecia uma cautela entre um e outro. Era na verdade, o medo do outro revidar. A estratégia MAD, apesar de nunca ter sido comprovada, funcionava nos momentos de crises: os Estados comunicavam para evitar um ataque que podia levar ao aniquilamento mútuo. Um exemplo importante dessa fase é crise dos Mísseis de Cuba, de 1962. A partir de então, foi estabelecido um canal de comunicação inédito entre os dois países.

Gabarito Errada,

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os EUA e a União Soviética (URSS) assenhoraram-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 60 e início da de 70.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação quente da Guerra Fria (1947–1955) à lógica da coexistência pacífica (1955–1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final da década de 40 e início da de 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

José Flávio Sombra Saraiva. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria** à coexistência pacífica. *In*: José Flávio Sombra Saraiva (org.). **Relações internacionais: dois séculos de História – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 19 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando as relações internacionais do pós-1945, julgue o item a seguir.

(1) No período correspondente à coexistência pacífica, tal como concebido pelo texto, a crise dos mísseis — como ficou conhecido o episódio de instalação desses artefatos pela URSS em Cuba, descoberto pelos EUA, que reagiram vigorosamente — acirrou o quadro de confronto entre as duas superpotências e foi visto por muitos como causa de um iminente e aterrador embate nuclear, que não se concretizou. O estratégico recuo de Kennedy, ante a firme decisão de Krushev de não retirar os mísseis, pôs fim ao contencioso.

1: Errada. Kennedy não cedeu às provocações, impôs um bloqueio de navios vindos da URSS em direção à Cuba e ameaçou atacar os navios que quebrassem o bloqueio. EUA e URSS tinham o mesmo arsenal de armas, bastava que um lado atacasse que o outro reagiria. Dessa forma, Krushev recuou, depois do bloqueio, no entanto, não sem antes exigir que os EUA retirassem o seu arsenal nuclear da Turquia. Ao observar sob essa perspectiva, na verdade, não houve recuo acerca da Crise dos Mísseis, a dinâmica da dissuasão foi mais forte e evitou um ataque que, provavelmente, teria levado os dois países à destruição mútua.

Gabarito E

3.11. A crise e a desagregação do bloco soviético

(Diplomacia – 2002) Qual dos fatos abaixo é correto?

(A) Os Estados Unidos da América se retiraram da Sociedade das Nações em 1933, com a ascensão do Nazismo na Alemanha.

(B) Com a extinção da União Soviética, o número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU diminuiu.

(C) Com o fim da guerra do Vietnã em 1975, o país dividiu-se em Vietnã do Norte (capital Hanói) e Vietnã do Sul (capital Saigon).

(D) A organização ETA, principal agente do terrorismo na Espanha, reivindica a soberania política da Catalunha.

(E) A Tchecoslováquia se dividiu em 1993 em dois Estados soberanos.

A: Incorreta. Os EUA não participaram inicialmente da Sociedade das Nações, apesar de terem proposto a ideia à origem de sua criação. Em 1919, a opinião pública americana teve influência sobre o presidente Wilson, e na eleição desse ano, elegeram a oposição republicana. Os EUA preferiram isolar-se como o tinham feito antes e uma emenda fora votada pelo Congresso, rejeitando a participação americana na Sociedade das Nações;

B: Incorreta. Ao fim da União Soviética, a ONU, em comissão de análise, considerou que a Rússia seria a sucessora legal da União Soviética no Conselho de Segurança, portanto, dos Estados que surgiram com o colapso da URSS, a Rússia foi a única que manteve a permanência no Conselho de Segurança e o poder de veto;

C: Incorreta. A Indochina, ao tornar-se independente da França, dividiu-se em 4 Estados: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. As populações de Vietnã do Sul e de Vietnã do Norte decidiram que haveria um plebiscito para saber se queriam unir-se, o que não agradou as autoridades do Sul. Apoiados pelos EUA, iniciou-se a guerra contra os Vietcongs, população do Sul favorável à unificação com o Norte. Em uma guerra de guerrilha violenta, os EUA desistem do conflito, em 1975, o que permitiu a unificação dos dois Estados em um só, a República Socialista do Vietnã, com a capital Hanói, em 1976;

D: Incorreta. A sigla ETA, em basco, significa Pátria Basca e Liberdade. O grupo terrorista reivindica a independência da região do país Basco, e não da Catalunha;

E: Correta. A Tchecoslováquia terminou em 1993. O Estado, que ficara independente do Império Austro-Húngaro depois da Primeira Guerra Mundial, manteve-se sob o mesmo território duas nacionalidades distintas, a tcheca e a eslovaca. Em seguida, a Tchecoslováquia foi anexada à Alemanha de Hitler em 1938. O Estado passará a ser dominado pela influência soviética, a partir de 1948. Com a intervenção em Praga pelas forças soviéticas em 1968, houve um recrudescimento do sentimento nacional. Com o fim da URSS em 1989, inicia-se um processo de redemocratização, conhecido como Revolução de Veludo, liderado pelo dramaturgo Václac Havel (1936-2011), que viria a ser presidente da Tchecoslováquia até 1993. Não conseguindo fazer frente às dissidências nacionais, animadas pela redemocratização, a decisão de dividir o Estado em dois foi tomada no parlamento eslovaco, em 1992, que deveria ser efetivada no dia 31 de dezembro de 1992. Em 1993, os dois Estados foram criados.

Gabarito "E"

4. COLONIALISMO, IMPERIALISMO, POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO

4.1. O fim do colonialismo do Antigo Regime; A nova expansão europeia

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) No quadro mais amplo da contemporaneidade, o texto aproxima e distingue tendências do século XIX e do século XX. Nesse contexto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Revolução Industrial consolida novas relações de produção e, ao promover a expansão imperialista, contemplando novas formas de dominação colonial, estende a atuação do moderno capitalismo às mais distantes regiões do planeta.

(2) Ao contrário da Ásia e, particularmente, da África, ambas repartidas entre as principais potências ocidentais, a América Latina praticamente não sofreu a ação do imperialismo, o que se explica pelo fato de, em larga medida, as antigas colônias ibéricas terem conquistado sua independência na primeira metade do século XIX.

(3) Liberalismo e socialismo são duas das grandes representações do século XIX que estendem sua presença no século seguinte. Ao passo que o socialismo foi empunhado por setores da burguesia comprometidos com a justiça social e com uma face mais humanizada do capitalismo, o liberalismo mostrou, desde o primeiro momento, ser o abrigo natural dos grupos democrático-radicais.

(4) Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as disputas imperialistas e o jogo de interesses conflitantes entre as grandes potências européias inscrevem-se entre os fatores determinantes, mas não únicos, para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. O item pode ser analisado sob a perspectiva de Lenin acerca do imperialismo. O pensador russo afirmava que o imperialismo é a fase superior do capitalismo. De fato, o contexto no qual a expansão imperialista se dá é a Segunda Revolução Industrial. Esse período é marcado por crises (1873-1896), ainda incipientes, de excesso de produção. O imperialismo justifica-se nesse contexto, com o repasse do capital excedente de produção para as colônias e pelo aproveitamento dos recursos coloniais;

2: Errada. Como ressaltam muitos historiadores, a independência da América Latina no século XIX foi política, mas não econômica. Durante boa parte do século, embora em contradição com as linhas da doutrina Monroe, a Inglaterra pode exercer sua influência sobre os países latino-americanos autônomos. Com a Segunda Revolução Industrial, os países europeus necessitavam de uma quantidade maior de matérias primas, boa parte presente fora da Europa. A América Latina, endividada com as guerras de independência, foi o palco para a entrada de capitais europeus, que investiram em infraestrutura de transporte e de logística nesses países. Os jogos imperiais foram motivo de conflito entre países latino-americanos, como as duas guerras do Pacífico entre Chile e Bolívia. Há que ressaltar uma última ideia. A Inglaterra, na segunda metade do século XIX, deixa a América Latina em segundo plano, muito embora os países ainda mantivessem dívidas com ela, e inicia a sua empreitada em suas novas colônias, na África e na Ásia, onde sua atuação era mais direta. A saída da Inglaterra do palco latino-americano é marcado pela chegada de um novo ator, os EUA, que, no final do século XIX e princípios do século XX, praticava uma política mais ofensiva e mais imperialista, o Big Stick, do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919);

3: Errada. Primeiro, não se pode dizer qual classe social associou-se de maneira exclusiva com uma ideologia ou outra. Segundo, as associações estão equivocadas. O liberalismo na Europa associou-se mais com setores da burguesia urbana em sua maioria, com tendências a esquerda ou a direita, mas sempre em oposição à autoridade ou ao *status quo*. O socialismo foi adotado por operários emanados do processo de industrialização. As ideias de democracia estiveram presentes em ambas ideologias e ambos grupos, em função das tendências do momento;

4: Certa. Mais uma afirmativa que trata do desequilíbrio de poderes como uma das causas da Primeira Guerra, que levou à crises nos impérios e às divergências de interesse. Entre os outros fatores que podem ser citados estão as questões dos nacionalismos na Europa do Leste, principalmente a questão dos eslavos nos Bálcãs. Também estão os contextos de militarizações e de corridas aos armamentos praticados em quase todos os países europeus. Em muitos casos, fatores internos também foram importantes. O revanchismo francês com relação à Guerra Franco-Prussiana de 1870 foi um forte motivador de nacionalismo nesse país.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005) Na segunda metade do século XIX, o imperialismo – inclusive por sua vertente neocolonialista – atesta o grau de desenvolvimento do capitalismo e sua incessante busca de conquista dos mercados mundiais. A respeito desse processo de expansão, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O surgimento de uma Alemanha unificada, a partir de 1870, adicionou elemento novo e potencialmente

explosivo na acirrada competição por colônias e mercados encetadas pelas potências industrializadas. Esse novo elemento está a raiz de sucessivas crises que, em princípios do século XX, desnudaram a precariedade do equilíbrio de poder e do quadro de paz existente na Europa.

(2) A Conferência de Berlim, em fins da década de 80, tratou da partilha da África entre os grandes Estados europeus. Digna de destaque foi a preocupação registrada no documento oficial do encontro, qual seja, a de se respeitada a identidade étnico-cultural dos povos africanos no momento da definição das fronteiras coloniais.

(3) A fragilidade do Estado chinês, imerso em profunda crise interna, facilitou a presença, nesse país, do imperialismo ocidental na segunda metade do século XIX. Em pouco tempo, boa parte do litoral da China passou ao controle das potências ocidentais e, graças a tratados desiguais, a elas foi conferido o direito de extraterritorialidade.

(4) Foge aos padrões tradicionais a forma pela qual o Japão reagiu às pressões externas para que abrisse seu mercado ao comércio internacional. A Era Meiji, iniciada nesse contexto de expansão do capitalismo, significou a decisão de se proceder à modernização do país, inserindo-o na nova economia mundial, sem que se abdicasse da soberania.

1: Certa. A afirmativa mostra claramente o efeito da Alemanha unificada para a balança de poder europeia. Ela também ressalta o fato de que não foi o único fator que estimulou o rompimento da balança de poder. A Segunda Revolução Industrial havia aumentado o potencial produtivo de cada país, levando a excesso de produção. Esse excesso passa a ser escoado para os impérios coloniais. Tanto os excessos de produção como as dimensões dos impérios coloniais foram importantes para causar um desequilíbrio importante na balança de poderes europeias. As crises iniciam-se nos fins do século XIX, como em Suez e Fachoda, em 1898;

2: Errada. A identidade étnico-cultural dos povos colonizados não foi um tema abordado durante a Conferência de Berlim. Tratou-se de uma partilha que não necessariamente respeitou as especificidades das populações autóctones, e os efeitos serão sentido, por exemplo, no período da descolonização, com graves e violentos conflitos tribais pelos territórios independentes. Uma justificativa realçada durante a Conferência de Berlim foi o dever civilizatório que os europeus tinham de levar às populações colonizadas, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", de acordo com Rudyard Kipling (1865-1936);

3: Certa. As crises internas da China haviam causados problemas para a dinastia presente. O levante dos Boxers, uma sociedade secreta contra a presença dos estrangeiros, entre 1899 e 1901 é um exemplo comumente citado. A dinastia Qing estava enfraquecida desde a rebelião Taiping, entre 1851 e 1864, o que permitiu a entrada de potências estrangeiras, que repartiram regiões da Manchúria, através de tratados desiguais, não sem antes uma intervenção americana em prol da política *Open door*, criando zonas de influência na Manchúria;

4: Certa. O Japão inicia um processo de industrialização e de abertura por volta de 1860, que ficará conhecido com a era Meiji. Foi o único país da Ásia a passar por um processo tão avançado e, com exceção dos EUA, foi o único fora da Europa, de onde extrai o seu caráter exclusivo.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

4.2. Os debates acerca da natureza do Imperialismo; a partilha da África e da Ásia

Não podemos comparar o mundo do final do breve século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de mais e menos. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e a queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990, o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as economias nacionais, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao processo histórico do mundo contemporâneo.

(1) Seguindo a trajetória ascensional da economia capitalista ao longo do século XIX, a Europa exerce incontrastável supremacia mundial quando do início do século XX. Ao comandar a expansão imperialista, especialmente em termos de neocolonialismo, as principais potências européias dividem o globo segundo seus interesses, muitas vezes justificando sua ação dominadora por meio de um construto ideológico — a missão civilizadora do branco europeu sobre povos e regiões considerados atrasados.

1: Certa. A afirmativa aborda vários temas e é bem abrangente. A primeira referência que se tem é sobre a Europa durante o século XIX e início do século XX, em que se verifica a sua supremacia mundial. De fato, a Europa é o centro do mundo durante o século XIX, pois foi onde surgiu as bases para as ideologias políticas que se mostrariam importantes no século seguinte. De maneira mais precisa, foi onde surgiu a Revolução industrial, que mudou, antes de tudo, o modelo de produção até então vigente, além de modificar permanentemente as antigas formas de produção, provocando processos de urbanização, por exemplo. Um segundo aspecto aborda a temática dos imperialismos, em que as potências europeias marcaram seus territórios no mundo. De fato, um efeito provocado pela Segunda Revolução Industrial, de 1850 em diante, foram os primeiros excedentes de produção, o que levou as potências a buscarem colônias em outros continentes, principalmente na África e na Ásia, onde pudessem escoar os excessos. Esse efeito levou o pensador russo Lenin a afirmar que o imperialismo nada mais é que um estágio avançado do capitalismo. A partilha da África foi, formalmente, finalizada na Conferência de Berlin de 1885. Finalmente, um último tema abordado, é sobre o dever de colonização que utilizavam as potências europeias para justificar a expansão do

imperialismo. Convencidos de sua superioridade, as potências da época utilizavam o argumento de que a civilização tem de ser levada para outros continentes. É desse argumento que surge o dever civilizatório dos europeus, e por isso tinham que colonizar as populações "selvagens" do mundo, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", como usou o britânico Rudyard Kipling (1865-1936).

Gabarito 1C

4.3. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão

(Diplomacia 2009) No que concerne ao domínio de potências coloniais na Ásia, no início do século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A China, civilização milenar e até então com estrutura política própria, foi dividida em protetorados sob domínio das potências ocidentais, ficando o imperador com sua autoridade restrita a Pequim e arredores.

(2) O Japão preservou sua independência ao promover modernização de grande envergadura, assimilando métodos e costumes ocidentais.

(3) A tentativa de modernização promovida pela imperatriz Tsenhi, na Reforma dos Cem Dias, gerou tensões que provocaram sua deposição, tendo a Revolução de 1911, que proclamou a República, posto fim à dinastia Manchu na China.

(4) O novo poderio militar japonês ficou comprovado na guerra de 1904-1905 contra a Rússia.

1: Errado. Na verdade, a China foi dividida em zonas de influências entre as potências, não em protetorados. As potências em questão são França, Grã-Bretanha, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e o Japão, este último passara recentemente por um processo de ocidentalização. Depois, foi a imperatriz regente Tzu-hsi (ou Tsenhi) (1835-1908), viúva do imperador, que permaneceu no poder na hora da repartição, embora a China encontrava-se enfraquecida politicamente na época. Enfraquecida politicamente, a imperatriz teve que ceder a entrada dos estrangeiros e a criação de esferas de influência;

2: Certo O Japão iniciou um processo de Ocidentalização em meados do século XIX, que permitiu que se tornasse uma potência imperial. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e ideias ocidentais – e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e das conquistas militares?" (p.53); "apenas o Japão foi bem sucedido nessa tarefa difícil, e em 1900 tornou-se um lobo entre os lobos." (p.387);

3: Errado. A Reforma dos Cem dias foi feita em 1898 pelo imperador Guangxu, sobrinho da imperatriz Tsenhi. Os seguidores da imperatriz, ala mais conservadora e xenófoba, promoveram um golpe ao cabo dos cem dias, o que transferiu o poder efetivo para a imperatriz, embora Guangxu permanecesse o imperador de fato até sua morte em 1908, destituído de todos os seus privilégios. O imperador Pu Yi (1906-1967) assume, aos dois anos de idade, sendo forçado a abdicar em 1912, em decorrência da Revolução que instaurou a República. Pu Yi foi o último imperador da China e o último da Dinastia Qing (ou Manchu), no poder desde 1644;

4: Certo. Como já fora comentado, o Japão, ao romper o seu isolamento e ao iniciar um processo de ocidentalização, comprovou o seu poderio militar na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Embora tivesse assinado um acordo com a Grã-Bretanha em 1902, uma Aliança militar, esta não teve participação no conflito, deixando o Japão derrotar a Rússia por conta própria.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

4.4. A descolonização

(Diplomacia 2008) Ao chegar ao fim, a Segunda Guerra Mundial desvelava um novo cenário mundial. Ao declínio europeu e à emergência de um sistema internacional bipolar, soma-se o movimento de independência na Ásia e na África. Relativamente a esse processo de descolonização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A descolonização ocorre em meio ao novo quadro internacional, no qual despontam, de um lado, os EUA e sua hegemonia sobre o mundo capitalista e, de outro lado, o prestígio alcançado pela URSS à frente do nascente bloco socialista.

(2) O processo de descolonização foi marcado pelo ambiente de tensão próprio da Guerra Fria, mas não pode ser a esta debitada influência exclusiva sobre as motivações e a forma de condução da luta pela emancipação das colônias.

(3) As semelhanças verificadas na descolonização de regiões distintas, como a África Negra, o Magreb, o Sudeste Asiático, o Oriente Próximo e o Extremo Oriente, explicam-se pela uniformidade da ação imperialista nessas áreas.

(4) Tendo em conta que a libertação nacional era objetivo comum, não se verificam diferenças significativas no pensamento e na ação de líderes como Nehru (Índia), Lumumba (Congo), Nasser (Egito) e Ho Chi Minh (Vietnã).

1: Certa. A afirmativa descreve o quadro estrutural da Guerra Fria. De fato, é nesse período que ocorre a maior parte das descolonizações, em duas fases distintas, entre 1945 e 1955 (primeira fase) e entre 1955 e 1962 (segunda fase), vale ressaltar que uma terceira fase também ocorreu, com as independências tardias, relativa às antigas colônias portuguesas (a partir de 1975). A divisão do mundo em blocos, como descritos na afirmativa, vai contribuir em parte para o sucesso do processo de independência dos antigos impérios europeus na África e na Ásia;

2: Certa. De fato, a Guerra Fria vai ter influência importante no processo de descolonização, mas não necessariamente será a única causa que motivou os povos dos regimes coloniais contra às suas respectivas metrópoles. Também são importantes os fatores internos aos regimes coloniais, como levantes nacionalistas ou crises sociais entre os povos dominados e dominadores. Outro fator importante, sem dúvida, foi o declínio das metrópoles, os antigos impérios haviam sofrido graves perdas políticas e econômicas e apenas conseguiam manter os seus regimes. Esse contexto, agregado ao contexto de guerra fria, é que possibilita o processo de descolonização. Conforme consta em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental na descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Estes, por sua vez, não se desenvolveram, na maioria dos casos, à revelia de apoios de grupos políticos e da opinião pública metropolitanos. [...] A presença mais ativa dos Estados Unidos e da União Soviética em alguns países e regiões era compensada pela quase total indiferença em outros." (p.221). A parte mais interessante desse contexto foi que configurou-se um novo sistema, do ponto de vista dos países do terceiro mundo, caso das novas nações que surgiram. Em vez de alinharem-se no conflito ideológico da Guerra Fria, o terceiro mundo abriu espaço para outro tipo de inserção internacional, no que ficou conhecido como "Movimento dos Não Alinhados", materializado na Conferência de Bandung de 1955: "Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);

3: Errada. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização

realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul);
4: Errada. Certo que o objetivo de todos era, de fato, a libertação nacional do jugo imperialista, no entanto, não o fizeram em contexto similares, muito menos empregando métodos ou ideologias parecidos. O jovem Lumumba (1925-1961), no Congo belga, tinha ideias socialistas, mas estava motivado pela febre nacionalista para render a independência do seu país; após a independência (30 de junho de 1960), os desdobramentos internos e as divergências pelo poder levam à internacionalização do conflito, num contexto de Guerra Fria, até a morte de Lumumba, em 1961. Nehru (1889-1964), na Índia, seguirá uma ideologia parecida, com tendências socialistas, mas o método empregado por ele será bem mais pacífico, muito embora o qualificativo seja contestado por alguns adversários; vira primeiro ministro depois da independência (15 de agosto de 1947) e permanece como chefe do governo até a sua morte. Nasser (1918-1970) vinha de uma linhagem militar, e conseguira uma popularidade importante no Egito, o que contribuiu para construir uma imagem carismática entre a população; no entanto, o Egito já era independente desde 1922 da Grã-Bretanha, que conseguira o mandato sobre o território logo após o desmantelamento do Império Otomano (1920); a sua popularidade vinha das lutas pela república, contra a monarquia (república declarada em 18 de junho de 1953) e pela sua atitude na Guerra de Suez (1956), quando nacionalizou o canal, o que gerou um conflito contra Grã-Bretanha e a França, que Nasser vence. Ho Chi Minh (1890-1969), voltado para o comunismo como ideologia, depois da Segunda Guerra, luta contra os franceses e torna o Vietnã do Norte independente em 1954, e incita os Vietcongs a fazerem o mesmo no Vietnã do Sul, que culmina na unificação em julho de 1976.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2007) Entre as numerosas transformações trazidas pela Segunda Guerra Mundial, destacou-se a emergência da África e da Ásia, assinalada pela libertação das antigas colônias localizadas nesses continentes. A respeito desse processo de descolonização, decisivo para a configuração da nova realidade mundial pós-1945, assinale a opção correta.

(A) No processo de independência da Índia, destacou-se a ação política de Mahatma Gandhi, que tinha por princípio a não violência, expressa na resistência pacífica aos dominadores britânicos. Quando assumiu o cargo de primeiro-ministro, em face das dissensões políticas internas, Gandhi optou pela renúncia.

(B) Embora pacífico em praticamente todas as suas fases, o processo de independência da Indochina culminou na Guerra do Vietnã, região que, sucessivamente dominada por norte-americanos, japoneses e franceses, se tornou independente em face da ação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

(C) O atual Iraque, alvo de invasão militar norte-americana que culminou na prisão e na morte de Saddam Hussein, foi uma criação artificial do pós-Segunda Guerra, por imposição de Moscou, com a intenção de estabelecer, no Oriente Médio, uma área de influência soviética quando a Guerra Fria se apresentava mais ativa.

(D) Depois de nove anos de guerra, que deixou número expressivo de vítimas e que assinalou a firme disposição francesa de não abrir mão de sua colônia, a Argélia conquistou a independência em 1962, em meio a uma conjuntura emancipacionista que envolveu parte significativa do continente africano.

(E) O império colonial português na África foi um dos primeiros a desintegrar-se, provavelmente pelo fato de que ele jamais se submetera às condições impostas pelo moderno capitalismo de base acentuadamente financeira e crescentemente globalizado.

A: Incorreta. A primeira parte está correta sobre Gandhi (1869-1948), líder espiritual e político do processo de independência indiano. A segunda parte descreve, em parte, a carreira política de Nehru (1889-1964), que foi primeiro ministro de 1947 até sua morte. A afirmativa também erra nesse ponto, que, mesmo com as divergências de poder internas à Índia, principalmente a questão do Paquistão, Nehru manteve-se no poder até sua morte;
B: Incorreta. A guerra da Indochina não foi um processo pacífico, nem para os Franceses, nem para os Ingleses e muito menos para os americanos. A Indochina era uma colônia francesa que, durante a Segunda Guerra Mundial, fora dominada pelos japoneses, e os franceses motivaram as populações locais contra o ocupante. Depois da Segunda Guerra, a Indochina inicia, com Ho Chi-Minh uma guerra pela independência do país, que ele adquire dos franceses depois da vitória de Dien Bien Phu, em 1954. A vitória é dada e a França reconhece a independência na Conferência de Genebra, dividindo a Indochina em 4 partes: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. O Vietnã do Norte de Ho Chi-Minh adota o comunismo e estabiliza-se, enquanto que o Vietnã do Sul é entregue a um governo instável, apoiado pelas potências ocidentais. O Vietnã do Norte passa a tentar incorporar o Sul para criar um Estado único, através de um plebiscito, que o Sul recusa. Inicia então uma guerra dos Vietcongs (Comunistas no Sul), apoiados pelo Vietnã do Norte, contra o próprio Estado do Vietnã do Sul, que logo atrairá os EUA para o conflito, com o argumento de evitar um efeito dominó comunista na Ásia do Sudeste. A guerra de guerrilha que se inicia dos Vietcongs contra os EUA culmina em um conflito violento, favorável ao Vietnã do Norte. A guerra termina em 1975 e a unificação é feita em 1976, e o novo Estado passa a ser a República Socialista do Vietnã;
C: Incorreta. A Grã-Bretanha adquire os territórios do Iraque por mandato depois do desmembramento do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial (Tratado de Sèvres de 1920). Em 1932, a independência do país é negociada com a Grã-Bretanha, com o fim do mandato, e no mesmo ano é reconhecida, passando o Estado a fazer parte da Liga das Nações;
D: Correta. A Guerra da Argélia cria um antecedente importante para os processos de independência na África como um todo. A França exercia uma colonização "total" em suas colônias, com a instalação de civis com suas famílias, além dos militares. Em 1953, havia 600 mil franceses "Pieds Noirs" morando na Argélia, e dada a maior penetração dessa sociedade na vida pública, o processo de independência foi complicado e violento. A opinião pública na França dividir-se-á, visto o contexto instável da IV República (1946-1958). O FLN (Frente de Liberação Nacional pró-independência), a partir de 1953, inicia uma guerra de guerrilha, em resposta aos grupos paramilitares terroristas franceses atuando entre 1950 e 1953 (OAS-Organização da Armada Secreta). Após um *referendum* em 1961 na França, a independência é adquirida em 1962;
E: Incorreta. O império colonial português foi o último a cair, conhecido como processos de descolonização tardia. As independências só serão adquiridas depois da Revolução dos Cravos, que pôs fim ao Estado Novo de Salazar (morto de 1971). Guiné Bissau foi a pri-

meira nação a emergir, seguido por Angola e Moçambique. Os dois últimos países entrarão em dinâmicas da Guerra Fria e serão palco de enfrentamentos indiretos.

Gabarito "D"

Texto para a próxima questão

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Na conjuntura mundial de que trata o texto, uma das mais significativas manifestações de que um novo cenário nascia dos escombros da Segunda Guerra Mundial foi a emergência afro-asiática. Com efeito, enquanto Moscou e Washington concebiam o mundo como condomínio a ser disputado por dois síndicos poderosos, consolidava-se o processo de afirmação nacional na Ásia e, na África, avançava o movimento anticolonial. Tendo em vista esses acontecimentos, julgue (C e E) os itens subsequentes.

(1) Considera-se o ano de 1947 a data simbólica do início da dissolução dos impérios coloniais: é a data da independência da Índia e de sua partilha entre hindus e mulçumanos, que resultou na criação do Paquistão.

(2) O processo de emancipação dos novos povos colonizados não seguiu um modelopadrão, variou de região para região e foi contingenciado por fatores diversos, entre os quais, os métodos utilizados pelo colonizador e as condições internas de cada colônia.

(3) Nas colônias ou nas metrópoles, não foram poucos os intelectuais que assumiram a luta emancipacionista. Nesse sentido, um exemplo se impõe: o de Jean-Paul Sartre, que se notabilizou como a grande voz da consciência européia contra o colonialismo.

(4) Na Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), 29 países procuraram materializar o conceito de Terceiro Mundo, pronunciaram-se pelo neutralismo em face do sistema bipolar e comprometeram-se a apoiar a luta pela libertação dos povos ainda colonizados.

1: Certa. O processo de descolonização ocorreu primeiro na Ásia, iniciando na década de 1940 em alguns países. Para tanto, os exemplos da Índia e do Paquistão são cruciais, em 1947, constituindo um precedente para futuros processos;
2: Certa. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul). Os fatores internos em cada colônia também condicionarão a maneira como o processo desenvolver-se-á. Os movimentos, exaltados pelo nacionalismo e/ou, embora sempre em segundo plano, por ideais emergidos das dinâmicas da Guerra Fria, motivaram também processos de descolonização distintos;
3: Certa. A opinião pública nas metrópoles foi importante para aceitar o processo de descolonização. No caso francês, o filósofo Jean-Paul Sartre (1905-1980) mostrou-se liderança, principalmente no caso da Argélia. Na sua revista *Les Temps Modernes*, ele se mostra favorável à independência e ao direito de autodeterminação dos povos. A manutenção dos exércitos militares tinha um alto custo, o que não tinha respaldo positivo na opinião pública. Quando os apoiadores da Frente de Liberação Nacional passam a ser julgados, Sartre toma partido em favor dos rebeldes. Sua atitude será alvo de ataques da oposição, quando grupos de extrema direita, favoráveis à manutenção da Argélia como território francês, farão atentados terroristas contra ele e a edição da revista;
4: Certa. Na Conferência de Bandung, 1955, os países que desejavam manter uma equidistância com relação aos dois lados da Guerra Fria, reuniram-se para mostrar suas intenções. É em Bandung que surge a ideia de um movimento de não alinhados com as ideologias dos blocos soviético ou americano.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

4.5. A Conferência de Bandung

(Diplomacia 2007) Tal como oficialmente apresentada, a Conferência de Bandung, realizada em 1955, procurou criar um novo bloco que tivesse capacidade de ação política internacional diante dos dois polos de poder dominantes. A bússola que orientaria essa terceira força seria, conforme a declaração assinada ao final do encontro, a busca da paz por meio da cooperação internacional. Julgue (C ou E) os itens que se seguem, concernentes a esse contexto histórico do mundo pós-1945.

(1) A Conferência de Bandung consagrou uma linha política de não alinhamento, ou seja, uma opção diplomática de equidistância em relação ao sistema bipolar que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial.

(2) O êxito do espírito de Bandung deveu-se, sobretudo, à capacidade de superação de divergências históricas entre países asiáticos e africanos, de que seria exemplo emblemático a cordial e amistosa convivência entre Índia e Paquistão após a conquista das respectivas independências.

(3) A Conferência de Bandung condenou explicitamente toda e qualquer forma de colonialismo, identificado como um mal que devia ser extinto imediatamente,

por ser visceralmente contrário à Carta das Nações Unidas e aos direitos humanos.

(4) Na Ásia do pós-Segunda Guerra, os dois países mais populosos do mundo percorreram trajetórias distintas no caminho de sua afirmação: enquanto a Índia optou pelo reformismo liberal, a China assumiu a via revolucionária de esquerda, concretizada com a proclamação da República Popular em 1949.

1: Certa. É essa a premissa mesmo do Movimento dos Não Alinhados e da Conferência de Bandung. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p.221);
2: Errada. A Índia, que adquiriu a independência em 1947, tem em Nehru um dos principais líderes de Bandung. No entanto, a independência indiana foi marcada por divergências internas, principalmente de ordem religiosa, que levará o país ao conflito por duas vezes contra o Paquistão, as guerras indo-paquistanesas, em 1965 e 1971. A primeira foi em função da fronteira da Cachemira, e a segunda, em função do apoio que a Índia prestou ao Paquistão Oriental (Bangladesh), quando de sua independência, em 1971. A Cachemira é, até hoje, uma região instável e contestada entre os dois países, e inclusive foi, em parte, responsável pelo aumento das tensões dos dois países, que levou à nuclearização de ambos;
3: Certa. Na Conferência, houve a redação de dez princípios que foram aprovados pela unanimidade. Entre esses princípios estão a nãoingerência e a nãointervenção, assim como o direito à autodeterminação dos povos. Muito embora não se encontre a palavra colonialismo, podemos deduzir do direito à autodeterminação que a prática é condenável. Os princípios fazem sempre referência à Carta da ONU, que é mencionada três vezes, para realçar o fato que os princípios de Bandung estão calcados na Carta, e é dela que se pode extrair a noção de direitos humanos;
4: Certa. A Índia declara a República com uma Constituição parlamentar, em 26 de janeiro de 1950, o que mostra o seu aspecto liberal, como é afirmado em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A força espiritual da independência da Índia e o experimento do parlamentarismo lá adotado tornariam a transição indiana modelar. " (p.222). A China, por outro lado, após a Segunda Guerra, entra em uma sangrenta guerra civil, em que o Parido Comunista Chinês, liderado por Mao, refugia-se para o campo e inicia uma guerra de guerrilha contra os Nacionalistas do Kuomintang. Finalmente, após adquirir apoio da população, o PCC chega ao poder em 1949, depois da Revolução Chinesa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

5. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NAS AMÉRICAS

5.1. A expansão territorial nos EUA; A Guerra de Secessão; A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Considerando as duas primeiras ondas revolucionárias do século XIX, citadas no texto, e sua vinculação, direta ou indireta, com o continente americano, assinale a opção correta.

(A) Fatores internos, ainda que existentes, tornaram-se irrelevantes para a desintegração do sistema colonial ibérico frente à influência exercida pela conjuntura revolucionária européia no processo de independência latino-americana, conforme sugerido pelo texto.

(B) Entre os grandes libertadores da América espanhola, Simon Bolívar notabilizou-se pelo destemor com que se lançou à luta para emancipar a atual Argentina e pela convicção de que a prosperidade da América subordinava-se à existência de Estados plenamente autônomos.

(C) A onda revolucionária de 1848, por sua amplitude e espontaneidade, foi amplamente exitosa em suas aspirações populares, tanto na Europa — com o fim do sistema eleitoral censitário — quanto na América — com as reformas de Jackson (EUA).

(D) Semelhantemente ao ocorrido quando da invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas de Napoleão (1808), a Revolução Espanhola de 1820 contribuiu para o recrudescimento da luta pela independência das colônias latino-americanas.

(E) Inexistência de mercado interno expressivo e impossibilidade de aplicação de capitais pela via de empréstimos aos Estados são dois poderosos motivos que explicam o reduzido impacto da expansão capitalista européia, ocorrida na segunda metade do século XIX, sobre a América Latina.

A: Incorreta. Os movimentos internos tiveram importância. A primeira onda revolucionária descrita encaixa-se aqui, pois foi quando os movimentos de emancipação na América Espanhola passaram a ter êxito. Logo das invasões napoleônicas na península ibérica, um primeiro levante havia ocorrido, sem êxito, em circunstâncias distintas, dado a falta de uma articulação madura entre as elites políticas "crioulas" locais. Além disso, a Inglaterra ainda estava muito ocupada a época em conter os avanços expansionistas de Napoleão I. Nesse segundo momento, após 1815, com a Inglaterra aplicando sua política de *Splendid isolation* com relação às relações europeias e com um diálogo mais importante entre as elites locais, as revoltas de independência tiveram um outro destino, levando às emancipações das colônias americanas da Espanha;
B: Incorreta, trata-se de uma descrição de Simón Bolívar (1783-1830) que erra ao afirmar que ele fora responsável pela independência da Argentina. No Sul, a figura de José de San Martin (1778-1850) foi mais importante, liderando processos de emancipação na Argentina e Chile (neste último caso, feita conjuntamente com o militar Bernardo O'Higgins (1778-1842). A figura de Bolívar será importante nos processos ao Norte, com as independências da Grã-Colômbia (atuais Venezuela, Colômbia e Equador) e Bolívia. Os dois líderes também foram importantes na independência do Peru;
C: Incorreta. Por duas razões. Primeiro porque não se pode dizer que foi a Revolução de 1848 que terminou com o voto censitário. Mesmo que o sufrágio universal masculino tenha sido usado na França em 1848 para eleger Luís Napoleão Bonaparte como presidente, o mesmo não se pode afirmar das outras nações europeias. O próprio Luís Napoleão utilizará o sufrágio para ratificar, por plebiscito, o seu golpe de 1851. Segundo, não se pode dizer que as reformas do presidente Andrew Jackson (1767-1845) tenham sido influenciadas pela onda revolucionária de 1848. As reformas de Jackson foram implementadas durante a sua presidência (1829-1837). Elas almejavam ampliar a participação eleitoral nos EUA. É dessas reformas que Alexis de Tocqueville (1805-1859) se inspira para escrever *De la Démocratie en Amérique* (1835-1840);
D: Correta, pois foi a Revolução de 1820 na Espanha que trouxe de volta os ânimos da primeira leva de independência, na década de 1810. A Revolução restaura a Constituição de Cádiz de 1812, revogada em 1814, quando do retorno dos Bourbons e de Fernando VII ao poder. A Constituição pode parecer liberal na Europa, mas será considerada conservadora nas Colônias e promoverá a onda revolucionária que levará às independências. É correto afirmar que, em 1812, a Constituição tinha tido outro efeito nas colônias, ao promover os primeiros levantes. Até então, o processo de independência da América Espanhola não era visto como algo incontornável. Em 1820, a situação é distinta, dada a uma melhor articulação entre as elites nas colônias. As independências fizeram-se, dessa forma, em consequência da Revolução de 1820 e da adoção da Constituição de Cádiz;
E: Incorreta. Não se pode falar de um impacto inferior da expansão do capitalismo na América Latina. Pode-se dizer que ele foi desigual, em função de uma fraca e incipiente industrialização nas nações que surgiram depois de 1820, de economias ainda atreladas ao sistema de grande propriedade agrícola e de Estados com fronteiras ainda indefinidas. É possível afirmar que a ausência de um mercado interno também influenciou a repartição desigual do impacto do capitalismo, mas não se pode afirmar que houve pouca entrada de capitais na América Latina durante esse período, marcado pelo forte endividamento dos Estados. Os processos de independência aumentaram a dívida externa das nações, com as retribuições às colônias e com financiamento dos conflitos de independência. Durante a segunda metade do século XIX, a Revolução industrial consolidadava-se na Europa e a necessidade de matérias primas atraiu grandes investimentos europeus na América Latina. A entrada de capitais serviria, por exemplo, à construção de ferrovias. É importante ressaltar que a entrada de investimentos europeus motivaram, inclusive, conflitos regionais, como as guerras do Pacífico, entre Chile, Peru e Bolívia. Dessa forma, a expansão do capitalismo na América Latina teve um impacto considerável.

Gabarito "D"

5.2. A doutrina Monroe e sua aplicação; A política externa dos EUA na América Latina

(Diplomacia 2007) Seguindo uma tendência que a África e a Ásia levaram ao extremo, também a América Latina teve sua trajetória marcada pela radicalização política nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A onda de regimes políticos nacionalistas e reformistas na América Latina, iniciada com a Revolução Mexicana, que Cárdenas retomou a partir de 1934, ressurgiu na década de 50 do século passado, especialmente na Guatemala e na Bolívia.

(2) Vitoriosa em 1959, a Revolução Cubana, comandada por Fidel Castro, assumiu, em 1961, o caráter socialista de inspiração marxista e aprofundou os processos de coletivização de terras, nacionalização de empresas e monopolização do poder político.

(3) O Chile protagonizou a experiência latino-americana, inédita até então, de adoção do socialismo pela via eleitoral, que se deu com a vitória de Salvador Allende. Em 1973, um golpe de Estado pôs fim ao governo socialista e mergulhou o país em uma das mais ferozes ditaduras do Cone Sul.

(4) A chegada dos sandinistas ao poder nicaraguense, graças à vitória nas eleições de 1979 e ao apoio ostensivo de Washington, encerrou o ciclo de uma das mais duradouras ditaduras latino-americanas, a de Somoza.

1: Certa. O presidente Lázaro Cárdenas (1895-1970) esteve no poder no México entre 1934 e 1940. Durante esse período retoma os ideais da Revolução Mexicana de 1910 e promove uma serie de reformas nacionalistas, como nacionalização de empresas estrangeiras. A política de boa vizinhança dos EUA (1938) irá amenizar as dívidas contraídas, Cárdenas fará uma negociação. Além disso, ele organiza um reforma agrária de acordo com os ideais da Revolução, que era a vontade do líder revolucionário campesino Zapata. E para exaltar esse nacionalismo, Cárdenas promove a retomada histórica e cultural da Revolução, observado no Muralismo de Diego Rivera (1886-1957). Na Guatemala da década de 1950, o presidente Jacobo Arbenz (1913-1970) tenta também fazer uma reforma agrária e promover reformas no país, mas teve de enfrentar a oposição das poderosas multinacionais presentes no país. Por causa desse conflito, os EUA, por intermédio da CIA e grupos de oposição, promoveram um golpe que o tirou do poder em 1954, e ajudaram a instalar um ditadura no país. Na Bolívia foi a figura de Víctor Paz Estenssoro (1907-2001) que personifica o movimento nacionalista, com sua chegada ao poder em 1952 (vindo do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário). Ele promove uma reforma agrária no país assim como a nacionalização das minas de estanho;
2: Certa. É uma descrição da evolução da Revolução Cubana de 1959. Os EUA criam um embargo ao açúcar cubano, o que motiva a aproximação de Fidel com a União Soviética e a adoção de ideais comunistas, como descrito na afirmativa;
3: Certa. A eleição de Salvador Allende (1908-1973) chega à presidência chilena pela via democrática em 1970 com a Unidade Popular (UP), partido de esquerda. Ele promove reformas de cunho socialistas, com as nacionalizações das minas de cobre. As medidas de Allende não agradarão a todas as correntes políticas e a oposição generalizada leva à uma ingovernabilidade. O golpe é dado dia 11 de setembro de 1973 por Pinochet (1915-2006) e inicia uma ditadura até 1990, uma das mais violentas da América latina;
4: Errada. Os sandinistas não são eleitos, eles tomam o poder da família Somoza (Luís Somoza) em 1979, que estava na presidência desde

1936, no que ficou conhecido como a Revolução Sandinista. Depois da tomada do poder, os sandinistas, inspirados na figura de Augusto Sandino (1895-1934), iniciam reformas de cunho socialista moderado, como nacionalizações e reforma agrária, e atraem a atenção e o apoio da classe média. Os "Contras", um grupo de oposição nicaraguense, com o apoio tático e financeiro dos EUA, promovem ataques terroristas para desestabilizar o regime dos sandinistas. Mesmo com a condenação da atitude dos EUA na Nicarágua pela ONU, a guerra civil irá devastar o país, no que hoje é um dos países menos desenvolvidos da América.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências européias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução européia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos lobbies.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Resguardadas as condições específicas de cada país e os aspectos singulares e próprios de seus processos históricos, é possível proceder-se à síntese da experiência latino-americana nas últimas cinco décadas. Relativamente a esse quadro geral, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Regimes autoritários, normalmente chefiados por militares, prevaleceram entre os anos 60 e 80 do século passado. Mantendo sua condição de "Suíça da América Latina", o Uruguai conseguiu ser a exceção democrática em um Cone Sul dominado por governos ditatoriais.

(2) Líder de movimento armado similar ao empreendido pelos guerrilheiros de Sierra Maestra, Salvador Allende foi o primeiro presidente socialista da América do Sul. Com sua queda, em 1973, o país mergulhou em uma das mais truculentas ditaduras do período, que foi chefiada pelo general Augusto Pinochet.

(3) Na Argentina, sucessivos golpes militares interromperam a experiência reformista em curso desde o final dos anos 1950 e conseguiram minar, possivelmente em definitivo, a força política que o peronismo historicamente possuíra no país.

(4) De maneira geral, o fim do ciclo autoritário na América Latina coincidiu com o esgotamento do modelo econômico por ele adotado. Não por outra razão, o retorno à democracia se fez acompanhar por novo surto de prosperidade econômica, razão direta da redução dos níveis de desigualdade social na região.

1: Errada. O Uruguai teve uma ditadura militar, entre os anos de 1973 e 1985;

2: Errada. Allende não foi líder guerrilheiro. Era socialista, da Unidade Popular (UP) e foi eleito democraticamente em 1970. Saiu do poder em 1973, depois do golpe de Pinochet;

3: Errada. A Argentina teve, de 1950 em diante, 4 golpes militares, 1955, 1962, 1966 e 1976. O primeiro deles tira Juan Domingos Perón (1895-1974) do poder. Militar de carreira, entrou na política, ironicamente, através de um golpe militar em 1943, liderado pelo GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*, do qual Perón faz parte), contra o presidente Ramón Castillo (1873-1944). Chega ao poder em 1946, por intermédio de dissidência dentro do exército. Exerce uma presidência aprovando medidas extremamente populares, que lhe dará renome entre os trabalhadores. O fato é que, mesmo com todos os golpes que sucederam, graças a essas medidas populares, o peronismo resistiu e até hoje perdura na política nacional. Perón é eleito presidente em 1952, seu segundo mandato, e cai com o golpe de 1955, o que obriga a exilar-se na Espanha. Ele volta em 1973 e é eleito no mesmo ano, até morrer em 1974, deixando no poder a vice-presidente, sua esposa, Isabel Perón, que cai com o golpe de 1976. O peronismo ainda é uma força política importante na argentina, englobando partidos e sindicatos da esquerda até a direita;

4: Errada. A maioria dos países, ao caírem as ditaduras, encontravam-se em crises econômicas. Não é por acaso que os anos de 1980 ficaram conhecidos como a "década perdida". Tomando o exemplo brasileiro, não se pode falar de um surto de prosperidade: a inflação só seria controlada com o Plano Real, de 1994. Em seguida, na maior parte dos países, adotou-se medidas neoliberais seguindo o modelo do Consenso de Washington. Os modelos contribuíram por um momento com uma estabilização econômica, mas não conseguiram reduzir as desigualdades. Em *História das Relações Internacionais*, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu desfazer-se de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania." (p.310).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 1999) O ano de 1998 marcou o centenário da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos da América, por conta da qual a Espanha perdeu as seguintes colônias:

(A) Cuba, Uruguai e Porto Rico.

(B) Cuba, México e Venezuela.

(C) Filipinas, México e Bolívia.

(D) Filipinas, Cuba e Porto Rico.

(E) Porto Rico, México e Bolívia.

Anos de Independências:

- Cuba: 10 de outubro de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)
- Filipinas: 25 de julho de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)

• Porto Rico: 12 de junho de 1898 (declarada, da Espanha), 10 de dezembro de 1898 (reconhecida)
Em 10 de dezembro de 1898, o Tratado de Paris é assinado, encerrando a Guerra Hispano-Americana, reconhecendo as independências de Cuba, Filipinas e Costa Rica com relação à Espanha. Os territórios foram cedidos aos EUA ao fim do conflito, de acordo com o Tratado de Paris. Cuba declarou a república em 20 de maio de 1902, mas de acordo com Emenda Platt, concedia aos EUA o direito de intervenção na política cubana. A Emenda Platt será revogada por Fulgêncio Batista em 1933. No ano seguinte das Filipinas, as populações locais declaram uma república, que será recusada pelos EUA, dando início à Guerra Filipino-Americana. Dada a sua posição estratégica, o território será palco de conflitos durante a Segunda Guerra, sendo invadido pelos japoneses. Ao fim da Guerra, a independência é concedida em 4 de julho de 1946. Porto-Rico é, desde a independência, um território dos EUA com um governo autônomo. As outras independências se dão em:
• Uruguai: 25 de agosto de 1825 (declarada), 27 de agosto de 1828 (reconhecia, do Brasil)
• México: 16 de setembro de 1810 (declarada), 27 de setembro de 1821 (reconhecida)
• Venezuela: 5 de julho de 1811 (declarada), 30 de março de 1845 (reconhecida)
• Bolívia: 6 de agosto de 1825 (declarada), 21 de julho de 1847 (reconhecida)

Gabarito "D"

5.3. O Pan-Americanismo; A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Ainda que próximo dos EUA, especialmente em termos comerciais, o Brasil da segunda metade da década de 40 do século XX – governo Gaspar Dutra – procurou manter-se equidistante no cenário de polarização ideológica e de retórica demasiado agressiva da guerra fria, eximindo-se de assumir atitudes políticas que pudessem significar comprometimento ou ruptura com as superpotências.

1: Errada. O item equivoca-se ao afirmar que Dutra (1883-1974) mantem uma postura equidistante. O presidente, eleito em 1945, ao chegar ao poder, alinha-se automaticamente com os EUA. Trata-se de um período de Americanismo ideológico da política externa brasileira, na qual o Brasil vai optar por seguir os ditames americanos, pelos quais, segundo Dutra, o Brasil alcançará seus interesses. Não faltam exemplos que mostrem esse alinhamento: em 1945, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a URSS, a pedido dos EUA; o PCB entra para a ilegalidade nesse mesmo ano; na Conferência Interamericana de segurança hemisférica, o Brasil é favorável à criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de acordo com a vontade americana; o Brasil vota, na Assembleia Geral da ONU, a favor da presença de Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança, em detrimento da República Popular da China, em 1949, a pedido dos EUA. Dutra, pensando que o alinhamento ideológico poderia ser usado como uma maneira de conseguir concessões financeiras dos EUA, sente um certo grau de frustração ao fim do seu mandato. Os EUA, ocupados com a reconstrução europeia e com a aplicação da Doutrina Truman, desviaram a atenção das questões hemisféricas, o que não foi favorável ao Brasil e terá efeitos já no governo Dutra e nos próximos anos.

Gabarito E

6. IDEIAS E REGIMES POLÍTICOS

6.1. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente

norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico ao qual ele se reporta, assinale a opção incorreta.

(A) As ondas revolucionárias citadas no texto refletem, ao lado de outros fatores, o choque entre as forças comprometidas com o Antigo Regime e as identificadas com o anseio de transformações na sociedade européia na primeira metade do século XIX.

(B) O segundo período do texto revela um dos principais objetivos do Congresso de Viena, qual seja, o de impedir a repetição da experiência libertária que a França protagonizara a partir de 1789 e que Bonaparte, a despeito de sua vocação imperial, disseminara pela Europa.

(C) Tendo ficado imune às ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa continental, a Grã-Bretanha recusou-se a aceitar as determinações do Congresso de Viena e, internamente, a promover reformas em suas instituições políticas.

(D) A Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820, inscreveu-se no contexto da primeira onda revolucionária européia e, em seus desdobramentos, provocou o retorno de D. João VI a Portugal e a adoção de medidas recolonizadoras pela metrópole, o que impulsionou o processo de independência do Brasil.

(E) O Nacionalismo já se manifestava nas ondas revolucionárias mencionadas no texto e teve, nas unificações alemã e italiana, na segunda metade do século XIX, dois de seus símbolos mais expressivos.

A: Correta, pois estabelece um paralelo entre os dois lados que se enfrentariam, ao longo da primeira metade do século XIX: de um lado, a Restauração, do outro, a Revolução;

B: Correta. O Congresso de Viena consagra o sistema de Metternich, refletindo o equilíbrio de poder na Europa, que manteria uma paz relativa até 1914. A reunião informal de diplomatas marca o início da Restauração, série de medidas reacionárias à Revolução de 1789, para terminar com a sua disseminação, principalmente, de seus ideais iluministas e liberais;

C: Incorreta. O representante britânico, o Visconde de Castlereagh, defende os interesses da Inglaterra, que era estabelecer um mecanismo que garantisse o equilíbrio continental. Ao ser atingido, a Europa continental entraria em relativa estabilidade, o que possibilitaria à Inglaterra explorar seu império e expandir o capitalismo, a produção da sua revolução industrial. Nesse embate, a única nação que poderia impedir a plena expansão dos interesses britânicos seria a Rússia, representada pelo Czar Alexandre I, império forte que poderia ameaçar a Inglaterra. Finalmente, o Congresso, salvo algumas exceções, impõe o Sistema de Metternich, o Concerto Europeu, que estabelecerá o equilíbrio de poderes na Europa até 1914, quando o sistema falha em impedir a Guerra. A Inglaterra, de certa forma, atinge seu objetivo. O outro objetivo, que era restaurar o Antigo Regime, a Santa Aliança, ordem militar criada no Congresso, da qual a Inglaterra não participou, fracassara em suas poucas atuações. Com a Europa estabilizada, a Inglaterra inicia o seu *Splendid Isolation*, uma política externa que redireciona suas prioridades e seus interesses para outros continentes;

D: Correta. Trata-se de uma descrição dos eventos da Revolução liberal de Porto, e é dessa descrição que pode ser encaixada na primeira fase das Revoluções. Com a família real no Brasil, Portugal passa a ser uma entidade dependente das ordens vindas do Rio de Janeiro. A abertura dos portos de 1808 e os tratados de 1810 foram sentidos de maneira negativa em Porto e Lisboa, cidades portuárias. Assim, um primeiro levante deu-se em Lisboa, em 1817. Em 24 de agosto de 1820, a Revolução eclode em Porto, com a instalação de uma Junta Provisória que, mais tarde, quando a insurreição atingir Lisboa, fará uma única Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, com o intuito de promover uma constituinte. Em janeiro de 1821, uma Constituição provisória entra em vigor. A família real volta em 1821, com Dom João VI à frente e Dom Pedro tendo permanecido no Brasil. A estratégia de Dom João era utilizar o Brasil como barganha, dado que as reivindicações dos revolucionários baseavam-se no retorno ao Império centralizado em Lisboa, caso a Constituição não lhe fosse favorável. O Brasil tornar-se-ia independente nesse caso. Por esse motivo, a Revolução do Porto impulsionou o processo de independência do Brasil;

E: Correta. As unificações alemã e italiana utilizarão de premissas presentes nos movimentos do nacionalismo como justificativa para motivar as populações. De fato, nesse caso, não serão necessariamente revoluções que motivarão as unificações, mas processos lentos de aceitação de um governo único.

Gabarito "C"

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006) O espírito revolucionário que acompanha o século XIX, "tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo", como afirma o texto, foi embalado pelas grandes ideias que arrebata-

ram, naquele contexto histórico, o Ocidente, em especial a Europa: liberalismo, nacionalismo e socialismo. A respeito desse cenário, no qual se gesta o século XX, assinale a opção correta.

(A) O sentimento nacional, que aflora sobretudo com a Revolução Francesa, amplia-se na medida em que o movimento social e as lutas políticas se intensificam. Exemplo especial disso foi a luta pela independência da Grécia, na primeira metade do século XIX, causa a que aderiram combatentes libertários oriundos de várias nações.

(B) Os socialistas aparecem na cena política europeia participando de movimentos revolucionários ou insurrecionais, a partir do momento em que as obras de Marx e Engels são mais divulgadas e estudadas, o que acontece nas décadas finais do século XIX.

(C) Movimento anarquista, a Comuna de Paris (1870) constituiu-se, concreta e objetivamente, no "assalto ao poder" por parte do operariado, utopia que tanto estimulava as ações dos grupos socialistas. O êxito do movimento, que levou pânico às elites europeias, garantiu aos revolucionários o controle da capital da França até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

(D) As unificações políticas da Alemanha e da Itália foram alcançadas graças à mobilização popular e à força de movimentos sociais. Esse fato explica o viés pacifista e levemente socialista que ambos os Estados passaram a ostentar, em flagrante oposição à realidade da época.

(E) A unificação política da Alemanha seguiu trajetória singular. Ela se fez a despeito da mais absoluta ausência de unidade econômica entre os Estados germânicos e da adoção do mais extremado liberalismo.

A: Correta. O nacionalismo foi um dos movimentos mais importantes do século XIX e intensificou-se com a ideologia do liberalismo, em que o ideal da liberdade era visto como um sentimento romântico a seguir-se, principalmente nos casos de povos oprimidos. A independência da Grécia é evidência desse fato, como vemos nos quadros de Delacroix (1798-1863), um dos mais famosos sendo "O Massacre de Quios" (1824). De acordo com Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*, "a perene luta dos pastores de ovelhas e dos heróis-bandoleiros contra *qualquer* governo efetivo se fundiu com as ideias do nacionalismo da classe média e da Revolução Francesa: a luta grega pela independência (1821-1830). Portanto, não foi por acaso que a Grécia se tornou o mito inspirador dos nacionalistas e liberais de todo o mundo. Pois somente na Grécia todo um povo se insurgiu contra o opressor de uma maneira que poderia ser identificada de forma plausível com a causa da esquerda europeia; e, por sua vez, o apoio da esquerda europeia, encabeçada pelo poeta Byron, que lá morreu, foi uma considerável ajuda para a conquista da independência grega." (p.200);
B: Incorreta. O socialismo tem uma origem ideológica e outra prática, e ambas remontam a bem antes dos escritos de Max e Engels. Movimentos na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX aparecem com a criação de sindicatos (Unions) e com as reivindicações do Cartismo, cujos líderes serão condenados a morte. Na ideologia, houve o que se pode chamar de socialismo utópico, surgido do esforço intelectual de pensadores na primeira metade do século XIX. Inspirados das ideias de Gracchus Babeuf (1760-1797), eles desenvolveram ideais socialistas, como a alteração da propriedade privada. São famosos os socialistas utópicos como Saint-Simon (1760-1820), Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) e os britânicos da Fabian Society. Só a partir de 1848, Marx e Engels verão um potencial prático e um ideológico que é necessário unir para criar os ideais socialistas como são conhecidos;
C: Incorreta, pois a Comuna de Paris de 1871 durou apenas alguns meses, de março até maio, quando foi fortemente reprimida pelas tropas do presidente provisório Adolphe Thiers (1797-1877), com o apoio da Prússia. O levante se deu em reação a derrota francesa contra a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870;
D: Incorreta. Embora seja possível afirmar que a parte descritiva esteja certa com relação à Itália. A unificação alemã deu-se graças a autoridade de Bismarck, que a forçou a unificação com conflitos e jogos diplomáticos com seus vizinhos. Por outro lado, em ambos os casos não se pode falar de um viés pacífico: se por um lado, Bismarck teve de enfrentar a Dinamarca, a Áustria e a França, a Itália teve duas frentes, no Norte com o Piemonte e no Sul com Garibaldi, além de receber apoio financeiro, prático e logístico de Napoleão III contra a Áustria;
E: Incorreta. Por dois motivos. O primeiro é a que afirma uma ausência de unidade econômica, pois nos Estados alemães, desde 1834, foi criado o Zollverein, ou a união aduaneira. Dissolvido em 1866, em função da Guerra Austro-Prussiana, ele retorna em 1867, incluindo os Estados do Sul, integrados à Prússia. O segundo erro é afirmar que Bismarck adota o liberalismo. Bismarck chega à chancelaria da Prússia em 1862, a pedido do rei Guilherme I, para resolver os dilemas acerca da cobrança de impostos no Parlamento de Frankfurt: os liberais não aceitavam a unificação imposta, mas através do liberalismo. A autoridade de Bismarck impõe aos parlamentares a condição da unidade nacional em detrimento do liberalismo.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002) Três grandes forças ideológicas que perpassaram, ainda que em tempos históricos não concomitantes, o século XIX, no plano das ideias políticas, foram:

(A) O liberalismo, os movimentos das nacionalidades e o fascismo.

(B) O militarismo, o nacionalismo e liberalismo.

(C) O socialismo, o autonomismo e o nacionalismo.

(D) Os movimentos das nacionalidades, o liberalismo e o socialismo.

(E) O autonomismo, o fascismo e o socialismo.

A resposta certa encontra-se no quesito D:
Liberalismo: ideologia criada depois da Revolução Francesa e que tornou-se predominante entre as sociedades burguesa do século XIX. É uma corrente que defende os direitos individuais, o indivíduo está à frente da razão de Estado, e critica, dessa forma, os direitos coletivos e associativos. Trata-se também de uma ideologia da liberdade, reconhecida entre os monarcas, e que defende a propriedade privada. Dessa ideia emana a oposição à toda forma de autoridade absoluta, e, por essa razão, a lei deve ser respeitada e consagrada, de forma a limitar o poder dos dirigentes. Finalmente, o liberalismo é uma ideologia que se associa a uma corrente parlamentar, mais ou menos republicana, como regime para sua prática, embora não necessariamente defenda ideais democráticos;
Movimento das Nacionalidades: o movimento das nacionalidades também pode ser considerado um movimento do século XIX. A Revolução de 1789 era de início universalista, mas logo teve seu projeto redirecionado em direção a exaltação das nacionalidades, como uma busca pela identidade. É nesse âmbito que se dá a criação do Estado-nação, que delimita as fronteiras do Estado a uma série de padrões culturais comuns, como língua, história e a geografia. Trata-se da função política da nacionalidade, de determinar características comuns a uma população. Burns, em *História da Civilização Ocidental*, volume 2, define bem a ideia: "Definiremos o nacionalismo como um sentimento com raízes em amplas circunstâncias históricas, geográficas, linguísticas ou culturais. Ele se caracteriza pela consciência que tem um grupo de pertencer a uma tradição derivada dessas circunstâncias, as quais diferem das tradições de outros grupos. A formação nacional é a realização política dos propósitos do nacionalismo, a tradução do sentimento em poder." (p.573);
Socialismo: o socialismo foi primeiramente praticado e depois teorizado. Ele encontrou forma antes de 1850, na reivindicação social dos

operários a serviço da primeira Revolução Industrial, por melhores condições de trabalhos. Os primeiros a pensar sobre o socialismo foram os socialistas utópicos, como o Saint-simonismo, entre outros. O socialismo passou a ser uma ideologia corrente a partir de 1850, com os pensadores do movimento operário, entre os quais se destacam Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). A primeira internacional operária ocorre em 1864, com a reunião de sindicatos e de grupos operários em Londres, criando um ideal de classe operária que passa as fronteiras do Estado-Nação;

Esses três movimentos foram importante ao longo do século XIX, portanto, a resposta D é a correta dessa pergunta. Vejamos brevemente os outros movimentos citados:

Fascismo: foi criado nos anos de 1920 na Itália como uma reação ao modelo liberal, praticando um forte intervencionismo de Estado em todas as camadas da sociedade. O ideal do fascismo, em muitas de suas variantes, era a exaltação da Nação e defende os interesses dos seus dirigentes;

Autonomismo: deriva do socialismo e teve sua importância a partir da década de 1960. Ele pede que os trabalhadores sejam autônomos na produção, ou seja, opõe-se a autoridade do capitalista e, por consequente, do Estado. É um movimento que reivindica a descentralização do Estado, e associou-se, além das suas vertentes socialistas, com ideais anarquistas;

Militarismo: trata-se de um conceito antigo, utilizado bem antes do século XIX, com origens incertas. Ele afirma que uma sociedade deve basear-se em suas vertentes militares, ou seja, num tipo de governo dirigido à exaltação militar, e a segurança do Estado é a prioridade do governo. O movimento reapareceu em fins do século XIX, com a corrida aos armamentos promovida pelo sistema de Aliança de Bismarck. O militarismo então contribuirá, em parte, para criar a instabilidade característica do pré-guerra.

Gabarito "D"

6.2. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália

(Diplomacia 2008) Entre os movimentos nacionalistas que se destacaram na Europa do século XIX, poucos poderiam rivalizar, em termos de importância, com as unificações alemã e italiana. Fatores internos e externos se conjugaram para que, ao fim de complexo processo de luta, Alemanha e Itália surgissem como Estados nacionais. A propósito desses acontecimentos, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Absorvido pela política interna da Prússia, o chanceler Otto von Bismarck não empreendeu projetos na área econômica que pudessem contribuir para a Alemanha como um todo.

(2) Para reduzir custos e ampliar a possibilidade de alianças externas, Bismarck optou por não investir na modernização do exército prussiano, apostando na via diplomática e na ação política para isolar a Áustria, cujo interesse era a manutenção de uma Alemanha fragmentada.

(3) A guerra de 1870 contra a França surpreendeu o chanceler Bismarck, que considerava o conflito empecilho perigoso a seus planos de unificação da Alemanha.

(4) Na Itália, o processo de unificação, que teve em Mazzini e Garibaldi lideranças exponenciais, envolveu necessariamente confrontos externos, até porque seu território era alvo de interesses múltiplos, a exemplo dos interesses austríacos, dos pontifícios e dos franceses.

1: Errada. O chanceler Bismarck (1815-1898) chegou ao cargo em 1862, na Prússia, para resolver um problema relativo aos impostos. Realista político, Bismarck via a Prússia como a região que iria liderar a unificação alemã, e para isso, a região tinha de permanecer unida, para mostrar-se forte. No parlamento da Prússia, desde 1859, os liberais haviam atingido uma maioria e impediam a aprovação de projetos que aumentasse a parte do orçamento destinada aos gastos militares. O rei da Prússia, Guilherme I (1797-1888) entrega a chancelaria para Bismarck, resolver esse impasse. Resolveu o dilema mostrando autoridade e centralismo de poder, em prol do poder da Prússia e em detrimento do liberalismo. Dessa forma, conseguiu a aprovação de várias propostas de impostos no parlamento. Não se pode dizer bem se ele empreendeu políticas econômicas, antes da unificação, que contribuíssem para a Alemanha como um todo, no entanto, depois da unificação, ele promoveu a criação de tarifas alfandegárias para proteger a nascente indústria alemã, ainda repartida de maneira desigual pelo território. Finalmente, não se pode afirmar que Bismarck esteve absorvido pela política interna da Prússia, dado que sua *Realpolitik* consistia em unificar todos os Estados alemães sob a liderança da Prússia, o mais poderoso de todos. E foi Bismarck que conseguiu tal façanha, em apenas 8 anos na chancelaria, além de resolver os problemas internos da Prússia, como o dilema entre nacionalismo unificador ou nacionalismo liberal, que divergia os liberais no parlamento da Prússia. Bismarck forçou a unificação em detrimento do liberalismo;

2: Errada. A unificação alemã foi marcada pelo reforço do exército e por conflitos em suas fronteiras, ações que promoveriam a unificação da nação alemã. Sua chegada à chancelaria da Prússia foi para resolver o dilema acerca do aumento dos gastos militares, do qual era favorável, mas o parlamento, de maioria liberal, opunha-se. Bismarck, que era a favor da modernização do exército, tratou de conseguir a força a aprovação do projeto, entre outros impostos que ele conseguiu criar. Para o seu projeto unificador, com a Prússia na liderança, Bismarck sabia que a Áustria (Áustria-Hungria desde 1867) não deveria estar integrada à Alemanha, o que enfraqueceria o poder prussiano. Primeiro, Bismarck convida a Áustria, em 1864, para ajudá-lo contra a Dinamarca pela tomada do Schleswig e do Holstein. Como havia planejado, a Áustria reivindicou um dos territórios, o que motivou um conflito entre os dois reinados, em 1866, a Guerra das Sete Semanas, marcada pela Batalha de Sadova (3 de julho de 1866). A Prússia leva o conflito facilmente, o território da Venécia é entregue à Itália e a Áustria fica de fora dos projetos de Bismarck, além de não ser mais nenhum empecilho à unificação alemã;

3: Errada. Bismarck via no conflito contra a França um mal necessário à unificação dos Estados alemães. De fato, os Estados alemães do Sul, como Bavária, Baden e Wurttemberg, próximos da fronteira com a França, ainda não tinham aceitado integrar-se ao projeto unificador alemão de Bismarck. Em um jogo diplomático brilhante, o chanceler consegue motivar os franceses a entrarem em guerra contra a Prússia. O rei Guilherme I foi de encontro ao embaixador francês em Ems, cidade da Prússia, para discutirem sobre uma questão da sucessão ao trono espanhol, que os Hohenzollerns tinham interesse. O embaixador recusa a proposta do rei, e Guilherme I envia uma mensagem para Bismarck para contar o ocorrido, mensagem que ficou conhecida como o "despacho d'Ems". O chanceler difunde parte da mensagem, e as palavras do rei não agradaram aos franceses. Bismarck ainda aproveitou para tornar público documentos que afirmavam intenções de invasão dos Franceses sobre a Renânia, região estratégica alemã, para assim, exaltar os ânimos nacionalistas alemães. A Guerra Franco-Prussiana, declarada pela França em 19 de julho de 1870, motivou os Estados do Sul em favor da Prússia, completando a unificação. Iniciou-se em 2 de agosto de 1870 e terminou-se em 4 de setembro. A guerra foi um êxito das jogadas diplomáticas de Bismarck, que além de vencer facilmente, recebeu a Alsácia-Lorena da França e terminou o seu projeto de unificação alemã;

4: Certa. A afirmativa retoma as grandes linhas da unificação italiana. Apesar de ter sido levado adiante pelos liberais, com o conde de Cavour (1810-1861) à frente do processo, os ideais democráticos e republicanos de Mazzini (1805-1872) motivavam os jovens revolucionários românticos do "Jovem Itália", ideais que tiveram ecos favoráveis na pequena e média burguesia de Milão, Veneza e Roma. Garibaldi também terá sua importância,

mas como um homem de ação, na unificação, por empreender campanhas e batalhas pelo Sul da Itália. Carismático e romântico, ele será visto mais tarde, junto com Mazzini, Cavour e Vítor Emanuel II (1820-1878) como os principais homens da unificação italiana. A Itália terá uma série de confrontos externos que lhe serão necessários na unificação. Napoleão III (1808-1873) será um de seus maiores articuladores, demonstrando, muitas vezes, atitudes contraditórias. Após o atentado de Orsini, em 14 de janeiro de 1858, o Imperador encontra Cavour em 21 de julho de 1858, e compromete-se a ajudar as tropas do Piemonte. Sua ajuda será essencial contra a Áustria, nas batalhas de Magenta e Solferino, respectivamente, 4 e 24 de junho de 1859, que renderá a Lombardia ao Piemonte. Garibaldi, ao Sul, junto com a Expedição dos Mil, haviam desembarcado na Sícilia em 11 de maio de 1860, tomam Nápoles e Palermo, em setembro, e ameaçam entrar em Roma. A atitude é condenada por Napoleão III, que defendia, acima de qualquer ideal nacionalista, o catolicismo e os Estados Pontifícios de Roma. Napoleão III retira as tropas francesa que empurravam os piemonteses ao Norte contra a Áustria, e ameaça Garibaldi. Em 1862, Garibaldi é obrigado a recuar frente aos territórios papais, a pedido de Vítor Emanuel II, e ambos assinam a "Convenção de Setembro" em 1864, na qual Garibaldi compromete-se em não entrar em Roma. Finalmente, a Venécia é entregue à Itália após a Batalha de Sadova, em 1866. Restam apenas os Estados Pontifícios, que serão integrados à Itália em 1870, depois da derrota de Napoleão III contra Bismarck.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

6.3. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo

(Diplomacia 2008) Com relação aos regimes políticos autoritários no século XX e às ideologias concorrentes nesses regimes e nos de caráter democrático, assinale a opção correta.

(A) O ideário liberal e democrático serviu, no século XX, como alternativa política aos regimes fechados, muito embora tenha havido dificuldades para serem universalizadas suas características por todo o mundo.

(B) Como fenômeno histórico, o fascismo esgotou-se com a derrota na Segunda Guerra Mundial, e seu ideário, ainda que amainado e diluído em formas menos radicais, não encontra condições para sobreviver desde então.

(C) Os regimes de caráter autoritário — tanto os de direita, como o fascismo italiano, quanto os de esquerda, como o socialismo real soviético — foram discretos na utilização de técnicas da propaganda como forma de fomento à sua legitimidade.

(D) O regime nazista manteve-se na Alemanha, mesmo com baixa adesão das classes populares e elevada reação dos setores tradicionais da política alemã.

(E) Mesmo sofrendo o impacto da crise econômica e política das décadas de 1920 e 1930, o continente americano conseguiu reagir aos efeitos da crise sem apelar para a solução autoritária ou adotar regimes mais acentuadamente centralizados, o que significou manter praticamente intactas as instituições liberais.

A: Correta. Essa afirmativa mostra como o ideário liberal foi aceito de melhor maneira durante o século XX, através da democracia. Embora possa ser afirmada que constituía uma alternativa aos regimes centralizados, não confirma que tivera êxito o modelo. Ao fim da Primeira Guerra, muitos Estados aceitam a democracia liberal como modelo político, como parte do processo de transformação que a Guerra promovera. Deve-se ressaltar que ainda existiam impérios na África e na Ásia, com modelos políticos particulares, diferentes, em sua maioria, das democracias liberais das metrópoles. Além disso, o período entreguerras marca o recrudescimento do modelo liberal democrático, com a ascensão de regimes centralizados e, muitas vezes, autoritários. Hobsbawm chega ao ponto de mencionar, em um dos capítulos de *A Era dos Extremos*, a queda do liberalismo (p.113-143) e fala da dificuldade de manter um regime pouco atraente: "a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz." (p.140). Mesmo assim, a liberal democracia foi um modelo alternativo aos regimes fechados;
B: Incorreta. Não se pode falar do fim do fascismo com o fim da Segunda Guerra Mundial. Alguns Estados ainda mantiveram a população sob o fascismo mesmo depois da Guerra. É o caso da Espanha de Franco, cujo Caudilho esteve no poder entre 1939 e 1975, com um partido surgido na década de 1960, o *Fuerza Nueva*, que não tem mais tanta relevância assim. O Estado Novo de Salazar também tinha alguns traços fascistas, embora alguns historiadores questionam o caráter fascista do ditador português. Na América Latina, nos anos de 1970, principalmente, e na década de 1980, em alguns casos, algumas ditaduras militares adotavam ideais e elementos fascistas. Eram, sobretudo, regimes autoritários. Ainda assim, é difícil afirmar que o fascismo, como fenômeno histórico, encontra dificuldade de manter-se. O que de fato houve foi uma decadência de sua forma política de Estado. Como fenômeno social, ainda é possível encontrar grupos que se autodenominam "neofascistas", muito embora com pouca representatividade, mas com peso social importante. Outra ideia é a de Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, que faz uma reflexão sobre o radicalismo religioso, os "fundamentalistas", que ele não afirma serem uma forma de fascismo, mas a comparação é suficiente para dar uma ideia de sua opinião. De fato, para o autor, "O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas" (p.541), e que, em tempos de crises e em movimentos de massa, os dogmatismos podiam levar aos extremos políticos, como nos fascismos do período entre guerra: "Não pela primeira vez, a combinação de nulidade intelectual com uma forte e mesmo desesperada emoção de massa se mostrava politicamente poderosa em tempo de crise, insegurança e [...] Estados e instituições em desintegração. Como os movimentos de ressentimento do entre guerras, que tinham gerado o fascismo, os protestos religioso--políticos num mundo em desintegração [...] forneciam o húmus em que podiam crescer forças políticas efetivas." (p.545-546);
C: Incorreta, pois a propaganda foi um instrumento essencial dos regimes fascistas, para divulgar as ideologias e manter certa estabilidade social na população. A propaganda atingia vários níveis, desde a difusão da informação nos meios de comunicação, até o doutrinamento nas escolas, com materiais que provocavam a glorificação ao movimento e ao líder;
D: Incorreta. Embora a chegada de Hitler à chancelaria da República de Weimar fora controversa, em 1933, ele recebeu amplo apoio popular em um plebiscito ratificando a sua decisão de unir a presidência e a chancelaria alemã, com 90% dos votos;
E: Incorreta. Embora a resposta esteja certa até a última afirmativa. De fato, em resposta à crise de 1929, os governos não deixaram os regimes caírem na centralização ou em regimes políticos autoritários. Não significa que mantiveram instituições liberais intactas, pelo contrário, tratou-se de negar o liberalismo econômico. Até então, a solução para momentos de crise econômica era o famoso *laissez faire* dos clássicos, que acreditavam na resolução automática das crises. Logo verificou-se um tipo de desemprego independente do nível de renda demandado pelos agentes de trabalho, isto é, a oferta de emprego não era suficiente para suprir a demanda, havia mão de obra ociosa. A saída da crise foi abandonar o liberalismo econômico, em todos os países, e promover o intervencionismo do Estado na economia, o que corresponde a um aumento acelerado dos gastos públicos, que estimulava a mão de obra pela criação do emprego, o que aumentava a renda dos agentes, para assim aumentar a demanda agregada e estimular a economia.

Gabarito "A"

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia 2007) O período entre as duas guerras mundiais do século XX foi marcado pela radicalização política. A instalação de regimes totalitários em vários países europeus contribuiu para o acirramento das tensões, que, ao lado de outros fatores, colaborou decisivamente para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A respeito desse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Embora tenha participado da aliança vitoriosa na Primeira Guerra Mundial, a Itália afastou-se das democracias liberais na medida em que, já na década de 20 do século passado, o país se tornou vítima dos métodos violentos do fascismo, que não encontrou resistência organizada.

(2) Na Alemanha, o totalitarismo nazista aproximava-se dos demais regimes fascistas, entre outros fatores, pela adoção do racismo como política de Estado.

(3) Espanha, Portugal, Polônia, Iugoslávia e Hungria são exemplos de Estados europeus que adotaram regimes ditatoriais de cunho fascista que não sobreviveram à vitória dos Aliados, derrubados nos anos que se seguiram ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

(4) Nas Américas, enquanto o new deal, de Roosevelt, reiterava a aposta dos EUA na viabilidade do modelo ultraliberal de capitalismo, a experiência brasileira sob o regime de Vargas, no Estado Novo, apontava para a crescente presença estatal na economia.

1: Certa. A afirmativa trata da ascensão do fascismo na Itália. Sai da Guerra vitoriosa, mas não recebe as indenizações que lhe eram devidas, e as dissidências internas vão motivar a chegada de Mussolini (1883-1945) no poder em 1922, nomeado primeiro ministro. O fascismo logo torna-se culto diário na Itália, impregnando a sociedade, que não ofereceu muita resistência organizada;

2: Errada. Não era pelo racismo, mas por outras características que o nazismo se aproximava do fascismo. Havia uma diferença crucial entre fascismo e nazismo, era que o primeiro concentrava os esforços na exaltação do Estado, e o segundo tinha por interesse a glorificação do ser. É no fascismo que se busca uma utopia, enquanto que o nazismo queria criar uma raça superior. Por essa razão, as ideologias diferem, e o racismo é uma prática exclusiva do nazismo;

3: Errada. Os dois únicos Estados em que podemos ver algo de fascismo, ainda que a afirmativa seja controversa e muitos estudos estão em processo de revisão, são Portugal de Salazar, com o Estado Novo (1933-1974) e a Espanha de Franco (1939-1975). Ambos regimes, neutros durante a Segunda Guerra, resistiram ao conflito e perduraram por aproximadamente 30 anos, e caíram em função de dinâmicas internas, sem intervenções estrangeiras. Iugoslávia era uma monarquia, até ser invadida durante a Guerra pelas forças do Eixo, e retomada em 1945 pelas tropas de Tito, que transformaram as diversas nações em uma federação comunistas, sem muitos traços de fascismo. Polônia também cai num regime comunista após a Guerra, instaurado pela URSS, que tampouco pode-se dizer fascista, e praticamente o mesmo, salvo algumas distinções, pode ser afirmado com relação à Hungria;

4: Errada. O New Deal de Roosevelt foi uma série de medidas intervencionistas na economia americana, que será consagrado, mais tarde, como modelo keynesiano, que nada tem de liberalismo. A crise estrutural de 1929 mostrou que a mão invisível e o *laissez-faire* dos clássicos não conseguia resolver a crise, e justificou assim a intervenção estatal na economia. O mesmo ocorre no Brasil de Vargas em que o Estado passa a intervir na economia, ordenando as queimas dos estoques, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**.São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) A partir das observações formuladas no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando o desenrolar do século XX.

(1) Os regimes totalitários de direita comandaram os destinos de muitos países europeus, entre os anos 20 e 40 do século XX. O discurso nazifascista condenava o capitalismo, preconizando forte controle do Estado e das instituições políticas liberais e democráticas, consideradas incapazes de oferecer resposta rápida e satisfatória às demandas de uma sociedade em crise profunda.

(2) A Revolução Russa de 1917, com a coletivização dos meios de produção e o Estado posto a serviço dos trabalhadores, inaugura uma nova forma de utopia, que exerceria forte impacto na história do século XX, qual seja, a construção de uma sociedade distinta daquela que atendia aos interesses do capitalismo. A experiência soviética, contudo, ruiu em fins do século XX, não sem antes ter sido alvo de questionamento e de crítica, inclusive de setores da esquerda, quanto ao modelo político totalitário que adotara.

(3) Na Segunda Guerra Mundial, o Japão aliou-se à Alemanha, tal como já fizera na Primeira Guerra.

(4) Entre as características marcantes do século XX, uma enquadra-se perfeitamente no que o texto identifica como o fim "de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Trata-se do fenômeno da urbanização, a alterar radicalmente, entre outros aspectos próprios da sociedade de massas, modos de pensar, consumir, morar, vestir-se, comunicar-se e locomover-se.

1: Certa. A afirmativa descreve o argumento do nazismo para justificar sua chegada ao poder. De fato, o liberalismo era percebido como um fator principal à origem da hiperinflação que havia acometido a Alemanha durante a crise de 1929. O nazismo afirmava que era necessário abandonar o liberalismo, inclusive seus ideais políticos, e a democracia, para assim poder mudar a sociedade;
2: Certa. A Revolução realmente pretendia criar um sociedade diferente, livre do capitalismo. Num primeiro momento, os seus líderes, entre os quais Lenin e Trotsky, pareciam querer abrandar a coletivização dos meios de produção, em um modelo um pouco mais aberto, conhecido como a NEP. Com a morte de Lenin e a chegada de Stalin ao poder, esse processo de abertura é abandonado e Trotsky é obrigado a exilar-se. Com uma radicalização do socialismo de Stalin, o regime será duramente criticado até mesmo de dentro da URSS, pela própria esquerda. Em 1980, na Polônia, estoura o movimento sindical Solidariedade, contrário ao regime político e econômico da União Soviética, liderado pelo futuro presidente polonês, Lech Walesa. A própria queda do regime, levada pelas reformas de Gorbatchev, comunista, mostra que nem mesmo a esquerda tolerava as linhas diretórias da União Soviética;
3: Errada. De fato, o Japão aliou-se à Alemanha na Segunda Guerra. Na Primeira Guerra, consequência da aliança com os Ingleses de 1902, o Japão alia-se à Grã-Bretanha e à França, contra a Alemanha;
4: Certa. De fato, a urbanização entra nessa lógica. O século XIX marca um processo de urbanização importante, em função da Revolução Industrial, e as relações do homem com o campo serão modificadas para sempre.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Liberalismo e socialismo, 'as duas grandes utopias da modernidade", como afirma o texto, encontraram seus limites à mesma época, ainda que por motivos e caminhos distintos. Com efeito, a crise social, política e econômica verificada nas décadas de 20 e 30 do século XX destruiu as bases do Estado liberal – substituído pelos modelos totalitários fascistas – e eliminou todo e qualquer apoio ideológico ao stalinismo soviético.

1: Errada. O item apresenta erro no final, ao afirmar que a crise do modelo liberal, consubstanciada na crise de 1929, eliminou o apoio ideológico ao stalinismo soviético. O modelo ainda seria copiado depois da crise e, ainda, depois da guerra. A crise de 1929 teve efeitos nulos sobre a União Soviética, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultrarrápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo

dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p.100). Nos anos que seguiram a crise, foi comum ver nos Estados os embates entre a direita extrema do fascismo e a esquerda com base nas ideias de Stalin. O modelo que se seguiu para sair da crise foi, em geral, o de forte intervencionismo do Estado na economia, que, de certa forma, corresponde ao que vinha sendo feito desde 1929 na URSS de Stalin com os planos quinquenais para a indústria.

Gabarito E

6.4. Ditaduras e regimes fascistas; 6.5 O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo; 6.6 O liberalismo no século XX

Há algo que não se pode dizer do século XX: que foi um tempo de brumas, silêncios e mistérios. Tudo nele foi a céu aberto, agressivamente iluminado, escancarado e estridente. E, no entanto, ele ainda é um enigma – um claro enigma, parafraseando Drummond –, e dele não se pode fazer o necrológio completo. E porque findou como uma curva inesperada da história, em um astucioso desencontro do que achávamos ser o futuro, turvou nossa memória e nosso olhar. E tornou-se pedra de esfinge, com um brilho que ainda cega e desafia.

O século XX foi, sem dúvida, um século das utopias. O seu andamento coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno – sujeito e trabalho –, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. E talvez por isso exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX sancionou o Estado-Nação como a forma, por excelência, de organização das sociedades em peregrinação para o futuro e em busca de transparência. Os Estados nacionais ergueram-se como personagens privilegiadas de uma história humana cada vez mais cosmopolita, para lembrar Kant, modificando de forma radical a paisagem do mundo. Com eles, o direito assumiu progressivamente a condição de um idioma universal, reagindo sobre o passado e destruindo velhas estruturas hierárquicas fundadas em privilégios e na traição.

Mas o século XX não é apenas um tempo de esperanças. É também o século do medo e das tragédias injustificáveis. A dura realidade dos interesses provoca dois grandes conflitos mundiais, um tenso período de guerra fria e uma interminável série de guerras localizadas. Um século de violência dos que oprimem e dos que se revoltam.

Rubem Barbosa Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**.Apud: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (org.). **Pensar o século XX**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 15-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo ao cenário histórico do mundo contemporâneo.

(1) Exemplos de violência não faltam neste século XX, classificado também no texto como o tempo "do medo e das tragédias injustificáveis". Entre eles, podem ser destacados os artefatos nucleares e os fascismos, síntese incontrastável do que Hannah Arendt definiu como a banalização do mal.

1: Certa. A afirmativa remonta a um conceito criado pela cientista política alemã, naturalizada americana, Hanna Arendt (1906-1975). O conceito deriva das reflexões que faz após assistir ao julgamento, em Israel, de Adolf Eichmann (1906-1962), político alemão e tenente da SS. Ela percebe que Eichmann não possui um caráter maldoso, nem antissemita, e que, na verdade, cometeu os crimes obedecendo ordens de seus superiores. Tratava-se de um burocrata dentro de um sistema de Estado, que seguia as instruções que lhe eram notificadas. A banalização do mal vem dessa ideia de que, dentro do sistema, não existe racionalidade por parte do indivíduo, sua capacidade de raciocinar está completamente minada pelos interesses do sistema. Muito embora haja algo de inocência no indivíduo, Hanna Arendt ressalta que os seus atos não se justificam. Parte violenta do século XX foi também obra de poucos que muitos seguiram, cooptados por uma dinâmica generalizada, nem sempre compartilhada por todos. Os fascismos tiveram êxito nesse âmbito, a aquisição de armas nucleares foi aceita nessa dinâmica.

Gabarito C

7. A VIDA CULTURAL

7.1. A cultura do imperialismo

(Diplomacia 2009) No que se refere a aspectos das manifestações culturais da civilização ocidental contemporânea, assinale a opção **incorreta**.

(A) Com variações devidas à passagem do tempo e às individualidades nacionais, o Romantismo, que dominou a Europa, na primeira metade do século XIX, pode ser entendido como um movimento de valorização da subjetividade.

(B) Embora essencialmente nacionalista, o Romantismo tornou-se um movimento internacional, em escala europeia e, mesmo, mundial.

(C) Entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, como reflexo das transformações estruturais em curso — ou seja, do avanço da industrialização e da sociedade urbana de massa —, verificou-se a perda das referências tradicionais, o que favoreceu a inovação e a experimentação nas artes.

(D) Nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX, período da grande expansão neocolonialista do imperialismo, a criação artística europeia prosperou vigorosamente, sem abrir espaço a influências provindas da Ásia, da África ou mesmo das Américas.

(E) Considerado uma das importantes inovações artísticas formais surgidas antes da Primeira Guerra Mundial, o Dadaísmo buscava surpreender ou escandalizar os admiradores da arte burguesa convencional.

A questão foi anulada, por haver uma ambiguidade no item E. De acordo com a justificativa: "A primeira manifestação concreta do Dadaísmo se deu, efetivamente, durante a Primeira Guerra Mundial. Há, portanto, erro na parte inicial da opção relativa a esse movimento artístico, o que invalida a questão em seu conjunto. A Banca examinadora decide pela anulação da questão." Se buscamos que outra alternativa pode ter erro, pode ser o item D. Em muitos movimentos artísticos europeus de vanguardas, encontram-se influências africanas e asiáticas. De acordo com Hobsbawm, em A Era dos Impérios: "O imperialismo ocasionou um aumento notável do interesse ocidental em formas de espiritualidade

derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas. [...] No campo da arte, e especialmente das artes visuais, as vanguardas ocidentais trataram as culturas nãoocidentais em total pé de igualdade. Na verdade, inspiraram-se preponderantemente nelas nesse período. Isso é verdade não só em relação a artes que se pensava representarem civilizações sofisticadas, por mais exóticas que fossem (como a japonesa, cuja influência nos pintores franceses foi marcante), mas em relação às encaradas como «primitivas», notadamente as da África e da Oceania." (p.120-121).

Gabarito ANULADA

(Diplomacia 2008) Para o surrealista André Breton, "a beleza tem que ser convulsiva para deixar de sê-lo". Uma arte que se concentrava na visão interna é o que se depreende da afirmativa de Picasso de que a arte "não é o que você vê, mas o que você sabe que está lá". Considerando esses pontos de vista e o cenário cultural do Ocidente nas primeiras décadas do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Ainda que com temas recorrentes, a arte do início do século XX caracterizava-se, entre outros aspectos, pela rapidez com que os estilos se sobrepunham.

(2) A preocupação em retratar grandes eventos históricos, seguindo a trilha aberta pelos românticos do século XIX, em vez das cenas da vida quotidiana, marca a pintura do início do século XX.

(3) Infere-se das citações de Breton e Picasso, acima reproduzidas, que, na visão desses artistas, a arte do século XX deveria ser desafiadoramente realista.

(4) O Cubismo é o exemplo por excelência de um estilo artístico bem recebido pelo grande público e cuja aceitação transcendeu, de imediato, os meios mais familiarizados com a pintura.

1: Certa. Uma das características do «modernismo» era sua constante ruptura com o passado. A cisão permanente motivava a criação de novos estilos, cada vez que um estilo passava a representar o passado. E dessa constante ruptura emanava parte do gênio artístico da época, entre outros. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "O que fez os artistas de *avant-garde* seguirem em frente não foi, portanto, uma visão de futuro, mas um visão invertida do passado. De fato, eles eram com frequência, como na arquitetura e na música, eminentes praticantes de estilos derivados da tradição, os quais abandonaram apenas porque, como o ultrawagneriano Schonberg, sentiram-se incapazes de suportar modificações adicionais. [...] Há muito tempo os pintores estavam conturbados pela inadequação das antigas convenções à representação da realidade externa e de seus próprios sentimentos, porém – fora os que iniciaram a «abstração» total, às vésperas da guerra (notadamente os da *avant-garde* russa) – acharam difícil deixar de pintar *algo*. A *avant-garde* tentou várias direções, mas, de maneira geral, optou tanto por aquilo que pareceu, a observadores como Max Raphael, a supremacia da cor e da forma sobre o conteúdo, como pela busca única de um conteúdo nãofigurativo sob a forma de emoção («expressionismo») ou por várias maneiras de demolir os elementos convencionais da realidade representacional e remontá-los segundo diferentes tipos de ordem ou desordem (cubismo)." (p.327);

2: Errada. Na verdade, a pintura do início do século XX rejeita o antigo. Os pintores dos movimentos de vanguarda negam a maneira como os movimentos anteriores a eles observam o passado, como afirma Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "Em certo sentido, a *avant-garde* acusou tanto os tradicionalistas como os modernistas *fin-de-siècle* daquilo que Marx acusara os revolucionários de 1789-1848, ou seja, de «invocar os espíritos do passado a seu serviço e tomar emprestados seus nomes, lemas de batalha e trajes para apresentar a nova cena de história mundial sob esse disfarce consagrado pela tradição e com essa linguagem emprestada». Só que eles não tinham uma linguagem nova, ou não sabiam como seria. Pois qual era a linguagem para expressar o novo mundo, especialmente quando seu único aspecto identificável (for a tecnologia) era a desintegração do antigo? Esse era o dilema do «modernismo» no início do novo século." (p.326-327);

3: Errada. Um dos dilemas do período era o seu diálogo com a realidade. Não se trata de buscar pela realidade, mas sim de buscar o real. Esse questionamento havia surgido já com o impressionismo, em que se tratava de representar o «real» de outras formas que pela sua realidade visual. De acordo com Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*: "As dificuldades para tornar a realidade «real», em sentido «científico» ou objetivo, levaram os pintores impressionistas, por exemplo, muito além da linguagem visual da conformidade representativa, embora, como o sucesso demonstrou, não além da compreensão do leigo. O impressionismo levou seus seguidores consideravelmente longe, ao pontilhismo de Seurat (1859-1891) e à procura da estrutura básica como oposta à aparência da realidade visual, com os cubistas, que, reivindicando a autoridade de Cézanne (1839-1906), pensaram poder discernir em algumas formas geométricas tridimensionais." (p.323);

4: Errada. Ao falar sobre a maneira como foram recebidos as vanguardas europeias, entre as quais o cubismo, Hobsbawm afirma que não necessariamente foram bem recebidas. De fato, havia um grau de abstração alto no movimento que não refletia os gostos das massas, nem o dos grupos que, por assim dizer, frequentavam os meios artísticos. Em *A Era dos Extremos*, sobre o período das vanguardas, afirma-se que: "jamais devemos esquecer que, durante todo esse período, continuou isolada dos gostos e preocupações das massas do próprio público ocidental, embora agora o invadisse mais do que esse público em geral admitia. A não ser por uma minoria um tanto maior que antes de 1914, não era do que maioria das pessoas real e conscientemente gostavam." (p.181).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

7.2. O modernismo e A pós-modernidade

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou – se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005) Com o auxílio do texto julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando o século XIX com o laboratório em que foi gerado o século XX, a despeito das singularidades de cada um dos períodos.

(1) O Romantismo, espécie de escoradouro de aspirações e perplexidade típicas do século XIX, encontrou, nas primeiras décadas do século XX, o espaço ideal para se expandir, particularmente, na literatura, na música erudita e nas artes plásticas.

(2) Apesar de reduzido impacto científico, a teoria da relatividade, exposta pelo físico alemão Albert Einstein em 1905, repercutiu intensamente no campo da produção artística, estimulando o surgimento de obras sintonizadas com a concepção de um espaço estático e inflexível, de que decorreram trabalhos essencialmente subordinados ao formalismo acadêmico, ao conformismo burguês e à utilização de cores suaves.

(3) Nos anos 20 do século passado, o cinema mudo alcançou seu apogeu. Hollywood despontou com uma produção marcante, em que se destacaram a comédia - aponte-se o sucesso de Charles Chaplin – e as chamadas superproduções, que tiveram em Cecil B. de Mille sua mais fulgurante estrela.

(4) Provavelmente em razão da crise que sobreveio à Primeira Guerra Mundial, os anos 20 do século passado foram marcadamente pobres em produção literária, não se registrando textos que tenham merecido a atenção dos leitores e influenciando as gerações seguintes.

1: Errada. O movimento que surge no início do século XX, o modernismo, tenta evitar inspirações no tradicionalismo e na história, apesar de ser conectado de certa forma à subjetividade do ser humano, é um movimento objetivo e mais racional. Nega o sentimentalismo e o tradicionalismo presentes no romantismo;

2: Errada. A teoria da relatividade de Einstein (1879-1955) não teve um impacto científico reduzido, pelo contrário, ela inaugura uma nova forma de ver e analisar a ciência. Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, realça a importância da teoria: "A maravilhosa teoria da relatividade de Einstein, que descrevia a gravidade como uma manifestação da curvatura do espaço-tempo, na verdade introduziu uma perturbadora dualidade na natureza: «de um lado estaca o palco – o espaço-tempo curvo, a gravidade; de outro, os atores – os elétrons, os prótons, os campos eletromagnéticos – e não havia ela entre eles» (Weinberg, 1979, p. 43). Durante os últimos 40 anos de sua vida, Einstein, o Newton do século XX, mourejou para produzir uma «teoria de campo unificada» que unisse eletromagnetismo e gravidade, mas não conseguiu – e agora havia mais duas classes de força, aparentemente não relacionadas na natureza, sem relações aparentes com o eletromagnetismo e a gravidade." (p.521-522);

3: Certa. O cinema, inventado pelos irmãos Lumières, em 1895, inaugurou o cinema como uma nova arte. Os artistas das vanguardas logo usariam dessa arte para criar trabalhos, e de fato, o apogeu do cinema mudo deu-se na década de 1920, depois da Primeira Guerra. Segundo Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*: "O cinema foi cooptado pela vanguarda durante algum tempo durante a Primeira Guerra, depois de inexplicavelmente ignorado por ela. Não apenas se tornou essencial admirar essa arte, e notadamente sua maior personalidade, Charles Chaplin, como também os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mas especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção." (p.182);

4: Errada. O item está errado pois é possível falar de uma produção literária importante ocorrida no pós-Primeira Guerra e, principalmente, na década de 1920. Muitos autores, decepcionados com os horrores da guerra e com o fato de que os armistícios não foram sinais de paz efetiva, promoverão a criação de grandes obras literárias, dentro de movimentos artísticos específicos, dos quais destacam-se o Futurismo, o Dadaísmo, o Surrealismo. O Manifesto Surrealista de André Breton (1896-1966) surgiu em 1924. Na Alemanha, Erich Maria Remarque (1898-1970) publica *Nada de Novo no Front* em 1929 e, junto com Hermann Hesse (1877-1962), que publicou *Sidarta* em 1922, constituem o bloco alemão. Os norte-americanos Ernest Hemingway (1899-1961) e F. Scott Fitzgerald (1896-1940) publicarão, respectivamente, *Adeus às Armas* (1929) e *O Grande Gatsby* (1925). Finalmente, não se pode afirmar que essas obras não terão influência nas gerações seguintes. Pelo contrário, as vanguardas do pós-Guerra, principalmente o Dadaísmo e o Surrealismo, serão movimentos importantes para a constituição de correntes artísticas literárias no futuro, tendo o Tropicalismo da década de 1960 no Brasil um exemplo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

05. História do Brasil

Rodrigo Goyena Soares

1. O PERÍODO COLONIAL

1.1. A configuração territorial da América Portuguesa

(Diplomacia - 2008) Acerca da cultura, economia e administração no período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir

(1) O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.

(2) Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

(3) O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

(4) A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

1: Errado. Os colonizados, constituídos por índios, africanos e homens livres pobres, foram submetidos à hegemonia econômica e cultural portuguesa. Embora Gilberto Freyre ressalte a miscigenação da sociedade colonial, as relações de poder eram estruturadas de forma unipolar. A exploração por parte dos colonizadores e dos colonos, por meio da ação dos jesuítas e da escravidão africana, ratificava a dominação portuguesa;
2: Certo. No século XVII, sob a vigência da União Ibérica, o padre Antônio Vieira, em *Os sermões*, evidenciou a necessidade de recuperar o poder político antes garantido exclusivamente a Lisboa. Além de sugerir o fortalecimento da máquina mercantil do Estado, o padre Vieira propôs a transferência da capital metropolitana para a colônia do Brasil;
3: Certo. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, notabilizou-se, em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, pelas pesquisas estatísticas, nas quais realizava um levantamento das atividades econômicas da Colônia, tendo como foco norteador os lucros e os custos dos engenhos açucareiros. A Coroa portuguesa confiscou a obra por temor a despertar a cobiça de outros Estados europeus;
4: Errado. O primeiro esforço de colonização, consubstanciado pela criação de capitanias hereditárias, em 1532, constituiu uma iniciativa descentralizadora que buscou cooperar com o setor privado, para por em prática a ocupação, a exploração e a defesa da Colônia. A Carta de Doação e o Foral elencavam os direitos e os deveres dos donatários. Com os insucessos das capitanias – ressalvados os casos de São Vicente, de Pernambuco, e consoante alguns autores, da Baía de Todos os Santos - em 1549, Lisboa criou o Governo-Geral do Brasil, com sede em Salvador. A Tomé de Sousa, o primeiro governador geral, foi atribuída a tarefa de centralizar a organização colonial. Outro exemplo de expansão colonial não conduzida pelo modelo estatal diz respeito à ação dos jesuítas e dos bandeirantes. É de rigor ressaltar que, à época da Colônia e do Império, os bandeirantes eram denegridos e negligenciados pela historiografia. Capistrano de Abreu e Varnhagen resgataram o papel pioneiro e desbravador dos bandeirantes, assim como o fez Vianna Moog, em *Bandeirantes e pioneiros*. A Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, mistificará a figura dos expedicionários paulistas: é nesse momento que serão valorizadas as pinturas de Benedito Calixto retratando, de forma ficcional, o pioneirismo bandeirante.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

Texto para a próxima questão

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Anna Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Partindo do tema tratado no texto II e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A posição portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental das especiarias.

(2) A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defende-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o memento da independência.

(3) A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

(4) Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

1: Certo. O início efetivo da colonização ocorreu a partir de 1532 com o estabelecimento das capitanias hereditárias e fundamentou-se tanto na avaliação dos possíveis lucros que poderia auferir a Colônia recentemente descoberta quanto na defesa territorial contra franceses e holandeses. No que concerne à exploração econômica, as capitanias hereditárias eram doadas, em formato de sesmarias, no intuito de encetar a produção agrícola e de transferir os lucros derivados da exploração à Coroa. Em relação à cobiça dos outros Estados europeus, a França e a Holanda buscaram contestar o Tratado de Tordesilhas, entendido como verdadeiro testamento de Adão. Os franceses, em 1555, fundaram a França Antártica, no atual Rio de Janeiro, e a França Equinocial, em 1612, no atual Maranhão. A Holanda, por sua vez, organizou um serie de expedições, entre 1624 e 1630, objetivando capturar as cidades de Salvador e de Recife. Os invasores foram derrotados pelos portugueses e seus aliados indígenas, no caso das ocupações francesas, e pela Insurreição Pernambucana, de 1654, no que diz respeito aos holandeses;
2: Errado. À iniciativa privada, malgrado o caráter anacrônico do termo, delegou-se as tarefas de ocupar, de explorar e de defender, entre os anos de 1532 e de 1549. O fracasso das capitanias hereditárias ensejou a interferência centralizadora da Coroa que, em 1549, implementou o Governo-Geral com sede em Salvador. Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, contou com auxiliares nomeados pela Coroa. Eram esses o provedor-mor, o capitão-mor e o ouvidor-mor. A partir de então, a Coroa assumiu o ônus da colonização, retirando dos donatários a iniciativa privada antes concedida;
3: Errado. Consoante a tese dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, à exploração do pau-brasil seguiu-se, a partir de 1550, a produção agrícola vinculada à cana-de-açúcar. O pau-brasil, nesse sentido, não garantiu o êxito da empreitada colonizadora: foi rapidamente substituído por outras atividades econômicas mais rentáveis.

Ciclos Econômicos

No modelo dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, haveria um apogeu e um declínio das culturas de produção. Ao término de um ciclo, seria esse abandonado em proveito de outro em franca expansão. O gráfico a seguir ilustra o pensamento do autor. O eixo da ordenada indica o ápice e o declínio das culturas; o eixo da abscissa, a seu turno, indica o século de produção.

Críticas ao modelo dos ciclos econômicos

A crítica ao modelo dos ciclos econômicos, conforme ilustra o gráfico a seguir, indica que, à exceção do ciclo do ouro, não é de rigor assinalar o começo, o apogeu e o declínio de uma cultura. As culturas não teriam sido abandonadas em proveito de outras. Haveria uma coexistência de culturas ao longo dos séculos coloniais.

Atividades complementares

A análise das atividades complementares ratifica a tese que critica a teoria dos ciclos. O gráfico seguinte retrata uma simultaneidade de existência das atividades econômicas que conformavam a economia colonial.

Tipo de mão de obra e localização das principais culturas produtivas

Fonte: THERY, H. e APARECIDA DE MELLO, N., Atlas do Brasil, 2ª edição, Edusp, São Paulo, 2008. Página 39.

4: Certo. A circulação de mercadorias caracterizou a primeira fase do capitalismo. O período em questão não se singularizou pela acumulação de capitais com vistas a garantir o aumento do volume de poupança. A título de exemplo, o ciclo de pau-brasil articulou-se mediante o escambo entre portugueses e indígenas. O meio circulante monetário era, portanto, relativamente escasso.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

Texto para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco e o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz e milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos. A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Avelar e A. O. Cintra (org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005) Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

(2) Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidor da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

(3) Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias – o pacto colonial – inviabilizava, na pratica, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

(4) A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

1: Certo. A colonização das colônias ibero-americanas estiveram subordinadas ao surgimento do capitalismo europeu de base mercantil, entendido como conjunto de medidas econômicas que buscavam estabelecer companhias de exploração e de extração das riquezas sob a forma de monopólios. O mercantilismo português e o espanhol caracterizaram-se, sobretudo, pelo bulionismo ou metalismo;
2:Certo. Embora Fernando Novais, em *História geral do Brasil*, assinale a coexistência de culturas produtivas, prevaleceram os latifúndios, como estrutura fundiária de produção, a escravidão, como modelo de mão de obra, e a monocultura, como paradigma produtivo;
3: Errado. Não haveria um Pacto Colonial propriamente dito, já que as relações de dominação eram unilaterais. Não havia consentimento colonial quanto as medidas administrativas adotadas pela centralidade da Coroa. As atividades econômicas não diretamente voltadas para a

exportação, como a pecuária, foram as responsáveis por garantir o êxito das culturas voltadas para o mercado externo, como a do açúcar. Com efeito, a pecuária fornecia o vestuário, o transporte e a alimentação dos produtores de açúcar. Nesse sentido, o gado assegurou a interiorização do pais, via o leito do rio São Francisco, e sustentou a capacidade produtiva das atividades, como o açúcar, atreladas ao mercado externo;
4: Errado. A agroindústria açucareira não monopolizou a economia colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII. Embora encontre nesse período seu apogeu, a pecuária e extração das drogas do sertão coexistiram com a produção do açúcar. Esta contou, ainda, com o financiamento holandês, que foi coibido pela Espanha à época da União Ibérica (1580-1640).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005) Ao mencionar a existência de "centros mineradores" (l. 7-8), o texto V refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região – neste caso, São Paulo – cujo elevado dinamismo econômico requeria incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

(2) Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

(3) Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi predominante, evidenciada pelo elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

(4) A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

1: Errado. As expedições bandeirantes procuravam capturar o gentio, resgatá-lo da ação dos jesuítas, aprisionar africanos foragidos e explorar as drogas do sertão e os metais preciosos. Não havia um dinamismo econômico inerente ao modo de exploração bandeirante, que não era produtivo, mas extrativo; a interiorização das expedições, nesse sentido, não se explica pela necessidade de incorporar novas áreas ao crescente desenvolvimento, mas pela procura do gentio, do escravo e do ouro. A historiografia recente aponta outras razões que estimulariam a formação das bandeiras na região paulista. Havia, no período, um comércio endógeno feito por jesuítas e portugueses na região de São Paulo, responsável pela produção de gêneros de subsistência que eram comerciados entre regiões da própria América portuguesa. John Monteiro, em *Os negros da terra*, assinala como os colonos da atual região paulista começaram a produzir trigo em larga escala e como eles vendiam esta produção a outras regiões da própria América Portuguesa. Como esse comércio não era tão lucrativo como os latifúndios açucareiros, não havia dinheiro para comprar escravos negros, estimulando a ação de bandeirantes na busca de índios para trabalhar nas fazendas paulistas de trigo, contrariando a lei de 1596, que proibia a mão de obra escrava indígena;
2: Certo. O ciclo do ouro caracterizou-se pelo rápido surgimento de núcleos urbanos, onde a mão de obra era menos estratificada do que na indústria açucareira. Aos escravos africanos somavam-se os escravos de serviço, os alforriados e os homens pobres livres. Ainda, a interiorização das atividades produtivas, liderada pelo ciclo do ouro, permitiu o deslocamento, para o Centro-Sul, da pecuária e a progressiva emergência de novas culturas nessas localidades;
3: Errado. Embora houvesse intervenção do Estado metropolitano no Nordeste açucareiro, configurado no exclusivo colonial, a ação regulamentadora metropolitana vincula-se mais ao ciclo da mineração. A ascendência da Coroa sobre o usufruto das minas fundamentou-se na instituição do quinto real, do imposto da capitação sobre a posse de escravos e da derrama, pelo meio da qual Lisboa confiscava posses privadas caso não se atingisse o patamar extrativo de 1,5 tonelada de ouro por ano. A Coroa, contudo, não investiu diretamente na região, relegando à iniciativa privada o ônus da extração. Os lucros, sob a forma de impostos, eram encaminhados a Lisboa. A Guerra dos Emboabas, de 1708-1709, evidencia os embates entre as entidades privadas, no caso entre paulistas e nativos de províncias nordestinas, pela exploração do ouro e dos diamantes;
4: Certo. O deslocamento do centro produtivo para a região Centro-Sul, que se caracterizou pela transferência da pecuária e do açúcar, deu margem à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A estrada real, que liga o porto do Rio de Janeiro e de Paraty aos centros de extração auríferos, permitia à Coroa maior fiscalização sobre o deslocamento do ouro e seu encaminhamento para a metrópole. Outrossim, com a sede do governo-geral no Rio de Janeiro, Lisboa garantia maior ascendência sobre as disputas territoriais platinas.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de colonização do Brasil, julgue os itens seguintes.

(1) A mineração, além de ter gerado uma sociedade rigidamente estratificada e patriarcal, deslocou o centro das atenções econômicas para o interior da colônia, os chamados sertões, embora o poder político se mantivesse em Salvador, na Bahia.

(2) Primeiro movimento emancipacionista ocorrido no Brasil, a Inconfidência Mineira foi formada e liderada por representantes das camadas mais simples da população, a exemplo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

(3) A conquista e a colonização das terras americanas, entre as quais o Brasil, inscreveram-se no contexto de expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna, processo pioneiramente liderado pelos países ibéricos.

(4) O texto sugere que a exploração econômica de uma colônia como o Brasil estava subordinada aos princípios gerais que conduziam as práticas mercantilistas vigentes na Europa, entre as quais se destacavam a balança de comércio favorável e o monopólio de comércio por parte da metrópole.

(5) Desenvolvida amplamente na região de São Vicente, a economia açucareira assentava-se no latifúndio, no atendimento prioritário da demanda interna e na exploração da mão de obra escrava indígena.

1: Errado. A sociedade oriunda do economia mineradora, cuja maior pujança ocorreu na primeira metade do século XVIII, caracterizou-se por uma incipiente flexibilização dos estratos sociais. Embora seja certo que houve deslocamento das atenções econômicas para o interior da Colônia, o poder político não se manteve em Salvador. Pelo contrário, em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se a sede do governo colonial.

2: Errado. Por um lado, não há consenso historiográfico sobre o ineditismo da Inconfidência Mineira na série de movimentos emancipacionistas que caracterizaram o Brasil até 1822. Por outro, a Inconfidência Mineira foi um movimento essencialmente elitista.
3: Certo. A colonização das terras americanas advém do pioneirismo lusitano e hispânico na expansão das rotas comerciais. Em Portugal, a Revolução de Avis, de 1385, promoveu centralização do Estado, que, por sua vez, fomentou os incentivos à expansão marítima.
4: Certo. A colonização econômica do Brasil estava subordinada ao mercantilismo europeu. O mercantilismo define-se como um conjunto de práticas econômicas que objetivavam enriquecer o tesouro dos Estados por meio do robustecimento da balança comercial e da consolidação do exclusivo colonial. Há, portanto, intervenção do Estado na economia sob o regime mercantilista. Em largos traços, pode-se sustentar que houve quatro tipos de mercantismo: o ibérico ou bulhonista, que visava o acúmulo de metais; o francês ou colbertista, que dava destaque à produção de artigos de luxo; o britânico ou comercialista, que dava ênfase ao comércio; e o holandês ou cameralista, que dava destaque à instituição de Câmaras de Comércio monopolistas nas colônias.
5: Errado. As descrições correspondem mais a região de Pernambuco do que a de São Vicente, como então se chamava a atual região de São Paulo. Outros erros do item dizem respeito à mão de obra da região de São Vicente, que não era indígena, mas africana, e à economia, que era de exportação, e não atendia, somente, a demanda interna.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Após as primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e na grande propriedade. Ao lado da grande empresa colonial e do regime de grande propriedade, acrescentamos um terceiro elemento: o trabalho compulsório.

Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 47-8 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o fragmento de texto acima e o quadro geral vigente no período colonial brasileiro, julgue os próximos itens.

(1) A cana-de-açúcar foi o principal produto agrícola de exportação do Brasil no período colonial, com produção concentrada na região de São Vicente, substituindo a extração aurífera que entrara em decadência.
(2) No Brasil, a exploração do trabalho escravo ultrapassou a etapa de colonização e foi formalmente extinta apenas em fins do regime monárquico, com a Lei Áurea de 1888.
(3) Ao longo do século XVIII, a mineração consolidou a ocupação do litoral do Brasil e gerou uma sociedade impermeável e essencialmente ruralizada.
(4) A colonização do Brasil decorreu da expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna e subordinou-se às exigências de um nascente capitalismo de base comercial.
(5) No texto, sugere-se a existência de um tripé, sob o qual se assentou a colonização do Brasil, composto por latifúndio, monocultura e escravidão.

1: Errado. Embora a cana-de-açúcar ganhou destaque como produto de exportação do Brasil, não foi o principal artigo de comercialização durante a integridade do período colonial. Nem o único. A historiografia aponta o pau-brasil como primeiro produto de exportação. A extração aurífera, que superou a cana na pauta de exportações durante a primeira metade do século XVIII, substituiu a produção de açúcar. Ainda, malgrado a diversidade de regiões produtoras de cana-de-açúcar, não foi São Vicente, mas a região Nordestina, que se caracterizou pela produção do açúcar.
2: Certo. O regime escravocrata de produção econômica ultrapassou a etapa de colonização, ganhando ímpeto durante o Império. A extinção formal da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888, com a edição da Lei Áurea.
3: Errado. A mineração promoveu o adensamento da interiorização econômica do Brasil colonial, gerando uma sociedade menos impermeável - e, portanto, mais flexível em termos de mobilidade social -, e mais urbana. A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, tornou-se o símbolo da urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. A colonização do Brasil em muito se associou à expansão marítima ibérica e à subordinação ao capitalismo europeu de base mercantilista e comercial.
5: Certo. Embora não haja consenso na historiografia acerca desse tripé, pode-se afirmar que a colonização se assentou sobre as bases do latifúndio, do monocultura e da escravidão.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Acerca das características econômicas e sociais da América Portuguesa Colonial, julgue os seguintes itens.

(1) Nos séculos XVI e XVII, a América Portuguesa era escravocrata, rural e patriarcal.
(2) No período da economia açucareira, os portugueses lucravam na produção do açúcar, no seu refino e em sua distribuição na Europa.
(3) Na atividade açucareira, havia maior diversidade ocupacional (administradores, artistas, artesãos etc.) do que na economia de mineração, que era voltada para a extração de ouro.
(4) Os paulistas descobriram as minas de ouro e foram os primeiros a explorá-las.

1: Certo. A escravidão, a estrutura econômica agrária e o patriarcalismo foram características da América Portuguesa.
2: Errado. Ao passo que os portuguesas lucravam com a produção do açúcar, os holandeses dominavam o transporte, o refino e a distribuição do produto no continente europeu. Visto que comercializar era mais rentável do que produzir, os holandeses auferiram mais dividendos da empresa açucareira do que os portugueses.
3: Errado. A economia da mineração teve maior diversidade ocupacional do que a açucareira. Um dos vértices explicativos constitui a forte urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. As ações desbravadoras dos bandeirantes culminaram na descoberta de jazidas de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

1.2. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão

(Diplomacia 2009) Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

(A) A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis

fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.

(B) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.

(C) Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.

(D) Os tratados de limites firmados entre as coroas espanhola e portuguesa extinguiram-se no século XVIII.

(E) O ciclo dos currais e do gado, iniciado no sul do país, correspondeu a um dos capítulos mais importantes da ocupação territorial do Brasil no período colonial.

A: Correto. A superação do Tratado de Tordesilhas, de 1494, ocorreu devido a quatro fatores basilares: i) a fundação das missões jesuíticas, tanto no Sul como no vale amazônico, permitiu a ocupação de áreas originalmente pertencentes à Espanha, ii) a União Ibérica adensou a construção de cidades no que se acreditava ser a embocadura do Amazonas: o Forte do Presépio, de 1616, garantiu acesso português ao rio Tocantins. Para a Espanha era mais factível escoar o ouro da América via o que hoje é o Panamá, e mais tarde via Buenos Aires, do que transpassar os Andes e ganhar acesso ao Atlântico, iii) a pecuária garantiu, a um só tempo, o abastecimento do mercado interno e o acesso ao interior via o leito do rio São Francisco, iv) as expedições bandeirantes, que tiveram por escopo apresar o gentio, capturar africanos foragidos, extrair as drogas do sertão e os metais preciosos. A União Ibérica, portanto, permitiu que Portugal adentrasse o território continental em situação bélica relativamente amena com Espanha; essa expansão territorial, contudo, ao desrespeitar o Tratado de Tordesilhas, deu lugar, em 1750, ao Tratado de Madri, que objetivou estabelecer novo entendimento lindeiro entre Portugal e Espanha. Ressalte-se que a União Ibérica, entre 1580 e 1640, mesmo tendo resultado na invasão da Espanha continental a metrópole portuguesa, não afetou a administração das colônias portuguesas na América, já que a América portuguesa continuou tendo uma administração própria;
B: Incorreto. A agroindústria açucareira concentrou-se, sobremaneira, no litoral. A ampliação do domínio territorial português ocorreu devido à pecuária, que embora atrelada à indústria do açúcar, forneceu sustento a outras atividades econômicas. Os próprios bandeirantes esforçaram-se para levar o gado do litoral ao interior do continente;
C: Incorreto. Os atritos entre colonos espanhóis e portugueses estruturaram o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. Os entendimentos lindeiros entre Espanha e Portugal têm início com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, seguido do Tratado de Madri, de 1750, o de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e o de Badajoz, de 1801. O último foi um acordo de paz que deu fim à Guerra das Laranjas, mas teve consequências para as fronteiras dos países ibéricos. De forma sucinta, a tabela a seguir traça as características principais dos tratados acima referidos.

Tratado	**Questões lindeiras referentes a** • Sete Povos, originalmente de fundação espanhola • Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, com o objetivo o de garantir a presença lusitana no comércio da Bacia do Prata Região • Amazônica e Centro-Oeste	Conteúdo do Tratado	Resultado do Tratado
Tratado de Madri 1750 – Assinado por Alexandre de Gusmão, por Portugal, e por José de Carvajal y Lancaster, pela Espanha	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha Portugal garante a posse do Amazonas e do Centro-Oeste	O Tratado de Madri foi um ajuste global entre a Espanha, que havia descumprido o diploma de 1494 ao estender seus domínios na Ásia, e Portugal, que avançou na América. Resultou em uma permuta entre Sete Povos e Colônia do Sacramento	A resistência jesuíta, simbolizada pela Guerra Guaranítica, inviabilizou a permuta
Tratado de El Pardo, 1761 Assinado no reinado de Dom José I e no ministério de Pombal	Sete Povos: em posse da Espanha-Colônia do sacramento: em posse de Portugal	O Marquês de Pombal priorizou a Colônia do Sacramento. Ainda, expulsou os jesuítas, pois eram esses "um Estado dentro do Estado"	Anulação do Tratado de Madri de 1750
Tratado de Santo Ildefonso, 1777 – Assinado no reinado de Maria I, A "Viradeira"	Sete Povos: em posse da Espanha Colônia do sacramento: em posse de Espanha	Espanha ocupa a região de Desterro (atual Santa Catarina), já que, ao aproximar essa região de Sete Povos, poderia levar à retirada completa de Portugal do espaço em disputa	Em 1777, Portugal troca Colônia do Sacramento por Desterro. As fronteiras não foram demarcadas
Tratado de Badajoz, 1801.Tratado de paz que dá fim à Guerra das Laranjas. Não foi um tratado de limites	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha	Tratado de paz entre Espanha e Portugal	A Guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal ocasionou a perda da Praça Forte de Olivença, que ficou em mãos espanholas. A retaliação portuguesa levou à anexação de Sete Povos.

D: Incorreto. Os tratados de limites tiveram vigência depois de declaradas as independências do Brasil e as dos países da América espanhola. Consoante a tese de Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro faz uso, no século XIX, do consagrado princípio de *uti possidetis*, para negociar os tratados de limites com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859 e com a Bolívia, em 1867. A América espanhola, a seu turno, advogou em benefício do Tratado de Santo Ildefonso, fazendo valer o princípio de *uti possidetis juris*, que preconiza o validade dos acordos jurídicos para demarcar as fronteiras, e não a posse efetiva do território; E: Incorreto. O ciclo dos currais e do gado inicia-se no século XVII, no Nordeste. A penetração da pecuária aconteceu via o leito do rio São Francisco. A transmigração da pecuária para o Sul e o Sudeste ocorreu no século XVIII, quando se fez exponencial o crescimento demográfico de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso do Sul devido ao ciclo do ouro. É de rigor, no que concerne às atividades econômicas da Colônia, salientar que a tese dos ciclos, proposta por Roberto Simonsen, não encontra respaldo histográfico na atualidade. Ilmar Mattos contesta a teoria dos ciclos para propor a tese da coexistência das culturas. Não haveria um apogeu e um declínio dessas traçável no tempo, exceção feita ao ciclo do ouro, o que realça a inter-relação econômica constante entre Colônia e Metrópole. Na expressão de Ilmar Mattos, esse sistema de relações consubstanciariam a "moeda colonial", cuja liga seria o monopólio da Coroa.

Gabarito "A"

(Diplomacia 2009) Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do *uti possidetis*, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

(A) cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
(B) não pode haver posse se não houver propriedade.
(C) entre a cruz e a espada, a razão não pode prevalecer.
(D) o uso da força deslegitima o direito de posse.
(E) cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

A, B, C, D e E: A expressão *uti possidetis* provém do princípio de direito romano *uti possidetis, ita possideatis*, o qual significa "como possuís, assim possuais". Em outras palavras, "quem possui de direito, possui de fato". O princípio, empregado por Alexandre de Gusmão, foi destacado nas negociações lindeiras posteriores por Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Segundo Reinado, e pelo Barão do Rio Branco, na República Velha. O princípio de direito romano deu posse jurídica aos territórios nos quais habitavam portugueses e brasileiros. A título de exemplo, no caso do Tratado de Petrópolis, de 1903, o Barão do Rio Branco valeu-se do critério para realçar a posse efetiva do Acre.

Gabarito "E".

(Diplomacia 2002) Assinale a única opção correta que completa a seguinte afirmação: "O princípio do *Uti Possidetis* foi usado pela diplomacia brasileira..."

(A) Nas negociações com Portugal, que culminaram com a restituição dos restos mortais de D. Pedro I, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.
(B) Para fundamentar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra os países do Eixo.
(C) Para justificar o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, no âmbito das forças da OEA que participaram da pacificação interna daquele país em 1965.
(D) Para defender, perante a Corte Internacional da Haia, a legalidade jurídica internacional dos dispositivos da Constituição de 1946 que asseguravam a propriedade do Estado sobre o subsolo mineral brasileiro.
(E) Em negociações para a fixação de fronteiras, dentro da tradição estabelecida ainda no período colonial pela diplomacia portuguesa.

A, B, C, D e E: A princípio de uti possidetis consubstanciou as disputas lindeiras, tanto durante a época colonial como na independente. Ver explicação acima.

Gabarito "E".

(Diplomacia 1996) Alexandre de Gusmão, Brasileiro de Santos, São Paulo, é conhecido como o "Avô da Diplomacia Brasileira" por sua participação na negociação do:

(A) Tratado de Madri
(B) Tratado de Petrópolis.
(C) Tratado de Santo Ildefonso
(D) Tratado de Versailles.
(E) Tratado do Rio de Janeiro.

A, B, C, D e E: Tratado de Madri (Ver tabela acima).

Gabarito "A"

2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

2.1. O Brasil sede do Estado monárquico português

A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da revolução industrial, do peso das forças reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole, da transformação do continente americano em área de competição internacional.

Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores. Outros dois devem-lhes ser somados: por um lado, a experiência e o conhecimento da realidade internacional, acumulados na corte do Rio de Janeiro, desde 1808, adquiridos na rotina do serviço diplomático, com as representações estrangeiras no Brasil e as representações luso-brasileiras no exterior; por outro lado, a importância atribuída às questões externas, na própria organização do Estado nacional, após a ruptura com Portugal.

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992, p. 20-1.

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do significado da transferência da sede do Estado português para sua colônia americana, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) A decisão de transferir a sede do governo metropolitano vincula-se à tensa conjuntura da política europeia em princípios do século XIX, quando duas forças poderosas — a França napoleônica e a Inglaterra — disputam espaços e áreas de influência.
(2) A presença da corte bragantina no Rio de Janeiro alterou substancialmente a situação da colônia brasileira.

O primeiro sinal dessa transferência, que se mostrou fundamental para o encaminhamento do processo de independência, foi a abertura dos portos ao comércio internacional, decisão que fazia desaparecer o eixo central do sistema colonial: o monopólio metropolitano.

(3) O fim do exclusivo de comércio (monopólio metropolitano) foi decisão difícil, visto que foi preciso vencer a implacável resistência britânica. Como país pioneiro e líder da Revolução Industrial, a Inglaterra temia perder o potencialmente promissor mercado brasileiro ante a concorrência de outras potências.

(4) Infere-se do texto que a política externa joanina bem como a que foi implementada pelo nascente Estado brasileiro afastaram-se paulatinamente de influências europeias, superaram condicionamentos históricos e abriram perspectivas na direção da crescente aproximação do Brasil com os vizinhos americanos.

1: Certo. A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro, consoante expressão de Maria Odila Leite Dias, atrelou-se às guerras napoleônicas no continente europeu. O bloqueio continental decretado pela França, após a derrota de Trafalgar contra a Inglaterra, aproximou Portugal desta, e a Espanha daquela. Pelo Tratado de Fontainebleu de 1807, a Espanha cedia passagem às tropas napoleônicas para adentrar o território lusitano, forçando a Coroa de Lisboa a transmigrar para o Brasil, na esteira das recomendações anteriores de Dom Rodrigo de Sousa Continho, que foi ministro de Estado português entre 1796 e 1801. Pelo Tratado referido, Portugal seria dividido entre a Espanha, a França e Godoy, diplomata espanhol que articulou o acordo de passagem. A Inglaterra financiou e escoltou a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro;

2: Certo. A transferência da Coroa caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico da Colônia, pela abertura dos portos às nações amigas e pelo fim do exclusivo colonial. Ainda, revogou-se o alvará de 1785, pelo meio do qual a produção de manufaturas ficava sob o monopólio metropolitano. Maria Odila Leite Dias, em *A Interiorização da metrópole,* descreve como a presença portuguesa no Rio de Janeiro provocou um enraizamento da corte na região do Centro Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Os membros da corte portuguesa transformaram o Rio de Janeiro, causando um significativo povoamento da cidade, que resultou em uma crise de abastecimento. A crise foi resolvida com o desenvolvimento de uma rede de comércio importante entre o Rio de Janeiro e as capitanias da região, o que favoreceu um adensamento dos interesses portugueses na América, além de fomentar uma transformação substancial na colônia brasileira. Os principais homens da corte portuguesa começam a investir na América, criando laços com os habitantes locais e com o comércio e desenvolvimento da região, fato que acaba postergando a volta da Corte e de Dom João VI para Lisboa;

3: Errado. A Inglaterra beneficiou-se pelo Tratado de Comércio e Navegação, visto que as tarifas alfandegárias aplicadas à Inglaterra foram estipuladas em 15%, enquanto a Portugal era aplicado o percentual de 16%. Às demais nações amigas, era imposta a tarifa de 24%. Note-se que a competitividade industrial britânica dava notável vantagem à Inglaterra em detrimento das demais nações; as tarifas, nesse sentido, ainda que tivessem sido aplicadas de forma homogênea a todos os Estados, não teriam prejudicado as exportações inglesas;

4: Errado. Consoante tese de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno, até a entrada em vigor da Tarifa Alves Branco, em 1844, a Colônia e o Brasil tiveram de administrar o imobilismo. Em outros termos, a política externa durante os anos finais da Colônia e os primeiros do Brasil independente estava umbilicalmente vinculada aos tratados de comércio com a Inglaterra. Ainda, o período que se estende de 1822 a 1851 é marcado por sucessivos atritos com os vizinhos americanos, notadamente os embates ligados à Guerra Cisplatina, em 1825, e a Guerra contra Rosas, em 1851.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

2.2. A influência das ideias liberais e sua recepção no Brasil

(Diplomacia – 2008) No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção INCORRETA acerca desse período.

(A) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.

(B) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.

(C) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.

(D) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.

(E) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

A: Correto. O padre Antônio Vieira, no século XVII, assim como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no decurso das últimas décadas do século XVIII, propuseram a criação de um Império transoceânico governado pela dinastia dos Bragança, com sede no Rio de Janeiro. A proposta de Souza Continho ficou conhecida como projeto de um vasto e poderoso Império. A transmigração da Coroa e a interiorização da metrópole no Rio de Janeiro ocorreram na esteira das guerras napoleônicas, no continente europeu. Com a vitória inglesa na batalha de Trafalgar, Lord Nelson assegurou à Inglaterra supremacia marítima sobre a França. Napoleão, a seu turno, por meio do decreto de Berlim, articulou um bloqueio continental à Inglaterra, cujo escopo era beneficiar a indústria francesa no continente. O bombardeio de Copenhague pela Inglaterra, devido ao temor britânico quando a adesão da Dinamarca ao bloqueio continental, causou temor a Portugal, que vislumbrou, assim, a possibilidade de Lisboa ser o próximo alvo. Nesse sentido, pressões inglesas incitaram a aproximação de Lisboa e Londres. O Tratado de Fontainebleu, assinado em 1807, mediante o qual Portugal seria divido entre a Espanha e a França, levou Dom João VI a valer-se da proposta de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e transferir, em 1807, a sede da Coroa para o Rio de Janeiro. Destarte, a transmigração de 1808 não foi uma fuga, pois havia projeto anterior, nem uma consequência exclusivamente advinda de pressões inglesas.

B: Incorreto. Em 1785, contrariando as disposições anteriormente implementadas pelo Marquês de Pombal, Maria I, "a Viradeira", adotou alvará proibindo a produção de manufaturas nas coloniais portuguesas. Com a transmigração da coroa, em 1807, Dom João VI revogou o alvará de 1785, dando início a expressivo crescimento econômico da colônia do Brasil.

C: Correto. O Conde de Palmela representou Portugal no Congresso de Viena, de 1815. Decorrente do pensamento restaurador, o Império é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

D: Correto. No que concerne às invasões de territórios sob dominação francesa, como resposta às guerras napoleônicas em Portugal, Dom João IV interveio, em 1809, na Guiana Francesa e tomou Caiena. A presença imperial durou até 1817, quando os acordos advindos do Congresso de Viena deram lugar à retirada das tropas imperiais

de Caiena. No que diz respeito ao intervencionismo platino, duas investidas portuguesas apossaram-se de Montevidéu. A primeira, em 1811, é prontamente contestada pela Inglaterra, que antevendo possíveis desvios de comércio, aconselha Portugal a retirar-se da banda oriental. A segunda intervenção ocorre em 1816. Foi uma retaliação à perda da Praça Forte de Olivença, em 1801. O êxito da anexação leva à criação da Província Cisplatina, que será objeto de embate entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825.
E: Correto. A Revolução de 1820, no Porto, conclamava o regresso de Dom João VI a Portugal, embora fosse agenciada em benefício da limitação do poder real. A face conservadora do Vintismo, conforme título que se deu a revolução, exigia a vinculação do Brasil colônia a Portugal; em outras termos, optava-se pelo *status quo ante.* Fazendo alusão às instáveis Repúblicas hispano-americanas, Dom João VI entregou o poder ao filho, Dom Pedro I: "antes para ti, meu filho, do que para um aventureiro", teriam sido as palavras do príncipe regente. O Vintismo terminou exigindo, também, a volta de Dom Pedro I a Portugal, fato que justificou, entre outras razões, a proclamação da independência do Brasil.

Gabarito "B"

2.3. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil

Não foi a independência do Brasil produto de um processo premeditado, linear e homogêneo, imbuído de uma consciência nacional profunda, transcorrido nos termos de uma simples oposição entre colônia e metrópole, ou entre Liberalismo e Absolutismo, estando suas bases já dadas desde a crise do Antigo Sistema Colonial, a transmigração da Corte portuguesa ou mesmo a revolução vintista. Se esses últimos fatos constituem, sem dúvida, marcos decisivos do processo, não o explicam de todo.

Marcello Octávio N. de C. Basile. **O Império brasileiro: panorama político**. In: Maria Yedda Linhares (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed., Rio de Janeiro:Elsevier, 1990, p. 208 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Acerca do assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A independência brasileira, planejada pelo menos desde 1820 por José Bonifácio, somente pôde ser desencadeada com o apoio das elites, a partir de agosto de 1822.

(2) A Revolução antiliberal portuguesa de 1820, ao defender o retorno do absolutismo real e do exclusivismo comercial, levou a elite brasileira a aderir à ideia da independência.

1: Errado. Embora não seja possível datar o início do processo de independência em agosto de 1822, visto que a corrente historiográfica predominante advoga a data de 1808 como ponto nodal do processo de emancipação, pode-se sustentar que a independência se fez premente com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 1821, e com o "dia do fico", em 9 de janeiro de 1822. Antes, portanto, de agosto de 1822.
2: Errado. A Revolução do Porto não era antiliberal. Pelo contrário, era liberal em suas feições metropolitanas, mas conservadora em seus matizes coloniais. Preconizava-se um estreitamento de vínculos administrativos entre o Portugal e o Brasil, mas não um retorno ao absolutismo real, nem muito menos ao exclusivismo comercial.

Gabarito 1E, 2E

3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

3.1. A Constituição de 1824

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os seguintes itens, relativos à vida política do Império do Brasil.

(1) A primeira Constituição Brasileira foi imposta por D. Pedro I, fato que contribuiu para desencadear a revolta da Confederação do Equador.

(2) Nas lutas políticas do período regencial, o cerne do debate foram os temas da centralização ou descentralização política, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

(3) O parlamentarismo foi introduzido pela Constituição Liberal de 1847, que criou o cargo de presidente do conselho de ministros (equivalente a primeiro ministro), o qual seria indicado pelo imperador.

1: Certo. A primeira Constituição brasileira foi outorgada, e não promulgada, por Dom Pedro I em 1824. Em decorrência da dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, grupos republicanos advogaram a cisão, por um lado, entre o Brasil e, por outro, o Ceará, do Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Frei Caneca ergueu-se como arauto da Confederação do Equador, de 1824.
2: Certo. O item faz referência às revoltas que ocorreram durante a Regência, que questionavam, em parte, a centralização política do regime. Com a ausência do Rei e a chegada ao poder de representantes mais liberais, adotar-se-á uma série de medidas mais descentralizadoras, o que deu margem à eclosão dos levantes, dos quais muitos reivindicavam uma distensão da centralidade do poder em torno do Rei, representado pela Regência, com algum caráter emancipatório, no caso da Revolta Farroupilha. No que concerne às Forças Armadas, é importante destacar que, muito embora a regência tenha tido um regente provisório militar, Francisco de Lima e Silva, havia um certo receio com relação aos militares, associados aos portugueses e ao Rei, o que justificava a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, para conter eventuais excessos por parte dos militares.
3: Errado. Não houve uma Constituição Liberal em 1847. Durante o Quinquênio Liberal (1844-1848) que precede o Período Saquarema, D. Pedro II cria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847.

Gabarito 1C, 2C, 3E

3.2. Quadro político interno

(Diplomacia - 2009) Com relação à Independência e às primeiras décadas da formação do Estado imperial no Brasil, assinale a opção correta.

(A) As tarifas aduaneiras impostas pelo Brasil no século XIX começaram a ser implementadas a partir de 1840 e impulsionaram o país, já no Império, para um programa de franca industrialização do tipo inglesa.

(B) José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", deixou o legado de um pensamento voltado para a preservação da unidade política nacional.

(C) A crise regencial e a consolidação do Império ocorridas entre as décadas de 30 e 40 do século XIX não afetaram a harmonia entre centralização e descentralização do poder político e das instituições.

(D) O termo regressista, na acepção forjada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi empregado, a partir de 1840, para qualificar a defesa do liberalismo político e do fortalecimento das autoridades provinciais.

(E) A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, fortaleceu o poder das assembleias legislativas provinciais.

A: Incorreto. As tarifas aduaneiras de cunho protecionista somente foram adotadas em 1844, com a Tarifa Alves Branco. Por meio dessa, estipulava-se que, se o produto importado tivesse semelhante no Brasil, seria adotada uma tarifa de 60% sobre o valor agregado do bem e, caso não tivesse semelhante, de 30%. Se é verdade que, por um lado, a Tarifa Alves Branco causou um surto industrial, justificado, ainda, pelo aumento do fluxo de capitais advindos do fim do tráfico negreiro, em 1850, e pela diversificação e urbanização resultantes do processo de expansão do café; por outro, a industrialização não foi perene, nem de tipo inglesa. Em 1860, a Tarifa Silva Ferraz revogou a Tarifa Alves Branco, abrindo espaço para a importação de bens industrializados. A concorrência com os produtos britânicos e a oposição das elites rurais à industrialização levaram ao fim do surto, simbolizado pelo declínio da Era Mauá. Consoante Caio Prado Júnior, a Inglaterra opôs-se ao projeto industrialista encetado com a Tarifa Alves Branco, visto que a edição da Bill Aberdeen, que outorgava aos britânicos o direito de afundar e capturar navios negreiros no Atlântico sul, teria sido uma resposta às leis protecionistas brasileiras de 1844;
B: Correto. José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", preconizava uma monarquia constitucional, visto que seria a garantia da unidade política nacional. Chefiado por ele, o primeiro ministério nacional, de 1823, consolidou a independência, afirmando a necessidade de centralizar o poder. Bonifácio e seus irmãos, Martim Francisco e Antônio Carlos, opuseram-se veementemente à corrente exaltada da organização partidária brasileira: ao passo que aqueles defendiam a monarquia e a centralização, esta, sob os auspícios de Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Cunha Barbosa, advogava a autonomia provincial. Na compreensão de Bonifácio, a centralização teria sido determinante para a unidade nacional;
C: Incorreto. O período regencial foi marcado pela oposição à centralização do Império. O Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder e outorgou maior autonomia às províncias. O Ato concedeu às Assembleias Legislativas Provinciais a faculdade de editar leis, tornou o Rio de Janeiro município neutro, suspendeu o Poder Moderador e transformou, por intermédio de eleições nas assembleias provinciais, a Regência Trina em Regência Una. Outra medida descentralizadora foi a reforma do Código do Processo Criminal, em 1832, que institui a figura do Juiz de Paz. Esse instituto aproximava a população da justiça, o que, segundo a obra *O juiz de paz na roça*, de Martins Pena, não impediu o desenvolvimento da corrupção local. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, os regressistas, ou restauradores, posicionaram-se contra o Ato Adicional, ensejando um conflito de interesses entre esses e os progressistas, ou moderados. Os exaltados, ou farroupilhas, a seu turno, fizeram eclodir as revoltas provinciais. As eleições de 1836 resultam no estabelecimento de maioria regressista na Câmara, o que pôs fim à regência de Feijó. Sob Araújo Lima, a Regência Una ganhou nova tonalidade centralizadora, ao reprimir as revoltas provinciais e ao decretar o Lei Interpretativa do Ato Adicional, em 1840, que retirava do Ato Adicional seu viço descentralizador. Emblemático dessa mudança de horizonte é o caso Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi liberal em 1820, tornou-se moderado em 1831, foi redator do Ato Adicional em 1834 e advogou em prol dos regressistas em 1835, pois atribuía à descentralização a responsabilidade pelas revoltas provinciais. Marco Morel, em *O período das Regências, 1831-1840,* combate a ideia segundo a qual o Brasil teria tido, sob a Regência, uma experiência republicana, visto que tanto os regressistas quanto os progressistas pregavam a unidade territorial, a monarquia e a escravidão;
D: Incorreto. O termo regressista, sinônimo de restaurador, caramuru ou corcunda, surge em 1834, com a morte de Dom Pedro I e o posicionamento dos restauradores contra o Ato Adicional. Composto pelas antigas elites portuguesas e pelos brasileiros conservadores, os regressistas preconizavam, até 1834, a volta de Dom Pedro I e a centralização do Estado;
E: Incorreto. A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, alterou o Ato Adicional no sentido centralizador.
Gabarito "B".

(Diplomacia – 2000) A Confederação do Equador foi:

(A) uma aliança política, logo após a independência, que visava a transformação de províncias do Nordeste em **ESTADOS SOBERANOS, SOB A DIREÇÃO DE UM PODER CENTRAL COM SEDE NO RECIFE.**

(B) Uma aliança entre Liberais e Conservadores nordestinos, ligados à cana-de-açúcar, de protesto contra a **LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS.**

(C) Um movimento sedicioso de escravos, precursor dos Quilombos.

(D) A primeira manifestação política coletiva das classes dirigentes nordestinas em favor da República.

A, B, C, D e E: A Confederação do Equador, liderada por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, em 1824, opôs-se a Dom Pedro I devido à excessiva concentração de força nas mãos do Poder Moderador, à noite da agonia e à Carta constitucional outorgada de 1824. A Confederação associava o Ceará, o Pernambuco, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, tendo seu foco vital em Recife (destaque-se, também, a importância da figura de Cipriano Barato nesse contexto) . O movimento separatista foi debelado em 1825 com a execução de Frei Caneca.
Gabarito "A".

4. A REGÊNCIA (1831-1840)

4.1. Centralização versus descentralização: reformas institucionais

(Diplomacia - 2008) Durante a Regência (1831-1840), o Brasil passou por reformas institucionais que consolidaram o Estado Nacional, cuja política exterior tomou rumos distintos das orientações da época da Independência. Acerca da Regência e da nova política exterior no início do Segundo Reinado, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) O pensamento político e os dirigentes dividiam-se entre liberais e conservadores, sendo os primeiros defensores da centralização do poder e, os segundos, do federalismo.

(2) Entre os conservadores, Bernardo Pereira de Vasconcelos esteve presente na origem do partido político que defendia a centralização do poder do Estado.

(3) O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre liberais e protecionistas, sendo estes últimos defensores da industrialização do país.

(4) Por força da lei de 1831 que definiu a competência dos regentes, tratados de qualquer natureza haveriam de passar pela prévia aprovação da Assembleia (Câmara e Senado) antes de serem ratificados.

1: Errado. O pensamento político organizou-se, finda a Regência, no embate bipolar entre liberais, ou luzias; e conservador, ou saquaremas. Ainda que, na expressão de Holanda Cavalcanti, "nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder", havia divergências entre luzias e saquaremas. Os liberais preconizavam a descentralização de poder, que era uma exigência dos progressistas à época da Regência, e o protecionismo, como vislumbrou-se com a Tarifa Alves Branco de 1844. Os conservadores, a seu turno, aconselhavam a centralização do poder, na esteira do pensamento regressistas da Regência, e o livre-comércio, pois haveria reciprocidade e queda do preço dos importados. Cabe lembrar que, não obstante as dicotomias partidárias, havia convergência de pensamento entre luzias e saquaremas no que concerna à unidade territorial, à monarquia e à manutenção da escravidão. Por

fim, os partidos republicanos de ordem provincial, surgidos depois de 1870, não eram vetados por Dom Pedro II;
2: Certo. Ao longo da Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos notabilizou-se por flexibilizar seu pensamento político, favorecendo, progressivamente, as máximas regressistas em detrimento das progressistas. Em 1820, Vasconcelos foi liberal: opôs-se a Dom Pedro I e responsabilizou-se pela abdicação de 7 de abril de 1831. No início da Regência, tornou-se chimango, ou moderado: foi redator do Ato Adicional de 1834. O ano de 1835 marcou sua ruptura com o pensamento liberal, pois acusava-o de ter promovido as forças e as revoltas descentralizadoras da segunda metade da Regência. Teria o novo conservador dito "fui liberal e lutei pela liberdade nova, nas mentes, mas ainda não na lei, agora é preciso fazer parar o carro da revolução";
3: Certo. O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre conservadores, que advogavam liberalismo comercial, e liberais que, consoante o economista alemão Friedrich List, eram favoráveis ao protecionismo como vetor de proteção das indústrias nascentes. Note-se que o debate se trata do pensamento liberal tal como entendido pelos defensores do livre-comércio, e não pelo partido Liberal definido nos estertores da época regencial;
4: Certo. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em *História da política exterior do Brasil*, salientam a importância da Assembleia durante a Regência no que concerna à aprovação de tratados internacionais. Os acordos internacionais eram assinados pelo Executivo, aprovados em dois turnos pela Assembleia e, finalmente, ratificados pelos regentes.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C.

(Diplomacia – 2006) Enquanto a Europa vivia sua Era Revolucionária, o Brasil promovia sua independência política e buscava organizar-se como Estado nacional. A respeito dessa fase da história brasileira, assinale a opção incorreta

(A) Internamente liberal, a Revolução do Porto, em 1820, pôs fim ao absolutismo português e, simultaneamente, impôs a adoção de medidas para reverter o grau de relativa autonomia conquistado pela colônia brasileira. Daí ser essa revolução considerada fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na declaração de independência do Brasil, em 1822.

(B) A onda liberal que levou às revoluções de 1830 na Europa também se fez presente no Brasil, embora adaptada às condições locais. Esse foi o quadro de adensamento da crise do Primeiro Reinado (1822-1831), que teve seu epílogo no afastamento (abdicação) de D. Pedro I.

(C) O embate entre os defensores do centralismo monárquico — concentração do poder na capital — e as posições federalistas, que advogavam mais autonomia das províncias, é fator significativo para a eclosão de movimentos em várias regiões do país, ao longo do período regencial.

(D) Ao contrário da Cabanagem, movimento armado conduzido pelas elites paraenses, a Revolução Farroupilha foi longamente sustentada pelo Rio Grande do Sul e caracterizou-se como um movimento essencialmente popular, do qual ricos estancieiros se recusaram a participar

(E) Em meio à crise política prolongada, que em larga medida foi alimentada pelo choque entre posições centralistas e federalistas, o período regencial chegou ao fim por meio de um golpe sem armas, materializado na antecipação da maioridade de D. Pedro II e na vitória dos defensores da monarquia parlamentar centralizada.

A: Correto. A dupla face do Vintismo, ou Revolução do Porto, de 1820, foi fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na independência do Brasil. Se, por um lado, a Revolução era liberal na metrópole; por outro, mostrava-se conservadora na colônia.
B: Correto. As revoluções de 1830, na Europa, repercutiram no continente americano, promovendo novas revoltas e quedas de regime. No caso do Brasil, a crise do Primeiro Reinado desdobrou-se com a queda de Dom Pedro I e com o surgimento da Regência Trina Provisória, em 7 de abril de 1831. Para parte da historiografia, notadamente Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho, a verdadeira independência do Brasil foi consolidada nessa data.
C: Correto. O período regencial caracterizou-se pelo embate entre defensores da centralização e advogados das posições federalistas. O Ato Adicional de 1834 promoveu ampla descentralização, o que, na visão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, teria ocasionado a eclosão de revoltas e de movimentos separatistas nas províncias.
D: Incorreto. A Cabanagem foi uma revolta popular, encabeçada por massas populares do Pará. A Revolução Farroupilha, em contraste, caracterizou-se como movimento elitista pela proclamação da República de Piratini. Note-se que, no caso das revoltas populares, a repressão foi mais violenta do que aquela impingida aos movimentos elitistas.
E: Correto. O episódio de 23 de julho de 1840 - denominado Golpe da Maioridade- objetivou dar o trono abandonado em 1831 a Dom Pedro II, à época com 14 anos. Vislumbrava-se no golpe sem armas o arrefecimento da forças centrífugas dissidentes e dos movimentos revoltosos nas províncias, visto que a consagração de Dom Pedro II no poder era exigência de algumas das revoltas. O Clube da Joana, ou Facção Áulica, liderado por Aureliano Coutinho, encarregou-se de preparar e influenciar o jovem Imperador para o exercício do poder. Note-se, outrossim, que foram os liberais que trouxeram Dom Pedro II ao poder de forma a alijar os conservadores instituídos no governo desde as eleições de 1836, que marcaram a ascensão de Araújo Lima à Regência.

Gabarito "D".

4.2. O Ato Adicional de 1834 e as revoltas provinciais

O processo de descolonização, um tanto desacelerado pela transmigração da corte, revela-se na série de movimentos liberais e liberal-nacionais, desde as insurreições republicanistas no Nordeste, em 1817 e 1824, a Independência em 1822, prosseguindo depois na expulsão de Pedro I em 1831 e nos conflitos, levantes e revoluções do período regencial (1831-40). Quando Pedro II assumiu a Coroa com o golpe da maioridade em 1840, definiu-se a "paz" do Segundo Império. Nesse percurso, o novo Estado inseriu-se no sistema mundial de dependência sob a tutela inglesa.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: SENAC/SP, 2008, p. 306(com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o texto acima e o processo de independência e consolidação do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX, julgue os itens que se seguem.

(1) O período regencial, vigente em face da menoridade de Pedro II, transcorreu em absoluta paz em razão da convergência e da acomodação dos interesses das elites brasileiras.

(2) A hegemonia econômico-financeira britânica, indiscutível no transcurso do século XIX em outras partes do mundo, apenas tangencialmente se fez sentir na América Latina, incluindo o Brasil.

(3) A Conjuração (Inconfidência) Mineira e a Insurreição Pernambucana são exemplos de movimentos libertários que antecedem à proclamação da independência do Brasil.

(4) Por injunções da política europeia da época, a Corte portuguesa viu-se obrigada a transferir-se para a colônia brasileira, o que acabou por determinar a suspensão do elemento definidor do pacto colonial, ou seja, o monopólio de comércio.

1: Errado. O período regencial caracterizou-se pelo recrudescimento de insubordinações sociais e de sedições populares e elitistas. Não houve, portanto, acomodação dos interesses das elites brasileiras.

2: Errado. A presença econômico-financeira britânica na América latina se estendeu ao longo do século XIX. Empréstimos eram contraídos em casas bancárias inglesas, assim como a maior parte dos investimentos externos alocados no Brasil provinham de Londres.

3: Certo. Tanto a Inconfidência Mineira, de 1789, quanto a Insurreição Pernambucana, de 1817, podem ser considerados exemplos de movimentos libertários que antecederam a proclamação de independência do Brasil, em 1822.

4: Certo. Embora não haja consenso quanto à noção de pacto colonial, a transmigração da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro acompanhou-se da abertura dos portos para as nações amigas.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

5.1. O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial

Texto - para a próxima questão

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só poderiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o sistema político em vigor no Segundo Reinado (1840-1889), assinale a opção incorreta

(A) Em seus contornos básicos, a organização política do Estado brasileiro foi estabelecida pela Constituição de 1824. Nela, a divisão dos poderes contemplava, além dos clássicos Executivo, Legislativo e Judiciário, um quarto poder, o Moderador, que ampliava o espaço de atuação do imperador.

(B) O parlamentarismo brasileiro, extinto com o advento do regime republicano, apresentava traços que fugiam claramente do esquema clássico europeu, notadamente do modelo inglês, razão pela qual era chamado de "às avessas". Exemplo disso era a prerrogativa do monarca de nomear e demitir livremente os ministros de Estado.

(C) Nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder. A frase famosa, pronunciada por uma importante personalidade política do Império, reforça a fragilidade doutrinária e ideológica dos dois grandes partidos brasileiros do Segundo Reinado, além de expressar um sistema de representação política elitista e excludente.

(D) Infere-se do texto que era reduzido o percentual de eleitores no conjunto da população brasileira, situação que tendia a ser revertida com as reformas eleitorais ocorridas nos anos finais do Império e que propiciaram a extensão da plena cidadania a uma parcela significativamente maior da sociedade.

(E) Pelas informações contidas no texto, chega-se à conclusão de que o sistema político vigente no Segundo Reinado caracterizava-se pela centralização, pela baixa representatividade e pela aliança entre Coroa, elite política, grande comércio e grande lavoura.

A: Correto. A Carta Constitucional outorgada de 1824 instituía, além da centralização, quatro poderes: i) o Executivo, que seria exercido pelo Imperador e pelos ministros por ele nomeados – a figura do presidente de gabinete surgiu em 1847; ii) o Legislativo bicameral, estruturado por senadores vitalícios, escolhidos em lista tríplice pelo Imperador e por deputados. A Câmara e o Senado conformavam a Assembleia Geral do Império; iii) o Judiciário, consubstanciado pelo Supremo Tribunal do Império; e iv) o Poder Moderador (PM), de atribuição exclusiva do Imperador e cuja origem adveio de Benjamin Constant, o francês que advogava a necessidade de interferência do PM nos outros poderes caso situações de ingovernabilidade ocorressem. Ainda, a Carta de 1824 manteve o instituto do padroado e do beneplácito, pelo meio do qual o Estado tinha primazia sobre a Igreja. Votavam homens livres, excluídos os escravos e alforriados, os maiores de 25 anos, exceção feita aos casados e aos bacharéis em direito. Em 1881, com a reforma Saraiva, as eleições tornavam-se diretas, proibidas aos analfabetos, e eleva-se o patamar censitário de 100 mil para 200 mil reis para a caracterização do eleitor;
B: Correto. O parlamentarismo brasileiro, à época do Império, distan-

ciou-se do modelo inglês na medida em que o Imperador gozava da faculdade de nomear e de demitir os ministros de Estado, de dissolver a Câmara de Deputados e de indicar sua preferência por presidentes de gabinete;

C: Correto. Consoante Holanda Cavalcanti, *"nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder.* A máxima denota a fragilidade doutrinaria dos dois grandes partidos. Na compreensão da personalidade política, não haveria fronteiras ideológicas entes os partidos, mas embates e adversidades entres os homens que os consubstanciavam;

D: Incorreto. A reforma eleitoral de 1881, denominada Lei Saraiva, reduziu substancialmente o número de eleitores, ampliando a característica excludente das eleições e a fragilidade da cidadania. No entendimento de José Murilo de Carvalho, até 1881, votava 10% da população. Com a reforma, esse percentual caiu para 2%;

E: Correto. A característica elitista do sistema político vigente no Segundo Reinado adveio, precisamente, da conjunção entre a centralização, as eleições manipuladas e a representação dos grandes interesses comerciais e fundiários a serviço da Coroa.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 2002) O Brasil assistiu, na segunda metade do século XIX, as modificações na vida política e econômica como:

(A) A regressão do regime político à forma imperial e autocrática.

(B) A mudança do sistema social de produção em favor do escravismo.

(C) A gradual erosão das instituições políticas nascidas em 1822.

(D) A gravitação do poder econômico das elites do oeste paulista em direção ao nordeste do pais.

(E) O endurecimento da economia autárquica em detrimento da agroexportação.

A, B, C, D e E: As instituições políticas nascidas em 1822 foram progressivamente transformadas, embora tenha havido momentos de ruptura e outros de continuidade, até o advento da Primeira República.

Gabarito "C".

5.2. Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; as questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai

(Diplomacia - 2009) O Império Brasileiro, a partir de 1850, redefiniu suas relações internacionais e envolveu-se em situações de tensão e conflitos na região platina da América do Sul. A partir de algumas dessas redefinições forjaram-se conceitos e práticas da política exterior do Brasil que perduraram até o início da República. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

(A) Ao se transformar no principal mercado consumidor do café brasileiro, a Inglaterra, em contrapartida, ampliou o volume de manufaturados exportados para o Brasil, o que consolidou o grau de dependência comercial brasileira em relação à principal potência europeia no século XIX.

(B) Embora significativas, as tensões políticas entre o Brasil Imperial e a Inglaterra estiveram limitadas a duas questões interligadas: a do tráfico negreiro e a da abolição da escravatura no Brasil.

(C) Os Estados Unidos da América consolidaram-se, já na segunda metade do século XIX, como país parceiro do Brasil no contexto internacional, o que possibilitou a substituição, no reinado de Pedro II, da hegemonia britânica.

(D) A historiografia recente comprova que a Guerra da Tríplice Aliança esmagou o modelo original e distributivo da riqueza engendrado pelo humanismo autocrático de Solano López no Paraguai.

(E) No fim do período imperial e início da República no Brasil, as tensões platinas, que envolveram o Império Brasileiro, e o sucesso econômico do modelo agroexportador da Argentina contribuíram para acirrar a rivalidade entre os dois países, ainda que mantidos os laços de amizade.

A: Incorreto. A Inglaterra não era o principal mercado consumidor do café brasileiro. A Europa o era, em sua totalidade, porém, individualmente, os Estados Unidos auferiam maior dividendo. Por sua vez, o volume de manufaturas exportadas pela Inglaterra passou por fluxos e refluxos: o período de 1844 a 1860 caracterizou-se por maior protecionismo brasileiro, enquanto de 1810 a 1844 houve notável influxo de mercadorias britânicas;

B: Incorreto. Se o tráfico negreiro constituiu significativo foco de tensão entre o Brasil Imperial e a Inglaterra; a Questão Christie, outro caso de atrito, marcou a ruptura de relações diplomáticas entre ambos os países. A questão consubstanciou-se por dois episódios: o primeiro teve origem no naufrágio do navio inglês Príncipe de Gales, no sul do Brasil, que teve sua carga roubada. Christie, secretario da Foreign Office, exigiu indenizações, que, mediante arbitragem do Rei da Bélgica, foram consentidas pelo Brasil. O segundo diz respeito à prisão de dois oficias ingleses por arruaça pública. Apoiando-se nos Tratados de 1810, que davam extraterritorialidade judicial à Inglaterra, os britânicos exigiram a instauração de um Tribunal Especial. Negado pelo Brasil, a insistência inglesa ensejou a ruptura de relações. No que concerne às pressões inglesas contra o tráfico negreiro, cabe destacar os motivos que as explicam: i) existência de ideais liberais na Inglaterra: as petições dos trabalhadores da cutelaria solicitaram ao parlamento britânico medidas contra o tráfico, malgrado o benefício auferido pela existência da escravatura, moeda de troca com a cutelaria; ii) fim do tráfico nas colônias britânicas em 1807; iii) pressões dos colonos ingleses prejudicados pela existência da escravidão; iv) para a burguesia britânica, o trafico encarecia a matéria-prima, o que prejudicava suas industrias: com efeito, o alto custo da compra de escravos arrefecia a potencialidade de vendas dos produtores de manufaturas; v) afirmação da Inglaterra como potência mundial: não se vislumbrava no escravo um potencial consumidor, mas objetivava-se transformar o comprador de escravos em consumidor de manufaturas inglesas;

C: Incorreto. A hegemonia britânica não foi debelada, na segunda metade do século XIX, pelos Estados Unidos. O americanismo torna-se uma prioridade para o Brasil apenas no transcurso dos primeiros anos da República Velha; a Inglaterra, contudo, continuou participando no influxo de capitais para o Brasil, como ratifica o Funding Loan de 1898, sob a presidência de Campos Sales;

D: Incorreto. A historiografia que sustenta a característica distributiva de riquezas, o modelo de desenvolvimento autônomo e a franca industrialização do Paraguai data dos anos de 1960, sendo Júlio José Chiavenato o arauto dessa análise. Sob essa perspectiva, o Paraguai teria liderado uma verdadeira cruzada contra o analfabetismo, e a Inglaterra teria manipulado a Argentina e o Brasil para entrar na guerra, visto que retiraria dividendos do conflito. A historiografia de 1960 foi superada pelo revisionismo, que relembra o rompimento de relações entre o Brasil Imperial e a Inglaterra em 1863, no que se denominou Questão Christie. O viés analítico dessa historiografia privilegia a consolidação dos Estados Nacionais e desconstitui o argumento que vislumbra no Paraguai um modelo industrial. Outra análise diz respeito à historiografia tradicional, que caracteriza Solano López como um ditador de grandes ambições. O Paraguai, nessa ótica, teria invadido o Brasil em busca de uma saída para o Oceano Atlântico;

E: Correto. Finda a Guerra do Paraguai, o Brasil negocia um Tratado de Paz, em 1872, em separado com o Paraguai, pois temia as pretensões argentinas concernentes à anexação do Grande Chaco. Durante a década de 1870, o Paraguai tornou-se o foco de rivalidade entre o Brasil e a Argentina: a manutenção de tropas brasileiras até 1876, com o consentimento do presidente paraguaio Gill, coaduna-se na mesma lógica. A partir de 1880, inicia-se um período de distensão com os presidentes argentinos Avellaneda e Roca: o único atrito era a Questão de Palmas. Com a proclamação da República, Quintino Bocaiúva tece laços ideológicos de amizade com a Argentina. À aproximação entres ambos os países; contudo, não se ausentaram pressões quanto ao crescimento econômico argentino, que constituiria uma ameaça às relações exteriores do Brasil. Fernando Cardim destaca três grandes momentos no conjunto das relações entre o Brasil e a Argentina: i) 1822-1902: política platina; ii) 1902-1960: política hemisférica; e iii) 1960-2000: política globalista.

Gabarito "E".

(Diplomacia - 2007) Julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca da extensão atual do território nacional, bem como da fixação das fronteiras brasileiras.

(1) O arbitramento das fronteiras foi uma prática introduzida pelo Visconde do Uruguai no início do Segundo Reinado.

(2) A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré incluía-se na problemática de estabelecimento dos limites entre Brasil e Bolívia.

(3) Em geral, os tratados de limites do século XIX buscavam atender também ao objetivo de aumento da navegação e do comércio com os vizinhos.

(4) A abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1866 resultou de acordo negociado com os EUA.

1: Errado. Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, conformou, na expressão de Ilmar Mattos, a trindade saquarema, com Eusébio de Queiroz e Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. A obra do Visconde de Uruguai, no ministério dos negócios estrangeiros, consubstanciou-se pela intervenção no Uruguai, contra Oribe, presidente uruguaio, e contra Rosas, presidente da Confederação Argentina. Interessado em recuperar o Vice-Reino do Rio da Prata, Rosas buscou aproximar-se de Oribe, líder do partido blanco e contrário aos interesses do Brasil no Prata. Vislumbrando riscos de contágio republicano no Brasil e de fragmentação do sul do país, o Visconde do Uruguai preferiu a intervenção ao arbitramento. As políticas do Visconde derrubaram Oribe e impingiram à Argentina a derrota na batalha de Monte Caseros, evento que deu a Paulino José o título de Visconde. Com a queda de Oribe, fixou-se o Tratado de Limites 1851 com o Uruguai. Sob a presidência do favorável ao Brasil partido colorado, o Estado platino abriu o rio Uruguai à livre navegação. A medida era de grande importância para o Brasil, visto que garantia o acesso ao Mato Grosso via a bacia do Prata;

2: Correto. Pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, o Brasil cedeu pequena porção do Mato Grosso à Bolívia em troca do Acre e da promessa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que garantiria o escoamento da borracha boliviana pelo Atlântico. Em consórcio liderado por industriais americanos, a ferrovia foi quase integralmente concluída, mas com a queda do preço da borracha, não obstante, abandonou-se sua manutenção. Os interesses brasileiros no Acre provieram de uma dupla razão: i) a região era habitada por brasileiros e ii) apresentava vastos recursos naturais para a exploração de borracha e de petróleo. Sob arrendamento à empresa americana Bolivian Syndicate, consoante tese de Synesio Sampaio Goes Filho, a região constituía um vazio soberano que representava uma ameaça ao Brasil, considerando-se a política do Big Stick dos EUA. Nesse sentido, o Barão do Rio Branco indenizou, primeiramente, a empresa norte-americana e, em seguida, entabulou as negociações com a Bolívia. Uma serie de revoltas no Acre, tendo na independência declarada por Gálvez seu maior exemplo, impulsionou o Brasil a resolver prontamente a disputa territorial com a Bolívia. O princípio de *uti possidetis* foi o fundamento norteador da questão;

3: Certo. Os Tratados de limites com o Uruguai, o Peru, a Venezuela e a Bolívia buscavam atender ao objetivo de garantir a navegação brasileira no continente, assim com ampliar as relações comerciais. No caso do Uruguai, objetivava-se assegurar o acesso ao Mato Grosso via o rio Uruguai. No caso da Peru e da Venezuela, a livre navegação do rio Amazonas permitiria ampliar as relações comerciais com os vizinhos andinos;

4: Errado. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, foi um ato unilateral brasileiro. Objetivava-se angariar o apoio dos Estados vizinhos sul-americanos contra Solano López, presidente do Paraguai em guerra contra o Brasil.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

(Diplomacia – 2000) Com relação à Guerra do Paraguai, assinale a opção incorreta.

(A) D. Pedro II não teve, durante a guerra, contatos com Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores.

(B) Dadas as dificuldades de comunicação, não foi possível ao governo imperial impedir a penetração das tropas de Solano López na província de Mato Grosso.

(C) A vitória naval de Riachuelo serviu ao Império pela elevação de esperanças quanto ao destino da guerra.

(D) Os interesses dos estancieiros gaúchos e dos brasileiros residentes na Banda Oriental levaram o governo imperial ao apoio a Flores.

(E) A Tríplice Aliança terminou por favorecer aos Aliados, pois as antigas rivalidades luso-espanholas poderiam conduzir a resultados imprevisíveis.

A: Incorreto. Dom Pedro II e o gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos foram aliados de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, e de Venâncio Flores, presidente do Uruguai. Para além da convergência ideológica entre lideres liberais, Mitre e o gabinete imperial apoiavam a livre navegação na região, da qual era favorável o partido colorado de Flores. O partido blanco do Uruguai, por sua vez, opunha-se ao acesso brasileiro ao Prata, em claro apoio ao presidente do Paraguai, Solano López, que vislumbrava uma união de interesses com os federalistas argentinos, consubstanciados nas figuras de Urquiza, da província de Entre Rios, e de Virasoro, de Corrientes. Com a vitória de Mitre sobre Urquiza e Virasoro, na Batalha de Pavón, de 1862, afirmou-se o unitarismo na Argentina, o que proporcionou a aliança entre a Argentina e o Império contra os presidentes blancos do Uruguai, Berro e Aguirre. A intervenção imperial, no Uruguai, em 1864, depôs o partido blanco, trazendo Flores ao poder. Ao ver-se isolado, Solano López invadiu o Mato Grosso, no intuito de prestar assistência aos seus aliados blancos, e mandou tropas para Entre Rios e Corrientes. Foi o estopim para a deflagração do conflito. Temendo a eclosão de um novo embate entre federalistas e unitaristas, Mitre aliou-se a Dom Pedro II contra López, Urquiza e Virasoro; os dois últimos aderiram prontamente à causa de Mitre. Com adesão de Flores, conformou-se a Tríplice Aliança contra o Paraguai. A campanha militar consubstanciou-se por um conjunto de vitórias aliadas, sendo emblemática a vitória na Batalha Naval de Riachuelo, em 1865, que puseram fim a ofensiva paraguaia; pelo contra-ataque aliado, retratado pela rendição de Uruguaiana, por uma fase de estagnação e de guerra de posições, constituindo a derrota aliada na Batalha de Curupaiti exemplo notório; e pela invasão e tomada de Assunção. Curupaiti marcou um ponto de inflexão na guerra, visto que depôs o gabinete Zacarias e trouxe ao poder o ministério conservador de Caxias. A mudança de partidos no Império levou a uma reformulação na aliança com a Argentina, que passou, então, a se caracterizar por percalços e desavenças. O Tratado de Paz de Assunção, de 1872, na esteira dessa desunião, foi assinado em separado pelo Brasil, que buscava conter

o expansionismo territorial argentino no Paraguai. No que concerne à historiografia sobre as causas da guerra do Paraguai, Francisco Doratioto, em Maldita guerra, aponta a consolidação dos Estados nacionais como pano de fundo dos conflitos bélicos. Ainda, a análise microhistórica outorga relevância à convergência de interesses entre estanceiros gaúchos e o partido colorado, que autorizava o comércio pecuário e a flexibilização das fronteiras, em oposição aos blancos, advogados de um projeto econômico de cunho protecionista.

Gabarito "A".

5.3. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só podiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Mencionada no texto, a Lei de Terras de 1850 também se relaciona à forma pela qual o processo abolicionista foi conduzido no Brasil do século XIX. Sabendo-se que essa lei obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição de terras devolutas (desocupadas), exceto a realizada por compra, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Lei de Terras dificultava, quando não impedia propriamente, o acesso à propriedade da terra por parte do trabalhador livre pela evidente razão de que lhe faltavam os recursos financeiros para comprá-la.

(2) Pelo que dispunha, a Lei de Terras de 1850 cristalizava uma realidade do início da colonização, ou seja, a concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos.

(3) Se prejudicava o trabalhador livre pobre, dificultando--lhe o acesso à terra, assim como o ex-cativo, a Lei de Terras apresentava-se como forte atrativo à mão--de-obra imigrante europeia, que, ao contrário dos nacionais, geralmente possuía recursos suficientes para a aquisição de pequenas e médias propriedades rurais.

(4) A Lei de Terras foi combatida por setores da aristocracia rural justamente porque ameaçava a sobrevivência da grande lavoura e a posição privilegiada dos grupos sociais envolvidos nessa atividade econômica.

1: Certo. A Lei de Terras objetivava dificultar o acesso à propriedade aos escravos alforriados, aos imigrantes e aos trabalhadores livres. Perpetuou, nesse sentido, a lógica da grande propriedade fundiária;
2: Certo. A Lei de Terras, ao excluir a possibilidade de trabalhadores livres tornarem-se pequenos proprietários, consolidou a estrutura fundiária em mãos de poucos;
3: Errado. O imigrante europeu, assim como os trabalhadores livres nacionais e os ex-cativos, não possuía recursos suficientes para se tornar proprietário. O impedimento à aquisição de terras devolutas excluía a possibilidade de posse por usucapião, medida ainda atualmente em vigor. Restava ao imigrante a associação com o Estado em regime de subvenção e o sistema de parceria com o fazendeiro. Ambos os sistemas de atração de mão de obra colocavam o imigrante europeu em situação de semiescravidão no Brasil;
4: Errado. A Lei de Terras beneficiou os setores da aristocracia rural, visto que garantiu as sobrevivência da grande lavoura e os privilégios fundiários dos grandes proprietários.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2000) A transição do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, ocorreu:

(A) Em clima de ruptura profunda e irreconciliável das novas forças políticas com as elites dirigentes do Império.

(B) No ambiente de uma revolução industrial sem precedentes na história brasileira.

(C) No contexto de rápida supressão das heranças do sistema escravista, especialmente no que se refere ao destino social dos afro-brasileiros.

(D) No bojo de um movimento popular e radical que propunha transformação profunda nas instituições sociais e econômicas.

(E) No descompasso entre a situação anacrônica das instituições imperiais e as modificações econômicas e sociais que vinham sendo operadas na sociedade brasileira da segunda metade do século.

As causas responsáveis pela crise do Segundo Reinado.

i. A Guerra do Paraguai.

Consequências da Guerra do Paraguai
A Guerra do Paraguai gerou custos elevados e levou à mobilização de 200 mil homens – a título de comparação, a Segunda Guerra Mundial teve uma mobilização brasileira de 20 mil homens. O orçamento imperial de vinte anos foi gasto em seis. A manutenção de operações militares na caça a Solano López, quando já concluída a guerra, deterioram ainda mais o orçamento imperial. A Argentina e o Uruguai saíram antes da guerra e a persistência de Pedro II lhe valeram críticas. Com a Guerra de 1864-1870, o Exército desdobrou-se nas províncias: o resultado foi a organização e o fortalecimento do Exército brasileiro.

ii. As questões
Debate Historiográfico.
Conjunto de Questões:
a) Religiosa.
b) Servil.
c) Republicana.
d) Militar.
Para Emília Viotti da Costa, na visão historiográfica dos anos de 1960, as quatro questões tiveram peso igual, embora ressalte que as questões religiosa e servil foram superestimadas no imediato período que sucedeu a proclamação da República. Para Boris Fausto, nos anos de 1990, apenas as duas últimas se destacaram. Para José Murilo de Carvalho, nos anos 2000 reabilitou-se a relevância da questão servil. Ângela Alonso, a seu turno, salienta a importância das ideias da geração de 1870.

Questão Religiosa, 1872-1875	**Questão Servil**	**Questão Republicana**	**Questão Militar**
Consubstanciou-se por atritos entre a Igreja e o Estado. Com a unificação italiana, a Igreja viu-se fragilizada. O Papa Pio IX promoveu a *Bula Syllabus*, impetrando a excomunhão dos maçons, que constituíam a elite política brasileira. Dois Bispos brasileiros não acataram à revelia imperial à Bula: o Bispo do Pará e o de Olinda. Ao prendê-los, o governo imperial causou uma revolta entre os padres e os membros da Igreja. Os atritos estenderam-se até 1875, quando o Papa flexibilizou sua posição e Dom Pedro II revogou o decreto de prisão dos Bispos. Surgiu; contudo, a ideia de defesa do Estado laico.	Opôs escravocratas vãos emancipacionistas graduais e abolicionistas imediatistas. Prevalece o gradualismo, conforme o conjunto de leis de 1871, de 1885 e de 1888. *Lei de 28 de Setembro de 1871: Lei Rio Branco – Ventre Livre.* Concede a condição de ingênuo ao filho de escravo: não é escravo, mas tampouco é livre. O patrão daria a guarda do escravo, aos oito anos de idade, ao Estado ou ficaria com posse do cativo até os vinte e um anos desse. A Lei deu ao escravo o direito de poupar, o que o transformaria em escravo de ganho. A Lei previa a compra da alforria, com valores fixados pelo Estado, e criou o Fundo Provisório de Emancipação para alforria. *Lei Saraiva-Cotegipe dos Sexagenários, 28 de Setembro de 1885.* Concede alforria escalonada ao escravo a partir dos 60 anos do cativo. Aos 61 anos, requerer-se-ia um quarto do valor para alforria; aos 62 anos, um terço; aos 63, metade. Após 65, estaria liberto. A Lei proibia tráfico interprovincial. *Lei Áurea – 1888* Em 1888, 90% dos escravos já estavam alforriados. A Lei Áurea, nesse sentido, é mais uma constatação dos fatos do que uma real emancipação. As três leis assinadas por Princesa Isabel têm sua origem no movimento abolicionista organizado, que contava com o apoio dos jornais, dos intelectuais e dos estadistas. Na expressão do Barão de Cotegipe, a Princesa Isabel teria "libertado uma raça, mas perdido a Coroa". O fim da escravidão provocou a cisão entre os Barões do Café do Vale do Paraíba e a Coroa, visto que, em sintonia com os preceitos de Clóvis Bevilacqua em favor da retroatividade da lei em casos excepcionais, não teriam sido os fazendeiros indenizados pela perda da posse de escravos.	Na esteira do declínio da Liga Progressista, surgiu o radicalismo político. O *Clube Radical* propôs reformas políticas e sociais: advogou o abolicionismo e o republicanismo associado ao federalismo defendido pelos fazendeiros de café do Oeste paulista. O *Clube Reformista* propôs a reforma do código do processo penal e o fim do Senado vitalício. Em 1870, foi divulgado o Manifesto Republicano por Quintino Bocaiúva: criticava o Poder Moderador. Defendia a República – o que seria uma forma de aproximação com América do Norte e do Sul – e a descentralização. Note-se que lideranças republicanas não se manifestaram perante a questão servil, visto que poderia promover uma colisão de interesses nocivos ao advento da República	Consubstanciou-se por atritos entre o governo (o gabinete de Ouro Preto) e o Clube Militar (porta-voz do Exército). O Clube Militar era formado por oficiais e subdividia-se em dois grupos: i) os tarimbeiros, que eram os veteranos da Guerra do Paraguai. Entre eles, figurava o Marechal Deodoro. Exigiam maior reconhecimento do Exército; e ii) mocidade militar, formada nas escolas militares e associada ao cientificismo, preconizava a ciência como forma de sanar as mazelas do Império. O positivismo, corrente do cientificismo foi adotado nessas escolas. Seria uma religião racional para humanidade: haveria três estágios da civilização; o religioso, o metafísico e o positivo. Exigiam a institucionalização da meritocracia. Benjamin Constant, o brasileiro, foi o arauto da causa.

Na análise de Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, a emergência dos militares como força política surgiu com a dissolução do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1868. Na ocasião, em plena Guerra do Paraguai e após a derrota dos aliados na Batalha de Curupaiti, Caxias foi nomeado, à revelia, comandante-chefe das forças armadas. Insatisfeito pelos ataques da imprensa liberal e julgando não ter o apoio do gabinete de Zacarias, Caxias pediu demissão. Dom Pedro II, que via na figura de Caxias o último baluarte para a vitória da guerra, dissolveu a Câmara e destitui o gabinete de Zacarias. Seria, consoante o autor, a primeira incursão dos militares no poder.

Gabarito "A".

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os próximos itens, relativos a aspectos socioeconômicos do Império do Brasil.

(1) A chamada Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibia o tráfico negreiro apenas formalmente, pois se manteve inalterada a entrada de africanos no Brasil.

(2) As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução da mão de obra assalariada, mas se diferenciavam quanto ao destino da produção: a do vale era principalmente para o mercado interno, e a do Oeste Paulista, basicamente para exportação.

1: Errado. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, culminou no arrefecimento completo do tráfico de escravos no Brasil. A última embarcação negreira registrada no país data de 1852; houve, portanto, alteração na entrada de africanos no Brasil, contrariamente a Lei Feijó, de 1831, que não logrou deter o ingresso de escravos.
2: Errado. As economias cafeeiras do Vale da Paraíba e do Oeste Paulista não tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução de mão de obra assalariada. Se decerto o Vale da Paraíba era o baluarte escravocrata-conservador, o Oeste Paulista, malgrado o influxo de imigrantes europeus e asiáticos, tampouco logrou assentar o dinamismo capitalista das economias industrializadas. Ainda, ambos os mercados eram precipuamente voltados para a agroexportação.

Gabarito 1E, 2E

5.4. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão, em parte, frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vargas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Nos estertores do regime monárquico, a abolição do trabalho escravo pela Lei Áurea, ainda que tenha desagradado a uma significativa parcela da classe proprietária, não foi capaz de promover a inclusão social dos negros recém-libertados, reforçando um quadro de subalternidade dos afrodescendentes, ainda visível em pleno início do XXI.

1: Certo. Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes*, salienta a ausência dos negros recém-libertos, a um só tempo, na estratificação social - o que os convertia em grupos subalternos - e na cidadania política e econômica - o que arrefecia a possibilidade fazer pública a voz dissonante do ex-escravo. Nesse sentido, a Lei Áurea, que contou com a insatisfação dos Barões do café do Vale do Paraíba, não foi capaz de tornar o escravo um cidadão do Império e, tampouco, a República os tornou cidadãos republicanos, em assertiva continuidade com a exclusão social impingida desde a época colonial.

Gabarito 1C.

O Primeiro Reinado assinala breve, mas importante, período de composição entre o elemento nacional avançado e o nacionalismo português. A Regência foi provavelmente a fase mais rica da história do Brasil como manifestação popular e tomada de consciência. Foi um período turbulento, em contraste com o longo Segundo Reinado, de relativa paz e da estabilidade sob o comando de Pedro II. Explicam essa ordem as lutas da Regência, susto dos políticos: percebem a necessidade de compor-se, mesmo com os de outras correntes, para sobrevivência do regime. O conservadorismo não é só do Partido Conservador, mas do Liberal também.

Francisco Iglésias. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989, p. 157-61 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Julgue os próximos itens, tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo histórico brasileiro ao longo do século XIX.

(1) Um exemplo clássico da atitude política vigente no Segundo Reinado — a necessidade de compor-se, como se afirma no texto — foi a criação do Gabinete da Conciliação, no qual liberais e conservadores repartiam entre si as cadeiras no ministério.

(2) A instituição do regime republicano livrou o Brasil das características políticas do Império, ou seja, a Primeira República perdeu o caráter elitista, conservador e oligárquico que marcou a trajetória do regime deposto pelo golpe de Estado comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

(3) O bipartidarismo, criado no Império, manteve-se ao longo da Primeira República, tendo desaparecido apenas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na Revolução de 1930.

(4) A independência do Brasil correspondeu a uma radical ruptura com a antiga metrópole, o que explica a inexistência de políticos lusitanos no governo de Pedro I.

(5) No texto, faz-se alusão à manifestação popular e à tomada de consciência no período regencial, que podem ser exemplificadas, entre outros episódios, pelas revoltas armadas que estouraram no país afora, como a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

1: Correto. O Ministério da Conciliação, que vigorou entre 1853 e 1856 sob os comandos de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, caracterizou-se por ser um momento de apaziguamento de rivalidades entre liberais e conservadores.
2: Errado. A passagem da Monarquia para a República não promoveu arrefecimento das características elitista, conservadora e oligárquica da sociedade brasileira de então. Pelo contrário, parte significativa da historiografia acusa a República de ter adensado essas características.
3: Errado. O bipartidarismo ruiu nos derradeiros anos do Império, nos quais se formaram as bases dos partidos republicanos estaduais. Esses, a seus respectivos turnos, deram agência à vida política republicana. A Revolução de 1930 operou novo ordenamento partidário, no qual arrefeceram as agremiações políticas da Primeira República, e surgiram outras, de teor nacional.
4: Errado. A independência do Brasil insere-se mais em um lógica de continuidade política do que de ruptura. Prova disso, Dom Pedro I era filho de Dom João VI. Ainda no âmbito da Corte, permaneceram empossados no Brasil ministros e conselheiros ligados à antiga metrópole.
5: Certo. O período regencial é compreendido por parte da historiografia como momento de tomada de consciência política a respeito do sentido da independência do Brasil. Não raro, essa corrente enxerga no 7 de abril de 1831, isto é, na queda de Dom Pedro I, a real emancipação brasileira. Ainda, durante a Regência, estourou uma série de sedições populares - elitistas, por vezes, e marcadamente centrífugas, por outras -, entre as quais tiveram destaque a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

5.5. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico- financeiras; a política alfandegária e suas consequências

(Diplomacia 2008) Durante o Segundo Reinado (1840-1889), Europa e Estados Unidos da América (EUA) desempenharam importante papel na formação interna e inserção internacional do Brasil. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Ao término do Segundo Reinado, os EUA deram alento à economia agrícola ao substituírem os europeus como grandes consumidores do café brasileiro.

(2) William Trousdale, representante inglês no Rio de Janeiro na década de 1850, discordava da pressão norte-americana sobre D. Pedro II para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

(3) No seio do partido liberal brasileiro, havia defensores da industrialização do país, a ser realizada com o auxílio de política alfandegária protecionista, proposta que entrava em choque com as pretensões britânicas a favor do livre-comércio.

(4) Quando a escravidão entrou em crise, as diplomacias de Brasil e Argentina alinharam-se e rivalizaram com a dos Estados Unidos da América, tendo em vista a captação, na Europa, de imigrantes que proveriam de mão-de-obra as suas lavouras.

1: Errado. Ao término do Segundo Reinado, os EUA ergueram-se como maiores consumidores do café brasileiro, substituindo a Inglaterra como principal mercado importador. O continente europeu, contudo, permaneceu sendo o destino que auferiu maiores dividendos aos exportadores de café brasileiros.
2: Errado. William Trousdale, secretário das relações exteriores dos Estados Unidos, advogou a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, o que realmente ocorreu, em 1866, finda a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. As relações com os Estados Unidos, embora tivessem tido bom trânsito devido ao precoce reconhecimento da independência do Brasil, sofreram desequilíbrios à época do expansionismo norte-americano.
3: Certo. O partido liberal brasileiro constituía um foco protecionista de resistência ao livre-comércio advogado pela Inglaterra. Vislumbrava-se na proteção alfandegária uma forma de proteger as indústrias nascentes brasileiras e de aumentar o orçamento do Estado, que derivava, em sua quase totalidade, dos tributos advindos da alfândega. A Tarifa Alves Branco, de 1844, é um exemplo emblemático desse pensamento protecionista. Consoante tese de Caio Prado Júnior, o Bill Aberdeen, de 1845, foi uma represália inglesa à Tarifa de 1844.
4: Errado. Tanto o Brasil quando a Argentina promoveram políticas de atração de imigrantes desde a década de 1850, quando a escravidão, no Brasil, começou a entrar em crise devido a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro. As diplomacias do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos rivalizavam entre elas, não havendo alinhamento qualquer, visto que os Estados buscavam atrair maior contingente imigrante em seus respectivos solos. No caso brasileiro, a imigração de europeus justificava-se, economicamente, pela lógica econômica das lavouras e, moralmente, pelas políticas de branqueamento da população em voga nos estertores do século XIX. Existiam duas modalidades de obtenção de mão de obra: i) a imigração subvencionada, que era custeada pelo Estado e obrigava o imigrante a permanecer na fazenda de destino; e ii) o sistema de parceria financeira entre os fazendeiros e os imigrantes: ficavam estes atrelados àqueles até que suas dívidas fossem ressarcidas. Devido ao tratamento em regime de semiescravidão impingido aos seus nacionais, a Itália e a Alemanha proibiram a imigração ao Brasil. Por último, a Lei de Terras, de 1850, restringia o acesso à propriedade, visto que a transferência de terras devolutas teria de ser feita mediante a compra e a venda, e não nas modalidades de usucapião ou de doação. Sem recursos financeiros, nem os escravos libertos nem os imigrantes poderiam ter acesso à propriedade da terra no Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia - 2007) No Brasil, a instabilidade da política alfandegária prevaleceu no século XIX - estendendo-se até o advento da República - e foi uma das causas da baixa industrialização. A respeito das tarifas praticadas e do comércio exterior brasileiro nesse período, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Os tratados de comércio da época da Independência do Brasil inauguraram um período de baixas tarifas, o que provocou *déficit* na balança comercial brasileira.

(2) Na década de 40 do século XIX, o pensamento industrialista se impôs à política de comércio exterior, abrindo possibilidades para a criação de manufaturas.

(3) Os Estados Unidos da América (EUA) dificultavam a importação do café por meio das altas tarifas que aplicavam à entrada do produto brasileiro no país.

(4) No Brasil, durante as décadas finais da Monarquia, o *deficit* do comércio exterior contribuiu para a queda desse regime.

1: Certo. Os Tratados de Navegação e de Comércio com a Inglaterra inauguraram um período de baixas tarifas e de subsequente déficit na balança comercial. A Tarifa Alves Branco, contudo, representava uma ruptura nessa lógica;
2: Certo. A Tarifa Alves Branco, de 1844, representava a expressão do protecionismo industrialista brasileiro advogado pelo partido liberal. A proteção às indústrias nascentes propiciou um breve surto industrial. Com efeito, em 1860, a Tarifa Silva Ferraz reduziu as barreiras alfandegárias, o que favoreceu as manufaturas inglesas;
3: Errado. Os Estados Unidos constituíram o principal mercado importador de café brasileiro. No contexto do advento da República, o Tratado Blaine-Mendonça, de 1891, articulou-se no sentido de garantir a exportação de café e de açúcar brasileiros aos Estados Unidos em troca da importação de manufaturas norte-americanas;
4: Errado. Em grandes traços, a balança comercial brasileira permaneceu positiva até 1860, quando sofreu um influxo de importações. A partir de 1874, contudo, o saldo comercial foi nitidamente favorável ao Brasil. Os Estados Unidos e a Europa eram os principais mercados importadores de produtos brasileiros; essencialmente bens agrícolas. O debate historiográfico acerca da crise do Segundo Reinado aponta quatro questões explicativas: a religiosa, a servil, a republicana e a militar. Pandiá Calógeras e Emília Viotti da Costa, nos anos de 1960, deram importância igual às quatro questões. Boris Fausto, na década de 1990, preferiu o viés explicativo que prioriza as questões republicana e militar. José Murilo de Carvalho, mais recentemente, reabilitou a relevância da questão servil. Outra corrente, encabeçada por Ângela de Castro Gomes, advoga a existência de uma corrente de pensamento, denominada, geração de 1870, que teria influenciado diretamente, por oportunismo ou possibilismo, a queda do Império.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005) A única alteração importante verificada no cenário econômico colonial, à época da independência, foi o desenvolvimento da cultura do café. A propósito desse e de outros aspectos relativos ao sentido histórico dos acontecimentos de 1822, assinale a opção correta.

(A) O surgimento do Estado nacional brasileiro em 1822, em face da decisão do príncipe regente, configurou-se como um indiscutível processo revolucionário, visto que foram rompidos padrões essenciais que sustentaram os três séculos de dominação colonial.

(B) A manutenção das relações escravistas de produção, mesmo que após a independência, explica-se pela configuração, naquele momento, do capitalismo mundial, o qual, impulsionado pelos negócios britânicos, exigia a expansão do consumo nas regiões periféricas do sistema.

(C) A novidade trazida pelo café consistia na incorporação de conceitos e métodos capitalistas modernos nas fazendas do Vale do Paraíba, o que explica a posição de liderança do produto na pauta de exportações brasileiras já na década 30 do século XIX.

(D) O texto reitera o caráter inovador e, sob determinado prisma, revolucionário do café no contexto da economia brasileira na primeira metade do século XIX, a começar pela mudança que esse cultivo impôs nas formas de trabalho e pelo volume de sua exportação.

(E) A onda revolucionária que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa e que se expressou nos movimentos de 1820, 1830, 1848 também repercutiu no Brasil, a exemplo da própria independência – na esteira da revolução do porto – e da abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A: Incorreto. O surgimento do Estado nacional brasileiro não rompeu com as estruturas produtivas que sustentaram os três séculos de dominação colonial. A estrutura produtiva guardou assuas características fundiária e monoexportadora. Não se tratou, ainda, de uma revolução, visto que Dom João VI legou a seu filho, Dom Pedro I, a Coroa do Brasil;
B: Incorreto. Os ingleses combateram, desde os Tratados de 1810, o trato negreiro no Brasil. A manutenção das relações escravistas de produção, nesse sentido, em muito contrastava com a emergência, na Europa, de uma classe trabalhadora assalariada, que consumia bens e acumulava capitais;
C: Incorreto. A estrutura produtiva do café reproduziu a forma colonial de produção, baseada na mão de obra escrava e no latifúndio. A incorporação de métodos capitalistas de produção deu-se progressivamente a partir de 1850, com a emergência do trabalho imigrante –sobretudo nas fazendas de café do Oeste Paulista, e não na conservadora região dos Barões do café do Vale do Paraíba - e a proibição do tráfico negreiro. Ainda, o café constitui-se como principal produto na pauta de exportações a partir da segunda metade do século XIX;
D: Incorreto. Foi somente na segunda metade do século XIX que o café incorpora mudanças nas formas de trabalho e assume liderança no volume de exportações. O surgimento da cultura, por volta de 1830, atrelou-se à estrutura fundiária e escravista de produção;
E: Correto. As ondas revolucionários de 1820, de 1830 e de 1848 repercutiram, no Brasil, respectivamente, na Revolução do Porto, de 1820, na abdicação de Dom Pedro I, em 1831 e na Revolução Praieira, em 1848.

Gabarito "E".

(Diplomacia – 2005) Considerando a revolução do processo histórico do Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A importância do café na história brasileira transcende o aspecto totalmente econômico, sendo também decisivo o seu papel para a configuração político-institucional do país, que se tornara independente em 1822.

(2) Quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência, havia convergência de pontos de vista entre as elites brasileiras, unidas pelo compromisso inarredável de garantir a unidade do país.

(3) As riquezas geradas pelo café foram importantes para que se assegurasse a estabilidade política do Império, particularmente visível entre 1850 e 1870, além de respaldarem os investimentos no país e os empréstimos contraídos no exterior.

(4) A ação empreendedora de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, marcada, do principio ao fim, pelo êxito e pelos lucros expressivos, somente foi possível porque a economia cafeeira produzia os capitais necessários ao financiamento das atividades industriais requeridas pelo moderno capitalismo.

1: Certo. Para além se seu papel estrutural na economia do Brasil independente, o café moldou as relações de poder e configurou a política do país. Os barões de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, exerceram notável influência na política econômica e escravista durante o Segundo Reinado. Os cafeicultores do Oeste paulista, por sua vez,

tiveram papel fundamental no arrefecimento da escravidão, na queda da monarquia e na consolidação da República;
2: Errado. Não havia consenso entre as elites brasileiras quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência. Exemplo notável dessa ausência de convergência política foi a proclamação da Confederação do Equador, em 1824. Sob a liderança de Pernambuco, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba romperam a incolumidade do território nacional ao desvincularem-se da Coroa e proclamarem uma Constituição semelhante a da República da Colômbia. A Confederação opunha-se ao autoritarismo de Dom Pedro I, consubstanciado pelo Poder Moderador e pela noite da agonia, que dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a carta constitucional de 1824. O movimento foi debelado e seu líder, o Frei Caneca, fuzilado. Note-se que o exército de Dom Pedro I era composto por mercenários, o que denota a ausência de nacionalidade no seio das forças armadas;
3: Certo. O café garantiu estabilidade econômica e política ao Império na medida em que os dividendos alfandegários auferidos da exportação do bem agrícola permitiam à Coroa respaldar os investimentos no país e assegurar os empréstimos contraídos no exterior;
4: Errado. O surto industrial consubstanciado pelos empreendimentos capitalistas de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, derivou de investimentos britânicos, e não de empréstimos diretamente vinculados à produção de café. Ainda, se a Tarifa Alves Branco, o fim do tráfico negreiro e a urbanização do Rio de Janeiro permitiram a expansão dos empreendimentos do Barão; a Tarifa Silva Ferraz, a concorrência britânica e as elites rurais brasileiras pautaram o fim da Era Mauá. Note-se, ainda, que os investimentos de Irineu Evangelista de Souza não eram direcionados à indústria pesada, mas às iniciativas capitalistas, como a criação de estaleiros, de bancos e de companhias de gás e de navegação. A falência de Mauá, para além das razões acima apontadas, deveu-se ao desequilíbrio orçamentário da inédita construção da linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

6. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889- 1930)

6.1. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais

(Diplomacia – 2009) A história da Primeira República, ou República Velha, no Brasil, foi marcada por tensões políticas e econômicas relevantes para o entendimento da Revolução de 1930. A respeito desse período e de suas contradições, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Inspirado na Carta inglesa, o marco constitucional de 1891 reproduziu a deformação política do voto censitário, mantendo herança do Império e adotando fundamentos de constituição europeia.

(2) Na República Velha, a economia agroexportadora, tecnologicamente moderna, apresentou elevada produtividade e introduziu as bases sustentáveis para o amplo processo de industrialização iniciado pelos próprios agroexportadores nessa fase histórica.

(3) Nesse período, as oligarquias políticas dos estados, congregadas em partidos políticos, atuavam, na prática, em torno de bases, interesses e projetos locais e regionais.

(4) Nessa quadra histórica do Brasil, adotou-se sistema eleitoral que, na prática, submetia-se ao controle dos chefes políticos locais, sobretudo no campo, o que ficou conhecido como *voto de cabresto*.

1: Errado. A Carta Constitucional de 1891 inspirou-se no modelo presidencialista dos Estados Unidos. No que concerne aos direitos políticos, a carta Instaurou o voto para os homens alfabetizados. Ainda, instituiu a laicidade, a tripartição de poderes e a organização federativa do Estado. A República, nesse sentido, rompeu com a herança do Império;
2: Errado. A economia agroexportadora da República Velha não era tecnologicamente moderna, nem produtiva. Sua rentabilidade variava em função do preço internacional do café, produto que apresentava baixa elasticidade-preço da demanda e baixa elasticidade-renda da demanda. O Convênio de Taubaté, de 1906, representou uma articulação financeira entre os governos estaduais e o federal para garantir, com cobertura da União, os empréstimos externos destinados a comprar os excessos da produção e sustentar, por conseguinte, o preço do café. Embora Amaury Gremaud veja no surto industrial de 1914-1918 o marco da industrialização do Estado, Celso Furtado atribui o início da industrialização brasileira exclusivamente ao governo Vargas. Nesse sentido, ainda que a importação de máquinas, a escassez de manufaturas na Europa, devido a Primeira Guerra Mundial, e o tênue deslocamento de interesses dos agricultores para a indústria tenham contribuído para lançar as bases da produção de manufaturados no Brasil, a industrialização começou apenas a partir de 1930;
3: Certo. A política dos governadores, instaurada na gestão Campos Sales, constituía uma articulação personalista entre o Presidente da República e as oligarquias regionais, que garantiam a eleição dos candidatos oficiais no Congresso, o que permitia a aprovação das leis de interesses do Executivo. A base local, portanto, atrelava as famílias oligárquicas à União. No caso de dissidências, o sistema engessava e o Executivo da União e dos Estados enfrentavam situações de ingovernabilidade e de disputa personalista. A Comissão de Verificação de Poderes, azeite na máquina da política dos governadores, estava vinculada ao Legislativo, que se encarregava de oficializar os resultados das eleições. As fraudes eram constantes;
4: Certo. As oligarquias, além de vincularem-se ao Executivo nacional, teciam laços com os coronéis locais. Em um complexo sistema de favores fundados na relação de compadrio descrito por Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto*, os coronéis submetiam o sistema eleitoral aos seus interesses e àqueles das oligarquias. Os votos dos eleitores que iam ao encontro das demandas dos coronéis eram conhecidos como *votos de cabresto.* Caso houvesse indisciplina, os jagunços encarregavam-se de impingir sua violência aos eleitores.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto - para as próximas duas questões.

O oligarca é um coronel como outro qualquer - ou um representante dele - que se mantém no poder pela liderança, pelo autoritarismo, pelas obrigações que impõe e pelos favores que concede a seus aliados – os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual. Sem isso e as obrigações que se impõem, dificilmente se manteria no poder. Os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual.

Edgard Carone. A República velha. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 269-70 (com adaptações).

(Diplomacia - 2007) Tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca do Brasil da Primeira República (1889-1930).

(1) O regime político adotado favorecia o exercício do poder a serviço dos interesses nacionais em detrimento dos interesses individuais dos dirigentes.

(2) Durante esse período, o conceito de propriedade separava os bens da classe fundiária do bem público gerido pelo Estado.

(3) Os dissidentes encontravam, nesse período, concretas possibilidades de ascensão política, em razão da mobilidade social.

(4) Nesse período, estreito vínculo estabeleceu-se entre governo e partido, envolvendo lealdade entre ambos, porém sobrepondo os interesses deste aos daquele.

1: Errado. O exercício do poder, durante o regime político adotado na Primeira República, era profundamente individual e personalista. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, salienta a característica excludente da República de 1889. Os cidadãos teriam sido manipulados pelos coronéis locais e pelas oligarquias regionais, não podendo exercer o poder que, consoante a Constituição de 1891, lhes foi conferido juridicamente pelo instituto do voto;

2: Errado. O período caracterizou-se pela confusão entre bem público e privado. As oligarquias apropriavam-se do bem público para seu interesse próprio, distorcendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a efetividade que deveriam constituir a essência da administração pública;

3: Errado. A estrutura de poder, na República Velha, era essencialmente estática. Poucas famílias controlavam o poder do Estado e a mobilidade social ficava restrita às vontades dessas classes dominantes. A família Accioli, no Ceará, assim como os Tarrasca, em Minas Gerais, são exemplos dessas oligarquias fundiárias;

4: Certo. O poder era exercido pelos partidos republicanos vinculados aos Estados. Estabelecia-se, assim, laços de lealdade entre os grupos dominantes e o governo, que, a rigor, era cooptado pelo sistema de alianças partidárias instituídas no poder.

Gabarito 1E, 2E, 3E,4C.

(Diplomacia - 2007) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos ao Brasil da Primeira República.

(1) O regime oligárquico favorecia, também no cenário político, o domínio das famílias socialmente hegemônicas.

(2) Durante a Primeira República, apesar do regime político, observam-se, por vezes, sucessões de oligarquias nos estados da Federação.

(3) Borges de Medeiros manteve-se como detentor do poder oligárquico no governo do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas.

(4) Nesse período, os governantes eram, na maioria das vezes, dominados por indivíduos, famílias ou grupos.

1: Certo. As famílias socialmente hegemônicas articulavam-se de forma a perpetuar-se no poder. Em *A invenção republicana*, Renato Lessa evidencia a institucionalização do sistema oligárquico de poder mediante três variáveis: a gestão do Estado pelos atores políticos coletivos; as relações de poder entre a União e os Estados; e a articulação de interesses entre Executivo e Legislativo. As oligarquias dos Tarrasca, em Minas Gerais; dos Medeiros, no Rio Grande do Sul; dos Accioli, no Ceará; dos Nery, no Amazonas; dos Rosa e Silva, no Pernambuco; e do Partido Republicano Paulista, em São Paulo, moldavam o quadro político da República Velha, participando ativamente das variáveis de poder mencionadas por Renato Lessa;

2: Certo. A contradição essencial, em termos conceituais, da Primeira República diz respeito à inexistência, consoante José Murilo de Carvalho, de uma *res publica* - ou coisa pública - atrelada à emanação do poder pelos cidadãos. A República era sucessivamente tomada pelas oligarquias como se de um bem privado se tratasse. Não haveria uma cidadania plena, mas em negativo; em outros termos, expressava-se por intermédio de revoltas e agitações populares, mas não era demandante e ativa no exercício do voto;

3: Certo. A oligarquia dos Medeiros perpetuou-se no poder, no Rio Grande do Sul, por mais de duas décadas. Com efeito, Borges de Medeiros exerceu a presidência gaúcha de 1898 a 1922;

4: Certo. O exercício do poder, no decurso da República Velha, foi essencialmente personalista.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C.

Texto para a próxima questão

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, - embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) A partir da caracterização da Primeira República (1889-1930) apresentada no texto, além de outros aspectos significativos da etapa inicial do regime republicano brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A implantação da República foi um golpe de Estado que assinala, formal e diretamente, a entrada dos militares no primeiro plano do cenário político brasileiro, presença que se tornou comum na trajetória republicana, mesmo quando eles não estavam à frente do governo.

(2) Apesar da reconhecida habilidade política que demonstraram possuir, obtendo considerável apoio no Congresso Nacional, os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto enfrentaram dificuldades incontornáveis, razão pela qual não conseguiram cumprir seus respectivos mandatos.

(3) Especialmente a partir do governo Campos Sales, o "acordo oligárquico" mencionado no texto ganhou densidade, sendo bem representado pela Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, por meio da qual o atendimento às demandas das oligarquias estaduais era a contrapartida ao apoio político dado aos seus representantes, que momentaneamente ocupavam o governo federal.

(4) A manutenção regular e sem maiores sobressaltos do pacto oligárquico requeria a realização de eleições periódicas, com voto secreto, embora não universal, já que o sistema censitário excluía da condição de eleitores as mulheres, os analfabetos e os pobres.

1: Certo. A implantação da República é explicada, em parte, pela questão militar, que foi um conjunto de atritos entre o gabinete de Ouro Preto

e o Clube Militar, que era formado por oficiais tarimbeiros, veteranos da Guerra do Paraguai, e pela Mocidade Militar. Os primeiros exigiam maior reconhecimento do Exército, que haveria sido desfavorecido em favor da Marinha. Os segundos advogavam o positivismo e a ordem republicana. A união entre tarimbeiros e a Mocidade Militar forjou o golpe que findou o Segundo Reinado. Note-se que o Marechal Deodoro era um tarimbeiro da ala monarquista enquanto a Mocidade era formada por classes baixas e médias. À radicalização da Mocidade juntou-se o oportunismo dos tarimbeiros, o que permitiu a queda do gabinete de Ouro Preto e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Não havia, ainda, homogeneidade no seio da Mocidade Militar: os revolucionários agrupavam-se sob a liderança de Silva Jardim; os republicanos históricos, sob Quintino Bocaiúva: e os evolucionistas, sob Aristides Lobo. A Primeira República marcou o início da incursão militar no poder, que se perpetuou, com fluxos e refluxos, ao longo do século XX na trajetória republicana brasileira;

2: Errado. O Marechal Deodoro da Fonseca notabilizou-se por repetidos atritos com o Congresso Nacional, o que ocasionou sua renúncia depois da tentativa de alijar o poder legislativo de suas funções. O Marechal Floriano Peixoto, a seu turno, reabriu o Congresso e restabeleceu as garantias constitucionais embargadas pela decretação de estado de sítio durante o governo de Deodoro. Por outro lado, Floriano interveio no sistema federalista ao depor os governadores que apoiaram Deodoro quando decretou a dissolução do Congresso. Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, era vice de Deodoro e, malgrado a ordem constitucional que compelia a realização de novas eleições caso o presidente não completasse 24 meses de governo – o que foi o caso de Deodoro -, manteve-se no poder até 1894, em nítido embate com o Congresso Nacional. Durante seu governo, Floriano combateu com êxito a Revolta da Armada e a Revolução Federalista;

3: Certo. Em *A invenção republicana,* Renato Lessa salienta o fim dos anos entrópicos e a institucionalização da Política dos Estados com o advento do governo de Campos Sales. Ao compromisso de não intervenção do governo federal interpôs-se a articulação de interesses entre as oligarquias estaduais de maior envergadura, como as de São Paulo e Minas Gerais, o que garantiria a estabilidade do regime. A Comissão de Verificação dos Poderes asseguraria o controle das eleições e a manutenção das elites oligárquicas no poder. As demandas estaduais seriam, portanto, atendidas pela federação, em uma simbiose de interesses entre os municípios, os Estados e a União;

4: Errado. O pacto oligárquico sofreu três maiores sobressaltos: i) nas eleições de 1910, quando Rui Barbosa reuniu os interesses da Bahia e de São Paulo contra o Marechal Hermes da Fonseca, que contava com o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Rui Barbosa, em sua campanha civilista, denunciava a articulação coronelista do poder sob os auspícios dos militares; ii) nas eleições de 1922, quando Arthur Bernardes, com o apoio de São Paulo e de Minas Gerais, confrontou Nilo Peçanha, que reunia os interesses do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Pará e do Rio Grande do Sul. As dissidências tenentistas enfrentaram-se a Arthur Bernardes, visto que, segundo o episódio das cartas falsas, teria criticado o Exército e exaltado o pacto oligárquico; e iii) nas eleições de 1930, que abalaram a ordem institucionalizada por Campos Sales e deram fim à Primeira República. Durante o regime instituído em 1889, o voto era secreto e universal masculino; não era, portanto, censitário. A exigência de alfabetização está diretamente vinculada com a baixa participação eleitoral, o que, em outros termos, reflete as fragilidades educacionais do período. Contrariamente à Carta de 1824, a Constituição Federal de 1889 não instituía a obrigatoriedade do ensino primário gratuito.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A estrutura política vigente na República Velha preservou, como afirma o texto, a dominação oligárquica herdada do Império. Formalmente inspirado nos EUA, o modelo republicano adotado é presidencialista, mas, diferentemente de sua fonte inspiradora, mostra-se profundamente centralizado e sustentado por poucos – mas poderoso – partidos políticos nacionais.

1: Errado. À estrutura oligárquica centralizadora do Império sucedeu, na República Velha, uma dominação oligárquica federalista, o que denota a forte inspiração no modelo presidencialista e federal dos EUA. As forças dominantes estavam umbilicalmente vinculadas aos interesses estaduais. O presidente da República, a seu turno, advinha de uma convergência de interesses díspares articulados mediantes pactos e acordos de estabilidade política. Nesse sentido, a política dos governadores representou um consenso acerca da rotatividade na chefia da União e dos interesses estaduais na pessoa do presidente representados.

Gabarito 1E.

O estabelecimento da República, a bem da verdade o estabelecimento da Federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, e assumissem o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo.

Hamilton de Mattos Monteiro. **Da República Velha ao Estado Novo**. *In:* Maria Yedda Linhares (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro:Campus, 1996, p. 233 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Considerando o texto acima e os aspectos marcantes da República brasileira em suas primeiras décadas, julgue os itens subsequentes.

(1) O coronelismo foi fenômeno político exclusivo da Primeira República e, em certa medida, um tipo de prática política razoavelmente democrática.

(2) Embora oligárquica, a Primeira República caracterizou-se por eleições livres, fiscalizadas pela justiça eleitoral, e por estar assentada no voto secreto.

(3) As crises que se multiplicaram na década de 20 do século passado anunciavam o colapso da Primeira República, processo que se completou com a Revolução de 1930.

(4) O federalismo constituiu-se em diferença marcante em relação ao Império, cuja estrutura unitária conferia amplos poderes ao governo central.

1: Errado. O coronelismo não foi fenômeno político exclusivo da Primeira República. Antecedeu-a, durante o Império, e ultrapassou-a, com a renovação política promovida pela Revolução de 1930. Vitor Nunes Leal define o coronelismo como *"complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como caracteres secundários o mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos - e abrange todo o sistema político do pais, durante a República Velha".* Não há, portanto, semelhança entre coronelismo e prática democrática.

2: Errado. A Primeira República, além de oligárquica, não se caracterizou por eleições livres, nem secretas. O voto secreto, no Brasil, foi institucionalizado em 1932 por intermédio da promulgação do primeiro Código Eleitoral.

3: Certo. As sucessivas crises políticas e econômicas que pautaram o andar da década de 1920 deram claros sinais de desgaste da Primeira República. O processo de arrefecimento desse regime completou-se com a Revolução de 1930.

4: Certo. A centralização politico-administrativa do Império cedeu lugar ao federalismo da Primeira República, que acresceu o poder executivo e o legislativo aos Estados federados.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

6.2. A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas

Texto para a próxima questão.

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Ainda considerando o assunto abordado no texto, o termo revolução, embora questionado, é de uso frequente na historiografia brasileira quando se trata de denominar o movimento que, em 1930, depôs Washington Luís e alçou o gaúcho Getúlio Vargas à chefia do governo federal. No que respeita à crise que abalou o pacto oligárquico e que culminou com a vitória do movimento armado dirigido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A predominância econômica de São Paulo e de Minas Gerais tinha correspondência na hegemonia política que exerciam, popularmente sintetizada na expressão Política do café-com-leite. Não havia, contudo, unanimidade quanto a essa liderança nacional, razão pela qual as sucessões presidenciais, não raro, geravam dissensões entre setores das oligarquias.

(2) Os anos 20 do século passado assistiram ao aprofundamento da crise que corroeu o pacto oligárquico. O movimento tenentista, do qual decorreram duas insurreições armadas (em 1922, no Rio e em 1924, em São Paulo) e a própria Coluna Prestes, demonstra o grau de crescente insatisfação com os costumes políticos típicos do regime vigente nessa época.

(3) Antecedendo Washington Luís, o período de governo do mineiro Artur Bernardes transcorreu em estado de sítio em praticamente todo o período, em clara demonstração do esgotamento do modelo político em que se assentava a Primeira República.

(4) Por não ser um país industrializado, o Brasil passou incólume pela Crise de 1929 e, apenas tangencialmente, sentiu o impacto da grande depressão econômica do início dos anos 1930, o que explica o sucesso da política econômica adotada pelo governo Vargas.

1: Certo. A institucionalização da Política do café-com-leite não significou sua perpetuação sem sobressaltos durante a Primeira República. As eleições de 1910 e de 1930 ratificaram a frágil unanimidade quanto a essa liderança nacional e as dissensões entes setores das oligarquias;

2: Certo. Os levantes tenentistas, consubstanciados pelos episódios de 18 do Forte, em 1922, e pela Revolução Paulista, de 1924, denotam as insatisfações dos militares de baixa patente do Exército quanto ao pacto oligárquico;

3: Certo. O governo do mineiro Arthur Bernardes transcorreu em estado de sítio, visto que os levantes tenentistas causaram grandes abalos à estrutura oligárquica. Embora Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, o tenha sucedido, a articulação do poder entre São Paulo e Minas Gerais esgotou-se, já que as oligarquias paulistas não tolerariam outro regime, como o de Bernardes -economicamente ortodoxo no que concerna às políticas de valorização do café. Em outras palavras, se a insatisfação do tenentismo adensou o esgotamento do modelo política da Primeira República, os atritos entre as oligarquias também se desdobram na corrosão do sistema político;

4: Errado. Malgrado a inexistência de laços causais entre a eclosão da crise em outubro de 1929 e as conturbadas eleições de 1930, cujos candidatos adversários formaram suas respectivas chapas, em maio do mesmo ano, o *crack* de Nova Iorque derrubou os preços do café em 90%, quando 70% das exportações do Brasil derivavam desse produto. As políticas de estoque e queima do café adotadas por Vargas agiam no sentido de preservar o preço do produto; a prioridade do governo, contudo, era a industrialização do país.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira, que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiênciabrasileira (1500-200) : a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A década de 20 do século passado assinalou o acirramento da crise que levou a República Velha ao fim. Além das cisões interoligárquicas, de que a própria Aliança Liberal seria símbolo, movimentos sociais – mesmo aqueles carentes de organicidade e de coesão doutrinária – emergem na contestação às deterioradas estruturas vigentes no país, como foi o caso do tenentismo.

1: Certo. A década de 1920 caracterizou-se pelo surgimento de movimentos tenentistas, que acirraram a crise final da República Velha. Razões endógenas e exógenas ao regime explicam a corrosão de suas bases. Internamente, as cisões entre os grupos oligárquicos conduziram a uma ruptura do pacto de rotatividade no poder e, portanto, de governabilidade. Externamente, as classes baixas e médias, em harmonia com os tenentes e oficiais de baixa patente, encabeçavam movimentos cujo escopo era duplo: revelar o caráter excludente da República e debelar a ação dos grupos dominantes.

Gabarito 1C.

6.3. A Revolução de 1930

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Quando o texto se reporta aos "anos críticos" em meio à década de 30 do século passado, certamente alude ao clima de radicalização político-ideológica vivido pelo país naquela conjuntura, em larga medida resultante da mobilização de massa de dois movimentos políticos nacionais: a Ação Integralista Brasileira, de direita, e a Aliança Nacional Libertadora, de conotação esquerdista.

---

1. Certo. Os anos críticos da República Velha caracterizaram-se pela radicalização dos grupos políticos, consubstanciados por dissidências oligárquicas, classes médias e novas alianças políticas, como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Gabarito 1C

(Diplomacia – 1999) "O Estado que nasce (...) e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café é deslocada do poder, em consequência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir o controle; os "tenentes" fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem frequentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia. 'O Estado encontrará condições de se abrir a

todos tipos de pressões sem se subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas (...)'".

O trecho acima descreve o contexto que se seguiu a que evento histórico brasileiro?

(A) Proclamação da República.
(B) Revolução de 1930.
(C) Suicídio de Getúlio Vargas.
(D) Renúncia de Jânio Quadros.
(E) Redemocratização sob a Nova Ordem República.

A, B, C, D e E: a questão descreve a Revolução de 1930.
Gabarito "B"

6.4. A política externa: a obra de Rio Branco; o pan-americanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabeleceram, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "...se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo é que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias".

(Diplomacia - 2007) Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objeto de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

(A) Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.
(B) O Barão do Rio Branco criou a doutrina do *uti possidetis,* aplicada nas negociações de limites.
(C) Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.
(D) O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.
(E) Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

A: Incorreto. Os fronteiros do Brasil, tanto no período colonial como independente, foram, em grande medida, matéria de negociação diplomática. Com a América espanhola, destacam-se os Tratados de Madri, de 1750, de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e de Badajoz, de 1801. Em relação ao período independente, as obras de Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Império, assim como as do Barão do Rio Branco, durante a República, consubstanciaram-se pela negociação pacífica. Exemplo notório da prevalência da diplomacia sobre a guerra foi a indicação do Barão do Rio Branco para o prêmio Nobel da Paz, convite rejeitado pelo chanceler brasileiro;
B: Incorreto. A doutrina do *uti possidetis* foi sustentada pelo Brasil desde o Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão notabilizou-se por fazer recurso do instituto do direito romano, criando um precedente que foi advogado pelo Brasil nas questões lindeiras dos primeiros anos republicanos;
C: Correto. O princípio de *uti possidetis* salienta que a posse efetiva garante a posse de direito. Consagrado o princípio pelo Tratado de Madri, os Estados independentes da América espanhola, e especialmente a Colômbia, combateram-no advogando o princípio de *uti possidetis iuris,* consoante o qual a posse teria de dar-se, exclusivamente, com base em diplomas jurídicos;
D: Incorreto. O Tratado de Limites concluído entre o Brasil e o Peru, em 1851, pautou-se pelo princípio de *uti possidetis* e pela negociação diplomática acerca da livre navegação do rio Amazonas. O Tratado de 1859, com a Venezuela, valeu-se dos mesmos critérios de negociação. A obra de Duarte da Ponte Ribeiro, nesse sentido, gozou de amplo êxito, exceção feita ao Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia. Em plena Guerra do Paraguai, o Brasil Imperial optou pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, de forma a angariar apoio político das demais nações sul-americanas em detrimento do Paraguai. As negociações com a Bolívia, nesse sentido, careciam do poder de barganha no que diz respeito à navegação do rio Amazonas. Parte da literatura atribui ao Tratado de 1867 com a Bolívia as futuras dificuldades lindeiras com esse país andino, que somente foram resolvidas pelo Tratado de Petrópolis, de 1903;
E: Incorreto. A Questão de Palmas, que opôs o Brasil à Argentina, foi objeto de arbitragem pelo presidente dos EUA, Grover Cleveland. O Barão do Rio Branco fundamentou-se no artigo V do Tratado de Madri, de 1750, para certificar a posse brasileira da região de Palmas. A Argentina, a seu turno, preconizou a base jurídica do Tratado de Santo Ildefonso, consoante o qual a região de Sete Povos ficara sob o domínio da coroa espanhola. O fundamento geográfico, que alicerçava a validade da fronteira fluvial entre os Estados, foi o princípio basilar na avaliação de Cleveland. A rivalidade em torno da disputa alcançou seu paroxismo anos antes, em 1890, quando o então chanceler Quintino Bocaiuva, em gesto de fraternidade republicana, advogou a divisão do território em duas partes iguais. A realização da proposta, rejeitada pelo Congresso brasileiro, ligaria o Rio Grande do Sul ao Brasil por uma estreita faixa de terra de 200 km, o que, considerando a disputa gaúcha entre federalistas e republicanos, questionaria a incolumidade do território brasileiro. O êxito do negociador brasileiro, o Barão do Rio Branco, aproximou-o da possibilidade de assumir o comando do Itamaraty, ao passo que, nitidamente contrariado, o chanceler argentino, Zeballos, valeu-se do fracasso para dar início a uma escalada de tensões entre os Estados fronteiriços.
Gabarito "C".

(Diplomacia – 1998) A chamada "Questão de Palmas", resolvida por meio de laudo arbitral do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos, foi um dos .... para cuja solução o Barão do Rio Branco desempenhou papel crucial. Que país vizinho se opunha ao Brasil nessa questão?

(A) Uruguai.
(B) Chile.
(C) Colômbia.
(D) Argentina.
(E) Peru.

A, B, C, D e E: A Argentina se opunha ao Brasil.
Gabarito "D"

6.5. Sociedade e cultura: o Modernismo

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democraciabloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota(org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Paradoxalmente, a Semana de Arte moderna de 1922 acabou por oferecer apoio ao regime oligárquico que começava a ser combatido com mais firmeza. Em que pese sua estética inovadora e até revolucionária, sua obsessão em valorizar uma cultura genuinamente brasileira e livre dos cânones europeus reforçou o conservadorismo político que tanto interessava aos donos do poder.

(2) O que os modernistas procuravam fazer na década de 20 do século passado, isto é, era uma nova forma de olhar o Brasil, estimulando a mudança da imagem que o brasileiro fazia de si mesmo e do país, ganha considerável impulso na década seguinte. É quando, entre outros intelectuais que se lançam à tarefa de interpretar o Brasil, Gilberto Freyre publica Casa Grande & Senzala, defendendo a extraordinária força da mestiçagem cultural brasileira.

1: Errado. A Semana de Arte moderna, de 1922, caracterizou-se pelo combate ao atraso cultural que significava a política oligárquica alicerçada no modelo agroexportador e no conservadorismo ideológico. A associação das classes dominantes com os antigos valores europeus instigou os autores da Semana de Arte Moderna a propor a deglutição do que é estrangeiro para criar o que nacional;

2: Certo. A identidade nacional antropofágica advogada por Oswald de Andrade coincide, em numerosos aspectos, com a tese de Gilberto Freyre, consoante a qual o Brasil teria suas raízes na miscigenação étnica. A reabilitação da importância do negro e do indígena, segundo a obra de Freyre, na fundação das estruturas familiares brasileiras encontra respaldo na máxima de Oswald de Andrade "Tupi or not tupi, that is the question". Nela, Andrade retoma conhecido aforismo de Shakespeare para inseri-lo na construção antropofágica de uma nova identidade nacional.

Gabarito 1E, 2E.

(Diplomacia – 2000) Em 1897, caiu o Arraial de Canudos. Sua importância para a história brasileira reside:

(A) No fato de ter sido apenas um fenômeno local sem ressonância para a República nascente.

(B) Na compreensão das condições de vida do sertão, do universo mental dos sertanejos e da força espiritual do catolicismo rústico.

(C) Na personalidade de um beato pregador da vida ascética, Antônio Conselheiro, que se tornou líder de uma grande rebelião nacional, de caráter nacionalista.

(D) Na fraca capacidade de resistência dos habitantes do Arraial de Canudos.

(E) No exemplo que representou para o conjunto de movimentos de conteúdo revolucionário e socialista que tomou conta dos sertões do Brasil no período.

A, B, C, D e E: A revolta no Arraial de Canudos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, opôs-se às políticas coronelistas, à Igreja, que vislumbrava em Conselheiro um foco de perda de controle social, e à República, visto que o laicismo de 1889 teria afetado os laços religiosos de socialização que existiam durante a Monarquia. Na visão de Euclides da Cunha, a rebelião de Canudos foi "Nossa Vendeia"; em outros termos, uma contrarrevolução em benefício da Monarquia. Se, em um primeiro momento, Euclides da Cunha preconizou a intervenção em Canudos, pois seria um empecilho ao progresso brasileiro; em um segundo, constituiu um quadro explicativo para entender as revoltas de Canudos. Nele, identificou o sebastianismo e o milenarismo de Canudos às mazelas sociais dos estratos sociais excluídos do regime de 1889.

Gabarito "B".

7. A ERA VARGAS (1930-1945)

7.1. O processo político e o quadro econômico financeiro

(Diplomacia - 2009) As crises sucessivas dos anos 20 do século passado anunciavam o esgotamento da Primeira República, cujo colapso foi precipitado pela Revolução de 1930, que deu início à Era Vargas, cuja última etapa foi o Estado Novo (1937-1945), período ostensivamente ditatorial. A respeito desse período da história do Brasil, assinale a opção correta.

(A) Os anos 20 do século passado foram marcados pelos levantes tenentistas, que, reprimidos na primeira tentativa (Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1922), obtiveram duas expressivas vitórias militares contra as forças federais - em São Paulo, em 1924, e com a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927.

(B) O consenso em torno da candidatura presidencial de Vargas, em 1929, sendo João Pessoa candidato a vice-presidente, refletia a convergência de interesses

entre os grupos políticos dominantes em São Paulo e Minas Gerais, fortalecia a "política do café-com leite" e afastava o perigo de ruptura institucional.

(C) Característica marcante da Era Vargas foi, desde o início, a crescente ampliação da capacidade de intervenção do Estado na economia, na sociedade e na condução da política nacional, que restringia o poder das oligarquias regionais e a força do federalismo.

(D) O clima de crescente radicalização e mobilização ideológica, em meados da década de 30 do século passado, quando a irrupção do novo fenômeno de uma política de massas tomou conta do Brasil, teve, na Ação Integralista Brasileira e na Aliança Nacional Libertadora, respectivamente, os principais expoentes das posições políticas de esquerda e de direita.

(E) A uniformidade de posições que caracterizava o Estado Novo e que dera a Vargas a sustentação política para editar as leis de proteção ao trabalho, como a CLT, também se manifestou na esfera militar, o que explica a decisão de entrar na guerra contra o nazi-fascismo pouco depois de iniciado o conflito mundial.

A: Incorreto. Os levantes tenentistas foram sucessivamente reprimidos pelas forças federais. No episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte, de 1922, o governo de Epitácio Pessoa combateu a insatisfação de 17 tenentes, que se opuseram as forças legalistas. Sobreviveram apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Na compreensão de José Murilo de Carvalho, o tenentismo, conformado por oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro, levantou-se contra a própria situação dos tenentes no seio dos Forças Armadas, contra a perenização das oligarquias no poder, contra o voto de cabresto e secreto, e em benefício da reforma na educação pública. Em 1924, Miguel Costa, apesar de ser um oficial de alta patente, liderou a Revolução Paulista. Bombardeada a cidade de São Paulo pelas forças legalistas, Costa fugiu para Foz, onde surgiu a Coluna Miguel Costa-Prestes. Embora a Coluna não tenha conhecido derrotas, ficou distante do objetivo basilar de controlar o Rio de Janeiro. Nesse sentido, não é de rigor salientar uma vitória militar. Miguel Costa abandonou a Coluna no exílio, na Bolívia, e foi tão somente a partir de 1930 que Prestes se declarou comunista;
B: Incorreto. A Revolução de 1930 deriva do apoio de Washington Luís ao paulista Júlio Prestes, que se opôs, nas eleições desse ano, ao mineiro Antônio Carlos e à chapa encabeçada por Vargas e por João Pessoa como vice. O embate caracterizou o rompimento da política do café com leite, visto que a Aliança Liberal, que congregava as dissidências oligárquicas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, era contrária ao candidato paulista. Júlio Prestes ganhou com 57% dos votos, mas o crime passional que levou à morte de João Pessoa foi usado como pretexto para impedir a posse do candidato eleito e para dar início à Revolução de 1930;
C: Correto. As primeiras medidas de Vargas foram agenciadas em benefício do arrefecimento das forças oligárquicas regionais. Na esfera municipal, aumentou-se a repressão ao coronelismo, promoveram-se cassações políticas e criou-se a Justiça Eleitoral, atrelada ao Judiciário. Substituiu-se, nesse sentido, a Comissão de Verificação de Poderes, que empregava a degola para evitar a diplomação dos eleitos contrários aos interesses da República. No nível estadual, Vargas promoveu políticas de repressão aos Estados indisciplinados. Nomeou, para esse fim, interventores vinculados à União. No âmbito federal, reprimiu-se a política do café com leite;
D: Incorreto. A Ação Integralista Brasileira era a principal expoente das posições políticas de direita e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda. A primeira era nacionalista, pregava o militarismo corporativista, o anticomunismo e o antiliberalismo. Plínio Salgado era seu arauto. A Aliança Nacional Libertadora – que não se confunde com a Aliança Libertadora Nacional, fundada durante a Ditadura de 1964 – preconizava, por sua vez, a suspensão da dívida externa, a intervenção do Estado na economia, o anti-imperialismo, o antifascismo e a reforma agrária. Tinha na figura de Prestes seu o principal líder. Os embates entre a AIB e a ANL ocasionaram a criação da Lei de Segurança Nacional, que se contrapunha ao lema "todo poder à ANL", de cunho leninista;
E: Incorreto. A uniformidade de posições do Estado Novo derivou mais da censura imposta pelo governo, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, do que de uma real unidade política. A sistematização do programa oficial do governo, coordenada em forma de palestras ministradas por Antônio Marcondes Filho, deu origem à "A hora do Brasil", com exibições radiofônicas diárias. Na visão de Francisco Weffort, seria uma manipulação de Vargas das massas populares. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, não obstante, salientam uma lógica de reciprocidade entre os trabalhadores, que apoiavam Vargas, e o chefe do Executivo, que agia em benefício daqueles. Note-se, outrossim, que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, na expressão de Gerson Moura, pela equidistância pragmática de sua política externa. Em outras palavras, o apoio incondicional do Brasil aos Aliados ocorreu tardiamente. O rompimento de relações diplomáticas teve lugar em 1942, assim com a declaração de guerra. O envio de tropas, constituídas sob a Força Expedicionária Brasileira, somente aconteceu em 1944.

Gabarito "C".

7.2. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo

(Diplomacia - 2007) Assinale a opção correta a respeito do Estado Novo, implantado pela Constituição de 1937.

(A) Comparada à Constituição de 1934, a nova carta apresentava como característica nítida a descentralização do poder.

(B) O Plano Cohen serviu de pretexto para o reforço do autoritarismo.

(C) A Lei de Segurança Nacional, até hoje vigente, foi proposta após a instauração da nova carta.

(D) Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, foi um dos grandes beneficiados pelo novo regime político.

(E) Imediatamente após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas substituiu todos os governadores de estado.

A: Incorreto. A Constituição de 1937 era fortemente centralizadora. Permitia ao presidente do Executivo nacional a nomeação de interventores estaduais em qualidade de cargos de confiança. Não diferia, nesse sentido, da Carta de 1934. A queima das bandeiras estaduais, na Praça XV, que deu origem à emergência da literatura regionalista, é símbolo do repúdio ao estadualismo. Ressalte-se, não obstante, que todas as Constituições republicanas do Brasil mantiveram a estrutura federativa de governo;
B: Correto. O Plano Cohen foi forjado por Olímpio Mourão Filho com o objetivo de combater uma hipotética segunda intentona comunista – a primeira ocorrera em 1935 - orquestrada por um judeu comunista. Embora o plano de contenção carecesse de veracidade, Vargas utilizou-o para dar o golpe silencioso, pois sem oposição, de 30 de setembro de 1937. Mourão Filho, que não teve ligação com a difusão do documento, foi preso por atuar sem autorização do governo;
C: Incorreto. A Lei de Segurança Nacional de 1935 definia crimes militares de orientação política e contra a segurança do Estado. A Lei de Segurança Nacional em vigor assegurava a segurança nacional em caso de desordem e desacato à lei na esfera estadual;
D: Incorreto. Embora Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), tenha beneficiado-se da nomeação para o Ministério da Educação no início do Estado Novo, disputas entre o governo e a AIB levaram à ruptura de entendimentos, que culminou no Levante Integralista, de

1938. Com efeito, Vargas fechou os partidos, entre os quais a AIB, e proibiu a maçonaria;
E: Incorreto. Os interventores instituídos por Vargas surgem na Revolução de 1930; não houve, portanto, imediata substituição dos governadores de Estado com a implantação do Estado Novo em 1937.
Gabarito "B".

(Diplomacia – 2006) Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945. Esses quinze anos da Era Vargas sintonizaram o país com a história mundial, seja pela adoção de nova concepção de Estado, crescentemente centralizadora e autoritária, seja pela participação direta na Segunda Guerra, ou, ainda, pela decisão de modernizar a economia brasileira. Assinale a opção que NÃO apresenta aspectos marcantes desse período.

(A) Se, na Primeira República, a questão social era vista como "caso de polícia", com Vargas, o Brasil adota a moderna concepção de direitos sociais, de que seriam exemplos exponenciais as sucessivas leis trabalhistas que dão origem, em pleno Estado Novo, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

(B) As negociações que envolveram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contribuíram para que o país decolasse relativamente à indústria pesada, ponto de partida para a moderna industrialização. Símbolo desse processo foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com a construção da usina de Volta Redonda.

(C) Rompendo com os padrões conservadores da Primeira República, a liderança de Getúlio Vargas distinguiu-se por opções claras e lineares, não hesitando em colocar-se ao lado dos países que combateram as potências do Eixo na Segunda Guerra.

(D) Para concretizar o golpe de 1937, origem do ditatorial Estado Novo, Vargas contou com o apoio das lideranças militares, além de se valer do clima de radicalização ideológica que, acompanhando o panorama europeu, era protagonizado pelas forças políticas de esquerda e de direita - esta majoritariamente conduzida pela Ação Integralista Brasileira.

(E) Visto por muitos como manifestação brasileira dos vários fascismos que vicejaram na Europa dos anos 1930, o Estado Novo suprimiu o Poder Legislativo, cassou o registro dos partidos políticos, asfixiou a federação, estabeleceu férrea censura e fez uso contínuo da repressão e de instrumentos de propaganda do regime e de seu líder máximo.

A: Correto. José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, destaca o arrefecimento dos direitos sociais, na Primeira República, sem prejuízo para a consolidação, ao menos jurídica, dos direitos políticos e civis. Nesse sentido, não surpreende que as questões sociais fossem vistas como casos de polícia. A lógica adotada, no Estado Novo, inverteu-se: foram privilegiados os direitos sociais em detrimentos dos civis e dos políticos. Exemplo notório desse favorecimento é a lei de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que instituía direitos mínimos, o salário mínimo e a obrigatoriedade de possuir a carteira profissional;
B: Correto. A aproximação com os EUA foi negociada, durante a era Vargas, de forma a obter investimentos para o desenvolvimento da indústria pesada nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional é o maior símbolo dessa política de barganhas;
C: Incorreto. Consoante expressão de Gerson Moura, o Brasil adotou a estratégia de equidistância pragmática, até 1940, privilegiando ora os países do Eixo, ora os Estados Aliados. Nesse sentido, em discurso a bordo do porta-aviões Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, por ocasião da comemoração do aniversário da Batalha do Riachuelo, Vargas insinuou uma aproximação maior com os regimes fascizantes. Os EUA, em resposta, outorgaram ao Brasil a possibilidade de desenvolver a indústria pesada nacional, o que associou definitivamente o país aos Aliados;
D: Correto. O golpe de 1937 contou com o apoio das lideranças militares e da Ação Integralista Brasileira. O Plano Cohen, nesse sentido, refletiu a simbiose ideológica entre Vargas e as alas militares. No plano interno, destacava-se o iminente risco de nova intentona comunista, que reproduziria os anseios não concretizados daquela de 1935.E: Correto. A Constituição de 1937, de autoria de Francisco Campos, o "Chico Ciência", previa a instituição da República, do federalismo e da tripartição de poderes; previa-se, não obstante, uma votação para referendá-la, o que, ao não ocorrer, legou plenos poderes ao Executivo. Outras características da Carta de 1937 engolfam a previsão da decretação de estado de sítio, de defesa e de emergência: esses institutos jurídicos agiam no sentido de reforçar a figura do presidente, que governava por decretos-lei sem interferência do Legislativo. Suprimido o Poder Legislativo, cassados os registros dos partidos políticos e asfixiada a federação devido à consagração da figura do interventor, o controle de imprensa e os instrumentos de propaganda, em sintonia com os regimes fascizantes da Europa, eram articulados pelo Departamento de Imprensa e Propagando (DIP). O Departamento de Administração e Serviço Público (DASP), por sua vez, fazia a gestão do pessoal vinculado ao governo.
Gabarito "C"

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) As duas tendências assumidas pela Era Vargas (1930-1945), a que o texto faz alusão, constituíram-se em indisfarçável anacronismo político em face de uma contexto internacional que, fatigado pelas crises e guerras, cada vez mais abria espaço para os regimes democráticos.

1: Errado. A duas tendências assumidas pela Era Vargas, as quais o texto faz alusão, correspondem ao espírito político do cenário internacional. No cenário internacional, forças democráticas coligaram-se contra ascendentes autoritarismos e totalitarismos. Nesse sentido, a equidistância pragmática da política externa varguista em muito coincidia com as oscilações entres essas duas vertentes de organização política.

Gabarito 1E.

7.3. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Quanto ao processo político brasileiro no século XX, julgue os itens subsequentes.

(1) Durante a Primeira República, os estados tinham ampla autonomia política e financeira.

(2) A Revolução de 1930 colocou no poder Getúlio Vargas, que nele permaneceu como ditador por quinze anos, no chamado Estado Novo. Deposto em 1945, Vargas voltou à presidência pelo voto popular em 1950, mas suicidou-se em 1954, antes de concluir o mandato.

(3) Uma das causas do golpe militar de 1964 foi a tentativa do presidente João Goulart de implementar o Programa de Reformas de Base de caráter socialista, que propunha a coletivização das terras.

1: Correto. O tipo de federalismo adotado durante a Primeira República dava amplas competências aos Estados federados, notadamente a cobrança de tributos oriundos das exportações. Os Estados tinham autonomia militar, em que podiam criar seus próprios exércitos; judiciária, com os tribunais de justiça estaduais; eleitoral, para a eleição de prefeitos e de presidentes de estado; finalmente, os estados tinham autonomia para contrair empréstimos externos.
2: Errado. A Revolução de 1930, embora inaugurasse período de restrição política, tanto no que concerne aos Estados como às liberdades individuais, não encetou uma ditadura de quinze anos ininterruptos. Prova disso é a promulgação da Constituição de 1934, que somente em 1937, com a instituição do Estado Novo, veio a ser tolhida em suas bases democráticas.
3: Errado. Embora o Programa de Reformas de Base faça parte do receituário econômico adotado por João Goulart, o que não agradava as alas liberais-conservadoras, não se entabulou processo de coletivização das terras. A reforma agrária de João Goulart buscou promover a redistribuição das terras, nas bases da propriedade privada, e não a coletivização agrária, conforme se acusou Goulart no âmbito das Forças Armadas.

Gabarito 1C, 2E, 3E

7.4. Industrialização e legislação trabalhista

(Diplomacia – 2005) O histórico padrão econômico seguido pelo Brasil somente "começou a ser desmontado após 1930". No que concerne ao papel da Revolução de 30 no contexto da experiência republicana brasileira, julgue (C ou E) os itens que se segue.

(1) A Revolução de 30 rompeu com a hegemonia política em mãos da burguesia do café ao longo de toda a Republica Velha. A perda de poder político das antigas elites, substituídas por novos grupos ascendentes, foi a tônica do período iniciado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

(2) Na década de 20, acentuou-se o quadro de crise crescente que prenunciava o colapso da Republica Velha, de que são exemplos notáveis, entre outros, as revoltas tenentistas e o prolongado estado de sitio que vigorou sob a presidência de Artur Bernardes.

(3) Foi flagrante o impacto sobre a economia brasileira da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929. Ao atingir vigorosamente o café, contribuiu para o agravamento da crise institucional que desaguou na deposição do presidente Washington Luís.

(4) Sob os efeitos da depressão dos primeiros anos da década de 30, o governo Vargas propôs a reorientação da economia brasileira, estimulando a diversificação agrícola e, sobretudo, sinalizando para a necessária adoção de uma política industrial que inserisse o país no ritmo da economia mundial.

1: Errado. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder não se caracterizou pelo arrefecimento completo das antigas elites rurais. As sucessivas políticas de valorização do café, agenciadas após a Revolução de 1930, denotaram a coordenação governamental da política agrícola. Exemplos emblemáticos são os institutos brasileiros do café, do álcool e do açúcar. Vargas, no que concerne a sua procedência política, fazia parte das estruturas oligárquicas de poder, embora tenha buscado debelá-las após 1930;
2: Certo. A emergência do tenentismo no episódio dos 18 do Forte, em 1922, e na Revolução Paulista, em 1924, levaram o regime de 1889 a seus estertores finais. A crise eleitoral e 1930, a seu turno, foi o estopim para o surgimento de uma nova estrutura política de poder;
3: Certo. Embora a crise de 1929 não esteja na raiz do término da República Velha, contribuiu substancialmente para o agravamento da crise institucional. A vertiginosa queda no preço do café atiçou o conflito entre as elites rurais e os movimentos dissidentes;
4: Certo. Sob os efeitos da crise de 1929, o governo de Vargas propôs o reordenamento produtivo brasileiro, ao incentivar, a um só tempo, a diversificação agrícola e a adoção de uma política industrial, consubstanciada na industrialização por substituição de importações. A análise de Celso Furtado assinala o início da industrialização no advento da Revolução de 1930. A Teoria dos Choques Adversos, não obstante, advoga a existência de focos industriais durante a República Velha. Consoante essa teoria, choques externos à economia brasileira – como o cambial, o comercial e o estrutural, configurado pela Primeira Guerra Mundial - teriam ensejado a industrialização do pais. Nesse sentido, o Estado não teria papel basilar na industrialização da produção. Furtado, em nítido contraste, caracteriza esses focos industrias como surtos não planejados e, portanto, efêmeros: o Estado, por conseguinte, seria a garantia da implantação de um processo de industrialização de longo prazo.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2002) Assinale a única opção correta. Em relação à maneira como foi implantado o processo de industrialização do Brasil no século XX, chama a atenção

(A) A ruptura total dos esquemas da produção agrária advinda de tempos anteriores.

(B) O reforço do industrialismo de corte revolucionário muito semelhante aos processos da Revolução Industrial inglesa

(C) A indução, por parte do Estado, de políticas de substituições de importações.

(D) A maneira adversa com que as elites dirigentes do Estado, em especial depois de 1930, tratariam o esforço de industrialização.

(E) A forma excepcionalmente positiva com que a grande população recebia a mudança do paradigma econômico.

A, B, C, D e E: O Estado desenvolvimentista de Vargas advogou a intervenção pública na economia, de forma a promover a industrialização do país. As políticas de substituições de importações foram articuladas nesse sentido.

Gabarito “C”.

8. A REPÚBLICA LIBERAL (1945-1964)

8.1. A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946

Texto - para as próximas duas questões.

Com a queda do Estado Novo, grupos organizados passaram a defender projetos de sociedade, de economia, de organização social e de cultura. Retomar a tradição liberal interrompida com a Revolução de 1930 ou dar continuidade às políticas públicas intervencionistas era a discussão que passou a dominar os debates. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos e valorização do capital humano com redes de proteção social permitiram que, na década de 50, os próprios comunistas aderissem às propostas dos trabalhistas.

Outro projeto seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras. Esse projeto liberal-conservador tinha na UDN seu principal instrumento político e caracterizava-se, entre outros aspectos, pelo antigetulismo, pelo moralismo e pelo anticomunismo. Durante toda a experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, ambos os projetos disputaram a preferência do eleitorado. No entanto, três momentos resultaram em situações de grande conflito: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade de 1961.

Jorge Ferreira. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In*: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006) Considerando o contexto histórico do regime liberal-conservador brasileiro, vigente entre 1946 e 1964, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Iniciado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra assinalou, entre outros aspectos, a inserção do Brasil nas teias da Guerra Fria, que então se inaugurava. Entre as decisões tomadas pelo país no período, citam-se o apoio à diplomacia norte-americana, o rompimento de relações com a União Soviética e a cassação do registro do Partido Comunista, com a consequente perda do mandato dos parlamentares.

(2) O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 teve profunda repercussão política, embora seus efeitos tenham-se diluído nos meses seguintes. Com o suicídio do presidente Vargas, desarticularam-se as forças políticas trabalhistas, fator decisivo para o resultado alcançado nas eleições presidenciais do ano seguinte.

(3) Os Anos JK trouxeram, do ponto de vista da administração pública, a inovação do planejamento, consubstanciado no Plano de Metas. A repressão política foi compensada pelas fartas realizações do período, as quais estimularam a autoestima nacional, e, graças à austeridade fiscal e monetária, a inflação manteve-se em níveis irrisórios.

(4) Líder populista e carismático, típico exemplo de político de esquerda gerado pela histórica desigualdade latino-americana, Jânio Quadros venceu por pequena diferença de votos as eleições de 1960, a despeito da cerrada oposição que lhe foi movida pelas elites empresariais e políticas do país.

1: Certo. Em 1947, George Kennan, diplomata norte-americano, lançou a doutrina da contenção, que preconizava o arrefecimento da expansão do comunismo. Em claros sinais de alinhamento com os EUA, o Brasil aderiu prontamente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e não reconheceu a República Popular da China, estabelecida, em 1949, por Mao Zedong. O rompimento das relações diplomáticas com a URSS, em 1947, não está diretamente vinculado ao alinhamento com EUA; tratou-se de um reflexo da política interna na externa, visto que, no mesmo ano, o PCB e seus membros foram cassados. O governo de Dutra e a chancelaria de Raul Fernandes buscavam, com o alinhamento, ampliar os investimentos dos EUA no Brasil. O fracasso dessa política de barganhas é retratado, na expressão de Gerson Moura, em *Sucessos e ilusões,* pelo alinhamento sem recompensas. Em 1950, Raul Fernandes entregou ao embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Herschel Johnson, o memorando da frustação, no qual o Brasil fazia transparecer suas insatisfações com o alinhamento aos EUA;
2: Errado. O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 deu lugar a um renovado viço das forças políticas trabalhistas. Os EUA e a UDN foram acusados pelo suicídio de Vargas. A sede da UDN foi invadida e a embaixada norte-americana atacada. O PCB aliou-se artificialmente aos seguidores de Vargas. Nas eleições de 1955, o PTB associou-se ao PSB, para apoiar a candidatura de JK. Note-se que, entre as causas que levaram ao suicídio de Vargas, a historiografia salienta: i) a crise do aumento de 100% do salário mínimo; ii) a demissão forçada de João Goulart do Ministério do Trabalho; iii) o manifesto dos coronéis contra Vargas; iv) a Força Aérea Brasileira e a instauração da República do Galeão; v) as pressões da UDN; e vi) as pressões dos EUA contra o monopólio instituído da Petrobras;
3: Errado. Não há consenso historiográfico sobre a existência de um real planejamento consubstanciado no Plano de Metas. Ao passo que, por um lado, parte da historiografia aponta para a improvisação e a ausência de um orçamento fixo; por outro, não se descuidou de salientar a materialidade do Plano. Os anos de JK não se caracterizaram pela repressão política. No contexto econômico, as contas do governo entraram em déficit e ampliou-se a dívida externa. A inflação disparou e as acusações de corrupção fizeram-se presentes. Não por acaso, a campanha de Jânio Quadros advogava o saneamento das contas públicas, o controle da inflação e o combate à corrupção;
4: Errado. Jânio Quadros foi eleito, em 1960, por uma ampla coligação liderada pela UDN, partido urbano encabeçado pelas elites empresariais. Nessas eleições, Jânio obteve esmagadora vitória contra o Marechal Henrique Lott, mas não conseguiu eleger seu vice, Milton Campos. Ao antigetulismo de Quadros somou-se ao petebismo do vice-presidente eleito, João Goulart. A chapa Jan-Jan, como ficou conhecida, marcou o início da situação de ingovernabilidade que caracterizou o curto governo de Quadros, de janeiro a agosto de 1961.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo histórico brasileiro entre 1945 e 1964, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A instituição do monopólio estatal do petróleo, simultaneamente à criação da PETROBRAS, decorreu de ampla campanha de mobilização popular ("o petróleo é nosso"), momento singular em que, pela primeira e única vez, defensores dos projetos nacional-desenvolvimentista e liberal-conservador se uniram, convictos do caráter estratégico daquela decisão para o futuro do país.

(2) Sob o ponto de vista econômico, o governo JK se opôs à política getulista, o que explica, em larga medida, o rompimento, em sua sucessão, da aliança PSD–PTB, fato facilitador da vitória do oposicionista Jânio Quadros, candidato escolhido pela UDN.

(3) A renúncia de Jânio à presidência da República, poucos meses depois de iniciado seu governo, jogou o país em grave crise política, na qual se fez presente a perspectiva de guerra civil. Acusado de esquerdista e de comprometido com o radicalismo sindical, o vice-presidente, João Goulart, teve sua posse contestada pelos adversários do getulismo, representados, naquela tensa conjuntura, pelos três ministros militares.

(4) Considerada por alguns como solução de compromisso e, por outros, como golpe branco, a adoção do parlamentarismo possibilitou a Jango assumir a chefia do Estado. O retorno ao presidencialismo, por força do plebiscito de 1963, permitiu a Goulart executar seu programa reformista, excetuando-se a reforma agrária.

1: Questão anulada. A anulação foi justificada pela banca do CESPE com base na ideia que a UDN teria chegado a apresentar um projeto substitutivo aquele que criaria a Petrobras. Em 1953, o Senado outorgou o monopólio estatal do petróleo, exceção feita às distribuidoras e às refinarias anteriores ao ano referido. A criação subsequente da Petrobras derivou de intensa campanha nacional-desenvolvimentista, a qual aliaram-se alguns setores liberais-conservadores, encabeçados pela UDN. Nesse sentido, a UDN participou da campanha "o petróleo é nosso". A união entre nacionais-desenvolvimentistas e liberais-conservadores ocorreu novamente na política brasileira. Exemplo disso é a aproximação da ala denominada "Bossa Nova" com JK. A "Bossa Nova" era um grupo dissidente da "Banda de Música", composta por udenistas radicais, dentre os quais Carlos Lacerda;

2: Errado. O governo JK não se opôs à política getulista; tendo, em certa medida, prosseguido o pensamento intervencionista característico de Vargas. A sucessão de JK articulou-se na campanha formada pelo PSD e pelo PTB, na qual foram lançados os nomes de Marechal Henrique Lott, para a presidência, e de João Goulart, para a vice-presidência;

3: Certo. As incompatibilidades entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional levaram à crise de agosto de 1961, na qual Jânio fracassou ao tentar comprovar a fidelidade do poder Legislativo ao seu governo. Inspirado em Nasser, presidente do Egito de 1954 a 1970, que ameaçava renunciar nos casos nos quais o Congresso a ele se opusesse, Quadros tentou aplicar a fórmula no Brasil e, sem êxito, renunciou. A sociedade brasileira polarizou-se, de um lado, entre o PTB e os sindicalistas urbanos, que advogavam a legalidade constitucional; e, de outro, entre a UDN e os três ministros militares, que preconizavam o golpe. A solução foi negociada no Congresso Nacional. Emendou-se a Constituição Federal de 1946 com a adoção do parlamentarismo: João Goulart seria o chefe do Estado e Tancredo Neves, do governo. O plebiscito de 1965 daria ao povo o direito de eleger o sistema de governo. Ao antecipá-lo, em 1963, João Goulart promoveu a restauração do presidencialismo e o fim do parlamentarismo, que contou com três primeiros-ministros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima;

4: Errado. A volta ao presidencialismo permitiu a Goulart retomar suas reformas de base; entre elas, a agrária, a urbana, a bancária e a educacional. Em março de 1964 assinou-se a Lei da Reforma Agrária, pelo meio da qual se indenizariam as desapropriações com títulos da dívida pública. O rápido apoio das Ligas Camponesas, encabeçadas por Francisco Julião, às reformas de Goulart levaram ao paroxismo as tensões com as facções militares. Essa polarização, que deu lugar ao golpe de abril de 1964, surgiu no fracasso das negociações de Jango com o Congresso e da subsequente preferência do presidente por angariar apoio político diretamente nas ruas, por meio de comícios, para aprovar suas leis. O quadro a seguir lista os fatores de radicalização política:

Gabarito 1 Anulada, 2E, 3C, 4E

Texto – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) A crise final do regime instaurado em 1946 ocorreu, nos convulsionados primeiros anos da década de 60, expresso no texto VI. Assinale a opção correta acerca do período de quase duas décadas de normalidade democrática vivida pelo país, após a derrocada da ditadura getulista.

(A) Em meio à estrutura partidária que comandou o processo político brasileiro a partia de 1946, o Partido Social Democrático (PSD), criado à revelia de Vargas, notabilizou-se pela defesa de um agressivo reformismo e pelo combate ao tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha.

(B) Entre as grandes agremiações partidárias existentes nesse período, nenhuma se comprometeu mais com o desenvolvimento autárquico do país, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros, que a União Democrática Nacional (UDN).

(C) A trajetória eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi ascensional e, quanto mais o partido se livrara de seus componentes fisiológicos, acentuando uma consistência ideológica que o identificava crescentemente com a defesa de posições nacionalistas e reformistas, mais ampliava sua base eleitoral e sua representação parlamentar.

(D) O Brasil não teve participação no período áureo da Guerra Fria, sequer indireta. Isso se explica, provavelmente, pela pouca visibilidade internacional do país naquela conjuntura.

(E) No pós-Segunda Guerra, o Brasil avançou em seu projeto de modernização econômica, em larga medida sustentado pela industrialização, a qual, por mais paradoxal que possa parecer, não se fez acompanhar de urbanização que modificasse a fisionomia do país.

A: Incorreto. O Partido Social Democrático (PSD) não surgiu à revelia de Vargas, visto que os eleitos por esse partido eram, na maioria, antigos interventores do Estado Novo. Tampouco o PSB combateu o tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha, já que sua base de apoio eram os proprietários rurais. As principais lideranças do PSD articulavam-se com Dutra e JK;
B: Incorreto. A União Democrática Nacional (UDN) tinha por base de apoio as classes médias urbanas, os profissionais liberais e os setores empresariais; não era, portanto, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros. A exceção a essa lógica comportamental constituiu a campanha "o petróleo é nosso, quando a UDN associou-se ao nacional-desenvolvimentismo para garantir o monopólio da Petrobras. A UDN conglomerava lideranças como as de Carlos Lacerda, de Afonso Arinos e de Raul Fernandes;
C: Correto. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contava com o apoio dos sindicatos urbanos e dos empresários urbanos. Sua ascensão configurou-se pela homogeneidade ideológica em defesa de posições nacionalistas e reformistas, em nítida oposição à UDN. Vargas fundou-o em 1946 e contou, ainda com o respaldo de João Goulart e de Leonel Brizola;
D: Incorreto. O Brasil participou da Guerra Fria, consoante Gelson Fonseca Jr., como potência média, capaz de afetar a estrutura das relações internacionais, mas não de a determinar ou a influenciar – retomando conceitos de Robert Keohane. Ao passo que os governos de Dutra e de Castelo Branco advogaram maior alinhamento com os EUA; sob a gestão de Quadros/Goulart, Geisel e Figueiredo optou-se por um padrão de inserção principista e pragmático, orientado pela autodeterminação dos povos e pela diversificação de parcerias;
E: Incorreto. Na virada dos anos de 1960 para os de 1970, o Brasil tornou-se um país majoritariamente urbano, com especial destaque para o crescimento exponencial das metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. O processo de urbanização seguiu estreitamente o de industrialização.

Gabarito "C".

(Diplomacia – 2005) Relativamente ao "esforço de modernização nacional" que, conforme o texto VI, a Era Vargas o iniciara e os anos 50 o impulsionaram, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, surgidas na Era Vargas, expressavam um projeto de desenvolvimento que, ante a carência de capitais privados nacionais, requeria a forte presença do Estado como agente econômico.

(2) A criação da Petrobras, em 1953, coroou um processo de ampla mobilização popular, marcado pela convergência de pontos de vista entre o poder público, os partidos políticos e o conjunto do empresariado brasileiro.

(3) Os Anos JK inauguraram uma forma inovadora de administração pública em que grupos executivos, em ação paralela à dos ministérios e à dos órgãos administrativos tradicionais, puderam planejar e propor, com muito mais desenvoltura, ações menos sujeitas às amarras burocráticas.

(4) O Plano de Metas de JK teve em Brasília a nova capital construída em tempo recorde na área central do país, sua meta síntese, entendida como indutora da interiorização do desenvolvimento nacional.

1: Certo. A Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce surgiram na esteira dos investimentos do Eximbank, no Brasil, como forma de angariar o apoio nacional na Segunda Guerra Mundial. Devido à escassez dos capitais públicos e privados nacionais, o governo Vargas não se eximiu da faculdade de captar recursos externos para promover o desenvolvimento interno.2: Errado. A campanha o petróleo é nosso caracterizou-se pelo embate político entre os denominados nacionalistas e os pejorativamente chamados de entreguistas. Eram as forças varguistas opondo-se aos liberais conservadores, que iam de encontro ao monopólio brasileiro do petróleo. A UDN, paradoxalmente, optou por alinhar-se com a ideologia nacionalista na campanha em questão; 3: Certo. Os anos de JK garantiram maior celeridade do processo democrático na medida em que o Congresso era formado pela base aliada ao presidente, qual seja a do PSB e do PTB. Ainda, a criação de grupos executivos, que propunham metas de industrialização, arrefeceu a morosidade burocrática, visto que não se vinculavam ao processo legislativo. Ainda, o Conselho de Desenvolvimento Econômico assegurou maior participação da sociedade civil no processo decisório; 4: Certo. A meta síntese, consubstanciada na construção da nova capital, asseguraria a interiorização do país. Seria a força centrípeta das rodovias radiais, da expansão do emprego e da indústria e do desenvolvimento dos vazios territoriais.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes, buscando alterar a ordem liberal excludente, se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso

revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) O Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (*UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram as principais forças político-partidárias brasileiras na denominada República liberal-conservadora, surgida com a queda da ditadura estado novista. À medida que avançava a crise do regime, os dois primeiros partidos se aproximaram na construção de um bloco reformista, ao passo que o trabalhismo adquiria feições crescentemente conservadoras.

1: Errado. Os três partidos mencionados nasceram com a queda do Estado Novo, dois deles sob os auspícios de Vargas, quais sejam o PSD e o PTB. O PSD congregou as antigas elites rurais e os antigos interventores; não era, portanto, reformista em sua essência. O PTB, por sua vez, reuniu as forcas sindicais e os empresários urbanos, tornando-se, a partir de 1962, o segundo maior partido brasileiro; não era, portanto, um partido conservador. A UDN, originalmente, surgiu da Frente de Oposição a Vargas e ao Estado Novo. À época, era formada por liberais e comunistas urbanos. Em meados de 1945, não obstante, a UDN assumiu feições liberais e conservadoras.

Gabarito 1E.

(Diplomacia – 1996) A campanha nacionalista “o petróleo é nosso” foi desenvolvida durante o governo:

(A) Juscelino Kubitschek.

(B) João Goulart.

(C) Castelo Branco.

(D) Jânio Quadros.

(E) Getúlio Vargas.

A, B, C, D e E: Durante o governo de Getúlio Vargas.

Gabarito "E"

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbanos industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar, enfim, todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de novo pacto político. Nesse contexto, Vargas assumiu o poder, situando-se como uma espécie de árbitro dos conflitos. Com o afastamento de Vargas, em 1945, a realização de eleições gerais e a elaboração de novo texto constitucional, as principais forças políticas puderam pactuar a montagem do regime democrático.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A república brasileira: pactos e rupturas**. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e VerenaAlberti (Orgs.). **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 462, 473 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010) Com base no texto acima e nos aspectos marcantes da Era Vargas (1930-45) e do processo histórico brasileiro pós-1945, julgue os itens a seguir.

(1) A Era Vargas marca o início do processo de efetiva modernização econômica do país, com a implantação da indústria de base, que teve, na Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, seu grande símbolo.

(2) As principais forças políticas que atuaram no Brasil, entre 1946 e 1964, podem ser sintetizadas nos três grandes partidos do período: PSD, UDN e PTB.

(3) Por meio da ruptura institucional de 1964, instalou-se no Brasil um período de exceção, com vinte e um anos de regime militar.

(4) Com Geisel, o regime autoritário fortalece-se, fecha-se ainda mais e há a edição do Ato Institucional n.º 5, que amplia os poderes discricionários do Poder Executivo.

(5) A eleição direta de Fernando Collor marca o fim do regime militar.

(6) A Era Vargas teve início com a vitória do político gaúcho nas eleições de 1930.

(7) Embora com tendência à centralização político-administrativa, a Era Vargas desconheceu um período claramente ditatorial.

1: Certo. A Era Vargas, embora não tenha, em suas primórdios, abandonado as políticas de modernização agrária, destacou-se pelo adensamento da modernização industrial. A indústria de base foi o alvo principal dos investimentos públicos, constituindo a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, erguida em 1941, seu grande símbolo.
2: Certo. O período da República Liberal, que se estendeu de 1946 a 1964, teve como forças partidárias maiores a UDN, caracterizada pelo pensamento liberal conservador, o PSD, cujo estrato social eram o grupos rurais, e o PTB, que aglomerou as camadas urbanas trabalhadoras.
3: Certo. A ruptura institucional de 1964, isto é, o golpe militar, deu início ao período de constituição de mecanismos de controle político e de repressão pública. Estendeu-se até 1985, quando iniciou-se o processo de redemocratização.
4: Errado. O governo Geisel caracterizou-se por uma abertura lenta, gradual e segura. Foi, portanto, o princípio da distensão política, que culminou na redemocratização de 1985. O AI-5, mencionado no item, foi aprovado em dezembro de 1968, durante o governo Costa e Silva. Em agosto de 1978, durante o governo Geisel, o AI-5 é revogado pela Emenda Constitucional nº11.
5: Errado. A eleição indireta de Tancredo Neves, composta em conjunção com José Sarney, marcou o início do processo de redemocratização. E a eleição de Collor, assim como seu impeachment, são marcas da consolidação do regime democrático.
6: Errado. Nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal, perdeu para Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista. A Era Vargas tem início, portanto, no dia 3 de outubro de 1930, quando eclodiram os primeiros levantes, no Rio Grande do Sul, contra as oligarquias que conformavam a Primeira República.
7: Errado. A Era Vargas, especialmente no que se refere ao Estado Novo, caracterizou-se pela instituição de mecanismo de controle político e de repressão pública, conformando, portanto, período ditatorial.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6E, 7E

8.2. Industrialização e urbanização

(Diplomacia – 2006) A ideia de modernização no Brasil ganha forte ímpeto durante o governo JK. Em cada item a seguir, julgue (C ou E) se o item apresenta uma realização do governo JK.

(1) instalação da indústria automobilística.
(2) construção da hidrelétrica de Itaipu.
(3) instalação da Companhia Siderúrgica Nacional.
(4) construção da rodovia Belém-Brasília.

1: Certo. O governo de JK promoveu o adensamento do parque automobilístico brasileiro. O desenvolvimento de rodovias radiais, longitudinais, transversais, diagonais e de ligação, assim como a criação de Brasília, ratificam a preferência pela expansão do uso do automóvel;
2: Errado. A criação da hidrelétrica de Itaipu, em consórcio binacional entre o Brasil e o Paraguai, logo ampliado pelo acordo tripartite de 1979 à Argentina, data de aio de 1974. O governo JK foi o responsável pela criação da Hidrelétrica de Três Marias, na região do rio São Francisco;
3: Errado. A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em 1942 pelo governo Vargas;
4: Certo. A rodovia Belém-Brasília constitui uma rodovia radial presente no Plano de Metas de JK.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

O Estado brasileiro, dilapidado por elites espertas e sob o peso burocrático, quebrou no final dos anos 80. Sua máquina apodreceu em várias partes. É quase impossível imaginar que o Estado volte a ter o papel que desempenhou no passado, seja no regime democrático de 1945-1964, seja no regime militar; mas é quase impossível também imaginá-lo reduzido ao Estado mínimo.

Bóris Fausto. **História do Brasil**. 2ª ed., São Paulo, 1995, p. 555 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Considerando o assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Tanto no regime militar, quanto na década de 50 do século XX, houve forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia.
(2) Com o objetivo de acelerar a industrialização da economia brasileira, o governo de Juscelino Kubitschek concedeu grandes facilidades para o capital estrangeiro.
(3) O esforço industrializante do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) fortaleceu os vínculos entre empresas estatais e o capital estrangeiro.

1: Certo. A década de 1950 caracterizou-se, na esteira do pensamento econômico de Getúlio Vargas, pela forte incidência do Estado nas atividades econômicas. O regime militar, instituído em 1964, embora deslocasse a política econômica da heterodoxia para a ortodoxia, serviu-se do Estado para regular a economia. Havia, nesse sentido, uma finalidade econômica ortodoxa demarcada por instrumentos heterodoxos de regulação.
2: Certo. O financiamento dos investimentos promovidos durante o governo de Juscelino Kubitschek deu-se conforme o que se convencionou denominar de tripé econômico. O governo arcaria com os investimentos em infraestrutura; o capital estrangeiro, com a produção de bens duráveis, conforme ratifica a instalação da Volkswagen no Brasil; e o capital privado nacional, com a produção de bens não duráveis.
3): Errado. Desmantelou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) durante o segundo governo de Vargas, o que se traduziu por arrefecimento dos investimentos externos no país. A criação de Petrobrás, em 1953, embora derivada dos projetos da CMBEU, operou-se com base no capital público nacional. Tamanha foi a campanha para a instituição do monopólio público do petróleo que inclusive a UDN, de características liberais-conservadores, aderiu ao projeto que fez da Petrobrás uma empresa estatal.
Gabarito 1C, 2C, 3E.

8.3. Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a "Operação Pan-Americana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU

(Diplomacia - 2007) Quanto às relações entre Brasil e EUA durante a República Liberal (1945-1964), assinale a opção incorreta.

(A) Na maior parte desse período, prevaleceu o bom entendimento político entre os dois governos.
(B) Os EUA voltavam sua política exterior para o combate ao comunismo, e o Brasil para a promoção de seu desenvolvimento.
(C) O acordo bilateral de cooperação denominado Comissão Mista foi o principal responsável pela construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.
(D) A Política Externa Independente promoveu o universalismo brasileiro em detrimento do alinhamento na Guerra Fria.
(E) O fornecimento brasileiro de minerais estratégicos aos EUA foi elemento importante nas negociações bilaterais durante a década de 50 do século XX.

A: Correto. Durante o período, privilegiou-se ora um alinhamento automático com os EUA, no decorrer da gestão Dutra, ora um desenvolvimento associado, com JK; ora um não-alinhamento, no exercício da Política Externa Independente;
B: Correto. Em um contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram articular a estrutura das relações internacionais de forma a adensar o combate ao comunismo. O Brasil, por sua vez, vislumbrava na bipolaridade um meio de aprofundar o desenvolvimento nacional;
C: Incorreto. A Comissão Mista Brasil-EUA para o desenvolvimento econômico (CMBEUA) foi criada no final da década de 1950 com o escopo de elaborar estudos e projetos de infraestrutura, assim como garantir financiamento para esses. Em contraste com a Comissão Técnica Mista Brasil-EUA, de 1947, também conhecida como Missão Abbink, a CMBEUA financiou projetos no Brasil, ainda que de pequeno vulto. O surgimento do BNDE, em 1952, possui estreito vínculo com a Comissão. Muitos projetos, ainda, foram aproveitados por JK. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda em nada coincide com a CMBEUA, visto que foi criada em 1942, na esteira da cooperação entre o Brasil e os Estados para o desenvolvimento e para a segurança internacional em tempos de guerra;
D: Correto. A PEI fundamentou-se no não-alinhamento, na autonomia, na não-ingerência, na autodeterminação dos povos e na diversificação de parcerias;
E: Correto. O acordo bilateral Brasil-EUA para venda de minerais estratégicos, entre os quais as areias monazíticas, foi de grande importância em um contexto no qual a URSS detonou sua primeira bomba nuclear, em 1949. O governo de Vargas almejava ampliar os investimentos norte-americanos no Brasil com o acordo, mas recebeu apenas cerca de 300 milhões de dólares pelos minérios.
Gabarito "C".

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda

metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da AméricaLatina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) O texto VI lembra que a Política Externa Independente (PEI) "refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das área periféricas". A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) A política exterior dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart pautava-se pelo atrelamento a Washington, condição imposta pela radicalização ideológica interna do momento e pelas contingências da Guerra Fria.

(B) A PEI, ainda que não possa ser classificada como revolucionária, buscou conquistar espaços em um mundo que se transformava rapidamente e em que as áreas periféricas do capitalismo procuravam encontrar meios para a superação do subdesenvolvimento.

(C) O grupo que internamente, à direita ou à esquerda, lutaram pela conquista do Estado como instrumento para a implementação de seus projetos não se apropriaram do tema política externa. Certamente, isso se deveu à pouca importância atribuída ao tema ao longo da história brasileira.

(D) Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base hostilizaram a PEI justamente por considerá-la tímida em excesso ante uma ordem internacional injusta e reprodutora das desigualdades sociais e regionais.

(E) O texto confirma a tese de que a PEI, apesar de sua retórica atraente aos embates ideológicos que então se travavam no Brasil, teve importância não mais que secundária nos embates parlamentares que antecederam – e prepararam – o cenário para o golpe de 1964.

A: Incorreto. A política externa de Jânio Quadros e de João Goulart consubstanciou a Política Externa Independente, que preconiza o não alinhamento, a autonomia no cenário estrutural de Guerra Fria, a autodeterminação dos povos e a diversificação de parcerias. Nesse sentido, não houve atrelamento à política externa de Washington;

B: Correto. Um dos pilares da PEI foi a diversificação de parcerias. No plano hemisférico, estreitaram-se as relações com o Chile, o Peru e o Paraguai, no governo Quadros. Com o Chile, firmou-se uma Declaração Conjunto com vistas a promover a autonomia externa e a incrementar o comércio entre ambos os países. Com o Peru, previu-se a criação da BR-029, no intuito de ligar o Acre ao Peru e promover o escoamento dos produtos brasileiros via o oceano pacífico. Com o Paraguai, um acordo de cooperação para uso pacifico da energia nuclear foi assinado. No governo Goulart, as relações com o Uruguai, com a Bolívia e com o México adensaram-se. Vislumbrou-se perseverar no construção da ALALC e, no caso da Bolívia, dar prosseguimento aos Acordos de Roboré, pelo meio dos quais se estipulava a criação da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Ainda, a Argentina firmou-se como parceira estratégica do Brasil. Os encontros de Uruguaiana, entre Quadros e Frondizi, deram margem à criação de uma Comissão Mista para a cooperação econômica e ao Convênio de Amizade e Consulta, aberto à adesão de outros Estados. Outro exemplo emblemático de diversificação de parcerias é o estreitamento de relações com a África. Abriram-se diversas embaixadas no continente, criou-se, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos e a divisão da África no seio do Itamaraty, sob chefia de Ítalo Zappa. As políticas de aproximação com a África evidenciam-se, também, no cenário interno. Quadros anelou consolidar a as raízes africanas do Brasil; nesse sentido, nomeou Raimundo de Souza Dantas para a embaixada em Acra, em Gana, e o professor Milton Santos, para representante da Casa Civil na Bahia;

C: Incorreto. A política externa, na esteira da análise de Robert Putnam, tem incidências na determinação e condução da política interna, assim como a recíproca é verdadeira. No caso do Brasil, especificamente no período em questão, a política externa polarizou as forças de esquerda e de direita no contexto interno;

D: Incorreto. Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base, entre os quais o presidente João Goulart, consubstanciavam as alas cepalinas no Brasil, corrente que se assemelhava aos princípios basilares da PEI;

E: Incorreto. A retórica da PEI buscou desideologizar, sem êxito, os embates políticos ligados à Guerra Fria. A UDN e as forças de direita usaram-na, por um lado, para polarizador os atritos parlamentares e, por outro, para preconizar um alinhamento com os EUA. Não é por acaso que a política externa de Castelo Branco, governo militar que sucedeu a Goulart, aproximou ideologicamente Brasília de Washington.

Gabarito "B".

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo

padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) Sem paralelo com qualquer outro momento vivido pela diplomacia brasileira no período republicano, a Política Externa Independente, nos primeiros anos da década de 60 do século passado, levou o Brasil a romper com suas tradições em termos de política internacional, assumindo posição de confronto com os EUA e a Europa Ocidental, de crescente rivalidade com a Argentina e de apoio explícito ao bloco socialista nos fóruns multilaterais, particularmente na ONU.

1: Errado. A Política Externa Independente (PEI), que se assemelha, consoante Patrícia Soares Leite, em *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva,* ao pragmatismo ecumênico e responsável de Ernesto Geisel e à diplomacia de Luiz Inácio Lula da Silva, sob a chancelaria de Celso Amorim, não assumiu posição de confronto com os EUA e com a Europa Ocidental. A política externa de Quadros e de Goulart alicerçava-se na autonomia de suas ações, buscando desvinculá-las dos embates ideológicos fundamentados na Guerra Fria. Tampouco alinhou-se ao Movimento dos Não-Alinhados, preconizando independência na formulação de suas diretrizes. A PEI aproximou o Brasil da Argentina, no que ficou conhecido como espírito de Uruguaiana.

Gabarito 1E.

(Diplomacia – 1999) A política externa do governo Juscelino Kubitschek tem como um de seus destaques:

(A) A doutrina do "pragmatismo responsável".
(B) A "Política Externa Independente".
(C) O lançamento da Operação Pan-Americana.
(D) O lançamento da Aliança para o Progresso.
(E) A crítica sistemática ao "congelamento".

A, B, C, D e E: A Operação Pan-Americana (OPA), lançada em 1958, tinha por fundamento o combate à pobreza, visto que seria esta fator de subversão ideológica. O subdesenvolvimento era entendido como propulsor do comunismo; seria do interesse dos Estados Unidos, portanto, outorgar recursos financeiros à América latina de forma a arrefecer a expansão de possíveis alianças com a URSS. Na esteira da OPA, foi lançado o Comitê dos 21, no âmbito da Organização dos Estados Americanos para avaliar as possibilidades de implementação do ideário da OPA. Do advento do Comitê dos 21 surgiu o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Se, inicialmente, a OPA não contou entre as prioridades da Casa Branca; em 1959, com a revolução cubana, Washington lançou a Aliança para o Progresso, que calcava alguns pilares da OPA sem, contudo, reproduzi-los em sua integralidade.

Gabarito "C".

9. O REGIME MILITAR (1964-1985)

9.1. A Constituição de 1967 e as modificações de 1969

(Diplomacia - 2007) Entre os instrumentos legais do Regime Militar no Brasil, os atos institucionais destinavam-se ao fortalecimento do Poder Executivo. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Com o Ato Institucional nº 1, de 1964, o presidente Castelo Branco dissolveu o Congresso, que não mais se reuniu durante seu mandato.
(2) A reforma eleitoral que extinguiu os partidos políticos então existentes e criou apenas dois, ARENA e MDB, precedeu a Constituição de 1967.
(3) O Ato Institucional nº 5 deu impulso à repressão a movimentos e lideranças de esquerda.
(4) As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas antes de expirar o mandato de João Batista Figueiredo, o último general-presidente.

1: Errado. O Ato Institucional I, de 1964, ordenou as cassações de mandatos eletivos dos políticos não alinhados ao regime militar; manteve, contudo, o Congresso aberto e os partidos políticos vigentes à época. Durante a gestão Castelo Branco, o Congresso foi fechado em 1966-1967 para a aprovação da Constituição de 1967. Note-se que, em contraste com o Estado Novo, o regime de 1964 fechou o Congresso apenas em três ocasiões: entre 1966 e 1967, em 1968, com a edição do Ato Institucional V e em 1977, por ocasião do denominado Pacote de Abril, sob a gestão Ernesto Geisel;
2: Certo. O Ato Institucional II, de 1966, instaurou o bipartidarismo articulado entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os antigos PSD e UDN atrelaram-se a ARENA, enquanto o PTB preferiu o MDB. O pluripartidarismo foi restaurado em 1979;
3: Certo. O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o Executivo - outorgando maior possibilidade de intervenção nos Estados e Municípios -, suspendeu o *habeas corpus,* decretou a incomunicabilidade dos presos políticos por dez dias e instaurou a pena de morte por crimes políticos. Consoante tese de Elio Gaspari, o AI V institucionalizou a *ditadura escancarada.* Sem formas de resistência legal, os movimentos de resistência, exemplificados pela Luta Armada e pelo MR8, orquestraram a rebeldia à opressão. A título de exemplo, destaque-se o sequestro dos embaixadores dos EUA, da Suíça, da Alemanha e do Japão organizados como moeda de troca para a libertação de presos políticos. 4: Errado. As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas em 1989. Durante a gestão Figueiredo, contudo, o movimento das *Diretas Já* organizou-se em decorrência à rejeição legislativa ao projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, que instituiria as eleições diretas para a presidência. Note-se que a autorização de realizar eleições diretas para governadores estaduais, em 1982, ampliou a possibilidade a ação dos movimentos de resistência, o que deu alento tanto à Emenda Dante de Oliveira como ao movimento das *Diretas Já.*

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E.

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004) A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A ruptura institucional de 1964 foi bem mais que mero golpe militar. Ela representou a vitória – e a conquista do estado – de um dos projetos para o país que estava em jogo, de forma ideologicamente polarizada, especialmente ao longo do governo João Goulart. Impondo a derrota da difusa proposta reformista conduzida pelo presidente, o novo bloco de poder colocou em marcha um processo de modernização conservadora do Brasil, assentada sobre o autoritarismo político.

1: Certo. O golpe militar de 1964 rompeu com as reformas estruturais de João Goulart e aproximou o Brasil dá órbita de influência dos Estados Unidos, no que concerne à política externa de Castelo Branco. Polarizou, nesse sentido, a política interna, dando início a um período de autoritarismo e de repressão.

Gabarito 1C.

(Diplomacia – 1999) Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar baixou ato que, entre outras medidas suspendeu a garantia de habeas-corpus e definiu as condições para que o Presidente da República pudesse decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Trata-se de :

(A) Ato Adicional nº 2.

(B) Ato Complementar de 13/12/68.

(C) Ato Interpretativo nº 4.

(D) Ato Institucional nº 5.

(E) Ato Adicional nº 5.

A, B, C, D e E: O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o poder Executivo, cassou mandatos eletivos, aumentou as possibilidades de intervenção nos Estados, suspendeu o *habeas corpus*, decretou a incomunicabilidade dos presos por dez dias consecutivos e autorizou a pena de morte para crimes políticos. Foi o apogeu repressivo do regime instituído em 1964.

Gabarito "E".

No início de 1964, havia claros sinais de que a ordem constitucional seria superada por conspirações golpistas. Restavam dúvidas, entretanto, sobre o lado do espectro político que daria o golpe. A aliança civil-militar que depôs Jango pode ser entendida como uma conjugação de forças que, a partir de motivações distintas, convergiram para um único objetivo imediato. Nos anos em que Costa e Silva exerceu a presidência, consumou-se o divórcio entre os projetos civis e militares. O governo Médici foi marcado por extremo autoritarismo. Geisel empenhou-se em estabelecer canais de contato com lideranças civis, preconizando a tese de uma transição gradual, mas segura, rumo à democracia. Após a derrota da emenda das eleições diretas, transferiu-se o objetivo da mobilização popular para o projeto da candidatura indireta de Tancredo Neves.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A República brasileira: pactos e rupturas**. *In:* Angela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 482-92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, a respeito da história republicana brasileira na segunda metade do século XX.

(1) Além de inesperado, o golpe que depôs João Goulart foi articulado e conduzido por lideranças das três forças armadas, sem nenhuma ingerência de políticos civis.

(2) O Ato Institucional n.º 5 significou o início do processo de abertura política, com o abrandamento do caráter autoritário do regime militar.

(3) A eleição de Tancredo Neves se fez dentro do Colégio Eleitoral, instrumento que, criado pelo regime militar, serviu para decretar o fim do autoritarismo.

(4) A primeira etapa da redemocratização, a partir de 1985, foi marcada pela crise econômica, com inflação em alta e crescimento rápido e excessivo da dívida externa.

(5) A trajetória política republicana, a partir de 1946, foi marcada por crises: um presidente suicidou-se (Getúlio Vargas), outro teve a posse contestada (Juscelino Kubitschek) e um terceiro renunciou com poucos meses de governo (Jânio Quadros).

1: Errado. Não há consenso sobre a característica inesperada do Golpe de 1964. Tampouco é de rigor salientar que não houve ingerência qualquer de políticos civis no golpe, especialmente se considerarmos que alguns membros da UDN tendiam mais para o lado da intervenção militar contra João Goulart do que para o respeito a legalidade democrática. Para além do apoio político civil, cabe ressaltar que os militares receberam respaldo significativo de grupos da sociedade civil, como da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) organizou a Marcha da Família com Jesus pela Liberdade, pedindo o golpe de Estado. Verifica-se, portanto, um viés civil no golpe de 1964, caracterizando a Ditadura Civil-Militar.

2: Errado. O Ato Institucional número 5 foi, provavelmente, o ápice da repressão política que caracterizou o regime militar. Por meio dele, concedeu-se poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de vereadores; outorgou-se poder ao Presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; brindou-se poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; deu-se poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibiu-se manifestações populares de caráter político; suspendeu-se o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular); e impôs-se a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.
3: Certo. Após a rejeição, em 1984, da emenda Dante de Oliveira no Congresso, que advogava a instituição das eleições diretas para Presidente da República, Tancredo Neves foi eleito por intermédio do Colégio Eleitoral, criado preteritamente pelo regime militar.
4: Certo. A redemocratização, malgrado as esperanças socioeconômicas a ela associadas, não se traduziu em arrefecimento da inflação e na retomada do crescimento. Paralelamente, a dívida externa não fez senão crescer durante o período.
5: Certo. As três crises mencionadas correspondem aos períodos evocados.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Julgue os itens que se seguem, a respeito do processo político brasileiro a partir de 1964.

(1) O regime militar foi fascista, pois mobilizou e organizou as massas em seu apoio e construiu um partido político, a ARENA.

(2) A Constituição Federal de 1988 garantiu a extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

(3) As primeiras eleições diretas para presidente da República, em 1989, foram feitas em meio à crise econômico-financeira, e, no segundo turno, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

1: Errado. O regime militar de 1964 não foi fascista. Não se caracterizou pela mobilização e pela organização das massas. Tampouco constituiu um partido único. Malgrado períodos de maior repressão política, de ruptura partidária, de cerceamento do poder Legislativo e de cerceamento às liberdades individuais, o regime militar manteve o bipartidarismo, constituído pela ARENA o pelo MDB e, a partir da eleição de Ernesto Geisel, a faculdade de existência de uma oposição partidária. Não há proximidade, nesse sentido, entre o regime militar brasileiro e os fascismos europeus das décadas de 1930 e de 1940.
2: Certo. A Constituição de 1988 buscou estender os direitos civis, sociais e políticas a todos os cidadãos, incluídas as minorias étnicas, por esse motivo ficou também conhecida como "Constituição Cidadã".
3: Certo. As primeiras eleições diretas para Presidente da República ocorreram em 1989, quando findava o mandato de José Sarney, que havia sucedido o Presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente. Na contenda eleitoral de 1989, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores.

Gabarito 1E, 2C, 3C

9.2. O processo de transição política

Se é certo que o processo de abertura, no Brasil, durante os governos Geisel e Figueiredo, foi impulsionado, no primeiro momento, pelas contradições do aparelho militar, não devemos ignorar o papel exercido pela oposição e pelas associações tradicionais na defesa das liberdades democráticas. Com uma visão mais ampla e, portanto, menos conjuntural, convém lembrar também as transformações da sociedade e das formas de organização gestadas no curso do governo militar.

Bóris Fausto; Fernando J. Devoto. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 454-5 (com adaptações).

(Diplomacia - 2009) Tendo o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, entre outras, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

(2) Entre as transformações da sociedade ocorridas nesse período, pode-se citar o surgimento de importante movimento operário na região do chamado ABC, em São Paulo.

(3) É exemplo de contradição no aparelho militar a posição dos jovens oficiais, que, já influenciados por ideias de modernização política, mostravam-se contrários à censura prévia da imprensa, medida adotada por Geisel, o qual, por sua vez, agira pressionado pela alta oficialidade que havia participado diretamente do golpe de 1964.

(4) O governo Geisel não conseguiu vencer a forte resistência provinda do setor contrário à abertura política, o que se evidenciou pelo recrudescimento das torturas de presos políticos. Coube ao governo seguinte, o do general Figueiredo, controlar esse setor e criar as condições para o retorno à democracia, o que ocorreu com a extinção do Ato Institucional nº 5 e com a assinatura do ato de anistia política.

1: Errado. Se a Ordem dos Advogadas do Brasil, lançando a candidatura de Raimundo Faoro à presidência da República, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro e a Conferência Nacional de Bispos faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), assim como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram entidades anticomunistas fundadas em 1959, com o objetivo de opor-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado para divulgar as ciências sociais no Brasil. Os embates entre, de um lado, o IBAD e o IPES e, de outro, o ISEB levaram à extinção deste em 1964. Ao passo que Hélio Jaguaribe, pelo ISEB, promovia a divulgação de teses consideradas precocemente estruturalistas, o IBAS e o IPES agenciaram intensa campanha radiofônica, televisiva e jornalística em prol da queda de João Goulart e da Revolução de 1964;
2: Certo. A região do ABC paulista, em outras palavras, o trinômio sindical constituído pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, foi responsável pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores, que não estava vinculado aos tradicionais partidos representados até então nas esferas do poder. O líder sindical Luiz Inácio Lula Da Silva ergueu-se como candidato dos operários, lançando sua candidatura para a presidência nas eleições de 1989 contra Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional;
3: Errado. Embora alguns jovens oficiais apoiassem a liberalização do sistema repressivo, não foi contra Geisel que a insatisfação desses dirigiu-se. Os fluxos e refluxos da abertura política promovida por Geisel em 1974, caracterizados pelo que se convencionou denominar abertura lenta, gradual e segura agiram de encontro à linha dura, que se opunha a ala castelista, ou sorbonista, encabeçada pela presidência de 1974

a 1979. Motivos internos e externos explicam a abertura política de Geisel. Internamente, pressões do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Igreja católica e da Comunhão Eclesiástica de Base, que se coadunava com a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, estimulavam a presidência a arrefecer a censura e a repressão sistemática. Ainda, a própria estrutura repressiva desgovernou-se, o que seria uma perda de controle das Forças Armadas. Emblemático desse descontrole é caso do Capitão Guimaraes, que teria vinculado suas funções à máfia e ao jogo de apostas. Externamente, Dom Helder Câmara denunciou as violações aos direitos humanos no Brasil, e a presidência de Jimmy Carter, nos EUA, lançou uma campanha pela promoção dos direitos humanos na América latina. De forma a conciliar a linha dura com os castelistas, Geisel promoveu uma serie de medidas liberalizantes e autoritárias a um só tempo. Entre as liberalizantes, destacaram-se o fim da censura prévia, a demissão de ministros linha dura e o fim do AI 5. Entre as autoritárias, a Lei Falcão, de 1976, e o Pacote de Abril, de 1977. Constate-se que, na historiografia contemporânea, Carlos Fico esvazia de sentido a cisão entre os castelistas e os militares da linha-dura: haveria, consoante o autor, mudanças de personalidades e de contextos socioeconômicos, que teriam influências decisivas na fluxos e refluxos liberalizantes e autoritários;

4: Errado. Embora seja certo que a anistia foi decretada sob a presidência de Figueiredo, o governo Geisel encabeçou o processo de abertura lenta, gradual e segura. O próprio AI V foi extinto em 31 de dezembro de 1978. Note-se, outrossim, que malgrado a distensão encetada por Geisel, o pluripartidarismo e as eleições diretas surgiram somente na década de 1980.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

9.3. A economia

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo e pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo de máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005) Ao se referir aos "atos de força que depuseram Goulart", o texto VI remete ao golpe de Estado que se deu início ao regime militar vigente no país por cerca de duas décadas. Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos a esse período.

(1) Vencido o primeiro desafio econômico, que era controlar a espiral inflacionária, o regime militar adotou uma política de desenvolvimento que, nos primeiros anos, logrou êxito considerável – eram os tempos do "milagre econômico", nos quais o Brasil ostentou índices de crescimento compatíveis com os obtidos pela China nos dias de hoje.

(2) A política econômica conduzida por Delfin Neto assegurou notável sucesso entre 1969 e 1973, sustentando-se, internamente, no rígido controle dos salários e, externamente, na fácil captação de recursos, os quais preenchiam o vazio da baixa poupança nacional.

(3) No conflagrado Oriente Médio, um novo conflito entre árabes e judeus propiciou o uso político do petróleo. A histórica majoração dos preços do barril do petróleo, em 1973, repercutiu imediatamente na economia mundial e, em países periféricos como o Brasil, cujo modelo de desenvolvimento em muito dependia do petróleo importado e de capitais externos, a repercussão foi ainda mais intensa.

(4) A última fase do regime militar, correspondente ao governo do general João Figueiredo, caracterizou-se pela aguda instabilidade política, muito embora a inflação estivesse sob controle e os índices de crescimento econômico fossem bastante expressivos.

1: Certo. O governo de Castelo Branco, no que concerne à política econômica, institui o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que teve êxito na recuperação do crescimento econômico e na redução da inflação. À ortodoxia dos objetivos, associou-se a heterodoxia dos métodos. A intervenção do Estado na economia, mediante as reformas tributária e financeira, ocasionou o aumento dos investimentos e da poupança, dando viço renovado à expansão do PIB. O "milagre econômico", que caracterizou o governo de Médici, alicerçou-se nas reformas do PAEG. A expressão "milagre" deve-se à taxa anual de crescimento econômico de 11%, ao controle da inflação e a estabilidade do balanço de pagamentos;

2: Certo. Delfim Neto, ministro da Fazenda no governo de Médici, assegurou o controle da inflação mediante a política de achatamento salarial e de controle de preços, consubstanciada no Conselho Interministerial de Preços. Externamente, o fortalecimento das empresas privadas contou com a Lei de Mercado de Capitais, que facilitou a captação de recursos externos;

3: Certo. O Choque do Petróleo de 1973, que derivou da Guerra do Yom Kippur, quadriplicou o preço do barril, atingindo Estados, como o brasileiro, fortemente ancorados na matriz energética petroleira. Visto que o petróleo possuía, no Brasil, uma demanda inelástica ao preço, o impacto de 1973 resultou no aumento da inflação e na queda do crescimento, atingindo, outrossim, a capacidade de captar recursos externos. Nesse sentido, os programas energéticos vinculados ao Proálcool foram articulados de forma a reduzir a dependência referente ao petróleo;

4: Errado. O governo do general Figueiredo caracterizou-se pelo agravamento da inflação e pelas baixas taxas de crescimentos, no biênio 1979-1980. As políticas expansionistas de Delfim Neto foram substituídas pelo contracionismo fiscal e monetário. Nesse sentido, o biênio 1981-1982 ensejou o ajuste recessivo que permitiu a retomada do crescimento econômico, ainda que de forma instável, nos anos de 1983 e de 1984.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E.

(Diplomacia – 1996) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) constituiu a última etapa do processo de substituição de importações do Brasil, prevendo investimentos pesados especialmente no setor de insumos básicos. O II PND teve forte impacto da economia nacional e foi adotado pelo Presidente:

(A) Juscelino Kubitschek.
(B) Castelo Branco.
(C) Emílio Garrastazu Médici.
(D) Ernesto Geisel.
(E) João Baptista Figueiredo.

O II PND, adotado pelo Presidente Ernesto Geisel, cujo escopo era manter o crescimento econômico mediante o desenvolvimento do parque industrial, financiou-se pela captação direta de recursos externos e indiretos via o BNDE.

	Energia	**Petróleo**	**Bens de Capital**	**Tecnologia**
Frentes de Ação	1- Energia elétrica: em 1973, firmou-se acordo de Itaipu com o Paraguai. 2- Energia nuclear: Angra I e Angra II 3- Álcool. 4- Prospecção de petróleo.	Construção de refinarias nacionais.	Indústria bélica e exportação de tanques e lança-foguetes para o Iraque, em guerra contra o Irã (1980-1988)	Criação de centros de pesquisa: Cenpes (Petrobras), Cepel (Eletrobrás), Centro Aeronáutico de São José dos Campos, fortalecimento do CNPq

Lógica vislumbrada

Se, em 1974, a balança das transações correntes era negativa, devido às importações de petróleo, de bens de capital e de insumos; vislumbrava-se, para o ano de 1984, a reversão da situação na medida em que as importações de petróleo cederiam e o Brasil passaria a exportar bens de alto valor agregado.

Gabarito "D"

9.4. Política externa: relações com os EUA; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU

(Diplomacia - 2007) Acerca da política exterior do regime militar, nos diferentes governos do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O governo de Costa e Silva recuperou princípios básicos da Política Externa Independente.
(2) O entendimento político entre Brasil e EUA resultou em importante acordo de cooperação nuclear entre os dois países à época do governo de Ernesto Geisel.
(3) O chanceler brasileiro Azeredo da Silveira teve importante atuação no contencioso brasileiro-argentino acerca do aproveitamento dos rios da bacia do Prata para fins energéticos.
(4) No governo Castelo Branco, lançaram-se as bases para a criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa.

1: Certo. Sob o governo de Costa e Silva, a chancelaria de Magalhães Pinto caracterizou-se pela adoção da denominada diplomacia da prosperidade. Retomando os princípios básicos da Política Externa Independente (PEI), Costa e Silva aproximou-se dos países do terceiro mundo, advogando a contestação à bipolaridade, o não-alinhamento e a autonomia nacional. Sintomático do reatamento com a PEI, em 1968, durante a II Conferência da UNCTAD, em Nova Delhi, o Brasil demandou a revisão da ordem internacional, aliou-se à Índia e destacou a necessidade de privilegiar os foros multilaterais. Outro símbolo do não-alinhamento é o discurso de Araújo de Castro, em 1971, na ONU, no qual destacou o congelamento do poder mundial decorrente do Tratado de Não-Proliferação, de 1968: o Estado que tivesse aderido ao Tratado ser-lhe-ia vedada a possibilidade de obter o armamento nuclear, enquanto os países nucleares afirmariam seu supremacia;
2: Errado. A diplomacia pragmática e ecumênica de Ernesto Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, distanciou-se dos EUA no que concerne à cooperação nuclear. Se, por um lado, o governo de Médici assinou um acordo com os EUA, em 1972, com vistas a construir três usinas nucleares em Angra dos Reis pela empresa norte-americana Westinghouse Company; por outro, as pressões dos EUA para forçar o Brasil a aderir ao TNP incentivaram Azeredo da Silveira a aproximar-se da República Federal da Alemanha (RFA). Em 1975, assinou-se o acordo nuclear com a RFA, que previa a construção de oito usinas e transferência de tecnologia. A aproximação com o governo alemão decorreu, igualmente, da condenação do Brasil ao teste nuclear da Índia, em 1974. A desaprovação levou o Brasil a romper o acordo Brasil-Índia, de 1968, para o uso pacífico de materiais nucleares;
3: Certo. Em 1973, o Tratado de Itaipu ocasionou o crescimento de tensões com a Argentina, no que ficou conhecido como o contencioso Itaipu-Corpus. A construção de Itaipu, consoante tese argentina, inviabilizaria a hidrelétrica de Corpus. A escalada de tensões levou ao fechamento de fronteiras em 1977. Nesse contexto, Azeredo da Silveira levou a questão à ONU, na qual o Brasil obteve o apoio da maioria dos Estados, inclusive dos países árabes, que denunciavam a aproximação entre Argentina e Israel e aplaudiam a condenação brasileira ao sionismo. O contencioso Itaipu-Corpus foi resolvido em 1979, por ocasião da assinatura do Tratado Tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, no qual se previa o aproveitamento comum do potencial hidrelétrico do rio Paraná;
4: Errado. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Surgiu da proposta de José Sarney, que vislumbrava na Comunidade um instrumento de promoção cultural entre os Estados soberanos. No governo Castelo Branco, propôs-se a criação de uma comunidade afro-luso-brasileira, que garantiria, a um só tempo, a missão civilizadora de Portugal na África e a liderança do Brasil no Atlântico Sul. Os contrastes entre as propostas não permitem tecer laços de causalidade ou de identidade entre elas.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

10. O PROCESSO DEMOCRÁTICO A PARTIR DE 1985

10.1. Evolução da política externa

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional

mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança. O Estado normal, invenção latino-americana dos anos noventa, foi assim denominado pelo expoente da comunidade epistêmica argentina, Domingo Cavallo, em 1991, quando era ministro das Relações Exteriores do governo de Menem. Aspiram a ser normais os governos latino-americanos que se instalaram em 1989-90 na Argentina, Brasil, Peru, Venezuela, México e outros países menores. O terceiro é o paradigma do Estado logístico, que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, de modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado.

Amado Luiz Cervo. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *In:* Revista Brasileira de Política Internacional, ano 45, nº. 1, 2002, p. 6-7 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema nele focalizado, julgue os itens seguintes.

(1) Da Era Vargas ao fim do regime militar, o paradigma do Estado desenvolvimentista foi a tônica da política externa brasileira, ainda que tenha havido variações em sua execução ao longo desse período. Esse "Estado empresário", como o classifica o autor do texto, deixou marcas profundas na construção da moderna indústria de base do país, a exemplo, entre tantos, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, da ETROBRAS, de hidrelétricas, de rodovias, da ELETROBRAS, da EMBRAER e da EMBRATEL, muitas das quais privatizadas no passado recente.

(2) Um caso típico de clara identificação entre política interna e política externa, na história republicana do Brasil, foi o ocorrido na Era Vargas. O projeto de modernização do país buscou na política exterior importante ponto de apoio, tanto na tentativa de equilíbrio em face de Berlim e Washington com vistas à obtenção de vantagens, quanto na negociação com os EUA, que culminou na entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

(3) Descompasso entre as políticas externa e interna, conquanto não seja a norma, pode ocorrer. No Brasil da primeira metade da década de 60 do século passado, enquanto a Política Externa Independente cumpria um papel inovador, propugnando por uma ordem internacional menos assimétrica e francamente anticolonial, no campo interno, o Estado assumia posições cada vez mais inflexíveis na defesa da ordem estabelecida e refratários a qualquer política reformista.

(4) Pela nomenclatura adotada no texto, o Chile que saiu do regime de força comandado pelo general Augusto Pinochet e que, com determinadas adaptações, prossegue no mesmo modelo econômico já na atual fase democrática, deve ser classificado como protótipo do paradigma de Estado normal.

(5) A grande crítica que se faz ao Estado normal é que, embora não seja subserviente em relação ao centro hegemônico do sistema capitalista e não fragmente nem aliene o setor central mais vigoroso da economia nacional, acaba por transferir muita renda para o exterior e, com isso, interfere negativamente no dinamismo da economia nacional.

1: Certo. A fase desenvolvimentista caracterizou-se, no Brasil, pela intervenção do Estado na política econômica internacional com vistas a patrocinar o desenvolvimento interno. A tabela a seguir recapitula as três formas de Estado analisadas por Amado Cervo, adaptando-as à evolução histórica do Estado brasileiro.

	Arranjo institucional	Tipo de Intervenção	Racionalidade
Fase desenvolvimentista 1930-1990	Atores estatais	Intervenção direta via estatais e indireta via mecanismos e programas de proteção da indústria	Substitutiva ao mercado
Fase liberal 1990-2003	Desestatização e gestão administrativa por agências reguladoras	Intervenção indireta	Corretora do mercado
Fase neodesenvolvimentista 2003-2010	Parcerias Público-Privada (Estado coordenador dos incentivos públicos, mas o grande ator é a empresa privada)	Intervenção direta através da tributação	Indutora do mercado

2: Certo. A ação externa da Era Vargas coadunou-se à política interna de desenvolvimento nacional. As oscilações entre o alinhamento com os EUA ou a aproximação com a Alemanha configuraram, mais que uma hesitação ideológica, uma estratégia de política externa com vistas a angariar recursos financeiros para a realização do objetivo maior de promoção da indústria nacional. Nesse sentido, a ação externa torna-se uma variável estrutural para a garantia da concretização de interesses internos;

3: Errado. Se é verdade que, por um lado, polarizações internas podem fragmentar a consensualidade da política externa; por outro, os anos Jânio Quadros/João Goulart se caracterizaram pela coincidência entre política interna e política externa. As políticas interna reformista de Goulart coadunavam-se com a Política Externa Independente, que, em certa medida, propugnava por uma reforma das assimetrias nacionais;

4: Errado. O Chile, consoante Amado Cervo, é exemplo notório de Estado logístico, qual seja aquele que advoga a ordem burocrática na qual o Estado não substitui o mercado, mas o induz em certa direção. A transferência de iniciativas empreendedoras do Estado para a sociedade civil caracteriza a empresa privada como ator central na economia. O Estado, nesse sentido, coordena os incentivos públicos;

5: Errado. Na expressão de Amado Cervo, o Estado normal latino-americano representou a consagração da identidade periférica e subserviente em relação às potências centrais. A América latina, nos anos de 1990, teria, na visão do autor, adotado políticas neoliberais que alijaram o empresariado nacional de suas capacidades de inovação, considerando-se sua exposição ao capital privado externo.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E.

Nossa aventura histórica é singular. Por isso e por realizar-se nos trópicos, ela é inteiramente nova. Se nossas classes dominantes se revelam infecundas, o mesmo não se passa com o povo, no seu processo de autocriação. E é com essa vantagem de sermos mestiços, que vamos chegar ao futuro.

Foi, aliás, em busca do futuro que passamos todo um século a indagar quem somos, e o que queremos ser, e a projetar imagens de nós mesmos, espelho contra espelho. A cada sístole e a cada diástole desses cem anos corresponderam visões otimistas e pessimistas, barrocas e contidas, esperançosas e desalentadas. Pois cada momento - o da Belle Époque, o da Revolução de 30, o do Estado Novo, o da redemocratização, o do dia seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, o do desenvolvimentismo dos anos 50, o do regime militar e o da segunda redemocratização - refez o retrato do Brasil. Mudou, ao longo do tempo, a linguagem com que nos descrevemos. E mudou também o país acerca do qual se dissertava. Lidos um após outro, os nossos evangelistas soam dissonantes, mas, juntos, se corrigem ou polifonicamente se completam.

Alberto da Costa e Silva. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500–2000) — a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 38, (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) A partir da análise contida no texto apresentado e considerando aspectos significativos da trajetória republicana brasileira, julgue os itens que se seguem.

(1) Ao falar em sístole e diástole ao longo da república brasileira, o autor reitera o ponto de vista, hoje majoritário na historiografia, da linearidade do processo histórico vivido pelo país ao longo do século XX. Momentos de crise, ainda que agudos em determinadas circunstâncias, não foram suficientes para alterar um quadro geral de continuidade que levou o Brasil a apresentar no fim do século XX uma fisionomia bastante próxima da que tinha nas primeiras décadas republicanas.

(2) Tal como ocorria na Europa à mesma época, a *Belle Époque*, cronologicamente situada em princípios do século XX, correspondeu a um período de prosperidade no Brasil, com o país se urbanizando, promovendo inédita e relativamente expressiva desconcentração de renda, politicamente ampliando os níveis de participação da sociedade e, em termos de política externa, enfatizando as alianças com a América Latina.

(3) A Revolução de 30 constituiu-se na maior inflexão da história republicana brasileira, quer pela radical ruptura que promove em relação aos métodos e às práticas políticas da República Velha, quer pelo modelo inovador - para muitos verdadeiramente revolucionário - de Estado que implantou. Seu maior legado foram as modernizações econômica e política do país, além de ter inaugurado uma política externa de elevado grau de autonomia, que colocou o país fora da rota de polarização ideológica que caracterizava a política internacional às vésperas da Segunda Guerra.

(4) O Estado Novo (1937–1945), período da ditadura sem disfarces da Era Vargas, assinalou o ápice do processo de centralização estatal, em que até mesmo a federação deixou de existir. Monolítico e sem espaços para dissensos, o núcleo do poder não escondeu as afinidades do regime com o modelo fascista, algo que se materializa plenamente com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

(5) Entre 1946 e 1964, período em que o autor destaca a redemocratização, no dia seguinte ao suicídio de Vargas e no desenvolvimentismo dos anos 50, o Brasil avançou em termos de participação política, experimentou uma das mais altas e rápidas taxas de urbanização conhecidas no mundo contemporâneo e, em especial sob os governos Gaspar Dutra e Juscelino Kubistchek, praticou uma política externa altiva, que possibilitou ao país passar ao largo da Guerra Fria e adiar sobremaneira a internacionalização de sua economia.

1: Errado. A corrente historiográfica que preconiza a linearidade do processo histórico não é hoje majoritária; essa análise foi duramente criticada por apresentar uma avaliação teleológica dos acontecimentos. Ao contrário, os críticos da corrente linear advogam uma circularidade espiral do tempo, na qual momentos de sístole e de diástole caracterizariam, respectivamente, acontecimentos rugosos e conservadores, e fluídos e revolucionários. Não haveria, destarte, razão na associação do Brasil de 1889 com o de hoje, visto que a feição espiral do tempo rechaça o retorno ao ponto inicial;

2: Errado. Embora houvesse, durante a *Belle Époque*, no Brasil, um crescimento da população urbana, essa alteração no quadro demográfico não representou uma desconcentração de renda, nem se traduziu pelo aumento nos níveis de participação da sociedade na política. Pelo contrário, a República Velha caracterizou-se por haver concentrado a renda e excluído grande parcela da população do seu direito ao voto. Na política externa, sobretudo à época da chancelaria do Barão do Rio Branco, houve uma inflexão de prioridades. As relações hemisféricas foram enfatizadas, com especial destaque para os Estados Unidos, e Argentina e o Chile;

3: Errado. Embora seja possível enxergar a Revolução de 1930 como maior ponto de inflexão da história republicana brasileira, especialmente por ter promovido uma restruturação da lógica estatal que se perenizou até os anos de 1990; a política externa de Vargas não escapou às polarizações sistêmicas que moldaram as relações internacionais de sua época. O padrão de inserção internacional do Brasil, nesse sentido, orientou-se pela bipolaridade de modelos, quais sejam o democrático norte-americano e o fascista europeu, advogando afinidades ideológicas sob forma de pretexto para angariar recursos externos;

4: Errado. O Estado Novo, embora tenha promovido maior centralização mediante a figura dos interventores, não alterou a forma federativa do Brasil. No que concerne às relações internacionais, a aliança com os EUA, na Segunda Guerra Mundial, evidenciou contradições entre a política interna e a externa; ao passo que, no seio do governo, se afincavam os pilares fascistas de governo, no âmbito internacional, o Estado Novo aproximava-se das democracias. Parte de historiografia aponta nessa contradição intestina em uma das causas do fim do regime de 1937;

5: Errado. As políticas externas de Eurico Gaspar Dutra, sob o ministério de Neves da Fontoura e de Raul Fernandes, e de Juscelino Kubitschek, cujos chanceleres foram Macedo Soares, Negrão de Lima e Horácio Lafer, não passaram ao largo da Guerra Fria. Pelo contrário, a bipolaridade externa estruturou o padrão de inserção internacional do Brasil. Ao passo que Dutra optou por um alinhamento incondicional com os EUA, o que, em seu entender, promoveria a internacionalização da economia brasileira, JK preconizou um desenvolvimentismo associado, no qual o

capital externo desempenharia ações conjuntas com o capital interno. Note-se que o período de 1946 a 1964 constitui um marco singular na urbanização do Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Com o advento da República, a política externa brasileira voltou-se para uma deliberada aproximação com os EUA, país que reconhecera, quase que de imediato, o novo regime político do Brasil. Isso não significou que houvessem sido abandonadas as ligações com a Europa, especialmente com a Grã-Bretanha, marca registrada das relações exteriores durante o Império. Mas articulavam-se, com o barão do Rio Branco à frente do ministério, as novas bases de uma identidade continental, que garantiria um alinhamento do Brasil com os EUA, mantido, apenas com pequenas alterações, até o presente.

Maria Lígia Prado. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500–2000) — a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 326 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a inserção internacional do Brasil ao longo do período republicano, julgue os itens subsequentes.

(1) Figura emblemática da diplomacia brasileira, Rio Branco veio do Império para se agigantar como estadista nas primeiras décadas republicanas. À frente do Itamaraty por dez anos, teve papel preponderante na resolução de problemas de fronteira e, no que concerne à intenção de consolidar uma identidade continental para o país, vislumbrou a crescente importância que teriam os EUA no cenário mundial.

(2) Entre os momentos em que "o alinhamento do Brasil com os EUA" - mantido, segundo o texto, ao longo do período republicano - sofreu algum tipo de constrangimento, pode-se citar a fase da Política Externa Independente. Lançada na primeira metade dos anos 60 do século passado, ela refletia os anseios de se praticar um ponto de vista internacional a partir dos interesses nacionais em um rico e complexo contexto histórico, no qual se destacavam, entre outros marcantes acontecimentos, os impactos da Revolução Cubana e a emergência das novas nações africanas.

(3) Malgrado suas indisfarçáveis similitudes e de terem convivido no mesmo contexto histórico, o justicialismo peronista e o trabalhismo getulista não conseguiram se aproximar, quer em termos de propostas de ação, quer pela atuação conjunta propriamente dita. Mais que mera possibilidade, é provável que esse desencontro tenha sido motivado pelo histórico contencioso entre Argentina e Brasil, que tiveram nas disputas pela hegemonia na região platina, no século XIX, seu elemento definidor.

(4) Enquanto os primeiros governos do regime militar instaurado em 1964 faziam nítida opção pelo alinhamento com Washington, na provável busca de um relacionamento especial e privilegiado com a grande potência ocidental, sob Geisel o regime reorienta a ação diplomática do Brasil. Esgrimindo um pragmatismo responsável, o Brasil aproxima-se de outros importantes centros capitalistas - de que decorre, por exemplo, o acordo nuclear com a Alemanha - e implementa significativa política para o continente africano, que teria no rápido reconhecimento de Angola uma de suas cargas mais simbólicas.

(5) A forma efusiva como o presidente Fernando Henrique Cardoso foi recebido por George W. Bush demonstra que, a despeito da impressão insatisfatória deixada na Casa Branca à maneira pela qual o Brasil reagiu aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, propondo prudência e cautela na reação norte-americana e se recusando a apoiar atitudes sustentadas por uma visão maniqueísta do mundo, a política internacional é conduzida por princípios conceituais, de modo que as divergências tendem a ser superadas.

1: Certo. O ministério do Barão do Rio Branco, de 1902 a 1912, caracterizou-se pela aproximação com os EUA, pela consolidação da identidade continental do país e pelo pragmatismo das iniciativas conjugado à busca pelo prestígio em suas intenções. Filho do Visconde do Rio Branco, José Maria Da Silva Paranhos Júnior, o futuro Barão, acompanhou seu pai na definição das politicas platinas do Império. Ainda sob o regime monárquico, consoante Álvaro Lins, em *Barão do Rio Branco*, Paranhos Júnior observou, sob os auspícios de seu pai, minuciosamente a Guerra do Paraguai e, anos mais tarde, foi cônsul-geral em Liverpool. Na República, o Barão agigantou-se como estadista que marcou um ponto de inflexão na diplomacia nacional;

2: Certo. A Política Externa Independente deu início a um período no qual, embora os EUA continuassem a influenciar a inserção internacional do Brasil, não a determinaram. A autonomia característica da PEI, nesse sentido, contrasta com maior alinhamento aos EUA promovido anteriormente. A Revolução Cubana e a emergência das novas nações africanas acirram a polarização internacional durante a Guerra Fria; em face desses acontecimentos, contudo, a PEI não se pautou pelo comportamento dos EUA;

3: Errado. Embora existam similitudes entre o justicialismo peronista e o trabalhismo varguista, a convergência de modelos de governo não se traduziu em uma conjunção de ações. Juan Domingo Perón emergiu na política argentina como secretário do trabalho do Grupo de Oficiais Unidos, no governo entre 1943 e 1946. Com a redemocratização argentina de 1946, Perón associou o justicialismo às leis trabalhistas e ao corporativismo agenciado pela Central Única de Trabalhadores. Em clara ruptura com a Unión Cívica Radical, o justicialismo dos anos de 1940 promoveu maior centralização do Estado. Às feições que assemelham Perón a Vargas, contudo, não se sobrepõem convergências no que concerne à política externa. A UDN associava a Argentina de Perón a uma República Sindicalista, o que alijou a possibilidade de constituir, consoante iniciativa peronista, um novo Pacto ABC. Raul Fernandes e Joao Neves Fontoura, ambos udenistas, opunham-se às investidas de Perón na América do Sul, o que levou o mandatário argentino a atribuir ao Itamaraty a morosidade de um possível processo de integração regional. No segundo mandato de Vargas, Perón propôs a criação do ATLAS (Agrupación de Trabajadores Latinoamericanos Sindicalistas), ao qual o Brasil não se vinculou. As desavenças entre o Brasil e Argentina, nesse período, encontram mais sua origem nas incompatibilidades conjunturais do que em uma rivalidade histórica movida pelas disputas lindeiras do século XIX; Alessandro Candeias, nessa ótica, denomina o período das relações Brasil-Argentina que se estende de 1898 a 1962 como instabilidade conjuntural, com busca de cooperação e com momentos de rivalidade. A política externa argentina era fator de discórdia com

o Brasil, visto que, ao passo que Perón preconizava a adoção de uma terceira posição, o Brasil advogava maior aliança com os EUA. É nesse sentido que Moniz Bandeira, em *Brasil, Argentina e Estados Unidos, da Tríplice Aliança ao Mercosul,* vislumbra na ação externa norte-americana o desencontro entre Brasil e Argentina;
4: Gabarito oficial: Certo. Nosso gabarito: Errado. A política externa de Costa e Silva, ao retomar os princípios da Política Externa Independente, rompe o alinhamento com Washington advogado por Castelo Branco. A partir de 1967, nesse sentido, a política externa brasileira assumiu progressivamente as feições dadas durante a PEI; haveria continuidade nas ações do Itamaraty desde o governo de Quadros, com exceção do primeiro governo militar;
5: Errado. Conforme apontou Fernando Henrique Cardoso, naquela visita de 2001 ao Salão Oval, houve "um ar de certa arrogância, de certo distanciamento". A partir dos atentados de 11 de setembro, os EUA deslocaram sua ação internacional para o combate ao terrorismo, deixando a América do Sul desvinculada das prioridades de Washington.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

06. Geografia

Felipe Ferreira Ramos e Thiago Rocha

1. HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

1.1. As principais correntes metodológicas da Geografia

(Diplomacia 2006) O geógrafo Milton Santos define espaço como *acumulação desigual de tempos*. Conforme sejam compatíveis com essa definição, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O espaço é fixo e permanente.

(2) O espaço atual não revela o passado – só o presente.

(3) O espaço transcende o contexto social.

(4) A cada momento da história, há um espaço diferente.

1: Errado. Em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos fala sobre a "remodelagem" do planeta no período que ele denomina "técnico-científico", em que o espaço vai se transformando de acordo com alterações comandadas pela natureza e especialmente pela sociedade;

2: Errado. Ainda em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos dedica o segundo capítulo à procura do objeto de estudo da Geografia: o espaço. Entre as inúmeras considerações feitas pelo geógrafo baiano, ressalta-se a afirmação de que o espaço pode ser considerado de três modos: em sentido absoluto; como espaço relativo; e como espaço relacional, percebido como conteúdo que revela outros tipos de relação, como a de tempo passado e presente;

3: Errado. É incorreto dizer que o espaço transcende o contexto social, pois, na verdade, o social é, junto com a natureza, um dos elementos constituintes do conceito de espaço para Milton Santos. O espaço contém diferentes formas, cada uma composta de partes da sociedade em movimento;

4: Certo. Para Milton Santos, o espaço é formado por um conjunto de objetos, naturais e sociais, e pela vida que anima tais objetos. Desse modo, o espaço muda ao longo da história, dependendo dos objetos existentes (por exemplo, as construções que os homens erguem) e das atividades exercidas nele e nas demais localidades naturais (por exemplo, um campo com fim recreativo ou com fim produtivo).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

2. A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

2.1. Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Com relação ao crescimento da população brasileira, ilustrado no mapa acima, e ao padrão de distribuição territorial dessa população, julgue os itens a seguir.

(1) Quanto à distribuição da população brasileira no território, verifica-se a ocorrência de um processo de interiorização de seu contingente.

(2) A construção de estradas teve influência direta nos fluxos de migração e no povoamento de determinadas áreas do país, favorecendo o surgimento de cidades.

(3) A região Norte apresenta, de acordo com o mapa, o maior contingente de população do país.

(4) O crescimento da população verificado em determinadas áreas está ligado ao processo de desconcentração das atividades industriais vivido pelo país na atualidade.

(5) A partir dos dados do mapa em questão, é correto inferir que o Sudeste deixou de ser uma região de saldo positivo em relação aos fluxos migratórios.

1: Certo. Verifica-se pelo mapa um crescimento populacional maior no interior do país, em especial em Boa Vista, Macapá, Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá, Palmas, Brasília e Goiânia. O Censo de 2010, elaborado pelo IBGE, confirma que as taxas mais altas do crescimento populacional no Brasil encontram-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste, devido, em grande parte, às migrações e ao processo de interiorização do país. As regiões Norte e Centro-Oeste são também as que apresentam as maiores taxa de crescimento urbano do país;
2: certo. A construção de estradas sempre ajuda para o aprofundamento dos fluxos migratórios e, como conseqüência, no povoamento de áreas da cercania por onde passa. No Brasil, vale lembrar a importância da rodovia BR-116 na intensificação dos fluxos migratórios do século passado, ao ligar o Nordeste do país ao Sul e Sudeste;
3: Errado. O mapa mostra não a quantidade de pessoas por região, mas a taxa de crescimento entre os anos 1991 e 2000. O Norte do país é uma das regiões menos habitadas do Brasil. Segundo o Censo 2010, os estados mais populosos do Brasil são: São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Bahia; Rio Grande do Sul; e Paraná, juntos concentram cerca de 58% da população total do País.;
4: Certo. Exemplo disso está no Norte do país, com a cidade de Manaus representada em uma tonalidade de cinza mais escura, e no Sudoeste, com a cidade de São Paulo representada em uma cor próxima ao branco, o que indica dois polos industriais do Brasil - o primeiro ser recente e o segundo ser mais antigo - com taxa de crescimento alta e baixa, respectivamente. O processo de desconcentração industrial, bem como a modernização da agricultura, incentiva o crescimento das cidades-médias, onde os custos do território e da mão de obra são mais baixo;
5: Errado. Apesar de não mostrar o fluxo migratório, o mapa apresenta dados de crescimento populacional que podem, no mínimo, ser um indício de que o Sudeste tem saldo positivo em relação aos fluxos migratórios, visto que as taxas de crescimento populacional são positivas na região. Para além do que refletem os dados do mapa, o Sudeste continua sendo um destino atrativo de migrantes, mesmo que hoje existam outros destinos para a migração nacional.

Gabarito: 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

2.2. Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais

As migrações aparecem como característica permanente da espécie humana. Max Sorre afirma que a mobilidade é a lei que rege todos os grupos humanos, portanto, o estudo da circulação ocupa lugar importante na Geografia Humana. Nele está inserida a discussão das raças e das miscigenações, levando à definição das etnias.

A. Damiani. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 51 (com adaptações).

(Diplomacia 2008) Considerando o texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A abertura de fronteiras à entrada de migrantes é uma realidade em determinados países desenvolvidos, dada a carência de mão de obra em setores das atividades econômicas.

(2) A quantidade de fluxos migratórios vem diminuindo no contexto de mercado de trabalho globalizado, uma vez que a facilidade atual de circulação de mercadorias substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores.

(3) Com a miscigenação e o multiculturalismo – atualmente presentes em diversos países –, as diferenças étnicas deixaram de ser causa para migração e conflitos sociais.

(4) O Brasil apresenta tanto a saída de população como a entrada de migrantes estrangeiros em busca de emprego e melhor nível de qualidade de vida.

1: Certo. Enquanto países centrais da Europa têm fechado suas fronteiras para a entrada de imigrantes, e os Estados Unidos da América seguem pelo mesmo caminho, países desenvolvidos, como o Canadá ou a Nova Zelândia, abrem suas fronteiras a migrantes para que eles trabalhem em setores da economia em que há carência de mão de obra;
2: Errado. Não se pode falar em diminuição nos fluxos migratórios; o que há é uma alteração no padrão migratório, com a prevalência das migrações entre países periféricos, a chamada migração "sul-sul". A facilidade da circulação de mercadorias não deve ser vista como um fator que substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores. Tal movimentação está muito mais ligada a fatores de repulsão e atração de indivíduos (como desastres naturais, conflitos armados e subdesenvolvimento) do que a necessidades dos processos produtivos e comerciais (apesar de estes fazerem parte dos fatores de atração e repulsão). Vale assinalar ainda que a própria afirmativa acerca da globalização do mercado de trabalho é questionável, uma vez que a globalização, por um lado, facilita a circulação de bens, mas, por outro, vem colocando empecilhos à circulação de mão de obra;
3: Errado. No decorrer do século XX e no início do XXI, os incontáveis conflitos interétnicos que forçaram as populações perseguidas a fugir, foram um dos principais fatores de repulsão populacional. Ainda que o multiculturalismo esteja presente em muitas sociedades e em diversos discursos políticos, ele ainda não é uma realidade efetiva no mundo;
4: Certo. Considera-se hoje que, no Brasil, o saldo migratório aproxima-se de zero. Em outras palavras, há um "empate técnico" entre a quantidade de migrantes que entram e a dos que saem do país. Estima-se que atualmente existam cerca de 2 milhões de emigrantes brasileiros, com os maiores contingentes concentrados nos Estados Unidos, no Paraguai e no Japão, por ordem de grandeza.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações

Em todos os países da América Latina, a partir de meados da década de 70 do século passado, retoma-se a tendência de queda da mortalidade, tanto a geral como a infantil.

No caso do Brasil, como consequência da generalização dos serviços de saúde e do aumento da escolarização, começa a observar-se uma redução significativa nos padrões históricos da desigualdade regional relativa à mortalidade no país. Além desses fatores, a ampliação dos serviços de saneamento básico a áreas até então excluídas, os programas de saúde materno-infantil – sobretudo os voltados para o pré-natal –, a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares, as campanhas de vacinação, entre outras medidas, em muito colaboraram para a continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil e infantojuvenil, principalmente a partir dos anos 80 do século XX.

Oliveira Simões, 1997 (com adaptações).

(Diplomacia 2009) O gráfico a seguir apresenta a evolução da população brasileira de acordo com os censos demográficos, além de uma projeção dessa evolução até o ano de 2050.

Evolução da população total, segundo os censos demográficos e projeção
Brasil – 1950/2050

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período de 1980-2050 – Revisão 2008.

Tendo as informações apresentadas acima como referência, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à evolução da população brasileira.

(1) A projeção de desaceleração da taxa de crescimento da população brasileira evidenciada no gráfico tem como um de seus fatores a queda da fecundidade.

(2) Verifica-se, com base no gráfico, que, no Brasil, haverá aumento da mortalidade geral a partir de 2040, razão pela qual a população entrará em processo de decrescimento.

(3) Considerando-se o quadro de altas taxas de mortalidade infantil no Brasil no período compreendido entre 1950 e 1970, conclui-se que o crescimento populacional registrado no gráfico para esse período deveu-se principalmente aos grandes fluxos imigratórios.

(4) No momento histórico correspondente ao ponto mais alto da curva correspondente ao gráfico mostrado, a média etária do conjunto da população brasileira será inferior à atual.

1: Certo. A projeção do gráfico é de que, a partir de 2040, haja uma desaceleração na taxa de crescimento da população brasileira. Tal projeção reflete o que hoje vem sendo identificado como a "quinta fase" da transição demográfica. O modelo original de transição demográfica de uma nação pré-industrial elaborado pelo demógrafo norte-americano Warren Thompson nos anos 1920 consiste apenas em quatro fases: a primeira apresenta taxas de natalidade e mortalidade altas e é uma fase ainda pré-industrial; na segunda, com os avanços na medicina, as melhores condições sanitárias e a urbanização, a taxa de mortalidade cai, mas a taxa de natalidade permanece alta, o que leva a um rápido crescimento populacional, relacionado à Revolução Industrial; na terceira fase, a taxa de natalidade cai devido a métodos anticoncepcionais e ao aumento do planejamento familiar; e na quarta fase, as taxas de natalidade e mortalidade se estabilizam. A quinta fase, já amplamente aceita nos dias de hoje e prevista no gráfico, ocorre em diversos países desenvolvidos, sobretudo na Europa, e define-se pela redução da população, com uma taxa de mortalidade superior à de natalidade (morrem menos pessoas do que nascem), o que se explica pela diminuição da fecundidade feminina no país (nascem menos crianças por mulher), e não pelo aumento da taxa de mortalidade;

2: Errado. Como explicado no item anterior, a queda do crescimento demográfico previsto para 2040 associa-se à redução da taxa de fecundidade, e não no aumento da mortalidade geral;

3: Errado. Não é correto falar em "altas taxas de mortalidade infantil" nos períodos referidos, já que o próprio texto citado na questão afirma que houve "continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil" a partir dos anos 1980. Outro erro está em atribuir o crescimento populacional aos fluxos imigratórios do período de 1950 a 1970, quando na verdade observa-se um declínio nos fluxos migratórios para o Brasil a partir dos anos 1940, com uma ressalva necessária ao momento do pós-guerra;

4: Errado. A expectativa normal para o ponto mais alto da curva é que a média etária do conjunto da população brasileira seja superior à atual, pois trata-se do momento em que a taxa de mortalidade será mais baixa (as pessoas viverão mais, aumentando a idade média da população), assim como a taxa de natalidade (o número de novas crianças se reduzirá, também contribuindo para uma média etária mais alta).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue o item seguinte.

(1) Atualmente, o Brasil assemelha-se a muitos países desenvolvidos, pois, desde meados do século XX, vem avançando em aspectos econômico e social, graças à superação das desigualdades regionais, alcançada após a industrialização e a integração produtiva e financeira do mercado interno.

1: Errado. Além de ser delicado falar que o Brasil "assemelha-se a muitos países desenvolvidos", é impossível afirmar que o país superou as desigualdades regionais, considerando que em 2005, ano da prova, a região Norte representava 5% do PIB nacional; e a região Sudeste, mais de 50%.

Gabarito 1E

3. GEOGRAFIA ECONÔMICA

3.1. Globalização e divisão internacional do trabalho

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue o item que se segue, referentes a geopolítica.

(1) Com a homogeneização crescente dos espaços, os lugares, e mesmo a região, já não são elementos essenciais para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais.

1: Errado. O lugar é um dos elementos mais importantes para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais, pois estes são, de certo modo, o elo entre todos os lugares do globo.

Gabarito 1E

(Diplomacia 2005) Segundo Bertha Becker, "o rompimento da divisão do espaço e do poder mundiais em dois blocos e a distensão daí decorrente trouxeram à luz as diferenciações espaciais, significando a definição de territórios". Considerando essa análise e demais aspectos significativos do atual processo de globalização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A globalização econômica ajuda a manter a unidade dos territórios nacionais rompida durante a Guerra Fria e marcada pelo esgotamento do padrão de acumulação e de relações de poder calcado tanto na centralização quanto na produção em larga escala.

(2) Entre as causas de instabilidade no mundo atual, estão a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental.

(3) O Estado deixou de ser a principal representação política, e o território nacional tampouco é a única escala de referência de poder, lacunas que foram preenchidas pelo poder técnico-econômico.

(4) Nas novas relações geopolíticas entre Estado, território e movimentos sociais, estes, cujo expoente é o movimento ambientalista, apresentam-se como perenes.

1: Errado. A afirmativa alude ao mito da "aldeia global", de Marshall McLuhan, segundo o qual a globalização traria uma unicidade ao mundo, acabando com as fronteiras culturais e políticas entre os povos. Hoje, porém, observa-se que essa ideia não reflete a realidade, tendo em vista a instabilidade social gerada quando os interesses de atores externos são impostos à população de uma localidade. A globalização, nesse caso, não traz a "unidade dos territórios nacionais", mas ressalta a singularidade das localidades nacionais;

2: Certo. No livro "Geografia: conceitos e temas", organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, Bertha Becker explica como a revolução científico-tecnológica (que causou alterações na organização da produção e do trabalho) e a crise ambiental (que gerou mudanças e impôs novas formas de relacionamento com a natureza) distorceram a dinâmica sociopolítica e a organização do espaço e do território, provocando instabilidade e imprevisibilidade no mundo globalizado de hoje;

3: Certo. O gabarito oficial é taxativo ao dizer que o "Estado deixou de ser a principal representação política". Berta Becker defende que o Estado não pode mais ser considerado como unidade *exclusiva* de poder, pois tal entendimento omitiria a importância de outros atores, como empresas, organizações internacionais e movimentos da sociedade civil. É neste sentido que devemos interpretar a afirmativa do item: o Estado não perdeu sua importância, mas a viu relativizada em virtude dos novos atores da geopolítica atual. Também é interessante levar em conta o resto da afirmativa: segundo Becker, o território nacional de fato não é mais a única escala de referência de poder, juntando-se ao espaço a questão do tempo, isto é, da logística que potencializa a utilização do espaço territorial (é o que se deve entender por "poder técnico-econômico").

4: Errado. Os movimentos sociais não apresentam extensa longevidade, pois eles refletem os interesses e inquietações do momento. É falacioso também afirmar que os ambientalistas são expoentes entre os inúmeros movimentos sociais, visto que o tema ambiental entrou na agenda reivindicatória da sociedade civil apenas em meados do século XX, enquanto outras reivindicações sociais datam do final do século XVII.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições –, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se; e, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações).

(Diplomacia 2005) Tendo o texto como referência inicial, assinale a opção incorreta.

(A) O entendimento do conteúdo geográfico permite perceber a relação entre o espaço e os movimentos sociais, construídos a partir dos objetos que nos cercam.

(B) Na atualidade, vive-se a mobilidade dos homens, que mudam de lugar, assim como de produtos, mercadorias, imagens e ideias, o que evidencia transformações na relação espaço-tempo.

(C) O entendimento de lugar como eixo de sucessões, eixo de tempos internos, de coexistências de tempo e espaço conduz às ideias de desterritorialização ou de desculturalização.

(D) O texto refere-se ao espaço cotidiano como marca identitária entre pessoas. Nesse sentido, o lugar, por se opor à globalidade, mantém a integridade, o que permite que sejam compostos espaços geográficos singulares.

(E) Enquanto a globalidade se identifica nos processos coletivos que se distribuem em diferentes espaços, o mundo é composto pela singularidade de cada local.

A: Correto. Entender o conteúdo geográfico, segundo Milton Santos, é justamente conseguir perceber a relação entre o natural e o social, sempre com ênfase nos fluxos sociais;

B: Correto. Podemos entender aqui o que Milton Santos chama de "meio técnico-científico-informacional", que começou após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou nos anos 1970. A natureza deixa de ser a parte mais significativa do nosso meio ambiente, já que o domínio que exercemos sobre ela é considerável. É ele que permite, por exemplo, modificar o solo de uma região pouco fértil ou irrigar outra região seca. Assim, os homens não estão mais limitados a plantar "onde a natureza mandar";
C: Correto. Em seu livro "Metamorfose do espaço habitado", no segundo capítulo, Milton Santos define o *lugar* como um ponto no planeta onde se realizam algumas possibilidades do mundo, o que, em última análise, leva ao entendimento de que o mundo é formado por uma infinidade de pontos, que podem ser entendidos como pontos de *desterritorialização* e *desculturalização*;
D: Incorreto. A primeira frase do texto já afirma: "A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela". A análise de Milton Santos não se coaduna com os mitos da aldeia global, da redução das distâncias ou da morte do Estado, porém reconhece o fenômeno da globalização, o que torna difícil falar em oposição à globalidade e manutenção da integridade;
E: Correto. Milton Santos admite a contradição entre o local e o global, pois cada lugar é extremamente diferente dos outros, mas todos são ligados entre si de forma clara.

Gabarito D

(Diplomacia 2005) Milton Santos, em uma de suas obras, afirma que os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social, na segunda metade do século passado. Segundo o autor, essas formas de pobreza, de dívida social, são a pobreza-marginalidade, a pobreza incluída e a pobreza estrutural globalizada. Essa classificação está atrelada ao processo de globalização perversa. Tendo em mente as características desse tipo de globalização, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Associada ao processo econômico da divisão social do trabalho internacional ou interna, a pobreza-marginalidade é considerada a doença da civilização e o consumo apresenta-se como centro da explicação das diferenças e das percepções das situações.

(2) A pobreza incluída iniciou-se como um processo associado a problemas privados, assistencialistas e locais, porém a globalização tem mudado o perfil dessa forma de pobreza.

(3) A pobreza estrutural globalizada impôs-se como natural nos tempos atuais, pois há uma produção globalizada da pobreza, mais presente, sem dúvida, nos países pobres.

(4) Com relação à dívida social, os pobres já foram incluídos; posteriormente, foram marginalizados; e, atualmente, estão sendo excluídos.

1: Certo. Em seu livro "Por uma outra globalização", capítulo III, Milton Santos afirma que os países subdesenvolvidos passaram, ou passam, por no mínimo três tipos de pobreza: o primeiro tipo é o da "pobreza incluída", que o geógrafo caracteriza como "pobreza acidental", gerada em virtude de algum desastre natural ou fato parecido; o segundo tipo é identificado como a "doença da civilização", isto é, a marginalidade, a pobreza produzida pela estrutura econômica e pela divisão do trabalho (no plano internacional ou interno), aquela que se buscou sanar ao longo dos últimos séculos; o terceiro tipo de pobreza é o que existe hoje, "a pobreza estrutural", que Milton Santos define como uma "dívida social", uma pobreza globalizada;
2: Errado. A "pobreza incluída", primeiro tipo de pobreza identificada por Milton Santos, não teve seu perfil alterado pela globalização. Na verdade, pode-se afirmar que ainda existe a "pobreza acidental", como também é chamada, pois esta ocorre em virtude de forças maiores, como, por exemplo, uma safra ruim ou um desastre natural. Assim, sua solução é que pode ser "assistencialista e local", e não sua causa;
3: Certo. Para Milton Santos, a "pobreza estrutural" é o mal dos nossos tempos e caracteriza-se por ser global e resultar diretamente de um sistema de ações deliberadas. A crítica do geógrafo brasileiro à globalização refere-se ao entendimento da pobreza nos dias de hoje como algo "natural", o que banaliza a dívida social da qual são vítimas os que antes eram "incluídos", foram "marginalizados" e hoje são "excluídos";
4: Certo. A resposta está ainda no capítulo III do livro "Por uma outra globalização", em que, antes de falar do papel dos intelectuais como importantes atores para a criação de um discurso de inclusão, Milton Santos explica como os pobres, objeto da dívida social, já foram incluídos, passaram a marginalizados e hoje são excluídos, uma exclusão que obedece a um processo racional que a Geografia deve se esforçar para mudar.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais

(Diplomacia 2004) Acerca dos determinantes políticos e econômicos que caracterizaram o processo de consolidação do bloco econômico do Mercosul, julgue os itens subsequentes.

(1) O Mercosul, orientado pela lógica da globalização, segue o modelo adotado pela União Europeia, que prioriza o intercâmbio comercial.

(2) O núcleo geoeconômico do Mercosul compreende concentrações industriais, áreas agrícolas modernas, portos e terminais de corredores de comércio exterior do Centro-Sul brasileiro, o que favorece a integração de cadeias produtivas dos países-membros.

(3) A integração física da região do Mercosul carece ainda de infra-estrutura adequada de transportes, em razão do isolamento comercial e cultural do Brasil, em relação aos países vizinhos sul-americanos.

1: Errado. Pode-se afirmar que o Mercosul insere-se na lógica da globalização, na medida em que busca dar mais competitividade aos os países-membros por meio da cooperação comercial entre eles. Trata-se de um bloco econômico de regionalismo aberto, a única forma de regionalismo permitida pela Organização Internacional do Comércio. Porém, se para o Mercosul a questão comercial é o centro de seus objetivos, o mesmo não vale para a União Europeia, que hoje não prioriza o intercâmbio comercial, mas busca, em vez disso, uma *integração econômica*, social e política. Enquanto a União Europeia guia-se hoje por uma lógica de integração, o Mercosul ainda consolida-se como uma união aduaneira;
2: Certo. O núcleo geoeconômico do Mercosul ainda concentra-se no Centro-Sul do país, o que favorece as relações dos estados do Sul, mas mantém tímida a inserção das indústrias do Nordeste do país no processo de integração produtiva;
3: Certo. Nosso gabarito, porém, difere do gabarito oficial e considera que o item está Errado. É fato que a integração física entre os países-membros do Mercosul ainda deixa a desejar; contudo, é extremamente delicado afirmar que existe um "isolamento comercial" entre o Brasil e seus vizinhos membros do bloco quando verifica-se que a Argentina é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens que se seguem, referentes a geopolítica.

(1) O Brasil busca inserir-se na economia global a partir do reforço e da ampliação dos vínculos com a migração maciça de corporações transnacionais. Nesse sentido, como resultado do papel do Estado na regulação da atividade econômica e na formação

da renda interna, o mercado nacional ganhou mais autonomia no contexto mundial.

(2) Alguns dos reflexos da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram o aumento de trocas entre corporações e o crescente processo de transnacionalização de empresas nacionais, fatos que levaram ao crescimento da participação do Brasil no comércio latino-americano.

(3) O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), criado em 1994, favoreceu as trocas comerciais entre os países envolvidos e se consolidou como o primeiro passo para a mundialização da ação de empresas nacionais desses países.

1: Certo. A ampliação dos vínculos econômicos tem sido uma estratégia do Estado brasileiro a fim de se inserir definitivamente e com peso na economia global. Quanto maior for o número de empresas com interesses econômicos no Brasil, maior será a voz do país no contexto mundial, pois a geopolítica hoje está muito mais ligada a interesses de corporações transnacionais do que a conquistas territoriais, como ocorria outrora;
2: Errado. A Alca nunca foi criada, sendo apenas uma proposta dos Estados Unidos da América, a qual contou, inclusive, com oposição do Estado brasileiro, que considerava injustas as vantagens que o acordo traria para os diferentes países;
3: Certo. Existe um erro quanto ao ano de criação do MERCOSUL, 1991, e não 1994, porém, por se tratar de uma questão de geografia, o ano deve ser um detalhe ao analisar o item.

Gabarito 1C, 2E, 3C

3.3. Energia, logística e reordenamento territorial pós-fordista

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) As indústrias de alta tecnologia localizam-se, preferencialmente, onde existem sistema acadêmico e de pesquisa bem organizado, serviços urbanos modernos e base industrial.

1: Certo. Por via de regra, as indústrias de alta tecnologia situam-se perto de polos acadêmicos, universidades e instituições de pesquisa. A lógica é simples: aproveitar o conhecimento gerado em tais instituições para a produção industrial. No Brasil, as indústrias de alta tecnologia encontram-se majoritariamente no interior paulista, perto das duas maiores universidades do estado, USP e Unicamp, nas cidades de São Carlos e Campinas.

Gabarito 1C

Todas as fontes devem ser aproveitadas, dentro de suas especificidades. (...) o Plano Nacional de Energia 2030 mostra exatamente isso: a existência de só uma ou duas fontes não significa uma solução. O Brasil necessita, principalmente, daquelas fontes que geram energia em grande escala e têm alta disponibilidade, dando segurança ao sistema e tranquilidade aos consumidores.

Internet: <http://www.aben.com.br>.

(Diplomacia 2008) Com relação a fontes de energia, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas foi possível graças à tecnologia desenvolvida no Brasil, a qual, hoje, é exportada para outros países.

(2) Em razão de ter-se tornado autossuficiente em petróleo em 2006, o Brasil deixou de importar esse produto e seus derivados.

(3) Sendo o etanol uma fonte de energia limpa, sua produção e seu consumo não acarretam danos ambientais ou sociais.

(4) No Brasil, a biomassa tem sido bastante explorada para a geração de energia, o que resulta no fortalecimento da agroindústria brasileira.

1: Certo. Mais da metade da área dos blocos exploratórios da Petrobras encontra-se em águas com profundidade maior que 400 metros. A perspectiva de descobrir petróleo em tais profundidades levou a Petrobras, nos últimos anos, a aumentar cada vez mais suas atividades de pesquisa na área, de forma que a empresa brasileira é hoje referência mundial e vem assinando parcerias de exploração e produção de petróleo em águas brasileiras e estrangeiras;
2: Errado. O Brasil efetivamente se tornou autossuficiente em petróleo no ano de 2006; porém, tal feito não é o bastante para que o país deixe de importar esse recurso, visto que a qualidade do petróleo é tão importante quanto a quantidade explorada. O Brasil ainda é deficitário no que diz respeito ao petróleo leve, mas a expectativa é de que esse quadro venha a se alterar com o petróleo extraído da camada pré-sal;
3: Errado. O etanol não deve ser considerado “energia limpa”. Na verdade, ele é uma alternativa mais limpa aos tradicionais combustíveis fósseis, mas sua produção e seu consumo geram danos ambientais (na produção, a prática de queimadas e a mecanização da colheita, assim como a emissão de CO2 no consumo, colaboram para a poluição do ar) e danos sociais (a produção em larga escala exige a concentração de grandes propriedades, o que contribui para o êxodo rural e o crescimento desregulado das cidades);
4: Certo. O etanol brasileiro é o exemplo mais nítido de tal exploração. Produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar, o bioetanol nacional tem ganhado espaço no mercado mundial, concorrendo com os biocombustíveis norte-americanos a base de milho e contribuindo para o crescimento da agroindústria brasileira.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2000) Quanto à localização da indústria petroquímica brasileira, qual assertiva é a correta?

(A) Majoritariamente na zona costeira.
(B) Concentrada na Região Metropolitana de São Paulo.
(C) Concentrada no eixo Rio-São Paulo.
(D) Majoritariamente na região Sul do país.
(E) Concentrada no Recôncavo Baiano.

A: Correto. A indústria petroquímica brasileira concentra-se na zona costeira, em grande parte devido ao fato de a maior parte do petróleo do país estar em águas oceânicas. Assim, a indústria de produção de derivados de petróleo encontra-se próxima do lugar de extração, destacando-se a Bacia de Campos e a cidade de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, como locais com maior extração de petróleo no Brasil. Já o Polo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari, no litoral baiano, é responsável por quase 50% da capacidade de produção nacional dos chamados petroquímicos básicos e das resinas termoplásticas;
B: Incorreto. O polo petroquímico mais importante de São Paulo é o Polo Petroquímico de Paulínia, considerado o maior polo industrial da América Latina. Porém, ele faz parte não da Região Metropolitana de São Paulo, mas de Campinas;

C: Incorreto. Esta opção desconsidera os maiores polos petroquímicos do país: Camaçari, Paulínia e o Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul;
D: Incorreto. Esta opção desconsidera os importantes polos petroquímicos do Nordeste e Sudeste do país;
E: Incorreto. Apesar de o Recôncavo Baiano ser considerado uma região rica em petróleo, ele não detém a concentração petroquímica nem do país, nem da região.

Gabarito A

(Diplomacia 2000) A Ferrovia "Norte-Sul", em fase final de construção, estabelecerá a ligação entre:

(A) o Complexo de Carajás e o Porto de Itaqui (MA).
(B) a região Centro-Oeste e o Sistema Portuário da Ilha de São Luís (MA).
(C) a região Centro-Oeste e o Complexo Guri, na fronteira com a Venezuela.
(D) a região do Alto São Francisco e o Porto de Pecém (CE).
(E) o Recôncavo Baiano e o Porto de Suape (SE).

A: Incorreto. A ferrovia que liga o Complexo de Carajás com o Porto de Itaqui é a Estrada de Ferro Carajás, operada pela Companhia Vale do Rio Doce, inaugurada em 1985;
B: Correto. A Ferrovia "Norte-Sul" teria inicialmente 1550 quilômetros de trilhos, passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Em 2008, a obra foi expandida para 3100 quilômetros, a fim de poder incorporar os trechos Açailândia-Belém e Anápolis-Panorama. A construção da ferrovia ainda não terminou, mas existem diversos trechos em que o transporte há muito já funciona, como os 215 quilômetros entre as cidades de Estreito e Açailândia, no Maranhão, onde ocorre a conexão com a Estrada de Ferro Carajás, que dá acesso ao Porto de Itaqui, na cidade de São Luís;
C: Incorreto. Não há estrada de ferro que passe pelo Complexo Hidroelétrico de Guri. O estado de Roraima, onde se encontra o Complexo, sequer tem estrada de ferro;
D: Incorreto. Não existe ferrovia que ligue o porto cearense com o alto do São Francisco. Esse trajeto é feito por meio de rodovias;
E: Incorreto. Não seria prioritário para o Governo Federal construir uma ferrovia no Recôncavo Baiano ou no Sergipe, que contam, respectivamente, com os portos da Baía de Todos-os-Santos e um porto menor. Além disso, na Bahia, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste ligará a cidade costeira de Ilhéus à cidade interiorana de Figueirópolis, no Tocantins.

Gabarito B

3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil

(Diplomacia 2004) Diversos mapas temáticos do território brasileiro geralmente apresentam fortes contrastes inter e intrarregionais. Acerca dessas disparidades e das tendências de mudança, julgue os itens a seguir.

(1) A concentração espacial das atividades produtivas do país é resultado das características naturais do território. Assim, o Centro-Sul é mais propício ao desenvolvimento econômico do que o Nordeste, marcado pela semiaridez e, portanto, fadado à estagnação econômica.
(2) Os contrastes nos sistemas de produção agrícola no país são bastante evidentes. As atividades da agricultura moderna coexistem com cultivos de subsistência praticados em minifúndios.
(3) Ainda hoje, a produção industrial tem-se firmado cada vez mais na região Sudeste, em relação às demais regiões do país, em razão da necessidade de complementaridade entre as cadeias produtivas.
(4) O país viveu uma explosão urbana derivada de seu processo de industrialização e vê diminuindo, na atualidade, a concentração espacial de sua população, em função dos fluxos migratórios em direção às áreas de fronteira econômica.
(5) A atual rede urbana nacional, ainda não totalmente elaborada, caracteriza-se pela integração territorial desigual e atesta a continuidade da modernização industrial vivenciada pelo país.
(6) Do ponto de vista social, os índices de mortalidade infantil, de esperança de vida e de saneamento básico são similares entre as diversas regiões brasileiras, embora ocorram discrepâncias na comparação entre a população rural e a urbana do país.

1: Errado. As ideias expressas no item são exemplo típico de determinismo geográfico, contrárias à corrente teórica da banca do concurso. Não são as características naturais do território do Sul ou do Nordeste que explicam a atual situação e as perspectivas futuras das regiões, mas sim um conjunto de fatores sociais e naturais. Como exemplo, há o sistema de *plantations*, que foi implementado no Nordeste com alta concentração de terra e intensificou a exclusão social, enquanto a agricultura baseada na pequena propriedade que encontramos no Sul contribui para uma maior equidade social;
2: Certo. O Brasil hoje é um país que depende tanto da atividade agrícola de grandes propriedades modernizadas, com alto lucro e com forte participação no mercado internacional (o que se evidencia nas lavouras de cana, café, soja, milho, laranja e outras), como da pequena propriedade, os minifúndios com baixo grau de modernização e responsáveis pelo cultivo de bens alimentícios para o mercado interno;
3: Errado. A produção industrial brasileira não segue mais à risca a lógica da "complementaridade entre as cadeias produtivas". O processo de desmetropolização ilustra bem essa realidade. Com o crescimento do interior do Brasil e os investimentos públicos no Nordeste, apesar de o Sudeste ainda concentrar a maior parte da indústria do país, não podemos dizer que esta região se firma "cada vez mais" em relação às outras;
4: Certo. A explosão urbana no Brasil, ou a urbanização do país, efetivamente acompanhou o processo de industrialização. No entanto, não se deve aceitar essa relação como uma máxima dos dois processos. Hoje, os maiores fluxo migratórios do Brasil não se dirigem mais para os grandes polos industriais já estabelecidos; ao contrário, o novo foco migratório do país são as cidades médias do interior. Desse modo, a concentração espacial da população diminui com o movimento rumo às novas fronteiras econômicas;
5: Certo. O item refere-se ao processo de desmetropolização do país, em que o desenvolvimento cada vez maior da indústria brasileira colabora para a expansão do processo produtivo e conduz a população para além das megalópoles São Paulo e Rio de Janeiro;
6: Errado. O Brasil ainda é marcado pelas desigualdades regionais. O item afirma que não há grandes diferenças entre as áreas urbanas do Sul e do Norte do país, ou seja, que os índices de bem-estar e desenvolvimento das populações são similares. Tal afirmativa torna-se completamente incongruente quando comparamos as condições de vida em cidades como Maceió e Curitiba.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Os dados do Censo de 2000 não confirmaram a ideia do Centro-Sul brasileiro rico, mas apontam para uma disparidade intrarregional, bem como macrorregional, quando se compara essa região ao Norte e Nordeste brasileiros. Acerca dessas disparidades socioeconômicas, julgue os itens que se seguem.

(1) O processo de industrialização no Brasil promoveu a diminuição das disparidades socioeconômicas inter--regionais.

(2) A atual dinâmica econômica do país, apesar do crescimento do produto interno bruto (PIB) de outras regiões, revela uma concentração no Centro-Sul.

(3) O Norte e o Nordeste brasileiros são áreas agrícolas estagnadas economicamente, com baixo índice de renda *per capita*.

1: Errado. O processo de industrialização no Brasil não fez senão aumentar as disparidades socioeconômicas do país. O Sudeste, que comandou o processo de industrialização com o capital privado nacional, atraía migrantes de todo o país em busca de melhores condições de vida para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro;
2: Certo. O Centro-Sul brasileiro continua concentrando a maior parte da atividade econômica do Brasil, mesmo com a crescente participação de outras regiões no PIB nacional, sendo possível afirmar que o comando da atividade econômica do país é exercido no Centro-Sul;
3: Errado. Não se pode falar em estagnação econômica nas áreas agrícolas do Norte e sobretudo do Nordeste, as quais, ao contrário, assumem um papel importante no agronegócio brasileiro e internacional, com a presença da soja no interior e da fruticultura no médio São Francisco, bem como no Vale do Açu.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Diplomacia 2008) Acerca da estrutura agrária e de questões ambientais atuais no Nordeste brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Na região Nordeste, apesar da semiaridez predominante, é possível encontrar ilhas de umidade, nas quais se registra desenvolvimento agrícola intenso.

(2) Verifica-se que, nos últimos anos, houve aumento de área irrigada no Vale do São Francisco, o que está associado ao destaque dado à produção de frutas *in natura* para exportação.

(3) A escassez de chuvas durante as secas no Nordeste brasileiro reduz a produção agrícola e causa desemprego generalizado no campo. Esse condicionamento dos problemas sociais por questões ambientais é característico das regiões áridas e semiáridas de todo o mundo.

(4) O agreste nordestino, região de transição entre a zona da mata e o sertão, é a parte mais povoada do interior do Nordeste brasileiro, registrando-se variações populacionais nos períodos mais secos.

1: Certo. Os chamados brejos ou ilhas de umidade são comuns em meio à aridez da caatinga nordestina. O solo é fértil e proporciona intenso desenvolvimento agrícola, a exemplo da Serra de Baturité ou de Ibiapaba, no Ceará;
2: Certo. Os maiores exemplos de tal produção são as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), às margens do rio São Francisco. É interessante lembrar a importância da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (Codevasf) nos projetos de infraestrutura e irrigação do vale do São Francisco. Dos nove polos de desenvolvimento da região, sete resultaram em grande parte da irrigação promovida pela Companhia (norte de Minas, Guanambi, Formoso/Correntina, Barreiras, Irecê, Juazeiro/Petrolina e baixo São Francisco);
3: Errado. O item apresenta dois problemas fundamentais que não podem passar despercebidos: ao afirmar que os problemas sociais estão "condicionados" a questões ambientais, oferece uma justificativa determinista para os problemas do Nordeste, o que não é nem a explicação da banca nem do Estado para a condição atual da região; o segundo problema é que, ao dizer que esse determinismo é "característico" das demais regiões áridas e semiáridas do mundo, o texto negligencia regiões como o Estado de Israel, entre outras;
4: Certo. O agreste nordestino pode ser entendido como uma região de transição da Zona da Mata (região mais populosa e próspera do interior Nordeste, com o solo mais rico e as melhores condições ambientais) para o sertão (interior seco, com baixos índices de desenvolvimento humano e que sofre sistematicamente com as secas).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

4. GEOGRAFIA AGRÁRIA

4.1. Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo

(Diplomacia 2008) A análise da dinâmica da modernização da agricultura brasileira é importante para o entendimento da sociedade do Brasil contemporâneo. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Atualmente, observa-se, nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil, um sistema produtivo intenso e mecanizado, que gera poucos empregos diretos e baixo índice de urbanização e de migrações.

(2) Devido à consolidação da agricultura irrigada – parcialmente voltada para a exportação – e da produção moderna de grãos, bem como à modernização dos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, a região Nordeste do Brasil apresenta, atualmente, bons índices de desenvolvimento no que se refere a indicadores sociais, superando, inclusive, índices do Centro-Sul.

(3) O cerrado brasileiro é um bioma propício à atividade agrícola, como comprova sua alta produtividade nas últimas décadas, graças, especialmente, à fertilidade do seu solo, que não exige corretivos.

(4) O fato de as indústrias deixarem de se concentrar no Sudeste do Brasil tem relação com o processo de modernização da agricultura brasileira.

1: Errado. Atualmente observa-se que a expansão da fronteira agrícola no Brasil baseia-se em diversas atividades econômicas. A Amazônia, como última fronteira agrícola do país, reflete bem os diferentes padrões e atividades envolvidos nesse processo: na pecuária, predomina uma produção extensiva e desenvolvida em grandes propriedades, com baixo nível de mecanização, enquanto a mineração gera uma quantidade de empregos diretos que não deve ser considerada baixa. A ideia de que os fluxos migratórios para as regiões relacionadas à expansão da fronteira agrícola são pequenos tampouco pode ser confirmada, visto que contraria o conceito de fronteira agrícola;
2: Errado. Apesar de nas últimas décadas participar de um processo sério de desenvolvimento social, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado, o Nordeste brasileiro ainda apresenta os índices de desenvolvimento mais baixos do país, enquanto o Centro-Sul continua a liderar os números nacionais;
3: Errado. O cerrado brasileiro é um bioma com solo deficiente em nutrientes, o que dificulta o plantio de bens agrícolas em suas terras. Apenas a partir dos anos 1970, com os trabalhos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é que o cerrado tornou--se viável como local de produção agrícola e passou a se articular mais estreitamente com o mercado do Centro-Sul do país e com o resto do mundo;
4: Certo. A interiorização do país, que implica a desconcentração das indústrias do Sudeste, entre várias outras consequências, está intimamente ligada à modernização da agricultura brasileira. Quando pensamos na soja, por exemplo, que pode ser plantada no interior de Mato Grosso e Goiás graças ao desenvolvimento tecnológico,

tal relação torna-se evidente, pois as áreas até então com pouca atividade econômica passam a gerar mais riquezas e a requerer mais bens industriais, tanto para o processo produtivo quanto para sua população.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) O desenvolvimento da indústria e da agroindústria resultou na diferenciação e especialização do espaço regional brasileiro por meio da criação de novas estruturas produtivas, como observado na Amazônia brasileira.

1: Certo. O item refere-se indiretamente à Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento econômico implementado no coração da Amazônia com três diferentes polos econômicos: o comercial, cujo maior êxito ocorreu na década de 1980, quando o regime econômico ainda era o de uma economia fechada; o industrial, que é considerado a base da Zona Franca, possui cerca de 600 indústrias, gera mais de meio milhão de empregos e produz de geladeiras a celulares, passando por motocicletas; e o polo agropecuário, com projetos voltados para a alimentação, turismo, agroindústria e outros.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2008) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A integração mundial do mercado dos produtos agropecuários favorece o comércio agroexportador do Brasil com outros países ou blocos de países, pois o mercado articula-se em torno de blocos que possuem interesses comerciais comuns.

(2) Na Amazônia, o crescimento do agronegócio e a expansão das culturas de *commodities* têm sido observados em um grande número de pequenas propriedades, o que se justifica por serem tais empreendimentos prioritários para a desconcentração da propriedade da terra.

(3) Influenciada pelo agronegócio, a agricultura familiar ou de subsistência praticada atualmente na Amazônia tem sido apoiada por inovações tecnológicas e pela utilização dos créditos ambientais subsidiados por políticas públicas de preservação, que objetivam recompensar o abandono da prática de derrubada ou queimada da floresta ou da vegetação secundária.

1: Errado. O mercado mundial de produtos agropecuários não favorece o comércio exportador do Brasil, que, ao contrário, na atual Rodada de Doha da OMC, é um dos principais atores a exigir um novo acordo em torno da agricultura;
2: Errado. Não é correto falar em "grande número de pequenas propriedades" no que se refere ao crescimento do agronegócio e à expansão das culturas de *commodities*, visto que esses empreendimentos ainda são fundamentalmente baseados nas grandes propriedades e têm como objetivo não a desconcentração de terra, mas sim interesses econômicos;
3: Errado. Não é correto associar "créditos ambientais subsidiados" pelo governo com agricultura familiar ou de subsistência, pois tal incentivo limita-se à agricultura em grande escala.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Considerando que as informações contidas no gráfico abaixo ajudam no estabelecimento de algumas conclusões a respeito da produção agrícola nacional, julgue os itens seguintes.

(1) O aumento na produção, conforme mostrado no gráfico, é decorrente tanto do incremento da área cultivada quanto da modernização tecnológica da agricultura.

(2) Quanto à mecanização das áreas agrícolas, as características do relevo brasileiro, como no caso das chapadas, impedem o aumento em ritmo maior das terras incorporadas à agricultura.

(3) De modo geral, a expansão de determinados setores industriais no país tem demandado maior quantidade de produtos da agricultura, fomentando a agroindústria.

1: Certo. O gráfico mostra um pequeno aumento da área cultivada, mas o crescimento brutal da produção não é proporcional ao primeiro dado. Por isso, a maior eficiência agrária e o aproveitamento do espaço estão ligados, sobretudo, à modernização tecnológica da agricultura;
2: Errado. O cerrado do Centro-Oeste é o local onde se verificam, ao mesmo tempo, a maior concentração de chapadas do país e a constante modernização do agronegócio brasileiro. Portanto, não se poderia presumir que a afirmativa fosse correta;
3: Certo. Mesmo que o agronegócio represente apenas 6% do total do PIB brasileiro, ele tem participação importante em vários setores produtivos da economia nacional, como, por exemplo, na indústria de sucos de laranja, em que, para atender ao crescimento da demanda por essa bebida, a fábrica de sucos pressiona o produtor da fruta a aumentar seu cultivo.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens subsequentes, relativos à agricultura no Brasil.

(1) O aproveitamento integral do calendário agrícola, o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações e a maior disponibilidade de crédito são alguns dos fatores que indicam o início do período técnico-científico--informacional na agricultura brasileira.

(2) A modernização da agricultura no Nordeste do Brasil vem ocorrendo em áreas contínuas e especializadas no cultivo de frutas, legumes e soja.

(3) As fronteiras agrícolas do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, vincularam-se à expansão das vias de circulação, aos movimentos espontâneos de imigração e à colonização oficial e privada, à especialização da produção nos diversos ramos agropecuários e às diferenças quanto ao grau de tecnificação.

1: Certo. O conhecimento que permite elaborar um sistema de crédito mais acessível, bem como o aproveitamento integral do calendário agrícola com o encurtamento dos ciclos vegetais, são evidências de que a informação está tendo um papel estruturador do espaço geográfico. Da mesma forma, a velocidade da circulação de produtos e as demais modernizações específicas da agricultura são indícios de que a técnica está modificando o espaço geográfico tanto da cidade como do campo, caracterizando, assim, o chamado "período técnico--científico-informacional", termo cunhado pelo geógrafo Milton Santos;
2: Errado. A modernização da agricultura no Nordeste é uma realidade, porém não ocorre em áreas contínuas; o que há são "polos de modernidade", como no caso das cidades de Juazeiro e Petrolina, ilhas de modernidade no médio São Francisco;
3: Certo. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil caminhou para se tornar o país integrado de hoje, e o papel da expansão da fronteira agrícola nesse processo não pode ser minimizado. Na verdade, trata-se de um movimento interdependente: ao mesmo tempo que era necessário preencher o vazio demográfico no Centro-Oeste, por exemplo, era preciso desenvolver uma atividade produtiva para a população que iria se instalar ali, produção essa que não se destinaria (ao menos não de imediato) à região recém-povoada. Assim, a expansão das vias de circulação de pessoas e sobretudo de mercadorias vincula-se intimamente à expansão da fronteira agrícola.

Gabarito 1C, 2E, 3C

4.2. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro

(Diplomacia 2004) Considerando que o desenvolvimento capitalista no Brasil tem promovido a reordenação territorial no campo, julgue os itens que se seguem.

(1) Nas últimas décadas, ocorreu grande expansão na produção primária destinada à exportação, o que atesta o caráter eminentemente agrícola do país.

(2) O crescimento agrícola do país se deu não só pela modernização tecnológica, mas também em função do aumento das terras cultivadas, com a instauração de processos erosivos e perdas de solo.

(3) O progresso técnico generalizado na produção agrícola brasileira ocasionou o desaparecimento das relações não capitalistas de produção.

1: Errado. É incorreto afirmar que o Brasil tem "caráter eminentemente agrícola", pois os números demonstram que, atualmente, cerca de apenas 40% de todo o território nacional é considerado rural e que somente 10% do total do território brasileiro é utilizado para a lavoura e 20% para a pecuária;
2: Certo. O crescimento agrícola do Brasil está intimamente ligado ao desenvolvimento de novas tecnologias modernizadoras da agricultura, mas esses avanços dependiam da necessidade de buscar novos solos cultiváveis, como os do cerrado, uma vez que os processos erosivos ameaçavam o uso das terras férteis do país;
3: Errado. O item refere-se à agricultura de subsistência como "relações não capitalistas de produção", prática que, apesar de ter diminuído em função do progresso técnico da produção agrícola brasileira e da crescente urbanização do país, não desapareceu, mas continua a ser uma realidade para muitos brasileiros no interior do país.

Gabarito 1E, 2C, 3E

5. GEOGRAFIA URBANA

5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O avanço das fronteiras econômicas, como a agropecuária na região Centro-Oeste e a mineral na região Norte, contribuiu para a expansão do sistema de cidades.

1: Certo. Ao longo do século XX, o Brasil passou por um processo de interiorização que vem contribuindo para a expansão do sistema de cidades do país. À medida que a população cresce e a necessidade de ocupar novos espaços se materializa, as fronteiras econômicas são levadas cada vez mais para o interior do país. Cabe lembrar, porém, que a fronteira agrícola ainda é uma realidade no Brasil, notadamente na Amazônia. Ao mesmo tempo, o processo de desmetropolização no qual nos encontramos vem aumentando a importância das cidades médias no país, ampliando o sistema de cidades.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2006) Tendo o gráfico abaixo como referência

As 100 maiores cidades do mundo até 2015

(A) O aumento contínuo da participação da África e da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo ao longo do período representado no gráfico reflete o processo de globalização da economia, que enseja a inserção de países periféricos e a superação de seu passado colonial.

(B) O aumento da participação da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo indica o rápido processo de urbanização calcado na industrialização, que não se faz acompanhar de adequada e suficiente oferta de empregos urbanos no setor secundário da economia.

(C) O declínio na participação de determinados continentes é justificado pela interposição de barreiras à entrada de migrantes e, principalmente, pela diminuição de suas populações, tendo eles já realizado sua transição demográfica.

(D) No Brasil, o crescimento urbano e a urbanização foram alimentados por um forte êxodo rural e fluxos migratórios entre regiões, o que possibilitou melhor distribuição da população no território.

(E) O caráter urbano e metropolitano do Brasil, com o estabelecimento de bem distribuída rede de cidades, está restrito ao Sul e Sudeste do país, uma vez que estas foram as regiões que experimentaram o maior desenvolvimento industrial ao longo da história do país.

A: Incorreto. O fenômeno da macrocefalia – em que os centros urbanos são grandes demais e concentram a população mais carente, na maioria das vezes de forma desorganizada e pouco segura – é uma característica do desenvolvimento dos países do terceiro mundo,.e o aumento da participação dos continentes das antigas colônias no conjunto das cem maiores cidades do mundo está intimamente relacionado ao seu passado., Com a industrialização tardia desses países de terceiro mundo, todo o processo de urbanização foi acelerado e, em vez de surgirem, como na Europa e nos Estados Unidos, diversas cidades espalhadas pelo território, capazes de assimilar com o passar do tempo o crescimento da demanda por um espaço urbano, as pessoas se aglomeram em uma cidade que cresce de modo rápido e desordenado. Para exemplificar tal fenômeno, podemos comparar a população de 70 milhões da Alemanha e os apenas 4 milhões da cidade de Berlim aos 40 milhões de habitantes da Argentina e os cerca de 15 milhões que vivem em Buenos Aires;
B: Correto. A atual urbanização da América Latina relaciona-se ao setor terciário da economia. Isso porque o êxodo rural, que leva migrantes do campo para a cidade, é um fenômeno que, nos países periféricos como um todo, atinge majoritariamente indivíduos com pouco conhecimento técnico para serem integrados ao setor secundário da economia; diante disso, ao chegarem às cidades, eles dedicam-se ao chamado setor terciário inferior;
C: Incorreto. O declínio de continentes como a América do Norte e a Europa no contingente das maiores cidades do planeta pouco ou nada tem a ver com questões de política migratória. Na realidade, esse declínio está ligado ao fato de os países desses continentes terem começado seu processo de urbanização nos séculos XVIII e XIX, o que lhes rendeu uma rede de cidades mais espalhadas e menor concentração urbana que as dos países da Ásia, África e América do Sul;
D: Incorreto. O crescimento urbano e a urbanização no Brasil não favoreceram a melhor distribuição da população no território nacional. Ao contrário, isso levou os migrantes da área rural a se concentrarem no Sudeste do país ou, em menor escala, nas grandes cidades de suas regiões (por exemplo: os migrantes do Ceará dividem-se entre os que podem deslocar-se até o Sudeste do Brasil e os que limitam sua migração à metrópole mais próxima, principalmente por motivos econômicos; em ambos os casos, tais migrações contribuem para concentrar a população, em vez de distribuí-la);
E: Incorreto. Não é possível falar em uma rede de cidades "bem distribuída" no Sudeste do país, pois basta lembrar a macrocefalia dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Gabarito B

(Diplomacia 2003) O mapa abaixo permite inferências acerca de vários aspectos da dinâmica social, econômica e espacial do Brasil. Nesse sentido, julgue os itens subsequentes.

(1) Em uma retrospectiva histórica, a estruturação da rede de cidades, concentrada na costa centro-sul do país, corresponde a um determinismo geográfico, uma vez que o clima foi um fator desfavorável ao povoamento no interior, extremamente chuvoso ou tendendo para a semiaridez.

(2) Em relação à extensão territorial do Brasil, há um número limitado de cidades com características de metrópole articulando a rede urbana, devido ao lento e gradual processo de urbanização vivido pelo país, como consequência de sua recente industrialização.

(3) O mapa comprova que as diferenças nas taxas de natalidade entre as regiões brasileiras são um dos fatores explicativos dos diferentes ritmos de crescimento das cidades brasileiras.

(4) É reconhecida a tendência de modificação do quadro da hierarquia urbana do país motivada por uma desconcentração industrial, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado brasileiro.

(5) As regiões mais fracamente povoadas do Brasil são evidentemente aquelas com incipiente desempenho econômico, visto que o deslocamento da força de trabalho acompanha o crescimento das atividades econômicas.

1: Errado. A estruturação da rede de cidades concentrada na costa centro-sul do país não corresponde a um determinismo geográfico, cujas ideias não coadunam com as da banca. Assim, não são as características naturais do território do centro-sul ou do norte que explicam a estruturação das redes de cidades nas duas regiões, mas o conjunto de fatores sociais e naturais que construíram a presente conjuntura dos territórios. Desses fatores, o sistema de *plantations*, baseado nas grandes propriedades, na monocultura e na mão de obra escrava, é o principal culpado pela atual concentração de terra no Nordeste. De modo semelhante, podemos atribuir o desenvolvimento de uma rede de cidades mais elaborada no Sul à agricultura baseada na pequena propriedade que predominou ao longo dos séculos na região;

2: Errado. Atualmente, há no Brasil doze metrópoles e 37 regiões metropolitanas, o que pode ser visto como um "número limitado", se considerarmos a extensão territorial do país e que mais da metade dos estados não conta com sequer uma metrópole nacional. Porém, é incorreto afirmar que o processo de urbanização vivido pelo país foi "lento e gradual"; ao contrário, em consonância com o que ocorre na maioria dos países em desenvolvimento, o processo foi acelerado;

3: Errado. O mapa não comprova diferença nas taxas de natalidade, limitando-se a apresentar a densidade populacional nas diferentes regiões do país;

4: Certo. Existe efetivamente uma modificação na hierarquia urbana do país, com o crescimento acelerado de capitais como Manaus, Goiânia e Fortaleza ou ainda de cidades como Ribeirão Preto. A afirmativa de que tal tendência de modificação é fruto de investimentos do Estado não deve ser questionada, sendo claro o esforço estatal para melhorar a distribuição da população e da atividade produtiva pelo país;

5: Errado. O vazio demográfico na região Norte do Brasil não reflete o faturamento bilionário da Zona Franca de Manaus, assim como o

vazio do Centro-Oeste mato-grossense não indica os altos lucros do agronegócio da soja concentrado na região.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos e definições que caracterizam o processo de urbanização brasileira.

(1) No Brasil, o processo de urbanização foi acelerado após a Segunda Guerra Mundial, apresentando mudanças no uso do território resultantes da integração dos meios de comunicação, o que facilitou fluxos de população, mercadorias e ideias. Os ritmos distintos dessa urbanização levaram às diferenciações regionais.

(2) A expansão urbana ocorrida nas últimas décadas caracterizou-se pela ocupação desordenada do solo. Contudo, por coincidir com significativa melhora das finanças públicas, esse processo foi acompanhado do atendimento das demandas sociais, razão pela qual foram minimizados os problemas das metrópoles.

(3) O fenômeno da metropolização, presente em diferentes estados brasileiros, se deu, geralmente, a partir da junção de municípios a uma grande cidade, concentradora de modernidade, de população e de recursos econômicos e financeiros.

1: Certo. A unificação do território brasileiro e a urbanização acelerada evidenciaram-se após a Segunda Guerra Mundial, havendo até então uma interligação entre as regiões do país extremamente precária. Assim, os investimentos em sistemas de transporte e comunicação, a construção de Brasília, o projeto do nacional-desenvolvimentismo e o Plano de Metas facilitaram os fluxos de pessoas, a aproximação de mercados e a circulação de ideias;
2: Errado. Não se pode falar em minimização dos problemas das metrópoles se as demandas sociais ainda não foram atendidas. As metrópoles brasileiras têm sérios problemas com a criminalidade, oriunda da marginalização das camadas mais pobres da sociedade;
3: Certo. A metropolização é uma realidade em todos os estados brasileiros. Nesse fenômeno, certas cidades crescem mais do que as outras e terminam por concentrar grande parte da atividade econômica e da população da região. A legislação brasileira adotou o conceito de região metropolitana para facilitar a administração dos municípios. Quando se pensa em uma cidade como o Rio de Janeiro, que conta com mais da metade de sua força trabalhadora residindo fora do município, fica clara a necessidade de tal instrumento legal para coordenar os fluxos da "migração pendular", onde uma metrópole polariza as atividades profissionais de todo um conjunto de municípios nos quais, em um movimento diário, pendular, milhares de indivíduos migram de um município para o outro.

Gabarito 1C, 2E, 3C

5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia 2008) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A industrialização brasileira conheceu um processo de dispersão que, por ter ocorrido de forma ordenada, evitou a metropolização dos novos centros industriais.

(2) Depois de décadas de concentração econômica na cidade de São Paulo, observa-se um processo inverso, determinado, entre outras causas, pelas chamadas deseconomias de aglomeração.

1: Errado. A industrialização brasileira, assim como a da maioria dos países do terceiro mundo, não foi nada ordenada e não passou por um processo de dispersão; ao contrário, concentrou-se em demasia no Sudeste do país, notadamente em São Paulo. A metropolização do país foi uma realidade ao longo do século XX e hoje há, segundo o IBGE, 12 Metrópoles no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre;
2: Certo. A industrialização do Brasil fundamentou-se em uma economia de aglomeração que, por diversos motivos, concentrou em São Paulo a maioria das indústrias do país. Hoje, porém, com o fenômeno da desmetropolização no país, a cidade de São Paulo está deixando de ser apenas um polo produtivo e passando a exercer muito mais a função de comando financeiro da economia nacional do que a de local primário da produção. Nesse contexto, as empresas estão deslocando cada vez mais fábricas para o interior do país atrás de preços mais cômodos para sua produção: é o fenômeno da "deseconomia de aglomeração".

Gabarito 1E, 2C

5.3. Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) Ainda hoje, verifica-se a polarização exercida pelas metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, por meio da concentração de indústrias e de serviços.

1: Certo. Apesar de essa polarização estar sendo reduzida, a concentração de indústrias e serviços nas duas maiores metrópoles do país ainda é uma realidade, assim como em boa parte dos países em desenvolvimento.

Gabarito 1C

5.4. O papel das cidades médias na modernização do Brasil

(Diplomacia 2009) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) No século XXI, tem-se observado crescente fluxo migratório das cidades médias para as grandes metrópoles nacionais, que ainda se mantêm como os maiores polos de atração populacional do país.

(2) Tal como ocorre com países desenvolvidos e altamente industrializados, no espaço urbano brasileiro predominam as atividades do setor terciário, que emprega a maior a parte da população ativa.

1: Errado. O enunciado da pergunta refere-se às redes urbanas no Brasil, o que facilita a resposta, pois hoje o país passa por um processo de desmetropolização, que representa não o encolhimento das metrópoles

– as quais seguem crescendo, ainda que a um ritmo menor que a média nacional –, mas o crescimento proporcionalmente maior das cidades médias, que se tornaram o novo polo de atração populacional do país. Enquanto a média nacional de crescimento populacional é de 1,17%, a cidade de São Paulo tem um crescimento de 1%, enquanto sua vizinha Ribeirão Preto apresenta um crescimento anual de 3%;
2: Certo. Dos três setores, efetivamente o terciário é aquele que mais emprega trabalhadores brasileiros, atraindo cerca de 70% da população economicamente ativa. Vale lembrar, porém, que há quem faça uma separação do setor terciário em superior (aquele a que pertencem advogados e médicos) e inferior (o que emprega camareiras e motoristas).

Gabarito 1E, 2C

6. GEOGRAFIA POLÍTICA

6.1. Relações entre Estado e território

(Diplomacia 2002) Assinale o único país com o qual o Brasil não faz fronteira:

(A) Equador.
(B) Colômbia.
(C) Suriname.
(D) Bolívia.
(E) Paraguai.

A: Correto. Na América do Sul, o Brasil apenas não tem fronteiras com o Equador e o Chile: o primeiro faz fronteira apenas com o Peru e a Colômbia, enquanto o segundo tem fronteiras com Bolívia, Argentina e Peru;
B: Incorreto. O estado do Amazonas faz fronteira com a Colômbia;
C: Incorreto. Os estados do Pará e do Amapá fazem fronteira com o Suriname;
D: Incorreto. Nossa fronteira mais extensa é com a Bolívia, sendo quatro os estados brasileiros que fazem fronteira com o país andino: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre (do sul ao norte);
E: Incorreto. Os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná fazem fronteira com o Paraguai.

Gabarito A

(Diplomacia 1996) Com quantos países o Brasil faz fronteira?

(A) 7
(B) 8
(C) 9
(D) 10
(E) 11

A: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de sete países;
B: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de oito países;
C: Incorreto. O Brasil tem fronteira com mais de nove países;
D: Correto. O Brasil atualmente tem fronteira com dez países. Do sul ao norte, são eles: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (França). Vale lembrar que os únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não faz fronteira são Chile e Equador;
E: Incorreto. O Brasil não tem fronteira com mais de dez países.

Gabarito D

(Diplomacia 1996) O programa Calha Norte objetiva:

(A) irrigar as áreas desertificadas da região amazônica.
(B) enfrentar as carências socioeconômicas e assegurar a garantia da soberania e integridade territorial da região amazônica.
(C) interligar a malha fluvial do Norte com o Centro-Oeste do país.
(D) conservar o meio ambiente nas várzeas do rio Amazonas.
(E) proteger e, se possível, fomentar a cultura dos índios ianomami.

A: Incorreto. De acordo com a definição da Convenção Mundial de Luta Contra a Desertificação, no Brasil, a única área suscetível à desertificação está na região Nordeste, não havendo desertificação no bioma da região amazônica.nem programa nacional que vise irrigá-la;
B: Correto. O programa Calha Norte, criado em 1985 pelo governo federal, hoje está subordinado ao Ministério da Defesa e tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento e para a segurança da soberania da Amazônia. Devido à demanda, o programa atua majoritariamente em áreas próximas às nossas fronteiras, visando também aumentar e efetivar a presença do poder público na região;
C: Incorreto. Nos Programas Programa de Aceleração do Crescimento I e II, há previsão para a integração da malha fluvial brasileira, no entanto o Programa Calha Norte não objetiva adensar a comunicação entre as malhas fluviais;
D: Incorreto. É bem verdade que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) já definiu inúmeras áreas de preservação permanente e outras de uso sustentável a fim de conservar as várzeas e os igapós na região amazônica, esta prática, porém, não está associada ao Programa Calha Norte;
E: Incorreto. Existem vários programas que levam em conta a proteção e que buscam fomentar a cultura de diversas tribos indígenas do país. Hoje, o principal ator no plano federal que trabalha nesse sentido é a Fundação Nacional do Índio, a Funai, criada em 1967 e vinculada ao Ministério da Justiça.

Gabarito B

6.2. Formação territorial do Brasil

Texto para as próximas duas questões

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil.** *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Ana Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia 2005) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos marcantes da colonização brasileira, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No início do processo da colonização brasileira (1530), a introdução das *plantations* de cana-de-açúcar marcou a forma de apropriação dos recursos naturais e a formação territorial do país.
(2) No Brasil atual, o latifúndio, uma das principais marcas socioambientais do período colonial, mantém-se como traço do poder.

(3) A Lei de Terras, promulgada no Brasil em 1850, tinha como similar, nos Estados Unidos da América (EUA), o *Homestead Act*, que democratizou o acesso à terra naquele país.

(4) A disponibilidade de vasta extensão de terras nas mãos de elites rurais respondeu, e ainda responde, às demandas do mercado mundial.

1: Certo. Apesar de as primeiras embarcações portuguesas terem chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização demorou cerca de 30 anos para se efetivar. A partir de 1534 foram feitas as primeiras doações de capitanias hereditárias (prática já adotada pelos portugueses na Madeira e em Cabo Verde), nas quais de imediato, a exemplo das experiências anteriores de Portugal, começou-se a plantar cana para a agromanufatura do açúcar. O termo "*plantations*" serve, assim, para descrever o sistema agrícola brasileiro dos primeiros anos de colonização, o qual baseava-se na monocultura latifundiária, explorava a mão de obra escrava e voltava-se para a exportação;

2: Certo. Um latifúndio é uma propriedade rural extensa, característica marcante da colonização brasileira, desde as doações de capitanias hereditárias até as de sesmarias, e importante na dinâmica da economia rural, já que é sinal de poder ser proprietário de tanta terra. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 15,6% do total dos estabelecimentos rurais do país ocupam mais de 75% de toda a área rural, confirmando que a estrutura latifundiária persiste no país;

3: Errado. Realmente se pode dizer que o *Homestead Act* (1862) dos Estados Unidos democratizou o acesso à terra naquele país, atraindo a mão de obra do continente europeu para comprar terras do Estado norte-americano. Já o objetivo da Lei de Terras brasileira era justamente o contrário, pois visava prender o imigrante europeu às grandes propriedades e dificultar-lhe a compra de terras. Enquanto o *Homestead Act* fora elaborado com o intuito de "conquistar o oeste", a Lei de Terras brasileira surgiu como maneira de substituir a já escassa (e cara) mão de obra escrava pela mão de obra de imigrantes ingleses, sem que isso implicasse possíveis perdas aos latifundiários brasileiros;

4: Certo. No início do processo de colonização brasileiro, as grandes propriedades rurais eram voltadas para a exportação do açúcar. Essa estrutura econômica para a exportação sobreviveu ao declínio do açúcar e se impôs com a ascensão do café. Hoje, as vastas extensões de terras concentradas nas mãos de elites rurais acompanham a interiorização do país, de forma que o cultivo da soja e a pecuária nos estados centrais e do norte do país preservam a lógica da agroexportação presente na economia nacional desde o século XVI.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2005) Considerando o assunto abordado no texto , julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) O empobrecimento dos solos, o desequilíbrio ecológico e a perda da biodiversidade tiveram início no período colonial.

(2) A rápida urbanização brasileira, principalmente a partir do século passado, é um dos fatores que têm contribuído para a degradação ambiental em diferentes biomas brasileiros.

1: Certo. O empobrecimento dos solos ocorreu desde os primórdios da colonização, devido ao fato de a cana-de-açúcar ser uma planta que cresce rapidamente, o que exige muito da terra. A monocultura também é associada a tal empobrecimento, bem como as eventuais queimadas. É possível considerar que em virtualmente todo processo de colonização há um desequilíbrio ecológico inevitável, uma vez que a presença de uma nova forma de vida em um ecossistema implica mudanças no ambiente. Quanto à perda da biodiversidade, o caso mais evidente é o do quase extinto pau-brasil, a ibirapitanga dos tupis;

2: Certo. A rápida urbanização, e o crescimento acelerado das metrópoles do país contribuíram para a degradação de diferentes biomas, no século passado, os casos mais perceptíveis foram o da Amazônia, e do Cerrado, notadamente com as metrópoles Brasília e Goiânia, e demais cidades médias da região. Porém o bioma mais desmatado do país é a Mata Atlântica, que conta hoje com cerca de 10% de sua vegetação original.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia 2005) Considerando o Brasil em sua divisão regional na década de 60 do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O Sudeste do Brasil, região que emergira com o crescimento cafeeiro e com a industrialização, representava a área core do país naquele década.

(2) O Sul do país era uma região rica e populosa em razão do desenvolvimento da agricultura voltada para a exportação de alimentos e de matérias-primas para outras regiões do Brasil.

(3) O Nordeste pertencia às chamadas áreas deprimidas, embora apresentasse estrutura industrial incipiente, a qual lhe assegurava alguma autonomia econômica.

(4) No Centro-Oeste, na vegetação do bioma cerrado, iniciava-se o processo de desmatamento, resultante da abertura da fronteira agrícola e da urbanização.

1: Certo. A região do Sudeste emergiu com o cultivo do café e mais tarde com a industrialização, sendo inegável que na década de 1960 representava (como ainda representa, o que não invalida a afirmativa) o core do país. Tal fato pode ser traduzido pelo termo "região concentrada", escolhido por Milton Santos para denominar a região que concentra a maior quantidade de pessoas, dinheiro e meios técnico-científicos, definição em que se enquadram os estados do Sul e do Sudeste;

2: Certo. Na década de 1960, prevaleceu a divisão regional elaborada pelo IBGE em 1942, na qual São Paulo fazia parte da região Sul; apenas no último ano da década é que São Paulo foi incorporada à nova região Sudeste. Assim, é possível afirmar que, naquela época, o Sul era a região mais rica do país e com a maior densidade populacional, além de grande exportador de matérias-primas para o Brasil e o mundo;

3: Errado. Não é possível afirmar que havia no Nordeste uma "autonomia econômica" na década de 1960. A região apresentava de fato uma indústria incipiente, com investimentos em infraestrutura e na produção de bens de consumo, mas tais iniciativas estavam intrinsecamente ligadas aos interesses e às verbas provenientes do centro-sul do país. Como exemplo, há o progresso gerado pelos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, criada em 1959), que realmente surtiram efeito no decorrer dos anos 1960, mas cujos recursos ainda eram provenientes dos capitais do centro-sul;

4: Certo. Os anos 1960 começaram com a inauguração de Brasília e, consequentemente, com a migração e o desmatamento gerado nas cercanias da nova cidade. A "diáspora gaúcha", migração de populações rurais do Sul para terras também rurais do Centro-Oeste, especialmente do Mato Grosso, é outra característica do período que levou ao esperado desmatamento. Vale lembrar que a lavoura da soja aparece apenas nos anos 1970, não contribuindo para o fenômeno descrito no item.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 2005) Quanto à dinâmica da industrialização brasileira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A expansão da indústria brasileira, em diferentes estados do país, dá-se em estreita relação com a concentração demográfica.

(2) Transporte e estrutura agrária têm sido obstáculos à circulação de mercadorias e, portanto, empecilhos ao desenvolvimento industrial de certas áreas do país.

(3) As indústrias mais desenvolvidas do país localizam--se em áreas onde houve implantação de ferrovias de estradas de rodagem.

(4) Os estados que mais se destacaram na cumulação industrial na década de 60 do século XX foram Rio de Janeiro e São Paulo; os produtos eram daí exportados para a região Sul e para o eixo Norte-Nordeste.

1: Certo. A expansão da indústria brasileira em diferentes momentos históricos esteve relacionada à concentração demográfica, como se nota pela industrialização das cidades de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e outras metrópoles do país. Não é prudente, no entanto, afirmar que tal relação é direta ou que uma é causa da outra. Na verdade, hoje podemos observar o caso da capital paulista, cuja concentração demográfica segue crescendo enquanto as indústrias têm deixado a cidade em direção ao interior do estado e do país;
2: Certo. Hoje já não se defendem como outrora as teses de "Localização industrial", de Alfred Webber – segundo as quais a indústria teria de se estabelecer no local mais próximo da matéria-prima, do mercado consumidor e da fonte energética –, uma vez que os avanços tecnocientíficos vêm permitindo a relativização dessa proximidade. No Brasil, além de as dificuldades de transporte devidas à extrema densidade vegetal de certas áreas do país atrapalharem a circulação de mercadorias e de matérias-primas e, portanto, o desenvolvimento industrial, a estrutura agrária latifundiária, em vez de contribuir para encurtar as distâncias, também gera empecilhos para a circulação de mercadorias;
3: Certo. Milton Santos, em parceria com Maria Laura Silveira, no livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI", discorre sobre como as estradas de ferro, as rodovias, os portos e as usinas de eletricidade foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria em certas regiões do país. No Sul e no Sudeste, esses avanços tecnológicos foram se incorporando ao meio natural e transformando-o aos poucos em um meio tecnocientífico. Por outro lado, na Amazônia, fortemente dominada pelo meio natural, verificou-se a enorme dificuldade que era conseguir estabelecer um sistema de estradas de ferro e rodovias, de modo que a industrialização não pôde ocorrer com o mesmo sucesso;
4: Errado. A construção de Brasília, em 1960, e a transferência da capital foram responsáveis pela alteração do eixo de exportação para o Centro-Oeste e marcaram o início do declínio econômico do Rio de Janeiro, que, vale lembrar, dividiu-se em dois, com a cidade do Rio de Janeiro tornando-se o estado da Guanabara. Em razão disso, a acumulação industrial deixou de ser uma realidade no estado fluminense.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2005) Segundo Bertha Becker e Cláudio Egler, as premissas do projeto geopolítico do regime militar instaurado em 1964 não foram determinadas pela geografia do país nem se restringiram à apropriação física do território. O marco desse novo projeto foi a intencionalidade do domínio de vetor científico-tecnológico moderno para o controle de tempo e do espaço, entendido pelas Forças Armadas como condição para a constituição do Estado--nação na nova era mundial.

Considerando as observações apresentadas no texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir, tendo em vista a modernização conservadora e a reestruturação do território brasileiro.

(1) O projeto geopolítico de modernização brasileira, iniciado no pós-guerra, não atendia prioritariamente ao plano de ação das Forças Armadas.

(2) A integração territorial brasileira, na perspectiva da modernização conservadora, foi um recurso ideológico utilizado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais.

(3) A modernização brasileira gerenciou a pobreza por meio de políticas sociais massificadas e qualidade nos serviços oferecidos.

(4) A modernização conservadora reconheceu que eram necessárias a autonomia tecnológica e a instrumentalização de espaço como bases para a acumulação de riqueza e a legitimação do Estado; por isso, o espaço foi dotado de operacionalidade.

1: Certo. O presidente Dutra (1946-1951) manteve um alinhamento militar e ideológico com os Estados Unidos desde os primeiros dias de seu mandato, e tal alinhamento não condizia com o projeto geopolítico de modernização brasileira defendido pelos militares e nacionalistas da época, que pregavam maior independência para os projetos militares e desenvolvimentistas do país;
2: Certo. O termo "modernização conservadora", originalmente utilizado para descrever o processo capitalista na Alemanha e no Japão, é usado no Brasil para falar do desenvolvimentismo brasileiro do pós-1964, que se realizou sem retirar do poder a antiga sociedade pré-industrial. A integração territorial do regime militar, sob forte influência das teorias elaboradas pela Escola Superior de Guerra, pautava-se nos princípios de segurança e integridade do território nacional, e, a política adotada para assegurar esses fatores era a ocupação das regiões de fronteira. O objetivo era ocupar e desenvolver os "espaços vazios", a chamada "fronteira oca", levando para as regiões dois elementos básicos para seu progresso: mão de obra e capital;
3: Errado. O velho jargão do regime militar, "Aumentar o bolo para depois dividi-lo", pode ser útil para pensar as políticas sociais da época. Na visão dos governos militares, o combate, a inflação e o aumento da competitividade da economia brasileira eram mais importantes para o país do que, por exemplo, o valor do salário real dos trabalhadores;
4: Certo. Podemos citar o caso da Amazônia, que foi peça fundamental na política de integração territorial do regime militar e no qual a instrumentalização do espaço com enorme emissão de títulos de propriedade tinha o intuito de ocupar de forma legal a região e combater a oposição, como a Guerrilha do Araguaia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 1996) O Brasil tem uma base de lançamento de foguetes em:

(A) Iperó.
(B) Cabo Canavial.
(C) São José dos Campos.
(D) Canoas.
(E) Alcântara.

A: Incorreto. O município paulista de Iperó é mais conhecido por abrigar desde o início do século XIX a Fundição Ipanema, berço da siderurgia nacional;
B: Incorreto. Cabo Canavial é uma faixa de terra na Flórida, Estados Unidos, onde se encontra a Estação da Força Aérea de Cabo Canavial (CCAFS), base de lançamentos de foguetes do Departamento de Defesa daquele país;
C: Incorreto. Apesar de ser um dos grandes tecnopolos das Américas, sede de diversos institutos de renome (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto de Aeronáutica e Espaço, Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Embraer), o município paulista não abriga nenhuma base de lançamentos de foguetes;
D: Incorreto. O município gaúcho de Canoas é o segundo maior do estado, conhecido por ser o endereço da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), e também não abriga base de lançamento de foguetes;
E: Correto. O município de Alcântara, no Maranhão, é sede da segunda base de lançamento de foguetes do Brasil, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), criado em 1989 como alternativa ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), do município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

Gabarito E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Acerca da organização e das características de espaços regionais brasileiros, julgue os próximos itens.

(1) A partir dos anos 70 do século XX, a região da Amazônia brasileira sofreu significativa mudança: à estruturação baseada nos rios e nas cidades nodais acrescentaram-se a implementação de rodovias e a melhoria de hidrovias e de redes de telecomunicações, o que favoreceu o aumento de fluxos migratórios e econômicos.

(2) A exploração das terras amazônicas tem favorecido estratégias geopolíticas, militares, demográficas e de desenvolvimento econômico congruentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável, o que assegura a conservação da biodiversidade local, a melhoria das condições de vida de suas populações e a inserção dessa região na economia global.

(3) Os processos sociais e econômicos que interferiram na organização espacial brasileira a partir da década de 50 do século XX influenciaram a formação de três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste, divisão geoeconômica que expressa, entre outros aspectos, as transformações operadas no capitalismo mundial e brasileiro.

(4) A região Nordeste do Brasil padece de vulnerabilidades socioeconômicas, geoambientais, científico-tecnológicas e político-institucionais. No campo geoambiental, considera-se como problema mais grave e insolúvel a escassez de recursos hídricos.

1: Certo. A década de 1970 foi o ponto culminante de uma política de integração da região Norte (Amazônia) ao resto do país, a qual já se delineava desde os anos 1950. Diversas políticas públicas foram implementadas nesse sentido, incentivando grandes projetos agropecuários e minerais, bem como a construção de estradas, tudo impulsionado pelos resultados da criação da Zona Franca de Manaus em 1967;

2: Errado. A exploração de terras amazônicas não vem sendo congruente com o paradigma do desenvolvimento sustentável, visto que grande parte dessa exploração é feita por meio do desmatamento e das queimadas, deixando as áreas em questão em um estado do qual não podem ser recuperadas. Do mesmo modo, falar em "conservação da biodiversidade local" não é correto, apesar dos esforços federais nesse sentido. É importante, porém, frisar que o Programa de Prevenção e de Controle do Desmatamento, implementado em 1995, vem provocando a queda substantiva no desmatamento: em 1995, 27000 km2 eram desmatados, 0,5% da Amazônia, hoje os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam para um desmatamento de 6000 km2, 0,12% do território da Amazônia brasileira;

3: Certo. Essa divisão corresponde à elaborada pelo geógrafo Pedro Geiger, em 1967, para melhor representar os complexos regionais do Brasil segundo regiões geoeconômicas. Anos depois, devido ao aumento significativo do agronegócio nos estados do Centro-Oeste e à alteração da dinâmica econômica, Milton Santos propôs uma divisão em quatro unidades: Região Amazônica, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada;

4: Errado. A transposição do rio São Francisco, independentemente dos possíveis efeitos negativos que produza, é uma solução para as secas do semiárido nordestino.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

7. GEOGRAFIA E GESTÃO AMBIENTAL

7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O conceito de reserva tem sido internacionalmente adotado, como forma de se destacar a necessidade de conservação, recuperação, desenvolvimento sustentável e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida.

1: Certo. O conceito de reserva, que no debate político internacional é discutido por preservacionistas e conservacionistas (os primeiros defendem que o meio ambiente é intocável, sob o risco de extinção total de espécies da flora e fauna do planeta, e os segundos advogam o uso racional do meio ambiente, pautado na apropriação cautelosa da natureza pelo homem), vem tornando-se unanimidade nas ações ambientais dos Estados. No Brasil, duas figuras jurídicas foram criadas para limitar a exploração plena do meio ambiente: as Reservas Legais (área delimitada dentro de uma propriedade rural, onde a vegetação nativa deve ser obrigatoriamente mantida e preservada) e as Áreas de Preservação Permanente (onde, diferentemente das Reservas Legais, a vegetação não precisa ser nativa e o objetivo da preservação é assegurar a estabilidade geológica, a biodiversidade e o bem estar da população, assim como proteger os recursos hídricos, a paisagem e o solo). É importante lembrar que as APPs podem abranger tanto propriedades privadas como públicas.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2006) A propósito do tratamento internacional ao tema do meio ambiente nas três últimas décadas do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ganhou relevo a tese que atribuía a existência dos problemas ambientais do planeta à explosão demográfica dos países pobres.

(2) O documento "Nosso Futuro Comum", produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987, procurou isolar o tratamento da temática ambiental das questões demográficas e sociais.

(3) O desenvolvimento sustentável é aquele em que a maior parte da população mundial se vê privada do atendimento de suas necessidades básicas – alimento, vestuário, moradia e saneamento – para sustentar elevados níveis de consumo de uma parcela da população, concentrada nos países desenvolvidos.

(4) A Agenda 21 – programa de ações de curto, médio e longo prazos aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 – prevê, além da adequação ambiental dos novos investimentos produtivos, a recuperação de áreas degradadas pelo uso predatório dos recursos naturais.

1: Certo. Nas reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma e técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT) publicaram um relatório (“Limites para o crescimento”) que teria grande influência na Conferência. Segundo esse documento, o crescimento da economia mundial e sobretudo o crescimento descontrolado dos países do terceiro mundo são os grandes responsáveis pelos impactos danosos ao meio ambiente;
2: Errado. O documento “Nosso futuro comum”, publicado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracteriza-se fundamentalmente por defender a adoção do desenvolvimento sustentável e julgar que as questões demográficas e sociais são intrinsecamente ligadas aos desafios referentes ao meio ambiente. Entre as medidas defendidas pelo relatório, estão a contenção do crescimento demográfico, o controle da urbanização acelerada e desordenada, e a implementação de um programa voltado ao desenvolvimento social;
3: Errado. O desenvolvimento sustentável é um conceito apresentado pelo relatório “Nosso futuro comum”, ou Relatório Bruntdland, de 1987, e que passa a ser mais empregado no início dos anos 1990, em especial após a Conferência Rio 1992. Ele abarca o comprometimento com gerações futuras sem abrir mão do desenvolvimento necessário para as gerações do presente. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, falamos de uma política norteada pela máxima de não privar gerações futuras dos recursos dos quais dispomos hoje, ao mesmo tempo reconhecendo a importância do desenvolvimento para os dias atuais;
4: Certo. A “Agenda 21” é um dos cinco documentos normativos que resultaram da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Trata-se de um plano de ação multitemático (entre seus tópicos, destacam-se o desmatamento, a biodiversidade e o financiamento para projetos) em que foram estabelecidas datas e orientações para diversos problemas ambientais.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A cidade de Edo, atualmente Tóquio, tornou-se a capital do Japão em 1603. Sua população chegou a um milhão de habitantes, a maior cidade do mundo. Era uma cidade próspera, tanto do ponto de vista econômico como cultural, embora não dispusesse das tecnologias mais modernas da época. A razão desse sucesso pode ser, em parte, atribuída a movimentos de nutrientes entre o mar, a cidade e as áreas agrícolas, mediados pela ação humana.

A baía de Edo recebia grandes quantidades de nutrientes provenientes dos rios que desciam das montanhas e das águas usadas pela população urbana. Entretanto, pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas. Os primeiros, ao trazerem peixe fresco, algas e outros produtos marinhos para a população de Edo, eficientemente deslocavam, contra a gravidade, materiais de volta para as partes altas da região. Os agricultores coletavam regularmente os excrementos da população urbana e os transportavam, também contra a gravidade, para as terras onde praticavam a agricultura.

Embora o potencial dos excrementos humanos como fertilizantes tivesse sido reconhecido ocasionalmente pelos agricultores japoneses na Idade Média, seu uso sistemático começou durante a era Edo. De fato, a população fazia contratos com os agricultores para que estes retirassem regularmente o material acumulado nas latrinas e o levassem para as montanhas e terraços. Como pagamento, recebia vegetais frescos, grãos ou dinheiro. Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo.

(Diplomacia 2005) Com o auxílio do texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Sustentabilidade é um conceito que envolve sinergia entre fenômenos naturais e ações humanas, como ilustra o desenvolvimento de Edo. Ali, ciclos naturais de nutrientes tornaram-se ativos parceiros nas atividades econômicas.

(2) Práticas modernas de tratamento de esgoto, como, por exemplo, aquelas que envolvem a tecnologia do lodo ativado, em que a matéria orgânica é decomposta aerobicamente por micro-organismos, permitem que os esgotos continuem a servir como fertilizantes de terras agrícolas.

(3) De acordo com o texto, o processo de eutrofização, decorrente do aumento da concentração de nutrientes, ocorreu em Edo graças à ação de pescadores e de agricultores.

(4) No texto, as referências à força da gravidade sugerem que processos como preparação do solo para agricultura, produção e distribuição de alimento requerem investimento de energia. Para realizar essas atividades, a agricultura moderna adota, em vez da energia obtida a partir da força muscular de homens e animais, a oriunda de combustíveis fósseis.

1: Certo. Sustentabilidade é o que se espera obter por meio do desenvolvimento sustentável, política de desenvolvimento que une os anseios de progresso do presente com o cuidado de preservar recursos naturais e o meio ambiente para gerações futuras. No texto verificamos a presença dessa ideia em trechos como “mediados pela ação humana (...)”, “pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas” e “Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo”;
2: Errado. Além de conter erros técnicos quanto ao processo de decomposição da matéria orgânica, a tecnologia do lodo ativado não pode ser considerada moderna, visto que está prestes a completar cem anos de existência;
3: Errado. O texto afirma justamente o contrário: as ações dos pescadores e dos agricultores ajudaram a evitar o indesejado processo de eutrofização, isto é, o excesso de nutrientes em uma massa de água;
4: Certo. Todo trabalho que requeira qualquer tipo de movimento físico demanda o investimento de energia, e quanto maior for o esforço, como no caso do trabalho do campo, maior será a energia ou força muscular gasta para realizar a tarefa. Para maximizar os resultados e reduzir o esforço físico de homens ou animais, a agricultura moderna tem utilizado cada vez mais máquinas para realizar o trabalho duro do campo, e o combustível que nutre os tratores e caminhões no meio rural são os combustíveis fósseis, como o petróleo, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

7.2. Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O grau de devastação sofrido pela Mata Atlântica explica-se, em parte, pela sua localização, que favoreceu o desenvolvimento dos ciclos econômicos e, mais recentemente, a indústria madeireira.

(2) Embora apresentem características comuns – como a densidade da cobertura vegetal e a grande biodiversidade – o bioma amazônico e a Mata Atlântica distinguem-se quanto à pluviosidade, uma vez que os índices pluviométricos daquele são muito superiores aos desta.

1: Certo. O bioma mata atlântica é o mais devastado do Brasil: estima-se que cerca de 90% da sua cobertura original foi destruída. Entre as muitas explicações que podem ser dadas para tal fato, a colonização litorânea no bioma da mata atlântica é uma das mais convincentes. Hoje, à medida que o país se interioriza cada vez mais, o bioma que mais sofre devastação é o cerrado;
2: Errado. A pluviosidade não é um fator que possa ser utilizado para distinguir os dois biomas, pois tanto a floresta amazônica quanto a mata atlântica são florestas tropicais, o que caracteriza a ambas como locais de alta pluviosidade.

Gabarito 1C, 2E

(Diplomacia 2005) A respeito das bacias hidrográficas brasileiras e da água como recurso hídrico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) As bacias do Atlântico Nordeste, Leste e Sudeste drenam as áreas menos populosas do país.

(2) As bacias hidrográficas brasileiras são dependentes das características ambientais dominantes relacionadas a precipitações no espaço e no tempo, tipo de geologia, solo dos terrenos e formas de ocupação que contribuem para o fornecimento de sedimentos para os rios.

(3) No Brasil, a bacia Amazônica ocupa mais da metade do território e conta com os seguintes divisores topográficos: planalto das Guianas, cordilheira dos Andes e planalto Brasileiro.

(4) A bacia do São Francisco atravessa os estados de Minas Gerais e Bahia, e apenas nas nascentes registram-se médias pluviométricas anuais acima de 1.000 mm; no restante da bacia, as médias são bastante baixas.

1: Errado. A bacia Atlântica do Sudeste é responsável pela drenagem das áreas mais populosas do Brasil, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. A bacia Amazônica é a que drena a área menos populosa do país;
2: Certo. Os rios brasileiros pertencem ao regime pluvial, isto é, são alimentados pela chuva e apresentam cheias de dezembro a março, período chuvoso do verão. A exceção é o rio Amazonas, que pertence ao regime complexo, passando por dois períodos de cheias, um ligado às chuvas e outro ao derretimento das geleiras dos Andes;
3: Errado. É incorreto afirmar que a "bacia Amazônica ocupa mais da metade do território" brasileiro, considerando que o total desse território é estimado em torno de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e que a bacia Amazônica abarca por volta de 3,8 milhões de quilômetros quadrados;
4: Errado. As médias pluviométricas nas nascentes da bacia do São Francisco são baixas, ao passo que, em trechos da bacia mais próximos do litoral, na Zona da Mata, os índices não podem ser considerados baixos.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2002) Todas as árvores a seguir, exceto uma, vêm relacionadas entre as espécies nativas do Brasil no livro "Árvores Brasileiras" de Harri Lorenzi. Assinale a exceção:

(A) Aroeira.
(B) Jatobá.
(C) Sucupira.
(D) Plátano.
(E) Jequitibá.

A: Incorreto. As árvores popularmente denominadas aroeiras são da família das Anacardiaceae, da qual várias são nativas dos biomas brasileiros caatinga e cerrado;
B: Incorreto. A palavra "jatobá" vem do tupi, e a árvore é nativa do território brasileiro, podendo ser encontrada na floresta amazônica e na mata atlântica;
C: Incorreto. A sucupira, palavra de origem tupi, é nativa do cerrado brasileiro e da transição para a floresta da mata atlântica. É uma árvore de madeira muito resistente, o que explica o seu uso extensivo pelo homem e a ameaça de extinção;
D: Correto. As árvores denominadas plátano são originárias da América do Norte e da Eurásia, são altas e comumente têm o tronco fino à mostra e uma folhagem volumosa em cima;
E: Incorreto. O jequitibá (o nome é de origem tupi, como sugere a acentuação da última sílaba, comum às palavras dessa língua) é nativo da mata atlântica brasileira. Trata-se de uma árvore grande, com tronco e galhos grossos.

Gabarito D

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Considerando o mapa abaixo, julgue os próximos itens, sobre as interfaces existentes entre os aspectos naturais do território brasileiro, as atividades econômicas desenvolvidas, suas repercussões ambientais e formas de preservação.

IBAMA, 2000

(1) No mapa, encontram-se representados todos os ecossistemas brasileiros, desconsideradas as áreas já desmatadas.

(2) Os regimes pluviométricos existentes no país influenciam na variedade de biomas encontrados no Brasil.

(3) O latossolo é um solo rico em nutrientes, o que justifica a presença de densas florestas ocupando grandes extensões do território brasileiro.

(4) Entre os biomas representados no mapa, o amazônico, caracterizado por sua cobertura florestal, é, percentualmente, o mais devastado em função das atividades agropecuárias praticadas.

(5) O estudo de impactos ambientais é um instrumento utilizado para a preservação dos recursos naturais do país, exigido para a implantação de determinadas

atividades produtivas.

(6) A pecuária extensiva, praticada durante várias décadas no país antes da recente modernização agrícola, contribuiu para a degradação do solo em biomas brasileiros.

1: Errado. O mapa representa todos os biomas e não os ecossistemas brasileiros, considerando, inclusive, as áreas já desmatadas dos diferentes biomas, ou seja, a mata atlântica costeira, o cerrado e o interior da Amazônia. Vale ressaltar a diferença entre os dois termos, enquanto os biomas são unidades biogeográfica regionais, caracterizados por traços climáticos, fitogeográficos e topográficos comuns, os ecossistemas devem ser entendidos como um sistema integrado, onde elementos bióticos e abióticos interagem, e cujas dimensões podem variar consideravelmente, assim, não há uma escala definida para os ecossistemas;
2: Certo. Podemos identificar três tipos de áreas pluviométricas no Brasil que contribuem para a variedade de biomas no território brasileiro: aquelas com índice pluviométrico superior a 3.000 mm por ano (no litoral do Amapá e nas escarpas da serra do Mar, em São Paulo); as com índices pluviométricos inferiores a 500 mm por ano, quantidade baixíssima e característica do sertão nordestino e do vale do médio São Francisco; e as áreas pluviométricas com índice entre 1.500 e 3.000 mm por ano;
3: Errado. O latossolo não é rico em nutrientes, mas um solo pouco fértil de cor avermelhada presente em grandes extensões do cerrado brasileiro;
4: Errado. O bioma brasileiro mais devastado é a mata atlântica, de cuja cobertura vegetal resta menos que a metade. O cerrado também deve ser lembrado, pois já teve mais da metade de sua área devastada. A Amazônia, hoje, pode ser entendida como o bioma em maior risco, porém não o mais devastado;
5: Certo. Para atividades que venham a modificar o meio ambiente, a legislação exige, desde 1986, a elaboração de um documento técnico que avalie as consequências que tais atividades trarão o meio ambiente. Um desses instrumentos técnicos é o "Estudo de Impacto Ambiental" (EIA), feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente;
6: Certo. A pecuária é uma atividade rural que provoca danos tanto ao solo quanto às águas dos biomas onde é praticada. O sobrepastoreio do gado é responsável por um pisoteio excessivo que leva à compactação do solo, prejudicando seu uso para a lavoura e para o pastoreio futuro. A contaminação da água – com dejetos animais, por exemplo –, muitas vezes é outra consequência da pecuária.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

7.3. Política e gestão ambiental no Brasil

(Diplomacia 2009) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela UNESCO em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) No Brasil, a política ambiental está voltada para a proteção legal de florestas tropicais e de outros biomas, incluindo-se áreas de grande interesse ecológico, como as chamadas *paisagens de exceção*, de que o Pantanal é exemplo.

1: Certo. O termo "paisagens de exceção" foi cunhado pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáberem em seu livro "Brasil, paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense, patrimônios básicos", no qual o autor promove uma discussão ética a respeito da proteção e exploração desses dois biomas. Exemplos de medidas para a proteção legal de florestas tropicais e outros biomas do Brasil não faltam, já que, apesar da dificuldade que se encontra para a implementação de tais políticas, é indiscutível que o Estado brasileiro está cada vez mais empenhado em proteger seu patrimônio ambiental.

Gabarito 1C

(Diplomacia 2008) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) o item a seguir.

(1) Não é apenas a dimensão do desmatamento em curso na Amazônia que preocupa, mas também os prejuízos à biodiversidade advindos desse desmatamento, bem como o aumento da grilagem de terras públicas.

1: Certo. O prejuízo à biodiversidade advindo do desmatamento vem sendo o grande enfoque do discurso ambientalista no Brasil. A geógrafa Bertha Becker é renomada por ser uma das primeiras a defender a tese de que a Amazônia deve ser preservada, com o argumento de que as riquezas naturais da grande biodiversidade da floresta têm mais valor econômico a ser explorado do que qualquer lucro que a terra desmatada poderia trazer por meio da agricultura ou pecuária.

Gabarito 1C

A figura abaixo, que está relacionada à proposta de ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata, mostra o istmo entre os rios Alegre e Aguapei, que quase se tocam,

mas seguem separados, como cursos quase diametralmente opostos: o primeiro vai em direção ao norte, e o segundo, ao sul, unindo, dessa forma, as desembocaduras das duas grandes bacias a milhares de quilômetros uma da outra.

Hilgard O'Reilly. Sternberg. Proposals for a South American Waterway. 48th International Congress of Americanists.University of Stockholm, 1995.

(Diplomacia 2008) A partir da análise da figura acima, referente à perspectiva de integração das bacias do Prata e do Amazonas, assinale a opção correta a respeito das implicações de tal intervenção no território brasileiro.

(A) O estabelecimento da interconexão entre as bacias mencionadas deve ser visto como elemento de um sistema único de vias fluviais brasileiras, o que dispensa, portanto, acordos e cooperação internacionais.

(B) Os impactos ambientais relacionados à construção da hidrovia podem ser previamente identificados e cartografados, o que permite estabelecer medidas de mitigação e compensação dos possíveis efeitos deletérios ao meio ambiente.

(C) O sistema de navegação, uma vez implementado nesse território, poderá contribuir para o desenvolvimento econômico, provendo infraestrutura e servindo às atividades do bloco econômico regional do MERCOSUL.

(D) A perspectiva de realização de grandes investimentos nesse projeto, cujo objetivo é transportar apenas uma *commodity*, a soja, tem gerado dúvida quanto aos efetivos benefícios da construção da hidrovia.

(E) Uma vantagem identificável na implantação da hidrovia é o fato de ela não ameaçar ecossistemas florestais, visto que inexistentes naquela área, nem prejudicar outros biomas ricos em biodiversidade.

A: Incorreto. Devido ao fato de que ambas as bacias não se encontram exclusivamente em território brasileiro (a bacia do Amazonas estende-se pelo Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil, enquanto a do Prata abrange áreas argentinas, bolivianas, paraguaias, uruguaias e brasileiras), qualquer projeto de integração entre elas precisaria do respaldo de um acordo internacional, por implicar consequências diretas aos territórios vizinhos;

B: Incorreto. É possível especular previamente a respeito dos eventuais impactos ambientais resultantes da construção da hidrovia. Porém, qualquer conclusão não passará de hipóteses, pois não há como prever com grande precisão os impactos futuros, o que impede que se estabeleçam medidas de mitigação e compensação;

C: Correto. A maior facilidade de transporte gerada pelo sistema de navegação seria, de fato, uma grande contribuição para as atividades econômicas e de integração dos países do Mercosul e dos países do bloco em parceria com os do norte do continente;

D: Incorreto. Não há limitação à soja nos objetivos da integração das bacias. Ao contrário, os investimentos trariam benefícios diretos e indiretos tanto para os produtores das regiões quanto para as populações;

E: Incorreto. Qualquer projeto de tamanha ambição acarretará prejuízos ambientais e sequelas a ecossistemas da redondeza. Basta pensar na fauna, notadamente as aves, que naturalmente se deslocará para as proximidades e, com sua presença, causará mudanças em seu novo habitat.

Gabarito C

(Diplomacia 2005) Considerando o assunto abordado no texto II, julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) A reflexão sobre o meio ambiente, com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento sustentável, exige o estabelecimento de paradigmas que alterem a relação homem-natureza verificada desde o princípio colonial.

(2) A apropriação e a preservação de territórios e ambientes sem uso produtivo imediato é uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

1: Certo. A ideia de desenvolvimento sustentável altera o paradigma dominante da relação entre o homem e a natureza, em que esta sempre foi tratada como um recurso à inteira disposição das necessidades daquele, , assegurando o progresso da humanidade. Hoje, o desenvolvimento sustentável prega uma prática mais moderada, a necessidade de controlar os desejos desenfreados que os homens nutrem pelo progresso. Esse conceito baseia-se na tese de que o uso da natureza pelo homem de hoje não pode impedir que o homem de amanhã desfrute das mesmas riquezas naturais;

2: Certo. Essa é a visão defendida por Bertha Becker, que enfatiza a importância da valorização dos diferentes elementos da natureza num patamar superior ao da importância dada a seu uso imediato para fins produtivos. Em um exemplo concreto, mais vale conservar

a biodiversidade da Amazônia do que utilizar a área para a pecuária ou agricultura, pois se considera a biodiversidade como uma fonte de informação inigualável para os avanços da biotecnologia.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia 2004) A Amazônia que você aprendeu na escola não existe mais. Hoje, você procura uma aldeia de índios e encontra uma fábrica ou uma fazenda moderna. Onde só tinha mato 10 anos atrás, agora você pode ser atropelado.

(1) Atualmente, ações como a demarcação de áreas de preservação ambiental e a implantação de projetos de exploração econômica e ecologicamente viáveis na região comprovam a completa mudança na postura governamental e na iniciativa privada em relação ao que ocorria no passado na região amazônica.

(2) Políticas territoriais levadas a efeito pelo Estado inibiram a formação de latifúndios na região amazônica, em razão dos projetos de colonização implantados na segunda metade do século passado.

(3) A instabilidade política na Amazônia internacional impulsionou projetos voltados para a segurança da faixa de fronteiras na Amazônia brasileira.

1: Errado. Não se pode falar em uma "completa mudança" nas ações governamentais e da iniciativa privada. O que há (inclusive já em 2004, ano do concurso) é um empenho maior voltado para a sustentabilidade. Prova de que não se pode afirmar completa mudança na postura do governo é a constância do discurso brasileiro em foros internacionais de meio ambiente;
2: Errado. Os projetos de ocupação da Amazônia, em especial durante o regime militar, não tinham o intuito de inibir a formação de latifúndios. Ao contrário, hoje verificamos a existência de muitos latifúndios na região amazônica;
3: Certo. Em razão de sua extensão, da densidade de sua floresta e da quantidade de países com fronteiras na região, pode-se considerar que a Amazônia tem potencial para constante instabilidade política. Assim, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de 1978, assinado pelos seis países com os quais o Brasil tem fronteiras amazônicas (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Equador, com o qual o Brasil não faz fronteira, mas que também é um país amazônico), é o maior exemplo de projeto voltado para a segurança da faixa de fronteiras na região. Além disso, em 1998, os países membros do TCA criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a finalidade de atribuir uma estrutura institucional ao tratado e facilitar as ações dos projetos que visam à segurança. Ressalta-se ainda o Programa Calha Norte, de 1985 do governo Sarney, que busca reduzir as carências socioeconômicas e assegurar soberania da região amazônica.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Diplomacia 2003) A consciência ecológica desenvolvida nas últimas décadas trouxe novos desafios para as políticas e medidas a serem estabelecidas no Brasil. O desempenho ambiental do país tem fortes implicações em suas relações internacionais. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

(1) Em face da necessidade de investimentos econômicos e de promoção da justiça social, o Brasil se vê diante do desafio de equacionar a contradição existente entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental.

(2) Bacias hidrográficas no Brasil são temas de gestão ambiental e de planejamento em nível internacional, isto é, envolvendo países vizinhos.

(3) A erosão no Brasil, entendida como um problema ambiental apenas pertinente ao espaço rural, tem-se agravado em razão de técnicas empregadas na agricultura de larga escala.

(4) O disciplinamento, o uso racional da terra e o estabelecimento de limites territoriais são elementos significativos nas medidas de conservação da biodiversidade brasileira.

(5) No que diz respeito ao gerenciamento de seus recursos hídricos, o Brasil apresenta-se vulnerável diante das prováveis mudanças climáticas globais, haja vista, por exemplo, o quadro de saneamento básico precário no país.

1: Errado. Não há contradição entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. A conciliação dos dois é, na verdade, a base do conceito de desenvolvimento sustentável defendido pelo governo;
2: Certo. As bacias Amazônica, do Paraguai, do Paraná e do Uruguai não se limitam ao território brasileiro, o que, segundo o Direito Internacional, requer que o planejamento e a gestão ambiental das bacias sejam matéria tratada com os demais países que contam com a presença delas em seu território;
3: Errado. O processo de erosão não deve ser entendido como algo limitado ao espaço rural. A erosão no espaço urbano não está ligada ao plantio e à qualidade do solo, mas pode levar ao desabamento de edifícios, ao surgimento de buracos nas estradas e à destruição da rede de esgoto. Como o Brasil tem altas taxas pluviométricas nos grandes centros urbanos, a erosão do solo é uma realidade em muitas cidades do país;
4: Certo. O Estado brasileiro está cada vez mais empenhado na preservação da biodiversidade do país. A lógica agora afirma, por exemplo, que a conservação da floresta amazônica, com suas riquíssimas fauna e sobretudo flora, será mais lucrativa para o país do que o desmatamento com objetivos econômicos imediatos;
5: Certo. Mesmo se levarmos em conta os avanços obtidos na área de saneamento básico nos últimos anos, o que relativizaria a afirmativa de que tal quadro é "precário", o item deve ser considerado certo, pois as prováveis mudanças climáticas do globo (entre as quais certamente se inclui o aumento dos índices pluviométricos) tornam o Brasil vulnerável, o que é ilustrado pelo fato de que, todo ano, do Sul ao Nordeste e passando pelo Sudeste, a população sofre com desabamentos e inundações gerados pelas chuvas fortes.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue os itens seguintes.

(1) Um dos problemas que acometem a sociedade moderna industrializada é o de dispor inadequadamente resíduos sólidos que prejudicam diretamente

o solo e a água (subterrânea e superficial). No Brasil, esse problema vem sendo sanado graças a políticas públicas voltadas para a criação, nos municípios, de aterros sanitários controlados.

(2) No Brasil, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana acarretam custos sociais que atingem mais acentuadamente a população pobre.

(3) Águas subterrâneas são aquelas que, no subsolo, ocupam as zonas saturadas dos aquíferos. No Brasil, os problemas relacionados com a superexploração dos aquíferos, a contaminação dos recursos hídricos e o comprometimento de drenagens foram resolvidos com a aplicação dos instrumentos criados pela Política Nacional dos Recursos Hídricos.

(4) A bacia do rio São Francisco tem uma história de uso e ocupação dos seus rios e afluentes marcada pela degradação. São algumas causas dessa degradação: a existência de siderúrgicas consumidoras de carvão mineral, o avanço da fronteira agrícola para o oeste baiano, que provoca a morte de rios tributários do rio São Francisco, e a presença da pecuária extensiva.

(5) O desenvolvimento da consciência ambiental e a vontade política fazem que o Brasil tenha, hoje, grande parte de seu território constituído por unidades de conservação de proteção integral com preservação da riqueza contida nesse território.

1: Errado. Não se pode falar que, no Brasil, a maioria dos aterros seja controlada. Pode-se dividir em três os tipos de locais destinados a receber a deposição final dos resíduos resultantes da ação humana: o aterro não controlado, que é popularmente conhecido como lixão e constitui o sistema menos desejado, pois não há tratamento para o chorume que sai do lixo nem preparação do solo para receber os resíduos; o aterro controlado, onde os resíduos são jogados diretamente no solo sem que este tenha sido impermeabilizado, mas em que há um sistema de controle mínimo para reduzir os impactos negativos do lixo no meio ambiente; e o aterro sanitário, onde o solo que recebe o lixo é impermeabilizado e há um sistema de caneletas para coletar o chorume a fim de enviá-lo para uma estação de tratamento de esgoto. No Brasil, dados apontam que por volta de 76% de todo o lixo acaba nos aterros não controlados, 13% nos aterros controlados e apenas 10% estão nos aterros sanitários; somente o 1% restante passa por tratamento;

2: Certo. No Brasil e no mundo, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana, como a impermeabilização do solo, a ausência de saneamento ambiental, a falta de tratamento de resíduos sólidos e a ocupação de locais inadequados para viver, como morros e mangues, afetam principalmente a população mais pobre;

3: Errado. Não se deve falar em "superexploração dos aquíferos" brasileiros, visto que os maiores aquíferos do país, o Aquífero do Guarani e o recém-descoberto Aquífero do Alter Chão, ainda não são explorados. Da mesma forma, é incorreto afirmar que a contaminação das águas subterrâneas foi resolvida, pois os fertilizantes e químicos nos solos constituem uma das principais ameaças do agronegócio;

4: Certo. A degradação da bacia do rio São Francisco é uma realidade histórica do país, relacionada quase exclusivamente ao seu uso e à sua ocupação pelo homem, desde os bandeirantes paulistas aos boiadeiros do Nordeste, bem como à presença de siderúrgicas, como indica o item;

5: Errado. A consciência ambiental brasileira vem se aprofundando nas últimas décadas, mas é errôneo afirmar que grande parte do nosso território constitui-se de unidades de conservação, ainda mais com proteção integral. As discussões em torno do novo Código Florestal evidenciam que a vontade política permanece dividida em relação a como lidar com as novas questões ambientais.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

07. Direito Internacional

Renan Flumian e Pedro Sloboda

1. FONTES DO DIP

(Diplomacia 2009) O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) relaciona o que se costuma designar por fontes do direito internacional público, a serem aplicadas para a resolução das controvérsias submetidas àquela Corte. Acerca desse tema e da jurisdição da CIJ, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Como o artigo 38 do Estatuto da CIJ lista as fontes em estrito nível hierárquico, os tratados devem sempre ter precedência sobre os costumes.

(2) Atos unilaterais dos Estados, tais como o protesto e o reconhecimento de Estado, apesar de serem frequentes nas relações internacionais e de criarem efeitos jurídicos, não são considerados pela CIJ na decisão de controvérsias, já que não constam da lista do artigo 38 do referido estatuto.

(3) *Pacta sunt servanda*e *res iudicata* são princípios gerais de direito aceitos pela CIJ e discutidos em casos a ela submetidos.

(4) Uma vez que a existência de um costume internacional é reconhecida mediante a comprovação de uma "prática geral aceita como sendo o direito", um Estado pode lograr obstar a aplicação de um costume por meio de atos que manifestem sua "objeção persistente" à formação da regra costumeira, a menos que esta tenha caráter imperativo (*ius cogens*).

1: Errado, pois não existe hierarquia entre as fontes do direito internacional público e até um novo costume pode derrogar uma antiga regra oriunda de um tratado internacional;

2: Errado. Mesmo não constando no rol do artigo 38, podem ser indicados também como fonte do direito internacional tanto as resoluções emanadas das organizações internacionais como os atos unilaterais dos Estados (denominadas pela doutrina como fontes extra estatutárias). Não é todo e qualquer ato unilateral, contudo, que tem o condão de produzir normas jurídicas, sendo caracterizado, portanto, como fonte de DIP. Para serem efetivamente vinculantes, os atos unilaterais devem ser (i) públicos; e (ii) acompanhados da vontade de se obrigar, como afirmou a Corte Internacional de Justiça, em sua decisão no caso testes nucleares, de 1974. Nesse mesmo caso concreto, a CIJ reconheceu a natureza vinculante dos atos unilaterais e considerou vinculante para a França suas declarações de que não realizaria mais testes nucleares atmosféricos no Pacífico Sul.

3: Certo. O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determina que a função da Corte é decidir as controvérsias que lhe forem submetidas com base no direito internacional. Ademais, indica as fontes que serão utilizadas pelos juízes na tomada de suas decisões, a saber: **a)** as convenções internacionais; **b)** o costume internacional; **c) os princípios gerais de direito** reconhecidos pelas nações civilizadas; **d)** as decisões judiciárias e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações. Por fim, ainda aponta a possibilidade de a Corte decidir por equidade (*ex aequo et bono*), desde que convenha às partes. Os princípios gerais de direito são axiomas valorativos que servem de instrumento para os juízes aplicarem o direito internacional em conformidade com os valores jurídicos compartilhados pela comunidade internacional. De forma prática, os princípios gerais de direito são, em sua maioria, extraídos das constituições nacionais. Desse modo, para um princípio ser alçado à categoria de princípio geral de direito, é necessário que seja previsto na maior parte das constituições nacionais (princípio majoritariamente compartilhado pela comunidade internacional). A fórmula empregada no Estatuto da CIJ refere-se aos princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas, o que foi apontado pelos novos países independentes como manifestação do colonialismo europeu. O uso da expressão "nações civilizadas" deve ser repreendido, porque desatualizado, mas explica-se pelo contexto em que foi inserido no estatuto da antiga Corte Permanente de Justiça internacional, no início da década de 1920. Proposto pelo barão Descamps, e emendado por E. Root e Lord Phillipmore durante os debates no Comitê de Juristas que redigiu o Estatuto da CPJI, os princípios gerais de direito foram inseridos com o objetivo de evitar o *non liquet*, vale dizer, para evitar que a Corte deixasse de julgar um caso em razão de eventual lacuna jurídica. A expressão "reconhecidos pelas nações civilizadas" guarda pouca atualidade, mas deixa claro que esses são valores jurídicos derivados do direito interno dos estados; não se trata, portanto, de princípios de direito internacional. Podem-se elencar como princípios gerais de direito: o princípio da boa-fé, o *pacta sunt servanda*, o princípio da **coisa julgada (*res iudicata*)** e a ampla defesa, entre outros.

4: Certo. O item trata da figura do negador persistente, reconhecido pela Corte Internacional de Justiça no caso Pescarias (Reino Unido vs Noruega), julgado em 1951. Na ocasião, a Corte afirmou que não era claro se existia a norma costumeira invocada pelo Reino Unido, relativa ao limite de 10 milhas marítimas ao qual, supostamente, deveria confinar-se a zona de pesca exclusiva da Noruega (o que evidencia a importância da codificação do costume internacional, de modo a garantir a segurança jurídica das normas internacionais). De toda forma, a Corte afirmou que a Noruega não poderia estar vinculada à suposta norma das dez milhas, porque ela teria sempre objetado a aplicação da norma à sua costa. Dessa afirmação surgiria a doutrina do negador persistente: em homenagem ao voluntarismo, os estados que se opõem a uma prática durante o processo de gestação do costume não estarão vinculados pela norma quando esta se consagrar. De toda forma, o negador persistente não se pode eximir do cumprimento de normas de *jus cogens*, que, afinal, criam obrigações *erga omnes*, que vinculam a comunidade internacional dos estados como um todo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2002) Ao artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça — que dispõe sobre o direito aplicável pelo tribunal para solução de controvérsias que lhe forem submetidas — podem-se acrescentar, na hora atual, as seguintes fontes:

(A) Algumas decisões de organizações internacionais e Constituição dos Estados.

(B) Contratos internacionais e decisões de organizações internacionais.

(C) Determinados atos unilaterais dos Estados e algumas decisões de organizações internacionais.

(D) Constituição dos Estados e "lex mercatoria".

(E) "Lex mercatoria" e determinados atos unilaterais dos Estados.

A, B, C, D e E: O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) determina que a função da Corte é decidir as controvérsias que lhe forem submetidas com base no direito internacional. Ademais, indica as fontes que serão utilizadas pelos juízes na tomada de confecção de suas decisões, a saber: **a)** as convenções internacionais; **b)** o costume internacional; **c)** os princípios gerais do direito; e **d)** as decisões judiciárias e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações. Por fim, o artigo ainda aponta a possibilidade de a Corte decidir por equidade (*ex aequo et bono*), desde que convenha às partes. Mesmo não constando no rol do artigo 38, pode-se indicar também como fonte do direito internacional tanto as decisões emanadas das organizações internacionais como os atos unilaterais dos Estados (denominadas pela doutrina como fontes extra estatutárias). E apesar de indicarem-se como fonte as *decisões* das OIs, os atos emanados pelas OIs podem revestir-se das mais variadas formas, como, por exemplo, recomendações, pareceres, decisões, regulamentos etc. Assim, é importante ter em mente certa diferenciação entre tais atos, pois podem acarretar consequência jurídica diversa. Para elucidar esse terreno, o art. 288 do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia é muito útil, pois dispõe que as decisões, os regulamentos e as resoluções são atos de caráter vinculante e as recomendações e os pareceres não têm obrigatoriedade. Além disso, há muito as resoluções são consideradas como possíveis exemplos da manifestação do costume internacional, pois têm um valor político e moral intrínseco e, com a *opinio juris,* tornam-se costume legal. É imperioso ter consciência de que, cada vez mais, o costume é obra da ação coletiva dos Estados no interior das OIs. Mas isso não é tudo, pois a OI, quando adota uma resolução dirigida aos seus membros, produz normas de Direito Internacional (quando estas forem de caráter obrigatório). Esse poder normativo da OI é exercido geralmente em relação aos seus membros (poder normativo interno). Entretanto, existem situações em que surge o dito *poder normativo externo* das OIs, isto é, suas resoluções afetam terceiros Estados ao arrepio do tradicional princípio consensualista. Exemplo disso são as OIs criadas para gerir espaços internacionalizados determinados, como as Comissões instituídas para disciplinar a navegação em rios internacionais (Comissão Central do Reno, do Elba, do Danúbio etc.). Ora, nesses casos, as regulamentações que disciplinam a navegação são aplicadas a todos indistintamente, inclusive aos Estados (estes exercem jurisdição sobre o navio que arvora sua bandeira) que não fazem parte da OI. Outro exemplo que se encaixa no poder normativo externo das OIs é o da ONU, pois os artigos 2º, §6º e 35, §2º de sua carta deixam transparecer a possibilidade de, em certas situações, emitirem-se resoluções que obriguem terceiros Estados. A razão aqui reside no caráter indivisível da paz e coletivo da segurança internacional, assuntos que tratam da sobrevivência de toda a humanidade. Percebe-se que, nesse quadro, a resolução da ONU será obrigatória para todos os Estados, sem distinção, inclusive para os não membros. Por fim, deve-se notar que a interpretação do alcance jurídico de qualquer resolução ou recomendação tem por base a análise do texto e do contexto de seu surgimento, entre outros fatores. Em outras palavras, é necessária uma análise caso a caso. Deve-se ressaltar ainda que essa fonte só não aparece no rol do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça porque sua elaboração ocorreu em uma época em que as OIs não desfrutavam da relevância atual. Ademais, a aceitação dessa fonte inscreve-se na mudança paradigmática instalada pelo dito direito internacional pós-moderno. Já os atos unilaterais poderão criar direitos e obrigações se cumprirem dois requisitos: o ato unilateral deve ser público e o Estado deve ter a intenção de se obrigar pelo ato unilateral produzido (princípio de estoppel). A *lex mercatoria* – entendida como leis costumeiras utilizadas entre comerciantes, principalmente no século XIX e meados do século XX – e as Constituições nacionais, ambas mencionadas nos itens da questão não são consideradas fontes do direito internacional.

Gabarito "C"

Segue tabela para consolidar o assunto fontes do Direito Internacional Público.

FONTES	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Tratados / Convenções*	• Acordo formal destinado a produzir efeitos jurídicos • Forma escrita • Celebrados por pessoas jurídicas de direito internacional • Podem ser bilaterais ou multilaterais	• Convenção de Viena sobre Tratados de 1969
Costumes*	• Prática geral e reiterada – elemento objetivo • Convicção quanto à obrigatoriedade da prática (*opinio juris*) – elemento subjetivo	• Julgamento do caso da Plataforma Continental do Mar do Norte em 1969 – CIJ
Princípios Gerais de Direito*	• Axiomas valorativos • Valores compartilhados pela comunidade internacional • Forte grau de abstração e generalidade	• Exemplos: *res iudicata; pacta sunt servanda*; ampla defesa • Princípios encontrados *in foro domestico* • Não se confundem com os princípios de direito internacional
Jurisprudência* **	• Decisões reiteradas em um mesmo sentido • Proferidas por tribunais internacionais e até mesmo domésticos	• Efeitos formais *inter partes* • Não existe precedente vinculante (*stare decisis)* em direito internacional
Doutrina* **	• Estudos de especialistas em Direito Internacional	• Importância de instituições como a Comissão de Direito Internacional e o *institut de Droit International* para o desenvolvimento progressivo do direito internacional

Decisões de Organizações Internacionais	• Sua obrigatoriedade deve estar prevista no tratado constitutivo da respectiva organização internacional • Podem ter diversas denominações específicas (decisões, resoluções, regulamentos, diretrizes, etc)	• Ex: resoluções do Conselho de Segurança são vinculantes por força do artigo 25 da Carta da ONU
Atos Unilaterais de Estado	• Para serem vinculantes devem ser públicos e acompanhados da vontade de se obrigar • Expressos ou tácitos	• Princípios diretores (*guiding principles*) da Comissão de Direito Internacional, 2006.

* Constam no rol de fontes do **artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça** (CIJ).

** Considerados meios auxiliares da determinação da regra jurídica

2. SUJEITOS DO DIP

(Diplomacia 2002) Assinale a opção em que figurem, tão só, exemplos de sujeitos de direito internacional:

(A) Estados, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Santa Sé ou Estado do Vaticano.
(B) Estados, Santa Sé ou Estado do Vaticano, organizações não governamentais (ONGs) e indivíduos.
(C) Estados, organizações internacionais e empresas multinacionais.
(D) Estados, Organização das Nações Unidas (ONU) e ONGs.
(E) Indivíduos, ONGs, organizações internacionais e Santa Sé ou Estado do Vaticano.

A: Correta. O Estado é o sujeito por excelência do direito internacional, tanto que a teoria clássica defende que ele é o único existente. Já a teoria eclética ou heteropersonalista trata como sujeitos de direito internacional o Estado, a organização internacional (incluindo os blocos regionais, como o Mercosul) e a pessoa humana, e é a teoria que prevalece. Em relação à Santa Sé e ao Estado do Vaticano, os desencontros doutrinários são intermináveis. «Inicialmente cabe advertir que a Santa Sé e o Vaticano são dois entes distintos, que têm em comum o vínculo com a Igreja Católica. A Santa Sé é a cúpula da Igreja Católica, chefiada pelo Papa. É sediada na Cidade do Vaticano, e seu poder não é limitado por nenhum outro Estado. A Santa Sé é um sujeito de Direito Internacional, *status* adquirido ao longo de séculos de influência na vida mundial, que remontam à época em que o poder do papado era amplo e abrangia a capacidade de estabelecer regras de conduta social válidas para o mundo inteiro, de resolver conflitos internacionais e de governar os Estados Pontifícios. Além disso, a Santa Sé pode celebrar tratados, participar de organizações internacionais e exercer direito de legação (direito de enviar e receber agentes diplomáticos), e o Papa goza de *status* e prerrogativas de chefe de Estado. A polêmica (sobre a personalidade jurídica da Santa Sé) diminuiu a partir do Tratado de Latrão, celebrado entre a Itália e a Santa Sé em 1929, que cedeu a esta um espaço em Roma, onde foi criado a cidade estado do Vaticano dentro da qual a autoridade suprema da Igreja Católica se encontra instalada. Autores como Hildebrando Accioli afirmam que o Vaticano é um ente estatal e, portanto, tem personalidade jurídica de direito internacional. O principal papel do Vaticano é conferir o suporte material para que a Santa Sé possa exercer suas funções. Outros autores, como Brownlie e Mello, não consideram o Vaticano como Estado, apoiados na suposta incompatibilidade de seus fins com os típicos propósitos temporais de um ente estatal;
B: Incorreta. As ONGs não são criadas por Estados nem reguladas pelo direito internacional, mas sim pelo direito interno do país onde forem constituídas. As ONGs podem ser classificadas em função de sua finalidade. Vejamos alguns exemplos: **a)** finalidade humanitária: Anistia Internacional, Cruz Vermelha Internacional, Assistência Médica Internacional (Médicos Sem Fronteiras) etc.; **b)** finalidade social, cultural e recreativa: Rotary Club International, Lyons Club etc.; e **c)** finalidade política: Internacional Socialista. Portanto, as ONGs não têm, em princípio, personalidade jurídica internacional, embora esse caráter tenha sido atribuído, de forma especial, ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha pela comunidade internacional em função da prestação de verdadeiro serviço público em escala global, o que é confirmado pelos tratados firmados e pelo exercício do direito de legação. Com isso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha pode relacionar-se diretamente com os Estados e as organizações intergovernamentais nas matérias abrangidas por seu campo específico de atuação. Cabe tecer algumas considerações sobre o indivíduo como sujeito de direito internacional. A atribuição de personalidade jurídica internacional aos seres humanos data da segunda metade do século XX, sendo uma evolução do processo de reconstrução da dignidade humana. Destarte, o indivíduo adquiriu capacidade processual para pleitear direitos na esfera internacional. Outro fato que contribuiu para a concretização da personalidade jurídica internacional do indivíduo é, sem dúvida, a adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) pela Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998. A partir de então, foi possível contar com um tribunal permanente para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade. Tal fato corrobora a ideia de responsabilidade internacional do indivíduo, de acordo com o que se iniciou com os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio e, depois de Ruanda e da Iugoslávia. Ora, só os sujeitos de direito internacional podem ser responsabilizados perante a comunidade internacional. Sob esse prisma, também se pode afirmar que o ser humano é um sujeito de direito internacional. Para Cançado Trindade, essa emancipação do ser humano perante a comunidade internacional é consequência da corrosão do positivismo voluntarista, o qual considerava os Estados como únicos sujeitos de direito internacional e excluía o destinatário final das normas jurídicas: a pessoa humana;
C: Incorreta, pois as empresas não são sujeitos de direito internacional; sua personalidade jurídica é limitada ao direito interno dos estados em que se constituírem e atuarem.
D e **E:** Incorretas, pois, como visto no comentário sobre a assertiva B, as ONGs não são sujeitos de direito internacional.

Gabarito "A"

2.1. Estados: conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro).

(Diplomacia 2009) Nascida na ambiência político-jurídica da América Latina do século XIX, a possibilidade de concessão de asilo político é comumente acolhida como garantia facultada pelo Estado Democrático de Direito. Acerca dessa garantia no ordenamento jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Questões pertinentes à concessão de asilo político não podem ser reguladas em medida provisória.
(2) O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e está inserido como direito e garantia fundamental, nos termos do art. 5.º da Lei Maior.

(3) O instituto jurídico do asilo político figura entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

(4) O instituto jurídico do asilo político tem natureza infraconstitucional e está positivado, com exclusividade e especialidade, em legislação ordinária.

O asilo territorial é o acolhimento pelo Estado, em seu território, de estrangeiro perseguido no seu país por causa de dissidência política, de delitos de opinião ou por crimes que, relacionados com a segurança do país, não configurem infração penal comum. O direito do Estado de conceder asilo tem fundamento em sua soberania e deve ser respeitado pelos outros Estados. Esse tipo de asilo é concedido pelo chefe de Estado. Já o asilo diplomático é o acolhimento pelo Estado, em sua representação diplomática, do estrangeiro que busca proteção. O asilo diplomático é considerado provisório; é o prelúdio do asilo territorial. A concessão de asilo diplomático, todavia, não assegura automaticamente a concessão de asilo territorial. O asilo diplomático é tradicionalmente considerado um costume regional latino-americano, mas não vincula todos os estados da região. Como reconheceu a Corte Internacional de Justiça no caso Haya de la Torre, julgado em 1951, apenas os estados que efetivamente aderiram à referida prática podem ser considerados parte nesse costume regional. Não era o caso do Peru, na lide julgada pela CIJ. Os pressupostos do asilo diplomático são, em última análise, os mesmos do asilo territorial, isto é, a natureza política dos delitos atribuídos ao perseguido e a iminência da persecução. Por fim, os locais onde esse asilo pode ocorrer são os locais das missões diplomáticas – não das repartições consulares.

1: Certo. O art. 62 da CF regula a possibilidade de o Presidente da República usar medida provisória com força de lei em caso de relevância e urgência, e o §1º, I, do artigo 62 lista as matérias que não podem ser reguladas por medida provisória. Em relação à assertiva da questão, o Presidente da República não poderá regular a concessão de asilo político via medida provisória por expressa vedação do art. 62, §1º, I, *a*, da CF;

2: Errado. O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (art. 4º, X, da CF). Os outros princípios são: a) independência nacional; b) prevalência dos direitos humanos; c) autodeterminação dos povos; d) não intervenção; e) igualdade entre os Estados; f) defesa da paz; g) solução pacífica dos conflitos; h) repúdio ao terrorismo e ao racismo; e i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Deve-se notar, contudo, que o instituto jurídico do asilo político não está insculpido no artigo 5º da CF, e não constitui direito subjetivo do solicitante. A faculdade de conceder asilo é um direito do estado, que mantém total discricionariedade ao concedê-lo.

3: Certo (Reler o comentário sobre a assertiva anterior);

4: Errado. (Reler o comentário sobre a assertiva 2).

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Fritz, casado com Helga, é, há cinco anos, cônsul da República da Gemênia no Brasil. Ambos são gemênicos, ou seja, têm a nacionalidade daquele pais e têm um filho de quatro anos, chamado Hans, nascido em território brasileiro. Para cuidar do filho Hans, o casal contratou, em julho de 2003, uma empregada, chamada Helen, que passou a fazer o trabalho de babá na residência do cônsul. Helen, atualmente com 17 anos de idade, nascida na Gemênia, casada no Brasil, é filha de pais brasileiros, sendo que nenhum deles estava naquele país a serviço da República Federativa do Brasil. Em fevereiro de 2004, Helen vendeu a Helga um relógio alegando ser de ouro legítimo. Posteriormente, Helga descobriu que o relógio era falsificado e não era, sequer, de ouro de baixa qualidade.

Helen, ao efetuar a venda, tinha pleno conhecimento de que o relógio era falso. Foi, então, demitida do seu emprego no consulado, sem receber seus direitos trabalhistas.

(Diplomacia 2004) Ante a situação hipotética descrita acima e considerando que a República da Gemênia não seja um país de língua portuguesa e adota o *jus sanguinis* como critério de atribuição da nacionalidade originária, julgue os itens a seguir.

(1) Hans, ainda que tenha nascido em território brasileiro, não adquiriu nacionalidade originária brasileira, não obstante o fato de o Brasil adotar, em regra, o *jus soli*, como critério de atribuição de nacionalidade originária. Apesar disso, Hans, de nacionalidade gemênica, tem capacidade para ser titular de direitos e deveres na ordem civil, de acordo com o direito brasileiro.

(2) Caso Helen, após a fixação de residência na República Federativa do Brasil, tenha optado pela nacionalidade brasileira, ela será considerada brasileira nata, sendo plenamente capaz para exercer por vontade própria atos da vida civil. Nessas circunstâncias, Helen não poderá jamais perder a condição de brasileira.

(3) Caso Helen não tenha optado pela nacionalidade originária brasileira nem tenha sido naturalizada em outro país, ela será considerada apátrida. Nessa hipótese, ela poderá ser extraditada, mas somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, consoante o previsto na Constituição brasileira.

(4) Presentes o elemento objetivo e o elemento subjetivo, caracterizadores do vício do consentimento, o negócio jurídico configurado pela compra e venda do relógio é anulável em decorrência de dolo negativo, reticente ou por omissão, cabendo a Helen responder pelas perdas e danos que advierem do negócio.

(5) Se Helen quiser ingressar com ação judicial contra a repartição consular estrangeira, com o objetivo de pleitear os direitos trabalhistas a que considera fazer jus, a justiça trabalhista brasileira deverá declarar-se incompetente para julgar o caso, tendo em vista a imunidade de jurisdição atribuída pelo direito internacional público aos diplomatas e cônsules estrangeiros e respectivos familiares.

1: Certo, pois, segundo o inciso I do artigo 12, serão brasileiros natos: **a) os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país**; **b)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desvinculados do serviço público, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no território nacional e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. A segunda parte da assertiva também está correta, porque está em consonância com a redação do art. 5º, *caput*, da CF;

2: Errado, pois Helen poderia se tornar brasileira nata com base no art. 12, I, *c*, da CF. Todavia, atualmente, tal hipótese requer que o postulante tenha atingido a maioridade (18 anos) e, como vimos na questão, Helen tem 17 anos. Além disso, brasileiro nato pode perder a nacionalidade caso adquira, voluntariamente, outra nacionalidade;

3: Errado. Não tendo optado pela nacionalidade originária brasileira, nem tendo sido naturalizada em outro país, e considerando ainda que a Gemênia adota o *ius sanguinis*, e que o casamento não é critério para a aquisição de nacionalidade brasileira, o enunciado indica que Helen é apátrida. Por mais que o direito internacional tente reduzir os casos de apatridia, ainda há muitos indivíduos sem nacionalidade. O erro do item é, contudo, a restrição das hipóteses de extradição de Helen, que poderá ser extraditada por qualquer crime tipificado no Brasil e no

estado solicitante (princípio da dupla tipicidade) e punido com pena privativa de liberdade não inferior a dois anos (princípio da bagatela, previsto no artigo 82 VI da nova lei de migração).
4: Errado, pois se trata de dolo comissivo, e não omissivo (arts. 145 e 171, II, ambos do Código Civil);
5: Errado. Em primeiro lugar, a questão não está bem formulada, pois se Helen interpelar judicialmente a repartição consular estrangeira, quem será processada pelas dívidas trabalhistas é a República da Gemênia, não os seus cônsules e respectivos familiares. De toda forma, os estados estrangeiros não possuem imunidade de jurisdição decorrente de atos de gestão, como questões trabalhistas, de modo que eventual ação movida por Helen em face de Gemênia poderia ser conhecida pelos tribunais brasileiros.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

Para consolidar o tema da nacionalidade no Brasil, deve-se observar que o artigo 12 da CF regula a condição de brasileiro nato e naturalizado, assim como as situações de perda da nacionalidade brasileira:

1) Segundo o inciso I do artigo 12, serão brasileiros natos: **a)** os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; **b)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desvinculados do serviço público, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no território nacional e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira[1].
2) Consoante o inciso II do artigo 12, serão brasileiros naturalizados: **a)** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; e **b)** os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira - conhecida como naturalização extraordinária.
3) De acordo com o §4º do artigo 12, existem duas situações em que o brasileiro perderá sua nacionalidade. Em uma delas (inciso II), a extinção do vínculo patrial pode atingir tanto o brasileiro nato quanto o naturalizado, bastando para isso que adquira outra nacionalidade, por naturalização voluntária. Tal possibilidade admite duas exceções: uma é no caso de a lei estrangeira reconhecer a nacionalidade originária, e a outra é quando a lei estrangeira impõe a naturalização ao brasileiro residente em país estrangeiro como condição para a permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Na outra situação (inciso I), apenas o brasileiro naturalizado poderá perder sua nacionalidade, o que ocorrerá quando a naturalização for cancelada, por sentença judicial, pelo exercício de atividade contrária ao interesse nacional. Nesse último caso, só é possível readquirir a nacionalidade brasileira por meio de ação rescisória, que é cabível somente quando a sentença judicial já estiver transitada em julgado.

(Diplomacia – 2002) Um Estado soberano define-se basicamente como:

(A) Um Estado que detém poder superior ao de outros Estados em uma determinada região geopolítica.
(B) Um Estado independente com jurisdição reconhecida sobre um determinado território.
(C) Um Estado que exerce poder hegemônico em uma reconhecida "esfera de influência".
(D) Um Estado cujo poder supremo é exercido por um monarca.
(E) Um Estado que não permite que empresas multinacionais operem em seu território.

A, B, C, D e E: Estado é um agrupamento humano estabelecido em um território determinado e guiado por um governo independente. Com a análise do conceito supracitado, conclui-se que os elementos constitutivos do Estado são: **a)** população permanente; **b)** território determinado; **c)** governo independente; e **d)** capacidade de manter relações com os demais Estados. Além disso, a personalidade jurídica do Estado é originária, em contrapartida à das organizações internacionais, que é derivada.
Gabarito "B"

2.2 Organizações internacionais: definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica

(Diplomacia 2008) É considerado divisor de águas no direito internacional o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça no caso Reparação de danos a serviço das Nações Unidas acerca da morte de Folke de Bernadotte, mediador que, no exercício de suas funções, foi assassinado por extremistas israelenses em Jerusalém, em 1948. Essa consideração justifica-se porque o parecer

(A) declarou a existência da Palestina como território insurgente.
(B) homologou a jurisdição penal do Estado de Israel.
(C) reconheceu a personalidade jurídica das organizações internacionais.
(D) incorporou o princípio da legítima defesa internacional.
(E) consagrou o pacifismo e a não violência como deveres jurídicos.

A, B, C, D e E: As organizações internacionais são constituídas, de forma permanente, pela vontade coletiva dos Estados ou de outras organizações internacionais, entre elas ou com os Estados, e têm personalidade jurídica de direito internacional. Apesar de o conceito de organizações internacionais não suscitar muitas discussões, cabe lembrar que o reconhecimento da personalidade jurídica das organizações internacionais é um pouco recente, e ocorreu no parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça para o caso *Folke de Bernadotte*: "A Corte, em parecer consultivo de 11 de abril de 1949, deixa claro que em semelhante hipótese a própria organização sofre um dano em seus serviços, e à conta desse dano – que não se confunde com aqueles causados diretamente às vítimas e a seus sucessores – tem direito a uma reparação adequada. Transparece do texto a convicção de que, por igual, a organização, titular que é de personalidade jurídica distinta das de seus Estados componentes, pode acaso ser autora de um ilícito e sofrer as respectivas consequências. A responsabilidade internacional, assim, pode envolver organizações internacionais tanto como autoras quanto como vítimas do ato ilícito segundo o direito das gentes"[2]. O citado parecer ainda deu origem ao instituto da *proteção funcional* (variante da proteção diplomática), que permite às organizações internacionais protegerem seus agentes quando estes, a seu serviço, forem vítimas de ato ilícito. É nesse sentido que apontam as palavras de Francisco Rezek: "no parecer consultivo referente ao caso *Bernadotte*, a Corte da Haia revelou que não apenas os Estados podem proteger seus nacionais no plano internacional, mas também as organizações internacionais encontram-se habilitadas a semelhante exercício, quando um agente a

1. Deve-se comentar que essa terceira hipótese foi disciplinada pela EC nº 54/2007, que ainda criou o artigo 95 do ADCT: "Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil".

2. BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, pág. 110. Editora Saraiva, 1º ed, 2009.

seu serviço é vítima de ato ilícito. Não há entre o agente e a organização um vínculo de nacionalidade, mas um substitutivo deste para efeito de legitimar o endosso, qual seja, o vínculo resultante da função exercida pelo indivíduo no quadro da pessoa jurídica em causa. A essa moderna variante da proteção diplomática dá-se o nome de proteção funcional"[3]. Para entender melhor o instituto da proteção funcional, é preciso saber que o instituto da proteção diplomática é a assunção da defesa de nacional pelo seu Estado. Em outras palavras, o nacional – pessoa física ou jurídica – que for vítima de um procedimento estatal arbitrário no exterior e restar impossibilitado de fazer valer seus direitos pede ao seu país que lhe represente, isto é, pede a proteção diplomática.

Gabarito "C"

2.3 Organização das Nações Unidas

(Diplomacia 2009) A Organização das Nações Unidas (ONU) celebrou em 2008 os 60 anos de suas operações de manutenção de paz, que tiveram início em 1948, com o envio de observadores militares para a Palestina. Visto que a expressão "manutenção da paz" não é encontrada na Carta das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU, sugeriu que essas operações pertenceriam ao "Capítulo Seis e Meio" da Carta. Com relação à ONU, a seus órgãos e operações de paz, assinale a opção correta.

(A) Desde sua criação, em 1945, o Conselho de Segurança da ONU é composto por 5 membros permanentes e 10 não permanentes.

(B) Consenso das partes, imparcialidade e proibição do uso da força a não ser em legítima defesa e em defesa do mandato são os três princípios básicos das operações de manutenção de paz da ONU.

(C) As operações de manutenção de paz, desde sua origem até os dias de hoje, podem ser empregadas apenas em situações de conflito entre Estados, não sendo autorizada sua adoção, pelo Conselho de Segurança, para situações de conflitos internos ou guerras civis, o que seria considerado ação intervencionista.

(D) Devido à ausência de previsão expressa no texto da Carta da ONU, o Brasil tem por princípio não participar de operações de paz da ONU ou de só fazê-lo com autorização do Congresso Nacional.

(E) Devido ao uso recorrente do direito de veto por algum de seus membros, o Conselho de Segurança, com base no Capítulo VII da Carta da ONU ("Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão"), jamais autorizou o emprego de força militar contra um país em nome da segurança coletiva.

A: Incorreta. No início, o Conselho de Segurança era composto de cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e URSS) e seis membros não permanentes (totalizando 11 membros), os quais eram eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Após reforma na Carta da ONU, em 1963, o Conselho de Segurança passou a ser formado pelos mesmos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais continuam sendo eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, e as decisões, quando processuais, dependem do voto afirmativo de nove membros. No restante das matérias, o mesmo quórum é necessário, mas, nos termos do artigo 27(3) da Carta, todos os membros permanentes devem votar afirmativamente – é o chamado *direito de veto*. Em que pese o dispositivo literal da Carta prever a unanimidade dos membros permanentes, a prática tem permitido que os membros permanentes se abstenham da votação ou estejam ausentes, sem que isso vete a resolução; configura-se, assim, a consensualidade, e não a unanimidade;
B: Correta. Tais princípios foram construídos na que viria a ser propriamente a primeira operação de manutenção de paz – a UNEF -, que foi levada a cabo pela ONU e atuou na Península do Sinai após a crise do Suez. A iniciativa de criar tais operações surgiu no mandato de Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU. No início da década de 1990, o princípio do consentimento das partes envolvidas seria mitigado por obra do Secretário-Geral Boutros Ghali, autor do relatório "Uma Agenda para a Paz". Trata-se das chamadas missões de paz "de segunda geração".
C: Incorreta, visto que a Carta das Nações Unidas não disciplinou expressamente as operações de manutenção de paz, não existe uma proibição declarada a atuação das operações de manutenção de paz em conflitos internos ou guerras civis. Além do que, a maioria das operações se deram em situações de conflitos internos. Como exemplo, há a conhecida – pelo grande fracasso - operação de manutenção de paz na Somália (UNOSOM), no início da década de 1990;
D: Incorreta, pois o Brasil é um dos mais tradicionais contribuintes de efetivos militares para operações de manutenção da paz das Nações Unidas. A atuação constante do Brasil nessas operações está embasada no art. 4º, VI e VII, da CF, no fato de o país ser membro fundador da ONU e no de essa organização ter por principal propósito manter a paz e a segurança internacionais. É interessante lembrar que o Brasil comandou a Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH);
E: Incorreta. Em diversas ocasiões o Conselho de Segurança autorizou o emprego da força militar com base no capítulo VII da Carta da ONU. É bem verdade que, durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança pouco atuava em razão do veto de seus membros permanentes. A partir da Guerra do Golfo, contudo, como explica o embaixador Antonio Patriota (O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo), o Conselho entrou em uma nova era. Em 1990, por meio da resolução 678, o Conselho autorizou os membros a ONU a usarem todos os meios necessários (*all necessary means)* para garantir a imediata e incondicional retirada das tropas iraquianas do Kwaite. Nos anos seguintes, o Conselho autorizaria o uso da força em Ruanda (1994), no Haiti, (1994 e 2004), na Albânia (1997), na República Centro-Africana (1997), no Timor Leste (1999), na Libéria (2003), na Costa do Marfim (2003), na República Democrática do Congo (2003), na Líbia (2011), e, de modo algo ambíguo, no Iraque e na Síria contra o Estado Islâmico (2015).

Gabarito "B"

(Diplomacia 2002) O Conselho de Segurança das Nações Unidas:

(A) Foi criado como órgão deliberativo da Assembleia Geral nas Nações Unidas em decorrência da situação gerada pela primeira guerra israelo-palestina de 1958 e logo em seguida ao atentado que vitimou o então Secretário-Geral Dag Hammarskjold.

(B) É um organismo das Nações Unidas, encarregado de velar pela segurança do imóvel ocupado pela Organização em Nova York e pela segurança das delegações dos diversos países-membros.

(C) E um órgão das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e cinco membros não permanentes em representação de cada um dos cinco continentes.

(D) É um órgão das Nações Unidas onde estão representados os Ministérios da Defesa dos países membros da Organização.

3. Direito Internacional Público, pág. 281. Ed. Saraiva , 11º edição, 2008.

(E) É um dos órgãos das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e dez membros não permanentes.

A, B, C, D e E: O Conselho de Segurança é um dos seis órgãos principais da ONU, nos termos do artigo 7 da Carta. Atualmente, é formado por cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais são eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, e as decisões, quando processuais, dependem do voto afirmativo de nove membros. No restante das matérias, o mesmo quórum é necessário, sendo que nenhum membro permanente pode votar contra. O Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais e pode solucionar controvérsias por meios pacíficos, com base no capítulo VI da Carta, ou por meios coercitivos – que podem até envolver o uso da força - com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 1998) A Carta das Nações Unidas estabelece seis "órgãos principais" da Organização. Qual dos seguintes não se inclui nessa qualificação?

(A) Assembleia Geral.

(B) Conselho de Tutela.

(C) Secretariado.

(D) Comissão de Direitos Humanos.

(E) Corte Internacional de Justiça.

Art. 7 (1) da Carta das Nações Unidas: "Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado".

A: Incorreta, pois a Assembleia Geral é um dos órgãos principais, composta de todos os membros da ONU, cabendo a cada um deles apenas um voto e no máximo cinco representantes. Eles reúnem-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que preciso for. As resoluções da Assembleia Geral são adotadas pela maioria simples dos membros presentes e votantes, ou por dois terços em casos importantes. Entre suas funções estão: **a)** a aprovação do orçamento; **b) a** eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e dos membros do Conselho Econômico e Social; **c)** a nomeação do Secretário-Geral da Nações Unidas; e **d)** a eleição, em conjunto com o Conselho de Segurança, dos juízes da Corte Internacional de Justiça;

B: Incorreta, pois o Conselho de Tutela é um dos órgãos principais, criado para controlar o exercício da tutela sobre territórios não autônomos. Esse Conselho sucedeu a Comissão de Mandatos da SDN e, após a independência de Palau (último território sob tutela), em 1º de novembro de 1994, a sua atividade foi suspensa, embora continue a existir formalmente;

C: Incorreta, pois o Secretariado, braço executivo da ONU, é um dos órgãos principais. No ápice de sua hierarquia encontra-se o Secretário-Geral da ONU, eleito pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. O Secretário-Geral atua como o principal funcionário administrativo da Organização, devendo, conforme o art. 98 da Carta da ONU, comparecer a todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social, além de desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas por esses órgãos;

D: Correta, pois a Comissão de Direitos Humanos não era um dos órgãos principais. No organograma da ONU, o órgão com atuação destacada no que se refere aos direitos humanos é o Conselho Econômico e Social, o qual, segundo o art. 62 da Carta da Nações Unidas, tem competência para promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais, incluindo as de direitos humanos. No que tange a estes, o Conselho Econômico e Social tem o papel de fazer recomendações com o fito de promover sua observância, além de confeccionar projetos de convenções que serão submetidos à Assembleia Geral. Com essas responsabilidades, o Conselho Econômico e Social pode criar comissões para melhor executar suas funções e com suporte em tal competência, a Comissão de Direitos Humanos da ONU foi criada em 1946, mas conviveu com pesadas críticas e, por fim, foi substituída em 16 de junho de 2006 pelo Conselho de Direitos Humanos – CDH – mediante a Resolução 60/251 adotada pela Assembleia Geral. A criação desse Conselho foi uma tentativa simbólica de conferir paridade ao tema dos direitos humanos em relação aos temas de segurança internacional e cooperação social e econômica, os quais têm conselhos específicos (respectivamente, Conselho de Segurança e Conselho Econômico e Social). O CDH é um órgão subsidiário da Assembleia Geral e tem como principais competências: **a)** promover a educação e o ensino em direitos humanos; **b)** auxiliar os Estados na implementação e na devida fiscalização das políticas de direitos humanos assumidas em decorrência das Conferências da ONU; **c)** submeter um relatório anual à Assembleia Geral; e **d)** propor recomendações acerca da promoção e proteção dos direitos humanos. Pode-se afirmar que o CDH se insere no sistema global de proteção dos direitos humanos como um mecanismo não convencional, destoando dos mecanismos convencionais de proteção instituídos pelas Convenções da ONU. A fonte material do sistema não convencional são as resoluções elaboradas pelos órgãos da ONU (notadamente o Conselho de Direitos Humanos, a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social). Sua composição é determinada pelo voto direto e secreto da maioria da Assembleia Geral, que elege 47 Estados-membros, respeitada a distribuição geográfica equitativa, a qual possibilitou que os países pobres e em desenvolvimento contassem com uma expressiva maioria;

E: Incorreta, pois a Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU. A Corte funciona com base em seu Estatuto e nas chamadas *Regras da Corte,* espécie de código de processo. A competência da Corte é ampla: em relação à competência *ratione materiae,* a Corte pode analisar todas as questões levadas até ela, como também todos os assuntos previstos na Carta da ONU ou em tratados e convenções em vigor (art. 36, ponto 1, do Estatuto da CIJ), ao passo que a competência *ratione personae* é mais limitada, pois a Corte só pode receber postulações de Estados, sejam ou não membros da ONU (art. 34, ponto 1, do Estatuto da CIJ). O art. 36, ponto 2, do Estatuto da CIJ assim dispõe: "Os Estados-partes do presente Estatuto poderão, em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória *ipso facto* e sem acordo especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição do Tribunal em todas as controvérsias jurídicas que tenham por objeto: **a)** a interpretação de um tratado; **b)** qualquer questão de direito internacional; **c)** a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional; e **d)** a natureza ou a extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional". A declaração de reconhecimento da jurisdição da Corte pode ser feita pura e simplesmente, ou sob condição de reciprocidade ou ainda por prazo determinado (art. 36, ponto 3, do Estatuto da CIJ), e a CIJ resolverá qualquer dúvida que surgir sobre a sua jurisdição (art. 36, ponto 6, do Estatuto da CIJ). Como o artigo 96 da Carta da ONU prevê uma função consultiva para a Corte, órgãos das Nações Unidas e agências especializadas poderão lhe requerer parecer consultivo, embora os Estados-membros não possam solicitá-lo diretamente. Tal função permite à Corte ser um órgão produtor de doutrina internacional. Enquanto os pareceres consultivos não têm caráter vinculativo, as decisões baseadas em sua competência contenciosa são de caráter obrigatório (art. 59 do Estatuto da CIJ), ou seja, cada membro das Nações Unidas compromete-se a se conformar com a decisão da Corte em qualquer caso em que for parte (artigo 94, ponto 1, da Carta da ONU). Se uma das partes em determinado caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança, que poderá, se o julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença (artigo 94, ponto 2, da Carta da ONU). A sentença da Corte é definitiva e inapelável,

mas em caso de controvérsia quanto ao seu sentido e alcance, e desde que solicitado por qualquer das partes, a Corte a interpretará (art. 60 do Estatuto da CIJ). O pedido de revisão da sentença só pode ser feito em razão de fato novo suscetível de exercer influência determinante e que, na ocasião em que foi proferida a sentença, era desconhecido da Corte e também da parte que solicita a revisão, contanto que tal desconhecimento não se tenha devido à negligência (art. 61, ponto 1, do Estatuto da CIJ). A Corte é composta de quinze juízes eleitos de três em três anos para um período de nove anos, com a possibilidade de reeleição. Porém, não é possível que seja eleito mais de um juiz da mesma nacionalidade. Em relação às qualificações necessárias para ser eleito, reproduzimos o art. 2 do Estatuto: "a Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, entre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional". Por fim, o art. 31, ponto 1, do Estatuto da CIJ dispõe que "os juízes da mesma nacionalidade de qualquer das partes conservam o direito de funcionar numa questão julgada pela Corte", e o ponto 3 do artigo prossegue: "se a Corte não incluir entre os seus membros nenhum juiz de nacionalidade das partes, cada uma destas poderá proceder à escolha de um juiz". Assim, perante um caso prático, o Estado envolvido que não tenha juiz da mesma nacionalidade na Corte poderá indicar um juiz de sua nacionalidade para participar do julgamento.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 1996) Entre os Membros Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Incluem-se os seguintes países:

(A) Estados Unidos, Alemanha e Japão.
(B) China, França e Reino Unido.
(C) Estados Unidos, Japão e Reino Unido.
(D) Estados Unidos, Rússia e Alemanha.
(E) Estados Unidos, França e Japão.

A, B, C, D e E: Desde sua criação, são cinco os membros permanentes do Conselho de Segurança: China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O Conselho de Segurança das Nações Unidas compõe-se de:

(A) 6 Membros Permanentes e 9 Rotativos.
(B) 4 Membros Permanentes, 5 Semipermanentes e 5 Rotativos.
(C) 5 Membros Permanentes e 10 Não Permanentes.
(D) 5 Membros Permanentes e 8 Não Permanentes.
(E) 7 Membros Permanentes e 11 Não Permanentes.

A, B, C, D e E: No início, o Conselho de Segurança era composto de cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e URSS) e seis membros não permanentes (totalizando 11 membros), os quais são eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Depois de modificado em 1963, o Conselho de Segurança passou a ser formado pelos mesmos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não permanentes (totalizando 15 membros), os quais continuam sendo eleitos pela Assembleia Geral para exercer mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período seguinte. Cada membro do Conselho tem apenas um voto, sendo que os membros permanentes têm poder de veto em resoluções não procedimentais.

Gabarito "C"

3. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

(Diplomacia 2008) O Caso do Canal de Beagle quase provocou conflito armado entre o Chile e a Argentina, em razão da disputa territorial pelas ilhas de Lennox, Picton e Nueva, no Natal de 1978. Prevaleceram, todavia, os meios pacíficos de solução de controvérsias, sob a forma de mediação papal, o que evitou o confronto. Acerca do Caso Beagle, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Foi objeto de arbitragem pela Corte Internacional de Justiça e passou a constituir referência a respeito dos limites do instituto arbitral diante do voluntarismo de Estados refratários ao cumprimento de laudos formalmente proferidos.
(2) Foi solucionado pela intervenção do Estado da Cidade do Vaticano, mediante arbitragem pontifícia conduzida pelo Papa Paulo VI.
(3) Foi levado à Corte Internacional de Justiça, que se absteve de julgar o caso diante da revelia das partes.
(4) Foi solucionado pelos bons ofícios do Papa Paulo VI, que atuou como *amicus curiae* junto ao Tribunal Canônico do Vaticano.

1: Anulado, pois enseja dupla interpretação no que se refere à participação de juízes da Corte Internacional de Justiça na arbitragem do caso Beagle;
2: Errado, pois o caso Beagle foi resolvido não mediante arbitragem, mas sim pela mediação da Santa Sé. Antes de a Santa Sé atuar no caso, ele foi objeto de Corte Arbitral em 1971, que decidiu a favor da posição chilena. Todavia, tal decisão não foi aceita pela Argentina e, devido ao risco iminente de guerra, a Santa Sé entrou em cena para mediar o caso. É importante reforçar que a Santa Sé é sujeito de direito internacional, e o Vaticano é uma cidade-estado que serve de sede da Santa Sé. Logo, foi a Santa Sé que mediou o caso, e não a Cidade do Vaticano. Fica claro aqui que a principal função do Vaticano é conceder condições materiais para que a Santa Sé exerça suas atribuições.
3 e **4**: Errados. Rever o comentário sobre a assertiva 2.

Gabarito 1 Anulada, 2E, 3E, 4E

3.1. Tribunais Internacionais

(Diplomacia 2009) Entre os princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, estão a prevalência dos direitos humanos e a solução pacífica dos conflitos (art. 4.º da Constituição Federal). Com relação à tendência contemporânea de institucionalização jurídica internacional, assinale a opção correta.

(A) Todos os Estados-membros da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos estão, *ipso facto*, sujeitos à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, na Costa Rica.
(B) A Corte Internacional de Justiça foi o primeiro tribunal internacional de caráter permanente estabelecido por tratado multilateral.
(C) Os tribunais de Nuremberg e de Tóquio, instituídos ao final da Segunda Guerra Mundial, foram estabelecidos com base em resoluções do então recém-criado Conselho de Segurança das Nações Unidas.
(D) A jurisdição do Tribunal Penal Internacional restringe-se a situações ocorridas no território de um Estado-Parte do Estatuto de Roma.

(E) Como mecanismo para a solução de controvérsias marítimas, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (também conhecida como Convenção de Montego Bay), estabeleceu o Tribunal Internacional do Direito do Mar.

A: Incorreta, pois os Estados-membros da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica devem aceitar de forma expressa e inequívoca a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (art. 62 da Convenção Americana de Direitos Humanos). O Brasil reconheceu a competência obrigatória da Corte em 10 de dezembro de 1998, reconhecimento chancelado pelo Decreto 4.463, de 8 de novembro de 2002 (Decreto nº 4.463).
B: Incorreta. Segundo Francisco Rezek, "a instituição pioneira – o primeiro órgão de jurisdição internacional permanente – teve âmbito geográfico regional. Trata-se da Corte de Justiça Centro-Americana, instituída por tratado de 20 de dezembro de 1907 entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Durou dez anos essa experiência, precoce em vários aspectos. A Corte era aberta até mesmo à ação do particular, nacional de um de seus Estados-membros, que em determinadas circunstâncias pretendesse processar outro Estado. No seu breve período de existência, a Corte de Justiça Centro-Americana julgou uma dezena de feitos, quatro dos quais ajuizados por particulares".[4] Cabe apontar que a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) de 1922 foi a primeira Corte internacional de âmbito geográfico universal, sendo substituída pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), criada em 1945. Atualmente, existem inúmeras cortes ou tribunais internacionais, tanto de âmbito global como regional, que são permanentes, compõem-se de juízes independentes e têm competência para dirimir disputas com supedâneo no direito internacional. Seguem alguns exemplos: **a)** a Corte Internacional de Justiça, no âmbito da ONU; **b)** o Tribunal Internacional do Direito do Mar, que foi instituído pela Convenção de Montego Bay; **c)** o Tribunal Penal Internacional, que foi instituído para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade; **d)** a Corte Europeia de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho da Europa; e **e)** a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no âmbito da OEA;
C: Incorreta. Tanto o Tribunal de Nuremberg como o de Tóquio foram instituídos para julgar os crimes de guerra, crimes contra a paz e contra a humanidade perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial. Nenhum dos dois foi criado pelo Conselho de Segurança, contudo. Instituído pelo Acordo de Londres, o Tribunal de Nuremberg tinha por missão julgar os líderes nazistas (o julgamento começou em 20 de novembro de 1945) e foi idealizado pelos Aliados (os principais eram EUA, URSS, Reino Unido e França) da Segunda Guerra, que escalaram o Chefe da Justiça estadunidense, Robert Jackson, para ser o seu coordenador. Cabe lembrar que a experiência de Nuremberg marcou a primeira vez em que crimes de guerra foram julgados por um tribunal internacional. Já o Tribunal de Tóquio, ou Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, foi criado por uma decisão de Douglas MacArthur, comandante supremo das forças aliadas no Japão, com base nos acordos de rendição japoneses, e tinha por missão julgar os líderes do império japonês (o julgamento começou em 3 de maio de 1946). Uma crítica que se faz aos dois tribunais é que se tratou de uma "justiça dos vencedores";
D: Incorreta. O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi constituído na Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998, na qual se aprovou o Estatuto de Roma, que entrou em vigor internacionalmente em 1º de julho de 2002 e passou a valer para o Brasil em 1º de setembro do mesmo ano. A partir de então, pôde-se contar com um tribunal permanente para julgar **indivíduos** acusados da prática de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade, independentemente de exercerem funções governamentais ou cargos públicos (art. 27 do Estatuto de Roma). A criação do TPI corrobora a ideia de responsabilidade internacional do indivíduo, consoante o que se iniciou com os tribunais *ad hoc* de Nurembergue e de Tóquio e, depois, de Ruanda e da Iugoslávia. O Tribunal é uma entidade independente da ONU, tem sede em Haia, nos Países Baixos. Ademais, tem personalidade jurídica de direito internacional e é formado pela Presidência, Câmara de Instrução, Câmara de Julgamento em Primeira Instância, Câmara de Apelação, Procuradoria e Secretaria. A grande característica do tribunal é sua *complementaridade*, isto é, a jurisdição do TPI somente será exercida se a Câmara de Instrução verificar que existem provas suficientes para o acusado ser levado a julgamento e também concluir que algum sistema jurídico nacional tenha sido incapaz ou não tenha demonstrado interesse em julgar o caso. Esse último requisito pode ser verificado quando ocorrem demora injustificada no procedimento, falta de independência do poder judiciário e até falta de capacidade para realizar a justiça penal. Conforme dispõe o art. 29 do Estatuto de Roma, os crimes da competência do TPI não prescrevem. A acusação, referente à prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma, poderá ser levada até o conhecimento do TPI, **que tem jurisdição para julgar os crimes cometidos nos territórios dos estados partes ou dos estados que reconheçam sua competência**, por meio de algum estado parte, pelo Conselho de Segurança (nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU) ou pelo procurador-geral do TPI. Se a acusação for devidamente processada e aceita pela Câmara Preliminar, o TPI poderá julgar o caso. Se o indiciado for culpado, a pena imposta terá de respeitar o limite máximo de 30 anos. Todavia, se o crime for de extrema gravidade, poderá ser aplicada a pena de prisão perpétua. Concomitantemente, poderá ser aplicada a pena de multa e de confisco, caso reste comprovado que o culpado adquiriu bens de forma ilícita (art. 77 do Estatuto de Roma). Além de sanções de natureza penal, o TPI pode determinar a reparação às vítimas de crimes e aos seus respectivos familiares, principalmente por meio da restituição, da indenização ou da reabilitação. O Tribunal ainda poderá, por meio de ofício ou requerimento, em circunstâncias excepcionais, determinar a extensão e o nível dos danos, da perda ou do prejuízo causados às vítimas ou aos titulares do direito à reparação, com a indicação dos princípios nos quais fundamentou a sua decisão (art. 75 do Estatuto de Roma). A maior inovação do Estatuto foi a criação do instituto da *entrega* ou *surrender,* que consiste na entrega de um Estado para o TPI, a pedido deste, de indivíduo que deva cumprir pena por prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma. A título de comparação, a extradição é a entrega de um Estado para outro Estado, a pedido deste, de indivíduo que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime de certa gravidade, sendo, portanto, de interesse do país requerente, ao passo que a *entrega* é de interesse de toda a comunidade internacional. A grande finalidade do instituto da *entrega* é garantir o julgamento do acusado, pois o TPI não julga indivíduos à revelia. Em outras palavras, a *entrega* nada mais é do que o cumprimento de ordem emanada do Tribunal Penal Internacional. A legitimidade de tal autoridade reside no fato de o tribunal realizar os anseios de justiça de toda a comunidade internacional, julgando e condenando autores de crimes tão nefastos para a humanidade. Assim, o Estado, como signatário do estatuto de Roma, deve cooperar e entregar até mesmo seus nacionais para serem julgados pelo TPI.
Quanto aos crimes que o TPI tem competência para julgar, são eles:
I) **crime de genocídio**: a Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, adotada pela Resolução 260 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1948, definiu no seu art. 2º que "crime de genocídio é a conduta criminosa que tenha a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, religioso ou racial". Tal definição foi reproduzida no art. 6º do Estatuto de Roma, e o próprio art. 2 indica os tipos de conduta que podem ser considerados como genocídio (também reproduzidos pelo art. 6 do Estatuto de Roma): **a)** assassinato de membros do grupo**; b)** atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; **c)** submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; **d)** medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e **e)** transferência forçada das crianças

4. Direito Internacional Público, pág. 355. Ed. Saraiva, 11ª edição, 2008.

do grupo para outro grupo. Além desses elementos materiais (*actus reus)*, é necessário ainda um elemento subjetivo (*mens rea)*, que é o dolo especial, a intenção de destruir no todo ou em parte um determinado grupo. Nesse sentido, o genocídio é um crime doloso por definição. Além disso, o art. 3 do Estatuto de Roma dispõe que, além do genocídio, serão punidas as seguintes condutas: **a)** o acordo com vista a cometer genocídio; **b)** o incitamento, direto e público, ao genocídio; **c)** a tentativa de genocídio; e **d)** a cumplicidade no genocídio;

II) **crime contra a humanidade**: o art. 7 do Estatuto de Roma define que o "crime contra humanidade é a conduta criminosa cometida no quadro de um ataque, sistemático ou generalizado, contra qualquer população civil, desde que haja conhecimento deste ataque". O mesmo artigo indica quais são os tipos de conduta que podem configurar crimes contra a humanidade: **a)** homicídio; **b)** extermínio; **c)** escravidão; **d)** deportação ou transferência forçada de uma população; **e)** prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; **f)** tortura; **g)** agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; **h)** perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, ou ainda em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido nestas alíneas ou com qualquer crime da competência do Tribunal; **i)** desaparecimento forçado de pessoas; **j)** crime de *apartheid;* **k)** outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental;

III) **crime de guerra**: o art. 8º do Estatuto de Roma define que o "crime de guerra é a conduta criminosa cometida como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes". O mesmo artigo indica, em uma lista extensa, quais são os tipos de crimes de guerra. Basicamente, tais crimes foram disciplinados pelas Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, bem como o direito costumeiro aplicado em tempos de guerra, sejam elas internacionais ou de caráter não internacional.

IV) **crime de agressão**: o Estatuto de Roma não definiu o crime de agressão, e somente em junho de 2010, na Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, realizada em Kampala, capital de Uganda, essa lacuna foi preenchida, determinando que o "crime de agressão é a conduta criminosa cometida por pessoa que detenha controle ou poder de direção efetivo sobre a ação política ou militar de um país, desde que sua conduta cause, por suas gravidade, características e escala, uma violação latente da Carta das Nações Unidas". Além da prática do crime de agressão, serão punidos também o planejamento, a preparação e a tentativa do crime de agressão. Para que o TPI exercesse sua jurisdição sobre esse crime, era necessário: (i) decurso de um ano após o depósito do trigésimo instrumento de ratificação das emendas de Kampala, o que ocorreu em 2017; e (ii) nova decisão, pelos estados partes, de acionar a jurisdição do tribunal. Esta decisão poderia ser tomada a partir de janeiro de 2017. Em dezembro de 2017, na Assembleia dos Estados Partes do TPI, foi decidido que o tribunal poderá julgar indivíduos acusados de crimes de agressão que ocorram a partir de 17 de julho de 2018, desde que cometidos por nacional de estado parte nas emendas de Kampala e contra o território de outro estado parte nas emendas de Kampala. Percebe-se que essa regra é peculiar, e difere da aplicada aos demais crimes do artigo 5, para cuja afirmação de jurisdição basta que tenham sido cometidos por nacional ou no território de um estado parte no Estatuto de Roma.

E: Correta. O Tribunal Internacional do Direito do Mar, criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (também conhecida como Convenção de Montego Bay) e sediado em Hamburgo, tem por missão a solução de controvérsias marítimas. O Tribunal é devidamente regulado pelo Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar (Anexo VI da Convenção de Montego Bay). Segundo os arts. 2º, ponto 1, e 5º, ponto 1, ambos do Estatuto, o Tribunal é composto de 21 membros independentes e eleitos por nove anos, com direito a reeleição. Os membros são escolhidos entre pessoas que gozem da mais alta reputação pela sua imparcialidade e integridade e sejam de reconhecida competência em matéria de direito do mar. Mas o ponto 2 do artigo 2º faz uma ressalva: "A representação dos principais sistemas jurídicos do mundo e uma distribuição geográfica equitativa devem ser asseguradas na composição global do Tribunal". Outra ressalva em relação aos membros – a qual, aliás, sempre aparece nos tribunais internacionais – é a de que o Tribunal não pode ter como membros mais de um nacional do mesmo Estado (art. 3º, ponto 1, do Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar). Os membros do Tribunal, no exercício das suas funções, gozam de privilégios e imunidades diplomáticos (art. 10 do Estatuto), e há a exigência de que 11 deles estejam presentes para atingir o quórum mínimo necessário para a constituição do Tribunal (art. 13 do Estatuto). O Estatuto cria a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar (art. 14 do Estatuto) e acena para a possibilidade de o Tribunal estabelecer câmaras especiais quando considerá-lo necessário para o deslinde de certa controvérsia (art. 15, ponto 1, do Estatuto). Um ponto muito importante é o referente à jurisdição do Tribunal, que só pode ser provocada pelos Estados-partes (art. 20, ponto 1, do Estatuto). O Tribunal tem jurisdição sobre todas as controvérsias e pedidos que lhe sejam submetidos em conformidade com a Convenção de Montego Bay, bem como sobre todas as questões especialmente previstas em qualquer outro acordo que lhe confira jurisdição (art. 21 do Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar). Além disso, também terá jurisdição se todas as partes de um tratado ou convenção já em vigor sobre matérias cobertas pela presente Convenção assim o acordarem, e qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação de tal tratado ou convenção pode, em conformidade com esse acordo, ser submetida ao Tribunal (art. 22 do Estatuto). Por fim, para entender a amplitude da missão institucional do Tribunal Internacional do Direito do Mar, não há nada melhor do que estudar a sua competência, a qual é disciplinada no art. 187 da Convenção de Montego Bay, que tem a seguinte redação: "A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos terá competência, nos termos da presente parte e dos anexos com ela relacionados, para solucionar as seguintes categorias de controvérsias referentes a atividades na área: **a)** controvérsias entre Estados-partes relativas à interpretação ou aplicação da presente parte e dos anexos com ela relacionados; **b)** controvérsias entre um Estado-parte e a Autoridade relativas a: i) atos ou omissões da Autoridade ou de um Estado-parte que se alegue constituírem violação das disposições da presente parte ou dos anexos com ela relacionados ou das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade adotados de conformidade com as mesmas disposições; ou ii) atos da Autoridade que se alegue constituírem abuso ou desvio de poder; **c)** controvérsias entre partes num contrato, quer se trate de Estados-partes, da Autoridade ou da empresa, de empresas estatais e de pessoas jurídicas, singulares ou coletivas, referidas na alínea *b* do nº 2 do artigo 153º, relativas a: i) interpretação ou execução de um contrato ou de um plano de trabalho; ou ii) atos ou omissões de uma parte no contrato relacionados com atividades na área que afetem a outra parte ou prejudiquem diretamente os seus legítimos interesses; **d)** controvérsias entre a Autoridade e um candidato a contratante que tenha sido patrocinado por um Estado, nos termos da alínea *b* do nº 2 do artigo 153, e preenchido devidamente as condições estipuladas no nº 6 do artigo 4º e no nº 2 do artigo 13 do anexo III, relativas a uma denegação de um contrato ou a uma questão jurídica suscitada na negociação do contrato; **e)** controvérsias entre a Autoridade e um Estado-parte, uma empresa estatal ou uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, patrocinada por um Estado-parte nos termos da alínea *b* do nº 2 do artigo 153, quando se alegue que a Autoridade incorreu em responsabilidade nos termos do artigo 22 do anexo III; **f)** quaisquer outras controvérsias relativamente às quais a jurisdição da Câmara esteja expressamente prevista na presente Convenção".

Gabarito E

4. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

(Diplomacia 2009) Em 2009, comemoram-se 60 anos da assinatura das quatro Convenções de Genebra de 1949, as quais, juntamente com seus dois protocolos adicionais de 1977, são consideradas os principais instrumentos do direito internacional humanitário. Acerca desse ramo do direito internacional público, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A reciprocidade é um dos mecanismos de implementação de normas humanitárias ao facultar, a uma das partes em combate, a inobservância das obrigações assumidas na exata proporção da violação sofrida.

(2) As Convenções de Genebra de 1949 estabelecem normas de conduta para combatentes em conflitos armados internacionais e, subsidiariamente, em conflitos armados de caráter não internacional.

(3) A assistência humanitária, na forma de ações de socorro emergencial de índole humanitária, imparcial e não discriminatória, é direito previsto pelo direito internacional humanitário, que pode ser levado a cabo por Estados, organizações internacionais e organizações não governamentais.

(4) Ao contrário do direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário não se vale de tribunais para sua implementação, já que não se espera que partes em conflito aberto submetam-se a decisões judiciais.

1: Errado. As chamadas "represálias beligerantes" são proibidas pelo direito internacional contemporâneo. Era comum, durante a maior parte do direito das gentes, que os estados deixassem de respeitar as normas relacionadas ao direito da guerra como retaliação por eventuais violações do direito humanitário. Em seu curso de 1953 na Academia da Haia de Direito Internacional, por exemplo, Hans Kelsen usava a suspensão do *jus in bello* para exemplificar os meios legítimos de represália. Atualmente, contudo, diversos tratados internacionais proíbem as represálias beligerantes. É o caso da Terceira Convenção de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra prisioneiros de guerra, da Quarta Convenção de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra pessoas protegidas e seus bens, bem como do Protocolo Adicional I, de 1977, às convenções de Genebra de 1949, que proíbe represálias contra populações civis. Além disso, a Convenção da Haia de 1954 proíbe represálias contra o patrimônio cultural em tempos de guerra, obrigação que, caso violada, também constitui crime de guerra. Apesar dos dispositivos convencionais e por mais que as represálias beligerantes sejam absolutamente "contrárias às leis da humanidade e às exigências da consciência pública", já apresentadas como limites às contramedidas pelo *Institut de Droit International* em sua resolução de 1934, ainda atualmente, a prática de alguns estados permite que sejam lançadas dúvidas quanto à natureza consuetudinária dessa limitação. De fato, ainda é comum o desrespeito recíproco pelo direito humanitário por parte de beligerantes. Além disso, muitos estados parecem arrogar-se o direito de atacar civis inocentes, sob o pretexto de fazer valer o *jus in bello*, diante de uma violação dessas normas pela parte inimiga. Apesar da prática lastimável de alguns estados, a natureza costumeira da proibição de represálias contra civis em zonas de combate não deve ser posta em xeque. Com base na famosa cláusula Martens, ela foi consagrada pelo Tribunal Penal *Ad Hoc* para a Ex-Iugoslávia, no caso *Prosecutor vs Martic*, em decisão de 8 de março de 1996, quando a Câmara de Julgamento do tribunal afirmou que "no que diz respeito ao direito costumeiro, a regra segundo a qual a população civil, bem como os indivíduos civis, não podem ser objeto de ataque, é uma regra fundamental do direito internacional humanitário, aplicada a todos os conflitos armados". No caso *Prosecutor vs Kupreskic*, julgado em 2000, a Câmara de Julgamento do Tribunal Penal *Ad Hoc* para a Ex-Iugoslávia, se, por um lado, reconheceu que não havia uma prática estatal consistente que fundamentasse como norma costumeira a proibição das represálias beligerantes, afirmou que: "Realmente, não parece ter emergido recentemente um corpo de prática estatal consistentemente a favor da proposição de que tomou forma um dos elementos do costume, nomeadamente, o *usus* ou *diuturnas*. Essa é uma área, contudo, em que a *opinio iuris sive necesitatis* pode exercer um papel muito mais importante que o *usus*, como consequência da já mencionada cláusula Martens. À luz da forma como estados e tribunais a têm implementado, essa cláusula mostra claramente que princípios de direito internacional humanitário podem emergir por meio de um processo costumeiro pautado pela pressão das demandas de humanidade ou dos ditames da consciência pública, mesmo onde a pratica estatal é escassa ou inconsistente". Atualmente, não pode haver dúvida, apesar da reincidência dos estados, a proibição de represálias beligerantes, em particular contra civis desarmados, que não tomam parte nas hostilidades, é proibida por norma costumeira com natureza de *jus cogens*. Sua violação acarreta, portanto, responsabilidade agravada para os perpetradores. Obrigações decorrentes das normas fundamentais de direito internacional humanitário não podem ser suspensas com base na reciprocidade.

2: Certo. O Direito de Genebra protege os não combatentes em guerras internacionais. Historicamente, é esse o objeto desse ramo do Direito Humanitário. Ocorre que, com base nos princípios de humanidade e nos ditames da consciência pública (já invocados na cláusula Martens), o artigo 3, comum às quatro Convenções de Genebra de 1949, assegura proteção mínima aos não combatentes também em guerras de caráter não internacional. Nas duas décadas após a adoção das Convenções de Genebra, o mundo testemunhou um aumento no número de conflitos armados não internacionais e de guerras por independência. Em resposta a isso, foram adotados em 1977 dois Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949. Eles fortalecem a proteção às vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I) e não internacionais (Protocolo II) e determinam limites aos métodos de guerra. O Protocolo II foi o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado às situações de conflitos armados não internacionais.

3: Certo. A assistência humanitária cuida do auxílio às vítimas de conflitos armados nacionais ou internacionais. O auxílio é executado por meio pacífico, de que é exemplo o envio de remédios e alimentos. Não se confunde, de modo algum, com a intervenção humanitária, que envolve o uso da força contra Estado ou movimento armado no interior de algum Estado, sob o pretexto de fazer cessar graves violações de direitos humanos. A intervenção humanitária só será lícita quando autorizada pelo Conselho de Segurança (como no caso da Líbia, em 2011); se praticada de modo unilateral (como em 2018, contra a Síria), constitui inequívoco ato de agressão.

4: Errado. O Tribunal Penal Internacional (TPI), constituído pelo Estatuto de Roma, de 1998, é considerado um tribunal de direito internacional humanitário. Trata-se do chamado Direito de Roma, a evitar impunidade quando da prática de crimes de maior gravidade.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia 2000) Com relação ao tema dos direitos humanos ao longo da história, assinale a opção incorreta.

(A) A existência da democracia na Atenas clássica comprova o respeito aos direitos humanos já na Antiguidade.

(B) A Declaração dos Direitos, surgida por ocasião da Revolução Gloriosa, simbolizou a subordinação do rei ao Parlamento e, nesse sentido, o fim do absolutismo na Inglaterra.

(C) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um símbolo da derrocada do Antigo Regime na França.

(D) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada há mais de 50 anos na ONU, foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

(E) A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em 1993, consagrou o desenvolvimento econômico dos povos como um direito universal.

A: Incorreta, pois não é possível comprovar o respeito aos direitos humanos pela simples existência da democracia como forma de governo. A democracia é imprescindível para a realização dos direitos humanos, mas ela por si só não garante o respeito à dignidade da pessoa humana. Ademais, sabe-se que a democracia em Atenas era débil se comparada com as experiências democráticas atuais, pois cabe dizer que escravos existiam na Grécia Antiga e não eram considerados cidadãos;
B: Correta. A Revolução Gloriosa, cujo estopim foi o nascimento de um herdeiro do trono que possibilitaria a continuidade da religião católica na coroa (a herdeira até então, Maria de Stuart, era protestante), ocorreu no Reino Unido de 1688 a 1689, e teve por consequência a queda e posterior fuga do rei Jaime II, da dinastia Stuart. O trono, depois de declarado vago pelo Parlamento, foi oferecido, conjuntamente, ao genro do rei, o nobre neerlandês Guilherme, Príncipe de Orange, e à filha do rei, Maria de Stuart. Mas tal oferta comportava uma condição: se a coroa inglesa fosse aceita, também se admitiria a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) votada pelo Parlamento. A oferta do trono e a condição foram aceitas e os novos soberanos passaram a se chamar Guilherme III e Maria II. A Declaração de Direitos de 1689, que foi influenciada diretamente pelas ideias de John Locke, é um documento legal confeccionado pelo Parlamento inglês e figura como um dos textos constitucionais mais importantes do Reino Unido. Entre outros efeitos, ela limitou os poderes do rei e disciplinou os direitos relacionados com o Parlamento, como a liberdade de expressão dos parlamentares e o estabelecimento de eleições regulares para o Parlamento. Também determinou que todos os súditos têm direito de petição ao rei, assim como tornou o Parlamento competente para legislar e criar tributos, funções antes exercidas pelo monarca. Tais medidas asseguraram certo poder para o Parlamento no Reino Unido e representaram a instauração institucional da separação de poderes, mais tarde reconhecida e elogiada por Montesquieu. Ademais, a propriedade privada também foi regulada e garantida. Dessa forma, a Declaração de Direitos de 1689, como o *Act of Settlement* de 1701, é ainda hoje uma das principais leis sobre sucessão de trono no Reino Unido. A maior importância do *Bill of Rights* para os direitos humanos reside, sem dúvida, na separação institucional dos poderes acima apontada. A partir desse momento, o indivíduo passou a ter uma garantia institucional (em teoria) de que o interesse dos governados guiaria a formulação das leis e de que o Parlamento seria o órgão encarregado de proteger os súditos perante o rei;
C: Correta. A Revolução Francesa é apontada como o marco inicial da civilização europeia moderna, pois os conceitos modernos de nação, cidadania, radicalismo, igualdade e democracia apareceram de fato no pós-revolução. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada pela Assembleia Constituinte da França em 1789, foi influenciada diretamente pela Revolução Francesa e pela Revolução Americana de 1776. Pela primeira vez, observou-se uma declaração generalizante, isto é, com o propósito de fazer referência não só a seus cidadãos, mas a toda a humanidade, por isso a menção aos direitos do *homem* também. A Declaração teve por base os conceitos de *liberdade, igualdade, fraternidade, propriedade, legalidade* e *garantias individuais*, síntese do pensamento iluminista liberal e burguês. Mas o seu ponto central era a supressão dos privilégios especiais ("acabar com as desigualdades"), outrora garantidos para os estamentos do clero e da nobreza. Ao lado de declarações de direitos constantes nas Constituições francesas de 1791 e 1793, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reproduz claramente as ideias de Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau. Em relação às do primeiro, afirma a necessidade de uma limitação institucional dos poderes do governo, e em relação às teses do pensador genebrino, defende que a legitimidade do governo provém apenas da vontade geral do povo. É comum afirmar que as origens do sistema de representação política moderna são a Constituição Americana e a Revolução Francesa, e que os direitos constantes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foram ampliados por ocasião da reformulação da declaração de direitos pela Convenção Nacional em 1793 (sob contexto revolucionário reinante no governo jacobino). Essa reformulação e seu corolário de ampliação de direitos já havia ocorrido antes, quando foi promulgada a Constituição de 1791;
D: Correta. O processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações desses direitos perpetradas pelo nazi fascismo. O maior exemplo de tal processo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. Em conjunto com os dois Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, eles constituem a "Carta Internacional de Direitos Humanos". A Declaração Universal prevê direitos civis e políticos (art. 3º a 21) e direitos econômicos, sociais e culturais (art. 22 a 28). É importante esclarecer que ela é um exemplo de *soft law*, porque, formalmente, não é vinculante. Apesar disso, a maior parte da DUDH reflete, atualmente, o direito costumeiro internacional. Revisitando a ideia do direito a ter direitos, de Hannah Arendt, segundo a Declaração, a condição de pessoa humana é requisito único e exclusivo para ser titular de direitos. Com isso corrobora-se o caráter universal dos direitos humanos, isto é, todo indivíduo é cidadão do mundo e, dessa forma, detentor de direitos que salvaguardam sua dignidade;
E: Correta. O art. 10 da Declaração de Direitos Humanos de Viena assim dispõe: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma o direito ao desenvolvimento, previsto na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento, como um direito universal e inalienável e parte integral dos direitos humanos fundamentais". O termo "desenvolvimento econômico" ainda aparece duas vezes na Declaração de Direitos Humanos de Viena. O art. 2º assim afirma: "Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural". Já o art. 9º tem a seguinte redação: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os países menos desenvolvidos que optaram pelo processo de democratização e reformas econômicas, muitos dos quais se situam na África, devem ter o apoio da comunidade internacional em sua transição para a democracia e o desenvolvimento econômico".

Gabarito "A"

5. DIREITO DA INTEGRAÇÃO

(Diplomacia 2008) Segundo a doutrina da integração regional, que se desenvolve com a disseminação e o aprofundamento dos blocos econômicos, o MERCOSUL recebe a classificação de união aduaneira imperfeita. Tal classificação justifica-se porque

(A) há expressa previsão legal a esse respeito, conforme definido no preâmbulo do Código Aduaneiro do MERCOSUL.

(B) há um regime de exceções tributárias decorrente das assimetrias internas que impede a aplicação de um único imposto aduaneiro, comum a todos os países-membros do bloco regional.

(C) essa união aduaneira não dispõe de personalidade jurídica internacional, sendo reconhecida apenas no MERCOSUL como um todo, conforme previsto no Protocolo de Ouro Preto.

(D) não existe, no MERCOSUL, livre circulação de trabalhadores, com direito de estabelecimento, como ocorre na União Europeia.

(E) sua tarifa externa comum (TEC) é ainda muito elevada e incompatível com os padrões internacionais de liberalização comercial.

A: Errado, pois não existe tal previsão;
B: Certo. O Mercosul é uma união aduaneira formada por Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai e Venezuela (a Bolívia encontra-se em processo de adesão), funciona pela cooperação intergovernamental. Apesar de seu objetivo ser a constituição um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de fatores produtivos, conforme previsto no Tratado de Assunção, de 1991, o Mercosul é ainda uma união aduaneira (ou alfandegária), caracterizada pela tarifa externa comum (TEC). Todavia, o Mercosul vem sendo considerado uma união aduaneira imperfeita, devido às listas de exceções à tarifa externa comum, impostas pelos países-membros em decorrência de suas assimetrias internas.
C: Errado. É indiscutível a personalidade jurídica de direito internacional ostentada pelo Mercosul, ao menos desde a celebração do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, cujo artigo 34 determina: "O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional". Como se sabe, conforme consagrado no Parecer Consultivo sobre reparação de danos causados a serviço das Nações Unidas, proferido pela Corte Internacional de Justiça em 1949, a personalidade jurídica das organizações internacionais é objetiva, sendo oponível a terceiros estados. Ela não é limitada, portanto, a seus estados membros.
D: Errado. A rigor, não existe, de fato, livre circulação de trabalhadores com direito de estabelecimento no Mercosul. Em 2004, foi celebrado, contudo, o Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, segundo o qual "os empresários nacionais dos Estados Partes poderão estabelecer-se no território de qualquer dos outros Estados Partes para o exercício de suas atividades, sem outras restrições além daquelas emanadas das disposições que rijam as atividades exercidas pelos empresários no Estado receptor".
E: Errado, pois apesar de a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul ser alta (em torno de 30% de média da tarifa consolidada), ela é **compatível** com os padrões internacionais de liberalização comercial. Vale lembrar que o artigo XXIV do GATT identifica o regionalismo aberto como uma das exceções ao princípio da não-discriminação, princípio esse informador do comércio internacional.
Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O MERCOSUL foi criado pelo(a):

(A) Tratado de Foz do Iguaçu, de 1991.
(B) Tratado de Assunção, de 1991.
(C) Tratado Quadripartile de Buenos Aires, de 1990.
(D) Declaração para a União Econômica do Mercado Comum do Sul, de Punta del Este, de 1989.
(E) Declaração de integração do Cone Sul, de Ouro Preto, de 1993.

A, B, C, D e E: O Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, de 1991, celebrado por Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai (os membros fundadores do Mercosul). Apesar de seu objetivo ser a constituição um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de fatores produtivos, o bloco é ainda uma união aduaneira, caracterizada pela tarifa externa comum (TEC)
Gabarito "B"

(Diplomacia – 1996) O Tratado de Maastricht tem por objetivo:

(A) Regulamentar Experiências com Armamentos Químicos.
(B) prescrever usos considerados de energia nuclear.
(C) fortalecer a construção da União Europeia.
(D) fomentar as relações comerciais entre a Europa e o Japão.
(E) disciplinar o comércio de armas entre a Europa e o Oriente Médio.

A, B, C, D e E: A União Europeia é uma união econômica e monetária que configura não um superestado, mas sim uma entidade supranacional, ou melhor, uma entidade que funciona por cooperação supranacional. Pode ser também caracterizada, por uma perspectiva mais sociológica, como um projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução. Anteriormente ao atual estágio, alguns países europeus constituíram, pelo Tratado de Paris, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), e, em 1957, esses países assinaram os Tratados de Roma, ampliando a cooperação estabelecida no âmbito da Ceca com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). A União Europeia foi formalmente criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em sete de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993, mas apenas obteve personalidade jurídica de direito internacional com o Tratado de Lisboa, em 2009.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 1996) Sobre o NAFTA pode-se dizer se trata de:

(A) Um Mercado Comum entre Estados Unidos, Canadá, Porto Rico e México.
(B) Uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México e União Europeia.
(C) Um Mercado Comum que une todos os Países da América Central e Setentricoal.
(D) Um Acordo de Imigração e Cooperação entre Estados Unidos, Canadá e México.
(E) Uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México.

A, B, C, D e E: Existem inúmeras maneiras de se proceder à integração regional, normalmente apontadas como um processo evolucional. Conforme a tipologia das etapas do processo de integração elaborada pelo economista húngaro Béla Balassa, são elas:
a) zona de preferência tarifária – dois ou mais países gozam de tarifas mais baixas do que as aplicadas a outros que não possuem acordo preferencial. É o caso da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração);
b) zona de livre comércio – os países do bloco reduzem drasticamente ou eliminam as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles. É o caso do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), formado por Estados Unidos, Canadá e México;
c) união aduaneira – além de os países do bloco eliminarem as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles, estabelecem as mesmas tarifas de importação (TEC – Tarifa Externa Comum) para o comércio internacional fora do bloco. O melhor exemplo é o Mercosul, apesar de este ser considerado uma união aduaneira imperfeita;
d) mercado comum – conserva as características da união aduaneira (em que existe tão somente a livre circulação de bens), com o acréscimo das outras liberdades fundamentais do mercado (livre circulação de pessoas, serviços e capitais). O Benelux, formado por Bélgica, Holanda e Luxemburgo, pode ser apontado como exemplo.
e) união econômica e monetária – conserva todas as características anteriormente apresentadas, com o acréscimo de possuir uma política macroeconômica unificada. A principal diferença entre o mercado comum e a união econômica e monetária reside na política macroeconômica, que é coordenada no primeiro e unificada no segundo. Para solapar possíveis dúvidas, a adoção de moeda única não é condição para constituição da união econômica e monetária, mas sim o ponto alto de tal modalidade de integração. Esse é o caso da União Europeia.
Gabarito "E"

6. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

(Diplomacia 2008) O Brasil é um dos mais frequentes usuários do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual foi dinamizada e fortalecida com a adesão recente de importantes países. Com relação à OMC, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O sistema de solução de controvérsias da OMC corresponde à forma arbitral de composição de conflitos e, como tal, não é passível de pedido recursal.

(2) As decisões contidas nos relatórios dos *panels* só se aplicam mediante a manifestação favorável de todos os membros da organização, levando-se em consideração a regra basilar do direito internacional público, que é o consenso.

(3) As conclusões dos relatórios finais dos *panels* conformam decisões estritamente jurídicas e independem de qualquer convalidação política.

(4) Cuba e a República Popular da China, membros plenos da OMC, submetem-se ao sistema de solução de controvérsias dessa organização.

1: Errado. Os relatórios dos grupos especiais (painéis) e o do Órgão Permanente de Apelação (OPA) não têm natureza jurisdicional propriamente dita (nem arbitral, nem judicial), porque não são juridicamente vinculantes até serem adotados pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Além disso, os relatórios dos painéis podem ser objeto de recurso ao OPA.

2: Errado. Diferentemente do sistema de solução de controvérsias do antigo GATT 47, que se pautava pela regra do consenso, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC adota o consenso negativo, ou invertido. Dessa forma, o OSC apenas pode rejeitar um relatório dos painéis ou do OPA por consenso. Isso assegurou a prevalência do legalismo sobre os interesses políticos no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC.

3: Errado, pois, como dito no comentário anterior, o relatório técnico somente será vinculante após a convalidação política pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Na prática, contudo, essa adoção é virtualmente automática, em virtude da regra do consenso negativo. Afinal, o relatório apenas poderia ser rejeitado caso houvesse consenso em não o aprovar. Isso dificilmente acontecerá, porque ao menos o estado beneficiado pelo relatório deverá votar pela sua aprovação.

4: Certo. Cuba e China são membros da OMC desde 1995 e 2001, respectivamente, e, como todos os membros da organização, estão sujeitas ao seu sistema de solução de controvérsias. Considera-se, nesse sentido, que o sistema é compulsório para os membros, que não podem se recusar a participar de uma lide sob a alegação de não reconhecerem a autoridade do mecanismo.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia 2002) Uma das cláusulas mais conhecidas no comércio internacional é a chamada "cláusula da nação mais favorecida". Sobre esta cláusula, assinale a única afirmação abaixo que é correta:

(A) Ela reflete a realidade discriminatória na prática comercial entre os Estados.

(B) Ela foi um subterfúgio criado no século XIX para que as nações industrializadas legitimassem o protecionismo.

(C) Ela consagra o princípio da igualdade de tratamento entre os Estados no comércio internacional.

(D) Ela foi abolida pelo "General Agreement on Tariffs and Trade" (GATT), desde a sua criação em 1947, em nome do princípio da não discriminação comercial entre países ricos e pobres.

(E) Ela foi estabelecida para legalizar um sistema geral de preferências no comércio internacional.

A, B, C, D e E: A cláusula de nação mais favorecida é um desdobramento do princípio da não discriminação, afinal, no sistema multilateral de comércio, todas as nações devem receber igual tratamento. A cláusula remonta ao século XIX, quando a Inglaterra firmava tratados comerciais por meio dos quais qualquer vantagem oferecida a um terceiro estado deveria ser automaticamente estendida à Inglaterra – a "nação mais favorecida". Atualmente, a aplicação da cláusula no sistema multilateral de comércio significa que qualquer vantagem tarifária concedida a um país deve ser automaticamente estendida aos demais, sem discriminação. O sistema aceita, contudo, exceções, para comportar o regionalismo aberto e o sistema geral de preferências.

Gabarito "C"

A título de consolidação, as rodadas de negociação na história do sistema multilateral de comércio são:

GATT:

a) 1ª rodada: Genebra – 1947; 23 países participantes; tema coberto: tarifas;

b) 2ª rodada: Annecy – 1949; 13 países participantes; tema coberto: tarifas;

c) 3ª rodada: Torquay – 1950-51; 38 países participantes; - tema coberto: tarifas;

d) 4ª rodada: Genebra – 1955-56; 26 países participantes; tema coberto: tarifas;

e) 5ª rodada: Dillon – 1960-61; 26 países participantes; tema coberto: tarifas;

f) 6ª rodada: Kennedy – 1964-67; 62 países participantes; temas cobertos: tarifas e medidas *antidumping*;

g) 7ª rodada: Tóquio – 1973-79; 102 países participantes; temas cobertos: tarifas, medidas não tarifárias, cláusula de habilitação;

h) 8ª rodada: Uruguai – 1986-93; 123 países participantes; temas cobertos: tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico, OMC.

OMC:

i) 9ª rodada: Doha – 2001-; 149 países participantes; temas cobertos: tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio, solução de controvérsias, regras em sentido geral.

7. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

(Diplomacia 2009) Conhecida do judiciário brasileiro desde o Império, a cooperação jurídica internacional tem adquirido importância crescente nos últimos anos, ao permitir a tutela jurisdicional, mesmo quando elementos indispensáveis ao processo se encontrem em jurisdição estrangeira. À luz da prática brasileira de cooperação jurídica internacional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A Convenção de Palermo, ratificada pelo Brasil, tem como objetivo promover a cooperação jurídica e policial no combate e na prevenção do crime organizado transnacional.

(2) A decisão de cooperar com um Estado estrangeiro, prestando-lhe o necessário auxílio, insere-se no contexto das relações internacionais que devem ser mantidas pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal. Portanto, os pedidos de auxílio e as cartas rogatórias devem tramitar pela via diplomática ou por meio de autoridade central prevista em tratado.

(3) O Estado brasileiro realiza atos de cooperação jurídica internacional em matéria tanto cível quanto penal, desde que haja, no segundo caso, tratado internacional em vigor que a discipline.

(4) Mecanismo tradicional de cooperação jurídica em matéria penal, a extradição, no Brasil, só se realiza após ter sido submetida a julgamento no Supremo Tribunal Federal, órgão que tem a competência originária para tal.

1: Certo. A Convenção de Palermo, ou Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.015 de 2004. Segundo seu art. 1º, "O objetivo da presente Convenção consiste em promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional";
2: Certo. O art. 4º, IX, da CF aponta que um dos princípios em que o Brasil terá de se basear para reger as suas relações internacionais é o da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Para garantir a efetividade jurisdicional em tempos marcados pelo cosmopolitismo humano impulsionado pela globalização econômica, cultural e política, é imprescindível a cooperação entre as diferentes jurisdições. Muitas são as situações em que um juiz depende do judiciário de outro país para efetuar uma diligência judicial. O instrumento pelo qual um juiz doméstico pede auxílio a um juiz estrangeiro denomina-se *carta rogatória*. O juiz que pede é o *rogante*; e o que recebe, o *rogado*. A carta rogatória é o meio processual adequado para a realização de diligências fora da jurisdição de um determinado Estado, e compreende tanto os atos ordinatórios (citação, notificação, intimação etc.) como os instrutórios (coleta de provas, oitiva de testemunhas) e executórios (que implicam alguma medida constritiva). Seu fundamento é um tratado que regula o instituto processual ou o princípio da reciprocidade. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dá as coordenadas sobre o assunto: *"Art. 12, §2º A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pele lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências"*. Assim, pode-se afirmar que o juiz brasileiro (rogado), depois de concedido o *exequatur*, deverá cumprir a carta rogatória emitida pelo juiz estrangeiro (rogante). Em relação ao *exequatur* ("execute-se"), a carta rogatória deve sempre respeitar a ordem pública do país em que será cumprida (art. 17 da LINDB). Os efeitos do cumprimento ou da denegação da carta rogatória fazem apenas coisa julgada formal, ou seja, permitem a reapresentação da carta rogatória. No Brasil, a competência para conceder *exequatur* às cartas rogatórias era do STF, mas desde a edição da EC n. 45 em 2004, essa competência passou para o STJ (art. 105, I, *i*, da CF), que também é competente para homologar as sentenças estrangeiras. As cartas rogatórias no Brasil tramitam pelo seguinte procedimento: **a)** o pedido é recebido do estado estrangeiro pelas vias diplomáticas, ou, caso haja tratado de cooperação entre os países, pela Autoridade Central (enquanto regra, o Ministério da Justiça); **b)** o presidente do STJ recebe a carta e concede o *exequatur*, cabendo distribuição para julgamento pela Corte Especial em caso de impugnação; **c)** após a concessão de *exequatur*, a carta rogatória é remetida para o juiz federal competente para cumpri-la; **d)** após o cumprimento, o juiz tem o prazo de dez dias para devolvê-la ao Presidente do STJ, o qual a encaminhará ao Ministério da Justiça ou ao Ministério das Relações Exteriores, que retornará a carta rogatória ao juiz rogante. O Superior Tribunal de Justiça, ao conceder *exequatur* às cartas rogatórias, realizará mero juízo de delibação, uma vez que o Brasil segue o sistema belga de contenciosidade limitada no que diz respeito à cooperação jurídica internacional. Isso significa que o STJ não analisará o mérito do ato jurisdicional; simplesmente identificará os requisitos procedimentais e a compatibilidade com a ordem pública brasileira.
O auxílio direto, por sua vez, é modalidade de cooperação jurídica internacional em que não existe ato jurisdicional estrangeiro (definitivo ou interlocutório) a ser delibado. Foi introduzido na resolução 9 do STJ, de 2005, e consagrado nos artigos 28 a 34 do Novo CPC. Não se confunde com a carta rogatória: "O pedido de cooperação jurídica internacional, na modalidade de auxílio direto, possui natureza distinta da carta rogatória. Nos moldes do disposto nos arts. 28, 33, caput, e 40, todos do Código de Processo Civil, caberá auxílio direto quando 'a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira', enquanto necessitará de carta rogatória quando for o caso de cumprir decisão jurisdicional estrangeira". (STF, Pet 5946/DF. Relator Min. Marco Aurélio. Primeira Turma. Julgamento: 16/08/2016). O auxílio direto poderá tramitar por via judicial ou administrativa, conforme necessite ou não de sentença judicial brasileira. Insta esclarecer que eventual decisão judicial não será a concessão de *exequatur* (execute--se) a ato jurisdicional estrangeiro (inexistente), mas uma decisão 100% brasileira, que será o próprio objeto da cooperação. De acordo com Antenor Madruga, "podem ser objeto de pedido de auxílio direto uma ampla gama de medidas que variam desde a comunicação de atos processuais, a obtenção de provas, a oitiva de testemunhas, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático, a localização de bens e indivíduos, o sequestro de bens, o congelamento de contas bancárias até a repatriação de bens ou valores ilicitamente remetidos ao exterior". Conforme previsto no item, o pedido de auxílio direto poderá tramitar pelas vias diplomáticas ou pela Autoridade Central, a depender de seu fundamento – promessa de reciprocidade ou tratado internacional.
3: Errado, a existência de tratado em vigor não é imprescindível para a cooperação jurídica internacional em matéria penal. Na ausência de tratado que regulamente a matéria, as cartas rogatórias poderão tramitar pelas vias diplomáticas, e o auxílio direto e a extradição poderão ser concedidos com base em promessa de reciprocidade;
4: Certo. A extradição é o envio de um indivíduo para outro Estado, para responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime. A grande finalidade da extradição é garantir, por meio da cooperação internacional, que a prática de crime não fique sem punição. O fundamento jurídico do pedido de extradição pode ser a existência de um tratado que preveja tal hipótese. Na falta deste, a promessa de reciprocidade funciona como suporte jurídico para a extradição. No procedimento brasileiro de extradição passiva (solicitada ao Brasil por estado estrangeiro) tem início pela via diplomática ou diretamente pela Autoridade Central, caso haja tratado entre os países. O pedido deve ser instruído com a cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória, da de pronúncia ou da que decretar a prisão preventiva, proferida por juiz ou autoridade competente. O Ministério da Justiça (Autoridade Central), ao receber o pedido, identificará seu fundamento. Caso seja simples promessa de reciprocidade, caberá, nessa fase administrativa, análise de conveniência e oportunidade. Caso o pedido seja fundado em tratado internacional, o Ministério da Justiça não poderá recusar sumariamente o pedido, e deverá transmiti-lo ao STF, para a análise dos requisitos de legalidade. Trata-se de competência originária do Supremo Tribunal Federal, prevista no artigo 102, I, *g* da CF/88, conforme afirmado no item. O STF deverá identificar os requisitos de legalidade previstos no artigo 82 da nova Lei de Migração. Entre outros, o referido artigo veda a extradição: de brasileiro nato; de asilado; por crime político ou de opinião; para ser julgado por tribunal de exceção; e por crime punível com pena de prisão inferior a dois anos. Se todos os requisitos legais estiverem presentes, caberá ao Presidente da República proceder à extradição, podendo realizar novo juízo de conveniência e oportunidade, em caso de pedido fundado em promessa de reciprocidade ou tratado com margem de apreciação política. Decidindo extraditar, deverá assegurar-se que o estado estrangeiro realize as promessas previstas no artigo 96 da nova Lei de Migração, entre elas, a de comutar penas

corporal, perpétua ou de morte em penas privativas de liberdade de no máximo 30 anos; de computar o tempo de prisão que eventualmente tiver sido imposta durante o processo de extradição; e de não considerar qualquer motivo político para agravar a pena.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

8. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Diplomacia 2008) O Pacto de Paris de 1928, que passará à história com a conjugação dos nomes de seus firmatários, os ministros do exterior da França e dos Estados Unidos da América, simboliza importante avanço do direito das gentes. Acerca do conteúdo jurídico desse documento, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Esse pacto propugna pela abolição das guerras coloniais e de conquista.

(2) Esse documento obriga os países europeus a reconhecerem direitos soberanos dos Neo-Estados africanos.

(3) Esse pacto proscreve a guerra, para considerá-la a violação suprema do direito.

(4) Esse documento lança as bases da aliança atlântica e do pacto Anti-Komiterm.

1, 2, 3 e 4: No espírito pacifista – alguns diriam irenista, outros, utópico – do entre guerras, foi celebrado o Pacto de Paris, ou Pacto Briand-Kellog, que proscrevia a guerra nas relações internacionais. Era composto por 3 singelos artigos. Por meio do artigo 1, as partes contratantes condenavam o recurso à guerra para a solução de controvérsias internacionais e a ela renunciavam como instrumento de política nacional em suas relações mútuas. Pelo artigo 2, os estados signatários reconheciam a necessidade de resolver suas controvérsias por meios pacíficos, e o último artigo identificava as condições para a entrada em vigor do tratado. O ano de 1939 demonstraria que a guerra não seria extinta por uma simples declaração de intenções. Em 1945, a Carta da ONU consagraria instrumento jurídico mais sofisticado, a manter a paz e a segurança internacionais; universal, vinculante até para não membros, dotada de um sistema de sanções institucionalizado na figura do Conselho de Segurança, órgão decisório ao qual foi atribuído o monopólio do uso da força no direito internacional – ressalvado o direito inerente à legítima defesa.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

Presidente visita Benguela

O presidente da República inicia hoje uma viagem pelo continente africano. Seu primeiro compromisso no exterior diz respeito à assinatura de um tratado comercial com a República de Benguela, envolvendo exportação de produtos agrícolas e medicamentos, e ajuda financeira.

A República de Benguela é país recém-criado, surgido em decorrência de desmembramento de parte do território de um outro país.

Um governador de estado acompanha a comitiva presidencial, pois tem interesse em um segundo tratado, pelo qual uma sociedade de economia mista do estado-membro participaria das obras de infraestrutura necessárias à organização do novo país. A imprensa não foi informada acerca de qual governador acompanhará o presidente.

O Planeta Diário, 1º de abril de 2003 (com adaptação).

(Diplomacia 2004) Supondo que seja verdadeira a notícia hipotética acima transcrita, julgue os itens seguintes.

(1) O primeiro tratado, devidamente assinado pelo presidente da República, somente produzirá eficácia no Brasil quando ocorrer sua incorporação à ordem jurídica interna; essa incorporação é ato subjetivamente complexo, devendo resultar da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Poder Legislativo, mediante a edição de decreto legislativo pelo Congresso Nacional, e a do Poder Executivo, por meio de decreto editado pelo presidente da República.

(2) O segundo tratado deverá ser assinado pelo governador de estado, em nome do estado-membro da Federação que representa, pois o estado-membro é ente dotado de autonomia política e de personalidade jurídica de direito público. O presidente da República não poderá participar deste acordo, a menos que este envolva algum interesse direto da União, pois o princípio federativo impede a União de interferir em assuntos restritos aos interesses internos dos demais entes da Federação.

(3) No sistema jurídico brasileiro vigente, um tratado internacional, a exemplo do aludido na notícia acima transcrita, ao ser regularmente incorporado ao direito interno, situar-se-á nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, estando hierarquicamente subordinado à autoridade normativa da Constituição da República e sendo sujeito tanto ao controle de constitucionalidade difuso quanto ao concentrado.

(4) O primeiro tratado, após devidamente assinado pelas partes, é um tratado bilateral e de natureza contratual, que deverá ser interpretado de boa-fé, segundo o sentido comum atribuível aos termos no contexto e à luz de seu objeto e finalidade. Deverá ser declarado nulo se, no momento de sua conclusão, conflitar com alguma norma imperativa de direito internacional geral.

(5) Considerando que o território da República da Benguela era parte de um país, que continua a existir, a referida República não deverá ficar responsável pelo pagamento de nenhuma parcela de dívida externa contraída pelo país predecessor, ainda que ambos os países tenham diversamente acordado, haja vista a existência de norma impositiva de direito internacional público a respeito dessa matéria.

(6) Para que fosse aceito como país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em condição de plena igualdade com os demais países-membros, a República da Benguela teria que comprovar o atendimento dos requisitos exigidos por aquela pessoa jurídica de direito público internacional para o ingresso na organização, tais como o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de população e de extensão territorial.

(7) Caso houvesse conflito entre a República da Benguela e o país predecessor, em decorrência de problemas sucessórios envolvendo, por exemplo, tratados, bens, arquivos e dívidas, tais litígios seriam passíveis de julgamento pela Corte Internacional de Justiça, situada em Haia na Holanda. Essa Corte é composta de quinze juízes, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, para mandato de nove anos.

(8) A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma agência vinculada à ONU, com personalidade jurídica própria de direito internacional, criada para regular o comércio internacional. Assim, a adesão da República

de Benguela à OMC deveria ser subordinada ao atendimento dos seguintes requisitos: ser membro da ONU, adequar a legislação interna aos acordos existentes no âmbito da OMC, fazer concessões nas tarifas aduaneiras e ser aceita por todos os países membros da OMC.

(9) Para que a República de Benguela pudesse firmar qualquer tratado específico com algum Estado-membro da União Europeia (UE), que é uma pessoa jurídica de direito público internacional, esse tratado deveria estar em harmonia com o direito comunitário da UE, visto que a ordem jurídica comunitária integra o direito interno de cada Estado-membro da UE, não podendo este invocar a legislação nacional para impedir a aplicação do direito comunitário.

(10) De acordo com as normas jurídicas brasileiras atualmente vigentes, para que um ocupante de cargo da carreira diplomática — obrigatoriamente, portanto, de nacionalidade originária brasileira — fosse nomeado chefe de missão diplomática que o Brasil estabelecesse na República de Benguela em caráter permanente, seria necessária a edição de um decreto de nomeação pelo presidente da República, posteriormente à aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.

1: Certo. A ratificação é ato administrativo unilateral mediante o qual a pessoa jurídica de direito internacional, signatária de um tratado, exprime definitivamente, no plano internacional, seu consentimento. A ratificação tem de ser expressa, e a sua consumação é obtida com a troca dos instrumentos de ratificação com a outra parte contratante ou com a sua entrega ao depositário. Nesse último caso, trata-se geralmente dos tratados multilaterais. O depositário é na maioria das vezes o Estado onde o tratado foi assinado, ou, no caso dos tratados celebrados no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, a sede dessas organizações. No Brasil, é necessário um procedimento complexo para proceder à ratificação de tratados: o Congresso Nacional tem de aprovar o texto do tratado por meio de um decreto legislativo; depois, cabe ao Presidente da República ratificar ou não (a aprovação congressional não obriga a ulterior ratificação do tratado pelo Presidente da República); e por fim, o tratado regularmente concluído depende da promulgação e da publicação levadas a efeito pelo Presidente da República para integrar o ordenamento jurídico brasileiro, ocorrendo a primeira por meio de decreto presidencial e a segunda com a publicação no Diário Oficial;

2: Errado. Um estado federado até pode ser sujeito de direito internacional, caso a Constituição do estado federal reconheça. Na Alemanha, na Suíça e nos Estados Unidos, por exemplo, os estados subnacionais têm capacidades jurídicas limitadas, reconhecidas pelos respectivos textos constitucionais. Não é o caso do Brasil, contudo. Na federação brasileira, o único sujeito de direito internacional público é a República Federativa do Brasil.

3: Certo. A afirmação genérica apresentada no item deve ser considerada correta, pois, enquanto regra, desde o famigerado RE 80.004/SP, de 1977, o Supremo Tribunal Federal considera que os tratados internacionais equivalem a leis ordinárias federais. Isso significa que, abstraído o critério da especialidade, um tratado internacional revogará lei anterior com ele incompatível, mas terá sua execução suspensa em caso de lei posterior antinômica, sujeitando o Brasil à responsabilidade internacional por eventual descumprimento do tratado. Desde que a questão foi cobrada, em 2004, contudo, o direito brasileiro evoluiu. Pela emenda constitucional 45, de 2004, determinou-se que os tratados internacionais de direitos humanos aprovados no Congresso Nacional por maioria de 3/5 nas duas casas em dois turnos equivalem a emendas constitucionais. Terão hierarquia constitucional, portanto. Pelo RE 466.343/SP, de 2008, o STF atribuiu status supralegal - mas infraconstitucional - a todos os demais tratados de direitos humanos, independentemente das formalidades de aprovação congressual. Atualmente, o julgamento da RE 460.320/PR (ainda inconcluso) tende a retomar a interpretação original do artigo 98 do Código Tributário Nacional, para reconhecer status supralegal também aos tratados em matéria tributária. Dessa forma, percebe-se que, gradativamente, o direito brasileiro evolui para uma jurisprudência mais consentânea com os princípios da boa-fé e do *pacta sunt servanda*, previstos na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, da qual o Brasil é parte.

4: Anulado. O item está correto, mas a classificação utilizada, entre tratado-contrato e tratado-lei é controversa, imprecisa e enganosa. Os doutrinadores que adotam a classificação procuram distinguir os tratados-contrato, assim chamados porque, por meio deles, as partes regulam interesses recíprocos dos Estados, normalmente de natureza bilateral, e os tratados-leis, os quais têm por escopo criar normas gerais de direito internacional e são usualmente pactuados entre muitos Estados. A inutilidade de tal classificação é ancorada no fato de que todos os tratados têm características de ambos os tipos. Quando menos, o tratado contratual terá seu texto regrado pelas cláusulas finais, cujo caráter normativo é inegável. A parte final da assertiva está correta, pois os tratados devem ser interpretados de boa fé, de acordo com seu sentido comum, em seu contexto e à luz de seu objeto e finalidade, nos termos do artigo 31 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969. Ao mesmo tempo, o artigo 53 do mesmo tratado dispõe: "É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral.

5: Errado. A Convenção de Viena sobre sucessão de estados em matéria de bens, dívidas e arquivos ainda não está em vigor mas reflete, grosso modo, as normas costumeiras que regulamentam o tema. Enquanto regra, as dívidas odiosas e as dívidas de governo não são transmitidas ao estado sucessor. As demais dívidas são distribuídas entre estados sucedido e sucessor com base em critérios equitativos, que levam em consideração, principalmente, o benefício auferido pelo território com a contração da dívida. De toda forma, os estados sempre podem acordar alguma distribuição que se baseie em critérios distintos. Não existe norma imperativa de direito internacional público a respeito da matéria.

6: Errado. De acordo com o artigo 4 da Carta da ONU, podem ser admitidos na organização os (i) estados (ii) amantes da paz que (iii) aceitem, (iv) estejam aptos e (v) dispostos a cumprir as obrigações previstas na Carta. No Parecer consultivo sobre a admissão de novos membros na ONU, proferido em 1948, a Corte Internacional de Justiça afirmou que esses cinco requisitos são exaustivos. Dessa forma, o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de população e de extensão territorial não são requisitos para a admissão de um estado nas Nações Unidas.

7: Certo. A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU e funciona com base em seu Estatuto e nas chamadas *Regras da Corte*, espécie de código de processo. A competência da Corte é ampla. Em relação à competência *ratione materiae,* a Corte pode analisar todas as controvérsias jurídicas levadas a ela (art. 36, ponto 1, do Estatuto da CIJ). Já a competência *ratione personae* é mais limitada, pois a Corte só pode receber postulações de Estados, sejam ou não membros da ONU (art. 34, ponto 1, do Estatuto da CIJ). A Corte é composta por quinze juízes eleitos de três em três anos para um período de nove anos, com a possibilidade de reeleição. Não é possível que seja eleito mais de um juiz da mesma nacionalidade. A eleição é feita pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança por maioria absoluta de votos, a partir de lista apresentada pelos grupos nacionais da Corte Permanente de Arbitragem. Em relação às qualificações necessárias para ser eleito o art. 2 do Estatuto determina: "a Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, entre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional". Os eleitores devem ter presente ainda que a Corte deve assegurar a representação dos principais sistemas jurídicos do mundo.

8: Errado, pois a OMC não faz parte da "constelação onusiana"[5]. A OMC é uma organização internacional, com sede em Genebra, na Suíça, e cuja função é zelar pelas normas que regem o comércio entre os países, no plano mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional especializada de vocação universal. De maneira mais ampla, a OMC é uma organização para a liberalização do comércio, um fórum para que os governos negociem acordos comerciais e um lugar para que resolvam suas diferenças comerciais. Ademais, é encarregada de aplicar um sistema de normas comerciais – o chamado *sistema de resolução de controvérsias da OMC*. Podem ser membros da OMC estados e territórios aduaneiros, como Hong Kong e Taiwan.

9: Errado. De fato, o princípio do efeito direto, consagrado no caso Van Gend en Loss, de 1963, e o princípio da supremacia do direito comunitário (atualmente chamado direito da União Europeia), consagrado no caso Costa vs Enel, de 1964, são dois dos mais notáveis princípios do direito da União Europeia. No entanto, não existe nenhuma proibição de que Benguela celebre tratado com um estado da União Europeia. A responsabilidade por eventual descumprimento do direito da União Europeia recairia sobre o estado europeu parte em tratado antinômico com o ordenamento jurídico comunitário.

10: Certo, pois o descrito na assertiva reproduz as etapas procedimentais necessárias para um diplomata ser nomeado chefe de missão diplomática permanente na República de Benguela (art. 39 da Lei nº 11.440/2006).

Gabarito: 1C, 2E, 3C, 4 Anulada, 5E, 6E, 7C, 8E, 9E, 10C/

(Diplomacia – 2003) Acerca do direito internacional público (DIP), julgue os itens a seguir.

(1) Desde o início do século XX, consolidou-se na prática internacional a aceitação de que todo indivíduo tem personalidade jurídica de direito internacional, fato que é corroborado por haver cortes internacionais que julgam indivíduos que cometeram crimes de guerra e também por haver tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos do Homem, que admitem a possibilidade de indivíduos atuarem como partes nos processos por elas julgados.

(2) Está consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) o entendimento de que, no ordenamento jurídico brasileiro, as convenções internacionais ocupam o mesmo patamar hierárquico das leis ordinárias, com exceção dos tratados que definem direitos humanos, aos quais se reconhece estatura constitucional.

(3) Considere a seguinte situação hipotética: Brasil e Uruguai, após várias tentativas de negociação direta, não chegaram a um consenso acerca da aplicação das regras do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) à importação de pneumáticos remodelados. De um lado, o Brasil defendia que as portarias ministeriais que proibiam a importação desses pneumáticos não contrariavam nenhuma regra de DIP. De outro, o Uruguai sustentava que a proibição da importação desse tipo de bem violava regras do MERCOSUL. Para dirimir essa controvérsia, foi constituído um tribunal arbitral que decidiu pela procedência da argumentação uruguaia e determinou que o Brasil retirasse de sua legislação interna restrições à importação de pneumáticos remodelados. Nessa situação, é correto afirmar que, se o Brasil viesse a editar uma lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados, esse ato caracterizaria descumprimento da referida decisão arbitral e, portanto, configuraria ilícito internacional que acarretaria para a República Federativa do Brasil o dever de indenizar o Estado uruguaio por eventuais danos advindos da proibição de importação de pneumáticos remodelados imposta pela referida lei.

(4) Diversamente da Organização Mundial do Comércio (OMC), o MERCOSUL não é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito internacional e não tem competência para celebrar tratados internacionais.

(5) Dada a imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, o poder judiciário brasileiro não possui competência para julgar o cônsul de um Estado europeu pela prática de um homicídio passional. Não obstante, se houvesse provas contundentes da prática do ato criminoso pelo cônsul, o poder executivo brasileiro poderia expulsá-lo do território nacional, dado que a expulsão é um ato administrativo que não caracteriza a imposição de uma punição.

1: Errado. É bem verdade que já no início do século XX, o primeiro tribunal internacional criado na história, a Corte Centro-americana de Justiça (1908-1918), já reconhecia aos indivíduos o direito de petição. No entanto, o reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional seria consolidado de forma clara apenas na segunda metade do século passado. De fato, a sistematização do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a criação de tribunais penais internacionais, a julgar indivíduos, e o reconhecimento do direito de petição individual em alguns tribunais internacionais, contribuiu para essa consolidação da personalidade jurídica do ser humano. Ainda assim, a matéria manteve-se controvertida por décadas, e ainda hoje existem autores que se filiam à doutrina clássica, dificilmente compatível com o direito internacional do século XXI, de que os indivíduos não seriam sujeitos de direito das gentes. De todo modo, o item apresenta um erro claro: a Corte Interamericana de Direitos Humanos só pode ser acionada pelos estados partes ou pela Comissão; o indivíduo, conforme art. 61 da Convenção, fica proibido de apresentar petição à Corte. Os indivíduos podem tão somente solicitar à Corte, nos casos em que sejam partes, medidas provisórias em situações de extrema gravidade e urgência, desde que verificado risco de dano irreparável à vítima ou às vítimas, nos termos do art. 63 (2) da Convenção Americana de Direitos Humanos. Isso não representa, contudo, um acesso direto ao tribunal, que sempre deverá ser provocado pela Comissão ou por estados.

2: Errado. Desde o famigerado RE 80.004/SP, de 1977, a jurisprudência do Supremo Tribuna Federal, minimiza a relevância do princípio *pacta sunt servanda*, previsto nos artigos 26 e 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, e considera que os tratados internacionais têm hierarquia normativa equivalente à de lei ordinária federal. Isso significa que o juiz brasileiro não aplicará um tratado internacional, caso exista lei posterior com ele incompatível. Eventual descumprimento do tratado pelo Poder Judiciário sujeitará o estado brasileiro à responsabilidade internacional. A posição exarada no item, de que todos os tratados de direitos humanos (independentemente do quórum de aprovação no Congresso) deveriam ter status constitucional, é uma das poucas teses que consegue reunir a virtual unanimidade dos doutrinadores brasileiros. Na interpretação de Cançado Trindade, esse status estaria consagrado no art. 5º §2º da CF/88, dispositivo constitucional que foi sugerido, à época da Constituinte, pelo próprio internacionalista. Contudo, essa tese ainda não encontra aderência na jurisprudência

---

5. Nesse sentido: "Ademais, conforme salienta Giorgio Sacerdoti, a OMC não pode ser considerada como uma agência especializada da ONU, não apenas porque resulta de um Acordo completamente independente, mas também porque sua composição é notavelmente diferente. Além disso, o referido autor, no mesmo trabalho (p. 52), opine que a OMC é uma organização internacional sob todos os aspectos, o que implica que *não* se constitui nem em mero tratado nem em agência internacional especializada" (NETO, José Cretella. Curso de *Direito Internacional Econômico.* São Paulo: Saraiva, 2012. p. 420).

brasileira. É bem verdade que foi esposada pelo Ministro Celso Mello no julgamento do RE 466.343/SP, em 2008, e seguida por outros 4 ministros. Prevaleceu, contudo, a tese defendida à época pelo ministro Gilmar Mendes, que logrou angariar outros 5 votos, no sentido de que o direito constitucional brasileiro é aberto ao direito internacional, *ma non troppo.* Consagrou-se, no julgamento, que os tratados de direitos humanos são supralegais, mas terão hierarquia constitucional apenas os que forem aprovados por 3/5 dos membros de cada uma das casas do Congresso em 2 turnos de votação, conforme previsto no art. 5º §3º da CF/88, introduzido em 2004 pela EC-45.

3: Certo. Não há nada de hipotético na situação relatada. Em 2002, o Brasil foi condenado pelo Tribunal Arbitral do Mercosul, ainda sob a égide do antigo Protocolo de Brasília sobre solução de controvérsias, devido a restrição à importação de pneus recauchutados do Uruguai. Na decisão, o tribunal arbitral determinou que o Brasil adaptasse a sua legislação. Dessa forma, a adoção de lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados representaria uma conduta incompatível com uma obrigação internacional, derivada, no caso, de uma decisão arbitral. Como se sabe, seria o caso de um ato internacionalmente ilícito que acarretaria responsabilidade internacional e a consequente obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados, nos termos o projeto de artigo sobre responsabilidade internacional dos estados, de 2001. Com relação aos pneus recauchutados, o Brasil seria condenado, posteriormente, no sistema de solução de controvérsias da OMC, em disputa iniciada pela União Europeia. Em relatório de 2007, o Órgão Permanente de Apelação determinou que o Brasil poderia restringir a importação desses pneus, de modo a proteger o meio ambiente, mas não poderia exercer discriminação em favor do Mercosul – como fazia até então, para cumprir o laudo arbitral. A controvérsia e, em particular, a compatibilização das decisões, seria resolvida, definitivamente, por meios diplomáticos.

4: Errado, pois o Mercosul tem personalidade jurídica de direito internacional, expressamente prevista no art. 34 do Protocolo de Ouro Preto: "O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional". Pode, dessa forma, celebrar tratados internacionais, como os já celebrados com Egito, Israel e Palestina, e como atualmente negociado com a União Europeia. A titularidade da personalidade jurídica do Mercosul é exercida pelo Conselho Mercado Comum, órgão superior da organização, a quem compete negociar acordos internacionais em nome do Mercosul, conforme previsto no Protocolo de Ouro Preto.

5: Errado, em primeiro lugar, porque os cônsules (funcionários consulares) gozam de imunidade penal, civil e administrativa *ratione materiae*, vale dizer, apenas no tocante aos atos relacionados às suas funções (não por atos particulares), e em segundo lugar, porque um funcionário consular não pode ser, a princípio, expulso; pode, em realidade, ser declarado *persona non grata*, recebendo um prazo razoável para se retirar do país. Caso o cônsul não se retire no prazo estabelecido, o estado receptor não estará mais obrigado a reconhecê-lo como um membro da repartição consular; em outras palavras, não estará obrigado a assegurar-lhe imunidade, podendo julgá-lo, ou, se for o caso, até expulsá-lo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2003) A República de Utopia e o Reino de Lilliput são dois Estados nacionais vizinhos cuja relação tornou-se conflituosa nos últimos anos devido à existência de sérios indícios de que Lilliput estaria prestes a desenvolver tecnologia suficiente para a fabricação de armamentos nucleares, fato que Utopia entendia como uma ameaça direta a sua segurança. Após várias tentativas frustradas de fazer cessar o programa nuclear lilliputiano, a República de Utopia promoveu uma invasão armada a Lilliput em dezembro de 2001 e, após uma guerra que durou três meses, depôs o rei e promoveu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que outorgou a Lilliput sua atual constituição. Nessa constituição, que é democrática e republicana, as antigas províncias foram convertidas em estados e foi instituído, no lugar do antigo Reino de Lilliput, a atual República Federativa Lilliputiana.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) Se o Reino de Lilliput houvesse rechaçado a invasão, a celebração da paz entre esses dois países não teria o condão de restaurar a vigência dos tratados bilaterais de cooperação comercial anteriormente firmados entre os dois países, pois a guerra acarreta a extinção de tratados dessa natureza, e não apenas a suspensão dos seus efeitos.

(2) Considerando que o Reino de Lilliput havia contraído empréstimos perante a República de Atlântida, é correto afirmar que o direito consuetudinário internacional determina que a extinção da pessoa jurídica de direito internacional Reino de Lilliput não implica a extinção de todas as obrigações jurídicas de que ela era titular, pois a República Federativa Lilliputiana é considerada sucessora do Reino de Lilliput em suas obrigações internacionais, especialmente no que se refere a empréstimos contraídos por este Reino perante outros sujeitos de direito internacional, inclusive no que se refere às dívidas contraídas para sustentar a guerra contra Utopia.

(3) Considerando que a constituição da República Federativa Lilliputiana define que os tratados internacionais têm primazia sobre as leis internas, é correto afirmar que o referido Estado adota a teoria dualista das relações entre direito internacional e direito interno, pois sua constituição confere tratamento diferenciado a esses dois elementos.

(4) O direito internacional não consagra o princípio de que a República Federativa Lilliputiana teria direito a substituir o Reino de Lilliput nas organizações internacionais de que este reino fizesse parte.

(5) A República Federativa Lilliputiana deve obediência aos costumes internacionais gerais que eram vigentes no momento em que ela adquiriu personalidade jurídica de direito internacional, não obstante essas regras terem sido estabelecidas antes do próprio surgimento desse Estado.

1: Certo, pois a guerra ocasiona a extinção de tratados bilaterais de cooperação comercial previamente firmados. Nesse sentido, o art. 62, ponto 1, *a*, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados disciplina a possibilidade de as partes extinguirem o tratado em hipótese de fundamental alteração das circunstâncias que deram origem ao acordo (cláusula *rebus sic stantibus)*, e logicamente a situação de um conflito armado ocasiona uma grande alteração fática;

2: Errado. O item está prejudicado, pois o caso hipotético não trata de sucessão de Estado, mas de mudança de governo, e de nova ordem constitucional. Não foi extinta, portanto, a personalidade jurídica do Estado, e tampouco se pode falar em Estado sucessor;

3: Errado. Segundo a tese monista, o direito internacional e o nacional fazem parte do mesmo sistema jurídico. As doutrinas monistas se subdividem em: **a)** monismo internacionalista, que prega a prevalência pelo direito internacional sobre o direito nacional, como defendia Hans Kelsen; e **b)** monismo nacionalista, que prega a prevalência do direito interno sobre o direito internacional, como defendia Max Wenzel. A jurisprudência internacional consagra o princípio da supremacia do direito internacional sobre o direito interno, já afirmado pelo juiz Max Huber na arbitragem do caso da Ilha de Palmas: "O direito interno é mero fato para o direito internacional". Atualmente, a tese, decorrente

do *pacta sunt servanda*, consagra-se no artigo 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados: "Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado". Nos tribunais domésticos, contudo, nem sempre a prevalência do direito internacional é reconhecida. Já a tese dualista advoga que direito interno e direito internacional pertencem a sistemas jurídicos distintos. Para Heinrich Triepel, o maior expoente do dualismo, o direito internacional não se relaciona de modo algum com o direito interno, sequer existindo antinomia entre eles. A doutrina posterior a Triepel subdividiu o dualismo em: **a)** dualismo radical: impõe a edição de uma lei distinta para incorporação do tratado; e **b)** dualismo moderado: não exige lei para a incorporação do tratado, mas apenas um procedimento complexo, com aprovação do Congresso e promulgação do Executivo. Ora, por todo o dito, não se pode afirmar que um país adotou a tese dualista apenas por ter adotado a primazia dos tratados internacionais sobre as leis internas na sua Constituição. No Brasil, a Constituição Federal silenciou neste aspecto, e em virtude da omissão constitucional a jurisprudência do STF afirma a corrente dualista moderada. Isso porque o tratado só passará a ter validade interna após ter sido aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado e promulgado pelo Presidente da República, mas sem a necessidade de edição de lei; a promulgação é efetuada mediante decreto presidencial;

4: Essa assertiva está prejudicada, e seria pertinente sua anulação, uma vez que a situação apresentada na questão trata da mudança da forma de governo e não da extinção e sucessão de Estado. No mais, caso se estivesse falando de verdadeira sucessão de Estados, a afirmação estaria correta, pois não existe direito de sucessão automática em matéria de participação em organizações internacionais;

5: Certo, pois a República Federativa Lilliputiana faz parte da comunidade internacional e, destarte, deve obedecer às regras costumeiras que regem a convivência nessa comunidade marcada pela interdependência dos Estados.

Gabarito oficial: 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

Gabarito dos autores: 1C, 2 E, 3E, 4 Anulada, 5C

(Diplomacia 2002) O Tratado da Antártida, assinado em Washington em 1959, acaba de completar quarenta anos de vigência (1961-2001) e tem sido considerado um instrumento de notável eficácia e solidez tanto do ponto de vista jurídico quanto político. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que não constitui princípio adotado no texto do referido tratado:

(A) A utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos.

(B) A liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas.

(C) Congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico.

(D) A internacionalização da Antártida, que passou a ser considerada "patrimônio comum da Humanidade".

(E) Direito de cada uma das partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais.

O Tratado da Antártida, assinado em primeiro de dezembro de 1959 e ratificado pelo Brasil em 1975 (Dec. 75.963), tem por objetivo garantir que a Antártida seja sempre utilizada para fins pacíficos. Os princípios informadores desse tratado são os seguintes: **a)** a utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos; **b)** a liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas; **c)** o congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico; **d)** o direito de cada uma das partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais; e **e)** a preservação e a conservação dos recursos vivos na Antártida (art. 9(1) do Tratado da Antártida).

A: Incorreta, pois o art. 1 (1), do Tratado da Antártida assim dispõe: "A Antártida será utilizada somente para fins pacíficos. Serão proibidas, *inter alia*, quaisquer medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas". Ademais, isso é declarado expressamente como princípio pelo art. 9 (1)(*a*) do Tratado da Antártida;

B: Incorreta, pois tais princípios são adotados pelo tratado, expressamente pelo art. 9(1)(*b)* e (*c*), do Tratado da Antártida. É importante ler também os arts. 2 e 3(1), do mesmo Tratado;

C: Incorreta. O art. 4(2), do Tratado da Antártida é imperativo: "Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente Tratado, constituirá base para programar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida, ou para criar direitos de soberania na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente Tratado estiver em vigor";

D: Correta, pois o Tratado da Antártida não possui tal previsão. Apesar de não ser prevista expressamente no texto do Tratado, a "internacionalização, como modo de exclusão das pretensões de apropriação com intuito de exercer a soberania estatal, se deu e, todavia, se encontra em curso em relação aos espaços polares. Alguns países pretenderam alegações de reivindicações sobre parcelas da Antártica. Mas esta se considera aqui dentre os espaços internacionalizados, e a prática internacional tem sido em tal sentido"[6].

E: Incorreta, pois o direito de inspeção está disciplinado no art. 7 do Tratado da Antártida.

Gabarito "D"

6. CASELLA, Paulo Borba. *Direito Internacional dos Espaços*, pág. 572. Ed. Atlas, 2009.

08. Direito Interno

Renan Flumian, Wander Garcia e Teresa Melo

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1. Constituição

1.1.1. Conceito, Classificações e Primado da Constituição

(Diplomacia 1996) O sistema parlamentarista de governo poderá ser adotado no Brasil:

(A) Por lei de iniciativa do Presidente da República.
(B) Por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
(C) Somente por Assembleia com Poderes Constituintes Originários.
(D) Por Sessão Conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
(E) Por emenda constitucional.

A, B, C, D e **E**: O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a Constituição na vigência dos estados de sítio e de defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). **Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)**. Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são: a) a forma federativa de Estado; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. É importante lembrar que há a possibilidade de criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar o regime de governo, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (pois não se fundamenta em qualquer poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova Constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça".1

Gabarito C

(Diplomacia 1996) A duração do mandato do Presidente da República e a vedação de sua reeleição podem ser alteradas:

(A) Por decreto do Presidente da República.
(B) Por emenda constitucional.
(C) Por lei iniciativa exclusiva do Presidente da República.
(D) Por lei iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.
(E) Por decreto legislativo.

A, B, C, D e **E**: Quanto ao processo de mudança, as constituições classificam-se em rígidas, flexíveis e semirrígidas. As constituições rígidas são modificáveis por um procedimento mais solene e dificultoso que o utilizado para alterar as normas infraconstitucionais. É o caso da atual Constituição brasileira, que só pode ser alterada por meio de emenda constitucional (art. 60 da CF). Além disso, a CF é considerada por alguns doutrinadores como super-rígida, pois além de haver um procedimento mais dificultoso para alterá-la, existem as cláusulas pétreas, que são imodificáveis por emenda constitucional (art. 60, § 4º, da CF). Já as constituições flexíveis podem ser modificadas pelo mesmo procedimento previsto para a alteração das leis, ou seja, utiliza-se o mesmo procedimento para alterar a Constituição e as leis. Por sua vez, as semirrígidas preveem um procedimento mais dificultoso para a alteração de apenas uma parcela de seus preceitos, enquanto os outros são alterados de forma ordinária, ou seja, da mesma forma que as leis o são. Por todo o dito, a alternativa correta é a B, pois a Constituição brasileira só pode ser alterada por emenda constitucional.

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) O Brasil adota a forma federativa de Estado, constituída pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal. Qual das afirmações a seguir é a correta?

(A) A forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional de iniciativa do Poder Executivo.
(B) A forma federativa pode ser alterada mediante a convocação de uma assembleia com poderes constituintes originários.
(C) A forma federativa é inalterável em qualquer circunstância.
(D) A forma federativa pode ser alterada mediante resolução legislativa.
(E) A forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional referendada por dois terços dos estados-membros.

A, B, C, D e **E**: O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a constituição na vigência dos estados de sítio e de defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II,

---

1. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p.110.

III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). As cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são: **a) a forma federativa de Estado**; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. É importante observar que há a possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar a forma federativa de Estado, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (visto que não se fundamenta em qualquer poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça".2

Gabarito "B"

1.1.2. Controle de Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos

(Diplomacia 2002) Constitui instrumento próprio para a declaração da inconstitucionalidade de lei em tese:

(A) ação direta de inconstitucionalidade.
(B) mandado de segurança.
(C) ação civil pública.
(D) *habeas corpus*.
(E) ação monitória.

A: Correto, pois a ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) tem por escopo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou estadual está em harmonia com a Constituição brasileira. A lei que for objeto da ADIN tem de ser tomada no seu sentido amplo, o qual engloba todos os tipos legislativos listados no art. 59 da CF (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções). A ADIN está regulada no art. 102, I, *a*, da CF e na Lei n. 9.868/1999, e os legitimados para interpor tal ação estão elencados no art. 103 da CF, que assim dispõe: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". Os parágrafos do art. 103 trazem importantes regras, a saber: **a)** o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal (§ 1º); **b**) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias (§ 2º); **c)** quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado (§3º); **B: Incorreto.** O mandado de segurança tem o objetivo de proteger o direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX, da CF). O mandado de segurança está disciplinado na Lei n. 12.016/2009; **C: Incorreto.** A ação civil pública tem o fito de proteger o meio ambiente, o consumidor, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e qualquer outro interesse difuso e coletivo contra infração da ordem econômica, da economia popular e da ordem urbanística (art. 1º, *caput* e incisos, da Lei n. 7.347/1985). Os legitimados para interpor tal ação estão elencados no art. 5º da Lei n. 7.347/1985; são eles: a) o Ministério Público; b) a Defensoria Pública; c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; d) a autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista; e) a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. O requisito referente ao prazo de 1 ano de existência ("desde a constituição") da associação pode ser flexibilizado pelo juiz no caso concreto; **D: Incorreto.** O *habeas corpus* tem por objetivo proteger a liberdade de locomoção das pessoas contra a ilegalidade e o abuso de poder (art. 5º, LXVIII, da CF). Importante dizer que esse remédio constitucional cabe tanto na situação de efetiva violência contra a liberdade de locomoção do indivíduo (feição repressiva) como na de fundado temor de violência (feição preventiva do *habeas corpus*); **E: Incorreto.** A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível, infungível, ou de bem móvel ou imóvel, ou, ainda, adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (art. 700, I a III, do CPC).

Gabarito "A"

(Diplomacia 2000) Assinale a opção em que consta pessoa ou ente não legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

(A) Governador de Estado.
(B) Partido político com representação no Congresso Nacional.
(C) Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
(D) Mesa da Câmara dos Deputados.
(E) Procurador-Geral da República.

A, B, C, D e **E**: O art. 103 da CF assim dispõe: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; **III - a Mesa da Câmara dos Deputados**; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; **V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal**; **VI - o Procurador-Geral da República**; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; **VIII - partido político com representação no Congresso Nacional**; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". Pela leitura do artigo, percebe-se que a assertiva a ser assinalada é a "C".

Gabarito "C"

1.2. Estado

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) A respeito da evolução constitucional do Brasil, julgue os seguintes itens.

(1) O Estado laico sempre foi uma constante constitucional no Brasil, pois, até mesmo na Constituição do Império, de 1824, assegurava-se a inexistência de uma religião oficial do Estado.

2. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.* 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p.110.

(2) A primeira Constituição republicana do Brasil manteve a forma unitária de Estado, preexistente na Constituição do período monárquico, bem como a existência de quatro poderes políticos: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o moderador.

1: Incorreto. A Constituição de 1824 manteve a religião católica apostólica romana como oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões – apesar dessa previsão, na prática, existia liberdade religiosa; **2: Incorreto.** No dia 25 de novembro de 1889 foi fundada a República brasileira, isto é, passou-se do regime monárquico para o republicano e tal passagem pode ser vista historicamente como um golpe militar, pois muitos historiadores apontam que ela foi arquitetada pela elite do Exército em conjunto com os ricos cafeicultores. E, em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,3 que, nos seus arts. 72 a 78, traz uma declaração de direitos. Dentre os quais, podemos destacar a total liberdade religiosa – o Brasil tornou-se um estado laico. Foi instituído o voto direto e universal (contra o antigo indireto e censitário), mas os analfabetos e as mulheres continuavam sem o direito de votar. Como já apontamos em relação a forma de governo (República), a Constituição também inovou quando instituiu a federação como forma de estado (contra o antigo estado unitário) e estabeleceu o regime de governo presidencialista. Ato-consequência da mudança da forma de estado é a substituição das províncias por estados-membros. Por fim, o Poder Moderador foi extinto e remanesceu apenas o Executivo, Legislativo e Judiciário, consoante preconizou o Barão de Montesquieu.

Gabarito 1E, 2E

1.3. Organização dos Poderes no Direito Brasileiro

(Diplomacia 2009) O Conselho da República, previsto como órgão superior de consulta do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, cuida de relevantes assuntos da vida do Estado. Acerca da atuação desse Conselho, assinale a opção correta.

(A) Algumas atribuições do Conselho da República são compartilhadas com o Conselho de Defesa Nacional, com o qual, no entanto, o primeiro não se confunde.

(B) O Conselho da República decide, em última instância, sobre questões relevantes para a estabilidade e a continuidade das instituições democráticas.

(C) O Ministro de Estado das Relações Exteriores dele participa como membro nato e, portanto, está dispensado de convocação para as reuniões.

(D) O Conselho da República é composto por membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da sociedade civil.

(E) Havendo composição plena, o Conselho da República atua de forma conjunta com o Conselho Nacional de Justiça.

A, B, C, D e **E:** O Conselho da República é o órgão superior de consulta do Presidente da República, e é formado pelo Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução (art. 89, *caput* e incisos, da CF). O Conselho tem competência para se pronunciar nos casos de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de sítio e nas questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas (art. 90, I e II, da CF). O Presidente da República pode convocar um Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho quando constar na pauta questão relacionada com o respectivo Ministério. Por sua vez, o Conselho da Defesa Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e é formado pelo Vice Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça, Ministro de Estado de Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro do Planejamento e comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército (art. 91, *caput* e incisos, da CF). O Conselho tem competência para: **a)** opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz; **b)** opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; **c)** propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; e **d)** estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias para garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático (art. 91, § 1º, I, II, III e IV, da CF). Por todo o dito, a única assertiva correta é a primeira (A), porque tanto o Conselho da República como o Conselho de Defesa Nacional participam da decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal (arts. 90, I, e 91, § 1º, II).

Gabarito "A"

(Diplomacia 2009) No que concerne à súmula com efeito vinculante, introduzida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 45 de 2004, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em se tratando de matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso de matéria infraconstitucional, a súmula com efeito vinculante amplia o poder decisório dos juízes singulares.

(2) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou pelos tribunais superiores, confirma ou modifica o poder decisório dos juízes singulares.

(3) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada com exclusividade por tribunais superiores, consolida a atividade judicante de primeiro grau, sem qualquer exceção.

(4) A súmula com efeito vinculante, que deve ser editada pelo Supremo Tribunal Federal, restringe o poder decisório dos juízes singulares.

"Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao

---

3. O nome é mais um indicativo da escolha da Constituição dos Estados Unidos da América como paradigma inspirador.

Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso".
1: Incorreto, pois somente o STF pode editar súmula vinculante. Ademais, a súmula com efeito vinculante diminui – e não amplia, como quer a assertiva – o poder decisório dos juízes singulares (art. 103-A da CF); **2** e **3: Errados**. Reler o comentário à assertiva anterior; **4: Correto**, pois os juízes singulares deverão decidir em conformidade com o que preceitua a súmula com efeito vinculante.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

As principais súmulas vinculantes são:

a) Súmula Vinculante nº 3: Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;

b) Súmula Vinculante nº 5: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição;

c) Súmula Vinculante nº 10: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte;

d) Súmula Vinculante nº 11: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado;

e) Súmula Vinculante nº 13: A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal;

f) Súmula Vinculante nº 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo;

g) Súmula Vinculante nº 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

(Diplomacia 2008) Tendo em vista a disciplina constitucional acerca dos Poderes Legislativo e Executivo, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Como regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas pela maioria absoluta dos votos de seus membros.

(2) A sanção presidencial só é exigida nos projetos de lei de competência privativa do presidente da República.

(3) Não perderá o mandato o deputado ou senador investido no cargo de ministro de Estado, governador de território, secretário de estado, do Distrito Federal, de território, de prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária.

(4) No caso de agressão estrangeira, é competência privativa do presidente da República declarar guerra, autorizado pelo Congresso Nacional, ou referendado por ele caso a agressão ocorra no intervalo das sessões legislativas, bem como celebrar a paz, autorizado ou referendado pelo Congresso Nacional.

1: Incorreto, pois, como regra, as deliberações são tomadas pela maioria simples ou relativa dos votos, desde que esteja presente a maioria absoluta da composição do colegiado (comissão ou plenário). Por exemplo: certa comissão do Senado tem 17 membros e a sua maioria absoluta, portanto, é 9. Com a presença de 9 senadores, serão necessários 5 votos a favor; se estiverem presentes 11 membros, serão necessários 6 votos a favor. Tal regra é o que se chama de maioria simples ou relativa (em relação ao número de presentes), e é definida pelo art. 47 da CF: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Assim, só existirá quórum especial se isso estiver expressamente previsto; **2: Incorreto.** A sanção é a manifestação favorável do Chefe do Poder Executivo quanto ao projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. O art. 48 da CF assim determina: "Cabe ao Congresso Nacional, **com a sanção do Presidente da República**, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União (...)". Pela redação do art. 48 da CF, percebe-se que a regra é a participação, pela sanção ou veto, do Presidente da República no processo legislativo. Essa regra será afastada nos casos de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF), de competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51 da CF) e de competência privativa do Senado Federal (art. 52 da CF); **3: Correto**, pois reflete o disposto no art. 56, I, da CF; **4: Correto**, pois reflete o texto do art. 84, XIX e XX, da CF.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2002) Qual das opções não contempla cargo privativo de brasileiro nato?

(A) Vice-Presidente da República.
(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
(C) Diplomata.
(D) Presidente da Câmara do Deputados.
(E) Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

A, B, C, D e **E**: A redação do art. 12, § 3º, da CF é a seguinte: "São privativos de brasileiro nato os cargos: **I - de Presidente e Vice-Presidente da República**; **II - de Presidente da Câmara dos Deputados**; **III - de Presidente do Senado Federal**; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; **V - da carreira diplomática**; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa". Vale lembrar que o Presidente da Mesa do Congresso Nacional é o Presidente do Senado Federal (art. 57, §5º, da CF).

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) As seguintes atribuições competem privativamente ao Presidente da República, dispensada a aprovação prévia do Congresso Nacional:

(A) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
(B) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
(C) Dispor sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e Órgãos da Administração Pública.
(D) Dispor sobre telecomunicações e radiodifusão.

(E) Fixar e modificar os efetivos das Forças Armadas.

A: Incorreto, pois a referida atribuição é competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, XV, da CF); **B: Incorreto,** pois destoa do disposto no art. 84, XIV, da CF: "nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei"; **C: Correta** (art. 84, I e II, da CF); **D: Incorreto,** pois tal função é competência do Congresso Nacional (arts. 22, IV, e 48, XII, ambos da CF); **E: Incorreto,** pois essa atribuição é competência do Congresso Nacional (art. 48, III, da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) O Tribunal de Contas da União é:

(A) Órgão integrante do Poder Judiciário.
(B) Um poder autônomo.
(C) Órgão auxiliar do Congresso Nacional para o controle externo.
(D) Órgão integrante do Poder Executivo.
(E) Órgão incumbido do controle interno.

A, B, C, D e **E**: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (art. 70 da CF). No caso do controle externo, este será realizado com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71 da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes eleitos em cada Estado e no Distrito Federal por um dos seguintes sistemas eleitorais:

(A) Por Colégios eleitorais.
(B) Pelo voto majoritário.
(C) Pelo voto proporcional.
(D) Pelo voto proporcional misto.
(E) Por nenhum deles.

A, B, C, D e **E**: O art. 45, *caput*, da CF assim dispõe: "A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

Gabarito "C"

(Diplomacia 1996) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal eleitos por um dos seguintes sistemas eleitorais:

(A) Voto proporcional.
(B) Voto majoritário.
(C) Voto proporcional misto.
(D) Colégios eleitorais.
(E) Nenhum deles.

A, B, C, D e **E**: O art. 46, *caput*, da CF assim dispõe: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário".

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) Qual a idade mínima para um cidadão brasileiro ser elegível Presidente da República?

(A) 35 anos.
(B) 30 anos.
(C) 21 anos.
(D) 40 anos.
(E) 25 anos.

A, B, C, D e **E**: O art. 14, § 3º, VI, *a*, da CF determina que uma das condições de elegibilidade para o cargo de Presidente da República é ter a idade mínima de 35 anos, a qual é também uma das condições para alguém se eleger Vice-Presidente da República e Senador.

Gabarito "A"

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) A Constituição Federal estabelece duas formas de controle da utilização dos recursos públicos. A primeira, denominada controle externo, é de responsabilidade do Congresso Nacional, que é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União. O controle interno, por sua vez, é exercido dentro dos poderes, pelos próprios agentes. Com referência a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

(1) É atribuição legal do controle externo apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.
(2) Caso ocorra, em relação ao erário, dano decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, as contas serão julgadas irregulares.

1: Incorreto, pois a atribuição apresentada pelo item 1 não faz parte da lista de funções a serem realizadas pelo controle externo, conforme dispõe o art. 71 da CF; **2: Correto**, pois nesse caso é obrigatório declarar como irregulares as contas prestadas.

Gabarito 1E, 2C

1.4. Processo Legislativo Brasileiro

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao processo legislativo brasileiro.

(1) A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias cabe, na forma e nos casos previstos na Constituição, a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos.
(2) No exercício de sua autonomia política e legislativa, os estados não estão obrigados a seguir compulsoriamente as regras do processo legislativo federal. Por essa razão, pode o constituinte estadual adotar normas acerca da formação das espécies normativas que não guardem simetria com o modelo básico previsto na Constituição Federal.
(3) Compete ao Presidente da República, entre outras atribuições, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição.
(4) Após ser aprovada por ambas as casas do Congresso Nacional, a emenda constitucional não é encaminhada para sanção presidencial, devendo ser promulgada, com o respectivo número de ordem, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

1: Correto, pois a assertiva reflete integralmente a redação do art. 61 da CF; 2: **Incorreto.** Em função do princípio da simetria constitucional, os estados-membros devem obedecer às regras estipuladas na Constituição. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da CF e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos

municípios (frise-se que município não tem Constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário; **3: Correto**, pois a assertiva reflete o disposto no art. 84, IV e XXIII, da CF; **4: Correto**, pois a assertiva reflete o disposto no art. 60, §§ 2º e 3º, da CF.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2009) Objeto de constantes disputas entre os Poderes, a medida provisória tem sido importante instrumento de governo à disposição do Presidente da República. No entanto, há limitações constitucionais que vedam sua edição em relação a matérias expressamente definidas. Acerca de medidas provisórias, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O poder investigatório do Ministério Público e sua ingerência no inquérito policial, objeto de veemente debate nacional, foram motivados por edição de medida provisória.

(2) É vedada a edição de medidas provisórias em matéria eleitoral, ainda que aprovadas antes do início do ano das eleições de que cuida a norma.

(3) Os ativos financeiros, como, por exemplo, poupanças privadas, podem ser objeto de medida provisória que determine detenção temporária ou sequestro de bens.

(4) A instituição ou majoração de impostos podem ser objeto de edição de medida provisória.

1: Incorreto, pois esse não foi o motivo que originou o debate nacional citado. Deve-se lembrar que o Ministério Público tem a função institucional de exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, VII, da CF); **2: Correto** (art. 62, § 1º, I, *a*, da CF); **3: Errado** (art. 62, § 1º, II, da CF); **4: Correto** (art. 62, § 2º, da CF).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia 1996) Os Poderes da União são constituídos do Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais são independentes e harmônicos entre si. No entanto, em linha com as modernas doutrinas constitucionais, a Constituição Brasileira prevê mecanismos de controles recíprocos entre os poderes. Indique qual o mecanismo de controle que o Executivo pode exercer sobre o Legislativo.

(A) Apresentação de projeto de lei que altere as leis já aprovadas pelo Congresso.

(B) Edição de medidas provisórias que alterem leis já aprovadas pelo Congresso.

(C) Convocação de referendo popular sobre projetos de lei aprovados pelo Congresso.

(D) Veto a projetos de lei submetidos à sanção do Presidente da República.

(E) Propositura de mandato de segurança pelo Presidente da República contra a aprovação de projetos de lei pelo Congresso.

Cada poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – exerce sua função típica e também tem funções atípicas. No caso do Executivo, a função típica é administrar, mas o chefe do executivo também cumpre funções legislativas, como vetar ou sancionar uma lei (art. 84, IV e V, da CF). Ele pode ainda propor projeto de lei (arts. 84, III, e 61, ambos da CF), na forma e nos casos previstos na Constituição, e editar medidas provisórias (art. 62 da CF) e leis delegadas (art. 68 da CF) quando autorizado, no primeiro caso pela Constituição e no segundo pelo Congresso Nacional. **A: Incorreto,** pois são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas e que disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; e f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva; **B: Incorreto,** pois é vedada a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República (art. 62, § 1º, IV, da CF). Ora, se situação menor impossibilita a edição de medida provisória, fica patente a impossibilidade de editar medida provisória que altere lei já aprovada pelo Congresso Nacional, até porque tal edição só é permitida em caso de relevância e urgência, e, logicamente, uma situação fática já regulada por lei nunca cumpriria os requisitos autorizadores da edição de MP; **C: Incorreto.** O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que o regime de governo, no Brasil, será uma democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Pelo dito, percebe-se que o referendo funciona como instrumento de participação política direta do povo no governo, ou seja, é um controle popular – e não do Poder Executivo – sobre a atividade legislativa. Por fim, a diferença entre plebiscito e referendo é que, enquanto no primeiro a consulta popular é prévia ao ato que se deseja aprovar, no segundo, é posterior; **D: Correto,** pois, como mencionado, o Presidente da República tem a função de participar do processo legislativo aprovando ou vetando leis (art. 84, IV e V, da CF). O veto funciona como um mecanismo de controle exercido pelo Executivo sobre o Legislativo e pode ser de dois tipos, consoante o disposto no art. 66, § 1º, da CF: político (em função do interesse público) e jurídico (em função da inconstitucionalidade aferida); **E: Incorreto,** pois contraria a Súmula 266 do STF, que assim preceitua: "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese".

Gabarito "D"

(Diplomacia 1996) O Supremo Tribunal Federal decidiu que determinadas normas constitucionais, chamadas "cláusulas pétreas", não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Constitui uma das cláusulas pétreas:

(A) O sistema presidencialista de governo.

(B) O princípio da igualdade entre empresas nacionais e empresas estrangeiras.

(C) O sistema tributário nacional.

(D) O voto direto, secreto, universal e periódico.

(E) O monopólio tributário nacional.

A, B, C, D e **E**: As cláusulas pétreas são: a) a forma federativa de Estado; b) **o voto direto, secreto, universal e periódico**; c) a separação dos Poderes; d) os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, da CF).

Gabarito "D"

1.5. Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988

É precisamente no ato e no momento da interpretação--aplicação que o juiz desempenha o papel de agente redutor da distância entre a generalidade da norma e a singularidade do caso concreto.

Inocêncio Mártires Coelho. **Interpretação constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris (Editor), 1997.

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca da interpretação e da aplicação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

(1) Os princípios constitucionais exigem métodos e critérios hermenêuticos distintos dos que são adotados para a interpretação das leis em geral.

(2) A Constituição deve ser interpretada em sua aplicação a problemas jurídicos concretos, reais ou imaginários, pois somente ao ser aplicada aos casos é que se revela o conteúdo significativo de uma norma.

(3) Podem ser enunciados como princípios da interpretação constitucional: o da unidade da Constituição, o do efeito integrador, o da máxima efetividade e o da conformidade funcional.

1: Correto. Luís Roberto Barroso cuidou devidamente do tema: "É, todavia, no *modo de aplicação* que reside a principal distinção entre regra e princípio. Regras se aplicam na modalidade *tudo ou nada*: ocorrendo o fato descrito em seu relato ela deverá incidir, produzindo o efeito previsto. Exemplos: implementada a idade de 70 anos, o servidor público passa para a inatividade; adquirido o bem imóvel, o imposto de transmissão é devido. Se não for aplicada à sua hipótese de incidência, a norma estará sendo violada. Não há maior margem para elaboração teórica ou valoração por parte do intérprete, ao qual caberá aplicar a regra mediante *subsunção*: enquadra-se o fato na norma e deduz-se uma conclusão objetiva. Por isso se diz que as regras são *mandados ou comandos definitivos (*...) Já os princípios indicam uma direção, um valor, um fim. Ocorre que, em uma ordem jurídica pluralista, a Constituição abriga princípios que apontam em direções diversas, gerando tensões e eventuais colisões entre eles. Alguns exemplos: a livre iniciativa por vezes choca com a proteção do consumidor; o desenvolvimento nacional nem sempre se harmoniza com a preservação do meio ambiente; a liberdade de expressão frequentemente interfere com o direito de privacidade. Como todos esses princípios têm o mesmo valor jurídico, o mesmo *status* hierárquico, a prevalência de um sobre outro não pode ser determinada em abstrato; somente à luz dos elementos do caso concreto será possível atribuir maior importância a um do que a outro. Ao contrário das regras, portanto, princípios não são aplicados na modalidade tudo ou nada, mas de acordo com a *dimensão* de peso que assumem na situação específica. Caberá ao intérprete proceder à *ponderação* dos princípios e fatos relevantes, e não a uma subsunção do fato a uma regra determinada. Por isso se diz que princípios são *mandados de otimização*: devem ser realizados na maior intensidade possível, à vista dos demais elementos jurídicos e fáticos presentes na hipótese4"; **2: Correto.** Mais uma vez Barroso esclarece o tema: "(...) E, em segundo lugar, porque vem conquistando crescente adesão na ciência jurídica a tese de que a norma não se confunde com o enunciado normativo – que corresponde ao texto de um ou mais dispositivos –, sendo, na verdade, o produto da interação texto/realidade. Nessa visão, não existe norma em abstrato, mas somente norma concretizada5"; **3: Correto.** O princípio da unidade dispõe que a Constituição deve sempre ser interpretada em sua totalidade. A Constituição é um sistema unitário de regras e princípios. Já o princípio do efeito integrador determina, consoante explicado por Canotilho, que tanto a interpretação como a solução de antinomias sejam guiadas no sentido de favorecer a integração política e social, como também para prestigiar a unidade política. Por sua vez, o princípio da máxima efetividade deve levar o intérprete a buscar a efetividade concreta da norma. Tal interpretação tem função relevante no campo da realização dos direitos fundamentais, ou melhor eficiência de tais direitos. Por fim, o princípio da conformidade funcional ou justeza prega o dever de respeito à repartição constitucional de competências, tal como definido pelo poder constituinte originário. Podemos, com base na doutrina de Canotilho, indicar também os princípios da concordância prática ou harmonização, da força normativa, da interpretação conforme a Constituição e proporcionalidade ou razoabilidade.

Gabarito 1C, 2C, 3C

4. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 207/208.

5. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 307/308.

Para lutar contra a discriminação racial e a desigualdade, é preciso reaprender a olhar. Olhar para ver que são quase sempre negras as crianças famélicas que fazem malabarismos com bolinhas nos sinais de trânsito das grandes cidades; são quase sempre negras as famílias que dormem sob as marquises, na imundice das sarjetas das nossas ruas; quase sempre negras são as vítimas da violência policial e da tortura. Olhar para ver que a miséria no Brasil tem cor.

Daniel Sarmento. **Direito constitucional e igualdade étnico-racial**. In: Flávia Piovesan e Douglas Martins de Souza (Coord.). **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR.

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens seguintes quanto à perspectiva de direitos e garantias fundamentais na forma em que são previstos constitucionalmente.

(1) A Constituição de 1988 tem um compromisso com a concretização do princípio da igualdade, donde decorre que a isonomia entre brancos e negros prevista pela Constituição é a isonomia formal.

(2) Com vistas ao combate da intolerância racial, a Constituição Federal brasileira previu expressamente a vedação de diferença salarial, de exercício de funções e de critérios de admissão motivados na cor.

(3) A concretização do princípio da isonomia exige que ao negro sejam dadas as mesmas condições reais de oportunidades e direitos, propugnando-se, em concomitância a isso, o seu direito à diferença, mediante a proteção da identidade cultural dos negros e a proteção das manifestações das culturas afro-brasileiras.

1: Incorreto. O compromisso com a efetiva concretização do princípio da igualdade passa pela busca da isonomia material, tendo por base a máxima que manda tratar desigualmente os desiguais. Cabe lembrar que as ações afirmativas são políticas ou programas públicos ou privados de concessão de benefícios a grupos sociais que foram (justiça compensatória) ou são (justiça distributiva) vítimas de algum preconceito. Cabe apenas frisar que as políticas promocionais devem ser temporárias, do contrário pode até violar a própria isonomia material; **2: Correto.** Vide art. 7º, XXX, da CF; **3: Correto.** Reler comentário sobre o item 1.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Diplomacia 2002) A figura do "habeas corpus", uma conquista jurídica da liberal-democracia, identifica-se como:

(A) um direito à inviolabilidade do corpo humano.

(B) direito secular que se origina na separação entre o corpo e a alma.

(C) direito de associação livre em corporações.

(D) direito de ir e vir assegurado contra abuso de autoridade.

(E) estado de direito protegido por um Corpus Juris.

A, B, C, D e **E**: O art. 5º, LXVIII, da CF assim dispõe: "conceder-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de

sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

Gabarito "D"

(Diplomacia 2002) Assinale a opção em que não consta princípio fundamental que rege o Brasil nas suas relações internacionais:

(A) autodeterminação dos povos.
(B) repúdio ao terrorismo.
(C) intervenção militar para a defesa de interesses nacionais.
(D) concessão de asilo político.
(E) igualdade entre os Estados.

A, B, C, D e **E**: "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; **III - autodeterminação dos povos**; IV - não intervenção; **V - igualdade entre os Estados**; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; **VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo**; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; **X - concessão de asilo político.**" Mediante a leitura do art. 4º, fica nítida a posição central da proteção à dignidade da pessoa humana na Constituição, assim cabe fazer algumas importantes ponderações. Fruto da redemocratização, a Constituição de 1988 torna esse princípio um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF). Outros fundamentos que reforçam o *status* dos direitos humanos no país são a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (respectivamente art. 1º, II, IV e V, da CF). O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que a forma de governo, no Brasil, será a democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Ademais, um dos objetivos fundamentais do Brasil, segundo a CF, é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Outros objetivos que posicionam nuclearmente os direitos humanos no Brasil são o que determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e aquele que se refere à construção de uma sociedade livre, justa, solidária (art. 3º, I) e desenvolvida economicamente (art. 3º, II). Também sacramenta a nuclearidade dos direitos humanos no país aquilo que dispõe o art. 4º, II, da CF, ou seja, que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelo *princípio da prevalência dos direitos humanos*. O art. 4º da CF ainda corrobora a nucleraridade dos direitos humanos por meio dos seguintes incisos: a) repúdio ao terrorismo e ao racismo (inc. VIII); b) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inc. IX); e c) concessão de asilo político (inc. X). Ora, além dos direitos humanos fundamentarem a existência da república brasileira, estes são também vetores para o estabelecimento da política nacional e da externa. Por fim, é regra básica da hermenêutica jurídica que a aplicação da lei deve levar em conta os valores constitucionais que irradiam sobre todo o ordenamento jurídico. Como os direitos humanos ocupam lugar central na CF (logo, são direitos fundamentais), toda interpretação e aplicação de alguma norma do ordenamento jurídico brasileiro devem ser balizadas pela dignidade da pessoa humana. Assim, a interpretação que violar a dignidade da pessoa humana não será válida, ou melhor, será inconstitucional.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2002) A propósito do princípio da igualdade, consagrado em vários dispositivos da Constituição, é correto afirmar que:

(A) As pessoas jurídicas não são protegidas por esse princípio.
(B) Brasileiros e estrangeiros devem ter, em todas as relações sociais, o mesmo tratamento da lei.
(C) É possível o tratamento legislativo diferenciado de indivíduos, desde que a distinção não seja arbitrária.
(D) O princípio da igualdade configura tão somente diretriz política de ação do legislador, não cabendo ao Judiciário declarar a invalidade de uma lei por cogitada afronta a este princípio.
(E) Após a Reforma Administrativa de 1998, o princípio da isonomia deixou de ter implicações jurídicas no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos.

A: Incorreto, pois é pacífico que o art. 5º da Constituição Federal também se aplica às pessoas jurídicas, no que couber; **B: Incorreto,** pois a própria Constituição Federal trata de modo diferenciado, para determinadas situações, brasileiros e estrangeiros. Isso se dá, por exemplo, em relação ao provimento de alguns cargos, que são privativos de brasileiros natos (art. 12, § 3º, da CF); **C: Correto,** pois o princípio da isonomia impõe que se tratem os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de sua desigualdade. Assim, é possível que haja tratamentos desiguais entre as pessoas, desde que o discrímen seja pertinente e atenda a uma finalidade protegida pela ordem jurídica. Por exemplo: é perfeitamente possível estabelecer idade mínima para alguém participar de concurso público de juiz de direito, pois há, segundo o STF, pertinência em tal condição, em face da necessidade de grande maturidade e experiência de vida para que se assuma um cargo dessa natureza; **D: Incorreto,** pois nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF); **E: Incorreto,** pois essa reforma também valoriza o princípio da isonomia. Um exemplo é o dispositivo que permite a acumulação de cargos públicos não só em favor dos médicos, como também em favor de outros profissionais da saúde com profissão regulamentada (art. 37, XVI, "c", da CF).

Gabarito "C"

(Diplomacia 2000) A respeito do princípio da separação dos poderes, é correto afirmar que:

(A) não foi adotado expressamente pela Constituição Federal, mas vem sendo aceito pela jurisprudência pátria.
(B) Impede que qualquer membro de um Poder venha a desempenhar cargo em outro Poder, a não ser havendo renúncia ao cargo do Poder de origem.
(C) Não impede que haja, em certos casos, a fiscalização de um poder pelo outros.
(D) Somente se refere ao relacionamento dos três Poderes da União, não se estendendo à organização dos Poderes estaduais.
(E) Tendo em vista a ampliação das atividades do Estado contemporâneo, ele não mais existe.

A: Incorreto, pois o princípio é uma das cláusulas pétreas, isto é, faz parte do núcleo intangível da Constituição (art. 60, § 4º, III); **B: Incorreto.** A Declaração de Direitos ou *Bill of Rights* de 1689 é um documento legal confeccionado pelo Parlamento inglês e que, entre outros efeitos, limitou os poderes do rei e disciplinou os direitos relacionados ao Parlamento, como a liberdade de expressão dos parlamentares e o estabelecimento de eleições regulares. Também determinou que todos os súditos têm direito de petição ao rei e tornou o Parlamento competente para legislar e criar tributos, funções antes exercidas pelo monarca. Tais medidas asseguraram certo poder para o Parlamento no Reino Unido e representaram a instauração institucional da separação de poderes, mais tarde reconhecida e elogiada por Montesquieu. A partir de tal momento, o indivíduo passou a ter uma garantia institucional (em teoria) de que o interesse dos governados guiaria a formulação das leis e de que o

Parlamento seria o órgão encarregado de proteger os súditos perante o rei. Percebe-se que, desde o início, a separação dos poderes tem a um só tempo a função de evitar a concentração de poderes e a de permitir que eles se fiscalizem entre si. "(...) Essencialmente, a *separação de poderes* consiste em distinguir três funções estatais – legislação, administração e jurisdição – e atribuí-las a três órgãos, ou grupos de órgãos, reciprocamente autônomos, que as exercerão com exclusividade, ou ao menos preponderantemente".6 Por todo o dito, o princípio da separação dos poderes não tem relação com o descrito na assertiva. Ademais, o mais comum é a nomeação de deputado ou senador eleito para ocupar certo ministério, isto é, passa-se do poder legislativo para o executivo, e isso não significa que o parlamentar perca o mandato para o qual foi eleito; **C: Correto,** pois é o que determina, por exemplo, o art. 70 da CF: "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder"; **D: Incorreto,** pois o princípio da separação dos poderes também incide na organização dos poderes estaduais, já que vige o princípio da simetria constitucional (ler os arts. 25 a 28 da CF); **E: Incorreto,** pois, como dito no comentário sobre a assertiva A, trata-se de cláusula pétrea (art. 60, § 4º, III, da CF). Porém, deve-se admitir que hodiernamente existe uma interpenetração dos poderes, com destaque para o ativismo político do STF e, em geral, do judiciário ao redor do mundo7. Al*ém disso, há* a nova tripartição de poderes – *policy determination*, *policy execution* e *policy control* – sugerida por Karl Loewenstein.

Gabarito "C"

(Diplomacia 1999) Qual das seguintes afirmações é correta?

(A) A pena de morte é totalmente proibida pela Constituição brasileira, sem exceções.

(B) A pena de morte é proibida pela Constituição brasileira, salvo em caso de guerra declarada.

(C) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de crime hediondo.

(D) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de reincidência em crimes hediondos.

(E) A Constituição brasileira não inclui dispositivo relativo à pena de morte.

A, B, C, D e **E**: Em relação à pena de morte, cabe esclarecer que esta é admitida no Brasil, desde que cumpridas as seguintes condições: **a)** existência de guerra declarada em virtude de agressão externa e **b)** a prática, por brasileiro ou estrangeiro, do crime de alta traição (arts. 5º. XLVII, *a*, e 84, XIX, ambos da CF). Lembrando que o crime de alta traição é disciplinado no Código Penal Militar – CPM. Logo, em tempos de paz, não é possível a aplicação da pena capital no Brasil, a qual também está abolida para todos os crimes não militares. A título de curiosidade, o CPM disciplina que a execução da pena capital será por fuzilamento.

Gabarito "B"

(Diplomacia 1996) Entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais, encontram-se:

(A) independência nacional, autodeterminação dos povos e concessão de asilo político.

(B) independência nacional, autodeterminação dos povos e combate ao narcotráfico.

(C) independência nacional, concessão de asilo político e amplo acesso à imigração.

(D) autodeterminação dos povos, solução pacífica de controvérsias e igualdade entre brasileiros e estrangeiros.

(E) autodeterminação dos povos, igualdade entre brasileiros e estrangeiros e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

A, B, C, D e **E:** "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: **I - independência nacional**; II - prevalência dos direitos humanos; **III - autodeterminação dos povos**; IV - não intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; **X - concessão de asilo político**". Mediante a leitura do art. 4º, fica nítida a posição central da proteção da dignidade da pessoa humana na Constituição, assim cabe fazer algumas importantes ponderações. Fruto da redemocratização, a Constituição de 1988 torna a dignidade da pessoa humana um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF). Outros fundamentos que reforçam o *status* dos direitos humanos no Brasil são a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (respectivamente, art. 1º, II, IV e V, da CF). O parágrafo único do art. 1º da CF aponta que a forma de governo, no Brasil, será uma democracia, pois todo o poder emana do povo (soberania popular), e este poderá exercê-lo indiretamente por meio de seus representantes ou diretamente. Os mecanismos da democracia direta são listados no art. 14, I, II e III da CF: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Ademais, um dos objetivos fundamentais do Brasil, segundo a CF, é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Outros objetivos que posicionam nuclearmente os direitos humanos no Brasil são o que determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e aquele que se refere à construção de uma sociedade livre, justa, solidária (art. 3º, I) e desenvolvida economicamente (art. 3º, II). Também sacramenta a nuclearidade dos direitos humanos no país aquilo que dispõe o art. 4º, II, da CF, ou seja, que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelo *princípio da prevalência dos direitos humanos*. O art. 4º da CF ainda corrobora a dita nucleraridade dos direitos humanos por meio dos seguintes incisos: a) repúdio ao terrorismo e ao racismo (inc. VIII); b) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inc. IX); e c) concessão de asilo político (inc. X). Ora, além dos direitos humanos fundamentarem a existência da república brasileira, estes são também vetores para o estabelecimento da política nacional e da externa. Por fim, cabe dizer que é regra básica da hermenêutica jurídica aquela que a aplicação da lei deve levar em conta os valores constitucionais que irradiam sobre todo o ordenamento jurídico. Como os direitos humanos ocupam lugar central na CF (logo, são direitos fundamentais), toda interpretação e aplicação de alguma norma do ordenamento jurídico brasileiro deverão ser balizadas pela dignidade da pessoa humana. Assim, a interpretação que violar a dignidade da pessoa humana não será válida, ou melhor, será inconstitucional.

Gabarito "A"

1.6. Noções de Organização do Estado na CF/88

1.6.1. Competências da União, dos Estados-Membros e dos Municípios

(Diplomacia 2009) Acerca do Estado federal brasileiro e do sistema de repartição de competências entre os entes federativos, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O Estado federal brasileiro – a República Federativa do Brasil – é pessoa jurídica de direito público internacional, e sua organização político-administrativa

6. Manoel Gonçalves Ferreira Filho. *Curso de Direito Constitucional*. 37 ed. São Paulo, Saraiva, 2011, p. 161.

7. Tate, C. Neal & Vallinder, Tobjörn. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York University Press, 1995.

compreende a União, os estados e o Distrito Federal, mas não os municípios, pois estes não são entidades federativas, visto que constituem divisões político--administrativas dos estados.

(2) Competência concorrente é a faculdade que todas as entidades federativas têm de legislar ou praticar certos atos, conjuntamente e em situação de igualdade, em um campo comum de atuação, sem que o exercício de uma exclua a competência da outra.

(3) A Constituição Federal adota um sistema de repartição de competências no qual enumera os poderes da União, dos estados e dos municípios, deixando, para o Distrito Federal, poderes remanescentes.

(4) Não é passível de deliberação a proposta de emenda constitucional que desvirtue a forma republicana de governo, a qual está prevista como cláusula pétrea; no entanto, pode o Congresso Nacional, no exercício do poder constituinte derivado reformador, promover modificação do modelo federal, de modo a transformar o Brasil em Estado unitário.

1: Incorreto. O primeiro trecho da assertiva está correto: é o governo central que responderá perante a comunidade internacional, visto que é o representante do Estado como um todo, e este é o único detentor de personalidade jurídica internacional. Vale recordar que a federação de estados ou Estado federal é a união permanente de dois ou mais estados, na qual cada um deles conserva apenas a autonomia interna, pois a soberania externa é exercida por um órgão central, normalmente denominado *governo federal*. O Brasil é Estado federal desde a Constituição Federal de 1891. Pode-se afirmar que a divisão de autonomias em relação às competências internas não interfere na responsabilização internacional. Já o segundo trecho da assertiva está errado, uma vez que o município faz parte, sim, da organização político-administrativa do Brasil, conforme o art. 1º, *caput*, da CF: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (…)" e o art. 18, *caput*, da CF: "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". Portanto, o Município é um ente político possuidor de capacidade administrativa, política e de auto-organização; **2: Incorreto.** A competência legislativa concorrente (art. 24, *caput*, da CF) atribui à União a tarefa de editar leis gerais (art. 24, § 1º) e aos Estados e Distrito Federal a função de suplementar a legislação federal no que couber (art. 24, § 2º). Na ausência de lei geral da União, os Estados devem legislar plenamente para atender às suas peculiaridades, mas, com a edição superveniente de lei federal que trace normas gerais, a lei estadual ficará suspensa no que contrariar a lei geral da União (art. 24, §§ 3º e 4º). No tocante à competência, cabe citar o art. 25, § 1º, da CF, que cuida da competência residual dos estados, e o art. 30, I e II, da CF, que dispõe sobre a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; **3: Incorreto,** pois quem tem competência residual ou remanescente é o estado (art. 25, § 1º, da CF), e não o Distrito Federal. Assim, o estado pode disciplinar tudo que não for do âmbito de competência de outro ente político; **4: Incorreto.** O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas esse poder não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a Constituição na vigência dos estados de sítio e defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. É importante observar que há possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Assim, a primeira parte da assertiva está incorreta porque a forma republicana de governo é uma limitação implícita, e não expressa, ao poder constituinte derivado reformador. A segunda parte também está incorreta, visto que a forma federativa de Estado é cláusula pétrea, ou seja, uma limitação explícita ao poder constituinte derivado reformador.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que concerne ao Estado federal, julgue os itens subsequentes.

(1) O federalismo baseia-se na união de coletividades políticas autônomas, sendo a Federação a união de entes federados.

(2) No Estado federal, cada componente da Federação detém soberania e autodeterminação para desempenhar relações de direito público internacional.

(3) No Brasil, o Estado federal está fundado no princípio da divisibilidade.

1: Correto. Nos Estados compostos por coordenação existe ou uma associação de Estados soberanos ou uma associação de unidades autônomas, todas iguais entre si e mantenedoras de autonomia interna. O poder soberano é investido em um órgão central. Esse tipo de Estado pode ser formado de três maneiras: **a)** união pessoal; **b)** confederação de Estados; e **c)** federação de Estados. A união pessoal é a reunião de dois ou mais Estados sob a autoridade de um soberano comum, e ela só pode ocorrer pela forma monárquica. Como exemplo, podemos citar a Bélgica e o Congo entre 1885 e 1908. A confederação de Estados é a associação de Estados soberanos que mantêm a autonomia e a personalidade internacional, mas conferem certas funções à autoridade central, como, por exemplo, a manutenção de paz entre os Estados confederados. É o caso da Confederação Germânica entre 1815 e 1866. Por fim, a federação de Estados ou Estado federal é a união permanente de dois ou mais Estados, em que cada um deles conserva apenas a autonomia interna, pois a soberania externa é exercida por um órgão central, normalmente denominado *governo federal*. O Brasil é Estado federal desde a Constituição Federal de 1891. Portanto, sempre é o governo central que atuará perante a comunidade internacional, já que é o representante do Estado como um todo, o qual, por sua vez, é o único detentor de personalidade jurídica internacional; **2: Incorreto.** Reler o comentário sobre a assertiva anterior; **3: Incorreto.** Fernanda Dias Menezes de Almeida8 divide a competência constitucional em dois planos, um vertical, outro horizontal. No **plano vertical** há distribuição de matéria **idêntica** entre as entidades federativas, compreendendo as **competências comuns** (art. 23 da CF) **e as concorrentes** (art. 24 da CF) de **todas** as unidades da federação; já no **plano horizontal** há distribuição de matérias **distintas** (com base na preponderância dos interesses) entre as entidades federativas, compreendendo as **competências exclusivas** (art. 21 da CF) **e as privativas** (art. 22 da CF) de **cada** unidade da federação. O Brasil congrega os dois planos desde a Constituição de 1934, não somente o princípio da divisibilidade. O plano

8. *Competências na Constituição de 1988*. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

vertical é próprio do constitucionalismo alemão (**compartilhamento de competências)** e o plano horizontal é próprio do constitucionalismo estadunidense (**compartimentação de competências**).

Gabarito 1C, 2E, 3E

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1. Atividade Administrativa do Estado Brasileiro

2.1.1. Controle de Legalidade dos Atos da Administração

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É certo que a Administração Pública, dentre outras situações,

(A) está sujeita à fiscalização administrativa de seus atos, sendo-lhe vedada a revogação de seus atos discricionários.

(B) tem o dever de velar pela execução da lei, facultada a anulação dos atos ilegais que praticar.

(C) sujeita-se ao controle jurisdicional de sua atuação, mas não ao controle legislativo de seus atos.

(D) não pode descumprir a lei a pretexto de sua inconstitucionalidade, mas pode atuar, em qualquer situação, *contra legem* ou *praeter legem*.

(E) deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos discricionários inconvenientes ou inoportunos.

A: Incorreto, pois a Administração pode revogar os seus atos, nos termos do princípio da autotutela, pelo qual "a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos" (art. 53 da Lei 9.784/1999); **B: Incorreto,** pois a Administração não tem a faculdade de anular os atos ilegais, mas o DEVER de anular os atos ilegais (art. 53 da Lei 9.784/1999); **C: Incorreto,** pois o Legislativo exerce, sim, controle da Administração, nos termos do art. 70 da CF; **D: Incorreto,** pois, em virtude do princípio da legalidade, a Administração não pode agir contra a lei, nem fora da lei; **E: Correto,** nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999.

Gabarito "E"

2.2. Organização da Administração Pública

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com relação à organização administrativa da União, julgue os itens subsequentes.

(1) As agências reguladoras são autarquias de natureza especial, pertencentes ao quadro de órgãos da administração indireta.

(2) As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) são consideradas órgãos da administração pública indireta.

(3) O termo de parceria é o instrumento de mediação da relação entre as agências reguladoras e os respectivos ministérios supervisores.

(4) Define-se como empresa pública toda entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da administração indireta.

(5) Caracteriza-se como autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

1: Incorreto, pois agências reguladoras são pessoas jurídicas e não meros órgãos; **2: Incorreto,** pois as OSCIPs são pessoas jurídicas, e não órgãos; além disso, as OSCIPs não fazem parte da administração pública direta e indireta, tratando-se de pessoas jurídicas não estatais; **3: Incorreto,** pois o termo de parceria é o nome do instrumento celebrado entre a administração e uma OSCIP (art. 9º da Lei 9.790/1999); **4: Incorreto,** pois a empresa pública é autorizada pela lei e não criada por esta (art. 37, XIX, da CF); ademais, a *empresa pública* é constituída exclusivamente com capital público, podendo se revestir de qualquer forma societária, diferente da *sociedade de economia mista*, que tem necessariamente capital público e privado e só pode ter a forma de sociedade anônima; **5: Correto,** pois traz a adequada definição de autarquia, nos termos do Dec.-lei 200/1967.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, referentes a aspectos da administração pública.

(1) A União pode estabelecer contrato com empresas estatais ou privadas para realizar atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

(2) Empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não gozando de privilégios fiscais que não sejam extensivos ao setor privado.

1: Incorreto, pois há monopólio estatal no que diz respeito às atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios nucleares e seus derivados (art. 21, XXIII, da CF); **2: Correta** (art. 173, § 2º, da CF).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6C

2.3. Agentes Públicos

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É certo que

(A) ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de assessoramento ou de cargo de provimento em comissão de Natureza Especial não é devida retribuição pelo seu exercício.

(B) o servidor público federal que se afastar em caráter transitório para o exterior fará jus a passagens e diárias, destinadas à indenização de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção.

(C) a compensação de despesas de instalação do servidor público federal que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter definitivo, é denominada de auxílio-moradia.

(D) o servidor público federal que realizar despesas com a utilização de qualquer meio de locomoção, seja próprio, de terceiros ou do Poder Público para a execução de serviços externos, faz jus ao auxílio-transporte.

(E) o ressarcimento das despesas realizadas pelo servidor público federal com aluguel ou meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês, não havendo imóvel funcional, é denominado de ajuda de custo.

A: Incorreto, pois é devida sim a retribuição pelo seu exercício (art. 62 da Lei 8.112/1990); **B:** Correta (art. 58 da Lei 8.112/1990); **C: Incorreto,**

pois essa compensação de despesas tem o nome de ajuda de custo (art. 53 da Lei 8.112/1990); **D: Incorreto,** pois o servidor faz jus, no caso, à "indenização de transporte" e não ao "auxílio-transporte" (art. 60 da Lei 8.112/1990); **E: Incorreto,** pois esse ressarcimento é denominado auxílio-moradia (arts. 60-A e 60-B, I, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) É correto anuir com a assertiva seguinte:

(A) O período de afastamento do servidor federal para missão ou estudo no Exterior não excederá a 4 (quatro) anos, prorrogável, desde que imediato, sem interrupção e por um período de mais 2 (dois) anos.

(B) Ao servidor público federal beneficiado com afastamento para estudo no exterior, em qualquer hipótese, poderá ser concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do referido afastamento.

(C) O afastamento de servidor público federal, para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, dar-se-á com perda total da remuneração.

(D) As hipóteses, condições de tempo, forma e remuneração previstas na lei que dispõe sobre o regime jurídico único do servidor público federal, aplicam-se por extensão aos servidores do judiciário, dos Tribunais de Contas e da carreira diplomática.

(E) O servidor do Poder Executivo federal, titular de cargo efetivo, à exceção dos ocupantes de cargo em comissão, ou que estejam em estágio probatório, poderão ausentar-se do País para missão oficial por autorização do Poder Legislativo.

A: Incorreto, pois após 4 anos não cabe prorrogação imediata, sendo que apenas decorrido igual período de afastamento é que será permitida nova ausência (art. 95, § 1º, da Lei 8.112/1990); vale ressaltar que tal regra não se aplica aos servidores da carreira diplomática (art. 95, § 3º, da Lei 8.112/1990); **B: Incorreto,** nos termos do comentário à alternativa "A"; **C: Correta** (art. 96 da Lei 8.112/1990); **D: Incorreto,** pois tal aplicabilidade é direta e não por extensão, já que tais servidores pertencem à administração direta federal; **E: Incorreto,** pois a autorização, no caso do servidor do Executivo, deve se dar pelo Presidente da República (art. 95, caput, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "C"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca dos servidores públicos, de seus direitos e de suas obrigações, julgue os próximos itens.

(1) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos e aos naturalizados.

(2) É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.

(3) Excetuadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei como de livre nomeação e exoneração, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.

(4) Como forma de participação do cidadão na administração pública direta e na indireta, está previsto o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, desde que observado o sigilo quando este for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(5) Os atos danosos a terceiros praticados por servidor público, no exercício da função, geram a responsabilidade da administração pública, sendo, no entanto, incompatível com o atual sistema legal o direito de regresso contra o responsável pelo dano, nos casos de dolo ou culpa.

1: Incorreto. O inciso I do art. 37 da CF é cabal: "I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros**, na forma da lei"; **2: Incorreto.** O servidor público tem direito à livre associação sindical (art. 37, VI, da CF), mas o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (art. 37, VII, da CF), isto é, não é de exercício irrestrito. Sobre o tema (greve dos servidores públicos) cabe ponderar que o STF julgou três mandados de injunção impetrados, respectivamente, pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil no Estado do Espírito Santo – SINDIPOL–, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa – SINTEM-, e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará – SINJEP–, em que se pretendia fosse garantido aos seus associados o exercício do direito de greve previsto no art. 37, VII, da CF. O Tribunal, por maioria, conheceu dos mandados de injunção e propôs a solução para a omissão legislativa com a aplicação, no que couber, da Lei 7.783/1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada (MI 670/ES, rel. orig. Min. Maurício Corrêa, rel. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 708/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 712/PA, rel. Min. Eros Grau, 25.10.2007); **3: Correto,** pois em consonância com a redação do inciso II do art. 37 da CF: "II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"; **4: Correto,** pois em conformidade com o disposto pelo art. 37, § 3º, II, da CF; **5: Incorreto,** pois existe o citado direito de regresso. O art. 37, § 6º, da CF assim dispõe: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os seguintes itens.

(1) O uso de vestimentas adequadas ao exercício da função pública é assunto que dispensa determinações pelo referido código de ética.

(2) Os empregados das sociedades de economia mista não estão subordinados ao disposto no Decreto n.º 1.171/1994, para fins de apuração de seu comprometimento ético.

1: Incorreto, pois há determinação nesse sentido no item XIV, *p*, do Decreto 1.171/1994; **2: Incorreto,** pois, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado (item XXIV do Decreto 1.171/1994).

Gabarito 1E, 2E

2.4. Processo Administrativo

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que tratam do processo administrativo na administração pública federal.

(1) De acordo com o disposto na Lei n.º 9.784/1999, órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, enquanto entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e indireta.

(2) São considerados legitimados como interessados no processo administrativo inclusive aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

1: Incorreto, pois é justamente o contrário, ou seja, órgão é unidade de atuação da estrutura da administração direta e indireta e *entidade* é unidade de atuação dotada de personalidade jurídica (art. 1º, § 2º, I e II, da Lei 9.784/1999); **2: Correto** (art. 9º, II, da Lei 9.784/1999).

Gabarito 1E, 2C

2.5. Responsabilidade Civil do Estado no Direito Brasileiro

(Diplomacia 2003) Um acidente de trânsito ocorreu em território brasileiro, envolvendo um veículo de propriedade de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) e um veículo pertencente a empresa pública do Distrito Federal, prestadora de serviço público, criada no ano de 1999.

Esse veículo era dirigido por uma funcionária estrangeira daquele organismo, que estava temporariamente prestando serviços no Brasil. Ela alegou que não tinha culpa no acidente por desconhecer as especificidades da legislação de trânsito brasileira.

O veículo da empresa pública era dirigido por um empregado daquela empresa. No momento do acidente, ele assinou uma declaração comprometendo-se a pagar o conserto do veículo do organismo internacional. Entretanto, não tinha a menor intenção de fazê-lo, tendo assinado o documento somente com o intuito de acalmar a condutora do veículo. Posteriormente, o laudo pericial concluiu que ambos os motoristas eram culpados pelo acidente: ela, por negligência; ele, por imperícia.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

(1) O litígio envolve um veículo de propriedade de pessoa jurídica de direito público externo e um veículo pertencente a pessoa jurídica de direito privado, ou seja, ambos os proprietários dos veículos são entes detentores de personalidade jurídica reconhecida pelo direito brasileiro.

(2) A alegação da funcionária do organismo internacional – de que não tinha culpa no acidente por desconhecer as especificidades da legislação de trânsito brasileira – não procede, uma vez que, no direito civil brasileiro, o erro de direito não é aceito seja para eximir alguém da responsabilidade por ato ilícito, seja para anular ato ou negócio jurídico praticado em razão do erro jurídico.

(3) De acordo com a Constituição da República, a empresa pública mencionada responde objetivamente pelos prejuízos decorrentes do acidente, não sendo admissível no caso apresentado sequer o acolhimento da alegação de culpa concorrente com vistas a obter redução do valor da indenização.

(4) O ato do motorista da empresa pública de assinar uma declaração comprometendo-se a pagar o conserto sem qualquer intenção de cumprir o prometido, mas somente para acalmar a condutora do outro veículo, caracteriza reserva mental insuficiente para, segundo o direito civil brasileiro, tornar nulo ou anulável o documento.

(5) De acordo com a Constituição da República, a empresa pública referida deve ter sido criada mediante autorização dada por meio de lei federal específica. Além disso, o empregado deve ter sido contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, após prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, e deve responder perante a empresa pelos prejuízos que causou, em decorrência da prática de ato considerado culposo.

1: Correto. As OIs têm personalidade jurídica e esta pode ser dividida em interna e internacional: a interna refere-se aos seus Estados-membros e aos Estados hospedeiros, enquanto a internacional vincula-se aos direitos, obrigações e prerrogativas dos outros sujeitos de direito internacional. A questão que suscita mais dúvidas é a da oponibilidade da personalidade jurídica internacional da OI em relação aos outros sujeitos de direito internacional. Ainda não existe um consenso em relação a todas as OIs, **mas pode-se afirmar, por exemplo, que a ONU e suas organizações especializadas ("constelação onusiana") têm personalidade jurídica internacional *erga omnes*, ou seja, extensível a todos os sujeitos de direito internacional, inclusive aos Estados não membros.** Tratando-se da personalidade jurídica internacional das OIs, é de importância indiscutível o art. 6º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais: "a capacidade de uma organização internacional para celebrar tratados rege-se pelas regras dessa organização". Isso significa que cada OI regula as características de sua personalidade jurídica. Porém, se o ato constitutivo de uma OI for omisso a esse respeito, isso não possibilita a contestação de sua personalidade jurídica (interna e internacional), que é um atributo de toda organização social (como a OI o é), pois sem ela não é possível agir em nome próprio no mundo do direito. Existe ainda uma distinção entre a personalidade jurídica internacional dos Estados, que é plena, e a personalidade jurídica internacional das organizações internacionais, que é, de certa forma, limitada. A limitação ocorre em função de o reconhecimento da personalidade jurídica estar umbilicalmente associado aos objetivos perseguidos pela OI. Dito de outro modo, a personalidade jurídica internacional das OIs é um atributo instrumental à realização dos objetivos sobre os quais elas têm competência. Enquanto os Estados têm personalidade jurídica internacional *de per si*, a personalidade jurídica internacional é fundamental para as OIs porque, como dito, todas desempenham missões que implicam uma capacidade de ação autônoma nas relações internacionais, exercida a par ou mesmo à margem dos Estados-membros, sendo, portanto, uma personalidade jurídica internacional distinta destes. Ademais, o art. 42 do CC assim dispõe: "São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público". Segundo Wander Garcia, as empresas estatais podem ser conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado especial e são criadas pelo Estado, autorizado por lei específica, com a finalidade de executar serviço público ou explorar atividade econômica não ligada a esse tipo de serviço, em caráter suplementar, desde que seja necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante ao interesse coletivo. O § 1º do artigo 173 da Constituição dispõe que "a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade

de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços públicos”. Repare que tais entidades são criadas, então, para atuar na atividade econômica, seja na área de produção ou comercialização de produtos (como a Petrobras), seja na prestação de serviços (como os Correios). Como tais empresas realizam típica atividade econômica e por isso têm regime jurídico de direito privado, de modo que não podem ser chamadas a titularizar serviço público, mas apenas para serem delegatárias de serviço, ou seja, apenas para realizar a mera execução desse tipo de serviço;9 **2: Incorreto.** O *erro de direito* não se confunde com a *ignorância do direito* e com o *erro de fato:* o primeiro é o conhecimento equivocado da lei, o segundo é o total desconhecimento da lei, e o terceiro é o que recai sobre uma situação fática. A ignorância do direito não é aceita para eximir alguém da responsabilidade por ato ilícito ou para anular ato ou negócio jurídico praticado, pois, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece” (art. 3º). Já o erro de fato e o erro de direito (neste caso, o erro é o motivo único e principal a determinar a vontade e não recai sobre norma cogente ou de ordem pública) têm o condão de determinar a anulação de um negócio jurídico. Dessa forma, como o erro de direito pode, em alguns casos, servir de fundamento para a anulação de um negócio jurídico, a afirmativa está errada; **3: Incorreto.** De fato, a empresa pública, quando prestadora de serviço, responde objetivamente, nos termos do art. 37, § 6º, da CF, que estabelece a responsabilidade desse tipo de entidade, independentemente de culpa. Apesar disso, a existência de culpa corrente tem o condão, sim, de diminuir a indenização devida pela empresa pública, conforme entendem a doutrina e a jurisprudência nacionais; **4: Correto.** Sobre o instituto da reserva mental, o art. 110 do Código Civil dispõe que “a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento”. O enunciado da questão não aponta que a funcionária estrangeira (destinatária do documento) sabia que o motorista não tinha interesse em cumprir o que prometera. Portanto, a manifestação de vontade do motorista subsiste, não sendo nulo ou anulável o documento por ele assinado; **5: Incorreto.** É verdade que a criação de empresas estatais depende de autorização de lei específica (art. 37, XIX, da CF); que o agente público de empresa pública (empregado público) deve ser enquadrado no regime celetista e previamente aprovado em concurso público (art. 37, II, da CF); e que a responsabilidade dos agentes de empresas públicas concessionárias de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de culpa ou dolo (art. 37, § 6º, da CF). Contudo, há uma informação errada na afirmativa: a de que a criação da empresa pública de que trata o enunciado depende de autorização de lei específica *federal.* Na realidade, por se tratar de empresa pública do Distrito Federal, é necessária a lei autorizativa do Distrito Federal, também chamada de *lei distrital.*

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

2.6. Licitação Pública

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Os contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), no âmbito da Administração Pública, podem ser alterados, com a devida justificativa,

(A) unilateralmente, pela Administração ou por acordo das partes.
(B) pelos Tribunais de Contas, a pedido da parte interessada.
(C) pela Justiça Federal *ex officio*.
(D) por terceiros, em quaisquer hipóteses.
(E) pelo Legislativo, em caso de interesse público.

9. *Super-Revisão – Doutrina para Concursos e OAB*, pág. 559. Ed. Foco, 2012

A alternativa “A” é a única correta, pois, segundo o art. 65, I e II, da Lei 8.666/1993, os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes.

Gabarito “A”

3. DIREITO FINANCEIRO

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) No que concerne à Lei Orçamentária Anual, analise:

I. Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
II. Compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
III. Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
IV. Incluirá as despesas relativas às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

É verdadeiro anuir que

(A) estão corretas as assertivas I, II e IV.
(B) a única afirmação correta é a IV.
(C) existem apenas duas afirmações verdadeiras.
(D) apenas a afirmação III está correta.
(E) existem três afirmações falsas.

I: Correto, pois, de fato, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias que disciplinará a reserva de contingência; **II: Correto.** Vide art. 165, § 5º, II, da CF; **III: Incorreto,** pois tal função cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165, § 2º, da CF); IV: Correto. Vide art. 165, § 5º, I, da CF.

Gabarito “A”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Os créditos especiais

(A) não podem ser prorrogados em qualquer circunstância.
(B) independem de autorização do Poder Legislativo.
(C) têm por finalidade reforçar dotação orçamentária já existente.
(D) destinam-se a atender despesas urgentes e imprevisíveis.
(E) dependem da existência de recursos disponíveis para seu financiamento.

A, B, C, D e **E:** Os créditos especiais tem por escopo financiar programas novos, que não possuem dotação específica no orçamento em vigor. Logo, vão depender da existência de recursos disponíveis para seu financiamento.

Gabarito “E”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) São classificadas como despesas correntes

(A) as aquisições de materiais permanentes.
(B) as concessões de empréstimos.
(C) as subvenções econômicas para obras públicas.
(D) as participações em constituição de aumento de capital de empresas industriais ou agrícolas.
(E) os juros da dívida pública.

A, B, C, D e **E:** Os juros da dívida pública são classificados como despesas correntes.

Gabarito “E”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Despesas de exercícios anteriores são despesas

(A) contabilizadas pelo regime de caixa, mas pagas pelo regime de competência.
(B) orçamentárias.
(C) extra-orçamentárias.
(D) inscritas em restos a pagar no exercício anterior e não canceladas.
(E) para as quais ainda não subsiste o direito do credor do ente público.

A, B, C, D e **E:** Orçamentárias.

Gabarito "B"

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Orçamento público é o documento que prevê as quantias de moeda que, em determinado período, devem entrar e sair dos cofres públicos, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes. Acerca do orçamento público, julgue os seguintes itens.

(1) O orçamento possui funções alocativa, distributiva e estabilizadora.
(2) O orçamento clássico, ou tradicional, é um instrumento de operacionalização das ações de governo, em consonância com os planos e diretrizes formulados no planejamento.
(3) Segundo o princípio orçamentário do equilíbrio, o orçamento é uno, ou seja, todas as receitas e despesas devem estar em uma só lei orçamentária.

1: Correto, pois classificou corretamente as funções do orçamento; **2: Incorreto,** pois é justamente o contrário. O orçamento clássico ou tradicional se caracteriza por ser um documento que faz apenas a previsão da receita e a autorização da despesa. Assim, sem qualquer consonância com os planos e diretrizes formulados no planejamento. No Brasil, o orçamento moderno foi instituído pela Lei 4.320/1964; **3: Incorreto,** pois o princípio orçamentário do equilíbrio estatui que o montante de despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receita estimada para o mesmo período.

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Quanto aos planos e orçamentos da União, julgue os próximos itens.

(1) As emendas ao projeto de lei do orçamento podem ser aprovadas, caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e caso indiquem os recursos necessários, provenientes da anulação de despesas, exceto daquelas procedentes de dotações para pessoal e encargos e de serviço da dívida.
(2) Os créditos especiais e extraordinários, quando tiverem seu ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, poderão ser reabertos no limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

1: Incorreto. O art. 166, § 3º, da CF assim dispõe: "As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou III - sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei". E o § 4º sacramenta: "As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual"; **2: Correto,** pois em consonância com o art. 167, § 2º, da CF.

Gabarito 1E, 2C

4. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Analise:

I. Aquele que oferece ou promete, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público para que pratique, omita ou retarde ato de sua competência.
II. Funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse econômico ou não.

Referidas condutas caracterizam, respectivamente, os crimes de

(A) tráfico de influência e corrupção passiva.
(B) corrupção passiva e corrupção ativa.
(C) corrupção ativa e prevaricação.
(D) prevaricação e corrupção passiva.
(E) corrupção ativa e tráfico de influência.

I: Trata-se do crime de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); **II:** Trata-se do crime de prevaricação (art. 319 do Código Penal).

Gabarito "C"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os próximos itens, que se referem aos diversos temas tratados pela Constituição Federal brasileira no título que trata da ordem social.

(1) O Estado brasileiro não pode dar tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à pesquisa tecnológica que esteja voltada para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional, em decorrência da necessidade de guardar respeito ao princípio da liberdade da investigação científica.
(2) Não somente obras, edificações e outros espaços destinados às manifestações culturais podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro, mas também objetos e documentos, como mapas e certidões.
(3) Aos índios, a suas comunidades e a suas organizações não se reconhece o direito de ingressar em juízo como partes legítimas para a defesa dos próprios direitos, sem que sejam assistidos pelo Ministério Público Federal.

1: Incorreto, pois em total desacordo com o art. 218, *caput* e parágrafos, da CF; **2: Correto.** O art. 216 da CF dispõe que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Ou seja, qualquer bem poderá ser considerado como patrimônio cultural brasileiro, inclusive mapas e certidões, desde que, como visto, sejam portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; **3: Incorreto,** pois o art. 232 da CF assim dispõe: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito da legislação que dispõe acerca do regime jurídico único dos servidores públicos civis e sobre a Lei de Licitações.

(1) A investidura do cargo público ocorre com o provimento.

(2) A Lei n.º 8.112/1990 instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias, exceto daquelas constituídas em regime especial, e das fundações públicas federais.

(3) A legislação não proíbe a participação de servidor público como acionista em sociedade comercial.

(4) A Lei de Licitações dispõe que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem cumprir, sequencialmente, as seguintes exigências: apresentação de projeto básico, de projeto executivo, que pode ser desenvolvido concomitantemente à execução das obras ou à prestação dos serviços, quando autorizado pela administração, bem como a execução das obras e serviços.

(5) A legislação vigente exige a realização de licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

(6) É vedada a participação, em uma mesma licitação, de empresa consorciada em mais de um consórcio concorrente.

1: Incorreto, pois o provimento é apenas a designação do servidor; em seguida à designação originária (nomeação), o servidor tem um prazo para tomar posse; uma vez tomada a posse, aí sim ocorre o fenômeno da investidura (art. 7º da Lei 8.112/1990); **2: Incorreto,** pois a Lei 8.112/1990 instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias, INCLUSIVE daquelas constituídas em regime especial (art. 1º da Lei 8.112/1990); **3: Correto;** o que a legislação proíbe é que o servidor seja gerente ou administrador de sociedade privada, mas mero sócio o servidor pode ser (art. 117, X, da Lei 8.112/1990); **4: Correto** (art. 7º, I a III, da Lei 8.666/1993); **5: Incorreto,** pois esse caso enseja dispensa de licitação (art. 24, XXIV, da Lei 8.666/1993); **6: Correta** (art. 33, IV, da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Acerca do cometimento de crimes de responsabilidade pelo presidente da República e por seus ministros, julgue os itens subsequentes.

(1) São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo presidente da República assim previstos na Constituição Federal, independentemente de serem definidos em outra norma infraconstitucional.

(2) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República e os seus ministros de Estado, por crime de responsabilidade, e compete ao Senado Federal realizar o julgamento.

(3) O presidente da República ficará suspenso de suas funções a partir do momento em que o Senado Federal instaurar o processo por crime de responsabilidade, cessando a suspensão caso o prazo de 180 dias transcorra sem que o julgamento seja concluído.

1: Incorreto. Pois a redação completa do art. 85 da CF é a seguinte: "São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. **Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento". Típico exemplo de norma de eficácia limitada, segundo a tradicional classificação de José Afonso da Silva; 2: Incorreto**. O art. 51, I, da CF dispõe nesse sentido: "Compete privativamente à Câmara dos Deputados: I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado". Ora, a primeira parte da assertiva está correta porque, de fato, cabe à Câmara dos Deputados autorizar o julgamento de ambos. Entretanto, o art. 52, I, da CF assevera que: "Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles". Tal previsão constitucional prejudica o acerto da assertiva por inteiro, pois os Ministros de Estado somente serão julgados pelo Senado Federal se praticarem crimes de responsabilidade e em conexão com o praticado pelo Presidente da República ou o Vice-Presidente. Assim, exige-se dois requisitos: crime de responsabilidade e conexão com o crime de responsabilidade perpetrado pelo Presidente da República ou pelo Vice-Presidente. Por fim, cabe citar o art. 86 da CF que dessa forma estatui: "Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade"; **3: Correto**. O § 1º do art. 86 da CF dispõe que: "O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; **II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal".** E o § 2º do art. 86 da CF comprova a correção da assertiva: "Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo".

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Com relação ao Ministério Público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

(1) São vedados aos membros do Ministério Público o recebimento de honorários, o exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, e o exercício de atividade político-partidária.

(2) O Ministério Público, que não faz parte da estrutura de nenhum dos poderes políticos, seja do Executivo, seja do Legislativo, seja do Judiciário, detém autonomia financeira e administrativa.

(3) O Ministério Público Federal é constituído pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público Militar, e o Ministério Público dos Estados, pelos ministérios públicos instituídos em cada unidade da Federação e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

1: Correto, pois reflete o disposto nos incisos I, IV e V da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993); **2: Correto**. O MP é

uma função essencial à justiça, assim como a Advocacia e a Defensoria Pública. O art. 127 da CF assim dispõe: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". E o art 127, §§ 2º e 3º, da CF e o art. 3º da Lei 8.625/1993 sublinham a autonomia financeira e administrativa da Instituição; **3: Incorreto**. Segundo o artigo 128 da CF, a instituição se organiza da seguinte forma: a) o Ministério Público da União que compreende: o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; b) os Ministérios Públicos dos Estados.

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Diplomacia 2008) À luz da Constituição em vigor e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção **incorreta**.

(A) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas dos estados e municípios.

(B) Eventual conflito entre norma do poder constituinte do estado-membro com alguma regra editada pelo poder constituinte originário resolve-se pela prevalência desta última.

(C) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea, o que impede que o Brasil se transforme em Estado unitário.

(D) Os tratados e as convenções internacionais que forem aprovados no Congresso Nacional por maioria absoluta têm *status* constitucional, sendo considerados, portanto, superiores às leis ordinárias e às leis complementares.

(E) As regras básicas do processo legislativo previstas na Constituição Federal devem, obrigatoriamente, ser seguidas pelos estados-membros.

A: Correto, pois reflete cabalmente a redação do art. 32, § 1º, da CF; **B: Correto,** pois sempre prevalecerão as normas constitucionais, que são condição de validade para todas as outras normas; **C: Correta** (art. 60, § 4º, da CF); **D: Incorreto.** Depois de internalizado, o tratado é equiparado hierarquicamente à norma infraconstitucional. Assim, as normas infraconstitucionais preexistentes ao tratado serão derrogadas quando com ele colidirem, mas resta a dúvida sobre quando uma lei posterior ao tratado com ele colidir. O tema já foi decidido pelo STF na ADI-MC 1.480/DF, momento em que se exarou entendimento de que os tratados internacionais, em geral, ingressam no sistema jurídico brasileiro com força de lei ordinária federal e, portanto, podem ser revogados por lei posterior e de mesma natureza que com ele colidir, ainda que isso gere responsabilidade no plano internacional. Tal dúvida não existe em matéria tributária, pois o artigo 98 do CTN adotou a prevalência do tratado sobre o direito interno, determinando que a legislação tributária posterior ao tratado deve-lhe obediência. Com a edição da Emenda Constitucional 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – consoante o que determina o art. 5º, § 3º, da CF. Dessa forma, tais tratados terão hierarquia constitucional. Muito já se discutiu em relação à hierarquia dos tratados de direitos humanos que foram internalizados anteriormente à edição da EC 45. Mas, em 3 de dezembro de 2008, o Min. Gilmar Mendes, no *RE* 466.343-SP, defendeu a tese da supralegalidade de tais tratados, ou seja, sua superioridade às normas infraconstitucionais e inferioridade às normas constitucionais. O voto do Min. Gilmar Mendes foi acompanhado pela maioria. Todavia, tal assunto desperta calorosas discussões. Exemplo disso é que, no mesmo recurso extraordinário em que foi exarada a tese da supralegalidade, o Min. Celso de Mello defendeu o caráter constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente do quórum de aprovação. Apesar de a tese da supralegalidade ser um avanço da jurisprudência brasileira, deve-se apontar que uma leitura mais acurada da CF permite apontar que os tratados de direitos humanos internalizados sem o procedimento especial têm *status* constitucional. Isso porque o § 2º do art. 5º da CF inclui os direitos humanos provenientes de tratados entre os seus direitos protegidos, ampliando o seu bloco de constitucionalidade. A propósito, o bloco de constitucionalidade é composto de todas as normas do ordenamento jurídico que possuem *status* constitucional; **E: Correto,** pois tal dever emana do princípio da simetria constitucional. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da Constituição Federal e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos municípios (frise-se que município não tem constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário.

Gabarito "D"

(Diplomacia 2003) A Assembleia Legislativa de determinado estado-membro da Federação aprovou emenda à Constituição Estadual, estabelecendo que a sucessão dos bens de estrangeiros situados no território daquele estado seria deferida em partes iguais aos cônjuges ou companheiros e aos filhos brasileiros do estrangeiro, sempre que não lhes fosse mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.

Um partido político com representação no Congresso Nacional propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ação direta de inconstitucionalidade da emenda constitucional referida.

Com respeito a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) A Constituição da República assegura que a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*; tratando-se de norma definidora de direitos e garantias fundamentais, tal disposição constitucional tem aplicação imediata

(2) Considerando que os estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal, ao qual devem sujeitar-se, a emenda à Constituição Estadual mencionada padecerá de vício de inconstitucionalidade formal se não houver sido aprovada, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa daquele estado-membro.

(3) A emenda à Constituição Estadual referida padece de vício de inconstitucionalidade material, porquanto conflita com dispositivo da Constituição da República protegido constitucionalmente por meio de cláusula pétrea, o que impede a sua abolição até mesmo por meio de emenda à Constituição Federal.

(4) A mencionada emenda à Constituição Estadual contém vício de inconstitucionalidade por contrariar o princípio da repartição de competências, consectário do princípio federativo, uma vez que a Constituição da República atribui competência privativa à União para legislar acerca de direito civil; todavia, tratando-se de emenda à Constituição Estadual, essa não se sujeita ao controle de constitucionalidade perante o STF por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

(5) Não estando as especificidades da questão atinente à sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil reguladas por meio de lei federal, a Constituição da República autoriza o estado-membro a exercer a com-

petência legislativa plena acerca da matéria para atender às suas peculiaridades, legislação essa que permanecerá válida até que haja superveniência de lei federal acerca do assunto; entretanto, a emenda à Constituição Estadual mencionada é inconstitucional, por não cuidar de especificidades, mas de modificação substancial do dispositivo da Constituição da República.

1: Correto, pois o art. 5º, XXXI, da CF assim dispõe: "a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*". Também é verdadeiro que todas as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (art. 5º, § 1º, da CF), isto é, o juiz pode aplicar diretamente os direitos fundamentais, sem a necessidade de qualquer lei que os regulamente. Tal regra tem por base o *princípio da força normativa da Constituição* idealizado por Konrad Hesse; **2: Correto.** Em função do princípio da simetria constitucional, os estados-membros devem obedecer às regras estipuladas na Constituição. O dever de simetria realiza o pacto federativo ao exigir uma relação simétrica entre as regras da Constituição Federal e as das constituições estaduais. Assim, o poder de auto-organização dos estados e dos municípios (frise-se que município não tem constituição, mas sim lei orgânica) será limitado pelos ditames da Constituição Federal ou pelo modelo constitucional desenhado pelo poder constituinte originário. Quanto ao procedimento de votação das emendas constitucionais, o art. 60, § 2º, da CF assim dispõe: "A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros"; **3: Correto.** O poder constituinte derivado reformador pode alterar o texto da Constituição, mas esse poder não é absoluto, pois está limitado pelas cláusulas pétreas ou limitações explícitas (núcleo intangível da CF) e pelas limitações circunstanciais, tais como a proibição de emendar a constituição na vigência dos estados de sítio e defesa e de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). Existem ainda as limitações implícitas, que são a intocabilidade do titular do poder constituinte originário (o povo), a indelegabilidade do poder de reforma da Constituição (exercida unicamente pelo CN) e a inalterabilidade do próprio procedimento de reforma constitucional por meio de emenda constitucional (art. 60, I, II, III e § 2º, da CF). Também são considerados limites implícitos a forma de governo (republicano) e o regime de governo (democrático), pois tais foram objeto de plebiscito popular no dia 7 de setembro de 1993, consoante determinado pelo poder constituinte originário (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Já as cláusulas pétreas eleitas pelo constituinte originário são a forma federativa de estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e **os direitos e garantias individuais**. É importante observar que há possibilidade de se criar emenda à Constituição sobre os assuntos listados como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda no caso das cláusulas pétreas é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples. Portanto, diante da impossibilidade de o poder constituinte derivado reformador alterar o regime de governo, tal só ocorrerá por obra do poder constituinte originário, o qual é inicial (pois não se fundamenta em nenhum poder antecedente), autônomo (livre para definir o conteúdo da nova constituição), incondicionado e ilimitado. Em relação às características citadas do poder constituinte originário, cabe uma consideração com outro enfoque: "É fora de dúvida que o poder constituinte é um fato político, uma força material e social, que não está subordinado ao Direito positivo preexistente. Não se trata, porém, de um poder ilimitado ou incondicionado. Pelo contrário, seu exercício e sua obra são pautados tanto pela realidade fática como pelo Direito, âmbito no qual a dogmática pós-positivista situa os valores civilizatórios, os direitos humanos e a justiça";10 **4: Incorreto.** A primeira parte da assertiva está correta, pois a União de fato tem competência privativa para legislar sobre direito civil (art. 22, I, da CF). Todavia, a segunda parte da assertiva está incorreta, visto que a ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) tem por escopo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou **estadual** está em harmonia com a Constituição brasileira. Cabe notar que a lei que for objeto de ADIN tem de ser tomada no seu sentido amplo, o qual engloba todas os tipos legislativos listados no art. 59 da CF (**emendas à Constituição**, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções). A ADIN está regulada no art. 102, I, *a*, da CF e na Lei 9.868/1999; **5: Incorreto,** pois a primeira parte da assertiva descreve de forma errônea a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24 da CF), e o caso abordado na questão cuida da competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da CF). A competência legislativa concorrente (art. 24, *caput*, da CF) atribui à União a tarefa de editar leis gerais (art. 24, § 1º) e aos Estados e Distrito Federal a função de suplementar a legislação federal no que couber (art. 24, § 2º). Contudo, na ausência de lei geral da União, os Estados devem legislar plenamente para atender às suas peculiaridades, mas, com a edição superveniente de lei federal que trace normas gerais, a lei estadual ficará suspensa no que contrariar a lei geral da União (art. 24, §§ 3º e 4º). Além disso, a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil é regulada pela lei brasileira (Código Civil) por força da exceção benéfica à regra de conexão *lex domicilii* do defunto ou do desaparecido (art. 10, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com o que se afasta a aplicação da regra de conexão *lex domicilii* do defunto ou do desaparecido para se aplicar a *lex fori* na sucessão de bens de estrangeiros situados no país, desde que não seja mais favorável para o cônjuge ou os filhos brasileiros a lei pessoal do *de cujus*. Tal regra, como visto, é reforçada pela mesma previsão insculpida na Constituição brasileira (art. 5º, XXXI), sendo um exemplo de aplicação do princípio da pluralidade sucessória, o que destoa da concepção unitarista adotada pelo Direito Internacional Privado brasileiro. Já a afirmação da segunda parte da assertiva está correta, pois a emenda constitucional estadual de fato desvirtuou a regra estabelecida no art. 5º, XXXI, da CF.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia 1998) Que par abaixo representa associação equivocada entre uma constituição brasileira e uma característica do sistema eleitoral nela previsto?

(A) Constituição de 1824: preservação do modelo censitário herdado do período colonial.

(B) Constituição de 1891: abolição do voto censitário.

(C) Constituição de 1934: instituição do voto secreto.

(D) Constituição de 1946: estabelecimento do voto distrital.

(E) Constituição de 1967: instituição de eleição indireta para Presidente da República.

A: Incorreto. A Constituição de 1824 foi a primeira Constituição brasileira e se inscreveu de maneira muito importante no processo de consolidação da independência e de construção do Estado brasileiro. No seu Título 8º, ela abordava as disposições gerais e as garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Essa Constituição é conhecida por ter sido outorgada pelo Imperador Dom Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte, que fora instalada para a confecção da primeira Constituição brasileira, e por criar um sistema político monárquico, hereditário e constitucional, além de manter a religião católica apostólica romana como oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões (apesar dessa previsão, na prática, a liberdade religiosa era total). Outros pontos dessa Constituição que merecem destaque são o estabelecimento do voto indireto e censitário (com exclusão das mulheres e dos analfabetos) e a divisão política do país em províncias, sendo o presidente de cada uma escolhido pelo Imperador (configuração de um Estado unitário). Seu ponto mais ino-

10. Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 110.

vador foi a instituição do Poder Moderador (que compunha a divisão do poder político juntamente com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), cujo surgimento na letra da lei foi atribuído a Martim Francisco de Andrada, um grande admirador de Benjamin Constant. Esse Poder serviria para resolver impasses e assegurar o funcionamento do governo mediante a concentração das atribuições nas mãos do Imperador; **B: Incorreto.** No dia 25 de novembro de 1889, foi fundada a República brasileira, isto é, passou-se do regime monárquico para o republicano. Tal passagem é vista historicamente como um golpe militar, pois foi arquitetada pela elite do Exército em conjunto com os ricos cafeicultores. Em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, cujos arts. 72 a 78 apresentam uma declaração de direitos, entre os quais se destaca a total liberdade religiosa, isto é, o Brasil tornou-se um Estado laico. Também foi instituído o voto direto e universal (contra o antigo voto indireto e censitário), mas os analfabetos e as mulheres continuaram sem o direito de votar. Assim como mudou a forma de governo (República), a Constituição inovou ao estabelecer a federação como forma de Estado (contra o antigo Estado unitário) e o regime de governo presidencialista. Ato-consequência da mudança da forma de Estado foi a substituição das províncias por estados-membros. Por fim, o Poder Moderador foi extinto e remanesceram apenas o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, consoante preconizou o Barão de Montesquieu (Charles Louis de Secondat, Baron de la Brède et de Montesquieu); **C: Incorreto.** A Constituição promulgada em 1934 não difere substancialmente de sua antecessora e foi inspirada pela Constituição alemã de 1919 ("Constituição de Weimar"). O título III da Constituição de 1934 contém dois capítulos, um denominado Dos Direitos Políticos e o outro Dos Direitos e Das Garantias Individuais. De forma inovadora, nessa Constituição ainda há títulos que cuidam da ordem econômica e social (IV), da família, da educação e cultura (V) e da segurança nacional (VI), o que indica seu nítido caráter social. Ela é constantemente lembrada por ter estendido o direito de voto às mulheres e tê-lo tornado secreto. Destacam-se também os avanços alcançados nos direitos trabalhistas e a adoção do princípio do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória; **D: Correto.** Com o fim do Estado Novo, o Brasil reinstaurou o regime de governo presidencialista e elegeu Eurico Gaspar Dutra em 1945. A Constituição promulgada em 1946 tem roupagem nitidamente liberal-democrática, o que a afasta da Constituição anterior, de 1937, apesar de as duas terem algumas similaridades. Em relação à ordem social, a Constituição de 1946 manteve, de certa forma, os benefícios mínimos assegurados na Constituição de 1934, mas no plano dos direitos políticos, foi a de 1946 que determinou a igualdade entre homens e mulheres (pela Constituição de 1934, só algumas mulheres podiam votar). O voto distrital não foi estabelecido pela Constituição de 1946 e por nenhuma outra na história política brasileira; **E: Incorreto.** Em 1964, houve o golpe militar, com propósitos de modernização conservadora. A Constituição outorgada em 1967 escolheu a segurança nacional exacerbada em prejuízo dos direitos fundamentais. Essa situação piorou com a edição dos Atos Institucionais, notadamente o 5, que inaugurou a fase dos "anos de chumbo" ou da "ditadura escancarada" na acepção de Elio Gaspari. Além disso, desde 1964, com o Ato Institucional 1, as eleições para Presidente da República tornaram-se indiretas e com o Ato Institucional 3, de 1966, as eleições para governadores também tornaram-se indiretas: art. 1º: "A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal. § 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembleia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição. § 2º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos. § 3º - Limitados a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples." As eleições diretas para governadores foram reestabelecidas em 1982, enquanto as para Presidente da República somente em 1990, com e eleição de Fernando Affonso Collor de Mello.

Gabarito "D"

09. Economia

André Roncaglia de Carvalho

1. MICROECONOMIA

1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.

(Diplomacia 2009) Uma pequena economia apresenta demanda interna por certo bem descrita por Q = 1000 - 25 P, em que Q e P representam, respectivamente, quantidade (número de unidades) e preço do bem (em R$). Quando não há intercâmbio comercial com o resto do mundo, são consumidas 250 unidades do bem, entendendo o governo ser a oferta interna do bem insuficiente para permitir a satisfação de uma demanda potencialmente maior, haja vista que o preço praticado internacionalmente, no valor de R$ 10, é inferior ao observado no país. Nessa situação hipotética, para atender a uma demanda de 650 unidades, o governo deveria aplicar a tarifa *ad valorem* de importação correspondente a

(A) 10%.
(B) 20%.
(C) 30%.
(D) 40%.
(E) 50%.

Primeiramente, devemos organizar os dados do problema:
· Demanda interna sem intercâmbio – 250 unidades
· O preço de mercado sem intercâmbio com o resto do mundo é facilmente encontrado substituindo-se a demanda pela variável "Q" da equação, de sorte que 250 = 1000 - 25p, isto é, **p = 30**.
Assim, se o governo deseja atender a uma demanda estimada de 650 unidades, o preço do bem no mercado interno deverá ser 650 = 1000 – 25p, isto é, **p = 14**. Se o preço do bem no mercado internacional é de R$ 10, temos que o governo deve aplicar uma tarifa de 40% sobre o preço do bem no mercado internacional, ou seja, 10 x (1+ 40%) = 14. Portanto, a alternativa **D** é a correta.
Gabarito "D"

(Diplomacia 2009) Para produzir Q unidades de certo bem, uma firma arca sempre com um custo fixo (CF) de R$ 100, além de um custo variável (CV) que depende da quantidade produzida, sendo marginalmente crescente e assim definido: $CV = 2\ Q^2$.

Nessa situação hipotética, o custo médio total (CMT) da firma na produção de 10 unidades é igual a

(A) R$ 12.
(B) R$ 20.
(C) R$ 30.
(D) R$ 50.
(E) R$ 100.

O custo total (CT) da firma é obtido pela somatória de seus custos fixos (CF) e seus custos variáveis (CV), de modo que a equação de custo total dessa firma é dada, segundo os dados do problema por:
CT = CF + CV
$CT = 100 + 2q^2$
Para 10 unidades, temos, portanto:
$CT = 100 + 2\ (10)^2$
CT = 300
O custo total médio (CTMe) também pode ser entendido como custo unitário, ou custo por unidade produzida, sendo encontrado por meio da divisão do custo total pela quantidade produzida. Logo, o custo total médio é dado por CT/Q = 300 / 10 = **R$ 30**. A alternativa C é a correta.
Gabarito "C"

(Diplomacia 2009) Em uma pequena economia, inicialmente, sem relações comerciais com o resto do mundo, certo consumidor dispunha de renda de R$ 36 e tinha preferências distribuídas entre dois bens: 1 e 2. A restrição orçamentária do referido consumidor é descrita, no gráfico acima, pela curva AB, cujos eixos representam quantidades (em unidades) dos bens 1 e 2. Posteriormente, em razão da eliminação de barreiras ao comércio, o consumidor se deparou com novas possibilidades de consumo, representadas no triângulo ABC.

Considerando a situação hipotética apresentada e supondo que esse consumidor, sempre maximizando sua utilidade, escolhesse consumir 3 e 4 unidades do bem 1, respectivamente, antes e depois da abertura da economia, assinale a opção que apresenta, respectivamente, a diferença entre as quantidades do bem 2 consumidas depois e antes da abertura e a proporção entre os preços do bem 2 depois e antes da abertura.

(A) 1 e 1/3
(B) 1 e 2/3
(C) 1 e 1
(D) 3 e 1/3
(E) 3 e 2/3

Pelo enunciado sabemos que a abertura comercial trouxe melhoria à economia no que diz respeito ao nível de consumo, barateando, devido à concorrência externa, os bens disponíveis internamente.
O gráfico nos indica que a abertura beneficiou apenas o consumidor do bem 2, uma vez que aumentou a quantidade acessível de bens caso toda a renda fosse utilizada em seu consumo, como vemos pela rotação para cima da linha de possibilidades de consumo no eixo y. Ou seja, antes da abertura, o máximo que o consumidor conseguiria comprar com R$ 36 seria 18 unidades do bem 2; com a abertura comercial, a renda disponível do consumidor lhe permitira adquirir 27 unidades. Com isso, deduzimos que o preço do bem 2 sofreu redução.
Além disso, o gráfico nos informa que antes da abertura o consumidor escolheu 3 unidades do bem 1, de forma que consumira 12 unidades do bem 2. Após a abertura, passa a consumir 4 unidades do bem 1 e 15 unidades do bem 2. Com isso, eliminamos 3 alternativas, uma vez

que apenas as opções D e E assinalam uma diferença de 3 unidades. Cumpre agora encontrar a variação no preço do bem 2.
Sabendo-se que a renda deve ser dividida entre o consumo dos dois bens, chegamos à igualdade orçamentária, dada por
Renda = Consumo do bem 1 + Consumo do bem 2
O consumo em valores monetários é dado pelo preço do bem multiplicado pela quantidade consumida, de sorte que
Renda = [p(1) x q(1)] + [p(2) x q(2)]
Para encontrar o preço do bem 2, basta supor que a quantidade do bem 1 seja nula e atribuir o valor máximo (limite superior do eixo y no gráfico) à quantidade do bem 2.
*Renda (**antes da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)a x q(2)a]*
R$ 36 = 0p(1) + 18p(2)a
p(2)a = 2
O mesmo procedimento deve ser adotado para o segmento CB, o qual representa a cesta de consumo **depois** da abertura comercial.
*Renda (**depois da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)d x q(2)d]*
R$ 36 = 0p(1) + 27p(2)
p(2)d = 1,33.
Dividindo p(2)d por p(2)a, temos que p(2)d equivale a **2/3 de p(2)a**, conforme no indica a alternativa E.
Gabarito "E"

(Diplomacia 2009) Considere uma pequena economia com as curvas, abaixo representadas, da oferta e da demanda internas de certo bem internacionalmente comercializado ao preço de R$ 14. Considere, ainda, que o governo cogite aplicar cada uma ou uma combinação das seguintes medidas de política comercial afetas ao bem: livre comércio, apoio ao produtor mediante subsídios à produção ou imposição de quota de importação ou de tarifa de importação.

Com base nessas condições hipotéticas, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em livre-comércio com o resto do mundo, sem qualquer intervenção do governo, o preço do bem em equilíbrio seria de R$ 26, e a demanda do bem, na referida economia, equivaleria a 4 mil unidades.

(2) Caso o governo imponha apenas uma tarifa específica de importação, equivalente a R$ 6 por unidade importada, serão importadas 4 mil unidades, e o preço do bem em equilíbrio será de R$ 14.

(3) Caso o governo imponha apenas uma quota de importação de 2 mil unidades do referido bem, a parte da demanda atendida pela oferta interna será superior, em mil unidades, à parte provida pela importação.

(4) Caso o governo opte por manter o livre-comércio e, ao mesmo tempo, por apoiar o produtor doméstico mediante a provisão de subsídios específicos à produção doméstica equivalentes a R$ 12 por unidade, a demanda total será de 6 mil unidades, e a parte produzida internamente, 2 vezes superior à parte importada.

1: Incorreta. Em livre comércio com o resto do mundo, os preços internos tendem a convergir aos patamares vigentes no mercado internacional, uma vez que, dado o diferencial de preços (R$ 26 internamente e R$ 14 no mercado exterior), os importadores seriam incentivados a aumentar a oferta de bens até que os preços internos se equiparassem aos externos. O preço de mercado sem abertura comercial é de R$ 26;
2: Incorreta. Se o governo impuser uma tarifa de R$ 6, o preço do bem será de R$ 20 e a demanda a esse preço será de 5.000 unidades. Como a oferta interna, neste nível de preço, apenas garante 3.000 unidades, deduz-se que as importações suprirão as outras 2.000 unidades.
3: Correta. Se o governo permitir a importação de apenas 2.000 unidades, deduz-se que a diferença entre oferta e demanda deverá ter este mesmo valor. Pelo gráfico, notamos que isso ocorre quando o preço é R$ 20, de maneira que as importações permitidas (2.000 unidades) representam 2/3 do abastecimento interno (3.000 unidades).
4: Correta. Um subsídio governamental tem o efeito de reduzir o custo de produção de um determinado bem. Graficamente, o subsídio implica um deslocamento da curva de oferta para a direita até o preço cair na medida do subsídio. Neste caso, a curva de oferta se deslocaria até que o preço fosse R$ 14, ou seja, relativo a 6.000 unidades. Como a oferta interna, na ausência de subsídios, seria de 4.000 unidades, tem-se que as importações seriam, em contexto de livre comércio, de 2.000 unidades. Dessa forma, com o subsídio, a produção interna (6.000 unidades) representa duas vezes a quantidade importada. Em outras palavras, a produção interna engolfará, no gráfico, a diferença entre 6 mil e 2 mil unidades; enquanto a importação atenderá a 2 mil unidades. Portanto, a produção interna representará duas vezes a quantidade importada
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia 2009) Considere as condições de equilíbrio de mercados em concorrência perfeita, de um lado, e, de outro, de mercados sujeitos ao monopólio. Considere, também, que, em ambas as condições, os produtores visem ao lucro (L), que resulta da maximização do excedente da receita total (RT) em relação ao custo total da produção (CT). Considere, ainda, que, ao maximizar o lucro, os produtores levem em consideração, entre outras variáveis, o preço (P), a quantidade produzida (Q), a receita marginal (RMg) e o custo marginal (CMg). Com base nessas considerações, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Em ambas as condições citadas, os preços equivalem ao custo marginal.

(2) Na condição de mercados sujeitos ao monopólio, a receita marginal (RMg) equivale ao custo marginal (CMg), ou seja, RMg = CMg.

(3) Em concorrência perfeita, o custo total médio (CT/Q) equivale ao custo marginal (CMg).

(4) Em concorrência perfeita, o preço é igual à receita marginal, mas inferior ao custo marginal, ou seja, P = RMg < CMg.

1: Incorreta. Em monopólio, o preço se encontra acima do custo marginal. A quantidade escolhida é aquela que iguala custo marginal e receita marginal. Como não há curva de oferta em monopólio, haja vista que a produção se ajusta à demanda, temos um lucro econômico positivo. Já em concorrência perfeita, o preço é igual ao custo marginal, que se

equipara à receita marginal, de forma que o lucro econômico é zero.
2: Correta. Explicação teórica conforme item anterior.
3: A questão foi anulada por que está incompleta. O custo total médio pode ser igual, maior ou menor do que o custo marginal. A afirmativa não é conclusiva, o que impede aferir sua veracidade.
4: Incorreta. Conforme já mencionado no item (1), em concorrência perfeita, por definição, tem-se P = RMg = CMg. Caso o custo marginal seja maior do que a receita, o lucro econômico será negativo, expulsando do mercado as empresas menos produtivas, reduzindo a oferta e elevando os preços e a receita marginal, o que restaura a igualdade entre os termos.

(Diplomacia 2008) Considere-se que, em determinado mercado, a curva de demanda de um bem seja dada por *Qd* = 10 - 3p, e a curva de oferta desse mesmo bem seja dada por *Qo* = 5 + 2p, em que p seja o preço do bem. Nessas condições, é correto concluir que o equilíbrio nesse mercado será atingido para

(A) p = 1.
(B) p = 2.
(C) p = 3.
(D) p = 5.
(E) p = 10.

O preço de equilíbrio é aquele que iguala a oferta à demanda. Para encontrá-lo basta igualar as duas funções:
Qo = Qd
5 + 2p = 10 – 3p
5p = 5
p = 1
Assim, a alternativa correta é a letra A.
Gabarito "A"

(Diplomacia 2008) A elasticidade preço da demanda de um bem é fundamental para se compreender a reação da quantidade demandada a mudanças em seu preço. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Quando o módulo da elasticidade preço de demanda de um bem é superior a 1, esse bem tem demanda elástica, e a receita total se reduz quando seu preço se eleva.
(2) Quando o módulo da elasticidade preço da demanda de um bem é igual a 1, a receita total não se altera quando há variações no preço.
(3) Bens que têm pequena participação no orçamento tendem a ter uma demanda inelástica em relação ao preço.
(4) Bens essenciais têm demanda elástica em relação ao preço.

1: Correta. Quando o módulo da elasticidade é maior do que 1, temos que uma elevação do preço do bem em 1% gera uma queda na quantidade demandada maior que 1% e, logo, o bem tem demanda elástica. Assim, quando o preço sobe, temos que o ganho de receita obtido com o aumento do preço é menor do que a perda de receita por conta da queda no volume vendido.
2: Correta. Pelo mesmo raciocínio descrito anteriormente, a elasticidade-preço da demanda é unitária, de forma que aquilo que se perderia com a queda no volume vendido é proporcional ao ganho de receita resultante do aumento do preço do bem.
3: Correto. Segundo a teoria econômica, quanto maior a importância do bem no orçamento, maior é a sua elasticidade. Assim, quanto menor for a importância relativa do bem, menor será a propensão do consumidor de reduzir o seu consumo, uma vez que a elevação do preço deste bem não tende a gerar grandes impactos no orçamento como um todo.
4: Incorreta. Os bens ditos essenciais são menos sensíveis ao preço cobrado pela sua aquisição. Por terem esse nome, os bens essenciais indicam importância primeira, de forma que o preço do bem não é variável relevante à decisão do consumidor. Exemplos de bens essenciais são água, energia elétrica, medicamentos, *hobbies* etc.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2004) A microeconomia estuda o comportamento individual dos agentes econômicos e, por essa razão, constitui sólido fundamento à análise dos agregados econômicos. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

(1) O recrudescimento, na Ásia, da gripe do frango, conhecida cientificamente como influenza aviária, abre novos mercados para o produto brasileiro e desloca, para cima e para a direita, a curva por demanda de por carne de frango no Brasil.
(2) A comercialização dos bilhetes das companhias aéreas realizada por via eletrônica, ao reduzir os custos dessas empresas, desloca, para baixo e para a direita, a curva de ofertas de passagens aéreas.
(3) Contrariamente ao que ocorre com empresas monopolistas, a curva de receita marginal de firmas que atuam em mercados competitivos situa-se abaixo da curva de receita média.

1: Correto. A gripe aviária desloca a demanda asiática para o setor externo dos países. Isso implica maior demanda pelos produtos brasileiros. Internamente, a produção de carne de frango recebe maiores pedidos de compra, o que pode fazer com que os preços subam, caso a indústria não consiga atender à demanda tanto interna quanto externa.
2: Correto. Neste caso, são reduzidos os gastos com publicidade e processos administrativos de recebimentos. O resultado é uma elevação da oferta, reduzindo preços.
3: Incorreto. É exatamente a empresa monopolista que detém uma curva de receita marginal abaixo da receita média, uma vez que nesta empresa, a receita é dada pela curva de demanda, a qual está sempre acima da curva de receita marginal.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Diplomacia – 2003) Considerando os conceitos básicos da análise econômica e de sua evolução, julgue os itens a seguir.

(1) A recente retomada econômica nos Estados Unidos da América (EUA) contribuiu para reduzir os níveis de desemprego naquele país. Como conseqüência, a curva de possibilidades de produção da economia americana foi deslocada para cima e para a direita.
(2) Quando as datas do concurso de admissão à carreira de diplomata coincidem com aquelas do concurso para assessor legislativo, o custo de oportunidade de fazer a segunda seleção aumenta substancialmente para os candidatos que tencionam submeter-se aos dois certames.
(3) Supondo que a criminalidade e os gastos com o consumo de drogas são positivamente relacionados e que a demanda de drogas é preço-inelástica, políticas antidrogas fundamentadas no combate ao tráfico elevarão o preço das drogas e aumentarão os gastos com esses produtos, agravando, assim, os níveis de criminalidade.
(4) O pacote recente do governo brasileiro que injetou crédito de R$ 400 milhões para a compra de eletrodomésticos deslocará a curva de demanda de

eletroeletrônicos para cima e para a direita, e a curva de oferta desses bens, para baixo e para a esquerda.

(5) A crítica marxista considerava que as leis econômicas, em vez de proposições gerais, estavam associadas a estágios históricos específicos coincidindo, nesse aspecto, com a análise de John Stuart Mill.

1: Incorreta. A retomada do crescimento econômico dos EUA já a partir de 2002 se deve a uma maior utilização da capacidade instalada que havia sido reduzida devido à crise das pontocom. Assim, migrou-se de um ponto abaixo da fronteira em direção à plena utilização da capacidade produtiva.
2: Correta. Aqueles que não desejam concorrer nos dois processos têm seu custo de oportunidade inalterado. Porém, aqueles que desejam os dois têm uma escolha a fazer, para a qual é relevante avaliar o custo de oportunidade de cada opção, uma vez que optar por um implica abrir mão do outro.
3: Correta. O raciocínio é exatamente o exposto pela afirmativa. Na medida em que políticas antidrogas se tornam efetivas, aumenta-se o risco envolvido em atividades associadas ao tráfico de drogas, ocasionando uma taxa de rentabilidade maior via aumento de preços. Dada a inelasticidade-preço da demanda por este tipo de bem, observa-se uma maior alocação de recursos orçamentários das famílias a este fim. Com efeito, amplia-se a lucratividade do tráfico, cedendo às organizações maior poder financeiro.
4: Incorreta. A medida do governo afeta apenas o lado da demanda, que será estimulada, gerando, portanto, um deslocamento para cima e para a direita. Todavia, a oferta não sofre deslocamentos de qualquer magnitude, apenas se ajusta às condições de demanda, aumentando o preço do bem na proporção de sua capacidade de atender a essa demanda adicional.
5: Incorreta. A crítica marxista nega a disposição de leis econômicas e enfatiza que a economia é apenas o pano de fundo da história, esta sim dotada de um motor único: a luta de classes. John Stuart Mill é o codificador da abordagem clássica do século XIX e se enquadraria no que Marx chamava de "economistas vulgares" por defenderem por meio de suas teorias, mesmo sem o saberem, os interesses das classes dominantes. Marx era contrário a buscar leis econômicas universais, tal como faziam os clássicos, mas favorável à busca da compreensão de como os diferentes modos de produção se organizavam e criavam oposições sociais entre os integrantes de um grupo social.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Suponha que um setor estratégico da economia encontra-se dominado por um produtor monopolista. A esse respeito, assinale a opção correta:

(A) independentemente das características do bem produzido, se o monopolista em questão for o setor público, a alocação de recursos produzida nesse mercado, do ponto de vista da sociedade, será considerada ótima.

(B) a implementação de um preço regulado, sob a forma de um preço máximo, inferior ao preço de equilíbrio monopolista, poderá garantir um crescimento sustentável para o setor em questão.

(C) o racionamento do uso do bem produzido pelo monopolista poderá solucionar o problema da baixa quantidade transacionada nesse mercado.

(D) a longo prazo, a implementação de um imposto específico nesse setor solucionará o problema da oferta reprimida.

(E) se o setor em questão produzir um bem comercializável, a abertura internacional desse mercado poderá trazer grandes ganhos de produtividade, e, conseqüentemente, maior eficiência alocativa.

A opção correta é a letra E. Nesse caso, é verdade que um mercado interno dominado por apenas um produtor pode levar a uma situação subótima do ponto de vista social. Com efeito, a presença de concorrentes externos pode levar a um aumento na oferta do bem por meio da concorrência, reduzindo as margens excepcionais de lucro do monopolista e promovendo maior bem-estar à população.
A: É incorreta porque o fornecimento do bem por parte do setor público apenas é socialmente ótimo se se tratar de um monopólio natural, isto é, um bem de difícil definição de direitos de propriedade, como a proteção de recursos naturais, de segurança nacional etc. Todavia, a característica do bem é determinante para definir se o monopólio estatal é desejável.
B: Incorreta, porque a definição de um preço abaixo do equilíbrio depende de forças de mercado competitivas. No caso do monopólio, o equilíbrio se dá ao longo da curva de demanda, de forma que a empresa ajusta a produção para atender a demanda. Neste sentido, a regulação de um preço abaixo do lucro máximo de monopólio pode levar a empresa a reduzir a produção, de sorte a recompor a sua margem de lucro, por meio de custos menores.
C: Incorreta. Como se viu no item anterior, ao monopolista basta reduzir a quantidade produzida de maneira a reduzir seus custos de produção, para que a empresa mantenha a sua margem de lucro.
D: Incorreta. A longo prazo, a aplicação de um imposto apenas gerará ajuste no preço, para que se mantenha a margem do lucro da empresa monopolista, sendo esse repasse condicionado pela elasticidade-preço da demanda. O que o imposto pode fazer é diminuir a demanda pelo produto, e, assim, a penalização maior recairá sobre o consumidor, que não contará com substitutos para o bem.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2002) A análise da oferta e demanda, que estuda as interações entre vendedores e compradores em uma economia de mercado, constitui o cerne do estudo dos fenômenos econômicos. A esse respeito, assinale a opção correta:

(A) a redução recente do preço da telefonia celular, que conduziu a um aumento considerável do uso desses serviços, representa um deslocamento da curva de demanda por esses serviços, para cima e para a direita.

(B) se o preço de mercado de um determinado bem encontra-se abaixo do seu nível de equilíbrio, então, ocorre um excesso de oferta para esse bem.

(C) a queda recente do preço das ações, no mercado acionário brasileiro, contribui para estimular a demanda dos diferentes bens e serviços vendidos no Brasil.

(D) um aumento no preço do aço, utilizado pela indústria automobilística, desloca a curva de oferta de automóveis para a direita.

(E) Se, no sistema bancário, computadores e bancários são substitutos, então, a redução do preço dos computadores, que se traduz em uma maior informatização do setor, contribuirá para reduzir o emprego desse setor.

A alternativa E é a correta, por exemplificar o problema do desemprego tecnológico, na medida em que a informatização do setor bancário resulta na substituição de bancários por máquinas a taxas favoráveis a estas últimas.
No item A, a redução do preço se dá pelo aumento da oferta, via concorrência no setor de telefonia e não pelo aumento da demanda, o que teria o efeito contrário.
A opção B é errônea, por que o nível de preços abaixo do equilíbrio acarretará uma maior disposição dos consumidores a adquirir os bens, ao passo que gerará um ganho abaixo do lucro planejado pelo vendedor, o que desencadeará uma situação de excesso de demanda.
O item C confunde as esferas societária e a de consumo, uma vez

que não há qualquer relação entre o preço das empresas no mercado acionário e demanda pelos seus bens no mercado consumidor.

Por fim, a letra D está incorreta ao afirmar que um aumento de custos leva a uma elevação da quantidade ofertada, já que a teoria nos ensina exatamente o oposto, isto é, quando se aumentam os custos de produção, reduzem-se as margens de lucro, de forma que o empresário se vê menos disposto a produzir, reduzindo-se, portanto, a oferta naquele mercado.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2000) Utilizando os diferentes conceitos de elasticidade, assinale a alternativa correta:

(A) *ceteris paribus*, se uma redução de 10% nos preços dos pacotes turísticos para o Nordeste implicar um aumento de 5% nos gastos com esses pacotes, então, a curva de demanda e preço-elástica.

(B) As altas recentes no preço internacional do petróleo reduzem não somente a demanda por esse produto, mas aumentam, também, o consumo de álcool, deslocando para a esquerda a curva de demanda desse produto.

(C) Bens de primeira necessidade, como alimentos e remédios, caracterizam-se por apresentarem altas elasticidades preço e renda da demanda.

(D) Variações na quantidade demandada ocorrem quando os consumidores decidem comprar mais (ou menos) do que anteriormente, ao nível de preços prevalecente no mercado e, por isso, distinguem-se de variações na demanda.

(E) Quando a expansão da produção provoca aumentos significativos dos preços dos insumos utilizados no processo produtivo, então, a curva de oferta é altamente elástica.

A: A alternativa correta é a letra A. Uma queda de 10% nos preços implica um aumento de 5% na quantidade demandada; logo, os consumidores são sensíveis ao preço do bem, o que torna a curva de demanda preço-elástica.

B: A letra B está correta até dizer que o aumento do preço do petróleo "desloca para a esquerda" a curva de demanda pelo etanol. Um aumento na demanda deste bem por conta da substituição da gasolina leva a um deslocamento para a direita da curva de demanda.

C: A opção C se equivoca ao colocar grandes agregados de produtos como sendo preço-elásticos. Diz a teoria microeconômica que quanto mais ampla a definição do bem, de sorte a incorporar diversos itens sob uma definição guarda-chuva, mais inelástica se torna a demanda. Por exemplo, "manteiga" pode ser substituída por "margarina", mas o que substituirá "alimentos"? Logo, medicamentos e alimentos são, por definição, preço-inelásticos.

D: A letra D apenas faz um jogo de palavras, distinguindo quantidade demandada e demanda, quando os termos explicitam fundamentalmente o mesmo conceito.

E: Por fim, a letra E define uma produção inelástica, porém a rotula de elástica; é exatamente a incapacidade de uma indústria de produzir mais sem elevar custos que demonstra sua densidade tecnológica, ou seja, as possibilidades de atender a uma aumento na demanda de forma rápida, na quantidade desejada e com o menor preço possível - em outras palavras, de forma eficiente.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) No contexto das discussões sobre episódios de crise no funcionamento do sistema financeiro internacionais, a que tipo de problema se refere a expressão "risco moral" (moral hazard)?

(A) O comportamento agressivo e eticamente duvidoso de indivíduos ou instituições que se enriquecem mediante práticas de especulação financeira.

(B) A presença de altos níveis de corrupção no sistema bancário dos países emergentes.

(C) A insensibilidade das instituições financeiras multilaterais aos problemas de pobreza e desemprego nos países em desenvolvimento.

(D) A tendência a um comportamento irresponsável por parte de agentes econômicos, tomadores de empréstimos.

(E) A tendência à deterioração das condições de vida nos países mais pobres quando suas moedas nacionais sofrem ataques especulativos.

A alternativa D é a correta. O risco moral (*moral hazard*) explica um comportamento oportunista resultante de uma assimetria de informações dentro de uma relação contratual. Assim, dado um acordo entre duas partes, uma delas se vê em posse de informações não disponíveis à outra parte, de maneira que passa a desrespeitar as condições que sustentam o contrato, uma vez que a outra parte não dispõe de mecanismos de monitoramento de sua conduta.

Assim, o comportamento agressivo e duvidoso no mercado financeiro (opção A) é simplesmente chamado de especulação predatória.

A presença de corrupção no sistema bancário é rotulada de fraude bancária (letra B).

A alternativa C simplesmente remete a uma hierarquia de prioridades das instituições financeiras.

A opção E fala dos efeitos de ataque especulativo sobre as condições socioeconômicas nos países que vivem esses fenômenos.

Gabarito "D"

2. MACROECONOMIA

2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do deficit público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil.

(Diplomacia 2009) A demanda agregada total (doméstica e externa) de uma economia aberta equivale ao seu produto interno bruto (PIB), sendo os seguintes os seus principais componentes: consumo, investimento, compras do governo e exportação líquida de bens e serviços. Supondo-se que essa economia gere um PIB anual de R$ 1 trilhão, mantenha uma taxa de investimento igual a 20% do PIB e que, nessa economia, o consumo e os gastos do governo sejam respectivamente 3,1 e 0,7 vezes superiores ao investimento, é correto concluir que o saldo exportador dessa economia será de

(A) R$ 38 bilhões.

(B) R$ 40 bilhões.

(C) R$ 76 bilhões.

(D) R$ 80 bilhões.

(E) R$ 102 bilhões.

Tomando nota dos dados, temos os seguintes valores:
PIB = R$ 1 tri
I = R$ 0,2 tri
G =0,7 x (I) = R$ 0,14 tri
C= 3,1 x (I) = R$ 0,62 tri
Pela ótica da demanda, temos que:
PIB = C + I + G + (X – M)
Substituindo os valores sem as unidades, para facilitar a operação algébrica, temos
1 = 0,62 + 0,2 + 0,14 + (X - M)
Rearranjando os termos, conclui-se que o saldo exportador (X-M) = R$ 0,04 tri, ou R$ 40 bilhões, conforme nos indica a alternativa B.

Gabarito "B"

(Diplomacia 2009) Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Os juros registrados na conta de renda de transações correntes superavaliam os encargos da dívida externa brasileira, porque incorporam todos os gastos relacionados ao pagamento desses juros.

(2) A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

(3) Um *deficit* de 100 dólares na conta de transações correntes implica, necessariamente, a perda do mesmo valor nas reservas internacionais.

(4) Remessas de máquinas e equipamentos de uma companhia estrangeira para sua filial no Brasil não precisam ser registradas no balanço de pagamentos, visto que tal operação não envolve entrada ou saída de divisas.

1: Incorreta. Os serviços de juros não superavaliam porque são o registro preciso dos pagamentos dessa natureza efetuados pelo país.
2: Incorreta. A diferença é dada apenas pelo saldo das transferências unilaterais, as quais são emissões ou recebimentos de divisas sem qualquer contrapartida em serviços ou bens. Já a conta de renda, formada pelos lucros (remuneração do capital), juros (remuneração da poupança) e salários (remuneração do trabalho) exige uma contrapartida, seja de serviços financeiros, investimentos, capital intelectual etc.
3: Incorreta. Um déficit em transações correntes implica, pelo princípio das partidas dobradas, um crédito de mesmo montante na conta de capital e financeira, ficando as reservas internacionais inalteradas em função desse resultado.
4: Incorreta. Uma transferência de máquinas gera movimentação financeira e deve ser contabilizada como entrada de capital no país.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia 2008) A tabela a seguir apresenta dados em unidades monetárias (u. m.) do país Alfa em determinado ano.

As transações do país Alfa com o resto do mundo nesse mesmo ano são mostradas na tabela seguinte.

Com base nessa situação hipotética, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) As poupanças dos residentes no país Alfa foram capazes de financiar todo o investimento realizado por esse país no ano considerado.

(2) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi superior à Renda Interna Bruta desse país.

(3) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi inferior à Renda Disponível Bruta desse país.

1: Incorreta. Por definição, o investimento é igual à poupança bruta doméstica. Neste caso, a poupança é insuficiente para suprir as necessidades de financiamento agregado do investimento, uma vez que o país sofre uma perda de poupança resultante do envio de rendas para o exterior por parte de não-residentes (10) maior do que o recebimento de renda por parte de emigrantes do país Alfa.
2: Incorreta. A diferença entre Renda Nacional Bruta e Renda Interna Bruta é a renda líquida enviada ao exterior. Em termos matemáticos,
Renda Nacional Bruta = Renda Interna Bruta – Renda Enviada ao Exterior + Renda Recebida do Exterior
Como a renda enviada (pagamentos de salários a não-residentes por empresas do país Alfa) é maior do que a renda recebida do exterior (remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa), a Renda líquida enviada ao exterior é positiva, isto é, o envio é maior do que o recebimento. Com efeito, a renda nacional bruta é menor do que a renda interna bruta.
3: Incorreta. A renda disponível está associada a impostos diretos, desconto de lucros retidos, contribuições previdenciárias e transferências governamentais às famílias, dados que o problema não oferece ao candidato, inviabilizando a conclusão da afirmativa.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Diplomacia – 2004) A escolha em situação de escassez, as interações entre o governo e os mercados privados e a evolução da análise econômica são tópicos relevantes para o exame dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

(1) A redução do imposto sobre operações financeiras (IOF), ao incentivar a poupança, contribui para deslocar, para cima para a direita, a fronteira de possibilidades de produção da economia.

(2) Economistas que se proclamam não-intervencionistas advogam a adoção de regras fixas de política econômica, tais como orçamento equilibrado e constância da taxa de crescimento do estoque monetário.

(3) O postulado marxista de que cada estágio da história é governado por leis econômicas distintas corrobora a visão clássica, que exclui a existência de leis universais, como ilustrado no princípio malthusiano do crescimento populacional.

(4) De acordo com a visão keynesiana, o aumento da oferta de moeda reduz as taxas de juros, o que provoca a expansão do investimento e da demanda agregada.

1: Correta. A redução do IOF permite, segundo os postulados da economia neoclássica, uma ampliação da poupança nacional que acarretará um aumento do investimento. Ampliando-se a produção, o produto nacional será maior. Acelerando-se o crescimento econômico, a fronteira de possibilidades de produção se desloca para a direita.
2: Correta. Trata-se de deixar às forças equilibradoras do mercado o equacionamento do problema econômico. Neste sentido, caberia ao governo interferir o mínimo possível. Isto é feito por meio de contas fiscais equilibradas e injeção de moeda apenas em quantidade suficiente para permitir um crescimento estável do produto.
3: Incorreto. A visão marxista busca exatamente definir as leis universais de funcionamento da História, diferentemente do esquema teórico do equilíbrio, a partir do qual inúmeros agentes perseguindo o seu próprio interesse geram resultados sociais ótimos, tal qual o postulado da mão invisível, formulado por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*. Nesse sentido, haveria, na visão marxista, um motor histórico que remonta ao

início dos tempos da humanidade, a qual apenas estaria travestida de diferentes organizações sociais. Para Marx, a História é fundamentalmente dirigida pela luta de classes, pela oposição entre atores sociais que, pelo devir histórico, culminaria no socialismo, por meio da ditadura do proletariado. Mesmo assim, Marx via certa lógica no argumento de Malthus, muito embora não o acatasse para todo o sempre. Segundo Malthus, haveria uma lei natural a governar a dinâmica populacional: o aumento da produção implicaria aumento dos alimentos disponíveis e melhoria do bem-estar das classes trabalhadoras. Estes seriam induzidos, pela baixa condição moral em que viviam, a se reproduzirem. O rápido aumento da população superaria o ritmo de crescimento dos alimentos semeando a fome e a propagação das doenças que viriam a reduzir o contingente populacional, reequilibrando o sistema à disponibilidade de alimentos. Como se pode deduzir, o argumento de Malthus pressupunha um estoque imutável de tecnologia agrícola, vetando-lhe acesso à conclusão de que a produção poderia sofrer surtos de expansão, com base no avanço das técnicas agrícolas, como ficou evidenciado a partir de meados do século XIX.

4: Correto. O aumento na oferta de moeda faz com que as pessoas demandem mais títulos, o que provoca o aumento do preço destes, levando a uma queda da taxa de juros. Isso se deve ao fato de que a taxa de juros é a diferença entre o preço presente do título e o preço futuro. Quando aumenta a demanda pelo título, seu preço presente se eleva, reduzindo a diferença entre este e o preço final, ou a taxa de juros. Assim, uma queda na taxa de juros levaria a uma maior propensão a investir, já que os títulos financeiros oferecem menores oportunidades de retorno. Keynes era, porém, enfático ao afirmar que a taxa de juros apenas pode ter esse efeito positivo sobre o investimento - e, por conseguinte, sobre a demanda agregada - se houver a excitação do "espírito animal" dos empresários, isto é, uma disposição destes para enfrentar a incerteza que permeia o ambiente econômico, volatilizando as expectativas sobre os lucros auferidos com sua atividade real.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2004) Em relação aos conceitos básicos da macroeconomia e da economia monetária, julgue os itens seguintes.

(1) Os juros auferidos por investidores alemães no mercado brasileiro integram tanto a renda nacional quanto o produto interno bruto do Brasil.

(2) Nas variações observadas nos índices de preço ao consumidor, verifica-se a tendência a subestimarem-se os efeitos da inflação, porque ignoram-se as possibilidades de substituição dos bens que compõem os gastos dos consumidores.

(3) Em presença de indexação incompleta, a inflação não altera os preços relativos e, portanto, não modifica a alocação de recursos na economia.

(4) Aumentos nos coeficientes de encaixe compulsório, por interferirem diretamente no nível de reservas bancárias, reduzem o efeito multiplicador e, conseqüentemente, a liquidez da economia.

(5) Taxas de juros mais elevadas aumentam o custo de oportunidade de detenção da moeda e, portanto, contribuem para se expandir a demanda da moeda.

1: Incorreta. Os juros são contabilizados como renda de fatores de produção. Neste caso, fazem parte do produto interno bruto, mas não compõem a renda nacional, uma vez que são enviados para fora do país, pela conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos.

2: Incorreta. Os índices de preço ao consumidor são estimados com base nos hábitos médios de consumo, bem como nos preços médios da cada categoria de produtos. Assim, na média, capta-se com razoável sucesso os efeitos da inflação, uma vez que produtos mais caros que contarem com substitutos próximos, terão sua demanda reduzida e, como consequência, seus preços minorados.

3: Incorreta. A indexação incompleta desequilibra a estrutura de preços da economia, já que alguns preços se atualizam automaticamente e outros permanecem defasados. Com isso, uma série de desequilíbrios setoriais se aprofunda, ocasionando distorções na alocação de recursos da economia.

4: Correta. Os depósitos compulsórios são um instrumento importante no controle da liquidez da economia. Como eles reduzem as reservas dos bancos, sobram menos recursos para os bancos emprestarem. Com efeito, o multiplicador bancário se reduz, gerando menos meios de pagamentos na economia.

5: Incorreta. É verdadeiro que a taxa de juros mais elevada aumenta o custo de oportunidade de manutenção da moeda. Justamente por esse motivo, sua elevação tende a reduzir a demanda por moeda e elevar a demanda por ativos.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Diplomacia – 2003) A análise macroeconômica — incluindo-se aí a mensuração dos grandes agregados — é fundamental à compreensão do funcionamento das economias de mercado. Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

(1) A eventual contratação de engenheiros ingleses e venezuelanos para trabalhar na recuperação da indústria petrolífera no Iraque expandiria o produto interno bruto (PIB) iraquiano, porém não alteraria a renda nacional bruta desse país.

(2) Quando o governo, para debelar um processo inflacionário, reduz seus gastos, porém o Banco Central mantém uma política monetária expansionista, a contração do investimento privado, resultante dessa política, limitará o crescimento da renda contribuindo para a queda da inflação.

(3) A tendência recente à redução dos juros no Brasil, ao diminuir o custo de oportunidade de detenção da moeda, contribui para expandir a demanda desse ativo.

(4) O crescimento da oferta monetária, decorrente de políticas monetárias expansionistas, será tanto maior quanto menor for a razão reserva/depósito.

(5) A curva de demanda agregada é negativamente inclinada porque uma queda no nível de preços reduz as taxas de juros e deprecia a moeda nacional contribuindo, assim, para aumentar as exportações líquidas.

1: Correta. O PIB aumentaria por conta do aumento da produção propiciado pelo emprego de mais trabalhadores. Todavia, como o rendimento desses trabalhadores seria enviado para seus respectivos países, a renda nacional permaneceria a mesma. Isso se dá, porém, se considerarmos a inexistência de efeitos multiplicadores da renda, a partir do crescimento econômico, tal como nos ensina a teoria keynesiana. Assim, somos obrigados a supor que toda a renda adicional gerada pelos trabalhadores estrangeiros será transferida de volta ao seu país de origem.

2: Incorreta. Uma política de austeridade fiscal com queda da taxa de juros gera o "efeito deslocamento do governo" da atividade produtiva, convidando o empresário do setor privado a investir mais e ampliar a produção. É exatamente o que Keynes chamou de "eutanásia do rentista" em referência à busca constante por manter a taxa de juros baixa, e assim a evitar a euforia do ganho fácil nos mercados financeiros. Em termos teóricos, pode-se alegar que a redução do gasto seria compensada por um aumento na quantidade de moeda, sustentando a demanda por investimentos que passaria a ser maior.

3: Correta. Diante da presença dessa tendência da política monetária,

reduz-se o custo de oportunidade da manutenção da moeda, de forma que as pessoas veem menos atrativos na aplicação financeira, optando pelo gasto presente dos recursos monetários.

4: Correta. Quanto mais reservas os bancos detiverem em seus balanços, maior será sua disposição em emprestá-las às famílias e empresas. Quanto maiores os volumes de empréstimos, maior será o agregado M1, referente aos meios de pagamentos da economia, os quais consideram a base monetária (papel moeda em poder do público + encaixes monetários no Banco Central) somada aos depósitos à vista criados pelos bancos. Logo, maior será a oferta monetária.

5: Correta. Entre as explicações possíveis para a inclinação da curva de demanda agregada, essa é uma correta. É importante notar, todavia, que se trata aqui de uma economia aberta, o que o exercício deveria ter explicitado. Neste sentido, o raciocínio está correto. Quanto menores os preços, menos moeda será demandada, aumentando a demanda por títulos financeiros. Isso reduzirá a taxa de juros da economia, e gerará, portanto, menos atração aos capitais estrangeiros à procura de lucros advindos da exploração de diferencial entre taxas de juros de países diversos, o que implicará a desvalorização da taxa de câmbio. Esta, por sua vez, levará ao crescimento das exportações, aumentando assim o saldo comercial.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C

(Diplomacia – 2002) A mensuração dos grandes agregados como o PIB (Produto Interno Bruto) e o PNB (Produto Nacional Bruto) é crucial para se avaliar apropriadamente a atividade econômica. Considerando os diferentes aspectos de tais agregados, pode-se afirmar que:

(A) no Brasil, o investimento é o maior componente do PIB.

(B) um carro novo, produzido em 1999, mas vendido em 2001, deve ser contabilizado no PIB de 2001, porque, nesse ano, ele foi vendido, pela primeira vez, como bem final.

(C) contrariamente ao PIB, que é um conceito geograficamente delimitado, o PNB inclui a produção e a renda dos nacionais geradas tanto dentro do país como no exterior.

(D) se uma indústria de confecção compra R$ 200,00 de tecido e R$ 100,00 de linhas de costura e utiliza esses insumos para produzir uma peça de vestuário no valor de R$500,00, então sua contribuição para o PIB é de R$ 800,00.

(E) como o PIB nominal em 1997 foi superior ao PIB nominal em 1996, pode-se, então, concluir que houve um aumento da produção entre esses dois anos.

A alternativa C é a correta, por considerar o PNB como uma medida de nacionalidade e não de territorialidade, uma vez que mede também os fluxos de renda emitidos e recebidos por uma país, a partir do número de residentes no exterior e não-residentes estrangeiros dentro de suas fronteiras.

A opção A é incorreta por que o maior componente do PIB no Brasil é o consumo, representando cerca de 60% dele.

A opção B não considera que um carro produzido e não vendido em 1999 é contabilizado como variação de estoques, não sendo novamente contabilizado o valor de sua venda em 2001.

A alternativa D confunde valor bruto de produção com valor adicionado pela indústria de confecção, uma vez que este último resulta da diferença entre o valor de venda do bem (R$ 500) e os custos dos insumos produtivos, ou seja, R$ 300 (R$ 200 + R$ 100 = R$ 300).

Por fim,a opção E desconsidera o efeito dos preços sobre o PIB nominal (calculado pela somatória dos valores de mercado de todos os setores da economia, isto é, preço x quantidade), cujo aumento entre dois anos pode ocorrer simplesmente porque os preços dos bens aumentaram na média, podendo a produção (quantidade) ter estagnado no período, o que ainda assim geraria um PIB nominal maior. É por esse motivo que se calcula o PIB real, que deflaciona o PIB nominal, para que se revele o volume adicional produzido.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) Na Economia Política, a categoria "valor" expressa uma relação "homem/natureza", mediada pelo "tempo". Este último, porém, nem sempre entendido no seu sentido histórico. Com base nessa premissa, assinale a opção que contém uma imprecisão:

(A) Na concepção mercantilista, "valor" é sinônimo de "moeda", uma vez que os autores desta corrente desconheciam a origem do "valor", e a identificavam com a acumulação de metais raros.

(B) Concepção análoga, num certo sentido, é a dos monetaristas neoliberais, uma vez que identificam na livre-circulação de mercadorias e moedas a fonte de toda riqueza.

(C) Para os "fisiocratas", no entanto, o "valor" nasce em função dos "usos" dos recursos naturais, bastante diversificados, de modo que um recurso muito utilizado é valorizado em função da sua demanda.

(D) Mesmo antes do surgimento da escola fisiocrática, já surgira a noção de "valor-trabalho", embutida na idéia de que o "preço natural" de uma mercadoria dependia da quantidade de trabalho necessária para a sua produção.

(E) Os marxistas, como os liberais, esposam a tese de que o valor do trabalho é invariável, o que o qualifica como medida real do valor.

As alternativas A, B, D e E estão precisas em seu conteúdo e não requerem ressalvas. Já a alternativa C contém um equívoco ao atribuir aos fisiocratas uma função de diversificação da produção. Na verdade, para os pensadores dessa escola, a riqueza emanava da terra, porém não de forma extrativista e predatória. Ao contrário, a prosperidade adviria da ampliação da produção renovável por meio de técnicas de maximização da utilização do solo, via sistemas de rotação e de fertilização. Estava em questão, para estes pensadores, o formato capitalista da produção agrícola e não uma estratégia de aumento especulativo dos preços dos produtos que um país deveria produzir.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2002) O entendimento dos fenômenos monetários e financeiros é importante para se entender o funcionamento das economias de mercado. Em relação a esse tópico, pode-se afirmar que:

(A) a base monetária é constituída de moeda (notas e moedas metálicas) e de depósitos dos bancos comerciais junto ao Banco Central.

(B) a teoria monetarista afirma que, devido ao fato de a velocidade de circulação da moeda ser constante, aumentos no estoque monetário implicam aumentos proporcionais na renda.

(C) o custo de oportunidade de detenção da moeda é a taxa de juros real.

(D) a inflação incentiva a poupança porque ela aumenta a taxa líquida de retorno das aplicações financeiras.

(E) no Brasil, compete ao Banco Central estimular a aplicação de poupanças privadas no mercado acionário.

A alternativa A é a correta, por se tratar da própria definição de base monetária.

A opção B está errada ao confundir aumentos proporcionais na renda a

aumentos nos preços, uma vez que estes são elevados como resposta a um aumento na quantidade de moeda, seguindo a equação quantitativa MV = PT, de maneira que M -> P, mantida constante a velocidade de circulação da moeda.

A letra C está incorreta porque o custo de oportunidade da moeda é a taxa de juros nominal, uma vez que a taxa de juros real exige o conhecimento da inflação futura, dado indisponível ao agente econômico no momento de sua decisão.

A inflação não aumenta, conforme nos diz a opção D, a taxa de poupança da economia, uma vez que a renda passa a ser corroída pela inflação, diminuindo a capacidade geral da economia de formar poupança. Tudo que se faz é deslocar renda de um grupo sem possibilidades de reajuste constante de preços para aqueles grupos formadores de preço.

Por fim, a letra E atribui à autoridade monetária o papel de sistema financeiro, ao passo que a ela cabe apenas controlar a base monetária e os meios de pagamentos, fiscalizar o sistema financeiro e custodiar as reservas internacionais. A aplicação da poupança depende dos mercados financeiros e não do Banco Central.

Gabarito “A”

(Diplomacia – 2000) A macroeconomia discute importantes questões que estão na pauta do debate econômico nas modernas economias de mercado. Valendo-se de seus conhecimentos dos conceitos macroeconômicos básicos, assinale a alternativa correta.

(A) A taxa natural de desemprego corresponde àquela que existe quando a taxa de desemprego iguala-se a taxa de inflação.

(B) A inflação reduz o poder de compra dos consumidores, mas não afeta a distribuição de riqueza entre agentes credores e agentes devedores.

(C) Os aumentos recentes no preço da gasolina têm levado consumidores a cortar gastos com esse produto contribuindo, assim, para reduzir o viés de substituição associado à mensuração dos índices de custo de vida.

(D) Quando uma firma estrangeira fabrica um automóvel no Brasil, mesmo com componentes importados, isso contribui para aumentar o Produto Interno Bruto brasileiro.

(E) Se uma firma compra R$1.000,00 de matéria prima, gasta R$500,00 reais com salários, paga R$100,00 de aluguel, R$100,00 de juros e dividendos e vende sua produção por R$2000,00, então, sua contribuição para o PIB é R$700,00.

A alternativa correta é a D. O Produto Interno Bruto é a soma dos gastos em consumo, investimento, gastos do governo, exportações menos as importações de bens e serviços. Quando uma empresa compra insumos de fora, entende-se que houve uma ampliação da oferta global da economia (PIB + importações). Assim, as importações de bens intermediários contribuem com a produção nacional, permitindo a criação de valores que não ocorreria na sua ausência.

A alternativa A diz respeito à taxa natural de desemprego, que tem por definição “a taxa de desemprego que garante uma inflação zero”. Essa teoria refere-se à chamada Curva de Phillips, que afirma haver uma relação negativa entre desemprego e inflação, de sorte que um aumento no desemprego leva a uma queda nos salários, diminuindo gastos de consumo das famílias e, portanto, conduzindo os preços para baixo; o inverso ocorre, caso haja uma redução nos níveis de desemprego, com elevações nos salários dos trabalhadores que aceleram o consumo tornando inviável o acompanhamento por parte da oferta, gerando aceleração no aumento dos preços.

A opção B está incorreta por não considerar a transferência de renda entre credores e devedores. A inflação implica, além da perda do poder de compra por parte dos consumidores, uma corrosão do valor das dívidas. A taxa de juros é pré-fixada em contrato sobre um valor nominal, de maneira que a inflação reduz o montante real (taxa de juros nominal – inflação) que será recebido pelo credor, reduzindo, por contrapartida contábil, também o valor real da dívida do devedor (taxa de juros – inflação).

A alternativa C é incorreta porque há uma ponderação feita pelos institutos de pesquisa dentro do item combustíveis, de maneira que as substituições se cancelam no agregado “combustíveis”.

Por fim, a letra E é incorreta porque considera gasto com insumos uma contribuição ao PIB, segundo a ótica do valor adicionado. A contribuição efetiva é dada pelo valor de venda menos o custo dos insumos, de maneira que o valor adicionado pela emprese é: R$ 2.000 (valor da venda bruta) – R$ 1.000 (MP) = R$ 1.000. O restante dos valores é inserido naquela etapa produtiva; logo, valor adicionado.

Gabarito “D”

(Diplomacia – 1996) O que é estagflação?

(A) Deflação permanente.

(B) Alternância entre períodos de inflação alta e de deflação.

(C) Hiperinflação.

(D) Combinação entre inflação alta e estagnação econômica.

(E) Estagnação da inflação a partir de medidas emergenciais.

A: Errada. A deflação permanente é um processo que traz consigo uma recessão intensa, uma vez que a queda dos preços inviabiliza a formação de lucros, desincentivando a produção.

B: Errada. A alternação entre inflação alta e deflação não encontra termos formais.

C: Errada. A hiperinflação é o crescimento explosivo e incontrolável dos preços, que culmina na total deterioração da moeda, bem como na completa repulsa a ela por parte da população.

D: Correta. “Estagflação” foi um termo cunhado ao final dos anos 1960, mediante o processo de esgotamento do modelo do pós-guerra, particularmente nos EUA. Nos anos 1970, esse país passou a enfrentar uma estagnação econômica combinada a uma forte e sustentada elevação de preços (ao menos para os seus padrões históricos), o que deu origem à expressão.

E: Errada. Estagnação a partir de medidas emergenciais é simplesmente chamada de política recessiva.

Gabarito “D”

3. ECONOMIA INTERNACIONAL

---

3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da

conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais.

(Diplomacia – 2002) Um déficit em transações correntes no Balanço de Pagamentos de um país pode expressar:

(A) Um superávit na balança comercial que não é compensado por investimentos diretos.

(B) Uma variação negativa das reservas internacionais devido à amortização de dívidas.

(C) Um déficit na balança de serviços que não é compensado por um superávit da balança comercial.

(D) Um excesso de exportações sobre importações de bens e serviços.

(E) Um crescimento inesperado do recebimento de transferências unilaterais.

A alternativa C é a correta, pois as transações correntes resultam da somatória dos saldos das contas comerciais, de serviços e de transferências unilaterais. Assim, se ocorre, em serviços, um déficit maior do que o superávit comercial, teremos uma conta-corrente deficitária.
A opção A insere erroneamente os investimentos diretos na conta-corrente, quando deveriam ser contabilizados na conta capital do balanço de pagamentos.
Na letra B, o erro se encontra em que amortização de dívidas faz parte da conta capital.
Quanto à alternativa D, o superávit comercial não explica um déficit em transações correntes.
E a letra E é incorreta por que um aumento no recebimento de transferências unilaterais faria aumentar o saldo desta conta, o que levaria a um resultado melhor em transações correntes e não a um déficit nesta conta.

Gabarito "C"

(Diplomacia 2009) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a regimes cambiais.

(1) Em regime de câmbio fixo, o mercado define o valor da taxa de câmbio, e a autoridade monetária determina o nível das reservas internacionais do país.

(2) Em regime de câmbio fixo, a autoridade monetária tem poder limitado na determinação da política monetária.

(3) Em regime de câmbio flutuante, a oferta de divisas é determinada pelas exportações do país.

(4) Nos anos 90 do século XX, em alguns países da América Latina, foram usadas âncoras cambiais como instrumento de estabilização de preços.

1: Incorreta. A alternativa seria correta se indicasse o funcionamento do regime de câmbio flutuante. Em regime de câmbio fixo, cabe à autoridade monetária ofertar qualquer quantidade de divisas demandada pelo mercado à taxa vigente.
2: Correta. Nesse caso, a política monetária depende da quantidade de divisas internacionais, uma vez que são estas que determinam o lastro da moeda doméstica. Assim, o governo não pode expandir os meios de pagamentos autonomamente, porque isso implicaria uma alteração entre as quantidades de moeda nacional e internacional, levaria a uma desvalorização do câmbio e romperia, portanto, o regime de câmbio fixo.
3: Anulada, pois é parcialmente verdadeira. Além das exportações, os fluxos de capitais de curto e longo prazos também determinam a oferta de divisas internacionais no país em questão.
4: Correta. Argentina, México e Brasil são exemplos de países que utilizaram âncoras cambiais para promover planos de estabilização, muito embora o formato e os mecanismos adotados difiram entre as experiências. Por exemplo, a Argentina adotou o *currency board*, ou conselho da moeda, em que a moeda argentina tornou-se plenamente conversível ao dólar, resultando em um forte atrelamento da quantidade da atividade econômica à disponibilidade de divisas estrangeiras, que passaram a complementar a base monetária doméstica. A taxa de câmbio passou, portanto, a regular a política monetária, retirando do país um amplo espaço de manobra em termos de política econômica doméstica.

Gabarito 1E, 2C, 3ANULADA, 4C

(Diplomacia – 2004) Na fase atual de globalização do espaço econômico, o estudo da economia internacional é crucial para a inserção adequada no cenário mundial. Considerando as noções básicas da teoria econômica internacional, julgue os itens a seguir.

(1) A demanda de produtos importados aumenta durante as recessões porque a propensão marginal a importar é positiva.

(2) No modelo ricardiano das vantagens comparativas, o papel desempenhado pelas economias de escala na produção é fundamental para o entendimento das razões do comércio entre os países.

(3) Quando nisseis brasileiros que trabalham remetem parte de suas economias a seus familiares, no Brasil, essa transação é registrada como uma transferência unilateral e constitui parte integrante da conta de transações correntes.

(4) Em presença de um sistema de taxas de câmbio fixas, a solução de crises no balanço de pagamentos exige ajustamentos consideráveis nas políticas econômicas domésticas.

(5) Em economias pequenas, cuja taxa de câmbio é flutuante, as políticas fiscais são particularmente eficazes, porque a expansão das despesas públicas, ao reduzir a taxa de câmbio, contrai as importações e aumenta a produção doméstica.

(6) *Deficits* em conta-corrente implicam que o montante de divisas arrecadado com as exportações é superior àquele exigido para financiar suas importações e transferências unilaterais líquidas.

1: Incorreta. Por definição, no sistema de mercado, a importação é positiva. Nenhum país prescinde do comércio com outras nações, de maneira que sempre haverá uma parcela da oferta de um país oriunda das importações. Em verdade, durante as recessões, a demanda por importados tende a cair por dois motivos: o primeiro é que as exportações do país diminuem e, por isso, há menos divisas para se gastar com produtos importados; e o segundo é que a recessão leva a uma diminuição da renda em função do desemprego e da redução do gasto agregado. Como resultado, as pessoas compram menos produtos importados.
2: Incorreta. O modelo ricardiano toma como pressuposto a noção de rendimentos decrescentes de escala, isto é, conforme se utiliza um insumo produtivo, seu rendimento, mantidos constantes todos os outros fatores, sofre quedas. Exatamente por esse motivo é que os países deveriam se especializar, de maneira a reduzir as perdas decorrentes do uso excessivo de um insumo, tal como a terra ou o trabalho humano.
3: Correta. Todas as transferências que não têm contrapartida na forma de bens e serviços são contabilizadas em transações correntes, na subconta "transferências unilaterais". Nesse caso, o Brasil recebe renda de brasileiros residentes no Japão, o que torna a transação positiva em termos cambiais.
4: Correta. O regime de câmbio fixo exige um equilíbrio quantitativo entre a soma de divisas estrangeiras e a base monetária doméstica. Assim, no evento de uma crise financeira, nota-se, geralmente, uma forte fuga

de divisas estrangeiras, o que obriga os países, diante da impotência na contenção dessa fuga, a fazer reduções bruscas em sua base monetária.
5: Incorreta. Em economias pequenas, a política fiscal é eficiente, porém gera um movimento no setor externo da economia contrário ao que indica a afirmativa, uma vez que o aumento do gasto do governo leva a uma ampliação da renda. Esta conduz ao aumento das importações e, por meio da elevação da taxa de juros doméstica, à atração de capitais estrangeiros, de modo que o déficit em transações correntes que passa a emergir seja financiado com poupança externa. Em caso de esta não ser abundante o suficiente, a taxa de câmbio se desvaloriza, levando a uma contração das importações.
6: Incorreta. Déficit em transações correntes significa que o saldo composto de contas comerciais e de serviços e rendas e transferências unilaterais está negativo. Significa, isso sim, que o montante de divisas recebidas por meio da exportação é insuficiente para financiar as importações de bens e de serviços e as remessas de renda para o exterior, reclamando-se a entrada de capitais estrangeiros de empréstimo na conta de capital.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6E

Em geral, países da América Latina continuam a se dedicar pesadamente à exploração direta da riqueza de seus recursos naturais visando à exportação.

R. Gwynne e C. Kay. **Latin America transformed, globalization and modernity**. New York: Arnold Publishers, 1999 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) Considerando o assunto abordado no texto acima e as questões a ele relacionadas, julgue os itens seguintes.

(1) Com a globalização econômica atual, em geral há uma tendência para o incremento das exportações da América Latina de produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico.

(2) Embora com alguns impactos negativos, a economia baseada na exportação de produtos primários livrou a América Latina, ao longo do século passado, dos efeitos das recessões mundiais e da consequente flutuabilidade dos preços, visto que tais produtos possuíam mercado assegurado.

(3) O Brasil pode ser excluído do grupo de países considerados como periferia global de recursos, uma vez que sua pauta de exportações o coloca como país industrializado, apesar de esse fenômeno ter-se dado tardiamente.

(4) No Brasil, o crescimento do setor primário, levado a efeito por meio de intensa modernização por todo o seu território, tem contribuído para diminuir as desigualdades geográficas e eliminar enclaves regionais.

(5) O comprometimento da sustentabilidade ecológica e econômica é uma conseqüência do modelo de exploração intensa de recursos naturais, entre as quais pode-se destacar o deflorestamento no Brasil.

1: Correto. Essa tendência secular se deve à estrutura de recursos naturais disponíveis aos países latino-americanos, historicamente produtores de bens primários. Tal especialização gerou atraso nas políticas de desenvolvimento de competências produtivas e tecnológicas nas áreas industrial e de tecnologia da informação, novo carro-chefe da economia mundial.
2: Incorreto. A volatilidade dos preços dos bens primários é a principal causa do atraso econômico da América Latina. Isso porque a economia do século XX tornou-se fortemente vulnerável aos fenômenos que se desdobravam nos países centrais, dificultando a formação de capital e a dilatação do horizonte de planejamento capitalista, ambas elementos cruciais à acumulação de capital e, por conseguinte, ao crescimento econômico.
3: Incorreto. O Brasil persiste como exportador de bens primários, muito embora haja cada vez mais tecnologia por bem primário exportado. A pauta de exportações brasileira ainda é predominantemente composta de soja, cana-de-açúcar, minério de ferro, carne bovina e de frango etc. Os bens manufaturados exportados pelo país são aqueles produzidos com baixa intensidade de tecnologia, em geral por processamentos fabris dos bens primários. Porém, no que concerne ao comércio Sul-Sul, as exportações brasileiras tendem a ser de manufaturados, especialmente para os países da América latina.
4: Incorreto. O modelo agrário brasileiro é fundado sobre a grande propriedade fundiária, de maneira que os ganhos acumulados no setor agroindustrial são concentrados sobretudo em empresas multinacionais detentoras de propriedade intelectual sobre fertilizantes, defensores agrícolas, máquinas e equipamentos, bem como em empresas nacionais fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro, na esteira do processo de internacionalização de grupos nacionais fortes e com grande poder de mercado.
5: Correto. O Brasil se insere na divisão internacional do trabalho como fornecedor mundial de bens primários. Como a obtenção destes exige vastas faixas de terra, é necessário o desmatamento agressivo para a formação de pastos e plantações, o que leva a um acelerado processo de deterioração ambiental que supera as forças de contenção do governo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Diplomacia – 2003) Em um mundo globalizado, o estudo da teoria do comércio internacional é imprescindível à compreensão dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

(1) O livre comércio, ao expor à concorrência externa os setores protegidos por elevadas barreiras tarifárias, contrai a produção desses setores e, portanto, leva à redução da renda do trabalho, no conjunto da economia.

(2) Se o investimento doméstico excede a poupança doméstica, então, o investimento líquido é positivo e a economia apresenta um excedente na balança comercial.

(3) De acordo com a hipótese da paridade do poder de compra, a longo prazo, a taxa de câmbio entre duas moedas nacionais quaisquer deve refletir o diferencial de inflação existente entre essas duas economias.

(4) Em uma economia globalizada, taxas de juros elevadas em um país, ceteris paribus, atrairão mais capital estrangeiro, provocando a apreciação da moeda nacional e a expansão das exportações e do PIB.

(5) Em um regime de taxas de câmbio flexíveis, a imposição de restrições ao comércio, tais como quotas às importações ou tarifas, não afeta a renda, porque a apreciação da moeda nacional aumenta as importações, compensando o aumento inicial das exportações líquidas.

1: Incorreto. O livre comércio tende a estimular a produção por meio do aumento da concorrência, de maneira que os setores submetidos a ela buscam renovar processos produtivos e incrementar o conteúdo tecnológico, ampliando a produção.
2: Incorreto. Se o investimento é maior do que a poupança, a tendência é que ocorra um déficit em transações correntes, de forma que um ingresso de capitais se faz necessário para complementar a poupança interna.
3: Correto. A definição da teoria da paridade do poder de compra é que desequilíbrios de preços entre nações tendem a criar ganhos de

arbitragem, os quais são eliminados ao longo do tempo e, dessa forma, refletem exclusivamente as inflações entre os países.

4: Incorreto. A atração de capitais estrangeiros leva a uma apreciação do câmbio, o que implica queda das exportações e aumento das importações.

5: Incorreto. A imposição de barreiras comerciais apenas afetará a taxa de câmbio caso as importações como um todo sofrerem queda. Dado que as barreiras são especificadas por produto, não é necessário haver uma apreciação ou depreciação da moeda. As importações tendem a aumentar somente se houver uma inflação muito forte que eleve os preços dos bens domésticos a ponto de eliminar o efeito das barreiras tarifárias.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

No bojo dos investimentos, não se pode esquecer que Mercedes-Benz e Volkswagen construíram no Brasil as fábricas mais modernas do mundo. Justamente por causa dessa massa de investimentos, se Frankfurt não vai ao Brasil, o Brasil tem que ir a Frankfurt. Para compensar a grande ociosidade das fábricas brasileiras, exportar é mais do que uma ordem — transformou-se em "religião". A meca dos investimentos das montadoras, e não só das alemãs, agora é a China.

Renato Acciarto. Brasil perde para China preferência das montadoras. *In*: **Gazeta Mercantil**. 11/9/2003, p. A1 (com adaptações).

(Diplomacia – 2003) O texto acima expressa importantes processos em curso no mundo. Considerando esse texto, julgue os itens a seguir.

(1) Mundializam-se os mercados, porém não os processos de produção, já que o desenvolvimento tecnológico é do domínio dos países mais industrializados.

(2) Com a crescente internacionalização da economia capitalista, observa-se uma interdependência das economias nacionais.

(3) A busca da maior lucratividade é um dos fatores determinantes para o crescente processo de especialização regional da produção.

(4) No processo de globalização econômica, que suplanta fronteiras e culturas, é irrelevante o papel do Estado, prescindindo-se também de ações conciliatórias entre os governos.

(5) No desenvolvimento econômico contemporâneo, identificam-se formas de protecionismo e a formação de blocos econômicos regionais, como o MERCOSUL, o qual é relevante para a ampliação de mercados e melhora da competitividade do Brasil.

1: Errada. A partir dos anos 1980, nota-se uma tendência dos mercados a se mundializar, tornando os fluxos de comércio e de finanças cada vez mais intensos e velozes. Todavia, a tecnologia de produção – que, segundo muitos estudiosos, é o centro dinâmico do sistema, graças à constante inovação dos processos e mecanismos produtivos – ainda é predominantemente liderada pelos países mais industrializados, com as exceções da China e da Coreia do Sul.

2: Correta. Adam Smith já havia observado que a extensão do mercado é um importante componente do nível de especialização das tarefas produtivas. Nesse sentido, a internacionalização da economia capitalista tende a aprofundar as especializações produtivas de cada nação e, assim, aumentar o nível de dependência mútua entre elas, o que pode ser benéfico para o ritmo da produção, mas também pode constituir importante mecanismo de ressonância de crises deflagradas em pontos localizados do sistema.

3: Incorreta. A especialização regional deriva do acesso aos recursos produtivos disponíveis, dentro da divisão internacional da produção. Atualmente, sob o amplo poder das grandes corporações, a produção está associada aos custos da mão de obra, à disponibilidade de matérias-primas e à possibilidade de isenções fiscais por parte dos governos. A lucratividade assumiu, a partir dos anos 1980, um caráter global dentro das empresas, visto que cada corporação distribui as etapas de seu processo produtivo entre diversos países, de acordo com sua estratégia de ampliação do poder de mercado e de redução de custos.

4: Errada. Essa tese vem sendo defendida por inúmeros estudiosos do processo de globalização. O ponto fulcral reside em que, perante os fluxos comerciais existentes dentro das grandes empresas (mediante trocas comerciais entre filiais da mesma corporação), os governos se veem cada vez mais impotentes, já que qualquer tipo de interferência nessas transações é ineficaz. Ademais, os fluxos financeiros em escala e velocidade inéditas tornaram os governos crescentemente dependentes da esfera financeira, como se percebe pela recente crise europeia (2010-2012) e pelas dificuldades de financiamento que os governos da periferia da Zona do Euro vêm encontrando. Todavia, deve-se reconhecer que o papel do Estado, apesar de ter sofrido alterações em sua extensão e em sua natureza, persiste relevante neste processo. Deve-se frisar que o Brasil vem advogando a relevância do Estado no processo de regulamentação da globalização, por meio de ações conciliatórias entre governos, que tem sido a marca do século XXI, bem como a formação de grupos mirando alguma forma de governança global por meio de grupos e arenas decisórias, tais como o G-20, o Fórum Econômico Mundial (Davos) etc.

5: Incorreta. A primeira parte da afirmativa é verdadeira, uma vez que cresce a disposição dos países em aliar-se a determinados blocos comerciais que alinhem interesses menos conflitantes e regionalmente determinados. Contudo, a formação desses blocos geralmente consolida parcerias históricas, como o Nafta, o Mercosul e a Aladi. Assim, em vez da ampliação dos mercados, assiste-se à desaceleração das possibilidades de novas conexões comerciais. Ademais, a afirmativa peca por desconsiderar o regionalismo aberto do Mercosul: houve criação de comercio, e não desvio de comércio (que seria uma forma de regionalismo fechado, conforme ocorreu com a ALALC e as ondas de regionalismo dos anos 1960).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E

(Diplomacia – 2002) Em um mundo globalizado, as questões concernentes às relações econômicas internacionais são cruciais. Nesse contexto, assinale a opção correta:

(A) Um aumento do preço (medido em R$/US$) da moeda norte-americana no mercado de câmbio brasileiro corresponde a uma apreciação do Real.

(B) Os dispêndios feitos pelos turistas brasileiros em Nova York são contabilizados como um crédito na balança comercial brasileira.

(C) O Brasil é um país membro do MERCOSUL, da ALADI e do NAFTA.

(D) Uma recessão econômica tende a reduzir o déficit no balanço de pagamentos.

(E) Uma das desvantagens de um sistema de câmbio flexível é que o governo não pode adquirir moedas estrangeiras para acumular reservas.

A: Incorreta, pois o aumento do dólar equivale ao enfraquecimento do real. Uma vez que aquele agora vale mais, é preciso ter mais reais para comprar a mesma quantidade de dólares.

B: Incorreta, pois os gastos no exterior são um débito na conta de serviços, na rubrica viagens ao exterior.

C: Incorreta, pois insere o Brasil no Nafta, mas o país pertence apenas ao Mercosul e ao Aladi (Tratado de Montevidéu de 1980).

D: Correta, porque quando o país se encontra em recessão, a renda tende a diminuir, de forma que as famílias consomem menos do exterior,

melhorando o resultado comercial e, portanto, diminuindo o déficit no balanço de pagamentos.
E: Incorreta, porque ao Banco Central é facultado adquirir reservas internacionais, contanto que não interfira direta e desequilibradamente sobre o resultado de mercado de câmbio para garantir a flexibilidade da taxa de câmbio. Apesar disso, a autoridade monetária deve impedir que movimentos bruscos, advindos de instabilidades externas, gerem impactos sobre a economia, bem como efetuar as esterilizações monetárias, operações que objetivam reduzir, por meio da venda de títulos da dívida pública, a oferta de moeda gerada pela compra de divisas estrangeiras por parte do Banco Central.
Gabarito "D"

(Diplomacia – 1999) Você está servindo no setor Econômico de uma Embaixada brasileira. Durante almoço oferecido pelo Embaixador, uma alta autoridade local confidencia-lhe que, "entre a mão de Smith e o juízo de Prebisch", seu governo se estaria inclinado cada vez mais pelo segundo. Qual das reflexões abaixo você deveria incluir em seu relatório ao Embaixador sobre a conversa, para efeitos de comunicação à Chancelaria brasileira?

(A) A avaliação de que o governo local estaria preparando um acordo com o Fundo Monetário Internacional como forma de assegurar maior estabilidade aos fluxos de investimento externo.
(B) A consideração de que seriam crescente dentro do governo local as forças em favor da adoção de políticas de desenvolvimento que favorecessem a intervenção do Estado na economia.
(C) A sugestão de que o Brasil estivesse pronto a considerar um pedido de negociações de um acordo de livre comércio com aquele país.
(D) A advertência de que o governo local estaria adotando uma linha cada vez mais aberta à chamada globalização dos mercados financeiros.
(E) A impressão de que o governo estaria contemplando afastar-se da esfera de influência do governo de Washington em favor do de Bonn.

A, C, D, E: Incorretas, pois indicam ou circunstâncias que em nada se associam ao sugerido pela autoridade do país (A e E) ou circunstâncias diametralmente opostas (C e D).
B: Correta. A autoridade do país em questão utilizou os nomes dos autores para indicar opções de políticas econômicas. No caso de Adam Smith, trata-se de uma política liberal com baixa intervenção estatal na economia, ou seja, que deixa o desenvolvimento econômico ocorrer pelas forças espontâneas dos mercados, a fim de acelerar a especialização das tarefas produtivas e, com isso, alastrar pela economia os ganhos de eficiência, ampliando o bem-estar. No caso de Prebisch, trata-se da abordagem cepalina, associada ao economista Raúl Prebisch, idealizador e fundador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) nos anos 1950. Prebisch defendia que as forças de mercado conduzem a desequilíbrios entre as nações, de forma que aquelas que produzem artigos primários sempre perderiam valor em relação aos países produtores de manufaturas. Assim, caberia aos governos nacionais implementar políticas industrializantes para reduzir a dependência externa das nações e alavancar o crescimento econômico em moldes industriais.
Gabarito "B"

4. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de 1930 e 1940a. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos 1980. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação.

(Diplomacia 2009) No que se refere à industrialização brasileira antes da Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Há consenso entre os historiadores econômicos a respeito dos efeitos favoráveis do encilhamento sobre a indústria brasileira.
(2) A produção industrial cresceu significativamente entre os anos 1915 e 1917 a despeito das dificuldades enfrentadas, pelo país, na importação de máquinas e equipamentos, em razão da Primeira Guerra Mundial.
(3) A crise de 1929 proporcionou maior influxo de investimentos estrangeiros no Brasil.
(4) A desvalorização cambial provocada pela crise de 1929 encareceu as importações de máquinas e equipamentos, o que resultou em declínio considerável da produção da indústria brasileira na década de 30 do século XX.

1: Incorreta. O encilhamento é um dos temas mais controversos na historiografia brasileira, dadas as múltiplas dimensões da realidade histórica em que se insere. Todavia, é razoavelmente estabelecido que o encilhamento implicou uma forte especulação financeira, a qual ocasionou posteriormente a falência de numerosas empresas, a maioria associada à nascente indústria brasileira. Deve-se ressaltar que o encilhamento se segue à Lei Bancária, de 1890, de Rui Barbosa, que outorgava aos bancos o direito de emitir moeda. A terceirização do meio circulante, malgrado os tetos de emissão e o lastro em títulos públicos, teriam redundado na crise do encilhamento. Rui Barbosa via na multiplicação monetária um meio de industrializar o país. Entretanto, é quanto aos resultados dessa política que vigora a divergência historiográfica.
2: Correta. A economia de guerra teve efeitos ambíguos sobre a indústria. Dadas as restrições para importar, a indústria expandiu-se com base em sua capacidade instalada, construída no período prévio de forte crescimento da economia mundial, entre 1906 e 1913, quando intensos investimentos foram efetuados no setor.
3: Incorreta. O estouro da bolha financeira em Wall Street em outubro de 1929 acarretou uma virulenta fuga de divisas estrangeiras do Brasil, levando à completa drenagem de nossas reservas já no início do ano de 1930. Por adotar o regime do padrão-ouro, por intermédio de caixa de estabilização, o governo Washington Luís se viu impotente diante da força dos eventos (interrupção dos fluxos de capital estrangeiro e brusca queda do preço do café no mercado internacional). Os desdobramentos forçaram o governo revolucionário de Getúlio Vargas a abdicar do regime de câmbio fixo no final de 1930.
4: Incorreta. A desvalorização cambial efetuada pelo novo governo empossado encareceu todos os produtos importados, entre os quais estavam as máquinas e os equipamentos industriais. Contudo, a política econômica desempenhou um papel mais importante, haja vista que, ao fomentar a produção interna por meio da defesa dos interesses cafeeiros, dinamizou a demanda interna que levou a indústria a utilizar a ampla margem de capacidade ociosa do ainda incipiente parque

industrial brasileiro. Com efeito, a indústria cresceu substancialmente na década de 1930, apoiada pelo protagonismo estatal no planejamento da economia, ainda que de forma pouco sistemática.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia 2009) Em **Formação Econômica do Brasil**, Celso Furtado analisa os efeitos diretos e indiretos da crise de 1929 sobre a economia brasileira. Segundo o autor, a política de defesa do setor cafeeiro implementada no período teria favorecido a rápida recuperação da economia: "É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira que se manifesta a partir de 1933 não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros".

Com relação à economia brasileira no período posterior à crise de 1929, assinale a opção que apresenta afirmativa consistente com a análise de Celso Furtado acima resumida.

(A) As alterações na política de defesa do setor cafeeiro introduzidas a partir da crise de 1929 tiveram como principal objetivo manter relativamente estável a demanda agregada pelos bens produzidos internamente, evitando-se, assim, a acumulação de estoques indesejados e a consequente redução nos níveis de produção.

(B) Dificuldades de importação associadas à conjuntura de crise nos países industrializados impediram o crescimento da produção industrial brasileira nos anos 30 do século passado, retardando o processo de industrialização no Brasil.

(C) A alta elasticidade-renda dos principais produtos brasileiros de exportação, associada à recuperação dos países industrializados, promoveu crescimento significativo dos saldos positivos na Balança Comercial brasileira a partir de 1936.

(D) De acordo com Celso Furtado, a alta elasticidade-preço da demanda pelo café permitiu aumento das receitas dos cafeicultores, a despeito de queda substancial nos preços do café.

(E) Os efeitos da política de defesa dos cafeicultores sobre o mercado cambial provocaram aumento na demanda dos brasileiros por bens produzidos internamente, incentivando o processo de substituição de importações na década de 30 do século passado.

A: Incorreta. O propósito da política econômica pós-crise de 1929 era solucionar o problema das contas externas, resultante da drenagem de divisas sofrida pelo país quando da irrupção da crise. Como o café era o principal produto exportado pelo país, era necessário defender a sua produção, sob pena de criar uma crise generalizada de abastecimento interno, bem como a irradiação da queda da demanda efetiva para outros setores da economia.

B: Incorreta. De acordo com a tese de Furtado, a redução das importações dos países centrais gerou o estrangulamento externo da economia brasileira, a qual se valeu dos mecanismos de defesa da cafeicultura, como a desvalorização da taxa de câmbio. Esta teve o resultado de socializar as perdas dos cafeicultores e manter o nível interno da renda, o que, por sua vez, consolidou o mercado interno como centro dinâmico da economia, substituindo os estímulos advindos do setor externo. Com efeito, segundo o autor, foi a crise das exportações que propiciou as condições para a maturação de um eixo industrial na condução da matriz produtiva nacional.

C: Incorreta. Residia exatamente na baixa elasticidade-renda dos bens primários o principal problema da exportação brasileira, uma vez que os países de renda elevada já estavam no nível de saturação do café, deixando pouco espaço para o aumento das vendas externas do produto.

D: Incorreta. A elasticidade-preço do café era, para Furtado, muito baixa, de modo que uma queda dos preços não levaria a um maior consumo por parte das economias centrais. Essa é uma das formas que o autor encontra para justificar a política de sustentação dos preços do café por parte do governo de Getúlio Vargas.

E: Correta. Essa é exatamente a tese de Furtado quanto ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor externo para o mercado interno. É importante lembrar que Furtado menciona a transferência de capital não do setor externo para a indústria, mas daquele para o mercado interno, tanto para a produção de outras culturas agrícolas, como para o comércio, serviços e indústrias.

Gabarito "E"

(Diplomacia 2009) Graças ao crescimento acelerado dos preços na primeira metade dos anos 80 do século XX, o combate à inflação transformou-se em meta prioritária da política econômica do governo Sarney (1985- 1989), dando origem a três planos de estabilização consecutivos: o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Os três planos mostraram-se incapazes de reduzir as taxas de inflação, que apresentaram variação negativa somente no ano de 1986. A taxa anual de crescimento dos preços, medida pelo IGP, praticamente dobrou de 1985 a 1987 e de 1987 a 1988. O fracasso desses planos tem sido atribuído, em especial, a interpretações errôneas e(ou) incompletas das verdadeiras causas da inflação.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos planos econômicos citados.

(A) Para os formuladores do Plano Cruzado, os aumentos de preço resultavam basicamente do excesso de oferta de moeda. Para reverter o processo inflacionário, avaliavam que a principal medida a ser tomada seria dotar o Banco Central de independência.

(B) A política inflacionária do Plano Cruzado reduziu as expectativas de lucro dos empresários, provocando redução substancial na produção industrial com consequências adversas no nível de emprego.

(C) O diagnóstico da inflação que fundamentou o Plano Bresser atribuía a inflação em vigor não só à indexação geral da economia, mas também a um excesso de demanda. Com base nesse diagnóstico, o plano propunha tanto medidas políticas antiinflacionárias ortodoxas quanto heterodoxas.

(D) O Plano Verão foi um plano estritamente ortodoxo de combate à inflação.

(E) O severo ajuste fiscal ocorrido em 1989 contribuiu para o relativo sucesso do Plano Verão. As taxas de inflação foram substancialmente reduzidas em 1990.

A: Incorreta. O Plano Cruzado diagnostica a inflação como sendo exclusivamente inercial, isto é, decorrente da indexação generalizada dos preços. O problema da independência do Banco Central apenas veio à tona com a Medida Provisória que cria a URV, durante a segunda etapa do Plano Real, em 1994.

B: Incorreta. Ao contrário, o *boom* de consumo que se seguiu à implementação do plano se somou ao forte crescimento da economia, que já vinha acontecendo graças ao sucesso do ajuste externo promovido até 1984. Mesmo que posteriormente frustradas, as expectativas eram positivas no início do plano. A estratégia do choque heterodoxo criava entraves como a não neutralidade distributiva, isto é, preços relativos em desequilíbrio, uma vez que, no momento do congelamento, alguns

preços haviam sido reajustados recentemente, enquanto outros estavam às vésperas do reajuste.
C: Correta. O Plano Bresser é um plano teoricamente híbrido, por contemplar heterodoxia (congelamento de preços) e ortodoxia (ajuste fiscal). Por questões associadas ao calendário político, o ajuste fiscal que sustentava o plano jamais foi implantado, frustrando os esforços do Ministro da Fazenda, que abandonou o cargo no início de 1988.
D: Incorreta. Assim como todos os outros planos, o Plano Verão foi um plano híbrido. Por ter incorporado a estratégia do congelamento de preços e salários, ele não pode ser definido como estritamente ortodoxo, muito embora medidas desse tipo já tenham sido tomadas como suporte aos mecanismos heterodoxos de controle de preços.
E: Incorreta. Não foi possível a efetivação do ajuste fiscal por ser ano eleitoral e o governo não dispor de apoio do poder legislativo para medidas impopulares. Com efeito, é incorreto afirmar que o suposto ajuste tenha contribuído com a queda da inflação. Ademais, a perturbada campanha eleitoral – as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960 – veio a dificultar ainda mais as medidas do Plano Verão, levando ao descontrole dos preços que, no início de 1990 já passavam dos 50% ao mês.
Para que o candidato ganhe clareza quanto ao intenso debate sobre as causas da inflação brasileira no início da década de 1980, elencamos as três as principais vertentes e suas respectivas propostas de terapia antiinflacionária, a saber:
i. **Pacto Social (Universidade de Campinas), visão marxista**: Inflação decorre da luta de classes. A renda mal distribuída ocasiona a luta por maiores salários, a partir de cujo sucesso ocorre um aumento do preço por parte dos produtores, para contrabalançar o aumento dos custos de produção, e assim sucessivamente. A inflação seria, segundo esta vertente, um problema estrutural, associado à distribuição da renda. Como solução, propõe-se o Pacto Social, no qual ambos os lados (empresários e trabalhadores) fariam concessões para se atingir uma distribuição adequada ao crescimento econômico sem inflação.
ii. **Visão ortodoxa, Fundação Getúlio Vargas:** Inflação deriva dos desequilíbrios fiscal e monetário (excesso de emissão e conta movimento do BB). A solução residiria na política fiscal austera e na política monetária disciplinada e restritiva.
iii. **Visão heterodoxa, UFRJ e parte da PUC-RJ**: Problema da inflação é sua inércia. A inércia inflacionária era mentida por causa da indexação dos contratos, que permitiam o repasse automático da inflação passada aos preços presentes. Ex: se 100% de inflação no Ano I, no Ano II, com repasse pela indexação, teríamos inflação do Ano I + inflação do Ano II, ou seja, 100% + inflação do Ano II. Solução: congelamento preços para conter indexação. Duas terapias nasceram desta escola. A primeira foi a proposta do **Choque Heterodoxo** de Francisco Lopes, o qual preconizava um congelamento de preços surpresa que zeraria a memória inflacionária, eliminando o aspecto inercial da inflação. Esta foi a proposta ancampada pelo Plano Cruzado. A segunda era o **Plano Larida** (André Lara Resende e Persio Arida) era a porposta desta escola e sugeria que a Inflação provinha do desequilíbrio fiscal e da inércia inflacionária. Propunha-se, portanto, indexação da moeda, e não dos preços. Esta foi base teórica para a formulação do Plano Real de 1994: 1 URV, no Ano I, = Cr$ 2000, no Ano I. Com correção pelo índice de preços, no Ano II, 1 URV = Cr$ 2.125, por exemplo. Logo, a ideia consistia em substituir, virtualmente, a moeda pelo sua unidade real de valor (URV), até que esta assumisse o poder liberatório na forma de meio circulante, como se deu no primeiro dia de julho de 1994.
Gabarito "C"

(Diplomacia 2008) A crise deflagrada nos Estados Unidos da América no último trimestre de 1929 afetou as políticas econômicas implementadas e o desempenho da economia brasileira. Acerca desse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A queda de renda nos Estados Unidos da América reduziu proporcionalmente a quantidade demandada de café brasileiro e provocou redução no volume de exportações brasileiras desse produto.

(2) Os efeitos da crise mundial sobre o comércio externo brasileiro não permitiram ao Governo Provisório qualquer interferência no mercado cambial brasileiro.

(3) No Brasil, a manutenção de uma política de defesa do setor cafeeiro, a despeito das alterações introduzidas em sua implementação na década de 1930, contribuiu para minorar os efeitos adversos da crise de 1929 sobre a renda nacional.

(4) Durante o período de recessão mundial, as atividades voltadas para o mercado interno brasileiro não cresceram, dada a inexistência de capacidade ociosa para o aumento da produção, entre outras condições desfavoráveis.

1: Incorreta. A demanda internacional pelo café era inelástica à renda e ao preço, de maneira que havia certa rigidez para a queda da demanda. Mesmo assim, houve diminuição das compras estrangeiras, porém em menor intensidade do que a queda da renda norte-americana.
2: Incorreta. Com vistas a produzir uma política de caráter anticíclico, Getúlio Vargas efetuou uma agressiva política de desvalorização cambial e de bloqueio de bens supérfluos, além de conceder ao Banco do Brasil o monopólio cambial. Poder-se-ia dizer que foi exatamente a crise que forçou a adoção de controles cambiais, em diametral oposição ao regime fundado no padrão-ouro que vigorava no Brasil até então. De 1906 a 1914, vigora a Caixa de Conversão, e de 1926 a 1930, tem-se a Caixa de Estabilização, ambas as experiências mais sistemáticas do regime do padrão-ouro no Brasil.
3: Correta. Trata-se do mecanismo de defesa da cafeicultura, de que fala Celso Furtado em capítulo de mesmo título. O efeito da socialização dos prejuízos advindos do quadro externo permitiu ao cafeicultor minorar suas próprias perdas, o que lhe garantiu rentabilidade pela lavoura produtiva e manteve o emprego no setor cafeeiro. Dada a ampla dependência do mercado interno em relação a esse setor, a manutenção de seu funcionamento irradiava impulsos por toda a economia, impedindo uma queda maior da atividade econômica.
4: Incorreta. Exatamente ao contrário do que afirma o item, havia elevada capacidade ociosa na indústria nacional, assim como um mercado interno com acesso bloqueado às importações de bens. Essa combinação permitiu a expansão e a consolidação do mercado interno como motor do crescimento econômico, de acordo com o processo que Furtado nomeou de "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia 2008) A análise da história econômica do Brasil é importante para se entender a situação da economia brasileira. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens subseqüentes.

(1) Na República Velha, a desvalorização cambial usada para proteger, em moeda nacional, os lucros do setor cafeeiro repassava, por meio da inflação, ao conjunto da sociedade as perdas do setor cafeeiro, o que resultou no que Celso Furtado denominou de socialização das perdas.

(2) No pós-guerra, a política econômica adotada pelo governo Dutra foi marcada por políticas fiscais e monetárias mais flexíveis conjugadas com políticas mais restritivas para o comércio exterior.

(3) De 1956 a 1963, as elevadas taxas de crescimento econômico coexistiram com reduções substanciais do deficit público e da inflação.

(4) Para aumentar a eficiência e a competitividade do sistema financeiro, a reforma do período 1964-1967, além de permitir a captação direta de recursos externos pelas empresas privadas nacionais, modificou a legislação, para facilitar remessas de lucros para o exterior, contribuindo, assim, para ampliar a abertura da economia ao capital externo.

1: Correta. A socialização das perdas se dava pelo encarecimento do produto importado, devido à desvalorização do câmbio. Em razão da relevância dos bens importados na estrutura de consumo das classes urbanas, pode-se argumentar que os cafeicultores ganhavam à custa dos consumidores que importavam bens, por meio da elevação dos preços destes.
2: Anulada. O motivo da anulação da está associado ao que alternativa diz sobre o governo Dutra, o qual é marcado por duas fases, tanto na política monetária e fiscal quanto na política cambial. No que se refere às questões monetárias e fiscais, o governo empreendeu enorme esforço de austeridade até 1949, relaxando, com a saída de Corrêa e Casto do Ministério da Fazenda, a política monetária a partir de então. No caso da política cambial, o câmbio foi mantido fixo – segundo os padrões do recém-assinado Acordo de Bretton Woods – até 1947, quando o governo, perante a forte saída de divisas internacionais, adotou os controles cambiais por via de licenças de importação. Portanto, a afirmativa é vaga e não abre possibilidades para uma avaliação criteriosa, o que pode ter sido a causa de sua anulação.
3: Incorreta. Entre 1956 e 1963, houve três governos: Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. JK e Jango formularam planos econômicos diferentes, mas com efeitos fiscais idênticos, apesar das também diferentes magnitudes. Jânio Quadros não permaneceu tempo suficiente para chamar sua gestão fiscal de austera. Assim, a afirmativa é falsa por que, no período, observa-se um crescente descontrole fiscal, dadas a ineficiência e a irracionalidade do sistema tributário e a incontinência de gastos do governo de caráter desenvolvimentista (no caso de JK) e trabalhista (no caso de Jango). Esse descompasso entre receitas e despesas apenas viria a ser abordado com profundidade em 1964, com a formulação e posterior execução do Plano de Ação Econômica do Governo, no mandato militar do presidente Castelo Branco.
4: Correta. Uma das marcas principais das reformas efetuadas durante o PAEG foi o tratamento dispensado ao capital estrangeiro. Foi revogada a lei de remessa de lucros celebrada por João Goulart, a qual impunha severas restrições à saída de capitais. Assim, buscava-se uma complementação da poupança nacional por meio do ingresso de capitais estrangeiros, que aproveitaram as oportunidades na esteira do processo de internacionalização das empresas norte-americanas, na chamada Era de Ouro do capitalismo no pós-guerra, entre 1945 e 1970.
Gabarito 1C, 2ANULADA, 3E, 4C

(Diplomacia – 2004) O estudo da formação da economia brasileira é relevante para a compreensão da atual situação econômica. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) o modelo agroexportador que predominou na economia brasileira durante o período 1900-1930 caracterizou-se pela existência de taxas elevadas de crescimento populacional, decorrente dos fluxos migratórios, e de taxas baixas de crescimento e volatilidade da produção.

(2) Na visão de Celso Furtado, contrariamente ao que ocorreu no setor açucareiro, cujas decisões de produção e comercialização eram dissociadas, na economia cafeeira, os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados em razão de a vanguarda do café ser formada por empreendedores com experiência comercial, situação que permitiu ao país tirar proveito da expansão do comércio mundial.

1: Incorreto. Os fluxos migratórios são interregionais, de modo que não interferem sobremaneira sobre o crescimento populacional. Além disso, no mesmo período, percebe-se uma intensa volatilidade nas taxas de crescimento econômico, em grande parte devida ao modelo agroexportador, que refletia as condições econômicas externas, mas também devida ao oscilante comportamento do investimento, o qual dependia da capacidade da economia para importar. Observa-se o seguinte ciclo: contracionismo com Campos Sales, expansionismo com Rodriguez Alves e Afonso Pena, seguido por um novo declínio a partir do governo Hermes da Fonseca, e, após este, um surto de crescimento com Primeira Guerra. Finzaliza-se a República Velha com o contracionismo de Arthur Bernardes, sucediso pelo novo influxo expansionista com Washington Luis.
2: Correto. A comercialização do açúcar em um mercado internacional altamente competitivo ocorria, em geral, por meio de companhias estrangeiras. Diferente era a situação do café, pois o Brasil praticamente detinha o monopólio mundial do produto, e isso lhe permitia internalizar o centro de comercialização do bem, articulando-a com a realidade produtiva das lavouras. Os produtores tinham uma percepção capitalista da produção cafeeira, o que lhes oferecia uma visão estratégica sobre suas potencialidades comerciais.
Gabarito 1E, 2C

5. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos 1990. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

(Diplomacia 2008) No que diz respeito à análise da economia brasileira contemporânea, assinale a opção correta.

(A) Apesar do aumento expressivo dos salários reais, a contenção da inflação no período do chamado milagre econômico foi possível graças à existência de capacidade ociosa na economia brasileira.

(B) Na década de 1980, grande parte do *deficit* em conta-corrente deveu-se ao aumento dos encargos da dívida externa, provocado pelos elevados juros vigentes no mercado externo.

(C) O insucesso do Plano Cruzado em conter, de forma duradoura, a inflação deveu-se principalmente à adoção de políticas monetárias restritivas, que culminaram na alta das taxas de juros reais e na valorização expressiva dos ativos financeiros.

(D) No início dos anos 90 do século XX, a coexistência de altas taxas de inflação com *deficits* fiscais operacionais elevados exemplifica o que se convencionou chamar de Efeito-Tanzi às avessas.

(E) No processo de abertura econômica no governo Collor, reduziram-se substancialmente as tarifas de importação e adotou-se o câmbio livre, porém não se alterou a miríade de barreiras não-tarifárias que impunham sérias restrições ao comércio externo.

A: Incorreta. A política salarial adotada pelo regime militar já em 1965 indexava os salários sempre abaixo da inflação, implicando severas perdas reais aos trabalhadores.
B: Correta. A crise da dívida advém exatamente da incapacidade de honrar os pagamentos dos serviços de juros da dívida externa, obrigando o

Brasil a buscar auxílio junto ao FMI, em uma reedição contemporânea dos *funding loans* do início do século XX.

C: Incorreta. O fracasso do Plano Cruzado está associado, entre outros fatores, à política econômica francamente expansionista, que gerou ampla liquidez na economia por meio de baixas taxas de juros e de um reajuste salarial responsável por injetar ânimo na demanda sem considerar o lado da oferta. É na lassidão fiscal e monetária que reside a causa do fracasso do plano.

D: Incorreta. O "efeito Tanzi às avessas" demonstra que, sob inflação crescente, o déficit público tende a diminuir, uma vez que as receitas são indexadas à inflação, ao passo que os gastos do governo são medidos em unidades monetárias e corroídos ao longo do ano. No início da década de 1990, o déficit operacional havia sido zerado, exatamente por conta do "efeito Tanzi às avessas".

E: Incorreta. Não só foram reduzidas abruptamente as tarifas de importação, como centenas de produtos tiveram suas alíquotas zeradas, o que resultou em uma rápida e virulenta abertura comercial do país.

Gabarito "B"

A economia brasileira tem como uma de suas características básicas o elevado grau de internacionalização de seu sistema produtivo. Desde o início do processo de industrialização, mais particularmente a partir de meados da década de 50, as filiais de empresas estrangeiras estabeleceram liderança em vários setores industriais. Mais recentemente, os investimentos estrangeiros verificados na década passada aumentaram ainda mais o grau de internacionalização do sistema produtivo brasileiro.

A. A. et al. Castro. (Org). *In*: **Brasil em desenvolvimento I, Economia, tecnologia e competitividade**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 295 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes.

(1) O aumento da integração do mercado interno foi promovido pela industrialização em substituição às importações vividas anteriormente pelo país.

(2) Em cifras e volumes, a maior parte das exportações brasileiras ocorre com países da América do Sul devido às barreiras alfandegárias impostas por países de outros continentes.

(3) Nos últimos anos, se assistiu no país a um aumento do protecionismo comercial como forma de incentivar a modernização econômica, para facilitar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

1: Correto. O modelo que substituiu as importações entre 1930 e 1980 foi a estratégia de industrialização adotada na experiência desenvolvimentista vivida pelo Brasil. Com efeito, a fonte desse crescimento industrial estava focada na transferência de tecnologia por meio da incorporação das empresas estrangeiras ao parque industrial. Tais empresas centravam-se nos ramos com maior densidade de tecnologia e menor concorrência, como o setor de bens duráveis e o de bens intermediários e de capital.

2: Incorreto. Ao longo do período em questão, apenas durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma elevação sensível da participação da América Latina na pauta de exportações brasileiras. Em geral, porém, Europa e Estados Unidos foram os principais destinos de nossas vendas naquele período, com predominância do último a partir do pós-guerra.

3: Incorreto. O que se observou no Brasil dos anos 1990 foi uma ênfase na ponta do comércio exterior relativa à concorrência, e não na ponta referente à competitividade. A rápida abertura comercial - efetuada por meio da queda sistemática das tarifas de importação - submeteu o empresário nacional a uma acirrada concorrência com empresas estrangeiras, atualizadas conforme o paradigma tecnológico dos anos 1990 e cujos custos de produção eram muito inferiores aos dos produtores brasileiros. Como resultado, a partir dessa década, ocorreu uma significativa entrada de empresas estrangeiras por meio da compra de companhias nacionais à beira da falência ou de empresas fortes, para a ampliação dos mercados nos quais essas grandes corporações atuam.

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Diplomacia – 2002) Sobre a industrialização brasileira, é incorreto afirmar que:

(A) Nos últimos anos apresentou tendência à reconcentração espacial no Centro-Sul do país.

(B) Está assentada basicamente na exploração de recursos naturais abundantes, e voltada para a exportação.

(C) Tem seus setores mais dinâmicos vinculados ao ambiente tecno-científico próprio das áreas metropolitanas.

(D) Procura atender primordialmente ao mercado interno.

(E) É fortemente dependente da poupança externa.

(A) Correta. A partir da década de 1970, com a execução do II PND pelo governo Geisel, iniciou-se um processo de distribuição espacial do investimento, isto é, a desconcentração das fontes nacionais do crescimento industrial. Graças a isso, ganharam estímulo os processos industriais no Norte e Nordeste. No entanto, a partir da década de 1980, com o surto inflacionário, houve uma tendência, consolidada nos anos 1990, à reconcentração da indústria no Sul e Sudeste. Nesse último caso, a região ainda representa mais de 60% produção nacional.

(B) Incorreta. O Brasil se tornou uma economia industrial já a partir dos anos 1950, com a implementação do Plano de Metas, em que se busca a construção de uma matriz industrial com vistas à soberania nacional e à redução da dependência econômica em relação aos centros decisórios do sistema capitalista.

(C) Correta. O crescimento econômico é fundamentalmente motivado pela organização urbana, que orienta a alocação de recursos produtivos para atender às demandas oriundas desse novo processo de ordenamento da vida nacional.

(D) Correta. O Brasil é ainda um dos países mais fechados do mundo no que se refere ao comércio exterior, uma vez que seu fluxo de comércio (importação + exportações) equivale a menos de 20% do PIB, enquanto o do México, por exemplo, representa mais de 60%; e o da China, 80%.

(E) Correta. A taxa de poupança nacional é insuficiente para financiar todo o investimento. Essa realidade torna inevitável a complementação da poupança interna com a poupança externa (os chamados fluxos de capital), tanto por meio de investimentos diretos externos, quanto por aportes de capital financeiro, isto é, endividamento externo.

Gabarito "B"

Tabela para as próximas duas questões

Brasil – Balança Comercial Janeiro/Dezembro – 1998/97 US$ milhões FOB

	Dezembro		Variação %	Janeiro a Dezembro		Variação %
	1998	1997	98/97	1998	1997	98/97
Exportação	3.944	4.534	13.01	51.120	52.990	-3.53
Importação	4.538	5.240	13.40	57.550	61.347	6.19
Saldo	594	706	15.86	6.430	8.357	23.06
Corrente de comércio	8.482	9.774	13.22	108.670	114.337	4.96

Fonte: SISCOMEX

Com base nos dados apresentados na tabela acima, pode-se afirmar que:

(Diplomacia – 2000) No ano de 1998, o déficit comercial brasileiro foi de:

(A) mais de 6 bilhões de dólares.
(B) menos 23.06%.
(C) mais 23.06%.
(D) aproximadamente 6,4 milhões de dólares.
(E) aproximadamente 4,9 milhões de dólares.

A: Correta, por ser a única alternativa que considera um valor plausível em relação à tabela apresentada, a qual nos informa um resultado entre Exportações e Importações em um montante superior a US$ 6 bilhões. É importante atentar para a unidade de medida da tabela, cujos valores estão na unidade de milhares e devem ser multiplicados por "US$ milhões", conforme o cabeçalho.
B e C: Incorretas, pois indicam variações percentuais, o que não é compatível com o enunciado do problema, que pede valores absolutos, e não comparativos a qualquer ano.
D e E: Incorretas, pois apresentam valores em milhões.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2000) De 1997 a 1998:

(A) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, em virtude de um incremento da corrente de comércio.
(B) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, apesar de uma redução do saldo.
(C) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das importações.
(D) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das exportações.
(E) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar da redução da corrente de comércio.

A: Errada, pois se percebem oscilações mais frequentes por conta da sequência de crises financeiras nos Tigres Asiáticos (1997) e na Rússia (1998), as quais causaram temor nos mercados internacionais. Além disso, as importações têm uma leve tendência altista, conforme a tabela, e o comportamento da corrente de comércio (exportações + importações) tem tendência equilibrada.
B: Errada, porque a balança comercial fica menos equilibrada, como se observa na tabela.
D e C: Erradas, pois atestam a elevação das exportações e das importações, o que é negado pelos valores da tabela, em que se indica a queda de ambas.
E: Certa. Segundo a tabela acima, a balança comercial teve saldo negativo em US$ 8,36 bilhões em 1997 e déficit de US$ 6,4 bilhões em 1998, e a corrente de comércio reduziu-se de US$ 114 bilhões (1997) para US$ 108 bilhões (1998).
Gabarito "E"

6. MATEMÁTICA FINANCEIRA

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação a regra de três, porcentagens e juros simples e compostos, cada um dos próximos itens apresenta uma situação-problema, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Cada grupo de empregados do setor de montagem de uma fábrica de veículos recebe gratificação, para ser dividida igualmente entre os membros do grupo, de R$ 150,00 por cada veículo montado, e um grupo de 5 desses empregados, trabalhando durante 6 horas, consegue montar 3 veículos. Além disso a quantidade de trabalho de cada empregado desse setor é a mesma para todos eles. Nessa situação, se um grupo de 15 desses empregados trabalhar durante 4 horas, ao final, cada empregado desse grupo receberá, de gratificação pelos veículos que conseguirem montar, mais de R$ 70,00.
(2) Determinado capital, aplicado à taxa de juros simples de 12% ao mês, ao final de 32 meses, produziu o montante de R$ 9.680,00. Nessa situação, o capital aplicado foi superior a R$ 1.900,00.
(3) De seu salário mensal, ao final de cada mês, um indivíduo conseguia economizar X reais. Então ele fez um plano de investimento desses X reais, à taxa de 5% de juros simples ao mês. No dia 1.º de janeiro de determinado ano e a cada dia 1.º dos meses seguintes, até o dia 1.º de novembro desse mesmo ano, ele investiu os X reais. Nessa situação, o montante dos investimentos, no dia 1.º de dezembro desse mesmo ano, corresponde a mais de 15X reais.
(4) Uma pessoa necessitará de R$ 48.800,00 daqui a um ano e, para isso, procurou uma instituição financeira

que capta investimentos pagando 1,7% de juros compostos ao mês. Nessa situação, considerando 1,22 como valor aproximado para $1{,}017^{12}$, é correto afirmar que a quantia que essa pessoa deverá investir pelo prazo de 12 meses e obter o montante almejado é superior a R$ 38.000,00.

(5) Mário tomou um empréstimo de R$ 15.000,00, à taxa de juros compostos de 12% ao mês. Nessa situação, ao final do 3.º mês, a dívida de Mário será superior a R$ 20.000,00.

(6) Um capital, investido a determinada taxa mensal de juros compostos, produziu de juros, em dois meses, o equivalente a 44% do capital investido. Nessa situação, a taxa de juros foi superior a 21%.

1: Incorreta. A situação 1 é a retratada pelo exercício. Como a produtividade por trabalhador é a mesma, cada indivíduo acaba ganhando menos, não porque é menos produtivo, mas porque o grupo de 15 pessoas trabalhou menos horas, o que implicou um ganho menor do que $70 para cada. O raciocínio é o seguinte. Cinco empregados trabalhando por seis horas somam 30 horas-homem e, se produzirem 3 automóveis, tem-se que cada automóvel exige 10 horas-homem para ser montado. Como a gratificação é de $ 150 para cada automóvel, temos o resultado de $ 450 a ser divididos por 5 empregados, gerando o resultado de $ 90 por indivíduo que participara da produção. Na situação dois, trata-se de 15 homens trabalhando por 4 horas, o que implica 60 horas-homem. Mantida a produtividade, esse total significa a produção de 6 carros, os quais gratificam o grupo em $ 150, totalizando uma gratificação de $ 900, a qual, dividida pelos 15 integrantes, resulta em $ 60 para cada um. A tabela abaixo dá os resultados. O candidato deve atentar para as operações que devem ser feitas, explicitadas dentro dos parênteses após a descrição em cada linha. Quando constar "dado", trata-se de elementos oferecidos pelo enunciado.

		Situação 1	**Situação 2**
A	Empregados	5	15
B	Gratificação do grupo por veículo produzido (dado)	150	150
C	Gratificação individual por veículo produzido (**B/A**)	30	10
D	Horas trabalhadas (dado)	6	4
E	Total horas trabalhadas pelo grupo (**E x A**)	30	**60**
F	Total de Veículos (dado)	3	**6**
G	Horas-homem por veículo (**F/E**)	10	10
H	Gratificação total de cada indivíduo (**F x C**)	90	**60**

2: Correta. A operação é a seguinte:
Valor Futuro = (Valor Presente) x [1+(*taxa de juros x número de períodos*)]
Assim, queremos saber qual o valor presente que, levado a juros simples por 32 meses, resultará no valor de $ 9.680. Substituindo na fórmula, teremos:

3: Incorreta. Há duas formas de resolver esse exercício. A primeira é mais conceitual e envolve saber que, com juros simples, tudo o que devemos fazer é multiplicar a taxa de juros pelo número de meses que cada aplicação renderá até a data de vencimento que, segundo o enunciado, é 1º. de dezembro. Assim, Sabemos que uma aplicação feita em janeiro, terá 11 meses de rendimento até a referida data, de forma que o valor do primeiro investimento será de {*X* *[1+(0,05*11)]}= (X*1,55) (*o sinal asterisco significa multiplicação simples*). Em seguida, basta calcular os valores dos meses seguintes, os quais serão, pela mesma fórmula, respectivamente (X*1,50; X*1,45; X*1,40; X*1,35; X*1,30; X*1,25; X*1,20; X*1,15; X*1,10; X*1,05). Como o valor final será a somatória de todos eles, teremos: X*(1,55+1,50+1,45+1,40+1,35+1,30+1,25+1,20+1,15+1,10+1,05) = X * 14,30; logo, menor do que 15 vezes. A segunda forma é mais didática. Supondo X = 100, para efeito de simplificação de cálculo numérico, chegamos ao valor final de cada aplicação, seguindo a fórmula acima. A tabela mostra os resultados.

Meses até o final do investimento **(a)**	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	**Total**
Mês corrente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	
Valor Mensal do Investimento (**X=100**)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Taxa de Juros Simples (**b**)	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	
Valor da Aplicação Mensal **{X * [1+(b*a)]}**	155	150	145	140	135	130	125	120	115	110	105	**1430**

4: Correta. Substituindo na fórmula de juros compostos:
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
48.800 = (Valor Presente) x $(1+0{,}017)^{12}$
= (Valor Presente) = 39.862,85 (>38.000)

5: Correta. Novamente, basta substituir na fórmula de juros compostos.
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1+taxa de juros)$^{(\text{número de períodos})}$
Valor Futuro = (15.000) x $(1 + 0{,}12)^3$
Valor Futuro = 21.073,92 (>20.000)

(6) Incorreta. A resolução desse exercício é inteiramente conceitual. Aplicando-se a fórmula de juros compostos, teremos:

Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
Queremos saber qual a taxa de juros que gera um valor de 44% do valor investido, ou seja, do valor presente. Rearranjando a fórmula, chegamos à seguinte igualdade:
= (1 + *taxa de juros*)$^{(\text{número de períodos})}$
1,44 = (1 + taxa de juros)^2 => = (1+*taxa de juros*)
1,20 = (1+taxa de juros) => 1,20 – 1 = taxa de juros
O lado direito da equação deve ser igual a 1,44 (100% referente ao valor presente, mais os 44% referentes aos juros). Como passaram-se apenas 2 meses
1,44 = (1 + *taxa de juros*)^2 => = (1 + *taxa de juros*)
1,20 = (1 + *taxa de juros*) => 1,20-1 = taxa de juros
Portanto, a , menor do que os 21% afirmados na alternativa.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

7. TÓPICOS DE CONTABILIDADE

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca da contabilização dos eventos de uma empresa comercial, julgue os itens seguintes.

(1) O registro de aquisição de ações de outras companhias sem a intenção de comercialização futura não afeta o total do ativo da empresa investidora.

(2) O registro do pagamento de despesas de salários apropriadas no período anterior proporcionará decréscimo no passivo e redução no patrimônio líquido.

(3) O registro da venda de mercadorias à vista, considerando o inventário periódico, ocasiona débito no resultado e crédito no estoque de mercadorias, além de débito no disponível e crédito na conta de receita de vendas.

(4) O registro do recebimento de doações e subvenções aumenta o valor do ativo disponível e o valor do resultado do exercício.

(5) O pagamento de despesas de impostos com a utilização de créditos tributários, no caso de a empresa não possuir créditos suficientes para quitar totalmente a obrigação tributária, ocorre com débito na conta de despesas de impostos, crédito na conta de impostos antecipados e crédito no disponível.

---

(1) Correta. Quando uma empresa adquire ações com o intento ora mencionado, os valores apenas são transferidos do Ativo Circulante, para o Ativo Não Circulante, subgrupo Investimentos. (2) Errada. As despesas foram apropriadas no período anterior, o que equivale dizer que o fator gerador contábil ocorreu também no período passado, logo o patrimônio líquido foi reduzido nessa mesma ocasião. Este atual evento financeiro, promove a redução do passivo, pois liquida-se uma dívida, acompanhado da redução do ativo circulante, em virtude da redução das disponibilidades financeiras. (3) Errada. A baixa de estoque retratada nessa questão demonstra o atendimento a um modelo de estoque permanente, no qual a cada venda se realiza a diminuição do saldo de produtos estocados. No inventário periódico as vendas não geram lançamentos contábeis para diminuição do estoque, dado que tais baixas são feitas no final do período, quando é realizado o procedimento de inventário físico. (4) Errada. Doações e Subvenções à luz do CPC 07 (Subvenção e Assistências Governamentais) não devem transitar pelo resultado e sim serem contabilizadas no patrimônio líquido na conta de Reservas Fiscais. (5) Correta. Tendo que o enunciado nos diz que a empresa não possui créditos tributários suficientes para realizar a quitação integral da dívida, ocorre que o restante ela deverá pagar em espécie, sendo assim debita-se a despesa pelo reconhecimento do valor do tributo, credita-se a conta de impostos antecipados pela baixa dos ativos representantes dos créditos tributários e credita-se o passivo pelo montante excedente que deverá ser purgado nessa ocasião por disponibilidades financeiras.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

10. Informática

Victor Soares Bursztyn

Atenção: Para responder às 10 questões a seguir, considere as informações abaixo, bem como a respectiva correspondência entre os itens abaixo enumerados na tabela com as questões, no que se refere à execução das atividades que cumprem corretamente as tarefas apresentadas.

O Diretor de um certo órgão público incumbiu alguns funcionários das seguintes tarefas:

Item	Tarefa
1	Verificar a disponibilidade de um nome de domínio Internet que possa ser usado pelo órgão em seu novo portal.
2	Minimizar o risco de invasão de hackers nos computadores conectados à Internet.
3	Gravar um DVD no microcomputador, com a apresentação da fala do presidente do órgão, que se encontra gravada em vídeo formato .AVI, no hard disk.
4	Instalar um dispositivo que possa ajudar o processador do micro a gerar gráficos tridimensionais de forma mais eficiente.
5	Garantir que a maior parte dos dados gravados nos computadores não seja perdida em caso de sinistro.
6	Ao instalar um novo dispositivo, lembrar sempre de utilizar um módulo de software que será responsável por informar ao sistema operacional como controlar aquele determinado componente de hardware.
7	Sempre que uma planilha de cálculo usar valores que representem dinheiro, os números, em cada célula, deverão ser alinhados à direita e os símbolos "R$" deverão ser alinhados à esquerda (ref. Microsoft Excel 2000).
8	A planilha de custos, apresentada mensalmente à diretoria, deve conter o gráfico de valores do tipo "Colunas" com os valores correspondentes a cada coluna exibidos na parte superior de cada uma (ref. Microsoft Excel 2000).
9	Em todos os textos editados deverão ser controladas as linhas órfãs/viúvas (ref. Microsoft Word 2000).
10	Quando uma tabela criada no editor de texto contiver valores em colunas que devam ser totalizados, utilizar a instrução de soma apropriada para isto e cuidar para que, quando um novo valor ou uma modificação for inserida em uma coluna, seu total seja corrigido(ref. Microsoft Word 2000).

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 1. A disponibilidade é diretamente pesquisada na internet em

(A) http://www.usp.br
(B) http://www.fatesp.br
(C) http://www.registro.br
(D) http://www.ipt.br
(E) http://www.dominio.br

(A) Incorreto. O domínio www.usp.br se refere à Universidade de São Paulo, que não se relaciona com a verificação de disponibilidade de um domínio na internet.
(B) Incorreto. O domínio www.fatecsp.br se refere a uma faculdade tecnológica do estado de São Paulo, que também não se relaciona com a verificação de disponibilidade de um domínio na internet.
(C) Correto. O domínio www.registro.br se refere ao órgão registro.br, entidade responsável por manter os registros de domínios na internet brasileira. Antes de propriamente realizar um novo registro, o registro.br precisa ser acessado para que se consulte a disponibilidade de um novo nome terminado com a extensão ".br".
(D) Incorreto. O domínio www.ipt.br se refere ao Instituto de Pesquisa Tecnológica do estado de São Paulo, que não tem relações com a tarefa de manutenção dos registros da internet brasileira.
(E) Incorreto. O domínio www.dominio.br não diz respeito a órgão algum, pois sequer se trata de um domínio existente.

GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 2. Minimizar o risco de invasão é mais garantido com

(A) a instalação de um firewall.
(B) a execução de um antivírus.
(C) o estabelecimento de programas de orientação de segurança.
(D) a gravação de arquivos criptografados.
(E) a utilização de certificação digital.

(A) Correto. O chamado "firewall" é a categoria de software responsável por proteger um determinado dispositivo de computação de acessos externos não autorizados. O risco de invasão, nesse sentido, está sempre presente aos dispositivos de computação conectados à internet e pode ser mitigado com o uso apropriado de um firewall.
(B) Incorreto. A execução de um antivírus apenas detecta e, se possível, anula ameaças presentes na memória do dispositivo de computação. No caso de uma invasão, a ameaça não é diretamente um vírus, mas sim um usuário não autorizado que tem a intenção de usar a rede para obter acesso indevido ao sistema. Executar um antivírus, portanto, não é uma forma direta de combate às invasões.
(C) Incorreto. Embora programas de orientação de segurança sejam bem vindos, a maneira mais automática e confiável para minimizar os riscos de segurança em um dispositivo de computação é muni-lo das defesas apropriadas. Em uma analogia, estabelecer programas de orientação de segurança, apenas, seria como orientar um indivíduo a não realizar atividades de risco, mas sem nunca tê-lo oferecido vacinas – por sua vez, amplamente disponíveis no universo da computação. Se a defesa pode ser instalada com um firewall, esta alternativa não é a mais interessante.
(D) Incorreto. A criptografia é um conjunto de técnicas capazes de aumentar a proteção das informações gravadas em um dispositivo de computação, ou transmitidas por ele. A gravação de arquivos criptografados pode ajudar a resguardar um usuário contra os efeitos danosos causados por um acesso não autorizado já obtido, mas não ajuda a combater a origem do problema. Portanto, não é a resposta correta.
(E) Incorreto. Os certificados digitais são mecanismos que trazem para o mundo digital a capacidade de uma entidade comprovar a autenticidade de um documento ou espaço – um sítio da internet, por exemplo –, tal como um carimbo poderia autenticar um documento em nome de uma entidade de controle. São instrumentos cruciais para a evolução tecnológica das empresas e dos órgãos de governo, pois permitiram que a internet colocasse sua velocidade a serviço de processos seguros e controlados por entidades reais. No entanto, em nada se relacionam ao combate a invasões a um dispositivo de computação.
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 3. Um aplicativo bastante utilizado para realizar tal tarefa é o

(A) Adobe Reader.
(B) Excel.
(C) Nero.
(D) PowerPoint.
(E) Word.

(A) Incorreto. O software "Adobe Reader", do inglês "leitor Adobe", é usado apenas para a leitura de arquivos no formato *.pdf (acrônimo para "portable document format"). Não se refere à tarefa mencionada, mas sim à visualização de documentos transmitidos muitas vezes através de emails, ou de mídias portáteis.
(B) Incorreto. O software "Excel" é usado para a organização de planilhas e, frequentemente, para a automação de operações entre os elementos (i.e., linhas e colunas) de uma planilha. Em nada se relaciona à tarefa destacada.
(C) Correto. O programa "Nero" é a resposta correta, pois é a solução a ser usada para a tarefa. Ele trata-se de um software capaz de copiar o vídeo em formato *.avi, com a fala do presidente do órgão, para a mídia introduzida no microcomputador. O Nero, para todos os efeitos, é capaz de gravar dados em CDs e DVDs.
(D) Incorreto. O software "PowerPoint" pertence ao mesmo pacote que o software "Excel" (item b) e foi projetado para capacitar o usuário a realizar apresentações em slides. Com ele, provavelmente, o presidente do órgão poderia guiar sua audiência ao longo de um discurso – mas não se refere à tarefa de gravá-lo a uma mídia.
(E) Incorreto. O software "Word", por fim, também pertence ao pacote que contém os softwares "PowerPoint" (item d) e "Excel" (item b). Tal pacote, denominado "Office", traz consigo ferramentas capazes de criar e editar arquivos e documentos frequentemente requisitados por um usuário de um microcomputador. Porém, não auxiliam na gravação desses arquivos para mídias complementares ao microcomputador. O Word, nesse sentido, foi projetado para a editoração de documentos em texto, sendo o mais popular editor de textos existente.
GABARITO "C"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 4. O dispositivo a ser instalado é

(A) um HD de alta definição.
(B) uma placa de vídeo 3D.
(C) um monitor de alta definição.
(D) um conector USB de alta definição.
(E) uma porta auxiliar 3D.

(A) Incorreto. Aqui, a alternativa foi escrita de forma inapropriada para confundir o leitor. Um "HD" (do inglês "*hard drive*" – ou "*disco rígido*", em português) é a peça de hardware, dentro da especificação física de um dispositivo de computação, responsável pelo armazenamento dito "persistente" de um dado. Arquivos podem ser gravados, lidos, atualizados ou removidos, a partir da existência desta peça física, de hardware, no microcomputador em questão.
Por outro lado, o termo "HD" também é usado dentro do universo da computação gráfica, para remeter a "*high definition*" (ou "*alta definição*", em português). Nesse sentido, HD *significa* alta definição. A alternativa a), portanto, tentou cruzar siglas de áreas distintas a fim de induzir o candidato em dúvida a marcá-la.
(B) Correto. A chamada "placa de vídeo" é precisamente a peça de hardware, dentro da especificação física de um dispositivo de computação (i.e. o hardware do microcomputador), responsável pelo processamento gráfico. Isso significa que a instalação de uma placa de vídeo 3D capacita o dispositivo a realizar processamento gráfico em três dimensões. Esta, portanto, é a opção correta para solucionar o problema enunciado.
(C) Incorreto. O monitor é a peça de hardware responsável por exibir as imagens que foram processadas pelo dispositivo de computação, com suas peças mais internas, de processamento. É um erro comum, para o usuário leigo, imaginar que o monitor tem qualquer outra função além da exibição do conteúdo – ele frequentemente se limita a isso. Quando muito, um monitor mais moderno pode ser classificado como "*touchscreen*" (tela multi-toques), o que quer dizer que, além de exibir o resultado, ele também permite que o usuário interaja, enviando sinais ditos "de entrada" às partes de processamento do dispositivo. Também é comum, dentro da computação, classificar um monitor que não seja *touchscreen* como um "dispositivo de saída", enquanto um teclado, por exemplo, pode ser chamado de "dispositivo de entrada". Para resolver o problema enunciado, é necessário incorporar um dispositivo que não seja nem de entrada, nem de saída: uma peça capaz de realizar processamento. O processamento 3D, assim, é resolvido com uma placa de vídeo 3D (vide item b).
(D) Incorreto. O termo "alta definição" surge novamente como uma manobra para confundir o candidato, incorretamente usado para qualificar a peça "conector USB". O dito "conector USB" é uma popular "interface de conexão", que serve para ligar novos dispositivos a um dispositivo de computação. O "conector USB", assim, além de "interface de conexão", também pode ser chamado de "porta USB". Todos os termos

descrevem o mesmo conceito: uma maneira de conectar, de integrar um dispositivo a outro. Nada tem a ver com o problema enunciado.
(E) Incorreto. A “porta auxiliar” é uma conexão que pode estar presente, ou não, em roteadores – peças responsáveis por realizar a comunicação entre dispositivos de computação em redes, como a própria internet. O uso da terminologia “3D”, aqui de novo, serve para qualificar incorretamente algo que nada tem a ver com o processamento gráfico e, portanto, com a tarefa enunciada.

GABARITO “B”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 5. Tal garantia é possível se forem feitas cópias dos dados

(A) após cada atualização, em mídias removíveis mantidas nos próprios computadores.
(B) em arquivos distintos nos respectivos hard disks, desde que estes dispositivos sejam desligados após o expediente.
(C) em arquivos distintos nos respectivos hard disks, desde que estes dispositivos permaneçam ligados ininterruptamente.
(D) após cada atualização, em mídias removíveis mantidas em local distinto dos computadores.
(E) da política de segurança física.

(A) Incorreto. Se as mídias removíveis forem mantidas nos próprios computadores, não haverá qualquer acréscimo de proteção em caso de sinistro – diante de um incêndio, por exemplo, tanto os dados originais quanto as cópias estariam em igual risco. Para que haja, de fato, uma garantia de proteção, as cópias feitas a cada atualização devem permanecer em local distinto ao dos computadores que armazenam os dados originais.
(B) Incorreto. Mesmo se desligados após o expediente, há outros potenciais focos de incêndio. Se tanto o arquivo original quanto sua cópia de segurança estiver em hard disks localizados em um mesmo ambiente, então não há qualquer garantia de proteção em caso de sinistro.
(C) Incorreto. Ainda pior que o item anterior, a permanência ininterrupta da força pode aumentar os riscos de incêndio, além das possibilidades externas ao dispositivo de computação. Persiste, por fim, o argumento do item b): se original e cópia estiverem no mesmo local, a redundância não cumpre o propósito de aumentar a proteção contra desastres.
(D) Correto. Como corrigido no item a), o sentido de realizar cópias de segurança, para o risco de sinistro, é mantê-las em local distinto ao dos dados originais. Assim, as chances de dois desastres ocorrerem ao mesmo tempo ficam devidamente minimizadas. A frequência, por fim, com que as cópias devem ser realizadas está relacionada à frequência com que os arquivos originais mudam – isto é, são atualizados.
(E) Incorreto. Realizar a cópia da política de segurança física nada tem a ver com a questão trazida, já que a única versão dos dados continuaria igualmente vulnerável em caso de sinistro.

GABARITO “D”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 6. A recomendação refere-se ao uso de elementos tais como um

(A) conector físico de dispositivo.
(B) drive de disco.
(C) conector de porta de dispositivo.
(D) driver de dispositivo.
(E) módulo físico de memória cache.

(A) Incorreto. O sistema operacional (também conhecido como “SO”) é um *software*, de modo que o que se pede na questão é um módulo de *software* que instrua o SO a controlar um novo dispositivo físico (*hardware*). Quando se fala de “conector físico”, a dica é categorizar o item como *hardware* e avaliar que se trata, naturalmente, de uma resposta incorreta.
(B) Incorreto. Há uma tentativa, aqui, de confundir o leitor fazendo alusão à resposta correta, usando o termo “driver” em um contexto que não é o correto. Como a questão diz respeito a um novo dispositivo, de forma abrangente, esta particularização está incorreta.
(C) Incorreto. O conector de porta de um dispositivo também se refere a uma estrutura física e, tal como disposto no item a), está incorreto.
(D) Correto. O driver de um dispositivo é justamente o módulo de software que precisa ser instalado para instruir o sistema operacional a controlar aquele novo hardware. Pense no sistema operacional como o sistema motor do ser humano e o novo dispositivo como um novo membro: nos computadores, isso é possível – e é o driver que irá ensinar o sistema motor a coordenar a extensão que acaba de ser acoplada ao corpo do computador.
(E) Incorreto. O módulo físico da memória cache já poderia ser descartado como resposta correta a partir do raciocínio descrito no item a). Ainda pior, refere-se à memória cache, que nada tem a ver com o problema enunciado: para futura referência, trata-se da parte da memória do dispositivo de computação que se dedica a armazenar dados que precisam ser acessados de forma recorrente, agilizando o funcionamento de inúmeras aplicações. Mas reiterando, nada tem a ver com a questão.

GABARITO “D”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 7. Para esta tarefa existe uma opção específica na guia “Número”, em “Formatar células”, que é

(A) Contábil.
(B) Número.
(C) Especial.
(D) Moeda.
(E) Científico.

(A) Correto. Na formatação de células (com o botão direito do mouse, opção “Formatar células”), o modo “Contábil” permite alinhar qualquer unidade monetária à esquerda da célula, enquanto que o valor numérico pode ser alinhado à direita da mesma célula. A subopção ainda permite realizar a configuração das casas decimais que exibirão os centavos da moeda. É uma forma rápida e prática de se manipular valores monetários no software em questão.
(B) Incorreto. O modo “Número” permite formatar o valor de uma célula com propriedades numéricas, como o uso de sinal negativo, ou o uso do ponto para designar a casa do milhar. No entanto, não é a opção correta para necessidades contábeis, onde se deve exibir símbolos monetários (no caso, o real R$).
(C) Incorreto. O modo “Especial” é ideal para formatações que – como o próprio nome sugere – são mais atípicos para o universo das planilhas. O candidato deve lembrar, aqui, que o uso de valores monetários é recorrente e que, certamente, o Excel possui um modo para atender à necessidade enunciada.
(D) Incorreto. O modo “Moeda” seria o grande concorrente à resposta correta, nesta questão. No entanto, a restrição dada quanto ao alinhamento do símbolo R$ é crucial para que a resposta correta seja o item a). O modo “Moeda” mantém o símbolo monetário adjacente ao valor numérico, ao invés de mantê-lo como coluna, à esquerda da célula formatada.
(E) Incorreto. O modo “Científico” nada tem a ver com o que foi enunciado, já que permite configurar o conteúdo de uma célula para que seja exibido como notação científica. A notação científica é constituída de um valor-base elevado a potências de dez e tem como aspecto visual o surgimento de “E+” entre números.

GABARITO “A”

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 8. Para isto, no “Assistente de gráfico – etapa 3 de 4 – opções de gráfico”, na guia “Rótulos de dados”, escolher:

(A) Exibir Tabela de dados.

(B) Mostrar rótulo.
(C) Nenhum.
(D) Mostrar valor.
(E) Exibir sequência.

(A) Incorreto. "Exibir Tabela de dados" não se relaciona com o que é pedido, tampouco com a guia "Rótulos de dados".
(B) Incorreto. "Mostrar rótulo", embora presente na guia, não é a opção correta – atente para o enunciado: "deve conter o gráfico (...) com os valores correspondentes a cada coluna (...)". A opção correta precisa exibir o valor numérico.
(C) Incorreto. A questão explicita, afinal, que o gráfico precisa ter informações numéricas correspondentes às colunas.
(D) Correto. A guia "Rótulos de dados" permite que o usuário configure a exibição de dados (rótulos ou valores) próximos às partes que compõem o gráfico – no caso, as colunas. É com esse recurso que o usuário poderá colocar os valores correspondentes a cada coluna, seguindo o enunciado da questão. Dentre as opções disponíveis, "Mostrar valor" será aquela que exibirá o valor numérico correspondente a cada coluna.
(E) Incorreto. "Exibir sequência" sequer consta na guia "Rótulos de dados".
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 9. Esta tarefa é cumprida mediante a habilitação, no editor de texto, da opção correspondente (Controle de linhas órfãs/viúvas) na guia
(A) "Quebras de linha e de página" do menu "Formatar", opção "Parágrafo".
(B) "Recuos e espaçamento" do menu "Formatar", opção Colunas".
(C) "Recuos e espaçamento" do menu "Formatar", opção "Parágrafo".
(D) "Quebras de linha e de página" do menu "Formatar", opção "Capitular".
(E) "Quebras de coluna" do menu "Formatar", opção "Parágrafo".

(A) Correto. A habilitação de "Quebras de linha e de página" na opção "Parágrafo" do menu "Formatar" é a forma correta de se controlar as linhas órfãs/viúvas, que são aquelas com apenas uma palavra remanescente. É preciso atentar, aqui, que o menu "Formatar" não estabelece qualquer diferencial entre os itens da questão, ao contrário da opção "Parágrafo", que está presente em três dos itens. Entre eles, avaliaremos a seguir as razões pelas quais apenas o item a) é o correto.
(B) Incorreto. O comando "Recuos e espaçamento", como o próprio nome sugere, permite regular as características espaciais de um parágrafo, como a distância entre linhas e o tamanho do recuo anterior à primeira palavra do parágrafo. A correção de linhas viúvas é ligada às preferências do usuário quanto às *quebras de linhas*, e não aos espaçamentos.
(C) Incorreto. Pela mesma razão do item b), não é a resposta correta.
(D) Incorreto. Aqui, a opção "Capitular" do menu "Formatar" refere-se às preferências que o usuário pode definir para a primeira letra de um parágrafo. É por essa opção que se pode enfatizar o início de um parágrafo, dando destaque à primeira letra da palavra de abertura.
(E) Incorreto. O comando "Quebras de coluna" é uma tentativa de confundir o candidato, que poderia ficar em dúvida entre ele e o comando correto ("Quebras de linha..." – afinal, são *linhas* viúvas).
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) 10. A instrução apropriada, que deve ser obtida no menu Tabela, e a correção do valor, que deve ser feita mediante o pressionamento do botão direito do mouse na célula contendo o total, são, respectivamente,
(A) Soma e Conferir.
(B) Fórmula e Atualizar campo.
(C) Fórmula somar e Modificar campo de valor.
(D) Fórmula e Modificar.
(E) Soma e Atualizar valor.

(A) Incorreto. A questão deixa claro que a instrução deve ser obtida diretamente do menu "Tabela", portanto a resposta correta seria "Fórmula". "Conferir" tampouco é a resposta correta para a segunda parte do enunciado.
(B) Correto. O Word permitirá aplicar cálculos e comparações às células de uma tabela, digitando a fórmula ou colando funções e indicadores no menu proveniente da opção "Fórmula", dentro do menu "Tabela". É possível atualizar o resultado de fórmulas ao usar o botão direito e escolher a opção "Atualizar campo". Alternativamente, é possível pressionar F9 para atualizar o resultado.
(C) Incorreto. Embora a primeira parte do item sinalize algo parecido com a resposta correta, a segunda parte deixa claro que o item está incorreto. "Modificar campo de valor" significaria mudar o conteúdo da célula, e não atualizá-lo com o novo resultado da fórmula.
(D) Incorreto. De forma similar ao item c), o item d) é incorreto.
(E) Incorreto. De forma similar ao item a), o item e) já não estaria correto devido à primeira parte da resposta. Considerando a segunda, ainda, o termo correto seria "Atualizar campo".
GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada abaixo esteja em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP e que utiliza uma conexão ADSL para acessar a Internet. A página *web* mostrada na área de páginas do IE6 foi obtida a partir de navegação por meio de *hyperlinks* contidos no sítio do Ministério das Relações Exteriores cujo URL é http://www.mre.gov.br. A partir das informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

(1) De acordo com as informações contidas na página *web* mostrada, o BrazilTradeNet consiste, de fato, em um *chat* no qual empresários podem trocar informações relativas aos processos de importações de produtos no Brasil, utilizando protocolos que garantem a segurança e a confidencialidade nas transações pela Internet.

(2) Por meio do botão e após determinadas operações, é possível obter a janela ilustrada a seguir, que implementa funcionalidades que permitem comunicação por meio da Internet utilizando-se recursos de voz, imagem e vídeo entre usuários. Esses usuários podem, em princípio, estar conectados à Web em qualquer lugar do mundo, mas a qualidade de serviço (QoS) obtida na referida comunicação depende, entre outros fatores, do tipo de conexão que esses usuários têm com a Internet. Se o acesso à Internet por parte desses usuários for realizado por meio de uma conexão em banda larga, como a ADSL por exemplo, a comunicação será realizada com QoS melhor que a obtida em uma comunicação realizada utilizando-se recursos de uma conexão *dial-up*.

(3) É possível obter-se a janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada a seguir, em que o conteúdo mostrado na área de páginas da janela do IE6 acima é inserido automaticamente na área de mensagens do OE6 e um arquivo do tipo doc é anexado à mensagem que se está editando, utilizando-se, respectivamente, o conjunto de botões na janela do IE6, e o botão , na janela do OE6.

(1) Incorreto. Segundo as informações contidas na página *web* mostrada na imagem, o *BrazilTradeNet* é um banco de dados pelo qual o usuário pode navegar, gratuitamente, entre empresas importadoras que atuam em território brasileiro, além de informações relacionadas ao mercado de importação e exportação: análises de mercado, oportunidades de negócios, seminários e publicações acadêmicas de áreas correlacionadas etc. Todas as informações são validadas a fim de se garantir a qualidade da informação oferecida e não há, ao contrário do que é disposto no item, qualquer aviso extraordinário sobre protocolos de segurança. Sobretudo, a página não se trata de um *chat*, como também é definido pelo item. Portanto, é incorreto.

(2) Correto. Não só as afirmações estão perfeitas, como também é importante ressaltar ao candidato que ferramentas que transmitem voz e vídeo pela Internet tendem a ser mais “pesadas”, isto é, exigem mais do serviço de Internet contratado. É dito que a transmissão (ou *streaming*) de voz e vídeo consome mais banda do serviço. A QoS (do inglês, “Quality of Service”) é um jargão técnico comum para referir-se à qualidade de um serviço computacional. Podemos dizer, portanto, que a manutenção da QoS na transmissão de voz e vídeo pela Internet consome mais banda da Internet do usuário, sendo computacionalmente mais custosa que a transmissão de texto.

(3) Correto. Os dois botões destacados oferecem precisamente as funcionalidades descritas, em seus respectivos *softwares*. É importante lembrar, apenas, a função de cada programa: enquanto o IE6 trata-se de um navegador, usado para visualizar e interagir com páginas na *web*, o OE6 é um *software* para comunicação por *emails*. Existe, como visto no item, uma comunicação entre ambos – ainda assim, é importante lembrar as funções de cada um.

GABARITO 1E, 2C, 3C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere as janelas abaixo, executadas em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP, e julgue os itens seguintes, referentes a procedimentos de *backup*.

(1) As informações contidas nas janelas acima são suficientes para concluir-se que um processo de *backup* de arquivos contidos no computador está se desenvolvendo. Esse processo é iniciado pelo assistente de *backup* do Windows e é possível que o resultado de sua execução completa seja o arquivo de *backup* associado ao ícone ilustrado na janela a seguir.

(2) Existem, atualmente, sítios web que permitem a salvaguarda de arquivos de usuários e que, por isso, constituem recurso para a realização de *backup*. Uma das vantagens de se realizar *backup* de arquivos utilizando-se recursos da Web é o fato de que esses arquivos podem estar à disposição dos usuários a qualquer momento e a partir de qualquer lugar do mundo que disponha de acesso à rede mundial de computadores.

(1) Correto pelo gabarito oficial, incorreto pelo nosso gabarito.
Não apenas com a dica do enunciado, mas também se baseando na identidade visual das telas, é possível entender que se trata do assistente de *backup* do Windows. Nele, é possível identificar que o processo está estimando a quantidade (tanto em número de arquivos quanto em bytes) de material que deverá ser copiado. Na primeira tela, somos capazes de avaliar, ainda, que as métricas que indicam o começo da cópia estão lá: nenhum arquivo copiado (totalizando zero bytes), nenhum segundo decorrido e barra de progresso vazia.
No entanto, atente para um detalhe na última tela: o tamanho do arquivo de backup (5.256 KB) é muito menor que a estimativa que está sendo feita nas primeiras telas (1.657.697.629 bytes é muito maior que 5.256 KB, sabendo que 1 KB equivale a 1.024 bytes). Muito embora o gabarito oficial considere, sim, ser um resultado possível para a execução completa do processo de *backup*, nosso gabarito há de considerar

improvável que o processo indicado gere uma cópia tão pequena.
(2) Correto. A alternativa está perfeita! Aproveitando o tema, é apropriado destacar ao candidato que as vantagens citadas no item são frequentemente encontradas em aplicações feitas "na nuvem" (do inglês *cloud-computing*). Optar por um serviço de backup, no caso, através da internet traz dois grandes benefícios: o serviço estará acessível enquanto o site estiver online e, pela natureza da internet, a partir de qualquer computador conectado a ela.

GABARITO 1C, 2C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os próximos itens, considerando a figura abaixo, que ilustra uma janela do Word 2003 contendo um documento em edição e que está sendo executada em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP.

Documento1 - Microsoft ...
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar
Ferramentas Tabela Janela Ajuda

Estatuto·do·Centro·Internacional·de·
Engenharia·Genética·e·Biotecnologia¶
¶
Preâmbulo¶
¶
Os·Estados·Partes·do·Presente·Estatuto¶
¶
Reconhecendo·a·necessidade·de·
desenvolver·e·concretizar·as·aplicações·
pacíficas·da·engenharia·genética·e·da·
biotecnologia·em·benefício·da·humanidade,¶
¶
Convencidos·de·que·o·potencial·da·

Pág 1 Seção 1 1/1 Em 7,8 cm

(1) Considere a realização das seguintes ações na situação em que se encontra a janela mostrada: pressionar e manter pressionada a tecla Ctrl; clicar sobre "Biotecnologia"; clicar N; clicar ≡.
Após a realização dessas ações, o primeiro parágrafo mostrado do documento ficará centralizado e com a fonte em negrito.

(2) No *menu* Arquivo, encontram-se, entre outras, as opções apresentadas na figura a seguir. Por meio da opção Visualizar página da Web, é possível visualizar o documento em edição como uma página HTML no navegador padrão instalado no computador em uso.

Visualizar página da Web
Configurar página...
Visualizar impressão

(3) Considere que, ao se clicar com o botão direito do *mouse*, seja exibida a lista de opções mostrada na figura abaixo.

As Estadas Partes
Ignorar sentença
Gramática...
Consultar...
Recortar
Copiar
Colar

Nessa situação, é correto afirmar que a ferramenta de verificação de grafia e gramática do Word está ativada e que, caso se clique Colar, na referida lista de opções, o termo sublinhado contido no documento será substituído por As Estadas Partes.

(1) Correto. A tecla "Ctrl" faz com que o clique sobre a palavra "Biotecnologia" selecione todo o bloco de texto referente ao primeiro parágrafo. Em seguida, os botões enunciados executam, respectivamente, a aplicação do negrito e a centralização do texto. Portanto, a resposta está correta.
(2) Correto. A opção "Visualizar página da Web" irá acionar o navegador configurado como padrão e exibir o documento como uma página Web. Seria possível confirmar que o item está correto lembrando que a opção "Visualizar impressão", logo abaixo, também realiza a exibição do documento, apenas para um meio diferente.
(3) Incorreto. O termo "As Estadas Partes", destacado em negrito, refere-se à parte do texto que recebeu o clique direito e que estava sublinhada pelo corretor gramatical. Caso o leitor clique em "Colar", o software irá inserir o último texto copiado através de "Ctrl + C" ou comando correspondente. Não significa, portanto, que "Colar" irá inserir o termo mencionado.
Vamos lembrar, nesse contexto, que o corretor ortográfico é uma ferramenta poderosa. No mesmo submenu, a opção "Ignorar sentença" teria desabilitado o corretor para o termo que recebeu o clique (no caso, "As Estadas Partes"); já a opção "Gramática" teria avançado às possibilidades de correção daquele mesmo trecho.

GABARITO 1C, 2C, 3E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) A figura abaixo ilustra uma janela do Excel 2003 que contém uma planilha com as cotações, em reais, de moedas de alguns países, praticadas em 7/7/2006. Considerando essa janela, julgue os próximos itens, relativos ao Excel 2003.

Microsoft Excel - Pasta1
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar
Ferramentas Dados Janela Ajuda
Arial 10
A6

	A	B	C
1	Moeda	Taxa compra	Taxa venda
2	BIRR/ETIOPIA	0,247802	0,25046
3	BATH/TAILANDIA	0,057331	0,057519
4	BALBOA/PANAMA	2,17136	2,18086
5	BOLIVAR/VENEZUELA	0,0010124	0,0010147
6			
7			

Plan1 Plan2 Plan3
Pronto

(1) Para determinar o valor de compra, em reais, de 2.000 balboas, de forma que o resultado seja apresentado na célula **A6** da planilha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: digitar **=2000*B4** e, a seguir, teclar Enter.

(2) Sabendo-se que 1 U$ estava cotado a R$ 2,1757 no dia 7/7/2006, então, o valor de venda, em U$, de 1.000 bolívares será corretamente apresentado na célula A6 da planilha mostrada, caso se digite =1000/(C5*2,1757) e, a seguir, tecle Enter.

(1) Correto. A afirmação está perfeita, pois a coluna B4 refere-se ao valor de compra da moeda balboa. Se o desejo é determinar, em reais, o valor de 2.000 balboas, a operação a ser feita é de fato a de multiplicação: "=2000*B4", na célula em que se deseja visualizar o resultado.
(2) Incorreto. Como as cotações da tabela estão em reais, é preciso primeiro fazer a conversão de bolívares para reais e, então, de reais para dólares, na cotação de R$ 2,1757. A operação acaba sendo composta por uma sequência de duas multiplicações: i) Para converter de bolívares para reais, é preciso multiplicar o valor de venda da célula C5 por 1.000 unidades, análogo ao que foi feito no item 1; ii) Para converter para dólares, deve-se aproveitar o resultado do processo anterior e multiplicá-lo pela taxa de venda fornecida. Assim, aninhando o resultado de i) com o processo de ii), temos que a expressão "=(C5*1000)*2,1757" deve retornar o resultado na célula selecionada.
GABARITO 1C, 2E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação à figura abaixo, que mostra uma janela do navegador Internet Explorer 6 (IE6) com a página do Ministério das Relações Exteriores, e a conceitos de Internet e intranet, julgue os itens a seguir.

Considerando que cada item da lista mostrada na referida página e iniciado pelo nome Argentina constitui um *link*.

(1) Como na Internet, o navegador IE6 pode ser utilizado como interface para acesso a *intranet*.

(2) O protocolo TELNET deve ser instalado ao se configurar o computador para se ter acesso à Internet.

(3) Após se preencher o campo Data inicial com a informação 01/01/2008, é possível pesquisar notícias internacionais clicando-se o botão ou o botão procurar.

(4) Ao clicar o *link* ● Argentina - Agência DERF com o botão direito do mouse e selecionar a opção Abrir em uma nova janela, uma nova janela do IE6 será apresentada contendo a página indicada pelo *link*.

(1) Correto. *Intranet* é o nome normalmente usado para referir-se à rede interna de alguma organização. Assim como permitem acessar páginas e sistemas na Internet – que nada mais é que uma rede de computadores com abrangência mundial –, os navegadores também possibilitam a interação com sistemas de uma intranet. Como o IE6 (ou Internet Explorer 6) é um navegador, ele pode servir para intermediar o acesso à *intranet*.
(2) Incorreto. O TELNET é um protocolo básico de internet que permite a comunicação bilateral entre cliente (de onde o usuário interage) e servidor, na forma de texto. Possui um aspecto visual similar aos terminais ou, mais popularmente, ao D.O.S., que antecedeu a interface gráfica do Windows. Não é necessário instalá-lo para obter acesso à Internet, logo a alternativa é incorreta.
(3) Incorreto. O botão indicado pelo ícone pertence à interface do IE6, estando atrelado a funções gerais do navegador, aplicável a qualquer página da Internet. Especificamente, quer dizer que o ícone situado na parte superior da tela não equivale ao *link* "procurar" na parte central da tela, isto é, dentro da página. Mesmo que o significado, na cabeça do usuário leigo, possa equivaler, os comandos pertencem a entidades diferentes: um ao browser, outro à página.
(4) Correto. A alternativa está perfeita.
GABARITO 1C, 2E, 3E, 4C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Tendo como referência a figura abaixo, julgue os itens subsequentes, acerca do Outlook Express.

(1) Na figura, a opção **Caixa de saída** indica que existe uma mensagem que não foi enviada.

(2) É possível identificar na figura acima que o Outlook está configurado para receber mensagens enviadas para "jose" e "maria".

(3) No Outlook Express, o limite para envio de arquivo anexo é de 1,44 Mb.

(1) Correto. No painel "Pastas", o campo "Caixa de saída" não apenas está em negrito, o que indica a existência de conteúdo não visto, como vem seguida de "(1)". O número indicado entre parênteses sugere a quantidade exata de conteúdos que não foram vistos, ou que estão com atividades pendentes, contidos naquela pasta. Portanto, a afirmação está correta.

(2) Incorreto. Os campos "jose" e "maria" pertencem ao painel intitulado "Contatos", o que é análogo a uma agenda telefônica: registros com as informações pessoais e de contato devidamente organizadas. Não significa que o Outlook irá receber a comunicação enviada para tais registros, já que dizem respeito a outras pessoas, com outras contas de email.

(3) Incorreto. Usualmente, o limite para anexos é definido em 20 Mb, devido às restrições da maioria dos ISPs (provedores de serviços de Internet). A restrição diz respeito à soma de arquivos que porventura ultrapasse 20 Mb, ou a um único arquivo superior a esse limite. O valor usado no item (1,44 Mb) diz respeito à limitação de espaço dos disquetes, certamente para confundir o leitor desatento.

GABARITO 1C, 2E, 3E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca do Word 2003 e considerando a figura abaixo, que mostra um parágrafo de texto em edição no referido *software*, julgue os itens subsequentes.

(1) Ao se clicar antes do primeiro parágrafo e pressionar a tecla Tab, será inserido um recuo na primeira linha.

(2) Ao se dar um clique triplo no parágrafo, ele será selecionado.

(3) Para formatar o parágrafo com alinhamento justificado é suficiente clicar a ferramenta .

(4) Ao se clicar o botão , serão impressas 3 páginas com o texto.

(5) Para se visualizar a impressão do texto é suficiente clicar a ferramenta .

(1) Correto. A tecla Tab (de tabulação), quando usada dentro de um bloco de texto, no Word, insere um espaçamento. Com o clique antes do primeiro parágrafo, o cursor é devidamente posicionado ao começo da primeira linha – onde o recuo será então inserido.

(2) Correto. O primeiro clique posicionará o cursor; o clique duplo resultará na seleção da palavra à qual se aponta; e o clique triplo selecionará o bloco de texto ao qual se aponta. Portanto, correto.

(3) Correto. Para aplicar a formatação justificada a um parágrafo onde o cursor esteja posicionado, não é necessário nada além do enunciado. Caso a intenção fosse aplicar a formatação justificada a um bloco de texto maior – digamos, com outros parágrafos –, haveria a necessidade de primeiro selecionar a região do texto.

(4) Incorreto. O ícone destacado refere-se ao *menu* de impressão. Nele, o usuário pode configurar livremente uma série de opções para imprimir o documento, como, por exemplo, a quantidade de cópias que deseja fazer. Portanto, a afirmativa está incorreta: o ícone não está diretamente vinculado à impressão de três páginas com o texto. Isso poderá ser escolhido, ou não, no *menu* de impressão que será aberto.

(5) Incorreto. A visualização da impressão do texto é possível por meio do *menu* de impressão, como indicado na explicação do item anterior.

GABARITO 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Tendo a planilha mostrada na figura abaixo como referência, julgue os itens seguintes, acerca do Excel 2003.

Microsoft Excel - Pasta1

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda

D2

	A	B	C	D
1	Item	Quantidade	Valor	Total
2	Mesa	12	R$ 876,00	
3	Cadeira	20	R$ 120,00	
4	Armários	5	R$ 987,00	
5	Ficheiro	4	R$ 345,00	
6				

Plan1 / Plan2 / Pl

(1) Para se calcular o total dos valores em reais mostrados na planilha é suficiente selecionar as células B2 e C2 e clicar a ferramenta Σ.

(2) Para se formatar as células da planilha com borda dupla é suficiente seguir o seguinte procedimento: selecionar as células de A1 até D5; clicar a opção Células do menu Formatar; clicar a guia Borda; selecionar o estilo de linha duplo; clicar os botões Contorno e Interna e clicar OK.

(3) Para se centralizar os títulos das colunas é suficiente selecioná-los e clicar a ferramenta .

(4) A ferramenta A permite organizar os itens em ordem alfabética.

(5) Para se alterar o nome da planilha é suficiente dar um duplo clique em Plan1; digitar o nome e pressionar a tecla Enter.

---

(1) Incorreto. Para calcular o total dos valores em reais, o somatório precisa ser feito após uma seleção que contenha as quatro células da coluna C. O item enuncia os campos incorretamente. Por isso, ao invés de selecionar as células B2 e C2, a forma correta seria: clicar na célula C2; clicar na célula C5; e, então, seguir com a operação tal como foi descrita.

(2) Correto. Note a importância de se escolher a região correta da planilha, bem como de se recorrer ao *menu* que trate da operação desejada. Dificilmente a ordem das suboperações seria o ponto crítico a ser decorado.

(3) Incorreto. O ícone usado no item refere-se à centralização de um texto na região de um conjunto de células selecionadas. O ícone correto para que o texto fique centralizado, dentro de uma célula, é:

(4) Incorreto. O ícone usado no item permite que se mude a cor de um texto. A ordenação alfabética, por sua vez, é feita primeiro selecionando a coluna que contém os textos e, depois, clicando no seguinte ícone da barra de ferramentas: A↓Z

(5) Correto. Perfeito: as ações descritas são suficientes para alterar o nome da planilha.

GABARITO 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Considerando a situação em que um computador esteja com o Windows XP instalado, julgue os próximos itens.

(1) O *menu* Ferramentas do Windows Explorer apresenta opção para *backup* e compactação de arquivos.

(2) Ao se copiar um arquivo de um disco rígido para um *pendrive* é necessário realizar a sua compactação.

(3) No Windows Explorer, é possível criar uma pasta com o nome País e subpastas para a organização dos arquivos de diversos países.

---

(1) Incorreto. O *menu* Ferramentas oferece ao usuário capacidades complementares ao uso rotineiro do Windows Explorer, ainda ligadas ao ato de navegar pelas pastas. Por exemplo, são disponibilizadas ferramentas para ajudar a compartilhar pastas entre unidades que pertencem à mesma rede; ou a possibilidade de se editar algumas preferências de uso do Windows Explorer. Porém, esse *menu* não apresenta o recurso de compactação de arquivos. Isso, por si só, já torna a afirmação falsa.

(2) Incorreto. Um disco rígido (ou "HD", do inglês "*hard drive*") e um *pendrive* são dispositivos que se comunicam livremente, até que o limite de espaço de algum deles seja atingido, implicando, aí sim, na necessidade de liberação de espaço por meio de ações como: compactação de arquivos que estejam em seu estado original, isto é, não compactado; ou remoção de arquivos antigos, sendo estas cópias dispensáveis. Discos rígidos tendem a ser mais espaçosos na comparação com a capacidade de armazenamento dos *pendrives*, mas isso não coloca qualquer impedimento para que arquivos não compactados sejam transmitidos de um dispositivo ao outro.

(3) Correto. O Windows Explorer oferece a capacidade de organizar arquivos dentro de uma hierarquia de pastas, criada a critério do usuário. Isso significa, portanto, que é perfeitamente possível criar uma pasta com o título "País" e, dentro dela, incorporar subpastas para cada nome de país. Esse é apenas um exemplo do extenso poder de organização disponibilizado pelo Windows Explorer e a sua estrutura de pastas.

GABARITO 1E, 2E, 3C

11. Raciocínio Lógico

Rafael Merighi Valenciano

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Certo dia, Alfeu e Gema foram incumbidos de, no dia seguinte, trabalharem juntos a fim de cumprir uma certa tarefa; entretanto, como Alfeu faltou ao serviço no dia marcado para a execução de tal tarefa, Gema cumpriu-a sozinha. Considerando que, juntos, eles executariam a tarefa em 3 horas e que, sozinho, Alfeu seria capaz de executá-la em 5 horas, o esperado é que, sozinha, Gema a tenha cumprido em

(A) 6 horas e 30 minutos.
(B) 7 horas e 30 minutos.
(C) 6 horas.
(D) 7 horas.
(E) 8 horas.

Esse tipo de questão é muito recorrente nas provas de lógica elaboradas pela FCC.
Aqui, devemos primeiramente imaginar determinada tarefa, a fim de facilitar a resolução. Por exemplo: imaginemos que Alfeu e Gema foram incumbidos de efetuar a montagem de 06 cadeiras para determinada fábrica de móveis.
Conforme a questão informa, os **dois juntos** efetuaram a tarefa em **03 horas**.
Desse modo, Alfeu e Gema montaram, **juntos**, uma média de **02 cadeiras** para **cada hora** trabalhada **(6 cadeiras ÷ 3 horas).**
No entanto, a questão indica que Alfeu, **sozinho**, é capaz de montar as **06 cadeiras** em **05 horas**. Deste modo, Alfeu consegue montar, em média, **1,2 cadeiras** por **cada hora** trabalhada **(6 cadeiras ÷ 5 horas).**
Se os dois juntos conseguem montar 02 cadeiras para cada hora trabalhada e Alfeu, sozinho, consegue montar 1,2 cadeiras para cada hora trabalhada, é fácil concluir que **Gema**, **sozinho**, é capaz de montar **0,8 cadeiras** para **cada hora** trabalhada (**2 - 1,2**).
Deste modo, se Gema leva 01 hora para montar 0,8 cadeiras, para descobrir o tempo necessário para que ele monte 06 cadeiras, basta fazer a seguinte conta (considerando que **X** é o **tempo** necessário para que Gema monte as 06 cadeiras):
X * 0,8 = 6
X = 6 ÷ 0,8
X = 7,5 (ALTERNATIVA B = 7 horas e 30 minutos).
Outra forma de solucionar a questão é utilizando **regras de três**:
Vejamos:
- Alfeu efetuou 100% da tarefa em 5 horas. Então, quantos por cento (%) ele efetuaria em 3 horas?:

Tarefa	→	**Tempo**
100%	→	**5 horas**
X	→	**3 horas**

5*X = 300
X = 60%
Se Alfeu efetuou 60% do trabalho em 3 horas, significa que o restante (40%) foi realizado por Gema (já que os dois juntos realizaram 100% da tarefa em 3 horas).
Agora, basta fazer outra regra de três, para descobrir o tempo que Gema levaria sozinho para executar 100% da tarefa:

Tarefa	→	**Tempo**
40%	→	**3 horas**
100%	→	**X horas**

40*X = 300
X = 300 ÷ 40
X = 7,5 horas.

GABARITO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Godofredo e Lili aniversariam nos respectivos meses de agosto e setembro, em um mesmo dia da semana. Se o dia do aniversário de Godofredo é o sêxtuplo do dia do de Lili, então a soma das datas em que os dois aniversariam é

(A) 28
(B) 35
(C) 7
(D) 14
(E) 21

Aqui é possível encontrar a resposta da questão através de **teste das alternativas**.
Primeiramente, a questão diz que Godofredo e Lili aniversariam **nos respectivos** meses de agosto e setembro. Ou seja, **Godefredo faz aniversário em Agosto e Lili em setembro**.
Depois a questão diz que o **dia do aniversário de Godofredo é o sêxtuplo do dia do de Lili.**
Assim, o **dia "maior"** (sêxtuplo) deve estar **em agosto**, enquanto o **dia "menor"** estará **em setembro**.
Ao analisarmos as alternativas, percebemos que aparecem os seguintes números como soma das datas em que os dois aniversariam **(7, 14, 21, 28 e 35).**
Assim, o **aniversário de Lili** só poderá ser nos dias **1, 2, 3, 4 ou 5 de <u>setembro</u>**.
E o aniversário de Godofredo só poderá ser nos dias **6, 12, 18, 24 ou 30 de <u>agosto</u>**.
Agora, uma dica: Para que os dois aniversários caiam no mesmo dia da semana, **a diferença entre as datas deve ser sempre um múltiplo de 7.**
Em outras palavras: o número de dias de uma data até a outra deve ser múltiplo de 07.
Outra dica: como o número menor está no mês de setembro basta **adicionar 31** a esse número e subtrair o resultado pelo número maior. Essa será a diferença de dias entre as datas! (adicionamos 31, pois o mês de agosto tem 31 dias).
Vamos testar as alternativas:
Alternativa A:
Godofredo = 24/08
Lili = 04/09
(**31** + 4) – 24 = 11 (11 não é múltiplo de 7).
Portanto, alternativa A está incorreta.
Alternativa B:
Godofredo = 30/08
Lili = 05/09
(**31** + 5) – 30 = 6 (6 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa B está incorreta.
Alternativa C:
Godofredo = 06/08
Lili = 01/09
(**31** + 1) – 6 = 26 (26 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa C está incorreta.
Alternativa D:
Godofredo = 12/08
Lili = 02/09
(**31** + 2) – 12 = 21 (21 é múltiplo de 07). Portanto, **a alternativa D é a CORRETA**.
Alternativa E:

Godofredo = 18/08
Lili = 03/09
(**31 +** 3) – 18 = 16 (16 não é múltiplo de 07). Portanto, a alternativa E está incorreta.
Outra forma de resolver a questão é desenhando um calendário (dias de agosto em quadros cinza e dias de setembro em quadros branco):

D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	**12**	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	01	**02**	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

GABARITO OFICIAL "D" – GABARITO NOSSO "B"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Zeus é um aficionado em matemática, pois quando lhe perguntaram sobre sua idade, ele respondeu: *"Para saber a minha idade você deve decifrar o criptograma aritmético seguinte, que corresponde, de modo codificado, à adição de dois números naturais. Decifrado o criptograma, a minha idade é igual à soma dos algarismos que correspondem às letras da palavra* **FISCO***."*

```
 FOSSO
+FOSSO
------
 CISCO
```

Considerando que letras distintas correspondem a algarismos distintos, quantos anos tem Zeus?

(A) 25
(B) 24
(C) 30
(D) 22
(E) 28

Aqui, devemos sempre buscar informações lógicas, a fim de dar início à resolução da questão.
E a primeira informação é que a **letra O** só pode representar o **nº zero**. Isso por que qualquer outro número que fosse colocado no lugar da letra O na soma, jamais se repetiria no resultado. **Apenas o nº zero!**
A segunda informação é um pouco mais difícil de decifrar. É preciso fazer testes. Vejamos:
Vamos focalizar apenas essa parte da soma:

```
 SS
 SS
---
 SC
```

Percebam que **um mesmo número aparece quatro vezes na parte da soma e se repete no resultado**.
Primeiro, podemos afirmar que necessariamente esse número que se repete é **maior ou igual a 5**. Isso por que, se fosse menor, no resultado obrigatoriamente teríamos dois números iguais. Vejamos:

```
 11    22    33    44
 11    22    33    44
---   ---   ---   ---
 22    44    66    88
```

E o nº 5 também já podemos descartar, caso contrário apareceria a letra O no resultado, pois, como vimos, a letra O representa o nº zero. E a soma de dois números 5 faria aparecer um nº zero no resultado! Mas vamos testar, como treino:

```
 1
 55
 55
---
 10
```

Confirmamos que o número 5 não se repete no resultado. Portanto, teste reprovado.
Vamos então substituir a letra S pelo o nº 6:

```
 1
 66
 66
---
 32
```

Teste reprovado. O nº 6 não se repetiu no resultado. Vamos para o nº 7:

```
 1
 77
 77
---
 54
```

Teste reprovado. O nº 7 não se repetiu no resultado. Vamos para o nº 8:

```
 1
 88
 88
---
 76
```

Teste reprovado. O nº 8 também não se repetiu no resultado. Já podemos afirmar, então, que a letra S representa o nº 9. Mas vamos testar, apenas para comprovar:

```
 1
 99
 99
---
 98
```

Olhem só: já deciframos mais duas letras! A **letra C** representa o **nº 8** e a **letra S** representa o **nº 9**.
Vamos continuar a conta, que agora ficou fácil (já vou substituir letras por números – em cinza):

```
   1 1
 F0990
 F0990
------
 81980
```

Fica fácil visualizar que a **letra I** representa o **nº 1** e que a **letra F** só pode ser o **nº 4**. Nem é preciso explicação!
Assim, a conta completa fica assim:

```
   1 1
 40990
 40990
------
 81980
```

A questão quer saber a idade de Zeus, que, segundo ele, é soma dos números que formam a palavra **FISCO.**
Então:
4 + 1 + 9 + 8 + 0 = 22 anos.
GABARITO "D"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Considere a sucessão dos números naturais múltiplos de 3, dispostos na seguinte forma:

0 3 6 9 1 2 1 5 1 8 2 1 2 4 2 7 3 0 3 3 3 6 3 9 . . .

Nessa sucessão, o algarismo que deve ocupar a 126ª posição é

(A) 6
(B) 0
(C) 1
(D) 5
(E) 3

Primeiramente, podemos verificar que a sequência se refere a **múltiplos de 3 (iniciando pelo número zero)**.
Então, podemos usar a seguinte lógica:
Na sequência, existem quantos números contendo apenas **01 algarismo**?
Resposta: **04 números**, os quais ocupam **4 posições** (apenas 0 , 3 , 6 , 9).
Quantos números com **02 algarismos**?
Para descobrir a resposta, vai uma dica: basta pegar o último número de dois algarismos (99), subtrair pelo último número de um algarismo (9) e dividir o resultado por 3. Vejamos:
(99 – 9) ÷ 3 = **30** (como são números de 02 algarismos, temos **60 posições**).
Até aqui, são **64 posições** (4 + 60).
Para chegarmos na **126ª posição**, temos que verificar **quantos números de 03 algarismos ainda serão necessários**?
Simples: como faltam 62 posições **(126 - 64)**, temos que **dividir 62 por 03** (já que os números serão de 03 algarismos).
62 ÷ 3 = 20 (sobram 2).
Assim, para chegarmos à 126ª posição da sequência, precisaremos de 20 números inteiros com 03 algarismos, MAIS DUAS POSIÇÕES do 21º número com 03 algarismos (a sobra da divisão).
Em outras palavras, a 126ª posição da sequência será ocupada pelo 2º algarismo do 21º número com 03 algarismos.
E como saber qual o 21º número com três algarísmos?
Primeiro, multiplicamos 21 por 03:
21 x 3 = **63**.
Agora, basta **somar 63 a 99**, para chegarmos ao 21º número com 03 algarismos:
X = 63 + 99
X = 162
1 **6** 2 **(alternativa A)**
Outra forma de resolver a questão (mais trabalhosa) é escrever todos os números, até chegar à 126ª posição:
0 3 6 9 1 2 1 5 1 8 2 1 2 4 2 7 3 0 3 3 3 6 3 9 4 2 4 5 4 8 5 1 5 4 5 7 6 0 6 3 6 6 6 9 7 2 7 5 7 8 8 1 8 4 8 7 9 0 9 3 9 6 9 9 1 0 2 1 0 5 1 0 8 1 1 1 1 4 1 1 7 1 2 0 1 2 3 1 2 6 1 2 9 1 3 2 1 3 5 1 3 8 1 4 1 1 4 4 1 4 7 1 5 0 1 5 3 1 5 6 1 5 9 1 **6** 2
Aconselho a todos que treinem esse tipo de questão. Imaginem múltiplos de 04 na sequência e achem a 156ª posição? Ou, então, múltiplos de 02 e achem a 137ª posição? Aqui é fácil inventar questões!
GABARITO "A"

(Oficial de Chancelaria - 2009 - FCC) Questionados sobre a falta ao trabalho no dia anterior, três funcionários do Ministério das Relações Exteriores prestaram os seguintes depoimentos:

– Aristeu: "Se Boris faltou, então Celimar compareceu."
– Boris: "Aristeu compareceu e Celimar faltou."
– Celimar: "Com certeza eu compareci, mas pelo menos um dos outros dois faltou."

Admitindo que os três compareceram ao trabalho em tal dia, é correto afirmar que

(A) Aristeu e Boris mentiram.
(B) os três depoimentos foram verdadeiros.
(C) apenas Celimar mentiu.
(D) apenas Aristeu falou a verdade.
(E) apenas Aristeu e Celimar falaram a verdade.

Essa questão diz respeito às denominadas **proposições**, que nada mais são do que frases **declarativas**, que obrigatoriamente têm um **verbo**, e possuem um **valor lógico – verdadeiro ou falso**.
As proposição **jamais** serão frases **exclamativas**, **interrogativas** ou **imperativas**.
PROPOSIÇÃO = FRASE DECLARATIVA + VERBO + VALOR LÓGICO.
Exemplo:
"Rafael vive intensamente" – trata-se de uma proposição, pois é uma frase **declarativa**, que contém **verbo,** para a qual é possível atribuir um **valor lógico**.
Ainda: uma proposição jamais pode ter mais de um valor lógico, ou seja, jamais pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Ou será verdadeira, ou será falsa.
E, é óbvio, uma proposição não poderá ser qualquer outra coisa, ou é verdadeira ou é falsa.
As proposições podem ser **simples** ou **compostas**.
Proposições simples são frases declarativas únicas, que não são ligadas a outras frases, não podem ser subdividas. Exemplo:
"Pedro é arquiteto."
A negação de uma proposição simples é fácil. Basta colocar a palavra "não" antes do verbo. Exemplo:
"Pedro **não** é arquiteto"
A negação de determinada proposição é representada pelos símbolos ¬ ou **~.**
Para negar uma proposição que já tem a palavra "não" também é simples. Basta retirar a palavra "não" da frase. Exemplo:
Proposição (A): "hoje **não** vai chover"
Negação (~A): "hoje vai chover"
As proposições compostas são aquelas em que duas ou mais proposições simples são ligadas por **conectivos lógicos**. Existem vários tipos de proposições compostas. Abaixo, seguem alguns exemplos:
"Pedro é arquiteto **e** João é advogado" (**conjunção**) – representação simbólica: **A** ^ **B**
"José é professor **ou** funcionário público" (**disjunção**) – representação simbólica: **A** v **B**
"**Ou** José é professor **ou** é funcionário público" (**disjunção exclusiva**) – representação simbólica: **A** v **B**
"**Se** chover, **então** não irei à praia" (**condicional**) – representação simbólica: **A → B**
"Renan estuda **se somente se** faz sol" (**bicondicional**) – representação simbólica: **A ¤ B**
Vamos a uma breve explicação de cada uma delas:
As proposições **conjuntivas (conectivo "e")** somente serão verdadeiras se as duas proposições simples que as compõem forem verdadeiras. Em todos os demais casos, serão falsas.
Abaixo, segue a tabela verdade das proposições conjuntivas:

A	B	A ^ B
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

As proposições **disjuntivas (conectivo "ou")** somente serão falsas se as duas proposições simples que as compõem forem falsas. Em todos os outros casos, serão verdadeiras.

A	**B**	**A v B**
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

As proposições **disjuntivas exclusivas (conectivo "ou..ou")** somente serão verdadeiras se uma das proposições for verdadeira e a outra for falsa (uma exclui a outra). Em todos os outros casos, serão falsas.

A	**B**	**A v B**
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Aqui, uma **observação importante**. Em muitas questões, a banca organizadora **cespe-UNB** considera o conectivo lógico **"ou...ou"** uma **disjunção** e não uma disjunção exclusiva. Muitas vezes, ela até explicita o entendimento no enunciado da questão, mas em outras não. Por isso, nas provas dessa banca, fiquem atentos nas questões com o conectivo "ou..ou" e, se não houver nenhuma explicação no enunciado, aconselho a considerá-lo como disjunção.

As proposições **condicionais (conectivo "se...então")** somente serão falsas se a primeira proposição **(condição suficiente)** for verdadeira e a segunda proposição **(condição necessária)** for falsa. Em todos os demais casos, serão verdadeiras.

Observação: nas proposições condicionais, as frases podem ser feitas de outras formas. Exemplos:

"Se chover, então não vou à praia"

"Chover é condição suficiente para que eu não vá à praia"

"Não ir à praia é condição necessária para chover"

Abaixo a tabela verdade:

A	**B**	**A → B**
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Por fim, as proposições **bicondicionais (conectivo "se somente se")** somente serão verdadeiras quando as duas proposições que a compõem tiverem valores lógicos iguais (as duas verdadeiras, ou as duas falsas). Nos outros casos, serão falsas.

Observação: essa proposição composta também pode ser representada de outra forma:

(**A** → **B**) ^ (**B** → **A**) (por isso, chamada de bicondicional).

Abaixo a tabela verdade:

A	**B**	**A ◻ B**
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Vimos as principais tabelas para auxiliar na resolução de questões com proposições compostas.

Algumas dicas:

As primeiras colunas dessas tabelas, que se referem às proposições simples, são sempre iguais. O que muda são as demais colunas, conforme as negações feitas ou conectivos utilizados.

As tabelas com apenas **01 proposição** sempre terão **02 linhas** (a primeira coluna é sempre igual).

As tabelas com **02 proposições** terão sempre **04 linhas** (as 02 primeiras colunas são sempre iguais).

As tabelas com **03 proposições** terão sempre **08 linhas** (as 03 primeiras colunas são sempre iguais).

E as tabelas com **04 proposições** terão **16 linhas** (as 04 primeiras colunas são sempre iguais. Essas são mais difíceis de aparecer).

Exemplos:

Tabela com 2 linhas:

A	**~A**	**Av~A**
V	F	V
F	V	V

Tabela com 04 linhas:

A	**B**	**A^B**
V	**V**	V
V	**F**	F
F	**V**	F
F	**F**	F

Tabela com 08 linhas:

A	**B**	**C**	**~C**	**(A^B)**	**(A^B) v ~C**
V	**V**	**V**	F	V	V
V	**V**	**F**	V	V	V
V	**F**	**V**	F	F	F
V	**F**	**F**	V	F	V
F	**V**	**V**	F	F	F
F	**V**	**F**	V	F	V
F	**F**	**V**	F	F	F
F	**F**	**F**	V	F	V

Sempre, no momento de elaborar essas tabelas, as primeiras colunas serão iguais!

Outra dica: No momento de resolver as questões, sempre **trocar as frases por letras e símbolos**. Facilita a resolução.

Agora, vamos resolver a questão:

O que já sabemos: **os três compareceram ao trabalho (proposição verdadeira)**. Podemos transformar isso em **03 proposições verdadeiras**:

Aristeu compareceu ao trabalho (proposição A)

Boris compareceu ao trabalho (proposição B)

Celimar compareceu ao trabalho (proposição C)

Ao se justificar, cada um disse o seguinte:

– Aristeu: "Se Boris faltou, então Celimar compareceu."

Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"se Boris não compareceu, então Celimar compareceu"**

Transformando isso em letras e símbolos:

~B → C

Substituindo por V (verdadeiro) ou F (falso):

F → V (consultando a tabela verdade das proposições condicionais, percebemos que essa proposição é VERDADEIRA, então Aristeu disse a verdade).

– Boris: "Aristeu compareceu e Celimar faltou."

Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"Aristeu compareceu e Celimar não compareceu"**

Transformando isso em letras e símbolos:

A ^ ~C

V ^ F (consultando a tabela verdade das proposições conjuntivas, percebemos que essa proposição é FALSA, então Boris mentiu).

– Celimar: "Com certeza eu compareci, mas pelo menos um dos outros dois faltou."

Aqui, pela simples leitura da frase, é possível perceber que Celimar mentiu, pois, como sabemos, é verdade que os três compareceram, mas ele diz que "pelo menos um dos outros dois faltou".

No entanto, vamos trabalhar com as proposições, apenas para treinar. Tal frase pode ser dita da seguinte forma: **"Celimar compareceu, e Boris não compareceu ou Aristeu não compareceu".**

É importante perceber que muitas vezes a palavra "mas" pode ser substituída pelo conectivo "e", mostrando que se trata de uma proposição conjuntiva.

E também, quando a frase diz que **pelo menos um** dos outros dois **não compareceu**, significa que **um dos dois não compareceu**, ou ainda que **os dois não compareceram** (em qualquer uma dessas hipóteses, o valor lógico da proposição será verdadeiro. Por isso trata-se de uma disjunção). Aqui, é importante perceber que **não se trata de uma disjunção exclusiva**, na qual para que o valor lógico seja verdadeiro, **necessariamente um deve ter comparecido e o outro deve ter faltado** (uma exclui a outra).

Transformando isso em letras e símbolos:

C ^ (~A v ~B)

Trata-se de uma proposição composta por três proposições simples. Vamos construir a tabela verdade para três proposições (que, nesse caso, sempre terá oito linhas e as três primeiras colunas sempre serão iguais):

A	B	C	~A	~B	(~A v ~B)	C ^ (~A v ~B)
V	**V**	**V**	F	F	F	**F**
V	V	F	F	F	F	F
V	F	V	F	V	V	V
V	F	F	F	V	V	F
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	V	F	V	F
F	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	V	V	F

A linha que se encaixa na questão é justamente a primeira, pois sabemos que as proposições A, B e C são verdadeiras. Portanto, a proposição C ^ (~A v ~B) é FALSA, o que comprova que Celimar mentiu.

Observação: sempre que vamos fazer uma tabela verdade com três proposições, faremos do mesmo jeito e na mesma sequência acima: primeiro as 03 proposições (que, como vimos, terão as três primeiras colunas sempre iguais). Depois, as negações. Depois, tudo o que está dentro dos parênteses. E, por último, o que está fora dos parênteses. Basta treinar bastante em outras questões, que fica bem fácil!

A **ALTERNATIVA D**, então, é a **correta**, pois apenas Aristeu disse a verdade.

GABARITO "D"

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE)

Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras — V —, ou falsas — F —, mas não cabem a elas ambos os julgamentos.

As proposições simples são frequentemente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto, e as proposições compostas são conexões de proposições simples.

Uma expressão da forma AvB é uma proposição composta que tem valor lógico V quando A e B forem ambas V e, nos demais casos, será F, e é lida "A e B".

A expressão ¬A, "não A", tem valor lógico F se A for V, e valor lógico V se A for F.

A expressão AVB, lida como "A ou B", tem valor lógico F se ambas as proposições A e B forem F; nos demais casos, é V.

A expressão A $\rightarrow$ B tem valor lógico F se A for V e B for F. Nos demais casos, será V, e tem, entre outras, as seguintes leituras: "se A então B", "A é condição suficiente para B", "B é condição necessária para A".

Uma argumentação lógica correta consiste de uma sequência de proposições em que algumas são premissas, isto é, são verdadeiras por hipótese, e as outras, as conclusões, são obrigatoriamente verdadeiras por consequência das premissas.

Considerando as informações acima, julgue os itens abaixo.

(1) Considere a seguinte lista de sentenças:

I – Qual é o nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores?

II – O Palácio Itamaraty em Brasília é uma bela construção do século XIX.

III – As quantidades de embaixadas e consulados gerais que o Itamaraty possui são, respectivamente, x e y.

IV – O barão do Rio Branco foi um diplomata notável.

Nessa situação, é correto afirmar que entre as sentenças acima, apenas uma delas não é uma proposição.

(2) A sentença "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" é uma proposição sempre verdadeira.

(3) A sentença "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais e o Departamento de Promoção Comercial não estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A $\wedge$(¬B).

(4) Considerando todos os possíveis valores lógicos, V ou F, atribuídos às proposições simples A e B, é correto afirmar que a proposição composta ¬[(¬A) $\wedge$ (¬B)] possui exatamente dois valores lógicos V.

(5) Considerando que A e B simbolizem, respectivamente, as proposições "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty" e "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty", então a proposição B$\rightarrow$A é uma simbolização correta para a proposição "Uma condição necessária para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty".

(6) Considere que as proposições B e A$\rightarrow$(¬B) sejam V. Nesse caso, o único valor lógico possível para A é V.

(7) As proposições compostas A$\rightarrow$(¬B) e B$\rightarrow$(¬A) têm exatamente os mesmos valores lógicos, independentemente das atribuições V ou F dadas às proposições simples A e B.

(8) Considere como premissas as seguintes proposições:

• "Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática."

• "O candidato não pode inscrever-se no concurso para ingresso na carreira diplomática." Nesse caso, obtém-se uma argumentação lógica correta se for apresentada como conclusão a proposição: "O candidato não é brasileiro nato."

(9) Sabe-se que as proposições ¬(A⋀B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B. Então a negação da proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" pode ser simbolizada da forma (¬A)VB.

(10) Considere que as premissas de um argumento incluem a proposição: "O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado". Nesse caso, a proposição "Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor" é uma conclusão que torna o argumento correto.

Como se percebe, o enunciado da questão é um excelente resumo a respeito das proposições.

Vamos analisar as alternativas, a fim de verificar se estão certas ou erradas.

Considere a seguinte lista de sentenças:

I – Qual é o nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores?

II – O Palácio Itamaraty em Brasília é uma bela construção do século XIX.

III – As quantidades de embaixadas e consulados gerais que o Itamaraty possui são, respectivamente, x e y.

IV – O barão do Rio Branco foi um diplomata notável.

Nessa situação, é correto afirmar que entre as sentenças acima, apenas uma delas não é uma proposição.

Como vimos, proposições são frases **declarativas**, que obrigatoriamente têm um **verbo**, e para as quais é possível atribuir um **valor lógico – verdadeiro ou falso**.

As proposição **jamais** serão frases **exclamativas**, **interrogativas** ou **imperativas**.

PROPOSIÇÃO = FRASE DECLARATIVA + VERBO + VALOR LÓGICO.

A primeira frase é uma interrogação. Por isso, já podemos afirmar que não se trata de uma proposição.

A segunda frase é declarativa e é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). E, ainda, a declaração possui um verbo! Por isso, podemos afirmar que se trata de uma proposição.

A segunda frase é declarativa. No entanto, não é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). Isso por que as letras x e y estão ocultando uma informação na frase, o que impossibilita afirmar se a mesma é verdadeira ou falsa. Assim, mesmo sendo uma frase declarativa e possuindo um verbo, **não** se trata de uma proposição.

A quarta frase é declarativa e é possível atribuir-lhe um valor lógico (verdadeiro ou falso). E, ainda, a declaração possui um verbo! Por isso, podemos afirmar que se trata de uma proposição.

Assim, temos DUAS frases que não são uma proposição (alternativa ERRADA).

A sentença "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" é uma proposição sempre verdadeira.

Aqui basta fazer a tabela verdade da disjunção (conectivo "ou"). Vamos considerar as proposições:

"No palácio do Itamaraty há quadros de Portinari" **(A)**

"No palácio do Itamaraty não há quadros de Portinari" **(~A)**

"No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" **(A v ~A)**

Percebam que se trata de uma tabela verdade com apenas uma proposição (A), a qual, por isso, terá 02 linhas.

A	**~A**	**A v ~A**
V	F	**V**
F	V	**V**

Portanto, a declaração "No Palácio Itamaraty há quadros de Portinari ou no Palácio Itamaraty não há quadros de Portinari" será sempre verdadeira. Alternativa CORRETA.

A sentença "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais e o Departamento de Promoção Comercial não estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ⋀(¬B).

Aqui, basta substituir frases por símbolos. Vamos considerar as proposições:

"O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais" **(A)**

"O Departamento de Promoção Comercial estimula o fluxo de turistas para o Brasil" **(B)**

Como vimos, para fazer a negação de uma proposição simples, basta colocar a palavra "não" antes do verbo. Portanto, a negação da segunda proposição ficaria "O Departamento de Promoção Comercial **não** estimula o fluxo de turistas para o Brasil" **(¬B)**.

As proposições ligadas pelo conectivo **"e"** são chamadas de conjunção e, como vimos, esse conectivo pode ser representado pelo símbolo ⋀.

Assim, a frase "O Departamento Cultural do Itamaraty realiza eventos culturais **e** o Departamento de Promoção Comercial **não** estimula o fluxo de turistas para o Brasil" é uma proposição que pode ser simbolizada na forma A ⋀(¬B). Alternativa CORRETA**.**

(4) Considerando todos os possíveis valores lógicos, V ou F, atribuídos às proposições simples A e B, é correto afirmar que a proposição composta ¬[(¬A) ⋀ (¬B)] possui exatamente dois valores lógicos V.

Basta fazer a tabela verdade para **duas proposições** (que terá **sempre quatro linhas**):

A	**B**	**~A**	**~B**	**~A ^ ~B**	**~ (~A ^ ~B)**
V	V	F	F	F	**V**
V	F	F	V	F	**V**
F	V	V	F	F	**V**
F	F	V	V	V	F

Alternativa INCORRETA, pois a proposição composta ¬[(¬A) ⋀ (¬B)] possui exatamente TRÊS valores lógicos V.

(5) Considerando que A e B simbolizem, respectivamente, as proposições "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty" e "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty", então a proposição B⟶A é uma simbolização correta para a proposição "Uma condição necessária para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty".

Trata-se de uma condicional. Aqui a **primeira frase** (antecedente) é sempre a **CONDIÇÃO SUFICIENTE**, enquanto a **segunda frase** (consequente) é sempre uma **CONDIÇÃO NECESSÁRIA**. Devemos memorizar isso!

Assim, na proposição B⟶A, temos:

B = condição suficiente.

A = condição necessária.

Sabemos que:

B = "O autor envia duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty"

A = "A publicação usa e cita documentos do Itamaraty"

A alternativa diz: "**Uma condição necessária** para que o autor envie duas cópias de sua publicação de pesquisa para a Biblioteca do Itamaraty **é que a publicação use e cite documentos do Itamaraty**".

Portanto, a alternativa está CORRETA.

(6) Considere que as proposições B e A⟶(¬B) sejam V. Nesse caso, o único valor lógico possível para A é V.

Sabemos o seguinte:

B = verdadeiro

A⟶(¬B) = verdadeiro

A questão quer saber o único valor lógico possível para A, considerando as premissas acima?

Vamos fazer a tabela verdade:

A	**B**	**~B**	**A→(¬B)**
V	V	F	F
V	F	V	V
F	**V**	F	**V**
F	F	V	V

Alternativa ERRADA, pois nesse caso, o único valor lógico possível para A é F.

(7) As proposições compostas A→(¬B) e B→(¬A) têm exatamente os mesmos valores lógicos, independentemente das atribuições V ou F dadas às proposições simples A e B.

Vamos elaborar as tabelas verdade:

A	**B**	**~B**	**~A**	**A→(¬B)**	**B→(¬A)**
V	V	F	F	**F**	**F**
V	F	V	F	**V**	**V**
F	V	F	V	**V**	**V**
F	F	V	V	**V**	**V**

Percebam que essa alternativa está correta, pois os valores lógicos nas últimas duas colunas são exatamente os mesmos. Trata-se por isso de duas proposições **equivalentes**. Alternativa CORRETA.

Abaixo seguem algumas equivalências de proposições, que ajudam muito no momento de resolver esse tipo de questão:

Equivalências:

A ^ A = A
A v A = A
A ^ B = B ^ A
A v B = B v A
A ◘ B = B ◘ A
A → B = ~B → ~A
A → B = ~A v B
A ^ (A v B) = A
A v (A ^ B) = A
~ (A ^ B) = ~A v ~B
~ (A v B) = ~A ^ ~B
~ (A → B) = A ^ ~B
~(~A) = A
A ^ (B ^ C) = (A ^ B) ^ C
A v (B v C) = (A v B) v C
A ^ (B v C) = (A ^ B) v (A ^ C)
A v (B ^ C) = (A v B) ^ (A v C)
Todo A **não é** B = **Nenhum** A é B
Nenhum A **não é** B = **Todo** A é B

(8) Considere como premissas as seguintes proposições:

• "Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática."

• "O candidato não pode inscrever-se no concurso para ingresso na carreira diplomática." Nesse caso, obtém-se uma argumentação lógica correta se for apresentada como conclusão a proposição: "O candidato não é brasileiro nato."

Vamos considerar as seguintes proposições:

O candidato é brasileiro nato **(A)**

O candidato pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática **(B)**

O candidato **não** é brasileiro nato **(~A).**

O candidato **não** pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática **(~B)**

Ou o candidato é brasileiro nato ou o candidato não pode se inscrever no concurso para ingresso na carreira diplomática (**Av~B**).

A questão informa que a 4ª e a 5ª frases acima são premissas verdadeiras.

Vamos elaborar uma tabela verdade, considerando o conectivo "ou... ou" uma disjunção exclusiva:

A	**B**	**~A**	**~B**	**Av~B**
V	V	F	F	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	**V**	**V**	**V**

Percebam que apenas na **quarta linha da tabela** a 4ª e a 5ª frases são verdadeiras. Portanto, chega-se à conclusão que a 3ª frase - O candidato **não** é brasileiro nato **(~A)** - deve ser considerada VERDADEIRA, a fim de se chegar a uma argumentação lógica correta. Neste caso, a alternativa estaria CORRETA.

No entanto, temos que nos atentar a uma **OBSERVAÇÃO IMPORTANTÍSSIMA**: A banca organizadora desta prova (**cespe-UNB**) considerou que o conectivo **"ou…ou"** é uma **disjunção** e não uma disjunção exclusiva! Nesse entendimento, a tabela verdade ficaria assim:

A	**B**	**~A**	**~B**	**Av~B**
V	V	F	F	V
V	F	**F**	**V**	**V**
F	V	V	F	F
F	F	**V**	**V**	**V**

Percebam que, neste caso, **tanto na segunda, quanto na quarta linha da tabela**, a 4ª e a 5ª frases são verdadeiras. Portanto, chega-se à conclusão que a 3ª frase - O candidato **não** é brasileiro nato **(~A)** - pode ser considerada VERDADEIRA ou FALSA, a fim de se chegar a uma argumentação lógica correta. Alternativa ERRADA.

Neste caso, **a alternativa foi considerada ERRADA**.

(9) Sabe-se que as proposições ¬(A⋀B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B. Então a negação da proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" pode ser simbolizada da forma (¬A)VB.

Vamos considerar as seguintes proposições:

1) O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi **(A)**
2) O Brasil possui embaixada em Marrocos **(B)**
3) O Brasil não possui embaixada em Abu Dhabi **(~A)**
4) O Brasil não possui embaixada em Marrocos **(~B)**

A proposição "O Brasil possui embaixada em Abu Dhabi e não em Marrocos" seria representada por: **(A^~B).**

A negação dessa proposição, então, seria: **~(A^~B)**

O exercício pergunta se essa negação poderia ser também representada por **~A v B.** Ou seja, o exercício quer saber se as proposições **~(A^~B)** e **~A v B** são equivalentes.

Se tivéssemos na memória as principais equivalências, seria fácil solucionar a questão, pois, conforme visto acima:

~ (A ^ B) = ~A v ~B

Assim:

~ (A ^ ~B) = ~A v B (são equivalentes).

No entanto, podemos também elaborar a tabela verdade das proposições:

A	B	~A	~B	~Av~B	(A^B)	~(A^B)	A^~B	~(A^~B)	~AvB
V	V	F	F	F	V	F	F	**V**	**V**
V	F	F	V	V	F	V	V	**F**	**F**
F	V	V	F	V	F	V	F	**V**	**V**
F	F	V	V	V	F	V	F	**V**	**V**

Apenas a título de comprovação, elaboramos uma tabela verdade completa. Vejam que realmente as proposições ¬(A⋀B) e (¬A)V(¬B) têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações de A e de B, conforme indica o exercício (basta olhar a 5ª e 7ª colunas). Isso significa o que? Que são proposições equivalentes.

Fizemos então a tabela verdade para **~(A^~B)** e para **~A v B** e pudemos comprovar que essas duas proposições também são equivalentes (**colunas 9 e 10**). Portanto, a alternativa está CORRETA.

(10) Considere que as premissas de um argumento incluem a proposição: “O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado”. Nesse caso, a proposição “Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor” é uma conclusão que torna o argumento correto.

Vamos imaginar as proposições:

O barão do Rio Branco foi professor. **(A)**

San Tiago Dantas foi advogado. **(B)**

San Tiago Dantas **não** foi advogado **(~B)**

O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado **(A ^ B)**

Se San Tiago Dantas **não** foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor **(~B→A)**

Agora, vamos elaborar a tabela verdade:

A	B	~B	A^B	~B→A
V	V	F	**V**	**V**
V	F	V	F	V
F	V	F	F	V
F	F	V	F	F

A questão considera premissa verdadeira a frase “O barão do Rio Branco foi professor e San Tiago Dantas foi advogado”, que é representada por **A^B.** Desta forma, a proposição “Se San Tiago Dantas não foi advogado, então o barão do Rio Branco foi professor” (**~B→A)** é uma conclusão que torna o argumento correto (basta olhar a primeira linha da tabela). Alternativa CORRETA.

GABARITO 1E, 2C, 3C, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C

12. Cultura Geral

Renan Flumian e Eloy Gustavo de Souza

(Diplomacia – 2004)

É na visão retrospectiva que se descobrem as características (boas ou más) da cultura nacional, cuja originalidade não precisa ser proposta nem defendida, mas pode ser constatada e criticada. A liberdade de criação será maior se o artista, o escritor ou o pensador, como Machado de Assis e Clarice Lispector, não tiverem de criar uma arte, uma literatura ou um pensamento supostamente nacionais.

Uma tal perspectiva não significa abdicar do nacional em detrimento do universal, do local em detrimento do global, pois, se o universalismo pode ser visto como uma visão eurocêntrica, a universalidade não tem centro. Embora desigual e assimetricamente, valores, ideias, expressões culturais e costumes – nacionais e locais – migram, farão isso mais frequentemente com a maior facilidade das comunicações e sempre terão o potencial de universalizar-se. As obras de Machado de Assis e Clarice Lispector, sem deixar de ser brasileiras, são um claro exemplo dessa possibilidade de universalização.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos da cultura, julgue os itens seguintes.

(1) O Renascimento dos séculos XV e XVI, malgrado sua força criativa, não se enquadra naquilo que o texto classifica de universalismo como "invenção eurocêntrica". A rigor, figuras como Camões, Shakespeare, Michelangelo, da Vinci, Rafael ou Miguel de Servet, entre tantos outros, expressam – na literatura, nas artes plásticas e na ciência – uma cultura não mais que local, desprovida de suficiente latitude para representar uma visão do mundo que transcendesse horizontes europeus.

(2) Diferentemente do ocorrido na América de colonização espanhola, em larga medida circunstanciada pela exploração de ouro e prata, o Brasil colônia constituiu uma sociedade essencialmente rural, muito dependente da agroindústria açucareira e, mais tarde, do café. Essa ausência de vida urbana é a razão mais plausível para que, no período colonial brasileiro, não sobressaíssem nomes na área artístico-cultural, como a arquitetura, na escultura, na literatura, na pintura ou na música sacra.

(3) A obra de Machado de Assis, que o texto reconhece ser brasileira sem perder a possibilidade da universalização, além de marco na literatura brasileira, não perde sua atualidade ante a passagem do tempo. Livros como **Memórias Póstumas de Brás Cubas** e **Dom Casmurro** sintetizam a magnitude de uma obra que ocupa posição central na tradição brasileira de literatura urbana.

(4) Ao longo do século XX, especialmente a partir dos 1930, o processo de modernização econômica e política do país – de que seriam símbolos o fim da República Velha e o esforço de industrialização – se fez acompanhar de sensível renovação em determinadas áreas da cultura, como na música – a exemplo da obra de Heitor Villa-Lobos – e na pintura – com o trabalho de Cândido Portinari.

(5) As encenações de **Vestido de noiva**, em 1943, e de **Álbum de Família**, dois anos depois, definitivamente colocaram seu autor – Nélson Rodrigues – no primeiro plano da dramaturgia brasileira. Contudo, por maior que tenha sido seu impacto, a obre rodrigueana não revolucionou os padrões vigentes no teatro brasileiro desde o século XIX, talvez por não ter ousado em termos formais e temáticos.

(6) Ministro da Educação e Cultura na época do Estado Novo de Vargas, Gustavo Capanema instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atitude considerada essencial para preservar a memória do país, decisivo para estancar um processo em marcha de destruição de relíquias arquitetônicas que remontavam ao passado colonial. Na formulação e na execução de sua política cultural, Capanema cercou-se de nomes expressivos da intelectualidade brasileira, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Augusto Meyer, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Villa-lobos e Mário de Andrade.

(7) Oscar Niemeyer, considerado por muitos o maior arquiteto brasileiro e, certamente, um dos maiores do mundo, identificado com o Modernismo, percorreu uma trajetória que, iniciada como o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, e tendo em Brasília um de seus pontos mais expressivos, o levou a várias partes do mundo.

(8) A música popular brasileira talvez seja uma das mais admiradas internacionalmente pela riqueza melódica, profusão rítmica e variedade temática. Especialmente a partir dos anos 1930, tornaram-se célebres compositores como Noel Rosa, mesclando boleros com tintas de tango argentino; Ary Barroso e suas letras intimistas, sem ma concessão a exaltações nacionalistas e patrióticas; Antônio Carlos Jobim, escrevendo letras precisas; Chico Buarque de Hollanda e sua particular apreensão da música erudita.

(9) Em 1958, pela primeira vez, o futebol brasileiro conquistava uma copa do Mundo, disputada na Suécia. No mesmo ano, uma "batida" diferente do violão do baiano João Gilberto, na canção **Chega de Saudade**, lançava um estilo que viria caracterizar a bossa nova, passaporte para a música popular brasileira ganhar o mundo.

(10) Contemporâneo da bossa nova, o cinema novo inaugurou uma estética diferente para os padrões cinematográficos nacionais. Ao se afastar completamente da temática agrária/rural, assume feições tipicamente *hollywoodianas*, quer pelo esmero e gigantismo das produções, quer pela assepsia dos temas focalizados.

1: errado. Os autores mencionados tratam em suas obras de questões que vão além da cultura em que se inserem, pois dizem respeito à condição humana: obras como D. Quixote, Rei Lear ou Davi são conhecidas inclusive fora do mundo ocidental;
2: errado. No século XVIII, a economia mineradora que se desenvolveu na região das Minas Gerais propiciou também um desenvolvimento urbano que foi acompanhado um florescimento artístico com o despontar de artistas de relevo. Entre os mais importantes estão o arquiteto e escultor Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), o pintor Manuel da Costa Ataíde, o compositor Lobo de Mesquita e o poeta Tomás Antônio Gonzaga;
3: certo. Machado de Assis foi um escritor de estatura invulgar, celebrado pela crítica nacional e estrangeira, que ainda hoje se debruça sobre a sua obra e extrai dela significados inéditos. Embora tenha cultivado com brilhantismo diversos gêneros - como a crônica, o teatro e a crítica literária - sua obra de contista e romancista se destaca;
4: certo. O Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema, arregimentou artistas intelectuais, independentemente da sua visão ideológica, a serviço da modernização do país. São exemplos da participação desses dois artistas o Canto Orfeônico de Villa-Lobos, ambicioso projeto de educação musical nas escolas, e os afrescos que Portinari pintou para o Edifício-sede do Ministério;
5: Errado. A peça Vestido de Noiva já traz a marca de seu autor e revoluciona os temas tratados no teatro, ao abordar abertamente dos desejos sexuais transgressores da protagonista. Além disso, a peça inova nos elementos cenográficos, ao dividir o palco em três partes (alucinação, realidade e memória), sendo duas de representação psicológica da personagem;
6: certo. Como comentado no item quatro, Gustavo Capanema mobilizou figuras importantes do cenário intelectual do país e empreendeu projetos importantes na área cultural, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
7: certo. A importância de Niemeyer pode ser avaliada pela quantidade e importância das obras feitas em diversos países. Podem-se citar, entre muitas, a Sede do Partido Comunista Francês em Paris, o Centro Cultural Le Havre e Centro Cultural Internacional Niemeyer em Avilés, na Espanha;
8: errado. Noel Rosa é sambista e foi buscar inspiração e parceria dos Bambas do Estácio, músicos negros de origem humilde como Ismael Silva. Ary Barroso cultivou musicas intimistas como Folha Morta, mas é principalmente lembrado por uma vertente de samba que inaugura, o samba exaltação, de caráter nacionalista e ufanista, cujo exemplo mais perfeito é Aquarela do Brasil. Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque são músicos importantes, porém de período posterior. Além disso, cabe ao primeiro, a afirmação sobre sua ligação com a música erudita;
9: certo. João Gilberto, Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes são considerados os pais da bossa nova, cujo sucesso internacional pode ser atestado pelo grande número de gravações por artistas estrangeiros, como Frank Sinatra (americano), Damien Rice (irlandês) e Pierre Barouh (francês);
10: errado. O cinema novo apresenta características exatamente opostas às descritas na questão. Propunha um cinema do possível, frente à falta de recursos, seu lema era "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça". Os filmes tratavam de questões políticas e sociais prementes do país e suas imagens chocavam, por vezes, pela crueza. Algumas obras, retomando a literatura de 30, debruçavam-se sobre as condições de vida dos desvalidos do campo como "Vidas Secas" e "Deus e o Diabo na Terra do Sol".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E,9C, 10E

(Diplomacia – 2002) Foram coetâneos os dois pintores relacionados em uma das opções a seguir:

(A) Rubens e Mondrian.
(B) Rembrant e Piero Della Francesca.
(C) Matisse e Picasso.
(D) Monet e Velásquez.
(E) Modigliani e Goya.

A, B, C, D e E: Henri Matisse (31 de dezembro de 1869 - 3 de novembro de 1954) e Pablo Picasso (25 de outubro de 1881 - 8 de abril de 1973) foram coetâneos. Matisse, um artista francês reconhecido pela utilização da cor e desenhos fluidos e originais, e Picasso, um renomado pintor, escultor e desenhista espanhol. Picasso é considerado um dos fundadores do cubismo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Arquiteto de renome internacional que teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa:

(A) Frank Lloyd Wright.
(B) Walter Gropius.
(C) Le Corbusier.
(D) Alvar Aalto.
(E) Mies van der Rohe.

A, B, C, D e E: Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista e pintor francês. É considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX e foi o criador do conceito Unité d'Habitation.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) O filósofo que propôs, a partir da capacidade de raciocínio humano, a dúvida metódica e a revisão de todo o conhecimento, foi:

(A) Francis Bacon.
(B) Montesquieu.
(C) Diderot.
(D) René Descartes.
(E) Voltaire.

A, B, C, D e E: o Racionalismo é uma concepção filosófica que afirma a razão como única faculdade a propiciar o conhecimento adequado da realidade. Defende que a existência das coisas tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrada de fato, como a origem do Universo. Assim, privilegia a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento. Considera a dedução como o método superior de investigação filosófica. Os principais pensadores dessa escola são René Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), os quais introduzem o racionalismo na filosofia moderna. E, por seu turno, Friedrich Hegel (1770-1831) defende o racional como real, em virtude da total inteligibilidade desse último. O racionalismo é baseado nos princípios da busca da certeza e da demonstração, sustentados por um conhecimento *a priori*, ou seja, conhecimentos que não vêm da experiência e sim oriundos da razão. Por fim, René Descartes é considerado o fundador do racionalismo moderno.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) Os quatro grandes teatrólogos da Grécia clássica de quem nos chegaram peças inteiras ou quase inteiras foram:

(A) Sócrates, Platão, Aristóteles, Heráclito.
(B) Hesíodo, Homero, Safo, Píndaro.
(C) Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes.
(D) Péricles, Leônidas, Trasíbulo, Epaminondas.
(E) Górgias, Diógenes, Zenon, Empédocles.

A, B, C, D e E: os tragediógrafos, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes nos legaram obras como "Prometeu Acorrentado", "Édipo rei" e "As Bacantes". Já, do comediógrafo Sófocles, temos peças como "As Nuvens".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) O "Encouraçado Potemkin" é uma obra de arte de valor indiscutível, feita por encomenda do governo soviético para comemorar um motim a bordo de um encouraçado da frota russa no Mar Negro. A obra em questão é:

(A) Um filme do diretor Aleksander Petrovitch Dovjenko.
(B) Uma peça sinfônica de Igor Stravinski.
(C) Uma ópera de Rimski-Korsakov.
(D) Uma peça teatral de Stanislavski.
(E) Um filme de Eisenstein.

A, B, C, D e E: o Encouraçado Potemkin foi um filme russo realizado, em 1925, pelo cineasta Sergei Mikhailovich Eisenstein. O filme conta a história de marinheiros de um navio do Czar que se rebelam contra a opressão de seus comandantes e assumem o controle do Potemkin. A população de Odessa apóia a revolta, mas as forças repressoras do regime czarista esmigalham o movimento com violência desmedida. Trata-se de um filme muito conhecido, sobretudo em função da utilização de técnicas de filmagem consideradas inovadoras para a época.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Assinale a única afirmação incorreta:

(A) Heitor Villa-Lobos foi um dos maiores compositores brasileiros modernos de música clássica.
(B) São nomes do jazz contemporâneo Joshua Redman, Bill Charlap e Joe Lovano.
(C) O MPB-4 é um grupo vocal masculino que esteve, nos anos 60 e 70, na linha de frente da combativa Música Popular Brasileira e permanece ativo.
(D) Com libreto de Lorenzo da Ponte, Mozart compôs sua ópera Don Giovanni, encenada em Praga em 1787.
(E) O dodecafonismo é um termo pejorativo utilizado pelo compositor austríaco Arnold Schonberg para designar as formas tradicionais de composição tonal baseadas no emprego rígido das doze notas musicais.

A, B, C, D e E: a única alternativa que apresenta uma informação falsa é a "E", pois o dodecafonismo é um sistema de organização de alturas musicais criada na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schoenberg.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) Perguntado sobre que livro estava lendo no momento, alguém, querendo exibir erudição e cultura clássica, cometeu um grande fiasco ao responder que estava lendo:

(A) Antígona, de Sófocles.
(B) Ética a Nicômaco, de Sócrates.
(C) Poética, de Aristóteles.
(D) Catilinárias, de Cícero.
(E) O Banquete, de Platão.

A, B, C, D e E: Ética a Nicômaco é a principal obra sobre ética escrita por Aristóteles. Nela se expõe sua concepção teleológica e eudemonista de racionalidade prática, sua concepção da virtude como mediania e suas considerações acerca do papel do hábito e da prudência. Importante apontar que no Livro V dessa obra, Aristóteles trata do conceito de *justiça*. Esse conceito está ligado a três ideias: a) virtude; b) bem; c) busca do meio termo. Para Aristóteles, a justiça é uma virtude. Trata-se da mais elevada expressão da excelência moral. Essa virtude deve conter a busca pelo bem do próximo. E, na prática da justiça, o indivíduo deve se orientar pela busca do meio termo. Para Aristóteles, as extremidades trazem a injustiça, e o meio-termo, a justiça. Assim, percebe-se que Aristóteles traz duas definições de virtude. Uma delas em relação ao hábito, onde a *virtude* é uma disposição de caráter, um hábito adquirido. Nesse sentido, a ética vai sempre orientar o homem para a incorporação de hábitos virtuosos, os quais o encaminham para a perfeição. E em relação à mediania, onde a *virtude* é uma disposição para agir de um modo deliberado, que consiste numa *mediania* determinada de maneira racional pelo homem prudente, dotado de sabedoria prática. A ação virtuosa consiste, portanto, numa escolha preferencial baseada numa deliberação racional.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) O "Abaporu" foi pintado por:

(A) Emiliano Di Cavalcanti.
(B) Cândido Portinari.
(C) Tarsila do Amaral.
(D) Anita Malfatti.
(E) Lasar Segall.

A, B, C, D e E: o *Abaporu* foi pintado por Tarsila do Amaral. Essa tela foi pintada em 1928 em função do aniversário de Oswald de Andrade, seu marido na época, e retrata uma crítica à desvalorização do trabalho intelectual.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2002) Assinale o enunciado que não se coaduna com a defesa do relativismo histórico-cultural e do relativismo cognitivo:

(A) Os valores de uma cultura não se medem pelos valores de outra cultura diferente.
(B) Os fatos históricos só podem ser interpretados na perspectiva dos valores culturais.
(C) Os valores culturais são incomensuráveis.
(D) Não há verdade objetiva.
(E) Há verdades universais.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contraria o relativismo é a "E", pois essa defende a existência de verdades universais, isto é, totalmente contrária a ideia defendida pelo relativismo histórico-cultural e cognitivo.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 2002) O que significa essencialmente a conhecida expressão atribuída ao "maquiavelismo político" ou "realpolitik": "Os fins justificam os meios"?

(A) Quaisquer que sejam os fins, os meios se ajustarão a eles.
(B) Se os fins são justificáveis, os meios adequados à sua realização serão também justificáveis.
(C) Os fins só se justificam quando os meios são justos.
(D) Se os meios são justos, os fins também o serão.
(E) Quaisquer que sejam os meios, os fins sempre se realizam com justiça.

A, B, C, D e E: a alternativa "B" traz o correto significado da expressão "os fins justificam os meios".

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) A partir de 11 de setembro de 2001, a espada de Dâmocles ganhou assento cativo em todos os debates sobre segurança no mundo ocidental. A expressão "espada de Dâmocles", que remonta a um cortesão de Dionísio I de Siracusa, é hoje usada para designar:

(A) Ameaça constante e assustadora de perigo iminente.
(B) Preocupação constante com investimentos em segurança.

(C) A busca obsessiva de uma arma tão devastadora quanto uma espada de poderes mágicos.

(D) Uma arma de guerra similar à espada do legendário Rei Artur.

(E) Uma circunstância em que não haja outra saída senão a de desembainhar a espada.

A, B, C, D e E: a expressão "a espada de Dâmocles" provém de uma parábola moral da Antiguidade. Dâmocles, cortesão do rei Dionísio, apenas via os privilégios que a condição de monarca propiciava. O rei se dispõe a trocar de lugar com ele por um dia, mas manda pendurar uma espada sobre o trono, presa apenas por um fio de rabo de cavalo, de modo a representar, em meio aos prazeres do cargo, o perigo das traições que também o acompanha. A expressão passou a designar, por extensão, a iminência de algum mal.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Assinale a opção correta. Uma das características do romance Memórias Póstumas de Brás Cubas é:

(A) O uso da metalinguagem.

(B) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.

(C) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.

(D) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.

(E) A linearidade da narrativa.

A, B, C, D e E: a função metalinguística ocorre nas passagens em que o narrador explica os processos constitutivos do romance que escreve, como, por exemplo, a sua condição singular de defunto autor.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2002) Qual dos seguintes romances foi escrito por Graciliano Ramos?

(A) Grande Sertão: Veredas.

(B) Seara Vermelha.

(C) Pedra Bonita.

(D) Angústia.

(E) Os Sertões.

A, B, C, D e E: Graciliano Ramos, um maiores dos escritores da segunda geração modernista, escreveu quatro romances: Caetés, São Bernardo, Angústia e Vidas Secas.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2002) A obra Os Sertões foi escrita por Euclides da Cunha tendo como referência histórica o seguinte movimento social:

(A) O Quilombo do Palmares.

(B) Guerra de Canudos.

(C) Guerra do Contestado.

(D) A Balaiada.

(E) Revolução Farroupilha.

A, B, C, D e E: Os Sertões de Euclides da Cunha conta a história da Guerra de Canudos, como uma denúncia contra as autoridades responsáveis pelo massacre ocorrido com os sertanejos de Belo Monte.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2002) Podemos considerar um exemplo da fase heroica do modernismo brasileiro:

(A) o movimento antropofágico.

(B) a narrativa do pós-guerra.

(C) o teatro revolucionário de 1955.

(D) a obra Grande Sertão: Veredas.

(E) a poesia concreta de Augusto de Campos (1953).

A, B, C, D e E: a fase heróica do modernismo brasileiro costuma ser situada pelos historiadores entre 1922 e 1930. Nesse período, surgiram alguns movimentos estéticos como a Poesia Pau Brasil, o Verde-amarelismo e a Antropofagia.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) O Instituto Rio Branco está preparando o lançamento do livro "O Itamaraty na cultura brasileira", para homenagear os diplomatas que, além de se terem destacado profissionalmente, aportaram importante contribuição para as artes e o pensamento nacionais. Uma personalidade, entre as listadas abaixo, não poderia ser incluída no referido livro. Trata-se de:

(A) Brasílio Itiberê.

(B) Basílio da Gama.

(C) Joaquim Nabuco.

(D) Sérgio Buarque de Holanda.

(E) João Cabral de Melo Neto.

A, B, C, D e E: de todas as alternativas, a "D" é a única que traz alguém que não foi diplomata. Ademais, o livro foi publicado em 2002 e é organizado pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) O delta do Rio Níger, na África, é rico em reservas petrolíferas. Este fato estimulou uma das mais sangrentas guerras civis ocorridas naquele continente. Como era também conhecida a região onde se situa o referido delta, região que tentou separar-se do restante do país?

(A) Cabinda.

(B) Abujão.

(C) Biafra.

(D) Suazilândia.

(E) Sokoto.

A, B, C, D e E: a República do Biafra foi um estado secessionista no sudeste da Nigéria. O Biafra era habitado majoritariamente pelo povo ibo e existiu de 30 de Maio de 1967 a 15 de Janeiro de 1970. Lembrando que o desmembramento ou a secessão ocorre pela formação de dois ou mais estados provenientes da divisão de um Estado. Como grande exemplo tem-se o processo de desmembramento da República Socialista Federativa da Iugoslávia. As outras modalidades de extinção de estado são: fusão e transferência territorial. A fusão ocorre quando dois ou mais estados passam a constituir um único. A fusão pode tomar várias formas, por exemplo, um estado pode deixar de existir e se integrar a outro, como também os dois estados deixam de existir e formam um novo estado. E a transferência territorial ocorre quando parcela territorial integrante de um estado transfere-se para outro. Como grande exemplo, tem-se o Acre, pois em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil recebeu a posse definitiva do Acre. O território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo sobre a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.
Deve-se aventar que nesta hipótese não se configura surgimento ou desaparecimento de soberania, mas somente uma mudança da soberania incidente sobre a parcela territorial transferida.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) O antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed*, o Banco Central norte-americano, foi:

(A) George Schultz.
(B) James Baker.
(C) James Brady.
(D) Paul Volker.
(E) Jimmy Carter.

A, B, C, D e E: o antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed* foi Paul Volker, que foi presidente de *Fed* de 1979 a 1987, passando pelos governos de Jimmy Carter e Ronald Reagan.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Qual das seguintes tríades pode ser associada à figura de Joaquim Nabuco?

(A) monarquista/ liberal/ baiano.
(B) Republicano/ anti-escravista/ baiano.
(C) Republicano/ anti-escravista/ pernambucano.
(D) Monarquista/ anti-escravista/ pernambuco.
(E) Diplomata/ anti-escravista/ carioca.

A, B, C, D e E: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 19 de agosto de 1849 - Washington, 17 de janeiro de 1910) foi um político, diplomata, historiador, jurista e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. E, de fato, era conservador e antiescravista, tendo, inclusive, escrito importantes livros como O Abolicionismo, Um Estadista do Império e Minha Formação. "Por motivos opostos, isto é, por impaciência com a atuação do imperador com relação à abolição, que considerava tímida, Joaquim Nabuco usou também a metáfora teatral para caracterizar o sistema imperial. Ela aparece principalmente em *O Abolicionismo,* de 1883, mas está também presente no mais meditado *Um Estadista do Império,* escrito já na República. É neste último livro, por exemplo, que Nabuco repete Vianna ao dizer que o imperador passou 50 anos a fingir governar um povo livre, só que em sentido positivo e elogioso. No texto de *O Abolicionismo*, o sistema imperial é caracterizado como um jogo de aparências, de falsas realidades, de ficção. A metáfora teatral é nele vinculado a metáfora da sombra. O governo seria a sombra da escravidão; esta, ao final, se tornara também sombra, assim como os políticos eram sombra do poder imperial. A metáfora da sombra já ocorrera a Vianna em discurso de 1882. O parlamento, disse ele nesse discurso: é espectro, sombra de outra sombra, porque não há país constituinte nem país constituído" (José Murilo de Carvalho. A Construção da Ordem & Teatro de Sombras, pág. 419-420. Ed. Civilização Brasileira, 4º edição, 2008).

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Oscar Niemeyer é o arquiteto brasileiro de maior renome internacional. Selecione, a seguir, a opção que lista apenas obras de sua autoria.

(A) Palácio da Alvorada (Brasília), Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro), Palácio das Liberdades (Belo Horizonte).
(B) Palácio Itamaraty (Brasília), Palácio da Indústria (edifício da Bienal de São Paulo), Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro).
(C) Teatro Nacional (Brasília), Igreja de São Francisco (Belo Horizonte), Memorial JK (Brasília).
(D) Sede do Partido Comunista Francês (Paris), Memorial da América Latina (São Paulo), edifício da Petrobrás (Rio de Janeiro).
(E) Catedral de Brasília, Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A, B, C, D e E: a única alternativa que apenas lista obras de autoria de Oscar Niemeyer é a "C".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Cesar Gaviria, atual Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, foi Presidente:

(A) do Panamá.
(B) Da Colômbia.
(C) Do México.
(D) Do Uruguai.
(E) Da Costa Rica.

A, B, C, D e E: Cesar Gaviria foi Presidente da Colômbia de 1990 a 1994 e Secretário-Geral da OEA de 1994 a 2004. A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional que tem por objetivo garantir a paz e a segurança no continente americano. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação regional. Foi instituída, na Nona Conferência Internacional Americana, que se reuniu em Bogotá (Colômbia), em 1948, pela Carta da Organização dos Estados Americanos e é considerada como organismo regional das Nações Unidas. E a possibilidade de ingresso na OEA é aberta a todo estado independente americano. No quesito ingresso cabe fazer uma ponderação em relação a Cuba, pois tal país foi suspenso da OEA em 31 de janeiro de 1962, após seu governo declarar o caráter socialista da Revolução Cubana e se aliar à URSS. A suspensão foi revogada em três de junho de 2009 pela 39ª Assembleia Geral da OEA. A resolução que cessa a suspensão de Cuba determina que seu ingresso será pautado por um processo de diálogo com suporte nas práticas, propósitos e princípios da OEA. Os principais órgãos do OEA são: a) Assembleia Geral: órgão superior da OEA, ela é composta pelos representantes de todos os estados-membros, os quais têm direito a um voto cada e reúne-se anualmente; b) Conselhos: a OEA conta com o Conselho Interamericano Econômico e Social, o Conselho Permanente e o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, todos caudatários da Assembleia Geral; c) Comissão Jurídica Interamericana: a Comissão Jurídica Interamericana é o órgão consultivo em relação aos assuntos jurídicos, mas também atua no desenvolvimento e codificação do direito internacional; d) Comissão Interamericana de Direitos Humanos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem por função primordial promover o respeito e a defesa dos direitos humanos, além de ser o órgão consultivo no referente aos assuntos humanitários; e) Secretaria-Geral: a Secretaria-Geral é regida pelo Secretário-Geral, o qual será eleito para um mandato de cinco anos e, atualmente, com impossibilidade de reeleição. É importante aventar que o Secretário-Geral não pode ser sucedido por pessoa de mesma nacionalidade.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2000) Faleceu, em 1999, Julius Nyerere, que teve papel de destaque, como não só líder da independência de seu país, mas também um dos mais respeitados estadistas africanos de sua geração. De que país foi ele Presidente?

(A) Zimbábue.
(B) Sudão.
(C) Uganda.
(D) Tanzânia.
(E) Zâmbia.

A, B, C, D e E: Julius Nyerere foi Presidente da Tanzânia.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) Cada opção a seguir faz referência a mulheres que, a despeito das diferenças, têm ao menos um ponto em comum: passaram para a galeria de celebridades históricas. Assinale a opção em que não há relação entre a personagem e o que se diz dela.

(A) Cornélia, filha de Cipião, o Africano, e mãe dos irmãos Graco. Ficou conhecida na história sobretudo por suas virtudes e larga cultura.
(B) Tereza de Jesus, chamada de Santa Tereza de Ávila, ilustre representante do misticismo espanhol, doutora da Igreja, escreveu várias obras entre suas poesias.
(C) Inês de Castro, personagem mitológica, foi morta por D. Pedro, seu esposo, e vingada posteriormente pelo rei D. Afonso IV.
(D) Salomé, princesa judia, filha de Herodes Felipe e Herodíades, conseguiu de seu tio, Herodes Antipas, acabeça de João Batista como recompensa por uma exibição de dança.
(E) Heloísa, discípula de Abelardo, com quem se casou secretamente, fez votos de castidade, ao se separar. Mantiveram ambos uma correspondência caracterizada por um misto de piedade e paixão.

A, B, C, D e E: a única alternativa que apresenta uma correlação falsa é a "C". Inês de Castro foi uma nobre galega, amada pelo futuro rei D. Pedro I de Portugal, de quem teve quatro filhos. Foi executada às ordens do pai deste, o Rei D. Afonso IV.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Mais uma vez, um filme brasileiro disputou o cobiçado *Oscar*, na categoria de melhor filme estrangeiro, em 2000. Trata-se de *Orfeu*, cujo diretor é:

(A) Arnaldo Jabor.
(B) Cacá Diegues.
(C) Luís Carlos Barreto.
(D) Nelson Pereira dos Santos.
(E) Miguel Farias.

A, B, C, D e E: Cacá Diegues, cineasta brasileiro, autor de clássicos como "Joana Francesa" e "Bye bye Brasil", dirigiu em 1999 uma refilmagem do clássico francês de 1959, "Orfeu Negro" de Marcel Camus, o qual, por sua vez, era baseado na peça "Orfeu da Conceição" de Vinícius de Moraes.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 2000) Os anos 60 foram marcantes para a vida social e política do século que se encerra. Indique o evento não ocorrido ao longo da referida década.

(A) A afirmação de rebeldia dos jovens das grandes metrópoles mundiais levou à contestação de vários dos padrões sociais vigentes.
(B) A bandeira da defesa do meio ambiente foi agitada pelos radicais.
(C) A Guerra das Malvinas viria a demonstrar, na década, a eficácia do sistema de defesa das Américas.
(D) A chegada do homem à Lua foi um impulso à capacidade criadora e um salto na evolução tecnológica e espacial.
(E) Os festivais televisionados de música no Brasil arrebataram os jovens e dividiram opiniões em movimentos como o da música de protesto e o da jovem guarda.

A, B, C, D e E: dos eventos listados na presente questão, o único que não ocorreu nos anos 60 foi a Guerra das Malvinas ou Falklands War. Essa guerra se deu entre Argentina e Reino Unido, entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982, e foi motivada pela disputa de controle soberano sobre estes arquipélagos austrais tomados por força em 1833 e dominados, a partir de então, pelo Reino Unido. O saldo final da guerra foi a recuperação do arquipélago pelo Reino Unido e a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e 3 civis das ilhas. Na Argentina, a derrota no conflito fortaleceu a queda da Junta Militar e a restauração da democracia como regime de governo. Por outro lado, a vitória no confronto permitiu ao governo conservador de Margaret Thatcher obter a vitória nas eleições de 1983.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) Em uma universidade estrangeira que acolhe estudantes de várias procedências, um angolano, fascinado por nossa cultura, pede a um colega brasileiro informações sobre um tal Negrinho do Pastoreiro. A resposta seria correta se dissesse tratar-se de:

(A) personagem do folclore do Rio Grande do Sul; a quem lhe promete cotos de vela, o Negrinho do Pastoreiro faz encontrar objetos perdidos.
(B) Personagem de folguedos de Santa Catarina, associado à Farra do Boi; diverte-se puxando as cabeleiras de moças virgens.
(C) Personagem de uma folia de reis do interior de São Paulo, particularmente do Vale do Paraíba; tem o hábito de fazer tranças nos rabos dos cavalos não castrados.
(D) Misto de curupira e saci-pererê; tem um pé só, virado para trás e, nas noites de sem lua, costuma perseguir éguas prenhes.
(E) Personagem do folclore mineiro; tem particular devoção a Nossa Senhora e promete proteção a quem a ele recorre no mês de maio, para arrumar casamento.

A, B, C, D e E: a alternativa "A" contém informações corretas sobre o Negrinho do Pastoreiro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) Em um famoso dicionário, o verbete Beccaria vem assim exposto:

> **Beccaria (Cesare Bonesana, marquês de)**. *Jurista italiano (Milão 1738 – 1794). (...) denunciou no seu tratado Dos delitos e das penas (1764) a tortura e a pena de morte, assim como a desigualdade das penas, segundo as pessoas. Esta obra conheceu um grande sucesso na Europa das Luzes*.

Uma das opções a seguir contém algo que não é compatível com a Europa das Luzes.

(A) Período do pensamento europeu, caracterizado pela ênfase na experiência e na razão.
(B) Europa de Newton e de Locke na Inglaterra.
(C) Europa dos enciclopedistas e iluministas, marcada pela filosofia anti-racionalista.
(D) Europa de Kant e Lessing na Alemanha.
(E) Europa de Voltaire, Diderot e Rousseau na França.

A, B, C, D e E: o Iluminismo é um movimento intelectual que aparece no séc. XVIII e que repousa totalmente na razão humana, pois a razão levaria ao progresso e à felicidade. O iluminismo apareceu aos olhos do mundo primeiramente na França e depois se estendeu aos outros países europeus. E uma obra de grande destaque, no período, foi a Enciclopédia, coordenada por Denis Diderot e Jean D"Alembert, que reunia todas as realizações técnicas, científicas e humanísticas da humanidade. De uma forma geral, podemos classificar o iluminismo como um movimento empirista e materialista. E o liberalismo é fundamentado nas teorias racionalistas e empiristas do Iluminismo e na expansão econômica gerada pela industrialização. O socialismo surgiu como um contraponto ao liberalismo e ao capitalismo, pois denunciava

a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Mas também é fundamentado pelas teorias empiristas e materialistas.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 2000) A partir de 1978, a República Popular da China conheceu um período, que se prolonga até hoje, de reformas econômicas e de abertura ao exterior. Assinale o nome do principal líder associado a esse período.

(A) Chou Enlai.
(B) Hue Kuofeng.
(C) Mao Zedong.
(D) Deng Xiaoping.
(E) Kim Llsung.

A, B, C, D e E: Deng Xiaoping foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992. É o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) A atividade precípua de uma das pessoas abaixo identificadas está incorreta. Qual?

(A) Eduardo Escorel – música.
(B) Rodrigo Pederneiras – coreografias para balé.
(C) Paulo Pasta – artes plásticas.
(D) Maureen Bisilliat – fotografia.
(E) Lilia M. Schwarcz – antropologia.

A, B, C, D e E: Eduardo Escorel trabalha com cinema, nas funções de roteirista, editor e diretor. É dele o importante filme "Lição de amor", adaptação do romance de Mário de Andrade, "Amar, verbo intransitivo".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 2000) Em Os Lusíadas, de Camões, a posição expressa no discurso do "Velho do Restelo" é:

(A) de incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas vantagens econômicas que poderiam advir para Portugal das ligações comerciais com a Ásia.
(B) De incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas suas conseqüências para o fortalecimento político e moral do povo português.
(C) De incentivo genérico ao empreendimento das navegações portuguesas, sem especificar as razões que as podiam justificar.
(D) De crítica ao empreendimento das navegações portuguesas.
(E) Indiferente à questão das navegações portuguesas.

A, B, C, D e E: embora o objetivo da epopeia seja louvar o povo português e o seu empreendimento marítimo, há dois momentos discordantes desse propósito: o episódio do velho do Restelo e o epílogo. Naquele, no momento da saída de Vasco da Gama de Portugal rumo ao Oriente, um velho "só de experiências feito" critica a glória de mandar e a vã cobiça dos que vão buscar a fama longe de casa e causam muito sofrimento ao povo português.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 2000) O poeta português, Antônio Gedeão (1906- 1995), no poema "Lição sobre a Água", após descrever várias propriedades dessa substância, conclui com esta estrofe:

Foi neste líquido que numa noite cálida de Verão,
Sob um luar gomoso e branco de camélia,
Apareceu a botar o cadáver de Ofélia
Com um nenúfar na mão.

(Antologia da poesia portuguesa contemporânea: um panorama seleção e introdução, de Alberto da Costa e Silva e Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. Pág. 54)

O nome Ofélia, citado no terceiro verso, refere-se a:

(A) personagem da mitologia medieval, equivalente às Ninfas Gregas.
(B) Personagem da tragédia *Hamlet*, de Shakespeare, que se suicidou, após ter enlouquecido.
(C) Ninfa grega, protetora de fontes e rios, morta por Vênus por inveja de sua imensa beleza.
(D) Personagem da tragédia *Otelo*, que, por ciúme, se atira nas águas do Tâmisa.
(E) Personagem de *Dama das Camélias*, que, sabendo-se tuberculosa, se atira nas águas de um turbulento rio.

A, B, C, D e E: Ofélia era noiva de Hamlet e filha de Polônio, após o assassinato deste por aquele, ela enlouquece e morre afogada num lago, havendo a suspeita de suicídio.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) "*Juro*! Deixe ver os olhos, Capitu.

Tinha-me lembrado a definição que José Dias dera deles, 'olhos de cigana oblíqua e dissimulada' . Eu não sabia o que era oblíquo, mas dissimulada sabia, e queria ver se podiam chamar assim."

O namoro de Bentinho e Capitu é tema de que romance brasileiro?

(A) Mar Morto.
(B) O Cortiço.
(C) Dom Casmurro.
(D) A Moreninha.
(E) Menino de Engenho.

A, B, C, D e E: no romance Dom Casmurro, o narrador Bentinho traça um retrato de Capitu a fim de se convencer de que ela não apenas o traiu, mas de que seu romance juvenil já vinha marcado pelo interesse e pela manipulação.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999)

flor da boca da pele do céu
pele do céu da flor da boca
céu da flor da boca da pele
boca da pele do céu da flor

(Augusto de Campos)

Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari destacaram-se como expoentes de que movimento poético brasileiro?

(A) romantismo.
(B) naturalismo.
(C) concretismo.
(D) parnasianismo.
(E) simbolismo.

A, B, C, D e E: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari formam em 1952 o grupo concretista e lançam a revista Noigrandes,

defendendo uma poesia mais experimental em oposição ao conservadorismo de alguns poetas da chamada Geração de 45.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) De quem são estes versos, dos mais belos do cancioneiro popular brasileiro?

"...Queixo-me às rosas, mas que bobagem,

as rosas não falam

simplesmente as rosas exalam

o perfume que roubam de ti..."

(A) Lupicínio Rodrigues.
(B) Cartola.
(C) Herivelto Martins.
(D) Antonio Carlos Jobim.
(E) Chico Buarque de Holanda.

A, B, C, D e E: os versos pertencem ao sambista Agenor de Oliveira, mais conhecido pelo apelido "Cartola", um dos fundadores da escola de samba "Estação Primeira de Mangueira".

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999)

"Este leito que aí está assim revolto, desfeito,

Onde humilde beijei teus pés, as mãos, o busto.

Na ausência do teu corpo a que ele está afeito,

Mudou-se, para mim, em leito de Procusto."

(Emílio de Menezes).

Sobre leito de Procusto, está correta apenas uma das afirmações que se seguem:

(A) Trata-se da alusão a um personagem mitológico responsável pelo sono eterno.
(B) É uma expressão de caráter indecoroso, já que Procusto foi um rei devasso.
(C) É uma expressão ofensiva, pois Procusto é um personagem lendário que costumava submeter suas vítimas à humilhação de se deitarem à força em um leito infame.
(D) Remete ao martírio a que o lendário Procusto submetia sua vítimas, cortando-lhes ou esticando-lhes as pernas para fazê-las caber no leito.
(E) É uma expressão que lembra o tratamento que o lendário Procusto reservava a suas amantes.

A, B, C, D e E: personagem da mitologia grega, Procusto possuía uma cama que dizia ser exatamente do seu tamanho, ele fazia suas vítimas se deitarem nela: aos que eram maiores que a cama, ele lhes cortava os membros; aos que eram menores, ele os esticava.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1999) Em jantar oferecido em homenagem a ilustre visitante, um Embaixador estrangeiro, residente em Brasília, comenta ter-se impressionado com a alta qualidade da produção de dois Programas especiais que a Rede Globo de Televisão levou ao ar, recentemente, O Auto da Compadecida e Chiquinha Gonzaga. Animada a conversa, Vira-se o Embaixador para você e Pergunta – Quem é mesmo o autor d´O Auto da Compadecida? -, ao que você só poderá responder:

(A) Ariano Suassuna.
(B) João Ubaldo Ribeiro.
(C) José Cândido de Carvalho.
(D) Mario Palmério.
(E) Manoel Antônio Gonzaga.

A, B, C, D e E: Ariano Suassuna é o autor d'O Auto da Compadecida.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Em 30 de dezembro último, celebrou-se o centenário de nascimento do pesquisador Luís da Câmara Cascudo, autor de mais de cem livros, entre os quais A História de Nossos Gestos. Renderam-lhe o justo reconhecimento pela qualidade e relevância de suas pesquisas na área de:

(A) Circo.
(B) Mímica.
(C) Folclore.
(D) Filosofia.
(E) Teatro.

A, B, C, D e E: Luís da Câmara Cascudo (Natal, 30 de dezembro de 1898 - Natal, 30 de julho de 1986) foi um historiador, antropólogo, advogado e jornalista que se dedicou ao estudo da cultura brasileira. Uma de suas mais importantes obras é o Dicionário do Folclore Brasileiro.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) No último Festival de Cinema de Brasília, Amor e Cia recebeu os prêmios de melhor filme e melhor atriz (Patrícia Pilar). A obra original, intitulada Alves e Cia., que inspirou o filme, é de:

(A) Eça de Queiroz.
(B) Machado de Assis.
(C) Rachel de Queiroz.
(D) José de Alencar.
(E) José Sarney.

A, B, C, D e E: Eça de Queiroz, romancista realista português e um dos maiores escritores em língua portuguesa, possui uma obra que, embora centenária, continua despertando interesse, como atesta a constante adaptação de seus livros para o cinema e o teatro.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) A Pinacoteca do Estado de São Paulo inaugurou, em setembro último, grande retrospectiva dos trabalhos de Francisco Brennand, consagrado em que campo das artes e filho orgulhoso de que Estado da Federação?

(A) Escultura / Pernambuco.
(B) Tapeçaria / Minas Gerais.
(C) Pintura / Rio Grande do Sul.
(D) Fotografia / Pará.
(E) Gravura / Mato Grosso.

A, B, C, D e E: Francisco de Paula de Almeida Brennand nasceu em Recife, no dia 11 de junho de 1927. É um escultor e artista plástico que desenvolve seu trabalho com diversos suportes. Entretanto, é mais conhecido pelo seu trabalho como ceramista.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Dividido entre duas etnias e com a parte de seu território tendo declarado secessão, não reconhecida pela comunidade internacional, o país é palco de uma das mais antigas operações de paz da ONU. Trata-se:

(A) Angola.

(B) Chipre.
(C) Coréia.
(D) Líbano.
(E) Somália.

A, B, C, D e E: a ilha de Chipre, em sua totalidade, é um país independente. Todavia, em 1974, após 11 anos de violência entre as comunidades e um golpe de Estado de nacionalistas cipriotas gregos, a Turquia invadiu e ocupou a parte norte da ilha. A violência entre as comunidades e a posterior invasão turca levou ao deslocamento de um grande contingente de cipriotas e também o estabelecimento de uma entidade turco-cipriota separada politicamente ao norte, reconhecida internacionalmente somente pela própria Turquia. O tema reconhecimento de estado comporta uma antiga divergência doutrinária. A parcela maior da doutrina defende que o reconhecimento de um estado pelos seus pares tem natureza *declaratória* (é a posição adotada pelo Instituto de Direito Internacional), ao passo que a outra parcela defende que tal reconhecimento tem natureza *constitutiva*. O aclamado princípio da autodeterminação dos povos dá suporte à tese da natureza declaratória do reconhecimento. Pelo dito e pela análise fática recente, pode-se afirmar que o reconhecimento de um estado por outro tem mesmo natureza simplesmente declaratória. Discussões à parte, o reconhecimento pode ser *expresso* ou *tácito*, mas deve ser inequívoco. Exemplos de reconhecimento expresso são: tratado, decreto, nota etc. E exemplos do tácito são: início das relações diplomáticas ou a celebração de um tratado qualquer com o novo Estado. Pode também ser *de jure* ou *de facto*. O reconhecimento *de jure* é definitivo, já o *de facto* é provisório ou limitado. Ainda se pode classificar o reconhecimento como *individual* ou *coletivo*. O individual é efetuado por apenas um estado, já o coletivo por vários estados. Deve-se apontar que na atualidade o reconhecimento coletivo tem maior incidência, isto porque está ligado à aderência do novo estado à Organização das Nações Unidas.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) Academia Sueca resolveu reconhecer um escritor de língua portuguesa, concedendo a José o prêmio Nobel de Literatura de 1998. Qual da seguinte obras não é de Saramago?

(A) ....do Convento.
(B) ....Cerco de Lisboa.
(C) A Cidade e as Serras.
(D) O Evangelho segundo Jesus Cristo.
(E) Ensaio sobre a Cegueira.

A, B, C, D e E: A questão foi anulada devido ao erro de impressão que omitiu parcialmente os nomes das obras constantes nos itens A e B (Memorial do Convento e História do Cerco de Lisboa). A alternativa correta seria, contudo, a "C", por se tratar de uma obra de Eça de Queiroz.

Gabarito ANULADA

(Diplomacia – 1999) "O homem não é mais que um caniço, o mais frágil da natureza; mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: uma névoa, uma gota d'água basta para matá-lo. (...) Toda a nossa dignidade consiste, pois no pensamento. (...) Empenhemo-nos, então, em pensar bem: eis o princípio da moral."

Esses fragmentos são autoria de um famoso pensador do século XVII (1623-1662). Prodigiosa união de matemático, físico e filósofo, com Pierre Fermat lançou a base da teoria moderna das probabilidades. Religioso, ligado aos jansenitas de Port-Royal, deixou os célebres Pensées (1670), obra clássica da filosofia.Trata-se de :

(A) René Descartes.
(B) Soren Kirkegaard.
(C) Henri Bergson.
(D) Antoine Arnauld.
(E) Blaise Pascal.

A, B, C, D e E: a metáfora "caniço pensante" de Pascal para designar o ser humano é bastante conhecida e citada. Há uma referência a ela, por exemplo, em "Memórias Póstumas de Brás Cubas": no capítulo "Virgília", Machado cita-a para formular um dos conceitos básicos de sua visão de mundo, o da "errata pensante".

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Não é necessário saber de cor textos completos de autores/pensadores famosos para reconhecer-lhes a autoria. Exemplo disso é o trecho que se segue:

> *"...perguntando sempre aos outros o que somos e não ousando jamais interrogarmo-nos a nós mesmos sobre esse assunto, e em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximos sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão e sabedoria e prazer sem felicidade. Basta ter provado não ser esse absoluto o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e a desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram, desse modo, todas inclinações naturais."*

A leitura do texto permite afirmar que seu autor é:

(A) Voltaire.
(B) Hume.
(C) Bosset.
(D) Platão.
(E) Rousseau.

A, B, C, D e E: Rousseau é o expoente da *teoria da soberania popular*, segundo a qual, para limitar o poder, é imperativa a participação de todos os cidadãos. Assim, uma vez que o poder pertence a todos, é como se não pertencesse totalmente a ninguém. A contenção do abuso do poder dá-se pela mudança do seu titular, ou seja, o povo - titular do poder em substituição ao monarca - não pode exercer o poder que lhe pertence contra si mesmo. E Rousseau toma como ponto de partida o estado natural, que é aquele no qual o homem é senhor de si mesmo, sendo o único juiz dos meios apropriados à sua conservação. No estado natural, há uma desigualdade entre os homens, que consiste na diferença de idade, da saúde, das forças corporais. Essa desigualdade permite a submissão do mais fraco pelo mais forte. Posto que nenhum homem possui uma autoridade natural sobre seu semelhante e que a força não produz nenhum direito, resta o contrato social como base de toda autoridade legítima entre os homens. Para Rousseau, o contrato social resulta numa vontade geral que deve ser obedecida por todos. Importante dizer que a vontade geral não é a da maioria; a vontade geral é a resultante dos interesses comuns de todos os cidadãos. Somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, que é o bem comum.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1999) Celebra-se esta ano o centenário de nascimento de um escritor de língua espanhola que, que apesar de ter legado ampla obra, para muitos considerada como extraordinária, nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura. Trata-se de:

(A) Camilo José Cela.
(B) Jorge Luis Borges.
(C) Octavio Paz.
(D) Pablo Neruda.
(E) Grabiel Garcia Márquez.

A, B, C, D e E: Jorge Luis Borges nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) Quem é o "Estadista do Império" a que se refere o título da obra célebre de Joaquim Nabuco?

(A) Padre Feijó.
(B) José Thomaz Nabuco de Castro.
(C) Barão do Rio Branco.
(D) Bernado Pereira de Vasconcellos.
(E) Dom Pedro II.

A, B, C, D e E: a obra o "Estadista do Império" se refere a José Thomaz Nabuco de Castro.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1999) A que episódio marcante da história da França está ligada a famosa carta aberta, publicada por Emile Zola, no jornal L´Aurore, sob o título J´Accuse...! ("Eu acuso...!")?

(A) A destruição da Comuna de Paris.
(B) A derrota francesa na guerra franco-prussiana.
(C) O caso Dreyfus.
(D) O escândalo envolvendo a construção da Torre Eiffel.
(E) O ínicio da colonização da Argélia.

A, B, C, D e E: Dreyfus foi um capitão do exército francês acusado injustamente de vender segredos de guerra aos prussianos. Pelo fato de ser judeu, seu processo acendeu um forte sentimento antissemita. Em 1898, Zola publicou sua carta aberta ao presidente da República, desencadeando um apaixonado debate nacional que levou mais tarde à revisão do caso com a conclusão de inocência do militar, que foi reabilitado.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1999) O que significa a expressão latina delenda Carthago, usada por Catão?

(A) Cartago deve ser destruída.
(B) Cartago deve ser preservada.
(C) Ainda vive a lenda de Cartago.
(D) Lembre-se de Cartago.
(E) Cartago não se rende.

A, B, C, D e E: a expressão latina *delenda Carthago* significa *Cartago deve ser destruída*.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Segundo o Senador Arthur da Távola, Chão de Estrela, Carinhoso, Luar do Sertão e Aquarela do Brasil podem ser considerados como hinos da MPB. Qual dos compositores abaixo, importante embora, não foi autor de nenhuma das quatros músicas citadas?

(A) Vinicius de Moraes.
(B) Orestes Barbosa.
(C) Pixinguinha.
(D) Catulo da Paixão Cearense.
(E) Ary Barroso.

A, B, C, D e E: Chão de Estrela foi composta por Sílvio Caldas e Orestes Barbosa; Carinhoso foi composta por Pixinguinha e João de Barro; Luar do Sertão foi composta por Catulo da Paixão Cearense e João Pernambuco; Aquarela do Brasil foi composta por Ary Barroso. Logo, a alternativa que deve ser assinalada é a "A".

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1999) Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em 1º de janeiro último, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu posse aos Ministros e Secretários da sua nova equipe de governo. A esse respeito, qual informação abaixo está incorreta?

(A) Luiz Felipe Lampreia: Políticas Regionais.
(B) Ovídio de Ângelis: Políticas Regionais.
(C) Francisco Dornelles: Indústria, Comércio e Turismo.
(D) Luiz Carlos Bresser Pereira: Ciência e Tecnologia.
(E) Rodolfo Tourinho: Minas e Energia.

A, B, C, D e E: a única alternativa que não corresponde aos ministérios indicados por FHC é a "C".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) O que é incorreto afirmar sobre o teatro Brasileiro?

(A) No século XIX, as comédias teatrais foram cultivadas por autores como Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e Artur Azevedo e os dramas, por Gonçalves dias, Pinheiro Guimarães e Castro Alves.
(B) Nas primeiras décadas do século XX, denominam-se dramaturgos como Graça Aranha e Pinheiro Machado.
(C) O "Teatro Brasileiro de Comédia" (TBC), fundado em 1948, contribuiu para profissionalização do teatro nacional, mas deu preferência a autores estrangeiros, alguns dos quais encenou por primeira vez no Brasil.
(D) O "teatro de Arena", fundado no início da década de 50 contribuiu para a renovação da linguagem teatral nacional, por meio da promoção de autores brasileiros, como Edvaldo Viana Filho, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri.
(E) O "Teatro Oficina", fundado em 1963 e dirigido por José Celso Martinez Correia, destacou-se pela ousadia de suas experiências e Inovações, de que é exemplo a Montagem de O rei da Vela De Oswald de Andrade.

A, B, C, D e E: Pinheiro Machado foi um influente político gaúcho da Republica Velha. Graça Aranha foi um diplomata e intelectual brasileiro que escreveu o importante romance Canaã, foi dos poucos escritores já consagrados antes do Modernismo que apoiou os jovens modernistas.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Suponha que, como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, você esteja acompanhando uma comitiva de arquitetos de nosso país, numa visita à famosa catedral de Chartres. Sabendo-se que todos os membros da comitiva são profundos conhecedores da história da arquitetura, que (?)

(A) Estamos diante de um monumento suntuoso da arquitetura gótica.
(B) Eis o exemplo típico de um estilo arquitetônico cuja expressão mais alta são as catedrais.
(C) Os senhores estão diante da síntese suprema do estilo barroco em terras de França.
(D) As catedrais de Chartres, Rheims e Notre Dame são expressões maiúsculas de um mesmo estilo arquitetônico na França.
(E) Observem a quantidade e a beleza dos famosos vitrais de Chartres: constituem um ponto de destaque dessa catedral, cheia de luz e cores.

A, B, C, D e E: como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, o certo é dizer o que está contemplado na alternativa "C", pois, de fato, a Catedral de Chartres é a síntese suprema do estilo barroco na França.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) Eminente personalidade do cenário político brasileiro, ele nasceu em Minas Gerais no início do século. Como Ministro da Educação e da Saúde, foi autor de ampla reforma do ensino. Criou o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ajudou a fundar o Partido Social Democrático (PSD). Trata-se de:

(A) Francisco Campos.
(B) Milton Campos.
(C) Paulo Mendes Campos.
(D) Otávio Mangabeira.
(E) Gustavo Capanema.

A, B, C, D e E: a questão faz uma breve descrição histórica de Gustavo Capanema.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1998) "Um movimento que queria apresentar-se como uma imagem da superação do conflito entre a consciência de que a versão do projeto do Ocidente oferecida pela cultura popular e de massas nos Estados Unidos era potencialmente libertadora... e o horror da humilhação que representa a capitulação a interesses estreitos de grupos dominantes, em casa ou nas relações internacionais. Era também uma tentativa de encarar a coincidência (mera?), nesse país tropical, da onda da contracultura com a voga dos regimes autoritários".

Retirada de um livro de publicação recente, a citação acima refere-se a que movimento cultural brasileiro?

(A) tropicalismo.
(B) modernismo.
(C) simbolismo.
(D) neo-realismo.
(E) parnasianismo.

A, B, C, D e E: o trecho em questão faz parte do livro "Verdade Tropical", escrito por Caetano Veloso, um dos idealizadores do movimento Tropicalista.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, consagrou definitivamente o princípio do "desenvolvimento sustentável". Alguns anos antes, uma importante personalidade internacional presidira a Comissão das Nações Unidas que preparou relatório intitulado "Nosso Futuro Comum", que tinha como principal base conceitual a ideia de "desenvolvimento sustentável". Quem foi esta personalidade?

(A) Javier Peres de Cuellar.
(B) Gro Harlem Brundtland.
(C) Al Gore.
(D) Maurice Strong.
(E) Sting.

A, B, C, D e E: a personalidade apontada na questão é Gro Harlem Brundtland. O princípio do desenvolvimento sustentado é aquele que determina a harmonização entre o desenvolvimento econômico e social e a garantia da perenidade dos recursos ambientais.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) Antes da Segunda Guerra Mundial, mulher ocupar cargo público de relevo era raro e, em alguns países, inimaginável. Depois de 1945 e, em particular, depois do primeiro governo nacional liderado por uma mulher no Sri Lanka, em 1960, mais de quinze mulheres já chefiaram governos em vários países. Qual país, entre os abaixo citados, nunca teve mulher como Chefe de Governo?

(A) Índia.
(B) Israel.
(C) Reino Unido.
(D) Noruega.
(E) Alemanha.

A, B, C, D e E: essa questão está prejudicada, visto que Angela Dorothea Merkel é a atual chefe de governo da Alemanha.

Gabarito Oficial "E"/Gabarito Nosso "ANULADA"

(Diplomacia – 1998) A moeda a ser adotada pelos países da União Econômica e Monetária chamar-se-á:

(A) Eco.
(B) Marco.
(C) Florin.
(D) Euro.
(E) Franco.

A, B, C, D e E: a União Europeia é uma união econômica e monetária e adotou o euro como moeda única. A União Europeia não é um superestado, mas sim uma entidade supranacional, ou, ainda melhor, uma entidade que funciona por cooperação supranacional. Pode-se também dizer, por uma perspectiva mais sociológica, que é um projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução. Sabe-se que anteriormente ao atual estágio, alguns países europeus constituíram, pelo Tratado de Paris em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), e, em 1957, estes países assinaram os Tratados de Roma, prorrogando e ampliando a cooperação estabelecida no âmbito da CECA com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA). A União Europeia foi formalmente criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em sete de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993. Hoje conta com 27 países-membros e continua em processo de ampliação. Interessante analisar os principais órgãos supranacionais da União Europeia: A) Parlamento: o Parlamento Europeu é o local onde os povos dos estados-membros são representados. A eleição dos deputados se dá mediante sufrágio universal direto, em escrutínios realizados simultaneamente em todos os países comunitários. E desempenha três funções principais: **a)** debate e aprova a legislação da UE (juntamente com o Conselho); **b)** fiscaliza outras instituições da UE, nomeadamente a Comissão, a fim de assegurar que funcionam de forma democrática; **c)** debate e aprova o orçamento da UE (juntamente com o Conselho); B) Conselho: o Conselho Europeu é composto por um representante de cada estado-membro, cuja presidência é exercida rotativamente por seus integrantes no período de seis meses. Cabe ao Conselho definir as principais políticas para a manutenção e aperfeiçoamento da União Europeia; C) Comissão: a Comissão Europeia deve garantir o respeito às regras e aos princípios comunitários, propor políticas ao Conselho com o fito de desenvolver as políticas comunitárias, como também executar as políticas comunitárias com suporte nas decisões do Conselho ou diretamente nos Tratados. É composta por nacionais dos estados-membros, nomeados de comum acordo pelos governos; D) Tribunal de Justiça: o Tribunal de Justiça da União Europeia tem competência para anular os

atos da Comissão, do Conselho ou emanados dos governos nacionais quando contrariarem os Tratados, como também pronunciar-se, a pedido de tribunal ou juiz nacional, sobre a correta interpretação das normas comunitárias. Existe ainda a competência de emitir pareceres vinculantes sobre os acordos que a União Europeia firmar com estados terceiros. O Tribunal é composto por 27 juízes, sendo cada um destes indicados por cada estado-membro e com mandato renovável de seis anos. Deve-se ponderar, por fim, que o Tribunal exerce função de grande relevância na uniformização da interpretação das normas comunitárias e na criação destas mesmas normas.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Para evitar o controle exercido pelos órgãos de censura, conhecido compositor brasileiro assinou algumas obras suas como "Julinho da Adelaide". Foi:

(A) Chico Buarque.
(B) Caetano Veloso.
(C) Edu Lobo.
(D) Gilberto Gil.
(E) Carlos Lyra.

A, B, C, D e E: esse subterfúgio foi utilizado por Chico Buarque.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Alguns críticos consideram que o cinema brasileiro, depois de anos de acanhada produção, estaria vivendo, na década de 90, uma espécie de renascimento atribuído, em grande parte, a medidas governamentais de fomento, de que é exemplo a Lei do Audiovisual. De que trata essa Lei?

(A) de quotas de exibição para filmes brasileiros nas salas comerciais.
(B) De incentivos fiscais para empresas e indivíduos que invistam em cinema.
(C) De financiamento direto do governo à produção de filmes nacionais.
(D) Da realização em diferentes estados do país de mostras e festivais internacionais de cinema.
(E) Da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais pelas redes emissoras de televisão.

A, B, C, D e E: o art. 1º da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) assim dispõe: "Até o exercício fiscal de 2016, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE".

Gabarito Oficial "D"/Gabarito Nosso "B"

(Diplomacia – 1998) "Hegel observou em uma das suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar a primeira como tragédia, a segunda como farsa".
Em que obra encontramos originalmente esse famoso comentário:

(A) O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx.
(B) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber.
(C) A Era das Revoluções, de Eric Hobsbawn.
(D) A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.
(E) As Origens do Capitalismo, de Hannah Arendt.

A, B,C, D e E: a obra "O 18 de Brumário de Luis Bonaparte" visa a criticar o golpe de estado empreendido por Luís Bonaparte, que, a exemplo de seu tio Napoleão Bonaparte, derrubou a república, proclamando-se imperador.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) Se, em 1923, a Academia Brasileira de Letras organizasse um encontro internacional com os grandes escritores da época para inaugurar sua nova sede, o Petit Trianon, doado naquele ano pelo governo francês, quem não poderia ser convidado, por estar morto ou não Ter ainda nascido:

(A) James Joyce.
(B) Franz Kafka.
(C) Fernando Pessoa.
(D) Victor Hugo.
(E) Thomas Mann.

A, B, C, D e E: Victor-Marie Hugo nasceu em Besançon, no dia 26 de fevereiro de 1802, e faleceu em Paris, no dia 22 de maio de 1885. Foi um novelista, poeta, dramaturgo, ensaísta, artista, estadista e também ativista pelos direitos humanos com grande atuação política na França.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Hoje em dia, a questão da cidadania é tema presente em toda discussão que envolva a consciência dos direitos e deveres dos brasileiros. José Murilo de Carvalho escreveu sobre a matéria um livro que já se tornou clássico, cujo título é:

(A) Os Bestializados.
(B) Os Marginalizados.
(C) Os Esacndalizados.
(D) Os Estigmatizados.
(E) Os Excluídos.

A, B, C, D e E: o livro citado na questão é "Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi" de autoria do José Murilo Carvalho.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) "Cada uma de nossas concepções principais, cada ramo do nosso conhecimento passa *sucessivamente por três estágios teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo... Considerada na sua acepção mais antiga e mais comum, a palavra positivo designa o real, por oposição ao quimérico."*

A citação acima é de um filósofo que exerceu grande influência sobre diversos políticos republicanos brasileiros no final do séc. XIX. Trata-se de:

(A) Montesquieu.
(B) Auguste Comte.
(C) Isaac Newton.
(D) Thomas Hobbes.
(E) Adam Smith.

A, B, C, D e E: Auguste Comte desenvolveu um pensamento que refutava a preocupação com questões teológicas e metafísicas, enfatizando o valor da ciência. e objetivando o progresso social. Seu pensamento teve grande penetração no Brasil do fim do século XIX, em especial na jovem oficialidade militar, que passou, com isso, a apoiar o ideal republicano.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) "... movimento que atribuiu, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos de.... da opinião, do senso comum, da vontade da comunidade em geral - aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento..."

Extraída do Dicionário de Política, de Bobbio, Matteucci e Pasquino, a citação define o:

(A) Socialismo.
(B) Absolutismo.
(C) Anarquismo.
(D) Liberalismo.
(E) Comunismo.

A, B, C, D e E: a passagem do Dicionário de Política de Bobbio, Matteuci e Pasquino define claramente o anarquismo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) No aniversário de um amigo seu, conhecido apreciador de música barroca, você pensa em presenteá-lo com CDs de representantes típicos dessa escola. Que compositores você procuraria?

(A) Pergolesi e Beethoven.
(B) Corelli e Albinoni.
(C) Boccherini e Schumann.
(D) Vivaldi e Schubert.
(E) Bach e Brahms.

A, B, C, D e E: Arcangelo Corelli (1653-1713) e Tomaso Albinoni (1671-1751) foram músicos e compositores barrocos, destacando-se o primeiro também como exímio violinista.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1998) "A perspectiva central cede lugar a um modo de ver que reproduz o objeto simultaneamente de vários ângulos visuais. A velha geometria pictórica, orientada pela percepção da realidade, foi acrescida de uma estrutura política autônoma e desenvolvida apenas a partir da tela..."

A citação acima refere-se a que escola?

(A) Cubismo.
(B) Impressionismo.
(C) Fauvismo.
(D) Surrealismo.
(E) Expressionismo.

A, B, C, D e E: a arte moderna, em especial as vanguardas artísticas do século XIX, rompeu com a representação realista na arte. O cubismo tinha como uma de suas características marcantes a geometrização das formas, com o emprego de muitas retas e de ângulos retos, o que levou um crítico descontente a comentar que a tela era uma sucessão de cubos. Paradoxalmente, mas não raro em arte, o comentário que tinha fins depreciativos acabou sendo adotado pelos artistas que passaram a se designar cubistas.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1998) A atriz Fernanda Montenegro recebeu, na versão deste ano do Festival de Berlim, o "Urso de Prata", por sua atuação no filme Central do Brasil. O filme trouxe igualmente para o Brasil o "Urso de Ouro" (melhor filme), entregue a seu diretor, que é:

(A) Joaquim Pedro de Andrade.
(B) Miguel Faria.
(C) Walter Salles.
(D) Bruno Barreto.
(E) Nelson Pereira dos Santos.

A, B, C, D e E: cineasta de renome internacional, Walter Salles, que já havia chamado a atenção com o filme "Terra Estrangeira" de 1995, consagrou-se em definitivo com "Central do Brasil" de 1998, que, além de diversos prêmios importantes como o Urso e Ouro, recebeu duas indicações ao Oscar.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) A reflexão "governo do povo, pelo povo e para o povo" é fecho de um discurso famoso, pronunciado por:

(A) Winston Churchill.
(B) John F. Kennedy.
(C) Thomas Jefferson.
(D) Abraham Lincoln.
(E) Getúlio Vargas.

A, B, C, D e E: foi no Discurso de Gettysburg que o então Presidente dos EUA Abraham Lincoln pronunciou a tão conhecida reflexão.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Anísio Teixeira foi:

(A) Um poeta do realismo português.
(B) Ministro da Agricultura, no governo de Washington Luís.
(C) O cientista brasileiro que primeiro denunciou o desmatamento da Amazônia.
(D) Um educador que lutou pela renovação do ensino brasileiro.
(E) Um político pioneiro na campanha pela reforma agrária no Brasil.

A, B, C, D e E: Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro que teve papel central na história da educação no Brasil, marcadamente nas décadas de 1920 e 1930, quando difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1998) Teus olhos são negros, negros.

Como as noites sem luar...

São ardentes, são profundos

Como o negrume do mar.

Essa quadra de versos heptassílabos é de autoria do conhecido poeta brasileiro, cujo sesquincetenário de nascimento foi comemorado em 1997 (14 de março). Trata-se de:

(A) Olavo Bilac.
(B) Álvares de Azevedo.
(C) Castro Alves.
(D) Casimiro de Abreu.
(E) Gonçalves Dias.

A, B, C, D e E: trata-se de Castro Alves, poeta romântico brasileiro que ficou conhecido como o "Poeta dos Escravos" pelo seu empenho contra a escravidão, mas que também cultivou poesia lírico-amorosa como a que vem presente na questão.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1998) Menino de Engenho, Doidinho, Banguê, O Moleque Ricardo e Usina formam o “ciclo da cana--de-açúcar”, famoso conjunto de romances brasileiros, cujo autor é:

(A) Graciliano Ramos.
(B) José Lins do Rego.
(C) Érico Veríssimo.
(D) Guimarães Rosa.
(E) Jorge Amado.

A, B, C, D e E: na década de trinta, escritores nordestinos produziram obras de valor que retratavam sua região com seus problemas, dando novo alento a uma vertente importante da literatura brasileira: o regionalismo. Entre eles, José Lins do Rego criou o ciclo da cana-de-açúcar que abordava a vida nos engenhos de cana e a posterior decadência desse modelo e sua substituição pela usina.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1998) O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em julho de 1955, com vistas à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. Qual dos nomes abaixo se identifica com o que se convencionou chamar “pensamento isebiano”?

(A) Gustavo Corção.
(B) Paulo Freire.
(C) Sérgio Buarque de Hollanda.
(D) Ferreira Gullar.
(E) Hélio Jaguaribe.

A, B, C, D e E: Hélio Jaguaribe foi um dos fundadores de ISEB e um dos seus principais teorizadores.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1998) “O Homem Cordial”, “O Bom Selvagem” e “O Eterno Retorno” são conceitos celebrizados, respectivamente, pelos seguintes autores:

(A) Montesquieu, Voltaire e Benedeto Croce.
(B) Sérgio Buarque de Holanda, Jean-Jacques Rousseau e Nietzsche.
(C) Paulo Prado, Albert Camus e Hegel.
(D) Gilberto Freyre, Herbert Spencer e Maquiavel.
(E) Platão, Goethe e Flaubert.

A, B, C, D e E: os conceitos constam, respectivamente, das seguintes obras dos autores citados: “Raízes do Brasil”; “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” e “A Gaia Ciência”.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1998) O Barão do Rio Branco adotou como divisa as palavras latinas “URBIQUE PATRIAE MEMOR”. Qual é a tradução correta em português dessa divisa:

(A) não há pátria sem memória.
(B) A memória é o fundamento da pátria.
(C) A pátria é a lembrança maior.
(D) A pátria está em todo lugar.
(E) Em toda parte, lembro-me da pátria.

A, B, C, D e E: URBIQUE: em toda parte; PATRIAE: da pátria; MEMOR: lembro-me.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1998) Você está servindo em um posto na América Latina, e uma universidade local convida-o para proferir palestra sobre cultura brasileira pós-64. Qual dos autores abaixo não poderia ser mencionado como expressão do período?

(A) Euclides da Cunha.
(B) Florestán Fernandes.
(C) Darcy Ribeiro.
(D) Caetano Veloso.
(E) José Guilherme Melquior.

A, B, C, D e E: Euclides da Cunha, figura que já se destaca no final do período monárquico como um aspirante a oficial rebelde e republicano e teve seu reconhecimento intelectual em 1902 com a publicação de “Os Sertões”, morreu em 1909.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Cineasta Italiano de grande projeção que dirigiu os filmes A Aventura, A Noite e O Eclipse:

(A) Federico Fellini.
(B) Luchino Visconti.
(C) Ettore Scola.
(D) Dino Rossi.
(E) Michelangelo Antonioni.

A, B, C, D e E: Michelangelo Antonioni praticava um cinema introspectivo, com economia de planos, longas tomadas e poucos de diálogos ações. A câmera acompanhava seus personagens angustiados de forma lenta em ações cuja motivação nem sempre é clara, o que torna sua estética desinteressante para o grande público. Entre suas grandes obras, está a trilogia da alienação composta pelos três filmes citados na questão.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Considerado o principal representante do surrealismo no cinema:

(A) Ernest Lubitsch.
(B) Jean Renoir.
(C) Roberto Rosselini.
(D) D. W. Grifth.
(E) Luis Buñuel.

A, B, C, D e E: Buñuel é um cineasta espanhol. O sucesso do filme “O Cão Andaluz”, realizado com Salvador Dalí, permitiu a ambos o ingresso no grupo surrealista de André Breton. Fez carreira nos anos 40 e 50 no México, dirigindo inclusive filmes de apelo comercial para poder sobreviver, até que o sucesso de Viridiana, curiosamente feito na Espanha franquista, lhe permitiu a voltar a filmar na França, onde gozou de maior liberdade no controle de seus filmes.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Você está em uma recepção, e seu interlocutor revela gosto por música barroca. Para manter conversação, Você pergunta-lhe qual seu autor favorito. Qual dos compositores abaixo poderia ser mencionado na Resposta de seu interlocutor?

(A) Richard Wagner.
(B) Ludwig Van Beethover.
(C) Wolfgang A. Mozart.
(D) Frédérich Chopin.
(E) Johan Sebastian Bach.

A, B, C, D e E: instrumentista e compositor alemão, Johan Sebastian Bach (1685-1750) provém de uma grande família de músicos e é considerado uma das maiores expressões do Barroco na música.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Não foi Secretário – geral das Nações Unidas:

(A) Javier Pérez de Cuellar.
(B) Dag Hammarskjöld.
(C) Henry Kissinger.
(D) U Thant.
(E) Trygver Lie.

A, B, C, D e E: das pessoas indicadas, a única que não foi Secretário-Geral da ONU é Henry Kissinger. Lembrando que Kissinger ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1973, pela sua participação ativa no acordo que visava o cessar-fogo da Guerra do Vietnam. Ademais, escreveu o conhecido livro intitulado "Diplomacia".
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) O Barão de Itararé foi:

(A) Humorista que se consagrou em "A Manhã".
(B) Negociador Brasileiro na crise de Fronteiras com o Equador.
(C) Primeiro Embaixador do Brasil em Washington.
(D) Herói da cruenta Batalha de Itararé.
(E) Líder dos Liberais no Segundo Império.

A, B, C, D e E: Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, também conhecido pelo falso título nobiliárquico de Barão de Itararé, foi um jornalista, escritor e pioneiro no humorismo político brasileiro.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Mauá: Empresário do Império: Jorge Caldeira.
(B) Chatò, o Rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand: Fernado Morais.
(C) Estrela Solitária: um Brasileiro chamado garrincha: Sérgio Cabral.
(D) Chega de Saudade: a história e as histórias da Bossa Nova: Ruy Castro.
(E) Vinícius de Moraes: o poeta da paixão / uma biografia: José Castello.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém correlação errônea é a "C", pois o autor de "Estrela Solitária: um Brasileiro Chamado Garrincha" é Ruy Castro e não Sérgio Cabral.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Uma das seguintes óperas foi composta por Richard Wagner:

(A) Fidelio.
(B) O Navio Fantasma.
(C) A Flauta Mágica.
(D) Falstaff.
(E) Wozzeck.

A, B, C, D e E: a ópera "O Navio Fantasma" foi composta por Richard Wagner.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Emílio Goeldi é uma instituição cultural criada para:

(A) Pesquisar a Flora, a Fauna e a cultura da Região Amazônica.
(B) Promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha.
(C) Receber Missionários e representantes das ONG`s.
(D) Preservar o acervo da gravura Brasileira.
(E) Preservar o equilíbrio ecológico da Ilha do Marajó.

A, B, C, D e E: localizado em Belém do Pará, o Museu Emílio Goeldi leva o nome de um de seus diretores, o naturalista suíço que foi um dos responsáveis por dotar o museu da importância que tem hoje.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Compositor considerado como o responsável pela elaboração da escala dodecafônica:

(A) Igor Stravinski.
(B) Paul Hindemith.
(C) Arnold Schoenberg.
(D) Serguei Prokofiev.
(E) Gustav Mahler.

A, B, C, D e E: o dodecafonismo é um sistema de organização de alturas musicais criado na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schoenberg.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Único filme Brasileiro a ganhar a Palma de Ouro do Festival de Cannes:

(A) Terra em Transe.
(B) Memórias do Cárcere.
(C) Os Fuzis.
(D) O Bandido da Luz Vermelha.
(E) O Pagador de Promessas.

A, B, C, D e E: o Pagador de Promessas, o filme brasileiro de 1962 dirigido por Anselmo Duarte e baseado na peça de Dias Gomes, ainda hoje emociona o público com a tragédia da fé simples, mas sincera e decidida, em choque contra a intolerância e a maldade.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Importantes biógrafos do Barão do Rio Branco:

(A) Álvaro Lins e Luiz Viana Filho.
(B) Ruy Castro e Fernando Morais.
(C) Jorge Caldeira e Lídia Besouchet.
(D) José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré.
(E) Stanley Hilton e Thomas Skidmore.

A, B, C, D e E: Álvaro Lins e Luiz Viana Filho foram destacados biógrafos do Barão de Rio Branco.
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Peça que não é de autoria de Nelson Rodrigues:

(A) Os Sete Gatinhos.
(B) Navalha na Carne.
(C) Vestido de Noiva.
(D) Bonitinha mas ordinária.
(E) Dorotéia.

A, B, C, D e E: a única das peças indicadas na questão que não é de autoria de Nelson Rodrigues é a "Navalha na Carne", que foi escrita por Plínio Marcos.
GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Arquiteto que mais inspirou os modernistas brasileiros e a construção de Brasília:

(A) Walter Gropius.
(B) Frank Lloyd.
(C) Joseph Boos.
(D) Le Corbusier.
(E) Phillip Johnson.

A, B, C, D e E: Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista e pintor francês. É considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX e foi o criador do conceito Unité d'Habitation. Deve-se destacar que o arquiteto francês teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.
GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Abaporu é nome de:

(A) Uma ave do Centro- oeste.
(B) Uma fruta do nordeste.
(C) Um instrumento musical de origem africana.
(D) Uma tribo indígena da região amazônica.
(E) Um quadro famoso de Tarsila do Amaral.

A, B, C, D e E: o *Abaporu* foi pintado por Tarsila do Amaral. Essa tela foi pintada em 1928 em função do aniversário de Oswald de Andrade, seu marido na época, e retrata uma crítica à desvalorização do trabalho intelectual.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Construção: Chico Buarque.
(B) Águas de Março: Antônio Carlos Jobim.
(C) Sabiá: Caetano Veloso.
(D) Domingo no Parque: Gilberto Gil.
(E) Argumento: Paulinho da viola.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a "C", pois a música Sabiá foi composta por Chico Buarque e Tom Jobim e não por Caetano Veloso.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Brasileiro que presidiu a Assembleia Geral das Nações Unidas quando foi criado o Estado de Israel e que teve papel destacado nas negociações que precederam á decisão.

(A) Afonso Ariano de Melo Franco.
(B) Raul Fernandes.
(C) João Neves da Fontoura.
(D) Pedro Leão Velloso.
(E) Oswaldo Aranha.

A, B, C, D e E: em 1947, Oswaldo Aranha foi designado como chefe da delegação brasileira na recém-criada Organização das Nações Unidas e presidiu a II Assembléia Geral da ONU, ocasião em que foi votado o Plano da ONU para a partição da Palestina e que ocasionou a criação do Estado de Israel; aliás, tal fato lhe rendeu eternas gratidões dos judeus e sionistas.
GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Em que país o Brasil não conquistou a Copa do Mundo de Futebol?

(A) México.
(B) Suécia.
(C) Uruguai.
(D) Chile.
(E) Estados Unidos.

A: incorreta, pois o Brasil conquistou de forma memorável o tricampeonato mundial na competição realizada no México, em 1970;
B: incorreta, pois o Brasil conquistou seu primeiro título mundial na Copa do Mundo da Suécia de 1958;
C: correta, pois o Uruguai foi a sede e o campeão da primeira Copa do Mundo, a de 1930;
D: incorreta, pois o Brasil conquistou o bicampeonato mundial na competição realizada no Chile, em 1962;
E: incorreta, pois o Brasil sagrou-se tetracampeão mundial em 1994, quando a competição foi realizada nos EUA e o time brasileiro guiado pela dupla de ataque Romário e Bebeto.
GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) O historiador José Honório Rodrigues tem vários textos em que defende as ideias de:

(A) Uma política externa independente.
(B) Uma política externa responsável.
(C) Uma política externa pragmática.
(D) Uma diplomacia voltada para o Ocidente.
(E) Uma diplomacia regionalista.

A, B, C, D e E: o historiador José Honório Rodrigues é defensor ferrenho da política externa independente. "O notável crescimento econômico da Era JK deixou enormes problemas para o governo Jânio Quadros, que assumiu em janeiro de 1961. Eleito pela UDN, enquanto a vice-presidência ficava com João Goulart da ala sindicalista do PTB. Jânio e o seu Chanceler Afonso Arinos lançavam a *Política Externa Independente* (PEI), que tinha como princípios a expansão das exportações brasileiras para qualquer país, inclusive os socialistas, a defesa do direito internacional, da autodeterminação e a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações, uma política de paz, desarmamento e coexistência pacífica, apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes e a formulação autônoma dos planos nacionais de desenvolvimento e encaminhamento da ajuda externa.
A crise desatada pela condecoração de Che Guevara levou o Presidente à renúncia, a qual representou uma tentativa sua de golpe para tentar governar com poderes excepcionais. Para surpresa de Quadros, o Congresso aceitou sua renúncia e os militares vetaram a posse do vice. O país dividiu-se entre uma facção golpista que desejava o *impeachment* de Goulart, e os que defendiam a ordem constitucional. Para evitar um confronto armado, chegou-se a um compromisso com a implantação de um regime parlamentarista. Goulart retornou ao Brasil, assumindo a presidência, enquanto Tancredo Neves, do PSD, assumiu como primeiro ministro. No plano diplomático, o novo Chanceler, San Tiago Dantas, aprofundou a PEI como *defesa do interesse nacional*. Na noite do dia 31 de março para 1 de abril de 1964, várias unidades militares sublevaram-se, marchando sobre Brasília e Rio de Janeiro. Deflagrado o golpe, o regime populista não reagiu, temendo colocar em risco a estrutura social brasileira. Com a queda de Goulart, encerrava-se um ciclo da história brasileira, a do populismo nacionalista." (Paulo Fagundes Vizentini. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro, trechos da pág. 21-24. Editora UFRGS, 2º ed., 2004).
GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Compositor de música popular Brasileira, autor de Rosa, Carinhoso e Lamento:

(A) Noel Rosa.
(B) Lamartine Babo.
(C) Pixinguinha.

(D) Cartola.

(E) Braguinha.

A, B, C, D e E: o autor das músicas citadas é Pixinguinha.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 1996) Qual dos poetas seguir listados pertenceu aos quadros do Itamaraty?

(A) Manoel de Barros.

(B) Vinicius de Moraes.

(C) Mário Quintana.

(D) Carlos Drummond de Andrade.

(E) Olavo Bilac.

A, B, C, D e E: dos poetas listados, aquele que pertenceu aos quadros do Itamaraty foi Vinícius de Moraes. “Ao menos, nessa exata acepção de menosprezo e repugnância, a palavra *poetinha* teria sido dita pelo General Presidente Costa e Silva ao então Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, quando o desligou da carreira diplomática. Um caudilho de ocasião cortava-lhe abruptamente a profissão, que ele cumprira décadas a fio e da qual retirava seu sustento pessoal. Com efeito, tendo em vista o que constava do processo MRE 312.4/69, Vinícius foi aposentado em 29 de abril de 1969, pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, como primeiro secretário da Carreira de Diplomata” (Organização de Alberto da Costa e Silva. O Itamaraty na Cultura Brasileira, pág. 420. Editora Francisco Alves, 2002).

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) J. J. Rousseau: O Espírito das Leis.

(B) Platão: A República.

(C) Aristóteles: A Política.

(D) Thomas More: A Utopia.

(E) Erasmo: Elogio da Loucura.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a “A”, pois a obra O Espírito das Leis foi escrita por Montesquieu e não por Rousseau.

GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Importante romancista de língua alemã que se estabeleceu no Brasil fugindo do nazifascimo europeu e escreveu obra de amor ao país, intitulada Brasil, País do Futuro

(A) Otto Maria Carpeaux.

(B) Anathol Rosenfeld

(C) Stefan Zweig.

(D) Gunther Grass.

(E) Afonso Schmidt.

A, B, C, D e E: o autor da obra citada na questão – Brasil, País do Futuro – é Stefan Zweig.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Samuel Beckett: Esperando Godot.

(B) Ibsen: Casa de Bonecas.

(C) Eugene O'Neil: Quem Tem Medo de Virginia Wolf.

(D) Moliére: O Misantropo.

(E) Jean-Paul Sartre: As Moscas.

A, B, C, D e E: a única alternativa que contém uma correlação errônea é a “C”, pois “Quem Tem Medo de Virginia Wolf” é um filme estadunidense de 1966, do gênero drama, dirigido por Mike Nichols. O roteiro é uma adaptação da peça teatral homônima, escrita por Edward Albee.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 1996) A Encíclica Populorum Progressio sobre o progresso das condições sociais teve grande repercussão no Pensamento católico contemporâneo e foi adotada no papado de:

(A) João XXIII.

(B) João Paulo I.

(C) Paulo VI.

(D) Pio XII.

(E) João Paulo II.

A, B, C, D e E: a Encíclica *Populorum Progressio* (Progresso dos Povos) foi adotada no papado de Paulo VI, em 1967.

GABARITO “C”

(Diplomacia – 1996) Jasper Johns e Edward Hopper foram:

(A) Cientistas Político Britânicos.

(B) Artistas Plásticos dos Estados Unidos.

(C) Jornalistas dos Estados Unidos.

(D) Diplomatas que ajudaram a formular a política de Washington para o vietname.

(E) Membros da Administração Nixon.

A, B, C, D e E: Edward Hopper (1882-1967) foi um pintor das paisagens rurais e urbanas norte-americanas, nas quais se pode perceber uma certa melancolia da solidão. Jasper Johns (1930) é um dos mais destacados artistas da Pop Art.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Louis Althusser foi:

(A) Discípulo de Freud.

(B) Poeta Alemão.

(C) Renovador do Expressionismo Francês.

(D) Romancista Austríaco.

(E) Teórico Marxista.

A, B, C, D e E: Louis Althusser foi um importante teórico marxista.

GABARITO “E”

(Diplomacia – 1996) Quem Compôs a música do Hino Nacional Brasileiro:

(A) D. Pedro I.

(B) Francisco Manoel da Silva.

(C) Heitor Villa – lobos.

(D) Carlos Gomes.

(E) Regente Feijó.

A, B, C, D e E: o Hino Nacional Brasileiro foi composto por Francisco Manoel da Silva.

GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Um dos seguintes Títulos é de autoria de Sergio Buarque de Holanda:

(A) Raízes do Brasil.

(B) Formação do Brasil Colonial.

(C) Sobrados e Mocambos.

(D) História Econômica do Brasil.
(E) História das Relações Brasil – Estados Unidos.

A, B, C, D e E: das obras listadas, aquela que foi escrita por Sérgio Buarque de Holanda é a indicada na alternativa “A”, ou seja, Raízes do Brasil.
GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Uma das principais obras do fundador da psicanálise, Sigmund Freud, é:

(A) A Interpretação dos Sonhos.
(B) O ser e o Nada.
(C) Libido e Sexualidade.
(D) Sonho e Realidade.
(E) A Interpretação da Realidade.

A, B, C, D e E: sem dúvida, a obra “A Interpretação dos Sonhos” é um dos principais escritos de Sigmund Freud.
GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Giuseppe Verdi: Aida.
(B) Wofgang A. Mozart: As Bodas de Figaro.
(C) Georges Bizert: Carmen.
(D) Carlos Gomes: Bachianas Brasileiras.
(E) Giacomo Puccini: Madame Butterfly.

A, B, C, D e E: os pares se ordenam segundo o critério: compositor de música erudita e uma de suas obras. O único par que apresenta inadequação é o da letra “D”. As Bachianas Brasileiras são de autoria de Villa-Lobos.
GABARITO “D”

(Diplomacia – 1996) Rafael Caldeira, Ernesto Samper, Juan Carlos Wasmosy, Gonzalo Sanchez de Losada e Eduardo Frei são, Respectivamente, Presidente de:

(A) Bolívia, Colômbia, Uruguai, Venezuela e Chile.
(B) Venezuela, Colômbia, Paraguai, Bolívia e Chile.
(C) Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru.
(D) Venezuela, Chile, Paraguai, Uruguai e Equador.
(E) Equador, Venezuela, Chile, Bolívia e Paraguai.

A, B, C, D e E: em 1996, Rafael Caldeira era o presidente da Venezuela, Ernesto Samper da Colômbia, Juan Carlos Wasmosy do Paraguai, Gonzalo Sanchez de Losada da Bolívia e Eduardo Frei do Chile.
GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) No Brasil, o movimento Artístico “concretista” teve, na poesia, uma de suas manifestações importantes, da qual foram expoentes:

(A) Augusto dos Anjos, Ferreira Gullar e Manuel Bandeira.
(B) Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari.
(C) Décio Pignatari, João Cabral de Mello Neto a Ariano Suassuna.
(D) João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Ariano Suassuna.
(E) Carlos Drummond de Adrade, Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles.

A, B, C, D e E: Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari formam em 1952 o grupo concretista e lançam a revista Noigrandes, defendendo uma poesia mais experimental em oposição ao conservadorismo de alguns poetas da chamada Geração de 45.
GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Quem Pintou “Las Meninas”?

(A) Salvador Dalí.
(B) Francisco Goya.
(C) Diego Velázquez.
(D) Antônio Tápies.
(E) Pablo Picasso.

A, B, C, D e E: “Las Meninas” foi a obra-prima do pintor espanhol Diego Velázquez.
GABARITO “C”

(Diplomacia – 1996) Receberam o Prêmio Nobel de Literatura os seguintes autores latino – americanos:

(A) Pablo Neruda e Gabriel García Marquez.
(B) Mario Vargas Llosa e Alejo Carpentier.
(C) Julio Cortázar e Jorge Amado.
(D) Miguel Angel Asturias e Jorge Luís Borges.
(E) Octavio Paz e Adolfo Bioy Casares.

A, B, C, D e E: Pablo Neruda recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1971 e Gabriel García Marquez em 1982. Cabe dizer que o autor latino-americano Mario Vargas Llosa ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2010.
GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) Identifique o personagem da mitologia grega que roubou o fogo, elemento que faltava aos mortais para desenvolverem uma civilização, e entregou a chama aos homens.

(A) Egeu.
(B) Prometeu.
(C) Teseu.
(D) Héracles.
(E) Perseu.

A, B, C, D e E: Prometeu deu o fogo aos homens e, como castigo, Zeus determinou que fosse amarrado por toda a eternidade a um rochedo onde uma águia lhe comeria o fígado que se recompunha ao fim do dia.
GABARITO “B”

(Diplomacia – 1996) Barravento, Filme de 1961, teve como diretor:

(A) Glauber Rocha.
(B) Nelson Pereira dos Santos.
(C) Arnaldo Jabor.
(D) Roberto Farias.
(E) Paulo Cesar Sarraceni.

A, B, C, D e E: trata-se do primeiro longa-metragem do principal cineasta do Cinema Novo, Glauber Rocha.
GABARITO “A”

(Diplomacia – 1996) A Sagração da Primavera estreou em 1913, na França, e causou grande escândalo nos meios musicais. Qual o compositor da obra?

(A) Maurice Ravel.
(B) Sergei Prokofiev.
(C) Alban Berg.
(D) Igor Stravinsky.

(E) Claude Débussy.

A, B, C, D e E: o compositor da obra "A Sagração da Primavera" é o russo Igor Stravinsky.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) A que país cabe pronunciar o discurso de abertura, a cada ano, do debate geral das Sessões ordinárias da Assembléia Geral das Nações Unidas?

(A) Estados Unidos.
(B) Brasil.
(C) Reino Unido.
(D) Suíça.
(E) Os integrantes do Conselho de Segurança em sistema de rodízio.

A, B, C, D e E: o Brasil é responsável de pronunciar o discurso de abertura. Lembrando que a Assembleia Geral é composta por todos os membros da ONU, cabendo a cada estado-membro apenas um voto e a representação por no máximo cinco indivíduos. Ela reúne-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que preciso for. As decisões da Assembleia Geral são tomadas pela maioria simples dos membros presentes e votantes. Mas pode-se definir que o quórum será de dois terços quando tratar de questões consideradas importantes. Dentre algumas de suas funções pode-se citar: **a)** aprovação do orçamento; **b)** eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e dos membros do Conselho Econômico e Social; **c)** a nomeação do Secretário-Geral da Nações Unidas; **d)** a eleição, em conjunto com o Conselho de Segurança, dos juízes da Corte Internacional de Justiça; dentre outras.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Antoni Gaudí, catalão que se tornou conhecido pela Casa Vicens e pela surpreendente Sagrada Família, tem sua obra concentrada no campo da:

(A) Arquitetura.
(B) Escultura.
(C) Música.
(D) Pintura.
(E) Literatura.

A, B, C, D e E: arquiteto de obras grandiosas, muitas das quais ligadas ao catolicismo, percebe-se, no recorrente emprego de ogivas por Antonio Gaudi, uma influência da arquitetura gótica.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Quem foi o primeiro teórico do surrealismo?

(A) Marinetti.
(B) Blaise Cendras.
(C) Georges Bataille.
(D) André Breton.
(E) André Malraux.

A, B, C, D e E: o primeiro teórico do surrealismo foi André Breton.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Participaram da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, os seguintes artistas plásticos:

(A) Alfredo Volpi, Tarsila do Amaral e José Lins do Rego.
(B) Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.
(C) Artur Piza, Tomie Othake e Victor Brecheret
(D) Di Cavalcanti, Carlos Scliar e Iberê Camargo.
(E) Antônio Portinari, Iberê Camargo e Raul Bopp.

A, B, C, D e E: evento que tinha, como um dos seus objetivos, a divulgação das inovações estéticas no acanhado panorama cultural do Brasil da época, cujo público ainda tinha seu gosto ligado aos padrões do academicismo, a Semana de Arte Moderna contou com a participação de jovens artistas que mal despontavam no horizonte artístico do país, como as pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, e o escultor Vítor Brecheret.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Foi parceiro de composição da Sinfonia de Brasília:

(A) Antônio Carlos Jobim.
(B) Heitor Villa-Lobos.
(C) Camargo Guarneiri.
(D) Cláudio Santoro.
(E) Lorenzo Fernandez.

A, B, C, D e E: Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes compuseram, a pedido do governo, uma sinfonia, "Sinfonia da Alvorada" ou "Sinfonia de Brasília", para saudar a nova capital que surgia em 1960.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Chamado de Annus Mirabilis, 1989 registrou eventos que iriam mudar o curso da História contemporânea. Dentre esses eventos, podem-se destacar:

(A) A invação do Kuaite pelas tropas de Saddam Hussein.
(B) O Término da Rodada Uruguai do GATT.
(C) O Impeachment do Presidente Fernando Collor.
(D) A Assinatura do Tratado de Tlatelolco.
(E) A Queda do Muro de Berlim.

A, B, C, D e E: em 1989, com consequência imprevista do processo de abertura promovido por Gorbatchev desde 1986, chegava a fim um dos maiores símbolos da Guerra Fria, .o Muro de Berlim.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?

(A) Terra em Transe: Deus e o Diabo na Terra do Sol.
(B) Querelle: Berlin Alexanderplatz.
(C) O Discreto Charme da Burguesia: O Cão Andaluz.
(D) Amarcord: O Inocente.
(E) Fanny e Alexander: Morangos Silvestres.

A, B, C, D e E: Os pares constituem-se de filmes importantes de um mesmo diretor: A) Glauber Rocha, B) Rainer Werner Fassbinder, C) Luis Buñuel, E) Ingmar Bergman. A única exceção é a letra "D", pois "Amacord" é de Federico Fellini e "O Inocente" é de Luchino Visconti.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) As Capelas do Paço, que abrigam as famosas cenas da Paixão de Jesus Cuja Autoria é Atribuída a Aleijadinho, encontram-se em:

(A) Ouro Preto.
(B) Congonhas do Campo.
(C) São João del Rei.
(D) Mariana.
(E) Tiradentes.

A, B, C, D e E: as Capelas do Paço estão situadas em Congonhas do Campo.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) A Dieta é:

(A) A Troika da Antiga União Soviética.
(B) O Comitê de Coordenação das Antigas Repúblicas Soviéticas.
(C) A Assembléria do Povo da Repúblicas Popular da China.
(D) A Designação do Regime Imperial Japonês.
(E) O Parlamento Japonês.

A, B, C, D e E: entre os seus significados, Dieta designa historicamente algumas assembléias deliberativas antigas, em especial as europeias, e algumas modernas, entre elas a do Japão.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) A Ópera L`Orfeo foi composta por:

(A) Giacomo Puccini.
(B) Cláudio Monteverdi.
(C) Gaetano Donizetti.
(D) Georges Bizet.
(E) Giuseppe Verdi.

A, B, C, D e E: levada aos palcos pela primeira vez em 1607 em Mântua, a obra L'Orfeu de Monteverdi, é uma das primeiras composições a ser considerada ópera.

GABARITO "B"

(Diplomacia – 1996) Chefe de Estado Brasileiro que permaneceu mais tempo no poder:

(A) José Sarney.
(B) João Baptista Figueiredo.
(C) Getúlio Vargas.
(D) Prudente de Moraes.
(E) D. Pedro II.

A, B, C, D e E: Dom Pedro II do Brasil (2 de dezembro de 1825 - 5 de dezembro de 1891), alcunhado *o Magnânimo*, foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado por 58 anos.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) Foram Ministros das Relações Exteriores de Governo Republicanos:

(A) Carlos Lacerda, Francisco Rezek, Ramiro Saraiva Guerreiro.
(B) Celso Lafer, Petrônio Portella, Antônio Azeredo da Silveira.
(C) Celso Lafer, Horácio Lafer, Ramiro Saraiva Guerreiro.
(D) Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rezek, José Sarney.
(E) Fernando Henrique Cardoso, Rubens Ricuparo, Ramiro Saraiva Guerreiro.

A, B, C, D e E: Celso Lafer foi duas vezes Ministro das Relações Exteriores, nos governos de Fernando Collor e FHC; Horácio Lafer, tio de Celso Lafer, foi Ministro das Relações Exteriores no governo Juscelino Kubitschek; e Ramiro Saraiva Guerreiro foi Ministro das Relações Exteriores no governo João Figueiredo.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Quem formulou o Slogan: " A América para os Americanos "?

(A) James Monroe.
(B) Thomas Jefferson.
(C) George Washington.
(D) Benjamin Franklin.
(E) Simon Bolivar.

A, B, C, D e E: o conhecido slogan citado na questão foi formulado por James Monroe, que foi o quinto Presidente dos EUA (1817-1825).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Quando em mau estado de conservação, a Bandeira Nacional deve, no Dia da Bandeira, ser:

(A) Incinerada.
(B) Enterrada.
(C) Guardada em Lugar Digno.
(D) Devolvida ao Setor Encarregado de Preservar o Patrimônio Nacional.
(E) Jogada ao Mar.

A, B, C, D e E: o art. 32 da Lei n. 5.700/71 assim dispõe: "As Bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues a qualquer Unidade Militar, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar". Cabe apontar também que os símbolos nacionais são: **a)** bandeira nacional; **b)** hino nacional; **c)** armas nacionais; e **d)** selo nacional (art. 1º da Lei n. 5.700/71).

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Que personagem criado por Machado de Assis viveu a dúvida sobre a fidelidade de sua mulher e a paternidade de seu filho?

(A) Bentinho.
(B) Brás Cubas.
(C) Conselheiro Aires.
(D) Quincas Borba.
(E) Félix.

A, B, C, D e E: trata-se de Bentinho, protagonista do romance Dom Casmurro, que, suspeitando que sua mulher, Capitu, o havia traído com seu melhor amigo, Escobar, arruína o casamento pelo qual tanto se empenhara para conseguir.

GABARITO "A"

(Diplomacia – 1996) Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, foi escrito por:

(A) Oswald de Andrade.
(B) Jorge de Andrade.
(C) Carlos Drummond de Andrade.
(D) Mário de Andrade.
(E) Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A, B, C, D e E: Macunaíma é o protagonista do romance homônimo, escrito em 1928 por Mário de Andrade, que retoma de forma inovadora a vertente indianista da literatura brasileira.

GABARITO "D"

(Diplomacia – 1996) Primeiro presidente e fundador da Academia Brasileira de Letras:

(A) José de Alencar.
(B) Rui Barbosa.
(C) Machado de Assis.
(D) Coelho Neto.
(E) Olavo Bilac.

A, B, C, D e E: Machado de Assis chegou a um grande reconhecimento em vida do seu valor literário, esteve no grupo dos fundadores da ABL e, quando da sua criação, foi eleito pelos seus pares como seu primeiro presidente.

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Escritor Contemporâneo cuja obra literária reserva ênfase à violência urbana:

(A) Josué Montello.
(B) Darcy Ribeiro.
(C) Silviana Santiago.
(D) Luís Fernando Veríssimo.
(E) Rubem Fonseca.

A, B, C, D e E: autor de muitas histórias que descrevem o submundo carioca com sua rica galeria de bandidos, prostitutas, drogados e policiais, Rubem Fonseca enfoca, de forma contundente, a violência presente nesse mundo.

GABARITO "E"

(Diplomacia – 1996) "A Hora e Vez de Augusto Matraga", filmado em 1963 por Roberto dos Santos, é baseado em obra homônima de:

(A) Graciliano Ramos.
(B) José Lins do Rego.
(C) Guimarães Rosa.
(D) Bernardo Guimarães.
(E) José Américo de Almeida.

A, B, C, D e E: publicado em 1946, Sagarana é a estreia de Guimarães Rosa e tem entre os seus melhores contos "A Hora e a Vez de Augusto Matraga".

GABARITO "C"

(Diplomacia – 1996) Os Sertões, de Euclides da Cunha, relata o Episódio Histórico da:

(A) Campanha de Canudos.
(B) Batalha dos Guararapes.
(C) Abolição da Escravatura.
(D) Campanha do Contestado.
(E) Trajetória de Lampião.'

A, B, C, D e E: enviado como repórter junto à quarta expedição contra Canudos, Euclides da Cunha horrorizou-se com o que viu e, além da cobertura jornalística, decidiu pesquisar a história do conflito, do que resultou em 1902 a publicação do livro "Os Sertões".

GABARITO "A"